

ANAIS

VII CONINTER

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

12 a 16 de novembro de 2018
Rio de Janeiro - RJ

2018



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM SOCIAIS E HUMANIDADES

ANINTER-SH

Presidente

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Sociedade e Cooperação Internacional da UnB

Vice-Presidente

Ana Keila Pinezi
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Humanas e Sociais da UFABC

Secretário Geral

Francisco Ramos de Farias
Programa de Pós-Graduação em
Memória Social da UNIRIO

Suplente Secretário Geral

Adelaide Alves Dias
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos,
Cidadania e Políticas Públicas da UFPB

Secretária de Eventos

Wilson Madeira Filho
Programa de Pós-Graduação
em Justiça Administrativa - UFF

Suplente Secretária de Eventos

Eduardo José Marandola Junior
Mestrado Interdisciplinar em Ciências humanas
e Sociais Aplicadas da UNICAMP

Secretária de Pesquisa

Carlos Henrique Medeiros de Souza
Programa de Pós-Graduação em Cognição
e Linguagem da UENF

Suplente da Secretária de Pesquisa

Maria da Luz Alves Ferreira
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social da UNIMONTES

Secretário de PósGraduação

Glauca Maria Costa Trinchão
Programa de Pós-Graduação em Desenho,
Cultura e Interatividade da UEFS

Suplente do Secretário de PósGraduação

Napoleão Miranda
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito da UFF

Tesoureiro

Doriana Daroit
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Sociedade e Cooperação Internacional da UnB

Suplente do Tesoureiro

Vanessa Maria de Castro
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos
e Cidadania da UnB

Conselho Fiscal

Geraldo Márcio Timóteo
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais da UENF

Silvia Alicia Martinez Programa de
Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

Gilmar Ribeiro dos Santos

Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social da UNIMONTES

Suplente do Conselho Fiscal

Denise Rosana da Silva Moraes
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTES

Andrea Hentz de Mello

Programa de Pós-Graduação de Dinâmicas
Territoriais e Sociedade na Amazônia da
Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará

Eliana Crispim França Luquette

Programa de Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF

VII CONINTER

12 a 16 de novembro de 2018,
Rio de Janeiro-RJ

DEMOCRACIA, MEMÓRIA E ETNOSABERES: PERSPECTIVAS
TRANSVERSAIS E INTERDISCIPLINARES

ANAIS VII CONINTER

TRABALHOS COMPLETOS

ISSN 2316-266X, n.7, v.1



INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH)

INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social PPGMS.

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

C749a Congresso Internacional em Sociais e Humanidades (7 : 2018 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais [do] VII Congresso Internacional em Sociais e Humanidades [recurso eletrônico] : democracia, memória e etnosaberes: perspectivas transversais e interdisciplinares / ANINTER-SH, 2018.
4.250p.

pdf disponível em: <http://www.aninter.com.br/>

ISSN 2316-266X, n.7, v.1.

1.Ciências sociais. 2. Democracia. 3. Memória. 4. Antropologia. 5. Conhecimento interdisciplinar. I. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. I. Título. II Título: Democracia, memória e etnosaberes: perspectiva transversais interdisciplinares.

CDU 165

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Francisco Ramos de Farias

Coordenação Adjunta

Lobelia da Silva Faceira
Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei
Evelyn Goyannes Dill Orrico
Sergio Luiz Pereira da Silva
Leila Dupret Machado
Glaucia Regina Vianna
Sofia Débora Levy
Rejane Lopes Rodrigues
Alex Medeiros Kornalewski
João Vitor Schmutzler Abrahão
Carlos Emílio Ibarra Montero
Naitan Moreira Liao

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adelaide Alves Dias-UFPA
Alba Simon-UNIRIO
Ana Keila Pinezi-UFABC
Ana Luiza Gonçalves dos Santos -UNESA
Ana Maria Nogale Vasconcelos-UnB
André Augusto Pereira Brandão-UFF
Andrea Hentz de Mello-UFSP
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula-UNIMONTES
Andréa Soutto Maior-UFF
Annelise Fernandes-UFRRJ
Aquiles Simões-UFPA
Carlos Alberto Zanotti-PUC-Campinas
Carlos Henrique Medeiros de Souza-UENF
Cleonice Puggian-UNIGRANRIO
Dan Gabriel D'Onofre A. Silva Cordeiro-UFRRJ
Daniele Fernandes Rodrigues-FAETEC/RJ
Darlan M. Marchi-UFPEL
Denise Rosana da Silva Moraes-UNIOESTE
Denise Tavares da Silva-UFF
Diana de Souza Pinto-UNIRIO
Djalma Thürler-UFBA
Doriana Daroit-UnB
Edicléa Mascarenhas Fernandes-UFF
Edlaine de Souza Campos-UNIRIO
Edson Caetano-UFMT
Eduardo José Marandola Junior-UNICAMP
Eliana Crispim França Luquette-UENF
Evelyn Goyannes Dill Orrico-UNIRIO
Fernando José Martins-UNIOESTE
Flávia Charão Marques-UFRGS
Francisco Ramos de Farias-UNIRIO

Geraldo Márcio Timóteo-UENF
Glaucia Maria Costa Trinchão-UEFS
Glaucia Regina Vianna-UNIRIO
Glenda Cristina Valim de Melo-UNIRIO
Iandara Schettert Silva-UFMS
Jaqueline Maria de Almeida-UENF
Jefferson Cabral Azevedo-UENF
Josaida de Oliveira Gondar-UNIRIO
José Paulo de Moraes Souza-EGP
José Raimundo Oliveira Lima-UEFS
José Roberto Severino-UFBA
Juliane C. Primon Serres-UFPEL
Kelly Glanezini-UNESC
Leandro Garcia Pinho-UENF
Leila Beatriz Ribeiro-UNIRIO
Leila Dupret-UNIRIO/ UFRRJ
Lina Aras-UFBA
Lobelia da Silva Faceira-UNIRIO
Lucas Graeff-UNILASALLE
Luciene Rodrigues-UNIMONTES
Márcia Bento Moreira-UNIVASF
Maria Amália Silva Alves de Oliveira-UNIRIO
Maria da Luz Alves Ferreira-UNIMONTES
Maria de Fátima Bento Ribeiro-UFPEL
Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi-UnB
Maria de Fátima Scaffo-UERJ
Maria Thereza Azevedo-UFMT
Maristela Rosso Walker-UFAC
May Waddington Telles Ribeiro-UFSE
Moisés Waismann-UNILASALLE
Napoleão Miranda-UFF
Patricia Teles Alvaro-IFRJ
Rafael Andrés Patino-UFSE
Rafael Chaves Vasconcelos Barreto-SEEDUC
Rejane Lopes Rodrigues-IFF
Renato da Gama-Rosa Costa-FIOCRUZ
Ricardo Salztrager-UNIRIO
Sérgio Luiz Pereira da Silva-UNIRIO
Shirlena Campos de Souza Amaral-UENF
Sílvia Alicia Martinez-UENF
Sofia Débora Levy-UNIRIO
Soraia Carolina de Mello-UFSC
Tamara de Souza Campos-UNESA
Tarcisio Torres Silva-PUC-Campinas
Vera Dodebei - UNIRIO
Verônica Marques-UNIT
Wilson Madeira Filho-UFF

Apresentação

A realização da sétima edição do CONINTER, do dia 12 a 16 de novembro de 2018, na cidade do Rio de Janeiro, seguindo de dois Fóruns da Pós-Graduações Interdisciplinares, representou um *tour de force* em razão da possibilidade de pesquisadores da área interdisciplinar, visando, sobretudo, a socializar a produção do campo e ao fortalecimento dos programas de pós-graduação interdisciplinares do Brasil, na medida em que se propõe a discutir as questões relativas à produção universitária brasileira e latino-americana.

Vale ressaltar que o CONINTER vem se mostrando como o principal instrumento de divulgação e intercâmbio entre pesquisadores diversos, reunidos em torno de temáticas complexas, tendo a interdisciplinaridade como eixo de condução e direcionamento de suas investigações. O CONINTER é um Evento internacional pela abrangência e participação de pesquisadores de todas as regiões brasileiras, além de pesquisadores internacionais, fato comprovado a partir da ampliação do número de trabalhos apresentados, os quais são sistematizados e publicados em anais eletrônicos.

O tema central do VII CONINTER: **Democracia, Memória e Etnosaberes: perspectivas transversais e interdisciplinares** justifica-se pela atualidade e relevância frente aos desafios postos pela realidade social mundial vigente. Em pleno século XXI ainda podemos observar vários aspectos de incompletude e desafios para a democracia e cidadania. No tocante à memória, vários marcos devem ser considerados, a começar pela Carta de um dos jesuítas enviada a Portugal que narrava, com espanto e horror, a prática canibal de algumas tribos brasileiras, mas que era indiferente aos rituais da Santa Inquisição com a queima de pessoas vivas.

Somos pois um país romantizado, conforme bem espelha a música de Chico Buarque “não existe pecado ao sul do equador” e também um país em que um venerável cardeal vê tanto espírito no feto e nenhum no marginal e assiste indiferente a chachina de 111 presos na maior cidade da América do Sul, como alerta Caetano Veloso.

E o que dizer da democracia quando nos lembramos da capitânias hereditárias, escravidão, regimes ditatoriais. Será que essa terra de povos exóticos, encontrada, por acaso, há mais de 500 anos, cumprirá seu ideal de se tornar um imenso Portugal e banir, do seu povo, a conformação pela condição de colonizado?

Se apostamos que o conhecimento é universal em que lugar colocamos os etnosaberes quando, quase sempre, valorizamos as produções do mundo europeu e da América do Norte.

São essas inquietações a força motriz das submissões de trabalhos, as quais, de um modo geral, fundamentam-se em propostas de reflexões sobre a transversalidade e interdisciplinaridade da memória e dos etnosaberes no processo de construção e consolidação da democracia. Durante o evento, pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares e outros, reuniram para discutir, debater, refletir e propor alternativas para o necessário aprofundamento da análise dos desafios da democracia e cidadania no cenário contemporâneo.

Durante os dias do congresso aconteceram atividades variadas com apresentação de trabalhos em 22 GT, Minicursos, Mesas temáticas e Conferências, em uma expectativa de construir rastros, a partir de difícil caminhadas em pequenas veredas que, muitas vezes, apenas se insinuavam em ser abertas, mas se verteram em desafios para a travessia que se afigura: incerto e duvidoso, mas que precisamos, sobretudo enfrentá-lo com as forças que ainda nos restam.

Os Anais Eletrônicos do VII CONINTER contam com mais de 400 trabalhos completos publicados.

Sumário

GT: 1 - Ciências Sociais, Literaturas e Artes	51
Coordenadores: Dostoiewski Champangnatte e Marcus Fabiano Gonçalves	
PERSPECTIVAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM FASE DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O MUNDO DO TRABALHO	52
HAYDÉA MARIA MARINO DE SANT'ANNA REIS BRUNA DA SILVA FERREIRA MIRANDA	
A FAVELA COMO ESPAÇO EDUCADOR: (INTER)RELAÇÕES COGNITIVAS CONSOLIDANDO A CULTURA DE INCLUSÃO SOCIAL E EDUCATIVA	61
FABIA DE CASTRO LEMOS JAQUELINE DE CÁSSIA PINHEIRO LIMA	
A PSICOLOGIA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA NA FAMÍLIA FRENTE AO DIAGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA	69
FERNANDA CASTELLARI BAGATOL ROSIMELIA FREITAS CASTELLARI BAGATOL ADRIANA MASTELA GOMES GRASSELLI	
REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INTERDISCIPLINARIDADE, INTERSETORIALIDADE E PRODUÇÃO DE OUTROS POSSÍVEIS	77
FRANCINE DE SOUZA DIAS	
DISPUTAS E TENSÕES ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO DE MODOS DE VIDA NA AUSÊNCIA DA AUDIÇÃO	86
FRANCINE DE SOUZA DIAS	
AUTISMO E NEURODIVERSIDADE: INCLUSÃO DAS DIFERENÇAS	95
BRUNA D'ALINCOURT CARVALHO HENRIQUES	
O PAPEL DO PROFESSOR E DO MEDIADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICA E DESAFIOS.	103
Elisângela Matos Oliveira de Souza Franciele Ramos da Costa Silva Nadir Francisca Sant'Anna	
A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: O QUE FALTA PARA A LEGISLAÇÃO SER EFETIVAMENTE CUMPRIDA?	112
Caio Sousa	
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: O QUE AINDA SE FAZ NECESSÁRIO PARA QUE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA SEJA RESPEITADA	122
Caio Sousa	
A PRÁTICA DE ESTÁGIO: O RELATO COMPARATIVO ENTRE DUAS EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	132
Carla Josiane dos Santos Costa Edicléa Mascarenhas Fernandes	
AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA QUANTO A SÍNDROME DE BURNOUT	141
ANDREA LEONARDO DE FREITAS PEREIRA ANA LUIZA BARCELOS RIBEIRO	

LÍNGUA DE SINAIS PROPOSTA TERMINOLÓGICA PARA A ÁREA DE SAÚDE	150
NADIR FRANCISCA SANT'ANNA GISLAINE BARBOSA CABRAL SILVA	
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRIA DE VIDA DE UM DEFICIENTE VISUAL EM SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR	161
JOSETE PEREIRA PERES SOARES SÍLVIA ALÍCIA MARTINEZ	
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE À LUZ DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	170
Mariana da Silva Oppenheimer	
A transformação social promovida pela arte na vida das famílias de pessoas com deficiência: um estudo na Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais (APOE), em Campos dos Goytacazes (RJ)	181
MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA CASTRO BIANCA GOMES DA SILVA MUYLAERT MONTEIRO DE CASTRO SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL	
A INCLUSÃO SOCIAL INTEGRADA COM A ESCOLA E O MERCADO DE TRABALHO.	190
GIROLLA, Mylena Desiderio	
A MATEMÁTICA APLICADA NA ACESSIBILIDADE – UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL	199
SCHIRLANE DOS SANTOS AGUIAR RODRIGUES THIAGO MARQUES ZANON JACOMINO LEONARDO DE OLIVEIRA MUNIZ	
EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AUTISMO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ, COM BASE NAS LEIS 12.796/2013 E 13.146/2015: DA LEGISLAÇÃO À PRÁTICA ESCOLAR	210
NADIR FRANCISCA SANT'ANNA THAMIRES GOMES DA SILVA AMARAL LESSA ANA LUIZA BARCELOS RIBEIRO	
OFICINA DE MUSICALIDADE NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA LIONS AMA XERÉM	220
Kezia Graziela de Queiroz Thatiane de Lima Moraes Edicléa Mascarenhas Fernandes	
RELAÇÃO ARBÓREA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE EM PERSPECTIVA COM A DEFICIENTE TRATATIVA ESTATAL À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	230
JAQUELINE ASSUNÇÃO CURITIBA OSWALDO GONÇALVES JUNIOR	
AS RESISTÊNCIAS E INSISTÊNCIAS DA (A)NORMALIDADE	239
VIVIAN FERREIRA DIAS SANDRA CAPONI	
O USO DO APLICATIVO DE COMUNICAÇÃO WHATSAPP EM ATENDIMENTO PEDAGÓGICO EM CLASSE HOSPITALAR	247
Walter Alves Sansão Edicléa Mascarenhas Fernandes	

GT: 2 - Estudos de gênero, sexualidades e corporalidades	256
Coordenadores: Teresa Kleba Lisboa e Felipe Bruno Martins Fernandes	
AINDA OS CATIVEIROS DE PAPEL: DA REFORMA AGRÁRIA SONHADA À SUBMISSÃO AO TEMPO SOCIAL DO CAPITALISMO INDUSTRIAL POR AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS	257
CLÁUDIO RIBEIRO LOPES	
NAPOLEÃO MIRANDA	
THATIANA DE ANDRADE FIGUEIRA	
PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA DA SAMARCO: UMA REFLEXÃO SOBRE RESOLUÇÃO NEGOCIADA EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	266
Alessandra Dale Giacomini Terra	
Napoleão Miranda	
Andreza Aparecida Franco Câmara	
QUALIDADE AMBIENTAL NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ AÇAIZAL E GABRIEL EM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	278
Nilene Ferreira Cardoso Souza	
Andréa Hentz de Mello	
Expansão urbana e a degradação das nascentes dos igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia	285
Nilene Ferreira Cardoso Souza	
Andréa Hentz de Mello	
AINDA OS CATIVEIROS DE PAPEL: DA REFORMA AGRÁRIA SONHADA À SUBMISSÃO AO TEMPO SOCIAL DO CAPITALISMO INDUSTRIAL POR AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS	296
CLÁUDIO RIBEIRO LOPES	
NAPOLEÃO MIRANDA	
THATIANA DE ANDRADE FIGUEIRA	
REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE RELIGIOSA DOS ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO CATOLICISMO NA CIDADE DO RECIFE	305
Simonelly Ferreira Vilela	
Douglas Batista de Oliveira	
Kalina Vanderlei Paiva da Silva	
RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA	313
Edenar Souza Monteiro	
Maria de Lourdes Fanaia	
PARTICULARIDADES QUE PERMEIAM AS SOCIABILIDADES CONSTRUÍDAS E VIVENCIADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA	322
PASCHOA, Janete Vilela da	
REGINENSI, Caterine	
CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DESENVOLVIMENTO E CONFLITO NA COMUNIDADE MIMOSO NO NORTE DE MINAS GERAIS	331
GREICIELE SOARES DA SILVA	
VANESSA TELES DE OLIVEIRA	

O NORTE DE MINAS GERAIS COMO NOVA FRONTEIRA MINERAL E OS DISCURSOS DO DESENVOLVIMENTO	340
João Lucas Gomes Oliveira Patrícia Morais Lima Rômulo Soares Barbosa	
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM CONTEXTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO MINAS RIO	349
LARISSA PIRCHINER DE OLIVEIRA VIEIRA WILSON MADEIRA FILHO	
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIXO TOCANTINS: O CASO DA UHT	359
GERLANE DA SILVA FERREIRA MARÍLIA DOS SANTOS FERNANDES ANTÔNIA CORREA NOVAES	
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E MINERAÇÃO DE AGREGADO: DESAFIOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ, PA	368
NOELI FURTADO RODRIGUES ATAÍDE SÉRGIO CARDOSO DE MORAES MAIARA BESSA FERREIRA	
TERRITÓRIO EM DISPUTA: LIMITES DA GESTÃO COMPARTILHADA EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA SERRA DO JAPI – SP	377
RICARDO SILVEIRA ORLANDO	
A CIDADE CAMPO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DOS CONFLITOS: PATRIMÔNIO CULTURAL SUAS INTERFACES	388
SIRLEY CONCEIÇÃO FERREIRA	
Conflitos socioambientais no Sapê do Norte: conflitos e resistência	397
SANTOS, Wander Luiz Pereira dos SANTOS JR, Jorge Luiz dos	
BIO(NECRO)POLÍTICA NAS ÁREAS DE RESSACAS EM MACAPÁ/AP: DESENHANDO IDENTIDADES DOMESTICADAS ENQUANTO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO PODER	409
RODRIGUES, Bruno de Oliveira MADEIRA FILHO, Wilson	
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM CONTEXTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO MINAS RIO	418
LARISSA PIRCHINER DE OLIVEIRA VIEIRA WILSON MADEIRA FILHO	
RELAÇÕES SIMBÓLICAS: ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS	428
LUIZA ALVES CHAVES WILSON MADEIRA FILHO ALBA SIMON	
CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DESENVOLVIMENTO E CONFLITO NA COMUNIDADE MIMOSO NO NORTE DE MINAS GERAIS	437
GREICIELE SOARES DA SILVA VANESSA TELES DE OLIVEIRA	

BARRA DO AÇU: PERSPECTIVAS, CONFLITOS E A DISPUTA PELA LEGITIMAÇÃO DO USO DE UM TERRITÓRIO	446
Laís da Silva Almeida Carmem Imaculada de Brito	
RACISMO AMBIENTAL E SEUS RESPECTIVOS ENFOQUES REFERENTES À OMISSÃO ESTATAL ENTRE AS MACRORREGIÕES DO PAÍS	455
DANIEL ANDRÉ DOS SANTOS FARIAS ARI GONÇALVES NETO SHIRLENA DE CAMPOS SOUZA AMARAL	
DESENVOLVIMENTO E INJUSTIÇA AMBIENTAL EM EXAME REGIONAL: UMA ANÁLISE DO O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	465
OSWALDO MOREIRA FERREIRA TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL	
A ELETRIFICAÇÃO RURAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS	473
Thatiana de Andrade Figueira Napoleão Miranda Cláudio Ribeiro Lopes	
GT: 3 - O Futuro da sexualidade a partir do Direito	482
Coordenadores: Eder Fernandes Monica e Carla Appolinário de Castro	
TRILHA TRANSCARIOCA : GESTÃO E MOVIMENTO DAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO	483
SILVA, Isabel R.C.Caetano SIMON, Alba	
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: CONCEITOS, PESQUISAS E SEU USO INTERDISCIPLINAR	496
CARLA BITTENCOURT FELÍCIO JULIANA MARINHO DOS SANTOS CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA	
AS NUANCES DA EDUCAÇÃO E OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA: ORALIDADES E SABERES EM MEIO AOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS	507
FERREIRA, Cesar Bernardo PUGGIAN, Cleonice	
O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM E SUAS INTERFACES COMO DISPOSITIVOS PARA MOBILIZAÇÃO DE LETRAMENTOS DIGITAIS CRÍTICOS	516
DANIELE TREVISAN CRISTIANO MACIEL TEREZINHA FERNANDES MARTINS DE SOUZA	

O ESTATUTO DAS CIDADES NO DIREITO AMBIENTAL: A FLEXIBILIZAÇÃO DA MÁXIMA PROTEÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO CONDICIONANTE DA QUALIDADE DE VIDA EM MACAPÁ	526
AGUIAR, Tatianny Pinheiro	
FURTADO, Leorimir	
FERREIRA, Emilisse	
GESTÃO PARTICIPATIVA E O CASO DA TRILHA TRANSCARIOCA NO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA	535
Mariana de Oliveira Estevo	
Carlos Vinicius de Laia	
SOBRE VISITAS E VISITANTES: UMA EXPLORAÇÃO AO PRIMITIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS, TERESÓPOLIS, RJ	543
RENATA B. BRADFORD	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA TEOTÔNIO RAFAEL DO MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA – ES	552
ARAUJO, Aline Giuri	
BRITO, Lucas das Neves	
DO CONHECIMENTO COTIDIANO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: A PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL	562
LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA	
ROSIVAR MARRA LEITE SANCHES	
GESTÃO PARTICIPATIVA E O CASO DA TRILHA TRANSCARIOCA NO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA	571
Mariana de Oliveira Estevo	
Carlos Vinicius de Laia	
ECOTURISMO COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO NA PRAIA DO SONO (PARATY/RJ)	579
MAYARA ALMADA HORTA JAEGER	
DANIEL FONSECA DE ANDRAD	
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMBINA COM JUSTIÇA SOCIAL? - A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: O CASO DA COMUNIDADE TRADICIONAL DO MORRO DAS ANDORINHAS, NITERÓI, RJ	588
Valéria Lima Marques de Sousa	
Danilo Ribeiro de Oliveira	
Cassia Mônica Sakuragui	
MOVIMENTO DE MULHERES EM ORIXIMINÁ: UMA ANÁLISE SOBRE RACISMO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DIANTE DA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO	600
MARINA MARÇAL DO NASCIMENTO	
WILSON MADEIRA FILHO	
ALBA SIMON	

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA POLÍTICAS INCLUSIVAS DE TURISMO COMUNITÁRIO EM PARQUES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO DOS QUILOMBOLAS NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA	607
Gabriel Pires Gomes Nonato Alves	
Alba Simon	
GESTÃO PARTICIPATIVA DE RECURSOS HÍDRICOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO CAIRUÇU – APA CAIRUÇU	616
PAULA CALLEGARIO DE SOUZA	
PAULA CHAMY PEREIRA DA COSTA	
SIDNEY LIANZA	
DO CONHECIMENTO COTIDIANO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: A PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL	625
LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA	
ROSIVAR MARRA LEITE SANCHES	
SOBRE VISITAS E VISITANTES: UMA EXPLORAÇÃO AO PRIMITIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS, TERESÓPOLIS, RJ	633
RENATA B. BRADFORD	
GT: 4 - Antirracismo e sociedade	642
Coordenadores: Roberto Carlos da Silva Borges e Glenda Cristina Valim de Melo 642	
POLÍTICAS DE SALVAGUARDA: O TOMBAMENTO DO TERREIRO BATE FOLHA	643
José Roberto Severino	
Carla Maria Ferreira Nogueira	
A PRAÇA ONZE À CIDADE NOVA: DE ESPAÇO VIVIDO AO FUNCIONALISMO AMORFO, O BERÇO DAS TRANSFORMAÇÕES DO TECIDO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	652
Claudio Jorge da Silva Soares	
Caterine Reginensi	
ANASTILOSE DA MEMÓRIA: DOS VESTÍGIOS ÀS SOLUÇÕES	661
Heidi Ferreira da Costa	
DA CIDADE VERDE À CIDADE QUINTAL: PAISAGENS CULTURAIS, SABERES E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM CUIABÁ	674
HEIDY BELLO MEDINA	
YUJI GUSHIKEN	
AMPLIANDO O OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO: QUESTÕES SEMÂNTICAS E A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO	683
JANAINA LOPES PEREIRA PERES	
LUIZ FERNANDO MACEDO BESSA	
RESSIGNIFICAÇÃO DA MATRIZ XILOGRÁFICA	695
JEFFERSON PEREIRA NEPOMUCENO	

EDUCAÇÃO E CULTURA COMO CATALISADORES DO ACESSO À JUSTIÇA	705
ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR LARISSA TOLEDO COSTA THAÍS MIRANDA DE OLIVEIRA	
POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E NO MÉXICO: O MODERNISMO E A ARTE MURAL	714
LÍCIA GOMES	
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA DOS TERREIROS DE MATRIZ AFRICANA COMO BENS CULTURAIS: COMPREENDENDO OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DO IPHAN	723
LUCIANE BARBOSA DE SOUZA	
AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS TERREIROS DE MATRIZ AFRICANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	732
MARCUS VINICIUS SANTOS DE CAMPOS LUCIANE BARBOSA DE SOUZA OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA	
CULTURA AFRO-BRASILEIRA E POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL: UM CONVITE AO TEMA	742
OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA	
DEZ ANOS DO REGISTRO DA CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL: A SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NOS ESTADOS DA BAHIA, PERNAMBUCO E RIO DE JANEIRO	751
PAULO HENRIQUE MENEZES DA SILVA	
PATRIMÔNIO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES DO CONGADO EM MINAS GERAIS	764
RAFAEL ANTÔNIO MOTTA BOEING REGINA ABREU	
DILEMAS DA SALVAGUARDA DE SABERES TRADICIONAIS: ESTUDO DE CASO DO JONGO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	775
LILIAN SAGIO CEZAR MARIA CLARETH GONÇALVES REIS TARIANNE DA SILVA PINTO BERTOZA	
JUVENTUDE ENCARCERADA: CULTURA DE RESISTÊNCIA QUE EMERGE DA COMUNIDADE E A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA	783
Priscila Duarte dos Reise	
SÃO JOÃO MARCOS, MEMÓRIA EM PERSPECTIVA FOTOGRÁFICA	791
PEDRO VALLE SOUZA	
GT: 5 - Educação, diversidade e políticas de afirmação	801
Coordenadores: Shirlena Campos de Souza Amaral e Patricia Teles Alvaro	
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA COSTA DO SOL E OS DESAFIOS DA EQUIDADE DE GÊNERO	802
ADRIANA CORRÊA SILVA PORTO MARCELLO RIELLA BENITES	

POLÍTICAS AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E SUBJETIVIDADE: ANÁLISE DA RELAÇÃO PERMANÊNCIA E SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	812
ALESSANDRA DE MUROS XAVIER	
AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSB: RESPONSABILIDADE E JUSTIÇA SOCIAL NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	823
EVA DAYANE ALMEIDA DE GÓES	
AMANDA SUELEN FERREIRA BASTOS	
RETRATOS DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DOS COTISTAS SOCIAIS NO ESR/UFF	832
Cassiana Ferreira Simões	
ENVELHECIMENTO ATIVO: DIGNIDADE E LONGEVIDADE COM QUALIDADE DE VIDA	841
ARI GONÇALVES NETO	
SHEILA CAMPOS DE SOUZA	
DÉCIO NASCIMENTO GUIMARÃES	
A POLÍTICA DE COTAS COMO MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS EFEITOS: ANÁLISE SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UENF NO PERÍODO DE 2003 A 2016	850
BIANCA GOMES DA SILVA MUYLAERT MONTEIRO DE CASTRO	
SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL	
AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE NO BRASIL	860
DAIANA ATAIDE DA SILVA	
SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL	
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA	
ELAINE SCHMITT	
SORAIA CAROLINA DE MELLO	
REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E ALTERIDADE PARA UMA PRÁXIS EDUCACIONAL INTERCULTURAL	879
SOUZA, Jean Carlos Barbosa de	
MELLO, Ivan Maia de	
POLÍTICAS DE AFIRMAÇÃO NO CENÁRIO DAS MINORIAS SEXUAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE COTAS PARA PESSOAS TRANS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	888
GEOVANA SANTANA DA SILVA	
TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL	
SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL	
PROCESSO EDUCACIONAL: FORMA DE LIBERTAÇÃO OU RECLUSÃO DO ESPÍRITO DESBRAVADOR DA CONQUISTA DO SABER?	898
GOMES, FERNANDA R.G.	
RÉGIS, GLAUCE V. M.	
AÇÃO AFIRMATIVA E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	907
DEUSA DE SOUZA BATISTA	
IAGO PEREIRA DOS SANTOS	
TATIANE CARVALHO PEÇANHA GUIMARÃES	

A INTERCULTURALIDADE COMO FUNDAMENTO DE UMA SOCIEDADE MULTICULTURAL	917
BRITO, Lucas das Neves	
CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO REGULAR: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	926
MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA CASTRO GERSON TAVARES DO CARMO	
RIO INVISÍVEL: NARRATIVAS VISUAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RIO DE JANEIRO	935
SOTOMAYOR, MARIA THEREZA MONTEIRO PEREIRA	
NA RODA DO BERIMBAU, BALANÇA QUE PESA OURO NÃO É PRA PESAR METAL: A CAPOEIRA E SUAS FORMAS DE PRODUÇÃO DE JURIDICIDADE	946
MATHEUS LOPES DA SILVA LIA VALENTE MARTINS MORENO FERNANDES6	
GUAIAMUM CURIOSO: UMA ALDEIA PARA A APRENDIZAGEM COMUNITÁRIA, DIVERSIDADE E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO EXTREMO SUL BAIANO	954
Moreno Fernandes do Nascimento	
EU VOU! – AFIRMANDO O QUE ME NEGARAM	963
NATÃ NEVES DO NASCIMENTO	
“JORGE DA PAZ ALMEIDA PROTAGONISTA E A CULTURA DO SAMBA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ”	972
LILIAN SAGIO CEZAR OLIVIER ALMEIDA FILHO	
GÊNERO E DESENVOLVIMENTO: A INCLUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS MULHERES NO BRASIL	980
WELBERTE. FERREIRA DE ARAÚJO, GILMAR RIBEIRO DOS SANTOS LUÍZ FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS	
REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E ALTERIDADE PARA UMA PRÁXIS EDUCACIONAL INTERCULTURAL	989
SOUSA, Jean Carlos Barbosa de MELLO, Ivan Maia de	
POLÍTICA DE COTAS PARA FILHOS DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA: JUSTIFICATIVAS E VALIDADE	998
Shirlena Campos de Souza Amaral Leticia Sanz Barreto Rafaela Nogueira do Nascimento Ana Caroline Berriel Silva da Silva Vieira	

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	1009
THAIS APARECIDA DIBBERN MILENA PAVAN SERAFIM MAURO CARDOSO SIMÕES	
UMA APURAÇÃO DO ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA STRICTO SENSU NO BRASIL (2013-2017)	1019
VICTOR MARTINS RAMOS RODRIGUES LEANDRO GARCIA PINHO	
PRINCIPAIS APORTES NORMATIVOS SOBRE O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS	1029
KAMILA APARECIDA IWANAMI RODRIGUES VICTOR MARTINS RAMOS RODRIGUES WENDEL MATTOS POMPILHO	
GT: 6 - Religião, Direitos Humanos e Cidadania no Brasil	1039
Coordenadores: Ana Keila Mosca Pinezi e Dario Paulo Barrera	
A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: UMA ANÁLISE DA COOPERATIVA COAJOQ COM AS FAMÍLIAS CAMPONESAS EM GUINÉ-BISSAU	1040
Farã Vaz e Bas´Ilele Malomalo	
REFLETINDO SOBRE A PESQUISA PARTICIPANTE A PARTIR DO PROJETO CANTINAS SOLIDÁRIAS DA INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UEFS	1049
FLÁVIA ALMEIDA PITA	
A MÍSTICA COMO A MATERIALIZAÇÃO DO DIÁLOGO DE SABERES AGROECOLÓGICO	1058
ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR CAROLINA CANTARINO RODRIGUES BRUNO CARLOS HAYATA	
ANÁLISE COMPARATIVA DE PREÇOS DE UMA REDE SOLIDÁRIA DE COMERCIALIZAÇÃO – O CASO DA REDE SABOR E SAÚDE DA SERRA	1066
Maria Cristina Silva de Paiva Yasmin Amarante Rodrigues Gouvêa	
REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA(SC): REFLEXÕES SOBRE A INCUBADORA DE COOPERATIVA POPULAR (IPC) DE FLORIANÓPOLIS/SC	1077
LUIS FERNADO SCHEIBE, ROSANA DE CARVALHO MARTINELLI FREITAS ELISETE GESSER DELLA GISUTINA DA CORREGIO	
REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES AGROECOLOGIA: UMA APROXIMAÇÃO ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	1087
Rita de Kássia Guarnier da Silva Stener Romanel Ambrozio Nilza Franco Portela	

FEIRAS AGROECOLÓGICAS: A GÊNESE DA TRAVESSIA	1096
IVONEI ANDRIONI EDSON CAETANO	
MOEDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CONTEXTO DO SERTANEJO NA FEIRA DO SEMIÁRIDO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	1105
Eva Pacheco da Silva Santos Janahína da Silva Moura José Raimundo Oliveira Lima	
ANÁLISE DE UMA ATIVIDADE PRODUTIVA AGLOMERADA E DA SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL.	1117
Maria Da Luz Alves Ferreira Anete Marília Pereira Juventino Ruas de Abreu Júnior	
FESTA DE TROCA DE SEMENTES CRIOULAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS CAMPONESAS DA BAIXADA CUIABANA: CONSEQUÊNCIA HISTÓRICA DA CULTURA DO RABALHO E SUA PROXIMIDADE AO BEM-VIVER.	1127
Cristiano Apolucena Cabral Edson Caetano Luana da Cruz Burema	
EXCLUSÃO SOCIAL E A PERFORMANCE FERROVIÁRIA: O CURIOSO CASO DOS SURFISTAS DE TREM	1137
LUCAS CARDOSO ALVARES	
INFLUÊNCIA DE MACRÓFITAS AQUÁTICAS NA QUALIDADE DA ÁGUA EM TANQUES DE PISCICULTURA	1146
MAIARA BESSA FERREIRA SÉRGIO CARDOSO DE MORAES NOELI FURTADO RODRIGUES ATAÍDE	
COMUNIDADE TRADICIONAL DOS PESCADORES DE PORTO SEGURO: TERRITÓRIO, CULTURA LOCAL E O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO URBANO	1155
LIA VALENTE MARTINS MATHEUS LOPES DA SILVA	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONQUISTAS E ENTRAVES	1165
VIVIANE CRISTINA SILVA LIMA RODRIGO DA COSTA CAETANO	
A PROPÓSITO DO TRABALHO INFORMAL: DA FUNCIONALIDADE À SUBSUNÇÃO AO CAPITAL	1174
JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA ALESSANDRA OLIVEIRA TELES	
A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ (PEFES): DILEMAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL	1185
NAIRA LUAN SOUSA E SILVA	

LAPA - SÍMBOLO DA BOEMIA CARIOCA: ESPAÇO DE ENCONTROS E DIVERSIDADES SOCIAIS E CULTURAIS	1195
SILVA, CRISTINA DA CONCEIÇÃO ROCHA, José Geraldo da RANGEL, Patricia Luisa Nogueira,	
GT: 7 - Conflitos socioambientais	1203
Coordenadores: Wilson Madeira Filho e Napoleão Miranda	
O DESVELAR DA MEMÓRIA PELO TRABALHO DISCENTE: ANÁLISE DOS ESCRITOS DE ESTUDANTES SOBRE A PERCEPÇÃO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO	1204
Alex Medeiros Kornalewski José Mauro de Oliveira Braz Francisco Ramos de Farias	
O PAPEL DA GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ	1213
BIANKA PIRES ANDRÉ ANA LUIZA BARCELOS RIBEIRO THAMIRES GOMES DA SILVA AMARAL LESSA	
O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM SOB A TRÍADE CIÊNCIA TECNOLOGIA E SOCIEDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE JOHN ZIMAN PARA UMA EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR	1224
Reis, Verusca Moss Simões dos Soares, Carla Barcelos Nogueira	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SUJEITOS DE DIREITOS À EDUCAÇÃO E À CULTURA	1232
Fernanda Cavalcanti de Mello	
CONHECIMENTO E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AS BIBLIOTECAS PRISIONAIS	1241
ALEX MEDEIROS KORNALEWSKI LUDMILA RIBEIRO FRANCISCO RAMOS DE FARIAS	
CRISE E DESMONTE DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO INTEGRADO À PROFISSIONALIZAÇÃO NA REDE FAETEC - O CASO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO BARCELOS MARTINS	1248
GIOVANE DO NASCIMENTO ANA PAULA MELO PEIXOTO	
OBJETIVOS DE REALIZAÇÃO ACADÊMICA	1257
CECILIA CALABAIDE	
IMPACTOS SOCIOEDUCACIONAIS CAUSADOS PELA FRAGMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	1266
MACHADO, Francine de Souza MARTINEZ, Silvia Alicia	

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E MEMÓRIA: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS	1275
DANIELE ACHILLES	
JOSAIDA DE OLIVEIRA GONDAR	
MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS NA FOTOGRAFIA DE AUGUSTO MALTA: IMAGENS, DISPUTAS E IDENTIDADES NO RIO DE JANEIRO DA MODERNIDADE.	1284
REZENDE, Dolores Eugênia de	
DESCENTRALIZAÇÃO OU ANOMIA JURÍDICA? OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO, HABILITAÇÃO E INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE PARA O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL	1298
EVANDRO FRANCISCO MARQUES VARGAS	
LEANDRO GARCIA PINHO	
PRISÕES NO BRASIL: MEMÓRIAS DE DISCIPLINA OU DE DESPEJO?	1308
FERNANDA SANTOS CURCIO	
Lobelia da Silva Faceira	
TAREFAS ESCOLARES PARA CASA NA PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO DE PAIS COMO INCENTIVADORES AO COMPORTAMENTO AUTORREGULADO DOS FILHOS ESTUDANTES	1317
FLÁVIA DA CUNHA PEREIRA	
VERA LÚCIA DEPS	
UM OLHAR PARA OS ESPAÇOS ESCOLARES MUNICIPAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ – QUE ESPAÇOS TÊM SE CONSTRUÍDO?	1326
RIBEIRO, Luciana Siqueira	
FARIA, Teresa Peixoto	
IMPACTOS SOCIOEDUCACIONAIS CAUSADOS PELA FRAGMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	1336
MACHADO, Francine de Souza	
MARTINEZ, Silvia Alicia	
A INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIAS E IMPACTOS DO PROJETO INSTITUCIONAL PIBID/ISEPAM	1345
LEANDRO GARCIA PINHO	
INGRID FIUZA	
CARTAS DOS LEITORES: IMPRESSÕES DE MEMÓRIA COLETIVA NA REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS	1355
EVELYN GOYANNES DILL ORRICO	
JEFFERSON GOMES DE MOURA	
EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS	1364
Karolyna Maciel dos Santos Cordeiro	
Leandro Garcia Pinho	
OS SABERES TRADICIONAIS, MEMÓRIA E CULTURA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ITACURUÇÁ (ABAETETUBA/PARÁ)	1374
Laércio Farias da Costa	
Mara Rita Duarte de Oliveira	

EDUCAÇÃO EM SAÚDE ATRAVÉS DA ARTETERAPIA: ESTUDO DE UM GRUPO DA TERCEIRA IDADE	1382
LEA SANDRA RISSE DIANA PAOLA GUTIERREZ DIAZ DE AZEVEDO ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE	
ACERVO DOCUMENTAL COMO PATRIMÔNIO: O CASO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE	1391
ROBERTA PINTO MEDEIROS EVELYN GOYANNES DILL ORRICO ELIEZER PIRES DA SILVA	
PRÁTICA REFLEXIVA DOCENTE: MOBILIZAÇÃO PARA NOVAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO	1401
VÂNIA MÁRCIA SILVA DO CARMO FERNANDA SANTOS CURCIO TAUÂ LIMA VERDAN RANGEL	
A FARRA DOS BOIS PINTADINHOS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ - RJ	1409
WILSON DOS SANTOS SOUZA GIOVANE DO NASCIMENTO	
CINCO PROPOSIÇÕES SOBRE A BIBLIOGRAFIA NO ÂMBITO DA MEMÓRIA SOCIAL	1418
JAYME DE PINHO NETO	
INGRESSO E ATUAÇÃO DO PROFESSOR COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO NA REDE MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	1429
PAULA SILVIANNA MUNIZ FIGUEIREDO SILVIA ALICIA MARTINEZ	
ANÁLISE HISTÓRICA DO SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS DE DIREITO NO BRASIL: EM BUSCA DE UM OUTRO MODELO DE ENSINO JURÍDICO	1440
CARLA PRISCILLA BARBOSA SANTOS CORDEIRO ELENIRA LIMA POMPE PERRELLI TEIXEIRA	
TOPOGRAFIA DOS LUGARES DE MEMÓRIAS: UM PERCURSO POR SENDAS GEOGRÁFICAS	1449
JOÃO VITOR SCHMUTZLER ABRAHÃO FRANCISCO RAMOS DE FARIAS	
ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: RELATOS DO EXERCÍCIO DOCENTE NA ILHA GRANDE	1457
NAITAN MOREIRA LIAO	
POLÍTICA EDUCACIONAL DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: ANÁLISE DO ENSINO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ	1465
Simonne Teixeira Victor Fumian	

GT: 8 - Conservação da natureza, conflitos ambientais e comunidades tradicionais 1474

Coordenadores: Alba Simon e Annelise Fernandez

O LETRAMENTO CIENTÍFICO NAS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 1475

ALINE PEIXOTO VILAÇA DIAS

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

A CONTRIBUIÇÃO DO PIBID NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA 1484

ALINE PEIXOTO VILAÇA DIAS

GELBIS MARTINS AGOSTINHO

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016: IMPASSES E REFLEXÕES 1493

Bárbara Viana Villaça

Iago Pereira dos Santos

Juliete Maganha Silva

Eliana Crispim França Luquetti

ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL: IMPLICAÇÕES, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS 1502

Claudia Correia de Matos

Daniele Ribeiro Fortuna

Márcio Luiz C. Vilaça

LETRAMENTO VISUAL: UMA BREVE ANÁLISE NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO 1512

JAQUELINE MARIA DE ALMEIDA

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

LUCIANA DA SILVA ALMEIDA

LIZ DAIANA TITO AZEREDO SILVA

DANIELE FERNANDES RODRIGUES

A LEITURA PARA CIDADANIA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA NO CONTEXTO SOCIAL 1522

JULIETE MAGANHA SILVA

IAGO PEREIRA DOS SANTOS

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

AUTOEFICÁCIA E COMPETÊNCIAS AVALIADAS NO ENEM: UM REFLEXO DA CARÊNCIA DA AUTORREGULAÇÃO NAS REDAÇÕES DE PRÉ-VESTIBULANDOS 1530

Martha Caroline Duarte de Brito Freitas

ESPIRITUALIDADE E EDUCAÇÃO, UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA O AUMENTO DO DESEMPENHO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. 1540

BARROS, Sandro Reis Rocha

MIRANDA, Mozarth Dias de Almeida

LUQUETTI, Eliana Crispim França

ENSINO DE LÍNGUA E DE LITERATURA: IMPLICAÇÕES DOS CONCEITOS DE LÍNGUA E DE LITERATURA PARA AS NOVAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS	1550
WENDEL VASCONCELOS SAMPAIO DANIELLY TOMAZ DOS SANTOS	
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR E DA LINGUÍSTICA NA CONCEPÇÃO DAS ALUNAS DO PARFOR E SEU REDIMENSIONAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	1558
SILVA, Liz Daiana Tito Azeredo da ALMEIDA, Jaqueline Maria de CORRÊA, Jackeline Barcelos e Luquetti, Eliana Crispim França	
FORMAS DE HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA MOSTRADA EM MEMES DO BODE GAIATO	1567
ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI SONIA MARIA DA FONSECA SOUZA VYVIAN FRANÇA SOUZA GOMES MUNIZ	
JURIDQUÊS, HERMETISMO LINGUÍSTICO E ACESSIBILIDADE: UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	1579
NEUZA MARIA DE SIQUEIRA NUNES FERNANDA SANTOS CURCIO TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL	
GT: 9 - Cultura religiosa, luta de classes e conflitos territoriais	1588
Coordenadores: Márcia Barros Ferreira Rodrigues e Ana Maria Motta Ribeiro	
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA CONDIÇÃO FEMININA NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, RJ	1589
DEISIMARA BARRETO PEIXOTO GOMES MORAES MARCELO CARLOS GANTOS SILVIA ALICIA MARTINEZ	
A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1598
ANA MARGARETH MOREIRA MENDES COSENZA SAMYA COTTA BRANDÃO SIQUEIRA	
CONSERVADORISMO POLÍTICO, PREVENÇÃO DAS IST E A JUVENTUDE BRASILEIRA	1607
ANNA CÁSSIA FERREIRA GONÇALVES TEIXEIRA RODRIGO DA COSTA CAETANO	
A RAINHA DO IGNOTO NO BRASIL DO SEC. XIX: UM RESGATE DA UTOPIA FEMINISTA DE EMÍLIA FREITAS	1616
ELTON DIAS XAVIER ANNE MARIELLE CASTRO DE CARVALHO	

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER QUILOMBA: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABAETETUBA/PARÁ- ARQUIA	1626
Antonilda da Silva Santos Mara Rita Duarte de Oliveira	
MEMÓRIAS DO ENCARCERAMENTO FEMININO: ENTRE O DOMÉSTICO, O CONVENTO, O MANICÔMIO E A PRISÃO	1635
FERNANDA SANTOS CURCIO LOBÉLIA DA SILVA FACEIRA	
CELEBRANDO A MULHER NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: REDE DE MEMÓRIAS DE BIBLIOTECÁRIAS BRASILEIRAS	1644
Inez Valente de Almeida Eduardo da Silva Alentejo	
A REPRESENTAÇÃO LGBTQ NO CINEMA: SUA PRÁTICA E SEUS DISCURSOS	1654
MARA COELHO DE SOUZA LAGO CARLOS FREDERICO BUSTAMANTE PONTES	
EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR	1663
Gislene Quaresma Oliva Maria da Luz Alves Ferreira	
ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO FÍSICA: RELATO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA NA ESCOLA	1671
GLÓRIA MARIANNA BARRETO TEIXEIRA FERNANDA CASTRO MANHÃES	
A IMPORTÂNCIA DA MASTURBAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA	1680
ERIKA COSTA BARRETO GUSTAVO SANTOS CRESPO SIMONE FERNANDES LIMA FIORAVANTI	
UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA SEXUALIDADE, A PARTIR DA OBRA “A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE – A VONTADE DE SABER” DE MICHEL FOUCAULT	1688
BORGES, Luciana Pimenta FERREIRA, Maria da Luz Alves	
GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA RELACIONAL E DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	1696
BORGES, Luciana Pimenta FERREIRA, Maria da Luz Alves CARDOSO, Natany Lima	
URBANIDADE TRANSITÓRIA PARA AS SEXUALIDADES PÓS-MODERNAS	1706
MARCOS SARDÁ VIEIRA	
TRADIÇÃO E ARTE NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PRESERVAÇÃO E RETOMADA DE VIVÊNCIAS CULTURAIS EM ARRAIAL DO CABO	1715
GIOVANE DO NASCIMENTO NATÁLIA SOARES RIBEIRO	

POLÍTICA DE INCLUSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO A LUZ DA TEORIA DE AXEL HONNETH	1724
Nayhara Boechat Brito Salvador Lívia de Oliveira Ferreira	
SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISCENTES DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFF, CAMPUS CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	1733
SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL NILVIA COUTINHO GOMES CORRÊA MANSUR	
QUESTÕES DE GÊNERO E DIREITO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	1742
RAVENA DE SOUZA ZANON DELLATORRE FERNANDA SANTOS CURCIO	
RELATOS DE UM VENTRE FEMINISTA: O PESSOAL E O POLÍTICO NA TROCA ONLINE DE EXPERIÊNCIAS	1751
STEPHANIE BORGES BOAVENTURA FERREIRA DE SOUSA SÔNIA CALDAS PESSOA	
POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A PESCA ARTESANAL NOS ÚLTIMOS ANOS: GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS PARA AS MULHERES PESCADORAS E/OU TRABALHADORAS DA PESCA?	1760
SUELEN RIBEIRO DE SOUZA MARCELO CARLOS GANTOS	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESPÍRITO SANTO: A LEI 11.340/06 E O DIREITO SIMBÓLICO	1772
TEODORO, Thaís de Souza MOTÉ, Renata de Melo	
MULHER NÃO VOTA E NÃO TRABALHA: DO PAPEL DE MÃE E DONA DO LAR DAS MULHERES DO SÉCULO XIX AO DE MILITANTE DE SEUS DIREITOS	1780
Veronica Bastos	
UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DE JOJO TODYNHO NA VOGUE	1788
SÉRGIO ARRUDA DE MOURA HELIANE DO NASCIMENTO SILVA MARCIO DA SILVA	
UMA ANÁLISE SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE ENVELHECIMENTO DE MULHERES IDOSAS E SUA CORRELAÇÃO COM GRAU DE ANSIEDADE DAS MESMAS	1798
LIVIA VASCONCELOS DE ANDRADE ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE CAROLINA CRESPO ISTOE	
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DEPOIS DA LEI 11.340/2006: VISIBILIDADE OU INEFICÁCIA?	1812
RIZO, Suélen Alexandre PASCHOAL, Evelyn Ferreira Scheidegger SALAROLLI, Letícia Lourencini	

MISS GAY MATO GROSSO – ATOS PERFORMÁTICOS DE GÊNERO E MARCADORES SOCIAIS E DIFERENÇA	1821
MURYLLO RHAFEL LORENSONI JOSÉ SERAFIM BERTOLOTO	
“É A HORA DAS PATROAS”: UM OLHAR SOBRE O FEMINISMO DE TERCEIRA ONDA NO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO	1829
PATRÍCIA JERÔNIMO SOBRINHO BIANCA CORRÊA LESSA MANOEL	
A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL SOB O PRISMA DA MEMÓRIA SOCIAL	1837
RAFAEL CHAVES VASCONCELOS BARRETO FRANCISCO RAMOS DE FARIAS	
O CORPO PODADO EM “A MULHER RAMADA” DE MARINA COLASANTI: REFLEXÕES SOBRE O BIOPODER NO PATRIARCADO	1846
SIMONE CAMPOS PAULINO	
TRANSGENERIDADE: GÊNERO, IDENTIDADES DE GÊNERO E CORPOS POLÍTICOS	1855
VALESCA LIDIANE DOS SANTOS PEDRO SIMONARD	
GT: 10 - Informação, educação e tecnologias	1864
Coordenadores: Carlos Henrique Medeiros de Souza e Cleonice Puggian	
TRABALHO SEXUAL E NORMATIVIDADE DE GÊNERO: UM DESAFIO PARA O TRATAMENTO SOCIOJURÍICO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL	1865
DENIS FRANCO SILVA RAMON SILVA COSTA	
ABANDONO AFETIVO NA RELAÇÃO CONJUGAL: OS POSSÍVEIS IMPACTOS DECORRENTES DO ABANDONO NA VIDA FAMILIAR	1874
Adriano Paiva Rodrigues Teresa Cristina Ferreira de Oliveira	
HISTÓRIAS DAS MULHERES: A QUEM SERVE O AMOR ROMÂNTICO?	1891
MÁRCIA SANTANA TAVARES IVANA PATRÍCIA ALMEIDA DA SILVA	
ENCARCERAMENTO FEMININO, RACISMO INSTITUCIONAL E INTERSECCIONALIDADES	1901
LOBÉLIA FACEIRA ARINE CAÇADOR MARTINS	
“QUEM AMA NÃO MATA”: MOVIMENTO FEMINISTA NA CRIAÇÃO DA LEI DO FEMINICÍDIO NO BRASIL E BREVES REFLEXÕES SOBRE AMEAÇAS DE MORTE SOFRIDAS POR MULHERES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	1912
Brena O’Dwyer	
DISCURSOS PUNITIVOS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE MULHERES PRESAS: DAS BRUXAS ÀS TRAFICANTES	1920
Clarissa Velozo Jacobina	

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA ENQUANTO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	1928
CRISTIANE DELFINO RITA FREITAS MONIQUE CARVALHO	
A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAL E SEUS MECANISMOS DE PERMANÊNCIA	1937
José da Cruz Bispo de Miranda	
HIPERSEXUALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA: UMA HISTÓRIA SOBRE VIOLÊNCIAS, RACISMO E SEXISMO ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE	1948
OLIVEIRA, Claudilane Soares RUAS, Maria Gabriela Soares dos Santos JESUS, Fabíola Francielle de	
O SILENCIAMENTO INSTITUCIONAL DA MULHER-VÍTIMA NOS CRIMES DE ESTUPRO EM SÃO LUÍS – MA	1956
Kennya Regyna Mesquita Passos	
QUAL DEUS OLHA POR ELAS? A FALSA LAICIDADE DO ESTADO E A VIDA DA MULHER NEGRA E POBRE	1965
Letícia Sabbatini Malta Amaral da Silva Luciana Aparecida Carlos Ribeiro	
A MULHER BRASILEIRA: TENSÃO ENTRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	1975
BORGES, Luciana Pimenta FERREIRA, Maria da Luz Alves CARDOSO, Natany Lima	
O PAPEL FISCALIZATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E GARANTIA DE DIREITOS DE IDOSOS ABRIGADOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA	1984
LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE ALMEIDA ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE FERNANDA GONÇALVES FERNANDES	
MULHER, MEMÓRIA E CÁRCERE: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES PRESAS POR TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	1992
NAYARA GOMES DE OLIVEIRA ISADORA BARBOSA VARELLA LOBELIA DA SILVA FACEIRA	
REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE NITERÓI	2003
RAFAELLA MUSMANNO GONÇALVES RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS ANA BEATRIZ QUIROGA FURTADO	
TRABALHO SEXUAL E NORMATIVIDADE DE GÊNERO: UM DESAFIO PARA O TRATAMENTO SOCIOJURÍDICO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL	2012
DENIS FRANCO SILVA RAMON SILVA COSTA	

O IMPACTO DO CONTEÚDO DOS FILMES PORNOGRÁFICOS NA VIDA DAS PROFISSIONAIS QUE NELES ATUAM E A RECORRENTE VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	2021
OLIVEIRA, Stefanie Alves De	
REDE DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE NITERÓI: PENSANDO A RELAÇÃO CIDADE E UNIVERSIDADE	2030
RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS	
TAÍSA ALEXIA CAMPELO DOS SANTOS	
RAFAELLA MUSMANNO GONÇALVES	
JUSTIÇA RESTAURATIVA	2039
Flávia Leite de Lucena	
Teresa Cristina Ferreira de Oliveira	
APONTAMENTOS SOBRE A NECESSIDADE DE POSIÇÕES NÃO PATRIARCAIS DE ENFRENTAMENTO	2049
Glauber Lucas Ceara-Silva	
Rita de Cássia Santos Freitas	
OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UFF: RESULTADOS PRELIMINARES	2058
FREITAS, RITA DE CÁSSIA SANTOS	
SANTOS, TAÍSA ALEXIA CAMPELO DOS	
BASTOS, MIKAEL VIEGAS GORINI	
“AQUI JAZ A AMÉLIA”: (DES)CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL FEMININO NO MUNDO DO CRIME	2067
MARIA HELENA AMARAL MARTINS DANTAS DA CRUZ	
HERBERT TOLEDO MARTINS	
PROJETO MUITO ALÉM DO OCEANO BRASIL/PORTUGAL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÕES, POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS, NO BRASIL E EM PORTUGAL	2076
Drª NIVIA VALENÇA BARROS	
Ma. JOICE DA SILVA BRUM	
A TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA LEI 11.340/2006 – LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS	2085
NÁGILA COUTINHO GOMES PAIVA	
SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL	
REFLEXÕES ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS TRANS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL	2094
VALESCA LIDIANE DOS SANTOS	
PEDRO SIMONARD	

GT: 11 - Interdisciplinaridade, educação, inclusão social e tecnologias assistivas 2103

Coordenadores: Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis e Edicléa Mascarenhas Fernandes

A INSERÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA NO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL 2104

ANA BEATRIZ PIRES DOS SANTOS
FERMÍN ALFREDO TANG MONTANÉ
ANDREZA DE SOUZA ALMEIDA

DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS QUE VERSAM SOBRE EVASÃO ESCOLAR E NO ENSINO MÉDIO: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS 2113

CRISTIANA BARCELOS DA SILVA
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA
FERNANDA CASTRO MANHÃES

A VIGILÂNCIA DIGITAL NA REALIDADE HIPERCONECTADA: RAMIFICAÇÕES PANÓPTICAS NA CONTEMPORANEIDADE 2124

SOFIA DÉBORA LEVY
EDUARDO DA SILVA ROCHA

UM ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA ESCOLAR À LUZ DA REVISÃO DE LITERATURA 2133

EDYALA OLIVEIRA BRANDÃO VEIGA
ROBERTA DA SILVA NASCIMENTO PEREIRA
BIANKA PIRES ANDRÉ

TECNOLOGIA, REMODELAÇÃO COGNITIVA E AUTISMO: UMA ABORDAGEM NEUROPSICOPEDAGÓGICA 2142

FERNANDA RANGEL DE AZEVEDO DE PAULA
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA
MURIEL BATISTA DE OLIVEIRA

UTILIZAÇÃO DE NOVAS METODOLOGIAS DE ENSINO COMO FATOR MOTIVACIONAL PARA UMA VISÃO GERAL DO CURSO NAS DISCIPLINAS DE INTRODUÇÃO À ENGENHARIA DE UMA IES DO NOROESTE FLUMINENSE 2162

FERNANDA RANGEL DE AZEVEDO DE PAULA
MURIEL BATISTA DE OLIVEIRA
RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO

A AULA DE PORTUGUÊS NA ENGENHARIA: UMA SUGESTÃO DE ABORDAGEM ATIVA DOS MÉTODOS DE ENSINO E DE AVALIAÇÃO 2172

JOANE MARIELI PEREIRA CAETANO
ADRIENE FERREIRA DE MELLO
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

O USO DE TECNOLOGIA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DO DIREITO E A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR 2181

ALESSANDRA DALE GIACOMIN TERRA
LÍLIAN CAZORLA DO ESPÍRITO SANTO NUNES
THIAGO GUERREIRO BASTOS

ANÁLISE DAS FERRAMENTAS DIGITAIS DE INTERAÇÃO EM UM AMBIENTE VIRTUAL EAD SOB O OLHAR DISCENTE	2191
ANA PAULA SILVA ANDRADE JORGE	
ALINE MARCELINO DOS SANTOS SILVA	
BIANKA PIRES ANDRÉ	
FERMÍN ALFREDO TANG MONTANÉ	
MORTE DIGNA E O CONCEITO DE CUIDADO GLOBAL DA PESSOA ENFERMA	2203
HILDELIZA LACERDA TINOCO BOECHAT CABRAL	
ARI GONÇALVES NETO	
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA	
EMPIRIA E METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINAGEM: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO “PREVENÇÃO E DETECÇÃO DO DIABETES MELITTUS E DA HIPERTENSÃO ARTERIAL” NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE DE MEDICINA	2212
RENATA GUARÇONI BERTOLDI	
BIANCA MAGNELLI MANGIAVACCHI	
TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL	
EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA X TELETRABALHO: MUDANÇA DE PARADIGMA NO SERVIÇO PÚBLICO	2221
DAIANA ATAIDE DA SILVA	
LETÍCIA SANZ BARRETO	
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA	
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO HUMANA INTEGRAL EM TEMPOS DE LIQUIDEZ	2234
EDINA MARIA BURDZINSKI	
UM ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA ESCOLAR À LUZ DA REVISÃO DE LITERATURA	2243
EDYALA OLIVEIRA BRANDÃO VEIGA	
ROBERTA DA SILVA NASCIMENTO PEREIRA	
BIANKA PIRES ANDRÉ	
TEXTUALIDADE POÉTICA DO INSTAGRAM: RELAÇÕES ENTRE AUTORIA E LEITURA	2251
ANALICE DE OLIVEIRA MARTINS	
PENHA ÉLIDA GHIOTTO TUÃO RAMOS	
A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE MAPAS CONCEITUAIS COMO INSTRUMENTALIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO COMPLEXO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	2259
ELIZANGELA TONELLI	
ANDRE FERNANDO UEBE MANSUR	
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA	
MOBILE LEARNING: PERSPECTIVAS PARA A INOVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	2270
EZEQUIEL GONÇALVES DE PAULA	
FERMÍN ALFREDO TANG MONTANÉ	
POLIANA DA SILVA CARVALHO	
MECANISMOS DE BUSCA NA DEEP WEB	2280
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA	
FABIO MACHADO DE OLIVEIRA	

DO SILÊNCIO DA MEMÓRIA DO PASSADO À EFEMERIDADE DO DISCURSO NA CONTEMPORANEIDADE	2293
EVELYN GOYANNES DILL ORRICO FRANCISCO DANIEL DA SILVA MONTEIRO	
AS MÍDIAS DIGITAIS E A COMPOSIÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES: a necessidade da pesquisa bibliométrica nas pesquisas interdisciplinares	2302
leda Tinoco Boechat Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral Carlos Henrique Medeiros de Souza	
BENEFÍCIOS DO USO DE JOGOS ELETRÔNICOS NOS TREINOS COGNITIVOS EM IDOSOS – INTERVENÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL	2313
Vanessa Veloso da Silva Ivana Ferreira de Andrade Carlos Henrique de Souza Medeiros	
INTERDISCIPLINARIDADE, ENSINO E TECNOLOGIA POR MEIO DE MOBILE GAMES: UMA EXPERIÊNCIA HÍBRIDA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	2321
RUIS, Larissa Salarolli TAMARIZ, Annabell Del Real BATISTA, Silvia Cristina Freitas	
ESTUDO DA EFICÁCIA DO SUPORTE TECNOLÓGICO NA DINÂMICA DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS IDOSAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	2332
Heloisa Landim Gomes Márcia Regina Pacheco Soares Rosalee Santos Crespo Istoe	
RELAÇÕES DIALÓGICOS DO AMBIENTE DIGITAL: CONFLITOS ENTRE DOIS MUNDOS	2339
Jefferson Cabral Azevedo Giovane do Nascimento Carlos Henrique Medeiros de Souza ⁹	
DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEMPORÂNEO: LETRAMENTO DIGITAL COMO PRECONDIÇÃO PARA O ACESSO ÀS BIBLIOTECAS DIGITAIS	2350
JORDAN ANTONIO DE SOUZA JULIANO BATISTA DOS SANTOS LUDMILA DE LIMA BRANDÃO	
EDUCAÇÃO POPULAR E O CENTRO DE TRABALHO E CULTURA DE RECIFE (CTC): O USO DA METODOLOGIA DA PERGUNTA COMO PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE.	2360
GERSON TAVARES DO CARMO JORGE LUIZ CLEMENTE GOMES	
TEXTOS MULTIMODAIS E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NO ENSINO DE INGLÊS	2369
JOYCE VIEIRA FETTERMANN ANNABELL DEL REAL TAMARIZ	

NOVAS PERSPECTIVAS DE ABORDAGENS PAUTADAS NAS CONCEPÇÕES DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE INGLÊS TÉCNICO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DE MEDICINA	2380
LAÍS TEIXEIRA LIMA NOME DO AUTOR	
CURSO ESP: COMPONENTE ESSENCIAL DA FORMAÇÃO ACADÊMICA NO MUNDO GLOBALIZADO	2391
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA DOMINGOS CAXINGUE GONGA LEILA MARIA TINOCO BOECHAT RIBEIRO	
ANÁLISE DO POTENCIAL MEDIADOR DO SOFTWARE POWTOON NA APRENDIZAGEM: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	2400
LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA ROSIVAR MARRA LEITE SANCHES	
MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O ADULTO MADURO	2409
MÔNICA CAMPOS SANTOS MENDES ANGELO SANTOS SIQUEIRA	
TEXTO E IMAGEM: O PRIMEIRO PASSO DO IMPEACHMENT VISTO PELA ÓTICA DO DISCURSO	2417
MOZARTH DIAS DE ALMEIDA MIRANDA SERGIO ARRUDA DE MOURA	
MERCADO, ISONOMIA E OBSTÁCULOS: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS	2427
Neuza Maria de Siqueira Nunes Maria Margarete Salvate Brasil; Thatiany Nascimento Priscila Laurindo dos Santos	
CARREIRAS PROFISSIONAIS: DESAFIOS DOS EDUCADORES E ORIENTADORES VOCACIONAIS FRENTE AS NOVAS TENDÊNCIAS ORIUNDAS DA EMERGENTE ERA DIGITAL TECNOLÓGICA	2436
SOUZA, CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE DUTRA, NATHALIA TOLEDO BARRETO LUNA, POLIANA CAMPOS CÔRTEZ	
IMPLANTAÇÃO DO SISU: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E MIGRAÇÃO ESTUDANTIL.	2445
RENATO CONRADO LOPES RENATO CASTRO MARTINS EUNICE MARIA NAZARETHE NONATO	
LONGFORM: CONTRADIÇÃO OU REFLEXO DE UMA NOVA LITERACIA DIGITAL?: UM ESTUDO DE CASO DE UMA SÉRIE DE O GLOBO.	2455
TAMARA DE SOUZA CAMPOS	
IMPACTOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA PELO BANCO MUNDIAL	2465
THAÍS MARTINS SILVA JÚLIA MARQUES FERNANDES	

EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	2474
VÂNIA MÁRCIA SILVA DO CARMO FERNANDA SANTOS CURCIO TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL	
O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E O ÊXITO ESCOLAR: REFLEXÕES A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM	2483
VERA LUCIA DEPS GISELE PESSIN GLÁUCIO ROBERTO BERNARDO DE CARA	
A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 2016	2493
Letícia Sanz Barreto Shirlena Campos de Souza Amaral	
IDEIAS E PENSAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA SEGUINDO O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DISCIPLINAR	2504
MIRIAM DE SOUZA OLIVEIRA MACHADO ADÍLIO JORGE MARQUES	
METODOLOGIA TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS: UMA EXPERIÊNCIA NO CURSO NORMAL	2513
ROSIVAR MARRA LEITE SANCHES LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA	
O IMPACTO DAS TICs NAS RELAÇÕES FAMILIARES: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOEDUCAÇÃO NO EXCESSO DE USO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS	2523
SIMONE FERNANDES DE LIMA FIORAVANTI Dr. CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA GUSTAVO SANTOS CRESPO	
A GESTÃO DA INOVAÇÃO EM STARTUPS DA INCUBADORA RIO CRIATIVO	2532
TATIANA DOS SANTOS MARCELINO DO NASCIMENTO	
A GESTÃO DA INOVAÇÃO EM STARTUPS DA INCUBADORA RIO CRIATIVO	2541
TATIANA DOS SANTOS MARCELINO DO NASCIMENTO MARCOS ANDRÉ RODRIGUES DE CARVALHO	
UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL NA TERCEIRA IDADE COM REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA	2552
ALMEIDA, Fernando Xavier de MONTANÉ, Fermín Alfredo Tang	
BENEFÍCIOS DO USO DE JOGOS ELETRÔNICOS NOS TREINOS COGNITIVOS EM IDOSOS – INTERVENÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL	2561
Vanessa Veloso da Silva Ivana Ferreira de Andrade Carlos Henrique de Souza Medeiros	

GT: 12 - Língua e discurso: aproximações interdisciplinares	2570
Coordenadores: Eliana Crispim França Luguetti e Ana Lucia Lima da Costa	
MEMÓRIA E IDEOLOGIA EM HANNAH ARENDT	2571
André Luis de Souza Alvarenga	
ENTRE A INAPARÊNCIA E O JOGO: MEMÓRIA, HISTÓRIA, LEITURA	2579
BRUNA CAROLINA DOMINGUES DOS SANTOS CARVALHO	
GÊNERO, FEMINISMO E SERVIÇO SOCIAL – RESGATANDO A MEMÓRIA DE UMA HISTÓRIA DE MULHERES	2587
CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA	
ANA LOLE	
RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS	
MEMÓRIA E DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MULHER NA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA (CAMPOS - RJ, 1922-1970): MULHERES ENTRE O LAR E O OFÍCIO	2597
DANIELA GONÇALVES DA SILVA	
OS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS NA ORDEM DO SABER MÉDICO E SEUS REFLEXOS NO CAMPO JURÍDICO	2606
EVELIN M.C.DAN	
REFLEXÕES SOBRE AS NARRATIVAS DA IMIGRAÇÃO LIBANESA NO BRASIL	2614
ALEXANDRE DE OLIVEIRA GAMA	
NEM PÃO NEM PERDÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA PROFANA NA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2622
CAROLINA WEILER THIBES	
WILSON MADEIRA FILHO	
REIVINDICAR PARA SUBVERTER: AS (DES/RE)CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS EVOCADAS PELO TERMO ATINGIDO NO CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, MARIANA/MG	2632
MEMORIA E (DES) PREPARO INSTITUCIONAL: DILEMAS E SABERES NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA	2641
Marco Aurélio Machado de Oliveira	
Fábio Machado da Silva	
Davi Lopes Campos	
DESEJO E CIDADE: DO EXCESSO DE REGULAMENTAÇÃO À PERDA DE SENTIDO	2657
Felipe Dias Ramos Loureiro	
INFÂNCIAS INTERROMPIDAS: AS CRIANÇAS DO HOLOCAUSTO, 1933-1945	2666
FERNANDA CAPRI RAPOSO	
PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA IMPORTÂNCIA NA IDENTIDADE E MEMÓRIAS INDIVIDUAL E COLETIVA	2676
Fortuna, Daniele Ribeiro	
Lima, Jacqueline de Cássia Pinheiro	
Pereira, Fernanda de Fátima Fernandes	
ENTRE DISCURSOS E NARRATIVAS: A MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2686
LEANDRO BOECHAT	

A ESCRITA, A LEITURA E A PERFORMANCE: RASTROS DE MEMÓRIAS	2695
Ocinei Trindade de Oliveira	
VISLUMBRANDO ESTRELAS: ESTUDO SOBRE TRADIÇÃO ORAL E MEMÓRIA NA ORDEM DE PENITENTES IRMÃOS DA CRUZ DE BARBALHA	2705
DAVID DE LIMA DAMASCENO	
ANTONIO WELLINGTON DE OLIVEIRA JUNIOR	
VARIAÇÕES INUSITADAS: O UNIVERSO DA ARTISTA PLÁSTICA VITÓRIA BASAIA. UMA CARIOCA, AGORA CUIABANA	2715
JOSÉ SERAFIM BERTOLOTO	
JULIANO BATISTA DOS SANTOS	
ALYNE RAMOS DE CAMPOS DOS SANTOS	
A ARTE CONTRA AS METANARRATIVAS	2727
Gabriel Pereira Faria	
Juliano Batista dos Santos	
Ludmila Brandão	
CIDADES ESQUECIDAS: COMPONENTES, ESQUECIMENTOS, APAGAMENTOS E REMEMORAÇÕES	2735
Heidi Ferreira da Costa	
EXPERIÊNCIAS DE INFLEXÕES METÓDICAS NA PESQUISA SOBRE OS BLOCOS DE ENREDO DO CARNAVAL CARIOCA	2744
JÚLIO CÉSAR VALENTE FERREIRA	
ARTE E MEMÓRIA NA AÇÃO CULTURAL DE COLETIVOS TERESINENSES	2754
KARY EMANUELLE REIS COIMBRA	
MASCULINIDADES NEGRAS E FEMINILIDADES NEGRAS NA OBRA “ELA QUER TUDO” DE SPIKE LEE	2764
KÁSSIUS KENNEDY CLEMENTE BATISTA	
MEMÓRIA EM SONORIDADES DO SERTÃO ALAGOANO	2773
WALCLER DE LIMA MENDES JUNIOR	
NOME DO AUTOR	
LORENNAS NASCIMENTO MONTEIRO	
BEIRA RIO, BEIRA VIDA: A LITERATURA DE BEIRA E ABISMO DE ASSIS BRASIL	2782
Luiz Antonio Ribeiro	
MEMÓRIAS FERROVIÁRIAS E DITADURA CIVIL MILITAR: IDENTIDADE DE CLASSE, PODER E ESQUECIMENTO EM MACAÉ	2790
MEYNARDO ROCHA DE CARVALHO	
DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM CASOS DE LINCHAMENTO ESCORADO PELO IMAGINÁRIO DE UM INIMIGO SOCIAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA	2813
PAOLLA DE SOUZA THOMAZ	
OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E A SUA ARTICULAÇÃO COM A ‘REPRESENTAÇÃO’ DE MEMÓRIA(S)	2821
THAYANE VICENTE VAM DE BERG	
LEILA BEATRIZ RIBEIRO	

OS RELATOS DE SI DA POPULAÇÃO DE RUA NO JORNAL “BOCA DE RUA”: UMA OUTRA CIDADE, A CIDADE DO OUTRO	2831
ARTHUR WALBER VIANA	
VALDIR JOSE MORIGI	
MEMÓRIA E DISCURSO EM PEÇAS PUBLICITÁRIAS: UM ESTUDO DE CASO	2840
KIZZI HELENA DE CASTRO DE LUCENA FERNANDES	
LEILA BEATRIZ RIBEIRO	
MEMÓRIAS E CONTRA-MEMÓRIAS DO CÁRCERE: UMA PERSPECTIVA ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO COM EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL	2850
Paula Jardim Duarte	
O CÍRCULO E A ESPIRAL: MEMÓRIAS ENTRE MIKLÓS JANCÓS E BÉLA TARR	2858
VANESSA ROCHA DE SOUZA	
DA NARRATIVIDADE À TEXTUALIDADE: DESIDENTIFICAÇÕES E REESCRITAS DA HISTÓRIA, OS GESTOS DE MARIA GABRIELA LLANSOL	2867
Pedro Henrique Paixão	
ESPAÇO, VIDA, PROGRESSO E RETROCESSO: VIOLÊNCIAS E ESTÉTICAS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2875
JOÃO VITOR SCHMUTZLER ABRAHÃO	
FRANCISCO RAMOS DE FARIAS	
A EXTINÇÃO DE UMA NARRATIVA? LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO NO INSTAGRAM	2884
MARINA LEITÃO DAMIN	
VERA DODEBEI	
O SAIR REVOLUCIONÁRIO: UMA HISTÓRIA DAS PIONEIRAS DO SERVIÇO SOCIAL FLUMINENSE	2893
MONIQUE DE SOUZA CARVALHO	
RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS	
A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA	2902
NADINE BORGES	
WILSON MADEIRA FILHO	
ANA MOTTA RIBEIRO	
MEMÓRIAS, NARRATIVAS E O OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS EM ANÁLISE: OS RELATOS DAS PRÁTICAS IMATERIAIS CULTURAIS VERSUS A PREDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2910
TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL	
ESQUECIMENTO, LEMBRANÇA, FOTOGRAFIA, TRADIÇÃO, MORTE E VIDA: CAMINHOS DE MEMÓRIA E TRAMAS DO AFETO NO FILME VIVA: A VIDA É UMA FESTA	2920
KELLY CASTELO BRANCO DA SILVA MELO	
LEILA BEATRIZ RIBEIRO	
MEMÓRIA E ESTÉTICA: O USO DE UM JORNALISMO SENSÍVEL NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL PELA REVISTA REALIDADE	2928
VICTOR ROCHA	

GT: 13 - Políticas educacionais e formação docente na atual conjuntura **2937**

Coordenadores: André Augusto Pereira Brandão, Tula Maria Rocha Morais, Maria Adelia Costa e Sidimara Cristina de Souza

A (RE)CONSTRUÇÃO JURÍDICO SOCIAL NUMA SOCIEDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO NO ESTADO DE ALAGOAS **2938**

ARISTÓTELES SALES DA SILVA NETO

BRENNA PACHECO

PEDRO SIMONARD

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO BULLYING EM AMBIENTE ESCOLAR **2947**

CARLA PRISCILLA BARBOSA SANTOS CORDEIRO

ELENIRA LIMA POMPE PERRELLI TEIXEIRA

CONTRADIÇÕES NA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS NA AMBIENTAÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS AO CONVÍVIO SOCIAL **2956**

Francisco Ramos de Farias

DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUIDADO A PESSOAS IDOSAS COM ALGUMA DEPENDÊNCIA CUJA REDE FAMILIAR É INSUFICIENTE **2964**

ADRIANA CRISTINA GATTI

MARTA FUENTES-ROJAS

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: ALGUMAS REFLEXÕES **2973**

DANIEL LEVY DE ALVARENGA

BREVES REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE POBREZA **2983**

MARIA ISABEL GONÇALVES BEZERRA

MARIA GABRIELA SOARES DOS SANTOS RUAS

CLAUDILANE SOARES OLIVEIRA

ALINE MENDES SOBRINHO

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES **2991**

JANIKELLE BESSA OLIVEIRA

VALE CULTURA: UMA POLÍTICA CULTURAL PARA INCLUSÃO DOS TRABALHADORES. ESTUDO DO RIO GRANDE DO SUL. **3001**

BEM, JUDITE SANSON DE

WAISMANN, MOISÉS

ARAUJO, MARGARETE PANERAI

POLÍTICA DE MEMÓRIA OU CONCESSÃO DE MEMÓRIA? UM BREVE ESTUDO DE CASO SOBRE A COORDENAÇÃO DE DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO **3011**

Layana Peres de Castro

THINK-TANKS EM AÇÃO: A DIFUSÃO DO IDEÁRIO DE GESTÃO POR RESULTADOS NAS UNIDADES SUBNACIONAIS BRASILEIRAS PELO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO (2007-2013) **3020**

Lorena Madruga Monteiro

APLICATIVOS E GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E CONSIDERAÇÕES	3030
MÍRIAM LÚCIA BARBOSA SÉRGIO FERREIRA DO AMARAL	
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL	3040
MÍRIAM LÚCIA BARBOSA ELAYNE DE MOURA BRAGA	
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: UM LEVANTAMENTO SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS	3049
ALVES, Rafael de Oliveira MAURER, Michele Silva	
O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UENF NA FORMAÇÃO DE COTISTAS DA GRADUAÇÃO	3057
Shirlena Campos de Souza Amaral Rafaela Nogueira do Nascimento	
A INTERFACE ENTRE POBREZA E A MULHER: UM OLHAR SOBRE A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO CONTEXTO BRASILEIRO	3066
THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA	
A MUDANÇA NA ABORDAGEM DO CÂNCER: ANALISANDO A POLÍTICA PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER	3076
MÔNICA DE CASTRO MAIA SENNA THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA	
AVALIAÇÃO DAS FORMAS DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	3086
THAYNARA MOREIRA BOTELHO RODRIGO DA COSTA CAETANO	
ECONOMIA DOS BENS CULTURAIS NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA CRIATIVA DO AUDIOVISUAL	3095
ARAUJO, MARGARETE PANERAI. BEM, JUDITE SANSON DE. WAISMANN, MOISÉS.	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO HABITACIONAL: UMA ANÁLISE DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ALUGUEL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS/RJ.	3106
MIRELLY BRITO M. DE SOUZA TERESA DE JESUS PEIXOTO	
CASA DA FAMÍLIA: NOVA POLÍTICA PÚBLICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO NO ÂMBITO FAMILIAR	3115
Pahola Gyselle Carvalho Silva	
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UM DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	3125
SARAH GONÇALVES RIBEIRO MARLON GOMES NEY JULIANA THIMÓTEO NAZARENO MENDES	

ENTRE O AVANÇO E O RETROCESSO: O ATIVISMO JUDICIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E O EFEITO BACKLASH	3134
SILVIA CAMPOS PAULINO	
MULHERES IGUAÇUANAS: ENTRE A REPETIÇÃO E A CRIAÇÃO	3144
SILVA, VANESSA FERREIRA GOMES	
ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS ACERCA DO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA LAPA CARIOCA: O CONFRONTO ENTRE OS INTERESSES DE APARATOS ESTATAIS E A CIDADANIA	3153
Vitória Ramos Rigotti	
Vinícius Ramos Rigotti	
GT: 14 - Formação de professores (as) e interdisciplinaridade	3161
Coordenadores: Denise Rosana da Silva Moraes e Tamara Cardoso André	
SER MAIS: UM DESAFIO NO FORMATO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	3162
ADRIANA DE SOUSA LIMA	
FERNANDO JOSÉ MARTINS	
JANAINA APARECIDA DE MATTOS ALMEIDA	
De “Entre Amigos” a la “Federación LGBTI”: 25 años del movimiento de disidencia sexual y de género en El Salvador	3171
AMARAL AREVÁLO	
RESISTÊNCIA EM POLÍTICA EDUCACIONAL: AS OCUPAÇÕES DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3180
DELGADO, Gabriela de Oliveira	
NASCIMENTO, Giovane do	
SILVA, Renata Maldonado da	
O MODELO SINDICAL BRASILEIRO: UM OLHAR HISTÓRICO E JURÍDICO	3190
ANGELA BAPTISTA BALLIANA KOCK	
ALOÍSIO KROHLING	
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E AS PERSPECTIVAS DE LUTA PÓS-GOLPE 2016	3199
ROSE MÁRCIA DA SILVA	
O MOVIMENTO NEGRO CONECTADO ÀS REDES SOCIAIS: O FACEBOOK COMO APARATO DE DISCUSSÃO SÓCIO-POLÍTICA	3208
SIDIMARA CRISTINA DE SOUZA	
JOÃO BÔSCO HORA GÓIS	
GT: 15 - Memória, narrativas e discursos	3216
Coordenadores: Diana de Souza Pinto e Cleuza Maria Gomes Graebin	
USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E O MUNDO MIDIATIZADO NO COTIDIANO ESCOLAR	3217
JANICE MORAIS DE MENDONÇA	
WALCÉA BARRETO ALVES	

TRANSVERSALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE AO ALCANÇE DAS MÃOS: A REPRESENTAÇÃO DA CUIABANIDADE EM NARRATIVAS DO WHATSAPP	3227
ALINE WENDPAP NUNES DE SIQUEIRA ISABEL TERESA CRISTINA TAUKANE ANA ELIZA LUCIALDO PEIXOTO	
O PAPEL DO ALUNO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E OS PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO	3236
Camila Cabral de Castro	
JORNALISMO COM PLATEIA: RADICALIZAÇÃO DA ANALÍTICA E FORTALECIMENTO DE LAÇOS SOCIAIS	3248
CARLOS ALBERTO ZANOTTI	
DAS RUAS ÀS BANCAS: MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DO JORNALISMO SOBRE AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016 NAS UNIVERSIDADES CEARENSES	3257
DANIEL PAIVA DE MACÊDO JÚNIOR MÁRCIA VIDAL NUNES	
A INOVAÇÃO NO JORNALISMO: UM ESTUDO DE CASO DA UTILIZAÇÃO DO INSTAGRAM PELO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	3268
CYNTIA BELGINI ANDRETTA FELIPE GUSTAVO BETTARELLO	
AGORA QUE EU SEI: REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO DE JOVENS VIVENDO COM HIV	3280
FRAGA, Thiago	
ESPACIALIDADE E MEDIAÇÕES NO CINECLUBE UFT EM ARAGUAÍNA-TO: UMA ANÁLISE DO PERFIL DE FREQUENTAÇÃO E DISPOSIÇÃO CINEMATOGRAFICA NO AMBIENTE ACADÊMICO	3290
DESIDÉRIO, Plábio Marcos Martins BARROS, Cristiano Alves Barros	
AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO DIFUNDIDAS PELO JORNAL O GLOBO E PELO DOSSIÊ MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	3300
IGOR LACERDA	
ETNOSABERES E PINTURA CORPORAL NO CIBERESPAÇO	3308
ISABEL TERESA CRISTINA TAUKANE LUDMILA DE LIMA BRANDÃO ALINE WENDPAP NUNES DE SIQUEIRA	
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA IGREJA CATÓLICA COMO DEFENSORA DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, ATRAVÉS DO INSTAGRAM DO PAPA FRANCISCO	3318
LETICIA MOREIRA	
OS EFEITOS SOCIAIS PROVOCADOS PELAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO SOB A ÓTICA DO SERIADO BLACK MIRROR	3328
LUAN GLEYSSON MACEDO DE SÁ BELO GUIBSON DELGADO DANTAS	

CONCEPÇÕES IMAGÉTICAS SOBRE A AMÉRICA LATINA EM NÉSTOR CANCLINI E DARCY RIBEIRO	3339
LUCAS TIBO SARAIVA	
MARIA JOÃO ALVES RIBEIRO	
MARTA RIBEIRO GRAVE	
O MANGUEBEAT COMO MOVIMENTO CULTURAL DE OPOSIÇÃO AO DESCASO DO ESTADO FORA DO EIXO RIO-SÃO PAULO	3348
ÉDER DE SOUZA BEIRÃO	
LUIZ FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS	
LUANA PATRÍCIA BARROSO RODRIGUES	
NET-ATIVISMO E MEMÓRIAS ATÓPICAS NA RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA DE ESTADO	3358
MARCELLO RIELLA BENITES	
CARLOS HENRIQUE S. MEDEIROS	
SÉRGIO ARRUDA DE MOURA	
O QUE SÃO COLETIVOS DE CULTURA NEGRA? UMA ANÁLISE SOBRE SUAS “IDENTIDADES CULTURAIS” E “AÇÃO COLETIVA” NA CONSTRUÇÃO DE UM DEBATE POLÍTICO	3376
RAQUEL TERTO REGO	
AS MULHERES TENTANTES E SUAS VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS NO YOUTUBE	3387
MARTA FUENTES-ROJAS	
RAFAEL BRITO DIAS	
ROBERTA ESPOTE	
NUNCA HOUVE CIBORGUES: CORPOS HÍBRIDOS NO CINEMA DE FICÇÃO CIENTÍFICA CONTEMPORÂNEO	3395
Fabio Camarneiro	
Patricia Guidoni	
“APESAR DA CRISE”, UM RETRATO DOS EMPREENDEDORES DURANTE A RECESSÃO ECONÔMICA	3403
Robson Sales de Azevedo Junior	
GRUPOS JUVENIS: ESPAÇOS DE IDENTIDADE	3411
MAURER, Michele Silva	
ALVES, Rafael de Oliveira	
MOVIMENTOS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES	3420
MONIQUE RODRIGUES LOPES	
NAIRA COELHO	3420
GT: 16 - Memória e patrimônio	3429
Coordenador: Pedro Simonard	
OS PRONTUÁRIOS FALAM: SOBRE OS DISCURSOS PSIQUIÁTRICOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ISOLAMENTO	3430
ANA CAROLINA WELTER	
JAVIER LADRÓN DE GUEVARA MARZAL	
SANDRA CAPONI	

CUIDADO DO CICLO SONO-VIGÍLIA NA POPULAÇÃO IDOSA: ANÁLISE DE UMA INTERVENÇÃO EDUCATIVA A PARTIR DO MODELO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	3440
DIANA PAOLA GUTIERREZ DIAZ DE AZEVEDO	
ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE	
FERNANDA CASTRO MANHÃES	
IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA NO SUS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MEMÓRIAS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE SAÚDE	3451
LARA SILVA LARANJA	
MAGDA DE LIMA LÚCIO	
SAÚDE COLETIVA E TUBERCULOSE: DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE	3462
LUISY SOARES MELCHIADES	
JOSEANE DE SOUZA	
A DANÇA E A MÚSICA NA MANIFESTAÇÃO POPULAR DO NORTE FLUMINENSE: MANA-CHICA DO CABOIO	3471
PRISCILLA GONÇALVES DE AZEVEDO	
GIOVANE DO NASCIMENTO	
MANIPULAÇÃO GENÉTICA DE EMBRIÕES: UMA ANÁLISE FILOSÓFICO-JURÍDICA À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	3479
RAQUEL VEGGI MOREIRA	
VERUSCA MOSS SIMÕES DOS REIS	
HILDELIZA LACERDA TINOCO BOECHAT CABRAL	
ARI GONÇALES NETO	
A (DES)ASSISTÊNCIA DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PENAL: VESTÍGIOS E MEMÓRIAS	3489
VALÉRIA BERNINI PERON	
FRANCISCO RAMOS DE FARIAS	
GLÁUCIA REGINA VIANNA	
MECANISMOS E FERRAMENTAS DA ÁREA DA SAÚDE NO PROCESSO DE AUMENTO DA LONGEVIDADE NA POPULAÇÃO IDOSA	3496
ERIKA COSTA BARRETO	
GUSTAVO SANTOS CRESPO	
ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE	
SAÚDE PÚBLICA, POLÍTICA E GESTÃO NO TERCEIRO NÍVEL DA SAÚDE: O CASO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	3505
Warlen José Sartório Rezende	
RODRIGO DA COSTA CAETANO	
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS PESQUEIRAS EM SÃO JOÃO DA BARRA - A FESTA DE NOSSA SENHORA DA PENHA	3513
JHONATAN MARTINS	
GIOVANE DO NASCIMENTO	

GT: 17 - Memórias imateriais: literaturas, artes, políticas 3522

Coordenadores: Manoel Ricardo de Lima e Edson Luiz André de Sousa

O TRATAMENTO TEÓRICO EM PESQUISAS QUE SE RELACIONAM COM O YOUTUBE 3523

ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR

ROBERTA ESPOTE

BRUNO CARLOS HAYATA

A MÍDIA COMO ARTEFATO CULTURAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A DOCÊNCIA:

INVESTIGAÇÕES INICIAIS 3533

Denise Rosana da Silva Moraes

Luciane Cristina Silva

ESCOLA, SOCIEDADE, TECNOLOGIAS DIGITAIS E MÍDIAS: AS REPRESENTAÇÕES DO ALUNO

EM PERSPECTIVA 3542

WALCÉA BARRETO ALVES

JANICE MORAIS DE MENDONÇA

LUCAS LIMA COARACY

SILÊNCIO E DIZER NO HOMEM COMUM: A RESISTÊNCIA EM REPORTAGENS DE JOEL

SILVEIRA PARA DIRETRIZES DURANTE A DITADURA VARGUISTA 3550

LUIZA GOULD

O PENSAMENTO DE MICHEL SERRES SOBRE A EDUCAÇÃO MULTIDISCIPLINAR:

REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL 3558

MIRIAM DE SOUZA OLIVEIRA MACHADO

ADÍLIO JORGE MARQUES

CONEXÕES E INTERCONEXÕES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

COMO INSTRUMENTO DE CRITICIDADE CIENTÍFICA: A REFLEXÃO DEMOCRÁTICA SOBRE A

DESIGUALDADE NO CURSO DE DIREITO 3566

NEUZA MARIA DE SIQUEIRA NUNES

MARIA MARGARETE SALVATE BRASIL

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

GT: 18 - Educação, memória e história 3575

Coordenadores: Francisco Ramos de Farias, Sílvia Alicia Martínez e Leandro Garcia Pinho

RITMOS DE VIDA E AMBIENTE- UM ESTUDO A PARTIR DA MICROBACIA DO ARICURÁ, PARÁ, BRASIL 3576

ANA JULIA MOURÃO SALHEB DO AMARAL

PAULO FERNANDO DA SILVA MARTINS

SONIA MARIA MAGALHÃES SANTOS

A CONFIGURAÇÃO DA MATA DE SANTA GENEBRA: AS INTERFERÊNCIAS DA CONCEPÇÃO DA

SOCIEDADE DE RISCO E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL 3586

ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR

DAIANE MARDEGAN

ESTUDANTES QUILOMBOLAS: ENTRE A COMUNIDADE DO ITACURUÇÁ-ABAETETUBA-PA E A CIDADE DE BELÉM 3596

DENISE MACHADO CARDOSO

ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL

VALDINEI GOMES E GOMES

A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE: DICOTOMIA OU UMA CONTINUIDADE?	3605
GERLANE DA SILVA FERREIRA	
ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL	
MARILIA DOS SANTOS FERNANDES	
VALDINEI GOMES E GOMES	
O PROCESSO MIGRATÓRIO VIVIDO POR MULHERES NORTE-MINEIRAS	3614
CARLA NADINNE SOUZA	
ANDRÉA MARIA NARCISO ROCHA DE PAULA	
MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES	
CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SOBREPOSIÇÃO TERRITORIAL: ANÁLISE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	3623
CAROLINA SILVA FREIXO	
ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA	
O USO DE INDICADORES DE VIOLÊNCIA CRIMINAL PARA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE ARAPIRACA/AL.	3632
LEANDRO ANTONIO DE OLIVEIRA	
JULIETE DOS SANTOS	
JOSÉ LIDEMBERG DE SOUSA LOPES	
MIGRAÇÕES RURAIS: DINÂMICAS ENTRE O RURAL E O URBANO	3642
JAQUELINE DA SILVA TEIXEIRA	
ANDRÉA MARIA NARCISO ROCHA DE PAULA	
UMA APLICAÇÃO DO CONCEITO RAWLSIANO DE RESPEITO PRÓPRIO AO CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS DA BACIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	3650
Julio Esteves	
QUESTÃO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO, CONTENÇÃO, EXPULSÃO E RE-EXISTÊNCIA SOCIAL DOS CHIQUITANOS DA FRONTEIRA MT-BOLÍVIA E SUA SOBREVIVÊNCIA NAS PERIFERIAS DAS CIDADES	3657
Luci Helena Silva Martins	
A RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL EM TORNO DO CONCEITO DE ETNOJORNALISMO NO COTIDIANO	3666
Letycia Gomes NASCIMENTO	
REFUGIADOS: BRASIL, UM PAÍS DE TODOS?	3675
MARCHINI, Ana Clara Sant'Anna	
MARQUES, Igor Fraga	
TEMPORIM, Maurene Almeida	
CORPO CARACOL, CORPO SUPORTE E CORPO DISSOLVENTE: AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS CORPOS DOS MORADORES DE RUA EM CUIABÁ. UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO CENTRO NORTE DA CAPITAL	3684
JULIANO BATISTA DOS SANTOS	
ALYNE RAMOS DE CAMPOS DOS SANTOS	
JOSÉ SERAFIM BERTOLOTO	
VULNERABILIDADE, ESPAÇO URBANO E SEGURANÇA PÚBLICA	3695
THIAGO DEFANTI WERNECK CUNHA	

O SABER CAMPONÊS: RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA, TEMPO DA NATUREZA E MODERNIZAÇÃO	3704
TIAGO EVANDRO PINTO SANDRA FRANCISCA BEZERRA GEMMA EDUARDO MARANDOLA JR.	
CRENÇA E DISPUTA: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTOS EM CONTEXTO CAPITALISTA	3713
GREICIELE SOARES DA SILVA QUEITE MARRONE SOARES DA SILVA RÔMULO SOARES BARBOSA	
IDENTIDADE QUILOMBOLA: A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA DOS NATIVOS DO ARAPUIM NO NORTE DE MINAS GERAIS	3720
GREICIELE SOARES DA SILVA RÔMULO SOARES BARBOSA	
AGENDAS DE “DESENVOLVIMENTO RURAL” EM TERESINA - PI: QUAL O LUGAR DOS RISCOS E VULNERABILIDADES DE POVOS RURAIS?	3730
LÍSIAN PRISCILLA OLIVEIRA SOUSA NASCIMENTO MARIA DIONE CARVALHO DE MORAES	
A MULTIESCALARIDADE E O THE NEW MOBILITIES PARADIGM: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA	3739
JOSÉ DIEGO GOBBO ALVES ÁLVARO DE OLIVEIRA D’ANTONA	
O PERFIL DOS AGRICULTORES DE BEIRA DE ESTRADA DO SUL DA BAHIA	3751
HERBERT TOLEDO MARTINS DHANYANE ALVES CASTRO	
MEMÓRIA E DIVERSIDADE SOB O PRISMA DAS TERRITORIALIDADES HOMOAFETIVAS DO RIO DE JANEIRO	3761
RAFAEL CHAVES VASCONCELOS BARRETO	
O CORPO REVOLTADO NOS METRÔS E TRENS SUPERLOTADOS DE SÃO PAULO	3771
LEONARDO TORRES	

GT: 20 - Comunicação, arte e cidade 3784

Coordenadores: Gláucia Maria Costa Trinchão e Maria Thereza de Oliveira Azevedo

DISPUTA JUDICIAL E DIREITO AOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: O STF E A ADI Nº 3239/2004	3785
Amanda Lacerda JORGE	
AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: RESERVA DE VAGAS PARA QUILOMBOLAS	3794
DENISE MACHADO CARDOSO ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL VALDINEI GOMES E GOMES	

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS A PARTIR DE UMA ABORDAGEM DE POLICY DISMANTLING (2014-2018)	3805
Fernanda Santa Roza Ayala Martins	
Marcelo Artur Rauber	
A POLÍTICA DE COTAS NA UENF NOS ÚLTIMOS 10 ANOS: O CASO DOS CURSOS DE ENGENHARIA	3816
Amanda Leal Castelo Branco	
Shirlena Campos de Souza Amaral	
A IDEIA DE IMPUNIDADE GENERALIZADA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS	3826
Xavier, Elton Dias.	
Viana, Gilmar Araújo.	
AS RELAÇÕES ENTRE O SUAS E O SISTEMA DE JUSTIÇA: O CONFLITO DE COMPETÊNCIAS DAS REQUISIÇÕES AOS ASSISTENTES SOCIAIS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3835
Jackeline da Silva Moura	
O DISCURSO DA MERITOCRACIA E A POLÍTICA DE COTAS	3844
João Lucas Gomes Oliveira	
Patrícia Morais Lima	
CONTRIBUIÇÕES DA ETNOGRAFIA NA PESQUISA DO SERVIÇO SOCIAL - UMA PROPOSTA DE PERCURSO METODOLÓGICO	3852
Josélia Ferreira dos Reis	
A POLÍTICA DE COTAS NA UENF E A QUESTÃO DA EVASÃO APÓS O ENEM/SISU: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DOS ESTUDANTES	3861
Letícia Sanz Barreto	
Shirlena Campos de Souza Amaral	
ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO SISTEMA CARCERÁRIO NACIONAL A LUZ DO INCISO III DO ARTIGO 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.	3872
RIBEIRO, Marceley Paulino	
SILVA, Tatiana Mareto	
“BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO”: AS INCOERÊNCIAS DO DISCURSO DE ÓDIO	3881
RAVENA DE SOUZA ZANON DELLATORRE	
PRECONCEITO ÉTNICO RACIAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A CAMUFLAGEM DO PRECONCEITO NO BRASIL E AS IMBRICAÇÕES OCORRIDAS NO SISTEMA JUDICIÁRIO FACE ÀS SEQUELAS DA COLONIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA CONTEMPORANEIDADE	3889
BRENDA ALYNE ALVES NOGUEIRA	
SCARLET GOMES PRATES	
THAINARA SOARES VELOSO	
ORÇAMENTO PÚBLICO SUSTENTÁVEL	3897
GILDO RODRIGUES DA SILVA	
AS CONSEQUÊNCIAS DA ASSIMILAÇÃO DA CULTURA PRISIONAL NA ESPECIALIZAÇÃO DA PESSOA PRESA NO ÂMBITO DO CRIME	3910
Profª Dra Maria de Fátima Scaffo	
Profº Dr Francisco Ramos de Farias	

A IMPUNIDADE DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA MÍDIA: ANÁLISE DO CASO JAIME GOLD EM O GLOBO	3917
MAITE NORA BLANCQUAERT MENDES DIAS	
CONFLITOS NAS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	3926
MARCELO BARBOSA SANTOS	
A ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR ENQUANTO INSTRUMENTO DE PROTAGONISMO DE GRUPOS VULNERÁVEIS	3937
GEOVANA SANTANA SILVA	
TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL	
GT: 21 - Direito Constitucional Latino Americano e Cidadania	3946
Coordenadores: Gláucia Maria Costa Trinchão e Maria Thereza de Oliveira Azevedo	
O NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO, NO TRABALHO E NA FORMAÇÃO DE NOVAS CONDUTAS	3947
PATRÍCIA KOZUCHOVSKI DARÉ	
ANA CAROLINA WELTER	
SANDRA CAPONI	
O PAPEL DAS INCUBADORAS COMO AGENTES INTERMEDIADORAS NA HÉLICE TRÍPLICE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TEC CAMPOS	3956
Fernando Antônio dos Santos Lopes	
ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA REFORMA TRABALHISTA: FLEXIBILIZAÇÃO E DESDOBRAMENTOS SOCIOECONÔMICOS DAS NOVAS MODALIDADES DE RELAÇÃO LABORAL	3970
FILIPE GRADIM	
GABRIEL RACHED	
SUJEITOS SOCIAIS E EXPANSÃO TECNOLÓGICA: NOVOS ARRANJOS PRECÁRIOS PARA O MUNDO DO TRABALHO E PARA A PROTEÇÃO SOCIAL	3979
INGRID KARLA DA NÓBREGA BESERRA	
COOPERATIVISMO NA MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA NO BRASIL: DESAFIOS ATUAIS	3990
LUCILA JENILLE MORAES VILAR	
ARMIN MATHIS	
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: TRABALHO, SALÁRIO E RENDA NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 2000	3998
LUÍZ FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS	
GILMAR RIBEIRO DOS SANTOS	
SHEYLA BORGES MARTINS	
AVANÇOS TECNOLÓGICOS: O FIM DO TEMPO DE NÃO TRABALHO	4010
MYLENA DEVEZAS SOUZA	

O DEFESO ILEGÍTIMO PELA NATUREZA: EFEITOS DE UMA IMPOSIÇÃO INSTITUCIONAL SOBRE A REPRODUÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE PESQUEIRA DA PRAIA DO SIQUEIRA, CABO FRIO, RJ 4018

NAETÊ BARBOSA LIMA REIS
GERALDO MARCIO TIMÓTEO
TATIANA WALTER

AS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: DESEMPREGO E INFORMALIDADE NA DÉCADA DE 90 4028

Neuza Maria de Siqueira Nunes
Maria Margarete Salvate Brasil
Juliana da Silva Gomes
Artur de Siqueira Nunes Reis

ÉTICA EMPRESARIAL E A OPERAÇÃO “LAVA JATO” NA VISÃO ÉTICA DE ESTUDANTES DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO. 4037

SÉRGIO ELIAS ISTOE
NEUZA MARIA SIQUEIRA NUNES
FERNANDA DE CASTRO MANHÃES

NOVOS RETRATOS DO ARTISTA QUANDO JOVEM – REFLEXÕES SOBRE AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO TRABALHADOR NO MERCADO ARTÍSTICO E CULTURAL 4046

GUSTAVO PORTELLA MACHADO

“NÃO SE TRATA DE CRUCIFICAR OS ABONADOS, NEM SANTIFICAR A POBREZA”: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE ANTHONY ATKINSON À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 4055

MARQUES, Hemerson Figueiredo
RIBEIRO, Marcelly Paulino
MALINI, Ricardo da Silva

PERSPECTIVAS SOBRE O ENVELHECIMENTO QUANDO EXISTE UMA RELAÇÃO INVERSA NO VALOR DO BENEFÍCIO DE SEGURADOS QUE INGRESSAM PRECOCEMENTE NO MERCADO DE TRABALHO 4065

DANIEL ANDRÉ DOS SANTOS FARIAS
SHEILA CAMPOS DE SOUZA

GT: 22 - Medições, Justiça Restaurativa e Diferentes Formas de Administração de Conflitos 4074

Coordenadores: Dentol R. S. Meirelles e Fernanda Duarte

A MESTIÇAGEM CULTURAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA NOS MEADOS DO SÉCULO XX 4075

REBECA EVELIN SALES SILVA

MEMÓRIAS DO POPULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO MERCADO CENTRAL DE TERESINA/PI 4084

KELINE COIMBRA
MARIA AMÁLIA OLIVEIRA

ACORDOS E CONFLITOS, ENTRE VISITANTES E VISITADOS, NA APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS TURISTIFICADOS EM BAIROS POPULARES, A PARTIR DE PRÁTICAS DE TURISMO	4093
LUIZ ALEXANDRE LELLIS MEES	
O TURISMO CULTURAL, TERRITORIEDADE E CULTURA LOCAL DA COMUNIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DE ARRAIAL DO CABO	4103
Manuela Chagas Manhães	
Júlio Ramos Esteves	
NARRATIVAS TURÍSTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA ZONA PORTUÁRIA CARIOCA	4111
MARINA SILVA	
MAYRA SANTOS	
RIO DE JANEIRO: ENTRE A PAISAGEM CULTURAL, AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTORNO DOS FOOD TRUCKS	4123
GABRIELA ELIS DA CUNHA	
MARIA AMÁLIA OLIVEIRA	
PARA TUDO SE ACABAR NA QUARTA-FEIRA?	4131
KARLA FATIMA BARROSO DE SIQUEIRA	
LEILA BEATRIZ RIBEIRO	
GT: 23 - Ética e Justiça	4140
Coordenadores: Mauro Cardoso Simões e Marcos Alexandre Alves	
PALACETE VISCONDE DA PALMEIRA: TESTEMUNHO MATERIAL DA SOCIABILIDADE PINDAMONHANGABENSE	4141
BRENDA LAISA MORAIS	
ANDRÉ LUIS DE SOUZA ALVARENGA	
INQUÉRITO CIVIL COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ATIVIDADE DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS	4151
SOUZA, Daniela dos Santos de	
SILVA, Tatiana Mareto	
RESÍDUOS SÓLIDOS: CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS AMBIENTAIS	4160
Michel Canuto de Sena	
Ady Faria da Silva	
Iandara Schettert Silva	
TECNOLOGIAS DE MATRIZ AFRICANA NO PERÍODO DO BRASIL MONÁRQUICO	4169
LUCAS CÉSAR RODRIGUES DA SILVA	
RAFAEL DE BRITO DIAS	
JOANA GAJURU: QUANDO A INDUMENTÁRIA GUERREIRA É CONFECCIONADA NO FEMININO	4179
Walcler de Lima Mendes Junior	
Marta Maria Enéas de Moura	

Mesa Temática	4188
A LUTA PELA MEMÓRIA E OS ARQUIVOS DA DITADURA BRASILEIRA DE 1964-1985	4189
VICENTE A C RODRIGUES	
POLÍTICAS SOCIAIS E DESIGUALDADES DE GÊNERO: UM DEBATE SOBRE A FEMINILIZAÇÃO DA POBREZA	4201
ANA LOLE	
NEGRAS REEXISTÊNCIAS FEMININAS NA CONTEMPORANEIDADE	4211
CARLA LOPES	
ASSISTENTES SOCIAIS, ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL E A RESISTÊNCIA CONTRA O REGIME DITATORIAL NO BRASIL (1964-1985)	4220
INEZ STAMPA	
EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA DA MODA	4230
ALINE LOURENÇO DE OLIVEIRA	
Minicurso	4239
PRÁTICAS AVALIATIVAS DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DOS CURSOS DE DIREITO: UM ESTUDO DE CASO	4240
CARLA PRISCILLA BARBOSA SANTOS CORDEIRO	
LANA LISIÊR DE LIMA PALMEIRA	

GT: 1 - Ciências Sociais, Literaturas e Artes

Coordenadores: Dostoiewski Champangnatte e
Marcus Fabiano Gonçalves

PERSPECTIVAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM FASE DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O MUNDO DO TRABALHO

HAYDÉA MARIA MARINO DE SANT'ANNA REIS

*Professora do Programa de Pós-graduação em
Humanidades, Culturas e Artes - UNIGRANRIO
hmaria@unigranrio.edu.br*

BRUNA DA SILVA FERREIRA MIRANDA

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em
Humanidades, Culturas e Artes - UNIGRANRIO - Bolsista CAPES
brunasilva.miranda@hotmail.com*

RESUMO

O presente trabalho, oriundo de Tese de Doutorado em fase de finalização, objetivou analisar as perspectivas de pessoas com deficiência em fase de conclusão da Educação Superior, no que diz respeito à inclusão social/profissional no processo de transição do ambiente acadêmico para o ambiente organizacional do mundo do trabalho. A pesquisa de campo considerou a metodologia qualitativa e propôs, a partir dos conceitos de Meihy e Ribeiro (2011) e Meihy e Holanda (2013), apresentar o estudo utilizando história oral temática com elementos de história oral de vida, por meio das narrativas dos colaboradores da pesquisa. A análise dos dados contemplou as práticas da transcrição, textualização e transcriação. Concluiu-se, que a deficiência e as limitações apresentadas pelos colaboradores, não foram barreiras impeditivas para alcançar os objetivos pessoais, acadêmicos e profissionais estabelecidos. Os fragmentos analisados das narrativas evidenciam a determinação de todos para vencer as limitações e concluir o ensino superior.

Palavras-chave: Perspectivas para o mundo do trabalho. Pessoas com deficiência. Transição. Educação Superior. Mundo do trabalho.

ABSTRACT

The present work from doctoral thesis in finalization phase, aimed to analyze the prospects of people with disabilities nearing completion of higher education, with regard to social/professional inclusion in the process of transition from the academic environment for the organizational environment of the world of work. Field research considered the qualitative methodology and proposed, from the concepts of Meihy and Raja (2011) and Meihy and Holland (2013), presenting the study using thematic oral history with elements of life through the stories of employees of the research. Data analysis included transcription practices, textualization and transcreation. It was concluded that the goals, academic and professionals the analyzed fragments of narratives demonstrate the determination of all to overcome the limitations and complete higher education.

Keywords: Prospects for the world of work. People with disabilities. Transition. Higher Education. World of work.

1. INTRODUÇÃO

No presente estudo, foram analisadas perspectivas do público alvo da Educação Especial, no concernente ao acesso ao mundo do trabalho. O embasamento em referenciais teóricos fora ancorado em: Prigogine (1994), Mazzotta (1996), Valle (2000), Lancillotti (2003), Matos (2006), Sasaki (2006), Beyer (2010), Meihy e Ribeiro (2011) Fernandes e Orrico (2012), Oliveira (2013), Marinho (2013), Meihy e Holanda (2013), Turchiello e Machado (2015), nas Políticas Públicas de Inclusão e em publicações do Ministério do Trabalho e Emprego (2015).

A justificativa se dá pela incipiência de estudos que sinalizam a fase de transição da Educação Superior para o mundo do trabalho, de pessoas com deficiência. A transposição da Inclusão Escolar/ Acadêmica para a Inclusão Social/Profissional. Dessa forma, objetivou-se por meio deste, analisar as perspectivas de pessoas com deficiência.

A pesquisa de campo de caráter qualitativo, desenvolvida a partir dos conceitos de André (2009), propôs, por meio dos pressupostos de Meihy e Ribeiro (2011) e Meihy e Holanda (2013), aprofundar o estudo acerca da história oral de vida de pessoas com deficiência, em fase de conclusão da Educação Superior, matriculadas na UNIGRANRIO - RJ e vinculadas ao Laboratório de Didática Inclusiva - LaDIn, localizado no subsolo da Biblioteca da referida Universidade, a partir da elaboração de história oral temática sobre as perspectivas e concepções dessas pessoas.

Tendo em vista, que essas pessoas estão vivenciando a inclusão acadêmica, pois passaram pela fase de inserção e permanência, e já estão prestes a conquistar seu diploma de Graduação, pretendeu-se por meio das narrativas das mesmas, responder às seguintes questões da pesquisa:

- i. Quais as perspectivas no que diz respeito à Inclusão Social/Profissional nesse processo de transição da Educação Superior para o mundo do trabalho?
- ii. Acredita-se na ocupação de cargo em função compatível com a formação acadêmica que está sendo adquirida?
- iii. Existem diferenças acerca do olhar de si próprio e do olhar da sociedade quanto ao potencial profissional?

A análise dos dados contemplou as práticas da transcrição, textualização e transcrição, a partir dos conceitos de Meihy e Ribeiro (2011) e Meihy e Holanda (2013). “Do registro feito em áudio ou em vídeo, muitos projetos contemplam a elaboração de um texto a partir das entrevistas” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 106).

Por fim, realizou-se a validação, segundo Meihy e Ribeiro (2011), “etapa de finalização de todo o processo de interação com o colaborador”. Nessa fase, legitima-se o trabalho de interação de forma não hierarquizada e valida-se a possibilidade de produção de conhecimento a partir do documento gerado (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 111).

2. DE ONDE VENHO: O PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA DE CAMPO

Esclarecer os motivos que me levaram a desenvolver a presente pesquisa, remete à Especialização em Docência do Ensino Superior cursada no período de 2011/2012. Na ocasião, tive a oportunidade de estudar a disciplina, Psicologia da Educação com uma professora que despertou meu interesse pela temática ‘inclusão’, quando trouxe ao debate em sala de aula questionamentos no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência no espaço acadêmico e sugeriu que esse seria um bom assunto para ser pesquisado e apresentado em Dissertação de Mestrado.

No entanto, ao desenvolver o trabalho de conclusão de curso, que deveria ser um Artigo científico, iniciei as pesquisas sobre a temática 'inclusão no Ensino Superior', com vistas a conhecer esse assunto que havia despertado o meu interesse. O trabalho recebeu o título de: Inclusão Educacional no Ensino Superior, o qual serviu de inspiração para elaborar o projeto de pesquisa para ingressar no Mestrado.

Nesse mesmo período, em 2012, meses antes de concluir a Especialização, foi aberta a inscrição para o Mestrado em Letras e Ciências Humanas, o qual fora renomeado alguns anos depois para Humanidades, Culturas e Artes. E, os estudos acerca do assunto foram aprofundados para a elaboração e apresentação do projeto de pesquisa.

Logo após a aprovação no processo seletivo do Mestrado, uma das primeiras disciplinas a ser escolhida foi Educação Inclusiva, e naturalmente, a orientadora da minha pesquisa foi a professora dessa disciplina, professora Haydêa Reis.

Mediante essa disciplina, tive a oportunidade de conhecer mais sobre a temática, por meio de livros específicos da área, através de pesquisas realizadas para elaboração de Artigos científicos, bem como, em apresentações de trabalhos em Seminários, e, em participação no Laboratório de Didática Inclusiva, o qual a professora da disciplina é coordenadora. A Dissertação de Mestrado fora defendida em 2014, intitulada: 'Inclusão de Alunos que Apresentam Deficiência Visual na Educação Superior: Adaptação de Material Didático'.

De maneira específica, o presente trabalho dá continuidade à pesquisa realizada para a Dissertação, pois envolve também os alunos que apresentam deficiência visual no âmbito acadêmico. Porém, a Dissertação de Mestrado apresentou a inclusão e permanência desses alunos, com vistas a analisar as formas de adaptação de materiais didáticos que os professores estavam utilizando, com a finalidade de promover a inclusão e participação dos mesmos em sala de aula.

A Tese, por sua vez, busca evidenciar a fase de transição desses alunos que apresentam deficiência visual, da Educação Superior para o mundo trabalho, ou seja, o processo de transposição da inclusão acadêmica para a inclusão profissional/social. Tendo em vista que os mesmos se encontravam em fase de conclusão da Educação Superior, no período da pesquisa de campo, em 2016/2017 e, atualmente, encontram-se todos formados.

A ideia de utilizar a História Oral Temática e de Vida como corpus de pesquisa, surgiu da relação estabelecida com esses alunos do LaDIn na época da pesquisa do Mestrado. Na ocasião, eles não foram os colaboradores da pesquisa, pois a pesquisa de campo da Dissertação voltou-se para os professores que lecionavam para esses alunos que apresentam deficiência visual, todavia, esses alunos foram inspirações para a realização do estudo. Pois, toda a Dissertação fora desenvolvida com base em suas informações pessoais e acadêmicas e com o objetivo de identificar as dificuldades enfrentadas em sala de aula e as formas adequadas de adaptação de material didático para garantir a permanência dos mesmos no âmbito acadêmico.

No entanto, a busca por essas informações, fora feita por meio do cadastro desses alunos e das informações fornecidas por eles nos atendimentos no LaDIn. Contudo, essas informações despertaram grande interesse em realizar nova pesquisa, agora, com os próprios alunos sendo os colaboradores, os quais têm muito para contar sobre suas experiências de vida, bem como, acadêmicas e profissionais.

E é aí que entra a História Oral, pois conforme explicação de Meihy e Ribeiro, (2011, p. 82), "trata-se de narrativa com aspiração de longo curso e versa sobre aspectos continuados da experiência de pessoas". Ou seja, as informações são obtidas por meio das narrativas dos

colaboradores da pesquisa, de forma espontânea e contínua sobre fatos de suas experiências de vida, o que oferece mais vivacidade e emoção para a pesquisa. E foi uma grande e agradável experiência para mim como pesquisadora, ouvir e trabalhar com essas histórias, pois eu acompanhei o processo de cada colaborador na vivência acadêmica, as barreiras enfrentadas, as conquistas alcançadas e daí foi criado um elo de amizade, que entre a pesquisa do Mestrado e do Doutorado, já irá completar 6 (seis) anos. Ademais, eu pude por meio dessa pesquisa, conhecer mais do que suas experiências acadêmicas, pois eu tive a oportunidade de contemplar, também, as suas experiências de vida, e do mundo do trabalho, ainda desconhecidas por mim, o que me deixou bastante grata e emocionada.

3. APRESENTANDO OS COLABORADORES DA PESQUISA

A pesquisa fora desenvolvida com alunos em fase de conclusão da Educação Superior, matriculados na UNIGRANRIO, unidade de Duque de Caxias (Campus I) - RJ, instituição na qual a pesquisa fora realizada sendo, todos vinculados ao Laboratório de Didática Inclusiva (LaDIn).

Em virtude de terem sido identificados nos semestres (2016/1 e 2016/2), quatro alunos que apresentam deficiência visual em fase de conclusão da Educação Superior, vinculados ao referido laboratório, embora, à princípio, o estudo estivesse direcionado a todo e qualquer caso de deficiência, a pesquisa de campo fora realizada somente com alunos que apresentam deficiência visual.

No entanto, os alunos selecionados para a realização da pesquisa de campo foram os seguintes: Marcela, aluna do curso de Letras, que apresenta perda total da visão (cegueira); Ana, aluna do curso de Pedagogia, que apresenta baixa visão, com diagnóstico de Glaucoma e Catarata congênitos; Pedro, aluno do curso de Educação Física com perda total da visão (cegueira) e; João, outro aluno do curso de Educação Física, que apresenta baixa visão, com diagnóstico de Retinose Pigmentar. E, todos os colaboradores da pesquisa receberam pseudônimos no momento da apresentação dos dados para a preservação de suas imagens e narrativas.

3.1 MARCELA

A primeira colaboradora de pesquisa ao narrar a sua história, relata ter 43 anos de idade, apresenta cegueira desde aproximadamente os seus 18 anos, quando sofreu um acidente de carro, o que a levou ao descolamento da retina e, conseqüentemente, à perda total da sua visão. Contudo, o fato de não enxergar não a impediu de ingressar, pela primeira vez, em uma Universidade e realizar o seu sonho de estudar no curso Letras por gostar de escrever e amar o mundo literário e muito menos, de prosseguir com os estudos se matriculando em um segundo curso de Graduação, agora, em Administração. Aos 37 anos, Marcela ingressou na UNIGRANRIO por meio de prova de vestibular e deu início aos seus estudos acadêmicos, que vieram a ser concluídos 5 anos após, em 2017, em meio a muitas barreiras, obstáculos, bem como, grandes conquistas e vitórias.

Marcela está inserida no mundo do trabalho desde muito nova, quando ainda era jovem e trabalhava com o seu pai e desde então, não parou mais. Atualmente, encontra-se estabilizada em 3 (três) trabalhos, 2 (dois) deles, de longa data e, por esse motivo, relatou que não tem perspectiva de trabalhar em nenhuma das áreas que escolheu para cursar na Graduação. Pois, os cursos que escolheu, são simplesmente para alimentar a sua sede pelos estudos e por satisfação pessoal.

As características de Marcela são de uma mulher batalhadora, autoconfiante e que luta para alcançar seus objetivos, independente da limitação que apresenta. Uma mulher, que sofreu

grandes perdas de maneira precoce, como a visão e o namorado, e se viu no dilema de ter que trabalhar para criar seu filho. Porém, as adversidades da vida não a fizeram parar, ela prosseguiu estudando, trabalhando, casou-se com o segundo namorado, teve um filho desse relacionamento, seu segundo filho, e continua estudando pelo simples prazer de estudar.

Marcela teve liberdade ao narrar suas histórias acadêmicas, profissionais e de vida, que por sinal, foram bem interessantes. Em suas narrativas, conta experiências que oscilam entre barreiras enfrentadas e momentos de superação e conquistas.

Foram relatos emocionantes, que a fizeram lembrar os tempos de infância; sua juventude; o momento do acidente de moto sofrido pelo primeiro namorado; fatos do acidente de carro que ela sofreu com a irmã e o cunhado, anos depois; o dia do seu casamento; a sua colação de grau da primeira Graduação; dentre outros momentos importantes da sua vida, que de alguma forma, acabam se entrelaçando com a sua vida acadêmica e profissional.

3.2 ANA

Ana, no período da sua primeira entrevista, em 2016, estava com 30 anos de idade, cursando o último período do curso de Pedagogia. A aluna possui glaucoma e catarata congênitos e ingressou na Graduação no ano de 2011, por meio de prova de vestibular com o objetivo de se testar e romper com as limitações que enfrentava na vida.

A aluna, além da baixa visão, possui certo problema nos pés desde a infância que a incomoda muito e muitas vezes a impede de sair de casa, pois sente fortes dores. Entretanto, as limitações que apresenta, não são maiores do que o seu bom humor e carisma. Ana é uma pessoa muito extrovertida e dinâmica apesar de, em algumas vezes, em suas narrativas deixar transparecer alguns medos e receios no que diz respeito à vida profissional.

A narrativa de Ana é bem interessante e podemos tomá-la como lição de vida e inspiração, pois mostra que apesar da limitação que apresentamos ou das barreiras que possam vir a se levantar contra nós, nunca devemos desistir de batalhar pelos nossos sonhos.

3.3 JOÃO

João tem 30 anos de idade, é formado em Educação Física pela Unigranrio e está cursando Fisioterapia, sua segunda Graduação, em outra Universidade. Ele trabalha na área em que se formou, dando aulas de Educação Física para pessoas com e sem deficiência, pratica Judô como esporte e já participou de várias competições dentro e fora do Rio de Janeiro.

O jovem rapaz apresenta diagnóstico de Retinose Pigmentar e ingressou na sua primeira Graduação, devido à vivência no judô, pois achou que seria uma forma de trabalhar mesmo com a limitação da visão. Inspirou-se em dois judocas faixa preta que são professores de Ed. Física e que apresentam deficiência total na visão (cegos). E, escolheu o curso também por gostar de esportes.

O que chamou a atenção em sua narrativa foi a força de vontade e ousadia, pois todas as vezes que ele ouvia dizer que ele não iria conseguir, ou que não era capaz de fazer algo, aí que ele se atrevia e fazia para mostrar que podia sim conseguir e que era capaz. Foi assim quando entrou no quartel e também quando cursou a primeira Graduação. Ou seja, as palavras de desmotivação é que o encorajam a fazer algo.

3.4 PEDRO

Pedro tem 30 anos de idade e apresenta perda total da visão. Uma das visões de Pedro, foi perdida com 11 anos de idade e a outra, com 15 anos, devido ao diagnóstico de Glaucoma,

gerado da Diabetes. Porém, a perda da visão não foi determinante e muito menos um empecilho na busca dos objetivos pessoais, acadêmicos e profissionais.

Em 2015, aos 27 anos, o aluno ingressou na UNIGRANRIO, no curso de Educação Física por meio do PROUNI, devido à nota alcançada na prova do ENEM. No segundo semestre de 2017, o aluno concluiu sua Graduação e nesse período, já estava trabalhando em uma escola de Educação Inclusiva, fazendo serviço de apoio, mas sempre é chamado para auxiliar os alunos que apresentam deficiência nas atividades de Educação Física e almeja trabalhar diretamente nessa área.

Pedro ingressou na Universidade com o objetivo de obter a formação em nível superior e porque Educação Física era uma área que já gostava. O aluno demonstrou em sua narrativa ser bastante centrado no seu trabalho e consciente dos seus direitos como pessoa que apresenta deficiência e por esse motivo, considera de grande importância que as demais pessoas que apresentam deficiência também tenham ciência dos seus direitos para lutar por eles.]

Pedro em uma de suas narrativas alertou para a importância da conscientização, não somente das pessoas que apresentam casos de deficiência, mas de toda a sociedade, para que os locais públicos estejam preparados e adaptados para receber essas pessoas, garantindo a inclusão e acessibilidade.

Atualmente Pedro continua trabalhando em escola de referência com pólos de inclusão, está cursando a segunda Graduação, em Universidade Pública, mais uma vez, devido à nota do ENEM. E, almeja trabalhar diretamente com alunos que apresentam deficiência, atuando como professor.

4. ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o presente trabalho, buscou-se analisar fragmentos das narrativas dos colaboradores relacionados às questões da pesquisa localizadas nesta Introdução com vistas à discussão dos resultados e a apresentação da Conclusão, levando-se em conta a extensão da Análise dos dados contida na Tese.

Com relação à primeira questão da pesquisa, referente às *“Perspectivas no que diz respeito à Inclusão Social/Profissional no processo de transição da Educação Superior para o mundo do trabalho”*, Pedro narrou sua intenção de, ao exercer a profissão de professor, atuar com pessoas especiais e contribuir com seus pares quanto ao domínio de experiência para lidar, de alguma forma, com as pessoas com deficiência. E, dessa forma, almeja favorecer a evolução do atendimento para a educação inclusiva, conscientizando a sociedade da importância de promover inclusão e acessibilidade para o público alvo da Educação Especial como podemos observar abaixo:

[...] Eu espero poder contribuir com o avanço da educação inclusiva, tanto para o ensino e o atendimento voltado para as pessoas com deficiência, quanto para a formação continuada dos profissionais que irão lidar, de alguma forma, com as pessoas com deficiência. Pois, existem muitos profissionais que não sabem lidar com a questão da inclusão. (Pedro)

Acerca da segunda questão, sobre: *“A ocupação de cargo em função compatível à formação acadêmica que estava sendo adquirida”*, João responde da seguinte forma: “[...] Somos capazes de fazer mais do que as pessoas acham que nós podemos” (João).

Tendo em vista a frase destacada da narrativa de João, pôde-se confirmar sua garra e força de vontade de mostrar para as pessoas que sua capacidade e potencial são maiores do que a limitação que apresenta. O Ministério do Trabalho e Emprego corrobora a narrativa de João ao publicar:

[...] antes de dizer que uma pessoa portadora de deficiência não tem condições, é preciso dar a ela oportunidade de revelar suas reais potencialidades para desempenhar as funções. Por outro lado, não se pode esquecer que o desenvolvimento tecnológico vem propiciando, cada dia mais, que as pessoas com deficiência realizem atividades antes inimagináveis para elas. (SIC) (BRASÍLIA, 2007, p. 28).

Sob essa perspectiva, analisou-se que, apesar das limitações que apresentam, as pessoas com deficiência têm habilidades e competências que não são vislumbradas, por falta de oportunidade e de ofertas de cargos que valorizem a formação educacional/acadêmica adquirida e as qualificações.

Com relação à terceira questão, sobre: *“Se há diferenças acerca do olhar de si próprio e do olhar da sociedade quanto ao seu potencial profissional”*, Marcela expressa com clareza duas de suas fortes características, a força e a autoconfiança:

[...] Eu particularmente acredito em mim. Eu sei que mesmo sendo deficiente eu sou capaz, tenho os meus limites, eu sei disso, mas também sei que tem muito mais coisas para eu fazer do que para eu dizer que eu não consigo fazer (Marcela).

A narrativa destacada acima evidencia duas grandes características de Marcela descobertas, com orgulho, há algum tempo da perda da visão. Pois, Marcela passou por um longo processo de tristeza, desânimo e até mesmo rejeição, que a levou a pensar em abandonar tudo e desistir, até que chegou alguém e lhe falou:

- Você pode! Você pode tudo o que você quiser! E, a partir dessa data ela acreditou em si e foi em busca de seus objetivos.

Foi interessante notar que, ao contrário de Marcela, cuja autoconfiança é evidenciada em sua narrativa, Ana, por sua vez, apresentou uma realidade diferente, quando relatou que as barreiras por ela enfrentadas, nem sempre vêm de fora ou do outro, mas de dentro de si.

Contudo, Ana mostrou que não permite que isso seja determinante para a sua vida e disse que segue lutando para alcançar seus objetivos. O fragmento de fala destacado abaixo, a partir de sua narrativa, demonstra a luta que enfrenta consigo própria todos os dias:

[...] Querendo ou não, esse tipo de coisa vai meio que nos angustiando, a gente sempre se esforça, sempre luta contra esse tipo de coisa, mas nós sabemos que essa barreira, muitas das vezes, não é física, não é externa, não vem do outro, é de nós mesmos. A gente sempre está rompendo a cada dia quando acordamos, nós dizemos: - “A gente é capaz, a gente consegue, isso não vai ser determinante, não é maior do que a nossa capacidade”. Enfim, a gente vai lutando (Ana).

Analisando essa fala da narrativa de Ana, pôde-se entender, que nem sempre a barreira vem das pessoas que estão na sociedade ou das dificuldades enfrentadas por essas pessoas que apresentam deficiência, algumas vezes, a guerra que elas têm que travar vem de dentro de si. Turchiello e Machado (2015) explicam algo que pode ser tomado como um recurso para esse problema:

Tomando a governamentalidade como grande analítica, entendemos que, na contemporaneidade, é importante que os sujeitos tomem a inclusão como princípio regulador de suas condutas, de maneira que haja investimento em si e nos outros para se manterem participantes, incluídos na sociedade (TURCHIELLO; MACHADO, 2015, p. 586).

No entanto, a iniciativa não deve partir somente dos outros e dos órgãos competentes, mas principalmente das próprias pessoas com deficiência, promovendo sua participação ativa na sociedade e a conscientização da importância da inclusão social.

As pessoas que estão na sociedade, por sua vez, conforme bem explicado pelas autoras acima, devem tomar a inclusão como princípio regulador de suas condutas e não como algo obrigatório e imposto por Leis. Dessa forma, a promoção da inclusão social acontecerá da melhor maneira possível, com a participação de todos os membros da sociedade e trará benefícios para todos os envolvidos nessa ação.

CONCLUSÃO

Com vistas a responder a indagação dessa pesquisa acerca das “perspectivas de pessoas com deficiência em fase de conclusão da Educação Superior, no que diz respeito à inclusão social/profissional no processo de transição do ambiente acadêmico para o ambiente organizacional do mundo do trabalho”, ao analisar as narrativas, foi possível notar que a deficiência e as limitações apresentadas pelos colaboradores, não foram determinantes e, muito menos, barreiras impeditivas para alcançar os objetivos pessoais, acadêmicos e profissionais estabelecidos. Cada fragmento de narrativa analisado, cada relato de experiência transcrito e interpretado, evidenciam a coragem e determinação de todos para vencer as limitações e concluir o ensino superior.

Analisando as histórias de vida evidenciou-se, ainda, que nem todos os colaboradores da pesquisa ingressaram na Universidade com a perspectiva de inserção no mundo do trabalho, para exercer a profissão em que foram graduados. Pois Ana e Marcela relatam que o acesso ao ensino superior foi motivado por realização pessoal e para superar seus limites através da conquista de um diploma. Inclusive, essa questão não é específica da pessoa com deficiência, quantas pessoas cursam a Educação Superior com esse objetivo e, portanto, não exercem função compatível com a formação adquirida.

Quanto a João e Pedro, ingressaram na Universidade com o objetivo de atuarem no mundo do trabalho na área de formação. Atualmente, encontram-se empregados em instituições de ensino, exercendo a profissão em que foram graduados.

Por outro lado, esse estudo também evidenciou o que os colaboradores pensam acerca do olhar da sociedade sobre pessoas com deficiência. A incansável luta por demonstrar superação vai ao encontro de provar a si próprio o quanto são capazes, mas principalmente, de mostrar à sociedade que as pessoas com deficiência superam limites!

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Estudo de Caso, uma alternativa de pesquisa em educação**. In: Metodologia da pesquisa em educação do campo: povos, territórios, movimentos sociais, saberes da terra, sustentabilidade / Circe Mary Silva da Silva... [et al.]; pesquisadores colaboradores, Antonio Faundez ... [et al.]. - Vitória, ES: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009. Disponível em: <<http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/metodologia.pdf#page=65>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASÍLIA, 2007. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. - Brasília: MTE, SIT, DEFIT, 2007. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/ainclusaodaspcdnomercdetrabalho.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias** - São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar** - 2. ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.

TURCHIELLO, Priscila; MACHADO, Fernanda de Camargo. **Inclusão de deficientes no mundo do trabalho: uma escolha a monitorar**. Revista Educação Especial/ Santa Maria - v. 28/ n. 53/ p. 509-801 - set. /dez. 2015.

A FAVELA COMO ESPAÇO EDUCADOR: (INTER)RELAÇÕES COGNITIVAS CONSOLIDANDO A CULTURA DE INCLUSÃO SOCIAL E EDUCATIVA

FABIA DE CASTRO LEMOS

*Doutoranda Programa Humanidades Cultura e Arte Ungranrio
fabiaclemos@bol.com.br*

JAQUELINE DE CÁSSIA PINHEIRO LIMA

*Professora Programa Humanidades Cultura e Arte Ungranrio
Jacapili.jl@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho é fruto das pesquisas realizadas ao longo de três anos, junto à favela da Barreira, situada no Rio de Janeiro, desenvolvida no PPGHCA/ UNIGRANRIO. A relação estabelecida entre os modos de vida locais, costumes, elos afetivos voltados à resistência e aos desafios da vida em situação de vulnerabilidade, estabelecem fundamentos hábeis, revelando a vida como princípio educativo esteado no espaço da favela. A partir do acolhimento das narrativas de moradores aportadas no instrumento metodológico da história oral de vida (Meihy, 2011), buscamos compreender como os modos de vida, encadeiam a organização cognitiva do grupo. O objetivo repousa na contribuição a pesquisas, sugerindo caminhos para o reconhecimento pedagógico que repousa em elementos da identidade e diversidade cultural da favela, emergindo atributos cognitivos nas formas de viver, alinhado na relação entre sujeitos e espaço. A análise (re)significa a favela, cotejada assim como espaço educador, possibilitando promoção inclusiva, seja na valorização da cultura, da vida, da identidade e do território da favela consolidando elementos educativos no cotidiano local. Concluímos que as (inter) relações organizam o elemento cognitivo consolidando a favela como espaço educador. Por outro lado, a consideração dessa premissa tem o condão de formalizar novos diálogos e aproximações entre escola-favela, seja pela natureza curricular ou pelo acolhimento de “realidades” refutadas nos projetos educacionais, onde a vida se demonstra princípio educativo nodal, fundamental na construção de projetos que atribuam sentidos concretos e úteis do ensino para o educando, demonstrando-se proposta de inclusão social e educativa, que se funda na consideração do cotidiano na favela como elemento pedagógico integrador de estratégias de apoio à aprendizagem, possível caminho para o enfrentamento a evasão escolar.

Palavras-chave: Favela. Cultura. Espaço. Educador. Inclusão.

ABSTRACT

This work is the result of the research carried along for three years, in the Barreira favela, located in Rio de Janeiro, developed in PPGHCA / UNIGRANRIO. The established relationship between local lifestyles, customs, affective bonds aimed at resistance and the challenges of life in vulnerability, establishes a skilful foundation, revealing life as an educational principle steadfast in the space of the favela. From the reception of the narratives of the inhabitants contributed to the methodological instrument of oral history of life (Meihy, 2011), we seek to understand how the ways of life, chain the cognitive organization of the group. The objective rests on the contribution to research, suggesting ways for pedagogic recognition that reveals elements of the favela 's cultural identity and diversity, emerging cognitive attributes in the forms of living, aligned in the relationship between subjects and space. The analysis (re) means the favela, designed as well as educating space, enabling inclusive promotion, either in the cultural valorization, life, identity and territory of the favela consolidating educational

elements in the local daily life. We conclude that (inter) relations organize the cognitive element consolidating the favela as an educating space. On the other hand, the consideration of this premise has forwards to formalize new dialogues and approaches between school-favela, either by the curricular nature or by the reception of “realities” refuted in the educational projects. This dynamic makes it difficult to articulate the identities produced, antagonized between living in the favela and the school experience, provoking tensions in the educative spaces, between the didactics of the daily life of the favela and the specific didactics. In this sense, life is demonstrated as a nodal educational principle, fundamental in the construction of projects that assign concrete and useful meanings of teaching to the student, demonstrating a proposal of social and educational inclusion, based on the consideration of daily life in the favela as a pedagogical element integrator of strategies to support learning, possible pathway to coping with school dropout.

Key-words: Favela. Culture. Space. Educator. Inclusion.

Introdução

“a favela é filha do quilombo”

Vamireh Chacon, 1995¹

Os programas e projetos educacionais voltados para a formação e inclusão de adultos e jovens em condição de vulnerabilidade não tem surtido os efeitos esperados, resultando em pouca ou nenhuma escolaridade desse perfil de aluno, consolidando assim nosso objeto geral de estudo, ancorado na questão de pesquisa que buscou compreender se o espaço da favela poderia ser de fato elemento educativo. Um dos indícios pode ser vislumbrado na evasão escolar nas favelas que tem sido cada vez mais crescente, uma realidade documentada em pesquisas realizadas por diversas instituições, notadamente pela Casa Fluminense², que se baseou em dados das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2013), apontando favelas do Rio do Janeiro como as maiores em índice de evasão escolar, relacionando a pobreza com o fenômeno da evasão.

Nesse sentido, a metodologia aplicada à pesquisa encontrou no estudo de campo, na observação participativa, e na História Oral, formas de análise das relações dos moradores e sua integração com a comunidade ancorada no referencial teórico, nas noções que constroem o conceito de Cidade educadora, germinada no relatório coordenado por Faure (Unesco, 1972)³, reafirmada na Carta das Cidades Educadoras, na Declaração de Barcelona (1990-1994)⁴.

Os documentos aludidos definem e situam a cidade educadora como *“aquela que não está fechada sobre si mesma mas que mantém relações com o que a rodeia – outros núcleos urbanos do seu território”*, fundado na troca de experiências, valorizando e agregando saberes e aprendizado a vida de seus habitantes.

Dessa forma, deslocando o conceito de cidade educadora para a favela - se concebermos a favela como uma micro polis, ou substrato em menores dimensões da cidade - observando

1 CHACON, V. “o cadáver da escravidão e o Estado desorganizado”. Folha de São Paulo. (São Paulo). Tendências/Debates. P. A-3, 05 out. 1995.

2 <https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/150576/Favelas-lideram-evas%C3%A3o-escolar-no-Rio-de-Janeiro.htm> Acessado em 20.07.2018

3 WERTHEIN, J. CUNHA, C. do. Fundamentos da nova educação. Série Educação, vol. 5. Brasília: UNESCO, 2000.

4 Fonte: <http://cidadeseeducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-cidades-educadoras-barcelona.pdf> Acessado em 20.07.2018.

os processos internos da favela que replicam problemáticas como moradia e assentamentos de baixa renda, considerando ainda as estratégias de (sobre) vivência desempenhada pelos moradores de favela, refletidas na (re)elaboração constante do cotidiano, na troca de experiências, produção e intercâmbio de formas de viver e produzir cultura próprias, torna-se possível apreender a favela um lugar de fala, de produção de saberes peculiares, esteado nas (inter) relações entre espaço e vida, emergindo o saber local (GEERTZ, 1998).

Para o desenvolvimento, sistematizamos o presente trabalho utilizando a conjugação de alguns referenciais teóricos: como critérios de acolhimento e observação das narrativas em História Oral MEIHY (2011) e ONG (1998), o que proporciona compreender as experiências as quais motivam e conduzem as narrativas dos moradores da comunidade como filosofias locais, possibilitando-nos a análise da história oral de vida dos sujeitos, seus diálogos com a comunidade, e as relações estabelecidas entre viver na favela e formas de aprendizado.

A partir da compreensão das expressões emergida dessas narrativas, buscamos em BONAFÉ (2002) compreender como as dinâmicas do cotidiano da favela, podem inferir na vida dos indivíduos, a ponto de permear o elemento pedagógico na estrutura local e nas formas de viver na favela, delineando a construção da favela como espaço educador, nas relações esteadas entre a rua, a favela e o aprendizado produzido na comunidade.

Em CERTEAU (2014), analisamos como essas experiências e relações sociais podem consolidar uma pedagogia própria agregada no espaço da favela, consolidando-a como espaço de educação informal.

A proposta de estudo, conflui com o dimensionamento do espaço, da favela enquanto parte motriz da cidade, em prol da inclusão social, cultural e educativa dos moradores da favela, consolidando elementos de reflexão que compreendam as formas de viver como parte marcante da cultura e aprendizado produzido na favela, uma questão para além da inclusão, perfilando significativo avanço na justiça social cultural.

Da análise das narrativas, emerge o que compreendemos por *biodiscursividade* (Lemos, 2018), onde as narrativas engendram discursos próprios que se fundam na tríade: vida-cotidiano-espaço, onde o discurso emerge permeado de elementos pessoais/emocionais tecidos no e pelo espaço os quais delineiam a vida; sociais, os quais permeiam o cotidiano resultante dos valores e princípios esculpidos pelo grupo que encaminham estratégias e negociações que possibilitam a (sobre)vivência no espaço.

Partindo dessa análise, encontramos novos elementos que encaminham para além do reconhecimento do potencial educativo da favela: o enlevo de valores culturais, das histórias orais cotejadas como práticas sociais locais confere visibilidade às experiências de vida que evidenciam elementos pedagógicos agregados nos espaços da favela, como forma própria de produzir vida, conhecimento e saberes fundado nas práticas do cotidiano, tornando o ensino-aprendizagem aproveitável perfazendo trajetos de uma proposta de cultura de inclusão social a partir de práticas locais, mediadora das vivências sociais e pedagógicas engendradas na favela.

Os resultados alcançados embora preliminares evidenciam o engajamento da comunidade em prol da sustentabilidade da favela emergindo nessa dinâmica o elemento educativo desvelado no próprio cotidiano. A análise das narrativas demonstra que os moradores tem noção do condão educativo emergido nas relações do cotidiano, principalmente quando falam das experiências de viver no espaço da favela, daí o entendimento que expressam quando mencionam ser a Favela da Barreira “uma grande escola, a escola da vida”. Essa compreensão nos forneceu outros encaminhamentos para novas reflexões e desenvolvimento de nossa pesquisa.

A Voz da Favela: Lugar de Histórias Orais e Práticas Sociais

As histórias locais consubstanciada nas vozes dos moradores desvela a favela, retratada pela existência do grupo, são na afirmação de Zumthor (2013, p. 61), “o objeto central, um poder, representa um conjunto de valores que não são comparáveis verdadeiramente a nenhum outro, valores fundadores de uma cultura, criadores de enumeráveis formas de arte”, a voz portanto, emerge a presença viva do espaço.

Nesse sentido, o autor indica a voz como arcabouço material, muito além da representação simbólica que pode agregar, “em torno da qual se cristaliza um laço social”, a voz emerge assim do silêncio promovendo laços assumindo valores, e sentidos pelo que se fala.

Walter J. Ong (1998) observando vários estudiosos da oralidade e da invenção da escrita, destaca a dimensão oral das palavras, apontando autores que consideram a escrita como elemento de complemento da oralidade, demonstrando sutil distinção no entendimento da escrita como transformação do código verbal, destacando assim o relevo da palavra que encontra signos diferenciados quando circula entre culturas orais e escritas, criando antagonismos entre a eternização da palavra escrita que pode ser preservada, ante os códigos orais de natureza delével, e por esta razão, mais dimensionada nas culturas orais, onde o pensamento é mediado pela voz (som) e demais aparatos semióticos que conduzem a manifestação dos processos mentais.

Entender que a oralidade, assume papel como fonte primária de comunicação, é tão proporcional quando compreendemos o perfil de pessoas de certa forma alijadas das práticas de letramento inseridas no universo dos códigos escritos, sem habilidades de ler ou escrever, mas que consolidaram o aprendizado pelo cotidiano entre viver e fazer consignando práticas sociais inscritas nas relações entre vida e lugar que externam o arcabouço dos elementos orais emergido nos espaços da favela como práticas sociais e culturais.

É nesse eixo que as histórias de vida são situadas, no dizer de Pineau & Grand (2012) na busca da construção de sentido a partir de fatos temporais pessoais, sendo uma prática autopoietica, onde as experiências e o cotidiano tem o condão de produzirem as histórias de vidas, o que revela o encadeamento entre histórias de vida, experiência e cotidiano produzidos.

As trocas mobilizadas na experiência e na performance do cotidiano de certo modo confere contorno as raízes históricas locais, delineando o arcabouço cultural que faz do espaço um lugar de potencial cognitivo, seja no sentido pedagógico ou mesmo quando pensamos em práticas sociais localmente engendradas e articuladas como núcleo de produção (como critério de organização) do conhecimento, gerando formas específicas de leitura de mundo, impulsionado pelas relações e pelas dinâmicas do próprio lugar.

A compreensão do deslocamento que favela faz da condição de espaço para lugar, demanda uma certa compreensão de que no lugar sempre se dará a distribuição dos elementos de coexistência, na dicção de Certeau, “um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições, implica uma indicação de estabilidade (2014, p. 184).

Nessa linha, considerar e valorizar as relações que se estabelecem entre lugar e pessoas (a favela da Barreira e seus moradores) requer um certo deslocamento epistemológico, que demanda acolhimento das escritas pessoais nos traços das histórias de vida, o que significa um trabalho voltado a legitimar e conferir contornos a dimensão simbólica do ser humano que se (bio)inscreve, gravando tanto sua existência e seu devir diariamente viabilizando assim o acesso de si e de seu lugar de fala no sentido concreto e abstrato, portanto, cotejado entre espaço, tempo e construção da mnemônica consolidadas no mosaico entre vida e lugar, evidenciado no tecido

narrativo da Favela da Barreira, conferindo nuances ao direito à própria história dos sujeitos e da favela.

As histórias de vida angariadas no tecido narrativo dessa favela carregam em si multiplicidade de sentidos e dimensões, e neste entremeio, se é premente a valorização das histórias de vida inserindo e inscrevendo o devir humano, mais ainda quando se fala dos cenários espaciais onde essas histórias de vida são delineadas, estabelecendo clara relação entre memória e espaço; vida e cotidiano, pontos de ancoragem para identificarmos as (inter) relações cognitivas que consolidam a favela como espaço educador produzindo cultura de inclusão mediada na apropriação territorial e das interações nela estabelecidas.

As (inter)relações na Favela e as Tecituras de Práticas Cotidianas

Aportar estudos compreendendo como ponto de partida as vozes de moradores e suas histórias de vida, inscritas na história da própria favela, nos encaminha a entender certa circularidade dialética que se constrói no (e pelo) cotidiano, no amálgama estabelecido entre vida e lugar, desvelando recorte hábil que evidencia elementos que integram a produção desse cotidiano.

Nesse aspecto, os modos de viver, morar, fazer, falar, desvelando maneiras de fazer que corroboram com a construção específica dos hábitos locais, desvelando uma *etnologização das formas de fazer* (Certeau, 2014, p. 127) e com isso inventar o cotidiano da favela, permeado de valores e signos próprios que emergem nas (inter)relações, produzindo o tecido de práticas mobilizada pelo lugar e (re)mobilizando constantemente o cotidiano.

As relações internas engendradas e evidenciadas no cotidiano, consolidam e permeiam valores, hábitos e costumes tornando elementos de circularidade que (re)elaboram as relações transformando o espaço da favela em lugar, situado na *práxis* da vivência (ação) e da relação que essa vivência e o lugar provocam no indivíduo (reflexão) e seu engajamento no lugar (apropriação).

Esses componentes (ação, reflexão e apropriação) que integram o morador ao lugar, configuram a favela como *lócus de práxis pedagógicas* territoriais, fundamentada nas experiências e nas relações sociais que consolidam uma forma peculiar de organização e produção cognitiva, agregada nas práticas que buscam resistir e (sobre)viver as insígnias que marcam a favela como espaço conflagrado, consolidando-a como uma célula urbana e social de educação informal. Nesse sentido, a favela se desvela como o cosmo da cidadela educadora no contexto urbanístico.

A Favela e Seu Micro Cosmo, A “Cidadela” Educadora

Analisar a favela como micro cosmo ou Cidadela educadora, nos convoca a delinear os teoricamente o percurso construído que resulta na proposta de conceber a favela como espaço educativo. Ancorada na proposta de Bonafé (2002), que explora os elementos da cidade para construção do currículo pedagógico, realizamos o mesmo percurso cognitivo utilizando, o espaço da favela e seu tecido narrativo como fonte de exploração e análise, entendendo a favela no contexto micro, em se cotejada aos demais espaços urbanos que organizam a cidade.

A partir da compreensão das expressões emergida do tecido narrativo da favela, não pudemos deixar de compreender como a favela se desvela na fala dos moradores como um micro cosmo, uma cidadela educadora, onde suas ruas ganha contornos de sala de aula, uma lousa viva, um lugar onde se escreve e inscreve a existência (BONAFÉ, 2002).

Certeau (2014, p. 164) define que o “ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação para a língua ou para os enunciados proferidos”, o que gera uma certa retórica do

espaço onde o caminhar conduz a uma realização espacial do lugar, engendrando uma certa vivacidade ao lugar, criando uma organicidade móvel do ambiente.

A favela emerge como espaço orgânico, dotado de vida, conferindo significados ao lugar do que ali se vê, das dinâmicas consolidadas pelas relações e organização que conferem limites espaciais, marcas (inter)relacionais, conexões com o exterior e uma orbe que se organiza segundo os critérios que pulsam e emergem no espaço, conferindo, no entendimento de João do Rio (2007, p. 30) alma as ruas, que nossa fornece encaminhamentos ao entendimento das mensagens que ela busca transmitir:

“Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que basta para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes (...)”.

Observar a favela e compreender como o espaço dinâmico exerce influencia sobre a vida e o cotidiano do grupo, significa entender a existência de uma espécie de “grade curricular” fora da escola, mas situada nas ruas, casas, vielas, cruzamentos e muros da favela, nas relações diárias que permeiam as diferentes experiências e práticas sócio culturais circularizada no mesmo lugar, que externam a diversidade e organicidade dos meios de se ler e vivenciar o lugar. Esse entendimento apreendido pelos moradores revelam atributos e habilidades de leitura e reconhecimento dos códigos impressos no espaço e suas mobilizações, fazendo da favela o livro e seu cotidiano o texto cidadão.

A “utilidade do conhecimento” se coloca como elemento chave no tecido narrativo, relacionado, segundo a fala dos entrevistados muito mais as experiências apreendidas no cotidiano da favela do que na escola em si, apontando as ruas como fonte do aprendizado, convivência e sociabilidade do grupo que se (auto) organizam internamente, onde é despertado a curiosidade e conduzido a busca do aprendizado.

Freire (2004) apontava a curiosidade do ato de aprender como exigência, sugerindo uma estrutura que favoreça o binômio ensino-aprendizagem, voltada a condições as quais o estudante possa assimilar o objeto de análise construindo um caminho próprio, favorecendo condições pra que o aluno tenha caminhos alternativos senão àquele já construído.

No entanto, a concepção da favela como espaço educador demanda certo giro epistemológico cotejando novas formas de produção de saberes e conhecimentos aportados nas bases e origens culturais, sociais e familiares, o que demanda a compreensão do impacto de mudança paradigmática proposta pelo paradigma emergente (Boaventura, 2001).

Essa concepção faz com que haja idêntico deslocamento no entendimento do papel e função de espaços conflagrados como a favela estudada a partir de sua construção material e cultural, no contexto urbano e de seu entorno, exercendo “um modelo auto organizativo”.

Assim, práticas de soluções alternativas elaboradas no o cotidiano, tornam-se marcas de organização e da produção do conhecimento no espaço da favela da Barreira, como é o caso da prática de uso de ervas e plantas medicinais destinados aos moradores como alternativa de cuidados básicos com a saúde.

O horto, iniciativa do NEPP – Núcleo Ecológico Pedras Preciosas, fundado pelo morador Jocelino Cavalcante Porto é referência na transmissão oral de ensinamentos voltados a manipulação das plantas para cuidados pessoais, plantio, replantio e educação ambiental das demais favelas cariocas, levando experiência e transmissão oral de seu conhecimento às escolas públicas cariocas do município e do Estado.

Nesse sentido, a prática educativa se desvela muito mais rica do que a teoria, no dizer de Gadotti (2013, p. 30) o referencial maior da pedagogia é a práxis, a ação transformadora, radicada numa antropologia que considera o homem um ser criador, “sujeito da história, que se transforma na medida em que transforma o mundo”.

Essa dinâmica revela a produção de micro saberes, tornando a favela um espaço de (auto) conhecimento, que encontra (re)significações no cotidiano conduzindo a vida na favela, gerando saberes que, embora produzidos em espaços informais como a própria favela da Barreira, circula replicado nas escolas, espaços formais de educação e produção do conhecimento, evidenciando (inter) relações cognitivas que ultrapassam o território da favela consolidando cultura de inclusão social e educativa nessa comutatividade de saberes e espaços.

As dinâmicas do cotidiano da favela e de seu espaço, podem inferir na vida dos indivíduos, a ponto de permear o elemento pedagógico na estrutura local e nas formas de viver na favela, delineando a construção da favela como espaço educador, nas relações esteadas entre a rua, a favela e o aprendizado produzido na comunidade.

Considerações Finais

A favela pode ser compreendida como espaço de educação informal, e por isso educador, demandando o entendimento das capilaridades que norteiam as formas de viver, os hábitos e costumes de cada favela em si, as quais não podem ser concebidas como espaços de identidades lineares e iguais, apenas baseado no critério da categorização de espaço precarizado.

As relações internas geram um sistema próprio baseados na relação do sujeito com o espaço, delineando (inter) relações capazes de organizar e gerar elementos interacionais que se estruturam de forma a subsidiar o suporte cognitivo, consolidando a favela como espaço educador.

Por outro lado, a consideração dessa premissa tem o condão de formalizar novos diálogos e aproximações entre escola-favela, seja pela natureza curricular ou pelo acolhimento de “realidades” até então refutadas nos projetos educacionais. A vida se mostra como princípio educativo principal.

Nesse sentido, a conjugação entre realidade vivida pelos jovens e adultos em espaços vulneráveis socialmente como a favela, se cotejadas para elaboração dos projetos pedagógicos das bases curricular escolar, buscando atribuir sentidos concretos e úteis do ensino para o educando, levando em consideração os aspectos da diversidade esculpidos no próprio território e espaços do entorno escolar, certamente pode se demonstrar uma proposta de inclusão social e educativa, que se funda na consideração do cotidiano na favela como elemento pedagógico potencializador de estratégias de apoio à aprendizagem, instrumentalizado como caminho para o enfrentamento a evasão escolar.

As marcas territoriais consignadas pela diversidade do espaço, fazem com que cada favela guarde diferenças profundas, desde a questão territorial observada como elemento macro, encadeando a (micro) organização da produção social e espacial da favela permeada pela história de formação de cada morador como elemento estruturador embora correlato a organização do território, demonstra-se heterogêneo devendo ser cotejado dentro das inúmeras possibilidades que a diversidade local e as negociações entre território e espaço ofertam.

Tão orgânico quanto à vida, as favelas vivem suas próprias histórias, tecidas em seus espaços tão vivos quanto a vida que pulsa em cada ser, fazendo da favela ser um núcleo de *biodiversidade* (Lemos, 2018) ativa, instrumento hábil ao entendimento das dinâmicas singularizadas e (re)conhecimento de identidades, valores e princípios que regem o local.

Compreender que esse (re)conhecimento se estreita num binômio que emana simultaneamente do espaço para os moradores (espaço-morador) ou dos moradores para o espaço (moradores-espaço), se torna irrefutável o elemento dialógico e pedagógico consolidado pela integração que fixa nas diferenças a força transformadora capaz de reescrever cada passo da história, onde a valorização das experiências, saberes e práticas em espaços informais como a favela podem colimar numa cultura própria, com matiz peculiar onde emerge o conhecimento como agente educador, inclusivo e transformador.

Principais Referências Bibliográficas

SANTOS, B. de S. *Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento*. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v 26, n. 1, p. 29, 2001.

BONAFÉ, J. M. *Proyectos Curriculares y práctica docente*. España: Díada editora, 2002.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vol. 1. 22ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

CHACON, V. "o cadáver da escravidão e o Estado desorganizado". Folha de São Paulo. (São Paulo). Tendências/Debates. P. A-3, 05 out. 1995.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

LE MOS, F. C. *Histórias orais de vida na favela da barreira: biodiscursividade nas linhas de resistência e empoderamento*. VIII Congresso Internacional de Pesquisa (auto)biográfica. Unicidade: São Paulo, 2018.

GADOTTI, M. *Pedagogia da práxis*. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998

MEIHY, J.C.S.B. RIBEIRO, S.L.S. *Guia Prático de História Oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

ONG, W. J. *Oralidade e Cultura Escrita*. Tradução: Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papirus, 1998.

PINEAU, G.. Le GRAND, J.L. *As histórias de vida*. Tradução: Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria da Conceição Passegi. Natal: EDUFRN, 2012.

WERTHEIN, J. Cunha, C. do. *Fundamentos da nova educação*. Série Educação, vol. 5. Brasília: UNESCO, 2000.

ZUMTHOR, P. *Escritura e nomadismo: entrevistas e ensaios*. Tradução: Jerusa Pires Ferreira, Sonia Queiroz. São Paulo: Ateliê editorial, 2005.

A PSICOLOGIA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA NA FAMÍLIA FRENTE AO DIAGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA

FERNNANDA CASTELLARI BAGATOL

*Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo-ES
fernmandacb@hotmail.com*

ROSIMELIA FREITAS CASTELLARI BAGATOL

*Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo-ES
meliafcb@hotmail.com*

ADRIANA MASTELA GOMES GRASSELI

*Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo-ES
adrianamastela@saocamilo-es.br*

RESUMO

O presente artigo problematiza os desdobramentos da reação dos pais na aceitação do diagnóstico do filho com deficiência. A chegada de um novo indivíduo para a família produz muitas mudanças neste meio, depositam-se nela expectativas que permeiam o imaginário familiar, perspectivas que foram sendo moldadas durante nove meses de espera e planejamento. Quando se recebe a notícia do diagnóstico de uma criança com necessidades especiais, torna-se um evento mais delicado, podendo gerar inseguranças, dúvidas e sentimentos confusos. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo verificar a importância do trabalho do psicólogo na aceitação dessa nova e indesejada situação de vida, que pode gerar afeto e desafeto, aceitação e rejeição, medo e até culpa aos pais, a fim de promover a inclusão dessa criança com deficiência no seio familiar.

Palavras-chave: Pais, Família, Crianças com deficiência, inclusão.

ABSTRACT

The present article presents the unfolding reactions of the parents in accepting the diagnosis of the child with disability. The arrival of a new individual for the generation of orders in the long term, the expectation was assumed that the imaginary became familiar, the perspectives were created during nine months of waiting and of planning. When you receive news of the diagnosis of a child with special needs, it becomes a more delicate event, generating insecurities, doubts and confused feelings. The purpose of research, research, research and self-esteem, life situation, anxiety and the will to generate, rejection and concern for parents with disabilities in the family.

Key-words: Parents, Family, Children with disabilities, inclusion.

INTRODUÇÃO

Durante o período gestacional, os pais preparam-se para a chegada do filho, já estabelecendo em sua existência, seus desejos e expectativas. Segundo Camargo e Londero (2008, p. 277) os pais idealizam como será a chegada dos filhos, sua infância, seu desenvolvimento e vida adulta. O sujeito “idealizado” e “desejado” passa a permear intensamente o imaginário do adulto.

Os pais, com o nascimento do filho, estabelecem vínculos, que se dão através da troca de afeto, contato visual e físico. Enfim, neste momento de troca, constrói-se a ligação emocional e os vínculos afetivos, “(...) ao qual a perfeição é atribuída de forma supervalorizada.” (GÓES, 2006, p. 543).

Dessa maneira, a família é o primeiro contato da criança com a sociedade, bem como, a mediadora entre o homem e a cultura, sendo o berço da aprendizagem, que modela os significados e dão a eles suas características próprias e conceitos para o grupo, principalmente nas relações interpessoais e do construto individual, em consonância com o social. (DESSEN e POLONIA, 2007, p. 22).

Ao receber o diagnóstico de uma deficiência, seja ela, durante a gravidez; na concepção, ou ainda, em algum acidente, é uma situação penosa que recai na família e em seus cuidados. Segundo Pádua e Rodrigues (2013, p. 2321) a criança com deficiência interfere diretamente no cotidiano, nas relações e nas estruturas da família. O diagnóstico pode levar a um processo de luto por esse filho idealizado. A reação dos genitores no primeiro momento é de descrença, seguida por insegurança, confusões e instabilidades.

O profissional da área da Psicologia tem como viés reavivar e estabelecer a relevância da família, pois possui um papel fundamental no desenvolvimento da sociabilidade, do bem estar, bem como da afetividade. A intervenção também visa propiciar a qualidade de vida da criança com deficiência.

Com a intervenção do psicólogo, por exemplo, através da mediação da psicoterapia familiar, trabalham-se questões tais como: a culpabilização da criança com a patologia e a culpabilização dos pais, situações que geralmente ocorrem. O profissional trabalha com a orientação, apoiando e acolhendo os sofrimentos da família em questão, pois nesse momento as relações familiares são conduzidas por redes de fantasias, ansiedades e conflitos.

É importante ressaltar que o psicólogo não fornece solução, (PADUA e RODRIGUES, 2013, p.2326), mas sim potencializa a família em seus reais recursos a fim de auxiliá-la a canalizar seus afetos.

METODOLOGIA

O objeto de estudo da pesquisa contempla a importância do trabalho do psicólogo na inclusão de crianças na família frente ao diagnóstico de deficiência. Para investigá-lo foi realizado um estudo bibliográfico exploratório, utilizando as bases de dados, como: Scielo e Google acadêmico, sendo os descritores que selecionados de acordo com as palavras – chave: pais, família, crianças com deficiência, inclusão. Os trabalhos foram selecionados de acordo com o ano de publicação, sendo estes, entre os anos de 2006 a 2017.

O primeiro passo foi à realização de um levantamento entre publicações nacionais na área, a fim de verificar quais são os pontos de vista dos autores. Os estudos selecionados foram livros, artigos científicos, dissertações e teses, sendo excluídos textos com enfoques comerciais ou que não possuem relações com o tema.

A segunda etapa constitui da coleta de dados, sendo a leitura exploratória (leitura rápida para verificar se a obra é relevante a temática), leitura seletiva (leitura mais aprofundada, destacando as partes mais importantes) e os registros das informações das fontes (autores, ano, método e resultados).

O terceiro passo foi à construção de uma leitura analítica, tendo como resultado a organização das estruturas e assimilação das informações contidas nas fontes, mediante a busca que possibilitasse a resolução da problemática.

A quarta etapa soma à anterior, pois é onde emerge as discussões dos resultados analisados perante o referencial teórico do estudo, resultando nas seguintes categorias: Visão Sistêmica da Família; A família e o diagnóstico de deficiência; Elaboração do luto pelo filho idealizado; O fazer da Psicologia e a família; O relevante papel da escuta; A estimulação precoce: percebendo as potencialidades; e A família e sua contribuição no processo de estimulação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 Visão sistêmica da Família

A família é o berço do indivíduo, o primeiro contato com a sociedade. Isso acontece, pois a família quem propicia as estimulações para que o desenvolvimento aconteça de forma integral, sendo assim, moldando a personalidade do sujeito. (PADUA; RODRIGUES, 2013, p. 2324).

Segundo Ribeiro e Silva (2017, p. 12), a função psíquica da família é proporcionar o afeto, que desempenha um papel fundamental na sobrevivência emocional do recém-nascido. Além de contribuir com esses aspectos afetivos, a família também colabora, junto aos fatores sociais, para a formação da identidade da criança. É na família que se permite o ambiente adequado para que se faça acontecer à aprendizagem.

Dessa forma, entende-se por família, uma unidade básica de desenvolvimentos e experiências, onde é permitido o fracasso e a realização, a doença e a saúde. É um sistema de relações que possibilitam ou não o desenvolvimento saudável dos seus membros. Mediante a isso, Ribeiro e Silva (2017, p.13), utilizam as nomenclaturas do estudo de Osório (2002), para fundamentação do equilíbrio na família, que são: a “homeostase” – processo de autorregulação permitindo a estabilidade do sistema, tendo como base, preservar o funcionamento – e a “morfogênese” – um sistema aberto permeável as influências internas ou externas e resulta na sua organização.

Assim, a família é atravessada a todo instante por diversos fatores, de modo que cada componente familiar influencia e afeta os outros. Enquanto grupo, tem seu sistema regular que permite a estabilidade e regularidade para garantir o bem estar de todos, ou ainda, a homeostase (PADUA; RODRIGUES, 2013, p. 2323).

Dessa forma, a família tem um ofício importante para o desenvolvimento e inclusão da criança, pois é nela que fluem os valores, atitudes e um espaço que permite o desenvolvimento eficaz. Quando se trata de uma criança com deficiência, a família torna-se ainda mais solicitada nos cuidados e nas estimulações (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 13).

1.1 A Família e o diagnóstico de deficiência

A chegada de um novo membro na família gera expectativas e idealizações. O nascimento de um filho gera impacto na vida emocional, financeira, no cotidiano e na organização familiar. O exercício de se tornar pais requer cuidados e responsabilidades essenciais, como a educação, proteção e socialização dos filhos (OLIVEIRA; POLETTI, 2015, p. 103).

Ao receber o diagnóstico de uma deficiência, os pais vivenciam uma situação geralmente penosa que recai aos cuidados da família. Em geral, no primeiro momento a família se desequilibra, fica com sua estrutura disfuncional, a morfogênese representa essa instabilidade.

Nesse contexto, o trabalho do psicólogo, através da Terapia Sistêmica da Família, terá condições de contribuir com o desempenho e com a inclusão do sujeito. (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 14). Como a sistêmica busca uma capacidade de estabilidade, é através das mudanças que se instala a homeostase, que seria a reorganização.

A resiliência é fundamental no processo de superação dos sentimentos negativos, resignificando esta situação, pois é um processo psíquico complexo que envolve muitos recursos, sejam eles pessoais, ambientais e sociais. Concomitantemente, a resistência significa também possibilidade de enfrentamento e superação (OLIVEIRA; POLETTI, 2015, p. 113).

Também é de suma importância o acolhimento deste indivíduo na família, isso requer informações sobre a patologia. Segundo Ribeiro e Silva (2017, p. 15), há três fatores de impacto na relação de cuidados de uma pessoa com deficiência, que são eles: o “grau de informação”, todos que estão presentes no caso, necessitam de informações claras para lidar com a criança da melhor forma possível.

Outros fatores citados por Ribeiro e Silva (2017, p. 15) são: “a intensidade da possível sensação de isolamento social”, a subjetividade humana é construída na cultura, na qual os estereótipos e representações sociais acrescentam e elevam as qualidades desfavoráveis; e os “cuidados necessários” a fim de elevar as potencialidades e trabalhar as limitações.

1.2 Elaboração do luto pelo filho idealizado

Antes mesmo do processo de espera, durante a gestação, depositam-se no bebê uma série de expectativas e idealizações, oriundas dos pais ainda na fase da infância, possuindo características que correspondem aos seus próprios anseios e necessidades, tornando-se então, representante da imortalidade dos genitores, assim, um filho representa os traços de investimento narcísico (CAMARGO; LONDERO, 2008, p. 277).

Desse modo, o nascimento da criança com deficiência propicia sentimentos inicialmente aterradoros, já que os pais acrescentavam expectativas em relação a um futuro positivo. A deficiência exige dos pais o processo do luto, para que possa elaborar a perda do filho considerado “perfeito” e ver a verdadeira situação, segundo Ribeiro e Silva (2017, p.16).

Sassi (2013, p. 4), descreve os estados de luto oportunistados pelo trabalho de Moses (2008) acerca do diagnóstico de deficiência são eles: negação, ansiedade, medo, culpa, depressão e raiva. O luto é estado de sentimentos que levam as mudanças internas e externas.

A negação é o período inicial do processo, pois é nela que consiste o confronto com a informação indesejada do diagnóstico de deficiência do filho, não acreditando que isso tenha atingido a criança. Este mecanismo de defesa permite a tentativa de manejo com a perda súbita.

Com isso, vem a ansiedade, motivada pelas mudanças necessárias, já que modificam um sistema interior familiar, seja no cotidiano, prioridades e opiniões. O medo, se expressa na maneira como se enxerga a responsabilidade mediante as dificuldades apresentadas por aquela criança. Em consonância, a culpa acaba a ajudar a redefinir algumas questões da causa da deficiência, sendo o facilitador da homeostase para a vida familiar.

Tanto a depressão como a raiva, são necessárias para a elaboração do luto, pois os pais descobrem e recodificam novas definições para possibilitar ver um ser completo e capaz.

Todos esses sentimentos precisam ser vivenciados pelos pais ou aqueles que assumem esse papel. A organização sistêmica se dá de inúmeras maneiras diversificadas, pois cada família e seus membros ocupam uma forma. Logo, cada contexto irá se comportar deferente, a partir de sua capacidade e potencialidade.

Diante disso, é de grande valia, o apoio e acolhimento de um profissional qualificado para que o processo de luto seja efetivado. Além disso, a importância da escuta e informações corretas sobre a patologia e seus desdobramentos fazem toda a diferença.

2 O fazer da Psicologia e a família

A intervenção psicológica de forma precoce, em uma família que recebe um filho com deficiência, diminui consideravelmente as dificuldades na aceitação e ajuda a ter uma presença mais realista e otimista de suas possibilidades no processo de desenvolvimento. O trabalho do psicólogo neste caso, não é promover a cura, não obstante, a estimulação do desenvolvimento, dando ênfase na autonomia e propor a qualidade de vida tendo em vista, o paciente e os familiares (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 17).

Segundo Sassi (2013, p. 8), é necessário inverter os olhares, retirar o foco na fraqueza e na patologia, estimulando assim, a resiliência e o aumento da capacidade de potencialidade e enfrentamento de situação. Logo, dar oportunidade aos pais para sentirem-se suficientes em suas singularidades, sendo este, o recurso para a implicação dos conflitos advindos da realidade.

Conseqüentemente, o atendimento à família faz-se importante, pois geralmente há uma centralização de toda atenção em torno da criança deficiente, enquanto o conjunto familiar é deixado em segundo plano. Muitas vezes, o que acontece, é que a própria família já possui uma demanda elevada, e com essa nova situação, elevam-se os níveis de conflitos com a chegada da criança, tornando-se apenas o estopim (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 18).

As autoras ainda acrescentam que para dinamizar o funcionamento familiar, as intervenções realizadas pelo psicólogo devem considerar o sistema organizacional familiar, seus padrões e funções que assumem naquele grupo, fazendo com que os estímulos os fortaleçam para a recodificação da situação e a resiliência perante aos cuidados do indivíduo com necessidades especiais.

O papel do psicólogo não é dar soluções, muito pelo contrário, é de potencializar a família e suas capacidades, auxiliando-a a encontrar o caminho pela busca de recursos emocionais. Assim, segundo Padua e Rodrigues (2013, p. 2326), a terapia familiar viabiliza a percepção e análise dos seus comportamentos cobertos de conteúdos rejeitados e desconhecidos, bem como orientar sobre os benefícios do rodízio de cuidados, estimulando ativamente todos os membros da família.

2.1 O relevante papel da escuta

A escuta familiar é primordial para contribuir com o processo de elaboração do luto, a fim de amenizar o sofrimento psíquico.

A forma como a notícia é transmitida para os pais pode influenciar na forma de lidar com o fator desconhecido, pois os sentimentos ficam confusos e isso pode interferir no vínculo com a criança. Sobre o tema, Camargo e Londero (2008, p. 284), em seu trabalho, entrevistaram alguns pais para verificar os receptivos impactos da notícia da deficiência de seus filhos. Uma mãe, denominada na pesquisa "mãe 7", que destacou a maneira que foi informada sobre o diagnóstico do filho, com Síndrome de Down, sete anos.

É, eu achei péssima a maneira que ela falou, que ele não tinha solução, né, que pra ele não adiantava gastar nada, que não tinha dinheiro, nada, ai adiantar. Isso é que eu achei péssimo, né, a maneira que ela falou, né.

Segundo Camargo e Londero, que ainda citam Höher e Wagner (2006), o sofrimento não é evitado, pois os pais se frustram com a chegada do filho deficiente. Vale lembrar aqui, que esse sofrimento pode ser elevado quando são brutalmente impactados pela forma de como é dada a notícia.

Cuidar das famílias que passam por isso, é necessário para fortalecê-las na implicação dessa situação, ouvir os medos, dúvidas e necessidades, potencializando as possibilidades de vida, para que possam cuidar da melhor maneira possível essa criança, e tendo ciência da estrutura familiar (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 20).

As autoras utilizam a colaboração de Vizzotto e Gomes (2009), que afirmam que é o ofício do psicólogo é auxiliar no elucidar dos conflitos e sentimentos que foram reprimidos, utilizando uma escuta e acolhimento emocional apropriado, visando oportunizar reflexões e criar novas estratégias possibilitando o caminho para que os conflitos apareçam.

Acrescentam ainda que, o profissional deve respeitar ainda a individualidade e particularidade de cada família, logo, a intervenção será de forma diversificada. Potencializar o grupo é a palavra chave, perceber as reais capacidades e intermediar os caminhos para canalizar os recursos emocionais.

2.2 A estimulação precoce: percebendo as potencialidades

A estimulação precoce potencializa as funções do cérebro, tendo em vista, o aspecto intelectual, físico e seus sentimentos, isso se dá através de jogos, atividades e outros recursos. Peruzzolo e Costa (2015, p. 4), dizem que uma criança que teve acesso a estímulos precocemente, terá mais aproveitamento de suas capacidades de adaptação e aprendizagem, de uma forma mais eficaz.

Os autores acrescentam ainda que quando a criança é estimulada, surge uma gama de oportunidades e experiências que contribuirão para explorar, adquirir e possuir habilidades de forma natural, complementando que “A estimulação precoce une adaptabilidade do cérebro à capacidade de aprendizagem, sendo uma forma de orientação do potencial e das capacidades da criança”.

Além disso, o avanço da ciência possibilitou a descoberta da neuroplasticidade – capacidade que o sistema nervoso possui de adaptar-se a nível estrutural ao longo do desenvolvimento –, e somando com a repetição significativa para o processo de aprendizagem, a plasticidade e a estimulação correta, resulta o ato de aprender (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 5).

Mas, salientam sobre o processo de estimulação precoce, bem como a respeito da neuroplasticidade:

A estimulação precoce é uma possibilidade a todos os seres humanos. Ao iniciá-la, vale ressaltar que o quanto antes esse processo for iniciado maiores e melhores os resultados. Segundo os especialistas, a flexibilidade do cérebro vai diminuindo com a idade. Desde o nascimento até os 3 anos de idade, o desenvolvimento neuronal dos bebês alcança seu nível máximo. A partir daí, continuarão aprendendo, mas não ao mesmo ritmo e com todo o potencial. (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 6)

Não obstante, contar com uma equipe multiprofissional é de grande valia aliada com a família, pois é nesse espaço que se possibilita um desenvolvimento saudável e integrador, dando o suporte necessário para este fazer.

Vale ressaltar que, cada indivíduo tem a sua maneira de aprender. Mesmo que seja vontade do terapeuta ou dos pais que a criança chegue ao máximo do potencial, são suas condições que irão ditar os caminhos a serem tocados clinicamente, segundo os autores.

2.3 A família e sua contribuição no processo de estimulação

Como visto anteriormente, a família assume um papel primordial e conseqüentemente, o seu ambiente também se reflete no desenvolvimento da criança. É dentro deste sistema, que a criança se apropria, desenvolve, aprimora os elementos, sejam eles, internos ou externos, tornando-se como uma referência de apoio ao desenvolvimento (PADUA; RODRIGUES, 2013, p. 2323).

O envolvimento dos pais na intervenção do filho deficiente é de suma importância, pois são eles que incentivam e possibilitam o desenvolvimento saudável, bem como a aprendizagem. Peruzzolo e Costa (2015, p. 9) citam o estudo de Buscaglia (1997), se a família participar e apoiar o processo de intervenção precoce promoverá melhoras significativas para a criança. Os membros acreditam ser responsáveis por esses avanços, mas para que isso ocorra, a família tem que estar ciente de todos os procedimentos através de orientações cabíveis.

Ribeiro e Silva (2017, p. 19) ressaltam que as informações claras e precisas sobre a deficiência e seus desdobramentos, potencialidades e limitações, devem ser ofertadas aos pais e ao grupo que está envolvido no caso, para que incentivem sobre o papel da reabilitação e outros pontos para promover a desenvolvimento da melhor maneira possível.

Peruzzolo e Costa (2015, p.8) utilizam a contribuição de Fonseca (1995, p. 9) para expressar esses desdobramentos:

O direito à igualdade de oportunidades educacionais é o resultado de uma luta histórica dos “militantes” dos direitos humanos, luta que implica a obrigatoriedade de o Estado garantir gratuitamente unidades de ensino para todas as crianças (quer sejam ou não deficientes). O deficiente pode não ver, mas não tem dificuldades em orientar-se ou em fazer música. Não ouve, mas escreve poesia. Não aprende matérias escolares, mas pode ser excepcional numa atividade profissional ou num desporto.

Logo, cabem aos pais e aos profissionais que estão no caso, propiciarem as experiências de vida, garantindo assim, a estimulação correta e trabalhar o engajamento social da criança, em prol de um desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Dessa maneira, o papel do desenvolvimento e da reabilitação, depende da relação do sistema familiar. Além de fornecer informações claras, incentivar as suas potencialidades e limitações é eficaz. A família também precisa controlar o grau de ansiedade, pois pode atrapalhar os avanços e processos de novas aquisições trazendo frustrações desnecessárias. (PADUA; RODRIGUES, 2013, p.2325)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através do seio familiar que se desenvolve o indivíduo, portanto, proporcionar para esta criança um ambiente acolhedor, onde possa desenvolver suas habilidades e suas potencialidades, bem como, um lugar, onde coloque suas fraquezas e emoções sem julgamentos e estereótipos. Logo, a família desempenha um papel fundamental no processo de reabilitação, uma vez que se modelam indivíduos com autonomia e principalmente, constroem a autoestima, trabalhando com os seus próprios desafios.

As contribuições teóricas que sustentaram o embasamento para a discussão e contribuição com levantamentos pertinentes à temática puderam destacar que a sistêmica é uma rede complexa de laços e que sofrem influencias dos meios externos e internos também. Mediante a esse

levantamento, quando algo acontece, neste caso o diagnóstico da deficiência da criança é dada, ocasionam o desequilíbrio familiar de suas organizações, a morfogêneses; o que leva a busca constante da homeostase – a autorregulação para o meio.

Acompanhamos também o processo do luto, que é de suma importância que seja vivenciada. O psicólogo precisa ter uma postura adequada frente a essa nova etapa da vida deste grupo, tendo a sensibilidade de destacar as necessidades tanto da família, quanto da criança. Segundo os autores, o psicólogo, é a ponte entre os pais que exercem o papel de parceiros ativos e a criança que é à força de atualização.

Vale ressaltar também, que o trabalho precoce de estimulação das potencialidades nas crianças com deficiência é de suma importância para a evolução de suas aquisições intelectuais e a conquista de uma autonomia. Essa, para tanto, depende da família que irá organizar para uma longa caminhada a ser percorrida.

Após a realização desse estudo, pode-se afirmar que o psicólogo exerce um ofício relevante frente à aceitação do diagnóstico destes filhos com deficiência, através do aconselhamento e apoio familiar.

O profissional que atua com a família deve ter o discernimento de valorizar a própria família em primeira instância, pois é o berço do desenvolvimento também da criança, em segundo plano, mostrar que o sujeito não é um problema (FIAMENGHI JR e MESSA, 2007, p. 243).

Segundo Sá e Rabinovich (2006), com as intervenções psicológicas, as famílias mesmo com seus desafios, podem ultrapassar essa questão, reagindo com diversidade, desempenhando e promovendo o bem estar e construindo soluções, sendo otimistas, persistentes e transmitindo amor. Agindo assim, certamente serão surpreendidas pela potencialidade de seus filhos.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, S.P.H., LONDERO, A. D., Implicações do Diagnóstico na Aceitação da Criança com Deficiência: Um Estudo Qualitativo. **Interação em Psicologia**. 2008, v 12, p. 277- 289.

DESSEN, M. A., POLONIA, A. C. **A Família e a Escola como Contexto de Desenvolvimento Humano**. Universidade de Brasília. Paidéia, 2007, 17 (36), p. 21-32.

FIAMENGHI JR, G.A ; MESSA, A.A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudo sobre as relações Familiares. **Psicologia Ciência e Profissão**. 2007, v. 27 (2), p. 236 – 245.

GÓES, F. A. B., Um Encontro Inesperado: Os pais e Seus Filhos com Deficiência Mental. **Psicologia Ciência e Profissão**. 2006, v. 26 (3), p. 450 – 461.

OLVEIRA; I. G., POLETO, M., Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. **Revista SPAGESP**, 16 (2), 102-119, 2015.

PADUA, E. S. P., RODRIGUES, L. **Família e Deficiência: Reflexões sobre o papel do Psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência**. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação Especial. Londrina. 2013, p. 2321- 2331.

RIBEIRO; J.L., SILVA; P. L. **A família do Deficiente Intelectual: Reflexões acerca do sofrimento familiar e do trabalho do Psicólogo**. Psicologia. PT , 2017

SA, S. M. P.; RABINOVICH, E. P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo , v. 16, n. 1, p. 68-84, abr. 2006 .

SASSI, Franciele. **O impacto da deficiência infantil aos pais e o processo de reconhecimento desta realidade por meio do auxílio promovido pelas equipes de profissionais da saúde**. Psicologia. PT , 2013

REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INTERDISCIPLINARIDADE, INTERSETORIALIDADE E PRODUÇÃO DE OUTROS POSSÍVEIS

FRANCINE DE SOUZA DIAS

Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana

E-mail: francine.dias@ipea.gov.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as práticas reabilitacionais e seus impactos na vida das pessoas com deficiências, à luz dos princípios da intersectorialidade, da interdisciplinaridade e da filosofia que baseia o modelo social de avaliação das deficiências. Serão analisados os documentos nacionais que estruturam os serviços de reabilitação, mediante a necessidade de se compreender como são produzidos modos normalizados de se viver com uma ou mais deficiências e de que forma tais práticas foram se articulando com essas possibilidades, ou seja, de que forma essas instituições determinam assujeitamentos ao longo da sua existência. Este artigo irá questionar as bases que sustentam a coexistência dos paradigmas de autonomia e de cuidado e seus efeitos cotidianos e pensar a possibilidade de se criar processos de singularização a partir das generalizações que circunscrevem as políticas públicas deste campo.

Palavras-chave: Deficiências. Intersectorialidade. Interdisciplinaridade. Reabilitação. Governamentalidade.

ABSTRACT

This study aims to reflect on rehabilitation practices and their impacts on the lives of people with disabilities, in light of the principles of intersectorality, interdisciplinarity and the philosophy that bases the social model for the evaluation of disabilities. The national documents that structure rehabilitation services will be analyzed through the need to understand how standardized ways of living with one or more disabilities are produced and how these practices have been articulated with these possibilities, that is, how these institutions determine domination throughout its existence. This article will question the bases that support the coexistence of autonomy and care paradigms and their daily effects and think about the possibility of creating processes of singularization based on the generalizations that circumscribe the public policies of this field.

Key words: Disabilities. Intersectorality. Interdisciplinarity. Rehabilitation. Governmentality.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo pensar as práticas de habilitação/reabilitação de pessoas com deficiências que, na perspectiva de sua complexidade, se materializa pelos atributos da transversalidade¹, da integralidade² e da interdisciplinaridade³. Isto traz ao questionamento não

1 De acordo com a Polícia Nacional de Humanização, "Transversalizar é reconhecer que as diferentes especialidades e práticas de saúde podem conversar com a experiência daquele que é assistido. Juntos, esses saberes podem produzir saúde de forma mais corresponsável" (Brasil, 2013b). Acrescenta-se, à luz da análise institucional, a transversalidade como descoberta de conflitos e de lutas sociais, como lugar das resistências e do não dito (ALTOÉ, 2004).

2 Integralidade como superação da fragmentação das ações do SUS e do SUAS, sentido à organização de suas práticas para os trabalhadores e usuários da política.

3 Interdisciplinaridade como ampliação dos modos de pensar e agir de forma coletiva entre os saberes que se articulam no processo.

somente os exercícios multiprofissionais e os saberes que os constituem, mas também os vínculos de cuidado entre saúde e assistência social (políticas responsáveis legalmente pelos serviços reabilitacionais), o que coloca em análise as intercessões existentes entre ambos.

Especificamente em relação à saúde, os documentos orientadores das práticas profissionais são as Portarias GM/MS Nº 793 e Nº 835, ambas de 2012. Além de determinarem as responsabilidades do SUS⁴, elas também normatizam o funcionamento das diferentes modalidades de reabilitação, de acordo com o tipo de deficiência. No SUAS⁵ habilitação/reabilitação é demarcada como um dos objetivos da Proteção Social (PS)⁶, embora as respectivas ações não estejam delimitadas e tipificadas, tal como na área de saúde. Esta é uma das tensões em relação ao papel desta política no financiamento e na execução do trabalho.

No geral, a habilitação/reabilitação está instituída atualmente no bojo dos direitos humanos e tem como um de seus marcos fundamentais a avaliação da deficiência por uma equipe multiprofissional, pela via de um modelo social, que considera não somente os fatores orgânicos do corpo, mas também os elementos externos e contextuais, sobretudo os limites impostos pelo meio ambiente e outros de teor pessoal. Assim, o grau de funcionalidade do sujeito considera o meio como determinante nas suas condições de acesso, autonomia e participação, tirando a lesão da centralidade da incapacidade.

Esta pesquisa parte de experiências profissionais no âmbito do serviço social para problematizar as práticas reabilitacionais que nesta rede se desenham e questiona quais são os referenciais de autonomia adotados pelos profissionais que compõem o exercício interdisciplinar. Dialoga com a perspectiva de autonomia trabalhada na saúde coletiva que, ao contrário das prerrogativas neoliberais, não é compreendida como independência ou liberdade, mas como “a capacidade do sujeito lidar com sua rede de dependências”, ou seja, “um processo de co-constituição de uma maior capacidade dos sujeitos compreenderem e agirem sobre si mesmo e sobre o contexto” (CAMPOS E CAMPOS, 2006, p. 2).

Durante e após atuar nesta rede de cuidados, diferentes questionamentos foram produzidos a respeito dos saberes e poderes que constituem as práticas reabilitacionais e a forma como tais práticas estão a serviço da organização de determinados modos de vida na condição de pessoa com deficiência, além de como orientam-se pelos objetivos de promoção da independência e da autonomia numa perspectiva neoliberal, em consonância com os discursos presentes nos dispositivos legais sobre o tema.

De acordo com CAMPOS (2012, p. 149), a tradição do trabalho das equipes multiprofissionais em saúde é marcada pela verticalização do comando, relações hierarquizadas que tem por finalidade a docilização dos sujeitos atendidos, reduzindo-os à condição de objeto. A desconstrução dessas hierarquias na produção do cuidado demanda, portanto, reflexões e análises a respeito das relações de poder que se deslocam nessas redes e a forma como os saberes e poderes que nessa trama se estabelecem, operam na produção de subjetividades entre aqueles envolvidos.

Propõe-se pensar o poder pelas perspectivas de Michel Foucault (2014a, p. 17), que o considera não como algo que se detém, mas como práticas, relações, exercícios. Algo que se distribui nos tecidos sociais de forma móvel e transitória. Em par com o mesmo autor, são utilizados nesta pesquisa os referenciais da “biopolítica” e do “biopoder”, da filosofia da diferença e

4 Sistema Único de Saúde

5 Sistema Único de Assistência Social

6 De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Proteção que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

do movimento institucionalista, em virtude de sua contribuição para que se possa pensar a multiplicidade de forças presentes nas relações sociais, corroborando para uma reflexão crítica sobre a produção de subjetividades.

As organizações reabilitacionais fazem parte do cotidiano de grande parte das pessoas com deficiências que vivem na cidade, e tornaram-se fundamentais, inclusive, para ampliar modos de ser e fazer dentro das próprias limitações impostas pela lesão. Por esta razão, importa refletir sobre o modo como se desenha o governo destas populações por meio de tais condutas e pensar outros possíveis para que as práticas de cuidado contribuam na construção desses fluxos. Nesta direção, Franco e Merhy (2012, p. 160) sinalizam que,

Apesar do trabalho vivo sofrer processos de captura pela normativa que regula a vida dos trabalhadores, individuais e coletivos, no interior das organizações, permanece uma capacidade operativa nas redes dos serviços, dada pela sua natureza rizomática, isto é, sua constituição por fluxos de conexão entre equipes, no plano mesmo da micropolítica. Isto torna possível ao trabalhador operar linhas de fuga e trabalhar com lógicas muito próprias, que são do próprio sujeito que opera o sistema produtivo, sendo ele próprio capaz de encontrar novos territórios de significações, que dão sentido para, por exemplo, a produção do cuidado quando tratamos do caso da saúde.

Assim, é preciso compreender como são produzidos modos normalizados de se viver com uma deficiência e de que forma as práticas reabilitacionais interdisciplinares e intersetoriais foram se articulando com essas possibilidades, ou seja, de que forma essas organizações determinam assujeitamentos ao longo da sua existência.

1 - BREVES APONTAMENTOS SOBRE REDES E REGULAÇÃO

Com texto aprovado pelo Legislativo no ano de 2008 e pelo Executivo em 2009, a CDPCD⁷ passou a vigorar com força de Emenda Constitucional, no Brasil, trazendo uma nova definição de pessoas com deficiências: “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade e em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2012: pg. 26).

Esta definição é a mais recente, cujas bases filosóficas e ideológicas estão ancoradas no campo dos direitos humanos e o sentido da limitação considera os fatores ambientais como determinantes para a participação e autonomia da pessoa. Além disso, está em consonância com o modelo social de avaliação da deficiência. Contudo, neste estudo, independente das tensões políticas e identitárias que conformam as nomenclaturas adotadas neste campo, o que se classifica como deficiência é considerado, aqui, uma questão de multiplicidade.

Conforme dito anteriormente, o direito à habilitação/reabilitação se materializa por meio da intersetorialidade entre saúde e assistência social, políticas que orientam suas práticas por distintas concepções de cuidado.

Atualmente, no âmbito da assistência social, a habilitação/reabilitação aparece na LOAS⁸, na forma de objetivo da proteção social. A respeito da proteção social especial, o Plano Viver sem Limite materializou algumas ações, por meio da liberação de recursos para a construção e ampliação de centros-dia de referência.

De acordo com a Tipificação dos serviços do SUAS, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências e suas Famílias, ofertado em Centros-dia destina-se a

7 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

8 Lei Orgânica de Assistência Social.

peças com deficiência com algum grau de dependência, que tiveram ou têm as suas limitações agravadas pela convivência com situações de risco ou violação de direitos, tais como: extrema pobreza; histórico de desassistência de serviços essenciais; precariedade dos cuidados familiares; alto grau de estresse do cuidador familiar; desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa; isolamento social, confinamento, abandono, maus tratos, dentre outras situações que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia da dupla pessoa cuidada e cuidador familiar. O Centro-dia, por sua vez desenvolverá um conjunto variado de atividades de convivência, fortalecimento de vínculos e cuidados pessoais; identificação de tecnologias assistivas de convivência e autonomia; inclusão em outros serviços no território; orientação e apoio aos cuidadores familiares; produção de conhecimentos de referência para o SUAS, dentre outras atividades que contribuam para a superação das barreiras, dependência e risco por violação de direitos (BRASIL, 2012: pg. 11).

O público-alvo do referido serviço são ‘pessoas jovens e adultas, com distintas deficiências, convivendo com variadas situações de risco por violação de direitos’ (ibid.). Nas orientações técnicas do centro-dia, está prevista a articulação com o SUS, que

pressupõe o matriciamento do Centro-dia ao SUS no território, envolvendo as áreas de saúde de Atenção Básica (Saúde da família, NASF, urgência e emergência, acesso a medicamentos); Atenção Especializada (Serviços de Habilitação e Reabilitação, acesso a órteses e próteses); Atendimento Psicossocial nas unidades de saúde, nos CAPS e em outras unidades de atenção em saúde mental; Atendimento Odontológico Especializado, dentre outros, para qualificação e ampliação das ofertas de serviços aos usuários no território (Ibid., pg. 35).

Esta preconizado, a respeito da interlocução do centro-dia com o SUS, que a equipe deverá organizar um Plano de Trabalho da unidade onde conste a agenda conjunta com a área de saúde, respeitando a organização do território de domicílio dos usuários. Este trabalho de caráter intersetorial representa uma importante estratégia em termos de cuidado e está previsto também na CDPCD. Outro ponto fundamental e necessário foi a visibilidade conferida àquele que cuida (em suma, mulheres pobres).

Gostaria de chamar atenção, no entanto, para o fato de que este serviço está inscrito na proteção social especial, o que não contempla ações no território com vistas à superação das condições de vulnerabilidade, o que pode contribuir para os altos índices de pessoas com deficiências e cuidadores em situação de risco social. Se propõe no âmbito desta política, a garantia da atenção básica via serviços de atendimento domiciliar, algo que não se materializa diante do frequente corte no custeio das políticas sociais e do aumento de atribuições das equipes técnicas sem o aumento de recursos para sua ampliação e condições de trabalho.

Além desses serviços, outros foram criados, mas ainda não dispõem de tipificação, como as residências inclusivas e moradias para a vida independente. A conceituação destes está elucidada na LBI, no terceiro artigo (X e XI):

residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos; moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência (BRASIL, 2015).

O público-alvo são adultos com deficiência, prioritariamente beneficiários do BPC⁹ sem condições de autossustentabilidade e apoio familiar ou que estejam em processo de desinstitucionalização (BRASIL, 2016: pg. 10).

Assim como os centros-dia, as residências inclusivas compõem a rede de proteção social especial para o cuidado de pessoas com deficiência em situação de risco social. Além do cuidado e da inclusão na vida comunitária e social, elas têm por objetivo – em consonância com a reabilitação – “contribuir para a construção progressiva da autonomia, com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária” (Ibid., grifo nosso).

Conforme foi possível observar, as noções de autonomia e de cuidado também aparecem nos discursos da assistência social. Terão elas as mesmas bases filosóficas apresentadas no campo da saúde? De que modo a sua construção se produz nesses campos? A autonomia, no âmbito da assistência social, pode ou deve constituir-se como caminho para a porta de saída da política?

Ao analisar os dispositivos normativos da política de assistência social, chamo a atenção para o fato de que em nenhum momento os termos habilitação/reabilitação são mencionados, mesmo nos documentos específicos sobre o atendimento às pessoas com deficiências, o que torna este objetivo invisível no campo das práticas discursivas desta política.

Entretanto, a partir da formação das equipes e da natureza de cada serviço, é possível afirmar que há um trabalho realizado neste sentido, embora seu formato seja diferente daquele especificado pelo SUS. Questiono, então: De que modo a habilitação/reabilitação de pessoas com deficiências se desenhou na política de assistência social? Por quais razões ela segue invisibilizada (ou negligenciada)?

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência explica que o cuidado nas pessoas com deficiências sempre se concentrou em instituições filantrópicas, caracterizando práticas majoritariamente assistencialistas (BRASIL, 2008, pg. 22), fato que não pode ser distanciado da reflexão sobre os reflexos do neoliberalismo nas políticas sociais brasileiras. Por esta razão, algumas questões tornam-se fundamentais: como o neoliberalismo enfrenta a existência de pessoas com deficiências? Como lida com a existência de sujeitos a margem de determinados modelos sociais de existência? Quais as condições de trabalho neste campo e como elas impactam a vida dos sujeitos atendidos?

A estas características gerais dos serviços de habilitação/reabilitação nacionais, no campo da saúde, acrescenta-se a sua má distribuição nos territórios, deixando diversas populações sem atenção continuada.

Além disso, as linhas de cuidado pressupõem a existência de uma deficiência já confirmada – ou a diagnosticar nesses espaços. Na inexistência do laudo com conceito e código de deficiência, o sujeito pode perder o direito de realizar os acompanhamentos de que necessita – (além de outros direitos), devendo busca-los no território. Quando as instituições mantêm o atendimento retirando o diagnóstico da centralidade, mas considerando a condição do sujeito na sua limitação, conforme preconiza o modelo social, há uma maior abertura no processo, contudo, tal conduta pode provocar outras tensões em aspectos burocráticos de regulação.

A população, em geral, dificilmente consegue acessar tais especialidades no âmbito da atenção básica, haja vista a ausência da oferta de tais serviços nos territórios. Pensar a habilitação/reabilitação de pessoas com deficiência de modo crítico implica questionar seus significados,

9 Benefício Prestação Continuada no valor de um salário mínimo, destinado pela política de assistência social a pessoas idosas e pessoas com deficiência cuja renda-familiar per capita seja de até ¼ do salário mínimo.

defender a integralidade do SUS e do SUAS, a integralidade do cuidado no território e pensar também sobre aqueles que ficam a margem deste acesso por não se enquadrarem em um perfil previamente determinado pelos saberes e poderes. Inclusão e exclusão envolvem relações de poder. O que move essas lógicas? O modelo social pode contribuir com estes movimentos, apesar de também representar um modelo de corte (embora ampliado)?

2 - DEFICIÊNCIA E NORMALIDADE

Dar sentido a este trabalho também implica reconhecer que uma diferença produzida socialmente – a diferença das “pessoas com deficiências” em relação aos outros, ditos normais – é um importante ponto de partida para pensar outros modos de se relacionar. Afinal, “o que é a deficiência senão uma característica valorada negativamente em função de uma norma de eficiência que lhe serve de padrão?” (LOBO, 1992, pg. 113). Cumpre ressaltar que “a norma é tanto o que se aplica a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 2005, pg. 302).

É no espaço público que estes corpos têm suas diferenças esquadrihadas, nomeadas, classificadas. É também neste momento que os saberes sobre eles são produzidos e práticas divisórias são instituídas no seu interior e em relação aos outros. A partir daí, são constituídos modelos de existência, bem como tecnologias e dispositivos diversos para a condução destes modos de vida. Nessa arena as relações de poder e saber se intensificam, produzindo novas práticas, novos modos de operar. Para Foucault (2013, p. 235), “há dois significados para a palavra sujeito: sujeito para alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”.

A determinação das diferenças e da sua classificação, no caso das deficiências, tornou-se base para a constituição de diferentes produções, dentre elas a instituição “habilitação/reabilitação”. Modos de pensar e fazer que permeiam tantas outras práticas separatistas entre estes e os outros. Tais práticas também falam de outro lugar, o da normalidade, a partir de seus padrões determinados pelos mesmos saberes. Tais modelos são estabelecidos não somente quanto às pessoas com deficiência em relação aos outros, mas no seu próprio interior, determinando modos de vida para cada expressão da diversidade humana.

Isto proporciona a reflexão sobre a forma como os conhecimentos desenvolvidos no campo das deficiências se concretizam em práticas e modelos de cuidado realizados sob o título de habilitação/reabilitação, bem como as subjetividades aí produzidas. Tais saberes vão delineando, portanto, as possibilidades de vida dos sujeitos. Neste campo, isto ocorre de forma ainda mais intensa e singular, marcando no seu próprio corpo a forma como ele vai realizar suas atividades cotidianas mais elementares, tudo isso sob as referências do que é tido como normal. Como enfrentar tais práticas, superá-las? O que pode este corpo ao escapar de tais linhas de força?

Algumas práticas reabilitacionais já foram apresentadas como proposta diferenciada, caso da Reabilitação Baseada na Comunidade – RBC, sugerida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), cujo trabalho consiste na realização de ações no próprio território – inclusive na atenção básica em saúde – supervisionadas por profissionais vinculados a instituições de reabilitação.

Esta é uma estratégia que se restringe à “ampliação da cobertura, através da transferência, de forma simplificada, de técnicas e procedimentos”, não se propondo “à revisão de saberes hegemônicos no campo da reabilitação” (OLIVER, et all, 2000, pg. 80). As autoras destacam ainda que a iniciativa por tais ações também se concentra no âmbito do terceiro setor. De acordo

com o Consórcio Internacional de Deficiência e Desenvolvimento (IDDC)¹⁰, a saúde, educação, meios de vida, social e empoderamento são os principais componentes da RBC, cujas diretrizes partem desse núcleo. A RBC recebeu definição em 2004, mediante uma articulação entre OIT, UNESCO e OMS, como “uma estratégia de desenvolvimento comunitário para a reabilitação, igualdade de oportunidades, redução da pobreza e inclusão social de todas as pessoas com deficiência (IDDC, 2012, pg. 04).

Não se pode negar a parcial mudança de paradigma que este modelo apresenta ao transferir do centro de reabilitação para o território o seu espaço de cuidado, já que, dentre outras coisas, as potencialidades desse lugar serão melhor aproveitadas e estimuladas, além de outros importantes ganhos em termos de acesso e impacto social.

Contudo, o fato de que as práticas realizadas por profissionais da RBC não tenham interesse em questionar o modelo hegemônico de reabilitação ao qual estão vinculados, provoca alguns questionamentos: Sob a égide de quais instituições e discursos emerge a RBC? Que interesses podem estar presentes nesse formato de reabilitação que se estende ao território sem questionar as bases de segregação as quais se vincula originalmente? Que saberes e poderes justificam esse modelo de cuidado? Quais as tensões e contradições que ele produz?

Considero fundamental pensar possibilidades outras de potencialização dos territórios como centro de práticas em saúde e de assistência social para todas as pessoas, o que pressupõe pensar caminhos para as práticas de cuidado às “pessoas com deficiências” na Atenção Básica à Saúde e na Proteção Social Básica, considerando a multiplicidade dos territórios, de suas histórias e de seus habitantes. Isto implica uma importante mudança de paradigmas na observação de suas demandas, incluindo a apreensão das pessoas como sujeitos de suas escolhas e modos de vida. Pressupõe superar práticas divisórias centradas em saberes que se pretendem universais e sustentam intervenções diversas ancoradas em diferenciações que corroboram para a manutenção de uma racionalidade normalizadora. Demanda, do mesmo modo, pensar formas de enfrentamento às bases neoliberais que conformam as práticas reabilitacionais instituídas, cujo principal aparato de serviços encontra-se no terceiro setor.

Faz-se necessário questionar que verdades estruturam os exercícios de governo das pessoas com deficiência. Que exercícios de governo organizam as práticas de cuidado em habilitação/reabilitação? É no contexto do controle tanto do corpo individual quanto do coletivo de pessoas com deficiências, que podemos pensar uma biopolítica desta população. Na biopolítica, além da disciplinarização do corpo, as preocupações giram em torno dos processos de vida, tais como natalidade, mortalidade, longevidade. Seu controle se dá, dentre outras formas, através de métodos estatísticos.

Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, da outra parte, os acidentes, as enfermidades as anomalias diversas. E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada a Igreja (CASTRO, 2006, p. 291).

O autor chama a atenção para aqueles que, no século XIX, estavam fora do campo esperado de capacidades classificadas como normais. Deste ponto de vista, a preocupação com as deficiências foi se constituindo historicamente, na perspectiva da produção e do ônus para o

10 “O IDDC é um consórcio global de organizações não-governamentais (ONGs) focadas em questões relativas à deficiência e ao desenvolvimento, ONGs de desenvolvimento geral e organizações de pessoas com deficiência (OPDs) que apoiam e trabalham na área do desenvolvimento e deficiência em mais de 100 Países” (IDDC, 2012, pg. 02)

Estado, em algo que compõe, até os dias atuais, os espaços de discussão referentes ao tema e que justifica a emergência de todo um conjunto de práticas destinadas à normalização do sujeito, com vistas à superação da condição de incapacidade e à produção da autonomia e da independência.

Através da análise do desenvolvimento de alguns saberes e, conseqüentemente, de técnicas e mecanismos de controle das questões relacionadas às pessoas com deficiências, tem-se o subsídio para pensar a estruturação de seu governo. Nesse sentido, o termo governamentalidade, de Foucault, contribui para pensarmos a forma como a “arte de governar” esses indivíduos e essa população foi construída.

Baseada em Michel Foucault, Revel (2005, p. 65) explica que “a norma corresponde à aparição de um bio-poder, isto é, de um poder sobre a vida e das formas de governamentalidade que a ela estão ligadas”.

Assim, as práticas de cuidado às pessoas com deficiências nos campos da saúde e da assistência social, por meio dos serviços de habilitação/reabilitação são oriundas e criadoras de padrões de normalidade e de modos de governo, tanto individuais quanto coletivos, com objetivos atravessados por elementos políticos, econômicos e sociais. Por tanto, é neste fluxo que as práticas intersetoriais e interdisciplinares são determinadas, tendo seus papéis estabelecidos por determinados saberes e poderes instituídos na base legal. Como desafiar tais padrões e pensar outros modos de habilitar/reabilitar?

CONCLUSÃO

Este trabalho, conforme observou-se, produziu mais perguntas do que respostas. Talvez aí se concentre a sua força. A produção de outros possíveis só pode se dar da medida em que as bases de funcionamento do que foi instituído são colocadas em análise e são questionadas.

Defende-se, neste esforço inicial de problematizar os arranjos disciplinares e setoriais da reabilitação, elucidar fragilidades e fissuras que possam ensejar novas abordagens e perspectivas de atendimento em habilitação e reabilitação, o que implica repensar o cuidado, suas estratégias e suas referências teórico-metodológicas e ético-políticas.

Isto implica, no campo normativo, que este serviço tenha especial atenção nos setores que se responsabilizaram normativamente por garanti-lo, processo que deve envolver a participação de todos os interessados em seus diferentes saberes e hierarquias. Implica questionar as hierarquias produzidas historicamente.

Coletivamente, que os trabalhadores e usuários das respectivas políticas sociais encontrem novos modos de articulação e fortalecimento, assim como os movimentos sociais e as instituições. O país enfrenta um momento de especial ameaça às suas instituições democráticas e efetivo desmonte das políticas sociais. Pensar a habilitação/reabilitação forte, integral e intersetorial é inviável diante da EC 95/2006 que congela gastos sociais por vinte anos, com prejuízos imensuráveis a estes e outros serviços públicos fundamentais.

Assim, este artigo também é resistência e espera contribuir como ferramenta para a manutenção da existência do SUS e do SUAS constitucionais e para o aprimoramento do SUS e do SUAS reais, cujas instituições e serviços sejam acessíveis e inclusivos para todos.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, S. (org). **René Lourau - analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília/DF: 2011.
- BRASIL. **Plano Viver Sem Limite. Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH/SNPD, 2012a.
- BRASIL. **Orientações sobre o serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência. Residências Inclusivas: perguntas e respostas**. Brasília: MDS, 2016.
- BRASIL. **Lei N° 8.742, de 07 de Dezembro de 1993**. Brasília: 1993.
- BRASIL. **Lei N° 13.146, de 06 de Julho de 2015**. Brasília: 2015.
- BRASIL. **Saúde sem Limite. Instrutivos de reabilitação auditiva, física, intelectual e visual (CER e serviços habilitados em uma única modalidade)**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. **Lei N° 8. 069 de 13 de Julho de 1990**. Brasília/DF: 1990.
- BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. **Política Nacional de Humanização (PNH)**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2013b.
- CAMPOS, G. V. **Apoio matricial e práticas ampliadas e compartilhadas em redes de atenção**. In.: *Psicologia em Revista*, v. 18, nº 1. Belo Horizonte: 2012.
- CAMPOS, R. T. CAMPOS, G. V. **Co-construção de autonomia: o sujeito em questão**. In.: CAMPOS, G.V. ET AL. **Tratado de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2006.
- CASTRO, E. **Leituras da modernidade educativa. Disciplina, biopolítica, ética**. In. GONDRA, J.; KOHAN, V. (org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2006.
- FOUCAULT, M. **A "Governamentalidade"**. In.: *Ditos e Escritos IV*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 281-305.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- _____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins fontes, 2005.
- FRANCO, T. MERHY, E. **Cartografias do Trabalho e Cuidado em Saúde**. In. : *Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva*, Vol. 6, nº2. Brasília : 2012.
- IDDC. **Reabilitação baseada na comunidade e a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. IDDC: 2012.
- LOBO, L. **Deficiência: Prevenção, Diagnóstico e Estigma**. In.: RODRIGUES, H. LEITÃO, M. BARROS, R. (org). **Grupos e instituições em análise**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- OLIVER, F. C. Et all. **Reabilitação baseada na comunidade: produzindo ações no contexto sociocultural**. In.: *Quaestio - Revista de estudos de educação*. Ano 02, 2000.

DISPUTAS E TENSÕES ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO DE MODOS DE VIDA NA AUSÊNCIA DA AUDIÇÃO

FRANCINE DE SOUZA DIAS

Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana

E-mail: francine.dias@ipea.gov.br

RESUMO

Este artigo problematiza as tensões e disputas que se desenham entre as práticas de saúde e de educação no acompanhamento de sujeitos não ouvintes. Consiste num fragmento da dissertação de mestrado, intitulada “Devir Surdo: disputas, poder e saber na produção do sujeito não ouvinte”, defendida em 2017, no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPHH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nela foram analisadas as relações entre os dispositivos legais e normativos nos campos da educação e da saúde e as práticas institucionais no âmbito da surdez. Espera-se contribuir para a reflexão e pensamento crítico sobre as práticas reabilitacionais e suas tensões com as práticas pedagógicas e chamar a atenção para a necessidade do fortalecimento da intersectorialidade e da interdisciplinaridade como pautas significativas para uma melhor compreensão do que ambas podem oferecer àqueles aos quais elas se direcionam.

Palavras-chave: Surdez. Saúde. Educação. Saberes. Poderes.

ABSTRACT

This article problematizes the tensions and disputes that are drawn between health practices and education in the accompaniment of non-hearing subjects. It consists of a fragment of the master's thesis, titled “To become deaf: disputes, power and knowledge in the production of the non-listener subject”, defended in 2017, in the Graduate Program in Public Policies and Human Education (PPHH), State University of Rio de Janeiro (UERJ). It analyzed the relations between legal and normative devices in the fields of education and health and institutional practices in the field of deafness. It is hoped to contribute to reflection and critical thinking about rehabilitation practices and their tensions with pedagogical practices and to draw attention to the need to strengthen intersectoriality and interdisciplinarity as significant guidelines for a better understanding of what both can offer to those to whom they are directed.

Keywords: Deafness. Health. Education. Knowledge. Powers.

INTRODUÇÃO

Este trabalho representa um fragmento da dissertação de mestrado intitulada “Devir Surdo: disputas, poder e saber na produção do sujeito não ouvinte”, defendida em 2017, no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPHH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – que resiste. Nele foram analisadas as relações entre os dispositivos legais e normativos nos campos da educação e da saúde e as práticas institucionais no âmbito da surdez.

Embora aqui a categoria não ouvinte se refira a todos os sujeitos que apresentam déficit auditivo, nos diferentes níveis – opção de utilização que visa fugir do binarismo classificatório (surdo x deficiente auditivo) –, o campo de interesses foi recortado pela noção da multiplicidade

de existências que evadem do estabelecimento do formal, ou seja, que se encontram fora de padrões determinados. Assim, foram analisadas as relações entre poder e saber no campo da surdez, por meio da discussão das práticas e problematização da produção de normas especificamente dirigidas a certos não ouvintes, que contribuem para construção de modos de vida dos que não escutam.

Para Foucault (2013, p.220), “um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico”. O autor também define o saber como “o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam”, se determinando “por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso”.

Essa concepção de saber desenvolvida por Foucault contribuiu para pensar a forma como os conhecimentos adquiridos por diferentes atores no campo da surdez produzem concretudes no campo das práticas, as quais, por sua vez, também corroboram para a produção de subjetividades específicas quando tomados como estatutos de verdade.

Assim, neste trabalho utilizei um caso analisador com o objetivo de ilustrar algumas tensões no campo das práticas e o que elas estão a produzir. Nesta análise foram utilizados documentos nacionais e internacionais que versam sobre os direitos das pessoas com deficiências, como apoio para pensar conflitos nos campos da educação e da saúde.

Questiono principalmente de que forma se estabelece a articulação entre os vários saberes nas práticas de gerenciamento da surdez, na produção de modos de entender e normatizar o não ouvinte. Interessou-me pensar a análise das práticas constituídas a partir de certos saberes, “situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político” (FOUCAULT, 2014a, p. 8), conforme propõe a genealogia de Foucault.

1. GIRASSOL COMO ANALISADOR: PENSANDO AS PRÁTICAS

Girassol é uma adolescente com surdez congênita de grau severo. Foi criada pela mãe, ouvinte, chamada Jasmim, e iniciou atendimento especializado nos primeiros anos de vida, o que lhe possibilitou aprender a falar com o apoio de aparelhos de amplificação sonora e acompanhamento interdisciplinar.

Em certa ocasião, Jasmim queixou-se da situação vivida nos últimos meses com sua filha: Girassol recusava-se a fazer uso do aparelho e demonstrava agressividade quando questionada sobre o recurso. Ela afirmava ser surda, não ter desejo de falar, somente sinalizar

Ao atender a adolescente, na sequência, iniciei falando e usando sinais, simultaneamente, para perceber a língua pela qual ela optaria naquele diálogo. Girassol comunicou-se regularmente através da fala. Comentei sobre a situação colocada por sua mãe e ela respondeu que estava cansada, não aguentando mais as pessoas perguntando o porquê de ela falar diferente ou não usar sinais exclusivamente. Explicou que amigos da escola questionavam seu aparelho, afirmando que surdos não falam, que usam LIBRAS¹ e que colegas ouvintes sempre lhe perguntavam sobre o aparelho e sua voz diferente. Ela estava cansada de responder que falava diferente e usava aparelho porque não escutava.

Ao perguntar sobre a modalidade de educação, Girassol afirmou estar em classe bilíngüe², o que me surpreendeu pela sua perfeita compreensão da língua falada. Comentei minha surpresa

1 Língua Brasileira de Sinais.

2 “São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo (BRASIL, 2005, Art.22, § 1º)

e ela respondeu saber disso porque era a melhor da turma em português e seus amigos ainda não sabiam escrever e ler. Questionei sua preferência de comunicação na escola, ela informou que preferia a oral.

Questionei se ela considerava justo ter de escolher uma forma exclusiva de comunicação, uma vez que era boa nas duas línguas e tinha amigos que se comunicavam de ambas as formas. Após minutos de silêncio, animada, respondeu que não era certo. Continuamos conversando sobre a importância de ela dialogar com seus amigos e explicar suas possibilidades de se comunicar das duas formas. Inclusive, orientei-a a ter mais paciência com essas pessoas que questionavam sua forma de interagir com os diferentes grupos, a singularidade da sua voz, o fato de usar aparelhos, pois muitas crianças não entendiam essas diferenças porque nunca conheceram alguém como ela, com tantas características e habilidades. Ela começou a destacar suas próprias qualidades. Falamos sobre importância dela se manter firme, sem medo de assumir como vivia sua surdez.

Foi necessário tecer muitas reflexões com Jasmin para que a proteção e preocupação com o desenvolvimento de sua filha não configurassem mais uma relação de cobrança, com o estabelecimento de demandas específicas, a partir de sua experiência de mãe ouvinte.

Enfrentamos muitas dificuldades em relação à escola, que, apesar de reconhecer o desenvolvimento oral de Girassol, a mantinha numa turma especial, cujo professor, sabendo que ela se comunicava bem oralmente, lhe obrigava a usar sinais dentro e fora da sala de aula, pelo simples fato dela apresentar um diagnóstico de surdez severa. Ela citou, inclusive, uma ocasião em que se dirigiu a uma professora oralmente, durante o intervalo, e esta respondeu em sinais para que ela se calasse e usasse a LIBRAS, porque ela era surda e surdos sinalizam.

Foram muitas tentativas sem sucesso de solicitar nova avaliação, outra possibilidade de assistência educacional que atendesse suas necessidades. Lamentavelmente, deixei a instituição sem ver essa mudança acontecer. Cumpre ressaltar que nesse espaço educacional ela também não tinha a garantia de uso da sua tecnologia assistiva (um aparelho de amplificação sonora), sob a justificativa de que o professor da classe bilíngue não faz uso da língua oral, somente de sinais.

No âmbito da instituição onde atuava, tentei discutir o caso em equipe, iniciando com sua psicóloga. A profissional me respondeu que as coisas eram assim mesmo, que Girassol tinha identidade surda, indiscutivelmente. Tentei dialogar no sentido de discutir suas experiências além da noção identitária, todavia, não tive esta possibilidade, dada a ação de naturalização da situação pela terapeuta.

Também busquei contato com o setor de fonoaudiologia, onde foi possível identificar maior sensibilidade em relação ao que estava acontecendo com a menina, e a terapeuta relatou seus avanços quanto à comunicação oral e escrita, apesar da adolescente não estar levando o aparelho auditivo para o tratamento.

Este serviço, embora ofereça atendimentos oralistas no âmbito da saúde, também presta assistência especializada em outros campos. Inclusive se apresenta como espaço de atendimento aos sujeitos não ouvintes que se comunicam exclusivamente através de sinais. Por esta razão, talvez, a amplitude do caso de Girassol não foi problematizada pela maioria dos profissionais. Estes se ativeram ao seu comportamento, que foi interpretado, no geral, como expressão de uma fase natural na vida da pessoa com aquele tipo de surdez; uma forma de se assumir como “adolescente surda”.

2 DISPUTAS E TENSÕES ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Optei por trazer este caso com o intuito de analisar algumas práticas e tensões identificadas, em par com os dispositivos legais que versam sobre o tema, embora saiba que certas discussões aqui estabelecidas não possam ser estendidas a outras experiências.

Foram percebidas tensões que perpassam diversas práticas, mas este artigo se limita às educacionais e às de cuidado em saúde. Tomando estes elementos como ponto de partida, considerando que as normalizações dos sujeitos surdos se incumbem tanto das singularidades quanto do conjunto das pessoas, discuto as relações das práticas com os dispositivos legais e normativos na perspectiva biopolítica. Deste modo, questiono: Como os dispositivos legais e as práticas institucionais estão tecendo os modos de existir dos não ouvintes nos dias de hoje?

No âmbito do exercício profissional de alguns professores de Girassol, ao determinarem restrições e até proibições à comunicação oral, ficou evidenciada uma prática restrita a certas interpretações de algumas normas legalmente instituídas em detrimento de outras. Tais restrições estão referenciadas unicamente pela lógica de um saber institucionalizado através do diagnóstico de surdez profunda, e não pelas possibilidades e habilidades demonstradas pela menina.

Ao apresentar algumas condutas institucionais no âmbito da educação, a partir dos relatos trazidos por Girassol, destaquei, primeiramente, a heteronomia dos professores: a forma como estes orientam suas práticas de acordo com normas, procedimentos e dispositivos legais determinados verticalmente. Neste sentido, observa-se a tentativa de enquadramento de suas condutas, ignorando a complexidade das características, experiências e o desenvolvimento de cada aluno. Observamos, assim, o prejuízo da pluralidade da experiência educacional que se daria entre sujeitos diferentes que buscam, a partir de encontros e desencontros, dar sentido ao que se faz e ao que se vive no chão da escola, no desenvolvimento de um trabalho em educação que possa igualmente perceber as singularidades e especificidades de cada aluno.

Esse modo de operar, que valoriza tanto o encontro singular como a multiplicidade de possibilidades dele advindas está contido no enunciado de documentos como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPCD), onde atender a pessoa com deficiência de acordo com suas especificidades de existir é também determinado legalmente à educação.

Os diferentes enquadramentos legais e normativos cumpridos sem a devida problematização pela escola acabam tensionando o exercício dos profissionais de educação e redundando em atuações heterônomas, baseadas unicamente em valores e preferências pessoais.

Apesar da LBI expressar a necessidade de atender os alunos em suas singularidades, algumas tensões que se expressam nas práticas também podem ser observadas no documento. O Inciso V do artigo 27 reforça a necessidade da “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência” (BRASIL, 2015); porém, o inciso IV preza pela garantia da “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (BRASIL, 2015), o que determina um lugar específico na escola para o atendimento de sujeitos que possuem um diagnóstico de surdez.

A Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, apresenta a língua de sinais como “um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria e de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Tal reconhecimento é fruto de uma longa mobilização política dos não ouvintes usuários da língua de sinais e de diversas instituições pelo reconhecimento das “diferenças culturais” circunscritas na língua em questão, bem como pela garantia de acessibilidade comunicacional nos diversos espaços de serviço e atendimento ao público.

O Decreto 5.626/2005, que regulamenta esta lei, trata da educação de não ouvintes tendo por referência a língua de sinais. A esse respeito, determina que o poder público deve “ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos” (BRASIL, 2005). No seu artigo 16, o ensino oral da língua portuguesa é determinado igualmente para “surdos” e “deficientes auditivos”. O mesmo acontece no texto da Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação. Em seus anexos, onde constam “metas e estratégias”, o ensino bilíngue surge com foco nos dois grupos: “surdos” e “deficientes auditivos”, ao afirmar que a LIBRAS, por meio da educação bilíngue, deve ser ofertada “aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (BRASIL, 2014).

Ao definir previamente a forma como cada escola vai atender estes alunos, a determinação legal desconsidera a existência de outras possibilidades de viver e aprender na ausência de audição, submetendo o aluno a um plano educacional restrito e instituindo práticas normativas rígidas.

Além das leis e decretos, o Ministério da Educação (MEC) lançou, nos últimos anos, orientações a respeito da assistência educacional a este público. Na coleção sobre o desenvolvimento de competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, afirma-se que a identidade da criança será melhor fortalecida mediante a valorização da língua de sinais, em detrimento de outras formas de comunicação. O mesmo documento, ao falar da perspectiva pedagógica e social da surdez, destaca o padrão visual e a língua de sinais como características do “surdo”. Contraditoriamente, este trecho tem na sequência a afirmação da diversidade da surdez: “a surdez é uma realidade heterogênea e multifacetada e cada sujeito surdo é único, pois sua identidade se constituirá a depender das experiências socioculturais que compartilhou ao longo de sua vida” (MEC, 2006b, p. 71). Esta diversidade também é destacada de outras formas, em outros momentos do texto:

a surdez não é uma realidade homogênea, mas multicultural, a depender do histórico de vida de cada aluno e das relações sociais que estabeleceu, desde o nascimento. A escola poderá se deparar com diferentes identidades surdas: surdos que têm consciência de sua diferença e reivindicam recursos essencialmente visuais nas suas interações; surdos que nasceram ouvintes e, portanto, conheceram a experiência auditiva e o português como primeira língua; surdos que passaram por experiências educacionais oralistas e desconhecem a língua de sinais; surdos que viveram isolados de toda e qualquer referência identificatória e desconhecem sua situação de diferença, entre outros (MEC, 2006b, p. 95).

Em outra coleção organizada pelo MEC, sobre comunicação e sinalização dos não ouvintes é reconhecida a existência de crianças com surdez severa ou profunda que se comunicam de outras formas além da língua de sinais, como no caso de Girassol. Contudo, sujeitos nessas condições são considerados “raras exceções” e, por esta razão, devem ser igualmente educados por meio de sinais.

O mesmo documento sugere funções diferenciadas para professores “surdos” e professores “ouvintes”. De acordo com o texto, o primeiro tem a função de “proporcionar ao aluno com surdez a aquisição da LIBRAS e auxiliar na construção da identidade da criança com surdez,

servindo como modelo”. A diferenciação de funções, embora possa inicialmente facilitar o aprendizado da LIBRAS, também tem o poder de estabelecer barreiras difíceis de transpor entre existências que se comunicam exclusivamente por sinais e os considerados “outros”.

Questiono, a partir da leitura destas cartilhas, de que modo o sistema educacional pode tratar as demandas educacionais dos alunos denominados “raras exceções”. Se não há homogeneidade, mas pluralidade de formas de viver na ausência da audição, um modelo único de educação pode dar conta dessa multiplicidade?

Outra conduta importante em relação ao atendimento educacional de Girassol foi a proibição de uso da língua oral e a negação da sua tecnologia assistiva (aparelho de amplificação sonora). O uso destes recursos é um direito garantido em leis nacionais e internacionais, e também consta na cartilha do MEC mencionada por último.

A atuação dos professores expõe não somente uma leitura heterônoma de determinados documentos, mas também evidencia conflitos entre determinações formais no campo das deficiências, contundentes principalmente quando se suscita o diálogo entre os parâmetros preconizados pela educação inclusiva e pela educação dos não ouvintes.

No Artigo 24 da CIDPD, a educação na modalidade inclusiva aparece como principal objetivo, de modo que se manifeste através de diferentes práticas, dentre as quais destaco: as “adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais e medidas de apoio individualizadas”. O uso dos aparelhos de amplificação sonora e o acesso à sala de apoio estão incluídos nessas práticas como importantes referências para a organização de políticas públicas não homogeneizantes no campo da surdez.

Em relação à comunicação, a CIDPD preconiza a “facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda” e a garantia de que a educação de sujeitos com surdez “seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social”. Assim, o direito à língua de sinais e a educação nesta língua são garantidos sem que haja sua generalização ou imposição como principal ou única modalidade, o que estabelece um ponto de tensão com a legislação nacional específica sobre surdez.

A Declaração de Salamanca, a qual o Brasil concordou, também preconiza o atendimento educacional individualizado e ressalta a diversidade no âmbito das deficiências e as singularidades dos sujeitos, reforçando a necessidade de uma pedagogia centrada na criança, ressaltando o problema que se cria quando a prática na escola se referencia exclusivamente na universalização dos sujeitos. Em relação à educação especial, ou mesmo de classes especiais em escolas regulares, como é o caso de Girassol, esta prática é considerada algo que deve constituir exceções.

Outro ponto de tensão suscitado pelo caso de Girassol foi no âmbito da intersetorialidade. Ele é explicitado quando o diálogo entre diferentes políticas públicas, e práticas delas redundantes, se faz necessário, principalmente entre os campos da saúde e da educação. O Artigo 27 da LBI destaca a necessidade de “articulação intersetorial na implementação de políticas públicas” (BRASIL, 2015). No artigo 16 do Decreto 5.626/2005, a oralização, por exemplo, é situada como responsabilidade das áreas de educação e de saúde, resguardando o direito da família e do próprio aluno.

A família de Girassol reivindicou a escola diversas vezes a inserção da adolescente em turma regular. Sua condição de oralização e o apoio da tecnologia assistiva que obteve na área de saúde possibilitavam essa transição. A adolescente tinha preferência pela comunicação oral

na escola, contudo, a língua de sinais também lhe ajudava em conteúdos específicos, algo que poderia ser solucionado com um intérprete de LIBRAS. As solicitações de reavaliação pedagógica realizadas pela responsável foram negadas, mesmo dispondo relatórios de equipe de reabilitação que indicavam a educação inclusiva como alternativa viável.

Quanto à saúde, os objetivos das terapias fonoaudiológicas oralistas foram tensionados por uma prática psicológica que naturalizava os conflitos vividos pela menina, reduzindo-os ao universo de uma típica “adolescente surda” que desejava se expressar somente através de sinais. Os questionamentos e o modo de operar do serviço social também entraram em conflito com o exercício profissional mais vigente na instituição, ao tentar introduzir interdisciplinarmente a discussão sobre a complexidade das relações e a forma como diferentes elementos têm impacto nos modos de vida dos pacientes.

Ao demandar parceria profissional nos atendimentos prestados a Girassol na instituição, pude verificar a minha implicação nos conflitos entre os diferentes setores da reabilitação. Tais embates denotaram as dificuldades no estabelecimento de diálogos e na constituição de planos de trabalho integrados, condições constituidoras de um exercício de natureza interdisciplinar.

Atualmente, o documento que orienta a organização destes serviços no Brasil é o Instrutivo de Reabilitação Auditiva, elaborado pelo Ministério da Saúde em atendimento às Portarias GM 793, de 24 de abril de 2012, e GM 835, de 25 de abril de 2012. No campo da reabilitação, os atendimentos têm por base os critérios da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), cujos elementos consideram os fatores contextuais e pessoais na avaliação do grau de incapacidade e funcionalidade do sujeito. Nesse caso, o meio ambiente e as condições de vida de cada pessoa são determinantes nas suas possibilidades de participação social e realização de atividades.

Os aparelhos de amplificação sonora estão contemplados, conforme foi possível observar, nas legislações e normativas tanto de educação quanto de saúde. Em ambos os casos, o uso do aparelho no cotidiano do usuário é fundamental para a adaptação e evolução no reconhecimento dos sons. Porém, diferente do referencial da educação, que se baseia, na maioria das vezes, na habilidade no uso da LIBRAS para estabelecer a noção de autonomia e o padrão de normalidade “surda” para o não ouvinte, na saúde a autonomia se traduz pela capacidade de falar e se adequar ao modelo mais próximo da normalidade “ouvinte”.

Dependendo do profissional envolvido, Girassol realizava atendimentos que visavam alcançar somente a autonomia “ouvinte” ou somente a “surda”, dificilmente o seu transitar entre os dois mundos (ouvintes e não ouvintes) e seu sofrimento por permanecer no limiar eram devidamente considerados. Assim, ela era frequentemente considerada uma “adolescente surda”, com problemas relacionados à sua condição.

Devido aos conflitos escolares sofridos por Girassol, a mesma recusava-se a usar o aparelho até mesmo na instituição de saúde e esta mudança de conduta não foi questionada ou trabalhada na maior parte dos atendimentos realizados no local, algo que atribuo ao binarismo (surdo/deficiente auditivo) não colocado em discussão neste campo.

As diferenças entre os parâmetros constitutivos das políticas de saúde e de educação – e as tensões que essas diferenças instituem no campo das práticas – nos alertam para a necessidade de aprofundamento das discussões a respeito do atendimento dos sujeitos não ouvintes, especialmente aqueles que se encontram no limiar das classificações e ficam sujeitos a capturas pouco problematizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os dispositivos normativos de educação e de saúde sobre surdez, foi possível perceber suas estruturas a partir de diferentes padrões de normalidade: para a saúde, fazer ouvir e falar, para a educação, fazer sinalizar (usar a língua de sinais). Na prática, essas tensões coexistem, atravessam os sujeitos que transitam por esses serviços e nos apontam um conjunto de fissuras nas propostas de operacionalização intersetorial de políticas públicas.

Outros documentos que abordam as deficiências em linhas mais gerais também apresentam elementos que apontam para novos questionamentos em relação às práticas estabelecidas no âmbito do atendimento às pessoas com surdez. Observa-se, nesse sentido, um conjunto de mecanismos, técnicas e estratégias de controle do sujeito não ouvinte que não dialogam entre si e revelam fragilidades de diferentes ordens, corroborando para práticas distintas que muitas vezes não consideram pluralidades de modos de viver.

Diversos problemas ocasionados pelas diferenças em questão poderiam ser minimizados com a escuta de cada caso, a busca por planos de atendimento realmente interdisciplinares que melhor atendam às demandas de cada sujeito. Neste ponto, destaco a urgente necessidade de problematização dos referenciais que constituem essas práticas e a discussão, por exemplo, do conceito de autonomia e a que modalidades de assujeitamentos ele serve, independente dele constituir formas de se comunicar “surdas” ou “ouvintes”.

A determinação da linguagem ou modo de comunicação adotado pelos sujeitos não ouvintes, independente das tensões existentes no âmbito das relações sociais, tem por objetivo a possibilidade de viver de forma autônoma, conforme preconizado nos próprios dispositivos legais e normativos. A constituição da autonomia na contemporaneidade pressupõe a instituição de habilidades não somente comunicativas, mas também avaliativas, de autogestão, de empatia e de tomada de decisão. Tais capacidades são alcançadas por meio de práticas de assujeitamento e captura dos diferentes grupos, e são pressupostos que fundam o ethos do sujeito liberal.

Assim, faz-se necessário criar linhas de fuga capazes de repensar os especialismos e seus dispositivos organizativos. Desconstruir os modos como as práticas de atendimento a surdez se organizam e criar relações participativas em educação e saúde que dialoguem entre si e tenham como princípio o sujeito na sua multiplicidade e nos seus desejos, o que desafia a concretização de práticas transdisciplinares e a revisão de poderes e saberes instituídos no curso da história.

Práticas reducionistas, que não conseguem trafegar entre um campo de conhecimento e outro, mostram as dificuldades tanto de se estabelecer diálogos que não priorizem um ou outro discurso como formatação, quanto de se operacionalizar políticas intersetoriais. No meio desse complexo relacional, o desejo da família e do próprio aluno não ouvinte deixa de ter lugar, na medida em que os saberes e os poderes presentes no diagnóstico se sobrepõem aos sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei N° 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto N° 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. SDH-SNPD: Brasília, DF, 2011

BRASIL. **Saúde sem Limite. Instrutivos de reabilitação auditiva, física, intelectual e visual (CER e serviços habilitados em uma única modalidade)**. Ministério da Saúde: Brasília, Distrito Federal.

BRASIL. **Lei N° 8.069 de 13 de Julho de 1990**. Brasília, DF.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

MEC. Et al. **Educação Infantil - Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização - surdez**. Brasília: Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - Secretaria de Educação Especial - MEC, 2006

MEC. **Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006b.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

ONU. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Igualização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências**. A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembléia Geral.

AUTISMO E NEURODIVERSIDADE: INCLUSÃO DAS DIFERENÇAS

BRUNA D'ALINCOURT CARVALHO HENRIQUES

Mestrando do Programa de Pós Graduação

em Memória Social/UNIRIO

brunadch@hotmail.com

RESUMO

O artigo pretende trazer à luz uma luta de forças por espaço a respeito da identidade autista e suas possíveis circunscrições: enquanto patologia ou, em contrapartida, como uma neurodiversidade. Enquanto os ativistas da neurodiversidade defendem o autismo como diferença, por outro lado, muitos pais e profissionais buscam inovações que levem a uma cura. Diante disso, como objetivo deste trabalho buscaremos analisar, de forma crítica, a forma pela qual o autismo vem sendo tratado dentro da sociedade, a partir de uma articulação entre o campo da memória social e o campo da psicologia/psicanálise. Temos em vista contribuir na disseminação de formas de tratar do autismo de maneira a considerar a voz ou expressão do paciente, buscando o respeito pelas diferenças. Além disso, o debate contribui para a conscientização da sociedade a respeito da neurodiversidade.

Palavras-chave: Autismo. Neuroatípico. Neurodiversidade. Estereotípias. Identidade social.

ABSTRACT

This article intends to illuminate a frontier battle in autistic identity and its possible circumscriptions: as pathology or, on the other hand, as a possible mode of social existence. While neurodiversity advocates autism as a difference, on the other hand, many parents and professionals seek innovations to cure this disease. Therefore, as an objective of this work, we will critically analyze the way that autism has been treated in society, starting from an articulation between the field of social memory and the field of psychology / psychoanalysis. We aim to contribute to the dissemination of ways to treat autism in order to consider the patient's voice and expression, seeking respect for differences. In addition, the debate contributes to society's awareness of neurodiversity.

Keywords: Autism. Atypical. Neurodiversity, Stereotypes, Social identity.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende trazer à luz uma luta de forças por espaço a respeito da conflito identitário que ocorre no campo do autismo. Esta tensão ocorre entre aqueles que definem o autismo como patologia versus os ativistas do movimento da neurodiversidade, e de outras formas de tratamento que buscam se distanciar da busca pela "cura" do autismo. Enquanto os ativistas da neurodiversidade defendem o autismo como diferença, muitos pais e profissionais buscam inovações para "curar esta doença".

De acordo com Cavalcanti e Rocha (2007), na psicanálise a narrativa sobre o autismo costuma ser sobre um estado de fechamento e ausência através de metáforas como "ovo de pássaro", "fortaleza vazia", "cápsula e carapaça", "estrangeiro", "folha de papel", propostas respectivamente por Margareth Mahler, Bruno Bettelheim, Francis Tustin, M. C. Laznik-Penot e Donald Meltzer. Estas formas de narrar o autismo induzem à ideia de que os autistas não são nossos

semelhantes e que estariam fora da linguagem e da cultura, sem comunicação, sem possibilidade de contato com pessoas e com o mundo, portanto, tratadas no negativo. Em outras palavras, é descrito com frequência por suas faltas, falhas, deficiências, ou seja, por aquilo que ele deveria ser e não é.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar, de forma crítica, a maneira pela qual o autismo vem sendo tratado dentro da sociedade, a partir de uma articulação entre o campo da memória social e o campo da psicologia/psicanálise. Buscaremos contribuir na disseminação de maneiras de tratar do autismo que considerem a voz ou expressão do paciente, buscando o respeito pelas diferenças. Além disso, o debate contribui para a conscientização da sociedade a respeito da neurodiversidade.

Para analisarmos o desenvolvimento do binarismo advindo da divisão normal versus patológico, utilizaremos fundamentalmente algumas ideias do filósofo Michel Foucault. Desta forma, buscamos um debate, sob uma perspectiva crítica, das vantagens e desvantagens do diagnóstico e suas consequências na vivência daqueles diagnosticados como *desviados*, como é o caso dos autistas na sociedade atual. Outros autores serão utilizados para guiar e ilustrar nosso estudo, como Andrew Solomon (2013), Francisco Ortega (2009), Gilberto Safra (2005), Cavalcanti e Rocha (2007), Beatriz Santos e Elsa Polverel (2016) e Jô Gondar (2016). A partir destes autores, teremos visões diferentes a respeito da neurodiversidade, da clínica do autismo e das consequências de uma identidade e suas consequentes lutas por espaço.

FOUCAULT E OS CORPOS DÓCEIS

Em sua obra “Vigiar e Punir”, Foucault (1987) discorre a respeito da soberania existente no Antigo Regime, de decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos, que passou a ser substituída pela administração dos corpos - descobertos enquanto objetos e alvo de poder - e pela gestão calculista da vida na modernidade. Essa passagem se deu através do surgimento de um modelo de poder que o filósofo denominou *poder disciplinar*. Junto do poder disciplinar, surge o terreno das práticas estatais sobre os problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, etc. Estas preocupações levaram à explosão de técnicas diversas que buscavam a docilização dos corpos e o controle dos indivíduos em sociedade, abrindo-se assim para o gradativo surgimento de uma tecnologia de poder sobre a vida, nomeada de *biopoder* (FOUCAULT, 2013).

No século XVIII, com a formação dos estados modernos, o homem ocidental aprendeu, aos poucos, o que era *ter um corpo*, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história o biológico reflete-se no político (FOUCAULT, 2013). O poder, portanto, não está restrito às instituições políticas. Ele se executa sobre os corpos, entre os corpos e *dentro* dos corpos.

Não há novidade no fato do corpo estar preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos e nas oficinas. O que há de novo são as técnicas e métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a docilização constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as *disciplinas*. As disciplinas se tornaram, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação. (FOUCAULT, 1987)

Foucault (1987) localiza historicamente o momento das disciplinas, que consiste no momento em que nasce uma “arte” do corpo humano, que visa a formação de uma relação que, através do mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto é mais útil e vice-versa. Esta arte

consiste numa política das coerções, que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder. Uma *anatomia política*, que é também igualmente uma *mecânica do poder*, que define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

A disciplina aumenta as forças do corpo em termos econômicos de *utilidade* e diminui essas mesmas forças em termos políticos de *obediência*. Tendo como consequência, dissociar o poder do corpo. Como resultado disso, surge a utopia do pudor judiciário: tirar a vida evitando de deixar que o condenado sinta o mal, privar de todos os direitos sem fazer sofrer, impor penas isentas de dor. O emprego da psicofarmacologia e de diversos *desligadores* fisiológicos, ainda que provisório, corresponde perfeitamente ao sentido dessa penalidade *incorpórea*. (FOUCAULT, 1987)

O biopoder, para Foucault, se tornou um elemento importante para que os regimes modernos pudessem se sustentar, uma vez que só era possível seu funcionamento por meio da docilidade dos corpos, com fácil assujeitamento. A partir disso, alguns aparelhos estatais garantiram a manutenção da produtividade social com esse intuito. Esses aparelhos estatais produziram e continuam a produzir técnicas institucionais presentes em todos os níveis sociais. Dentre os inúmeros exemplos temos: a família, o exército, a escola, a polícia, etc. Esses exemplos agem e operam através de fatores de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças entre os indivíduos, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia. O investimento sobre os corpos vivos foi indispensável para expandir o poder de certos grupos na modernidade.

É exatamente quando estas tecnologias encontram uma localização em instituições específicas (escolas, hospitais, prisões), quando investem nestas instituições, que o biopoder, ou seja, que o controle sobre a vida dos indivíduos, de fato, começa a funcionar. O leprosário e a quarentena foram dois exemplos de antigos métodos modernos de controle dos indivíduos no espaço. Enquanto no século XVII a quarentena foi um método de controle das pestes que funcionava através da estrita participação do espaço, em que todo espaço era controlado, o cuidado médico era detalhadamente supervisionado e todo movimento era regulamentado, ocorria então uma determinação da área geográfica: supervisão de seus habitantes. A peste, como forma ao mesmo tempo real e imaginária da desordem, tem como correlativo médico e político, a disciplina. O leprosário demonstra o controle da população através do reforço de poder sobre o espaço. O poder de localizar e exilar os leprosos em comunidades separadas, onde eram obrigados a viver e morrer, era um ato de divisão maciça e binária entre *uns* e *outros*. Trata-se do direito da autoridade de excluir os leprosos de um espaço e restringi-los a outros, pois a ordenação do espaço no leprosário nunca foi muito rigorosa, apesar de Foucault tê-la associado ao sonho político de uma *comunidade pura*. Tais tecnologias exerciam poder através do espaço. (FOUCAULT, 2013)

Passou-se a:

Tratar os leprosos como *pestilentos*, projetar os recortes sutis da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalhá-lo com os métodos da repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas servir-se dos procedimentos de individualização para marcar exclusões – eis o que foi operado regularmente pelo poder disciplinar desde o início do século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento da educação vigiada, e de certo modo os hospitais (...) funcionam numa dupla modalidade: a divisão binária e a marcação (FOUCAULT, 2013, p.200).

A máquina disciplinar alcança tanto os que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Esta máquina torna possível o exercício do poder ao menor custo. Existe, portanto, na perspectiva foucaultiana (1987), uma relação entre corpos, espaço, poder e saber. A tecnologia disciplinar ultrapassa gradualmente seus limites institucionais à medida que, por exemplo, o hospital não tem mais como sua única função o cuidado com seus próprios internos, mas se transforma em um centro de observação e organização da população em geral. As autoridades passaram a considerar os trabalhadores como indivíduos que deviam ser estudados, treinados, disciplinados, primeiro no local onde trabalhavam e depois em suas casas, escolas e clínicas.

A medicina e a psiquiatria garantem assim uma *cientificidade* para o enquadramento social em uma normalidade, apoiados em um aparelho judiciário que lhes fornece caução legal. Foi a partir destes guardiões que a normalização - os moldes que definem o que é normal e o que é anormal - do poder evoluiu. Ao identificar cientificamente as anomalias, as tecnologias do biopoder estão na posição adequada para supervisionar e administrar as vidas e os corpos dos indivíduos.

Um componente essencial das tecnologias de normalização é que elas são uma parte integrante da criação, classificação e controle sistemático das anomalias no corpo social. Sua razão de ser advém da pretensão de isolar tais anomalias, com promessas de *normaliza-las*. Michel Foucault (1987), além disso, demonstra que o biopoder se desenvolve junto da proliferação das categorias de anomalias - o delinquente, o perverso, o leproso, o louco, por exemplo - que as tecnologias de poder supostamente estariam eliminando, ao utilizarem o saber da ciência. Instituições disciplinares que supostamente serviriam para reformar, curar, adestrar corpos, na verdade, foram, aos poucos, criando cada vez mais doenças, perfis de criminosos, características que tornariam os sujeitos menos dignos de viver em sociedade. Construindo cada vez mais a necessidade de se tratarem, se internarem, se educarem por não se adequarem à norma.

A IDENTIDADE NEUROTÍPICA

O medo da peste, descrito anteriormente por Foucault (2013), foi transferido para o *medo do anormal*, e as técnicas de isolamento destes foram refinadas, levando à inclusão social do anteriormente excluído. Neste momento, inclui-se o ser humano *anormal*, excluindo apenas partes - que fogem à norma - do sujeito. Atualmente, a exclusão acontece por meio da rejeição de características indesejáveis daquele indivíduo em vez de excluir o indivíduo da convivência em sociedade. Hoje são indicados, na maior parte dos casos de autistas, remédios e terapias que busquem reprimir as características que fogem do "normal". A condição, portanto, para a inclusão social do autista é de que ele esteja aparentemente não autista perante a sociedade.

A seguir, discutiremos a disputa de espaço dentro do campo do autismo que acontece como consequência de uma lógica identitária. A disputa acontece entre os campos patológico e da neurodiversidade. Conceituaremos identidade para que possa ser explicada esta disputa de fronteiras.

Segundo Pollak, a identidade consiste em:

[...] imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo de sua vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, por acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204).

Uma imagem sobre si pode ser também referente a um grupo, uma sociedade ou um país. Produzi-la e mantê-la é um esforço constante - por amor a essa ficção, a essa miragem, essa grande abstração chamada *identidade*, que é sempre ficcional e serve interesses práticos, subjetivos e

políticos -, tendo como condição, o esquecimento, recalçamento, exclusão, segregação de tudo aquilo que se mostra em desacordo com a imagem que se tenta preservar. (GONDAR, 2016)

De acordo com Foucault (2013), delimitou-se, a partir do saber psiquiátrico, perfis normais e perfis patológicos dentro da sociedade. Surge então, como consequência desse binarismo, as identidades sociais: neurologicamente típica (neurotípica) versus a neurologicamente atípica (neuroatípica) - que seriam pessoas que estão dentro do espectro autista, de acordo com alguns sintomas definidos pela psiquiatria.

Pensando pelo viés identitário, podemos perceber que existe, na sociedade atual, a identidade neurotípica, que é socialmente aceita, exaltada e reconhecida pela sociedade como um molde onde todos deveriam pertencer. Em contrapartida, existem os neurologicamente atípicos, que são vistos como uma negativa, algo aquém e deficiente, que deveria buscar uma cura ou um tratamento que aniquile seus comportamentos neurologicamente diversos. Seguindo a lógica identitária, a sociedade atual expulsa, recalca e exclui estas pessoas do convívio social.

Em congruência com essa reflexão, a seguinte narrativa de Gilberto Safra evidencia a exclusão vivida por um menino que atendeu em seu consultório:

Era na sonoridade que ele tinha a possibilidade de se constituir. Estamos diante de fenômenos que iniciam o sujeito na experiência de ser, para então poder existir como ser humano. Repetir o perfil sonoro que ele emitia era ecoar singularidade de sua existência. O terrível é emitir um som sem que ele jamais seja ecoado por outro ser humano, o que significa perder-se em espaços infinitos, aniquiladores de qualquer registro de vida psíquica. (SAFRA, 2005, p.38)

Safra (2005) aborda, neste fragmento, a dificuldade de um menino que não vive a experiência de ser e de existir nesta sociedade, à medida que não tem seu som ecoado. Ou seja, é recalçado em sua existência. Ao estar segregado da identidade prevalente da sociedade, essa pessoa não faz eco no mundo em que vive. Se vê, portanto, impossibilitado de fazer vínculos, conexões, ser escutado, visto e se beneficiar da sociedade e dos instrumentos que dispõe, como, por exemplo, ter os mesmos direitos e acessibilidade que os neurotípicos. Como consequência disso, acaba por se perder em espaços aniquiladores e infinitos, sem contorno nem acolhimento nesta sociedade à qual (não) pertence.

Solomon (2013) traz em seu livro “Longe da Árvore: Pais, Filhos e a Busca da Identidade”, a narrativa de alguns pais a respeito de seu percurso enquanto pais de autistas. Um deles trata de Luke e sua mãe Nancy e ilustra a impossibilidade de direitos dos neuroatípicos:

São sócios de um clube de praia, em Cape Cod, que Nancy frequenta desde a infância. Um ano depois que os conheci, informaram a Nancy que Luke tinha feito gestos obscenos para uma moça na piscina e não seria mais admitido – embora, na verdade, tenha sido meramente uma tentativa desastrosa de entabular uma conversa. Nancy escreveu uma carta explicando que o autocontrole do filho era prejudicado pela biologia de seu cérebro. Não fez a menor diferença: Luke não pôde voltar. ‘Nós estamos habituados a viver no leprosário, não é mesmo?’, disse Nancy. (SOLOMON, 2013, p.286)

Nancy se utiliza da memória do leprosário, iluminado por Foucault (2013), quando demonstra o controle exercido sobre a população através do reforço do poder sobre o espaço que pode ser ocupado por alguns e não por *outros* – aqueles segregados e rejeitados da imagem ideal e aceita dentro das fronteiras da normalidade. O clube que frequentava há anos afastou seu filho e toda sua família do convívio por não compreender a linguagem dele. Esta família inteira não está representada dentro do enquadre normativo aceito pelo clube que desejam pertencer, a partir do momento que passam a ter um filho que se comunica diferente do resto.

Em outro caso, Solomon descreve uma mãe que se revolta ao ter seu filho proibido de pertencer a uma escola, e traz um questionamento pertinente: “Vocês não podem proibi-lo de entrar no prédio por ser pardo. Diga onde está escrito que podem rejeitá-lo por ter autismo.” (SOLOMON, 2013, p.294)

Logo, analisando estes exemplos sob a perspectiva da identidade, pode-se notar que a sociedade criou uma fronteira entre pessoas habilitadas a frequentar o clube e a escola, citados acima, que separa de outras pessoas que são negadas, como se não existissem, sofrendo privação do direito de frequentar essa escola, esse clube e portanto esta sociedade por apresentarem características fora da norma. Desta forma, a sociedade atual defende uma inclusão, porém, esta só poderá ser efetivamente feita caso o autista não demonstre ser atípico, ocorrendo então uma inclusão que exclui parte estruturante daquele sujeito, que é sua forma “autista” de estar no mundo.

O MOVIMENTO DA NEURODIVERSIDADE

“Nada sobre nós sem nós” é um lema adotado por pesquisadores e ativistas “deficientes”. O campo acadêmico dos estudos da deficiência surge no mundo anglo-saxão, no fim dos anos setenta, coincidindo com o movimento antipsiquiátrico. Trata-se de um questionamento análogo aos efetuados nas áreas de gênero, sexualidade e raça, nos quais os estudos da deficiência se inspiram. Os ativistas desse movimento questionam as categorias psiquiátricas, que possuem sempre “fronteiras disputadas” – um estado ambíguo que exige constante negociação pública. (Ortega, 2009)

Solomon (2013) confirma que o autismo é polêmico em diversos aspectos. Um deles é o conflito diante da bandeira da neurodiversidade. Algumas pessoas - muitas dentro do espectro autista - defendem a identidade do autismo enquanto uma diferença neurológica, dizendo que se trata de uma diversidade muito rica.

Em contrapartida, de acordo com Ortega (2009), existem pais desesperados e frustrados que sentem como um insulto a possibilidade de o autismo não ser reconhecido como uma adversidade a ser combatida. Isso ocorre por conta de uma batalha política, assumida por alguns pais de autistas que estão lutando na justiça para conseguir que governos e companhias de seguros de saúde paguem pela terapia, cujo custo é muito elevado. Desse modo, os argumentos defendidos pelos movimentos da neurodiversidade em que o autismo não é reconhecido enquanto uma doença, proporcionam razões para recusar o financiamento dessas terapias.

Enquanto isso, ativistas da neurodiversidade estão buscando dignidade para os autistas, rejeitando certos tipos de tratamento que têm como objetivo erradicá-los, castrar seus sintomas, suas defesas, como por exemplo suas estereotípias (ou *stimmings*), ou seja, erradicar sua forma diferente de estar no mundo. A discussão a respeito da busca pela cura é muito relevante no sentido de ponderar como deve ser feita esta intervenção dentro dos campos de saber da medicina, psicologia e educação, a respeito destes casos.

Jim Sinclair, um adulto autista, cofundador da *Rede Internacional do Autismo*, defende que autismo não é uma coisa que a pessoa tenha ou uma *concha* dentro da qual esteja presa. Não há uma criança normal escondida por trás dessa neurodiversidade. O autismo é uma maneira de ser que colore todas as experiências, sensações, percepções, pensamentos, emoções e encontros, todos os aspectos da existência daquela pessoa. (SOLOMON, 2013) Em outras palavras, o que deve ser sublinhado é que não existem pessoas com autismo, mas sim autistas ou pessoas autistas. As pessoas são diferentes e têm constituições psíquicas particulares. Tirar o autismo

de alguém seria (se fosse possível) tirar a pessoa dela mesma e extinguir o autismo que tem, em si, sua potência e sua forma diferente de ver o mundo.

Os ativistas da neurodiversidade defendem que a criança que parece *perdida* num mundo diferente, talvez esteja satisfeita neste mundo. Ser visto à luz do fantasma de quem se esperava que você fosse é uma espécie de violência emocional para muitos autistas. (SOLOMON, 2013) Ou seja, estar fora da moldura que delimita quem pode pertencer de forma digna à sociedade, sendo privado de existir é uma violência sofrida pelos autistas.

Ortega (2009) propõe que no campo da educação seja impedido remediar, curar, consertar, reparar, remediar, melhorar as “deficiências”, tendo em vista uma busca por ajudar a enfrentar as dificuldades de cada um da melhor maneira possível. Um modelo educativo baseado na neurodiversidade, respeitando profundamente as diferenças de cada criança.

No campo da assistência psicológica, Beatriz Santos e Elsa Polverel (2016), em seu artigo “Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica”, trazem uma reflexão sobre o psicanalista perigoso, que é descrito como aquele que expressa julgamentos normativos sobre os pacientes, tendo sua escuta comprometida por certezas formadas pelas normas do seu tempo e da sua sociedade. Elas propõem que a busca dos analistas seguros siga a mesma lógica que orienta a formação de zonas seguras no ativismo feminista no que concerne a proporcionar espaços capazes de se manter atentos e críticos diante das relações de força habituais. Sob essa perspectiva, o autista deve ser respeitado em suas defesas e sua forma de se expressar.

De acordo com Foucault (2013), o poder de localizar e exilar os leprosos, os anormais em comunidades separadas, onde eram obrigados a viver e morrer, era um ato de divisão maciça e binária entre uns e outros. Utilizando-se dos saberes, pôde-se, cada vez mais *individualizar* os excluídos, possibilitando tratar de suas características que fogem à norma, docilizando os corpos em vez de excluí-los por inteiro.

Além da disputa identitária por fronteiras do autismo, existe também uma corrente que questiona o diagnóstico precoce (enquanto um fechamento identitário), demonstrando que, em muitos casos, pode causar um efeito iatrogênico. Cavalcanti e Rocha (2001) alertam para esta questão, sustentando esta tese ao longo de todo o seu livro intitulado “Autismo”. Um dos exemplos sublinhados por elas é a fala de um pai que teve seu filho diagnosticado autista muito precocemente e que diz: “Enquanto pensávamos que ele nada entendia terminávamos também por nada compreender e, assim, perdemos o nosso filho.” (CAVALCANTI E ROCHA, 2007, p.106) Esse fragmento remete ao que foi colocado por Safra (2005), a respeito da falta de *eco* que algumas crianças diagnosticadas autistas sofrem por conta da memória associada ao diagnóstico de autismo.

CONCLUSÃO

A busca exaltada neste trabalho é incentivar que a sociedade e a clínica psicanalítica possam se utilizar onde de uma escuta longa, complicada e singular da trajetória do indivíduo, que permite apreender (fazer *eco*) os vários modos de subjetivação sem se deixar enredar pelas classificações sintomatológicas da psiquiatria e da própria psicanálise, que muitas vezes entram como uma barreira que cega o médico, o psicólogo, o professor, a sociedade e até os pais. (Cavalcanti e Rocha, 2007) O que leva a sociedade a se estruturar como uma “fortaleza vazia”, sem escuta para as diferenças.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BUTLER, J. *Quadros de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

CAVALCANTI, A. E; ROCHA, P. S. *Autismo: Construções e Desconstruções*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

DODEBEL, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jo. (Org.) Cinco proposições sobre memória social. *Por que Memória Social?* Rio de Janeiro: Híbrida, v.9, n.15, p. 19-40, 2016

DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* Petrópolis: Vozes, 1987.

SAFRA, G. *A Face do Self. Teoria e clínica*. São Paulo: Unimarco Editora, 2005.

SANTOS, Beatriz; POLVEREL, Elsa (2016) Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. -1, p. 3, 2016. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>>.

ORTEGA, F. *Deficiência, autismo e neurodiversidade*. - *Ciência & Saúde Coletiva*, 2009

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SOLOMON, A. *Longe da Árvore. Pais, Filhos e a Busca da Identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O PAPEL DO PROFESSOR E DO MEDIADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICA E DESAFIOS.

Elisângela Matos Oliveira de Souza

PGCL/UENF

elisangela.uffcampos@gmail.com

Franciele Ramos da Costa Silva

PGCL/UENF

francielecosta66@yahoo.com.br

Nadir Francisca Sant'Anna

UENF

nadirsantanna@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho irá discorrer sobre o papel profissional de apoio pedagógico escolar, ou mediador escolar nas salas de aula do ensino regular, bem como das atribuições do mesmo no que tange o acompanhamento das crianças com Necessidades educacionais especiais. As ações e o papel do professor regente em sala de aula se configuram de acordo com as diferentes emoções e construções obtidas, principalmente, no que concerne a educação inclusiva, pois a prática pedagógica desse professor regente e do mediador pedagógico é que nortearão a forma de olhar, agir e pensar os desafios e a diversidade. Nesse sentido, podemos pontuar que partes das ações desses profissionais se constituirão de formas diferenciadas de acordo com os espaços e contextos nela inseridos e, se esse processo não ocorrer de forma inclusiva, poderá, por sua vez favorecer a exclusão.

Palavras-chave: Mediação; Prática docente; Educação Inclusiva, acesso, inclusão.

Abstract

The present paper will discuss the professional role of school pedagogical support or school mediator in classrooms of regular education, as well as the attributions of the same regarding the accompaniment of children with special educational needs. The actions and role of the regent teacher in the classroom is configured according to the different emotions and constructions obtained mainly in what concerns to inclusive education, because the pedagogical practice of this regent teacher and the pedagogic mediator is that they will guide the way of looking, act and think about challenges and diversity. In this sense, we can point out that part of the actions of these professionals will be defferenced according to the spaces and contexts inserted in it, and if this process does not occur in an inclusive way, it may in turn favor exclusion.

Keywords: Mediation; Teaching practice; Inclusive Education, access, inclusion

Introdução

Os serviços de atendimento especializado para as pessoas com deficiência ganharam visibilidade a partir da década de 70, quando foi dado a essas pessoas o direito de conviver com as demais, desde que estivessem capacitadas para tal. O movimento da inclusão se fortaleceu após a década de 80, principalmente por estar garantido pela Constituição Federal de 1988

que em seu artigo 206, I, determinando a igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos na escola e em seu artigo 208, III que reforça “atendimento especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino.”

Desde a década de 1980 até os dias atuais os professores da rede regular de ensino participam de todo o processo de efetivação das políticas públicas, bem como da garantia do acesso aos alunos com deficiência na escola. Tivemos inclusive um aumento significativo nas matrículas desses alunos nas escolas, aumento este que se deu após a luta em defesa da educação inclusiva e das crianças com necessidades especiais na sala de aula. A partir da promulgação da LDBEN (1996), as escolas pertencentes à rede pública e particular de ensino são chamadas a receber todas as crianças, nos moldes necessários e adequados para o ensino delas. Ficou estabelecido pela CNE/CEB, nº2/2001 a modalidade de educação especial na Educação básica e concomitantemente o Programa de Educação Inclusiva e Direito à Diversidade (CF, 2003).

Desta forma, a educação inclusiva ganha força nos âmbitos jurídicos e pedagógicos a esta, por sua vez, é implementada efetivamente. A partir daí, houve também a construção de condições educacionais favoráveis para esse público alvo e, conseqüentemente, o aumento desta clientela nas escolas. Assim, temos um novo desafio: os alunos inseridos na escola, muitas vezes sem o acompanhamento do mediador pedagógico escolar, e ao mesmo tempo, o próprio professor da turma, que não recebeu acompanhamento e formação suficientes para o desenvolvimento deste aluno.

Diante desta nova realidade, é necessário que os professores estejam aptos para atuarem com alunos portadores de necessidades especiais, e que saibam trabalhar com as diferenças desses alunos, considerando suas especificidades ou limitações. Sobre esse aspecto, a Declaração de Salamanca (Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, na Espanha, 1994), aponta a flexibilidade de estudo e a questão do atendimento complementar no que diz respeito aos fatores escolares: “Os programas de estudo devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem as crianças com capacidades e interesses diferentes”.

(Declaração de Salamanca, 1994, p 33). Nesse sentido, o papel da escola é propiciar uma ambiente de novos aprendizados tanto para o professor como para os alunos. Ainda sobre o desenvolvimento do professor, Goes (2008, p.43) destaca que: “para que haja a compreensão dos mais diversos conhecimentos, é necessário ampliar a respeito do sujeito em suas peculiaridades e singularidades.”

A criança, desde então considerada como sujeito humano e social historicamente falando, temos como respaldo e embasamento o documento intitulado: Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) publicado em 1994, a reconhecendo como detentora dos seus próprios conhecimentos e suas vivências sociais a partir de sua interação social, esta, por sua vez, já constituída desde a sua concepção até o seu nascimento. De acordo com esta perspectiva, o RCNEI enxerga a criança não de uma forma assistencialista, mas como um sujeito que será capaz de se transformar e modificar a sua realidade.

Ainda sobre o RCNEI (1998), ele aponta o professor da Educação Infantil como o sujeito que se propõe a fornecer condições para que esta criança se organize de forma autônoma e que ela seja protagonista de suas próprias ações, sentimentos, emoções e conhecimentos, e, também que ela se desenvolva e brinque de forma espontânea e prazerosa.

Quando mencionamos os professores da educação infantil, devemos ressaltar que eles são diferenciados dos professores do Ensino Fundamental, isto porque as particularidades e espe-

cificidades de cada segmento e instituição são apontados para o ato de ensinar, no entanto, é visível que se exija a valorização e respeito deste profissional.

De acordo com Rocha:

[...]a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas no espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade, enquanto a escola tem por sujeito o aluno e como o objeto fundamental o ensino nas diferenciadas áreas através de suas aulas. (1999, p. 62).

O RCNEI (1998) estabelece o papel do professor da educação infantil deverá atuar também como mediador entre a criança e o conteúdo, e o que esse professor deverá ensinar, isto significa que esse profissional atuará diretamente na vivência e aprendizagem desse aluno, principalmente como ele se desenvolverá em sua infância, sua interação com o outro, o que apreenderá de conceitos, valores, pautando-se em códigos sociais e linguagens diferenciadas. Por isso, a necessidade de que esse professor de educação infantil saiba as especificidades dessa fase e principalmente, esse professor deverá ter noção de que o ensino e aprendizagem atuarão de formas indissociáveis.

Dadas estas considerações, conclui-se que esse professor necessita de ampla formação para que ele possa transmitir aos alunos as habilidades, competências e conteúdos que atendam as necessidades deles, e não apenas isso, para que este professor se sinta preparado e seja um sujeito crítico e reflexivo repensado constantemente as suas práticas.

Sobre as práticas pedagógicas, OLIVEIRA (2005) reforça que, a partir do momento em que os professores discutam e repensem suas práticas profissionais, eles mudam completamente as suas visões de educar, podendo diferenciá-las por exemplo, do cuidar e educar do profissional com o cuidar familiar, fazendo com estas crianças se tornem autônomas e se desenvolvam plenamente.

1.1-A inserção da criança com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares com respaldo legal.

Atualmente, de acordo com a lei, a criança diagnosticada com necessidades educacionais especiais deverá possuir um mediador para acompanhá-la em sala de aula. Esse feito iniciou-se com a Lei 12.764 (BRASIL 2012), que preconizava que as crianças com autismo por exemplo, tem direito a este mediador, conforme o texto: "Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado."

O que ocorreu, no entanto, foi que até o ano de 2015, este profissional era custeado pelos pais da criança, mas a partir de 2016, por meio da Lei Brasileira de Inclusão, as escolas passaram inserir estagiários das áreas de pedagogia e psicologia para atuarem observando e dando suporte as crianças de inclusão.

A consolidação da educação inclusiva se deu a partir da Declaração de Salamanca (1994) e também da Convenção Internacional dos direitos das Pessoas com Deficiência (2006), documentos estes que consolidaram a educação inclusiva como educação para todos, em escolas da rede regular de ensino. A declaração de Salamanca em seu texto reforça que as crianças com necessidades educacionais especiais deverão ser inseridas na escola regular, sem distinções, porque a escola é o lugar de todos. Outro feito pós Declaração foi que a estrutura escolar deverá ser adaptada para receber esses alunos, em todos os sentidos, ser uma escola com acessibilidade e ainda, ter professores capacitados para lidarem com as especificidades de cada aluno, pois somente desta forma que a escola promove a inclusão.

Outro fato que foi um avanço para as crianças com NEE, foi que por meio da Lei 12.764 (BRASIL, 2012), passou a ser considerado crime a recusa nas matrículas aos alunos com autismo e outras deficiências e também, cobrar valores a mais embutidos na mensalidade destas crianças.

Vale destacar ainda que apesar dos avanços pedagógicos no que concerne a educação inclusiva, muito ainda tem a ser percorrer em termos de políticas públicas eficazes no âmbito da educação inclusiva, como por exemplo, a inserção de salas de recurso multifuncionais, professores capazes de prestar um atendimento diferenciado e que possam proporcionar um melhor aprendizado para esta criança.

Outro recurso que agregaria na inclusão efetiva desses alunos seria a vinda de mais mediadores capacitados e a quebra do preconceito por parte da sociedade por desconhecer as barreiras e limitações de cada criança de inclusão.

Uma escola inclusiva é aquela que é capaz de oferecer aos alunos uma estrutura totalmente acessível, com conteúdos adaptados, interação social com os demais alunos e acompanhamento de uma equipe de profissionais que faça a interface com a família da criança. (VIEIRA, 2012), ressaltando que não existe uma fórmula correta para lidar com as crianças com NEE, pois cada uma delas é única, possui seus limites, tem conhecimentos e habilidades diferenciadas. Desta forma, cabe ao professor, acompanhá-la e observá-la para depois realizar a intervenção adequada. (KLIN, 2006).

Outro fato relevante é que a família exerce um papel muito importante no que diz respeito à inclusão dessas crianças, pois, é ela quem sinaliza para a escola os limites e potencialidades da de seus filhos, as brincadeiras e exercícios que motivam e estimulam a criança, e até mesmo suas preferências, ou ainda, a intervenção que é feita fora da escola com outros profissionais.

Não se deve desconsiderar dessas crianças que todo avanço dela deve ser comemorado e valorizado, sempre motivando-as e estimulando-as nos momentos em que elas demonstrarem grandes dificuldades. (FREITAS, 2015).

1.2-O mediador pedagógico escolar

A partir dos avanços da Lei Brasileira de inclusão, houve uma crescente demanda por parte das escolas de mediadores escolares.

Pouco se conhece sobre o papel principal dele, mas o objetivo principal do mediador é ser um facilitador para que a criança com NEE possa se desenvolver com autonomia e, quanto menos a criança recorra a ele, maior o sucesso de sua atuação. A autora Mousinho et al. (2010) discorre que:

“a atuação do mediador poderá ser feita não apenas no âmbito educacional, mas na saúde também. Ela reforça que o mediador deverá receber apoio da equipe pedagógica, no caso da escola ou da equipe terapêutica, quando sua atuação for na área da saúde.” (Mousinho, 2010).

Existem hoje nas escolas, estudantes de psicologia e pedagogia em formação, ou ainda, estudantes já formados que realizam esta atividade. Como ferramenta de apoio, alguns deles realizam cursos relacionados à educação inclusiva e mediação escolar, mas outros por sua vez, não receberam qualquer tipo de treinamento ou capacitação para realizarem suas intervenções dentro ou fora da sala de aula.

De acordo com Feijó e Fernandes (2009), o que tem ocorrido na maioria das escolas, é que elas contratam os mediadores como estagiários ou ainda, sugerem que os pais contratem estes estudantes, terceirizando esta função, de forma que a responsabilidade do ensino a este mediador seja de competência da universidade ou dos próprios pais, quando na verdade é na escola que deveria haver essa intervenção, fornecendo adaptações e insumos necessários para a inclusão escolar.

Como não existe regulamentação da profissão, o mediador na maioria das vezes desconhece suas funções e atribuições e também não possui vínculo com a escola.

O mediador é o responsável por promover a interação entre a criança que acompanha e as demais, e também, é aquela pessoa que passa mais tempo com a criança, adquirindo dela confiança e empatia.

Mousinho (2010) aponta ainda que o mediador é aquele que contribui para o processo de aprendizagem do aluno, interpretando seus estímulos e possibilitando para o aluno novos aprendizados.

A função principal do mediador é ser intermediário de suas ações, bem como das situações vivenciadas pela criança, contribuindo para que esta responda aos estímulos ambientais propostos e seja colocada a novos desafios.

Desta forma, por isso se faz necessária a constante capacitação desse mediador, que ele realize inclusive mais leituras a respeito do tema e que aprimore o seu conhecimento.

Outro ponto a destacar sobre o mediador, é que ele deverá atuar para além da sala de aula, sempre que possível, acompanhando esta criança a algumas consultas com outros profissionais, trocando experiências e vivências com ele.

No caso da educação infantil, os mediadores deverão adaptar as atividades de seus alunos, quando necessário, considerando que para os alunos com NEE, levando em consideração que é muito mais complexa a compreensão do abstrato. Isso ocorre, por exemplo, quando o aluno tem dificuldade em compreender sequenciação, diferenças entre tamanhos. O mediador deverá adaptar esse tipo de atividade com materiais em EVA, brinquedos com tamanhos diferenciados para ele entender sequenciação, entre outros. Cabe ao mediador também estimular o aluno com jogos, brincadeiras, tinta, utilizando sempre materiais concretos e jogos ou jogos.

Objetivos:

- analisar as práticas do professor regente das crianças com necessidades educacionais especiais das escolas regulares de ensino no município de Campos dos Goytacazes;
- verificar o papel do mediador pedagógico que acompanha essas crianças em sala de aula;
- analisar como se dão as parcerias entre o mediador pedagógico e os professores regentes, e se através desta parceria, os alunos com NEE estão tendo o seu desenvolvimento de forma integral.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, foi utilizada uma pesquisa com análise qualitativa de dados, que teve como objetivo principal apontar questões referentes à atuação do mediador em duas escolas particulares de educação infantil do município de Campos dos Goytacazes, onde pudemos destacar o comportamento, habilidades, especificidades das crianças com necessidades educacionais destas escolas.

Outro ponto avaliado foi a prática do professor regente da criança, e se o mesmo está preparado para lidar com as especificidades e particularidades de cada criança.

Esses dados permitiram desenhar o cenário atual existente nestas escolas, e ao mesmo tempo verificar se as crianças com necessidades educacionais especiais tem tido o seu direito ao mediador (garantido por lei) atendido, quem é esse mediador e como essa mediação vem ocorrendo.

Foram aplicados questionários qualitativos para os mediadores que acompanham estas crianças, pois para Minayo (2008) a pesquisa qualitativa fornece resultados descritivos e detalhados que possibilitam uma melhor compreensão do objeto de estudo.

Resultados e discussões

A partir dos questionários aplicados e após os dados levantados, foi possível observar que existe uma grande diferença entre a teoria e a prática no que tange o papel do mediador escolar e sua atuação.

Outro fato a considerar é que há escolas que consideram mediador como aliado, parceiro na função da inclusão do aluno, no entanto, em outras, ainda existe um caminho logo a percorrer no que tange a aceitação do mediador e inserção dele em sala de aula.

Análise descritiva dos questionários

Para que pudéssemos compreender a atuação do mediador em sala de aula, realizamos um questionário que pudesse mensurar a atuação deste no contexto escolar e se havia ou não parceria por parte da escola.

Inicialmente, foram respondidos 13 questionários, e a partir destes dados, foram retiradas outras perguntas e reestruturadas as demais, e, desta vez, outras 19 pessoas responderam.

Outro fator a ser elucidado, foi que os questionários foram aplicados para os grupos de mediadores escolares, em sua maior parte, estudantes de pedagogia contratados por essas duas escolas. Um ponto forte observado, é que devida alta rotatividade, os estudantes permaneciam pouco tempo com as crianças e este fator, contribuía para o não estreitamento dos vínculos e a alta rotatividade dos mediadores.

Sobre esta questão, os maiores prejudicados eram as crianças que ficavam confusas com a troca constante dos mediadores e um aprendizado reduzido em função disso, deixando os alunos confusos.

Considerando o tempo de atuação com os alunos NEE, os dados coletados apontaram que 14% dos entrevistados estavam com a mesma criança há dois anos ou mais, 8% estavam entre 1 e ano e 6 meses e 22% estavam menos que seis meses com esse aluno.

Ao serem perguntados sobre o trabalho desenvolvido na escola os mediadores destacaram que se não procurassem e equipe pedagógica da escola para fornecer informações sobre a criança, eles trabalhariam de forma isolada, ou seja, o mediador com sua própria dinâmica ao invés dele e da escola trabalharem em parceria, garantindo assim o pleno desenvolvimento dessa criança.

Citando como exemplo a resposta do entrevistado nº 09 que relata a dificuldade na comunicação na escola em que atua:

“A professora regente da escola desconhece o assunto e é carregada de jargões de senso comum”.

Corroborando com a resposta desse entrevistado, o mediador de nº 04 aponta que:

“Não tenho apoio da escola, realizo meu trabalho sozinho com o aluno, muitas vezes sem explicação até da professora da turma”.

Mousinho et al (2010) reforça que é muito importante a parceria no que tange o trabalho do mediador pedagógico, principalmente para que sejam alcançadas as metas referentes ao desenvolvimento desta criança.

Dos entrevistados, apenas 4 deles informaram que são solicitados pelos professores regentes para confecção das atividades desses alunos. Cabe ressaltar que a responsabilidade da elaboração da atividade é do professor regente, e cabe ao mediador apenas auxiliá-lo, e não tornar-se o professor regente.

Na educação infantil, fase em que ocorre a etapa mais importante para o desenvolvimento da criança, percebe-se que é muito importante a presença do mediador pedagógico, de acordo com a fala do entrevistado nº 2:

“No início de minha atuação como mediador, a criança só ficava sentada em um canto sozinha, isolada das demais. Após meus estímulos, ela passou a sentar-se junto às demais para fazer suas refeições e a compartilhar alguns brinquedos”

Desta forma, após análise dos questionários, conclui-se que em algumas escolas talvez não ocorra a inclusão de forma efetiva pelo fato da escola não estar aberta ao diálogo com esse mediador e também por não construir juntamente com ele as atividades ou propostas de intervenção adequadas.

Vygostky aponta que uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que desenvolva os alunos explorando suas potencialidades e que trabalhe suas limitações individuais, contribuindo para que a educação inclusiva de fato possa dar um significado na vida dessa criança.

Conclusão:

A partir dos estudos apreendidos, podemos concluir que apesar da mediação escolar ser fundamental e garantida por lei, ainda temos muito que percorrer para que o direito a este direito seja garantido para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Atualmente, não existe regulamentação da profissão, o que dificulta para os próprios mediadores conhecerem seu papel e suas atribuições, e que não garante a presença deles maior tempo na escola.

O mediador pedagógico é muitas vezes confundido como cuidador da criança, desenvolvendo atividades como higiene pessoal, auxiliar na alimentação, e no que tange ao preparo das atividades desse aluno, a escola não permite que ele participe das reuniões com equipe multidisciplinar, para que o mediador inclusive contribua nas considerações do aluno, porque ele é quem passa a maior parte do tempo com ele, e o fato de não participar dessas reuniões, deixa-o às cegas com esse aluno, tendo seu trabalho dificultado.

Com relação à família, esse mediador também não possui contato algum com os pais da criança, e nem tampouco acesso aos relatórios que caracterizam o perfil desses alunos, isso prejudica o mediador que não compreende ou tem informações sobre os tipos de tratamento,

terapias, características dos transtornos, limites e potencialidades desse aluno, dificultando também sua atuação enquanto profissional.

Um último aspecto observado também, diz respeito ao professor regente, que vê esse mediador como responsável pelo aluno, atribuindo-lhes o fracasso quando não alcançados os objetivos propostos.

Desta forma, podemos concluir que a solução para a inclusão escolar de fato perpassa pela garantia deste aluno estar presente em sala de aula. Ela requer uma estrutura complexa, adequada, como professores e mediadores capacitados, erradicando assim as desigualdades existentes entre profissionais e alunos da educação inclusiva.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei Federal nº. 7853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. BRASIL, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. BRASIL, Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

DECLARAÇÃO DA ONU. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. Brasília, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994, Salamanca-Espanha.

FEIJO, G. O.; FERNANDES, E. M. Mediação escolar: do contexto da Lei às práticas ilegais e excludentes. V Congresso Brasileiro Multidisciplinar da Educação Especial. Londrina. 2009. Pág.: 1905-1913.

FREITAS, A. B. F. O espectro autista no contexto institucional: aspectos constitutivos do Desenvolvimento. 2008. Revista de Psicopedagogia. Pág.: 49 - 61.

FREITAS, E. Mediador escolar - Recriando a arte de ensinar. 2015. Editora: Wak. 104 páginas. GARCIA, M. L. B.; LAMPREIA, C. Limites e possibilidades da identificação de risco de autismo no primeiro ano de vida. Psicologia: Reflexão e Crítica. Volume 24. Porto Alegre. 2011. Pág.: 300-308.

GLAT, R. Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade. In: Longhini, M.D. (Org.). O uno e o diverso na educação. Uberlândia: EDUFU. 2011. Pág.: 75-92.

GLAT, R., BLANCO, L.M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: Glat, R. (Org). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras; 2009, p. 15-35.

GRINKER, R. R. Autismo: um mundo obscuro e conturbado. Tradução de Catharina Pinheiro. 2010. São Paulo: Larrousse do Brasil. 320p.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: Uma visão geral. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 408 páginas.

MOUSINHO, R.; SCHMID, E.; MESQUITA, F. ; PEREIRA, J.; MENDES, L.; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. 2010. Revista de psicopedagogia. Pág.: 92 - 108.

Revista Brasileira e Psiquiatria. Pág.: 3 - 11.

RIO DE JANEIRO, Deliberação CEE nº 355 de 14 de junho de 2016. Comissão Especial de Inclusão e Diversidade e a Comissão Permanente de Legislação e Normas.

RODRIGUES, J.M.C.; SPENCER, E. A criança autista: um estudo psicopedagógico. Rio de Janeiro: Wak Editora; 2015. 132 páginas.

TAILLE, Y. L.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. 117 páginas.

VIEIRA, G. M. Educação Inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade. Portal do. Ministério Público do estado da Bahia. Salvador: CEDUC, 2012. Pág.: 01-10.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: O QUE FALTA PARA A LEGISLAÇÃO SER EFETIVAMENTE CUMPRIDA?

Caio Sousa
UNISUAM
caiosilvadesousa@gmail.com

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo geral contribuir para a produção de conhecimentos relativos a discussão a respeito da inclusão escolar de alunos com deficiência na rede regular de ensino, através de pesquisa documental com foco na perspectiva de inclusão. Do mesmo modo, analisa o direito emanado da Lei Brasileira de Inclusão destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania; a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas de 2007. Explorando a existência da legislação específica, quanto à obrigatoriedade de matrículas disponíveis à todos os alunos, livre de parâmetros que mensurem suas necessidades ou diferenças e concluindo que a inclusão escolar é um aspecto indispensável para a posterior e efetiva inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Palavras-Chave: Direito Constitucional; Direitos Sociais; Pessoa com deficiência; Inclusão escolar.

Introdução

A presente pesquisa tem como suporte, o direito à educação, positivado pelo artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil como um direito social. Trata-se de um direito de segunda geração, e para tanto, correspondente aos direitos coletivos.

Explora, por conseguinte a preocupação e o cuidado da sociedade no processo de desenvolvimento da democracia dentro dos parâmetros contemporâneos, ou até mesmo na reafirmação desta. Para tanto, a legislação pauta diante do contexto universal de proteção aos direitos humanos, com uma democracia baseada na igualdade e na liberdade, objetivando defender esses direitos, rejeitando as desigualdades sociais e todas as formas de exclusão.

No entanto, toda essa perspectiva pode ser percebida com um caráter peculiarmente utópico em sua prática, pois diante dos olhares modernos e cheios de propostas inclusivas, ainda pode-se perceber que temos um corpo social com características marcadas pela opressão, pela discriminação e pela diferenciação.

Essas características são a verdadeira materialização da violação dos direitos e dos princípios adotados por nosso Estado Democrático de Direito. Práticas que burlam de forma sigilosa princípios de igualdade e ocasionam os estigmas, como o da imagem de que uma pessoa com deficiência é totalmente dependente, sendo incapaz de realizar suas tarefas sozinha.

Panorama esse que pode ser danoso em contextos bem superiores ao social, atrapalhando diretamente na relação biopsicossocial do indivíduo e desencadeando bloqueios muitas vezes irreversíveis.

Compete veicular que ainda há pessoas com deficiência excluídas do acesso e do usufruto da educação regular no ensino privado, que tecnicamente deveria atender a todos que se propõe a pagar. Fato este que comprova os olhares de discriminação dispensados à essas pessoas.

No entanto, o estranhamento se inicia através desse ponto, vez que o sistema educacional vem sendo alterado de forma que abarque as necessidades e peculiaridades de todos os alunos, sejam eles ditos “normais” ou “deficientes”. Essas mudanças vão desde a transmutação da convivência diária, até a acessibilidade que aquele meio escolar oferece, incluindo até uma alteração na organização do trabalho pedagógico da instituição.

Assim, emerge o questionamento quanto a colocação da palavra “deficiência”, pois segundo os dicionários essa palavra carrega tradução de “insuficiência ou ausência de funcionamentos”¹. Contudo, a insuficiência que capacita à inclusão seria da pessoa ou das instituições de ensino privado que são dotadas da ausência de funcionamento?

Através dessa análise, objetiva-se encontrar o ponto que equilibra a inclusão de um estudante com deficiência na escola regular de ensino privado, bem como comparar a efetiva inclusão, com as práticas integralistas utilizadas pelas instituições em questão. Para tanto, apresenta-se a legislação que pauta a inclusão, com as possibilidades e limites entre o proposto, o objetivado e o realizado, através de pesquisa bibliográfica e empírica.

Diante da indispensabilidade de ampliar o conhecimento a respeito da temática e de conhecer o processo de inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino privado, é que surgiu motivação para a presente pesquisa, além de demonstrar os desafios por essas pessoas e seus familiares.

1. Considerações sobre o conceito de pessoa com deficiência e a inclusão escolar.

A educação inclusiva no Brasil tem políticas públicas idealizadas na convenção de pessoa com deficiência da ONU e, para tanto, carrega seus traços de defesa assídua pela vida, pelas liberdades e pela dignidade humana. No entanto, embora tenham sido desenvolvidas por meio de um discurso democrático que preza as diversidades e a solidariedade, não tem traduções proporcionais diante dos meios sociais.

É visível que as políticas educativas não se traduziram em ensino inclusivo de fato para as pessoas com deficiência, principalmente através do panorama evidenciado com pauta no discurso inclusivo elaborado sobre os mesmos princípios da cultura opressora que nossa sociedade carrega.

Implicitamente há exclusão de determinados segmentos da população educacional. FREIRE (2005, p.7) discorre sobre seu ponto de vista, em que a sociedade possui uma dinâmica estrutural capaz de conduzir à “dominação de consciências” e “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Assim, como a maioria é tecnicamente normal, tende instintivamente a repelir os outros, resistindo a inclusão.

Diante deste prisma, torna-se capaz a compreensão de necessidade da discussão sobre inclusão nas escolas regulares de ensino privado, vez que é de grande valia para sociedade cercar em todos os segmentos o efetivo ato de incluir, respeitando as características de cada um.

A Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, sacramentada no Brasil através do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, pelo texto dado ao §3º do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi consequentemente ratificada, pela promulgação do Decreto federal nº 6.949/09. Ambos contextualizando um novo conceito de pessoa com deficiência. A qual segue a disposição do preâmbulo:

1 <<https://dicionariodoaurelio.com/deficiencia>>. Acesso em: 29 Mar. 2017

e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas
[...]

Este novo conceito verifica que a deficiência passa a ser não mais uma característica da pessoa, mas também uma dimensão social. Dessa forma, ao trazer essa concepção, a perspectiva aqui percorrida torna perceptível que o núcleo da definição é a interação dos impedimentos que as pessoas com deficiência tem diante das barreiras sociais e estruturais nas escolas regulares de ensino privado, tendo como resultado a obstrução da sua participação plena e efetiva nas atividades do currículo escolar, em condição de igualdade com as demais pessoas.

Em concordância com Caio Silva de Sousa (2017), um dos aspectos mais claros do preconceito em torno da deficiência é o desconhecimento do significado e da abrangência do conceito, e até mesmo da palavra deficiência. Não sendo necessário buscar os mais complexos meandros dos contextos que perpassam a questão, para verificar a grande frequência de erros na utilização do conceito.

Houveram declarações internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (1994), que reforça o movimento em prol da educação inclusiva, ratificando a igualdade de direitos entre os cidadãos conforme entendido por Ivanilde A. Oliveira (2004).

Mesmo que ainda sobre a visão clínica de deficiência, as referidas legislações trouxeram a pauta inclusiva para dentro das instituições escolares. Assim se faz por entender que as escolas particulares estão submetidas as mesmas bases inclusivas, por desempenharem em suas instituições, a função delegada de prover o ensino.

Aditando que a Constituição garante o direito à educação, é incontestável que esse direito seja traduzido como atendimento das especificidades de cada aluno, incluindo aqueles com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular.

Assim, sabendo que o ensino fundamental, é uma etapa considerada obrigatória de maneira ampla á todos, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seus artigos 4º e 6º; tal como pela Constituição em seu artigo 208 (BRASIL, 2004).

De acordo com SASSAKI (2010, p. 40), “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos”. Da mesma forma que posteriormente o autor menciona “na mentalidade de todas as pessoas” como mecanismo essencial para transformação da sociedade.

Destarte, inclusão é a palavra que traduz igualdade, fraternidade, direitos humanos ou democracia, conforme a compreensão exemplar de John Wilson (2000). Conceitos que apesar de estarem extremamente popularizados, são difíceis de por em prática em razão da problemática social encontrada no cotidiano dentro das instituições.

Com esses valores presentes na sociedade; a assinatura da Declaração de Salamanca já mencionada, aderida por 92 países e 25 organizações internacionais, reafirma o compromisso de pôr em prática o princípio fundamental das escolas inclusivas.

Iniciando a partir deste evento a proposta de que a educação se deve processar em escolas regulares, escolas inclusivas, que proporcionam meios capazes de combater qualquer

discriminação, de forma que se possa utilizar a escola como meio de construir uma sociedade inclusiva. Quanto ao princípio fundamental das escolas inclusivas:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994: 11-12).

No entanto, vista hoje através do novo ponto de vista que conceitua a pessoa com deficiência, a entender que tais conceitos se somam em todos os aspectos positivos que possuem, subtraindo tão somente o preconceito contido na visão de que todo o déficit está contido na suposta insuficiência dessas pessoas e não no meio em que circulam.

2. Escolas Inclusivas

A integração escolar e toda a reflexão que a mesma gerou sobre a escola que exclui uma parte considerável dos seus alunos, conforme foi mencionado, ajudou a desencadear o movimento da inclusão que pretende promover o sucesso pessoal e acadêmico de todos os alunos, numa escola inclusiva.

Como por exemplo a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis característicos de alunos e a seleção daqueles que se encaixam nos padrões tradicionalistas para frequentar as escolas, o que conseqüentemente fomenta as diferenças, a inserção ou a exclusão dos que não se encaixam.

Exemplo ratificado pela segregação efetuada através do poder institucional quando se tem a produção de identidades e de diferenças, assim como a definição escolar seguida pela nomenclatura de “normais e especiais”. Os alunos das escolas comuns são normais, aceitos, positivamente valorados. Enquanto os alunos das escolas especiais são os negativamente concebidos e diferenciados a medida de suas dificuldades.

Vale mencionar que escolas especiais, são instituições que acolhem as crianças e jovens que apresentam, durante o processo educacional, dificuldades acentuadas de aprendizagem, podendo ser elas vinculadas ou não a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências, abrangendo dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e até mesmo superdotação de habilidades.

Entretanto, essas instituições tendem a segregação, por sua natureza dita “especial”, e no que se refere a interação social é imprescindível que exista pluralidade, inclusive no concernente à estruturação da personalidade de cada indivíduo.

Essas instituições de ensino especial dedicam-se apenas a um tipo de deficiência ou em algumas situações, se estendem a outras, mas sempre mantendo o convívio escolar restrito a alunos com deficiência. Logo, é incapaz de promover o convívio entre as crianças com deficiência e as demais crianças.

Esse modelo contemporâneo de escola inclusiva, moldado pelas legislações pátrias e internacionais, rompem o panorama exemplificado, moldando a unidade escolar como ponto central capaz de acolher especificidades. E para tanto adota a todas as vertentes que a acessibilidade engloba, rompendo barreiras das esferas arquitetônicas às atitudinais.

Destarte, o caminho para se atingir a inclusão exige que, primeiramente, se tenha consciência das dificuldades existentes dentro dessas unidades escolares. São estas dificuldades que, quando analisadas sob a ótica da inclusão são classificadas como “barreiras” capazes de impedir a acessibilidade garantida pela legislação.

Conforme observado através do contato com pais de crianças com deficiência, foram observadas diferentes barreiras encontradas nas instituições de ensino, sendo elas: barreiras arquitetônicas; barreiras comunicacionais; barreiras metodológicas; barreiras instrumentais e barreiras atitudinais.

As instituições tanto públicas quanto privadas, em sua maioria, ainda possuem enorme dificuldade de capacitar suas unidades de forma que contemple o requerido no capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão ao tratar do direito a educação. Para tal fim, as barreiras arquitetônicas são identificadas na falta de adequação do meio para permitir o livre acesso de cada um daqueles que ali transita, de forma autônoma e segura. Barreiras comunicacionais, na dificuldade de interação de todos que integram aquele ambiente; lembrando que apesar de existirem diversas formas de comunicação, é primordial que a mensagem seja transmitida e compreendida.

Bem como as barreiras metodológicas são evidências através da metodologia precária de ensino, que demonstra mais inserção do que inclusão, não estando assim a contento do pretendido. As barreiras instrumentais que traduzem a ineficiência de instrumentos que auxiliam a inclusão para aqueles que possuem deficiências mais funcionais e a barreira atitudinal, que atualmente é a mais significativamente preocupante, pois tem como base o preconceito que fomenta a visão limitadora de capacidade da pessoa com deficiência.

A inclusão se apresenta na forma de alternativa, só que dessa vez, como um compromisso com a educação e com o ser humano. Porém, não é demais registrar que para atuar neste meio inclusivo não bastam somente títulos, mas também, muita dedicação e respeito a todos os alunos que participam daquele meio, de forma que a estes sejam garantidos direitos simples e essenciais, como carinho, atenção, dedicação e oportunidade de viver como um ser humano, aprendendo e evoluindo independente de suas personalidades.

Assim, é com base nesta meta que o processo inclusivo foi proposto e se fortifica a cada dia sendo preconizado por aqueles que acreditam na efetividade e nas possibilidades humanas e sociais que ele dirige.

3. Atendimento Educacional Especializado e as salas de recurso

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, descrito na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, inciso III, dispõe que o mesmo deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. E em subsequência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu parágrafo 2º do artigo 59, previu o atendimento educacional especializado, indicando que esse seria feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não fosse possível a sua integração nas turmas regulares de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) consiste no Atendimento Educacional Especializado, que é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

Dessa forma, é capaz de suplementar a formação do aluno com deficiência, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo um programa obrigatório pelos sistemas de ensino.

Essa proposta é realizada, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado *Sala de Recursos Multifuncionais* e, para tanto é parte integrante do projeto pedagógico da escola. Nessas salas, os alunos alvos do programa, são pessoas com deficiência, que anteriormente faziam parte da “educação especial”, mas que hoje primam pela inclusão. Sendo esse o primeiro passo da instituição de ensino para englobar e incluir esse aluno, contando que a matrícula no AEE é condicionado a matrícula no ensino regular. Conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto Federal nº 6.571/2008.

A partir deste, a motivação do AEE ser realizado na mesma escola do aluno, está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas serão atendidas, discutidas e solucionadas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular, aproximando esses alunos com deficiência dos ambientes de formação comum a todos.

Mencionando que além dos alunos propriamente ditos, essa experiência proporciona aos pais viver em um ambiente inclusivo de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola, o que ajuda na própria relação familiar e na visão independente que aquela família passa a ter diante da pessoa com deficiência.

O AEE, então, se destina a garantia e a permanência do aluno na escola regular, promovendo primeiro lugar, o acesso ao currículo, por meios distintos que vão da acessibilidade física como adaptações arquitetônicas, oferta de transporte, adequação de mobiliário e de equipamentos, acesso a sistemas de comunicação, até o rompimento de barreiras que dificultam o aprendizado de um aluno com deficiência intelectual. Como favorecer a organização de materiais didáticos e pedagógicos, estratégias diferenciadas, instrumentos de avaliação adequados às necessidades de cada aluno para que, de fato, sua permanência na escola lhe proporcione desenvolvimento.

Para tal fim, é imprescindível mencionar a Resolução n.4/2009, que em seu artigo 5º aponta que o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

Nesses espaços são desenvolvidas atividades a partir de estratégias que visem favorecer a construção de conhecimentos dos alunos com deficiência e sua participação na vida escolar.

Destacando que a sala de recursos é multifuncional diante das suas possibilidades de intervenção, assim como precisa ser composta por uma equipe capaz de organizar e reger os recursos que nela forem construídos, observando individualmente as demandas dos alunos para ela direcionados.

Assim é promovida a articulação moderada entre o ensino regular e a educação especial, contemplando a organização flexível que valorizar o ritmo de cada aluno, avalia suas habilidades e necessidades e ainda oferta o atendimento educacional. Além de alcançar a expectativa do projeto, na viabilidade de promover a participação da família no processo educacional e a interface com as demais áreas, por meio da integração multidisciplinar de profissionais especializados.

Conclusão

À frente de todas as questões abordadas, conclui-se a importância de incluir a pessoa com deficiência na rede regular de ensino, para assim possibilitar à mesma o acesso ao conhecimento e à possibilidade de ser respeitada e ter seu potencial estimulado.

Pois a escola é o local onde o estudante extrai os recursos para atuar nas condutas diárias. E por isso, esse ambiente escolar deve ser planejado e estruturado, uma vez que é o meio de desenvolvimento do estudante.

Apesar das leis governamentais estarem incentivando as escolas a incluírem os alunos com deficiência, muitas destas não possuem o menor preparo em seu corpo docente ou em sua estrutura. E em consequência, levam estes alunos às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado ignorando assim as necessidades específicas dos alunos, fazendo com que eles sigam um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades, extinguindo o atendimento de educação especial antes do tempo e esperando que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de deficiência qualquer suporte técnico.

A proposta de inclusão vem sendo estimulada em diversas escolas do Brasil e envolve desde a Educação Infantil até a Educação Superior. E para tanto, as transformações sociais e comportamentais, e até mesmo tecnológicas, nesse processo, possibilitam a ampliação das potencialidades de todos os alunos.

A construção da perspectiva inclusiva será possível se ela for mantida como um projeto da sociedade, sem que seja esquecida a importância da escola como propulsora, pois esta funciona como condutora de socialização e interação social.

Ratificando ainda, que o direito à educação se trata de uma necessidade humana natural, oponível aos sistemas de ensino privado, por sua dimensão civil, social e política. Contudo, para uma cidadania plena é fundamental diminuir as desigualdades, preconceitos e discriminação na sociedade e as medidas de inclusão social das pessoas com deficiência, no segmento educacional, são um caminho próspero para igualdade.

Diante disso, é possível entender que incluir não é uma ação impossível de ser concretizada, pois se apresenta como uma forma de garantir direitos, ampliar conhecimentos, quebrar paradigmas e principalmente de garantir as condições humanas.

Apesar de aparentemente ainda ser um projeto de difícil aquisição, não difere dos propósitos gerais da educação que giram em torno da formação integral dos estudantes, sendo somado apenas, que essa formação integral atinja a todos.

O desenvolvimento das potencialidades dos alunos é um fator crucial na educação e a escola, sendo o meio para tal obtenção, contribui de forma essencial para que isso aconteça. Deste modo, todos os estudantes são dignos de ações metodológicas que estimulem seu aprendizado, sejam esses estudantes, ditos normais ou pessoas com deficiência, como um direito inerente à todos.

Diante deste contexto, faz-se compreensível a necessidade de colocar em prática a Declaração dos Direitos Humanos que legitima e exige de cada ser humano que logo após seu nascimento, já seja este incluído na sociedade e tenha o direito de ser tratado e viver com toda dignidade que lhe couber.

É entendido também, a título de conclusão, que toda proposta pedagógica que objetive desenvolver os alunos com deficiência nos campos sociais, devem ter como prioridade a valorização e a compreensão humana, visualizando as condições que todos possuem de aprender, se aprimorar, adquirir habilidades e competências.

A educação inclusiva pauta-se justamente nessa premissa. Um processo lento, com capacidade de implantar na sociedade a noção de humanidade que ainda não se é amplamente difundida.

Elencando conjuntamente, que após todo o exposto, resta incontestável a afirmação de que as instituições de ensino, em seus núcleos escolares, ainda não possuem o preparo adequado para receber e lidar com as diversidades de forma satisfatória e plena. E mesmo que exista um encaminhamento produzido pela legislação, ainda há um longo caminho de adaptação a ser percorrido.

Portanto, com a definição conceitual da palavra deficiência, é tangível a percepção de que o meio escolar ainda é deveras deficiente, quando falha no atendimento e na inclusão de seus alunos como um todo.

Noutra perspectiva, nestas linhas conclusivas também é possível contemplar o que se apresenta como questões mais significativas em relação ao que ainda está por vir, ou seja, o efetivo cumprimento da LBI.

Para esclarecer, a Lei nº 9.394/96, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, utiliza a terminologia “educandos com necessidades especiais” em referência ao processo de aprendizagem e as pessoas que precisem de métodos ou procedimentos devidamente adaptados a condições não verificadas aos demais. Daí surgem os termos “pessoas portadoras de necessidades especiais” e “pessoas com necessidades especiais”.

Mas esses dois termos, além de “pessoa portadora de deficiência” disposto na Carta Magna de 1988, são imprecisos, tendo em vista que a deficiência se encontra no indivíduo, constituindo uma característica pessoal. A própria ONU emprega a expressão “pessoas com deficiência”, considerada a mais moderna e menos estigmatizante.

Quanto aos destaques temáticos - “profissional de apoio escolar”, “adaptação curricular”, “sala de recursos multifuncionais” e “atendimento educacional especializado” - são as seguintes conclusões:

Com relação ao profissional de apoio escolar, que já foi chamado de mediador escolar, a Lei Brasileira da Inclusão dispõe sobre sua atuação. Este profissional tanto desempenhará o apoio necessário ao estudante com deficiência nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, quanto atuará no auxílio do referido aluno em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária o seu apoio ao discente.

Com relação aos custos desse profissional, a responsabilidade é da instituição de ensino que deverá compor os custos do planejamento das atividades. Isso porque as instituições privadas de ensino exercem atividade econômica e, enquanto tal, devem se adaptar para acolher as pessoas com deficiência, prestando serviços educacionais que não enfoquem a questão da deficiência limitada à perspectiva médica. Tais requisitos, por mandamento constitucional, aplicam-se a todos os agentes econômicos.

Trata-se de princípio de ordem pública, porque diz respeito à cidadania, à dignidade da pessoa humana, ao interesse público e à educação como direito fundamental e personalíssimo.

Com relação a adaptação curricular, há obrigatoriedade na geração de qualquer adaptação razoável para atender as características dos estudantes com deficiência e garantir seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, vedando a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas.

Quando se falar no atendimento educacional especializado e na sala de recursos multifuncionais, há um universo vasto de ações e práticas. De toda forma, os recursos devem ser fornecidos para que o aluno possa acompanhar os demais na rede regular de ensino.

Como soluções possíveis, que se complementam e se formam somente em seu conjunto, tem-se a mobilização da sociedade para que assuma o papel que lhe cabe, de sujeito do processo de superação dos bloqueios e barreiras que hoje se impõem a pessoa com deficiência. A chamada à participação da sociedade para que as diversas esferas sociais se integrem em um mesmo esforço, conciliando expectativas, necessidades e potencialidades distintas.

Referências Bibliográficas

BRASIL/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva organizadores. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, São Paulo: Editora Saraiva, 1998. **Declaração de Salamanca**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em:

_____. Decreto Nº. 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a **implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6094.htm Acesso em: 02 de abril de 2010.20072010/2007/Decreto/D6094.htm

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. Brasília

Dicionário de Português Aurélio, disponível em : <<https://dicionarioaurelio.com/deficiencia>>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto No 6.571, de 17 de setembro de 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm

Nacarato, A.M.; Varani, A & Carvalho, V. (1998). **O cotidiano do trabalho docente: Palco, bastidores e trabalho invisível... abrindo as cortinas.** In.: C. M. G. Geraldi; D. Fiorentini; E. M. A. Pereira (Orgs.), *Cartografia do trabalho docente*. Pag.73-104. Campinas: Mercados das Letras, ALB.

OLIVEIRA, I. A. (2004) **Saberes, imaginários e representações na educação especial.** Petrópolis: Ed. Vozes

SASSAKI, Romeu Kazumi. (2010) **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA.

SILVEIRA, F. F., & Neves, M. B. da J. (2006). **Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: Concepções de pais e professores.** *Psicologia:Teoria e Pesquisa*, 22(1), 79-86.

SOUSA, Caio Silva de. (2017). *O Direito Atual e as Novas Fronteiras Jurídicas.* Pag.484. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave Barcelos, Portugal.

WALZER, Michel. **Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Wilson, J. (2000). **Doing justice to inclusion.** *European Journal of Special Needs Education*, Pag. 15, 3, 297-304. Traduzido pelo sítio www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100002

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: O QUE AINDA SE FAZ NECESSÁRIO PARA QUE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA SEJA RESPEITADA

Caio Sousa
UNISUAM
caiosilvadesousa@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar que no Brasil há vasta legislação que garante os direitos da pessoa com deficiência, a partir da Carta Magna de 1988, tendo como principal regramento a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU de 2007. Todavia, o mesmo não se pode dizer da conscientização do poder público para garantir sua aplicabilidade. Na constatação dessa verdade, o trabalho pretende verificar se a legislação existente cria condições que asseguram à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. A pesquisa bibliográfica gira em torno da seguinte problemática: como os outros países encaram os direitos das pessoas com deficiência e quais são as políticas públicas que garantem a sua aplicação?

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com deficiência. Política Pública. Aplicação. Legislação. Direito Comparado.

Introdução

A democratização do país permitiu a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que por ter participação popular¹, lhe garantiu o apelido de Constituição Cidadã. Posteriormente, as pressões de setores organizados da sociedade pela regulamentação de diversos direitos sociais estabelecidos levaram à ampliação de direitos e ao estabelecimento de meios ao devido financiamento de sua implementação. Desde então, o poder público encontra dificuldades na política pública voltada para as ações na esfera social. Significativos avanços foram conseguidos, em quase todas as áreas setoriais, mas muito ainda precisa ser feito.

Na realidade a retirada da cidadania das pessoas com deficiência é um dos mais devastadores problemas sociais enfrentados hoje. Infelizmente não faz parte do cotidiano da sociedade buscar a mudança desse problema. Faz-se necessária então uma discussão ampla do problema, resultando assim na convergência de alguns aspectos distintos.

O presente estudo aborda as diferenças existentes entre a situação brasileira e a de outros países, com o objetivo principal de esclarecer quais os aspectos relevantes na diferença entre as políticas públicas, bem como a sua aplicação em cada país. Assim, é de extrema importância conceituar e entender o que diz a nossa legislação sobre pessoa com deficiência, afim de realizar uma comparação.

1. Breves considerações sobre as pessoas com deficiência no Brasil

O universo da pessoa com deficiência pode ser interpretado em nossos dias como o espaço onde se corporificam algumas das principais questões da sociedade. Direitos sociais, consciência social, educação, saúde, medicina, tecnologia, produção e eficiência são alguns dentre tantos assuntos que estão sempre perpassando a questão dessa parcela da população.

1 BONAVIDES, Paulo. História constitucional do Brasil. 5 ed., Brasília, OAB, 2004, 479-481

Dessa forma, debater os direitos das pessoas com deficiência significa tratar sobre cidadania, igualdade, liberdade, democracia, dentre outros. Esses temas exigem uma série de estudos que envolvem justiça social e direitos humanos, devendo-se considerar as imposições econômicas e sociais que fazem dessa parcela da sociedade radicalmente excluída do meio social em que vivem.

O grande desafio se dá quanto à observância da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU de 2007 (Decreto Federal nº 6.949/09), pela ruptura do modelo adotado no Brasil, que de certa forma estigmatizava a pessoa com deficiência com a adoção de meios de efetiva inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, garantindo a convivência entre os atores sociais com e sem deficiência.

Essa mudança paradigmática exigiu uma completa reformulação do sistema brasileiro, inclusive com a mudança do modelo exclusivamente biomédico da deficiência. As terminologias utilizadas na legislação e na área médica baseada exclusivamente no Código Internacional de Doenças - CID², que serve de referência para as equipes multidisciplinares que emitem os laudos médicos nos atendimentos de pessoa com deficiência, foram alteradas para o Código Internacional das Funcionalidades - CIF³.

A aludida Convenção⁴ também introduz novo conceito de deficiência, considerando o modelo social, baseado em direitos humanos. Assim, a deficiência não mais se encontra somente na pessoa, mas ela aparece na interação com fatores e barreiras existentes no ambiente, senão vejamos.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (Artigo 1º da Convenção - grifou-se).

Cumprir destacar que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU de 2007, conforme dispõe o artigo 5º, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por se tratar de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos, e sendo aprovada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, tem equivalência à emenda constitucional.

Neste ponto, cabe ressaltar que a Lei Brasileira de Inclusão - LBI⁵ utiliza redação semelhante e trata-se do primeiro Projeto de Lei da Câmara dos Deputados a ser traduzido para Libras (Língua Brasileira de Sinais) durante sua discussão. Seu texto preliminar ficou sob consulta pública no portal "e-democracia", mantido pela Câmara dos Deputados, por cerca de seis meses. Por meio deste canal foram encaminhadas cerca de mil propostas. A consulta pública virtual no portal "e-democracia" foi feita de uma forma que pessoas com deficiência visual conseguissem acessar e também pudessem contribuir.

A Lei Brasileira de Inclusão foi sancionada no ano de 2015, após 15 anos de tramitação, com vigência a partir de 02 de janeiro de 2016, com mudanças em várias áreas. É um real avanço na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Um dos principais pontos desta lei é o seu

2 A sigla CID designa a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (em inglês: *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD*) e fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sintomas, aspectos anormais, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças.

3 A sigla CIF é um sistema novo de classificação inserido na Família de Classificações Internacionais da Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization Family of International Classifications - WHO-FIC*), constituindo o quadro de referência universal adotado pela OMS para descrever, avaliar e medir a saúde e a incapacidade quer ao nível individual quer ao nível da população.

4 RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de Paiva. (Coord.). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: versão comentada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

5 Lei nº 13.146/15.

objetivo de “mudar a visão sobre o conceito de deficiência”, que deixa então de ser atribuída à pessoa e passa a ser vista como consequência da falta de acessibilidade que não só o Estado, mas a sociedade como um todo apresenta.

2. Como construir a partir da igualdade e diferença

Um dos aspectos mais claros do preconceito em torno da deficiência é o desconhecimento do significado e da abrangência do conceito, e até mesmo da palavra deficiência. Não é necessário buscar os mais complexos meandros dos contextos que perpassam a questão, para verificar a grande frequência de erros na utilização do conceito.

Entretanto, é possível descobrir que a construção da alteridade na sociedade influenciará sua posição frente à deficiência e será fator preponderante, no mundo de hoje, com relação a discriminação desenvolvida em relação à pessoa com deficiência.

A discussão da ideia de que democracia e diferença, igualdade e deficiência podem, em um determinado ponto da história, em uma determinada hora das preocupações do indivíduo, mostrar que juntas identificam, e podem desenvolver, pontos primordiais para a construção de um mundo novo é de fundamental importância.

A grande questão a ser debatida é como superar os principais obstáculos ao equacionamento da questão da pessoa com deficiência, que não tem um opressor direto identificável, diferentemente da análise de questões como homofobia e machismo, onde o opressor é facilmente identificado.

Pela correlação democracia-diferença passam certamente importantes questões da atualidade em seus aspectos mais variados. É nessa diversidade de problemas e enfoques que poderemos compreender a diversidade do indivíduo e encontrar um ponto de reflexão para novas formas de compreender o social.

O Sociólogo Jürgen Habermas⁶ dispõe que o problema das minorias explica-se pelo fato de que os indivíduos não são abstratos, ou seja, não são amputados de suas relações de origem. De acordo com esse pensamento, uma minoria discriminada só pode obter a igualdade de direitos por meio da secessão, sob pena de velhos problemas ressurgirem com outros sinais.

Entende ainda que a discriminação não pode ser abolida pela independência nacional, mas apenas por meio de uma inclusão que tenha suficiente sensibilidade para a origem cultural das diferenças individuais e culturais específicas.

Nesse mesmo sentido, o Professor Boaventura de Sousa Santos⁷ retrata claramente as questões da desigualdade e da exclusão, quando dispõe que a primeira está ligada a uma questão de integração social e a segunda a um sistema dominado pela segregação. Ainda segundo o Professor, os dois sistemas são tipos ideias, uma vez que na prática esses grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois, em combinações complexas.

Dessa forma, a discriminação manterá o diferente à distância, o deficiente longe, segregado. O local escolhido desde sempre pela sociedade, está reservado ao diferente, ao deficiente, o lugar do preconceito e do estigma, mantido durante séculos através das posições assumidas de protecionismo e de paternalismo, que na verdade perpetuam a discriminação e negam a igualdade.

Assim, a falsa consciência desenvolvida pela sociedade em relação a pessoa com deficiência o define por uma absoluta diferença, diretamente ligada ao preconceito, à segregação, à

6 HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do Outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

7 SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

discriminação. A igualdade negada pela falta atinge-o diretamente, marcando-o pela concepção de uma falta absoluta, pela definição de uma diferença insuperável, segrega definitivamente o diferente.

A construção do direito à igualdade, do respeito e da convivência com as diferenças, deve encontrar a resistência da permanência do paradigma, mas pode começar a ser efetuada, em relação a deficiência, se discutida a não-consciência existente na sociedade e procurar entender as possibilidades de um processo para sua conscientização.

Poderia uma intervenção no problema, através de um trabalho de conscientização, resultar na aceitação da diferença, na consciência da deficiência, no começo do fim da marginalização da pessoa com deficiência?

Se houvesse consciência da gravidade social do problema da deficiência, suas dimensões seriam mais circunscritas e a questão seria menos aguda. A não-consciência e a falta de consciência são alguns dos dados constitutivos da natureza social do problema da deficiência. Pode-se acreditar que se trata de uma inconsciência, e uma inconsciência com enorme abrangência, perpassando a insensibilidade, o desconhecimento, o medo, o preconceito, a falta de informação, a ocultação da realidade, o paternalismo entre tantas outras atitudes.

A inconsciência permeia a sociedade e é a tal ponto comum que já não é percebida como discriminação e marginalização concreta do deficiente. Ela está presente em toda parte e a todo momento, na legislação, na arquitetura, no dimensionamento do espaço urbano, nos transportes, no ensino, nos serviços de saúde, na organização do mercado de trabalho dentre outros. O resultado dessa inconsciência generalizada é a boa consciência da cidade e do Estado, que assim têm oculto o problema de cidadania presente na questão da deficiência.

Como um dos principais invólucros que fazem o contorno da inconsciência em relação à deficiência aparece o desconhecimento do assunto, a falta de informação. A deficiência é de tal forma ignorada que mesmo seus conceitos mínimos fogem à grande maioria da sociedade.

A definição pela falta, a negação de qualidades, a imprecisão de abrangência e objeto fazem com que a questão não seja conhecida nem mesmo em seus aspectos fundamentais. E por isso mesmo, por esse desconhecimento, a informação está em falta. Ela não se faz necessária, ela é supérflua em uma sociedade onde o assunto não circula, formando uma relação eminentemente negativa entre desconhecimento e falta de informação.

Outra face dessa questão da inconsciência é formada pelo preconceito. Basicamente apoiadas no desconhecimento, e formadas pela construção do outro em uma sociedade onde a busca da excelência elimina a deficiência, essas duas projeções da inconsciência são fundamentais no entendimento da questão.

O preconceito conciliando desconhecimento e medo, a sociedade buscando a proteção da consciência às avessas, legitimam a discriminação e constroem um mundo à parte, com a negação do deficiente e a barreira de segregação que possibilita a não-convivência e coloca o deficiente, o diferente, à margem.

A insensibilidade por um lado e o paternalismo por outro fecham o invólucro da inconsciência, ocultando a realidade e criando um mundo onde a discriminação encontra justificativa. Pela insensibilidade distancia-se o diferente, nega-se o outro. A cidadania é ferida em seu princípio de igualdade e a sociedade reafirma a discriminação na inconsciência da questão. Pelo paternalismo aceita-se o objeto, camuflando-o em diferença, em falta, fraqueza a ser superprotegida.

São essas as principais questões que formam a inconsciência sobre a questão da pessoa com deficiência. Elas fazem com que a sociedade não perceba a inconsciência e não a conheça como forma acabada da discriminação dirigida ao deficiente. A banalização da inconsciência torna possível a convivência com a questão mesmo quando ela se transforma em um problema de dimensões sociais profundas, porque ele está colocado à parte e a sociedade dele não participa, dele não toma nem mesmo conhecimento.

3. Como é a vida das pessoas com deficiência na América Latina e no Caribe?

Desde a assinatura, em 2006, da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência esta questão tem sido incorporada com maior intensidade à agenda política e social de todos os países signatários. A Convenção garante o direito das pessoas com deficiência a viver na sociedade em igualdade de condições com o resto da população, inclusive garantindo o gozo de seus direitos, requerendo assim a instalação de uma rede idônea de assistência pessoal e outros serviços de apoio e ajudas técnicas.

Analisando por esse prisma, apresenta-se aqui os resultados da exploração das informações disponíveis sobre a situação das pessoas com deficiência na América Latina e no Caribe. Cumpre destacar que os dados disponíveis são variáveis entre os países, pois as estimativas se modificam de acordo com o grau das deficiências (leve, moderada e severa) consideradas nos questionamentos dos diversos instrumentos de medição, sejam censos ou pesquisas domiciliares e/ou especializadas.

Por outro lado, proporcionará uma visão regional das necessidades geradas pelo crescimento de um grupo da população ao qual todos podem pertencer em algum momento do ciclo de vida ou ao qual pode-se estar vinculado através do cuidado de outra pessoa.

Parte-se então da análise das complexas necessidades e implicações, como a formulação de políticas públicas com um enfoque de direitos por exemplo, levando em conta que a política voltada para as pessoas com deficiência pode ser o instrumento para obter uma vida com autonomia e independência para assumir o controle dos processos de decisões que envolvem suas necessidades e constituir o mecanismo para assegurar o exercício de seus direitos e sua participação social.

Nos países da América Latina e do Caribe, a informação obtida nos censos de 2000 e 2010 permite um cálculo aproximado do tamanho da questão. Entretanto, devido a uma importante diferenciação nos critérios de medição, é limitada a comparação entre os países, não sendo possível traçar um mapa preciso da incapacidade na região.

De todo modo, é possível estimar que atualmente cerca de 12,0% da população da América Latina e do Caribe vive ao menos com uma incapacidade, o que envolveria aproximadamente 66 (sessenta e seis) milhões de pessoas. Além disso, prevê-se que esta proporção aumentará devido ao envelhecimento da população e as mudanças nos estilos de vida. Isto permite prever uma pressão crescente sobre o cuidado nas famílias, sobre as redes disponíveis e os limitados recursos e serviços que o Estado destina a esses fins.⁸

Na maioria dos países as mulheres registram uma taxa de deficiência mais elevada que a dos homens, especialmente a partir dos 60 (sessenta) anos. Isto poderia obedecer ao fato de que a maior esperança de vida das mulheres aumenta a possibilidade de ter uma deficiência gerada por um acidente ou uma doença crônica.

8 A velocidade de expansão relativa da população acima de 60 anos na América Latina, e especificamente da população acima de 80 anos, apresenta desafios enormes aos serviços de cuidado e seu financiamento e ao tratamento da sociedade, já que haverá uma porcentagem claramente superior de pessoas com deficiências por causa deste envelhecimento.

Da mesma forma, as mulheres vivem essas etapas de suas vidas em um contexto de maior vulnerabilidade econômica e com altas expectativas de ficarem sozinhas, o que aumenta ainda mais o risco de que qualquer problema de saúde se transforme em deficiência, devido à falta de recursos que as impede de custear serviços de apoio e a ajuda técnica necessária para minorar o impacto das limitações adquiridas com a idade.

Além das mulheres, os grupos que apresentam maior vulnerabilidade econômica e social também têm taxas mais altas de incapacidade: os idosos, os habitantes das zonas rurais, os povos indígenas e afrodescendentes e as pessoas com menores rendas⁹. Esses grupos sofrem uma maior incidência de pessoas com deficiência (ou de maior intensidade da incapacidade) por falta de atenção oportuna e por não contar com os recursos e serviços pertinentes, bem como com políticas públicas adequadas às suas necessidades.

No Chile, Costa Rica e México as pesquisas dos últimos anos mostraram uma incidência de incapacidade proporcionalmente mais alta entre os mais pobres à medida que aumenta a idade. Embora a partir dos 40 (quarenta) anos a desigualdade seja evidente, ela se torna especialmente notável nas pessoas de 60 (sessenta) anos ou mais.

Isto demonstra que existem fatores de contexto que vão exercendo um efeito cada vez maior conforme se avança o ciclo de vida, onde os recursos econômicos e sociais claramente pesam para poder antecipar-se a uma velhice com maior ou com menor autonomia. Por tal razão, são ainda mais importantes as políticas que possam contrabalançar estas diferenças de trajetórias segundo o nível de renda das pessoas.

A falta de recursos das famílias, o custo dos apoios técnicos e serviços de cuidado e os obstáculos à geração de renda que enfrentam as pessoas com deficiência e os que cuidam delas potenciam o impacto negativo das deficiências sobre a qualidade de vida dos afetados, o que inclui seu empobrecimento.

A qualidade de vida das pessoas com deficiência também está relacionada com o tipo de limitação que devem enfrentar, tanto pelas dificuldades ocasionadas pelos próprios tipos de deficiência (sensorial, intelectual ou física) como pelas diferenças na resposta do ambiente a cada uma delas quanto à capacidade de autocuidado, adaptação do meio físico, participação social, oferta de oportunidades educativas e profissionais e respeito do direito à autodeterminação.

Segundo informação de 18 (dezoito) países da região, prevalecem na América Latina e no Caribe as limitações visuais e de mobilidade, seguidas pelas deficiências da audição na América Latina e das dificuldades relacionadas com a deficiência intelectual no Caribe. A deficiência visual e a física são as que menos impacto negativo têm no acesso à educação e ao emprego, enquanto as pessoas com deficiências cognitivas e intelectuais ou com pouca capacidade de autocuidado são as que encontram mais obstáculos para integrar-se à atividade econômica e social.

As dificuldades para atender às necessidades de cuidado das pessoas com deficiência dependem de seu grau de autonomia funcional e de independência, que tem relação com as características dos tipos de deficiência com os quais devem viver. Por sua vez, o tipo de deficiência com a qual deve viver uma pessoa influi de maneira acentuada em suas oportunidades de participação social.

A informação sobre o auxílio escolar das pessoas com deficiência de 13 (treze) a 18 (dezoito) anos em 17 (dezessete) países da América Latina e do Caribe revela uma grande dificuldade

⁹ MENDEZ, Juan. O'DONNELL, Guillermo. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Democracia, Violência e Injustiça. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

de acesso segundo o tipo de deficiência, tendo em vista que o percentual de acesso vai desde 17% no caso das pessoas com deficiência intelectual em El Salvador, até 100% no caso das pessoas com deficiência auditiva nas Bermudas. Quanto aos resultados educativos, a deficiência visual, a auditiva e a dificuldade de locomoção são as limitações que menos atrapalham.

Seguindo essa linha, a atividade econômica das pessoas com deficiência varia em função do tipo de deficiência, uma vez que em 14 (quatorze) países observa-se que as pessoas com deficiência visual são as que têm mais facilidade para incorporar-se à força de trabalho, superando a participação econômica total das pessoas com deficiência em todos os países, com exceção de Barbados e Santa Lúcia.

As pessoas com deficiência auditiva e física têm mais oportunidades que as pessoas com deficiência intelectual. Em todos os casos, o percentual de pessoas de 15 (quinze) anos ou mais com algum tipo de deficiência que são economicamente ativas é mais baixa que o das pessoas sem deficiência.

Segundo o primeiro Relatório Mundial sobre Deficiência da Organização Mundial de Saúde, publicado em 2011, as pessoas com deficiência necessitam de apoio e assistência para conseguir uma boa qualidade de vida e participar na vida econômica e social em igualdade de oportunidades com as outras pessoas.

Embora exista uma parcela de pessoas com deficiência na América Latina residindo sozinhas, a maioria recebe cuidados e apoios por parte de membros da família com diversos sistemas de convivência. Esta situação tem um efeito importante no bem-estar emocional e financeiro da família, o que evidencia a insuficiência da oferta de políticas públicas por parte dos Estados, do mercado e das organizações civis.

Contudo, o problema vem sendo pouco enfrentado nos países da região, o que se reflete na expansão de programas governamentais que oferecem apoio aos familiares, na concessão de serviços de cuidado domiciliares e de apoio à vida independente e na implementação de programas orientados a impulsionar o gozo dos direitos econômicos e sociais por meio do acesso à educação inclusiva, emprego e cobertura de seguridade social de pessoas com deficiências.

Os tipos de programas que os governos da região oferecem não incluem serviços de atenção domiciliar para as pessoas com deficiência e seus familiares, muito menos provisão de ajuda técnica, órtese e prótese, seja diretamente ou através de financiamento para sua aquisição. Não há adaptação de moradias para as pessoas com deficiência, nem centros de cuidado e de reabilitação.

A análise mostra que uma minoria de países da América Latina e do Caribe oferece benefícios não contributivos cuja entrega é independente da atividade laboral, enquanto a maioria concede subsídios familiares, benefícios focalizados, pensão mínima garantida à pessoa com deficiência ou a seus filhos com deficiência.

Conclusão

A questão da ausência de política pública é hoje o centro das discussões, mas só poderá ser encaminhado com um movimento de construção social no qual Estado e sociedade trabalhem juntos os direitos de cidadania.

No Brasil examina-se o fracasso do Estado em desenvolver de forma centralizada esse trabalho e propõe-se uma tarefa conjunta que, harmonicamente, una as diferentes formas de contribuição para poder obter resultados mais adequados, transformadores e duradouros, através

do apoio institucional do Estado no cumprimento pleno de seus deveres e da sabedoria das práticas da comunidade.

Essa tarefa é extremamente difícil em um país com nossas características de pobreza, marginalidade e violência, mas o significado dessa aproximação é altamente positivo e dele poderá resultar uma nova dimensão de encaminhamento para nossas questões sociais.

Aqui a parceria Estado e Sociedade tem na questão da pessoa com deficiência um significado diferente, que resulta de omissão e descaso. O lugar da omissão e o vazio da irresponsabilidade teve que ser ocupado pela comunidade das pessoas com deficiência, por aqueles que, através da necessidade, tiveram que encontrar soluções imediatas, e é por isso que no Brasil grande parte de seu atendimento é realizado precariamente por instituições da sociedade civil.

As ajudas técnicas e os métodos e técnicas de educação e saúde possibilitariam que essa população vivesse perfeitamente integrada e tivesse sua cidadania plenamente exercida, e é isso que acontece em outros países mas não é assim no Brasil.

Também em relação às órteses e próteses para o deficiente físico, aquele que tem dificuldades motoras, o mesmo perfil desumano de concessão é repetido. O Estado presta como favor o que é sua obrigação, ou a sociedade faz como caridade o que é obrigação do Estado. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Convenção da ONU asseguram uma discriminação positiva às pessoas com deficiência: que elas sejam privilegiadas e não excluídos.

O movimento de pessoas com deficiência existe e diferentes foram suas formas de nascer e sobreviver, mas todas tiveram um sentido de necessidade e reivindicação comum: enfrentar, com as infinitas e solitárias possibilidades do homem, o vazio criado pela falta de consciência generalizada do Estado e da Sociedade no atendimento à pessoa com deficiência.

O desconhecimento, o medo, o preconceito e o paternalismo tornaram a discriminação de tal modo banal que em toda parte encontramos seus sinais: nas ruas, no transporte, no ensino, no mercado de trabalho, nos centros de saúde. Essa atitude permeia instituições públicas e privadas e não é percebida como marginalização.

E foi dessa inconsciência generalizada que se transformou o que era direito e dever em favor.

E essa violência faz parte do olhar da sociedade sobre a pessoa com deficiência e é como se os que trabalham com a questão estivessem sob o mesmo estigma. O olhar do outro, o olhar de quem se dispõe a escutar o assunto é o olhar de estar frente a algo que constrange, como já se anunciasse o pedido de esmola. E ninguém gosta de pedir esmola.

O direito de cidadania dado como favor é uma violência. A esmola do apoio suplicado a projetos e demandas mínimas é uma violência. E é a isso que a pessoa com deficiência está sujeita: a conquistar seus direitos de cidadania pela vertente do favor.

Não é de favores que essa parcela da população precisa, mas sim do cumprimento do dever do Estado de dar acesso aos diferentes serviços que formam e constroem a cidadania de cada um dos cidadãos. O que se precisa do Estado, da Sociedade e de cada comunidade é um novo olhar de respeito e a efetiva inclusão.

Não se quer mais a violência do favor para os milhões de brasileiros que não têm cidadania e nem do Estado como favor o que é devido como obrigação.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Olney Queiroz; POZZOLI, Lafayette. **Pessoa Portadora de Deficiência: direitos e garantias**. 2. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.

BARCELLOS, Ana Paula de; CAMPANTE, Renata Ramos. A acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais. In: **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. Coord: FERRAZ, Carolina V.; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão. São Paulo: Saraiva, 2012.

BONAVIDES, Paulo. **História constitucional do Brasil**. 5 ed., Brasília, OAB, 2004, 479-481

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4 ed. rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. v. 1. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERRAZ, Carolina Valença. **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDEZ, Juan. O'DONNELL, Guillermo. PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia, Violência e Injustiça**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NEME, Eliana Franco. **Dignidade, Igualdade e Vagas Reservadas**. In: ARAUJO, Luiz Alberto David. Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. São Paulo: RT, 2005.

Panorama social da América Latina 2012 - Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1246/S2012895_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jul. 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

PROENÇA, Gustavo. **Desigualdades raciais no Brasil: os desafios da “luta por reconhecimento” para o constitucionalismo**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de Paiva. (Coord.). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: versão comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico Conciso**. 2. ed. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

WALZER, Michel. **Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

A PRÁTICA DE ESTÁGIO: O RELATO COMPARATIVO ENTRE DUAS EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carla Josiane dos Santos Costa

*Graduanda em pedagogia e bolsista do NEEI/UERJ
carla.josiane50@gmail.com*

Edicléa Mascarenhas Fernandes

*Docente/pesquisador do Dep. de Estudos da
Educação Inclusiva e Continuada DEIC/UERJ
professoraediclea.uerj@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo a comparação de duas experiências obtidas na condição de estagiário e/ou bolsista na educação especial. A primeira em uma escola municipal no Rio de Janeiro e a segunda em um projeto de extensão universitária. Levarei em consideração a visão particular que obtive sob a prática (ensino e aprendizagem) nesses dois momentos e como esses alunos se desenvolviam nos dois espaços. O trabalho pretende mostrar a necessidade da aplicação do currículo próprio para as pessoas com deficiência e ainda a importância de valorizar o saber do outro e das relações desse sujeito dentro e fora dos espaços escolares, pois desde criança o sujeito carrega uma história e uma cultura que não podem ser apagada, e os espaços educacionais deveriam instigar e indagar esse aluno, para que o mesmo se desenvolva plenamente; não se reduzindo a sua deficiência, sendo assim reconhecido pelas suas características e potencialidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Currículo, Relações sociais e Práticas de ensino.

ABSTRACT

The present study aims to compare two experiences obtained as trainee and / or scholar in special education. The first in a municipal school in Rio de Janeiro and the second in a university extension project. I will take into account the particular vision that I obtained under the practice (teaching and learning) in these two moments and how these students developed in the two spaces. The work intends to show the necessity of the application of the curriculum proper for people with disabilities and also the importance of valuing the knowledge of the other and the relations of this subject inside and outside the school spaces, since as a child the subject carries a history and a culture that can not be erased, and educational spaces should instigate and inquire this student, so that it develops fully; not reducing its deficiency, being thus recognized by its characteristics and potentialities.

Keywords: Development, Curriculum, Social relations and Teaching practices.

INTRODUÇÃO

A caminhada introdutória do trabalho tem por objetivo analisar as práticas de ensino e aprendizagem ocorridas em duas experiências de estágio na educação especial. Observaremos o papel do educador na formação de seu aluno e como a interação e a mediação devem fazer parte das relações escolares e como o currículo age em ambas as situações. Para esta pesquisa consideraremos principalmente os pressupostos de alguns pensadores como Miguel Arroyo

(2008 e 2016); Carl Rogers (1997 e 2001); Geovana M. L Mendes e Fabiany C. T. de Silva (2014); Jean Piaget (1976); Lev Vigotski (1984, 1988 e 1989); Michael Young (2013).

A trajetória da pesquisa se inicia através de uma experiência, em uma escola municipal do Rio de Janeiro, atuando na prática de estágio extracurricular, na função de facilitadora de aprendizagem de crianças com deficiência. Nesta prática a atuação ocorria com duas crianças, uma com síndrome de down e outra com autismo; percebi ao longo do tempo o quanto estas crianças eram subjugadas e até menosprezadas em suas capacidades, por serem sujeitos com deficiência; eles eram crianças com particularidades e potencialidades distintas, cada um deles tinha uma visão de mundo, até mesmo a cerca de vivências, mas principalmente cada um deles tinha a sua percepção de escola; Arroyo 2008 proferiu que quando a pedagogia estiver mais atenta aos modos das crianças viverem suas infâncias, e também, buscar nas pesquisas realizadas pelas diversas ciências, formas de refletir essas experiências, ela começará a repensar suas práticas cotidianas. As crianças não eram estimuladas a fazerem e serem o seu melhor, na verdade nem mesmo a acessibilidade de recursos e matérias se tinha, ressalto que a escola não era escassa em recursos, por isso vejo que a falta de adaptação, era algo da formação do professor e não da simples insuficiência de elementos pedagógicos e/ou didáticos.

“A ausência de acessibilidade se reflete, sobremaneira, no espaço escolar, que, tendo sido construído e constituído sob a perspectiva do aluno “normal” não está preparado para receber crianças e jovens com necessidades especiais.” (FERNANDES; ANTUNES; GLAT, 2007, p.57)

A segunda experiência se faz por meio da extensão universitária nominada de “Escola Melvin Jones para deficientes visuais” - que surge pela parceria entre a organização internacional Lions Clube e o Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI) que pertence a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Comecei a minha atuação na escola Melvin Jones em março de 2017, essa nova experiência de mediação no processo de aprendizagem para pessoas com deficiência. Ter tido a experiência com as crianças é totalmente diferente de atuar na Escola Melvin Jones, primeiro por não serem crianças e sim se tratar de jovens e adultos que tem a sua história de vida onde o respeito a ela é primordial, e também para o seu saber, que não pode ser ignorado, pois é através dele que o desenvolvimento da aprendizagem irá começar. Percebo que o laço de conhecer e entender a realidade do aluno é o que tem importância, criar-se um vínculo como aluno e os seus familiares e/ou responsáveis é o principal.

E por serem jovens e adultos, é mais do que óbvio que aquele aluno traz uma bagagem, um conhecimento acumulado que é mediado pelo professor, pelos bolsistas e pelos voluntários, ou seja, atuamos como facilitadores de aprendizagem, para a descoberta deste aluno ao conhecimento.

“(…) d) Sinto que o único aprendizado que influencia significativamente o comportamento é o aprendizado autodescoberto, auto-apropriado. e) Um conhecimento autodescoberto, essa verdade que foi pessoalmente apropriada e assimilada na experiência, não pode ser comunicada diretamente a outra pessoa. Assim que um indivíduo tenta comunicar essa experiência diretamente, muitas vezes com um entusiasmo absolutamente natural, começa a ensinar, e os resultados disso não têm conseqüências. (...)” (ROGERS, 1997, p.319 e 320)

E é neste contexto que a indagação da pesquisa surge, pois como uma escola qualificada não apresenta possibilidades aos sujeitos presente nela? Por que não dispõem de recursos (materiais e profissionais) para explorar este indivíduo? Os fatores históricos e sociais influenciam no processo de inclusão e como o currículo atua nestes contextos? Tais questões serão refletidas ao longo do texto, para que se comece e/ou contribua com novos caminhos e/ou perspectivas para a educação especial e o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos nela.

DESENVOLVIMENTO

Compreendemos o currículo basicamente como uma forma de se estruturar conteúdos e estudos para um grupo (pessoas), tais estruturas serão organizadas e planejadas de acordo com faixas etárias (assim como acontece na escola regular) e através disto se criará uma expectativa para que o grupo alcance os dados dispostos naquele período. Entender esta concepção e reduzir o pensamento a tal forma de planejamento curricular é dizer que “todas as pessoas aprendem igual e da mesma forma”; o que observamos em sociedade que não pode ser considerada uma afirmativa unanime.

Antes de se pensar um currículo temos que pensar nas pessoas que irão planeja-lo e para quem ele está sendo organizado; por isso é de suma importância a participação de educadores de todas as esferas sociais pois são eles que estão diariamente nas escolas trabalhando com estas crianças que deverão incorporar este currículo e também deveria se ter a contribuição da sociedade civil. Porém a atual realidade propõe um currículo igual e padrão para todos, e ainda mais sendo formulado por cidadãos de uma única classe social, logo o currículo se torna uma disputa de poder e/ou interesses e um jogo político, em que prevalece aquele que possui mais influência e/ou poder aquisitivo, um exemplo disto é Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2017), que se faz desconhecer sujeitos para que ocorra uma “uniformidade” das aprendizagens, Arroyo 2016 disse que “ (...) sujeitos de história, mas sem direito de reconhecer a sua história (...)”. O que acontecerá é a disparidades nas aprendizagens, gerando até preconceito e/ou desigualdade, por “tal grupo aprender e outros não”.

As questões não se tornam mais brandas quando falamos da educação especial, pelo contrário entraves como, o que ensinar? E como ensinar? Sempre estão presentes. Tais perguntas não encontram respostas pois, o currículo não pode ser limitado a algo “dado para ser aplicado”, ele tem que estar em constante movimento pronto para ser modificado e reconfigurado em diferentes contextos e ocasiões “(...) a discussão sobre o conhecimento escolar precisa ser recontextualizada a partir das demandas e especificidades contemporâneas (...)” (MENDES; SILVA, 2014); quando a discussão não contempla todos os quesitos, incidimos sobre modismos engessados como “fracasso escolar – o aluno não aprende e a evasão”, que se trata na maioria das vezes como efeito do fracasso. Que ao invés de se naturalizar tais situações, se deveria se pensar em alternativas que fizessem sentido (sociocultural) a aprendizagem dessas crianças, segundo Vigotski (1996) “a experiência determina a consciência. ” (p. 80), ou seja, não existe experiência sem significação; equivalência de valor cultural de cada contexto. Com isto caímos na problemática de Young 2013.

“Qual é o importante conhecimento que os alunos deveriam ser capazes de adquirir na escola? Se, enquanto especialistas em currículo, não podemos responder a esta pergunta, fica indefinido quem pode e é mais provável que tal indagação seja deixada para as decisões pragmáticas e ideológicas de administradores e políticos” (YOUNG, 2013, p.13).

A formação do profissional também entra em debate, pois mesmo que o currículo seja um grande fator de distanciamento (conteúdo X realidade), em alguns momentos a promoção de distância é feita pelo próprio profissional não vendo a escola como um espaço de saberes múltiplos e de acolhimento social, com isso ele não tenta se integrar a realidade do seu aluno em nenhum ponto, Arroyo 2016 diz que “(...) estão produzindo as relações políticas da desvalorização de seu próprio trabalho e de sua condição docente(...)”, percebemos então que o profissional não é neutro, pelo contrário ele tem que se posicionar em incluir seus alunos.

E é nesta projeção de vivências que a escola Melvin Jones começa a execução dos seus trabalhos A tecnologia assistiva é um dos recursos que utilizamos, para o desenvolvimento e a aprendizagem dos nossos alunos; apesar de tecnologia assistiva ser um termo ainda em estudo e sem uma única definição; faremos uso do conceito de Bersch (2013) que diz que a Tecnologia Assistiva é um conjunto de equipamentos, serviços, estratégias e metodologias que tem como objetivo a ampliação das habilidades funcionais e cognitivas para superação da deficiência, ou seja, dar maior autonomia e acessibilidade a esse público, sendo assim, a tecnologia assistiva faz uso de canais táteis e auditivos para o acesso ao computador. Possibilitando ao aluno fazer no primeiro momento aquilo que ele sabe e/ou conhece, para depois evoluir para aquilo que o aluno pode fazer; respeitando os fatores culturais e sociais, principalmente os de faixa etária; elevando o aluno a reconhecer que o seu saber também é válido, conseqüentemente proporcionando a inclusão, destes sujeitos distintos em seus diferentes meios. De modo que nenhum dos indivíduos envolvidos neste processo se perceba excluído e/ou menosprezado; pelo contrário se reconhecem como sujeitos portadores do saber, e que o seu saber é válido. Saber este que é mediado pelo professor e seus colaboradores (bolsistas, voluntários e responsáveis), Vigotski diz que “ o indivíduo é constituído socialmente: todas as suas funções psicológicas têm origem social” e que “ um processo interpessoal (entre pessoas) é transformado num processo interpessoal (no interior da pessoa) “. Abrangemos então que o currículo na escola Melvin Jones não é algo estático, ele está em constante movimentos, pois quem está diretamente envolvido é prontamente ligado e contribui, pois se a sociedade se modifica a cada dia, os personagens envolvidos nesta sociedade também, então logo as aulas ocorrem sempre em um trajeto circular, para que todos aprendam, mas em seus diferentes níveis. Contudo não se torna mais fácil essa composição, pois o foco da escola é integrar os diferentes sujeitos na informática, então como fazer isso? Qual conhecimento aplicar? O que vale realmente ensinar? São os enfoques que nos indagam sempre.

“(...) o conhecimento curricular está dominado por um consenso ideológico em que tanto a experiência diária como ele próprio promovem mensagens de consenso normativo e cognoscitivo. Nesse sentido, as experiências de diferenciação curricular, seja no âmbito do discurso, ou no âmbito das práticas, são difíceis de encontrar. ” (MENDES; SILVA, 2014, p.10).

Entendemos então que a escola Melvin Jones propõe a difusão do conhecimento e as possibilidades de inclusão através da sua proposta de currículo.

“(…)Através de uma pedagogia adequada, que envolve o comprometimento do aluno, o conhecimento pode ter consequências opostas – pode liberar o aluno para ter novos pensamentos e ter até mesmo o pensamento “ainda não pensado”. (...) os estudos de currículo devem partir não do aluno como aprendiz, mas do direito do aluno ou do seu acesso ao conhecimento.” (YOUNG, 2013, p.17/18).

Com o foco principal em seus alunos e os participantes da escola através da interação e da mediação¹. Vigotski leva em consideração as características próprias do sujeito, e também das coisas que estão ao redor (ambiente) na sociedade. Visto que o autor considera de relevância social, a interação que envolve o desenvolvimento e a aprendizagem. Com isto se torna vital, a participação dos familiares e/ou responsáveis com a escola Melvin Jones. Ocorrendo então uma valiosa mediação entre os saberes potenciais e o saber atual apresentando assim, uma conexão entre os conhecimentos.



Fonte: <http://neeiuerj.blogspot.com.br/>

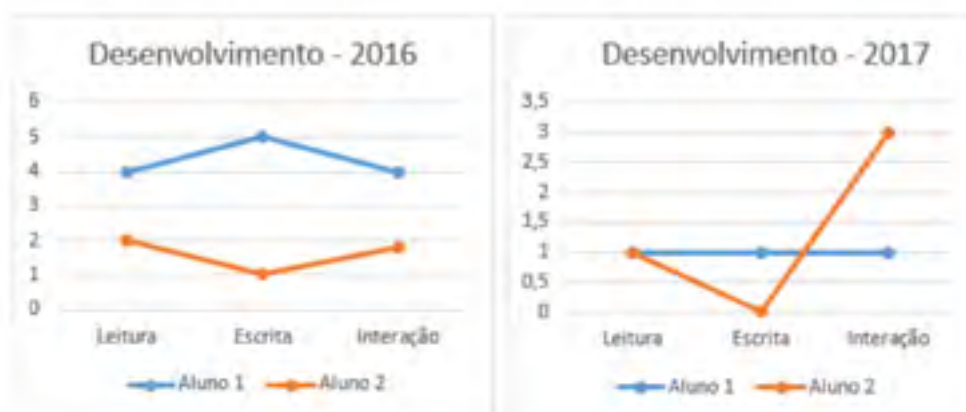
Descrevendo o contexto da escola municipal, ele se torna completamente antagônico ao da escola Melvin Jones, pois no município as atividades não proporcionavam os alunos a se desenvolverem e a querer aprender, pelo contrário os alunos se encontravam desestimulados, com a situação escolar; tanto que faltavam muito, a interação com a turma diminuiu drasticamente, ou seja, se encontravam completamente “a quem”, sobre as questões escolares. O aluno autista, deveria acompanhar os demais alunos da turma regular, sem nenhum tempo diferenciado ou alguma adaptação, eles copiavam de oito a doze páginas inteiras do livro didático. Apesar de saber da capacidade do aluno de acompanhar a turma copiar tantas páginas com tempo determinado e sem intervalos era inimaginável para ele, e não poderia ser feita nenhuma adaptação, um resumo nada disso (mesmo que o estágio fosse justamente para facilitar a aprendizagem do aluno, a oposição do estagiário em sala era de acompanhar o professor regente de turma); logicamente ele não copiava tudo muito mal copiava duas páginas. A mesma

¹ No contexto deste trabalho mediação, não é o profissional de apoio escolar, previsto na Lei Brasileira de Inclusão de 2015.

falta de acessibilidade também acontecia para o aluno com síndrome de down, que mesmo que possuísse um caderno diferenciado da turma, era com conteúdo do sexto ano, e este aluno compreendia muito mal as letras do seu nome, então como fazer? O aluno se entediava e algumas vezes se irritava com as atividades no caderno. O desempenho de um aluno não deve ser comparado aos demais e nem ao quanto ele produz em um dia, mas sim, ao quanto ele desenvolveu independentemente e significou e marcou aquela aprendizagem e o quanto ele vai levar para a vida aquele valor; os princípios fundamentadores para a educação especial é "(...) a equiparação de oportunidades e constituição de práticas pedagógicas que abarquem a diversidade". (BRASIL, 2007); apesar do embasamento legal, a prática pedagógica proposta em sala de aula, não era acessível, tampouco compreendia as necessidades dos alunos com deficiência.

RESULTADOS

Na escola municipal analisada os resultados não foram tão satisfatórios pelo fato de que, o aluno não era reconhecido como um sujeito em potencial e era reduzido apenas a sua deficiência. As suas grandezas e aquilo que os alunos realmente conseguia fazer, não era explorado. Abaixo estará representado um gráfico² a visão particular sobre o desenvolvimento das crianças do segundo semestre de 2016 até o primeiro semestre de 2017; Aluno 1 representa o Autista e Aluno 2 representa o com Síndrome de down.



É perceptível a queda no desenvolvimento das crianças, principalmente do aluno autista (Aluno 1) em que ele foi de 4 para 1 em sua escrita de um semestre para o outro. E mesmo com o retrocesso das crianças em todos os itens analisados, as políticas e as relações, para qualificar uma melhora, não acontecia; pelo contrário o "abismo" nos relacionamentos permanecia e apenas aumentava, fazendo a cada dia mais que aquelas crianças "estivessem somente naquele lugar para ocupar um espaço."

"O desconhecimento ou o conhecimento mútuo é condicionante das relações e convívios nas escolas e nas salas de aula. De fato, é uma pergunta desafiante: por que entre tantos conhecimentos sistematizados nos currículos a serem ensinados, aprendidos e avaliados não entra o acúmulo de saberes sobre a docência como função social, como trabalho. Nem entra as vivências sociais e políticas, culturais e socializadoras, humanas e tão desumanas dos próprios educadores e educandos." (ARROYO, 2016, p.72)

Contudo na escola Melvin Jones acreditamos na evolução do conhecimento progressivo da pessoa e também na interação e/ou interlocução entre o conhecimento científico e o sociocultural, não temos a visão de que apenas um único conhecimento importa e tem valor para ser compartilhado.

² A base para os gráficos foi feita através de anotações em diário de campo e a comparação entre elas nestes dois semestres e/ou períodos de estágio.

“(…)O “conhecimento dos poderosos” é definido por quem detém o conhecimento. Historicamente e mesmo hoje em dia, quando pensamos na distribuição do acesso à universidade, aqueles com maior poder na sociedade são os que têm acesso a certos tipos de conhecimento; é a esse que eu chamo de “conhecimento dos poderosos”. (YOUNG, 2013)

Para que se garanta uma aprendizagem com sentido para todos os envolvidos, buscamos esta forma de interação. Abaixo estará representado um gráfico³, com os últimos 10 meses (descontando as férias), mostrando o desenvolvimento de quatro alunos para a pesquisa. Os dados que serão considerados é a forma com a qual o aluno recebe a intervenção pedagógica, ou seja, como eles recebem a aprendizagem aplicada contemplando os critérios de: Inclusão, Prática, Social e Currículo.



Apesar de aparentemente o gráfico não apresentar grandes movimentações; o desenvolvimento gradativo de cada aluno é o mais importante, isto que, os alunos progridem assim pois as possibilidades fornecidas não os limitam, mas os dão autonomia para trabalhar dentro das suas potencialidades e assim se desenvolver plenamente. Outros resultados ponderáveis são que de acordo com o saber individual de cada indivíduo; todavia para esses resultados individuais é necessário o uso de duas ferramentas que são O DOSVOX que é um sistema computacional de síntese de voz. Foi desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pensado especialmente nas pessoas com deficiência visual. Seu sistema é composto de: síntese de fala, editor e leitor de textos, impressão, jogos lúdicos etc. Por todas essas funções, o DOSVOX é o primeiro programa a ser trabalhado no curso, o programa ainda oferece a realização de “Teste de teclado”, que auxilia o aluno a dominar o uso do teclado, especialmente quando o mesmo ainda está reconhecendo este objeto. Todavia, esse sistema possui uma limitação: não executa a leitura de textos em formato txt, tornando-se necessário o uso de diferentes leitores de tela. Dessa forma, quando o aluno já domina o teclado, ele passa outro módulo começa a utilizar o programa NVDA. O NVDA (NonVisual Desktop Access) que em tradução literal significa Acesso não Visual ao Ambiente de Trabalho/Desktop, é um leitor de tela para o Sistema Operacional do Windows. Trata-se de um software gratuito desenvolvido a partir do trabalho de colaboradores. Os alunos particularmente avançam assim, aqueles que já possuem um conhecimento sobre o computador é realizado atividades com scanner de livros através do programa ABBY FineReader 11 que faz a conversão em Word e a leitura em tela, e também realizamos conversão de textos para mp3, plataforma simples no Excel e PowerPoint;

³ O gráfico contempla apenas o ano de 2018, com a chegada de alunos novos e como ocorreu essa adaptação a escola, aos novos alunos e a proposta pedagógica da escola.

este ano começou a ser implantada uma plataforma online para estudos, ou seja, começamos com o ensino EAD, para que as aulas não se reduzam a quatro horas uma vez por semana, garantindo também mais autonomia e desenvolvimento para o aluno. Com os alunos que possuem uma dificuldade maior com o uso do computador, começamos com o teste de teclado do programa Dosvox, evoluindo para o Edivox (que também faz parte do programa Dosvox), através destes comandos o aluno se ambienta as novas tecnologias e desenvolve trabalhos que ajudaram na sua digitação, memória e cognição.

A forma como se ocorre a ação para o desenvolvimento intelectual do aluno é fundamental, que segundo Vigotski o desenvolvimento da inteligência abstrata está profundamente interligado ao da inteligência prática, ou seja, a lógica da ação ; porém uma ação repetida da qual a sua funcionalidade já estaria esgotada não obteria mais resultados, se tornando monótona e “caindo na rotina”, por isso a necessidade também de ouvir e estar atento ao seu aluno e entender em que contexto social está e as suas relações que são essenciais a evolução do conhecimento.

CONCLUSÃO

Na escola Melvin Jones se acredita no potencial dos alunos, com isto chegamos a ideia do “inacabado”, conceito que Vigotski constrói como rede conceitual, onde a aprendizagem pode ser entendida como um processo instável (um conjunto de erros e acertos), uma socialização de conhecimentos onde se estabelece diversos conceitos para distintos contextos. Porém na escola municipal se acreditava em uma única maneira de se ensinar e aprender, com isso nenhum dos alunos de fato mostrou bons resultados dialogando com a pratica do profissional para com o sujeito com deficiência.

“O currículo contemporâneo, com sua crise de autoridade cultural, é capaz de promover que inclusão? Por qual conhecimento escolar vale a pena continuar lutando? São indagações que estão longe de serem respondidas e que continuam vivas em nossas agendas de pesquisa.” (MENDES; SILVA, 2014)

Concluo que o conhecimento não se dá de uma única maneira, logo, a socialização também é parte fundamental do currículo para uma aprendizagem significativa. Portanto a escola deve promover possibilidades ao seu aluno, ou seja, uma remoção de barreiras (arquitetônicas, direitos e de aprendizagem), para que aquele aluno se percebe em um ambiente onde a sua deficiência não o impossibilita, mas que o integre através daquilo que ele já sabe, com o que ele dará conta de saber e aquilo que ele precisa saber; percebemos então que o olhar para a deficiência é o que configura uma ação produtiva ou não.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares (Org.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARROYO, Miguel G. Currículo território em Disputa. 5.ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília: 1996.

_____. Decreto-lei no. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta às Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada. Base Nacional Comum Curricular _ p.1 – p.396. 2017.

- _____. MEC/SEESP. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 08 de outubro 2018.
- BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. POA: 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 23/08/2018.
- FERNANDES, E. M.; ANTUNES, K. C. V.; GLAT, Rosana. Acessibilidade ao currículo: pré-requisito para o processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. In: Rosana Glat. (Org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 1ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, v. 1, p. 1-210.
- FREIRE COSTA, DA. Superando Limites: A contribuição de Vygotsky para a Educação Especial p. 232-40. Belo Horizonte – MG. Faculdade de Letras da UFMG - Revista psicopedagogia, 2006.
- Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Presidência da República – Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 08/09/2018.
- Mendes, G.M.L. & Silva, F. de C.T. (2014). Currículo e conhecimento escolar na contemporaneidade: desafios para a escolarização de sujeitos com deficiência. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22(80). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n80.2014>
- PIAGET, J. A epistemologia genética e a pesquisa psicológica. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.
- PIAGET, J. A. equilíbrio das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- Presidência da República – Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 08/09/2018.
- ROGERS, Carl. Tornar-se Pessoa – Implicações para a vida, capítulo 13 - p.315-320. Tradução: Livraria Martins Fonte. Editora Ltda. São Paulo 1997.
- SOUZA, F.F.; SMOLKA, A.L.B. Política de Educação Inclusiva: A escola como lugar de constituição de corpos/sujeitos com deficiências. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. p.1-p.13. Salvador – Bahia. 2009.
- VYGOTSKY L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes; 1984.
- VYGOTSKY L.S.; Luria A. R. Leontiev, A. N. 1988. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Moraes.
- VYGOTSKY, LS. Obras Completas. Tomo Cinco: Fundamentos da Defectología. Havana: Editorial Pueblo Y Educación; 1989.
- YOUNG, M. (2013). A superação da crise em estudos curriculares: uma abordagem baseada no conhecimento. Favacho, A. Et. All(org.) Currículo: conhecimento e avaliação. Divergências e tensões. Curitiba: CRV ed. 2013.

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA QUANTO A SÍNDROME DE BURNOUT

ANDREA LEONARDO DE FREITAS PEREIRA

*Psicóloga Cognitivo Comportamental
andrealleonardo9@gmail.com*

ANA LUIZA BARCELOS RIBEIRO

*Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem – UENF
Professora UNESA e FAMESC.
analuzabarcelos32@yahoo.com.br*

RESUMO

A síndrome de Burnout ocorre devido ao esgotamento relacionado ao trabalho, levando ao desgaste físico e emocional do profissional, como resposta a exposição prolongada de estressores emocionais e interpessoais crônicos, que afeta principalmente os professores, trazendo prejuízo a saúde física e mental, devido a situações de estresses repetitivos. O ambiente educacional é permeado pela diversidade, onde com as modificações sociais passou a ter características de mercado, com exigências e normas, aliados as salas lotadas, falta de material e apoio técnico resulta em professores adoecidos psicologicamente. Objetiva-se relatar as causas e efeitos que acomete a Síndrome de Burnout no professor e caracterizar as contribuições da psicologia neste contexto, utilizando-se da revisão de literatura, com leituras de teóricos atuais sobre o tema. A psicologia com suas contribuições busca intervir junto ao professor que apresenta a síndrome atribuindo-lhe técnicas cognitivas comportamentais proporcionando-o a reinserção em suas funções cotidianas com saúde e bem-estar.

Palavras-chave: Burnout, professor, psicologia

ABSTRACT

Burnout syndrome occurs due to work-related exhaustion, leading to the physical and emotional exhaustion of the professional, as a response to the prolonged exposure of chronic emotional and interpersonal stressors, which affects principally teachers, causing physical and mental health damage due to situations of repetitive stresses. The educational environment is permeated by diversity, where with social changes started to have market characteristics, with demands and norms, allied crowded rooms, lack of material and technical support results in teachers who are psychically ill. The objective of this study was to report the causes and effects of burnout syndrome in the teacher and characterize the contributions of psychology in this context, using the literature review, with current theoretical readings on the subject. Psychology with its contributions seeks to intervene together to the teacher who presents the syndrome attributing to him / her cognitive behavioral techniques giving him the reintegration in his daily functions with health and well-being.

Keywords: Burnout, teacher, psychology

INTRODUÇÃO

O contexto da educação está permeado por diversos problemas e desafios, que dizem respeito à saúde do professor, devido ao estresse produzido pela profissão evidencia-se prejuízo à saúde física, mental, afetando o contexto que liga ao aprendizado, derivando à Síndrome de Bournout, que se caracteriza por um fenômeno psicossocial, que possui implicações diretas de situações estressoras interpessoais advindas de relações e atividades profissionais.

O termo Burnout demonstra um desgaste físico e emocional na pessoa relacionado ao trabalho, sendo algo alarmante que pode acontecer em qualquer profissão. As profissões mais atingidas são: professores, advogados, jornalistas, profissionais de saúde principalmente médicos, enfermeiros e psicólogos assistentes sociais, executivos entre outras, geralmente as pessoas que se inserem a este quadro são as que possuem o ofício de cuidar, no contexto afetivo das relações.

A atividade docente está ligada a diversos problemas e desafios, ocasionadas por dificuldades, desafios, por mudanças sociais, desrespeito por parte dos alunos e familiares, cobranças oriundas do próprio sistema educacional, sobrecarga de trabalho, baixos salários, dificuldades em gestão escolar e governamental, muito estresse, gerando assim o adoecimento psíquico relacionando à Síndrome de Bournout, refletindo em atitudes negativas com relação ao trabalho.

O professor neste estágio possui reações com efeitos e sintomas que tornam visíveis por suas manifestações. Perdendo a motivação, o ideal de realização das expectativas iniciais e desinteresse pelas atividades cotidianas.

A docência através de suas atividades profissionais, está pertinentemente ligada ao aumento e aquisição de doenças relacionadas a qualidade de trabalho em sua própria atuação, geralmente ocorre pela falta de descanso, problemas relacionados a convivências, perfeccionismo, falta de empatia, acúmulo de tarefas, pouco tempo para entrega de trabalhos, falta de interação com alunos e equipe de trabalho, diversidades e dificuldades entre outros.

Considerando a Síndrome de Burnout um fenômeno psicossocial, possuindo ligação direta com a atuação do professor que se constitui em sua realização pessoal diante de sua atuação profissional, o presente trabalho tem por objetivo oferecer através da Psicologia, contribuições com Técnicas Cognitivas Comportamentais, que visam proporcionar saúde e bem estar ao docente.

METODOLOGIA

No presente artigo foi utilizada uma metodologia de pesquisa indireta, possuindo caráter bibliográfico. Em termos epistemológicos, a pesquisa bibliográfica de acordo com Boccato (2006, p. 266),

busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Para execução desta pesquisa, foram buscadas informações publicadas em periódicos revisados por pares, onde os resultados de tal busca são analisados e discutidos na seção a seguir, utilizando-se de teóricos e pesquisadores influentes na área.

DESENVOLVIMENTO

O ambiente de trabalho dos professores geralmente possui excesso de barulho, salas de aulas lotadas, sucateadas, faltando materiais básicos para dar aula, sem pessoal de apoio, com inúmeras cobranças por parte da gestão, por parte do governo, das avaliações internas e externas, assim estes fatores se mostram favorecedores para o desenvolvimento de doenças como o sofrimento psíquico e a síndrome de Burnout.

As exigências e transformações de acordo com Esteve (1999, p.31) supõem um profundo e exigente desafio pessoal para os professores que se propõem a responder às novas expectativas projetadas sobre eles. O professor tem que desempenhar vários papéis, muitas vezes contraditórios, que lhe exigem manter o equilíbrio em várias situações. Exige-se que seja companheiro e amigo do aluno, lhe proporcione apoio para o seu desenvolvimento pessoal, mas ao final do curso adote um papel de julgamento, contrário ao anterior. Deve estimular a autonomia do aluno, mas ao mesmo tempo pede que se acomode às regras do grupo e da instituição.

Sobre o sofrimento no trabalho Dejours (1994) faz um paralelo nas relações existentes entre trabalho, prazer e sofrimento, a partir da organização do trabalho. Para ele, existe um paradoxo no campo do trabalho, pois para uns se torna fonte de equilíbrio e, para outros, fadiga e sofrimento. Dejours fala da relação de prazer e sofrimento que ocorrem em todos os tipos de trabalho,

Diehl e Carlotto (2014) caracterizam a síndrome de Burnout como um fenômeno psicossocial que ocorre como resposta crônica aos estressores interpessoais nas situações de trabalho. Esse fenômeno vem crescendo devido as últimas décadas que têm sido marcadas por diversas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que repercutiram intensamente nas organizações e formas de trabalho.

Enquanto que para Tamoyo e Tróccoli (2002) o Burnout é definido como uma síndrome decorrente da pressão emocional crônica do trabalho, a qual gera sentimentos e atitudes negativas no relacionamento do indivíduo com o seu trabalho. Reinhold (2002) define Burnout como uma erosão de energia e disposição, consequência de um estresse crônico e prolongado, gradual e frequentemente imperceptível, no início.

Benevides - Pereira (2003) aponta que a síndrome relatada em diferentes categorias profissionais, resultante do estresse crônico vivenciado por profissionais que lidam diretamente com pessoas, é frequentemente denominada Síndrome de Burnout e também conhecida, na realidade brasileira, como Síndrome do Esgotamento Profissional ou Neurose Profissional.

Devemos observar que uma síndrome é caracterizada por um conjunto de sinais sintomas, que são relativamente estáveis em sua manifestação. Os sinais são fenômenos passíveis de serem observados publicamente. Por outro lado, os sintomas geralmente necessitam de mecanismos tecnológicos ou de outra espécie - como o relato do sujeito - para que seja efetuada a sua verificação (DALGALARRONDO, 2008).

Sobre os sintomas desenvolvidos pela síndrome de Burnout, Maslach et al (2001) apud Vidal (2017) nos diz que:

A Síndrome de Burnout caracteriza-se pela presença de três dimensões sintomáticas, que estão interligadas, e devem ser compreendidas como continuum, ou como partes que compõem o todo unitário da síndrome. A primeira dimensão sintomática é caracterizada pela exaustão emocional proveniente do estresse que advém das relações interpessoais, configurando-se pela falta de energia, pela carência de entusiasmo e pelo sentimento de que os recursos possíveis de serem utilizados se esgotaram segunda

dimensão, a despersonalização, configura-se como uma alteração negativa na maneira de tratar os colegas de trabalho, clientes (ou alunos) e o próprio ambiente de trabalho, de modo a ignorar relações, agir com cinismo e impessoalmente. A consequência da despersonalização fora do campo de trabalho é uma atitude distanciada em relação à profissão e o cinismo passa a ser característico de sua maneira de agir, como consequência das relações sociais conflituosas no campo de trabalho. A terceira e última dimensão, a baixa realização pessoal no trabalho, configura-se como uma autoavaliação negativa realizada pelo indivíduo, na qual se apresenta expressando infelicidade, insatisfação e sentimento de incompetência (MASLACH et al., 2001 apud VIDAL, 2017, p.41).

A sociedade atualmente vem privilegiando as leis de mercado e até mesmo no sistema educacional a avaliação de produtividade e de eficiência são encontrados. Assim, os professores, como trabalhadores, além de se preocuparem com as funções docentes, passaram a se preocupar também com questões de estabilidade, salário e cobranças externas, gerando assim sofrimento psíquico.

No contexto da carreira obsessiva e do domínio geral do discurso da eficiência, as escolas, através de mais ilustres reformadores inspirados no mundo da empresa, importaram seus princípios e normas de organização de forma extremada em ocasiões delirantes, mas sempre com notáveis consequências para a vida nas salas de aula (Enguita, 1989, p. 125).

O Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2001) reconhece a “Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional” como um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho, que afeta principalmente profissionais da área de serviços ou cuidadores, quando em contato direto com os usuários, como os trabalhadores da educação, da saúde, policiais, assistentes sociais, agentes penitenciários, professores, entre outros.

Essa síndrome, ainda segundo França (1987), é caracterizada por:

“[...] sintomas e sinais de exaustão física, psíquica e emocional, em decorrência da má adaptação do indivíduo a um trabalho prolongado, altamente estressante e com grande carga tensional. Acompanha-se de sentimento de frustração em relação a si e ao trabalho. Embora já tenha sido descrita em várias e diferentes profissões, sua incidência é predominante entre os profissionais que trabalham na área de ciências humanas, particularmente, enfermeiros, médicos e assistente sociais” (p.197).

De acordo com Lipp (2002), quando o trabalho não preenche os desejos e necessidades do professor, ele perde o idealismo, sentindo-se impotente em suas expectativas iniciais; O entusiasmo inicial dá lugar ao cansaço e frustração, levando-o a questionar sua competência e suas habilidades para lidar com as diferenças, perdendo, gradativamente, sua autoconfiança. Esse sentimento inicial de frustração é quase imperceptível, mas, aos poucos, se instala um stress crônico e prolongado que começa com pequenos sinais de alerta, levando o professor a uma série de sintomas em relação ao trabalho efetuado.

Considerando que a docência é uma atividade profissional que aumenta a suscetibilidade para aquisição de doenças relacionadas às condições do ambiente de trabalho, torna-se importante investigar a relação existente entre a qualidade de vida do trabalhador docente e a pré-disposição para a Síndrome de Burnout. Para tal, há necessidade de contextualizarem-se hábitos e comportamentos que contemplem o estilo de vida do professor, para que se possa lhes oferecer melhores condições de trabalho, saúde e, conseqüentemente, boa qualidade de vida. (MOREIRA et al, 2009, p. 118)

Cabe à escola propor meios de apoio e incentivo aos professores para que eles possam compreender as causas de seu sofrimento. Esse mesmo autor fala sobre estresse ocupacional, o estresse oriundo das situações de trabalho, pode ser gerado pelo despreparo do professor,

pela ausência de apoio da gestão escolar, no caso da inclusão além do despreparo há ainda o desrespeito ao professor, visto que as classes em sua maioria possuem excesso de alunos, há a sobrecarga de trabalho dentre outros fatores que corroboram para esse estresse.

. O Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2001) reconhece a “Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional” como um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho, que afeta principalmente profissionais da área de serviços ou cuidadores, quando em contato direto com os usuários, como os trabalhadores da educação, da saúde, policiais, assistentes sociais, agentes penitenciários, professores, entre outros.

Muitos professores se sentem impotentes, desesperados, tristes, desmotivados diante da realidade educacional em que estamos inseridos, sucumbindo assim aos problemas de saúde que podem físicos, mentais, psicossomáticos oriundos do próprio trabalho que deveria ser prazeroso.

Os professores se encontram ante o desconcerto e as dificuldades de demandas mutantes e a contínua crítica social por não chegar a atender essas novas exigências. Às vezes o desconcerto surge do paradoxo de que essa mesma sociedade, que exige novas responsabilidades dos professores, não lhes fornece os meios que eles reivindicam para cumpri-las. Outras vezes, da demanda de exigências opostas e contraditórias. (Zaragoza, 1999, p.13)

Os professores precisam enfrentar a diversidade, onde os alunos apresentam carências familiares, afetivas, sociais, econômicas, nutritivas, devendo apresentar respostas a inúmeros papéis como psicólogo, enfermeiro, assistente social e até mesmo afigura materna, diante de um cenário que a escola se tornou responsável pela educação e transmissão de valores, onde a aprendizagem se faz necessária juntamente com as cobranças desta mesma sociedade.

Estudos revelam que o estresse não ocorre do nada, mas leva em conta situações de estresse repetitivas. Chegando ao ápice do acúmulo que lhe é proporcionado. Devido à exposição deste profissional frente aos trabalhos que lhe são pertinentes. Num determinado momento em que se encontra num nível de estresse elevado, não conseguindo mais lidar com as situações do cotidiano.

Carlotto (2002), discorrendo sobre relação entre o burnout e as atividades profissionais “[...] o professor pode apresentar prejuízos em seu planejamento de aula, tornando-se este menos frequente e cuidadoso. Apresenta perda de entusiasmo e criatividade, sentindo menos simpatia pelos alunos e menos otimismo quanto à avaliação de seu futuro.” (p.24).

Esta síndrome geralmente acontece por muitas horas de trabalho sem interrupção para descansos, perfeccionismo, problemas relacionados à convivência entre equipes abusam de poder dentro das instituições, falta de empatia, sobrecarga de tarefas, quantidade de trabalhos com curto espaço de tempo para serem entregues, problemas relacionados à interação com os alunos, visto que a socialização e as diversidades possuem também um valor significativo, demonstrando interações diversas de situações de dificuldades em que o professor está inserido nesse contexto escolar comprometido. Alunos sem interesse em aprender, questões relacionadas à falta de respeito. Devido ao meio social em que estes alunos estão inseridos, a escola se torna extensão de suas próprias casas. As dificuldades que os alunos passam, influenciam em atitudes negativas dentro da escola, questões de revoltas do aluno devido a condições sócias econômicas, resultando em respostas direcionadas ao professor. Sintomas de desajustes deixando o professor “inseguro e com medo”. Uma descarga também de reações sobre o mesmo. O professor também tem suas particularidades que envolvem família, preocupações assuntos pessoais, baixos salários, entre outras situações, que resumindo trazem consequências para o

psíquico, emocional e o psicológico deste professor. Ocasionalmente desinteresse pelas atividades normais, o professor já não sente mais desejo de fazer trabalhos como lá no início de sua carreira, onde possuía interesse e desejo de realizações e crescimento, necessidade de mudança de trabalho, interesse por outra profissão com o intuito de se ver livre da atual, negligência, não faz as coisas benfeitas. Falta ânimo, ocorre desmotivação geral, como não está bem, não sente vontade de fazer nada, nem mesmo de se cuidar deixando a estima baixa. Falta de atenção, esquece as coisas com facilidade, perdendo pertences. Irritabilidade com tudo e com todos que estão a sua volta. Chora com facilidade, um simples motivo desencadeia em tristeza, desespero. Despersonalização, que é uma forma de falar com certo cinismo. Desordem com características de sentimentos irrealistas, apatia, rompimento da personalidade. Dores musculares, dor de cabeça, taquicardia, chegando a um processo depressivo dependendo do nível de estresse e etc. De acordo com o nível de adoecimento a pessoa deve procurar um psiquiatra para inserir-se num tratamento medicamentoso de acordo com a necessidade.

O atendimento psicológico também deve ser visto como algo essencial. Esse professor passará por um psicodiagnóstico inserindo-se em uma psicoterapia. O Psicólogo encontrará meios que trarão retornos relacionados à saúde física e emocional. Utilizando estratégias para uma modificação nas suas atividades diárias. Enfatizando a importância da escuta e através desta escuta o psicólogo obterá o conhecimento das necessidades e modificações que devem ser inseridas para lhe proporcionar prazer e satisfação.

O docente junto com psicólogo encontrará habilidades para uma modificação no seu cotidiano, que antes ele só não conseguia encontrar. Sugerindo férias, momentos de lazer, tempo para a família, pequenos descansos durante a jornada de trabalho. Exercícios físicos, alimentação equilibrada.

O Burnout possui características que demonstra através de relações interpessoais, um prejuízo à saúde do professor, gerando insegurança, medo e posicionamento de esquivas, necessitando de uma resposta positiva para modificação desta situação. Criar habilidades para o enfrentamento das situações é algo significativo, pois proporcionará ao docente equilíbrio, segurança, e desejo de ultrapassar esses limites. Para que ocorra o desenvolvimento desse processo requer também um posicionamento da escola em apresentar um papel acolhedor, na tentativa de ajudá-lo, criando estratégias, que minimize esse sofrimento. Silva e Barros (2015).

As correlações de transtornos de Burnout e o estresse, trazem consequências à saúde e também e a emoção, ocorrendo limitação do professor em seu cotidiano em suas interações e desempenho, trazendo prejuízo de forma bem negativa, resultando em limitação. Entender sobre a realidade de trabalho é essencial para o professor em sua função. Isso facilitará o entendimento de suas necessidades relacionadas ao seu bem estar, sua saúde física, e da própria mente, em consonância com o social. (Sadir; Bignotto; Lipp 2010).

A escola deve junto com a equipe de gestão, buscar estratégias que visam proporcionar melhores condições de vida ao professor, entendendo que é necessário esse cuidado durante o tempo de trabalho em que se encontra na instituição quanto fora dela, oferecendo suporte psicológico e social, garantindo a saúde e bem estar. Gouvêa et al (2014) e Barros et al (2016).

Pereira (2014) demonstra que existem sintomas comportamentais, físicos, psíquicos e defensivos na Síndrome de Burnout. Manifestações no físico apresentam: fadiga progressiva, dores na musculatura, sono conturbado, dores de cabeça, enxaquecas, alterações gastrointestinais, falta de defesa no organismo, transformações cardiovasculares, dificuldades respiratórias, alterações sexuais e menstruais. Manifestações no psicológico apresentam: dificuldades na atenção, concentração, modificação da memória, pensamento lento, sensações de alienação,

sentimento de solidão, falta de potência, de paciência, de aceitação própria, de ânimo, confiança, estima baixa, depressão, variação e mal estar. Manifestações comportamentais defensivas apresentam: desatenção, excesso de honestidade, braveza, tensão, irredutibilidade à mudança, falta de atitude, uso de substâncias.

Serão utilizadas também Técnicas de Terapia Cognitivo Comportamental que contribuirão para melhora desses sintomas: Exercícios de Respiração, Treino de Habilidades Sociais (THS), Técnicas e Programas de Auto Eficácia, Reestruturação Cognitiva.

De acordo com Lipp & Malagus, 2001; Lipp, (2003 b), diminuindo as inseguranças psicológicas, utilizando a Reestruturação Cognitiva pertencente à Terapia Cognitiva Comportamental, controla-se o estresse e conseqüentemente o Bournout, através de uma rápida terapia direta à educação, pela abordagem que trabalha o racional em concordância com o emocional (Ellis, 1973).

As Técnicas Cognitivo Comportamentais são utilizadas para demonstrar, provar os fatores reais e transformar a cognição por conta das crenças disfuncionais, reconsiderando e modificando o próprio pensamento, aprendendo a lidar com as dificuldades e problemas, das condições em que está inserido. As experiências são vivenciadas e através deste aprendizado característico, direciona aos ensinamentos de novas realidades, controla os pensamentos negativos e automáticos e que são intrusivos, diferencia as ligações entre cognição, emoção e comportamento. Averigua os pensamentos desconectados, desconfiando deles, criticando-os e substituindo-os por pensamentos ligados à realidade, modificando as crenças. (Beck, 1997).

CONCLUSÕES

Considera-se a Síndrome de Burnout como um fenômeno psicossocial, possuindo ligação direta à atuação cotidiana do professor. Devido a situações repetitivas, que geram estresse ocupacional, gerando conseqüências físicas e emocionais. Chegando ao limite relacionado ao esgotamento profissional.

O professor se constitui como sujeito em sua realização pessoal e profissional, através dos padrões gerais da nomenclatura de eficiência, acaba se inserindo aos moldes exigidos da sociedade. Com padrões e normas das organizações, fazendo-se necessário ao enquadramento de papéis que qualificam sua postura profissional. Transformando em quadro adoecimento, não mais sentindo o prazer do início de sua carreira.

A síndrome de Burnout ocasiona exaustão emocional que é gerado pelo estresse das relações interpessoais, encontrando-se desprovimento de energia, falta de motivação, esgotamento de talentos. Despersonalização que é a transformação na forma de tratar seus colegas de trabalho, alunos e clientes, agindo com cinismo. E a baixa realização pessoal, forma que o docente utiliza para se avaliar de forma negativa, mostrando-se infeliz, insatisfeito, com sentimentos de incompetência.

Várias são as causas que explicam as conseqüências geradas à falta de energia e ao adoecimento do professor e a escola deve propor situações que favoreçam incentivos para que ele consiga compreender suas causas e sofrimentos, tendo como fator principal primordial a fala.

O professor envolvido neste adoecimento deve criar habilidades para enfrentar as diversidades e dificuldades. A Psicologia através de sua contribuição oferece Técnicas Cognitivas Comportamentais como suporte para intervir proporcionando saúde e bem-estar ao sofrimento do docente.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES-PEREIRA. AMT. O estado da arte do Burnout no Brasil. **Revista Eletrônica InterAção Psy**, 2003;1(1):4-11. Disponível em: <http://www.dpi.uem.br/Interacao/Numero%201/PDF/Completo.pdf> . Acesso em: 20 out. 2018.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. **Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde; OPAS/OMS, 2001.
- CARLOTTO, M. S. **Burnout em professores: diferença e análise de gênero**
- CARLOTTO, M. S. . A síndrome de burnout e o trabalho docente. **Revista Psicologia em Estudo**, 7,21-29, 2002.
- DIEHL, L. CARLOTTO M. S. Conhecimento de professores sobre a síndrome de Burnout, processo, fatores de risco e consequências. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 4 p. 741-752, out./dez. 2014
- DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994.
- ENGUITA, M.F. **A face oculta da escola. Educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas,1989.
- ESTEVE, J..M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.** São Paulo: EDUSC, 1999.
- FRANÇA, H. H. . A síndrome de burnout. RBM- **Revista Brasileira de Medicina**, 44,197-199, 1987.
- ZOMER, F. B; GOMES, K, M. Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em profissionais de saúde: uma revisão não sistematizada. **Revista de Iniciação Científica, Criciúma, V. 15, n.1, 2017.**
- LIPP, M.N. **O stress do professor.** Campinas: Papirus, 2002.
- MACHADO, V, R; BOECHAT, I, T; SANTOS, M, F ,R. Síndrome de Burnout: uma reflexão sobre saúde mental do educador. 7ª edição- 2015.
- MOREIRA, H.R. FARIAS. G. O. BOTH, J. NASCIMENTO, J. V. Qualidade de vida no trabalho e Síndrome de Burnout em professores de educação física do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde.** V.14 n.2, 2009.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O que é trabalho decente?** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente> Acesso em: 23/11/2017.
- REINHOLD, H.H. Stress ocupacional do professor I. Campinas, 1984. (**Dissertação** – Mestrado – Instituto de Psicologia Pontifícia Universidade Católica de Campinas)
- REINHOLD, H.H. Stress ocupacional do professor I. Campinas, 2004. (**Tese** – Doutorado) – Instituto de Psicologia Pontifícia Universidade Católica de Campinas).

GONÇALVES, R, M,E,G. Transtorno de Burnout e Técnicas Cognitivas: Uma abordagem no contexto organizacional. **Revista Pluritas**, V.1, n.1, 2017.

TAMAYO, M.R.TRÓCCOLI, B.T. Exaustão emocional, relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho. **Estudos de psicologia** (Natal), v.7, n. 1. Natal, 2002.

VIDAL, E. R.S. Síndrome de Burnout em professores. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, 2017.

ZARAGOZA, J. M. E. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**, Bauru: Edusc, 1999.

ZOMER, F. B; GOMES, K, M. Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em profissionais de saúde: uma revisão não sistematizada. **Revista de Iniciação Científica, Criciúma**, V. 15, n.1, 2017.

LÍNGUA DE SINAIS PROPOSTA TERMINOLÓGICA PARA A ÁREA DE SAÚDE

NADIR FRANCISCA SANT'ANNA

*Professor do Programa de pós-graduação de Cognição e Linguagem
nadirfsantanna@yahoo.com.br*

GISLAINE BARBOSA CABRAL SILVA

*Mestrando do Programa de Cognição e Linguagem
gsln.barbosa@gmail.com*

RESUMO

A educação especial no Brasil, incluindo a de deficientes auditivos, tem sido seletiva, uma vez que apenas 10 a 15% da população deficiente, em idade escolar, consegue receber alguma forma de atendimento educacional adequado. A escola deve prezar pela capacidade de planejar, organizar, adaptar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes escolares. Assim, torna-se importante usar estratégias de ensino que favoreçam a inclusão, para que os alunos com alguma dificuldade ou limitação específica possam ser contemplados pelo ensino qualificado. Este trabalho tem por objetivo desenvolver, junto com alunos surdos na área de saúde, sinais que possam ser utilizados pelos discentes interessados e matriculados nestes cursos. No âmbito acadêmico, dentro das áreas científica, tecnológica e cultural, este trabalho se justifica pela escassez de sinais em Libras em todos os níveis de ensino.

Palavras-chave: Educação de surdos, termos técnicos, Libras

ABSTRACT

Special education in Brazil, including that of the hearing impaired, has been selective, since only 10 to 15% of the school-age disabled population can receive some form of adequate educational care. The school should value the ability to plan, organize, adapt and evaluate programs for different students in school settings. Thus, it is important to use teaching strategies that favor inclusion, so that students with some specific difficulty or limitation can be considered by qualified teaching. This work aims to develop, along with deaf students in the health area, signs that can be used by interested students enrolled in these courses. In the academic field, in the scientific, technological and cultural areas, this work is justified by the scarcity of signs in Pounds at all levels of education.

Key-words: Education for the deaf, technical terms, Pounds

1- INTRODUÇÃO

Segundo Mantoan (2001), a inclusão escolar deve ocorrer de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular, mas o que ocorre geralmente nas escolas é a segregação. Mantoan afirma que o aluno deficiente é colocado na sala, grande parte das vezes o professor não está preparado para lidar com esse aluno e o mesmo acaba não sendo trabalhado como deveria e o processo de aprendizagem acaba comprometido.

No âmbito educacional, segundo Mendes (2002), a escola deve prezar pela capacidade de planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes escolares. A autora também ressalta que no aspecto pedagógico é importante usar estratégias de ensino que favo-

reçam a inclusão e descentralizem a figura do professor. A escola deve incentivar o exercício do ensino flexível através do currículo adaptado para que os alunos com alguma dificuldade ou limitação específica também possam ser contemplados pelo ensino qualificado.

Dentre os diferentes tipos de deficiência, a auditiva é um tipo de privação sensorial, cujo sintoma comum é uma reação anormal, ou a falta de reação, diante do estímulo sonoro (Gagliardi & Barrella, 1986). A surdez é, portanto, caracterizada pela perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, havendo vários tipos de deficiência auditiva, em geral classificadas de acordo com o grau de perda da audição. Portanto, esta perda é avaliada pela intensidade do som, medida em decibéis (dB) em cada um dos ouvidos (Marchesi, 1996).

De acordo com Bueno (1994), a educação especial no Brasil e, em particular, a educação da pessoa com deficiência auditiva, tem sido seletiva, uma vez que apenas 10 a 15% desta população, em idade escolar, consegue receber alguma forma de atendimento educacional" (p.36). Para ele, embora a maioria desta clientela consiga ultrapassar os níveis iniciais de escolaridade, muito mal se apropriam do conhecimento matemático básico e da linguagem escrita. Isso demonstra que o ensino escolar precisa criar oportunidades, não apenas de acesso, mas também de permanência dos alunos surdos na escola.

No presente momento histórico brasileiro, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o seu uso regulamentado, abre as portas para profundas mudanças na educação dos surdos, pois o acesso a uma língua plena, aliada ao uso das novas tecnologias, aponta para reais possibilidades de um grande salto de qualidade na educação, cujo principal objetivo é a inclusão do sujeito surdo na escola e na sociedade.

Tem-se colocado como solução para o processo de aprendizagem escolar destes alunos, a presença do intérprete em sala de aula. Contudo, interpretar apenas uma aula com a Língua Brasileira de Sinais, seria a única barreira para sobreposição à seqüela da deficiência auditiva?

Acreditamos ser primordial, para a inclusão escolar da pessoa surda, a produção de léxicos em LIBRAS (GENOUVRIER; PEYTARD, 1985), principalmente na área médica, já que estes seriam fundamentais para auxiliar na transmissão das informações nesta área (STUMPF, 2005).

No âmbito acadêmico, dentro das áreas científica, tecnológica e cultural, este trabalho se justifica pela escassez de sinais em Libras em todos os níveis de ensino. Essa questão tem preocupado muito os estudantes surdos, intérpretes de Libras e professores das várias disciplinas, acerca da assimilação, por parte destes alunos, dos conceitos científicos veiculados em salas de aula. Embora, principalmente no ambiente escolar, terminologias específicas de diversas áreas estejam sendo pensadas e criadas, de fato, faltam registros sistematizados desses sinais dentro dos princípios da terminografia, nas áreas científicas, tecnológicas e culturais.

Com isso, essa pesquisa objetiva-se em desenvolver, junto com alunos surdos, na área técnica em Medicina, sinais que possam ser utilizados pelos discentes interessados e matriculados nestes cursos, e que sejam validados pela comunidade surda a ser reunida pelo Instituto Nacional de Surdos, a fim de que possam ser inseridos oficialmente na Língua Brasileira de Sinais.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- Histórico da Educação de Surdos no Brasil

Muito se tem falado sobre a Educação de surdos no Brasil, mas nem sempre compreender esse processo é tão fácil. A história da educação dos surdos envolve muita determinação de uma comunidade que, desde o início do século XX vem lutando por seus direitos. Nesse período, aconteceram situações em que a educação de surdos era favorável e outras em que era

dificultada. Assim, faz-se importante conhecer a história dessas pessoas desde os tempos mais antigos. Segundo Godoi (2013), os Gregos e os Romanos não consideravam o deficiente como um ser humano, isso porque para a sociedade da época, uma pessoa só vivia e/ou existia se pudesse trabalhar estudar, lutar e se comunicar. Caso nada disso fosse possível, estes passavam a ser considerados seres incapazes. No caso dos surdos, por muitas vezes não compreenderem o mundo ao redor devido à dificuldade de ouvir, já que se acreditava que o pensamento era adquirido através da fala, acabavam sendo segregados do processo educacional. Além disso, os surdos eram privados de todos os direitos legais. Não podiam votar, estudar, não podiam herdar os bens da família, etc.

Um monge beneditino surdo chamado Ponce de Léon, que vivia em uma cidade da Espanha começou a mudar o pensamento de os surdos eram capazes de aprender quando começou a ensinar crianças surdas filhos de nobres que eram excluídos da sociedade. Constituiu uma escola para surdos em seu monastério e utilizava o alfabeto bi-manual – utilizando ambas as mãos e alguns sinais simples (LOURENÇO, BARANI, 2014)

Após inúmeros acontecimentos sobre esse assunto no mundo, questões que foram desde a proibição das línguas de sinais, até imposição do oralismo puro. O professor surdo francês Eduard Huet, chegou no Brasil na época do império, a pedido de D. Pedro II e fundou, no Rio de Janeiro, o instituto de surdos-mudos. Assim, começa a trajetória da educação de surdos no Brasil. (LOURENÇO, BARANI, 2014)

O francês seguia a língua de sinais francesa e por isso foi considerado o introdutor da língua de sinais no Brasil. Huet fundou o instituto de surdos-mudos em 1857 e em 1861 ele foi embora para o México e o instituto teve seu nome trocado para Instituto Nacional de Educação de Surdos, atual INES (LOURENÇO, BARANI, 2014)

Concluimos então, que a língua de sinais representa para os surdos o mesmo que a fala para os ouvintes. Ela é fundamental para sua formação como seres humanos, pois é através dela que se comunicam com o mundo a sua volta.

2.2- Produção de materiais como estratégia de ensino.

A LIBRAS foi reconhecida no Brasil, através da Lei Federal nº 10.436 de 2002, e obrigatoriamente inserida nos currículos dos cursos de Licenciatura, a partir de 2005, quando o Decreto Federal nº 5.626 foi assinado. Devido ao pequeno período decorrido após o Decreto ter sido sancionado, os materiais didáticos para o ensino da mesma ainda são escassos (SANTOS, 2013)

Segundo Santos (2013), os materiais existentes em libras se limitam a poucos dicionários e alguns programas de computador e aplicativos que fazem uma tradução limitada há uma grande parte dos sinais, limitada porque não tem tradução de todos os sinais da Libras, mas com um grande potencial em cumprir o seu papel. No caso dos dicionários impressos a limitação é maior, pois não contempla algumas características primordiais da língua de sinais como expressão facial e movimento.

Para os autores Lebedeff, et al, (2011), por ser uma língua viso-espacial, a Libras apresenta peculiaridades específicas distintas das línguas orais. Como cenário da Libras, temos a cultura surda e seus artefatos, esta, muitas vezes desconhecida pela maior parte dos acadêmicos que não possuem saberes sobre o sujeito surdo e a sua cultura, sobre a língua de sinais e a Libras. Percebe-se, portanto, o desafio de introduzir os saberes sobre a surdez na escola e em comunidades que geralmente desconhecem a surdez como diferença linguística e a Língua Brasileira de Sinais como língua de uma comunidade linguística minoritária.

Segundo Lebedeff, et al (2011) é importante discutir os desafios de ensinar e produzir material didático para uma língua sobre a qual os estudantes não possuem quaisquer informações e que foge dos canais de recepção e produção usuais, ou seja, as línguas orais são oral-auditivas, pois a Libras é viso-gestual.

Para Leffa (2007) a produção de materiais de ensino é uma sequência de atividades que tem por objetivo criar um instrumento de aprendizagem. Essa sequência de atividades pode ser descrita de várias maneiras, envolvendo um número maior ou menor de etapas. Minimamente, deve envolver pelo menos quatro momentos: (1) análise, (2) desenvolvimento, (3) implementação e (4) avaliação.

Idealmente essas quatro etapas devem formar um ciclo recursivo, onde a avaliação leve a uma nova análise, reiniciando um novo ciclo. Na fase da análise se observa a necessidade dos alunos e o que eles precisam aprender. No desenvolvimento é relevante definir os objetivos propostos depois da análise das necessidades do aluno. O feedback e a motivação também encontra-se nessa fase. Na implementação é necessário primeiro saber a quem o material será destinado para poder utilizá-lo. Existem três situações básicas de implementação: (1) o material vai ser usado pelo próprio professor, (2) o material vai ser usado por outro professor, (3) o material vai ser usado diretamente pelo aluno sem presença de um professor.

A avaliação pode ser feita de forma informal ou formal através de folhas de exercícios ou até mesmo questionários e entrevistas com alunos. A produção de materiais para surdos se caracteriza como uma estratégia de ensino, mas segundo o autor, a produção de materiais não está centrada nem no professor nem no aluno; está centrada na tarefa. A tarefa é a atividade que resulta do encontro do artefato (folha de atividade, programa de computador) com o aluno.

2.3- A importância do glossário tecnológico na língua de sinais.

A discussão acerca de glossário nos remete falar de vocabulário. Prometi (2013, p.29) menciona que o vocabulário é o principal desafio para a educação de surdos. Dessa forma, torna-se necessário o surdo adquirir léxico que seja realmente eficaz para atuar na sua comunicação e no seu processo de leitura e escrita.

Torna-se, portanto, imprescindível conceituar *léxico*. Assim, segundo Reydebove (1984), o léxico de uma língua, seria o conjunto das unidades submetidas às regras da gramática dessa língua, sendo a junção da gramática e do léxico necessária e suficiente à produção (codificação) ou à compreensão (descodificação) das frases duma língua, ou seja, o léxico é o conjunto de palavras pertencentes a uma língua.

Desta forma, vale mencionar que os léxicos desempenham um papel fundamental nas relações comunicativas dos surdos, pois através dela que o surdo poderá “ampliar seu vocabulário”.

Faulstich (2012, p. 2) destaca que:

Ampliação de vocabulário é um processo lexical em que o falante acrescenta ao seu vocabulário fundamental unidades lexicais do vocabulário comum e os complementa com termos de áreas especializadas das ciências, das técnicas, das artes e de outros meios sociais.

Devido às circunstâncias, muitos surdos acabam ficando cada vez mais longe da leitura e muitas vezes acabam optando por revistas que tenham imagens para facilitar o seu processo de compreensão. A falta de vocabulário faz com que esse processo de comunicação esteja cada vez mais longe do ideal. Vale mencionar que o vocabulário é a parte mais importante para

a aprendizagem de uma língua e a falta dele impossibilita de adquirir conceitos técnicos ou científicos. (PROMETI, 2013).

Para Faulstich (2013, p.3), “glossário é um repertório exaustivo de termos, normalmente de uma área do conhecimento, apresentado em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, com informação gramatical, definição, registro opcional de contexto de ocorrência do termo e de remissões”. De acordo com a autora os glossários apresentam diferentes formas:

a) do ponto de vista da política da língua, faz parte do material didático como apêndice que aparece nos livros de ensino; é um “elucidador sinonímico” das palavras “difíceis” que aparecem nos textos. E, nessa percepção, a finalidade dos glossários é justapor dois discursos – um mais hermético e outro menos hermético, num contínuo de linguagens que vai da +difícil para a -difícil. É aquele que conceitua as palavras menos conhecidas da língua.

b) do ponto de vista do papel do “reformulador” do texto científico para incluir “palavras especializadas” num glossário, o que prevalece é a operação linguística de paráfrase sinonímica ou textual. Mas, no fundo da cena, resta verificar se a representação linguística e cultural é bem acionada. Trás sinônimos e melhor aplicação para a palavra/frase.

Faulstich (2013, p.5) considera que:

[...] é preciso notar que as linguagens científicas e técnicas exigem requisitos além da simples interpretação do conteúdo; exigem representação, isto é, um (o elaborador do glossário) precisa posicionar-se como se fosse o outro (o consultor do glossário). Por exemplo, quando elaboramos glossários tendo como língua de partida o português e como língua de chegada a língua de sinais brasileira, é preciso considerar que os sinais seguem parâmetros diferentes das línguas orais.

Um elaborador de glossário ou de dicionário bilíngue português - língua de sinais brasileira e vice-versa - precisa conhecer as duas línguas para, necessariamente, representar os léxicos de acordo com os conceitos em harmonia. Harmonizar as línguas é combinar seus sistemas de tal forma que, no léxico, o resultado apareça no bilinguismo explícito em conformidade conceitual entre os itens lexicais. Nesse caso, não basta traduzir a língua de sinais para o português ou o português para a língua de sinais porque poderá prevalecer, na língua de sinais, palavras soletradas manualmente. (FAULSTICH, 2013, p.5).

A produção de léxicos, para atender a disciplina Embriologia dentro dos cursos superiores da área de saúde, visa atender professores, instrutores e intérpretes que atendam alunos surdos inseridos no contexto escolar. Entender essa proposta é fundamental para a aquisição de um processo de aprendizagem significativo e contribuir para sucesso do aluno.

3- METODOLOGIA

Neste trabalho, o pesquisador também é objeto dessa pesquisa, portanto, se vale da metodologia qualitativa. A pesquisa-ação realizada, apresenta caráter formativo e emancipatório consequentemente. Assim, inicialmente, analisaremos os termos técnicos, para os quais não existem sinais em LIBRAS, mas que são muito utilizadas dentro da disciplina de Embriologia nos cursos da área de saúde.

O ponto de partida dessa pesquisa será a seleção dos termos mais utilizados dentro da disciplina de Embriologia através de dicionários técnicos na área. Após a seleção inicial, será necessária uma pesquisa em dicionários de Língua de Sinais para comprovar a não existência desses sinais em Libras.

Posteriormente, um aluno surdo da área de saúde receberá uma explicação sobre o significado de cada palavra. Com base nestas informações, o mesmo criará sinais que serão gravados em vídeo. Nestes, o deficiente auditivo ensina o sinal, por ele criado, para representar cada palavra. Os sinais foram gravados no NAPNEE, núcleo de apoio a portadores necessidades especiais educativas do Instituto Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, Campus – Centro, com a ajuda de tradutores e intérpretes da instituição.

A proposta é apresentar a comunidade surda do INES esses sinais, através de imagens sequenciais obtidas frames de vídeos contendo o sinal para cada termo. A explicação do termo será feita por um intérprete de LIBRAS. Posteriormente, o sinal será passado para a comunidade do INES pelo aluno surdo que criou o sinal e comparando a explicação com o sinal, a comunidade avaliará a adequação do mesmo.

Como se tratam de termos técnicos, será importante mostrar todas as etapas da realização do sinal. Para tanto, adotaremos o modelo de ficha lexicográfica criado por Lima (2014), baseada nos Cinco Parâmetros da Língua de Sinais que se faz importante para fornecer informações específicas sobre o termo analisado e atende às especificidades do registro em Língua de Sinais. O preenchimento das fichas torna-se necessário para organizar os verbetes utilizados nessa pesquisa. Pressupomos que a descrição dos sinais conforme apresentados nessa ficha, poderá se constituir como a descrição fonética da língua de sinais.

Segundo Lima (2014), os cinco parâmetros reconhecidos pelas línguas de sinais são: configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação da mão, expressões faciais e expressões corporais. Em termos fonológicos, isso significa dizer que, por exemplo, que uma mesma configuração de mão que se articule em localizações diferentes, ou que apresente movimentos diferentes, ou que produzida com uma orientação diferente, poderá produzir sinais com significados diferentes.

Nessa ficha é possível encontrar, conceitos, fotos, ações dos movimentos, entre outros, conforme descritos no modelo abaixo representado:

Ficha Lexicográfica

Ficha Léxico- terminográfica - termos técnicos de área de saúde		Número:
Termo:	Categoria:	
Classe Gramatical:		
Definição em Português:		
Utilização do termo em uma frase:		
Formação da palavra ou sinal em Libras (morfologia)		
Fotos do sinal:		
Escrita de Sinais (<i>SignWriting</i>):		
Quantidade de Mãos:		
Parâmetros do sinal (início do sinal):		
Configuração de mão (direita):	Grupo:	Número:
Configuração de mão (esquerda):	Grupo:	Número:
Tipo de ação da mão (direita):		
Tipo de ação da mão (esquerda):		
Orientação da palma (direita):		
Orientação da palma (esquerda):		
Ponto de articulação:	Movimento:	
Expressão facial:	Expressão corporal	
Parâmetro do sinal (término do sinal):		
Configuração de mão (direita):	Grupo:	Número:
Configuração de mão (esquerda):	Grupo:	Número:
Tipo de ação da mão (direita):		
Tipo de ação da mão (esquerda):		
Orientação da palma (direita):		
Orientação da palma (esquerda):		
Ponto de articulação:	Movimento:	
Expressão facial:	Expressão corporal:	

Segundo Lima (2014) torna-se importante, especificar cada campo desta ficha.

- 1) **Título da ficha:** indica o nome do projeto em questão.
- a) **Número:** indica o número de registro da ficha.

- 2) **Termo**: esse campo indica o nome do termo em Português que será analisado na ficha em questão. O vocábulo aparece na forma encontrada nos dicionários de Língua Portuguesa. Sugerimos, também, como se trata de um campo terminológico que o termo venha traduzido para o Inglês.
- 3) **Categoria**: indica a categoria à qual o termo pertence dentro das categorias estabelecidas para a obra terminográfica em questão.
- 4) **Classe gramatical**: indica a classe gramatical do termo em Português.
- 5) **Definição em Português**: significado do termo em português como é encontrado em dicionários. As definições oferecem a identificação do termo somente com referência ao sistema conceitual do desenho arquitetônico.
- 6) **Utilização do termo em uma frase**.
- 7) **Formação da palavra ou sinal na Libras. (Morfologia)**: indica a categoria morfológica de cada sinal.
- 8) **Fotos do sinal**: mostra as fotos que indicam a progressão dos movimentos que constituem o sinal.
- 9) **Escrita de sinais (SignWriting)**: mostra a representação do sinal em escrita de sinais.
- 10) **Quantidade de mãos**: indica quantas mãos estão envolvidas na expressão do sinal.
- 11) **Parâmetros do sinal (início do sinal)**: essa seção indica as características do sinal no momento em que ele começa a ser executado.
- a) **Configuração de mão direita**: indica a configuração da mão direita do sinal em questão conforme Barreto e Barreto (2012).
- i) Indica o grupo específico do sinal.
- ii) Indica o número específico da configuração de mão, dentro do grupo em questão.
- b) **Configuração de mão esquerda**: indica a configuração da mão esquerda do sinal, em questão, conforme Barreto e Barreto (2012).
- i) Indica o grupo específico do sinal.
- ii) Indica o número específico da configuração de mão, dentro do grupo em questão.
- c) **Tipo de ação da mão direita**: indica se a mão direita tem papel ativo ou passivo no sinal, em questão.
- d) **Tipo de ação da mão esquerda**: indica se a mão esquerda tem papel ativo ou passivo no sinal em questão.
- e) **Orientação da palma direita**: indica a orientação da palma da mão direita podendo ser: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou para a esquerda.
- f) **Orientação da palma esquerda**: indica a orientação da palma da mão esquerda podendo ser: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou para a esquerda.
- g) **Ponto de articulação**: indica a região espacial em que o sinal é executado em relação ao corpo do falante.

- h) **Movimento**: indica se o sinal apresenta ou não movimento.
- i) **Expressão facial**: indica se o sinal apresenta ou não expressão facial.
- j) **Expressão corporal**: indica se o sinal apresenta ou não expressão corporal.
- 12) a) **Parâmetros do sinal** (final do sinal): esta seção indica as características do sinal no momento em que ele termina de ser executado.
- i) **Configuração de mão direita**: indica a configuração da mão direita do sinal em questão, conforme Barreto e Barreto (2012).
- ii) Indica o grupo específico do sinal.
- iii) Indica o número específico da configuração de mão dentro do grupo em questão.
- iv) **Configuração de mão esquerda**: indica a configuração da mão esquerda do sinal em questão conforme Barreto e Barreto (2012).
- v) Indica o grupo específico do sinal.
- vi) Indica o número específico da configuração de mão dentro do grupo em questão.
- b) **Tipo de ação da mão direita**: indica se a mão direita tem papel ativo ou passivo no sinal em questão.
- c) **Tipo de ação da mão esquerda**: indica se a mão esquerda tem papel ativo ou passivo no sinal em questão.
- d) **Orientação da palma direita**: indica a orientação da palma da mão direita podendo ser: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou para a esquerda.
- e) **Orientação da palma esquerda**: indica a orientação da palma da mão esquerda podendo ser: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou para a esquerda.
- f) **Ponto de articulação**: indica a região espacial em que o sinal é executado, em relação ao corpo do falante.
- g) **Movimento**: indica se o sinal apresenta ou não movimento.
- h) **Expressão facial**: indica se o sinal apresenta ou não expressão facial.
- i) **Expressão corporal**: indica se o sinal apresenta ou não expressão corporal.

Neste ínterim, vale mencionar que após a elaboração das fichas lexicográficas, serão retiradas as principais informações para estruturar a montagem do glossário em questão. (Lima, 2014)

Embriologia:

Nome do termo:	
Fotos do sinal:	
Conceito:	
Ilustração:	Escrita de Sinais (SignWriting)

Após a organização dos sinais nessa proposta terminológica, se dará início a busca pela validação desses sinais pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), situado em Laranjeiras, Rio de Janeiro através de videoconferência, dessa forma, esses sinais poderão fazer parte dos registros oficiais de Língua de Sinais e assim poder ser utilizado para a Educação de Surdos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M. BARRETO, R. Escrita de Sinais sem mistérios. Belo Horizonte: Ed. Do Autor, 2012. v. 1.
- BUENO, J. G. S. (1994). A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas. Em E. M. L. Soriano de Alencar (Org.), *Tendências e Desafios da Educação Especial* (pp. 35-49). Brasília, DF: MEC/SEESP.
- FAULSTICH, Enilde. *Glossário sistêmico de Léxico terminológico para pesquisadores surdos*. Brasília. Centro Lexterm, 2012
- GAGLIARDI, C. & BARRELLA, F. F. (1986). Uso da informática na educação do deficiente auditivo: um modelo metodológico. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Anais da XVI Reunião Anual de Psicologia* (pp. 120-123). Ribeirão Preto: SBP.
- GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. Léxico e Vocabulário. In: *Linguística e ensino do português*. Trad.: Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina, 1974. p. 277 - 356.
- GODOI, P; SANTOS, M. F; SILVA, V. F. **Língua Brasileira de Sinais no Contexto Bilingue**. Tupã, 2013. 38 p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização) - Faculdades FACCAT.
- LEBEDEFF, ROSA, BORDA E AROSTEGUY. Produção de material didático para o ensino de Libras a distância: uma discussão sobre desafios e Superações didáticas e de design. In: *Congresso Nacional de ambientes Hipermídia para aprendizagem*, 5, Pelotas, 2011.
- LIMA, Vera Lúcia de Souza e. Língua de sinais [manuscrito] : proposta terminológica para a área de desenho arquitetônico / Vera Lúcia de Souza e Lima. - 2014. 272 f
- LEFFA, V.J. Como produzir materiais para o ensino de línguas In: *Produção de materiais de ensino: teoria e prática*. 1 ed. Pelotas : Educat, 2003, v.1, p. 13-38.

LEFFA, V.J. Produção de materiais de ensino: teoria e prática In: Produção de materiais de ensino: teoria e prática. 2 ed. Pelotas: Educat, 2007, 206 p.

LOBATO, Maria José Silva. Educação bilíngue no contexto escolar inclusivo: a construção de um glossário em libras e língua portuguesa na área da matemática/ Maria José Silva Lobato-Natal, 2015, 261 fl.

LOBATO, M,S.; NORONHA. C.A. O aluno surdo e o ensino de matemática: desafios e perspectivas na escola regular de ensino em Natal/RN. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DA MATEMÁTICA, 6., 2013.

LOURENÇO, Katia, R,C; BARANI Eleni. Educação e surdez: um resgate pela trajetória Educacional dos surdos no Brasil e no Mundo. Editora Arara azul, edição 8,1, Petrópolis, 2014

MANTOAN, M. T. E. *Caminhos pedagógicos da inclusão*. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2001.

MANZATO, A.J.; SANTOS, A.B. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. UNESP. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em 17 de junho de 2016.

MARCHESE, A. (1996). Comunicação, linguagem e pensamento. Em César Call; Jesus Palácios & Álvaro Marchesi. (Orgs.), *Desenvolvimento Psicológico e Educação* (pp. 200-216). Porto Alegre: Artes Médicas.

REY-DEBOVE, J. — Léxico e dicionário. Trad. de Clóvis Barleta de Moraes. Alfa, São Paulo, 28(supl.):45-69, 1984.

SANTOS, A. N. Libras na UFPEL: experiência de produção de material didático para o ensino de Libras como L2 a partir da abordagem comunicativa, In: *Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores*. EdUece, Pelotas, 2014.

PROMETI, D. Glossário bilíngue da língua de sinais brasileira: Criação de sinais dos termos da música. Dissertação de Mestrado, PPGL/UnB, 2013.

PROMETI, D; COSTA M,R; TUXI Patrícia. Sinal-termo, língua de sinais e glossário bilíngue: atuação da Universidade de Brasília nas pesquisas terminológicas. In: I CONGRESSO NACIONAL DE LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, número 1, 2015, Uberlândia, **Anais do I CONALIBRAS - UFU**.

STUMPF, M.R. *Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting*: Línguas de Sinais no papel e no computador. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado), Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRIA DE VIDA DE UM DEFICIENTE VISUAL EM SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR

JOSETE PEREIRA PERES SOARES

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais- UENF
joseteppsoares@yahoo.com.br*

SÍLVIA ALÍCIA MARTINEZ

*Professora do Programa de Pós-Graduação do CCH- UENF
Silviam@uenf.br*

RESUMO

Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa mais ampla do curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, do curso Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes. O objetivo geral da pesquisa é investigar trajetórias escolares de 10 deficientes visuais que concluíram níveis mais elevados de ensino, a partir da graduação, no município, a fim de verificar se durante a escolarização tiveram acesso a políticas públicas e se as utilizaram, usando a história de vida como metodologia. A base teórica será composta de autores renomados na área e legislações vigentes. O recorte apresentará a trajetória escolar de um deficiente visual que cursou graduação em uma instituição pública, com pouco acesso às políticas públicas, tendo êxito na conclusão. Observa-se que se tem muito a caminhar com respeito à inclusão no ambiente escolar e a conscientização dos direitos.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Inclusão; Escolarização; Deficiência visual.

ABSTRACT

This work is an integral part of a broader research in the doctorate program in social politics degree on Northern State of Rio de Janeiro Darcy Ribeiro University at Campos dos Goytacazes. The main goal of the research is to investigate school trajectories of 10 visually impaired people who completed high levels of education as of graduation in town, in order to verify whether had they access or not to public policies during school time and whether those were used of not, adopting as methodology their background story. A theoretical foundation is composed of renowned authors with expertise in this field of study and also based on current legislation. There is also presented the school background of a visually impaired graduate person who attended to a public institution, with little access to public policies, with a successful completion. It is a fact that there is a lot of room for improvement when it comes to inclusion at school and social rights awareness.

Key-words: Public policy; Inclusion; Schooling; Visual impairment.

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre brevemente sobre o tema educação inclusiva, envolvendo a trajetória de um deficiente visual. O entrevistado tem uma deficiência visual adquirida e irreversível, porém não necessita de auxílio quanto ao fator cognitivo, por ser a sua deficiência apenas física. Será exposta uma fração da história de sua vida quando, na idade adulta, ingressou no ensino superior e apesar da falta de boa parte de políticas públicas necessárias para o seu

pleno desenvolvimento conseguiu concluir o curso com o mesmo tempo de duração da turma que frequentava.

Busca-se também neste artigo compreender os termos inclusão, integração, assim como diferenciar educação inclusiva de educação especial. Esses termos podem causar entendimento equivocado por serem muito próximos quanto ao significado e também na prática diária no meio educacional.

Para subsidiar esse artigo serão observadas algumas legislações referentes à Inclusão e Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/1961, a Constituição brasileira de 1988, A LDBEN nº 9.394 de 1996 e outras legislações específicas relativas ao tema.

INCLUSÃO NA LEGISLAÇÃO

Para compreender melhor as políticas públicas dispensadas aos deficientes, recorre-se à educação brasileira. Mazzota (2009) escreve que a primeira vez que o assunto foi tratado de maneira oficial ocorreu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/1961, apresentando dois artigos, o Art. 88, que assegura que “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se nos sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” e Art. 89 afirmando que “Tôda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções”.

Observa-se que na LDBEN de 1961 não estava exposto de maneira clara que deveria haver uma escola específica para os deficientes, mas que eles deveriam enquadrar-se no “sistema geral de educação”.

Já a Constituição Brasileira promulgada em 1988, em vigência, abre as portas para a garantia do direito a todos à educação, quando estabelece no Art. 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O destaque será feito em 3 artigos, que estão diretamente relacionados ao assunto, o Art. 205, o Art. 206 e o Art. 208 do capítulo III, da educação, da cultura e do desporto. No Art. 205 está escrito que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Com base neste artigo pode-se vislumbrar um leque de possibilidades de atuação na educação, não somente na educação especial, como em outras modalidades, como a Educação de Jovens e Adultos. Sendo a educação direito de todos, isso inclui todas as pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial e, ao colocar o Estado e a família, como os atores principais do processo, possibilita prever várias políticas públicas para fazer com que a lei seja cumprida.

A educação segundo o artigo 205 da constituição prevê o preparo para o exercício da cidadania, podendo-se ter o entendimento de que as pessoas com algum tipo de deficiência também podem exercer o direito como cidadão e se qualificar para o trabalho. No *caput* do Art. 206, Inciso I está determinada a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. O acesso deve ser de todos independente das condições físicas, cognitivas ou sociais, assim como a permanência, não cabendo apenas permitir que o aluno com deficiência ou não ingresse na escola, mas que permaneça o tempo que desejar, conforme está determinado no Inciso XIII do Art. 3º da LDBEN 9394/96 “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”.

O Art. 208 da Constituição aduz que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, conforme inciso III. Não basta, segundo a legislação, dar ao portador de deficiência o direito de ingresso na escola, mas também ter tratamento especializado preferencialmente na rede regular de ensino, com uma visão inclusiva e não mais integradora.

A LDBEN em vigor, Lei nº 9.394 de 1996, apresenta um capítulo com artigos, incisos e parágrafos específicos para a Educação Especial, ampliando os direitos da educação na modalidade Educação Especial e a partir do Art. 58 a define como uma modalidade de educação escolar que deve ser oferecida de maneira preferencial na rede regular de ensino. O público alvo desta modalidade são os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A escola regular, segundo o § 1º do Art. 58 deverá oferecer serviços especializados para atender a clientela de educação especial, quando houver necessidade. O atendimento a esses alunos, conforme o § 2º poderá ser realizado em classes, escolas ou serviços especializados, de acordo com as condições específicas dos alunos e, quando não for possível, a sua integração nas classes comuns de ensino regular. E no § 3º, com redação dada pela lei 13.632 de 2018, a oferta de educação especial terá início na educação infantil e se estenderá ao longo da vida da pessoa, como citado anteriormente.

No Art. 60, parágrafo único da LDBEN 9394/96, tem-se que o poder público terá que ampliar o atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública de ensino. Desta forma esse artigo minimiza o apoio incondicional a outras redes de ensino, não se eximindo de continuar oferecendo ajuda quando necessário.

Algumas garantias ao público da educação especial estão no Art. 59 da referida lei, os sistemas devem oferecer a todos os alunos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades destes, terminalidade específica para os que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo para os superdotados, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses em classes comuns; educação para o trabalho, visando à efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo ou com habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora. Garante ainda o acesso de todos aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Art. 59-A ainda da LDBEN 9394/96 trata de maneira exclusiva de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, instituindo cadastro nacional destes a fim de fomentar execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento das potencialidades dos mesmos.

E por fim a LDB 9.394/96 instrui que os órgãos normativos dos sistemas de ensino deverão estabelecer critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com ação exclusiva em educação especial. Estas terão apoio técnico e financeiro do Poder Público, com a prerrogativa de que o atendimento seja realizado preferencialmente na rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições privadas.

INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

A integração, conquanto muito criticada, foi o berço da inclusão. Em seu início foi a perspectiva que defendia iniciar o aluno com necessidades especiais na escola, visto que este era tratado apenas na área da saúde, independente da sua deficiência. E mesmo a área da saúde foi muito criticada por tratar como doentes pacientes com dificuldades de aprender, incluindo em todas as demais patologias, conforme Mantoan, (2003), Mazzota, (1995) e Glat e Blanco, (2013).

Com o passar do tempo percebeu-se que a definição de integração, como preparo para os alunos saírem das classes especiais para as classes comuns excluía os mesmos, pois estas classes eram vistas como depósitos de crianças, e estas não aprendiam os conteúdos universais que todos os alunos devem aprender, ou seja, não tinham acesso aos conhecimentos básicos, faziam trabalhos manuais conforme as habilidades de cada um. Com a promulgação de documentos internacionais como a Declaração de Salamanca e a de Jontiem, começou a ocorrer uma pressão sobre o Brasil e demais países para uma mudança radical na educação e, ainda que a educação inclusiva esteja mais ligada conceitualmente com alunos com necessidades especiais, o movimento de inclusão se refere à baixa escolarização, a repetência na escola, os altos índices de analfabetismo, que não estão ligados de forma direta à Educação Especial.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) trazem a informação de que a integração parcial preparava o aluno nas classes especiais para que ele estivesse preparado para a integração total. O aluno somente poderia ter a integração total se conseguisse acompanhar o currículo. Os alunos com necessidades especiais não conseguiam acompanhar o currículo, portanto engrossavam as fileiras dos excluídos do sistema educacional.

Na integração, o aluno teria que se adaptar à escola, ao que ela oferecia e como ela ensinava, e não a escola se adaptar ao aluno.

Mazzota (2011, p. 378) afirma que “a inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas” e que existe uma discussão nas sociedades democráticas que defende “a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais”.

Autores como Carvalho (2016) e Mantoan (2011) defendem uma proposta de educação inclusiva com reestruturação das escolas, mesmo as especiais, de maneira que atendam a necessidade de todas as crianças que necessitarem e não apenas dos que tem alguma deficiência.

No Art. 59 da LDBEN nº 9394/96 observamos um rol de ofertas que deverão ser asseguradas aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, destacando: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos; professores do ensino regular capacitados; educação para o trabalho e acesso igualitário aos benefícios sociais.

A educação inclusiva permite garantir a todos os indivíduos - dentre eles os que apresentam necessidades educacionais especiais, ou altas habilidades, síndromes, quadro psicológico, neurológico, psiquiátrico, portador de deficiência ou portador de qualquer deficiência, seja física, sensorial ou intelectual, seja de caráter temporário ou permanente - o acesso a todos os conteúdos necessários para a escolarização.

Um ponto em destaque nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) é o fato de que a inclusão não deve garantir apenas a presença física do aluno nas classes comuns, mas ajudar a desenvolver o potencial dessas pessoas, com respeito às suas diferenças e atendendo às suas necessidades. O documento ainda traz à tona a realidade de que todos os alunos podem em algum momento da vida apresentar uma ou mais necessidades

educacionais, e cabe ao professor auxiliar utilizando diferentes estratégias. Essas necessidades nem sempre estão vinculadas à causas orgânicas específicas, mas a dificuldade cognitiva, psicomotora ou de comportamento. E podem surgir alunos com necessidades educacionais que vão requerer da escola um pouco mais de atenção e cuidado, como recursos e apoios de caráter mais especializado para que tenham acesso ao currículo. Esses alunos são os que possuem necessidades educacionais especiais.

Para Mantoan (2003), a inclusão escolar causa inúmeras crises no meio educacional, dentre elas com os professores do ensino regular que se consideram incompetentes em lidar com as diferenças em sala de aula, com os professores que trabalham com educação especial, por medo de perderem o seu espaço, com os pais de alunos sem deficiência, por acharem que a escola vai reduzir a qualidade do ensino ao receber alunos com deficiências.

É um grande desafio para um aluno com algum tipo de deficiência acompanhar o ritmo da escola, principalmente se esta não está preparada para dar o suporte necessário para o seu pleno desenvolvimento. A seguir será relatada uma fração da história de vida de um deficiente visual que rompeu barreiras para a concretização de seu objetivo.

HISTÓRIA DE VIDA DE UM DEFICIENTE VISUAL EM SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR

Dentre as várias deficiências existentes, a saber; as permanentes, as transitórias, as apenas físicas e as que são de caráter cognitivo, será abordada nesse trabalho a deficiência visual.

Sá, Campos e Silva (2007) escrevem sobre a inclusão de alunos com deficiência visual e os desafios da mesma, explicando ainda que os alunos deficientes visuais ao entrarem em uma sala de aula pela primeira vez se sentem deslocados, pois o espaço está impregnado de certos padrões de referência e experiências visuais. “O sistema visual detecta e integra de forma instantânea e imediata mais de 80% dos estímulos do ambiente” (p 14) e por eles estarem em um ambiente ainda desconhecido necessitam se familiarizar para se ajustarem a esse novo ambiente.

Sá Campos e Silva (2007) realizam distinções entre uma criança que enxerga e uma que não enxerga. A criança que enxerga estabelece comunicação a partir da visão com o mundo desde o seu nascimento e é essa percepção que a permite exercer suas atividades, se relacionar com pessoas e com objetos. A criança que não enxerga não tem capacidade de perceber as formas, distâncias, cores no mundo em que ela vive.

Segundo as autoras, os sentidos, tanto de pessoas que enxergam como de quem não enxerga, tem as mesmas características. Alguns sentidos nas pessoas com deficiência visual são mais desenvolvidos, por eles recorrerem mais a um ou outro sentido com mais frequência para auxiliar na decodificação e armazenamento de informações, não sendo um efeito compensatório ou um ato isolado, mas a ativação contínua por força da necessidade.

Em um documento preparado pelo MEC (BRASIL, 2000), denominado Projeto Escola Viva, se descreve a necessidade de adaptações de pequeno porte para alunos com necessidades educacionais especiais. Essas adaptações “são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais” (p. 8). São sugeridas também adaptações de grande porte, a partir da infraestrutura e outras que não depende de maneira exclusiva do professor.

Nas adaptações de pequeno porte, que podem ser realizadas pelos professores, estão as de criar condições físicas para o aluno com necessidades especiais, como arrumação da sala, do quadro; favorecer o nível de comunicação e interação; adaptar materiais de uso comum na sala de aula; não permitir sentimentos de inferioridade, dentre outros. Alunos com deficiência

visual necessitam de um espaço diferenciado, onde os móveis não sejam constantemente mudados de lugar, necessitam sentarem-se em um local próximo ao professor, pois isso pode permitir que eles se sintam mais seguros, dentre outras necessidades.

Para os alunos com deficiência visual é sugerido posicioná-los para que possam ouvir o professor; dispor o mobiliário da sala para facilitar a locomoção e evitar acidentes; dar explicações verbais sobre o que estiver ocorrendo durante a aula; ler o conteúdo que estiver sendo escrito na lousa; oferecer suporte físico para locomoção; utilizar recursos e materiais adaptados para uso quando necessário, dentre outros. Essas são sugestões simples, que não dependem de autorização de instâncias superiores, mas que podem fazer grande diferença na aprendizagem e adaptação do deficiente visual.

Neste recorte serão apresentados alguns destaques quanto ao uso ou não de política pública durante a escolaridade de um dos entrevistados, especificamente na graduação. Levi, (nome fictício), concluiu o ensino superior em 2017. Ele não nasceu cego, a cegueira foi em função de uma doença degenerativa, segundo ele, sem cura, denominada retinose pigmentar¹. A doença segundo Levi, se agravou a partir dos 17/18 anos e se estabeleceu quando ele tinha 29 anos. Aos 16 anos Levi retomou os estudos, a 6ª série, que tinha sido suspenso quando criança e concluiu o Ensino Fundamental. Nesse período ele diz que dava pra enxergar bem de perto, mas ainda não sabia da doença, sabia apenas que tinha uma dificuldade na vista, mas não um problema mais sério. Ao ser perguntado sobre alguma dificuldade enfrentada na escola, o entrevistado disse que não teve nenhuma nesse período, que tinha “um tipo de orgulho”, não queria que ninguém soubesse que ele tinha um problema, e ele próprio também não acreditava nisso, por isso usou a estratégia de se sentar bem próximo ao quadro e quando não conseguia ler e escrever deixava páginas em branco e depois pedia ajuda a um colega.

Ao ser perguntado sobre a reação dos pais ao saberem da doença aos 17 anos, ele disse que os pais não se desesperaram não, nem os irmãos. Ele próprio ficou triste, mas também não se desesperou. O médico deu o diagnóstico e o encaminhou para fazer um exame em Niterói, e ele não foi fazer. O médico informou que havia uma cirurgia que estava sendo realizada em Cuba, mas que não fazia a doença regredir, apenas estabilizava. Mais tarde ele teve contato com pessoas que tinham feito a cirurgia e comprovou isso. Apesar de ter dois tios e um casal de primos cegos, os pais de Levi não procuraram ajuda, ao que ele se consola dizendo que também não faria diferença, pois não teria cura.

Tendo concluído o Ensino Fundamental, então com 20 anos, ele iniciou o Ensino Médio, mas logo no primeiro ano observou que a sua visão estava muito comprometida, então parou novamente. Aos 21 anos foi para o Educandário para Cegos São José Operário para se adaptar ao Sistema Braille. A seguir fez “uma prova do Estado para concluir o Ensino Médio”².

A doença foi comprovada em 2003, quando ele tinha 29 anos, apesar de já ter os sintomas desde a adolescência. Nesse período da sua vida ele apenas trabalhava. No serviço, em uma usina, ele conta que sofreu vários acidentes de trabalho, se cortava muito, pois caíam instrumentos de corte em seus pés, caía em bueiros abertos, dentre outros.

Abriu-se mais tarde uma porta para que Levi ingressasse no Ensino Superior. A sua mãe trabalhava em um dos distritos do município de Campos e no local tinha um aluno que era

1 Retinose pigmentar (RP) refere-se a um grupo de doenças hereditárias, que causam a degeneração da retina, região do fundo do olho. Ela é responsável pela captura de imagens a partir do campo visual. Pessoas com RP apresentam um declínio gradual em sua visão, por diminuição da função das células fotorreceptoras (cones e bastonetes). A RP pode aparecer isolada ou associada a outros problemas. Na Síndrome de Usher a RP aparece associada à surdez. Na Síndrome de Bardet-Biedl a RP pode aparecer associada à obesidade e polidactilia dentre outros problemas. Fonte: Retina Brasil. <<http://retinabrasil.org.br/site/doencas/retinose-pigmentar/>>. Acesso em novembro de 2018.

2 Prova Supletivo para Educação de Jovens e Adultos.

procedente de um curso na área de Agrárias, que fazia um trabalho voluntário nas hortas da região. Em um determinado dia ele encontrou esse aluno no ônibus distribuindo folhetos de um curso na área de ciências agrárias e se interessou, procurou se informar e ficou sabendo que havia duas vagas para deficientes, para as quais ele se inscreveu com a namorada, também deficiente visual e foram aprovados.

A partir desse momento uma nova fase se inicia na vida de Levi, já totalmente cego, mas tendo passado boa parte da sua vida enxergando. Conforme Sá (2014), na cegueira adquirida o indivíduo conserva na memória um repertório de imagens mais ou menos consolidado. Quando Levi cita as suas quedas e freqüentes acidentes de trabalho, segundo a autora, esses são considerados distraídos pelas pessoas que não sabem as causas das quedas ou até mesmo pelos pais e familiares.

Quando no ensino superior, a instituição pública estadual na qual estudou apresentou o mínimo de condições para ele, como algumas transcrições de apostilas para o Braille e foi disponibilizado, nos últimos períodos, um computador com dois programas básicos para cegos, que segundo ele, ajudou bastante.

Ao ser perguntado sobre ele ter solicitado ajuda da instituição, ele disse que percebeu que não teria solução, que a instituição estava oferecendo o que podia, e se percebe que essa foi a mesma atitude de quando cursava o ensino fundamental, não queria ajuda. No entanto, no caso do ensino superior, ele precisou receber a ajuda das apostilas transcritas para o Braille e do programa do computador. É importante ressaltar que o computador com programa especial para deficiente visual só foi disponibilizado nos dois últimos anos, segundo o aluno.

Conforme Caiado (2014), a cegueira é limitadora fisicamente, mas não socialmente porque o indivíduo pode, a partir da fala e outros, apropriar-se do real e internalizar os significados culturais. Neste caso o aluno conseguiu, segundo fala própria, “se virar” dentro da instituição, na medida em que percebeu que o que estava sendo oferecido era suficiente e era o máximo que a instituição poderia oferecer, achando melhor terminar o curso com o mínimo que possuía.

Outro fator destacado pelo aluno está relacionado à acessibilidade. A instituição, segundo ele, possui algumas rampas internas de acesso para o térreo, mas somente isso. Como várias instituições com construção antiga, essa não tem rampa para os andares superiores, corredores, banheiros, dentre outras coisas, conforme determina o Art. 3º, Inciso I da Lei nº 13.146/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão. Glat e Blanco (2013) defendem um novo modelo de escola em que é possível o acesso e permanência de todos, sem discriminação e sem barreiras para a aprendizagem.

Apesar disso Levi conseguiu concluir o ensino superior, conquanto não tenham sido oferecidos outros direitos, além dos citados. Vale destacar que o ingresso do aluno foi a partir da lei de cotas³, que é uma política pública, pois havia duas vagas para o ingresso no curso e Levi mantinha uma relação estável com outra aluna que era deficiente visual por nascimento e os dois foram aprovados no vestibular e iniciaram juntos o curso. Ao ser perguntado se havia outros candidatos, o aluno respondeu que eles foram os únicos alunos com deficiência a procurarem o curso.

³ Lei Estadual nº 5346, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências.

CONCLUSÃO

No período referente ao curso do aluno, a Lei de Inclusão de 2015 já estava em vigor, além de outras leis específicas, porém poucos direitos foram oferecidos ao entrevistado. Conforme fala do mesmo, o ingresso foi possibilitado pela lei de cotas, algumas apostilas em Braille e nos últimos períodos o acesso a um computador com programa específico para deficientes visuais.

Essa foi a ajuda que a instituição ofereceu, que segundo o próprio entrevistado, dependia da mantenedora para implementar outros tipos de ajuda. No caso de Levi, pode-se observar que o aluno já tinha um histórico de saber “se virar” com o pouco que tinha e não fez outros tipos de exigências por saber que não aconteceriam e, em função disso, a instituição também não se mobilizou para buscar outros meios de auxílio.

Esse comportamento pode auxiliar o aluno na sua independência, porém traz prejuízos para que os direitos dos deficientes, tanto visuais como outras deficiências sejam respeitados. O fato de o aluno exigir seus direitos não pode ser visto como uma afronta a uma instituição de ensino, mas como uma possibilidade de melhoria do processo ensino-aprendizagem, não somente dos que necessitam de um ensino de qualidade, mas de outros que estão no mesmo caminho em busca de uma educação que seja totalmente inclusiva.

As leis que defendem os deficientes de todas as áreas precisam ser mais divulgadas entre os próprios sujeitos das instituições, pois os que possuem deficiências, junto com os familiares, já têm um conhecimento amplo dos seus direitos. Embora haja legislações suficientes para as pessoas com deficiência, a sua aplicação ainda é muito lenta. Em se tratando da educação, os prédios são muitas vezes antigos e sem acessibilidade, falta capacitação para os professores exercerem o seu papel em uma educação inclusiva, falta material pedagógico para atender aos alunos, dentre outras coisas.

No entanto tantas adversidades, alunos estão concluindo os seus cursos, se capacitando e entrando no mercado de trabalho, mostrando que a inclusão está avançando, ainda que a passos lentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em agosto de 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em agosto de 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em agosto de 2018.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial, MEC, SEESP. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em outubro de 2018.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República, Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em agosto de 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 11ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: _____ (Org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2ed, 2reimpressão. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

MANTOAN, Teresa Églér. **Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas**. In: _____. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Teresa Églér. **Ensinando a turma toda: as diferenças na escola**. In: _____. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4 ed. Petrópolis 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAZZOTA, Marcos, J. S. **Educação Especial no Brasil**. história e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAZZOTA, Marcos, J. S. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais**: cultura, educação e lazer. Saúde Soc. São Paulo, v. 20, n.2, p. 377-389. Apr./ June, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200010>. Acesso em agosto de 2018.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 5346, de 11 de dezembro de 2008**, que dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060d-fff/1b96527e90c0548083257520005c15df?OpenDocument>>. Acesso em outubro de 2018.

SÁ, Elizabet, Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão**. In: Atendimento educacional especializado. Deficiência visual. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

Sites consultados: **Retina Brasil**. <<http://retinabrasil.org.br/site/doencas/retinose-pigmentar/>>. Acesso em novembro de 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE À LUZ DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Mariana da Silva Oppenheimer
CUSC
mari-oppenheimer@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta o avanço concernente à consagração dos direitos das pessoas com deficiência, baseado nos marcos históricos e assentamento de tratados internacionais, constituindo-se objeto de estudo a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Isso porque a acessibilidade é matéria de relevante apreço, tendo em vista a diversidade humana e a indispensável autonomia que o indivíduo deve ter, independentemente de suas limitações. O objetivo do presente artigo é a análise e a comparação dos direitos preconizados através de normas e sua aplicação prática. O estudo fundamentou-se nos métodos de revisão bibliográfica de artigos científicos, além de pesquisa referente às leis, aos tratados e documentos municipais, os quais abrangem as normas de arquitetura urbana com observação à acessibilidade, e entrevista.

Palavras-chave: Acessibilidade. Políticas Públicas. Direitos Humanos. Pessoa com deficiência. Dignidade.

ABSTRACT

This article presents the progress concerning the consecration of the rights of persons with disabilities, based on historical landmarks and the establishment of international treaties, being studied The Convention on the Rights of Persons with Disabilities. This is because accessibility is a matter of relevant appreciation, given the human diversity and the indispensable autonomy that the individual must have, regardless of their limitations. The purpose of this article is to analyze and compare the rights advocated through norms and their practical application. The study was based on the methods of bibliographical revision of scientific articles, as well as a research related to laws, treaties and municipal documents, which cover the norms of urban architecture with observance of accessibility, and interview.

Key-words: Accessibility. Public Policy. Human Rights. Persons with disabilities. Dignity.

1. Introdução

A acessibilidade é imprescindível, tendo em vista a diversidade humana. Todavia, o estudo histórico relacionado ao tema revela o descaso da sociedade no que tange às pessoas com deficiência.

A consolidação dos tratados internacionais que versam sobre os direitos humanos, e especificamente, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, obrigam os Estados signatários a respeitarem as disposições neles contidas, e terem atitudes positivas referente a esta matéria.

Porém, para que produza efeitos práticos, torna-se necessário mecanismos que visem a melhoria. Para tanto, surge a magnitude das políticas públicas, tendo em vista que através destas

criam-se procedimentos fundamentais para a efetivação dos direitos inerentes aos que possuem deficiência.

O objetivo do presente artigo está relacionado à análise da legislação, no âmbito internacional, nacional e, também, municipal, bem como a verificação da resultância desta, caso exista, na prática. Mais notadamente, a pesquisa que concerne ao projeto “Calçada Cidadã”, constado no PDM (Plano Diretor Municipal) do município de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo.

2. Breve relato histórico sobre o tratamento social das pessoas com deficiência

Insta salientar, previamente, que o passado das pessoas com deficiência foi marcado por exclusão. Elas eram consideradas vítimas de castigo divino diante do parâmetro cultural que definia o significado referente ao ser humano normal, em conformidade, não raras vezes, com parâmetros preconceituosos. Nesse sentido, estas pessoas eram vistas a partir de uma perspectiva em que Direito, Moral e Religião não se separavam e, por conseguinte, o indivíduo diferenciado por razão de possuir deficiência, era distanciado do meio social.

Acerca desse cenário, é considerável destacar:

(...) desde os primórdios da humanidade pessoas nasceram ou adquiriram alguma deficiência ou limitação que as impediram de realizar suas atividades diárias de forma autônoma. De maneira perversa, essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou “coitadinhas”. (NEGREIROS, 2014 p.13)

Ainda em relação a este período Vieira e Pereira (2003, p.17) afirmam:

Na antiguidade clássica as pessoas com deficiência foram consideradas posses de demônios e de maus espíritos. [...]. Os modelos econômicos, sociais e culturais impuseram às pessoas com deficiência uma inadaptação geradora de ignorância, preconceitos e tabus que, ao longo dos séculos e séculos, alimentaram os mitos populares da perigosidade das pessoas com deficiência mental e do seu caráter demoníaco, determinando atitudes de rejeição, medo e vergonha. (Vieira e Pereira, 2003 p.17)

Pode-se observar que o desconhecimento da sociedade concernente às questões das deficiências, ocasionava, em uma época sem separação de Direito, Moral e Religião, a crença de que as pessoas com deficiência eram posses por espíritos demoníacos. Este foi um fator que gerou ainda mais repugnância e afastamento destas pessoas em relação à coletividade.

Além de que constitui o modelo de prescindência, segundo a doutrina de Agustina Palacios em sua obra *El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad*:

(...) o primeiro modelo – de **prescindência** – supõe que a causa que origina a deficiência tem um motivo religioso. Diante desse paradigma, as pessoas com deficiência são consideradas desnecessárias por diferentes razões: não contribuem com a comunidade, guardam mensagens diabólicas e são consequência da raiva dos deuses. Portanto, suas vidas não merecem ser vividas. Em decorrência dessas premissas, a sociedade prescinde das pessoas com deficiência por meio de políticas eugênicas ou confinando-as em espaços destinados aos “anormais”. (RIBEIRO, Valéria Cristina Gomes, “Pessoas com deficiência: uma questão de direitos humanos”, maio de 2018)

Dessa forma, as pessoas com deficiência eram entendidas como prescindíveis. Isso porque, segundo o pensamento vigente à época, estas não contribuíam para a comunidade, eram consequência da raiva dos deuses, e, ainda, portadoras de mensagens diabólicas. Em razão disso, portanto, passaram a ocupar um espaço destinado aos denominados anormais.

Ademais, a título de exemplificação, pode-se constatar que na região da Grécia, Platão menciona em *A República*, livro IV, 460 c:

Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém (GUGEL, 2007, p. 63)

Assim, tendo como fundamento o planejamento das cidades, as pessoas disformes, ou seja, aquelas as quais segundo o significado do adjetivo são deformadas, ou, fogem de um padrão, deveriam ser eliminadas.

Além disso, a visão excludente e preconceituosa foi, até mesmo, positivada em vias normativas da época. Como exemplo, o Código indiano de Manu (1.500 a.C), o qual possui como parte integrante o artigo 612: “os eunucos, os homens degradados, os cegos, surdos de nascimento, os loucos, idiotas, mudos e estropiados, não serão admitidos a herdar”. Dessa forma, portanto, os indivíduos com deficiência eram lesados em seu direito de suceder, de forma a revelar com nitidez a predominância da discriminação.

À vista disso, no contexto da Antiguidade e da Alta Idade Média, a sociedade sustentou-se com base em pensamentos que afastaram as pessoas com deficiência do cenário principal, e como resultado, tais passaram a compor uma parcela prejudicada em sentidos variados, como alguns supracitados, além de ter sido um tempo obscuro no que tange à consagração dos direitos fundamentais e inerentes a elas.

3. Os Direitos Humanos e as Pessoas com Deficiência

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, aqueles que foram para os campos guerrear retornaram, em muitos casos, possuindo mutilações e, passaram a portar uma série de deficiências. Este fator requereu expressiva preocupação, o que corroborou e conteve plausível relevância na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ressalte-se que Antonio-Enrique Pérez Luño define direitos humanos como:

[...] um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretiza as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos nos âmbitos nacional e internacional. (PERES LUÑO, 1995, p. 48)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, consagrou direitos inerentes a todos os indivíduos, independente de nacionalidade, sexo, idade, raça, credo ou condição pessoal e social.

Com isso, foi atribuído maior valor à dignidade da pessoa humana, incorporando-se às constituições democráticas, seja como norma ou princípio, de maneira a possuir função precípua na garantia dos direitos humanos e fundamentais das parcelas especificadas da população, como por exemplo a pessoa com deficiência.

Nesse contexto, no Brasil foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que expressamente consagra como fundamentos da República a dignidade da pessoa humana no rol de seus princípios fundamentais.

Os direitos humanos pertencem, sem distinção, a todos os indivíduos, em virtude de sua própria natureza, ou seja, a condição humana e sua dignidade possuem significado estritamente conjunto.

Portanto, em relação ao exposto, afirma Flavia Piovesan:

A condição humana é requisito único e exclusivo, reitere-se, para a titularidade de direitos. Isto porque todo ser humano tem uma dignidade que lhe é inerente, sendo incondicionada, não dependendo de qualquer outro critério, senão ser humano. O valor da dignidade humana se projeta, assim, por todo o sistema internacional de proteção. Todos os tratados internacionais, ainda que assumam a roupagem do positivismo jurídico, incorporam o valor da dignidade humana. (PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, o princípio da dignidade humana e a Constituição brasileira de 1988. In: Revista dos Tribunais, v. 833, ano 94, p. 41-53, São Paulo: RT, 2005. p. 43)

Além disso, entre outras características, os direitos que resguardam a dignidade do ser humano são inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis. Diante do tema, já sustentava Emmanuel Kant em sua obra “fundamentos da metafísica dos costumes”, escrito em 1785: “[...] a cada pessoa não é conferido o poder de dispô-los, sob pena de reduzir sua condição humana; todas as demais pessoas devem abster-se de violá-los.”

4. Convenção Sobre as Pessoas com Deficiência e sua concretude no ordenamento jurídico brasileiro

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, houveram Declarações e Convenções versando especificamente sobre os direitos das pessoas com deficiência. Diante desse cenário, houve a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual assegura direitos àqueles que possuem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, sensorial, e, portanto, têm em razão de barreiras, a obstrução de sua participação na sociedade de forma plena, efetiva e em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para além de seu significado histórico e do aporte de sua relevância jurídica, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CPCD), instituída na legislação brasileira através do Decreto 6.949 de 2009, após o trâmite no Congresso Nacional e a aprovação por maioria absoluta nas duas casas legislativas, mais que estabelecer princípios e parâmetros legais ou atender a um elenco de demandas de um determinado grupo de pessoas, compete em uma série de desafios sociais que amarram definitivamente sujeitos e instituições em torno a um modelo de convívio social que vai se descortinando aos poucos no Brasil do início deste século. Este ethos que passa a constituir-se não se realiza através da imposição de um determinado modo de vida sobre outro e nem adquire sentido social a partir do exclusivo desejo político do Estado, mas, principalmente, pela permeabilidade cultural que o convívio social tem permitido nas democracias contemporâneas e pela intensa busca empreendida por segmentos sociais outrora marginalizados em torno à sua emancipação e inclusão social. Na medida em que o sentimento social passa a adquirir a capacidade de introjetar valores compreensivos em relação a pessoas e grupos até há pouco estigmatizados e a estrutura social garante normas que afirmam direitos comuns, a engrenagem social passa a mover-se com base em outro tipo de substrato, um que lhe permita a valoração do sujeito, qualquer que seja ele, no pleno exercício de seus direitos humanos fundamentais. (CARVALHO e ALMEIDA: Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 12, p. 77-86, fev. 2012.)

Assim, sob esta perspectiva, a Convenção instituiu como propósito em seu artigo 1º: [...] promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Para além, o artigo 3º da referida, propõe entre suas diretrizes principiológicas, a não-discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade,

e, em conjunto com estas, a acessibilidade e igualdade de oportunidades. Desta feita, afirmou George Salomão Leite (2012, p. 60): “a dignidade humana é norma, e como tal deverá ser respeitada! A pessoa com deficiência é um ser humano, e como tal deve ser respeitada!”.

Nesse seguimento, Lúcio Carvalho e Patrícia Almeida, com a publicação do artigo Direitos e pessoas com deficiência: da exclusão à inclusão, da proteção à promoção, ressaltam:

Avançar na implementação dos direitos das pessoas com deficiência tendo por base os princípios e finalidades da CPCD requer que se observem, portanto, dois critérios fundamentais: o indivíduo deve ser considerado como sujeito pleno de direitos e receber o apoio social necessário ao desenvolvimento e manutenção desse status; seus direitos devem ser respeitados e, verificadas condições precárias de sua efetivação, garantidos pelas instâncias jurídicas cabíveis e promovidos pelo Estado e pela sociedade civil. Além disso, sua dignidade não deve ser objeto de culpabilização, vulnerabilização, vitimização ou exploração indevida, mas tomada como um valor social a providenciar-se e compartilhar-se em e sob todos os aspectos. (CARVALHO e ALMEIDA: Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 12, p. 77-86, fev. 2012.)

No tocante aos Estados signatários, conforme consta em seu artigo 4º, os mesmos terão que se comprometer a levar em conta, em todos os programas e políticas, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, de modo a assegurá-las o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência, devendo adotar diversas medidas políticas e judiciais para garantir esses direitos, tais como as legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, imprescindíveis para a realização dos direitos reconhecidos na Convenção.

O Brasil assinou a Convenção e o seu Protocolo Facultativo em 30 de março de 2007, cuja ratificação ocorreu em 09 de junho de 2008 pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo 186:

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica aprovado, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem a referida Convenção e seu Protocolo Facultativo, bem como quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL. Decreto Legislativo 186, 09 de junho de 2008)

Além de que, a promulgação desse documento verificou-se por meio do Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação dos referidos atos junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 1o de agosto de 2008; Considerando que os atos internacionais em apreço entraram em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, em 31 de agosto de 2008; DECRETA: Art. 1o A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém. Art. 2o São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos diplomas internacionais ou que acarretem

encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009)

É considerável constatar que foi a primeira Convenção Internacional com equivalência de emenda à constituição, por mérito do artigo 5º, § 3º do texto constitucional de 1988:

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL. Art. 5º, §3º, CF/88)

Como analisado, este dispositivo constitucional confere aos tratados internacionais de direitos humanos, aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, hierarquia constitucional. Tem-se ainda, que o acréscimo do parágrafo mencionado à Constituição Federal foi oriundo da Emenda Constitucional número 45 de 2004.

5. Análise do Projeto Calçada Cidadã na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim - ES

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim - ES, em seu PDM (Plano Diretor Municipal), possui o Anexo XVII, em que está disposto o projeto da Calçada Cidadã, de autoria da Prefeitura Municipal de Vitória. Este, apresenta o denominado “desenho universal”, o que outrora fora chamado de “desenho livre de barreiras”, tendo em vista o objetivo de eliminar as barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios, equipamentos e áreas urbanas.

O desenho universal foi criado em Washington, nos Estados Unidos, no ano de 1963, por meio de uma comissão. Passou-se a considerar, portanto, a diversidade humana, e não apenas os projetos de arquitetura em sentido estrito, o que colaborou para a acessibilidade e respeito às diferenças.

Sobre a diretriz do projeto Calçada Cidadã ressalta-se o que fora descrito como suas metas:

Acomodar amplamente as diferenças antropométricas, ou seja, permitir que pessoas de diversos padrões - adultos, crianças, idosos, ou em diferentes situações - possam interagir sem restrições com o ambiente projetado. Significa estar atento a limites físicos e sensoriais impostos a pessoas mais baixas, mais altas ou em cadeiras de rodas, por exemplo, que tenham assim a ação e o alcance comprometidos. Na concepção de projetos urbanísticos, assim como no desenho do mobiliário urbano, é importante considerar as diferentes potencialidades e principalmente as limitações humanas. Existem alguns padrões, apresentados a seguir, que são adotados para atender a essa diversidade. Alguns casos específicos, porém, devem ser analisados de maneira particular. Mais importante do que romper barreiras físicas é derrubar as barreiras do preconceito. Ter atitude é fundamental. A omissão é a maior deficiência. Adequar ambientes e produtos para que sejam mais compreensíveis, prevendo as necessidades de pessoas com perdas visuais e auditivas e criando soluções especiais por meio de cores vibrantes, sinais táteis e sonoros. Integrar produtos e ambientes para que sejam concebidos como sistemas e não como partes isoladas. (PDM de Cachoeiro de Itapemirim, anexo XVII)

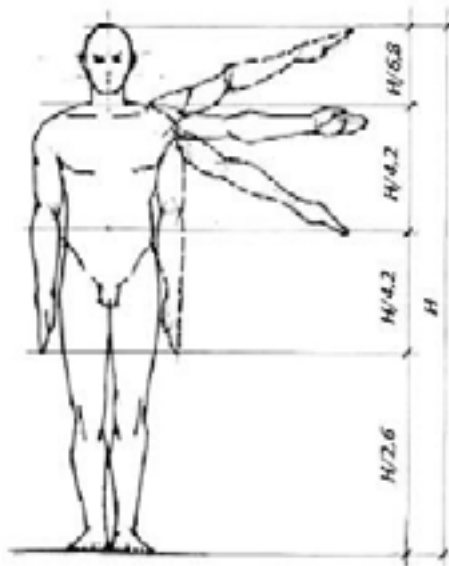
Diante do supracitado, observa-se que o projeto preconiza a realidade de um ambiente acessível a todas as pessoas, sem distinção de porte físico ou limitações sensoriais. Ademais, salienta que deve estar atento, também, aos instrumentos utilizados como auxílio para a locomoção, por exemplo, as cadeiras de rodas.

Não dispõe apenas sobre as barreiras físicas, mas abrange a luta contra as dificuldades oriundas do preconceito ainda existente. Isso, conseqüentemente, no sentido de que é importante a sociedade se revestir de atitude, visto que a omissão, segundo o texto citado, é a maior deficiência.

Ainda, torna-se significativo citar que, segundo expõe o referido documento, “a calçada ideal é uma calçada bem conservada, na qual as pessoas podem caminhar com segurança, em um percurso livre de obstáculos e de forma compartilhada com os diversos usos e serviços de seu interesse”.

O Anexo XVII, do PDM (Plano Diretor Municipal), também apresenta a diferença técnica entre o que é intitulado como homem padrão e a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Acerca do homem padrão, o referido documento expõe:



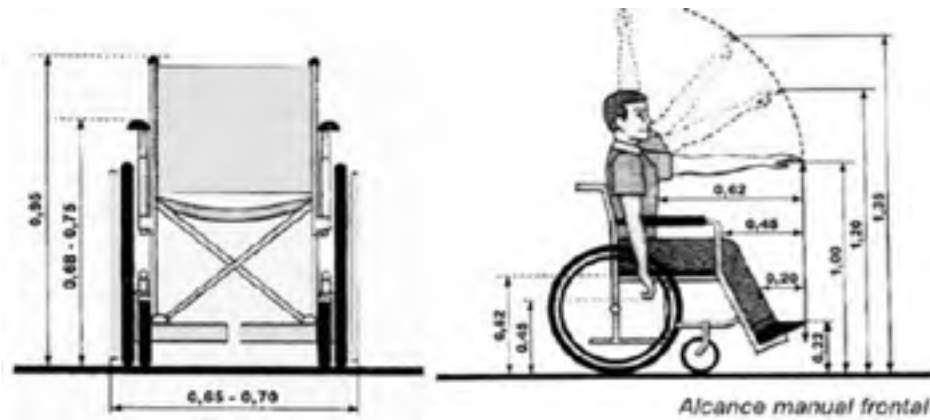
Fonte: (PDM de Cachoeiro de Itapemirim, anexo XVII)

Os estudos sobre o dimensionamento do corpo humano indicam as proporções básicas de um homem padrão. Elas são utilizadas como referências da escala humana em projetos arquitetônicos e urbanísticos.

No que tange ao desenho apresentado, o homem padrão foi dividido em quatro partes, conforme suas proporções. A letra “H” refere-se à altura total do indivíduo, sendo a fração, portanto, uma parte do corpo.

Já no que diz respeito às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estas se movem, em geral, com a ajuda de equipamentos auxiliares: bengalas, muletas, andadores, cadeiras de rodas ou mesmo com o apoio de cães-guia, especialmente treinados. Deste modo, ao se planejar uma área de circulação, tais equipamentos devem ser considerados.

Em razão disso, constata-se as dimensões básicas - devem ser usadas como referências em projetos arquitetônicos e urbanísticos - da cadeira de rodas em metros, quais sejam:



Fonte: (PDM de Cachoeiro de Itapemirim, anexo XVII)

Nesse contexto, no que se refere às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida, estas foram mostradas da forma a seguir exposta:



Fonte: (PDM de Cachoeiro de Itapemirim, anexo XVII)

Ademais, o município deve elaborar o Plano de Mobilidade Urbana, a fim de que seja observada a Lei Federal 12.587/12, a qual dispõe:

Art. 1º. A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município. Art. 4o. Para os fins desta Lei, considera-se: III - acessibilidade: facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor; (BRASIL, Lei Federal 12.587 de 2012)

Diante da perspectiva legal apresentada, os municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes – caso em que se enquadra Cachoeiro de Itapemirim (IBGE 1016) –, são possuidores desta incumbência, conforme insta o artigo 24, §1º, da referida Lei Federal:

Art. 24. O Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes desta Lei, bem como: § 1º. Em Municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, à elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido. (BRASIL, Lei Federal 12.587 de 2012)

Nesse seguimento, fora realizada entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Urbano de Cachoeiro de Itapemirim – ES, qual seja, Ronei Santos Petri, tendo em vista que o Plano de Mobilidade Urbana, que abrange a acessibilidade, encontra-se em desenvolvimento.

No que diz respeito à entrevista, portanto, foram pontuadas questões pertinentes à acessibilidade. Isto posto, fora perguntado ao Secretário se haveria um projeto específico versando sobre as calçadas da cidade, e, este, em resposta afirmou que a mobilidade urbana é feita com base na acessibilidade e no desenho universal. Quanto às calçadas, já existe o projeto “calçada cidadã”, que está integrado ao PDM e prevê o conforto dos pedestres, de forma a englobar as pessoas que possuem limitações ou necessidades especiais.

Outrossim, foi solicitado ao Secretário que expusesse se há dificuldades geográficas encontradas na localidade para a execução dos delineamentos abarcadores da acessibilidade. Dessa forma, explicitou que Cachoeiro é uma cidade que cresceu sem um planejamento adequado, além de que não é cartesiana, e possui diversos desafios. Porém, o bom planejamento possivelmente se adequará à realidade municipal nos melhores moldes.

Ainda, foram realizadas observações pelo Secretário. O mesmo mencionou que uma das principais ferramentas de mobilidade urbana é o PDM, que está sendo revisto no município, cuja previsão de entrega é de 18 meses. Além disso, esclareceu que o Plano de Mobilidade Urbana foi patrocinado pelo governo estadual, com base em um estudo realizado no ano de 2016. E, o que atualmente está sendo feito possui fundamento naquele, concomitantemente com atualizações conforme as mudanças em decorrência da dinâmica da cidade no decurso do tempo.

6. Exemplos de calçadas pertencentes a Cachoeiro de Itapemirim – ES



(Centro, Cachoeiro de Itapemirim – ES)



(Centro, Cachoeiro de Itapemirim – ES)

Conforme apresentado nas imagens, os dois exemplos possuem obstruções de passagens para pedestres, assim, não constitui um percurso livre de obstáculos e, por conseguinte, diverge do projeto ora mencionado.

Devido à presente circunstância, as pessoas com deficiência ou limitações temporárias são significativamente prejudicadas e tolhidas em seus direitos, como por exemplo, o da autonomia e dignidade. Em razão disso, as calçadas explanadas não garantem um ambiente acessível a todas as pessoas, revelando a não consumação da proposta.

7. Considerações Finais

A questão da acessibilidade em relação às pessoas com deficiência, como pode-se observar, possui uma evolução histórica até a contemporaneidade. Essas pessoas enfrentam desafios desde os primórdios da sociedade, em que o ser um humano com deficiência era visto sob uma perspectiva na qual direito, moral e religião se difundiam, além de que o preconceito e a rejeição eram instalados nas entranhas sociais.

Todavia, em 1948, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, houve a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que inspirou as constituições cidadãs e atribuiu maior valor ao ser humano, afirmando ser os seus direitos fundamentais baseados em características como: inalienabilidade, imprescritibilidade e indisponibilidade. Dessa forma, foi estabelecido que o único requisito para ser detentor destes direitos é a condição de ser humano, o que acabou por abalar os paradigmas anteriores, diante dos quais as pessoas com deficiência eram consideradas detentoras de menos direitos quando comparadas ao ser humano denominado padrão.

A Convenção Sobre as Pessoas com Deficiência, portanto, teve como propósito assegurar a independência, autonomia e igualdade de condições para àqueles que possuem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, sensorial. Além disso, restou analisado que foi o primeiro Tratado Internacional com equivalência às Emendas Constitucionais.

Ademais, evidenciou-se na pesquisa os mecanismos municipais para que haja a concretude efetiva das Convenções e Tratados Internacionais sobre os direitos tocantes aos que possuem deficiência, com ênfase na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. À vista disso, o projeto “calçada cidadã” possui relevância à solidificação da acessibilidade – muito embora tenha sido verificado que atualmente há o desempenho deste de forma plena e satisfatória –, e do mesmo modo, as diretrizes apontadas pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano da localidade mencionada, para o novo Plano de Mobilidade Urbana, cuja elaboração está em processo, com observância à Lei Federal 12.587, de 2012.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Decreto Legislativo 186, 09 de junho de 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

BRASIL, Lei Federal 12.587 de 2012.

CARVALHO e ALMEIDA: Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 12, p. 77-86, fev. 2012.

CONVENÇÃO Sobre as Pessoas com Deficiência = CONVENTION on the Rights of Persons with Disabilities. 2006.

FILHO, Luciano Dantas Sampaio. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: sua concretude no ordenamento jurídico brasileiro. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5321, 25 jan.2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/37069>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

GUGEL, Maria Aparecida Gugel. Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014.

PERES LUÑO, António. Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución. 5ª Ed., Madrid: Tecnos, 1995.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, o princípio da dignidade humana e a Constituição brasileira de 1988. In: Revista dos Tribunais, v. 833, ano 94, p. 41-53, São Paulo: RT, 2005. p. 43.

PETRI, Ronei Santos. Cachoeiro de Itapemirim – ES. 2018. Entrevista concedida a M. da Silva Oppenheimer.

VIEIRA, Fernando David; PEREIRA, Mário do Carmo. “Se Houvera quem me ensinara...” – A Educação de pessoas com Deficiência Mental. 2º ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação. Gráfica de Coimbra, Lda: Setembro, 2003.

A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PROMOVIDA PELA ARTE NA VIDA DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO AOS EXCEPCIONAIS (APOE), EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA CASTRO

*Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia
Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
mariacastro.uff@hotmail.com*

BIANCA GOMES DA SILVA MUylaERT MONTEIRO DE CASTRO

*Doutoranda do Programa de Pós Graduação em
Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
biamonteirodecastro@hotmail.com*

SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL

*Professora dos Programas de Pós Graduação em Políticas Sociais e
Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
shirlenacsa@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho, mediante revisão bibliográfica e trabalho de campo na Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais, localizada em Campos dos Goytacazes - RJ, vai tratar dos desafios do Serviço Social na inclusão de pessoas com deficiência, considerando suas famílias nesse processo, mostrando como o assistente social pode atuar para promover mudanças sociais através de novas práticas, experiências e de projetos de intervenção como o "Projeto Casinha". Pretende-se demonstrar que o assistente social, pode proporcionar a autonomia e o resgate da confiança e da autoestima de pessoas com deficiência e de suas famílias mediante capacitação e realização de oficinas de artesanatos em momentos de espera. Assim, objetiva-se refletir sobre a transformação social promovida pela arte na vida das famílias de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Serviço Social; Inclusão; Pessoa com deficiência; Arte.

ABSTRACT

The present work, through a bibliographical review and fieldwork in the Association of Protection and Guidance for Exceptional People, located in Campos dos Goytacazes - RJ, will address the challenges of Social Work in the inclusion of people with disabilities, considering their families in this process, showing how the social worker can act to promote social change through new practices, experiences and intervention projects such as the "Casinha Project". It is intended to demonstrate that the social worker can provide the autonomy and the recovery of the confidence and self-esteem of disabled people and their families through training and holding workshops of handicrafts in moments of waiting. Thus, it aims to reflect on the social transformation promoted by art in the lives of families of people with disabilities.

Keywords: Social Service; Inclusion; Disabled person; Art.

INTRODUÇÃO

O trabalho profissional dos assistentes sociais na Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais (APOE) é permeado de desafios, em que profissionais do Serviço Social têm tentado superar seus limites, expostos no atendimento a seus usuários e suas demandas, visando melhorar cada vez mais o atendimento prestado aos mesmos e aos seus familiares.

Por ser uma profissão que está inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, o assistente social, muitas das vezes, se vê no enfrentamento da burocratização institucional e também estatal, o que pode dificultar uma ação mais democrática e justa da atuação do profissional do Serviço Social.

Os assistentes sociais na instituição pautam seu trabalho tendo como direções: o Código de Ética do (a) Assistente Social, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a lei da Pessoa com Deficiência, priorizando a efetivação dos direitos, a socialização de informações e a inserção dos usuários, e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que tem função proteger, inserir, prevenir integrar e incluir a população de baixa renda.

O Serviço Social vem requerendo cada vez mais da instituição, autonomia profissional e condições necessárias para trabalhar com seus usuários e suas famílias, numa perspectiva menos assistencialista, voltando-se então para o exercício de um trabalho que esteja realmente voltado para a busca da autonomia e da tomada de consciência dos direitos dessas pessoas.

É nessa perspectiva que o Serviço Social tem procurado levar os seus usuários a buscarem caminho, abrindo espaços, em que possam ser colocadas em práticas, mesmo que de início essas formas de atuação pareçam impossíveis de serem conseguidas.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA APOE

Para realizar seu trabalho de real inclusão, o Serviço Social passou a consultar também as famílias das pessoas com deficiência. E uma das estratégias tem sido a elaboração de projetos com o intuito de aproximação entre direção e mães, como um desafio a mais para o Serviço Social, engajados em suas novas formas de atuação e que vem tentando dialogar junto à direção à favor dos seus usuários.

Um desses projetos é o chamado “Projeto Casinha”, que é realizado com o grupo de mães e/ou outros familiares dos alunos da APOE e, originou-se da necessidade de fazer um acompanhamento as mães que eram atendidas frequentemente no setor, visto que as mesmas colocam muitas queixas afins e demonstravam certa angústia no tratamento de suas necessidades. O atendimento individual era bom e se fazia necessário, mas não colocavam frente a frente, aqueles indivíduos que, apresentando problemas comuns, poderiam discuti-los e então encontrar, mutuamente, soluções para os mesmos, ao expô-los em coletivo.

Outro trabalho realizado pelo Serviço Social é o acompanhamento destes alunos dentro da instituição e também em outras para as quais eles são transferidos para prosseguirem seus estudos. Os alunos da APOE, quando apresentam condições cognitivas e psicossociais para tal, e após passaram por uma avaliação multidisciplinar, são transferidos para outros estabelecimentos de ensino, onde irão continuar os seus estudos na rede regular de ensino, sendo acompanhados pelo Serviço Social. Não podemos deixar de citar que muitas dessas escolas regulares não estão preparadas para receber esses alunos com deficiência. Durante o ano letivo o Serviço Social acompanha os professores sistematicamente na instituição com relação a problemas dos alunos e familiares.

“PROJETO CASINHA” - SALA DE ESPERA: UM ESPAÇO ALTERNATIVO DE INTERVENÇÃO

Inicialmente, a APOE disponibilizava um espaço para que as mães aguardassem seus filhos, sem a intervenção de profissionais. Em 2013, a sala de espera - “Projeto Casinha” foi desenvolvida pelo setor de Serviço Social, através de encontros semanais, buscando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com o objetivo de discutir e apresentar diversos assuntos sobre as deficiências, possibilitando uma politização e esclarecendo a importância da participação coletiva nos diversos espaços e acessos a benefícios, mobilizar os familiares para que participem nas diferentes etapas do processo de aprendizado, escolaridade e inclusão, recebimento de bolsas de alimentos, atividades artesanais, dinâmicas de grupo, promover a integração das mães com a instituição, em conjunto com a psicologia e atualmente com a participação da coordenação do curso de extensão de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dentre as mães que frequentam semanalmente a instituição e residem em distritos e bairros mais afastados, como por exemplo Dores de Macabú, Travessão de Campos, Sapucaia, Três Vendas, Donana, Tócos, Guarus etc., aproximadamente cinquenta (50) delas, devido a dificuldade de transporte, aguardam na instituição o tempo em que os seus filhos estão com atividades em dias alternados.

Essas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, são marcadas por várias necessidades e acabam se sentindo sobrecarregadas e excluídas. Nesse sentido, o Serviço Social tem sido um espaço privilegiado de escuta dessas famílias, cuja interação implica na busca de alternativas propícias para o fortalecimento dos laços familiares e sociais. Esta escuta é primordial para que se possa destacar o desconhecimento sobre a deficiência, o despreparo da família para o cuidado essencial desta criança, noções de higiene, sexualidade, alimentação entre outros.

Neste sentido, é que a Sala de Espera se destaca enquanto espaço de atuação do assistente social. Segundo Ivancko (2004, p.81), “o espaço sala de espera é fundamental no sentido de dar um acolhimento geral, suporte esclarecimento, amenizar a ansiedade, a depressão o medo. E aliviar a espera.”

Assistir, o grupo em sala de espera é uma abordagem importante devido a sua perspectiva compreensiva e interativa, na qual propõe e oportuniza, um espaço de escuta, porém, não basta um assistente social que somente ouça, mesmo que esteja atento ao que o usuário está expondo:

Com efeito, querendo ou não, o assistente social diferencia-se do ouvido da ‘comadre’, do amigo, sendo um ouvido profissional, culturalmente importante. Os segmentos populares com os quais trabalhamos, no seu sofrimento, necessitam desse espaço também como um ouvido atento, profissional de qualidade (VASCONCELOS, 1997, p.157).

Conforme a mesma autora, o assistente social tem uma presença forte junto aos usuários. Este profissional tem a responsabilidade e atribuição de criar condições e espaços para que os usuários se voltem sobre a sua realidade, “[...] na busca de seu desvendamento, conhecimento, percepção compreensão, interpretação, ou seja, na busca de sua essência” (VASCONCELOS, 1997, p.157-158).

As oficinas de artesanato utilizadas como estratégia de intervenção do assistente social e desenvolvida pelas mães no “Projeto Casinha”, são realizadas dentro de uma sala de espera, trata-se de um campo socializador, inicialmente como forma de ocupar o tempo em que aquelas

mulheres esperam seus filhos. Essa dinâmica proporciona um espaço de diálogo em que, além da troca de experiências de vida, as dificuldades e problemas enfrentados são apresentados.

Por conta da importante participação da mãe como principal cuidadora, nela se concentra a maior responsabilidade pela tomada de decisões sobre quais os serviços e como deve buscar as linhas de apoio para o filho com deficiência. Desta forma, é possível deduzir que quanto maior a qualificação das mães, qualificação aqui entendida como acesso a informação, conhecimentos, habilidades, capacidades e apoios, mais qualificadas também serão as suas decisões.

Para além de um encontro entre as mães para o ensinamento de técnicas que elas poderão utilizar para sua autonomia e “superação da situação de subalternidade e a estigmatização vinculadas à exclusão socioeconômica e sociocultural” (KAUCHAKJE, 2008, p.109), temos também como finalidade promover um diálogo reflexivo acerca das problemáticas enfrentadas por elas, mobilizá-las para que possam através da participação social reivindicar acesso aos bens e serviços relativos à ampliação de direitos, tratamentos, recursos, programas e projetos voltados para as pessoas com deficiência, ou seja, buscam-se mudanças coletivas e/ou construção, experiências e vivências de novas relações sociais sob bases democráticas, onde fluam informações, conhecimentos e experiências necessários à busca de realização dos direitos sociais. (VASCONCELOS, 2000, p.128).

Nesse sentido, estamos considerando que o processo educativo familiar deve ser adequado para possibilitar à criança o sucesso em seu desenvolvimento. A adequação desse processo compreende o atendimento às necessidades da criança quanto a presença dos pais compartilhando suas experiências e sentimentos, orientação firme quanto aos comportamentos mais adequados, possibilidades de escolhas, certa autonomia nas suas ações, organização da sua rotina, oportunidade constante de aprendizagem, respeito e valorização como pessoa.

Cavalcante descreve esse sentimento:

como algo mútuo, interpessoal e compartilhado na maneira como os filhos se sentem ‘pertencendo’ e vice-versa. O mundo é então desenhado e recortado pela ótica dos sentimentos da intimidade familiar. É um sentimento que está articulado ao que o ‘outro significa para mim’ e ao que ‘eu significo para o outro’. Esse sentimento pode se alargar e expandir para incluir os pais, os irmãos, membros da família, amigos e outros relacionamentos que venham a se tornar importantes (2003, p.26).

A autonomia e a independência da criança com deficiência serão constituídas a partir das suas interações sociais e, principalmente, a partir de interações que sejam favorecedoras dessa autonomia e independência.

Concordamos que as famílias precisam ser orientadas quanto à maneira mais adequada de estimular o desenvolvimento de suas crianças e cuidar da sua saúde física, mas elas devem, sobretudo, ser orientadas sobre como estabelecer relações saudáveis com a criança com deficiência, mantendo equilíbrio do grupo familiar.

Dada a importância do ambiente para o desenvolvimento da criança, tanto ‘normal’ quanto “com deficiência”, no que se refere à organização de suas atividades de vida diária e ao processo de estimulação. Torna-se fundamental compreender como o ambiente influencia o desenvolvimento das crianças, principalmente daquelas que apresentam algum tipo de deficiência.

Há um acompanhamento e orientação do Serviço Social e da Psicologia juntamente com a instituição para dar suporte profissional as ações do espaço ocupado, colaborando com um olhar amplo para a família e a comunidade em que ela está inserida, visando fortalecer

vínculos, elevação da autoestima, criando alternativas para complementação da renda familiar e desenvolvendo o potencial de trabalho dessas famílias.

É essencial para o profissional do Serviço Social conhecer a realidade dos usuários nas suas reais demandas e as mediações existentes em suas relações para que possa, de forma eficaz e, responder as necessidades de seus usuários. Faz-se importante para o assistente social também apreender as expressões, falas e as necessidades ocultas das mães nos encontros.

Por meio do “Projeto Casinha” as mães foram desenvolvendo suas habilidades, na medida em que os membros do grupo não tinham praticamente nenhuma experiência na confecção do artesanato. Obviamente, algumas tem se sobressaído no aspecto criativo e com capacidade interna de inovação.

Partimos também da compreensão que o assistente social precisa ter a perspectiva de que é preciso articular mecanismos para que o usuário desenvolva suas potencialidades para que possa por si próprio prover suas necessidades básicas, despertando-o para novas possibilidades de crescimento e a criação de oportunidades e a complementação da renda deve ser estimulada entre as famílias vulneráveis socialmente, que buscam a conquista da autonomia.

O Serviço Social tem se deparado na atualidade com muitos desafios, sobretudo no que diz respeito às transformações do mundo do trabalho e nas novas manifestações da questão social. Tais transformações são decorrentes de novas formas produtivas pautadas na flexibilização do mercado e na globalização da economia.

Surgindo neste cenário, consequências como, cortes e redução dos direitos sociais, o desemprego, o subemprego, a pauperização e a exclusão social, que assumem grandes proporções, trazendo ao Serviço Social, novas demandas e a exigência de um profissional que identifique e trabalhe as mediações presentes na realidade social.

Frente às exigências impostas pelo quadro atual, o assistente social é chamado a atuar de forma criativa, rompendo com o perfil de profissional burocrático, ou seja, um profissional que articule as demandas de forma a propor ações no sentido de efetivar aos usuários seus direitos.

Não podemos deixar de explicitar que o “Projeto Casinha” tem para essas mulheres um significado especial, haja visto, que muitas delas o procuram na perspectiva de garantir suas necessidades básicas, de forma que em conjunto, possam se preparar para agir em prol dos direitos de seus filhos com deficiência em um efetivo exercício de cidadania. Além de verem neste uma possibilidade de realização profissional, na medida em que o assistente social comprometido com o projeto ético político da profissão cria “condições para a sobrevivência material das classes subalternas” (JESUS, 2005, p.61), e estabeleça um diálogo com as mães não de forma conservadora, mas sim em uma dimensão crítica e transformadora.

Paralelamente, reforçamos que apesar da pouca efetividade inicial do “Projeto Casinha”, podemos perceber a motivação que essas mulheres revelam em modificar suas vidas; muitas delas assumem a responsabilidade no sustento de seus lares e partem para a busca de alternativas e possibilidades que possam lhes proporcionar uma melhoria em suas condições de vida: estas reconhecem e vivem as dificuldades, mas não perdem a esperança jamais.

Diante do contexto histórico em que vivemos, marcado pela constante reestruturação do sistema capitalista, ampliam-se as desigualdades sociais, a exclusão social, o desemprego e com a oscilação estrutural e cíclica das oportunidades presentes em nossa sociedade, fazendo com que os trabalhadores criem alternativas de trabalho relacionadas à procura de melhores condições de vida e sobrevivência.

Iniciativas que para alguns são complexas, para as mães são ainda mais, como por exemplo, procurar trabalho que permita compatibilizar com os afazeres de mãe. A complementação da renda familiar através do artesanato no “Projeto Casinha”, apresenta-se como uma das mais viáveis alternativas de complementação para essas mulheres. Com custo de investimento relativamente baixo, o artesanato utiliza na maioria das vezes material reciclável e promovendo a inserção dessas mães em atividades produtivas.

Essa complementação é um elemento indispensável na composição de uma política de proteção ao grupo familiar. Como política social, a complementação da renda é destinada às famílias sem renda ou cuja renda tem o objetivo de garantir o mínimo necessário à sobrevivência, como também no reconhecimento da cidadania. Atualmente, vemos que muitas mulheres são responsáveis em prover o sustento de suas famílias, tendo dupla jornada de trabalho, e quando estão desempregadas se vêem sem alternativa a não ser recorrer aos programas sociais.

Segundo o IBGE, no censo de 2010, no Brasil 37% das casas brasileiras são mantidas exclusivamente por mulheres – e, naquelas em que vive um casal, em 46% dos casos são elas que ganham mais. Está claro, portanto, que as mulheres podem perfeitamente assumir a posição de mantenedoras principais. A de parceiras e corresponsáveis pelas despesas da casa elas assumiram faz tempo, junto com todas as tarefas domésticas que ainda sobram para elas.

Como o trabalho artesanal possui características que auxiliam na conciliação com os trabalhos domésticos não podemos deixar de ressaltar sua importância no trabalho doméstico, onde a mulher participa indiretamente na economia, quando auxilia na força produtiva atendendo assim aos interesses do sistema capitalista na disposição e saúde dos operários, e, atualmente, diretamente com a regulamentação do trabalho doméstico.

O artesanato pode não gerar, de fato, uma independência socioeconômica para essas mulheres, uma vez que, individualizadamente esse trabalho constitui-se como forma de complementar a renda, mas ele cria nessas mães uma expectativa, uma esperança que as faz ter motivação para enfrentar a realidade, que é composta por muitas fragilidades, tendo em vista as dificuldades enfrentadas por elas ao terem um filho com deficiência e dificuldades no âmbito familiar já que os companheiros, muitas vezes, a culpam e até mesmo as abandonam pela deficiência da criança.

Com a ausência de respostas do Estado, enquanto gestor de políticas públicas sociais, evidencia-se a necessidade de dispor de estratégias técnico-operativas. As políticas sociais, afetadas pelo modelo neoliberal, não atingem as necessidades da classe trabalhadora, continuam sendo focalista e privilegiando aos interesses e regras do mercado.

O assistente social pode utilizar a arte na elaboração de projetos e programas desenvolvendo com as comunidades, a fim de atingir não somente a autoestima dos indivíduos, mas de proporcionar quebras nos ciclos de violência, pobreza, inclusão social e potencializar a consciência crítica para que aqueles sejam ativos em suas comunidades e na sociedade como um todo.

No trabalho profissional com as famílias de pessoas com deficiência, faz-se necessário atuarmos no sentido de oferecer meios para que possam superar os muitos desafios e limites e para garantirmos que sejam atingidos por políticas públicas/sociais que viabilizem suas demandas contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

As reuniões, como um dos instrumentos utilizados pelo Serviço Social, são realizadas com a equipe fortalecendo a interdisciplinaridade e com os grupos de mães com caráter educativo e reflexivo.

A prática reflexiva tem como base a socialização da informação como instrumento de indagação e ação sobre a realidade social. O aspecto educativo aqui está direcionado para a transformação das condições geradoras dos problemas vivenciados, buscando contribuir na promoção de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, com prioridade para o trabalho com grupos sociais – o trabalho coletivo. (VASCONCELOS, 1997, p.134).

As ações destes profissionais têm uma intencionalidade ou finalidade, isto é, buscam dar respostas as demandas apresentadas. A instrumentalidade do Serviço Social é a capacidade de mobilizar ações articulando instrumentos técnico-operativos. Para Guerra (2000, p.53) [...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivam sua intencionalidade em respostas profissionais.

E, para Vasconcelos (1997, p.139), os profissionais têm o compromisso de “trazer para o espaço de trabalho o desconhecido, a informação inacessível e diferente, o saber, o conhecimento impossível de ser produzido pelos diferentes segmentos da população, exatamente pela inserção que têm na realidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa percebemos que é necessário que o trabalho do Assistente Social se revele no sentido de não apenas corresponder às demandas postas a partir da efetivação das políticas públicas, mas proporcionar aos usuários um despertar crítico, fazendo com que os mesmos se tornem conhecedores de seus direitos.

Sendo assim, é fundamental aos profissionais qualificarem suas ações, unificando as dimensões da nossa prática, para responderem com competência aos desafios postos e fazer valer o exposto no seu projeto ético-político, garantindo a consolidação da cidadania de seus usuários. Assim, a atuação do assistente social possui grande importância no trabalho com as famílias das pessoas com deficiências, tanto na execução dos programas e projetos vinculados às políticas públicas numa perspectiva de direito.

Percebemos então que é essencial o apoio familiar e que a sociedade reconheça e respeite os direitos da pessoa com deficiência. Ressaltamos que a aceitação social começa no grupo familiar, onde a criança firmará suas primeiras e mais importantes relações. Estas experiências prepararão suas relações com outras pessoas, bem como a evolução de sua personalidade, criando condições favoráveis, à sua integração nos diversos ambientes sociais onde irão viver (família, amigos, trabalho, lazer e outros).

Precisamos nos valer de todas as estratégias que possam contribuir para o desenvolvimento de processos sociais, ampliando nossas cadeias de mediação, o que pressupõe o reconhecimento de que, sem a articulação entre a realidade e a sensibilidade, não avançamos em processos que se queiram transformadores. E, por fim, que dentre estes processos, utilizar a arte, a criatividade como estratégia pedagógica é, sem dúvida, um potencial alternativo para o trabalho do assistente social.

É importante ressaltarmos que o uso da arte, ou qualquer estratégia, não pode prevalecer sobre o que é essencial, o objetivo aprofundado e problematizado para uma finalidade, caso contrário perde densidade e substância sobre aquilo que é objeto de nossa investigação ou reflexão.

Desenvolver o artesanato torna-se, um trabalho de pessoas que realizam algo com finalidades diversas, seja por uma complementação da renda familiar questões financeiras ou como forma

de ocupar o tempo. O resultado desse trabalho é considerado como arte própria, pois é fruto de sua produção e de seu conhecimento próprio. Portanto o artesanato é considerado por essas mulheres somente em seus aspectos positivos, porque ele trouxe benefícios tanto para a renda e consumo quanto para a autoestima e integração social.

Assim, vemos o Projeto Casinha sala de espera também como complementação da renda. Com outra perspectiva, onde essas mães estão caminhando e crescendo na sua visão de mundo. Procuramos contribuir para o crescimento da clientela, não só à nível de complementação da renda familiar, mas também levando a refletir sobre seus direitos no processo de construção como cidadãos, tornando-as mais participativa em relação a APOE e à realidade em que vivem.

E isso acontece no transcorrer dos encontros no Projeto e com a estimulação dos profissionais de serviço social e psicologia. O assistente social tendo um olhar crítico, uma intencionalidade no trabalho social e sendo conhecedor de seu papel contribui para que o trabalho em uma equipe interdisciplinar tenha efetividade e seja de acordo com que se propõe, a medida que, as mães conversam sobre vários assuntos, exteriorizando e verbalizando principalmente as situações ocorridas no cotidiano, tanto dela como de seus familiares, levando-as a realizar um momento de reflexão sobre os problemas vivenciados.

São experiências que, uma vez compartilhadas no grupo, ampliam os horizontes dessas mães que, dessa maneira, podem mudar suas próprias trajetórias pessoais. Assim, a experiência no coletivo torna-se uma aprendizagem que extrapola as aprendizagens do espaço doméstico. Verificamos que para essas mulheres, que além da complementação da renda familiar, é a satisfação em poder produzir, ser valorizada e reconhecida, e que são capazes também de concretizá-las.

Baseado nas competências do Serviço Social, podemos afirmar que o assistente social efetiva sua intervenção nas relações entre os homens no cotidiano da vida social por meio de uma ação de cunho sócio educativo ou socializadora de prestação de serviços e sua prática e convivência social podem construir e fazer a história da profissão, respondendo as necessidades, desvendar as refrações da questão social em todos os contextos onde ela se expressa e abordar a estratégia do Serviço Social para, através desta criar intervenções mais criativas dentro da profissão, rompendo assim, com práticas rotineiras e conservadoras e fortalecendo o projeto profissional crítico.

Dessa forma, compreendemos que o assistente social deve trabalhar junto com as famílias visando ampliar os recursos do conhecimento da criança com deficiência e promover as formas ideais de convivência mútua e o fortalecimento de vínculos entre instituição, usuários e família de forma que juntos, criem espaços, possibilidades e condições para que possam pensar a respeito das questões referentes à deficiência.

E ainda, esperamos ter demonstrado que através da arte podemos relacionar possibilidades de estratégias de intervenção do Serviço Social, pois existe uma relação entre as demandas que surgem no cotidiano da instituição e a estratégia do Serviço Social direcionada pelo seu projeto ético-político, numa relação fundamentada no valor do ser humano, das riquezas, na consciência do humano-genérico.

REFERÊNCIAS

- ANACHE, Alexandra Ayach. **O deficiente e o mercado de trabalho: com cessão ou conquista?**. Editora Pesquisa. 1994.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). **Articulação e Gestão de Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência**. Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência. 2010. Disponível em <http://issuu.com/alerj/docs/cdppd>. Acessado em em 12/11/2013 .
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS), Resolução nº 145. De 15 de outubro de 2004: **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.
- _____. Resolução nº 269 de 26 de dezembro, Norma **Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**, Brasília, 2006.
- _____. Resolução nº 109 de 11 de novembro, **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**, Brasília, 2009.
- _____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do Adolescente**, Brasília DF. Ministério da Justiça, CONANDA, 2000.
- _____. Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS**. Brasília, 2005.
- _____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1996.
- _____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- _____, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Corde, 2007.
- CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. **Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, (Coleção Antropologia & Saúde), 2003.
- CAVALCANTE, T. L. **Reflexões sobre o ensino e sua repercussão no Serviço Social** . Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.15, p.44-64, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acessado em 02/09/2014
- IVANCKO, S.M. E o tratamento se inicia na sala de espera. Em: Camon, V.A.A. (org.). **Atualidades em psicologia da saúde**. Thompson, São Paulo. 2004
- JESUS, Cristiane da Silva de. **O serviço social e as ações sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais**. Florianópolis, 2005.
- VASCONCELOS, Ana Maria de. **Serviço Social e a prática reflexiva**. In.: Em Pauta. Rio de Janeiro: UERJ. n. 10, p. 130-181, jul. 1997.
- _____, **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional**. Capacitação em Serviço Social e política social. UnB, CFESS. Centro de Educação Aberta, Continuada à distância, 2000.
- _____, E. M. **Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, v. 18, n.54, jul 1997.

A INCLUSÃO SOCIAL INTEGRADA COM A ESCOLA E O MERCADO DE TRABALHO.

GIROLLA, Mylena Desiderio

CUSC

mylenadeisderio98@gmail.com

RESUMO

O objetivo é discutir a inclusão social na contemporaneidade, começando nas escolas até o momento profissional do indivíduo, disponibilizando soluções que podem auxiliar e interferir positivamente. A barreira que a pessoa com deficiência enfrenta bem antes de buscar um emprego, é dando início aos estudos ainda criança. Consta que toda criança tem direito a educação e carência de aprendizagem, portanto, pessoas que apresentam necessidades educacionais de forma especial precisam ter possibilidade de frequentar à escola de acordo com suas dificuldades individuais. Já no mercado de trabalho, atentamos que o número de vagas para deficientes cresceu muito nos últimos anos, porém, ao obter a vaga os obstáculos começam a surgir, ter um trabalho é importante para a cidadania e as dificuldades os privam de exercer a cidadania. É por isso que o processo de inclusão deve ser abraçado por todos de uma empresa, escola e todos os cidadãos do Brasil.

Palavras-chave: Acessibilidade, inclusão, deficiências, escola, trabalho.

ABSTRACT

The objective is to discuss social inclusion in the contemporary world, starting in the schools until the professional moment of the individual, providing solutions that can help and interfere positively. The barrier that the disabled person faces well before seeking a job, is when starting the studies as a child. It is understood that every child has the right to education and lack of learning, so people with special educational needs must be able to attend school according to their individual difficulties. In the labor market, we see that the number of places for disabled people has grown a lot in the last years, but when the vacancy arises the obstacles begin to arise, having a job is important for citizenship and the difficulties deprive them of exercising citizenship. That is why the process of inclusion must be embraced by everyone of a company, school and all citizens of Brazil.

Key-words: Accessibility, inclusion, disabilities, school, work.

METODOLOGIA

A escolha do método científico para a realização da pesquisa é fundamental, pois, o método reflete a trajetória que será seguida pelo pesquisador a fim de alcançar uma resposta para as questões em foco. Sendo assim, o presente artigo baseou sua análise em pesquisa exploratória teórica, tomando por base textos, artigos científicos e informações digitais disponíveis na internet, como o site exclusivo do profissional com deficiência. Nesse sentido o trabalho utilizou metodologia do múltiplo dialético de Krohling, estabelecendo um diálogo de fontes para a tomada de conclusões dentro de um contexto social multifacetado e de diversidade.

INTRODUÇÃO

Diferentes pessoas com deficiência ou necessidades especiais são discriminadas nas sociedades em que estão. A exclusão social pode ser considerada a situação em que uma pessoa ou um grupo se encontra vulnerável em relação aos demais, ou seja, vemos que essa adversidade não surgiu nos tempos atuais. Nesse sentido, verifica-se alguns questionamentos referentes à inclusão de pessoas com insuficiência física ou mental no meio social, escolar e no mercado de trabalho, e principalmente as dificuldades que enfrentam para integrar.

A escola e o trabalho são extremamente importantes para o desenvolver da vida das pessoas. É nesses ambientes que o indivíduo aprende a ser humano, a ter respeito e ética, passa a construir relações afetivas, ter um suporte social e ser mais receptível às diferenças.

De partida, devemos considerar que o termo “inclusão” configura o ato de inserir, fazer parte de algo, e nesse caso, a inclusão social denota pertencer à sociedade e usufruir dos direitos como cidadão.

Ademais, questiona-se quais os tipos de deficiências, quais atitudes devem ser tomadas pelas instituições de ensino e pelos profissionais que atuam dentro delas, e como o mercado de trabalho deve se posicionar ao contratar um profissional que porta alguma carência especial em seu quadro de funcionários, integrando todos esses dois ambientes ao corpo social. São essas indagações que serão analisadas e respondidas no trabalho, se dividindo em partes bem estruturadas, com a finalidade de se responder às questões acima apresentadas.

DISCUSSÃO

É difícil pensarmos que pessoas são excluídas do meio social em razão das características físicas que possuem, já nascemos com essas características e não podemos, de certa forma, ser culpados por tê-las. O mundo sempre esteve fechado para mudanças em relação a essas pessoas, porém, a partir de 1981, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um decreto tornando este ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD), época em que passou-se a perceber que o portador de deficiência é também merecedor dos mesmos direitos que os outros cidadãos.

O DESENVOLVER DA INCLUSÃO SOCIAL COMEÇA NAS ESCOLAS

Segundo com a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), considera-se alunos com necessidades especiais àqueles que apresentarem necessidades próprias e distintas dos demais alunos, precisando de recursos metodológicos e pedagógicos educacionais específicos. Integram esse grupo alunos com deficiência mental, visual, auditiva, múltipla, condutas típicas e altas habilidades.

Para melhor compreendermos no âmbito escolar, a inclusão é considerada uma ação educacional humanizada que tem como objetivo a integração social de todos. O marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, assinado por 92 países, que tem como princípio fundamental: “todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem”, o intuito é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam inseridas em escolas de ensino regular, defendendo a ideia de que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar algum tipo de deficiência. Logo, essa interação acarreta um desenvolvimento conjunto.

Por meio da Declaração de Salamanca surgiu o termo “necessidades educativas especiais”, com intuito de substituir o termo “criança especial”, este anteriormente utilizado para designar uma criança com deficiência. Mas, o novo termo não engloba apenas às pessoas com deficiência, e sim, todas e quaisquer com necessidades consideradas “diferentes” e que necessitam de alguma abordagem particular por parte de instituições.

Com a Resolução n.2/2001 CNE/CEB (Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação) que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um progresso na visão da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos”.

A partir disso, passou a surgir uma excessiva dificuldade por parte das escolas em conseguirem acomodar as crianças devido à necessidade de criar as condições adequadas, pois o número de crianças com carências educativas especiais é bem menor que o número de crianças “comuns”, e como muitas escolas não eram construídas desde o início de forma apropriadas para o recebimento de qualquer pessoa, verificou-se uma das ausências de ambiente propício para a educação de valor para todos.

O local onde a criança ingressará deve ser reestruturado a ponto de tornar-se a escola uma área de fácil locomoção, não somente fazendo rampas, corrimãos, mas também providenciando cadeira de rodas extras, cadeira adequada para determinados tipos de necessidades físicas e oportunizando enfermarias, com o fim de realizar os primeiros socorros caso seja necessário.

Um outro quesito fundamental é a capacitação aos profissionais das escolas, na atualidade vemos diversas notícias negativas referentes a relação professor e aluno, acompanhar e dar aula para uma criança com carência educacional exige paciência e dedicação do educador, e é através de cursos especializados que não explicam somente como lidar com a situação, mas que ensine os tipos de deficiências, suas causas, características e comportamentos que o professor sentirá segurança em ensinar, fazendo um pouco todo os dias e tornando o seu trabalho com esses alunos algo habitual, facilitando a integração de todos ali presentes.

Muitos professores julgam-se ineptos a dar conta dessa demanda, desprovidos frente a essa realidade que decorre pela falta de material compatível, de assistência administrativa e recursos financeiros, e se o formador é treinado, instruído e incentivado a melhorar como profissional, que respeita e valoriza seus alunos e suas necessidades individuais, além das instituições se tornarem aptas a receberem esses alunos, os próprios professores se sentirão convictos para exercerem sua profissão à qualquer que seja.

Vale lembrar que uma boa organização na sala de aula também é uma forma de facilitar a inclusão, nela deve haver a presença de regras compreensíveis, tanto no respeito ao comportamento, como na forma de desempenho das tarefas e atividades, fazendo com que todo esse método de organização e trabalho passe pelo respeito mútuo, pela aceitação e entendimento das necessidades do outro, resultando em um processo aberto e dinâmico de negociação onde o aluno também se sente responsável e participante.

Autores como Stainback e Stainback (1999) afirmam que a escola é um local do qual todos fazem parte, todos são aceitos, e todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da escola. Com isso, é a partir da convivência que se aprende a viver com a diferença.

AS FORMAS ATUAIS E PLAUSÍVEIS DE INTEGRAR OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS

Podemos ver que a maioria das escolas não oferecem os equipamentos devidos para possibilitar a atividade lúdica e a aprendizagem pros alunos com necessidades especiais. Essas atividades são relevantes, pois contribuem para a formação do sujeito político e participante. Desse modo, Mazzotta e D'Antino (2011, p. 385) enfatizam que:

Dentre as disposições legais existentes em nosso país, é oportuno lembrar o Decreto Federal 3.298/99, que, além de outros dispositivos específicos relativos à cultura, ao lazer, ao esporte e ao turismo, dispõe que a pessoa com deficiência deve ser incluída em todas as iniciativas governamentais, respeitadas as suas peculiaridades. Além disso, cabe salientar que a inclusão social ocorre na vida social em algum espaço instituído ou estruturado, seja na família, na escola, no parque, na empresa ou em qualquer outra forma de organização social. A dimensão institucional existe em contexto sócio-histórico-cultural, ou seja, é com os sujeitos, embrionariamente instituídos, que as ações e relações são construídas, uma vez que a instituição social, seja qual for, não existe senão na concretude das relações humanas.

Ofertar recursos audiovisuais independentes de quais alunos possuem a necessidade e estão matriculados, é um modo de acarretar benefícios. Hoje a tecnologia é a maior colaboradora das instituições de ensino. Esse campo é conhecido como “tecnologia assistiva”, pois assiste, isto é, ajuda no acesso técnico ao conteúdo.

Existem softwares de vários tipos atendendo as necessidades específicas de cada aluno. Alguns exemplos que cooperam significativamente para o aprendizado são os tradutores simultâneos digitais para os alunos com deficiência auditiva, podendo o professor aplicar avaliações orais; as lupas, o papel pautado próprio para visão reduzida e os livros em Braille para alunos com deficiência visual, fazendo avaliações visuais. Há também os programas que propiciam que pessoas tetraplégicas utilizem o computador usando comandos de voz. Para alunos com deficiência intelectual, existem recursos pedagógicos que facilitam na aprendizagem como jogos e aplicativos. Ou seja, a tecnologia é uma ferramenta pedagógica que busca atender as necessidades de todos os alunos e ela engloba estratégias que dão mais autonomia, independência e qualidade de vida a pessoas com deficiência, incapacitados ou que portam de mobilidade reduzida.

Oferecer acompanhamento pedagógico e psicológico é um apoio indispensável tanto para o aluno em específico, quanto para os professores e pais, no objetivo de ensinar as aptidões ou comportamentos que faltam e que impedem o seu desenvolver e sua autonomia. Desse modo, o trabalho do psicólogo se fará através de uma relação saudável, fazendo com que exista uma aceitação do próprio indivíduo consigo mesmo, valorizando seus pontos positivos, e ao mesmo tempo estabelecendo limites e conscientizando-se de suas áreas de bloqueio. Com essa forma de atendimento, que não é diferente do que é feito com nenhum outro cliente, o psicólogo é capaz de aumentar a autoestima, ajudar a liberar a individualidade e também auxiliá-los em seu processo de crescimento e compreensão de seus pensamentos, sentimentos e emoções, assim como prepará-los para as atribulações que enfrentarão no decorrer de sua adaptação e inclusão na comunidade, onde certamente sofrerão preconceito e desacolhimento.

Contudo, uma escola direcionada para a educação especial conta com materiais, equipamentos e profissionais especializados. O sistema regular de ensino precisa adaptar-se, caso deseje ser inclusivo.

De um modo mais amplo no que se trata sobre a educação Nérici (1972, p. 12) afirma:

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem manifestações, sem deformações, sem sentido de formação social. Assim a ação deve coincidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar as suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade [...] a influência da família, no entanto é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nem uma outra instituição está em condição de substituí-la. [...]. A educação para ser autêntica, tem de descer a individualização, a pressão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores de suas fortalezas e aspirações. [...] o processo educativo deve conduzir a responsabilidade, liberdade, crítica e participação. Educar não como sinônimo de instruir, mas de formar, e ter consciência de seus próprios atos. De modo geral, instruir é dizer o que uma coisa é, e educar é dar o sentido moral e social do uso desta coisa.

A IMPORTÂNCIA DO MEIO FAMILIAR E SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Os pais, também possuem grande influência em parte do ensino educativo dos seus filhos. É necessário que eles se conscientizem e lembrem que a educação começa em casa, ensinando sobre como respeitar o próximo e explicando que qualquer criança que portam alguma deficiência é inteligente e capaz de desempenhar coisas semelhantes às outras. Digamos que a escola é um complemento de grande importância, mas os pais devem participar diretamente das atividades escolares com seus filhos, tanto ouvir o que a escola tem a dizer, como exigir ou sugerir modificações adequadas, pois o primeiro contato de um ser humano com outro é dentro do seu ambiente familiar.

Aliado a esse cenário escolar, encontramos a dificuldade no ponto de vista econômico e social, principalmente nos pequenos municípios, que veem o custo-benefício da acessibilidade um gasto elevado para o reduzido número de pessoas com deficiência. Além disso, a sociedade julga que pessoas com algum deficit são improdutivas e por causa disso pouco deve ser o investimento. Contudo, a maneira como esse posicionamento é feito pela coletividade dificulta a entrada na escola e no mercado de trabalho, realçando a condição desfavorecida do deficiente em relação a outras pessoas. Uma das alternativas, é promover encontros com todos os moradores e fornecer a eles informações necessárias sobre a acessibilidade nos tempos atuais, fazendo uma mobilização na comunidade que decerto trará mudanças e reflexos. É necessário quebrar o paradigma de que a deficiência é uma doença, a sociedade precisa conhecer sobre esse assunto e ser capaz de tornar o meio em que vivem um local acessível para qualquer tipo de pessoa que possui obstáculos e carece de auxílio.

A igualdade de direitos e acessibilidade em todos os âmbitos da sociedade, é predita em lei.

ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO MERCADO DE TRABALHO

Na prática são muitas as barreiras a serem vencidas a fim de que um deficiente consiga ser incluído no disputado mercado de trabalho, o preconceito nos corredores e da própria família dificultam os que buscam exercer o seu profissionalismo. Uma das maiores dificuldades para a integração da pessoa deficiente é conseguir provar a sua produtividade, a adaptação ao processo e o seu ritmo de serviço.

Segundo o presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência Física (órgão superior de deliberação colegiada, criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo,

desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social) Alexandre Carvalho, dentre os maiores obstáculos que os deficientes enfrentam, estão o preconceito por parte dos colegas de trabalho, a necessária adaptação de ambientes de trabalho, como rampas e alargamento de portas, e a dificuldade de comunicação com pessoas cegas e surdas.

Muitas das vezes o que impede a inserção do deficiente no mercado é o fato de ter que abrir mão do benefício pago pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que é destinado a quem não trabalha e tem renda de até um quarto do salário-mínimo. De acordo com Alexandre (2018):

Esse medo é natural. Porque o custo de vida de uma pessoa com deficiência é 40% mais alto que o de uma pessoa sem deficiência aparente. Então o risco de ir para o mercado de trabalho, ser demitido e ficar sem nenhum tipo de assistência assustava as pessoas.

Apesar das dificuldades, a contratação de pessoas com deficiência aumentou nos últimos anos, e como diz José Cláudio Monteiro de Brito Filho, procurador Regional do Trabalho:

Hoje em dia nós não trabalhamos com a noção de inserção, ou seja, levar os deficientes para dentro das empresas. Nós queremos também que elas tenham estabelecimentos inclusivos, que sejam capazes de receber qualquer pessoa para a prestação de serviços.

Essa é uma das mudanças necessárias que têm que ocorrer, a visão dos empreendedores não pode ser somente cumprir a Lei contratando pessoas com deficiência, não se pode tratar esse assunto como uma obrigação e sim, como uma sensibilização e oportunidade a qualquer cidadão.

Além de gerar emprego, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho contribui trazendo dignidade a esses indivíduos. Ao incluí-los, não estamos apenas concedendo um salário, mas também a brecha de se reabilitar socialmente e até psicologicamente. É certo que a atividade profissional traz consigo a interação com outras pessoas, a sensação de cidadão produtivo, de pertencer a um grupo social, sem falar que a presença de pessoas com alguma deficiência no ambiente de trabalho coopera para humanizar mais a empresa e enriquecer o ambiente com visões e experiências únicas e diversificadas.

Uma pessoa acostumada a enfrentar desafios diários por ausência de acessibilidade ou sensibilização dos cidadãos, se adequa melhor ao mundo do trabalho. Uma pessoa com deficiência está mais apta para lidar com ocorrências críticas e a resolver problemas, além de trazer uma visão diferente do comum, o que ajuda no processo de criação ou tomada de decisões. Observamos que a maior barreira para a inclusão de profissionais com deficiência ainda é atitudinal, ou seja, as relações interpessoais ainda estão bastante baseadas em estereótipos e preconceitos.

As vagas oferecidas às pessoas com insuficiência física ou intelectual são muito operacionais e pouco atraente. Os administradores das empresas ainda não cogitam incluir profissionais com deficiência em cargos estratégicos, pois tendem a acreditar que estes profissionais são menos produtivos ou geram mais custos, fazendo com que a empresa gaste mais com sua chegada, o que não é verdade. Dessa forma, não é exagero afirmar que a questão atitudinal ainda é o grande desafio. A falta de acessibilidade é reflexo da falta de cultura inclusiva. Enquanto não houver transformação na mentalidade das pessoas de que a deficiência não faz dos outros menos qualificados, menos produtivos e que não exigem muitos investimentos, não daremos um salto de qualidade no processo de inclusão. Por isso, os treinamentos devem ser constantes para que haja melhor preparação principalmente dos gestores, que são as pessoas responsáveis pela aprovação e contratação dos candidatos.

Segundo dados de 2016 do Ministério do Trabalho, 418,5 mil PCDs estavam empregadas no Brasil, número 3,8% maior do que o registrado em 2015. Esse contingente vem crescendo ano a ano, mas quem tem alguma deficiência ainda encontra muitos alvos para serem alcançados.

Para a superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) Teresa Costa d'Amaral (2018), as empresas ainda tomam a iniciativa de contratar PCDs baseadas em questões pessoais, por terem contatos com portadores de necessidades especiais ou pela obrigação legal. A lei brasileira de nº 8.213, de 24 de julho de 1991 determina que empresas com mais de 100 funcionários reservem de 2% a 5% das vagas para PCDs.

Em geral, diz Teresa (2018), que há preconceito tanto da sociedade quanto de empresas. "Muitas vezes, as empresas não enxergam essas pessoas como profissionais qualificados", argumenta. Ela costuma ouvir de empresários que faltam PCDs qualificados, mas argumenta que só no banco de currículos do IBDD, por exemplo, 1/3 dos cadastrados possuem ensino superior completo.

Necessário que haja um processo seletivo igualitário, como pensa Marco Aurélio de Barros Santos, 39 anos, um exemplo de como a inserção de PCDs não deve ser tabu. Paraplégico há 20 anos devido a um acidente automobilístico, Santos é agente em gestão de pessoas no setor de Recursos Humanos da CCR AutoBAn. Ao sofrer o acidente, poderia se aposentar, mas recusou. "Eu disse 'pode me dar alta que vou voltar a trabalhar'", lembra.

Para ele, o mercado de trabalho para portadores de deficiências tem melhorado no Brasil, apesar das dificuldades. Responsável pela contratação de pessoal para a empresa, Santos diz que a admissão é como a de qualquer outro funcionário. "A gente faz processos mistos, para não haver essa diferenciação. O deficiente participa como outro qualquer, sem ter a intenção de avaliar a deficiência. A gente avalia a questão profissional", explica. Após serem contratados, os funcionários passam por um treinamento como todos os outros para que estejam aptos a cumprir suas funções.

São programas institucionais para sensibilizar funcionários, adequações físicas e treinamentos para o exercício da nova função que farão de cada integração de pessoa com deficiência, todo o setor receber conhecimentos que os capacite saber sobre qualquer insuficiência ou necessidade especial, objetivando um relacionamento respeitável entre os colegas.

CONCLUSÃO

É certo que todo esse processo é contínuo e se feito de forma íntegra permitirá que os portadores de deficiências vivenciem seus direitos e sejam participantes do meio social, tornando a inclusão uma grande evolução na busca de atingir todas as áreas da vida humana tanto dos que sofrem com suas diferenças, quanto com os que precisam conviver.

Portanto, as mudanças são fundamentais, mas exigem impulso de todos, seja no meio social, escolar, familiar ou no trabalho, pois a escola passará a ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, evitando discriminações e intolerâncias. Capacidade todos possuem e com a ajuda de profissionais capacitados, não somente capacitados na área material, mas também sentimental, as pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiências se sentirão determinadas e habilitadas a terem uma rotina como de qualquer outro indivíduo. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e eficaz, deve haver investimento e os alunos independentes das dificuldades, devem beneficiar-se dos programas educacionais, sendo dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Tudo isso exigirá do professor uma mudança de postura, como rever sua didática e práticas pedagógicas nos processos de avaliação.

É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo todo meio social. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões inclusivas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos.

Investir na proposta de diversificação de funções e cargos que possam melhorar as relações entre os funcionários. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação. Valorização maior das metas e não dos obstáculos encontrados pelo caminho. No entanto, é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e por tanto é preciso que as pessoas estejam com o intuito de ajudar e olhar pelo próximo, para que haja uma transformação que venha a beneficiar toda e qualquer pessoa.

E aos poucos, o mundo irá se remodelar para dar-lhes maiores oportunidades.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jussara de. **"Inclusão Social"**. 2018. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>> Acesso em: 10 de outubro de 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **"Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica"**. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça. **"Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais"**. Brasília, corde, 1997.

CCR. **"Inclusão profissional traz motivação e desafios para pessoas com deficiência"**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/ccr/noticia/inclusao-profissional-traz-motivacao-e-desafios-para-pessoas-com-deficiencia.ghtml>> Acesso em: 13 de outubro de 2018.

DALL'AGNOL, Talita Cazassus. **"10 informações sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho"**. 2017. Disponível em: <<https://diariodainclusaosocial.com/2017/04/26/10-informacoes-sobre-a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho/>> Acesso em: 13 de outubro de 2018

FERRAZ, Fernanda. **"Como implementar na escola a inclusão social de crianças com deficiências"**. 2018. Disponível em: <<https://www.familia.com.br/como-implementar-na-escola-a-inclusao-social-de-criancas-com-deficiencias/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2018

GABRILLI, Mara. **"Inclusão no mercado de trabalho"**. 2015. Disponível em: <<http://blog.isocial.com.br/inclusao-no-mercado-de-trabalho/>> Acesso em: 12 de outubro de 2018

HABER, Jaques. **"A inclusão de profissionais com deficiência no mercado de trabalho"**. 2012. Disponível em: <<http://blog.isocial.com.br/a-inclusao-de-profissionais-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-um-panorama-positivo-para-uma-mudanca-necessaria/>> Acesso em: 13 de outubro de 2018

MAZZOTTA, M.J.S; D'ANTINO, M.E.F. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011.

MILBRADT, Denise de Oliveira. **“Inclusão social no mercado de trabalho”**. (2018). Disponível em: <<http://desenvolver-rs.com.br/3256/saude/inclusao-social-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em> 12 de outubro de 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994.

NÉRICI, Imídeo G. **Lar, Escola e Educação**. São Paulo: Atlas, 1972.

SILVA, Luzia Félix da. **“A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: Desafios e Superações no Ambiente de Trabalho”**. Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social: Universidade Estácio de Sá, 2015, 59 p.

SITE DEFICIENTE ONLINE. **“Mercado de trabalho, veja a realidade para deficientes”**. 2018. Disponível em: <http://www.deficienteonline.com.br/mercado-de-trabalho-veja-a-realidade-para-deficientes_news_184.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

A MATEMÁTICA APLICADA NA ACESSIBILIDADE - UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL

SCHIRLANE DOS SANTOS AGUIAR RODRIGUES

*Professora de Matemática - IFF campus Bom Jesus do Itabapoana
schirlane.rodrigues@iff.edu.br*

THIAGO MARQUES ZANON JACOMINO

*Professor de Matemática - IFF campus Bom Jesus do Itabapoana
thiago.jacomino@iff.edu.br*

LEONARDO DE OLIVEIRA MUNIZ

*Professor de Matemática - IFF campus Bom Jesus do Itabapoana
leonardo.muniz@iff.edu.br*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência em sala de aula a partir da contextualização, aplicabilidade e compreensão dos conceitos iniciais de trigonometria, abordando a acessibilidade nas salas de cinema, mais especificamente a localização de um espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas. Como fundamentação teórica é apresentada a Modelagem Matemática, que é uma metodologia de ensino que instiga a participação ativa do aluno, como abordam Bassanezi (2016), Silva (2016), Rosso (2016), Biembengut (1999), Klüber (2016), entre outros. Ao final da experiência vivenciada, foi possível determinar uma fórmula matemática para o cálculo da distância mínima necessária, a partir da tela, para localização de um espaço para pessoas em cadeira de rodas em salas de cinema, obedecendo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A partir desta experiência, concluímos que é possível desenvolver um saber matemático que promova cidadania e faça sentido para os educandos.

Palavras-chave: Acessibilidade; Cidadania; Modelagem Matemática; Ensino; Aprendizagem.

ABSTRACT

This paper aims to report an experience in a classroom based on the contextualization, applicability and understanding of the initial concepts of trigonometry, addressing the accessibility in cinemas, more specifically the location of a space reserved for people in wheelchairs. As a theoretical basis, Math Modeling is presented, which is a teaching methodology that instigates the active participation of the student, as discussed by Bassanezi (2016), Silva (2016), Rosso (2016), Biembengut (1999), Klüber (2016), among others. At the end of the experiment, it was possible to determine a mathematical formula to calculate the minimum distance required, from the screen, to locate a space for people in wheelchairs in cinemas, following the rules of the Brazilian Association of Technical Standards (rendered in Portuguese as Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)). Based on this experience, we conclude that it is possible to develop a mathematical knowledge that promotes citizenship and makes sense for learners.

Key-words: Accessibility; Citizenship; Math Modeling; Teaching; Learning.

1. Introdução

É perceptível a presença da matemática nos mais diversos campos de conhecimento. Ela faz parte do cotidiano das pessoas e se faz necessária nas diferentes atividades humanas. Contudo, muitos a veem totalmente desvinculada da realidade. Não conseguem perceber as implicações dessa disciplina no seu cotidiano, nem mesmo relacioná-la com as outras ciências. Para essas pessoas, a matemática não se faz presente em outros contextos, isto é, está em um “universo à parte” (MEYER et al., 2013, p. 24).

Diante dessa realidade, a escola tem o papel de desenvolver e disseminar diversos exemplos de aplicações do saber matemático com fim de que os alunos não a vejam como algo abstrato, distante da realidade e de difícil compreensão, mas sim que está ao alcance de todos e deve ser usado a serviço da cidadania.

Segundo Lorenzato (2010, p. 53), “a presença de aplicações da matemática nas aulas é um dos fatores que mais podem auxiliar nossos alunos a se prepararem para viver melhor sua cidadania”. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) afirmam que, para cada área de conhecimento, os objetivos do Ensino Médio devem envolver, de uma forma combinada, o desenvolvimento de saberes práticos, contextualizados, que tragam respostas às necessidades da vida contemporânea. Ainda, afirmam que “um Ensino Médio concebido para a universalização da Educação Básica precisa desenvolver o saber matemático, científico e tecnológico como condição de cidadania” (BRASIL, 2000, p.7).

Face ao desejo de tornar o ensino de matemática mais atraente e eficaz, este trabalho tem por objetivo relatar a experiência em sala de aula a partir da contextualização e compreensão dos conceitos iniciais de trigonometria, abordando a acessibilidade nas salas de cinema, mais especificamente a localização de um espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas. Ao encontro desse desejo, situa-se a Modelagem Matemática como uma estratégia de ensino-aprendizagem que, de acordo com Burak (1992, p.62), “constitui-se num conjunto de procedimentos cujo objetivo é construir um paralelo entre tentar explicar, matematicamente, os fenômenos presentes no cotidiano do ser humano, ajudando-o a fazer predições e a tomar decisões”.

Nessa nova forma de encarar a matemática, a modelagem tem se mostrado muito eficaz. A modelagem matemática consiste na arte de transformar problemas da realidade em problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real (BASSANEZZI, 2016, p.16).

2. A modelagem matemática como uma metodologia de ensino

Enquanto professores, entendemos que, entre outras coisas, devemos adotar uma metodologia de ensino que auxilie a formação do aluno como um ser crítico e capaz de enfrentar os desafios da sociedade em que vive. Para isso, “é pertinente repensar as metodologias de ensino utilizadas nas escolas que, muitas vezes, priorizam a memorização em detrimento da compreensão dos conceitos matemáticos” (VICENTIN, 2016, p. 89).

Para Silva (2016), a modelagem matemática “é uma metodologia que instiga a participação ativa, a interação, contextualização, problematização; interdisciplinaridade e diálogo investigativo, aspectos necessários para um aprender significativo e para ruptura de um ensino mecânico” (SILVA, 2016, p. 59). Outros autores também corroboram com a importância da utilização dessa metodologia, tal como Rosso (2016, p.6):

A Modelagem Matemática se coloca como alternativa metodológica que traz para a sala de aula os problemas da vida real e da cultura dos alunos para dialogarem com

conhecimento universal, lógico e válido em todos os tempos e lugares da Matemática (ROSSO, 2016, p. 6).

Meyer (2013) afirma que, na modelagem, a matemática surge como um instrumento necessário para a compreensão do mundo e na avaliação de possíveis formas de ação.

É um uso de matemática que, mesmo podendo se constituir num fim em si mesmo para os matemáticos, para a enorme maioria de nossos alunos, deve e precisa ser um instrumental de avaliação do mundo: é, antes, também um meio complementar de se - como afirma Paulo Freire - ler o mundo. Ler o mundo e tentar entendê-lo em seus muitos e diversos aspectos (MEYER et al., 2013, p. 14).

Corroborando, Müller (2000) afirma que a Modelagem Matemática tem apresentado importantes contribuições para o processo ensino-aprendizagem, uma vez que diminui a distância entre a matemática pura e a aplicada. Quando os alunos conseguem aplicar os conceitos matemáticos ele estará mais preparado para enfrentar os temas mais abstratos da disciplina sem contestar sua aplicabilidade prática.

Apoiados nos relatos de Klüber e Tambarussi (2016, p. 139), defendemos a utilização da modelagem matemática em sala de aula, “tendo em vista que essa tendência metodológica pressupõe um processo de ensino e aprendizagem voltado à solução efetiva de problemas reais e que estão relacionados aos interesses dos próprios alunos”.

Nesse contexto, a modelagem matemática não trabalha com problemas prontos, inventados, os chamados “problemas de livro texto”, mas sim, com problemas da realidade, sendo essa, sua característica principal. Para nossos alunos, a matemática precisa ser um “instrumental de avaliação do mundo”. Uma maneira de tentar entender o mundo em seus diversos aspectos (MEYER et al., 2013, p.15).

Quando os problemas são contextualizados eles fazem mais sentido para os discentes, abrindo uma possibilidade maior de reflexão frente a problemas abstratos que não reproduzem a realidade. Biembengut (1999, p. 36) explicita que, no ensino de matemática, a modelagem pode ser “um caminho para despertar no aluno o interesse por tópicos matemáticos que ainda desconhece, ao mesmo tempo que aprende a arte de modelar, matematicamente”.

Burak e Huf (2017) sugerem que a modelagem, como metodologia de ensino-aprendizagem, se desenvolva em 5 etapas: “escolha do tema, pesquisa exploratória, levantamento dos problemas, resolução dos problemas e desenvolvimento dos conteúdos matemáticos no contexto do tema, e análise crítica das soluções” (BURAK, HUF, 2017, p. 155).

3. Desenvolvimento e análise dos resultados

O presente trabalho foi desenvolvido na turma C de 1º ano do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal Fluminense *campus* Bom Jesus do Itabapoana. Este campus situa-se no município de Bom Jesus do Itabapoana, noroeste do estado do Rio de Janeiro.

Como nossa intenção era fazer com que os alunos compartilhassem saberes e, partindo do pressuposto que o trabalho em grupo propõe um princípio colaborativo, decidimos dividir os alunos, formando 5 grupos com 5 alunos cada. Para fins de apresentação dos resultados do trabalho, os grupos foram numerados de 1 a 5.

Segundo Bassanezi (2016), uma modelagem se inicia com a escolha de temas. Esses temas devem ser abrangentes para que possam proporcionar questionamentos em várias direções.

Também sugere que os temas sejam escolhidos pelos alunos para que estes sintam-se “corresponsáveis pelo processo de aprendizagem”. Por outro lado, afirma que a decisão final na escolha do tema dependerá da orientação do professor que avaliará a “exequibilidade de cada tema, facilidade na obtenção de dados”, entre outros (BASSANEZI, 2016, p.46).

Nesta experiência, trabalhamos com o tema acessibilidade o qual foi sugerido pelos professores/autores. A sugestão do tema foi motivada pelas constantes indagações, por parte dos alunos, sobre a funcionalidade do elevador no prédio da escola. O elevador só é liberado para aqueles que possuem mobilidade reduzida, cadeirantes ou outros que não têm condições de acesso ao segundo pavimento por meio da escada. Para alguns alunos, seria mais viável a construção de uma rampa de acesso em detrimento ao elevador, devido os custos da instalação e manutenção deste, sendo o uso restrito a poucas pessoas.

Cada grupo expôs suas considerações sobre o que entendiam de acessibilidade e passamos para a segunda etapa da modelagem que é a pesquisa, ou seja, buscar informações relacionadas com o assunto. Neste trabalho, as pesquisas são bibliográficas objetivando a definição do termo acessibilidade e suas implicações no cotidiano.

No primeiro momento das pesquisas, realizamos a apresentação da Norma Brasileira 9050 que tem como título: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Esta Norma “visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade” (ABNT, 2015, p. 1).

De acordo com a referida Norma, a acessibilidade pode ser definida como a

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p. 2).

Discutimos sobre a importância, necessidade e a aplicabilidade de normas que garantem a acessibilidade para pessoas com deficiência. Problematizamos a questão de muitas vezes as normas só existirem no papel e não serem postas em prática, além de os alunos terem exemplificado situações em que a falta de acessibilidade impediu que algum indivíduo usufrísse, de fato, de um direito adquirido.

Dentro desse contexto de acessibilidade, não basta apenas ter boa vontade, é preciso conhecimento matemático para que os espaços sejam projetados e construídos de forma correta e acessível. Não é suficiente ter uma rampa, mas garantir que esta esteja na inclinação correta para otimizar o acesso de seus usuários. Não é, ainda, suficiente um espaço reservado para pessoas obesas ou com mobilidade reduzida, há necessidade de que esses espaços garantam o acesso e a permanência de forma segura e com o conforto necessário para essas pessoas.

Após essas considerações, fizemos uma delimitação do tema para acessibilidade nas salas de cinema. Discutimos o fato de que, na maioria dos cinemas, não há um espaço reservado para cadeirantes. Estes precisam ficar muito próximos à tela, o que lhes causa desconforto e prejuízos quanto à visualização da projeção das imagens.

A partir da delimitação do tema, retornamos às pesquisas a fim de identificarmos os critérios para acessibilidade em salas de cinema.

A Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nesta lei, o parágrafo único do artigo 44, evidencia o assunto em questão.

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

§ 1º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade. (Lei nº 13.1146, de 6 de julho de 2015)

Após alguns comentários e observações, os alunos ficaram curiosos para entender onde deveria se localizar este espaço para pessoa com deficiência de forma a garantir uma boa visibilidade, conforme consta na lei. “Como esse local seria escolhido dentro do ambiente da sala de cinema?”, “Quais critérios seriam levados em consideração que garantiriam uma boa visibilidade por parte do cadeirante?” Esses e outros questionamentos permeavam a discussão.

Retomamos a ABNT 9050 e, encontramos o item 10.3.2.1 que foi projetado, na íntegra, para os alunos:

Em cinemas, a distância mínima para a localização dos espaços para P.C.R.¹ e os assentos para P.M.R.² e obesos deve ser calculada traçando-se um ângulo visual de no máximo 30° a partir do limite superior da tela até a linha do horizonte visual, com altura de 1,15m do piso (ABNT, 2015, p. 122).

A partir da apresentação e compreensão do item, a imagem, que o acompanha na Norma, também foi apresentada.

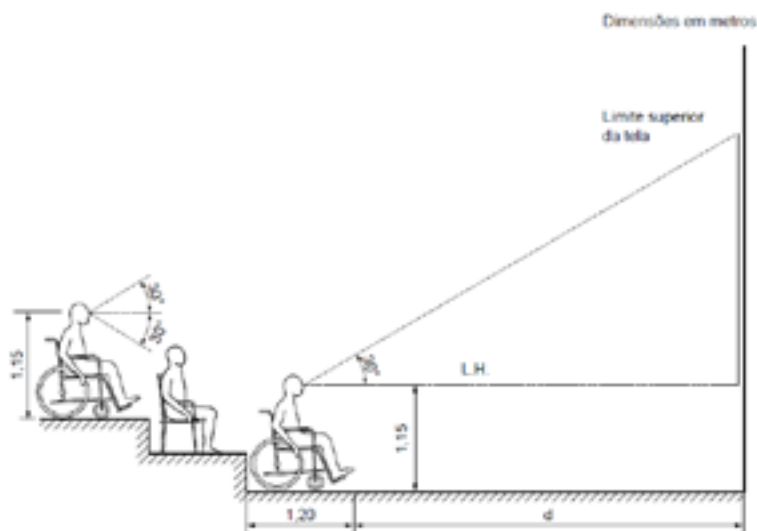


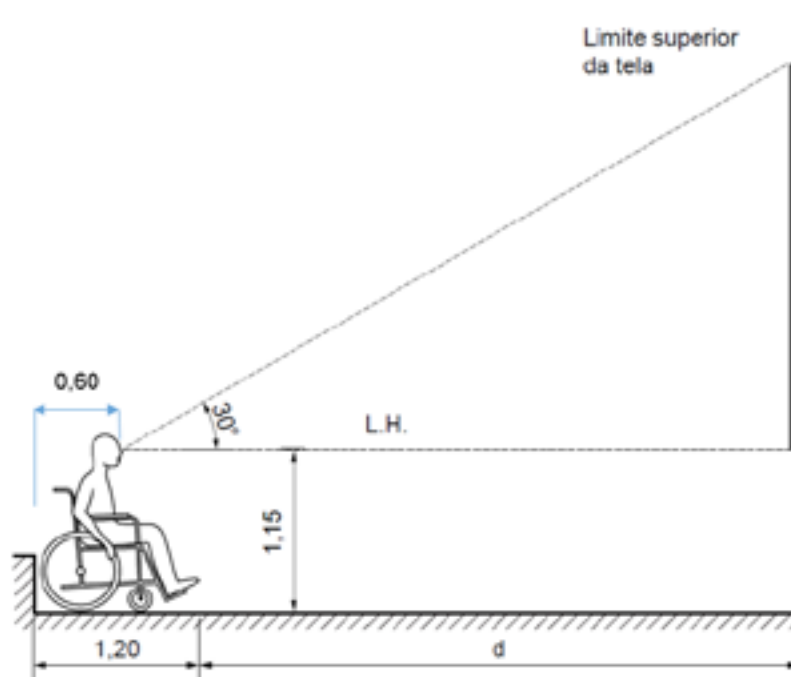
Figura 1. Ângulo visual dos espaços para P.C.R. em cinemas – Vista lateral. Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 123

Ainda, de acordo com informações contidas na mesma Norma, concluímos que a distância entre o limite frontal da cadeira de rodas e os olhos do cadeirante é de 60cm. Isso permitiu a representação da Figura da seguinte forma:

1 P.C.R. – Pessoa em cadeira de rodas

2 P.M.R. – Pessoa com mobilidade reduzida

Figura 2. Ângulo visual dos espaços para P.C.R. em cinemas – Vista lateral. Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 123 com alterações dos autores



Depois dessas informações, começamos a pensar em como calcular a distância mínima d . Nesse momento, levantamos a seguinte questão: Haveria uma fórmula matemática que permite calcular essa distância?

Para Bassanezi (2016, p. 28), “enquanto que a escolha do tema de uma pesquisa pode ser uma proposta abrangente, a formulação de um problema é mais específica e indica exatamente o que se pretende resolver”.

A partir da questão proposta, propusemos aos alunos um problema a fim de que, por meio da resolução deste, chegassem à generalização, se possível, de um modelo que fosse válido para todos os problemas do mesmo tipo.

Problema gerador: Em uma sala de cinema, o limite superior da tela é de 6 m. Qual deverá ser a distância mínima d para a localização de um espaço para uma pessoa em cadeira de rodas, segundo as normas da ABNT?

Na verdade, buscávamos um modelo matemático que representasse a situação. Bassanezi (2016, p.20) chama de “modelo matemático um conjunto de símbolos e relações matemáticas que representam de alguma forma o objeto estudado”.

A importância do modelo se dá pelo fato de se ter uma linguagem clara, a qual expressa as ideias de forma abreviada e sem ambiguidades. “O modelo matemático é obtido quando se substitui a linguagem natural das hipóteses por uma linguagem matemática coerente” (BASSANEZI, 2016, p.29).

Inicialmente, os alunos modelaram o problema usando o Teorema de Pitágoras

$$a^2 = b^2 + c^2$$

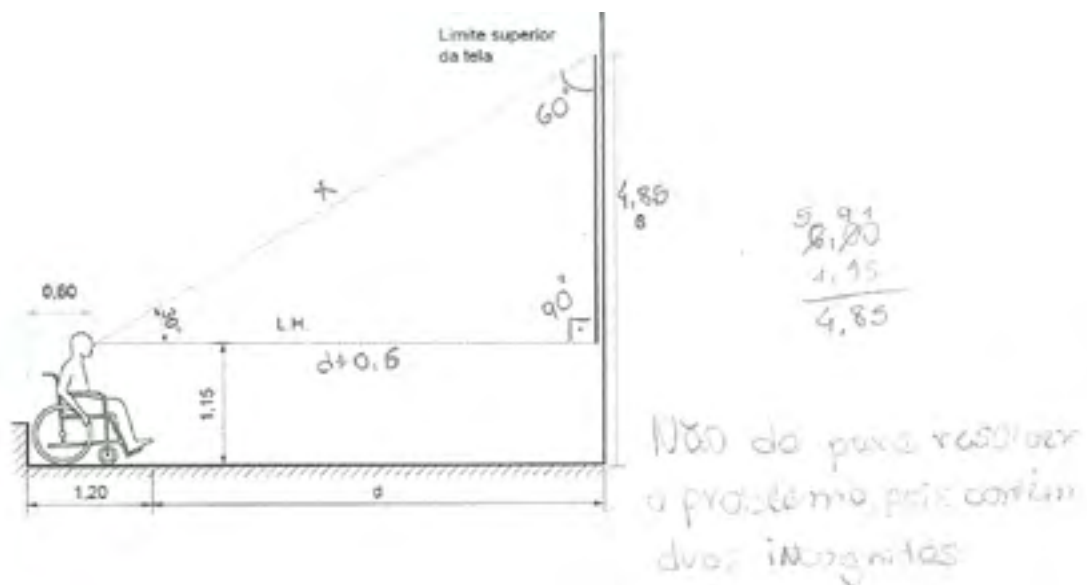
em que a é a medida da hipotenusa do triângulo retângulo e b e c são as medidas dos catetos.

De acordo com Burak (1992), após a formulação do modelo, é necessário validá-lo. “A validação consiste em checar a formulação, as equações ou outras relações matemáticas com a situação inicial. [...] A validade de um modelo é medida pela capacidade de representar a situação inicialmente descrita” (BURAK, 1992. p. 65).

Ao tentarem validar o modelo proposto, os alunos não obtiveram êxito. As dificuldades ficaram evidentes ao se depararem com duas incógnitas na resolução da equação obtida. Reproduzimos, a seguir, a tentativa de resolução da questão por um dos grupos de alunos.

Figura 3. Tentativa de resolução apresentada pelo grupo 2. Fonte: Dados da pesquisa

Como o modelo inicial não era válido, percebemos que os alunos precisavam de conhecimen-



tos adicionais para a resolução do problema, ou seja, seria necessário o “desenvolvimento dos conteúdos matemáticos no contexto do tema” (BURAK, HUF, 2017, p. 155).

Então, apresentamos conceitos iniciais de trigonometria: conceito de razão trigonométrica, as principais razões trigonométricas (seno, cosseno e tangente) no triângulo retângulo, dedução dos valores dessas razões trigonométricas dos ângulos notáveis de 30°, 45° e 60°, entre outros.

Após esse etapa, os alunos concluíram que, o problema poderia ser modelado a partir de um triângulo retângulo com um dos ângulos agudos medindo 30° e sua resolução se daria pelo cálculo da tangente desse ângulo.

Por fim, os alunos retornaram ao problema proposto e, usando os conceitos apresentados, fizeram nova tentativa de resolução, como vemos a seguir.

Figura 4. Resolução apresentada pelo grupo 1. Fonte: Dados da pesquisa

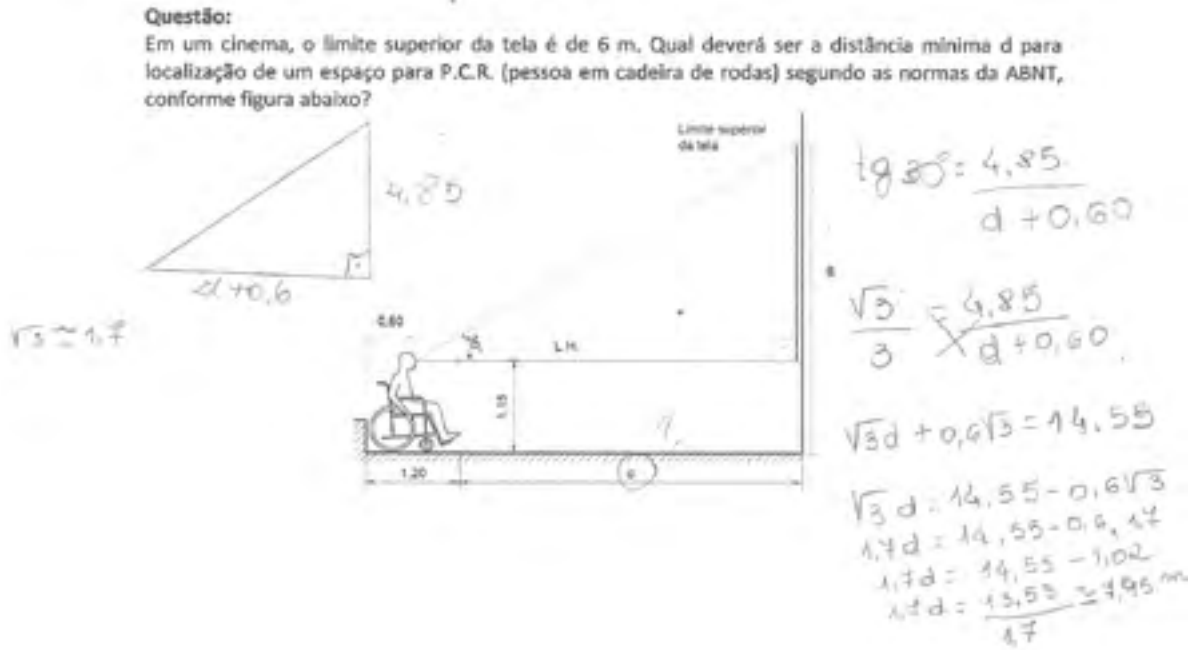
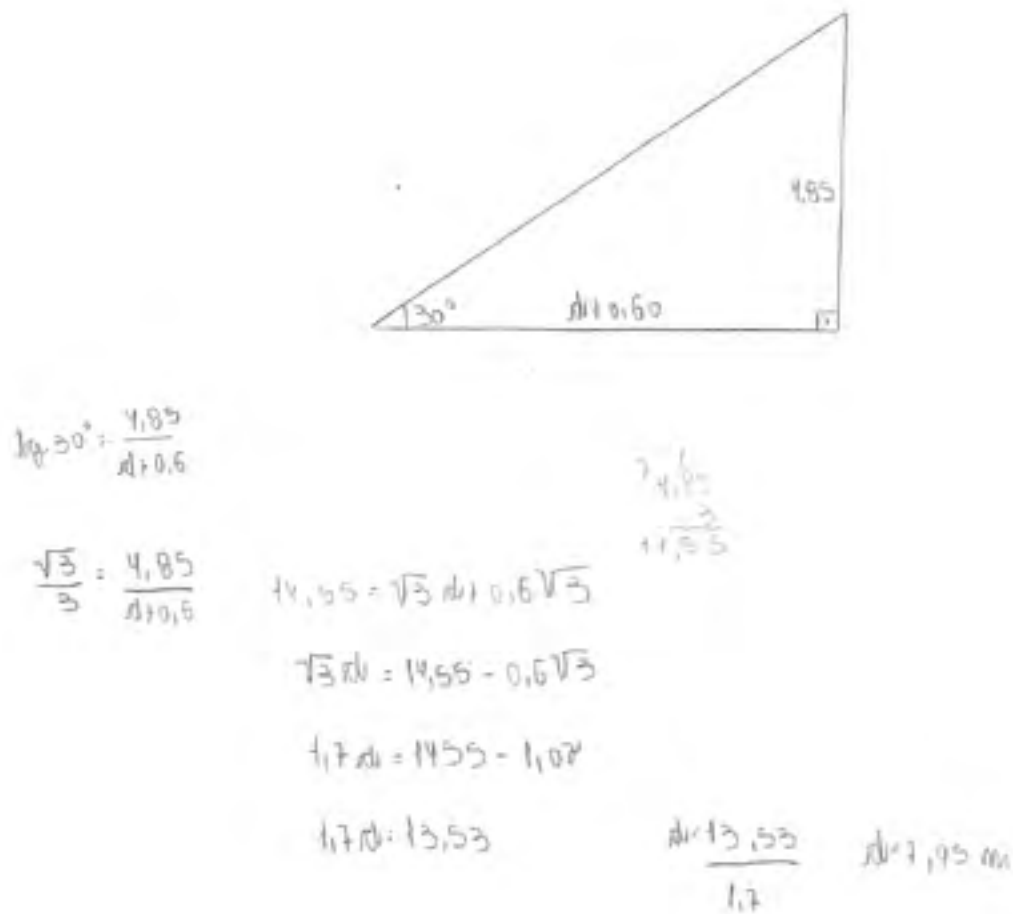


Figura 5. Resolução apresentada pelo grupo 5. Fonte: Dados da pesquisa



A partir das resoluções, foi possível obter uma fórmula para o cálculo da distância mínima d para localização de um espaço para uma pessoa em cadeira de rodas em salas de cinema,

obedecendo as normas da ABNT. Essa distância é obtida em função da altura máxima atingida pela tela, sendo esta posicionada a uma altura de 1,15m do piso.

A distância mínima é dada por

$$d = \frac{h - 1,15}{\operatorname{tg}\alpha} - 0,6$$

em que h é a altura máxima atingida pela tela e $\alpha = 30^\circ$.

E, como última etapa da modelagem, analisamos criticamente a solução do problema. Discutimos sobre a viabilidade e a adequação das soluções apresentadas. Concluímos que, por meio da modelagem matemática, podemos participar do mundo real como cidadãos críticos tendo capacidade para influenciar em suas mudanças.

É uma etapa que favorece a reflexão acerca dos resultados obtidos no processo e como esses podem ensejar a melhoria das decisões e ações. Contribui para a formação de cidadãos participativos, mais autônomos e que auxiliam na transformação da comunidade em que participam, pois terão a matemática como mais uma 'aliada' no processo de avaliação das condições sociais, econômicas, políticas e outras (KLÜBER, 2016, p.44).

Ao finalizarmos a experiência, ficou evidente que os conteúdos relacionados a trigonometria no triângulo retângulo passaram a ter significado para os alunos. O que pode ser confirmado por Burak (2010),

Na resolução de um problema ou de uma situação-problema, os conteúdos matemáticos ganham importância e significado. As operações, as propriedades, e os diversos campos da matemática que se fazem presentes nessa etapa, sem dúvida atribuem significados aos conteúdos matemáticos. (BURAK, 2010, p.22)

4. Considerações finais

Abordamos, neste artigo, um relato de experiência em sala de aula com modelagem matemática discutindo a acessibilidade nas salas de cinema, mais especificamente a localização de um espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas. Os conteúdos matemáticos estudados foram os relacionados aos conceitos de trigonometria no triângulo retângulo.

Almejamos um ensino de matemática em que os conteúdos e conceitos se relacionem com o cotidiano dos alunos e com suas compreensões sobre o mundo. Ao trabalharmos esse tema, abordamos questões que envolvem o direito do cidadão à acessibilidade, direito esse que deve ser garantido em toda e qualquer situação.

Percebemos que é possível desenvolver um saber matemático a serviço da cidadania, que assegura e valoriza o direito do cidadão, especialmente daqueles com mobilidade reduzida e cadeirantes. Também foi perceptível o maior interesse dos alunos a partir da contextualização, aplicabilidade e compreensão dos conceitos iniciais de trigonometria tendo a modelagem matemática como metodologia de ensino. Visualizamos o quanto é importante tratar como conteúdo do aprendizado matemático "elementos do domínio vivencial dos educandos, da escola e de sua comunidade imediata" (BRASIL, 2000, p. 7).

A tarefa principal da escola deveria ser a preocupação em preparar os alunos para decidirem criticamente, sendo capazes de determinar seus próprios caminhos a partir da avaliação do que está a sua volta. A matemática ensinada na escola deve ser útil para a sociedade.

De acordo com Meyer (2013), nas salas de aula “há alunos que precisam aprender matemática para viver, e é necessário saber o que esse aluno precisa saber de matemática, para que precisará dela e como essa matemática vai chegar até ele” (MEYER *et al.*, 2013, p. 39).

Concluimos que, em relação aos conteúdos de matemática, é necessário buscar estratégias alternativas de ensino que facilitem a compreensão e utilização desses conteúdos. A modelagem matemática é uma dessas estratégias, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem não se dá unicamente do professor para o aluno, mas é o resultado da interação dos alunos com o ambiente em que vive.

Para Almeida e Dias (2004), a modelagem proporciona aos alunos oportunidades para identificação e estudo de situações-problema de sua realidade, as quais despertam maior interesse e desenvolvem um conhecimento crítico em relação aos conteúdos matemáticos.

É válido esclarecer que o tópico de acessibilidade abordado neste trabalho se limita à localização de um espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas em salas de cinema. Entretanto, este tema pode ser ampliando e outras pesquisas podem ser realizadas dentro da visão de educação para a cidadania.

5. Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ALMEIDA, L. M. W.; DIAS, M. R. **Um estudo sobre o uso da Modelagem Matemática como estratégia de ensino e aprendizagem**. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 17, n. 22, p. 19-35, 2004.

BASSANEZZI, R. C. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia**. 4. ed. 1ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2016.

BIEMBENGUT, M. S. **Modelagem matemática e implicações no ensino-aprendizagem de matemática**. Blumenau: Furb, 1999.

BURAK, D. **Modelagem Matemática: ações e interações no processo de ensino-aprendizagem**. 1992. Campinas: FE/UNICAMP, 1992.

_____. **Modelagem Matemática sob um olhar de Educação Matemática e suas implicações para a construção do conhecimento matemático em sala de aula**. *Modelagem na Educação Matemática*, v. 1, n. 1, p. 10-27, 2010.

_____. HUF, S.F. **Modelagem matemática: Reflexões sobre a primeira experiência vivida**. *Revista Brasileira de Ciência e Tecnologia*. Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 1-17 mai/ago, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação do. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 22 de agosto de 2018.

KLÜBER, T. E. **Modelagem Matemática: revisitando aspectos que justificam a sua utilização no ensino**. In BRANDT, C. F., BURAK, D., and KLÜBER, T. E., orgs. *Modelagem matemática: perspectivas, experiências, reflexões e teorizações* [online]. 2nd ed. rev. and enl. cap. 2, p. 41 – 58. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

_____, T. E., TAMBARUSSI, C. M. **Formação de professores e a Modelagem Matemática na Educação Básica.** In BRANDT, C. F., BURAK, D., and KLÜBER, T. E., orgs. *Modelagem matemática: perspectivas, experiências, reflexões e teorizações* [online]. 2nd ed. rev. and enl. cap. 7, p. 131 - 145. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

LORENZATO, S. **Para aprender matemática.** 3 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

MEYER, J. F. C. A.; CALDEIRA, A. D. MALHEIROS, A. P. S. **Modelagem em Educação Matemática.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MÜLLER, I. **Tendências atuais de Educação Matemática.** UNOPAR Cient., Ciênc. Hum. Educ., Londrina, v. 1, n. 1, p. 133-144, jun. 2000

ROSSO, A. J. **O diálogo necessário do contexto histórico e cultural com a lógica na Modelagem Matemática.** In BRANDT, C. F., BURAK, D., and KLÜBER, T. E., orgs. *Modelagem matemática: perspectivas, experiências, reflexões e teorizações* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Prefácio, p. 8 - 14. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SILVA, V. S. **Modelagem Matemática como metodologia para o ensino de Matemática nos anos iniciais: alguns apontamentos sobre a abordagem dos conteúdos matemáticos a partir de relatos de experiências.** In BRANDT, C. F., BURAK, D., and KLÜBER, T. E., orgs. *Modelagem matemática: perspectivas, experiências, reflexões e teorizações* [online]. 2nd ed. rev. and enl. cap. 5, p. 59 - 74. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

VICENTIN, F. R.. **Modelagem Matemática: o relato e implicações de uma experiência no Ensino Médio.** In BRANDT, C. F., BURAK, D., and KLÜBER, T. E., orgs. *Modelagem matemática: perspectivas, experiências, reflexões e teorizações* [online]. 2nd ed. rev. and enl. cap. 5, p. 89 - 105. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AUTISMO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ, COM BASE NAS LEIS 12.796/2013 E 13.146/2015: DA LEGISLAÇÃO À PRÁTICA ESCOLAR

NADIR FRANCISCA SANT'ANNA

*Professora Adjunta da Faculdade Metropolitana de São Carlos em Bom Jesus
Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF
nadirfsantanna@gmail.com*

THAMIRES GOMES DA SILVA AMARAL LESSA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem da UENF
thamiresgsa@gmail.com*

ANA LUIZA BARCELOS RIBEIRO

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem da UENF
analuzabarcelos32@yahoo.com.br*

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar o acesso escolar com base na Lei 12.796/2013, e com base na Lei 13.146/2015, como vem ocorrendo o AEE nas escolas do município de São João da Barra/RJ. Por meio de questionários semiestruturados distribuídos aos professores e gestores de 11 escolas diferentes do município durante uma palestra cujo tema central foi o Transtorno do Espectro Autista. Por meio dos dados levantados, pudemos averiguar que existe um desconhecimento significativo dos profissionais envolvidos acerca das Leis que permeiam o Transtorno do Espectro Autista e outras deficiências no ambiente escolar, além de grande deficiência no processo de formação continuada e até mesmo no processo de formação desses profissionais já que a maioria participante possui até 5 anos de tempo de formado e atuante nas escolas. Concluímos o trabalho evidenciando a necessidade de uma qualificação docente para o trabalho na Educação Especial e a necessidade do conhecimento das Leis.

Palavras-chave: Leis. Inclusão. TEA. Educação Inclusiva. Prática Escolar.

ABSTRACT

The present study aims to investigate school access based on Law 12.796 / 2013, and based on Law 13.146 / 2015, as occurs in the ESA schools in the city of São João da Barra / RJ. Through semi-structured questionnaires distributed to teachers and school administrators present in 11 different schools of the municipality whose main theme was Autism Spectrum Disorder. Through the data collected, we could verify that there is a significant lack of knowledge of the professionals involved about the Laws that pervade Autism Spectrum Disorder and other deficiencies in the school environment, as well as a great deficiency in the process of continuous formation and even in the process of formation of these professionals since the majority participant has up to 5 years of training and acting time in the schools. We conclude the work evidencing the need for a teaching qualification for the work in Special Education and the need for knowledge of the Laws.

Key-words: Laws. Inclusion. ASD. Inclusive education. School Practice.

Introdução

O processo de inclusão nas escolas está sendo construído a partir do princípio onde uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com diferentes tipos de deficiência, sejam elas físicas ou classificadas como transtornos no desenvolvimento educacional e social, como no caso do transtorno do espectro autista, o qual será destacado nesse trabalho.

O Transtorno do Espectro Autista, TEA, surgiu em 1943, a partir de estudos do psiquiatra Leo Kanner e, no ano seguinte, o pediatra, Hans Asperger, também publicou sobre o tema desde então, até os dias de hoje, muito tem sido estudado, pesquisado e progredido nessa área de estudo. Esse transtorno possui uma natureza multifatorial, o que dificulta a descoberta e, ainda não se sabe a causa é uma condição clínica enigmática, sendo este considerado como de natureza multifatorial, ou seja, ainda não se sabe, ao certo, qual a causa específica do TEA.

Com esse avanço, o número de indivíduos que vem sendo diagnosticados com TEA, se torna cada vez mais crescente e presente toda sociedade. As instituições de ensino vêm recebendo uma demanda cada vez mais significativa de alunos com Transtorno do Espectro Autista, TEA, poucos com diagnóstico, e a maioria, com características suas características mais marcantes, como déficits na comunicação e na interação social que por vezes, é identificada somente pelo professor em sala de aula e cabe a ele alertar aos pais. Assim, a escola passou a necessitar de recursos inclusivos que se fundamentam em referenciais teóricos e práticos que sejam compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. Neste contexto, as escolas se encontram em posição de mudança, pois, precisam garantir acesso e qualidade de ensino educacional a cada um dos seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades, a fim também de cumprir um dos objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, onde é especificado no artigo 205, a educação como direito de todos. Desta forma, garante como dever do Estado, que a oferta do atendimento educacional especializado deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. Esse trabalho objetiva investigar o acesso escolar com base na Lei 12.796/2013, e com base na Lei 13.146/2015, como está ocorrendo o atendimento educacional especializado nas escolas.

Educação Especial Inclusiva

Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de necessidades especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Esta educação fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado e se trata de uma categoria voltada para os portadores de deficiências, tais como: auditivas, visuais, intelectuais, físicas sensorias e as múltiplas deficiências.

A partir dos anos 90, o número de pesquisas relacionadas à educação especial agora no contexto inclusivo foi crescendo. Diversos autores, como Mantoan (1997, 2003, 2006, 2008, 2010), Mazzota (1996), Carvalho (2005), Glat & Nogueira (2002), Pereira (2007) e Sasaki (1997, 1998), dentre outros, discutem esta temática com convicção de que indivíduos deficientes devem estar inseridos num contexto escolar e apontam vantagens quando isso acontece.

Mantoan (1997) foi uma das autoras que destacou a necessidade de uma reestruturação da escola, sugerindo novos procedimentos de ensino e aprendizagem, mudanças de atitudes dos professores e da própria instituição, redução de práticas conservadoras, isto é, uma educação preocupada em atender as necessidades desses alunos.

Se mostrando ciente de que na sociedade contemporânea, em que estamos inseridos, tudo o que é novo traz medo e insegurança, Mantoan (2003, p.56) afirma:

Sabemos que as mudanças muitas vezes assustam, mas devem acontecer. Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são muitas vezes a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, se não aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Mazzota (1996, p.11) define a Educação Especial como:

[...] uma modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens.

Segundo Sasaki (1997), a educação especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado.

De acordo com Rippel & Silva (2003), a escola tem um compromisso primordial e insubstituível: introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e isto é direito incondicional de todo o ser humano, independente de padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade ou pré-requisitos impostos pela escola.

O que se pretende na educação inclusiva conforme Carvalho (2005, p.72) é:

[...] remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola.

Para Mantoan (Idem), a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada, ainda ressalta que desse modo, a inclusão implica mudanças; questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela implica mudanças de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenha sucesso na corrente educativa geral. A inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula.

Sanches e Teodoro (2007) colocam que a educação especial é uma educação paralela ao sistema de educação regular a qual dá lugar a práticas educativas inclusivas que, partindo da diversidade humana e utilizando metodologias diferenciadas e uma aprendizagem cooperativa, geram o sucesso de todos, por meio do sucesso de cada um, caminhando para o despontar de um novo paradigma de escola.

O termo educação inclusiva supõe a disposição da escola de atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns. Por isso, a inclusão pressupõe uma escola que se

ajuste a todas as crianças, em vez de esperar que uma determinada criança com deficiências se ajuste a escola.

Tanto a educação inclusiva quanto a educação especial fazem parte de “um todo” que é a educação, e ter o seu valor reconhecido é de fundamental importância para que os educandos tenham seu crescimento e desempenho educacional satisfatório.

A Lei 12.796/2013 “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.” Em seu artigo 1º inciso III, garante:

[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 2013)

A Lei nº 12.796/2013 altera a Lei nº 9.394/96 ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional para dispor sobre a formação dos profissionais da educação, bem como dar outras providências, tornando obrigatório o atendimento educacional especializado, AEE, gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, em que envolve o autismo, bem como as altas habilidades para todos os níveis de escolarização.

[...] Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2008, p. 10).

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi instituída para que seja destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Em seu artigo segundo define como é considerada a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015. Art. 1 e 2).

Esta Lei considera pessoa com deficiência aquela que

[...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Em seu artigo 4º, a Lei Brasileira de Inclusão garante que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Corroborando e continuando o capítulo dois e artigo quarto, a Lei Brasileira de Inclusão, discorre no capítulo seis em três sessões, sobre o direito da pessoa com deficiência ao trabalho como qualquer outro indivíduo.

No Artigo 34, 35 e 36 afirma que:

a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. [...] Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego

promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho. [...] Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse. (BRASIL, 2015. Art. 34, 35 e 36)

Da mesma forma, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

[...] Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2008, p. 10).

O município de São João da Barra

São João da Barra é um município do Norte Fluminense, no interior do estado do Rio de Janeiro, no Brasil. De acordo como o CENSO 2010, ocupa uma área de 462,611 km², contando com 32 747 habitantes (2010). Foi criado no ano de 1677.

Apesar de ser um município pequeno, possui 38 escolas. Dentre essas apenas uma escola voltada para Educação Especial, onde são ofertadas oficinas, 9 creches municipais ofertando Educação Infantil, 24 escolas ofertando o 1º segmento escolar (1º ao 5º ano), 10 apresentam o 2º segmento (6º ao 9ºano), algumas escolas ofertam a modalidade EJA, Educação para Jovens e Adultos, mas apenas para o primeiro e segundo segmento. Não há no município escolas que ofertem o Ensino Médio. É necessário ir a outro município próximo para que possa ser cursado pelos alunos.

Este município foi escolhido para essa pesquisa pois a autora foi convidada para palestrar sobre o Transtorno do Espectro Autista para os professores, gestores e coordenadores do município.

Metodologia

Para o desenvolvimento do presente trabalho, que é parte da dissertação de mestrado de sua autora optamos por uma pesquisa quali-quantitativa desenvolvida em escolas da rede pública situadas na cidade de São João da Barra/RJ somada a uma pesquisa também quanti-qualitativa junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) do município de São João da Barra/RJ que permitirá o mapeamento e a avaliação de quais escolas possuem salas de recurso, verificar se estas estão funcionando dentro das normas legais e com profissionais capacitados para o atendimento educacional especializado, AEE, de alunos com deficiência e TEA conforme exigido pela Lei. Foi apresentada na SMECE, uma palestra com o tema Transtorno do Espectro Autista, onde estavam presentes cerca de cinquenta profissionais do município de 11 escolas diferentes incluindo profissionais da própria SMECE, dentre eles: o secretário de educação e cultura, professores, diretores escolares, professores de AEE, psicólogos, psicopedagogos e coordenação escolar, a todos os presentes foram distribuídos questionários de acordo com a profissão, separados em dois grandes grupos, professores e coordenação. A partir desses questionários serão levantados dados, objetivando colher informações sobre

o desenvolvimento, envolvimento, questionamentos e dúvidas dos profissionais em relação ao aluno com TEA nas escolas desde que ingressaram até o presente momento. Ambos os questionários são semi-estruturados com perguntas abertas e fechadas.

Utilizaremos como base o Censo escolar, inicialmente, onde analisaremos como se desenvolveu o acesso escolar do público alvo. Empregaremos também, a metodologia de observação, para verificação do atendimento educacional especializado na sala de aula, sala de recursos e demais ambientes escolares. Para alcançar tais resultados, promoveremos palestras junto à secretaria de Educação do Município em questão onde reaplicaremos os questionários aos profissionais envolvidos diretamente com os alunos autistas a fim de identificar mudanças e as possíveis falhas no processo de inclusão e auxiliar por meio das palestras, realizando posteriormente uma capacitação de profissionais para que a educação se torne, de fato, inclusiva.

Resultados e Discussão

Os resultados dessa pesquisa por serem parte da dissertação de mestrado de sua autora, ainda estão em fase de elaboração, porém, a partir da palestra realizada e dos questionários distribuídos conseguimos levantar dados acerca da situação do município quanto ao AEE, formação dos professores e capacitação para inclusão dos alunos com TEA nas escolas municipais.

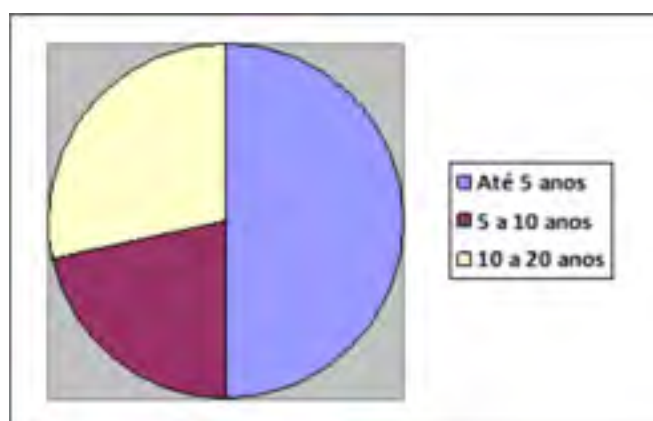
Dos 50 questionários aplicados, apenas 15 pessoas responderam prontamente, o restante alegou que não haver condições de responder, ou simplesmente deixaram em branco os questionários.

Vieira-Neto (2002) ressalta a dificuldade que o próprio docente tem com as mudanças de paradigmas e que a pesquisa será o caminho para a construção desse necessário perfil do estudante. Sobre a dificuldade de se exercer a docência e nesse processo aceitar novidades, Vieira-Neto afirma que:

Todos nós, que hoje exercemos a docência ou a pesquisa em Educação, tivemos uma formação intelectual e profissional em moldes iluministas. Uma das consequências disso é que talvez não estejamos suficientemente aptos para enfrentar, nem mesmo na vida privada, as rápidas e profundas mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas em que nos achamos mergulhados. (VIEIRA-NETO, 2002, p. 23)

Sendo o TEA algo relativamente novo no ambiente escolar, compreendemos a partir de então que mudanças estão acontecendo ou deveriam estar acontecendo para uma inclusão efetiva desses alunos, porém observamos o receio e abstenção por parte da maioria dos questionados ao não responderem as perguntas que lhes foram feitas.

Gráfico 1. Tempo de atuação dos profissionais questionados.



Durante a análise dos dados dos questionários respondidos é unânime a resposta sobre o conhecimento acerca das Leis que permeiam o autismo na escola e todos questionados, inclusive direção escolar afirmaram não ter conhecimento sobre o assunto. Porém, segundo o decreto nº 4.657 de 1942 “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Ainda que professores e diretores aleguem que não conheçam as Leis, não podem se isentar de cumpri-las.

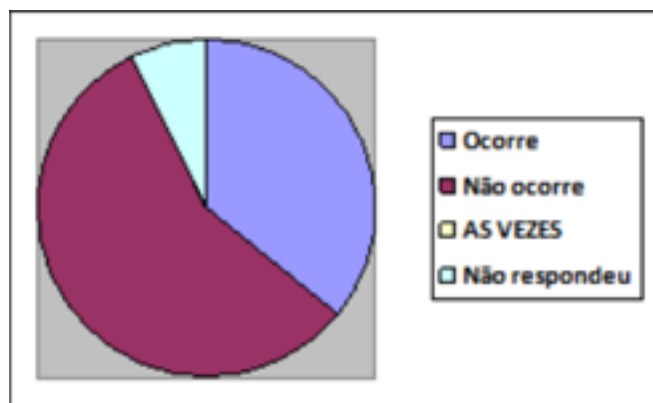
Em contraponto, quando questionados sobre a necessidade de um diagnóstico para matrícula do aluno, também é unânime o posicionamento dos professores e diretores afirmando a necessidade porém isso quase nunca acontece, ou quando acontece os professores não possuem acesso ao mesmo ou não tem conhecimento sobre o diagnóstico, o que dificulta o processo de aprendizagem do aluno e a forma como o professor pode trabalhar.

Adorno (1995, p.148-149) afirma que uma educação especial pautada em laudos e diagnósticos demonstra que não somos aptos à experiência e [...] buscamos algo que previamente nos revele algo sobre os outros, seja uma limitação ou algo negativo a fim de descobrir quais técnicas seriam apropriadas para nos relacionarmos com esses outros, que em um contexto escolar, seriam os alunos. A partir de então entendemos que somos sempre levados a ver algo de negativo ou o que o outro tem de errado ou o que deve fazer ao invés de nos posicionamos acerca de determinadas questões.

É possível observar a partir desses dados uma lacuna entre o conhecimento e a prática da Lei que, neste caso não é presente nem para os professores e nem para os gestores das escolas.

Sobre a formação continuada, com atendimento ou palestra para os pais, professores e toda comunidade acadêmica em relação ao Transtorno do Espectro Autista, foi questionado se há esse tipo de trabalho e como ocorre.

Gráfico 2. Formação continuada de professores



Dertouzos (2000) alerta que a educação é muito mais que a transferência de conhecimentos de professores para alunos. Para ele, “é acender a chama da vontade de aprender no coração dos estudantes, dar o exemplo e criar vínculos entre professores e alunos”, assim acreditamos que esses são fatores essenciais para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Mas para isso precisa haver preparação e conhecimento sobre aquilo que se está ensinando para o aluno, ainda mais quando esse aluno pertence à educação especial.

Para Fontana (2005) não nascemos professores e nem inesperadamente tornamo-nos profesoress. De acordo com Moita (1992), a identidade profissional é um processo construído e ligado ao espaço e ao tempo, passando pelo tempo concreto da formação inicial e pelos

diferentes espaços institucionais onde a profissão se desenrola. Como afirma Maria Isabel da Cunha (1997), em várias pesquisas sobre a formação de professores, que a principal influência no comportamento do “ser docente” é sua história pessoal/trajetória pessoal como aluno, ou seja, além das teorias pedagógicas aprendidas ao longo da formação acadêmica, o que marca o comportamento docente são as práticas de seus antigos professores.

Stainback e Stainback (1999, p. 21) afirmam que o ensino inclusivo pode ser definido como “a prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras onde as necessidades desses alunos estejam satisfeitas”.

Segundo Pimenta (2002), a importância de uma nova proposta educacional se faz visível ao observarmos que “um profissional assim formado não consegue dar respostas às situações que emergem no dia-a-dia profissional, porque estes ultrapassam os conhecimentos elaborados pela ciência, e as respostas técnicas que esta poderia oferecer ainda não estão formuladas” (PIMENTA, 2002; p. 19).

Mendes (2002, p.79) aponta que “o professor da classe comum deve assumir a responsabilidade pela educação de todos os seus alunos, tentando todas as estratégias de ensino necessárias e possíveis antes de enviar qualquer aluno para um programa mais segregado do que especial”.

O mesmo autor, Mendes (2004) pontua ainda que:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227)

Para se obter sucesso na inclusão escolar os professores devem estar capacitados para atender a essa diversidade e que se tenha condições de trabalho, condições para fazer as adaptações físicas e materiais, assim como a oferta de formação continuada.

Conclusão

Concluimos essa pesquisa entendendo que os alunos estão expostos à uma educação defasada e ineficiente e que o Atendimento Educacional Especializado não ocorre na maioria das escolas e quando ocorre não se faz de forma eficiente e significativa para os alunos da Educação especial. Por ser um trabalho ainda em andamento, as informações e dados que foram colhidos até o presente momento é possível identificar a relevância deste trabalho no determinado município, já que o mesmo não possui levantamentos relacionados à educação inclusiva e demonstra necessitar de capacitação profissional para atuar com alunos com essas necessidades. Glat e Blanco (2007) apud Mazzotta e D’antino (2011) afirmam que embora as escolas tenham um discurso de aceitação à diversidade, não modificam sua prática para dar conta das especificidades de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos. Facilitar o processo inclusivo do aluno e capacitar professores e demais profissionais que lidam com alunos com TEA proporcionará uma educação de qualidade e com significado.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ASPERGER, H. Autistic psychopathy in childhood. In: FRITH, U. (Org.). *Autism and Asperger Syndrome*. Cambridge: Cambridge University, 1991. (Originalmente publicado em 1944.)
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- _____. Lei Federal nº 12796, de 04 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 09 de novembro de 2018
- _____. Lei Federal nº 13146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 de novembro de 2018.
- CARVALHO Rosita Edler. *Educação Inclusiva: com os pingos nos is*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005
- CUNHA, M. I. Aula universitária: inovação e pesquisa. In: LEITE, D. B. C.; MOROSINI, M. [Org.]. *Universidade futurante: Produção do ensino e inovação*. Campinas: Papirus, 1997.
- DERTOUZOS, M. *O que será: como a informação transformará nossas vidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- FONTANA, R. A. C. *Como nos tornamos professoras?* 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005
- GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>. Acesso em: nov. 2018
- KANNER, L. *Child Psychiatry*. 2.ed. Springfield: Charles c. Thomas, 1948. _____. *Autisc Disturbances off Affective Contact*. *Nervous Child*, 2, 1943, p. 217-250.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. *Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios*. São Paulo: Moderna, 2010.
- _____. *Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas*. In: MariaTeresa Égler Mantoan. (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis / RJ: Vozes, 2008, v. 1, p. 29-41.
- _____. *Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha*. *Educação (PUC/RS)*, Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.
- _____. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003, 64p.

MENDES, E. G. **Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre inclusão escolar.** In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. *Temas em educação especial: avanços recentes.* São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil.** In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). *Escola Inclusiva.* São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p.61-86.

MOITA, M. da C. Percursos de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, A. [org.]. *Vida de Professores.* Porto: Porto Ed., 1992, p. 111-140

PIMENTA, S. G. Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.), *Professor Reflexivo no Brasil - Gênese e Crítica de um Conceito.* São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa. V. (Org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação.* Rio de Janeiro. DP&A, 2002. p. 23-38

RIPPEL, V. C. L.; SILVA, A. M. Inclusão de estudantes com necessidades especiais na Escola Regular. In: 1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Unioeste: Cascavel, Paraná. 2003.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. *Rev. Port. de Educação*, 2007, vol.20, nº.2, p.105-149

SASSAKI, Romeo. Kazumi. *Inclusão, o paradigma da próxima década.* Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

_____. *Construindo uma sociedade para todos.* Rio de Janeiro; WVA, Revista Nova Escola, 1997.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

OFICINA DE MUSICALIDADE NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA LIONS AMA XERÉM

Kezia Graziela de Queiroz
CEDERJ – UERJ/NEEI
kezia.g.queiroz@gmail.com;

Thatiane de Lima Moraes
CEDERJ – UERJ
thattypet@gmail.com;

Edicléa Mascarenhas Fernandes
PPGEE/ FEBF/NEEI/UERJ/ CMPDI/UFF
professoraediclea.uerj@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a proposta da oficina de psicopedagogia e musicalidade oferecida em um projeto do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da UERJ no Centro de Convivência para Pessoas com Deficiências da organização não governamental Lions Ama Xerém donde iniciaram-se oficinas práticas como fim de promover o desenvolvimento holístico dos assistidos. São aplicados exercícios psicomotores visando a potencialização física e mental e a interação familiar, bem como o estímulo no processo de aquisição do pensamento abstrato, fazendo uso da interpretação das letras mediante locuções, expressões corporais, símbolos, esquemas e instrumentos musicais, buscando o desenvolvimento da praxia fina e global. Para tal, baseamo-nos na teoria de Henri Wallon sobre a afetividade, e implementamos essas ações em todo o conjunto operacional na oficina, que estimula a expressão, inclusive emocional de nossos assistidos e seus responsáveis, visando laborar sua comunicação e interações sociais.

Palavras-chave: afetividade; aprendizagem; deficiência; motricidade; musicalidade.

ABSTRACT

This paper aims to present the proposal of the psychopedagogy and musicality workshop offered in a project of the Nucleus of Special and Inclusive Education of UERJ in the Center for People Living with Disabilities of the non-governmental organization Lions Ama Xerém where practical workshops were started as an end to promote the holistic development of those assisted. Psychomotor exercises aiming at physical and mental enhancement and family interaction, as well as the stimulus in the process of acquisition of abstract thinking, are applied, making use of the interpretation of the letters through locutions, corporal expressions, symbols, schemes and musical instruments, seeking the development of fine and global praxia. To do so, we are based on Henri Wallon's theory of affectivity, and we implement these actions throughout the operational set in the workshop, which stimulates the expression, including the emotional expression of our assistants and their caregivers, in order to work on their communication and social interactions.

Keywords: affectivity; learning; deficiency; motricity; musicality

OBJETIVO E QUESTÕES DA PESQUISA

Embora esteja assegurada através da Constituição Federal de 1988 em seu capítulo primeiro, artigo quinto a igualdade de todos perante a lei sem distinção de qualquer natureza e a inviolabilidade de direitos, posteriormente ratificados pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) que tem como objeto assegurar e promover o exercício dos direitos das pessoas com deficiência e sua garantia à inclusão social e cidadania no artigo primeiro; LDB 9.394/96 Art. 3º XIII- garantia do direito a educação e a aprendizagem ao longo da vida e Política Nacional de Educação Especial em seus princípios orientadores para o aprendizado ao longo da vida, onde oferece:

A garantia de oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todas as pessoas por meio da educação. Esse princípio fundamenta-se no pressuposto de que o pleno desenvolvimento e a aprendizagem são processos constitutivos do sujeito ao longo do curso de sua existência. Em contextos formais, aplica-se a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e deve garantir o direito ao acesso equitativo a patamares formativos mais elevados ao longo da vida, aprendendo permanentemente. Além da educação escolar, portanto, esse postulado valoriza o aprendizado que ocorre em outros espaços e serviços educativos da comunidade, como também o obtido nas experiências da vida cotidiana. Em contextos não-formais e informais, é assegurado como forma de alcançar o máximo desenvolvimento da pessoa, de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo as características, interesses e necessidades de aprendizagem de cada um.

Sendo documentos complementares para a garantia do Estado democrático de direito, assegurando a democracia à população brasileira e efetivação da inclusão, que ainda está muito aquém da realidade encontrada em todos os espaços de convivência.

É imperioso trazermos para discussão maneiras de consumir o que já está posto na legislação e que é imprescindível ser realidade para toda a população. Assim sendo, esta abordagem se faz vital em todas as fases do desenvolvimento da pessoa com deficiência, desde a concepção, passando pelo amparo às famílias, atendimento médico, escolar, formação acadêmica de continuidade, preparação para o trabalho e socialização dos indivíduos, fazendo uso de múltiplos setores para desempenhar tais ações.

Enquanto pesquisadores, é pertinente que façamos uso da transversalidade e da interdisciplinaridade, buscando o que há de relevante em termos de aprendizados nas diversas áreas e passível de aplicação para compor nossa práxis, harmonizando práticas da psicologia, psicoterapia, psicomotricidade, musicoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, fisioterapia, ludoterapia, e disciplinas regulares do currículo escolar, dentre outras, intencionando a eclosão das potencialidades adormecidas e/ou aparentemente inexistentes nas pessoas com deficiência, promovendo uma troca entre múltiplos setores, diante dos desafios postos pela inclusão.

Perante as adversidades impostas pela falta de acessibilidade e inclusão, forçoso é nos mobilizarmos em prol de ações para sua concretização, sejam realizadas em espaços escolares ou de saúde, públicos ou privados, associações, ONGs, e quaisquer outros que visem a promoção de intervenções com este intuito, não nos privando da cobrança aos órgãos governamentais responsáveis por manter políticas públicas e ações afirmativas de qualidade com o desígnio de debater, refletir e propor caminhos concretos para sua consumação.

Compondo esta pauta, a oficina de psicopedagogia e musicalidade se apresenta como um projeto de extensão do Núcleo de Educação Especial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido no espaço da Organização Internacional Não Governamental Lions Ama Xerém, que é um Centro de Convivência para Pessoas com Deficiências e tem como

objetivo promover a socialização e desenvolvimento do aprendizado de crianças, jovens e adultos com deficiências variadas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A proposta da oficina surgiu a partir da demanda relatada pelos responsáveis no atendimento psicopedagógico individual realizado na instituição e apresentou-se como uma oportunidade para desenvolver a autonomia, a cognição, a socialização, a comunicação, entre outras áreas que possam promover a ampliação da atuação destas pessoas na sociedade.

Na prática são desenvolvidas atividades psicomotoras, com músicas e instrumentos, que proporcionam o desenvolvimento físico e mental, estimulando a superação das diversas dificuldades por eles apresentadas, auxiliando também no desenvolvimento da praxia fina, praxia global, conhecimento do corpo e espaço, lateralidade e a interação psicoemocional entre assistidos e seus familiares.

Para Facco (2017 apud SPERANDIO et al 2016) o planejamento urbano é uma ferramenta essencial para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, colaborando assim, na promoção da saúde física e mental do cidadão. No município de Caxias, no qual está inserido o distrito de Xerém, que abriga tanto o espaço utilizado pela instituição quanto os indivíduos e a maioria das famílias que fazem uso dos serviços por ela oferecidos, encontramos uma mobilidade urbana precária na estruturação da acessibilidade. Ruas desniveladas, calçadas sem rampas, ausência de informações básicas em Braille e em LIBRAS, ausência de piso tátil para pessoas com deficiências visuais, meios de transportes onde a maioria dos elevadores apresentam mal funcionamento ou não funcionam, o que se torna um prejuízo para a locomoção e conseqüentemente para a interação social.

Nos postos de saúde locais são oferecidos serviços de atendimento como psiquiatria, psicologia, fonoaudiologia e odontológicos insuficientes para a demanda de atendimentos neste segmento da população. No quarto distrito do município de Caxias, Xerém, a prefeitura criou um centro de atendimento múltiplo com terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia e equoterapia, serviços fundamentais para oportunizar o melhor desenvolvimento a este público específico, no entanto, a partir dos de 13 anos de idade eles não podem mais fazer uso dessas terapias nesse centro, tamanha a demanda local.

Assim nasceu a proposta da Organização não governamental do Clube Lions Ama Xerém, onde essas pessoas, em grande parte jovens e adultos, pudessem ter um centro de convivência, ser assistidos com projetos que promovam a interação social, bem como a conscientização política dos seus direitos amparados pela legislação e atividades para a continuação do estímulo/desenvolvimento cognitivo.

Em face a todo esse contexto, é vital ressaltar a relevância do respeito à diversidade e à individualidade de cada sujeito, realçando a eficácia em termos de transformação da sociedade quando nos colocamos em situação de propiciar a acessibilidade atitudinal, metodológica, pedagógica e de comunicação a todos no intento de adaptações que proporcionem melhores condições de inserção e atuação na sociedade de pessoas com necessidades especiais em suas várias apresentações.

MATERIAIS E MÉTODOS

A oficina é realizada semanalmente, às segundas-feiras, das 15h às 16h. Em média são assistidas 14 pessoas, dentre crianças, jovens e adultos, onde são utilizados instrumentos de percussão, de cordas e chocalhos como recursos e ferramentas no trabalho com canções instrumentais ou não, que variam o repertório entre MPB, infantis e de conhecimento popular, fazendo uso de suas letras e variações rítmicas para o melhor desenvolvimento dos participantes. São

desenvolvidas também atividades psicomotoras, de interação, entretenimento e recreação com bolas, bambolês e outros objetos avaliados como proveitosos.

De acordo com os objetivos, buscamos exercitar movimentos que desenvolvam: a cinesia, para que os assistidos possam realizar suas atividades cotidianas de maneira cada vez mais eficaz; a socialização, procurando trabalhar a interação social entre os pares e seus familiares para que possam ampliar sua ação em meio a sociedade; e a comunicação, fazendo uso de recursos que estimulam a aquisição e utilização de variadas formas de linguagem para avançar na conquista da autonomia na comunicabilidade.

1 - Alongamento do corpo, relaxamento e aquecimento.

Em primeira instância, logo no alongamento corporal, os pais são incentivados a tocar em seus filhos de maneira leve, natural, mantendo distância do movimento mecânico e rotineiro, sendo espontâneos, primando pela sensibilidade, através de brincadeiras onde são estimuladas ações que despertem sensações físicas prazerosas e diversão mútua.

2 - Desenvolvimento da praxia fina.

Elaboramos intervenções mediadas fazendo uso de musicalização teatral, gestos e coreografias que em consonância com as letras, visam de forma lúdica o incentivo do exercício das partes do corpo com ênfase nas mãos e dedos, o estímulo para o pensamento abstrato e a linguagem na comunicação.

3 - Motricidade e Consciência corporal.

São desenvolvidos movimentos que estimulam a consciência corporal através da percepção da constituição do corpo, trabalhando automassagem, deslocamento dos membros superiores e inferiores, cabeça e tronco, e a motricidade buscando o equilíbrio ao utilizar marchas variadas, imitação de animais e objetos inanimados, bem como movimentos de rotação e exploração da lateralidade.

Descobrir o corpo por meio de expressões, movimentos corporais desenvolve a identidade. Através da ludicidade podemos trabalhar as muitas formas de aprendizado, a autonomia do sujeito, sua liberdade de descoberta e sua noção de espaço corporal. Homogeneizar o corpo, o movimento, o aprendizado, o raciocínio lógico e o gosto pela aprendizagem nas brincadeiras é crucial para o melhor desenvolvimento de nossos assistidos, assim como estimular o respeito, a afetividade e com ela a solidariedade e a cooperação. As atividades lúdicas são um meio transformador de expandir o entendimento de suas concepções de mundo e sociedade.

4 - Musicalização (utilização dos instrumentos musicais).

Através do uso de instrumentos buscamos desenvolver a percepção e consciência musical, levando-os à repetição de movimentos relacionados com variados ritmos e gêneros musicais, o que auxiliará na construção do conceito de tempo. Para tal, utilizamos instrumentos de percussão e cordas, ora com supervisão e orientação, ora de maneira livre.

5 - Interação familiar (os assistidos e seus responsáveis).

O dia a dia de uma família que abriga uma pessoa com deficiência é tão variado quanto as possibilidades de deficiências, mas em algumas delas são encontradas situações de difícil aceitação ou execução, tornando muitas vezes a rotina enfadonha, deixando pouco espaço para a fruição da afetividade entre seus membros.

Assim sendo, pautando-nos na perspectiva Walloniana (1986) de afetividade, que fala da importância do seu papel no sentimento de proximidade e pertença e no comentário de Salla (2011), no qual explica que:

A afetividade está sempre presente em todos os momentos, movimentos e circunstâncias de nossas ações, assim como o ato motor e a cognição. O espaço permite a aproximação ou o retraimento em relação a sensações de bem-estar ou mal-estar.

Construímos em nossa oficina um espaço livre para manifestações de sentimentos, proporcionando às famílias assistidas momentos de deleite pela companhia de seres queridos, embora determinadas circunstâncias do dia a dia façam com que o cuidar se sobreponha a estas demonstrações práticas de amor.

Para Wallon, a interação estabelecida entre o bebê e a mãe será a responsável pela eclosão cognitiva do ser, não em uma concepção biológica, mas no seu entendimento da natureza humana, sobre o qual o papel da emotividade é fundamental, por sermos essencialmente seres “organicamente sociais”, devido à dependência que a fragilidade do organismo nos expõe nos primeiros anos de vida, deixando-nos obrigatoriamente aos cuidados de outro ser, mobilizado para atender nossas necessidades vitais. Em se tratando de pessoas com deficiência, é de conhecimento comum a rejeição frequente à deficiência e não raras vezes ao deficiente, dificultando ou retardando a construção do vínculo mãe/bebê ou família/bebê, tendo a oficina também esse propósito, de auxiliar na implantação e fortalecimento desse laço estimulador das funções cognitivas.

Ainda nesse sentido, ele realça a importância do desenvolvimento motor como um dos meios de manifestar essa emotividade, através de gestos, expressões faciais, movimentos corporais e até mesmo involuntários, que irão ordenar-se naturalmente com o desenvolvimento da função simbólica e da linguagem, sendo importante alternar momentos de interação com o outro e momentos de interiorização do indivíduo, para compreender e elaborar o processo de concepção de si mesmo. Desta forma, é possível observar manifestações dos assistidos como sinais de estímulos nossos que estão surtindo efeito no desenvolvimento da aprendizagem almejada, nos possibilitando definir estratégias individuais para alcançar objetivos, fazendo uso da emotividade.

Para o autor Vitor da Fonseca, a cognição não se limita apenas a ideias, é a reunião de um agrupamento de elementos perceptivos, motores, afetivos e linguísticos, que juntos formam o ato mental. A partir de então, é possível compreendermos a necessidade de metodologias que englobem estímulos variados para que sejam complementares ao exercício desses elementos fundamentais no processo de aprendizagem, sendo em contexto escolar, terapêutico ou quaisquer outros. É mediante ao ato mental que o sujeito constrói conceitos, portanto trabalhando intensamente ou progressivamente a imitação diferida, que é quando a repetição de um comportamento ou gesto acontece em “atraso”, abriremos caminho para as representações mentais com significados e símbolos, o que nos permite memorizar o que não está/é físico, incluindo as referências da linguagem.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas atividades propostas individualmente e em grupo na Oficina de Musicalização, observamos avanços expressivos no desenvolvimento em cada um dos assistidos. A metodologia aplicada corroborou para a aquisição de novas palavras o que ampliou o vocabulário e conseqüentemente interferiu de forma positiva na comunicação dos mesmos. Os estímulos psicomotores serviram para a retenção do conhecimento de seus corpos e as noções concretas da lateralidade e do espaço em que os corpos efetivamente estão. Traçamos assim o antes e o depois, após a intervenção com as Oficinas de musicalização e psicopedagógica,

para que pudéssemos nortear o progresso dos assistidos, e assim ajustarmos a metodologia às necessidades específicas e singulares de cada um.

A fim de manter em sigilo os nomes verdadeiros, denominaremos os assistidos por letras ao compartilhar seu perfil antes e depois das oficinas.

A, 12 anos, (déficit cognitivo), oralizada, não alfabetizada, reconhece algumas letras, mas não junta as sílabas, tem uma boa pintura, desenha, não consegue montar quebra-cabeças, boa coordenação, porém precisa exercitar a lateralidade.

B, 19 anos, (paralisia cerebral e deficiência múltipla) não alfabetizada, não reconhece as letras e números, pouco oralizada, e bastante tímida.

C, 22 anos, (deficiência intelectual e síndrome Hipomelanose de Ito) não alfabetizada, não escreve, poucas palavras em seu vocabulário, pinta desordenadamente, não formula desenhos.

D, 11 anos, (autismo) oralizado, alfabetizado, em classe regular e acompanhando pedagogicamente o currículo comum, dificuldade na coordenação motora fina, conta apenas com 40% da visão.

E, 47 anos, (autismo) alfabetizado, concluiu o ensino médio em classe regular, e acompanhou a classe, tem habilidades para desenho, pintura, criação de poemas, e se expressa de modo singular através das artes.

F, 19 anos, (déficit cognitivo) dificuldade na fala, na escrita, na realização de atividades e na coordenação motora.

G, 23 anos, (síndrome de cri-du-chat) não alfabetizada, possui dificuldade para segurar o lápis, consegue pintar (riscar) melhor com o giz de cera, pouco oralizada.

H, 12 anos, (síndrome de Down) pouco oralizado, não alfabetizado, não reconhece as letras, não cria desenhos, sua pintura é abstrata, e parece não ter vontade de fazer as atividades.

I, 06 anos, (autismo) oralizado, reconhece as letras, em classe regular e acompanhando pedagogicamente, monta quebra-cabeças.

J, 09 anos, (autismo) pouco oralizado, reconhece as letras, números, mas ainda não é alfabetizado, não consegue assimilar o encaixe do quebra-cabeça, muita agitação, bagunçava todas as atividades.

K, 06 anos, (autismo) hiperativo, não alfabetizado, sem acompanhamento terapêutico, não reconhece as letras e números, extremamente agitado sendo difícil a concentração em atividades simples.

L (síndrome de Down) pouco oralizado, não alfabetizado, não reconhece letras e números, não faz as atividades sem auxílio.

M, 10 anos, (autismo) não oralizado, não alfabetizado, não reconhece números e letras, não entra na sala de atendimento.

N, 07 anos, (autismo) classe regular com mediadora, lê, escreve, é oralizado, porém é raro estabelecer um diálogo.

O, 07 anos, (autismo) oralizado, conhece as letras, e números, realiza jogos de quantidade e suas referências numéricas, quebra-cabeças, jogos da memória, no entanto é muito tímido e possui dificuldade de socialização em grupo.

O grupo vem expressando progresso dentro das finalidades propostas para a oficina, realizando atividades de maneira surpreendentemente progressiva para alguns, devido ao grau de comprometimento intensificado por suas comorbidades, conseguindo realizar ações como a imitação dos gestos e coreografias, o aperfeiçoamento do ritmo musical, as palmas, elevação dos braços e mãos sobre a cabeça, variados movimentos ritmados com os pés, e a melhora na comunicação diária, incluindo conversas entre os pares antes durante e depois da oficina, sendo notória a aquisição de vocabulário.

O projeto de musicalidade e estimulação psicomotora tem em seu objetivo ser um meio de estímulo para a construção do pensamento abstrato, trabalhando interpretação, símbolos e esquemas, tendo a musicalização sendo aplicada como estímulo variado, incluindo a própria letra, os gestos e movimentos como forma de, a partir do concreto, construir o pensamento abstrato.

Acreditamos que a base de todo trabalho deve começar pela humanização, valorizando no outro os atributos que se tem em detrimento de qualquer debilidade. Para isso pautamo-nos no afeto aliado a cada atividade que desenvolvemos.

Para Aristóteles, “nada chega ao intelecto sem antes passar pelos sentidos”. Após 6 meses de participação na oficina:

A, 12 anos, (déficit cognitivo) já consegue orientar sua atenção para as atividades, com auxílio vem montando pequenos quebra-cabeças, realizando atividades com pintura, números e quantidades e obtendo um melhor entendimento das letras.

B, 19 anos, (paralisia cerebral e deficiência múltipla) tem trabalhado a motricidade das mãos pois possui esses membros atrofiados e sua interação social é onde obtivemos maior ganho.

C, 22 anos, (deficiência intelectual e síndrome Hipomelanose de Ito) teve em seu vocabulário uma ampliação singular. Com as atividades, nossa assistida está desenvolvendo a coordenação fina com a escrita, sua pintura tem mostrado timidamente a aquisição da noção espacial. Obtivemos um expressivo progresso em sua consciência corporal, no reconhecimento dos membros, alto e baixo, noções de lateralidade, já consegue subir em pequenas rampas, passar por obstáculos menores nas ruas, entre outros progressos.

D, 11 anos, (autismo) após os estímulos motores na oficina e trabalhando com amarração de cadarço, encaixe de botões, dentre outros, nosso assistido teve uma melhora significativa em sua coordenação motora fina, recebeu também atividades que oportunizam suas habilidades com a matemática, e assim vem alcançando êxitos também na escrita, com atividades que envolvem a leitura, interpretação, tendo consequência na elaboração de sua própria consciência de mundo e individualidade.

E, 47 anos, (autismo) tem um talento para as artes, através da música, leitura de poemas, nosso assistido passou a se expressar, também, por meio de poemas de própria autoria, criando e improvisando. Seus desenhos e pinturas relatam fatos que o marcam, e também o seu cotidiano. Também houveram ganhos em sua interação social, onde desenvolve conversas com outros assistidos e expõe a todos o seu prazer por cantar e dançar.

F, 19 anos, (déficit cognitivo) já está lendo e construindo palavras através do alfabeto móvel, ainda confunde algumas letras, mas seu desenvolvimento é notório, realiza atividades sem auxílio como montagem e encaixe de peças, pinturas, e atividades matemáticas.

G, 23 anos, (síndrome de cri-du-chat) a aquisição de novas palavras potencializa sua comunicação, presta bastante atenção na leitura e contação de história, e sua atividade com a pintura vem mostrando progresso.

H, 12 anos, (síndrome de Down) reconhece algumas letras, realiza montagens de encaixe do alfabeto e atividades artísticas com melhor empenho.

I, 06 anos, (autismo) demonstra muita afetividade, mantendo bastante contato físico com voluntários e assistidos, interage profusamente com outras crianças.

J, 09 anos, (autismo) a oficina proporcionou um ambiente onde o mesmo tem expressado mais calma para a execução das atividades, surpreendendo por suas habilidades com jogos que estimulam o raciocínio lógico.

K, 06 anos, (autismo) tem realizado as atividades com maior concentração e tranquilidade, propomos uma atividade por vez, evitando outros estímulos, para seu melhor aproveitamento, atualmente reconhece as cores, os números e estamos em processo para a quantidade e seus numerais correspondentes.

L (síndrome de Down) o desenvolvimento evidente é em sua alegria e interação social com os colegas e apoiadores do projeto.

M, 10 anos, (autismo) a primeira grande conquista foi a entrada na sala, sentando e prestando atenção a cada leitura e à contação das histórias, vem participando de forma acanhada nas oficinas de musicalização.

N, 07 anos, (autismo) nosso assistido possui uma habilidade musical expressiva, tendo a aptidão de reproduzir vocalmente notas, mesmo tendo ouvido apenas uma única vez.

O, 07 anos, (autismo) tem preferência por atividades mais tranquilas, aos poucos temos visto o progresso de sua socialização com os demais de sua idade.

Ainda há muito que se conquistar em nosso projeto. Desejamos estabelecer um meio de comunicação com os assistidos que ainda não a possuem e a melhora no desenvolvimento motor dos mais comprometidos. Para isso, seguimos com os estudos e pesquisas, buscando o aperfeiçoamento da equipe bem como o de nossa metodologia.

CONCLUSÕES

Toda mãe é a primeira educadora e instrutora de seu filho. Pestalozzi, 15 de março de 1819.

O vazio deixado por mães e familiares assoberbados de tarefas, muitas vezes correspondentes aos próprios cuidados com os especiais, não pode ser preenchido por outrem, nem é nossa intenção tenta-lo, o que desejamos através das práticas de interação é assinalar a importância deste vínculo para o desenvolvimento de nossos assistidos, mostrando aos responsáveis, pais e familiares o quanto este momento de contato físico, e porque não psicológico, pode ser aproveitado como júbilo e regozijo após tantas batalhas travadas pela manutenção da vida orgânica, como é comum em casos de grande complicação de saúde.

Wallon mostra que a afetividade é expressa de três maneiras: por meio da emoção, do sentimento e da paixão e é exatamente o que buscamos exercitar em nossas oficinas, a aproximação de nós com os alunos e destes com seus pais, visando não apenas o estímulo motor, mas também a interação psicoemocional.

O que deve ser feito para auxiliar pessoas na busca por conhecimentos essenciais ao seu pleno desenvolvimento, para que sejam capazes de atuar ativamente na sociedade na qual estão inseridas, é o mote para nossas pesquisas e práticas diante dos desdobramentos desse trabalho. Buscamos, de certa forma, traduzir em um grupo de elementos perceptivos os rudimentos de saberes essenciais na ação física, psicológica, cognitiva e mental para o desenvolvimento de

habilidades indispensáveis à vida em comunidade, ainda que adaptadas às possibilidades de cada um.

A vida de relação, por necessidade provoca esforços em todos os indivíduos, amplia percepções, eleva precauções e cuidados, desenvolvendo sensibilidades, conhecimentos e virtudes através da linguagem, seja ela oral, visual, escrita, verbal, gestual ou pelo olhar, que tem em comum a manifestação da inteligência, da vontade e da sensibilidade. Johann Heinrich Pestalozzi, em sua enumeração de leis fisicomecânicas, orienta para que se “produza riqueza e pluralidade em estímulos e jogos, de modo que os resultados da necessidade física levem em si mesmos a marca da liberdade e da independência”, ideia da qual também partilhamos.

Os cinco sentidos, postos em relação mais próxima, favorecem a memória e potencializam suas percepções, seu exercício facilita a representação dos objetos ao redor de maneira mais clara e paulatinamente mais fácil. Cada habilidade adquirida deve ser vinculada como base para a construção de novos aprendizados, acrescentando a cada momento algo ao que já está consolidado, mostrando a força existente em cada ser e a utilidade de cada criação em a natureza, deixando claro que todos temos nossas deficiências, mas também virtudes em potencial, respeitadas as diferentes graduações físicas, mentais e psicológicas de cada individualidade.

Nenhuma dificuldade apresentada, limitação ou incerteza momentânea nos impediu de seguir no propósito de contribuir para o dever empreendido. O presente trabalho não traduz completa convicção nem apresenta método infalível, visto que versa sobre a lida com seres humanos, logo, seria impossível alcançar tal posição.

Entendemos a importância, para a sociedade como um todo de se reorientar para a afetividade e ludicidade em nossos espaços e atividades, baseando-nos no atendimento em que o assistido é visto de forma individual dentro do coletivo. Isto posto, compreendemos o trabalho realizado na oficina de psicopedagogia e musicalidade como um espaço para a prática onde nossos estudos são aplicados e os resultados obtidos estudados e aperfeiçoados para darem continuidade à ascensão do desenvolvimento daqueles que recebem apoio em nossa oficina.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Constituição 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. **Lei nº 13.146**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Alagoas, 2018. Disponível em: <https://pnee.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FACCO, Maria Lucielza Oliveira. **Análise sobre a acessibilidade aos deficientes físicos nas calçadas e nos pontos de transporte público coletivo na cidade de Manaus**. Piauí: Jus.com.br, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58423/analise-sobre-a-acessibilidade-aos-deficientes-fisicos-nas-calçadas-e-nos-pontos-de-transporte-publico-coletivo-na-cidade-de-manaus>>. Acesso em: 14 out. 2018.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Processo Ensino-Aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais: o aluno com Deficiência Mental**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008.

FONSECA, Vitor. **Manual de observação psicomotora**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wark, 2012.

GRATIOT-ALFANDÉRY, Hélène. **Henri Wallon**. Recife: Massangana, 2010.

SALLA, Fernanda. **O conceito de afetividade de Henri Wallon**. São Paulo: Nova Escola, 2011. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/264/o-conceito-de-afetividade-de-henri-wallon>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

SOËTARD, Michel. **Johann Pestalozzi**. Recife: Massangana, 2010.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz; MATTOS, Thiago Pedrosa. **Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n6/1413-8123-csc-21-06-1931.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

WALLON, Henri. **L'Evolution Psychologique de L' Enfant**. Paris: Collin, 1986. Ed orig 1981.

RELAÇÃO ARBÓREA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE EM PERSPECTIVA COM A DEFICIENTE TRATATIVA ESTATAL À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

JAUQUELINE ASSUNÇÃO CURITIBA
*Mestranda do Programa Interdisciplinar em
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNICAMP
jaqueassuncaoc@gmail.com*

OSWALDO GONÇALVES JUNIOR
*Professor Doutor do Programa Interdisciplinar em
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNICAMP
oswaldo.junior@fca.unicamp.br*

RESUMO

Com este trabalho objetivou-se analisar a relação entre Estado brasileiro e alunos com necessidades educativas especiais através de seu sistema jurídico, representado aqui pelas seguintes leis nacionais e transnacionais: Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei nº. 8.069/90), Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (nº. 9.394/96), Plano Nacional de Educação-PNE (Lei nº. 13.005/14), Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-LBI (nº. 13,146/15). Através dos parâmetros de análise “Acesso à escola regular”, “Predial”, “Formação docente” e “Material didático” pode-se observar uma dissociação entre o processo de elaboração e implementação de tais políticas, não permitindo que metas e objetivos definidos inicialmente sejam alcançados, acarretando a exclusão destes indivíduos das esferas sociais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Interdisciplinaridade. Inclusão. Sociedade Civil.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the relationship between the Brazilian State and students with special educational needs through its legal system, represented here by the following national and transnational laws: Statute of the Child and Adolescent-ECA (Law No. 8.069/90), Declaration of Salamanca (UNESCO, 1994), Law of Guidelines and Bases of National Education-LDBEN (No. 9,394/96), National Education Plan-PNE (Law 13.005/14), United Nations International Convention on the Rights of Persons with Disabilities (UN, 2006) and the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities-LBI (No. 13,146/15). Through the analysis parameters “Access to regular school”, “Building”, “Teacher training” and “Didactic material”, a dissociation between the process of elaboration and implementation of these policies can be observed, not allowing initially defined goals and objectives are achieved, leading to the exclusion of these individuals from the social spheres.

Key-words: Inclusive education. Public policy. Interdisciplinarity. Inclusion. Civil Society.

INTRODUÇÃO

A matéria moral mais difícil que o gênero humano enfrentará, no século XXI, é da equidade e justiça morais nos padrões de vida, desenvolvimento humano e distribuição de custos para preservar bens comuns (DROR, 1999). Cabe aos diversos Estados mundiais o encargo de tal questão, por disporem de instituições legais e organizacionais para assegurarem direitos humanos às populações; por possuírem mecanismos que possibilitem e imponham a responsabilidade dos governantes ante a sociedade; e que devam facilitar controles internos e externos das ações governamentais, assegurando, assim, o caráter ético e democrático que o Estado deve ter (BRESSER-PEREIRA, 1999 apud DROR, 1999), ainda que a função estatal varie em cada país, mudando frequentemente dentro de um mesmo país (SECCHI, 2012). Ao focalizar a problemática à diretriz que o Estado e seus governos assumem para enfrentar tal objeção, assenta-se as discussões no tema das políticas públicas. Por abranger diversas temáticas sociais, este campo mostra-se abrangente e com multiplicidade de análises. Considerando-se esse enquadramento, este trabalho focalizou a análise de políticas públicas voltadas para a temática da Educação Inclusiva.

Neste contexto, reconhece-se que a composição de equipe Multidisciplinar/Interdisciplinar é essencial para fundamentar e desenvolver novas possibilidades de ação pelos diferentes agentes e para realização e fortificação de nova dinâmica que valorize cada sujeito e diversidade, fortalecendo a Educação Inclusiva (BRIANT; OLIVER, 2012). Tratando-se de interdisciplinaridade, percebe-se que sua emergência deriva dos “quadros de formação “do” cientificismo do século XIX”, onde a estrutura científica disciplinar institucionaliza-se (SILVA JÚNIOR, D. ANTONA, 2013), pois observou-se ser necessário abordar modos interdisciplinares para tratar questões advindas da modernidade, por mostrarem-se cada vez mais complexas, sendo que tradicionais divisões dos saberes não permitiriam suficientes soluções a tais problemas (BECK, 2010; LATOUR, 1994). Dessa forma, a problemática da Educação Inclusiva apresenta-se como desafio de complexa abordagem interpretativa, demandando ligação de conhecimentos diversos e distintas áreas do saber para enfrentamento desta questão.

Este trabalho visou compreender o comportamento estatal brasileiro e suas políticas públicas frente a temática da Educação Inclusiva e sua relação com alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)¹, através de seu sistema jurídico, ou seja, seu conjunto de leis, decretos, planos, portarias, avisos e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. A importância desta análise descritiva e suas reflexões justifica-se por permitir melhor entendimento da tratativa estatal perante os alunos com NEE, pois, dentro da literatura especializada no tema, pouco se discorre sobre o papel do Estado nesta questão, mas sim aborda-se mais a realidade da sala de aula e das demandas e dificuldades dos professores frente a este grupo de estudantes.

RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE EM BREVE ANÁLISE

A Relação entre Estado e Sociedade assumiu, historicamente, diversas perspectivas, mas foi com o desenvolvimento do capitalismo que associou-se o uso corrente de “sociedade civil” ou a oposição de “Estado” e “Sociedade Civil” (WOOD, 1990). O que indica que não se pode definir seu conceito e circunscrever seu significado se não redefinindo simultaneamente o termo “Estado” e delimitando a sua extensão (BOBBIO, 1987).

Atribuída sua aparição, inicialmente, no século 18, “Sociedade Civil” continha noções diferentes das do termo “sociedade” isoladamente, que dela antes vieram, representando

1 Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994): “o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem”.

“esfera separada de relações e atividades humanas, diferenciada do estado, mas nem público nem privado ou talvez ambos ao mesmo tempo, incorporando não apenas toda uma gama de interações sociais além da esfera privada do agregado familiar e da esfera pública do estado, mas mais especificamente uma rede de relações distintamente econômicas, a esfera do mercado, a arena da produção, distribuição e troca” (WOOD, 1990).

Além de poder-se distinguir diversas acepções conforme se considere “Sociedade Civil” como não-estatal com o pré-estatal, ou seja, aquilo que ainda não é estatal; anti-estatal, ou antítese do Estado, se posicionando como alternativa ao Estado; ou inclusive pós-estatal, sendo considerada conclusão para dissolução ou fim do Estado (BOBBIO, 1987).

Entretanto, este ensaio se apropriará das concepções de “Sociedade Civil” e “Estado” contemporâneas, onde Sociedade Civil é entendido como o lugar de “formação de demandas (input) que se dirigem ao sistema político e às quais este tem o dever de responder (output)” (BOBBIO, 1987), sendo que o contraste da dicotomia reside entre quantidade e qualidade de demandas e capacidades Estatal para respondê-las, e em processo de

“Estatização da sociedade (que) correspondeu um processo inverso mas não menos significativo de socialização do Estado, através do desenvolvimento de várias formas de participação nas opções políticas, [...] donde a expressão “Estado Social” pode ser entendida não só no sentido de Estado que permeou a sociedade mas também no sentido de Estado permeado pela sociedade” (BOBBIO, 1987).

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A partir de 1990, a temática da Educação de Alunos Especiais, globalmente, começou a voltar-se para a chamada Educação Inclusiva, após a propagação da notória Declaração de Salamanca, assumindo que “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”; e que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar”, sendo que “as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias” (UNESCO, 1994).

Entretanto, até incorporar os princípios recomendados por tal declaração, a Educação Especial foi, historicamente, tratada pelo estado brasileiro por três distintas abordagens, a saber:

1. Modelo médico ou clínico: apesar de muito criticado, os médicos foram os primeiros que atentaram-se à necessidade de escolarização destes estudantes, que residiam nos hospitais psiquiátricos, sendo que qualquer atuação proposta à área educacional possuía um viés terapêutico individual (fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, etc.) e pouca ênfase era dada à atividade acadêmica, que não ocupava mais do que pequena fração do horário dos alunos (GLAT; FERNANDES, 2005);

2. Institucionalização da Educação Especial: ocorreu nos anos 70, devido ao sistema educacional público ter começado a atentar-se em garantir a possibilidade às escolas aos estudantes que apresentassem algum grau de deficiência; assimilou os conceitos da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem, que evoluíam nesse período, especialmente na perspectiva comportamental. “O deficiente pode aprender” tornou-se o lema deste momento, ultrapassando o molde médico ou clínico, entretanto, neste momento a educação especial ainda ocorria como atividade paralela das salas convencionais, com técnicas de forte abordagem clínica e currículos a parte, e não integrativos. As classes especiais implantadas durante os anos de 70 e 80 serviram mais como locais separatistas para estudantes que não correspondiam aos alunos convencionais dos sistemas educacionais, do que oportunidade de admissão na rede pública

de ensino para os alunos com deficiências, cujo predomínio ainda permanecia em instituições privadas (GLAT; FERNANDES, 2005);

3. Integração: surgiu a partir de críticas ao modelo de segregação da Educação Especial e do método comportamental, compreendendo que era a escola que deveria se adequar ao aluno com NEE, e não o contrário. O processo de redemocratização brasileira, e em posterior a Constituição de 1988 ocasionou em modificação drástica nas políticas públicas, nos objetivos e na qualidade dos serviços de atendimento a estes estudantes. Este método é o mais prevalente nos sistemas educacionais e escolares brasileiros até os dias atuais (GLAT; FERNANDES, 2005).

Dessa forma, compreende-se que o contemporâneo reconhecimento da necessidade de um modelo integrativo nas escolas regulares foi resultado de lutas e construções sociais, que originaram políticas transnacionais e nacionais voltadas a esta temática.

ANÁLISE DO TRATAMENTO CONTEMPORÂNEO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - ESTADO COMO PROMOTOR DE DIREITOS

Partindo de pensamentos de Figueiredo (2002), do qual discorre que para a implementação da educação inclusiva baseada no tratamento da diversidade é fundamental compreender as distinções e a partir delas possibilitar a gestão da aprendizagem; de Pelosi (2006) que afirma que o êxito da inclusão educacional vincula-se à perspectiva de identificar e aceitar as diferenças, representando oferecer as condições necessárias ao aprendizado da criança em âmbito escolar, e não apenas incluir aluno com NEE em ambiente educacional regular e esperar que o mesmo aprenda simplesmente pelo contato com os demais estudantes.

E de Parekh (2001), que defende que uma sociedade multicultural é aquela que envolve e permite a liberdade da diferença, e a tratativa dos seres humanos de maneira igual requer levar em consideração tanto suas similaridades quanto diferenças, o significando diferente tratamento para indivíduos distintos, levando-se em consideração que direitos iguais não significam, por sua vez, direitos idênticos. Tomando como premissa estas reflexões, este trabalho entende a necessidade de compreender a tratativa estatal brasileira quanto à Educação Inclusiva.

Para tanto, considerou-se os seguintes instrumentos de políticas públicas nacionais e transnacionais: Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei nº. 8.069/90), Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (Lei nº. 9.394/96), Plano Nacional de Educação-PNE (Lei nº. 13.005/14), Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) (incorporada à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo no 186, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-LBI (Lei nº. 13,146/15).

Partindo desses sistemas jurídicos, observou-se que as distintas abordagens a respeito da inclusão de alunos com NEE apresentavam determinados padrões, identificados neste trabalho pelos seguintes parâmetros de análise: **Acesso à escola regular, Predial, Formação docente e Material didático**. Dessa maneira, seguir-se-á estes critérios, considerando os sistemas analisados.

ACESSO À ESCOLA REGULAR

Quanto ao acesso à escola regular, todos os dispositivos analisados tratam deste parâmetro, porém, muitas vezes com contrariedades quanto à universalização do ensino regular. No caso do ECA, em seu artigo 54, inciso 3, traz que é dever do Estado assegurar “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, **preferencialmente** na rede regular

de ensino” (grifo da autora), criando uma controversa, afinal, quando utiliza-se desta terminologia, não cria obrigatoriedade que tais estudantes devam possuir atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, abrindo margem à interpretações errôneas, não estabelecendo critérios rígidos de quando o alunado deve, ou não, ter acesso às escolas regulares.

Similarmente, a LDBEN retrata, em seu artigo 3º, inciso três, que será princípio do ensino o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, [...] transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, *preferencialmente* na rede regular de ensino”, e no artigo 58, quando estabelece por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida *preferencialmente* na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, incluído do parágrafo 2, referindo que o “atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”, não deixando claro em que momentos este atendimento deverá ou não ocorrer.

Não obstante, o PNE também apresenta questões similares, ao estabelecer na meta 4 o objetivo de universalizar, para estudantes da educação básica com deficiência, o acesso à educação especializada “*preferencialmente* na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo”, contrapondo-se com os demais itens desta meta, como o 4.2 (estabelece que no prazo de vigência da lei a *universalização* do atendimento escolar à crianças de zero a três anos com deficiência deva ser promovida), e no item 4.8 (estabelece a garantia de oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado).

Paralelamente, entretanto, encontram-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a LBI, que reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação, definindo que o sistema educacional inclusivo deva ocorrer em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida para pessoas com deficiência, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; artigos 27 e 28 da LBI). Além de, no caso da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, haver garantia de medidas de apoio individualizadas aos estudantes e nas línguas e meios de comunicação mais adequados, favorecendo seus desenvolvimentos acadêmico e social, e assegurando que as crianças participem de jogos e atividades recreativas e esportivas no ambiente escolar, em igualdade de condições que as outras crianças.

Assim como a Declaração de Salamanca, onde assume que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, e as crianças e jovens com NEE devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.

PREDIAL

No ECA, artigo 16 inciso 1, discorre que o direito à liberdade compreende ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais. Já a LDBEN, artigo 3º inciso 1, traz que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Entretanto, ainda que possuam tais recomendações gerais, não há especificações às adaptações prediais escolares.

Diferentemente do apresentado na Declaração de Salamanca, que estabelece linhas de ação em nível nacional referente a fatores relativos à escola, defendendo mudanças em aspectos prediais para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas, sendo que estas deveriam

acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas. Assim como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece a importância da acessibilidade das pessoas com deficiência aos meios físico, social, econômico e cultural, além de no artigo 9º estabelecer medidas para a identificação e eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, que devem ser aplicadas nas escolas.

Em relação ao PNE, na meta 4.6 estabelece que é dever do Estado manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica no contexto escolar. Quanto a LBI, além de determinar que sejam eliminadas todas as barreiras² nas escolas (artigos 28 e 55), determina no artigo 113 alteração na Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade), onde as cidades devam elaborar planos de rota acessíveis em seus planos diretores em locais de educação.

FORMAÇÃO DOCENTE

Quanto a formação docente, o ECA não estabelece conteúdo específico a este parâmetro. Já a LDBEN no artigo 59 determina que os sistemas educacionais deverão assegurar “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Por sua vez, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz no artigo 24, inciso 4, a obrigação dos Estados Partes empregar professores (inclusive professores com deficiência) “habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do Braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino”. Já o PNE estabelece na meta 4.3 a formação continuada de professores para atendimento educacional especializado, e na meta 4.5 a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e áreas pedagógicas, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com alunos com deficiência. Além disso, apoia a implementação de equipe para auxiliar o processo de escolarização destes estudantes (meta 4.13) e incentiva a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência (artigo 4.16).

Quanto a LBI, em seu artigo 27, inciso 10, fomenta a adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores, além de oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. No inciso 11, incumbe ao poder público assegurar a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio”.

Já a Declaração de Salamanca estabelece nas linhas de ação em nível nacional, no que tange o recrutamento e treinamento de educadores, que “treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência”, facilitando o que pode ser alcançado nas escolas, além de ser levada em consideração durante a avaliação dos estudos e da graduação de professores. Ademais, estabelece a adoção de treinamento para professores que já atuam nas escolas regulares e sugere técnicas que deveriam ser desenvolvidas por esses profissionais, como avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, etc.

² No Artigo 3º define como barreiras “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, [...] e o exercício de seus direitos à acessibilidade.

MATERIAL DIDÁTICO

ECA, LDBEN e Declaração de Salamanca não trazem diretrizes específicas neste parâmetro, ainda que esta última deixe claro, em todo seu documento, a necessidade de mudanças em todos os aspectos da escolarização para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas.

Já a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz no Artigo 24, inciso 3, a “facilitação do aprendizado do Braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa”. Quanto ao PNE, na meta 4.6, apresenta que deva haver disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino. Além disso, na meta 16.3 visa por “expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas de literatura e de dicionários, [...] incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille” para serem distribuídos aos professores da rede pública de educação básica, de maneira a favorecer a “construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação”.

Quanto a LBI, no artigo 28, inciso 06, incumbe ao poder público assegurar por materiais didáticos adaptados, além de no artigo 68 estabelecer que se deve “adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis [...] com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação”.

REFLEXÕES FINAIS

Perante as análises realizadas, percebeu-se que o processo de implementação exige necessária preocupação por parte dos formuladores, pois é nessa fase que permite-se que metas e objetivos definidos inicialmente sejam alcançados, sendo que a “dissociação entre planejamento e implementação ou a não preocupação com os requisitos da implementação aumentam a chance de fracasso das políticas públicas” (CARVALHO et. al, 2010), tornando-se necessário, além de haver uma proposta política que garanta o acesso desta clientela à escola, atentar-se à questões internas e externas ao ambiente educacional no momento da aplicação, por serem de extrema importância para que o direito à escolarização seja atendido (como: processo de locomoção; convivência familiar e comunitária do estudante; acesso à materiais didáticos, etc.).

Além disso, dos dispositivos analisados, apenas a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Declaração de Salamanca destacam a importância da contratação de professores com deficiência para o âmbito escolar, demonstrando uma carência de esforços nesse sentido e descontinuidade de ações entre a educação infantil e a vida adulta do indivíduo com deficiência.

Através de tais análises, percebeu-se que houve uma evolução nas legislações nacionais e transnacionais acerca da temática da educação inclusiva, sendo natural que as mais atuais abordem de maneira mais universalizante tal questão. Porém, ainda que a recente LBI tenha permitido alguns avanços nesta tratativa pelo Estado brasileiro, não representou, por si só, atendimento completo destas demandas, acarretando a não possibilidade de acesso à escola para esses alunos, justificando a extrema exclusão destes quando o acesso à educação escolar não se dá adequadamente, considerando que ainda reside no imaginário de nossa sociedade ser necessário frequentar a escola para enquadrar-se e adaptar-se a vida em comunidade (SENNA, 2004).

O incremento que o presente trabalho gostaria de trazer não é apenas o de análise descritiva das leis em si, mas uma reflexão sobre a relação Estado e Alunos com NEE como um observador

analisa, à distância e superficialmente, uma árvore. Quando observada inicialmente, o vegetal demonstra suas folhas, seu tronco e seus galhos sobre a terra.

Caso este observador não possua suficientes informações sobre a árvore analisada, poderá acreditar que tudo que lhe é demonstrado extrinsecamente à superfície refere-se ao ser em sua plenitude. Porém, ainda que embaixo da terra, as raízes estão presentes e fazem parte essencial deste organismo vivo: elas promovem nutrientes ao sistema vascular da árvore, permitindo o crescimento e solidez desta à vista externa a terra.

Da mesma maneira que as folhas, galhos e tronco de uma árvore (que primeiro apresentam-se em superficial observação) dependem extremamente de suas escondidas raízes para sua sobrevivência, está a relação do Estado com a Sociedade Civil: aparentemente, em breve análise, é o Estado que se mostra exterior a todo e qualquer esfera, retratando-se como ente forte, independente. Entretanto, quando se intensifica a investigação deste mesmo Estado, desvencilhando-se desta supérflua e inexperiente ideia, encontra-se uma concordância de conexões estatais e societárias, sendo ambos os lados tão conectados e difusos em si que, algumas vezes, podem-se confundir-se e fundir-se em um mesmo núcleo comum.

Assim como as raízes da árvore diferem-se entre si, a sociedade é heterogênea em seus diferentes grupos e indivíduos: desprezar determinada parcela desta por acreditar ser menos importante ou benéfica para a construção das esferas sociais, das quais o Estado faz parte, é tão maléfico e sem sentido quanto uma árvore desprezar uma de suas raízes que lhe trará sustentação e força vital: não traz benefício algum, e ainda se demonstra *deficiente* em sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOBBIO, N. et al. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 1996.
- _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2014.
- _____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. Prefácio. In: DROR, Y. **A capacidade para governar: Informe ao Clube de Roma**. São Paulo: Fundap, 1999.
- BRIANT, M.E.P.; OLIVER, F.C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 1, p. 141-154, 2012.
- CARVALHO, M.L.; et al. Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR, X, 2010, Mar del Plata, Disponível em: <www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/214.pdf>. Acesso em: 15/06/2018.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2007). Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

DROR, Y. **A capacidade para governar: Informe ao Clube de Roma**. São Paulo: Fundap, 1999.

FIGUEIREDO, R.V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D.E.G.; SOUZA, V.C (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 67-78, 2002.

GLAT, R.; FERNANDES, E.M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

PAREKH, B. Rethinking multiculturalism: Cultural diversity and political theory. **Ethnicities**, v. 1, n. 1, p. 109-115, 2001.

PELOSI, M. B. Por uma escola que ensine e não apenas acolha: recursos e estratégias para inclusão escolar. **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, p. 121-132, 2006.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SENNA, L.A.G. De Vygotsky a Morin: entre dois fundamentos da educação inclusiva. In **Informativo Técnico-Científico Espaço**, INES, Rio de Janeiro, n. 22, p. 53-58, 2004.

SILVA JÚNIOR, R.D.; D'ANTONA, Á.O. Os métodos mistos e a interdisciplinaridade nas Ciências Sociais: pragmatismo ou pluralismo paradigmático?. **Idéias**, Campinas, v. 4, Especial, p.88-108, 2013. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/download/1642/1135>> Acesso em: 15/07/2018.

UNESCO. **Necessidades Educativas Especiais: Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais**. Lisboa: IIE. Inovação, 7, n.º 1, 1994.

WOOD, E.M. The uses and abuses of civil society. In: **The Socialist register**, v. 26, n. 26, 1990.

AS RESISTÊNCIAS E INSISTÊNCIAS DA (A)NORMALIDADE

VIVIAN FERREIRA DIAS

*Doutora em Ciências Humanas pela
Universidade Federal de Santa Catarina
vivian.dias@ufsc.br*

SANDRA CAPONI

*Professora Doutora da
Universidade Federal de Santa Catarina
sandracaponi@gmail.com*

RESUMO

Na perspectiva do Modelo Social, a deficiência não está vinculada ao corpo e à lesão, mas às barreiras encontradas no entorno. Aliás, essas barreiras são também discursivas, uma vez que os enunciados sobre a deficiência podem ser compreendidos como práticas que (in)viabilizam a inclusão. O presente trabalho toma os discursos como dimensões que formam o objeto de que falam, a partir dos enunciados e das condições de emergência desses (FOUCAULT, 1997). São consideradas, nesse recorte, duas materialidades: o discurso de uma juíza – que enuncia sobre a prática docente desenvolvida por uma pessoa com Síndrome de Down – e um texto-recado redigido por uma professora que tem a referida síndrome. Os discursos apresentam sentidos dispersos e remetidos a diferentes domínios: o primeiro deles associa deficiência à incapacidade, num efeito de memória do domínio médico, e o segundo recorre a saberes remetidos ao domínio jurídico e, sobretudo, mostra a resistência do sujeito.

Palavras-chave: Deficiência. Discurso. Sujeito

ABSTRACT

In the perspective of the Social Model, disability is not linked to the body and lesion, but to the barriers found in the environment. By the way, these barriers are also discursive, since statements about disability can be understood as practices that makes or not possible inclusion. This work takes the discourses as dimensions to form the object of which they speak, from the statements and the emergency conditions of the discourses (FOUCAULT, 1997). Two materialities are considered in this clipping: the discourse of a judge - which states about the teaching practice developed by a person with Down Syndrome - and a text-message written by a teacher who has the syndrome. The discourses present scattered meanings and refer to different domains: the first of them associates disability with incapacity, in a memory of the medical domain, and the second throw hand of knowledge referred to the legal domain and, above all, shows resistance of the subject.

Key-words: Disability. Discourse. Subject

ENUNCIADOS INICIAIS

O modelo social da deficiência, termo cunhado por Michael Oliver em 1983 (SHAKESPEARE 2006; BARNES et al. 2003; BARNES et al. 2005), admite a participação do meio no processo de exclusão. Portanto, nessa perspectiva, a deficiência não está vinculada ao corpo e à lesão, mas às barreiras encontradas no contexto. Essas barreiras, no entanto, não são apenas de ordem arquitetônica ou procedimental. Os enunciados sobre a deficiência também podem ser

compreendidos como práticas que (in)viabilizam a inclusão: porque a categoria deficiência é constituída por sentidos de anormalidade, impureza e incapacidade (ROSA, 2007; LIMA e COSTA, 2014), bem como de heroísmo e excepcionalidade (SILVA, 1986) e que podem instituir processos excludentes. Como é trazido por Foucault (1996), praticar o discurso, além de ser um desejo e uma forma de exercício do poder, é de algum modo uma maneira de se subjetivar. Somos cooptados pela palavra já-dita, mas ela não é a mesma depois que a fazemos circular.

Na perspectiva foucaultiana, portanto, o discurso não deve ser remetido à origem, mas à sua irrupção de acontecimentos. É preciso se voltar sobre essa espessura que o condiciona, que o traz de volta, sob quais condições, quais dispersões e repetições o inscrevem. O já-dito e o jamais-dito que o constitui. Não há nada de novo, mas há um ineditismo nas condições que permitem seu reaparecimento. O que o legitima e o que o impossibilita em determinada conjuntura. Nas palavras de Foucault (1997),

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (p.31).

Para Foucault (1997) os discursos são violências que fazemos às coisas, são compreendidos como práticas que “formam sistematicamente o objeto de que falamos” (p. 55). É preciso obviamente uma materialidade para que sejam praticados, são feitos de signos, mas, ao designar coisas, fazem mais que simplesmente utilizar esses signos. “É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (p 55).

Ademais, os discursos mostram por meio de quais jogos de verdade a pessoa com deficiência se define e toma seu lugar no mundo (FOUCAULT, 1997). Assim sendo, a imersão nos discursos sobre a deficiência, e seus efeitos, pode ser compreendida como uma prática profícua de delineamento da inclusão, uma vez que irá permitir que os sentidos históricos sejam redimensionados e que novos dizeres, saberes e práticas, que rompem com o caráter extraordinário da deficiência, possam passar a ser considerados como verdadeiros. O exercício analítico, de base foucaultiana, busca apontar a qual formação discursiva os sentidos são remetidos, as condições de existência dos discursos e a que outros enunciados se ligam (FOUCAULT, 1997).

O objetivo do trabalho é, portanto, tomar os discursos como dimensões que formam o objeto de que falamos, a partir dos enunciados e das condições de emergência dos discursos. Isto é, indicar o modo como a deficiência e, por conseguinte, a pessoa com deficiência, são significadas e enunciadas. Para atingir esse objetivo, foram escolhidos os principais domínios que constituem a formação discursiva da deficiência: o histórico, o médico, o corporal, o jurídico e o político, assim como alguns discursos representativos que emergem nesses domínios.

O recorte aqui realizado toma dois exemplos: (1) uma postagem publicada em um grupo de magistrados no *Facebook* – cuja autoria é atribuída a uma desembargadora, na qual se refere a uma das condições que é identificada com a deficiência (Síndrome de Down) e (2) um texto-recado redigido por uma professora que tem a referida síndrome. Esses discursos foram escolhidos pelo fato de mobilizarem diferentes domínios enunciativos, como poderá ser atestado pela análise, e por serem representativos de movimentos de resistência do sujeito (FOUCAULT, 2004). Além disso, eles são bastante atuais (março de 2018) e atingiram grande circulação no país (mídia digital, impressa, dentre outras).

DISCURSOS EM REDE

Se tomarmos o espaço digital como prática discursiva que constitui sujeitos e sentidos sobre a deficiência na contemporaneidade, é preciso justamente analisar a circulação de enunciados produzidos em meio a tais condições de produção, dando visibilidade às posições de sujeito, bem como articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória e quais sentidos são silenciados e apagados.

Como materialidade representativa desta emergência de uma tomada de posição de luta, trago um discurso bastante atual e que atingiu um grande alcance no Brasil, em março de 2018. Analisar as condições que permitiram o aparecimento deste enunciado é um movimento que nos leva a compreender como práticas discursivas materializam ações de sujeitos em relações de poder/saber. Esta materialidade foi escolhida porque traz o intrincamento de diferentes enunciados, de diferentes posições sujeitos, e é representativo do cenário midiático como lugar de emergência de discursos sobre a deficiência. Abaixo, segue o discurso 1 (da desembargadora):

Voltando para casa e, porque vivemos em uma democracia, no rádio a única opção é A Voz do Brasil... Well, eis que senão quando, ouço que o Brasil é o primeiro em alguma coisa!!! Apuro os ouvidos e ouço a pérola: o Brasil é o primeiro país a ter uma professora portadora de síndrome de down!!! Poxa, pensei, legal, são os programas de inclusão social... Ai me perguntei: o que será que essa professora ensina a quem???? Esperem um momento que eu fui ali me matar e já volto, tá?

Quando essa mensagem se tornou pública, e não mais ficou restrita a um grupo fechado de Juízes, no Facebook, a menção inicial (“Juízes – participação exclusiva de magistrados”) foi mantida. Essa informação (na publicação original), bem como a disponibilização da foto da magistrada e de seu nome, ou seja, da pessoa que escreveu a mensagem, deixam claro de quem é a autoria. Nesse caso, a dimensão da autoria é essencial para trazer um outro efeito de sentidos para a afirmação, já que a autora ocupa uma posição de notório saber e é identificada com o domínio jurídico. Ou seja, a formação discursiva da magistratura remete a sentidos inscritos na memória: de sapiência, conhecimento sobre a lei e conduta ilibada.

O discurso acima se pauta em uma notícia ouvida por meio de um veículo de comunicação que é enunciado pela magistrada como única opção: “A voz do Brasil”. A justificativa para que essa seja uma “imposição”, naquele determinado horário, é a democracia. Argumento um tanto contraditório, ou cínico, uma vez que, nesse caso, não existe opção/liberdade.

Inicialmente, emerge o termo “portadora”, que mais uma vez traz a constatação de que a nomenclatura sobre a deficiência não é utilizada conforme as últimas legislações e atualizações (ainda que ela seja uma juíza). Já foi aqui referido que esse termo “portador”, embora tenha sido utilizado oficialmente, hoje não mais se aplica (SASSAKI, 2003). Outro ponto importante é que a Síndrome de Down emerge como dimensão que não sustenta a posição sujeito de quem ensina. É percebida, portanto, uma tensão entre ter Síndrome de Down e ensinar, haja vista que pelos sentidos que emergem essas posições não coadunam (inclusive a utilização de muitas interrogações para questionar o que essa professora ensina e quem se beneficiaria com os ensinamentos que pode transmitir, materializa a pouca possibilidade de respostas). Porque a Síndrome de Down, nesse discurso, é identificada com o domínio médico, como uma condição que causa retardo, como falta de inteligência, como incapacidade (pouco importando as experiências e as particularidades do sujeito, tampouco o contexto no qual está imerso). Logo, ser professor com Síndrome de Down é discursivizado como um disparate, uma pérola, uma “piada pronta”. No limite, aqui, a pessoa com deficiência é subjetivada como sem capacidade.

Os sentidos que emergem, nesse discurso, daquilo que constitui tudo o que foi dito sobre a Síndrome de Down, são aqueles atrelados à incapacidade, à dependência, apagando e silenciando outros sentidos também possíveis que ligam a Síndrome a sujeitos que estudaram, são profissionais, se casaram. Ou seja, diferentemente daquilo que também constitui a Síndrome de Down, mas que nesse discurso não emerge, não tem força de verdade. Carneiro (2008), em livro que partiu de sua tese de doutorado, deixa claro que a deficiência intelectual é uma produção social. Baseada na teoria histórico-cultural de Vygotsky, a estudiosa atesta que a Síndrome de Down não é uma condição que de forma unívoca acomete as pessoas e gera, necessariamente, um “prejuízo na inteligência”. É, na verdade, uma inter-relação entre diversos fatores, incluindo os de ordem psicológica e social (além da qualidade da mediação propiciada), que impactarão o desenvolvimento. Logo, Síndrome de Down não é sinônimo de deficiência intelectual. Tampouco a deficiência intelectual é sinônimo de incapacidade.

No discurso emerge, ainda, uma palavra estrangeira, “*well*”, do inglês, “idioma mundial” e legitimado. Ela precede a informação “**ouço que o Brasil é o primeiro em alguma coisa**”, esse enunciado retoma dois sentidos antagônicos: (1) de que o Brasil é um país de terceiro mundo, que ocupa as últimas posições nos marcadores de desenvolvimento e (2) que aquilo que vem de fora é superior (CORACINI, 2003). Dito de outro modo, aquilo que diz respeito ao Brasil é menos legitimado que aquilo que vem dos países desenvolvidos (de primeiro mundo); ser o primeiro em “alguma coisa” significa que ele (Brasil) não ocupa posição de destaque em quase nada. Nas palavras de Coracini (2003, p. 219): “o brasileiro, em geral, e cada um em particular se sente (consciente ou inconscientemente) inferior diante do estrangeiro europeu e americano que admira e anseia como o paraíso perdido da totalidade impossível (...)”. Importante também destacar o momento histórico que permite o aparecimento dessa descrença no país. O Brasil, já há alguns anos, e especialmente quando o discurso foi proferido, encontrava-se, e ainda se encontra, em um clima de corrupção, denúncias, impunidades, golpes, execuções e violência, enfim, em uma profunda crise política.

Considerando o ineditismo de uma informação como essa, de que “**o Brasil seria o primeiro em alguma coisa**”, a juíza segue seu comentário: “**Apuro os ouvidos e ouço a pérola: o Brasil é o primeiro país a ter uma professora portadora de Síndrome de Down**”. Dizer que algo é “uma pérola”, no sentido do discurso oral/escrito, é uma metáfora que contradiz o valor e preciosidade que ela (joia) tem. Ao contrário, são enunciados estapafúrdios e inadequados que fazem emergir sentenças tais como: “é uma pérola” e “ele disse cada pérola”.

Dito isso, o estapafúrdio é o fato de o Brasil ser o primeiro país a ter uma professora com Síndrome de Down, aliás, o sentido negativo da palavra pérola é ratificado quando ela se questiona: “**o que será que essa professora ensina a quem????**”, e ao concluir: “**Esperem um momento que eu fui ali me matar e já volto, tá?**”. E, também importante, antes dessas sentenças, ela menciona: “**poxa, pensei, legal, são os programas de inclusão social**”. Ou seja, antes de se questionar acerca da capacidade da professora, ela discursiviza a notícia como “positiva”, mas o sentido escorrega, porque o acontecimento “professora com Síndrome de Down” é pressuposto como dependente dos “programas de inclusão”, como se esse atravessamento fosse a única condição de possibilidade para uma pessoa com Síndrome de Down exercer a docência.

Inclusive, é justamente sobre a posição de incapacidade, a partir da qual a juíza enuncia, que surge o enunciado pretendido como cômico: “**Esperem um momento que eu fui ali me matar e já volto, tá?**”. Obviamente a magistrada não irá se matar de fato. O uso do verbo no passado “fui” em lugar de “irei” (e o fato de que já irá voltar), demonstram isso, mas essa afirmação mostra o rechaço à posição-sujeito professora com Síndrome de Down, rechaço tão grande que

seria suficiente para justificar um suposto suicídio. Afinal, na perspectiva da incapacidade, o sujeito-incapacitado não tem nada a ensinar, porque, na verdade, nem conseguiria aprender.

Abaixo, segue o discurso 2 (enunciado pela professora):

“19/3/2018. Recado para a Juíza. Não quero bater boca com você! Só quero dizer que tenho síndrome de Down e sou professora auxiliar de crianças de uma escola de Natal/RN. Trabalho à tarde, todos os dias, com a minha equipe que tem uma professora titular e outra auxiliar. Eu ensino muitas coisas às crianças. A principal é que elas sejam educadas, tenham respeito às outras. Aceitem as diferenças de cada uma. Ajudem a quem precisa mais. Eu estudo o planejamento, eu participo das reuniões, eu dou opiniões, eu conto história para as crianças, eu ajudo nas atividades, eu vou para o parque com elas. Acompanho as crianças nas aulas de inglês, música, educação física e mais um monte de coisas. O que eu acho mais importante de tudo isso é ensinar a incluir as crianças e todo mundo pra acabar com o preconceito porque é crime. Quem discrimina é criminoso!

Esse discurso emerge como reação/resposta ao *post* da Juíza. Esse enunciado também foi digitado, como disposto acima, mas a circulação dele não se deu por meio dos caracteres do computador. Os compartilhamentos desse discurso, cujo título é: **“Recado para a juíza”**, partiram, sobretudo, do original. A autora desse texto, uma professora com Síndrome de Down, escreveu sua resposta em uma folha de caderno, de próprio punho, e a imagem dessa resposta foi capturada e disponibilizada no *Facebook*.

A imagem da folha de caderno com letra cursiva em sua extensão, bem como a assinatura da docente (na imagem original), são indícios da autoria. O início do texto, **“não quero bater boca com você”** fazem emergir dois sentidos: (1) bater boca remonta à discussão e, embora de antemão já diga que não irá realizá-la, negar essa postura é afirmar que seria legítimo que ela ocorresse, que haveria justificativa para fazê-la e (2) o pronome de tratamento “você”, em lugar de “excelência/meritíssima” que são os dispensados a juízes, coloca a autora e sua interlocutora em pé de igualdade, em posições equivalentes. Não há hierarquia. Quebra-se com a pressuposição de que um juiz estaria em posição superior.

Pois bem, os vocábulos “recado”, “você” e a expressão “bater boca” remetem a sentidos do cotidiano, de posições sujeito similares. Nem a posição de juíza, tampouco o fato de ser pessoa sem deficiência, são capazes de dissuadir o lugar ocupado pela professora. A docente se investe de um poder não apenas por ser professora com Síndrome de Down – aliás, ela é a primeira pessoa com Síndrome de Down a exercer a docência no Brasil, ou seja, é a posição professora ocupada por ela que suscitou as reações da juíza; a magistrada, em seu discurso falava de uma professora qualquer, porém ela é literalmente materializada na posição dessa professora – mas principalmente porque é a professora quem desloca as relações de poder e dilui as fronteiras entre uma autoridade jurídica (perante a qual temos que nos vestir, falar e nos comportar mediante determinados rituais e regras) e um cidadão comum.

O início do texto, **“não quero bater boca com você”** fazem emergir dois sentidos: (1) bater boca remonta à discussão e, embora de antemão já diga que não irá realizá-la, negar essa postura é afirmar que seria legítimo que ela ocorresse, que haveria justificativa para fazê-la e (2) o pronome de tratamento “você”, em lugar de “excelência/meritíssima” que são os dispensados a juízes, coloca a autora e sua interlocutora em pé de igualdade, em posições equivalentes. Não há hierarquia. Quebra-se com a pressuposição de que um juiz estaria em posição superior.

Pois bem, os vocábulos “recado”, “você” e a expressão “bater boca” remetem a sentidos do cotidiano, de posições sujeito similares. Nem a posição de juíza, tampouco o fato de ser pessoa

sem deficiência, são capazes de dissuadir o lugar ocupado pela professora. A docente se investe de um poder não apenas por ser professora com Síndrome de Down – aliás, ela é a primeira pessoa com Síndrome de Down a exercer a docência no Brasil, ou seja, é a posição professora ocupada por ela que suscitou as reações da juíza; a magistrada, em seu discurso falava de uma professora qualquer, porém ela é literalmente materializada na posição dessa professora – mas principalmente porque é a professora quem desloca as relações de poder e dilui as fronteiras entre uma autoridade jurídica (perante a qual temos que nos vestir, falar e nos comportar mediante determinados rituais e regras) e um cidadão comum.

Portanto, a professora fala inicialmente de si, é preciso que fale. Ela finalmente responde à questão seguida de tantas interrogações da juíza: “o que será que essa professora ensina a quem???”. Ainda que ela não mencione a pergunta da magistrada, seu texto parte dela. Aqui fica nítido que, embora o sujeito não seja uno, mas cingido e assujeitado à linguagem (FOUCAULT, 1996), ele resiste (FOUCAULT, 2004). A subjetivação da professora como incapaz é contraposta às atividades que desenvolve, às suas ações. Para romper com a posição de incapacidade, são mobilizados os sentidos que correspondem à capacidade.

No encadeamento discursivo da materialidade do recado também são enunciadas práticas que se identificam com a estrutura escolar tradicional do ensino infantil: **“Eu estudo o planejamento, eu participo das reuniões, eu dou opiniões, eu conto história para as crianças, eu ajudo nas atividades, eu vou para o parque com elas. Acompanho as crianças nas aulas de inglês, música, educação física e mais um monte de coisas”**. E que complementam a resposta à indagação da magistrada e diluem a pressuposição de que ela seria professora por mera inclusão social, como uma posição “de fachada”. A docente é produtiva: age, prepara, planeja, ensina. Suas ações e a qualificação dessas sustentam a sua vinculação à formação discursiva da docência.

O discurso da magistrada não é retomado, tampouco transcrito, total ou parcialmente. Mas ele paira sobre o recado da professora. No lugar do texto da juíza é discursivizado, apenas, o preconceito. Esse sintagma resume aquilo que significa o *post* da magistrada, no encadeamento discursivo apresentado pela professora. O preconceito é contraposto por meio da posição da professora, que, além de todas as práticas já mencionadas, é uma docente que ocupa um lugar daquela que luta contra o preconceito: **“O que eu acho mais importante de tudo isso é ensinar a incluir as crianças e todo mundo”**. O saber/poder mobilizado pela professora perpassa o compromisso social, o respeito às diferenças, a transformação do contexto, em um claro atravessamento do domínio político, da ruptura de uma posição subalterna e tutelada (LANNA JUNIOR, 2010; ROSEVALD, 2016), historicamente atreladas à formação discursiva da deficiência. Essa maquinaria encontra eco não apenas na categoria deficiência, mas em muitas outras, marginais ou não, que extrapolam a noção de que o professor ensina apenas o conteúdo acadêmico. A docente ensina, passa valores, ajuda quem precisa mais: é nitidamente, como bem apontou Foucault (2004), o pressuposto de que cuidar bem de si é também cuidar do outro.

Nessa dispersão de sentidos do que é ser professor, o sujeito-enunciador não tomado como fundamento do discurso, mas como lugar específico que o sujeito pode ocupar para enunciar uma resposta, extrapola o currículo pressuposto em uma escola de educação infantil, e busca romper com **“o preconceito porque é crime”**. Ao emergir esse discurso, desloca-se o sentido mobilizado pela posição juíza, de que uma pessoa com Síndrome de Down não pode ocupar o lugar de professor, porque dá ainda mais uma lição: **“quem discrimina é criminoso!”** e esse saber é justamente aquele remetido ao domínio jurídico, ao qual se filia a juíza.

A professora aciona o seu saber/fazer/poder da prática docente, e “toma emprestado” o legitimado e oficial saber das leis, para romper com a subjetivação da incapacidade. **“Preconceito é crime e o preconceituoso é criminoso”**. É a posição professora quem profere a sentença, isto se dá a partir deste lugar que jurídico e pedagógico se imbricam, tornando as posições intercambiáveis. A juíza, ainda que ocupe um lugar historicamente construído como de notório saber, é ensinada. E sentenciada.

SENTIDOS FINAIS

A análise dos discursos em tela aponta para uma persistência do domínio médico (comentário da magistrada), cuja memória remonta ao diagnóstico, à deficiência intelectual como sinônimo de incapacidade. O posicionamento da juíza faz suscitar uma série de discursos que mobilizam o domínio jurídico, uma maquinaria de saberes e poderes que rompem com as posições hierarquizadas. Muitos comentários que partiram desse, incluindo o discurso da professora, lançam mão desse ordenamento legal para alertar uma juíza sobre práticas identificadas com preconceito. Sobretudo a carta da professora, foco da presente análise, dilui os sentidos de incapacidade atrelados à Síndrome de Down. A docente mostra as suas ações e ensina a magistrada, tanto em relação à convivência, quanto em relação aos atos criminosos.

Considerando que o comentário parte de um texto prévio que o baliza, discursos como o da docente diluem o negativo, mas, sobretudo, mostram resistência. Uma resistência que não traz qualquer apelo: a professora não fala que sofre ou que é muito difícil ter deficiência. Ela apresenta as suas ações. Nessa perspectiva, talvez a inclusão esteja menos dependente do conhecimento sobre a deficiência (saber o que é, conhecer as tecnologias que a compõem) e mais sobre o acesso às variadas posições sujeito da pessoa com deficiência, e, sobretudo, sobre seus discursos. Sobre suas tomadas de posição.

De um sujeito pressuposto como incapaz, no primeiro encadeamento discursivo, passa-se a um indivíduo produtivo. E que, sobretudo, silencia sua posição-sujeito “pessoa com Síndrome de Down”. A docente é construída, no seu próprio discurso, como comum: nem heroína, nem desafortunada. Acredito que esse lugar “comum” trará inteligibilidade para a inclusão. Porque é nessa perspectiva que os papéis de herói e/ou coitado – que constituem processos de diferenciação, na medida em que instituem sensibilidades “super” e “infra” humanas – não encontram condições de emergência.

REFERÊNCIAS

- BARNES, C. et al. (org). **Disability**. Cambridge: Polity Press, 2003.
- BARNES, C. et al. (org). **Exploring Disability: A Sociological Introduction**. Cambridge: Polity Press, 2005.
- CARNEIRO, M. S. C. **Adultos com síndrome de Down: A deficiência mental como produção social**. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- CORACINI, M. J. A celebração do outro na constituição da identidade, **Organon**, v. 17, n. 35. 2003.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”. In: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LIMA, F.; COSTA, B. **Modelos e evolução das perspectivas sobre deficiência**. Trabalho realizado no âmbito do curso Inclusão e Acesso às Tecnologias - Mooc 2014. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/219218159/Modelos-e-evolucao-das-perspetivas-sobre-deficiencia#scribd>> Acesso em: 17 de dezembro de 2015.

ROSA, S. M. A justiça divina e o mito da deficiência física. **Estudos**, Goiânia, v.34, n1/2, p. 09-19, jan/fev, 2007.

ROSENVALD, N. Aplicação no Brasil da Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência. **Actualidad Jurídica Iberoamericana**, ISSN 2386-4567, IDIBE, núm. 4 ter, julio 2016.

SASSAKI, R.K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.

SHAKESPEARE, T. The Social Model of Disability. In: Leonard J. Davis (org), **The Disability Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

O USO DO APLICATIVO DE COMUNICAÇÃO WHATSAPP EM ATENDIMENTO PEDAGÓGICO EM CLASSE HOSPITALAR

Walter Alves Sansão

Graduando em Psicologia - USP

walter.feusp@yahoo.com.br

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Professora Doutora - UERJ e CMPDI/UFF

professoraediclea.urej@gmail.com

RESUMO

O estudo teve como objetivo a construção de uma prática pedagógica reflexiva. Através da pesquisa científica desenvolveu-se um trabalho sobre classe hospitalar e tecnologia. Essa união descreveu caminhos para um projeto que definiu conceitos teóricos importantes através de diálogos com autores e experiências relevantes para entendermos como o uso do aplicativo de comunicação *WhatsApp* pode ser utilizado em atendimento pedagógico em classe hospitalar. O estudo foi norteado por sete paradigmas importantes na construção da prática metodológica desenvolvida: a importância das tecnologias no contexto pedagógico; definição técnica e pedagógica sobre o aplicativo de comunicação *WhatsApp*; a classe hospitalar como modalidade do atendimento educacional especial; aplicação da avaliação pedagógica utilizando a teoria da Taxonomia de Bloom; representações mentais e sociais no ambiente hospitalar (a inserção da pedagogia), construindo um hospital hospitaleiro e a teoria da cultura da convergência e os processos de interação. A análise de estudos de caso permitiu produzir resultados de um processo pedagógico no espaço hospitalar que se traduz em humanização configurando princípios sistemáticos do ato educativo permanente, que se realiza em diversos espaços da sociedade favorecendo o sujeito que se desenvolve como protagonista desse processo pedagógico. A revisão sistemática de literatura e o estudo de caso possibilitou construir e implementar a prática pedagógica reflexiva sobre o uso do aplicativo de comunicação *WhatsApp* no atendimento pedagógico em classe hospitalar.

Palavras-chave: WhatsApp, classe hospitalar educação especial e inclusão escolar.

ABSTRACT

The objective of this study was to construct a reflexive pedagogical practice. Through the scientific research a work on hospital class and technology was developed. This union described ways for a project that defined important theoretical concepts in dialogues with authors and relevant experiences to understand how the use of the WhatsApp communication application can be used in pedagogical service in hospital class. The study was guided by six important paradigms in the construction of the methodological practice developed: the importance of the technologies in the pedagogical context; technical and pedagogical definition of the WhatsApp communication application; the hospital class as a modality of special educational care; application of pedagogical evaluation using Bloom Taxonomy theory; mental and social representations in the hospital environment (the insertion of pedagogy), building a hospitable hospital and convergence culture theory and interaction processes. The analysis of ten case studies allowed us to produce results of a pedagogical process in the hospital space that translates into humanization, setting up systematic principles of the permanent educational act that takes place in various spaces of society. Favoring the subject that develops as protagonist of this pedagogical process. The systematic review of the literature and the case study made

it possible to construct and implement the reflexive pedagogical practice on the use of the WhatsApp communication application in the pedagogical attendance in hospital class.

Key-words: WhatsApp, special education hospital class and school inclusion.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são o conjunto de ferramentas tecnológicas (aplicativos e equipamentos) que utilizadas com o objetivo de ampliar e facilitar a comunicação, desenvolvendo para área da Educação resultados pedagógicos relevantes ao aprendizado dos alunos, formação e didática dos professores e novos conceitos em sistemas de ensino. As TICs são cada vez mais frequentes em ambientes escolares, porém o uso dessas tecnologias pode ser ampliado a espaços não formais visando contemplar alunos que necessitem de atendimento especializado, como é o caso de classes hospitalares. A facilidade do uso dessas tecnologias como ferramenta pedagógica se justifica, porque é uma linguagem, também, adotada em ambiente familiar. Isso permite conexão entre as práticas previamente elaborada pelo aluno/paciente e o aprendizado em classe hospitalar.

De acordo com a UNESCO (2014) há benefícios específicos no aprendizado móvel e diretrizes para implementação de políticas de educação que contribuem no desenvolvimento do aluno: expandir o alcance e a equidade da educação, facilitar a aprendizagem individualizada, fornecer retorno e avaliação imediatos e permitir a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar.

A sistematização com êxito do aplicativo de comunicação como metodologia de ensino bem sucedida em ambientes de ensino formal ou informal pode revelar uma forma inovadora de compartilhamentos de experiências pedagógicas e formação docente. Para Fonseca (2014, p. 24):

A educação da criança e do jovem na era digital tem que ser cada vez mais amiga dos seus corpos, dos seus cérebros e das suas mentes, caso contrário muitos problemas de cognição, de conexão e de execução, ou seja, de adaptação, de aprendizagem e de integração social vão emergir sem necessidade.

Para Junior e Albuquerque (2017, p. 2):

No campo educacional esta revolução também tem ganhado espaço uma vez que as instituições de ensino têm adotado o tablet e outras tecnologias móveis para veicular conteúdo e se aproximar desta nova geração que chega às salas de aula (net generation, geração z, centennials, etc.).

Vivemos em uma sociedade em que nem sempre a escola detém a primeira oportunidade de informação aos alunos. As possibilidades de comunicação e informação estão cada vez mais flexível e rápida. Essa velocidade nos torna mais participativos e competentes em linguagens que exigem dos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor. Estudos sobre a avaliação desses domínios foram desenvolvidos sob a liderança de Bloom através da Associação Norte Americana de Psicologia¹ que estruturou objetivos de classificação para definir algumas teorias instrucionais. Para Ferraz e Belhot (2010, p. 422):

Oferecer a base para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação e utilização de estratégias diferenciadas para facilitar, avaliar e estimular o desempenho dos alunos em diferentes níveis de aquisição de conhecimento; e estimular os educadores a auxiliarem seus discentes, de forma estruturada e consciente, a adquirirem competências específicas a partir da percepção da necessidade de dominar habilidades mais simples (fatos) para, posteriormente, dominar as mais complexas (conceitos).

1 A Associação Norte Americana de Psicologia (American Psychological Association), baseada no princípio e na importância de se utilizar o conceito de classificação como forma de se estruturar e organizar um processo, solicitou a alguns de seus membros, em 1948, que montassem uma "força tarefa" para discutir, definir e criar uma taxonomia dos objetivos de processos educacionais (LOMENA, 2006).

A escola precisa estabelecer parâmetros e possibilidades pedagógicas diversificada e inovadora. A pesquisa sobre instrumentos de avaliação organizada por Bloom permite desenhar alguns caminhos didáticos e discutir os objetivos pelo qual o *WhatsApp* pode nos proporcionar linguagem fácil e agradável tornando-se ferramenta pedagógica parceira de professores e estudantes facilitando o aprendizado. Para que possamos educar alunos para que sejam cidadãos com sucesso em diversas áreas de conhecimento. Para Pozo (2008 p.1):

Nossa sociedade vive momentos paradoxais do ponto de vista da aprendizagem. Por um lado, há cada vez mais pessoas com dificuldades para aprender aquilo que a sociedade exige delas, o que, em termos educacionais, costuma ser interpretado como um crescente fracasso escolar. Que professor, aluno ou simplesmente pai ou mãe nunca disse ou ouviu dizer que os alunos sabem cada vez menos, que estão menos preparados? Quem nunca se deparou com estatísticas preocupantes sobre os baixos índices de leitura e de aprendizagem dos alunos?

O uso de tecnologias na escola, talvez, represente um desafio a ações pedagógicas inovadoras. Criando novos paradigmas para o professor repensar o seu papel. Definindo novo caminho em metodologias que surgem através de exercícios didáticos. Visando o protagonismo por ele e pelos alunos. Nessa dimensão didática o professor permiti que seus alunos sejam atuantes, criativos, inovadores, protagonistas e críticos, essas são características importantes que a sociedade cada vez mais nos exige êxito em diversos campos de atuação social. Para Uliano (2016, p.15):

... o docente precisa buscar maneira de fazer com que o processo educativo seja prazeroso e desperte o desejo pelo saber e oportunize experiências com o novo desafio. É preciso entender que, tudo que é novo e diferente precisa ser adaptado e que os resultados sejam eles positivos ou não contribuem para o exercício que é o aprender.

O uso da ferramenta de comunicação *WhatsApp* traz alguns facilitadores como baixo custo de investimento, uso popular na sociedade em geral, registro multiplataforma de mídias e acesso a grupos, podendo ser utilizada como dispositivo móvel. Essa ferramenta tecnológica também abre caminhos à registros para pesquisas científicas. Conforme Fonseca (2010, p. 133):

A conjugação sistêmica destes quatro fatores: o simbolismo, a inovação tecnológica, a organização social e cultural e o enriquecimento genial do órgão da Homonização², que, no fundo, ilustram um aumento exponencial das interações do organismo com o meio, é o ninho da arte e da escrita. Quer uma quer outra competência, são atividades psicomotoras que requerem funções mentais muito sutis e exclusivas da espécie humana, muito além das exigidas para a macromotricidade, a micromotricidade e a oromotricidade³ e, por essa razão, só puderam ser apropriadas pelos humanos bastante tempo mais tarde, há cerca de cinco a seis mil anos.

O governo federal optou pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), visando construção educacional que priorize atendimento em classe regular. Desse modo, a própria legislação deixa a desejar na construção de parâmetros concretos para atender especificidades, como é o caso da classe hospitalar, definindo prioritariamente atendimento em ensino regular:

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização

2 Aquisição de características da espécie humana, por oposição a outras espécies mais antigas. Processo de evolução da espécie humana.

3 A macromotricidade, a micromotricidade e a oromotricidade são relativos a hierarquização da motricidade humana, que expressa uma evolução filogenética e ontogenética, desde o equilíbrio gravitacional à motricidade global, e desta para a motricidade fina. Brêtas, Pereira, Cintra e Amirati. 2005, p. 404.

do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Outros documentos foram elaborados, desenhando caminhos e garantias para a implementação das classes hospitalares em nosso país. São definidas quatro situações fundamentais para o processo da organização do atendimento em educação especial: participação em classes regulares, sala de recursos, sala especial e escola especial, esses critérios foram baseados em tendências para produção de escola inclusiva, assegurando o atendimento à diversidade humana.

O MEC (2002), define nessas orientações e estratégias organização administrativa e pedagógica das classes hospitalares e o atendimento pedagógico domiciliar para configuração dos aspectos relativos aos recursos humanos e materiais. Para a implementação da classe hospitalar o MEC (2002, p.15):

O atendimento educacional hospitalar e o atendimento pedagógico domiciliar devem estar vinculados aos sistemas de educação como uma unidade de trabalho pedagógico das Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Educação, como também às direções clínicas dos sistemas e serviços de saúde em que se localizam.

Para implementar a classe hospitalar é competência dos hospitais em todo território nacional. Mas o MEC (2002), não deixa claro se hospitais das redes privadas devem atender a tais orientações. Para o MEC (2002, p. 15):

Compete às Secretarias de Educação, atender à solicitação dos hospitais para o serviço de atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar, a contratação e capacitação dos professores, a provisão de recursos financeiros e materiais para os referidos atendimentos.

Conforme Diretrizes Operacionais, Brasil (2009), o atendimento educacional especializado, na educação básica, modalidade educação especial será oferecido em caráter complementar ou suplementar nos casos de ambiente hospitalar ou domiciliar é de; responsabilidade do respectivo sistema de ensino.

MEC (2002), apresenta configuração sobre impedimentos causados pelo quadro clínico do aluno/paciente de forma específica e generalizada, conforme a necessidade de repouso relativo ou absoluto, dificuldade de locomoção, imposição de horários para medicação e até efeitos colaterais de alguns fármacos. Também define que o processo de apoio ao professor em classe hospitalar compete ao sistema de educação e saúde. Ambos devem se organizar para oferecer ao professor o suporte necessário para realizar o referido atendimento pedagógico.

Dentre algumas orientações do MEC (2002), estão a inserção do professor na equipe de saúde e acesso dele ao prontuário do aluno/paciente sob as ações e serviços de saúde. O professor em classe hospitalar terá garantia ao adicional de periculosidade e de insalubridade assim como ocorre com os profissionais de saúde conforme previsto na CLT (título II, capítulo V, seção XIII) e a Lei 6.514 (22/12/1977).

O currículo em classe hospitalar pode ser orientado por processo de construção de forma flexível. Conforme, MEC (2002) p. 17: "A oferta curricular ou didático-pedagógica deverá ser flexibilizada, de forma que contribua com a promoção de saúde e ao melhor retorno e/ou continuidade dos estudos pelos educandos envolvidos." Para Caiado (2003, p. 71):

O trabalho pedagógico no ambiente hospitalar é um "[...] espaço em construção". Significa dizer que não há mapas com legendas a serem seguidos, orientações que levem a uma localização definida, ou mesmo a um porto seguro em que possam

sedimentar as certezas. O que há é a ousadia em transgredir, vislumbrar a emancipação do disciplinamento dos corpos e mentes inculcados no universo asséptico e silencioso dos hospitais. Talvez recaia aí a principal justificativa do trabalho pedagógico – invadir o objetivo mundo branco para legitimar a provisoriedade, a subjetividade e o poder de transformação que a educação postula neste cenário.

O Pedagogo é o profissional que atende em classe hospitalar e tem o dever, conforme a lei, de verificar se o aluno/paciente se encontra matriculado em unidade escolar. Caso seja negativa a situação do aluno/paciente em relação a matrícula na escola, o professor deverá providenciar o referido acesso. É necessária estrutura de ações políticas com recursos materiais que atenda com qualidade esse profissional em todas as ações pedagógicas da classe hospitalar: recreação, programas de educação e acompanhamento curricular escolar.

Nesse sentido, a classe hospitalar não configura início e fim ao processo pedagógico. O aluno/paciente traz consigo experiências relevantes que somam uma nova configuração durante internação hospitalar e que a continuidade do atendimento pedagógico poderá ocorrer em atendimento domiciliar ou classe regular, conforme situação clínica do aluno/paciente. Por isso, a responsabilidade do professor em classe hospitalar quanto a avaliação pedagógica somadas à questão clínica deve vir acompanhada de documentos oficiais (relatório de avaliação pedagógica e laudo médico), que apoiem efetivamente a família a garantir continuidade do atendimento pedagógico ao aluno/paciente, junto a instituição de ensino.

A formação do professor será preferencialmente em Educação Especial, ou em cursos de Pedagogia ou Licenciaturas. A recomendação é que o docente tenha, também, noções sobre as doenças e condições psicossociais vivenciadas pelos educandos e as características delas decorrentes, sejam elas do ponto de vista clínico ou do ponto de vista afetivo.

O professor não poderá atuar sozinho, terá auxílio de profissional de apoio. Para MEC (2002, p.22):

Nas classes hospitalares, o professor deve contar com um assistente de apoio, podendo o mesmo pertencer ao quadro de pessoal do serviço de saúde ou do sistema de educação. Outros profissionais de apoio, podem ser absorvidos pela criação de bolsas de pesquisa, bolsas trabalho, bolsas de extensão universitária ou convênios privados, municipais ou estaduais. Esses apoios podem ser profissionais de nível médio ou estudantes universitários das áreas da saúde e educação.

Há necessidade de refletir sobre formação inicial e continuada desse profissional quanto a oferta de disciplinas e os cursos em nível superior para atender a essas exigências. Outra dificuldade é a falta de produção acadêmica com pesquisas, formação e práticas pedagógicas que permite refletir mais sobre o tema em classe hospitalar. Para Barros, Gueudeville, Vieira (2011, p. 350):

Reafirmamos, por fim, que a classe hospitalar, enquanto um espaço de intervenção haverá de amadurecer e ser legitimado à medida que o retorno das pesquisas que se debruçarem por esse espaço evidenciarem os ajustes necessários à realização da sua prática. Desse modo, a implantação de espaços próprios de ensino-aprendizagem para crianças e/ou adolescentes hospitalizados se converteria em possibilidade não apenas de cumprimento de direitos da infância, mas, sobretudo, na possibilidade de enriquecimento teórico-metodológico dessa área do saber.

O campo reflexivo sobre classe hospitalar carece de investimentos em produção acadêmica e resultados, a fim de oferecer esclarecimentos norteadores que permitam construir didáticas e metodologias para construção da qualidade quanto ao paradigma de atendimento pedagógico nessa modalidade da educação especial e configurar transformações de saberes para o sistema de ensino em nosso país.

METODOLOGIA

A revisão sistemática da literatura é uma metodologia, que define de forma eficaz recolher informações sobre objeto de estudo, visando examinar aspectos já testados e verificados a fim de conhecer melhor o objeto de estudo, que nesse trabalho são as possibilidades do uso do aplicativo de comunicação *WhatsApp* como ferramenta de ensino-aprendizagem em classe hospitalar. Para Gonçalves, Nascimento e Nascimento (2015, p. 194), esse tipo de metodologia possibilita uma investigação que visa identificar evidências relacionadas a um problema específico de pesquisa, com o intuito de destacar ideias, posturas e opiniões de autores, publicadas na área de conhecimento em que se insere. A revisão de literatura permitiu criar critérios para questões de: investigação, descrição, localização, características, especificidades, metodologia, elaboração e conclusão.

A pesquisa, também, desenvolveu análise de estudo de caso, da observação dos alunos/pacientes em atividades pedagógicas no ambiente da classe hospitalar do Hospital Infantil Municipal Ismélia da Silveira em Duque de Caxias - RJ. Foi organizado perspectiva de pesquisa científica, com base teórica definida em três pensamentos importantes para nortear esse trabalho: "Representações mentais e sociais no ambiente hospitalar: a inserção da Pedagogia", conforme Orrico (2014), "Construindo um hospital hospitaleiro: acolhendo a família", conforme Fernandes (2014) e "Cultura da convergência e processos de interação", conforme Faccion (2010). O estudo dessas teorias produziu abordagem descritiva e exploratória de acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007), uma vez que, considerou-se que as teorias pesquisadas permitiram detectar e compreender melhor características do contexto em estudo de caso que avaliamos para etapa final do perfil de 10 alunos/pacientes.

O estudo de caso desenvolveu pesquisa qualitativa visando identificar características de organizações, situações e eventos, com base em investigação empírica, que permita investigar um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real. A pesquisa quantitativa possibilita ao pesquisador mensurar reações, opiniões, hábitos e atitudes por meio de amostra estatística que representa o universo pesquisado. É necessário compreender a produção de estudo, com base em dados qualitativos e quantitativos, onde o pesquisador é o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos, têm caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo, conforme Godoy, 1995B, Silva; Menezes, 2005 apud Freitas e Jabbour (2011, p. 9) a pesquisa quantitativa irá analisar os dados definidos pela interpretação de dados, resultando em informações que geram a quantificação e a medição de variáveis.

RESULTADOS

Conforme revisão bibliográfica realizada em 22 artigos científicos, após pesquisa em banco de dados foi possível elaborar entendimento que o *WhatsApp* é uma ferramenta pedagógica que permite aplicações didáticas, podendo ser definida como M-learning⁴ (aprendizado em dispositivo móvel) em TDIC (Tecnologia Digital Informação e Comunicação), em processos de avaliação e aprendizado pedagógico que podem ser analisados de maneira cognitiva, afetiva e psicomotora. Ele permite implementação de formas variadas quanto a didática, conteúdo, processo pedagógico, instituição, modalidades de ensino, público alvo, tempo e espaço.

Os estudos apresentaram informações que na maioria dos casos o objetivo principal é definir o *WhatsApp* como facilitador através do aprendizado móvel, construindo conhecimento

4 Mobile learning (m-learning) é um campo de pesquisa que busca analisar como os dispositivos móveis podem colaborar para a aprendizagem. Os desenvolvimentos de recursos pedagógicos para estes dispositivos são essenciais para a efetiva aplicação de m-learning. Conforme Batista, Behar e Passerino, 2010.

de questões específicas, desafios e benefícios. De forma que, o aprendizado através de um problema, estímulo, solução ou resposta pode ser dinâmico com oferta de mídias de texto, imagem, áudio e vídeo. O acesso à internet e outros aplicativos que o aparelho *smartphone* oferece, compõem a complementação de recursos que ajudam o aprendizado. Esse aplicativo permite integração entre teoria e prática, e que as instituições de ensino devem apoiar o uso adequado dos telefones celulares de forma sistemática para desenvolver práticas de habilidades de alfabetização em redes móveis.

Os resultados do estudo de caso com 10 alunos/pacientes avaliados na terceira fase desse projeto foram apresentados na seguinte sequência de dados: questionário aplicado pelo professor, imagens das atividades pedagógicas no aplicativo de comunicação *WhatsApp* e o relatório de avaliação pedagógica.

Com base no questionário aplicado pelo autor desse estudo, houve interpretação que a maioria dos sujeitos da pesquisa tem 10 anos de idade e estão matriculados no quinto ano do ensino fundamental. Nenhum dos sujeitos possuem aparelho *smartphone* ou outro aparelho eletrônico com acesso ao *WhatsApp* e que todos os sujeitos da pesquisa têm conhecimento e habilidade quanto ao uso do *WhatsApp*. Outro resultado foi que o assunto mais utilizado pelos sujeitos da pesquisa é “conversar com amigos e parentes” e o desejo é o de utilizar todas as mídias disponíveis pelo aplicativo. Nenhum dos alunos utilizou o *WhatsApp* em sua escola de origem e todos declararam que gostariam de utilizar o aplicativo como ferramenta pedagógica na escola de origem e em classe hospitalar.

CONCLUSÃO

No presente estudo houve compreensão sobre o tema classe hospitalar em suas dimensões conceituais, políticas e sociais. Elaborou-se interpretação, também, sobre o funcionamento desta modalidade da educação especial em aspectos didáticos através da implementação do uso do aplicativo de comunicação *WhatsApp* em atendimento pedagógico em classe hospitalar.

A didática desenvolvida em tecnologia digital na classe hospitalar foi o caminho para expressar conceitos pedagógicos e reelaborar de forma dinâmica de teorias da classe regular para classe hospitalar.

A área da saúde e educação podem caminhar juntas e contribuir para o desenvolvimento de alunos seja na escola ou no hospital. Para Granemann (2017, p. 141):

Se a escola for promotora de saúde, o hospital será mantenedor da escolarização, indicando a criação de hábitos, respeito à rotina: fatores que estimulam a autoestima e o desenvolvimento e a escolarização da criança e do adolescente. Além disso, entre todos esses benefícios, observam-se a melhora do estado emocional, a diminuição do tempo de permanência do aluno no hospital, bem como a economia de gastos e investimentos financeiros, o que em si colabora com a sociedade em geral.

A questão do acesso com qualidade a tecnologias digitais como ferramenta pedagógica é outra questão importante em nossa sociedade. Os alunos precisam desenvolver habilidades importantes através da convergência e interação, que é exigida em um novo perfil social. Para Fonseca (2014, p. 251):

A educação da criança e do jovem na era digital tem que ser cada vez mais amiga dos seus corpos, dos seus cérebros e das suas mentes, caso contrário muitos problemas de cognição, de conexão e de execução, ou seja, de adaptação, de aprendizagem e de integração social vão emergir sem necessidade.

Oportunizar o aluno/paciente de se relacionar com a concepção pedagógica e melhorar o seu potencial humano pode definir o hospital como um ambiente que representa um conjunto de modelos mentais positivos, para o aluno/paciente, família e a equipe de profissionais, através da classe hospitalar. É relevante a construção de um campo pedagógico que permita promover a aplicação de conceitos de diferentes áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento das pessoas, das instituições e da sociedade. Conforme Sansão (2018), O período de internação impede crianças e adolescentes de frequentarem a escola regular, mas aproxima da classe hospitalar, onde ela existe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Alessandra Santana Soares e; GUEUDEVILLE, Rosane santos; VIEIRA, Sônia Chagas. Perfil da publicação científica brasileira sobre a temática da classe hospitalar. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial – ABPEE. 2011.

BELHOT, Renato Vairo. FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. Gest. Prod. vol.17 no.2 São Carlos, 2010.

BLOOM, B. S. Some major problems in educational measurement. Journal or Educational Research, v. 38, n. 1, p. 139-142, 1944.

BRÊTAS, José Roberto da Silva, PEREIRA, Sônia Regina, CINTRA, Cintia de Cássia, AMIRATI, Kátia Muniz. Avaliação de funções psicomotoras de crianças entre 6 e 10 anos de idade. Acta. São Paulo – SP. 2005.

CAIADO, Kátia R. M. O Trabalho Pedagógico no Ambiente Hospitalar: um espaço em construção. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003. P. 71-79.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, Eduardo O. C. SANTOS, Sandra Virgínia Correia de Andrade. O uso do celular nas práticas de letramento. In: vi fórum identidades e alteridades. In II Congresso Nacional Educação E Diversidade, 2013, Itabaiana/SE. Anais. UFS/Itabaiana/SE Brasil. p. 1-10.

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, 1990. Disponível em . Acesso em 20/5/2009.

FACCION, Debora. Processos de Interação na Cultura da Convergência. Trabalho apresentado no GP Multimídia, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1829-1.pdf> . Acessado em 28/01/2018.

FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. Pedagogia Hospitalar. Princípios, políticas, e práticas de uma educação para todos. Editora CRV. 2014.

FERREIRA, Paula Araújo, LUZ, Cristina Rego Monteiro da, MACIEL, Ines Maria Silva. As redes sociais como fonte de informação: Uso do *WhatsApp* como ferramenta de apuração da notícia. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015.

FONSECA, Vitor da. Papel das Funções Cognitivas, Conativas e Executivas na Aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. Revista psicopedagogia. vol.31 no.96 São Paulo. 2014.

FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade e Neuropsicologia: Uma abordagem evolucionista. WAK Editora. 2010.

GONÇALVES, H. A.; NASCIMENTO, M. B.C.; NASCIMENTO, K. C. S. Revisão Sistemática e Metanálise: Níveis de evidência e validade científica. Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica. 2015.

GRANEMANN, Jucélia Linhares. Classe Hospitalar: Sistemática de atuação e de funcionamento. Revista Educação Especial em Debate | v. 2 | n. 03 | p. 105-124 | jan./jun. 2017.

JUNIOR, João Batista Bottentuit; ALBUQUERQUE, Odlá Cristianne Patriota. Possibilidades Pedagógicas Para O *WhatsApp* Na Educação: Análise de Casos e Estratégias. Revista Tecnologias na Educação – Ano 9 – Número/Vol.18 – Edição Temática III – I Simpósio Nacional de Tecnologias Digitais na Educação- tecnologiasnaeducacao.pro.br

JUNIOR, João Batista Bottentuit; ALBUQUERQUE, Odlá Cristianne Patriota; COUTINHO, Clara Pereira. *WhatsApp* e suas Aplicações na Educação: uma revisão sistemática da Literatura. RevistaOnLine. 2016.

JUNIOR, João Batista Bottentuit; ALBUQUERQUE, Odlá Cristianne Patriota. Possibilidades Pedagógicas Para O *WhatsApp* Na Educação: Análise de Casos e Estratégias. Revista Tecnologias na Educação – Ano 9 – Número/Vol.18 – Edição Temática III – I Simpósio Nacional de Tecnologias Digitais na Educação- tecnologiasnaeducacao.pro.br

JUNIOR, João Batista Bottentuit; ALBUQUERQUE, Odlá Cristianne Patriota; COUTINHO, Clara Pereira. *WhatsApp* e suas Aplicações na Educação: uma revisão sistemática da Literatura. RevistaOnLine. 2016.

ORRICO, Helio Ferreira. Representações Mentais em Ambiente Hospitalar. In: Pedagogia Hospitalar. Princípios, políticas, e práticas de uma educação para todos. 2014.

POZO, J.I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In: Tecnologias na Educação: ensinando a aprender com as TIC: guia do curista / Maria Umbelina Caiafa Salgado, Ana Lúcia Amaral . - Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 2008. Cap. 1, p. 29.

SANSÃO, Walter Alves. Dissertação de Mestrado: O uso do aplicativo de comunicação WhatsApp em atendimento pedagógico em classe hospitalar. Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI). Universidade Federal Fluminense (UFF). 2018.

ULIANO, Kelly C. Machado Luiz. Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC) na educação: Aplicativos e o mundo tecnológico no contexto escolar. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

UNESCO. Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel. 2014.

GT: 2 - Estudos de gênero, sexualidades e corporalidades

Coordenadores: Teresa Kleba Lisboa e
Felipe Bruno Martins Fernandes

AINDA OS CATIVEIROS DE PAPEL: DA REFORMA AGRÁRIA SONHADA À SUBMISSÃO AO TEMPO SOCIAL DO CAPITALISMO INDUSTRIAL POR AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS

CLÁUDIO RIBEIRO LOPES

*Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
claudiolopes1@gmail.com*

NAPOLEÃO MIRANDA

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
napomir@gmail.com*

THATIANA DE ANDRADE FIGUEIRA

*Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF;
Pós-Doutoranda na Universidade Federal de Viçosa
thatianafigueira@yahoo.com.br*

RESUMO

Pesquisou-se um assentamento que encontra, desde a sua formação, dificuldades para efetivar a produção nos seus 181 lotes, fruto de uma reforma agrária inconclusa. A carência principal é de água. Uma das papeleiras que se encontra instalada na região tem feito promessas, desde 2010, de instalar dois reservatórios d'água, de 30.000 litros, a fim de sanar o problema. No entanto, passados mais de 8 anos, até agora, nada foi feito. Recentemente, a promessa dos 2 grandes reservatórios foi substituída por outra: a de construir 1 poço profundo para cada lote (seriam, então, 181 poços, individuais). O trabalho demonstra que o tempo social do trabalho e da vida dos assentados permanece cativo do capital das indústrias e, para tanto, utiliza do método indutivo, mediante a aplicação de questionário estruturado a um grupo de assentados, desde a diretoria da associação até cerca de cinco por cento do total de associados [pesquisa qualitativa].

Palavras-chave: Cativéis de papel, Desertos verdes, Indústrias papeleiras, Tempo social. Dominação.

ABSTRACT

It has been investigated a settlement that, since its formation, has had difficulties to carry out the production in its 181 lots, due to an unfinished agrarian reform. The main lack is water. One of the paper mills that has been installed in the region has made promises, since 2010, to install two water reservoirs, 30,000 liters, in order to remedy the problem. However, past 8 years, so far, nothing has been done. Recently, the promise of the 2 large reservoirs was replaced by another one: to build 1 deep well for each lot (there would then be 181 individual wells). The work demonstrates that the social time of the work and the life of the settlers remains captive of the capital of the industries and, for that, uses of the inductive method, through the application of structured questionnaire to a group of settlers, from the board of the association until about five percent of the total number of associates [qualitative research].

Key-words: Paper's cages. Green deserts. Paper's industries. Social time. Domination.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho realizou-se uma análise sobre a forma como o processo de apropriação capitalista agroindustrializante imposto à sociedade no Mato Grosso do Sul, em especial, na região leste do Estado foi capaz de manter e ampliar a concentração da estrutura latifundiária regional e, ao mesmo tempo, inibir o acesso à terra e manter os parques agricultores familiares numa situação de aprisionamento frente ao próprio capital industrial representado pelos fomentos das indústrias de celulose, enquanto únicas fontes de recursos disponíveis à produção e como o financiamento de grandes empreendimentos via BNDES parece contribuir para minar a participação popular na gestão de recursos públicos.

Nessa perspectiva, objetiva-se explicitar como e em que medida esse processo representa a continuidade da apropriação por expropriação capitalista em contraste com a dimensão humana e material do desenvolvimento econômico-social. Para tanto, o presente trabalho, em termos metodológicos, serviu-se de pesquisa empírica (método qualitativo), realizada na região de Três Lagoas/MS, com recorte entre os anos de 2009 a 2015, cujos trabalhos de campo foram levados a efeito durante o ano de 2015, principalmente e outros questionários aplicados entre abril a julho/2018. Tais questionários [estruturados e semi-estruturados] foram acompanhados de entrevistas com doze sujeitos, representativos da sociedade treslagoense e do Bolsão, que versavam sobre a existência (ou não) de problemas/conflitos socioambientais decorrentes, principalmente, da reentrada das indústrias de celulose ali.

Como resultado da pesquisa, a partir dos questionários aplicados, foi possível identificar a existência de ao menos um conflito socioambiental instalado e que envolve assentados pela reforma agrária na região em 2010, o INCRA, a AGRAER e as duas indústrias produtoras de pasta de celulose ali em funcionamento desde 2009 e 2012, respectivamente, dando origem àquilo que passou-se a denominar, aqui, por cativeiros da celulose. Esses cativeiros se mantêm por força do domínio imperial do capitalismo agroindustrial na região, o qual seleciona e aprisiona os assentados ao tempo de vida social ditado, principalmente, mediante as promessas de suprir a carência de água para a produção orgânica de alimentos na região.

2 Terra é poder; terra e poder

O uso e ocupação do solo tem se revelado como um fator de acesso e manutenção do poder. No ambiente capitalista periférico, como o caso brasileiro, determinadas especificidades envolvem a seletividade no âmbito econômico; seletividade esta que tende a gerar níveis de tensão em decorrência da própria forma de administração de conflitos que suscita (SANTOS, 1979, p. 15-16), tendendo à invisibilização das tensões sociais e à inibição ou escamoteamento das modalidades de participação popular.

Nessa perspectiva, o processo industrializante submetido ao Brasil nas últimas décadas e, em especial, ao Mato Grosso do Sul, parece revelador de uma determinada tomada de sentido com relação à reprodução do espaço territorial e dos meios inerentes à produção (OLIVEIRA, 2003, p. 15), com consequências graves ao ambiente, como um todo e, fundamentalmente, ao escamoteamento da democracia em suas formas de participação popular.

A partir disso é possível estabelecer relações entre terra e poder. Desde muito se reconhece que a distribuição histórica das terras no Brasil se deu tendo por pano de fundo o capital mercantil (FERLINI, 2003, p. 215-216). A ocupação, incorporação e apropriação do solo brasileiro tem obedecido à lógica expropriatória da privatização, que guarda relação direta com o fenômeno territorial-empresarial-financeiro-especulativo, isto é, ao modelo de apropriação mercantil-capitalista, ou, no sentir de Porto-Gonçalves e Cuin, um “bloco de poder tecnológico-financeiro-latifundiário-midiático” (2013, 18), que forma o caldo de cultura que estabelece o rito de passagem para a perspectiva de uma sociedade que pouco enxerga a dominação

e, mesmo visualizando-a, tende a acatar o mecanismo como inerente à própria condição existencial, naturalizando-a a partir do senso comum, em detrimento de sua própria situação, qualidade de vida e, mesmo, reprodução bio-sócio-cultural. Nesse sentido, vários atores sociais desenvolvem a percepção de que não há conflitos na região; apenas, “problemas” ambientais, sociais, ou, socioambientais.

3 Conflitos socioambientais: o que são e como se explicitam

A questão do campo dos conflitos socioambientais decorrentes “do uso e apropriação do território e dos elementos sociais, bióticos e abióticos do espaço” (COSTA; BRAGA, 2004, 195-196) como arena de situação da justiça ambiental surge no contexto como mais um elemento caracterizador das discussões em torno da legitimação ou não de determinadas práticas e modelos sociais, particularmente, quando se acolhe como lugar de fala uma crítica pelo viés materialista dialético, realizada neste trabalho. Busca-se acolher aqui alguns conceitos elementares, como o utilizado por Acselrad, que identifica o campo dos conflitos socioambientais a partir da alusão a quatro dimensões em sua constituição: “apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais” (2004, 23-27).

Por outro lado, essa apropriação não se apresenta isolada, mas, concomitante, ou, precedentemente, há a apropriação simbólica, que se evidencia nos valores sociais (renda da terra que, a partir da premissa crítica que se estabelece neste trabalho, deveria ser desconcentrada pela continuidade de projetos de reforma agrária naquele contexto e, para cujo implemento, o sucesso dos assentamentos funcionaria como a certificação de que os projetos dão certo, realizam-se e, concretamente, dão função social à terra), ambientais (a agricultura familiar sob modelo orgânico, com a reprodução de práticas sustentáveis no sentido de preservação da terra, das matas, da fauna, dos mananciais d’água etc.).

Por isso, parte-se da ideia de que se lida, na realidade, com conflitos socioambientais e não meramente com “problemas”, ainda que a visão de atores sociais no campo não tenha atingido esse nível de especificação ou de ação social. Nessa perspectiva, chamar-se-á a isso de conflitualidade socioambiental, por sua latência.

A perspectiva de que parte este trabalho é de que as relações sociais são conflitivas, em essência. Isso se exacerba num regime de produção capitalista, onde poucos efetivamente encontram acesso aos benefícios do sistema social, com ênfase à produção e distribuição de riqueza, à custa, inclusive de interferências nocivas à sociedade e, principalmente, ao ambiente cujas consequências sempre são difusas, dificultando, inclusive, a apuração posterior das responsabilidades, ante os fatos de degradação socioambientais e, principalmente, os fatores de dispersão da participação popular, escamoteando a democracia, ou, transformando-a num modelo que somente existe “no papel”, mas, dificilmente, logra concretude.

O processo capitalista de produção, ontologicamente, é acumulativo (MARX, 1987, 249); isso significa que em seu afã de apropriação da natureza, de riquezas, de concentração de renda, recursos e capital (principalmente a concentração fundiária sob o modelo monocultural) fundado, principalmente, na acumulação por despossessão (BRANDÃO, 2010, 41; HARVEY, 2014, 121 e ss.), historicamente produz menoscabo significativo dos meios de vida, realização social, cultural, produtiva e convívio com o ambiente nas áreas em que se instala, sujeitando a população às mazelas ambientais e sociais da exploração mercantil.

Nessa perspectiva a expressão “conflitos distributivos e dívida ecológica” (MARTÍNEZ ALIER, 2014, 78-79) pode ser apropriada pelo discurso de enfrentamento do modelo imposto para marcar

e acentuar que determinados investimentos promovem prejuízos ao meio ambiente e são, sim, fatores inexoráveis de degradação das condições de vida e relacionamentos sociais e ambientais no planeta, ainda que isso tudo venha sendo feito tendo como pano-de-fundo a utilização de um complexo sistema de propaganda que apregoa o “progresso”, o “desenvolvimento” e uma determinada noção de “sustentabilidade”, com o apelo, principalmente, às mídias nacional e local (CIRILLO, 2015, capa; 30-37; MININI, 2015, 44-60) para invisibilizar conflitos e inibir a participação popular na gestão dos recursos públicos

Nessa linha, pode-se identificar um campo de disputas pela pregação da legitimidade da detenção, manipulação, exploração e manutenção do território e dos modos sociais de apropriação do mundo material com vistas a gerar acordos simbióticos que visem a naturalizar as externalidades negativas decorrentes da *práxis* dessa relação (ACSELRAD, 2004, 16-17). A própria construção da noção de “sustentabilidade” engendra uma série de conflitos em seu processo de construção, que vão desde a lógica malthusiana de racionalização dos recursos, passando pela lógica da gestão burocrático-estatal do patrimônio natural, até aos modelos de inclusão das noções culturais e de justiça ambiental como fundamentadores/legitimadores dos discursos propostos.

4 A acumulação capitalista: expropriação das bases materiais de produção na base do sistema e como fator principal de geração dos conflitos

O processo de acumulação de capital, de concentração de renda e recursos (principalmente a concentração fundiária no modelo monocultural) tende a produzir menoscabo significativo nas áreas em que se instala, sujeitando a população às mazelas ambientais, econômicas e sociais da perversa economia de mercado que, no Século XXI, ganha contornos mais vorazes em razão da Globalização e os compromissos, públicos e privados, com o mercado internacional de *commodities* que ela suscita, sujeitando os Estados nacionais ao direcionamento exigido para a manutenção do modelo pelos grandes agentes do sistema de produção – empresas multi e transnacionais, bancos, órgãos gestores etc. (FURTADO, 1974, 33).

A conflitualidade, isto é, os conflitos latentes e, mesmo os conflitos socioambientais já explicitados, portanto, surgem em meio a essa dinâmica da sociedade, que pode, até, apresentar mesmo uma pequena parcela de pessoas ciente dos processos e prejuízos com os quais se vê obrigada a conviver, como parece ser o caso da cidade e região de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul (SCOTTO; VIANNA, 1997, 25-28).

A identificação dos fenômenos de concentração fundiária compreendidos na aquisição ou arrendamento de extensas áreas no bolsão sul-matogrossense e econômica (duas indústrias instaladas no Município de Três Lagoas que entraram em funcionamento em 2009 e 2012, respectivamente, para a produção de pasta de celulose atingiram a marca de 3,5 milhões de tonelada/ano) dá o tom do ritmo capitalista avassalador ali desenvolvido.

Em 2009, já se tinha notícia de que 2,0 milhões de hectares estavam plantados com os clones de eucalipto para fins industriais no país (<http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=111>). Apenas em área plantada (ocupação maciça e concentrada do solo), a Eldorado Brasil chegou ao final de 2013 a 160.000 hectares (<http://www.eldoradobrasil.com.br/PaginaInterna.aspx?idPage=7>); a Fibria já alcançou a marca de 154.000 hectares, antes mesmo de findar-se o ano de 2013. Juntas, ambas as indústrias produzem 35 milhões de mudas de clones/eucalipto/ano, <http://www.fibria.com.br/web/pt/negocios/floresta/matogrosso.htm>; <http://www.eldoradobrasil.com.br/PaginaInterna.aspx?idPage=7>.

Trata-se de um modelo empresarial-político-negocial que nasceu para não encontrar limites.

Recorde-se que, inclusive, o BNDES somente financia grandes projetos, o que faz o setor de eucalipto-celulose-papel nascer sob o manto do oligopólio, em posição dialética contra a agricultura familiar, que não pode, sequer, obter financiamento à produção via esse banco.

Nota-se um abismo entre os investimentos privados (e também públicos, pois mais de 80% investido na Eldorado Brasil se deu mediante recursos do BNDES) voltados a fomentar a industrialização crescente na região leste do Mato Grosso do Sul e a parcela estatal voltada a oferecer qualidade de vida à população. Nessa perspectiva, é possível inferir que há, de fato, toda uma política pública, nas três esferas do sistema federativo (federal, estadual e municipal) voltada a atrair investimentos e empreendimentos de grande porte, principalmente, privados. Em geral, inicia-se com políticas de isenções tributárias de longo prazo que causam intenso impacto nas finanças públicas, já que, principalmente, as normas criadas com tal escopo impedem que haja arrecadação por parte de todo um setor produtivo – no caso, o complexo celulose-papel, mas, não somente.

Como um dos resultados empíricos avistados tem-se o aparelhamento de um Estado fraco em detrimento de uma ação social forte por parte dos investidores e seus asseclas. Um Estado fraco, seja na área federal, estadual, ou, principalmente, municipal, tende a gerar situações em que os conflitos sociais são invisibilizados, principalmente, quando o tema central em questão é o ambiente, bem jurídico difuso, cuja titularidade nem sempre é passível de ser identificada de plano, bem como, pelo escamoteamento da participação popular via audiências públicas e as formas como tais atos se dão no contexto em que a pesquisa de campo se debruçou.

O tom dessa sinfonia macabra é avassalador do ponto de vista da simbiose Capital-Estado/privado-público/assistencialismo-autonomia e de como se criam, sustentam, legitimam e oferecem condições para a ampliação desmedida da ideia de que terra é poder e, território, *locus* de conquista, tudo feito em nome do “progresso”, do “desenvolvimento” e da “sustentabilidade” em detrimento de uma maior participação democrática da sociedade, como um todo, no bolo de renda, urbana e principalmente, fundiária.

A concentração de terras, isto é, a manutenção dos latifúndios pré-existentes e a criação de novos com a compra e/ou o arrendamento de porções significativas de áreas rurais pelas indústrias, bem como, o número reduzido de atores atuantes no mercado nacional de celulose-papel é da essência do modelo e da forma como ele se introduziu no Brasil. Sabe-se que “desde a sua concepção, o número de empresas participantes do mercado fica sujeito à política de escala mínima do BNDES.

Assim, a indústria de celulose já nasceu oligopolizada” (MONTEBELLO; BACHA, apud SCHLESINGER, 2008, 68) e financiada pelo próprio Estado, o que revela um contra-senso a tudo o que vem sendo propagado – e propagandeado – pelos agentes do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no que respeita à suas reais capacidades de geração de renda e empregabilidade. Fato relevante a se destacar e explicitado por Kudlavicz é que foi justamente por meio desse “progresso” alardeado, das concessões de créditos e benefícios fiscais por parte do Estado e dos programas criados para ocupação incontestada do Centro-Oeste pela agroindústria que se acabou por cunhar a expressão e o sentimento de que a microrregião de Três Lagoas tinha uma “vocação florestal” (KUDLAVICZ, 2011, 48), que restou incorporada pelo senso comum.

Nesse sentido, o mito do progresso se apresenta como o grande motor da civilização e as suas vinculações ao poder são ineg aveis, bem como, a ideia de que o progresso não   neutro, mas, “a quem predominantemente [...] serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode

ocasionar” (DUPAS, 2012, 27).

Nesse aspecto, busca-se retratar a história não ortodoxa, isto é, as vivências dos vencidos (LÖWY, 2005, 10-11), em que é possível realizar um resgate e, ao mesmo tempo, declinar fatores e situações concretas de vida que contrapõem o discurso da racionalidade hegemônica do capitalismo, de forma a buscar dar visibilidade a uma parcela consideravelmente mais ampla de pessoas que nada obtém de benefícios ante a presença do modelo e, pior, são expropriadas, sistematicamente, tendo por matriz a ideia de que essa expropriação custosa, dolorosa, degradante e desumana está na ordem do dia de uma conduta de vida que visa ao sucesso (MARTINS, 1981, 147-148).

Ainda que não se pretenda que o Estado possa acompanhar a vertiginosa escalada dos investimentos privados, interessa perceber que investimentos em setores como segurança pública, saúde, lazer, educação e habitação não correspondem à expansão industrializante, podendo tornar-se vetores de violência e de inibição às formas de participação popular, como se pode perceber na região de Três Lagoas/MS. Durante a pesquisa de campo, uma informação colhida na entrevista junto a um assentado da reforma agrária, localizado na região de Três Lagoas, foi que a AGRAER, agência que deveria prover aos assentados assistência técnica em extensão rural, na verdade, não cumpria essa função, atuando, muito mais, como censor/fiscalizador do INCRA, tendo sido noticiado que muitos assentados estavam sendo pressionados por nada produzirem, quando, em verdade, não o poderiam, tanto por escassez de água, como, por não terem conseguido, ainda, “limpar” a área, isto é, realizar o “desmate” exigido por ausência de plano de manejo prévio (que poderia e deveria ser fornecido pela AGRAER).

Assim, o INCRA não conferia o certificado de cessão de uso - CCU, porque vários assentados não davam conta de cumprir a obrigação inicial - limpar o lote, realizando o desmate mínimo, mediante plano de manejo prévio - e a AGRAER não prestava a assistência devida porque esses mesmos assentados não tinham o tal CCU. Sem o CCU, nada é possível, em termos legais, aos assentados. Nenhum financiamento, nenhuma assistência por parte dos órgãos públicos oficiais. Evidenciou-se, aqui, o ponto nevrálgico do conflito socioambiental ali: a ausência, proposital, ou, não, de regularidade da área rural cedida pelo INCRA immobilizava muitos assentados, impedindo-os de produzir e, assim, cumprir sua função social por meio da agricultura familiar e sobreviver.

Veja-se o nível de aparelhamento entre Estado e Capital: o INCRA não fornece o CCU porque assentados não cumpriram as obrigações iniciais exigidas no ato de imissão na posse dos lotes, ou seja, realizar a limpeza da área mediante desmate; a AGRAER, que deveria oferecer a assistência técnica em forma de plano de manejo para o desmate não atende aos assentados porque esses não dispõem de regularidade fundiária, o tal CCU. É um círculo vicioso, o mais perverso por atingir, justamente, assentados pelo próprio INCRA, gente despossuída, sem recursos, sem condições de contratar uma consultoria que supra a omissão da AGRAER, para dar conta de regularizar-se mediante o plano de manejo e o efetivo desmate legal.

A única alternativa de financiamento da produção família é a submissão dos assentados aos planos e programas de desenvolvimento sustentável propostos pelas indústrias de celulose, fechando o circuito de aparelhamento entre o capital e o Estado. Assim, nesse sentido, assentados que queiram, ou, necessitem de financiamento para produzir, devem se postar sob o jugo de uma ou de ambas as indústrias, que se constituíram na única fonte de recursos ali, face ao impedimento que a ausência de CCU impõe aos assentados para buscarem recursos em instituições bancárias, públicas ou não. Criou-se, então, ao que parece, uma relação assistencialista que não visa a romper com a condição de dominação dos assentados

pelo capital industrial, muito ao contrário, e que preserva um status de subserviência por meio do assistencialismo, limitando a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, dirigindo as potencialidades dos assentados e do assentamento, como um todo.

Essa percepção ficou muito evidente quando, ao findar a entrevista, convidaram o pesquisador a conhecer um dos projetos, que combinava a criação de galinhas em regime de semi-cativeiro com horta orgânica e fruticultura, financiado por uma das indústrias de celulose, a Eldorado Brasil. O projeto em questão decorre de compromissos firmados pela indústria em seus contratos de financiamento junto ao BNDES. Há cláusulas que obrigam ao investimento de um percentual do crédito obtido em ações sociais. No caso destacado, a indústria optou por atender apenas alguns assentados, propondo alternativas de produção de renda, o que resulta no total controle do tempo de vida social pelas indústrias.

Visando contribuir com alguma problematização e crítica, neste trabalho, sobre o referido programa, pode-se afirmar que o fato de que se distribuiu, em cerimônia realizada na sede do SEBRAE em Três Lagoas, apenas 35 (trinta e cinco) kits (dez outros já haviam sido distribuídos anteriormente, em 2013, entre Três Lagoas e Selvíria, pela mesma indústria). Tem-se, então, 45 (quarenta e cinco) lotes/assentados beneficiados pelo PAIS, mas, apenas no assentamento onde se deu a pesquisa de campo, são quase duzentos candidatos ao referido programa. Logo, a iniciativa se revela muito mais pirotécnica, isto é, para fazer barulho, causar publicidade do que algo efetivo, que realmente vá mudar a realidade dos assentados. Por outro lado, e aqui a crítica pode ser mais contundente, esse tipo de “apoio”, prestado pela indústria, por conta de compromissos firmados e exigências para alcançar os financiamentos do BNDES, sem a parceria e presença direta do Estado, via INCRA e/ou AGRAER, acaba por lançar os assentados numa completa relação de submissão e subserviência que, ao invés de promover a libertação do cativeiro capitalista, os mantém sob o jugo do assistencialismo do capital industrial e sob o crivo do tempo social ditado pelas indústrias de celulose.

Nessa perspectiva, enxerga-se, aparentemente, uma nova ferramenta de controle social por parte da relação simbiótica Capital/Estado: este último se mantém praticamente inerte, principalmente, por seus órgãos como INCRA, AGRAER, IBAMA, ou, realizando funções aparentes quanto ao licenciamento ambiental, caso do IMASUL, cujas chancelas aos grandes empreendimentos parecem habituais, quase de ofício; ao mesmo tempo, o capital agroindustrial “adota” os assentados, colocando-se como única fonte e perspectiva de financiamento de projetos para produção da agricultura familiar. Entretanto, os projetos não podem ser destinados a todos; há aqueles que – ainda – não conseguiram o documento mínimo para regularização fundiária, isto é, o certificado de cessão de uso – CCU. Por outro lado, mesmo para os que se encontram regularizados, os projetos e financiamentos, aparentemente, dão-se em doses ultra-homeopáticas, contemplando parques agricultores a cada ano, de forma que o assistencialismo – e o cativeiro – seja mantido por longo período.

É nessa perspectiva que se fala neste trabalho da formação dos cativeiros de celulose pelos desertos verdes.

5 CONCLUSÕES

O início de operação das duas maiores indústrias de pasta de celulose do mundo na região de Três Lagoas deflagrou uma nova época para a vertente da concentração fundiária. Esse modelo monocultural passou a exercer, por meio da concentração fundiária e econômica, o monopólio dos investimentos, públicos e privados naquela região, denominada Bolsão sul-matogrossense.

Daí, frente à ausência de investimentos públicos para a realização de uma reforma agrária concreta, os assentados viram-se à mercê dos programas de desenvolvimento social – PDS praticados pelas duas indústrias instaladas na região.

Assim, os desertos verdes não apenas causam forte pressão sobre a agricultura familiar, como, também e principalmente, passaram a controlá-la, pois, as indústrias se apresentam como única fonte de recursos viável para os assentados, ditando o tempo social aos mesmos e minando a participação popular, estabelecendo uma cidadania e uma democracia de papel, que não encontra eco na realidade da ação social experienciada pelos assentados, os quais acabaram sendo expostos aos cativeiros da celulose.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. Boletim DATALUTA, v. 1, 2012, pp. 02-10.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et alii. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CIRILLO, Bruno. Lucro na floresta. Globo Rural. São Paulo: Editora Globo, n. 357, julho/2015, pp. 30-37.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; BRAGA, Tânia Moreira. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 195-216.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso, ou progresso como ideologia. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ELDORADO BRASIL. Relatório de Sustentabilidade 2014, 2014.

FERLINI, Vera. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

FIBRIA CELULOSE S/A.. Relatório Destaques MS 2015, 2015.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro – Ed. Paz e Terra, 1974.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERCULANO, Selene. Políticas ambientais: o ambiente é você... e você... somos nós. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2013.

KUDLAVICZ, Mieczslau. Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS. 2011, 176p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin; Marcos KLutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens e valoração. Tradução Maurício Waldman. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 2. ed. São Paulo: Lech, 1981.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista. v. IV, 5. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1987.

MININI, Sarah. Indústria florestal: superação de crises desde a primeira semente. Revista Expressão MS. Três Lagoas: Expressão MS Ed. E Impr. de Jornais, n. 007, ano 02, junho/julho/2015, pp. 44-60.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Agroindústria e reprodução do espaço. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. In: Conflitos no campo – Brasil 2013. Coord. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013, pp. 18-26.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

SCHLESINGER, Sergio. Lenha nova para velha fornalha: a febre do agrocombustíveis. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SCOTTO, Gabriela; VIANNA, Angela Ramalho. Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

**PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA DA SAMARCO:
UMA REFLEXÃO SOBRE RESOLUÇÃO NEGOCIADA
EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

ALESSANDRA DALE GIACOMIN TERRA

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) e bolsista CAPES
alessandragterra@gmail.com*

NAPOLEÃO MIRANDA

*Professor do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito (PPGSD/UFF)
napomir@gmail.com*

ANDREZA APARECIDA FRANCO CÂMARA

*Professora da UFF. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) e Pesquisadora FAPERJ
andrezaafc@hotmail.com*

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre o programa de Programa de Indenização Mediada (PIM), implementado pela Fundação Renova, pessoa jurídica de direito privado criada pela Samarco, Vale e BHP Bilton, após o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado em março de 2016, com a finalidade de ser a organização responsável pelos programas de reparação nas regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). A metodologia qualitativa empregada consiste em revisão de literatura, análise de dados fornecidos pelos órgãos, mineradoras e operadores oficiais, uso de entrevistas com diversos atores locais, centrando-se a análise espacialmente no município de Governador Valadares (MG). Pretende-se através do estudo de caso do PIM, refletir sobre resolução negociada em conflitos socioambientais de larga escala, e como técnicas de resolução de litígios adotados pelo grande capital supostamente em busca de maior eficiência, resultam em consenso fictício e remetem a análise de NADER a mediação de conflitos em casos de poluição de rios internacionais, processo que denominou de “privatização” da justiça (NADER, 1994).

Palavras-chave: Desastre Tecnológico; Indenização; PIM

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the program of the Mediated Indemnity Program (PIM), implemented by the Renova Foundation, a private legal entity created by Samarco, Vale and BHP Bilton, after the Transaction and Conduct Adjustment Agreement (TTAC) in March 2016, in order to be the organization responsible for the repair programs in the regions impacted by the rupture of the Fundão dam, in Mariana (MG). The qualitative methodology used is a review of the literature, analysis of data provided by the organs, mining and official operators, use of interviews with several local actors, focusing the analysis spatially in the municipality of Governador Valadares (MG). It is intended through the case study of the IMP, reflect on negotiated resolution in large-scale socio-environmental conflicts, and as dispute resolution techniques adopted by large capital supposedly in search of greater efficiency, result in a fictitious consensus and refer the analysis of NADER the mediation of conflicts in cases of pollution of international rivers (NADER, 1994).

Key-words: Technological Disaster; Irestitution; PIM

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende refletir sobre o programa de Programa de Indenização Mediada (PIM), implementado pela Fundação Renova, pessoa jurídica de direito privado criada pela Samarco, Vale e BHP Hilton, após o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado em março de 2016, com a finalidade de ser a organização responsável pelos programas de reparação nas regiões impactadas.

Tal programa visa indenizar as pessoas diretamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., em Mariana (MG), em 05 de novembro de 2015, resultando na liberação de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos no Rio Doce e atingindo mais de 1,5 milhão de pessoas direta e indiretamente.

Segundo a Fundação Renova, o PIM teria a finalidade de atender ao princípio da competência (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017, p. 37), de modo que as indenizações são apresentadas em duas categorias: as relativas a danos morais devido à falta de abastecimento e distribuição de água potável após o rompimento da barragem (PIM DANOS ÁGUA) e de outros danos gerais (PIM DANOS GERAIS).

A metodologia qualitativa empregada consiste em revisão de literatura, análise de dados fornecidos pelos órgãos, mineradoras e operadores oficiais, uso de entrevistas¹ com diversos atores locais como membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Sindicato Rural, de presidente da Associação de Comerciantes, e de representante da associação de areeiros, centrando-se a análise espacialmente no município de Governador Valadares (MG).

Esta pesquisa pretende através do estudo de caso do PIM, refletir sobre resolução negociada em conflitos socioambientais de larga escala, e como técnicas de resolução de litígios adotados pelo grande capital supostamente em busca de maior eficiência, resultam em consenso fictício e remetem a análise de NADER sobre ideologia da harmonia e a mediação de conflitos em casos de poluição de rios internacionais, processo que denominou de “privatização da justiça” (NADER, 1994).

A FUNDAÇÃO RENOVA E O TTAC

Com o rompimento da Barragem de Fundão, em Marina (MG) estima-se que foram despejados cerca de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, que percorreram cerca de 820 km de extensão do Rio Doce até a foz em Regência (Linhares - ES). Além da degradação ambiental, tal desastre tecnológico atingiu mais de 1,5 milhões de pessoas afetadas direta e indiretamente (MAB; 2016), promovendo uma ruptura social (RIBEIRO, 1995) visto que diversos atores sociais tiveram interrompidas suas formas de vida e atividades econômicas já que dependiam do rio, como no caso dos agricultores, indígenas, areeiros, profissionais ligados ao turismo, pecuaristas e ilheiros.

Além disso, em diversas cidades mineiras e capixabas houve a interrupção do serviço de abastecimento de água, uma vez que a captação desta se dava integralmente pelo Rio Doce. Em Governador Valadares (MG) foi suspenso o fornecimento de água entre os dias 8 a 14 de novembro de 2015, tendo o governo municipal decretado Estado de Calamidade Pública, no dia 10 de novembro de 2015.

¹ As transcrições são resultados de entrevistas realizadas em julho de 2018 em Governador Valadares, consistindo em diálogos assimétricos, tendo se optado por não identificar os entrevistados.

As empresas mineradoras, a União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo² celebraram, em 02 de março de 2016, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito de duas Ações Cíveis Públicas (ACP), a ACP nº 0023863-07.2016.4.01.3800, ajuizada pelo MPF, e a ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400 e dos Agravos de Instrumento n. 0002453-41.2016.4.01.0000, 0002170-18.2016.4.01.0000 e 0002627-50.2016.4.01.0000, no qual se estabelecia que tais empresas arcaria com a quantia de R\$ 20 bilhões de reais, a título de reparação pelo desastre, valor que seria gerenciado por uma Fundação de direito privado que deveria ser instituída para executar as medidas previstas pelos Programas Socioambientais e Programas Socioeconômicos previstos no acordo. O acordo previa ainda que a fundação seria fiscalizada por um Comitê Interfederativo (CIF) e seria objeto de auditoria independente.

O referido TTAC foi contestado pelo Ministério Público Federal, por movimentos sociais e pesquisadores por diversas razões, entre elas a ausência de participação efetiva dos atingidos nas negociações, uma vez que nem os programas nele previstos nem os termos do acordo foram discutidos com a sociedade civil. Segundo representante do MAB:

O TTAC é ilegítimo, porque não teve participação dos atingidos, nem participação do ministério público. Foi feito escondido. Escondido mesmo. Escondido nos gabinetes. E tem todas estas distorções que nós estamos vivenciando hoje. E a nossa pauta é fazer um novo acordo com a participação dos atingidos e criar uma nova fundação. Extinguir a Renova e faz uma outra fundação, com a participação dos atingidos, porque esta que tá aí quem manda é a Vale, Samarco e BHP. (G.; 2018)

Tal Acordo foi homologado pela Coordenadora-Geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, em 5 de maio de 2016, e previa a extinção com julgamento de mérito das ações coletivas, bem como a suspensão do processo originário em trâmite na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, a Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400.

Em 30 de junho de 2016, tal decisão homologatória foi liminarmente suspensa pelo STJ em sede da Reclamação nº 31.935 - MG (2016/0167729-7)³ ajuizada pelo MPF, uma vez que a homologação do acordo descumpria a decisão liminar proferida pelo mesmo tribunal no Conflito de Competência 144922MG, que havia determinado a suspensão das ações cíveis coletivas que tivessem conexão com os danos socioeconômicos e socioambientais referentes ao rompimento da barragem de Fundão, definindo que apenas as questões urgentes deveriam ser analisadas pelo Juízo Federal da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, enquanto pendente o julgamento.

Ainda que liminarmente suspensa a homologação do acordo, foram constituídos o Comitê Interfederativo com suas Câmaras Técnicas e a Fundação Renova, que teve sua instituição autorizada pela Promotoria de Fundações de Belo Horizonte, por meio da Resolução PTFBH número 16/2016, passando a gerenciar e executar os 42 programas socioeconômicos e socioambientais definidos enquanto compensação e reparação pelo desastre tecnológico no âmbito do TAC, incluindo o Programa 2: Ressarcimento e Indenização, que segundo a Renova

2 Tal acordo foi firmado entre a União, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Agência Nacional de Águas - ANA, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Nacional do Índio - Funai), entes públicos dos estados de Minas Gerais (Estado de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas - IEF, Instituto Mineiro de Gestão de Águas - IGAM, Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM) e Espírito Santo (Estado do Espírito Santo, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF, Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH e as sociedades empresárias Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda.

3 A decisão liminar do conflito de competência chama atenção para o fato de que a transação poderia vir a impossibilitar o ajuizamento de outras demandas de natureza igualmente coletivas, as quais repercutem sobre a esfera de direitos de entes federativos e entidades civis que sequer tiveram a oportunidade de participar das tratativas para a autocomposição do litígio, a exemplo dos Municípios atingidos e associações representantes dos interesses envolvidos na causa".

procura “chegar a um acordo de forma transparente e justa, evitando-se o demorado caminho da discussão na Justiça” (RENOVA, 2017b, p.54).

A constituição de tal Fundação Renova gerou críticas do movimento social e do ministério público, ante a uma preocupação quanto a uma limitação da responsabilidade das empresas mineradoras ao patrimônio da Fundação Renova, bem como pela ausência de participação dos atingidos nesta. Segundo G., REPRESENTANTE DO Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) a Fundação teria uma função de dissociar à imagem das empresas mineradoras o desastre tecnológico:

a Renova é fundamentalmente uma empresa de marketing, e não uma resolvidora de problemas. Lá faz mais marketing que resolve problemas. Quando você lida com a Renova falam: Não é Samarco, agora é a Renova, isso aqui tem nada a ver com a Samarco. Mas isso faz parte de uma estratégia política, claramente (G.; 2018)

E., representante da Associação de Areeiros de Governador Valadares, destacou este caráter da Fundação, narrando ainda dificuldades de comunicação com esta e com as empresas mantedoras.:

[negociar] com Samarco é impossível, com a Vale você nem ouve falar. A não ser que você faça uma manifestação. Vai para o trilho do trem. Queime pneu. A Renova é o único canal que você tem. Não é que é melhor ou pior, é o único que tem. É o único canal de comunicação que você tem com as empresas assim. Mas é tudo protetatório. É só um meio de empurrar, de tentar desviar atenção da Vale. Da Samarco. Você não vê ninguém falar em vale do Rio Doce. Em Samarco. Em BHP Biliton então. Não sabe nem o que significa a maioria das pessoas. A fundação Renova foi fantástico para eles, porque ai você fala Fundação Renova, Fundação Renova. É um trabalho de mídia. Um trabalho psicológico. (E., 2018)

Além disso, foi relatado por alguns atores sociais em Governador Valadares, que a Fundação Renova apresenta uma a estrutura burocratizada, o que mitigaria a eficiência fundação. Conforme J., presidente da Associação Comercial de Governador Valadares:

eles querem resolver, mas não resolvem nada. Já tive 200 reuniões. E eles só sabem fazer reunião. E põe culpa no TTAC... Que a Samarco e a Vale fizeram? E a BHP? Criaram uma Fundação, porque se fosse nos EUA eles não faziam isso. Eles até faziam isso, mas era eficiente. Para mim a Renova não é eficiente. Mais burocrática que a meio parte dos lugares.. Na minha opinião a Renova é tão burocrática, e a burocracia dela é poque ela se apegou tanto ao que tá escrito no TTAC lá que eles fizeram, e criaram uma burocracia em volta deste TTAC que as coisas não funcionam. E não funciona agora e não irá funcionar. (J., 2018)

A burocracia desta entidade privada também foi suscitada na Recomendação Conjunta nº 10, de 26 de março de 2018, do Ministério Público Federal, do Ministério Público de Minas Gerais, do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública da União, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. Segundo este documento no Parecer nº 279/2018/SPPEA, de 22/03/2018, produzido pelas áreas técnicas do MPF e do MPMG destacou-se dentre as percepções dos atingidos sobre a Fundação Renova o “excesso de burocracia e da dificuldade em obter um retorno em relação às demandas que apresentam”. (MPF *et. Al*, 2018, p.5)⁴

⁴ A recomendação relatou ainda reclamações dos atingidos quanto a “falta de clareza na comunicação” e “alta rotatividade de funcionários” .

O PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA (PIM)

A Fundação Renova instituiu o Programa de Indenização Mediada, voltado a reparação do prejuízo causado pelo desastre tecnológico a pessoas físicas e jurídicas (micro e pequenas empresas). Este programa estrutura-se em duas categorias: a relativa a danos morais devido à falta de abastecimento e distribuição de água potável após o rompimento da barragem (PIM DANOS ÁGUA) e a de outros danos gerais (PIM DANOS GERAIS).

Segundo G., representante do MAB:

Eles fizeram o PIM, que é o Programa de Indenização Mediada, que na nossa opinião é para evitar duas coisas: evitar excesso de judicialização das questões e evitar também e mobilização dos atingidos. ...E aí na verdade que ela, ela tá fazendo, ela tá produzindo material para ela ter segurança jurídica né? Para ela dizer não devo nada mais para esse povo. (G., 2018)

O Programa de Indenização Mediada foi regulado por diversas Deliberações do CIF, com destaque para as Deliberações nº 111 e 119, que estabeleceram os parâmetros para a execução do mesmo. Relevante também a Nota Técnica nº 15/2017/ctos-CIF que definiu ser de diferente natureza o auxílio emergencial e a indenização, de modo que o aquele não poderia ser deduzido de eventuais valores indenizatórios pagos pelo Fundação⁵, prática até então realizada pela entidade. Entendeu ainda o CIF que a quitação deve ser parcial, correspondente a natureza do dano, não podendo o PIM prever cláusula de adesão e de quitação ampla, geral e irrestrita, tal como vinha sendo feito pela Fundação. Cumpre destacar que a Deliberação CIF nº 111 de 25 de setembro de 2017 fixou prazo para cadastramento e pagamento das indenizações, que não foram observados, apesar de terem sido prorrogados duas vezes.

O processo de cadastramento vem sendo objeto de reclamações por parte do movimento social por não considerar prejuízos extrapatrimoniais e pela forma como vem sendo realizado. O representante do Sindicato Rural de Governador Valadares, S. em relatou que:

Aí vem aquela questão do Cadastro que eles faziam. Aquilo é o maior transtorno. O maior interrogatório policial. Em vez de ser aquela coisa que criava na gente uma expectativa, que você ia poder ter uma tranquilidade, as pessoas chegavam aqui desesperados, e nós também chegamos a acompanhar. Aquilo é mais para arrancar uma informação de você, do que você passar aquela coisa real que você passou ou viveu. (S., 2018)

A Recomendação Conjunta nº 10, de 26 de março de 2018 relatou denúncias dos atingidos quanto a assédio pela Fundação Renova para assinatura de acordos e para que não fossem mais ajuizar demandas judiciais, além de críticas ao PIM:

à forma como está sendo conduzido o Programa de Indenização Mediada (PIM) pela Fundação Renova. Segundo mesmos, estaria havendo assédio por parte da fundação para que os acordos fossem assinados sem que os atingidos tivessem acesso às informações necessárias para tomar uma decisão. Tendo sido relatado, inclusive, um caso em que o atingido pensava que iria assinar um documento para recebimento de antecipação da indenização, quando na verdade o que estava sendo apresentado para que ele assinasse era um documento dizendo que se tratava da indenização final. (MPF *et. Al*, 2018, p.5)

5 Segundo a Nota Técnica O Programa de auxílio emergencial e o Programa de ressarcimento dos impactados possuem "natureza distintas e que o auxílio financeiro deve ser pago sem prejuízo da indenização. O programa de auxílio financeiro é de natureza de subsistência e assistencial. Razão pela qual decidiu-se que não seria possível a Fundação renova ai pagara indenização descontar o auxílio emergencial, caráter periódico e de subsistência bem como solicitar a devolução do cartão do auxílio quando da assinatura do acordo de indenização, salvo nos casos de comprovação da cessão do dano e retorno a atividade economica" (consoante a previsão da cláusula 140".

A Recomendação Conjunta nº 10 também continha reclamações dos atingidos de que o PIM se dava sem possibilidade dos mesmos discutirem os valores impostos pela Fundação Renova⁶ e que esta não estava proporcionando a assistência jurídica gratuita (MPF *et. Al*, 2018, p. 12-13).

A Cláusula 37 do TTAC, estabelece que a Fundação Renova deverá fornecer assistência jurídica gratuita aos atingidos que não estiverem representados por advogados, em especial as populações vulneráveis atingidas. Outrossim, no “Termo de Conciliação” do PIM, consta na cláusula quinta em que o atingido declara caso esteja sem assessoria jurídica, que há “disponibilidade da defensoria pública”.

A Fundação Renova informa em seu site que “As indenizações serão definidas por meio de sessões de mediação, das quais participarão um representante da Fundação Renova, a pessoa impactada, que poderá ser assistida juridicamente por defensor público ou por seu advogado, se desejar, e um mediador neutro, imparcial e independente”⁷, na prática, as negociações ocorrem sem que os assistidos tenham acesso à assessoria jurídica, visto haver apenas fornecimento de algumas informações por parte dos funcionários durante a tratativa, o que não pode ser considerado uma assessoria técnica.

Segundo Gabriel Rossini, gestor do PIM, os valores das indenizações em Governador Valadares relativos ao PIM DANOS ÁGUA foram de de R\$ 1 mil por adulto residente e de R\$ 1.100 para pessoas consideradas vulneráveis (idosos, crianças, deficientes e grávidas). Estes valores teriam sido fixados a partir da renda média da população e consideraria o tempo de interrupção da água.⁸

Assim cumpre refletir sobre a capacidade compensatória da indenização, tendo em vista o engessamento burocrático derivado da padronização em contraponto com o caráter compensatório da responsabilidade Civil no Direito Brasileiro, dado que o art. 944 do Código Civil, estabelece que a indenização deve ser medida pela extensão do dano e o Enunciado 550 do CJP relativo a tal artigo entende que “A quantificação da reparação por danos extrapatrimoniais não deve estar sujeita a tabelamento ou valores fixos”.

Verifica-se que apesar de a nomenclatura adotada ser de “sessões de mediação”, e da informação supracitada, a presença de um agente efetivamente mediador ou conciliador, que intermedeie as partes para construção de um acordo não existe. Segundo informação prestada por preposta da Renova o “mediador” presente nas sessões é um funcionário da própria fundação, por ela treinado e remunerado, que teria por função fornecer informações relativas ao acordo aos atingidos. Além disso, no caso da PIM DANOS DA ÁGUA, as propostas são padronizadas, não havendo possibilidade de negociação do *quantum* indenizatório, mas apenas se acordo será aceito ou não.

6 Segundo a Nota Conjunta nº 10: “CONSIDERANDO que não há possibilidade de discussão, pelos atingidos, no âmbito das Políticas Indenizatórias, quanto aos valores oferecidos pelas empresas, via Fundação Renova, sendo-lhes reservado unicamente aderir ao referido programa mediante preenchimento do formulário de elegibilidade e apresentação de documentação ou rejeitar a proposta;” (MPF *et. Al*, 2018, p.12)

7 <https://www.fundacaorenova.org/noticia/programa-de-indenizacao-mediada/> Acesso em 26/07/2018 as 15:03

8 Segundo o gestor em entrevista a Inter Tv, emissora da Rede Globo da região de governador Valadares: “O valor é de R\$1.000,00 por pessoa. Nós baseamos este valor de acordo com a média das contas mensais da população de Governador Valadares e considerando o tempo de impacto de 7 dias. Este valor seria inicialmente para o núcleo familiar, por família, mas a Fundação Renova optou por fazer esta indenização para cada indivíduo. Estamos incluindo uma adicional de 10% de vulnerabilidade como menores de 12 anos, lactantes, gestantes, idosos acima de 60 anos e portadores de necessidades especiais” Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4HZqfcEcRt0/> e <http://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2016/10/fundacao-vai-indenizar-atingidos-pela-lama-de-rejeitos-em-mg.html>. Esta informação também se encontra disponível no site da Fundação Renova <https://www.fundacaorenova.org/noticia/programa-de-indenizacao-mediada-para-dano-agua-encerra-com-98-de-adesao/>

A impossibilidade de barganha também foi suscitado pelo membro do MAB:

Tem Programa de Indenização Mediada. Mas chega lá a proposta é única, é R\$ 1.000,00 reais. Não, mas eu acho que meu dano não foi R\$1.000,00, acho que foi R\$1.500,00. Não a proposta é R\$1.000,00, você pega ou larga. Não tem mediador. Quem é o mediador? É um funcionário contratado pela Renova. na minha concepção, mediador que faria? faria isso: não, você acha que é quanto? Ah eu acho que é R\$2.000,00 por este motivo. A Renova acha que é mil e aí ele vai mediar. Não é R\$1500,00, é R\$1.200,00, sei lá, qualquer coisa. Não, segundo eles mediador serve para estar lá se a Renova falar alguma coisa que você não entenda, ele vai te ajudar a esclarecer, se você falar uma coisa que a Renova não entenda, ele também vai ajudar a esclarecer (G.; 2018).

A fixação do *quantum* e a falta de assessoria jurídica, de terem sido objeto de reclamação no CIF e constar na Recomendação Conjunta nº 10, também foi relatada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

Nas audiências públicas houve inúmeras denúncias de casos de reparação negados pelas empresas e Fundação; a ausência de informação para os atingidos; ausência de assistência técnica e jurídica independente para possibilitar a negociação coletiva das reparações; e ao anúncio do Programa de Indenização Mediada, no qual a empresa estabeleceu unilateralmente os valores das indenizações, sem negociação coletiva ou estabelecimento de critérios acordados para os públicos-alvo dessas reparações, e, ainda, houve inúmeras indenizações no âmbito desse programa que estabeleceram como condição de participação a “quitação total” pelo atingido de todas as perdas e “renúncia” de indenizações complementares e da possibilidade de requerer judicialmente a indenização (CNDH; 2017, p.40).

A Recomendação Conjunta nº 10 recomendou a Fundação Renova que a indenização dos atingidos deveria ser realizada a partir de critérios que considerassem a individualidade e os danos que tenham pessoalmente sofrido e que a entidade deveria se abster de vincular a prestação do Auxílio Financeiro Emergencial à adesão da pessoa ao Programa de Indenização Mediada – PIM.

Ressalva-se ainda a falta de participação social nos órgãos técnicos também foi objeto de ressalva pelo CNDH:

Os atingidos denunciam que não participaram do processo de definição dos critérios e valores das indenizações pela interrupção do fornecimento de água, nem para indenização geral. Segundo a Renova “os critérios e valores de indenização para danos gerais foram previamente discutidos com representantes do poder público e entidades técnicas (...) A situação que salta aos olhos no CIF e suas Câmaras Técnicas, as quais têm expedido recomendações para as empresas, é a total ausência de participação dos atingidos em seus processos deliberativos, de critérios, prazos, prioridades, deliberações, que não possuem dimensão unicamente técnica (CNDH; 2017, p.38- 42)

A Recomendação Conjunta nº 10 destacou a falta de participação dos atingidos no processo, uma vez apesar de serem realizadas reuniões, as mesmas consistiam em apresentações de projetos consolidados, sem possibilidade de participação no processo⁹, o que também foi relatado pelo representante do Sindicato Rural:

Nós participávamos de uma reunião. Nós estávamos na reunião com a Samarco a vale o sindicato e agricultores. Então era uma reunião de conflito, de quebra pau. Mas a lista de presença não leva isso. Na lista de presença eles traziam camuflado. No cabeçalho daquilo lá você autorizando o uso da sua imagem e do seu depoimento ali falando em

9 Segundo A Recomendação Conjunta nº 10: “Foi relatado também que, embora tenham sido realizadas reuniões com as comunidades pela Fundação Renova, apenas verificava-se a apresentação dos projetos que já vinham prontos, sem a possibilidade de participação dos atingidos” (MPF *et. Al*; 2018)

favor da vale. então isso foi tantas e tantas vezes, que nós tivemos que comprar briga e falar não aceitamos esta lista, que esta lista é contraditória, porque ela não vai trazer a realidade do que vocês discutiram aqui. Ela vai trazer distorcido. O quebra pau que a nós tinha lá, eles passavam despercebido. e depois aparecia lá o nome de fulano de tal e uma imagem bonita da Vale e da Samarco. Então é outro absurdo. (S.; 2018).

Contudo, segundo a Fundação Renova as ações realizadas se baseiam em um modelo de governança participativa, destacando que:

As atividades da Fundação Renova estão dentro de um modelo de governança inédito no Brasil. Diante do desafio colocado, a fundação procurou inovar na forma de tomar decisões, envolvendo as comunidades, autoridades e especialistas que deveriam ter voz nesse processo de recuperação.

HARMONIA COERCIVA E A “PRIVATIZAÇÃO DA JUSTIÇA”

ACSERALD e BEZERRA destacam que no último quartel do Seculo XX verificou-se uma tendência de alocação de atividades na América latina em busca de acesso a recursos naturais nela localizados, chocando-se com as formas de apropriação e significação locais, resultando em uma disseminação dos conflitos ambientais. Estas disputas pelos recursos territorializados, incluem as disputas discursivas, ou seja, de representação, razão pela qual ganha-se destaque uma busca por uma imagem de coesão social pelo mercado. Neste cenário, tem-se a disseminação de tecnologias de conflitos ambientais, muitas vezes originárias de países centrais, muitas vezes sob justificativa que tais disputas teriam origem em uma “falta de instituições”. Desta forma, o uso de formas alternativas de resoluções de conflitos ambientais consistiriam em uma estratégia que busca retirar o conflito da esfera pública, despolitizando o debate sob justificativa de busca de eficiência e da harmonia (ACSERALD e BEZERRA, 2007).

Segundo tais autores os principais instrumentos seriam: a negociação direta, a conciliação, a facilitação, a mediação e a arbitragem. A partir desta categorização, verifica-se que o PIM seria uma negociação direta, ou seja, “*seria um processo pelo qual as partes em disputa encontram-se com o intuito de chegar a uma resolução mutuamente aceitável*” em que “Cada parte representa seus próprios interesses. (ACSERALD e BEZERRA, 2007, p.13).

NADER analisa que *Alternative Dispute Resolution (ADR)* emergiu a partir da década de 1970 como uma ideologia harmonizadora, em contraste com os anos 1960 que foram de conflitos por lutas de direitos civis, e ganhou destaque na seara ambiental e se internalizou (destacando a utilização da ADR nas disputas internacionais relacionadas a rios). Tal autora centra sua análise do que denominou de “ideologia da harmonia”, destacando o “deslocamento da preocupação com a justiça para uma preocupação com a harmonia e a eficiência, de uma ética do certo e errado para uma ética do tratamento”. Para tal autora a ideologia da harmonia vem ganhando espaço não só por ir ao encontro com preceitos cristãos de valorização da concórdia, mas também por um interesse de mercado na ideia de estabilidade, somando-se a isso justificativas de que os “tribunais estavam abarrotados” e que a população americana supostamente seria litigante. A proposta de deslocar a abordagem do vencer e perder para uma do equilíbrio de interesses, implica em uma afastamento da lei, implica em maiores vantagens para os mais poderosos. Ela destaca que “*Em todos os casos que examinei, a regra é que a parte mais fraca vá em busca da lei e a mais forte prefira negociar*” e considera que as “*ideologias de solução de disputas são um mecanismo usado há muito tempo para se realizar a transmissão de ideias hegemônicas*” (NADER, 1994).

Cumprir destacar que na busca pelas “soluções amigáveis” a lei acaba substituída pelas negociações e, portanto, por relações de força, de modo que “o encaminhamento do conflito não se dá pela discussão sobre aquilo que é justo ou injusto, mas pela maior ou menor capacidade

dos agentes barganharem seus interesses” (ACSERALD e BEZERRA, 2007, p.23). Tais autores ressaltam que:

Do ponto de vista de uma discussão sobre “correlação de forças” (variável ignorada com certa frequência nos discursos apologeticos do “consenso”) nos processos de resolução negociada, cabe lembrar que as leis e normas podem defender de modo mais eficaz os “interesses” de grupos sociais em conflito contra empresas e contra o governo, considerando que cada conflito isoladamente não constitui sujeitos “locais” fortes o suficiente para evitar que eventuais “injustiças” possam ser cometidas por aqueles entes sociais. (ACSERALD e BEZERRA, 2007, p.18).

A prática de negociações no caso do Desastre Tecnológico de Marina, se deu não só por meio do PIM, mas também pelos Termos de Ajuizamento de Conduta (TTCACs) que estruturaram o programa. Quando da aplicação de instrumentos alternativos de resolução de conflitos, justificou-se que os mesmos seriam mais eficientes que a judicialização, pela sua celeridade. Conforme Zhouri sintetiza:

No caso de Mariana, o gerenciamento da crise derivada do desastre tem implicado na mobilização de dispositivos específicos, como mesas de negociação e assinaturas de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Tais dispositivos são mobilizados sob a justificativa da necessidade de uma ação mais célere e eficaz, em contraste com a ênfase em punições por via da judicialização, com a responsabilização dos agentes corporativos e o cumprimento das demandas colocadas pelos atingidos. Esse processo de contratualização (Acsegrad, 2014), conforme já salientado por Zhouri et al. (2016a e 2016b), realiza-se, de fato, em detrimento dos espaços e possibilidades de participação dos atingidos e apoiadores, segmentos que não foram ouvidos ou consultados quando da elaboração, por exemplo, do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC (Zhouri, 2017, p. 37-38)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, os programas de reparação e compensação foram definidos a partir de câmaras técnicas, vindo a compor o TTAC, que foi firmado pelas empresas mineradoras responsáveis pelo desastre tecnológico e a União, Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Ainda que a homologação de tal acordo tenha sido suspensa liminarmente, foram constituídos o CIF e a Fundação Renova, que veio executando os programas previstos no TTAC desde então.

Dentre estes programas vimos que no âmbito do Programa de RESSARCIMENTO E indenização vem-se implementando o PIM, que foi estruturado a partir de deliberações do CIF. Contudo, tal programa vem sendo objeto de críticas por parte do movimento social e dos atingidos, pela falta de participação social no processo e pelas dificuldades encontradas pelos atingidos, uma vez que conforme as denúncias tais transações são realizadas sem a intermediação de um mediador, sem assistência jurídica e através de propostas não negociáveis.

Assim muitos atingidos que não têm acesso adequado à informações, à assessoria jurídica e a possibilidade de barganhar os termos do acordo, acabam aderindo ao PIM. Isso, vem gerando uma imagem fictícia de pacificação social consensual.

Vimos que esta ideologia da harmonia mediante a busca da eficiência por meio de resolução dos problemas e de eliminação de dissensos, não se trata de um fato isolado, mas se insere em um contexto de alocação de atividades na América latina em busca de recursos naturais territorializados e da emergência das resoluções negociadas como forma de estabilização social utilizadas pelo capital a fim de despolitizar o conflito e afastar a aplicação da lei (ACSERALD e BEZERRA, 2007).

Os discursos de que o poder público é ineficiente quando comparado ao setor privado, passam a atingir também o judiciário, culminando não só em um discurso de convencimento dos atingidos de que o a letargia do Judiciário não viabiliza uma compensação do dano mediante, como em uma justificativa ideológica para uma “privatização da justiça” acumulada com a “ideologia da harmonia” (NADER; 2014), em que a pacificação passa a ser ministrada pelo próprio causador do dano. Troca-se a busca por justiça, pela busca por eficiência, enquanto estes conceitos não são dicotômicos, mas sim complementares.

Assim, prática de resoluções negociadas em conflitos ambientais, como no caso analisado, em que há uma grande disparidade entre as partes, podem levar a remediações individualmente, alcançando-se o consenso e a pacificação social, sem contudo obter um resultado justo e satisfatório aos envolvidos. Conforme Zhouri:

Entretanto, esses princípios aparentemente democráticos e justos quando aplicados em uma sociedade estruturada pela desigualdade social, econômica, cultural e ambiental, subsume à lógica hegemônica as desigualdades sociais e as diferenças culturais reais. Desta maneira, no interior do paradigma da adequação, o dissenso é eliminado por meio das tentativas de restringir a fala dos atingidos ao lugar em que se espera que eles falem: o lugar da aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso (ZHOURI, 2014).

Neste caso concreto verifica-se que apesar da amplitude territorial e pela heteronomia dos atingidos, preponderou propostas de solução genéricas que não suprem a realidade local. Através da homogeneização de soluções, apresenta-se uma resposta global, desconsiderando questões locais e os danos individualmente experimentados. As formas alternativas de resolução de conflito tem sido um importante instrumento de acesso à justiça, porém o uso destas em determinadas matérias e litígios, apesar de garantir a celeridade, se mostra problemático em razão da disparidade tradicionalmente existe entre as partes. Acreditar que apesar da complexidade presente, em regra, nas demandas ambientais, seja mais eficiente a realização de autocomposição é no mínimo ingênuo. Conforme NADER (1994) e ACSERALD e BEZERRA (2007) o afastamento da lei tende a ser prejudicial aos mais vulneráveis economicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. ; BEZERRA, G. A Inserção Internacional e a “Resolução Negociada” de Conflitos Ambientais na América Latina—a constituição de um campo. Consejo Latino Americano de Ciencias sociales. Quito. 2007

BRASIL. Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. Termo de transação e ajustamento de conduta – TTAC, homologado em 02 de março de 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf> . Acesso em: 05 outubro 2018

COMITE INTERFEDERATIVO. Deliberação nº 111, de 25 de setembro de 2017. Disponível em <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-09-25-deliberacao-111.pdf> (Acesso em 09 de novembro de 2018)

COMITE INTERFEDERATIVO. Deliberação nº 119, de 23 de outubro de 2017. Disponível em <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-10-23-deliberacao-119.pdf>

COMITE INTERFEDERATIVO. Nota Técnica nº 15/2017/ctos-CIF. Disponível em <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2017/CIF-NT-015-CTOS.pdf>::(Acesso em 06 de novembro de 2018)

COMITE INTERFEDERATIVO. Nota Técnica 021/2018/ CTOS -CIF. Disponível em <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2018/NT21%20Sano%20PIM%20Final.pdf> (Acesso em 06 de novembro de 2018)

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH. Relatório sobre o Rompimento da Barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce. Maio 2017

FUNDAÇÃO RENOVA. Relatório de Atividades de 2016 Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/themes/fundacao-2016/arquivos/relatorioatividades.pdf> (Acesso em 07 de novembro de 2018)

_____. Relatório de Administração, 2017.

_____. Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social - Relatório Trimestral de Atividades. 2º Trimestre 2018

_____. Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social - Relatório Trimestral de Atividades. 3º trimestre 2018

_____. Programa de Indenização Mediada. Replanejamento para cumprimento à Deliberação nº. 119. Novembro de 2017.

FUNDAÇÃO RENOVA e SYNERGIA SOCIOAMBIENTAL. Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Recomendação Conjunta nº 10. 2018

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da Barragem da Samarco (Vale/PHP Billiton). Secretaria Nacional, 2016.

NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 9, p. 18-29, 1994

SAMARCO MINERAÇÃO. Relatório Anual de Sustentabilidade 2015.

STJ. RECLAMAÇÃO Nº 31.935 - MG (2016/0167729-7) RELATORA : MINISTRA DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO). Brasília (DF), 30 de junho de 2016.

STJ.CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 144.922 - MG (2015/0327858-8) RELATORA : MINISTRA DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO)

VALE. Relatório de Sustentabilidade 2017.

ZHOURI, Andréa et al. Mineração: violências e resistências-um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana, 1ª edição. 2017.

Entrevistas:

G. . Membro do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Entrevista I. [Entrevista não publicada]. Entrevista concedida a Alessandra Dale Giacomini Terra em Governador Valadares (MG) em 19 de julho de 2018.

E., representante da Associação de Areeiros de Governador Valadares. Entrevista II. [Entrevista não publicada]. Entrevista concedida a Alessandra Dale Giacomini Terra em Governador Valadares (MG) em 19 de julho de 2018.

J. , Presidente da Associação Comercial de Governador Valadares. Entrevista III. [Entrevista não publicada]. Entrevista concedida a Alessandra Dale Giacomini Terra em Governador Valadares (MG) em 19 de julho de 2018.

S. Representante do Sindicato Rural de Governador Valadares, Entrevista IV. [Entrevista não publicada]. Entrevista concedida a Alessandra Dale Giacomini Terra em Governador Valadares (MG) em 17 de julho de 2018.

Sites consultados:

<https://www.fundacaorenova.org/>

<https://www.youtube.com/watch?v=4HZqfcEcRt0/> Acesso em 01/08/2018 <http://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2016/10/fundacao-vai-indenizar-atingidos-pela-lama-de-rejeitos-em-mg.html> (Acesso em 22/08/2018).

<https://www.fundacaorenova.org/noticia/programa-de-indenizacao-mediada-para-dano-agua-encerra-com-98-de-adesao/> (Acesso em 07/11/2018)

QUALIDADE AMBIENTAL NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ AÇAIZAL E GABRIEL EM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Nilene Ferreira Cardoso Souza

*Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia,
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá – PA
nilenefcardoso@hotmail.com*

Andréa Hentz de Mello

*Professora Dra. do Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia,
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá-PA
andrehentz@unifesspa.edu.br*

RESUMO

O objetivo deste trabalho consistiu em compreender o processo de degradação socioambiental da microbacia hidrográfica dos Igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia no âmbito do processo de formação territorial e das políticas ambientais implementadas pelo Estado na região amazônica. O interesse por esta temática se deve a necessidade de um maior entendimento acerca das dinâmicas socioambientais e a qualidade ambiental na microbacia hidrográfica buscando entender como se deu o processo de degradação, a partir da implantação das políticas ambientais disponibilizadas pelo Estado e o Plano Diretor Municipal que preconiza a garantia da sustentabilidade. A metodologia partiu de uma revisão bibliográfica, relatando as discussões sobre o arranjo socioespacial na Amazônia brasileira a partir do conceito de território e urbanização. Foi realizado um diagnóstico socioeconômico e ambiental com cento e sessenta e oito famílias através de questionários fechados e observação in loco. Os resultados mostraram que a degradação da microbacia está acontecendo em virtude da expansão urbana desordenada e falta de conscientização ambiental dos moradores das margens dos igarapés e ausência do poder público na aplicação e atendimento a legislação ambiental. Conclui-se que o processo de expansão urbana é complexo e tem contribuído de forma bastante expressiva para a degradação da microbacia do igarapé, pois a expansão urbana desordenada reflete o processo de ocupação estabelecido pelas estratégias geopolíticas e econômicas sob o espaço amazônico ao longo dos anos.

Palavras-chave: Degradação ambiental, Recursos Hídricos, Gestão dos Recursos Naturais.

ABSTRACT

The objective of this work was to understand the process of socioenvironmental degradation of the hydrographic basin of the Igarapés Açaizal and Gabriel in São Domingos do Araguaia within the scope of the territorial formation process and the environmental policies implemented by the State in the Amazon region. The interest in this theme is due to the need for a better understanding of socio-environmental dynamics and environmental quality in the hydrographic basin, seeking to understand how the degradation process occurred, based on the implementation of the environmental policies provided by the State and the Municipal Master Plan that the guarantee of sustainability. The methodology was based on a bibliographical review, reporting the discussions about the socio-spatial arrangement in the Brazilian Amazon from the concept of territory and urbanization. A socioeconomic and environmental diagnosis was carried out with one hundred and sixty-eight families through closed questionnaires and in loco observation, thus observing the economic, social, cultural and environmental

context. The results showed that the degradation of the microbasin is occurring due to the disorderly urban expansion and lack of environmental awareness of the residents of the river banks and absence of the public power in the application and compliance with environmental legislation. It is concluded that the urban expansion process is complex and has contributed in a very significant way to the degradation of the igarapé microbasin, since the disordered urban expansion reflects the occupation process established by the geopolitical and economic strategies under the Amazonian space over the years.

Key-words: Socio-environmental Impacts. Occupancy dynamics. State

1. INTRODUÇÃO

As dinâmicas socioambientais em diferentes territórios da Amazônia brasileira, tem se acentuado em grande escala nos últimos anos, principalmente no que se refere à destruição das florestas e degradação dos recursos hídricos que tem sido alvo das interferências humanas, e assim, induzindo a se pensar em ação que legitime a importância do equilíbrio dinâmico das bacias hidrográficas (BOTELHO, 2011).

Para Guerra (2011, p. 76) uma bacia hidrográfica pode ser definida como um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, que incluem a existência de cabeceiras ou nascentes, divisores de água, curso d'água principal, afluentes e subafluentes. Enquanto Silva (1994), define conceito de microcabacia hidrográfica da seguinte maneira: "(...) em seu conceito técnico, a microbacia é definida como uma área geográfica de capacitação de água composta por pequenos canais de confluência e delimitada por divisores naturais". Paula e Mendonça (2014), expõem que uma bacia hidrográfica se refere a um espaço da terra, onde o escoamento superficial em qualquer ponto converge para um único ponto preciso, o exutório. As bacias hidrográficas são delimitadas através da identificação de um curso de água ou sistema de cursos de águas; do exutório; e de uma linha permanente que começa e finaliza no exutório, de maneira que não cruze um curso de água. Além disso, as sub-bacias são áreas de drenagem dos tributários do curso d'água principal. Haesbaert (2004), ainda ressalta que o território é focado numa expectativa geográfica, intrinsecamente integradora, sempre em processo. A territorialização como domínio (político-econômico) e a apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos, e assim, destaca três vertentes básicas para uma melhor compreensão da noção de território: a primeira noção refere-se a jurídico-política do território relacionado ao poder político do Estado, sendo a mais difundida, pois o território é visto como um espaço delimitado e controlado na maioria da vezes, pelo Estado; a segunda noção é a do cultural ou simbólico-cultural onde o território é visto como produto de apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; a terceira noção, apresenta a noção econômica onde o território é visto como fonte de recursos e/ ou incorporação no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho.

Nota-se uma conceituação teórica bastante ampla, mas como mostra este autor, a resposta a estes referenciais, vai depender da posição filosófica seguida pelo pesquisador. Um marxista, por exemplo, poderá defender uma noção de território numa visão do materialismo histórico e dialético, privilegiando sua dimensão material, principalmente com embasamento econômico e de forma contextualizada de acordo com os fatos e sendo definida, a partir das relações sociais nas quais se está inserido. Havendo um sentido claramente relacional, sendo assim, estimulados a procurar superar a dicotomia material/ideal, uma vez que o território envolve a dimensão material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o imaginário geográfico que não somente mobiliza como um ou é item indissociável destas relações.

Assim essas concepções corroboram com os processos de degradação da microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia, apresentando a concepção materialista do território, para melhor explicação dessa dinâmica.

Para pensar como o território da Amazônia brasileira, especificamente o sudeste paraense, se insere na dinâmica desenvolvimentista do país, numa visão universal, torna-se indispensável uma apresentação sobre as diversas concepções de Estado nesse estudo, as quais favorecem reflexões que explicam como essas dinâmicas socioambientais influenciam na forma de organização (ou desorganização) do território de São Domingos do Araguaia, Pará, bem como na degradação da microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel.

Para entender o contexto local da microbacia em destaque, nessa dinâmica da Amazônia brasileira que prossegue com poder de destruição, especialmente no sudeste paraense, recorre-se a EMMI (1999), por analisar a história da oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais de forma bastante crítica. Ela analisa as relações entre a transformação da estrutura fundiária e as mudanças do poder político, as particularidades que marcaram a associação de um processo de estruturação do domínio político com o processo de apropriação das terras públicas, o modo pelo qual se conformou essa estrutura de poder, os mecanismos responsáveis pela modificação dessa configuração típica de comando em relação à posse da terra na região sudeste do Pará.

Santos (1996), destaca que é preciso compreender a cidade não só através de sua observação, mas a partir de sua dinâmica, sua geografia e sua história, porque a constituição da cidade é ao mesmo tempo, uma inovação da técnica e a organização da produção. Assim, a cidade se materializa mediante a intensa divisão social do trabalho, que desse modo, proporciona o surgimento de diferentes ambientes, que aos poucos vão se estruturando. Enquanto Corrêa (1997) complementa chamando de recortes espaciais o núcleo central, as áreas fabris, os subcentros comerciais, áreas residenciais populares e a zona periférica.

Portanto, este trabalho teve o objetivo de analisar a degradação socioambiental decorrente da expansão urbana na microbacia dos igarapés Açaizal e São Gabriel em São Domingos do Araguaia - PA no âmbito do processo de formação territorial e das políticas ambientais implementadas pelo Estado na região amazônica.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O município de São Domingos do Araguaia está localizado no Sudeste Paraense cerca de 54 km de distância da microrregião de Marabá e 514 km de Belém-PA, e integrado a região de Carajás. Localizado entre as coordenadas 05°32'16" latitude ao Sul e a uma longitude 48°44'00" oeste, estando a uma altitude de 130 metros. Assim, a microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel (figura 1) encontram-se dentro dos limites da bacia hidrográfica do Tocantins/Araguaia, possuindo uma área de drenagem, de baixo curso, localizada entre as seguintes coordenadas latitude 05°32'58.6" Sul e longitude 048° 43'11.4" no sentido Leste (igarapé Gabriel) e oeste (igarapé Açaizal).

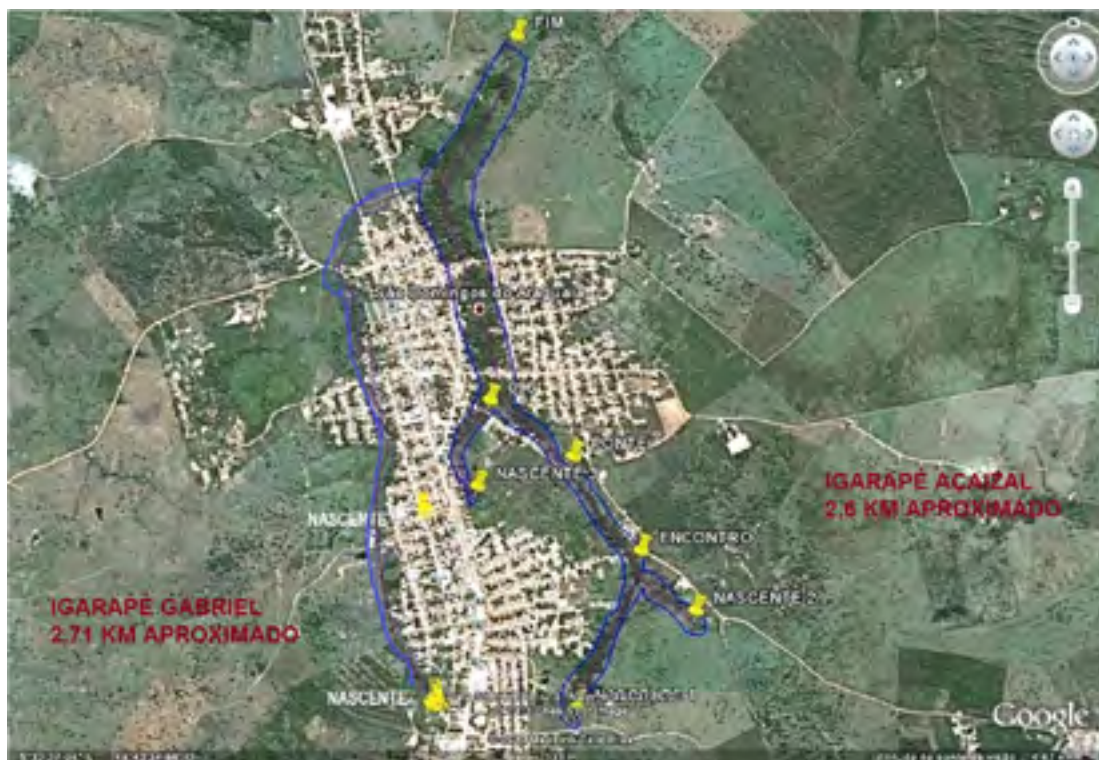


Figura 1: Nascentes na microbacia hidrográfica do igarapé Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia, Pará. **Fonte:** Adaptado de SEMMA - Google Earth (2013). Modificado por Souza 2016.

A leste está localizado o igarapé Açaizal, o qual é maior, mais amplo e possui maior área de vegetação ciliar. Sua nascente principal está numa localidade que anteriormente pertencia a um fazendeiro, cortando a cidade de São Domingos do Araguaia de forma longitudinal e serve de fronteira que separa os bairros São Luís e Novo São Luís – que se localizam na margem direita do Centro – margem esquerda, e deságua no rio Veados.

Esta microbacia é de baixo curso e a principal nascente do igarapé Açaizal aflora na vila Braga, próximo à área de pastagem de um laticínio inativo, onde suas águas encontram-se com as de vários afluentes tributários na vila Moisés, quintais de residências, balneário particular, e no Loteamento Alto da Boa Vista, e assim, percorre banhando ainda os bairros São Luiz, Novo São Luiz e centro até encontrar-se com o igarapé Gabriel que tem sua nascente na vila Gabriel e afluentes tributários no bairro novo São Domingos, percorrendo pelo bairro Liberdade e centro até se juntarem no bairro Perpetuo Socorro, e assim percorrem no espaço rural até desembocarem no rio Veados na rodovia Transamazônica-BR 230, onde existe um balneário nas suas margens, cumprindo assim, o papel relevante na dinâmica hidrológica de desaguar no rio Araguaia. Segundo dados da SEMMA (2017) a área do igarapé Açaizal corresponde a 2,6 km de extensão.

Partindo da lógica que o método é o processo de construção do objeto, esta dissertação trabalha com a abordagem metodológica qualitativa, quantitativa e descritiva de forma universal, ou seja, com caráter interdisciplinar, conforme mostra Japiassú (1988), ao afirmar que um conceito acentuado no campo epistemológico, sugere um trabalho interdisciplinar onde possa existir um diálogo entre as ciências.

As ferramentas utilizadas para a obtenção dos dados foram as pesquisas bibliográficas (Gil, 1999), questionários, entrevistas, pesquisas de campo e análises cartográficas.

Do espaço amostral de seiscentos e vinte e sete (627) residências edificadas localizadas entre 10 e 300 m de distância das margens dos igarapés Açaizal e Gabriel a amostragem desta pesquisa, contou com a entrevista de cento e sessenta e oito (168) moradores, sendo oitenta (80) moradores das imediações da microbacia do igarapé Gabriel que percorre a Oeste deste município, onde estão localizados os bairros Aldenira Frota (local da nascente principal), Gabriel, Novo São Domingos, Liberdade e centro, e oitenta e oito (88) moradores das imediações do igarapé Açaizal que está a Leste, nos bairros Braga, Moisés (local de nascentes), Alto da Boa Vista (afluentes tributários do igarapé Açaizal), São Luís, Novo São Luís, Centro e Perpetuo Socorro e balneário do igarapé Veados na transamazônica, onde esses igarapés deságuam. Também foi aplicado um questionário para alguns funcionários das secretarias municipais (Meio Ambiente, Educação, Saúde e Planejamento Urbano).

Foi realizado um diagnóstico socioeconômico e ambiental com 168 famílias através de questionários fechados e observação *in loco*, verificando assim o contexto econômico, social, cultural e ambiental dos moradores às margens dos igarapés. Os dados foram processados, compilados e apresentados através de discussão e fotografias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos, vem passando por um processo de desequilíbrio em seu sistema ecológico ao longo dos anos, principalmente em virtude da retirada da mata ciliar que protege os corpos d'água. Embora a mesma já faça parte de uma política ambiental nacional, estadual e local, observa-se que não há o acompanhamento do ordenamento urbano local.

Esta microbacia tem uma forte relação com os moradores de São Domingos do Araguaia, embora faça parte de um plano de zoneamento urbano da sede do município a qual é considerada zona de áreas alagáveis, inundáveis, impróprias e zonas de proteção e conservação ambiental. Deste modo, nestas áreas ocupadas pelos moradores, ocorre uma prática que contraria as leis ambientais e compromete o ciclo hídrico causando a erosão do solo e o assoreamento dos igarapés (Figura 2).



Figura 2. Erosão do solo nas margens dos igarapés Açaizal e Gabriel. São Domingos do Araguaia -PA.

A erosão do solo, e lixiviação de suas bases, causa o assoreamento destes igarapés, e comprometimento da qualidade de suas águas (Figura 3). Observa-se um trecho do igarapé Açaizal localizado na Vila Moisés, bem próximo a sua nascente principal, a qual encontra-se em área de pastagens do proprietário de um antigo laticínio, e o atual morador desmatou a sua margem para a implantação de cultivos agrícolas, principalmente o de banana (*Musa velutina*).



Figura 3: Erosão e nível da água no Igarapé Açaizal. São Domingos do Araguaia – PA.

Também pode ser observado que o leito encontra-se raso, e de acordo com relatos dos moradores entrevistados, na década de 1980 a água transbordava ou chegava até o seu tórax, e hoje a água não passa de seus joelhos.

Estes dados corroboram com as afirmativas de Salomão (2014) e Fendrich (1984), onde explicam que a erosão urbana está associada a ausência de um planejamento apropriado, que leve em consideração as particularidades dos elementos naturais, as condições sociais e econômicas das intenções de ampliação do espaço urbano. Desse modo, afirmam ainda estes autores que o assoreamento dos cursos d'água e reservatórios dentro do espaço urbano e periferia, como também a destruição ou entupimento da rede de galerias aceleram os problemas ambientais.

Dessa maneira, a ação humana tem acelerado os processos erosivos da microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia – PA, bem como o assoreamento e comprometimento da qualidade de suas águas como relatado anteriormente. Desta forma, tem que se pensar em adoção de medidas eficazes para o controle e prevenção da erosão nestes igarapés. Salomão (2014) reflete que isso vai depender de uma compreensão adequada das ações relacionadas com a dinâmica de funcionamento hídrico sobre o solo. Enquanto Guerra (2014), propõe que esses processos de degradação sejam estagnados a medida em que, se possa reconhecê-los na sua totalidade e também que os pesquisadores, especialistas de órgãos municipais, estaduais e federais possam agir de acordo com a legislação ambiental.

Os resultados observados durante as entrevistas com os moradores dos igarapés, reflete também na análise do Plano Diretor Participativo Municipal de São Domingos do Araguaia, onde é possível observar que não está sendo executado conforme a sua premissa ficando apenas na teoria, visto que a microbacia vem sendo degradada por falta de atuação do poder público, e assim os moradores do entorno da mesma, estão vivendo de forma vulnerável. Isto fica evidente quando analisando o Plano Diretor observa-se que não há dados históricos

a respeito da microbacia dos igarapés, corroborando com o relato da servidora da SEMMA entrevistada: “ (.....) Não tem nada sobre o histórico dos igarapés. Nunca vi. Se tem não sei te falar. O Plano diretor de 2006, está fazendo dez anos agora que é a revisão, no Plano Diretor não tem nada, não fala nada sobre o meio ambiente, se tu observar lá só tem o nome Meio Ambiente. Não fala nada, nada. ”

Nesta fala, fica evidente que o Estado continua professando o modelo desenvolvimentista que favorece apenas ao capital industrial e financeiro. Portanto, é de grande relevância pensar a Amazônia brasileira num contexto voltado para uma política de solidificação do desenvolvimento, que venha atender todos os grupos sociais em consonância com a preservação/conservação do meio ambiente.

Santos (1996), afirma que “A transformação dos elementos da natureza passa a ser apenas iniciada no campo mais é completada na cidade (p.20 – grifo nosso)”. No entanto, os impactos das ocupações rurais e urbanas nos igarapés em São Domingos do Araguaia, devem ser avaliados como um todo, pois, a ação humana tem avançado muito no sentido de degradar as suas nascentes principalmente as dos igarapés Açaizal e Gabriel, resultado da forte pressão urbana, em detrimento ao que se preconiza no Plano Diretor do município.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado o processo de degradação socioambiental na microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel e sobretudo, danos que estão causando ao ambiente e a saúde da população que ocupam as imediações dessa microbacia. Muitos são os desafios revelados nessa dinâmica socioambiental que envolve a microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel.

As nascentes dos igarapés estão sendo soterradas e as que ainda restam estão em sua maioria, desprotegidas. Dessa maneira, tanto as nascentes como os igarapés estão sendo assoreados por falta da cobertura vegetal, por construções, por entulhos, resíduos sólidos e líquidos, pois seus leitos estão bastante rasos e suas margens estreitas, havendo, portanto, a necessidade de proteção das nascentes dos igarapés Açaizal e Gabriel através do reflorestamento com espécies nativas ciliares.

5. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. B. Diagnóstico da degradação ambiental na área do lixão de Pombal – PB. **Rev. Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 10, n.1, p. 20 - 34, jan-mar, 2015. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2238-1443485474.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2010.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

AZEVEDO, Ruy Emmanuel Silva de; OLIVEIRA, Vlândia Pinto Vidal de. **Reflexos do novo Código Florestal nas Áreas de Preservação Permanente – APPs – urbanas**. UFPR. Rev Desenvolvimento e Meio Ambiente. V. 29, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, 252 p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**. 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. v.3 Belém, EDUFPA, 2004.

EXPANSÃO URBANA E A DEGRADAÇÃO DAS NASCENTES DOS IGARAPÉS AÇAIZAL E GABRIEL EM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Nilene Ferreira Cardoso Souza

*Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia,
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá – PA
nilenefcardoso@hotmail.com)*

Andréa Hentz de Mello

*Professora Dra. do Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia,
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá-PA
andreahtentz@unifesspa.edu.br)*

RESUMO

Este trabalho buscou discutir a importância da microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia-Pará, analisando as dinâmicas socioambientais que vem ocorrendo ao longo dos anos na formação territorial deste município, a fim de contribuir com algumas reflexões que possam colaborar para a consolidação de medidas de preservação, conservação e recuperação desta microbacia, como também contribuir com reflexões voltadas para um planejamento ambiental, de modo que previna e evite a ocupação territorial desordenada em áreas impróprias, minimizando assim os problemas que afligem parte da população ribeirinha que fazem uso de suas águas. A importância desse estudo deve-se a necessidade de um maior entendimento acerca das dinâmicas socioambientais e a qualidade ambiental na microbacia hidrográfica do igarapé Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia, sobretudo, entender como se deu esse processo de degradação uma vez que a mesma está localizada no perímetro urbano do município, sendo cortada pela BR 153, no sentido Sul/Norte. O processo de expansão urbana no município de São Domingos do Araguaia é complexo e tem contribuído de forma bastante expressiva para a degradação de nascentes urbanas, erosão do solo e assoreamento dos igarapés Açaizal e Gabriel, e assim, a população do entorno de suas margens, estão enfrentando grandes desafios, dentre eles, o de conseguir água potável, embora a maioria dos entrevistados tenham considerado a água saudável sentindo-se plenamente satisfeitos em morar nesses locais, sem reconhecer que eles se contaminam também pelas suas próprias ações praticadas no cotidiano.

Palavras-chave: Impactos Socioambiental. Dinâmica de ocupação. Estado.

ABSTRACT

This work aimed to discuss the importance of the hydrographic microbasin of the Açaizal and Gabriel streams in São Domingos do Araguaia-Pará, analyzing the socio-environmental dynamics that have been occurring over the years in the territorial formation of this municipality, in order to contribute with some reflections that can collaborate for the consolidation of measures for the preservation, conservation and recovery of this microbasin, as well as to contribute with reflections aimed at environmental planning, so as to prevent and avoid disorderly territorial occupation in inappropriate areas, thus minimizing the problems that afflict part of the riverine population that do use of its waters. The importance of this study is due to the need for a better understanding about socio-environmental dynamics and environmental quality in the hydrographic basin of the Açaizal and Gabriel igarapé in São Domingos do Araguaia, above all, to understand how this degradation process occurred since the same is located in the urban perimeter of the municipality, being cut by BR 153, in the South / North

direction. The process of urban expansion in the municipality of São Domingos do Araguaia is complex and has contributed in a very significant way to the degradation of urban springs, soil erosion and silting of the Açaizal and Gabriel streams, and thus, the population around its banks, are facing major challenges, including drinking water, although most respondents considered healthy water feeling fully satisfied to live in these places, without acknowledging that they also contaminate themselves by their own actions in daily life.

Key-words: Socio-environmental Impacts. Occupancy dynamics. State

1. INTRODUÇÃO

Para entender o contexto local da microbacia em destaque, nessa dinâmica da Amazônia brasileira que prossegue com poder de destruição, especialmente no sudeste paraense, recorre-se a EMMI (1999), por analisar a história da oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais de forma bastante crítica. Ela analisa as relações entre a transformação da estrutura fundiária e as mudanças do poder político, as particularidades que marcaram a associação de um processo de estruturação do domínio político com o processo de apropriação das terras públicas, o modo pelo qual se conformou essa estrutura de poder, os mecanismos responsáveis pela modificação dessa configuração típica de comando em relação à posse das terras na região sudeste do Pará.

Assegura ainda, que o modo como vem se processando a organização da produção material, permite explicar a organização política de uma sociedade. Pois, o importante não são as famílias que se revezam no poder, mas a estrutura de classe que por meio se manifesta. Para ela, a primeira época histórica da região foi constituída por um grupo assentado a princípio, sobre o capital comercial, pois o poder desse grupo era consolidado pela a apropriação progressiva da terra, e suas ligações partidárias lhe facilitariam sua posição na hierarquia administrativa. Desempenhava uma dominação em moldes oligárquicos que se explicava em relações de exploração do tipo paternalista sobre os caucheiros, castanheiros, barqueiros, tropeiros, e outros trabalhadores da castanha (*Attalea ssp*), que se colocavam em posições distintas na estrutura local, EMMI (1999).

Nesse entendimento, a fonte da riqueza e do poder desses grupos repousava inicialmente sobre o monopólio do crédito (aviamento) e do transporte, mantendo assim o controle dos castanhais. Uma oligarquia que era constituída por dois grupos familiares principais que em diferentes épocas exercia o poder local. Sendo o comerciante da castanha Deodoro de Mendonça e seus parentes, que atuaram de 1920 a 1940. E na década de 1950, era por comerciantes, fazendeiros e exploradores de castanha, entre os quais se evidencia o grupo família Mutran e outras famílias de poder. A partir de 1960 as áreas de castanhais vão perdendo a prioridade para a capital indústria e financeiro (EMMI,1999), e o Estado Nacional passa a atuar mais diretamente na área, privilegiando interesse do grande capital nacional e internacional, onde essa interferência do poder central reforçou-se com o desenvolvimento do Projeto Carajás e desse modo, surge um tipo de poder que não tem mais nada a ver com o poder tradicional. Assim, emerge uma nova liderança implantada pelo Estado que segue na figura do Major Curió que tira proveito da Guerrilha do Araguaia para se impor a região. Pois a disputa do poder se daria no plano entre interesses econômicos e políticos na região. Expõe ainda, que o exercício de análise da estrutura da terra e da estrutura do poder abre perspectivas novas e estímulos para prosseguir na análise de Marabá já não mais a terra dos castanhais, mais um dos núcleos do grande Carajás.

Nesse período, vários municípios fizeram parte desse contexto extrativista e seguem nessa dinâmica socioambiental que favorece ao capital no espaço amazônico, como em São Domingos do Araguaia – Pará. Tanto para Velho (1981) como para a AMAT (1996), o processo de formação territorial de São Domingos do Araguaia partiu na década de 1951, com a chegada do lavrador nordestino, Serafim Canário da Silva, que circulou pelo rio Araguaia até o povoado de Apinajés e em seguida partiu para esta localidade.

De acordo com Velho (1981, p. 109), por volta de 1956, já encontrava-se em São Domingos do Araguaia, aproximadamente quatorze (14) residências. A partir desse período acelera-se o processo de construção do espaço geográfico desse município na perspectiva de que em 1958 serão cerca de trinta (30) residências e em 1960, sessenta (60) residências, e em 1961 aproximadamente noventa (90) residências, o que devia corresponder a uma população de cerca de quinhentas (500) pessoas.

Observa-se neste contexto que a medida que chegavam novos habitantes, o povoado aumentava cada vez mais. Dessa maneira, esses ocuparam outros locais, principalmente os castanhais, que proporcionou o conflito pela posse da terra. Pois, as oligarquias regionais, segundo Emmi (1987), intitulavam os donos de toda a área que formava o território. Assim sendo, anteriormente, a principal atividade econômica, era voltada para a extração da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) e do coco babaçu (*Attalea ssp*), que posteriormente deram lugar a produção do arroz (*Oryza Sativa*) realizada pelos pequenos lavradores.

Contudo, o território de São Domingos do Araguaia, vai sendo formado com fortes transformações. Entre 1964 e 1967, houve um aceleração na vinda de mais migrantes do estado do Maranhão para o estado do Pará. Assim, novas perspectivas apontavam que: “Em 1966, São Domingos teria mais de duzentas (200) residências, e em 1969 (...) cerca de trezentas e cinquenta (350) residências, num total aproximado de mil e oitocentas (1800) pessoas (...)” (VELHO, 1981, p. 121). De acordo com as observações realizadas, muitos dos imigrantes nessa época se acomodaram nas proximidades da microbacia dos igarapés, inclusive ainda existe a ocupação nessas áreas por muitos desses moradores antigos que possuem seus quintais ligados aos igarapés Açaizal e Gabriel.

Nessa dinâmica, a construção da rodovia Transamazônica (BR 230), na década de 1970, também atraiu novos habitantes para este município, pois estes arranjaram nas proximidades da rodovia enquanto o acampamento da empreiteira se acomodava em São Domingos do Araguaia. Apesar disso, a abertura dessa estrada acelera o crescimento da cidade, pois antes mesmo da inauguração da rodovia em 1971, que já estava pronta, inúmeros caminhões de Anápolis e São Paulo chegaram ao povoado para realizações comerciais, como a compra do arroz (VELHO 1981).

De acordo com Souza (2004), a partir da década de 1980 a área urbana de São Domingos do Araguaia, se expande com a criação dos bairros, Liberdade e Novo São Domingos. Nessa dinâmica de construção, observa-se que ocorre no município de São Domingos um crescimento acelerado na cidade sem qualquer planejamento, e desse modo, afeta bruscamente a microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel.

Contudo, a população aumenta, cresce o número de bairros que vão sendo constituídos ao redor da microbacia hidrográfica dos referidos igarapés, cresce o número de residências, comércios, o agronegócio se acentua e a cidade se expande cada vez mais. De acordo com o (IBGE, 2010), a população estimada de São Domingos do Araguaia, Pará, em 2010, correspondia a 23.130 habitantes, e possuía uma área territorial de 1.392,32 km², com uma densidade demográfica de 16,61km². A partir desse momento, a ocupação do solo vai se fortalecendo em São Domingos

do Araguaia, pois novos bairros vão sendo consolidados sem ordenamento do território, e assim loteamentos e outras áreas de interesse social e econômico vão aflorando por vários espaços da cidade.

Pensar a dinâmica socioambiental na microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel no perímetro urbano de São Domingos do Araguaia é refletir em relações de poder que envolve a disputa pelo uso e ocupação do território, conforme discutiu Haesbaert (2010).

2.MATERIAL E MÉTODOS

O município de São Domingos do Araguaia (figura 1) está localizado no Sudeste Paraense cerca de 54 km de distância da microrregião de Marabá e 514 km de Belém-PA, e integrado a região de Carajás. Localizado entre as coordenadas 05°32'16" latitude ao Sul e a uma longitude 48°44'00" oeste, estando a uma altitude de 130 metros. Assim, a microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel encontram-se dentro dos limites da bacia hidrográfica do Tocantins/Araguaia, possuindo uma área de drenagem, de baixo curso, localizada entre as seguintes coordenadas latitude 05°32'58.6" Sul e longitude 048° 43'11.4" no sentido Leste (igarapé Gabriel) e oeste (igarapé Açaizal).

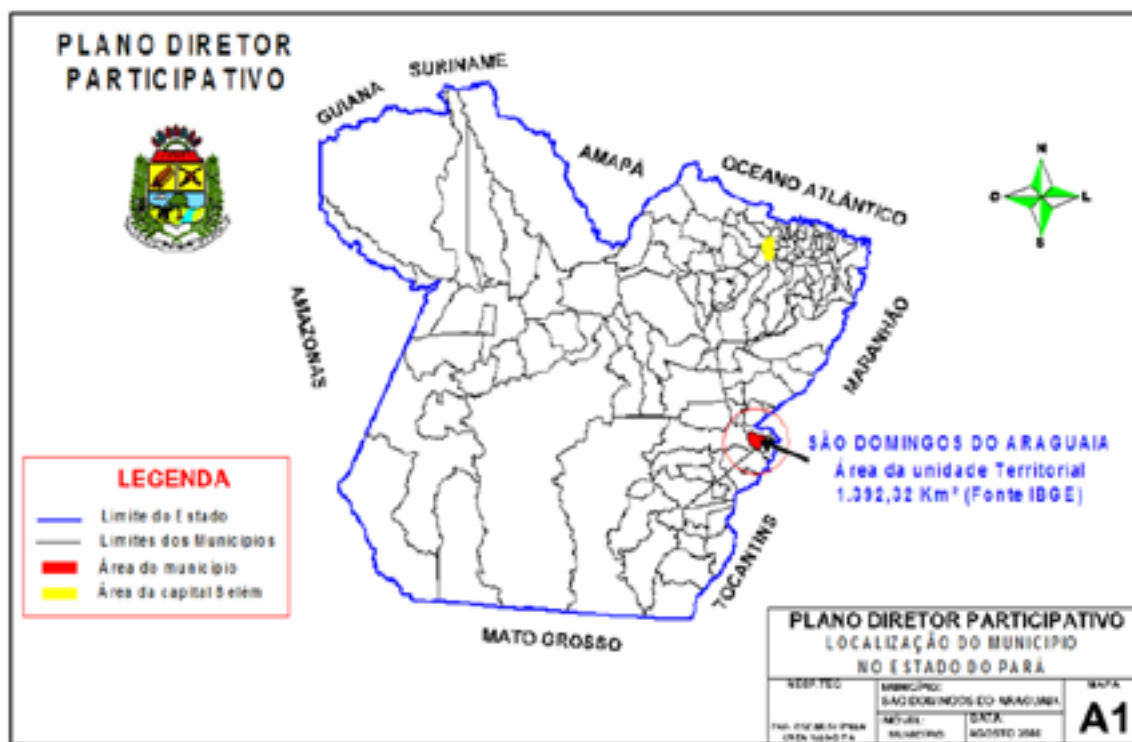


Figura 1. Localização do município de São Domingos do Araguaia no estado do Pará. **Fonte:** Adaptado do Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia-PA.

Partindo da lógica que o método é o processo de construção do objeto, este estudo, trabalha com a abordagem metodológica qualitativa, quantitativa e descritiva de forma universal, ou seja, com caráter interdisciplinar, conforme mostra Japiassú (1988), ao afirmar que um conceito acentuado no campo epistemológico, sugere um trabalho interdisciplinar onde possa existir um diálogo entre as ciências.

As ferramentas utilizadas para a obtenção dos dados foram as pesquisas bibliográficas (Gil, 1999), questionários, entrevistas, pesquisas de campo e análises cartográficas.

Do espaço amostral de seiscentos e vinte e sete (627) residências edificadas localizadas entre 10 e 300 m de distância das margens dos igarapés Açaizal e Gabriel a amostragem desta pesquisa, contou com a entrevista de cento e sessenta e oito (168) moradores, sendo oitenta (80) moradores das imediações da microbacia do igarapé Gabriel que percorre a Oeste deste município, onde estão localizados os bairros Aldenira Frota (local da nascente principal), Gabriel, Novo São Domingos, Liberdade e centro, e oitenta e oito (88) moradores das imediações do igarapé Açaizal que está a Leste, nos bairros Braga, Moisés (local de nascentes), Alto da Boa Vista (afluentes tributários do igarapé Açaizal), São Luís, Novo São Luís, Centro e Perpetuo Socorro e balneário do igarapé Veados na transamazônica, onde esses igarapés deságuam. Também foi aplicado um questionário para alguns funcionários das secretarias municipais (Meio Ambiente, Educação, Saúde e Planejamento Urbano).

As entrevistas tiveram o objetivo de identificar o perfil socioeconômico dos moradores que vivem nas margens da microbacia dos igarapés Açaizal (IA) e Gabriel (IG) em São Domingos do Araguaia, Pará, considerando as condições de sua estrutura física, bem como as condições socioeconômicas e ambientais. Nesse sentido, as questões voltadas para os moradores foram: identificação, condição financeira, moradia, as condições sanitárias, saneamento básico, uso da água, tipos de doenças mais comum entre os moradores, atividades econômicas, aspectos ambientais, como significado, conservação e preservação da natureza, o futuro dos igarapés e o que poderá ser feito pelos moradores e gestores de São Domingos do Araguaia no sentido de minimizar a problemática social e ambiental, sobretudo, dos igarapés IA e IG.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como discutido, a medida que a população cresce, novos espaços vão sendo reordenados de forma seletiva para a formação de novos bairros, e desse modo, a expansão urbana avança cada vez mais em direção a microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel, com poder de destruição, sobretudo das nascentes que tem papel fundamental na existência destes. Segue, portanto, ao longo dos anos, uma expansão desordenada do espaço urbano de São Domingos do Araguaia, embora tem-se em vista o planejamento urbano no Plano Diretor Municipal.

A partir de 2006 foi criado o Plano Diretor Participativo que logo deveria ser seguido conforme o ordenamento territorial e o direito ao espaço urbano exposto, que é mostrado no Art. 50 na p. 24, no qual aprova que a política fundiária municipal tem por finalidade regularizar os espaços em conflito, ocupações irregulares, como também elaborar análises do uso e da ocupação do solo.

Como conta no Plano Diretor, o território municipal está dividido em 2 macro-zonas: Macrozona Rural e Macrozona Urbana, desse modo, são consideradas como macro zona Urbana a Sede Municipal e as outras localidades onde poderão ser aplicado os instrumentos urbanístico na Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto das Cidades- no sentido de "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, e para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano" (p.26).

Dessa forma, o Plano Diretor define a sede municipal de São Domingos do Araguaia como Núcleo Urbano Consolidado com a finalidade de planejamento e gestão, conforme ilustrado na (Figura 2), a área de preservação e proteção ambiental, ponto de concentração da microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel, as áreas alagáveis e inundáveis defendida nesse Plano, porém essa área já está consolidada com o loteamento Alto da Boa Vista, as áreas impróprias, o eixo estrutural no centro da cidade, a Rodovia 153, as estradas vicinais e a área de pretensão de expansão urbana.



Figura 2. Zoneamento urbano da sede do município de São Domingos do Araguaia - PA. **Fonte:** Adaptado do Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia -PA.

Santos (1996), destaca que é preciso compreender a cidade não só através de sua observação, mas a partir de sua dinâmica, sua geografia e sua história, porque a constituição da cidade é ao mesmo tempo, uma inovação da técnica e a organização da produção. Assim, a cidade se materializa mediante a intensa divisão social do trabalho, que desse modo, proporciona o surgimento de diferentes ambientes, que aos poucos vão se estruturando. Enquanto Corrêa (1997) complementa chamando de recortes espaciais o núcleo central, as áreas fabris, os subcentros comerciais, áreas residenciais populares e a zona periférica.

Com a expansão urbana desordenada o igarapé Açaizal visivelmente vem sendo degradado, uma vez que parte da mata ciliar foi retirada e há a presença de material (piçarra) distribuído na abertura de ruas sobre suas margens, assoreando-o, conforme ilustra a Figura 3.



Figura 3. Degradação às margens do Igarapé Açaizal. São Domingos do Araguaia - PA. **Fonte:** (Acervo da autora)

As nascentes do igarapé Gabriel, estão também soterradas e as que ainda resistem estão bastante degradadas, pois quase toda a cobertura vegetal já foi retirada, e a que ainda resta mantém seu leito praticamente seco. As Figuras 4,5,6,7,8 e 9, ilustram áreas de nascente desmatadas, lixo no afluente tributário do igarapé Gabriel, uso das águas para abastecimento de piscinas, disputa pela água dentre outras formas de degradação.



Figura 04: Vegetação nas nascentes do Igarapé Gabriel. **Fonte:** (Acervo da autora)



Figura 05: Nascente do igarapé Gabriel desprotegida. **Fonte:** (Acervo da autora)



Figura 06: Nascente do igarapé Gabriel.
Fonte: (Acervo da autora)

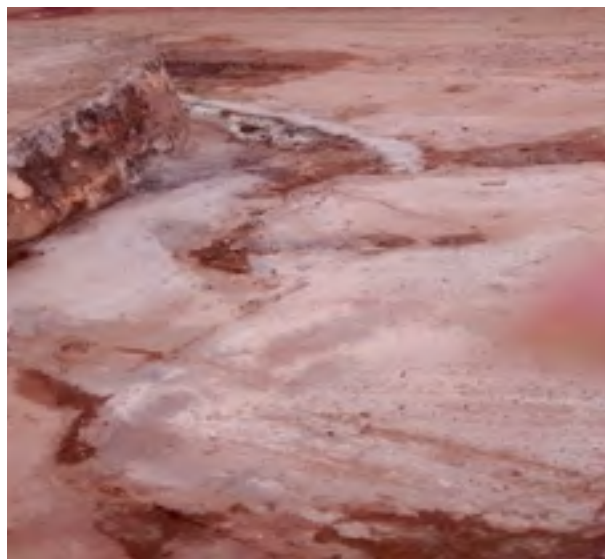


Figura 07: Afluente do IG soterrado na calçada.
Fonte: (Acervo da autora)



Figura 08: Nascente do iagarapé Açaizal degradada em um quintal. **Fonte:** (Acervo da autora)



Figura 09: Afluente tributário do igarapé Açaizal em propriedade particular. **Fonte:** (Acervo da autora).

É possível observar que o processo de expansão urbana em São Domingos do Araguaia, não está sendo realizado em consonância com o plano diretor do município e isso tem contribuído para a degradação ambiental na microbacia. Para tanto, alguns autores discorrem sobre tal processo de urbanização e suas consequências no âmbito social e ambiental. Pois, a urbanização da Amazônia consolidada a partir da década de 1960 continua se acentuando até os dias atuais, enquanto a dinâmica das cidades se contrapõe a gestão e são pressionadas pelo cumprimento de legislações urbanísticas e ambientais tanto na condição nacional, estadual, como municipal, e assim lutando para o ajuste e compatibilidade voltadas para a realidade local e principalmente, para apresentar alternativas que resultem no avanço da economia de maneira que retire muitos dos seus moradores da miséria, com a intenção de consentir a promoção de um desenvolvimento mais atencioso para as questões ambientais (SILVA, 2012, p.39).

Para essa compreensão observa-se que a noção de urbanização é complexa, uma vez que, leva em consideração o percentual de urbanização e o aumento urbano. Assim o êxodo rural em países subdesenvolvidos, também é um acontecimento complexo, pois trata-se de intenso contingente migratório que é favorecido pelo desenvolvimento da rede viária que é dirigido para as cidades e acaba sendo instrumental, na grande maioria, do crescimento urbano (SANTOS, 2008).

Dessa maneira, faz pensar a construção da rodovia Transamazônica (BR 230) que atraiu novos habitantes para o município de São Domingos do Araguaia, pois estes se arranjaram nas proximidades dessa rodovia e que à medida que chegavam novos habitantes, o povoado aumentava cada vez mais (VELHO, 1981). Posteriormente, acelera-se a expansão urbana, a qual leva um contingente de pessoas que deixam o espaço rural para viver no espaço urbano, e assim muitos vão se concentrar em áreas impróprias onde são desprovidos de uma boa relação socioambiental.

Maricato (2009 p.38), ao abordar sobre o processo de urbanização no Brasil, afirma que uma das marcas desse processo está voltado para a concentração e centralização de população e de poder no território. Uma vez que esse processo de urbanização concentrada tem outro lado marcado por características negativas como a ocupação imprópria do solo, que afeta áreas ambientais - margem de igarapé, córregos, várzea e florestas, o crescimento espontâneo de favelas e ocupações ilegítimas, a caso de enchentes em virtude da impermeabilidade elevada do solo, os acidentes no inverno por ocupações em encostas e a responsabilidade com esgotos, recursos hídricos e marítimos.

Nesse sentido Ribeiro (2008), ressalta que as manchas urbanas exigem muita água para a produção do seu espaço e para suprir as necessidades de seus habitantes. A população centralizada em cidades enfrenta grandes desafios para conseguir água de qualidade. Pois as principais razões da carência desse recurso nas cidades são a degradação das nascentes, vazamentos do sistema de distribuição e a degradação da água subterrânea devido ao contato com material poluente, como o chorume dos resíduos sólidos urbanos que são depositados de formas inadequadas. Destaca ainda que “o fato mais grave é que a legislação de proteção dos mananciais criada na década de 1970 e revista na década de 1990, não conseguiu coibir a ocupação irregular nas áreas de nascentes” (p.35).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 a população estimada de São Domingos do Araguaia, Pará, correspondia a 24.451 habitantes, sendo 34% vivendo na zona rural e 66% na zona urbana com um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,594 sendo considerado baixo. Em 2016 a previsão foi para 24.659 habitantes, com uma área territorial de 1.392,32 km², com uma densidade demográfica de 17,24 km². A taxa de urbanização em 2000 era de 54,38 % e em 2010 de 65,95%.

Silva (2011), afirma que o desafio motivado nas cidades amazônicas relacionado ao acesso de desenvolvimento voltado para a sustentabilidade ambiental permanece oculto, uma vez que, na Amazônia uma parte bem expressiva da população já reside no espaço urbano, entretanto precisando de subsídios eficazes que garanta a sobrevivência.

Assim sendo, para que haja “o progresso de uma sociedade, é necessário que o desenvolvimento passe por dimensões básicas e essenciais de transformações sociais, como a educação, acultura, e a ciência/tecnologia” (SILVA, 2012, p.40). Enquanto Lyra (1997), destaca que toda e qualquer maneira de degradação que afete o equilíbrio do meio ambiente, tanto físico quanto estético, até mesmo, a ponto de causar, independentemente de qualquer padrão pré-estabelecido, mal-estar à comunidade, é considerado como dano ambiental. Portanto, observa-se que a

microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel, vem passando por agravos ambientais de forma bastante expressiva.

Deste modo, para pensar a dinâmica territorial urbana, sobretudo o uso do/no território das nascentes dos igarapés em análises de forma sustentável, Botelho (2011) adverte que a melhoria nas condições do curso d'água urbano conduz a um novo olhar, de forma positiva nas cidades, pois a sociedade tem a possibilidade de admirar, respeitar, vivenciar e cuidar do rio e igarapés, criando algumas das premissas indispensáveis para o estabelecimento e funcionamento das cidades sustentáveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão urbana no município de São Domingos do Araguaia é complexo e tem contribuído de forma bastante expressiva para a degradação de nascentes urbanas, erosão do solo e assoreamento dos igarapés Açaizal e Gabriel.

Apesar da existência de políticas públicas e ambientais, sobretudo, o Plano Diretor Participativo do Município, percebe-se que a inexistência de planejamento está causando impacto ambiental e social neste ambiente. Há necessidades de se fazer valer na prática as oratórias explícitas no Plano Diretor, no sentido de garantir o desenvolvimento do município acompanhando não só as atividades econômicas e socioculturais, mas também garantindo qualidade de vida à população.

No município de São Domingos do Araguaia, há necessidade da implementação de políticas públicas voltadas para mudanças de hábitos e atitudes dos moradores que possam minimizar ou prevenir os impactos ambientais e sociais decorrentes da falta de planejamento urbano e ao não cumprimento das leis existentes que amparam a questões socioeconômicas e ambientais, tais como moradia adequada, infraestrutura, saneamento básico, condição de instalação sanitária, ruas pavimentadas, iluminação pública, segurança, acesso a saúde, geração de emprego e renda e lazer.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. B. Diagnóstico da degradação ambiental na área do lixão de Pombal - PB. **Rev. Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 10, n.1, p. 20 - 34, jan-mar, 2015. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2238-1443485474.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

AMAT - Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins. **Sul e Sudeste do Pará: Hoje**. Belém, Unicef, 1996.

BECKER, Berta Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOTELHO, Rosângela Garrida Machado. Bacias Hidrográficas Urbanas. In GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **Geomorfologia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. Cap. 3, p. 72-115.

BORDALO, Carlos Alexandre; COSTA, Francisco Emerson Vale Costa. In: SILVA, Cristian Nunes. (Org.)... [Et al.]. Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense: **Uma análise das primeiras experiências de gestão em bacias hidrográficas na Amazônia**. 1. Ed. Belém: GAPTA/UFFPA, 2013, p. 53-66.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro, Bertland Brasil, 1997.

COSTA, Francisco Emerson Vale. **Uma experiência amazônica de gestão dos recursos hídricos: a criação do comitê de bacia hidrográfica do rio Tarumã-açu, Manaus - AM - Brasil**, 2011.

EMMI, Marília. Ferreira. **Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém, UFPA/CFCH/NAEA, 1987. 196 p.

FURTADO, P. J. O governo militar e o incentivo de acesso à terra na Amazônia legal: controle e favorecimento do capital privado (1964-1980). *Rev. Outras Fronteiras*, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun., 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Antônio J. Teixeira. **Geomorfologia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 280 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo, Contexto, 2010, 178 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010, 395 p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**. 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. v.3 Belém, EDUFPA, 2004.

HALL, Antônio L. **Amazônia: Desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.

MARICATO, J. (Org.). **Crescimento Econômico e Distribuição de Renda**. Prioridade para ação. São Paulo: Ed. Senac, 2009, p. 231.

MENDONÇA, Francisco de A. **Geografia e Meio-Ambiente**. São Paulo, Contexto, 1993.

RAFESSTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. O que é Território. São Paulo. Ática. 1993, p.143-150.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/tres/clecio3.htm>>. Acessado em: 29 set. 2013.

AINDA OS CATIVEIROS DE PAPEL: DA REFORMA AGRÁRIA SONHADA À SUBMISSÃO AO TEMPO SOCIAL DO CAPITALISMO INDUSTRIAL POR AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS

CLÁUDIO RIBEIRO LOPES

*Professor Adjunto na Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul
claudiolopes1@gmail.com*

NAPOLEÃO MIRANDA

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
napomir@gmail.com*

THATIANA DE ANDRADE FIGUEIRA

*Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF;
Pós-Doutoranda na Universidade Federal de Viçosa
thatianafigueira@yahoo.com.br*

RESUMO

Pesquisou-se um assentamento que encontra, desde a sua formação, dificuldades para efetivar a produção nos seus 181 lotes, fruto de uma reforma agrária inconclusa. A carência principal é de água. Uma das papeleiras que se encontra instalada na região tem feito promessas, desde 2010, de instalar dois reservatórios d'água, de 30.000 litros, a fim de sanar o problema. No entanto, passados mais de 8 anos, até agora, nada foi feito. Recentemente, a promessa dos 2 grandes reservatórios foi substituída por outra: a de construir 1 poço profundo para cada lote (seriam, então, 181 poços, individuais). O trabalho demonstra que o tempo social do trabalho e da vida dos assentados permanece cativo do capital das indústrias e, para tanto, utiliza do método indutivo, mediante a aplicação de questionário estruturado a um grupo de assentados, desde a diretoria da associação até cerca de cinco por cento do total de associados [pesquisa qualitativa].

Palavras-chave: Cativeiros de papel, Desertos verdes, Indústrias papeleiras, Tempo social. Dominação.

ABSTRACT

It has been investigated a settlement that, since its formation, has had difficulties to carry out the production in its 181 lots, due to an unfinished agrarian reform. The main lack is water. One of the paper mills that has been installed in the region has made promises, since 2010, to install two water reservoirs, 30,000 liters, in order to remedy the problem. However, past 8 years, so far, nothing has been done. Recently, the promise of the 2 large reservoirs was replaced by another one: to build 1 deep well for each lot (there would then be 181 individual wells). The work demonstrates that the social time of the work and the life of the settlers remains captive of the capital of the industries and, for that, uses of the inductive method, through the application of structured questionnaire to a group of settlers, from the board of the association until about five percent of the total number of associates [qualitative research].

Key-words: Paper's cages. Green deserts. Paper's industries. Social time. Domination.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho realizou-se uma análise sobre a forma como o processo de apropriação capitalista agroindustrializante imposto à sociedade no Mato Grosso do Sul, em especial, na região leste do Estado foi capaz de manter e ampliar a concentração da estrutura latifundiária regional e, ao mesmo tempo, inibir o acesso à terra e manter os parques agricultores familiares numa situação de aprisionamento frente ao próprio capital industrial representado pelos fomentos das indústrias de celulose, enquanto únicas fontes de recursos disponíveis à produção e como o financiamento de grandes empreendimentos via BNDES parece contribuir para minar a participação popular na gestão de recursos públicos.

Nessa perspectiva, objetiva-se explicitar como e em que medida esse processo representa a continuidade da apropriação por expropriação capitalista em contraste com a dimensão humana e material do desenvolvimento econômico-social. Para tanto, o presente trabalho, em termos metodológicos, serviu-se de pesquisa empírica (método qualitativo), realizada na região de Três Lagoas/MS, com recorte entre os anos de 2009 a 2015, cujos trabalhos de campo foram levados a efeito durante o ano de 2015, principalmente e outros questionários aplicados entre abril a julho/2018. Tais questionários [estruturados e semi-estruturados] foram acompanhados de entrevistas com doze sujeitos, representativos da sociedade treslagoense e do Bolsão, que versavam sobre a existência (ou não) de problemas/conflitos socioambientais decorrentes, principalmente, da reentrada das indústrias de celulose ali.

Como resultado da pesquisa, a partir dos questionários aplicados, foi possível identificar a existência de ao menos um conflito socioambiental instalado e que envolve assentados pela reforma agrária na região em 2010, o INCRA, a AGRAER e as duas indústrias produtoras de pasta de celulose ali em funcionamento desde 2009 e 2012, respectivamente, dando origem àquilo que passou-se a denominar, aqui, por cativeiros da celulose. Esses cativeiros se mantêm por força do domínio imperial do capitalismo agroindustrial na região, o qual seleciona e aprisiona os assentados ao tempo de vida social ditado, principalmente, mediante as promessas de suprir a carência de água para a produção orgânica de alimentos na região.

2 Terra é poder; terra e poder

O uso e ocupação do solo tem se revelado como um fator de acesso e manutenção do poder. No ambiente capitalista periférico, como o caso brasileiro, determinadas especificidades envolvem a seletividade no âmbito econômico; seletividade esta que tende a gerar níveis de tensão em decorrência da própria forma de administração de conflitos que suscita (SANTOS, 1979, p. 15-16), tendendo à invisibilização das tensões sociais e à inibição ou escamoteamento das modalidades de participação popular.

Nessa perspectiva, o processo industrializante submetido ao Brasil nas últimas décadas e, em especial, ao Mato Grosso do Sul, parece revelador de uma determinada tomada de sentido com relação à reprodução do espaço territorial e dos meios inerentes à produção (OLIVEIRA, 2003, p. 15), com consequências graves ao ambiente, como um todo e, fundamentalmente, ao escamoteamento da democracia em suas formas de participação popular.

A partir disso é possível estabelecer relações entre terra e poder. Desde muito se reconhece que a distribuição histórica das terras no Brasil se deu tendo por pano de fundo o capital mercantil (FERLINI, 2003, p. 215-216). A ocupação, incorporação e apropriação do solo brasileiro tem obedecido à lógica expropriatória da privatização, que guarda relação direta com o fenômeno territorial-empresarial-financeiro-especulativo, isto é, ao modelo de apropriação mercantil-capitalista, ou, no sentir de Porto-Gonçalves e Cuin, um “bloco de poder tecnológico-financeiro-latifundiário-midiático” (2013, 18), que forma o caldo de cultura que estabelece

o rito de passagem para a perspectiva de uma sociedade que pouco enxerga a dominação e, mesmo visualizando-a, tende a acatar o mecanismo como inerente à própria condição existencial, naturalizando-a a partir do senso comum, em detrimento de sua própria situação, qualidade de vida e, mesmo, reprodução bio-sócio-cultural. Nesse sentido, vários atores sociais desenvolvem a percepção de que não há conflitos na região; apenas, “problemas” ambientais, sociais, ou, socioambientais.

3 Conflitos socioambientais: o que são e como se explicitam

A questão do campo dos conflitos socioambientais decorrentes “do uso e apropriação do território e dos elementos sociais, bióticos e abióticos do espaço” (COSTA; BRAGA, 2004, 195-196) como arena de situação da justiça ambiental surge no contexto como mais um elemento caracterizador das discussões em torno da legitimação ou não de determinadas práticas e modelos sociais, particularmente, quando se acolhe como lugar de fala uma crítica pelo viés materialista dialético, realizada neste trabalho. Busca-se acolher aqui alguns conceitos elementares, como o utilizado por Acselrad, que identifica o campo dos conflitos socioambientais a partir da alusão a quatro dimensões em sua constituição: “apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais” (2004, 23-27).

Por outro lado, essa apropriação não se apresenta isolada, mas, concomitante, ou, precedentemente, há a apropriação simbólica, que se evidencia nos valores sociais (renda da terra que, a partir da premissa crítica que se estabelece neste trabalho, deveria ser desconcentrada pela continuidade de projetos de reforma agrária naquele contexto e, para cujo implemento, o sucesso dos assentamentos funcionaria como a certificação de que os projetos dão certo, realizam-se e, concretamente, dão função social à terra), ambientais (a agricultura familiar sob modelo orgânico, com a reprodução de práticas sustentáveis no sentido de preservação da terra, das matas, da fauna, dos mananciais d’água etc.).

Por isso, parte-se da ideia de que se lida, na realidade, com conflitos socioambientais e não meramente com “problemas”, ainda que a visão de atores sociais no campo não tenha atingido esse nível de especificação ou de ação social. Nessa perspectiva, chamar-se-á a isso de conflitualidade socioambiental, por sua latência.

A perspectiva de que parte este trabalho é de que as relações sociais são conflitivas, em essência. Isso se exacerba num regime de produção capitalista, onde poucos efetivamente encontram acesso aos benefícios do sistema social, com ênfase à produção e distribuição de riqueza, à custa, inclusive de interferências nocivas à sociedade e, principalmente, ao ambiente cujas consequências sempre são difusas, dificultando, inclusive, a apuração posterior das responsabilidades, ante os fatos de degradação socioambientais e, principalmente, os fatores de dispersão da participação popular, escamoteando a democracia, ou, transformando-a num modelo que somente existe “no papel”, mas, dificilmente, logra concretude.

O processo capitalista de produção, ontologicamente, é acumulativo (MARX, 1987, 249); isso significa que em seu afã de apropriação da natureza, de riquezas, de concentração de renda, recursos e capital (principalmente a concentração fundiária sob o modelo monocultural) fundado, principalmente, na acumulação por despossessão (BRANDÃO, 2010, 41; HARVEY, 2014, 121 e ss.), historicamente produz menoscabo significativo dos meios de vida, realização social, cultural, produtiva e convívio com o ambiente nas áreas em que se instala, sujeitando a população às mazelas ambientais e sociais da exploração mercantil.

Nessa perspectiva a expressão “conflitos distributivos e dívida ecológica” (MARTÍNEZ ALIER, 2014, 78-79) pode ser apropriada pelo discurso de enfrentamento do modelo imposto para marcar e acentuar que determinados investimentos promovem prejuízos ao meio ambiente e são, sim, fatores inexoráveis de degradação das condições de vida e relacionamentos sociais e ambientais no planeta, ainda que isso tudo venha sendo feito tendo como pano-de-fundo a utilização de um complexo sistema de propaganda que apregoa o “progresso”, o “desenvolvimento” e uma determinada noção de “sustentabilidade”, com o apelo, principalmente, às mídias nacional e local (CIRILLO, 2015, capa; 30-37; MININI, 2015, 44-60) para invisibilizar conflitos e inibir a participação popular na gestão dos recursos públicos

Nessa linha, pode-se identificar um campo de disputas pela pregação da legitimidade da detenção, manipulação, exploração e manutenção do território e dos modos sociais de apropriação do mundo material com vistas a gerar acordos simbióticos que visem a naturalizar as externalidades negativas decorrentes da *práxis* dessa relação (ACSELRAD, 2004, 16-17). A própria construção da noção de “sustentabilidade” engendra uma série de conflitos em seu processo de construção, que vão desde a lógica malthusiana de racionalização dos recursos, passando pela lógica da gestão burocrático-estatal do patrimônio natural, até aos modelos de inclusão das noções culturais e de justiça ambiental como fundamentadores/legitimadores dos discursos propostos.

4 A acumulação capitalista: expropriação das bases materiais de produção na base do sistema e como fator principal de geração dos conflitos

O processo de acumulação de capital, de concentração de renda e recursos (principalmente a concentração fundiária no modelo monocultural) tende a produzir menoscabo significativo nas áreas em que se instala, sujeitando a população às mazelas ambientais, econômicas e sociais da perversa economia de mercado que, no Século XXI, ganha contornos mais vorazes em razão da Globalização e os compromissos, públicos e privados, com o mercado internacional de *commodities* que ela suscita, sujeitando os Estados nacionais ao direcionamento exigido para a manutenção do modelo pelos grandes agentes do sistema de produção – empresas multi e transnacionais, bancos, órgãos gestores etc. (FURTADO, 1974, 33).

A conflitualidade, isto é, os conflitos latentes e, mesmo os conflitos socioambientais já explicitados, portanto, surgem em meio a essa dinâmica da sociedade, que pode, até, apresentar mesmo uma pequena parcela de pessoas ciente dos processos e prejuízos com os quais se vê obrigada a conviver, como parece ser o caso da cidade e região de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul (SCOTTO; VIANNA, 1997, 25-28).

A identificação dos fenômenos de concentração fundiária compreendidos na aquisição ou arrendamento de extensas áreas no bolsão sul-matogrossense e econômica (duas indústrias instaladas no Município de Três Lagoas que entraram em funcionamento em 2009 e 2012, respectivamente, para a produção de pasta de celulose atingiram a marca de 3,5 milhões de tonelada/ano) dá o tom do ritmo capitalista avassalador ali desenvolvido.

Em 2009, já se tinha notícia de que 2,0 milhões de hectares estavam plantados com os clones de eucalipto para fins industriais no país (<http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=111>). Apenas em área plantada (ocupação maciça e concentrada do solo), a Eldorado Brasil chegou ao final de 2013 a 160.000 hectares (<http://www.eldoradobrasil.com.br/PaginaInterna.aspx?idPage=7>); a Fibria já alcançou a marca de 154.000 hectares, antes mesmo de findar-se o ano de 2013. Juntas, ambas as indústrias produzem 35 milhões de mudas de clones/eucalipto/ano, <http://www.fibria.com.br/web/pt/negocios/floresta/matogrosso.htm>; <http://www.eldoradobrasil.com.br/PaginaInterna.aspx?idPage=7>.

Trata-se de um modelo empresarial-político-negocial que nasceu para não encontrar limites. Recorde-se que, inclusive, o BNDES somente financia grandes projetos, o que faz o setor de eucalipto-celulose-papel nascer sob o manto do oligopólio, em posição dialética contra a agricultura familiar, que não pode, sequer, obter financiamento à produção via esse banco.

Nota-se um abismo entre os investimentos privados (e também públicos, pois mais de 80% investido na Eldorado Brasil se deu mediante recursos do BNDES) voltados a fomentar a industrialização crescente na região leste do Mato Grosso do Sul e a parcela estatal voltada a oferecer qualidade de vida à população. Nessa perspectiva, é possível inferir que há, de fato, toda uma política pública, nas três esferas do sistema federativo (federal, estadual e municipal) voltada a atrair investimentos e empreendimentos de grande porte, principalmente, privados. Em geral, inicia-se com políticas de isenções tributárias de longo prazo que causam intenso impacto nas finanças públicas, já que, principalmente, as normas criadas com tal escopo impedem que haja arrecadação por parte de todo um setor produtivo – no caso, o complexo celulose-papel, mas, não somente.

Como um dos resultados empíricos avistados tem-se o aparelhamento de um Estado fraco em detrimento de uma ação social forte por parte dos investidores e seus asseclas. Um Estado fraco, seja na área federal, estadual, ou, principalmente, municipal, tende a gerar situações em que os conflitos sociais são invisibilizados, principalmente, quando o tema central em questão é o ambiente, bem jurídico difuso, cuja titularidade nem sempre é passível de ser identificada de plano, bem como, pelo escamoteamento da participação popular via audiências públicas e as formas como tais atos se dão no contexto em que a pesquisa de campo se debruçou.

O tom dessa sinfonia macabra é avassalador do ponto de vista da simbiose Capital-Estado/privado-público/assistencialismo-autonomia e de como se criam, sustentam, legitimam e oferecem condições para a ampliação desmedida da ideia de que terra é poder e, território, *locus* de conquista, tudo feito em nome do “progresso”, do “desenvolvimento” e da “sustentabilidade” em detrimento de uma maior participação democrática da sociedade, como um todo, no bolo de renda, urbana e principalmente, fundiária.

A concentração de terras, isto é, a manutenção dos latifúndios pré-existentes e a criação de novos com a compra e/ou o arrendamento de porções significativas de áreas rurais pelas indústrias, bem como, o número reduzido de atores atuantes no mercado nacional de celulose-papel é da essência do modelo e da forma como ele se introduziu no Brasil. Sabe-se que “desde a sua concepção, o número de empresas participantes do mercado fica sujeito à política de escala mínima do BNDES.

Assim, a indústria de celulose já nasceu oligopolizada” (MONTEBELLO; BACHA, apud SCHLESINGER, 2008, 68) e financiada pelo próprio Estado, o que revela um contra-senso a tudo o que vem sendo propagado – e propagandeado – pelos agentes do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no que respeita à suas reais capacidades de geração de renda e empregabilidade. Fato relevante a se destacar e explicitado por Kudlavicz é que foi justamente por meio desse “progresso” alardeado, das concessões de créditos e benefícios fiscais por parte do Estado e dos programas criados para ocupação incontestada do Centro-Oeste pela agroindústria que se acabou por cunhar a expressão e o sentimento de que a microrregião de Três Lagoas tinha uma “vocação florestal” (KUDLAVICZ, 2011, 48), que restou incorporada pelo senso comum.

Nesse sentido, o mito do progresso se apresenta como o grande motor da civilização e as suas vinculações ao poder são ineg aveis, bem como, a ideia de que o progresso não   neutro, mas, “a quem predominantemente [...] serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental

e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar” (DUPAS, 2012, 27).

Nesse aspecto, busca-se retratar a história não ortodoxa, isto é, as vivências dos vencidos (LÖWY, 2005, 10-11), em que é possível realizar um resgate e, ao mesmo tempo, declinar fatores e situações concretas de vida que contrapõem o discurso da racionalidade hegemônica do capitalismo, de forma a buscar dar visibilidade a uma parcela consideravelmente mais ampla de pessoas que nada obtêm de benefícios ante a presença do modelo e, pior, são expropriadas, sistematicamente, tendo por matriz a ideia de que essa expropriação custosa, dolorosa, degradante e desumana está na ordem do dia de uma conduta de vida que visa ao sucesso (MARTINS, 1981, 147-148).

Ainda que não se pretenda que o Estado possa acompanhar a vertiginosa escalada dos investimentos privados, interessa perceber que investimentos em setores como segurança pública, saúde, lazer, educação e habitação não correspondem à expansão industrializante, podendo tornar-se vetores de violência e de inibição às formas de participação popular, como se pode perceber na região de Três Lagoas/MS. Durante a pesquisa de campo, uma informação colhida na entrevista junto a um assentado da reforma agrária, localizado na região de Três Lagoas, foi que a AGRAER, agência que deveria prover aos assentados assistência técnica em extensão rural, na verdade, não cumpria essa função, atuando, muito mais, como censor/fiscalizador do INCRA, tendo sido noticiado que muitos assentados estavam sendo pressionados por nada produzirem, quando, em verdade, não o poderiam, tanto por escassez de água, como, por não terem conseguido, ainda, “limpar” a área, isto é, realizar o “desmate” exigido por ausência de plano de manejo prévio (que poderia e deveria ser fornecido pela AGRAER).

Assim, o INCRA não conferia o certificado de cessão de uso - CCU, porque vários assentados não davam conta de cumprir a obrigação inicial - limpar o lote, realizando o desmate mínimo, mediante plano de manejo prévio - e a AGRAER não prestava a assistência devida porque esses mesmos assentados não tinham o tal CCU. Sem o CCU, nada é possível, em termos legais, aos assentados. Nenhum financiamento, nenhuma assistência por parte dos órgãos públicos oficiais. Evidenciou-se, aqui, o ponto nevrálgico do conflito socioambiental ali: a ausência, proposital, ou, não, de regularidade da área rural cedida pelo INCRA imobilizava muitos assentados, impedindo-os de produzir e, assim, cumprir sua função social por meio da agricultura familiar e sobreviver.

Veja-se o nível de aparelhamento entre Estado e Capital: o INCRA não fornece o CCU porque assentados não cumpriram as obrigações iniciais exigidas no ato de imissão na posse dos lotes, ou seja, realizar a limpeza da área mediante desmate; a AGRAER, que deveria oferecer a assistência técnica em forma de plano de manejo para o desmate não atende aos assentados porque esses não dispõem de regularidade fundiária, o tal CCU. É um círculo vicioso, o mais perverso por atingir, justamente, assentados pelo próprio INCRA, gente despossuída, sem recursos, sem condições de contratar uma consultoria que supra a omissão da AGRAER, para dar conta de regularizar-se mediante o plano de manejo e o efetivo desmate legal.

A única alternativa de financiamento da produção família é a submissão dos assentados aos planos e programas de desenvolvimento sustentável propostos pelas indústrias de celulose, fechando o circuito de aparelhamento entre o capital e o Estado. Assim, nesse sentido, assentados que queiram, ou, necessitem de financiamento para produzir, devem se postar sob o jugo de uma ou de ambas as indústrias, que se constituíram na única fonte de recursos ali, face ao impedimento que a ausência de CCU impõe aos assentados para buscarem recursos em instituições bancárias, públicas ou não. Criou-se, então, ao que parece, uma

relação assistencialista que não visa a romper com a condição de dominação dos assentados pelo capital industrial, muito ao contrário, e que preserva um status de subserviência por meio do assistencialismo, limitando a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, dirigindo as potencialidades dos assentados e do assentamento, como um todo.

Essa percepção ficou muito evidente quando, ao findar a entrevista, convidaram o pesquisador a conhecer um dos projetos, que combinava a criação de galinhas em regime de semi-cativeiro com horta orgânica e fruticultura, financiado por uma das indústrias de celulose, a Eldorado Brasil. O projeto em questão decorre de compromissos firmados pela indústria em seus contratos de financiamento junto ao BNDES. Há cláusulas que obrigam ao investimento de um percentual do crédito obtido em ações sociais. No caso destacado, a indústria optou por atender apenas alguns assentados, propondo alternativas de produção de renda, o que resulta no total controle do tempo de vida social pelas indústrias.

Visando contribuir com alguma problematização e crítica, neste trabalho, sobre o referido programa, pode-se afirmar que o fato de que se distribuiu, em cerimônia realizada na sede do SEBRAE em Três Lagoas, apenas 35 (trinta e cinco) kits (dez outros já haviam sido distribuídos anteriormente, em 2013, entre Três Lagoas e Selvíria, pela mesma indústria). Tem-se, então, 45 (quarenta e cinco) lotes/assentados beneficiados pelo PAIS, mas, apenas no assentamento onde se deu a pesquisa de campo, são quase duzentos candidatos ao referido programa. Logo, a iniciativa se revela muito mais pirotécnica, isto é, para fazer barulho, causar publicidade do que algo efetivo, que realmente vá mudar a realidade dos assentados. Por outro lado, e aqui a crítica pode ser mais contundente, esse tipo de “apoio”, prestado pela indústria, por conta de compromissos firmados e exigências para alcançar os financiamentos do BNDES, sem a parceria e presença direta do Estado, via INCRA e/ou AGRAER, acaba por lançar os assentados numa completa relação de submissão e subserviência que, ao invés de promover a libertação do cativeiro capitalista, os mantém sob o jugo do assistencialismo do capital industrial e sob o crivo do tempo social ditado pelas indústrias de celulose.

Nessa perspectiva, enxerga-se, aparentemente, uma nova ferramenta de controle social por parte da relação simbiótica Capital/Estado: este último se mantém praticamente inerte, principalmente, por seus órgãos como INCRA, AGRAER, IBAMA, ou, realizando funções aparentes quanto ao licenciamento ambiental, caso do IMASUL, cujas chancelas aos grandes empreendimentos parecem habituais, quase de ofício; ao mesmo tempo, o capital agroindustrial “adota” os assentados, colocando-se como única fonte e perspectiva de financiamento de projetos para produção da agricultura familiar. Entretanto, os projetos não podem ser destinados a todos; há aqueles que – ainda – não conseguiram o documento mínimo para regularização fundiária, isto é, o certificado de cessão de uso – CCU. Por outro lado, mesmo para os que se encontram regularizados, os projetos e financiamentos, aparentemente, dão-se em doses ultra-homeopáticas, contemplando parques agricultores a cada ano, de forma que o assistencialismo – e o cativeiro – seja mantido por longo período.

É nessa perspectiva que se fala neste trabalho da formação dos cativeiros de celulose pelos desertos verdes.

5 CONCLUSÕES

O início de operação das duas maiores indústrias de pasta de celulose do mundo na região de Três Lagoas deflagrou uma nova época para a vertente da concentração fundiária. Esse modelo monocultural passou a exercer, por meio da concentração fundiária e econômica, o monopólio dos investimentos, públicos e privados naquela região, denominada Bolsão sul-matogrossense.

Daí, frente à ausência de investimentos públicos para a realização de uma reforma agrária concreta, os assentados viram-se à mercê dos programas de desenvolvimento social – PDS praticados pelas duas indústrias instaladas na região.

Assim, os desertos verdes não apenas causam forte pressão sobre a agricultura familiar, como, também e principalmente, passaram a controlá-la, pois, as indústrias se apresentam como única fonte de recursos viável para os assentados, ditando o tempo social aos mesmos e minando a participação popular, estabelecendo uma cidadania e uma democracia de papel, que não encontra eco na realidade da ação social experienciada pelos assentados, os quais acabaram sendo expostos aos cativeiros da celulose.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. Boletim DATALUTA, v. 1, 2012, pp. 02-10.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et alii. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CIRILLO, Bruno. Lucro na floresta. Globo Rural. São Paulo: Editora Globo, n. 357, julho/2015, pp. 30-37.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; BRAGA, Tânia Moreira. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 195-216.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso, ou progresso como ideologia. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ELDORADO BRASIL. Relatório de Sustentabilidade 2014, 2014.

FERLINI, Vera. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

FIBRIA CELULOSE S/A.. Relatório Destaques MS 2015, 2015.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro – Ed. Paz e Terra, 1974.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERCULANO, Selene. Políticas ambientais: o ambiente é você... e você... somos nós. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2013.

KUDLAVICZ, Mieceslau. Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS. 2011, 176p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin; Marcos KLutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens e valoração. Tradução Maurício Waldman. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 2. ed. São Paulo: Lech, 1981.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista. v. IV, 5. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1987.

MININI, Sarah. Indústria florestal: superação de crises desde a primeira semente. Revista Expressão MS. Três Lagoas: Expressão MS Ed. E Impr. de Jornais, n. 007, ano 02, junho/julho/2015, pp. 44-60.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Agroindústria e reprodução do espaço. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. In: Conflitos no campo - Brasil 2013. Coord. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2013, pp. 18-26.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

SCHLESINGER, Sergio. Lenha nova para velha fornalha: a febre do agrocombustíveis. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SCOTTO, Gabriela; VIANNA, Angela Ramalho. Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE RELIGIOSA DOS ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO CATOLICISMO NA CIDADE DO RECIFE

Simonelly Ferreira Vilela

*Mestranda do Programa de pós-graduação em
Hebiatria da Universidade de Pernambuco (UPE)
simonellyvilela@hotmail.com*

Douglas Batista de Oliveira

*Mestrando do Programa de pós-graduação em
Hebiatria da Universidade de Pernambuco (UPE)
psycho.dog.7@hotmail.com*

Kalina Vanderlei Paiva da Silva

*Professora do Programa de pós-graduação em
Hebiatria da Universidade de Pernambuco (UPE)
kalinavan@uol.com.br*

RESUMO

A Igreja Católica sustenta, por conta do processo histórico brasileiro, forte influência na construção dos valores sociais do país. A pós-modernidade, no entanto, tem provocado manifestações profundas nas sociedades ocidentais, afetando o lugar da religião na vida dos sujeitos. Ainda assim, as religiões continuam sendo relevantes atualmente, especialmente para a juventude, por produzirem espaços de agregação social e construção de identidades. Partindo disso, pretende-se, com este estudo, compreender as representações identitárias construídas por adolescentes participantes do catolicismo no município do Recife, através de um trabalho, em fase de execução, de base qualitativa e natureza interdisciplinar. Para isso, adotou-se a utilização de entrevistas abertas que serão analisadas nas concepções teórico-metodológicas da Análise do Discurso, História Oral e Teoria das Representações Sociais. A população pesquisada é composta por adolescentes, dos 10 aos 19 anos, matriculados em escolas públicas do Recife e que participam de grupos jovens da Igreja Católica.

Palavras-chave: Adolescente. Catolicismo. Identidade. Religião. Representações Sociais

ABSTRACT

The Catholic Church, due to the Brazilian historical process, has a strong influence on the construction of the country's social values. Postmodernity, however, has provoked profound manifestations in Western societies, affecting the place of religion in people's life. Even so, religions continue to be relevant today, especially for youth, for producing spaces of social aggregation and construction of identities. Based on this, it is intended, with this study, to understand the identity representations constructed by adolescents participating in Catholicism in the city of Recife, through a qualitative and interdisciplinary search, still in execution. For this, we adopted the use of open interviews that will be analyzed in the theoretical-methodological conceptions of Discourse Analysis, Oral History and Theory of Social Representations. The population studied is composed of adolescents, aged 10 to 19, enrolled in public schools in Recife and participating in young groups of the Catholic Church.

Keywords: Adolescent. Catholicism. Identity. Religion. Social Representations

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com grande diversidade religiosa, onde o Catolicismo continua sendo a religião com maior número de adeptos no país, envolvendo cerca de 123 milhões de membros, segundo os dados do censo demográfico 2010 (IBGE, 2010). Na capital de Pernambuco, Recife, a representação de católicos também é majoritária, representando 55% dos recifenses (IBGE, 2018).

A Igreja Católica tem uma história de mais de 2000 mil anos, fundamenta-se nos princípios do Cristianismo, havendo também uma forte influência de tradições judaicas e de outras religiões monoteístas. Nesta trajetória, o catolicismo passou por diversas transformações, alcançando os extremos de ser religião perseguida em determinado tempo e, em outro, ocupar o papel de única religião do Estado. A relação entre a Igreja e o Estado se manteve como a voz hegemônica por muitos séculos na Europa e em outros países, como o Brasil, reunindo fiéis e conquistando lugar central na sociedade (MANOEL, 2013).

Durante os três séculos de colonização do Brasil, a Igreja Católica era a única responsável pela educação de crianças e adolescentes, sustentando forte influência na construção dos valores sociais. No entanto, o poder dessa instituição religiosa no território brasileiro se enfraqueceu, e o catolicismo sofreu modificações no contato com religiões africanas e indígenas. Atualmente, constata-se, através dos últimos censos, que um grande número de católicos mantém poucos vínculos e práticas com sua tradição religiosa, devido às possibilidades de exercer modos particulares de vinculação a essa religião (TEIXEIRA, 2005).

A maleabilidade em exercer a religiosidade e os motivos subjacentes ao trânsito religioso vêm sendo cada vez mais estudada por sociólogos, antropólogos, historiadores e cientistas que procuram entender a construção da identidade religiosa, principalmente entre adolescentes e jovens. Uma pesquisa realizada pela fundação Perseu Abramo identificou a religião como um dos assuntos que os jovens mais gostariam de discutir com os pais (43%) (ANDRADE, 2008). A religião continua fazendo diferença para a juventude atual, considerando que as instituições religiosas produzem espaços de agregação social e de construção de identidades juvenis.

O papel da juventude na sociedade vem sendo explorado e merece reflexões. Este grupo, muitas vezes relacionado a “problemas sociais”, recebe especial atenção das políticas públicas e das Ciências Sociais. Estudos com jovens sobre comportamento, sexualidade, consumo de drogas, violência e religião, constituem um campo em expansão na literatura científica (CAMURÇA; TAVARES; PEREZ, 2016).

Para os jovens, fazer parte de uma Igreja é considerado um comprometimento social que oferece pertencimento a um certo segmento das camadas sociais, ou mesmo a própria superação desse pertencimento. Integrar um grupo religioso é considerado um diferenciador moral que separa os rapazes e as moças de outros jovens não pertencentes a esses grupos, o que independe da intensidade de envolvimento dos jovens às ideias e às práticas desses grupos (SCOTT; CANTARELLI, 2004).

Um estudo realizado com alunos da rede pública do terceiro ano do Ensino Médio, em Minas Gérias, traçou um panorama das crenças e valores da juventude mineira e identificou que os pais foram a influência mais marcante para a escolha da religião, porém, foi bastante expressiva a vinculação por motivos pessoais. Também foi observado que a família foi a instituição apontada como a mais importante na vida desses jovens. Os jovens mineiros foram detectados majoritariamente como católicos, seguindo a religião de seus pais. O estudo destacou que tanto a tradição familiar quanto a autonomia individual modulam a escolha da religião da

juventude mineira. O indivíduo religioso por escolha segue a mesma religião dos pais, mas pode se relacionar com ela de outro modo (CAMURÇA; TAVARES; PEREZ, 2016).

Outra pesquisa realizada com jovens, desta vez na cidade de Recife, considerou que a pluralidade religiosa, evidenciada por trânsitos religiosos, é um elemento que marca as diferenças na realidade brasileira. Nas comunidades estudadas, a circulação de jovens entre grupos religiosos se dava, principalmente, entre o grupo católico e o presbiteriano. Foi observado, também, que participar de grupos jovens, além de um ato de socialização, possibilita aos integrantes o estabelecimento de regras que orientam a ação e favorecem relações que extrapolam as igrejas e o trabalho devocional. Essas relações se ampliam para outras dimensões do cotidiano, como o lazer, propiciando uma identificação do grupo com a comunidade religiosa integrada. Nos grupos jovens católicos observados, os membros eram responsáveis pelo cuidado e zelo da estrutura física da Igreja, pela organização das missas e auxílio ao padre, demonstrando grande responsabilidade com a manutenção da instituição. Sem esse auxílio, seria difícil a organização das missas, demonstrando a importância e responsabilidade desses grupos na manutenção da Igreja Católica (SCOTT; CANTARELLI, 2004).

Entretanto, adolescentes e jovens que se intitulam católicos vivem diante de um confronto de ideias e valores. Quando em contato com os amigos e familiares, o adolescente possui uma forma de pensar e agir, mas, quando em contato com o grupo da igreja, possui outras ideias e conceitos. É diante dessa realidade que o indivíduo constrói diferentes identidades para si, a partir das experiências de vida, valores éticos e morais (ANDRADE, 2008).

Compreende-se a identidade como um sistema de representações que permite a construção do "eu", isto é, permite que o indivíduo identifique características particulares que o difere dos demais. Esse sistema possui representações históricas, condutas atuais e aspirações futuras. A questão da identidade é profundamente estudada pelos Estudos culturais, disciplina que critica o estabelecimento de hierarquias entre as culturas. Para esses estudos, questões como cultura popular, etnia, raça e colonização são temas importantes para a construção dos diferentes conceitos de identidades, dentre os quais a identidade social, a identidade cultural ou identidade religiosa (SILVA; SILVA, 2009).

Os avanços da modernidade e pós-modernidade proporcionaram a rápida transferência de informação, surgimento de novos códigos de valores e comportamentos sociais, ampliando assim o conhecimento e a experiência do sujeito. É nessa experiência que o sujeito busca o sentido da sua existência e, juntamente com outros processos sociais, constrói sua identidade pessoal. Desde a infância e a adolescência, o indivíduo aprende a interagir com o outro, adquire os valores sociais da comunidade, estabelece suas relações sociais e compreende seus sentidos. Esse processo, muitas vezes conflitante, ensina o jovem a agir com a família e a sociedade (ANDRADE, 2008).

Sob a perspectiva da construção de uma identidade religiosa na juventude, Camurça, Tavares e Perez (2016) reconhecem o sentimento de pertença religiosa a partir de bases históricas e culturais. Essa construção remete à materialidade histórica, à memória coletiva e ao momento da própria revelação religiosa de determinada cultura. Assim, a identidade católica se constrói a partir da representação institucional, de símbolos, práticas e rituais reconhecidos na religião.

Essas representações podem ser explicadas pela teoria das Representações Sociais, conceito que compreende saberes populares, mitos, crenças e costumes que convergem no senso comum e que são socialmente compartilhados. Esses conhecimentos têm um objetivo prático e contribuem para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001).

O estudo das Representações Sociais é fundamental para o trabalho com a comunidade, principalmente com grupos vulneráveis, como os adolescentes, visto que esse ciclo de vida é marcado por fantasias, crenças e mitos alimentados pelo senso comum, ou seja, por representações sociais (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009). A ligação direta existente entre as representações sociais e a construção de identidades torna propício o uso de ambos os conceitos neste estudo, que pretende responder à seguinte questão: “Como os adolescentes participantes de grupos de jovens da Igreja Católica representam suas identidades?”. Objetiva-se, assim, compreender as representações identitárias construídas por adolescentes participantes do Catolicismo de um determinado local e realidade que, neste caso, é o município do Recife, em Pernambuco.

2 O CATOLICISMO NO BRASIL

A autoridade, a crença na salvação universal e o grande número de fiéis requerem da Igreja Católica uma enorme hierarquia organizacional-administrativa com pouca flexibilidade. No entanto, ao longo de décadas, muitas inovações ocorreram e impulsionaram mudanças na Igreja popular brasileira. Essas mudanças podem ser entendidas como uma tentativa de defesa de seus interesses e expansão de sua influência, mantendo seu prestígio em relação às outras religiões, seu lugar na sociedade e no Estado, sua situação financeira e a permanência do número de fiéis (MAINWARING, 1989).

Vários autores brasileiros sugerem que as mudanças na Igreja indicam uma tentativa de manutenção de seus interesses e aumentar o número de adeptos é uma forma de preservar a instituição (ANDRADE, 2008; MAINWARING, 1989; TEIXEIRA, 2005). Entre as opções feitas dentro da Igreja popular contemporânea, a opção de luta em prol da justiça social pode ter fortalecido sua aliança com as classes populares, ainda que não seja possível afirmar que isso tenha implicado em aumento de sua influência na população. Além da hierarquia formal, a Igreja Católica possui institutos, agentes pastorais (padres, freiras e leigos) e movimentos organizados que, mesmo estando sob o controle da Igreja, adquirem certa autonomia e desempenham papéis importantes na transformação da Igreja brasileira (MAINWARING, 1989).

A existência desses novos movimentos renovou os conceitos de fé, teologias e práticas pastorais. Dessa forma, o Catolicismo, em alguns países latino-americanos, tornou-se uma instituição mais orientada para o leigo, com a proliferação das comunidades cristãs ou comunidades pastorais de base que representam um grupo politicamente ativo. Desenvolveu-se, assim, um conjunto de crenças religiosas e de práticas desenvolvidas fora da Igreja institucional, o catolicismo popular. Essas crenças populares exercem maior influência na visão de mundo de determinadas classes e grupos sociais, contribuindo com a formação de suas identidades (MAINWARING, 1989).

As comunidades de base contribuíram para a ampliação da visão de fé em uma perspectiva de alterar a ordem social, estimulando práticas religiosas que atendem as necessidades das classes populares. É comum, nessas classes, a associação das referências e símbolos religiosos com a própria posição social, relações familiares, sucesso, fracasso, saúde e doença. A Igreja tradicional não interfere na formação das crenças populares, mas usufrui da forte religiosidade popular para aumento do seu prestígio e importância social (MAINWARING, 1989).

No Brasil, desde o Período da Colonização, o culto aos santos é a forma mais tradicional do catolicismo, de caráter predominantemente leigo, seja nas congregações e irmandades, seja nos oratórios, capelas de beira de estrada e santuários. A devoção popular aos santos sempre representou uma estreita relação entre os devotos para a resolução de problemas e necessidades

mais urgentes. No Nordeste, além da força e presença da tradição do Catolicismo santorial, alguns estudos antropológicos descrevem a importância de figuras do clero popular, como Padre Cícero e Frei Damião (TEIXEIRA, 2005).

O catolicismo oficial, atualmente, encontra-se em momento de crise, perdendo sua identidade e encontrando dificuldades para transmitir os valores religiosos entre as gerações. O censo brasileiro mais recente comprovou o enfraquecimento ou declínio no número de fiéis praticantes do catolicismo no país (IBGE, 2010). Existe uma grande preocupação com o trânsito de católicos para outras religiões, como também o afastamento dos mais jovens, que reforçaram a lista dos denominados “sem religião” (TEIXEIRA, 2005).

Outra forma de catolicismo que vem se desenvolvendo no Brasil é o midiático, que se encontra relacionado com a diversificação de comunicação presente na Renovação Carismática Católica. Esse novo fenômeno envolve diversas práticas e grupos religiosos que incorporam uma nova maneira de viver com a Igreja. A evangelização em massa através dos meios de comunicação incrementa o progressivo processo de descentralização e reordenação das instituições católicas. Nos principais canais de TV e nas rádios nacionais, a evangelização católica é efetivada através de músicas, figuras de prestígio, trabalhos cinematográficos e editoriais que expandem o alcance de seus efeitos (TEIXEIRA, 2005).

Dessa forma, as novas maneiras de expressão do catolicismo no país procuram atingir o público jovem, aumentando o engajamento nos setores da igreja e a participação na vida social. O contato com diferentes grupos e ideias coopera com a construção das representações de si e identidades dos adolescentes católicos.

3 IDENTIDADES NAS SOCIEDADES DO SÉCULO XXI

O estudo da identidade vem sendo bastante discutido na teoria social. Para Hall (2006), as identidades modernas estão entrando em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando, dessa forma, várias paisagens culturais, como classe, gênero, sexualidade, etnia e raça. Essas transformações também alteram as identidades pessoais, causando um “deslocamento” ou “descentralização” do sujeito, tanto no lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo, o qual o autor denomina como uma “crise de identidade”.

Hall (2006) descreve três diferentes concepções de identidade que estavam atreladas a determinados tempos históricos das sociedades ocidentais. Para o Iluminismo, o sujeito era, desde o nascimento, centrado no seu núcleo interior, que era contínuo e imutável, e dotado da capacidade de razão, de consciência e ação. O sujeito sociológico, por outro lado, seria influenciado pela complexidade do mundo moderno e pelas relações com os outros, que trazem para os sujeitos os valores, os sentidos e os símbolos - a cultura. Nesse caso, a identidade é formada pela interação entre o “eu” e a sociedade. Na concepção do sujeito pós-moderno, o sujeito não tem uma identidade fixa ou permanente. A identidade é móvel, formada e transformada continuamente, em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam. O indivíduo assume diferentes identidades, mesmo contraditórias, em diferentes momentos, e elas não são unificadas ao redor do “eu”.

Nas análises de Bauman (1998), nas últimas décadas, a sociedade sofreu transformações rápidas e radicais que ocasionaram inseguranças em relação aos valores considerados eternos na modernidade. As mudanças pelas quais nosso complexo mundo vem passando e, em especial, pela forma como as apresenta, contribuem para uma crise.

A liberdade individual como condição e demanda pós-moderna proporciona um estado constante de uma profunda ansiedade que se faz mais presente quanto mais as tentativas de

uma segura apreensão do real se intensificam. A incerteza e a insegurança que ocupam lugares cada vez mais centrais nos modos de vida contemporâneos estão profundamente conectadas ao fato de que, hoje, a organização dos espaços e o controle da ordem estão passando por um crescente e intenso processo de desregulamentação.

O desmoronamento de ideologias fortes produzidas pela modernidade, neste mundo de incertezas, alterou-se para um clima de insegurança existencial nas pessoas que nelas confiavam, trazendo consigo a perda de pontos referenciais que ofereciam estabilidade à vida das pessoas, cujos estilos de vida, valores culturais e costumes se desmancharam (BAUMAN, 1998).

O status da família e dos conceitos religiosos foram modificados. A família que, por muito tempo, serviu como um dos principais vínculos que ligavam os seres mortais à imortalidade nas buscas aos valores duradouros, tornou-se, para muitos, um evento que não necessariamente dura mais do que uma vida individual. Famílias são feitas e refeitas várias vezes durante a vida do indivíduo. A dedicação aos valores duradouros está em crise atualmente, pois as próprias ideias de duração e imortalidade estão em crise. No âmbito dos valores religiosos, a crença na eternidade também se esvaiu e foi substituída por uma sociedade que vive o infinito. A infinidade orienta os indivíduos através de um tempo presente, que pode ser esticado ou protelado. Não se fala mais em valores eternos, mas em eventos que se repetem com o tempo. No tempo fluido, o homem pós-moderno vive tudo aquilo que o presente pode oferecer, sem ligações com eventos passados ou futuros (BAUMAN, 1998).

Talvez a mais importante transformação da sociedade do século XXI seja a individualização, que transformou a vida social e cultural do indivíduo pós-moderno. O que antes, na Modernidade, era tarefa da coletividade, passa a ser tarefa do indivíduo (BAUMAN, 1998). Sendo assim, a pós-modernidade se constitui como um fenômeno que alterou profundamente os modos de vida típicos do tempo histórico anterior, afetando as relações familiares, a posição da Igreja Católica na sociedade e a construção das identidades. Essa constatação fomenta a necessidade de estudos, como este, que tratam dos estados atuais das instituições e fenômenos transformados pela pós-modernidade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em desenvolvimento é de base qualitativa e natureza interdisciplinar, agregando ferramentas de disciplinas como a Psicologia Social, a Antropologia, a Linguística e a História.

O trabalho está sendo realizado em escolas da cidade do Recife, em Pernambuco, mais especificamente nas instituições de ensino do bairro de Brasília Teimosa, onde foi encontrada maior viabilidade institucional para a realização da pesquisa durante a etapa de identificação de grupos católicos de jovens do Recife. Além disso, a Igreja Católica teve papel muito importante na organização social do bairro de Brasília Teimosa, participando da mobilização da comunidade pela luta por melhorias nas condições de moradia (SILVA, 2017). Esses esforços, em articulação com outros movimentos sociais, garantiram a Brasília Teimosa o reconhecimento, por parte da prefeitura do Recife, de zona especial de interesse social.

A população estudada nesta pesquisa é composta por adolescentes, dos 10 aos 19 anos de idade, participantes de grupos jovens do catolicismo, matriculados em escolas públicas da região metropolitana do Recife. A seleção dos adolescentes se deu através da aproximação com grupos de instituições católicas que exerciam atividades voltadas ao referido público e que estavam disponíveis à colaboração com o estudo. A partir disso, foram acessadas as escolas frequentadas por esses adolescentes, pois o papel dessas instituições como espaço

de socialização desse grupo etário é de vital importância para a compreensão do fenômeno estudado.

A coleta de dados com os adolescentes tem ocorrido através de entrevistas abertas, construídas segundo as contribuições da metodologia da História Oral. Dessa forma, pretende-se acessar os discursos e as representações sociais deste grupo específico. O roteiro elaborado na pesquisa contém duas partes: a primeira busca dados de identificação dos participantes e a segunda aborda questões sobre adolescência, catolicismo e participação em grupo religioso de jovens. A interrupção da inclusão de novos entrevistados será determinada através da saturação teórica, quando os dados obtidos passarem a apresentar repetição ou redundância (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Além das entrevistas, a coleta de dados também se apoia nas técnicas etnográficas da observação participativa e do diário de campo, a partir das quais pretende-se captar a realidade pela inserção do pesquisador no campo (ANGROSINO, 2009). As características, interações e os comportamentos individuais e coletivos observados no grupo, de forma participativa, bem como os sentimentos do pesquisador nas experiências vivenciadas e as interpretações acerca delas, são registradas em diário de campo, complementando os dados das entrevistas.

As entrevistas, gravadas em áudio, são posteriormente transcritas para a constituição de material a ser analisado através dos princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso e da Teoria das Representações Sociais.

O analista do discurso relaciona a linguagem ao sentido exterior do sujeito. A análise trabalha a relação língua-discurso-ideologia, entendendo como a língua produz sentido para os sujeitos. Objetiva-se, assim, alcançar as condições de produção de sentido nos discursos, remetendo a processos históricos e de formação de memórias coletivas (ORLANDI, 2007).

A Teoria das Representações Sociais, por outro lado, reorienta o aspecto conceitual do senso comum, dando-lhe lugar de importância para compreender os fatos e os fenômenos sociais. Moscovici (2015) refere que as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros. Essa teoria permite a compreensão de um amplo espectro de fenômenos sociais, inclusive o desenvolvimento de diferentes tipos de identidades, dentre elas, a identidade religiosa.

A pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade de Pernambuco (UPE), através do parecer consubstanciado nº 2.361.385, e os participantes são informados dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa, dispostos no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), para os adolescentes menores de 18 anos de idade, e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado por um de seus responsáveis legais ou pelos participantes que já atingiram a maioridade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de trabalho em andamento, as conclusões tiradas até o momento partem do levantamento bibliográfico realizado para fundamentação do trabalho, que já pôde revelar que os modos de vinculação ao catolicismo estão em um constante processo de mudança e que as gerações de jovens detêm a possibilidade de ressignificar os valores religiosos tradicionais. As transformações operadas pela pós-modernidade, ainda que tenham deslocado o papel das instituições religiosas, não retiraram sua relevância na dinâmica social.

Na contemporaneidade brasileira, observa-se, ainda, um acirramento das tensões entre diferentes práticas religiosas, muitas vezes causadas pela ignorância. Trabalhos científicos que se debruçam sobre a influência das religiões nos âmbitos individual e grupal podem permitir uma compreensão da diversidade das representações da identidade religiosa e contribuir para a diminuição de preconceitos e estigmas nos diversos espaços coletivos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M. A. S. **Identidade e Religião: uma análise da construção da identidade religiosa juvenil**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

CAMURÇA, M. A.; TAVARES, F.; PEREZ, L. Religião, Pertencas, Crenças e Valores na Juventude de Minas Gerais. **Paralellus**, Recife, v. 6, n. 13, p. 407-428, fev. 2016.

DUARTE, S. J. H.; MAMEDE, M. V.; ANDRADE, S. M. O. Opções Teórico-Methodológicas em Pesquisas Qualitativas: Representações Sociais e Discurso. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 620-626, 2009.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; E. R. TURATO. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Censo demogr., Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo demográfico 2010: Amostra de Pernambuco - Religião**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/pesquisa/23/22107?detalhes=true>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

MAINWARING, S. Igreja Católica e Política no Brasil 1916 -1985. **Brasiliense Editora**, 1989.

MANOEL, I. A. Origens do tradicionalismo católico: um ensaio de interpretação. *Revista Brasileira de História das Religiões*. **ANPUH**, v. 16, n. 6, p. 17-18, maio 2013.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11 ed. Petrópolis: Vozes Editora; 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2007.

SCOTT, R. P; CANTARELLI, J. Jovens e Habilidades entre Camadas Populares. **Caderno CRH**. v. 17, n. 42, p. 375-388, set./dez. 2004.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, O. S. **Histórias da Brasília Teimosa** - Centro Educacional profissionalizante do Flau. Projeto Brincante das Artes II. Recife, 2017.

TEIXEIRA, F. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, n. 67, p. 14-23, set./nov, 2005.

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Edenar Souza Monteiro

*Professora do Mestrado em Ensino – PPGen/UNIC
edenar.m@gmail.com*

Maria de Lourdes Fanaia

*Professora da Graduação/UNIC
mary_lourdes1996@hotmail.com*

RESUMO

O objetivo do estudo é destacar as abordagens raciais no ensino da História da educação básica e ensino superior. A referida temática ainda se apresenta orientada pela inferioridade e marginalização dos negros e, por vezes, os conteúdos são visados com naturalizações. É no contexto da valorização da História africana e afro brasileira na educação que esta proposta se respalda. Embora as Diretrizes Curriculares apresentem orientações voltadas para a pluralidade cultural, observa-se que, em muitas escolas públicas, ainda há a ausência de discussões que promovam um ensino pautado na equidade e alteridade. A metodologia utilizada foi pautada nas consultas de alguns documentos manuscritos do século XIX, tais como, jornais impressos, literatura e contos afros, livros didáticos, e observações realizadas nas escolas públicas. Todos esses fatores mencionados favorecem uma prática educacional que promova a formação social e cultural do aluno voltada para pluralidade cultural longe dos preconceitos raciais e sociais.

Palavras-chave: História africana e afro brasileira. Ensino. Educação. Escravizados. Relações raciais.

ABSTRACT

The objective of the study is to highlight the racial approaches in teaching the history of basic education and higher education. The aforementioned theme is still oriented by the inferiority and marginalization of blacks and, sometimes, the contents are targeted with naturalizations. It is in the context of the appreciation of African and Afro Brazilian history in education that this proposal is supported. Although the Curriculum Guidelines present guidelines for cultural plurality, it is observed that in many public schools there is still no discussion that promotes a teaching based on equity and otherness. The methodology used was based on the consultations of some manuscripts of the nineteenth century, such as printed newspapers, Afro literature and stories, textbooks, and observations made in public schools. All these factors favor an educational practice that promotes the social and cultural formation of the student turned to cultural plurality away from racial and social prejudices.

Key-words: African and Afro Brazilian history. Teaching. Education. Enslaved. Race relations.

INTRODUÇÃO

Ressalta-se que a História do Brasil no século XIX, enfatiza as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens históricos masculinos. Esta abordagem priorizava a História política factual e, neste contexto, protagonistas como os escravos, indígenas, quilombos, mulheres, trabalhadores pobres ficaram excluídas das páginas da historiografia. Ressalta-se que, essa referida abordagem historiográfica permitiu durante muito tempo no ensino da História ausências de temas sociais como os supracitados.

Somente na década de 1980, com a História Nova, de modo geral, houve, então, uma “revolução” historiográfica e concomitante no ensino. Ou seja, a partir desses anos, houve um repensar historiográfico, e no campo da pesquisa surgiu o aumento de produções historiográficas. O repensar historiográfico influenciou no campo da pesquisa, com isso novas propostas curriculares, novos temas como família, religião, cotidiano avançaram no ensino sobre abordagens que focalizam o negro na historicidade de Mato Grosso sendo variadas as produções de pesquisas acadêmicas. Quanto aos livros didáticos sobre a temática são quase que inexistentes. A partir da lei 10.639/2003 é que começaram a surgir debates, pesquisas, orientações pedagógicas e a difusão do conhecimento especialmente na rede de ensino do Estado mato-grossense através do Núcleo de Pesquisa das Relações Raciais da Universidade Federal de Mato Grosso (NEPRE). No entanto, mesmo com essas mudanças ocorridas no ensino, pode-se dizer que nos dias atuais existem algumas problemáticas.

A revolução historiográfica com propósitos de abarcar novos temas e objetos de pesquisas, também permitiu mudanças no ensino pelas propostas das diretrizes curriculares, pois atualmente os temas transversais são possibilidades para professores trabalharem. Além da tecnologia, são variados os recursos didáticos que podem ser utilizados na sala de aula como jornais, revistas, literatura, imagens, fotografias, documentos, músicas, poemas entre outros. Utilizar fontes variadas na sala de aula possibilita maior compreensão do processo histórico. Todos esses fatores mencionados favorecem uma prática educacional que promova a formação social e cultural do aluno voltada para pluralidade cultural longe dos preconceitos raciais e sociais. Segundo Ribeiro (2004) a questão não é impor modelos de práticas pedagógicas, mas mostrar universo de possibilidades para um ensino de história que promova novas concepções de mundo e construa no aluno reflexões articuladas entre o passado e presente. O professor pode mediar a produção do conhecimento do aluno problematizar a aula e valorizar a diversidade.

LIVROS DIDÁTICOS

Os Parâmetros Curriculares (1997) apresentam os eixos temáticos que são divididos em categorias; procedimentais, conceituais e atitudinais. “Os conteúdos conceituais” são os conceitos sobre fatos, os “conteúdos procedimentais”, incluem o (saber-fazer); já os “conteúdos atitudinais”, envolvem valores, normas e atitudes, que permeiam todo o saber Escolar.

Os Parâmetros Curriculares nos indicam que a diversidade cultural/ multiculturalismo promove a alteridade equidade na formação da aprendizagem do aluno, porém o espaço escolar está impregnado de conceitos eurocêtricos dos colonizadores sobre a História afro-brasileira e africana. Nem sempre as escolas priorizam o tema e nem consta no Projeto Político Pedagógico da escola, porém, ao observar a gestão democrática de determinadas escolas públicas desta capital é possível perceber pelo planejamento escolar as fragilidades como exemplo a comemoração da consciência negra, do dia 20 de novembro como se a festividade fosse capaz de superar todos os conceitos eurocêtricos, racismo no interior da escola. De acordo com a lei 10.639/2003 é essencial valorizar a identidade, a cultura e a História afro-brasileira e africana na educação básica e ensino superior sem necessariamente priorizar uma determinada área de ensino, que, em qualquer momento a temática deve ser abarcada.

Sabemos que para contemplar a diversidade cultural na gestão escolar é necessário que ocorra em qualquer momento e área de conhecimento.

O livro didático enquanto recurso utilizado na sala de aula é também um material que deve ser analisado de modo crítico por trazer diferentes linguagens como iconografias, texto, mapas, gráficos entre outros. Bittencourt (1993) aponta que são enormes as deficiências apresentadas

nas produções dos livros didáticos do ensino de História e, a História de Mato Grosso ainda silenciada nos livros didáticos, reforça o problema da historicidade dessa região mais central da América do Sul como algo externo à realidade brasileira. Diante desse impacto o estudo sobre a História local no território mato-grossense é um paradoxo, longe de abranger os objetivos dos Parâmetros curriculares. Com relação aos conteúdos observa-se por exemplo, que no ensino da História são desconectados, não estabelecem diálogos entre a História do Brasil e a regional e essa fica como se fosse um assunto a parte da História do Brasil, distante da realidade social do aluno.

A exemplo, quilombos¹ ou comunidades quilombolas é um tema essencial que deve ser abordado em sala de aula, porém, muitas vezes é apresentado nas páginas livros didáticos de maneira simplificada e geralmente o assunto é tratado como algo generalizante como se todos fossem iguais como; modos de viver étnicos, moradia e adereços, religião, generalizando sem especificar as diferenças culturais.

Na História do Brasil houve o fato sobre a Balaiada; movimento social ocorrido no Maranhão entre os anos de (1831- 1840) durante o período regencial cujo objetivo central era disputa pelo poder local (Liberais e conservadores). Porém foi um movimento que foi derrotado pelo governo que em sua maioria era composto por negros em especial a participação de Cosme, um ex-escravo de um quilombo que liderou 3.000 quilombolas (SEDUC, 2008, p. 38). No entanto no ensino de História, a abordagem sobre o quilombola Cosme continua silenciada. Por outro lado, é curioso também destacar que os quilombos em Mato Grosso constituíram pelas terras compradas por irmandades, terras abandonadas pelos grandes proprietários, terras de Santo, terras herdadas dos senhores e pelas das sesmarias (SEDUC. 2008 p. 44). Na memória social o conceito sobre quilombo por vezes apresenta-se distorcido, estigmatizado, arraigado nas explicações das teorias científicas que avaliou a questão negra como o malefício da sociedade. Atualmente houve deslocamento sobre o conceito quilombos e quilombolas, que segundo Mattos (2004) quilombo compreende espaço da cultura, da identidade, da memória de um grupo social que ficou destituído e para entender sobre o tema no Brasil o parâmetro para pensar sobre quilombo não deve ser apenas o de Palmares. Conforme dados da Fundação dos Palmares existem aproximadamente 2.500 comunidades quilombolas identificadas no Brasil. Conforme Santos (2016), no Mato Grosso há uma média de 60 quilombos legitimados pela Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98/2007, no entanto, ainda nos dias atuais é um tema que no ensino escolar parece haver uma carência de conhecimentos sobre.

Com relação a conteúdos, os escravizados são vistos como um ser submisso aos poderes e desejos de seu senhor, incapaz de influenciar nas transformações sociais e sem lugar para expressar suas convicções e tradições culturais. Conforme Correia (2012) o sistema escravista é apresentado como relações naturalizadas entre senhor e escravos e não mostra uma discussão que o escravizado possui uma cultura, e que os interesses do processo de colonização forjou o sistema de dominação sobre o referido grupo social.

Um outro conceito surgiu sobre o escravo, que não é baseado apenas como “coisa” assim também a relação entre os escravizados e senhores de engenhos não foi marcada pela violência ou benevolência patriarcal como foi abordado na historiografia de Gilberto Freyre, mas sim por diversas situações como as negociações que incluem as alforrias fossem pela afetividade, pela lei ventre livre, pela compra, ou pela barganha entre outros aspectos. O termo escravo ainda consta nos livros didáticos sempre associado ao trabalho forçado apresentando uma

1 Quilombo é uma palavra de origem Bantu advindo do dialeto quimbundo e ou umbundo seu significado original na África referia-se a uma forma organizativa sociopolítica de cunho militar. No Brasil passou a designar a organização de negros que fugiam dos horrores da escravidão. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO/ Gerencia da diversidade. História e cultura negra: Quilombos em Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC, 2008.

visão pejorativa uma vez que, o africano considerado pessoas inferiores tornou-se um grande investimento do processo colonizador. (CORREIA, 2012)

Os Parâmetros Curriculares (PCNs) explicitam a necessidade do estudo sobre a História local e do cotidiano é preciso priorizar temas sobre a localidade, mas nem sempre isso é contemplado diante das observações realizadas nas escolas públicas. Além disso, uma outra questão sobre a História local, diz respeito à escassez de material didático: de que modo o conteúdo é operacionalizado na sala de aula, para o aluno? Sabemos que, as ideologias difundidas pelos conceitos simplificados ou generalizantes nos livros didáticos sejam pelas imagens ou pelos textos constroem valores. Outro material didático relevante para sala de aula com ricas informações culturais que valoriza a identidade afro são as fontes literárias.

LITERATURA E A ABORDAGEM RACIAL

Antes da revolução historiográfica provocada pela escola dos Anales, as obras literárias não eram ferramentas utilizadas no ensino da História e a abordagens sobre mulheres também ficaram excluídas das páginas historiográficas. O uso de fontes literárias no ensino da história possibilita mostrar a sociedade de uma determinada época, o contexto histórico, social e cultural também estimula o aluno compreender conteúdos com as mudanças e permanências da sociedade.

Assim a história e literatura são possibilidades que envolvem um aprendizado, construção de conhecimento do currículo escolar. Para Gebara (1986) a história de baixo, como a História das mulheres. A questão do gênero adquiriu relevância enquanto agente histórico na formação da sociedade brasileira, pois os parâmetros curriculares nacionais legitimam abordagens sobre gênero e sexualidade no currículo escolar.

Nesse contexto destacam-se, as mulheres negras nas obras literárias descritas no século XIX. Vale lembrar que, a literatura sobre as questões raciais são materiais pouco utilizados na sala de aula no ensino de História. As obras literárias apresentam contextos sociais e culturais conforme o tempo histórico e espaço, constituídos de personagens entre elas as mulheres até então silenciados na historiografia.

O romance “Úrsula”, escrito no século XIX por Maria Firmina - uma escrava que nasceu no contexto da escravidão 1825, no nordeste, mais precisamente na província do Maranhão, Filha “bastarda”, fruto do provavelmente incomum relacionamento amoroso entre uma portuguesa e um escravo africano - publicou seu primeiro romance, Úrsula (1859), cuja personagem principal é uma negra e com isso a autora quebra com estereótipos da época uma vez que a obra foi produzida em 1886, no contexto da escravidão no Brasil, mas, por outro lado, a obra literária também denuncia o racismo. (CORREIA, 2013. p. 4)

Importante lembrar que, no século XIX, não era comum mulher escrever, publicar. Na época o espaço da mulher de modo geral estava restrito aos afazeres da casa, dos filhos da família dos trabalhos manuais, portanto, excluída da vida política, social e publica uma vez que predominava uma sociedade patriarcal. Contudo, uma parcela de mulheres, as que pertenciam à elite obteve acesso a aulas particulares ou a educação doméstica. No entanto o fato de existir uma predominância do modelo de sociedade patriarcal, não pode pensar “a mulher especialmente a escravizada” apenas como um objeto passivo da repressão longe de romper com o sistema instituído naquele momento é preciso considerar as estratégias de sobrevivência.

Além dessas questões, havia também como já foi citado as teorias científicas racistas que segundo o autor Munanga (1988), serviu mais para justificar o sistema de dominação e exclusão

do que para explicar a classificação humana. Desse modo, a autora Maria Firmina não utilizou sua identidade de autora na época, usou um pseudônimo, mas apresenta duplo rompimento das normativas sociais da época, por ser escritora numa sociedade patriarcal e ao mesmo tempo por apresentar na sua obra a mulher negra “Úrsula” como personagem principal, critica também a escravidão, e valoriza a África. A referida autora também denuncia o sistema da escravidão e os mecanismos de monopólios de controle voltados para o grupo social dos escravizados existentes na época. Estudar história, cultura através do referido romance são possibilidades não somente para enriquecimentos do contexto da escravidão, mas bem como uma forma de poder questionar, refletir, reverter olhares e valorizar a cultura afro que foi desprezível durante muito tempo no processo de ensino.

Outra obra literária infanto juvenil que faz referência a questão afro é “Histórias da Preta”, escrita pela autora Lima, em (2001), a referida obra longe dos paradigmas eurocêtricos deixa evidente a identidade afro-brasileira e sobre a cultura África. Para fugir das generalizações, a obra busca mostrar particularidades que variadas etnias que formam variadas Áfricas.

Os exemplos das obras literárias citadas são possibilidades para que o aluno conheça os “conteúdos atitudinais”, que envolvem valores, normas e atitudes, que permeiam todo o saber Escolar e a identidade conforme os Parâmetros Curriculares. Lima (2001) possui outras escritas literárias “a semente que veio da África” que também abarca a questão social da identidade afro-brasileira, pois Homens, mulheres e crianças que foram desterritorializados e que ficaram na condição de escravizados considerados como seres inferiores.

Entretanto, é imprescindível lembrar que alguns homens negros que vivenciaram o período escravista no Brasil, e que atuaram nos jornais opositoristas defensores do abolicionismo, foram grandes escritores de obras literárias, geralmente usavam as páginas dos jornais para criticar, denunciar, questionar os rumos da sociedade brasileira.

MÚSICAS E LENDAS AFROS

Uma outra forma de abordar as relações raciais no espaço escolar a partir dos anos iniciais de maneira que promova no aluno fortalecimento de identidade e da alteridade é através dos contos e lendas afros uma ferramenta pouco utilizada e também desconhecida no universo escolar. Sobre a África pouco sabemos do contexto histórico e social, já que foi um país desprezível aos olhares do europeu, sempre visada como um espaço naturalizado essencial para o processo da colonização ocidental. Quanto aos contos, apresentam-se muitas vezes como algo exógeno ao nosso aprendizado escolar. Os contos revelam crenças e saberes, o cotidiano africano, festas e rituais religiosos, a exemplo, a lenda sobre a origem do tambor africano que mostra os significados do toque do tamborim. Da mesma forma a música afro ou letra de música que revela historicidade dos afros são difundidas, porém, sem relevância no que tange ao conhecimento, ou ao significado na nossa sociedade brasileira. Para exemplificar o enredo da escola de samba da imperatriz de 1984 é uma ferramenta útil para ser utilizada na sala de aula, desde que, o professor desconstrua a ideologia repassada pelo contexto da abolição cujo refrão é: “liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”, assim também o festejo do negro sobre a abolição, simplificando a ideia do abolicionismo.

JORNAIS

Outro documento que também destaca a desqualificação e estigmas da população negra são os jornais que na época imperial era o meio de comunicação mais moderno que havia, era por meio da imprensa que difundia não somente notícias, mas, a moda europeia, literaturas, ideologias, ideais, valores e várias notificações sobre escravizados como fugas e capturas de

escravos, aluguel, compra e venda de escravos. No período imperial a imprensa foi resultado de transformações políticas, econômicas, sociais e especialmente o avanço da tecnologia, porém, poucas pessoas tinham acesso devido o baixo índice de alfabetização de grande parte da sociedade escravocrata ficava restrito a elite. Segundo SCHWARCZ, (2000) a África serviu também como adjetivos para outras categorias sociais como exemplo num anúncio de jornal da província de São Paulo de 1881, que criticava a polícia dizia; ainda que se tratasse de um grande criminoso, não há explicação possível para esbordoar-se assim tão Africanamente a quem quer que seja, são cenas que desonram a sociedade e a civilização. No tempo do Império, os conceitos de evolução de um país não estavam destinados à África, e em muitos jornais divulgavam a Europa como a irradiadora da civilização e a não restava outra opção senão descrever a África sob a ótica da submissão, dos mais “capacitados” para chegar perto da civilização. (SCHWARCZ, 2000, p. 116.)

Nos anúncios geralmente constavam as amas de leite para serem aceitas no meio social destacavam o perfil físico e as habilidades do que sabiam fazer como forma de aliviar o perfil do “ser negro”; vende-se uma escrava sabe lavar, cozinhar, outro anúncio muito comum da época. No jornal liberal de 1871 de Cuiabá consta; Acha-se fugida uma escrava de João Anastácio Monteiro de nome Eva cabra, de 40 anos mais ou menos alta, com falta de dentes, tem vício de tomar aguardente. Quem a pegar entregar na rua 1º de março que será gratificado. Esses jornais podem ser utilizados no ensino de história, porém é preciso analisar as informações de maneira particular. Segundo Ribeiro (2018.p 116-117) o documento não fala por si mesmo, precisa ser interrogado, a produção do conteúdo precisa ser contextualizado.

Por outro lado, contrapondo as ideias racistas, também havia na época, jornais organizados para negros, embora na época não tenha adquirido visibilidade e grande difusão. Os assuntos relacionados com a democracia racial, preconceitos de cor, valorização do negro enquanto sujeito da nação também eram temas evidenciados. As referidas notícias jornalísticas tinham autores e leitores negros, organizados pela defesa do segmento social no século XIX, que se apresentavam com diversos nomes: no Rio de Janeiro (RJ), em 1833, lançaram o Homem de Cor ou O Mulato, Francisco de Paula de Brito, tipógrafo e jornalista negro, foi pioneiro com o primeiro jornal Homem de Cor.

Para ter acesso à informação sobre os jornais, as pessoas sem estudos reuniam para ouvir as notícias por meio das leituras, os alfabetizados liam para os que ainda não tinham adquirido essa habilidade. Os artigos desses jornais procuravam de modo geral incentivar a identidade afro como tentativa de poder superar as exclusões, estigmas, incentivando a educação escolar. Assim, um dos jornais da época dizia: “Nós, homens de cor, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muito amada pátria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira.” (SANTOS, 2003, p. 2). A essência dessa abordagem na imprensa escrita era dar visibilidade ao negro e ao mesmo tempo desnaturalizar os conceitos estereotipados, pois que até então esse segmento social havia sido desclassificado como cidadão no seio da sociedade brasileira.

A existência desses jornais do século XIX e início do século XX desconstruem as naturalizações de que o “escravo” estava destinado sempre à aceitação do sistema. No jornal o Expectador de Cuiabá de 1884, apresenta os seguintes dizeres; “O abolicionismo não é só isso nem se contenta em ser o advogado da porção da raça negra ainda escravizada, não se reduz a missão em promover e conseguir o mais breve prazo possível do resgate dos escravos e ingênuos.” Nesses fragmentos, observa-se a denúncia sobre a discriminação racial cuja abordagem é um fenômeno social discutido no passado e no presente. Na mesma nota jornalística também consta crítica sobre a condição do negro:

O Brasil precisa progredir, mas antes de tudo convém educar e instruir o povo – o povo é ignorante e continuará a ser por muito tempo ainda. A ideia de liberdade é fascinadora! Dizei ao escravo que amanhã ele entrará na plenitude da liberdade. Dizei que ele pulará de prazer muito embora tenha de deixar a casa da comunidade pela pocilga, morada onde a miséria será o seu quinhão. Devemos desenvolver educação na massa populacional e não iludir com falsas ideias de liberdade e do progresso. (JORNAL O EXPECTADOR, 1884).

A alforria que o escravo havia adquirido, conforme disse o redator do referido jornal destinava-se muitas vezes à falsa “liberdade”, pois o escravo destituído do acesso escolar não era considerado “cidadão”. Essas pistas contidas nesse jornal revelam indícios de proximidades com os ideais do partido republicano, devido à defesa pela abolição, o que não significa afirmar que o proprietário e redator dessa imprensa fosse um político atuante. Como geralmente nem todos os jornais estavam vinculados aos partidos políticos, para a manutenção de despesas muitas vezes eram realizadas festividades como: bailes, leilões doados pelos colaboradores para manutenção do periódico. Muitas edições jornalísticas eram publicadas de quinze em quinze dias, outros uma vez ao mês e como disse o pesquisador Pedro S. Santos, não editavam assuntos sobre a política brasileira ou mundial, a principal intenção era dar visibilidade ao negro, evidenciar as ações desses sujeitos históricos que, apesar disso, estão ainda silenciadas na historiografia mato-grossense. A direção do jornal e seus colaboradores compunham-se de vários militantes operários, que (SANTOS, 2003) chama de intelectuais negros, pois tinham uma proposta de integração da etnia dentro da classe operária.

Entretanto, é imprescindível lembrar que alguns homens negros que vivenciaram o período escravista no Brasil, e atuaram nos jornais opositoristas que vivenciaram o período da escravidão embora a existência das teorias científicas criticasse o sistema escravista como: Jose de Alencar, Machado de Assis, José do Patrocínio, e esses atuaram como grandes escritores de obras literárias, geralmente para criticar, denunciar, questionar os rumos da sociedade brasileira. As obras literárias dão suporte ao ensino da história cujos personagens homens e mulheres, negros ou brancos, constituem universo histórico social e cultural longe do ensino de história factual e linear.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dar visibilidades as abordagens raciais no ensino da História é poder ultrapassar preconceitos e estereótipos apresentados com naturalizações. Os Parâmetros Curriculares nacionais nos indicam diretrizes para então elaborarmos as propostas pedagógicas através dos eixos temáticos que são divididos em categorias; procedimentais, conceituais e atitudinais. “Os conteúdos conceituais” são os conceitos sobre fatos, os “conteúdos procedimentais”, incluem o (saber-fazer); já os “conteúdos atitudinais”, envolvem valores, normas e atitudes, que permeiam todo o saber Escolar. Para desconstruir estigmas ainda presentes nos livros didáticos é necessária uma leitura crítica por exemplo pelas iconografias que não são só ilustrações essas passam ideologias que ainda precisam ser analisadas. Assim a história do negro e da cultura afro não podem ser representadas nos livros didáticos de maneira natural com contextos históricos simplificados ou com iconografias estigmatizadas. Pelas abordagens das relações raciais é possível promover um ensino com alteridade e equidade capaz de influenciar na reformulação, ou reconstrução de conceitos até então arraigados de valores negativados sobre a questão racial impregnados no meio social.

Sabemos que, as ideologias difundidas pelos conceitos simplificados ou generalizantes nos livros didáticos, sejam pelas imagens ou pelos textos, constroem valores. Além disso, as editoras estão envolvidas no comércio e na produção dos livros didáticos. Diante das problemáticas

existentes no ensino da História são questões que dependem muito do professor, das posturas e das concepções que o profissional possui já que, cada professor possui seus conceitos, visões de mundo compromisso ou descompromisso com a educação diz Porfírio (2015. p 31).

O papel do professor é fundamental não como dono do saber, mas como provocador um construtor de conhecimentos para melhor construção de identidades sociais. Ensinar história seja no ensino fundamental ou médio é proporcionar ao aluno uma visão crítica da nossa sociedade e da nossa identidade. Assim pensar sobre a escravidão no Brasil, é poder abarcar sobre as questões raciais construídas no século XIX que segregou o grupo social Para isso foram importantes utilizar as diversas ferramentas como a literatura, jornais, música, e os livros didáticos que compreendem os recursos didáticos e metodológicos no ensino escolar. É preciso ensinar e aprender história de forma crítica, democrática e participativa em sala de aula nunca foi tão necessário para as lutas e resistências como nos dias de hoje. (RIBEIRO, 2018. P 164.).

REFERENCIAIS BIBLIOGRAFICOS

BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma História do Saber escolar.** Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo, 1993.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais: História e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CORREA, Janaina dos Santos. **O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil** Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013. Londrina, 2013.

GEBARA, Ademir. **Mercado de trabalho Livre no Brasil.** São Paulo. Brasiliense, 1986.

LIMA, Heloisa Pires. **Personagens negros: História da Preta** In: MUNANGA, Kabengele (org) Superando o racismo na escola. 3. ed. Brasília: Mec, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, 63 pags.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos,** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

PORFÍRIO, Welington Ernane. **Negros e indígenas nos livros didáticos: das lutas à obrigatoriedade: um estudo sobre o material do Sistema Positivo de Ensino.** 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015.

RIBEIRO, R. Renilson. **Colônia(s) de Identidades: discursos sobre a raça nos manuais Escolares de História do Brasil.** 2004. Dissertação de Mestrado (História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo.

SANTOS, Angela Maria dos. **NARRATIVAS E MEMÓRIA SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA EXÚ.** VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica - UFMT. VII CIPA, 2016. Disponível em: <http://viicipa.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/C2T_NARRATIVAS-E-MEMO%CC%81RIA-SOBRE-A-COMUNIDADE-QUILOMBOLA-EXU%CC%81.pdf>. Acesso em: 13 de ago 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2000. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. Companhia das Letras, 1998.

_____ **Retrato Em Branco e Negro**. Companhia das letras WELINGTON Ernane Porfirio. Negros e indígenas nos livros didáticos. Das lutas a obrigatoriedade. Um estudo sobre o material do positivo. Dissertação de mestrado. Universidade federal de Mato Grosso. Instituto de ciências humanas. Cuiabá. UFMT. 2015. 190 pags.

PARTICULARIDADES QUE PERMEIAM AS SOCIABILIDADES CONSTRUÍDAS E VIVENCIADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA

PASCHOA, Janete Vilela da

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais da Universidade Estadual
Norte Fluminense Darcy Ribeiro
janet_vilela@outlook.com*

REGINENSI, Caterine

*Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais da Universidade Estadual
Norte Fluminense Darcy Ribeiro
creginensi@gmail.com*

RESUMO:

Este estudo tem como proposta compreender a realidade que permeia as sociabilidades construídas e experienciadas pelos moradores da Comunidade Quilombola de Pedra Branca, localizada no município de Vargem Alta - Espírito Santo, fomentando reflexões sobre questões socioculturais e econômicas vivenciadas pelo grupo. O interesse pelo tema investigado emergiu a partir da necessidade de compreender a eficácia das Políticas Públicas propostas aos moradores da comunidade em relação as suas organizações: social, espacial, econômica, intelectual e cultural e pelo fato de estarem inquietos desde 2014 devido a construção de 40 casas populares do Projeto Habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) dentro da comunidade. Nessa perspectiva, busca-se analisar de forma mais crítica as relações que se estabelecem entre os atores sociais pertencentes à Comunidade Quilombola de Pedra Branca e suas condições de sobrevivência; maneiras de acessar aos bens e serviço urbanos; utilização dos serviços públicos pela comunidade; e as formas de apropriação de outras culturas.

Palavras chave: Quilombo - Políticas Públicas - Resistência - Negro - Direitos

ABSTRACT:

This study had a relationship between reality and the sociabilities built and experienced by residents of the Quilombola community of Pedra Branca, located in the municipality of Vargem Alta - Espírito Santo, fostering reflections on sociocultural and economic issues experienced by the group. The theme-based survey emerged from the database of public policies for communities in the relationship as their associations: social, spatial, economic, intellectual and cultural and because they have been restless since 2014 due to a construction of 40 popular houses of the Project Housing My Home My Life (MCMV) within the community. From this perspective, a search was analyzed more critically the relationships that were placed between social announcements related to the community; access to urban goods and services; use of public services by the community; and as forms of appropriation of other cultures.

Keywords: Quilombo - Public Policies - Resistance - Black - Copyright

INTRODUÇÃO:

A sociedade brasileira é formada por pessoas iguais entre si, na medida em que pertencem à espécie humana e, ao mesmo tempo, diferentes, na medida em que são muitos os povos e que suas culturas são bem distintas. A diferença não significa a desigualdade social, mas sim o direito de ser, o direito a viver uma identidade étnica própria e diferente das demais, portanto, as pessoas que compõem como as que integram a sociedade brasileira apresentam aspectos que os diferenciam: em relação a especificidades de gênero, raça/etnia, religião, orientação sexual, valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais.

Essas diferenças tão presentes na identidade do povo brasileiro e de suas realidades devem ser aproveitadas. Faz-se necessário refletir sobre a diversidade e neste pensar, promovendo a alteridade, pois a cidadania é direito de todos. É pensando neste direito que a Comunidade Quilombola de Pedra Branca, localizada no Município de Vargem Alta – ES certificada em 19 de janeiro de 2011, busca resgatar certos valores vivenciados pelos antepassados atingindo assim a autonomia.

Na referida comunidade, residem 115 famílias, perfazendo um total de 404 moradores, dos quais, 224 se declaram do sexo masculino e 180 do sexo feminino, subdivididos em 47 crianças, 77 adolescentes, 228 adultos e 52 idosos, conforme dados do DATASUS¹. Os/as moradores/as estão inquietos desde 2014 devido a construção de 40 casas populares do Projeto Habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) dentro da comunidade realizada por iniciativa da Prefeitura Municipal em parceria com o Governo Federal através do Ministério das Cidades.

Metodologicamente, utilizando de técnicas etnográficas como observação participante, entrevistas abertas e histórias de vida. Percebeu-se em um primeiro momento, algumas peculiaridades da comunidade e a questão do não reconhecimento da diversidade cultural quilombola e suas nuances.

Segundo Gohn (2001,) “[...] precisa-se romper com esses preconceitos arraigados em nosso imaginário social que tendem a tratar a cultura negra e africana como sofrimento, miséria ou pessoas menos favorecidas”.

Portanto, terra e quilombo são troncos entrelaçados de uma mesma árvore cujas raízes encontram-se no âmago da contraditória e complexa formação histórica e social do Brasil. A concentração fundiária alimenta todas as barreiras levantadas contra a promoção da cidadania para as comunidades quilombolas. (Programa Brasil Quilombola - Comunidades Quilombolas Brasileiras Regularização Fundiária e Políticas Públicas p 07)

As políticas públicas voltadas para as comunidades, como as atualmente existentes no Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, são fundamentais para reverter à situação de vulnerabilidade dessas comunidades historicamente invisibilizadas e excluídas do acesso a seus direitos. (Programa Brasil Quilombola - Comunidades Quilombolas Brasileiras Regularização Fundiária e Políticas Públicas p 09)

A pesquisadora que já vem participando desde 2007 dos eventos culturais e das diversas mobilizações da comunidade, se depara com um ambiente favorável para desenvolver sua pesquisa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas com moradores do MCMV, visando conhecer a trajetória de vida e residencial dos moradores, assim como sua rotina no conjunto habitacional MCMV com os serviços oferecidos, tratados de forma qualitativa em estudos bibliográficos e na pesquisa investigativa a partir de um olhar etnográfico. Nesse percurso exploratório uma das referências a serem utilizadas será KAUFMANN (2013).

1 Dados consultados em fevereiro de 2018 Disponíveis no site: <http://www2.DATASUS/index.php?area=0205Filtrosutilizados.>
Data: 26/02/2018 | Equipe: 0000285587.

1 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA E SUAS MEMÓRIAS: QUEM SOMOS NÓS EM TERRA DE BRASILIS.

Segundo Munanga e Gomes (2006), “a história da escravidão foi marcada por luta e organizações que demonstrava ato de coragem”. A resistência negra era expressa em diferentes formatos. Os negros africanos, revoltados por se encontrarem em condições de cativos, se fortaleciam e se rebelavam através das organizações religiosas, o jogo da capoeira, a destruição nas lavouras das casas grandes, fugas em massa para os quilombos, que no período do Brasil escravocrata era conhecido como lugar de refúgio para os negros fujões.

Portanto, o quilombo era um espaço distante e de difícil acesso exatamente para que eles, os negros, não fossem encontrados facilmente pelo capitão do mato que, sem piedade, os caçariam a troco de recompensa oferecido pelos “senhores”, que consideravam os escravizados como sua propriedade e os queriam de volta vivos ou mortos.

Vale destacar que os moradores do quilombo respeitavam regras internas, tinham uma organização política e procuravam manter uma vida pautada na valorização dos laços de solidariedade e no uso coletivo da terra, formando, desse modo, as bases de uma sociedade fraterna e livre, podendo ali colocar em prática seus ritos tradicionais que fortalecia o grupo e, se tivessem muita sorte, poderiam conviver com membros de sua família consanguínea dos quais foram separados no momento que foram capturados no continente africano, para serem vendidos como mercadoria lucrativa.

O colonialismo do poder procurava enfraquecer o negro pela força e pela mente, e como estratégia, após sequestra-los em sua terra mãe, os cativos eram proibidos de falar sua língua, cultuar sua fé, eram separados dos seus familiares e entregues à exclusão social. Ramos (1957) argumenta que para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem européia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações de estereótipos ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. (RAMOS, 1957, p. 175).

O Estado legitimador das desigualdades sociais, aliado à elite dominante incutiu ideologicamente na população o desejo pelo consumo de bens materiais, o que dava a sensação de se estar em uma sociedade moderna, mas que nem toda a população podia participar, copiando modelos o Brasil não considerou as lutas sociais, as contradições, as diferenças e as desigualdades; não levou em conta as variáveis culturais nos distintos processos de emergência, desenvolvimento e transformações do Estado de Bem-Estar, como por exemplo, as estruturas de valores, visões de mundo, regras e princípios religiosos, concepções predominantes sobre a família e o papel da mulher, que são todas dimensões fundamentais do Estado de Bem-Estar, subestimadas como o foram em várias matrizes analíticas (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 230)

Segundo Hall (2005), Woodward (2000) e Silva (2000) a identidade cultural não é autorreferencial como se pensava, ela é, pelo contrário, relacional. Nasce e se desenvolve na relação que temos um com o outro e nesta arena de construção de identidades, localizada na região sudoeste do Espírito Santo, na parte Serrana e Montanhosa de Vargem Alta, distante 18 km da sede do município e aproximadamente 170 km de Vitória, capital do Estado, encontramos a Comunidade Quilombola de “Pedra Branca”.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, Milton 1999, p. 07 a 13).

Nessa comunidade onde 80% dos moradores se identificam como quilombolas cujos ancestrais foram escravizados nas fazendas das imediações, chamadas “Pedra Branca”, “São Pedro” e “Prosperidade”, estão lutando na tentativa de combater a condição de invisibilidade. Ao contrário dos tempos de um Brasil escravocrata, hoje se organizam para o enfrentamento. Por exemplo, em 09 de fevereiro de 2018 quilombolas de todo território brasileiro conquistaram o direito de manter a eficácia do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. O referido Decreto estava sendo questionado por lideranças políticas partidárias com objetivos opostos da população negra.

A “comunidade de remanescente de quilombos” se refere ao território onde os negros, descendentes dos que foram escravizados, fixaram residência. Neste espaço territorial, ocupado antes por seus ancestrais, buscam por Políticas Públicas que os coloquem em iguais condições de oportunidades, reparando a dívida que a sociedade brasileira tem para com este povo. Nos termos dessa ideologia, defende-se a ideia de que a identidade de um indivíduo ou de uma coletividade é definida pela “posse” de determinados bens (GONÇALVES, 1988, p. 267), que neste caso seria primeiro por suas terras e posteriormente resgatando parte da cultura já adormecida.

[...] ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (Associação Brasileira de Antropologia 1994, p.82).

Apesar do reconhecimento, as contradições entre a Legislação e a sua efetiva aplicação constituem hoje um grande desafio. Ações Afirmativas às chamadas comunidades quilombolas tem se ampliado e pode até ser considerada uma prática inovadora, mas demonstram-se ainda muito insuficientes, requerendo uma ação redobrada dos movimentos sociais negros que deixam uma pergunta no ar, quais seriam as relações entre os quilombolas da Comunidade de Pedra Branca e o poder público local?

2 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: DIREITO DE CULTIVAR SUAS RAÍZES

A denominação comunidade quilombola passou a ser veiculada no Brasil principalmente no final da década de 1980, tendo seu conceito ampliado para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em 1888.

Em conformidade com Leite (2000) o termo quilombo se evidencia nos debates por reivindicação das mobilizações sociais referentes, e devido a uma grande dívida que a sociedade brasileira tem para com os africanos e seus descendentes por conta da escravidão e não especificamente por questão de propriedade fundiária.

Os “remanescentes das comunidades de quilombos”, que emerge com a constituição de 1988 é tributário não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla que foi travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. (LEITE, 2000, p. 339).

Além de descrever um amplo processo de cidadania incompleto, veio também sistematizar um conjunto de anseios por ações em políticas públicas, visando reconhecer e garantir os direitos territoriais dos descendentes dos africanos capturados, aprisionados e escravizados pelo sistema colonial português. As terras dos quilombos foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado.

Para as comunidades tradicionais, a terra possui um significado completamente diferente da que ela apresenta para a cultura ocidental hegemônica, neste mesmo sentido, Castells (2001, p. 22), salienta que ‘a garantia das terras garantirá também estar junto de seu povo, compartilhando de todos os momentos não deixando ser esquecida a sua identidade cultural, mantendo fortalecido o sentimento de pertencimento, segundo afirma o Sociólogo.

Por essas e por outras razões, as reivindicações de organizações de movimentos negros e setores progressistas, como parte da própria reflexão sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no país, levadas à Assembléia Constituinte de 1988, favoreceram a aprovação de dispositivos constitucionais concebidos como compensação e/ou reparação à opressão histórica sofrida. A ressemantização do termo “quilombo” fruto de mobilização social garantiu a estas comunidades, direitos em identificação, auto definição e certificação, passos administrativos de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares para que lhes sejam atribuídas à legalidade e a posse inalienável de seus territórios, garantindo o acesso aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

De acordo com o art. 215 da Constituição Federal, o direito à terra dos remanescentes de quilombo pode ser identificado como um direito fundamental cultural, que se liga à própria identidade de cada membro da comunidade, conforme consta na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em países independentes aprovada em 1989, durante a 76ª conferência, que revê a Convenção nº 107, que é o instrumento internacional vinculante mais antigo que trata especialmente dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo.

Após 20 anos da sua aprovação da Convenção 107, a OIT vem acumulando experiências na implementação dos direitos reconhecidos a esse povo sobre as mais diversas matérias, tais como “o direito de autonomia e controle de suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico, propriedade de terra e de recursos naturais, tratamento penal e assédio sexual” (BRASIL, 1988).

A assinatura da Lei Áurea em 1888 pela Princesa Isabel, não garantiu aos negros a liberdade tão sonhada, ao contrário, o negro viveu as margens da sociedade, por ter sido discriminado e sem ter oportunidades de se engajar no mercado de trabalho, pois não se encontravam aptos a exercer todos os ofícios, devido ao fato de não possuírem formação escolar, serem estrangeiros, não terem reservas econômicas, cabendo a eles o subemprego.

Desse modo, após realização de várias reuniões junto aos moradores da Comunidade Quilombola de Pedra Branca, envolvendo pessoas de diferentes grupos e faixa etária, houve a confirmação que a formação da comunidade de fato havia se dado com a composição dos ex escravizados que fugira dos grillhões e dos açoites das fazendas ao entorno, principalmente pela memória dos mais velhos que relataram suas brincadeiras enquanto crianças, onde havia a presença do jongo, maculelê, cantigas de roda e conversa no terreiro. Realizando essa verificação, percebemos o interesse dos moradores em serem reconhecidos como quilombolas. Por conseguinte, a documentação reunida ao longo do ano foi encaminhada para a Fundação Cultural Palmares com intuito de conseguir o reconhecimento para que os moradores dali pudessem utilizar das políticas públicas destinadas aos quilombolas, possibilitando-os se situarem na linha horizontal do presente, desenvolvendo o espírito de pertencimento, se valorizando “dentro do Brasil contemporâneo, embora assinalando as dificuldades, as ambiguidades que se associam a estas complexas raízes identitárias e ao seu processo de formação” (ROSSA, 2015,) É imperioso destacar que o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (ADCT), que garante “aos remanescentes das comunidades de quilombo o reconhecimento, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos definitivos”.

Na observância desse direito, foi emitida então a certidão da qual reconhecia a comunidade Pedra Branca como Quilombola, em 19 de janeiro de 2011. Os moradores festejaram o batizado da mesma com danças comidas, jogos e brincadeiras típicas, muitos convidados e alegria.

3- A TRAJETÓRIA DE UM POVO QUILOMBOLA: A COMUNIDADE DE PEDRA BRANCA

A emergência de diversos grupos sociais portadores de identidade, nas últimas décadas, sinaliza a capacidade de previsão dos constituintes, que tratou de assegurar como princípio a constituição de uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL,1988).

A Constituição Federal converteu os grupos em “sujeitos de direito” e, na medida em que os reconheceu, garantiu a sua integração física e social. O pluralismo é uma das marcas para as comunidades tradicionais,

A interação entre os indivíduos que vivem em comunidades e que mantém um convívio durante certo período de tempo lhes garantem produção da sua própria cultura e nos leva a questionar o papel da cultura, o que ela desempenha na vida do sujeito e como indica sobre a identidade de cada grupo.

A cultura compõe significados, constrói caminhos possíveis para que determinados grupos sociais dialoguem com os demais sobre suas práticas de vida, possibilitando uma interação e compreensão entre si a partir de uma teia de significados criados pelo próprio homem. Em meio a um contexto de particularidades histórico-culturais, e no caso dos quilombolas, permeados por um imaginário social que remete aos tempos de escravidão com histórias de resistência e luta. “A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 instituiu formalmente a proibição da escravidão, porém não significou o acesso de negros e negras a direitos ou o fim da segregação desses sujeitos pela sociedade. Ao contrário disso, os ex-escravos foram expulsos das terras em que viviam (Leite, 2000).

Assim, a partir do princípio de assistência, Simmel levanta um conjunto de tensões e paradoxos que ameaça o sistema social na sua globalidade, mas estabelece, ao mesmo tempo, formas de regulação que atenuam seus efeitos e permitem a interdependência entre indivíduos e grupos de indivíduos, mesmo que resultem em relações desiguais e às vezes conflituosas. “A pobreza [...] é não apenas relativa, mas construída socialmente. Seu sentido é aquele que a sociedade lhe atribui” (PAUGAM; SHULTHEIS, 1998, p.15).

O elo que mantém a união do grupo e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica. Portanto, é certo que as políticas sociais têm que ser compatíveis com as necessidades e especificidade da população economicamente desprivilegiada, possibilitando caminhar para uma maior proteção social que nos dá o direito à saúde, educação, moradia, trabalho, proteção previdenciária, seguridade social, cultura e lazer.

Há um passado próximo, foi oferecido mais direitos sociais ao povo, levando os índices de pobreza diminuir, programas de impacto, como: Bolsa Família, ou o Sistema Único de Saúde (SUS), as cotas, por mais que no senso comum sejam criticados, sem sombras de dúvidas representaram avanços na sociedade brasileira, além de serem uma ferramenta para o enfrentamento da desigualdade. O processo de delimitação e reconhecimento das comunidades tradicionais também passou por período de menor complexidade, por isso, pensar uma política social não é uma tarefa fácil, o que exige atores sociais comprometidos. Uma política social não se concretiza com políticas paliativas e estratégias aligeiradas e superficiais, mas sim de uma política social de longo prazo para modificar as estruturas.

Alguns entraves perduram na comunidade Pedra Branca, mas que lentamente, vem sendo solucionados ao bem social, pesquisa demonstra que a realidade vivenciada pelos ancestrais no período pós-abolição, paira hoje como uma sórdida herança deixada, não por livre vontade, mas pelas condições que se encontravam, dado a isso, a população negra vive numa proporção considerável de extrema pobreza e seus direitos negados.

Em 2014, após uma reunião rápida entre poder municipal, líderes comunitários quilombola e moradores da comunidade, ficou definido que seriam construídas 40 casas populares pelo programa de governo “Minha Casa Minha Vida”, que não era destinado à território quilombola², no entanto, a estratégia do programa que poderia realizar o sonho de muitos que precisavam ter a sua casa própria, tornou-se um pesadelo, ou seja, quando abriu a inscrição para os interessados na aquisição das casas populares, descobriram que as moradias em questão teriam que ser divididas entre outros moradores do município, mesmo não pertencendo ao grupo quilombola.

Além da decepção de todos da comunidade, se pensou também no desastre populacional que o programa traria para a localidade uma vez que pessoas de fora do grupo, não pertencente aos ideais quilombola passariam residir ali, levando consigo toda uma problemática social como o desemprego, a fome, maternidade precoce analfabetismo, entre outros. Outra preocupação seria em caso de mobilização, o grupo teria os mesmos motivos para lutarem juntos? E a estrutura quilombola permaneceria intacta? E a tentativa do resgate cultural que ainda caminha em passos lentos? Retrocederia a Comunidade Quilombola de Pedra Branca a uma vila onde pessoas de diferentes costumes se relacionaria e amarguraria na pobreza para sempre sem ter caminhos para buscarem Políticas Públicas específicas as suas necessidades? Não é a pobreza em si nem a entidade dos pobres em si mesmos, mas as formas institucionais que eles assumem numa dada sociedade num momento específico de sua história. Essa sociologia da pobreza, em realidade, é uma sociologia dos laços sociais, SIMMEL [1907], 1998. Com traços claramente influenciados por Max Weber e Emmanuel Kant, ele sublinha certo número de tensões e significados numa análise das instituições sociais regulatórias da pobreza.

Para este grupo que em 2010 se organizou na busca pelo reconhecimento na intenção de resgatar a cultura vivenciada por seus ancestrais agora se articulam com a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), que iniciou um inquérito junto ao Ministério Público Federal (MPF) cujos termos do art. 4º, §4º Res. Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) nº 87/2010 *para averiguar suposta irregularidade na implementação do Programa habitacional Minha Casa Minha Vida na Comunidade Quilombola de Pedra Branca, vez que beneficiaria em sua maioria, pessoas de fora da comunidade, não tendo sido realizada a devida consulta prevista no art. 17 da Convenção 169*, haja vista que apenas 07 casas ficariam para os quilombolas o restante seria para atender os demais desabrigados de outras localidades levando para dentro da comunidade famílias com suas diferentes histórias de vida.

Qualquer ação a ser desenvolvida dentro de uma comunidade quilombola, demanda de planejamento, a execução de qualquer obra governamental ou não pode causar impactos social, desta maneira, é importante divulgar de maneira responsável o que se pretende antes mesmo do início das obras, utilizar os meios de comunicação para fazer chegar às informações para todos da comunidade e de fora dela, mobilizar todos os seguimentos com antecedência e em data prevista, reunir com os moradores para uma conversa pautada na Convenção 169 de forma transparente e de “boa fé”.

2 O Programa habitacional MCMV ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades foi criado em 2009, com o objetivo de tornar a moradia própria acessível às famílias, oferecendo condições especiais, para a aquisição do imóvel de acordo com o rendimento mensal, estimulando a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais. (BRASIL, 2009). Disponível em: (www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/.../entidades.asp).

Ao Estado caberia ser legitimador da igualdade de oportunidades a todos os povos, independente de raça, idade, sexo, etnia, religião, poder social e econômico dentre outros, possibilitando a todos usufruir seus direitos, garantindo melhores condições de vida, se torna um instrumento legitimador na promoção da desigualdade social.

Apesar do reconhecimento e certificação, as contradições entre a Legislação e a sua efetiva aplicação constituem hoje um grande desafio, requerendo uma ação redobrada dos movimentos sociais na busca pela igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reviver as várias memórias recontadas por nossos ancestrais nos faz compreender a cultura como manifestação de um povo, e que segundo Menezes (2009) “os valores culturais reúnem um conjunto de componentes ou referências tendo como principais, os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Preliminarmente, porém, vale acentuar que tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos” no espaço territorial.

Todo povo tem a sua cultura, independente de condições sociais e desenvolvimento tecnológico que estes possam utilizar para expressar seus costumes e tradições. São regras pelo qual o homem se adapta às condições de existência transformando a realidade. É um processo em permanente evolução, diverso e rico podendo ser alterado de acordo com o tempo. É o conjunto de fatores que envolvem a parte material e ideológica que caracteriza um grupo étnico ou uma nação (língua, costumes, rituais, culinária, vestuário, religião, etc.), Através da cultura podemos conhecer a especificidade de cada um, no momento que compreendemos os diversos valores éticos e morais que guiam nosso comportamento social. Nós vivemos a cultura e a cultura está em nós sempre e através dela podemos construir um mundo melhor, mais compreensivo e humano.

Em suma, no decorrer da pesquisa percebeu-se que os interlocutores, ao tomarem conhecimento de sua raiz cultural, mudaram significativamente o modo como se relacionavam com suas heranças históricas, visto que passaram a se mobilizar na busca pela implementação de políticas, visando melhorias na estrutura local.

REFERÊNCIAS

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. Título original: *Qualitative Researching with Text, Image and Sound: a Practical Handbook*.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. **Minha casa Minha Vida - Entidades - Caixa Econômica Federal**. Disponível em: www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/.../entidades.asp. 2009.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. v. 2. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? Porto Alegre: **Sociologias**, n.27,p.220-254, mai/ago, 2011.

- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- KAUFMANN, J. C. **A Entrevista Compreensiva. Um Guia para pesquisa de Campo**. Tradução brasileira de Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Editora Vozes:Edufal, 2013.
- LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000
- MARTINS, Heloísa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. I vol.1 In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN.
- MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.
- PAUGAM, S.; SHULTHEIS, F. Naissance d'une sociologie de la pauvreté. In: SIMMEL, G. **Les pauvres**. Paris: Presses Universitaires de France. Quadrige, 1998.
- RAMOS, Guerreiro A. Sobre a crise brasileira e a sociologia no Brasil, In: Guerreiro RAMOS, A. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Andes, 1957. 205-216 p.
- ROSSA, Walter. **Patrimônios de Influência Portuguesa: modos de olhar**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **Geographia**, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DESENVOLVIMENTO E CONFLITO NA COMUNIDADE MIMOSO NO NORTE DE MINAS GERAIS

GREICIELE SOARES DA SILVA

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social – PPGDS / Universidade
Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;
greicytstsoares123@yahoo.com.br

VANESSA TELES DE OLIVEIRA

Bacharel em Ciências Sociais pela UNIMONTES.
Pesquisadora colaboradora no Núcleo Interdisciplinar de
Investigação Socioambiental – NIISA/UNIMONTES.
vanessateles21@yahoo.com.br

RESUMO

A ideia do desenvolvimento também é carregada de significados, que hegemonicamente representa um modelo específico de construção social e de apropriação da natureza, exaltando a dimensão econômica em detrimento de outras. Esse modelo de desenvolvimento desconsidera a existência de demais formas e visões de mundo, dentre elas os modos de vida de comunidades rurais e tradicionais. O presente trabalho apresenta um conflito ambiental onde a existência da injustiça e da desigualdade ambiental se torna visível. Este estudo aborda o processo de instalação de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS na Comunidade rural do Mimoso, no município de Montes Claros no norte de Minas Gerais. A implantação desse empreendimento, é analisada pelo presente estudo, a partir de informações obtidas em trabalho de campo, e por revisões bibliográficas sobre as noções de Justiça Ambiental e as relações de poder que envolvem os processos de licenciamento ambiental.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Vulnerabilidade. Justiça Ambiental. Identidade. Terra.

ABSTRACT

The idea of development is also loaded with meanings, which hegemonically represents a specific model of social construction and appropriation of nature, exalting the economic dimension to the detriment of others. This model of development disregards the existence of other forms and worldviews, among them the ways of life of rural and traditional communities. This paper presents an environmental conflict where the existence of injustice and environmental inequality becomes visible. This study deals with the installation process of a Solid Waste Treatment Plant - CTRS in the Mimoso rural community, in the municipality of Montes Claros in the north of Minas Gerais. The implementation of this project is analyzed by the present study, based on information obtained in field work, and by bibliographic reviews on the notions of Environmental Justice and the power relations that involve the environmental licensing processes.

Keywords: Development. Vulnerability. Environmental Justice. Identity. Earth.

1. INTRODUÇÃO

É importante iniciarmos partindo do pressuposto de que os termos utilizados em pesquisas, discursos, projetos, cotidiano, etc., possuem significados e demonstram uma construção social e de percepção do mundo. A ideia do desenvolvimento também é carregada de significados, que hegemonicamente representa um modelo específico de construção social e de apropriação da natureza, exaltando a dimensão econômica em detrimento de outras. Esse modelo de desenvolvimento desconsidera a existência de demais formas e visões de mundo, dentre elas os modos de vida de comunidades rurais e tradicionais.

Reconhecendo o conflito como inerente às relações sociais, podemos verificar a emergência dele quando um modelo de pensamento se sobrepõe a outro, levando em consideração a condição excludente: um modelo não pode ser executado sem que outro seja eliminado. Esse é o quadro dos conflitos ambientais, enquanto o modelo de desenvolvimento puramente econômico tenta se tornar único, outros modos de desenvolvimento resistem. Enquanto pensamento político moderno, o desenvolvimento econômico, sinônimo de “progresso”, torna-se a prática da negação dos modos de vida de várias comunidades rurais do Norte de Minas Gerais. É importante reconhecer que as políticas desenvolvimentistas buscam promover um processo de modernização excludente, deixando à margem vários povos.

As ideias de desenvolvimento e os modelos de desenvolvimento sustentável, possibilitam a geração de uma condição favorável à prática da Injustiça Ambiental. O presente trabalho apresenta um conflito ambiental onde a existência da injustiça e da desigualdade ambiental se torna visível. Este estudo aborda o processo de instalação de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS na Comunidade rural do Mimoso, no município de Montes Claros no norte de Minas Gerais. A implantação desse empreendimento, é analisada pelo presente estudo, a partir de informações obtidas em trabalho de campo, e por revisões bibliográficas sobre as noções de Justiça Ambiental e as relações de poder que envolvem os processos de licenciamento ambiental, ressaltando a fragilidade de alguns grupos diante de outros.

O desenvolvimento baseia-se na lógica do “progresso”, do “avanço”, do “moderno”. No entanto, deve-se analisar até que ponto essas lógicas promovem o desenvolvimento ou o (des)envolvimento das comunidades. No século XX o termo desenvolvimento se consolidou como o grande ideal da civilização ocidental, alcançando os mais distantes pontos do seu núcleo de origem, a Europa e os Estados Unidos, desenvolvidos e modernos, o modelo de desenvolvimento a ser perseguido.

A tradução da noção de desenvolvimento na América Latina é feita com base na linguagem da colonização, colonização de ideias, valores e espaços, norteadas pela expansão capitalista e modernização, teve presença marcada nas agendas e ações governamentais. O termo subdesenvolvimento, surgiu no mundo a partir dos anos de 1949 e se constituiu para além da ideia de não desenvolvido. O surgimento do termo estabelece uma relação antagônica entre países, entre “mundos” separados por escalas. O que antes era entendido como “atrasado”, passa a ser nomeado por classificação das áreas consideradas “economicamente atrasadas” e denominadas de subdesenvolvidas. A introdução do termo subdesenvolvimento alterou o significado próprio do desenvolvimento, através de uma nova relação com o subdesenvolvimento. (RIST, 2002)

No Brasil, a lógica do desenvolvimento se intensifica principalmente após anos de 1930, período de maior intensidade da industrialização brasileira. É dentro da perspectiva desenvolvimentista que o processo de modernização é visto como uma das características fundamentais para se alcançar o “desenvolvimento”. No Norte de Minas Gerais a partir da

década de 1950 a ideia de desenvolvimento se ‘materializa’ com a criação da SUDENE em 1959, que traz em seu nome Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste¹ o grande ícone da modernização que visava intervir para promover e coordenar o desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento que buscavam promover o processo de modernização não foram pensadas de acordo com a realidade e as especificidades de cada sociedade, grupo ou lugar.

A ideia de justiça ambiental nasce da luta contra o racismo ambiental, novo enfoque utilizado pelas populações das periferias das grandes cidades atingidas pela poluição e pela contaminação por resíduos industriais. O movimento de justiça ambiental começou em 1982 no Estado da Carolina do Norte, Estados Unidos, com protestos contra a instalação de um aterro com produtos tóxicos que geraram um estudo em oito estados do sudeste dos EUA.

O estudo revelou que 75% dos aterros comerciais de resíduos tóxicos se encontravam localizados nas imediações de comunidades afro-americanas, que representavam apenas 20% da população. Esse movimento veio a se espalhar pelo mundo, disseminando a ideia de que todos, independente de raça, etnicidade ou classe, têm o direito de estar ao abrigo da destruição ecológica e direito de igual proteção de seu ambiente, moradia, saúde etc. (BULLARD, 2004).

2. CONFLITOS AMBIENTAIS: A EXPRESSÃO DA (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL E DA VULNERABILIDADE

A ideia de justiça ambiental ultrapassou fronteiras e se estabeleceu em diferentes partes do planeta. Com objetivo de identificação e denúncia de casos de injustiça ambiental, em 2002 no Brasil, surgiu a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que definiu como injustiça ambiental,

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 41).

A injustiça ambiental foi consequência marcante do processo de desenvolvimento que se instalou no norte de Minas Gerais desde a década de 1950. No século XXI a injustiça ambiental continua presente e torna visível a contradição da nova roupagem do desenvolvimento o “desenvolvimento sustentável”, ideia que surge na década de 1980 com o Relatório *Brundtland*, conhecido como “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Nacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMAD.

A ideia de desenvolvimento “sustentável” que busca um processo produto mais consciente e com menos impactos aos recursos naturais, se apresenta de forma inovadora e de

salvação ao mundo. No entanto, o que podemos perceber é que essa própria lógica traz consigo, por meio das medidas compensatórias e mitigadoras, sérios conflitos em torno dos recursos naturais, possibilitando, não a justiça ambiental, mas o processo de injustiça.

Com as ideias sustentáveis, alguns grupos que são considerados excluídos, se tornam vulneráveis no processo de distribuição de risco. Dessa forma o presente trabalho busca analisar a relação entre injustiça ambiental e desenvolvimento sustentável presente no conflito ambiental da comunidade de Mimoso, zona rural do município de Montes Claros – MG, localizada na rodovia MG-308, com a realidade social atingida pela instalação de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos. O empreendimento objetiva a disposição

¹ Os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais (o norte de Minas Gerais) foram definidos como área de atuação da SUDENE.

“adequada” de resíduos sólidos urbanos, promovendo maior qualidade de vida na cidade, de modo a proporcionar um maior “desenvolvimento sustentável” regional.

De acordo com Bourdieu (2004), a realidade social é um conjunto de relações invisíveis, aquelas mesmas relações que consistem um espaço de posições exteriores umas às outras, definidas umas em relações às outras, não só pela proximidade, pela vizinhança ou pela distância, mas também pela posição relativa.²

O conceito de “conflitos ambientais” sistematizado no Brasil por Acselrad (2004^a e 2004b) destaca que o conflito se apresenta inerente às práticas sociais de uso e significação do

espaço, tendo em vista a pluralidade de segmentos sociais que dão sentido e destino aos territórios. As interações entre esses grupos sociais, no que diz respeito à apropriação social da natureza, são historicamente assimétricas. Os conflitos se reproduzem e se multiplicam na medida em que são mantidos os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente e da divisão dos custos, riscos e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais.

A discussão de conflitos ambientais remete a noção de justiça ambiental, originada nos EUA a partir de uma articulação entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Foi a partir dos anos de 1960 que, de acordo com Acselrad (2004), redefiniu-se em termos ambientais um conjunto de embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química, de locais de moradia, trabalho e disposição inadevida de lixo tóxico e perigoso. De acordo com Acselrad (2004), alguns estudos mostraram as injustiças ambientais referentes à desigualdade de distribuição espacial da poluição segundo a raça das populações e ela mais expostas. Segundo o autor, a distribuição locacional dos rejeitos perigosos exerce relação com o fator raça.

Para Acselrad (2004), embora os fatores raça e classe de renda tenham se mostrado fortemente interligados, a raça se mostrou um indicador mais potente da coincidência entre locais onde as pessoas vivem e os locais onde os resíduos tóxicos são depositados. A discussão sobre o Racismo Ambiental se inicia por meio dessas verificações de relação, ou seja, a imposição desproporcional, de forma intencional ou não, de rejeitos perigosos às comunidades de cor/raça.

Torna-se evidente que o mercado econômico e o poder público proporcionam de certa maneira a desigualdade ambiental. De acordo com Acselrad (2004), as forças de mercado assim como as práticas discriminatórias das agências governamentais contribuem para a produção das desigualdades ambientais.

A desigualdade ambiental é resultado tanto dos mecanismos de mercado quanto pela omissão das políticas públicas que de alguns modos favorecem a força do próprio mercado. Acselrad (2004) aponta que os mais baixos custos de localização para instalações com resíduos tóxicos indicam freqüentemente para as áreas onde as pessoas de baixo poder aquisitivo moram.

Ações de “modernização ecológica” estão diretamente ligadas com o processo de globalização, sendo esses processos realizados pelas empresas privadas e poder público. Essa teoria propõe resolver a questão da degradação ambiental através do mercado, esse sistema propõe realizar e implementar novas tecnologias limpas para o meio ambiente, de modo a garantir o uso dos recursos naturais para fins da produção capitalista. Os sujeitos sociais que querem mostrar a realidade da crise da degradação ambiental não acreditam que o mercado possa controlar e recuperar os prejuízos causados pela destruição do meio ambiente e

2 BOURDIEU, Pierre. 2004 p. 152

ao mesmo tempo operar o mercado, uma vez que o próprio sistema econômico de mercado é responsável pelas injustiças ambientais, agindo sempre pela lógica “desenvolvimentista” que de acordo com Lyotard (1989) os seres humanos são uma invenção do desenvolvimento e não o contrário. Dessa maneira o capital produz uma divisão espacial da degradação ambiental, ao menos favorecidos economicamente a maior parcela da degradação.

3. COMUNIDADE DE MIMOSO

Será apresentado um breve histórico da comunidade de Mimoso que está localizada a cerca de aproximadamente 15 km da cidade de Montes Claros – MG, e originou se por volta de 1750 com a criação da “Fazenda Mimoso” pertencente a família Pereira. Em seguida, mesmo ano, tem se a chegada da família Peixoto proprietária da fazenda “São João” e em 1770 o estabelecimento da família Durães.

No ano de 1864 houve a construção da Igreja São João na fazenda Riacho do fogo, nela ocorre a festa tradicional da comunidade no mês de Setembro. Por volta de 1950 foi fundada a escola Camila Ferreira na fazenda Mandacaru. Em 1960 ocorreu a construção da Igreja na fazenda Taquaril onde é realizada a festa de Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida, sendo nesse mesmo período que ocorre a construção da primeira escola de Taquaril.

Entre os anos de 1972 a 1983 foram construídas as primeiras barragens, sendo a primeira construída por Agenor Pereira no Rio Boró, em seguida a implantação da barragem Selastiana e a barragem Raul Pereira Zuba também no Rio do Boró. A primeira associação da comunidade do Mimoso foi fundada no período de 1986, possibilitando e incentivando a criação de várias outras associações na região.

Em 1995 foi o ano que chegou a energia elétrica na comunidade de Mimoso, logo depois houve a formação de várias outras comunidades como a comunidade Milivre, a comunidade Taquaril e a Comunidade Riachinho entre outras, e que são próximas tanto da comunidade Mimoso, quanto do local de implantação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS), sendo então, também afetadas pela implantação do empreendimento.

De acordo com levantamento realizado pela associação da comunidade de Mimoso, várias são as comunidades a serem afetadas pela implementação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS. As comunidades apresentadas no levantamento realizado pela associação foram: Mimoso, Milivre, Taquaril, Borá, Riacho de Fogo, Mandacaru, Brejinho, Riachinho.

As famílias que residem na comunidade possuem como base econômica a agricultura familiar, uma vez que se trata de pequenos produtores rurais que produzem e comercializam sua produção semanalmente em vários pontos de comércio da cidade de Montes Claros – MG, sendo dois centros os principais, o Mercado Municipal de Montes Claros – MG e o Centro de Abastecimento do Norte de Minas – CEANORTE. A produção é constituída por vários itens alimentar, entre esses produtos, destacam-se: ovos, queijo, feijão, cana-de-açúcar, amendoim, milho, mel, hortaliças, pequenas criações, e alguns artesanatos.

4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO SEGUNDO PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES

Segundo relato dos membros das comunidades, em 2010 o dono das terras onde será instalado o aterro, vendeu o terreno para empresa Revita. A população tinha consciência da venda das terras, mas não da finalidade desta, existindo vários boatos diferentes, inclusive o da construção de um aterro sanitário na região.

Somente em 2011 a população teve conhecimento sobre o destino do terreno, a construção da CTR's e a partir desse ano os moradores começaram a realizar mobilizações sendo estas: primeira reunião da comunidade que foi realizada no mês de Agosto, audiência pública na câmara municipal e na ALMG, reuniões de cultos ecumênicos e mobilizações de blitz educativas.

No ano de 2012 poucas reuniões foram realizadas, uma delas foi a audiência no Ministério Público, solicitada pela Promotoria no mês de dezembro, entretanto a promotora não compareceu a reunião. Nessa reunião a empresa Revita colocou uma faixa e um carro de som para avisar a comunidade sobre a reunião, disponibilizou meios de transporte para levar os moradores ao local onde a mesma ocorria, os moradores afirmaram várias vezes não terem conhecimento sobre essa reunião a para tratar de audiência pública prevista no processo de licenciamento, da mesma forma não tinham ideia do que era um processo de licenciamento e para que servia. Ainda no ano de 2012, com o apoio de todos os moradores foi realizado em Montes Claros e em Belo Horizonte a análise da água do rio onde se obteve o resultado de 98% de pureza.

Os moradores alegam recorrentemente que até o presente momento eles não tinham nenhum conhecimento judicial. No final do ano de 2013 a empresa retornou com as obras e com a licença já aprovada. Em 2014 a comunidade marcou duas audiências com o prefeito de Montes Claros, mas este nunca compareceu a nenhuma reunião. Vendo o descaso do governo municipal, do poder público com relação aos problemas enfrentados pelos moradores resolveram contratar um advogado e buscar informações e organizações que pudessem apoiar as comunidades pra impedir que o empreendimento seja efetivado.

5. A CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO SEGUNDO PERSPECTIVA DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Conforme consta Parecer Único 047/2011 SUPRAM/NM, no dia 04 de agosto de 2011, a empresa Viasolo Engenharia Ambiental S.A. apresentou junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas - SUPRAM/NM, o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCEI) para implantação de unidade Central de Tratamento de Resíduos Sólidos na zona rural do município de Montes Claros. O Formulário de Orientação Básico (FOBI) foi emitido em 10 de agosto de 2011, sendo o processo formalizado junto a SUPRAM/NM em 22 de agosto de 2011, dando início à análise do processo.

Em 12/12/2011 foi realizada a vistoria no empreendimento pela equipe técnica da SUPRAM/NM onde foram verificadas in loco situações informadas no EIA/RIMA e elaborado o Relatório de Vistoria nº 088/2011. No dia 15/12/2011 foi realizada no auditório da AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE, município de Montes Claros - MG, com a presença dos técnicos dos órgãos ambientais, entidades da sociedade civil, analistas ambientais da SUPRAM/NM e equipe Técnica responsável pelo Relatório de Impacto Ambiental- RIMA do empreendimento, audiência pública do empreendimento

Em 21/06/2012 foi protocolado na SUPRAM/NM as informações complementares solicitadas. O empreendimento foi enquadrado como classe 5, orientado para regularização por meio da apresentação do EIA/RIMA. Além da atividade principal, Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos (E 03-07-7), consta como outras atividades a serem desenvolvidas pelo empreendimento: tratamento, inclusive térmico e disposição final de serviços de saúde (E 03-08-5) e aterro e/ou área de reciclagem de resíduos classe "A" da construção civil, e/ou áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório de resíduos da construção civil e volumosos (E 03-09-3).

Em resposta aos questionamentos, os representantes do empreendedor, não responderam sobre a tomada de decisão em torno desta alternativa locacional, mas, sim, justificaram sobre as questões levantadas apenas levando em consideração a alternativa locacional de Mimoso:

1. Apesar da existência de curso d'água, a operação central de tratamento de resíduos sólidos no local proposto não representa perigo de contaminação do córrego Mimoso devido às boas práticas de impermeabilização do empreendimento, as características do solo local que dificulta a movimentação de fluxos subterrâneos, bem como a instalação de drenos que canalizam o efluente gerado no processo ("chorume") para a unidade de tratamento (ETE).

2. Na oportunidade foi ponderado sobre a necessidade de se realizar uma amostragem mais abrangente no tocante ao monitoramento da qualidade da água, a montante e a jusante do local proposto, sendo estas informações oriundas deste monitoramento antes do empreendimento entrar em operação instrumento balizador de eventual alteração nos parâmetros da qualidade da água.

3. Quanto aos possíveis impactos em relação à população do entorno, os empreendedores informaram que a área tem baixa densidade populacional, com poucas famílias residindo no entorno da CTRS, motivo pelo qual não acarretará maiores incômodos à população.

Ao final da reunião foi sugerida a inclusão de novas condicionantes, listadas abaixo e manifestada pelos conselheiros participantes pela aprovação do Parecer Único da SUPRAM-NM, incluídas todas as condicionantes descritas abaixo, conforme ata lavrada no dia 30 de outubro de 2012.

As 04 condicionantes acrescidas ao processo tomaram as seguintes redações:

1. "Apresentar projeto de educação ambiental tendo como público alvo toda população do município de Montes Claros, com respectivo cronograma de execução, a ser iniciado imediatamente após aprovação do projeto pelo órgão ambiental, procedendo-se o envio de relatórios semestrais detalhados, sobre todas as ações e atividades desenvolvidas. Este projeto deve ser contínuo e desenvolvido durante toda vida útil do empreendimento.";

2. "Implantar uma rede de monitoramento da qualidade da água - superficial e subterrânea - a montante e a jusante do local proposto, contemplando uma base de dados que permita comparações futuras, bem como avaliar periodicamente eventual intervenção do empreendimento na qualidade dos recursos hídricos.";

3. "Realizar um diagnóstico, com ênfase nos aspectos socioeconômicos, referente aos impactos do empreendimento na população de catadores de lixo e na população do entorno da CTRS, com proposição de medidas para inseri-los na logística de coleta da empresa e/ou mitigar todos os possíveis impactos negativos incidentes nas duas populações. Prazo: Na Formalização da LI.";

4. "Realizar um estudo técnico referente a implantação do sistema de coleta seletiva no município de Montes Claros. Prazo: Na Formalização da LI." Em 11 de janeiro de 2013 o representante do empreendimento Viasolo Engenharia Ambiental solicitou à SUPRAM/NM alteração do prazo da condicionante 16 e da redação da condicionante 17 em 93ª reunião da URC/NM, no dia 12/03/2013, o pedido foi retirado de pauta.

6. AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO E INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Análise sobre o processo do aterro de Mimoso e em relação ao Parecer Único47: da licença prévia, das alternativas locacionais, da caracterização e área de influência do empreendimento (ampliação) Sobre a realização de audiência pública: É importante considerar seriamente, e de fato a participação da população. É a sociedade quem paga direta ou indiretamente os custos associados aos danos ambientais. É muito mais caro recuperar que evitar. Mais importante ainda é garantir a informação e participação qualificada da população, em especial dos diretamente atingidos pelo empreendimento.

No caso do empreendimento do aterro sanitário de Mimoso, os agricultores relataram não terem sido informados sobre a natureza da reunião, a audiência, “a gente não sabia o que era, achamos que era uma reunião com a promotora, pois fomos convidados por ela, e ela nem estava lá, foi é mesmo uma armadilha” (relato colhido dia 3/6/2014 na comunidade de Mimoso).

A Audiência Pública é a parte essencial do licenciamento ambiental onde se faz esclarecimentos à população sobre uma atividade potencialmente causadora de degradação ambiental, como é o caso das atividades do empreendimento em questão. Um dos problemas relativos às audiências públicas é que a realização das mesmas fica por conta do empreendedor .

Tem como finalidade expor ao público as características do projeto e o conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA (um resumo do EIA com linguagem simplificada, acessível ao leigo). Estes documentos são elaborados pelo empreendedor e são distribuídos a órgãos e entidades para que possam enviar suas manifestações ao IBAMA e como subsídio à Audiência Pública.

Na lei 6938/81artigo 9º, inciso III, onde é instituída a avaliação de impacto ambiental. Considera impacto ambiental “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança; o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais” (art.1º).

Ademais, verificam-se controvérsias explicitadas nos documentos que compõem o processo de licenciamento e que diz respeito às responsabilidades do órgão licenciador, da prefeitura e do empreendedor com relação aos impactos que irão advir da instalação de tal empreendimento na localidade de Mimoso. Este fato se agrava uma vez que tal empreendimento parece se apresentar completamente desconectado da política municipal e plano regional de tratamento de resíduos sólidos.

O fato é que o empreendimento foi licenciado e passou pela Superintendência Regional de Meio Ambiente - SUPRAM, apesar de todos os problemas apresentados e da contestação explícita das famílias das comunidades o processo teve prosseguimento e o empreendimento com a licença de instalação está a pleno vapor revelando as deficiências dos processos de licenciamento. Um procedimento comum nos relatórios de impacto ambiental e nos processos de análise do impacto de grandes áreas é desconsiderar áreas adjacentes como, por exemplo, o carreamento de terras e enxurrada para dentro dos cursos d'água como impacto

ambiental causado pelo empreendimento, apenas por eles não estarem dentro da propriedade objeto do licenciamento.

O caso da instalação do aterro sanitário de Mimoso enquadra-se como típico caso de “adequação ambiental”. O Estado, em termos de política ambiental, comporta-se na lógica do paradigma da “adequação ambiental”, em que a interpretação de leis e normas se dá sob a luz da viabilização de empreendimentos econômicos (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005).

No contexto do conflito socioambiental, usando seu poder econômico e político. O discurso e a prática ambiental das empresas e dos órgãos do Estado não têm comprometimento com a realidade socioambiental concreta e com as pessoas do lugar, mas sim com as necessidades econômicas e políticas de seus empreendimentos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desfecho do caso da instalação do aterro sanitário na comunidade de Mimoso é algo ainda em curso, as comunidades continuam tentando barrar o empreendimento sem sucesso. O caso em tela apresenta um conflito socioambiental caracterizado pela injustiça ambiental e traz à tona várias questões importantes como: as fragilidades dos processos de licenciamento ambiental, a questão do planejamento urbano, da escolha para alocação de resíduos, a incapacidade dos órgãos ambientais dialogarem ou escutarem as comunidades atingidas. Porém, destacamos nessa discussão a continuidade da lógica do desenvolvimento instalada ainda na década de 1950, onde as consequências negativas geradas pelo crescimento econômico, pela urbanização e pelo consumo atingem preferencialmente os grupos mais vulneráveis socialmente e economicamente.

8. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais - a atualidade do objeto**. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

BARBOSA, Rômulo Soares. et al. Conflitos Ambientais no Norte de Minas Gerais/Brasil: uma Agenda de Pesquisa. In: Povos e comunidades Tradicionais no Brasil. Montes Claros: Unimontes, 2011.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental - Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas**. In: **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. IN: ACSELRAD, H., HERCULANO, S. E PÁDUA, J. A. (orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: editora brasiliense. 5º ed. 1985.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Justiça ambiental (local e global)**. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**, São Paulo: Cortez, 1999.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: Historia de una creencia occidental**. 2002

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

O NORTE DE MINAS GERAIS COMO NOVA FRONTEIRA MINERAL E OS DISCURSOS DO DESENVOLVIMENTO

João Lucas Gomes Oliveira

*Mestrando do Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Social/PPGDS/UNIMONTES
jgomesoliveira@yahoo.com.br
(Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior-CAPES).*

Patrícia Moraes Lima

*Mestre pelo Programa de Pós –
Graduação em Sociedade, Ambiente e Território –
Universidade Federal de Minas Gerais-
Universidade Estadual de Montes Claros.*

Rômulo Soares Barbosa

*Doutor em Sociologia pelo CPDA/
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Professor do Departamento de Política e Ciências Sociais
da Universidade Estadual de Montes Claros e do Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.*

RESUMO

O artigo em tela aborda a chegada e execução de grandes empreendimentos minerários no Norte de Minas Gerais. A constituição de “Nova Fronteira mineral” do Estado está inserida em contexto de alto aquecimento do mercado internacional, onde o governo tem apoiado empresas para extração e exportação de minerais. No Norte de Minas essa fronteira tem se ampliado, este elemento pode ser observado nas disputas em torno da apropriação dos bens naturais, onde grupos, organizações e movimentos sociais se posicionam na defesa dos territórios, da água e em contraponto à lógica de desenvolvimento projetada de forma unilateral à região. A emergência de conflitos onde estes empreendimentos são projetados tem apontado para desigualdades ambientais e, em contrariedade um conjunto de agentes sociais que se mobilizam a partir das demandas e representações que fazem dos bens naturais para a reprodução de seus modos de vida e projetando outro modelo de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Norte de Minas, Mineração, Desenvolvimento, Fronteira Mineral, conflitos.

ABSTRACT

The article on screen addresses the arrival and execution of large mining projects in the North of Minas Gerais. The State’s “New Mineral Boundary” constitution is inserted in a context of high warming of the international market, where the government has supported companies for extraction and export of minerals. In the North of Minas, this frontier has expanded, this element can be observed in the disputes around the appropriation of natural assets, where groups, organizations and social movements are positioned in the defense of territories, water and in counterpoint to the projected development logic of unilateral to the region. The emergence of conflicts where these projects are projected has pointed to environmental inequalities and, in opposition, a set of social agents that mobilize themselves from the demands and representations that make of the natural goods for the reproduction of their ways of life and projecting another model of development.

Key words: North of Minas, Mining, Development, Mineral Frontier, conflicts.

Introdução

O Norte de Minas compõe uma das doze mesorregiões do Estado de Minas Gerais. Característico por suas paisagens naturais, a região localiza-se em uma área de transição entre os biomas Cerrado, Caatinga, Mata Seca e a Mata Atlântica, com predominância do clima semiárido. Configura uma diversidade ecológica e cultural que provém de processos históricos que contribuíram para a transformação e manutenção dos espaços socialmente habitados e que são politicamente dominados por relações de poder e resistência. Identificam-se nestes processos históricos as dimensões políticas e sociais que entram em jogo a promoção de mecanismos de “desenvolvimento” que nem sempre comportam os diferentes agentes sociais do lugar.

A partir do ano de 2008 o Norte de Minas Gerais passou a ser considerada como Nova Fronteira Mineral do Estado ou nova Meca da mineração. Tal reconhecimento partiu da aquisição por parte de empresas nacionais e internacionais do direito minerário e de pesquisa de áreas com potencial na região, projetos já em execução, outros em fase de licenciamento. A expansão da fronteira mineral é identificada neste contexto a partir de dois processos; o licenciamento em curso para extração de ferro e a reativação de mineração de ouro no Município de Riacho dos Machados-MG e Porteirinha- MG. Este cenário insere-se em um contexto de aquecimento e alta demanda para o setor econômico. Atrelado ao processo de expansão da fronteira mineral, está o discurso de desenvolvimento que permeia a implantação deste tipo de atividade.

A instituição de uma nova fronteira mineral no Norte de Minas Gerais tem apontado para sérios conflitos e tensões em torno da apropriação dos recursos naturais, em especial o território e a água, revelando um conjunto de desigualdades sobre a apropriação dos recursos naturais por estes projetos. Ao analisar a instituição desta fronteira é possível contrapor o discurso do desenvolvimento que desde o início tem acompanhado sua formulação e dado subsídio para sua execução, evidenciado, no entanto, que estes são velhos discursos pensados para esta região. Junto a estes grandes empreendimentos incidem movimentos sociais, pastorais, Ongs, sindicatos rurais e populações que vão contra tal exploração da forma intensiva como ocorre, gerando descontentamento social. De um lado empresas mineradoras, investidores e subsídios governamentais e, de outro, grupos e organizações que tem se posicionado contrários a este tipo de projeto. É mister compreender que a execução destes grandes projetos de desenvolvimento tem contribuído para geração de conflitos e desigualdades ambientais, a desconstrução deste discurso valorativo apresenta-se como um desafio epistêmico e colaborativo para grupos minoritários que nem sempre são incluídos neste modelo de desenvolvimento.

O Norte de Minas e a Nova Fronteira Mineral

O Norte de Minas pode ser caracterizado pela sua rica diversidade ecológica e sociocultural e observado a partir de processos históricos que propiciaram significativas transformações para região. Sobre as populações que constituem o Norte de Minas a intensa relação com o meio ambiente pode ser identificada {...} “num processo histórico de coevolução social e ecológica que propiciou o surgimento de grupos sociais com identidades culturais diferenciadas”, (DAYRELL, 1998, p. 75).

A partir de 1965 inicia-se na região processo de modernização do campo com as políticas de desenvolvimento introduzidas pelo Fundo de investimento do Nordeste - FINOR. No início da década de 1970 observar-se um conjunto de incentivos de organismos governamentais com a intervenção da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste -SUDENE e a Companhia para o desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco - CODEVASF no meio rural, proporcionando mudança na estrutura econômica e social da região de uma economia de

subsistência e pecuária para ampliação da estrutura produtiva e das relações dos produtores rurais e o mercado:

O estado incentivou quatro eixos básicos: reflorestamento de eucaliptos e pinhos em diversos municípios da região, implantação de grandes projetos agropecuários, instalação de indústrias em poucos municípios e implantação de perímetro de agricultura irrigada. (RODRIGES. 2000, p. 107).

Processos que contribuíram para a transformação do espaço e do ambiente regional. Espaço social habitado por distintos grupos coletivos: Indígenas, quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, catingueiros e apanhadores de flor sempre-vivas, comunidades rurais, cabe, ressaltar, que, nesse contexto, ocorreu também, o que Araújo (2009) identificou como “complexificação das etnicidades” e do manuseio de recursos ambientais nos diversos espaços dos territórios apropriados coletivamente pelos distintos grupos sociais que se apropriam de tais categorias como forma de resistência e reapropriação do lugar, de onde grupos tradicionais foram expropriados. Identificam-se nestes processos históricos as dimensões políticas e sociais que entram em jogo a promoção de mecanismos de “desenvolvimento” que nem sempre comportam os diferentes agentes sociais do lugar.

O incentivo e execução de grandes projetos de desenvolvimento que tem como base os recursos naturais para exportação de *commodities* estão inseridos em contextos políticos e econômicos de alta demanda e negociações em grandes escalas para exportação de bens naturais, que pode ser observada no Brasil sobre o incentivo de política econômica neoextrativista, onde segundo Gudynas (2015):

[...] um estilo de desenvolvimento é mantido com base na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva pouco diversificada e altamente dependente de uma inserção internacional, e os fornecedores de matérias-primas, enquanto o Estado desempenha um papel mais ativo, e alcança uma maior legitimidade através da redistribuição de uma parte do excedente gerado pela extração. (p. 188, tradução nossa).

O adensamento da indústria extrativa mineral e a alta demanda no mercado mundial lançaram seus interesses sobre grandes jazidas de ferro e ouro conhecidas no Norte de Minas desde 1970.

O Governo de Minas Gerais criou em 1992, por meio da antiga Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG, o Programa de Mapeamento Geológico, que até 2013 cobriu cerca de 40% do território mineiro com cartas geológicas, acompanhadas de textos explicativos e bancos de dados, de áreas com potencial mineral no Estado.

Como informa a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais- CODEMIG, o mapeamento tem por objetivo a prospecção e descoberta de novas jazidas minerais. Dentro deste programa 08 (oito) projetos de mapeamento já estão disponíveis, são estes: Projeto Parnaíba (2008-2010); Projeto Espinhaço (1993-1997); Projeto Leste (2000); Projeto São Francisco (2002); Projeto Sul de Minas (2002-2003); Projeto Quadrilátero Ferrífero (2005); Projeto Norte de Minas (2011-2013); Projeto Fronteira de Minas (2013-2014).

No Norte de Minas grandes investimentos foram destinados à exploração mineral por empresas nacionais e multinacionais que adquiriram o direito minerário de áreas com potencial mineral na região, dentre elas a SAM – Sul Americana de Metais (Grupo Votorantim), MIBA (projeto do Vale do Rio Pardo, para execução de mina de ferro e mineroduto) - Mineração Minas Bahia (Projeto Jiboia e Peixe Bravo, mina de ferro) mineradora Vale (Minas de Ferro); e *Carpathian Gold Inc* (Mina de Ouro). Vale ressaltar que os projetos acima estão em fases diferenciadas, uns em processo de pesquisas, outros já em fase de licenciamento e a Mineração de Ouro nos Municípios de Riacho os Machados e Porteirinha já em operação.

O protocolo de intenções da *Carpathian Gold* com o governo de Minas Gerais foi assinado em setembro de 2009. O secretário de Estado de desenvolvimento econômico da época durante pronunciamento afirmou que “O Norte de Minas está se consolidando como novo quadrilátero fértil e o governo mineiro continuará a apoiar a iniciativa privada, principalmente quando ela promover investimentos em regiões carentes do Estado”. No mesmo período jornais de grande circulação anunciaram a chegada do empreendimento, o *Jornal Econômico* em matéria divulgada em 2009 anunciava que “As imersões em Riacho dos Machados vai promover a geração de 400 postos de trabalho diretos e cerca de 800 vagas indiretas em uma região de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)” (*Diário do Comércio*, 2009).

No ano de 2011 empresas de mineração assinaram protocolos de intenção com o governo de Minas para a exploração de ferro no Norte de Minas. O *Jornal o Norte de Minas* anunciava que: “Uma nova era de desenvolvimento se delineia para a região Norte de Minas, com a expectativa da chamada nova fronteira mineral com a viabilização da produção de minério de ferro de baixo teor”. No ano de 2012 o jornal econômico anunciou que:

Começavam a tomar forma os primeiros projetos do setor privado que prometem abrir no Norte de Minas uma nova fronteira de exploração de minerais no Estado. [...] Para municípios essencialmente agrícolas e uma das regiões mais carentes do Estado, os projetos da mineração são encarados como, alternativa de geração de emprego e renda, na visão do governo estadual.

Projetos deste porte são vistos pelas grandes empresas e governo como promotores de desenvolvimento regional e nacional uma vez que movimentam a economia extrativa voltada para as exportações e canaliza o potencial regional onde se inserem como geradores de renda, emprego e infra - estrutura o que seria um avanço para estas regiões tidas como “carentes e pouco desenvolvidas”.

A ideologia do desenvolvimento, junto aos interesses econômicos consolida-se em redes de comércio mundiais que demandam altos volumes destes recursos minerais o que tem chocado diretamente com as consequências geradas por estes grandes empreendimentos que requer alta degradação do meio ambiente, uso de grande volume de água e consequentemente a poluição e contaminação do meio onde se insere irreversivelmente sobre áreas povoadas por populações rurais que dependem do meio natural como condição de existência.

Discursos do desenvolvimento

A discussão sobre desenvolvimento requer primeiramente desmistificar esse termo, bem como suas designações, ao que tange projetos políticos econômicos que se baseiam em relações de imposição e poder, orientados para produção e dominação pelo grande capital.

O desenvolvimento como é historicamente concebido, associado à ideia de evolução e progresso é tido como o motor que orienta discursos e práticas cotidianas que respingam sobre fatores sociais e econômicos, utilizado como base para a resolução de problemas socioeconômicos de determinadas regiões.

Para Sachs (2000, p. 12) “O desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”. O desenvolvimento neste sentido é visto como modelo a ser percorrido e alcançado, onde a industrialização parecia ser a última escala da evolução social, em que todos deveriam trilhar os mesmos caminhos, para o auge da sociedade moderna e industrializada. Nesta perspectiva, Esteva (2000) analisa o termo e seus efeitos a partir da política de governo que orientou o presidente americano *Harry S. Truman* em 1949 durante

seu discurso de posse onde utilizou esse termo para justificar a dominação econômica de seu país sobre os países do Sul, caracterizados a partir de então como subdesenvolvidos. Numa analogia feita pelo autor “[...] uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de maioria heterogênea e diferente, nos termos de minoria homogeneizante e limitada”. (Esteva, 2000: 60).

Na perspectiva de Ivo (2012) o debate sociológico do modelo de desenvolvimento diz respeito a distribuição ou justiça distributiva de pensar como os resultados da economia são apropriados socialmente e quem se beneficia com os resultados destas políticas:

Portanto a modernização conservadora e excludente contém dimensões sociais, políticas e institucionais legitimadoras do regime de concentração de riqueza, o que no caso brasileiro, produziu uma massa de excluídos e padrões de desigualdade de renda extremamente elevados entre trabalhadores, grupos ou regiões. (IVO, 2012, p. 196).

A consolidação do desenvolvimento, enquanto projeto político, econômico e civilizador que imperou na década de 1950/1960, pautou-se na evolução industrial e domínio da natureza, na qual governos foram incentivados à corrida pelo desenvolvimento, submetidos a “agendas e receitas” que levariam ao progresso:

Em todos os lugares, havia a realidade onipresente e reiterativa do desenvolvimento: governos que projetaram e executaram ambiciosos planos de desenvolvimento, instituições que realizaram programas de desenvolvimento em cidades e campos, especialistas de todos os tipos estudando “subdesenvolvimento” e produzindo teorias de desenvolvimento. (ESCOBAR, 2007, p. 22 tradução nossa).

O desenvolvimento enquanto projeto político e ideológico foi inserido mundialmente por agências e organismos que se estabeleceram para esta função, organismos internacionais, indústria de ponta e capital financeiro, firmaram as bases junto aos governos desenvolvimentistas do terceiro mundo.

Neste período a intensificação das contradições impostas por este modelo econômico e industrial e o agravamento na vida socioeconômica da população, começaram a ser questionadas a partir de novos instrumentos de análise, com contundente crítica sobre a colonização da realidade (SACHS, 2000). Constatações de desigualdades e pobreza eram latentes na arena social, movimentos sociais, ambientalistas, feministas, povos da floresta etc, questionavam e reivindicavam contra o modelo homogeneizador e desigual que era imposto.

Como informa O’ Connor (1988) a discussão sobre os limites ecológicos, crescimento econômico e as inter-relações entre desenvolvimento e meio ambientes foram reintroduzidas no pensamento burguês nas décadas de 1960/1970, podendo ser visualizadas na pauta das discussões de economias mundiais¹. Segundo Sachs (2000: 120) “Era hora de ampliar a abrangência do planejamento e requisitar a administração eficiente dos recursos naturais”.

Há nesse sentido tentativa de reconciliação entre produção capitalista e natureza, no qual o primeiro não só absorve para si a capacidade de administrar e planejar os danos, como a transferência da responsabilidade de degradação a sociedade em geral, a partir de iniciativas e incentivos de forma global. Na compreensão de Pádua (2010) “A ideia de ecologia rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global (2010, p. 82)”. Foram

1 Em 1968 constituiu-se o Clube de Roma que reuniu cientistas, especialistas, empresário dentre outros profissionais para discutir a questão ambiental, frente à ordem política econômica e social mundial. Em 1972 foi elaborado o relatório “Os Limites do Crescimento”, que subsidiou a primeira conferência sobre o meio ambiente realizada em 1972 em Estocolmo, onde foram debatidos os efeitos da degradação da natureza.

criados planos e ações para educar e orientar as sociedades na utilização dos elementos ambientais, a partir da lógica do “ecologicamente correto” regido pelo desenvolvimento sustentável.

Segundo Leff (2009) o ambiente e os recursos naturais constituem a base material para qualquer forma de desenvolvimento econômico em que a “inconsciência ambiental” da teoria e da prática dos paradigmas econômicos aparece como efeito ideológico do processo histórico de exploração do trabalho e da natureza.

A crítica a tal postura pode ser observada com a proposição de Chesnais&Serfati (2003) abordada pelo desvendamento das ideologias por trás de conceitos de meio ambiente e ecologia, questões ecológicas e ambientais, “onde se encontra nada menos do que a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos, e até mesmo de certos países”. (p. 39). Segundo os autores nessa visão impetrada sobre as degradações ambientais, os países considerados avançados adotaram mudanças marginais em suas escolhas tecnológicas e em seu modo de vida cotidiano, pela qual:

A crise ecológica planetária ou as crises ecológicas, cujos efeitos se repartem de forma muito desigual, são produto do capitalismo, mas nem por isso é fator central de crise para esse. (Chesnais; Serfati, 2003, p. 42).

De acordo com Leff (2009) estratégias de ecodesenvolvimento inseriram a necessidade de integrar a “dimensão ambiental” na planificação do desenvolvimento econômico, surgindo novos paradigmas da economia ecológica para integração do processo econômico com a dinâmica ecológica e populacional, “o conceito de sustentabilidade foi apropriado pela racionalidade econômica e tergiversado dentro do discurso do desenvolvimento sustentável”. (Ibidem, 2009: 208).

A chegada de grandes empreendimentos em regiões caracterizadas pela carência, pobreza e anseio de desenvolvimento está entre as colocações e excitações mais presentes por parte de setores que reivindicam sua execução, embora envolto de interesses em níveis muito distintos outrora equivalentes. Ao contrário de uma crença disseminada sobre as luzes do “desenvolvimento” é preciso problematizar e identificar o que está em jogo na disputa dos bens naturais e quais as decorrências tendem a ser invisibilizadas durante todo o processo de execução dos grandes projetos de desenvolvimento.

Ao que tange os projetos de mineração ainda em fase de licenciamento e a mineração de ouro em Riacho dos Machados-MG e Porteirinha - MG já em operação conflitos ambientais têm sido evidenciados nos espaços onde estes se instalaram, que podem ser compreendidos na perspectiva de Acsehrad(2004), como:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Como forma de abranger questões distintas que envolvem o mesmo conflito Zhouri, Laschefski, (2010, p. 16-25) definem três tipos de conflitos ambientais: Conflitos ambientais distributivos que “indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais”; conflitos ambientais espaciais “causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água etc.” E os conflitos ambientais territoriais que “marcam

situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial”.

Neste contexto pode-se inferir a identificação e caracterização de conflitos ambientais com os grandes empreendimentos minerários no Norte de Minas, descritos em ficha técnica do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais². Estes são casos de conflitos sobre grandes empreendimentos em Minas Gerais que já é realidade no Norte de Minas. Estes são caracterizados pelo observatório da seguinte forma:

1_ *Resistencia e Luta Contra a Instalação de Projetos de Mineração de Ferro nas Microrregiões de Grão Mogol e Salinas.*

2_ *Mineração de Ouro em Riacho dos Machados e risco de contaminação da água em Janaúba.*

O primeiro caso diz respeito ao projeto de implantação de beneficiamento e transporte de ferro, ainda em tramitação, onde populações e organizações sociais têm lutado contra a instalação da mineração nas microrregiões de Grão Mogol e Salinas no Norte de Minas. O segundo caso se trata da reativação de uma mineração de ouro em Riacho dos Machados - MG e Porteirinha- MG na microrregião de Janaúba, já em execução desde 2015 quando obteve a licença de operação, onde observa-se tensionamento decorrente dos riscos de contaminação da água em nível regional.

Como analisado por Barbosa (2014):

O tensionamento social estabelecido e os conflitos decorrentes se fundamentam, principalmente, nos riscos relativos ao acesso à água disponível nos cursos d'água da região, à devastação de mananciais, e à contaminação de águas represadas para consumo humano e animal e para as lavouras irrigadas (perímetro público de fruticultura irrigada). (p. 3).

Ainda, Barbosa (2014) elenca em seu estudo sobre a mineração no Norte de Minas, os agentes que têm se posicionado contrários no processo, constituindo uma “Articulação dos Atingidos pela Mineração” do qual compõe organizações pastorais, sindicatos, ONGs, movimentos sociais, associações de produtores rurais, ambientalistas, e outros.

Neste sentido, observa-se que, a grande questão que tem sido pautada na movimentação destes grupos, diz respeito aos ganhos e perdas, com a implementação destes projetos que podem levar a desespacialização ou a inviabilização das formas e usos do lugar, que em se tratando da água é indispensável à sobrevivência humana e a reprodução de atividades de produção.

Projetos deste porte demandam alto investimento em geração de energia diretamente relacionado ao alto consumo da água na produção. Estão condicionados a efeitos que desestruturam o território e todo o ordenamento dos espaços habitados e o meio natural, problemas que são absorvidos pelos agentes envolvidos no processo de forma desproporcional, impactando populações e o espaço geográfico em uma dinâmica desestruturada da reprodução dos modos de vida no local e na região, que na maior parte das vezes, não estão preparadas para a hospedagem de grandes empreendimentos:

Como em todo o país, a trajetória da modernização mineira, que culmina no direcionamento recente da economia para a exportação de commodities, tem como

2 O Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas de Gerias é um portal eletrônico que comporta o Mapa dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais, está é uma ferramenta dinâmica e interativa que localiza e descreve mais de 500 casos de conflitos ambientais no estado. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>.

consequência a multiplicação dos impactos e dos conflitos sociais envolvendo a resistência à carga de danos imputada às populações consideradas de menor renda e também aos grupos étnicos. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 3).

Como salientam os autores, estas transformações modernizantes direcionadas por políticas econômicas globais, refletem negativamente sobre o local que recebem estes empreendimentos, grande parte sobre imposições desproporcionais, sobre realidades distintas onde são gerados os conflitos e as resistências sociais.

Considerações Finais

Pelo explanado percebe-se que com a alta demanda de extração de minerais no Norte de Minas outros problemas surgem relacionados à atividade de extração, podem ser citados como exemplos a escassez de água, conflitos ambientais e sociais; nessa questão dois discursos surgem de forma paralela: o discurso do desenvolvimento e de geração de renda e o discurso da preservação ambiental. A preservação deve levar em conta também as diferentes formas de vida e de cultura existentes no local dos empreendimentos minerários.

Nesse contexto o interesse deste trabalho recaiu sobre questões que têm sido suscitadas sobre a chegada de empreendimentos minerários na região. Empreendimento político e econômico que reflete sobre determinado espaço e grupos sociais, que tem sinalizado conflitos e oposições sobre lógicas diferenciadas de uso e apropriação do espaço.

O discurso do desenvolvimento foi abordado de forma crítica, pois o viés é mostrado apenas na lógica dos bônus da atividade, não esclarecendo de fato as implicações que a atividade pode tomar.

A ideia hegemônica de desenvolvimento que acompanha e justifica altos investimentos com expansão da extração mineral, dispondo dos recursos e bens naturais tem se transformado para execução de grandes projetos econômicos no setor da mineração. A atividade minerária deve sempre ser contextualizada com critérios de segurança e desenvolvimento que assegure a outros agentes sociais a participação nos usos e utilidades dos bens naturais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.

BARBOSA, R. S. **Mineração no Norte de Minas Gerais: Tensões e Conflitos Pelo Acesso e Uso da Água**. In: Revista Desenvolvimento Social, n. 11/01, p. 43-50, 2014.

CHESNAIS, F; SERFATI, C. **Ecologia e Condições físicas da reprodução social: alguns desafios condutores marxistas**. Crítica Marxista, n. 16, p. 1-40, 2003. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9539_merged.pdf . Acesso em: 26/04/2018.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Fonte: <http://www.codemig.com.br/atuacao/mineracao/mapeamento-geologico/> . Acesso em: 20/03/2018.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. Espanha: Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

ESTEVA, G. **Desenvolvimento**. In: Dicionário do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, p. 59-86, 2000

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo.** Caracas: Fundacion Editorial El Perro y Lana, 2007.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: Ecología, Economía y Política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza.** 1. ed. Bolívia: Centro de documentación e información Bolívia, 2015.

IVO, Anete. B. L. **O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador a novo desenvolvimento.** Cad. CRH. 2012; Salvador, vol.25 no. 65, 187-210, May/Aug. 2012.

Jornal O Norte de Minas. **Norte de Minas recebe novo projeto de Mineração da Vale.** Disponível em: <https://onorte.net/minas-do-norte/norte-de-minas-recebe-novo-projeto-de-minera%C3%A7%C3%A3o-da-vale-1.499199> Acesso em: 08/11/2018.

Jornal Economia. Nova Fronteira da mineração em Minas Gerais terá 8, 6 bilhões. https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/07/13/internas_economia,305821/nova-fronteira-da-mineracao-em-mg-tera-r-8-6-bilhoes.shtml Acesso em: 08/11/2018.

SACHS, W. **Introdução.** In: Dicionário do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** RJ, Vozes, 2009.

PÁDUA, J. A. **As bases teóricas da História Ambiental.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 24. n. 68, p. 81-101.

O'CONNOR, J. **Capitalism Nature Socialism: A Theoretical Introduction,** p. 11-38, 1988. Disponível em: <http://www.vedegylet.hu/okopolitika/O'Connor%20-%20Capitalism,%20Nature,%20Socialim.pdf> Acesso em: 26/04/2018.

PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro.** Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

RODRIGUES, L. **Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente.** In: OLIVEIRA, M.F.M; RODRIGUES, L. (Org.). Formação Social e Econômica do Norte de Minas. 2ª. ed. Montes Claros, 2000, v. 1, p. 105-172.

Riacho dos Machados Investirá US\$ 230 mil. **Jornal Diário do Comércio, Minas Gerais,** 25 set. 2009. Disponível em: http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=riacho_dos_machados_investir%EF%BF%BD%C2%A1_us_230_mi_&id=70939. Acesso em: 19 Jan. 2017.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação.** In. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2010, p.11-31.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM CONTEXTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO MINAS RIO

LARISSA PIRCHINER DE OLIVEIRA VIEIRA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)

larissapovado@gmail.com

WILSON MADEIRA FILHO

Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF

wilsonmadeirafilho@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende, a partir de uma revisão bibliográfica, identificar os principais conflitos socioambientais no contexto do megaempreendimento de mineração Minas-Rio. Alguns dos processos de criminalização daí decorrentes serão analisados a partir de duas ações judiciais, sendo a primeira uma ação de interdito proibitório (2015), contra lideranças locais, em função de protesto na via pública e a segunda uma ação popular (2018) que, embora tenha sido ajuizada por moradores da região, com intuito de suspender uma audiência pública do processo de licenciamento ambiental acabou sendo utilizada para criminalizar a luta popular. Quanto às práticas de racismo ambiental, estas serão analisadas a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e levantamento sobre dados censitários e estudos já realizados sobre as comunidades negras rurais da região.

Palavras chave: mineração - conflitos - resistência - criminalização - racismo ambiental

INTRODUÇÃO

O Brasil se destacou no cenário mundial nos últimos anos como uma potência para exportação de matérias primas - *commodities*, especialmente o minério de ferro. Minas Gerais, estado que carrega, em seu nome e sua história, a mineração, também se destaca nesse sentido. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM (2014), a atividade de mineração está prevista em pelo menos 250, dos 853 municípios mineiros. Além disso, dos dez maiores municípios mineradores do país, sete estão em Minas Gerais.

Com o discurso do interesse público e de que a mineração é uma atividade que gera emprego e renda, muitos empreendimentos são alavancados e outros expandidos, mesmo num cenário de baixa de preços do minério de ferro.

Por trás de tais discursos escondem-se, contudo, inúmeros impactos negativos sobre territórios tradicionais compostos em sua maioria por pessoas negras. Conflitos socioambientais são silenciados e em meio às ilhas de resistências formadas para reivindicar os direitos violadores, a resposta mais imediata é a criminalização da luta social.

É o que vem ocorrendo no Município de Conceição do Mato Dentro, no estado de Minas Gerais, que se situa a 167Km da capital mineira. A região onde está localizado o referido Município encontra-se nas serras da borda leste do Espinhaço Meridional em região de domínio da "Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço", e de biomas, como Mata Atlântica e Cerrado, nas cabeceiras do rio Santo Antônio, a extremo oeste da bacia do rio Doce, nas proximidades do divisor de águas (SISEMA, 2008).

Conceição do Mato Dentro é historicamente conhecida pelas belezas naturais e pelo rico patrimônio arquitetônico, tendo se destacado ao longo de décadas na atividade de turismo de aventura, chegando a ganhar a denominação de Capital Mineira do Ecoturismo, com rico patrimônio natural, arqueológico e espeleológico, sítios urbanos, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos e significativo patrimônio imaterial.

A partir de meados de 2006, contudo, a vocação percebida em Conceição do Mato Dentro e região deixou de ser prioridade em razão da modificação das fronteiras econômicas com a proposta do retorno da mineração. Becker (2009, p. 339) ressalta que, no ano de 2006, “as elites regionais de poder decidiram que, além do turismo, a Macrorregião Norte da Estrada Real teria também a mineração como vetor de desenvolvimento regional”. A partir de 2006, portanto, a economia regional tomou novos rumos com o início da implementação do empreendimento Minas-Rio.

O Projeto Minas-Rio envolve uma mina, uma usina de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro/MG em localidade limítrofe com o município de Alvorada de Minas, um mineroduto de 529Km de extensão que percorre 33 municípios mineiros e fluminenses, bem como um terminal de minério de ferro (porto marítimo e um distrito industrial) em Porto do Açu - São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro.

O empreendimento que foi inicialmente idealizado pela empresa MMX, do grupo EBX, controlado pelo empresário Eike Batista, em 2008, teve as ações adquiridas pela empresa Anglo American, por 5,5 bilhões de dólares (MMX, 2008).

O Projeto se encontra em fase de operação, e em sua terceira fase de expansão. Desde o seu início, contudo, gera muitos impactos na região, submetendo inúmeras comunidades à condição de atingidas, sendo que a resistência por essas formada sofre forte repressão por parte dos poderes constituídos e principalmente da empresa mineradora. Os/as atingidos/as, os impactos, conflitos, e o processo de resistência e as reações a este serão objeto de análise no presente trabalho.

1. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO DO PROJETO MINAS RIO

Os conflitos socioambientais são definidos Acsehrad (2004, p. 26) como,

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

No âmbito do projeto Minas Rio podemos identificar grupos que possuem suas formas sociais de apropriação do espaço ameaçadas, em decorrência de impactos negativos do projeto Minas Rio. Tal projeto possui grande relevância estratégica e, segundo a empresa Anglo American, trata-se do maior mineroduto do mundo. O empreendimento contou com um complexo processo de licenciamento, tendo ocorrido de forma fragmentada. Isto é, as três principais estruturas (mina, mineroduto e porto) que dependem e interligam-se entre si foram licenciadas por órgãos e processos diferentes, quando deveriam ter tramitado em conjunto. A título de exemplo, o quadro abaixo demonstra o processo de licenciamento ambiental da primeira fase do empreendimento:

LICENCIAMENTO		
Mina		
LP	Dez/2008	SEMAD-MG
LI Fase 1	Dez/2009	
LI Fase 2	Dez/2010	
LO	Set/2014	
Mineroduto		
LP	2007	IBAMA
LI	Mar/2008	
LO	Set/2014	
Porto		
LP	Dez/2006	INEA-RJ
LI	Mai/2007	
LO	Mai/2014	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como é de se notar, o porto foi licenciado antes do mineroduto que por sua vez foi licenciado antes mesmo da mina. A fragmentação do processo de licenciamento trouxe inúmeros prejuízos, especialmente para aqueles que se encontravam na área de inserção do empreendimento. Conforme avalia o relatório da Diversus, essa fragmentação acarretou um “processo mimético de fragmentação dos atingidos, que diante da ausência de comunicação por parte do empreendedor tinham dúvidas sobre quem e como seriam atingidos acarretando a consequente fragmentação das negociações” (DIVERSUS, 2011, p. 171).

A noção de atingido (a), para fins deste trabalho será aquela adotada por Carlos Vainer, em contribuição ao debate dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos, noção que pode também ser utilizada para os grandes empreendimentos minerários. Afirma, inicialmente que o conceito de *atingido* está em disputa e diz respeito:

[...] ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isso explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa. (VAINER, 2008, p. 40)

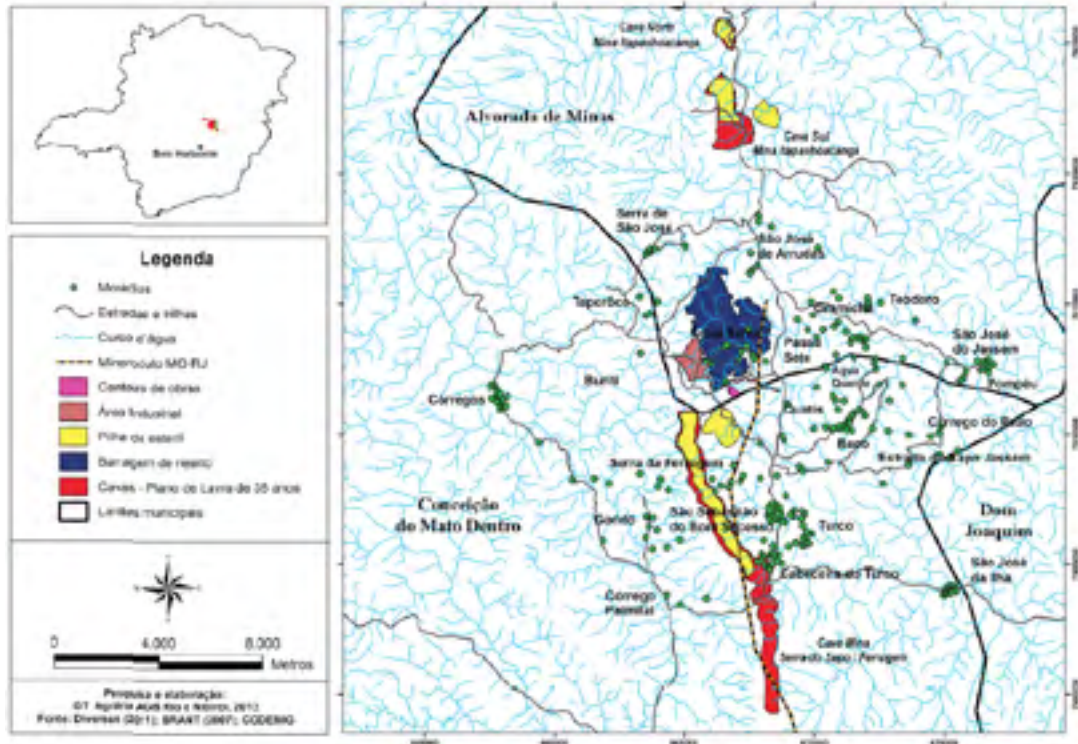
Ainda em contribuição a esse debate, Milanez *et al* (2012, p. 41), destacam algumas categorias de atingidos por empreendimentos de mineração, a saber, **atingidos territorialmente, economicamente, atingidos por subprojetos, atingidos socialmente, atingidos ambientalmente**.

Assim é que os *atingidos(as)*, em um contexto de megaempreendimento de mineração, não se limitam àquelas comunidades ou famílias localizadas no espaço físico onde será instalado o empreendimento, havendo diversas categorias.

Nos estudos iniciais do empreendimento Minas Rio, contudo, o EIA/RIMA reconheceu apenas duas comunidades como atingidas, isto é, como incluídas na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento. Foi preciso um processo intenso de mobilização dos/as atingidos/as, movimentos sociais e setores da universidade para reivindicar estudos complementares ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Tais estudos, feitos pela empresa Diversus, identificaram 1.480 pessoas vivendo em 22 localidades, que vão desde distritos, passando por comunidades

bem delimitadas, até regiões formadas por uma sequência de propriedades ao longo de uma estrada de referência, entre São José do Jassém e o distrito de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) (DIVERSUS, 2011, p. 37).¹

A partir da figura a seguir, é possível observar a proximidade das comunidades com a área do empreendimento:



Fonte: Retirado do Dossiê de Impactos do Projeto Minas-Rio, 2013.²

Destaca-se que os impactos sofridos negativos pelas comunidades iniciaram-se antes mesmo da instalação do empreendimento, nas fases da licença prévia e quando havia apenas especulações a respeito, muitas famílias da zona rural, que sobreviviam da agricultura, deixaram de plantar pela incerteza de saber se poderiam ou não colher seu plantio. Esse processo ocasionou, uma mudança radical na renda familiar. Além disso, em razão do acirramento dos conflitos fundiários e as práticas arbitrárias da empresa em violar os direitos das famílias de acessar sua terra, muitas famílias ficaram prejudicadas.

Nesse sentido, inclusive, menciona Wanderley (2012, p. 94) que os impactos gerados por grandes empreendimentos são pretéritos até mesmo ao período de instalação. Ele menciona que a simples idealização destes, no papel, implica em transformações no espaço preexistente e na sociedade. Criam-se expectativas, sonhos, esperanças; geram-se medos, riscos, inquietações, dúvidas, especulações e planejamentos pelos elaboradores, pelos habitantes tradicionais da região e por migrantes do passado e do presente.

O início das obras do mineroduto e depois da mina seguiram causando impactos negativos para as comunidades. Pereira *et al* (2013, p.135), citando fragmentos de depoimentos de uma ata de audiência pública da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) em abril de

1 Dentre as comunidades, citam-se: São Sebastião do Bom Sucesso (SAPO), Beco, Turco, Cabeceira do Turco, Gondó, Distrito de Córregos, Água Quente, Água Santa (ou Mumbuca, cuja parte dos moradores foi reassentada para o Vale do Lambari), Ferrugem, São José do Jassém, São José do Arruda, Itaponhoacanga, Burititá, Taporoco, Serra São José, Quatis, Passa Sete.

2 Disponível em: <http://issuu.com/ibase/docs/liv_ibase_minerio_final4> Acesso em 20 de julho de 2015.

2012, comentam que os principais impactos identificados entre as comunidades diretamente afetadas foram: não reconhecimento de atingidos; não cumprimento dos contratos sobre a reestruturação fundiária; o comprometimento da saúde pelos impactos ambientais e sociais; a degradação da qualidade da água; a destruição dos cursos d'água; a precarização da infraestrutura rodoviária, a destruição do modo de vida local, na medida em que a agricultura familiar e demais atividades de subsistência tornavam-se impraticáveis pelas intercorrências territoriais.

Muitos impactos negativos foram também posteriormente mencionados no relatório da Diversus (2011, p. 159), empresa de consultoria contratada para realizar estudo complementar EIA/RIMA apresentado inicialmente pelo empreendedor³. Citam-se: interdição de estradas; diminuição das nascentes; aumento de pessoas estranhas; aumento do consumo de drogas; aumento do custo de vida; insegurança; explosões; aumento dos acidentes; diminuição da mão de obra local; sujeira da água; barulho; poeira; desmatamento.

Há que se mencionar, ainda, comunidades localizadas abaixo da barragem de rejeitos da empresa mineradora. Embora tal fato sempre tivesse sido denunciado pelas comunidades, sempre foi subestimado pelas instituições. Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco, no município de Mariana, e, completa devastação da comunidade de Bento Rodrigues e toda a bacia do Rio Doce, as comunidades seguem denunciando a situação e lutando em favor de uma solução, que parece, ao entender das comunidades, ser só uma: o reassentamento.

Em suma, os impactos do empreendimento Minas Rio são imensuráveis e se prolongam ao longo do tempo. Nas comunidades rurais, como mencionado, as comunidades já convivem há pelo menos 10 anos com a falta de água, secamento de nascentes, poeira, barulho, tremores decorrentes da operação do mineroduto, que causam rachaduras em suas casas, medo e risco de rompimento da barragem de rejeitos.

Processos de depressão vêm sendo desencadeados devido à desterritorialização e ao rompimento dos laços familiares, fruto da forçosa e violenta forma como a empresa se instalou no território. A cada expansão do projeto, os impactos aumentam, se tornando cada vez mais infinitos e de difícil reparação. Eles são imensuráveis ainda, uma vez que há real risco de um rompimento da barragem que é pelo menos 4 vezes maior do que a que se rompeu em Mariana. Sobre a barragem de rejeitos, cita-se um Inquérito Civil do MPMG, Comarca de Conceição do Mato Dentro n. 0175.15.000261-6 em que foi apresentado o Plano de Ações Emergenciais e *Dam Break* identificando pelo menos 400 pessoas vivendo na zona de autossalvamento (Comunidades de São José do Jassém, Passa Sete e Água Quente), ou seja, à jusante da barragem de rejeitos, dentre elas pessoas idosas (com mais de 80 anos), crianças e deficientes.

Destaca-se a composição étnico-racial das comunidades que residem nesta zona, especialmente. Tratam-se de comunidades rurais, compostas majoritariamente por pessoas negras. Segundo dados apresentados no estudo *Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais* (2018, p. 127), a composição étnica racial da população atingida pelo complexo minerário Minas Rio é composta 82% por pessoas não brancas.

³ A determinação de complementação do estudo foi feita pelo órgão ambiental, a partir de luta dos (as) atingidos (as).

Tabela 02: População por Definição de Cor/Raça nos Setores Censitários no Entorno do Complexo Mineral Rio-Minas (2010)

Setor Censitário	Município	Distrito	Tipo de Ocupação	População	Branco Nº absolutos %	Pardo Nº absolutos %	Amarelo Nº absolutos %	Pardo Nº absolutos %	Indígena Nº absolutos %	Não Branca %
311750415000001	Conceição do Mato Dentro	São Sebastião do Bom Sucesso	Vila	97	94-14,4%	10-10,3%	0-0,0%	73-75,3%	0-0,0%	85,6%
311750415000002	Conceição do Mato Dentro	São Sebastião do Bom Sucesso	Zona Rural	814	64-10,4%	121-19,7%	3-0,5%	436-68,4%	0-0,0%	89,6%
311750415000001	Conceição do Mato Dentro	Córrego	Vila	294	67-22,8%	41-13,9%	0-0,0%	185-63,3%	1-0,3%	77,2%
311750415000002	Conceição do Mato Dentro	Córrego	Zona Rural	139	33-23,9%	4-2,9%	0-0,0%	101-73,2%	0-0,0%	76,1%
Total Populacional dos Setores Atingidos de Conceição do Mato Dentro				1.143	178-15,6%	176-15,4%	3-0,3%	785-68,7%	1-0,1%	84,5%
Município	Conceição do Mato Dentro	Total Municipal	Urbs e Rural	17.808	4169-23,3%	2363-13,2%	152-0,8%	11.184-62,5%	49-0,3%	76,6%
310240710000002	Alvorada de Minas	Tapuiocanga	Zona Rural	442	26-5,9%	7-1,6%	0-0,0%	407-92,1%	2-0,5%	94,2%
310240710000001	Alvorada de Minas	Tapuiocanga	Zona Rural	396	14-3,5%	49-12,4%	1-0,3%	336-84,8%	0-0,0%	94,5%
Total Populacional dos Setores Atingidos de Alvorada de Minas				838	40-4,8%	52-6,2%	1-0,1%	747-89,2%	2-0,2%	95,2%
Município	Alvorada de Minas	Total Municipal	Urbs e Rural	3.546	308-8,7%	190-5,4%	43-1,2%	3.007-84,7%	3-0,1%	93,3%
Total Populacional dos Setores Atingidos Próximos a Empreendimentos				3.981	218-11,0%	278-11,5%	4-0,2%	1.528-77,1%	1-0,2%	89,0%
312240305000007	Dom Joazeiro		Zona Rural	100	15-15,0%	8-8,0%	0-0,0%	77-77,0%	0-0,0%	91,0
312240305000004	Dom Joazeiro		Zona Rural	249	52-11,8%	24-9,9%	0-0,0%	213-79,2%	0-0,0%	86,1
312240305000001	Dom Joazeiro		Urbana	539	145-26,9%	42-7,8%	4-0,7%	348-64,6%	0-0,0%	73,7
312240305000002	Dom Joazeiro		Urbana	771	154-20,2%	85-11,0%	13-1,7%	517-67,1%	0-0,0%	79,8
312240305000003	Dom Joazeiro		Urbana	378	89-18,3%	36-9,5%	6-1,6%	262-69,3%	5-1,3%	81,7
312240305000006	Dom Joazeiro		Urbana	330	103-46,6%	2-0,6%	1-0,3%	124-52,7%	0-0,0%	53,6
312240305000009	Dom Joazeiro		Urbana	602	111-18,4%	103-16,8%	0-0,0%	390-64,8%	0-0,0%	81,6
Total de Setores Atingidos em Dom Joazeiro				2.969	581-22,8%	298-10,0%	28-0,9%	1.961-66,3%	5-0,2%	77,7
Município	Dom Joazeiro	Total Municipal	Urbs e Rural	4.535	942-20,8%	581-12,8%	53-0,7%	2.994-66,0%	5-0,1%	79,3
Total Populacional dos Setores Atingidos				4.970	899-18,1%	578-10,8%	28-0,6%	3.509-70,6%	8-0,2%	82,0

Fonte: IBGE (2010)

Robert Bullard caracteriza o racismo ambiental:

[...] qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta ideia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. [...] A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental” (BULLARD, 2005)

Selene Herculano Tânia e Pacheco (2006), no mesmo sentido destacam que o racismo ambiental se configura a partir de uma carga desproporcional de riscos e efeitos socioambientais sobre os grupos étnicos em situação de maior vulnerabilidade.

Em meio a esse contexto de conflitos ambientais, os (as) atingidos (as) formam verdadeiros territórios de resistência. Milanez (2012, p.40) acredita que um movimento de resistência de atingidos pela mineração não só defenderia os direitos daqueles atingidos direta ou indiretamente pelas atividades mineradoras como também seria responsável por “propor formas mais justas e democráticas do (não) uso dos recursos naturais, a partir das opções locais de desenvolvimento territorial”.

O processo de resistência no âmbito do projeto Minas Rio, contudo, assim como todos vários processos de resistência pelo Brasil, vem sofrendo sérias criminalizações, verificadas a partir da prática de perseguições, cooptações, intimidação pela presença policial ostensiva em reuniões e audiências públicas.

Segundo o guia de proteção para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos elaborado da Organização não governamental, Justiça Global (2016):

As práticas criminalizadoras também partem de empresas transnacionais, visando despolitizar as lutas sociais que denunciam as diversas violações dos direitos econômicos,

sociais, culturais e ambientais (DHESCAS), que são efeitos do desenvolvimento econômico a qualquer custo. (JUSTIÇA GLOBAL, 2016, p. 07).

A criminalização, teria, assim, o objetivo de “esvaziar o conteúdo político presente nas práticas historicamente constituídas para resistir, em face da exploração e da negação de direitos” (JUSTIÇA GLOBAL, 2016, p. 07).

A seguir mencionaremos duas ações judiciais utilizadas como instrumento para criminalizar a luta dos/as atingidos/as sendo que em uma delas, moradores das comunidades configuraram como réus e em outra como autores.

2. CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS

Uma manifestação ocorrida em 28, 29 e 30 de julho de 2015, na via pública desencadeou o primeiro processo de criminalização contra as comunidades. No protesto, as comunidades reivindicavam o reconhecimento como atingidas pela mineração e denunciavam violação de direitos como a perda de córregos e nascentes, rachaduras nas casas causadas pelo mineroduto, poluição do ar, intensos ruídos, aumento de alcoolismo, de violência e até casos de estupro. (BRASIL DE FATO, 2015)

Neste caso, mesmo se tratando de uma ação coletiva de resistência e decidida pelas comunidades, sem uma liderança clara ou uma organização à frente, a empresa Anglo American resolveu ingressar com uma ação de interdito proibitório contra apenas três moradores, requerendo uma liminar que foi, posteriormente indeferida pelo juiz sob o fundamento de que não haveria ameaça à posse, destacando que não existia risco à propriedade da Autora, haja vista que os protestos aconteceram na Rodovia MG-010, ou seja, fora do ambiente empresarial.⁴

Viera e Xavier (2017, p.83) destacam que mesmo sem êxito no pedido liminar, a empresa prosseguiu com o processo, o que demonstra que dar seguimento à ação visa a desmontar a trajetória de luta da comunidade, constringendo as lideranças sociais e desmobilizando-as para que se abstenham de seguir lutando por direitos.

Tal ação judicial repercutiu fortemente em outras pessoas da comunidade que acabaram intimidadas, e amedrontadas, inclusive porque à época do ajuizamento desta ação sequer existia Defensoria Pública na cidade de modo que a demanda foi assumida, voluntariamente pelas advogadas populares que atuavam na região.

No ano seguinte, 2016, após nova manifestação feita pelas famílias, inclusive diferentes daquelas que haviam participado no ano anterior, a empresa optou por pedir nova liminar na mesma ação de interdito proibitório do ano de 2015. Novamente o juiz indeferiu a liminar e acabou marcando uma audiência de conciliação, onde tentou-se forçar os três réus a assumir, em nome da coletividade, o compromisso de não mais se manifestar na via pública.

Não tendo sido aceito referido acordo foi proferida sentença extinguindo o processo sem julgamento do mérito por falta de interesse de agir. Em outras palavras, reconheceu-se que não havia, por parte da empresa, interesse de ação ao acionar o poder judiciário, para algo que poderia e deveria ter sido resolvido extrajudicialmente.

Por mais derrotada que tenha saído a empresa neste processo, a ação teve os efeitos que visava. Muitas pessoas ficaram desmobilizadas, amedrontadas e intimidadas a seguir reivindicando seus direitos, especialmente em protestos na via pública.

Outra experiência aqui narrada se refere a uma ação popular ajuizada espontaneamente por 5 moradores das comunidades no entorno do complexo minerário. A ação foi ajuizada com

⁴TRIBUNALDEJUSTIÇADOESTADODEMINASGERAIS.Ação de interdito proibitório. Processon.:0015857-87.2015.8.13.0175 Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_movimentacoes.jsp?comrCodigo=175&numero=1&listaProcessos=15001585>

intuito de suspender uma audiência pública do processo de licenciamento ambiental da Etapa 3 do empreendimento que visava sua expansão. A fundamentação é que não teria ocorrido o devido processo de transparência e acesso a informação sobre os termos dos estudos ambientais. A liminar foi concedida e a audiência foi suspensa em 18/04/2017, data em que estava marcada a referida audiência.⁵

Ocorre que logo após a decisão liminar, foi divulgada pela empresa uma nota informando sobre a suspensão da audiência e, divulgando o nome dos autores populares, o que nas entrelinhas queria dizer que eles seriam os responsáveis pela não expansão do empreendimento e consequente “geração de empregos” na região. Logo em seguida, os autores populares passaram a sofrer violência física, perseguições e até ameaças de morte pelo *WhatsApp* seja por moradores da cidade ou por comunitários que se colocam favoráveis às práticas da empresa.

Tamanhas foram as ameaças que os cinco moradores foram inseridos no Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos – PPDDH do Estado de Minas Gerais e o Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos chegou a fazer uma visita *in loco* para acompanhar a situação.

Apesar dos esforços das instituições em punir os responsáveis pelas ameaças, ao final, a grande responsável por instigar as desavenças entre os moradores da cidade e da comunidade ou entre os/as próprios/as atingidos/as acabou não sendo responsabilizada.

Ao contrário, em meio a esse cenário de violência, ameaças, perseguições e perpetuação das violações de direitos, foi aprovada a licença para o *Step 3* do empreendimento que visa a expansão da mina, bem como o alteamento da barragem de rejeitos. Tudo isso, sem promover o reassentamento de comunidades que seguem vivendo à jusante da barragem.

Vimos que a estratégia de reivindicar direitos pela via do protesto acabou sendo criminalizada via uma ação judicial. Em outra ocasião, utilizando-se de nova estratégia, mais institucionalizada para reivindicar seus direitos, os/as atingidos/as foram da mesma forma criminalizados/as.

Tais situações nos colocam a refletir qual será o destino das comunidades afetadas por grandes empreendimentos num contexto em que a democracia está fragilizada e as instituições cada vez mais enfraquecidas, embora não nos pareça haver outra resposta que não seja seguir pela via da resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos negativos do empreendimento Minas Rio sob os territórios atingidos são imensuráveis e se prolongam ao longo do tempo. Nos parece que desde o início do empreendimento o não reconhecimento das comunidades como atingidas é uma estratégia deliberada e se configura como uma prática de racismo ambiental por parte da empresa. Isso porque, como demonstrado, a maior parte da população atingida pelo complexo minerário Minas Rio é negra.

Tratam-se de comunidades negras rurais que, aos olhos dos empreendedores parecem ser consideradas descartáveis e que não seriam dignas de qualquer reparação pelos impactos e direitos que lhes foram violados.

Soma-se a esta constatação, o fato de que, mesmo sem reassentar as comunidades a empresa segue expandindo o empreendimento e alteando a barragem de rejeitos que possuem pelo menos 400 pessoas em sua zona de autosalvamento.

5 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação popular. Processo n.: 0005555-92.2017.8.13.0671 Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado.jsp?listaProcessos=17000555&comrCodigo=671&numero=1>

Nos parece da mesma forma que mesmo em períodos de baixa institucionalidade e democracia fragilizada as comunidades atingidas seguirão promovendo processos de resistência, que para algumas significa o reassentamento.

Os processos de resistência travados há muito pelos/as atingidos/as, enfrentarão ainda mais dificuldades das mais diversas possíveis, haja vista que, tal como se demonstrou anteriormente seja na condição de réus, seja na condição de autores de ações judiciais, os/as atingidos/as seguirão sendo criminalizados/as, em contraponto à própria essencialidade da luta social em prol da garantia de direitos, que se deve esperar em um Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ANGLO AMERICAN. *A nova rota do minério de ferro*. 2015. Disponível em: <<http://minasrio.angloamerican.com.br/>>

ANGLO AMERICAN. *Anglo American realiza primeiro embarque de minério de ferro do Projeto Minas-Rio*. 27 de outubro de 2014c. Disponível em: <<http://minasrio.angloamerican.com.br/noticias/anglo-american-realiza-primeiro-embarque-de-minerio-de-ferro-projeto-minas-rio/>>.

BECKER, Luzia C. Costa. *Tradição e Modernidade: O Desafio da Sustentabilidade do Desenvolvimento na Estrada Real*. Tese (doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009. 405p.

BRASIL DE FATO. *Comunidades se mobilizam contra mineradora Anglo American*. 2015. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/32528/>>. Acesso em 03 de janeiro de 2017.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. *Revista Eco 21*, ano XV, Nº 98, janeiro/2005.

DIVERSUS. Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX MinasRio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM nº: 830.359/2004 - PA/nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06. Agosto de 2011. Disponível em: <http://200.198.22.171/down.asp?x_caminho=reunioes/sistema/arquivos/material/&x_nome=DIAGNOSTICO_ADA_AID_DIVERSUS_1-50.pdf> .

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA). MMX - MINASRIO MINERAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, ALVORADA DE MINAS E DOM JOAQUIM / MG. Estudo de impacto ambiental (EIA). Lavra a céu aberto para produção de 56 milhões de toneladas por ano, tratamento de minério de ferro e infraestrutura de produção, set., 2007.

HERCULANO, Selene e PACHECO, Tânia. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental Selene Herculano e Tânia Pacheco (orgs). Rio de Janeiro, FASE, 2006.

IBRAM, 2014, <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3IBQK6OQ60MJ:www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM), 2014. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf>> .

JUSTIÇA GLOBAL. *Guia de Proteção para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos*. 2016. Disponível em: <<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/09/guia-DDHs-final.pdf>>.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, Juliana (org.); MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. *Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?* 1 ed., Rio de Janeiro: Fase, 2012, Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>> .

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Promotoria de Conceição do Mato Dentro. Inquérito Civil n. 0175.15.000261-6. Verificar, fiscalizar e monitorar medidas de segurança na barragem de rejeitos no Sistema Minas Rio.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A. Fatos *Relevantes*. 17 de jan. de 2008. Disponível em: <<http://www.mmx.com.br/Mobile/ShowMobile.aspx?idConteudo=8AhJhG/8W6SUaWWx/vgpWw==&idCanal=2lvkXxZ6psBr0+k0Molrw==>>

O PROJETO MINAS RIO e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos. Ibase (Relatório Preliminar). 2013. Disponível em: <http://issuu.com/ibase/docs/liv_ibase_minerio_final4>

PEREIRA, Denise; BECKER, Luzia; WILDHAGEN, Raquel Oliveira. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. *Revista Ética e Filosofia Política*. n. 16, 2013, v. 1, p. 124-150.

SANTOS, Ana Flávia e MILANEZ, Bruno (orgs.). Transformações socioambientais e violações de direitos no contexto do empreendimento Minas Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais, 2018. (no prelo)

SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (SISEMA). Parecer único SISEMA nº 001/2008. P.A COPAM Nº 472/2007/001/2007. Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. Disponível em: [file:///C:/Users/loja1304/Downloads/4.1_-_00472_2007_001_2007_Anglo_Ferrous_Minas-Rio_Minera%C3%A7%C3%A3o_S.A._-_PU%20\(10\).pdf](file:///C:/Users/loja1304/Downloads/4.1_-_00472_2007_001_2007_Anglo_Ferrous_Minas-Rio_Minera%C3%A7%C3%A3o_S.A._-_PU%20(10).pdf).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação de interdito proibitório. Processo n.: **0015857-87.2015.8.13.0175**. Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_movimentacoes.jsp?comrCodigo=175&numero=1&listaProcessos=15001585>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação popular. Processo n. : 0005555-92.2017.8.13.0671 Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado.jsp?listaProcessos=17000555&comrCodigo=671&numero=1>

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. p. 39-63. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

XAVIER, Juliana Benício e VIEIRA, Larissa P. O. Interdito proibitório: instrumento de perseguição e isolamento da lutas populares. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 5, n. 1, pp. 71-93, 2017.

WANDERLEY, Luiz Jardim Moraes. Recursos minerais na Amazônia brasileira: impactos e perspectivas, p. 91-150. in *Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?* 1 ed., Rio de Janeiro: Fase, 2012, Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>> .

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIXO TOCANTINS: O CASO DA UHT**GERLANE DA SILVA FERREIRA***Mestranda do PPGCITI - UFPA**gerlainesf@yahoo.com.br***MARÍLIA DOS SANTOS FERNANDES***Mestranda do PPGCITI - UFPA**Marilia.fernandes2010@hotmail.com***ANTÔNIA CORREA NOVAES***Pós-graduanda da FADECAM - UFPA**antoniacorreaconaes@gmail.com***Resumo**

O escopo deste artigo apresenta um ensaio teórico-metodológico, no qual o estudo se pautou em compreender através do ato memorialístico as desconfigurações e experiências do povo tradicionais a jusantes da barragem de Tucuruí, na microrregião de Cametá-PA, que sofreram deslocamento in situ, desestruturação social, ambiental e econômica em decorrência da construção da barragem da hidrelétrica no município de Tucuruí que se deu a partir de um planejamento autoritário. Utilizamos as contribuições teóricas de Zhourri(2013), Weber(2005), Magalhães (2007) e Hébette (2002); utilizaremos o método história de vida, por ser mais condizente com o nosso processo investigativo. As nossas considerações acerca na temática abordada são preliminares, baseadas penas em hipótese, mas de antemão, considera que o povo camponês que fizeram resistência, sofreram injustiças e tiveram seus direitos violados.

Palavras-chave: Memória social. Povos Tradicionais. Barragem. Deslocamento In situ

Abstract

The scope of this article presents a theoretical-methodological essay, in which the study was oriented to understand through the memorialistic act the traditional deconfigurations and experiences of the Tucuruí dam, in the micro-region of Cametá-PA, that suffered displacement in situ, social, environmental and economic disruption as a result of the construction of the hydroelectric dam in the municipality of Tucuruí, which was based on authoritarian planning. We use the theoretical contributions of Zhourri (2013), Weber (2005), Magalhães (2007) and Hébette (2002); we will use the life history method, because it is more in keeping with our investigative process. Our considerations on the subject addressed are preliminary, based hypothesis, but beforehand, considers the peasant people who have resisted, suffered injustices and had their rights violated.

Keywords: Social memory. Traditional People. Dam. In situ displacement

Introdução

A pertinência desta pesquisa se ancora no campo de disputa, de conflito territorial, deslocamento In situ¹, expropriação econômica e resistência do povo camponês, dessa maneira, o campo será tratado aqui, como um espaço de luta e resistência, por isso, o deslocamento In Situ, característico do processo vivenciado pelos camponeses que são reconhecidos como povos

1 FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. **Movingtargets: displacement, impoverishment, anddevelopment.** *Internacional Social Science Journal*, 55: 7-13. 2003

tradicionais² e, que são agentes sociais atingidos pela construção da barragem, decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica no município de Tucuruí, no rio Tocantins, Pará, que atingiu diversos municípios, mas, daremos enfoque para a microrregião do município de Cametá que será o foco da nossa investigação.

A UHT é um dos maiores projetos hidrelétrico construído pelo estado, a partir do programa grande Carajás (PGC), que data seu início oficial em 1980, a partir do discurso de integração do território amazônico, com retóricas de “integrar para não entregar” (Oliveira,1998) que são “O discurso como a psicanálise nos mostrou não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo” (FOUCAULT, 1996, pág. 10-11), os discursos hegemônicos são um jogo de relação de poder e de exclusão, o autoritarismo e os discursos do estado, resultou em 30 anos de desenvolvimento frustrado, conforme elucida Coelho (2014).

A usina implantada em Tucuruí foi construída com intuito de atender o projeto grande Carajás, a hidrelétrica era um dos um elemento constitutivo do programa grande Carajás e a partir da década de 80, os estudos já evidenciavam a dubiedade e incerteza do futuro do Brasil e da Amazônia em detrimento ao grande projeto de exploração de mina, para que o projeto fosse executado com êxito esperado, era necessária toda uma logística, o governo se responsabilizou em disponibilizar um capital econômico exorbitante para que pudesse compreender a estrutura básica necessária que incluía desde a construção de ferrovias e rodovias, como reformas de aeroportos e portos hidroviários até a construção de hidrelétricas. Fazendo uso das contribuições de Hall (1991) que considera que as empresas estatais foram criadas com capital privado nacional e transnacional, como por exemplo, o Projeto Grande Carajás, de expressão financeira e extensão geográfica.

Nesse sentido, a construção de uma hidrelétrica em Tucuruí, foi construída visando fornecer energia elétrica para as siderúrgicas, mais precisamente, para o complexo Albrás e Alunorte. “As disputas territoriais que vemos pipocar na Amazônia, tem sua origem nesse processo de “colonização” (GRZYBOWSKY, 2014, p.05)”. O território aqui possui duas conotações, de um lado, um palco de disputas políticas, dos grupos hegemônicos na busca de acúmulo de capital, do outro, os camponeses, que tentavam resistir contra a expropriação tanto causada pelo deslocamento compulsório e In Situ, quanto pela “expropriação econômica” que é o caso da microrregião de Cametá, nesse sentido, Haesbaert (1997) pontua que território possui uma relação de poder, tanto no sentido mais concreto de dominação, quanto no sentido representativo, como simbólico de dominação, fazendo alusão às considerações de Lefebvre, Haesbaert (2004) faz uma distinção entre apropriação e dominação (posseção e propriedade), dessa forma, o território apresenta-se através de uma dicotomia, trazendo essas elucidações para o contexto de nossa pesquisa, compreendemos que para o povo camponês o território é “processo muito mais simbólico”, carregado das marcas do “vivido”, já para os grupos

² No Brasil, o decreto n.º 6.040/2007 refere-se ao termo populações tradicionais como: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

hegemônicos, representa a propriedade no sentido mais “mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (HASBAERT, 2004, p.02) o autor ratifica ainda que em “[...] decorrência deste raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica”. (HASBAERT, 2004, p.02).

Problematizando a pesquisa

A implantação do projeto hidrelétrico em Tucuruí causou impactos sociais imensuráveis oriundos da ação humana, nesse sentido, os efeitos colaterais desse projeto no sul do estado do Pará, na Amazônia oriental, foram gigantescos. De acordo com Magalhães (2007) a data oficial que marca o início da construção da barragem de Tucuruí se dá a partir da década 1975 e a primeira etapa foi concluída em 1978/1979, sendo que os impactos socioambientais afetaram não só a população residente a montante, mas, também, alterou as condições de vida dos agentes sociais, que são os povos camponeses residentes a jusante, no qual essa pesquisa se propõe investigar a partir da memória social desse povo para compreendermos as lutas históricas travadas pela população camponesa e, o período histórico que eclodiu as articulação e manifestação dos movimentos dos atingidos por barragem que pautaram a questão da microrregião de Cametá-PA, frente as mudanças e ao deslocamento In situ, trabalharemos com o conceito In Situ pelo fato de designar o sofrimento, a alteração no modo de viver de uma população.

É importante ressaltar que:

Essa fatalidade valeu ao Pará momentos trágicos de ocupação latifundiária, de devastação, pilhagem de recursos naturais e de conflitos sociais”. Por outro lado, este processo fez a população local “amadurecer no sofrimento e na luta, nasceram e se desenvolveram movimentos populares, organizações de trabalhadores, grupos de pressão pela defesa dos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente” (HÉBETTE, 2004, p. 43).

O movimento dos atingidos pela barragem (MAB) inseriu nas reivindicações a pauta de luta que contemplava os municípios situados a jusante, visto que, também foram atingidos, apesar de que naquele contexto não eram reconhecidos oficialmente, pois, de acordo com Magalhães (2007) a Eletronorte empresa subsidiária responsável pelo deslocamento e realocação só considerava os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e Rondon do Pará, pois estes, tiveram seus territórios alagados, no entanto, depois de intensas reivindicações do movimento dos expropriados e, a partir de 2003, a Eletronorte reconheceu e oficializou os municípios que formam a microrregião a jusantes que são: Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Cametá. Nessa perspectiva, “atingidos são todos que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida” ENTAB (1989, apud; MAGALHÃES, 2007, p.64), mas, o recenseamento mais atualizado aponta que são 17 municípios atingidos a jusantes, entre eles, o município de Abaetetuba.

As transformações territoriais ocorridas na região do Baixo Tocantins, nas chamadas “cidades na floresta”³ que foram criadas para atender os grandes objetos econômicos que foram implantados a partir do século XX, mostra a desestruturação do processo de modernização que ocorreu na Amazônia.

Trindade (2010) faz algumas elucidacões acerca do processo de modernização das cidades, na qual “tratam-se de novos objetos inseridos na nova dinâmica territorial [...] a expansão de rede de energia elétrica, apoiada na instalacão de modernas hidrelétricas; a presença de grandes projetos econômicos e de infraestrutura, e, igualmente, suas modernas cidades” (p.120). Nesse contexto, faremos uso do conceito “cidade na floresta”, pois, até meados do século XX predominavam-se as “cidades da floresta”, a partir de então, a Amazônia passou por um processo de integraçao territorial.

A partir da problematizacão e do processo de transformacão no território amazônico em decorrência dos grandes objetos econômicos e, nesse processo de transformacões globalizatório, surge o seguinte questionamento, como os agentes sociais que vivenciaram as medidas do estado autoritário e que tiveram suas dinâmicas de vida modificada pela construçao de barragem de Tucuruí, avaliam o processo de transformacão numa perspectiva temporal a partir reconfiguracão de seu campo de açao?

Os grandes projetos governamentais voltados para atender a logística do desenvolvimento de projetos agropecuários, de exploracão de minas e transformacão industrial desencadeiam a integraçao de crescentes porçoes do espaco nacional, rompem-se as condições de espaco das formas sociais (ACSERALD, 2010)

A memória e sua dimensao social

Neste trabalho, a memória se apresenta como um campo relevante no meio científica, por tanto, a definicão de memória perpassa por vários campos dos conhecimentos e vem se consolidando e tornando-se eminente no âmbito das Ciências Sociais, visto que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos qual a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LEGOFF, 1990, p. 368), “para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2013, p. 31). Assim, Halbwachs (1990; p. 18) ressalta que “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, os que sabemos de um evento do qual já estão informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”.

É nesse contexto, que recorreremos à memória para analisarmos o processo durante e depois da implantacão da UHT e bem como estão os agentes sociais e o que diz o poder público acerca do processo conturbado vivenciado pela população camponesa que teve o seu modo de se relacionar com o espaco modificado. De acordo com Lowenthal(1998) “o passado nunca esteve morto[...] Ele existe ininterruptamente na memória de pensadores e homens imaginativos.

3 Ver: Trindade Jr. Saint-Clair. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaco amazônico. Revista: ieb, n51, março/set, 2010, p.113-137

Deslocamento In Situ: uma nova abordagem

A história já registrou alguns recortes acerca processo de lamentação e dor vivenciado pelos povos tradicionais que se encontravam a montante do rio e que tiveram suas relações com a natureza modificada em decorrência da construção da barragem e que sofreram deslocamento compulsório, realocamento e que tiveram que se “adaptar” em outros nichos totalmente divergentes do qual se encontravam precedente a implantação da usina. No entanto, pouco se discutiu em relação à população camponesa das regiões a jusantes que sofreram deslocamento in situ, no caso específico deste estudo, nos reportamos à microrregião de Cametá. Para Zhouri et al (2013), esse tipo de deslocamento é “uma forma particular de movimento da população no espaço, marcada por uma dinâmica que entrelaça violência e conformação dos sujeitos”, e que assume múltiplas configurações (p. 3). Espaço é tratado aqui na perspectiva de que “a relocação física não é condição necessária para caracterização do deslocamento compulsório” (ZHOURI et al, 2013, p. 7), a partir das considerações da autora e na perspectiva Haesbaert (1997) o território é “uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” (p.42).

ZHOURI (et al, 2013) corroboram que:

Grupos podem experimentar a compulsoriedade desses processos sem efetivamente deixarem seus lugares de origem, na medida em que veem seus recursos e formas de reprodução social comprometidos pelos efeitos de outras intervenções. O deslocamento *in situ* se refere, assim, a processos em que as pessoas permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco. Nessa medida, o deslocamento compulsório diz respeito não ao movimento físico em si, mas às relações de inclusão e exclusão a partir das quais as pessoas perdem acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social, incluindo, recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade, confiança e parentesco (p. 3)

Ratificando as colocações de ZHOURI, Feldman et al (2003), que o deslocamento in situ configura-se com perda significativa de direitos, sem deslocamento no sentido mais concreto;

Mesmo na ausência de desenraizamento físico, as pessoas podem experimentar o deslocamento *in situ*. Esta forma de deslocamento, sentida pelas pessoas durante a sua estada no lugar, é igualmente um processo em curso, mas que conceitualmente é diferente de se encontrar em uma nova posição na hierarquia social. Pelo contrário, o deslocamento in situ depende de relações de exclusão que estabelecem novos limites para o movimento físico e social das pessoas. Exemplos convincentes incluem perda de benefícios sociais e outros direitos, sofrendo discriminação ou ostracismo, ou ter os direitos civis ou acordos de propriedade suspensos. Todas as formas de deslocamento são consideradas (...) como ligadas de várias formas aos caprichos dos projetos de desenvolvimento. (tradução nossa)

É nessa perspectiva que o deslocamento que ocorreu na microrregião de Cametá se configura como deslocamento in situ, sendo também um processo de desterritorialização, uma perda ao controle econômico e simbólico, mas se considerarmos as contribuições Haesbaert acerca do processo de desterritorialização, no qual nesse processo está sempre implícito a reterritorialização no qual o homem vai se adaptar a novos territórios, e o processo de

desterritorialização é decorrência das mudanças, no caso específico de nossa pesquisa, as alterações se deram pelo projeto de desenvolvimento econômico e a partir das transformações globais que Haesbaert elucida que a vida é um constante movimento, estamos sempre passando de um território para outro desterritorializando e reterritorializando.

As vozes dos interlocutores do Baixo Tocantins

O território do Baixo Tocantins se constitui enquanto tecido social e político permeado pelos conflitos socioambientais, o qual passa a ser alvo de novas estratégias que são os “Grandes Projetos”, sendo estes um método “viável” para política de desenvolvimento econômico e regional, no qual dentre elas, temos “a partir do início dos anos 70, o Estado Brasileiro desencadeou um amplo programa de geração de energia hidrelétrica, através da plantação de grandes barragens” (MAGALHÃES, 2010, p. 51). A construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucurí alterou drasticamente a relação da população com meio, ocasionando um processo de escassez e poluição dos rios na região a jusante da barragem.

[...] Olha primeiro foi a água que antigamente, quando não tinha a barragem, nossos pais contam que entrava dentro da casa. Era grande [a moradora está se referindo ao movimento das marés], era uma água mais limpa, porque era uma água corrente. Hoje em dia ficou uma água parada, tem uma época que ela tá muito verde, ela se torna uma água contaminada, faz mal para a saúde do ser humano (Ribeirinha, Ilha de Cametá).

As modificações ocasionaram diversos conflitos entre a população local e a Eletronorte, empresa subsidiária responsável pela obra, visto que, as comunidades foram impactadas de forma negativa, havendo a contestação e resistência da população e nessa lógica;

Os conflitos que opõem as populações atingidas pelas monoculturas de exportação aos projetos de expansão indiscriminada das áreas de plantio ou que levam os pescadores artesanais a protestar contra os impactos desestruturantes da prospecção de petróleo em águas marinhas tenderão a ser apontados no espaço público como exemplos de “restrições ambientais ao desenvolvimento”.

Logo, a resistência da população camponesas aos olhos do estado desenvolvimentista é vista de forma subversiva e que visa restringir o progresso e são visualizados como restrições ambientais ao desenvolvimento, ainda para o autor, os conflitos ambientais são expressões de tensões no modelo no processo de reprodução de desenvolvimento com pertinentes fronteiras sociais que disseminam as relações capitalistas. (ACSERALD, p.15)

As contestações e lutas são em decorrência de um passado marcado pelas boas lembranças do rio, sendo que este está intrinsecamente ligado a cultura, ao modo de vida e a construção social dos atores:

[...] primeiro foi a água, que antigamente, quando não tinha a barragem, nossos pais contam que entrava [água] dentro da casa, era grande, era uma água limpa, porque era água corrente, hoje em dia ficou uma água parada, tem época que ela [água] tá verde, ela se torna uma água contaminada, faz mal para a saúde do ser humano. (Ribeirinha 02, Cametá)

A relação com o rio mudou, a população sofreu tanto expropriação econômica, quanto territorial, o lamento por passado em que a população dizia em que a prioridade fazia parte

do cotidiano e que hoje resultou em desastres e injustiças sociais, no qual a “terra, por sua vez, sofre mudanças nos seus modos de apropriação, ocupação e uso (ACSELRAD, 2010, p. 60)”.

Considerações em movimento.

Este ensaio se constitui enquanto um fragmento teórico preliminar, que se delineará paulatinamente que possibilitará delimitar e construir o nosso objeto de estudo com excelência e, por conseguinte, chegar aos objetivos traçados, haja vista que nossa pesquisa se dará a partir de um recorte temporal de forma analítica considerando o contexto político mais amplo do país, procurando, ao mesmo tempo conhecer melhor como se deu o processo de luta dos atingidos em contexto autoritário e que se possam avaliar as condições de ruptura com o regime de exceção tal com ela foi percebida no terreno de luta que teve como protagonistas grupos sociais pouco representados nas no âmbito do poder.

A pesquisa permitirá, assim, qualificar a natureza específica da transição democrática pela qual o Brasil atravessou ao longo dos anos 1980, verificando em que medida a esfera pública reconstituída após o fim do regime de exceção mostrou-se capaz de abrigar a formulação de demandas por parte dos grupos atingidos por grandes projetos de desenvolvimento a partir da revisão literária já é possível vislumbrar os conflitos, as lutas vivenciadas pelo povo camponês em decorrência construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí, onde se tem mais uma catástrofe oriunda do projeto de governo autocrático que mostrou o autoritarismo exacerbado evidenciando a hegemonia e/ou dominação política e desvalorização dos povos tradicionais, deixando-os alheios de seus direitos e participação no meio político, todo esse processo desvela a situação de negligência por parte do poder público que no seu intento não mensurou as consequências que a implantação de um projeto desse porte acarretaria na região do baixo Tocantins, pois seu real interesse era apenas produção e acumulação do capital, onde a espaço, a “terra, por sua vez, sofre mudanças nos seus modos de apropriação, ocupação e uso” (ACSERALD, 2010, p.160).

Referências

ACSELRAD, Henri. **Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 18, p. 158-192, 2010. **Amazônia**. Campinas/SP: Papirus, 1988.

Brioschi LR, Trigo MHB. **Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas**. Cice Cult 1987; 39 (7): 631-7..

DENZIN, N.K. **Interpreteativa biografia**. Newbury Park: SAGE Publicação, Inc., 1989.

ENTAB. **Terra Sim, Barragens Não, 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**, Goiânia, 1989, 40p

FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. **Movingtargets: displacement, impoverishment, anddevelopment**. International Social Science Journal, 55: 7-13. 2003

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160

- HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: Castro I. ET AL (orgs) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, 1995, Bertrand Brasil.]
- HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950
- HALL, Anthony. **O programa Grande Carajás- gênese e evolução**. In:
- HEBETTE, Jean (org.) **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**,
- HÉBETTE, Jean [Org.]. **O Cerco Está Se Fechando**. Prefácio de José de Souza Martins. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991, 347p.
- HÉBETTE, Jean, et al. [Org.]. **No mar, nos rios e na fronteira: face do campesinato no Pará**. Edufpa. Prefácio de Maria Conceição D’Incao. 2002, 359p.
- HÉBETTE, Jean. **A Resistência dos Posseiros no Grande Carajás**. 11º Encontro dos Grupos Temáticos do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, PIPSA, documento mimeografado.
- LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005b, p.89-116.
- LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.
- MANÇANO, B. **Questão agrária e capitalismo: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo, 01, n. 02, Outubro 2014. 41-54.
- MORAES, I. P. de. **Do tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)**. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA.
- MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. S. **Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.
- NEVES, D. P. **Mediadores políticos e desenvolvimento social**. In: NEVES, D. P. Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 21-44.
- NEVES, D. P. **Políticas Públicas: mediação e gestão de demandas sociais**. Retratos de Assentamentos, Araraquara, n. 13, 2010. 171-206.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar-políticas públicas para a**
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- POLLAK, Michael. **“Memória e identidade social”**. In: Estudos Históricas, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (1991), **Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro**. São Paulo, Marco Zero/ Anpocs.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. P. 327. Rio de Janeiro: Vozes, 1991

ROS, C. C. **Mediação e conflito**: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, D. P. Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 99-128. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - .Food Organization of the United Nations, 2015. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em: 1 Setembro 2015.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício de experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, M. **Grandes Projetos: Sistema de Ação e Dinâmica Espacial**. In: CASTRO, E.;

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência ambiental**. 3 ed.. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Edufpa, 2012.

SOUSA, B.S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício de experiência. São Paulo: Cortez, 2000

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Trad.- Elia Ferreira Edel. 6ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. MOTTA, L. **Deslocamentos Múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento**: urbanização e barragens em face aos lugares. Trabalho apresentado no XXXI International Congress of the Latin American Association (LASA), Washington D.C - EUA, 29 May- 1st June, 2013. Painel: Deslocamentos e desigualdades no Capitalismo Global Contemporâneo.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. Introdução. In: ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K.

ZHOURI, Andréa; BARBOSA, Rômulo; CARNEIRO, Éder (Orgs.). **Resistência à Mineração da Anglo Ferrours Minas-Rio S. A.** em Conceição do Mato Dentro. In: Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Disponível em: <conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>. Acesso em: 23/04/2017

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice. Introdução: **desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais**. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (Orgs.). A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a, pp. 11-24.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. & PAIVA, Ângela. **Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais**. In. ZHOURI, A;

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E MINERAÇÃO DE AGREGADO: DESAFIOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ, PA

NOELI FURTADO RODRIGUES ATAÍDE

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
noelirodriigues@gmail.com

SÉRGIO CARDOSO DE MORAES

Professor no Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
scmoraes01@gmail.com

MAIARA BESSA FERREIRA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
maibessa@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar os desafios enfrentados pela gestão ambiental municipal do município de Vigia de Nazaré, PA, frente aos conflitos socioambientais decorrentes da mineração de agregado de uso imediato para a construção civil. Os agregados são substâncias com ou sem beneficiamento usadas na indústria da construção, tal como a areia. No entanto, a exploração desse mineral, promove impactos socioambientais, deixando suas impressões no território vigiense, emergindo conflitos socioambientais. Os conflitos socioambientais decorrem do uso e apropriação aos recursos naturais. A metodologia considerou a pesquisa bibliográfica referente as principais temáticas abordadas, coleta de dados secundários e pesquisa de campo para a verificação da problemática abordada. Desta forma, constatou-se que os conflitos entre empresas mineradoras e órgão ambiental municipal são fortalecidos devido a aplicação de instrumentos que atenuem a degradação ambiental, tornando desafiadora a gestão dos recursos minerários.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais. Mineração. Gestão Ambiental. Agregados. Areia.

ABSTRACT

This article aims to present the challenges faced by the municipality environmental management of the municipality of Vigia de Nazaré, PA, in the face of the socio-environmental conflicts arising from the mining of ready to use aggregate for civil construction. Aggregates are substances with or without beneficiation used in the construction industry, such as sand. However, and exploitation of this mineral, it promotes socio-environmental impacts, leaving its impressions in the territory vigiense, emerging socio-environmental conflicts arise from the use and appropriation of natural resources. The methodology considered the bibliographic research referring to the main topics addressed, secondary data collection and field research to verify the problem addressed. In this way verified that the conflicts between mining companies and municipality environmental agency are strengthened due to the application of instruments that attenuate the environmental degradation, marking the management of the mining resources challenging.

Key-words: Socio-environmental conflicts. Mining. Environmental management. Aggregates. Sand.

1. INTRODUÇÃO

A mineração, de modo geral, é rotulada como uma atividade econômica altamente predatória, pois ocasiona transformações profundas no local em que se instala e nas suas proximidades. Contudo, a mineração é estratégica para o desenvolvimento dos lugares, importante para a economia, promove empregos diretos e indiretos, assim como está inserida na produção de diversos produtos presentes no dia a dia das pessoas. É evidente, deste modo, os múltiplos impactos originados pela atividade mineira.

A Amazônia, no entanto, apresenta grande diversidade de substâncias mineralógicas, com expressivos volumes, bem como possui a maior produção mineral do Brasil e do mundo. É historicamente marcada pela exploração dos recursos naturais e por conflitos socioambientais das mais diversas naturezas, lugares e tempos, dentre os quais, aqueles que derivam da atividade minerária (LOPES, 2012). Na região amazônica, os conflitos (e não apenas esta problemática), provenientes da mineração de grande porte, são extensamente alvos de estudos. No entanto, a mineração de pequeno porte, tal como a mineração de agregados, timidamente, começa a ser objeto de pesquisas.

Os agregados de uso imediato, são matérias-primas com ou sem beneficiamento, usados na indústria da construção civil, o que leva a relacionar sua forte ligação com os espaços urbanos, na edificação de estruturas (REZENDE, 2017a; LA SERNA & VALVERDE, 2013; IBRAM, 2015). As substâncias que compõe o grupo dos agregados, consideradas pela ampla literatura como minérios não metálicos, são: a areia, a argila, o seixo e a pedra britada (REZENDE, 2017a)

Embora os recursos minerais sejam tão importantes para a sociedade contemporânea, a atividade mineira promove degradação da área explorada, tais como gera a supressão da cobertura vegetal, mudanças na topografia em decorrência da retirada de horizontes, alterações qualitativa e quantitativa da água, dentre outras, além de trazer sérias implicações na esfera social em suas diferentes escalas. Segundo Barreto, Silva e Oliveira (2012), os conflitos socioambientais derivam, ainda, dos passivos ambientais decorrentes da mineração de agregados.

No setor de agregados, não são raros os casos de abandono de áreas degradadas, resultando em tensão, sobretudo, entre órgãos ambientais e empresas, pelo descumprimento da legalidade, assim como entre empresas e comunidades, pelos impactos socioambientais insurgidos da mineração

Desta forma, o presente trabalho focaliza para o município de Vigia de Nazaré, Pará, com o objetivo de apresentar os desafios enfrentados pela gestão ambiental municipal, frente aos conflitos socioambientais decorrentes da mineração de agregado de uso imediato para a construção.

2. MINERAÇÃO DE AGREGADOS NA CONJUNTURA PARAENSE

No panorama brasileiro, a economia minerária de agregados se manteve ascendente até 2014, apresentando uma produção interna estimada em torno de 700 milhões de toneladas no referido ano, dos quais 391.765.746 toneladas se referem apenas ao consumo de areia (DNPM, 2015). Uma das explicações para o aumento da produção de agregados, está atrelada a execução dos projetos de infraestruturas do governo federal, disposto pelo território nacional, tais como os embutidos nos Programas de Aceleração do Crescimento 1 e 2.

No entanto, houve declínio na produção de agregados, conforme dados apresentados pelo DNPM dos anos de 2015, 2016 e 2017. O motivo para a desaceleração da produção de minerais

para a construção está associado com a situação econômica do país, o que determinou menor demanda no setor da construção civil.

Em se tratando dos Relatórios Anuais de Lavra (RALs), conferidos ao DNPM, apontam a existência do referido mineral em todos os estados. Mas, a produção interna apresentada nestes, não mostram os números reais do quantitativo de areia produzido no Brasil. A explicação para que se chegue a esta afirmativa, está relacionada ao consumo indireto de cimento e asfalto, produtos complementares que são levados em consideração para se chegar as estimativas publicadas pelo DNPM (2014).

Das regiões do Brasil, a região Norte apresenta menor consumo de agregados do país, aproximadamente 7%, e o Pará é o estado desta que tem maior consumo e produção, 19.012.575 toneladas (IBRAM, 2011). A dinâmica produtiva de agregados do referido estado, acompanhou o ritmo de produção crescente do país, assim como a queda na produção nos anos posteriores a 2014 (DNPM, 2010-2013, 2014, 2015 e 2016), como mostra a tabela a seguir, de acordo com dados oficiais.

Tabela 1. Produção de Areia no Estado do Pará, Valor e Porte da Mina.

Produção da mineração de agregados no Pará-Areia			Porte da mina**			
Ano	Produção Bruta*	Valor R\$	Média	Pequena	Micro	Total
2010	352.521 t	1.716.058	1	2	7	10
2011	549.232 t	4.523.729	1	8	7	16
2012	845.840 t	5.176.906	2	8	12	22
2013	750.357 t	5.534.425	2	8	17	27
2014	790.919 t	7.561.732	1	13	29	43
2015	771.564 t	8.224.587	1	17	17	35
2016	601.449 t	6.105.969	1	11	17	29

Fonte: Anuário Minerário Estadual – Pará, anos base: 2010-2013, 2014, 2015 e 2016.

* Não considera a produção de areia industrial.

** Modalidade de lavra: 100% das minas são a céu aberto.

- Média: minas com produção bruta (ROM) entre 100.000 t e 1.000.000 t;
- Pequena: produção bruta (ROM) anual entre 10.000 t e 100.000 t;
- Micro: minas com produção bruta (ROM) anual abaixo de 10.000 t.

Por ser composto, principalmente, por empresas de micro a médio porte e por depender da localização dos depósitos minerais, o seguimento de agregados é considerado como uma atividade que causa impactos pontuais no ambiente. Entretanto, em consequência de um conjunto de fatores, como a consideração do número de minas na sua totalidade, o alto índice de clandestinidade, falhas no licenciamento ambiental, entre outros fatores, a mineração de agregados pode acarretar impactos relevantes, sobretudo, em áreas definidas como de preservação permanente. (BRASIL, 2001; REZENDE, 2017b).

Souza, Pena e Silva (2016), trazem dados do ano de 2014 da Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM) relacionados aos municípios do estado paraense produtores

formais de agregados para a construção civil, que totalizam 94 municípios, um percentual estimado de 66% dos municípios paraense. De acordo com os autores, os empreendimentos minerais se localizam, principalmente, afastados das sedes municipais e os agregados são minerados artesanal e industrialmente, gerando receitas e empregos para os municípios.

Da Rocha e Palheta da Silva (2013), ao analisar a mineração em pequena escala¹ no Pará, ressalta que esta é significativa. O Pará, de acordo com a tipologia de minérios presentes em cada porção do território paraense, está compartimentado em distritos. A autora focaliza para o distrito correspondente a mesorregião do Nordeste Paraense, uma vez que esta possui abundância e importante produção de agregados, devido à presença de depósitos minerais de diversas substâncias desse grupo. No território paraense, um dos municípios onde ocorre a mineração de agregados – areia destinada à construção –, para o qual será direcionado esta pesquisa, corresponde ao município de Vigia, situado no nordeste do estado.

2.1. O MUNICÍPIO DE VIGIA: A ÁREA DE ESTUDO

O município de Vigia está localizado nas coordenadas geográficas 00° 51' 12" de latitude sul e 48° 08' 41" de longitude oeste de Greenwich. Faz parte da Mesorregião do Nordeste paraense, na Microrregião do Salgado. Colares, Castanhal, Santo Antônio do Tauá e São Caetano de Odivelas são municípios limítrofes. Ao Norte, encontra-se o Oceano Atlântico. Está a 93 km de Belém. Sua área territorial abrange 539,1 km² de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A origem do município é datada em 06 de janeiro de 1616 com o decorrer da expedição de conquista do Grão-Pará. Atualmente conta com uma população de aproximadamente 47.889 habitantes. (IBGE, 2010). O mapa 01 a seguir mostra a localização do referido município.

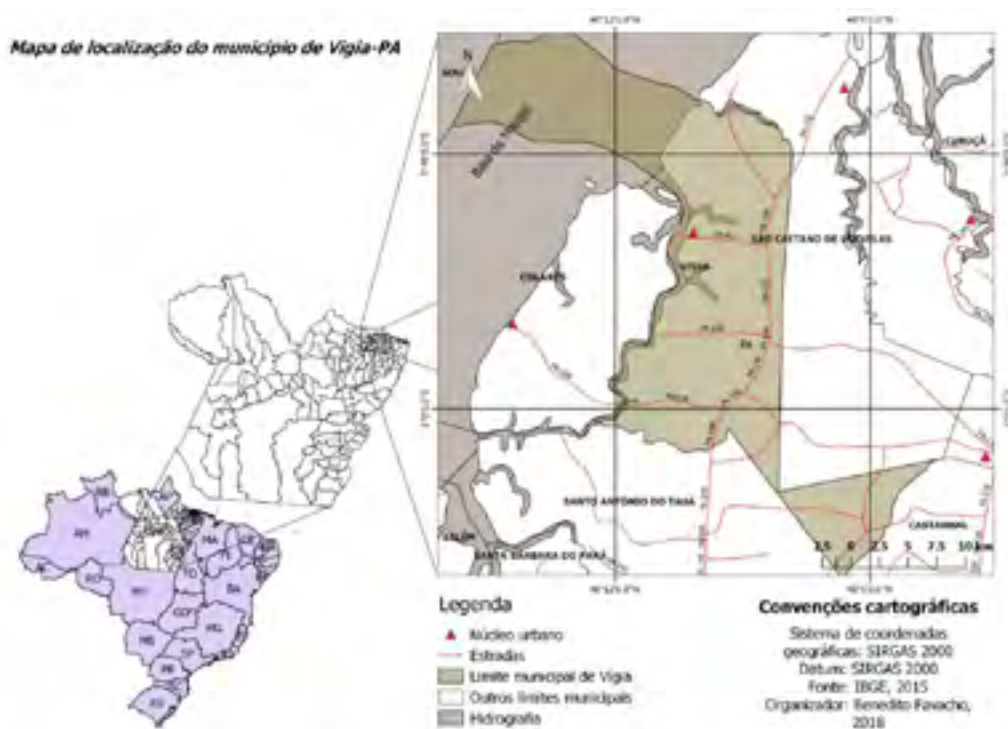


Figura 1. Localização de Vigia de Nazaré, PA. FONTE: IBGE, 2015. ELABORAÇÃO: BENEDITO FAVACHO.

1 Da Rocha (2013) trazem em seu trabalho a definição de mineração de pequena escala do Departamento Nacional da Produção Mineral, que são realizadas por empreendimentos que produzem até 50 mil toneladas de minério bruto por ano.

A areia se origina a partir de processos intempéricos² de erosão, transporte e deposição, dinâmica contínua no planeta. Dessa forma, a atividade minerária de areia se dá em Vigia em virtude de o município possuir características geológicas propícias à formação de jazidas. De acordo com Rayol (2002), a extração de área no ano de 2002 era realizada de maneira ilegal, desordenada e sem critério técnico, para atender o mercado local.

Acerca do período em que se iniciou a exploração de areia no referido município, até o presente momento, não se tem conhecimento. Porém, Prazeres (1995) mostra em seu trabalho que a extração de areia em Santo Antônio do Tauá, município vizinho de Vigia, já estava em curso, o que leva a considerar que no território vigiense a mineração de areia ocorre há pelo menos 20 anos.

A atividade minerária de areia para a construção civil no município de Vigia, não foge à regra deste setor da mineração. Os empreendimentos são considerados de pequeno porte, apresenta considerável índice de clandestinidade, em certos casos não cumprem o que apresentam no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) ao desativar a mina, a comercialização do minério se dá internamente, em municípios próximos e região metropolitana.

A mineração de areia em Vigia, de acordo com dados obtidos da Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios (DIPAR) do DNPM, relacionada a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM). A CFEM é um tributo recolhido mensalmente pelo DNPM derivado do aproveitamento econômico de qualquer mineral. Em relação aos minerais de uso imediato na construção civil, foi estabelecido 2% sobre o faturamento líquido, distribuído entre União, Estados, Distrito Federal e municípios (REZENDE, 2017b, p. 44). No entanto, por causa do índice de clandestinidade e pela falta de controle da atividade, sabe-se que o valor da compensação está aquém do valor que deveria ser repassado pelas empresas mineradoras.

Nesse seguimento de agregados no município de Vigia de Nazaré, as empresas atuantes são consideradas de pequeno porte, licenciadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, desde o ano de 2011, renovável a cada ano, em consonância com o Departamento Nacional de Produção Mineral, agora, a Agência Nacional de Mineração (ANM) em substituição ao DNPM. Até o primeiro semestre de 2018, foram dadas 28 solicitações de licenciamento.

3. METODOLOGIA

Para a obtenção de dados, nesta pesquisa, foram considerados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Pesquisa bibliográfica para o aprofundamento e embasamento teórico e de análises acerca dos principais temas, que são: conflitos socioambientais, mineração de agregados e gestão ambiental e;
- b) Coletas de dados estatísticos em bibliotecas virtuais do principal órgão de mineração (DNPM) – referentes a produção mineral de agregados do Pará e compensação financeira por substância mineral do município de Vigia de 2004 a 2018 – e de órgão ambiental municipal (SEMMA) sobre números de solicitações de licenciamento.
- c) Pesquisa de campo, realizada no primeiro semestre de 2018, na qual incluiu conversas e entrevista com servidores da Secretaria de Meio Ambiente de Vigia de Nazaré e visitação em areais para a observação das alterações da paisagem do território vigiense deixadas pela mineração.

2 Esses processos podem ser sucessivos de outros ciclos das rochas, assim como podem não ter sucessão destes.

Vale ressaltar a dificuldade em se ter acesso às informações da atividade minerária de Vigia de Nazaré, pois existem raros trabalhos sobre a área de estudo considerando essa temática, assim como pela escassez de dados relativos ao volume produzido, valor gerado pela comercialização da substância, valor repassado para o município e onde este é aplicado. O processo de análise dar-se-á a partir destes dados que permitirão inferências sobre os conflitos promovidos pela atividade minerária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os municípios possuem competências estabelecidas na Constituição Federal de 1988, inserindo-se nessas a gestão ambiental referente aos minerais de uso imediato para a construção. De acordo com Rezende (2017b), ao município é atribuída a execução do licenciamento para exploração mineral dos agregados de uso direto na construção civil, dando o caráter descentralizador para a gestão dos recursos minerais. Assim, tanto para o proprietário do terreno quanto para quem possuir autorização para a lavra, pode ser concedido o licenciamento ambiental, sendo a estes atribuídos o ônus ou as externalidades da atividade, como expresso no Código de Mineração de 1967, no art. 27.

Este tipo de minério apresenta características específicas, as principais são: a) o baixo grau de investimento em tecnologia; b) sua composição é estabelecida por pequenas empresas; c) produzem grandes volumes de minérios; d) possuem baixo valor agregado, e) é considerável o índice de clandestinidade; f) depende do fator locacional; e g) individualmente, proporciona efeitos negativos pontuais no meio ambiente, mas, um conjunto de minas de agregados podem acarretar impactos relevantes. (BRASIL, 2001; REZENDE, 2017b).

Os recursos minerais não possuem capacidade regenerativa, o que põe no centro do debate o uso racional desse recurso. Apesar da abundância da areia para a construção, sua escassez pode ser uma realidade em lugares onde a demanda é expressiva, como em regiões metropolitanas, promovendo a procura em lugares mais distantes. A extração de areia em Vigia de Nazaré faz parte dessa dinâmica da atividade minerária de agregados, uma vez que depósitos do referido mineral localizados da região metropolitana de Belém estão exaurindo, já que está em um raio menor que 200 km entre o ponto de extração e de mercado consumidor (DNPM, 2014).

As marcas impressas no território devido a atividade minerária, são diversas. Rayol (2002) já tratava dos impactos advindos da extração de areia, mostrando os principais problemas ambientais, dentre os quais aqueles que vem se acentuando no decorrer do anos, como: a supressão da vegetação (figura 01) que diz respeito a áreas de floresta e a áreas de campos (também chamadas de campinas amazônicas), considerados enclaves no bioma Amazônico; as depressões oriundas da remoção de horizontes, sem recuperação ou reabilitação da área, incidindo em ravinamento e formação de lagos em períodos chuvosos (figura 02); assoreamento e rebaixamento dos recursos hídricos devido a remoção de vegetação ciliar, bem como o comprometimento de nascentes; o empobrecimento do solo, pela retirada de camada orgânica; perda de espécie da fauna e da flora local; homogeneização da vegetação em áreas reflorestadas, principalmente, com a espécie acácia manja; compactação e redução da permeabilidade do solo; suspensão de partículas, etc.

Os areais presentes no município se localizam em áreas mais afastadas do centro urbano. No entanto, com a dinâmica populacional, percebe-se um crescimento habitacional próximo as cavas mais antigas, localizados junto a rodovia PA-140. No período com mais chuva, correspondente aos primeiros seis meses do ano (FAPESPA, 2016, p. 12), há formação de grandes lagos, podendo se tornar criadouro para transmissores de doenças.

O licenciamento pelo órgão ambiental municipal é recente, data do ano de 2011. No entanto, a clandestinidade teve regressão devido a transição de competências, do DNPM para a SEMMA, um avanço na gestão dos recursos minerais em Vigia de Nazaré. Por gestão ambiental, entende-se “o ato de gerir um território por meio de ações políticas e técnicas para uso e aproveitamento dos recursos naturais, de forma menos predatória possível, para preservar a sócio-bio-cultural diversidade para perenizar a espécie humana, flora, fauna, terra e biota” (BRUNACCI; PHILIPPI JR., 2005 *apud* VASCONCELLOS SOBRINHO, DO CANTO & CONDURU, 2017, s/p.).

O [Ministério de Minas e Energia] MME afirma que existem altos índices de informalidade no setor mineral, causados por: (i) Fiscalização ineficiente em decorrência de deficiências técnicas e de pessoal dos órgãos gestores; (ii) Dificuldade na aplicação das normas, em relação aos conflitos de competência e à administração compartimentada e principalmente a (iv) Burocratização e lentidão no processo de legalização, principalmente ambiental. Não existe, portanto, uma política pública continuada para a mineração e com metas de longo, médio e curto prazo e que possa vir a atender as necessidades dos diversos subsetores da mineração materializando-se assim a barreira de papel para a formalização mineral no Estado. (DA ROCHA & PLHETA DA SILVA, 2013, p.14)

A relação de empresa e órgãos ambientais, geralmente, é conflituosa. Os conflitos podem ser entendidos como constituintes de uma gama de interações entre os inúmeros grupos sociais (comunidades, empresas, organizações...), pertencentes a um território, portanto, são inerentes a vida social. Desta forma, assume-se o pressuposto de que os conflitos podem impulsionar mudanças em determinado contexto, podendo ser atenuado, abafado, ou até mesmo fortalecidos, uma vez que são intrínsecos de qualquer sistema social (LOPES, 2012).

O licenciamento e a fiscalização ambientais são importantes instrumentos de controle ambiental. Contudo, para Costa (2017), no licenciamento as tensões são elucidadas, pois se tem a busca pelo desenvolvimento econômico, assim como sua promoção, e as condições socioespaciais dos lugares e territórios.

Contudo, “o processo ou a tentativa mais frequente é o de, proceder à regulamentação dos conflitos, isto é a formulação de regras bem aceitas pelos participantes que estabelecem determinados limites aos conflitos” (REGALIA, 2010 *apud* LOPES, 2012, p. 43), com a finalidade de reduzi-los. Diante disso, delinea-se o conflito no viés socioambiental, de acordo com Lopes (2012, p. 44), pois “são decorrentes dos embates entre diferentes atores e grupos sociais que disputam a apropriação e uso dos recursos”.

Todavia, a partir das primeiras análises, constatou-se no território vigiense as explorações indevidas, como quando há o embargo de uma mina ou quando o vence o licenciamento, os proprietários continuam operantes. Há ainda a mineração por terceiros, com o consentimento do dono do empreendimento, mas de forma ilegal. Quando os proprietários são notificados, relatam que desconhecem tal fato ou que estão sendo lesados. De acordo com Souza, Pena e Silva (2016, p. 4), “os problemas ambientais ocasionados pelas atividades de mineração e a baixa geração de dividendos (impostos) gerados para o município em razão do alto índice de clandestinidade de empreendimentos mineradores são os principais problemas associados a esta atividade”

Deste modo, o que tem ocorrido em Vigia de Nazaré, é relacionado a situações de cunho de gestão ambiental ineficiente, que esbarra entre outras questões na falta de fiscalização mais intensa, legalização de alguns empreendimentos, aplicação de instrumentos para a recuperação de áreas degradadas e revisão da sua lei ambiental para extinguir precedentes em favor do minerador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos socioambientais decorrem do uso e apropriação aos recursos naturais. Portanto, considerando os conflitos como intrínsecos à vida em sociedade, conjectura-se que estes podem impulsionar mudanças. No presente trabalho, os conflitos socioambientais abordados têm origem a partir da atividade mineira de agregados de uso imediato, no município de Vigia de Nazaré, que ao longo do tempo vem modificando a paisagem local, por conta da exploração desordenada no passado e pela falta de maior rigidez no controle da atividade econômica nos dias atuais, no que diz respeito ao fiscalização dos empreendimentos minerários, uma vez que este setor da mineração é caracterizado, também, pelo considerável índice de clandestinidade.

Diante do exposto, diz-se que a gestão dos recursos naturais é um dos maiores desafios da atualidade. De certo, promover medidas que, ao se fazer uso dos recursos, resultem em menos conflitos socioambientais pela degradação do meio ambiente não é tarefa simples, depende de uma série de condicionantes e instrumentos para a minimização dos danos referente a exploração mineral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://goo.gl/HwJ1Q>. Acesso em: 21/03/2018

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). **Manual de Normas e Procedimentos para Licenciamento Ambiental no Setor de Extração Mineral**. Brasília, 2001

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm Acesso em: 27/03/2018.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual – Pará: anos base 2010 a 2013**. Brasília: DNPM, 2016.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro – Pará: ano-base 2014**. Brasília: DNPM, 2015.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual – Pará: ano-base 2015**. Brasília: DNPM, 2016.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual – Pará: ano-base 2016**. Brasília: DNPM, 2017.

BARRETO Eduardo Paes; SILVA, Carlos Magno Muniz & Oliveira, Patricia Fernanda Passos de. Análise da Mineração em Áreas Urbanas no Contexto do Ordenamento Territorial: Estudo de Caso do Município de Jaboaão dos Guararapes, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**. V .05 1002-1018, 2012.

COSTA, Marco Aurélio. Licenciamento Ambiental: vilão ou mocinho? Como o território pode contribuir para a superação de falsas dicotomias (à guisa de introdução). In.: COSTA, Marco Aurélio; KLUG, Letícia Beccalli & PAULSEN, Sandra Silv. **Licenciamento ambiental e governança territorial: registros e contribuições do seminário internacional/** - Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

DA ROCHA, Danusa di Paula Nascimento & PALHETA DA SILVA, João Márcio. **A Mineração em Pequena Escala (MPE) no estado do Pará e a (des) ordem do território**. Revista GeoAmazônia, Belém, v. 02, n. 2, p. 01 - 18, jul./dez. 2013.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses**: Vigia. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Informações sobre a economia mineral brasileira**. 2015. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/>. Acesso em 22/10/2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**: panorama de Vigia. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/vigia/panorama>. Acesso: 05/03/2018.

LA SERNA, Humber.to Almeida de & VALVERDE, Márcio Marques. **Agregados para a Construção Civil**. Brasília: DNPM, 2013.

LOPES, Luiz Otávio do Canto. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial**: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista juruti velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil. Tese (Doutorado – Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

REZENDE, Márcio Marques. **Proposta Metodológica para o ordenamento territorial da mineração de agregados para a construção civil no Distrito Federal e Entorno**. Revista Areia e Brita da ANEPAC ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO. Edição 71 – maio a agosto de 2017a, 44.

_____. **Análise e Subsídio ao Ordenamento Territorial da Mineração de Agregados para a Construção Civil na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno**. Tese (Doutorado – Doutorado em Geociências Aplicadas). Universidade de Brasília, 2017b.

PRAZERES, Marisol do Socorro Oliveira. **Diagnóstico da Economia Mineral do Município Produtor de Materiais de Construção Civil**. Exemplo: Santo Antônio do Tauá (Nordeste do Estado do Pará). Trabalho de Conclusão de Curso em Geologia, 1995.

RAYOUL, Augusto César Damasceno. **Estudo Geoeconômico e Ambiental dos Recursos Minerais dos Municípios de Vigia, São Caetano de Odivelas e Colares**. Trabalho de Conclusão de Curso de Geologia, 2002.

SOUZA, Jorge Thadew Moura de; PENA, Heriberto Wagner Amanajás & SILVA, Benedito Evandro Barros da. **Análise espacial das atividades de mineração**: expansão das áreas de cavas de seixo e areia no município de Ourém, PA. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Brasil**, 2016.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mario; LOPES, Luiz Otávio do Canto & CONDURÚ, Marise Teles. **Gestão Ambiental e Desenvolvimento Territorial em Múltiplas Perspectivas na Amazônia Paraense: Uma Introdução À Discussão**. In.: VASCONCELLOS SOBRINHO, Mario; LOPES, Luiz Otávio do Canto & CONDURÚ, Marise Teles. **Gestão Ambiental na Amazônia**: território, desenvolvimento e contradições. Belém: NUMA/UFPa, 2017.

TERRITÓRIO EM DISPUTA: LIMITES DA GESTÃO COMPARTILHADA EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA SERRA DO JAPI - SP

RICARDO SILVEIRA ORLANDO

*Professor EBTT do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
ricardo.orlando@ifsp.edu.br*

RESUMO

A redemocratização brasileira e a revitalização dos movimentos sociais corroboraram para uma nova concepção de gestão pública e planejamento do território com base na participação social. O contexto sociopolítico da época, contribuiu alguns anos mais tarde, para a aprovação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A legislação deu nova redação ao conceito de Área de Proteção Ambiental (APA), definindo os seus conselhos gestores como arenas mais adequadas à gestão participativa e negociação dos conflitos socioambientais. No entanto, algumas experiências demonstram as inúmeras dificuldades das APAs e de seus conselhos no desempenho de suas funções. Diante de tais perspectivas, este artigo tem como objetivo a discussão sobre os desafios e os limites da gestão compartilhada em APAs, com base na observação da atividade do conselho gestor das Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiá-SP.

Palavras-Chave: Planejamento territorial, unidades de conservação, conselhos gestores, participação, conflitos socioambientais

ABSTRACT

The Brazilian redemocratization and the revitalization of social movements corroborated for a new conception of public management and territorial planning based on social participation. This sociopolitical context contributed to the approval of a National System of Conservation Units (SNUC). The legislation established the concept of Environmental Protection Area (APA), defining its management councils as arenas more suitable for participatory management and negotiation of socio-environmental conflicts. However, some specific cases showed the difficulties of APAs and their councils in the fulfillment of their functions. This article evaluates the challenges and limits of shared management in APAs based on the observation of the management council activity in three Environmental Protection Areas in São Paulo State: Cabreúva, Cajamar, and Jundiá.

Key-words: Territorial planning, conservation units, management councils, participation, socio-environmental conflicts

1. A regulação pública e as unidades de conservação no Brasil: uma aproximação

Entre os autores consultados, NEDER (2002, p.24) se dedica à análise da construção do aparato técnico-legal e a incongruente regulação pública governamental no campo das políticas ambientais na história do Estado brasileiro. O autor demonstra com profundidade os três tipos de intervenções relacionadas à questão socioambiental no Brasil nas últimas décadas: 1) a proteção de ecossistemas brasileiros por meio das unidades de conservação; 2) a política de zoneamento e controle ambiental com ênfase punitivo-pedagógica de multas e advertências

promovidas pelos órgãos de controle ambientais estatais; 3) o debate ambiental sobre a sustentabilidade (e suas múltiplas dimensões).

O autor adverte que a década de 1930 foi caracterizada por uma institucionalização dos primeiros marcos regulatórios sobre os recursos naturais no país. Nesse contexto, a questão ambiental passou a ser definida pelo controle do Estado com a criação de órgãos e legislações federais que arbitraram sobre assuntos como água, pesca, energia elétrica, minérios, florestas e parques nacionais¹.

Entretanto, como nos alerta ACSELRAD (2001, p.18), os primeiros passos dados em relação aos espaços ambientalmente protegidos evidenciam a posição contraditória do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo em que assumiu um discurso conservacionista diante da diplomacia internacional, não conseguiu evitar a atuação dos grandes fazendeiros e madeireiros. Ao contrário, esses grupos econômicos receberam subsídios estatais para o avanço das fronteiras agrícolas para a Amazônia. Essa atitude dúbia com relação aos ecossistemas começou a ser denunciada com veemência, na década de 1980, pelos movimentos socioambientais.

Apesar das históricas ambiguidades no campo da política ambiental brasileira, em julho de 2000 é finalmente aprovado um Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A legislação agrupou as diferentes tipologias de unidades de conservação em duas grandes categorias: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável².

2. A figura institucional das Áreas de Proteção Ambiental

No Brasil, as APAs foram instituídas por meio da Lei nº 6.902 de 27/04/1981, antes mesmo da aprovação da Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei definiu os conceitos de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.

Conforme os dispositivos da lei, nas Estações Ecológicas foram proibidas as atividades econômicas, exceto aquelas vinculadas diretamente à educação e pesquisa. As APAs, entretanto, adquiriram outra natureza institucional: declarar determinadas áreas como estratégicas para conservar as condições ecológicas locais e assegurar o bem estar das populações humanas.

A definição atual do que vem a ser uma APA ocorreu com a aprovação da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, definindo-a como:

[...] uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos e estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais.³

1 Nos anos de 1930 começaram a ser desenhadas algumas estruturas institucionais em torno da proteção de territórios. O Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, foi a primeira experiência brasileira de áreas protegidas e foi inspirado no modelo do Parque Nacional de Yellowstone (1872), com forte conteúdo biocêntrico (ênfase na preservação da flora e da fauna)

2 Nas Unidades de Proteção Integral, as atividades humanas são bastante restritivas. Nesse grupo, foram inseridos: as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios da Vida Silvestre. As Unidades de Uso Sustentável têm como grande desafio a compatibilização da conservação ambiental com a utilização sustentável dos recursos naturais. Estão alocadas nesse grupo as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Nacional.

3 A nova redação dada pelo SNUC às APAs manteve os mecanismos previstos em legislações anteriores: possibilidade de existirem em terras públicas ou privadas; estabelecimento de normas e restrições para atividades em propriedades privadas (respeitando-se os limites constitucionais), possibilidade de realização de pesquisas científicas e visitação pública nas áreas sob domínio público. A novidade é a constituição obrigatória de um conselho gestor presidido pelo órgão responsável por sua administração e formado por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil (ONGs, universidades, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, iniciativa privada, consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas) e da população residente.

De certa maneira, as APAs supriram algumas expectativas ambientalistas com relação ao desenvolvimento sustentado em áreas particulares. A lógica de operacionalidade das APAs prevê políticas restritivas (inclusive em relação ao uso do solo) e manutenção da estrutura fundiária local sem a necessidade da devida desapropriação (que, na maioria das vezes, é um processo lento e oneroso). Portanto, o desafio das APAs é o de se transformar em um instrumento para o desenvolvimento de políticas que estimulem a conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais com o uso sustentável nas terras, as quais, geralmente, são de propriedade privada.

Na legislação do SNUC os conselhos gestores de APAs passaram a ser considerados como arenas (deliberativas e consultivas) de participação dos agentes sociais e econômicos com diferentes perspectivas em relação ao uso do território (conflitos).

3. As Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiá: território, aspectos institucionais e delimitação dos conflitos socioambientais

3.1. Características territoriais das Unidades de Conservação

As APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá (APAs CCJ) são três unidades de conservação contíguas criadas por leis estaduais no ano de 1984. A criação destas unidades teve como objetivo a proteção da diversidade biológica e dos recursos hídricos de um maciço montanhoso localizado na região de Jundiá (formado pelas serras do Japi, Guaxatuba, Guaxinduva e dos Cristais).

As três APAs estão localizadas entre nove municípios paulistas, bem próximas às Regiões Metropolitanas de Campinas e de São Paulo. É uma extensa área formada pelos municípios de Cabreúva, Cajamar e Jundiá e trechos dos territórios de Jarinu, Campo Limpo Paulista, Itupeva (bacia hidrográfica do rio Jundiá-Mirim e ribeirão Caxambu), Indaiatuba, Itu e Salto (bacia hidrográfica do ribeirão Piraí).

O Japi é considerado o mais importante atributo natural das APAs, sendo um dos últimos pontos de encontro entre a Mata Atlântica e as Matas de Planalto ainda conservadas no Estado. Serve como um “cinturão verde” entre duas regiões metropolitanas bastante industrializadas e urbanizadas. Por isso, um ano antes da criação das APAs, diante da importância regional (em termos de biodiversidade e de abastecimento hídrico), uma área equivalente a 191,70 km² foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT) do Estado de São Paulo⁴.

Do ponto de vista geofísico, essas serras constituíram-se em barreiras aos ventos que sopram do Atlântico em direção ao planalto paulista, possibilitando uma significativa precipitação pluviométrica. Por conta desse fato, formaram-se centenas de córregos e riachos que vertem das encostas acidentadas das serras, produzindo, conforme denominação de Ab’Sáber, um “castelo de águas” útil ao abastecimento público.

⁴ Cinco anos antes de seu tombamento pelo Estado e em plena ditadura militar, cerca de três mil pessoas participaram de uma memorável passeata contra o avanço da especulação imobiliária e os grandes interesses econômicos que ameaçavam a serra, indo da Praça da Bandeira, em Jundiá, até o Pico do Mirante.

Quadro 1. Dados gerais das APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá

APA	Municípios abrangidos	UGRHI	Área (ha) Área total (ha)	Instrumentos legais de criação
Cabreúva	Cabreúva, Indaiatuba, Itu e Salto	10 – Médio Tietê/ Sorocaba	37.197	Lei Estadual nº 4.023, de 22/05/1984
Cajamar	Cajamar	6 – Alto Tietê	13.309	Lei Estadual nº 4.055, de 04/06/1984
Jundiá	Jundiá, Itupeva, Jarinu e Campo Limpo Paulista	5 – Piracicaba/ Capivari/ Jundiá	49.329	Lei Estadual nº 4.095, de 11/06/1984
Total			99.835	

Fonte: <http://fflorestal.sp.gov.br>. Dados organizados pelo autor.

Nas APAs, são encontrados os últimos fragmentos de florestas semidecíduas do Estado de São Paulo (vegetação que perde parcialmente as suas folhas entre o outono e o inverno). Esse tipo de flora, com sua rica biodiversidade, compõem o ecossistema da Mata Atlântica. Muitas das espécies animais são endêmicas, ou seja, existem apenas na região e estão sob ameaça de extinção.

Do ponto de vista político-institucional, a regulamentação das APAs foi feita por um único decreto estadual, estabelecendo o gerenciamento participativo e integrado por um conselho gestor⁵.

A criação das APAs CCJ pelo poder público decorreu da intensa mobilização da sociedade civil e de pesquisadores das universidades de São Paulo (USP) e de Campinas (UNICAMP). Destaca-se, por exemplo, a participação do professor Aziz Nacib Ab'Sáber, que, dois anos antes, quando ainda era presidente do CONDEPHAAT, produziu um parecer favorável sobre o tombamento do Japi. Além das APAs e do tombamento realizado pelo CONDEPHAAT, existe outro instrumento para a conservação do Japi: a Reserva Biológica Municipal, criada pela prefeitura de Jundiá em 1992 (aproximadamente 10% da área da serra situada no município).

⁵ Decreto Estadual nº 43.284, de 03/07/1998.

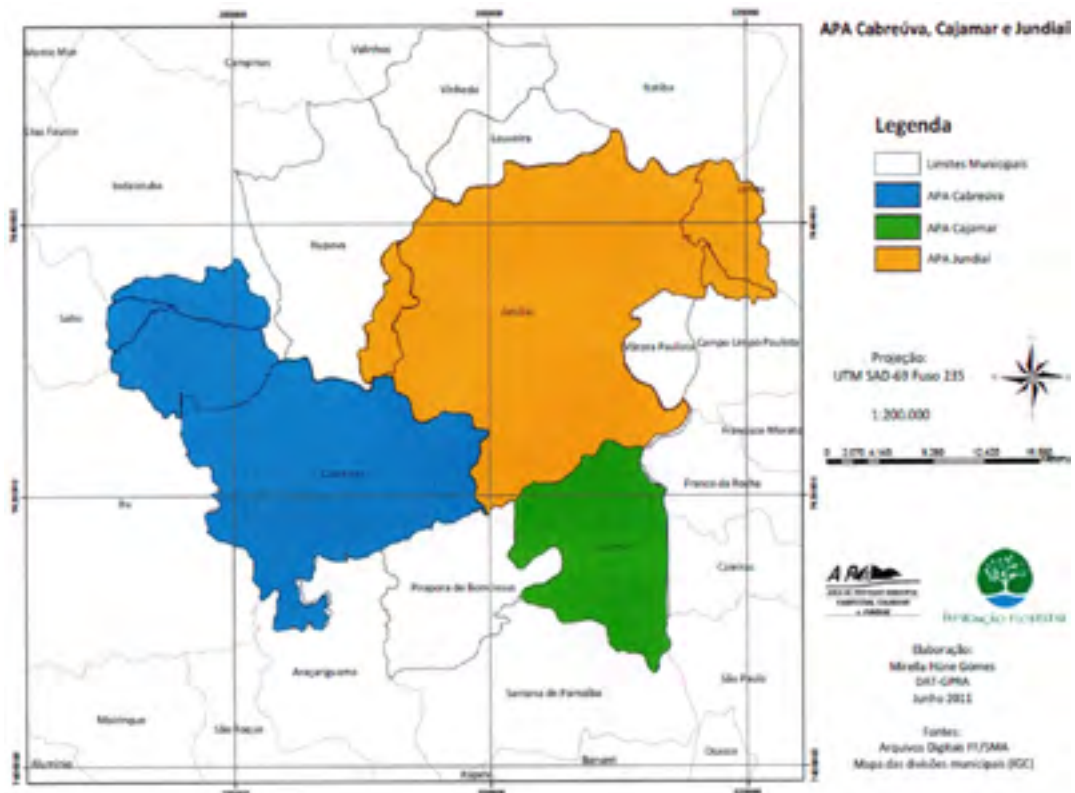


Figura 1. APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá. Fonte: Fundação Florestal. Disponível em: <<https://ffloretal.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2018.

3.2. Conselho gestor das APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá

Após a edição da lei do SNUC e seu decreto regulamentador, os conselhos gestores de APAs paulistas passaram a apresentar caráter consultivo e composição paritária entre os órgãos públicos (25% de representantes do Estado e 25% de representantes dos municípios) e a outra metade por entidades de representação da sociedade civil (50%).

Quadro 2. composição do conselho gestor das APAs paulistas

<p>I) representantes de órgãos e entidades da administração estadual escolhidos pelas Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, da Agricultura e de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento (25%);</p> <p>II) representantes das prefeituras municipais abrangidas (25%);</p> <p>III) representantes da sociedade civil com atuação comprovada na região (50%).</p> <p>Obs.: o mandato do conselheiro é de dois anos, renováveis por igual período, não sendo remunerado, por ser considerado de relevante interesse público.</p>

Seguindo o modelo dos comitês de bacias, a primeira gestão do conselho gestor das APAs CCJ era composto por 24 membros, com mandatos de 2 anos, divididos de forma paritária entre Estado (1/3), Municípios (1/3) e Sociedade Civil (1/3). Posteriormente alguns conselheiros consideraram que este formato privilegiava os representantes do poder público (2/3) em relação aos segmentos da sociedade civil organizada (1/3).

Como resultado de um decreto estadual de 2003, ocorreu uma alteração na composição dos conselhos gestores: 25% representantes do Estado, 25% representantes das prefeituras municipais e 50% representantes da sociedade civil.

Por causa da ampliação dos limites territoriais das APAs CCJ em 2006 e a fim de acomodar as novas demandas sociopolíticas, o número de assentos da sociedade civil e dos poderes públicos municipal e estadual aumentou - de 6 para 10 (sociedade civil) e de 3 para 5 (prefeituras e entidades estaduais).

3.3. Os conflitos socioambientais nos perímetros das APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá: atores, sinergias e tensões

Conforme ACSELRAD (2004, p.16), um conflito ambiental começa a existir quando duas ou mais partes, em suas relações de sociabilidade, apresentam profunda falta de entendimento acerca de determinado tema. Os rios da Amazônia, por exemplo, não apresentam o mesmo significado social para as comunidades indígenas ou ribeirinhas como para as empresas geradoras de hidroeletricidade.

Para ACSELRAD (2004, p.17), apesar das diferentes expectativas e significados, os objetos do ambiente, as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e os seus sentidos e usos atribuídos ao meio interagem e conectam-se materialmente e socialmente, seja através das águas, do solo ou da atmosfera. Tal aspecto explicaria os conflitos em torno do uso do território e dos recursos.

Por ser uma área relativamente extensa e composta por áreas urbanas e rurais de nove municípios, o território das APAs CCJ é naturalmente palco de potenciais conflitos⁶. De um modelo geral, podemos afirmar que atividades como mineração, uso indevido e comprometimento dos mananciais, especulação imobiliária, expansão urbana desordenada e crescimento da atividade industrial são os aspectos que mais geram controvérsia no debate político e ambiental regional.

Ainda em relação aos conflitos, ACSELRAD (2004, p.28) adverte que os interessados na compreensão das situações conflitivas devem observar a situação socioambiental do território a ser investigado. Por isso, interrogamos os membros na tentativa de identificar suas percepções acerca da qualidade ambiental regional⁷. Assim sendo, os temas ambientais identificados como problemáticos pelos conselheiros foram: loteamento e expansão imobiliária (95%), desmatamento e queimadas (95%), loteamento irregular (90%), poluição da água (90%), atividade mineradora (79%), escassez da água (74%), disposição do lixo domiciliar (68%), saneamento (68%), uso incorreto dos recursos hídricos (63%), descarte de resíduos da construção civil (63%), emissões de lixo industrial (58%). Os demais tópicos (agricultura, caça, uso de agrotóxicos e fertilizantes, transportes de cargas perigosas) ficaram abaixo de 50%⁸.

Cada conselheiro também teve a oportunidade, no momento das entrevistas, de apontar quais seriam, em sua opinião, os conflitos mais frequentes entre os agentes atuantes nos perímetros das APAs CCJ. As respostas mais comuns foram: loteamentos oficiais x conservação dos recursos naturais, atividade mineradora x conservação dos recursos hídricos/biodiversidade e moradia irregular x legislação ambiental/conservação dos recursos naturais.

6 Em uma das reuniões do conselho gestor, um membro apontava que grande parcela da população entendia que a APA atrapalhava o desenvolvimento econômico da região.

7 As entrevistas com os conselheiros das APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá foram realizadas entre os anos de 2008 e 2010.

8 Para maiores informações sobre a pesquisa e seus resultados ver em ORLANDO, R. S. A gestão compartilhada em Áreas de Proteção Ambiental: a experiência do conselho gestor das APA Cabreúva, Cajamar e Jundiá-SP. 2010. 247f. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

4. Participação social e a política ambiental nas APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá: a eficácia dos instrumentos de gestão e a defesa do parque estadual

Os conselhos gestores de unidades de conservação foram concebidos sob a lógica da resolução de conflitos, da “publicização” dos interesses divergentes, da gestão mais eficiente de políticas públicas e do controle social. Devem garantir que as divergências sejam explicitadas por meio de um diálogo qualificado para evitar o acirramento dos conflitos e assim colaborar para a sua resolução⁹.

Compreendemos que um aspecto que pode influenciar positivamente o desempenho dos conselhos é o respeito às diferenças entre os participantes (inclusive as sociais, econômicas e ideológicas). Nesse sentido, os conselhos devem-se constituir em arenas verdadeiramente democráticas e socialmente inclusivas, com a participação de grupos sociais diretamente afetados pelas políticas ambientais: caiçaras, quilombolas, indígenas, povos ribeirinhos, extrativistas, trabalhadores rurais, pequenos proprietários¹⁰.

Em relação aos processos participativos, 63% dos membros do conselho das APAs CCJ afirmaram que as decisões tomadas nas plenárias ocorrem por consenso, após o debate entre os participantes. Outros 31% reconheceram que as decisões são tomadas por votação depois da articulação entre os segmentos. A análise desses números nos permite afirmar que existe uma percepção dos membros quanto ao caráter democrático do conselho.

Dos entrevistados, 68% demonstraram satisfação em relação à forma pela qual as decisões são tomadas pelo conselho. Apenas 16% disseram-se insatisfeitos.



Ao analisarmos a qualidade da representação no interior do conselho gestor, a principal crítica se referia à representação “inadequada” das prefeituras municipais e órgãos estaduais (notadamente em relação ao absentismo). Existe ainda um sentimento de “desprezo do Estado pela gestão de Áreas de Proteção Ambiental”, que “o Estado controla a pauta de discussão” e que “os recursos financeiros são escassos”.

Outro fator que merece atenção é a troca de informações (socialização) entre os conselheiros e a comunidade. As informações sobre a gestão de uma unidade de conservação podem insuflar o processo participativo por meio do adensamento das redes associativas.

⁹ Essa integração não deve apenas supor um diálogo entre diferentes grupos sociais, mas também considerar as contradições sociais e econômicas entre estes grupos participantes, bem como suas “visões de mundo”.

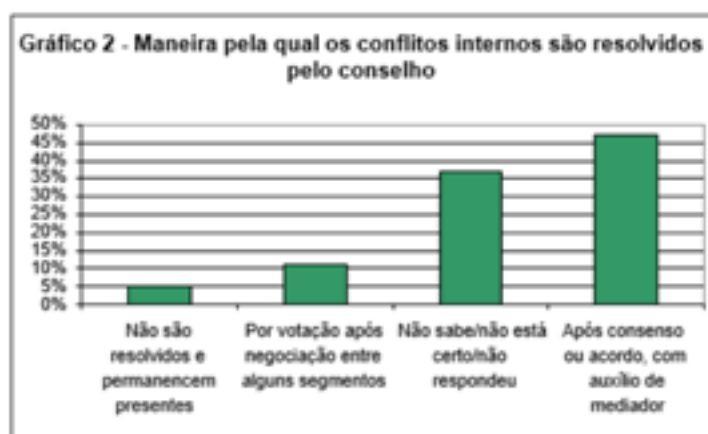
¹⁰ A distribuição paritária dos assentos de um conselho entre sociedade civil e representantes do poder público é uma conquista política de movimentos sociais e ambientais. Todavia, essa divisão numérica não é garantia de uma profunda democratização da representação, notadamente da sociedade civil. Na prática, parte considerável dos conselhos é um instrumento de gestão e de política pública desconhecido para comunidades tradicionais e populações do entorno de área protegidas (geralmente sujeitos sociais mais vulneráveis e sem acesso aos mecanismos tradicionais de participação política).

No caso do conselho gestor das APAs CCJ, a circulação das informações internas (relativas ao conselho) é considerada boa: 68% afirmaram estar satisfeitos. O problema, segundo os próprios conselheiros, estaria nas trocas de informações entre os próprios segmentos que ocupam assento: 47% afirmaram que não se sentem informados sobre programas e atividades da sociedade civil, 37% apontaram desconhecimento sobre programas do Estado, enquanto que 68% não conhecem as atividades desenvolvidas pelas prefeituras.

Não existe uma página eletrônica destinada aos assuntos do conselho, o que poderia facilitar ou tornar mais rápida as trocas de dados entre conselheiros ou mesmo promover o suprimento de informações a respeito do andamento do trabalho para o público externo – inclusive para contribuir com a população, revelando-lhe o significado e os objetivos corretos de uma Área de Proteção Ambiental, tão confundida como uma unidade de conservação de proteção integral, “inimiga” do desenvolvimento econômico local. Todavia, a falta de informação também pode contribuir para uma percepção de que os objetos das APAs não estão sendo cumpridos¹¹.

Ponderando sobre a importância dos conselhos para a resolução de conflitos ambientais, entrevistamos os conselheiros das APAs CCJ no intuito de saber o que eles pensavam sobre a relação conselho/resolução de conflitos – imaginando que cada conselheiro representaria uma instituição cujos interesses (econômicos, políticos ou ambientais) dependeriam da boa vontade do grupo para negociar. Para 42% dos membros, o conselho gestor em questão contribui na “maioria das vezes” para a solução dos conflitos ambientais. Para outros 31%, o conselho contribui “pouco” e 11% afirmaram que “nunca”.

Nas instâncias do conselho, os maiores conflitos se dão entre segmentos sociedade civil/prefeituras (42%); 21% não souberam afirmar entre quais segmentos existiam conflitos. A resolução dos conflitos no conselho ocorre após consenso com auxílio de mediador para 47%. Entretanto, mais de um terço dos conselheiros afirmou desconhecer a maneira pela qual os conflitos são resolvidos.



O grau de satisfação sobre como os conflitos são resolvidos no conselho é da ordem de 37%. Insatisfeitos totalizam 10% e não souberam responder 47%. Parece-nos que a dúvida de quase metade dos entrevistados sobre a capacidade do conselho em resolver os conflitos ambientais tem relação com o aparente descaso dos órgãos estaduais: o maior número de respostas (37%) apontou como principal obstáculo a falta de apoio do governo do Estado. Dificuldades como falta de infraestrutura, falta de conhecimento e informação por parte dos membros, ausência da participação da comunidade local e conflitos exacerbados entre os segmentos representativos receberam 26% das respostas cada um.

11 A apresentação do projeto de lei no 652/2009 para a criação do Parque Estadual do Japi à Assembleia Legislativa de São Paulo faz parte da concepção de que o instrumento jurídico-institucional das APAs tem encontrado dificuldade para a conservação dos recursos naturais (bióticos e abióticos) da referida serra.

Para alguns representantes da sociedade civil o conselho gestor das APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá se tornou um mero instrumento legitimador dos interesses da Secretaria Estadual do Meio Ambiente que, por sua vez, é pressionada por forças e interesses do mercado imobiliário e de extração mineral.

No conselho gestor das APAs CCJ, nenhum dos agentes apontou que o nível de confiança entre as pessoas diminuiu nos últimos anos de existência do arranjo institucional. Para 26%, esse nível aumentou e outros 58% acreditam que continuou o mesmo.

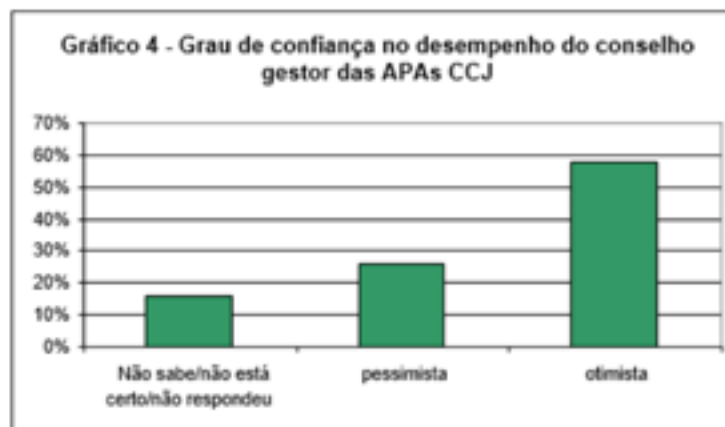


Nos conselhos gestores os conflitos e as expectativas dos diferentes atores são “publicizados” para que, por meio da negociação, encontrem-se soluções que atendam ao maior número das expectativas. O desempenho do conselho gestor estaria diretamente relacionado à participação e ao envolvimento dos seus membros.

Para 42% dos conselheiros, a situação do nível de confiança entre os membros é consequência da pouca interação entre as pessoas. Em algumas entrevistas, apontou-se o absenteísmo dos representantes do Estado e das prefeituras como um dos problemas que afetaria o desempenho do conselho gestor.

Para alguns dos entrevistados, o nível de confiança entre os conselheiros possui correlação com a mudança de órgão gestor das APAs (que, pelo menos em um momento inicial, gerou surpresa e desconfiança entre os conselheiros), domínio das pautas das plenárias pelos representantes do Estado, baixo envolvimento de alguns membros, absenteísmo dos representantes do Estado e representação inadequada das prefeituras.

Apesar de o conselho não ter tido o êxito de aumentar a confiança entre seus membros, a maioria dos conselheiros (58%) mostrou-se otimista quanto ao seu desempenho. Apenas 26% mostraram-se pessimistas e outros 16% não souberam ou não responderam.



4. Considerações finais

As Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiáí foram criadas pelo governo de São Paulo no ano de 1984, devido à mobilização da sociedade contra a expansão urbana acelerada próxima à Serra do Japi – principal atributo natural dessas unidades de conservação. A mobilização em defesa do Japi, organizada por diversas lideranças locais e regionais pressionou o Estado para o atendimento de algumas demandas: constituição de normas e leis específicas para a ocupação e uso sustentável do território.

Entre a mobilização que culminou no tombamento e na criação das APAs até a formação de um conselho gestor se passaram aproximadamente quatorze anos. Tentando acolher a proposta de se tornar um arranjo participativo plural – a fim de acomodar as diferentes expectativas –, o conselho gestor acabou perdendo um pouco a sinergia que amalgamava os atores sociais que se dedicaram ao projeto político de proteção ambiental da Serra do Japi.

No caso específico das APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiáí, é inegável que a constituição do conselho gestor contribuiu para a democratização da gestão e planejamento do território. Segundo os conselheiros, o arranjo permitiu um maior diálogo entre os diferentes setores da sociedade civil e dos órgãos governamentais (municipais e estaduais).

Durante as entrevistas, a maioria dos conselheiros demonstrou uma satisfação em relação à forma pela qual as decisões são tomadas pelo conselho. Existe uma sensação de que o diálogo e a cooperação influenciam positivamente o gerenciamento das APAs.

Por outro lado, há uma percepção de que o conselho gestor reproduz as deficiências de outras arenas participativas de unidades de conservação: a informação entre os conselheiros é precária e praticamente não existe um canal de informação das atividades executadas nas APAs com a comunidade local (muito menos um projeto de educação ambiental). Além disso, os conselheiros apontaram os principais entraves para a resolução dos conflitos socioambientais e um entendimento de que o Estado controla a pauta das reuniões, não valorizando a gestão compartilhada das Áreas de Proteção Ambiental (ao contrário de outras categorias de unidades de conservação do Estado).

Outra dificuldade é a mitigação da expansão da mancha urbana em direção ao complexo montanhoso do Japi – eficiência dos instrumentos de gestão. Por isso, ganhou apoio entre o ambientalismo local, a criação de um parque estadual sobre a área tombada da Serra. Desde agosto de 2009 tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto de lei para a criação do Parque Estadual da Serra do Japi.

A justificativa para o projeto de lei nº 652 é, que, apesar de tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), em 1983, e incluída como zona de proteção máxima das APAs estaduais de Jundiá e Cabreúva, em 1984, a serra continua sujeita aos desmatamentos, caça, uso e ocupação desordenada do solo. Ainda segundo o projeto, o controle e a fiscalização são dificultados na medida em que mais de dois terços das terras da serra do Japi estarem nas mãos de proprietários. Segundo o autor do projeto de lei (ex-deputado estadual e ex-prefeito de Jundiá), o parque estadual seria a condição inevitável para frear as pressões imobiliárias que ocorrem sobre a serra do Japi.

5. Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

COELHO, V. S.; NOBRE, M. **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

BRASIL. Lei Federal nº 6.902, de 27 de Abril de 1981. Dispôs sobre Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 27 abr. 1981. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. **Presidência da República (Casa Civil)**, Brasília, 18 abr. 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2018.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB, 1994.

LOUREIRO, C.F.B; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e o conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Ibase, 2007.

NEDER, R. T. **Crise sócio-ambiental: Estado & sociedade no Brasil (1982-1998)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

ORLANDO, R. S. **A gestão compartilhada em Áreas de Proteção Ambiental: a experiência do conselho gestor das APA Cabreúva, Cajamar e Jundiá-SP**. 2010. 247f. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

PEREIRA, M. E. **Compartilhando a gestão dos recursos hídricos: Joinville e o rio Cubatão**. 2005. 220f. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2005.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SÃO PAULO. Decreto Estadual nº 48.149, de 9 de outubro de 2003. Dispôs sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental (APAS) nos Estado de São Paulo. **Diário Oficial - Executivo**, São Paulo, 10 out. 2002. Disponível em: <<https://al.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. Projeto de Lei nº 652, de 18 de agosto de 2009. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Japi. **Assembleia Legislativa de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2009. Disponível em: <<https://al.sp.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2018.

A CIDADE CAMPO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DOS CONFLITOS: PATRIMÔNIO CULTURAL SUAS INTERFACES

SIRLEY CONCEIÇÃO FERREIRA

Mestrando do Programa de Pós Graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade
Sirley.ferrconsaqua@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho propõe uma avaliação histórica e contemporânea do processo de urbanização da área central da cidade do Rio de Janeiro e seus impactos socioespacial na área do porto e a presente inversão urbana com o processo de revitalização da zona portuária mediante o conjunto de medidas e ação urbanísticas visto no projeto Porto Maravilha. Deste modo, o contínuo processo de extensão, remodelamento e embelezamento, se discute a ausência ou a permanência do patrimônio cultural e a valorização dos diferentes tipos de manifestações culturais, neste caso, trazemos para o campo de discussão a emblemática-situação do reconhecimento do monumento Pedra do Sal como patrimônio cultural imaterial, localizado no Bairro Saúde. Deste modo, a análise proposta se baseará em pesquisa bibliográfica e documental, no intuito de alcançar os objetivos propostos. E também tratar essas questões no campo multidisciplinar, isso implica numa transformação teórica e metodológica no campo dos estudos sobre patrimônio.

Palavras chave: Rio de Janeiro, centro e zona portuária, patrimônio cultural material e imaterial.

Abstract

This paper proposes a historical and contemporary assessment of the central area of the urbanization process of the city of Rio de Janeiro and its socio-spatial impacts in the harbor area and the present urban reversing the process of revitalization of the port area by the set of measures and action seen in the Porto Maravilha project. Thus, the continuous extension process, remodeling and beautification, it discussed the absence or permanence of cultural heritage and the value of different types of cultural events, in this case, we bring to the field of discussion the iconic-status recognition Monument Salt Stone (Pedra do Sal) as intangible cultural heritage, located in district Health (Bairro Saúde). Thus, the proposed analysis will be based on documentary and bibliographical research in order to achieve the proposed objectives. And also addressing these issues in the multidisciplinary field, this implies a theoretical and methodological transformation in the field of heritage studies.

Key words: Rio de Janeiro, center and portuary zone, material and imaterial cultural heritage.

Introdução

A cidade é constituída de múltiplos ambientes particularmente de convívio das pessoas e instituídos de experiências culturais e registros e significações culturais, onde a presença das pessoas transforma “espaços” em “lugares”, tornam-se vivas, ocupada e orgânico parte dela (SAMPAIO, 2008, p.5).

Com relação às políticas de conservação do patrimônio cultural, a preocupação de alguns intelectuais brasileiros com destaque para Mario de Andrade, que se atentou e se destacou a chamar atenção para a natureza intangível do bem, contribuindo social e politicamente para

a construção do amplo acervo de bens culturais diversificados de expressões culturais em diferentes áreas e dimensões.

Que por sinal essa preocupação havia sido debatida na constituinte de 1988, vistos nos respectivos artigos 215 e 216 da Constituição Federal definidos como a “promoção e proteção do patrimônio cultural material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (CHAGAS; ABREU, 2009, p. 13).

Da mesma forma, as práticas de preservação e restauro que marcam as políticas patrimoniais, “estruturalmente são marcadas por um desejo permanente e insaciável pela autenticidade e que se discute-se a presença ou ausência do patrimônio, a necessidade ou não de preservá-lo, porém não se discute a sua existência” (GONÇALVES, 1996, *apud*, BOTELHO, 2006, p. 487).

Nesse contexto, busca-se (re) discutir três fatores: uma breve abordagem dos aspectos históricos relacionados à configuração física e social do centro; sua relação com a região portuária e os espaços marginalizados a valorização imobiliária, e por fim, tratar esses espaços como subjetivos urbanos refletindo o reconhecimento da Pedra do Sal como Patrimônio Imaterial e como espaço de memória.

A análise proposta se baseará em pesquisa bibliográfica e documental, no intuito de alcançar os objetivos propostos. E também tratar essas questões no campo multidisciplinar, isso implica numa transformação teórica e metodológica no campo dos estudos sobre patrimônio.

Em função disso, o contínuo processo de extensão, remodelação e embelezamento, especialmente da região portuária, e seus impactos na vida social das pessoas e dos bens culturais tombados, requer trazer para o campo de análise, a reflexão do estado de conservação do patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio de Janeiro, além de muitos outros casos específicos da imaterialidade do bem tombado que venham a surgir nas discussões sobre o patrimônio cultural.

1. A (re) urbanização urbana: relação e segregação da área central e a zona portuária do Rio de Janeiro.

1.1. Breve consideração histórica

A cidade do Rio de Janeiro o processo de extensão, remodelamento e embelezamento configurando o tecido do centro urbano é marcado pela reforma proposta por Rodrigo Alves e assinado pelo Prefeito Francisco Pereira Passos remodelou a paisagem ambiental urbana do centro, atendendo aos anseios da elite carioca e as determinações ideológicas e econômicas do momento, visto também dos modelos modernos e visionários de remodelamento de cidades Francesas e da América Latina, que por sinal, essa reforma foi a primeira grande intervenção urbana do século XX na área central da cidade, segundo Lima Carlos (2017).

É importante considerar que a justificativa de modernização da área central se justifica tendo em vista a feição colonial da época e a necessidade de torna símbolo *modus vivendi* cosmopolita e moderno da elite nacional (ABREU, 1987, *apud* LIMA CARLOS, 2017, p. 8).

Deste modo, o processo de segregação da área central e a zona portuária são marcadas pela configuração sócioespacial, onde identificamos alguns fatores contribuem para nossa reflexão. A hierarquização do tecido urbano da cidade, predominantemente tendo a Avenida Central, Beira Mar (que liga o centro ao zona sul), conseqüentemente a configuração urbana tem como Avenida Rodrigues Alves e Francisco Bicalho (considerado grandes artérias e viabilizavam a

carga, a descarga e a distribuição das mercadorias do novo porto, sem “incomodar” o novo Centro da cidade) e completando o arco de segregação socioespacial da zona do porto temos a construção da Avenida Brasil (porta de saída e entrada da cidade) e por fim, a Avenida Presidente Vargas que completa o cinturão de isolamento impostos aos Bairros Gamboa, Saúde e Santo Cristo juntamente com as avenidas Central (Rio Branco), Rodrigues Alves e Francisco Bicalho (Canal do Mangue), segundo Lima Carlos (2017, p. 9).

Nesse contexto, a região portuária e os seus bairros limítrofes ao centro passa a ser o local de contingente de trabalhadores devido aos serviços portuários, por outro lado pessoas refugiadas do centro com as operações urbanísticas, principalmente com as demolições dos cortiços, cujo principal “Cabeça de Porco” e de população negra, originaria da Bahia, que se instalou, inicialmente, nos arredores da Pedra do Sal e no Morro da Conceição (ALBUQUERQUE, 1985).

Lembrando que as operações urbanísticas do centro-porto é desencadeada por obras e investimento do governo federal, também as administrações de Rodrigues Alves (presidente da república) e de Francisco Pereira Passos (prefeito da cidade) realizam e fixam um conjunto de obras cuja execução vai se caracterizar pela “intensa centralização do poder de decisão, pela existência de um plano de conjunto definido e pelo apoio de empréstimos externos” (REZENDE, 2002, p. 258). Ou seja, na perspectiva e no sentido de superação da antiga fisionomia colonial e escravista da cidade, modelando o tecido urbano, inclusive da área central para as necessidades do mercado e do capitalismo (ABREU, 1977).

É relevante ressaltar que os atos administrativos impostos pela prefeitura que incluíam um rígido esquema de novas “posturas urbanas”, a proibição do trânsito de animais de carga, da circulação de pessoas descalças e sem camisa, além disso, proibida a livre venda de ambulantes, os batuques, o estruço e os quiosques, ou seja, mostra que a área central as mudanças urbanísticas da época, revela-se claro processo de segregação socioespacial urbana (RABHA, 2006, p. 108).

Nesse contexto, no cenário urbano, novas edificações culturais, espaços arborizados, jardins, praças, que por fim, “estar na Central representava estar inserido na vida urbana, freqüentando bancos, cafés e lojas, ao passo que passear pela Beira Mar servia à apreciação da natureza, ao contato dos bons ares vindos do oceano”. (Ibid., 2006, p. 109).

Considerando ainda o contexto histórico de urbanização da cidade, a área central com relação a gestão de Pereira Passos, os efeitos do processo de (re) urbanização iniciado em 1902 a 1906, que por sinal as obras não estavam todas concluídas, consideramos uma das grandes intervenções urbanas, no sentido de alteração do clima, localização privilegiadas para trabalho, para diversões, como bem estar por esta inserido na vida política, econômica, social e cultural da cidade (Ibid., 2006).

Desde então, as operações urbanas, sustentadas pelo investimento do governo federal e empréstimos estrangeiros, outra forma de intervenção se dá pela via da legislação, por meio das obras urbanísticas de alinhamento e de crescimento horizontal e vertical do tecido urbano central e da zona portuária era o começo de uma série de outras operações urbanas e legislatórias que vem a surgir no cenário urbano da cidade no decorrer das mudanças de gestão municipal (REZENDE, 2002).

O contínuo processo de extensão, remodelação e embelezamento do centro em busca do urbano-moderno se dá por meio do Plano Agache visto como Plano Diretor cujo foi a primeira proposta de intervenção urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro com as preocupações genuinamente modernas, “na busca da cidade ideal sem problemas físicos e sociais” (REZENDE, 2014, p. 3),

obras concluídas em 1930, que marca o zoneamento para a cidade até a delimitação de áreas verdes, além das mudanças físicas a possibilidade de se atingir mudanças sociais, e ultrapassa as visões urbanísticas de Pereira Passos e Paulo de Frontin, segundo Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro – CAU (2018).

Tendo em vista o plano anterior, considerando a conjuntura política, em 1960 com a transferência do governo federal do Rio de Janeiro para o Distrito Federal (Brasília) e o antigo Distrito Federal torna-se o Estado da Guanabara, da mesma forma, na tentativa de comparar e tornar a cidade modelo é empreendido o Plano Doxiadis, no governo de Carlos F. W. de Lacerda até final do seu governo em 1965, esse modelo de regulação urbana consistia no instrumento técnico e científico, que por sinal esse Plano Diretor estava baseado em estudos estatísticos, contemplando aspectos econômicos e sociais e considerava confiáveis as intervenções físicas (REZENDE, 2014).

Que neste caso, esse plano tinha como objetivo: “regular os vários tipos de espaços para morar, trabalho, edifícios comunitários e atividades sociais e de recreação, a partir da criação de comunidades, que funcionassem na escala humana”, no entanto, a parte mais técnica relacionou-se ao sistema viário e transporte, por outro lado, afastou e limitou considerável volume de tráfego, principalmente de pessoas na área central. Por fim, diante dos planos mencionados percebe-se que dessa vez o modelo ideal não era o belo, como no Plano Agache, mas o eficiente (Ibid, p.9).

Nesse contexto, diante de tanto outros planos urbanísticos que venha a surgir na expansão e estruturação do Rio de Janeiro é importante considerar que das consequências do processo de urbanização da cidade, podemos dizer que não houve falta de instrumentos de regulação urbanística, mas houve a ausência de instrumentos que não somente estabelecessem um processo de planejamento participativo e regulassem as relações de apropriação do solo urbano, afetando diretamente as populações de baixa renda. Neste caso, cada um dos planos – Agache e Doxiadis, e outros Pub-Rio e o Plano Diretor Decenal, a própria Reforma de Pereira Passos dentre outros planos e projetos, as intenções foram sempre uma busca de “racionalidade nas intervenções sobre o espaço da cidade” (Ibid., 2002, p. 277).

Por fim, essas mudanças refletiram diretamente na formação socioespacial da área do porto, a ausência dos governos da época, ali novos grupos sociais se formam, dão continuidade e surgem novas manifestações culturais, bens culturais são edificados e estrutura-se significação cultural e grupos de resistência contra as ações de intervenção do Estado.

1.2. Zona Portuária: do espaço marginalizado a valorização imobiliária

A zona portuária é formada pelos bairros Gamboa, Santo Cristo e Saúde limítrofes a área central da cidade, visto que área do porto denominada “zona periférica” é de extrema importância estratégica devido ao embarque e desembarque tanto de carga quanto de pessoas e de relevância histórica e cultural (SILVA, 2013, p.2).

Considerando o seu contexto histórico e urbano, lembrando que até o início do século XVIII a cidade se restringia a área envolvida pelo chamado “centro do Rio” e a região portuária cumpri a função econômica e social de abastecimento de mercadoria e de mão de obra, segundo Silva (2013, p. 2).

A região considerada pela elite carioca da época como área insalubre, onde se encontrava as atividades menos nobres, marcadas pela poluição sonora ou visual, população que não eram bem vindas ao contexto urbano central da cidade como população majoritariamente negra, e outros povos que residiam na área como Judeus, portugueses (associados ao comércio

varejista), enfim, constituindo assim apartação social da zona portuária “distante” da realidade do centro (LIMA CARLOS, 2017).

As ações de (re) ordenamento urbano proposto no Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro divulgado pela prefeitura em 2001 têm como efeito os projetos do planejamento urbano e discursos de certos segmentos sociais, seja nos meios de comunicação e do turismo, desencadeadas pela preparação dos megaeventos esportivos como os Jogos Pan-Americano 2007; Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016 (GUIMARÃES, 2014).

Em meados de 2007, ano dos Jogos Pan-Americano do Rio, a região do Porto já passava por um rápido processo de “ressignificação” sócio-cultural e urbanístico, mas uma vez perante o olhar crítico da elite carioca, nos imaginários construídos pelas diferentes mídias vistos apenas como área de prostituição, tráfico de drogas, habitações “favelizadas”, inclusive “despontando narrativas que positivavam alguns de seus espaços, habitantes e “patrimônios culturais”, segundo Guimarães (2014, p.16).

Nesse contexto, é preciso atentar para outra emblemática-situação que são o estado de conservação e valorização dos bens culturais edificados e tombados e as diferentes manifestações culturais nos bairros limítrofes ao centro como Gamboa, Santo Cristo e Saúde, que por sinal, nesses espaços identificam-se formas arquitetônicas e urbanísticas, assim como formas de sociabilidades, classificadas como “tradicionais” (Ibid, 2014, p. 8).

É possível notar uma inversão urbana, onde as pessoas que residem na região estrategicamente e de forma gradativa estão sendo obrigadas a migrarem para outros lugares distantes da zona do porto. Desde então, essa inversão urbana nos permite refletir “a cidade como jogo de cartas” (SANTOS, 1988, p.11), onde espaços são disputados por atores sociais político hegemônico e econômico, onde comunidades pobres são afetadas devido às melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais que também nos leva a refletir o processo de *gentrificação*.¹ (LIMA CARLOS, 2017).

Desde então, o continuo processo de extensão, remodelação e embelezamento tanto da área do centro quanto da região portuária por meio do Projeto Porto Maravilha pelo conjunto de ações e medidas de melhoria urbana. Nos remete (re) discutir a política de conservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, a conservação dos bens culturais tombados e sua significação cultural, e por fim, refletir numa perspectiva multidisciplinar a imaterialidade dos bens e as implicações e os conflitos sociais quando se trata da valorização dos espaços de memória.

1.2.1 Espaço subjetivo urbano: o reconhecimento da Pedra do Sal como Patrimônio Imaterial

No Bairro Saúde, a Pedra do Sal² é um monumento histórico, residência secular de escravizados, ex-escravizados, negros libertos e livres, espaço de valorização da memória negra e religiosidade de matriz afrobrasileira, que perifericamente engloba a comunidade do Morro da Conceição e onde se encontra a Comunidade Remanescente de Quilombos da Pedra do Sal (CORRÊA, 2016).

O Quilombo Pedra do Sal que residem no entorno desse monumento, do Largo João da Baiana e da Rua São Francisco da Prainha, área com referencias culturais e classificado como território chamado de “Pequena África”, região das primeiras escolas de samba do carnaval

1 Consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status* (BATALLER, 2000, p. 10).

2 A Pedra do Sal é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira, teve os nomes de Quebra-Bunda, Pedra da Prainha e, como nas redondezas se carregava o sal, popularizou-se como do Sal. (INEPAC, 2018).

com destaque a Império Serrano e também símbolo central na luta de todos os quilombolas brasileiros (Ibid.,2016), desde então, o espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca e testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira (INEPAC, 2016).

O patrimônio cultural imaterial consiste ações subjetivas humanas como as manifestações culturais, a oralidade, as práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicas e lúdicas, inclusive os lugares culturais que lhe são associados e que a comunidade reconheça como parte integrante de seu patrimônio cultural, assim consagrado no plano internacional, (FERNANDES et. al., 2016).

É importante mencionarmos que a arena do patrimônio cultural no Brasil vive um momento fértil, esse fato podemos referendar com aprovação do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o inventário e o registro do denominado “patrimônio cultural imaterial ou intangível” que descortinou-se e possibilitou ampliar as políticas e os instrumentos de conservação, principalmente do registro da imaterialidade do bem tombado, que durante décadas esteve engessada um tipo de atuação “preservacionista”, ou seja, o tombamento dos renomados monumentos de *pedra e cal*, segundo Abreu et. al. (2009, p.13).

Nesse contexto, a Pedra do Sal importante monumento tombado pelo Estado do Rio de Janeiro em 1984 tem enorme valor histórico e cultural para a comunidade que habitam o entorno desse bem. Lembrando que o processo administrativo de tombamento (E-18/300.048/84) provisório da Pedra do Sal ocorre em 1984, já o processo definitivo mediante análise técnica só ocorre em 1987, segundo os dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2017).

Quando tratamos da política de conservação, tendo como âmbito de atuação o município do Rio de Janeiro, poucos foram os tombamentos em âmbito federal em 1984, havia levado em consideração a imaterialidade do bem preservado (CHAGAS, 2005). Deste modo, ressaltamos que “o reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro no âmbito da preservação patrimonial por parte do Estado é recente no Brasil”, segundo Fernandes et. al (2016, p.3).

Isso nos permite (re) discutir, neste caso o reconhecimento do monumento Pedra do Sal não apenas pela materialidade do bem, mas pelo seu valor simbólico que reflete como “testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira” (FERRAZ, 1997, *apud* CHAGAS, 2005, p.2) e sua significação cultural para as pessoas.

Que por si só não apenas tratar da materialidade do monumento, mas o Bem como o todo, as partes integrante que o constitui, cujo não podemos esquecer que tratar o “bem” designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações que possuem uma significação cultural, no qual o termo nos remete tratar do “seu valor estético, histórico, científico, ou social de um bem para as gerações passadas, presentes e futuras”, segunda a Carta de Burra (1980, p.1).

Nesse contexto, a comunidade de Quilombola da Pedra do Sal busca por meio do ato administrativo o reconhecimento por meio do registro do bem como patrimônio cultural imaterial devido suas referencias históricas e socioculturais, principalmente as manifestações culturais como as rodas de Samba, o culto de religiões de matrizes africanas como a Umbanda e o Candomblé, o espaço reconhecido historicamente de oferenda aos Orixás, os blocos Afoxé Filhos de Gandhi que ainda cultuam esse espaço de memória (CHAGAS, 2005).

Em contrapartida, o Projeto de Lei nº 346/2017 que declarou o Quilombo da Pedra do Sal Patrimônio Cultural Imaterial do Município do Rio de Janeiro, o veto pelo atual prefeito Marcelo Crivella, alegando que a proteção de bens imateriais compete apenas ao poder executivo, sendo motivo de polemicas e criticas e refletiu diretamente na comunidade quilombola que residem no entorno do monumento que resiste por meio de suas práticas culturais e lutam para se manter no local (REVISTA FORUM, 2018).

Essa emblemática-situação requer refletir também alguns fatores dessa gestão como as ações políticas e hegemônicas, suas concepções ideológicas e religiosas, a ausência de investimento na conservação dos bens culturais edificados e a desvalorização das práticas tradicionais e seculares local.

Que também implica (re) discutir a cidade como campo das relações sociais e dos conflitos tendo em vista o patrimônio cultural e suas dimensões, que por sinal refletir “o direito a cidade” como preceito básico da vida urbana (LEFEBVRE, 2001), consistindo o desafio do registro da imaterialidade do bem tombado e da luta de resistência da comunidade quilombola do resgate de suas manifestações tradicionais culturais e do reconhecimento de seus espaços de pertencimento.

Isso resulta destacar que o tombamento não deve ser visto como instrumento engessador do bem, mas que permite que a imaterialidade que consiste no bem tombado permita sua valorização e (re) significações em seu cotidiano para que possível fazer o movimento inverso, onde “não só do presente que resguarda o passado; mas do presente que resguarda – ou pré-elabora – o futuro” (CHAGAS, 2005, p. 4).

Segundo Lefebvre (2001, p.105) “o direito a cidade” se afirma como um apelo, como uma exigência e fundamentalmente como “*direito a vida urbana*”. Nesse sentido, podemos dizer que a conservação do patrimônio cultural e suas interfaces caminham lado a lado quando tratamos desse pressuposto, no qual se busca o direito a memória, história e cidadania, ou seja, direito ao passado (PAOLI, 1992).

Desde então, o processo de registro da imaterialidade do monumento Pedra do Sal é dos primeiros de muitos casos que venha a surgir quando se trata dessa interface do patrimônio cultural, logo é preciso uma transformação teórica e metodológica no campo dos estudos sobre patrimônio, onde a cidade interpretada como campo das relações sociais e visto como campo dos conflitos se discute os desafios e perspectivas da política de salvaguarda dos bens culturais quando se trata da ausência ou permanência do patrimônio cultural diante das transformações urbanas.

Considerações Finais

É no “espaço material e da memória que a identidade permanece enraizada, quando o espaço passa a representar o tempo na memória social ele torna-se patrimônio e campo conflituoso de representações sociais” (LAMY, 1996, p.14; CANCLINI, 1994), caracterizar a cidade como bem cultural é uma forma de qualificar como ambiente de pertencimento e de representações culturais.

Diante da situação que se encontra os bairros que constitui a área do porto, diante da expansão e remodelamento urbano visto os megaeventos esportivos, do investimento a valorização do setor imobiliário e o fenômeno do turismo, se percebe que a ausência de investimento de restauração dos antigos casarios tombados e na promoção dos museus de referência a cultura de matrizes africana como “Museus Pretos Novos”, da desvalorização das manifestações culturais das comunidades tradicionais que habitam o entorno da Pedra do Sal, são situações-

problemas que coloca em risco a continuidade desse legado cultural secular e relevante na formação social e histórica da cidade do Rio de Janeiro.

Desde então, devemos lembrar que a mercantilização da cidade é a forma menos sutil de privatização do seu interesse cultural, ou seja, este ciclo determina a incessante continuidade do empresariado impor sua lógica capitalista e tornar a cidade um verdadeiro produto, pondo em risco a destruição do patrimônio, a desvalorização dos bens culturais e a perda dos espaços de representação social (MENESES, 2006).

Referência Bibliográfica

ABREU, Maurício. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IplanRio/Zahar, 1977.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. -2. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. **“Porto do Rio de Janeiro: Estigma e História.”** Revista do Rio de Janeiro, Dezembro 1985, 87-93.

BATALLER, Maria Alba S. **O Estudo da Gentrificação**. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona - nº 228, 3 de mayo de 2000.

BOTELHO, Tarcísio R. **Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da Lei do ICMS cultural de Minas Gerais**. – *Habitus*, Goiânia, v.4, n.1, p.471-492, jan./jun.2006.

CANCLINI, N.G. **“O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 23, pp. 95-111, 1994.

Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU. **Planos Urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache**. Disponível em:< <http://planourbano.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2018.

CHAGAS, Viktor. **Histórias da Vida e da Saúde**. Disponível em:< http://www.rioecultura.com.br/coluna_patrimonio/coluna_patrimonio.asp?patrim_cod=44>. Acesso em: 18 out. 2018.

CORRÊA, Maíra Leal. **Comunidade Quilombola Pedra do Sal**. – Belo Horizonte: FAFICH, 2016

FERNANDES, Otair et. al. **Patrimônio Cultural Imaterial dos Afro-Brasileiros na Baixada Fluminense: contradições e possibilidades**. Disponível:< <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org>>. Acesso em: 24 out. 2018.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária Carioca**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO, HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Carta de Burra (1980)**. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 18 Out. 2017.

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. **O Quilombo Pedra da Sal**. Disponível em:< <http://www.inepac.rj.gov.br>>. Acesso em: 26 de Out. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade (1901-199)**. Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA CARLOS, Claudio Antonio S. **Renegados pelo legado: a arquitetura modesta da área portuária, antes e pós-olimpíadas**. Encontro Internacional Arquimemória 5 Sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador – Bahia, 2017.

LAMY, Yvon (Org.) (1996) **L'alchimie du patrimoine, Talence**: Ed. De la Maison des Sciences de l'Homme D'Aquitaine.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. **A cidade como bem cultural**. In: ANDRADE, L. D. de A.; BASTOS, R. L.; ALIL, C. A. M. C.; GALLO, H.; ROBRAHN-GONZÁLES, E. M.; RODRIGUES, J. E. R.; LEMOS, Carlos A. C.; MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de.; MORAIS, José Luiz de. MORI, Victor H.; SOUZA, Marise Campos de.; ZANETTINI, Paulo E. Patrimônio: atualizando o debate. - São Paulo: 9ª SR/ IPHAN, 2006.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania: o direito ao passado**. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias. **Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006.

REZENDE, Vera F. **Planos e Regulação urbanísticas: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro**. In: CIDADE: história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

_____. **Planos, regulação urbanística e intervenções no Rio de Janeiro: diferenças entre pensar e produzir a cidade**. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo, 2014.

SAMPAIO, Julio Cesar Sampaio. **Nibbling away the spirit of place in protected urban areas**. ICOMOS, Quebec Conference Proceedings, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo**. – Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SILVA, Maria Luíza. **O processo de Metropolização do Espaço no Rio de Janeiro: a (re) produção de um modelo portuário para poucos**. Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço - ISSN 2317- 8361 v. 2, n. 2 (2013).

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SAPÊ DO NORTE: CONFLITOS E RESISTÊNCIA

SANTOS, Wander Luiz Pereira dos.

Professor do Instituto Federal do Espírito Santo.

Doutorando em Estado e Sociedade, UFSB

wandersan@yahoo.com.br

SANTOS JR, Jorge Luiz dos.

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento,

Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ

jjuniorsan@yahoo.com.br

RESUMO

As comunidades quilombolas na região do Sapê do Norte/ES (Conceição da Barra, São Mateus e Pedro Canário) localizam-se em áreas rurais e dependem dos recursos naturais para desenvolver seus modos de vida. Contudo, a predação sistemática de suas terras tornou-se prática comum, além da violação dos Direitos Humanos de acesso a tais recursos. Nesse ínterim, a racionalidade econômica engendrada na distribuição socioespacial de projetos de desenvolvimento praticada pelas instituições governamentais do ES na região levanta a hipótese de *Racismo Ambiental* como prática de *Injustiça Ambiental* contra essas comunidades, pois, há disparidade de forças existentes entre Empresas e Comunidades, onde as comunidades pouco interferem nessa dinâmica, sofrendo com os problemas instaurados na relação. Diante dos desafios enfrentados pela Antropologia no contexto de projetos/ações de desenvolvimento, pretendo repensar criticamente esse objeto de estudo, refletir sobre as articulações entre teoria e prática e sobre as formas de articulação dos grupos estratégicos envolvidos.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas, Racismo Ambiental, Conflitos, Resistência

ABSTRACT

The Quilombola's communities in the region of Sapê do Norte / ES (Conceição da Barra, São Mateus and Pedro Canário) are located in rural areas and rely on natural resources to develop their ways of life. However, the systematic predation of their lands has become a common practice, in addition to the violation of human rights to access such resources. In the meantime, the economic rationality engendered in the socio-spatial distribution of development projects practiced by the governmental institutions of the ES in the region raises the hypothesis of Environmental Racism as a practice of Environmental Injustice against these communities, because there is a disparity of forces between Companies and Communities, where the communities little interfere in this dynamic, suffering with the problems established in the relationship.

Key-words: Quilombola Communities, Environmental Racism, Conflicts, Resistance

1. Introdução

As narrativas da expansão europeia apresentam uma determinada leitura da industriosa obra dos países colonizadores no trabalho civilizacional das terras selvagens. Mesmo que o processo colonizar não se tenha dado, necessariamente, contra os nativos, mas também, com os nativos (RUSSELL-WOOD, 1999), essas narrativas silenciaram as perspectivas “nativas” dos povos submetidos a esse processo civilizador, processo esse que encontra ecos na política, na economia, na religião e nas ciências, principalmente, nas ciências humanas. O evolucionismo cultural, a economia clássica, o positivismo, e outras formas eurocêntricas de pensamento cindiram o mundo em “modernos” e “atrasados”, Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, Norte e Sul; cuja missão dos últimos era perseguir criteriosamente o caminho já percorrido pela Europa ou, no dizer de Rostow (1961), as etapas de desenvolvimento¹. Essas narrativas homogeneizantes acabam por elidir a própria condição da Europa como ficção, como afirma Aníbal Quijano a Europa se auto inventa, inventando a América, e a América concebida como extensão da própria Europa. Na contramão desse pensamento Eurocêntrico e criticando àquilo que pode ser nomeado de Racismo Epistêmico (Quijano) outras narrativas, outras vozes se levantam para pensar e repensar a América Latina, África e Ásia. Outras epistemologias se levantam, calcadas em narrativas polifônicas que incorporando categorias, mitologias e cosmologias, resoluções de conflito, *ethos*, sistemas econômicos, sistemas de pensamento nativos, superam o fundamentalismo das concepções sobre o mundo periférico e apontam novas abordagens, apontam para pressupostos das rebeldias intelectuais nas Américas (Pimental e Santos, 2017)

Ao largo do processo da formação do Brasil, do Estado, dos Governos, dos ciclos econômicos; *na terceira margem do rio*, nas fronteiras, nos rincões, nas chapadas, nas matas, nos fundos de pastos, nas encostas, nos manguezais, outras dinâmicas sociais operaram, outros atores sociais surgiram, outras memórias foram construídas, outras relações territoriais foram se constituindo. Assim, pescadores tradicionais, marisqueiros, catadores de caranguejo, babaqueiros, quilombolas, indígenas, dentro muitos outros grupos, constituem o que denomina-se de *Povos e Comunidades Tradicionais*, coletivos que durante séculos foram ignorados, após décadas de lutas começam a ganhar visibilidade e espaço nas arenas políticas. Seja no período colonial com a busca da liberdade, seja no presente, pela busca de autonomia, o reconhecimento por parte do Estado brasileiro desses coletivos é uma realidade que aponta para dois fatores. Em primeiro lugar a perspectiva da autodeterminação, que conduz as políticas de Estado a abdicarem da perspectiva assimilacionista dos povos, e a segunda é o respeito aos modos de ser e fazer dos grupos etnicamente autônomos e diferenciados. Segundo Little (2002, p. 23)

o uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade

E de forma alguma a noção de comunidade tradicional se opõe a ideia de desenvolvimento ou modernidade. Veja-se que a noção de desenvolvimento antes de ser um conceito é uma

¹ 5 etapas que tirariam qualquer economia do atraso.

mitologia, na qual sua construção é a própria história do progresso das nações, consubstanciado nas revoluções técnicas e na emergência da ideia de progresso numa metafísica ocidental (LATOUCHE, 1998). Vandana Shiva (1991) esclarece a que “o desenvolvimento como acumulação de capital e mercantilização da natureza para a geração de ‘excedentes e lucros’ envolve, portanto, a reprodução não apenas de determinadas formas de criação de riqueza, mas também formas de criação de pobreza”, ou seja, a próprio ideia de desenvolvimento cria o expropriado. Conforme Santos Junior (2013, p.12) “nesse sentido, dialeticamente, o desenvolvimento aparece criando o não-desenvolvido e, [...] o progresso traz consigo a noção de perigo que vai de encontro ao bem-estar”. O discurso que antagoniza comunidades tradicionais e “sociedades desenvolvidas” acaba por marginalizar vários modos de vida e legitimar violências físicas e simbólicas a grupos que buscam afirmação

2. Cidadania, território e emergência étnica

A cidadania é um elemento fundamental do Estado Democrático de Direito, consolidado na Constituição de 1988. Naquele processo constitucional o legislador, recepcionando diversos acordos e tratados internacionais - destacadamente a Convenção n.º 169 da OIT - constituiu o substrato jurídico para a garantia dos direitos e do reconhecimento de tais Comunidades. O objetivo desses dispositivos seria *proteger* essas comunidades, pois representariam a manutenção dos saberes e das práticas econômicas e culturais, como a criação de animais, o artesanato e a produção de alimentos e seus derivados. Mas de fato, a implementação está muito aquém da letra da lei, contudo é na tensão pela busca da efetivação jurídico-formal que a invisibilidade social se rompe.

Um destaque importe na legislação é o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas²”, onde o tradicional não está ligado unicamente ao passado mas também às relações constituídas no presente, como afirma Almeida (2010, p. 153) esse conceito “tem ampliado seu significado, coadunando-o com os aspectos situacionais, que caracterizam hoje o advento de identidades coletivas, e tornou-se um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidades específicas e etnicamente construídas”

O avanço da legislação e das ações do Estado, através de políticas públicas, de Universidades, de organizações acadêmico-profissionais como ABA e a ANPOCS e de Organização Não-Governamentais, viabilizaram a mobilização de coletivos no processo de autorreconhecimento e de maior visibilidade, principalmente no processo de etnogênese ou emergência étnica pós-88. Como destaca Oliveira (1998) na década de 1950 haviam 10 etnias identificadas na região do nordeste brasileiro e nos anos 1990 o número passa de 23, mais que dobrou em 40 anos, como afirma o autor, no nordeste o índio era o sertanejo pobre e sem acesso à terra, bem como desprovidos de forte contrastividade cultural, contudo a nova conjuntura proporcionada pelos dispositivos legais permitiram que essas comunidades pudessem se reorganizar etnicamente, estratégia importante para a reivindicação territorial, “o desafio é restabelecer os territórios

2 Houve amplo debate no processo constitucional entre duas teses: terras imemorais e terras tradicionais.

indígenas, promovendo a retirada dos não índios das áreas indígenas, desnaturalizando a mistura como única via de sobrevivência e cidadania” (OLIVEIRA, 1998, p. 20).

Esses processos de “voltar” a ser índio, ou “reconhecer-se” quilombola, ou ainda, quebrador de coco, pescador tradicional, marisqueiro, dentre outros, são estratégias discursivas importantes. A construção de novas cosmologias, tradições, ritos, modos-de-ser-no-mundo diferenciados, partilhar e compartilhar um mesmo *ethos*, àquilo de Grünewald (2008) chama de *regime*, ou seja, regime de memória, articulação a partir uma narrativa comum, constituindo lugares de memórias. Esse processo, também, é fundamental para a “des-hegemonização” do povo brasileiro, expondo a multiplicidade e a plasticidade presentes em nossa demografia. Outro elemento fundamental e a relação entre o reconhecimento desses identidades coletivas e a constituição do território, pois como afirma Almeida (2010a) é a tradição que ocupa a terra e funda o território. Nessa constituição/reconstituição dos grupos culturalmente diferenciados percebe-se formas distintas de relação com a terra, de sentimento de pertença, conduta territorial distinta. Formas de uso comum, e a construção de uma memória coletiva, como afirma Oliveira (1998, p. 22) a Territorialização é um processo de reorganização espacial que cria uma nova unidade sociocultural mediante estabelecendo nova identidade étnica diferenciadora, permite a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e a reelaboração da cultura e da relação do passado. A experiência da territorialização permite a emergência identitária.

Por território, mais do que o fator de produção, esses povos entendem os usos sociais e simbólicos da terra relacionados à suas culturas, mas também às formas de apropriação e regimes locais de posse e propriedade, Haesbaert (2011, p. 20) amplia a discussão ao afirmar que “o que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento”, pois como afirma Little (2002, p. 06) “existência de outros territórios dentro do Estado-Nação, sejam eles as autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais como estamos analisando aqui, representa um desafio para ideologia territorial do Estado, particularmente sua ideais de soberania”. Fica evidente que para além da geografia da regiões brasileiras e para além da noção de propriedade privada capitalista, o que constitui o território nacional é uma miríade de territórios impregnados se sangue, suor e sonhos e grupos social e culturalmente distintos, o que podemos de chamar de territorialidade específicas.

Territórios são fronteiras e “nas regiões fronteiriças que as coisas acontecem, e hibridez e colagem são algumas de nossas expressões preferidas por identificar qualidades nas pessoas e em suas produções” (HANNERZ, 1997, p 8).” Fonteiras fluídas que se deixam atravessar nessa dinâmica de produção de identidades e sujeitos, e Almeida complementa:

A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas . Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do Estado (2010a, p. 203)

Como afirma Bhabha “é o desejo do reconhecimento, ‘de outro lugar e de outra coisa’, que leva a experiência da história além da hipótese instrumental. (...) o espaço de intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência (BHABHA, 1998, p. 29).

Ligados a emergência desses coletivos, “novos movimentos sociais e o processo de territorialização a eles inerentes, com ênfase nas “terras tradicionalmente ocupadas” que expressam formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com a natureza” (ALMEIDA, 2010, p. 137), movimentos que se articulam local, nacional, e internacionalmente, como afirma Little (2002, p. 21) “os distintos grupos sociais localizados em regiões dispersas no país formam redes que lhes articulam politicamente, para assegurar seus direitos territoriais dentro do campo das políticas territoriais, o que transforma a luta local numa luta com caráter nacional” e internacional.

3. Economia capixaba e os povos tradicionais

O crescimento industrial capixaba é lento e se desenvolve a partir de esforços governamentais, “diante do frágil desenvolvimento industrial regional, o governo resolveu intervir diretamente no setor com vistas a implantar um complexo industrial na região sul do Estado” (Rocha, 1998, 46). O complexo não foi à frente e poucas empresas se consolidaram. Até 1960 a economia capixaba é estritamente agrícola. Contudo com a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942, oportunizou-se uma alternativa econômica para o Estado. A companhia tornou um grande motor da economia industrial na região, principalmente, a partir de 1960.

A CVRD, na verdade, acabou se transformando num complexo exportador de minério e num dos mais importantes vetores de crescimento da economia capixaba. Além do desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e da atividade de comércio daí derivada, pode-se considerar também como desdobramento da CVRD a formação, no período mais recente, do complexo produtor/exportador de ferro gusa e aço. (Rocha, 1998: 48).

Na década de 1950 ocorre a crise do mercado cafeeiro, levando consigo boa parte da economia capixaba; e uma nova orientação econômica surge com o desenvolvimentismo. Segundo Zorzal e Silva (2004) e Santos Jr (2013) os investimentos dos Planos de Meta no Estado começam ter efeito em 1960 com a reestruturação do setor produtivo, acrescido, posteriormente do fulgor industrialista dos governos militares, que resultou em: 1) infraestrutura: ampliação de estradas (BR 262 e 101), portos (UBU e Tubarão, Barra do Riacho) e hidrelétricas (Rio Bonito, Suissa); 2) Empresas: COFAVI³, CST, Aracruz Celulose, Samarco Mineração, dentre outros.

Se de um lado o cenário capixaba sinalizou positivamente, no que se refere aos indicadores objetivos da economia: diversificação das atividades econômicas, aumento da arrecadação, inserção do Estado no cenário nacional; de outra forma sinalizou negativamente no que concerne aos indicadores sociais da região.

A Grande Vitória não contava com infra-estrutura para receber levadas cada vez maiores de trabalhadores em busca de empregos. Daí resulta uma total desestruturação das cidades

³ Companhia Ferro e Aço de Vitória, Companhia Siderúrgica de Tubarão, respectivamente.

que a compõe. A palavra de ordem era falta: falta de água, falta de energia elétrica, falta de estrutura de saúde, falta de esgotamento sanitário, falta de moradia, falta de segurança e, principalmente, falta de emprego. A grande maioria dos empregos gerados demandava mão-de-obra qualificada principalmente para a siderurgia e setor portuário. A grande massa da população de migrantes não possuía essas qualificações. No região norte instala-se um conflito entre comunidades tradicionais, notadamente, indígenas⁴ e pescadores tradicionais e a Aracruz Celulosa S/A⁵

A falta de estrutura para receber os “grandes projetos” de desenvolvimento acarretou sérios prejuízos às populações; mais de 30 anos depois, muitos, ainda, não foram sanados. Como já antevia Rogério Medeiros (1983, p.11) “Se existe um Estado em que o capitalismo deixou mais aparente, ou escandalosamente aparente, a sua barbárie, este Estado é o Espírito Santo”. O autor traz como destaque a falta de legislação ambiental que possibilitou a instalação e funcionamento de grandes empreendimentos industriais causando risco à população e ao meio ambiente.

Empresas de grande porte como a CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) instalaram-se no interior do Estado e nos arredores de Vitória. Criando graves problemas. Localizada a 20 quilômetros ao norte da capital, a CST tem potencial suficiente para degradar aos níveis mais baixos a qualidade de vida numa região metropolitana com seis municípios [...] Até a Samarco aproveitou a oportunidade e instalou perto de Guarapari⁶, privilegiado local turístico do Estado, seu porto particular e suas usinas de *pellets* de minério de ferro. Logo acima da linha do horizonte, uma coluna de fumaça negra agora espanta os turistas e moradores locais. (Medeiros, 1983, 11)

Desde 1990 o cenário atual o Estado mudou com um novo ciclo de desenvolvimento econômico. Iniciou-se com a descoberta de novas províncias petrolíferas nos campos de Jubarte e Cachalote no litoral sul do Estado. Em 2002 houve um adiantamento significativo de *royalties* para o governo o Estado, o que possibilitou uma reestruturação da máquina administrativa⁷, no intento de tornar o Espírito Santo um polo atrativo de investimentos.

Diferentemente da visão centralizadora de investimentos na Grande Vitória como houve no primeiro *boom* desenvolvimentista. Essa nova fase visa à criação de Polos Empresariais, principalmente no interior e regiões periféricas norte e sul.

Contudo uma questão é colocada: A localização desses novos projeto foi Decisão Estratégia ou Conveniência? É necessário destacar que a região está fora da arena político-decisória do Estado, parafraseando Ignacys Sachs (2007, p. 44) degradação social, cultural e ambiental por conveniência.

4 Em Aracruz há aldeias Guarani e Tipinikim

5 A empresa é conhecida atualmente como Fíbria

6 Instalou-se no município de Anchieta, vizinho ao balneário de Guarapari.

7 No jargão da moda houve um choque de gestão.

Notadamente nos municípios do Norte esse novo ciclo de Desenvolvimento confluuiu para *multiplicação e intensificação* dos conflitos (Santos e Ribeiro, 2013, p. 78)

Município	Projeto Econômico	População Atingida
Aracruz	Expansão da unidade fabril e da plantação de eucalipto da Fibria Instalação do Estaleiro Jurong Zona de Processamento para Exportação (ZPE) em processo de estudo de viabilidade técnica	Pescadores da Barra do Riacho e comunidades Indígenas (Guarani e Tupiniquim)
Linhares	Expansão da exploração de Petróleo e Gás pela Petrobras	Pescadores tradicionais
São Mateus e Conceição da Barra	Expansão da plantação de eucalipto para Fibria e Suzano Duplicação da BR 101 Instalação de Gasoduto (Petrobras) Distrito Industrial de São Mateus	Pescadores tradicionais e Quilombolas

Neste contexto, a racionalidade econômica engendrada pelas instituições governamentais com intuito industrialista nessas regiões nos levanta a suspeita de *Racismo Ambiental* como prática de *Injustiça Ambiental* contra essas comunidades, pois, a disparidade de forças existentes entre Empresas e Comunidades Tradicionais; ou seja, essas comunidades pouco interferem nessa dinâmica, sofrendo com os problemas instaurado nessa relação. Segundo Ribeiro (2008, 112) *por causa de seus enormes impactos ambientais e sociais, os PGEs mostram claramente o desequilíbrio das relações de poder entre populações locais e outsiders desenvolvimentistas*. Contudo o mesmo autor nos mostra que:

Por outro lado, esses projetos têm também causado um aumento na capacidade de reação de atores locais na forma de movimentos sociais e ONGs. As pessoas passaram a entender as desigualdades inerentes a esse tipo de expansão econômica. O capital estrangeiro, vários tipos de profissionais e técnicos expatriados comumente ficam com a maior parte das riquezas produzidas em tais empreendimentos (Ribeiro, 2008: 112)

Mesmo em relação desigual, a resistência é um elemento presentes nessas relações, instaura-se o conflito. Organizar-se e resiste pode ser entendido como elemento de autoafirmação de identidade social, pois se trata de defender a reprodução de modos tradicionais de vida, conforme Bourdin (2001, p. 35) “O vínculo social é um processo de construção de sentido: viver-junto consiste, em primeiro ligar, em elaborar representações comuns do mundo”. E ainda “A definição de uma posição no mundo se dá por um conjunto de processos de recorte que constituem territórios”. (Bourdin, 2001, 32-33). Resistir é tentar garantir identidade, cultura, e territórios, como afirmar Zhouri e Oliveira (2007, p. 128) “a dinâmica de defesa do território torna-se, assim, elemento unificador do grupo que articula, então um discurso onde se apresenta como coletividade através da construção do “nós”, categoria pronominal enfatizada” que une e motiva a lutar.

4. Conflitos socioambientais no Sapê do Norte

Sapê do Norte é um território que abrange os municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Pedro Canário ao norte do Espírito Santo, a região abarca mais de 30 comunidades quilombolas. Segundo Côgo (2007), nos séculos XVIII e XIX a região foi importante polo econômico, destacando-se pela produção de farinha de mandioca, mercadoria de importante valor comercial à época que era escoada pelo Porto de São Mateus; as fazendas eram tocadas por mão de obra escravizada. Com o declínio da produção e falência das fazendas, os escravizados foram gradativamente ocupando as terras, se organizando por laços de parentesco, iniciando o processo de territorialização da região. Relativamente, “abandonado” pelo interesse econômico o Sapê do Norte foi desenhando por quase um século. Contudo, a situação mudar a partir da década de 1970, quando as comunidades passam a sofrer as consequências dos projetos de desenvolvimento econômico, segundo o EIDH/RIDH (2010) intitulado: O Projeto Agroindustrial da Aracruz Celulose (Fibria) e as Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte, o processo que envolveu o plantio de eucalipto do norte e extremo norte do Espírito Santo produziu uma série de consequências para as comunidades quilombolas localizadas na região chamada Sapê do Norte, entre elas a perda de grande parte do seu território, o que levou a uma série de reações dessa população que, atualmente, luta pela sua retomada. Por causa dos conflitos locais, as organizações de direitos humanos têm sido acionadas regularmente para intervir. Considerando o aparato repressivo é convocado sempre que há resistência, o que demonstra a notável convivência do Estado. Silva (2012) cristaliza em sua etnografia, um desses momentos:

Dona Zi e Miúda corriam nervosas de um lado para outro no campo de futebol de São Domingos. Falavam alto e gesticulavam sem parar, apontando o chão. A Polícia Militar rondava as casas com cavalos e cachorros e cercavam aqueles que tentavam escapar. Os homens foram algemados uns aos outros como “caranguejos” a serem vendidos no mercado, como se referiu um policial civil, e levados à delegacia de São Mateus. Estes cumpriam uma ordem judicial para busca e apreensão de “objetos roubados”. As mulheres do quilombo de São Domingos, não entendiam a prisão dos maridos e parentes naquela manhã do dia 11 de novembro de 2009. Elas gritavam que eles eram quilombolas e não sabiam porque usavam cães e cavalos para os prender. Miúda, afirmava que ainda que os negros tivessem construído o Brasil, a escravidão ainda não havia acabado. Para elas foram as empresas monocultoras que roubaram as terras dos ancestrais, estes sim, nascidos e criados e os que sabiam contar do fundo daqui (SILVA, 2012, p. 24)

O exemplo traz uma realidade cruel e discriminatória, muito aquém do ideal de um Estado Democrático Multiétnico e Multicultural como consta na “Carta Magna”.

Essas comunidades estão submetidas a um Colonialismo interno (CASANOVA, 2007) uma forma de colonialismo que se dá no terreno econômico, político, social e cultural; uma ressignificação da lógica colonial e neocolonial que submete populações subalternizadas dentro dos próprios Estados-Nação, submetidos aos grupos que Spivak (2010) trata como Grupo Dominantes Macroestruturais, grupo de elite que reproduzem a lógica da colonização. Expropriando desses atores coletivos o direito à dignidade. Ainda é possível radicalizar essa visão quando Said (1995, p.40) sugere que o mecanismo colonial é impelido por formações

ideológicas tão fortes que entende que há grupos, sociedades, culturas que *precisam*, que *imploram* pela dominação.

Retomando Spivak “a constituição do sujeito colonial como um Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade” (2010, p. 47). A autora trata da construção desse outro numa relação colonial (metrópole-colônia, ou países centrais-países periféricos numa nova nomenclatura), o que chamamos atenção aqui é a construção de um outro, não imbricado numa relação de alteridade e sim numa relação etnocêntrica, inferiorizado dentro de um colonialismo interno. Contudo que sofre a mesmas exclusões e violências. Como a autora afirma, o desafio e “o ponto de partida é como impedir que o Sujeito etnocêntrico estabeleça a si mesmo ao definir seletivamente um Outro”. (SPIVAK, 2010, p. 79)

O cenário demonstra que pouca ou nenhuma atenção é dada às condições de funcionamento das agroindústrias de monoculturas e menos atenção há, ainda, sobre as populações camponesas vulnerabilizadas por tais processos produtivos, que são “tratados etnocentricamente como primitivos ou sob o rótulo do atraso” (ALMEIDA, 2010b, p. 112), essa dinâmica relaciona-se à construção/reafirmação de um outro inferiorizado, reforçando uma alteridade marginalizada destoante dos princípios de inclusão (OLIVEIRA, 2016), são “assimetrias na apropriação social da natureza são geradoras de um má distribuição ecológica e, portanto, originam conflitos ambientais, na medida em que a utilização de um espaço ambiental ocorra em detrimento do uso que outros seguimentos sociais possam fazer uso de seu território” (Zhourri e Oliveira, 2007, p. 121)

Um das principais ameaças a esses coletivos são as Agroestratégias, imbricadas naquilo que Harvey (2013, p. 23-24) denomina de “Acumulação por Espoliação ou Desposseção”, O autor afirma que os mesmos mecanismos da acumulação original está presente historicamente em todas as etapas capitalismo. Assim, as ações de desapropriação de terras para o projeto, ações encabeçadas pelo Estado utilizando-se do instituto do Interesse Social, entregando-os ao capital internacional. Ou seja, questões locais em escala global. Harvey demonstra esses mecanismos a partir da obra de Marx:

[...] mercadificação e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas⁸; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo [...] o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (HARVEY, 2004, p. 121)

Estratégias gestadas nos corredores do FMI, Bando Mundial, OMC orquestrada por conglomerados financeiros, segundo Almeida (2010b, p. 102) “elas têm sido anunciadas com alarde e como medida salvacionista para resolver todos os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios”, visando bastante calcada numa concepção neomalthusiana deveras

8 No caso em epígrafe: camponeses, pescadores, catadores de caranguejo, quilombolas

descontextualizada. Segundo Acselrad e Bezerra (2010, p. 02) é “um novo modo de funcionamento do sistema, caracterizado por estratégias territoriais de capitais dotados de mobilidade potencial acrescida”, com poder de chantagem territorial àqueles que se opuserem às estratégias, *internalizando uma capacidade de desorganizar a sociedade*, evitando a resistência. E ainda:

A maior mobilidade dos capitais pode, assim, estar na origem de conflitos locais de caráter ambiental “por desregulação” nas áreas de chegadas dos investimentos – denúncias e resistências à despossessão ambiental de populações locais, observada em áreas de expansão da fronteira capitalista, ou à imposição de riscos ambientais aos grupos sociais mais destituídos, em áreas de ocupação intensa (ACSELRAD e BEZERRA, 2010, p. 02)

As agroestratégias no Brasil, segundo Almeida (2010b, p. 110) “disseminam uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola (...) assim a terra seria um bem ilimitado e permanentemente disponível”, como se veicula em uma Grande Empresa de Mídia: “*O Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é Tudo*”. O que evidencia que a despeito dos direitos territoriais que os povos e comunidades tradicionais obtiveram nos últimos anos, novas estratégias de expropriação são engendradas com vista a reestruturação do mercado de terras para torná-las disponíveis para a especulação e o mercado. Essas estratégias não só atentam contra a diversidade dos povos, como atentam contra a diversidade de espécies animais e vegetais, num processo catastrófico de monogenetização das espécies. Estratégias que expropriam a água potável, indiretamente exportada nos produtos, e exaurem a fertilidade do solo e atentam contra a dignidade dos trabalhadores. Um novo processo colonial.

5. Referências

- ACSELRAD, Henri e BEZERRA, Gustavo das Neves, “Desregulação, Deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais” in *Capitalismo Globalizado e Recursos Naturais*. Rio de Janeiro, ed. Lamparina, 2010
- ALMEIDA, A. W. B. “Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios” in *Capitalismo Globalizado e Recursos Naturais*, Rio de Janeiro, ed. Lamparina, 2010b
- ALMEIDA, A. W. B. de. “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum.” In Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos/ coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010a
- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998
- BITTERN COURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do Engenho às Grandes Indústrias*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível. Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: Acessado em 15/01/2018

BRASIL. *Decreto n. o 6.040*, de 7 de fevereiro de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 fev. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acessado em 15/01/2018

BRASIL. *Secretaria de Direitos Humanos*. Comissão especial de monitoramento de violações do direito humano à alimentação adequada. Relatório Anual da Comissão Especial de Monitoramento de Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Brasília, Novembro de 2011. Relatório anual. [Internet]. Brasília; nov 2011. Disponível: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/relatorios/relatorio-c.e-alimentacao-adequada>>. Acesso em: Acessado em 15/01/2018.

CÔGO, Ana Lúcia. História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus. São Paulo, 2007. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2007

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Maurício. Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 341-374.

GONZÁLEZ Casanova, Pablo. “Colonialismo interno (uma redefinição)”. En publicacion: *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007 ISBN 978987118367-8

GRÜNEWALD, Rodrigo A. “O Aldeamento, o Fogo e o Parque: Resistência Pataxó em Barra Velha”. In: AGOSTINHO DA SILVA, Pedro Manuel, et alii. (Org.) *Tradições Étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008, p.121-154

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

HANNERZ, Ulf. *Fluxos, fronteiras, híbridos - palavras-chave da antropologia transnacional*. Mana, 1997.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LATOUCHE, S. *Contribution à l’histoire du concept de développement*, Paris, L’harmattan, 41-60. 1998

LITTLE, Paul Elliot. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia n.º 2002. Brasília: DAN/UNB, 2002. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>> Acessado em 15/01/2018.

MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo: Maldição Ecológica*. Coleção Reportagens Vol 1. Rio de Janeiro: Ed Sementes, 1983

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (MNDH); CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA (CDDH) Estudo e relatório de impactos em direitos humanos de grandes projetos (eidh/ridh): o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala no norte do Espírito Santo. Conceição da Barra/São Mateus, 2010. 394 p

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A viagem da volta*. Rio de Janeiro: Contra-cap, 2007

- OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos índios misturados*. Revista Mana, v. 4, n.1, 1998
- PIMENTEL, ÁLAMO; LUCAS, Luciane. Componente: Crítica ao colonialismo nas Américas. Notas de aula, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. IN: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010
- ROCHA, Haroldo C. "Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial" In Vasconcellos & Davel (org) *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1998.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico : um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SACHS, Igacys. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAID, Edward W. 1995. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras
- SANTOS Jr, J. L. "Teorias do desenvolvimento e desenvolvimento teórico: o Estado do Espírito Santo em perspectiva". In: *Desafios do desenvolvimento capixaba no século XXI*. Curitiba: CRV, 2013.
- SHIVA, V. 1991. *The Violence of the Green Revolution*. Zed Books: London
- SILVA, Sandro José. *Do fundo daqui: Luta política e identidade quilombola no Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2012
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010
- ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*. Campinas. V X, n. 2. p. 119-135. jul.-dez. 2007
- ZORZAL e Silva, Marta. *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro*. Vitória: Edufes, 2004.

BIO(NECRO)POLÍTICA NAS ÁREAS DE RESSACAS EM MACAPÁ/AP: DESENHANDO IDENTIDADES DOMESTICADAS ENQUANTO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO PODER

RODRIGUES, Bruno de Oliveira

Doutorando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF);
Professor de Direito da Faculdade Estácio de Macapá; Professor do Curso de Filosofia da
Universidade do estado do Amapá (UEAP)
brunorodr@gmail.com

MADEIRA FILHO, Wilson

Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de
pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

RESUMO

Desenvolveremos neste trabalho, a partir das noções de Biopolítica de Michel Foucault e de Necropolítica de Achille Mbembe, análise sobre a configuração urbana que vem implicando na perpetuação e reprodução da pobreza das populações tradicionais nas áreas de ressacas (áreas úmidas) na cidade de Macapá/AP. Este processo é marcado pela utilização de mecanismos de demarcação territorial e controle, ratificadas por estruturas de hegemonia política que produzem searas de contenção, reprodução e geração de miséria que, encarcerados em delimitações territoriais restritas, são condicionados à subalternização de processos de dominação que constituem a organização sócio-política. Indica-se que a estética das referidas situações desenha dimensões de controle social e criam representações domesticadas que retroalimentam processos de constituição de uma identidade inferiorizada e negativada, a qual fortalece uma necropolítica colonizadora.

Palavras-chaves: Conflitos socioambientais; Necropolítica; Biopoder; Áreas de Ressaca; Controle Social.

Introdução

As cidades se apresentam enquanto fenômeno complexo, intermediando aglomerados urbanos e vazios colossais, onde se agitam ideologias, retóricas, especulações, contemplações, em dimensões fragmentárias, provindas de conhecimentos parcelares e desconexos (LEFEBVRE, 2001, p. 115). Não são, portanto, sistemas, mas sim subsistemas interconectados com referência no modelo cidade-global, mas que produzem efeitos locais bastante próprios e específicos, pois configuram de maneira bastante particular as dimensões reais de produção e dimensão do espaço.

As cidades são obras efêmeras de um processo de transformação permanente de seus moradores que, num apogeu lúdico, (re)produzem processos de envelhecimento dos espaços e desaparecimento contínuo dos bens de consumo, ironicamente chamados de “duráveis” (LEFEBVRE, 2001, p. 133). Na crista dos debates sobre os problemas urbanos de moradia e de habitat se revelam processos de desenvolvimento econômico que não são acompanhados por processos de desenvolvimento social, fazendo velar a manutenção de uma estagnada configuração das relações sociais (LEFEBVRE, 2001, p. 137).

Os modelos de cidades se sobrepõem e são erigidas sobre as ruínas das cidades anteriores, sobrepostas por novos modelos a serem consumidos e, em um processo de transformação pela industrialização, as cidades passam de recipientes e espetáculos passivos para centros de

decisão política, meio de produção e dispositivo de exploração social do trabalho (LEFEBVRE, 2001, p. 137).

No Brasil, desencadeiam-se processos urbanos de efeitos negativos, marcados pela degradação urbanístico-ambiental e pela exclusão territorial que atingem principalmente as camadas empobrecidas da sociedade. As terras mais urbanizadas e em melhores localizações (centros das cidades) foram reservadas para pessoas com mais prestígio, poder e influência, enquanto os demais foram empurrados para espaços mais distantes e precários. Estes espaços centrais passam, portanto, por processos de embelezamento e infraestrutura, recebendo grandes investimentos públicos para tais fins (RIBEIRO, 2013, p. 53). A globalização econômica apresenta uma nova geografia de centralidade e marginalidade (Ó CATÃO, 2015, p. 118).

Podemos dizer que as populações menos abastadas se abrigam às margens dos mananciais de abastecimento público, nas encostas dos morros, nas margens dos córregos ou, como em Macapá, sobre as áreas de ressacas. Todos estes locais são mais suscetíveis às intempéries da natureza, o que colocam a população à mercê de sua própria sorte. Em geral, no campo dos estudos relativos aos conflitos socioambientais, essas áreas têm sido designadas também como “zonas de sacrifício”.

O presente estudo se posiciona num espaço de pensar a elaboração da cidade em seus efeitos colaterais, onde áreas de preservação permanente podem se encontrar presumidas enquanto zonas de sacrifício, recortando estudo de caso nas áreas de ressaca da cidade de Macapá/AP, onde a ocupação informal sobre áreas de alagado determinou o desenho urbano, a colocando enquanto um fértil objeto analítico.

Ressacas

A cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, contava, de acordo com o IBGE, com cerca de 500 mil habitantes em agosto de 2018. Destes, estima-se que cerca de 90 mil pessoas residam em áreas de ressaca (IBGE, 2010).

No Amapá, zonas úmidas são localmente denominadas como “áreas de ressaca”. Tratam-se, em geral, de áreas inundadas periodicamente pelas cheias do Rio Amazonas e seus afluentes. De acordo com o Plano Diretor da Cidade de Macapá, no §4º, art. 5º, são consideradas como reservatórios naturais de água, apresentando um ecossistema rico e singular e que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária. São bacias inundáveis de maneira periódica e que servem como habitat para diversas espécies de plantas, peixes e anfíbios, mas que comportam a diversidade de um ecossistema frágil.

As ressacas trazem benefícios para a cidade, na medida em que, sendo zonas interligadas, servem como proteção contra enchentes e previnem à erosão, servindo como depósito de sedimentos. Como sofrem inundações, contribuem para o equilíbrio térmico da Cidade, auxiliando na regulação climática, controlando a temperatura local.

As áreas de ressaca detêm funcionalidade no meio ambiente, assim, o planejamento urbano deve ser operacionalizado de maneira a não causar impactos na interligação natural dessas zonas, as quais formam um único manancial, permitindo a equalização dos níveis das águas. Contudo, muitas dessas áreas inundáveis foram já isoladas pela ação antrópica, principalmente pelo isolamento ocasionado pela construção de estradas.

No Estado do Amapá predomina-se o clima tropical superúmido, que varia conforme duas estações, inverno e verão. Na cidade de Macapá, de dezembro a junho, ocorrem chuvas de forma contínua e, os períodos considerados mais secos, com pouca incidência de chuva, ocorrem de setembro a novembro. De acordo com dados da Promotoria do Meio Ambiente do

Estado do Amapá (2011), a temperatura média anual na cidade varia entre 26C° a 35C°, com pluviosidade anual de 3250 mm (milímetros), sendo 250 mm por mês no período chuvoso.

Nestes ambientes, a interação antrópica causa impactos por vezes irreversíveis. Desta forma, as áreas de ressaca deveriam ser tratadas como áreas de proteção ambiental. A lei 9.985/2000, art. 15 considera Área de Proteção Ambiental (APA) uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A partir de 2000, se intensificou no Município de Macapá, através da Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA, 2008) e da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SEMPLA, 2004), a organização de estudo governamentais que viabilizasse estabelecer a importância das Áreas de Ressacas enquanto APAs, por meio do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano que permite análises ambientais e sociais, levantamento de dados (relevo, geologia, geomorfologia fauna, flora) e zoneamento dessas áreas. Contudo, os órgãos públicos não souberam ainda como operacionalizar os dados de maneira a revertê-los em ações.

Segundo o IBGE (2010), no censo demográfico de 2010 existiam, na Cidade de Macapá, 13.801 conglomerados subnormais, que são caracterizados como espaços com ocupação ilegal de terra em momento atual ou recente, com urbanização fora dos padrões vigentes – refletindo em vias de circulação estreita, alimento irregular e precariedade de serviços públicos essenciais. Nestes dados também estão incluídas as áreas de ressaca do município onde ocorrem as ocupações irregulares.



Figura 1. Ocupações em áreas de ressaca em Macapá. Fonte: Tribuna Amapaense, 2015.

No levantamento do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA, 2012, p. 61), 74,2% da população que reside nas áreas de ressaca são naturais do Pará, dos quais 79% vieram de regiões ribeirinhas do Pará. O tempo médio de moradia das famílias é de 11 a 16 anos, contudo, cerca de 4% já reside a mais de 20 anos nessas localidades. 22% dessa população já teve malária ou dengue e 22% das moradias são ocupadas por mais de uma família. Estima-se que mais de 32% das margens das ressacas estão ocupadas. Ordinariamente os moradores não detêm quaisquer documentos probatórios de sua posse, ainda assim, 40% detêm algum título de compra da posse que considera regular e legítimo. A população

desenvolve atividades comerciais informais, principalmente vinculado as bateadeiras de açaí, comercialização de pescado, estética feminina, venda de “chope” e escritório, há também serviços de alugueis de quartos e se encontram também igrejas.



Figura 2. Área de ressaca Igarapé do Jandiá. Fonte: SelesNafe.com, 2018

Macapá é uma cidade que ainda reserva centralidade política e comercial, característicos de cidades interioranas. Embora seja uma cidade com porte populacional médio, trata-se de uma cidade horizontal, onde a construção habitacional é predominantemente de casas. A habitação vertical se eleva somente no centro em menos de uma dezena de prédios, o que faz que a cidade ocupe uma vasta área territorial.

É comum verificar nos grandes centros urbanos a predominância de áreas inapropriadas para habitação serem ocupadas, nas quais são construídas moradias fixas (muitas destas áreas são de preservação permanente), haja vista que, próximo ao centro funciona uma espécie de coração urbano, que gera e “bombeia serviços”, onde se organiza o comércio e toda pulsão da vida social na cidade.

Aglomeram-se aí muitas famílias de classe baixa, fazendo revelar ausência do Estado e quaisquer modelos de plano de ação. Há forte relação entre o aumento da densidade populacional de perfil empobrecida e a não efetivação de políticas habitacionais que pensem alternativas organizacionais da cidade. As favelas aí se formam, exprimindo-se entre vielas e corredores por detrás do asfalto, ocupando espaços indesejados pelas classes mais abastada. Em Macapá, estes espaços ditos ociosos e não desejáveis são as ressacas.

Um *modus operandi* de ocupação do espaço vai se consolidando enquanto prática tradicionalmente reiterada, fazendo surgir modos de vivências próprias, as quais se replicam intergeracionalmente e que se expressam em estratégias informais de produção de renda. A ressaca é a cidade informal, que produz suas próprias conexões e estratégias de sobrevivência, enquanto lugar de valor de uso e de troca, onde símbolos são artesanalmente estruturados e consumidos pelos moradores.

No mapa abaixo, podemos ver em vermelho as regiões localizadas em um cinturão na volta do centro. Vale ressaltar que a zona norte foi excluída do mapa por ser zona de terra firme, onde se situam as partes mais elevadas da cidade.

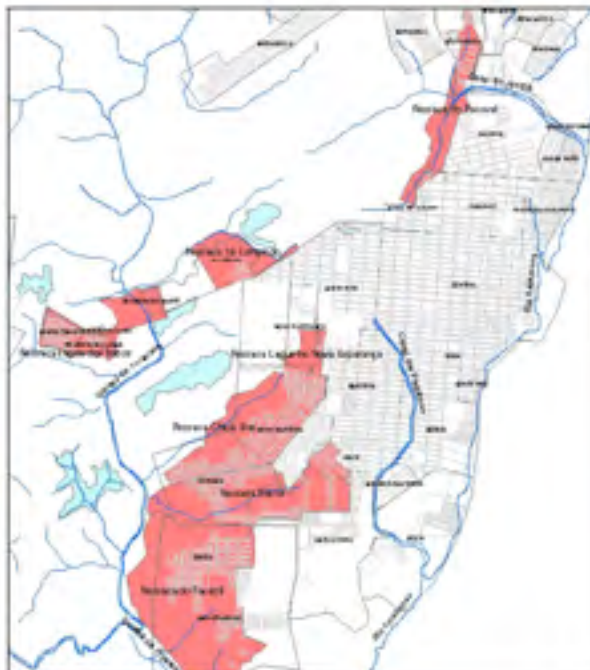


Figura 3: Regiões urbanas em áreas de ressaca em Macapá. Fonte: AGUIAR, 2003

A periferia de Macapá, que é o cinturão fronteiriço da cidade com a ruralidade, contrariamente ao tipo ideal de correspondência centro-periferia e urbano-suburbano, não se aplica aqui, já que a lógica organizativa faz revelar redutos da produção de ilhotas de urbanidade, ou seja, os condomínios fechados. Os três gargalos de saída da cidade são predominantemente preenchidos com esses condomínios, seja na Zona Norte, com a construção de condomínios e bairros planejados, seja na Zona Oeste, onde aglomeram-se vários dos primeiros, e nos espaços entre o Bairro Universidade (Zona Sul) e a Fazendinha (último distrito de Macapá e fronteira com a cidade de Santana), onde vários empreendimentos destinados a classes abastadas estão em processo de desenvolvimento.



Figura 4: Áreas de ressaca no Centro de Macapá em período de seca. Fonte: IEPA, 2012

As áreas de ressaca em Macapá são redutos de contradição, da produção da cidade informal, onde se prolifera a suburbanidade e onde aglomeram-se as classes espoliadas dos benefícios da cidade. No entanto, tais áreas estão localizadas principalmente no entorno do centro da cidade, criando caminhos de suburbanidade na urbanidade.

Bionecropolítica

O termo biopolítica foi cunhado por Michel Foucault (1989) para designar a importância do fator biológico enquanto elemento central para a política, determinando-a enquanto elemento de poder. A ordenação e esquadramento da população passou a ser importante para a mecânica do poder, separando pobres e ricos na anatomia das cidades, ordenando a vida e suas funções. Tal necessidade se deu em face dos medos derivados da aglomeração de homens, principalmente em relação a questões de saúde pública, elemento associado ao surgimento da medicina social.

O controle da vida se dá a partir da normalização dos comportamentos, a partir de um sistema disciplinar que domestica os corpos em padrões determinados, condição para o exercício do poder sobre a cidade e o Estado. Insere-se nas estruturas de poder o esquadramento, classificação e numeração sobre a vida, assim, o controle sobre o ser humano passa a ser condição do próprio poder.

Derivam daí noções impressionistas de sociedade de controle, onde o planejamento e ordenação das cidades possa ser visto como transpolítica panóptica, criando um desenho do espaço para otimizar o seu controle. A vida humana e sua distribuição topográfica passaria a ser controlada por cálculos explícitos de seus processos biológicos que transformam a vida humana. Haveria necessidade de controlar os nascimentos, mortes, fecundidade, morbidade, longevidade, migração, criminalidade, entre outras, em termos descritivos e quantificado, combinando, separando e comparando, permitindo a previsão do futuro a partir de estatísticas, demografia, medicina social e outros saberes. Nesse sentido, podemos dizer que a biopolítica teria como pretensão maximizar a vida humana ativa e produtiva, com o fito de subtrair o máximo de tributação sobre sua produtividade para o poder.

A biopolítica ganha novos contornos no mundo contemporâneo, onde o desenho urbano ganha novas inscrições, novas demarcações, zonas, enclaves, questionamentos da propriedade, classificação de pessoas, manipulação dos recursos e de criação de novos imaginários populares (MBEMBE, 2011, p. 43).

Quando Mbembe (2011) cunha o termo necropolítica para relacionar a produção de mundos de mortes e um domínio sem precedentes da soberania de quem deve viver e morrer, esta lógica pode ser lida numa microfísica dos espaços urbanos.

Uma nova demarcação do poder cria cidades famintas não apenas de comida, como também de moradia, vestimentas, laser etc. Essa soberania que determina a vida/morte também determina quem é importante e quem não é, quem detém valor e quem não detém, além de determinar quem é facilmente substituível ou não, indivíduos da mesma classificação social geralmente são particionados no espaço e reunidos em enclaves específicos (MBEMBE, 2011).

A gestão do medo e do terror se materializa na produção segregativa dos seres humanos, separando ricos e pobres, a partir de zoneamentos-ilhas. A partir do exercício da soberania vertical, a classe privilegiada se apropria do espaço, determinando suas vocações e onde devem ser fortificados, visando a proteção de exclusividades. São aí criadas redes, túneis e pontes "subterrâneos" que colonizam o poder e ratificam tais demandas nos mecanismos formais de poder.

Os esquemas subterrâneos de territorialidades determinadas são estratégias de guerra, de desarticulação do nocivo, assim a estratégia de domínio e controle estaria a se espelhar na infraestrutura, com despejos, demolições de casas, zonas e ruas. Trata-se de um modelo de ocupação colonial da modernidade presente, onde velhos sistemas de dominações se mantêm retraduzidos em novos esquemas de expressão de poder ainda pautados no poder disciplinar, na biopolítica e na necropolítica (MBEMBE, 2011).

Ressacas enquanto zonas de sacrifício

As eleições para a prefeitura municipal de Macapá em 2016 trouxeram mais uma vez o tema do desornamento urbano para o palco dos debates. Não faltaram candidatos a apelar para o voto popular, prometendo a recuperação das passarelas, sistemas de saneamento, recolhimento de lixo, canalização de água potável etc., não raro com hologramas no horário político eleitoral, repaginando em computador essas áreas de sacrifício. No processo de “curral eleitoral” o ponto nodal caracterizou-se mais uma vez no sistema de concerto de pontes em períodos de eleição e pela tolerância institucional de zonas onde não se pagam os serviços públicos básicos, principalmente água encanada e luz, todas são estratégias do biopoder.

No que se refere a atuação da Polícia Militar, esta não adentra nas áreas de ponte e pouca atuação mantém no que se refere aos crimes que são realizados nas áreas de ressaca. A cidade informal não recebe a mesma proteção e atenção da cidade formal, o sistema de policiamento é um mecanismo de controle e contenção, o policiamento e rondas se dão no “asfalto”, não adentram nas pinguelas formas de policiamento e de atuação que não seja de invasão e de crimes flagrantes.

Em verdade há um sistema de controle que só age quando a ressaca sai ao asfalto, momento que o inimigo (JAKOBS, 2008) aparece e todas as ferramentas de controle social a céu aberto são acionadas, direcionando total atenção ao cidadão nocivo e pretensamente violador da cidade olimpo.

Em verdade, os crimes no interior das áreas de ressaca a ninguém importam, pois não atingem a população da cidade formal, razão pela qual não interessa ao poder qualquer alteração na forma de atuação, já que as áreas de ressacas são reinos alternativos, onde as leis são produzidas pelo crime organizado.

O Estado passa somente na “porta” da ressaca, visando o controle e contenção daquela população dentro do seu enclave, isolando a cidade formal dos efeitos deletérios lá produzidos. Durante a semana os moradores saem para trabalhar e servir à cidade formal, enclausurada em condomínios fechados, lubrificando as engrenagens do sistema.

O poder controla e determina quem tem valor e deve ser protegido e quem não detém valor e pode ficar sujeito à criminalidade, à violência, ao medo e ao terror. Aqueles que vivem nas áreas de ressacas são trabalhadores descartáveis, pois facilmente substituíveis, e sua possível eliminação é calculada pela razão instrumental, podem ficar expostos à eliminação sem quaisquer transtornos para o poder.

Há ainda um sistema de tolerância institucionalizada do não pagamento dos serviços de água e eletricidade, pelo sistema conhecido como “gatos”, o que possibilita que as palafitas que abarcam 1/3 da cidade gozem de serviços básicos sem onerar a renda das famílias pobres.

A tolerância é notória já que os postes de luz estão “no asfalto”, onde dele se descolam emaranhados de fios que são distribuídos pelas palafitas. O controle institucional seria facilmente realizado, pois a fiação é artesanal e está em evidência. Soma-se ainda que os contadores de energia da companhia de energia elétrica no Estado do Amapá são instalados

no poste e não nas casas. Assim, visualizam-se os postos nas entradas das áreas de ressacas desprovidos de quaisquer contadores e diversos fios em direção as residências.

Outrossim, o encanamento da companhia de distribuição de água de Macapá abastece toda a população das áreas de ressacas sem, contudo, cobrar pelos serviços prestados. Emendas nos encanamentos da empresa são realizados na entrada na ressaca e, a partir de um complexo sistema informal, são distribuídos por todas as residências. Como se tratam de áreas de alagado, a inviabilidade dos poços artesianos coloca toda a população em dependência do serviço institucional de fornecimento de água.

Josilene Cunha (2011) em sua análise dos programas institucionais de governo junto às áreas de ressaca urbana de Macapá envolve três níveis: o Programa da Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID, a saber: o nível macro (Governo Estadual), o intermediário (ONG's, em especial a atuação da Colibri) e local (comunidades do bairro da capital de Macapá), apontando diversas contradições do ponto de vista dos atores sociais e reconstituindo o contexto sociopolítico que influenciou a sua criação, assim como o mecanismo de interação entre o governo estadual e as comunidades locais e aponta os fatores que têm permitido e ou facilitado ou impedido a implementação do Programa.

Considerações finais

Por esta lógica de manutenção de um mecanismo de poder que controla e regulamenta a existência de uma grande parte da população urbana de Macapá, condiciona-se um sistema de controle social a céu aberto, por uma disciplina dos serviços públicos e da regulamentação os espaços.

A tolerância da ocupação dos referidos territórios de ressaca que são, notoriamente, áreas de proteção ambiental, é um sistema de tolerância necessário para contenção e controle das massas empobrecidas que estão na cidade.

Ações técnicas como o GEA-BID e outras iniciativas macropolíticas para consorciar diretrizes urbanísticas e ambientais forçosamente necessitam da contraparte em ações e medidas que abordem os conflitos sociais, com conseqüente aporte de tecnologias sociais pertinentes e metodologias interdisciplinares.

Vale dizer, o contexto macropolítico das teorias de controle social – como a biopolítica foucaultiana ou a necropolítica de Mbembe – auxiliam a perceber as vulnerabilidades de populações em contextos de zonas de sacrifício e mesmo a estabelecer leituras críticas face ao Estado enquanto emanção simbólica de um poder soberano. Entretanto, não se mostram suficientes para penetrar nas redes de relações que estabelecem o exercício da sociologia de poder local, tampouco nos aspectos culturais e antropológicos que substantivam os mecanismos de resistência e as regras próprias de pertencimento.

Observar essa cosmologia implica em despirmo do teórico e penetrar o campo específico enquanto forma de aprendizado. Levando na nova bagagem as hipóteses de conceitos de APA ressemantizados, onde as habitações nas áreas de ressaca vislumbrem um modo de vida próprio e integrado às configurações naturais locais.

Referências

- AGUIAR, J.S. SILVA, L.M.S. *Caracterização e Avaliação das Condições de Vida das Populações Residentes nas Ressacas Urbanas dos Municípios de Macapá e Santana*. In: TAKIYAMA, L.R. ; SILVA, A.Q. da (orgs.). *Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú*, Macapá: CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, 2003. Disponível em: <www.iepa.ap.gov.br/metadados/instituicoes/iepa/projetos/ressacas/documentos/10finalANTROPICO.pdf>
- CUNHA, Josilene Conceição Leal da. *Ações de desenvolvimento socioambiental: o Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID nas áreas de ressacas da cidade de Macapá*. Universidade da Amazônia: Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Belém PA, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Censo demográfico 2010**, 2010, Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/6HYJ>>. Acessado em: 17 de julho de 2017.
- JAKOBS, Günter, MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 3ª ed. 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*, São Paulo: Editora Centauro, 2001.
- MACAPÁ. *Lei Complementar nº 26, de 4 de fevereiro de 2014 – Institui o Plano Diretor da cidade de Macapá*.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: *Necropolítica seguido de sobre el gobierno privado indirecto*. Madrid, Espanha: Editorial Mesulina, 2011.
- MP/AP - MIINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAPÁ. *Promotoria do Meio Ambiente, Clima*. Disponível em: <www.mpap.mp.br/meio-ambiente/111-noticias-prodemac/192-clima>.
- Ó CATÃO, Marconi do. Civilizações Urbanas e Teorias da Cidade, *Revista Direito à Cidade*, vol.07, nº 01, 2015, p. 91-140.
- RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo, As Favelas e o Direito à Cidade: Histórico de Negação e Perspectivas para Implementação Futura. *Revista Direito à Cidade*, vol.05, nº 01, 2013, p. 50-64.
- SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente. *Plano Diretor sobre ressacas*, 2008
- SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá*. Macapá: 2004. Disponível em: <www3.macapa.ap.gov.br/arquivos/planodiretormacap/PLANO%20DIRETOR%20DE%20MACAPA.pdf>, Acessado em: 30 de março de 2016.
- IEPA - INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ. *Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: relatório técnico final*. Macapá: IEPA, 2012. Disponível em: <www.mpap.mp.br/images/PRODEMAC/livros/Livro%20Ressacas.pdf>.
- SELESNAFE.COM. Justiça determina desocupação de entorno do Igarapé do Jandia. “de junho de 2018. Disponível em: <https://selesnafes.com/2018/06/justica-determina-desocupacao-de-entorno-do-igarape-do-jandia/>.
- TRIBUNA AMAPAENSE. Morar em áreas alagadas - É degradante para o homem e péssimo para o meio ambiente. 30 de julho de 2015. Disponível em: <https://tribunaamapaense.blogspot.com/2015/07/morar-em-areas-alagadas-e-degradante.html>

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM CONTEXTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO MINAS RIO

LARISSA PIRCHINER DE OLIVEIRA VIEIRA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)
larissapovado@gmail.com

WILSON MADEIRA FILHO

Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende, a partir de uma revisão bibliográfica, identificar os principais conflitos socioambientais no contexto do megaempreendimento de mineração Minas-Rio. Alguns dos processos de criminalização daí decorrentes serão analisados a partir de duas ações judiciais, sendo a primeira uma ação de interdito proibitório (2015), contra lideranças locais, em função de protesto na via pública e a segunda uma ação popular (2018) que, embora tenha sido ajuizada por moradores da região, com intuito de suspender uma audiência pública do processo de licenciamento ambiental acabou sendo utilizada para criminalizar a luta popular. Quanto às práticas de racismo ambiental, estas serão analisadas a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e levantamento sobre dados censitários e estudos já realizados sobre as comunidades negras rurais da região.

Palavras chave: mineração – conflitos – resistência – criminalização – racismo ambiental

INTRODUÇÃO

O Brasil se destacou no cenário mundial nos últimos anos como uma potência para exportação de matérias primas – *commodities*, especialmente o minério de ferro. Minas Gerais, estado que carrega, em seu nome e sua história, a mineração, também se destaca nesse sentido. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (2014), a atividade de mineração está prevista em pelo menos 250, dos 853 municípios mineiros. Além disso, dos dez maiores municípios mineradores do país, sete estão em Minas Gerais.

Com o discurso do interesse público e de que a mineração é uma atividade que gera emprego e renda, muitos empreendimentos são alavancados e outros expandidos, mesmo num cenário de baixa de preços do minério de ferro.

Por trás de tais discursos escondem-se, contudo, inúmeros impactos negativos sobre territórios tradicionais compostos em sua maioria por pessoas negras. Conflitos socioambientais são silenciados e em meio às ilhas de resistências formadas para reivindicar os direitos violados, a resposta mais imediata é a criminalização da luta social.

É o que vem ocorrendo no Município de Conceição do Mato Dentro, no estado de Minas Gerais, que se situa a 167Km da capital mineira. A região onde está localizado o referido Município encontra-se nas serras da borda leste do Espinhaço Meridional em região de domínio da “Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço”, e de biomas, como Mata Atlântica e Cerrado, nas cabeceiras do rio Santo Antônio, a extremo oeste da bacia do rio Doce, nas proximidades do divisor de águas (SISEMA, 2008).

Conceição do Mato Dentro é historicamente conhecida pelas belezas naturais e pelo rico patrimônio arquitetônico, tendo se destacado ao longo de décadas na atividade de turismo de aventura, chegando a ganhar a denominação de Capital Mineira do Ecoturismo, com rico patrimônio natural, arqueológico e espeleológico, sítios urbanos, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos e significativo patrimônio imaterial.

A partir de meados de 2006, contudo, a vocação percebida em Conceição do Mato Dentro e região deixou de ser prioridade em razão da modificação das fronteiras econômicas com a proposta do retorno da mineração. Becker (2009, p. 339) ressalta que, no ano de 2006, “as elites regionais de poder decidiram que, além do turismo, a Macrorregião Norte da Estrada Real teria também a mineração como vetor de desenvolvimento regional”. A partir de 2006, portanto, a economia regional tomou novos rumos com o início da implementação do empreendimento Minas-Rio.

O Projeto Minas-Rio envolve uma mina, uma usina de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro/MG em localidade limítrofe com o município de Alvorada de Minas, um mineroduto de 529Km de extensão que percorre 33 municípios mineiros e fluminenses, bem como um terminal de minério de ferro (porto marítimo e um distrito industrial) em Porto do Açu - São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro.

O empreendimento que foi inicialmente idealizado pela empresa MMX, do grupo EBX, controlado pelo empresário Eike Batista, em 2008, teve as ações adquiridas pela empresa Anglo American, por 5,5 bilhões de dólares (MMX, 2008).

O Projeto se encontra em fase de operação, e em sua terceira fase de expansão. Desde o seu início, contudo, gera muitos impactos na região, submetendo inúmeras comunidades à condição de atingidas, sendo que a resistência por essas formada sofre forte repressão por parte dos poderes constituídos e principalmente da empresa mineradora. Os/as atingidos/as, os impactos, conflitos, e o processo de resistência e as reações a este serão objeto de análise no presente trabalho.

1. Conflitos socioambientais no contexto do Projeto Minas Rio

Os conflitos socioambientais são definidos Acsehrad (2004, p. 26) como,

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

No âmbito do projeto Minas Rio podemos identificar grupos que possuem suas formas sociais de apropriação do espaço ameaçadas, em decorrência de impactos negativos do projeto Minas Rio. Tal projeto possui grande relevância estratégica e, segundo a empresa Anglo American, trata-se do maior mineroduto do mundo. O empreendimento contou com um complexo processo de licenciamento, tendo ocorrido de forma fragmentada. Isto é, as três principais estruturas (mina, mineroduto e porto) que dependem e interligam-se entre si foram licenciadas por órgãos e processos diferentes, quando deveriam ter tramitado em conjunto. A título de exemplo, o quadro abaixo demonstra o processo de licenciamento ambiental da primeira fase do empreendimento:

LICENCIAMENTO		
Mina		
LP	Dez/2008	SEMAD-MG
LI Fase 1	Dez/2009	
LI Fase 2	Dez/2010	
LO	Set/2014	
Mineroduto		
LP	2007	IBAMA
LI	Mar/2008	
LO	Set/2014	
Porto		
LP	Dez/2006	INEA-RJ
LI	Mai/2007	
LO	Mai/2014	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como é de se notar, o porto foi licenciado antes do mineroduto que por sua vez foi licenciado antes mesmo da mina. A fragmentação do processo de licenciamento trouxe inúmeros prejuízos, especialmente para aqueles que se encontravam na área de inserção do empreendimento. Conforme avalia o relatório da Diversus, essa fragmentação acarretou um “processo mimético de fragmentação dos atingidos, que diante da ausência de comunicação por parte do empreendedor tinham dúvidas sobre quem e como seriam atingidos acarretando a consequente fragmentação das negociações” (DIVERSUS, 2011, p. 171).

A noção de atingido (a), para fins deste trabalho será aquela adotada por Carlos Vainer, em contribuição ao debate dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos, noção que pode também ser utilizada para os grandes empreendimentos minerários. Afirma, inicialmente que o conceito de *atingido* está em disputa e diz respeito:

[...] ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isso explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa. (VAINER, 2008, p. 40)

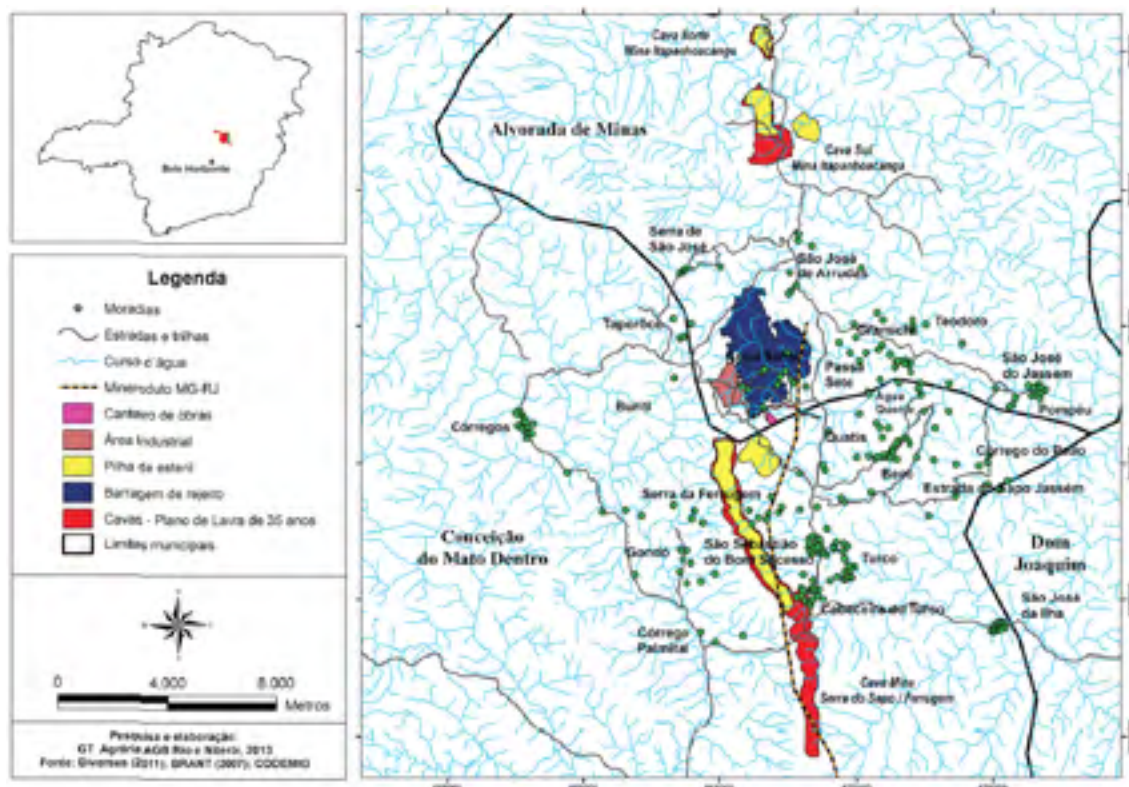
Ainda em contribuição a esse debate, Milanez *et al* (2012, p. 41), destacam algumas categorias de atingidos por empreendimentos de mineração, a saber, **atingidos territorialmente, economicamente, atingidos por subprojetos, atingidos socialmente, atingidos ambientalmente**.

Assim é que os *atingidos(as)*, em um contexto de megaempreendimento de mineração, não se limitam àquelas comunidades ou famílias localizadas no espaço físico onde será instalado o empreendimento, havendo diversas categorias.

Nos estudos iniciais do empreendimento Minas Rio, contudo, o EIA/RIMA reconheceu apenas duas comunidades como atingidas, isto é, como incluídas na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento. Foi preciso um processo intenso de mobilização dos/as atingidos/as, movimentos sociais e setores da universidade para reivindicar estudos complementares ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Tais estudos, feitos pela empresa Diversus, identificaram 1.480 pessoas vivendo em 22 localidades, que vão desde distritos, passando por comunidades bem delimitadas, até regiões formadas por uma sequência de propriedades ao longo de uma

estrada de referência, entre São José do Jassém e o distrito de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) (DIVERSUS, 2011, p. 37).¹

A partir da figura a seguir, é possível observar a proximidade das comunidades com a área do empreendimento:



Fonte: Retirado do Dossiê de Impactos do Projeto Minas-Rio, 2013.²

Destaca-se que os impactos sofridos negativos pelas comunidades iniciaram-se antes mesmo da instalação do empreendimento, nas fases da licença prévia e quando havia apenas especulações a respeito, muitas famílias da zona rural, que sobreviviam da agricultura, deixaram de plantar pela incerteza de saber se poderiam ou não colher seu plantio. Esse processo ocasionou, uma mudança radical na renda familiar. Além disso, em razão do acirramento dos conflitos fundiários e as práticas arbitrárias da empresa em violar os direitos das famílias de acessar sua terra, muitas famílias ficaram prejudicadas.

Nesse sentido, inclusive, menciona Wanderley (2012, p. 94) que os impactos gerados por grandes empreendimentos são pretéritos até mesmo ao período de instalação. Ele menciona que a simples idealização destes, no papel, implica em transformações no espaço preexistente e na sociedade. Criam-se expectativas, sonhos, esperanças; geram-se medos, riscos, inquietações, dúvidas, especulações e planejamentos pelos elaboradores, pelos habitantes tradicionais da região e por migrantes do passado e do presente.

O início das obras do mineroduto e depois da mina seguiu causando impactos negativos para as comunidades. Pereira *et al* (2013, p.135), citando fragmentos de depoimentos de uma ata

1 Dentre as comunidades, citam-se: São Sebastião do Bom Sucesso (SAPO), Beco, Turco, Cabeceira do Turco, Gondó, Distrito de Córregos, Água Quente, Água Santa (ou Mumbuca, cuja parte dos moradores foi reassentada para o Vale do Lambari), Ferrugem, São José do Jassém, São José do Arruda, Itaponhoacanga, Burritip, Taporoco, Serra São José, Quatis, Passa Sete.

2 Disponível em: <http://issuu.com/ibase/docs/liv_ibase_minerio_final4> Acesso em 20 de julho de 2015.

de audiência pública da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) em abril de 2012, comentam que os principais impactos identificados entre as comunidades diretamente afetadas foram: não reconhecimento de atingidos; não cumprimento dos contratos sobre a reestruturação fundiária; o comprometimento da saúde pelos impactos ambientais e sociais; a degradação da qualidade da água; a destruição dos cursos d'água; a precarização da infraestrutura rodoviária, a destruição do modo de vida local, na medida em que a agricultura familiar e demais atividades de subsistência tornavam-se impraticáveis pelas intercorrências territoriais.

Muitos impactos negativos foram também posteriormente mencionados no relatório da Diversus (2011, p. 159), empresa de consultoria contratada para realizar estudo complementar EIA/RIMA apresentado inicialmente pelo empreendedor³. Citam-se: interdição de estradas; diminuição das nascentes; aumento de pessoas estranhas; aumento do consumo de drogas; aumento do custo de vida; insegurança; explosões; aumento dos acidentes; diminuição da mão de obra local; sujeira da água; barulho; poeira; desmatamento.

Há que se mencionar, ainda, comunidades localizadas abaixo da barragem de rejeitos da empresa mineradora. Embora tal fato sempre tivesse sido denunciado pelas comunidades, sempre foi subestimado pelas instituições. Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco, no município de Mariana, e, completa devastação da comunidade de Bento Rodrigues e toda a bacia do Rio Doce, as comunidades seguem denunciando a situação e lutando em favor de uma solução, que parece, ao entender das comunidades, ser só uma: o reassentamento.

Em suma, os impactos do empreendimento Minas Rio são imensuráveis e se prolongam ao longo do tempo. Nas comunidades rurais, como mencionado, as comunidades já convivem há pelo menos 10 anos com a falta de água, secamento de nascentes, poeira, barulho, tremores decorrentes da operação do mineroduto, que causam rachaduras em suas casas, medo e risco de rompimento da barragem de rejeitos.

Processos de depressão vêm sendo desencadeados devido à desterritorialização e ao rompimento dos laços familiares, fruto da forçosa e violenta forma como a empresa se instalou no território. A cada expansão do projeto, os impactos aumentam, se tornando cada vez mais infinitos e de difícil reparação. Eles são imensuráveis ainda, uma vez que há real risco de um rompimento da barragem que é pelo menos 4 vezes maior do que a que se rompeu em Mariana. Sobre a barragem de rejeitos, cita-se um Inquérito Civil do MPMG, Comarca de Conceição do Mato Dentro n. 0175.15.000261-6 em que foi apresentado o Plano de Ações Emergenciais e *Dam Break* identificando pelo menos 400 pessoas vivendo na zona de autossalvamento (Comunidades de São José do Jassém, Passa Sete e Água Quente), ou seja, à jusante da barragem de rejeitos, dentre elas pessoas idosas (com mais de 80 anos), crianças e deficientes.

Destaca-se a composição étnico-racial das comunidades que residem nesta zona, especialmente. Trata-se de comunidades rurais, compostas majoritariamente por pessoas negras. Segundo dados apresentados no estudo *Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais* (2018, p. 127), a composição étnica racial da população atingida pelo complexo minerário Minas Rio é composta 82% por pessoas não brancas.

³ A determinação de complementação do estudo foi feita pelo órgão ambiental, a partir de luta dos (as) atingidos (as).

Tabela 02: População por Definição de Cor/Raça nos Setores Censitários no Entorno do Complexo Mineral Rio-Minas (2010)

Setor Censitário	Município	Distrito	Tipo de Ocupação	População	Branco % (total) %	Pardo % (total) %	Amarelo % (total) %	Pardo % (total) %	Indígena % (total) %	Não Branco %	
311750415000001	Conceição do Mato Dentro	São Sebastião do Bom Sucesso	Vila	97	94 - 96,8%	10 - 10,3%	0 - 0,0%	73 - 75,3%	0 - 0,0%	85,6%	
311750415000002	Conceição do Mato Dentro	São Sebastião do Bom Sucesso	Zona Rural	814	84 - 10,3%	121 - 14,9%	3 - 0,4%	436 - 53,6%	0 - 0,0%	89,6%	
311750415000001	Conceição do Mato Dentro	Córrego	Vila	294	87 - 29,6%	41 - 13,9%	0 - 0,0%	185 - 62,9%	1 - 0,3%	77,2%	
311750415000002	Conceição do Mato Dentro	Córrego	Zona Rural	139	33 - 23,7%	4 - 2,9%	0 - 0,0%	101 - 73,2%	0 - 0,0%	76,1%	
Total Populacional dos Setores Atingidos de Conceição do Mato Dentro					1 143	178 - 15,6%	176 - 15,4%	3 - 0,3%	785 - 68,7%	1 - 0,1%	84,5%
Município	Conceição do Mato Dentro	Total Municipal	Urbs e Rural	17 808	4169 - 23,4%	2363 - 13,2%	152 - 0,8%	11 184 - 62,5%	45 - 0,2%	76,6%	
310240710000002	Alvorada de Minas	Taperoá/Coração	Zona Rural	882	26 - 3,0%	7 - 0,8%	0 - 0,0%	807 - 91,6%	2 - 0,2%	94,2%	
310240710000001	Alvorada de Minas	Taperoá/Coração	Zona Rural	396	14 - 3,5%	45 - 11,4%	1 - 0,3%	336 - 84,8%	0 - 0,0%	94,5%	
Total Populacional dos Setores Atingidos de Alvorada de Minas					838	40 - 4,8%	52 - 6,2%	1 - 0,1%	747 - 89,2%	2 - 0,2%	95,2%
Município	Alvorada de Minas	Total Municipal	Urbs e Rural	3 346	308 - 9,2%	190 - 5,7%	43 - 1,3%	2 807 - 84,2%	3 - 0,1%	93,3%	
Total Populacional dos Setores Atingidos Próximos a Empreendimentos					1 981	218 - 11,0%	278 - 14,0%	4 - 0,2%	1 529 - 77,1%	1 - 0,1%	89,0%
312240305000007	Dom Joazeiro		Zona Rural	100	75 - 75,0%	8 - 8,0%	0 - 0,0%	77 - 77,0%	0 - 0,0%	93,0	
312240305000004	Dom Joazeiro		Zona Rural	249	52 - 21,0%	24 - 9,6%	0 - 0,0%	213 - 85,2%	0 - 0,0%	86,1	
312240305000001	Dom Joazeiro		Urbana	539	185 - 34,3%	82 - 15,2%	4 - 0,7%	348 - 64,6%	0 - 0,0%	71,7	
312240305000002	Dom Joazeiro		Urbana	771	158 - 20,5%	85 - 11,0%	13 - 1,7%	517 - 67,1%	0 - 0,0%	79,8	
312240305000003	Dom Joazeiro		Urbana	378	89 - 23,5%	36 - 9,5%	6 - 1,6%	262 - 69,3%	5 - 1,3%	81,7	
312240305000006	Dom Joazeiro		Urbana	330	103 - 31,2%	2 - 0,6%	1 - 0,3%	124 - 37,6%	0 - 0,0%	53,6	
312240305000009	Dom Joazeiro		Urbana	602	111 - 18,4%	103 - 16,8%	0 - 0,0%	389 - 64,8%	0 - 0,0%	81,6	
Total de Setores Atingidos em Dom Joazeiro					2 969	581 - 19,6%	298 - 10,0%	28 - 0,9%	1 981 - 66,9%	5 - 0,2%	77,3
Município	Dom Joazeiro	Total Municipal	Urbs e Rural	4 335	842 - 19,4%	581 - 13,4%	53 - 1,2%	2 984 - 68,9%	5 - 0,1%	79,3	
Total Populacional dos Setores Atingidos					4 970	899 - 18,1%	578 - 11,6%	28 - 0,6%	3 509 - 70,6%	8 - 0,2%	82,0

Fonte: IBGE (2010)

Robert Bullard caracteriza o racismo ambiental:

[...] qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta ideia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. [...] A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental” (BULLARD, 2005)

Selene Herculano Tânia e Pacheco (2006), no mesmo sentido destacam que o racismo ambiental se configura a partir de uma carga desproporcional de riscos e efeitos socioambientais sobre os grupos étnicos em situação de maior vulnerabilidade.

Em meio a esse contexto de conflitos ambientais, os (as) atingidos (as) formam verdadeiros territórios de resistência. Milanez (2012, p.40) acredita que um movimento de resistência de atingidos pela mineração não só defenderia os direitos daqueles atingidos direta ou indiretamente pelas atividades mineradoras como também seria responsável por “propor formas mais justas e democráticas do (não) uso dos recursos naturais, a partir das opções locais de desenvolvimento territorial”.

O processo de resistência no âmbito do projeto Minas Rio, contudo, assim como todos vários processos de resistência pelo Brasil, vem sofrendo sérias criminalizações, verificadas a partir da prática de perseguições, cooptações, intimidação pela presença policial ostensiva em reuniões e audiências públicas.

Segundo o guia de proteção para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos elaborado da Organização não governamental, Justiça Global (2016):

As práticas criminalizadoras também partem de empresas transnacionais, visando despolitizar as lutas sociais que denunciam as diversas violações dos direitos econômicos,

sociais, culturais e ambientais (DHESCAS), que são efeitos do desenvolvimento econômico a qualquer custo. (JUSTIÇA GLOBAL, 2016, p. 07).

A criminalização teria, assim, o objetivo de “esvaziar o conteúdo político presente nas práticas historicamente constituídas para resistir, em face da exploração e da negação de direitos” (JUSTIÇA GLOBAL, 2016, p. 07).

A seguir mencionaremos duas ações judiciais utilizadas como instrumento para criminalizar a luta dos/as atingidos/as sendo que em uma delas, moradores das comunidades configuraram como réus e em outra como autores.

2. Criminalização das lutas

Uma manifestação ocorrida em 28, 29 e 30 de julho de 2015, na via pública desencadeou o primeiro processo de criminalização contra as comunidades. No protesto, as comunidades reivindicavam o reconhecimento como atingidas pela mineração e denunciavam violação de direitos como a perda de córregos e nascentes, rachaduras nas casas causadas pelo mineroduto, poluição do ar, intensos ruídos, aumento de alcoolismo, de violência e até casos de estupro. (BRASIL DE FATO, 2015)

Neste caso, mesmo se tratando de uma ação coletiva de resistência e decidida pelas comunidades, sem uma liderança clara ou uma organização à frente, a empresa Anglo American resolveu ingressar com uma ação de interdito proibitório contra apenas três moradores, requerendo uma liminar que foi, posteriormente indeferida pelo juiz sob o fundamento de que não haveria ameaça à posse, destacando que não existia risco à propriedade da Autora, haja vista que os protestos aconteceram na Rodovia MG-010, ou seja, fora do ambiente empresarial.⁴

Viera e Xavier (2017, p.83) destacam que mesmo sem êxito no pedido liminar, a empresa prosseguiu com o processo, o que demonstra que dar seguimento à ação visa a desmontar a trajetória de luta da comunidade, constringendo as lideranças sociais e desmobilizando-as para que se abstenham de seguir lutando por direitos.

Tal ação judicial repercutiu fortemente em outras pessoas da comunidade que acabaram intimidadas, e amedrontadas, inclusive porque à época do ajuizamento desta ação sequer existia Defensoria Pública na cidade de modo que a demanda foi assumida, voluntariamente pelas advogadas populares que atuavam na região.

No ano seguinte, 2016, após nova manifestação feita pelas famílias, inclusive diferentes daquelas que haviam participado no ano anterior, a empresa optou por pedir nova liminar na mesma ação de interdito proibitório do ano de 2015. Novamente o juiz indeferiu a liminar e acabou marcando uma audiência de conciliação, onde tentou-se forçar os três réus a assumir, em nome da coletividade, o compromisso de não mais se manifestar na via pública.

Não tendo sido aceito referido acordo foi proferida sentença extinguindo o processo sem julgamento do mérito por falta de interesse de agir. Em outras palavras, reconheceu-se que não havia, por parte da empresa, interesse de ação ao acionar o poder judiciário, para algo que poderia e deveria ter sido resolvido extrajudicialmente.

Por mais derrotada que tenha saído a empresa neste processo, a ação teve os efeitos que visava. Muitas pessoas ficaram desmobilizadas, amedrontadas e intimidadas a seguir reivindicando seus direitos, especialmente em protestos na via pública.

Outra experiência aqui narrada se refere a uma ação popular ajuizada espontaneamente por 5 moradores das comunidades no entorno do complexo minerário. A ação foi ajuizada com

4 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação de interdito proibitório. Processo n.: 0015857-87.2015.8.13.0175 Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_movimentacoes.jsp?comrCodigo=175&numero=1&listaProcessos=15001585>

intuito de suspender uma audiência pública do processo de licenciamento ambiental da Etapa 3 do empreendimento que visava sua expansão. A fundamentação é que não teria ocorrido o devido processo de transparência e acesso a informação sobre os termos dos estudos ambientais. A liminar foi concedida e a audiência foi suspensa em 18/04/2017, data em que estava marcada a referida audiência.⁵

Ocorre que logo após a decisão liminar, foi divulgada pela empresa uma nota informando sobre a suspensão da audiência e, divulgando o nome dos autores populares, o que nas entrelinhas queria dizer que eles seriam os responsáveis pela não expansão do empreendimento e consequente “geração de empregos” na região. Logo em seguida, os autores populares passaram a sofrer violência física, perseguições e até ameaças de morte pelo *WhatsApp* seja por moradores da cidade ou por comunitários que se colocam favoráveis às práticas da empresa.

Tamanhas foram as ameaças que os cinco moradores foram inseridos no Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos – PPDDH do Estado de Minas Gerais e o Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos chegou a fazer uma visita *in loco* para acompanhar a situação.

Apesar dos esforços das instituições em punir os responsáveis pelas ameaças, ao final, a grande responsável por instigar as desavenças entre os moradores da cidade e da comunidade ou entre os/as próprios/as atingidos/as acabou não sendo responsabilizada.

Ao contrário, em meio a esse cenário de violência, ameaças, perseguições e perpetuação das violações de direitos, foi aprovada a licença para o *Step 3* do empreendimento que visa a expansão da mina, bem como o alteamento da barragem de rejeitos. Tudo isso, sem promover o reassentamento de comunidades que seguem vivendo à jusante da barragem.

Vimos que a estratégia de reivindicar direitos pela via do protesto acabou sendo criminalizada via uma ação judicial. Em outra ocasião, utilizando-se de nova estratégia, mais institucionalizada para reivindicar seus direitos, os/as atingidos/as foram da mesma forma criminalizados/as.

Tais situações nos colocam a refletir qual será o destino das comunidades afetadas por grandes empreendimentos num contexto em que a democracia está fragilizada e as instituições cada vez mais enfraquecidas, embora não nos pareça haver outra resposta que não seja seguir pela via da resistência.

Considerações finais

Os impactos negativos do empreendimento Minas Rio sob os territórios atingidos são imensuráveis e se prolongam ao longo do tempo. Parece-nos que desde o início do empreendimento o não reconhecimento das comunidades como atingidas é uma estratégia deliberada e se configura como uma prática de racismo ambiental por parte da empresa. Isso porque, como demonstrado, a maior parte da população atingida pelo complexo minerário Minas Rio é negra.

Falamos de comunidades negras rurais que, aos olhos dos empreendedores, parecem ser consideradas descartáveis e que não seriam dignas de qualquer reparação pelos impactos e direitos que lhes foram violados.

Soma-se a esta constatação, o fato de que, mesmo sem reassentar as comunidades a empresa segue expandindo o empreendimento e alteando a barragem de rejeitos que possuem pelo menos 400 pessoas em sua zona de autosalvamento.

5 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação popular. Processo n. : 0005555-92.2017.8.13.0671 Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado.jsp?listaProcessos=17000555&comrCodigo=671&numero=1>

Parece-nos, da mesma forma, que mesmo em períodos de baixa institucionalidade e democracia fragilizada as comunidades atingidas seguirão promovendo processos de resistência, que para algumas significa o reassentamento.

Os processos de resistência travados há muito pelos/as atingidos/as, enfrentarão ainda mais dificuldades das mais diversas possíveis, haja vista que, tal como se demonstrou anteriormente seja na condição de réus, seja na condição de autores de ações judiciais, os/as atingidos/as seguirão sendo criminalizados/as, em contraponto à própria essencialidade da luta social em prol da garantia de direitos, que se deve esperar em um Estado Democrático de Direito.

Referências

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ANGLO AMERICAN. *A nova rota do minério de ferro*. 2015. Disponível em: <<http://minasrio.angloamerican.com.br/>>

ANGLO AMERICAN. *Anglo American realiza primeiro embarque de minério de ferro do Projeto Minas-Rio*. 27 de outubro de 2014c. Disponível em: <<http://minasrio.angloamerican.com.br/noticias/anglo-american-realiza-primeiro-embarque-de-minerio-de-ferro-projeto-minas-rio/>>.

BECKER, Luzia C. Costa. *Tradição e Modernidade: O Desafio da Sustentabilidade do Desenvolvimento na Estrada Real*. Tese (doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009. 405p.

BRASIL DE FATO. *Comunidades se mobilizam contra mineradora Anglo American*. 2015. Disponível em: <<https://www.brasiledefato.com.br/node/32528/>>. Acesso em 03 de janeiro de 2017.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. *Revista Eco 21*, ano XV, Nº 98, janeiro/2005.

DIVERSUS. Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX MinasRio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM nº: 830.359/2004 - PA/nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06. Agosto de 2011. Disponível em: <http://200.198.22.171/down.asp?x_caminho=reunioes/sistema/arquivos/material/&x_nome=DIAGNOSTICO_ADA_AID_DIVERSUS_1-50.pdf> .

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA). MMX - MINASRIO MINERAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, ALVORADA DE MINAS E DOM JOAQUIM / MG. Estudo de impacto ambiental (EIA). Lavra a céu aberto para produção de 56 milhões de toneladas por ano, tratamento de minério de ferro e infraestrutura de produção, set., 2007.

HERCULANO, Selene e PACHECO, Tânia. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental Selene Herculano e Tânia Pacheco (orgs). Rio de Janeiro, FASE, 2006.

IBRAM, 2014, <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3IBQK6OQ60MJ:www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM), 2014. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf>> .

JUSTIÇA GLOBAL. *Guia de Proteção para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos*. 2016. Disponível em: <<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/09/guia-DDHs-final.pdf>>.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, Juliana (org.); MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. *Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?* 1 ed., Rio de Janeiro: Fase, 2012, Disponível em:<<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>> .

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Promotoria de Conceição do Mato Dentro. Inquérito Civil n. 0175.15.000261-6. Verificar, fiscalizar e monitorar medidas de segurança na barragem de rejeitos no Sistema Minas Rio.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A. *Fatos Relevantes*. 17 de jan. de 2008. Disponível em: <<http://www.mmx.com.br/Mobile/ShowMobile.aspx?idConteudo=8AhJhG/8W6SUaWWx/vgpWw==&idCanal=2lvkXxZ6psBr0+k0Molrw==>>

O PROJETO MINAS RIO e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos. Ibase (Relatório Preliminar). 2013. Disponível em: <http://issuu.com/ibase/docs/liv_ibase_minerio_final4>

PEREIRA, Denise; BECKER, Luzia; WILDHAGEN, Raquel Oliveira. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. *Revista Ética e Filosofia Política*. n. 16, 2013, v. 1, p. 124-150.

SANTOS, Ana Flávia e MILANEZ, Bruno (orgs.). Transformações socioambientais e violações de direitos no contexto do empreendimento Minas Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais, 2018. (no prelo)

SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (SISEMA). Parecer único SISEMA nº 001/2008. P.A COPAM Nº 472/2007/001/2007. Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. Disponível em: [file:///C:/Users/loja1304/Downloads/4.1_-_00472_2007_001_2007_Anglo_Ferrous_Minhas-Rio_Minera%C3%A7%C3%A3o_S.A._-_PU%20\(10\).pdf](file:///C:/Users/loja1304/Downloads/4.1_-_00472_2007_001_2007_Anglo_Ferrous_Minhas-Rio_Minera%C3%A7%C3%A3o_S.A._-_PU%20(10).pdf).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação de interdito proibitório. Processo n.: 0015857-87.2015.8.13.0175. Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_movimentacoes.jsp?comrCodigo=175&numero=1&listaProcessos=15001585>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação popular. Processo n. : 0005555-92.2017.8.13.0671 Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado.jsp?listaProcessos=17000555&comrCodigo=671&numero=1>

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. p. 39-63. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

XAVIER, Juliana Benício e VIEIRA, Larissa P. O. Interdito proibitório: instrumento de perseguição e isolamento da lutas populares. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 5, n. 1, pp. 71-93, 2017.

WANDERLEY, Luiz Jardim Moraes. Recursos minerais na Amazônia brasileira: impactos e perspectivas, p. 91-150. in *Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?* 1 ed., Rio de Janeiro: Fase, 2012, Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>> .

RELAÇÕES SIMBÓLICAS: ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS

LUIZA ALVES CHAVES

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD_UFF)
luizachavesjgd@gmail.com

WILSON MADEIRA FILHO

Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

ALBA SIMON

Pós-Doc no Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Direito da UFF
albasimon7@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa entender a complexidade nas relações entre animais humanos e não-humanos e suas significações explícitas e implícitas, buscando vislumbrar como objetificam os animais não-humanos e significam os humanos. Essas relações se dão no campo social e são refletidas no papel ocupado por esses indivíduos não-humanos no ordenamento jurídico e na sua não obtenção de direitos. Para tanto, são elencadas as principais correntes vinculadas ao direito dos animais, visando identificar como são constituídas as aporias entre animais humanos e não-humanos nas sociedades ocidentais, detalhando os aspectos mais relevantes para uma compreensão expandida da bioética. Para realizar a presente pesquisa adotamos análise teórica, a partir do levantamento bibliográfico acerca do tema, refletindo criticamente sobre as informações coletadas.

Palavras-chave: animais não-humanos; direito dos animais; antropocentrismo; especismo; objetificação

ABSTRACT

The present work aims at understanding the complexity between the relations between human and nonhuman animals and the explicit and implicit meanings in these relations, seeking to glimpse how these relations objectify nonhuman animals and mean humans in their most dense network of subjugations. These relationships take place in the social field and are reflected in the role occupied by these nonhuman individuals in the legal order and in their non-attainment of rights. In order to do so, the main currents linked to animal rights are listed, with the purpose of identifying the relationships between human and non-human animals in Western societies, detailing the most relevant aspects for an expanded understanding of bioethics. To carry out the present research, we seek to make a theoretical analysis, based on a bibliographical survey about the subject, reflecting critically on the information collected.

Keywords: non-human animals; animal rights; anthropocentrism; speciesism; objectification

Introdução

Este trabalho examina as relações entre animais humanos e não-humanos, buscando compreender as mais diversas complexidades que a permeiam. Para isso faz uma discussão acerca das mais diversas simbologias que envolvem essas relações, abordando também a legislação que abarca os indivíduos não-humanos.

O tema foi escolhido pela necessidade de se incluir os mais diversos indivíduos na compreensão acerca dos laços de opressão envolvendo os conflitos socioambientais. Muitos são os estudos acerca do meio ambiente e até mesmo em relação aos conflitos envolvendo animais, mas, em sua maioria, nesses projetos, os animais continuam sendo vistos muito mais como um objeto, não mais que um recurso natural que eventualmente sua ausência, na melhor das hipóteses, possa desequilibrar a biodiversidade e prejudicar o homem, do que um sujeito que tem em sua própria vida valor em si.

Percebe-se que cada vez mais as obras de Singer (1975) e Regan (2004) vem sendo relidas e reavaliadas e os animais vem aos poucos sendo recolocados no ideário jurídico e social. Essa questão implica, sobretudo, em reavaliações críticas da própria conduta humana e mesmo de imbricações culturalistas e mesmo religiosas na neocosmologia que advoga os direitos dos animais e mesmo dos vegetais. Contudo essa transformação é ainda tímida e, muitas vezes, remonta e ressignifica outros diversos traços de sofrimento e dominância.

Por isso, buscar-se-á trabalhar com a perspectiva de animalismo interseccional, colocando os animais como centrais no estudo, mas percebendo como muitas vezes os mecanismos legais e sociais que os subjugam são os mesmos utilizados para explorar e subalternizar diversos animais humanos.

A representação simbólica

A construção do ser humano e seu convívio social se baseia em inúmeros processos que constituem sua forma de se colocar, saber e representar aos seus olhos e aos do mundo exterior. Esses processos, escolhas, hábitos e concepções de mundo carregam em si conotações simbólicas, as quais expressam-se no meio social para além dos próprios indivíduos.

Esses simbolismos marcam as relações sociais e a forma como elas são desenvolvidas. Como salienta Bourdieu:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da *integração social*: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a *integração lógica* é a condição da *integração moral*. (BOURDIEU, 1989, p. 10)

As artes, a linguagem e os mais diversos objetos se entrelaçam e compõem quadros simbólicos complexos que denotam o espaço social ocupado por cada indivíduo ou até mesmo por um grupo. A forma de se vestir, se colocar, falar (os traços de voz, linguajar e as gírias), gestos, ambientes, afeições e prazeres, portanto, são elementos fundamentais na compreensão de qualquer sociedade.

A subjugação das mulheres, dos negros, dos indígenas, a opressão de classes, a heteronormatividade compõe basicamente a maior parte das teias que formam as sociedades de colonização eurocêntrica. Essas características fortemente marcadas são ao mesmo tempo simbólicas e simbolizadas, uma vez que os seres subalternizados acabam sendo rebaixados a condição de objetos.

Embora a compreensão do lugar do homem no planeta Terra e sua percepção em relação a natureza que o abarca muitas vezes seja compreendida de modo diverso a esse fenômeno, a significação das relações entre os seres humanos e as demais espécies dos mais diversos ecossistemas terrestres, bem como a concepção da ideia de Natureza é fruto do mesmo processo colonizatório crucial na "globalização" de todas as formas de opressão, subjugação e objetificação mencionadas.

Como bem menciona K. Thomas, ao discutir acerca das percepções do homem europeu sobre a natureza entre os séculos XV a XVIII:

[...] quando os viajantes começaram a trazer relatos de como as religiões orientais mantinham uma visão totalmente diferente, e como os jainas, os budistas e os hindus respeitavam a vida de outros animais, até mesmo de insetos, a reação geral foi de desconcertado desdém. [...] Os vestígios de um ponto de vista similar no Ocidente também mereciam condenação. “Não posso aprovar”, afirmava um pregador em 1612, “a filosofia demasiado piedosa de Pitágoras, que não permitiria que a vida da planta ou do animal fosse violada”. Lancelot Andrews seguia Santo Agostinho e Tomás de Aquino ao descartar, desdenhosamente, a doutrina maniqueísta de que o homem não tinha direito de matar outras criaturas. O sexto mandamento, contra assassinato, não valia para os não humanos, explicava ele. (THOMAS, 2010, p. 27-28)

A dificuldade dos seres humanos nascidos e/ou desenvolvidos dentro desses moldes culturais imperialistas norte-eurocêntricos em se enxergar como parte componente da natureza, como mais uma entre as bilhões de espécies existentes na Terra, e não como possuidores ou, no máximo, defensores porta-vozes dessas diversas formas de vida, brota do processo de formação das sociedades ocidentais.

A. Crosby (2011) nos informa que o imigrante colonizador trouxe consigo uma biota portátil, onde além da fauna e da flora, ele trouxe também seu *modus vivendi* e, conseqüentemente, sua forma de se relacionar com a natureza. Desse modo, o processo de dominação não foi (e continua sendo!) só de um povo sobre outro, mas de uma tecnologia de organização social sobre a outra.

Sendo assim, ao realizar o processo de “domesticação” da natureza, o colonizador já define qual parte dela deseja reproduzir. Tendo, hoje, a natureza se tornado fruto dessa atividade, sendo uma espécie de reconstituição de um modelo europeu, compondo uma espécie de natureza globalizada (CROSBY, 2011, p. 13-19).

Isso se reproduz nos mais diversos âmbitos que permeiam o homem e sua relação com os demais componentes da natureza. Enxergamos traços dessas percepções e tecnologias desde o desenvolvimento das culturas produtivas, da produção (e reprodução) de partes da natureza, até as legislações ambientais e todos os mecanismos que a envolvem.

Ada Godoy, ao discutir a formação das áreas protegidas e a utilização do Parque de Yellowstone como modelo de criação de parques e unidades de conservação, de forma elucidativa traz que:

Não se trata mais de afirmar que o Parque Nacional de Yellowstone é um modelo ou que as áreas existentes em outros países tenham sido criadas com base nele, mas sim de acoplar o modelo ao ato de formar uma natureza que constitui, por sua vez, coletivos e indivíduos humanos e não-humanos, uma cultura, uma tradição; um âmbito que, ao tornar válido o modelo, permite sua conservação e de toda a rede de interações ao qual está articulado e com o qual é configurado (GODOY, 2000).

Ou seja, esse processo foi responsável não só por estabelecer novos parâmetros de relacionamento com os demais elementos da natureza aos povos colonizados, mas a própria construção cognitiva de um ideário de natureza fez-se diretamente vinculada a esse processo.

Isso fez com que o conceito de natureza de cada um dos indivíduos e grupos sociais envolvidos nesse caminhar histórico fosse sendo lentamente apagado.

O que se percebe é que, embora a relação de dominação entre homens e demais sujeitos não-humanos atravesse a história de praticamente todas as sociedades componentes do globo terrestre - uma vez que, em maior ou menor grau, a utilização e domesticação das mais diversas espécies funcionaram como mecanismos de desenvolvimento das sociedades humanas -, o

distanciamento quase completo entre homem e natureza e a construção da objetificação de seus elementos é um dos traços mais marcantes das civilizações europeias e, em consequência, do processo imperialista.

Nesse caminho, K. Thomas mais uma vez esclarece:

[...] a visão tradicional era que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que nunca pararam um instante para refletir sobre a questão. Entretanto, os teólogos e intelectuais que sentissem a necessidade de justificá-lo podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia. A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estoicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos. (THOMAS, 2010, p. 21)

Vale dizer, séculos de cerebralismo sedimentaram o auto-convencimento coletivo do homem como centro da existência.

Animais não-humanos

Com objetivo de aprofundar o entendimento acerca dos homens e das mais diversas estruturas simbólicas que compõem e se estruturam acerca deles e de sua integração/relação com a natureza, optou-se por focar o estudo nas relações entre os animais humanos e os não-humanos.

A escolha foi feita porque entende-se que a subjugação desses seres, bem como o sofrimento ao qual eles são impostos, infelizmente constitui alguns dos elementos mais marcantes das simbologias das sociedades eurocêntricas, representando, desse modo, traços culturais indispensáveis à compreensão dessas sociedades.

Nesse sentido, Potts relaciona que o consumo de animais:

In all human cultures it is also symbolic: in the Western context it signifies important ideas about gender (Adams 2010; Parry 2010, Potts and Party 2010, Hovorka 2012), class and taste (Potts and White 2008), socioeconomic position (Galobardes et al 2001), geographical and economic factors (Hovorka, 2008). Its acceptance is facilitated by beliefs about humans right to dominate nature, including the bodies of animals and their reproductive lives (Luke 2007, Adams 2010, Joy 2010).(POTTS, 2016, p.18)

A expansão dessa maneira de se relacionar, utilizar e inclusive consumir animais (falando aqui de forma literal, no sentido de alimentar-se deles) é ponto crucial para compreensão das sociedades humanas ocidentais e traz em seu cerne inúmeras das contradições e preconceitos preconizados de forma dominante nesses contextos sociais. Nesse sentido Carol Adams aponta que:

O racismo se perpetua toda vez que se considera a carne a melhor fonte de proteína. A ênfase sobre as forças nutricionais da proteína animal distorce a história da dieta de um grande número de culturas em que pratos completos de proteína eram feitos à base de legumes e grãos. As informações sobre esses pratos são neutralizadas por um permanente empenho cultural e político ao consumo de carne (ADAMS, 2018, p.66).

Marcando o papel que os animais representam nas sociedades e na compreensão das mesmas, M. Sahlins nos traz importante construção acerca dos usos dados às mais diversas espécies de animais, no contexto estadunidense:

Como coabitantes domésticos, os cachorros são mais próximos do homem do que os cavalos, e seu consumo, portanto, é mais inimaginável: eles são um “membro da família”. Tradicionalmente, os cavalos têm, com as pessoas, uma relação mais de

trabalho e mais servil; se os cachorros são como se fossem aparentados com o homem, os cavalos são como empregados e não-aparentados. Daí o consumo de cavalos ser pelo menos concebível, embora não-generalizado, enquanto que a noção de comer cachorros compreensivelmente evoca alguma da repulsa do “tabu do incesto.” Por outro lado, os animais comestíveis, como porcos e bois, geralmente têm o status de objetos para os sujeitos humanos, vivendo nem como complemento direto nem como instrumento de trabalho das atividades humanas. Normalmente, portanto, eles são anônimos, ou, se tem nomes, como algumas vacas leiteiras, são para servir de referência na conversa dos homens (SAHLINS, 2003. p, 194 e 195).

Embora o texto faça menção à ideia de consumo animal somente no que tange a alimentação em si, percepção essa que diverge com a concepção abolicionista animal que permeará todo esse trabalho, não se pode negar que sua exemplificação acerca do papel social de cada espécie mencionada e sua conexão simbólica com a relação entre eles e os seres humanos é elucidativa de toda discussão até então trazida.

A transferência da significação das relações entre animais humanos para os animais não-humanos ocorre todo o tempo. Isso se dá tanto na impossibilidade que os estadunidenses têm de se alimentar de cachorros, tendo em vista que esses fazem parte de sua família, o que segundo Leach remeteria ao imaginário de canibalismo (LEACH apud OSÓRIO, 2010, p.7), quanto na conexão inversa que conecta a ideia de animais seres humanos que são marginalizados.

Nesse sentido, C. Adams citando K. Thomas mostra que, desde da idade moderna esse fortalecimento na linha divisória entre homem e natureza, mais especificamente entre homens e animais não-humanos, foi utilizada como critério para reforçar as noções de distanciamento social:

De acordo com Keith Thomas, os bebês, os jovens, os pobres, os negros, os irlandeses, os loucos e as mulheres eram considerados bestiais. “Uma vez percebidas como animais, possivelmente as pessoas eram tratadas como tal. A ética do domínio humano retirou os animais do interesse humano. Mas também legitimou o mal tratamento dado aos seres humanos que estavam numa suposta condição animal.” (THOMAS apud ADAMS, 2018, p. 82)

Embora possa se compreender uma aproximação entre os animais humanos e algumas espécies de animais não-humanos, que geralmente compõem a categoria dos animais domesticados, não é difícil enxergar que as diferenças apontadas e os espaços que os separaram são colossais.

Esse abismo percebido entre animais humanos e não-humanos está presente nos mais diversos aspectos da sociedade, sendo reforçado pela nossa linguagem (um dos traços mais fundamentais na compreensão de uma dada sociedade).

A esse respeito, cabe mais uma menção as palavras de C. Adams:

[...] usamos a palavra “animal” como se ela não se referisse aos seres humanos, como se nós não fôssemos igualmente animais. Tudo o que está implícito quando as palavras “animal” e “besta” são usadas como insulto mantém a separação entre os animais humanos e os não-humanos. Estruturamos a linguagem para evitar o reconhecimento da nossa semelhança biológica.

A língua inglesa, por exemplo, distancia ainda mais os seres humanos dos animais ao se referir a estes como objetos, como *its* (ADAMS, 2018, p.108).

Esse mesmo jogo de palavras é utilizado na percepção acerca do conceito de natureza, é senso comum entender natureza como algo separado da noção de ser humano, bem como enxergar qualquer espaço ou atividade que recebe atuação humana como “não natural”.

A linguagem e o distanciamento conquistado com apoio dela são fundamentais na construção das objetificações de inúmeras vidas. E o transformar em objeto alça esse indivíduo à categoria de produto consumível.

Retomando o estudo do poder simbólico apresentado por Bourdieu para compreensão da estruturação social e dinâmica das classes, percebe-se a necessidade de se avaliar a relação entre significantes e significados e, portanto, a importância de se vislumbrar a prática do consumo e os objetos consumidos não somente como meros frutos de decisões utilitárias racionais, mas, principalmente, como fontes de construção do indivíduo e da sociedade como um todo.

Nesse sentido, L. Wacquant ressalta que:

A abordagem que Bourdieu faz de classe incorpora sua concepção marcadamente relacional da vida social. Para o autor de *A distinção*, da mesma forma que para Marx e Durkheim, o estofa da realidade social – e, portanto, a base para a heterogeneidade e a desigualdade – consiste de relações. Não de indivíduos ou grupos, que povoam nosso horizonte mundano, mas sim de redes de laços materiais e simbólicos, que constituem o objeto adequado da análise social. Essas relações existem sob duas formas principais: primeiramente, reificadas como conjuntos de posições objetivas que as pessoas ocupam (instituições ou “campos”) e que, externamente, determinam a percepção e a ação; e, em segundo lugar, depositadas dentro de corpos individuais, na forma de esquemas mentais de percepção e apreciação (cuja articulação, em camadas, compõe o “*habitus*”), através dos quais nós experimentamos internamente e construímos ativamente o mundo vivido. (WACQUANT, 2013)

Assim sendo, o entendimento do “eu” perpassa a noção de identificação social onde o indivíduo utiliza do consumo como meio de autoexpressão, autoafirmação e colocação na complexa dinâmica das estruturas sociais.

Desse modo, o que se tem de mais relevante é que os objetos deixam de representar algo para serem centrais na criação do indivíduo, assim as relações constituídas através dos seres e grupos sociais com os objetos se tornam mais complexas e ultrapassam muito a visão econômica do fato.

Mais relevante do que a construção dessa relação entre “produto” consumido e significação do sujeito que o faz, esse estudo busca trabalhar como essa construção de relações sujeito-objetos se faz de forma a objetificar inúmeros sujeitos que acabam pelo olhar social tendo suas vidas vinculadas a potencialidade em gerar significado em outras vidas.

Entendendo ser essa modelagem altamente nociva, mas enxergando que negá-la é criar mais uma barreira para invisibilização das pessoas objetificadas (sejam elas humanas ou não-humanas) entende-se necessário abordar o processo de objetificação dos animais em si, o que se passará a fazer adiante.

Objetificação animal

Immanuel Kant (1997) apontava que o tratamento não cruel para com os animais era fundamental, uma vez que o tratamento perverso dado ao animal não repercutia qualquer benefício para o ser humano, visto que os animais são desprovidos de valor em si.

De maneira correlata, salientam Paixão e Schramm:

Portanto, para atender a qualquer finalidade humana, qualquer forma de utilização do “animal-objeto” estaria justificada[...] De fato, o “não ser cruel” permitiu os mais diferentes comportamentos em direção aos animais, dependendo da concepção individual de cada um, pois os animais não tinham de fato “*status moral*” (PAIXÃO e SCHRAMM, 2007, p. 45).

No campo da ética animal esse pensamento já se percebe ultrapassado, tendo Jeremy Benthan inaugurado o posicionamento moral dos animais, ao trazer sua célebre frase:

A questão não é, eles raciocinam? Eles podem falar? Mas sim, eles podem sofrer?
(BENTHAN apud SINGER, 1994, p. 306)

Contudo, muito embora a valoração moral dos animais já seja tema fortemente debatido pelo menos desde da década de 1970, através dos debates liderados principalmente por Peter Singer e Tom Regan, a colocação dos animais ainda deixa muito a desejar.

Os interesses humanos, principalmente os econômicos, servem, até hoje, para justificar a crueldade incessante para com esses seres.

O que acontece, portanto, nas palavras de Singer:

Se os animais não estão mais completamente fora da esfera moral, ainda se encontram numa seção especial, próxima à borda externa. Seus interesses são levados em conta somente quando não se chocam com os interesses humanos. Quando há colisão – mesmo uma colisão entre uma vida de sofrimento por um animal não-humano e a preferência gastronômica de um ser humano – o interesse do não-humano é desconsiderado. A atitude moral do passado está demasiadamente arraigada em nosso pensamento e prática para ser perturbada por uma mera mudança no conhecimento que temos de nós mesmos e de outros animais (SINGER, 2004, p. 239).

As esferas jurídicas e políticas carregam em si algumas das maiores fontes de compreensão simbólica de uma sociedade, isso porque representam duas áreas em constantes disputas de poder.

De modo geral, em ambas as esferas os grupos dominantes das sociedades se fazem altamente presentes e atuantes, sendo basicamente esses espaços de garantia de manutenção das mais diversas formas de opressão do *status quo* vigente.

Por assim ser, todos os grupos subjugados e inferiorizados sociais, muitas vezes denominados minorias (embora em grande parte dos casos sequer representem de fato uma minoria numérica, como são os casos das mulheres e das pessoas negras na sociedade brasileira), acabam tendo dificuldade de encontrar no universo político ou jurídico suas vozes.

No caso dos animais não-humanos não é diferente.

Nas teorias de justiça eles sequer são enquadrados como sujeitos de direitos. Acabam representando mais uma espécie de bens, os quais devem ser valorados pelas relações e utilidades dadas a eles pelos homens.

O argumento mais comum para essa negação é que a inclusão dos não-humanos na esfera do direito exigiria que esses fossem agentes morais capazes de se fazer representar e definir seus interesses a serem discutidos, pleiteados e conquistados o que não se torna possível devido à impossibilidade de comunicação existente entre os humanos e não-humanos (GARNER, 2013).

Diversos autores propõem estratégias para a solução desse impasse, contudo, ainda hoje não há nenhuma teoria que enfrente todos os empecilhos presentes nessa nova construção. Principalmente, porque, como demonstra Latour (2004, p. 25-105), incluir os não-humanos em um modelo político dando voz a humanos que os representem, indicaria nada mais que criar figuras que se entendesse estarem acima de sua compreensão pessoal, filósofos que fossem dotados de algum conhecimento superior que os permitissem compreender e lutar pelos interesses desses seres.

A proposta ousada e irônica de Latour da criação de duas câmaras onde fossem lado a lado debatidos interesses dos humanos e dos não-humanos não se fez possível em nenhuma compreensão jurídico-teórica ou quiçá política até hoje. O autor nos deixa um desafio ainda maior ao apontar que essa insuficiência epistemológica está na raiz de uma Epistemologia de Polícia que estabelece a elaboração científica enquanto norma positivista, não democrática e excludente.

O maior problema gerado por esse vazio teórico é a dificuldade de alocação dos animais como sujeitos de direito na esfera jurídica, fazendo com que a legislação vigente em grande parte dos países, incluindo o Brasil, continue tratando os animais como objetos de direito.

Representando meramente bens e não sujeitos, normalmente os animais não-humanos tem a legislação a seu respeito bastante enfraquecida em face do interesse humano.

Contudo, como amplamente discutido aqui, a construção da posição moral dos animais não é só política ou jurídica, mas sim ética e social. Então, mesmo nos poucos espaços onde a legislação traz pequenas aberturas à proteção animal, como é o caso dos animais silvestres (considerados como bens difusos e, não como semoventes, como é o caso dos animais domesticados) a própria aceitação social da conduta de exploração animal é um forte estimulador à continuação das práticas exploratórias.

Ao buscar compreender o universo simbólico que permeia as mais diversas relações humanas nos deparamos com signos, significantes e significados plurais que formam uma colcha de retalhos. Assim sendo, trabalhar a dinâmica das relações humanas e não-humanas não poderia deixar de envolver toda essa amalgama.

A compreensão e revisão crítica da alocação dos animais não-humanos nas esferas moral, política e jurídica é fundamental para que se possa debater qualquer melhoria relacionada à situação degradante desses animais sem que sejam o homem e suas necessidades enquadradas como centro do debate.

Considerações finais

Ao falar das diversas estratégias de colonização, desde a biota portátil eurocêntrica aos mecanismos adaptáveis a uma sociologia de poder, procuramos apontar que o debate relativo à emergência de um direito não-humano aborda também e conjuntamente necessárias críticas e revisões ao próprio modelo epistêmico humano. Vale dizer: 1) o tema dos direitos dos animais e mesmo do direito dos vegetais pode ser tomado como efeito colateral de um discurso da modernidade científica, que traduz, pela via interdisciplinar, os cânones anteriores em contextos de complexidade; 2) a crise dos recursos naturais, em face de um modelo deficiente de civilização pautada na globalização de uma economia irracional e pseudo-desenvolvimentista (posto que desenvolve o quê para quem?) aponta para a degeneração da biodiversidade, onde o animal humano encontra-se ameaçado justo por ser parte; 3) os efeitos analógicos – pobreza, racismo, misoginia etc. – emprestam às lentes de análise figurações sobre o processo de objetificação, que traduzem novos impasses, revelando caracterizações não-humanas do humano, pretensamente racional.

Nesse sentido, é crucial que seja percebido que tipo de relação entre homem e natureza será considerada como real, ideal ou funcional.

Referências

- ADAMS, Carol J. *A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana*. Tradução: Cristina Cupertino. 2 ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Editora Bertrand, 1989
- CROSBY, Alfred. W. Prólogo. Em: *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13-19.
- GARNER, Robert. *A Theory of Justice for Animals: Animal Rights in a Nonideal World*, Oxford University Press, 2013.
- KANT, Immanuel. *Lectures on Ethics* (1924), Trans. Peter Heath, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, Part II, p. 212.
- LATOURE, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru SP: EDUSC, 2004.
- LEACH apud OSÓRIO, Andrea. Alguns aspectos simbólicos acerca do gato. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/viewFile/2175-8034.2010v12n1-2p233/20809> > Acesso em: 20 ago. 2018
- LOURENÇO, Daniel Braga. *Direito dos animais: fundamentação e novas perspectivas*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.
- REGAN, Tom. *Jaulas Vazia: encarando o desafio dos direitos animais*. Tradução: Regina Rheda, revisão técnica: Rita Paixão e Sônia Felipe. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.
- SAHLINS, Marshall. La pensée Bourgeoise. In: *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003
- SINGER, Peter. *Libertação animal*. Tradução Marly Winclker, revisão técnica: Rita Paixão. Edição Revisada. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- VIEIRA, Ana Livia Bonfim. Entre a 'métis' da pesca e a honra da caça. p, 55. Rio de Janeiro: *Revista Phoênix*, 2008. Disponível em: < http://phoenix.historia.ufrj.br/media/uploads/artigos/4_-_Entre_a_Metis_da_pesca_e_a_honra_da_caca_-_Ana_Livia_Bonfim.pdf >
- WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. Tradução: Sérgio Lamarão. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000200007&script=sci_arttext#nt02 > Acesso em: 20 ago 2018

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DESENVOLVIMENTO E CONFLITO NA COMUNIDADE MIMOSO NO NORTE DE MINAS GERAIS

GREICIELE SOARES DA SILVA

*Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS / Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
greicytstsoares123@yahoo.com.br*

VANESSA TELES DE OLIVEIRA

*Bacharel em Ciências Sociais pela UNIMONTES.
Pesquisadora colaboradora no Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA/UNIMONTES
vanessateles21@yahoo.com.br*

RESUMO

A ideia do desenvolvimento também é carregada de significados, que hegemonicamente representa um modelo específico de construção social e de apropriação da natureza, exaltando a dimensão econômica em detrimento de outras. Esse modelo de desenvolvimento desconsidera a existência de demais formas e visões de mundo, dentre elas os modos de vida de comunidades rurais e tradicionais. O presente trabalho apresenta um conflito ambiental onde a existência da injustiça e da desigualdade ambiental se torna visível. Este estudo aborda o processo de instalação de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS na Comunidade rural do Mimoso, no município de Montes Claros no norte de Minas Gerais. A implantação desse empreendimento, é analisada pelo presente estudo, a partir de informações obtidas em trabalho de campo, e por revisões bibliográficas sobre as noções de Justiça Ambiental e as relações de poder que envolvem os processos de licenciamento ambiental.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Vulnerabilidade. Justiça Ambiental. Identidade. Terra.

ABSTRACT

The idea of development is also loaded with meanings, which hegemonically represents a specific model of social construction and appropriation of nature, exalting the economic dimension to the detriment of others. This model of development disregards the existence of other forms and worldviews, among them the ways of life of rural and traditional communities. This paper presents an environmental conflict where the existence of injustice and environmental inequality becomes visible. This study deals with the installation process of a Solid Waste Treatment Plant - CTRS in the Mimoso rural community, in the municipality of Montes Claros in the north of Minas Gerais. The implementation of this project is analyzed by the present study, based on information obtained in field work, and by bibliographic reviews on the notions of Environmental Justice and the power relations that involve the environmental licensing processes.

Keywords: Development. Vulnerability. Environmental Justice. Identity. Earth.

1. INTRODUÇÃO

É importante iniciarmos partindo do pressuposto de que os termos utilizados em pesquisas, discursos, projetos, cotidiano, etc., possuem significados e demonstram uma construção social e de percepção do mundo. A ideia do desenvolvimento também é carregada de significados, que hegemonicamente representa um modelo específico de construção social e de apropriação da natureza, exaltando a dimensão econômica em detrimento de outras. Esse modelo de desenvolvimento desconsidera a existência de demais formas e visões de mundo, dentre elas os modos de vida de comunidades rurais e tradicionais.

Reconhecendo o conflito como inerente às relações sociais, podemos verificar a emergência dele quando um modelo de pensamento se sobrepõe a outro, levando em consideração a condição excludente: um modelo não pode ser executado sem que outro seja eliminado. Esse é o quadro dos conflitos ambientais, enquanto o modelo de desenvolvimento puramente econômico tenta se tornar único, outros modos de desenvolvimento resistem. Enquanto pensamento político moderno, o desenvolvimento econômico, sinônimo de “progresso”, torna-se a prática da negação dos modos de vida de várias comunidades rurais do Norte de Minas Gerais. É importante reconhecer que as políticas desenvolvimentistas buscam promover um processo de modernização excludente, deixando à margem vários povos.

As ideias de desenvolvimento e os modelos de desenvolvimento sustentável, possibilitam a geração de uma condição favorável à prática da Injustiça Ambiental. O presente trabalho apresenta um conflito ambiental onde a existência da injustiça e da desigualdade ambiental se torna visível. Este estudo aborda o processo de instalação de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos - CTRS na Comunidade rural do Mimoso, no município de Montes Claros no norte de Minas Gerais. A implantação desse empreendimento, é analisada pelo presente estudo, a partir de informações obtidas em trabalho de campo, e por revisões bibliográficas sobre as noções de Justiça Ambiental e as relações de poder que envolvem os processos de licenciamento ambiental, ressaltando a fragilidade de alguns grupos diante de outros.

O desenvolvimento baseia-se na lógica do “progresso”, do “avanço”, do “moderno”. No entanto, deve-se analisar até que ponto essas lógicas promovem o desenvolvimento ou o (des)envolvimento das comunidades. No século XX o termo desenvolvimento se consolidou como o grande ideal da civilização ocidental, alcançando os mais distantes pontos do seu núcleo de origem, a Europa e os Estados Unidos, desenvolvidos e modernos, o modelo de desenvolvimento a ser perseguido.

A tradução da noção de desenvolvimento na América Latina é feita com base na linguagem da colonização, colonização de ideias, valores e espaços, norteadas pela expansão capitalista e modernização, teve presença marcada nas agendas e ações governamentais. O termo subdesenvolvimento, surgiu no mundo a partir dos anos de 1949 e se constituiu para além da ideia de não desenvolvido. O surgimento do termo estabelece uma relação antagônica entre países, entre “mundos” separados por escalas. O que antes era entendido como “atrasado”, passa a ser nomeado por classificação das áreas consideradas “economicamente atrasadas” e denominadas de subdesenvolvidas. A introdução do termo subdesenvolvimento alterou o significado próprio do desenvolvimento, através de uma nova relação com o subdesenvolvimento. (RIST, 2002)

No Brasil, a lógica do desenvolvimento se intensifica principalmente após anos de 1930, período de maior intensidade da industrialização brasileira. É dentro da perspectiva desenvolvimentista que o processo de modernização é visto como uma das características fundamentais para se alcançar o “desenvolvimento”. No Norte de Minas Gerais a partir da década de 1950 a ideia de desenvolvimento se ‘materializa’ com a criação da SUDENE em 1959,

que traz em seu nome Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste¹ o grande ícone da modernização que visava intervir para promover e coordenar o desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento que buscavam promover o processo de modernização não foram pensadas de acordo com a realidade e as especificidades de cada sociedade, grupo ou lugar.

A ideia de justiça ambiental nasce da luta contra o racismo ambiental, novo enfoque utilizado pelas populações das periferias das grandes cidades atingidas pela poluição e pela contaminação por resíduos industriais. O movimento de justiça ambiental começou em 1982 no Estado da Carolina do Norte, Estados Unidos, com protestos contra a instalação de um aterro com produtos tóxicos que geraram um estudo em oito estados do sudeste dos EUA.

O estudo revelou que 75% dos aterros comerciais de resíduos tóxicos se encontravam localizados nas imediações de comunidades afro-americanas, que representavam apenas 20% da população. Esse movimento veio a se espalhar pelo mundo, disseminando a ideia de que todos, independente de raça, etnicidade ou classe, têm o direito de estar ao abrigo da destruição ecológica e direito de igual proteção de seu ambiente, moradia, saúde etc. (BULLARD, 2004).

2. CONFLITOS AMBIENTAIS: A EXPRESSÃO DA (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL E DA VULNERABILIDADE

A ideia de justiça ambiental ultrapassou fronteiras e se estabeleceu em diferentes partes do planeta. Com objetivo de identificação e denúncia de casos de injustiça ambiental, em 2002 no Brasil, surgiu a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que definiu como injustiça ambiental,

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 41).

A injustiça ambiental foi consequência marcante do processo de desenvolvimento que se instalou no norte de Minas Gerais desde a década de 1950. No século XXI a injustiça ambiental continua presente e torna visível a contradição da nova roupagem do desenvolvimento o “desenvolvimento sustentável”, ideia que surge na década de 1980 com o Relatório *Brundtland*, conhecido como “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Nacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMAD.

A ideia de desenvolvimento “sustentável” que busca um processo produto mais consciente e com menos impactos aos recursos naturais, se apresenta de forma inovadora e de salvação ao mundo. No entanto, o que podemos perceber é que essa própria lógica traz consigo, por meio das medidas compensatórias e mitigadoras, sérios conflitos em torno dos recursos naturais, possibilitando, não a justiça ambiental, mas o processo de injustiça.

Com as ideias sustentáveis, alguns grupos que são considerados excluídos, se tornam vulneráveis no processo de distribuição de risco. Dessa forma o presente trabalho busca analisar a relação entre injustiça ambiental e desenvolvimento sustentável presente no conflito ambiental da comunidade de Mimoso, zona rural do município de Montes Claros - MG, localizada na rodovia MG-308, com a realidade social atingida pela instalação de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos. O empreendimento objetiva a disposição “adequada” de resíduos sólidos urbanos, promovendo maior qualidade de vida na cidade, de modo a proporcionar um maior “desenvolvimento sustentável” regional.

1 Os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais (o norte de Minas Gerais) foram definidos como área de atuação da SUDENE.

De acordo com Bourdieu (2004), a realidade social é um conjunto de relações invisíveis, aquelas mesmas relações que consistem um espaço de posições exteriores umas às outras, definidas umas em relações às outras, não só pela proximidade, pela vizinhança ou pela distância, mas também pela posição relativa.²

O conceito de “conflitos ambientais” sistematizado no Brasil por Acelrad (2004^a e 2004b) destaca que o conflito se apresenta inerente às práticas sociais de uso e significação do espaço, tendo em vista a pluralidade de segmentos sociais que dão sentido e destino aos territórios. As interações entre esses grupos sociais, no que diz respeito à apropriação social da natureza, são historicamente assimétricas. Os conflitos se reproduzem e se multiplicam na medida em que são mantidos os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente e da divisão dos custos, riscos e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais.

A discussão de conflitos ambientais remete a noção de justiça ambiental, originada nos EUA a partir de uma articulação entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Foi a partir dos anos de 1960 que, de acordo com Acelrad (2004), redefiniu-se em termos ambientais um conjunto de embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química, de locais de moradia, trabalho e disposição inadequada de lixo tóxico e perigoso. De acordo com Acelrad (2004), alguns estudos mostraram as injustiças ambientais referentes à desigualdade de distribuição espacial da poluição segundo a raça das populações e ela mais expostas. Segundo o autor, a distribuição locacional dos rejeitos perigosos exerce relação com o fator raça.

Para Acelrad (2004), embora os fatores raça e classe de renda tenham se mostrado fortemente interligados, a raça se mostrou um indicador mais potente da coincidência entre locais onde as pessoas vivem e os locais onde os resíduos tóxicos são depositados. A discussão sobre o Racismo Ambiental se inicia por meio dessas verificações de relação, ou seja, a imposição desproporcional, de forma intencional ou não, de rejeitos perigosos às comunidades de cor/raça.

Torna-se evidente que o mercado econômico e o poder público proporcionam de certa maneira a desigualdade ambiental. De acordo com Acelrad (2004), as forças de mercado assim como as práticas discriminatórias das agências governamentais contribuem para a produção das desigualdades ambientais.

A desigualdade ambiental é resultado tanto dos mecanismos de mercado quanto pela omissão das políticas públicas que de alguns modos favorecem a força do próprio mercado. Acelrad (2004) aponta que os mais baixos custos de localização para instalações com resíduos tóxicos indicam freqüentemente para as áreas onde as pessoas de baixo poder aquisitivo moram.

Ações de “modernização ecológica” estão diretamente ligadas com o processo de globalização, sendo esses processos realizados pelas empresas privadas e poder público. Essa teoria propõe resolver a questão da degradação ambiental através do mercado, esse sistema propõe realizar e implementar novas tecnologias limpas para o meio ambiente, de modo a garantir o uso dos recursos naturais para fins da produção capitalista. Os sujeitos sociais que querem mostrar a realidade da crise da degradação ambiental não acreditam que o mercado possa controlar e recuperar os prejuízos causados pela destruição do meio ambiente e ao mesmo tempo operar o mercado, uma vez que o próprio sistema econômico de mercado é responsável pelas injustiças ambientais, agindo sempre pela lógica “desenvolvimentista” que de acordo com Lyotard (1989) os seres humanos são uma invenção do desenvolvimento e não o contrário.

² BOURDIEU, Pierre. 2004 p. 152

Dessa maneira o capital produz uma divisão espacial da degradação ambiental, ao menos favorecidos economicamente a maior parcela da degradação.

3. COMUNIDADE DE MIMOSO

Será apresentado um breve histórico da comunidade de Mimoso que está localizada a cerca de aproximadamente 15 km da cidade de Montes Claros – MG, e originou se por volta de 1750 com a criação da “Fazenda Mimoso” pertencente a família Pereira. Em seguida, mesmo ano, tem se a chegada da família Peixoto proprietária da fazenda “São João” e em 1770 o estabelecimento da família Durães.

No ano de 1864 houve a construção da Igreja São João na fazenda Riacho do fogo, nela ocorre a festa tradicional da comunidade no mês de Setembro. Por volta de 1950 foi fundada a escola Camila Ferreira na fazenda Mandacaru. Em 1960 ocorreu a construção da Igreja na fazenda Taquaril onde é realizada a festa de Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida, sendo nesse mesmo período que ocorre a construção da primeira escola de Taquaril.

Entre os anos de 1972 a 1983 foram construídas as primeiras barragens, sendo a primeira construída por Agenor Pereira no Rio Boró, em seguida a implantação da barragem Selastiana e a barragem Raul Pereira Zuba também no Rio do Boró. A primeira associação da comunidade do Mimoso foi fundada no período de 1986, possibilitando e incentivando a criação de várias outras associações na região.

Em 1995 foi o ano que chegou a energia elétrica na comunidade de Mimoso, logo depois houve a formação de várias outras comunidades como a comunidade Milivre, a comunidade Taquaril e a Comunidade Riachinho entre outras, e que são próximas tanto da comunidade Mimoso, quanto do local de implantação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS), sendo então, também afetadas pela implantação do empreendimento.

De acordo com levantamento realizado pela associação da comunidade de Mimoso, várias são as comunidades a serem afetadas pela implementação da Central de Tratamento de

Resíduos Sólidos – CTRS. As comunidades apresentadas no levantamento realizado pela associação foram: Mimoso, Milivre, Taquaril, Boró, Riacho de Fogo, Mandacaru, Brejinho, Riachinho.

As famílias que residem na comunidade possuem como base econômica a agricultura familiar, uma vez que se trata de pequenos produtores rurais que produzem e comercializam sua produção semanalmente em vários pontos de comércio da cidade de Montes Claros – MG, sendo dois centros os principais, o Mercado Municipal de Montes Claros – MG e o Centro de Abastecimento do Norte de Minas – CEANORTE. A produção é constituída por vários itens alimentar, entre esses produtos, destacam-se: ovos, queijo, feijão, cana-de-açúcar, amendoim, milho, mel, hortaliças, pequenas criações, e alguns artesanatos.

4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO SEGUNDO PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES

Segundo relato dos membros das comunidades, em 2010 o dono das terras onde será instalado o aterro, vendeu o terreno para empresa Revita. A população tinha consciência da venda das terras, mas não da finalidade desta, existindo vários boatos diferentes, inclusive o da construção de um aterro sanitário na região.

Somente em 2011 a população teve conhecimento sobre o destino do terreno, a construção da CTR's e a partir desse ano os moradores começaram a realizar mobilizações sendo estas: primeira reunião da comunidade que foi realizada no mês de Agosto, audiência pública

na câmara municipal e na ALMG, reuniões de cultos ecumênicos e mobilizações de blitz educativas.

No ano de 2012 poucas reuniões foram realizadas, uma delas foi a audiência no Ministério Público, solicitada pela Promotoria no mês de dezembro, entretanto a promotora não compareceu a reunião. Nessa reunião a empresa Revita colocou uma faixa e um carro de som para avisar a comunidade sobre a reunião, disponibilizou meios de transporte para levar os moradores ao local onde a mesma ocorria, os moradores afirmaram várias vezes não terem conhecimento sobre essa reunião a para tratar de audiência pública prevista no processo de licenciamento, da mesma forma não tinham ideia do que era um processo de licenciamento e para que servia. Ainda no ano de 2012, com o apoio de todos os moradores foi realizado em Montes Claros e em Belo Horizonte a análise da água do rio onde se obteve o resultado de 98% de pureza.

Os moradores alegam recorrentemente que até o presente momento eles não tinham nenhum conhecimento judicial. No final do ano de 2013 a empresa retornou com as obras e com a licença já aprovada. Em 2014 a comunidade marcou duas audiências com o prefeito de Montes Claros, mas este nunca compareceu a nenhuma reunião. Vendo o descaso do governo municipal, do poder público com relação aos problemas enfrentados pelos moradores resolveram contratar um advogado e buscar informações e organizações que pudessem apoiar as comunidades pra impedir que o empreendimento seja efetivado.

5. A CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO SEGUNDO PERSPECTIVA DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Conforme consta Parecer Único 047/2011 SUPRAM/NM, no dia 04 de agosto de 2011, a empresa Viasolo Engenharia Ambiental S.A. apresentou junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas - SUPRAM/NM, o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCEI) para implantação de unidade Central de Tratamento de Resíduos Sólidos na zona rural do município de Montes Claros. O Formulário de Orientação Básico (FOBI) foi emitido em 10 de agosto de 2011, sendo o processo formalizado junto a SUPRAM/NM em 22 de agosto de 2011, dando início à análise do processo.

Em 12/12/2011 foi realizada a vistoria no empreendimento pela equipe técnica da SUPRAM/NM onde foram verificadas in loco situações informadas no EIA/RIMA e elaborado o Relatório de Vistoria nº 088/2011. No dia 15/12/2011 foi realizada no auditório da AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE, município de Montes Claros - MG, com a presença dos técnicos dos órgãos ambientais, entidades da sociedade civil, analistas ambientais da SUPRAM/NM e equipe Técnica responsável pelo Relatório de Impacto Ambiental- RIMA do empreendimento, audiência pública do empreendimento

Em 21/06/2012 foi protocolado na SUPRAM/NM as informações complementares solicitadas. O empreendimento foi enquadrado como classe 5, orientado para regularização por meio da apresentação do EIA/RIMA. Além da atividade principal, Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos (E 03-07-7), consta como outras atividades a serem desenvolvidas pelo empreendimento: tratamento, inclusive térmico e disposição final de serviços de saúde (E 03-08-5) e aterro e/ou área de reciclagem de resíduos classe "A" da construção civil, e/ou áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório de resíduos da construção civil e volumosos (E 03-09-3).

Em resposta aos questionamentos, os representantes do empreendedor, não responderam sobre a tomada de decisão em torno desta alternativa locacional, mas, sim, justificaram sobre as questões levantadas apenas levando em consideração a alternativa locacional de Mimoso:

1. Apesar da existência de curso d'água, a operação central de tratamento de resíduos sólidos no local proposto não representa perigo de contaminação do córrego Mimoso devido às boas práticas de impermeabilização do empreendimento, as características do solo local que dificulta a movimentação de fluxos subterrâneos, bem como a instalação de drenos que canalizam o efluente gerado no processo ("chorume") para a unidade de tratamento (ETE).
2. Na oportunidade foi ponderado sobre a necessidade de se realizar uma amostragem mais abrangente no tocante ao monitoramento da qualidade da água, a montante e a jusante do local proposto, sendo estas informações oriundas deste monitoramento antes do empreendimento entrar em operação instrumento balizador de eventual alteração nos parâmetros da qualidade da água.
3. Quanto aos possíveis impactos em relação à população do entorno, os empreendedores informaram que a área tem baixa densidade populacional, com poucas famílias residindo no entorno da CTRS, motivo pelo qual não acarretará maiores incômodos à população.

Ao final da reunião foi sugerida a inclusão de novas condicionantes, listadas abaixo e manifestada pelos conselheiros participantes pela aprovação do Parecer Único da SUPRAM-NM, incluídas todas as condicionantes descritas abaixo, conforme ata lavrada no dia 30 de outubro de 2012.

As 04 condicionantes acrescidas ao processo tomaram as seguintes redações:

1. "Apresentar projeto de educação ambiental tendo como público alvo toda população do município de Montes Claros, com respectivo cronograma de execução, a ser iniciado imediatamente após aprovação do projeto pelo órgão ambiental, procedendo-se o envio de relatórios semestrais detalhados, sobre todas as ações e atividades desenvolvidas. Este projeto deve ser contínuo e desenvolvido durante toda vida útil do empreendimento.";
2. "Implantar uma rede de monitoramento da qualidade da água - superficial e subterrânea - a montante e a jusante do local proposto, contemplando uma base de dados que permita comparações futuras, bem como avaliar periodicamente eventual intervenção do empreendimento na qualidade dos recursos hídricos.";
3. "Realizar um diagnóstico, com ênfase nos aspectos socioeconômicos, referente aos impactos do empreendimento na população de catadores de lixo e na população do entorno da CTRS, com proposição de medidas para inseri-los na logística de coleta da empresa e/ou mitigar todos os possíveis impactos negativos incidentes nas duas populações. Prazo: Na Formalização da LI.";
4. "Realizar um estudo técnico referente a implantação do sistema de coleta seletiva no município de Montes Claros. Prazo: Na Formalização da LI." Em 11 de janeiro de 2013 o representante do empreendimento Viasolo Engenharia Ambiental solicitou à SUPRAM/NM alteração do prazo da condicionante 16 e da redação da condicionante 17 em 93ª reunião da URC/NM, no dia 12/03/2013, o pedido foi retirado de pauta.

6. AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO E INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Análise sobre o processo do aterro de Mimoso e em relação ao Parecer Único 47: da licença prévia, das alternativas locacionais, da caracterização e área de influência do empreendimento (ampliação) Sobre a realização de audiência pública: É importante considerar seriamente, e de fato a participação da população. É a sociedade quem paga direta ou indiretamente os custos associados aos danos ambientais. É muito mais caro recuperar que evitar. Mais

importante ainda é garantir a informação e participação qualificada da população, em especial dos diretamente atingidos pelo empreendimento.

No caso do empreendimento do aterro sanitário de Mimoso, os agricultores relataram não terem sido informados sobre a natureza da reunião, a audiência, “a gente não sabia o que era, achamos que era uma reunião com a promotora, pois fomos convidados por ela, e ela nem estava lá, foi é mesmo uma armadilha” (relato colhido dia 3/6/2014 na comunidade de Mimoso).

A Audiência Pública é a parte essencial do licenciamento ambiental onde se faz esclarecimentos à população sobre uma atividade potencialmente causadora de degradação ambiental, como é o caso das atividades do empreendimento em questão. Um dos problemas relativos às audiências públicas é que a realização das mesmas fica por conta do empreendedor .

Tem como finalidade expor ao público as características do projeto e o conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA (um resumo do EIA com linguagem simplificada, acessível ao leigo). Estes documentos são elaborados pelo empreendedor e são distribuídos a órgãos e entidades para que possam enviar suas manifestações ao IBAMA e como subsídio à Audiência Pública.

Na lei 6938/81 artigo 9º, inciso III, onde é instituída a avaliação de impacto ambiental. Considera impacto ambiental “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança; o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais” (art.1º).

Ademais, verificam-se controvérsias explicitadas nos documentos que compõem o processo de licenciamento e que diz respeito às responsabilidades do órgão licenciador, da prefeitura e do empreendedor com relação aos impactos que irão advir da instalação de tal empreendimento na localidade de Mimoso. Este fato se agrava uma vez que tal empreendimento parece se apresentar completamente desconectado da política municipal e plano regional de tratamento de resíduos sólidos.

O fato é que o empreendimento foi licenciado e passou pela Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM, apesar de todos os problemas apresentados e da contestação explícita das famílias das comunidades o processo teve prosseguimento e o empreendimento com a licença de instalação está a pleno vapor revelando as deficiências dos processos de licenciamento. Um procedimento comum nos relatórios de impacto ambiental e nos processos de análise do impacto de grandes áreas é desconsiderar áreas adjacentes como, por exemplo, o carreamento de terras e enxurrada para dentro dos cursos d’água como impacto ambiental causado pelo empreendimento, apenas por eles não estarem dentro da propriedade objeto do licenciamento.

O caso da instalação do aterro sanitário de Mimoso enquadra-se como típico caso de “adequação ambiental”. O Estado, em termos de política ambiental, comporta-se na lógica do paradigma da “adequação ambiental”, em que a interpretação de leis e normas se dá sob a luz da viabilização de empreendimentos econômicos (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005).

No contexto do conflito socioambiental, usando seu poder econômico e político. O discurso e a prática ambiental das empresas e dos órgãos do Estado não têm comprometimento com a realidade socioambiental concreta e com as pessoas do lugar, mas sim com as necessidades econômicas e políticas de seus empreendimentos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desfecho do caso da instalação do aterro sanitário na comunidade de Mimoso é algo ainda em curso, as comunidades continuam tentando barrar o empreendimento sem sucesso. O caso em tela apresenta um conflito socioambiental caracterizado pela injustiça ambiental e traz à tona várias questões importantes como: as fragilidades dos processos de licenciamento ambiental, a questão do planejamento urbano, da escolha para alocação de resíduos, a incapacidade dos órgãos ambientais dialogarem ou escutarem as comunidades atingidas. Porém, destacamos nessa discussão a continuidade da lógica do desenvolvimento instalada ainda na década de 1950, onde as consequências negativas geradas pelo crescimento econômico, pela urbanização e pelo consumo atingem preferencialmente os grupos mais vulneráveis socialmente e economicamente.

8. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais - a atualidade do objeto**. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

BARBOSA, Rômulo Soares. et al. Conflitos Ambientais no Norte de Minas Gerais/Brasil: uma Agenda de Pesquisa. In: Povos e comunidades Tradicionais no Brasil. Montes Claros: Unimontes, 2011.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental - Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas**. In: **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. IN: ACSERARD, H.,HERCULANO, S. E PÁDUA, J. A. (orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: editora brasiliense. 5º ed. 1985.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Justiça ambiental (local e global)**. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**, São Paulo: Cortez, 1999.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: Historia de una creencia occidental**. 2002

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

BARRA DO AÇU: PERSPECTIVAS, CONFLITOS E A DISPUTA PELA LEGITIMAÇÃO DO USO DE UM TERRITÓRIO

Laís da Silva Almeida

UFF

laisdasilva.a@gmail.com

Carmem Imaculada de Brito

UENF

carmemibal@gmail.com

Resumo

Este artigo visa apresentar e discutir os conflitos que se estabeleceram com a criação do Parque Estadual da Lagoa do Açu (PELAG), envolvendo disputas em torno de interesses antagônicos de pescadores/as, órgão ambiental e moradores/as do entorno, que encontram na pesca artesanal, na agricultura familiar e na fabricação de esteiras de taboa (*Thypha domingensis*) o meio de vida e trabalho necessário a reprodução material de sua existência. Foram utilizados como métodos: revisão bibliográfica, observação direta e participante e entrevistas – propiciadas pela participação no Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que surge como condicionante do Licenciamento Ambiental de atividades de exploração de petróleo e gás. Assim, objetivou-se traçar um diagnóstico socioambiental da localidade, bem como relatar o histórico da criação do parque e analisar as disputas envolvendo o acesso aos bens e serviços ambientais em torno da questão da abertura da barra da Lagoa do Açu.

Palavras-chave: pesca artesanal; impactos socioambientais; unidades de conservação; comunidades tradicionais e conflitos socioambientais.

Abstract

This article aims at presenting and discussing the conflicts that have arisen with the creation of the Açu Lagoon State Park (PELAG), involving disputes over the antagonistic interests of fishermen, the environmental agency and residents of the surrounding area, artisanal, family agriculture and the manufacture of matoa matao (*Thypha domingensis*) the livelihood and work necessary the material reproduction of its existence. The methods used were: bibliographic review, direct observation and participant, and interviews - provided by the participation in the Environmental Education Project (PEA) Pescarte, which appears as a condition of the Environmental Licensing of oil and gas exploration activities. Thus, the purpose was to establish a socio-environmental diagnosis of the locality, as well as to report the history of the creation of the park and to analyze disputes involving access to environmental goods and services around the issue of the opening of the Açu Lagoon.

Keywords: artisanal fishing; social and environmental impacts; conservation units; traditional communities and social and environmental conflicts.

INTRODUÇÃO

Os municípios litorâneos que compõem a mesorregião norte fluminense já abrigaram em suas planícies uma série de ambientes aquáticos superficiais que se desenvolveram entre ecossistemas terrestres e marinhos costeiros. Inúmeras lagoas, lagunas, brejos, córregos e riachos marcavam a geografia local que, nos períodos de chuvas, ficavam alagadas formando um pantanal até que a força das águas rompesse as barreiras de areia e restinga e escoassem para o oceano. Ao longo da história, a região passou por uma série de intervenções antrópicas que resultaram na alteração na rede natural de macrodrenagem e modificaram a dinâmica social e ecológica da região (SOFFIATI, 2011). Em Campos dos Goytacazes e São João da Barra, municípios litorâneos do norte fluminense, esse processo antrópico de modificação do meio ambiente continua em plena atividade com a instalação recente do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú (CLIPA) e das Unidades de Conservação que surgiram por consequência deste. Neste artigo nosso olhar se direciona mais especificamente para o 5º Distrito de São João da Barra e pretende caracterizar os conflitos socioambientais inerentes ao processo de abertura de boca de barra na lagoa do Açú.

Nos últimos cem anos a região tem passado por transformações que interferem na valorização da terra que, de patrimônio natural foiconvertida, inicialmente em propriedades rurais; depois, com as intervenções promovidas pelo extinto Departamento Nacional de Obras Sanitárias (DNOS) na expectativa de minimizar os efeitos locais das cheias, disponibilizou terras para aproveitamento agrícola e novas áreas para urbanização o que resultou na ampliação do valor venal do solo na medida em que as obras contribuíram para aumentar a produtividade das atividades agrícolas (SOFFIATI, 2011). Some-se a estas intervenções históricas a criação e instalação recente (2006) do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú (CLIPA) com a consequente transformação das terras antes rurais em áreas urbanas e industriais. Este acúmulo de modificações econômicas, sociais e ambientais afetam diretamente a vida das comunidades do entorno. Vale ressaltar que somente as intervenções relativas à instalação do CLIPA passaram por processo de licenciamento ambiental que, ainda assim foi feito ao arrepio da lei, por órgão ambiental estadual e não federal, de forma segmentada que dificultou a avaliação dos impactos negativos cumulativos tal como recomendado pela legislação (ALENTEJANO, P.; COSTA, S, 2011). Também cabe destacar a ausência da participação qualificada dos (as) moradores (as) da região, uma vez que aqueles relataram não compreender a dimensão dos futuros impactos da implantação daquele empreendimento.

O município de São João da Barra, localizado no Estado do Rio de Janeiro, possui área de 458,611 km e população estimada em 2017 de 35,174 habitantes (IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas ali desenvolvidas são o turismo, a agropecuária, a olericultura e a fruticultura nativas, a pesca, a indústria de bebidas e produção açucareira. O município se divide em seis distritos a saber: Grussaí, Sede, Atafona, Cajueiro, Barcelos e Pipeiras sendo que este último é comumente conhecido como 5º Distrito e será caracterizado em detalhes a seguir.

Caracterização socioambiental do 5º Distrito de São João da Barra/RJ

Localizado em área rural, o 5º Distrito, mais conhecido como Açú, é composto por várias localidades: Sabonete, Alto do Cardeiro, Pipeiras, Capela de São Pedro, Azeitona, Água Preta, Palacete, Quixaba, Vila da Terra, Barra do Açú e Mato Escuro, cujo perfil dos moradores, em sua maioria, dividem seu tempo entre a prática da agricultura familiar, da pesca artesanal e da feitura de esteiras de taboa. A comunidade de Quixaba que, embora territorialmente pertença ao também denominado 5º Distrito, do município vizinho de Campos dos Goytacazes, possui identidade e pertencimento com o 5º Distrito de São João da Barra o que historicamente tem gerado diversos conflitos acerca da criação e acesso a políticas públicas (DITTY, 2015). Estes

povoados isolados e rurais encontram-se privados de elementos básicos de infraestrutura e os moradores enfrentam cotidianamente diversos problemas dentre os quais se destacam aqueles marcados pelos seguintes passivos ambientais: salinização do solo e dos corpos hídricos, desmatamento e extrativismo ilegal de vegetação (taboa e aroeira) e de areia, situação fundiária não regulamentada e ainda a pesca e caça irregular (DOS SANTOS, K. P.; JUNIOR, L. de P. Q.; DE OLIVEIRA, V. de P. S. 2015).

A estes problemas estão vinculados uma série de conflitos socioambientais que se caracterizam por disputas envolvendo interesses antagônicos ou pontos de vistas diferenciados inerentes aos grupos ou atores sociais quanto ao acesso aos bens e serviços ambientais. A partir do conflito busca-se a resolução no sentido de alcançar certa unidade o que, por sua vez, pode ocorrer por meio da pactuação de regras que devem ser observadas pelos envolvidos quanto ao objeto em questão. Assim sendo o conflito é inerente à vida social e por meio dele as mudanças podem ocorrer e, com elas, a renovação da coesão social (ACSERALD, 2004; NASCIMENTO, 2001).

Dentre os vários conflitos vivenciados no 5º Distrito destacam-se aqueles oriundos da implantação do CLIPA, que muito embora tenham sido mais intensos no período das obras (a partir de 2006) ainda trazem sérios desdobramentos até a atualidade conforme se pode verificar na figura abaixo desenvolvida pelo Laboratório de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro para explicar em termos mais simplificados à população em geral os problemas verificados na região.

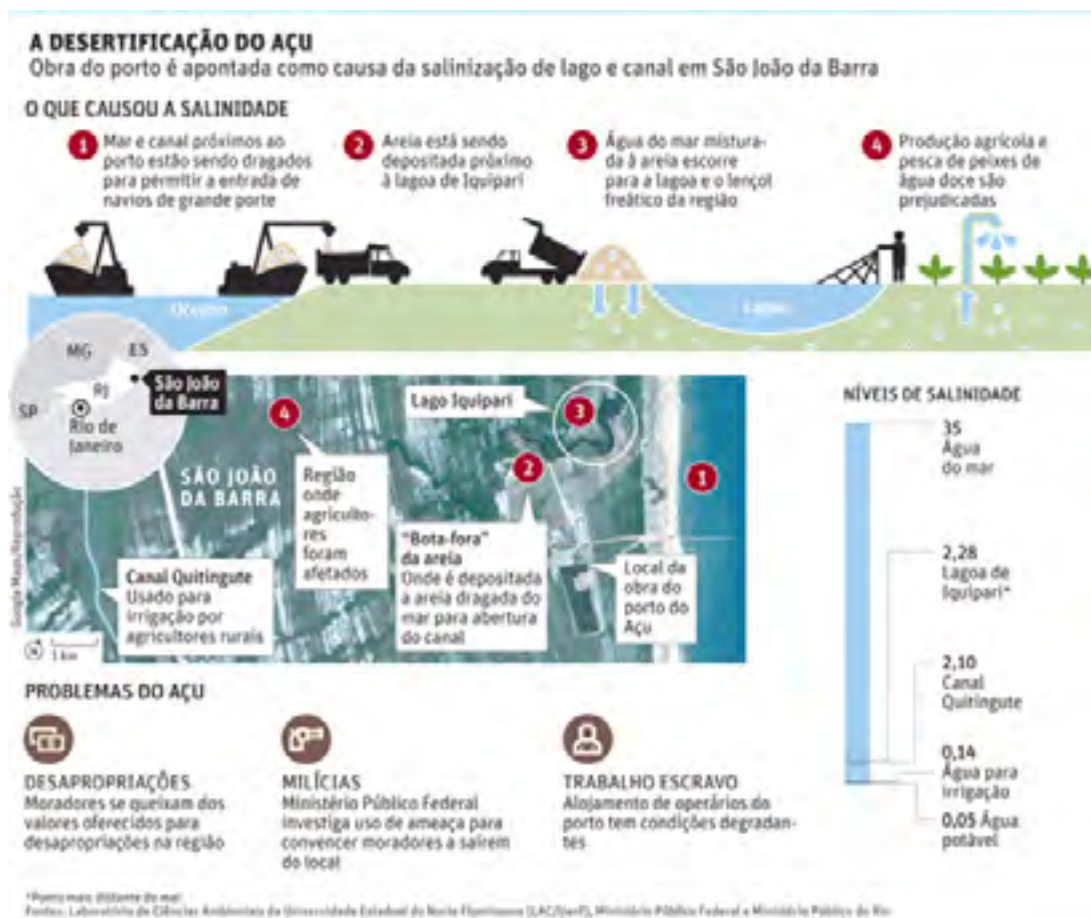


Figura 1. laboratório de ciências ambientais da UENF ilustra o problema da salinização no Açú. Fonte: Blog Roberto Moraes 2012.

Nestas localidades também se situam duas áreas de proteção ambiental: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Caruara (RPPN) com cerca de 3.845 hectares, localizada as margens da Lagoa de Iquipari, em Pipeiras, entre as praias de Grussaí e do Açú, e também o Parque Estadual da Lagoa do Açú (PELAG), unidade de conservação de proteção integral, instituída por meio do Decreto Estadual nº 43.522, de 20 de março de 2012, localizada as margens da lagoa do Açú, conforme se pode verificar na fotografia abaixo. Ambas as áreas de proteção foram criadas para cumprir exigências do licenciamento ambiental levado a cabo pelo Instituto Estadual Ambiental (INEA) como forma de compensar os impactos negativos gerados pela implantação do CLIPA sem contar, no entanto, com consulta ou participação da população residente no entorno.



Figura 2. Lagoa do Açú Fonte:http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008601

A criação destas áreas de proteção ambiental contribuiu para ampliar os conflitos socioambientais na região pois, nestes ambientes, a população local efetivava atividades que contribuíam para o sustento financeiros das famílias: a pesca artesanal e da coleta e artesanato da taboa e a extração de sementes de aroeira. O segmento populacional dedicado a pesca artesanal como atividade complementar da renda conseguiu se organizar para atender aos trâmites legais e solicitar a continuidade desta atividade após a implantação das áreas de proteção, mas, o mesmo não se verificou com a outra parcela populacional composta majoritariamente por mulheres que, tradicionalmente complementam sua renda com a elaboração artesanal de esteiras e outros artesanatos construídos com a fibra da taboa. Cabe ressaltar, que as artesãs que utilizam as taboas, encontradas nas dependências da Unidade de Conservação, para a produção de esteiras, não possuem registro específico que as reconheçam quanto classe. Tal fator dificulta o processo de organização e incidência política desse grupo nas discussões referentes ao uso do território.

A organização do segmento populacional vinculado a pesca artesanal, agricultura familiar e artesanato tem sido fortalecida nos diversos momentos de enfrentamento desencadeados com as obras do porto e mais recentemente por meio de seu engajamento e atuação nos Projetos de Educação Ambiental (PEAs), oriundos de condicionantes do licenciamento ambiental federal conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para as atividades da indústria de petróleo e gás. Em contrapartida à exploração dos recursos naturais, as empresas devem implementar PEAs que mitiguem e compensem os impactos negativos passíveis de serem gerados pelo empreendimento¹.

¹ São vários os projetos desenvolvidos pelas operadoras em cumprimento das exigências estabelecidas pelo órgão licenciador, a saber: Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA), Projeto de Controle da Poluição (PCP), Projeto de Comunicação Social (PCS), Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT), Plano de Emergência Individual (PEI) e Projeto de Educação Ambiental (PEA) a ser desenvolvido junto aos segmentos populacionais mais vulneráveis aos impactos socioambientais dos empreendimentos (MAGALHAES: 2013).

Por meio da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA, 01/2010² o referido órgão define como projeto de mitigação um “conjunto de procedimentos metodológicos capazes de minimizar e, ou, evitar (i) os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada, bem como de (ii) o agravamento de impactos identificados e (iii) a ocorrência de novos impactos.” Este documento também estabelece que as ações a serem implementadas devem seguir uma das seis linhas de ação que preveem, dentre outras, o fortalecimento da organização comunitária.

Dentre os PEAs atuantes em São João da Barra temos:

1. O Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA - BC) financiado pela Petrobras, que atua junto aos jovens com os quais promove a participação cidadã na gestão ambiental pública;
2. O FOCO, da empresa Statoil, trabalha com mulheres marisqueiras com o objetivo fortalecer a organização comunitária;
3. O OBSERVAÇÃO, financiado pela PetroRioque promove o monitoramento ambiental por meio da produção audiovisual;
4. O Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA), financiado pela Chevron, desenvolvido com jovens ligados à pesca artesanal, na perspectiva de prepará-los para uma participação qualificada na gestão ambiental;
5. O TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO financiado pela Petrobras e desenvolvido por equipes multidisciplinares vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF, que atuam desde 2014 em 10 municípios do norte fluminense e baixadas litorâneas visando ampliar a efetividades das ações de controle social sobre os royalties;
6. e o PESCARTE também financiado pela Petrobras e desenvolvido por equipe multidisciplinar vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF, que atuam desde 2014 em 7 municípios do norte fluminense e baixadas litorâneas³ visando ampliar a efetividades das ações de controle social sobre os royalties (Territórios) e fortalecer a organização comunitária dos pescadores artesanais e seus familiares, por meio de projetos de geração de trabalho e renda, a serem definidos, planejados e implementados pelo referido segmento pesqueiro artesanal com apoio da equipe técnica.

Dentre as ações desenvolvidas pelo PEA Pescarte constam a aplicação de Censo constituído de amplo questionário (*survey*) com vistas a permitir o contato direto com a população, facilitando assim a entrada em campo da equipe técnica, e estruturar banco de dados sobre a pesca artesanal até então inexistente na região de modo a contribuir também com a atualização do diagnóstico participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de campos (PEA-BC) e uma série de atividades (reuniões, oficinas, cursos, visitas técnicas, participação em audiências públicas, etc.) utilizadas como instrumentos de mobilização da comunidade. Ao final do primeiro ciclo de atuação como culminância do plano de trabalho os/as sujeitos da ação educativa escolheram, por meio do voto, os/as integrantes dos Grupos Gestores responsáveis pelo levantamento, discussão e escolha dos projetos de geração de trabalho e renda que se encontram atualmente em processo de análise das viabilidades técnica, econômica, ambiental e social.

2 A elaboração dos projetos é orientada pela Nota Técnica 01/10, documento que define as diretrizes para elaboração e implementação dos planos de trabalho de projetos de educação ambiental. Os objetivos são traçados com base em linhas temáticas de ação, seleção de público prioritário e proposição de um conjunto de ações a serem desenvolvidas e metas a serem alcançadas tudo orientado pelo referido documento.

3 O Pescarte atua nos seguintes municípios: São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Entre agosto de 2016 e julho de 2017, houve interrupção da implementação do plano de trabalho do PEA Pescarte, mas a equipe técnica continuou a reunir-se com o grupo gestor e deu início a uma série de ações em articulação com os demais PEAS visando envolver representantes das comunidades pesqueiras do 5º Distrito nos processos de discussão e elaboração do orçamento público municipal. Daí resultou o alcance de recursos necessários ao atendimento de parte de suas demandas concretizadas na limpeza do canal do Quitungute. A incidência dos pescadores (as) no orçamento se deu pelo envio de propostas a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – e LOA – Lei Orçamentária Anual. Para tanto, foi conseguida a rubrica de 2 milhões de reais para a execução daquela limpeza. No entanto há ainda outras demandas ainda a serem atendidas e uma delas diz respeito à resolução do conflito que envolve os moradores de Quixaba e do Açú para realização do processo de abertura da barra da lagoa do Açú que será discutido com maiores detalhes a seguir.

O processo histórico de abertura da barra

Afirmam os ambientalistas que desde tempos imemoriais, no período das chuvas de verão, a abertura da barra se dava de forma natural quando o excesso de água descia pelos Rios Preto ou Doce e entravam nas lagoas de Iquipari e Grussaí até naturalmente alcançar o mar. Este processo deixou de ocorrer após uma série de intervenções efetivadas pelo extinto DNOS por meio da construção de uma rede de canais para drenar as lagoas e áreas brejadas e disponibilizá-las à agricultura (SOFFIATI, 2008; SUZUKI, 2005; LIMA et al, 2001; ESTEVES, 2011).

Com as intervenções antrópicas cessou o processo natural por meio do qual a barra era rompida para extravasar as águas excedentes. Assim sendo, os pescadores e a comunidade local esperavam a lagoa ficar cheia e uma ou duas vezes no ano removiam a barreira de areia com o objetivo de permitir a entrada de pescado na lagoa. Nos foi relatado por integrantes das comunidades locais que haja vista que a força das águas não era suficiente para desencadear este processo, moradores de Quixaba e do Açú se organizavam solidariamente para efetivar a abertura da barra. Segundo os pescadores, enquanto um grupo se municiava de pás e enxadas e rumava para a lagoa a fim de dar início a abertura manual da barra, um ou dois (normalmente aquele/s que tivessem acesso a uma condução motorizada pois a falta de transporte público é uma das muitas deficiências históricas verificadas no lugar) se dirigiam ao escritório da Capitania dos Portos, na sede do município, para requisitar a autorização que sempre era concedida sem maiores problemas. Segundo os pescadores, essa intervenção resultava na renovação do ciclo da água e na entrada de novas espécies na Lagoa. Após a implantação de uma Unidade de Conservação este processo de interação social que resultava em ação coletiva para a abertura da barra da lagoa foi paralisado.

Já em conversas estabelecidas com os representantes de instituições que possuíam interesses acadêmicos em relação aquele conflito, identificamos a realização de duas reuniões públicas onde a instalação e manejo do Parque foram objetos de discussão. A primeira delas aconteceu na UENF e não teve participação significativa da comunidade do entorno da área onde encontra-se situado o parque, e a segunda, ocorrida em Farol de São Thomé, que embora tenha sido conturbada contou com a presença de alguns comunitários e daí resultou a proposta de elaboração de Termo de Compromisso envolvendo os pescadores artesanais, que utilizam a Lagoa do Açú e o órgão gestor do PELAG (SIMON; AFONSO; NASCIMENTO, 2017).

Com a criação do PELAG, a abertura de boca de barra foi proibida e além disso, o termo de compromisso assinado pelos pescadores da região – que permitia a pesca de subsistência nas áreas de abrangência do parque – não seria válido para as futuras gerações o que implicou em diversas mudanças de hábitos para aqueles que utilizavam a área da Unidade de Conservação no dia-a-dia.

Também vale ressaltar que os pescadores foram afetados com o aumento da fiscalização após a implantação do Parque Estadual da Lagoa do Açu, uma vez que alguns tipos de pesca, que são tradicionais nas comunidades, não são permitidos na legislação ambiental. A extração de taboa também foi proibida nas áreas de abrangência da Unidade de Conservação, ou seja, a dinâmica de vida e trabalho dos indivíduos que residiam nas comunidades ao entorno foi consideravelmente modificada.

Os pescadores da região relataram as dificuldades encontradas após a implantação do PELAG e destacaram que houveram duas tentativas frustradas de abertura de barra: a primeira ocorreu por iniciativa dos pescadores do Açu, no ano de 2011 e naquela ocasião, os pescadores de Quixaba se articularam, colocaram carros e motos na frente da lagoa a fim de impedir a passagem das máquinas e acionaram a fiscalização do INEA; já a segunda tentativa de abertura ocorreu no final de 2017 quando um grupo de pescadores e agricultores de Quixaba se reuniu com os pescadores (as) de Açu se dirigiram para o local na tentativa de abrir a barra mesmo sem a licença. O órgão ambiental foi comunicado por e compareceu ao local onde apreendeu as duas máquinas que estavam sendo utilizadas para aquela abertura. Deste modo, criou-se um grande conflito entre os moradores de Quixaba e Açu, haja vista que o grupo que era a favor considerou que a denúncia havia sido realizada por uma liderança daquela mesma comunidade. Além disso, com a última tentativa de abertura de barra, houve um distanciamento do INEA em relação as comunidades pesqueiras, o que culminou em um retrocesso no diálogo que vinha se estabelecendo.

Houve mobilização intensa por parte dos pescadores do Açu que culminou com a coleta de assinaturas encaminhadas ao INEA junto com solicitação de licença para abertura da barra da lagoa. Atualmente parte dos pescadores de Quixaba posicionam-se favoráveis a retomada do processo de abertura de barra, enquanto outra parte é contra.

Por meio da realização de reuniões, os pescadores (as) e agricultores (as) da região estão se articulando com os PEAs, Poder Público e Universidade, a fim de buscar a institucionalização da abertura da barra. Além disso, cabe destacar a participação dos destes nas reuniões do Conselho do Parque Estadual da Lagoa do Açu e o reestabelecimento do diálogo que vinha sendo construído com a equipe responsável pela gestão da Unidade de Conservação.

Nos últimos encontros que foram realizados, a equipe do PELAG solicitou a realização de um estudo que apontasse a viabilidade técnica, ambiental e social da abertura da boca da barra da Lagoa do Açu. Para tanto, está havendo uma articulação com a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Secretaria de Pesca do Município de São João da Barra para realização do estudo supracitado.

CONCLUSÃO

A partir da apresentação e discussão de parte da realidade aqui apresentada evidencia-se a complexidade dos conflitos socioambientais vivenciados atualmente na região do 5º Distrito de São João da Barra/RJ cujos/as moradores/as tem sido historicamente afetados/as pela dinâmica de ocupação e uso do espaço terrestre e marinho. A recente instalação do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu e dos parque cujas áreas de proteção foram definidas pelo órgão ambiental estadual como condicionantes do licenciamento do empreendimento, tem impactado diretamente a dinâmica de vida dos/as moradores/as, em especial daquele segmentos que tem no extrativismo animal (pesca artesanal) e vegetal (retirada e uso da taboa como matéria prima para elaboração de esteiras) atividades complementares da renda familiar sendo o processo de abertura de boca de barra o conflito mais notória atualidade o que interfere diretamente no processo de gestão dos recursos hídricos do local.

Os/as pescadores/as e agricultores/as da região realizavam a abertura de boca de barra antes da criação do PELAG, com o objetivo de renovar o ciclo da água e viabilizar a entrada de novas espécies de peixe. A autorização para tal procedimento era dada pela capitania dos portos sem maiores reservas. Na atualidade, com a presença do órgão ambiental estadual na região verificada mais fortemente a partir do licenciamento do CLIPA e da consequente criação das áreas de proteção ambiental verifica-se a necessidade da construção de um processo participativo dialógico envolvendo os/as interessados/as de maneira a buscar a institucionalização daquele conflito.

Diversos atores sociais estão participando diretamente desta discussão, dentre eles: pescadores/as, agricultores/as, moradores/as, PEA Pescarte, PEA Observação, LCA - Laboratório de Ciências Ambientais da UENF e ainda servidores públicos vinculados ao INEA e a Secretaria de Pesca de São João da Barra.

Embora, como constatado por meio de entrevistas, a criação do Parque não tenha sido participativa, o processo de discussão do Plano de Manejo e do Termo de Compromisso prevê a participação dos/as pescadores/as. Contudo, haja vista a incompatibilidade dos objetivos da Unidade de Conservação em relação a realidade das comunidades tradicionais, destaca-se a necessidade apontada e discutida atualmente entre as lideranças locais de recategorização das áreas de proteção recém-criadas.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALENTEJANO, P.; COSTA, S. **Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú**. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 2011.

DITTY, J. M. **Exigências globais e respostas locais: desenvolvimento, mudança e a luta por recursos naturais no interior do rio de janeiro**. Campos dos Goytacazes. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Sociologia Política. 2017. Disponível em: uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/.../Tese_John-Marr-Ditty.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2018

DOS SANTOS, K. P.; JUNIOR, L. de P. Q.; DE OLIVEIRA, V. de P. S.. **Análise dos conflitos socioambientais do Parque Estadual da Lagoa do Açú/RJ**. Disponível em: Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes/RJ, v.9 n.2, p. 91-105, jul./dez. 2015

ESTEVES F.A. **Do Índio Goitacá à Economia do Petróleo: Uma Viagem pela História e Ecologia da Maior Restinga Protegida do Brasil**. Essentia Editora. Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

Censo IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso: 10 nov. 2018

LIMA, N.R.W. et al. **Impacto da abertura de barra sobre a ictiofauna da lagoa de Iquipari, norte do estado do Rio de Janeiro**. Bios (9); 2001.

NASCIMENTO, E. P. **Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual**. Marcel Bursztyn, **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**, Garamond, Rio de Janeiro, 2001.

Portal do INEA. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008601>. Acesso: 2 jul. 2018.

Portal PEA-BC. Disponível em <<http://www.pea-bc.ibp.org.br/>>. Acesso: 2 jul. 2018.

SIMON, A; AFONSO, R.; NASCIMENTO, C. **Zona de Impacto: Conservação da Natureza, Porto do Açú e Populações Locais: O caso das comunidades extrativistas artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açú - RJ**. Disponível em: Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIV, nº 55 - março/2017. Acesso em: 10 nov. 2018

SOFFIATI, A. Gerenciamento Ecológico dos Canais do Norte Fluminense. **Revista VITAS-Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**-Disponível em: www.uff.br/revistavitas, n. 1, 2011. Acesso em: 10 nov. 2018

SUZUKI, M.S. Limnologia. In: SUZUKI, M.S.; NOVELLI, R.; ANDRADE, D.R.; SOFFIATI NETO, A.A. Áreas Alagáveis do Norte Fluminense: Área 3- Lagoas do 82 segmento sul da Restinga Norte: entre a margem direita do Paraíba e o Cabo de São Tomé. 2005.

VILAÇA, D. R. C. **O complexo logístico industrial portuário do açú (CLIPA) e seus reflexos na dinâmica ecossistêmica da lagoa de iquipari, são joão da barra/rj**. 2016. Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, Macaé 2015. Disponível em: bd.centro.iff.edu.br/xmlui/handle/123456789/1190. Acesso: 10 de nov. de 2018

RACISMO AMBIENTAL E SEUS RESPECTIVOS ENFOQUES REFERENTES À OMISSÃO ESTATAL ENTRE AS MACRORREGIÕES DO PAÍS

DANIEL ANDRÉ DOS SANTOS FARIAS

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
danielfarias391@gmail.com

ARI GONÇALVES NETO

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
arigneto@gmail.com

SHIRLENA DE CAMPOS SOUZA AMARAL

Docente no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
shirlenacsa@gmail.com

RESUMO

O meio ambiente alcançou, a partir do movimento constitucional sistematizado em 1988, o status de direito fundamental de todo cidadão brasileiro. Tem-se que foram elaborados e recepcionados, ao longo desse novo período democrático, normas efetivadoras desse direito essencial. O Poder Público pode ser integrante do grupo de autores das violações ambientais em flagrante segregação de indivíduos, quando omissos. Nesse contexto é que surge o conceito de racismo ambiental, de modo que se constitui em injustiças ambientais e sociais que tangenciam etnias que estão em certo grau de vulnerabilidade. Assim, o artigo busca dimensionar o racismo ambiental atrelado ao direito à saúde em uma plataforma indicativa e sob as mais diversas perspectivas das regiões brasileiras, as quais carecem nos indicadores de mortalidade infantil, saneamento básico, isso somado ao comparativo do perfil étnico-racial majoritário nos territórios brasileiros.

Palavras-chave: racismo ambiental; meio ambiente equilibrado; direito fundamental; dignidade da pessoa humana.

ABSTRACT

Since the constitutional movement systematized in 1988, the environment has reached the status of the fundamental right of every Brazilian citizen. Throughout this new democratic period, it has been elaborated and approved, effective norms of this essential right. The Public Power may be a member of the group of perpetrators of environmental violations in flagrant segregation of individuals, when omission. In this context, the concept of environmental racism arises, so that it constitutes environmental and social injustices that touch on ethnic groups that are in a certain degree of vulnerability. Thus, the article seeks to measure environmental racism tied to the right to health in an indicative platform and under the most diverse perspectives of the Brazilian regions, which lack in the indicators of infant mortality, basic sanitation, this added to the comparative of the ethnic-racial majority profile in the Brazilian territories.

Keywords: environmental racism; balanced environment; fundamental right; dignity of human person.

Considerações iniciais

O meio ambiente alcançou, a partir do movimento constitucional sistematizado em 1988, o status de direito fundamental de todo cidadão brasileiro. Tem-se que foram elaborados e recepcionados, ao longo desse novo período democrático, normas efetivadoras desse direito essencial.

Verifica-se, no entanto, que não apenas a previsão constitucional em abstrato foi suficiente à salvaguarda desse direito de terceira geração, sobretudo considerando que o Poder Público pode ser integrante do grupo de autores das violações ambientais em flagrante segregação de indivíduos. Exemplo dessa afirmativa ocorre quando o Estado permite a realização de explorações ambientais em detrimento de uma minoria, bem ainda quando autoriza a construção de aterros sanitários em zonas que predominam pessoas hipossuficientes, ou, também quando omissivamente não assegura nas regiões brasileiras, onde a maior parte dos indivíduos é composta por um determinado grupo étnico, garantias mínimas, como o acesso universal à saúde.

Nesse contexto é que surge o conceito de racismo ambiental, de modo que se constitui em injustiças ambientais e sociais que tangenciam etnias que estão em certo grau de vulnerabilidade.

Assim, o presente trabalho busca dimensionar o racismo ambiental atrelado ao direito à saúde em uma plataforma indicativa e sob as mais diversas perspectivas das regiões brasileiras, as quais carecem nos indicadores de mortalidade infantil, saneamento básico, isso somado ao comparativo do perfil étnico-racial majoritário nas regiões brasileiras. Tal contexto há um reflexo das perspectivas segregatórias, que, por sua vez, se resvalam em questões territoriais, nas regiões brasileiras, bem ainda se conjugam com a mortalidade infantil, a falta de saneamento básico e a histórica violação de direitos fundamentais da população negra.

Nesta perspectiva, e conforme um silogismo entre regiões do Brasil, a população negra, a mortalidade infantil e o saneamento básico, em observância às estatísticas dimensionadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e seus reflexos na saúde pública, é possível descrever indicativos governamentais omissivos da Administração Pública quanto à saúde, e, em incidência, ao racismo ambiental, quando se verifica que há precariedade nas regiões quanto ao acesso à saúde, nos indicadores da mortalidade e saneamento básico, há um percentual equitativo de habitantes negros.

Por fim, registra-se que a metodologia utilizada é qualitativa baseada em doutrinadores expertises sobre o tema.

Perspectivas introdutórias sobre o meio ambiente e o dever do Estado

Foi conceituado em 1972 na capital da Suécia, Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas quanto ao Meio Ambiente a definição que “O meio ambiente é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas”. O Meio Ambiente assumiu nessa oportunidade da conferência uma perspectiva em sua estruturação no sentido não-humano e humano, uma vez que foi entendido que (ECO-1972) “O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente.”

Entender que o Meio Ambiente é desassociado do homem seria o mesmo que não compreender a sua existência e o seu lugar de ocupação. Assim como os órgãos, mesmo diferenciados, com funções estruturantes específicas, compõe a integralidade do ser humano, este ocupa espacialmente o Meio Ambiente em sua formação. Portanto, nesse silogismo, sendo o homem integrante de um espaço físico, em critérios consequenciais deve também ocupar um lugar no

meio social. Mas para isso, existem degraus básicos a sua ascendência integrativa a sociedade, e esses degraus, que também garantem a sua dignidade humana, estão interligados ao direito ambiental equilibrado, para que possa se desenvolver como espécie e em sua personalidade no seguimento físico espacial como o social, devendo ser extirpado qualquer omissão ou conduta que venha vedar essa trajetória evolutiva de desenvolvimento da dignidade. Sarlet e Fensterseifer asseveram que:

a relação entre dignidade e direitos da personalidade é, de fato, muito próxima, em vista de ambos estarem diretamente comprometidos com a concretização da vida humana de forma plena e qualificada (e portanto também saudável). A tutela atribuída à personalidade humana representa uma proteção abrangente em face de todas as possibilidades de sua violação, o que deve, necessariamente, acompanhar a evolução e a complexidade das relações sociais contemporâneas, captando a dimensão ecológica dessas. (2012, p.41).

A dimensão ecológica passa a se preocupar também com os critérios invasivos humanos em que o próprio homem vem a ser uma ameaça a sua própria espécie, conforme Bosselmann (2006), e isso seria uma autofagia social. Neste momento, a medida que o homem identifica o seu espaço ambiental as vezes o percebe ocupado por outrem surgindo a premente necessidade de controle e auxílio do Estado, tendo em vista que este assume uma sobreposição de interferência nessa relação horizontal.

Porém, esse controle não se dá apenas pelos conflitos horizontais comissivos do homem para com o homem, mas, do mesmo modo, quanto a uma relação vertical da omissividade do Estado para com os cidadãos que o compõe. Esses são identificados como o povo integrante a sua formação, entre os outros dois elementos como a soberania e o território. A preservação do povo, do cidadão, é a forma encontrada para que o próprio Estado se mantenha existente em pleno exercício de suas faculdades, logo, a omissividade quando a sobrevivência, em um ambiente propício para o desenvolvimento desses que integram a sua estrutura, seria uma autoflagelação. Por essa razão, o meio ambiente equilibrado em uma dimensão ecológica passa a ser também uma obrigação do Estado, pois, deveria ser um dos principais interessados, uma vez que a ameaça a espécie também pode ricochetear a sua própria estrutura, ainda que não imediatamente.

Quanto ao contexto brasileiro, é preciso dizer que o direito ao meio ambiente além de ser uma obrigação imputada a coletividade, também é um direito que deve ser assegurado pelo Estado, sendo que este se auto regula em suas diretrizes organizacionais, seja através de audiências públicas, com futuras elaborações de leis, medidas judiciais como ação popular, ação civil pública, mandado de segurança coletivo. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CFRB de 1988) em seu art. 225 dispõe da seguinte forma:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...]

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

[...]

IV- exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V- Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

[...]

VII - proteger a fauna e flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Nesse sentido, o direito ao Meio Ambiente alcança o texto constitucional, onde enraiza sua indispensabilidade na formação da personalidade e dignidade da pessoa humana. Esse compromisso estatal visa assegurar uma vida saudável e digna a comunidades sociais e aos indivíduos em si, afastando qualquer obstáculo à efetividade em se ter um ambiente salutar com condições mínimas para a sobrevivência e a vivência em dignidade de desenvolver a sua personalidade no meio social. Tal fato pressupõe atuações positivas do Estado para inibir condutas de terceiros prejudiciais, como o fomento germinatório aos degraus básicos de crescimento, como exemplos: segurança, saúde e saneamento básico.

Conceito de racismo ambiental

É ressaltado por Herculano sobre o desenvolvimento teórico de racismo ambiental (2006, p.2) que “O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas”. O início da terminologia racismo ambiental teve início com o movimento negro estadunidense na década de 1980, e como o desenvolvimento das reivindicações pelos direitos civis da década de 1960, um dos principais colaboradores. Esse movimento posteriormente foi cunhado também pela terminologia justiça ambiental. Ainda sobre a conceituação de racismo ambiental Tania Pacheco entende que seria:

[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (Apud HERCULANO 2006, p.2).

Com a busca pela igualdade de direitos da década de 1960, a população negra vitimada pelo racismo, a segregação institucionalizada pelo próprio Estado estadunidense, gradativamente foi se desvendando quanto ao seu espaço social, compreendendo as violações as quais estavam sendo acometidas. Na cidade de Warren County, localizada na Carolina do Norte, a população negra originou uma manifestação em face de um aterro tóxico contendo PCBs (bifenil-policlorado) com a instalação iniciada em suas imediações.

O governo dos Estados Unidos legitimou, através das reivindicações, uma Agência de Proteção Ambiental denominada de EPA (Environmental Protection Agency). Essa agência tinha como uma das funções retirar os solos contaminados. Ocorre que a simples retirada do solo contaminado não exiltrava o contágio da terra, devendo essa ser descartada em outro ambiente. Foi então a EPA escolheu depositar os resíduos tóxicos nas proximidades das comunidades negras de Warren County. Com isso houve uma eclosão dos protestos, culminando em inúmeras prisões, que acentuaram a relevância da temática. Devido a esse fortalecimento da temática sobre o racismo ambiental, descobriu-se ainda posteriormente que três quartos das terras se apresentavam infectadas com produtos de alto índice danoso situados em lugares que residiam a população negra, reafimando um estigma institucionalizado pelo Estado.

Como certa a repercussão dimensionada, foi realizada uma comissão para tentar reestabelecer a ordem sobre as questões ambientais. Porém, buscou-se de todo o modo a extinção da expressão “racismo ambiental” para não haver proliferação de maiores divergências, tendo em vista a força dominada pela expressão. Fato que posteriormente a terminologia foi substituída por Justiça Ambiental, consoante o emprego utilizado na I Conferência Nacional de Lideranças Ambientais de Pessoas de Cor que ocorreu em Washington em 1991. O evento trouxe uma redefinição ao termo racismo ambiental, ampliando os problemas afetos as áreas da segurança

do trabalho, moradia, saneamento básico, saúde, entre outros que atingiam grupos específicos. Consoante o preâmbulo dos Princípios da Justiça Ambiental positivados nessa Conferência, que inclusive, contou com a participação de 15 países, foram norteados os seguintes dizeres reivindicatórios:

“NÓS, O POVO DA COR, reunidos nesta Liderança Ambiental de Gente de Cor multinacional, para começar a construir um movimento nacional e internacional de todos os povos de cor para lutar contra a destruição e destruição de nossas terras e comunidades, restabelecemos nossa interdependência espiritual com a sacralidade de nossa Mãe Terra; respeitar e celebrar cada uma das nossas culturas, línguas e crenças sobre o mundo natural e os nossos papéis na cura de nós mesmos; para garantir a justiça ambiental; promover alternativas econômicas que contribuam para o desenvolvimento de meios de subsistência ambientalmente seguros; e, para assegurar nossa libertação política, econômica e cultural que tem sido negada por mais de 500 anos de colonização e opressão, resultando no envenenamento de nossas comunidades e terras e o genocídio de nossos povos [...]” (Tradução livre, I Conferência Nacional de Lideranças Ambientais de Pessoas de Cor).

No evento se positivou princípios da justiça ambiental em exigências contra o zoneamento excludente que vitimava populações específicas, principalmente negras. Levantou-se questões como a distributividade dos riscos ambientais, tendo em vista que as benesses eram compartimentadas a um grupo e os riscos e prejuízos ambientais divididos com a população “de cor” e pobre.

Nesse sentido, o presente trabalho busca dimensionar, nos tópicos seguintes, as relações do racismo ambiental atrelado ao direito à saúde em uma plataforma indicativa e sob as mais diversas perspectivas das regiões brasileiras, as quais carecem nos indicadores de mortalidade infantil, saneamento básico, isso somado ao comparativo do perfil étnico-racial majoritário nesses territórios.

O comparativo do perfil étnico-racial majoritário nas regiões brasileiras e as similitudes ao racismo ambiental

No Brasil, em 2016, consoante o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 54,9% da população se autodeclarava de cor ou raça preta ou parda, portanto majoritariamente negra, sendo que desse percentual, o número de pretos e pardos é maioria nas regiões norte e nordeste. A região norte contava com 79,3% de autodeclarados negros, já a região nordeste com 74,6% de pessoas que se consideram negras, enquanto na região centro-oeste esse percentual de autodeclarados totaliza 62,2%, no sudeste 46,6%, e no sul 22,5%, como se pode observar no gráfico ilustrativo a seguir:



Verificando o percentual de negros existentes nas regiões, chama-se a atenção para o fato de que existe um paralelo de precariedade nas condições mínimas de saneamento básico nessas regiões, as quais, predomina-se a população autodeclarada negra.

Conforme os dados da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD), o índice populacional nas regiões em que os cidadãos contavam com a rede geral de esgoto ou fossas ligadas a rede representam percentuais inferiores a 50% nas Regiões Norte e Nordeste. Na Região Norte o percentual de habitantes que contavam com o serviço de esgoto era representado por 20,3% e no nordeste o percentual chegou a 45,1% da população, enquanto que eram atendidos na Região Centro-Oeste 52,8%, Sudeste 88,9% e Sul 65,9% desse serviço, consoante o gráfico ilustrativo a seguir:



Não diferente na rede geral de distribuição de água por regiões é possível notar que nas localidades com predominância de pessoas autodeclaradas negras existe um percentual inferior as demais regiões. Segundo o IBGE a disponibilidade do abastecimento da Região Sul representa o equivalente a 88,1%, a Região Sudeste 92,5%, Centro-Oeste 86,8%. Quanto a Região Nordeste, o índice representa 80,3%, e, por fim, a Norte são apenas 59,2% da população que tem atendido o sistema de distribuição de água. Como pode se observar abaixo:



Em consonância com a realidade das regiões o IBGE em 2010 constatou que os piores índices de mortalidade infantil estavam concentrados nas Regiões Norte e Nordeste. A cada mil crianças nascidas vivas 23,5 morriam na Região norte, na Região Nordeste era representado por 33,2, na Centro-Oeste 17,8, na Sudeste 16,6, e na Região Sul foi 15,1 crianças mortas a cada mil nascidas.

Assim, é possível verificar que nas regiões, as quais existem o menor percentual da população negra, são as que possuem menor afetação aos problemas atrelados a saúde pública, como a mortalidade infantil e saneamento básico. É verossímil pensar que a simetridade dos dados evidenciam precariedades nas condições mínimas de vida nas Regiões brasileiras, as quais, predominam o maior número de pessoas autodeclaradas negras e que este fato rememora o evento revolucionário do Warren County, o qual foi descoberto que 75% das terras infectadas por produtos tóxicos eram de comunidades negras.

No cenário brasileiro, os problemas quanto à saúde parecem ter destinatários específicos em sua maioria, geralmente representado por negros e pessoas hipossuficientes. Ocorre que o direito ao Meio Ambiente equilibrado e a saúde é um dever do Estado, conforme os artigos 196 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo estes, inclusive, direitos de todos a se assegurar as condições de dignidade, segundo o artigo 1º, inciso III do mesmo diploma jurídico. Entre os requisitos mínimos de dignidade se pode afirmar que, como supedâneo, a CRFB/88 consagra em seu artigo 1º, inciso III, como um dos fundamentos da República, o qual corresponde ao axioma interpretativo de todo o ordenamento jurídico como será visto no próximo tópico.

O direito a saúde e ao meio ambiente como mínimo existencial à dignidade humana

Tendo a Saúde como um direito social e o Meio Ambiente como um direito difuso deve o Estado agir para frear as inconsistências distributivas, principalmente quanto aos prejuízos ambientais. Como verificado em verossimilhança histórica a realidade estadunidense, existe um comparativo dedutivo, pelos dados fornecidos pelo IBGE, que a falta de saneamento básico, o alto índice de mortalidade infantil possui correspondência com as regiões brasileiras como maioria de pessoas autodeclaradas negras. Este fato gera um zoneamento excludente pela omissão do Estado quando deveria atuar para assegurar os padrões mínimos de sobrevivência e dignidade a todas as pessoas sem distinção.

Para Sarlet e Fensterseifer (2012), a fim de se ter o mínimo existencial são indispensáveis certos aparatos a se garantir o bem-estar social como os direitos a alimentação, segurança, moradia, saneamento básico, saúde, entre outros. Uma vez inexistente tais direitos comprometeria a construção da personalidade humana e até mesmo o envolvimento do indivíduo em questões políticas e ambientais.

Seria assim o Direito ao mínimo existencial um degrau basilar ao desenvolvimento do exercício da própria personalidade, possuindo uma amplitude em seu significado. A terminologia existência mínima não se restringe apenas aos aspectos biológicos, mas as condições mínimas para a existência do indivíduo em um contexto social. Ressalta Sarlet e Fensterseifer que:

Registra-se que a vida é condição elementar para o exercício da dignidade humana, embora essa não se limite àquela, uma vez que a dignidade não se resume a questões existenciais de natureza meramente biológica ou física, mas exige a proteção da existência humana de forma mais abrangente (em termos físico, psíquico, social, cultural, político, ecológico etc.) de tal sorte, impõe-se a conjugação dos direitos sociais e dos direitos ambientais para efeitos de identificação dos patamares necessários de tutela da dignidade humana no sentido do reconhecimento de um direito-garantia do mínimo existencial socio-ambiental, precisamente pelo fato de tal direito abarcar o desenvolvimento de todo o potencial da vida humana até a sua própria sobrevivência

como espécie, no sentido de uma proteção do homem contra a sua própria ação predatória (2012, p.116).

No caso em específico, trata-se de uma omissão estatal quando deveria atuar a fim de efetivar políticas públicas materializadoras do mister constitucional, oportunizando a todos os cidadãos um meio ambiente sadio e equilibrado, como corolário da dignidade da pessoa humana. Mas a realidade fática se mostra diametralmente oposta, na medida em que os agentes políticos brasileiros não se atentam para o comando legal, muito menos se atentam para a natureza destas medidas que, em última hipótese, correspondem a normas de ordem pública, de saúde pública.

Assim sendo, o que se espera é que o legislador brasileiro ao conscientizar-se da seriedade e importância destas medidas, adote políticas públicas, repita-se, que irão ao encontro a toda e qualquer prática afeta ao racismo ambiental com vistas a garantir a todos os brasileiros saúde de qualidade, especialmente, por meio da preservação do equilíbrio do meio ambiente.

Considerações finais

O meio ambiente sadio e equilibrado trata-se de um anseio constitucional estabelecido pelos legisladores constituintes nos idos do final da década de 1980. E para esta materialização concebida em abstrato no texto constitucional, necessário se faz a criação de políticas públicas fincadas na igualdade material, de igual modo, constante da Carta Maior.

Neste sentido, importante consignar que a criação de medidas estatais deve se dar como garantia de um equilíbrio ecológico protetor da saúde pública. Não se pretende a criação de medidas paternalistas/populistas com vistas à perpetuação de uma ideologia de governo. O que se busca trazer à realidade são políticas de estado, as quais garantam não apenas o exercício das atividades econômico-exploratórias dos recursos naturais de forma consciente, mais também a preservação do meio ambiente a todos os cidadãos, não apenas para certa e determinada parcela destes.

O entendimento e a consubstanciação de medidas contrárias as constantes quando do parágrafo anterior ensejam ao tratado neste artigo, que é o racismo ambiental. Ou seja, a não preservação do meio ambiente e a inexistência de políticas públicas efetivadoras desta proteção. E mais. A chancela estatal para a prática de irrestrita exploração ambiental, sobretudo, junto a populações desprovidas de recursos e culturalmente segregadas.

Neste diapasão, o que se verifica é o não comprometimento do Estado com a proteção do meio ambiente, especialmente junto às localidades onde se encontram as residências de minorias. E todas as práticas governamentais neste sentido ferem a já citada igualdade material, bem como os princípios fundantes do Estado Democrático de Direito.

Portanto, o que se espera é que o legislador brasileiro ao conscientizar-se da seriedade e importância destas medidas, adote políticas públicas, repita-se, que irão ao encontro a toda e qualquer prática afeta ao racismo ambiental com vistas a garantir a todos os brasileiros saúde de qualidade, especialmente, por meio da preservação do equilíbrio do meio ambiente.

Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Fundação. **Norte e Nordeste convivem com restrições no acesso a saneamento básico**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20979-norte-e-nordeste-convivem-com-restricoes-no-acesso-a-saneamento-basico.html>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BOSELMANN, Klaus. **Environmental rights and duties: the concept of ecological human rights**. Artigo apresenta no 10º. Congresso Internacional de Direito Ambiental, sem São Paulo, 5-8, de junho de 2006, p.12.

DELEGATES TO THE FIRST NATIONAL PEOPLE OF COLOR ENVIRONMENTAL LEADERSHIP SUMMIT. Conferência. **Principles of Environmental Justice**. 1996. Disponível em: <<https://www.ejnet.org/ej/principles.html>>. Acesso em: 01 out. 2018.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Herculano, Selene ; PACHECO, T. . Introdução: **“Racismo ambiental”, o que é isso?**. In: Selene Herculano; Tania Pacheco. (Org.). **Racismo Ambiental - I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006, v. , p. 21-28.

IBGE. FUNDAÇÃO. **CENSO 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>>. Acesso em: 02 out. 2018.

IBGE. FUNDAÇÃO. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

IBGE. Fundação. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano - 1972**. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

PORTO, MF., PACHECO, T., and LEROY, JP., orgs. **Injunção ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

SARLET, Ingo; FENSTERSEIFER, Tiago. **DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL: Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente**. 2ed. rev. E atual, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

DESENVOLVIMENTO E INJUSTIÇA AMBIENTAL EM EXAME REGIONAL: UMA ANÁLISE DO O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

OSWALDO MOREIRA FERREIRA

Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. oswaldomf@gmail.com

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. taua_verdan2@hotmail.com

Resumo: Em um cenário de achatamento da população, sobretudo aquela considerada como vulnerável, condicionada em comunidades carentes e bolsões de pobreza, diretamente afetada pelos passivos produzidos, diante das ambições de desenvolvimento econômico, constrói-se um ideário de justiça ambiental, buscando, a partir de um crescimento que conjugue anseios econômicos com preservação socioambiental, assegurar a conjunção de esforços a fim de minorar os efeitos a serem suportados. Justamente, nesta delicada questão, o presente debruça-se, ambicionando explicitar, a partir do exame da situação retratada no Distrito Industrial de São Joaquim, localizado no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, um cenário “propício” para o agravamento da injustiça social e ambiental, aguçando, ainda mais, os passivos socioambientais a serem suportados pelas populações diretamente afetadas pelo empreendimento.

Palavras-chaves: Injustiça Ambiental. Conflitos Socioambientais. Aterro Sanitário.

Abstract: In a flattening scenario of the population, especially those considered vulnerable, conditioned in poor communities and pockets of poverty, directly affected by the products liability, given the ambitions of economic development, it builds an ideology of environmental justice, seeking to from a growth combining economic aspirations with social and environmental preservation, ensure the conjunction of efforts to mitigate the effects to be supported. Precisely in this delicate matter, this focuses, aiming to explain, from the examination of the situation portrayed in the San Joaquin Industrial District, located in Municipality Cachoeiro de Itapemirim-ES, an “enabling” scenario for the worsening social injustice and environmental, sharpening, even more, the social and environmental liabilities to be borne by the population directly affected by the project.

Keywords: Environmental Injustice. Socio-environmental conflicts. Landfill site.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No decorrer das últimas décadas, em especial a partir de 1980, os temas associados à questão ambiental passaram a gozar de maior destaque no cenário mundial, devido, em grande parte, com a confecção de tratados e diplomas internacionais que enfatizaram a necessidade da mudança de pensamentos da humanidade, orientado, maiormente, para a preservação do meio ambiente. Concomitantemente, verifica-se o fortalecimento de um discurso participativo de comunidades e grupamentos sociais tradicionais nos processos decisórios. Observa-se, desta maneira, que foi conferido maior destaque ao fato de que a proeminência dos temas ambientais foi içada ao *status* de problema global, alcançado, em sua rubrica, não apenas a

sociedade civil diretamente afetada, mas também os meios de comunicação e os governos de diversas áreas do planeta. Tal cenário é facilmente verificável na conjunção de esforços, por partes de grande parte dos países, para minorar os impactos ambientais decorrentes da emissão de poluentes e os adiantados estágios de degradação de ecossistemas frágeis.

Nesse passo, a industrialização de pequenos e médios centros urbanos, notadamente nos países subdesenvolvidos, encerra a dicotomia do almejado desenvolvimento econômico, encarado como o refulgir de uma nova era de prosperidade em realidades locais estagnadas e desprovidas de dinamicidade, e a degradação ambiental, desencadeando verdadeira ecosteria nas comunidades e empreendimentos diretamente afetados. Por vezes, o discurso desenvolvimentista utilizado na instalação de indústrias objetiva, em relação à população diretamente afetada, expor tão somente os aspectos positivos da alteração dos processos ambientais, suprimindo as consequências, quando inexistente planejamento prévio, socioambientais.

Diante deste cenário, o presente, a partir do referencial adotado, busca conjugar uma análise proveniente do entendimento da justiça ambiental, colhendo das discussões propostas por Henri Acselrad, Selene Herculano e José Augusto de Pádua, sobretudo, no que se refere à caracterização de variáveis repetidas nos processos de instalação de empreendimento econômicos, em especial a população diretamente afetada. Ora, os conflitos socioambientais, advindos do agravamento da injustiça ambiental experimentada por comunidades, dá ensejo à discussão acerca do embate entre os princípios constitucionais do desenvolvimento econômico e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, ambos alçados à condição de elementos para materialização da dignidade da pessoa humana.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO VERSUS MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: O DISCURSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

O modelo de desenvolvimento liberal, estruturado no de individualismo econômico e mercado, consistindo na confluência de articulações entre a propriedade privada, iniciativa econômica priva e mercada, passa a apresentar, ainda na década de 1960, os primeiros sinais da problemática socioambiental. “Esse modelo de crescimento orientado por objetivos materiais e econômico puramente individualista, regido por regras jurídicas de natureza privada, dissociou a natureza da economia, alheando desta, os efeitos devastadores dos princípios econômicos na natureza” (FRAGA, 2007, p. 02). Entre o final da década de 1960 até 1980, o discurso, envolvendo a questão ambiental, explicitava a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais que eram dotados de maior interesse econômico, sobretudo no que se referia à exploração do petróleo. Verifica-se que a questão do meio ambiente estava cingida à preocupação com a sobrevivência da espécie humana, numa aspecto puramente econômico.

Diante da possibilidade do exaurimento dos recursos naturais dotados de aspecto econômico relevante, é possível observar uma crise civilizatória advinda não apenas da escassez daqueles, à proporção que são degradados, mas também em decorrência do modelo econômico adotado, o qual, por seu aspecto, desencadeou um desequilíbrio ambiental maciço colocando em risco a sobrevivência da espécie humana, assim como, na trilha dos efeitos produzidos, o aumento do desemprego pela mecanização dos meios de produção, a miséria e a marginalidade social. O processo predatório ambiental potencializa um cenário caótico urbano, verificado, sobretudo, nos grandes centros, com formação de comunidades carentes e favelas, reduto da população marginalizada, constituindo verdadeiro bolsão de pobreza.

Conforme Brown (1983, p. 05), as ameaças à civilização são provocadas pela erosão do solo a deterioração dos sistemas biológicos e esgotamento das reservar petrolíferas, além do

comprometimento de elementos essenciais à existência humana, como, por exemplo, acesso à água potável. Aludidas ameaças desencadeiam tensões ambientais que se concretizam em crises econômicas, causadas pela dependência de alguns países dos produtos alimentícios oriundos de outros países, bem como das fontes de energia produzidas pelos combustíveis fósseis. É possível, neste cenário, verificar que a crise socioambiental, surgida nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, devido à mecanização dos meios de produção e a dependência de recursos naturais, em especial matrizes energéticas (petróleo), de outros países, forneceu o insumo carecido para a construção da justiça ambiental, advinda da criatividade dos movimentos sociais forjados pela luta da população afrodescendente que protestava contra a discriminação causada pela maior exposição desta população aos lixos químicos, radioativos e indústrias geradoras de poluentes.

Pela moldura ofertada pela justiça ambiental, infere-se que nenhum grupo de pessoas, seja em decorrência de sua condição étnica, raciais ou de classe, suporte na parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. “Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedade desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 09).

O termo *justiça ambiental* afigura-se como uma definição aglutinadora e mobilizadora, eis que permite a integração de dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, corriqueiramente dissociados nos discursos e nas práticas. “Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente ao processo de globalização e reestruturação produtiva que provoca perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como todo” (ACSELRAD; HERCULANO, PÁDUA, 2004, p. 18).

Neste quadrante, mais que uma expressão do campo do direito, *justiça ambiental* assume verdadeira feição de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeito e entidades, tais como associações de moradores, sindicatos, grupos direta e indiretamente afetados por diversos riscos, ambientalistas e cientistas. Alier (2007, p. 35) colocou em destaque que, “até muito recentemente, a justiça ambiental como um movimento organizado permaneceu limitado ao seu país de origem”, conquanto o ecologismo popular, também denominado de ecologismo dos pobres, constituam denominações aplicadas a movimentos populares característicos do Terceiro Mundo que se rebela contra os impactos ambientais que ameaçam a população mais carente, que constitui a ampla maioria do contingente populacional em muitos países.

É aspecto tradicional dessas movimentações populares, a base camponesa cujos campos ou terras destinadas para pastos têm sido destruídos pela mineração ou pedreiras; movimentos de pescadores artesanais contra os barcos de alta tecnologia ou outras formas de pesca industrial que impacta diretamente o ambiente marinho em que desenvolve a atividade; e, ainda, por movimentos contrários às minas e fábricas por parte de comunidades diretamente atingidas pela contaminação do ar ou que vivem rio abaixo das instalações industriais poluidoras.

Em realidades nas quais as desigualdades alcançam maior destaque, a exemplo do Brasil e seu cenário social multifacetado, dotado de contradições e antagonismos bem peculiares, a universalização da temática de movimentos sustentados pela busca da justiça ambiental alcança vulto ainda maior, assumindo outras finalidades além das relacionadas essencialmente ao meio ambiente, passando a configurar os anseios da população diretamente afetada, revelando-se, por vezes, ao pavilhão que busca minorar ou contornar um histórico de desigualdade e antagonismo que se arrasta culturalmente. Trata-se, pois, de um discurso pautado na denúncia de um quadro de robusta injustiça social, fomentado pela desigual distribuição do poder e da

riqueza e pela apropriação, por parte das classes sociais mais abastadas, do território e dos recursos naturais, renegando, à margem da sociedade, grupamentos sociais mais carentes, lançando-os em bolsões de pobreza. É imperioso explicitar que os aspectos econômicos apresentam-se, no cenário nacional, como a flâmula a ser observada, condicionando questões socioambientais, dotadas de maior densidade, a um patamar secundário.

A partir das ponderações articuladas, verifica-se, no território nacional, o aparente embate entre a busca pelo desenvolvimento econômico e o meio ambiente ecologicamente equilibrado torna-se palpável, em especial quando a questão orbita em torno dos processos de industrialização, notadamente nos pequenos e médios centros urbanos, trazendo consigo a promessa de *desenvolvimento*. Neste aspecto, a acepção de “desenvolvimento” traz consigo um caráter mítico que povoa o imaginário comum, especialmente quando o foco está assentado na alteração da mudança social, decorrente da instalação de empreendimentos de médio e grande porte, promovendo a dinamização da economia local, aumento na arrecadação de impostos pelo Município em que será instalada e abertura de postos de trabalho.

“O grande atrativo aos centros urbanos faz com que o crescimento se dê de forma desordenada, gerando diversos problemas cuja solução passa pela implementação de políticas públicas, necessariamente antecedidas de um planejamento” (ARAÚJO JÚNIOR, 2008, p. 239). Constatase que o modelo econômico que orienta o escalonamento de interesses no cenário nacional, sobrepuja, de maneira maciça, valores sociais, desencadeando um sucedâneo de formas de violência social, degradação ambiental e aviltamento ao indivíduo, na condição de ser dotado de dignidade e inúmeras potencialidades a serem desenvolvidas. Todavia, não é mais possível examinar as propostas de desenvolvimento econômico desprovida de cautela, dispensando ao assunto um olhar crítico e alinhado com elementos sólidos de convicção, notadamente no que se refere às consequências geradas para as populações tradicionais corriqueiramente atingidas e sacrificadas em nome do desenvolvimento econômico.

É imperioso conferir, a partir de uma ótica alicerçada nos conceitos e aportes proporcionados pela justiça ambiental, uma ressignificação do conceito de desenvolvimento, alinhando-o diretamente à questão ambiental, de maneira a superar o aspecto eminentemente econômico do tema, mas também dispensando uma abordagem socioambiental ao assunto. A reestruturação da questão “resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (Acselrad, 2010, p. 108). Salta aos olhos que o processo de reconstrução de significado está intimamente atrelado a uma reconstituição dos espaços em que os embates sociais florescem em prol da construção de futuros possíveis. Neste espaço, a temática ambiental passa a ganhar maior visibilidade, encontrado arrimo em assuntos sociais do emprego e da renda.

Tal fato deriva da premissa que o acentuado grau de desigualdades e de injustiças socioeconômicas, tal como a substancializada política de omissão e negligência no atendimento geral às necessidades das classes populares, a questão envolvendo discussões acerca da (in) justiça ambiental deve compreender múltiplos aspectos, dentre os quais as carências de saneamento ambiental no meio urbano, a degradação das terras usadas para a promoção assentamentos provenientes da reforma agrária, no meio rural. De igual modo, é imperioso incluir na pauta de discussão o tema, que tem se tornado recorrente, das populações de pequenos e médios centros urbanos diretamente afetados pelo recente fenômeno de industrialização, sendo, por vezes, objeto da política de remoção e reurbanização. Ora, é crucial reconhecer que os moradores dos subúrbios e periferias urbanas, nas quais os passivos socioambientais tendem a ser agravados, em razão do prévio planejamento para dialogar o desenvolvimento econômico e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É mister que haja uma ponderações de interesses, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, conversando os interesses econômicos e a necessidades das populações afetadas de terem acesso ao meio ambiente preservado ou, ainda, minimamente degradado, de modo a desenvolverem-se, alcançando, em fim último, o utópico, porém sempre recorrido, conceito constitucional de dignidade humana. O sedimento que estrutura o ideário de desenvolvimento sustentável, como Paulo Bessa Antunes (2012, p. 17) anota, busca estabelecer uma conciliação a conservação dos recursos ambientais e o desenvolvimento econômico, assegurando-se atingir patamares mais dignos e humanos para a população diretamente afetada pelos passivos socioambientais.

De outro modo, denota-se que o fenômeno de industrialização nos pequenos e médios centros urbanos tem apresentado um discurso pautado no desenvolvimento. Trata-se de uma panaceia, na qual a possibilidade de injeção de capital na realidade local, proveniente da ampliação do aumento de arrecadação de tributos, tal como a *disfarçada* promessa de geração de postos de emprego e dinamização da economia, tem afigurado como importante pilar para o apoio de tais processos. “É assim que a força econômica das grandes corporações transformou-se em força política – posto que eles praticamente habilitaram-se a ditar a configuração das políticas urbanas, ambientais e sociais” (ACSELRAD, 2006, p. 31), obtendo a ampliação das normas com o argumento de sua suposta capacidade de gerar emprego e receitas públicas. Ao suprimir variáveis socioambientais, em especial a remoção de populações para comportar a instalação de empreendimentos industriais, tende a agravar, ainda mais, o quadro delicado de antagonismos sociais, nos quais a vulnerabilidade das populações diretamente afetadas agrava o cenário de injustiça ambiental.

A população, sobretudo aquela colocada à margem da sociedade, constituinte das comunidades carentes e favelas que materializam os bolsões de pobreza dos centros urbanos, é desconsiderada pela política econômica, alicerçada na atração do capital que, utilizando sua capacidade de escolher os locais preferenciais para a instalação de seus investimentos, forçando as populações diretamente afetadas a conformar-se com os riscos socioambientais produzidos pelo empreendimento instalado na proximidade de suas residências, alterando, de maneira maciça, o cenário existente. Tal fato decorre da ausência das mencionadas populações de se retirarem do local ou “são levadas a um deslocamento forçado, quando se encontram instaladas em ambientes favoráveis aos investimentos” (FRAGA, 2007, p.08).

A atuação das empresas é subsidiada pela ação do governo, no sentido de apresentar ações e conjugação esforços para o denominado *desenvolvimento sustentável*, agindo sob o argumento do mercado, objetivando promover ganhos de eficiência e ativar mercados, ambicionando evitar o desperdício de matéria e energia. Concretamente, a lógica em destaque não prospera, mas sim padece diante de um cenário no qual, devido à industrialização e instalação de empreendimentos, sem o prévio planejamento, há o agravamento da injustiça ambiental, em especial em locais nos quais a vulnerabilidade da população afetada é patente, havendo o claro sacrifício daquela em prol do desenvolvimento local. “A injustiça e a discriminação, portanto, aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 10).

3 INJUSTIÇA AMBIENTAL NO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM: UMA ANÁLISE

Em um primeiro momento, o conflito envolvendo a instalação do aterro sanitário de Cachoeiro do Itapemirim é um caso clássico de injustiça ambiental, como bem destacou o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (2018, s.p.). Ao lado disso, tradicionalmente, a política locacional de empreendimentos

altamente poluidores - como estações de tratamento de lixo, esgoto, incineradores, indústrias químicas e aterros sanitários - tem seguido a uma lógica estruturada na desigualdade social e de acesso às instâncias decisórias, que “opta” por áreas majoritariamente habitadas por minorias étnicas ou grupos sociais vulneráveis como áreas privilegiadas para receber tal espécie de instalação. A lógica norteadora busca estabelecer uma transferência para as populações mais vulnerabilizadas os custos sociais e ambientais advindos da produção capitalista e do modelo vigente de desenvolvimento e consumo.

Ao se analisar especificamente a situação retratada no distrito de São Joaquim, é importante destacar que o Estado assumiu uma atitude essencialmente formal em relação à participação da população local na autorização da instalação do aterro sanitário. “Entre 2007 e 2008, o Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) obedecendo à legislação ambiental vigente - realizou duas audiências públicas na localidade, para apresentar os detalhes do projeto” (FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ, 2018, s.p.). Segundo relatos dos moradores, as audiências desenvolvidas se caracterizaram como meras formalidades exigidas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. No mais, consoante o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil informa, perguntas direcionadas aos representantes do Poder Público não foram respondidas, análises técnicas que contrariavam os interesses do empreendedor não foram levadas em consideração e a implantação do projeto foi autorizada à revelia da oposição da população, claramente declarada durante as audiências. Nesse sentido, ainda, é importante consignar que, no decurso das audiências públicas, até mesmo informações incorretas foram transmitidas, objetivando convencer a população dos possíveis benefícios advindos da instalação do empreendimento.

Conforme relatos do empreendedor, o projeto do aterro sanitário não traria maiores consequências para a população local, nem mesmo atrairia animais, sendo uma alternativa “limpa” em comparação com os lixões tradicionais. Entretanto, reportagens divulgadas pela imprensa capixaba davam conta de que em outros aterros sanitários administrados pela mesma empresa eram comuns o vazamento de chorume, a presença de urubus e outros possíveis vetores de doenças infecciosas e a existência de doenças respiratórias na população do entorno. O que significava que os argumentos apresentados não condiziam com os fatos.

Essa atitude conivente diante do empreendedor e a negligência do Estado quanto a seu dever de fiscalizar e garantir da saúde coletiva e ambiental do lugar obrigou a população local a levar o caso à esfera jurídica, tendo em vista que na arena administrativa era visível que não haveria diálogo. Nesse sentido, é importante destacar o papel do Ministério Público enquanto guardião da lei e garantidor dos direitos difusos. Conforme a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), é papel do MP, entre outras coisas, agir no sentido da “prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos”. O principal instrumento do qual o Ministério Público dispõe para cumprir essa responsabilidade é a proposição de ações civis públicas (ACP). Acionado pela população local, o Ministério Público Estadual (MP-ES) ajuizou uma ação civil pública com pedido de liminar junto à Vara da Fazenda Pública Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, em agosto de 2008.

Em resposta a essa ACP, o magistrado da Vara da Fazenda Pública Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, concedeu liminar suspendendo a construção do aterro sanitário até julgamento definitivo da ação. Em maio de 2009, o mesmo juiz convocou moradores da localidade para uma audiência na qual iria realizar uma consulta pública junto à população do distrito, conforme informa o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2015, s.p.).

Isso significa que a resolução do conflito permanecia indefinida e, dadas à morosidade da justiça brasileira e a existência de grande número de possibilidades de recursos, não havia perspectiva de que isto acontecesse em um futuro próximo. Contudo, no dia 28 de janeiro de 2010, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) concedeu a liberação para a instalação do aterramento sanitário. Denota-se, em tal cenário, que a omissão do Estado, por mais uma vez, invisibilizou os grupos sociais vulneráveis que residem na região do Distrito de São Joaquim, reafirmando que as populações, sem voz e representatividade na arena administrativa da tomada de decisões, são os alvos mais comuns da injustiça ambiental e da degradação social em prol da instalação de empreendimentos, apesar dos ofuscantes riscos que o aterro sanitário causa para o seu entorno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda incipiente, a discussão consciente dos processos de industrialização e instalação de empreendimentos econômicos com potencial poluidor elevado, à luz de uma moldura caracterizada pela justiça ambiental, faz-se necessária. Em realidades nas quais as desigualdades alcançam maior destaque, a exemplo do Brasil e seu cenário social multifacetado, dotado de contradições e antagonismos bem caracterizadores, a universalização da temática de movimentos sustentados pela busca da justiça ambiental alcança vulto ainda maior, assumindo outras finalidades além das relacionadas essencialmente ao meio ambiente. Ao lado disso, em um território dotado de uma intrincada e complexa realidade social, na qual a segregação advinda da constituição de populações carentes, renegadas à margem da sociedade, formando bolsões de pobreza, é algo cada vez mais corriqueiro, salta aos olhos que o agravamento da injustiça social é uma realidade tangível, fruto da concentração histórica de renda e a suplantação de um contingente populacional robusto, atraído por promessas de desenvolvimento econômico. Sobretudo nas áreas urbanas mais frágeis, despidas de planejamento urbano, as quais passam a ser ocupadas desordenadamente por aqueles atraídos pela esperança de melhoria nas condições sociais vivenciadas.

Mais que isso, os conflitos envolvendo os lixões e aterros sanitários são casos emblemáticos da materialização de injustiça ambiental, pois a localização desses empreendimentos altamente poluidores, assim como, as estações de tratamento de esgoto, incineradores e indústrias químicas tem obedecido à lógica pautada na desigualdade social que elege as áreas majoritariamente habitadas por minorias étnicas, grupos sociais vulneráveis e populações de baixa renda como áreas privilegiadas para receber tais empreendimentos. Nesta esteira, a lógica busca transferir para as populações mais vulnerabilizadas os custos sociais e ambientais da produção capitalista e do atual modelo de desenvolvimento e consumo. Dessa forma, se consideram aceitáveis os riscos que estes empreendimentos representam para o meio ambiente local e para a saúde desta população. Essas áreas são conhecidas como zonas de sacrifício e em geral são destituídas de serviços públicos e infraestrutura estando bem distantes dos locais de habitação das camadas mais privilegiadas da sociedade.

REFERÊNCIA:

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 103-119. Disponível: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

_____. Território, localismo e política de escalas. In: _____; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves Bezerra (orgs.). *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. WALDMAN, Maurício (trad.). São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ARAÚJO JÚNIOR, Miguel Etinger de. Meio Ambiente Urbano, Planejamento e Cidadania. In: MOTA, Maurício (coord.). *Fundamentos Teóricos do Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em 07 nov. 2018a.

_____. *Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 07 nov. 2018b.

BROWN, Lester R. *Por uma Sociedade Viável*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CARVALHO, Márcia Aparecida Ribeiro de; SCHÜTZ, Gabriel Eduardo. Conflitos envolvendo lixões e aterros sanitários no Brasil: casos clássicos de injustiça ambiental. In: 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente. *ANAIS...*, 12-22 out. 2014. Disponível em: <<http://www.sibsa.com.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

FRAGA, Simone de Oliveira. *Justiça Ambiental como Espaço para Concretização da Cidadania*. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. *Mapas de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.3, n.1, Artigo 2, jan./abril 2008, p. 01-20. Disponível em: <<http://www.interfacehs.sp.senac.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

_____. Desastres Ambientais, vulnerabilidade social e pobreza. *Revista Nova América*, n. 111, s.d. Disponível em: <<http://www.novamerica.org.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

_____. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: *In: I Encontro Nacional da Anppas. ANAIS...*, 2002, Indaiatuba-SP, p. 01-15. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. Quando o desenvolvimento *outsider* atropela o envolvimento dos *insiders*: um estudo do campo de desenvolvimento no litoral do ES. In: *I Circuito de Debates Acadêmicos. ANAIS...*, 2011, p. 01-20. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

MEIRELLES, Sérgio. A Explosão Urbana. *Revista Ecologia e Desenvolvimento*, 2000, a. 10, n. 85, p. 12-19. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

VICENS, Raúl Sanchez. Geografia da Paisagem e ordenamento ambiental. In: BARBOSA, Jorge Luiz; LIMONAD, Ester (orgs.). *Ordenamento Territorial e Ambiental*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2012.

A ELETRIFICAÇÃO RURAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Thatiana de Andrade Figueira

*Pós-Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas - UFV
thatianafigueira@yahoo.com.br*

Napoleão Miranda

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Direito- UFF
napomir@gmail.com*

Cláudio Ribeiro Lopes

*Professor da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul - UFMS
Claudiolopes198@gmail.com*

Resumo: A energia elétrica é um dos elementos que motivam o desenvolvimento rural e contribuem para a diminuição das mazelas sociais de uma sociedade. Para tanto, dentro da proposta de recorte para a realização da pesquisa, utilizou-se, a aplicação de questionários semiestruturados como instrumento de coleta de dados no município de Paula Cândido, localizado na Zona da Mata Mineira. O trabalho é caracterizado como um estudo de caso. Optou-se pela aplicação de um questionário semiestruturado a moradores da zona rural de Paula Cândido que não possuem energia elétrica em sua propriedade. Ao total, 29 famílias aceitaram responder o questionário e participar da pesquisa além de um representante da concessionária de energia elétrica da região. Concluímos que o empresário privado não enxerga o cunho social como prioridade. O que ele enxerga é o resultado econômico-financeiro da empresa. Do lado dos moradores da região, o anseio é antagônico ao da empresa concessionária de energia elétrica.

Palavras-chave: Energia elétrica, espaço agrário, desigualdade social, questões econômicas, interesses antagônicos.

Abstract: Electricity is one of the elements that motivates rural development and contributes to the reduction of the social ills of a society. For this purpose, the application of semi-structured questionnaires was used as a data collection instrument in the municipality of Paula Cândido, located in the Zona da Mata Mineira. The work is characterized as a case study. It was decided to apply a semi-structured questionnaire to residents of rural Paula Cândido who do not have electricity in their property. In total, 29 families accepted to respond to the questionnaire and participate in the research, besides a representative of the electric power concessionaire of the region. We conclude that the private entrepreneur does not see the social aspect as a priority. What he sees is the economic-financial result of the company. On the side of the residents of the region, the yearning is antagonistic to that of the utility company

Key-Words: Electricity, agrarian space, social inequality, economic issues, antagonistic interests.

1. Introdução

A energia é um fator fundamental para a promoção do desenvolvimento em seu conceito mais amplo, servindo como fomentador de outras ações em termos de políticas para a inclusão social. Entretanto, o atual sistema de transmissão e distribuição de energia não apresenta grandes investimentos, além daqueles necessários para manter o fornecimento básico funcionando, muito embora a Lei nº 9.427, de dezembro de 1996, que institui a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para fiscalizar e incentivar investimentos tanto na área urbana quanto na área rural.

Desta maneira, produtores e moradores, de maneira geral, que encontram-se mais afastados dos centros urbanos e proprietários ou moradores de/em pequenas propriedades são os mais afetados, uma vez que possuem menor acesso a recursos alternativos de fornecimento de energia elétrica.

Tendo como meta principal o aumento do índice de eletrificação em propriedades rurais, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Eletrificação Rural (PNER), que em 1999 passou a ter como meta o acesso à energia elétrica de forma regular e segura a 1.000.000 propriedades e domicílios rurais no período de quatro anos, alcançando aproximadamente 5.000.000 de pessoas. No final de 2003, foi lançado o Programa Luz para Todos, com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica até 2008, sendo estimado o número de 12 milhões de pessoas a serem beneficiadas (CEPEL, 2005).

Entretanto, quando comparadas, as áreas entendidas como rural e urbana, de acordo com dados do IBGE (2010), 89,7% da população rural tem energia elétrica frente a 99,1% das áreas urbanas. Ou seja, se por um lado existe um Brasil rural onde o capitalismo encontra-se avançado a agricultura é moderna e a produção agropecuária conduzida por empresas rurais que incorporam mecanização e tecnologia, por outro, existe um Brasil de pequenas e micro propriedades voltadas para a produção de autoconsumo que precisa ser desenvolvido.

A energia elétrica é um dos elementos que motivam o desenvolvimento rural e contribuem para a diminuição das mazelas sociais de uma sociedade. Afinal, a presença da energia elétrica pode também favorecer outras ações transversais, como as ligadas à saúde, educação, oportunidades de geração de renda, obtenção de crédito, entre outras necessárias para a redução das desigualdades sociais.

Além disso, o acesso permite além de possibilidade de uso doméstico, maior inclusão social e digital que, conseqüentemente, resulta no aumento da qualidade de vida e, no meio rural, ainda, no aumento da possibilidade da produtividade agrícola (Ribeiro; Santos, 1994; Camargo; Ribeiro; Guerra, 2008).

Assim sendo, devido a grande importância que tem a eletrificação rural, seja em termos econômicos seja em termos sociais, na sociedade de maneira geral, principalmente de ser uma ferramenta para a minimização da desigualdade social, o presente artigo objetivou-se levantar as problematizar a questão da desigualdade social fruto da ausência da energia elétrica no espaço agrário. Para tanto, dentro da proposta de recorte para a realização da pesquisa, utilizou-se, a aplicação de questionários semiestruturados como instrumento de coleta de dados no município de Paula Cândido, localizado na Zona da Mata Mineira.

Além desta introdução, o estudo é dividido em mais quatro seções. Primeiro se introduz a unidade de estudo e os métodos empregados. Posteriormente apresentam-se a comunidade, depois abordam-se a questão da desigualdade social e, por fim, são expostos e discutidos os principais resultados encontrados. Por fim, apresentam-se as principais conclusões através desta pesquisa.

2. Método

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2017, no município de Paula Cândido – Minas Gerais. O trabalho é caracterizado como um estudo de caso que, segundo Ventura (2007), trata-se de um aporte metodológico utilizado na investigação de casos específicos, bem delimitados e contextualizados para a obtenção de informações acerca do objeto de estudo. Para a execução de um estudo de caso, é possível tanto a utilização de metodologias quantitativas quanto qualitativas (YIN, 2001).

Neste caso, optou-se pela aplicação de um questionário semiestruturado a moradores da zona rural de Paula Cândido que não possuem energia elétrica em sua propriedade. Neste tipo de questionário, combinam-se perguntas fechadas e abertas, dando ao entrevistado a oportunidade de discorrer sobre o assunto proposto (BONI; QUARESMA, 2005). Com isso, torna-se possível a maior riqueza de detalhes acerca do campo estudado.

Foi utilizado, também, o diário de campo referente a sete dias de visita à comunidade para a aplicação dos questionários e maior entrosamento com as famílias a fim de se conhecer melhor a realidade das famílias pesquisadas. Ao total, 29 famílias aceitaram responder o questionário e participar da pesquisa além de um representante da concessionária de energia elétrica da região.

Para a sistematização dos dados coletados utilizou-se o uso do Programa SPSS, programa estatístico que permitiu a clareza das informações como sustento para os resultados e as discussões do presente artigo.

2.1 Caracterização da área de estudo

Este estudo foi realizado no município de Paula Cândido, Minas Gerais. O município possui área territorial de 269 Km² e população estimada em 2007 de 9.086 habitantes (IBGE, 2008). Segundo o IBGE (2010), 43% da população residia na zona urbana e 57% na zona rural; 41% das famílias do município possuíam rendimento de até um salário mínimo e 37,7% não apresentavam nenhum rendimento mensal. Além disso, pode ser observada uma distribuição desigual de renda e de serviços no município. De acordo com o IBGE (2008), 20% dos mais pobres detinham 4,6% da renda municipal, enquanto os 20% mais ricos acumulavam 51,7% da renda. Quanto ao acesso a serviços básicos, 88,9% possui água encanada, 68,7% energia elétrica e 93,8% (apenas domicílios da zona urbana) dispunha de coleta de lixo (PNUD/IPEA/FJP, 2000; IBGE, 2008).

3. A questão da desigualdade

O tema da desigualdade é complexo e passível de várias análises. Pode ser um tema que se inscreve no registro da diferenciação social, assim sendo, é preciso pensar na teoria das classes sociais. Pode, também, se inscrever no registro da apropriação diferenciada da riqueza e dos ensejos de vida, em relação direta com as atuais sociedades da exclusão social.

As correntes do pensamento social traduzem modalidades de organização da existência. O homem é um ser que habita e que constrói, em representações sociais, No que concerne ao sistema social, há dois tipos de desigualdades que parece importante distinguir. A primeira modalidade é própria das sociedades tradicionais e que persiste ainda hoje em muitos meios sociais, talvez com maior frequência no meio rural, embora não somente. Neste caso, cada um vivia segundo a sua condição numa situação em que o sentimento de injustiça nem sequer tinha muito espaço para se afirmar e atuar. Quem detinha a riqueza possuía também o sentimento de que a merecia. A tese weberiana da ética protestante e do espírito do capitalismo

é bem elucidativa a este respeito. As representações sociais da época davam sentido ao que a exploração econômica produzia na estrutura social.

Há, entretanto, um segundo tipo de desigualdades sociais. O sistema constituído pelas sociedades contemporâneas envolve termos contraditórios. Se as pessoas são formalmente livres (gozando, em tese, dos mesmos direitos civis); não possuem as mesmas condições de existência. Aí radica o aparecimento das classes sociais. A contradição entre liberdade e igualdade (contradição presente em todas as épocas) atravessa particularmente as sociedades atuais e condiciona o espaço da cidadania.

O Estado vem se retirando de vários setores da vida social, em especial nos últimos dois anos, deixando um espaço aberto a um individualismo que destrói qualquer tentativa de ação coletiva e permite o desenvolvimento do sofrimento em diversos segmentos da população. A globalização é um fenômeno que agrava o contexto na medida em que justifica a estrutura em caráter da dimensão mundial (econômica e política) num processo de desresponsabilização dos Estados lançando mão da vertente do mercado. Atribuindo ao mercado a responsabilidade do desenho atual social em função da economia e da política mundializada. Neste sentido, a desigualdade não é apenas um efeito perverso. É o próprio funcionamento das sociedades que lança na pobreza e na exclusão social grandes segmentos da população.

Sobre a questão da desigualdade, o desdobramento linear que mais é discutido é sobre a pobreza e a exclusão social. A pobreza, talvez, seja a que mais demonstre a desigualdade social, uma vez que é a primeira consequência identificada entre os que possuem as melhores condições financeiras e os que não possuem nada ou possuem pouquíssimo.

De acordo com Barros et al (2001, p. 1) "o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres"., o que é resultado de uma elevada concentração de renda e da exclusão econômica e social (Novara, 2013). Em muitos países da América Latina, incluindo o Brasil, a pobreza e a desigualdade são fenômenos que apresentam caráter estrutural, persistindo ao longo do desenvolvimento histórico-social que perduram desde o período da colonização (Siqueira-Batista, 2007), sendo agravados pela globalização, cuja característica central é a dependência econômica (Wanderley, 2006).

Historicamente a pobreza tem sido relatada a partir da renda, a qual permanece o centro para sua concepção ainda hoje (Townsend, 2006). Contudo, muitos autores têm criticado tal abordagem, pelo seu caráter reducionista, admitindo que pobreza e desigualdade social são fenômenos complexos, multidimensionais e dinâmicos e, portanto, as estratégias para sua redução devem transcender a discussão sobre crescimento econômico e redistribuição monetária (Siqueira-Batista e Schram, 2005; Marsiglia et al, 2005; PNUD, 2005).

As desigualdades sociais são enormes no Brasil e os custos que a maioria da população tem de pagar são muito altos. Do ponto de vista político, o avanço do desenvolvimento econômico só favoreceu alguns setores, não levando em consideração os reais problemas da população. A pobreza do povo brasileiro aumentou, especialmente nos dois últimos anos, aumentou assustadoramente e a população pobre tornou-se mais miserável do que era, sendo representada em milhões de pessoas que vivem na pobreza absoluta que sobrevivem apenas com $\frac{1}{4}$ de salário mínimo no máximo, apresentando uma realidade de mais da metade da população brasileira que não possui recursos para a sobrevivência básica, como o caso da ausência de energia elétrica. Ainda, um número grande a ser considerado de pessoas desempregadas que vivem em condições mais precárias ainda que a dos assalariados.

Vale lembrar, que a desigualdade não é expressa pela apresentação da pobreza singularmente. Ao contrário, quando a pobreza é comparada com a riqueza e a distribuição não acontece

de maneira equilibrada. Nesse sentido, vale dizer que no Brasil há, também, uma parcela da população muito rica que ocupa apenas 4% da população total.

É certo que a situação de desigualdade social constitui forte entrave ao desenvolvimento humano, entretanto, o seu enfrentamento por meio de políticas públicas devem ultrapassar a abordagem econômica na direção de contribuir para a formação de uma população, antes caracterizada como pobre e miserável para uma população portadora de direitos e deveres, sabedora de seu lugar no mundo.

4. Desenvolvimento e Políticas Públicas

O processo de desenvolvimento, entendido como aquele que considera aspectos socioculturais e tecnológicos e, especialmente, a participação dos atores sociais no planejamento e ações que constituem a transformação, implica em mudança de valores, regras, atitudes e compartilha da importância da capacidade de escolha. A cultura ocidental, por exemplo, promove valores que levam o indivíduo a desejar o desenvolvimento com muito mais ansiedade do que naquelas culturas mais tradicionais, onde a introdução de tecnologias enfrenta maiores obstáculos. Neste sentido, três questões se destacam na composição da problemática referente à introdução de novas tecnologias, associadas aos sistemas de geração de eletricidade, na vida das comunidades, conforme Serpa :

O primeiro aspecto diz respeito ao processo de mudança decorrente do desenvolvimento tecnológico. O segundo, se refere ao planejamento e gestão dos projetos e dos programas de difusão da tecnologia. O terceiro, ao desenvolvimento das ações de difusão¹ da tecnologia. (SERPA, 2001).

Entendendo que o desenvolvimento não é apenas a apropriação de tecnologias, e sim um processo que remete ao engendramento dos aspectos culturais, sociais e tecnológicos, Amartya Sen, (1993) argumenta que a ação política - projetos e programas de desenvolvimento - devem ter o objetivo de ampliar a capacidade das pessoas de serem responsáveis por atividades e estados valiosos e valorizados, ou seja, na linha de uma ética da capacidade. Disso decorre a orientação de que uma boa ação pública não é aquela que distribui bens a receptores passivos, mas aquela que amplia as escolhas das pessoas e promove suas capacidades, principalmente sua capacidade de criação e escolha.

O foco em distintas capacidades humanas implica um enfoque pluralista, pois “as coisas que as pessoas consideram valiosas fazer, ou ser, podem ser muito diversas, e as capacidades valiosas variam desde a liberdade elementar, tais como livrar-se da fome e da desnutrição, até capacidades complexas, tais como a obtenção do auto respeito e a participação social” (SEN, 1993:332). Essa discussão remete à idéia de que o desenvolvimento tem um significado bem mais amplo que o de crescimento econômico, que significa mero aumento da riqueza tangível ou física.

Neste sentido, em 1980, o relatório “Brand Comission”, da ONU, referia que “desenvolvimento é mais do que a passagem da condição de pobre para a de rico, de uma economia tradicional rural para uma sofisticada: carrega ele consigo não apenas a idéia da melhor condição econômica, mas também a de maior dignidade humana, mais segurança, justiça e equidade” (KLERING et al.,1998:6 apud SERPA, 2001, p.11).

Em relação ao planejamento e gestão, trabalhos de avaliação acerca da difusão da tecnologia de geração de energia em áreas rurais de países em desenvolvimento têm indicado problemas na implementação dos projetos, implicando em fracassos, que não estão relacionados diretamente com a tecnologia, mas com a ausência de metodologias que considerem os aspectos

socioculturais e a participação dos atores sociais, desde o planejamento até a implementação e operação dos sistemas (MORANTE, 2004).

Para além dessas questões, autores destacam que os problemas estão também relacionados ao fato de muitos projetos terem sido planejados sem participação dos atores sociais, sem pesquisa de campo sobre as demandas de energia e as formas de organização das comunidades. Com esse tipo de encaminhamento, os projetos são elaborados em gabinete, conforme modelo padrão, pelo qual estão definidos os consumos genéricos de energia, o suposto envolvimento da comunidade e sua aceitação como decorrência lógica dos benefícios hipotéticos do programa. Projetos que preveem as etapas de monitoramento são raros, apesar destas se constituírem em ações necessárias à própria sustentabilidade do projeto. Essas considerações são negligenciadas dados os custos das avaliações sobre o desempenho técnico dos sistemas instalados e sobre a satisfação dos atores sociais para com a tecnologia (SERPA, 2001; MORANTE, 2004).

Poucos são os projetos em que o programa é pensado como um processo de aprendizagem em via de mão dupla, uma constituída pelo usuário, individual ou coletivo, que passa a compreender a tecnologia, sentir-se parte de sua construção e elaborar internamente as mudanças culturais cabíveis; e outra apreendida pelo planejador, que ao entender a cultura local, mobiliza seu conhecimento técnico em função das demandas da comunidade, em todas as suas especificidades, até que essa nova tecnologia seja absorvida pelo sistema cultural da comunidade e gerida por ela (SERPA, 2001).

5. Resultados e Discussão

A partir dos dados coletados, fez-se um levantamento do perfil socioeconômico dos residentes do nosso campo, desprovidos de energia elétrica em seu local de moradia, sendo este local tanto de moradia quanto de reprodução de atividades laborais. Ao total, 55,1% são do gênero feminino e 44,9% do gênero masculino. A faixa etária predominante foi de 25 - 39 anos, 48,07%, 27,96% possuem entre 18 e 24 anos, 8,87% possuem entre 40 e 49 anos e 15,10% possuem mais de 50 anos.

Os dados obtidos revelam que o fornecimento de energia elétrica na região é desigual e a ausência da mesma já é algo naturalizado pelos participantes da pesquisa. Na fala de uma participante da pesquisa:

“Nos já tá acostumada. O mais difícil é no frio. Mas nós usa lenha. Tem a vontade.”

Quando questionada sobre além da vida doméstica, com relação ao desenvolvimento do trabalho ou da possibilidade de geração de trabalho, caso houvesse energia elétrica, a resposta foi:

“Aí seria diferente, né? Aí, sim, dava para pensar em trabaiá direito”.

Os dados da pesquisa mostram que o anseio maior dos entrevistados para o uso da energia é pela aquisição do refrigerador, ou da geladeira em função da vocação de produção da região que é a pecuária de leite, om os produtos do leite *in natura* e dos produtos derivados, como o requeijão, a manteiga e o doce de leite.

Em algumas respostas encontramos, também, o anseio da energia elétrica para que seja colocada em prática a irrigação. O processo de irrigação utilizado na região de pesquisa é a feita por via do gotejamento, entretanto, para que a água saia do rio rumo à produção vegetal que necessita de irrigação, os produtores contam com o auxílio de uma bomba que precisa de energia elétrica para o seu funcionamento. Por ser uma região caracterizada por minifúndios e a condução dos trabalhos agrícolas pela modalidade familiar, observamos que nas propriedades há múltiplas

atividades sendo produzidas, em escala reduzida, mas em grande variedade. Na fala de um participante da pesquisa:

“Nós tem de tudo um pouco. É galinha e horta pro gasto. É leite pra venda e pro gasto. Tem porco, café, fruta. A irrigação aqui ia ajudar e muito...e também pra armazenar...isso falta mesmo”.

Quando recorremos à literatura para compreender a proposta da analogia entre a ausência da energia elétrica ocasionando ou, ainda, impulsionando a questão da desigualdade social, reproduzimos a mesma indagação de SAUNIER (1992), “qual é o impacto da eletrificação rural como vetor de desenvolvimento?”.

Ramani (1992) classifica a eletricidade como uma das opções entre as diferentes formas de uso da energia no contexto do desenvolvimento rural. E quando falamos em desenvolvimento rural, vale a pena ressaltar que este desenvolvimento requer uma transição das fontes tradicionais para as formas de energia de melhor qualidade e maior rendimento. Na zona rural, em específico, entretanto, é difícil conhecer o desenvolvimento sem a participação da energia elétrica (SHANKER, 1992).

É que expressa a fala de um jovem, morador da região pesquisada que ao participar da pesquisa, expressou:

“O lugar tem nossa história. Começa lá atrás, fomo tudo criado aqui. Nesse mesmo terreno. Até aquelas casas lá de cima. Mas criado é uma coisa. Ter dignidade é outra coisa. Do lado de lá, os cumpanheiro já largaram tudo. Como que melhora se nem luz tem? Como que pensa em ficar e tocar o trabalho do vô e do pai se nos não encontra vontade de ficar?”

Continuou:

“Eu não saí, mas não demora. Já avisei mãe. Nos precisa pensar em miorá, crescer, desenvolver que fala, né? Porque isso aqui tem futuro não...”

A concessionária que atende a região alegou prejuízos, uma vez que a remuneração via tarifa sempre foi insuficiente para retornar o investimento feito em linhas de distribuição apesar de recursos disponíveis em programas do Governo Federal. A falta de atratividade do mercado rural para as empresas de energia elétrica e o desenvolvimento de modelos de gestão para a eletrificação rural centrado na concessionária resultou, durante anos, em altos custos médios de ligação, inviabilizando o acesso dos moradores de baixa renda à luz elétrica. Isso tem reflexo nos baixos índices de eletrificação rural do país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, como apresenta Kurahassi, (2001).

Outro participante da pesquisa, falou:

“Tenho um capãozinho de café e milho. Mas sem luz não gira nada. A vida toda tomando banho de bica e, por causa das dificuldades, eu queria até mudar para a rua.”

Nesse sentido, o Governo Federal lançou o Programa Luz para todos que explicita que deve haver as chamadas ações integradas de desenvolvimento rural, envolvendo outros órgãos para os objetivos de uso racional e produtivo da energia, aumento da capacidade produtiva, aumento da produtividade. A pretensão com a chegada da luz elétrica é aumentar o emprego e a renda, melhorar a qualidade de vida e conter o êxodo rural.

Conclusão

O artigo propõe-se a refletir a respeito da desigualdade social de uma comunidade rural da Zona da Mata Mineira, levando em consideração uma variável: a ausência da energia elétrica. Através do representante da concessionária de energia elétrica, observou-se que não há valorização da eletrificação rural, portanto, os funcionários não se sentiam confortáveis em favorecer ou se empenhar em projetos rurais. Concluímos que o empresário privado não enxerga o cunho social como prioridade. O que ele enxerga é o resultado econômico-financeiro da empresa.

Do lado dos moradores da região, o anseio é antagônico ao da empresa concessionária de energia elétrica. Há uma insatisfação com a ausência e uma atribuição linear ocasionada por essa ausência pelas dificuldades reais de vida doméstica e exercício de atividade laboral.

A invisibilidade do cunho social na interação que a pesquisa estabeleceu com a empresa concessionária explica o fato da comunidade não ter acesso a energia elétrica. O mesmo cunho social, hierarquicamente prioritário na fala massiva dos moradores da região nos permite concluir que a visão antagônica da hierarquia de prioridades para ambos os grupos é o grande alavancador da desigualdade social no contexto de pesquisa. O olhar prioritário para os elementos de ordem econômica em contraponto para o olhar prioritário para os elementos de ordem social urge ser equilibrados para que haja achatamento da desigualdade social, nesta variável da energia elétrica.

Bibliografia

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

CAMARGO, Ednaldo; RIBEIRO, Fernando S.; GUERRA, Sinclair M. G. O programa Luz para Todos: metas e resultados. Espaço Energia, v. 9, p. 21-24, 2008.

CEPEL (2005) Análise Sintética de Impactos: Uma contribuição para a Universalização do Acesso à Energia Elétrica – Ceará/COELCE in Relatório Técnico CEPEL nº 32583, Projeto 1437.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: . Acesso em: 27 jun. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades @ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso 18 de maio de 2008.

Marsiglia RMG, Silveira C, Carneiro Jr N. Políticas sociais: desigualdade, universalidade e focalização na saúde no Brasil. Saúde e Sociedade 2005; 14(2):69-76.

MORANTE, Federico B. T. Demanda de energia elétrica e desenvolvimento socioeconômico: o caso das comunidades rurais eletrificadas com sistemas fotovoltaicos. 311 p., 2004 Tese (Doutorado) – Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo.

Novara E. Promover os talentos para reduzir a pobreza. Estudos Avançados 2013; 17(48):101-23.

KURAHASSI, L. F. A eletrificação rural em São Paulo: custos e padrões. 2001. 90 p. (Dissertação de Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano. Brasil 2005. Racismo, pobreza e violência; 2005.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>.

RAMANI, K. V. Rural Electrification in Bangladesh. In: Rural Electrification Guidebook for Asia and Pacific, Edited by G. Saunier, Bangkok, 1992.

SAUNIER, G. Overview and Guidelines for Rural Electrification. In: Rural Electrification Guidebook for Asia and Pacific, Edited by G. Saunier, Bangkok, 1992.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. Lua Nova, São Paulo, n.28- 29, Apr. 1993. Disponível em: . Acessado em: 29 Junho de 2012.

SERPA, Paulo N.. Eletrificação Fotovoltaica em Comunidades Caiçaras e seus Impactos Socioculturais. Tese de Doutorado. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2001/teses/2001.htm>. Acessado em maio de 2009.

SHANKER, A. Rural Electrification Guidebook for Asia and Pacific, Edited by G. Saunier, Bangkok, 1992.

Siqueira-Batista R, Schramm FR. A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. Revista Ciência & Saúde Coletiva 2005; 10(1):129-42.

Siqueira-Batista R, Schramm FR. A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. Rev C S Col 2007; 10(1): 129-142.

Townsend, P. What is poverty? An historical perspective. Journal Poverty in Focus [serial on line] 2006 dec [cited 2007 may 04]; [about 2p.]. Available from: http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCPoverty_in_Focus009.pdf.

VENTURA, Magda M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Revista da SOCERJ, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

Wanderley MB. Sistema de Informação em gestão social. Estudos Avançados 2006; 20 (56):149-58.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GT: 3 - O Futuro da sexualidade a partir do Direito

Coordenadores: Eder Fernandes Monica e
Carla Appolinário de Castro

TRILHA TRANSCARIOCA : GESTÃO E MOVIMENTO DAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO

SILVA, Isabel R.C.Caetano

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF)
isabelcaetano.uff@gmail.com

SIMON, Alba

Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF)
albasimon7@gmail.com

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada a partir da observação de encontros, eventos e reuniões dos conselhos participativos vinculados a gestão de áreas protegidas da cidade do Rio de Janeiro. Acompanhamos, dessa forma, o início da implementação da Trilha Transcarioca, projeto que se apresenta como ferramenta de conservação, mobilizado por atores engajados na gestão pública, com a parceria dos setores do turismo ecológico e ONGs ambientalistas. Procurando somar-se às reflexões sobre formas de pertencimento erigidas em relação ao campo ambiental, este trabalho se propõe a discutir os ideários conservacionistas presentes na atuação dos envolvidos na TT, na adesão e, principalmente, no recrutamento para o voluntariado – construindo assim, uma espécie de conversão.

Palavras-chave: Mosaico Carioca. ONGs ambientalistas. Conflitos socioambientais. comunidade transcarioqueira . voluntariado

ABSTRACT

This article is the result of a research done from the observation of meetings, events and meetings of the participatory councils linked to the management of protected areas of the city of Rio de Janeiro. In this way, we started the implementation of the Transcarioca Trail, a project that presents itself as a conservation tool, mobilized by actors engaged in public management, with the partnership of the ecological tourism sectors and environmental NGOs. Looking to add to the reflections on the forms of belonging established in relation to the environmental field, this paper proposes to discuss the conservationist ideas present in the work of those involved in the TT, in the adhesion and, especially, in the recruitment for volunteering. conversion.

Keywords: Carioca Mosaic. Environmental NGOs. Socio-environmental conflicts. community. volunteering

Comeford (2002) descreve as reuniões como eventos multidimensionais cuja análise possibilita a compreensão da rede de relações que atravessa a estrutura formal das organizações, da distribuição de poder bem como das múltiplas concepções relativas às organizações estudadas. Esse foi o nosso ponto de partida para analisar e compreender os conflitos emergentes e os interesses em jogo a partir da implementação da “Trilha Transcarioca”. Procuramos observar origem, ações e as respectivas formas de mobilização dos agentes sociais neste campo de tensões sociais e sua implicação na gestão das políticas públicas socioambientais.

1. Descrição

A Trilha Transcarioca (TT) é um projeto que se apresenta como ferramenta de conservação e gestão das Unidades de Conservação (Ucs) da Cidade do Rio de Janeiro. O percurso de 180 km se estende da Barra de Guaratiba até o Pão de Açúcar, passando por várias áreas protegidas, entre eles os Parques Municipais, o Parque Natural Municipal de Grumari; Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca, conectando o Parque Estadual Branca (PEPB) e o Parque Nacional da Tijuca (PNT) até chegar ao Monumento Natural Municipal dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca (MONA).



(Acervo da Trilha Transcarioca,2017)

Ao longo do trajeto, a Transcarioca guia o caminhante com suas marcas de sinalização pintadas em preto e amarelo nas árvores, pedras e placas. A logomarca é o Cristo Redentor com uma mochila nas costas no centro da pegada de uma bota. Tais categorias semióticas acionam tanto a representação do símbolo da cidade do Rio de Janeiro quanto os principais atores que as imaginaram, inspiraram, consolidaram e estão à frente do seu processo de institucionalização: o movimento de ambientalistas e montanhistas.



(Acervo da Trilha Transcarioca,2017)

No livro *Todos os passos de um sonho* (2000), Pedro Menezes¹ conta como foi a idealização do projeto, as inspirações em relatos dos estrangeiros visitantes desde o século XIX, e o desejo de caminhar por todas as áreas florestadas da cidade por meio de uma trilha ecológica. As práticas do montanhismo como ferramenta para a conservação aparece em destaque no discurso de idealização. “Conhecer para preservar” é o lema do projeto que traz a ideia do uso recreativo da natureza como formação de “consciência ecológica” (CARVALHO, 2006) e uma possibilidade de aumentar cada vez mais a quantidade de pessoas interessadas em participar de alguma forma pela causa ambiental.

As principais lideranças do projeto são os representantes da Conservação Internacional (CI) e da Federação de Montanhistas do Rio de Janeiro (FEMERJ)², ambas foram as interlocutoras nas reuniões em que estivemos presentes, e articuladoras de eventos³ envolvendo a TT e outras Trilhas de Longo Curso e o montanhismo no Rio de Janeiro.

Em 1997 o traçado da Trilha Transcarioca saiu do plano do imaginário e transformou-se em política pública dos órgãos ambientais brasileiros, quando virou projeto da Secretaria de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro (SMAC), apresentado ao público pela primeira vez no Congresso e Exposição Mundial de Ecoturismo - *Word Ecotur 97*, sediado no Riocentro, na Barra da Tijuca. A trilha foi inaugurada em 2017 e está ainda em processo de implementação. De acordo com informações oficiais, atualmente a Transcarioca conta com o apoio de trinta e dois (32) grupos de montanhismo da cidade e aproximadamente 800 voluntários inscritos.

“Converter para conservar”: o resgate de almas conservacionistas

As ações do MTT são impulsionadas por redes colaborativas e por trabalhos voluntários, sendo o conservacionismo o nicho central da teia de relacionamentos que engloba o grupo. Entre os diversos valores conservacionistas, vale destacar as experiências em ambientes naturais da caminhada como caráter de conversão para o conservacionismo. O plano estratégico idealizado é “criar mecanismos que transformem os maiores inimigos desses parques - o homem e o crescimento da cidade - em seus aliados”. (Menezes, 2000, pg15) Com o objetivo de formar um grupo de pressão que busca transformar seus pressupostos em políticas públicas de conservação com o fim de alcançar uma demanda existente da sociedade. Se identificam como um projeto capaz de acionar experiências transformadoras convertendo cidadãos urbanos em guardiões da natureza. Essa conversão se dá a partir de uma conexão emocional proporcionada através do convívio coletivo com a natureza.

Kika Brandford sempre está presente nas reuniões do MTT e a identificamos como umas das principais representantes do Movimento. Nesta entrevista, avalia as experiências da caminhada como um “despertar” para o conservacionismo.

“Então, eu comecei a escalar, a praticar o montanhismo de um modo geral e desenvolveu essa conexão com as montanhas em particular e com o ambiente natural de um modo em geral e me despertou o interesse de promover a conservação nessas áreas, de cuidar, de ter certeza que as pessoas estão usando e visitando de uma maneira em que vai ter um impacto local.” (Kika Brandford, em entrevista 2017)

A máxima: “conhecer para preservar” é acionada para fazer valer os pressupostos da educação ambiental. Nesse sentido, Educação Ambiental é trabalhada como um instrumento aplicá-

1 Diplomata, escritor, geógrafo, coordenador geral de uso público do ICMBio e coordenador geral de comunicação do Movimento Trilha Transcarioca). No livro: “*Todos os passos de um sonho*”, Pedro Menezes traz as suas inspirações para a construção da Trilha.

2 A FEMERJ responde institucionalmente pela TT enquanto ela ainda não é ou não for entidade jurídica. A federação tem representantes nos Conselhos de Consulta pública realizada pelo órgãos ambientais estatais.

3 Promoveu uma seleção e também enviou representantes para intercâmbios de Trilha de Longo Curso promovidos pela CI-Brasil, a viagem de *Bechmarketing* na Rota Vicentina e o intercâmbio com a Cerros de Bogotá.

vel à sujeitos desprovidos de “consciência ecológica” atestada por base dos valores morais do conservacionismo. (CARVALHO, 2006) André Ilha⁴ também expõe essa ideia, que inclusive é o lema da TT, como parceiro da conservação. O contato direto com a natureza como forma de “conhecer para compreender” e assim “preservar” se refere ao caráter transformador do “contato direto com as áreas naturais protegidas”

“Lembro o seguinte, um pesquisador da Universidade do Colorado, no ano passado, me falou o seguinte: Um dia bem vivido dentro do parque nacional tem o caráter transformador muito maior do assistir a mil seções do Animal Planet.(fala de André Ilha, 2016)

A categoria de “transformação pessoal” utilizada por André Ilha evoca o conceito de conversão, que é possível de ser feita a partir da experiência positiva numa área natural protegida – no parque natural. O resultado desse efeito é o trabalho em prol da área de seu envolvimento – ele quis dizer a dedicação voluntária – que só é possível depois desse processo, em uma espécie de *conservacionização*⁵. Para Peirano (2003), através dos ritos a sociedade toma consciência de si, se recria, se afirma. Rituais e representações são par indissociável. Contudo, para que sobrevivam é necessário que haja uma comunidade moral, unida em torno de valores. Isso nos lembra a contribuição teórica de Henry Thoreau (1985), um ícone da conservação. Ele leva a ideia de conservação da natureza para um outro patamar ao colocar a vivência e a prática como centro do conservacionismo.

O propósito em comum, a crença, o sentimento de pertencimento e a sacralidade na natureza como portal de transformação de si se sobressaem no estudo. Isso colabora na construção da imagem como guardiões do espaço natural, os que detêm o poder de demarcar fronteiras entre “inimigos” e “amantes” da natureza, os que diferenciam interesseiros de altruístas, homens bons dos maus. Essa visão possibilita a elaboração ética identitária que associa a primazia do indivíduo a um discurso *ecologicamente correto; ecologicamente espiritualizado* (Silveira, 2010) associado a “gente de bem” e pertencente ao “público da Transcarioca”, categorias presentes no discurso do grupo “transcarioqueiros”.

“Os caminhantes ordeiros, montanhistas, são grandes colaboradores das unidades de conservação. Então, quando o cara observa que uma coisa é irregular ele informa a unidade.” (Voluntário do MTT)

“O público da Transcarioca é diferenciado, vai cuidar do parque” (Voluntária do MTT)

O apadrinhamento dos trechos da trilha: o sistema de voluntariado

Os vinte e cinco trechos da Transcarioca compõem juntos 180 km de extensão e atualmente considerada uma das maiores trilhas de longo curso da América Latina. Os “adotantes”⁶ da Trilha Carioca são responsáveis pela organização dos mutirões do voluntariado e são divididos por trechos, portanto cumprem a função de uma espécie de apadrinhamento e contam com o apoio institucional das Unidades de Conservação (UCs). A seguir, o mapa de todos os trechos da TT:

4 Conservacionista, montanhista, ex diretor do IEF, ex diretor da diretoria de biodiversidade e áreas protegidas do Inea no período de 2007-2014, período em que mais se criou parques pelo governo do Estado do Rio. Fala no 1º Encontro sobre Unidades de Conservação de Niterói, realizado na Universidade Federal Fluminense,

5 Criamos esse neologismo com o fim de parafrasear a ideia de cristianização, no sentido do processo de conversão.

6 Os adotantes de trecho, assim chamados, são compostos pelas seguintes organizações: Associação Carioca de Turismo de Aventura (ACTA), Amigos da Zona Oeste (AZO), AVEC Trilhas, Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar, Centro Excursionista Brasileiro, Centro Excursionista Guanabara, Clube Excursionista Carioca, Clube Excursionista Light, Clube dos Aventureiros, CoopBabilônia, Conservação Internacional, Corredores de Jacarepaguá (CORJA), Ecotribo, Ecotrilhas Aventura, Fome de Trilha, Gru-



Foto1: Mapa oficial dos trechos da Trilha Transcarioca

Legenda

	Início do trecho, direção Oeste x Leste		Trilha Transcarioca
	Saída para áreas urbanas		Trilha alternativa, para pontos de interesse
	Trecho em construção		Numeração do trecho

(Acervo da Trilha Transcarioca,2017)

Todos esses grupos se responsabilizam pela manutenção de um ou de mais trechos que compõem a trilha – divulgam e compõem o quadro de apadrinhamento do projeto. O Termo de Adoção de trecho em que o “adotante” se responsabiliza é controlado pelos gestores dos parques e é mediado pela coordenação do projeto conservacionista. Esse ano foi lançado um aplicativo em que o “adotante” fica informado em tempo real e o usuário pode comentar os problemas, sugestões e elogios referentes ao trecho. Nos dados oficiais da Trilha constam algumas entidades que pertencem à teia de relacionamentos da trilha e estão com a logomarca da TT no material de marketing⁷ das empresas, associações, ONGs como por exemplo a COOP Babilônia; a Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar; FEMERJ; o RIOSUL e o Projeto Pão de Açúcar Verde.

“(…) trabalhamos no limite tênue, de não ter muitos fundos. Muita coisa arrecadada com patrocinadores ou apoiadores específicos. Por exemplo, a Cataratas por exemplo, apoiou a festa de lançamento da Transcarioca. O WWF apoiou doando diversos kits para os adotantes, alguns mutirões tiveram patrocinadores e apoiadores específicos.” (Kika Brandford, em entrevista, 2017)

Esse grupo de pessoas institucionalizados ou não se relacionam e expõem as suas opiniões através das redes sociais, e inclusive na própria idealização do projeto é posto também a opinião pública como caráter determinante para as ações práticas na administração pública.

po TerraLimpa, Garça Preta, RJ Adventura, Trilhas Quase Secretas, Trilhas RJ (Local)

⁷ O Eco/WikiParques, o WWF Brasil, o Instituto Semeia, a SOS Mata Atlântica e a Associação de Amigos do Parque Nacional da Tijuca não adotam trechos, mas têm colaborado para o bom andamento do projeto. Outras ONGs ambientalistas que já apoiaram o Movimento Trilha Transcarioca. São elas: o Instituto Moleque Mateiro, Amigos do Perigoso, Destemidos, UNICERJ, Bionatureza, Amigos da Serra do Vulcão, Makalu Sports, Nature Run, Anda Brasil e a Federação Gaúcha de Montanhismo, entre outros.

“Comunidade Transcarioqueira” :a construção da identidade conservacionista

Nesse contexto, para a concretização dos ideais conservacionistas e maior engajamento na causa conservacionista, é necessário mobilizar “voluntários” e “adotantes”, categorias incluídas no próprio projeto cuja pretensão é criar, de forma ampla e consistente, uma comunidade imaginada (ANDERSON,1991) pela causa ambiental. Embora o termo tenha sido cunhado especificamente para tratar do fenômeno do nacionalismo, ele também passou a ser utilizado de forma mais ampla, quase como um sinônimo de comunidade de interesse. O termo se refere a uma comunidade baseada em *Uma consciência de fatores de risco global* (Beck, 2011).

A mídia, por exemplo, cria e mantém *comunidades imaginadas*, embora geralmente o faça como se estivesse referindo à totalidade de cidadãos de um país. A genealogia do conceito de nação, para Anderson, é um fenômeno da modernidade. Isso é parte da função dos grupos de pressão da causa ambiental. Para Mark Zuckerberg, co-criador do Facebook : “a rede social pode oferecer a sensação de comunidade tanto quanto as congregações religiosas”. Os grupos formados pelos órgãos ambientais do Estado, pelos clubes de montanhistas, pelas ONGs nacionais, internacionais e transnacionais, enfim, os atores sociais da TT, congregam valores em comum através de uma rede de organização pastoral em torno do projeto.

Nesse sentido, consideramos a comunidade Transcarioqueira como uma espécie de comunidade imaginada, pertencente a conjuntura das identidades conservacionistas. Foucault (1978) aprofunda a ideia de adesão a uma causa comum com conceito de pastorado que coloca como fundamental a ocorrência de um “despertar” individual somente possível através de uma força coletiva organizada sob os mesmos valores. A força que convoca a adesão de cada vez mais seguidores ao grupo está na liturgia do conservacionismo, que privilegia o uso público a partir da beleza cênica e tem o valor da paisagem como carro chefe da defesa de uma política de conservação. Morgensten e Rech (2014) resumem o conceito do poder pastoral como a ideia de um poder que é guia para um objetivo e serve de intermediário rumo a este objetivo.

Neste caso, consideramos a pesquisa de Foucault (1978) que discute o governo sem ser no sentido político mas de “governar”- criar um guia para cooptar cada vez mais “almas conservacionistas”.



(Divulgação nas redes sociais,2017)

Os recursos das redes sociais facilitam o recrutamento de pessoas que, conseqüentemente se engajam em prol do mesmo tema, interesses em propósitos em geral. A criação do aplicativo aparecem as estratégias de controle e disciplina. Além do mais, os gestores do parque junto com a *comunidade transcarioqueira* formam o grupo de pressão. Foucault (1978) atesta que nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Mas quem é governado são sempre as pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. O pastorado é guia para um objetivo e serve de intermediário rumo a este objetivo.

Os grupos formados pelos órgãos ambientais do Estado, pelos clubes de montanhistas, pelas ONGs nacionais, internacionais e transnacionais, enfim, os atores sociais da TT, congregam valores em comum através de uma rede de organização pastoral em torno do projeto. Resta então identificar a estrutura dorsal de centralização do controle dos princípios morais e as sensibilizações da natureza presentes na “bíblia da conservação” e percebidos no discurso do Movimento.

Os códigos ambientais poderiam ser uma espécie de “bíblia da conservação”? Entre a liturgia metafórica, ensinamentos e mandamentos constituem regras de políticas de conduta? A catequese ambiental sistematizada pelas hierarquias institucionais, que se embaralham entre público e privado como instituições religiosas, pode identificar as principais lideranças em grupos organizados pela causa ambiental nacionais, internacionais e transnacionais e refletir sobre o engajamento na aproximação dos valores pregados da “grande congregação” às grandes massas, e assim efetivar a conquista da conversão de mais “almas” conservacionistas. Os recursos das redes sociais facilitam o “recrutamento” de pessoas que, conseqüentemente, se engajam em prol do mesmo tema, interesses, eventos e propósitos em geral. São visíveis as ligações entre as imagens e as opiniões postadas nas redes sociais de forma pública. O histórico das ações pela causa ambiental lançadas na rede, o conteúdo de suas identidades virtuais e a construção das *comunidades imaginadas* atravessam as barreiras do Estado-Nação. Assim, é formada uma espécie de teia de relacionamentos sistematizados pela mesma escala de interesses, e cresce exponencialmente a facilitação da comunicação da mesma temática. Através desse canal são impulsionadas ações práticas para além das relações virtuais estabelecidas na rede.

Monteiro(2006) discorre sobre a produção simbólica como indissociavelmente perpassada pelas relações de poder. Antes a disputa era por “terra” e agora é por uma “cultura política” - no sentido de estar politicamente correto, a favor da leis ambientais. Essa disputa está nas relações de Poder. Quanto mais parceiros pela causa, mais força se ganha no campo das relações políticas. A cultura aqui, necessariamente, precisa ser apreendida como cultura política. “Ou seja, se por uma via identificamos a dimensão político-ideológica do poder simbólico (cultura política) no debate da territorialidade, por outra, não duvidamos da existência, na mesma dimensão (político-ideológica), das diversas possibilidades de políticas culturais homogeneizadoras (muitas vezes como políticas públicas), que visam a desconstrução e desterritorialização de conhecimentos tácitos e culturas tradicionais.” (Monteiro, 2006, p.109)

2. O Projeto e a gestão das políticas públicas

“Movimento de cidadãos e instituições conectadas pelo sonho de implantar uma trilha de longo curso no coração da paisagem natural, cultural urbana da cidade do Rio de Janeiro.” (Dados da página oficial do grupo 2017)

O esforço para compreender como se estrutura o Movimento Trilha Transcarioca nos leva a pensar que o debate social e político sobre a natureza e cultura pode ser constantemente renovado e reelaborado na medida em que nos debruçamos sobre experiências dos indivíduos e tentamos estudar como são estruturados seus modos de agir e o sistema de significação que compartilham.

Segundo dados da página oficial do grupo, a criação do Movimento decorreu da necessidade de organizar a interlocução entre voluntários, adotantes e colaboradores da trilha com gestores das Unidades de Conservação por onde a trilha passa, tanto individualmente (com os gestores/chefes da UCs) quanto institucionalmente (com os órgãos públicos municipais, estaduais e federal responsáveis pelas mesmas). Em uma das reuniões da Comissão Deliberativa do MTT foi discutida “a cara do MTT”:

“[...]uma criação de alguma associação de alguma entidade que faça a representação, pode ser que não, isso vai ser pensado dentro da governança. Mas, para a ajudar a organizar a aglutinar a atuação desse grupo, até pra ter representatividade, por exemplo com os órgãos gestores, o Mosaico carioca, com as Unidades de conservação, com a imprensa, com as outras instituições, **com potenciais doadores, apoiadores financeiros**, precisava de uma personalidade, algum tipo de governança. (Delson, grifos nossos, Engenheiro florestal, FEMERJ)

Podemos identificar o objetivo do grupo em transferir a competência pública para o privado. Ou seja, para indivíduos e empresas. Essas terminologias e estratégias de gestão estão materializadas na construção do Mosaico Carioca, órgão gestor a frente do processo de consolidação e institucionalização da trilha

Mosaico Carioca

Nesse contexto é importante destacar que as estruturas políticas e socioeconômicas que sustentam a base do projeto da TT são amparadas pelas principais políticas ambientais do município, tornando-se um dos principais projetos de gestão no período entre 2014 e 2016 da Secretaria Municipal da Cidade do Rio de Janeiro (SMAC).



(Acervo Mosaico Carioca, 2017)

O Mosaico Carioca⁸ possui o seu próprio Conselho Consultivo⁹, entre as atribuições estão a elaboração do regimento interno e a deliberação de diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, levando em conta os usos na fronteira entre elas, o acesso às unidades, a fiscalização e o monitoramento, e avaliação dos Planos de Manejo. Cabe refletir sobre os representantes que compõem o quadro do conselho, onde estão em jogo decisões importantes relacionadas às estratégias de gestão das UCs.



(Acervo do Mosaico Carioca, 2017)

A presença de instituições privadas nos órgãos ambientais, seja em consórcios, patrocínios, consultoria, faz parte da atual forma de gestão em áreas protegidas. Nesse sentido, buscamos apresentar como isso se dá na composição dos espaços de participação nos conselhos consultivos das entidades, instituições e projetos. Ao observar os quadros que mostram os representantes que participam desses espaços destinados à “Sociedade Civil”, percebemos que as populações do entorno dos projetos parquistas têm a menor porcentagem de representantes e algumas vezes sequer são chamadas. O Conselho Consultivo do Mosaico Carioca é composto aproximadamente por 50% de instituições privadas como clubes de montanhismo, ONGs ambientalistas, empresas de ecoturismo e outras. A maioria dos representantes-integrantes do Conselho Consultivo do Mosaico Carioca também está presente nos espaços de participação que fomentam a consolidação da Trilha Transcarioca.

O sistema de parcerias públicas e privadas aparecem como estratégias de gestão. A escassez de verba são pontos que favorecem o sistema de projetos gerenciados por base do voluntariado.

8 foi reconhecido oficialmente em 11 de julho de 2011 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da portaria de nº 245, com cerca de 35.000 hectares#. A gestão das UCs é distribuída entre as três esferas governamentais: sendo 2 (duas) da esfera federal, 3 (três) da esfera estadual e 15 (quinze) da esfera municipal. A esfera federal é representada através do ICMBio e do INEA; e a esfera municipal pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC).

9 Composto por chefes, administradores ou gestores das áreas mencionadas, além de representantes do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, do Conselho Municipal de Política Urbana do Rio de Janeiro, do Conselho de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro e de instituições privadas

Mais que uma simples trilha, esse projeto conservacionista aciona a ideia de Corredor Ecológico¹⁰ e de Eco-regiões. Para Abascal e Bilbão (2016) o conceito de eco-região realça “a integração entre atividades econômicas e produtivas, decisões técnicas-políticas e critérios de sustentabilidade e, assim, justificam-se investimentos pois fatores e filtros político-sociais, institucionais e econômicos são incluídos. A associação de municípios e consórcios com base ambiental fundamentam essa gestão.” (Dinesrstein, 2006, pg.54)

O discurso da criação do corredor ecológico respaldado pela ciência da conservação da natureza é também articulado politicamente por grandes ONGs transnacionais. Diegues (2008) se refere pelo estudo do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD, 1995)¹¹ para sublinhar que a globalização não constitui um fenômeno “natural”, mas é impulsionada por um conjunto poderoso de interesses nacionais e internacionais cujos promotores estão convencidos de que a liberalização rápida das economias e dos sistemas políticos terão como resultado um crescimento econômico renovado, ao qual se seguirá necessariamente uma melhoria do bem-estar-social.

O pesquisador analisa a interlocução das grandes organizações conservacionistas transnacionais e a globalização. Embora a WWF, a TNC (Nature Conservancy), a CI (Conservation Internacional), a WCS (Wildlife Conservation Society), originárias dos Estados Unidos, tenham surgido por volta da década de 60, sua sendimentação pelo mundo se deu a partir dos anos 80 quando começaram a estabelecer suas filiais nos países do Sul, com o objetivo de proteger a biodiversidade, sobretudo através de áreas protegidas de conservação desabitadas. Duas dessas transnacionais¹² citadas pelo autor têm grande destaque no projeto da Trilha. As ações dessas transnacionais são guiadas pelo preservacionismo, pela noção da importância da “vida selvagem” (*Wilderness*) - como a da ecologia profunda que confere um sentido quase religioso à natureza -, e pelo valor conferido às ciências naturais na identificação das áreas prioritárias de conservação nos países do Sul (sobretudo da biologia a conservação)

A ex-chefe do Parque Nacional da Tijuca (PNT), Sônia Peixoto aponta para a abertura de empresas para administrarem o PNT. E mais uma vez, o discurso de “escassez de verbas” dos órgãos ambientais é acionado para legitimar esse sistema de administração pública. A centralização dos Parques, a criação de um parque único na cidade.

Durante a entrevista perguntamos: “Essa junção em um parque único seria o caminho de uma possível institucionalização?” “Exatamente, um parque único, um modelo que a gente vê na África do Sul, na Austrália, que é a mesma paisagem”. (Sônia Peixoto, 2017) A ênfase dada à gestão dos órgãos ambientais de países como os EUA e a Austrália confirma a necessidade de se discutir a tendência a uma padronização da conservação da natureza, influenciada pelos países do norte e a síndrome do atraso latino-americano. As ramificações dessa influência partem de um princípio ideológico que doutrina todas as esferas, inclusive a defesa feita pela gestora da mobilização do trabalho voluntário como um “excelente caminho”, possível para a gestão.

Sônia Peixoto organizou uma Frente Parlamentar na prefeitura do Rio de Janeiro, presidida pelo Vereador Célio Luparelli (DEM). A proposta inicial seria fazer que os lugares que não

10 No Art. 25 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê que “as UCs devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, Corredores Ecológicos, os quais devem ser reconhecidos em ato do MMA, e integrar os mosaicos para fins de sua gestão.” (Decreto 4.340/02, Art. 11). A legislação dispõe também que, na ausência de mosaico, o Corredor Ecológico que interliga unidades de conservação terá o mesmo tratamento da sua zona de amortecimento. Nesse contexto, o Corredor tem caráter normativo, voltado para a diminuição de impactos sobre as UCs e proteção/restauração das áreas de conexão.

11 UNRISD (1995) já assinala algumas tendências gerais do processo de globalização: a propagação da democracia liberal, o domínio das forças de mercado, a integração global das economias nacionais, a transformação dos sistemas de produção e dos mercados de trabalho, a velocidade das mudanças tecnológicas e a revolução dos meios de comunicação e do consumismo, esta última erodindo culturas nacionais e valores tradicionais. (DIEGUES, 2008, pg.1)

12 WWF e CI

pertencessem a nenhuma Unidade de Conservação fossem reconhecidas como Áreas de Proteção Ambiental. A argumentação é que os trechos estariam sendo “protegidos” em alguma legislação ambiental. O reconhecimento oficial da TT¹³ daria um foco maior de importância do projeto à cidade.

3. Perspectivas analíticas

A cada dois meses são organizados encontros¹⁴ do grupo quando são discutidas questões relativas ao universo de atuação do Movimento. O caráter performativo dos eventos, a padronização da forma, a repetição das falas, e mesmo aspecto solene que adquirem em vários momentos, todos esses elementos aproximam esses congressos e seminários da categoria de ritual. (Silveira, 2010) Observa-se que a construção dessa identidade aciona não apenas a retórica ecológica mas se estrutura a partir de forte apelo ao campo religioso (Silveira, 2010). Carvalho e Steil (ambos 2008; Steil, 2010 *apud* Silveira, 2010) vêm desenvolvendo um importante trabalho sobre o surgimento de horizontes imaginativos entre a ecologia e a espiritualidade.

Hoje continuo fazendo trabalho voluntário para o parque. Faço por paixão. Por eu tá mantendo em condições uma trilha que eu uso e outras pessoas vão utilizar. Qual é o meu interesse? Tem a minha imagem associada a algo positivo. Eu faço reflorestamento. eu não faço como interesse, eu faço com o amor. Mas, digamos assim, eu gozo desse prazer pessoal de ter a minha imagem vinculada a isso.. (Liderança da adoção de trecho da Pedra Branca, da TT)

Tal sensibilidade religiosa, estruturada a partir de processos de “sacralização da natureza” e de “naturalização do sagrado”, faz convergir dois universos de práticas centradas no cultivo do self (Silveira, 2010). A busca pelo aperfeiçoamento pessoal, através dos cuidados com o corpo (alimentação saudável, exercício físico, medicina alternativa) e dos “cuidados com a alma” (a meditação, vivências místico-religiosas) se interconectaria então à preocupação ecológica. São aspectos que mobilizam ações sociais a partir da valorização do plano individual. Tais categorias condicionam práticas que são construídas a partir de uma reverberação da modernidade – o self- o individual, o meu grupo, o meu coletivo, a minha família, os meus irmãos, os meus, as minhas, o eu, por isso a pertinência dos estudos da modernidade no âmbito da ecologia social.

Silveira (2010) destaca que, no Brasil e na América Latina em geral, os anos 90 têm sido marcados como o momento de alargamento da sociedade democrática, de ampliação do espaço público e de consagração da participação da sociedade civil. Em tal contexto sociopolítico, simultaneamente marcado pela emergência do Estado Mínimo, o Estado, a sociedade civil e a iniciativa privada adquirem novas atribuições. A autora sublinha a possibilidade de se afirmar que as fronteiras entre os espaços público e privado se tornem cada vez mais imprecisas, especialmente em razão da prevalência da ideologia da parceria e da governança nas políticas públicas, principalmente nas políticas ambientais, e do discurso da escassez de recursos públicos, da alta capacidade técnica do setor privado e de segmentos da sociedade civil, bem como das suas possibilidades financeiras para o investimento na conservação ambiental. (Dagnino 2004; Leite 1999 *apud* Silveira, 2010)

Sendo assim, o Estado vem enfraquecendo a sua paleta de cores fortes pintadas nos rumos da cidadania na Constituição de 88 e gradativamente vem enfraquecendo a credibilidade na sua tarefa de atender adequadamente ao cidadão. Os programas de responsabilidade socioambiental da iniciativa privada têm sido entendidos como eficientes substitutos à *inação*

13 O reconhecimento da trilha está no diário oficial.

14 Estamos tendo parâmetro de falas de outros ambientes com o grupo, como por exemplo as reuniões do Mosaico Carioca, os eventos organizados pela Conservação Internacional e no último encontro de montanha

do Poder Público. Observa-se que o indivíduo, enquanto categoria moral (Dumont 1985 *apud* Silveira,2010), tem sido revitalizado, principalmente através da diluição das referências às responsabilidades públicas e políticas no que diz respeito à resolução dos problemas socioambientais.

Para Silveira (2010) a ideia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade, preconizando a não intervenção, devendo a regulação econômica ser exercida pelas forças de mercado. Caberia ao Estado Mínimo garantir a ordem, a legalidade, concentrando seu papel executivo no policiamento, nas forças armadas, no poder judiciário. Monteiro (2006)¹⁵, faz uma análise sobre a essência do bem e do progresso que residem no mercado, em que todas as coisas passam a ser resolvidas pela sua lógica. O mercado se propõe a criar um *Deus* e uma via expressa para a *felicidade*. Temos, então, de um lado o Mercado como sinônimo de movimento, liberdade e dignidade, e de outro, o Estado significando paralisia, opressão e corrupção.

Deste modo, na apologia do Mercado, o capitalismo nutre-se enquanto os direitos sociais definham. Esta falsa contradição teima em desvincular o Estado do núcleo do sistema econômico que o rege, ou seja, o sistema capitalista de produção, ignorando que o Estado Liberal e o Mercado são frutos da mesma semente: um opera, o que o outro define. (MONTEIRO, 2006, pg.12)

Considerações finais

Se ao mesmo tempo representantes do MTT dizem “que não têm nada a ver com o Estado”-“é tudo na base do voluntariado”, as deliberações por eles adotadas referentes à captação de recursos mostram relação e dependência do Estado. Ser objeto de emendas parlamentares, por exemplo, ou o fato de ser considerado um dos principais projetos da SMAC mostra a relação. Ao analisar o próprio Conselho Consultivo do Mosaico Carioca, percebe-se que quem se interessa em participar e ser consultado em relação às futuras diretrizes do órgão são praticamente os mesmos interessados e envolvidos no Movimento Trilha Transcarioca. Outra questão a ser levada em consideração é que o MTT aciona elementos que contemplam prioritariamente o ecoturismo e o meio ambiente, no sentido de ter o apoio das empresas de turismo, esportes de aventura e caminhada. Com a atual falência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente são esses fatos, pessoas e interesses que, cada vez mais, vão ganhar espaço.

Referências bibliográficas

ABASCAL, Eunice e BILBAO, Carlos. Ecorregiões e gestão do planejamento urbano-regional. Desafios da aplicação da técnica de ponderação na região metropolitana de Medellín. *urbanismo*.ano17,jun.2016.

BECK U. Cosmopolitanism as Imagined Communities of Global Risk.. *American Behavioral Scientist*, 55, 10 (2011). P. 1346-1361,

ANDERSON, B. R. 1991.. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* (Revised and extended. ed.). 2.a ed. [S.l.]: Verso. p. 224. ISBN 978-0-86091-546- 1 acesso em 15 de julho de 2017

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Áreas Protegidas: Corredores Ecológicos. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/acoes-e-iniciativas/gestao-territorial-para-conservacao/corredores-ecologicos>> Acessado em 05/01/2014.

15 Monteiro. A. Território e Identidade: refinamentos da violência instituída diante das novas configurações sociais. *Tellus*,ano6,n11,p.105-120,Campo Grande, 2006

BRASIL. *Mosaico de Áreas Protegidas – Reflexões e propostas de cooperação franco – brasileira - Série Áreas Protegidas*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília: Agosto de 2010.

BLOG DO MOSAICO CARIOCA. Mosaico Carioca. Disponível em <http://mosaicocarioca.blogspot.com.br/p/pnt_04.html> Acessado em 26 de mai de 2017

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura e STEIL, Carlos Alberto. Natureza e imaginação: o deus da ecologia no horizonte moral do ambientalismo. *Ambient. soc.* [online]. 2013, vol.16, n.4, pp.103-118. ISSN 1809-4422. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400007>. Acessado em 05 de nov. de 2017

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2006. (Coleção Docência em formação).

CUNHA E MENEZES, Pedro da. *Transcarioca: todos os passos de um sonho*. Rio de Janeiro: Sexante, 2000. 140 p. Sinalização de trilhas: guia prático. Disponível em: <<http://sinalizetrilhas.wikiparques.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SinalizeTrilhas1.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2017.

COMERFORD, John Cunha. 1999. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 154 pp Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras- USP/Hucitec, 2008.

DIEGUES, Antonio. *O papel das Grandes ONGs Transnacionais e da Ciência na conservação da natureza*. 2008

DINERSTEIN, Eric; et al. *Una Evaluación del Estado de Conservación de las Eco-regiones Terrestres de América Latina y el Caribe*. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento Banco Mundial, 1995, p. 4. Disponível em <www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2006/02/16/000011823_20060216102302/Rendered/PDF/14996010spanish.pdf>. acesso em 08 de nov. de 2017

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 155-180. Aula de 8 de fevereiro de 1978.

FOUCAULT, M. *A ordem do Discurso*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 80 p

SILVEIRA, Luciana Braga. Entre donos e guardiões: a natureza como propriedade particular. *Relig. soc.* [online]. 2010, vol.30, n.2, pp.122-144.

THOREAU, Henry D. *Walden ou a Vida nos Bosques*. São Paulo: Global, 1985

**TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: CONCEITOS,
PESQUISAS E SEU USO INTERDISCIPLINAR****CARLA BITTENCOURT FELÍCIO***Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem
carlabfelicio@hotmail.com***JULIANA MARINHO DOS SANTOS***Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem
jumarinhosantos@gmail.com***CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA***Coordenador do Curso de Pós Graduação em Cognição e Linguagem
chmsouza@gmail.com***Resumo**

O presente estudo visa apresentar um levantamento da produção científica acerca das Tecnologias Assistivas na última década, bem como discutir seu conceito e sua interdisciplinaridade. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliométrica na base de dados do Google Acadêmico, entre o período de 2008 e 2017. As buscas assinalaram um crescente aumento de publicações sobre o tema na última década. Dentre o período pesquisado, foi selecionado um artigo de cada ano, de acordo com critério previamente estabelecido, para tecer discussões. Os resultados das discussões apontaram que as publicações versam sobre o uso desses recursos tecnológicos nas mais diversas áreas de conhecimento demonstrando a interdisciplinaridade das tecnologias assistivas. As publicações ainda abordam a necessidade de conhecer o recurso que se pretende trabalhar e conhecer as características individuais e as necessidades de cada assistido, para que o recurso atinja seu objetivo de proporcionar mais autonomia, inclusão e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Tecnologias Assistivas. Interdisciplinaridade. Recursos Tecnológicos. Produção Científica. Serviços

ABSTRACT

The present study aims to present a survey of the scientific production on Assistive Technologies in the last decade, as well as to discuss its concept and its interdisciplinarity. The methodology adopted was a bibliometric survey in the Google Scholar database, between the period of 2008 and 2017. The searches have marked a growing increase of publications on the subject in the last decade. During the period studied, an article of each year was selected, in accordance with previously established criterion, to make discussions. The results of the discussions pointed out that the publications deal with the use of these technological resources in the most diverse areas of knowledge demonstrating the interdisciplinarity of assistive technologies. The publications still address the need to know the resource that is intended to work and to know the individual characteristics and the needs of each assisted, so that the resource reaches its goal of providing more autonomy, inclusion and improvement of the quality of life.

Key-words: Assistive Technologies, Interdisciplinarity, Technological Resources. Scientific Production. Services

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há pouco tempo, pensar nos recursos tecnológicos que temos hoje era algo muito distante da realidade. Acompanhamos o ritmo acelerado com que as tecnologias se adentraram e passaram a fazer parte do nosso dia a dia. Essas tecnologias impactaram definitivamente nas relações sociais, na saúde, educação, engenharias, telecomunicações e diversas outras áreas.

Toda essa evolução tecnológica propiciou maiores possibilidades o que facilitou o alcance a muitos recursos e serviços outrora inimagináveis. Neste cenário, encontramos diversas tecnologias assistivas que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades de pessoas a recursos e serviços. Tal termo vem ganhando espaço na última década em todas as áreas do conhecimento. Neste estudo, conceituaremos essas tecnologias assistivas e exemplificaremos alguns de seus recursos e serviços que contribuem para melhoria da qualidade de vida de seus usuários.

Este estudo objetivou apresentar um levantamento das publicações a cerca da temática na última década, problematizando se as discussões sobre o uso das tecnologias assistivas vêm crescendo no ritmo dos avanços tecnológicos. Essa pesquisa justificou-se pela necessidade de refletir sobre a efetivação do uso das tecnologias assistivas nas mais diversas áreas de conhecimento.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliométrica na base de dados do Google Acadêmico, visando levantar as publicações da última década. Trazendo ainda, uma breve discussão sobre as publicações selecionadas de acordo com os critérios previamente definidos.

Os resultados encontrados em nossa pesquisa apontaram que, da mesma forma que houve um avanço tecnológico nas mais diversas áreas de conhecimento, o número de pesquisas sobre as tecnologias assistivas aumentaram significativamente entre os anos de 2008 e 2017. Um fato que nos chamou a atenção foi o caráter interdisciplinar dessa tecnologia pesquisada, visto que as encontramos na saúde, educação, engenharias, telecomunicações, entre outras.

Pela observação dos aspectos analisados nos artigos levantados durante o período mencionado, evidenciamos que diversas áreas lançam mão dessas tecnologias como recursos e serviços, o presente estudo ainda destacou a especial relevância dessas tecnologias na educação inclusiva.

AFINAL, O QUE SÃO AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS?

Discute-se muito nos dias atuais sobre os avanços tecnológicos nas mais diversas áreas. Cada vez mais tem-se pensado na tecnologia como uma aliada na vida moderna, mas Relvas (2012) pontua que:

A Tecnologia sempre existiu, é só fazer um retrospecto histórico na evolução da espécie humana. O homem, por meio de suas invenções e criações, desenvolveu e criou diferentes ferramentas para viver neste planeta. Agora o que não se pode negar é a velocidade com que as informações chegam hoje em dia e principalmente de que maneira ela é processada, decodificada e armazenada, ou seja, a maneira como se cria o discernimento, relacionando-se com consciência, escolhas, decisões, inteligências (p. 133-134).

Desta forma, o homem, através de suas invenções para a sobrevivência passou a conviver muito cedo com a tecnologia. O que teria mudado de acordo com a autora citada é a velocidade com que isso ocorre nos tempos atuais.

Na educação a tecnologia está inserida em todas as partes, seja no enriquecimento da prática dos professores na sala de aula ou até mesmo seu uso como recurso de inclusão. Os profissionais da educação “vem repensando suas formas de ensinar e aprender (...) testando equipamentos e materiais” (SEEGGER et al, 2012, p. 1888).

No que tange à educação inclusiva, as tecnologias assistivas tem especial relevância, conforme destacam Souza et al (2014):

Outra questão interessante a ser destacada com relação ao uso das TIC no processo ensino-aprendizagem, que se demonstra ainda mais eficiente no âmbito da educação inclusiva voltada para portadores de necessidade educacionais especiais, é a possibilidade de exploração diversificada das funções cognitivas através dos recursos tecnológicos. O uso das TIC proporciona um leque diferenciado para beneficiar diversos tipos de perfis cognitivos, possibilitando assim um maior aproveitamento não só na absorção de conhecimentos específicos, mas também no inter-relacionamento de professores e alunos (p. 87).

Na saúde, as tecnologias são aliadas à promoção da saúde:

(...) as tecnologias surgem como aliadas para o alcance das metas e objetivos estabelecidos. As tecnologias educativas em saúde mostram-se ferramentas importantes, que buscam implementar as ações de promoção da saúde, levando em consideração o pluralismo humano e valorizando sua experiência e expectativas diante do processo saúde-doença (SANTOS et al, 2016, p. 69).

Ainda segundo os autores acima, as tecnologias contribuiriam para tornar os cuidados com o paciente mais eficaz e eficiente, possibilitando produzir um efeito mais real e concreto (p. 74).

A tecnologia vem transformando a sociedade de forma geral. E elas estão “diretamente ligadas às transformações tecnológicas da qual a sociedade se apropria para se desenvolver e se manter” (KOHN, MORAES, 2007, p. 1).

É nesse contexto de transformações provenientes da tecnologia que surgiram as tecnologias assistivas. Mas afinal, o que são essas tecnologias?

(...) é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL - SDHPR. – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII)

“Assistiva”, segundo Mello (1997) é um termo que aplicado à tecnologia quando seu uso for em razão de auxílio no “desempenho funcional de atividades”, reduzindo dificuldade ou até incapacidades na realização de tarefas do cotidiano, contribuindo assim, para a promoção de independência à todos que necessitem dela, seja pela condição impostas pela idade, no caso dos idosos, ou devido à deficiências que impedem ou dificultam a execução de suas potencialidades.

Muito além de um produto em si, as tecnologias assistivas agregam “estratégias, serviços e práticas que favorecem o desenvolvimento de habilidades de pessoas com deficiência” (BERSCH, 2017, p. 3).

A Tecnologia Assistiva (TA) consiste em uma área do conhecimento, de característica multidisciplinar, que tem por finalidade eliminar as barreiras à plena participação e à vida funcional para as pessoas com deficiência, incapacidades e mobilidade reduzida, objetivando uma maior autonomia e qualidade de vida (BORGES, TARTUCI, 2017, p. 81).

Dentre a gama de tecnologias assistivas, Bersch (2017) as separa em categorias. No “Auxílio Para a Vida Diária e Prática”, têm-se os fixadores de talheres à mão, os anteparos de alimentos no prato, fixadores de canetas. Na categoria “Comunicação Aumentativa e Alternativa”, têm-se a prancha de comunicação impressa, vocalizadores de mensagens gravadas. Na categoria “Recursos de Acessibilidade ao Computador” têm-se teclados expandidos, linha braile. Na categoria “Sistemas de Controle de Ambiente” têm-se as casas inteligentes que se autoajustam às informações do ambiente. Na categoria “Projetos Arquitetônicos para Acessibilidade” têm-se os projetos de acessibilidade de banheiros, cozinhas, elevadores. Na categoria “Órteses e Próteses” têm-se próteses e órteses de membros (p. 5-8). Na categoria “Adequação Postural” estão as adaptações para cadeiras de roda, os posicionadores e contentores que propiciam maior estabilidade e postura adequada para troco, cabeça e membros. Na categoria “Auxílio de Mobilidades” estão as cadeiras de rodas manuais e motorizadas, andadores e outros veículos utilizados na mobilidade pessoal. Na categoria “Auxílios para cegos ou com visão subnormal” estão as lupas e lentes, braile para equipamentos com síntese de vozes, entre outros. Na categoria “Auxílio para surdos ou com déficit auditivos” inclui aparelhos para surdez, sistemas com alerta tátil-visual, entre outros. E por último, na categoria “Adaptações em veículos” estão os acessórios e as adaptações que possibilitam a condução do veículo, elevadores para cadeiras de roda, entre outras adaptações que possibilitam o transporte pessoal.

A autora ainda pontuou que a tecnologia assistiva tem um caráter interdisciplinar, uma vez que não é um recurso de uma área específica de atuação, como pudemos perceber nesses exemplos que ela traz.

Segundo Galvão Filho (2009) tal tipo de tecnologia funciona como mediadora, uma espécie de ferramenta que possibilita o empoderamento, buscando dar oportunidades e independência para pessoas deficientes na sociedade. De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), as Tecnologias Assistivas se configuram como:

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, 2007)

A tecnologia assistiva se utiliza de várias técnicas para o auxílio de pessoas portadoras de necessidades especiais, construindo produtos que facilitem a inclusão dos usuários desta área tecnológica, deste modo são muitos os recursos e ferramentas utilizadas pela TA. Existem os produtos chamados de Baixa Tecnologia (low-tech) e os de Alta Tecnologia (high-tech), tal nomenclatura não se refere a eficiência e sim a sofisticação dos componentes de tais produtos. Com o aumento de acesso às novas tecnologias e por conseguinte a Internet, produtos de alta tecnologia como softwares e outros recursos computadorizados tem sido muito utilizados dando maior autonomia às pessoas com deficiência, havendo excelentes perspectivas quando a criação de mais recursos tecnológicos nesta área (Galvão Filho, 2012).

O AUMENTO DAS PESQUISAS SOBRE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Da mesma forma que os avanços tecnológicos não param, ao contrário, cada dia acompanhamos mais revoluções tecnológicas outrora inimagináveis, o número de publicações a respeito das Tecnologias Assistivas também vem crescendo nos últimos anos, conforme aponta a pesquisa bibliométrica em bases de dados do Google Acadêmico. Faz-se necessário explicar que os resultados referem-se à apenas publicações em língua portuguesa:

Tabela 1. Resultado de pesquisa com a palavra chave “Tecnologia Assistiva” nos últimos dez anos.

Ano	Base de Dados Google Acadêmico
2017	682
2016	686
2015	612
2014	537
2013	481
2012	385
2011	351
2010	192
2009	186
2008	123
Total	4.235

Na Tabela 1. podemos perceber um crescimento de mais de 550% no número de publicações a cerca das Tecnologias Assistivas nos últimos dez anos, o que nos leva a pensar que os avanços tecnológicos continuam abrangendo esses recursos e serviços.

Desses 4.235 artigos, foi selecionado 1 artigo como amostra representativa de cada ano para traçar os principais assuntos abordados ao longo dos anos a cerca da temática, usando como critério de seleção, artigos mais citados por outros autores em suas pesquisas sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar as discussões dos assuntos abordados nessas publicações.

No ano de 2008, encontramos uma publicação intitulada “Currículo na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio”⁽¹⁾ da autora Maria de Fátima Minetto. Ela aborda as tecnologias assistivas como recursos necessários nas adaptações curriculares para escolas inclusivas.

No livro “Dificuldades de aprendizagem de A a Z: guia completo para educadores e pais”⁽²⁾, as autoras Corinne Smith e Lisa Strick (2009), dedicam doze páginas do livro para discorrer sobre o uso das tecnologias assistivas nas dificuldades de aprendizagem.

Em 2010, o Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Universidade de São Paulo – USP publicou o relato de pesquisa das pesquisadoras Inajara Mills Siqueira e Carla da Silva Santana intitulado de “Propostas de Acessibilidade para a Inclusão de Pessoas com Deficiências no Ensino Superior”, onde descrevem ações voltadas para efetivar o uso de recursos na inclusão e permanência no Ensino Superior, dentre esses recursos o desenvolvimento de novas tecnologias assistivas.

No artigo “Aspectos da identidade na Experiência da Deficiência Física: um olhar socioantropológico”⁽⁴⁾ os autores José Alves Martins e Reni Aparecida Barsaglini (2011) versam sobre a ambigüidade das tecnologias assistivas na deficiência física, ao mesmo passo em que auxiliam na vida diária (próteses, órteses, acessórios, adaptadores, entre outras), podem ter uma interface com o estigma.

No trabalho mais citado publicado em 2012 intitulado “Terapia Ocupacional na Atenção Primária à Saúde: atribuições, ações e tecnologias”⁽⁵⁾, os autores EucenirFredini Rocha ,

Luzianne Feijó, Alexandre Paiva e Renata dos Humildes Oliveira discorrem sobre a prescrição, elaboração, orientação e treino do uso das tecnologias assistivas no contexto da Atenção Primária a Saúde.

Daniela Alonso, autora de “Os Desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio”⁽⁶⁾ publicado em 2013 discorre sobre as mudanças necessárias para se ter um Projeto Pedagógico Inclusivo, entre elas a introdução de recursos e de tecnologias assistivas.

No artigo “Relação no Cuidado entre o Cuidador Familiar e o Idoso com Alzheimer”⁽⁷⁾ de 2014 as autoras Marcia Daniele Seima, Maria Helena Lenardt e Célia Pereira Caldas destacam que as tecnologias assistivas como: cadeira de rodas, andador, cadeira de banho, camas adaptadas para o cuidado, melhoram a condição de saúde e de vida tanto dos cuidadores quanto do idoso com Doença de Alzheimer.

Em 2015 os autores Mariana Fernandes Campos, Luiz Augusto de Paula Souza e Vera Lúcia Ferreira Mendes publicaram notas breves sobre “A Rede de Cuidados do Sistema Único de Saúde à saúde das pessoas com deficiência”⁽⁸⁾ e destacaram que é preciso levar em consideração “as características individuais e as necessidades funcionais de cada pessoa” para que o uso das tecnologias assistivas atinjam seus objetivos de “promover mais autonomia e melhor qualidade de vida de seus usuários”.

Na publicação intitulada “Inclusão de Estudantes com Deficiência no Ensino Superior: uma revisão sistemática”⁽⁹⁾ de 2016, os autores Rosamaria R. Pereira, Simone S. da C. Silva, Rosana A. Faciola, Fernando A. R. Pontes e Maély F. H. Ramos abordam a importância do conhecimento das tecnologias assistivas e das necessidades do aluno por parte do professor, o que contribuiria para a inclusão e permanência do aluno no ensino superior.

No mais recente ano pesquisado, 2017, o artigo “Tecnologias Assistivas e a Inclusão do Estudante Surdo na Educação Superior”⁽¹⁰⁾ das autoras Pricila K. dos Santos e Nozângela M. R. Dantas aponta como resultado do estudo a necessidade da Universidade investir em tecnologias assistivas. Discorrem também sobre as tecnologias assistivas digitais disponíveis ao deficiente auditivo, por fim, complementam que esses recursos “potencializam as relações de ensinar e aprender para o estudante com surdez, pois é uma maneira de trazer o estudante surdo para dentro do contexto de sala de aula”.

Como se pode perceber, as publicações analisadas versam sobre as diversas áreas do conhecimento, tendo especial relevância às áreas da saúde e da educação, segundo os trabalhos que foram discutidos nesta pesquisa.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como pode ser visto nas pesquisas destacadas no item anterior, as tecnologias assistivas são muito usadas na educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais. No aspecto do processo de ensino dessas pessoas, Borges e Tartuci (2017) esclarecem que:

A aplicação dos conhecimentos de TA ganha uma importância ímpar quando pensamos nos processos de ensino e aprendizagem a que as crianças são submetidas na fase escolar. Nesse sentido, a primeira iniciativa a ser tomada para possibilitar a aprendizagem de uma criança com deficiência é a identificação das suas necessidades educacionais e a posterior proposta de eliminação ou minimização das habilidades deficitárias, seja por meio de recursos, metodologias, estratégias, serviços ou práticas, com vistas a permitir o acesso da criança ao objeto de aprendizagem. Ressaltamos que, uma vez que este acesso não é possibilitado à criança com deficiência, fere-se o princípio de equidade de oportunidades, já que está sendo negado a ela o acesso ao conhecimento (p. 81).

Nesta direção, as tecnologias assistivas seriam ferramentas importantes para atender as necessidades impostas pelas deficiências bem como para atender as políticas de inclusão, como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que dentre seus objetivos estão a identificação, elaboração e organização de recursos que assegurem a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades escolares (BRASIL, 2008). Dessa forma as tecnologias assistivas seriam “uma das estratégias viabilizadoras de condições de acesso, permanência e progressão escolar com sucesso de estudantes com deficiência no ensino comum” (CORRÊA, RODRIGUES, 2016, p. 91).

Com a finalidade de eliminar as barreiras impostas pelas deficiências e promover acesso e participação dessas pessoas (BORGES, TARTUCI (2017, p. 82), as tecnologias assistivas, constituem uma área do conhecimento que, juntamente com outras, numa perspectiva interdisciplinar, de acordo com as autoras, se usadas levando em consideração a especificidade de cada aluno, são ferramentas importantes em “prol da autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”

O Ministério da Educação, por meio do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza para uso em sala de aula por alunos com deficiência os seguintes recursos de Tecnologias Assistivas:

(...) mouse com entrada para acionador; mouse estático de esfera; acionador de pressão; teclado expandido com colméia; lupa eletrônica; notebook com diversas aplicações de acessibilidade; software para comunicação aumentativa e alternativa; esquema corporal; sacolão criativo; quebra cabeça superpostos – sequência lógica; caixa com material dourado; tapete alfabético encaixado; dominó de associação de ideias; memória de numerais; alfabeto móvel e sílabas; caixa de números em tipo ampliado e em braille; kit de lupas manuais; alfabeto braille; dominó tátil; memória tátil de desenho geométrico; plano inclinado; bolas com guizo; scanner com voz; máquina de escrever em braille; globo terrestre tátil; calculadora sonora; kit de desenho geométrico; regletes de mesa; punções; soroban; guias de assinatura; caixa de números em tipo ampliado e em Braille. (BRASIL, 2015b, p.67-68)

A partir desse Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais diversos municípios foram contemplados e diversos alunos beneficiados por essas tecnologias. Ainda de acordo com esse Programa, dentre os serviços de educação especial que devem ser disponibilizados aos alunos que dele precisam, estão os profissionais de apoio para atender as especificidades de cada aluno (BRASIL, 2015b, p. 69).

Dessa forma os recursos das tecnologias assistivas contribuem para o processo de ensino aprendizagem desses alunos através de ferramentas que diversificam as estratégias de ensino tradicional. No entanto, o uso dessas ferramentas deve ser pensado minuciosamente para cada aluno em questão, considerando assim, a especificidade de cada caso em razão da particularidade da necessidade.

É importante frisar que a Educação Especial não abrange somente a Educação Básica, mas sim, todos os seguimentos e níveis de ensino. Na Educação Superior as ações envolvem a “organização dos recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados” (MEC/SEESP, 2007).

(...) no contexto escolar, as tecnologias assistivas precisam ser introduzidas com o intuito de transpor as fronteiras do educar anacrônico e de estabelecer novos paradigmas de informação e comunicação. As TAs são mecanismos preciosos na promoção do processo de aprendizagem, porquanto dão ao aluno com necessidade educativa especial o

direito de participar, aprender e de ter uma convivência educacional como qualquer outro sujeito. Essa constatação é ainda mais válida, já que o desenvolvimento de novos produtos, serviços e tecnologias tem auxiliado os usuários nos mais diversos aspectos de suas vidas (CONTE, BASEGIO, 2015, p. 38).

Assim, as tecnologias assistivas seriam importantes aliadas, não somente para o ensino aprendizagem das pessoas com necessidades especiais através de recursos e serviços, mas também por promover à essas pessoas o acesso – por meio de ferramentas de acessibilidade – ao ensino, bem como garantir a permanência dessas pessoas nas instituições de ensino.

Em tempos em que muito se discute sobre a educação inclusiva em todas as partes do mundo, o termo tecnologia assistiva torna-se evidente e obrigatório nas ciências, serviços e literaturas. É necessário debater sobre esse assunto que vem surgindo aos poucos por meio de um universo tecnológico. A aplicação dessas tecnologias no contexto educacional é de extrema relevância, visto que contribui na resolução de problemas enfrentados pelos alunos que dela são beneficiados, o que permite mais êxito nesses espaços educacionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica a fim de fundamentar os conceitos levantados e a pesquisa bibliométrica com a palavra-chave “Tecnologia Assistiva” na base de dados do Google Acadêmico. Os dados foram coletados, filtrados e entre as publicações do período de 2008 a 2017 foi feita uma análise e síntese da publicação mais citada de cada ano pesquisado, trazendo para a discussão as contribuições desses trabalhos.

Quanto a sua natureza a pesquisa foi básica e quanto à abordagem do problema foi quantitativa porque procurou “traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (KAUARK et al, 2010, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento das publicações abrangendo estudos sobre as tecnologias assistivas, identificamos o caráter interdisciplinar como característica importante desses recursos e serviços.

Partindo do princípio de que as tecnologias assistivas proporcionam a pessoa com algum tipo de deficiência maior independência, qualidade de vida no seu dia a dia e inclusão, através da acessibilidade aos meios de informação e comunicação, de locomoção, de aprendizagem e de relações sociais, vêem diversas áreas do conhecimento se empenharem no desenvolvimento dessas tecnologias o que põe em evidencia sua interdisciplinaridade.

Sabemos das fragilidades em aplicar essas tecnologias nos mais variados contextos, contudo, diante da perspectiva de uma contínua evolução tecnológica, podemos pensar em recursos e serviços cada vez mais disponíveis e mais acessíveis aos mais diferentes públicos, beneficiando pessoas que outrora ficavam a margem da evolução tecnológica. Esperamos que as pesquisas e suas respectivas publicações a cerca das tecnologias assistivas continuem progredindo no mesmo ritmo dessas evoluções tecnológicas, garantindo maior suporte e autonomia aos que necessitam de tais aparatos em seu dia a dia.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre/RS: 2017. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf> Acesso em 31 mar. 2018.

BORGES, W. F.; TARTUCI, D. **Tecnologia Assistiva: concepções de professores e as problematizações geradas pela imprecisão conceitual**. Rev. bras. educ. espec. vol.23 no.1 Marília Jan./Mar. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000100081&lang=pt>. Acesso em 05 jun. 2018.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em 28 abr. 2018.

BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD**. 2009. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>>. Acesso em 31 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2015b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192>. Acesso em 28 abr. 2018.

CAT, 2007. **Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007, Comitê de Ajudas Técnicas**, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/Comitê%20de%20Ajudas%20Técnicas/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.doc> Acesso em: 05 mai. 2018.

CONTE, E.; BASEGIO, A. C. **Tecnologias Assistivas: recursos pedagógicos para a inclusão humana**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.24, n. 2, p. 28-44, jul.-dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/20242/14560>>. Acesso em 07 jun. 2018.

CORRÊA, N. M; RODRIGUES, A. P. N. **Tecnologias Assistivas No Atendimento Educacional Especializado (AEE) de Estudantes Com Deficiência**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n 35, p. 87-101, set./ dez. 2016. Disponível em <<file:///C:/Users/Pc/Downloads/7860-27376-1-PB.pdf>>. Acesso em 08 mai. 2018.

GALVÃO FILHO, T. A. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf>>. Acesso em 02 mai. 2018.

_____. Tecnologia Assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília/SP: Cultura Acadêmica, p. 65-92, 2012.

KAUARK, F. et al. **Metodologia da Pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KOHN, K.; MORAES, C. H. O Impacto das Novas Tecnologias na Sociedade: conceitos e características da sociedade da informação e da sociedade digital. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos/SP: 2007. Disponível em: <<https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1533-1.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2018.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em 28 abr. 2018.

MELLO, M. Tecnologia assistiva. In: GREVE, J.M.D.; AMATUZZI, M.M. **Medicina de reabilitação aplicada a ortopedia e traumatologia**. São Paulo: Manole, 1997.

RELVAS, M.P. **Neurociência na Prática Pedagógica**. Rio de Janeiro:Wak Editora, 2012.

SANTOS, Z.M.S.A. et al. **Tecnologias em Saúde: da abordagem teórica a construção e aplicação do cenário no cuidado**. 1ª ed. Fortaleza/CE: EdUECE, 2016.

SEEGGER, V. et al. **Estratégias Tecnológicas Na Prática Pedagógica**. Monografias Ambientais REMOA/UFMS. v(8), nº 8, p. 1887-1899, ago, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/6196/3695>> Acesso em 31 mar. 2018.

SOUZA, A. B. B.; MEDEIROS, J. C. G. A Tecnologia da Informação e a Gestão do Conhecimento no Ensino da Engenharia. In: **X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Resende/RJ: Out. 2013. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/41518498.pdf>>. Acesso em 31 agos. 2018.

SOUZA, C. H. M. et al. **A construção de Práticas inclusivas e o Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação em Sala de Aula**. Revista Linkania. Ed. 10, v. 1, artigo nº 5, set./dez. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Pc/Downloads/275-838-1-PB.pdf>> Acesso em 01 abr. 2018.

Notas

(1) Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=dPtFbI58J9MC&oi=fnd&pg=PT7&dq=%22Tecnologias+assistivas%22&ots=24mLgFYuTV&sig=mGOcKWkOp-0S1jywNxPdT1a-9hUQ#v=onepage&q=%22Tecnologias%20assistivas%22&f=false>>. Acesso em 29 mar.2018.

(2) Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=o1pV2qXRqjUC&oi=fnd&pg=PA9&dq=%22Tecnologias+assistivas%22&ots=wbz4_mG-DbW&sig=TY0ujdWhcuM2FCVIV6qavkhKZVA#v=onepage&q=%22Tecnologias%20assistivas%22&f=false> Acesso em 29 mar. 2018.

(3) Disponível em:<http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/7843/art_SANTANA_Propostas_de_acessibilidade_para_a_inclusao_de_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 29 marc. 2018.

(4) Disponível em:< <http://www.redalyc.org/html/1801/180119115012/>>Acesso em 29 mar. 2018.

(5) Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/679/393>>> Acesso em 29 mar. 2018.

(6) Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em 29 mar. 2018.

⁽⁷⁾ Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2670/267030687010/>>. Acesso em 29 mar. 2018.

⁽⁸⁾ Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32832015000100207&script=sci_arttext> Acesso em 29 mar. 2018.

⁽⁹⁾ Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3131/313144398012/>> Acesso em 29 mar. 2018.

⁽¹⁰⁾ Disponível em: <<file:///C:/Users/Pc/Downloads/8650620-31686-1-PB.pdf>> Acesso em 29 mar. 2018.

AS NUANCES DA EDUCAÇÃO E OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA: ORALIDADES E SABERES EM MEIO AOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

FERREIRA, Cesar Bernardo

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)
Professor da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC)
Bolsista CAPES
cesarbiologo@hotmail.com*

PUGGIAN, Cleonice

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Humanidade Culturas e Artes – Inter Humanitas
Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP)
cleo.puggian@gmail.com*

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese de resultados e análises de uma tese de doutorado em andamento, que busca discutir a escolarização dos pescadores artesanais da baía de Guanabara-RJ. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIGRANRIO, segundo o Parecer Nº 69116417.0.0000.5283. A metodologia é qualitativa, de abordagem etnográfica, pois busca compreender os fenômenos sociais a partir do universo socioambiental dos pescadores artesanais. Os instrumentos para coleta de dados foram a observação participante e a entrevista etnográfica. Os pescadores colaboradores foram selecionados por meio de uma técnica conhecida como bola de neve, sendo entrevistados primeiramente os líderes de cada colônia, que por sua vez, indicaram outros pescadores artesanais. Procedeu-se a análise do conteúdo destas entrevistas, observando as particularidades da abordagem etnográfica. Foram entrevistados 16 pescadores artesanais. Os resultados preliminares apontam que os pescadores artesanais possuem baixa escolaridade, porém são conhecedores dos seus direitos constitucionais básicos.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais; Baixa Escolaridade; Baía de Guanabara; Desigualdades Sociais; Etnoeducação.

ABSTRACT

This article presents a synthesis of results and analyzes of a doctoral thesis in progress, which seeks to discuss the schooling of artisanal fishermen in Guanabara Bay, Rio de Janeiro. The study was approved by the Research Ethics Committee of UNIGRANRIO, according to Opinion No. 69116417.0.0000.5283. The methodology is qualitative, with an ethnographic approach, since it seeks to understand social phenomena from the socioenvironmental universe of artisanal fishermen. The instruments for data collection were participant observation and ethnographic interview. Collaborating fishermen were selected using a technique known as snowball, with the leaders of each colony being interviewed first, which in turn indicated other artisanal fishermen. The content of these interviews was analyzed, observing the peculiarities of the ethnographic approach. Twenty artisanal fishermen were interviewed. Preliminary results indicate that artisanal fishermen have low levels of schooling, but are knowledgeable about their basic constitutional rights

Key-words: Artisanal fishermen; Low education level; Guanabara's Bay; Social differences; Ethnoeducation.

Introdução

A baía de Guanabara, segunda maior do litoral brasileiro, possui uma hidrologia única, sendo cheia de contrastes. Apesar do intenso processo de metropolização ocorrido ao longo do século XX, várias comunidades tradicionais, em especial aquelas onde vivem pescadores e pescadoras artesanais, continuam resistindo e lutando pelo direito ao território e à vida. A intrínseca relação que as comunidades tradicionais estabelecem com o meio onde vivem contribui diretamente para a preservação da diversidade biológica e cultural do espaço que ocupam (COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010). Percebemos por este viés, que as comunidades tradicionais se identificam pela interdependência dos recursos naturais com os quais edificam seu estilo de vida, pautado no conhecimento acerca da complexa relação harmônica que a natureza lhes oferece, e que tal entendimento é passado de geração a geração através das práticas sociais, pelo discernimento territorial em que exploram e vivem socioeconomicamente (DIEGUES, ARRUDA, 2001).

O conhecimento dos povos tradicionais, ou seja, as inovações, práticas individuais e coletivas que de alguma forma estão associados ao uso da diversidade biológica, pautadas em conjunturas culturais que podem ser identificados como pescadores artesanais, caiçaras, indígenas, quilombolas e coletores, estão assegurados pela Lei 9.985 art. 2º, inciso XV (BRASIL, 2000), na seguinte forma:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Segundo as considerações apontadas por Costa (2010) outro ponto importante ao se conceituar comunidades tradicionais, são as questões identitárias, por compreender as formas pelas quais as comunidades se apresentam e se identificam coletivamente, pelas suas peculiaridades e tradições. Tais afirmações identitárias revigoram os vínculos de pertencimento territorial e coletivo, ampliando os laços entre os indivíduos. A identidade permite a condição do sentimento de pertencimento à terra, de territorialidade, de direito ao uso da terra para subsistência e para a manutenção de suas tradições, separando aqueles que não estão inseridos no contexto social de comunidade tradicional, por não se adequarem ao processo de apropriação de tais costumes.

Dentre as várias comunidades tradicionais, destacam-se na baía de Guanabara os pescadores e pescadoras artesanais, que somam mais de três mil trabalhadores (FIPERJ, 2017). Atualmente há carência de políticas públicas para os pescadores artesanais que atuam na baía de Guanabara. Tais políticas se fazem necessárias para que eles tenham acesso aos serviços sociais básicos, como saneamento básico de suas colônias, principalmente quanto à carência de água potável e rede de captação e tratamento de esgotos, coleta do lixo doméstico e serviços de eletricidade, assim como acesso à saúde, educação e lazer. Essas limitações sociais de acesso às políticas públicas básicas, revelam a desconformidade social existente no cotidiano desses profissionais. Para Cardoso (2002), há ainda a dificuldade da venda do pescado, pois muitos pescadores não possuem acesso a um local específico, para oferecer o seu produto, sendo os mesmos considerados “desprotegidos de políticas públicas”, devido ao fato de serem obrigados a participar de uma negociação repleta de atravessadores, o que reflete na perda de rendimento pelo baixo preço do pescado.

As condições socioambientais e econômicas exercem grande pressão no estilo de vida do pescador artesanal, influenciando no seu modo de trabalho, forçando-o a adequar-se à nova

condição, resultando em consequências na sua saúde, uma vez que há uma forte relação entre ambos, pois a vulnerabilidade dessa classe de trabalhadores, mesmo estando eles no mar ou nos manguezais, pois tais locais podem proporcionar riscos ao pescador, devido às exposições naturais, potencializadas pelas péssimas condições ambientais (ROSA; MATTOS, 2010).

Segundo Braga (2001), para a construção de políticas públicas que atendam efetivamente os pescadores e coletores artesanais, fatores como a compreensão da sua cultura, estilo de vida e tradições, devem ser levadas em consideração, pois são parâmetros essenciais na correta condução das ações sociais, devido às dimensões ambientais e às consequências do processo de metropolização, com relação ao planejamento urbano e suas consequências socioambientais, no que diz respeito ao uso e gestão dos recursos naturais renováveis. O entendimento dessas tradições, culturas e estilos de vida nos remete à percepção da realidade ambiental na qual esses trabalhadores estão inseridos. Há a necessidade de se perceber os métodos de construção de políticas públicas para atender eficazmente essas populações, pois existe uma relação intrínseca entre saúde e a atividade laborativa, onde se constrói uma percepção entre o trabalho e o bem-estar do pescador (MACHADO, 2011).

A atividade de pesca artesanal, para muitas famílias, é a única fonte de proteína disponível, principalmente nas regiões onde há pessoas menos favorecidas, como por exemplo, a região dos bairros de Ramos e Caju, que margeiam a baía de Guanabara, onde se localizam as colônias de pescadores Z-11 e Z-12, respectivamente. São locais que possuem infraestrutura precária. Não há saneamento básico deficiente e ainda encontra-se famílias afetadas pela fome e desnutrição. Estas áreas, assim como tantas outras, são marcadas pela falta de emprego e dinheiro, além de serem locais suscetíveis à violência, principalmente pela ação do tráfico de drogas e milícias.

Os profissionais da pesca se deparam com diversos obstáculos para a realização de seu trabalho, dentre eles a baixa renda familiar, decorrente da falta de condições de trabalho e moradia, do acesso às informações, sejam elas cotidianas ou jurídicas que promovem inúmeros impedimentos para o legítimo exercício da cidadania.

Cabe acrescentar também a contribuição de Begossi (2001) que afirma que a renda familiar do pescador artesanal da baía de Guanabara, oscila em relação à captura do pescado, que decorre de variáveis como poluição, defeso, agentes do intemperismo e, até mesmo as zonas de exclusão pesqueira.

De acordo com Rosa (2010) os pescadores artesanais precisam dedicar a maior parte do tempo à atividade de pesca, passando mais tempo no mar para compensar a baixa renda familiar, o que acarreta em aumento dos riscos à saúde, pois são grandes as variações de temperatura a que são expostos, assim como os acidentes acarretados pela ampliação de suas jornadas de trabalho, inclusive no horário noturno. Há também a dubiedade com relação ao pescado, pois um dia inteiro de trabalho não é sinônimo de êxito na captura do pescado.

Ao longo da pesquisa realizada em 2017 buscamos conhecer a experiência educacional de pescadores e pescadoras que continuam a atuar em cinco colônias de pesca da baía de Guanabara. Nossa intenção era conhecer, dentro de um contexto de violência e exclusão, quais experiências pedagógicas constituíam suas experiências e memórias. Este estudo se justifica por visibilizar os processos educativos de sujeitos invisibilizados e silenciados por processos de desterritorialização e violação dos direitos humanos. Justifica-se também por disponibilizar informações que podem apoiar outros estudos na área da ecologia política e educação ambiental.

Metodologia

Este artigo é um desdobramento da pesquisa “Pescadores Artesanais e Violência na Baía de Guanabara”, que está sendo desenvolvida no âmbito do Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes, da Universidade do Grande Rio. Trata-se de um estudo qualitativo, de inspiração etnográfica, cujos sujeitos são 16 pescadores e pescadoras artesanais ligados à cinco colônias de pesca da baía de Guanabara: Z-8, Z-9, Z-10, Z-11 e Z-12. Dados foram coletados por meio de observações e entrevistas etnográficas, com roteiro semiestruturado, ao longo do ano de 2017. Adotamos dois roteiros de entrevista: um para os líderes comunitários e um para os pescadores indicados (mínimo dois em cada colônia). Realizamos visitas semanais às colônias de pescadores, com o consentimento dos líderes (presidentes).

O roteiro se estruturou a partir de três eixos: o primeiro dedicado à história de vida do pescador, que é a caracterização individual do sujeito, sua experiência como pescador, detalhes familiares, vantagens e desvantagens de ser pescador artesanal na baía de Guanabara; o segundo abordou o trabalho na pesca artesanal da baía de Guanabara; e o terceiro eixo relacionou-se aos conflitos ambientais e à violência envolvendo os pescadores, explorando os maiores problemas que o pescador enfrenta na realização do seu trabalho, medos, confrontos com a indústria petroquímica e tipos de violência já sofridas. Ressaltamos ainda, que para garantir a integridade e anonimato dos pescadores artesanais colaboradores deste trabalho, resolvemos dar-lhes pseudônimos, garantindo assim que seus nomes verdadeiros não sejam revelados.

Todos os colaboradores alfabetizados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual foram apresentadas as condições de participação voluntária na pesquisa e anonimato. Para os analfabetos apresentamos verbalmente todo o processo da pesquisa, solicitando aprovação oral, que foi gravada em áudio. As análises foram conduzidas por meio de um processo de tematização, que apoiaram a construção de argumentos explicativos.

Resultados e Discussões

Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa teve como sujeitos 16 pescadores pertencentes às 5 colônias de pescadores artesanais da baía de Guanabara. As entrevistas aconteceram nas próprias colônias de pescadores entre os períodos compreendidos entre os meses de outubro de 2017, quando o projeto foi aprovado pelo comitê de ética, a dezembro de 2017, segundo o parecer número 69116417.0.0000.5283, momento em que comecei a realizar as entrevistas em campo, iniciando a fase de coleta de dados.

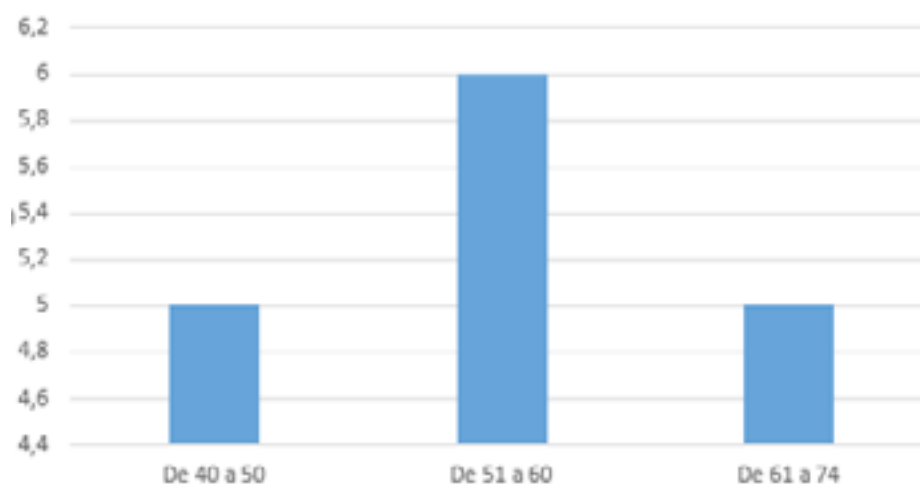
A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como “bola de neve”. Esta forma de amostragem consiste na identificação pelo pesquisador de um ou mais colaboradores que possam ser entrevistados primeiro e que, por sua vez, indiquem outros para participar (BAILEY, 1982; BERNARD, 1995; BALDIN; MUNHOZ, 2011). todavia, considerando os limites técnicos, decidimos também incluir na amostra, dois pescadores de uma associação de pescadores e dois pescadores independentes, ou seja, não vinculados a colônias e associações. Assim, iniciamos pelos líderes comunitários das cinco colônias de pescadores da baía de Guanabara, que indicaram pescadores que foram vítimas de algum tipo de violência durante o exercício de suas atividades. Adotamos dois roteiros de entrevista: um para os líderes comunitários e um para os pescadores indicados.

Fizemos uma entrevista piloto, antes das entrevistas oficiais, que aconteceu com um pescador da colônia Z-10, na Ilha do Governador. A entrevista piloto funcionou como treino, ajudando a aprimorar o roteiro de entrevistas, tanto aquele destinado aos presidentes das colônias, quanto

o roteiro que utilizamos com pescadores artesanais. De acordo com Pedro Demo “é preciso [...] elaborar caminhos e não receitas que tendem a destruir o desafio da construção” (1999, p. 10). Para que a pesquisa aconteça de forma desejável, faz-se necessário que o pesquisador tenha uma postura dialógica junto aos colaboradores, para que haja uma empatia com aqueles com quem se está trabalhando (POLLAK, 1989).

Assim, iniciamos pelos líderes comunitários das cinco colônias de pescadores da baía de Guanabara, que indicaram pescadores colaboradores da pesquisa. A idade dos colaboradores variou entre 42 e 74 anos, assim como, o tempo de profissão como pescador, variou entre 17 e 62 anos de atividade.

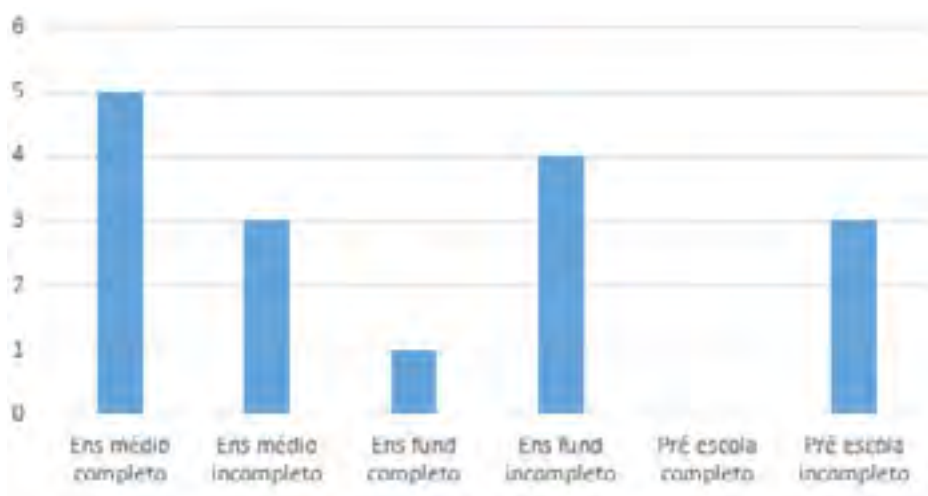
Gráfico 1. Estrutura etária dos pescadores colaboradores da pesquisa.



Alguns pescadores colaboradores afirmam que a sua renda familiar varia entre um salário mínimo a R\$ 2.000,00 por mês por família, dependendo da estação do ano, condições climáticas e da sorte na pesca. Eles atribuem os baixos salários a falta de escolaridade, pois, na época em que estavam em idade escolar, muitos acompanharam seus pais no trabalho como pescador.

(Pescador Figueiredo) Eu escolhi ser pescador, por que eu trabalho com obra também, pintura e trabalho com estamperia, então quando está ruim no mar, aqui em Mauá é assim, tá ruim na água você tem que fazer outra coisa. Agente não tem um grau de estudo, então, na falta do peixe, a gente cai para dentro da obra. Entendeu? Eu fui nessa leva, optei por isso.

Quanto as suas escolarizações, percebemos que os pescadores entrevistados, possuíam níveis variados de escolarizações, indo desde o pré-escolar incompleto até o ensino médio completo.

Gráfico 2. Estrutura de escolarização dos pescadores colaboradores da pesquisa.

Apesar das dificuldades relacionadas a falta de estudos, alguns pescadores demonstram que a ausência da escolarização não é sinônimo de ignorância, pois relatam que em relação a reivindicação dos seus direitos, como no caso da aposentadoria, eles demonstram que sabem se pronunciar muito bem.

(Pescador Antônio) Eu, quando vou no INSS, sempre procuro falar baixinho, procuro ser educado, eles não acreditam que eu sou pescador, eu procuro mostrar para eles que nem todos são iguais. No outro dia falaram até da minha assinatura, falaram: Pescador com uma letra dessas? Eu disse: O que tem a ver minha letra comigo ser pescador? Porque, pescador é o que? É burro é bandido? Falei! Aí, o rapaz falou: Você está me agredindo! Eu disse: Não, você que está me agredindo! Você quer dizer que eu não sou pescador? Meus documentos estão todos aqui e eu nunca trabalhei de carteira assinada! Eu sou pescador desde criança! O cara implicou com a minha assinatura! É ridículo! Eles estão acostumados a receber o pescador e a maioria, realmente, não tem nem o primeiro grau e não tem estudo nenhum... Eu não tenho estudo nenhum, mas gosto muito de ler! Eu posso não ter estudo, mas não sou burro, o que é ser burro?

Complementa outro pescador que diz que, apesar de ser semianalfabeto, o mesmo não se considera "burro", pois sabe, dentre diversas outras coisas, construir barcos, aplicar a matemática corretamente, dentre outros atributos.

(Pescador Jacemir) E, hoje em dia para se aposentar é sessenta anos de idade, quinze de contribuição na colônia... É uma burocracia tremenda! Você sabe que a maioria dos pescadores são analfabetos, ele não é burro! Ele é analfabeto, mas ele não é burro, ele é inteligente, ele faz uma rede, entendeu? Ele faz um barco. Ele não teve escolaridade, mas ele não é burro! Para você tirar um documento, eu tive que falar para o cara assim: Amigo, eu sou semianalfabeto, mal sei escrever meu nome. Eu sei fazer uma conta, eu sei... Entendeu? Eu estudei até a quarta série, mas não sou burro.

Para outro pescador, a escolarização nunca foi problema, pois, segundo ele que nunca gostou de estudar, conseguiu conciliar a pesca artesanal com outras profissões ao longo de sua vida.

(Pescador Ricardo) Nunca gostei de estudar (*risos*) fiz o curso de mergulho na marinha do Brasil, curso de empilhador, de motorista, estudo mesmo somente o científico. Fiz o artigo 91 em um ano, para fazer inspeção visual e fotografia tinha que ter o art. 91. Mas eu nunca abandonei a pesca. Tornei-me pescador quando ainda garoto, vivia na beira da praia, e foi quando o esposo da prima da minha mãe que era pescador, muito

chegado a nossa família e fui um dos primeiros garotos a pescar camarão aqui dentro. Tomei gosto pela pesca e mesmo depois de aposentar, continuo pescando. Comecei a pescar com 10 anos de idade.

Quando perguntado sobre o que é educação, as respostas foram bastante diversificadas, conforme a do pescador colaborador abaixo, que define educação como sendo o conhecimento acumulado durante a vivência, a experiência obtida no cotidiano e com os mais anciãos, e que nas escolas de hoje em dia, devido ao excesso de libertinagens o espaço escolar é diferente de antigamente.

(Pescador Paulo) No colégio você só aprende a ler e a escrever, só isso. Mas educação vem dos idosos, dos meus avós. Quando tem três ou quatro idosos conversando, eu me aproximo... Os sábios da vida, são os idosos. Procurar o que mais? No colégio hoje, você só aprende sobre sexo, como se fuma, como se cheira... Não é mais aquele estudo de antigamente! Continuarei lhe dizendo: Sobrevivência da vida!

Todavia, observa-se nas falas de alguns pescadores, a preocupação com os estudos dos seus filhos, pois, mesmo eles não terem tido a oportunidade de adquirirem uma escolarização satisfatória para conquistar um salário melhor, muitos esforçam-se para proporcionar uma oportunidade de seus filhos irem para a escola.

(Pescador Antônio) Então, se o pescador depender da baía de Guanabara para sustentar uma família hoje, ele não sustenta nem ele próprio! Assim, eu falo, se você for pegar um peixe para comer você pega, mas para se manter, roupa, pagar estudo... Eu acho que ainda consegui sobreviver por que eu consegui comprar um barquinho, fiz minha própria rede... [...] Um cara que tem família, que tem uma filha que estuda, que faz curso, entendeu? Você tem que ter uma internet em casa, pagar conta de luz, de água, de telefone, compras de mês... Não vai sobreviver, da pesca daqui da baía você não sobrevive.

Por outro lado, existem aqueles pescadores que, mesmo com todas as dificuldades características da profissão, acabam por conseguir concluir um ensino técnico, porém, vale ressaltar que esses pescadores não abandonam a pesca, devido a essa escolarização, mas sim, continuam com o trabalho de pescador artesanal, nas colônias de pescadores.

(Pescador Francisco) em 1983 eu vim trabalhar aqui, que meu pai me trouxe, foi quando eu terminei o segundo grau, fiz uma, um curso de enfermagem, aí eu vim pra cá, comecei a trabalhar aqui, quando você termina o segundo grau, você quer logo começar a trabalhar, e comecei a trabalhar como secretária, lá no final... Estou aqui até hoje...

Após a oitiva e interpretação dos depoimentos dos pescadores artesanais, apresentaremos a seguir as conclusões e comentários finais.

Considerações Finais

Através desta pesquisa, pudemos confirmar o que outras pesquisas de etnoeducação vêm nos afirmando, que os saberes empíricos das comunidades tradicionais devem ser considerados, pois eles fazem parte das suas tradições, culturas e estilos de vida, perfazendo assim, numa característica identitária única.

Os pescadores artesanais atribuem a esta baixa escolaridade, a necessidade de trabalhar para o sustento da família, e em virtude das características da profissão que exige que eles tenham que se ausentar por vários dias, devido aos deslocamentos dentro da baía de Guanabara, o que lhes impede de ter um acesso frequente à escola, porém, tal fato, não é impedimento para a realização de suas atividades diárias de trabalho e de vida.

Os pescadores artesanais também tiveram que aprender a profissão de pescador desde muito novos, devido fazerem parte de uma comunidade tradicional, cuja atividade laboral gira em torno do ambiente marinho da baía de Guanabara.

Apesar da baixa escolarização dos pescadores eles demonstram terem o domínio e o entendimento do mundo que os cerca, dos seus direitos constitucionais, além de trazerem ricas experiências de vida, são possuidores de esclarecimento sobre seus direitos trabalhistas, assim como, acerca das políticas públicas inerentes a pesca artesanal.

Percebemos ainda, que a baixa escolaridade é decorrente da alta evasão escolar durante a infância dos pescadores, em função da necessidade de ajudar a família no sustento. Vimos ainda que, na baía de Guanabara foi apontado pelos próprios pescadores, como causa da baixa escolaridade, a falta de adequação da escola à rotina do pescador artesanal, o que faz com que muitos alunos abandonem a escola para acompanharem seus pais, gerando alta evasão escolar.

Independentemente da atualidade e contemporaneidade da temática sobre os povos tradicionais, muito pouco é feito, sob o ponto de vista político, para que o cenário de injustiças ambientais contra as comunidades de pescadores artesanais seja revertido, pelo contrário, percebemos que as políticas públicas para a região da baía de Guanabara, caminha em sentido oposto às propostas constitucionais para consolidar o acesso as condições de trabalho digno, respeitando o direito fundamental acima dos interesses de ordem econômica e as jurisdições territoriais.

Agradecimentos

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Referências

ALTMAYER, F. L. **Pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos-RS: uma análise de sua percepção do meio natural como subsídio para um projeto de educação ambiental**. 1999. Tese de Doutorado. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

BEGOSSI, A. Cooperative and territorial resources: brazilian artisanal fisheries. In: BURGER, J.; OSTROM, E.; NORGAARD, R.; POLICANSKY, D.; GOLDSTEIN, B. **Protecting the commons. A framework for resource management in the America**. Washington: Island Press, 2001.

BRAGA, T. M. **Belo Horizonte: Desafios Da Dimensão Ambiental Nas Políticas Urbanas**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. (SNUC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 13 mar. 2017

CARDOSO, T. A. **Estudos etnoecológicos em comunidades de pescadores de manjuba no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, SP**. 2002. 47f. Monografia (Graduação em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP.

COLAÇO, T. L.; SPAREMBERGER, R. F. L. **Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica**. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 207-230, jan./jun. 2010.

COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2010.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ). **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: FIPERJ, 2017. Disponível em: www.fiperj.rj.gov.br/index.php/arquivo/download/192 Acesso em 15 dez. 2017.

GARCEZ, D. S.; BOTERO, J. I. S. **Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. *Atlântica (Rio Grande)*, v. 27, n. 1, p. 17-29, 2005.

GARCIA, N. M. **Educação nas famílias de pescadores artesanais: transmissão geracional e processos de resiliência**. 2007. Dissertação de Mestrado.

MACHADO, J. M. H. A. **Perspectivas e pressupostos da Vigilância em Saúde do Trabalhador no Brasil**. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. A saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 67-85.

MEDEIROS, R. P.; et al. Diagnóstico sócio-econômico e cultural nas comunidades pesqueiras artesanais do litoral centro-norte do estado de Santa Catarina. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, v. 1, n. 1, p. 33-42, 2006.

PEREIRA, M. O. R. **Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação**. *Práxis Educativa (Brasil)*, v. 3, n. 1, 2008.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1543-1552, 2010.

O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM E SUAS INTERFACES COMO DISPOSITIVOS PARA MOBILIZAÇÃO DE LETRAMENTOS DIGITAIS CRÍTICOS

DANIELE TREVISAN

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT)
daniele.tr@hotmail.com*

CRISTIANO MACIEL

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT)
crismac@gmail.com*

TEREZINHA FERNANDES MARTINS DE SOUZA

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT)
terezinha.ufmt@gmail.com*

Resumo

Neste texto apresentamos reflexões sobre o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e suas interfaces online como dispositivos para a mobilização de letramentos digitais críticos. Para tanto, analisamos quais recursos estão sendo utilizados nas ações formativas que estão sendo desenvolvidas e se possibilitam a mobilização de Letramentos Digitais a partir de um viés crítico em cursos de graduação de uma instituição de ensino superior. A pesquisa de abordagem qualitativa utilizou como método a Etnografia Virtual. Para a produção dos dados foram procedimentos: Levantamento Bibliográfico e análise do AVA utilizado no curso. O contexto da pesquisa foi a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Campus de Cuiabá, sendo objeto de investigação três cursos de graduação que realizaram atividades formativas com o uso do AVA. Os dados da pesquisa nos permitiram realizar análises referente a este espaço formativo como potencializador para a mobilização de letramentos digitais críticos.

Palavras-chave: Ambinete Virtual de Aprendizagem. Letramento Digital Crítico. Ensino Superior.

ABSTRACT

In this text we present reflections on the use of the Virtual Learning Environment - AVA and its online interfaces as devices for the mobilization of critical digital literacy. In order to do so, we analyze which training actions are being developed and enable the mobilization of Digital Literatures from a critical bias in undergraduate courses of a higher education institution. The qualitative approach research used Virtual Ethnography as a method. For the production of the data were procedures: Bibliographic Survey and AVA analysis used in the course. The context of the research was the Federal University of Mato Grosso - UFMT, Campus of Cuiabá, being the object of investigation three undergraduate courses that carried out formative activities with the use of AVA. The research data allowed us to carry out analyzes regarding this formative space as a potentiator for the mobilization of critical digital literatures..

Key-words: Virtual Learning Environment. Critical Digital Literacy. Higher education.

INTRODUÇÃO

O desafio da educação no que concerne à cibercultura é preparar os estudantes para atuarem em uma sociedade interativa, digital e com múltiplas linguagens, sendo necessária a construção de sentido e a criticidade diante daquilo que leem e dos dispositivos que usam. Esse processo de construção de sentido e mobilização de letramentos digitais críticos pode ser potencializada no processo de formação através de práticas e eventos realizados no AVA.

Os AVAs representam um importante recurso para operacionalização de atividades *online*, tanto em cursos de Educação a Distância, quanto em cursos presenciais. Com ele, é possível o compartilhamento de informações, acesso a materiais, interação entre os diversos envolvidos no processo de formação necessitando a mobilização de habilidades de Letramentos Digitais para que o aluno obtenha sucesso em sua aprendizagem.

O AVA pode ser acessado de qualquer dispositivo que tenha acesso a internet, neste ambiente os estudantes têm acesso a textos, apresentações em slides, links de sites com leituras complementares e orientações postadas pelos professores das disciplinas, assim como canais de interação com a coordenação, professores e tutores por meio de e-mail, chat e fóruns de discussão.

Ressaltamos o AVA enquanto um meio de comunicação interativo, e será esse caráter interativo que permitirá verificar as relações estabelecidas pelos estudantes. A internet também é um ambiente de aprendizagem, de comunicação, de interação e as relações ali estabelecidas pelos sujeitos e que podem nos dizer muito sobre os Letramentos Digitais e se este Ambiente tem a potencialidade para a mobilização de habilidades de Letramentos Digitais sob uma perspectiva crítica.

No AVA ocorrem práticas de letramentos digitais que são materializadas pela realização de eventos e micro eventos de letramento digital em seu interior. Consideramos eventos de letramento as disciplinas que são organizadas por meio de processos interpretativos que os estudantes participam e atribuem sentido. Dentro destes eventos de letramento (disciplinas), encontramos micro eventos que são as atividades de aprendizagens desenvolvidas e mediadas pela escrita e leitura e outras linguagens que hibridizam o sonoro, o visual e seus desdobramentos.

Nos embasamos neste texto em Saito e Souza (2011, p. 136) que abrangendo questões apresentadas a partir de tantos outros conceitos disponíveis na literatura sintetizando o que sejam os Letramentos Digitais críticos apresentam a seguinte definição:

Podemos dizer que são letramentos que se dão em vários meios digitais e que preocupam-se com a tomada de posição crítica do usuário frente aos textos que pesquisa, lê, produz, comenta em ambientes digitais; sua consciência das ferramentas e várias semioses para construção de sentido, sempre situado e intencional; sua compreensão e adequação às práticas discursivas do meio digital, que se manifestam através de vários gêneros emergentes (*e-mail, blog, comments, scrap, etc.*); a reflexão sobre suas ações e interações, assim como seu compromisso ético nas práticas digitais; sua tomada de poder: 1) ao estabelecer uma identidade plena de crenças, valores, ideologia, determinada em relação com a alteridade; 2) ao exercer a criticidade e a cidadania em ambiente digital.

Este texto tem a finalidade de apresentar os dados preliminares e as discussões iniciais acerca do objeto de investigação da pesquisa realizada no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. A pesquisa tem como objetivo compreender os diferentes letramentos mobilizados pelos estudantes nas práticas e eventos de Letramentos Digitais e a contribuição destes para se delinear uma perspectiva crítica dos Letramentos Digitais.

Apresentamos, neste texto, as discussões em andamento que se referem ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e suas interfaces online que se constituem como dispositivos para a mobilização de letramentos digitais críticos. Para tanto, analisamos quais ações formativas estão sendo desenvolvidas e se possibilitam a mobilização de Letramentos Digitais a partir de um viés crítico.

Ressaltamos, porém, que os demais recursos utilizados no AVA também apresentam a possibilidade de mobilizar as habilidades de interseção das dimensões dos Letramentos Digitais, mas não apresenta interação entre os participantes

O texto está organizado em três partes, na primeira apresentamos uma contextualização do AVA e as principais interfaces utilizadas para atividades formativas. Em seguida apresentamos o percurso metodológico da pesquisa. Na sequência apresentamos a organização dos cursos e a análise sobre a potencialidade para a mobilização de Letramentos Digitais Críticos a partir do recurso fórum no AVA.

O AVA E SUAS INTERFACES ONLINE NOS CURSOS SUPERIORES

Os ambientes virtuais de aprendizagem configuram a base para a comunicação e o diálogo entre os atores envolvidos no processo formativo, pois estes podem estar separados no espaço e no tempo, mas deve existir uma comunicação e interação entre ambos por meio de recursos tecnológicos, envolvendo práticas e eventos de Letramentos Digitais.

Conhecidos como Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVAs, esses “espaços” virtuais ensejam uma educação mediada por Tecnologias da Informação e da Comunicação, que, no tempo dos sujeitos envolvidos no processo de ensino, aprendizagem e avaliação (em especial coordenadores, professores, tutores e alunos), permite-lhes a busca por conhecimentos e capacitação (MACIEL, 2013, p. 7).

Na instituição pesquisada o AVA utilizado é o *MOODLE* - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment. O Moodle é uma plataforma de aprendizado projetada para fornecer aos educadores, administradores e alunos um sistema robusto, seguro e integrado para criar ambientes de aprendizado personalizados (MOODLE, 2018). É a partir da utilização desta plataforma que são realizadas as ações formativas a distância na Universidade Federal de Mato Grosso, inclusive as atividades pedagógicas.

Em toda a história da educação, as atividades pedagógicas sempre desempenharam papel fundamental no processo de ensino aprendizagem, ora como práticas mecânicas, cópias de modelos, reflexões libertadoras ou desenvolvimento de competências e habilidades. [...] Logo, também na EaD as atividades têm um papel importante, mas talvez até maior, pois visam ainda garantir o engajamento do aluno no processo de aprendizagem, que, na aula presencial, ficaria a cargo das mediações e interações propostas pelo professor (PEREIRA, SILVA e MACIEL, 2013, p. 106-117).

Pereira, Silva e Maciel (2013) nos apresentam como mobilizar conhecimentos e habilidades diferentes do aluno, de modo que este seja convidado a uma real reflexão, e não apenas a uma relação instrumental com o conhecimento. Desse modo, apresentamos neste texto a descrição das ferramentas disponíveis em AVAs a partir da abordagem destes autores.

Conforme Pereira, Silva e Maciel (2013, p. 101) os fóruns são ferramentas que favorecem a construção coletiva de conhecimento, pois tem a possibilidade de promover a interação entre os alunos com os demais envolvidos no processo educativo.

[...] Inicialmente é preciso ter em mente algumas questões: “Qual é o objetivo que norteia a implantação do(s) fórum(ns) naquele curso?”, “Sanar dúvidas de alunos?”,

“Permitir diálogos descontraídos entre os alunos, sem relação direta com o curso?”, “Estimular troca efetiva entre os seus participantes e a construção de comunidades de aprendizagens”, Permitir a realização de atividades específicas?” (PEREIRA, SILVA e MACIEL, 2013, p. 101).

Percebemos assim, que os fóruns podem ter diversas finalidades, dependendo do professor da disciplina analisar com qual propósito ele poderá ser utilizado para que possa gerar um avanço nas aprendizagens e de forma que possibilite uma maior interação entre os alunos.

A atividade do fórum permite que alunos e professores troquem ideias publicando comentários como parte de um “tópico”. Arquivos como imagens e mídia podem estar incluídos nos posts do fórum. O professor pode optar por classificar as postagens do fórum e também é possível dar aos alunos permissão para classificar as postagens uns dos outros (MOODLE, 2018, p. 1).

Para atender as necessidades do tipo de atividade a ser realizada, o ambiente virtual de aprendizagem Moodle (MOODLE, 2018) possibilita a criação de diversos tipos de fórum, que oportunizam diferentes tipos de discussão, entre eles:

Fórum padrão para uso geral: neste fórum os estudantes verão um texto de introdução acima da lista de discussões. Os alunos veem um botão para iniciar uma nova discussão e podem postar suas mensagens.

Fórum de discussão simples: neste fórum os professores postam uma pergunta e os alunos só podem responder. Eles não podem iniciar um novo tópico de discussão. Isso é útil para manter a discussão focada.

Fórum perguntas e respostas: neste fórum o professor publica uma pergunta e os alunos respondem, é utilizado quando se tem uma questão específica para ser respondida.

Fórum padrão exibido como um blog: funciona como o fórum padrão para uso geral, mas o primeiro post de cada discussão é exibido (como em um blog) para que os usuários possam lê-lo e depois escolher responder clicando no botão “Discutir este tópico” botão na parte inferior direita do post.

Os chats também são um recurso utilizado na comunicação virtual e no AVA, caracteriza-se como um ambiente que possibilita a comunicação síncrona, em que dois ou mais participantes realizam um processo de interação similar ao processo face a face.

Chat são atividades de comunicação síncrona, viabilizados por ferramentas de mensagens instantâneas entre os membros de uma comunidade virtual ou de um curso em EaD. Graças a seu caráter síncrono, chats simulam o caráter dinâmico da interação face a face, permitindo que alunos, tutores e professores se conheçam um pouco mais - não só por aquilo que dizem, mas também pelo momento em o fazem. (Pereira, Silva e Maciel, 2013, p. 106).

Pereira, Silva e Maciel (2013) ressaltam, porém, que existem alguns pontos a serem considerados ao utilizar esses recursos no ambiente educacional, o primeiro fato diz respeito ao fato de o chat ser utilizado de forma descompromissada e não como ferramentas pedagógicas. Pois seu uso está muito ligado pelos alunos ao lazer e a interação. Outro ponto crucial abordado pelos autores é a necessidade do alto grau de letramento digital dos alunos, uma vez que, existem regras de conversação distintas da conversa face a face presencial que determinam seu bom uso. Sem considerar essas especificidades, o uso do recurso para fins educacionais pode ficar comprometido quanto aos resultados do processo de comunicação e aprendizagem.

Ademais, se na interação face a face a linguagem corporal e facial, bem como a entonação das frases, nos ajudam a construir sentidos e veicular mensagens, esse recurso inexistente no chat. [...] Do mesmo modo, recursos como *emoticons*, e formatações (tamanho, cor e tipo da fonte) podem ser indicativos de sentidos complementares a mensagem, funcionando como os traços suprasegmentais da fonética tradicional (ritmo, entonação, velocidade, etc) (PEREIRA, SILVA E MACIEL, 2013, p. 107-108).

Além do exposto, ainda se faz necessário compreender a variante linguística empregada em mensagens instantâneas como abreviações, estrangeirismos. Outro fator importante é ressaltar a diferença entre um chat comum e um chat educacional.

Pereira, Silva e Maciel (2013), mencionam a importância do planejamento do chat com objetivo educacional e o processo de concepção desta ferramenta ainda na fase de planejamento do curso, deixando muito claro os objetivos a serem empregados, bem como quais serão as discussões a serem realizadas e por quem serão conduzidas

Outro recurso disponível no AVA são as atividades no formato de envio de arquivo, este tipo de atividade, destina-se a elaboração do aluno, podendo ser realizada de forma individual ou em grupo e o resultado da elaboração que pode ser em formato de texto, vídeo, imagem ou outros é enviada pelo ambiente para avaliação pelo professor/tutor.

Esse texto tem a função de acionar o conhecimento prévio do aluno, estimulando-o a não apenas memorizar os conceitos, mas relacioná-los com outros conhecimentos de que disponha. Isso torna a atividade mais reflexiva e permite que o aluno aprenda a traçar relações entre os diferentes campos do saber. Como o aluno tem a oportunidade de aprender um pouco mais sobre o conteúdo enquanto realiza a atividade, essa passa a ser entendida não apenas como testagem, mas como aprendizagem efetiva (PEREIRA, SILVA e MACIEL, 2013, p. 112-113).

Com o envio de envio de arquivo, os estudantes enviam aos professores os resultados de suas produções, que são elaboradas a partir da orientação do docente em consonância com o plano de ensino. Se bem planejada, essas atividades levam os alunos a processos de busca de informações e construção de aprendizagens com sua elaboração, seja a partir de textos, imagens, vídeos ou outros formatos que podem ser solicitados e enviados.

O Fórum é considerado um ambiente com um grande caráter de interação, além disso, outro fator relevante, refere-se aos vários gêneros textuais que podem ser postados nele, dependendo da solicitação da atividade: debate, reflexão, resposta de enunciado, comentário, discussão sobre um determinado tema, entre outras. Diante disso, optamos por analisar os eventos e micro eventos de Letramentos Digitais realizados no AVA com o recurso fórum.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa de abordagem qualitativa utilizou como método a etnografia virtual (Hine, 2004). A escolha desse método nos possibilitou a realização de etnografia mediada por computador fornecendo os subsídios necessários para a pesquisa cultural baseada na internet. Buscamos compreender os diversos usos e apropriações que os atores sociais fazem no AVA, entendendo-o como um artefato cultural com significados culturais diversos.

Neste sentido, a Etnografia Virtual contribuiu para estabelecer e buscar significados e sentidos sobre a mobilização de habilidades de letramento digital no ciberespaço. Para a produção dos dados foram procedimentos: Levantamento Bibliográfico e análise das interações realizadas pelos estudantes no AVA através do recurso fórum.

O contexto da pesquisa foi a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Campus de Cuiabá em que contamos com a participação de estudantes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância, Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, modalidade Semipresencial e Bacharelado em Ciência da Computação, modalidade presencial que realizaram atividades formativas com o uso do AVA.

ANÁLISE DOS CURSOS: MOBILIZANDO LETRAMENTOS DIGITAIS CRÍTICOS

Como a pesquisa é voltada para analisar práticas de letramentos de estudantes dos cursos de graduação em Sistemas de Informação, Ciências da Computação e Pedagogia e habilidades de Letramento Digitais mobilizados em eventos e micro eventos de Letramentos Digitais, realizamos a observação no AVA. Neste ambiente, são desenvolvidas atividades em diferentes recursos (fóruns, chat, troca de mensagens com diversas linguagens como vídeos, textos, imagens) que se constituíram, nesta pesquisa, como eventos e microeventos de Letramentos Digitais

No curso de Pedagogia, optamos pela observação dos eventos de letramento referente as etapas 1, 2 e 3. Selecionamos um micro evento de cada etapa. Na etapa 1 que teve como base o estudo dos capítulos I e II do Fascículo I e da leitura do texto complementar de Carlos Benedito Martins: "O que é Sociologia?" Foi analisada o micro evento fórum em que os alunos deveriam "Apresentar as relações entre os fatores que levaram ao desenvolvimento da sociedade capitalista e contribuíram para o surgimento da sociologia." (UFMT, 2018, p. 4)

O segundo micro evento analisado foi desenvolvido no evento de letramento da etapa 2 em que foi realizada o estudo Fascículo I, capítulos II (Durkheim) e III (Marx), e análise do filme Tempos Modernos de Charles Chaplin. O micro evento consistia em "fazer uma análise sociológica do filme "Tempos Modernos", utilizando alguns conceitos da sociologia durkheimiana (solidariedade, divisão do trabalho, anomia, consciência coletiva), e alguns conceitos da sociologia marxista (alienação, mais-valia, classes sociais, modo de produção)" e postar no fórum.

O terceiro micro evento analisado teve como base o estudo dos capítulos do Fascículo I, capítulos IV, a Sociologia Compreensiva de Max Weber e a Teoria da Ação de Pierre Bourdieu. No fórum do evento de letramento da etapa 3 a orientação do professor é que os estudantes realizem uma "análise de uma situação cotidiana do ambiente familiar ou de trabalho, com base nas explicações de Weber, utilizando o tipo de ação, relação social, racionalidade, relações de poder, e/ou de Bourdieu, utilizando os conceitos de habitus, espaço social, campo, capitais e violência simbólica" (UFMT, 2018). A partir das leituras indicadas para a realização da etapa, os estudantes devem elaborar suas respostas que devem ser postadas no Fórum intitulado "Atividade 4 - Fórum".

No curso de Ciência da Computação, optamos pela observação do evento de letramento referente ao fórum intitulado "Regulamentação da profissão" o professor inicia o tópico com uma explicação sobre a regulamentação da profissão de informática e informa que a SBC adotou uma posição institucional neste sentido. Com a indicação de uma fonte para embasar a discussão, que é fornecido o link para acesso, a atividade orienta que os alunos "Com base em fontes bibliográficas, de sua opinião sobre tal posição e sobre as soluções encaminhadas neste sentido" (UFMT, 2018).

No curso de Sistemas de Informação, o evento escolhido foi o fórum "Termos de Uso e/ou Políticas de Privacidades", neste fórum o professor inicia apresentando uma contextualização sobre os termos de uso e políticas de privacidades que estão presentes em qualquer sistema

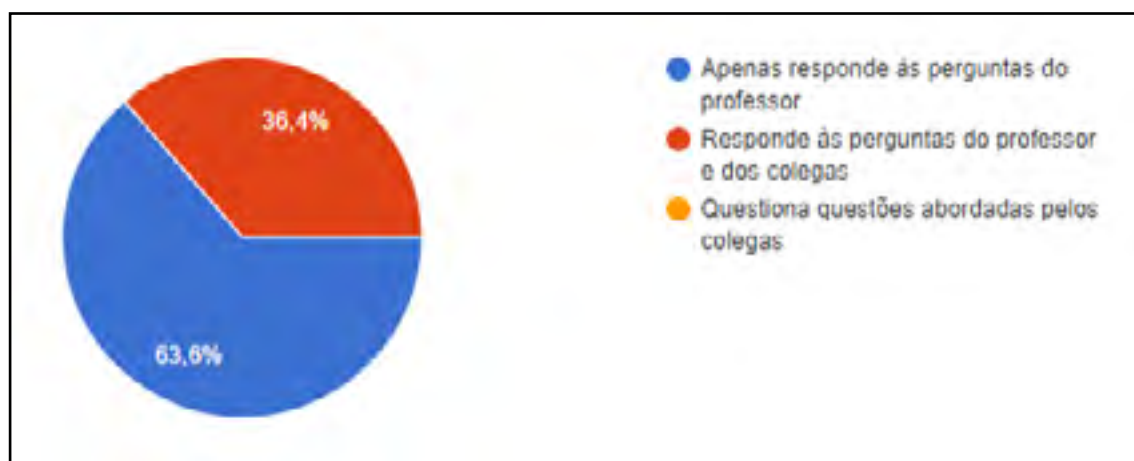
mencionando a existência de problemas sobre a apresentação destes termos. Diante disso, o fórum solicitava que os estudantes “Com base nos sistemas que vocês estão estudando e nas suas experiências problematizem sobre esta temática”.

É importante destacar a necessidade em explorar o tema/conteúdo, sustentando as respostas nas leituras com antecedência para o alcance de subsídios teóricos e com apoio destas leituras adentrar o ambiente de discussão e interação favorecendo assim a construção de conhecimentos coletivamente.

Ressaltamos a importância de indicar as leituras indicadas, bem como o link em que se encontram disponíveis os filmes ou outros materiais que deverão ser acessados pelos alunos, como fizeram os professores, orientando os estudantes a buscarem sustentar suas argumentações com base em leituras teóricas que ampliam a possibilidade de discussões.

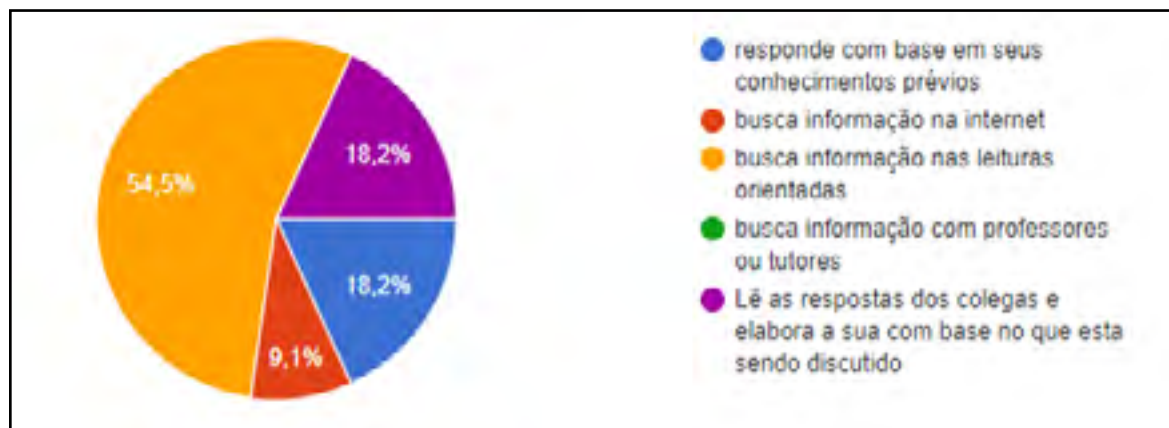
A utilização do fórum também perpassa pela utilização do trabalho colaborativo. Muitos estudantes ainda percebem o fórum como um mero recurso de divulgação e postagem das mensagens, sem utilizar o espaço para o diálogo. Isso fica evidente ao analisar as respostas dos estudantes ao serem questionados se participam ativamente nas atividades realizadas no fórum, diante deste questionamento, 63,6% responderam que participam somente quando o fórum é avaliativo, 27,3% responderam que participam de todos e 9,1% afirmaram nunca participar. Sobre a forma de participação no fórum, 63,6% afirmaram apenas responder as perguntas do professor e 36,4% que respondem as perguntas do professor e dos colegas. Outro dado que nos permite inferir que o fórum não se constitui um espaço de interação e comunicação para a discussão dos assuntos relacionados aos conteúdos do curso é o fato de 72,7% dos estudantes afirmarem que após responder a questão do professor no AVA não continuam acompanhando a discussão, apenas 27,3% afirmam continuar a participar do fórum.

Gráfico 1. Participação no fórum pelos estudantes



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa (2018)

Esses dados, nos permite compreender que a participação é realizada apenas para cumprir com uma atividade avaliativa, que interfira na nota do estudante, sem interação entre os participantes, o que inviabiliza a utilização do recurso e a exploração de todas as suas possibilidades para ampliar os espaços formativos de forma colaborativa.

Gráfico 2. Fontes para elaboração de argumentação nas respostas no fórum

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa (2018)

Para superação desta dificuldade, o professor, tutor ou orientador pode desenvolver o papel de mediador valorizando as interações e expandindo a discussão incentivando-os a revisitarem as postagens, a fim de ressignificarem o conhecimento socializado. A partir da compreensão pelos estudantes da forma de trabalho com o fórum e as possibilidades de aprendizagem que este recurso apresenta, as mediações começam a ocorrer de forma natural, sem a necessidade de mediação, ficando os próprios alunos com o papel de mediadores.

Dos fóruns analisados, percebemos que os alunos se limitaram a acessar o recurso e postar suas respostas, com algumas respostas em postagens dos colegas apenas concordando ou reforçando o que foi afirmado.

No fórum de SI houve mediação do professor e percebemos que o nível de interação foi maior. O professor realizou questionamentos diante das respostas apresentadas pelos estudantes, o que fez com que estes revisitassem o fórum, reavaliassem sua resposta e elaborasse os argumentos diante do questionamento. Diante do questionamento do professor e da resposta do estudante, os colegas também passaram a questionar uns aos outros e apresentar se concordavam ou não com os argumentos apresentados.

Percebemos assim, uma ampliação da temática surgida a partir das discussões entre os alunos, sem sair do foco, é percebida a ampliação do assunto e a rede das discussões de forma natural e com a participação de todos com mensagens de respostas a questões abordadas, respostas de respostas e diversos comentários sobre as respostas apresentadas. O tópico inicial do referido fórum (Regulamentação da profissão) desdobrou-se em mais 05 tópicos de discussão (regulamentação e instituição do conselho profissional, regulamentação da profissão de informática, diploma ou não, modelos de conselhos tradicionais e exigência ou não da regulamentação tradicional da profissão).

Já nos fóruns dos demais cursos, foi muito baixo o índice de interação e mediação, quase todos os estudantes limitaram-se a postar suas respostas diante do questionamento do professor e postando algumas respostas em que complementavam ou concordavam com os colegas. Ressaltamos, porém, que no plano de ensino não é explicitado os objetivos da utilização do recurso fórum, bem como o objetivo da atividade e dos critérios de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa nos permitiram perceber que em práticas e eventos de letramentos digitais realizados via AVA este espaço formativo apesar de ter potencialidade para a mobilização de letramentos digitais críticos ao mapear os eventos de Letramentos Digitais realizados pelos estudantes percebemos que os fóruns trouxeram algumas contribuições, mas poderiam ter tido melhores resultados de houvesse um maior índice de participação dos estudantes.

Apesar disso, nos fóruns analisados os estudantes ressignificaram suas reflexões a partir de vivências e contextos em que estão inseridos, bem como suas crenças, valores, a relação com os teóricos estudados. No curso de Pedagogia as discussões realizadas possibilitaram reflexões sobre as ideologias presentes historicamente na sociedade, relacionando-as com o contexto atual e identificação de questões dominantes ainda presentes em nossa sociedade.

As habilidades voltadas as questões tecnológicas estavam mais presentes nos fóruns dos cursos de Ciências da Computação e Sistemas de Informação, considerando que as discussões realizadas se situavam nas temáticas que envolviam o uso de tecnologias. Apesar disso, percebemos habilidades de letramentos digitais sob uma perspectiva crítica, uma vez que, para que responderem as questões propostas precisavam refletir a partir de seu entendimento sobre a profissão e sobre o uso das tecnologias. Para perceber a mobilização de letramentos digitais críticos no uso do fórum destacamos a importância da proposta de atividade levar em consideração aspectos relacionados a reflexão do estudante, tanto sobre o contexto de produção dos discursos, quanto sobre o potencial de análise da realidade ao se posicionarem.

Referências Bibliográficas

ANJOS, Alexandre Martins dos. **Tecnologias da Informação e da comunicação: aprendizado eletrônico e ambientes virtuais de aprendizagem**. In: MACIEL, Cristiano (Org). Educação a Distância: Ambientes virtuais de aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**. 2007. 284 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. **Letramento e Inclusão: Do estado-nação à era das TIC**. D.E.L.T.A. 25:1, 2009 (1-38)

HINE, Cristine. **Etnografía virtual**. Tradução do inglês de Crtsuen P. Hormazabal para versão em espanhol. Barcelona: Ed. UOC, 2004. (Coleção Nuevas Tecnologías y Sociedad).

JORDÃO, Clarissa Menezes. **Abordagem Comunicativa, pedagogia crítica e letramento crítico - farinhas do mesmo saco?**. In: ROCHA, Cláudia, Hilsdorf. MACIEL, Ruberval Franco. (Orgs). Língua Estrangeira e Formação Cidadã: por entre discursos e práticas. Campinas/SP: Pontes editores, 2015.

_____, Clarissa Menezes. **As lentes do discurso: Letramento e criticidade no mundo digital**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 46(1): 19-29, Jan./Jun. 2007

MACIEL, Cristiano (Org). **Educação a Distância: Ambientes virtuais de aprendizagem**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

MOODLE. In: Atividade do Fórum. Disponível em: https://docs.moodle.org/34/en/Forum_activity Acesso em 03 de maio de 2018.

PEREIRA, Vinicius Carvalho; SILVA, Cristiane Brasileiro Mazacoli; MACIEL, Cristiano. **Recursos e atividades para materiais instrucionais em AVA**. In: In: MACIEL, Cristiano (Org). Educação a Distância: Ambientes virtuais de aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2013

ROSA, Fernanda Ribeiro. **Por um indicador de letramento digital: uma abordagem sobre competências e habilidades em TICs**. VI Congresso Consad de Gestão Pública. 2013.

SAITO, Fabiano Santos; SOUZA, Patrícia Nora de. **(Multi)letramento(s) difital(is): por uma revisão de literatura crítica**. Linguagens e Diálogos, v. 2, n. 1, p. 109-143, 2011. Disponível em: <http://linguagensedialogos.com.br/2011.1/textos/19-art-fabiano-patricia.pdf> Acesso em 18 de maio de 2017.

SOARES, Magda. **Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Cibercultura**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 24 de maio de 2018.

SOUZA, Terezinha Fernandes Martins de. **Ondas em Ressonância: Letramentos Digitais de Estudantes na Universidade Aberta de Portugal**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC. 2016

UFMT. **Guia de Estudo Sociologia 1 Fascículo 1**. Licenciatura em Pedagogia Modalidade a Distância. SETEC/UFMT. Cuiabá/MT. 2018

_____. **Plano de Ensino. Engenharia De Software**. Ciência da Computação/Campus Cuiabá.

_____. **Plano de Ensino. Tópicos Especiais em Engenharia De Software**. Sistemas de Informação/Campus Cuiabá. UFMT. Cuiabá/MT. 2017.

O ESTATUTO DAS CIDADES NO DIREITO AMBIENTAL: A FLEXIBILIZAÇÃO DA MÁXIMA PROTEÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO CONDICIONANTE DA QUALIDADE DE VIDA EM MACAPÁ

AGUIAR, Tatianny Pinheiro¹

FURTADO, Leorimir²

FERREIRA, Emilisse³

RESUMO: O Direito Ambiental trata-se de um direito fundamental a qualidade de vida, contempla em seu conteúdo princípios essenciais para a construção de um espaço em harmonia com o ser humano. Essa pesquisa busca interligar o direito ambiental e o social, costumes e culturas. Destarte que o próprio Direito Ambiental tem como função social a interação entre o poder público, a sociedade e o meio ambiente, interligando o desenvolvimento das cidades com a segurança e respeito a futuras gerações, uma análise direta a capital Macapá no estado do Amapá através de pesquisas, usando método qualitativo.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Qualidade de Vida. Estatuto da Cidade.

ABSTRACT: The Environmental Law it is a fundamental right to quality of life, includes in its content basic principles for building a space in harmony with humans. This research seeks to link the environmental law and social customs and cultures. Thus they have their own Environmental Law as a social function the interaction between government, society and the environment, linking the development of cities with respect to safety and future generations, an analysis direct to Macapá capital of Amapá through research using qualitative method.

Keywords: Development. Sustainability. Quality of Life. Migration.

INTRODUÇÃO

O Direito Ambiental é direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 enquanto pedra de torque do ordenamento jurídico, já que fonte primeira do próprio sistema., a Lei “mãe” do nosso País, e é amparado por diversas outras leis no ordenamento jurídico, como o Estatuto da Cidade. No entanto, procuramos entender se a sociedade é amparada por este direito, a ponto de se torna uma qualidade de vida. Qualidade de vida que é também exaltada pela Carta Magna.

O interesse pelo assunto é explicado pela falta de aplicabilidade dos Direitos citados acima, mesmo havendo legislações que ajudam na adequação de uma sociedade mais saudável e sustentável, questiona-se o porquê de não as aplicar, colocá-las em prática e fazer acontecer o futuro das próximas gerações.

A problemática é enfatizada não só em um único centro específico, cidade, município ou região, mais sim em todo Brasil, são incontáveis as cidades que possuem o estatuto das cidades elaborados e o Direito ambiental disponível para aplicação e ainda assim ficam arquivados, com planos que nunca se concretizam e com metas sem prazos.

1 Especialista em Direito do Trabalho pelo Centro do Melhor Ensino do Amapá (CEAP); Professor do Curso de Direito das Faculdades de Macapá (FAMA) e da Faculdade Estácio de Macapá (SEAMA);

2 Mestre em Política e Direito Ambiental pela Unversidade Federal do Amapá (UNIFAP); Professor do Curso de Direito e Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica das Faculdades de Macapá (FAMA);

3 Graduando em Direito na Faculdade de Macapá (FAMA) e monitora do Núcleo de Prática Jurídica da FAMA.

Objetiva-se a busca de um entendimento sobre a necessidade de o direito Ambiental e o estatuto da cidade se tornarem efetivamente um complemento essencial do direito a qualidade de vida. A metodologia usada é estritamente a revisão bibliográfica e a pesquisa documental.

O artigo se divide em 4 capítulos, obtendo como primeiro a justificativa que têm como objetivo explicar o porquê da pesquisa, quais seus objetivos, e o método usado para obter a coleta de informações. O capítulo seguinte, destaca a história de Macapá, cidade escolhida como principal foco da pesquisa para indagação do problema. O terceiro capítulo destaca a importância do estatuto da cidade como qualidade de vida, e o último contém o que se concluiu da pesquisa, obtendo bem como o resultado positivo ou negativo acerca da problemática.

1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO AMAPÁ E OS IMPACTOS COM A MIGRAÇÃO

Em 04 de fevereiro de 1758 Mendonça Furtado dirigiu-se a região da costa do Macapá e instalou ali a vila de São José de Macapá que é o monumento mais antigo da cidade, sua construção dada do século XVIII. Foi inaugurada no dia 6 de março de 1671 com a presença de Dom Frei Miguel de Bulhões, Membro da Companhia de Jesus, ordem religiosa que iniciou a catequese na Amazônia.

A igreja leva o nome do santo padroeiro da cidade, nela realiza-se a maior festa religiosa, com missas, ladainhas e outros rituais católicos, em volta da igreja monta-se barracas para o arraial com leilões e venda de doces. Festa em homenagem exclusiva ao padroeiro da cidade de Macapá, a igreja de São José de Macapá que se popularizou no início do século XX. Porém é comemorada no dia 19 de março, data da fundação da Fortaleza de São José de Macapá e dia consagrado ao santo.

O município de Macapá foi criado através do decreto-lei imperial nº 87 de 30 de abril de 1841, em 6 de setembro de 1856 recebeu o título de cidade pela lei provincial 281 e pertencia ao estado do Pará.

Com a criação do território federal do Amapá, pelo decreto-lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, Macapá torna-se a capital do território pelo decreto-lei federal nº 6.550 de 31 de março 1944 e no ano de 1988 com a promulgação da Constituição acontece a transformação do Território Federal do Amapá em Estado do Amapá. (MORAIS, 2006)

Com a criação a base administrativa da Indústria e Comércio de Mineração (ICOMI) no território federal no ano de 1950 que se iniciou em Santana, acabou atraindo muitas pessoas para o território e causou profundas modificações no município de Macapá.

A expansão da cidade foi o mais evidente, mas houve também uma série de problemas relacionados com a expansão; de acordo com o censo de 2010 aproximadamente 90% da população residente no Estado está concentrada em áreas urbanas (IBGE, 2010). A grande concentração da população em áreas urbanas amplia os problemas sociais, com poucas oportunidades de trabalho e renda, insuficiência de habitações adequadas, deficiência e/ou insuficiência de transporte público, saneamento deficiente, insuficiência e deficiências em serviços educacionais e de saúde. O fato de ser considerado um dos Estados mais urbanizados estar longe de representar um indicador positivo para o Amapá demonstra uma forte desigualdade territorial e social, com a falta disso tudo, a qualidade das habitações decaiu muito, principalmente nos bairros novos e periféricos. O crescimento populacional que causou a expansão não planejada da cidade trouxe diversos outros principalmente para planejamentos futuros para a infraestrutura.

Os fluxos migratórios que ocorrem em direção à Macapá e para as cidades em que são instalados projetos de grande porte no estado, trazem uma constante transformação no espaço urbano e as mazelas que advêm de uma expansão urbana não organizada.

O município de Macapá teve diversos planos para ordenar o crescimento da cidade, dentre eles é possível citar o diagnóstico da Fundação João Pinheiro, HJ Cole e Grumbilf, elaborados no período do território federal, e mesmo com a existência destes planos, a cidade cresce desordenadamente, pois destes pouco foi implementado.

Em estudos feitos pelo IEPA foi identificado um total de 18 ressacas localizadas em cerca de 20% do perímetro urbano de Macapá e Santana. Em Macapá foram identificadas as ressacas do Açaí, Canal do Jandiá, Chico Dias, Lago da Vaca, Lagoa dos Índios, Marabaixo, Muca, Nova Esperança, Perpétuo Socorro, Pacoval, Pedrinhas, Sá Comprido e Tacaca. A ocupação da ressaca da Lagoa dos Índios é a maior, com uma área total de 8.891.612 m², seguida da ressaca do Tacacá com 3.843.387,50 m², seguida da ressaca Igarapé Fortaleza com 3.308.568,75m². O Estudo identifica ainda que a utilização das ressacas como espaço para moradias é a forma que mais causa impactos sociais e ambientais, ocasionada pela falta de planejamento urbano e pela explosão demográfica (TAKYAMA et al, 2012, p.7).

Compromissos assumidos pelos gestores municipais possibilitaram implantação de instrumentos legais de proteção à ocupação das ressacas. Em Macapá a Lei n. 94/1998 passou a considerar como área de preservação permanente toda e qualquer vegetação junto às ressacas, lagos, lagoas, reservatórios naturais e artificiais, nascentes e demais cursos d'água. A Lei no. 0455/99 tombou as áreas de ressacas do estado do Amapá, sendo privilegiadas como áreas protegidas as ressacas localizadas no perímetro urbano (TAKIYAMA et al, 2012).

Maricato (2008) apresenta que o indicador que mais representa a piora das condições de vida urbana é o aumento da violência, que no Brasil, no final da década de 90 era de 24,10 homicídios para cada 100 mil habitantes, porém em São Paulo e Rio de Janeiro esse indicador era maior que 55 homicídios para cada 100 mil habitantes. Segundo a autora, esses fatos seriam recentes na história brasileira, pois a violência social era característica de zonas rurais atrasadas.

É notório que grandes fluxos migratórios que ocorrem devidos a grandes projetos, atraem muito mais pessoas que o necessário para sua operação, e tirando aquelas que conseguem se encaixar dentro da economia local, muitas delas ficam desempregadas.

Segundo Maricato (2008), nos últimos 50 anos, alguns indicadores melhoraram sensivelmente, a exemplo, o de mortalidade infantil, que em 1940 era de 149 mortes por 1000 nascidos, e que em 1999 caiu para 34,6 mortes a cada 1000 nascidos. Outro indicador que melhorou foi o de expectativa de vida ao nascer, que subiu de 42,7 anos em 1940, para 68,4 anos em 1999, assim poderia ser dito que a qualidade de vida melhorou, mas isso só pode ser dito de forma genérica, afirma Maricato. Também, neste período as desigualdades aumentaram, a percentagem da renda que ficava na mão dos 11% mais ricos subiu de 58,3% para 61,5%, enquanto a parte da renda que ficava com os 50% mais pobres da população diminuiu de 14,5% para 13,3%.

Castells (1983) indica que forma como a distribuição social vai se instalar em um espaço depende do modo de produção vigente. O modo como as pessoas se relacionam é que determina como serão as cidades, e o modo de produção vigente é o capitalismo. Dentro deste modo de produção, o que mais influenciou o início de forte fluxo migratório para o norte durante a metade do século XX foi a doutrina keynesiana, que pregava a intervenção do Estado na economia, e assim o governo federal criaria o PDA, Plano de Desenvolvimento da Amazônia, instalando novos polos de agrícolas e pecuários na região.

A cidade de Macapá, por ser a capital do Território e concentrar a maior parte dos provedores de serviços estatais e privados, acabou também por atrair expressivo contingente populacional proveniente de outros Estados e das áreas de entorno dos projetos implantados. As alterações ocorridas nos espaços urbanos amapaense com a ampliação da ocupação das cidades de Macapá e Santana estão relacionadas a vários fatores e contribuíram para (re) organização do espaço amapaense (SANTOS, 2012).

Para o Amapá, as jazidas de minérios eram o principal alvo do Governo Federal como alternativa para desenvolver a região. No artigo "Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: Descrição e análise do processo de formação histórica do Amapá", no livro de Amazônia, Amapá: escritos de história, Fiorillo (2008) diz que apesar da interferência do estado para formação do estado para formação do território, o modelo extrativista que retirava as riquezas do estado para envia-las a outros lugares nunca mudou.

Chelala (2008) expõe muito bem a força do estado na formação do Amapá, e isto não é diferente para Macapá. Cada projeto afeta enormemente as cidades do estado, principalmente Macapá, como centro administrativo do estado. Outro exemplo é a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) que foi criado como forma estimular o mercado local após o amapá se tornar estado.

Em 2004, alguma mineradora vem se instalando no Estado do Amapá, assim como projeto de hidrelétricas vem atraindo muitas outras pessoas, e mais uma vez o contingente populacional sofreu um crescimento acentuado.

2 O DIREITO AMBIENTAL E O ESTATUTO DAS CIDADES COMO DIREITO À QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

A Constituição Federal de 1988 fixa como objetivos da política urbana o "pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar dos seus habitantes". A plenitude da função social da cidade é cumprida quando proporciona aos seus habitantes o direito à vida, à segurança, à igualdade, à propriedade e à liberdade, além do piso vital mínimo que é compreendido pelos direitos sociais à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho, à previdência social, à maternidade, à infância, à assistência aos desamparados. Os chamados "Direitos Sociais".

Fiorillo indica um descompasso com a lei. O estatuto da cidade diz que todos têm direito a terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, porém sabemos que o termo "urbanístico" é um qualitativo que geralmente é apresentado vinculado ao direito, indicando a realidade sobre a qual esse direito incide, ou seja, a realidade urbana.

Segundo os autores Silva (2008) e Milaré (2008) colocam que o conceito de urbanismo encontra-se estreitamente ligado à cidade e às necessidades conexas com o estabelecimento humano na cidade, e daí a evolução do urbanismo e do próprio direito urbanístico com o desenvolvimento da cidade.

A organização do desenvolvimento urbano é dever do município, e este deve dar as diretrizes que deseja para sua população, porém é importante frisar que o estatuto das cidades, lei nº 10.257/2001, dá um salto significativo ao dar apoio ao art. 182 ao determinar alguns novos alicerces para a construção de um plano diretor, por exemplo; direito à terra urbana, direito à moradia, direito ao saneamento ambiental, direito à infraestrutura urbana, direito ao transporte, direito aos serviços públicos, direito ao trabalho, direito ao lazer.

De acordo com o livro “Considerações sobre o Estatuto da Cidade”, de Carvalho e Leuziger, é ressaltado que no momento em que se discute o Estatuto da Cidade, torna-se relevante apresentar alguns conceitos básicos. Porém a civilização ocidental, a expressão “cidade” tem girado em torno de dois termos: PÓLIS entende-se uma cidade autônoma e soberana, o que corresponde à ideia de assentamento organizado. Palavra de origem helênica, era, para Aristóteles, a melhor organização possível, desde que fosse regida por critérios justos, que visassem o bem comum, o que permite dizer que hoje se busca a visão aristotélica para as cidades. URBS é palavra latina, que significa cidade, metrópole. Dela derivam várias outras palavras, como urbano, urbanismo, urbanização e urbanístico. O termo “urbano” assume conotação geográfica, compreende o meio físico e o humano e se aplica como atributo dos fenômenos que pretende traduzir, tais como: vida urbana, transporte urbano, perímetro urbano, cultura urbana e poluição urbana (2009).

O estatuto da cidade ainda garante em seu art. 2º, II, a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Trata-se de um intenso processo de urbanização que não tem respondido satisfatoriamente às necessidades de se viver nesse espaço, principalmente a partir das reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras, entre o final do século XIX e início do século XX, período em que são lançadas as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia (MARICATO, 2002).

As grandes obras realizadas nesse período, ao mesmo tempo em que promoviam o embelezamento das cidades, implantavam as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, expulsando a população de baixa renda para periferia da cidade. Hoje, cerca de 40% da população de nossas metrópoles vive, em média, na informalidade urbana e uma grande parcela em habitações subnormais, sem saneamento básico, infraestrutura, mobilidade, transporte, equipamento público, etc. (CHAGAS, 2003).

Entretanto para Maricato isso só terá um resultado que é uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente resultando em inadequados uso e ocupação do solo e da falta de acesso às áreas urbanizadas, infra-estruturadas e bem localizadas para habitação de interesse social.

Com foco no equilíbrio ambiental, e vislumbrando o desenvolvimento urbano sustentável, as diretrizes dispostas no art. 2 do Estatuto da Cidade, afetas às questões do uso do solo, e que objetivam ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana no contexto da política urbana. Para Wolff (2004), “a cidade depende do uso dos bens ambientais para sua sustentabilidade e o meio ambiente, da sustentabilidade do seu uso pela cidade”.

A aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001) e a criação do Ministério das Cidades ao definir os fundamentos da política urbana e apresentar propostas para articulação de ações e de recursos para enfrentar o problema habitacional, tornam-se dois importantes instrumentos de gestão ambiental ao incorporar o conceito de cidades sustentáveis.

Embora o modelo de desenvolvimento adotado nos países em desenvolvimento, com objetivo de alcançar estruturas econômicas similares às dos países capitalistas, tenha gerado progresso, verificou-se no final do século XX, que ele foi acompanhado de uma crescente degradação ambiental e social e que tem contribuído para diminuir a qualidade de vida no planeta.

Maricato (2001) por sua vez defende que uma forma de amenizar os crescentes problemas urbanos seria a regionalização do planejamento sem, no entanto, deixar de lado as

especificidades locais, assegurando as conquistas da Constituição de 1988, como a autonomia, a participação e o controle social.

Em sua visão sobre o “Direito Ambiental das Cidades”, Ronaldo Coutinho, concorda que os problemas ambientais presentes nos processos de urbanização das cidades brasileiras, decorre principalmente, da ameaça que o capital representa na esfera do ambiente natural, segundo a viabilização e a fluência do mesmo nas relações de mercado.

Nessa análise, o autor faz uma crítica da visão sobre os problemas fundamentais da apropriação do espaço urbano e sua relação com a qualidade de vida e a almejada “sustentabilidade” no momento em que a sociabilidade é degradada em níveis inimagináveis pela vigência da barbárie capitalista (COUTINHO, 2004).

Para Maricato (2000) uma nova fase do planejamento urbano surgiu no final dos anos de 1980 para dar conta de encontrar soluções aos graves problemas urbanos existentes em decorrência de ausência de políticas urbanas e habitacionais, que culminaram, no início da década, com a intensificação de invasões. Período em que várias cidades brasileiras apresentam a ocorrência de ocupações coletivas e organizadas de terra, mais raras nas décadas anteriores. Para esta autora, a ilegalidade da ocupação nas áreas urbanas não foi fruto de ação de lideranças subversivas que queriam afrontar a lei e sim resultado de um processo de urbanização que segregou e excluiu.

Considerando o Direito Ambiental como parte do Direito Público, aumenta a responsabilidade do Estado no cumprimento da legislação e na implementação de políticas públicas de proteção ao meio ambiente. Apesar dos interesses econômicos e politicamente influentes, sobretudo na área imobiliária, constataram-se significativos avanços pelas entidades e organizações ligadas às questões ambientais na consolidação do Direito Ambiental.

Essa nova área do conhecimento jurídico tem como princípio norteador garantir ao ser humano e o meio ambiente sadio, contudo, é importante considerar os conflitos existentes entre direito à habitação e direito ao meio ambiente, principalmente quando áreas destinadas à preservação ambiental ou à proteção dos ecossistemas naturais, estão irregularmente ocupadas.

Em geral deve se levar em consideração tais situações desfavoráveis como um número crescente de famílias não tendo outra opção senão ocupar o solo urbano localizado em áreas preservadas, sustentando a condição da informalidade e provocando a degradação de fontes de água potável e de seu entorno.

Nesse caso, mesmo que o município tenha direito de remover as pessoas dessas ocupações informais, deve-se levar em conta o direito à habitação, ou ainda, o fato da melhor aplicação dos recursos, no caso da remoção e reassentamento ou de aplicação nos serviços de urbanização da área de tais ocupações.

No caso de recuperação de áreas degradadas, os estudos de impacto Ambiental também são valiosos instrumentos no diagnóstico e na indicação da solução mais viável entre urbanização ou remoção e reassentamento, precedido de Licenciamento Ambiental. Da mesma forma, segundo Roberto da Mata, a regularização urbanística também deve ser precedida de consulta prévia aos órgãos públicos encarregados de tutela do meio ambiente e do patrimônio cultural, sempre que algum bem tutelado puder sofrer impactos diretos ou indiretos.

O Plano de Gestão socioambiental deve estabelecer os objetivos, os projetos, atividades ou ações que serão implementadas, as metas a serem alcançadas, as responsabilidades institucionais - do órgão e dos servidores - e as medidas de monitoramento e avaliação, incluindo

os indicadores. Também devem ser identificados os prazos necessários e recursos disponíveis para a implantação das ações.

De acordo com o Plano De Logística Sustentável – PLS é uma ferramenta de planejamento que permitirá aos órgãos e entidades estabelecerem práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos através de um conjunto de projetos e diretrizes para a inserção de atributos sustentáveis na gestão da logística da instituição, visando reduzir impactos socioambientais negativos. Ele atende ao artigo 16 do decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, e à Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e se aplica aos e entidades federais, mas pode ser replicado em todas as esferas e poderes.

Grande parte dos autores, indica a necessidade de se implementar políticas públicas para a crise urbana e ambiental, que não leve em conta somente a ideologia do crescimento econômico, baseados em alcançar padrões de consumo e níveis de vida similares aos dos países capitalistas e industrializados deixando claro a insustentabilidade de um estilo globalizado de desenvolvimento, mas também os interesses da sociedade locais e do meio ambiente.

Com ajuda da população torna-se mais fácil e ágio para os planos do poder público e da gestão orçamentaria participativa pois é um item decisivo para a efetivação do plano direto.

Segundo Oliveira, a presença próxima da população direcionando os gastos públicos potencializa as ações da prefeitura, pois a população é que melhor sabe sobre sua região e suas necessidades.

No entanto, A realidade urbana, social e ambiental, nem sempre é mostrada aos seus habitantes de forma transparente. Para Maricato (2003), identificar a cidade através de seus indicadores de qualidade de vida é criar uma consciência real da cidade e torna-se um eficiente instrumento para evidenciar a sua face oculta, ilegal e segredada.

Contudo, segundo a autora, há uma resistência muito grande entre os dirigentes municipais de criar essa consciência, pois, significaria esclarecer à população (inclusive aos mais pobres) de que a cidade está em pior situação do que é a sua expectativa ou do que fazem crer os cartões portais.

Para se ter uma visão da cidade e poder administrar seu território de forma eficaz, é necessário conhecê-la suficientemente através de seus indicadores sociais. As universidades e centros de pesquisa tornam-se importantes aliados na busca dessas informações que podem vir a contribuir para a criação da consciência da cidade real, realizando levantamentos e pesquisas sobre a evolução de uma determinada cidade.

Através dos indicadores sociais como: a evolução das matrículas nas escolas, leitos nos hospitais, mortalidade infantil, atendimento às gestantes, uso e ocupação do solo urbano, dentre outros, podem ser obtidos os parâmetros necessários para uma real avaliação das políticas e da gestão governamental da cidade, principalmente, quanto aos indicadores econômicos que na maioria das vezes, reflete seu prestígio através da mídia e internacional.

E para que a sociedade civil possa conhecer essa realidade, é necessária a criação de um espaço democrático para debate, a fim de oferecer maior visibilidade dos conflitos sociais. Segundo a autora, não há, no país, a tradição do debate democrático, ao contrário, há uma tradição única e dominante sobre a realidade. A sociedade brasileira tem a tradição de ignorar, ou melhor, de não reconhecer os conflitos sociais, recriando as características presentes nas relações entre escravos e seus senhores nas considerações feitas por Castro (2008) sobre a “casa-grande”.

A reversão do atual quadro apresentado pelas cidades brasileiras, principalmente em áreas urbanas marcadas pela pobreza homogênea e pela miséria, como favelas, loteamentos ilegais, ocupações em áreas de preservação ambiental, requer também, formação de quadros de profissionais qualificados e de agentes, para uma ação integrada de políticas públicas incorporando o meio ambiente, o estilo de vida e o ambiente social.

Com relação ao uso e ocupação inadequada do solo, a situação atual das cidades brasileiras apresenta-se mais grave ainda, a cidade ilegal não é cadastrada pela administração municipal, os diversos cadastros existentes não são compatíveis entre si, nem mesmo os das áreas urbanas, e principalmente, o acesso a eles é tão difícil para os próprios funcionários públicos, quanto para os cidadãos.

De certa forma, a informalidade urbana tem sido tolerada nas cidades brasileiras, a história do desenvolvimento urbano no Brasil foge ao enfrentamento das questões fundiárias, enfim, o acesso legal à moradia está travado para a maioria da população e dessa forma estará travado também o desenvolvimento urbano sustentável.

Fica claro que a hiperurbanização tem contribuído para a deterioração da qualidade de vida, portanto, é essencial um modelo de desenvolvimento que busque harmonizar o homem ao meio ambiente. A gestão do uso e a ocupação do solo é uma condição para se alcançar o desenvolvimento que seja capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de satisfazer as futuras gerações.

A opção pela cidade vem sendo um fator atrativo para a sobrevivência de muitas famílias pobres, resultando no inchamento urbano com a informalidade e conseqüentemente num crescimento desordenado e ambientalmente inadequado. A quantidade de informalidade urbana em todas as cidades requer uma política territorial urbana mais ampla e efetiva, sobretudo, sustentável, de forma e oferece à moradia com custos compatíveis com a capacidade econômica das famílias carentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de políticas de regulação do uso do território pelos municípios é um caminho para se alcançar a sustentabilidade, o conjunto de instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade, podem possibilitar a elaboração e a implementação de políticas fundiárias capaz de contribuir de forma significativa para as ações reguladoras do espaço e para o uso inadequado do meio ambiente evitando os conflitos pela posse e uso da terra.

No Brasil, a ideia de um desenvolvimento urbano sustentável derivado de um ideário de reforma urbana atingiu seu auge na década de 80, período em que o país já se encontrava muito mais urbanizado e onde os problemas urbanos já possuíam enorme visibilidade. As preocupações ambientais propiciam um quadro mais reflexivo no que concerne à visão da interação entre sociedade e meio ambiente.

É possível também perceber os aspectos urbano-ambientais que interferem no cotidiano das famílias nos assentamentos informais, o que se observa é uma falta de disposição da sociedade em participar de ações coletivas que possam modificar essa situação e a dependência da população em relação ao poder público.

O grande desafio está em acentuar o potencial de consciência existente na sociedade, visando multiplicar informações e o interesse para os problemas a serem enfrentados por meio de ações conjuntas com diversos atores e de um processo de implementação de políticas públicas pautadas na prevenção e solução dos problemas ambientais no contexto urbano.

À medida que a cidade se expande maior a importância da participação da população. A máquina pública não cresce na mesma medida que a população e em certas regiões o poder público até deixa de ter força, e o poder do crime organizado toma lugar. A infraestrutura pública é o modo de manter a legitimidade do poder público no local, sem medidas paliativas voltadas apenas para a segurança, como era comumente feito.

A construção de escolas, postos de saúde, delegacias, transmissão de luz água e saneamento diminui ações criminosas na região. Mas não é só isso, é a garantia que o direito ao piso vital mínimo que traz dignidade e sadia qualidade vida para a população.

A necessidade de solucionar problemas ambientais-urbanos fica evidente em todas as referências, e a solução deve vir garantindo os direitos da população à cidade e garantindo o desenvolvimento da mesma, visto que é desejável empreendimento se instalarem no estado para fomentar a economia, assim como é desejável que haja um retorno positivo para a população um retorno que não seja apenas aumento da marginalização e falta de serviços públicos nos bairros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 8/11/2012

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Edna, et al. **Cidades na Floresta**. São Paulo. Annablume, 2008.

CHAGAS, Marco Antonio, et al. **Sustentabilidade e Gestão Ambiental no Amapá: saberes Tucujus**. Macapá. SEMA, 2002.

CHELALA, Charles Achar. **A magnitude do estado na socioeconomia amapaense**. Macapá. Unifap, 2008.

FIORILHO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito Ambiental brasileiro - 9ª ed.** São Paulo. Saraiva, 2008.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.

MORAIS, Paulo Dias, et al. **O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao laudo suiço**. Macapá-AP. JM Editora Gráfica, 2006

MORAIS, Paulo Dias. **Governadores do Amapá: principais realizações - 2ª ed.** Macapá-AP. JM Editora Gráfica, 2009

_____. **História e Geografia da Amazônia**. Macapá-AP. JM Editora Gráfica, 2008

OLIVEIRA, Augusto, et al. **Amazônia, Amapá: escritos de história**. Belém. Paka-tatu, 2009.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

SOUZA, Francisco Helder Ferreira de. **O direito à cidade: meio ambiente urbano e qualidade de vida para povos ribeirinhos do baixo amazonas no estado do Pará**. Belém. Paka-tatu, 2010.

TRIGUEIRO, André, et al. **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro. Sextante, 2003.

GESTÃO PARTICIPATIVA E O CASO DA TRILHA TRASCARIOCA NO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA

Mariana de Oliveira Estevo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
mariana.estevo@hotmail.com

Carlos Vinicius de Laia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
cdelaia@gmail.com

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 expôs a necessidade da construção de espaços públicos que garantam a participação popular na elaboração e execução de políticas públicas. Para tal, criaram-se entre outras instâncias, conselhos e comitês específicos, que apoiados em leis e acordos, colaboram para a efetiva participação popular nas esferas de consulta e tomada de decisão. Sendo o Meio Ambiente um dos espaços de definição e execução de políticas públicas, este ensaio examina a gestão participativa em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), que assegura a participação popular nos processos decisórios através do seu Conselho Consultivo. O presente estudo objetivou a investigação da construção da participação social na gestão desta Unidade de Conservação analisando o caso da Trilha Transcarioca (TT), por meio de análise documental de atas referentes às reuniões do Conselho Consultivo da unidade.

Palavras-chave: Gestão participativa; Políticas públicas; Unidade de conservação; Conselho Consultivo; Uso Público

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988 exposed the need for the construction of public spaces that guarantee the popular participation in the elaboration and execution of public policies. For this purpose, councils and committees have been established, which, supported by laws and agreements, collaborate in the effective participation of the people in the areas of consultation and decision-making. Since the Environment is one of the spaces for the definition and execution of public policies, this essay examines the participative management in an Integrated Protection Conservation Unit, the Pedra Branca State Park (PEPB), which ensures popular participation in decision-making processes through its Consulting Council. The present study aimed to investigate the construction of social participation in the management of this Conservation Unit by analyzing the case of the Transcarioca Trail (TT), through documentary analysis of minutes related to the meetings of the Unit's Consulting Council.

Keywords: Participative management; Public policies; Conservation Unit; Consulting Council; Public Use

INTRODUÇÃO

A Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Por garantir a participação social na gestão dessas unidades, o SNUC trouxe um grande avanço na legislação ambiental e na fomentação da participação popular nas esferas de decisão, ao estabelecer a necessidade da construção de instâncias como Conselhos Gestores, onde estejam representados órgãos públicos e a sociedade civil. Estas instâncias de participação popular procuram assegurar que este processo seja realizado de forma democrática e equitativa. Porém, a gestão participativa na prática nem sempre atende às demandas sociais nela suscitadas.

O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, categoria presente no SNUC. Sua criação deu-se a partir da Lei Estadual Nº 2377 em 1974. Abrange uma das maiores florestas urbanas do mundo e corta 17 bairros da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Grande parte do que hoje é conhecido como parque antigamente era o chamado Sertão Carioca, zona rural da cidade onde se produziam os alimentos que abasteciam todo o município. Com a criação do PEPB, as comunidades rurais agrícolas, dentre estas algumas comunidades quilombolas, residentes neste espaço tiveram seu cotidiano alterado pelo estabelecimento da Unidade de Conservação e consequente normatização do uso dos recursos naturais trazida pela legislação (SNUC, 2000).

O Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca, ConPEPB, foi criado através da Portaria IEF/RJ/PR/ Nº 161 de 04 de julho de 2005. A participação das comunidades residentes no Parque na instância de decisão do ConPEPB retrata a inserção de populações outrora marginalizadas nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. As representações dessas comunidades tradicionais no Conselho geram desafios à gestão do Parque, na tentativa de mediar a conservação dos ecossistemas com a manutenção das relações territoriais e modos de vida presentes na unidade.

Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação: Instâncias de participação popular

A Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, conforme expresso no Art. 5º é regido dentre outras por diretrizes que

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

Segundo a normatização elaborada pelo SNUC, por Unidades de Conservação devemos entender “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, no qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000). Conforme visto anteriormente, por garantir a participação social em todos os níveis do processo de definição e execução de políticas públicas na área ambiental, o SNUC trouxe um grande avanço na legislação ambiental e na fomentação da participação popular nas esferas de decisão. Ao determinar a obrigatoriedade de consultas públicas para a criação de Unidades de Conservação, estabelecendo a necessidade da construção de instâncias como Conselhos de Gestão participativa onde estejam representados órgãos públicos e a sociedade civil bem como a elaboração do Plano de Manejo, assegura a implementação dos mecanismos e procedimentos necessários para o efetivo envolvimento da sociedade na gestão dessas unidades de conservação (IBASE, 2006).

Conforme o SNUC, os Conselhos Gestores podem exercer função consultiva ou deliberativa. No entanto, o artigo 29 da referida lei especifica que as Unidades de Conservação da categoria de proteção integral têm natureza consultiva. Estas instâncias de participação popular procuram assegurar, que este processo seja realizado de forma democrática e equitativa. Porém, a gestão participativa na prática nem sempre atende às demandas sociais nela suscitada. Estes espaços podem acabar por evidenciar uma desigualdade no acesso às instâncias de participação e desequilíbrio social e econômico dos grupos sociais envolvidos (AYRES, 2012).

Dessa forma, a gestão participativa em uma Unidade de Conservação pode tornar-se tanto um espaço de exercício da cidadania como também uma arena de disputa entre diferentes interesses, explicitando a existência de conflitos e inequidades das formas de representação dos agentes envolvidos.

A criação do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca

O Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca, ConPEPB, foi criado através da Portaria IEF/RJ/PR/ Nº 161 de 04 de julho de 2005. Nesta Portaria estão listados 16 membros, entre eles 7 representando órgãos públicos e 9 representando a sociedade civil. A primeira reunião do Conselho Consultivo do PEPB teve como norteamento o modelo de regimento interno proposto pelo IEF para Conselhos Consultivos.

A Portaria IEF/RJ/PR Nº 260, que entrou em vigor em 06 de novembro de 2008 determina diretrizes e procedimentos para composição e funcionamento dos conselhos das Unidades de Conservação da natureza administradas pela Fundação Instituto Estadual de Florestas, atualmente integrado ao Instituto Estadual do Ambiente INEA-RJ. O modelo de regimento interno para conselhos consultivos proposto pelo IEF foi utilizado pelo Conselho do PEPB até 2008 quando foi formulado um novo regimento interno pelo Conselho do Parque.

Em 2011 ocorreu a reestruturação do Conselho e atualmente o mesmo encontra-se em etapa de renovação e novamente em revisão de seu regimento interno. Se na formação inicial o ConPEPB contava com 16 membros representados, onde 9 representavam a sociedade civil, após alguns anos de sua criação podemos constatar um aumento significativo da participação popular. Atualmente, dos 28 pleiteantes no processo de renovação e entrada de novos membros, 7 são representantes de órgãos públicos e 21 representantes da sociedade civil (Fonte: Gestão do PEPB).

A Trilha Transcarioca no PEPB

A Trilha Transcarioca foi idealizada pelo diplomata e montanhista Pedro da Cunha e Menezes, sendo esta inspirada em modelos internacionais de trilhas de longo curso, como a Rota Vicentina e a Apalachian Trail. Sua proposta é a de conectar as Unidades de Conservação da cidade do Rio de Janeiro por meio de uma trilha que permita ao caminhante ir de Guaratiba à Urca, cruzando assim a cidade por ambientes naturais. A Trilha Transcarioca também pretende cumprir a função de corredor ecológico entre os dois grandes maciços: Pedra Branca e Tijuca, viabilizando a dispersão de espécies, a recolonização de áreas degradadas, o fluxo gênico e a viabilidade de populações da fauna e da flora que necessitam de nichos extensivos para sua sobrevivência.

Sua concepção pode ser datada no ano de 2000, com a publicação do livro “Transcarioca: todos os passos de um sonho” de Pedro da Cunha e Menezes. Seu traçado foi planejado em um seminário organizado pelo Mosaico Carioca de Áreas Protegidas, realizado nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2013, com base em estudos e debates feitos por técnicos e voluntários de órgãos ambientais e associações. Neste seminário, também foram discutidas questões de

segurança e infraestrutura da Trilha. Apesar da grande quantidade de participantes, inclusive contando com convidados internacionais, em nenhum momento do evento participaram, ou sequer estiveram presentes, representantes das comunidades por onde a Trilha poderia passar (MENEZES, 2000).

No Parque Estadual da Pedra Branca, sua implementação teve início na primeira fase do Projeto de Fortalecimento do Uso Público nas Unidades de Conservação, elaborado e gerido pelo INEA-RJ e executado por meio de contratação com recursos do Fundo Mata Atlântica pelo Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA), em 2013. Na ocasião a equipe do ITPA, composta por três técnicos trabalhou conjuntamente com guarda-parques e voluntários. Conforme os trabalhos de campo foram progredindo no sentido de viabilização da trilha, as equipes foram constatando a necessidade de dialogar com as populações locais cujos territórios poderiam ser atravessados pela trilha. Embora essa necessidade ficasse cada vez mais evidente, questões como custos operacionais e logística ligados a execução do projeto passaram a ser impeditivos para o estabelecimento de um consenso com relação a sua execução, o que levou ao início de um conflito entre aqueles que defendiam sua implementação e a população local temerosa pelos impactos que um projeto desse porte poderia gerar. Por outro lado, também existiu uma parte da população local que se animou com a possibilidade de oportunidades e benefícios que o advento da trilha poderia trazer, como o desenvolvimento do turismo e atividades comerciais.

Apesar de a Trilha Transcarioca estar institucionalmente vinculada ao Mosaico Carioca de Áreas Protegidas, instância que reúne as três esferas de governo e a sociedade civil, ao longo do seu desenvolvimento foi se estabelecendo um núcleo de gestão independente, constituído por membros de clubes de montanhismo, guias e empresas de turismo e ONGs, de forma que este grupo acabou se tornando o principal gestor e mediador da construção material e ideológica da Trilha. Este grupo surgiu a partir de um grande mutirão realizado em 2014, o qual contou com centenas de voluntários na maioria dos trechos da Trilha, e teve uma extensiva divulgação midiática. O grande mutirão serviu tanto para consolidar os trechos, a partir de sua demarcação por meio de pegadas amarelas (a sinalização oficial da Trilha Transcarioca), como também para criar esse novo núcleo gestor da Trilha, e ainda, para contribuir com o surgimento da figura do adotante de trecho – estando a Trilha dividida por trechos que compreendem os dias necessários para realizar todo o percurso, instituições passaram, por intermédio do Mosaico Carioca, a adotar esses trechos, ficando a cargo de toda a sua manutenção. Esses fatores geraram uma força de trabalho e capacidade de organização e intervenção que ampliaram significativamente o alcance da Trilha, fator que contribuiu para a origem de conflitos com as populações residentes nas unidades.

No caso do Parque Estadual da Pedra Branca, o Conselho Consultivo acabou se tornando a arena da explicitação dos conflitos de interesses envolvendo a Trilha. Assim, se estabelece um cenário de disputa pela hegemonia na gestão de um território (o parque), que se sobrepõe a diferentes instâncias territoriais de escalas e modos de organização distintos. Elegendo o grande mutirão de 2014 como marco de início da generalização do dissenso, procuraremos aqui demonstrar de que forma o espaço do Conselho acabou se tornando a arena por excelência entre apoiadores e críticos da Trilha, cujas relações de forças são dadas de acordo com a posição dos agentes nas tentativas de estabelecimento dos seus projetos de poder (LOUREIRO;CUNHA, 2008)

Em 2015, são criadas quatro Câmaras Temáticas permanentes (CT) dentro do ConPEPB, a saber: de Comunicação, de Agroecologia e Comunidades Tradicionais, de Riscos e Desastres e de Uso Público. CTs são subgrupos formados dentro do corpo de conselheiros, destinados

a tratar de assuntos específicos, de caráter transitório ou permanente. A CT de Uso Público foi o espaço derivativo e categórico dos conflitos supramencionados. Sua primeira reunião foi realizada em 17 de outubro de 2015, a qual contou com membros do parque, do ITPA, de universidades e de uma associação quilombola de residentes do parque. Porém, foi na reunião de 16 de janeiro de 2016 que a contraposição de interesses envolvendo a Trilha ficou evidente. Nesta, estiveram presentes gestores, tanto do Parque como de outras UCs, representantes de ONGs, de clubes de montanhismo, de empresas de turismo, voluntários da Trilha, representantes de universidades, de associações de agricultores e de comunidades tradicionais. Foi esta ocasião que evidenciou o nível de acirramento dos conflitos envolvendo a Trilha Transcarioca, pois ambos os lados, apoiadores e críticos, estavam bem organizados e representados.

OBJETO, OBJETIVO E QUESTÕES DE PESQUISA

O presente trabalho teve como objetivo analisar a influência do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca na implementação da Trilha Transcarioca, configurando este espaço como uma instância de gestão participativa por excelência, objeto desta pesquisa, ao permitir o diálogo e a contraposição de ideias, bem como se chegar a um consenso sobre quais caminhos a gestão da Unidade deve seguir para concretizar seus objetivos, considerando a multiplicidade de interesses presentes em seu território. As questões aqui apresentadas se referem às formas como essa participação se materializa, pois, apesar de consultivo, o ConPEPB pode possuir, na prática, um caráter deliberativo, em determinados assuntos, o que acaba por depender da configuração da gestão da Unidade. Ou seja, procura-se aqui responder ao questionamento sobre quais podem ser os impeditivos, ou fatores dificultantes, de um processo legitimamente participativo, na prática, bem como a forma como pode ser gerado um consenso dentro de um cenário de disputa, com interesses antagônicos, em esferas formais de participação da sociedade civil.

METODOLOGIA, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

O método aqui utilizado para se cumprir com o objetivo elencado, bem como responder às questões suscitadas, foi a análise documental, por meio das atas das reuniões do Conselho Consultivo do PEPB. Para tal, foram selecionadas oito atas, as quais tentaram compreender o significativo período entre janeiro de 2013, quando do seminário de trilhas de longo curso, e início da primeira fase do projeto do ITPA, e dezembro de 2016, do final da segunda fase do projeto. Este período foi definido por compreender a continuação da implementação da trilha, com as consequências do mutirão de 2014, as duas fases do projeto, a inauguração da TT em 2016 e as discussões que tomaram forma nos espaços de participação, fatores considerados relevantes para o cumprimento do objetivo proposto. Infelizmente, para a análise só puderam ser selecionadas atas de reuniões que ocorreram de 2015 em diante, pois as das reuniões de 2013 e 2014 em que constavam discussões sobre a TT não foram localizadas. Assim, as atas analisadas apenas apresentavam a reverberação dos problemas suscitados nesses dois anos. As atas são de reuniões ordinárias e extraordinárias da assembleia geral, bem como da Câmara Temática de Uso Público, todas contendo debates acerca da TT. As datas das reuniões cujas atas foram analisadas são 9 de julho e 9 de setembro de 2015, 7 de maio e 10 de setembro de 2016 (reuniões ordinárias da assembleia geral), 16 de janeiro e 16 de junho de 2016 (reuniões extraordinárias da assembleia geral) e 17 de outubro e 7 de novembro de 2015 (CT de Uso Público). As posições foram distribuídas em quatro grandes grupos: associações comunitárias, entidades governamentais, universidades e empresas. Nas atas, os parâmetros de análise foram a verificação da possibilidade de localização de posições favoráveis e contrárias à implementação da TT no PEPB, a forma como essas posições se explicitavam, as problematizações levantadas e o modo com o qual a gestão da unidade tratou esses problemas, bem como o desfecho das discussões, ou deliberações – como o consenso foi estabelecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da análise, constatamos uma flutuação nas adesões à Trilha, com um equilíbrio de posições fortemente marcadas, tanto favoráveis como desfavoráveis, e outras posições que oscilavam conforme a dinâmica das representações. As intervenções críticas à Trilha apresentavam argumentos diversos, desde conflitos territoriais, problemas ambientais ou mesmo de infraestrutura e organização da própria Trilha, enquanto as que a defendiam frequentemente eram rebatendo essas críticas, e raramente proativas na defesa do projeto.

A reunião do dia 9 de julho de 2015, ocorrida no bairro do Camorim, demarca a troca na gestão da UC: sai o antigo gestor, Alexandre Pedroso, e entra Andrei Veiga. Estavam presentes os representantes de associações comunitárias, empresas, instituições de governo e universidades. Andrei declara nesta reunião que pretende fazer uma gestão cada vez mais participativa, voltada para a preservação das comunidades tradicionais. Esta reunião teve um debate marcado por questões ligadas à agricultura e políticas públicas, relacionadas no PEPB. Os presentes pertencentes às associações comunitárias (Quilombo Cafundá Astrogilda, ACUCA, AGROPRATA e AGROVARGEM) já mostravam preocupação com relação ao crescimento da TT, ocasionado pelo mutirão ocorrido no ano anterior, fazendo referência à polêmica gerada porque um dos trechos sinalizados, na época, passava dentro do Quilombo Cafundá. O novo gestor, nesta reunião, já deixou claro que nada iria acontecer no parque, em sua gestão, sem que as comunidades sejam consultadas. Como deliberação, ficou acordada a criação de câmaras temáticas para tratar desses problemas específicos, as quais foram concretizadas na reunião seguinte, no mesmo ano.

A do dia 9 de setembro de 2015, ocorrida em Senador Camará, possui a participação de diversas associações e representantes desta vertente do parque, a qual acaba sendo pouco assistida pela administração da Unidade, evidenciando o quanto a localização espacial das reuniões influencia no processo participativo, e, conseqüentemente, nos assuntos tratados. A TT, aqui, é problematizada por esses representantes, bem como os da universidade, pelas questões de comunicação e divulgação. As associações comunitárias e universidades presentes declaram que é necessário uma melhora na comunicação dos eventos ligados à TT, para que esses possam participar e tomar ciência do processo de implementação. A gestão da unidade então diz que isso poderá ser resolvido tanto pela CT de Uso Público como pela CT de Comunicação, ambas a tomarem forma em datas que foram decididas nesta reunião, a qual marca a criação das CTs.

O dia 17 de outubro de 2015 marca o início das atividades da CT de Uso Público. Nesta, são estabelecidas as figuras do coordenador e do relator da CT. O projeto do ITPA, tanto uma revisão do que foi feito na primeira fase, como o que será feito na segunda, é apresentado. O representante de uma associação comunitária problematiza questões associadas à infraestrutura do parque com relação à TT, e à possibilidade do aumento da visitação. Essa discussão ocasiona o fato de que debates acerca da TT agora serão parte dos objetivos estabelecidos pela CT. Na reunião da CT do dia 7 e novembro, ocorrida em Realengo, é estabelecido o objetivo principal da CT, que é o de “integrar o PEPB às comunidades da unidade e do seu entorno, por meio das ações de uso público”. São levantados os pontos importantes de serem tratados na CT, bem como os subprojetos ligados ao projeto do ITPA. Aqui, a TT é vista como importante por seu caráter de possível geradora de renda, por representantes de associações comunitárias, empresas e entidades governamentais, porém sendo problematizada com relação à visitação desordenada em alguns locais, e à formação de guias especializados, o que é respondido pela gestão que, nesta segunda fase do projeto, será dada importância à formação e cadastramento de guias, bem como alternativas para o ordenamento da visitação em locais críticos.

Nas reuniões dos dias 7 de maio e 10 de setembro de 2016, é falado da adoção de trilhas, com trechos da TT disponíveis para adoção voluntárias para instituições interessadas em contribuir com o trabalho de implementação da trilha. Não foi dada muita atenção a essa questão, a qual, posteriormente, irá ser o principal fator gerador de problemáticas envolvendo a trilha, principalmente por sua capacidade de multiplicação da força de trabalho. Também se faz referência a uma reunião do núcleo gestor da TT, na qual foram debatidos os trechos, com a redefinição do seu traçado. Os representantes das associações comunitárias problematizam que esse debate deve ser feito no parque, com as comunidades, e que em locais mais críticos como no Açude do Camorim e em Vargem Grande, a definição desse traçado sem essa participação pode gerar problemas. Isso é dito na reunião de 7 de maio. Fica deliberado nesta reunião que seja marcada uma reunião com os organizadores da TT, para a discussão da trilha no PEPB.

Em 2016, duas reuniões foram as mais significativas acerca da relação entre o ConPEPB e a TT. Em 16 de janeiro, o idealizador da trilha, Pedro Menezes, juntamente com representantes do núcleo gestor da TT, estiveram presentes na reunião extraordinária do Conselho, para tratar das problemáticas geradas pela trilha. Pedro Menezes responde a diversos questionamentos, em grande parte vindos de representantes das associações comunitárias e universidades, o que demonstra como o espaço do Conselho pode servir para ser uma esfera facilitadora e mediadora do diálogo entre instâncias que, de outra forma, não teriam como resolver tal conflito. Daqui, se tirou que a administração do parque ficaria com o papel de mediar a comunicação das questões das duas partes, para chegar a um consenso que atenda a todos os interesses presentes, sendo a definição de traçado a principal questão levantada. Já na reunião de 16 de junho, que também contou com representantes dos dois lados, essa definição de traçado foi posta em questão novamente, mas de forma mais objetiva. Posteriormente, os três problemas trazidos sobre isso, quais sejam, a passagem da TT por Vargem Grande, pelo Rio da Prata e pelo Açude do Camorim, serão conversados e resolvidos entre a gestão da unidade e as comunidades pertinentes: a TT deixa de passar pelo território do Quilombo, passa a descer até o polo gastronômico do Rio da Prata, pois os agricultores da região demonstraram interesse em investir na trilha, e seu traçado é alterado para não atravessar uma parte alagada dos fundos do Açude, o contornando por dentro da floresta.

As associações e universidades demonstraram não ser contra a TT, mas à forma como ela estava sendo implementada, sem diálogo e participação da sociedade envolvida com a Unidade. As empresas, nas atas, não tiveram posições marcadas a favor ou contrárias à TT, permanecendo neutras na maioria dos casos ou sequer se pronunciando. Já as entidades governamentais, só se pronunciavam, normalmente defendendo a TT, quando eram representantes das UCs pelas quais seu traçado passava, e que faziam parte do núcleo gestor da trilha, demonstrando assim que esta postura partidária pode tanto estar ligada ao corporativismo institucional, e ao quanto a trilha atende aos seus interesses enquanto gestores, bem como à influência do fator participativo, influenciando nas esferas decisórias de gestão da trilha.

CONCLUSÃO

O que mais ficou claro, nesta análise, foi que o fator da comunicação é fundamental para lidar com os conflitos gerados pela existência de múltiplos interesses. Os maiores dificultadores foram gerados pela execução de um projeto sem diálogo com as partes envolvidas, o que pode ser dirimido pela criação de ferramentas que fomentem a participação, e que a simples criação de um espaço de participação não é o suficiente para resolver esses conflitos. Este ensaio foi um esboço de análise de um projeto e dos conflitos de interesses aqui explicitados.

O proposto foi a demarcação de uma posição, a de que os avanços na gestão democrática do consenso podem se fazer presentes nas mais variadas instâncias sociais, e a complexidade da administração de interesses, ao serem mediados por agentes públicos, deve considerar a multiplicidade de instrumentos legais, como os conselhos gestores de políticas públicas, instâncias de identificação, intermediação e resolução desses conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, H.H.F. **Conselhos de Gestão de Parques: Grupos Sociais em Movimento?** Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Psicologia, Tese de doutorado, 2012

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 5 out. 2014.

CONVENÇÃO n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.

LOUREIRO, C.F.B., CUNHA, C.C. **Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação: Elementos para se Pensar a Sustentabilidade Democrática**. Campinas: Ambiente e Sociedade, 2008. V. XI n.2

FERNANDEZ, A.C.F. **O Sertão Virou Parque: Natureza, Cultura e Processos de Patrimonialização**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2016. v.29 n.57

MENEZES, P.da C. Transcarioca: **Todos os Passos de um Sonho**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2000

MMA. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação**; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

IBASE. **Educação Ambiental na Gestão Participativa: fortalecimento do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca - Projeto Água em Unidade de Conservação, projeto-piloto para a Mata Atlântica: Parque Nacional da Tijuca**. Rio de Janeiro: 2006.

SOBRE VISITAS E VISITANTES: UMA EXPLORAÇÃO AO PRIMITIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS, TERESÓPOLIS, RJ

RENATA B. BRADFORD

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
kikabradford@gmail.com

Resumo

O planejamento que privilegia uma diversidade de oportunidades permite estruturar o acesso democrático às unidades de conservação de forma ambiental e socialmente responsável, otimizar a satisfação com a visita através do atendimento a distintos perfis de visitantes e otimizar os recursos de gestão. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis (RJ), oferece uma ampla diversidade de oportunidades de visitação, promovendo acesso e protegendo atributos ambientais e sociais, como a recreação. Seu plano de manejo permite oportunidades de se aventurar na natureza de forma autossuficiente em ambientes com baixo grau de intervenção e alto grau de adversidades; ambientes estes são aqui definidos como áreas primitivas. A partir de uma abordagem autoetnográfica interdisciplinar, promovo breves reflexões sobre visitação em áreas primitivas de forma a estimular um planejamento e manejo de visitação que otimize a diversidade de oportunidades em parques.

Palavras-chave: Visitação. Diversidade de oportunidades. Áreas primitivas. Acesso. Parques.

ABSTRACT

Planning the visitation for diversity of opportunities promotes the democratic access to protected areas in an environmentally and socially responsible way. It also improves visitors' satisfaction by attending to different visitors' profiles and optimizes management resources. The Serra dos Órgãos National Park, Teresópolis (RJ), offers a diversity of recreation opportunities, promoting access to the environmental and social resources it protects, such as recreation. Its management plan allows for adventures in nature in a self-sufficient way through visitation to areas with low intervention and high adversity; these areas are here defined as primitive. From an interdisciplinary auto-ethnographic approach, I promote brief reflections on visitation in primitive areas in order to stimulate parks visitation planning and management based on a diversity of opportunities approach.

Key-words: Visitation. Diversity of opportunities. Primitive areas. Access. Parks.

Um convite ao primitivo

Vocês sabem o que os conectam às áreas naturais?

As motivações para se visitar uma área natural, uma montanha e um parque variam consideravelmente de acordo com o nível de habilidade, experiências prévias, expectativas (EWERT, 1994). No meu caso, pratico montanhismo há 25 anos e escalo há 20, o que me levou a ter diversos momentos especiais na montanha; essa experiência está no centro da minha conexão emocional com as áreas naturais. E essa conexão é o *driver* que me instigou a uma dedicação às montanhas através da atuação em organizações de montanhismo nos âmbitos estadual, nacional e internacional desde 2003 e, especificamente, a temas relacionados à

visitação em unidades de conservação (UC), acesso e conservação desde 2007. O foco desse ativismo é equacionar o direito de visitar as montanhas com a responsabilidade de proteger o meio ambiente, aprimorando o planejamento e manejo da visitação. De forma a ilustrar algumas facetas da visitação, iniciarei esse artigo com um relato pessoal.

Para se chegar no cume do Garrafão, uma montanha no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), Teresópolis, RJ, há algumas opções: seguir por uma das trilhas mais populares do parque, a da Pedra do Sino, percorrendo 11 km em um traçado bem marcado, com intervenções na trilha, abrigo de montanha e acampamento estruturado. Ou subir a via de escalada Crazy Muzungus, uma opção complexa que demanda um dia para chegar na base, três dias escalando e mais um dia para descer. Para acessar a base dessa via, é preciso cruzar uma área que requer autorização especial, e é necessário fazer uma caminhada de aproximação subindo o Rio Soberbo. Não há trilha: usamos o nosso faro “montanhístico” para descobrir o caminho que ora percorre pela floresta fechada, e ora pelas pedras do rio. Essa era a minha escolha.

Na primeira das quatro vezes que tentei escalar essa via, demorei dois dias e meio somente para encontrar a base da montanha! Não sabíamos por onde ultrapassar os vários obstáculos em forma de lindas cachoeiras, e a vegetação fechada tornava o avançar pela floresta muito lento. Isso fazia parte da aventura e do desafio que estávamos buscando que incluía a incerteza, a autossuficiência da equipe em uma área com alto nível de adversidade. Nossa expectativa era “aventura na veia” e tínhamos conhecimento e habilidades para encarar esse desafio.

A história da escalada fica para outro momento. Chamo atenção para as características encontradas: uma área de difícil acesso, com alto grau de naturalidade, sem intervenção perceptível do homem, nem mesmo aquelas para apoio à visitação, como sinalização, banheiros, áreas de acampamento. Um local de natureza prístina que oferece sensações de liberdade, autonomia e solitude e estabelece desafios inerentes às características das áreas, que por sua vez impõem os limites para quem visita. Os visitantes devem explorar as habilidades de autossuficiência e gerenciamento de risco e, portanto, exige-se alta experiência em ambientes naturais (QUEIROZ; BRADFORD, 2012). Essas áreas, aqui denominadas como primitivas, são semelhantes a áreas *wilderness* nos EUA, sem a designação legal (APLET; THOMSON; WILBERT, 2000), e podem ser encontradas na faixa prístina do ROVUC (CREMA; FARIA, 2018).

Voltando a minha expedição: o que será que nos fazia voltar depois de fracassar quatro vezes? Será que eram somente questões objetivas? A montanha, a escalada, a não-trilha? Ou havíamos criado um significado específico para aquela área, para a montanha, para o parque?

É a partir desse breve relato, que mistura preceitos de autoetnografia (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011), significados subjacentes das visitas (PATTERSON et al., 1998), com uma pitada de questões tangíveis de visitação em áreas primitivas, que exploraremos, através de considerações preliminares geradas a partir da minha pesquisa de mestrado, o primitivo, o remoto, o inóspito do Parnaso.

Mas antes... uma reflexão metodológica autoetnográfica

Minayo (2013) destaca a subjetividade como algo intrínseco à produção do conhecimento e que a experiência do pesquisador detém um papel importante na pesquisa, tanto quanto as técnicas de investigação.

A relação entre esta pesquisa e meu estilo de vida como montanhista, minha atuação profissional e meu ativismo por ampliar e aprimorar o acesso a áreas naturais estava dentre minhas preocupações neste projeto. *Feedbacks* de professores e colegas de mestrado apontavam esse

fato como uma ameaça à produção do conhecimento. Não há dúvidas que, pelos papéis de pesquisadora, montanhista e ativista se entrelaçarem, devo ter cautela na coleta e processamento de dados para não deixar meu viés determinar os resultados.

Entretanto, essa experiência traz boas potencialidades: minha experiência em áreas primitivas me ajuda a entender as necessidades de visitantes, o voluntariado em montanhismo me permite acompanhar eventos de manejo da visitação em UCs, a militância por acesso e conservação contribui para o entendimento do equilíbrio entre aspectos sociais, de gestão e ambientais. A autoetnografia reconhece que seria um desperdício não aproveitar essa experiência pessoal (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011). Ademais, metodologicamente atuo como a *gatekeeper*, com amplo acesso à comunidade, o que facilita as interlocuções (CROWHURST; KENNEDY-MACFOY, 2013). Conheço pessoas que visitam áreas primitivas no Parnaso, tenho proximidade com a gestão do parque e estou bastante familiarizada com a ética do montanhismo, o que possibilita que as pessoas relatem suas experiências, mesmo que tenham ocorrido sem as devidas autorizações.

A abordagem autoetnográfica possibilita também uma escrita experimental que mistura trechos de depoimentos pessoais, enfatizando a minha experiência e vivência na área em um formato mais informal, com trechos escritos de maneira mais convencional.

O abraço à abordagem autoetnográfica aliado às ferramentas de planejamento ajuda também a destacar que a visitação envolve uma complexa interação entre aspectos políticos, ambientais, sociais e simbólicos de significados aos locais visitados, à atividade praticada e à experiência vivida. Considerando essa complexidade, e de forma a possibilitar a reflexão preliminar sobre esse tipo de visitação, utilizarei aqui uma abordagem interdisciplinar que congrega aspectos da autoetnografia (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011), de significados e da hermenêutica (DRENTHEM, 2015), de afeto e conexão emocional (LEWICKA, 2011) e de ferramentas de gestão da visitação (CLARK; STANKEY, 1979; CREMA; FARIA, 2018).

Explorando o fenômeno: breves reflexões sobre a visitação em unidades de conservação brasileiras

A recreação em áreas naturais tem o potencial de estimular a conexão emocional com as áreas naturais (MANNING, 2011), e as unidades de conservação (UCs) são locais privilegiados para o desenvolvimento dessas conexões (HALPENNY, 2006). Portanto devem ser geridas de forma a promover o uso público responsável, fazendo da visitação, uma ferramenta de conservação. Esse entendimento está refletido em um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000): “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (art. 4º, XII). Está também diretamente conectado à categoria ‘parque’, seja pelo SNUC (art. 11o) que estabelece a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico como um dos objetivos dessa categoria ou pela categoria II da União Internacional para Conservação da Natureza, cujo objetivo primário é “proteger a biodiversidade natural e também a sua estrutura ecológica subjacente e processos ambientais, e promover a educação e recreação” (DUDLEY, 2008, p. 16 - tradução e grifo nosso).

No entanto, os parques brasileiros nem sempre são geridos considerando o seu potencial e até mesmo seu objetivo legal de oferecer oportunidades de recreação. Alguns parques no Brasil seguem o paradigma de parques-fortaleza (ver discussão em BRÜGGER; BRADFORD, 2017 e ILHA, 2014), onde há restrição de acesso e proibição de visitação em grande parte de sua área ou até mesmo a sua totalidade (BURNS; MOREIRA, 2013; PEGURIER; BRAGANÇA, 2015).

Os argumentos incluem impactos inaceitáveis, falta de recursos ou estruturas, alto risco ou a necessidade de se promover a conservação da biodiversidade em uma separação dicotômica entre seres humanos e natureza.

Embora muito presente em diversos parques brasileiros, a visão que coloca a visitação como oposta à conservação, muitas vezes traduzidas em normas e zoneamento restritivos em seus planos de manejo (FEMERJ, 2016, 2018, ILHA, 2018a, 2018b, 2018c), não é exclusiva e houve momentos nos quais a visitação foi implementada como política pública de conservação a médio e longo prazo (ILHA, 2014; TAMBELLINI, 2018).

Há também casos de UCs no Brasil onde a visitação é gerida de forma a oferecer uma ampla diversidade de oportunidades. O Parque Nacional da Tijuca (RJ) (ICMBIO, 2008a) e o Monumento Natural Municipal dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO, 2012), por exemplo, não possuem zona intangível, permitindo maior flexibilidade de planejamento e manejo da visitação, oferecendo um amplo espectro de oportunidades de visitação e protegendo eficazmente os recursos naturais. Já no Parnaso, o zoneamento é mais restritivo, 43,71% é zona intangível, entretanto as normas de visitação (ICMBIO, 2008b) aliadas às suas características geográficas estabelecem um amplo espectro de oportunidades, o que torna o parque um bom estudo de caso para se avaliar a oferta de uma diversidade de oportunidades e a democratização do acesso às áreas naturais, conforme veremos adiante.

A diversidade de oportunidades de visitação

Nos últimos anos, como diretora executiva do Acesso PanAm¹, presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada e coordenadora do Parques para Todos² (2017), participei de eventos onde apresentei a importância do planejamento e manejo de visitação com base na diversidade de oportunidades (WARZECHA et al., 2001).

O planejamento voltado para a diversidade de oportunidades permite estruturar o acesso democrático às UCs de forma ambiental e socialmente responsável, atingindo distintos perfis de visitantes, desde os que querem vivenciar a natureza a partir de uma certa distância, usufruindo de serviços estruturados de apoio à visitação, até aqueles visitantes que buscam momentos de superação pessoal através da aventura e incerteza (QUEIROZ; BRADFORD, 2012).

A gestão que privilegia a diversidade possibilita oferecer experiências significativas para os visitantes, assim alguns estudos sobre o tema diversidade estão voltados para o nível de satisfação dos visitantes (CHAVEZ; WINTER; ABSHER, 2008). Por sua vez, a satisfação está conectada às ofertas de oportunidades, ao local visitado (nível de naturalidade e grau de intervenção) e também às necessidades, expectativas e motivação dos visitantes (FIX; CARROLL; HARRINGTON, 2013; TARRANT et al., 1999).

Warzecha e colaboradores (2001) destacam que, para se conciliar os distintos interesses e necessidades de visitantes, é necessário oferecer uma ampla diversidade de oportunidades de recreação. Manning (2011) ressalta que para que a sociedade apoie as áreas protegidas e atividades recreativas ao ar livre, é necessário amplo engajamento e, com isso, UCs que oferecem um espectro diverso de oportunidades têm maior potencial para atingir esses benefícios.

Pelo ponto de vista da gestão das unidades, pensar a visitação sob a ótica da diversidade possibilita alocar esforços onde é necessário, otimizando os recursos, além de atingir os objetivos de manejo estabelecidos (MANNING, 2011). Esses resultados vêm da consideração do

1 ONG dedicada à proteção dos acessos e à conservação de áreas de montanhismo na América Latina

2 Um coletivo de instituições e pessoas que atuou em prol da visitação em UCs em 2017

perfil do público, oferta de oportunidade desejada, nível de naturalidade e grau de intervenção estabelecidos para cada classe de oportunidade (CLARK; STANKEY, 1979). Aliando essa análise a ferramentas de monitoramento de impactos, como o *Visitor Use Management* (VUM³) (INTERAGENCY VISITOR USE MANAGEMENT COUNCIL, 2016), atua-se de maneira a proteger os recursos ambientais e a experiência do visitante.

Uma ferramenta que visa oferecer diversidade é o Rol de Oportunidades de Visitas em Unidades de Conservação (ROVUC)⁴ (CREMA; FARIA, 2018), que estabelece um *continuum* que vai desde uma área que oferece oportunidades de solitude, aventura e alto desafio até uma área urbana, onde há ampla oferta de infraestrutura e um foco na socialização (CLARK; STANKEY, 1979). No entanto, o ROVUC, ao focar em questões tangíveis e em uma progressão linear, possui limitações que podem ser superadas através da combinação com outras abordagens, como a de conexão emocional⁵ com as áreas visitadas (LEWICKA, 2011), um sistema de categorias de manejo de trilhas (QUEIROZ; BRADFORD, 2012) e uma abordagem sobre o significado das visitas (PATTERSON et al., 1998).

Como visto anteriormente, a visitação em parques no Brasil tem sido promovida predominantemente em áreas de uso intensivo, na faixa rústico natural a rural do ROVUC, o que por vezes se assemelha a *resorts*, só que em áreas protegidas. Depoimentos de gestores, consultores e pesquisadores em eventos e oficinas de elaboração ou revisão de planos de manejo que participei, indicavam o exemplo a ser seguido: o Parque Nacional do Iguaçu, onde a visitação ocorria legalmente apenas na parte concessionada, tutelada por estradas pavimentadas, ônibus turísticos e guias obrigatórios. Embora esse tipo de visitação seja legítimo para atender um determinado perfil de visitante, reduzir a visitação a esse tipo é ignorar uma série de potenciais que parques podem oferecer e de demandas de alguns visitantes.

É necessário também mergulhar no primitivo, e essa ideia não é recente. Leopold (1921) destacou que as políticas de visitação devem também privilegiar as demandas de visitantes que buscam aventura em áreas selvagens e solitude, e não apenas o que deseja a maioria: conveniências modernas, hotéis, trilhas estabelecidas e visitas guiadas. Sax (1980) cita a pressão existente por transformar os atrativos e os parques acessíveis a toda a sociedade, porém destaca que visitantes do lado oposto do espectro querem preservar o caráter natural e selvagem dos parques, enfatizando a conexão emocional, o desenvolvimento de habilidades e a ética decorrentes da experiência vivida. Ambos autores entendem, assim como o Parnaso, a importância da visitação em áreas que aqui denomino primitivas.

A diversidade de oportunidades de visitação no Parnaso

O Parnaso protege 10.653 hectares de vales, florestas e montanhas na serra fluminense. Além da relevância para a proteção ambiental, o parque possui também importância recreativa, reconhecida desde o seu decreto de criação ao se estabelecer que o regimento do parque deveria regular a entrada e permanência de excursionistas (BRASIL, 1939).

Como parque, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico estão entre seus objetivos legais (BRASIL, 2000) e a importância dessas atividades tanto para a região e para o parque é significativa. Há uma dedicação da gestão da unidade na estruturação da visitação, com a implementação da trilha de longo curso Caminhos da Serra do Mar (ICMBIO, 2013) e a estruturação das áreas de pernoite em montanha, seja em acampamentos ou abrigos.

3 O VUM é uma padronização de instrumentos usados anteriormente por distintas agências dos EUA (NATIONAL PARK SERVICE, 1997; STANKEY et al., 1985).

4 Do inglês, *Recreation Opportunity Spectrum* (ROS)

5 Do inglês, *place attachment*

O zoneamento estabelecido no seu plano de manejo destina 92% da UC às zonas intangível e primitiva, 4,22% às de uso extensivo e intensivo e 3,7% a outras zonas (ICMBIO, 2008b). Com quase 50% de zona intangível, onde alterações humanas não são toleradas e a visitação recreativa é proibida, o parque poderia ter uma limitação de oportunidades, porém as regras de uso público destacam a diversidade de oportunidades existentes, com normas para zonas intensivas, extensivas e primitivas, além de normas para montanhismo, montanhismo em zonas primitivas, montanhismo em áreas inóspitas e para escalada (ICMBIO, 2008b).

Os vales e cumes formados pelas íngremes montanhas do Parnaso são, de fato, um excelente cenário para diversos tipos e graus de visitação. Como resultado, o parque atrai desde pessoas com pouca experiência em áreas naturais até montanhistas dedicados a exploração de áreas primitivas. Estes se beneficiam pelo fato da gestão do parque permitir, com autorizações especiais, que grupos de visitantes realizem excursões em zonas intangíveis para realizar monitoramento, abrindo um precedente de promover o aumento de diversidade de oportunidades localmente e em outros parques.

Embora diversos grupos de montanhistas peçam autorização formalmente para visitar as áreas que requerem esse processo, diversos grupos optam por, simplesmente, percorrer as trilhas e escaladas sem essa autorização. Obviamente usuários ilegais, como caçadores, palmiteiros e passarinhos, tampouco passam por esse processo, ainda que estejam presentes em diversas áreas do parque, inclusive nas zonas intangíveis, como eu mesma já testemunhei, assim como todos os entrevistados até esse momento nessa pesquisa. Nesse sentido, cabe o questionamento: será que o estabelecimento de zonas intangíveis é de fato uma forma funcional de proteger os recursos ambientais? Se a visita ocorre de qualquer forma, não seria mais apropriado ter a possibilidade de manejá-la?

Com essas considerações, uma opção para o Parnaso ampliar a diversidade é minimizar as suas zonas intangíveis, permitindo o planejamento e o manejo da visitação por parte da administração do parque nas áreas que hoje já são utilizadas. Nesse processo, cabe planejar formalmente o futuro do Parnaso com base nos preceitos do ROVUC, reforçando a identidade da unidade como um parque de montanha que estimula a diversidade de oportunidades de visitação para além do convencional ao focar também na faixa mais primitiva do espectro de recreação.

Considerações finais

Os visitantes de áreas naturais possuem distintas motivações, expectativas e necessidades que os levam a buscarem e vivenciarem experiências singulares. Embora um grande número de visitantes busque experiências controladas, com áreas preparadas para a visitação, uma minoria possui a demanda legítima pela exploração de áreas primitivas, onde reinam a autossuficiência provinda de suas habilidades desenvolvidas ao longo da sua experiência, a soliditude, o desafio e a aventura resultante da não intervenção de manejo direto e da própria geografia.

O Parnaso é um parque onde a amplitude das normas de visitação aliada a visão da equipe gestora possibilitam a visita em áreas primitivas, embora a diversidade de oportunidades no parque possa se beneficiar por uma revisão do zoneamento e a minimização das zonas intangíveis. Para tal, uma possibilidade é realizar o planejamento com base no ROVUC, realizando um cruzamento da atividade praticada (trilha, cachoeira, escalada etc.), local visitado (trilha sinalizada, ambiente sem estruturas de visitação etc.), aspectos sociais (encontro com outros grupos, sensação de soliditude etc.) e características naturais da área (nível de conservação, biodiversidade etc.) com os objetivos de manejo para oferecer um amplo espectro de experiências.

O ROVUC, no entanto, não considera aspectos simbólicos, que é enfatizado por abordagens sobre o afeto e conexão emocional a áreas naturais. A convergência entre essas ferramentas possibilita ampliar a diversidade, otimizando a experiência de visitantes, protegendo os recursos ambientais e permitindo que a gestão concentre os esforços onde é necessário.

O planejamento baseado na diversidade de oportunidades oferece benefícios como a ampliação do acesso democrático a bens públicos, a otimização da satisfação dos visitantes (COLE; MCCOOL, 2000), a conciliação de interesses, necessidades e expectativas (WARZECHA et al., 2001), o atingimento dos objetivos de manejo, um maior apoio às áreas protegidas (MANNING, 2011) e o atendimento a distintos perfis de visitantes (QUEIROZ; BRADFORD, 2012).

O entendimento dos fatores relacionados ao planejamento e ao manejo da visitação em áreas primitivas se beneficia por uma abordagem eminentemente interdisciplinar e complexa, congregando aspectos epistemológicos, metodológicos e ferramentas de diferentes campos do saber. Com essa abordagem, espero contribuir para promover a implantação de um processo democrático e inclusivo de visitar parques, além de positivar o direito à visitação previsto no SNUC (BRASIL, 2000) de forma responsável.

Referências bibliográficas

APLET, G.; THOMSON, J.; WILBERT, M. Indicators of wildness: using attributes of the land to assess the context of wilderness. In: WILDERNESS SCIENCE IN A TIME OF CHANGE CONFERENCE (S. F. McCool et al., eds.). **Anais...** Ogden: USDA Forest Service, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei 1822 de 30 de novembro de 1939**. Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/193...>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BRASIL. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 16 set. 2017.

BURNS, R. C.; MOREIRA, J. C. Visitor management in Brazil's protected areas: benchmarking for best practices in resource management. **The George Wright Forum**, v. 30, n. 2, p. 163-170, 2013.

CHAVEZ, D. J.; WINTER, P. L.; ABSHER, J. D. (Eds.). **Recreation visitor research: studies of diversity** (General Technical Report PSW-GTR-210). Riverside, CA: USDA Forest Service, 2008. p. 1-225.

CLARK, R. N.; STANKEY, G. H. **The recreation opportunity spectrum: a framework for planning, management, and research** (General Technical Report PNW-98). Washington DC:USDA, 1979.

COLE, D. N.; MCCOOL, S. F. Wilderness visitors, experiences, and visitor management. IN: WILDERNESS SCIENCE IN A TIME OF CHANGE CONFERENCE, Proceedings (Volume 4: Wilderness visitors, experiences, and visitor management) (RMRS-P-15-VOL-4). 1999. **Proceedings...** Ogden: USDA Forest Service, 2000. Disponível em: <https://www.wilderness.net/library/documents/science1999/Volume4/Cole_4-2.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2017.

CREMA, A.; FARIA, P. E. P. (Org.). **Rol de oportunidades de visitação em unidades de conservação - ROVUC**. Brasília: ICMBio, 2018.

CROWHURST, I.; KENNEDY-MACFOY, M. Troubling gatekeepers: methodological considerations for social research. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 16, n. 6, p. 457-462, 2013.

DRENTHEM, M. Environmental hermeneutics and the meaning of nature. In: GARDINER, S. M.; THOMPSON, A. (Eds.). **Oxford handbook of environmental ethics**. New York: Oxford University Press, 2015. p. 162-173.

DUDLEY, N. (Ed.). **IUCN guidelines for applying protected area management categories**. Developing capacity for a protected planet. Gland: IUCN, 2008.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, v. 36, n. 4, p. 243-290, 2011.

EWERT, A. W. Playing the edge: motivation and risk taking in a high-altitude wilderness like environment. **Environment and Behavior**, v. 26, n. 1, p. 3-24, 1994.

FEMERJ. **Análise da minuta do módulo IV do plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Selada**. Rio de Janeiro: Femerj, 2016.

FEMERJ. **Análise da minuta do plano de manejo do Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos (FEMERJ MAN 2018/02)**, 2018. Disponível em: <http://www.femerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2018-02-1.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

FIX, P. J.; CARROLL, J.; HARRINGTON, A. M. Visitor experiences across recreation settings: A management or measurement issue? **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 3-4, p. 28-35, 2013.

HALPENNY, E. Examining the relationship of place attachment with pro-environmental intentions. 2006 NORTHEASTERN RECREATION RESEARCH SYMPOSIUM (Gen. Tech. Rep. NRS-P-14). **Anais...** Bolton Landing, NY: USDA/Forest Service, 2006.

ICMBIO. **Plano de manejo do Parque Nacional da Tijuca**. Encarte 4: Planejamento da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio, 2008a

ICMBIO. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Encarte IV**. Teresópolis: ICMBio, 2008b.

ICMBIO. **Parnaso foca ações nos Caminhos da Serra do Mar**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/destaques/107-parnaso-foca-acoes-nos-caminhos-da-serra-do-mar.html>. Acesso em: 9 jun. 2018.

ILHA, A. **Visitação é essencial nos parques estaduais do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/28375-visitacao-e-essencial-nos-parques-estaduais-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ILHA, A. **O manejo dos planos de manejo - um estudo de caso**. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-manejo-dos-planos-de-manejo-um-estudo-de-caso/>. Acesso em: 27 out. 2018a.

ILHA, A. **O manejo dos planos de manejo: Parque Estadual do Desengano**, 2018b. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-manejo-dos-planos-de-manejo-parque-estadual-do-desengano/>. Acesso em: 27 out. 2018.

ILHA, A. **O manejo dos planos de manejo – raízes históricas**, 2018c. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-manejo-dos-planos-de-manejo-raizes-historicas/>>. Acesso em: 27 out. 2018.

INTERAGENCY VISITOR USE MANAGEMENT COUNCIL. **Visitor use management framework. A guide to providing sustainable outdoor recreation**. Washington DC: Interagency Visitor Use Management Council, 2016.

LEOPOLD, A. The wilderness and its place in forest recreational policy. **Journal of Forestry**, v. XIX, n. 7, p. 718-721, 1921.

LEWICKA, M. Place attachment: How far have we come in the last 40 years? **Journal of Environmental Psychology**, v. 31, n. 3, p. 207-230, 2011

MANNING, R. E. **Studies in outdoor recreation**. 3a. ed. Corvallis: Oregon State University Press, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 13a. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

NATIONAL PARK SERVICE. **The visitor experience and resource protection (VERP) framework: a handbook for planners and managers**. Denver: National Park Service, 1997.

PATTERSON, M. E. et al. An hermeneutic approach to studying the nature of wilderness experiences. **Journal of Leisure Research**, v. 30, n. 4, p. 423-452, 1998.

PEGURIER, E.; BRAGANÇA, D. **ICMBio fecha visitação do Parque Nacional de São Joaquim**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/28895-icmbio-fecha-visitacao-do-parque-nacional-de-sao-joaquim/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

QUEIROZ, D.; BRADFORD, R. **Manejo da visitação em áreas naturais: conceitos para planejamento (Femerj MAN-2012/01)**. Rio de Janeiro: Femerj, 2012. Disponível em: <<http://www.femerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2012-01-r0.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017

SAX, J. L. **Mountains without handrails**. Reflections on the national parks. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1980.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de manejo do Monumento Natural do Morro do Pão de Açúcar e do Morro da Urca**. Módulo de planejamento da unidade de conserva o. Rio de Janeiro: SMAC, 2012.

STANKEY, G. H. et al. **The limits of acceptable change (LAC) system for wilderness planning** (General Technical Report INT-176). Ogden: USDA Forest Service, 1985.

TAMBELLINI, M. **Políticas públicas de visitação para UC estaduais do Rio de Janeiro 2008-2018**. In: DISCIPLINA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVA O (apresenta o oral)... Rio de Janeiro: 2018.

TARRANT, M. A et al. Motivations, attitudes, preferences, satisfactions among outdoor recreationists. In: CORDELL, H. K. et al. (Eds.). **Outdoor recreation in American life: a national assessment of demand and supply trends**. Champaign, IL: Sagamore Publishing, 1999.

WARZECHA, C. et al. Diversity in outdoor recreation: planning and managing a spectrum of visitor opportunities in and among parks. **The George Wright Forum**, v. 18, n. 3, p. 99-112, 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA TEOTÔNIO RAFAEL DO MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA - ES

ARAÚJO, Aline Giuri

*Coordenadora do Curso de Direito do
Centro Universitário São Camilo-ES
alinegiuri@hotmail.com*

BRITO, Lucas das Neves

*Graduando do 6º período do curso de Direito do
Centro Universitário São Camilo-ES
lucasbrito12dnb@outlook.com*

Resumo

A exploração desenfreada dos recursos naturais está ligada a um processo de aprimoração tecnológica e ausência de uma formação ambiental. A Educação Ambiental, desenvolve no indivíduo desde as series iniciais os valores que o meio ambiente apresenta, com o intuito de modificar o olhar do cidadão sobre a natureza. Na Resolução nº 2, de 15/06/12, o Conselho Nacional de Educação, estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental, que devem ser observadas por todos os sistemas de ensino no país. Foi realizado um estudo de caso na instituição de ensino básico do município de Atílio Vivacqua - ES, com a finalidade de extrair do docente o domínio sobre o tema que é repassado aos alunos. O trabalho tem por finalidade analisar como a aplicação da Educação Ambiental está sendo realizada na Escola Municipal de educação Básica Teotônio Rafael em Atílio Vivacqua - ES, conforme determina a Resolução.

Palavras-chave: Educação, Ambiental, Sustentabilidade, Desenvolvimento, Escola.

ABSTRACT

The unbridled feeding of natural resources is linked to a process of technological improvement and absence of an environmental production. The Environmental Education, develops in its kind as a series the values that the environment presents, with the intention of changing the citizen's view on nature. In Resolution no. 2, dated 06/15/12, the National Education Council establishes as national curricular guidelines for Environmental Education that must be observed by all non-country education systems. The case concept in the basic education of the city of Atílio Vivacqua - ES, with the purpose of extracting the teacher from the domain on the subject is passed on to the students. The work is being developed as an application of Environmental Education is being carried out at the Municipal School of Basic Education Teotônio Rafael in Atílio Vivacqua - ES, related to the determination of a resolution.

Key-words: Education, Environmental, Sustainability, Development, School.

INTRODUÇÃO

É perceptível que os problemas socioambientais que o planeta vem enfrentar nos últimos tempos são cada vez piores de se solucionar, como a degradação dos ecossistemas, a exploração desenfreada dos recursos naturais que acabam gerando mudanças climáticas em todos as partes do globo, juntamente com desigualdades sociais, fazendo

com que o desenvolvimento sustentável enfrente barreiras cada vez maiores. (LANG et al., 2012).

Para PELEGRINI e VLACH (2011), “ durante o século XX, que a reconceituação de ambiente foi requerida, face à percepção de que os danos provocados à natureza pela humanidade resultam de uma variedade de transformações associadas à modernização.

“O debate em torno da problemática ambiental vem sendo enriquecido, nos últimos anos, por contribuições que têm origem em diversas áreas do conhecimento. ” (PELEGRINI e VLACH, 2011)

O Art. Primeiro da lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Lei que defini a Política Nacional de Educação Ambiental), a define Educação Ambiental como:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental foi posta em prática no Brasil como uma medida socioeducativa para a construção de uma qualidade ambiental através da lei 4.771 de 15/07/1965 (Código Florestal Brasileiro), e incluiu-se as ações do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), criado pela lei 6.938 de 31/08/1981, criado pelos órgãos e entidades da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, responsáveis pela integração das medidas socioambiental com a finalidade de haver uma concretização de conscientização e respeito ao meio ambiente e a promoção da Educação Ambiental. (BRASIL, 1981).

A problemática da Educação Ambiental, não está ligada somente no campo educacional, mas sim envolve vários enfoques de inúmeras áreas.

A problemática ambiental não é, porém, o único campo de estudo que requer uma ampliação da abordagem. Tal como para outras problemáticas, Como a questão agrária, a questão das metrópoles - em que ocorre imbricação de problemas dentro de um mesmo fenômeno -, na questão ambiental, o problema manifesta-se, a um só tempo, sob diversos aspectos, impossibilitando a dissecação e a classificação unitária dentro do espectro das disciplinas. Significa dizer que a questão ambiental envolve, simultaneamente, temas que dizem respeito a diversas áreas de estudo no quadro atual da organização dos saberes. (PELEGRINI e VLACH, 2011, p. 192).

A temática ambiental tem por objetivo a construção de um pensamento voltado a uma visão respeitosa entre indivíduos e entre cidadão e meio ambiente afim de serem preservados os valores do homem e seu arbítrio em um meio digno a sobrevivência (WOLKMER; PAULITSCH, 2011).

Segundo TEIXEIRA (2016), a Educação Ambiental é fundamental em níveis de ensinos básicos, afinal é neste momento que o indivíduo está na fase de construção de pensamentos e saberes, algo que vai se refletir por todo ser existir.

Desse modo, surge a Educação Ambiental como ferramenta teórica e prática para o enfrentamento da crise ambiental e sensibilização dos alunos quanto à importância da conservação da natureza. A Educação Ambiental corresponde à educação participativa e dialógica que promove a conscientização ambiental e a reflexão crítica dos indivíduos, bem como se desenvolve para a mudança de mentalidade e transformação da realidade vivenciada, por meio da promoção de atitudes solidárias e respeitadas com a natureza e com os indivíduos (TEIXEIRA et al., 2016, p.32).

Além de toda legislação é necessário a implementação de valores através do diálogo intercultural, que tenha como pilar princípios socioambientais, capaz de reverter os efeitos da degradação causada pelo homem. Essa mudança de comportamento ocorrerá, verdadeiramente, quando construirmos novos valores ético-sociais, voltados para a preservação e conservação do meio ambiente (FRANÇA; SOUZA NETO, 2015).

METODOLOGIA

Neste sentido, a temática do trabalho é avaliar como está sendo aplicada a Educação Ambiental na Escola Municipal de Educação Básica Teotônio Rafael, localizada no interior do Município de Atílio Vivacqua-ES e se possuem projetos que influenciem os alunos a preservarem o bem comum de todos, o Meio Ambiente.

A pesquisa é de caráter exploratório, pois trata-se de um estudo com investigações voltadas à uma pesquisa empírica (MARCONI; LAKATOS, 2011). O desenvolvimento da pesquisa se deu mediante um estudo de caso, que para Marconi e Lakatos (2011) refere-se a um levantamento mais profundo de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema Educação Ambiental, para fundamentar os objetivos propostos. Após, um foi realizado um estudo de caso em uma instituição de ensino básico do município de Atílio Vivacqua – ES. Para coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo na escola. Os dados foram coletados por meio de questionário. Assim, quanto à fonte de dados, a pesquisa foi bibliográfica acompanhada de uma pesquisa de campo.

Os sujeitos desse projeto são os professores da Escola Municipal de Educação Básica Teotônio Rafael do município Atílio Vivacqua que é localizada no interior do município na localidade com o nome de Independência, que possui alunos do primeiro ao quinto ano, dez professores, entretanto quatro destes possuem suas turmas multicreadas, ou seja, anos diferentes integrados e foram estes quatro professores que responderam ao teste, já que os demais não estavam presentes no dia da avaliação, o município proporciona junto as escolas a feira de sustentabilidade que já está em sua segunda edição, que contempla palestras, danças, e projetos socioambientais e sustentáveis em colaboração com a Secretaria do Meio Ambiente e todas as escolas municipais, este ano a feira ocorreu nos dias 09 e 10 de novembro, onde foram elaboradas várias apresentações culturais que foram articuladas pelos alunos principalmente dos primeiros anos da educação básica, que encontrou e mobilizou toda população local. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é aquela elaborada com base em materiais já publicados, incluindo livros, revistas, jornais teses, dissertações e anais de eventos científicos. A pesquisa foi realizada através de consulta a periódicos indexados na base de dados do: Portal Periódicos Capes e Scielo, além de consultas aos sites do Planalto e do Ministério da Educação – INEP.

Na verificação da pesquisa serão utilizados os seguintes descritores: 1. Educação Ambiental; 2. Direito Ambiental; 3. Projeto pedagógico Ambiental; 4. Gestão Pedagógica Ambiental; 5. Sustentabilidade Ambiental; 6. Sistema de gestão ambiental. Os seis descritores serão utilizados nos idiomas português e inglês.

Já a pesquisa de campo, é “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 169).

Na pesquisa de Campos, segundo Yin (2015), exceto pelos estudos das sociedades anteriores à escrita, a informação documental, é, provavelmente, relevante para todos os tópicos.

Para cumprimento dos objetivos específicos, a pesquisa foi dividida em três etapas:

Primeira etapa: Autorização da Diretora da Escola Municipal de Educação Básica Teotônio Rafael.

Segunda etapa: Coleta de dados. Para se coletar os dados, foi feito o uso de um questionário, que segundo Gil (2010) é prática de investigação com um número de questões apresentadas por escrito às pessoas. A Coleta de dados buscou realizar um levantamento do perfil socioambiental dos professores da escola, identificar as escolas que possuem projetos de Educação Ambiental, e, ainda, verificar como os projetos são aplicados no ambiente escolar, com a utilização de questionário semiestruturado, com questões fechadas, adaptados de VIANA (2017) e FAHT (2011).

Terceira etapa: Análise dos Dados. Para Creswell (2010), a análise de dados envolve extrair sentido dos dados. Está entre preparar o texto para análise até a interpretação. “Trata-se de um processo permanente envolvendo reflexão contínua sobre os dados, formulando questões analíticas e escrevendo anotações durante todo estudo” (CRESWELL, 2010, p. 217).

A análise dos projetos de Educação Ambiental tomou como base a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e outros documentos como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e a Resolução CNE nº 2, de 15/06/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais sobre Educação Ambiental, e avaliação dos mesmos quanto suas práticas educativas regionais.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS FRUTOS NA SOCIEDADE

A questão ambiental deve ser desenvolvida desde dos primórdios do indivíduo, para PELEGRINI e VLACH (2011):

A consideração adequada da questão ambiental, enquanto repercute de forma marcante no campo da educação, provoca, paralelamente, a ampliação do horizonte teórico no interior do qual vêm operando, há pelo menos dois séculos, as disciplinas acadêmicas. Esta transformação não se prende ao aspecto conceitual do termo “ambiente”, pois, de fato, o aprofundamento da pesquisa, especialmente entre as ciências sociais, tem atestado a necessidade de supressão das reticentes barreiras entre os campos disciplinares. Neste contexto, a aproximação entre as disciplinas tem sido inevitável, até mesmo pelo fato de que algumas são historicamente próximas, a exemplo das disciplinas do grupo das ciências sociais. (PELEGRINI e VLACH, 2011, p. 192).

A definição de Educação Ambiental está ligada à prática de métodos de ensino realizados como instrumento de solução dos problemas ligados ao meio ambiente através de diálogos interdisciplinares referentes a temática que possa gerar em cada indivíduo a responsabilidade e participação ativa na resolução da problemática. Este conceito é adotado pelo Brasil e por maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas – ONU (DIAS, 2004).

Para DIAS, (2004), a Educação Ambiental também integraliza o campo social, político, econômico, ecológico e cultural, o que ressalva quando houver qualquer crise ambiental deve ser analisado todas as dimensões. Dessa maneira é necessário a implementação de um sistema de gestão ambiental qualificado nas escolas desde a educação de base, fazendo com que a ideia saia do campo teoria e entre no campo operacional, agindo diretamente na área que terá maior abrangência e resultados efetivos, ou seja, no início da formação do indivíduo, para que possa crescer um ser humano consciente, dessa forma os objetivos da ONU serão postos em prática e se efetivaram no país. (SOUSA et al., 2016).

A Educação Ambiental é um processo de aprendizagem constante onde os indivíduos e os grupos alcançam conhecimento, compreensão e habilidades fundamentais para ações

decisivas, motivadas, responsáveis e coletivas. Ação para alcançar e manter o equilíbrio ambiental dinâmico (SRBINOVSKIA; ISMAILIA; ZENKIA, 2014).

Após esclarecer o sentido e o objetivo da Educação Ambiental, é possível assimilar os dados coletados na Escola Municipal de Educação Básica Teotônio Rafael, que possui dez professores, mas quatro responderam aos questionamentos, pois eram apenas os presentes no dia, está situada em Independência interior de Atílio Vivacqua-ES. A pesquisa buscou traçar o perfil dos profissionais da escola quanto ao conhecimento sobre a legislação brasileira acerca de Educação Ambiental, dos conceitos e importância da Educação Ambiental, capacitações para multiplicação das ações educativas socioambientais na escola e a se o profissional e/ou escola desenvolvem a Educação Ambiental.

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou, em 2012, a Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para o período 2005-2014, para alimentar e determinar vetores de qualidade para a educação voltada para o desenvolvimento sustentável. Seu principal foco é o de integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem (UNESCO, 2017b).

A problemática para a Educação Ambiental e para o desenvolvimento sustentável é conscientizar o ser humano, afinal a exploração dos recursos naturais que encontrasse desenfreada é algo da vivência dos indivíduos que permanecem em seus costumes sem qualquer tipo de preocupação com seus esgotamentos, ao passo que viver de maneira sustentável, se torna um enorme choque para aqueles que viviam de uma forma não-sustentável. (UNESCO, 2017b).

As 24 questões apresentadas no questionário traduzem o entendimento e a prática socioambiental e de Educação Ambiental aplicadas tanto na escola quanto fora dela. Além de caracterizar o perfil dos respondentes quanto ao gênero, idade, grau de escolaridade, função desempenhada e, no caso dos professores, disciplinas e séries que lecionam.

Analisando os dados dos 04 questionários respondidos, observamos que 100% dos respondentes são mulheres. Sendo 03 com graduação, e apenas uma professora com título de especialização.

Quando perguntados sobre o seu papel para o processo de sustentabilidade do meio ambiente, 100% dos respondentes consideram importante.

Mas quando perguntados quanto a priorização em suas compras, quanto a produtos manufaturados e/ou industrializados em processos de forma limpa (menor impacto ambiental), e, ainda, se deixam de comprar algum produto (alimento, roupas, calçados, outros) após tomar conhecimento que ele prejudica o meio ambiente, 75% das respostas perpassaram pela opção às vezes e apenas um respondente afirmou que sempre evita.

Ao serem perguntados se sentem-se responsáveis pelas gerações futuras (crianças que ainda vão nascer, 100% dos funcionários das escolas que sim, e o problema que gera maior preocupação para 100% dos respondentes é a falta de água.

Contudo, quando perguntados sobre ações que contribuem para a preservação do meio ambiente, como se em sua residência fazem a separação/coleta seletiva, bem como se existe a preocupação em fazer de forma ecologicamente responsável o descarte de pilhas, as respostas variaram entre às vezes (75%) e nunca observei.

A Educação Ambiental, voltada para o desenvolvimento de atitudes de responsabilidade ambiental, deve ser introduzida nas famílias, por meio de conceitos socioambientais tratados em ambientes formais e não formais de ensino (EFFTING, 2007).

A INTRODUÇÃO DE METODOS SUSTENTÁVEIS

Para a construção de uma sociedade equilibrada e sustentável é necessária a implementação de novos padrões industriais, afim de preservar os recursos naturais, e após isto a superação de questões políticas e sociais que só possuem foco na economia e finanças.

A reconceituação de ambiente constituiu-se numa etapa essencial na tentativa de equacionamento da questão ambiental. Primeiro, por incluir aspectos que extrapolam a perspectiva naturalista, aludindo aos padrões modernos de produção e consumo adotados pela civilização industrial e à própria ordem social, econômica e política estabelecida. Segundo, a reconceituação de ambiente deixa explícito que o tratamento da questão ambiental trará resultados pífios se permanecer restrito ao discurso pedagógico e desconsiderar a luta política e ideológica que vem sendo travada, no mais das vezes, por motivos econômicos e estratégicos, segundo interesses de corporações e Estados hegemônicos, em nível planetário. (PELEGRINI e VLACH, 2011, p. 189).

Para TOALDO; MEYNE (2013), a Educação Ambiental traz a ideia da implementação de métodos que iram conduzir a sociedade para um pensamento sustentável, que necessariamente necessita do compromisso do Estado e dos cidadãos para elaborar projetos nacionais, regionais e locais, onde a educação será construída de acordo com os valores e princípios de cada local levando-os ao potencial ecológico e sustentável. As escolas necessitam dos projetos que são os vetores da Educação Ambiental, para a propagação da sustentabilidade, onde haverá a aquisição de novos conhecimentos e compreensões acerca do desenvolvimento de costumes sustentáveis (SOUSA et al., 2016).

Os professores da escola pesquisada representam o reflexo de seus valores éticos, morais e socioambientais, de sua formação humana. Portanto, se não considera importante a coleta seletiva do lixo, o correto descarte pilhas, a compra de produtos que prejudicam o meio ambiente, não fará de forma diferente na escola.

Os entrevistados foram perguntados sobre o hábito de Reduzir, Reutilizar e Reciclar (3Rs), ficou evidenciado que uma boa parte não possui tal prática. Com hábitos como reduzir, reutilizar e reciclar é possível reduzir os impactos ambientais, ampliar sua receita, reduzir custos com a destinação e tratamento de resíduos e promover ações educativas ambientais.

A Educação Ambiental, formal e não formal, é um processo por meio do qual os cidadãos adquirem uma cultura de compromisso com o meio ambiente, envolvendo-se com a situação ambiental global. Na família e na comunidade, a Educação Ambiental não formal é a transmissão de conhecimentos, habilidades e valores ambientais fora do sistema oficial de educação, o que acarreta a adoção de atitudes positivas em relação ao ambiente que resultam em ações de cuidado e respeito pela biodiversidade, promovendo a solidariedade das gerações atuais para com as futuras gerações. (IZAGUIRRE; GÓMEZ, 2018)

Assim sendo, cidadãos ambientalmente educados, com valores e princípios socioambientais internalizados, serão multiplicadores de ações como a de Reduzir, Reutilizar e Reciclar, no meio social em que vive.

Para melhor verificação quanto ao desenvolvimento da Educação Ambiental na escola pesquisada foi perguntado aos professores o qual a sua concepção do que é Educação Ambiental. E 100% dos respondes afirmaram que é um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Responderam, também, que a Educação Ambiental deve ser ofertada a todos os níveis de ensino (75% dos respondentes) e, ainda, como forma de conscientizar o aluno na preservação do meio ambiente.

Observamos que Educação Ambiental não é um tipo especial de educação, mas processo longo, contínuo e participativo de ensino-aprendizagem, voltado para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a temática ambiental, bem como de uma filosofia de vida e de trabalho, com envolvimento da família, escola e sociedade, com propósito na formação integral do indivíduo enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente. (BONACHELA; MARTA, 2010).

Para haver um diálogo integrado entre as dimensões da sustentabilidade: economia, sociedade e Meio ambiente, a sociedade ainda passará por grandes dificuldades, contudo, é necessário o impulso inicial, afinal o diálogo dialógico com a finalidade de apresentação e introdução de formas sustentáveis é algo demorado (WAAS et al., 2014).

Todos os respondentes demonstraram como principal, entre os temas apresentados, para abordagem da Educação Ambiental nas escolas o tema água. Contudo, o tema árvore também foi citado por dois respondentes.

A visão dos respondentes sobre como os temas ambientais como água, lixo, árvore, índio e mudanças climáticas podem ser tratados nas escolas foi bem diversificada. A maioria (75%) respondeu que pode ocorrer por meio da interdisciplinaridade escolar. Todavia, as opções como palestras e dia de comemoração na escola foram trazidas nas respostas de um respondente.

O professor possui papel fundamental e indispensável na vida do cidadão, afinal seus valores e saberes são construídos através do que os mestres explicitam para seus alunos, segundo PELEGRINI e VLACH (2011):

Cremos ser desnecessário reprimir o papel que os professores têm a cumprir neste processo, especialmente na promoção de discussões em sala de aula, em torno dos aspectos envolvidos na questão ambiental, quais sejam, os de natureza política, geopolítica, social e ideológica. É preciso, talvez mais do que nunca, que haja uma ampliação da abordagem no trato da questão ambiental. (PELEGRINI e VLACH, 2011, p. 195).

Os professores das escolas foram questionados quanto ao seu conhecimento quanto a Política Nacional de Educação Ambiental e quanto ao conhecimento da Resolução CNE/CP, 02 de 15 junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que são as duas principais legislações nacionais que tratam sobre Educação Ambiental nas escolas. Com resultado apenas um respondente (25%) afirmou não conhecer as legislações.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, afirmam que a Educação Ambiental é componente integrante, fundamental e permanente da educação nacional, devendo estar presente nos níveis e modalidades da educação básica e superior e que, para isso, as instituições de ensino devem promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos. (CORTES JUNIOR; FERNANDES, 2016)

Todos os professores informaram que a Educação Ambiental faz parte do Plano Político Pedagógico da escola e das disciplinas que lecionam.

O artigo 10 da PNEA diz: "a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.", e continua em seu artigo 11: "a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas." (BRASIL, 1999).

Realizar um planejamento da Educação Ambiental nas escolas tem se apresentado uma tarefa exaustiva. Existem grandes dificuldades nas atividades de sensibilização, formação, capacitação e na implantação de atividades e projetos e, especialmente, na manutenção e continuidade dos já existentes (EFFTING, 2007).

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 1999, foi promulgada a Lei 9.795, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece que a Educação Ambiental é um item curricular indispensável e permanente da educação nacional, e deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 1999). A legislação brasileira estipulou princípios básicos a serem seguidos referentes a Educação Ambiental, os quais:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999 [online]).

A articulação da Educação Ambiental com foco na interdisciplinaridade traz a ideia do reconhecimento dos aspectos ambientais a partir de projetos que se desenvolvem de modo integral e coletivo. Busca a compreensão da complexidade natural do ser humano e ambiente em suas relações recíprocas, o que traz a ligação entre aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais (PEREIRA, 2014).

A Educação ambiental possui a responsabilidade de colocar em execução a prática educativa, como forma multidisciplinar e interdependente e deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultural, a produção, o trabalho, o consumo, sobrepondo um pensamento despolitizado, acrítico, ingênuo e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino (BRASIL, 2012).

Na escola pesquisada todos os professores já participaram de capacitação na área, que é um fator de grande importância para aplicação nas escolas.

A Educação Ambiental refere-se aos processos pelos quais o indivíduo e a sociedade constroem princípios, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação ambiental, bem de uso comum do povo, instrumento importante para o bem-estar de uma comunidade e seu desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 1999)

A Educação Ambiental vai além do desenvolvimento de consciência ambiental nos alunos, os objetivos fundamentais buscam a compreensão do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, a democratização das informações ambientais, o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, a defesa da qualidade ambiental, a integração com a ciência e a tecnologia. (BRASIL, 1999)

A Educação Ambiental deve ser desenvolvida em todas etapas e níveis de ensino como uma prática educativa, contínua e permanente, integrada e interdisciplinar. (BRASIL, 2012)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental apresentam que Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve refletir no desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e

com os seres humanos, com o fim de torná-la plena de prática social e de ética ambiental, com desenvolvimento didático-pedagógico que busque a metodologia integrada e interdisciplinar. (CORTES JUNIOR; FERNANDES, 2016)

CONCLUSÃO

Mediante os fatos supracitados, pode-se concluir que a aplicação da Educação Ambiental na Escola Estudada está ocorrendo de acordo com os vetores apresentados pela Política Nacional de Educação Ambiental.

Com os dados coletados na pesquisa, foi possível extrair que, maioria absoluta das respostas eram favoráveis a uma educação equilibrada, de qualidade e voltada a sustentabilidade. Quando a pesquisa foi aplicada, verificou-se que a escola se preocupa com o meio ambiente já que possui murais voltados a práticas ecológicas e estimula os alunos ao plantio de sementes de árvores nativas da região, afim de preservar nascentes e igarapés, também estimula a uma coleta seletivas dos resíduos industriais dispensados pelo homem. O município também se interessa pela questão ambiental, já que proporciona há dois anos a Feira de Sustentabilidade, que possui o enfoque toda a população local, e com principal olhar nas crianças, já que são o futuro da nação, um evento com um cunho cultural e sustentável enorme, favorecendo um novo olhar entre homem e natureza.

REFERÊNCIAS

BONACHELA, Daniela Pinheiro; MARTA, Taís Nader. **Educação ambiental: um importante papel da família.** Revista de Direito Público. v. 5. p. 236-253, 2010.

BRASIL. **Lei 6938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 02 set 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CORTES JUNIOR, Lailton Passos; FERNANDES, Carmen, 2016. **A Educação Ambiental na Formação de Professores de Química: Estudo Diagnóstico e Representações Sociais.** Química Nova. v. 39, 2016.

CRESWELL, J W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e misto.** Porto Alegre: Artmed. 3 ed., 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas.** 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

EFFTING, T. R. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios.** Monografia (Pós-Graduação em "Latu Sensu" planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável), 2007. Disponível em:< <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/autoresind/EducacaoAmbientalNasEscolasPublicasRealidadeEDesafios.pdf>>. Acesso em 04 de set de 2018.

- FAHT, E. C. **Diagnóstico e análise de atividades relacionadas à educação ambiental em escolas públicas de São Paulo-SP e Blumenau-SC**. 2011. 130 f. dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência) Universidade de São Paulo, 2011.
- FRANÇA, J; NETO, L. **O Calendário Ecológico escolar: Uma experiência de educação ambiental no ensino fundamental**. *Holos*. v. 31, p. 390-401, 2015.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IZAGUIRRE, D. B.; GÓMEZ, R. R. L., 2018. **La importancia de la educación ambiental no formal en el medio rural: el caso de Palo Alto, Jalisco**. *Diálogos sobre Educação*. v. 9. 2018.
- LANG, D. J.; WIEK, A.; BERGMANN, M.; STAUFFACHER, M.; MARTENS, P.; MOLL, P.; THOMAS, C. J. **Transdisciplinary research in sustainability science: Practice, principles, and challenges**. *Sustainability Science*, v. 7, p. 25-43. 2012.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- PELEGRINI, Djalma Ferreira e VLACH, Vânia Rúbia Farias. **As Múltiplas Dimensões Da Educação Ambiental: Por Uma Ampliação Da Abordagem**. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, ano 23 n. 2, 187-196, maio/ago. 2011
- PEREIRA, F. A. **Educação Ambiental e Interdisciplinaridade: Avanços e retrocessos**. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*. v. 5, pp.575-594, 2014.
- SOUSA, E; QUINTINO, V; PALHAS, J; RODRIGUES A. M.; TEIXEIRA, J. **Can Environmental Education Actions Change Public Attitudes? Na Example Using the Pond Habitat and Associate Biodiversity**. *PLoS ONE*, v.11, p. 0154440, 2016.
- SRBINOVSKIA M.; ISMAILIA M.; ZENKIA V. **Didactic Preconditions for Environmental Education in the Macedonian Secondary Schools Mile**. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*. v. 116, p. 88-94, fev. 2014.
- TEIXEIRA, N.; MOURA, P.; COELHO, F.; MEIRELES, **Práticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade Aplicadas a Formação da Cidadania**. *Revista Geográfica Acadêmica*. Roraima, v.10, n.2, p. 30-40, 2016.
- TOALDO, A. M.; MEYNE, L. S. **Educação Ambiental como instrumento para concretização do desenvolvimento sustentável**. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*. v. 8, p. 661-673, abr 2013.
- UNESCO. **Organização das Nações Unidas Educação, para a Ciência e para a Cultura. 2005-2014 - Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. [SITE] 2017. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/prizes-and-celebrations/2005-2014-the-united-nations-decade-of-education-for-sustainable-development/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- VIANA, Luciane da Silva. **Bioética Ambiental: Ferramenta para uma gestão sustentável na (re)utilização de resíduos sólidos de rochas ornamentais**. 2017. 196 f. dissertação (Mestrado em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.
- WAAS, T.; HUGÉ, J.; BLOCK, T.; WRIGHT, T.; BENITEZ-CAPISTROS, F.; VERBRUGGEN, A. **Sustainability Assessment and Indicators: Tools in a Decision-Making Strategy for Sustainable Development**. *Sustainability* v. 6, n. 9, p. 5512-5534, ago. 2014.
- WOLKMER, M. F. S.; PAULITSCH, N. S. **Ética Ambiental e Crise Ecológica: reflexões necessárias em busca da sustentabilidade**. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.8, n.16, p.211-233, jul./dez. 2011.

DO CONHECIMENTO COTIDIANO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: A PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

*Mestranda do Programa de Ensino e suas Tecnologias
lucianablog2@gmail.com*

ROSIVAR MARRA LEITE SANCHES

*Mestranda do Programa de Ensino e suas Tecnologias
rosemarraleite@gmail.com*

RESUMO

Considerando as Ciências em sua possibilidade de exploração e compreensão do meio social e natural, este trabalho pretende apresentar uma experiência de elaboração e implementação de uma sequência didática para o ensino de Ciências a alunos do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes-RJ, baseado na concepção de Alfabetização Científica proposta por Sasseron (2008), reconhecendo as Ciências como uma linguagem capaz de ler e interpretar o mundo natural. Com base na pesquisa qualitativa, os dados foram coletados a partir da observação da participação dos estudantes, bem como por meio dos relatos e falas destes, que foram analisados pela Análise Textual Discursiva. Seus resultados mostraram que as atividades organizadas com base em eixo temático, utilizando gêneros textuais diversos, aliadas a situações-problema do cotidiano, são capazes de promover a Alfabetização Científica.

Palavras-chave: Alfabetização Científica. Inclusão Social. Sequência Didática. Ensino Fundamental. Inclusão Social.

ABSTRACT

Considering the sciences in their possibility of exploration and understanding of the social and natural environment, this work intends to present an experience of elaboration and implementation of a didactic sequence for the teaching of Sciences to students of the 4th year of Elementary Education of a school of the the municipal public network of Campos dos Goytacazes-RJ, based on the concept of Scientific Literacy proposed by Sasseron (2008), recognizing the Sciences as a language capable of reading and interpreting the natural world. Based on the qualitative research, the data were collected from the observation of student participation, as well as through the reports and speeches of these students, which were analyzed by the Discursive Textual Analysis. Their results showed that organized activities based on thematic axis, using different textual genres, allied to daily problem situations, are able to promote Scientific Literacy.

Keywords: Scientific Literacy. Social inclusion. Following teaching. Elementary School. Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

Segundo Pozo e Crespo (2009), as novas demandas educacionais na sociedade da informação e do conhecimento exigem uma mudança cultural nas formas de aprender e ensinar, sendo assim, entende-se que, diante do contexto da evolução das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), que vêm transformando as formas de se comunicar e ampliando a velocidade com que as informações chegam às pessoas, o processo de ensino e aprendizagem deve voltar-se, de acordo com os referidos autores, para uma formação que proporcione aos discentes capacidades que lhes permitam a assimilação crítica dos conteúdos e informações. Desta forma, são necessárias situações didáticas bem planejadas pelo professor que possam contribuir para a introdução da criança à cultura científica e, portanto, que permitam aos alunos reconhecer-se como seres sociais. Assim, a elaboração de Sequência Didática que, de acordo com Araújo (2013), é um modo de organização de atividades sequenciadas em torno de um núcleo temático, visa oportunizar os alunos a situações problematizadoras, onde sejam levados à reflexão crítica, dentro de situações relativas ao cotidiano, de forma que sejam instigados à tomada de decisão.

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é investigar, por meio da Análise Textual Discursiva, o que a produção escrita dos alunos, durante uma Sequência Didática, pode revelar acerca de sua inserção no processo de Alfabetização Científica. Como objetivos específicos, tem-se: implementar uma Sequência Didática de forma a contribuir para a construção dos conhecimentos científicos, partindo de situações comuns ao cotidiano; estimular a capacidade crítica dos estudantes, por meio de atividades diversificadas, de modo que se tornem aptos a realizar escolhas baseadas em conceitos científicos.

Para o alcance de tais objetivos, foram propostas atividades que têm como objetivo estimular a capacidade crítica, contribuindo para o desenvolvimento da postura investigativa, embasadas por Zabala e Arnau (2007), que defendem a ideia de que os problemas da realidade são complexos e que os indivíduos precisam desenvolver competências para enfrentar esses problemas de modo eficaz.

Visando desenvolver as habilidades necessárias para a formação de sujeitos críticos, a Sequência Didática foi elaborada pautada nos Eixos Estruturantes que subsidiam o trabalho docente visando à promoção da Alfabetização Científica, propostos por Sasseron (2008): compreensão básica de termos e conceitos científicos fundamentais; compreensão da natureza da ciência e dos fatores éticos e políticos que circundam sua prática; entendimento das relações existentes entre ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente.

Foram investigados também os Indicadores para a AC, propostos por Sasseron (2008), que possibilitam ao professor avaliar se a AC está sendo consolidada no decorrer das ações desenvolvidas.

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Sasseron e Carvalho (2011), baseadas na ideia de alfabetização proposta por Freire (1980), compreendem que alfabetizar deve ser um processo que busca desenvolver nas pessoas a capacidade de organizar o pensamento de maneira lógica, auxiliando a construção da consciência crítica em relação ao mundo que os cerca.

Neste sentido, as autoras consideram-na como uma forma de contribuir para o desenvolvimento das habilidades sociais que desencadeiam em tomadas de decisões mais conscientes e responsáveis, pautadas no conhecimento científico abordado de forma a relacionar os conteúdos científicos às situações cotidianas.

Diaz, Alonso e Mas (2003), definem a Alfabetização Científica como uma atividade desenvolvida de modo gradual ao longo da vida, entendendo-a como a finalidade mais importante do ensino de Ciências. Compreende-se, a partir de tal definição, dentro de uma abordagem didática onde a aprendizagem está diretamente relacionada ao contexto social.

Quanto à adoção do termo “Alfabetização Científica” Souza e Sasseron (2012), esclarecem: “[...] defendemos uma concepção de ensino de Ciências que pode ser vista como um processo de “enculturação científica” dos alunos, no qual esperaríamos promover condições para que os alunos fossem inseridos em mais uma cultura, a cultura científica” (SOUZA; SASSERON, 2012, p. 596). Ainda sobre o termo adotado, as autoras o definem como uma forma de designar as ideias que se tem ao planejar um ensino que permita aos discentes interagir com a cultura científica, desenvolvendo a capacidade de prever e modificar os acontecimentos com base em noções e conhecimentos científicos.

Desta forma, utiliza-se nesta pesquisa a adoção da concepção de Alfabetização Científica proposta pelas autoras compreendendo a importância da linguagem científica para a leitura e interpretação do meio natural, que subsidia a compreensão e previsão dos fenômenos naturais, de modo a fornecer as condições necessárias para que os indivíduos sejam capazes de agir coerentemente e de maneira responsável diante dos acontecimentos, inserindo-se como cidadãos responsáveis por transformações sociais para o bem comum. Assim, compreende-se, a partir de Sasseron e Carvalho (2011), a Alfabetização Científica como estratégia de ensino que visa à inclusão social, uma vez que esta busca tornar o sujeito apto a inferir no mundo partindo dos conhecimentos científicos.

O ENSINO DE CIÊNCIAS COMO POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL

Chassot (2003), descreve o ensino de Ciências, até o começo dos anos de 1990, centrado, quase exclusivamente, na necessidade de fazer com que os alunos adquirissem conhecimentos científicos, por meio de práticas transmissivas, que priorizavam a transferência de conteúdos escolares. O autor relata, ainda, que era considerado competente o estudante depositário de conhecimentos, o que significa dizer que o aluno deveria dominar o conhecimento que lhe foi depositado pelo professor que, por sua vez, dominava os procedimentos de um ensino transmissivo.

A partir deste pressuposto, considerando as atuais exigências da sociedade, colocando o discente no centro do processo de aprendizagem, como agente ativo e responsável pela construção do próprio conhecimento, como propõe Vigostky (2008), que afirma que o sujeito aprende por meio das interações sociais, o ensino que ocorria de modo transmissivo, como descrito por Chassot (2003) anteriormente, não atende às demandas atuais e não corrobora para o desenvolvimento dos aspectos sociais e pessoais necessários à construção da autonomia do indivíduo.

Desta forma, a Alfabetização Científica está no seio da didática das Ciências como um caminho emergente e necessário para a compreensão e leitura do mundo natural, de modo a possibilitar o indivíduo prevêr as transformações naturais, podendo, de certa forma, controlá-las. Tal afirmativa encontra respaldo em Chassot (2003), quando propõe este processo como uma estratégia didática que proporciona uma formação do sujeito dando-lhe condições de inferir no mundo, de maneira responsável, conduzindo a uma qualidade de vida.

Ainda com base no referido autor, encontra-se a relevância para o desenvolvimento da Alfabetização Científica como um meio para que os indivíduos, além de ler e compreender o mundo natural, tenham as habilidades e as competências necessárias para transformar a realidade,

fazendo uso crítico dos conhecimentos científicos e tecnológicos, inserindo-se como protagonista na realidade social, modificando-a para o bem comum.

Pozzo e Crespo (2006), corroboram para o argumento que aponta a necessidade de se rever o ensino de Ciências nas escolas quando afirmam que geralmente tem-se nestas uma didática ineficaz, afirmando ainda que são necessárias transformações nas práticas pedagógicas para se alcançar mudanças além das conceituais e que provoque as transformações atitudinais nos alunos. Assim, deve-se partir :

“[...] do pressuposto de que grande parte da população vive em profunda pobreza, especificamente com pouco entendimento de Ciência, a “alfabetização científica prática” é aquela que contribuindo para a superação desta situação, tornaria o indivíduo apto a resolver, de forma imediata, problemas básicos que afetam a sua vida.” (LORENZETI, DELIZOICOV, 2001, p. 3).

Com base no referido pressuposto, pretende-se fomentar a discussão sobre práticas de ensino mais contextualizadas às necessidades para o desenvolvimento de sujeitos aptos ao exercício da cidadania, compreendendo as Ciências como uma linguagem capaz de ler e interpretar o mundo natural, de forma a possibilitar o indivíduo prever situações e inferir no meio em que vive, incluindo-se como ser social e agente ativo nos processos de transformação da sociedade.

O ENSINO DE CIÊNCIAS E OS CONTEÚDOS ATITUDINAIS

Pozo e Crespo (2009), descrevem que o ensino de Ciências, tradicionalmente, tentou desenvolver nos alunos uma atitude científica o que, no entanto, para os autores, significa ter uma visão bem limitada das metas e implicações científicas, uma vez que os conteúdos da área científica eram trabalhados como um produto acumulado em forma de modelos e teorias. É preciso, no entanto, levar os alunos ao reconhecimento do caráter dinâmico do conhecimento científico. Há, desta forma, três tipos de atitudes propostas pelos autores que devem ser promovidas e estimuladas nos estudantes, que dizem respeito à: Ciência, aprendizagem da Ciência, implicações sobre a Ciência.

As que dizem respeito à Ciência, os autores citados anteriormente esclarecem que são atitudes vinculadas ao conhecimento científico nos currículos tradicionais. Quanto à aprendizagem e à construção dos conhecimentos científicos, estes enfatizam que não se trata apenas de que o estudante conceba a Ciência como um processo construtivo, mas que adote um enfoque profundo aprendendo na busca pelo significado, superando a superficialidade. Com respeito às implicações sobre a Ciência: “[...] a aquisição destas e de outras atitudes não depende tanto da persuasão por meio de um discurso ético, mas da reelaboração que o aluno faça dos diversos componentes- comportamentais, cognitivos e afetivos [...]” (POZO; CRESPO, 2009, p. 39).

O ensino de Ciências, dentro de um contexto que considera o aluno agente ativo no processo de construção do próprio conhecimento, é apontado por Pozo e Crespo (2009), dentro do conceito de educação científica como o que deve promover o aprimoramento das habilidades e atitudes da vida social dentro e fora da sala de aula. Assim, este trabalho também pretendeu contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias para que os alunos tornem-se capazes de participarem, de forma crítica e responsável, das transformações que vêm ocorrendo na sociedade, incluindo-se nela, de modo a compreender a relação entre Ciência e mudança social.

Para tanto, realizou-se um conjunto de ações pautadas em procedimentos metodológicos que compreendem o discente como centro do processo de ensino e aprendizagem, adotando-se a pesquisa qualitativa, entendida por Godoy (1995), como uma abordagem que parte de questões amplas que vão se aclarando à medida que a investigação vai ocorrendo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para coleta e a análise dos dados da presente pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa na qual a escrita, de acordo com Godoy (1995), tem lugar de destaque. Assim, os relatos descritos, por meio da escrita dos alunos participantes, foram analisados com base na Análise Textual Discursiva que, segundo Moares e Gagliazzi (2006), é uma abordagem de análise de dados que transita entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. É por meio da linguagem, segundo os autores, que o pesquisador pode inserir-se num movimento da compreensão, da construção e reconstrução do conhecimento.

Foi proposta uma sequência didática, implementada em três aulas, a partir do que propõem Dolz, Noverras e Schneuwly (2004), pesquisadores da Escola de Genebra que pesquisavam sobre a relação entre linguagem, interação e sociedade. Segundo os referidos autores, este tipo e procedimento didático é um conjunto de atividades escolares que são organizadas de forma sistemática em torno de um gênero textual que pode ser oral ou escrito e que deve promover aos alunos o domínio de gêneros textuais diversos e situações de comunicação variadas.

Desta forma, a sequência didática teve início com uma atividade de sondagem, partindo de um texto que descrevia uma receita de bolo, com uma linguagem simples, levando em consideração o público-alvo: alunos do 4º ano do ensino fundamental. Foram propostas atividades relacionando conteúdos de Matemática, visando à resolução de situações-problema comuns ao cotidiano.

Com base no conceito de interdisciplinaridade, no qual Thiesen (2008), define como um movimento que visa romper com o caráter de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes contemporâneos surgido da perspectiva da dialogicidade e da integração das Ciências e do conhecimento, algumas atividades em torno do primeiro texto apresentado, a receita de bolo, foram desenvolvidas abordando conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, quando, por exemplo, foi proposto que a turma escrevesse a mesma receita dobrando-se as quantidades.

As atividades sequenciadas exploraram conteúdos de diversas áreas do conhecimento, com ênfase no saber científico, relacionadas a situações comuns ao cotidiano, respeitando a faixa etária e ano de escolaridade da turma participante da pesquisa.

Posteriormente, foi apresentado outro tipo textual sobre fermentação como processo essencial na receita apresentada, na qual pauta-se a atividade no Eixo Estruturante embasado em Sasseron (2008), como compreensão básica de termos e conceitos científicos, sendo proposta, em seguida, uma pesquisa para comparação entre tipos de fermento, químico e biológico, bem como discutidas questões relacionadas aos produtos industrializados. A pesquisa foi realizada na internet por meio do celular na busca de sites que lhes forneciam informações a respeito do tema.

Na terceira etapa, foi utilizado um pequeno texto informativo sobre alimentos e saúde. Os estudantes construíram um quadro com os alimentos mais consumidos pela turma e realizaram uma pesquisa com suas famílias sobre os motivos pelos quais consomem determinados alimentos, trazendo os resultados para a discussão. Desta forma, puderam refletir sobre os hábitos alimentares, assim como a relação entre estes e a cultura local, embasados por outro Eixo Estruturante de Sasseron (2008), para o entendimento das relações existentes entre ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os indicadores para a Alfabetização Científica encontrados foram: organização, classificação e seriação; levantamento de hipóteses e teste de hipótese; justificativa, previsão e explicação. Os discentes organizaram, seriaram e classificaram os alimentos com base em conceitos científicos, elaboraram hipóteses sobre os hábitos alimentares, refutando algumas ideias e confirmando outras, construíram justificativas que fundamentaram os resultados de suas pesquisas, dentro de conceitos científicos, numa postura crítica e investigativa, atingindo assim os objetivos do trabalho pedagógico.

Foi possível notar a construção do senso crítico nos discentes que passam a adotar um comportamento mais investigativo, percorrendo caminhos que os levam à construção da capacidade de inferir no meio em que vivem de modo responsável, refutando ideias anteriores e elaborando hipóteses pautadas nas informações científicas obtidas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem.

O aluno, identificado como A1, escreveu: “É importante saber bem os conteúdos de Ciências, porque assim podemos fazer escolhas melhores. Até aprendi que tem diferença do tipo de fermento. Agora sei escolher.” A partir da fala descrita é possível perceber a presença dos indicadores da Alfabetização Científica denominado por Sasseron (2008) classificação, justificativa e previsão, uma vez que A1 demonstrou ter compreendido a relevância do conhecimento científico para a resolução de questões do cotidiano e também reconhece que há classificação entre os tipos de fermento e sua utilidade, da mesma forma que reconhece a relevância de conhecer a diferença entre estes para embasamento de suas escolhas, o que o possibilita prevêêr os acontecimentos neste caso específico.

Do mesmo modo, foi possível observar a presença dos indicadores relativos ao levantamento e teste de hipótese, quando os alunos relataram que em suas casas a maior parte do consumo é de alimentos industrializados, justificando que é porque estes são os mais encontrados nos supermercados. A hipótese foi testada a partir da atividade realizada com suas famílias dentro da proposta de pesquisa quanto ao uso dos tipos de alimentos consumidos e produtos utilizados nas receitas caseiras do seu cotidiano.

Na fala do aluno A2, pôde-se observar a justificativa para a escolha de produtos industrializados, quando o mesmo afirma: “Os alimentos naturais, antes de ser industrializados, são encontrados na área rural que muitas vezes é difícil assessorado e por isso não conseguimos com facilidade, por exemplo, a gente come feijão, mas só depois que foi pra indústria e pro supermercado.” (Sic).

Os estudantes, durante a pesquisa sobre os tipos de fermento realizada no celular, diferenciaram os tipos deste produto e sua utilidade, também demonstraram a percepção quanto ao processo de industrialização alimentícia que influencia diretamente na saúde, sendo possível observar o indicador denominado explicação. Apresentaram a compreensão quanto à relação existente entre o campo, a indústria e os consumidores finais e suas implicações para a economia local, o que pode ser observado a partir da fala de A3: “Os produtos que a gente consome vem da natureza, do campo só que antes passa pela indústria e chega no comércio pra gente comprar e consumi” (Sic).

Observa-se a existência do indicador da classificação e da seriação a partir da realização da atividade onde os estudantes agrupam os alimentos de acordo com a origem vegetal e animal, conceitos já trabalhados anteriormente, aos quais a turma demonstrou domínio.

Partindo da leitura da frase do aluno A4 que escreve: “na area rural agente tem alimentos mais saudaveis, ja na area urbana que não tem como plantar por que é pavimentado, nao encontramos com facilidade alimentos naturais, quando agente acha chega caro e com remedios que faz o alimento durar sem estragar” (Sic), é possível perceber que o estudante relaciona o tema trabalhado a outros conhecimentos que o mesmo possui, estando presente o indicador proposto por Sasseron (2008), como organização, já que o discente diferencia aspectos locais relativos às áreas rural e urbana, assim como é possível observar a presença do indicado da justificativa quando o aluno aponta as possíveis razões para o não plantio de alimentos em função da pavimentação, típico de locais urbanizados.

Ainda com relação à frase escrita por A4, é notório seu reconhecimento quanto às questões relativas à qualidade de vida e saúde tendo em vista o consumo de alimentos com substâncias químicas ou agrotóxicas que, segundo o aluno, os mantém conservados por mais tempo, bem como ao apontar o custo destes alimentos quando encontrados em regiões urbanas, sinalizando fatores que influenciam nos aspectos econômicos na relação compra e venda entre o campo e a cidade.

Com relação à pesquisa que a turma realizou como tarefa extraclasse com seus familiares, investigando as justificativas para os hábitos alimentares em suas casas, os estudantes concluíram que suas famílias fazem uso de produtos industrializados, dando preferência aos que têm menor custo. Dos 23 alunos da turma, 19 realizaram a pesquisa, onde 12 relataram que seus responsáveis também compram com frequência verduras e legumes porque reconhecem a importância de uma alimentação saudável.

Tal atividade teve o intuito de articular conteúdos de Ciências às situações sociais, buscando atingir as metas para a educação científica propostas por Pozo e Crespo (2009), quando mencionam a relevância de construir um trabalho didático voltado ao desenvolvimento atitudinal dos alunos, rompendo com as concepções tradicionais de ensino que valorizam em maior escala os conteúdos conceituais sobre os procedimentais.

Visando a superação de possíveis dificuldades de compreensão, fator essencial para Pozo e Crespo (2009), para se alcançar a aprendizagem de conceitos, dos mais simples aos mais específicos até ao alcance dos princípios estruturais das Ciências, as atividades realizadas buscaram contribuir para o desenvolvimento de competências para a resolução de problemas, o que requer, segundo os autores, que os conteúdos procedimentais ocupem lugar relevante no ensino com o objetivo de tornar os sujeitos partícipes dos próprios processos de construção do conhecimento.

CONCLUSÃO

Dentro do referencial teórico adotado que embasou o uso do termo Alfabetização Científica, depreende-se da análise da escrita dos alunos que estes alcançaram a inserção no processo de construção do conhecimento que toma por base a linguagem e os conceitos científicos como instrumento de leitura e interpretação do meio natural, de acordo com os indicadores apresentados, que corroboraram para o desenvolvimento das habilidades essenciais voltadas ao pleno exercício de sua capacidade crítica e reflexiva.

O conjunto de atividades e ações didáticas sequenciadas elaboradas com base nos Eixos Estruturantes da Alfabetização Científica oportunizou aos estudantes trabalhar com conceitos científicos, partindo de situações e problemas da realidade, fazendo uso de uma linguagem simples, de acordo com a faixa etária e o ano de escolaridade em questão, buscando aproximar os conteúdos que se pretendia explorar e os conhecimentos que os alunos já possuíam.

Com relação à exploração de conteúdos científicos, o trabalho teve início a partir dos conceitos procedimentais, desencadeando no desenvolvimento dos conceitos atitudinais necessários à formação do sujeito crítico apto a compreender os fenômenos que tenham relação com os conteúdos explorados da área de Ciências. Desta forma, foi possível contribuir, por meio do presente trabalho, para o desenvolvimento dos aspectos essenciais para a formação de alunos capazes de gerenciar as informações que são disseminadas com grande velocidade em consequência do avanço das TDIC.

A partir da experiência realizada é possível concluir que a adoção de atividades organizadas em torno de um núcleo temático contemplando conteúdos das Ciências, com uso de diversos gêneros textuais, é capaz de contribuir para a promoção da Alfabetização Científica que, por sua vez, é essencial no desenvolvimento de sujeitos críticos e com condições de inferirem no ambiente de forma responsável, incluindo-se socialmente no mundo, a partir da concepção das Ciências Naturais como uma linguagem capaz de ler e interpretar o mundo natural e social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, D.L. O que é (e como faz) Sequência Didática. **Entrepalavras**, Fortaleza, CE. Ano 3, v.3n.1, p. 322-334, jan/jul 2013.
- CHASSOT, A. Alfabetização Científica: Uma Possibilidade para a Inclusão Social. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, n. 26, p. 89-100, 2003.
- DÍAZ, J.A.A.; ALONSO, A.V. ; MAS, M.A.M. Papel de la Educación CTS en una Alfabetización Científica y Tecnológica para todas las Personas, **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.2, n.2, 2003
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências Didáticas para o Oral e para o Escrito: Apresentação de um Procedimento. In.: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. [Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro] Campinas, SP : Mercado de Letras, 2004, p. 95 - 128.
- FIorentini, D. Pesquisar Práticas Colaborativas ou Pesquisar Colaborativamente? In: GO-DOY, A.S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, FGV, 1995, p. 57-64.
- LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. Alfabetização Científica no Contexto das Séries Iniciais. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 3. n. 1. Jun. 2001. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/ensaio/article/view/8259/6217> Acesso em: 10 Set. 2018.
- MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva: Processo Construído de Múltiplas Faces**. *Ciência & Educação*, v.12, n.1, p.117-128, 2006.
- POZZO, J.I. CRESPO, M.A.G. **A Aprendizagem e o Ensino de Ciências: Do Conhecimento Cotidiano ao Conhecimento Científico**. Ed. Artmed, 5ª ed. 2009.
- SASSERON, L.H., **Alfabetização Científica no Ensino Fundamental - Estrutura e Indicadores deste Processo em Sala de Aula**. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação). Faculdade de Educação da USP, 2008.
- SASSERON, L.H.; CARVALHO, A.M.P. Alfabetização Científica: Uma Revisão Bibliográfica.

Investigações em Ensino de Ciências. V. 16. P. 59-77, 2011. Disponível em: < <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/39971/S1516-73132012000300007.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 Out. 2018.

SOUZA, V. F. M.; SASSERON, L. H. As Interações Discursivas no Ensino de Física: A Promoção da Discussão pelo Professor e a Alfabetização Científica dos Alunos. **Ciência & Educação**, v. 18, n. 3, p. 593-611, 2012.

THIESEN, J.S. A Interdisciplinaridade como um Movimento Articulador no Processo Ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação** [on-line], v. 13, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503910>> ISSN 1413-2478. Acesso em: 31 Out. 2018.

ZABALA, A.; ARNAU, L. La enseñanza de las competencias. **Revista Aula de innovación educativa**. España. n. 161. p. 40-46, 2007.

GESTÃO PARTICIPATIVA E O CASO DA TRILHA TRASCARIOCA NO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA

Mariana de Oliveira Estevo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
mariana.estevo@hotmail.com

Carlos Vinicius de Laia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
cdelaia@gmail.com

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 expôs a necessidade da construção de espaços públicos que garantam a participação popular na elaboração e execução de políticas públicas. Para tal, criaram-se entre outras instâncias, conselhos e comitês específicos, que apoiados em leis e acordos, colaboram para a efetiva participação popular nas esferas de consulta e tomada de decisão. Sendo o Meio Ambiente um dos espaços de definição e execução de políticas públicas, este ensaio examina a gestão participativa em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), que assegura a participação popular nos processos decisórios através do seu Conselho Consultivo. O presente estudo objetivou a investigação da construção da participação social na gestão desta Unidade de Conservação analisando o caso da Trilha Transcarioca (TT), por meio de análise documental de atas referentes às reuniões do Conselho Consultivo da unidade.

Palavras-chave: Gestão participativa; Políticas públicas; Unidade de conservação; Conselho Consultivo; Uso Público

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988 exposed the need for the construction of public spaces that guarantee the popular participation in the elaboration and execution of public policies. For this purpose, councils and committees have been established, which, supported by laws and agreements, collaborate in the effective participation of the people in the areas of consultation and decision-making. Since the Environment is one of the spaces for the definition and execution of public policies, this essay examines the participative management in an Integrated Protection Conservation Unit, the Pedra Branca State Park (PEPB), which ensures popular participation in decision-making processes through its Consulting Council. The present study aimed to investigate the construction of social participation in the management of this Conservation Unit by analyzing the case of the Transcarioca Trail (TT), through documentary analysis of minutes related to the meetings of the Unit's Consulting Council.

Keywords: Participative management; Public policies; Conservation Unit; Consulting Council; Public Use

INTRODUÇÃO

A Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Por garantir a participação social na gestão dessas unidades, o SNUC trouxe um grande avanço na legislação ambiental e na fomentação da participação popular nas esferas de decisão, ao estabelecer a necessidade da construção de instâncias como Conselhos Gestores, onde estejam representados órgãos públicos e a sociedade civil. Estas instâncias de participação popular procuram assegurar que este processo seja realizado de forma democrática e equitativa. Porém, a gestão participativa na prática nem sempre atende às demandas sociais nela suscitadas.

O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, categoria presente no SNUC. Sua criação deu-se a partir da Lei Estadual Nº 2377 em 1974. Abrange uma das maiores florestas urbanas do mundo e corta 17 bairros da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Grande parte do que hoje é conhecido como parque antigamente era o chamado Sertão Carioca, zona rural da cidade onde se produziam os alimentos que abasteciam todo o município. Com a criação do PEPB, as comunidades rurais agrícolas, dentre estas algumas comunidades quilombolas, residentes neste espaço tiveram seu cotidiano alterado pelo estabelecimento da Unidade de Conservação e consequente normatização do uso dos recursos naturais trazida pela legislação (SNUC, 2000).

O Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca, ConPEPB, foi criado através da Portaria IEF/RJ/PR/ Nº 161 de 04 de julho de 2005. A participação das comunidades residentes no Parque na instância de decisão do ConPEPB retrata a inserção de populações outrora marginalizadas nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. As representações dessas comunidades tradicionais no Conselho geram desafios à gestão do Parque, na tentativa de mediar a conservação dos ecossistemas com a manutenção das relações territoriais e modos de vida presentes na unidade.

Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação: Instâncias de participação popular

A Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, conforme expresso no Art. 5º é regido dentre outras por diretrizes que

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

Segundo a normatização elaborada pelo SNUC, por Unidades de Conservação devemos entender “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, no qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, p.5). Conforme visto anteriormente, por garantir a participação social em todos os níveis do processo de definição e execução de políticas públicas na área ambiental, o SNUC trouxe um grande avanço na legislação ambiental e na fomentação da participação popular nas esferas de decisão. Ao determinar a obrigatoriedade de consultas públicas para a criação de Unidades de Conservação, estabelecendo a necessidade da construção de instâncias como Conselhos de Gestão participativa onde estejam representados órgãos públicos e a sociedade civil bem como a elaboração do Plano de Manejo, assegura a implementação dos mecanismos e procedimentos necessários para o efetivo envolvimento da sociedade na gestão dessas unidades de conservação (IBASE, 2006).

Conforme o SNUC, os Conselhos Gestores podem exercer função consultiva ou deliberativa. No entanto, o artigo 29 da referida lei especifica que as Unidades de Conservação da categoria de proteção integral têm natureza consultiva. Estas instâncias de participação popular procuram assegurar, que este processo seja realizado de forma democrática e equitativa. Porém, a gestão participativa na prática nem sempre atende às demandas sociais nela suscitada. Estes espaços podem acabar por evidenciar uma desigualdade no acesso às instâncias de participação e desequilíbrio social e econômico dos grupos sociais envolvidos (AYRES, 2012).

Dessa forma, a gestão participativa em uma Unidade de Conservação pode tornar-se tanto um espaço de exercício da cidadania como também uma arena de disputa entre diferentes interesses, explicitando a existência de conflitos e inequidades das formas de representação dos agentes envolvidos.

A criação do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca

O Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca, ConPEPB, foi criado através da Portaria IEF/RJ/PR/ Nº 161 de 04 de julho de 2005. Nesta Portaria estão listados 16 membros, entre eles 7 representando órgãos públicos e 9 representando a sociedade civil. A primeira reunião do Conselho Consultivo do PEPB teve como norteamento o modelo de regimento interno proposto pelo IEF para Conselhos Consultivos.

A Portaria IEF/RJ/PR Nº 260, que entrou em vigor em 06 de novembro de 2008 determina diretrizes e procedimentos para composição e funcionamento dos conselhos das Unidades de Conservação da natureza administradas pela Fundação Instituto Estadual de Florestas, atualmente integrado ao Instituto Estadual do Ambiente INEA-RJ. O modelo de regimento interno para conselhos consultivos proposto pelo IEF foi utilizado pelo Conselho do PEPB até 2008 quando foi formulado um novo regimento interno pelo Conselho do Parque.

Em 2011 ocorreu a reestruturação do Conselho e atualmente o mesmo encontra-se em etapa de renovação e novamente em revisão de seu regimento interno. Se na formação inicial o ConPEPB contava com 16 membros representados, onde 9 representavam a sociedade civil, após alguns anos de sua criação podemos constatar um aumento significativo da participação popular. Atualmente, dos 28 pleiteantes no processo de renovação e entrada de novos membros, 7 são representantes de órgãos públicos e 21 representantes da sociedade civil (Fonte: Gestão do PEPB).

A Trilha Transcarioca no PEPB

A Trilha Transcarioca (TT) foi idealizada pelo diplomata e montanhista Pedro da Cunha e Menezes, sendo esta inspirada em modelos internacionais de trilhas de longo curso, como a Rota Vicentina e a Apalacchian Trail. Sua proposta é a de conectar as Unidades de Conservação da cidade do Rio de Janeiro por meio de uma trilha que permita ao caminhante ir de Guaratiba à Urca, cruzando assim a cidade por ambientes naturais. A Trilha Transcarioca também pretende cumprir a função de corredor ecológico entre os dois grandes maciços: Pedra Branca e Tijuca, viabilizando a dispersão de espécies, a recolonização de áreas degradadas, o fluxo gênico e a viabilidade de populações da fauna e da flora que necessitam de nichos extensivos para sua sobrevivência.

Sua concepção pode ser datada no ano de 2000, com a publicação do livro “Transcarioca: todos os passos de um sonho” de Pedro da Cunha e Menezes. Seu traçado foi planejado em um seminário organizado pelo Mosaico Carioca de Áreas Protegidas, realizado nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2013, com base em estudos e debates feitos por técnicos e voluntários de órgãos ambientais e associações. Neste seminário, também foram discutidas questões de segurança e infraestrutura da Trilha. Apesar da grande quantidade de participantes, inclusive

contando com convidados internacionais, em nenhum momento do evento participaram, ou sequer estiveram presentes, representantes das comunidades por onde a Trilha poderia passar (MENEZES, 2000).

No Parque Estadual da Pedra Branca, sua implementação teve início na primeira fase do Projeto de Fortalecimento do Uso Público nas Unidades de Conservação, elaborado e gerido pelo INEA-RJ e executado por meio de contratação com recursos do Fundo Mata Atlântica pelo Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA), em 2013. Na ocasião a equipe do ITPA, composta por três técnicos trabalhou conjuntamente com guarda-parques e voluntários. Conforme os trabalhos de campo foram progredindo no sentido de viabilização da trilha, as equipes foram constatando a necessidade de dialogar com as populações locais cujos territórios poderiam ser atravessados pela trilha. Embora essa necessidade ficasse cada vez mais evidente, questões como custos operacionais e logística ligados a execução do projeto passaram a ser impeditivos para o estabelecimento de um consenso com relação a sua execução, o que levou ao início de um conflito entre aqueles que defendiam sua implementação e a população local temerosa pelos impactos que um projeto desse porte poderia gerar. Por outro lado, também existiu uma parte da população local que se animou com a possibilidade de oportunidades e benefícios que o advento da trilha poderia trazer, como o desenvolvimento do turismo e atividades comerciais.

Apesar de a Trilha Transcarioca estar institucionalmente vinculada ao Mosaico Carioca de Áreas Protegidas, instância que reúne as três esferas de governo e a sociedade civil, ao longo do seu desenvolvimento foi se estabelecendo um núcleo de gestão independente, constituído por membros de clubes de montanhismo, guias e empresas de turismo e ONGs, de forma que este grupo acabou se tornando o principal gestor e mediador da construção material e ideológica da Trilha. Este grupo surgiu a partir de um grande mutirão realizado em 2014, o qual contou com centenas de voluntários na maioria dos trechos da Trilha, e teve uma extensiva divulgação midiática. O grande mutirão serviu tanto para consolidar os trechos, a partir de sua demarcação por meio de pegadas amarelas (a sinalização oficial da Trilha Transcarioca), como também para criar esse novo núcleo gestor da Trilha, e ainda, para contribuir com o surgimento da figura do adotante de trecho – estando a Trilha dividida por trechos que compreendem os dias necessários para realizar todo o seu percurso. Instituições passaram, por intermédio do Mosaico Carioca, a adotar esses trechos, ficando a cargo de toda a sua manutenção. Esses fatores geraram uma força de trabalho e capacidade de organização e intervenção que ampliaram significativamente o alcance da Trilha, fator que contribuiu para a origem de conflitos com as populações residentes nas unidades.

No caso do Parque Estadual da Pedra Branca, o Conselho Consultivo acabou se tornando a arena da explicitação dos conflitos de interesses envolvendo a Trilha. Assim, se estabelece um cenário de disputa pela hegemonia na gestão de um território (o parque), que se sobrepõe a diferentes instâncias territoriais de escalas e modos de organização distintos. Elegendo o grande mutirão de 2014 como marco de início da generalização do dissenso, procuraremos aqui demonstrar de que forma o espaço do Conselho acabou se tornando a arena por excelência entre apoiadores e críticos da Trilha, cujas relações de forças são dadas de acordo com a posição dos agentes nas tentativas de estabelecimento dos seus projetos de poder (LOUREIRO;CUNHA, 2008)

Em 2015, são criadas quatro Câmaras Temáticas permanentes (CT) dentro do ConPEPB, a saber: de Comunicação, de Agroecologia e Comunidades Tradicionais, de Riscos e Desastres e de Uso Público. CTs são subgrupos formados dentro do corpo de conselheiros, destinados a tratar de assuntos específicos, de caráter transitório ou permanente. A CT de Uso Público

foi o espaço derivativo e categórico dos conflitos supramencionados. Sua primeira reunião foi realizada em 17 de outubro de 2015, a qual contou com membros do parque, do ITPA, de universidades e de uma associação quilombola de residentes do parque. Porém, foi na reunião de 16 de janeiro de 2016 que a contraposição de interesses envolvendo a Trilha ficou evidente. Nesta, estiveram presentes gestores, tanto do Parque como de outras UCs, representantes de ONGs, de clubes de montanhismo, de empresas de turismo, voluntários da Trilha, representantes de universidades, de associações de agricultores e de comunidades tradicionais. Foi esta ocasião que evidenciou o nível de acirramento dos conflitos envolvendo a Trilha Transcarioca, pois ambos os lados, apoiadores e críticos, estavam bem organizados e representados.

OBJETO, OBJETIVO E QUESTÕES DE PESQUISA

O presente trabalho teve como objetivo analisar a influência do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca na implementação da Trilha Transcarioca, configurando este espaço como uma instância de gestão participativa por excelência, objeto desta pesquisa, ao permitir o diálogo e a contraposição de ideias, bem como se chegar a um consenso sobre quais caminhos a gestão da Unidade deve seguir para concretizar seus objetivos, considerando a multiplicidade de interesses presentes em seu território. As questões aqui apresentadas se referem às formas como essa participação se materializa, pois, apesar de consultivo, o ConPEPB pode possuir, na prática, um caráter deliberativo, em determinados assuntos, o que acaba por depender da configuração da gestão da Unidade. Ou seja, procura-se aqui responder ao questionamento sobre quais podem ser os impeditivos, ou fatores dificultantes, de um processo legitimamente participativo, na prática, bem como a forma como pode ser gerado um consenso dentro de um cenário de disputa, com interesses antagônicos, em esferas formais de participação da sociedade civil.

METODOLOGIA, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

O método aqui utilizado para se cumprir com o objetivo elencado, bem como responder às questões suscitadas, foi a análise documental, por meio das atas das reuniões do Conselho Consultivo do PEPB. Para tal, foram selecionadas oito atas, as quais tentaram compreender o significativo período entre janeiro de 2013, quando do seminário de trilhas de longo curso, e início da primeira fase do projeto do ITPA, e dezembro de 2016, do final da segunda fase do projeto. Este período foi definido por compreender a continuação da implementação da Trilha Transcarioca, com as consequências do mutirão de 2014, as duas fases do projeto, a inauguração da TT em 2016 e as discussões que tomaram forma nos espaços de participação, fatores considerados relevantes para o cumprimento do objetivo proposto.

Infelizmente, para a análise só puderam ser selecionadas atas de reuniões que ocorreram de 2015 em diante, pois as das reuniões de 2013 e 2014 em que constavam discussões sobre a TT não foram localizadas. Assim, as atas analisadas apenas apresentavam a reverberação dos problemas suscitados nesses dois anos. As atas são de reuniões ordinárias e extraordinárias da assembleia geral, bem como da Câmara Temática de Uso Público, todas contendo debates acerca da TT. As datas das reuniões cujas atas foram analisadas são 9 de julho e 9 de setembro de 2015, 7 de maio e 10 de setembro de 2016 (reuniões ordinárias da assembleia geral), 16 de janeiro e 16 de junho de 2016 (reuniões extraordinárias da assembleia geral) e 17 de outubro e 7 de novembro de 2015 (CT de Uso Público). As posições foram distribuídas em quatro grandes grupos: associações comunitárias, entidades governamentais, universidades e empresas. Nas atas, os parâmetros de análise foram a verificação da possibilidade de localização de posições favoráveis e contrárias à implementação da TT no PEPB, a forma como essas posições se explicitavam, as problematizações levantadas e o modo com o qual a gestão da unidade tratou esses problemas, bem como o desfecho das discussões, ou deliberações – como o consenso foi estabelecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da análise, constatamos uma flutuação nas adesões à Trilha, com um equilíbrio de posições fortemente marcadas, tanto favoráveis como desfavoráveis, e outras posições que oscilavam conforme a dinâmica das representações. As intervenções críticas à Trilha apresentavam argumentos diversos, desde conflitos territoriais, problemas ambientais ou mesmo de infraestrutura e organização da própria Trilha, enquanto as que a defendiam frequentemente eram rebatendo essas críticas, e raramente proativas na defesa do projeto.

A reunião do dia 9 de julho de 2015, ocorrida no bairro do Camorim, demarca a troca na gestão da UC: sai o antigo gestor, Alexandre Pedroso, e entra Andrei Veiga. Estavam presentes os representantes de associações comunitárias, empresas, instituições de governo e universidades. Andrei declara nesta reunião que pretende fazer uma gestão cada vez mais participativa, voltada para a preservação das comunidades tradicionais. Esta reunião teve um debate marcado por questões ligadas à agricultura e políticas públicas, relacionadas ao PEPB. Os presentes pertencentes às associações comunitárias (Quilombo Cafundá Astrogilda, ACUCA, AGROPRATA e AGROVARGEM) já mostravam preocupação com relação ao crescimento da TT, ocasionado pelo mutirão ocorrido no ano anterior, fazendo referência à polêmica gerada porque um dos trechos sinalizados, na época, passava dentro do Quilombo Cafundá. O novo gestor, nesta reunião, já deixou claro que nada iria acontecer no parque, em sua gestão, sem que as comunidades residentes no parque sejam consultadas. Como deliberação, ficou acordada a criação de Câmaras Temáticas para tratar desses problemas específicos, as quais foram concretizadas na reunião seguinte, no mesmo ano.

A do dia 9 de setembro de 2015, ocorrida no bairro de Senador Camará, contou com a participação de diversas associações e representantes desta vertente do parque, a qual acaba sendo pouco assistida pela administração da Unidade, evidenciando o quanto a localização espacial das reuniões influencia no processo participativo, e, conseqüentemente, nos assuntos tratados. A TT, aqui, é problematizada por esses representantes, bem como os da universidade, pelas questões de comunicação e divulgação. As associações comunitárias e universidades presentes declaram que é necessário uma melhora na comunicação dos eventos ligados à TT, para que esses possam participar e tomar ciência do processo de implementação. A gestão da unidade então diz que isso poderá ser resolvido tanto pela CT de Uso Público como pela CT de Comunicação, ambas a tomarem forma em datas que foram decididas nesta reunião, a qual marca a criação das CTs.

O dia 17 de outubro de 2015 marca o início das atividades da CT de Uso Público. Nesta, são estabelecidas as figuras do coordenador e do relator da CT. É apresentada uma revisão do que foi feito na primeira fase do Projeto do ITPA e o que será feito na segunda fase do mesmo. O representante de uma associação comunitária problematiza questões associadas à infraestrutura do parque com relação à TT, e à possibilidade do aumento da visitação. Essa discussão ocasiona o fato de que debates acerca da TT agora serão parte dos objetivos estabelecidos pela CT. Na reunião da CT do dia 7 e novembro, ocorrida no bairro de Realengo, é estabelecido o objetivo principal da CT, que é o de “integrar o PEPB às comunidades da unidade e do seu entorno, por meio das ações de uso público”. São levantados os pontos importantes a serem tratados na CT, bem como os subprojetos ligados ao projeto do ITPA. Aqui, a TT é vista como importante por seu caráter de possível geradora de renda, por representantes de associações comunitárias, empresas e entidades governamentais, porém sendo problematizada com relação à visitação desordenada em alguns locais, e à formação de guias especializados, o que é respondido pela gestão que, nesta segunda fase do projeto, será dada importância à formação e cadastramento de guias, bem como alternativas para o ordenamento da visitação em locais críticos.

Nas reuniões dos dias 7 de maio e 10 de setembro de 2016, é falado da adoção de trilhas, com trechos da TT disponíveis para adoções voluntárias para instituições interessadas em contribuir com o trabalho de implementação da trilha. Não foi dada muita atenção a essa questão, a qual, posteriormente, se tornará o principal fator gerador de problemáticas envolvendo a trilha, principalmente por sua capacidade de multiplicação da força de trabalho. Também se faz referência a uma reunião do núcleo gestor da TT, na qual foram debatidos os trechos, com a redefinição do seu traçado. Os representantes das associações comunitárias problematizam que esse debate deve ser feito no parque, com as comunidades. Além disso, que em locais mais críticos como no Açude do Camorim e em Vargem Grande, a definição desse traçado sem essa participação pode gerar problemas. Isso é dito na reunião de 7 de maio. Fica deliberado nesta reunião que seja marcada uma reunião com os organizadores da TT, para a discussão da trilha no PEPB.

Em 2016, duas reuniões foram as mais significativas acerca da relação entre o ConPEPB e a TT. Em 16 de janeiro, o idealizador da trilha, Pedro Menezes, juntamente com representantes do núcleo gestor da TT, estiveram presentes na reunião extraordinária do Conselho, para tratar das problemáticas geradas pela trilha. Pedro Menezes responde a diversos questionamentos, em grande parte vindos de representantes das associações comunitárias e universidades, o que demonstra como o espaço do Conselho pode servir como uma esfera facilitadora e mediadora do diálogo entre instâncias que, de outra forma, não teriam como resolver tal conflito. Aqui, se tirou que a administração do parque ficaria com o papel de mediar a comunicação das questões das duas partes, para chegar a um consenso que atenda a todos os interesses presentes, sendo a definição de traçado a principal questão levantada. Já na reunião de 16 de junho, que também contou com representantes dos dois lados, essa definição de traçado foi posta em questão novamente, mas de forma mais objetiva. Posteriormente, os três problemas trazidos sobre isso, quais sejam, a passagem da TT por Vargem Grande, pelo Rio da Prata e pelo Açude do Camorim, serão conversados e resolvidos entre a gestão da unidade e as comunidades pertinentes: a TT deixa de passar pelo território do Quilombo, passa a descer até o polo gastronômico do Rio da Prata, pois os agricultores da região demonstraram interesse em investir na trilha, e seu traçado é alterado para não atravessar uma parte alagada dos fundos do Açude, o contornando por dentro da floresta.

As associações e universidades demonstraram não ser contra a TT, mas à forma como ela estava sendo implementada, sem diálogo e participação da sociedade envolvida com a Unidade. As empresas, nas atas, não tiveram posições marcadas a favor ou contrárias à TT, permanecendo neutras na maioria dos casos ou sequer se pronunciando. Já as entidades governamentais, só se pronunciavam, normalmente defendendo a TT, quando eram representantes das UCs pelas quais seu traçado passava, e que faziam parte do núcleo gestor da trilha, demonstrando assim que esta postura partidária pode tanto estar ligada ao corporativismo institucional, e ao quanto a trilha atende aos seus interesses enquanto gestores, bem como à influência do fator participativo, influenciando nas esferas decisórias de gestão da trilha.

CONCLUSÃO

O que mais ficou claro, nesta análise, foi que o fator da comunicação é fundamental para lidar com os conflitos gerados pela existência de múltiplos interesses. Os maiores dificultadores foram gerados pela execução de um projeto sem diálogo com as partes envolvidas, o que pode ser atenuado pela criação de ferramentas que fomentem a participação. A simples criação de um espaço de participação não é o suficiente para resolver esses conflitos que explicitam os diferentes interesses e posições de poder dos agentes envolvidos. Este ensaio foi um esboço de análise de um projeto e dos conflitos de interesses aqui explicitados. O proposto foi a

demarcação de uma posição, a de que os avanços na gestão democrática do consenso podem se fazer presentes nas mais variadas instâncias sociais, e a complexidade da administração de interesses, ao serem mediados por agentes públicos, deve considerar a multiplicidade de instrumentos legais, como os conselhos gestores de políticas públicas, instâncias de identificação, intermediação e resolução desses conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, H.H.F. **Conselhos de Gestão de Parques: Grupos Sociais em Movimento?** Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Psicologia, Tese de doutorado, 2012

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 5 out. 2014.

CONVENÇÃO n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.

LOUREIRO, C.F.B., CUNHA, C.C. **Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação: Elementos para se Pensar a Sustentabilidade Democrática**. Campinas: Ambiente e Sociedade, 2008. V. XI n.2

FERNANDEZ, A.C.F. **O Sertão Virou Parque: Natureza, Cultura e Processos de Patrimonialização**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2016. v.29 n.57

MENEZES, P.da C. **Transcarioca: Todos os Passos de um Sonho**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2000

MMA. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação**; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

IBASE. **Educação Ambiental na Gestão Participativa: fortalecimento do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca - Projeto Água em Unidade de Conservação, projeto-piloto para a Mata Atlântica: Parque Nacional da Tijuca**. Rio de Janeiro: 2006.

ECOTURISMO COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO NA PRAIA DO SONO (PARATY/RJ)

MAYARA ALMADA HORTA JAEGER

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO)
mayarajaeger@gmail.com

DANIEL FONSECA DE ANDRADE

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO)
daniel.andrade@unirio.br

Resumo

A comunidade caiçara da praia do sono, em paraty, no estado do rio de janeiro, representa uma população tradicional cujo território está inserido em áreas naturais protegidas. Hoje a maior parte do sustento econômico da comunidade deriva do turismo local. O presente trabalho aborda a organização comunitária e as atividades turísticas na praia, através da ótica do ecoturismo e do turismo de base comunitária, enquanto narrativas emergentes. Neste contexto, concluímos que o ecoturismo pode ser uma forma de: valorizar a identidade caiçara; denunciar os conflitos regionais e fortalecer as comunidades; manter viva a lógica do cuidado com a natureza, podendo ser um elemento para a mudança de percepção ambiental dos visitantes; e contribuir para o fortalecimento de outra narrativa de mundo.

Palavras-chave: ecoturismo, empoderamento, Praia do Sono, populações tradicionais, comunidade caiçara.

ABSTRACT

The Caiçara community of the Sono Beach, in Paraty, in the state of Rio de Janeiro, represents a traditional population whose territory is inserted in protected natural areas. Today most of the community's economic livelihood derives from local tourism. The present work deals with community organization and the tourism activities on the beach, through the perspective of ecotourism and community based tourism as emerging narratives. In this context, we conclude that ecotourism can be a way of: valuing caiçara identity; denouncing regional conflicts and strengthening communities; keeping alive the logic of environmental care, and becoming an element to change the environmental perception of visitors; and contribute to the strengthening of another world's narrative.

Key-words: ecotourism, empowerment, Sono Beach, traditional populations, caiçara community.

INTRODUÇÃO

Enfrentamos hoje um momento de crise ambiental mundial, correspondente a uma crise geral de civilização, ao colapso de um modo de vida (LEFF, 2004; LOWY, 2013). Porém, devemos necessariamente demarcar qual civilização é essa. Lowy a define como a capitalista industrial moderna, que se desenvolve através de um sistema que transforma tudo em mercadoria, pautado pela expansão dos negócios e acumulação de lucros (LOWY, 2013). Um modelo que representa uma visão ocidental, capitalista, dominante, patriarcal e alienante que nos desconecta de nossa essência natural e que, assim, se sobrepõe às demais visões de mundo (CAPRA, 1983; SANTOS, 2002). Da mesma forma, que se apóia na dicotomia entre desenvolvido e não-desenvolvido, entre superior e inferior além de outras, no consumo em massa, na exploração

da natureza pelo homem e dos seres humanos uns pelos outros - em seus recortes de gênero, étnico- raciais, de religião e de classe, principalmente (SANTOS, 2002; ALIER, 2007).

No entanto, a compreensão de mundo vai muito além dessa concepção ocidental. Existem muitas outras formas de ver e viver o mundo. Porém, essas vozes vêm sendo invisibilizadas, transformadas em ausentes, como sugere Santos em sua *sociologia das ausências* (2002). Nesse contexto, o autor propõe uma racionalidade inversa, que valorize as experiências sociais existentes, transformando as ausências em presenças (SANTOS, 2002), uma *sociologia das emergências*. Dessa forma, podemos reconhecer modelos diferentes de racionalidade, através da “investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas” (SANTOS, 2002, p. 256).

Precisamos urgentemente (re)aprender a ouvir - e falar - a linguagem da natureza, internalizando seu funcionamento cíclico e interligado (CAPRA, 2006). Nesse sentido, é importante fortalecer os valores de cuidado com a natureza, como tem sido os característicos dos povos originários e das populações e comunidades tradicionais historicamente (DIEGUES, 2000). Essas comunidades, em geral, sofrem com os impactos negativos dos avanços do modelo de desenvolvimento (ALIER, 2007; SOUZA, 2017). É esse tipo de modo de vida que vem sendo “apagado” pela visão dominante de mundo, são as ausências construídas em Santos (2002).

O modo de vida das comunidades tradicionais caiçaras, no caso, está mais integrado à natureza e representa um potencial agressivo menor ao ambiente do que nossa sociedade urbana. A cultura caiçara apresenta ainda aspectos de solidariedade, cooperação e coletivismo (LIMA et al, 2009) e uma relação de amorosidade com a natureza, reconhecendo uma interação respeitosa para com as matas e mares dessa população (YAMASAKI et al, 2014).

Os caiçaras, ao lado de indígenas e quilombolas, tiveram e ainda têm um papel periférico no sistema político econômico nacional. Podemos dizer, como define Adams (2002), que vivem um processo histórico de exclusão socioeconômica e ecológica. As populações caiçaras, em seu processo de formação, foram submetidas ao poder dos colonizadores, dos senhores de engenho, posteriormente aos empresários, à classe média urbana e ao Estado, através da implementação de unidades de conservação proibitivas (ADAMS, 2002).

A Praia do Sono é uma área natural protegida localizada na Península da Juatinga, em Paraty, no Rio de Janeiro, que abriga uma comunidade caiçara. Representa um nítido exemplo de comunidade tradicional em contato crescente com o processo de globalização, que tem aumentado com o desenvolvimento das atividades turísticas. A região de Paraty, bem como a Praia do Sono, apresenta uma complexidade de interesses socioambientais distintos e conflituosos, envolvendo as comunidades tradicionais (em uma posição de vulnerabilidade), as unidades de conservação, a especulação imobiliária, o crescimento do turismo, entre outros (OLIVEIRA, 2005; BURSZTYN et al, 2008; SOUZA, 2017).

A Praia do Sono é uma área protegida duplamente por lei ambiental. Faz parte da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ), que, por sua vez, está inserida em na Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu. Existe, portanto, uma sobreposição de unidades de conservação, com diferentes níveis de restrições ambientais e diferentes órgãos gestores. A Reserva Ecológica é mais restritiva e é gerida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), já a APA do Cairuçu é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A REJ, no entanto, passa por um processo de recategorização (CAVALIERI, 2003) para se adequar à legislação vigente sobre Unidades de Conservação, uma vez que não é uma categoria válida dentro do atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000).

Historicamente os moradores da Praia do Sono passaram por um processo de luta pelo do território, em um grande conflito com um grileiro que disputou a posse da terra com os caiçaras. O grileiro dizia ter comprado a terra e queria expulsar a comunidade da praia. Anos se passaram, tendo a população sido submetida a várias restrições, até que conseguisse o direito de permanecer em suas terras (CAMARGO, 2013). Nos dias atuais, no entanto, o conflito emblemático da Praia do Sono se relaciona ao Condomínio Laranjeiras, o maior condomínio de luxo do Brasil (SOUZA, 2017) localizado no ponto que dá acesso à praia. A relação entre o condomínio e a comunidade conta com diversos casos de violações de direito, assédio moral e psicológico com os moradores, em que o condomínio restringe o acesso dos caiçaras e também dos visitantes à praia de forma arbitrária(SOUZA, 2017).

Com o aumento do contato com a “modernidade” e do turismo, principalmente a partir dos anos 70, com a construção da Rodovia Rio-Santos, as atividades dos moradores também começaram a mudar e se adaptar a novas realidades, nos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais (BURSZTYN et al, 2008), como tem sido no Sono nas últimas décadas (LIMA, et al, 2009). As culturas são dinâmicas e não estáticas, dessa forma, é natural que mudem, recebam influência e também influenciem outras. Uma das mudanças marcantes foi a introdução do barco a motor ao invés do uso exclusivo dos barcos a remo (CAMARGO, 2013), que facilitou a vida da comunidade e auxiliou inclusive o turismo no local, por facilitar o deslocamento dos caiçaras até Paraty e dos turistas até a praia. No entanto, ainda existem muitas práticas locais que se mantêm firmes, como a secagem do pescado nas praias e nos quintais, e a confecção das redes de pesca.

O turismo em áreas naturais é um segmento turístico que tem merecido destaque nos últimos anos, principalmente nas áreas protegidas (BURSZTYN et al, 2008). Neste trabalho, entendemos como Ecoturismo a interface entre turismo e ambiente, em especial aqueles ambientes naturais pouco alterados, incluindo também a dimensão social no que tange às culturas locais (PIRES, 1998). O ecoturismo deve buscar uma abordagem integrada, na qual envolva as comunidades locais socioeconomicamente. Deve compreender a relação humana com a natureza e a minimização dos impactos negativos ao ambiente e à sociedade. Dessa forma, pode ser entendido como um esforço a mais na tarefa da conservação ambiental (PIRES, 1998).

Destaca-se aqui uma componente importante a ser compreendida dentro do espectro do ecoturismo, que é a componente educacional (PIRES 1998). Trabalhamos com o entendimento de que o ecoturismo deve abarcar questões para além da dimensão recreacional do turista, e incluir no seu escopo a formação de uma consciência ambiental. O ecoturismo refere-se à experiência turística mais do que ao produto turístico e engloba fatores subjetivos como a percepção individual dos visitantes.

O turismo, no entanto, cresce de modo veloz e os instrumentos de gestão não se mostram aptos a fornecer as respostas demandadas. Na Praia do Sono não é diferente. Hoje, a atividade turística já é a grande fonte de renda na comunidade (BURSZTYN et al, 2008). Entretanto, ressaltamos que o turismo não parece ter sido uma aposta consciente comunitária, mas um fenômeno espontâneo, que foi se firmando como alternativa para a comunidade em um contexto de diminuição de pescado e restrições ambientais impostas pelas unidades de conservação.

Por um lado, o desenvolvimento turístico na Praia do Sono, que se caracteriza por um processo que depende da autogestão comunitária, permite que a comunidade possa mais ou menos decidir que tipo de turismo pretende desenvolver e por quais caminhos seguir, garantindo, ao menos em teoria, uma grande parcela de autonomia (LIMA et al, 2009). Por outro, despeja sobre a comunidade toda a responsabilidade pela gerência de um fluxo (temporário) de

viajantes que não é orgânico de seu funcionamento. Isso, somado ao lugar de vulnerabilidade socioeconômica e ecológica em que a comunidade se encontra, pode acarretar em mais questões a serem resolvidas pela população local.

Nesse sentido, entende-se que o ecoturismo, para garantir empoderamento comunitário, deve automaticamente assumir os princípios do turismo de base-comunitária (TBC), como a conservação da sociobiodiversidade; a valorização da história e da cultura local; o protagonismo comunitário (tanto no desenvolvimento das atividades como nas tomadas de decisões); a partilha dos benefícios de forma justa; o Bem comum (valorizando a solidariedade e a cooperação); a complementaridade (com relação às demais atividades desenvolvidas pela comunidade), e a educação e partilha de saberes entre diferentes culturas (ICMBio, 2018). Configura-se, assim, um ecoturismo de base comunitária ou, simplesmente, ecoturismo coerente com suas diretrizes dentro do contexto apresentado.

De acordo com a cartilha de princípios e diretrizes para o Turismo de Base Comunitária em UCs do ICMBio o TBC é:

[U]m modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação. (ICMBIO, 2018)

Além disso, o TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade buscando valorizar as culturas em sua dinâmica própria. (ICMBIO, 2018). Essa proposta pode fazer parte de um movimento que favoreça o exercício de um novo sistema de relações humanas e institucionais, visando superar o modelo de desenvolvimento vigente no mundo (LIMA et al, 2009).

OBJETIVO

O presente trabalho visa colaborar para a construção de conhecimentos sobre a organização comunitária caiçara e as atividades turísticas na Praia do Sono. Possui, como objetivo específico, analisar elementos do ecoturismo na Praia do Sono sob a ótica da sociologia das emergências.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, através de sua opção metodológica, busca a relação de trabalho entre pesquisadores e pesquisados como uma relação sujeito-sujeito, de diferentes realidades e saberes. Apóia-se nos princípios da pesquisa participante (BRANDÃO, 1999), sem, no entanto, se configurar como uma em sua totalidade. Assim, o trabalho caminha no sentido de valorizar e amplificar as vozes e conhecimentos tradicionais e a “ciência popular”, como traz Borda (1999, P. 43).

O presente trabalho utilizou-se de metodologia qualitativa para a geração de dados. As técnicas utilizadas para tal foram o levantamento bibliográfico, a observação participante (OP) realizada durante as saídas de campo entre 2016 e 2018 (out/2016; dez/2016-jan/2017, jun/2017, dez/2017/jan-21018, mar/2018) e entrevistas abertas com moradores da comunidade.

Para analisar dos resultados utilizou-se a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977), busca estabelecer uma correspondência entre a estrutura semântica da fala/escrita e as estruturas psicológicas, sociológicas, históricas e políticas. Pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análises de comunicação, consistindo em um método empírico (BARDIN, 1977). Nesse trabalho nos apoiamos sobre a análise de conteúdo qualitativa, que se volta à temática e busca descobrir os núcleos de sentido da comunicação (BARDIN, 1977).

RESULTADOS

A comunidade tem caminhado no sentido da consolidação de um turismo de base comunitária na Praia do Sono. Apesar de não haver, entre os caiçaras, uma única visão acerca do futuro e gestão turística para a Praia do Sono, uma vez que a comunidade não é homogênea, mas sim um universo de pessoas e visões, os desafios da comunidade são comumente identificados.

Os principais problemas estruturais e relacionados ao desenvolvimento turístico são: O saneamento, entendendo-se a importância da qualidade da água para abastecimento da comunidade, para banho recreativo e para a saúde ecossistêmica como um todo; o lixo, que é retirado da comunidade por via marítima; e a acentuada sazonalidade turística, constituindo momentos de ápice turístico na praia, como no ano novo, e outros de muito pouco movimento.

Em um patamar para além do desenvolvimento turístico estão as ameaças ao território e aos direitos caiçaras e das populações tradicionais em geral. Nesse contexto inserem-se as dificuldades judiciais de acesso impostas pelo condomínio Laranjeiras.

Com tantas questões práticas em tantos níveis para se resolver, compreende-se a dificuldade que eles tenham para se organizar coletivamente, pensar o turismo comunitário e se articular nas lutas. No entanto, o que se observa é uma grande força da comunidade nas discussões relativas ao território e aos direitos caiçaras, bem como na efetivação de parcerias e políticas públicas para melhorar a qualidade comunitária. O fato de estarem articulados trabalhando em rede deve ter uma importância relevante nesse aspecto.

A comunidade do Sono possui uma associação de moradores. A Associação de Moradores Originários da Praia do Sono (AMOSONO) é fundamental para reunir as demandas da comunidade e para sua representação externa frente os conflitos e outras atividades.

Na área da APA do Cairuçu, além das comunidades caiçaras, encontram-se também outros povos tradicionais, como os quilombolas do Quilombo do Campinho e os indígenas (guarani) das aldeias de Araponga e Parati-Mirim. Compartilhando do mesmo ecossistema, mas para além das fronteiras da APA e da REJ (que conta com diversos núcleos caiçaras), outros grupos estão consistentemente presentes na região da Costa Verde do RJ e pelo literal de São Paulo. Para resistir às ameaças e fortalecer as comunidades dessa região, foi criada uma articulação chamada Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, que existe desde 2007, da qual a comunidade da Praia do Sono também faz parte.

O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) possui um importante papel de articulação das lutas comuns entre os caiçaras, indígenas e quilombolas da região e traz como mote a frase "Preservar é Resistir", no sentido da preservação da sociobiodiversidade local. Apesar de possuírem contextos próprios, são grupos que travam resistências parecidas frente ao modelo de desenvolvimento e em defesa de suas formas de interações com o ambiente.

Dessa forma, em coletivo, puderam recém criar a rede *Nhandereko* de TBC do Fórum de Comunidades Tradicionais, visando a construção de trocas de experiências e construção de roteiros para o fortalecimento interno das comunidades. Buscando dar reconhecimento (turístico e político) às comunidades da região, o FCT lançou o mapa coletivo de Turismo de Base Comunitária, em 2015, sendo entendido como uma estratégia de luta política e social em defesa da preservação de suas culturas, da natureza e da sua permanência nos territórios (MENDONÇA et al, 2017). Esse processo valoriza os conhecimentos tradicionais, contribuindo para uma ecologia de saberes (SANTOS, 2002). A realização de atividades de cunho cultural e de manejo ambiental são formas de afirmação identitária e que contribuem para a conservação do ecossistema.

Um destaque hoje na comunidade do Sono é o Projeto Territórios Sustentáveis e Saudáveis, implementado em parceria entre a prefeitura de Paraty e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), formado por parte da Instituição Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e do Fórum de Comunidade Tradicionais (FCT), que consiste na implantação de sistema de tratamento ecológico de esgoto na comunidade. O tratamento consiste na construção e utilização das bacias de evapotranspiração (BETs), técnica permacultural de baixo custo e grande eficiência ambiental. Alguns módulos já foram finalizados e outros ainda estão em andamento.

A partir da discussão da sociologia das ausências e emergências (SANTOS, 2002) a respeito das lógicas excludentes e das condições de esperança sobre a Praia do Sono, apresentamos a seguir alguns pontos:

Sobre a lógica linear de tempo, Santos (2002) sugere uma ecologia das temporalidades, onde as diversas experiências possam ser compreendidas como contemporâneas. Nesse caso o caçara não é tido como atrasado em relação ao urbano, o agricultor caçara não é tido como atrasado em relação ao mercado do agronegócio e etc. A abertura da percepção do tempo, para além da forma linear de progresso, possibilita que outras dimensões de tempo apareçam.

Nesse ponto, apresentamos aqui uma discussão quanto à cultura caçara e a compreensão do tempo a partir das experiências vivenciadas na comunidade. Dentro da vida na praia, o tempo está dentro de um olhar mais cíclico, que acompanha as estações do ano e suas sazonalidades. A vida depende de saber sobre as chuvas, as marés da praia, os ciclos da lua, quando tem mais peixe e de qual tipo. Essa percepção já se modificou bastante, mas ainda assim intimamente ligada ao conhecimento dos ciclos da natureza.

Quanto à lógica produtivista, a sociologia das emergências valoriza os sistemas alternativos de produção, não-capitalistas, a economia solidária e a autogestão comunitária, através de um olhar de não subalternidade. O ecoturismo de base comunitária se encaixa nessa concepção não produtivista, atua por um propósito e não apenas pelo consumo de um produto. Nesse sentido destacamos a observação a respeito das trocas não monetárias que puderam ser vistas na comunidade, como as trocas de serviços nos campings e bares por estadia e também no emprego de tempo e trabalho para ajudar outros moradores.

O encontro entre caçaras e turistas representa o contraponto entre dois mundos. Percepções e comportamentos diferentes que, quando de frente uma para outra, podem suscitar o compartilhar de conhecimentos e o transformar de olhares. Porém podem também causar incômodos.

Alguns caçaras não se sentem bem com alguns comportamentos dos visitantes urbanos. Porém, revelaram que o problema que percebem não é o turista, em geral, mas o tipo de turista. No entanto, afirma uma das lideranças da comunidade que a ideia de "turista de qualidade" pode refletir a lógica do turista com dinheiro, o que "não é o que queremos", diz ele. O que eles desejam é o turista que respeita tanto a comunidade quanto a natureza, que esteja minimamente alinhado com esses valores. Esse seria, em geral, o perfil do ecoturista.

CONCLUSÃO

Segundo o objetivo deste trabalho, pretendemos aqui colaborar para a construção de conhecimentos sobre a Praia do Sono a respeito da organização comunitária caiçara e das atividades turísticas no local.

Hoje, o turismo é uma realidade na Praia do Sono e uma grande fonte de renda para a população. No entanto, a atividade turística também acarreta questões difíceis para os caiçaras, que têm que gerir grandes fluxos de visitantes em um contexto de recursos limitados. Além disso, os moradores enfrentam dificuldades impostas pelo luxuoso condomínio vizinho com relação ao transporte de produtos e turistas. É importante que se atente para o desenvolvimento de um turismo que integre a promoção da qualidade de vida da população com o funcionamento saudável dos ecossistemas em que está inserida.

O fortalecimento do ecoturismo na comunidade da Praia do Sono é um caminho importante na garantia dos direitos da população local e da conservação ambiental, desde que seja trabalhado com protagonismo da comunidade de acordo com às diretrizes do Turismo de Base Comunitária (TBC). Dessa forma, valoriza-se a cultura local e fortalece-se a soberania da população sobre seu território.

Como constatado nesta pesquisa, não existe uma visão unitária acerca do futuro e gestão turística para a Praia do Sono. No entanto, os desafios e potenciais da comunidade são elementos de comum acordo entre os moradores, e nesse sentido, a organização comunitária exerce papel fundamental. A associação de moradores cumpre um papel importante enquanto representação frente aos conflitos e outras iniciativas para atender as demandas da comunidade. Além disso, a organização coletiva através do Fórum de Comunidades Tradicionais merece também destaque nesse aspecto, pois cria uma rede de apoio no território.

Nota-se uma atuação consistente da comunidade nas discussões acerca da garantia de seus direitos, na efetivação de parcerias junto ao poder público e à sociedade para a realização de medidas que contribuam para a qualidade socioambiental local, e para enfrentar os principais problemas estruturais e relacionados ao desenvolvimento turístico, como é o caso do saneamento e da sazonalidade.

A pesquisa tem também como objetivo analisar elementos do ecoturismo na Praia do Sono sob a ótica da sociologia das emergências (SANTOS, 2002).

A partir da necessidade de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2002), em que os conhecimentos tradicionais devem ser reconhecidos e valorizados, a realização de atividades com a participação dos turistas que tenham enfoques culturais e de manejo ambiental são estratégias que fortalecem a identidade caiçara. Reconhecer o protagonismo da comunidade tradicional significa também reconhecer a sociologia das emergências.

A vida caiçara possui um olhar temporal mais cíclico, intimamente ligado ao conhecimento da natureza. A partir da ecologia das temporalidades (SANTOS, 2002), o caiçara é percebido em uma relação de contemporaneidade com o urbano, facilitando o processo de aprendizado com a experiência ecoturística.

A criação da rede de TBC do Fórum de Comunidades Tradicionais é um exemplo de organização descentralizada que objetiva a troca de experiências entre as comunidades participantes e a construção de roteiros colaborativos. É um exemplo de saber que emerge da coletividade.

O encontro entre caiçaras e turistas permite o compartilhar de conhecimentos e o transformar de olhares, contribuindo para a formação da consciência ambiental. No entanto, é importante

para os moradores que o turista respeite tanto os valores da comunidade quanto a natureza. Esse ideal de turista coincide, em geral, com o perfil do ecoturista.

O ecoturismo de base comunitária se encaixa em uma concepção não produtivista, atuando pelo propósito de valorização social e da consciência ambiental, não sendo baseado apenas no consumo de um produto turístico.

Neste contexto, concluímos que o ecoturismo pode ser uma forma de se valorizar a cultura caiçara e os modos de vida tradicionais; de denunciar os conflitos e fortalecer as comunidades; além de uma possibilidade de manter viva a lógica do cuidado, podendo ser um elemento estopim para a mudança de percepção ambiental da parcela urbana que frequenta a praia, contribuindo para o fortalecimento de outra narrativa de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAMS, Cristina. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. **In:** Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Palestras Convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Ulysses de Albuquerque (org.), Recife: Sociedade brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. P. 27-43, 2002.

ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

BARDIN, Laurence . Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 1977

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. **In:** BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999. P. 42-62

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante, 1999. São Paulo: Brasiliense.

BRASIL, 2000. LEI 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC

BURSZTYN, Ivan; LIMA, Robson Pereira; CATRAMBY, Teresa; BOTELHO, Eloise; SPAMPINATO, Elisa. De quem se protege o paraíso? Um estudo de caso sobre o desenvolvimento do turismo e conflitos na comunidade da Praia do Sono - Paraty (RJ). IV Encontro Nacional da ANPPAS, junho de 2008, Brasília - DF - Brasil

CAMARGO, César Pardo. Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá). Dissertação (Mestrado em Geografia), UNICAMP, Campinas, SP : [s.n.], 2013.

CAPRA, Fritjof. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. *In* STONE, M.K.; BARLOW, Z. (orgs.). Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006 (p. 46-57).

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

CAVALIERI, Lucia. A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2003

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 3a. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais, Princípios e Diretrizes, 2018. Disponível em : http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf

LEFF, Enrique. Racionalidad Ambiental: La reapropiación social de lanaturaleza. Sigloxxi editores, s.a. de c.v, 2004

LIMA, Robson Pereira; AYRES, Andreia Ribeiro; BARTHOLO JR., Roberto Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: O caso da Praia do Sono. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009.

LÖWY, Michael, CRISE ECOLÓGICA, CRISE CAPITALISTA, CRISE DE CIVILIZAÇÃO: a alternativa ecossocialista, Caderno CRH [online], Salvador, 2013, vol.26, n.67, p. 79-86.

MENDONÇA, T.C.M.; Santos, R.O.; Lopes, P.C.B.; Andrade, S.R.; Moraes, A.P.V. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caçaras, quilombolas e indígenas. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.328-356.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. (Org.) Minayo. 34 ed. Petropolis, RJ, Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Alexandra Campos. Turismo e população dos destinos turísticos um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Volume 3, Número 1, 2005 (pg 149-170) <Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>>

PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do Ecoturismo. Turismo - Visão e Ação, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 75-92, jun. 1998. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1392>>

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: Revista crítica de Ciências Sociais, nº 63, 2002. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF

SOUZA, Vanessa Marcondes de. "Educação para permanecer no território": a luta dos povos tradicionais caçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2017.

YAMASAKI, Alice Akemi; SOUZA, Vanessa Marcondes de; MONGE, Ricardo "Papu" Martins. Paulo Freire e a cultura caçara: a amorosidade no "cerco de saberes", Revista UNIFREIRE, edição 2, 2014.

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMBINA COM JUSTIÇA SOCIAL? - A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: O CASO DA COMUNIDADE TRADICIONAL DO MORRO DAS ANDORINHAS, NITERÓI, RJ

Valéria Lima Marques de Sousa

Instituto de Bioquímica Médica/UFRJ
valerialms@gmail.com

Danilo Ribeiro de Oliveira

Faculdade de Farmácia/UFRJ
danilopharma@gmail.com

Cassia Mônica Sakuragui

Instituto de Biologia/UFRJ
cmsakura12@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ecossistemas naturais sustentam a biodiversidade, prestam serviços ambientais (serviços de provisão, regulação, suporte, serviços culturais e estéticos) e contribuem para o bem-estar humano, sendo a conservação ambiental um dos grandes desafios do milênio para esferas de poder político e social frente às mudanças que os ecossistemas naturais vêm sofrendo e os impactos que tais alterações podem ter sobre o bem-estar humano, o que demanda alternativas de respostas locais, regionais e globais, como é apontado na Avaliação Ecosistêmica do Milênio (HASSAN; SCHOLLES; ASH, 2005).

Áreas verdes consideradas de relevância por sua beleza cênica e/ou biodiversidade tendem a ser protegidas a partir da estratégia legal de criação de uma unidade de conservação (UC), excluindo-se o componente humano. Essa demanda por proteção da natureza por vezes é alóctone à área a ser protegida, desconsiderando que esta pode ser um território utilizado como moradia, área de plantio ou fonte de recursos extrativistas para subsistência, ou seja, que já conta com a presença humana e as relações estabelecidas entre o ser humano e o ambiente.

Dentre as diferentes categorias de UC definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as mais conflituosas são as que pertencem ao grande grupo UC de proteção integral, pois este não prevê a permanência de moradores dentro da área protegida bem como a exploração de seus recursos, o que, de acordo com Fotopoulos (2014), conduz a um procedimento jurídico de desapropriação das terras, que pode ser entendido não apenas como um mecanismo de expropriação do território como também do ecossistema natural das comunidades e do seu modo de vida, sua cultura e sua memória, isto é, um processo de “erosão cultural”.

Ferreira e Carneiro (2005) apontam que as legislações podem promover consequências sobre as populações locais residentes em áreas onde são criadas UC, pois elas “são impelidas a modificar suas formas de apropriação dos recursos naturais”. Um grupo que já faz uso de um recurso natural há várias gerações pode ter seu modo de vida inviabilizado caso dado recurso não possa ser explorado sob nenhuma condição. No mesmo trabalho, as autoras destacam a situação da conservação ambiental em áreas urbanas devido à crescente demanda por proteção dos ecossistemas naturais remanescentes, que atende ao anseio da população por maior contato com ambientes tidos como “naturais”, o que aumenta o fluxo de pessoas nessas áreas em atividades de ecoturismo, mas pode renegar os habitantes locais.

Lyra Filho (2005) analisa que as relações entre Direito e Justiça estão envoltas por “nuvens ideológicas” que não correspondem à realidade. Isso porque, de acordo com o autor:

A lei emana do Estado e permanece, em última análise, ligada à classe dominante, pois o Estado, como sistema de órgãos que regem a sociedade politicamente organizada, fica sob o controle daqueles que comandam o processo econômico, na qualidade de proprietários dos meios de produção. (LYRA FILHO, 2005, p.8).

E, ainda, Lyra Filho (2005) prossegue com sua exposição sobre o Estado, em que se dá a construção da legislação:

(...) se ele é autoritário ou democrático; se reveste uma estrutura social espoliativa ou tendente à justiça social efetiva e não apenas demagógica e palavrosa; se a classe social que nele prevalece é a trabalhadora ou a capitalista; se as bases dominam o processo político ou a burocracia e a tecnocracia servem ao poder incontrolado; se os grupos minoritários têm garantido o seu direito à diferença ou um rolo compressor os esmaga. (LYRA FILHO, 2005, p.10)

Dependendo de como esse Estado se constitui, sempre haverá um favorecido e um desfavorecido. Assim, chega-se a ideia de hegemonia, pois, partindo-se da análise feita por Buckel e Fisher-Lescano (2009) sobre hegemonia no Direito global, tendo por referencial teórico Gramsci, é possível pensar que discursos sociais são construídos em diferentes espaços de hegemonia na sociedade civil, sendo tanto ambientalistas, cientistas, acadêmicos, naturalistas, ecoturistas e povos e comunidades tradicionais produtores de discursos acerca das questões ambientais, seja por um viés mais econômico, preservacionista, conservacionista ou pela luta para garantir a própria existência e sobrevivência. Aquele que melhor alcança subsídio na organização política (sociedade política) e social (sociedade civil) vigente é o que determina as esferas de poder dentro do Estado, institui o seu discurso como hegemônico, capaz de direcionar as políticas, nesta análise, ambientais, e funciona como coerção das ideologias minoritárias que circulam nos grupos sociais.

E, ainda, o modelo de criação de parques e reservas no Brasil, bem como em outros países antes reconhecidos como de Terceiro Mundo, seguiu um discurso hegemônico global, influenciado pela perspectiva preservacionista instituída nos Estados Unidos, que levou a políticas de preservação de áreas consideradas intocadas naquele país, enquanto que em florestas tropicais as áreas já eram habitadas, mas seus habitantes não eram contabilizados e consultados. Assim, o discurso ambientalista de proteção dos recursos naturais através da criação de UC pode ser considerado hegemônico, em escala global, e capaz de gerar distorções e injustiças, como analisado por Diegues (1993):

A expulsão dos moradores tem contribuído ainda mais para a degradação das áreas de parques uma vez que, frequentemente, por falta de fiscalização, indústrias madeireiras e de mineração invadem-nas para explorar ilegalmente seus recursos naturais. Os moradores também, muitas vezes, retiram ilegalmente meios de subsistência dessas áreas protegidas, tidas como “recursos perdidos pelas comunidades locais”. (DIEGUES, 1993, p.5).

Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca, extrativismo sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área. Paradoxalmente, grande parte do orçamento das unidades de conservação é usada para a fiscalização e repressão (cerca de 80% no caso do Nepal) e muito pouco para melhorar as condições de vida e a manutenção das populações tradicionais que, se organizadas e estimuladas poderiam contribuir positivamente para a conservação das áreas protegidas. (DIEGUES, 1993, p.6).

Nessa perspectiva, Caovilla (2016) discute o Direito como forma de “colonialidade”, conceito utilizado para explicar como persiste em nossa sociedade uma reprodução de estruturas vigentes através de uma ideia de superioridade que funda um padrão de poder. Para a autora, a colonialidade “se desenvolve sobre os eixos do poder, do ser e do saber” (CAOVILLA, 2016, p.99-101), o que levou à construção de uma colonialidade epistêmica, atingindo o seu nível mais profundo justamente quando ultrapassa a fronteira da colonialidade do poder [que reconhece a divisão do conhecimento humano em saberes tradicionais e saberes modernos, sendo os últimos tidos como conhecimento hegemônico] e do ser [que inferioriza os povos frente ao colonizador, desumaniza], e atinge a colonialidade do saber [capaz de reprimir os modos e os saberes e impor novos aos povos subalternizados].

Historicamente, a natureza é explorada como recurso necessário à sobrevivência das sociedades humanas, estando cada vez mais inserida em uma lógica capitalista, em que tudo pode ser definido como mercadoria (ARROYO; SCHUCH, 2006), inclusive as áreas naturais protegidas pela lei, que, ainda assim, podem ser exploradas economicamente pelo turismo ecológico ou ecoturismo, a despeito da existência de estudos capazes de mensurar as interferências que a prática dessa atividade pode ter sobre um ecossistema natural, visto que demanda envolvimento e tempo para levantar as múltiplas variáveis relacionadas à atividade e exige acompanhamento contínuo. Costa (2002, p.78-80) aponta que os impactos podem ser tanto positivos quanto negativos no desenvolvimento de atividades de ecoturismo, sendo importante uma articulação e fiscalização permanentes, considerando a rede de representantes do setor privado, das comunidades locais e da gestão pública das esferas federal, estadual e municipal.

Diferente da exploração de uma UC para atividades socioeconômicas, em que o interesse maior é reconhecer o que pode ser praticado dentro da área protegida pelo aspecto da sustentabilidade, do lazer e da viabilidade financeira, uma forma de estabelecer limites ao uso dos recursos naturais por um povo ou uma comunidade tradicional é a assinatura do termo de compromisso (TC), previsto no Artigo 39 do Decreto Nº 4.340/2002 que regulamenta a Lei do SNUC, representando uma transição espacial e temporal na gestão de territórios de povos e populações tradicionais em sobreposição com UC, pois estabelece as normas de permanência e/ou uso de recursos dentro da UC mediante negociação entre os comunitários e o órgão gestor (TALBOT, 2017), “até que seja possível efetuar o reassentamento” [Capítulo VII, Art. 42, § 2º, Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002] (BRASIL, 2011).

Contudo, Talbot e Madeira (2017) destacam que:

Reassentar populações tradicionais residentes em unidades de conservação constitui um desafio que envolve princípios constitucionais de alta hierarquia: o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III); o patrimônio cultural brasileiro, nos “modos de criar, fazer e viver” (Art. 216, II) e a defesa do meio ambiente como bem comum a todos e essencial à sadia qualidade de vida (Art. 225). (TALBOT; MADEIRA, 2017, p. 660).

Nesse cenário, espera-se que seja seguida uma perspectiva de governança, conceito adotado pela ONU para definir “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns”, envolvendo a responsabilidade socioambiental (KOTZIAS; SILVEIRA, 2015), permitindo que a discussão do que deve constar no TC assinado por ambas as partes, comprometente e compromissado, leve em consideração estudos etnobiológicos, etnoecológicos e etno-históricos junto às demandas dos habitantes locais e dos gestores ambientais e, ao longo do tempo, aplique-se uma gestão participativa.

Povos e Comunidades tradicionais são reconhecidos por estabelecerem relações ecossistêmicas e culturais com o ambiente em que vivem, pois ocupam seus territórios e interagem com a paisagem ao longo de gerações, sendo detentoras de saberes únicos (DIEGUES, 2001), sendo reconhecidos no Brasil de acordo com o Decreto Nº 6.040/2007. É de suma importância que tais conhecimentos sejam levados em consideração em UC criadas em sobreposição a territórios de povos e comunidades tradicionais, buscando fomentar políticas públicas que possam garantir a governança, a dignidade humana e inclusão dos vulneráveis no sistema de proteção. No Brasil, o MPF aponta que é necessário “fortalecer a participação dos povos e comunidades tradicionais afetados por UC nos processos decisórios, incentivando sua presença ativa nos Conselhos Gestores (consultivos e deliberativos)” (BRASIL, 2014).

Nesta pesquisa, de método qualitativo, exploratório, buscou-se identificar como uma comunidade tradicional pesqueira interage com uma UC de proteção integral da categoria “parque”, dos pontos de vista da governança e da etnoecologia. O objeto de estudo foi a Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (COTMA), situada no Morro das Andorinhas, bairro de Itaipu, Niterói-RJ, e residente no Sítio da Jaqueira, hoje parte integrante da UC de proteção integral Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), partindo-se das questões “Há uma gestão participativa que envolva gestores ambientais e comunidade tradicional?”; e considerando a necessidade de compatibilizar os objetivos da UC com a presença da população tradicional, como previsto no SNUC, “Há assessoria ambiental que garanta que as ações desenvolvidas pela comunidade em seu território não entre em conflito com os objetivos da UC, a sustentabilidade ambiental e a saúde ambiental?” e “Quais são as relações etnoecológicas ainda evidentes na comunidade após o estabelecimento da UC?”.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho foi qualitativa e envolveu a coleta de dados de campo, a partir da etnografia, com registro em caderneta de campo, envolvendo observação participante (abril/2017 a setembro/2018), inclusive em uma reunião entre a ACOTMA e a assessoria jurídica da Universidade Federal Fluminense (UFF); levantamento e análise documental, além de uma revisão bibliográfica não exaustiva, também foram realizados neste estudo.

Os principais documentos analisados foram os dois TC assinados pelos integrantes da ACOTMA após a anexação do Morro das Andorinhas à área do PESET, o plano de manejo da UC, um livro de memórias da ACOTMA (LEITE, 2003) e uma pasta de processo judicial envolvendo a comunidade e o PESET em um inquérito civil, aberta no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (protocolo MPRJ 201500471773). Secundariamente, o acervo de documentos da ACOTMA também foi utilizado como fonte de dados.

3. A COMUNIDADE TRADICIONAL DO MORRO DAS ANDORINHAS

A Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (COTMA) tem registro de ocupação da região há cerca de 150 anos, sendo reconhecida originalmente como povoado do Sítio da Jaqueira, no Morro das Andorinhas, com formação a partir da união de Leonel de Siqueira da Silva (português) & Marianna Agapita Dias de Gusmão (indígena) e seus descendentes. Seguindo-se o princípio da autodeterminação do Direito Internacional, a comunidade se reconhece como um grupo tradicional pesqueiro, sendo facultativo o uso do termo “caicara”.

Hoje a comunidade se constitui por moradores descendentes dos filhos do primeiro casal responsável pela fundação do núcleo familiar, contando com registro de 14 casas (LEITE, 2003), sendo 12 habitadas atualmente, em o território de 25 mil m², o Sítio da Jaqueira. Cada residência possui pelo menos um descendente ligado ao núcleo familiar original.

Apesar da ocupação antiga da região, o Morro das Andorinhas foi anexado, em 2007 ao PESET, e por o parque se tratar de uma UC de proteção integral, a comunidade tradicional pesqueira manteve o seu direito de ocupar o seu território mediante assinatura de Termo de Compromisso (TC) socioambiental, firmado entre a comunidade [cada indivíduo do núcleo familiar ligado a uma residência é responsável por firmar o TC, através da interveniência da ACOTMA] e o órgão gestor Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em atendimento ao Artigo 39 do decreto de regulamentação do SNUC (INEA, 2015).

4. A PERSPECTIVA DOCUMENTAL

Na análise dos documentos referentes ao inquérito civil, fica evidente a confusão entre a legalidade de ocupação do território da comunidade tradicional e as ocupações feitas pelos demais moradores do entorno do PESET, no que diz respeito à área de acesso ao Morro das Andorinhas (Fig. 1a). As denúncias de invasão ou “favelização” não deveriam incluir a comunidade, visto que há inclusive o instrumento legal TC firmado entre a ACOTMA e o PESET. Ainda assim, gestores da UC e os comunitários são notificados e precisam prestar esclarecimentos a cada nova denúncia.

Apesar das mudanças ao longo do tempo a que todas as culturas estão sujeitas, com a manutenção de tradições que reproduzem e identificam um grupo junto à assimilação de novas práticas, o livro de memórias da comunidade (Fig. 1d) organizado por Leite (2003) revela um grupo coeso, com laços familiares fortes e práticas tradicionais de subsistência, como a pesca artesanal e o cultivo de alimentos como “milho, mandioca, feijão e café”, que demonstram a relação da comunidade com o ambiente em que vive. Em tempos mais antigos, era possível sobreviver sem depender tanto de dinheiro, pois, como registrado no livro, só se comprava sal e querosene. O documento também aponta que as casas ainda estão integradas com a paisagem e se confundem com a vegetação (Fig. 1b-1c), o que representa um aspecto positivo sobre a forma como ocuparam o Morro das Andorinhas ao longo do tempo, sendo entendidos como promotores da biodiversidade. Este fato é reforçado por Barros *et al.* (2004), que descreve a cobertura secundária do Morro das Andorinhas como “vegetação em estágio médio e avançado de regeneração”.

Já o Plano de Manejo do PESET, publicado em janeiro de 2015, corresponde à fase 1, contando com o histórico de criação da UC, localização de edificações no seu entorno, levantamento de dados sobre visitantes e registro das comunidades residentes e mapeamento de seus territórios dentro da UC, mapeamento e classificação de trilhas, dentre outros dados.

Não fica claro nesse histórico se a expressão “comunidades”, consultadas e participantes de grupos descritos como “Comissão”, “Frente” e “Assembleia”, refere-se à população em geral ou também comunidades tradicionais que habitam o interior do PESET. Apesar disso, no Plano de Manejo, a COTMA é reconhecida como detentora de conhecimentos tradicionais/locais importantes, apesar das mudanças de hábito ao longo das gerações. Assim, é preponderante uma continuidade dos trabalhos para atualização do Plano de Manejo do PESET, a partir de um processo mais participativo, que permita trocas, “aprendizagem social, com valorização dos saberes locais/tradicionais sobre o manejo dos recursos naturais”, como indica o manual de atuação do MPF para territórios de povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2014).

Apesar de ser notória a participação de diferentes sujeitos da esfera política e social nas discussões sobre a criação e ampliação dos limites da UC, como apresentado nos “Marcos legais e históricos do PESET” presentes no Plano de Manejo, fica evidente que o discurso ambientalista é hegemônico, sendo norteador dos avanços para o estabelecimento da UC e dos seus limites. Barros *et al.* (2004) apresentaram, ainda, “Argumentos legais, ambientais e sociais

para a conservação”, objetivando fomentar a inclusão do Morro das Andorinhas à UC em vista de combater a crescente especulação imobiliária na área de Mata Atlântica, o que evidencia também o apoio de pesquisadores nesse projeto, em busca “da preservação das espécies da biota nesta e em outras regiões” (BARROS *et al.*, 2004). Em 2007, a Lei Nº 5.079 estabeleceu os limites definitivos do PESET, e anexou o Morro das Andorinhas ao parque.

Em fevereiro de 2016, uma delimitação do Sítio da Jaqueira (Fig. 2) foi feita visando o estabelecimento dos limites físicos de uso da área do Morro das Andorinhas por parte da comunidade. Esse registro foi disponibilizado pela COTMA e não consta no Plano de Manejo publicado pelo INEA.

O PESET possui um conselho consultivo, como recomendado no texto do Decreto Nº 4.340/2002 do qual participam representantes de esferas políticas públicas e associações de moradores diversas, dentre elas a Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA).

A COTMA teve em seu primeiro TC de 28/06/2012 [processo E-07/301.681/2008 e E-07/511.627/2011] a garantia de permanência de cinco anos dentro da UC, em seu território original denominado Sítio da Jaqueira, com a manutenção de suas casas e seus hábitos. No aditivo do termo, válido a partir de 28/06/2017 [processo E-07/511.625/2017], houve prorrogação do prazo de vigência do TC por mais três anos.

O termo é coletivo e todos devem se comprometer, sendo assinado individualmente por cada descendente representante de cada moradia. Nos dois documentos referentes ao TC há passagens que remetem à legislação nacional que cria e regulamenta o SNUC.

Como descrito por Talbot e Madeira (2017), firmar termo de compromisso não tem sido uma tarefa fácil e nem mesmo seria o fim dos conflitos que envolvem a presença humana dentro de uma UC. Ainda há muita desconfiança das comunidades tradicionais em relação aos gestores e falta “alinhamento institucional para a construção de TC”, no que diz respeito às UC federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e os próprios gestores acreditam que ainda não se deveria utilizar esse instrumento (TALBOT; MADEIRA, 2017). Nesse sentido, a relação entre ACOTMA e PESET podem ser considerada avançada frente à realidade de outras UC por ter conseguido não apenas firmar o TC, com duração de cinco anos, mas garantir sua prorrogação por mais três anos o que demonstra a disposição do parque para manter a comunidade em seu território, diminuindo a insegurança e garantindo o diálogo entre as partes, mas também pode indicar o quão difícil seria viabilizar o seu reassentamento, especialmente em uma conjuntura de crise econômica e política no qual o estado do Rio de Janeiro se encontra.

5. A PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA

Ainda há moradores envolvidos com a pesca e a identidade de comunidade pesqueira é a predominante entre os comunitários e cria uma unidade junto ao aspecto familiar, independente de não ser a única ou a principal fonte de renda, o que pôde ser evidenciado na festa da comunidade, realizada em setembro de 2018.

Através do trabalho etnográfico, foi possível observar que a própria organização da comunidade em associação, ACOTMA, aconteceu como forma de resposta ao processo de anexação do Morro das Andorinhas ao PESET e à necessidade de estabelecer os termos do TC, sendo através da associação, representada por um presidente eleito, que se dá o diálogo entre comunitários e espaço acadêmico, representado por integrantes da Faculdade de Direito da UFF, e comunidade e gestores do PESET.



Figura 1. Registros documentais e etnográficos da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas: 1a. Notícia de jornal anexada ao inquérito civil, denunciando suposta ocupação irregular no PESET; 1b. Casa de pau a pique com telhas tradicionais a ser demolida; 1c. Casa de pau a pique e tijolos conservada; 1d. Capa do livro de memórias da ACOTMA; 1e. Casa em construção atrás da casa em “1b”.

A permanência da comunidade em seu território e a assinatura do TC não foram fruto de um processo simples. Trata-se de um histórico de luta narrado pelos mais velhos em vários diálogos em nível familiar, o que leva a certo “ruído” entre gerações, sendo imperativo que os mais jovens tenham consciência das lutas por direitos e conquistas estabelecidas.

Das poucas reuniões entre gestores e comunidade no período do estudo, era comum que fossem desmarcadas/adiadas por motivos climáticos, como a prevista para 06 de maio de 2017, por esquecimento do gestor/técnico ou por dificuldade para encaixar em uma agenda de compromissos. As próprias assinaturas dos TC entre os anos de 2017 e 2018 foram realizadas em etapas, por questões de ajustes entre as partes, mas que não podiam ser facilmente solucionadas se o encontro presencial não acontecia, ampliando a necessidade de mediação através da assessoria de integrantes da Faculdade de Direito da UFF.



Figura 2. Delimitação do Sítio da Jaqueira, Morro das Andorinhas, GPS MAP 64s Garmin, Sistema de referência SIRGAS 2000, UTM Zona 23s. Altitude estimada pelo GPS entre 90 e 120 metros. (Dado coletado pelo PESET em fevereiro/2016 e fornecido pela ACOTMA).

Os comunitários relataram em conversas entre familiares e com o grupo de assessoria jurídica da UFF que mesmo as reuniões na comunidade eram pouco eficazes na tomada de decisões. Uma das reuniões previstas com um dos técnicos do parque na própria localidade não foi viabilizada pela ausência justamente do representante do PESET. Essa situação de dependência da UC para tomada de decisões sobre a gestão do território da comunidade tradicional cria entraves cotidianos, como a ausência de manejo da flora arbórea, mesmo quando as espécies já estão com troncos mortos, e a inércia no projeto de estabelecimento de cerca viva com aroeira e/ou castanheira-nativa a partir dos dados obtidos por georreferenciamento para a delimitação física do sítio.

Essa dificuldade de estabelecer uma agenda de governança pode ser entendida de várias formas. Dentre elas:

Em muitos casos, a chamada “participação” das populações tradicionais no estabelecimento dos parques e reservas não passa de cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que vêm no envolvimento dessas populações um fator positivo para o sucesso do empreendimento. (DIEGUES, 1993, p.6)

E, ainda, o Estado do Rio de Janeiro vem enfrentando nos últimos quatro anos um cenário de crise econômica que atinge substancialmente o meio ambiente, visto que “parques” existem, mas precisam de fiscalização adequada para manter as suas funções: ambiental e social. A redução do quadro de pessoal responsável por fiscalizar, desenvolver práticas de educação ambiental e manter o contato e a troca de saberes com as comunidades locais dificulta que as UC estaduais consigam atingir os seus objetivos.

Deveria ser previsto um conjunto de “normas e ações” para compatibilizar a presença da população tradicional com os objetivos da UC com o TC. Contudo, frente a esse cenário, os comunitários lamentam ter que assinar um TC como comunidade tradicional pesqueira reconhecida, enquanto moradores do entorno do parque não têm o mesmo esclarecimento e restrições diretas. Talbot e Madeira (2017) apontam que gestores de UC nacionais indicam a necessidade de ampliar o uso de TC para comunidades não tradicionais, sem, contudo, ser algo previsto em lei.

Tal visão dos comunitários pode ser compreendida também quando analisamos que a realidade de gestão do PESET ainda é crítica no que tange o Morro das Andorinhas, pois o próprio plano de manejo do PESET apresenta registro de atividades não permitidas recorrentes na área, tais como a presença de animais domésticos, geralmente trazidos pelos visitantes, trilha não oficial sendo utilizada e presença de motos. Existe um portão na entrada da Trilha das Andorinhas, mas não estão claros para os visitantes do PESET quais são os limites da UC e do Sítio da Jaqueira e onde começa e termina a sua zona de amortecimento, o que gera conflitos pela entrada de visitantes do parque no território da comunidade, mesmo com a sinalização da entrada da comunidade por uma placa afixada pelo INEA. Há uma quantificação do público visitante após o portão de entrada da Trilha das Andorinhas, mas não há um controle de entrada e registro, ou guarita com funcionários do parque. Além disso, a manutenção do acesso à comunidade e, por consequência, à trilha visitada por ecoturistas, é feita pelos comunitários.

Apesar da prorrogação do TC poder ser vista como positiva do ponto de vista burocrático, o menor prazo de permanência é visivelmente motivo de insatisfação entre os moradores, sendo descrito por eles como um tipo de “contagem-regressiva”, visto que na prorrogação do prazo de vigência o tempo passou de cinco para três anos. Ainda assim, comunidades tradicionais não podem ser removidas compulsoriamente de seu habitat original.

Retomando o que é defendido por Caovilla (2016), a autora questiona:

(...) em um contexto de profunda marginalização, de condições históricas de sujeitos discriminados, os indígenas, os negros, os quilombolas, os considerados “ninguéns”, os sem-nome, os em-teo, os em-terra, os sem-escola, os sem-nada, que carregam nos ombros séculos de derrotas e humilhação, são tutelados pelos direitos humanos? É possível pensar a universalidade dos direitos humanos? Ou, ainda, é possível construir uma plataforma de direitos humanos que respeite ou consolide os direitos originários das populações subalternas, que recupere suas histórias, suas culturas, as suas vozes que inclua medidas reparadoras de suas condições de sujeitos marginais? Indo além, quem será o promotor dos direitos humanos, o Estado? Por qual caminho seguir? (CAOVILLA, 2016, p.112-113).

A comunidade apresenta preocupação com a questão legal envolvendo o manejo dos recursos naturais (poda de árvores mortas; produção de estacas) e sobre a realização de obras de manutenção/demolição/reconstrução das casas de pau a pique, realizando intervenções tanto em elementos naturais quanto nas edificações apenas mediante autorização do PESET.

Os comunitários demonstram frustração pelas limitações impostas com a assinatura de termo de compromisso, apesar de saberem que é o instrumento que garante a permanência no PESET. Partindo-se do princípio que a anexação do Morro das Andorinhas, em 2007, tornou o Sítio da Jaqueira parte integrante do PESET, nota-se que **não são dadas condições para permanência em consonância aos objetivos da UC, pois não há investimento em melhorias nas condições de saúde ambiental da comunidade.**

Apesar de ainda existir uma pequena área de roça de subsistência e espécies vegetais espalhadas pelo Sítio da Jaqueira com finalidade alimentícia, são cultivares antigos e, com a restrição no

cultivo de plantas exóticas, os mais jovens são ainda mais impelidos a abandonar qualquer relação com a terra e mudar seus hábitos alimentares, sendo evidente o maior consumo de alimentos industrializados em detrimento das culturas locais.

Os comunitários realizam o manejo da vegetação de bambu, utilizado para bioconstruções, e o manejo do solo, com manutenção do acesso à comunidade e uma roça de subsistência; reivindicam serviços ambientais prestados como forma de justificar sua permanência, pois a COTMA ajuda na conservação dos recursos florestais locais, combatendo queimadas, e possui histórico de plantio de vegetação nativa, sem praticar desmatamento.

Apesar de a comunidade apresentar noções de relação sistêmica dos recursos, com captação de água, manejo do solo **e de espécies da flora**, novos hábitos são adquiridos ao longo do tempo, inclusive há assimilação de técnicas de construção civil que se afastam da permacultura (Fig. 1e).

Há poucas crianças atualmente na comunidade, mas há uma nova geração de casais, sendo dois deles responsáveis pelas novas edificações no lugar das antigas. Uma casa antiga de pau a pique (Fig. 1b), em estado de conservação ruim, com as madeiras apodrecidas, estava em processo de demolição, tendo sido desocupada recentemente. Atrás dela, uma nova edificação (Fig. 1e) estava sendo construída, agora com técnicas de construção civil convencionais, o que retrata o aprendizado fora da comunidade e a sua assimilação, como relatado pelo Sr. Américo, sendo o ofício de pedreiro realizado por ele mesmo como forma de sobrevivência e obtenção de renda em períodos em que a pesca deixava de ser a principal fonte de renda.

E, frente à autorização para construção de nova edificação devido às más condições de conservação de uma das casas da comunidade, era de se esperar que fossem discutidas formas de construção e materiais a serem utilizados, levando-se em conta a sustentabilidade ambiental, o que não ocorreu. Ao passo que dá autonomia para construir, não instrui, não oferece recursos materiais, financeiros e humanos. Ainda assim, as casas permanecem integradas com a paisagem, confundindo-se com a vegetação.

No PESET, o componente humano está presente através das comunidades tradicionais, dos moradores do seu entorno e de visitantes regulares, sendo crescente o interesse do público visitante em saber mais sobre a biodiversidade local (INEA, 2015). A observação de aves já é prática comum no parque, contando com registros fotográficos de mais de cem espécies de aves (SEA/INEA, 2015). A presença humana em espaços protegidos como as UC representa, para os gestores, os especialistas, os juristas, o Ministério Público, os atores sociais e, ainda, para o Ministério Público Federal, o desafio de transformar conflitos em oportunidades (BRASIL, 2014).

CONCLUSÃO

O PESET enquadra-se na categoria “parque”, uma UC de proteção integral, e, conforme a legislação prevê, é exigida a formação de Conselho Consultivo, e não deliberativo, fato que limita a influência dos comunitários nas tomadas de decisão e gestão do seu território. Contudo, no período do estudo, não foi possível estar presente em nenhuma reunião do Conselho Consultivo, o que limita a análise deste trabalho.

Considerando que estamos inseridos em um sistema global capitalista, é de se esperar que políticas públicas socioambientais também sejam impactadas pela forma hegemônica de pensar o ver e viver a natureza, independente dos saberes locais, da paisagem cultural construída e da etno-história estabelecida.

Frente às sucessivas denúncias ao MPE de “favelização” do Morro das Andorinhas, envolvendo a área da comunidade tradicional, torna-se imperativo o maior esclarecimento da sociedade

civil sobre a existência e o direito de permanência da comunidade tradicional em seu território, bem como reconhecer suas contribuições para a conservação da biodiversidade.

Populações em UC de proteção integral tendem a sofrer mais com as limitações impostas com termo de compromisso e tem pouco poder de gestão do próprio território, visto que os termos estabelecidos podem privilegiar interesses de apenas uma das partes. Ainda assim, o termo de compromisso assinado entre os moradores do Morro das Andorinhas, com a interveniência da ACOTMA, e PESET teve nos dois períodos de discussão a assessoria jurídica da UFF, auxiliando na representação dos direitos dos comunitários e pode servir de exemplo para outras UC.

REFERÊNCIAS

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARROS, Ana Angélica Monteiro de; PONTES, Jorge Antônio Lourenço; PIMENTEL, Douglas de Souza; SOTHLE, Evandro Bastos; CONCEIÇÃO, Maria Callares Felipe da. Argumentos Legais, Ambientais e Sociais para a Conservação: Avaliação da Proposta de Inclusão do Morro das Andorinhas no Parque Estadual da Serra da Tiririca (RJ). **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, número 6, p. 39-45, ago./dez. 2004.

BRASIL. SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP): Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA/SBF, 2011.

BRASIL. Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. Brasília: MPF, 2014.

BUCKEL, Sonja; FISHER-LESCANO, Andreas. Reconsiderando Gramsci: hegemonia no direito global. **Revista Direito GV**, São Paulo, volume 5, número 2, p. 471-490, jul.-dez. 2009.

CAOVILLA, Maria Aparecida Lucca. **Descolonizar o Direito na América Latina: o modelo de pluralismo e acultura do bem-viver**. Chapecó: Argos, 2006.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Ecoturismo**. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de dominação comum. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (org.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre as Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) /USP, 2001.

FERREIRA, Helena Catão Henriques; CARNEIRO, Maria José. Conservação ambiental, turismo e população local. **Cadernos Ebape**, Edição Temática, p. 1-13, 2005.

FOTOPOULOS, Hugo A. As Políticas Públicas de Desenvolvimento e as Populações Tradicionais dos Remanescentes Quilombolas do Guaporé. **Africanias.com**, número 5, p. 1-12, jan. 2014.

GOLÇALVES, Alcindo; REI, Fernando (Orgs.). **Governança e paradiplomacia ambiental**. Santos: Universitária Leopoldiana, 2015.

HASSAN, Rashid; SCHOLLES, Robert; ASH, Neville (Eds.). **Ecosystems and human well-being: current state and trends: findings of the Condition and Trends Working Group**. Washington, DC: Island Press, The Millennium Ecosystem Assessment Series, V. 1, 2005.

INEA. **Plano de Manejo (Fase 1) - Parque Estadual Serra da Tiririca**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), 2015.

KOTZIAS, Fernanda Vieira; SILVEIRA, Henrique Lago da. Contribuições da paradiplomacia para a agenda ambiental da governança global: aspectos teóricos e práticos. p.11-50. *In: GOLÇALVES, Alcindo; REI, Fernando (Orgs.). Governança e paradiplomacia ambiental*. Santos: Universitária Leopoldianum, 2015.

LEITE, Eliana (Org.). *Morar lá em cima é tudo*. Rio de Janeiro: Copyhouse, 2003.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. Coleção Primeiros Passos, número 62. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SEA/INEA. Observadores de pássaros registram mais de cem espécies de aves no Parque Estadual da Serra da Tiririca. 2015. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=3011840>. Acesso em: 30/05/2018.

TALBOT, Virgínia; MADEIRA, João Augusto. Termos de compromisso com populações tradicionais em unidades de conservação federais: um panorama até 2017 e perspectivas para o futuro. p.657-680. *In: Anais do VIII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano de Áreas Protegidas e Inclusão Social: Repensando os paradigmas institucionais da conservação*. Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, 18 a 21 de outubro de 2017. Niterói: PPGSD-UFF, 2017.

MOVIMENTO DE MULHERES EM ORIXIMINÁ: UMA ANÁLISE SOBRE RACISMO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DIANTE DA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO

MARINA MARÇAL DO NASCIMENTO

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD_UFF)
marinamarcalrj@gmail.com

WILSON MADEIRA FILHO

Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

ALBA SIMON

Pós-Doc no Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Direito da UFF
albasimon7@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho se refere à pesquisa sobre atuação de movimentos associativo de mulheres oriundas de comunidades tradicionais no Estado do Pará em Oriximiná, município localizado no Baixo Amazonas. Foram entrevistadas mulheres que fazem e fizeram parte da história da AMTMO – Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná. Trata-se de pesquisa de natureza interdisciplinar que busca aferir também a resistência dessas mulheres quilombolas em contexto de uma cidadania dilacerada, eis que pressionadas territorialmente, politicamente, culturalmente e existencialmente.

Palavras-chave: Oriximiná; Amazônia; Associação de Mulheres; Quilombolas; Racismo Ambiental.

Introdução

Essa comunicação se refere à pesquisa sobre atuação de movimentos de mulheres oriundas de comunidades tradicionais no Estado do Pará em Oriximiná, município localizado no Baixo Amazonas. Oriximiná possui população registrada no censo de 2010 de aproximadamente 62 mil habitantes, terceiro maior município em extensão territorial do mundo, com uma área de 107.603 km² (IBGE, 2018). Atualmente, há 48 processos de titulação de terras quilombolas abertos no estado do Pará, sendo 7 territórios já titulados no município de Oriximiná (INCRA-DFG, 2018).

No campo realizado em agosto de 2018 e em outubro de 2018, foram entrevistadas mulheres que fazem e fizeram parte da história da AMTMO – Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná.

Notícias de uma cidadania dilacerada

As demandas geosociais locais em Oriximiná PA envolvem desde a questão **das disputas de terras até** o acesso à água potável. A dificuldade de acesso das populações tradicionais a órgãos como INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e FUNAI (fundação Nacional do Índio), além da alta rotatividade dos membros do Poder Judiciário e Executivo, bem como cortes orçamentários em órgãos fiscalizatórios no estado são fatores

que influenciam tanto na qualidade de vida da população quanto no acesso à justiça. Assim, a prestação jurisdicional do Estado, direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, apresenta-se substancialmente deficitária em áreas remotas de nosso país, como no município de Oriximiná no Pará.

As denúncias por parte de lideranças de movimentos sociais tanto de ameaças de morte como de invasão de terras tituladas são corriqueiras, além da retomada do plano de construção de hidrelétricas em regiões que impactam diretamente comunidades quilombolas e indígenas, como é o caso do inventário hidroelétrico da bacia hidrográfica do Rio Trombetas, retomado em 2014 sem consulta prévia (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2014).

A estrutura fundiária historicamente desigual, em que a propriedade privada da terra se constituiu como 'farsa' – visto os estudos de Motta (2012) sobre a grilagem e falsificação de títulos de concessão de sesmarias – é tida como agravante dessa complexidade brasileira. Desse modo, a desigualdade das relações no campo contribuiu notadamente para esse cenário com a opção política perversa de exclusão dos trabalhadores da terra, especialmente com a lei de terras de 1850, a que Martins (1998) denomina de cativeiro da terra, "em que os escravizados tornaram-se livres e sem-terras" (FERNANDES, 2000, p.18).

Além da questão agrária, o impacto do colonialismo (CESÁIRE, 1978) trouxe outros reflexos socioeconômicos e culturais para essa sociedade forjada na produção escravocrata tanto indígena quanto, como nos aponta Fanon (1961), nos sequestrados do continente africano. Apesar da lei de terras ter fortalecido o mito da Amazônia inabitada e abandono dessas populações, a Constituição Federal de 1988 resguardou o direito de proteção aos povos primários estabelecendo um grande paradoxo e desafio em um regime democrático de direito.

Assim, essas relações no campo, marcadas por múltiplas violências, o que segundo Santos se configura como uma *cidadania dilacerada* (1993), resultando da tecnologia do poder que expande uma violência enquanto uma relação de estranhamento.

Por outro lado, em resposta a essa cidadania dilacerada e, principalmente, ao histórico de concentração de terras no Brasil, o espaço rural sempre foi palco de resistência, primeiramente indígena e depois quilombola. Somando-se a tantos outros povos como ribeirinhos, pescadores, etc., a atuação feminina no movimento quilombola é, sem dúvidas, merecedora de destaque nessa luta.

De acordo com Selene Herculano (2008), o conceito de racismo ambiental diz respeito às injustiças sociais e ambientais que afetam desproporcionalmente etnias vulnerabilizadas. Oriundo da luta de movimentos sociais negros estadunidense, pacificou-se o entendimento de que o racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, independentemente da intenção que lhes tenha dado origem.

Desse modo, o peso de políticas ambientais e econômicas que recaem sobre etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais como os ribeirinhos, extrativistas, pescadores, quilombolas e indígenas que habitam Oriximiná etc. - que têm se defrontado com a chegada de grandes empreendimentos como a mineração, lixões e até averiguação da construção de uma hidrelétrica - os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação da condição de vida. Para Herculano (2008), se tais populações não-urbanas enfrentam tal chegada do estranho, outras, nas cidades, habitam as zonas de sacrifício, pela proximidade com o que não é metabolizado pela natureza e se acumula.

Segundo Carlton Waterhouse (2016) para se condenar um Estado pelos impactos de uma política ambiental racista é preciso afastar o aspecto da intenção, do dolo e observar como o estado tem respondido às denúncias de degradação. Para ele, “o Poder Judiciário diz que estamos buscando explicação para uma intenção que no ato sequer havia sido pensada. A pergunta que se deveria fazer é: houve discriminação no uso da terra pelo governo local? Nas permissões feitas no estado naquela região? Na escolha dos empresários em que tipo de negócios serão feitos naquela região como lixões, grilagem, mineração etc? Houve discriminação de políticos em todas as categorias acima elencadas?” (WATERHOUSE, 2016).

Nesse sentido, Waterhouse aponta que o olhar do Judiciário apenas para a esfera do dano individual da discriminação desconsidera as escolhas estruturais dos impactos e riscos de empreendimentos. Agrega-se a isso o não reconhecimento do direito de propriedade de terras das populações tradicionais conforme assegurado na Constituição Federal de 1988, perpetuando-se assim a ideia de que “quem comprou” a terra teria o direito de determinar o destinos dos demais habitantes da região.

Desse modo, com a ausência do poder público, o associativismo se destaca como estratégia de melhoria das condições de vida das populações tradicionais na região. Das diversas associações existentes em Oriximiná tanto de movimentos quilombolas, como de trabalhadores, extração de minerais, catadores de lixo, uma das associações chamou atenção para a pesquisa: A Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná (AMTMO).

Mulheres associadas

Como essa pesquisa é fruto de trabalho de campo para dissertação de mestrado, tanto a autora como coautores estiveram presentes no município, participando inclusive de reunião de associações de mulheres. Uma das hipóteses trabalhadas até o momento, diante dos relatos colhidos em campo é a invisibilização da atuação feminina na luta das populações tradicionais.

Ademais, apesar de se analisar as narrativas de participantes de movimentos de mulheres, as reações das entrevistadas quanto ao conceito de feminismo (RIBEIRO, 2018) vai de ligeiro incômodo até ao repúdio ao termo. Por outro lado, as ondas mundiais de visibilização da luta feminista têm atingido, em certa medida, inclusive as regiões não metropolitanas do país, como é o caso da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Belterra - AMABELA.

AMABELA é uma das associações de mulheres do Baixo Amazonas, que foi criada em 2015, e lutam pela transformação da vida de mulheres do campo e da cidade. É um grupo misto que, em um dos encontros, constou inclusive em relatório da associação que “sem feminismo não há agroecologia” (GALVÃO, 2018).

No entanto, dado os registros de entidades locais, é possível perceber que iniciativas de mulheres na região são registradas desde longa data. A Associação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas - AOMT-BAM, por exemplo, foi criada desde 1991 e para muitas lideranças populares como Lenivalda Silva, vice-presidente da Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná - AMTO, foi o começo de tudo. Em entrevista, Lene, como carinhosamente gosta de ser chamada diz “desde 1991, a AOMT-BAM falava na reunião de mulheres para geração de renda. Hoje, a questão do emprego ainda é uma pauta presente no nosso movimento”.

Outro aspecto curioso é que, apesar de as mulheres quilombolas serem heteroclassificadas como negras segundo nomenclatura nacional adotada pelo IBGE, os termos “negra”, “preta”, “parda”, quase nunca são ouvidos. É muito comum, por outro lado que se ouça termos como

“morena”. Assim, essa peculiaridade das entrevistadas serem mulheres quilombolas que não se autodenominam negras também é objeto de apuração.

Desse modo, a possível negação do feminismo e da perspectiva racial em movimento de mulheres quilombolas que são heteroclassificadas como negras, precisa ser investigada sobre a fundamentação teórica de conceitos interseccionais tanto de raça, como de classe e gênero (DAVIS, 1981), tanto de outros fatores que o campo mostrará.

Nos registros de 2003 da Associação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas (AOMT-BAM), é possível identificar relatos de que a história da Associação começou na década de 1970, quando 19 trabalhadoras criaram a Associação das Empregadas Domésticas, marcando o início do movimento de mulheres no Pará. Para Eunice Sena, que foi secretária de formação da AOMT-BAM, o surgimento da associação se deu por “uma demanda de mulheres de vários municípios, que sentiram a necessidade de legalização da profissão de doméstica (AOMT-BAM, 2002). Já em 15 de julho de 1990, a AOMT-BAM nascia, que começou com 12 organizações e em 2002 já possuía mais de 39 em 15 municípios da região oeste do Pará. Essas associações, desde o início, discutiam sobre a problemática da violência contra as mulheres, dos direitos trabalhistas e da geração de renda.

O que se percebe é a retomada desses movimentos com o aumento da visibilização de entidades que versem sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no Brasil e, ainda, o reconhecimento da interseccionalidade como fator potência de ações. A experiência do vivido demonstra que há diferenças existentes no interior da categoria mulher e que cada especificidade pode significar uma maneira diferente de se criar políticas de ações. O fato dessas mulheres decidirem que devem ter ações apartadas dos homens, se reconhecendo como movimento identitário e organização autônoma frente à ausência do Estado demonstra isso. Portanto, os resultados da pesquisa apontam que, se reconhecendo feministas ou não, negras ou não, é assim que a sociedade as percebe e por esses vieses que elas se intrinsecamente se identificam (HALL, 2006) e promovem políticas de ações.

Como essas mulheres traçam estratégias para geração de renda através da agroecologia com extração de óleo de copaíba e cumaru, por exemplo; como elas resistem ao solo e água superficialmente contaminados pela proximidade de lixões e ação das mineradoras da região; como superam a violência doméstica diante da ausência de centros especializados; e como atravessam as longas distâncias para ter acesso aos hospitais e escolas, são fatores que precisam ser analisados.

O olhar do Judiciário apenas para esfera individual da discriminação desconsidera as escolhas estruturais sobre quais políticas públicas são implementadas pelo Estado, de acordo com a população a qual essas políticas serão destinadas. Assim, se os aspectos de raça, classe e gênero sempre foram motivos de legitimação para posse da terra e dominação social, esses mesmos aspectos precisam ser analisados nos mapeamentos de iniciativas de resistência.

A AMTMO foi fundada em 1993, por mulheres que fizeram parte da AOMT-BAM e que queriam ter uma associação mais próxima de sua região natal. No estatuto social da Associação, entre os objetivos que constituem o seguimento da mesma está a defesa do “meio ambiente, do patrimônio histórico cultural, o direito do consumidor e outros interesses difusos e coletivos”.

Em agosto de 2018, foi feito o mapeamento da existência das associações compostas por grupo de mulheres ou misto, na ocasião alguns depoimentos de mulheres foram colhidos. Seguindo o campo para outubro de 2018, já havia sido definido o interesse nas mulheres da AMTMO como sujeitas de pesquisa. A atual presidente da AMTMO é Raimunda Gardelha.

A associação já contou com um total aproximado de quinhentas associadas e nas atividades regulares, em torno de cem mulheres estariam envolvidas. Entre as lideranças entrevistadas alguns depoimentos merecem atenção.

Maria de Fátima de Souza Joca foi associada da AMTMO desde a fundação da associação até 2009, tendo sido presidente por dois mandatos e ocupando cargos de direção e secretaria nos mandatos diversos desse período. Maria de Fátima é trabalhadora rural aposentada, trabalha com a produção de mel de abelhas, com 59 anos de idade, seis filhos entre 23 e 43 anos, oriunda da comunidade quilombola do Curupira, em Oriximiná. Perguntada sobre a importância de se ter uma associação só de mulheres ela diz:

As mulheres do município estão sempre procurando formas de uma renda extra, além da roça, porque na mineração só tem emprego pra homem, e a gente precisa ajudar no sustento da família. Aqui a gente pode falar da geração de renda pelo artesanato, das nossas plantas das matas dá pra usar como remédio e até da violência que sofremos. Oriximiná ainda não tem delegacia dos direitos da mulher e tem mulher sofrendo muito (Maria de Fátima de Souza Joca, 2018).

Já Lenivalda Souza Xavier, atual vice-presidente da AMTMO, agricultora, com 49 anos de idade, duas filhas, moradora da comunidade quilombola da Serrinha, perguntada se ela se considera feminista diz “Eu acho que sim né (risos)”; e sobre a existência de machismo nos movimentos diversos da região, ela responde:

Ahh tem sim, principalmente entre os quilombolas. Agora que tá mudando um pouco porque tem a Nete, na presidência da ARQMO, mas mesmo assim tem algumas comunidades que ela não vai. A ARQMO precisa ter mais articulação com as associações de mulheres (Lenivalda Souza Xavier, 2018).

ARQMO é a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, a primeira associação do município voltada para os direitos quilombolas. Lenivalda conta que de todos os territórios quilombolas do Município e das diversas associações existentes, a “Nete” seria a primeira mulher a presidir uma associação quilombola entre 2016/2018 e para a nova gestão entre 2018/2020.

Mesmo assim, haveriam dificuldades da autonomia da representação feminina, no ponto de vista de Lenivalda. Ela aponta para a escolha de uma mulher que não se relaciona com movimentos sociais de mulheres na região, mas que seria muito aceita pelos homens. O que se percebe é que o avanço da luta das mulheres no Município de Oriximiná avança junto com as mulheres negras quilombolas principalmente; ainda que a busca por maior representatividade de pautas políticas raciais avance mais do que as questões de gênero na região, é possível perceber que o caminhar desses interesses pode ser produtivo.

Aquilombar-se

As iniciativas e o momento crítico das associações de mulheres em Oriximiná permite destacar questões mais amplas e complexas que permeiam a resistência racial e feminina em contextos plurais.

Até porque, nas palavras da ativista social estadunidense que reivindica a necessidade do mundo analisar a situação das mulheres negras, há um ganho social para o mundo inteiro com a mobilização de mulheres negras:

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras. Com isso, muda-se a base do capitalismo (DAVIS, 2016).

Nesse sentido, o processo de se manterem unidas para buscarem oportunidade de renda, é possível pensar a experiência da AMTMO como tentativa de *aquilombar-se* que, de acordo com Souza (2008), esse movimento tem por ideia central as formas de mobilização e estratégias dos quilombos, mocambos, terras de preto, terras de santo, dentre outras denominações existentes para se manterem íntegros socialmente, culturalmente e também fisicamente, ao longo da história do Brasil. Trazendo a perspectiva da resistência de forma intrínseca e que carrega em si a concepção fundamental de existência. Essa existência histórica se fundamenta e é ressignificada no presente, no existir nos dias de hoje. Sendo assim o *aquilombar-se* é:

Uma ação contínua de existência autônoma frente aos antagonismos que se caracterizam de diferentes formas ao longo da história dessas comunidades, e que demandam ações de luta ao longo das gerações para que esses sujeitos tenham o direito fundamental a resistirem e existirem com seus usos e costumes. Esse existir tem um movimento fortemente voltado para a coletividade, para os laços que unem os quilombolas entre si e que, num movimento mais amplo e recente, une as comunidades de distintas regiões. A resistência e a autonomia, aspectos fundamentais da construção identitária das comunidades quilombolas, são também as linhas motoras do movimento de *aquilombar-se*. Por meio de estratégias as mais distintas possíveis, essas comunidades se estabelecem enquanto lócus de alteridade em relação à dita sociedade nacional e reivindicam o reconhecimento de sua cultura, de seus costumes, de suas formas de organização (SOUZA, 2008, p.106).

Além disso, Souza pontua que o processo histórico da luta pela existência partindo de costumes e seus usos é um fator estrutural da ideia do *aquilombar-se*. Sendo este, um movimento que marca a oposição aos antagonismos que se fazem presentes até hoje, nas situações mais diversas vivenciadas pelas comunidades, tanto no período posterior à dita “abolição” da escravidão, quanto no período escravocrata.

As formas de mobilizações, as ações e os caminhos dessas comunidades são marcados pelos antagonismos e vão exigir uma adequação de iniciativas em diálogo com os contextos de cada época, não estando restrito apenas aos quilombolas e a um determinado período histórico em nossa sociedade.

A sociedade brasileira, no pós-abolição, não efetivou um processo concreto de reconhecimento da população negra em sua diversidade como parte constitutiva sua e construiu ao longo dos séculos XIX, XX e XXI um complexo enredo de desigualdade racial. Os segmentos e grupos empobrecidos de descendentes de africanos, cuja boa parte era de escravizados, mesmo após a abolição da escravidão e a proclamação da república permaneceram em completa e violenta desigualdade. Todavia, não apenas a opressão marca os processos vivenciados por esses grupos. É fundamental lembrar a importância que tiveram os movimentos, resistências e reações por parte da população negra. No período posterior a 1888, além da grande desigualdade, a população negra de modo geral e as comunidades quilombolas, em especial, são fortemente invisibilizadas no escopo do Estado. O debate e a tônica que trazem para a sociedade brasileira a discussão sobre a questão quilombola, no século XX, são frutos de um longo processo. Os movimentos negros urbanos tiveram grande peso nesse contraponto à invisibilidade. (...) (SOUZA, 2008, p.107-108)

Assim, diante da invisibilidade da população negra frente o Estado na tentativa de sair da invisibilidade e ir contra os antagonismos e diferenças vividos, a AMTMO foi traçando estratégias e formas de atuação de modo a atingir não apenas as mulheres do grupo, mas construindo ações dedicadas às mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do município como um todo.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo* (Edição revista e atualizada). Lisboa: **Edições**, v. 70, 2009.
- BULLARD, Robert. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 41-48, 2004.
- CARLTON WATERHOUSE, J. D. **Reparations: The Problem of Social Dominance**. *World Environment and Island Studies*, v. 6, n. 1, p. 11-19, 2016.
- CESÁIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**, 1978.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2014. **Estudos das hidrelétricas no Rio Trombetas são retomados sem consulta prévia**. Disponível em: <<http://comissaooproindio.blogspot.com.br/2014/08/estudos-das-hidroeletricas-no-rio.html>>. Acesso em: 31 de ago 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de gênero e raça**. *Revista Estudos Feministas*, nº1. Universidade Católica de Salvador: 2002.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.
- DENZIN, Norman. e LINCOLN, Yvonna. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. Em: *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p. 24-25.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**, 1961.
- GALVÃO, Élide. *Sem feminismo não há agroecologia*, 2018. Disponível em : <<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>> . Acesso em 31 ago 2018
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Editora UFMG, 2006.
- HERCULANO, Selene. *O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental*. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.
- IBGE. **População de Oriximiná**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/panorama>> . Acesso em 31 de agosto de 2018.
- INCRA-DFG, 2018. **Processos Abertos por região**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 31 de ago 2018.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: A gestação do conflito: 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2012
- _____. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. RJ, Vício de leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998;
- RIBEIRO, Djamilla. **Quem tem medo do feminismo negro?** Companhia das Letras, Ed. 1, 2018.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Cidadania dilacerada*. **Revista crítica de Ciências Sociais**, junho de 1993.
- SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2008.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA POLÍTICAS INCLUSIVAS DE TURISMO COMUNITÁRIO EM PARQUES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO DOS QUILOMBOLAS NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA

Gabriel Pires Gomes Nonato Alves
Mestrando do PPGEC - UNIRIO
piresgabriel10@gmail.com

Alba Simon
Professora do PPGEC - UNIRO
albasimon7@gmail.com

RESUMO

O presente artigo integrante da pesquisa em curso para a dissertação no PPGEC - Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da UNIRIO. Aqui, pretende-se refletir se a iniciativa desenvolvida pela comunidade quilombola residente no PEPB, autodenominada de *Turismo de Protagonismo Comunitário*, não se configura como estratégia de reafirmação territorial desta comunidade frente a insegurança jurídica gerada pela Lei do SNUC que determina o remanejamento de residentes de Unidades de Conservação de proteção integral.

Essa reflexão se faz necessária tendo em vista a possibilidade estabelecida pela Lei do SNUC de assinatura de Termo de Compromisso entre comunidades tradicionais inseridas nos limites do parque antes da criação do parque e o órgão gestor da Unidade de Conservação que ora se discute no âmbito da Câmara Técnica de Agroecologia e Comunidades Tradicionais do Conselho do PEPB. A inclusão da atividade de TPC nos ditames do Termo de Compromisso não seria uma forma de institucionalização da estratégia de reafirmação territorial destas comunidades junto ao órgão gestor, considerando este TC como instrumento jurídico previsto em lei que determina as condições de permanência para populações tradicionais em unidades de conservação de Proteção Integral?

Palavras-chave: Uso público, TC, Quilombolas, Parque Estadual da Pedra Branca e Inclusão social.

1. INTRODUÇÃO

A temática da valorização da diversidade social e cultural vem pontuando os debates sobre a necessidade de construção de políticas públicas que minimizem os impactos sociais das áreas naturais protegidas, sobretudo Unidades de Conservação da categoria de proteção integral.¹ Surgem programas, planos, legislações e outros instrumentos que acabam por demandar esforços na elaboração de modelos, métodos e/ou ferramentas para a construção de novas práticas dirigidas a conservação da biodiversidade e sua interface com a dinâmica social. Embora nos últimos anos se verifique um avanço considerável do discurso que exalta o compromisso brasileiro de inclusão social na agenda pública ambiental, na prática, quando se trata de políticas inclusivas de conservação da biodiversidade através de Unidades de Conservação, os avanços são lentos. A complexidade da temática, o padrão predominante de

1 A Lei 9.985/2000 instituiu procedimentos para criar, gerir e implementar Unidades de Conservação. A Lei dividiu as unidades de conservação em dois grupos, as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável, cada um com objetivos específicos legalmente definidos. Os parques naturais foram incluídos na categoria de proteção integral cujo objetivo básico é "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei" (Lei nº, artigo 7º, § 1º).

atuação governamental que desconsidera a presença de moradores nos limites das Unidades de Conservação, a inexistência de uma cultura institucional voltada à gestão de conflitos de interesses frente aos diversos usos de recursos naturais e do território, e, sobretudo, a concepção de conservação da natureza, impressa na legislação do SNUC (Lei 9985/2000), que se configura no Brasil como um misto de ciência, moral e fé, constituem os principais “entraves” para uma gestão democrática e plural das áreas naturais protegidas.

No Brasil, as Unidades de Conservação são criadas pelo poder público² a partir de decisões políticas, subsidiada por conhecimentos técnicos de técnicos e ou Analistas Ambientais concursados com formação acadêmica predominante em Ciências Biológicas. Não são raros os casos em que, o gestor de uma Unidade de Conservação não possui formação acadêmica, uma que não há exigência para tal tendo em vista que para essa função o cargo é considerado “extra-quadro”. Também não são raros os casos em que a chefia nas Unidades de Conservação é ocupada por pessoas com ou sem formação acadêmica mas sem perfil adequado para o cargo, mas o ocupa por indicação política. Essas “escolhas” políticas tem grandes reflexos na política institucional das Unidades de Conservação.

Os parques, categoria mais popular dentre as Unidades de Conservação brasileiras, são empreendimentos públicos instituídos a partir de uma intervenção territorial do Estado; regidos pela Lei do SNUC (Lei 9.985/2000), pertencem a categoria do grupo de proteção integral, que tem caráter mais restritivo tanto a permanência humana quanto ao uso de recursos naturais ou do território vedando atividades no interior desses territórios. A consolidação territorial dos parques se dá quando as áreas inseridas em seus limites passam a ser de posse e domínio públicos; nesse sentido, as áreas particulares incluídas em seus limites precisam ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei do SNUC. Essa desapropriação frequentemente não ocorre de fato e nem de direito, em função do arcabouço jurídico constitucional relacionado a direitos sociais, apelo popular e apoio político de ONGs e grupos sociais que lutam por direitos territoriais, no caso de populações tradicionais, bem como a total incapacidade política e financeira do Estado em arcar com as desapropriações, seja de proprietários privados seja de comunidades tradicionais. Mesmo que as desapropriações não ocorram, para as comunidades tradicionais que permanecem nos limites de parques, uma série de constrangimentos, tensões e conflitos acabam por evidenciar-se uma vez que as atividades exercidas nos limites da UC passam a ser consideradas ilegais tais como o estabelecimento de roças, a pesca, nos casos de parques marinhos e, sobretudo o direito de ir e vir quando o órgão ambiental coloca cerca, pórtricos e guaritas em áreas consideradas ‘do parque’ para o órgão gestor, e de uso comum, para os moradores locais.

A fiscalização ambiental feita pelo órgão gestor tende a proibir o uso tradicional dos recursos naturais e ou do território pelas comunidades locais, mesmo que sejam usos associados a práticas de subsistência, outrossim, o mesmo órgão fiscalizador, coibidor de tais práticas é o incentivador de outras consideradas “inerentes a conservação”. Nesse sentido, o gestão do uso público em UCs passa pela apoiar e incentivar práticas esportivas tais como Mountainbike, caminhadas organizadas por ONGs ou operadoras de ecoturismo por trilhas, que cruzam “quintais”, roças, e caminhos estratégicos de moradores de comunidades tradicionais, são consideradas inerentes ao objetivos de conservação do parque mesmo que criem incômodos, constrangimentos e impasses aos moradores residentes no parque.

2 O artigo 225 da Constituição Federal incumbe ao poder público criar Unidades de Conservação em todo o país; “Parágrafo 1º: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; III - definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;”

Nesse sentido, analisa-se a o histórico de ocupação e resistência da comunidade Cafundá-Astrogilda, nos limites do Parque Estadual da Pedra Branca – RJ (PEPB) que passou a incluir o desenvolvimento de atividades tradicionais e atividades de uso público como práticas de reafirmação de sua territorialidade na área do Parque Estadual da Pedra Branca(PEPB), o que colide com os interesses preservacionistas do parque.

Há de se lembrar que um dos principais objetivos de criação de parques naturais, segundo a Lei do SNUC, é o de propiciar oportunidades de recreação e turismo em contato com a natureza. Nesse sentido, a política de uso público de parques ganha destaque e importância no cenário da conservação, e as atividades de visitação desenvolvidas pela comunidade quilombola Cafundá-Astrogilda deveriam passar a dialogar com os possíveis cenários de uso público no âmbito da gestão do PEPB.

O uso público, inerente aos objetivos de conservação¹ dos parques, é comumente tratado como atividade realizada nos espaços naturais inseridos nos limites dos parques pelo público em geral, para o lazer, educação, recreação, dentre outros. As práticas e ou atividades de uso público diferentes desse padrão, tais como o turismo étnico e ou cultural praticado por comunidades locais em áreas inseridas nos parques, não tem visibilidade e, em muitos casos, não tem apoio dos órgãos gestores, mesmo que esses espaços sejam territórios de comunidades locais residentes ou usuárias de recursos naturais desde antes da criação do parque.

Há uma tendência nacional fomentada pela ideia de um Estado mínimo, de corte de custos, de extinção de pastas e funções que permeia a administração pública federal e o Estado do Rio não está fora dessa discussão. Nesse sentido, ganha a força a ideia de passar para a empresa privada a gestão de parques nacionais e estaduais através de uma Parceria Público-Privada – PPP. Essa iniciativa, se inscreve, no geral, na esfera da arrecadação financeira, desconsiderando, o papel que os parques possuem enquanto espaços de convívio da sociedade e a capacidade destes de aproximar a sociedade da gestão, além do despertar de novos valores associados à conservação da natureza e ao espaço público. Sendo assim, o debate sobre as atividades de uso público desenvolvidas em parques sob a ótica da PPP não deveria estar circunscrita apenas na esfera financeira, mas sim, perpassar pela questão de concessões e arranjos, os quais precisam incluir diferentes formas de organização dos atores envolvidos, valorizando as parcerias com comunidades locais que podem fortalecer um tipo de visitação que dinamiza as economias locais e incrementa a arrecadação de recursos financeiros nas localidades, minimizando conflitos com a gestão das UCs.

PLANEJAMENTO E GESTÃO NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA: USO PÚBLICO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Há um grande desafio e ao mesmo tempo oportunidades para o reconhecimento, como política pública, de projetos de uso público que são desenvolvidos formalmente ou informalmente por organizações não governamentais ou por comunidades locais e ou tradicionais nos limites ou entorno dos parques estaduais no Estado do Rio.

A comunidade Cafundá-Astrogilda, conforme já apresentada, vem desenvolvendo o projeto Ação Griô, projeto de visitação autodenominado “aula de campo com protagonismo comunitário” nos limites do Parque Estadual da Pedra Branca, dentro do que a própria comunidade entende como seu território. Essa atividade não demonstra ter como finalidade exclusiva a geração de emprego e renda para comunidade, nem comunga da clássica visão mercadológica do turismo mas parece se apresentar como estratégia de reafirmação territorial a partir de uma estratégia de visibilidade junto aos visitantes. A lógica impressa de uso público se baseia no registro da história e da memória de uma ocupação que produziu paisagens que

expressam relações entre “humanos, não humanos e ambiente”, onde as trilhas não são meros trajetos a serem percorridos e “conquistados”, e sim caminhos dotados significados, vínculos de pertencimento e envolvimento afetivo (Cáceres, 2017).

Nesse sentido, as atividades de uso público desenvolvidas pela comunidade CafundáAstrogilda ocorrem em trilhas dotadas de significados, que se configuram em um roteiro repleto de dinâmicas associadas a educação ambiental crítica onde o histórico de ocupação do lugar é a base da prática de visitação, e os elementos naturais se misturam com o histórico-cultural do lugar e da região e estão em consonância com as atividades de uso público permitidas e previstas no âmbito do Decreto Estadual de uso público (a ser comentado mais adiante) possibilitando a permanência, manutenção e valorização destas pela gestão do parque.

Todavia, não se trata apenas de “categorizar” essas atividades como “atividades pertinentes”, mas de justificar a sua importância para a sociedade e para o ecossistema enquanto atividades de relevância ambiental e cultural.

Embora seja fundamental a valorização e inclusão como política pública das atividades de protagonismo comunitário, há de se enfrentar com firmeza e vontade política a questão central atual para a permanência dessas comunidades em seus territórios de origem, o PEPB. Uma vez que ainda invisibilizados legalmente, no tocante aos direitos sociais e territoriais.

De acordo com o Plano de Manejo, o PEPB é limítrofe a bairros de intensa expansão urbana, lugar de comunidades tradicionais quilombolas e agricultoras, abrigo de uma das maiores florestas urbanas do Brasil e de um grande remanescente de Mata Atlântica da cidade do Rio de Janeiro. Com tantas possibilidades, usos e atores envolvidos, são evidenciadas situações conflitivas como a expansão urbana e de milícias locais para áreas do parque, uso ilegal dos recursos ali existentes e divergências sobre a permanência das comunidades tradicionais e de suas atividades, entre outros.

As tensões e conflitos associados a sobreposição do PEPB ao território quilombola, impulsionou a organização desse grupo social que buscou fazer frente as regras impostas pelo parque junto a movimentos sociais, comunidade acadêmica, movimento negro, ONG's, e outros que auxiliaram no processo de reconhecimento, junto a Fundação Palmares, como Remanescentes do Quilombo ³(Dias, 2017). Esse reconhecimento assegura os direitos de permanência dos quilombolas, evidenciando um conflito ambiental entre essa população e a unidade de conservação.

“Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades.” (ARRUDA, 1999. pág. 84.)

Autores como Arruda (1999) e Silva (2007) defendem que as comunidades tradicionais e seu modo de vida são importantes para a conservação da sociobiodiversidade e podem coexistir com unidades de conservação, portanto, devem estar presentes e inseridas no contexto de conservação da natureza. A inclusão dessas comunidades no processo de planejamento e de gestão da unidade de conservação pode acrescentar mais ainda, considerando o conhecimento tradicional acerca do local, a realização de atividades turísticas que respeitem as normas de preservação e promovam a unidade de conservação como atrativo e a promoção da educação

³ A comunidade CafundáAstrogilda recebeu em 2014 da Fundação Cultural Palmares a certidão de reconhecimento como remanescente de quilombo num contexto de organização comunitária em prol do pedido de demarcação territorial ante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

e da interpretação ambiental, gerando renda e colaborando com os objetivos de conservação da área protegida.

“Entretanto, há outra possibilidade raramente contemplada nas políticas públicas brasileiras que é a de construir junto com as populações locais uma relação ao mesmo tempo mais harmoniosa e economicamente mais eficaz.

Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais. (...) A análise dos conhecimentos, técnicas e mecanismos socioculturais característicos das sociedades indígenas e das “culturas rústicas” pode apontar caminhos mais adequados para um modo de ocupação do espaço com base no manejo sustentado do meio ambiente” (ARRUDA, 1999. pág. 89.).

O diagnóstico publicado em relatório pelo Instituto Linha D’Água (2018) em parceria com o Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (LAPLAN) da UNESPCampus Litoral Paulista⁴ analisou casos de formação de arranjos locais para uso público em áreas protegidas averiguando os arranjos com e sem participação das comunidades tradicionais/locais, do poder público e de organizações sem fins lucrativos. O relatório conclui que a participação das comunidades locais e tradicionais no planejamento e gestão do uso público reduz os conflitos e impactos ambientais e sociais.

No diagnóstico, os autores analisaram 8 tipos de arranjos locais “ideais” para o uso público, definidos utilizando as referências de Eagles (2009 apud Linha D’Água 2018. pág 10). Essa análise considerava os princípios da governança, entendida pelos autores como o nível de complexidade, dado pelo número de atores envolvidos e pelas relações entre eles, e a qualidade da gestão, considerando a transparência, participação, protagonismo local e capacidade de decisão. Feita a análise, constatou-se que o arranjo com mais alta governança era o arranjo que envolvia o poder público e organizações sem fins lucrativos, que possuem como característica a base comunitária, cooperação com o órgão gestor e, geralmente, estão vinculadas a Associações de Amigos.

Além disso, o relatório mostra que o uso público em unidades de conservação no Brasil é majoritariamente realizado pela iniciativa privada, aja vista a invisibilidade e exclusão social das comunidades tradicionais e a cota de poder superior dos agentes da iniciativa privada.

2. ANÁLISE DO DECRETO ESTADUAL Nº 42.483/2010 - DIRETRIZES PARA O USO PÚBLICO NOS PARQUES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO: (RE) ARRANJOS LOCAIS E (IN)VISIBILIDADE DOS QUILOMBOLAS

O decreto estadual nº 42.483/2010 tem seu histórico de criação associado a necessidade de regular esportes de aventura nas UCs do Estado do Rio. Apesar dessa constatação não se pretende aqui tratar do processo de elaboração do Decreto mas sim dos efeitos que produz sobre as atividades de uso público desenvolvidas por comunidades locais e ou tradicionais inseridas nos limites de parques estaduais. Nesse sentido, o Decreto Estadual se configura como marco regulatório do uso público no Estado do Rio pelo simples fato de não haver legislação específica sobre a temática hierarquicamente superior ao decreto. Nesse caso, ganha relevância sua análise uma vez que a política de uso público do INEA está atrelada ao Decreto. Tratando-se, então, de um instrumento importante, cabe uma reflexão acerca das atividades por ele contempladas e, também, as que não são contempladas.

⁴ A publicação “Navegando nos Caminhos do Uso Público” lançado pelo Instituto Linha D’Água é resultado de um diagnóstico sobre a situação dos arranjos locais associados ao uso público em Unidades de Conservação (UCs) costeiras e marinhas do Brasil. O trabalho foi desenvolvido pela Raiz Assessoria Socioambiental, em parceria com o Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (LAPLAN) da UNESPCampus Litoral Paulista, a partir da demanda do Instituto Linha D’Água.

De acordo com o decreto, na seção dos Princípios, em seu artigo 3º, alíneas I e VIII, respectivamente, tem-se como princípios a “compatibilização do uso público com a preservação dos recursos naturais e os processos ecológicos (...)” e o “estímulo a participação comunitária de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais e das regiões onde os parques estaduais encontram-se inseridos”. Percebe-se então que as atividades desenvolvidas pelas comunidades quilombolas do PEPB atendem a esses dois princípios. Além disso, o princípio confirma a importância e a necessidade da participação dessas comunidades nas atividades de uso público desenvolvidas no parque.

No capítulo III, seção II, são listadas as atividades de uso público autorizadas nos parques estaduais, respeitando o plano de manejo da unidade. Dentre essas atividades, encontram-se nas alíneas V, VI, VII e VIII, respectivamente, as atividades de Ecoturismo, Educação Ambiental, Interpretação Ambiental e Pesquisa Científica. Todas essas atividades são desenvolvidas pelos quilombolas do PEPB, inclusive a pesquisa científica⁵, o que ratifica a participação das comunidades tradicionais em questão no uso público do PEPB. O parágrafo 1º dessa seção dispõe que serão celebrados instrumentos jurídicos como forma de obter subsídios para a manutenção das atividades e contribuição na gestão da unidade. Ainda na mesma seção, no parágrafo 2º do artigo 6º, fica a cargo da administração a realização de um cadastro de guias e instrutores, o que confirma a viabilidade de atividades como trilhas guiadas e interpretativas, como as desenvolvidas pelos quilombolas; atividade essa admitida claramente na seção III, artigo 11⁶, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade de Condutores e Guias, disposto no parágrafo 2º do mesmo artigo.

Na seção IV do mesmo decreto, nos artigos 13⁷ e 14⁸, estabelece-se que as atividades de uso público poderão ser desenvolvidas por instituições públicas, privadas ou organizações civis, através de concessão, permissão ou autorização de uso e, quando da concessão ou permissão, deve-se incentivar a participação das comunidades do entorno. Apesar da norma se referir a “comunidades do entorno”, entende-se que as comunidades tradicionais também estão abrangidas, tendo em vista que o SNUC não permite o estabelecimento de moradias no interior de unidades de conservação de proteção integral, logo, o decreto deveria estar em consonância com o SNUC. Contudo, com o direito de permanência assegurado, os quilombolas devem ser considerados parte desse grupo citado no decreto. Portanto, novamente percebe-se a possibilidade e o incentivo para a participação das comunidades tradicionais; além disso, destaca-se que outros atores também podem ficar responsáveis por atividades de uso público, corroborando a tese de que os arranjos locais são possíveis em unidades de conservação brasileiras.

Ainda sobre o decreto em questão, na seção V, o artigo 16 apresenta: “O INEA dotará os parques estaduais, onde cabível, de estruturas e equipamentos de suporte ao uso público”. Considerando que as comunidades quilombolas sempre desenvolveram as atividades de uso público em questão nesse trabalho, sempre foram responsáveis pela manutenção de suas estruturas e que essas sempre estiveram de acordo com os objetivos de conservação da unidade, numa perspectiva

5 Em visita ao PEPB, na reunião da Câmara Técnica de Agroecologia, obteve-se ciência de que uma das lideranças quilombolas vem desenvolvendo trabalhos acadêmicos que, inclusive, são apresentados em eventos acadêmicos de grande porte sobre as temáticas ambientais, como o Simpósio Brasileiro de Áreas Protegidas de 2018.

6 “A atividade profissional de condutores, guias, monitores ambientais ou qualquer outra designação que caracterize profissionais que exerçam atividades de condução, guiagem, instrução e similares com visitantes, prestada por empresas, entidades ou profissionais autônomos, será admitida no interior dos parques estaduais, na forma do artigo 13 deste Decreto”.

7 “Os serviços oferecidos aos visitantes nos parques estaduais poderão ser disponibilizados diretamente pelo INEA ou delegados a instituições públicas, privadas ou organizações civis, mediante os instrumentos da concessão, permissão ou autorização de uso, observando-se, quando cabível, o procedimento licitatório e demais formalidades previstas em lei”.

8 “O desenvolvimento dos serviços e atividades delegados a terceiros mediante concessão ou permissão de uso será efetuado por meio de contrato administrativo, devendo o INEA estimular a participação das comunidades do entorno.

de cooperação dentro do arranjo local, o órgão ambiental pode ficar isento de compromissos que podem exigir capital financeiro, social e humano, direcionando esse para outras áreas que têm necessidade, tornando a gestão mais eficiente.

No capítulo VI, das Proibições, são apresentadas atividades proibidas no interior do parque. Dentre essas atividades não constam nenhuma das desenvolvidas pelos quilombolas, o que confirma o fato de que essas atividades estão em sinergia com a unidade.

Em suma, percebe-se que, apesar de pouco presentes no decreto em questão, as atividades desenvolvidas pelas comunidades tradicionais quilombolas no PEPB estão contempladas na descrição das atividades de uso público permitidas nos parques estaduais do Rio de Janeiro. Além disso, os arranjos locais, ainda que não diretamente, também estão presentes na norma, tendo em vista que diversos atores podem ser responsáveis por realizar diversas atividades dentro da unidade. De acordo com o relatório já mencionado, "Navegando pelos Caminhos do Uso Público" (2018) do Instituto Linha D'Água, quanto maior a quantidade de atores envolvidos e de relações entre eles, mais alta é a governança e, conseqüentemente, melhor é a gestão da unidade e o desenvolvimento das atividades de uso público.

No que diz respeito ao uso público e às comunidades quilombolas, essas ainda esbarram em um sério problema de invisibilidade/não-reconhecimento frente ao Estado, não necessariamente sobre o reconhecimento público, mas o reconhecimento através da de políticas de inclusão social. Isso ainda pode ser percebido através da reduzida quantidade de programas e projetos que reconheçam o modo de vida dessas comunidades, a construção coletiva e participativa do conhecimento (tradicional ou não), da autonomia local e da inclusão (rasa) nos mecanismos legais.

3. BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & sociedade*, n. 5, 1999.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Artigo 215 - Do Meio Ambiente**. Brasília, DF. 1988

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Artigo 216 - Do Meio Ambiente**. Brasília, DF. 1988

BRASIL, Decreto Federal n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. **Regulamentação dos artigos da Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Brasília, DF. Ago, 2002.

BRASIL, Decreto Federal n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF. Fev, 2007.

BRASIL, Decreto Federal n. 8.750, de 9 de maio de 2016. **Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF. Maio, 2016.

BRASIL, Instrução Normativa nº 26, de 4 de julho de 2012. Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão. Brasília, **DOU Diário Oficial da União**. Publicado no D.O.U. de 6 de julho de 2012.

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, DF. Jul, 2000.

BRASIL, Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca. INEA.

DIAS, Márcia Cristina de Oliveira. **Parque Estadual da Pedra Branca: o visível e o invisível na paisagem de um território em disputa**. 2017. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

SILVA, Marina Osmarina. **Saindo da invisibilidade-a política nacional de povos e comunidades tradicionais**. *Inclusão social*, v. 2, n. 2, 2007.

SIMON, Alba, AFONSO, Rodrigo Vilhena Herdy, NASCIMENTO, Camila Aguiar Lins do. **Zona de Impacto: Conservação da Natureza, Porto do Açú e Populações Locais: O caso das Comunidades Extrativistas Artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açú - RJ**. *Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Campos dos Goytacazes, ano XIV, nº 55, p. 11-16, Março, 2017.

RIO DE JANEIRO, Decreto n. 42.483, de 27 de maio de 2010. **Diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo instituto estadual do ambiente - INEA**. Rio de Janeiro, RJ. Maio, 2010.

RAIZ ASSESSORIA SOCIOAMBIENTAL. Instituto Linha D'Água. **Navegando pelos caminhos do uso público**. São Paulo, 2018. 36 p.; il.

Termos de compromisso

O uso público desenvolvido no interior dos parques possui uma relação estrita com o Termo de Compromisso (TC). Por se tratar de um instrumento jurídico, previsto no Art. 42, § 2º, da Lei n.º 9.985/2000 e regulamentado pelo Decreto n.º 4340/2002, o TC representa uma forma legal de garantir a permanência de populações locais dentro de unidades de conservação de proteção integral através do estabelecimento de normas de conduta acordadas entre as partes. O Decreto n.º 4340/2002 garante que enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em UC de Proteção Integral serão reguladas por TC, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação. Portanto, através de relações entre os atores envolvidos, com participação popular objetivando um processo mais transparente e diverso, a instituição de um TC é capaz de assegurar a permanência de populações locais, promovendo um certo “conforto jurídico” para essas comunidades.

O TC, contudo, é enxergado, por vezes, como um instrumento que restringe as atividades das populações envolvidas. De certa maneira ele também o é. Seguindo a lógica de Acsehrad (XXXX), tratando das alternativas infernais, levando em consideração a iminente possibilidade de desapropriação, apesar de determinar o que pode e o que não pode ser feito pelos envolvidos, considerando a participação das comunidades tradicionais na sua construção, o TC vai regulamentar atividades que já são desenvolvidas, o que abranda a concepção restritiva desse instrumento. Em outras palavras, o TC regula atividades que já são desenvolvidas, legitimando tanto as próprias atividades, quanto a permanência das populações tradicionais. Portanto, a alternativa de assiná-lo nos parece menos “infernal” do que a possibilidade de remoção e desapropriação.

Em sumo, no que diz respeito ao caráter normativo e institucional, os termos de compromisso foram instituídos como instrumento de mediação de conflitos, que possibilita romper com o paradigma da expulsão compulsória de comunidades tradicionais em Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral. Esse instrumento é aplicável e pertinente ao estudo de caso aqui analisado, sobre a comunidade quilombola Cafundá-Astrogilda.

Como a maior parte das populações tradicionais, a permanência dos moradores do Cafundá-Astrogilda está ao sabor da gestão do parque e, conseqüentemente, da política de governo. Apesar de tratar de uma UC estadual, deve-se considerar o panorama político em diversas escalas. A começar pela escala federal, o panorama político não é favorável a permanência dessas comunidades e à titulação de seus territórios, claramente observado em importantes portais de notícias brasileiros, tendo em vista concepções políticas, ideológicas e econômicas do atual governo da União; na escala estadual, como já mencionado anteriormente, diversos cargos de chefia e de gerência são cargos de indicação política e, tendo em vista a recente alteração no paradigma político decorrente das eleições, existe uma incerteza sobre a política de governo em relação às áreas protegidas e às comunidades quilombolas. Sendo assim, novamente o caráter jurídico do TC é um incentivador para o seu estabelecimento e assinatura, tendo em vista a possibilidade de garantir legalmente os direitos territoriais e multiculturais da comunidade quilombola Cafundá-Astrogilda.

GESTÃO PARTICIPATIVA DE RECURSOS HÍDRICOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO CAIRUÇU - APA CAIRUÇU

PAULA CALLEGARIO DE SOUZA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social - UFRJ
paulinhapty@gmail.com

PAULA CHAMY PEREIRA DA COSTA

Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de
Estudos e Pesquisas Ambientais - UNICAMP
paula.chamy@gmail.com

SIDNEY LIANZA

Professor do Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social - UFRJ
sidneylianza@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho analisamos as oportunidades e estratégias que contribuam com a sustentabilidade e distribuição equitativa de recursos hídricos por meio da gestão participativa em conselhos gestores de áreas protegidas, por meio da experiência do CONAPA Cairuçu. Os dados foram sistematizados e alicerçados na Teoria Fundamentada (Flick, 2009): revisão literatura, análise documentos produzidos no âmbito do CONAPA e legislação pertinente, com ênfase na Lei 9.433/97 - Plano Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto 4340/2002) que orienta participação em áreas protegidas. Os resultados demonstram que, além da criação de câmara temática para discutir a gestão da água no território da APA de Cairuçu, ações para fomentar a gestão participativa dos recursos hídricos foram implementadas, enfatizando a capacitação e incentivo ao protagonismo comunitário, práticas capazes de contribuir para a promoção da justiça social e conservação ambiental.

Palavras-chave: participação. água. conservação. recuperação ambiental. câmara temática.

ABSTRACT

In this paper we analyze the opportunities and strategies that contribute to the sustainability and equitable distribution of water resources through participatory management in protected areas management councils, through the experience of CONAPA Cairuçu. The data were systematized and based on the Grounded Theory (Flick, 2009): literature review, analysis documents produced within CONAPA and relevant legislation, with emphasis on Law 9.433 / 97 - National Water Resources Management Plan and National System of Water Resources Units Conservation (Law 9.985 / 2000 regulated by Decree 4340/2002) that guides participation in protected areas. The results demonstrate that, in addition to the creation of a thematic chamber to discuss water management in the territory of the Cairuçu APA, actions to increase the participatory management of water resources were implemented, emphasizing capacity building and encouraging community participation, practices that contribute to the promotion of social justice and environmental conservation.

Key-words: participation. water. conservation. environmental recovery. thematic camera.

Introdução:

Nas últimas décadas o Brasil tem apresentado diversas experiências de participação social na gestão pública e enfatizado a inclusão política de setores marginalizados com o intuito de promover justiça social. Segundo Avritzer (2008), o Brasil foi considerado um dos países que apresenta maior número de iniciativas participativas distribuídas e diversos formatos (e.g. consultas públicas, conselhos municipais, estaduais e federais). Martelli, Luchmann e Almeida (2016) apontam para a expansão dos setores que passaram a participar na gestão pública. Na esfera ambiental existem inúmeros atores com interesses conflitantes no uso dos espaços e recursos naturais (inclusive recursos hídricos), mas, no Brasil, o marco da inserção da participação na gestão de políticas públicas, incluindo a ambiental, se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A gestão participativa de recursos naturais está prevista em diversos diplomas legais brasileiros como: i) a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938/81, que tem como princípio a educação e capacitação da sociedade para participação ativa na defesa do meio ambiente, além de ter instituído o maior colegiado participativo sobre meio ambiente - o Conselho Nacional de Meio Ambiente, (CONAMA); ii) a já citada Constituição Federal de 1988, que no artigo 225 assegura a todos os cidadãos brasileiros um ambiente saudável e equilibrado, mas determina como dever coletivo e do Poder Público o dever de protegê-lo; iii) o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002) que estabeleceu a necessidade de criação de fóruns como os conselhos gestores e a compatibilização de diversos segmentos sociais no âmbito das áreas protegidas.

No presente, existem inúmeros conflitos pela água distribuídos pelo planeta. Contaminação dos recursos hídricos, privatização e mercantilização do recurso, escassez e injustiças na distribuição da água são alguns dos problemas atuais no uso desse recurso vital. Especificamente sobre recursos hídricos, objeto desse trabalho, fundamental para o estudo é também a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PNGRH-Lei nº 9.433/1997).

A PNGRH possui, como fundamento, a gestão descentralizada dos recursos hídricos com a participação do governo, dos usuários e das comunidades atingidas pelo uso do recurso. A PNGRH também estabelece os Comitês de Bacia Hidrográfica, colegiados criados para discutir questões relacionadas ao uso das águas, composto por representantes de instituições, de diversos setores da sociedade e do poder público.

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu está localizada no município de Paraty, sul do Estado do Rio de Janeiro, abrange aproximadamente metade do município (890,72 hectares) e abriga diversidade de populações tradicionais (indígenas, caiçaras e quilombolas) e importante parcela do bioma Mata Atlântica. Criada em 1983 (Decreto 89.242), a APA “tem por objetivo assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região (grifo nosso) e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema” (BRASIL, 1983). A unidade de conservação (UC) teve também o intuito de minimizar as tensões socioambientais geradas por intensos conflitos fundiários na região e que envolveram diferentes tipos de comunidades tradicionais, em especial as comunidades caiçaras explicitamente citadas em seu texto de criação (FONSECA & SILVA, 2015).

Seguindo os preceitos de participação das legislações mencionadas, foi formado, em 2001, o Conselho da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, o CONAPA Cairuçu. Nos primeiros anos de sua criação o CONAPA teve pouca atuação junto às comunidades e incentivos à participação. A partir de 2010, o CONAPA foi formado de fato, incentivou a participação

com algumas atuações importantes como: contribuição no plano diretor do município de Paraty; revisão do plano de manejo da APA do Cairuçu, candidatura do município de Paraty a patrimônio da humanidade pela UNESCO, realização do primeiro curso de formação continuada do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) em gestão e manejo de água.

Essa participação institucionalizada que se dá em conselhos têm especificidades que devem ser consideradas, como as diferenças sociais, culturais e ambientais que existem entre as diversas comunidades que integram esses fóruns de discussão, além é claro da participação das demais organizações e interessados.

Embora a CONAPA Cairuçu tenha abrangência somente no município de Paraty, os ecossistemas existentes são bastante diversos e as comunidades, bem como outros grupos de interesse, têm demandas que coincidem e outras que são distintas. Deste modo, esses espaços servem também como arenas de aprendizado e aprimoramento contínuo das capacidades de dialogar para enfrentamento das práticas consolidadas de relações de poder até então existentes.

Orientado por seu plano de ação, O CONAPA constituiu em 2016, quatro câmaras temáticas (CT) de caráter permanente com base na demanda dos diversos setores que compõem o conselho (órgãos públicos de ordenamento territorial, fomento e apoio; comunidades residentes caiçaras, quilombolas, indígenas e rurais; universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais, organizações não governamentais e usuários), além de grupos de trabalhos (GT) de caráter temporário. As câmaras temáticas são: i) comunidades locais e povos tradicionais; ii) licenciamento ambiental; iii) recursos hídricos e iv) comunicação, todas compostas por conselheiros, especialistas e voluntários interessados.

Esse artigo se concentra na CT de recursos hídricos, cuja água é direito humano e condição para a realização de outros direitos humanos reconhecido pela Organização das Nações Unidas desde 2002. No entanto, além de direito humano, há que se reconhecer que outros seres vivos necessitam e têm, por visões de mundo distintas da visão antropocêntrica (como por exemplo o bem viver inserido nas Cartas Magnas de países como Equador e Bolívia) direito à água.

Objetivo:

Tendo sido os recursos hídricos reconhecidos pelo CONAPA Cairuçu como fundamentais para manutenção da vida no planeta por meio da constituição de um CT específico para gerir esses recursos e recurso e valor fundamental da APA Cairuçu, descrito em seu Plano de Manejo, o objetivo desse artigo é verificar quais foram os instrumentos de gestão participativa criados e analisar as estratégias e ações promotoras de participação a eles vinculados.

Desenvolvimento e Resultados:

Trata-se de pesquisa qualitativa que analisa os processos que favorecem a gestão participativa dos recursos hídricos. Foi realizada revisão bibliográfica, análise de legislação nacional (Constituição Federal, instrumentos de políticas públicas, decretos, portarias, normativas, entre outras), relatórios, atas e outros documentos produzidos no âmbito da APA do Cairuçu (tabela 1) e alicerçados na Teoria Fundamentada nos Dados (FLICK, 2009). A compreensão da participação social no CONAPA Cairuçu e a interação entre as diretrizes das leis do SNUC e da PNRH (tabelas 2 e 3) presentes em ações e no planejamento da APA Cairuçu, construídas pela atuação e participação das comunidades residentes inseridas em unidades de conservação, foram fundamentais enxergar as oportunidades e estratégias para gestão de recursos hídricos do território desta área protegida. Observamos pelas tabelas 2 e 3, que as ações propostas e realizadas pela CT recursos hídricos, e por atividades transversais do CONAPA Cairuçu, a práxis da inclusão social na proposta pela legislação.

Tabela 1. Principais documentos analisados da APA do Cairuçu

Espaços e Atividades Participativos/ Educativas.	Atividades Realizadas	Demandas e produtos das ações.
CONAPA Cairuçu - Oficina de Formação dos Conselheiros.	Divisão dos Conselheiros em grupos para a identificação e apontamento dos pontos focais e demandas a serem identificados. Pontos focais relacionados: - Águas (nascentes); - Economia Local (pesca, agricultura, turismo); - Gestão Compartilhada; - Formação Continuada CONAPA Cairuçu.	<ul style="list-style-type: none"> ● Elaborar Curso de Formação de Aquaviários; ● Elaborar Curso de Maricultura; ● Elaborar Programa de Educação Ambiental nas escolas (12) abrangidas pela APA; ● Elaborar e realizar um Curso de Gestão Participativa (conselheiros, lideranças e gestores); ● Inventariar as nascentes e captações de Água na APA (Priorizar Aldeia Itaxi); ● Elaborar Plano de Recuperação de Nascentes; ● Buscar informações sobre qualidade e quantidade de água doce disponível.
CONAPA Cairuçu - Plano de Ação CONAPA: Eixo prioritário Gestão das Águas; Câmara Temática das Águas.	Seminário Águas do Carapitanga	<ul style="list-style-type: none"> ● Curso de Capacitação Comunitária de Manejo e gestão das águas.
CONAPA Cairuçu - Seminário Águas do Carapitanga		<ul style="list-style-type: none"> ● Carta ao Carapitanga; ● Mapa participativo com 173 pontos de destaque; ● Plano de Ação de enfrentamento conjunto dos desafios levantados.
CONAPA Cairuçu - Revisão do Plano de Manejo da APA do Cairuçu	Eixo Prioritário Água	<ul style="list-style-type: none"> ● Declaração de Significância da APA: Na APA Cairuçu a Serra do Mar é recortada por nascentes, córregos e cachoeiras formando rios, que são lugares de lazer, aprendizagem e identidade das comunidades que por eles são banhados. Nos rios se aprende a pescar, a nadar, remar e entender os ciclos das chuvas, cheias e vazantes. O ambiente montanhoso quente e chuvoso, proporciona o desenvolvimento de florestas exuberantes e uma vasta rede de drenagem, que ao descer a serra e se aproximar ao mar, criam condições favoráveis a formação de ricos ecossistemas, como os caxetais e manguezais, no namoro do rio com o mar. ● Recursos e Valores Fundamentais: (i) Territórios e Comunidades Tradicionais; (ii) Recursos Manejados; (iii) Biodiversidade; (iv) Águas; (v) Paisagem; (vi) Manguezais e Caxetais; (vii) Ilhas, praias e costões rochosos. ● Planejamento de Gestão de alta prioridade da APA: A gestão das águas já tem sido motivo de vários conflitos, além de precisar melhorar a qualidade da água e evitar que elas se deterioram mais. É garantido o livre uso e acesso irrestrito para captação de água pelas comunidades tradicionais dentro da APA Cairuçu; <ul style="list-style-type: none"> - Todos os estabelecimentos comerciais tais como bares restaurantes e estruturas de hospedagem deverão possuir: <ul style="list-style-type: none"> - Reaproveitamento de água de chuva: captação e armazenamento de águas pluviais em todas as áreas impermeabilizadas, devendo ter no mínimo a capacidade de armazenamento equivalente a 1m³ de água para cada 10m² de área impermeabilizada; - Reaproveitamento de águas cinzas; - Caixa de gordura com capacidade adequada ao empreendimento; - Utilização de materiais e técnicas construtivas reconhecidas

		como de baixo impacto ambiental e que estimulem o baixo consumo de água potável
CONAPA Cairuçu - Câmara Temática Gestão das Águas	Curso de Formação Inicial e Continuada Gestão da ÁGUA, IFRJ/ ICMBIO/ Prefeitura Municipal de Paraty	<ul style="list-style-type: none"> • Mapa águas do Carapitanga. • Recuperação de Nascentes.
CONAPA Cairuçu - Câmara Temática Gestão Águas: Curso de Formação Inicial e Continuada Gestão da ÁGUA, IFRJ/ ICMBIO/ Prefeitura Municipal de Paraty - Março a julho de 2018	<p>Antecedentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto sobre Rio Carapitanga no Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande (CBH-BIG) • Seminário Águas do Carapitanga(março/2016) • Reunião CONAPA Trindade(abril/2016) • Palestra sobre Projeto CBH-BIG no IFRJ (maio/2016) • Tele Reunião CT ÁGUAS/CONAPA (julho/2016) • ACT IFRJ/ APA Cairuçu/ PM Paraty (agosto/2017) • Publicação do Edital do Curso (dezembro/2017). ● FOCO: Bacia Hidrográfica do Rio Carapitanga <ul style="list-style-type: none"> - 35 inscritos - 6 indígenas - 21 moradores do território da APA Cairuçu -14 sendo moradores da bacia do Rio Carapitanga. • Curso de 168 horas • Formação de Agentes de Gestão e Manejo de Água. • Período: março a julho 2018. <p>OBJETIVO GERAL Capacitar os comunitários e profissionais de diversas áreas em conceitos e práticas relacionadas aos eixos temáticos da Educação Ambiental, Qualidade da Água, Saneamento, Sustentabilidade, Saúde e Desenvolvimento Social a fim de melhor qualificá-los para atuarem como agentes comunitários e multiplicadores, com empregabilidade no mundo do trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos do Curso: <ul style="list-style-type: none"> - Projeto Piloto de Recuperação de Nascentes, pela Meliponicultura. - Mapeamento da qualidade da água da Microbacia do Carapitanga, e vídeo. - Cartilha para Projeto de tratamento de esgoto ecológico, por Bacia de Evapotranspiração. - Projeto Piloto de tratamento de esgoto ecológico, por Bacia de Evapotranspiração e gestão da água da localidade da Ponta grossa.

Tabela 2. Ações de Gestão Participativa de Recursos Hídricos

Atuação Ideal do Conselho segundo o Guia dos conselhos (Icmbio, 2014) .	Atividades do CONAPA Cairuçu em Gestão de Recursos Hídricos.
Atuar pela conservação da biodiversidade e para o alcance dos objetivos da Unidade de Conservação.	<ul style="list-style-type: none"> ● Câmara temática Gestão das Águas – Curso Formação Inicial e Continuada (FIC) de Gestão e Manejo de Águas: Formação de Agentes de Gestão e Manejo de Água • Período: março a julho 2018.
Identificar os problemas e conflitos e propor formas para sua gestão.	<ul style="list-style-type: none"> ● Novo Plano de Manejo da APA (2018) – Diagnóstico Eixo Prioritário de Gestão: Gestão e manejo das Águas: Abastecimento precário e escassez de água em algumas comunidades; Conflitos por causa da má distribuição do recurso em algumas comunidades (Ponta Grossa; Parati mirim, Ilha do Algodão) ● Plano de Ação: Ação prioritária Gestão e manejo das Águas
Identificar as potencialidades da Unidade de Conservação e propor iniciativas que as fortaleçam.	<ul style="list-style-type: none"> ● Ações de recuperação e conservação de nascentes, indicadas no Plano de Manejo e no plano de Ação do Conapa Cairuçu.
Compatibilizar os interesses dos diversos setores relacionados com a UC.	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões do Conselho abertas à comunidade.
Buscar a integração da Unidade Conservação com o contexto local e regional no qual está inserida.	<ul style="list-style-type: none"> ● Projeto sobre Rio Carapitanga no Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande (CBH-BIG)
Demandar e propor, aos órgãos competentes, ações e políticas que promovam a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioambiental da Unidade de Conservação e seu território de influência.	<ul style="list-style-type: none"> ● Seminário Águas do Carapitanga: <ul style="list-style-type: none"> → Carta ao Carapitanga; → Mapa participativo com 173 pontos de destaque; → Plano de Ação de enfrentamento conjunto dos desafios levantados.
Definir os mecanismos de tomada de decisão para a participação efetiva dos diferentes setores representados no Conselho.	<ul style="list-style-type: none"> ● Pauta proposta pelos Conselheiros. ● O voto de todos os setores possuem o mesmo peso.
Participar da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos instrumentos de gestão da Unidade de Conservação.	<ul style="list-style-type: none"> ● Câmara temática de Acompanhamento e revisão do Plano de Trabalho do Conselho ● CT de acompanhamento do Plano de Manejo.

Tabela 3. Ações alinhadas do Conselho alinhadas à Política Nacional de Recursos Hídricos

Diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) contempladas pelo Conapa Cairuçu.	Ações cumpridas e planejadas que incluem a participação social na gestão e do Conapa que as diretrizes gerais da PNRH
Gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;	Inventariar as nascentes e captações de Água na APA.
Adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;	Módulo de Saneamento ecológico na sede da APA Cairuçu. Plano de gestão participativa dos recursos hídricos na localidade da Ponta Grossa. Ação Prioritária de Gestão no Plano de Manejo, Gestão e Manejo participativo da Água.
Integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;	Planejamento Participativo de Gestão de alta prioridade da APA: A gestão das águas .
Articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos Regional, estadual e nacional;	Projetos de Gestão e Manejo da Água articulados com o Comitê de Bacia da Hidrográfica da Baía de Ilha Grande
Articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;	Planos de gestão e ordenamento do Comunitário - ações de recuperação e conservação de nascentes e saneamento ecológico.
Integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.	Ações ambientes estuarinos como caxetais e manguezais

Conclusões:

Pela avaliação das legislações e documentos produzidos pelo CONAPA Cairuçu referentes a gestão participativa em áreas protegidas, verifica-se que a Câmara Temática de Recursos Hídricos criou diversos instrumentos para gerir os recursos hídricos (tabela 1). Deste modo, pode-se afirmar que o CONAPA tem sido em um espaço de atuação da comunidade, com ações voltadas, até o momento, principalmente para a formação comunitária por meio de informação, capacitação e desenvolvimento de práticas que têm gerado dupla função: i) sensibilizar a população local e ii) melhorar a condição social e ambiental da unidade de conservação.

Ainda que o conselho não esteja despido de conflitos entre os diferentes setores que o compõe, existindo mesmo até setores com interesses nitidamente antagônicos (e.g. prefeitura que tem interesse em expandir a especulação imobiliária e caçaras que defendem mecanismos de turismo de base comunitária e defesa de territórios), no caso da CT de recursos hídricos, o compromisso coletivo reverberou na promoção de ações de gestão participativa ativa, incluindo alocação de recursos para possibilitar a participação de setores vulneráveis como comunidades indígenas.

A possibilidade de inclusão de populações constantemente marginalizadas na CT demonstrou que, havendo incentivos e reunindo esforços para a efetiva participação, a população consegue exercer seus direitos e construir sua cidadania de modo contínuo.

As ações de gestão participativa da CT de recursos hídricos até o momento foram: i) nivelamento de informação e formação dos participantes do conselho (com extensão a pessoas que

demonstravam interesse na colaboração das atividades); ii) implantação de projeto piloto para a recuperação de nascente associado a meliponicultura; iii) seminários; iv) curso de formação em parceria como Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ); v) medições e mapeamento para determinação da qualidade hídrica; vi) elaboração de cartilha para desenvolvimento de projeto de evapotranspiração; vii) implementação de projeto bacia de evapotranspiração.

Os resultados das ações (tabela 1) promovidas pelo CONAPA ressaltam os esforços para a promoção da gestão participativa ativa dos recursos hídricos, com interlocução efetiva entre os diferentes setores da sociedade, incluindo iniciativas para nivelamento de informação e formação dos diferentes atores, o que pode contribuir para que se vençam os abismos nas relações de poder não raros existentes em espaços que se denominam participativos.

A interlocução entre os diferentes setores da sociedade na CT de recursos hídricos da APA de Cairuçu revelou que o diálogo entre diferentes setores da sociedade é possível quando há compromisso dos envolvidos. Essa CT foi a que promoveu maiores avanços em número de iniciativas até o momento se comparado às outras CTs do CONAPA. Mesmo com esses avanços, nos cursos promovidos verificou-se a necessidade de continuidade na construção e adequação dos processos participativos para consolidar a conquista de cidadania.

Como espaço legítimo e de atuação da comunidade e com o apoio da equipe gestora da UC, ações voltadas para a formação e informação dos conselheiros e comunidade interessada podem resultar em efetiva melhoria das condições hídricas e sociais da APA de Cairuçu e auxiliar a vencer os abismos nas relações de poder não raros existentes em espaços que se denominam participativos.

Referências:

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: Opin. Pública, 2008, vol.14, n.1, pp.43-64.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. Decreto nº 98.242, de 27 de dezembro de 1983. "Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". Brasília, 1983. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/cairuçu/>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011.

BRASIL. LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. "Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos". Brasília: Casa Civil, 1997.

BRASIL. Decreto nº 8.243, 23 de maio de 2014. "Dispõe da criação da Política Nacional de Participação e do Sistema Nacional de Participação". Brasília. 2014.

FLICK, Uwe. "Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa". Tradução: Joice Elias da Costa. 3ªed. - Porto Alegre: Artmed, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de FEITOSA (Coord). Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988): Relatório Final. Annagesse; SILVA, Iby Monteiro. Conflitos por terra e repressão no campo na região da costa verde, litoral fluminense, Capítulo 5; p. 292 - 393. CPDA - Programa de Pós - Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ, 2015.

MARTELLI, Carla Giani; LÜCHMANN, Ligia.; ALMEIDA, Carla. Os sentidos da inclusão e da representação nas Conferências Municipais de Políticas Públicas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA, 10., Belo Horizonte, 2016.

DO CONHECIMENTO COTIDIANO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: A PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

*Mestranda do Programa de Ensino e suas Tecnologias
lucianablog2@gmail.com*

ROSIVAR MARRA LEITE SANCHES

*Mestranda do Programa de Ensino e suas Tecnologias
rosemarraleite@gmail.com*

RESUMO

Considerando as Ciências em sua possibilidade de exploração e compreensão do meio social e natural, este trabalho pretende apresentar uma experiência de elaboração e implementação de uma sequência didática para o ensino de Ciências a alunos do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes-RJ, baseado na concepção de Alfabetização Científica proposta por Sasseron (2008), reconhecendo as Ciências como uma linguagem capaz de ler e interpretar o mundo natural. Com base na pesquisa qualitativa, os dados foram coletados a partir da observação da participação dos estudantes, bem como por meio dos relatos e falas destes, que foram analisados pela Análise Textual Discursiva. Seus resultados mostraram que as atividades organizadas com base em eixo temático, utilizando gêneros textuais diversos, aliadas a situações-problema do cotidiano, são capazes de promover a Alfabetização Científica.

Palavras-chave: Alfabetização Científica. Inclusão Social. Sequência Didática. Ensino Fundamental. Inclusão Social.

ABSTRACT

Considering the sciences in their possibility of exploration and understanding of the social and natural environment, this work intends to present an experience of elaboration and implementation of a didactic sequence for the teaching of Sciences to students of the 4th year of Elementary Education of a school of the the municipal public network of Campos dos Goytacazes-RJ, based on the concept of Scientific Literacy proposed by Sasseron (2008), recognizing the Sciences as a language capable of reading and interpreting the natural world. Based on the qualitative research, the data were collected from the observation of student participation, as well as through the reports and speeches of these students, which were analyzed by the Discursive Textual Analysis. Their results showed that organized activities based on thematic axis, using different textual genres, allied to daily problem situations, are able to promote Scientific Literacy.

Keywords: Scientific Literacy. Social inclusion. Following teaching. Elementary School. Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

Segundo Pozo e Crespo (2009), as novas demandas educacionais na sociedade da informação e do conhecimento exigem uma mudança cultural nas formas de aprender e ensinar, sendo assim, entende-se que, diante do contexto da evolução das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), que vêm transformando as formas de se comunicar e ampliando a

velocidade com que as informações chegam às pessoas, o processo de ensino e aprendizagem deve voltar-se, de acordo com os referidos autores, para uma formação que proporcione aos discentes capacidades que lhes permitam a assimilação crítica dos conteúdos e informações. Desta forma, são necessárias situações didáticas bem planejadas pelo professor que possam contribuir para a introdução da criança à cultura científica e, portanto, que permitam aos alunos reconhecer-se como seres sociais. Assim, a elaboração de Sequência Didática que, de acordo com Araújo (2013), é um modo de organização de atividades sequenciadas em torno de um núcleo temático, visa oportunizar os alunos a situações problematizadoras, onde sejam levados à reflexão crítica, dentro de situações relativas ao cotidiano, de forma que sejam instigados à tomada de decisão.

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é investigar, por meio da Análise Textual Discursiva, o que a produção escrita dos alunos, durante uma Sequência Didática, pode revelar acerca de sua inserção no processo de Alfabetização Científica. Como objetivos específicos, tem-se: implementar uma Sequência Didática de forma a contribuir para a construção dos conhecimentos científicos, partindo de situações comuns ao cotidiano; estimular a capacidade crítica dos estudantes, por meio de atividades diversificadas, de modo que se tornem aptos a realizar escolhas baseadas em conceitos científicos.

Para o alcance de tais objetivos, foram propostas atividades que têm como objetivo estimular a capacidade crítica, contribuindo para o desenvolvimento da postura investigativa, embasadas por Zabala e Arnau (2007), que defendem a ideia de que os problemas da realidade são complexos e que os indivíduos precisam desenvolver competências para enfrentar esses problemas de modo eficaz.

Visando desenvolver as habilidades necessárias para a formação de sujeitos críticos, a Sequência Didática foi elaborada pautada nos Eixos Estruturantes que subsidiam o trabalho docente visando à promoção da Alfabetização Científica, propostos por Sasseron (2008): compreensão básica de termos e conceitos científicos fundamentais; compreensão da natureza da ciência e dos fatores éticos e políticos que circundam sua prática; entendimento das relações existentes entre ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente.

Foram investigados também os Indicadores para a AC, propostos por Sasseron (2008), que possibilitam ao professor avaliar se a AC está sendo consolidada no decorrer das ações desenvolvidas.

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Sasseron e Carvalho (2011), baseadas na ideia de alfabetização proposta por Freire (1980), compreendem que alfabetizar deve ser um processo que busca desenvolver nas pessoas a capacidade de organizar o pensamento de maneira lógica, auxiliando a construção da consciência crítica em relação ao mundo que os cerca.

Neste sentido, as autoras consideram-na como uma forma de contribuir para o desenvolvimento das habilidades sociais que desencadeiam em tomadas de decisões mais conscientes e responsáveis, pautadas no conhecimento científico abordado de forma a relacionar os conteúdos científicos às situações cotidianas.

Diaz, Alonso e Mas (2003), definem a Alfabetização Científica como uma atividade desenvolvida de modo gradual ao longo da vida, entendendo-a como a finalidade mais importante do ensino de Ciências. Compreende-se, a partir de tal definição, dentro de uma abordagem didática onde a aprendizagem está diretamente relacionada ao contexto social.

Quanto à adoção do termo “Alfabetização Científica” Souza e Sasseron (2012), esclarecem: “[...] defendemos uma concepção de ensino de Ciências que pode ser vista como um processo de “enculturação científica” dos alunos, no qual esperaríamos promover condições para que os alunos fossem inseridos em mais uma cultura, a cultura científica” (SOUZA; SASSERON, 2012, p. 596). Ainda sobre o termo adotado, as autoras o definem como uma forma de designar as ideias que se tem ao planejar um ensino que permita aos discentes interagir com a cultura científica, desenvolvendo a capacidade de prever e modificar os acontecimentos com base em noções e conhecimentos científicos.

Desta forma, utiliza-se nesta pesquisa a adoção da concepção de Alfabetização Científica proposta pelas autoras compreendendo a importância da linguagem científica para a leitura e interpretação do meio natural, que subsidia a compreensão e previsão dos fenômenos naturais, de modo a fornecer as condições necessárias para que os indivíduos sejam capazes de agir coerentemente e de maneira responsável diante dos acontecimentos, inserindo-se como cidadãos responsáveis por transformações sociais para o bem comum. Assim, compreende-se, a partir de Sasseron e Carvalho (2011), a Alfabetização Científica como estratégia de ensino que visa à inclusão social, uma vez que esta busca tornar o sujeito apto a inferir no mundo partindo dos conhecimentos científicos.

O ENSINO DE CIÊNCIAS COMO POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL

Chassot (2003), descreve o ensino de Ciências, até o começo dos anos de 1990, centrado, quase exclusivamente, na necessidade de fazer com que os alunos adquirissem conhecimentos científicos, por meio de práticas transmissivas, que priorizavam a transferência de conteúdos escolares. O autor relata, ainda, que era considerado competente o estudante depositário de conhecimentos, o que significa dizer que o aluno deveria dominar o conhecimento que lhe foi depositado pelo professor que, por sua vez, dominava os procedimentos de um ensino transmissivo.

A partir deste pressuposto, considerando as atuais exigências da sociedade, colocando o discente no centro do processo de aprendizagem, como agente ativo e responsável pela construção do próprio conhecimento, como propõe Vigostky (2008), que afirma que o sujeito aprende por meio das interações sociais, o ensino que ocorria de modo transmissivo, como descrito por Chassot (2003) anteriormente, não atende às demandas atuais e não corrobora para o desenvolvimento dos aspectos sociais e pessoais necessários à construção da autonomia do indivíduo.

Desta forma, a Alfabetização Científica está no seio da didática das Ciências como um caminho emergente e necessário para a compreensão e leitura do mundo natural, de modo a possibilitar o indivíduo prevêr as transformações naturais, podendo, de certa forma, controlá-las. Tal afirmativa encontra respaldo em Chassot (2003), quando propõe este processo como uma estratégia didática que proporciona uma formação do sujeito dando-lhe condições de inferir no mundo, de maneira responsável, conduzindo a uma qualidade de vida.

Ainda com base no referido autor, encontra-se a relevância para o desenvolvimento da Alfabetização Científica como um meio para que os indivíduos, além de ler e compreender o mundo natural, tenham as habilidades e as competências necessárias para transformar a realidade, fazendo uso crítico dos conhecimentos científicos e tecnológicos, inserindo-se como protagonista na realidade social, modificando-a para o bem comum.

Pozzo e Crespo (2006), corroboram para o argumento que aponta a necessidade de se rever o ensino de Ciências nas escolas quando afirmam que geralmente tem-se nestas uma didática ineficaz, afirmando ainda que são necessárias transformações nas práticas pedagógicas para se alcançar mudanças além das conceituais e que provoque as transformações atitudinais nos alunos. Assim, deve-se partir :

“[...] do pressuposto de que grande parte da população vive em profunda pobreza, especificamente com pouco entendimento de Ciência, a “alfabetização científica prática” é aquela que contribuindo para a superação desta situação, tornaria o indivíduo apto a resolver, de forma imediata, problemas básicos que afetam a sua vida.” (LORENZETTI, DELIZOICOV, 2001, p. 3).

Com base no referido pressuposto, pretende-se fomentar a discussão sobre práticas de ensino mais contextualizadas às necessidades para o desenvolvimento de sujeitos aptos ao exercício da cidadania, compreendendo as Ciências como uma linguagem capaz de ler e interpretar o mundo natural, de forma a possibilitar o indivíduo prever situações e inferir no meio em que vive, incluindo-se como ser social e agente ativo nos processos de transformação da sociedade.

O ENSINO DE CIÊNCIAS E OS CONTEÚDOS ATITUDINAIS

Pozo e Crespo (2009), descrevem que o ensino de Ciências, tradicionalmente, tentou desenvolver nos alunos uma atitude científica o que, no entanto, para os autores, significa ter uma visão bem limitada das metas e implicações científicas, uma vez que os conteúdos da área científica eram trabalhados como um produto acumulado em forma de modelos e teorias. É preciso, no entanto, levar os alunos ao reconhecimento do caráter dinâmico do conhecimento científico. Há, desta forma, três tipos de atitudes propostas pelos autores que devem ser promovidas e estimuladas nos estudantes, que dizem respeito à: Ciência, aprendizagem da Ciência, implicações sobre a Ciência.

As que dizem respeito à Ciência, os autores citados anteriormente esclarecem que são atitudes vinculadas ao conhecimento científico nos currículos tradicionais. Quanto à aprendizagem e à construção dos conhecimentos científicos, estes enfatizam que não se trata apenas de que o estudante conceba a Ciência como um processo construtivo, mas que adote um enfoque profundo aprendendo na busca pelo significado, superando a superficialidade. Com respeito às implicações sobre a Ciência: “[...] a aquisição destas e de outras atitudes não depende tanto da persuasão por meio de um discurso ético, mas da reelaboração que o aluno faça dos diversos componentes- comportamentais, cognitivos e afetivos [...]” (POZO; CRESPO, 2009, p. 39).

O ensino de Ciências, dentro de um contexto que considera o aluno agente ativo no processo de construção do próprio conhecimento, é apontado por Pozo e Crespo (2009), dentro do conceito de educação científica como o que deve promover o aprimoramento das habilidades e atitudes da vida social dentro e fora da sala de aula. Assim, este trabalho também pretendeu contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias para que os alunos tornem-se capazes de participarem, de forma crítica e responsável, das transformações que vêm ocorrendo na sociedade, incluindo-se nela, de modo a compreender a relação entre Ciência e mudança social.

Para tanto, realizou-se um conjunto de ações pautadas em procedimentos metodológicos que compreendem o discente como centro do processo de ensino e aprendizagem, adotando-se a pesquisa qualitativa, entendida por Godoy (1995), como uma abordagem que parte de questões amplas que vão se aclarando à medida que a investigação vai ocorrendo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para coleta e a análise dos dados da presente pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa na qual a escrita, de acordo com Godoy (1995), tem lugar de destaque. Assim, os relatos descritos, por meio da escrita dos alunos participantes, foram analisados com base na Análise Textual Discursiva que, segundo Moares e Gagliuzzi (2006), é uma abordagem de análise de dados que transita entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. É por meio da linguagem, segundo os autores, que o pesquisador pode inserir-se num movimento da compreensão, da construção e reconstrução do conhecimento.

Foi proposta uma sequência didática, implementada em três aulas, a partir do que propõem Dolz, Noverras e Schneuwly (2004), pesquisadores da Escola de Genebra que pesquisavam sobre a relação entre linguagem, interação e sociedade. Segundo os referidos autores, este tipo e procedimento didático é um conjunto de atividades escolares que são organizadas de forma sistemática em torno de um gênero textual que pode ser oral ou escrito e que deve promover aos alunos o domínio de gêneros textuais diversos e situações de comunicação variadas.

Desta forma, a sequência didática teve início com uma atividade de sondagem, partindo de um texto que descrevia uma receita de bolo, com uma linguagem simples, levando em consideração o público-alvo: alunos do 4º ano do ensino fundamental. Foram propostas atividades relacionando conteúdos de Matemática, visando à resolução de situações-problema comuns ao cotidiano.

Com base no conceito de interdisciplinaridade, no qual Thiesen (2008), define como um movimento que visa romper com o caráter de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes contemporâneos surgido da perspectiva da dialogicidade e da integração das Ciências e do conhecimento, algumas atividades em torno do primeiro texto apresentado, a receita de bolo, foram desenvolvidas abordando conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, quando, por exemplo, foi proposto que a turma escrevesse a mesma receita dobrando-se as quantidades.

As atividades sequenciadas exploraram conteúdos de diversas áreas do conhecimento, com ênfase no saber científico, relacionadas a situações comuns ao cotidiano, respeitando a faixa etária e ano de escolaridade da turma participante da pesquisa.

Posteriormente, foi apresentado outro tipo textual sobre fermentação como processo essencial na receita apresentada, na qual pauta-se a atividade no Eixo Estruturante embasado em Sasseron (2008), como compreensão básica de termos e conceitos científicos, sendo proposta, em seguida, uma pesquisa para comparação entre tipos de fermento, químico e biológico, bem como discutidas questões relacionadas aos produtos industrializados. A pesquisa foi realizada na internet por meio do celular na busca de sites que lhes forneciam informações a respeito do tema.

Na terceira etapa, foi utilizado um pequeno texto informativo sobre alimentos e saúde. Os estudantes construíram um quadro com os alimentos mais consumidos pela turma e realizaram uma pesquisa com suas famílias sobre os motivos pelos quais consomem determinados alimentos, trazendo os resultados para a discussão. Desta forma, puderam refletir sobre os hábitos alimentares, assim como a relação entre estes e a cultura local, embasados por outro Eixo Estruturante de Sasseron (2008), para o entendimento das relações existentes entre ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os indicadores para a Alfabetização Científica encontrados foram: organização, classificação e seriação; levantamento de hipóteses e teste de hipótese; justificativa, previsão e explicação. Os discentes organizaram, seriaram e classificaram os alimentos com base em conceitos científicos, elaboraram hipóteses sobre os hábitos alimentares, refutando algumas ideias e confirmando outras, construíram justificativas que fundamentaram os resultados de suas pesquisas, dentro de conceitos científicos, numa postura crítica e investigativa, atingindo assim os objetivos do trabalho pedagógico.

Foi possível notar a construção do senso crítico nos discentes que passam a adotar um comportamento mais investigativo, percorrendo caminhos que os levam à construção da capacidade de inferir no meio em que vivem de modo responsável, refutando ideias anteriores

e elaborando hipóteses pautadas nas informações científicas obtidas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem.

O aluno, identificado como A1, escreveu: “É importante saber bem os conteúdos de Ciências, porque assim podemos fazer escolhas melhores. Até aprendi que tem diferença do tipo de fermento. Agora sei escolher.” A partir da fala descrita é possível perceber a presença dos indicadores da Alfabetização Científica denominado por Sasseron (2008) classificação, justificativa e previsão, uma vez que A1 demonstrou ter compreendido a relevância do conhecimento científico para a resolução de questões do cotidiano e também reconhece que há classificação entre os tipos de fermento e sua utilidade, da mesma forma que reconhece a relevância de conhecer a diferença entre estes para embasamento de suas escolhas, o que o possibilita prevêr os acontecimentos neste caso específico.

Do mesmo modo, foi possível observar a presença dos indicadores relativos ao levantamento e teste de hipótese, quando os alunos relataram que em suas casas a maior parte do consumo é de alimentos industrializados, justificando que é porque estes são os mais encontrados nos supermercados. A hipótese foi testada a partir da atividade realizada com suas famílias dentro da proposta de pesquisa quanto ao uso dos tipos de alimentos consumidos e produtos utilizados nas receitas caseiras do seu cotidiano.

Na fala do aluno A2, pôde-se observar a justificativa para a escolha de produtos industrializados, quando o mesmo afirma: “Os alimentos naturais, antes de ser industrializados, são encontrados na área rural que muitas vezes é difícil assessorado e por isso não conseguimos com facilidade, por exemplo, a gente come feijão, mas só depois que foi pra indústria e pro supermercado.” (Sic).

Os estudantes, durante a pesquisa sobre os tipos de fermento realizada no celular, diferenciaram os tipos deste produto e sua utilidade, também demonstraram a percepção quanto ao processo de industrialização alimentícia que influencia diretamente na saúde, sendo possível observar o indicador denominado explicação. Apresentaram a compreensão quanto à relação existente entre o campo, a indústria e os consumidores finais e suas implicações para a economia local, o que pode ser observado a partir da fala de A3: “Os produtos que a gente consome vem da natureza, do campo só que antes passa pela indústria e chega no comércio pra gente comprar e consumir” (Sic).

Observa-se a existência do indicador da classificação e da seriação a partir da realização da atividade onde os estudantes agrupam os alimentos de acordo com a origem vegetal e animal, conceitos já trabalhados anteriormente, aos quais a turma demonstrou domínio.

Partindo da leitura da frase do aluno A4 que escreve: “na area rural agente tem alimentos mais saudáveis, ja na area urbana que não tem como plantar por que é pavimentado, nao encontramos com facilidade alimentos naturais, quando agente acha chega caro e com remedios que faz o alimento durar sem estragar” (Sic), é possível perceber que o estudante relaciona o tema trabalhado a outros conhecimentos que o mesmo possui, estando presente o indicador proposto por Sasseron (2008), como organização, já que o discente diferencia aspectos locais relativos às áreas rural e urbana, assim como é possível observar a presença do indicador da justificativa quando o aluno aponta as possíveis razões para o não plantio de alimentos em função da pavimentação, típico de locais urbanizados.

Ainda com relação à frase escrita por A4, é notório seu reconhecimento quanto às questões relativas à qualidade de vida e saúde tendo em vista o consumo de alimentos com substâncias químicas ou agrotóxicas que, segundo o aluno, os mantém conservados por mais tempo, bem como ao apontar o custo destes alimentos quando encontrados em regiões urbanas, sinalizando fatores que influenciam nos aspectos econômicos na relação compra e venda entre o campo e a cidade.

Com relação à pesquisa que a turma realizou como tarefa extraclasse com seus familiares, investigando as justificativas para os hábitos alimentares em suas casas, os estudantes concluíram que suas famílias fazem uso de produtos industrializados, dando preferência aos que têm menor custo. Dos 23 alunos da turma, 19 realizaram a pesquisa, onde 12 relataram que seus responsáveis também compram com frequência verduras e legumes porque reconhecem a importância de uma alimentação saudável.

Tal atividade teve o intuito de articular conteúdos de Ciências às situações sociais, buscando atingir as metas para a educação científica propostas por Pozo e Crespo (2009), quando mencionam a relevância de construir um trabalho didático voltado ao desenvolvimento atitudinal dos alunos, rompendo com as concepções tradicionais de ensino que valorizam em maior escala os conteúdos conceituais sobre os procedimentais.

Visando a superação de possíveis dificuldades de compreensão, fator essencial para Pozo e Crespo (2009), para se alcançar a aprendizagem de conceitos, dos mais simples aos mais específicos até ao alcance dos princípios estruturais das Ciências, as atividades realizadas buscaram contribuir para o desenvolvimento de competências para a resolução de problemas, o que requer, segundo os autores, que os conteúdos procedimentais ocupem lugar relevante no ensino com o objetivo de tornar os sujeitos partícipes dos próprios processos de construção do conhecimento.

CONCLUSÃO

Dentro do referencial teórico adotado que embasou o uso do termo Alfabetização Científica, depreende-se da análise da escrita dos alunos que estes alcançaram a inserção no processo de construção do conhecimento que toma por base a linguagem e os conceitos científicos como instrumento de leitura e interpretação do meio natural, de acordo com os indicadores apresentados, que corroboraram para o desenvolvimento das habilidades essenciais voltadas ao pleno exercício de sua capacidade crítica e reflexiva.

O conjunto de atividades e ações didáticas sequenciadas elaboradas com base nos Eixos Estruturantes da Alfabetização Científica oportunizou aos estudantes trabalhar com conceitos científicos, partindo de situações e problemas da realidade, fazendo uso de uma linguagem simples, de acordo com a faixa etária e o ano de escolaridade em questão, buscando aproximar os conteúdos que se pretendia explorar e os conhecimentos que os alunos já possuíam.

Com relação à exploração de conteúdos científicos, o trabalho teve início a partir dos conceitos procedimentais, desencadeando no desenvolvimento dos conceitos atitudinais necessários à formação do sujeito crítico apto a compreender os fenômenos que tenham relação com os conteúdos explorados da área de Ciências. Desta forma, foi possível contribuir, por meio do presente trabalho, para o desenvolvimento dos aspectos essenciais para a formação de alunos capazes de gerenciar as informações que são disseminadas com grande velocidade em consequência do avanço das TDIC.

A partir da experiência realizada é possível concluir que a adoção de atividades organizadas em torno de um núcleo temático contemplando conteúdos das Ciências, com uso de diversos gêneros textuais, é capaz de contribuir para a promoção da Alfabetização Científica que, por sua vez, é essencial no desenvolvimento de sujeitos críticos e com condições de inferir no ambiente de forma responsável, incluindo-se socialmente no mundo, a partir da concepção das Ciências Naturais como uma linguagem capaz de ler e interpretar o mundo natural e social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, D.L. O que é (e como faz) Sequência Didática. **Entrepalavras**, Fortaleza, CE. Ano 3, v.3n.1, p. 322-334, jan/jul 2013.
- CHASSOT, A. Alfabetização Científica: Uma Possibilidade para a Inclusão Social. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, n. 26, p. 89-100, 2003.
- DÍAZ, J.A.A.; ALONSO, A.V. ; MAS, M.A.M. Papel de la Educación CTS en una Alfabetización Científica y Tecnológica para todas las Personas, **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.2, n.2, 2003
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências Didáticas para o Oral e para o Escrito: Apresentação de um Procedimento. In.: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. [Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro] Campinas, SP : Mercado de Letras, 2004, p. 95 – 128.
- FIORENTINI, D. Pesquisar Práticas Colaborativas ou Pesquisar Colaborativamente? In: GODOY, A.S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, FGV, 1995, p. 57-64.
- LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. Alfabetização Científica no Contexto das Séries Iniciais. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 3. n. 1. Jun. 2001. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/ensaio/article/view/8259/6217> Acesso em: 10 Set. 2018.
- MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva: Processo Construído de Múltiplas Faces**. Ciência & Educação, v.12, n.1, p.117-128, 2006.
- POZZO, J.I. CRESPO, M.A.G. **A Aprendizagem e o Ensino de Ciências: Do Conhecimento Cotidiano ao Conhecimento Científico**. Ed. Artmed, 5ª ed. 2009.
- SASSERON, L.H., **Alfabetização Científica no Ensino Fundamental – Estrutura e Indicadores deste Processo em Sala de Aula**. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação). Faculdade de Educação da USP, 2008.
- SASSERON, L.H.; CARVALHO, A.M.P. Alfabetização Científica: Uma Revisão Bibliográfica. **Investigações em Ensino de Ciências**. V. 16. P. 59-77, 2011. Disponível em: < <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/39971/S1516-73132012000300007.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 Out. 2018.
- SOUZA, V. F. M.; SASSERON, L. H. As Interações Discursivas no Ensino de Física: A Promoção da Discussão pelo Professor e a Alfabetização Científica dos Alunos. **Ciência & Educação**, v. 18, n. 3, p. 593-611, 2012.
- THIESEN, J.S. A Interdisciplinaridade como um Movimento Articulador no Processo Ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação** [on-line], v. 13, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503910>> ISSN 1413-2478. Acesso em: 31 Out. 2018.
- ZABALA, A.; ARNAU, L. La enseñanza de las competencias. **Revista Aula de innovación educativa**. España. n. 161. p. 40-46, 2007.

SOBRE VISITAS E VISITANTES: UMA EXPLORAÇÃO AO PRIMITIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS, TERESÓPOLIS, RJ

RENATA B. BRADFORD

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em
Ecoturismo e Conservação – PPGEC da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
kikabradford@gmail.com*

RESUMO

O planejamento que privilegia uma diversidade de oportunidades permite estruturar o acesso democrático às unidades de conservação de forma ambiental e socialmente responsável, otimizar a satisfação com a visita através do atendimento a distintos perfis de visitantes e otimizar os recursos de gestão. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis (RJ), oferece uma ampla diversidade de oportunidades de visitação, promovendo acesso e protegendo atributos ambientais e sociais, como a recreação. Seu plano de manejo permite oportunidades de se aventurar na natureza de forma autossuficiente em ambientes com baixo grau de intervenção e alto grau de adversidades; ambientes estes são aqui definidos como áreas primitivas. A partir de uma abordagem autoetnográfica interdisciplinar, promovo breves reflexões sobre visitação em áreas primitivas de forma a estimular um planejamento e manejo de visitação que otimize a diversidade de oportunidades em parques.

Palavras-chave: Visitação. Diversidade de oportunidades. Áreas primitivas. Acesso. Parques.

ABSTRACT

Planning the visitation for diversity of opportunities promotes the democratic access to protected areas in an environmentally and socially responsible way. It also improves visitors' satisfaction by attending to different visitors' profiles and optimizes management resources. The Serra dos Órgãos National Park, Teresópolis (RJ), offers a diversity of recreation opportunities, promoting access to the environmental and social resources it protects, such as recreation. Its management plan allows for adventures in nature in a self-sufficient way through visitation to areas with low intervention and high adversity; these areas are here defined as primitive. From an interdisciplinary auto-ethnographic approach, I promote brief reflections on visitation in primitive areas in order to stimulate parks visitation planning and management based on a diversity of opportunities approach.

Key-words: Visitation. Diversity of opportunities. Primitive areas. Access. Parks.

Um convite ao primitivo

Vocês sabem o que os conectam às áreas naturais?

As motivações para se visitar uma área natural, uma montanha e um parque variam consideravelmente de acordo com o nível de habilidade, experiências prévias, expectativas (EWERT, 1994). No meu caso, prático montanhismo há 25 anos e escalo há 20, o que me levou a ter diversos momentos especiais na montanha; essa experiência está no centro da minha conexão emocional com as áreas naturais. E essa conexão é o *driver* que me instigou a uma dedicação às montanhas através da atuação em organizações de montanhismo nos âmbitos estadual, nacional e internacional desde 2003 e, especificamente, a temas relacionados à visitação em unidades de conservação (UC), acesso e conservação desde 2007. O foco desse

ativismo é equacionar o direito de visitar as montanhas com a responsabilidade de proteger o meio ambiente, aprimorando o planejamento e manejo da visita. De forma a ilustrar algumas facetas da visita, iniciarei esse artigo com um relato pessoal.

Para se chegar no cume do Garrafão, uma montanha no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), Teresópolis, RJ, há algumas opções: seguir por uma das trilhas mais populares do parque, a da Pedra do Sino, percorrendo 11 km em um traçado bem marcado, com intervenções na trilha, abrigo de montanha e acampamento estruturado. Ou subir a via de escalada Crazy Muzungus, uma opção complexa que demanda um dia para chegar na base, três dias escalando e mais um dia para descer. Para acessar a base dessa via, é preciso cruzar uma área que requer autorização especial, e é necessário fazer uma caminhada de aproximação subindo o Rio Soberbo. Não há trilha: usamos o nosso faro “montanhístico” para descobrir o caminho que ora percorre pela floresta fechada, e ora pelas pedras do rio. Essa era a minha escolha.

Na primeira das quatro vezes que tentei escalar essa via, demorei dois dias e meio somente para encontrar a base da montanha! Não sabíamos por onde ultrapassar os vários obstáculos em forma de lindas cachoeiras, e a vegetação fechada tornava o avançar pela floresta muito lento. Isso fazia parte da aventura e do desafio que estávamos buscando que incluía a incerteza, a autossuficiência da equipe em uma área com alto nível de adversidade. Nossa expectativa era “aventura na veia” e tínhamos conhecimento e habilidades para encarar esse desafio.

A história da escalada fica para outro momento. Chamo atenção para as características encontradas: uma área de difícil acesso, com alto grau de naturalidade, sem intervenção perceptível do homem, nem mesmo aquelas para apoio à visita, como sinalização, banheiros, áreas de acampamento. Um local de natureza prístina que oferece sensações de liberdade, autonomia e solitude e estabelece desafios inerentes às características das áreas, que por sua vez impõem os limites para quem visita. Os visitantes devem explorar as habilidades de autossuficiência e gerenciamento de risco e, portanto, exige-se alta experiência em ambientes naturais (QUEIROZ; BRADFORD, 2012). Essas áreas, aqui denominadas como primitivas, são semelhantes a áreas *wilderness* nos EUA, sem a designação legal (APLET; THOMSON; WILBERT, 2000), e podem ser encontradas na faixa prístina do ROVUC (CREMA; FARIA, 2018).

Voltando a minha expedição: o que será que nos fazia voltar depois de fracassar quatro vezes? Será que eram somente questões objetivas? A montanha, a escalada, a não-trilha? Ou havíamos criado um significado específico para aquela área, para a montanha, para o parque?

É a partir desse breve relato, que mistura preceitos de autoetnografia (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011), significados subjacentes das visitas (PATTERSON et al., 1998), com uma pitada de questões tangíveis de visita em áreas primitivas, que exploraremos, através de considerações preliminares geradas a partir da minha pesquisa de mestrado, o primitivo, o remoto, o inóspito do Parnaso.

Mas antes... uma reflexão metodológica autoetnográfica

Minayo (2013) destaca a subjetividade como algo intrínseco à produção do conhecimento e que a experiência do pesquisador detém um papel importante na pesquisa, tanto quanto as técnicas de investigação.

A relação entre esta pesquisa e meu estilo de vida como montanhista, minha atuação profissional e meu ativismo por ampliar e aprimorar o acesso a áreas naturais estava dentre minhas preocupações neste projeto. *Feedbacks* de professores e colegas de mestrado apontavam esse fato como uma ameaça à produção do conhecimento. Não há dúvidas que, pelos

papeis de pesquisadora, montanhista e ativista se entrelaçarem, devo ter cautela na coleta e processamento de dados para não deixar meu viés determinar os resultados.

Entretanto, essa experiência traz boas potencialidades: minha experiência em áreas primitivas me ajuda a entender as necessidades de visitantes, o voluntariado em montanhismo me permite acompanhar eventos de manejo da visitação em UCs, a militância por acesso e conservação contribui para o entendimento do equilíbrio entre aspectos sociais, de gestão e ambientais. A autoetnografia reconhece que seria um desperdício não aproveitar essa experiência pessoal (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011). Ademais, metodologicamente atuo como a *gatekeeper*, com amplo acesso à comunidade, o que facilita as interlocuções (CROWHURST; KENNEDY-MACFOY, 2013). Conheço pessoas que visitam áreas primitivas no Parnaso, tenho proximidade com a gestão do parque e estou bastante familiarizada com a ética do montanhismo, o que possibilita que as pessoas relatem suas experiências, mesmo que tenham ocorrido sem as devidas autorizações.

A abordagem autoetnográfica possibilita também uma escrita experimental que mistura trechos de depoimentos pessoais, enfatizando a minha experiência e vivência na área em um formato mais informal, com trechos escritos de maneira mais convencional.

O abraço à abordagem autoetnográfica aliado às ferramentas de planejamento ajuda também a destacar que a visitação envolve uma complexa interação entre aspectos políticos, ambientais, sociais e simbólicos de significados aos locais visitados, à atividade praticada e à experiência vivida. Considerando essa complexidade, e de forma a possibilitar a reflexão preliminar sobre esse tipo de visitação, utilizarei aqui uma abordagem interdisciplinar que congrega aspectos da autoetnografia (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011), de significados e da hermenêutica (DRENTHEM, 2015), de afeto e conexão emocional (LEWICKA, 2011) e de ferramentas de gestão da visitação (CLARK; STANKEY, 1979; CREMA; FARIA, 2018).

Explorando o fenômeno: breves reflexões sobre a visitação em unidades de conservação brasileiras

A recreação em áreas naturais tem o potencial de estimular a conexão emocional com as áreas naturais (MANNING, 2011), e as unidades de conservação (UCs) são locais privilegiados para o desenvolvimento dessas conexões (HALPENNY, 2006). Portanto devem ser geridas de forma a promover o uso público responsável, fazendo da visitação, uma ferramenta de conservação. Esse entendimento está refletido em um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000): “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (art. 4º, XII). Está também diretamente conectado à categoria ‘parque’, seja pelo SNUC (art. 11o) que estabelece a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico como um dos objetivos dessa categoria ou pela categoria II da União Internacional para Conservação da Natureza, cujo objetivo primário é “proteger a biodiversidade natural e também a sua estrutura ecológica subjacente e processos ambientais, e promover a educação e recreação” (DUDLEY, 2008, p. 16 - tradução e grifo nosso).

No entanto, os parques brasileiros nem sempre são geridos considerando o seu potencial e até mesmo seu objetivo legal de oferecer oportunidades de recreação. Alguns parques no Brasil seguem o paradigma de parques-fortaleza (ver discussão em BRÜGGER; BRADFORD, 2017 e ILHA, 2014), onde há restrição de acesso e proibição de visitação em grande parte de sua área ou até mesmo a sua totalidade (BURNS; MOREIRA, 2013; PEGURIER; BRAGANÇA, 2015). Os argumentos incluem impactos inaceitáveis, falta de recursos ou estruturas, alto risco ou a

necessidade de se promover a conservação da biodiversidade em uma separação dicotômica entre seres humanos e natureza.

Embora muito presente em diversos parques brasileiros, a visão que coloca a visitação como oposta à conservação, muitas vezes traduzidas em normas e zoneamento restritivos em seus planos de manejo (FEMERJ, 2016, 2018, ILHA, 2018a, 2018b, 2018c), não é exclusiva e houve momentos nos quais a visitação foi implementada como política pública de conservação a médio e longo prazo (ILHA, 2014; TAMBELLINI, 2018).

Há também casos de UCs no Brasil onde a visitação é gerida de forma a oferecer uma ampla diversidade de oportunidades. O Parque Nacional da Tijuca (RJ) (ICMBIO, 2008a) e o Monumento Natural Municipal dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO, 2012), por exemplo, não possuem zona intangível, permitindo maior flexibilidade de planejamento e manejo da visitação, oferecendo um amplo espectro de oportunidades de visitação e protegendo eficazmente os recursos naturais. Já no Parnaso, o zoneamento é mais restritivo, 43,71% é zona intangível, entretanto as normas de visitação (ICMBIO, 2008b) aliadas às suas características geográficas estabelecem um amplo espectro de oportunidades, o que torna o parque um bom estudo de caso para se avaliar a oferta de uma diversidade de oportunidades e a democratização do acesso às áreas naturais, conforme veremos adiante.

A diversidade de oportunidades de visitação

Nos últimos anos, como diretora executiva do Acesso PanAm¹, presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada e coordenadora do Parques para Todos² (2017), participei de eventos onde apresentei a importância do planejamento e manejo de visitação com base na diversidade de oportunidades (WARZECHA et al., 2001).

O planejamento voltado para a diversidade de oportunidades permite estruturar o acesso democrático às UCs de forma ambiental e socialmente responsável, atingindo distintos perfis de visitantes, desde os que querem vivenciar a natureza a partir de uma certa distância, usufruindo de serviços estruturados de apoio à visitação, até aqueles visitantes que buscam momentos de superação pessoal através da aventura e incerteza (QUEIROZ; BRADFORD, 2012).

A gestão que privilegia a diversidade possibilita oferecer experiências significativas para os visitantes, assim alguns estudos sobre o tema diversidade estão voltados para o nível de satisfação dos visitantes (CHAVEZ; WINTER; ABSHER, 2008). Por sua vez, a satisfação está conectada às ofertas de oportunidades, ao local visitado (nível de naturalidade e grau de intervenção) e também às necessidades, expectativas e motivação dos visitantes (FIX; CARROLL; HARRINGTON, 2013; TARRANT et al., 1999).

Warzecha e colaboradores (2001) destacam que, para se conciliar os distintos interesses e necessidades de visitantes, é necessário oferecer uma ampla diversidade de oportunidades de recreação. Manning (2011) ressalta que para que a sociedade apoie as áreas protegidas e atividades recreativas ao ar livre, é necessário amplo engajamento e, com isso, UCs que oferecem um espectro diverso de oportunidades têm maior potencial para atingir esses benefícios.

Pelo ponto de vista da gestão das unidades, pensar a visitação sob a ótica da diversidade possibilita alocar esforços onde é necessário, otimizando os recursos, além de atingir os objetivos de manejo estabelecidos (MANNING, 2011). Esses resultados vêm da consideração do perfil

1 ONG dedicada à proteção dos acessos e à conservação de áreas de montanhismo na América Latina

2 Um coletivo de instituições e pessoas que atuou em prol da visitação em UCs em 2017

do público, oferta de oportunidade desejada, nível de naturalidade e grau de intervenção estabelecidos para cada classe de oportunidade (CLARK; STANKEY, 1979). Aliando essa análise a ferramentas de monitoramento de impactos, como o *Visitor Use Management* (VUM³) (INTERAGENCY VISITOR USE MANAGEMENT COUNCIL, 2016), atua-se de maneira a proteger os recursos ambientais e a experiência do visitante.

Uma ferramenta que visa oferecer diversidade é o Rol de Oportunidades de Visitas em Unidades de Conservação (ROVUC)⁴ (CREMA; FARIA, 2018), que estabelece um *continuum* que vai desde uma área que oferece oportunidades de solitude, aventura e alto desafio até uma área urbana, onde há ampla oferta de infraestrutura e um foco na socialização (CLARK; STANKEY, 1979). No entanto, o ROVUC, ao focar em questões tangíveis e em uma progressão linear, possui limitações que podem ser superadas através da combinação com outras abordagens, como a de conexão emocional⁵ com as áreas visitadas (LEWICKA, 2011), um sistema de categorias de manejo de trilhas (QUEIROZ; BRADFORD, 2012) e uma abordagem sobre o significado das visitas (PATTERSON et al., 1998).

Como visto anteriormente, a visitação em parques no Brasil tem sido promovida predominantemente em áreas de uso intensivo, na faixa rústico natural a rural do ROVUC, o que por vezes se assemelha a *resorts*, só que em áreas protegidas. Depoimentos de gestores, consultores e pesquisadores em eventos e oficinas de elaboração ou revisão de planos de manejo que participei, indicavam o exemplo a ser seguido: o Parque Nacional do Iguaçu, onde a visitação ocorria legalmente apenas na parte concessionada, tutelada por estradas pavimentadas, ônibus turísticos e guias obrigatórios. Embora esse tipo de visitação seja legítimo para atender um determinado perfil de visitante, reduzir a visitação a esse tipo é ignorar uma série de potenciais que parques podem oferecer e de demandas de alguns visitantes.

É necessário também mergulhar no primitivo, e essa ideia não é recente. Leopold (1921) destacou que as políticas de visitação devem também privilegiar as demandas de visitantes que buscam aventura em áreas selvagens e solitude, e não apenas o que deseja a maioria: conveniências modernas, hotéis, trilhas estabelecidas e visitas guiadas. Sax (1980) cita a pressão existente por transformar os atrativos e os parques acessíveis a toda a sociedade, porém destaca que visitantes do lado oposto do espectro querem preservar o caráter natural e selvagem dos parques, enfatizando a conexão emocional, o desenvolvimento de habilidades e a ética decorrentes da experiência vivida. Ambos autores entendem, assim como o Parnaso, a importância da visitação em áreas que aqui denomino primitivas.

A diversidade de oportunidades de visitação no Parnaso

O Parnaso protege 10.653 hectares de vales, florestas e montanhas na serra fluminense. Além da relevância para a proteção ambiental, o parque possui também importância recreativa, reconhecida desde o seu decreto de criação ao se estabelecer que o regimento do parque deveria regular a entrada e permanência de excursionistas (BRASIL, 1939).

Como parque, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico estão entre seus objetivos legais (BRASIL, 2000) e a importância dessas atividades tanto para a região e para o parque é significativa. Há uma dedicação da gestão da unidade na estruturação da visitação, com a implementação da trilha de longo curso Caminhos da Serra do Mar (ICMBIO, 2013) e a estruturação das áreas de pernoite em montanha, seja em acampamentos ou abrigos.

3 O VUM é uma padronização de instrumentos usados anteriormente por distintas agências dos EUA (NATIONAL PARK SERVICE, 1997; STANKEY et al., 1985).

4 Do inglês, *Recreation Opportunity Spectrum* (ROS)

5 Do inglês, *place attachment*

O zoneamento estabelecido no seu plano de manejo destina 92% da UC às zonas intangível e primitiva, 4,22% às de uso extensivo e intensivo e 3,7% a outras zonas (ICMBIO, 2008b). Com quase 50% de zona intangível, onde alterações humanas não são toleradas e a visitação recreativa é proibida, o parque poderia ter uma limitação de oportunidades, porém as regras de uso público destacam a diversidade de oportunidades existentes, com normas para zonas intensivas, extensivas e primitivas, além de normas para montanhismo, montanhismo em zonas primitivas, montanhismo em áreas inóspitas e para escalada (ICMBIO, 2008b).

Os vales e cumes formados pelas íngremes montanhas do Parnaso são, de fato, um excelente cenário para diversos tipos e graus de visitação. Como resultado, o parque atrai desde pessoas com pouca experiência em áreas naturais até montanhistas dedicados a exploração de áreas primitivas. Estes se beneficiam pelo fato da gestão do parque permitir, com autorizações especiais, que grupos de visitantes realizem excursões em zonas intangíveis para realizar monitoramento, abrindo um precedente de promover o aumento de diversidade de oportunidades localmente e em outros parques.

Embora diversos grupos de montanhistas peçam autorização formalmente para visitar as áreas que requerem esse processo, diversos grupos optam por, simplesmente, percorrer as trilhas e escaladas sem essa autorização. Obviamente usuários ilegais, como caçadores, palmiteiros e passarinhos, tampouco passam por esse processo, ainda que estejam presentes em diversas áreas do parque, inclusive nas zonas intangíveis, como eu mesma já testemunhei, assim como todos os entrevistados até esse momento nessa pesquisa. Nesse sentido, cabe o questionamento: será que o estabelecimento de zonas intangíveis é de fato uma forma funcional de proteger os recursos ambientais? Se a visita ocorre de qualquer forma, não seria mais apropriado ter a possibilidade de manejá-la?

Com essas considerações, uma opção para o Parnaso ampliar a diversidade é minimizar as suas zonas intangíveis, permitindo o planejamento e o manejo da visitação por parte da administração do parque nas áreas que hoje já são utilizadas. Nesse processo, cabe planejar formalmente o futuro do Parnaso com base nos preceitos do ROVUC, reforçando a identidade da unidade como um parque de montanha que estimula a diversidade de oportunidades de visitação para além do convencional ao focar também na faixa mais primitiva do espectro de recreação.

Considerações finais

Os visitantes de áreas naturais possuem distintas motivações, expectativas e necessidades que os levam a buscarem e vivenciarem experiências singulares. Embora um grande número de visitantes busque experiências controladas, com áreas preparadas para a visitação, uma minoria possui a demanda legítima pela exploração de áreas primitivas, onde reinam a autossuficiência provinda de suas habilidades desenvolvidas ao longo da sua experiência, a soliditude, o desafio e a aventura resultante da não intervenção de manejo direto e da própria geografia.

O Parnaso é um parque onde a amplitude das normas de visitação aliada a visão da equipe gestora possibilitam a visita em áreas primitivas, embora a diversidade de oportunidades no parque possa se beneficiar por uma revisão do zoneamento e a minimização das zonas intangíveis. Para tal, uma possibilidade é realizar o planejamento com base no ROVUC, realizando um cruzamento da atividade praticada (trilha, cachoeira, escalada etc.), local visitado (trilha sinalizada, ambiente sem estruturas de visitação etc.), aspectos sociais (encontro com outros grupos, sensação de soliditude etc.) e características naturais da área (nível de conservação, biodiversidade etc.) com os objetivos de manejo para oferecer um amplo espectro de experiências.

O ROVUC, no entanto, não considera aspectos simbólicos, que é enfatizado por abordagens sobre o afeto e conexão emocional a áreas naturais. A convergência entre essas ferramentas possibilita ampliar a diversidade, otimizando a experiência de visitantes, protegendo os recursos ambientais e permitindo que a gestão concentre os esforços onde é necessário.

O planejamento baseado na diversidade de oportunidades oferece benefícios como a ampliação do acesso democrático a bens públicos, a otimização da satisfação dos visitantes (COLE; MCCOOL, 2000), a conciliação de interesses, necessidades e expectativas (WARZECHA et al., 2001), o atingimento dos objetivos de manejo, um maior apoio às áreas protegidas (MANNING, 2011) e o atendimento a distintos perfis de visitantes (QUEIROZ; BRADFORD, 2012).

O entendimento dos fatores relacionados ao planejamento e ao manejo da visitação em áreas primitivas se beneficia por uma abordagem eminentemente interdisciplinar e complexa, congregando aspectos epistemológicos, metodológicos e ferramentas de diferentes campos do saber. Com essa abordagem, espero contribuir para promover a implantação de um processo democrático e inclusivo de visitar parques, além de positivar o direito à visitação previsto no SNUC (BRASIL, 2000) de forma responsável.

Referências bibliográficas

APLET, G.; THOMSON, J.; WILBERT, M. Indicators of wildness: using attributes of the land to assess the context of wilderness. In: WILDERNESS SCIENCE IN A TIME OF CHANGE CONFERENCE (S. F. McCool et al., eds.). **Anais...** Ogden: USDA Forest Service, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei 1822 de 30 de novembro de 1939**. Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/193...>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BRASIL. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 16 set. 2017.

BURNS, R. C.; MOREIRA, J. C. Visitor management in Brazil's protected areas: benchmarking for best practices in resource management. **The George Wright Forum**, v. 30, n. 2, p. 163-170, 2013.

CHAVEZ, D. J.; WINTER, P. L.; ABSHER, J. D. (Eds.). **Recreation visitor research: studies of diversity** (General Technical Report PSW-GTR-210). Riverside, CA: USDA Forest Service, 2008. p. 1-225.

CLARK, R. N.; STANKEY, G. H. **The recreation opportunity spectrum: a framework for planning, management, and research** (General Technical Report PNW-98). Washington DC:USDA, 1979.

COLE, D. N.; MCCOOL, S. F. Wilderness visitors, experiences, and visitor management. IN: WILDERNESS SCIENCE IN A TIME OF CHANGE CONFERENCE, Proceedings (Volume 4: Wilderness visitors, experiences, and visitor management) (RMRS-P-15-VOL-4). 1999. **Proceedings...** Ogden: USDA Forest Service, 2000. Disponível em: <https://www.wilderness.net/library/documents/science1999/Volume4/Cole_4-2.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2017.

CREMA, A.; FARIA, P. E. P. (Org.). **Rol de oportunidades de visitação em unidades de conservação - ROVUC**. Brasília: ICMBio, 2018.

CROWHURST, I.; KENNEDY-MACFOY, M. Troubling gatekeepers: methodological considerations for social research. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 16, n. 6, p. 457-462, 2013.

DRENTHEM, M. Environmental hermeneutics and the meaning of nature. In: GARDINER, S. M.; THOMPSON, A. (Eds.). **Oxford handbook of environmental ethics**. New York: Oxford University Press, 2015. p. 162-173.

DUDLEY, N. (Ed.). **IUCN guidelines for applying protected area management categories**. Developing capacity for a protected planet. Gland: IUCN, 2008.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, v. 36, n. 4, p. 243-290, 2011.

EWERT, A. W. Playing the edge: motivation and risk taking in a high-altitude wilderness like environment. **Environment and Behavior**, v. 26, n. 1, p. 3-24, 1994.

FEMERJ. **Análise da minuta do módulo IV do plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Selada**. Rio de Janeiro: Femerj, 2016.

FEMERJ. **Análise da minuta do plano de manejo do Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos (FEMERJ MAN 2018/02)**, 2018. Disponível em: <http://www.femerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2018-02-1.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

FIX, P. J.; CARROLL, J.; HARRINGTON, A. M. Visitor experiences across recreation settings: A management or measurement issue? **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 3-4, p. 28-35, 2013.

HALPENNY, E. Examining the relationship of place attachment with pro-environmental intentions. 2006 NORTHEASTERN RECREATION RESEARCH SYMPOSIUM (Gen. Tech. Rep. NRS-P-14). **Anais...** Bolton Landing, NY: USDA/Forest Service, 2006.

ICMBIO. **Plano de manejo do Parque Nacional da Tijuca**. Encarte 4: Planejamento da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio, 2008a

ICMBIO. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Encarte IV**. Teresópolis: ICMBio, 2008b.

ICMBIO. **Parnaso foca ações nos Caminhos da Serra do Mar**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/destaques/107-parnaso-foca-aco-es-nos-caminhos-da-serra-do-mar.html>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

ILHA, A. **Visitação é essencial nos parques estaduais do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/28375-visitacao-e-essencial-nos-parques-estaduais-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ILHA, A. **O manejo dos planos de manejo - um estudo de caso**. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-manejo-dos-planos-de-manejo-um-estudo-de-caso/>>. Acesso em: 27 out. 2018a.

ILHA, A. **O manejo dos planos de manejo: Parque Estadual do Desengano, 2018b**. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-manejo-dos-planos-de-manejo-parque-estadual-do-desengano/>>. Acesso em: 27 out. 2018.

ILHA, A. **O manejo dos planos de manejo – raízes históricas**, 2018c. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-manejo-dos-planos-de-manejo-raizes-historicas/>>. Acesso em: 27 out. 2018.

INTERAGENCY VISITOR USE MANAGEMENT COUNCIL. **Visitor use management framework. A guide to providing sustainable outdoor recreation**. Washington DC: Interagency Visitor Use Management Council, 2016.

LEOPOLD, A. The wilderness and its place in forest recreational policy. **Journal of Forestry**, v. XIX, n. 7, p. 718–721, 1921.

LEWICKA, M. Place attachment: How far have we come in the last 40 years? **Journal of Environmental Psychology**, v. 31, n. 3, p. 207–230, 2011

MANNING, R. E. **Studies in outdoor recreation**. 3a. ed. Corvallis: Oregon State University Press, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 13a. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

NATIONAL PARK SERVICE. **The visitor experience and resource protection (VERP) framework: a handbook for planners and managers**. Denver: National Park Service, 1997.

PATTERSON, M. E. et al. An hermeneutic approach to studying the nature of wilderness experiences. **Journal of Leisure Research**, v. 30, n. 4, p. 423–452, 1998.

PEGURIER, E.; BRAGANÇA, D. **ICMBio fecha visitação do Parque Nacional de São Joaquim**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/28895-icmbio-fecha-visitacao-do-parque-nacional-de-sao-joaquim/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

QUEIROZ, D.; BRADFORD, R. **Manejo da visitação em áreas naturais: conceitos para planejamento (Femerj MAN-2012/01)**. Rio de Janeiro: Femerj, 2012. Disponível em: <<http://www.femerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2012-01-r0.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017

SAX, J. L. **Mountains without handrails**. Reflections on the national parks. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1980.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de manejo do Monumento Natural do Morro do Pão de A u ar e do Morro da Urca**. Módulo de planejamento da unidade de conserva o. Rio de Janeiro: SMAC, 2012.

STANKEY, G. H. et al. **The limits of acceptable change (LAC) system for wilderness planning** (General Technical Report INT-176). Ogden: USDA Forest Service, 1985.

TAMBELLINI, M. **Políticas públicas de visitação para UC estaduais do Rio de Janeiro 2008-2018**. In: DISCIPLINA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVA O (apresenta o oral)... Rio de Janeiro: 2018.

TARRANT, M. A et al. Motivations, attitudes, preferences, satisfactions among outdoor recreationists. In: CORDELL, H. K. et al. (Eds.). **Outdoor recreation in American life: a national assessment of demand and supply trends**. Champaign, IL: Sagamore Publishing, 1999.

WARZECHA, C. et al. Diversity in outdoor recreation: planning and managing a spectrum of visitor opportunities in and among parks. **The George Wright Forum**, v. 18, n. 3, p. 99–112, 2001.

GT: 4 - Antirracismo e sociedade

Coordenadores: Roberto Carlos da Silva Borges
e Glenda Cristina Valim de Melo

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA: O TOMBAMENTO DO TERREIRO BATE FOLHA

José Roberto Severino

*Professor do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade (UFBA)
jseverino@ufba.br*

Carla Maria Ferreira Nogueira

*Doutoranda do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade (UFBA)
carlamar82@hotmail.com*

RESUMO

Os desafios para a implementação de políticas públicas da cultura passam pela superação da lógica instituída pelas fronteiras entre setores, instituições e pela elaboração de estratégias que priorizem a heterogeneidade nacional. Pensar a gestão dessas políticas frente às reivindicações sociais que demandam atenção à diversidade brasileira é incluir nesse complexo cultural o repertório do patrimônio material e imaterial afro-brasileiro, principalmente, pelos antigos e ainda persistentes processos de negligência e exclusão. Desta forma, a cultura e o desenvolvimento passam a ser um tema emergente no debate acadêmico e político, tendo a identidade e diversidade como as mais valiosas contribuições dos estudos culturais que levam a valorizar os diversos modos de expressar e viver no mundo. Nessa perspectiva, com o intuito de lançar olhares sobre a política de preservação do patrimônio cultural de bens relacionados aos Povos de Terreiro e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana promovida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e de propor discussões acerca da necessidade de fortalecimento da salvaguarda das tradições é que a presente proposta se debruça sobre a política de tombamento, especificamente, a do Manso Banduquenqué (Terreiro Bate Folha).

Palavras-chave: Tombamento. Terreiro Bate Folha. Salvaguarda.

ABSTRACT

The challenges for the implementation of public policies of culture are to overcome the logic established by the boundaries between sectors, institutions and the elaboration of strategies that prioritize national heterogeneity. To think about the management of these policies in response to the social demands that demand attention to the Brazilian diversity is to include in this cultural complex the repertoire of Afro-Brazilian material and immaterial patrimony, mainly by the persistent processes of neglect and exclusion. In this way, culture and development become an emerging theme in academic and political debate, with identity and diversity as the most valuable contributions of cultural studies that lead to value the different ways of expressing and living in the world. In this perspective, with the intention of throwing glances on the policy of preserving the cultural heritage of goods related to the Peoples of Terreiro and Traditional Communities of African Matriz promoted by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and to propose discussions about the need for strengthening of the preservation of traditions is that the present proposal deals with the policy of tipping, specifically that of the Manso Banduquenqué (Terreiro Bate Folha).

Key-words: Tomb. Terreiro Bate Folha. Safeguard.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 216 consagrou a definição de que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...” (BRASIL, 1988).

A partir da lei fundamental e suprema do Brasil, a qual serve de parâmetro e validade para todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico, pensar patrimônio significa considerar o conjunto social e cultural das diferentes contribuições da formação do povo brasileiro. Deste modo, os procedimentos de conservação, proteção e valorização patrimonial no Brasil devem ser tratados e igualmente considerados importantes, ao tomar como base o princípio da equidade e uniformidade estabelecidas por lei.

Ainda, de acordo com a Constituição Federal, em seu segundo parágrafo, “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros e de outras formas de acatamento e preservação” (BRASIL, 1988). Porém, pensar os processos de patrimonialização para bens do arcabouço simbólico negro requer a reflexão sobre os modos, entraves, dificuldades e descasos institucionais acerca da viabilidade da promoção e proteção do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Tomando-se como direcionamento de estudo, a constituição de políticas públicas que atendam as demandas e interesses da sociedade brasileira no geral e aborde as demandas e especificidades trazidas pela população negra, de característica e relação com as tradições e modos de vida da cultura de matriz africana, propõe-se lançar indagações sobre a política de preservação do patrimônio cultural de bens relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e fomentar discussões acerca da necessidade de fortalecimento da preservação das tradições e legados salvaguardados pelas próprias comunidades durante séculos e séculos sem manutenção e assistência do Estado.

Para ilustrar as questões levantadas aqui no texto a respeito da patrimonialização de bens simbólicos e representativos para a história do Brasil, a presente proposta se debruça sobre a política de tombamento, delineando, especificamente, a ocorrência do Manso Banduquenqué, Terreiro Bate Folha.

Localizado em Salvador, Bahia, no bairro popular da Mata Escura, o Terreiro Bate Folha se inscreve na historiografia brasileira como importante difundidor da cultura afro-brasileira de religiosidade de matriz africana de origem Congo-Angola. Sua fundação, oficialmente datada de 1916, existindo relatos da memória coletiva da comunidade e de sinalizações em documentos de uma existência anterior, auxiliará na compreensão de um interessante momento da história de grandes terreiros na Bahia e estabelece um marco para a dinâmica referencial da cidade do Salvador, juntamente com a instalação e surgimento de terreiros espalhados em outros bairros periféricos da capital baiana.

Após quatro anos de sua fundação, foi instituída a representação civil Sociedade Beneficente Santa Bárbara, organização sem fins lucrativos e/ou econômicos, com autonomia administrativa e financeira. Datada de 1920, a sua composição é de filhos e filhas da Casa com definições e regulamentos sobre as especificidades desempenhadas: atividades religiosas de matriz africana da nação Congo-Angola, assistenciais, socioculturais e educacionais.

O pesquisador Erivaldo Sales Nunes, em sua tese de doutorado sobre a *Contribuição para a História do Candomblé Congo-Angola na Bahia: O Terreiro de Bernardino do Bate Folha (1916-1946)*, primeiro pesquisador a se deter sobre os aspectos de fundação do Bate Folha e dos dois primeiros

pais de santo do terreiro, destaca que a década de 1930 foi um período profícuo para o debate acerca da herança negro-africana na Bahia e aponta que mesmo com a preeminência Nagô daquele período, o terreiro Bate Folha permaneceu no cenário afro-religioso com o culto às divindades do panteão de origem Congo-Angola.

[...] as redes de relações entre os Terreiros de Candomblé na cidade de Salvador entre 1916 e 1946 – período de intensas perseguições por parte da polícia baiana, amparada pelos Códigos Criminais de 1890 e 1940 – esteve parcialmente sustentada pela tese da suposta hegemonia Nagô e fraqueza Congo-Angola. A suposta supremacia Nagô, mesmo que tenha sido preponderante no imaginário afro-religioso, no caso do Terreiro do Bate Folha não foi decisiva e tampouco excludente (NUNES, 2017, p. 25).

O fundador do Terreiro Bate Folha, Senhor Manoel Bernardino da Paixão é considerado uma das figuras representativas do candomblé da Bahia e um dos nomes mais importantes, internacionalmente falando, quando se referencia candomblé Congo-Angola.

Em um dos seus textos memoráveis sobre o candomblé da Bahia na década de 1930 Vivaldo Costa Lima destaca a importância das figuras de Martiniano e Aninha para o Candomblé naquela época e tece considerações acerca de suas lideranças. Neste mesmo artigo, ao discorrer sobre a cerimônia de morte de mãe Aninha, cita, dentre outros pais e mães de santo, o nome do Sr. Manoel Bernardino da Paixão, do Bate Folha.

Essas as figuras que, não ao acaso, escolhi, para exemplificar o fenômeno da liderança nas comunidades dos terreiros da Bahia nos anos de 1930. O babalaô Martiniano e a ialorixá Aninha, sendo singulares, não foram, entretanto, únicos, naquele universo povoado de personalidades criativas e dominadoras. Lá estavam, nesse tempo, Tia Massi, do Engenho Velho; Menininha, do Gantois; Dionísia, do Alaqueto; Bernardino, do Bate-Folhas; Procópio, do Ogunjá; Ciriáco, já na Vila América; Cotinha, do Oxumarê... e tantos mais. Todos vivendo no mundo das esperanças e das crises. Nem foram, com certeza, Martiniano e Aninha, imunes à crítica, à censura velada ou ostensiva nem aos sutis mecanismos do “fuxico”, instituição universal que, se provoca tensões, igualmente as resolve, pelas estratégias codificadas da linguagem. (LIMA, 2004, p. 219)

Aponta, ainda nesse mesmo artigo, a participação ativa dos terreiros ou, pelo menos, de suas lideranças, nos processos de intensa articulação social para a permanência e manutenção dos próprios cultos em território brasileiro.

Entre os anos de 1935 e 1940 Martiniano deixaria, em forma de entrevistas dadas, coincidentemente, a três pesquisadores americanos, longos depoimentos sobre a sua vida e a história de sua gente. O primeiro deles foi documentado por Donald Pierson, da Universidade de Chicago, que conheceu e freqüentou Martiniano durante sua estada de 22 meses na Bahia, de 1935 a 1937. Pierson deixou de Martiniano – como de outros líderes do candomblé, como Aninha, Bernardinho do Bate Folhas, Maria Bada e Procópio – uma longa entrevista que fornece valiosos elementos da história de vida de Martiniano e de sua inserção na história social da Bahia dos anos de 1930 (LIMA, 2004, p. 205)

Fruto do processo de escravização de homens, mulheres e crianças trazidos forçosamente para o Brasil no período da colonização, ocasião de ampla estupidez e de perversidade do trato humano, o candomblé se instituiu, entre os séculos XVIII e XIX, a partir do resultado de recriações de sistemas de crenças por grupos religiosos negros de origem africana que, sob condições adversas e opressivas, cultuaram, em novo e hostil território, deuses e deusas, divindades de várias partes do continente com as categorias de denominação Nkisi, Orixá, Vodum a depender de sua territorialidade. Advindos de diferentes regiões do continente africano, aqui no Brasil, reuniram-se e recriaram celebrações particularizadas em específicas localidades da África, sendo essa uma das razões de se encontrar na Bahia as nações, assim

chamadas as diferentes, porém próximas, designações de representação referencial de cada terreiro: Angola, Congo, Ketu, Jejê, Ijexá e Congo (FREITAS, 1967).

Todas essas nações compõem o repertório cultural e religioso dos povos de santo da Bahia e do Brasil. Estabelecem uma intrínseca relação com o modo de vida, a crença e a língua. Nessa perspectiva, professora Yeda Pessoa de Castro, destaca em seu livro *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* a definição de que o seu estudo etnolinguístico é baseado “no uso cotidiano dos seguidores dos candomblés, com sua língua cerimonial e verbalização nos casos de transe e possessão” (CASTRO, 2001, p. 15). Outro aspecto de formação de diferenciação da língua portuguesa de Portugal e a do Brasil, que professora Yeda não nos deixa perder de vista no processo de diversidade linguística importada para o português do Brasil é a própria história dos antigos falantes e das relações com a oralidade própria de grande parte do continente africano.

As experiências transmitidas dialogam com os fatos ditos e contados, transportado por meio das palavras, no reencontro com o passado e na ligação com o presente no processo de comunicação. Rememorações que reforça vínculos de pertencimento, identidade étnica e cultural e para as comunidades de terreiro, com a própria ancestralidade. Dinâmicas essas, bem relatadas por Vivaldo Costa Lima ao confirmar as fontes primárias dos estudos do Candomblé.

Lembrando, no entanto, que as fontes escritas para uma história do Candomblé são, afinal, as fontes orais da narrativa. Pois o que disseram os pesquisadores – de Carneiro a Verger –, foi recolhido na tradição oral das casas de santo: seus mitos, suas, por vezes, contraditórias genealogias, suas racionalizações sobre o tempo e o espaço (LIMA, 2004, p. 219).

A cosmovisão de descendência africana, o contato com a natureza, as formas de cura, o cuidado com a mente, a entrega à energia que liga humano e sagrado na linha direcionada pelo corpo também são designativos do uso religioso no contexto das relações humanas.

No candomblé, o corpo é um fundamental elemento de ligação entre o ser e o sagrado, visto é parte da comunicação com as divindades. O corpo precisa estar tranquilo para as condições favoráveis da liturgia, além do próprio equilíbrio da comunidade, já que na cosmovisão afro-brasileira este é também um transmissor da energia vital, do axé, do ngunzo. Desta forma, segundo Barros, [...] sendo o corpo humano e a pessoa vistos como veículos e detentores de axé, dá-se a necessidade de, periodicamente, sempre serem cumpridos certos rituais que possibilitem a aquisição e renovação desse princípio vital, responsável pelo equilíbrio ou saúde dos adeptos (BARROS, 1993, p.47).

Reconhecer as nuances de apropriação da religiosidade no processo do cotidiano das pessoas, inclusive no aspecto saúde/doença configura-se em elemento natural articulado às narrativas míticas e os modos de pensar e de agir de indivíduos que por sua vez compõem estruturas coletivas sociais, de comunidades que amplamente também modelam a forma de ser do brasileiro pautado em aspectos ligados aos saberes tradicionais. Segundo o antropólogo Ordep Serra “o culto dos ‘encantados’ enriqueceu o patrimônio cultural do país com a beleza de seus ritos e símbolos, inspirando muitos artistas” (SERRA, 2014, p. 78).

Nesse aspecto, a discussão de direitos dos povos e comunidades tradicionais foram temas emergentes e que mereceram tratamento jurídico pelo imperativo da estruturação estatal no desenvolvimento, acompanhamento e defesa dos direitos dessa população. As exigências de participação se articulam com as necessidades humanas fundamentais de grande parcela socialmente excluída definida pela fronteira entre “nós” e “eles”, estabelecendo diferenciações

em contextos interculturais face à tentativa de apagamento das diversas manifestações historicamente submetidas à invisibilidade legal. No entanto, existem processos de garantias de novos direitos, como diz Boaventura de Sousa Santos, por “sistemas jurídicos constitucionais, antes fechados ao reconhecimento da pluriculturalidade e multietnicidade, foram reconhecendo um a um, uma variada formação étnica e cultural” (SANTOS, 2003, p. 93).

Durante os últimos anos, as discussões ligadas ao patrimônio cultural veem ganhando espaço nas pesquisas das áreas interdisciplinares sociais e de humanidades, para além da antropologia, sociologia, história e até arquitetura. Impacto das recentes políticas públicas de reconhecimento do patrimônio material e imaterial bem como fazeres e processos culturais passíveis de registros em livros específicos, afora das ações de restauro e preservação de bens (CANINI, 2005).

O TOMBAMENTO DO BATE FOLHA

Por meio do decreto de lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, a presidência da república sob o comando do então presidente Getúlio Vargas organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Com um capítulo destinado ao tombamento e outro, dos efeitos do tombamento, institui-se o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas.

Nesse prisma, preservar o Patrimônio Cultural Brasileiro não é apenas acumular conhecimento sobre o passado. É, fundamentalmente, planejar o futuro porque o preservado de hoje é aquilo o que nossos filhos e netos conhecerão amanhã.

Naquela altura, a promulgação do decreto representou inovações constitucionais que apoiaram as bases para a criação de instrumentos legais capazes de garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo idealizado para a criação de um serviço técnico especial de monumentos nacionais. O então ministro de Educação Gustavo Capanema, com a colaboração do historiador Luís Camilo de Oliveira Neto, foi quem tomou a iniciativa do projeto de lei federal. Ação que acarretou a necessidade da elaboração de um plano de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) realizado por Mário de Andrade, à época, diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo, com o objetivo de promover no território nacional o tombamento, a conservação e a divulgação do patrimônio cultural do país. Para a direção do órgão de proteção, foi escolhido o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Desta forma, o SPHAN surge sob a finalidade prática de dotar o Brasil de uma legislação adequada a impedir que se arruinem ou se dispersem os bens de notável valor artístico e histórico existentes no país, não devendo de ser considerada como matéria de importância secundária.

No contexto daquele período, a cultura se tornou sinônimo de letramento associada aos detentores de grandes conhecimentos criando paradigmas na construção de barreiras simbólicas que distanciavam cada vez mais as classes populares do bem cultural e o uso da política de preservação utilizada como instrumento de poder na construção de marcadores e monumentos simbólicos que representavam apenas a classe dominante. De acordo com Marcelo Goldani, “a noção de patrimônio estava inserida no projeto de construção da identidade nacional servindo ao processo de consolidação do Estado-nação” (GOLDANI, 2006, p. 06).

Transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o papel da instituição é o de orientar e fiscalizar o patrimônio cultural material e imaterial, como os saberes e fazeres da população, as paisagens, as festas, as danças e manifestações culturais, para preservar os valores históricos da cidade, sendo um dever do Estado, por meio de parceria com

a sociedade, preservar o patrimônio histórico. Distantes da possibilidade de resolutividade e do bom funcionamento dos serviços públicos, mesmo assim, o IPHAN promove apoio à transmissão do conhecimento, promoção e divulgação do bem cultural, valorização de mestres e sabedores de ofícios, porém, há grande dificuldade na criação de mecanismo para atender as demandas das comunidades e povos de terreiro, conseguindo aos poucos dar conta dos complexos e diversificados contextos das populações.

Em seu texto, *Monumentos Negros: uma experiência*, o professor Ordep Serra resalta as condições de vida do povo-de-santo e a problemática das políticas públicas mal estudadas de que têm sido alvo os grupos de culto e os templos da religião dos orixás, ressaltando que ao longo de um grande período, para o Estado brasileiro, o candomblé era essencialmente “caso de polícia” (SERRA, 2005, p. 169).

Sob a tutela do Iphan, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos. Como qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar o tombamento de qualquer bem ao Iphan, bastando, para tanto, encaminhar correspondência à Superintendência do Iphan no Estado correspondente, o bem a ser tombado passa por um processo administrativo de análise da sua importância em âmbito nacional e, posteriormente, após aprovação é inscrito em um ou mais Livros do Tombo.

Existem quatro Livros de Tombos: o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - inscritos os bens culturais relacionados a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; o Histórico - inscritos os bens culturais sejam edificações, imagens; o das Belas Artes - inscrições em função do valor artístico; no das Artes Aplicadas estão inscritos os bens culturais em função do valor artístico, associado à função utilitária.

No caso do processo de tombamento do Terreiro Bate Folha, a solicitação foi realizada a pedido da renomada Mãe de Santo Estela de Oxossi, do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, conhecido e tradicional terreiro de Salvador, de nação Ketu na ocasião do tombamento do referenciado terreiro. Sua solicitação estava pautada na emergência de tombamento de um terreiro de origem Congo-Angola, de importante representação dos povos de origem Bantu e com a existência de terreiros Ketu já tombados, o Bate Folha deveria ter esse reconhecimento pelo órgão.

Tombado em dois livros de tombos, o Livro Histórico nº de inscrição 574; v.2; f. 083-85; data 03/02/2005 e no Livro Arq./Etn./Psg. Nº de inscrição 133; v.2; f. 036-37; data 03/02/2005, o processo sob nº 1486-T-01, o terreiro Bate Folha foi oficialmente tombado em 2003, porém, a oficialização das inscrições somente foi registrada dois anos depois. Essa temporalidade demonstra a vagarosidade na tramitação dos processos, tanto para efetivação de uma solicitação até a finalização desta.

O processo do Terreiro Bate Folha contém 284 folhas entre ofícios do próprio IPHAN, o pedido de tombamento realizado oficialmente por Mãe Estela de Oxossi, além das atas de reuniões da comunidade do Terreiro Bate Folha, registros da Sociedade Beneficente Santa Bárbara, assim como as documentações comprobatórias da posse das terras definidas como espaço circunscrito à propriedade do Bate Folha e o laudo antropológico elaborado pelo antropólogo Ordep Serra que colheu informações de membros da comunidade.

Maior terreiro em extensão territorial da capital e um dos mais antigos da cidade de Salvador, o Terreiro Bate Folha está circundado pelo crescimento desordenado e irregular das áreas urbanas. Como muitos terreiros do Brasil, acaba-se compartilhando dos desafios das regiões

urbanas com pouca ou nenhuma infraestrutura, chamando a atenção para a melhoria das condições fundamentais de vida, mesmo representando em tempos anteriores espaços arborizados da cidade como bem pontua a arquiteta e urbanista Márcia Sant'Anna.

No terreiro de candomblé, a área do mato é indispensável à existência do culto, não só porque contém árvores consideradas sagradas, plantas e ervas utilizadas nos rituais, mas porque simboliza a natureza – origem e destino de todas as coisas. Todos os terreiros mais antigos possuem, ou um dia possuíram, uma grande área de mato. Com o crescimento da cidade, contudo, e, e, decorrência de a maioria das associações de candomblé não ter a propriedade dos terrenos que ocupam, muitas dessas áreas verdes foram invadidas ou duramente mutiladas. No entanto, terreiros de nação Keto-Nagô, como o Axó Opô Afonjá, e de nação Congo-Angola, como o Bate Folha (Manso Bandunquenqué), possuem matas preservadas, ainda que constantemente ameaçadas por invasões (SANT'ANNA, 2015, p. 08).

Referência de um grande território sempre mencionado, o terreiro preserva, no escopo de sua estrutura, aproximadamente 15 hectares de Mata Atlântica, em zona urbana, na periferia de Salvador, grande área verde circundante da construção residencial. A natureza é considerada como o alicerce elementar ancestral para o culto de matriz africana, e desse modo, a preservação do meio ambiente é substancial para a ritualística e sobrevivência de modo geral, além de representar para o bairro um símbolo positivo, de alusões negras, diante de tantas dificuldades sociais. Considerando a histórica contribuição do terreiro para o desenvolvimento local e testemunho do processo de urbanização da Mata Escura, as primeiras habitações foram construídas a partir do seu entorno pelos adeptos iniciados no começo do século XX.

Diante dos diversos estigmas e tipificação de perfil do morador de bairros populares, inclusive, num cruel processo de criminalização de jovens residentes nas periferias, a existências de referenciais potentes de resistência, luta e preservação da memória de negros e negras auxiliam na transformação de narrativas de exclusão passando a incluir elementos positivos nos discursos e representações desses jovens.

Além da contribuição religiosa e cultural, o terreiro também possui relevante aporte social para a comunidade, pois, contém em sua história inicial o registro da primeira instituição de ensino fundamental no espaço do terreiro, contribuindo para a formação escolar inicial de muitas crianças. Ainda para a manutenção do culto afro-brasileiro e nesse contexto de resistência e agrupamento, esta mesma área consistia em uma antiga reserva de quilombo cujo legado é confirmado em seu valor identitário.

Há muito, os terreiros se mantêm de maneira autônoma e independente, tendo muitas vezes, no decorrer da história, que criar estratégias de sobrevivência dada a própria perseguição da aparelhagem do Estado, se antes da polícia e dos decretos proibitivos de cultos e toques, agora das intolerâncias e racismo de outros segmentos religiosos e representações sociais. Desta forma, a escolha pelo tombamento acaba por assegurar uma relação com o Estado de Direito e implementam responsabilidades de apoio e reivindicações jurídicas de regulação do espaço. De acordo com o professor Ordep Serra, uma das etapas de tentativa da relação entre terreiros e Estado foi quando ocorreu o reconhecimento do significado histórico desses centros de culto enquanto depositários da memória de um importante segmento da população brasileira, e se afirmou o valor do acervo de bens culturais neles encerrados, representando uma mudança significativa, pois, durante muito tempo não se concebia uma prática preservacionista que contemplasse os bens afro-brasileiros já não eram considerados importantes (SERRA, 2005).

De acordo com relato do antropólogo Gilberto Velho que participou do conturbado tombamento do terreiro da Casa Branca em finais dos anos noventa do século passado, demonstra a dificuldade de aceitação do monumento negro como passível de preservação.

Quando eu era membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tive a oportunidade e o privilégio de ser o relator, em 1984, do tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, Bahia. Era a primeira vez que a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do Estado Nacional. [...] O Conselho encontrava-se bastante dividido. Vários de seus membros consideravam despropositado e equivocado tomar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa. Cabe lembrar que, até aquele período, o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado, basicamente, a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira. As primeiras principais medidas de legitimação e proteção ao patrimônio foram tomadas, sobretudo, em relação a prédios coloniais e, em menor proporção, aos do período do Império e da Primeira República. O terreiro de Casa Branca apresentava uma tradição de mais de 150 anos e, com certeza, desempenhava um importante papel na simbologia e no imaginário dos grupos ligados ao mundo do candomblé e aos cultos afro-brasileiros em geral. Do ponto de vista dessas pessoas o que importava era a sacralidade do terreno, o seu "axé".

Passados anos, com conquistas significativas para povos e comunidades de terreiro o cenário político brasileiro ainda representa marcas de um período difícil de reivindicações de direito e aponta para a necessidade de vigilância para manutenção dos já conquistados, dado o risco de retirada dos ganhos obtidos. No entanto, se desde o processo de travessia forçada para terras estranhas, homens e mulheres, crianças, adultos e idosos criaram formas de combate, em tempos contemporâneos novas estratégias serão recriadas para a salvaguarda e manutenção de bens de origem negro-africana.

Referências Bibliográficas

BARROS, J. F. P. *O segredo das folhas: sistema de classificação de vegetais no candomblé jêje-nagô do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 1993.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição* (1988), Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado, 1988.

CANINI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan-jun, 2005.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 25.

FREITAS, Bryon Torres de; CARDOSO, Valdemir Freitas de. *Os Orixás e o Candomblé*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora ECO, 1967.

GOLDANI, Marcelo Veber. *Cidadania e Políticas a Respeito do Patrimônio Cultural*. Disponível em <https://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/002e3.pdf>. Acesso em 02.11.18.

LIMA, Vivaldo Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. In *Estudos Avançados*, vol. 18, nº 52, São Paulo: set./dez, 2004.

NUNES, Erivaldo Sales. *Contribuição para a história do candomblé Congo-Angola na Bahia: O Terreiro de Bernardino do Bate Folha (1916-1946)*. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.

SANT'ANNA, Márcia. *Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros*. In: *Políticas de Acautelamento do IPHAN para Templos de Culto Afro-Brasileiros*. IPHAN: Salvador, 2015.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SERRA, Ordep. *Os Olhos Negros do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2014.

SERRA, Ordep. Monumentos Negros: uma experiência. *Revista Afro Ásia*, n. 33, p. 169-205, 2005.

VELHO, Gilberto. "Patrimônio, negociação e conflito" In: *Políticas de Acautelamento do IPHAN para Templos de Culto Afro-Brasileiros*. IPHAN: Salvador, 2012.

A PRAÇA ONZE À CIDADE NOVA: DE ESPAÇO VIVIDO AO FUNCIONALISMO AMORFO, O BERÇO DAS TRANSFORMAÇÕES DO TECIDO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Claudio Jorge da Silva Soares¹
UENF
cjorgesoares@yahoo.com.br
FAPERJ

Caterine Reginensi²
UENF
creginensi@gmail.com



Resumo

As transformações urbanísticas provocadas com a chegada da família real à cidade do Rio de Janeiro, contribuíram para a construção de um lugar de memória, que até hoje faz parte do imaginário do Carioca. Ao propor a construção de uma “Cidade Nova”, a realeza jamais imaginaria que estaria construindo um marco na cultura nacional. A Praça Onze (Rocio Pequeno), demolida em 1941 para a abertura da Avenida Presidente Vargas, ajudou a amalgamar o convívio improvável de negros, portugueses, judeus e ciganos (mais tarde italianos do morro de São Carlos), que juntos construíram as bases do que há de mais genuíno na cultura nacional. Mas esse território de encruzilhada, cunhado por Heitor dos Prazeres, como uma África em miniatura, sofreu ao longo do tempo uma série de transformações urbanísticas que acabaram por desfigurar o que lhe garantia a fama de berço da cultura, em busca de outras potencialidades.

1 Mestrando no Programa de Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, cjorgesoares@yahoo.com.br

2 Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, creginensi@gmail.com

Palavras chaves: Transformações, cultura, Urbanismo, Território e potencialidade.

Abstract

Urban transformations caused by the arrival of the Royal family the city of Rio de Janeiro, also contributed to the construction of a place of memory, which is part of the imaginary of the Carioca. By proposing to build a “new city” never would have guessed that royalty would be building a milestone in national culture. Eleven Plaza (Small Rocío), demolished in 1941, for the opening of the boulevard President Vargas, helped amalgamate the gathering unlikely to blacks, Portuguese, Jews and Gypsies (later Italians from slum de São Carlos), which together built the foundations of more genuine national culture. But that territory of crossroads (SIMAS), coined by Heitor dos Prazeres, like a miniature, Africa has suffered over time a series of transformations that urban ultimately deface what you guarantee fame of cradle of culture, in search of other potential.

Keywords: transformations, culture, Urbanism, and potentiality.

Introdução

Para o trabalho de pesquisa, pretendo dispor da bibliografia já pesquisada para a minha dissertação em Políticas Sociais, além de pesquisa documental, registro fotográfico e análise dos diversos planos urbanísticos. Nesta pesquisa visio encontrar elementos que apontem para a ineficácia dos planos que afastaram a população dessa região, baseado na literatura sobre o tema e nos diversos autores que tratam da exploração do capital na ocupação do território, com o objetivo de transformá-la em algo que contraria sua verdadeira vocação, como polo irradiador de cultura. Também faz parte desse trabalho, o interesse em dar validade ao discurso marxista de Henri Lefebvre, para a criação do espaço e o quanto a Globalização que atende aos interesses capitalistas, está divorciada do pleito emancipatório da sociedade local.

A cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo transformações urbanísticas constantes ao longo de mais de dois séculos, sem, no entanto, conseguir prover a parte de seus munícipes de condição confortável de habitabilidade. Ao longo desse período, a cidade viveu situações administrativas diversas. Foi cidade administrada por governador nomeado pelo Império Português, posteriormente (1808), passou a ser a sede da colônia portuguesa, sede do Império Brasileiro (1822), sede do governo da República do Brasil (1889), funcionando como Cidade-Estado até 1960. Viveu a própria sorte até 15 de março de 1975, quando foi fundida com o Estado da Guanabara, originando o Estado do Rio de Janeiro.

Em todos esses períodos, os sucessivos governos elaboraram planos urbanísticos sobre os mais diversos intuitos. Porém, foi em 1808, com a chegada da família real, que a cidade deu início a essa metamorfose constante. Primeiro, porque a quantidade de casas, na região central da cidade, era insuficiente para abrigar a *entourage* que chegava acompanhando o Imperador (27 mil pessoas). Depois, porque a disposição dessas residências impedia a circulação de ar, provocando muitas doenças e dando um aspecto de gueto, que não condizia com a nova realidade de cidade sede do Império.

Mas essa história surge há pelo menos meio século antes, quando em 1759, Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas da Ordem de Santo Inácio de Loyola (VILHENA; BARROS, 2013) e cassou a concessão da sesmaria, doada aos Jesuítas por Estácio de Sá. Nessa terra, que, na verdade era mais um alagadiço no entorno da Lagoa de Capuerussu, onde há tempos os negros ocupavam as encostas dos morros ao seu redor, plantando uma pequena lavoura de subsistência,

caçando, pescando e criando porcos, o que posteriormente provocou o surgimento de uma nova nomenclatura para o local, passando a ser identificado como Mata-Porcos.

Outros dois aspectos vão dar importância econômica a essa região: a proximidade do maior porto escravagista do Atlântico Sul, que fazia da região o local de partida dos negros, rumo ao Vale do Paraíba, e, posteriormente, ao interior das Minas Gerais. E também o fato de que, em 1760, ter recebido as primeiras mudas de café que foram semeadas no Brasil. Em princípio, como uma cultura de Quintal, e, posteriormente, espalhando por todo o território brasileiro.

Havia um planejamento de ocupação dessa região feito pelos portugueses, mas este só se concretizou, após as intensas atividades do Porto do Rio, provocadas pelo intenso movimento dos negros escravizados, que chegavam para alimentar a extração de ouro. Esse movimento fez com que a cidade crescesse e ultrapassasse Salvador que, na ocasião, era a capital da Colônia. Entre os negros escravizados, os oriundos da África Central, que faziam parte do grupo linguístico Banto, vão deixar a sua marca tatuada na região, a partir da enorme influência no surgimento das principais manifestações culturais populares da cidade: o Jongo, o Samba e a Capoeira.

As invasões Napoleônicas também contribuíram para a ocupação da região, pois elas precipitaram a partida da Corte Portuguesa para a Colônia e, em consequência disso, a chegada ao Rio de Janeiro em 1808. Essa chegada vai impactar nas transformações do Mangal de São Diogo, a partir do momento em que a Família Imperial recebe em doação o palacete de São Cristóvão. O caminho que as carruagens deveriam percorrer entre a sede administrativa no Paço Imperial na Praça Quinze de Novembro e a residência imperial no palacete de São Cristóvão passava, obrigatoriamente, pelas terras do Mangal, que tiveram que passar por obras de iluminação por tochas e aterramento de parte do charco alagadiço. Essas obras fizeram com que o caminho ficasse conhecido como Estrada do Aterrado, ou Caminho das Lanternas.

Com a chegada da família imperial à cidade, o Rio de Janeiro recebe investimentos em infraestrutura, mas, sobretudo em equipamentos urbanos e culturais, que vão transformar para sempre o seu destino. Com a Coroa chega, a Nova Catedral, o Museu Nacional, a Biblioteca Real, a Escola Real de Artes, o Observatório Astronômico, a Imprensa Nacional, o Banco do Brasil. Mas são as transformações urbanísticas no Mangal de São Diogo, que foram um marco no que a cidade viria a ser.

Nesse ambiente de prosperidade, com a abertura dos portos, a permissão para a instalação de fábricas no Brasil e a sua elevação à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, surge a ideia de criação de uma nova cidade em contraposição a cidade velha. E é nesse contexto que os Mangais de São Diogo serão aterrados, possibilitando a construção de uma cidade projetada, que estivesse de acordo com os novos tempos, com ruas amplas e refrigeração entre as casas, ao contrário da cidade velha.

A cidade nova tem como marcos delimitadores o Campo de Santana e o Palacete de São Cristóvão. Mas também a cultura sofre forte influência, na música a chegada do maestro Sigismund Neukomm em 1816 vai promover fusões inéditas até então, entre a música clássica europeia e a música aqui produzida (modinhas, choro, maxixe e polcas). Nascido em Salzburgo, Áustria, o músico já fazia muito sucesso nos salões europeus e ao chegar, se apaixona pela nossa música e faz a transcrição para o piano de pelo menos 20 obras, que foram posteriormente publicadas na Europa.

Pobres rumo ao Subúrbio³

O núcleo urbano da cidade, que detinha em torno de 75% da população, era composto por 65 mil pessoas. Logo, a quantidade de casas a serem desocupadas não comportavam tantos habitantes. Aí se deu a primeira gentrificação que se tem notícia. Muitos moradores com poder aquisitivo, cederam suas casas e se instalaram nos arrabaldes, dando início a uma relação promíscua de compadrio com o Estado que, ao que parece, perdura até os dias atuais. Outros foram deslocados para uma área aterrada do Mangue de São Diogo, e os demais passaram a fazer parte do que é hoje o Subúrbio Carioca. O aterro ganhou um largo intitulado Rocio Pequeno, no início do século XX, rebatizado de Praça Onze⁴.

Coube a Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, o papel de acelerar as obras de urbanização e aterramento do Mangal de São Diogo, promovendo a pavimentação entre o Campo de Santana e a ponte dos Marinheiros (dentro da área da Cidade Nova), a construção do canal do Mangue, considerada a maior obra de saneamento do governo imperial. Ele também, mais tarde (em 1854) inaugura sobre o aterro do Mangal de São Diogo a primeira fábrica de gás do Brasil. Em 1858 o Barão de Mauá inaugura a estrada de ferro Dom Pedro II, que entre outras coisas tinha como objetivo promover a ligação com os bairros do Subúrbio Carioca.

Com isso Mauá possibilita a ocupação de um território que até então era ocupada, quase em sua totalidade, por pequenas chácaras que forneciam alimentos para a região Central da cidade. Muitas famílias que viviam no em torno da Praça Onze e região da “Pequena África” por conta das facilidades de emprego e serviços viram a oportunidade de se transferirem para o Subúrbio com a garantia de transporte que as conduzissem ao trabalho diariamente.

Deixam dessa forma de conviver com os “Infames” (VILHENA; BARROS, 2013), como eram conhecidos os habitantes da região que era frequentada por Escravas (que se prostituíam para os seus senhores), estelionatários, malandros, estivadores, Mães de Santo, Tripeiros, Jogadores de ronda, de chapinha e outras atividades mal vistas pela sociedade. Associado aos “Infames”, as obras do projeto de Pereira Passos (O Rio Civiliza-se) e as campanhas sanitaristas e o projeto de branqueamento da nossa sociedade⁵, contribuíram para o afastamento de outros “indesejáveis” na região Central da Cidade.

O improvável encontro que gesta uma parte da cultura nacional

Pesquisar esta região é entender as transformações que moldaram a geografia e personalidade do Rio de Janeiro. Ali se encontra o seu DNA, com a inevitável miscigenação, promovida pelo convívio de gente oriunda de locais e culturas tão díspares (SILVA, 2015), onde negros, portugueses, ciganos e Judeus, a partir de um improvável encontro, deram início a um dos mais belos capítulos da convivência pacífica entre os povos que já se pode produzir.

Primeiro, a partir da necessidade de ocupação da cidade para impedir a ação dos holandeses invasores. Depois, pela abertura dos portos e, finalmente, por uma política de branqueamento da sociedade. Ali também nasceu, fruto dessa convivência, os Ranchos Carnavalescos, primo/irmãos das atuais escolas de samba, que conviviam com inúmeros clubes Judaicos.

Nesse território, cunhado por Heitor dos Prazeres como: uma África em miniatura, e depois rebatizado por Roberto Moura (Jornalista e pesquisador da cultura brasileira) como a “Pequena África”, circulava mais de cinco publicações jornalísticas em ídiche, também foram compostas muitas músicas que ainda hoje são ouvidas nas rádios:

3 Segundo Loïc Wacquant (2010), na cidade Neoliberal a disputa entre classe e espaço provocou uma inversão no papel do Estado, de provedor de assistência social para as populações de baixa renda, em promotor de limpeza no ambiente social construído.

4 Em homenagem à Batalha do Riachuelo.

5 Que percorreu múltiplos governos atravessando do Império para a República.

“Nem é bom falar” (Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves) – Francisco Alves

“A malandragem” (Bide e Francisco Alves) – Francisco Alves

“Se você jurar” (Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves) – Francisco Alves e Mario Reis

“Agora é cinza” (Bide e Marçal) – Mestre Marçal

“O X do problema” (Noel Rosa) – Aracy de Almeida

Segundo o jornalista Humberto Moraes Franceschi, autor do livro *“Samba de Sambar do Estácio – 1928 a 1931”*, “turma do Estácio, composta por: Ismael Silva, Brancura, Bide, Nilton Santos, Getúlio Marinho, Heitor dos Prazeres entre outros, compuseram sambas com identidade própria, diferentes dos sambas amaxixados da época”. Somado a isso redefiniram potencialidades rítmicas e de expressão corporal, ao não se submeterem a normatividade da regra binária.

Através de Alcebíades Maia Barcelos, o Bide, deram novo sentido ao surdo de primeira, assim como fizeram com um instrumento que veio da África Central, de couro, com uma vara de fricção no centro, a Kuitá, que lá servia aos rituais de culto aos mortos e a Bará (Exú). Mas aqui ganhou uma nova nuance rítmica e deixou de ser usada em rituais sagrados para se transformar num instrumento de culto ao profano.

Ainda, segundo o historiador Luiz Antônio Simas, essa é uma tradição das culturas da diáspora africana, sacralizar o profano e profanar o sagrado (Youtube, 2016). Para Simas, as diversas transformações ocorridas na Região da Cidade Nova (Estácio) derivam do fato dessa região ser um território de passagem, uma encruzilhada do Rio, regida por Exú e, por isso mesmo, ser um território sujeito a transformações, que não pode ter uma única definição e se dispõem a múltiplas interpretações.

Transformaram a pequena África num vazio

Na cidade do Rio, contrariando as afirmações de Eric Hobsbawm, das tradições inventadas, a institucionalidade fez de tudo para apagar as tradições criadas durante quase 150 anos. A Praça Onze que figurou no cenário cultural da cidade como um dos principais centros de resistência da cultura negra, onde nomes como Tia Ciata, Donga, Tia Perciliana, Brancura, Bide e Marçal afirmavam a contribuição da cultura Negra através do samba e do candomblé.

Onde nasceu a primeira escola de samba, *“Deixa Falar”*, no seu entorno surgiu a primeira ocupação de encosta de um morro na cidade, o Morro da Providência, onde surgiu a palavra *“favela”*, para designar os locais de ocupação irregular para fins de moradia, deixa de existir em 1941, para dar lugar as obras de construção da Avenida Presidente Vargas. Neste lugar de memória, hoje resta o monumento à Zumbi dos Palmares e algumas construções que foram tombadas pelo valor histórico.

Ao tomar ciência do projeto de demolição da Praça Onze de Junho o ator e compositor Grande Otelo, inconformado, decide protestar em forma de samba. Compõe uma letra, sai em busca de parceiro e encontra em Herivelto Martins a música que junto com a letra eternizaram em samba esse espaço vivo na memória do povo do Rio de Janeiro. Esse samba ainda carrega uma característica peculiar, que é a introdução do apito como elemento rítmico, pois até então ele só era usado como elemento sinalizador nas escolas de samba.

*Vão acabar com a Praça Onze
Não vai haver mais Escola de Samba, não vai
Chora o tamborim
Chora o morro inteiro
Favela, Salgueiro
Mangueira, Estação Primeira
Guardai os vossos pandeiros, guardai
Porque a Escola de Samba não sai
Adeus, minha Praça Onze, adeus
Já sabemos que vais desaparecer
Leva contigo a nossa recordação
Mas ficarás eternamente em nosso coração
E algum dia nova praça nós teremos
E o teu passado cantaremos*

Ficam para trás a história da construção de um lugar de memória e sobram os efeitos da criação capitalista do espaço, apontadas por David Harvey (2005), que aportam no Rio de Janeiro com o estabelecimento da Família Real na cidade. O espaço compreendido entre os marcos do Campo de Santana ao bairro de São Cristóvão (depois foi reduzido da Avenida Trinta e um de Março - Praça Onze de Julho - até a Rua Joaquim Palhares, perfazendo 25 quadras, segundo o decreto 2534 de 1980), sofre inúmeras alterações, fruto dos projetos urbanísticos das administrações que se sucederam (O Rio Civiliza-se, Projeto Agache, Sabóia, Dioxiadis, entre outros).

Nas palavras do urbanista Carlos Fernando de Andrade (2009), o “rodoviarismo guanabarrino fez muito mal à cidade”, demolindo morros e monumentos históricos, para a abertura de avenidas, sem que proporcionassem ao Carioca a locomoção rápida e confortável desejadas. E nesse quesito a região da cidade Nova é uma das mais afetadas. Grande parte da região da chamada “Pequena África” foi demolida para dar lugar a construção das Avenidas Presidente Vargas, Salvador de Sá, Trinta e um de Março, Marques de Sapucaí, Rua Frei Caneca e viaduto São Sebastião. Junte-se a isto a área ocupada pela Estação ferroviária da Central do Brasil (Dom Pedro II) e a área de manobra e manutenção do Metrô Rio.

Estamos falando de milhões de metros quadrados com uma utilização restrita aos interesses do capital. A maioria desses projetos tinha por objetivo definir tipos de usos de solo, conectar artérias de transporte entre o Centro e bairros periféricos (bondes, trens e metrô), além é claro, de criar novos espaços que pudessem ser explorados pelo capital privado.

Nesse contexto, o projeto do Teleporto, criado em 1994 pelo então prefeito César Maia, sob a égide do urbanismo estratégico, que tinha como objetivo, devolver ao Rio de Janeiro o status de cidade global nas disputas pelo orçamento das grandes corporações internacionais, que havia perdido com a transferência da sede do Governo para Brasília e as sucessivas perdas de investimento para São Paulo. Esse plano foi executado pelo secretário de Obras e Urbanismo, o arquiteto Luiz Paulo Conde, que tinha relações empresariais como os arquitetos que haviam transformado Barcelona na cidade modelo das Globais *Cities* (COMPANS, 1999).

Assim como a aristocracia do século XIX, que, em busca do branqueamento da sociedade, tentava esconder os negros e abria o país para os europeus que aqui quisessem se estabelecer, os atuais gestores da burocracia estatal tentam apagar as imagens de uma história viva.

Foram buscar na Espanha um modelo de desenvolvimento para reinserir o Rio de Janeiro no cenário internacional das grandes cidades, promovendo um desenvolvimento que não leva em consideração a cultura e os munícipes. Ao promover um deslocamento da população para outras áreas semiestruturadas, a cidade vai produzindo novas periferias e abandonando áreas já estruturadas.

Com essa prática eles caminham na contramão da Cidade Nova proposta pelo Imperador. Em 1810, mesmo atuando de forma a afastar da Zona Central da cidade a presença incômoda de negros e pobres, a ação imperial ajudou a construir um espaço de amalgama de relações inter-raciais, que teve como fio condutor, a cultura. Obviamente, o intuito não era esse, muito pelo contrário. Negros e pobres sempre foram perseguidos. Prova disso, é a primeira Lei de Terras, de 1850, que veta aos negros o direito de, mesmo libertos, e com posses, adquirirem terras. Também podemos apresentar como exemplo a Lei de Vadiagem, de 1890, onde festas de candomblé e rodas de samba, além da prática da capoeira, foram duramente reprimidas. Ainda assim, o espaço da Cidade Nova do Império configurou-se como um território socialmente constituído. Ao contrário do tecnicismo denunciado por Lefebvre, que, na ânsia de construir um espaço para atender um urbanismo funcionalista, criou um espaço amorfo e sem vida.

A Cidade Nova atual abriga em seu conjunto de 25 quadras inúmeros prédios de empresas privadas e estatais, além da sede administrativa da prefeitura e um conjunto de outros edifícios públicos. Das casas que sobreviveram as mutações urbanísticas, algumas estão tombadas pelas APACS (Áreas de Proteção do Ambiente Cultural), enquanto outras vão se transformando em restaurantes e *ateliers* de artistas plásticos ou outros profissionais liberais, as poucas resistentes como espaço de habitação, vão sobrevivendo à hostilidade de um território que aos poucos vai se transformando em uma área monofuncional, ou nas palavras de Milton Santos (2000), no território do dinheiro. Dinheiro globalizado que impõe as instâncias administrativas um equilíbrio nem sempre favorável ao cidadão, por isso sua proposição “por uma outra globalização”, em que o cidadão exerça o protagonismo. Segundo Santos “o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade. O território é a área de trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi” (SANTOS, 2000).

O fato concreto é que hoje, mesmo adotando as ferramentas disponíveis no capitalismo, é possível alterar o quadro de apartação, provocada no território por conta do interesse do capital, desde que a relação entre o poder constituído e a sociedade não sejam tão assimétricas. No caso em tela, havendo disposição ao diálogo é possível com que instrumentos disponíveis no Estatuto da Cidade e em outras formas de financiamento sejam utilizados, como já ocorre em relação ao PEU/Cidade Nova e outras áreas da cidade (Porto Maravilha).

Nessa região cinco ruas compõem as APACS e semelhante ao ocorrido na região do Porto, é possível a adoção de Certificado de Potencial adicional de Construção (CEPACS) e Ocupação Urbana Consorciada (OUC) para desonerar a administração e possibilitar investimentos em projetos pactuados com a sociedade e que não despertem o interesse do mercado. Enfim, essa é uma pequena amostragem, um recorte minúsculo do que ocorre no território e também dos investimentos para correção dos danos causados por uma sucessão de obras de infraestrutura e intervenções urbanísticas, que deformaram uma importante região da cidade do Rio de Janeiro, que até o início dos anos 40 de século passado, tinha um importante papel na vida cultural da cidade.

O cenário não é nada animador, pois a Secretaria de Cultura Municipal dispõe de apenas 160 milhões, dos 28 bilhões de reais do orçamento da cidade para o exercício de 2018. Isso

demonstra mais que nunca a importância de se utilizar novos instrumentos de financiamento. Aqui gostaria de trazer algumas reflexões de Milton Santos (2000), quando ele questiona a urgência da política do *Just in Time* em detrimento da realidade cotidiana dos interesses do cidadão que não deve atender as demandas desesperadas dos interesses privatístico.

Santos também aborda um tema pertinente a nossa discussão, quando faz uma reflexão a respeito da ação permanente do mercado cultural em impor uma cultura de massas em detrimento da cultura popular na tentativa de homogeneizar e pasteurizar o ambiente cultural vivido, agindo com indiferença em relação a herança e as realidades dos lugares e das sociedades. Isso faz todo sentido no nosso objeto de pesquisa.

Pois, dos equipamentos públicos, ou de interesse público situados na Cidade Nova, encontramos O Terreirão do Samba, O Centro de Artes Caluste Gulbenkian, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Casa de Deodoro da Fonseca, Arquivo Nacional, Museu da Polícia Militar, Hospital Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ), Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), Operador Nacional do Sistema (ONS), Universidade Petrobras, Centro de Operações Rio, RioFarmes (Centro de distribuição de medicamentos), Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Superintendência Regional dos Correios, Centro de Convenções SulAmérica, Escola de samba Estácio de Sá, Instituto Felix Pacheco (IFP), Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), Congregação Cristã do Brasil (CCB), Circo Escola Crescer e Viver, Universidade Estácio de Sá. A grande maioria tem atividades voltadas para a área de educação e cultura, o que corrobora com a vocação que mencionei na introdução desse trabalho. Não reconhecer essa herança, é fechar os olhos para a construção coletiva do território e se entregar aos interesses hegemônicos do capital globalizante, ignorando a soberania popular que construiu essa bela história de resistência.

Referências

- ANDRADE, C. F. **Rio de Janeiro: Urbanismo em Tempos de Retração**: Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFRJ – Programa de Pós Graduação em Urbanismo (PROURB), 2009.
- BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade**. São Paulo: Paz & Terra 1996. Poe, Edgar Allan. “O homem na multidão”. In: Contos. São Paulo: Cultrix, 1987.
- CANCLINI, N. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, E. (Coord.) **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, CONACULTA, 1997. p. 57-86.
- COMPANS, R. **O Paradigma das Globais Cities nas Estratégias de Desenvolvimento Local**. Campinas: Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 1999.
- FERNANDES, N. da N. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio**: Rio de Janeiro. 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicur, 2011.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc/IPHAN, p. 49-82, 1997.
- FRANCHESCHI, H. M. **Samba de Sambar do Estácio, 1928 a 1931**: Rio de Janeiro: IMS, 2014.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**: crise e reabilitação de espaços urbanos. Annablume, São Paulo, 2005.
- HOBBSAWN, E; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**: Paz e Terra, São Paulo, 1983.

LÉFEBVRE, HENRI. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização, do Pensamento Único à Consciência Universal**: Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

SILVA, BEATRIZ C. **Negros e Judeus na Praça Onze. A história que não ficou na memória**. Rio de Janeiro: Bookstart, 2015.

VILHENA, B.; CASTRO, M, B. **Vidas e Obras Estácio, Cidade Nova e São Carlos**. Rio de Janeiro: Regata Produções, 2013.

YOUTUBE, Conversa com Luiz Antônio Simas sobre o bairro do Estácio na Casa Comum. **Casa Comum**. Publicado em 11 de jul. de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rg0W27phAas>>. Acesso em 22 abr. 2018.

ANASTILOSE DA MEMÓRIA: DOS VESTÍGIOS ÀS SOLUÇÕES

Heidi Ferreira da Costa

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Unirio

heidiferreira@yahoo.com.br

CAPES

RESUMO

Muitos são os dispositivos que podem ser utilizados na preservação e evidencição de uma memória. Desde técnicas, discursos, narrativas até políticas públicas de financiamento, uma vez que exista a intenção de reativar uma memória específica, as soluções podem ser encontradas em diversos âmbitos.

Quando nos deparamos com vestígios e ruínas, que se somam à narrativas e rememorações em torno de um *lugar de memória*, as ações de evidencição e reativação da memória podem ser naturalmente potencializadas, alcançando desdobramentos acima daqueles originalmente intencionados.

Este é o caso do projeto que buscou qualificar o circuito do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Combinando técnicas de restauro com políticas públicas, o projeto não apenas cumpriu seu objetivo principal de potencializar o apelo turístico do Parque, mas transformou profundamente a forma como as ruínas da cidade contavam sua própria história, adicionando um poderoso impacto visual à paisagem da finada cidade.

Palavras-chave: Patrimônio material, Políticas públicas, Ruínas, Memória

ABSTRACT

Many are the devices that can be used in the preservation and disclosure of a memory. From techniques, speeches, narratives to public funding policies, once there is an intention to reactivate an specific memory, the solutions can be found in many areas.

When we encounter traces and ruins that add up to the narratives and recollections around a *memory space*, the actions of evidence and reactivation of memory can be naturally potentiated, achieving unfoldings above those that were originally intended.

This is the case of the project that sought to qualify the circuit of the Archaeological and Environmental Park of São João Marcos. Combining Restoration Techniques with Public Policies, the Project not only fulfilled its main goal of increasing touristic appeal for the Park, but deeply transformed the way the citie's ruins told their own story, adding a powerfull visual impact to the landscape of the late city.

Key words: Material heritage, Public Policies, Ruins, Memory

INTRODUÇÃO

A *anastilose* é uma técnica de restauro que consiste em identificar elementos que originalmente faziam parte de um monumento ou construção e buscar remontar, parcial ou integralmente, este monumento, através da recolocação destas peças em seus locais originais e da adição de elementos alheios à construção original, mas que ajudem na fixação ou composição da parte restaurada.

Semelhante em vários pontos ao trabalho de memória, onde se reúne vestígios e imaginação para a recomposição de uma lembrança que pareça mais o fiel possível em relação ao original, a anastilose é capaz de reordenar elementos que foram dispersos, atribuindo-lhes um sentido original dentro do todo.

Essa técnica foi umas das utilizadas no projeto de revitalização do circuito arqueológico no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, durante a execução de um projeto financiado pelo BNDES, com recursos do *subcrédito social*. Trata-se de um recurso da linha “Investimentos Sociais de Empresas”, do Banco Nacional do Desenvolvimento, voltado para, segundo a definição do próprio banco,

“[apoiar] projetos envolvendo as comunidades nas áreas de influência geográfica das empresas e ações que beneficiem segmentos da população, mesmo aqueles que não estejam associados às iniciativas empresariais ou em suas áreas de influencia, mas que visem somar esforços com programas e políticas sociais públicas.” (BNDES, site).

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo de caso do projeto denominado “*Consolidação do patrimônio arqueológico, geração de conhecimento e capacitação no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*”, que irá analisar a forma de financiamento aplicada, sua relevância para a preservação patrimonial do Parque e seu impacto na representação da memória da cidade de São João Marcos.

O primeiro passo será apresentar brevemente o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, explicando sua relação com a memória da cidade de São João Marcos e relacionando as ruínas que fazem parte do que a gestão do Parque convencionou chamar de seu “circuito arqueológico”.

Passaremos então para uma análise da relação do Parque com a localização onde está inserido, a saber, a região do Vale do Café. Será feita uma reflexão sobre o fato de o Parque ser um dos raros equipamentos culturais na região, conter infraestrutura adequada para área de lazer e entretenimento e, ao mesmo tempo, ser o *lugar de memória* que traz em si a lembrança da cidade de São João Marcos.

Após essas reflexões iniciais, chegaremos ao tema central do trabalho: o projeto realizado em 2014 com os recursos de subcrédito social do BNDES. Nesta sessão serão apresentadas as características gerais deste tipo de financiamento, os pré-requisitos necessários para submissão de projetos e a forma como se deu a submissão do projeto realizado no Parque. Também serão apresentados todos os atores envolvidos no projeto, a saber, a Light S.A. como proprietária do Parque, o BNDES como patrocinador do projeto, e o Instituto Cultural Cidade Viva, como idealizador e realizador deste projeto específico.

A seguir apresentaremos o projeto como um todo, passando rapidamente por seus diversos objetivos, e nos atendo mais especificamente ao objetivo de “qualificação do circuito arqueológico”.

Haverá então uma demonstração da técnica de anastilose, através de imagens de sua aplicação em duas ruínas do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Também será interessante refletir sobre a escolha das ruínas que foram selecionadas para esse trabalho.

Nas conclusões finais, o trabalho trará uma reflexão sobre o impacto das mudanças na paisagem do Parque para a memória da cidade de São João Marcos e sua representação.

VESTÍGIOS E PAISAGEM: A MEMÓRIA, O PRETEXTO E O CENÁRIO

O Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos é um equipamento cultural composto pelo conjunto de um centro de memória, um prédio de reserva técnica e administração, um prédio de facilidades ao visitante e um circuito arqueológico, que abriga as ruínas referentes ao Centro da antiga cidade de São João Marcos.

No centro de memória, o visitante tem a oportunidade de conhecer a história da cidade. A primeira atração é uma grande maquete que representa o Centro da Cidade na época em que foi destruída. Um guia aponta, nesta maquete, o traçado das praças, construções consideradas historicamente relevantes, como a Casa do Capitão-Mor e a Igreja Matriz, e a área da cidade que hoje está submersa pelas águas da represa de Ribeirão das Lages. Após esta introdução, o visitante é encorajado a percorrer livremente o salão de exposição, que conta com totens digitais contendo fotografias e documentos da cidade, painéis informativos contando toda a trajetória de São João Marcos, desde sua fundação e ápice econômico na Era do Café, até personagens ilustres nascidos na cidade e culminando na sua destruição. Por todo o salão, estão expostas peças arqueológicas que remetem ao passado de escravidão e a costumes cotidianos da cidade. Finalmente, o visitante chega ao espaço onde é exibido o documentário “A História de São João Marcos”, que conta com depoimentos de historiadores e narrativas de ex-moradores.

Este espaço permite que os visitantes do Parque, que em sua grande maioria nunca haviam falar sobre a cidade, estejam minimamente familiarizados com a história da cidade, de modo a contextualizar o circuito arqueológico que será, então, percorrido pelo visitante. Neste ponto, ele recebe um mapa do circuito arqueológico, sinalizando onde estão as ruínas e pontos de interesse que deverá observar.

Trata-se das ruínas que foram evidenciadas durante o processo de construção do Parque, e não necessariamente de todas as ruínas que são presentes no terreno. Como será apresentado mais adiante, evidenciar uma ruína, neste caso, trazê-la de volta à superfície, implica em uma série de investimentos e responsabilidades a curto e longo prazo, que acabaram por impedir a escavação completa do circuito e exigir uma “curadoria” de quais ruínas seriam mais relevantes para serem exibidas no circuito. Essas ruínas selecionadas e pontos de interesse formam o circuito arqueológico do Parque, que consistia em 10 pontos antes do projeto que será estudado neste artigo, a saber: Ponte Padre Peres, Casa do Forno, Câmara, Prefeitura, Galeria de esgoto e tanques, Praça Cinco de Julho, Praça Feliciano Sodré, Igreja Matriz (torres dianteiras), Igreja Matriz (corte lateral) e Casa do Capitão-Mor.

Este circuito arqueológico está inserido numa região de beleza natural impactante. Enquanto o trajeto da Estrada Imperial, que dá acesso ao Parque, é formado predominantemente pela Mata Atlântica, a área onde se situam as ruínas foi utilizada por quase setenta anos como região de pasto e mantém pouco da vegetação original. No entanto, o caminho até ela se inicia com uma aleia de *Mulungus*¹, esta aleia foi uma das ruas principais de acesso ao Centro da cidade e termina exatamente no amplo espaço onde se encontram as duas praças e as ruínas

1 Nome popularmente conhecido da espécie de árvore encontrada na região, que exibe uma exuberante florescência vermelha na primavera.

mais icônicas de São João Marcos: A Igreja Matriz e a Casa do capitão Mor. Situada num vale, esta área do Parque exhibe, além das ruínas, a beleza das montanhas a seu redor, e parte do extenso espelho d'água da represa de Ribeirão das Lages.

Construído com o intuito de “salvaguardar e fomentar a memória” da cidade, o Parque está inserido no município de Rio Claro, região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, na serra que liga os municípios de Rio Claro e Mangaratiba. Trata-se de uma região parcialmente rural, com longos quilômetros de estrada entre os distritos de habitantes, onde os equipamentos de lazer e entretenimento variam de escassos a inexistentes.

Neste cenário, é fácil perceber como o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos pode representar funções diversas em sua utilização, que vão além de sua autoproclamada missão em relação à memória da cidade. No caso do projeto estudado, o patrocínio realizado pelo BNDES, justificou-se pelo viés do desenvolvimento local, ou seja, a capacidade do Parque em atrair turistas e usuários que aqueçam a economia dos municípios em seu entorno.

Passemos, então, ao projeto em questão.

DESENVOLVIMENTO, DINHEIRO E MEMÓRIA: UMA CURIOSA UNIÃO DE CONCORRENTES.

Para começar a compreender a forma de patrocínio do projeto estudado neste artigo, é preciso compreender a estrutura da existência do próprio Parque: para começar, o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos não existe juridicamente, ou seja, ele não possui, estatuto, CNPJ, orçamento próprio, quadro de funcionários e outros documentos oficiais que normalmente corroboram a existência oficial de um equipamento cultural.

Em primeiro lugar, o terreno pertence à Light, que construiu um imóvel no local, com a intenção de sediar o Parque. Uma vez construído e equipado esse imóvel, foi feito um trabalho de arqueologia inicial para evidenciar a existência de um grupo de ruínas, como já foi apontado anteriormente.

A partir deste ponto, o Parque funciona através de projetos anuais de patrocínio, voltados para a justificativa cultural e elaborados pelo Instituto Cultural Cidade Viva (ICCV), que, uma vez aprovados, garantem a operação do Parque para o próximo ano, através do patrocínio da Secretaria de Estado de Cultura e da Light. Ou seja, a Light concede a permissão para que o ICCV realize em seu imóvel – O Parque – projetos anuais que garantem a gestão, funcionamento, manutenção (incluindo contratação de funcionários) e atividades culturais e educativas do ano.

Assim, de acordo com o modelo vigente desde sua inauguração, o Parque, a pesar de ser propriedade da Light, é gerido pelo Instituto Cultural Cidade Viva – através do patrocínio já citado anteriormente.

Compreendendo essa organização básica, resta esclarecer que os projetos anuais acima explicados são de caráter estritamente cultural e educativo e garantem ao Parque um orçamento básico, apenas a manutenção rotineira de suas atividades do ano.

O projeto *Consolidação do patrimônio arqueológico, geração de conhecimento e capacitação no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*, que é o objeto deste estudo, nasceu de uma necessidade *prática*: parte da torre da Igreja Matriz, ruína tombada pelo Inepac, estava começando a se desestabilizar pela ação do tempo e precisava de reparos urgentes para não viesse a ruir de vez.

Movido pela urgência e por desejo já antigo de aprimorar a evidenciação de algumas das ruínas do circuito, o ICCV solicitou que uma empresa de restauração o auxiliasse a elaborar um projeto que não apenas solucionasse o problema da torre da igreja, mas que também oferecesse soluções que qualificassem o circuito arqueológico. Este projeto gerou a proposta de anastilose de duas das principais ruínas do circuito: a Igreja Matriz e a Casa do Capitão Mor. No entanto, a execução destas ações seria o equivalente ao orçamento de um ano inteiro do Parque, e não poderia ser executada com o modelo do patrocínio de costume.

Nesta ocasião, por coincidência, a Light estava submetendo projetos à Linha de Investimentos Sociais de Empresas do BNDES e solicitou que o ICCV apresentasse algum projeto relacionado ao Parque.

O projeto, no entanto, deveria ter um caráter específico voltado para o desenvolvimento local, uma vez que os pré-requisitos para financiamento desta linha são:

ações que tenham como público-alvo populações expostas a algum tipo de risco social e localizadas em comunidades das áreas de influência geográfica do cliente, preferencialmente no entorno do projeto econômico apoiado pelo BNDES;
ações que beneficiem fornecedores locais de bens e serviços acessórios (vestuário industrial, brindes, alimentação, vigilância, pequenos reparos, transporte, dentre outros) com impacto direto na inclusão social naquela comunidade. (BNDES, site)

Dentre os itens financiáveis, estavam incluídos:

obras civis, máquinas, equipamentos e materiais permanentes; serviços técnicos especializados; profissionalização de pessoas com formação escolar até nível médio; desenvolvimento, difusão e reaplicação de tecnologias sociais que aprimorem políticas públicas. (BNDES, site)

Assim sendo, a gestão do Parque viu a oportunidade de trazer melhorias ao circuito arqueológico, desenhando um projeto que não fosse especificamente cultural, como os habituais, mas que pensasse São João Marcos para além deste legado, em sua relação com a região onde estava inserido.

Desta forma foi escrito o projeto *“Consolidação do patrimônio arqueológico, geração de conhecimento e capacitação no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos”*, cujo escopo trazia três objetivos principais: A qualificação do circuito arqueológico e infraestrutura do Parque com fins de fomento ao turismo na região, a realização de oficinas de capacitação para micro e pequenos empresários locais e a execução de um programa de educação patrimonial, voltado para alunos de escolas públicas dos municípios no entorno do Parque.

As oficinas de capacitação foram voltadas para dois públicos específicos: donos de restaurantes e pousadas da região foram convidados a realizar uma oficina de gastronomia, em parceria com o Instituto Gastronômico das Américas (IGA). Para esta oficina, o IGA mensurou e preparou iguarias de um caderno de receitas da ex-moradora de São João Marcos, D. Cidinha, e ensinou os participantes a servirem essas receitas em padrão *gourmet*, instruindo desde conceitos básicos, como tempo de cozimento ideal de alguns alimentos, até a montagem dos pratos para apresentação.

A outra oficina foi voltada para os empregados de uma construtora civil local. Estes foram capacitados em técnicas de restauro, para reformas em estruturas e edifícios tombados. Após a oficina, a empresa foi contratada para realizar as obras de qualificação do circuito arqueológico.

O programa de educação patrimonial levou ao Parque cerca de mil e seiscentas crianças e adolescentes, que aprenderam sobre arqueologia e a importância da preservação do patrimônio material através da visita às ruínas.

No entanto, o objetivo de resultado mais impactante e permanente para a memória da cidade representada no Parque foi a qualificação do circuito arqueológico.

De acordo com algumas reflexões de Assman,

Lugares podem atestar e preservar uma memória, mesmo para além das fases de esquecimento coletivo. Após intervalos de suspensão da tradição, peregrinos e turistas do passado retornam a locais significativos para ele, e ali encontram uma paisagem, monumento ou ruínas. Com isso ocorrem “reanimações”, nas quais tanto o lugar reativa a recordação, quanto a recordação reativa o lugar. (ASSMAN, 2011)

De fato, esta relação entre lugar e memória sempre foi intrínseca a São João Marcos e o Parque.

Por setenta anos, as ruínas de São João Marcos passaram por um processo de esquecimento, sendo engolidas pela vegetação e pelo silêncio que as cercavam. Uma espécie de “esquecimento de reserva” (Ricoeur, 2007), onde a memória da cidade permanecia apenas em sua potencialidade, sem, contudo, ser acessada.

Desde a inauguração do Parque, no entanto, em 2011, as visitas de ex-moradores e parentes destes são constantes. Como peregrinos, esses indivíduos voltavam para percorrer as ruas por onde andaram na infância, para rememorar experiências e entes queridos. Além disso, o público turístico também passou a frequentar o local, e, embora não tivesse conhecimento prévio sobre a cidade, terminava sua visita comovido pela história de São João Marcos.

Ainda assim, até este projeto de requalificação, em 2014, as ruínas da cidade estavam espalhadas por um vasto campo aberto, ou escondidas entre as árvores, sendo necessária a instalação de placas de sinalização para que os visitantes soubessem aonde olhar e o que estavam olhando. Elas precisavam que o Parque apontasse para elas e contasse sua história.

Isso porque, pelo fato de a cidade ter sido demolida, o que restava de suas construções eram apenas pequenos pedaços de muros e pedras espalhadas em torno das áreas onde um dia haviam-se erguido como edifícios.



Figura 1. Exemplo de ruína reduzida às suas fundações

No entanto, a requalificação do circuito arqueológico do Parque contou com algumas ações que foram fundamentais para dar *voz própria* a elementos importantes desta paisagem, de modo que passaram a impor sua relevância pela ênfase dada em sua mera presença. A seguir consideraremos cinco destas ações:

A primeira ação a ser comentada será o restauro do traçado original das praças e ruas do centro da cidade. Esta ação diferenciou a região das praças, não mais permitindo que fosse confundido com um amplo campo aberto. Mesmo o visitante mais distraído pode perceber com clareza o posicionamento das praças Cindo de Julho e Feliciano Sodré e o contorno das ruas em seu redor. Um observador perspicaz sentirá a eloquência do vazio que representa a ausência das casas nestas ruas. Não se trata mais de um simples terreno ao ar livre, mas sim de uma cidade de ruas desertas.



Figura 2. Traçado original das praças e ruas

A segunda intervenção é, de certa forma, decorrente da anterior. Com o restauro do traçado das praças, foi possível – e até compulsório – retornar o busto de Feliciano Sodré ao seu local original, na praça homônima. Na ocasião da demolição de São João Marcos esse monumento havia sido retirado e encontrava-se, até o ano de 2014, no distrito de Passa Três, Rio Claro. Como parte das festividades de inauguração das obras do projeto, no entanto, o busto voltou a Praça Feliciano Sodré, como um marco importante desta cidade, que teve grande relevância política em sua Era de prosperidade, tendo sido berço de importantes personagens como Ataulfo de Paiva e Pereira Passos. Até mesmo em seus momentos finais, a cidade demonstrou intensa mobilização política, tendo se organizado para pleitear o tombamento de seu conjunto arquitetônico pelo então SPHAN e enviado diversos manifestos à capital, contra a decisão presidencial de sua extinção. O retorno do busto à cidade, pode, portanto, ser considerado um monumento não apenas ao político nele homenageado, mas à própria prática da política, elemento tão comum ao cotidiano de São João Marcos.



Figura 3. O busto de Feliciano Sodré de volta ao seu local original

A terceira ação do projeto a ser comentada é a construção de um mirante à beira das águas da Represa de Ribeirão das Lages. A ampliação da represa foi fator fundamental para o destino da cidade e, de fato, até hoje, suas águas chegam a inundar parte do circuito arqueológico. Essas águas, no entanto, tinham pouco ou nenhum protagonismo no trajeto percorrido pelo visitante do Parque até 2014. As águas marcavam apenas os limites do território do Parque, de contorno indefinido, parcialmente escondido pela vegetação.

Entretanto, durante o projeto de requalificação do circuito arqueológico, a vegetação deu lugar à construção de um mirante, que incluiu projeto paisagístico e obras de delimitação do contorno desta parte da represa. Neste mirante foram construídas as estruturas “Obra escola”, para atividades lúdicas em torno da arqueologia, e “Viveiro de São João Marcos”, que abriga mudas de espécies da região. Além disso, foram espalhados bancos de praça junto ao limite das águas.

Este mirante à beira da represa, pelo ponto de vista da memória, pode ser considerado como um espaço rememoração, onde o visitante é convidado a sentar-se de frete para as águas, que representam ao mesmo tempo o fim de São João Marcos e o fim do circuito de visitação do Parque.



Figura 4. Mirante construído à beira da Represa de Ribeirão das Lages

O penúltimo resultado a ser analisado é a evidenciação e estabilização da das ruínas da Igreja Matriz. Esta importante construção deu origem à cidade de São João Marcos e a necessidade de reparos em suas estruturas remanescentes originou o próprio projeto de qualificação estudado neste artigo. Sua imponência era motivo de orgulho entre os moradores e já foi mencionada em por diversos pesquisadores. De fato, tratava-se de uma construção tão singular que o SPHAN chegou a ordenar que fosse registrada e reconstruída, em seus mínimos em outro local após sua destruição.

Já no Parque, situada em posição de destaque no circuito arqueológico e em posição ímpar de importância para a memória da cidade, Igreja Matriz consistia apenas em um pedaço de torre despontando sobre um amontoado de terra a seu redor. E este pedaço de torre estava perigosamente ameaçado de desabamento devido à ação do tempo e fatores climáticos aos quais estava exposto.

As obras de requalificação devolveram à Igreja o protagonismo físico que equivalente ao seu protagonismo simbólico. Suas duas torres foram desenterradas e estabilizadas, bem como parte do chão de mármore original, que foi evidenciado. Além disso, foi construída uma réplica do cruzeiro que ficava originalmente à sua frente e o caminho da rua até sua entrada foi reconstituído.

Em meio as árvores que substituíram parte da cidade e à fragmentos arruinados da vida cotidiana de São João Marcos, a Igreja Matriz se ergue novamente como um símbolo da cidade, função inegável que exerceu em seus dias de glória e volta a representar nesta paisagem de vestígios e recordações.



Figura 5. Igreja Matriz antes das obras de 2014



Figura 6. Igreja Matriz após o projeto de qualificação

Por fim, resta ainda refletir sobre uma última intervenção na paisagem do circuito arqueológico do Parque: a anastilose realizada nas ruínas da Casa do Capitão-Mor.

Construída no período colonial para ser a casa do Capitão-Mor (espécie de governante com autoridade administrativa e militar sobre a cidade), essa construção tanto testemunhou quanto representou o passar do tempo e a modernização da cidade. Após o fim do período colonial, manteve-se de pé, sendo utilizada como armazém, escola e até clube social, acompanhando as transições históricas e culturais de São João Marcos.

No Parque, suas ruínas estavam localizadas próximas à Represa, já quase no final do circuito arqueológico, e consistiam apenas de pedras espalhadas, que ficavam parcial ou completamente submersas nos períodos de inundação.

Com a execução do projeto de qualificação do circuito, foi possível aplicar nestas ruínas a técnica denominada *anastilose*, que identificou as pedras e elementos de cantaria, bem como suas funções no edifício. Desta forma, foi possível reerguer parte considerável do nível térreo da fachada, incluindo janelas, arcadas e portais.

Também foi removida a terra que cobria o chão da construção, evidenciando o piso, as marcações de cômodos e os vestígios de elementos originais do interior da casa, como escadaria, lavabo e tanque.

A impressionante reconstituição impactou profundamente a paisagem do Parque e Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, tendo suas grandes janelas se tornado um dos pontos preferidos para fotografias dos visitantes. Outro elemento especial desta ruína é o fato de ser possível entrar na casa e percorrer seus cômodos – mais imaginados que presentes.

Se a intervenção na Igreja da Matriz representa uma lembrança à fundação da cidade, a anastilose na Casa do Capitão Mor pode ser vista como um testemunho da evolução histórica desta memória, não apenas da fundação da cidade até sua destruição, mas até o presente. A fachada desta casa levanta-se, incompleta e destruída para demonstrar através de sua presença, a ausência da cidade que não é mais.

As placas de sinalização ainda permanecem no circuito, mas as ruínas não dependem mais apenas delas para contar sua história.



Figura 7. Ruínas da Casa do Capitão-Mor antes de 2014



Figura 8. Ruínas da Casa do Capitão-mor após a anastilose

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a justificativa inicial para o projeto tenha sido aumentar a capacidade do Parque em atrair turismo e fomentar o desenvolvimento na região, os objetivos propostos estavam impregnados da memória da cidade.

As oficinas de capacitação foram baseadas em saberes de ex-moradores e na preservação do patrimônio material, o programa de educação patrimonial levou jovens a percorrer as ruínas e conhecer a história da cidade, e a qualificação do circuito arqueológico, ainda que voltado para a justificativa do turismo, evidenciaram e devolveram o protagonismo a elementos fundamentais da memória de São João Marcos.

É possível aferir que, com o trabalho realizado no circuito arqueológico, a memória da cidade ganhou um poderoso elemento para sua ativação.

Os vestígios que antes poderiam parecer apenas pedras espalhadas pelo chão, para um visitante mais desatento, agora se levantam e se mostram por si mesmos, sem precisar que alguém os aponte. Passam a se tornar monumentos de si mesmos, e ao mesmo tempo símbolos visuais do próprio Parque, tornando este uma espécie não de substituição, mas de espaço de recordação, um local onde a memória não é apenas narrada, mas experienciada pelo visitante, através de seus olhos, seus passos e sua imaginação.

REFERÊNCIAS

ASSMAN, A. **Espaços da recordação**. Formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2009.

BNDES. **Página institucional**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finem-investimentos-sociais>

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Reimpressão: 6ª -2014

SERRA, Mozart Vitor Serra (Org). **São João Marcos: patrimônio e progresso**. Rio de Janeiro: Cidade Viva: Instituto Cultural Cidade Viva. 2011.

DA CIDADE VERDE À CIDADE QUINTAL: PAISAGENS CULTURAIS, SABERES E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM CUIABÁ

HEIDY BELLO MEDINA

*Doutoranda do Programa Estudos de Cultura Contemporânea
da Universidade Federal de Mato Grosso
heidy.bello@gmail.com*

YUJI GUSHIKEN

*Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
da Universidade Federal de Mato Grosso
yug@uol.com.br*

RESUMO

A presente trabalho pondera a importância de refletir sobre as mediações da paisagem de Cuiabá e as práticas de moradia sustentáveis ligadas à concepção do território como real e simbólico, mas também existencial, como território subjetivo. Partindo da concepção da Cidade Verde é ponderada a ideia de uma cidade implícita que liga os quintais à concepção da cidade. Através da etnografia e o mapeamento, a pesquisa de carácter qualitativa propõe um diálogo interdisciplinar entre a comunicação, a geografia cultural e a antropologia urbana, principalmente, para conhecer como a paisagem comunicada e a paisagem vivida de Cuiabá como cidade tropical de médio porte, podem ser concebidas como sustentáveis levando em consideração tanto as características do espaço quanto as práticas culturais locais.

Palavras-chave: Paisagens culturais. Cuiabá Cidade Verde. Quintais. Sustentabilidade. Experiência Urbana.

ABSTRACT

This paper considers the importance of contemplating on the mediations of the landscape of Cuiabá and the maintainable home practices connected to the conception of the territory as real and symbolic, but also existential, as subjective territory. From the conception of the Green City is considered the idea of an implicit city that links the homegardens to the conception of the city. Through the ethnography and the mapeamento, the research of qualitative dimension proposes an interdisciplinary dialogue among the communication, the cultural geography and the urban anthropology, mainly, to know as the communicated landscape and the lived landscape of Cuiabá as tropical city of medium load, can be conceived as maintainable taking into account as much the characteristics of the space as the practices cultural places.

Key-words: Cultural landscapes. Cuiabá Green City. Homegardens. Sustainability. Urban Experience.

Introdução

Pensar a cidades como solução, e não como causa dos problemas ambientais e de moradia, é uma manifestação cada vez mais relevante para a orientação das políticas públicas e para o encaminhamento de ações cidadãs amparadas sob o aquilo que Lefebvre ponderou o “direito à cidade”. Iniciativas como a Nova Agenda Urbana, considerada uma extensão da Agenda 2030, aprovada durante a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em 2016, tem o intuito de agir a favor de espaços adequados para todos. Refletir sobre um habitat para melhorar a qualidade de vida no cenário urbano exige pensar sobre as afetações dadas a partir da concepção das paisagens das cidades como sustentáveis e as práticas de moradia como ligadas ao desenvolvimento urbano, compreendendo ser necessário levar em consideração as singularidades do sistema paisagístico e a cultura local, neste caso, de cidades de pequeno e médio portes, mas também as cidades na experiência da metropolização.

Nesse viés, a análise da paisagem é cada dia mais relevante para os estudos urbanos. Pensar a imagem da cidade nos remete à percepção do espaço não somente desde a materialização dada através dos sentidos, mas também desde os imaginários que os processos de espacialização produzem nas pessoas e como eles são modificados ao longo do tempo no espaço.

Cuiabá, capital do Mato Grosso, localizada na região Centro-Oeste do Brasil e no Centro Geodésico da América do Sul, conta como uma população aproximada de 590.118 habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, fato que a coloca como a terceira aglomeração urbana em população no Centro-Oeste brasileiro.

O maior crescimento da cidade registra-se desde a década de 1960 quando Cuiabá contava 57.860 habitantes, de acordo com os registros do IBGE. Segundo o Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Cuiabá (2007), o significativo aumento da população é consequência dos incentivos federais para a ocupação da Amazônia e a integração nacional. As medidas fizeram com que grandes empresas agropecuárias se instituísem no Norte do Estado, (Região da Amazônia Matogrossense), fenômeno que propiciou em Cuiabá fluxos migratórios em constante crescimento que demandaram a ampliação urbana.

Portanto o fenômeno de crescimento urbano, a história e tradição da cidade e mudança acelerada da paisagem exigem pensar em como tais alterações tem produzido processos de subjetivação tanto sobre a moradia como sobre a percepção da paisagem da cidade considerando os atributos naturais que a compõem ao permanecer próxima aos biomas do Pantanal e do Cerrado, e que ainda são comunicados como inerentes à ideia da cidade.

Deste modo, o presente trabalho faz parte da pesquisa de doutorado “Quintais em cuiabá: paisagens culturais, saberes e práticas sustentáveis”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso, dentro da linha de pesquisa Comunicação e mediações culturais e dentro do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cidade (Citicom-UFMT). Para tais fins, é adiantado um estudo interdisciplinar que utiliza ferramentas da antropologia urbana, a geografia cultural e a comunicação da/na cidade e que em sua fase inicial procura conhecer a conformação e mudanças na paisagem urbana de Cuiabá a partir da segunda metade do século XX até o momento atual, partindo da ideia da Cidade Verde.

Sobre a existência da Cidade Verde

A paisagem cultural, que desde a concepção de Carl Sauer se considerava a partir de entender o resultado da ação humana e das alterações da paisagem natural, foi posteriormente concebida por meio das complexidades das relações entre um determinado grupo social e a natureza. Assim, procura-se fazer uma análise da cultura a partir do conhecimento de sua dimensão espacial. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

Logo, pensar Cuiabá como uma Cidade Verde levou à consideração do espaço vivido e da experiência na cidade, para pensar além do espaço geográfico. Corrêa Lobato e Rosendahl (2003), manifestam que no estudo da paisagem é possível considerá-la através de músicas, filmes, pinturas e outras representações.

Cuiabá foi denominada como “Cidade Verde” através de um poema de Dom Aquino Corrêa, no início do século XX que em sua primeira estrofe menciona: “Sob os flabelos reais de mil palmeiras, Tão verdes, sobranceiras. E lindas como alhures não as há, Sobre alcatifas da mais verde relva, Em meio a verde selva, Eis a ‘cidade verde’: Cuiabá.”. (CORRÊA, 1985 Apud, ROMANCINI, 2005, p. 45).

A paisagem da “Cidade Verde” expressada a partir do poema de Dom Aquino Corrêa foi replicada através de diversos elementos culturais de diversas naturezas, por exemplo, em músicas de rasqueado como “Cabeça de boi” de Henrique, Claudinho e Pescuma e “Cidade Verde dos meus amores” de Moisés Martins que fazem parte do folclore local, onde se fala dos atributos da arborização representada através do pequi, as mangueiras etc. Também a Prefeitura Municipal de Cuiabá divulgou um folheto informativo para a população com o intuito de arborizar a cidade para “manter o título de Cidade Verde”, o qual contém informação sobre tipos de árvores a serem plantadas e recomendações de plantação. A imagem de Cuiabá salientando sua cobertura verde continua sendo reproduzida ainda nos dias atuais.



Figura 1. Folheto informativo Programa Rearborizando Cuiabá. Fonte: Foto do folheto, própria dos autores, 2018.

No entanto, pensar em Cuiabá como “Cidade Verde” gera inconformismo em alguns habitantes quem menciona que não existe mais essa paisagem, a causa das intervenções no espaço, entre as quais se destaca a frequente derrubada de árvores. As memórias e experiências dos cuiabanos em relação a esses recursos impulsionaram algumas pessoas a promoverem ações, incentivando e promovendo, de maneira particular, a plantação de árvores frutíferas (mangueiras, cajueiros, entre outras) e floríferas (ipês, flamboyant, entre outros) ou ações para compartilhar um “chá com bolo” (BELLO MEDINA, 2017). Essas ações, especificamente, as desenvolvidas durante o Festival da Cidadania 100em1Dia Cuiabá, em 2016. Deste modo, percebe-se a existência de um certo saudosismo sobre a perda das características da paisagem verde, como também dos recursos hídricos urbanos, como os mananciais (ROMANCINI, 2005) e mesmo pelos rios que são impactados pela poluição.

Olhar sobre a paisagem verde de Cuiabá

A observação da cidade é um dos grandes labores nos dias atuais, onde para além de usar o corpo humano tem-se utilizado múltiplos dispositivos tecnológicos que permitem enxergar o espaço desde várias dimensões. A cidade é vista o tempo todo, a partir de diversos ângulos. Por exemplo, o olhar através de dispositivos mostra detalhes não percebidos pelos sentidos, mas também os dispositivos não são capazes de perceber o que o corpo abrange, a experiência. Assim, no caso da presente pesquisa é importante ponderar a visualidade da cidade a partir dos equipamentos, mas também desde a experiência contemporânea que privilegia as sensibilidades e que coloca o corpo como intermediário entre o urbano e o ontológico, a cidade através dos sentidos, como propõe Jean-Paul Thibaud (2012).

Expõe-se neste texto pensar a cidade a partir de duas instâncias: a altitude e a caminhada. As duas formas permitem enxergar duas paisagens sobre a cobertura verde da cidade, que somada aos relatos, evidenciam as mudanças da moradia na cidade. A distinção das duas maneiras foi ponderada pensando na necessidade de confrontar o postulado da Cidade Verde e a percepção das pessoas, em relação à mesma.

Michel De Certeau faz alusão tanto à altitude quanto à caminhada. Sobre a primeira menciona que tem gerado o espetador uma espécie de *voyeur* dada sua elevação: “Coloca-o à distância. Muda num texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitava e pelo qual se estava ‘possuído’” (DE CERTEAU, 2012, p, 158). A altitude gera uma experiência diferente, o corpo não está em contato, o espetador lê outro universo.

Particularmente no caso de Cuiabá, a observação desde o alto seja dada pelos olhos como através de dispositivos tecnológicos, como o caso dos drones¹, e divulgado a partir de registros audiovisuais demonstra que a cobertura verde da cidade é ampla, ainda que seja abundante em algumas zonas como parques, mas também é possível perceber que nas zonas mais verticalizadas da cidade a presença de árvores é baixa e que a maior presença de vegetação provém de ambientes privados.

1 Ver por exemplo, o vídeo comemorativo dos 299 anos de Cuiabá realizado pela equipe de Drone Cuiabá que mostra vários lugares da cidade, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h1iER1DSgPw&t=1s>



Figura 2. Registro fotográfico de Cuiabá desde o alto no Bairro Goaibeiras em Cuiabá. Fonte: Bello Medina, 2018.

Por outro lado, menciona De Certeau (2012) que há outra dimensão desde onde é possível enxergar a cidade, a dimensão de “embaixo” onde estão os praticantes ordinários da cidade, quem a conhecem “a partir dos limiares onde cessa a visibilidade” (DE CERTEAU, 2012, p. 159). A sensibilidade com que é “vista” e sentida a cidade se gruda na pele de quem a vive. As experiências são assim os lugares de fala desde onde se constitui a cidade, a cidade subjetiva. Deste modo, as pessoas que tem vivido na “Cidade Verde” a imaginam a partir das vivências dos quintais, que tem apontado como estes espaços que a conformam.

Segundo as pessoas partícipes, do processo de participação cidadã do 100em1dia Cuiabá (BELLO MEDINA, 2017), evento realizado no dia 3 de abril de 2016, que foi registrado a partir de entrevistas e produções audiovisuais, e que motivou a presente pesquisa, o verde dos quintais é aquilo que dava sentido à Cidade Verde, somado à arborização das ruas onde a existência de árvores frutíferas como a manga e o caju, colocavam os sentidos em contato com a ideia dessa cidade. O cheiro das frutas e flores, o som dos passarinhos acolhidos pelas árvores, o gosto das mangas, dos cajus, das hortaliças, a possibilidade de coletar as frutas diretamente das árvores, os saberes das plantações, da elaboração de doces, da medicina através das plantas, entre outras.

Para os caminhantes de Cuiabá, uma cidade tropical, cuja temperatura meia anual é 26.1°C, e que é conhecida no Brasil pelas altas temperaturas, a arborização é necessária para suportar o clima. Razão pela qual, a rejeição da ideia de Cidade Verde é apresentada como uma crítica ao modelo de urbanização da cidade.

Quintais e sustentabilidade

O quintal agroflorestal é uma unidade de paisagem anexa à casa que é característica de ambientes tropicais. Conforme Brito & Coelho (2000) os quintais agroflorestais são uma forma de uso e manejo da terra sustentável, nos quais esse fragmento de paisagem é caracterizado por gerar um uso eficiente através do qual árvores e arbustos em conjunto com cultivos agrícolas e a criação de animais domésticos, na mesma área brindam aportes ao solo.

Segundo Gómez Sal, García e Doña (2014), os ecossistemas tropicais e subtropicais, dos quais os quintais formam parte, são fundamentais para a conservação da biodiversidade global. Os quintais, são benéficos para os seres humanos, levando em consideração o fornecimento de alimentos e o bem-estar dado a partir da regulação do ambiente próximo à casa. (GARCÍA & DOÑA, 2014; BRITO & COELHO, 2000).

Por sua parte, Da Silva (2004) enfatiza a importância dos quintais como forma de moradia brasileira que caracteriza por serem ligados a atividades próprias de uma sociedade rural que foi trasladada ao contexto urbano, se acordo com os registros depositados, entre outros, pelos viajantes, menciona o autor.

Veremos a partir disso exposto, que os quintais são relevantes para o entendimento da concepção da cidade e das dinâmicas próprias dos processos de metropolização, que tem incidido sobre os processos de subjetivação em Cuiabá. Deste modo, o fato das pessoas encontrarem menos quintais tem mudado a concepção da paisagem urbana cotidiana e com ela a paisagem cultural que remete aos costumes, tradições e práticas ligadas à relação das pessoas com a natureza através das práticas de moradia. Romancini (2005) menciona que existe registro da existência dos quintais durante os anos 70 nos casarios de estilo colonial. O centro de Cuiabá, onde se originou a cidade era caracterizado por se encontrar dita paisagem cultural.

Como sugere De Lamónica Freire (1997) no seu estudo sobre a arquitetura popular de Cuiabá, a partir da expansão da cidade e a criação de novos bairros, junto com o fenômeno foram modificadas as formas de moradia tradicionais de Cuiabá, que ao longo do crescimento da cidade não eram contemplados pelo modelo hegemônico de vivenda que eliminou as áreas abertas da casa, e, portanto, o quintal.

Os quintais como território de afetos

Durante a primeira etapa da pesquisa, denominada exploratória, busca-se conhecer através do uso de ferramentas da antropologia urbana como a etnografia, em especial, o olhar “De perto e de dentro” proposto por Magnani (2002) e da Observação flutuante, ponderada por Pétonnet (2008), que propõe o flunar como metodologia, conhecer a importância dos quintais como paisagem cultural e território ontológico de Cuiabá.

A partir de uma amostragem denominada “bola de neve” como cadeia de referências tem-se adiantado algumas visitas nos bairros Boa Esperança, Jardim Califórnia e Jardim Universitário e feito levantamento de informação sobre as características dos quintais, que especialmente, permitem conceber a paisagem como uma possibilidade de pensar a cidade através dos sentidos, mas também evidenciando os quintais como espaço social e afetivo. É importante salientar a preocupação do quintal como espaço privado, mas também como uma extensão do público ao considerar a intervenção da calçada e a modificação da paisagem da rua.

A “Cidade Verde” que se refere, como é proposto neste trabalho, a uma paisagem observada do alto (possível de se perceber desde prédios altos, com drones, fotografias aéreas ou satélite, entre outros recursos), e possível de admirar graças as áreas verdes que os quintais aportam, tal como é exposto na seguinte imagem do satélite que Google Maps dispõe, onde se delimita a área correspondente à casa e ao quintal que no fragmento do bairro gera uma grande contribuição à cobertura verde.



Figura 3. Distribuição de um quintal localizado no bairro Boa Esperança em Cuiabá. Fonte: Elaboração própria a partir de Google Maps, 2018.

O presente quintal, denominado quintal 1, é cuidado pelos habitantes da casa, um casal conformado por uma francesa e um brasileiro, e por um amigo deles. Localizado na área de atrás da casa e notavelmente verde, encontra-se uma paisagem dada pela plantação de caju, banana, acerola, goiaba, jabuticaba, ata, mamão, coqueiros, abacaxi, e na frente uma pitanga e limoeiro. Também há um ipê e hortaliças e ervas: tomate, manjericão de duas espécies, pimenta, capim cidreira, menta, hortelã, alecrim, citronela etc. No quintal há um chuveiro, onde as pessoas tomam banho para se refrescar do constante calor de Cuiabá, eles mencionam que é um elemento importante. Nele também há cadeiras de madeira, segundo eles, porque é um espaço social acontecem conversas e reuniões com os amigos. Também há uma churrasqueira, ponderando a atividade de asar carne como integradora social. É também o lugar de colocar o varal para secar as roupas, fazendo do quintal um lugar de diversas atividades.



Figura 4. Distribuição de um quintal localizado no bairro Boa Esperança em Cuiabá. Fonte: Bello Medina, 2018.

A experiência da moradora francesa tem sido, segundo ela, de carácter afetiva devido a que a vida urbana na França é muito diferente, salientando que não tinha morado num ambiente como o quintal, que é um espaço social relevante onde gosta de tomar café da manhã, planta e colhe os frutos das plantas. Salienta que o quintal tem sido muito importante porque permite compartilhar os frutos com outras pessoas e diz que tem o intuito de plantar também na calçada porque quem planta árvore frutífera fora de casa quer melhorar a paisagem da rua também, assim o quintal é expandido.

Considerações finais

As paisagens da cidade são apontadas como relevantes para determinar a qualidade de vida das cidades contemporâneas, tanto no referente a assuntos de saúde mental, quanto as condições de soberania alimentar e sustentabilidade. O estudo de Cuiabá desde a ideia de Cidade Verde permite pensar na cobertura verde como ligada à ideia da cidade e dos quintais a partir da experiência urbana. Assim, a história e desenvolvimento da cidade são conectadas na constituição da subjetividade na constituição de lugares íntimos que aportam à paisagem urbana e ao mesmo tempo são pensados como paisagens culturais.

A paisagem cultural dos quintais, como implícita na concepção da Cidade Verde, a partir das memórias dos habitantes é inerente da história de Cuiabá e permite visibilizar as práticas culturais e suas alterações ao longo do crescimento de Cuiabá e na incidência da transformação da natureza na noção da cultura local e das práticas associadas à presença de uma paisagem natural.

O estudo dos quintais permite conceber na cidade saberes e práticas associadas à moradia, à soberania alimentar, às práticas agropecuárias, artesanais e medicinais da comunidade que são dadas de acordo aos recursos naturais. O quintal como fragmento da cidade permite pensar na paisagem total da cidade, observado desde o alto e embaixo, mas também desde a prática dos sentidos que permite a partir do estudo das ambiências, como menciona Thibaud (2012), compreender, a partir do sensível e o social, esquemas da cultura.

Referências

- BELLO MEDINA, H. Y. **100em1dia Cuiabá: micropolíticas urbanas na relação Colômbia-Brasil**. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.
- BRITO, Márcia Aparecida; COELHO, Maria de Fátima Barbosa. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais-unidades auto-sustentáveis. **Agricultura Tropical**, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. **Evolução do Perímetro Urbano de Cuiabá - 1938 a 2007**. Ano 2007. IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Cuiabá: 2007a.
- DA SILVA, Luís Octávio. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**, v. 11, n. 12, 2004.
- DE LAMONICA FREIRE, Júlio. **Por uma poética popular da arquitetura**. Edufmt, 1997.
- DOS SANTOS MAMEDE, Jeneffer Soares et al. Os quintais e as manifestações culturais da comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá-MT. **Biodiversidade**, v. 14, n. 1, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica: Antropolítica**, n. 25, p. 99-111, 2. sem. 2008.

ROMANCINI, Sônia Regina. **Cuiabá: paisagens e espaços da memória**. Cathedral Publicações, 2005.

SAL, Antonio Gómez; GARCÍA, Alberto González; DOÑA, Henry. La cultura del patio como soporte de agricultura familiar en América tropical. **Agricultura familiar y huertos urbanos**, p. 74, 2014.

THIBAUD, Jean-Paul. A cidade a través dos sentidos. In: **Cadernos Proarq. Revista de arquitetura e urbanismo do Proarq**, 18, p. 1-16, 2012.

AMPLIANDO O OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO: QUESTÕES SEMÂNTICAS E A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

JANAINA LOPES PEREIRA PERES

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e
Cooperação Internacional – PPGDSCI, Universidade de Brasília - UnB
janainaperes@gmail.com*

LUIZ FERNANDO MACEDO BESSA

*Professor do Departamento de Gestão de Políticas Públicas e do
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade
e Cooperação Internaiconal - PPGDSCI, Universidade de Brasília - UnB
lfbessa@gmail.com*

RESUMO

Aproximamos 'patrimônio', 'cultura' e 'desenvolvimento' a partir de análises teórico-conceituais e da problematização da patrimonialização de Brasília – única cidade modernista completamente construída; único patrimônio moderno reconhecido pela Unesco e o maior perímetro urbano tombado do mundo. Para isso, partimos da premissa de que as palavras são importantes e que mudam à medida que muda o mundo; entendemos, também, que são todas categorias políticas, permeadas por conflitos. A análise semântica e evolutiva dos termos, cruzada com a realidade de Brasília, revelou que não existem vínculos automáticos entre a patrimonialização e a apropriação popular dos patrimônios, assim como também não há relação direta de causalidade entre patrimônio e desenvolvimento. Ainda que a evolução dos termos ratifique sua complexificação e reconheça suas multidimensionalidades, não se sabe em que medida as instituições serão capazes de garantir que novos valores se traduzam em políticas públicas indutoras de outro tipo de desenvolvimento, emancipatório, inclusivo e justo.

Palavras-chave: patrimônio, cultura, desenvolvimento, evolução semântica, Brasília.

ABSTRACT

We approach 'heritage', 'culture' and 'development' from a theoretical-conceptual analysis and critical view of the patrimonialisation of Brasília - the only modernist city completely built; the only modern heritage recognized by Unesco and the largest urban perimeter protected in the world. For this, we assume that words are important and that they change as the world changes; we also understand that they are all political categories, permeated by conflicts. The semantic and evolutionary analysis of the terms, crossed with the reality of Brasilia, revealed that there are no automatic links between patrimonialisation and the popular appropriation of heritages, as well as there is no direct relation of causality between heritage and development. Although the evolution of terms ratifies its complexity and recognizes its multidimensionalities, it is still not known to what extent institutions will be able to ensure that new values are translated into public policies capable of promoting another kind of development, emancipatory, inclusive and just.

Key-words: heritage, culture, development, semantic issues, Brasília.

INTRODUÇÃO

Aproximar categorias teóricas como 'patrimônio', 'cultura', 'identidade' e 'desenvolvimento', para fins analíticos, pressupõe dar valor às palavras e reconhecer que elas também são objeto de disputa político-cultural (DAGNINO, 2004). Significa concordar com a necessidade de questionamento de certezas filosóficas e de reordenamento do pensamento, à medida que o mundo muda. Significa, em termos gerais, dar importância não apenas às palavras, mas à construção de significados, o que, para Wittgenstein¹ (2001), está diretamente relacionado aos **usos**. No nosso caso, significa, ainda, concordar que o mundo só pode ser descrito "a partir de dentro", ainda que não possamos negar suas externalidades (GONZALES; KAUFFMANN, 2012).

Bauman (2012), ao discutir a cultura como conceito, sugere que não perguntemos pelos significados, mas pelos **usos**. Na mesma direção, Geertz (1989, p. 12) afirma que é através da ação social que as formas culturais encontram articulação e que os significados dos artefatos e dos estados de consciência emergem do "papel que desempenham", ou seja, de seus **usos**, motivo pelo qual se afirma que a cultura localiza-se na mente e no coração dos homens (GEERTZ, 1989, p. 08, grifo nosso). Por meio do **uso**, portanto, memória, identidade e patrimônio, entendidos como constituintes da cultura e como sistemas simbólicos de representação, articulam-se não apenas entre si, mas com o "território usado" (SANTOS, 2005) e com a noção de desenvolvimento.

Quando Campofiorito (s/d) questiona "o que muda no mundo do patrimônio", ele parece querer entender o que muda no mundo – já que, como lembra Pitikin (2006, p. 15), "as palavras e o mundo mudam juntos". Ele parece interessado em compreender as implicações do que se entende, historicamente, por 'patrimônio', bem como os significados que emergem do papel que os patrimônios desempenham: que novos significados podem emergir de novos usos? Que novas relações ou interseções se estabelecem entre os 'patrimônios', a cultura e o desenvolvimento? É possível que os patrimônios sejam expressão fiel de uma cultura nacional e que promovam o desenvolvimento?

Começamos este artigo *falando sobre* 'patrimônio' e seus significados modernos, para, então, apresentar o caso de patrimonialização da cidade de Brasília (capital nacional, modernista, implantada artificialmente no território e precocemente patrimonializada). A partir da problematização conceitual e do caso concreto, avançamos na identificação das possíveis interfaces entre cultura e desenvolvimento. Há que se ressaltar, porém, que 'patrimônio', 'cultura' e 'desenvolvimento' são três grandes conceitos, holísticos e abertos, que se encontram dispersos em diversos campos disciplinares, o que faz desse trabalho um desafio multidisciplinar.

O PATRIMÔNIO: da ampliação tipológica à cooptação política

Do latim, *pater*, os patrimônios fazem referência àquilo que pertence ao pai, representando posse ou herança. Se, inicialmente, o 'patrimônio' designava aquilo que poderia ser legado por testamento, com o passar dos anos, porém, passou a designar um conjunto muito mais amplo de objetos, de bens, de edificações, de lugares e, no limite, passou a ser entendido como uma invenção ou uma construção político-social. É notável que os sentidos da palavra

1 Referimo-nos à virada linguística iniciada por Wittgenstein (2001) em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, em que o autor propõe uma distinção metodológica entre a utilização ordinária e a utilização filosófica das palavras, entre *falar* e *falar sobre falar*. Na mesma direção em que caminham autores pragmatista como Charles Peirce, Robert Mead e John Dewey, Wittgenstein (2001) busca esclarecer que, para compreendermos os significados das palavras, não podemos nos afastar das regras escritas e não escritas da língua, não podemos nos afastar do cotidiano e da experiência.

‘patrimônio’ – altamente na moda em tempos de hiperconsumo e de *frenesie* comemorativo e conservacionista (LIPOVETSKY, 2004) – tenham se tornado, crescentemente, turvos.

Tal opacidade, segundo Choay (2006), deve-se, em grande medida, às cooptações – retórica, política e econômica – que transformam o patrimônio em elemento-chave dos discursos oficiais (técnicos e competentes), que se pretendem capazes de justificar as ações ou omissões dos Estados nacionais. Para Funari e Pelegrini (2008), a emergência dos Estados nacionais e a necessidade de invenção de grupos de cidadãos que compartilham a mesma língua, a mesma cultura, o mesmo território (ou seja, a invenção de uma identidade nacional), fez com que o conceito de patrimônio migrasse da esfera privada e nacional para a esfera pública e mundial.

Tanto a ideia de *monumento* (relacionada ao que faz lembrar; ao que traz algo à memória) como a de *conservação* de monumentos são invenções europeias que ganharam corpo em momentos de intensas e aceleradas transformações. A aceleração das transformações conferiam aos monumentos históricos uma universalidade sem precedentes, sobretudo em função da crítica de que faltavam raízes à civilização moderna. É com isso em mente que Vernières (2011) afirma que um patrimônio nunca pode ser analisado estaticamente e não pode ser visto como um conjunto de bens permanentes, mas como um sistema simbólico, que se transforma à medida que o mundo muda. Tratar os patrimônios como constituintes de um sistema simbólico e não como um conjunto de bens pressupõe romper dicotomias tradicionais no campo patrimonial, como móvel-imóvel e material-imaterial.

Tais dicotomias, que ainda pautam as instituições e a legislação patrimonial brasileira sobrevalorizam o que se convencionou chamar de patrimônio de “pedra e cal”, uma expressão que enfatiza a dimensão concreta/material dos bens. O que a evolução teórico-conceitual demonstra é que o valor de um bem não está na pedra, no tijolo ou na cal, mas nos significados (imateriais e subjetivos) que estes encerram (PUGH, 2015). Se, por um lado, tais dicotomias servem para facilitar as análises sobre o patrimônio e para compartimentar as instituições que se destinam a sua preservação, por outro, tal visão estanca práticas pouco integradas, pouco permeáveis e muito distantes da realidade. Afinal, todo patrimônio “expressa valores coletivos corporificados em manifestações concretas”, o que faz com que suas dimensões material e imaterial sejam indissociáveis (VELOZO In: ABREU *et. al.*, 2007, p. 30).

Internacionalmente, a evolução semântica do ‘patrimônio’ está evidenciada na Convenção de Paris, que elenca, sob o referencial de ‘patrimônio cultural’, não apenas os monumentos, como também os **conjuntos** arquitetônicos, paisagísticos (históricos, artísticos ou científicos) e os **lugares notáveis**, obras do homem ou da natureza (IPHAN, 1972, grifo nosso)². A Convenção de Paris reconhece, entre outras coisas, que mais do que um substantivo que designa a condição de um bem, um ‘patrimônio’ é uma construção sociocultural e notadamente política.

A ampliação dos referenciais, expressa na noção de *paisagem cultural* ou *referência cultural* desloca o foco do bem em si para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Para Vernières (2011), a consagração da imaterialidade dos patrimônios, embora tardia, abre perspectivas múltiplas de desenvolvimento territorial e comunitário. Ademais, é apenas a partir da análise de tais dinâmicas de atribuição de sentidos e de valores que se pode afirmar que não existe patrimônio (ou processo de patrimonialização) neutro ou imparcial. Concordamos com Valdelorge (2003), quando afirma que todo patrimônio constitui um objeto político e, portanto, um instrumento de poder.

2 No Brasil, a noção ampliada de patrimônio se consolida, sobretudo, no texto constitucional de 1988, no Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens de natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e na Portaria nº 127/2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural brasileira e incorpora a noção antropológica de cultura.

Sobre isso, Lash (In: GIDDENS *et. al.*, 2012, p. 249 e 251) nos oferece uma importante pista sobre qual caminho seguir no campo patrimonial: para este autor “a comunidade é, antes de tudo, uma questão de significações compartilhadas”, motivo pelo qual “não devemos perguntar tanto sobre a criação da significação, mas procurar pela significação que já existe”. A valorização dos territórios em detrimento da capacidade de ação das pessoas, como denuncia Mongin (2009), e a valorização de patrimônios em detrimento de seus sujeitos patrimoniais – a própria sociedade – revela um caminho demasiadamente custoso, arriscado e pouco comprometido com promoção de qualquer outro tipo de desenvolvimento que não o meramente econômico (PERES, 2016).

Para Canclini (1999, p. 16), “repensar o patrimônio significa desfazer-se da rede de conceitos em que estamos envolvidos”. Embora os patrimônios venham sendo relacionados, mais frequentemente, ao desenvolvimento urbano, ao turismo, à mercantilização e à comunicação de massa, deve-se ter em mente que não incluem apenas a herança de cada povo, as expressões mortas de sua cultura, mas também, os bens atuais, visíveis e invisíveis, materiais e imateriais. Assim, a conservação de bens produzidos no passado deve se estender aos usos sociais que relacionam esses bens às necessidades contemporâneas.

Mais do que isso, frente à seletividade que privilegia bens culturais produzidos por classes hegemônicas, deve-se reconhecer que o patrimônio nacional é composto, também, por bens materiais e simbólicos oriundos de grupos populares e subalternos. A construção de um novo pensamento sobre o ‘patrimônio’ deve, indubitavelmente, adequar-se às ressignificações conceituais por que o termo tem passado, lado a lado com a ressignificação dos conceitos de cultura e de desenvolvimento, prestando justiça à pluralidade de saberes e de fazeres, que constituem a teia de significados a que Geertz (1989) chamou ‘cultura’.

No Brasil, diferentemente do que ocorreu na Europa, os processos de patrimonialização não emergiram, em sua maioria, da iminência de sua destruição e não se vincularam a nenhuma revolução. Por aqui, essa discussão ganhou espaço durante a Primeira República e associou-se, mais diretamente, às reformas urbanas do começo do século XX, como o “bota abaixo” promovido por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro (RUBINO In: SCHWARCZ, 2011, p. 393). A noção de patrimônio surgiu, portanto, mais associada ao desejo de intensificação dos laços de identidade de determinados grupos e da afirmação de uma identidade nacional (ou de um nacionalismo) perseguida, pelo menos, desde 1838, a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e reforçada pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

Sobre isso, Campofiorito (s/d) ressalta que, uma vez criado o SPHAN, instaurou-se uma incansável busca pela brasilidade, uma essência do Brasil (ou do brasileiro), um esforço de identificação de ‘gênios nacionais’ e de definição de critérios de gosto. Tais critérios, porém, davam pouca ou nenhuma atenção às artes aplicadas ou populares, à mestiçagem ou à arte ameríndia. O universo de bens arquitetônicos (que constituíam a quase exclusividade dos patrimônios tombados até os anos 1980), porém, logo se esgotou, impondo a necessidade de ampliação dos critérios de valor e de diversificação dos atores do campo patrimonial, para que novos bens – mais populares e representativos da criatividade de segmentos socialmente menosprezados – pudessem ser incorporados. Acima da valorização da multiculturalidade brasileira, porém, parece prevalecer a lógica do capitalismo tardio, que, dentre outras consequências, provocou uma “profunda mercantilização da cultura” (ABREU *et al.*, 2007, p. 229)

Ademais, é relevante ressaltar que, nascida sob a égide do Estado, a política patrimonial brasileira foi historicamente conduzida e definida de cima para baixo. Em função disso, são inúmeros os desafios que se impõe nesse campo: que vão da ampliação da representatividade

dos patrimônios nacionais à mudança na cultura institucional, passando pelo questionamento dos instrumentos de proteção ou de preservação patrimonial. Embora o discurso já tenha incorporado novos atributos de valor e que o campo esteja mais multidisciplinar e multidimensional, ainda não se sabe se as instituições serão capazes de garantir a aplicabilidade desses novos valores.

BRASÍLIA: o processo de patrimonialização e suas contradições

Em função das ampliações práticas e semânticas do campo patrimonial, foi possível que Brasília, um conjunto urbano moderno, emergisse como patrimônio cultural da humanidade. Na prática, porém, a despeito do avanço representado pelo inserção na Lista do Patrimônio Mundial (LPM), os critérios e os documentos relativos à patrimonialização evidenciam que a genialidade de Oscar Niemeyer e de Lucio Costa esteve no centro da decisão, o que revela o predomínio de critérios tradicionais. Caso contrário, deveriam ter sido patrimonializados, também, as manifestações vernáculas, as fazendas (anteriores à construção de Brasília) e os acampamentos pioneiros. Estes, porém, nunca receberam o mesmo *status*.

Brasília nasceu, simultaneamente, como um fato político-administrativo (Nova Capital Federal), como materialização do pensamento modernista desenvolvido nos Congressos Internacionais de Arquitetura Modernista (CIAMs), e como “patrimônio”³. Como discutido em Peres (2016), porém, seu processo de patrimonialização se deu *às avessas*: o governo brasileiro “levou à Unesco a ideia de que se tombasse para a humanidade uma coisa que ele próprio não havia tombado nem protegido” (SPHAN, 1990, p. 49), um tipo inédito de solicitação, que demonstra que, o que estava em jogo não era apenas seu julgamento estético, mas o controle dos lugares (BAUMAN, 2010).

Segundo Marquez e Mello Jr. (In: LEITÃO, 2009, p. 110), “Brasília obteve, por meio da ‘radicalidade estética’ associada à ‘mitologia política’, uma identidade que as cidades somente obtêm por meio de uma longa sedimentação histórica cultural”. A patrimonialização da cidade modernista encontra-se, assim, na interseção entre o desejo de inovação e o afã pela conservação, o que a faz tão paradoxal quanto a própria noção de ‘patrimônio’ (PERES, 2016). Além do mais, Brasília, desde que foi artificialmente implantada no território, colocou em cheque a crença urbanística de que a aproximação geográfica de cidadãos distantes no espaço social poderia, de fato, aproximá-los, sugerindo que o espaço público pode ser apropriado igualmente.

O planejamento urbano e a especulação imobiliária são lados da mesma moeda e, em Brasília, foram legitimados e fortalecidos pela patrimonialização de um perímetro tecnicamente projetado por Lucio Costa e povoado por inúmeras obras de Oscar Niemeyer. Conforme denuncia Campofiorito (s/d, p. 13), a lógica de patrimonialização no Brasil, que conjugava a preservação de bens (sobretudo imóveis e materiais) ao controle físico-territorial apenas reforçava a infraestrutura sociopolítica do país e fracassava quanto ao essencial, “isto é, a melhora do convívio urbano”. Tais processos, conduzidos de cima para baixo, atuavam em nome da higiene e da segurança, mas desrespeitando ambientes ou povos tradicionais. Como afirmamos em Peres (2016, p. 101), Brasília

foi pensada para ser o símbolo de uma nova sociedade e de uma nova era, mas não logrou se blindar contra os grandes problemas urbanos e os jogos de classes, que afligem as grandes cidades e as metrópoles brasileiras; é a expressão da representatividade política do país, mas não dá condições reais de representatividade a sua própria população.

3 Brasília é a única cidade modernista do mundo a ter sido completamente construída. Em função disso, nasceu protegida pela Lei 3.571/1960 (BRASIL, 1960) e, com poucos anos de vida, foi inscrita na LPM da Unesco, em 1987. Em 1990, foi inscrita, no Livro do Tombo Histórico nacional.

Projetado para abrigar de 500.000 a 700.000 pessoas, o Plano Piloto ainda abriga, segundo dados da Codeplan (2016), apenas 210.067⁴ pessoas. Se, por um lado, o plano de Lucio Costa nunca se cumpriu em termos demográficos, por outro, as outras 30 Regiões Administrativas que conformam, juntamente com a RA-I, a cidade, a população estimada pelo IBGE⁵, para 2018, é de quase três milhões de pessoas, o que demonstra que muita coisa e muita gente ficou de fora do processo de patrimonialização da cidade.

Diante disso, é essencial ressaltar que não há, a nosso ver, relação de causalidade nem entre planejamento e desenvolvimento nem entre patrimonialização e desenvolvimento. Ao contrário, autores como Paviani (2010) defendem que, em Brasília, até mesmo a segregação é planejada: a necessidade de fortalecimento e de reafirmação do Plano Piloto enquanto coração político-administrativo, por concentrar edifícios públicos e postos de trabalho, juntamente com a necessidade de cumprimento das leis patrimoniais, em nome da preservação de uma pretensa qualidade de vida, são responsáveis pela legitimação e pelo recrudescimento das desigualdades (geográficas, socioeconômicas, políticas, culturais, educacionais, etc.).

A Rodoviária do Plano Piloto separa o Sul do Norte; o Eixo Rodoviário divide a cidade em Leste e Oeste; o perímetro demarcado pelo IPHAN separa o que tem valor patrimonial do que não tem; o imaginário diferencia a Brasília-plano piloto de outras tantas Brasília e separa os que vieram construir dos que vieram habitar, como se Brasília tivesse, de fato, nascido pronta. Não nasceu. “Brasília expande a distância entre os corpos”, diz um lambe-lambe situado na fronteira entre o Sul e o Norte, revelando a tensão entre o distanciamento, a exclusão, a fragmentação e a importância da recuperação e da ressignificação dos vínculos de pertencimento.

Afinal, como nos lembra Canclini (2007, p. 106), é na fronteira que se dá a (re)construção das identidades, sempre em aberto; é na fronteira que se reivindicam as identidades e que se busca o reconhecimento; é na fronteira que se exacerba a desigualdade e que se “absolutizam” patrimônios culturais ilusoriamente puros.

PATRIMÔNIO, CULTURA, DESENVOLVIMENTO

Qualquer debate sobre a relação entre patrimônio, cultura e desenvolvimento padecerá de alguma imprecisão e de uma boa dose de reducionismo, já que os três termos – e, sobretudo, os dois últimos – além de polissêmicos, são objeto de disputa político-ideológica e de constante atualização. No campo da *cultura*, são inúmeras as tentativas de definição e modos de emprego do termo. O conceito de *cultura* pode variar, em termos gerais, de uma concepção de escopo alargado (dita antropológica), designando um complexo de conhecimentos, costumes, hábitos, práticas, técnicas, símbolos, valores, expressões materiais e não materiais, modos de fazer ou de viver, etc., a outra concepção mais estrita, ou específica, que reduz a ‘cultura’ às atividades artísticas, criativas ou lúdicas.

No campo do *desenvolvimento*, o conceito esteve, por muitos anos, atrelado às noções de crescimento econômico, expansão de mercados, industrialização ou progresso. E, ainda que essa noção venha sendo fortemente contestada por ideias radicais (e até utópicas), a teoria que reduz o desenvolvimento à evolução econômico-monetária, marcada por certo darwinismo social, continua representando o *mainstream* e cooptando, com certa facilidade, as noções mais críticas. Não há como negar, porém, que o conceito de desenvolvimento tenha se complexificado ao longo do tempo e, assim como o conceito de *patrimônio*, tenha ganhado mais espaço no pós Segunda Guerra, em função da necessidade de reconstrução da Europa e da evidência de que desenvolvimento e conflito estavam intrinsecamente relacionados (KNUTSSON, 2009).

4 A análise da evolução demográfica demonstra que a população do Plano Piloto está, em termos absolutos, decrescendo. Eram 236.477 habitantes em 1970 (IBGE, 1971), 221.223 em 2014 (CODEPLAN, 2014) e 210.064 em 2015 (CODEPLAN, 2016).

5 Informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>.

É como se o fracasso do desenvolvimento, evidenciado no último quartil do século XX pela destruição de cidades europeias, pelas crises econômicas, pelas tragédias sociais e pelo aprofundamento das desigualdades, tivesse provocado uma bifurcação conceitual. Por um lado, o conceito esvaziou-se a ponto de ser considerado “mera” retórica, o que levou a sua negação: emergiram teorias de contra-desenvolvimento, anti-desenvolvimento ou, ainda, de decrescimento, como preconizado pelos estudos de Escobar (1992; 1995) e Latouche (1998; 2009), por exemplo. Por outro lado, evidenciou-se que o termo tinha se tornado demasiadamente genérico, o que também provocou seu enfraquecimento e o abuso de adjetivações, quer seja para explicar ou para especificar o desenvolvimento: social, sustentável, humano, educacional, regional, local, urbano, global, nacional, endógeno, etc.

Apesar da rica história intelectual e da importante evolução semântica do conceito de desenvolvimento, apresentada, entre outros autores, por Knutsson (2009), no Brasil, seguimos uma tradição desenvolvimentista autoritária, excludente e predatória. Partimos, equivocadamente, do pressuposto de que os recursos são infinitos, de que o mercado é capaz de se autorregular e de equilibrar as relações sociais e políticas e de que o crescimento econômico é o pré-requisito indispensável e, talvez fundamental, para a redução das desigualdades. Seguimos esperando o bolo crescer, para, um dia, dividi-lo.

Se partirmos da convicção de que quem sofre o problema é mais inclinado e, quiçá, habilitado a resolvê-lo, seria adequado afirmar que o principal agente de um novo tipo de desenvolvimento e, analogamente, de novos processos de patrimonialização e de promoção e de valorização de outras culturas, será a sociedade. O modelo de desenvolvimento vigente é considerado, no âmbito da crítica pós-desenvolvimentista, um mal em si mesmo, mais um instrumento de hierarquização e de dominação, que divide o mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e dá, aos primeiros, o direito de intervir sobre os demais.

No exercício de aproximação entre Desenvolvimento e Cultura, evidencia-se a necessidade de transformação da cultura do desenvolvimento. Um apelo que vêm sendo feito há pelo menos três décadas, na esteira do processo de redemocratização e, sobretudo, a partir das contribuições de Celso Furtado, para quem o desenvolvimento mimético –a imitação ou reprodução de padrões importados de cultura – deveria ser superado. Tendo integrado a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), tendo contribuído para os debates no seio de Escola da Dependência e tendo atuado como Ministro da Cultura, de 1986 a 1988, Furtado (2012) defendeu a necessidade de assumirmos nossa condição econômica e nossa realidade social presentes, para, a partir disso, mirar o futuro. Para ele, qualquer política cultural deveria assegurar “a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade”, ideia que dialoga diretamente com o tipo de desenvolvimento que defendemos (FURTADO, 2012, p. 64).

Embora a cultura e o patrimônio sejam internacionalmente reconhecidos como elementos constitutivos das sociedades humanas, a valorização da pluralidade cultural e patrimonial não está garantida. No Brasil, o fio que une a criação do IHGB (1838), do SPHAN/IPHAN (1937) e a construção de Brasília (1960) é, justamente, a tentativa de construção (ou de invenção) de uma História, de uma Identidade e de uma memória que legitimasse tal discurso (PERES, 2016). O problema, porém, é que, como enfatiza Canclini (2007, p. 104), “a reivindicação da identidade tem sempre algo de violento em relação ao outro”.

Na contemporaneidade líquida de Bauman (2003) ou nos tempos hipermodernos de Lipovetsky (2004), o que era símbolo torna-se *fim em si mesmo*, uma mercadoria, como botões ou camisas. A cidadania cede lugar ao consumo e o desenvolvimento societal envergonha-se frente ao econômico. Triunfa a imagem, o simulacro, o *marketing*. A memória cede lugar ao

entretenimento-espetáculo. A identidade oficial vê emergir identidades no plural, abertas e reflexivas. Na teoria, “entramos em um mundo realmente multicultural e interdependente, que só poderá ser entendido e transformado a partir de uma perspectiva múltipla” (CASTELLS, 1999, p. 43).

Em lugar de desencorajar ou de suprimir movimentos sociais libertários, críticos à sociedade de consumo, às metanarrativas, à imposição de identidades ou culturas oficiais e à soberania do capital, uma nova estrutura social, que se pretenda capaz de promover *outros* desenvolvimentos, *outras* culturas e *outros* patrimônios deve, justamente, ser impulsionada por tais movimentos. É possível, afinal, que os patrimônios expressem a pluralidade cultural de uma nação e que promovam o desenvolvimento endógeno, voltado à melhoria das condições de vida da população e à promoção de mais justiça social? Depende. A contemporaneidade encerra uma complexidade que impede respostas imediatas ou únicas. Vivemos um momento contraditório, que coloca a informação *vis à vis* a desinformação, a maturidade em oposição à instabilidade, o criticismo frente a frente com a superficialidade, o ceticismo em confronto com a profundidade das crenças. Além da percepção de que tudo mudou, compreende-se que tudo continuará mudando.

Idealmente, os patrimônios conectar-se-iam à contemporaneidade, à medida que fossem instrumentos de compreensão *do hoje*: pontos de memória, mas também de resistência, no espaço, de outros tempos. No mundo real, porém, e, particularmente, no caso aqui analisado, o ‘patrimônio’ continua reforçando lógicas de segregação e aprofundando desigualdades. Dentre os principais desafios necessários à superação do ‘patrimônio como obstáculo ao desenvolvimento’, está a necessidade de que a evolução semântica saia do discurso e se traduza em uma abordagem preocupada com a reinterpretação de usos e com a promoção de novas sociabilidades.

Faz-se necessário, por fim, que esse novo olhar sobre o patrimônio, a partir de conceitos também atualizados de cultura e de desenvolvimento, seja internalizado pelas instituições, em todos os níveis, em substituição à visão ainda compartimentada, que segue setorizando o patrimônio e privilegiando patrimônios de “pedra e cal”. Culturas nacionais contribuem, indubitavelmente, a esta construção, mas, ainda que se logre construir uma cultura nacional, por meio do poder dos sistemas simbólicos, “instrumentos por excelência da ‘integração social’” (BOURDIEU, 1989, p. 11), devemos ter em mente que a mesma cultura que une é a cultura que separa, que legitima as distinções e que compele todas as demais a definirem-se em relação à cultura dominante (*idem*).

Analogamente, a patrimonialização, entendida como processo de ativação simbólica do valor de um bem – por **distinção** –, na tentativa de materializar o passado no presente, promove o enquadramento de “memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado” (POLLAK, 1989, p. 11), de um governo ou de um grupo, por lhe serem favoráveis. Nesse sentido, patrimônio, cultura e desenvolvimento são construídos a partir de processos homogeneizantes e pouco diversos e, em lugar de reforçarem vínculos de pertencimento, criam jogos de luz e sombra: aqueles que são deixados de fora – da cultura oficial ou das áreas patrimonializadas – veem-se impossibilitados de se reconhecer nos discursos oficiais e em valores chancelados “de cima para baixo”, em um processo que legitima fronteiras e perpetua segregações (PERES, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo político (e um tanto autoritário) de patrimonialização de Brasília revela que os patrimônios urbanos, para que sejam promotores de um desenvolvimento emancipatório, inclusivo e justo, devem ser pensados não apenas a partir dos aspectos legais e técnicos estabelecidos institucionalmente, mas a partir de temporalidades e territorialidades horizontais; da sociedade e dos processos de apropriação-ressignificação dos lugares.

Não há (e talvez não possa haver) conceitos definitivos ou herméticos de patrimônio, de cultura ou de desenvolvimento. Há, sim, pluralidades que nos obrigam não apenas ao esforço de contextualização desses termos (espacial, temporal e ideologicamente), mas, também, a reconhecer suas contradições. Independentemente do caminho escolhido ou do projeto de país defendido, nos parece evidente que o desenvolvimento precisa ser redefinido como uma experiência coletiva de aprendizagem. Partilhar conhecimento, “o bem público por excelência”, segundo Piketty (2014, p. 30), não apenas promove o crescimento econômico, como “é o principal instrumento para aumentar a produtividade e ao mesmo tempo diminuir a desigualdade”.

Patrimônios, culturas e projetos de desenvolvimento devem ser sempre negociados. Enquanto categorias, devem ser pensados transitória e transversalmente; enquanto fenômenos, devem ser compreendidos não como a essência de um determinado grupo, mas como processos, cujos significados e valores subjacentes devem ser disputados. Em nossa incessante busca por respostas, chamamos atenção para os revezes da patrimonialização, que vão da perpetuação da segregação (que se torna tão planejada quanto a cidade) à consolidação de determinados usos do território em detrimento de outros. Conclui-se que, muitas vezes, processos de patrimonialização podem reforçar ou consolidar a segregação socioespacial e o poder de grupos dominantes, enfraquecendo a trama social, que só pode ser tecida coletivamente. De outro modo, a ideia de um “sujeito coletivo” só encontrará lugar na retórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e Intérpretes** – sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº 3.751**, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal, 1960.

CAMPOFIORITO, Ítalo. **Muda o mundo do patrimônio**: notas para um balanço crítico. Revista Brasil, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Ciência e Cultura: Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://www.ivtrj.net/museus_patri/antariores/mac/artigo.htm>>. Acesso em: junho 2015

CANCLINI, Néstor García. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. p. 16-33. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Patrimonio Etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura, Junta de Andalucía: Sevilla, 1999.

CANCLINI, Néstor García. Não sabemos como chamar os outros. pp. 99-118 In: **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CASTELLS, Manuel. Prólogo: a Rede e o Ser. pp. 21-47; Conclusão: a sociedade em rede. Pp. 565-574. In: **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. 3ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal - PDAD/DF 2013**. Brasília: Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, 2014.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal - PDAD/DF 2015**. Brasília: Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, 2016.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: **La cultura en las crisis latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

ESCOBAR, Arturo. **Imagining a Post-development Era?** Critical Thought, Development and Social Movements. Social Text, n. 31/32, Third World and Post-Colonial Issues, pp. 20-56, 1992.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton, Princeton University Press, 1995

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpenetração das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC SA, 1989.

GONZALEZ, Philippe; KAUFMANN, Laurence. The Social Scientist, the Public, and the Pragmatist Gaze. Exploring the Critical Conditions of Sociological Inquiry. pp. 55-85. **European Journal of Pragmatism and American Philosophy** [online], vol. IV, n. 1, 2012. Disponível em: <<<http://journals.openedition.org/ejapap/766>>>. Acesso em 30 abril de 2018.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico - VIII Recenseamento Geral 1970 - Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

IBGE. Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação. Distrito Federal - Brasília, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=530010>>, Acesso em jan. 2016.

IPHAN. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, de 16 de novembro de 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>> Acesso em: mar. 2014.

IPHAN. **Decreto-lei nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN. **Portaria nº 127**, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Brasília: IPHAN, 2009.

KNUTSSON, B. **The Intellectual History of Development towards a Widening Potential Repertoire**. Perspectives, nº.13, April 2009. School of Global Studies - Göteborgs Universitet, 2009. Disponível em: <<http://www.gu.se/digitalAssets/1272/1272997_Perspectives_13.pdf>>

LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética e comunidade. In: GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. (orgs.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: EdUNESP, 2012.

LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: Editora WMF. Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, S. Contribution à l'histoire du concept de développement. pp. 41-60. In: COQUERY-VIDROVITCH, C *et al.* Paris, L'harmattan, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2004.

MARQUEZ, Mara Souto; MELLO JÚNIOR, Antônio O. Escala Monumental. In: LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

MONGIN, Oliver. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 287-308.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A. (org.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. São Paulo: Ed. UnB, 2010.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Patrimonialização e desenvolvimento: conexões e contradições em Brasília**. 2016. 213f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacionais - PPGDSCI), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2016.

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e ideias**. Lu Nova, São Paulo, 67, pp. 15-47, 2006.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio** (p. 03-15). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PUGH, Keith. More than bricks and mortar [entrevista]. Oxford Today: Oxford, 11 dec. 2015. Disponível em: <<http://www.oxfordtoday.ox.ac.uk/interviews/more-bricks-andmortar>>. Acesso em: jan. 2016.

RUBINO, Silvana. Patrimônio: história e memória como reivindicação e recurso, p. 390-399. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL - Observatorio Social da América Latina. Año 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SPHAN. **Ata da 138ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: MinC/SPHAN, 09 de março de 1990.

VALDELORGE, Loïc. Le patrimoine comme objet politique. p. 11-24. In:POIRIER, Philippe; LOÏC, Valdelorge (Direc.). **Pour une histoire des politiques du Patrimoine**. Paris: Comité d'histoire du Ministère de la Culture/Fondation Maison des Sciences de l'Homme, 2003.

VERNIÈRES, Michel (Org.). Patrimoine et développement : études pluridisciplinaires. GEMDEV, Karthala : Paris, 2011.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-philosophicus**. São Paulo: Edusp, 2001.

RESSIGNIFICAÇÃO DA MATRIZ XILOGRÁFICA

JEFFERSON PEREIRA NEPOMUCENO

*Mestrando do Programa de Pós Graduação em
Patrimônio Cultural e Sociedade – UFRRJ
okumene@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho é uma ponderação acerca da matriz xilográfica como elemento epistemológico próprio em si, capaz de ser objeto depoente dos saberes do autor. Uma série de fatores pode tornar a matriz um objeto, liberando-a para análises. Muito mais que uma guarda histórica, e estéril, a possibilidade de epistemologia individual traz consigo uma abertura significativa de pesquisa. Tantos são os aspectos que seriam necessários para reconstituir o ambiente no qual a gravura foi confeccionada, que se torna improvável recriá-lo com autor morto, já que os momentos em que o mesmo tem participação decisiva para a confecção da gravura são inúmeros e no meio deste fazer criativo há circunstâncias que não deixam legado físico. Desta forma, a remoção da tinta residual, pode se constituir higiene do objeto, não violando um fazer criativo. Assim, a matriz pode ser vista como objeto e não como obra.

Palavras-chave: Epistemologia. Matriz. Xilogravura. Patrimônio. Cultura.

ABSTRACT

This work is a reflection on the xylographic matrix as an epistemological element proper to itself, capable of being the subject of the author 's knowledge. A number of factors can make the matrix an object, freeing it for analysis. Much more than a historical and sterile guardian, the possibility of individual epistemology brings with it a significant opening of research. So many aspects would be necessary to reconstitute the environment in which the engraving was made, which makes it unlikely to recreate it with a dead author, since the moments in which it has decisive participation in the making of the engraving are innumerable and in the middle of this creative doing there are circumstances that leave no physical legacy. In this way, the removal of the residual ink, may constitute hygiene of the object, not violating a creative doing. Thus, the matrix can be seen as an object and not as a work.

Key Words: Epistemology. Woodcut. Matrix, Cultural. Heritage.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da construção das reflexões que auxiliarão na dissertação de mestrado do autor intitulada “Matriz xilográfica como legado da construção da gravura em Oswaldo Goeldi”. Tal estudo pretende trazer ao debate a significação da matriz xilográfica e a xilogravura dentro do ambiente patrimônio-cultural. Como a matriz pode ser depoente dos saberes do autor. Este presente faz parte do escopo das pesquisas para a dissertação.

A gravura é um meio de expressão indireto. Sua confecção depende da ação do autor na matriz, qual e como se utilizará do papel, o modo como aplicará a tinta, a pressão desta no papel e como é esta tinta. Tantos são os aspectos que seriam necessários para reconstituir o ambiente no qual a gravura foi confeccionada, que se torna improvável recriá-lo com autor morto, já que os momentos em que o mesmo tem participação decisiva para a confecção da gravura são

inúmeros e no meio deste fazer criativo há circunstâncias que não deixam legado físico. Desta forma, a remoção da tinta residual, entendemos, se constitui higiene do objeto, não violando um fazer criativo. Assim, entendemos a matriz como objeto e não como obra, o que atrela a percepção do tratamento da peça também como meio de pesquisa do *modus operandi* do artista.

Uma vez limpa e bem conservada, a matriz se constitui um memorial descritivo do autor. Pode-se através da peça chegar à algum nível da construção autoral. Como um caminho direto de pesquisa, a matriz, dessa forma, se torna um relato físico da ação criativa. Por tantos elementos, a matriz se constitui um documento direto, capaz e aberto à pesquisa. Perde-se, de fato, com a higiene, por vezes o último registro de tinta na peça, mas compreendido ser esse objeto um veículo para a gravura, entende-se que a obra é a gravura onde o resultado gráfico acontece. Sendo objeto, pressupomos como elemento depoente de Patrimônio intangível - segundo José Gonçalves, em Patrimônio como Categoria de Pensamento(2008) ,muito mais eloquente que a prisão de uma legislatura, é mantermo-nos abertos a elementos que nos conectem com o espírito humano:

O que estou argumentando é que estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana (p.22) (...)essa noção expressa a moderna concepção antropológica de Cultura. Segundo ela, a ênfase está nas relações simbólicas(...)(p. 27).

Muito mais importante que a matriz lacrada numa semântica trancada histórica de 'obra', talvez interesse o que ela possa contribuir para um depoimento - seja o modo de agir ou de pensar o fazer de um autor. E, a partir disso, ponderar ou tornar capaz de muito mais relatos e construções de discursos e ponderações.

AMBIGUIDADE - OBRA OU OBJETO - PORQUE IMPORTA - CASO

Em 2009, quando trabalhava como Conservador/Restaurador no MNBA- RJ, ocorreu proposta de restauração e acondicionamento das matrizes xilográficas pertencentes ao Museu. Nos deparamos com uma problemática específica - a matriz de xilogravura. Interessava saber qual espaço epistemológico ela ocupa - obra ou objeto. Tal deliberação foi aberta ao debate interno entre as partes do museu e outros profissionais que pudessem trazer luz a questão.

Até então, a Instituição não havia ponderado amplamente a respeito. Defendia a peça como obra, tendo tratamento de tombamento Institucional. Houve negativa de proposta inicial de uma higiene mais profunda, por dúvida da relevância ou não da manutenção da tinta residual, se legado ou não, direto ou indireto autoral; paradoxalmente lidava com as matrizes como objeto, chegando inclusive a fazer e comercializar impressões póstumas.

Diante da possibilidade da retirada da tinta residual das matrizes de Oswaldo Goeldi, por entendimento por parte do corpo técnico do museu, que a massa residual de tinta apresentava-se como sujidade, chegou-se a questão - obra ou objeto (?). Em bibliografias pesquisadas, em tempo, fontes museológicas apresentavam parâmetros técnicos, de guarda de madeira (NASCIMENTO, 2006). Terminologias e planilhas completas de como se relacionar com peças em madeira, mas nenhum texto achado, até então, - Cartas Patrimoniais -IPHAN, ABRACOR (Associação Brasileira de Conservação e Restauração), CECOR - UFMG (Centro de Conservação e Restauração - Universidade Federal de Minas Gerais), Relatórios do próprio museu MNBA, -em nenhum achou-se problemática específica da matriz de gravura ser meio ou fim, sua natureza em si- epistemologia.

Levando a questão para o debate aberto, achamos teóricos do meio Gráfico/Xilográfico que definem a matriz como meio de um processo de feitura plástica, e não obra final. Ponderado

todo debate, consideramos abordar a higiene e possível restauração estrutural das matrizes de forma a manter a saúde das peças, segundo parâmetros universais de conservação (HIMMELSTEIN, 2005). Em Introdução à gravura e História da xilogravura(1984) Antonio Costella define:

São tantos elementos característicos pertencentes ao fazer, que pode-se considerar improvável a recriação do instante, visto que alguns elementos sequer deixam legado físico e se constituem prerrogativa de ação autoral, sendo a matriz parte da construção gráfica. Entende-se que a gravura esteja no papel como resultado de processo, sendo a tinta residual um provável elemento participativo neste processo, sendo legado, apenas, da última prova.

A possibilidade de entendimento da matriz ser um objeto mais descritivo que apenas a presença das incisões do fazer da gravura, o questionamento de se-la objeto depoente do fazer do autor, tornando-a eventual documento aberto à pesquisa da construção do fazer e depoente de eventual *modus operandi* autoral, sendo parte de um processo, cuja criação, por natureza, é indireto e somatório em diversas etapas (HERSKOVITS, 1986) é elemento primaz a se problematizar neste trabalho. Em ocasião do debate, foi publicado artigo pela Abracor, onde descrevemos, na ocasião, as circunstâncias.

A matriz, livre da camada da tinta residual, revela sua face - como as incisões foram feitas, recuos, renúncias, todas as variações de que o artista se valeu para o resultado gráfico. Na própria ação de higiene percebe-se (relatório técnico referente a higiene e acondicionamento na instituição MNBA) circunstâncias específicas ao ato criativo. Desvendou-se renúncias e recuos, anotações, esboços preparatórios, e até registros de como deveria ser o ato de entintagem. Ainda o uso da tinta, se mais densa ou mais fina (por vezes numa mesma peça, com eventual mistura de pigmentação sépia ou azul, sendo o resultado referente na gravura um preto mais quente- uso de sépia, ou preto "aveludado" - uso de tinta azul) - Elementos de ordem física presentes na matriz, que não, necessariamente, estariam abertos a pesquisa sem a higiene. Não se achou bibliografia antagonista quanto a higiene da Matriz, ponderada em seu sentido singular, tampouco observação dentro de ambiente museal - da Matriz como elemento singular, epistêmico. Autor xilográfico que delimita a questão para uma apreciação mais objetiva, Oswaldo Goeldi tem em sua obra, legado físico que exemplifica a questão proposta, presente em acervo aberto à pesquisa no MNBA - RJ. Em metodologia adotada por ocasião do trabalho de conservação das matrizes, utilizamos os procedimentos descritos e publicados em Artigo para Abracor, cit:.

Quanto a conservação formal de guarda das matrizes, percebeu-se em pesquisa que nenhum critério leva em conta a natureza do objeto. A questão física do artefato é fundamental para se estabelecer o acondicionamento. Higiene com Água Destilada, de Ph alcalino em soma Amilase e Solvente orgânico, guardado cada especificidade de casos. Por tratar-se de peças de madeira, algumas questões específicas foram abordadas: prevenção de pragas através do meio ambiente com umidade controlada em cerca de 65% com baixa variação, controle também do micro clima, bem como o zelo pela integridade estrutural, evitando os empenos livres de pressões físicas. A solução adotada foi o envolvimento das matrizes condicionadas com Etafoan, na direção do veio da madeira, fixado com cinta de papel tipo Filicoat de pH neutro, com as laterais abertas para a ventilação. Uma vez feito isso foram guardadas com a direção do veio pra cima, como se fossem todas em topo, numa estante compactadora, protegendo-as da incidência luminosa, onde foram acondicionadas por proximidade de dimensão e não mais por ordem de tombo, entendendo que a prioridade é a saúde da peça, e possível guarda de legado autoral.(NEPOMUCENO in MIRABILE, p. 15. 2010



Figura 1. Matriz para gravura Banhistas de O. Goeldi - MNBA. Fonte: MNBA.



Figura 2. Gravura Banhistas - O. Goeldi. Fonte: MNBA

Em procedimento de higiene para matriz - figura 1- da gravura “Banhista”, de 1945 -figura 2- (tombo 4398-MNBA- Donato), percebeu-se organolepticamente, um tom de tinta preta densa nas figuras retratadas, e outro tom, homogêneo, no restante da peça. Indicando, a priori, uso de tinta com densidades distintas. Concluído o procedimento de retirada da tinta, constatou-se que o autor havia arranhado o interior das figurações a fim, possivelmente, que retivessem mais tinta, o que revelou-se no resultado da gravura, de densidade maior do preto. Esse exemplo ilustra uma ação não prevista sem a higiene e nota-se uma ação autoral mais comumente usada na gravura em côncavo, que o autor fez uso para um fim de resultado estético-plástico com fim na gravura, no papel. Segundo exemplo do mesmo autor, que ilustra o pressuposto, é a matriz- figura 3) para a gravura “Paisagem noturna” -figura 4 - , de 1942, matriz apresenta veios bem abertos e a impressão correspondente do autor resulta um preto denso fechado a respiro da madeira, prova física da ação autoral de Goeldi na preparação da tinta.



Figura 3. Matriz para Paisagem Noturna -O. Goeldi. Fonte - MNBA



Figura 4. Paisagem Noturna O. Goeldi. Fonte- MNBA.

Ainda sobre esta peça, a higiene revelou toda sorte de variação de gravações, texturas diferentes e renúncias, além de desníveis na madeira próximo as incisões. Tais situações físicas que a impressão da gravura responde graficamente, mas não denuncia exatamente como fora gerido. (Descrito em parte, NEPOMUCENO in MIRABILIE, A.2009)

Ação prática de higiene que fizemos e resultou em relatório formal da Instituição e parte do Boletim da Abracor nº1 de 2010, subsidia nosso argumento: Onde está o autor? Na metonímia, o autor é a peça, mas quantos discursos podem ser apresentados, ou estar presentes em diferentes prismas de abordagens?

LEGISLATURAS E SEUS PARÂMETROS

Desde que patrimônio cultural começou a ser mais ponderado, a partir dos anos 60, há uma forte convicção a cada carta patrimonial, da confirmação do valor sintático de cada um dos elementos ponderáveis à patrimonialização. Choay, em Alegoria do Patrimônio (2001), trata desse caminho, como a patrimonialização era mais física e objetiva, e com o passar do tempo,

surge a relativização dos elementos. Não mais os valores culturais serão fixos, entretanto cada vez mais relacionais, a sintaxe fala mais alto que a semântica vocativa anterior de monumento monofônico.

Nopinstante em que supomos a matriz como pertencente a uma sintaxe cuja ambiência, de fato pode ser gerativa de um entendimento mais pleno, caminhamos para um entendimento flexível e não aurático de patrimonialização. Assim, a matriz xilográfica, como possibilidade de objeto tangível depoente, abre-se a possibilidade de pesquisa de em intangível (ou imaterial no sentido universal do termo), como descrito pela UNESCO na Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003- Paris:

Entende-se por '**patrimônio cultural imaterial**' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural [inciso 2º - grifo nosso]

ratificada pelo Brasil em março de 2006, onde os modos de fazer e saberes, também individuais são legados culturais, logo, os saberes do autor são descritíveis nesse atributo. E não necessariamente como descrito em decreto referente a Patrimônio Imaterial - Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), cuja definição se faz um pouco mais formal e dependente de outros elementos sociais de construção de saberes.

O MODERNO E A MODERNIDADE

Assumindo que estamos lidando com pressuposto, interessa localizarmos e ponderarmos a matriz xilográfica onde o loco da pesquisa - matrizes de Oswaldo Goeldi - se ensira. Não anulando que outras abordagens contemporaneas, de mesma forma, em tempo, possam e devam ser ponderadas.

Em Modernidade e Modernismo (2002), Briony Fer nos apresenta aspectos que, certamente nos auxilia a compreender melhor a personagem moderna dentro dos discursos comumente utilizados. Uma série de fatores compõe o complexo sistema em que nos torna possível não só o entendimento histórico, mas sobretudo, a estrutura em que o autor plástico se encontra. Claro que elementos em si depõe e descrevem um fato ou um caso, mas serão as relações entre os elementos, a sintaxe acima da semântica que norteará um entendimento e compreensão mais abrangente. O entendimento do geral relacional mais pleno que um elemento isolado. Vista analítica que mais adiante corroborará uma pertinência . Por isso, cabe um depoimento que pondere, afinal, o que é moderno e a modernidade, alocando e situando a matriz em O. Goeldi [anexo1]- seus vieses.

Para Briony, a própria dualidade ou pluralidade de sentidos definem esse período. "Aprender arte moderna é aprender a estabelecer quais os pontos de referência" (p9) - Tudo gira em torno de um contexto, o ponto de vista torna toda leitura aberta. Há em Baudelaire, citado por Briony, a personificação desse tempo. Do homem transitório, fugidio, contingente, "a metade da arte é instante e tensão, a outra é o eterno e imutável" (p11). Para Baudelaire, o homem moderno é em parte a tensão do cotidiano em muito correspondente com as tensões que encontramos nas relações de cadeias de produção, mas em parte, esse mesmo homem que corre pelo ponteiro do relógio para dar conta de seu honorário, é *Flauner*, é observador de algo que não transita, que é e sempre será o eterno. Modernidade, em parte será esse conflito entre o transitório e o eterno. O moderno, o produto desse conflito.

Nas artes plásticas, elementos novos de análise ganham espaço de debate, os meios e os modos de confecção. Além da planaridade assumida na pintura, segundo Greemberg, a qualidade da obra dependerá de seu reconhecimento no veículo. (p 27). Além do “O que”, torna-se fundamental o “Quem”, “Como”, “Pra quem”. Muito mais que ‘o que’ se representa, entra em debate o ‘porque’ de se fazê-lo e como faze-lo. Assenta-se o debate da ambiguidade posta em discurso - técnica/ assunto/ ocasião/ discurso - os meios, os modos, de que forma, - serão pontuações necessárias para compreensão da obra. Emilie Zola dirá que a arte moderna necessitará de um observador moderno. Ciente dessa ambiguidade de transitório/eterno, que, efetivamente as cadeias produtivas decretam ao homem desse tempo. Zola ainda chamará atenção para a capacidade abstrativa do artista, que lhe pese o fato que diante de uma representação plástica, depor além do representado, podendo ou devendo argumentar elementos abstratos, tanto imagéticos- cor, plano, linha, como metafóricos - condições de representações e por quê das mesmas.(p36). O artista passa, efetivamente ao papel de gerar emoção. Corroborado por Malevich, que sentenciará “o artista não representa, mas apresenta” (p38).

GONÇALVES, BENJAMIM, GRAVURA E A FLUIDEZ DE SENTIDO

Em A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica (2017), Walter Benjamim debate abertamente a mudança ou necessidade dela em entender-se que a arte não mais presume uma aura de presença.

A obra não se pode mais ser aurática, por entendermos que um espécime não define sua presença. A definição individual perde sentido [as vezes] por entender que a produção de sentido é gerado do contexto”(...) [quanto a fotografia e gravura](p.53).

A natureza da gravura especialíssima encontra eco nos argumentos que tem-se debatido sobre a natureza do bem e do patrimônio como sentido cognitivo, a valoração. Vejamos, a gravura, diferente de uma pintura, não está ligada a uma presença, mas a um ambiente. Qualquer que seja a ponderação quanto a pintura, fato é, ela estar ali, única, invólucra na sua realidade aurática individual. O atelier pode sugerir, a biografia do pintor pode legitimar, mas todo e qualquer argumento estará presente diante da materialidade existencial de um espécime. Mas e quanto a gravura? Sim. Apenas um espécime dirá uma verdade, mas a distinção da gravura em relação a outras formas de expressão plástica é que a mesma nasceu de uma ideia de reprodutibilidade. Uma tiragem de gravuras de uma mesma matriz não é dita *cópia*, mas *prova*. Então se um autor quiser imprimir um sem número de uma mesma matriz, sim, todas são originais. Essa fluidez de autenticidade chama atenção de Gonçalves em Autenticidade, memória e ideologias nacionais (1988) :

(...) No que diz respeito aos objetos de arte, a ideia de autenticidade está ligada às modernas técnicas de reprodução. O autêntico é identificado com o original , e o inautêntico com cópia ou reprodução(...) No entanto, essa oposição, nascida com a modernidade, é desafiada por algumas das modernas formas de arte(...) onde é possível fazer um sem número de ‘cópias’, não faz sentido perguntar pela autêntica. (GONÇALVES, 1988: 265)

O sentido de gravura será diretamente ligada a uma fluidez de sentido e um modo não ‘aurático’ de sacralização da unidade. Entender a gravura, será, necessariamente, buscar entender seu processo. Justamente porque sua confecção é um somatório de fazeres e construção de ambiente. Gonçalves continua “a aura tende a desaparecer(...) a própria oposição autêntico/ inautêntico, tende a desaparecer”(p. 272).

Ponderações convergentes a busca da sintaxe da gravura e patrimônio como cognição. Ambas questões necessitam de captações materiais para construção sentido, mas o mesmo não se fecha numa materialidade, mas numa sintaxe existencial:

(...) O que estou argumentando é que estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana (p22) (...)essa noção expressa a moderna concepção antropológica de Cultura. Segundo ela, a ênfase está nas relações simbólicas...(p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresenta a matriz de xilogravura num ambiente cuja sua citação é ausente quanto sua significação epistemológica. De certo, a mesma é reconhecida e debatida. Mas o caráter deste presente é presumir um depoimento que permita uma pressuposição criativa e, ate certo ponto, possível de reconstrução ambiental em que a obra fora criada. Dependendo do caráter da análise e da avaliação de pertinência do autor.

O debate não se esgota numa dualidade fria entre Obra ou Objeto, mas reconhecendo que o produto loco do fazer artístico de um gravador, seja a gravura, cuja construção depende de uma série de fatores, torna a matriz um objeto, liberando-a para análises, percebendo nela uma aura imaterial dessa construção material que seja a gravura. Muito mais que uma guarda histórica, e estéril, a epistemologia individual traz consigo uma abertura significativa de pesquisa. Seja no campo técnico, seja no campo de uma significação maior que possa vir a ser uma maior percepção do autor. Apesar de ausência de crítica específica da significação da matriz em documentos legislatórios, uma serie de teóricos vem contribuir na atribuição de um debate epistemológico. Tanto teóricos do fazer artístico da gravura, quanto a própria argumentação contemporânea do patrimônio cultural e ponderação do mesmo como sentido cognitivo. Este artigo se reconhece inicial em debate, em que pese sobre si, sua ausência de fontes imediatas ao tema. Todo e qualquer ponderação, torna efetiva sua construção que é trazer a matriz como foco de um debate.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BENJAMIM, W.** A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. LP&M 2017, São Paulo
- COSTELLA, A.** Introducao a Gravura e Historia da Xilogravura. 1 Ed. Editora Mantiqueira, Campos do Jordao, 1984
- CHOAY, F.** Alegoria do Patrimônio, UNESP, 2001.
- FER, B.** Modernismo e Modernidade, UNESP, São Paulo, 2002
- GONÇALVES, J. R.** Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais, Estudos Históricos, F.G.V. Rio de Janeiro. v.2, n.1, p. 264-276, 1988.
- GONÇALVES, J. R.** O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro, 2007, p. 107-116.
- HERSKOVITS, A.** "Xilogravura: arte e tecnica." 1 Ed. Editora Tchê, Porto Alegre, 1986.
- HIMMELSTEIN, P. A. B.** "The Process of Compromise: A Team Approach to Conservation Environments". APT Bulletin XXVII, 1996. In: Museums, Libraries and Archives Council. Museologia Roteiros Práticos. Conservação de Acervos. EDUSP, Sao Paulo, 2005
- MIRABILIE, A., CALZA, C, SOARES, E., BOJANOSKI, S., SELLANES, V. (Org)** Boletim ABRACOR - n 1, ABRACOR, Rio de Janeiro, 2009.
- NASCIMENTO, S., TOLENTINO, A, CHAGAS, M (Org)** - "Caderno de diretrizes museológicas". Cedor - UFMG, Minas Gerais, 2006

BIBLIOGRAFIA

NAVES, Rodrigo. Goeldi. São Paulo: Cosac & Naify, 1999. (Espaço da arte brasileira). p.20.

NUNES, N. (Org)- Relatório internos de procedimentos de conservação e restauração, 2009, 2010, MNBA-IPHAN.

RIBEIRO, Noemi Silva (org.) Oswaldo Goeldi: um auto-retrato. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995. p.12.

ANEXO 1

O MODERNO EM GOELDI

Oswaldo Goeldi (1895 - 1961) Nascido no Rio, se estabelece na Suíça, onde depois de algumas tentativas frustradas de ingresso no meio das artes, encontra em Alfred Kubin (1877- 1959) sua tutelária. Kubin diria mais tarde que Goeldi desenhava o onírico. Sua obra encontra eco e assinatura entre os expresionistas europeus, gera empenho por cada minúcia técnica (RIBEIRO, 1985).

Volta ao Brasil mas com extrema dificuldade de adaptação, segundo Ribeiro, ainda assim contribui como ilustrador na *Para Todos* sem grande impacto, sendo amparado por um grupo de intelectuais, Carpeaux, Manuel Bandeira, Alvaro Moreyra, Ronald de Carvalho, Di Cavalcanti, Raquel de Queiroz. Mesmo com apoio do grupo, mas de certa forma, sua inadequação social ao moderno carioca se firma como sua marca introspecta de compor e, de certa forma, não a busca mais, até o fim de sua vida, em 1961 (RIBEIRO, 1985).

De volta ao Brasil por ocasião da Guerra, tem dificuldade de adaptação ao cotidiano carioca, por se sentir, segundo Noemi Ribeiro, lá, um europeu sentimental, enquanto aqui, desconexo com o "proselitismo" nacional. Ainda assim, contribui como ilustrador na revista *Para Todos*. Expõe, dois anos depois, em 22, no Saguão do Liceu de Artes e Ofícios. Contudo, nas críticas, enfrenta certa resistência da imprensa ao modernismo europeu, por interessados na renovação criativa. Entre eles, Beatriz Reinal, Anibal Machado, Otto Maria parte do meio artístico brasileiro. Ao mesmo tempo, o aproxima de um grupo de intelectuais, Carpeaux, Manuel Bandeira, Alvaro Moreyra, Ronald de Carvalho, Di Cavalcanti, Raquel de Queiroz. Mesmo com apoio do grupo, a negativa pesa-lhe e se torna cada vez mais avesso a vida cultural carioca. E, de certa forma, não a busca mais, até o fim de sua vida, em 1961 (RIBEIRO, Noemi Silva, 1985).

Em 1923, por intermédio de Ricardo Bampi, é iniciado na xilogravura. Afirma que começa a gravar para dar controle as divagações abertas no desenho (NAVES, Rodrigo. 1999). Nessa época, Goeldi muda-se para Niterói, onde pode trabalhar isolado. Faz xilos, desenhos e ilustrações e contribui para o periódico *O Malho*. Segundo Noemi Silva Ribeiro, no fim da década de 1920 Goeldi passa a sobreviver como ilustrador. Colabora em revistas, faz imagens para o romance *Canaã* (1928), de Graça Aranha (1868 - 1931), e para o livro *Mangue* (1929), de Benjamin Constallat (1897 - 1961). As imagens, no entanto, não são publicadas. Em 1930, lança o álbum *10 Gravuras em Madeira*, com prefácio de Manuel Bandeira. Em suas gravuras a superfície é predominantemente negra. Goeldi abre uns poucos traços na madeira, com o que a luz, em suas xilos, parece lutar para conquistar presença em meio às superfícies negras. (RIBEIRO, 1985)

Expõe em Berna e em Berlim. Reencontra seu amigo Kümmerly. Visita Alfred Kubin, com quem se correspondia desde 1926. Goeldi reconhece o débito com o artista austríaco, com quem mantém correspondência por toda a vida. Retorna ao Brasil por volta de 1932. Nesse ano experimenta o uso da cor em suas xilogravuras.

Em 1937, ilustra o livro *Cobra Norato* (1931) de Raul Bopp, com trabalhos coloridos. Nesse momento, os principais intérpretes da obra de Goeldi ressaltam o afastamento de sua principal referência: Alfred Kubin. Isso não diminui sua admiração pelo austríaco. Seu trabalho, paulatinamente, toma outros rumos, afirmando uma linguagem própria e singular. Suas imagens, também visionárias, ao contrário das do mestre austríaco, referem-se, no entanto, à realidade, não a mundos fantásticos. Os sulcos feitos na madeira revelam o que Carlos Drummond de Andrade (1902 - 1987) chama de “a irrealidade do real”.

Nos anos de 1940, sua vida como ilustrador se consolida. Em 1941, colabora regularmente no jornal *A Manhã*. Na mesma década, realiza imagens para a revista *Clima* e para livros de Dostoievski (1821 - 1861). O reconhecimento torna-se mais evidente a partir de 1950, ano em que expõe na 25ª Bienal de Veneza. Nessa década, a cor aparece de maneira mais pronunciada em suas gravuras. Em *O Ladrão* (1955), o artista mostra formas coloridas nos intervalos da mancha negra que predomina na cena. Em 1956, é realizada sua primeira retrospectiva, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP). Em 1952, sua carreira de professor, na Escolinha de Arte do Brasil. Três anos mais tarde, ensina xilogravura na Escola Nacional de Belas Artes (Enba). Com ele estudam, entre outros, os artistas Antonio Dias (1944), Gilvan Samico (1928) e Anna Letycia (1929). No dia 15 de fevereiro de 1961, Oswaldo Goeldi é encontrado morto em seu pequeno apartamento no Leme. (RIBEIRO, 1985)

EDUCAÇÃO E CULTURA COMO CATALISADORES DO ACESSO À JUSTIÇA**ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR**

Pós-Doutor em Direito (Universidade de Coimbra-PT); Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos (Ius Gentium Conimbrigae- FDUC-PT); Doutor e Mestre (UGF); Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ; Advogado jgaio@terra.com.br

LARISSA TOLEDO COSTA

*Mestre em Hermenêutica e Direitos Fundamentais (UNIPAC)
Professora Adjunta na Faculdade do Sudeste Mineiro (FACSUM)
Professora Adjunta na Faculdade Juiz de Fora (FJF)
laratoledo@hotmail.com*

THAÍS MIRANDA DE OLIVEIRA

*Doutoranda em Direito (UFF) Mestre em Hermenêutica e Direitos Fundamentais (UNIPAC)
Mestre em Direito (UNINCOR)
Professora Assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ; Advogada adv.thmiranda@gmail.com*

RESUMO

Trata-se de pesquisa que objetiva uma reflexão crítica acerca do papel desempenhado, pelo Estado, na garantia do acesso à justiça enquanto direito fundamental e essencial à sociedade. Parte-se, aqui, do entendimento de que a busca por acesso à justiça não se limita, unicamente, ao acesso ao Poder Judiciário, mas se apresenta, também, diretamente ligado à Justiça Social e à Democracia. Falar do acesso à justiça significa otimizar as múltiplas variáveis condicionadoras do desenvolvimento. Assim, o direito à educação e à cultura assumem a perspectiva de um avanço significativo do quadro de políticas sociais voltadas à melhoria das condições de vida da sociedade destinatária destas políticas. Dessa forma, propõe-se analisar se as políticas públicas implementadas, pelo Estado, por meio de suas funções básicas - legislativa, executiva e judiciária - estão cumprindo seu papel de forma a possibilitar o acesso à Justiça.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Acesso à justiça. Educação. Cultura.

ABSTRACT

The objective of this research is to reflect critically on the role of the State in guaranteeing access to justice as a fundamental and essential right to society. It is based on the understanding that the search for access to justice is not limited to access to the judiciary, but also directly linked to Social Justice and Democracy. Therefore, talking about access to justice means optimizing the multiple conditioning variables of development. Thus, the right to education and culture assume the prospect of a significant advance in the framework of social policies aimed at improving the living conditions of the target society of these policies. Thus, it is proposed to analyze whether the public policies implemented by the State, through its basic functions - legislative, executive and judicial - are enabling access to justice.

Key-words: Fundamental rights. Access to justice. Education. Culture.

Introdução

A presente pesquisa objetiva uma reflexão crítica acerca do papel desempenhado, pelo Estado, na garantia do acesso à justiça enquanto direito fundamental e essencial à sociedade. Parte-se, aqui, do entendimento de que a busca por acesso à justiça não se limita, unicamente, ao acesso ao Poder Judiciário, mas se apresenta, também, diretamente ligado à Justiça Social e à Democracia.

Quando se fala em acesso à justiça, significa otimizar as múltiplas variáveis condicionadoras do desenvolvimento. Por isso, a ideia de desenvolvimento também não pode ser minimizada à ótica tradicional do crescimento econômico, devendo ser assumida sob a perspectiva de um avanço significativo do quadro de políticas sociais voltadas à edificação da cultura de melhoria das condições de vida da sociedade destinatária destas políticas.

Assim, propõe-se analisar se as políticas públicas implementadas, pelo Estado, por meio de suas funções básicas - legislativa, executiva e judiciária - estão cumprindo seu papel de forma a possibilitar o acesso à Justiça.

Nesse sentido, o acesso à educação e à cultura são, sem dúvida, um dos fatores que colaboram para o desenvolvimento do Estado e da sociedade, caracterizando efetivo acesso à justiça.

O estudo será desenvolvido em três partes principais: análise dos direitos fundamentais de forma mais ampla, buscando demonstrar seu desenvolvimento, reconhecimento e consolidação; apreciação dos direitos fundamentais sociais e, por fim, a abordagem do estrangulamento dos direitos fundamentais sociais à educação e à cultura, em nosso país.

1 Direito Fundamentais

Estudar a natureza e a evolução dos Direitos Fundamentais é relevante para a compreensão da sua importância e da sua função na contemporaneidade, além de nos situar no tempo e no espaço em relação ao tema.

Sob o enfoque evolutivo da ideia conceitual de direitos fundamentais, nota-se que, a partir do desenrolar da história da civilização, podem-se extrair diversos momentos relevantes para o encadeamento desse bloco de direitos. Uma nuance a ser apontada é que os direitos fundamentais de cada época refletem o núcleo de interesses e necessidades de cada comunidade (NOGUEIRA, 2012, p. 31).

Assim, os direitos fundamentais são direitos históricos, construídos ao longo dos anos, surgidos como resultado do impasse entre novas liberdades e os poderes já instalados (BOBBIO, 2004, p. 31).

Nesse sentido, “parece ser consenso entre os historiadores que as origens mais antigas dos direitos fundamentais da pessoa humana se encontram nos primórdios da civilização” (LEAL, 1997, p. 20),

No entanto, analisaremos a evolução a partir da Idade Moderna.

Notadamente, destaca-se a Magna Charta Libertatum de 1215 - que apesar de ser um texto medieval, torna-se importante para a era moderna, por isso sua enumeração junto aos documentos modernos - na qual o rei João Sem Terra firmou pacto com bispos e barões ingleses. Seu conteúdo significou uma série de direitos aos barões em face do rei, buscando evitar qualquer excesso por parte deste (SAMPAIO, 2004, p. 154).

Este pacto, apesar de servir apenas aos nobres, com alguns privilégios feudais, serviu como referência para alguns direitos e liberdades civis clássicos, como o Habeas Corpus, o devido processo legal e a garantia da propriedade.

Adiante, destacam-se as declarações de direitos Inglesas do século XVII: “Petition of Rights” de 1628; “Habeas Corpus Act” de 1679, “Bill of Rights” de 1689 e ainda a “Establishment Act” de 1701, que definiu as leis na Inglaterra como direitos naturais de seu povo.

Finalmente, têm-se a Declaração dos direitos do povo da Virgínia de 1776 e a Declaração Francesa de 1789.

A Declaração Americana de Virgínia consagrou os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à liberdade de imprensa, à igualdade, dentre outros (DIMOULIS, 2014, p. 12), influenciando os demais Estados independentes a também elaborarem declarações semelhantes.

A seguir, tem-se a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, datada de 1789 (SARLET, 2012, p.43).

Em um salto no tempo, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que, segundo Bonavides (2004, p.573), é “sem dúvida uma declaração programática, mas que não deixou de ser a carta de valores e princípios sobre os quais se hão assentando os direitos das três gerações”.

Após a breve análise histórica, torna-se imprescindível delimitar o conteúdo dos direitos aos quais nos referimos. Conforme Gaió Júnior e Vela Salgado (2013, p. 38) tal tarefa não é simples, mas se apoia na lição de Ferrajoli, para o qual “todos aqueles direitos subjetivos que dizem respeito universalmente a todos os seres humanos enquanto dotados do status de pessoa, ou de cidadão, ou de pessoa capaz de agir”.

2 Direitos fundamentais sociais

No decorrer do século XIX, com o impacto da industrialização e os graves problemas sociais e econômicos, restou constatado que a consagração da liberdade (direitos fundamentais da primeira dimensão) não gerava por si só a garantia de seu efetivo usufruto, o que desencadeou o aumento de movimentos reivindicatórios e o reconhecimento progressivo de direitos que cobravam do Estado “comportamento ativo” para realização da justiça social. Agora não se busca a não intervenção do Estado (liberdade individual), mas um direito de participar do bem-estar social.

Bonavides (2004, p.573) ensina que os direitos fundamentais de segunda dimensão “são os direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos introduzidos nas distintas formas de Estado social, abraçados ao princípio da igualdade, por obra da ideologia e da reflexão antiliberal do século XX”.

A partir do ponto de vista de que os membros de uma comunidade são iguais em dignidade, é necessário que sociedade e Estado amoldem suas estruturas para permitir que essa igualdade material se concretize.

No século XX, especialmente nas constituições posteriores à Segunda Grande Guerra, é que os direitos fundamentais de segunda dimensão acabaram significativamente consagrados. Tais direitos se referem à busca por justiça social em virtude da extrema desigualdade das relações da classe dominada frente à dominadora.

“No caso específico do Brasil, o grande prestígio alcançado pela teoria dos direitos fundamentais, nos últimos anos, deve-se, sem dúvida à Constituição 88 (CF/88), que inaugurou um novo ciclo no cenário jurídico nacional” (MARMELSTEIN, 2011, p. 68).

Para o trabalho apresentado, trataremos especificamente dos direitos fundamentais sociais à educação e à cultura, abordando suas raízes constitucionais, bem como um dos óbices para a concretização desses direitos, configurando verdadeiro empecilho ao acesso à justiça.

A educação e a cultura se inserem no grupo dos direitos fundamentais sociais recebendo, pois, lugar de destaque no texto constitucional, aparecendo como prioridade do Estado brasileiro, pois consideradas atividades pelas quais se torna possível o desenvolvimento da pessoa com foco em sua dignidade, em “seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BARCELLOS, 2004, p. 151).

2.1 Direito à educação

De fato, o direito social à educação está inserido em vários dispositivos constitucionais, como o art. 6º e o art. 208.

Vale ressaltar que o §1º do art. 208 erige o acesso ao ensino obrigatório à condição de direito público subjetivo, enquanto o §2º abre a possibilidade de responsabilização da autoridade competente caso o Poder Público não ofereça o ensino obrigatório.

Ademais, a Lei 9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, reafirma, em seu art. 5º, os preceitos acima colimados.

Realizando uma interpretação sistemática entre os dispositivos, conclui-se que o direito fundamental social à educação básica constitui matéria cujo cumprimento, pelo Poder Executivo, pode ser exigido judicialmente.

Deve-se lembrar que a garantia de acesso ao ensino consiste num propósito mais amplo que simplesmente a oferta de vagas nas escolas públicas. “A garantia do direito à educação requer que ela seja significativa, isto é, dotada da qualidade que transforme a vida dos indivíduos e que esses, por sua vez, sejam capazes de modificar positivamente a sociedade” (INEP, 2015, p. 11).

O artigo 208 da CF preleciona não apenas a obrigatoriedade de oferecimento gratuito da educação primária, como também a responsabilização do Poder Público pelo seu não oferecimento ou pela oferta inadequada. Isso significa que o legislador constitucional conhece as mazelas pelas quais passa a efetivação dos direitos fundamentais no país e, sendo a educação um direito primordial, inclusive para oportunizar com que o cidadão tenha acesso a outros direitos, entendeu por bem dar a ela um grau de proteção diferenciado.

Nesse sentido, por meio da educação iniciada desde a mais tenra idade, o indivíduo aprende o conteúdo dos seus direitos e caminha na direção do exercício de sua cidadania. Além disso, um ensino adequado coloca o sujeito em condições de pensar criticamente e atuar no sentido de mudar, não apenas sua realidade, mas também a da comunidade onde está inserido.

Já o artigo 213 §1º disciplina “uma exceção transitória a essa regra geral, exigindo para tanto a manifestação do Poder Legislativo” (BARCELLOS, 2004, p. 160).

Dessa forma, não havendo vagas e cursos regulares da rede pública, “o Poder Público poderá destinar os recursos (...) ao custeio do ensino fundamental e médio em instituições privadas, para que esses indivíduos não sejam prejudicados pela deficiência do serviço prestado pelo

Poder Público”. Ressalta-se que a Administração Pública continua obrigada a se comprometer com a expansão da rede de ensino na localidade, a fim de que toda a população seja atendida.

Isso demonstra que o legislador constituinte quer evitar que essa regra do artigo 213 §1º seja usada indiscriminadamente na concessão de bolsas de estudo na rede privada, deixando de lado a implantação de políticas públicas de base para reestruturar a educação.

Como direito público subjetivo, o cidadão afetado pode recorrer ao Judiciário para fazer valer a regra dos artigos 208 inciso I e §2º e artigo 213 §1º.

Isso tudo corrobora a ideia do desenvolvimento por meio do Direito. Conforme Thaís Miranda de Oliveira (2015, p.30), “busca-se neste âmbito a conscientização de que por meio da atuação jurisdicional de qualidade possibilita-se alcançar a efetividade jurisdicional, resultando em acesso à justiça”.

2.2 Direito à cultura

Assim como acontece com a educação – e também intimamente ligado a essa – o direito à cultura recebeu tratamento de destaque no texto constitucional desde a sua promulgação, em 1988, mas alcançou ainda mais proeminência a partir da Emenda Constitucional nº 48, de 2005. Citam-se o artigo 23, inciso V e artigo 215.

Um detalhe primordial foi a elaboração do chamado Plano Nacional de Cultura, consagrado pela Lei 12.343 de 2010, fruto de “um processo histórico que servirá para orientar e coordenar iniciativas futuras em muitos níveis, dinamizando vários atores e otimizando o uso de recursos financeiros e a gestão de nossas instituições públicas” (BRASIL, 2008, p. 7).

Até ser aprovado, o PNC passou por intensos debates públicos e contribuições de diversos setores sociais, inclusive por meio da internet, a partir da qual o Ministério da Cultura recebia críticas e sugestões para a fixação das metas que constariam da lei. Tais contribuições foram compiladas em um documento oficial elaborado pela Câmara dos Deputados e pelo Ministério da Cultura, transformando-se em uma ferramenta essencial para a efetivação desse direito fundamental social que configura em efetivo acesso à justiça e desenvolvimento.

o PNC não será simplesmente um meio para se aperfeiçoar aquilo que já está em funcionamento. Ele abrirá caminhos para a concretização do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva integração de fóruns, conselhos e outras instâncias de participação federais, estaduais e municipais. Promoverá ainda a constante atualização dos instrumentos de regulação das atividades e serviços culturais, uma idéia-força que proporcionará critérios e perspectivas aos sistemas de financiamento e de execução das políticas públicas de apoio à cultura (BRASIL, 2008, p. 8).

O teor do referido documento deixa claro que os poderes Legislativo e Executivo reconhecem o direito à cultura como direito fundamental, bem como a necessidade de instituição e efetivação de políticas públicas voltadas ao seu amplo assecuramento.

A igualdade e a plena oferta de condições para a expressão e fruição culturais são cada vez mais reconhecidas como parte de uma nova geração dos direitos humanos. Mas, para que tais direitos sejam incorporados ao cenário político e social brasileiro é necessário que um amplo acordo entre diferentes setores de interesse defina um referencial de compartilhamento de recursos coletivos. O estatuto legal dos direitos culturais, em nível nacional e internacional, necessita, portanto, ser fortalecido por consensos que garantam sua legitimidade. O Plano Nacional de Cultura (PNC) representa um importante passo nessa direção (BRASIL, 2008, p. 11).

Para tanto, os estudos que originaram a Lei 12.343 de 2010 (PNC) partem de um diagnóstico acerca de como ocorrem as manifestações e experiências culturais, bem como sua difusão, a fim de estabelecer orientações para a atuação estatal na presente década. “Sua elaboração está impregnada de responsabilidade cívica e participação social e é consagrada ao bem-estar e desenvolvimento comunitário (BRASIL, 2008, p. 11).

A ideia é que o poder público esteja presente nas diversas manifestações simbólicas impregnadas da diversidade afeta à identidade cultural brasileira: populares, indígenas, afro-brasileiras, religiosas, regionais, étnicas, artísticas, literárias etc. “As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, auto-estima e laços de identidade entre os brasileiros” (BRASIL, 2008, p. 12).

Expostas as bases principais do direito fundamental social à cultura, passa-se a enfrentar um ponto de estrangulamento comum à concretização do direito à cultura e à educação, qual seja a alegação, pelo poder público, da sujeição à “reserva do possível” e ao compromisso com o “mínimo existencial”.

3 Estrangulamento relativo à efetivação do direito à cultura e à educação: um obstáculo ao acesso à justiça

Para iniciar a abordagem do papel do Poder Executivo na efetividade dos direitos sociais, afirma Canotilho (2010, p. 13): “o caráter dirigente da constituição social não significa a otimização directa dos direitos sociais, antes postula a graduabilidade de realização destes direitos. Graduabilidade não significa, porém, reversibilidade social”. Isso quer dizer que a característica programática das normas constitucionais que consagram direitos sociais aponta para que o poder público efetive tais direitos de forma gradativa e não imediata ou de uma só vez. Porém, alerta para o fato de que esse modo gradual de garantia dos direitos sociais não pode ser confundido com o retrocesso social: “O problema desta posição é que ela foi rapidamente ultrapassada pela chamada “crise do Estado Social” e pelo triunfo esmagador do globalismo neoliberal. Em causa está não apenas a graduabilidade, mas também a reversibilidade das posições sociais”.

Acontece que o argumento recorrente para que os gestores públicos justifiquem as lacunas na efetividade dos direitos sociais consiste na insuficiência de recursos financeiros para tanto.

Nesse ponto, surgem as construções doutrinárias acerca do chamado mínimo existencial que, em linhas gerais, representa o encadeamento da efetiva garantia de um direito fundamental ao atendimento das condições materiais indispensáveis a uma vida com dignidade. Nas palavras de Ricardo Lobo Torres (TORRES, 1989, p. 29), um dos primeiros (senão o primeiro) juristas a tratar do assunto, no Brasil, verifica-se a ausência de disciplina constitucional sobre o tema e a consequente falta de abordagem deste conteúdo:

Há um direito às condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto da intervenção do Estado e que ainda exige prestações estatais positivas.

O mínimo existencial não tem dicção constitucional própria nem conteúdo específico. Mas aparece algumas vezes no texto básico com referência a certos direitos. Assim, a Constituição de 1946 declarava ‘isentos de imposto de consumo os artigos que a lei classificar como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico das pessoas de restrita capacidade econômica’ (art. 15 § 1º). A CF de 1967, na redação da Emenda nº 1, de 1969, proclama que ‘o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais’ (art. 176 § 3º, II). O art. 153 § 32, da CF, assegura a ‘assistência jurídica aos necessitados’ e a nova Constituição, na redação para o segundo turno de discussão e votação, amplia o

direito, ao dizer que ‘o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, item LXXIV).

Verifica-se que Torres trouxe à lume uma abordagem que faz uma correlação necessária de dispositivos constitucionais atuais e anteriormente vigentes, no país, e a proteção do núcleo essencial de direitos, demonstrando ser possível extrair destes elementos a essência da ideia do mínimo existencial.

Autores como Sarlet também concordam que não há previsão expressa na CF acerca do mínimo existencial, no entanto, invocam o art. 170, caput para justificar que a garantia de uma existência digna consta do rol de princípios e objetivos da ordem constitucional econômica. Ademais, “os próprios direitos sociais específicos (como a educação, a assistência social, a saúde, a moradia, a previdência social, o salário mínimo dos trabalhadores, entre outros) acabaram por abarcar algumas das dimensões do mínimo existencial” (SARLET, 2010. p. 25), fato que não significa que os gestores públicos possam se limitar a prestar à sociedade apenas o mínimo existencial. Isso porque, se assim ocorresse, haveria uma desconstrução de toda a disciplina dos direitos fundamentais sociais, pois o Poder Executivo sempre se apoiaria no mínimo existencial para se defender e mostrar à população que torna possível uma existência digna aos seus cidadãos.

De fato, quer em relação à efetivação dos direitos sociais, quer em relação ao atendimento ao mínimo existencial, o viés econômico atrelado a esses direitos consiste no apelo frequente dos gestores públicos para justificar a impossibilidade de garantir o direito à educação e à cultura na sua integralidade. Desse argumento decorre que a concretização desse direito depende de disponibilidade financeira para tanto, advindo a conclusão de que sua prestação está condicionada à “reserva do possível” (COSTA, 2016, p. 102).

Tanto o “mínimo existencial” quanto a “reserva do possível” são teorias resultantes de discussões ocorridas no âmbito do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha. A “reserva do possível” corresponde à ideia de que os direitos sociais serão prestados pelo Estado à medida que houver disponibilidade orçamentária para tanto, ficando a escolha sobre a alocação de recursos a critério da discricionariedade do administrador público. O caso emblemático, na Alemanha, que deu origem às interlocuções sobre a “reserva do possível” e respaldou sua utilização, ficou conhecido como *numerus clausus*. Abordava a questão sobre o direito de acesso ao ensino superior, fixando “entendimento no sentido de que a prestação reclamada deve corresponder àquilo que o indivíduo pode razoavelmente exigir da sociedade” (COSTA, 2016, p. 102). Assim, o Estado não estaria compelido a conceder alguma prestação que esteja fora dos limites do razoável, cuja especificação dependeria, no caso, da ponderação do legislador.

Dada a escassez de recursos e os constantes momentos de crise financeira dos cofres públicos, bem como as institucionais, a discricionariedade administrativa deve ser reavaliada, tornando a decisão dos governantes mais alinhada às reais necessidades expostas pela comunidade. Assim, o cidadão tem que se identificar com as políticas implementadas. Além disso, a comunidade tem o fator preponderante quando se refere à alocação de recursos nos projetos corretos e também no controle e manutenção dessas políticas, evitando desvio de dinheiro público.

Nesse sentido, quanto ao direito à educação, iniciativas como a do sítio “<http://www.observatoriodopne.org.br/>” são extremamente importantes. A partir dele é possível acompanhar a evolução das metas do Plano Nacional de Educação instituído pela Lei n. 13.005/2014, que vigorará até 2024. Já a evolução das metas do Plano Nacional de Cultura, estabelecidas pela Lei n. 12.343/2010, podem ser acompanhadas no sítio “<http://pnc.culturadigital.br/consultapublica/>”.

Sobre a participação popular, vem ao encontro a afirmação de Marcelo Neves: “o texto constitucional só obtém a sua normatividade mediante a inclusão do público pluralisticamente organizado no processo interpretativo, ou melhor, no processo de concretização constitucional” (NEVES, 2011, p.86).

4 Conclusão

Após a exposição da importância da educação e da cultura em seus vieses de direitos históricos, fundamentais, constitucionais e fáticos; analisou-se o estrangulamento à efetivação de tais direitos, com base na alegação sistemática, pelo Poder Público, da reserva do possível.

Apesar de se poder notar o aumento no esforço público para a melhoria na implementação de políticas educativas e culturais possibilitando o aumento da efetividade dos dispositivos constitucionais, observa-se a necessidade de expansão das prestações educacionais e culturais do Estado, quantitativa e qualitativamente, ou seja, necessidade de aumento da oportunidade de acesso ao sistema educacional e à iniciativa pública cultural a uma massa vulnerável da sociedade muitas vezes esquecida em razão de suas hipossuficiências (desigualdade de renda, raça/cor ou mesmo por morar em regiões periféricas como o nordeste, por exemplo).

Necessário compreender, como visto, que as necessidades educativas e culturais, a partir do conceito da equidade, levada à consideração horizontal (acesso a todos) e vertical (características inerentes ao indivíduo e categorias sociais em que se enquadra) são essenciais para o desenvolvimento do país e da sociedade.

No presente estudo restou demonstrado, no capítulo dedicado aos direitos fundamentais, os exemplos de alguns valores que foram desenvolvidos e reconhecidos nos primórdios dos direitos fundamentais, a exemplo da liberdade de locomoção e a prisão arbitrária. A importância destes direitos foi observada justamente por serem pressupostos necessários ao exercício das demais liberdades.

O que se buscou demonstrar na presente pesquisa possuiu entendimento análogo ao supracitado, quando se buscou demonstrar a importância da educação e da cultura, enquanto direitos fundamentais sociais e como corolários lógicos e imprescindíveis ao exercício dos demais direitos.

Como visto, andou bem a Constituição Federal ao consagrar, com sua normatividade, a busca por melhores caminhos para a educação e cultura no país. Contudo, infelizmente ainda somos um país no qual a grande maioria da população não se serviu de tão necessária dádiva.

Resta, pois, ao Estado, à família e à sociedade como um todo, a busca incessante na promoção do acesso à educação e à cultura em todas as suas nuances, pois certamente este enfrentamento é um dos mais básicos, senão o mais básico e fundamental direito que um ser humano pode esperar obter em sua jornada pela humanidade.

Por tudo, o presente enfrentamento não é necessário apenas para o desenvolvimento qualitativo de um indivíduo em si, mas em caráter geral, sendo fundamental, sobretudo, pela própria aptidão na formação de uma camada considerável de cidadãos que possam tomar as rédeas de seu país por meio de distribuição do justo de forma solidária, sendo a informação grande vetor para formação.

Referências

- BARCELLOS, Ana Paula de. A constituição de 1988, a dignidade humana e o direito à educação. In: ORTIZ, Maria Elena Rodriguez (org.). Justiça social: uma questão de direito. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.
- BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONAVIDES. Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura. 2. ed. Disponível em: < http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf>. Acesso em: 01 nov 2018.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. O direito constitucional como ciência da direcção – o núcleo essencial de prestações sociais ou a localização incerta da socialidade (contributo para a reabilitação da força normativa da “Constituição Social”. In: ; CORREIA, M. O. G.; CORREIA, E. P. B.(Coord.). Direitos fundamentais sociais. São Paulo: Saraiva, 2010.
- COSTA, Larissa Toledo. A política de garantias e efetividade dos direitos sociais no âmbito legislativo, executivo e judiciário. In: GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira (Org.). Direito processual em movimento vol. VI. Curitiba: CRV, 2016.
- DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5.ed.rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014.
- GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira; SALGADO, Sheyla Vela. Tutela inibitória no plano da proteção ao direito fundamental da personalidade: limite jurisdicional à liberdade de expressão e à intimidade. In: Direito e Pessoa: estudos em homenagem à professora Elena de Carvalho Gomes. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2013.
- GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira (Org.). Direito e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2015.
- LEAL, Rogério Gesta. Direitos humanos no Brasil: desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997.
- MARMELSTEIN, George. Curso de direitos fundamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- NEVES, Marcelo. A constitucionalização simbólica. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- NOGUEIRA, Alberto. Uma teoria dos direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.
- OLIVEIRA, Thaís Miranda de. Desenvolvimento como conceito, realidade e liberdade. In: SAMPAIO, José Adércio Leite. Direitos Fundamentais: retórica e historicidade. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Reserva do possível, mínimo existencial e os direitos fundamentais. In: TIMM, L. B. (Org.). Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- _____. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. Revista de direito administrativo. Rio de Janeiro, vol. 177, jul/set 1989.

POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E NO MÉXICO: O MODERNISMO E A ARTE MURAL

LÍCIA GOMES

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
licia.gom89@yahoo.com.br*

Resumo

Movimentos artísticos denominados modernistas, que surgiram no início do século XX na América Latina, buscaram desenvolver artes nacionais fugindo aos padrões europeus, uma vez que a participação governamental foi significativa para o sucesso desses movimentos. Este artigo sinaliza a participação do modernismo em parceria com órgãos governamentais no México e no Brasil para a construção da memória política por meio de ações político-culturais. Para tanto, fez-se a análise de projetos encontrados em três diferentes locais: Capela de Chapingo, no México, Igreja da Pampulha, em Minas Gerais, e Catedral de Brasília, onde se localizam pinturas que são ou apresentam influência do muralismo mexicano. Nos casos de Minas Gerais e de Brasília não só se observa a relação estético-ideológica dos artistas, mas também a relação de arte e política governamental, com a participação de dois atores políticos, o mexicano José Vasconcelos e o brasileiro Juscelino Kubitschek.

Palavras-chave: Modernismo. Memória Política. Políticas de Cultura. Muralismo Mexicano. Arte

ABSTRACT

Artistic movements called modernists, which emerged in the early twentieth century in Latin America, sought to develop national arts by escaping european standards, regarding that, the governmental participation was significant for the success of those movements. In this article, the participation of modernist art in partnership with government organs in Mexico and Brazil for the construction of a political memory through cultural policies will be signaled. Therefore, an analysis of projects found in three different locations (Chapingo Chapel in Mexico, Igreja da Pampulha in Minas Gerais, and Cathedral of Brasilia) has been made, where are located paintings which are or show influence of the mexican muralism. In the Minas Gerais' and Brasilia's cases not only can be noticed the aesthetic-ideological relation of artists, but also the relation of art and government policy, with the participation of two political actors, José Vasconcelos from Mexico and the brazilian: Juscelino Kubitschek.

Key-words: Modernism. Political Memory. Cultural Policies. Mexican Muralism. Art

Introdução

A primeira metade do século XX é marcada por movimentos artísticos modernistas que se constituíram como um marco estético e ideológico na América Latina, tendo como característica geral o desenvolvimento de traços particulares de seus países, numa tentativa de criar artes nacionais que não seguissem os padrões ditados pelo velho continente. No Brasil, com a Semana de Arte Moderna de 1922 e o Manifesto Antropofágico, e no México, com o Movimento Muralista, artistas tornaram-se importantes atores da história política em seus países. Além disso, os programas governamentais utilizaram a arte como ferramenta sócio-político-educacional e esses incentivos foram significantes para o futuro desses movimentos. Assim sendo, é possível observar algumas aproximações entre os países escolhidos, ainda que também existam distanciamentos, seja na questão estética, político-ideológica ou governamental.

No México, José Vasconcelos, principalmente na década de 1920, foi o principal responsável por tornar a arte uma política pública de educação, como secretário de Educação, agenciando artistas e sendo um dos responsáveis pelo nascimento do Movimento Muralista. No Brasil, Juscelino Kubitschek, também foi personagem relevante para o desenvolvimento do modernismo no Brasil. Observa-se essa participação em dois momentos particulares de sua vida política, tanto como prefeito da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, na década de 1940, tanto como presidente do Brasil, no final dos anos 1950.

O artigo observa três diferentes trabalhos de artistas contratados por órgãos governamentais com a finalidade de sinalizar a contribuição da arte na construção da memória política, por meio de políticas de cultura, sendo um no México, pelo ministro José Vasconcelos, e dois no Brasil, por JK. São eles as pinturas: “Cânticos à terra e aos que trabalham e libertam” na Capela de Chapingo, no México, de Diego Rivera, “Via sacra” na Catedral de Brasília, de Emiliano Di Cavalcanti e o painel da Igreja da Pampulha, em Minas Gerais, de Cândido Portinari. Os projetos selecionados para esta pesquisa serão analisados como políticas públicas de cultura, não cabendo a este artigo observar os distanciamentos de contexto político, ainda que sejam importantes. Os fatores que se deram para a escolha deles são: a especificidade dos locais das obras escolhidas, três igrejas; a contratação por parte de órgãos do governo (políticas públicas governamentais de cultura); e as aproximações ideológicas dos artistas.

A especificidade dos locais é o primeiro ponto de encontro dessas obras, lugares concebidos como sagrados. Também pode ser atribuído à arte um caráter de sagrado, assim como às igrejas. Essa característica é notada por Camilo de Vasconcellos, em *Imagens da Revolução Mexicana*, de Camilo de Vasconcellos, ao explicar a função pedagógica do muralismo mexicano:

Na visão de seu diretor, o Museu Nacional de História deveria exercer uma função estritamente pedagógica, já que esta instituição foi comparada a um livro aberto para o povo mexicano. Este livro deveria ser ilustrado por lições gráficas de grande apelo imagético por meio da obra muralista, que deveria ter o mesmo impacto de obras similares presentes no Vaticano. Daí o caráter de reverência que estas obras deveriam exercer no sentido de serem cultuadas como verdadeiras imagens sacro-cívicas, com as quais o público mexicano poderia identificar-se. (VASCONCELLOS, 2007, p.119).

A convergência entre as obras também se estabelece quanto ao caráter de política pública, baseado na definição de Secchi que a define como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, se tratando do processo de construção de decisões. Tal conceito fica evidente no caso mexicano, graças a proposta de Vasconcelos que, enquanto exercia o cargo de secretário da educação, tinha a arte como ferramenta educativa para uma população que era, em sua maioria, analfabeta. No Brasil, ainda que o índice de analfabetismo nas décadas de

1940 e 1950 fosse bastante alto, a proposta que se observa nos casos de JK está mais relacionada a uma política de modernização.

O terceiro e último ponto que explica a escolha das obras se dá na relação entre os artistas Diego Rivera, Cândido Portinari e Di Cavalcanti. Apesar de serem contemporâneos, o muralismo de Diego Rivera influenciou esses artistas brasileiros tanto na estética, quanto nos ideais de uma arte menos elitista. Rivera, junto com José Clemente Orozco e David Siqueiros, formaram o grupo de artistas que fundaram o muralismo mexicano que recebeu apoio do governo pós-revolucionário. Também durante a década de 1920, no Brasil, Di Cavalcanti e Cândido Portinari participaram do movimento modernista junto a outros artistas. Tanto o movimento muralista no México, quanto o modernismo no Brasil, sobretudo esses artistas escolhidos, estavam próximos ao Partido Comunista, inclusive sendo afiliados ao mesmo. As biografias dos três também se cruzam, como se observa no encontro entre Di e Rivera na década de 1950 e algumas referências que demonstram a influência do muralista mexicano nos trabalhos de Portinari.

A forma de participação dos atores do governo é fundamental na análise de como algumas políticas foram usadas para a produção artística nesses países. No México, houve oficialmente um programa de governo em que a arte fazia parte, tendo sido implementando por José Vasconcelos, que já havia sido reitor da Universidade Nacional do México e, durante o governo do presidente Álvaro Obregón, na década de 1920, fundou a Secretaria de Educação Pública, sendo também o primeiro secretário a ocupar este cargo. Durante sua vida pública, Vasconcelos foi um dos responsáveis pela formação de Rivera, concedendo-lhe bolsas de estudos na Europa, por mais de uma oportunidade e, quando secretário, convidando-o para retornar ao território mexicano, com várias contratações para fazer murais pelo país. Dentre esses trabalhos, está a Capela de Chapingo, onde Diego Rivera foi solicitado que fizesse murais para cobrir seu interior. No Brasil, Juscelino Kubitschek, durante seu governo como prefeito de Belo Horizonte, na década de 1940, teve como um de seus projetos o complexo da Pampulha, onde está localizada a Igreja de São Francisco de Assis. Para o interior dela, Portinari foi escolhido como o artista que faria o mural central que ocupa toda a parede de fundo. Mais tarde, como presidente do Brasil, na década de 1950, no período da construção da nova capital, contratou Di Cavalcanti para pintar a via crucis na Catedral de Brasília.

Esta análise comparativa entre Brasil e México pretende fortalecer o campo do estudo das políticas culturais, bem como o da memória política, com foco na América Latina, mas entendendo que a contribuição para a discussão sobre o tema pode ir além, visando também a possibilidade de colaborar com a prática da mesma. O estudo empreendido neste trabalho sobre a importância de políticas culturais para o desenvolvimento do país, pretende ser uma perspectiva que colabore com a discussão dos desafios da cultura na atualidade. Aqui a arte será entendida como uma política pública de cultura que visa o desenvolvimento social.

O texto está organizado em 4 partes, as três que seguem a introdução vão tratar de cada uma das obras escolhidas e a última é uma reflexão sobre as políticas públicas de cultura gerada pelos encontros das obras escolhidas.

2 Capela de Chapingo - Política cultural de José de Vasconcelos

No início do século XX o México passou por uma grande transformação enquanto nação. A Revolução Mexicana de 1910 marca o fim do governo de Porfírio Díaz, período conhecido como porfiriato, que havia começado em 1877. A Revolução ganha força por um forte sentimento de desfavorecimento da população, principalmente a camponesa e operária, sendo uma grande questão a diminuição das assimetrias sociais. Após a primeira década de consolidação dessa

revolução, começou o que é entendido como período pós-revolucionário, no qual a arte teve papel muito importante., em que se estabeleceram muitas mudanças no país.

A população ainda era em sua maioria analfabeta, por tanto uma das estratégias era o uso da arte como ferramenta pedagógica. Principalmente com a arte mural, ou seja, afrescos, pinturas em grande escala em muros e paredes. José Vasconcelos, importante nome do governo pós-revolucionário, primeiro secretário e fundador da Secretaria de Educação Pública em 1921, já havia sido reitor da Universidade Nacional do México, e nesse período, já havia brindado uma bolsa de estudos na Europa a Diego Rivera. Uma das bolsas era para o estudo dos murais renascentistas, pois na visão de Vasconcelos, a grande escala seria interessante para o propósito educativo do governo.

Vasconcelos via a arte mural como instrumento para melhorar a situação educacional do país. O muralismo é, então, uma ferramenta pedagógica oficial do governo mexicano. A arte, como no caso dos murais mexicanos, era uma maneira de educar a nação, exaltando a sua história revolucionária, por terem como temática principal a história do México.

A necessidade de identificação do mexicano como nação fazia parte do projeto revolucionário. O México antes de 1910 se encontrava num estado de grande assimetria social, causada pela má distribuição de terra. Os trabalhadores das fazendas (peões) viviam miseravelmente, e representavam grande parte de sua população, os senhores (fazendeiros) eram ricos e muitas vezes só iam a suas fazendas para visitas e comemorações, era comum que vivessem fora do país. As terras mexicanas eram repletas de fazendas e ranchos (fazendas pequenas) de estrutura semelhante ao sistema feudal, quanto à forma, ainda que não possa ser classificado como tal por seu objetivo de mercado. (SILVA HERZOG, 1972).

O movimento muralista surgiu dentro deste contexto acompanhando outros movimentos modernistas pelo mundo, agregando a ideias que vieram da Revolução. Diego Rivera participou ativamente como artista contratado pelo governo mexicano, principalmente nas décadas de 1920 e 1930. Sofreu duras críticas por David Siqueiros justamente por sua constante proximidade com o governo, que eventualmente, o distanciavam do Partido Comunista Mexicano e de parte do que os muralistas tinham traçado como objetivos no início da década de 1920. Foi nesse período que Rivera teve sua produção mais importante, dentre elas, os murais da Capela de Chapingo, na cidade de mesmo nome, localizada em uma zona agrária, um dos destaques deste trabalho, pois a maioria seus murais se encontram na Cidade do México, capital federal.

Chapingo, como muitas das cidades mexicanas foram grandes fazendas que pertenciam a famílias espanholas. Antes disto, o território pertencia ao povo pré-hispânico chichimeca, que tinha dentre as suas construções um templo asteca. Como muitos templos cristãos construídos no território mexicano, este templo destruído com a chegada dos europeus. Entre 1699 e 1767, pertenceu aos jesuítas, os mesmos que reformaram uma capela o que já havia sido deixado pelos donos anteriores daquele local. Depois, por uma lei espanhola, volta a pertencer a uma família, Codorecha, sendo comprada pouco tempo depois pela família Vivanco, em 1986, permanecendo nela até a vitória da Revolução Mexicana, passando a ser território do governo. Em 1924, passa a ser, finalmente, a sede da Escola Nacional de Agricultura. Atualmente, a Capela da Escola Agrícola de Chapingo, Capela de Chapingo ou ainda Capela Riveriana mantém as mesmas obras e mesma arquitetura desde a década de 1920, depois de todas as mudanças sofridas desde a colonização do México pela Espanha.



Figura 1. Mural Cânticos à terra e aos que trabalham e libertam, Diego Rivera

Em 1926, Diego Rivera foi contratado por José Vasconcelos para pintar o todo o interior da capela, sendo este trabalho, uma de suas obras importantes do artista, levando em consideração toda a sua produção. Os símbolos nos murais representam ideais revolucionários, representando vários momentos da vida do trabalhador mexicano, principalmente o trabalho no campo. Não só as paredes, mas o chão, a porta e partes do teto também seguem as temáticas da revolução, com algumas referências comunistas, inclusive. Por exemplo, no chão também existem referências à ideologia defendida pelo pintor. Logo na entrada nota-se um círculo redondo e vermelho e dentro dele uma foice e um martelo. Todas as imagens remetem ao trabalhador mexicano e a revolução. Ao fundo, no altar observa-se uma mulher deitada, nua, representando a “virgem”, cuja modelo era a mulher que naquele momento era sua esposa, Guadalupe. Uma cabeça com asas, um anjo, sopra em direção a essa mulher, que é proporcionalmente maior que todos os outros elementos deste mural. Esse afresco é chamado de “Canto à terra e aos que a trabalham e liberam”, pintada nos anos 1926 e 1927, o qual foi escolhido como objeto deste artigo.

Não só os murais da capela, mas o muralismo fez parte da tentativa de fixação das ideias da revolução para o povo mexicano. A pintura de murais era a maneira mais didática de injetar nessa população o que foi a revolução e o que ela representa. Eles criam a imagem do mexicano, fazem parte de um movimento voltado para aquele momento político. E deixa um legado para a história do país.

Não há como desvincular o movimento muralista da história da arte do México, assim como não é possível fazê-lo em relação à própria Revolução Mexicana de 1910. Arte engajada, bíblia política dos pobres, panfleto em escala colossal, inovador ou pouco original, conservador ou moderno, quaisquer que tenham sido as críticas feitas a essa forma de arte, deve-se levar em consideração que arregimentou ao seu redor tanto ferrenhos defensores quanto contumazes opositores. (VASCONCELLOS, 2007, p.155)

A maior parte dos murais está localizada nos principais edifícios públicos da Cidade do México. Por esse motivo, também é interessante observar que a escolha do local da capela é estratégica. Era necessário, para o projeto educativo pós-revolucionário, que os murais não se limitassem a capital, mas que tivesse também em zonas mais afastadas. O Estado contratava artistas e também sugeria temas relacionados a história nacional, que demonstrassem a luta pela liberdade de um povo contra a tirania, ainda que os artistas tivessem autonomia de

decidir o que iam produzir. Uma das demandas da Revolução Mexicana eram as questões culturais, existia a necessidade de “se reconstruir, se renovar, assumir uma nova orientação, mais condizente com os princípios e os objetivos revolucionários, levando conseqüentemente a um processo de nacionalização da cultura (...)” (VASCONCELLOS, 2007, p.157)

A concepção desse processo de nacionalização da cultura, bem como as referências aos povos anteriores a colonização europeia, também aparece em outros países da América Latina durante o modernismo.

3 Igrejinha da Pampulha

A Igreja de São Francisco de Assis, também conhecida como Igrejinha da Pampulha, localizada em Belo Horizonte, integra o plano de modernização idealizado por Juscelino Kubitschek nos anos 1940, quando o mesmo havia se tornado prefeito da capital mineira. A igreja, construída em 1942, faz parte do Conjunto Arquitetônico da Pampulha e foi projetada por Oscar Niemeyer e o projeto artístico encabeçado por Cândido Portinari. Este projeto tinha como objetivo modernizar a cidade mineira, fazendo parte dele alguns museus e clubes, além da Igrejinha.

Num primeiro momento, ela foi rejeitada pelas autoridades religiosas, ficando mais de uma década sem ser consagrada pela Igreja, até que se pudessem realizar cultos com a permissão da Igreja Católica. Dentre os motivos para a rejeição estava o mural interno de Portinari, chamado “São Francisco de Assis se despojando das vestes”, concluído em 1945.



Figura 2. Mural São Francisco de Assis se despojando das vestes. 1945. 7,50x10,60m.

O mural acompanhava a forma da cobertura da nave da capela, cobrindo toda essa área. O personagem central era São Francisco de Assis, em pé, muito magro, e como recorrente nas pinturas de Portinari, seus pés e mãos eram muito grandes, desproporcional ao resto do corpo. Ele é cercado por vários personagens, também com feições abatidas, como um homem sentado, uma mulher com uma criança, isolada no canto da obra, outra ajoelhada em direção ao santo. Outro personagem marcante do mural era um cachorro bem magro, motivo de bastante polêmica na época. O fundo apresenta uma paisagem de seca, que segundo Juscelino, se justificava na busca do artista em deixar o mural com características mais brasileiras (Oliveira, 2018, p.253).

As críticas sociais, a denúncia à pobreza extrema e a desigualdade eram temas correntes nos trabalhos de Portinari, e o mural da Igrejinha da Pampulha, é mais um exemplo desse traço do artista. A importância que dava à temática não se limitava a arte, o artista filiou-se ao partido comunista, tendo se candidatado a deputado federal e participando ativamente de encontros para discutir a política brasileira.

A Igrejinha da Pampulha é pequena e singela, não lembrando a igrejas católicas mais tradicionais, é arredondada e não suntuosa. Está voltada para a lagoa de mesmo nome, tendo obras de Cândido Portinari: painéis de azulejos, via-crúcis, afresco do altar e um mural de azulejos externos. O projeto do Conjunto Arquitetônico da Pampulha foi uma política que gerou investimento e incentivo público governamental para a arte moderna.

4 Catedral de Brasília

A Via Sacra de Di Cavalcanti da Catedral de Brasília, também conhecida como Catedral Metropolitana Nossa Senhora de Aparecida, se difere dos murais apresentados anteriormente, primeiramente, por não ser um mural, mas cenas divididas em quinze quadros em pequena escala, que em conjunto formam uma parede – uma coluna branca- com as estações da via sacra, que segundo o catolicismo, é o caminho percorrido por Jesus desde sua condenação até a sua crucificação. Mesmo não sendo um mural, aos moldes mexicanos, ela foi selecionada por representar também uma arte modernista que foi encomendada pelo governo, cujo artista recebeu influência muralista, principalmente de Rivera. O artista brasileiro encontra o mexicano em 1949 quando participou de uma exposição no México, aflorando sua influência, sendo um marco em sua produção. A partir de 1950, ele passa a criar diversos murais no Brasil, com obras monumentais no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Os quadros da Via-Sacra na Catedral de Nossa Senhora de Aparecida podem não ser monumentais enquanto a escala, mas sua estilização, ou seja, a maneira como buscou arrumar a imagens, escolhendo traços e símbolos nacionais, mostra como o contato entre os artistas, que se identificavam em muitos sentidos, se apresenta. No conjunto de quadros da catedral, nota-se como a busca de um traço brasileiro, relevos sertanejos e rostos abatidos e traços fortes, fizeram parte da escolha estética e política do artista.

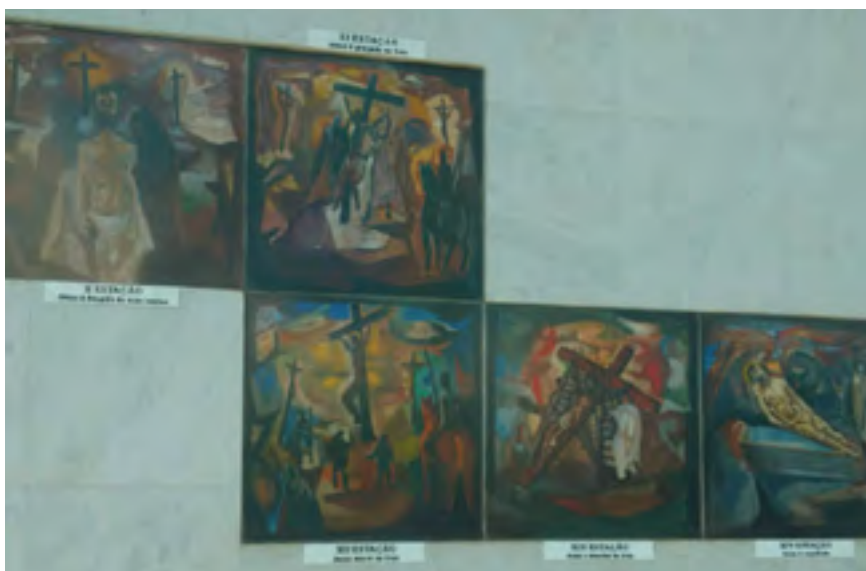


Figura 3. Parte do conjunto dos quadros que formam a Via-Sacra na Catedral de Brasília.

Assim como Portinari, Di Cavalcanti buscava em seus trabalhos estudar traços brasileiros, assim como uma distorção na perspectiva, buscando distanciamento do academicismo já estabelecido da arte dominante que vinha da Europa. Nos quadros da Via-Sacra Jesus é representado bastante magro e abatido, e o fundo faz referência ao sertão brasileiro. Apesar de retratarem o caminho de Jesus para a crucificação, o artista fez algumas adaptações, fazendo algumas críticas a miséria que muitos passavam no Brasil. Apesar de ser clara a sua crítica às condições sociais no país, a percepção delas não o possibilitavam fazer uma arte grandiosa, que talvez, pode-se considerar a arte muralista mexicana. Antonio Callado ao fazer a introdução do livro de Lucien Finkelstein sobre Di Cavalcanti define sua arte partindo de um trecho escrito do próprio artista. “A arte brasileira depende da realidade brasileira e é ao mesmo tempo reveladora dessa realidade. Por isso a nossa expressão é ainda em grande parte lírica. Como pode o Brasil ter uma arte trágica e grandiosa sem que se faça a revolução social” (FINKELSTEIN, 1986, p.10).

A Catedral está inserida no contexto da criação da cidade de Brasília como capital federal, projeto que se realizou no governo Kubitschek, que teve como principal plataforma de governo a modernização do país. Juscelino Kubitschek foi eleito em 1956 com um discurso desenvolvimentista de campanha, o famoso “cinquenta anos em cinco”. A estrutura da catedral levou dois anos para a sua conclusão, entre 1958 e 1960, mas a sua consagração foi em 1967, e só na reforma de 1987 que os vitrais de Marianne Peretti finalizaram a construção da catedral. Ela está localizada no eixo monumental, o eixo central da cidade, que por conta de sua característica geográfica de planalto, permite uma observação clara dos seus principais monumentos.

O projeto arquitetônico da cidade é de Oscar Niemeyer, com sua ideia futurista, parecia levar em consideração que em um futuro breve as pessoas se locomoveriam em pequenas naves individuais e climatizadas. Comparada a outras catedrais, esta não é imensa e sua circularidade parece diminuir uma sensação de hierarquia horizontal. Os anjos pendurados no teto ainda sugerem que o que está acima, o céu, o divino, é algo mais poderoso que nós. Os vitrais transmitem calma com a sua beleza. Niemeyer foi contratado naquele período para desenhar a cidade, bem como a Catedral, assim como foram contratados alguns artistas, como Di Cavalcanti.

5 Políticas Públicas de Cultura

No campo das Políticas Públicas, a literatura ainda há muito o que se desenvolver, sobretudo na abordagem das Políticas Públicas da cultura. O aprofundamento dos estudos nesse campo não deve limitar-se ao âmbito acadêmico, mas deve estar também nas práticas de governo. Tal como vemos neste trabalho, políticas de cultura como política pública importante para o desenvolvimento de um lugar, não é um argumento recente e nem mesmo pontual. A arte tem diversos papéis na sociedade, sua potência política é abrangente, podendo ser usada para favorecer ou enfraquecer qualquer movimento político. Ela é capaz de ser responsável pela construção da noção de nação, no mesmo nível em que pode ser uma arma simbólica em protestos que rompam com essa mesma ideia. Os três casos apresentados neste artigo são exemplos da participação do governo na produção artística de seus países.

Das três pinturas, a de Rivera e a de Portinari apresentam símbolos mais contraditórios em relação ao local em que se encontram. A de Di Cavalcanti, também a mais recente, mesmo colocando nos traços imagens que se diferem das que usualmente se encontra nas igrejas católicas mais tradicionais, representam menos contraste, em relação a religião, do que as duas primeiras. De toda a forma, esses três murais, apresentam símbolos e traços correspondentes às ideias modernistas latino-americanos. Nessas pinturas observa-se a vontade, ou um ideal,

modernista que buscava a criação de uma arte nacional, algo que não siguisse o que ditava a Europa. Uma busca por traços e estudos das paisagens nacionais ou referências aos povos que habitavam o continente antes de 1500.

A produção da arte é resultado de influências geradas no contexto social, já que os artistas, produtores/criadores da arte fazem parte deste contexto e seu trabalho, geralmente é associado a sua biografia. Da mesma forma que o contexto afeta o resultado final, o que é produzido pela arte é capaz de influenciar na sociedade, como por exemplo, construir a memória nacional ou memória de um determinado grupo. A política, como a governamental, pode fazer uso da arte como ferramenta para diversos fins, como em parceria com projetos de educação, haja vista a política mexicana pós-revolucionária.

Este artigo buscou apontar alguns exemplos da participação governamental no México e no Brasil, tendo como norte o modernismo e três artistas que se conectam ideologicamente. Os estudos que relacionam a arte e a política na América Latina ainda precisam de mais aprofundamento e novas leituras. Desta forma, contribui para a discussão do tema, que se mostra bastante atual, já que a arte como política pública, ou os incentivos públicos para arte, vem sendo contestados nos últimos anos.

Referências

BARROS, A. L. G. S. A Capela de Chapingo e a resignificação da tradição. In: XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, Rio de Janeiro, 2010.

CRESPO, R. O projeto educativo de José Vasconcelos no México pós-revolucionário: nacionalismo e modernidade. *Intellèctus*, Revista eletrônica, ano XV, n.2, 2016

DI CAVALCANTI, E.; MATTAR, D. Di Cavalcanti: conquistador de lirismos. 1ª edição, Rio de Janeiro: Capivara, 2016

FINKELSTEIN, L. Di Cavalcanti desenhista. Uma coleção de 500 desenhos. Graphos Industrial Gráfico Ltda (impressão), 1986

KETTENMANN, A. Diego Rivera 1886-1957. Un espíritu revolucionario em el arte moderno. 2003[1997]. Editora: Taschen

MATTAR, D.; CAVALCANTI, E. (org.) Di Cavalcanti: O conquistador de lirismo. Rio de Janeiro. Editora: Capivara, 2016 O projeto educativo de José Vasconcelos no México pós-revolucionário: nacionalismo e modernidade. in. *Revista Intellèctus*, ano.15, n.2 (2016) p. 122-144.

OLIVEIRA, P.L. Religião, arte e política na controvérsia pública da Igreja da Pampulha. *Revista de Antropologia*, São Paulo, Online. v. 6 n1:241-268. USP, 2018

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014

SEGRE, R., BARKI, J. A Catedral de Brasília, 2012. Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/226/artigo275969-3.aspx>

SILVA HERZOG, Jesús. Breve historia de la Revolución mexicana. Los antecedentes y la etapa maderista. Primera edición, 1960. 2 ed. - Mexico: FCE, 1972

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Imagens da Revolução Mexicana. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007

Site do Projeto Portinari. Biografia e obras. Disponível em: www.portinari.org.br

REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA DOS TERREIROS DE MATRIZ AFRICANA COMO BENS CULTURAIS: COMPREENDENDO OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DO IPHAN

LUCIANE BARBOSA DE SOUZA
Mestranda do PPGPACS UFRRJ IM
llucianebarbosa@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho se insere no campo do patrimônio cultural e tem como objetivo a reflexão acerca dos lugares sagrados da diáspora africana. É parte da pesquisa de mestrado “Preservação dos Terreiros de Matriz Africana: Políticas para Salvaguarda”, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Apresenta estudos dos terreiros tombados pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a partir da análise dos processos administrativos instaurados para a realização do tombamento. Este artigo, em conformidade com a ideia da proposição de investigação dos procedimentos para a identificação dos bens culturais, reúne breve análise dos estudos dos primeiros terreiros tombados.

Palavras-chave: Terreiros. Tombamento. Proteção. Patrimônio Cultural. IPHAN.

ABSTRACT

The present work is part of the cultural heritage field and aims to reflect on the sacred places of the African diaspora in Brazil. It is part of the master's research “Preservation of African Sacred Places in Brazil: Policies for Safeguarding”, Master Program in Heritage, Culture and Society of UFRRJ, with the support of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) - Financing Code 001. It presents studies of the sacred places listed by IPHAN - Institute of National Historical and Artistic Heritage, from the analysis of the administrative procedures established to carry out the tipping. This article, in accordance with the idea of the proposal of investigation of the procedures for the identification of cultural assets, gathers a brief analysis of the studies of the first sacred places listed.

Key-words: Sacred Places. Listed by the National Heritage. Protection. Cultural Heritage. IPHAN.

1 - Apresentação

Atualmente, apenas onze terreiros de matriz africana (comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil) são reconhecidos como patrimônios culturais brasileiros pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sobre o seu chão sagrado, os terreiros são territórios da diáspora negra, onde os diversos grupos étnicos reconstituem seus signos, dando vida ao seu legado ancestral em seus corpos, territórios, suas línguas, suas danças, músicas, alimento e modos de viver.

A proposta apresenta um recorte dos primeiros tombamentos dos terreiros, a partir da análise dos processos administrativos para a realização dos estudos para o tombamento desses bens culturais: (1) Terreiro da Casa Branca - nº 1067 T /82; (2) Terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá - nº 1432 T /98; (3) Terreiro da Casa das Minas Jeje - nº 1464 T/ 00; e, (4) o Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Terreiro do Gantois, BA - 2005) - nº 1471 T/00. O estado da Bahia concentra nove dos terreiros tombados, “pois os bens relacionados à cultura afrodescendente ficaram restritos à Bahia e aqueles vinculados à cultura do imigrante, restritos ao sul do país, reproduzindo-se um pensamento modernista e colonial” (CHUVA, 2017, p. 92).

2 - A busca pela preservação dos territórios sagrados

*O candomblé é mais que uma seita mística,
é um verdadeiro pedaço da África transplantado.
Roger Bastide*

Os terreiros de matriz africana são lugares de referências múltiplas, que dão sentido à existência e à re-existência da sua comunidade. Podendo ser compreendidos como referências históricas, arquitetônicas e culturais, essencialmente incorporadas por uma visão de mundo enraizada em saberes e fazeres afro-epistemológicos, preservando seus rituais, hábitos, suas celebrações e línguas (SODRÉ, 2002). Consequentemente, a manutenção das suas práticas tem a função de garantir a salvaguarda da sua herança e patrimônio cultural (compreendido como o legado ancestral trazido e (re)construído com a diáspora africana para o Brasil), da pertença dos vários grupos étnicos que singularizam e complexificam as diversas identidades.

Conforme nos aponta Bastide (1971, p. 298), “em toda a parte em que as comunidades negras encontraram lugar onde se acomodar, se organizar, como na Bahia, em Recife e na capital do Maranhão, elas puderam inscrever seus valores e cultivá-los”. A diáspora africana significa o deslocamento forçado dos povos africanos, por meio da mercantilização dos seus corpos, pensamentos, pertencimentos, memórias e existência, para as Colônias das nações europeias. Segundo Hall (2003, p. 28) diáspora “é uma questão conceitual, epistemológica e empírica (...). O termo diáspora tem origem na história moderna do povo judeu”. A diáspora reúne questões históricas, diversidades de povos e origens. “Longe de construir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas” (HALL, 2003, p. 30).

3 - De 1982 a 2005 - Reconhecimento inicial

Para Jocélio Teles dos Santos¹ (2005, p. 177), as ações de preservação dos terreiros de candomblé, “objetivavam a defesa da diversidade e a ‘quebra’ do ‘etnocentrismo preservacionista’ (...) que tombava igrejas católicas ou conjuntos arquitetônicos relacionados à tradição colonial portuguesa”. Na tabela abaixo é possível visualizar o período, a localização e a concentração da política governamental de tombamento dos terreiros tradicionais:

1 Doutor e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da UFBA.

Tabela 1 - Listagem dos Terreiros Tombados pelo Iphan (1982-2018)

Estado	Município	Nome do Bem	Nº do Processo	Ano
BA	Salvador	Terreiro da Casa Branca	nº 1067 T 82	1986
BA	Salvador	Terreiro do Axé Opô Afonjá	nº 1432 T 98	2000
MA	São Luis	Terreiro Casa das Minas Jeje	nº 1464 T 00	2005
BA	Salvador	Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois)	nº 1471 T 00	2005
BA	Salvador	Terreiro do Alaketo, Ilê Maroá Laji	nº 1481 T 01	2008
BA	Salvador	Terreiro de Candomblé do Bate-Folha	nº 1486 T 01	2005
BA	Salvador	Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré	nº 1498 T 02	2014
BA	Cachoeira	Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura)	nº 1627 T 11	2015
BA	Itaparica	Terreiro Culto aos ancestrais Omo Ilê Agbôulá	nº 1505 T 02	2017
BA	Salvador	Terreiro Tumba Junsara	nº 1517 T 04	2018
PE	Recife	Terreiro Obá Oyanzé - Sítio Pai Adão	nº 1585 T 09	2018

Fonte: Dados retirados da listagem de bens tombados e processos de tombamento (1938-2018 - Iphan).

O primeiro processo de tombamento, referente ao Terreiro Ilê Iyá Nassô Oká (Casa Branca, também conhecido como Candomblé do Engenho Velho), de nº 1067 “T” 82, objeto de análise e investigação, possui 243 folhas, e apenso com 6 folhas, nele há uma extensa documentação complementar. Quanto as folhas correspondentes, em relação as ferramentas de identificação utilizadas, como as fotografias, plantas e descrição do bem cultural, o processo de tombamento da Casa Branca possui 36 folhas, com estudos da Fundação Pró-Memória (Processo nº 1067 “T” 82, das folhas 1 a 17). É possível observar o embate para a ampliação da noção de patrimônio cultural, em curso na década de 1980. Com profundo debate sobre a conceituação do bem e sobre a aplicabilidade do instrumento tombamento, o debate seguiu feito por intelectuais de diversas instituições, incluindo artistas e notáveis baianos. Reconhecido como um divisor de águas, o tombamento da Casa Branca foi um ato político para a segurança do seu território sagrado contra a especulação imobiliária, feita por empresários e também políticos (locais, regionais e nacionais) influentes.

O conselheiro parecerista foi o antropólogo, Gilberto Velho. Em seu parecer (Idem, das folha 143 a 147) favorável e observador em relação ao “paternalismo autoritário” (Idem, folha 147) do Estado brasileiro, o conselheiro relata a intensa ação em prol do tombamento, nas várias esferas institucionais, e, teoricamente traz a seguinte abordagem: “cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais que expressa crenças, valores e visões de mundos existentes em uma sociedade” (Idem, folha 144). E, fundamenta o bem de acordo com a sua esfera comunitária, cultural e política: “há que se reconhecer o candomblé como um sistema religioso fundamental na constituição da identidade de significativas parcelas da sociedade brasileira” (Idem, folha 144). Dando visibilidade “a antiguidade e a importância histórica do Terreiro e do sítio onde está localizado” (Idem, folha 144). Para Gilberto Velho é importante a história da religiosidade afro-brasileira e, que o Estado possibilite o direito à preservação de sua memória e de seu “sistema de crenças que

faz parte e constitui a sociedade brasileira, tanto como outros sistemas e religiões reconhecidos e legitimados” (Idem, folha 145), “é relevante frisar que trata-se de um espaço sagrado em que edificações, árvores e paisagens, constituem um todo integrado” (Idem, folha 145). O conselheiro registra em seu parecer o tão caloroso debate, que perdura até os dias de hoje no campo do patrimônio, e expõe a necessidade pela preservação:

assim sendo, ao se recomendar o tombamento, considera-se fundamental chamar a atenção de que o acompanhamento e supervisão da SPHAN deve, mantendo seus elevados padrões, incorporar uma postura adequadamente flexível, diante desse fenômeno religioso. O tombamento deve ser uma garantia para a continuidade da expressão cultural que tem em Casa Branca um espaço sagrado. Esta sacralidade, no entanto, não é sinônimo de imutabilidade, pois serão as próprias interpretações do grupo que deverão fornecer as referências ao apoio do Estado. Isto não significa abrir mão da seriedade das normas da SPHAN, mas sim procurar uma adequação para lidar com o fenômeno social em permanente processo de mudança. (Idem, folha 145).

Com intenso embate, apesar do número de votos contrários, foi decidido, por maioria apertada, pelo tombamento do primeiro terreiro de candomblé. O importante nesse debate, trazido no parecer de defesa do tombamento, é a compreensão do que está sendo proposto conceitualmente em torno da mutabilidade e imutabilidade. O argumento da imutabilidade está presente em sua defesa porque a visão de proteção do patrimônio cultural, por meio do tombamento e consequente conservação do bem, é estreitamente operacionalizada, instrumentalizada e debatida em torno dos aspectos físicos, onde podemos observar a negação da intangibilidade, e da importância dos seus significados.

O segundo processo de tombamento, Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, de nº 1432 “T” 98, possui 191 folhas, com extensa documentação complementar, e anexo de 45 folhas, mais cópia de duas publicações, o livro da Iyalorixá (Mãe) Stella de Oxóssi, “Meu Tempo é Agora”, e do membro da comunidade, Mestre Didi, Deoscoredes Maximiliano dos Santos, “História de um Terreiro Nagô”. Em relação ao conteúdo correspondente à identificação do Opô Afonjá, das 191 folhas do processo administrativo, 90 correspondem à identificação do bem cultural, com plantas, fotografias, ilustrações e descrição dos bens que compõe o sítio. As orientações para a instrução do processo de tombamento, estão de acordo com a portaria IPHAN nº 11 de 11/09/1986, que consolida as “normas de procedimento para os processos de tombamento no âmbito da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional² - SPHAN”. Consolidando dessa forma, o material para apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

O parecer para apreciação do Conselho (Processo nº 1432 “T” 98, folhas 141 a 145) foi realizado pela conselheira Maria da Conceição Coutinho Beltrão, professora da área de arqueologia, com data de 07/10/1999. Em seus debates, a conselheira cita o Obá de Xangô do Opô Afonjá, antropólogo e importante filósofo da afro-ancestralidade nagô, Muniz Sodré, dando o caráter matricial do terreiro e evidenciando a importância de Eugenia Anna dos Santos, a Mãe Aninha, Iyalorixá e fundadora do terreiro,

Muniz Sodré considera a criação destes templos jêje-nagôs com suas casas e reservas vegetais como um gesto de reterritorialização étnica dentro do espaço nacional brasileiro e que o Axé do Opô Afonjá se organizou a partir do modelo do palácio yorubano - do afin - de Oiô. Fica evidente, ainda segundo Muniz Sodré, que a organização do Axé Opô Afonjá segue aproximadamente a estrutura do império Yorubá. (Idem, folha 143)

2 Visa tratar objetivamente do trâmite burocrático e da documentação administrativa de caráter técnico e jurídico, dentro do arcabouço legal do patrimônio cultural, reunindo todas as manifestações e debates acerca dos estudos do tombamento pelos setores e agentes responsáveis. Para maiores informações, consultar: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_de_1986.pdf Acesso em: 10/08/2018.

A conselheira descreve em seu parecer as estratégias de resistência do Opô Afonjá e suas alianças com pessoas influentes na sociedade (intelectuais, artistas, etc.). Uma delas é o acordo de Mãe Stella de Oxóssi (desde 1976 e atual Iyalorixá do terreiro) com a Prefeitura de Salvador ao municipalizar a Escola Eugenia Anna dos Santos, a fundação do Museu e a Lei nº 3.515 de 1985, que considera o terreiro “Área de Proteção Cultural e Paisagística do Município”. O terreiro também estava sendo ameaçado pela especulação imobiliária e por sucessivas invasões de terras. O tombamento foi decidido por maioria, tendo as recomendações para preservação aprovadas. Segue trecho final do parecer, conceitualmente embrionário, porém pode ser considerado um dos pioneiros para uma proteção integral do bem cultural:

Portanto, somos plenamente favoráveis ao tombamento por seus aspectos materiais e imateriais, pelo seu simbolismo como foco de resistência e de difusão da cultura africana no Brasil, de espaço feminino de atuação religiosa e social além de nossa responsabilidade e compromisso constitucional quanto a preservação e proteção dessa herança a ser transmitida para as gerações futuras. Eis o nosso parecer. (Idem, folha 145).

O terceiro processo de tombamento, Terreiro Querebentam de Zomadonu, conhecido como Casa das Minas Jeje, nº 1464 “T” 00, possui 234 folhas, e 6 anexos, com extensa documentação sobre a memória local e os elementos integrante do sítio. No que diz respeito à identificação, possui estudos sobre a identificação com plantas, fotografias, descrição dos bens culturais a serem acautelados, incluindo proposta para arrolamento dos bens móveis e integrados, e, trazendo um diferencial em relação aos dois anteriores, há um dossiê elaborado pela equipe técnica da Superintendência do Maranhão, com farto material de identificação e menção ao Decreto de Registro do Patrimônio Imaterial nº 3.551/2000, que sugere o registro documental por meio de um dossiê. Por conta da natureza desse estudo mais elaborado, há identificação, fotografias, das formas de expressão da comunidade. E, identificação detalhada dos signos que fazem do território sagrado, o corpo da comunidade de terreiro.

Teve como Relator o engenheiro e mestre em Desenvolvimento urbano Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés. O parecer favorável ao tombamento da Casa das Minas Jeje, de 17 de agosto de 2001 (Processo nº 1464 “T” 00, Folhas 197 a 205), foi o primeiro do conselheiro para o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Para o conselheiro esta defesa é uma forma de “minorar, ainda que de forma muito modesta, esta dívida social e cultural com a memória brasileira, bastando para isto que o mesmo estivesse bem instruído, para que a oportunidade não se perdesse” (Idem, folha 198). Em seu texto, Andrés faz menção a arquiteta Márcia Sant’Anna e ao seu parecer para o tombamento do Ilê Axé Opô Afonjá,

Não há dúvida que é grande a dívida do IPHAN para com o inventário e a proteção de bens culturais vinculados a cultura afro-brasileira. Estudos amplos dessa natureza são de fato necessários e é urgente o estabelecimento de uma política institucional de proteção dos referidos bens. (Idem, folha 198).

Aqui há o debate pela não inclusão dos bens móveis no tombamento, “em virtude da natureza efêmera e facilmente perecível de numerosas das peças arroladas ao inventário fotográfico” (Idem, folha 202). No debate do momento, o que prevaleceu foi a visão jurídica da Procuradoria “que por sua natureza são impróprios e até incompatíveis com os preceitos do tombamento, cuja conservação e preservação constituem a essência deste ato” (Idem, folha 202). Sendo assim, o conselheiro indica que a comunidade da Casa das Minas Jeje “destine uma área do imóvel para instalar uma pequena exposição de alguns objetos significativos que não sejam utilizados ritualmente” (Idem, folha 202). Mais uma vez podemos observar o conceito da mutabilidade e da imutabilidade, mesmo que pelo viés museológico, presente no ato e na proposta de conservação do bem tombado. A especificidade do relato do conselheiro torna-se

importante e sensível quando este consegue transpor para o seu texto “a estreita ligação entre a estrutura física da Casa, o partido interno, a disposição dos cômodos, os materiais construtivos e os cultos que nela se processam” (Idem, folha 202). Também trata da questão da permanência e da tradição de maneira bem objetiva, dialogando com o mundo dos invisíveis, “Não há dinheiro que possa fazer assentar ali um belo assoalho de madeira ou um faiscante piso de cerâmica. Qualquer tentativa neste sentido, mesmo conduzida com a melhor das intenções, seria fatal para o prosseguimento do culto” (Idem, folha 202). De forma mais sensível ainda, o conselheiro compreende que “A Casa é o corpo, e como tal é “orgânica” (Idem, folha 203) em seus materiais e formas. Portanto, na trajetória de luta em defesa do tombamento dos terreiros, transformamos e impulsionamos intensos debates importantes para além do simples confronto conceitual sobre o instrumento e o bem: mutabilidade e imutabilidade. O rico debate, um tanto já amadurecido, proporcionou que por unanimidade o Conselho decidisse pelo tombamento.

O quarto processo de tombamento, Terreiro Ilê Iyá Omin Axé Iyamassê, conhecido como Gantois, nº 1471 “T” 00, possui 239 folhas. Na documentação disponibilizada pelo IPHAN, referente ao processo, não constam anexos e ou apensos. Inicia com a solicitação da comunidade, em nome do Memorial Mãe Menininha do Gantois, acompanhada de documentação da FCP - Fundação Cultural Palmares, com área do perímetro correspondente ao sítio e levantamento esquemático. Na consolidação dos estudos, o parecer técnico é assinado pela arquiteta Márcia Sant’Anna, realizando os procedimentos para a identificação do bem e delimitação do tombamento e entorno. Em seguida consta documento sistematizado, do tipo ficha, com as informações necessárias para a efetivação do tombamento, tais como os critérios de intervenção no perímetro do tombamento e na área de entorno (Idem, das folhas 100 a 102), com a planta da poligonal do tombamento e entorno (Idem, folha 103), seguida de documentação fotográfica (Idem, das folhas 110 a 153). E, também tem como relator o conselheiro Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés, com parecer de 18 de novembro de 2002 (Idem, folhas 174 a 183), quase um ano após a defesa do tombamento anterior, a Casa das Minas. Segundo o conselheiro, o Gantois “vem a ser o mais conhecido de todos os centros de religião afro-brasileira” (Idem, folha 174), e,

consolida cada vez mais no seio da instituição, no sentido de assumir uma política de proteção a estes bens, de forma que se possa minorar a enorme dívida do Estado, para com os povos de raça negra, através do reconhecimento cada vez maior, do valor fundamental de sua valiosa contribuição na formação do povo brasileiro. (Idem, folha 174).

Mais uma vez o conselheiro demonstra a sua sensibilidade em compreender que,

cuidaremos de não separar o “corpo da alma”, reconhecendo ser muito forte a ligação entre a tipologia arquitetônica, a morfologia urbana do conjunto e o sentido religioso da casa. De fato, o partido interno das construções e a sua disposição no terreno são inteiramente determinados pela necessidade dos rituais e celebrações. (Idem, folha 178).

Com isso, é possível aprofundar o debate da compreensão da sociedade brasileira e a influência da cultura africana nos modos e costumes, assim como na formação dos marcos urbanos nas cidades coloniais “a partir do núcleo original” no “centro histórico” (Idem, folha 180), nas ações e no campo do patrimônio cultural,

o estudo dos terreiros tem permitido uma melhor compreensão dos meandros da formação do povo brasileiro. De fato além das pesquisas etnográficas e antropológicas já realizadas e ainda por serem efetivadas, temos toda uma sociologia política que vem sendo traçada a partir da trajetória dos terreiros, em decorrência de sua grande vascularização e presença na sociedade em todos os tempos, desde as pessoas mais humildes, oriundas das camadas menos favorecidas até aos grandes personagens da política nacional. (Idem, folha 178).

Como um ato político, o conselheiro Andrés traz para o debate, no campo do patrimônio cultural e da memória, a importância da resignificação e de um outro olhar sobre o outro que somos nós, um outro olhar para o conhecimento e os saberes, um outro olhar para a eficaz garantia dos direitos, sobretudo do direito à memória e das ações afirmativas, promovidas pelo Estado brasileiro, em suas políticas públicas de governo e de Estado,

Esta sim a primeira das grandes dívidas que, como cidadãos, herdamos desde o nascimento. Aquela que parece ser imporsível de saldar. Pois, como indenizar o sacrifício de milhões de seres humanos que, julgados inferiores, foram violentamente arrancados de suas casas e apartados de suas famílias e subjugados para um terrível cruzeiro marítimo e depois agrilhoados à solidão do trabalho escravo num continente distante e sem chance de retorno? Como pagar todo o sofrimento vivido na construção do Brasil nos períodos da Colônia e do Império e que, como uma herança espúria, ainda persiste ainda que em menor grau, no cotidiano dos cidadãos de origem negra? (...) Mas mesmo assim, o povos africanos retribuíram, e retribuíram não só com o suor de seu trabalho, mas irrigando nossa cultura com o sangue e enriquecedor de sua contribuição étnica. (Idem, folha 182).

Mais uma vez por unanimidade, o Conselho decidiu pelo tombamento, porém, é possível observar ainda os questionamentos, proferidos pelos conselheiros e conselheiras presentes, sobre a impermanência dos aspectos físicos. E, em uma das falas, ainda que tenha sido decisão unânime houve o questionamento quanto ao mérito do bem em relação ao tombamento, sugerindo que os terreiros deveriam ser registrados, finalizando os debates dos conselhos, segue trecho da fala da conselheira Susanna Sampaio,

(...) Os terreiros de candomblé são por excelência o marco intangível da civilização afro-brasileira. Então penso ser importantíssimo que registrássemos esse terreiro como Patrimônio Imaterial, porque tombamos monumentos arquitetônicos visíveis, palpáveis, estudados através de sua técnica construtiva, do material de construção. Os terreiros de candomblé não tem essa riqueza, são galpões, são módulos que se inserem em conjunto natural para a prática do culto, mas têm igualmente a mesma preciosa carga espiritual e imaterial. (Idem, folha 216).

4. Considerações para continuar

Os estudos para o tombamento por meio do IPHAN buscam compreender o sítio, e as singularidades do bem cultural a ser acautelado. Sobre os terreiros, os estudos nos apontam para a necessidade institucional de realização de uma política pública nacional para a preservação dos mesmos, e, conseqüentemente para a preservação das comunidades, seus lugares sagrados e modos de vida, compreendidos pelo patrimônio como referências culturais. Porém, para de fato compreender as singularidades diante do sistema complexo do patrimônio cultural dos terreiros de matriz africana, é imprescindível ir em busca da decolonialidade e da transdisciplinaridade na formação e na ação no campo da memória e do patrimônio cultural. Até o presente momento, as políticas de proteção de comunidades tradicionais de terreiro de matriz africana, encontram-se no campo do patrimônio cultural material, de acordo com o Decreto-Lei 25/37. Portanto, não existem terreiros de candomblé salvaguardados em conformidade com o Decreto 3.551/2000, reconhecidos como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Todas as disputas e conquistas dos povos de terreiro citadas acima estão inseridas em um contexto de mudanças históricas no campo do Patrimônio e da Memória e da própria noção de valor social e de pertencimento, “faz pouco tempo que a defesa e o uso do patrimônio se converteu em interesse dos movimentos sociais” (CANCLINI, 1994, p. 102). As transformações e a compreensão da diversidade cultural no país nos possibilita ampliar as contribuições coletivas para as questões sociais,

o patrimônio cultural emerge, neste sentido, aliado à problemática dos direitos, da cidadania e da democracia; pode também ser instrumento de reforço e cristalização de identidades, pertencimentos e memórias que resistem aos processos de integração cada vez mais presentes neste tipo de sociedade. (Idem, p. 215)

Para Chuva, “novos objetos só poderiam ter surgido porque socialmente se configuraram novos problemas e novas abordagens foram propostas” (CHUVA, 2017, p. 93). Dessa forma, é evidente que o tombamento dos terreiros é uma grande conquista dos movimentos sociais, e, principalmente das comunidades de terreiro, detentoras de seu legado ancestral. Atualmente, na esfera federal são onze Terreiros de matriz africana tombados³, em um percurso longo de quase quatro décadas. Nesse período, é possível observar que mudanças intensas, no que diz respeito aos conceitos do campo do patrimônio cultural (o que é compreendido por e como patrimônio cultural), bem como a ampliação das práticas e dos instrumentos de proteção, ocorreram, promovendo mudanças nos paradigmas outrora estabelecidos no patrimônio. E, sobretudo na identificação dos bens para que ocorra a efetivação das políticas públicas de conservação e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos africanos em diáspora. O nível de detalhamento dos estudos para o tombamento, que incluía a narrativa da comunidade, de acordo com a metodologia de identificação, realizada pelo corpo técnico do órgão responsável pela preservação, proteção, fiscalização e acompanhamento, é imprescindível para que seja possível a democratização do patrimônio e o direito à memória, ao pertencimento e ao Legado Ancestral dos Povos de Terreiro. Por fim, encerramos com a proposta de dar continuidade e aprofundamento ao estudo para que seja possível dar a ver o legado ancestral em diáspora através de seus territórios sagrados. Olorun modupé!

5. Referências Bibliográficas

BASTIDE, Roger. As religiões Africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. Primeiro Volume. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...

_____. IPHAN. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937b.

_____. Decreto nº 3.551. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. 04 de agosto de 2000. Brasília/DF: 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. v. 23 - IPHAN, 1994. ISSN 0102-2571.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. In: Schlee, Andrey Rosenthal. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. v. 35 - IPHAN, 2017. ISSN 0102-2571.

3 De acordo com a listagem de bens tombados e processos de tombamento (1938-2018 - Iphan). Acesso em: 01/11/2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tabela%20de%20processos%20de%20tombamento%20-%20JAN%202018.pdf>

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília, 2003.

IPHAN. Processo nº 1067-T-82. Terreiro da Casa Branca. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Processo nº 1432-T-98. Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Processo nº 1464-T-00. Terreiro Casa das Minas Jeje. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Processo nº 1471-T-00. Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois). Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Portaria IPHAN nº 11/1986. Dispõe sobre o Tombamento. Publicada no Diário Oficial da União - em 11 de novembro de 1986.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005. 264 p. ISBN 978-85-232-0895-0. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hqhrv/pdf/santos-9788523208950.pdf> Acesso em: 08/01/2018.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS TERREIROS DE MATRIZ AFRICANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MARCUS VINICIUS SANTOS DE CAMPOS
Graduando do Curso de Geografia da UFRRJ/IM
marcusvcampoos@gmail.com

LUCIANE BARBOSA DE SOUZA
Mestranda do PPGPACS/UFRRJ/IM
llucianebarbosa@gmail.com

OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA
Professor do PPGPACS/UFRRJ/IM
otairfernandes@gmail.com

RESUMO

O presente estudo é parte do projeto “Cultura afro-brasileira e patrimônio na Baixada Fluminense - reconhecimento dos terreiros de matriz africana como patrimônio cultural”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PIBIC/UFRRJ). Busca sistematizar informações oficiais disponíveis nas bases de dados dos órgãos de proteção do patrimônio cultural responsáveis pela implementação de políticas públicas para a conservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. A pesquisa consiste em levantamento, coleta e análise dos dados, por meio de consulta aos sistemas de informação pública, base de dados e arquivos oficiais do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural).

Palavras-chave: Terreiro de Candomblé. Lugares Sagrados. Patrimônio Cultural. IPHAN.

ABSTRACT

The present study is part of the project “Afro-Brazilian Culture and Heritage in Baixada Fluminense - Recognition of African Matrix Terreiros as Cultural Patrimony”, from the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships, Federal Rural University of Rio de Janeiro (PIBIC / UFRRJ). It consists of a preliminary mapping of the African matrix terreiros located in the region of Baixada Fluminense that requested to be registered to the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN). It seeks to systematize official information available in the databases of this federal government body responsible for conducting the national patrimony protection policy, by means of procedures for identifying, collecting and collecting data in official documentation through consultation of public information systems, the platform SEI (Electronic Information System) and IPHAN portal.

Key-words: Terreiro de Candomblé. Sacred Places. Cultural Heritage. IPHAN.

1. Apresentação

As medidas que reconhecem as matrizes culturais dos povos africanos trazidos para o Brasil (fruto do processo histórico da diáspora¹ promovida pela dominação colonial europeia entre os séculos XVI e XIX), na perspectiva das políticas públicas de patrimônio cultural, apresentam uma característica pouco produtiva, por parte das instituições, com relação às ações de reconhecimento, valorização e preservação formadas dentro de uma lógica eurocêntrica fomentada durante todo processo histórico-cultural Brasileiro. Tendo a noção de que desde o processo de colonização, há, com êxito, a tentativa de construção do território brasileiro por meio de uma perspectiva que aponta a Europa como referência, através da compreensão de uma certa (i)racionalidade, e, seu padrão branco e higienista, vem dificultando a promoção de políticas públicas de ações afirmativas, que impulsionam o reconhecimento da cultura africana, afro-brasileira e indígena, como formadoras da sociedade brasileira.

Analisando a conjuntura política brasileira, marcada por um processo de escravidão que hoje resulta-se em um racismo institucionalizado, é possível destacar a invisibilidade quando pensa-se em referências culturais afro-brasileiras, mesmo compreendendo que todos os espaços de manifestações culturais eram usados como locais de resistência onde a população negra conseguia expressar-se de maneira coletiva e simbólica. Espaços assim como os terreiros de candomblé, que até hoje ainda marginalizados e atacados por ações pejorativas de caráter racista, continuam na luta por medidas de reconhecimento. A partir da década de 1930, quando a conjuntura passa a adotar um caráter nacionalista com o intuito de construir uma identidade única, o Estado Novo começa a trabalhar com o conceito de preservação, planejando de certa forma educar a população, arquitetar a memória nacional e monitorar as manifestações culturais e os meios de comunicação. Com isso, nessa interpretação, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeira instituição governamental, de âmbito nacional, voltada para a proteção do patrimônio cultural do País por meio da lei 378/1937². Porém, a criação do mesmo, que dentro de um contexto onde a propaganda nacionalista era fomentada a partir de uma civilização elitista, intelectual e política, reforçou a formação de uma identidade nacional que silenciou a cultura dos povos indígenas, afro-brasileiros e africanos.

Patrimônio nos remete à noção de cultura e traduz significados diversos e variações no tempo e no espaço. Para José Reginaldo Gonçalves trata-se de uma categoria de pensamento “extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade” (2009, p. 26). Por meio de análises sobre os usos sociais e simbólicos do patrimônio, este autor problematiza a noção moderna de “patrimônio cultural” defendendo sua apropriação como categoria de pensamento. Neste sentido, patrimônio cultural seria adequadamente compreendido,

como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. (GONÇALVES, 2005, p. 16)

Esta ressonância do patrimônio refere-se

ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (GREENBATT apud GONÇALVES, idem, p.19)

1 A diáspora africana ou negra nas Américas é um fenômeno histórico, político, social e cultural cuja principal característica foi à imigração forçada de povos africanos no continente americano decorrente do sistema escravagista característico da dominação colonial europeia, entre os séculos XVI e XIX

2 Segundo o Portal do Iphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em: 03 nov. 2018.

A partir desta ideia de ressonância, o autor coloca em foco o aspecto da ambiguidade presente no patrimônio e definidor da sua própria natureza, uma vez que

liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória. Nesse sentido, algumas modalidades de patrimônio podem servir como formas de comunicação criativa entre essas dimensões, comunicação realizada existencialmente no corpo e na alma dos seus proprietários. (Idem, p. 20)

Além da ressonância e da ambiguidade, o autor observa que devido a este aspecto “foi necessário, nos discursos contemporâneos, criar a categoria do “imaterial” ou do ‘intangível’ para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos, etc.”. E afirma “É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos”. Para ele, “patrimônio sempre foi e é ‘material’” (Idem, p. 20-21).

Essa noção da dimensão imaterial do patrimônio é compreendida por Gonçalves, como uma noção que expressa “a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas”. Para ele, “a categoria ‘intangibilidade’ talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de ‘cultura’”. (Idem, p. 21)

Deste modo, para o autor, a “intangibilidade” é uma categoria ambígua de patrimônio que “transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. O material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria”. Desse modo, a noção de patrimônio cultural,

enquanto categoria do entendimento humano, na verdade rematerializa a noção de “cultura” que, no século XX, em suas formulações antropológicas, foi desmaterializada em favor de noções mais abstratas, tais como estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc. (Idem, p. 21)

2 - Política nacional de patrimônio cultural e os terreiros de matriz africana no Brasil

Durante muito tempo, a política de preservação do patrimônio cultural no mundo ocidental e no Brasil seguiu uma tendência conservadora associada aos bens de natureza material, cujo instrumento de proteção era apenas o “tombamento”. A construção do patrimônio cultural da nação, percebida como prática social, como política de Estado, é uma operação política que evidencia um campo de conflito e revela uma luta permanente pela representação da nação, a partir da escolha ou eleição de determinados bens culturais como representativos da identidade nacional ou de determinados grupos ou etnias, o que significa a escolha do passado histórico e cultural (NOGUEIRA, 2008, p. 244).

No Brasil e no mundo, a política de preservação do patrimônio cultural sempre foi conservadora. Apesar de ter uma longa trajetória, a prática institucional de preservação do patrimônio cultural desde a década de 1930, foi estruturada e consolidada de forma limitada e representativa apenas de aspectos culturais selecionados e compartilhados pelas elites intelectuais e políticas num ambiente político de fortalecimento de sentimento de brasilidade associada a imagem do Brasil como uma nação identificada apenas com a tradição europeia, excluindo do conjunto dos bens culturais as referências dos povos africanos e indígenas. O elitismo e o caráter eurocêntrico são marcas de uma política de patrimônio cultural restritiva, cujo o único instrumento era o tombamento caracterizado pela valorização de monumentos e proteção de bens materiais (NOGUEIRA, 2008; FONSECA 2009; LIMA, 2012, LIMA, 2014).

A transformação das referências culturais dos afro-brasileiros em patrimônio cultural nacional por parte do Estado é recente, resultado do processo de democratização do estado e da sociedade, a partir de meados da década de 1980, onde se evidencia um movimento crescente de casos de solicitação de salvaguarda de bens vinculados aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, sua história, memória, identidade e modos de vida. As comunidades se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão de mundo dos africanos escravizados e ressignificaram suas culturas durante o sistema escravista, possibilitando um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituído de territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade. Trata-se de um povo em luta desde a diáspora e a escravidão; um povo com uma cultura de origem e identificável cronológica e geograficamente, cuja a trajetória, incluindo perdas e desaparecimentos tanto quanto resistência e renovação, preserva, inventa e reinventa a tradição, sua fonte de saber e de identidade (SEPPPIR, 2016, p. 10).

Os Terreiros de Candomblé são expressões histórico-arquitetônicas-culturais essencialmente incorporadas da visão de mundo enraizadas em jeitos de ser, viver, pensar e construir. Preservam saberes, rituais, hábitos, celebrações, valores e línguas, e, sobretudo, possuem a sua expressão materializada no seu território, de maneira tangível e intangível. Fundamentadas em um longo processo de resistência, as comunidades de terreiro de candomblé salvaguardam as suas expressões culturais e o seu espaço sagrado, elas podem ser materialmente uma unidade ou um conjunto de lugares sagrados que compõem o próprio sagrado.

Até o momento, no âmbito da política federal de patrimônio cultural, as formas oficiais pelas quais determinado “bem” ou “objeto” pode ser reconhecido como Bem Cultural em todo país, são o Tombamento ou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Trata-se, portanto, de dois métodos distintos com diretrizes próprias e procedimentos legais e administrativos utilizados pelo órgãos responsáveis pela política de patrimônio cultural em nível nacional, estadual e municipal. A primeira forma, o Tombamento é mais antiga - até pouco tempo a única - instrumento jurídico criado pelo Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37) com o objetivo de “impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos”, segundo Rabello (2015, p. 2-3). Pressupõe a conservação do bem mediante a manutenção das suas características física vista como a fonte de atribuição do seu valor cultural.

Do ponto de vista metodológico, o tombamento pressupõe um conjunto de procedimentos específicos a serem respeitados pelos órgãos públicos responsáveis pela política de preservação nos três níveis de governo, de acordo com o seu arcabouço legal, correspondente ao seu corpo técnico e jurídico.

3 - Os terreiros de matriz africana na Baixada Fluminense e o patrimônio cultural

Na Baixada Fluminense, território marcado pela política de extermínio, onde a população negra e suas expressões culturais encontram-se presentes, a ausência de ações por parte das instituições ligadas ao Estado é um fator que dificulta a promoção de políticas para a valorização da cultura afro-brasileira, ou seja, que consequentemente interferem na possibilidade da busca pelo entendimento e reconhecimento com a sua ancestralidade. Entendendo que a Baixada Fluminense encontra-se em um contexto de segregação sócio-espacial (ALVES, 1994), ou sendo mais objetivo, de separação com a capital do Estado devido a falta de olhares para o “lado de cá”³. Com isso, é fundamental apontar que a promoção de políticas que ampliem o conceito de cultura, que busquem romper com colonialidade, incluindo os povos tradicionais, nunca se fez tão necessária diante desse cenário de apagamento cultural e silenciamento da memória.

3 Expressão popular usada para identificar a situação de ausência do Estado com relação ao processo de segregação sócio-espacial que a Baixada Fluminense se enquadra.

Nesse sentido, na perspectiva das políticas públicas do campo do patrimônio cultural, pautando os terreiros como espaços de resistências, desde a diáspora, identificamos que apenas um terreiro na Baixada Fluminense tem o seu processo de tombamento realizado por parte do Estado. Trata-se do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, localizado no município de São João de Meriti, que teve o seu tombamento realizado pelo INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, no ano de 2016. Dessa forma, compreende-se a necessidade de ampliação de políticas de proteção, preservação e salvaguarda, isto é, políticas de promoção, valorização e fomento do patrimônio cultural, tendo em vista o importante papel da construção participativa com a comunidade local.

Todavia, buscamos realizar o levantamento e a coleta dos dados, consultando os sistemas de informação, ou seja, as bases de dados disponibilizadas, e, os arquivos do IPHAN e INEPAC. Quanto a solicitação de tombamento, quatro terreiros localizados na Baixada Fluminense encontram-se em processo de estudos para o tombamento pelo IPHAN:

Tabela 1 - Listagem dos Terreiros que solicitaram tombamento ao Iphan

UF	Município	Nome do Bem Cultural	Número processo "T"	Ano de abertura	Situação ⁴
RJ	Nova Iguaçu	Terreiro de Candomblé Asé Nassô Oká Ilê Osun	1531	2006	Instrução
RJ	Duque de Caxias	Terreiro Santo Antônio dos Pobres – Ilê Ogum Megegê Asé Baru Lepé	1533	2006	Instrução
RJ	Belford Roxo	Culto Corte Real da Nação de Ijexá - Ilê Ti Osum Omi Iya Iya Oba Ti òdó Ti Ogum Alé	1682	2013	Instrução
RJ	São João de Meriti	Terreiro Ilê Omulu Oxum	1716	2014	Instrução

Fonte: Dados retirados da listagem de bens tombados e processos de tombamento (1938-2018 - Iphan).

A seguir, apresentamos o levantamento dos Terreiros mapeados pelo IPHAN, de acordo com a publicação “Terreiros de Candomblé do Rio de Janeiro” (IPHAN, 2009), com as informações para a localização nos estudos do IPHAN.

Tabela 2 - Proteção dos Terreiros de Candomblé no Rio De Janeiro - INRC/ IPHAN

Nome do Bem Cultural	Localização	Situação
Terreiro Abaçá do Ogun (Pai Ronaldo de Oxalaguiã)	Mesquita	Inventariado, p. 40.
Terreiro da Boa Viagem (Zezinho da Boa Viagem)	Nova Iguaçu	Inventariado, p. 41.
Terreiro de Ogunjá (Pai Gustavo)	Duque de Caxias	Inventariado, p. 52.
Terreiro Ilê Ajagunã Asé Oyá Messan (Pai Reinaldo de Oxalá)	Duque de Caxias	Inventariado, p. 56.
Terreiro Ilê Asé Babá Nile Ké - Casa de Culto de Babaegun (Ojé Josiel)	Nova Iguaçu	Inventariado, p. 56.
Terreiro Ilê Asé Babá Olwô Omim (Pai Miguel)	São Gonçalo	Inventariado, p. 60.
Terreiro Ilê Asé Baru Lepê (Pai Valdomiro de Xangô)	Duque de Caxias	Inventariado, p. 64.
Terreiro Ilê Asé Igbá Odé (Mãe Regina de Oxóssi)	Rio de Janeiro	Inventariado, p. 68.
Terreiro Ilê Asé Lissá Vodun (Mãe Sueni de Lissá)	Rio de Janeiro	Inventariado, p. 72.
Terreiro Ilê Asé Nidê (Pai Ninô)	Nova Iguaçu	Inventariado, p. 76.
Terreiro Ilê Asé Nilá Odé (Pai Icaro de Oxóssi)	São Gonçalo	Inventariado, p. 80.
Terreiro Ilê Asé Obaluayê Azauany (Pai Ricardo)	Belford Roxo	Inventariado, p. 84.
Terreiro Ilê Asé Odé Lulê (Pai Alexandre de Oxóssi)	*	Inventariado, p. 88.
Terreiro Ilê Asé Ogbójú Firê Imo Ogun Oyá (Pai Gun Jobi)	São João de Meriti	Inventariado, p. 92.
Terreiro Ilê Asé Oju Oba Ogo Odo (Pai Bira de Xangô)	*	Inventariado, p. 96.
Terreiro Ilê Asé Omó Karê (Pai Aguiar de Oxóssi)	Itaboraí	Inventariado, p. 100.
Terreiro Ilê Asé Omó Oyá Legi (Mãe Palmira)	Mesquita	Inventariado, p. 104.
Ilê Asé Opó Afonjá (Mãe Regina Lúcia)	São João de Meriti**	Inventariado, p. 108.
Terreiro Ilê Asé Oyá Funké (Pai Alberto de Yansã)	Rio de Janeiro	Inventariado, p. 112.

Terreiro Ilê Asé Ti Oxum Omi Ia Ilê Oba Ti Odou Ti Ogun Ale (Pai Zezito de Oxum)	Belford Roxo	Inventariado, p. 116.
Terreiro Ilê Asé Yá Atara Magbá (Mãe Gisele Omindarewá)	Duque de Caxias	Inventariado, p. 120.
Terreiro Ilê Asé Yá Nassô Oká Ilê Osun (Iyá Nitinha de Oxum)	Nova Iguaçu	Inventariado, p. 124.
Terreiro Ilê Asé Yátópé (Oyá Gindê)	Rio de Janeiro	Inventariado, p. 128.
Terreiro Ilê Oba Nilá (Mãe Edelzuita de Oxalá)	Rio de Janeiro	Inventariado, p. 132.
Terreiro Ilê Omi Ojuarô (Mãe Beata de Yemanjá)	Nova Iguaçu	Inventariado, p. 136.
Terreiro Ilê Omolu Oxum (Mãe Meninazinha)	São João de Meriti	Inventariado, p. 140.
Terreiro Inzo Ia Nzambi - Nzambi Kingongo - Tumba Junsara (Mameto Madozã)	Rio de Janeiro	Inventariado, p. 144.
Terreiro Kupapa Unsaba (Mameto Mabeji)	Rio de Janeiro	Inventariado, p. 148.
Terreiro Kwe Olô Jomim (Mãe Zezé de Oxum)	Santo Antônio de Pádua	Inventariado, p. 152.
Terreiro Kwe Omó Inã (Doté Luis de Yansã)	Rio de Janeiro	Inventariado, p. 156.
Terreiro Kwe Sinfã (Mejitô Helena de Dan)	Duque de Caxias	Inventariado, p. 160.
Terreiro Rumpaimi Hevioso Zoonocaum Mean Zirin (Gaiaku Deusimar de Lissã)	São Gonçalo	Inventariado, p. 164.

Fonte: Dados retirados do material publicado pelo IPHAN, referente ao mapeamento dos terreiros do estado do Rio de Janeiro.

Legenda: (*) No texto da publicação “Terreiros de Candomblé do Rio de Janeiro” não há menção da localização. (**) No texto há apenas referência ao Bairro Coelho da Rocha, localizado no município de São João de Meriti.

Com a coleta de dados das informações através do Portal do IPHAN⁴, iniciamos a pesquisa por meio da consulta ao portal SEI⁵ - Sistema Eletrônico de Informação, no intuito de estudar os desdobramentos dos processos após solicitação de tombamento e seus trâmites administrativos. A partir dessa coleta, obtivemos os seguintes dados:

Tabela 3 - Terreiros de Candomblé no Rio De Janeiro na plataforma SEI

Terreiro	Processo /Ano	Ações gestão compartilhada ^a	Identificação bem cultural ^b	Licenciamento Ambiental ^c	Tombamento ^d
Terreiro de Candomblé Asé Nassó Oká Ilê Osun	1531/ 2006	01400.035697/2 017-46	01450.003771/ 2018-51	01450.010667/2 015-70	01458.001978/ 2011-44
Terreiro Santo Antônio dos Pobres – Ilê Ogum Megegê Asé Baru Lepé	1533/ 2006	01450.902226/2 017-68	-	-	01458.001978/ 2011-44
Culto Corte Real da Nação de Ijexá - Ilê Ti Osum Omi Iya Iiya Oba Ti ódô Ti Ogum Alé	1682/ 2013	-	-	-	01450.002898/ 2006-19 / 01500.002690/ 2017-10
Terreiro Ilê Omulu Oxum	1716/ 2014	01400.035697/2 017-46	-	-	-

Fonte: Dados retirados do portal IPHAN e do SEI.

Legenda: (1) Corresponde a solicitação de cadastro de bens tombados no Brasil na base dados do IPHAN. (2) Corresponde ao trâmite burocrático para identificação do bem cultural e envio do inventário para avaliação do setor responsável. (3) Corresponde ao Processo de licenciamento ambiental referente a atividades a serem realizadas em áreas de preservação ambiental, tendo consulta também do IPHAN, a fim de preservar o patrimônio (em processo ou tombado) ali existente. (4) Corresponde ao encaminhamento de documentos que dão início ao processo de tombamento de cada terreiro.

No entanto, ao analisar todos os documentos apresentados, podemos observar, além da falta de uma encaminhamentos administrativos com relação aos processos iniciados, o ponto chave, a ausência de políticas públicas durante esses anos. Ausência essa cada vez mais comum em territórios como o da Baixada Fluminense. Contudo, a dificuldade de acesso às informações das bases de dados, ou seja, do material ainda não publicado, é um dos fatores que consideramos problemáticos durante todo percurso. As ferramentas e métodos utilizados para acompanhar os processos dos terreiros apresentados não dispõem de fácil acesso, busca simples e manuseio, dificultando ainda mais o acompanhamento e compreensão do andamento burocrático técnico-administrativo.

4 Ver: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 07/10/2018.

5 Ver: <https://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica> Acesso em: 07/10/2018.

4. Considerações finais

Tendo em vista os aspectos observados, através de todo processo epistemológico, conseguimos destacar a necessidade da ampliação do conceito de cultura dentro de todo o território Fluminense. No caso aqui estudado, o patrimônio cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro de Matriz Africana, é preciso compreender que não se trata de mais um processo político-administrativo de patrimonialização como tradicionalmente ocorre nos órgãos públicos de patrimônio. É preciso ter em mente que se trata de culturas de povos ou comunidades re-criadas e re-inventadas a partir da herança cultural de grupos étnicos transformados em mercadorias e destituídos de história e humanidade, no contexto da dominação colonial em que os povos africanos foram dispersados forçosamente pelo “novo mundo” (fenômeno da diáspora), subjugados na condição de escravos. Em terras desconhecidas, esses povos trouxeram suas tradições, crenças, valores, hábitos, modos de vida, culturas (divindades, visões do mundo, línguas, artes, músicas, etnias, ritos sagrados e modos de simbolização do real) e diferentes formas de organização social. No entanto, as formas e modos de vida desses povos (pensar e agir) foram represadas, silenciadas, aniquiladas e subalternizadas, submetidas à cultura hegemônica dos colonizadores europeus. Mesmo assim, apesar de toda repressão e sofrimento sofridas, as culturas desses povos através de sua descendência espalharam-se pelos continentes americanos e desenvolveram processos de criação, re-invenção, re-criação e re-existência da memória cultural, preservando laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Nessa rede de interação, as múltiplas culturas de diferentes grupos étnicos do continente africano preservaram marcas visíveis dos traços negro-africanos importantes para a sua reconstrução pessoal e coletiva. E isso, mostra a força das culturas dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana no Brasil.

Portanto, concordamos com Nogueira no sentido das políticas de preservação e salvaguarda com foco na cultura afro-brasileira deve considerar outro olhar sobre o patrimônio cultural que se diferencie do olhar hegemônico. Um olhar que considere a história e trajetória dos sujeitos criadores e detentores. Numa inversão da ordem estabelecida pela forma de patrimonializar (quem aprende com quem?) poderíamos afirmar que é hora da sociedade brasileira como um todo e dos agentes públicos em particular, aprender com as referências culturais afro-brasileiros. Para tanto, é preciso um deslocamento político e ideológico do olhar sobre o patrimônio cultural num país chamado Brasil, principalmente quando se trata de bens do universo da cultura de povos que foram dominados secularmente. Afinal de contas, como proteger algo que não se conhece? Acreditamos que a partir do que foi exposto neste trabalho, novos estudos poderão surgir com foco no patrimônio cultural dos povos de terreiro voltados para a decolonização do patrimônio cultural em nosso país.

5. Referências

ALVES, J. C. S. Baixada Fluminense: the violence in the construction of Rio de Janeiro periphery. *Rev. Univ. Rural, Sér. Ciênc. Hum.*, v. 19/21, n. 1-2, p. 11-20. Acesso em 22/04/2018. Disponível em: <http://www.ufrj.br/SEER/index.php?journal=chsr&page=article&op=view&path%5B%5D=1764>

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>. Acesso em 04/06/2013.

FERNANDES, Otair; BARBOSA, Luciane. *Patrimônio Cultural Imaterial dos Afro-Brasileiros na Baixada Fluminense: contradições e possibilidades*. In: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: entre o local e o global. Nova Iguaçu, RJ, 2016. http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466994352_ARQUIVO_PatrimCulturalAfro-BrasileirosBF_Otair&Luciane.pdf. Acessado em: 14/04/2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Registro. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Registro).

_____. *Para além da pedra e do cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina (Orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2009.

_____. *Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio*. In: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *O Registro do Patrimônio Imaterial - Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 5ª edição. Brasília - DF: 2012 (p. 35-44).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 25-33.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho, 2015.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horiz. antropol.* [online]. 2005, vol.11, n.23, pp.15-36.

<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf> Acesso em 23/04/2018.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Reconhecimento do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. *Revista Palmares Cultura Afro-Brasileira*. Ano X, Edição 8, novembro, 2014.

_____. *Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

NETTO, Márcia Ferreira (Org.). *Terreiros de candomblé do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Diversidade e Sentidos do Patrimônio Cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *ANOS 90*, Porto Alegre, v. 15, nº 27, p. 233-255, 2008.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento). <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf> Acesso em 23/04/2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS. *Povos e Comunidade Tradicionais de Matriz Africana, Caderno de Debates*. Brasília, DF, 2016. http://www.seppir.gov.br/centraldeconteudos/publicacoes/pubseppir/caderno_de_debates.pdf. Acesso em 18/04/2018.

SISS, Ahyas. *Afro-Brasileiros, Cotas e Ações Afirmativas: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA E POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL: UM CONVITE AO TEMA

OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio,
Cultura e Sociedade/UFRRJ
otairfernandes@gmail.com*

RESUMO

O que significa transformar em patrimônio nacional uma cultura, ou parte dela, de povos ou etnias que foram escravizados, vítimas da diáspora africana, marginalizados historicamente, cujos descendentes sofrem cotidianamente preconceitos/discriminações e vivem numa sociedade altamente estratificada em situações assimétricas de poder? Esta questão motiva o presente trabalho que visa promover reflexão sobre as políticas de preservação cultural no Brasil como foco na cultura afro-brasileira. Trata-se de uma reflexão ainda embrionária e tentativa na busca de interlocuções no campo de estudos sobre patrimônio cultural, em consonância com uma sociedade multicultural e pluriétnica como a brasileira. Através da pesquisa documental e bibliográfica, procuramos aqui ressaltar aspectos históricos, sociais, políticos e institucionais do reconhecimento das referências culturais afro-brasileiras como um fenômeno recente, ainda pouco discutido nas políticas públicas de preservação e nos estudos acadêmicos sobre o patrimônio nacional, como um convite para o estabelecimento de diálogos e aprofundamentos nas investigações sobre esta temática.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Cultura. Afro-brasileira. Políticas públicas. Preservação.

ABSTRACT

What does it mean to transform into national heritage a culture, or part of it, people or ethnic groups that have been enslaved, victims of African diaspora, historically marginalized, whose descendants suffer daily prejudices / discrimination and live in a highly stratified society in asymmetric situations of power? This issue motivates the present work that aims to promote reflection on cultural preservation policies in Brazil as focusing on Afro-Brazilian culture. It is a still embryonic and tentative of reflection on searching for interlocutions in the field of studies on cultural heritage, in line with a multicultural and multiethnic society such as the Brazilian one. Through documentary and bibliographic research, we have tried to highlight historical, social, political and institutional aspects of the recognition of Afro-Brazilian cultural references as a recent phenomenon, still little discussed in public preservation policies and in academic studies on national heritage, as an invitation to establish dialogues and deepen the research on the subject.

Key-words: Cultural heritage. Culture. Afro-Brazilian. Public policy. Preservation

1 - Apresentação

O patrimônio cultural afro-brasileiro, negro ou de matriz africana possui origem diversificada, formada por diferentes nações dos povos africanos (Bantos, Jejes, Hauças, Malés e Nagôs), portadores de tradições dos diferentes reinos africanos que sofreram o processo histórico da diáspora. De forma forçada, esses povos ou etnias atravessaram o oceano atlântico e dispersados pelo “novo mundo” (continente americano), na condição de escravizados, transformados em mercadorias e destituídos de tudo, de sua história e humanidade. Porém, trouxeram consigo suas tradições, crenças, valores, hábitos, modos de vida, culturas (divindades, visões do mundo, línguas, artes, músicas, etnias, diferentes formas religiosas e modos de simbolização do real) e diferentes formas de organização social.

Ao longo do processo de colonização, as culturais dos povos africanos foram represadas, silenciadas, aniquiladas e subalternizadas, submetidas à cultura hegemônica dos povos “civilizados” do ocidente. Espalhados em várias partes do continente americano, incluindo o Brasil, os africanos escravizados e seus descendentes desenvolveram processos de criação, re-invenção e re-criação, da memória cultural preservando laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Nesta rede de interação, as múltiplas culturas africanas preservaram marcas visíveis dos traços africanos importantes para a sua reconstrução pessoal e coletiva.

Portanto, estamos falando de uma cultura dinâmica, de resistência e existência, cuja trajetória é de luta desde que aqui chegaram, acumulando perdas e prejuízos históricos, mas que se renova, preserva, inventa e reinventa a tradição como fonte de saber e identidade. Culturas de povos que buscam incessantemente a afirmação e o reconhecimento dos seus valores civilizatórios e que se adaptaram às circunstâncias territoriais, ambientais, sociais e políticas ao longo do tempo.

Sob esta perspectiva, trazemos neste trabalho a questão: O que significa transformar em patrimônio nacional uma cultura, ou parte dela, de povos ou etnias que foram escravizados, vítimas da diáspora africana, marginalizados historicamente, cujos descendentes sofrem cotidianamente preconceitos/discriminações e vivem numa sociedade altamente estratificada em situações assimétricas de poder?

Esta questão motiva o presente trabalho que visa promover reflexão sobre as políticas de preservação cultural no Brasil como foco na cultura afro-brasileira. Trata-se de uma reflexão ainda embrionária e tentativa na busca de interlocuções no campo de estudos sobre patrimônio cultural, em consonância com uma sociedade multicultural e pluriétnica como a brasileira.

2 - Cultura afro-brasileira como patrimônio cultural

A transformação das referências culturais da população negra ou de matriz africana em patrimônio nacional é recente no Brasil. Resulta do processo de democratização do estado e da sociedade que a partir dos anos de 1980 evidencia um movimento crescente de casos de solicitação de salvaguarda de bens culturais vinculados aos afro-brasileiros¹. Por patrimônio cultural afro-brasileiro podemos designar as expressões e formas culturais que evocam os significados e simbologias da ancestralidade africana, cujos fundamentos remetem aos valores civilizatórios africanos re-elaborados mediante o processo da diáspora africana² e a experiência da escravização.

1 Termo que designa os descendentes de africanos nascidos no Brasil, filhos da diáspora africana. Ao mesmo tempo remete a um movimento de identificação étnica com os nascidos na diáspora africana em outros lugares. (SISS, 2003)

2 A diáspora africana ou negra nas Américas é um fenômeno histórico, político, social e cultural cuja principal característica foi à imigração forçada de povos africanos no continente americano decorrente do sistema escravista característico da dominação colonial européia, entre os séculos XVI e XIX.

No campo³ das políticas públicas de preservação no Brasil, a cultura afro-brasileira sempre foi invisibilizada. Isto porque, conforme constatada pela literatura especializada, as políticas de patrimônio sempre foram conservadoras e elitistas desde o seu início a partir da criação do primeiro órgão federal voltado para a preservação cultural em 1937, o SPHAN atualmente denominado IPHAN.⁴ Historicamente essas políticas se caracterizaram limitadas aos bens materiais com foco na conservação dos aspectos físicos e arquitetônicos (monumentos) tendo o tombamento como único método ou instrumento jurídico para proteção do bem escolhido como patrimônio, a partir dos valores civilizatórios dos colonizadores europeus (visão de mundo, concepção de vida, produção de conhecimento, modo de ser, sentir e agir). Aliás, a escolha de um determinado bem como patrimônio representa a eleição do símbolo da identidade nacional, uma operação política de luta permanente pela representação da nação. Como campo de poder político, patrimônio consiste em *locus* privilegiado de poder, de conflito material e simbólico, de construção de memórias coletivas e de escolhas dos passados históricos (NOGUEIRA, 2008). Neste campo as elites políticas e intelectuais decidem o que deve ou não ser protegido, onde os grupos “poderosos” conseguem preservar as marcas de sua cultura e identidade e ainda se apropriam das “referências de outros grupos” quando necessário, nos casos de algumas referências culturais dos povos negros ou africanos e indígenas. Portanto, o processo político de escolha do que deve ou não ser preservado traduz uma demonstração de poder (FONSECA, 2009).

Pois bem, os tempos se passaram e mudanças institucionais e conceituais marcam o surgimento de uma nova abordagem do patrimônio cultural brasileiro com impacto no conceito de preservação até então adotado, em especial a partir da democratização do país, possibilitando a emergência de “novos” patrimônios culturais. Somam-se nesse processo de forma positiva, adoção do conceito de patrimônio imaterial ou intangível com o reconhecimento da dimensão imaterial da cultura, o que permite ampliar a noção de patrimônio até então existente, centrada na materialidade da cultura, e criação do registro de bens culturais de natureza imaterial possibilitando a existência de outro instrumento de proteção do bem que passa a coexistir ao lado do tombamento.

Importante destacar que contribuíram nesse contexto, a luta por direitos decorrentes da democratização do Estado, dentre os quais se destacam o direito a cultura, o exercício da cidadania e a ampliação da participação social no processo decisório da produção de políticas públicas, com destaque para o protagonismo dos movimentos sociais negros e indígenas.

De qualquer forma, quando consideramos o conjunto de bens culturais tombados e registrados pelo IPHAN é público e notório a lacuna em relação às referências culturais afro-brasileiras, como veremos a seguir.

3 - Bens da cultura afro-brasileira tombados

O Tombamento, criado em 1937 pelo Decreto-lei nº 25, foi o primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil e nas Américas. De acordo este Decreto, o patrimônio cultural é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por

3 No sentido de **campo de poder** – conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Pierrre Bourdieu que significa “espaço de relação de forças entre agentes e instituições que tem em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)”. Os campos são diferentes e possuem características específicas; são espaços hierarquizados, formados por agentes com diferentes capitais; cada campo é um espaço de disputas por posições de domínio; os agentes no interior dos campos são norteados por *habitus* que orientam objetivos e interesses. É o poder simbólico. (2000, p. 244)

4 O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1937 no primeiro ano do Estado Novo (ditadura sob a presidência de Getúlio Vargas: 1937-1945), posteriormente este órgão foi reestruturado e renomeado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que permanece até os dias hoje.

seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Neste sentido, são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger. O principal objetivo do tombamento é impedir a destruição ou mutilação do bem cultural e mantê-lo preservado para as futuras gerações. Preservar aqui significa manter as características físicas do bem cultural entendida como fonte de atribuição de valor. Portanto, o tombamento impõe “a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos” (RABELLO, 2015, p. 2-3). Como único instrumento jurídico de proteção existente até pouco tempo, o preceitos fundamentais do tombamento continuam os mesmos e em uso. Ele pode ser provisório ou definitivo, mas somente é concluído com a inscrição dos referidos bens no Livro de Tombo.⁵

Chama atenção a constatação de que órgão federal responsável pela condução da política nacional de preservação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), somente tenha inscritos no Livro de Tombo, apenas 13 bens vinculados a cultura afro-brasileira num universo de 1.183 bens tombados no país, em 81 anos da existência deste órgão público. Isto significa dizer que o patrimônio cultural afro-brasileiro tombado é apenas um 1% do total de bens tombados no país, o que convenhamos é por si só um escândalo frente o tamanho da população negra (pretos + pardos) e a contribuição das suas expressões e formas culturais na formação da cultura brasileira. De acordo com os dados oficiais⁶, os bens da cultura afro-brasileira tombados são: 1) Museu da Magia Negra/RJ (1938); 2) Serra da Barriga/AL (1986); 3) Ilê Axé Iyá Nassô Oká - Terreiro da Casa Branca/BA (1986); 4) Terreiro do Axé Opô Afonjá/BA (2000); 5) Terreiro Casa das Minas Jeje/MA (2005); 6) Terreiro do Alaketo, Ilê MaroiáLáji /BA (2004); 7) Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois)/BA (2005); 8) Terreiro de Candomblé do Bate-Folha/BA (2005); 9) Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré/BA (2014); 10) Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura)/BA (2015); 11) Terreiro Culto aos ancestrais - Omo Ilê Agbôulá/BA (2015); 12) Terreiro Tumba Junsara/BA (2018); e 13) Terreiro Ilê Obá Ogunté Sítio Pai Adão/PE (2018).

O primeiro patrimônio cultural afro-brasileiro ocorreu um ano após a criação do SPHAN, em 1938, e paira uma série de considerações. O “Museu da Magia Negra” foi o primeiro tombamento de caráter etnográfico realizado no país, fato curioso considerando a época marcada pela ideologia do nacionalismo que buscava símbolos que expressassem a nacionalidade a partir dos valores eurocêntricos. Trata-se de um tombamento tipo acervo ou coleção de peças vinculadas ao universo afro-religioso apreendidas pela Polícia Civil (Seção de Tóxicos e Mystificações) do antigo Distrito Federal, hoje cidade do Rio de Janeiro. Este tombamento é até hoje objeto de polêmica e conflito tendo em vista a forma como foi realizado mediante solicitação do chefe da polícia na época. Segundo alguns estudiosos este tombamento foi um equívoco por desconsiderar “as percepções negativas” contra os afro-brasileiros e suas práticas culturais e que nesse período ele corrobora ou reifica a “ideologia da satanização e diabolização da arte e da cultura afro-brasileira”. Não resulta de uma “preocupação” do Sphan com a cultura negra, mas sim a preservação do modo como as elites intelectuais, inclusive àquelas associadas à construção do patrimônio nacional pensavam naquele período as práticas religiosas vinculadas a esse universo cultural”. Ainda revela que o valor patrimonial atribuído para transformar essas referências em “bem cultural” foi pautada pelo “olhar policial” e não por uma “valorização positiva da cultura negra” (CORRÊA *apud* LIMA, 2012, p. 47).

5 O tombamento pode ser solicitado por qualquer pessoa física ou jurídica que deve encaminhar o pedido ao órgão público competente. Na esfera federal este órgão é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que ao aceitar o pedido abre processo administrativo para análise da importância do bem em âmbito nacional. Posteriormente aprovado, o bem é inscrito em um ou mais [Livros do Tombo](#). Uma vez tombado, o bem fica sujeito à fiscalização realizada pelo IPHAN para verificar suas condições de conservação, e qualquer intervenção nesses bens deve ser previamente autorizada.

6 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf>

Podemos dizer que esse “olhar policial” é o olhar do Estado em uma época em que os seus órgãos de repressão agiam com base na condenação das práticas religiosas afro-brasileiras proibidas pelo Código Penal Republicano de 1890 (Artigo 197), vistas como “espiritismo” e “magia”. Até o nome “Museu da Magia Negra” é infelizmente revelador deste ambiente marcado pelo racismo institucionalizado⁷ contra a população negra. Recentemente um movimento da sociedade civil no estado do Rio de Janeiro reivindica a repatriação desses símbolos sagrados ao IPHAN fomentando o debate público para alterar também o nome do museu. Desde o ano passado (2017) esse movimento desenvolve uma campanha #LIBERTE O NOSSO SAGRADO, organizada por lideranças religiosas dos terreiros com apoio de alguns deputados estaduais. O mais interessante no caso do “Museu da Magia Negra” é o fato do seu tombamento ter permanecido invisibilizado durante 40 anos, isto é, fora do catálogo de bens tombados pelo IPHAN, fato que durou até a década de 1980. Deixamos aqui a questão: por qual motivo?

Em situação inversa ao deste Museu, foi o tombamento de duas importantes referências para a história e cultura dos afro-brasileiros, a “Serra da Barriga” no estado de Alagoas e o Terreiro da Casa Branca - *Ilé Àṣẹ̀ Ìyá Nàṣó Oká* (em Yorubá), de Salvador/BA. Ambas referências foram tombadas no contexto de democratização do país mediante um intenso processo de mobilização política por reivindicação histórica dos movimentos sociais negros que buscam o reconhecimento e valorização da herança africana e símbolos da afirmação da identidade afro-brasileira. Esses tombamentos foram iniciados por representantes dos movimentos negros, de grupos locais, de instituições culturais e acadêmicas revelando a apropriação deste instrumento jurídico por parte da sociedade civil no contexto da política de preservação, segundo Nogueira (2008).

O fato é que o tombamento desse símbolo vinculado ao universo religioso afro-brasileiro teve grande repercussão nos meios de comunicação com impactos na prática preservacionista do IPHAN, ao ponto de servir como estímulo para que outras comunidades de terreiro de matriz africana passassem a se mobilizar para solicitar também seus respectivos tombamentos, sobretudo, a partir dos anos 2000.

4 - Bens da cultura afro-brasileira registrados

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto Federal nº 3.551/2000, permitiu a ampliação de solicitação ao IPHAN para o reconhecimento das referências culturais afro-brasileiras como patrimônio imaterial, principalmente a partir do ano de 2004. O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial surge como um modo alternativo ao tombamento e resulta da experiência acumulada pelo IPHAN e de outras instituições nacionais, estaduais e municipais, públicas e privadas, pessoas e grupos que se dedicaram a estudos, pesquisas das mais variadas expressões culturais, movimentos sociais vinculados à cultura, e experiências internacionais, sobretudo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o reconhecimento e adoção do conceito de patrimônio imaterial ou intangível. Este Decreto cria as bases institucionais e legais para uma política pública de patrimônio cultural mais abrangente.

A partir do PNPI, poder ser registrados como patrimônio imaterial as práticas e domínios da vida social expressa em: (I) *saberes* (conhecimento e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); (II) *celebrações* (festas, rituais que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida cotidiana); (III) *formas de expressão* (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); e (IV) *Lugares* (feiras, mercados,

⁷ Diferentemente do racismo individual, o racismo institucional ocorre quando as estruturas e instituições, públicas e/ou privadas, atuam de forma diferenciada em relação a determinados grupos em função das suas características físicas e culturais.

santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas). Trata-se de um patrimônio, transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando assim sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para a promoção e o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana, apropriado por indivíduos e grupos sociais como importante elemento de sua identidade.

Com o PNPI, o patrimônio cultural passa a ser reconhecido e valorizado mediante a instituição do inventário e do registro, importantes instrumentos para preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade, permitindo a democratização e maior participação nos procedimentos para o reconhecimento do bem como patrimônio cultural. As etapas para o Registro pressupõem a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão (essencialmente por meio da educação formal e não formal) e revitalização do patrimônio imaterial em seus diversos aspectos, em constante construção participativa da comunidade detentora, conforme preconiza o Decreto nº 3.551/2000. Deste modo, um conjunto de medidas se faz necessário para garantir a permanência do bem cultural.

Por isso, o Registro cumpre a Constituição Federal de 1988, cuja concepção de patrimônio cultural é mais abrangente do que as Constituições anteriores. Também democratiza o acesso aos bens de cultura e valoriza a diversidade étnica e regional. De acordo com o texto constitucional, cabe ao Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais, entre os quais destaca o direito à memória e acesso às fontes da cultura nacional. Desta forma, o Registro se distingue do Tombamento por não atribuir ao poder público a obrigação de fiscalizar e zelar pela integridade física do bem cultural (FONSECA, 2015).

Chama atenção a constatação de que até o ano de 2017, foram registrados pelo IPHAN 41 bens imateriais distribuídos pelos estados e Distrito Federal. Destes apenas 13, cerca de 31,7%, são relacionados ao universo cultural afro-brasileiro, a saber: 1) Samba de Roda do Recôncavo Baiano/BA (2004); 2) Ofício de Baiana de Acarajé/BA, RJ, PE, DF, SP (2005); 3) Jongô do Sudeste/RJ, SP, ES, MG (2005); 4) Tambor de Crioula/MA (2007); 5) Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo/RJ (2007); 6) Ofício dos Mestres de Capoeira/Nacional (2008); 7) Roda de Capoeira/Nacional (2008); 8) Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão/MA (2010); 9) Festa do Senhor Bom Jesus do Bomfim/BA (2013); 10) Maracatu Nação/PE (2014); 11) Maracatu Baque Solto/PE (2014); 12) Cavalo Marinho/PE (2014); 13) Caboclinho/PE (2014).⁸

A questão da participação social é vista como altamente positiva na política de reconhecimento das referências culturais afro-brasileiras como patrimônio nacional, sobretudo para dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, os terreiros de candomblés, em virtude da ignorância pública, cultural e histórica, da sociedade brasileira em relação a este universo mítico-religioso causadora dos preconceitos, discriminações e diferentes formas de violências.

A adoção da noção de referência cultural, a instituição do Registro e do Inventário, a ampliando da participação social, permitiu a inclusão de expressões e referências da produção cultural de grupos a bem pouco tempo excluídos no campo de estudo e das políticas de públicas de patrimônio cultural, apontam para avanços históricos, políticos e culturais significativos no país. Entretanto, a permanência a separação do patrimônio em material (tangível) e imaterial (intangível) funciona como mais um obstáculo para melhor compreensão das complexidades e dinâmicas que caracterizam as referências culturais afro-brasileiras.

⁸ http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Registrados_por_estado_2017.pdf Acesso em 22/09/2018

Essa separação do patrimônio em material e imaterial além de “conceitualmente enganosa” e “artificial”, como bem coloca Márcia Chuva (2012, p. 162), é para nós afro-brasileiros sinônimo de atraso e reflexo do colonialismo do mundo moderno. A presença de referências da cultura afro-brasileira no conjunto do pensamento patrimonial do país como o samba, o jongo, a capoeira e, principalmente os terreiros de matriz africana sem dúvida significa um avanço histórica, considerando que a cultura afro-brasileira é parte constituinte da memória, da história e da cultura brasileira com suas tradições, costumes, linguagens (oralidade, corpo e movimento), culinária, música, dança e religiosidade. Porém, o seu reconhecimento como patrimônio cultural aponta para a necessidade de reflexões sobre relações raciais, desigualdades, discriminações, preconceitos e prejuízos históricos sofridos pelos africanos escravizados e seus descendentes em detrimento do racismo institucionalizado desde a criação do primeiro órgão público responsável pela condução da política de preservação no país. As perdas e prejuízos históricos são irreparáveis e difíceis de mensurar.

Como pensar os terreiros de candomblés, por exemplo, sem considerar sua natureza impregnada de simbolismos onde as atividades litúrgicas, tramas e movimentos ocorrem por todo terreno?

Neste sentido, lembramos aqui Muniz Sodré (2002) que mostra a noção de preservação e patrimônio específica dos terreiros de candomblés (Iorubás). Para este autor, o terreiro representa a reconstrução das linhagens e dos princípios cósmicos originários, é um território de aparências materiais e simbólicas, que permite relações de solidariedade, cujas características é uma patrimonialização composta pela transmissão dos saberes, técnicas e competências do grupo para o grupo. E, isso é vital para a preservação dos terreiros pelo próprio grupo. Trata-se, portanto, de outra racionalidade sobre preservação, pois nos terreiros

Patrimônio é algo que remete à coletividade, ao antiindividualismo. (...) Por meio do sagrado, os negros refaziam em terra brasileira uma realidade fragmentada. O terreiro implicava autofundação de um grupo em diáspora. Era um grupo construído, reelaborado com novos ancestrais: as mães (Iya) fundadoras dos terreiros. (p. 74-75)

O exemplo acima mostra que no caso dos terreiros, é possível pensar outro olhar sobre a questão patrimonial por tratar-se outra racionalidade, cuja relação com a natureza, nos aspectos social, físico e simbólico, é salvaguardada pela cosmogonia estruturada na ancestralidade pertencente ao terreiro, e, concebe o seu próprio pertencimento. Como um corpo coletivo o terreiro não se divide e nem se separa, são culturas com um longo processo de resistência que preservam saberes e valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros. Por isso, para além da perspectiva linear, os terreiros de candomblé evocam a energia vital, a corporeidade, a circularidade, a oralidade, a musicalidade, a memória, a ancestralidade, a territorialidade, a ludicidade, o cooperativismo comunitário, a ética, a integração entre pessoa e coisa / sujeito e objeto, valorizando a diversidade, a multiplicidade, a ambivalência.

A partir deste exemplo, é possível pensar novas epistemologias no campo do patrimônio e concepção de preservação tendo como base os fundamentos dos terreiros de matriz africana (Bantu, Jêje, Nagô, outros) e isso aponta para rupturas necessárias na forma como foi e ainda é pensado o patrimônio cultural no Brasil. Uma ruptura epistemológica visando à descolonização do patrimônio cultural brasileiro, no sentido dado pela perspectiva teórica decolonial ou decolonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

a centralidade do conceito de colonialidade do poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo (Wallerstein, 1990:289). Dentro desse novo sistema-mundo, a diferença entre conquistadores e conquistados foi

codificada a partir da ideia de raça (Wallerstein 1983; 1992: 206-208; Quijano, 2005:106). Esse padrão de poder não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento. (BERNARDINO-COSTA & GROSFOGUEL, 2016, p. 17)

Ao criticar o colonialismo e o ideário da modernidade, essa perspectiva decolonial ou descolonial do poder aponta teoricamente para a desobediência epistêmica, reconhece a multiplicidade e a heterogeneidade das diferenças coloniais, assim como “as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder” (*Idem*, p. 21). Mais do que isso, defende o diálogo entre povos colonizados ou que vivenciam a colonialidade em favor da justiça, da igualdade e da diversidade epistêmica.

5 - Considerações finais

O reconhecimento, a valorização e a preservação das memórias, saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, lugares e formas de expressão permitem compreender e visibilizar melhor a história e a cultura da população afro-brasileira e suas estratégias de sobrevivência no contexto da diáspora africana no Brasil, cuja lógica do racismo marca a formação da identidade nacional.

Para melhor compreensão do que isso realmente e concretamente significa para nós afro-brasileiros, precisamos assumir uma atitude ideologicamente referenciada com conotação pedagógica para um posicionamento político comprometido com a luta contra o racismo. Aliás, essa é uma questão expressa na proposta de uma educação para as relações étnico-raciais onde temáticas relacionadas à cultura, memória e identidade da população negra devem ser trabalhadas pedagogicamente voltadas para: consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direitos, ações educativas de combate ao racismo e discriminações. Pedagogicamente, no sentido da construção de abordagens epistemológicas que assumam o legado africano como uma precondição essencial para a produção e desenvolvimento de conhecimento e que problematizam a preservação das várias referências e expressões da cultura negra, dentro da perspectiva das políticas de ações afirmativas e de uma educação para as relações étnico-raciais, conforme preconiza a LDB (Art. 26A) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resoluções CNE/CP Nº 01/2004 e 03/2004).

Por isso, façamos um convite para um diálogo sobre a descolonização do olhar sobre o patrimônio cultural brasileiro, a partir da ruptura epistemológica proposta na perspectiva decolonial ou da decolonialidade do poder. Para tanto, precisamos reconhecer o racismo em sua dimensão ideológica disseminado por todo mundo, isto é, “sistema-mundo” e “nenhum canto do planeta está livre dele, como característica central das políticas locais, nacionais e mundiais” (WALLERSTEIN, 2004, p. 262). Mais do que isso, compreender que ele não é igual em toda situação e precisa ser contextualizado sociohistoricamente como no caso brasileiro. Aqui a luta política contra o racismo é histórica e ideológica, daí a necessidade de conhecê-lo enquanto um sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra um sistema social, de forma poder desagregá-lo, combatê-lo e construir um novo sistema social que dê conta da pluralidade e da multiculturalidade características da sociedade brasileira.

6 - Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze & GROSGOUEL,*Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016, p. 15-24

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>. Acesso em 04/06/2013.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. In: _____. (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. v. 34 - IPHAN, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Registro**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Registro).

_____. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. In: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *O Registro do Patrimônio Imaterial - Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 5ª edição. Brasília - DF: 2012 (p. 35-44).

IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio imaterial**. 5ª ed. Brasília, DF: 2012 (Edições do Patrimônio)

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Diversidade e Sentidos do Patrimônio Cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional**. ANOS 90, Porto Alegre, v. 15, nº 27, p. 233-255, 2008.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana*, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RABELLO, Sonia. **O tombamento**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento).

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf>. Acesso em 23/04/2018.

SISS, Ahyas. **Afro-Brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: raízes históricas**. Rio de Janeiro: Quatert/PENESB, 2003.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

**DEZ ANOS DO REGISTRO DA CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL:
A SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NOS ESTADOS DA BAHIA,
PERNAMBUCO E RIO DE JANEIRO**

PAULO HENRIQUE MENEZES DA SILVA

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultura e Sociedade - PPGPACS/IM/UFRRJ
phmsmenezes@gmail.com*

RESUMO: Este trabalho parte de nossa pesquisa de mestrado “A Capoeira como Bem Cultural Afro-Brasileiro: Processo de Patrimonialização e Preservação”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS/IM/UFRRJ. Tem como objetivo identificar e mapear as ações das políticas de patrimonialização e preservação da capoeira, as metodologias utilizadas e as ações de salvaguarda estabelecidas para a preservação deste bem e está inserido no campo dos estudos da memória e do patrimônio cultural, assim como em conformidade com os estudos e debates realizados no Grupo de Estudos Patrimônio e Cultura Afro-Brasileira (GEPCAFRO/CNPq/UFRRJ). Tendo em vista que é reconhecida e registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, como patrimônio cultural imaterial do Brasil, pretendemos, neste artigo, descrever os principais aspectos necessários a uma análise dos processos de construção das políticas públicas para capoeira já desenvolvidas pelos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural Imaterial, Ofício dos Mestres de Capoeira, Roda de Capoeira, Salvaguarda da Capoeira, IPHAN.

ABSTRACT: This work is part of our master's research “Capoeira as Afro-Brazilian Cultural Well-being: Patrimonialisation and Preservation Process”, developed under the Postgraduate Program in Patrimony, Culture and Society - PPGPACS / IM / UFRRJ. Its objective is to identify and map the actions of patrimonialisation and preservation policies of capoeira, the methodologies used and the safeguard actions established for the preservation of this property and are inserted in the field of memory and cultural heritage studies, as well as in accordance with the studies and debates held in the Afro-Brazilian Heritage and Culture Study Group (GEPCAFRO / CNPq / UFRRJ). Given that it is recognized and registered by the National Historical and Artistic Heritage Institute - IPHAN, as Brazil's immaterial cultural heritage, we intend, in this article, to describe the main aspects necessary for an analysis of the processes of construction of public policies for capoeira already developed the states of Bahia, Pernambuco and Rio de Janeiro.

Keywords: Intangible Cultural Heritage, Capoeira Master's Office, Capoeira Wheel, Capoeira Safeguard, IPHAN.

1 INTRODUÇÃO

A capoeira, uma das maiores expressões da cultura afro-brasileira no mundo, tornou-se, em 2008, Patrimônio Cultural do Brasil, com a inscrição do Ofício de Mestres de Capoeira no Livro dos Registros dos Saberes e a Roda de Capoeira no Livro dos Registros das Formas de Expressão. Segundo o IPHAN “o objetivo destes registros foi o de valorizar a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão” (IPHAN, 2017, p. 7).

O presente artigo é parte de nossa pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, onde realizamos o curso de mestrado. Nos dez anos em que se comemora o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural, a ideia central deste trabalho é discutir as políticas públicas implementadas pelo IPHAN nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Para tanto, serão objeto de análise os ciclos dos Seminários “Salve a Capoeira: Construção do Plano de Salvaguarda e do Conselho Gestor da Capoeira na Bahia”; o levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Capoeira na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco e os encontros de capoeira realizados pelo IPHAN Rio de Janeiro nas diversas regiões do estado com vistas à eleição e posse do Conselho de Mestres e os principais pontos apontados como relevantes para a preservação da roda de capoeira, visto que esta “é um espaço profundamente ritualizado, congrega cânticos e gestos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia, um código de ética que revelam companheirismo e solidariedade” (IPHAN, 2014, p. 5).

Como referencial teórico, o presente trabalho tem como base os estudos e pesquisas de CASTRO e CID (2016), COSTA (2016), LIMA (2012), TAVARES (2013), VASSALO (2008) e VIEIRA (2012) e a nossa vivência de mais de 30 anos na prática da capoeira, através de pesquisas, palestras, seminários, congressos e fóruns de construção de políticas públicas, bem como nossa atuação junto ao Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, representando a capoeira no período de 2012 a 2016 e como membro do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no IPHAN do RJ a partir de 2013.

2 O RECONHECIMENTO DA CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Presente em todos os estados brasileiros e em mais de 160 países, a capoeira, símbolo de nossa identidade nacional e expressão cultural afro-brasileira, passa a ser reconhecida, através do Ministério da Cultura no governo do presidente Lula, como “um ícone da representatividade do Brasil perante os demais povos”. (GIL, 2004)¹.

Considerada crime, somente quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República que ela foi descriminalizada. Querendo dar um cunho mais popular ao seu governo, Getúlio Vargas passou a valorizar os diversos seguimentos que compunham a cultura nacional com vistas a reforçar na sociedade brasileira o sentimento de nacionalismo, enxergando assim, na capoeira, um importante instrumento de valorização da identidade nacional.

No livro Capoeira: Os Fundamentos da Malícia, no capítulo que trata da “marginalidade”, Nestor Capoeira afirma que logo após a abolição da escravatura, em 1888 a capoeira foi considerada atividade fora da lei:

Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem acarretava pena de prisão celular de dois a três meses;

¹ Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello-36642/10883>. Acesso em 26 de outubro de 2018.

sendo circunstância agravante pertencer a alguma malta ou bando; “aos chefes ou cabeças seria imposta pena em dobro; os reincidentes poderiam ter pena de até três anos; se o capoeira fosse estrangeiro, deveria ser deportado após cumprir pena.” (CAPOEIRA, 1996, p. 43)

A seguir menciona que a capoeira sairia do período denominado por ele de “marginalidade”, tendo em vista a extinção do decreto-lei que proibia a prática da capoeira e dos cultos de origem afro-brasileiras, podendo, então, ser praticada, com alvará de instalação, ainda que em recinto fechado, mas sem ser considerada atividade criminosa.

Para ele no Rio de Janeiro a prática da capoeira ainda possuía um caráter marginal, já que “as maltas”, que eram “usadas indiscriminadamente por políticos de diferentes facções, vão sendo extintas após a República, sobrevivendo apenas o capoeira malandro e marginal que chegaria até quase os nossos dias.” (CAPOEIRA, 1996, p.59).

Já para Tavares (2012), “a finalidade da legalização da capoeira foi a de permitir a constituição de um campo de apoio à política de uniformização social que o Estado Novo implementaria”.

Segundo o autor,

Essa fase (1937/1945) foi, de fato, o momento de planificação e de constituição dos mecanismos de controle e planejamento social a partir da intervenção do Estado, que passou a subtrair da sociedade civil as responsabilidades quanto à mobilização e ordenação social. (TAVARES, 2012, p. 124).

Ele continua sua reflexão dizendo que

Diferentemente da República dos Coronéis, a República de Vargas foi subsidiada por uma forte retórica do corpo, ou seja, de uma consistente biopolítica. Este discurso está marcado pela política desportiva e pela proposta de formação do professor de Educação Física. O momento era muito propício, pois uma sociedade que se pretende autorregulada, sob controle, deve preocupar-se com a disciplina dos corpos que nela atuam. A classe trabalhadora foi alvo dessa política de constituição de corpos disciplinados, capazes de sustentar a nova etapa em que o Brasil entrava e, ao mesmo tempo, forjar o homem brasileiro da seiva desse esforço. Instituiu-se uma gigantesca mobilização nesse sentido, com a finalidade de estabelecer as demarcações necessárias para a nova regulação que o Capitalismo, planejado com intervenção estatal, pressupunha. (TAVARES, 2012, p. 124)

Para Vieira, no entanto, “desde o início da República, a postura do estado brasileiro em relação à capoeira tem oscilado entre a repressão e o desprezo”. Segundo este autor, “foi a partir dos anos 2000 que tiveram início medidas com o propósito de reconhecer a importância do patrimônio cultural representado pela capoeira e o conjunto de suas tradições” (VIEIRA, 2012, p. 133).

Este autor afirma que foi a partir da gestão do Ministro Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura que “a capoeira foi eleita como uma das prioridades das políticas voltadas para as culturas populares”. A luta brasileira, após séculos de repressão, diz: “torna-se símbolo da resistência das camadas populares e da diversidade cultural brasileira”. (VIEIRA, 2012, p. 143).

2.1 Antecedentes do Registro

Com vistas a apoiar o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural do Brasil, Alice Portugal (PCdoB), deputada federal pelo estado da Bahia, encaminhou ao Ministério da Cultura a Indicação Legislativa nº 2924/2004, solicitando o registro da capoeira pelo IPHAN.

Apesar de louvável a iniciativa, membros do Poder Legislativo não tem legitimidade para solicitar o pedido, tendo em vista o que estabelece o artigo 2º do Decreto nº 3551/2000², que aponta as partes legítimas para provocar o processo de registro: o Ministro de Estado de Cultura e suas instituições vinculadas; Secretarias de Estados, Municípios e do Distrito Federal e sociedades ou associações civis.

Para nós o principal marco para o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural foi o evento promovido pelo governo brasileiro na sede da ONU, em 2004, em homenagem ao embaixador Sérgio Vieira de Mello e mais 22 pessoas mortas em Bagdá, quando Gilberto Gil “levou consigo uma comitiva de 15 capoeiristas do Brasil e do mundo e propôs a realização de uma roda de capoeira como forma de celebrar a paz mundial e estabelecer o diálogo entre diferentes povos”. (IPHAN, 2017, p. 09).

Ali foi anunciado a criação de um Programa Brasileiro e Mundial da Capoeira, afirmando ser a capoeira uma das “grandes contribuições do Brasil ao imaginário do mundo”. (GIL, 2004)³. Dentre as diversas propostas ali apresentada estava o reconhecimento do notório saber dos mestres de capoeira e o lançamento de editais para fomentar projetos de capoeira como instrumento de cidadania e inclusão social.

2.2 O Processo do Registro da Capoeira

Em 2006, “como resultado do interesse do próprio Estado no reconhecimento da capoeira” (LIMA, 2012, p. 66), o presidente do IPHAN encaminhou ao DPI a solicitação de abertura do processo de registro da capoeira.

A pesquisa inicial teve como referências as cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Com a realização do III Encontro “Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil”, na cidade de Recife, em 2007, decidiu-se pela inclusão daquela cidade nas pesquisas devido à sua importância histórica.

Segundo o IPHAN,

O objetivo destes encontros foi reunir mestres, alunos e pesquisadores para apresentar o projeto do Inventário, discutir as possibilidades de registro e fazer um levantamento de pautas que seriam utilizadas como referências para a elaboração das Recomendações do Plano de Salvaguarda da Capoeira. (IPHAN, 2007, p. 09-10).

A antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolfi, do IPHAN na Bahia, no parecer nº 31/08, aponta que a

proposição do registro da capoeira como patrimônio cultural do Brasil, feita por iniciativa do Ministério da Cultura e apoiada pelos capoeiras, representados por velhos e respeitados mestres da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e outros locais do país, pode ser bem mais compreendida ao considerá-la como parte integrante de um rol mais amplo de reivindicações de direitos culturais, sociais e políticos pela população afro-brasileira, que foram incorporados à agenda do MinC, resultando na formulação de políticas de valorização e fomento desta prática cultural (IPHAN, 2008, p. 320).

Nas assinaturas que reconheceram o Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio do Brasil, verificamos que na Anuência 1, continham apenas 96 assinaturas, enquanto na Anuência 2 foi possível perceber um número bem maior de assinaturas, tendo em vista que os participantes do encontro em Recife exigiam o reconhecimento do processo identitário da capoeira de Pernambuco.

2 O Decreto 3551/2000 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

3 Id., Ibid.

Segundo Costa, “uma estratégia para o recolhimento das assinaturas foram os seminários que funcionavam a partir de duas premissas: recolher as assinaturas para a anuência e ouvir a comunidade da capoeira a respeito de suas demandas” (COSTA, 2016, p. 442).

Para Vassalo (2008), “a ideia de patrimônio não é necessariamente a mesma para todos, nem para os órgãos voltados para a sua proteção e nem para a população em geral”.

Segundo a autora,

diferentemente do tombamento, a própria ideia do registro, mais flexível, consiste num acompanhamento das práticas e representações em questão. O que importa é verificar as suas permanências e transformações, ao invés de tentar “congelar” as práticas e seus significados em função de contextos passados (VASSALO, 2008, p. 09).

Para nós a participação de detentores⁴ e praticantes que participaram deste processo foram em número muito inferior ao esperado, sem desconsiderar a participação de cada um deles, devido a simbologia por eles ali representada.

Para Bourdieu o poder simbólico, invisível, em vez de ser opressivo e coercitivo é propriedade de um grupo e existe apenas quando o grupo o legitima, agindo em conjunto. Portanto entendemos que este processo é costurado por esses fios simbólicos, pois “está em toda parte e em parte alguma” (Bourdieu, 2011, p.7).

Durante o processo de patrimonialização da capoeira diversos conflitos ocorreram, conforme nos informam Castro e Cid a seguir:

[...] durante o registro ocorreu de um renomado mestre baiano discordar do reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil, na medida em que desejava que a capoeira fosse registrada como ‘patrimônio cultural afro-brasileiro’, ainda que não existisse um instrumento legal que permitisse tal prerrogativa. O mestre chegou a organizar um evento para discutir o assunto, convocando representantes do IPHAN, a coordenação do processo do registro, capoeiristas, intelectuais e lideranças negras da Bahia. [...] (CASTRO E CID. 2016, p.185).

Após todo o processo de instrução para o registro do Ofício dos Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural, o Conselho Consultivo do IPHAN, em reunião no Teatro Castro Alves, em Salvador/BA aprova, no dia 15 de julho de 2008, por unanimidade, o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural brasileiro e como culminância de todo este processo, no dia 20 de outubro de 2008 o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira foram inscritos, respectivamente, nos Livros de Registro dos Saberes e das Formas de Expressão.

Na elaboração do artigo, “**Íbamò - A Capoeira como Patrimônio**”, apresentado por nós no III Seminário Internacional de Memória Social⁵, realizado em maio de 2018, aprofundamo-nos mais sobre os atos que precederam o registro da capoeira aqui apontados.

4 Denominação dada às pessoas que integram comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica de produção e reprodução de determinado bem cultural imaterial e/ou de seus bens culturais associados, para as quais a prática cultural possui valor referencial por ser expressão da história e da vida de uma comunidade ou grupo, de seu modo de ver e interpretar o mundo, ou seja, sua parte constituinte da memória e identidade (IPHAN, 2017, p. 11).

5 O III Seminário Internacional em Memória Social foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Memória social da UNIRIO se colocando como um fórum de discussões dos desdobramentos da relação entre Memória e Turismo, tendo como tema provocador o caso do Cais do Valongo.

4 A SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO ESTADO DA BAHIA

A construção de todo o processo de patrimonialização da capoeira, ocorridos em 2006-2007, com reuniões realizadas no Rio de Janeiro, Recife e Salvador durante o período de instrução do processo de Registro aproximou a relação do IPHAN com os capoeiristas e prosseguiu com a realização dos Encontros Pró-Capoeira ocorridos em Brasília, Recife e Rio de Janeiro em 2010.

Os Seminários “Salve a Capoeira” surgiram a partir destes desdobramentos e das demandas apresentadas no “Manifesto da Bahia”, documento final aprovado no I Seminário Baiano de Proposições de Políticas Públicas para a Capoeira⁶, promovido pelo coletivo “Militância e Capoeira”, em 2010, no Forte da Capoeira, com a assinatura de 59 grupos de capoeira presentes ao evento.

Entre 2013 e 2015 o IPHAN-BA promoveu os ciclos de Seminários “Salve a Capoeira”, com a participação aproximada de mil capoeiristas de um total de quase cem municípios baianos. Durante este período foram realizados um seminário específico para o segmento da Capoeira Angola e mais nove seminários territoriais e em cada um deles foram construídos Planos de Salvaguarda para os seus Territórios de Identidade e formado um Grupo Territorial.

Após toda esta mobilização, como culminância foi realizado, em 2016, Seminário Estadual, no Forte Santo Antonio Além do Carmo, em Salvador, com a participação dos capoeiristas representados nos Grupos Territoriais formados durante os seminários.

Neste evento, além da aprovação do Plano de Salvaguarda, foi formado o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, dos quais falaremos a seguir.

4.1 O Plano de Salvaguarda e o Conselho Gestor da Capoeira na Bahia

Segundo a antropóloga do IPHAN, Maria Paula Fernandes Adinolfi,

No caso da capoeira na Bahia, a construção do Plano de Salvaguarda buscou definir diretrizes, ações e metas a serem realizadas, focando na transmissão dos conhecimentos ligados aos toques, os movimentos, as histórias, as mandingas e rituais da capoeira e dos Velhos Mestres, enfatizando a matriz afro-brasileira da capoeira. Buscou também estratégias para a sustentabilidade, priorizando o reconhecimento da atuação dos capoeiristas como educadores e soluções para que possam usufruir de condições de trabalho e vida dignas (ADINOLFI, 2018).

Os Planos de Salvaguarda, construídos com o propósito de orientar as políticas públicas, tem como objetivo maior o apoio e fomento à capoeira, com vistas a preservar e documentar o seu caráter identitário para que possam ser transmitidos para as novas gerações os saberes ligados a sua prática, tais como toques, as mandingas e rituais das rodas, a memória e a história dos velhos mestres com vistas a manutenção das tradições e fundamentos enquanto uma prática cultural de matriz africana.

São princípios do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia: garantir que toda e qualquer política para a capoeira contemple a sua diversidade de linhagens e estilos; desaprovar qualquer tipo de regulamentação da profissão de capoeira sem exaustiva, ampla e legítima discussão sobre o assunto com a comunidade da capoeira; não permitir a descaracterização de elementos da capoeira por motivos religiosos e não investir recursos públicos para a salvaguarda em eventos que neguem as matrizes africanas da capoeira e garantir a atuação

6 O I Seminário Baiano de Proposições de Políticas Públicas para a Capoeira foi uma iniciativa autônoma e independente de um coletivo de mestres, contramestres, professores, treineis, alunos e pesquisadores da capoeira do estado da Bahia com o intuito de discutir e elaborar propostas de formulação de políticas públicas, como forma de contribuir com as discussões iniciadas pelo Programa Pró-Capoeira do IPHAN.

profissional dos Mestres tradicionais, sem necessidade de formação acadêmica ou filiação a quaisquer entidades para o desempenho dessa função, mas com critérios que legitimem um capoeirista enquanto educador capacitado para essa atuação.

Na Bahia, segundo Adinolfi,

“uma das decisões mais importantes logo no início de construção do Plano e do Conselho foi que este deveria ser composto por representantes de todo o estado da Bahia, a partir das escolhas realizadas no âmbito dos Grupos Territoriais formados em cada um dos Seminários “Salve a Capoeira”. (ADINOLFI, 2018)

Discutido exaustivamente entre os diversos capoeiristas em seus territórios através de quatro rodas cujos temas foram identidade e diversidade; fomento, sustentabilidade e internacionalização; profissionalização e regulamentação e educação, esporte e lazer, os Planos de Salvaguarda Territoriais serviram de base para a elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira da Bahia, que, na plenária final do seminário estadual aprovaram 119 ações, que, após serem sistematizadas, deram origem a 72 ações, estruturadas nos seguintes eixos: produção e reprodução cultural; mobilização social e alcance das ações; gestão participativa e sustentabilidade e difusão e valorização, com execução prevista para os próximos dez anos por meio do conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira e dos Grupos Territoriais que o integram.

O Conselho Gestor é um coletivo composto por capoeiristas e representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e do município de Salvador, num total de 36 conselheiros e conselheiras titulares e suplentes, dentre estes 28 capoeiristas (titulares e suplentes) com atuação relevante no seguimento da capoeira. Tem como atribuição atuar na mediação das relações do Estado e capoeiristas da Bahia, encaminhando as ações do Plano de Salvaguarda e sendo consultado, quando necessário, para a formulação e implementação de políticas públicas para a capoeira.

5 A SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Desde o encontro em Recife, durante o processo de instrução do Registro da Capoeira enquanto patrimônio cultural (2006-2007), que o estado de Pernambuco apontava a necessidade de reconhecimento de uma capoeira com características próprias, conforme apontava o texto no cabeçalho do abaixo-assinado proposto por eles que diz:

Apoiamos que seja feito o INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais da Capoeira em Pernambuco, para identificar e reconhecer a Capoeira Pernambucana como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro no Livro “Formas de Expressão” e posterior Salvaguarda. (ANUÊNCIA 2, 2007, p. 161).

Costa, ao analisar este documento nos diz que este “possui anseios diferentes do primeiro”. Segundo ele,

Apesar desse movimento ser desencadeado a partir do III Encontro: Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil, a comunidade da capoeira pernambucana não ficou satisfeita e, com autonomia, encaminhou seu próprio reconhecimento. (COSTA, 2016, p. 444).

Analisando o Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Capoeira na Região Metropolitana do Recife, ocorrido em 2010, podemos observar que

“A principal finalidade deste foi a de realizar uma investigação de caráter horizontal extensiva e minuciosa dos grupos, associações e federações, das rodas e dos mestres das diversas modalidades de capoeira nos catorze (14) municípios que constituem a Região metropolitana do Recife (IPHAN, 2010, P. 7).

Segundo o referido documento, “este estudo teve a finalidade de complementar o Inventário Nacional da Capoeira, o qual dedicou pouco tempo e poucas páginas no seu dossiê, a este esporte em Pernambuco”, pois, para eles, o levantamento preliminar realizado na Região Metropolitana de Recife teve o intuito de preencher as lacunas identificadas pelos pesquisadores e, sobretudo, pelos mestres residentes e atuantes na cidade e municípios do entorno, quanto ao processo realizado anteriormente pelo IPHAN.

O que nos chama a atenção neste levantamento preliminar é que a capoeira é vista, na pesquisa, como o “esporte de Pernambuco”. Para entender como se deu a construção deste processo analisaremos, a seguir, quais as referências culturais da capoeira da Região Metropolitana do Recife, a fala de alguns mestres e o papel das mulheres na construção deste inventário preliminar.

5.1 Levantamento Preliminar das Referências Culturais da Capoeira na Região Metropolitana do Recife

Segundo o relatório preliminar da capoeira pernambucana, houve reclamações e cobranças por parte de grupos, mestres e associações, tendo em vista o inventário realizado em 2006-2007 pelo IPHAN não ter atendido as demandas da capoeira, contrariando o que sonhavam os praticantes desta arte, que, segundo o inventário, é esporte e forma de luta ao mesmo tempo.

No caso da capoeira pernambucana, a reclamação se deu por causa do pouco espaço da pesquisa realizada para a instrução do processo de Registro ter dedicado ao estado de Pernambuco apenas nove páginas no dossiê final.

Segundo dados levantados pelos pesquisadores locais, a expressão “capoeiras” existe em notícias de jornais pernambucanos desde o século XIX, daí a importância deste esporte⁷ e arte para o estado de Pernambuco. Como resultado deste descontentamento foi aprovado, através de edital público realizado pelo IPHAN, o prolongamento da pesquisa na Região Metropolitana do Recife, com vistas a dar uma maior visão, extensiva e minuciosa, da prática do esporte e de suas modalidades e estilos, para além dos dados já coletados no Dossiê.

Para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada, segundo o previsto no Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC⁸, se deu através da caracterização do escopo do espaço, ali chamado de sítio, compreendendo os catorze municípios que integram a Região Metropolitana de Recife.

Para isso foram utilizadas as seguintes fichas: de contato, escolhidas para preenchê-las os mestres que estivessem naquele momento em atividade dirigindo suas escolas e grupos de capoeira, bem como os dirigentes de associações, grupos e federações de capoeira, além daqueles mestres mais antigos que fizeram história na região e que se aposentaram; das formas de expressão, para o cadastro de rodas, grupos e escolinhas, estilos ou modalidades da capoeira, seus instrumentos musicais específicos e fichas das associações e de federações; dos saberes e modos de fazer, com vistas a analisar a confecção do abadá, do berimbau, seus toques, toadas e ritmos; de edificação para o mapeamento das sedes e locais de reunião, bem como a guarda dos lugares de memória e por último as fichas de lugares, com vista a catalogar as sedes dos grupos e os locais onde se reúnem e que são carregados de sentidos, que fizeram e fazem história.

A pesquisa se deu em duas partes: a documental, com análise de monografias, dissertações e teses, levantamento de livros, artigos de revistas especializadas ou não, documentos guardados

⁷ Vale ressaltar que este termo foi utilizado durante a pesquisa realizada para construção do Relatório Preliminar da Capoeira na Região Metropolitana de Recife.

⁸ O INRC é um importante instrumento para o Plano Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI.

pelos grupos em suas sedes e publicações oficiais existentes nos órgãos públicos da Região Metropolitana de Recife e do estado e a pesquisa de campo, que, devido à enorme quantidade de mestres e grupos, houve a necessidade, em função da metodologia, de fazer recortes: os mestres em atividade que tivessem grupos ou escolas de capoeira e os “patrimônios vivos”⁹ que fizeram história na Região Metropolitana de Recife e o segundo recorte se deu a partir da identificação dos estilos de capoeira existentes atualmente na região e a partir daí selecionou-se mestres e grupos com vistas a atender o proposto na pesquisa.

5.2 A interlocução junto aos Mestres de Capoeira

Para facilitar a interlocução com os mestres de capoeira, a instituição “Respeita Januário”, que elaborou o projeto para realizar o inventário da capoeira na região metropolitana do Recife e ganhou a concorrência em edital promovido pelo IPHAN-PE, achou por bem ter em seus quadros alguém do seio da capoeira e convidou o Mestre Corisco (José Olímpio Ferreira da Silva), a se juntar ao grupo de pesquisa, sendo a sua participação, de grande utilidade, tendo em vistas as contribuições dadas por este ao contatar previamente as lideranças da capoeira que seriam visitadas pela equipe, sendo, um excelente “abre-portas”.

5.3 O Papel das Mulheres na Construção do Inventário Preliminar

O papel das mulheres na construção da Salvaguarda da Capoeira, desde o processo de instrução do Registro, foi, em nossa opinião, invisível. Por ser ainda um espaço considerado machista, as práticas da capoeira ocasionam muitas das vezes estas invisibilidades, mas diversos tem sido os movimentos de mulheres no país com vistas a mudar esta visão retrógrada.

Por isso, na pesquisa realizada na região metropolitana do Recife, as pesquisadoras Jacira França e Lívia Moraes alertaram para a necessidade da inclusão das mulheres como sujeitos da pesquisa, tendo em vista a importância destas na construção recente da capoeira pernambucana.

Segundo Cordeiro,

Essa iniciativa deu uma característica particular ao inventário realizado em Pernambuco, o que não aconteceu naqueles feitos no Rio de Janeiro e na Bahia. As mulheres no processo nacional ficaram invisibilizadas em suas falas e nas imagens veiculadas pelo documento final (CORDEIRO, 2018, p. 93).

Tendo contribuído no processo na qualidade de sujeito da pesquisa, para Izabel Cristina de Araújo Cordeiro (Bel), no que concerne ao papel das mulheres em sua relação com a capoeira, ela relata que vem percebendo um movimento crescente da participação feminina, mas ressalta que das diversas pesquisas que realizou na capoeira, as mulheres não falam delas, sendo esta atribuição, segundo ela, dos homens, mesmo assim, quando falam, diz, utilizam de tons pejorativos para retratá-las, como por exemplo de “Maria 12 homens”.

Em seu artigo “Esse Gunga é meu, Esse Gunga é meu, foi Meu Mestre Quem me Deu...” Cordeiro afirma que “incluir as histórias das mulheres capoeiristas foi um desdobramento interessante que revelou outros olhares para esta prática, até então não visibilizados em documentos oficiais” (CORDEIRO, 2018, p. 94).

Neste momento o processo de Salvaguarda da Capoeira no estado de Pernambuco está em curso, com a formação de um Comitê Gestor que terá a atribuição de construir e acompanhar as políticas públicas para a capoeira em construção conjunta dos detentores e detentoras e o IPHAN.

9 Os Patrimônios Vivos de Pernambuco são mestres da cultura popular pernambucana, de notório saber, reconhecidos como Patrimônio Imaterial do Estado, que recebem este título através de um concurso público apoiado na Lei do Registro do Patrimônio Vivo.

6 A SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O processo de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro tomou corpo a partir dos encontros realizados pelo IPHAN-RJ nos dias 13 e 21 de maio de 2013, quando, na ocasião, representantes do IPHAN-MG apresentaram as ações que estavam sendo desenvolvidas naquele estado.

Nestes encontros as principais demandas apresentadas pelos capoeiristas presentes foram: a criação do Conselho de Mestres; descoberta dos parâmetros identitários da capoeira do RJ; divulgação, identificação e desenvolvimento de pedagogias da capoeira; troca de saberes sobre o ensino e transmissão da capoeira; capacitação em elaboração de projetos dentro das leis 10.639/2003 e 12.288/2010; criação de fóruns temáticos, centro de referência para a capoeira e de espaço padronizado nas praças para a prática a sua prática sob a supervisão de um Mestre.

Ainda como resultado deste encontro, foi criado o Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira, composto por mestres, capoeiristas e representantes de instituições públicas e privadas, tendo como objetivo facilitar o desenvolvimento das ações necessárias à consolidação do Plano de Salvaguarda.

A primeira ação do GT foi à organização da eleição para a formação do Conselho de Mestres. Para isto, na ocasião, foi proposto o cadastramento de todos os mestres e a definição de uma agenda de trabalho estabelecendo, inclusive, que apenas mestres poderiam ser candidatos e eleitores.

Com vistas a dinamizar as ações do processo eleitoral, foi criada uma comissão organizadora do encontro para a eleição do Conselho de Mestres, ficando esta responsável por divulgar em todo o estado do Rio de Janeiro as iniciativas sobre o encontro e a eleição do Conselho.

6.1 O Processo Eleitoral e a Posse do Conselho de Mestres

A formação do Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro foi uma tarefa complexa, tendo em vista a diversidade dos diversos atores sociais envolvidos neste processo, com diversos olhares, diversas práticas e diversos pensamentos em relação ao fazer cotidiano da capoeira. Podemos considerar as reuniões realizadas para este processo, do qual acompanhamos, como “estabelecimentos sociais” (GOFFMAN, 2013) e, portanto, passíveis de análises com uma perspectiva da manipulação, com cada um dos atores envolvidos neste processo desempenhando o seu papel.

Cada mestre defendendo o seu espaço e sua posição dentro do Conselho que ora estava sendo constituindo buscando aquilo em que acreditava ser o melhor para a construção da salvaguarda da capoeira. Neste comportamento podemos identificar alguns arranjos, algumas disposições formadores de um *habitus* (BORDIEU, 2002), digamos, mandigueiramente capoeirista.

A eleição para o Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro se deu através da realização de seis conferências regionais em todo o estado, com a participação dos detentores e teve como objetivo promover o arcabouço teórico para a construção do Plano de Salvaguarda e contribuir com a formação do Conselho de Mestres de Capoeira no Rio de Janeiro.

Após a realização de todas estas conferências e a eleição dos mestres e mestras de cada região, foi realizada, no dia 7 de junho de 2014, a cerimônia de posse dos membros do Conselho no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença da presidenta do IPHAN, Jurema Machado, o Diretor Geral do INEPAC, Paulo Vidal, Néia Daniel, Representante Regional da Fundação Cultural Palmares; Célia Corsino, Diretora do DPI; Ivo Barreto, Superintendente do IPHAN-RJ e Marcelo Velloso, Chefe da Representação Regional do MinC.

Estiveram presentes, ainda, os membros do Grupo de Trabalho da Capoeira: Julio Cesar de Tavares, Marcelo Vilarino, Luniara Miranda, Mestre Paulão Kikongo, João Perelli, Maria Luiza Dias, Antonina Fernandez, Mestre Curumim, Monica Costa, Cristiane Nascimento, Luciane Barbosa, Mestre Columá, Mestra Sheila e Mestre Levi. Por compromissos assumidos anteriormente, Mestre Toni Vargas não pode estar presente.

A eleição, realizada nas Conferências Regionais contou com a participação de aproximadamente 300 mestres e capoeiristas. Foram eleitos 30 conselheiros titulares e 30 suplentes, 15 da região metropolitana e 15 do interior do estado, valendo destacar que dentre os eleitos apenas uma mulher e na condição de suplente.

Os mestres e mestra eleitos receberam o Termo de Posse selando seu compromisso de atuação junto ao IPHAN-RJ na construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira. Dentre as atribuições do Conselho está a divulgação, identificação e desenvolvimento de pedagogias da capoeira e a criação de fóruns temáticos.

Infelizmente, com o golpe de estado ocorrido no Brasil a partir de 2016, as ações propostas para a construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro foram esvaziadas, tendo em vista a desmobilização do Conselho de Mestres e a impossibilidades de alguns membros do Grupo de Trabalho atuarem com mais frequências, devido as suas demandas pessoais.

Neste momento tenta-se reiniciar todo o processo começado em 2013, mas, com o advento de novas possibilidades no campo das políticas públicas, com a possível extinção do Ministério da Cultura pelo governo recentemente eleito, acreditamos que as ações da Salvaguarda da Capoeira poderão ser descontinuadas.

7 CONCLUSÃO

Entendemos que a construção do processo da Salvaguarda da Capoeira se faz por e para os Mestres e Mestras detentores deste saber ancestral, mas para que tenha êxito todas as ações propostas faz-se necessário o engajamento de toda a comunidade.

O planejamento é necessário e o fomento para a implantação das atividades precisa ser previsto pelo o IPHAN, mas não apenas este órgão federal tem essa responsabilidade na preservação de nosso patrimônio cultural. Esta também são atribuições dos estados e municípios.

Neste artigo apresentamos, mesmo que sucintamente, ações desenvolvidas nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco após o reconhecimento da capoeira como patrimonio cultural do Brasil. A partir do recorte histórico realizado nestes estados que foi possível, após todo o processo de instrução do Registro da Capoeira, que a mesma fosse reconhecida pelo estado brasileiro como patrimônio nacional.

Que nestes dez anos do reconhecimento da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira possam ser reflexos de grandes conquistas, realizações e valorizações, com muitas Rodas de Capoeira em cada canto deste país, com a valorização de nossos mestres e mestras, para que não percamos, como aconteceu neste ano, mestres do quilate de Damionor Ribeiro de Mendonça, Evaldo Bogado de Almeida, Wallace Gioseffi (Mestre Caixote) e Moa do Katendê, pois **“se ferem nossa existência, seremos resistência”**.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADINOLFI, Maria Paula F. A. **A Salvaguarda da Capoeira na Bahia: processo de construção de uma política pública.** Revista Íbamò. Rio de Janeiro, 2018.

ANUÊNCIA 2. **Capoeira Pernambucana.** 2006. 53f.

BOURDIEU, P. (2002). **A Escola Conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura** (Gouveia, A. J., Trad.). In Nogueira, M. A. & Catani, A. (Orgs.). *Escritos e Educação* (pp. 39-64). Petrópolis, RJ: Vozes.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAPOEIRA, Nestor. **Os Fundamentos da Malícia.** Ilustrações Carybé. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Record, 1996.

CASTRO, M. B. & VIDAL, C. G. 2016. **“Processos de patrimonialização e internacionalização: algumas reflexões iniciais sobre o caso da capoeira entre o nacional e o global”.** In CASTRO, M. B. & SANTOS, M. S. (eds.): *Relações raciais e políticas de patrimônio.* Rio de Janeiro: Azougue Editorial.

CORDEIRO, Izabel Cristina de Araújo. **“Esse Gunga é meu, Esse Gunga é meu, foi Meu Mestre Quem me deu...”.** In FRANÇA, Jacira. & SOUZA, Marcelo Renan de. Org. *Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.* FUNDARPE, 2018. Recife.

COSTA, Neuber Leite. **A Capoeira na Pauta das Políticas Culturais: O Patrimônio.** In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; FIGUEIREDO, Franciane Simplicio; FILHO, Paulo Andrade Magalhães; MACHADO, Sara Abreu da Mata. (Org.) et al. *Capoeira em Múltiplos Olhares.* Editora UFRB; Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.

Documento final do **I Seminário Baiano de Proposições de Políticas Públicas para a Capoeira.** Salvador, 11 e 12 de dezembro de 2010.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil.** Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello-36642/10883>. Acesso em 26 de outubro de 2018.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Trad. de Maria Célia Campos Raposo. 20ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

IPHAN. **Decreto 3551/2000.** Edições do Patrimônio. Coletânea de Leis Sobre a Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro, 2006.

IPHAN. **Dossiê Inventário para o Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.** Brasília, 2007.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação.** Brasília: 2000.

IPHAN. **Parecer nº 31/2008 - Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2008.

IPHAN. Superintendência no Estado do Rio de Janeiro. **Posse do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com.br/search?q=posse>>. Acesso em 9 de outubro de 2018.

IPHAN. **Roda de Capoeira - Brasil**, 2013.

IPHAN. **Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira**. Brasília, 2017.

IPHAN. **Salvaguarda de Bens Registrados Patrimônio Cultural do Brasil. Apoio e Fomento**. Coordenação e Organização: ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. Série Patrimônio Cultural do Brasil: para saber mais. Brasília, 2017.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Dissertação de Mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2012.

MANIFESTO DA BAHIA. Salvador, 22 de setembro de 2010.

MEDEIROS, Bartolomeu Tito F. 2010. **Relatório Final de Pesquisa do Projeto - Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Capoeira na Região Metropolitana do Recife**. IPHAN-PE. Recife.

PORTUGAL, Alice. **Indicação nº 2924**. Câmara dos Deputados. Brasília. 2004.

TAVARES, Julio Cesar de. **Dança de Guerra - arquivo e arma: elementos para uma Teoria da Capoeiragem e da Comunicação Corporal Afro-brasileira**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

VASSALO, Simone Pondé. **O Registro da Capoeira como Patrimônio Imaterial: Novos Desafios Simbólicos e Políticos**. 32º Encontro Anual ANPOCS, Caxambu, 2008.

VIEIRA, Luiz Renato. **A Capoeira e as Políticas de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular**. In: GONÇALVES, Alanson M. T. (Org.). **Capoeira em Perspectivas**. Belo Horizonte. Editora Tradição Planalto. 2012.

**PATRIMÔNIO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO:
ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO
DAS TRADIÇÕES DO CONGADO EM MINAS GERAIS**

RAFAEL ANTÔNIO MOTTA BOEING

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social / UNIRIO
boeingrafael@gmail.com*

REGINA ABREU

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social / UNIRIO
abreuregin@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações de alteridade próprias aos processos de patrimonialização de tradições do Congado, tal como vêm se desenvolvendo por meio do instrumento do registro e das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial em duas esferas governamentais. Sendo assim, reflete sobre as modulações operadas pelos diversos grupos sociais que se vinculam a esse universo religioso-devocional em sua interação com as políticas patrimoniais, sobretudo no contexto da mobilização da base social que tem sido realizada nas ações de levantamento, reconhecimento e/ou salvaguarda de seus bens culturais imateriais. Para tanto, a comunicação se debruça especificamente sobre dois processos de registro e/ou salvaguarda – o das “Congadas de Minas”, em âmbito federal, e o das “Guardas de Marujos de Sabará”, em âmbito municipal –, realizando uma análise comparativa com foco principalmente sobre a agência das lideranças congadeiras nos vários espaços de participação para a formulação, implementação e avaliação dessas políticas culturais.

Palavras-chave: Patrimônio. Cidadania. Alteridade. Tradição. Congado.

ABSTRACT

This paper examines the otherness' relations inside the processes of registering and safeguarding Congado's tradition as intangible cultural heritage on two spheres of government. Thus, it reflects about the modulations operated by the various social groups related to this religious and cultural universe on their interaction with heritage policies, especially through the social base mobilization that has been carried out in the survey, recognition and safeguard of their practices. In order to do so, the communication focuses specifically on two processes - the registration of “Congadas de Minas” at the federal sphere, and the registration and safeguarding of “Guardas de Marujos de Sabará”, in a municipal sphere - by conducting a comparative analysis and observing mainly the action of Congado's leaderships at the different participation spaces for the formulation, implementation and evaluation of these cultural policies.

Key-words: Heritage. Citizenship. Otherness. Tradition. Congado.

Introdução

Em agosto de 2009, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão colegiado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), emitiu parecer favorável à instrução do processo de registro das “Congadas de Minas”, visando seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil. Desde então, a autarquia federal se tornou mais uma instituição produtora de conhecimento cujas atenções têm se direcionado a essas manifestações da cultura afro-brasileira, com a finalidade de realizar seu levantamento, identificação e documentação em todo o estado de Minas Gerais. Paralelamente, os setores de patrimônio dos mais variados municípios mineiros também vêm instruindo os seus próprios processos de registro de festas, irmandades e/ou reinados de Nossa Senhora do Rosário, guardas de Congo, Moçambique, Marujos, entre outros bens culturais imateriais associados aos africanos escravizados e seus descendentes em cada território.

Esses órgãos e entidades, porém, estão se colocando diante de um imenso desafio. O conjunto de tradições agrupado genericamente em torno do termo “Congadas”, ou “Congado”, possui uma dinâmica extremamente complexa, híbrida, multifacetada. Herdeiros das irmandades negras cristãs dos séculos XVIII e XIX – as quais mantinham a prática da eleição, coroação e cortejo de reis negros juntamente com a realização das festas de seus santos padroeiros –, os Congados dos séculos XX e XXI, de um modo geral, são frutos de processos de “deslocamento signico”, nos quais a devoção aos santos católicos foi adaptada por (e adaptou) uma gnosis ritual africana em sua concepção, estruturação simbólica e visão de mundo (MARTINS, 1997). A despeito de prestar culto a entidades reconhecidas e difundidas pela Igreja Católica (estando muitas vezes, inclusive, integradas ao calendário de festas das paróquias), essas tradições constituem uma alteridade cultural e religiosa para a população cristã, pois se fundamentam em uma cosmologia que não é, propriamente, europeia. Não à toa, sua transmissão ao longo do tempo ocorreu de maneira não harmoniosa, mas constantemente estorvada pelas mais diversas formas de repressão, empreendidas por parte não apenas da Igreja Católica, mas também do Estado colonial, imperial e republicano.

Somente no último meio século é que os órgãos e entidades de políticas culturais vêm reconhecendo as memórias orais, corporais, rituais do Congado como testemunhos de uma história digna de ser documentada e patrimonializada. Muitas vezes, porém, não se tem considerado que essas memórias não podem ser lidas apenas nos termos dessas instituições – cujas bases são geridas pela classe dominante e, logo, se assentam em uma visão de mundo europeia, branca, cristã –, mas sim de acordo com as categorias próprias de um povo que é, ao mesmo tempo, culturalmente distinto e historicamente reprimido, violentado, marginalizado, respeitando-se a sua singularidade e a sua ancestralidade.

Essa patrimonialização, porém, não tem ocorrido de forma unilateral. Muitos desses processos têm sido desencadeados pelos próprios grupos recriadores das expressões, celebrações e saberes do Congado. De um modo geral, esses grupos vêm cada vez mais se apropriando dos processos em questão como instrumentos para a garantia de direitos básicos (sociais, difusos, culturais) que frequentemente lhes são negados e/ou para a conquista de um lugar de sujeitos de discursos sobre si dentro da esfera pública, na qual possam eles próprios apresentar e encaminhar suas reivindicações. No decorrer dos processos, a construção e/ou afirmação de identidades sociais adquire uma função estratégica, uma vez que elas se tornam ferramentas para o reconhecimento e/ou visibilidade desses grupos subalternizados no âmbito das políticas de Estado e dos governos, sobretudo no campo da cultura e do patrimônio.

O cenário em questão suscita, para nós, um amplo conjunto de questões referentes aos sentidos do inventário, registro e salvaguarda de bens imateriais, às perspectivas sobre o patrimônio,

às relações entre instituições e grupos da cultura popular de matriz africana, entre outras. Qual o sentido das políticas para identificação, reconhecimento e salvaguarda das tradições do Congado como um patrimônio sob o ponto de vista dos seus “detentores”? Como os congadeiros modulam a patrimonialização de suas tradições, bem como os motivos, critérios e efeitos dela? Enfim, como eles agenciam a própria noção de patrimônio dentro de seu modo de sentir, pensar e agir específico, culturalmente distinto do que é vigente nas instituições públicas?

Sem a pretensão de responder todas essas perguntas, o presente trabalho analisa as relações de alteridade próprias aos processos de patrimonialização de tradições do Congado, tal como vêm se desenvolvendo no registro das “Congadas de Minas”, instruído pelo IPHAN e em andamento desde 2009, e no registro e salvaguarda das “Guardas de Marujos de Sabará”, promovido pela Secretaria de Cultura de Sabará a partir do ano de 2015 – observando principalmente a agência das lideranças congadeiras nos espaços de participação para a formulação, implementação e avaliação dessas políticas culturais.

Cidadania patrimonial

Uma das chaves de leitura do presente trabalho é o conceito de “cidadania patrimonial”, tal como elaborado por Manuel Ferreira Lima Filho. Refletindo sobre a cidadania em um “nível substantivo de práticas de exclusão e marginalização diretamente relacionadas às questões de raça, gênero e classe” (LIMA FILHO, 2015, p. 135), o autor utiliza o adjetivo “patrimonial” para se referir à capacidade operativa (cognitiva e de agência) que os grupos sociais detêm e aplicam para construir estratégias de interação (adesão ou resistência) com as políticas patrimoniais, no âmbito global, nacional ou local, “a fim de marcar preponderadamente um campo constitutivo *identitário*, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença” (LIMA FILHO, 2015, p. 139, grifo nosso). Nessas estratégias, os grupos em questão articulam categorias de diferentes procedências – tais como cultura, tradição, identidade, registro, rito, entre outras – em variadas modulações, de acordo com suas próprias visões de mundo – que podem vir a aceitar ou rejeitar o discurso hegemônico sobre a cultura nacional, por exemplo –, afirmando-se como sujeitos e reivindicando direitos. O autor concebe as políticas patrimoniais como um jogo de poder que adquire, muitas vezes, um caráter de “recurso ultimado pela condição humana de sobrevivência em contextos sociais de países como o Brasil onde as condições básicas de vida faltam, como saúde, segurança, moradia e educação” (LIMA FILHO, 2015, p. 141), sendo que diversos atores sociais fazem da cultura uma “arma”, no sentido proposto por Clara Mafra:

(...) ‘nativos’ dos quatro cantos do planeta apropriam-se da categoria [cultura] para, em nome do valor de sua própria “cultura”, defender seus modos de ser específicos em relação a alteridades humanas e institucionais com diferentes pesos e medidas. (...) na metáfora da “cultura como arma” está em relevo a capacidade de “objetificação” do reconhecimento da cultura, algo que ocorre quando alguém de fora se dispõe a representar o que as comunidades vivem e experimentam. Mais do que isto, temos a continuidade em reverso desse processo, como quando o sujeito ‘objetivado’ se apropria da representação e dos pressupostos do observador (...) (MAFRA, 2011 apud LIMA FILHO, 2015, p. 141).

A metáfora da “cultura como arma” nos interessa especialmente no que se refere à afirmação de uma cultura, de uma tradição e/ou de uma identidade específica dos sujeitos “objetivados” pelas políticas patrimonialistas a partir das apropriações que eles próprios fazem das categorias cunhadas no processo de “objetificação”.

Em suas reflexões sobre a categoria de população ou conhecimento “tradicional”, Regina Abreu observa como ela vem sendo acionada como direito e forma de autodefinição, “sinalizando identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais” (ABREU, 2012, p. 32). Para a autora, a categoria tem adquirido sentidos novos e dinâmicos, contrastando, portanto,

com uma visão até então cristalizada de uma linearidade histórica, onde se privilegiava a ótica do passado como uma ‘remanescência’ da ‘comunidade primitiva’ ou da ‘comunidade doméstica’ ou como resíduo de um suposto estágio de ‘evolução da sociedade’ (ABREU, 2012, p. 32)

Os chamados “detentores” de saberes tradicionais, por sua vez, acionam cada vez mais dimensões complexas e criativas na construção de um processo identitário, em que a categoria “tradicional” é “social e politicamente construída com base em conflitos, reivindicações e negociações em face do Estado” (ABREU, 2012, p. 32), logo está longe de se referir a comunidades “naturais” ou “espontâneas”.

O imaterial e os espaços de participação dos “detentores”

Como se sabe, o reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio¹ trouxe junto consigo uma demanda de abertura das políticas públicas desse campo para a participação dos mais diversos atores sociais – com destaque para os que estiveram previamente excluídos delas. Cada vez mais, o trabalho de identificação, seleção e proteção de bens culturais não pôde ser mais concebido como atividade privilegiada de especialistas (arquitetos, historiadores, cientistas sociais, etc), mas sim como uma prática social democrática, a incluir diretamente todas as comunidades afetadas, envolvidas e/ou interessadas pelas políticas. Dentro das políticas para salvaguarda de bens imateriais, tornou-se um consenso de que nenhuma decisão pode ser tomada sem que os detentores e/ou recriadores tenham voz ativa na própria leitura dos sentidos de seu patrimônio e da patrimonialização.

Hoje, a própria dinâmica dos registros de bens imateriais reserva etapas de mobilização de base social e participação direta de lideranças da sociedade civil por meio de reuniões, mesas de diálogo, encontros, grupos de trabalho, fóruns, comissões, entre outros espaços coletivos para a tomada de decisões relativas aos processos. Esses espaços são justamente as oportunidades para que os atores sociais detentores e/ou recriadores se apropriem dos conceitos institucionais da política patrimonial e os utilizem como recursos potencializadores de suas demandas. Ao mesmo tempo, é neles que os conflitos, disputas e negociações entre os atores emergem com toda a sua intensidade, revelando as inumeráveis diferenças que podem emergir durante os processos de patrimonialização, as quais indicam não apenas diferentes conteúdos sobre a memória, cultura e identidade do(s) grupo(s), mas também em diferentes formas de lembrar, conceber e se identificar.

Essa perspectiva vem ao encontro da reflexão de Regina Abreu sobre a importância de salvaguardar não apenas “os patrimônios” em sua diversidade, mas o “sentido da alteridade”:

A ampliação do conceito de Patrimônio abriu novas perspectivas para o século XXI, mas também trouxe novas e inesperadas questões. Por um lado, o conceito tornou-se mais inclusivo, começando a ser utilizado por camadas populares e comunidades

1 Referimo-nos à ampliação do conceito de patrimônio no âmbito das políticas do Estado brasileiro, a qual teve a publicação do Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, como principal marco legal. O decreto instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial com vistas à identificação, reconhecimento e salvaguarda de Celebrações, Formas de Expressão, Saberes e Lugares de todo o território nacional. Desde então, o IPHAN vem se dedicando à pesquisa de diversas tradições da cultura popular de matriz africana. Entre as práticas que já foram patrimonializadas através desse mecanismo estão o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2004), o Jongo no Sudeste (2005), o Tambor de Crioula do Maranhão (2007) as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro (2007), o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira (2008), o Maracatu Nação, o Maracatu Baque Solto e o Cavalo-Marinheiro (2014), entre outras. As tradições do Congado, ou das “Congadas de Minas”, em breve deverão ser incluídas no rol do Patrimônio Cultural do Brasil, estando seu processo de Registro em andamento.

tradicionais. Por outro lado, o discurso racionalista com pretensão universal da ação patrimonial com todos os seus códigos historicamente constituídos, tem sido apropriado de maneiras extremamente diversificadas entre as chamadas 'comunidades tradicionais'. A relação entre universos discursivos muito diferenciados tem despertado novas reflexões e, sobretudo, tem chamado a atenção para a necessidade de preservar não apenas os patrimônios em sua diversidade, mas, sobretudo, a diversidade em si mesma, ou seja, o sentido da alteridade (ABREU, 2012, p. 36).

Embora o processo de registro das "Congadas de Minas" ainda não tenha sido concluído², já é possível tomar algumas observações a respeito da participação dos congadeiros em sua instrução. Num sentido amplo, o processo se inaugurou já no ano de 2006, quando o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN contratou o "Levantamento Documental para Registro das Festas do Rosário", com abrangência nacional e com seus principais desdobramentos sobre os estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais. O processo de registro propriamente dito, porém, foi aberto a partir de uma solicitação feita pela Prefeitura de Uberlândia/MG junto com outros cinco Municípios da região do Triângulo Mineiro e com a Associação de Congos e Moçambiques de Nossa Senhora do Rosário de Ibiá/MG em novembro de 2008. Após as devidas complementações, o pedido foi aceito pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e uma cópia do processo foi encaminhada à Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, a fim de que esta viesse a assumir os encaminhamentos necessários à instrução técnica.

Os trabalhos de pesquisa foram efetivamente inaugurados em julho de 2012, a partir da contratação de uma empresa para a produção do levantamento preliminar do bem cultural em questão. Dada à amplitude do campo a ser estudado, o levantamento preliminar foi dividido em duas etapas. A primeira etapa foi realizada entre julho de 2012 e março de 2013 e consistiu na execução de pesquisa bibliográfica, de contatos com associações, prefeituras e paróquias e de visitas aos municípios solicitadores do Registro com a finalidade de se produzir uma prévia caracterização do bem cultural e um vasto mapeamento de sua ocorrência pelo estado de Minas Gerais.

Logo após a entrega dos resultados dessa etapa, a Superintendência organizou um Grupo de Trabalho composto por técnicos do órgão, pesquisadores da empresa e especialistas convidados com o objetivo de definir alguns critérios para o recorte territorial da etapa seguinte do levantamento. O Grupo de Trabalho se reuniu entre abril e agosto de 2013 e optou principalmente por critérios quantitativos – isto é, pela seleção de regiões com maior número de grupos, festas e reinados – mas também se baseou em outros quesitos – incluíram-se, por exemplo, municípios com posição territorial de fronteira e com escritórios técnicos do IPHAN, e excluíram-se os municípios que já haviam sido visitados (quais sejam, os solicitadores do Registro). Sendo assim, a segunda etapa foi realizada ao longo do ano de 2014 e consistiu, sobretudo, na execução de pesquisa *in loco* em 47 municípios, congregados em cinco rotas, na qual se fizeram contatos, reuniões e entrevistas com diversas lideranças congadeiras (MOREIRA, 2015; SANTOS, 2016; RODRIGUES, 2016).

Com esse levantamento preliminar, o IPHAN identificou, ao todo, 701 festas e 1.174 grupos associados ao universo das "Congadas", distribuídos em 332 municípios do estado de Minas

2 A instrução dos processos de registro em nível federal ocorre de acordo com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que prevê três fases: *levantamento preliminar*, através do qual são realizadas pesquisas em fontes secundárias e em documentos oficiais, entrevistas com a população e contatos com instituições, propiciando um mapeamento geral dos bens existentes em uma determinada localidade e a seleção dos que serão identificados; *identificação e documentação*, por meio das quais são aplicados formulários que descrevem e tipificam os bens selecionados; e *registro* propriamente dito, que é o trabalho de pesquisa mais aprofundado, de natureza eminentemente etnográfica, que poderá ou não ser empreendido com vistas à inscrição do bem em um dos livros de Registro (SANT'ANNA, 2009, p. 57). Conforme pudemos acompanhar nos veículos de comunicação do IPHAN até a data de elaboração do presente trabalho, o registro das "Congadas de Minas" está atualmente em fase de identificação e documentação (IPHAN-MG, 2018).

Gerais. Reconhecendo a complexidade da patrimonialização de um universo tão amplo, o órgão federal percebeu a necessidade de discutir as informações recolhidas (e o próprio processo em andamento) diretamente com os recriadores do bem cultural, por meio da organização de encontros regionais de congadeiros. Assim, fazia jus a “um dos princípios norteadores da política nacional de patrimônio imaterial, que é o da participação dos detentores do conhecimento em todas as etapas do processo de reconhecimento e salvaguarda de suas manifestações culturais” (IPHAN-MG, 2018). Inicialmente, a previsão era de que esses encontros viessem a ocorrer entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016, pouco após a entrega dos resultados da segunda etapa do levantamento. Nessa ocasião, porém, o processo sofreu uma interrupção, aparentemente relacionada com problemas de orçamento da União, sendo retomado somente em fins de 2017. Os dois primeiros encontros regionais foram realizados nos dias 14 e 15 de abril e 19 e 20 de maio de 2018, em Montes Claros/MG e Uberlândia/MG, respectivamente, com o objetivo de reunir as lideranças congadeiras de cada região.

A fase inicial do processo já foi suficiente para levantar um vasto conjunto de questões a respeito da patrimonialização das “Congadas”: Quais municípios, grupos e festas desse universo serão selecionados para a próxima fase de seu inventário (quais sejam, identificação e documentação)? Quais aspectos de suas práticas culturais integrarão a estrutura do dossiê de Registro? Como apreender a diversidade dos contextos, práticas e significados sem perder as especificidades de cada grupo? Para Vanilza Rodrigues, antropóloga do IPHAN, uma das principais questões nesse momento se refere à escolha da categoria na qual o bem cultural será enquadrado (e, logo, do “livro” no qual ele será inscrito) para seu oficial reconhecimento como um patrimônio (RODRIGUES, 2016). Os debates vêm girando em torno das categorias de Celebração e Forma de Expressão³.

Em setembro de 2015, esse impasse foi pauta constante do Seminário Saberes do Sagrado, realizado conjuntamente pela Associação Filmes de Quintal, pelas Guardas de Moçambique e Congo Treze de Maio de N. Sra. do Rosário e pelas Irmandades do Rosário de Ibirité e Os Ciriacos, na cidade de Belo Horizonte/MG. O Seminário fazia parte de um projeto aprovado em edital do IPHAN relacionado à música, canto e dança de comunidades afrodescendentes e tinha o objetivo de “discutir com sensibilidade e através de várias perspectivas o processo de registro das ‘Congadas de Minas’ enquanto patrimônio imaterial brasileiro, compartilhando olhares sobre a multiplicidade dos saberes inscritos nos Reinados e Congados Mineiros” (FILMES, 2015). Nos debates realizados durante o evento, acompanhados *in loco* pelo presente autor, a opinião mais difundida era de que as manifestações do Congado se constituem enquanto “festa”. Desse modo, se era preciso enquadrá-las em uma categoria, que fosse então a de Celebração, mas com o devido respeito à sua singularidade – afinal, trata-se de festa de caráter sagrado. Há de se observar, porém, que o Seminário reuniu, em sua grande maioria, congadeiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte – apenas um dos vários territórios a serem abarcados pelo processo de registro em nível federal.

A patrimonialização de uma tradição do Congado em esfera municipal

Paralelamente à autarquia federal, vários municípios do estado de Minas Gerais, com base em suas próprias legislações do patrimônio imaterial, têm desenvolvido processos de registro de expressões ou celebrações locais do Congado. A partir da “Relação de Bens Protegidos pelos

³ Cabe observar que, de um modo geral, as tradições de matriz africana patrimonializadas pelo IPHAN vêm quase sempre sendo enquadradas sob uma dessas duas categorias. As Formas de Expressão são entendidas como as “performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade” (IPHAN, 2018). As Celebrações, por sua vez, são definidas como “festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade” (IPHAN, 2018). Alguns pesquisadores vêm, no entanto, questionando a categorização na medida em que é insuficiente para abordar essas manifestações em toda sua complexidade, principalmente quando dizem respeito à religiosidade, à devoção, ao sagrado de um povo (BRETTAS, 2013).

Municípios (apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado até o ano de 2017 / exercício 2018”, divulgada pelo portal do IEPHA/MG, pudemos identificar que, de 2009 até hoje, mais de 70 municípios mineiros já instruíram, aprovaram e homologaram registros com esse caráter. De um modo geral, esses registros em esfera municipal vêm ocorrendo de maneira bem distribuída pelo território de Minas Gerais – do Norte ao Sul de Minas, do Triângulo Mineiro à Região Metropolitana e Vale do Rio Doce –, e se dirigem a uma significativa variedade de manifestações – de guardas de Congo, Moçambique, Marujos a reinados, irmandades e festas de Nossa Senhora do Rosário –, porém sempre as abordando a partir das categorias de Formas de Expressão e/ou Celebrações. Coincidentemente, essa vasta “onda” de registros se inaugurou justo no ano de 2009 (ocasião em que o pedido de registro das “Congadas de Minas Gerais” foi aceito pelo IPHAN), através da patrimonialização de tradições do Congado em sete municípios pioneiros – quais sejam, Carvalhópolis, Formiga, Itaguara, Itapeçerica, Senhora de Oliveira, Betim e Uberlândia (IEPHA, 2017) ⁴.

No ano de 2015, o município de Sabará, localizado na Região Metropolitana, instruiu o seu próprio processo de registro de uma tradição integrante do universo do Congado: os Marujos. Cabe destacar que, pouco antes dessa instrução, em abril de 2014, os pesquisadores da empresa licitada pelo IPHAN para realizar a segunda etapa do levantamento preliminar das “Congadas de Minas” fizeram algumas visitas ao município de Sabará com o objetivo de coletar informações a respeito da ocorrência do bem cultural em seu território. Inicialmente, organizou-se uma reunião da empresa com a Prefeitura de Sabará e com as lideranças de seis Guardas de Marujos – que, até então, representavam a totalidade dos grupos congadeiros previamente identificados pela Secretaria Municipal de Cultura. Apenas quatro guardas, porém, puderam estar presentes. Um dos autores desse trabalho teve a oportunidade de participar na condição de representante da Prefeitura de Sabará. Na ocasião, os pesquisadores da empresa fizeram o preenchimento de um questionário fechado a respeito dos reinados, irmandades, guardas, festejos e trocas de visitas entre guardas existentes no município. Apesar dos objetivos técnicos dessa reunião, o encontro foi uma oportunidade para a mobilização da comunidade congadeira do município em torno da ideia de uma patrimonialização de suas tradições.

Posteriormente, os pesquisadores visitaram uma ou duas lideranças em particular para a gravação de entrevista aberta, na qual se buscaram maiores detalhes a respeito das práticas em questão. Uma dessas lideranças era o presidente da Guarda de Marujos de Nossa Senhora do Rosário de Roça Grande, o qual, na mesma época, vinha trabalhando em um processo de inserção de seu grupo cultural-religioso na Rede Cultura Viva. Em fins de 2014, o grupo assinou convênio com o Ministério da Cultura para instalação e funcionamento do Ponto de Cultura Congado Sabarense, através do qual começou a desenvolver uma série de atividades em prol da salvaguarda das tradições do Congado dentro do município. No início de 2015, esse mesmo grupo apresentou à Secretaria Municipal de Cultura uma proposta de registro do “Congado de Sabará”, a qual se desdobrou, logo em seguida, na instrução do registro das Guardas de Marujos (SABARÁ, 2015).

⁴ Não é de se descartar que os processos que vêm sendo instruídos de forma paralela nas esferas federal e municipal tenham suas mútuas-afetações. No entanto, é mais seguro afirmar que essa “onda” tenha suas principais motivações em um programa do governo estadual: o ICMS Patrimônio Cultural. Inaugurado pela Lei Estadual nº 12.040/1995, ou “Lei Robin Hood”, o programa se tornou um dos principais indutores da adoção de políticas municipais direcionadas ao patrimônio no estado de Minas Gerais. Na medida em que estipulou a redistribuição de uma parcela do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço (ICMS) com base em critérios de preservação do patrimônio de cada município, o programa veio incentivar diversas Prefeituras a desenvolverem ações de patrimonialização de bens culturais em nível municipal. A aprovação de sua mais recente versão, a Lei Estadual nº 18.030/2009, levou o mecanismo do registro a ser incluído entre esses critérios. A dimensão imaterial dos bens culturais veio então a ser reconhecida pelo programa, o qual começou a “pontuar” e, logo, beneficiar os municípios que viabilizassem registros de saberes, lugares, formas de expressão e celebrações em qualquer esfera governamental (CAMPOS, 2011).

A instrução do processo de registro das Guardas de Marujos de Sabará ocorreu entre os meses de maio e dezembro de 2015 por intermédio de funcionários da Gerência de Patrimônio Cultural (vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, formada por um historiador e uma museóloga) e de uma empresa de consultoria, licitada pela Prefeitura para elaboração do dossiê em conformidade com as exigências do programa ICMS Patrimônio Cultural. Ao longo desse período, a equipe realizou pesquisa bibliográfica, produziu registros sonoros, fotográficos e audiovisuais, acompanhou as festas de cada uma das seis guardas, gravou entrevistas com as principais lideranças, etc. O dossiê de registro foi terminado em novembro de 2015 e logo em seguida apresentado ao Conselho Deliberativo do Patrimônio, o qual confirmou sua posição favorável ao reconhecimento das Guardas de Marujos, inscrevendo-as em seu Livro de Registro de Formas de Expressão (SABARÁ, 2015).

O registro das Guardas de Marujos de Sabará foi então um caso excepcional, significativamente destoante das tendências gerais das políticas municipais de cultura. Tradição congadeira vinda de fora, através da migração de famílias do interior do estado para a região metropolitana de Belo Horizonte, os Marujos constituem uma forma de expressão própria de bairros periféricos do município, não se fazendo presente em seu centro histórico. Com o registro, ela veio a ser pesquisada em todos os seus territórios e, logo em seguida, foi oficialmente reconhecida tanto por seu valor histórico quanto de memória e identidade – atribuído a grupos étnico-raciais historicamente excluídos daquilo que se convencionou nomear religião, patrimônio, ou mesmo cultura (SABARÁ, 2015).

Além disso, a patrimonialização vem se desdobrando em situações bastante emblemáticas, por meio das quais podemos, inclusive, refletir sobre um exercício de cidadania patrimonial pelos “congadeiros” em âmbito local. A partir do ano de 2016, houve um significativo estreitamento de relações entre a Prefeitura de Sabará e as Guardas de Marujos, percebido por uma maior periodicidade de reuniões entre funcionários da Secretaria Municipal de Cultura e lideranças congadeiras, pela realização anual de um encontro de congadeiros do município, pela inserção de lideranças congadeiras no quadro de membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio, entre outras ações. Paralelamente, as mesmas lideranças têm se mobilizado para a criação de uma Associação dos Congadeiros de Sabará. É curioso observar que, embora o objeto do registro tenha sido as formas de expressão denominadas “Guardas de Marujos de Sabará”, a utilização do termo “Congado” e da alcunha “congadeiro” é bem mais recorrente nas interações entre seus recriadores e o Município. Talvez isso possa nos sugerir o quanto essa identidade específica, construída historicamente através das mais diversas relações de alteridade, guarda um enorme potencial na reivindicação de direitos básicos pelos seus sujeitos.

Realizado no dia 31 de julho de 2016, no Museu do Ouro de Sabará, o Encontro de Congadeiros veio concretizar uma proposta de formação continuada dos líderes e demais integrantes das seis Guardas de Marujos tal como formulada por seu dossiê de registro, o qual incluía uma sessão destinada ao planejamento da salvaguarda do bem cultural. Inicialmente pensado em formato de *seminário*, o encontro buscava, como um de seus objetivos, “empoderar as lideranças e demais integrantes dessas guardas para que reivindiquem, busquem e efetivem os seus direitos junto ao poder público municipal” (SABARÁ, 2016, p. 17). Para que isto fosse minimamente atendido, a equipe da Secretaria Municipal de Cultura reconheceu a necessidade de que o encontro fosse construído com a participação direta dos congadeiros, por meio de sua integração à comissão organizadora.

A escuta dos congadeiros logo trouxe uma demanda de adequação do formato inicialmente pensado para o encontro, qual seja o de seminário. Os recriadores foram unânimes em defender que mais do que um seminário, o encontro deveria se organizar enquanto uma *feira* – mais do que

palestras, debates, *informações*, ele deveria ser constituído por cantos, marchas, ritos próprios da “*tradição*” do Congado. Esse diálogo entre agentes públicos e lideranças congadeiras resultou então em um encontro bastante híbrido, no qual as falas de técnicos, gestores e pesquisadores se intercalaram com os saberes dos mestres, com os versos da “*tradição*” e com a própria atuação das guardas, as quais, do início ao fim do evento, cumpriram suas obrigações rituais de trocar bandeiras entre si, de saudar a reis, rainhas, capitães e demais autoridades, de louvar Nossa Senhora do Rosário, de agradecer às refeições, além de realizarem uma procissão com a imagem de sua santa padroeira até a igreja tricentenária consagrada a ela, localizada no Centro Histórico de Sabará.

Embora o encontro tenha contado com a presença de apenas quatro guardas, seu transcurso nos permite observar o quanto os congadeiros do município se engajaram em torno das políticas de patrimônio, apropriando-se de seus conceitos, discursos e ferramentas para afirmar-se enquanto sujeitos do discurso sobre si e para reivindicar, por exemplo, seus direitos culturais (o qual inclui o direito à memória, e ao respeito pela singularidade de suas formas de expressão). Esse processo se consolidou, sobretudo, por meio de uma dinâmica de reuniões mensais entre agentes públicos e lideranças congadeiras que veio a se estabelecer logo após o encontro, a partir de agosto de 2016. Essas reuniões se tornaram então o principal espaço para discussão dos problemas das Guardas de Marujos e para a busca coletiva de soluções através dos instrumentos disponíveis no município (SABARÁ, 2016).

Esse sucinto relato dos desdobramentos da patrimonialização das Guardas de Marujos de Sabará nos induz a pensar essa tradição do Congado como sendo constituída por práticas culturais dinâmicas e, logo, suscetíveis a mudanças desde que elas estejam ancoradas em uma oralidade, musicalidade, corporeidade que é própria da visão de mundo legada pelos antepassados. Estamos diante, portanto, de uma tradição que não está dada, mas em processo, um legado do passado que não se manifesta de forma estanque, mas que se recria constantemente, permitindo-se, inclusive, dialogar com regimes culturais distintos – a exemplo das próprias políticas de patrimônio – e se utilizar de suas categorias.

Conclusão

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que está em estágio inicial, logo ainda não tem muitas proposições a apresentar. Por hora, as reflexões empreendidas se limitam a nos sugerir o quanto os recriadores das tradições do Congado se colocam como cidadãos ativos na interação com as políticas de patrimônio, modulando os conceitos, discursos e instrumentos desse campo de acordo com sua própria perspectiva. Essa modulação aparece para nós, por exemplo, nas negociações dos congadeiros em torno das categorias a serem utilizadas para o enquadramento de seu universo cultural-religioso. Dialogando com as categorias dos Livros de Registro – com destaque para as de “*celebração*” e de “*formas de expressão*” –, um conjunto de lideranças da Região Metropolitana de Belo Horizonte (incluindo Sabará) não as recusa, mas também não adere completamente a elas, mas as modula com base em sua própria noção de “*festa*” – isto é, uma festa sagrada, de devoção, ancestral, baseada nos cantos, marchas e ritos “*tradicionais*” do Congado – e, desse modo, intervêm sobre os próprios rumos dos processos de patrimonialização, num esforço por adaptá-los para que se tornem, de fato, força potencializadora de suas reivindicações, com todas as suas especificidades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. "Patrimônio: 'ampliação' do conceito e processos de patrimonialização". In: CURY, Marília, VASCONELLOS, Camilo e ORTIZ, Joana (orgs). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.
- BRETTAS, Aline Pinheiro. *Os registros de Belo Horizonte e Betim* [Tese]: novas abordagens em relação ao registro do patrimônio cultural imaterial. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- CAMPOS, Yussef Daibert S. "A imaterialidade do patrimônio cultural e a lei Robin Hood: a inserção da categoria imaterial do patrimônio como pontuação para o repasse de ICMS cultural em Minas Gerais". In: *Revista CPC*. São Paulo, nº11, p.87-102, 2010-2011.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. C. "Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: estado da arte". In: FONSECA, Maria Cecília Londres. (Org.). *Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais*. Brasília: Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, 2008, p. 11-36.
- FILMES de Quintal. "Seminário Saberes do Sagrado: Irmandades do Rosário e Registro Patrimonial". 4 de setembro de 2015. Post do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1597988253800249/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- IPHAN. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil*. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.
- LIMA FILHO, Manuel F. "Cidadania Patrimonial". *Revista Antropológicas*, ano 19, v. 26(2), p. 134-155, 2015.
- MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. Belo Horizonte: Mazza; São Paulo: Perspectiva, 1997.
- MOREIRA, Corina Maria Rodrigues. Construindo uma narrativa patrimonial: as Congadas de Minas. In: *V Encontro Tricordiano de Linguística e Literatura*, 2015, Três Corações. Caderno de Resumos, 2015.
- RODRIGUES, V. J. . As nuances do trabalho do antropólogo nas políticas de Patrimônio Imaterial. In: *30ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2016, João Pessoa. Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.
- IEPHA-MG. *Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS- Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado - até o ano de 2017 / exercício 2018*. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2017.
- IPHAN-MG. "Está em andamento no IPHAN o processo de Registro das 'Congadas de Minas'". 15 de maio de 2018. Post do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/iphanmg/posts/1069427586533165>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

_____. "O processo de Registro das 'Congadas de Minas' como Patrimônio Cultural do Brasil". 13 de abril de 2018. Post do Facebook. Disponível em: < <https://www.facebook.com/iphanmg/posts/1052583884884202>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [Site Institucional]. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

SABARÁ. *Dossiê de Registro das Guardas de Marujos de Sabará*. Sabará: Prefeitura Municipal, 2015.

_____. *Relatório de Execução do Plano de Salvaguarda das Guardas de Marujos de Sabará*. Sabará: Prefeitura Municipal, 2016.

_____. *Relatório de Execução do Plano de Salvaguarda das Guardas de Marujos de Sabará*. Sabará: Prefeitura Municipal, 2017.

SANT'ANNA, Márcia. "A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização". In: Abreu e Chagas (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 49-79.

SANTOS, Francimário Vito dos. A política de registro das congadas em Minas Gerais: mobilização, diálogos e discontinuidades em Santo Antônio do Monte/MG. *REVISTA CPC (USP)*, v. 2, p. 242-266, 2016.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DILEMAS DA SALVAGUARDA DE SABERES TRADICIONAIS: ESTUDO DE CASO DO JONGO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

LILIAN SAGIO CEZAR

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF
lsagio@hotmail.com*

MARIA CLARETH GONÇALVES REIS

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF
clareth13@gmail.com*

TARIANNE DA SILVA PINTO BERTOZA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF
tari_bertoza@yahoo.com.br*

RESUMO

A presente comunicação apresenta reflexões da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF e também dos estudos no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI/UENF. Tem por objetivo analisar as dimensões políticas do jongo enquanto expressão cultural e, concomitantemente, patrimônio imaterial. Para traçar este caminho investigativo, utilizaremos metodologia qualitativa na condução de entrevista narrativa, além da utilização de fotografias como acionadoras de memórias, priorizando as experiências da mestra jogueira Geneci Maria da Penha, Noinha, que possui seu jongo reconhecido como Patrimônio Cultural de Campos dos Goytacazes - RJ. Interessa-nos investigar as estratégias de manutenção do jongo articuladas por ela, considerando as desigualdades sociais, raciais e religiosas enfrentadas, além de inserir a reflexão no debate sobre medidas de austeridade como receita para enfrentamento da crise econômica, que limita os avanços obtidos com as políticas sociais.

Palavras-chave: Jongo. Patrimônio Imaterial. Salvaguarda. Política Social. Medidas de austeridade

ABSTRACT

This paper presents reflections of the master's research in progress in the Post-Graduation Program in Social Policies of the Northern Fluminense State University Darcy Ribeiro - UENF and also the studies in the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies - NEABI / UENF. It aims to analyze the political dimensions of the jongo as a cultural expression and, at the same time, an intangible heritage. We will use a qualitative methodology in the conduction of narrative interviews, as well as the use of photographs as memory triggers, prioritizing the experiences of Geneci Maria da Penha, Noinha, which has its jongo recognized as Cultural Patrimony of Campos dos Goytacazes - RJ. We are interested in investigating the strategies of maintenance of the jongo articulated by her, considering the social, racial and religious inequalities faced, besides inserting the reflection in the debate on the austerity measures as a prescription to face the economic crisis, that limits the advances obtained with the social politics.

Key-words: Jongo. Intangible Heritage. Safeguard. Social Policy. Austerity measures

A presente comunicação apresenta reflexões da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF e também dos estudos no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI/UENF. Tem por objetivo analisar as dimensões políticas do jongo enquanto expressão cultural e, concomitantemente, patrimônio imaterial.

O jongo tem suas raízes na cultura trazida pelos africanos de várias partes da África com o processo de colonização das Américas. Esses africanos trouxeram as suas diversas matrizes culturais que aqui sobreviveram e serviram como patamares de resistência social ao regime que os oprimia, incorporando seus modos de vida e transformando todos os padrões de sua cultura em uma cultura de resistência social (MOURA, 1992, p. 33-35). Na atualidade, o jongo carrega a memória e a ancestralidade nos corpos de quem o pratica e na palavra (en)cantada através dos pontos.

Originário da região Sudeste, é fruto da experiência colonial calcada economicamente no escravismo e no plantio da cana-de-açúcar e café. Com fortes raízes negras, tem como seus protagonistas originários as pessoas escravizadas no processo de tráfico atlântico que resultou em três séculos de violenta diáspora africana. Hoje, devido à histórica falta de política pública de reconhecimento, combate ao racismo, inclusão educacional e econômica, a maior parte dos descendentes das pessoas que foram escravizadas e transladadas constituem as camadas populares que ainda lutam por melhores condições de vida diante do quadro de desigualdade existente.

Com o jongo inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2005 e considerado patrimônio cultural imaterial brasileiro, a política de cultura apresenta-se também como via para o acesso aos direitos, contribuindo com a formulação de políticas que colaborem com a manutenção dessa expressão cultural ao longo do tempo.

É nesse contexto que se torna relevante compreender a trajetória de Geneci Maria da Penha, mais conhecida como mestra jongueira Noinha (e como iremos nos referir a ela deste ponto em diante). Nascida em 10 de agosto de 1944, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, possui a tradição familiar do jongo tanto na família materna quanto na família paterna, seguindo a raiz matriarcal com o falecimento de sua mãe Maria Antônia. Atualmente, possui seu jongo considerado Patrimônio Cultural do Município de Campos dos Goytacazes e é a partir da sua trajetória de vida que iremos investigar as ações traçadas na articulação político-cultural de demandas materiais e simbólicas através do jongo, compreendendo as estratégias elaboradas para a manutenção da expressão cultural e no enfrentamento de suas condições de vida, considerando as desigualdades sociais, raciais e religiosas por ela enfrentadas.

Para traçar este caminho investigativo, utilizamos como técnica a entrevista narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002) e a utilização de fotografias como acionadoras de memória, evidenciando as lembranças e experiências da mestra jongueira como elementos base para a construção da narrativa.

O corpus principal de análise consiste no material textual resultante de duas entrevistas gravadas em vídeo e uma entrevista registrada em áudio onde, nesta última, foram utilizadas fotografias para acionar as lembranças da mestra jongueira. A primeira entrevista em vídeo foi realizada na Unidade Experimental de Som e Imagem - UESI da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, no ano de 2015. A segunda entrevista em vídeo foi realizada na residência da mestra jongueira Noinha no ano de 2018. Já a entrevista registrada em áudio foi realizada também no ano de 2018, na residência da mestra jongueira, utilizando fotografias que fazem parte de seu acervo pessoal. Foram escolhidas 17 fotografias dos mais

variados momentos de sua vida, que vão desde a infância, passando pelo início do trabalho com o jongo até atividades mais recentes. Contam também como material de apoio os registros em caderno de campo provenientes de observação participante de momentos cotidianos, apresentações do grupo de jongo, de visitas realizadas à residência, da participação em reuniões, entre outros, que auxiliam na construção da narrativa.

As entrevistas foram realizadas priorizando a técnica de entrevista narrativa onde, a centralidade reside nas lembranças e memórias da interlocutora. A entrevista narrativa é considerada “uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 95). A proposta é fazer com que a influência do entrevistador seja mínima, empregando “um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar história, para conseguir este objetivo” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 95). No processo de utilização de fotografias, as próprias imagens foram o estímulo à narrativa. A proposta metodológica foi organizada com intuito de ressaltar o relato da mestra jogueira e dar visibilidade à sua história relacionada ao processo de manutenção do jongo.

A forma de tratamento dos dados escolhida foi a análise de conteúdo. Segundo Laurence Bardin (2016), a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016).

A análise de conteúdo pode ser tanto quantitativa quanto qualitativa. Optamos pelo tratamento dos dados de forma qualitativa onde, os indicadores utilizados estão relacionados às suas presenças ou ausências no corpo do texto, sendo à partir da detecção dessas presenças, organizados os esquemas de categorização.

Em sua fala, a mestra jogueira faz referência a especificamente quatro indicadores como sendo essenciais em sua vida: o *jongo*, a *religião*, o *tambor* e o seu *trabalho* como técnica de enfermagem. A partir da relação desses elementos em sua narrativa, buscamos compreender as redes traçadas por ela.

Pensar a manutenção do jongo é articular a discussão de salvaguarda de “um patrimônio feito por gente” com as demandas das comunidades e dos jogueiros. O jongo foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão no ano de 2005, sendo considerado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. A luta pelo reconhecimento do jongo e pela construção de políticas públicas de salvaguarda foi “concomitante a um momento especial na política cultural do país, quando a política de cultura volta-se para os grupos de cultura popular, com a realização do Programa Cultura Viva, por parte do Ministério da Cultura” (Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste/Relatório da 14ª Reunião de Articulação, 2011, p. 17).

De acordo com Lia Calabre e Deborah Rebello Lima (2014), o Programa Cultura Viva consistiu em uma experiência

fundamental para a reflexão sobre problemáticas tais como: a noção de participação da sociedade civil, na gestão e produção da cultura; a ideia de que o exercício da cidadania ultrapassa os direitos civis e políticos e também perpassa a garantia de direitos culturais; os desafios de uma gestão em rede, onde Estado e grupos sociais buscam conjugar direções a serem percorridas, ou ainda, a construção de novas concepções sobre desenvolvimento (CALABRE; LIMA, 2014: 6).

O Cultura Viva nasce como um programa e, através da Lei nº 13.018 de 22 de julho de 2014, é instituído como Política Nacional de Cultura Viva. A principal ação são os Pontos de Cultura, que são grupos, coletivos ou entidades que já desenvolvem atividades culturais e são certificados pelo Ministério da Cultura, envolvendo assim o reconhecimento por parte do Estado de uma ação cultural que já é desenvolvida, ressaltando o protagonismo desses grupos pelo diálogo já existente com as comunidades e sua atuação no território.

No caso do jongo, o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu é quem articula as comunidades pertencentes à rede de memória do jongo e do caxambu, se destacando como importante articulador de parcerias na construção de propostas de salvaguarda, onde as discussões acerca da responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade, refletem novas dinâmicas de participação. É um programa de pesquisa e extensão desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense em parceria com comunidades jongueiras do Sudeste, através de convênio entre a Fundação Euclides da Cunha (Fundação de Apoio à Instituição Federal de Ensino Superior) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste sinaliza a importância de se ressaltar a diferença entre o conceito de salvaguarda apenas como “preservação” para o conceito de salvaguarda de um bem mantido por pessoas, onde aspectos sociais, históricos e culturais precisam ser considerados, viabilizando medidas que incidam sobre a melhoria das condições de vida dessas pessoas (Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste/Relatório da 14ª Reunião de Articulação, 2011, p. 8).

A salvaguarda está relacionada a medidas que viabilizam a manutenção do bem cultural, incidindo sobre a melhoria das condições de vida dos que mantêm esses saberes e práticas. A questão que norteia as ações dessa pesquisa consiste em analisar as possibilidades e dificuldades de salvaguarda de um patrimônio feito de/por pessoas, considerando as desigualdades sociais e raciais existentes. Podemos perceber que há uma contradição, já que acontece o reconhecimento das contribuições dos povos de origem africana e indígena para o conjunto do patrimônio cultural do Brasil, porém, ainda existe grande desigualdade vivenciada por seus descendentes no acesso às políticas públicas, tanto de caráter universal quanto focal, desigualdade esta que é histórica e estrutural.

Várias questões foram sinalizadas no diagnóstico do plano de salvaguarda no que diz respeito às medidas necessárias para a manutenção do jongo, como: articulação com o poder público, registro, discriminação, formação de lideranças, situação dos mestres, trabalho de memória, questões relativas à saúde, dificuldades financeiras, dificuldade com editais e projetos, problemas com infra-estrutura, direitos, comunicação interna entre os grupos, comunicação externa com a comunidade, mediadores, relação com a escola e tradição (Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste/Relatório da 14ª Reunião de Articulação, 2011, p. 14-17). Os pontos ressaltados evidenciam que várias articulações são necessárias para a salvaguarda do patrimônio imaterial, que para ocorrer de forma efetiva, vai muito além do registro.

Detalhando algumas das medidas necessárias à salvaguarda do jongo, foram citados: o acesso à saúde e à estrutura médica, uma vez que muitos dos jongueiros são idosos; a necessidade de melhoria no transporte, já que muitas comunidades jongueiras encontram-se dispersas em áreas rurais; a necessidade de interação com a educação, com o intuito de levar também para a escola os saberes tradicionais dos jongueiros, com vistas ao fortalecimento da Lei 10.639/2003 favorecendo práticas cotidianas antirracistas; além de serem ressaltadas as condições de pobreza e de falta de recursos vivenciadas por muitas comunidades jongueiras (Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste/Relatório da 14ª Reunião de Articulação, 2011) necessitando assim da interação com a política de assistência social, por exemplo.

Considerando a história dos três séculos de escravidão que ocasionaram as desigualdades sociais e étnico-raciais no Brasil, além do contexto de inferiorização, invisibilidade e visibilidade negativa atribuídos às expressões culturais, religiões e todo universo de práticas de matriz africana, a reflexão sobre o tema étnico-racial pautando as políticas sociais é de fundamental importância para a alteração desse quadro.

Em sua dimensão política e histórica, a política social se configura como um campo de lutas e enfrentamentos marcados por interesses e disputas. No Brasil, irá se constituir com as marcas de sua particularidade histórica, sendo necessário conhecimento acerca da formação social brasileira para compreensão do quadro de desigualdade existente.

Contextualizando algumas das medidas necessárias para a manutenção do jongo pontuadas pelas comunidades jongueiras com a trajetória de vida da mestra jongueira Noinha, podemos enriquecer a discussão com mais alguns elementos constitutivos de sua realidade.

Noinha é mulher, negra, residente em um bairro periférico da cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro, de família pertencente à religiosidade de matriz africana, mais especificamente a Umbanda. Gênero, raça e classe inter-relacionados. Sobre essa inter-relação, Maria Clareth Gonçalves Reis (2017) nos diz que

dentre aqueles que sofrem as desigualdades, as mulheres negras e de classe social menos favorecida são as mais prejudicadas. Essa realidade torna-se nítida ao percebermos a hierarquia das oportunidades sociais no que se refere aos quesitos gênero, cor e classe social: no ápice da pirâmide encontram-se os homens brancos, posteriormente as mulheres brancas, depois os homens negros. E no ponto mais inferior da pirâmide encontram-se as mulheres negras (REIS, 2017, p. 41).

Tatiana Dias Silva (2013), em texto na publicação *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, explica que as discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, promovendo experiências distintas na condição de classe, no enfrentamento das condições de pobreza e nas estratégias de superação utilizadas, onde o debate tradicional sobre as desigualdades de gênero obscureciam a heterogeneidade existente entre os grupos de mulheres. Segundo a autora, o reconhecimento dessa heterogeneidade, “especialmente a partir da introdução da variável étnica e racial, permitiu aproximações para incorporar, à perspectiva feminista, a complexidade da realidade das mulheres, dos papéis que assumem e das expectativas a elas direcionadas” (SILVA, 2013 p. 109).

Explicando esses efeitos imbricados, Kimberlé Crenshaw (2002) propôs um modelo provisório “para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero” (CRESHAW, 2002, p. 171), formas de subordinação estas que perpetuam as desigualdades em virtude das desvantagens acumuladas historicamente. A autora sugere tratar esses efeitos interativos numa perspectiva interseccional.

De acordo com Kimberlé Crenshaw,

interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos (CRENSHAW, 2002, p. 177).

De acordo com o pensamento da autora, além do peso da discriminação de gênero, “outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião,

origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (CRENSHAW, 2002, p. 173).

A autora ressalta o fato de que as próprias políticas podem reforçar as estruturas de desigualdade. Podemos citar como exemplo os casos em que o Estado corta recursos, gerando um efeito que irá repercutir, muitas vezes, na sobrecarga das mulheres, como consequência da retração dos serviços. Pereira-Pereira (2010) expõe essa preocupação quando faz o seguinte questionamento:

quem, na família contemporânea, arcará com o encargo de cuidar cotidianamente de crianças, enfermos, idosos debilitados, além de assumir as responsabilidades de provisão e gestão do lar? Tudo leva a crer que se está pensando na mulher, quando se requisita a participação da família no esquema misto de bem-estar, pois era ela quem tradicionalmente arcava com esse ônus. Ora, como a visão tradicional continua em pauta, é das mulheres que se espera a renúncia das conquistas no campo do trabalho e da cidadania social, pois se presume que o foco central de suas preocupações continua sendo a casa, enquanto o do homem ainda é o local de trabalho (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 39).

Sobre esses processos, Crenshaw (2002) acrescenta que

as adicionais estruturas de classe determinam quais mulheres executarão fisicamente esse trabalho e quais mulheres pagarão outras, economicamente desfavorecidas, para que prestem esse serviço. Assim, mulheres pobres acabam tendo de carregar o peso do cuidado da família dos outros, além da própria (CRENSHAW, 2002, p. 180).

Nesse contexto apresentado, debater questões relativas ao impacto de políticas que reforçam estruturas de desigualdade é pertinente e necessário em vista da ampliação destas na atualidade. A publicação *Política sociais e austeridade fiscal: Como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo* (2018) nasce a partir de reuniões da diretoria do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), de seus núcleos regionais e de encontros com entidades parceiras da sociedade civil onde foi observada a necessidade de elaboração de material sobre o tema, com intuito de “construir argumentos consistentes para defender políticas públicas sociais e econômicas em direção a uma sociedade mais solidária, onde os resultados dessas políticas fortaleçam o que é de interesse público” (VIEIRA *et al.*, 2018, p.7).

A publicação ressalta que

O agravamento do arrocho econômico e social, a quebra da institucionalidade com a derrubada da presidente eleita Dilma Rousseff, a disparada da instabilidade política e econômica, e a aprovação da Emenda Constitucional 95, com o congelamento das despesas primárias da União por 20 anos, mostram como o Brasil tem sido usado como laboratório de um ampliado e aprofundado movimento neoliberal e como esse debate é central para a sobrevivência de milhares de brasileiras e brasileiros, cada vez mais excluídos da distribuição social da riqueza (VIEIRA *et al.*, 2018, p. 7).

Além disso, o documento ressalta que é necessário considerar que, com a implantação do teto de gastos, as implicações serão “mais significativas ainda para as áreas de assistência social, trabalho e renda, cultura, desenvolvimento agrário, saneamento básico, habitação, entre outras” (VIEIRA *et al.*, 2018, p. 48).

Cynara Monteiro Mariano (2017) em seu artigo *Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre*, explica que

a Emenda Constitucional n.º 95/2016 foi resultado das Propostas 241 e 55 que alcançaram sua votação final no dia 16 de dezembro de 2016, com a inserção no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de vários dispositivos “que implementaram um novo regime fiscal com um limite para os gastos do governo federal, que vigorará pelos próximos 20 (vinte) anos” (MARIANO, 2017, p. 260).

A autora explica que as novas regras desconsideram tanto fatores relativos às taxas de crescimento econômico quanto a fatores demográficos desse período de 20 (vinte) anos, o que em sua concepção “poderá levar ao sucateamento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, pondo em risco por completo a qualidade de vida da população brasileira” (MARIANO, 2017, p. 261).

Após debruçar-se sobre o conteúdo da Emenda, a autora chega à conclusão de que o teto de gastos públicos do governo federal brasileiro é

uma ofensiva conservadora de retirada de direitos sociais, tendo como alvo prioritário o projeto constituinte de 1988, que exige a intervenção do Estado para a redução das severas desigualdades sociais e econômicas, necessária para uma economia verdadeiramente soberana. O ataque também é à concepção neo-desenvolvimentista desse mesmo projeto constituinte, que reserva ao investimento público papel essencial ao estímulo do investimento privado e do crescimento do setor produtivo nacional, com o intuito de reduzir a dependência do país às potências estrangeiras hegemônicas (MARIANO, 2017, p. 279).

Considerando que as mulheres negras são a base da pirâmide, esses efeitos irão atingi-las diretamente. Essas são as reflexões iniciais no intuito de inserir as discussões sobre salvaguarda de patrimônio cultural imaterial no debate da austeridade fiscal como receita para enfrentamento da crise econômica, refletindo sobre as políticas públicas nesse contexto e os impactos dessas medidas não apenas para a manutenção do jongo, mas para a própria sobrevivência de quem o mantém.

Considerações Finais

A presente comunicação buscou apresentar algumas observações da pesquisa, com o objetivo de refletir sobre as dimensões políticas do jongo e as estratégias utilizadas pela mestra jogueira Noinha para a manutenção dessa expressão cultural. O jongo foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2005, sendo considerado patrimônio cultural imaterial brasileiro. Nesse contexto, a política de cultura apresentava-se também como via para o acesso aos direitos de cidadania, contribuindo com a formulação de políticas que colaborem com a manutenção dessa expressão cultural ao longo do tempo.

O contexto atual de escolha da austeridade fiscal como opção de enfrentamento da crise econômica, afeta diretamente essas políticas, agravando as desigualdades e impactando negativamente nos avanços obtidos através das políticas sociais, onde as mulheres negras poderão ser as mais afetadas. A presente comunicação buscou inserir as primeiras reflexões sobre o tema, que se mostra pertinente e necessário num contexto de redução de direitos e que irá refletir nas condições de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. Do do-in antropológico à política de base comunitária - 10 anos do Programa Cultura Viva: uma trajetória da relação entre Estado e sociedade. **Políticas Culturais em Revista**, 2(7), p. 6-25, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/12867/9459>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em 10 nov. 2018.

JOVCHELOVITCH, Sandra; Martin W. BAUER. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017. Disponível em:< <https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/50289>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1992.

PENHA, Geneci Maria da. **A voz do tambor: Noinha e o jongo**. 2010.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Mulheres, negras e professoras: suas histórias de vida**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: IPEA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]**.- Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: < http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978>. Acesso em: 02 jul. 2017.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: a construção de uma política pública**. Cadernos CENPEC, nº 7. 2010. Disponível em: < <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/61>>. Acesso em 10 nov. 2018.

VIEIRA, Fabiola Sulpini *et al.* **Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro, CEBES, 2018, 64 p. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Publicac%CC%A7a%CC%83o-Austeridade_rev19_07_18.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.

Documentos

Jongo no Sudeste. Brasília, DF : Iphan, 2007. 92 p. : il. color. ; 25 cm. + CD ROM. - (Dossiê Iphan; 5). Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.

Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste. Rio de Janeiro. 14ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. 2011. Disponível em <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/plano_de_salvaguarda_versao_final.pdf>. Acesso em 15 ago. 2018.

JUVENTUDE ENCARCERADA: CULTURA DE RESISTÊNCIA QUE EMERGE DA COMUNIDADE E A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

Priscila Duarte dos Reis

Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas- UERJ

Especialista em História e Cultura Afrobrasileira e Africana – UFRRJ

Bacharel em Direito – Unesa

prisciladrtares@gmail.com

Resumo: O presente artigo é fruto de uma pesquisa de campo realizada no Centro de Recursos Integrados de Atendimento a Criança e ao Adolescente (CRIAAD), situado em Nova Iguaçu, pertencente ao Departamento Geral de Assuntos Socioeducativos (DEGASE) do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2015 e 2018. Inicialmente, para compreensão do leitor, foi feito um breve levantamento legislativo, a partir do período republicano, sobre tipificações de crimes/contravenções em sua interceção com classe e raça; em seguida há a exposição de um histórico sucinto da evolução do direito penal juvenil no Brasil e das instituições destinadas à execução das medidas socioeducativas. Além de contextualizar historicamente o interlocutor, este texto se propõe a analisar e discutir culturas dos jovens em conflito com a lei, que sejam moradores de comunidades da Baixada Fluminense e estejam em cumprimento de medida de semi internação no CRIAAD. Mais do que questionar os padrões pré estabelecidos pela hegemonia no que tange a linguagem, comportamento e culturas, este artigo se propõe a questionar a criminalização da cultura marginal, o potencial criativo existente na marginalidade e os usos das leis como uma ferramenta de seleção do que será, ou não, legitimado.

Palavras-chave: jovens em conflito com a lei, marginalidade, cultura.

Abstract: This article is the result of a field research carried out at the Integrated Resource Center for Child and Adolescent Care (CRIAAD), located in Nova Iguaçu, belonging to the General Department of Socio-Educational Affairs (DEGASE) in the state of Rio de Janeiro, between the years 2015 and 2018. Initially, for the reader's understanding, a brief legislative survey was made, from the Republican period, on typifications of crimes / contraventions in their interception with class and race; the following is a brief history of the evolution of juvenile criminal law in Brazil and of institutions for the implementation of socio-educational measures. In addition to historically contextualizing the interlocutor, this text proposes to analyze and discuss cultures of young people in conflict with the law, who are residents of communities in the Baixada Fluminense and are in compliance with the measure of semi-hospitalization in CRIAAD. More than questioning the pre-established patterns of hegemony in terms of language, behavior and cultures, this article proposes to question the criminalization of marginal culture, the creative potential of marginality, and the use of laws as a tool for selecting what will be legitimized.

Keywords: young people in conflict with the law, marginality, culture

De acordo com o artigo 399, do código criminal republicano (1890), constituiria crime “deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes”.¹ É necessário ressaltar que esta cominação legal atinge direta e amplamente crianças e jovens abandonados (expostos, vadios), bem como a população negra recém liberta, transformando em crime ser negro, ser menor abandonado ou ser um adulto livre pobre sem moradia. Chegando a ser incoerente, visto que o problema da “ociosidade” negra àquela época foi fruto da própria política do Estado, baseada durante séculos em uma sociedade escravocrata e excludente, onde o negro escravizado sempre esteve à margem do sistema de garantias, bem como excluído do sistema de oportunidades, tendo suas chances de mobilidade vertical ascendente reduzidas a números ínfimos.

Analisando a partir desta perspectiva, parece-nos que o encarceramento da juventude negra foi, desde sempre, um projeto de estado, que acirrou o que Michel Foucault chama de “guerra social”, de ricos contra os pobres, de proprietários contra os que não possuem nada.² Outra forma de criminalização da população ex escrava trazida pelo referido dispositivo legal, foi a tipificação do crime de “Capoeira”, em seu artigo 402, bem como os seguintes

Ao refletirmos sobre a letra da lei no que tange ao crime de capoeiragem, percebemos enormes lacunas, brechas à subjetividade do julgador, que abrem espaço para uma facilidade no enquadramento do sujeito ao tipo legal, como por exemplo, na definição de “instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal”, onde a redação deixa aberta uma definição na qual, de acordo com a cabeça do julgador, poder-se-ia considerar um berimbau um instrumento apto a produzir uma lesão corporal. Outro exemplo da brecha à subjetividade do julgador é a passagem “provocando tumultos ou desordens”, onde de acordo com essa redação, poderia ser considerar como tal uma aglomeração de pessoas cantando e participando de uma roda de capoeira em local público; temos ainda outro exemplo no trecho “ultrajar o pudor público”, onde praticar a capoeira sem camisa, por exemplo, em um país com clima tropical, poderia ser um ultraje à moral e aos bons costumes. Percebemos, assim, um esforço público legal, neste período republicano, no que se refere a criminalização da população negra, seja através de seus costumes, sua cultura, suas crenças ou de suas desgraças.

No que tange a idade penal, o Código Criminal Republicano previa, em seu artigo 27 parágrafo primeiro, a inimputabilidade total do menor de nove anos completos, não havendo portanto, possibilidade de responsabilização criminal dos atos cometidos por este. Tratamento igual era dado ao infante com idade compreendida entre 9 e 14 anos, cujos atos tivessem sido cometidos sem discernimento (artigo 27, parágrafo segundo). Às crianças com idade entre 9 e 14 anos, cujo ato delitivo tivesse sido cometido com discernimento, se aplicaria pena de recolhimento a estabelecimento disciplinar industrial, pelo tempo que o juiz julgasse necessário, não podendo exceder a idade de dezessete anos (artigo 30). Aos adolescentes com idade compreendida entre 14 e 17 anos, aplicar-se-ia a pena como se estes fossem cúmplices, ao invés da pena destinada ao autor do fato, ainda que estes o fossem (artigo 65). É válido ressaltar que apesar de existir isenção da responsabilidade penal para determinadas crianças, conforme explicado, ainda assim persistia a responsabilidade civil destes.

Na perspectiva de uma preocupação com a ordem social, onde crianças abandonadas nas ruas, entregues à mendicância, assim como os vadios, eram uma ameaça a uma sociedade que se tentava construir de acordo com os padrões das sociedades mais “desenvolvidas” da época, o

1 BRASIL (1890). Código Criminal da República Federativa do Brasil. Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em: agosto de 2016.

2 FOUCAULT, Michel. A sociedade primitiva. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 21.

Código Criminal de 1890 veio para tentar limpar, ou melhor dizendo, esconder o que se tinha como mácula a uma pretendida sociedade limpa e perfeita.

Neste sentido, nutria profunda preocupação em extirpar das ruas as prostitutas, os mendigos, os vadios, os negros e as crianças abandonadas. Merece especial atenção este último grupo, tendo em vista que à época disseminava-se o discurso de que as crianças eram o futuro da sociedade, logo se fazia necessário torná-las úteis desde cedo, disciplinando-as, para que não se destinassem à vadiagem, nem à delinquência quando em idade madura.

No período da República, as normas destinadas a tutela de menores, ratificava a idade penal aos quatorze anos de idade, conforme previa a Lei 4242 de 1921, onde antes desta idade estava o menor considerado como ser inimputável, não podendo ser submetido a qualquer tipo de processo, e para os autores ou partícipes com idade compreendida entre 14 e 18 anos haveria um processo penal diferenciado, de acordo com as peculiaridades de um indivíduo ainda em formação. É necessário que atentemos para algumas contradições deste dispositivo, como aquele que se mostra claramente no artigo 73, que autoriza o juiz a estabelecer medidas ao menor, ainda que este seja julgado inocente, dispondo que poderia a autoridade julgadora desde entregar o menor aos pais ou tutor ou pessoa encarregada da sua guarda, até sujeitá-lo a liberdade vigiada.

Conforme disposto acima, fica evidente um antagonismo com a ideia de tutela da infância, tendo em vista a aplicação de medida judicial, à qual ficaria o menor condicionado, ainda que tenha sido provada sua inocência em um processo penal diferenciado. Ora, se não houve conduta típica, ilícita, e/ou culpável por parte do indivíduo, por que motivo estaria este sujeito ao cumprimento de uma medida legal?

Dando continuidade a este procedimento de evolução do pensamento na direção da tutela dos direitos da criança e do adolescente, surgiu durante o Governo Getúlio Vargas a regulamentação do Instituto Sete de Setembro, o qual, de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 21.518, de 13 de Junho de 1932, destinava-se a “recolher em depósito, por ordem do juiz de Menores, até que tenham conveniente destino, autorizado pelo mesmo juiz, os menores abandonados nos termos da lei”, apesar de no artigo primeiro estar prescrito que o instituto destina-se a menores abandonados, há a previsão, neste mesmo decreto, de que também poderiam ser enviadas para lá crianças e adolescentes consideradas delinquentes a fim de que permanecesse apenas o tempo necessário à observação médico-psicológica, o que na prática nem sempre era cumprido.

Para conter o processo de marginalização e aumento de criminalidade infanto juvenil, bem como para atender aos interesses das instituições supra citadas nos estados, criou-se, em 1967, através da Lei 1534 de 27 de novembro, a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor FEBEM. Essa instituição era destinada a prestar assistência ao menor na faixa etária de 0 a 18 anos no Estado da Guanabara, com finalidade específica de executar as diretrizes constantes no PNBEM. As FEBEMs tinham como objetivo recolher estas crianças e dar-lhes condições para se integrarem à sociedade, executando a política nacional. Nesta mesma época foi criada a Fundação Fluminense de Bem Estar do Menor – FLUBEM, com a mesma finalidade da FEBEM, cuja área de abrangência era o Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado de Serviço Social.

Sobre estas duas últimas instituições criadas, também é necessário analisar seu momento político de criação, a fim de que enxerguemos as ideologias constantes em sua gênese. Estas nasceram em 1967, às vésperas do Ato Institucional Número 5, que instaurou no Brasil um

período sombrio e trágico no que se referem a liberdades individuais, direitos humanos, segurança jurídica e a ordem democrática como um todo.

Desta forma, parece-nos muito clara a disparidade entre as garantias e tutelas que serviam de fundamentação para estas instituições e as práticas cotidianas que eram executadas em desfavor dos menores. Muitas foram as denúncias contra Febem e Flunabem, os relatos de tortura, ameaça, condições insalubres, falta de estrutura, e o péssimo serviço prestados aos menores, bem como o descaso com os funcionários. Não eram raras as notícias em jornais a respeito de rebeliões, fugas em massa e homicídios ocorridos em suas propriedades.

Em 1979, ano em que se comemorava o Ano Internacional da Criança, a Lei de número 6697 institui a Doutrina do Menor em situação irregular, em substituição ao Código Mello Mattos. Esta recém-criada legislação não promovia alterações significativas a ponto de interferir organicamente para a solução do problema.

De acordo com a definição legal, menor em situação irregular, termo copiado da Legislação Espanhola de 1918, era muito mais o menor pobre e desprovido de privilégios do que o menor em conflito com a lei.

Através desta disposição poderia o juiz fixar regras, imposições, mandamentos e penalidades que ele julgasse necessárias para a proteção e vigilância do menor, ainda que estas não existissem no conjunto jurídico vigente, tendo assim até mesmo o poder de “legislar” e a discricionariedade em impor normas de acordo com o seu entendimento e seus critérios a cada caso concreto, inexistindo, desta forma, segurança jurídica ao menor que era entregue ao bel prazer ao poder discricionário do juiz no seu tratamento.

A Lei Federal número 8069 de 09 de setembro de 1990, estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no intuito de adaptar os estatutos da já existente FEEM à nova Lei Federal – ECA-, o governo do estado do Rio de Janeiro (Governador Moreira Franco), através do decreto 15950, aprovou os novos Estatutos da Recanto – Rede Estadual de Serviços para a criança e o adolescente, passando a FEEM a denominar-se Fundação Recanto, tendo em vista o fato de que a nomenclatura “menor” havia sido substituída nos diplomas legais pela nomenclatura “criança e adolescente”.unciar que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.”

Neste mesmo ano houve, também, a criação dos CRIAM's (Centro de Recursos Integrados e Atendimento ao Menor) que nasceram em função do projeto de descentralização do atendimento à criança e ao adolescente, por conta do início da transferência de gestão da matéria do Governo Federal para o Estadual, e que posteriormente passaram a se chamar Centro de Recursos integrados de Atendimento a Criança e ao Adolescente (CRIAAD), estabelecimento onde a pesquisa que deu origem a este artigo se desenvolveu. Em 1990 o poder executivo federal decreta que a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 28 de 14 de setembro de 1990, a qual entrou em vigor internacional em 02 de setembro de 1990, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Se considerarmos o termo cidadania como o gozo de plenos direitos e deveres civis, políticos e sociais e a função da socioeducação como sendo a de preparar o adolescente em conflito com a lei para este exercício, passamos a entender que é, também, função do sistema em questão trabalhar com este jovem o tema da diversidade etnicorracial e diversidade cultural, tendo em vista ser o direito constitucional à igualdade (artigo 5º) e ao pleno exercício dos direitos culturais (artigo 215), uma reflexão da cidadania, assim como o direito a conhecer

suas origens, expressar-se artisticamente, professar uma religião e não ser discriminado por raça, cor ou pertencimento religioso. Partindo deste princípio analiso que esta discussão se torna importante, tendo em vista os índices crescentes de encarceramento da juventude negra e periférica, bem como o seu extermínio. É necessário que entidades que trabalham com populações privadas de liberdade (ou semiprivadas) estejam em constante contato com estes temas, que se encaixam no rol de direitos humanos

Sendo a cultura um espelho da forma de viver de determinada sociedade, tem grande ingerência em sua construção de subjetividade, apresentando-se, portanto, como fator de empoderamento da identidade coletiva e, também, de desenvolvimento humano.

O empoderamento da juventude negra e periférica encarcerada é essencial para sua autoestima, sua representatividade, para que se apropriem de sua identidade étnico racial, para que valorizem e cobrem que o outro valorize suas manifestações culturais, para que se reconheçam enquanto produtores de cultura. Tomar conhecimento de sua história, sua cultura, suas origens e reconhecer em tudo isto valor é de suma importância para que haja um reajuste social. Tratar o seu encarceramento e a criminalização de suas expressões culturais como um problema ligado a questões raciais históricas é fundamental para que superem esta condição para a qual foram histórica e socialmente empurrados.

Partindo da ideia de que em todas as sociedades, em qualquer que seja a época, há um sistema central de condutas, significados e valores, que se apresentam como dominantes, podemos perceber que as manifestações culturais provenientes de periferias são frequentemente questionadas, criminalizada e por vezes desqualificadas pela classe social dominante, que através de determinados aparelhos e processos dita as margens do que vem a ser considerado cultura ou não.

Considero o funk, o linguajar marginal, o campo semântico próprio construído por estes jovens, através de ressignificação de palavras e criação de outras como sendo uma cultura de resistência aos padrões de comportamento, moralidade e linguagem impostos pela hegemonia. Para tanto, levaremos em consideração o que se chama de “*tradição seletiva*” (Raymond Williams, 2005), ou seja, de que forma determinadas manifestações culturais, padrões de conduta e linguagens se legitimaram como sendo o que se espera de um “homem médio” e de que forma foi feita a seleção, dentro de um vasto campo de possibilidades, de determinados significados e práticas que se tornam “representação oficial” de um todo, que deve ser lembrado, repassado e cobrado como tradição, ao passo que outros são negligenciados, excluídos e até mesmo criminalizados.

Ao longo de três anos desenvolvendo atividades de extensão universitária e pesquisa neste local com jovens socioeducandos, pude perceber que a forma como falam, dançam, andam e até mesmo a forma como se vestem e cortam seus cabelos é um demarcador do local de onde vieram e do grupo ao qual pertencem. Seu vocabulário possui significados próprios, muitas vezes impossíveis de se traduzir caso você não pertença ao grupo. Um exemplo disto é o termo “FÉ EM DEUS”, utilizado somente por membros do comando vermelho ou pessoas que pertençam ao grupo onde este se apresenta. O simples fato de se falar “DEUS É FIEL” no lugar de “FÉ EM DEUS” é capaz de identificar se o falante vem de um local onde há a presença do C.V ou de outro local, cuja facção presente é outra. A forma como se dança o funk também é identitária. Segundo os adolescentes, há passos que são específicos de determinada comunidade, podendo identificar a origem do dançarino apenas por olharem a forma como ele dança.

Outro exemplo são os cortes de cabelo. É impressionante como os jovens do CRIAAD Nova Iguaçu usam sempre o mesmo corte de cabelo, artística e milimetricamente feito nas

comunidades, com nomes próprios (soldadinho, talibã, entre outros). Ao serem indagados sobre o que significavam os cortes de cabelo que eles usam, prontamente responderam: “*é o corte lá da comunidade, tia.*” Continuei indagando e me responderam que o corte de cabelo que eles utilizam é sempre o “*da moda da comunidade*”. Todos os jovens que se encontram no local da pesquisa, que são provenientes de comunidades dominadas pelo Comando Vermelho na Baixada, usam o mesmo corte. De tempos em tempos a moda se altera no seio destes locais, mas sempre vinculam grande parte dos jovens oriundos de lá (independente de sua vinculação com facção criminosa), que adotam a moda ditada por sua comunidade como sendo um padrão de beleza e um demarcador de identidade com o grupo.

A forma como andam e se vestem também se faz de forma bastante específica. Existe um gingado no andar, uma forma como mexem os braços ao andarem que é algo bastante peculiar e, diga-se de passagem, bastante bonito de se ver, é quase um desfile. Há marcas que são muito desejadas por eles e por isso são facilmente associadas à sua facção. É importante ressaltar que a estética para eles possui muita relevância. Em todos os anos trabalhando com o grupo, sempre que é dia de atividade no local todos chegam cheirosos, bem vestidos (de acordo com a moda do seu local de origem) e com cabelos sempre muito bem desenhados. Muitos, inclusive, se atrasam para o início das atividades visto que fazem questão de tomarem banho e se arrumarem para participarem do encontro.

A respeito do que foi exposto acima vale ressaltar que todos os agentes socioeducativos (servidores responsáveis pela manutenção da ordem da unidade) ao serem questionados sobre se conseguiam identificar um jovem do C.V fora do seu local de trabalho responderam que sim. Nas palavras deles “*ganso tem cara, tem jeito de andar, tem corte de cabelo específico, jeito de falar e de se vestir. Eles são todos iguais.*” Ganso é a nomenclatura dada por policiais e agentes socioeducativos a “*marginais*”. A partir disso podemos perceber claramente que a forma como esses jovens se portam e se apresentam esteticamente é levemente associada a criminalidade. As identidades e culturas periféricas são subjugadas de tal forma que o simples fato de alguém comungar dos mesmos gostos por vestimentas, cortes de cabelo, preferência musical, forma de andar e falar, já é estigmatizado como sendo criminoso.

Outro ponto importante a se destacar são as músicas por eles ouvidas e muitas vezes produzidas e escritas, geralmente do gênero funk. O funk ouvido comumente é o produzido em sua comunidade (ou comunidades com as quais possuem “*bom relacionamento*”), difundido no local pelo boca a boca, pelos bailes e pela internet, dificilmente popularizado para quem não comunga da mesma realidade. Há quem chame de “*proibições*”, em um esforço de se criminalizar sua produção cultural e rebaixá-la a um status de “*não cultura*”.

O que observo nas letras trazidas pelos meninos são fortes críticas sociais, aliadas ao que chamo de crônica de seu cotidiano e exaltação de suas vivências. Muitos falam, sim, da guerra do tráfico, das atividades das facções, da hiper sexualização, no entanto isso nada mais é do que cantar o cotidiano no qual estão inseridos. Pode parecer absurdo o paralelo a ser feito, mas assim como muitos cantores da considerada Música Popular Brasileira (MPB) e da própria Bossa Nova retrataram em suas canções seu cotidiano branco, classe média, regado a imagens da Zona Sul carioca, embebidos e mergulhados nas suas rotinas comuns à hegemonia, os cantores/M.C's de comunidades retratam a imagem que veem através de sua janela. Nem sempre estes retratam e exaltam condutas consideradas criminosas, visto que a favela não se faz somente disto. No entanto são quase sempre chamadas de proibições as músicas por eles cantadas, independente do que se canta, importando apenas quem o fez e de onde se vem. Se uma música com uma letra qualquer é feita por um MC que canta músicas que exaltem o tráfico,

ela será um proibidão. Como um exemplo disso temos uma música do MC ORELHA(2014)³, intitulada Não Vai ter Copa, que apesar de não possuir em sua letra apologia ao crime, esta música é classificada como um proibidão.

Nos resta, então, uma dúvida: o proibidão é a apologia ao crime ou o que é proibida é a poesia de um poeta marginal? A criminalização é da tipicidade do fato, ou do seu executor? Há de se pensar nestas questões, levando em consideração fatos históricos legais, como por exemplo o fato de até pouco tempo atrás o samba e a capoeira serem considerados contravenções penais pelo direito criminal pátrio. É necessário refletirmos sobre tal assunto tendo em mente que existe um potencial criativo e propulsor da engrenagem social na transgressão, na marginalidade. Atentemos ao fato de que a sociedade que cria as leis é, ao mesmo tempo, a que cria o criminoso, que apela e se deleita por um maior encarceramento, ou pena de morte, ou existencia de trabalhos forçados dentro do sistema carcerário, mas que critica a não liberdade, critica a escravidão e defende a vida e se diz dentro da lei. Sociedade que não considera o funk proibidão como manifestação cultural, mas que o toca para se divertir em festas, apesar de não admitir que há nisto potencial criativo e produção cultural. Sociedade que enxerga e considera cultura como sendo apenas a produção de determinado grupo econômico-social, ou de outros grupos desde que se adeque a determinados padrões estabelecidos pela hegemonia, mas que se diz garantidora e defensora da Constituição Federal (artigo 215 e 216) vigente, que garante a todos e todas, sem exceção, o direito a produzir e consumir cultura. Não seria um paradoxo?

Como não pensar que os transgressores de hoje, que são considerados transgressores por leis que foram criadas, muitas vezes, em outra geração, contexto, classe social diferente, não poderão ser os precursores de uma mudança necessária no pensamento econômico-jurídico-social brasileiro? Porque reduzir o SER, em sua existência, a apenas aquilo que se pode ver, quantificar, racionalizar, padronizar?

Apenas para exemplificar todo o pensamento construído neste trabalho, podemos pensar que possuímos um código penal que foi criado em 1940 e que ainda está vigente, apesar de ao longo destes anos ter sofrido algumas alterações. Se pararmos para analisar, a sociedade de hoje não é a mesma da década de 40, por isso a ideia de que a lei é algo que deve congelar a sociedade, estar acima de todos e ser aplicada à coletividade de forma igual, é uma ilusão. Temos no título IX deste conjunto de normas penais um título denominado “Dos crimes contra a paz pública” que prevê que incitação ao crime (artigo 286) e apologia de crime ou criminoso (artigo 287), deve ser punido com pena de detenção de 3 a 6 meses ou multa. No entanto, esta norma não descreve que fatos devem ser enquadrados, ficando a cargo das autoridades competentes definirem que condutas se enquadram neste comando legal de 1940. Assim, podemos perceber que o agente do Estado que fará este trabalho, o fará de acordo com as suas próprias convicções, crenças, padrões de moralidade, identidades e culturas a qual pertence, o que dá margem a uma extrema subjetividade, que pode julgar como criminoso, por exemplo uma cultura, como vemos ocorrendo com as representações culturais de periferias, onde o funk “proibidão” vem sendo considerado por muitos como um delito enquadrado nestes dois artigos, quando na verdade, se analisarmos à luz de tudo o que foi discutido, nada mais é do que uma realidade cantada, uma manifestação cultural que canta o cotidiano de determinado grupo social, não algo que deve ser considerado criminoso.

Por isso dizemos que a lei é castradora e não reconhece no “criminoso” um potencial criativo, posto que tenta padronizar condutas, pensamentos, identidades. Pensando bem, ela não só é castradora, mas também é um instrumento de seleção nas mãos de uma sociedade elitista, produtivista e que criminaliza a pobreza.

3 Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/mc-orelha/nao-vai-ter-copa.html> Acesso em: março de 2018

REFERÊNCIAS

BARROS, José Márcio. "Diversidade Cultural e Desenvolvimento Humano – Curso de Gestão e Desenvolvimento Cultural Pensar e Agir com Cultura, Cultura e Desenvolvimento Local 2007"

BRASIL. (1990). Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em fevereiro de 2017

_____. (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília:

CONANDA e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Disponível em:

<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-2013>. Acesso em: Fevereiro de 2017

_____. (2012). Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília: Presidência da República.

_____. (2013). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Presidência da República.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade primitiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 21.

HEYWOOD, C. *Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 284.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JUNIOR, Alceu. Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 476 p. ISBN 85-203-2266-2

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista . **Revista USP**, Brasil, n. 66, p. 209-224, aug. 2005. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448>>. Acesso em: 16 apr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i66p209-224>.

SÃO JOÃO MARCOS, MEMÓRIA EM PERSPECTIVA FOTOGRÁFICA

PEDRO VALLE SOUZA

Mestrando do Programa PPGPACS/ UFRRJ

<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgpacs>

RESUMO

O presente trabalho procura, estabelecer paralelos sobre a destruição e submersão da cidade de São João Marcos, e através da fotografia trabalhar lugares de memória em relação a cidade, que em um momento do século XIX, tinha importância relevante para o País, e pouco mais de meio século depois passa a ser esvaziada de significado e de importância para o Estado Brasileiro. Mesmo que por sua relevância de seu raro exemplo de conjunto arquitetônico Colonial tenha sido tombado pelo SPHAN em 19 de maio de 1939. O objetivo principal desse trabalho é tentar compreender como a memória a partir dos registros fotográficos podem revigorar ou estabelecer laços importantes com o passado e a realidade cotidiana da cidade de São João Marcos. Utilizando metodologias de análise fotografia em um trabalho historiográfico, compreender e interpretar os registros fotográficos e as representações da cultura de São João Marcos.

Palavras-chave: Patrimônio, Memória, Século XX, História, São João Marcos.

ABSTRACT

The present work seeks to establish parallels on the destruction and submersion of the city of São João Marcos, and through photography work places of memory in relation to the city, which in a moment of the nineteenth century, had relevant importance for the country, and little else of half a century later it becomes emptied of meaning and importance to the Brazilian State. Although for its relevance of its rare example of Colonial architectural set was dropped by the SPHAN on May 19, 1939. The main objective of this work is to try to understand how the memory from the photographic records can invigorate or establish important ties with the past and the everyday reality of the city of São João Marcos. Using methodologies of photography analysis in a historiographic work, to understand and to interpret the photographic records and representations of the culture of Saint John Mark.

Key-words: Heritage, Memory, 20th Century, History, St. John Mark.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura, através da análise de documentação e principalmente de fotografias, estabelecer paralelos sobre história da cidade fluminense de São João Marcos\ RJ, destruída por um projeto de submersão do conjunto arquitetônico urbano, em 1940, e os seus 'lugares de memória' - construídos entre as décadas de 40 e 60 do século XX - lançando luz sobre a importância desta cidade no ciclo cafeeiro do século XIX, a partir de um resgate da memória Marcossenses.



Fotografia 1: Clube Social e Escola (Antiga casa do Capitão Mor). Fonte: Arquivo Público de Pirai - RJ.

Apesar da relevância de seu conjunto arquitetônico colonial, tombado pelo SPHAN em 19 de maio de 1939, teve sua proteção revogada pouco após, pelo então presidente Getúlio Vargas em 3 de junho de 1940, com a justificativa de progresso da nação. O objetivo principal desse trabalho é, estabelecer contato com a história dos Marcossenses em suas relações com sua cidade, que abrangem o religioso, o político, a terra, as descendências, o vivido e, a memória, debatendo com a história oficial sobre a cidade de São João Marcos, difundida pelo governo Getúlio Vargas e posteriormente pelo Instituto Light. Junto a isso, compreender o viés político responsável pela ação de destruição da cidade junto com a discussão sobre o Decreto Lei 3.866 de 1941, que versa sobre o destombamento, e suas implicações na questão da imortalidade do patrimônio nacional. A cidade de São João Marcos tendo em vista essas características específicas de seus processos de tombamento e destombamento torna-se, um exemplar único a ser estudado. Ainda refletir e analisar o ostracismo econômico vivido pelo Vale do Paraíba fluminense, do período que vai do pós-guerra (1946), até o golpe militar (1964), que tem como única exceção a instalação da siderúrgica nacional em Volta Redonda.

Diante, contudo, da crise da cultura de café na região fluminense, dos avanços dos transportes e da abertura de outros caminhos para a capital, a cidade de São João Marcos perdeu gradativamente importância. Assim, a cidade que no final do século XIX abrigava cerca de 18 mil moradores chega à década de 1920 com apenas 7.400.

É apenas partir da década de 1930 que o Estado brasileiro passa a se preocupar com a preservação do patrimônio histórico artístico e cultural da nação, por intermédio do SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), assim será tombado o centro histórico da cidade de São João Marcos em 19 de maio de 1939, ano do bicentenário de sua criação.

Após o ato de preservação da cidade, no ano seguinte ao tombamento, o mesmo foi revogado pelo Decreto nº 2.269, de 3 de junho de 1940, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de ampliação do reservatório de Ribeirão das Lajes\RJ, no qual se produzia energia elétrica e por meio do qual se abastecia de água parte da Capital. Isso tudo na contramão do laudo lavrado à época pelo SPHAN, que considerava seu centro histórico um raro exemplo da arquitetura colonial em forma intacta.

Demolida e devastada, a cidade foi desocupada de forma rápida e mesmo violenta entre os anos de 34 e 40 do século XX, sem preocupação com a população que ali vivia, que foi em parte indenizada, noutra simplesmente expulsa. Seus prédios públicos, igrejas e casas foram demolidos, com a justificativa de se facilitar a invasão das águas, mas a cidade nunca foi completamente submersa. Sua Igreja Matriz de São João Marcos, por exemplo, se não tivesse sido demolida, ainda estaria intacta, pois as águas não chegaram a tomá-la. Uma cidade que no período imperial teve importância indiscutível para a monarquia brasileira, com o advento da República foi flagrantemente esquecida, culminando em sua demolição em 1940.



Fotografia 2: Enchente de 1936. Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ

Houve, no caso de São João Marcos, descaso com a memória, a história e o patrimônio físico e imaterial de seus habitantes que tiveram que migrar da cidade, e com a história nacional. Não teria sido a destruição de São João Marcos parte de um projeto político para a nação? Este trabalho pretende discutir essas questões e desmistificar algumas teorias a respeito da destruição de São João Marcos. Para tanto, no presente trabalho a metodologia a ser aplicada é o método hipotético dedutivo, assim, pretendemos analisar principalmente a documentação iconográfica e inventários dos arquivos que foram fragmentados entre as cidades que a cercavam, onde não se teve a preocupação de manter uma unidade e preservar essas memórias. No ponto em que este trabalho se encontra, passamos em revista pelo levantamento bibliográfico, em especial atentos à monografias especializadas e documentação primária, bem como fotos de época advindas de arquivos pessoais. Para além da documentação citada,

mapeamos também os testemunhos de remanescentes da cidade nas regiões circunvizinhas, procurando gradualmente estabelecer contatos para que no futuro venham a se tornar fontes de nossas pesquisas.

COMO PENSAR A CIDADE

Como forma de orientar minha análise, destacam-se os trabalhos de Dilma Andrade de Paula e Maria Amália Silva Alves de Oliveira. Os trabalhos dessas autoras são o ponto de partida desta pesquisa. Para dar sentido a análise, e a utilização dos registros visuais e sua interpretação farei uso dos livros, *“Fotografia & História”*, de Boris Kossoy, e *“Significado nas Artes Visuais”*, de Erwin Panofsky. São esses autores que vão fornecer métodos e novas perspectivas para estabelecer um paralelo da dualidade passado/presente, nas imagens relativas a cidade de São João Marcos.

Em *A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)* (1994), Dilma Andrade de Paula conta com detalhes como foi o processo de alagamento da cidade para dar lugar à represa de Ribeirão das Lajes. No trabalho de Paula, ela escreve sobre uma possível reconstrução da cidade, *“Várias promessas foram feitas, muitos decretos foram assinados com o objetivo de garantir a reconstrução da cidade em outro local o mais próximo possível do antigo território. A questão, no entanto, nunca foi resolvida.”* (PAULA, 1993, p.54).

A partir da leitura feita por Paula, me parece apropriado o conceito de memória proposto por Marieta de Moraes Ferreira;

A memória [...] não deve ser vista apenas como um repositório de dados sobre o passado. Ao contrário, ela é uma força ativa, dinâmica, seletiva, que define o que se deve esquecer e o que se deve lembrar do passado, e é também um instrumento e um objeto de poder. A memória não é neutra e é recuperada sempre em função das demandas do presente. Assim, falar de memória significa ter em mente uma relação que envolve o passado, o presente e o futuro (FERREIRA, 2013, p. 87).

Nesse artigo tratarei mais especificamente dos registros visuais, que mostram a vivacidade de São João Marcos, seus edifícios históricos Neocoloniais, suas festas, seu cotidiano. Refletindo sobre o desdobramento, do projeto político-econômico do governo brasileiro para aquela região.

Na procura de outros textos sobre o assunto encontramos o artigo *“Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento”* (2010), de Leda Agnes Simões de Melo, cuja preocupação é analisar o processo de tombamento do centro histórico de São João Marcos pelo SPHAN e seu rápido destombamento para outros fins. A autora procura demonstrar por meio do processo de tombamento e seu posterior cancelamento pelo governo Vargas, que, no Brasil, o *“progresso”* e a política colocam-se à frente da consciência de preservação do patrimônio nacional e do poder que emana dos órgãos protetores, sendo a demanda de produção sempre de maior importância na hora de determinar uma solução. Outro trabalho que versa sobre o assunto é de Ana Gabriela dos Santos Oliveira, intitulada *Políticas de tombamento de patrimônio histórico: São João Marcos* (2016). Seguindo na busca acerca da literatura sobre São João Marcos, encontrou-se ainda a tese *Turismo e patrimônio: elaborações simbólicas e memoriais no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (RJ)* (2014), de autoria de Maria Amália Silva Alves de Oliveira, que também nos brinda com os artigos *“Folia de Reis em São João Marcos (RJ): aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização”* (2014) e *“Conflitos e disputas pela memória: as ruínas de São João Marcos”* (2014). Partindo

de sua tese de doutoramento, Maria Amália vai destrinchar diferentes vertentes sobre o processo de destruição da cidade de São João Marcos e seus impactos na sociedade da época e, posteriormente, a resignificação proposta com a criação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Um último trabalho que deve ser levado em consideração sobre a cidade de São João Marcos é *São João Marcos – patrimônio e progresso* (SERRA, 2011), feito em parceria entre o Instituto Light e o Instituto Cultural Cidade Viva, lançado no mesmo ano da abertura do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos pelo Instituto Light. Salta sobre os olhos que em nenhum momento o livro discute se existiam outras hipóteses para a demolição da cidade e seu alagamento, de forma que parece haver um alinhamento com a história oficial que vem sendo contada através dos anos segundo a qual o único e exclusivo motivo do ocorrido foi o crescimento da capital e o aumento da demanda de produção de energia e de água para a então capital do Brasil, o Rio de Janeiro, tudo em nome do progresso da nação. Suspeita-se que, submersas nessa “história oficial”, existem outras influências que devem ser levadas em consideração. Para aprimorar minha análise recorro ao recurso visual.

Assim a fotografia possibilita entrever a formação destes lugares e suas problemáticas a partir de um olhar que se distancie das imagens homogêneas e límpidas celebradas tanto pela publicidade quanto pela gestão oficial do patrimônio, problematizando questões, mas sem que negue o ponto de vista subjetivo do pesquisador diante destes cenários. A escolha dos objetos de pesquisa parte assim de uma posição metodológica e de um olhar sobre o espaço urbano enquanto produto das relações sociais - tentando superar com isso o olhar técnico sobre o espaço concebido que enfatiza unicamente nuances de estilos arquitetônicos ou as delimitações urbanísticas.

Desta forma, Panofsky (2007) explica que as imagens são parte de uma cultura e, para serem compreendidas, é preciso adentrar nessa cultura. Desta forma, a imagem pode expressar não somente uma ideia, mas toda uma concepção de mundo - as imagens devem ser compreendidas como um documento histórico.

A cidade para sua época era extremamente estruturada, uma boa descrição foi feita por Franciele Aleixo no jornal online “A voz da cidade”:

São João Marcos era uma cidade formada por uma dezena de ruas, três largos e algumas travessas. A área urbana era composta de casas de construção térrea e sobrados neoclássicos e o calçamento feito de pedra de cantaria. Tinha prefeitura, câmara municipal, cadeia, duas escolas públicas, agência de correios, hospital, duas igrejas (Matriz de São João Marcos e Nossa Senhora do Rosário), dois cemitérios, teatro (São João Marcos, mais tarde também conhecido como Tibiriçá), estação meteorológica, time de futebol (Marcossenses F.C.), lojas de comércio e dois clubes (Marquense, frequentado pela elite; e o Prazer das Morenas, mais popular), com suas respectivas bandas de música. (ALEIXO,2017)

Somente a reflexão sobre como as políticas expansionistas da economia atropelaram qualquer tentativa de preservação vinda do então órgão responsável, o SPHAN, já justificaria uma análise sobre esse processo, tal como fez, por exemplo, Dilma Andrade de Paula, porem nesse artigo pretendo trabalhar a cultura e memória da população de São João Marcos através da fotografia, demonstrando a vivacidade da cidade e sua complexa estrutura para a época sendo ela referência na região Sul Fluminense.



Fotografia 3: Festejos de Aniversário da cidade 1935. Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

A importância da cidade para o Brasil no século XIX, era irrefutável, Como berço da expansão cafeeira no Vale do Paraíba, São João Marcos abrigou em suas terras os mais poderosos e abastados fazendeiros do País, entre eles lá viveu e emanou seu poder o Comendador Joaquim José Breves, considerado “o rei do café” no Brasil Imperial, e suas plantações abasteceram o mercado europeu do século XIX (Araújo, 2008; Beiler, 2001).

Quando no ano de 1905, a Light iniciou suas obras da usina de fontes em Pirai – RJ, a parte mais baixa da cidade e as maiores propriedades da área rural de São João Marcos seriam inundadas (Araújo,2008; Beiler, 2001). Dentre elas a fazenda da Olaria, a qual acolheu Dom Pedro, e cujo solar fora substituído por um novo palácio quando essa propriedade fora adquirida pelo comendador Joaquim Breves. A falta de cuidados sanitários fez proliferar a malária, antes restrita a algumas áreas isoladas da região, como Arrozal. A doença espalhou-se e tornou-se uma terrível epidemia, fazendo sucumbir milhares de pessoas nas cercanias da represa, sem alarde (Cabral, 2006; Paula, 1998a, 1996). O problema do progresso que de uma forma inebriante destrói a cidade fica visível nas palavras de Michel de Certeau.

Certeau entende que como algo que um dia foi de alguma forma pensado e mesmo que hoje pareça algo vivo, a própria cidade impõem a ela própria modelos de conhecer e construir o espaço, tendo como ele nos diz, base um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e interligadas. Vê como parte motriz no desenvolvimento das cidades a ideia de “progresso”, ainda que ele seja responsável por a miserabilidade da cidade e tenha muitas vezes uma ligação direta com a produção e o lucro, ele acaba sendo o principal modificador do espaço das cidades. (CERTEAU,1994, pp 21-31)

Na pesquisa serão desenhadas algumas hipóteses sobre como esse processo se deu e seus reflexos na sociedade Marcossenses e arredores. Para isso, coletar-se-ão depoimentos de ex-moradores e testemunhas, bem como de referências da mídia da época, assim como um aberto diálogo com os autores que já trataram do assunto. Assim, se faz necessário trabalhar com conceitos como identidade, memória, etnografia e patrimônio já esboçados anteriormente, e outros mais específicos, como “memória coletiva”, “identidade social”, “lugares de memória”, “tradição” e “Patrimônio cultural”, que, para uma melhor discussão, torna-se necessário esmiuçar; e, ainda, trabalhar com uma abordagem da História Oral e de estudos etnográficos.

Assim por meio da história visual de uma sociedade, as fotografias permitem o conhecimento de sua cultura material. Fragmento congelado de realidade, uma fotografia original é por si só um “objeto-imagem: um artefato no qual se podem detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido” (KOSSOY, 2012, p. 42.). No Brasil, sob o comando do então diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi feito, no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um amplo trabalho de documentação do que era considerado patrimônio nacional, principalmente, de bens relativos aos séculos XVI, XVII e XVIII, para justificar o seu tombamento. Além da consulta a documentos e da elaboração de levantamentos que contemplassem o histórico dos bens, sua descrição técnica, seu estado de conservação e suas referências bibliográficas, o trabalho era complementado com desenhos e fotografias. O que salienta a importância da utilização da fotografia no entendimento desse trabalho e no que cabe ao patrimônio nacional que deveria ter sido preservado em São João Marcos.

Diante da necessidade de compreender o fenômeno da demolição de São João Marcos por meio da memória, logo nos deparamos com o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs, segundo o qual existe um conjunto de lembranças que são compartilhadas por um grupo que as recupera, mesmo que alguns indivíduos (memória individual) desse grupo tenham essas lembranças fragmentadas, ou não mais as tenham, mantendo-as sempre vívidas.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. (HALBWACHS, 2003, pp. 42-3).

Desta forma é Pierre Nora, quando escreve o *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993), abordando o fato de que o compromisso de ruptura com o passado das sociedades modernas se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, criando lugares de memória onde as lembranças podem ser mantidas. Assim, ele problematiza a diferença entre história e memória e como os historiadores lidam com essa realidade e nos brinda com a definição desses lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notaria atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência à verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p. 13).

Por meio do entendimento de Pierre Nora, fica claro o problema da fragmentação da memória de São João Marcos – sua população perdeu todas as suas referências, sua igreja, seus clubes, os lugares onde aconteciam suas festas tradicionais, e não foi colocado nada em seu lugar, só um vazio que esmagou e esmaga a possibilidade de manter viva as lembranças dos Marcossenses em relação à sua cidade. Para Le Goff a ligação de memória e fotografia está no cerne dessa questão;

“Le Goff considera que o fenômeno da fotografia democratizou a memória, dando-lhe “uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2012, p. 446) “... que a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

É um elemento essencial da identidade, “individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p.469).

Para que essa memória não se perca, o conceito que melhor se aplica é o de “identidade social”, de Michael Pollak, que se refere à identidade pela qual o indivíduo se reconhece socialmente, indo de encontro à memória individual de Halbwachs, tratando do “problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias da vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de História Oral” (POLLAK, 1992, p. 1). Dialogando com isso trabalho a ideia de Panofsky que (2007) em sua metodologia aponta três atos para análise de imagem, sendo o primeiro a Descrição Pré Iconográfica, o segundo a Análise Iconográfica e o terceiro a Interpretação Iconológica. No primeiro ato se faz uma descrição das formas puras, no segundo uma análise de como os eventos representados na obra foram expressos por essas formas e no terceiro, que é uma interpretação mais subjetiva, faz-se uma síntese buscando a compreensão do significado da obra.

Desta forma Cancline nos prima com o seguinte reflexão; “A sociedade não se desenvolve apenas por meio da reprodução incessante do capital cultural hegemônico, nem o lugar das classes populares se explica unicamente pela sua posição subordinada. Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. As contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação entre estes setores em cada período.” (CANCLINE, 1990, p.97)

Tudo isso passa por um projeto de cultura e de identidade nacional que no caso de São João Marcos foi apagado, uma região que prosperou através do trabalho escravo, não cabe no imaginário do Brasil Republicano. Fica assim minha provocação. A construção identitária passa, então, pelo processo de produção de sentido, de “criação imagética” ... “Entendemos construção identitária na concepção de “imagem veiculada”, ou “projeção simbólica”” (CARVALHO, 2008, p.48). Desta forma identidade, cultura, patrimônio, território são elementos formadores dos significados que sustentam os objetos e as ações, através de uma relação mediadora por processos entre cultura e território, como ator e sujeito da relação de visitação (CARAS, 2004), em uma dialética entre concreto e abstrato, material e imaginário, profano e sagrado. O patrimônio traz, assim, em seu estatuto, uma articulação entre o passado, presente e futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de estabelecer laços com uma história que foi silenciada, o caso da Cidade de São João Marcos, acabo por re-viver memórias referente ao lugar de pertencimento, mais para além disso refutar de alguma forma ou ao menos levantar a discussão, a história oficial a história “que venceu”, e através da fotografia mostrar um pouco dessa história não oficial que foi apagada pelo Governo em nome do progresso.

Pretendi aqui discutir os trabalhos sobre a Cidade de São João Marcos, que norteiam todas as tragédias que a destruição da cidade causou, o desastre ambiental, a destruição de memória, o patrimônio de importância nacional. Esse trabalho se inseria como parte de minha dissertação de Mestrado, desenvolvido sobre vários aspectos referente a cidade de São João Marcos, não tenho a pretensão de nesse texto dar conta de toda dimensão a ser tratada sobre a relação de memória da cidade, que é o cerne do meu problema, mas desenvolvi com o uso do recurso visual(fotografia), uma certa gral de debate entre autores para fundamentar minha visão que a destruição da cidade não teve só uma visão economicista, mais um projeto de identidade e memória para o Brasil Republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

ALEIXO, Franciele. Jornal online “A voz da cidade”, <http://avozdacidade.com/2017/11/13>.

BEILER ACMIJB. *Cidades mortas: declínio econômico das cidades do médio Paraíba na província do Rio de Janeiro no ciclo café. Aspectos econômicos, históricos e sociais das cidades de Pirai, São João Marcos e Rio Claro no período de 1860 – 1900* [monografia]. Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda – UNIFOA; 2001.

BRASIL. Lei nº 2.269, 3 de junho de 1940.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Cidade. Revista do IPHAN. N. 23, 1994. PP.91-115.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Cidade. Revista do IPHAN. N. 23, 1994. PP.21-31.

CHOAY, François. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2001.

ESTILIANO, Eduardo Oliveira; ARAÚJO, Francisco Gerson. Da concessão Reid ao fim de São João Marcos (1899-1945). *Floresta e Ambiente*, v. 17, n. 2, jul. Dez. 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Aprendendo história – reflexão e ensino*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/Iphan, 2002.

HALBWACHS, Michael. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

INEPAC/Arquivo Central. Processo de tombamento nº 762/90.

IPHAN/COPEDOC/Arquivo Central. Processo de tombamento 183-T.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 4. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. _____. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia Einaudi, volume 1: Memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MELO, Leda Agnes Simões. *Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento*. XIV Encontro regional da ANPHN “Rio, memória e patrimônio”. UNIRIO, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do PPG-Hist./ Depto. História/PUC-SP*, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Ana Gabriela dos Santos. *Políticas de tombamento de patrimônio histórico: caso de São João Marcos* (monografia). Universidade Federal Fluminense. Angra dos Reis, 2016.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de Oliveira. *Memória, patrimônio e turismo: a biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos (RJ)* (tese). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Folia de Reis em São João Marcos (RJ): Aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização. *E-Cadernos CES* [online], v. 21, 2014. Disponível em: <<http://eces.revues.org/17911791>>. Acesso em: 9 out. 2017.

PANOFSKY. E. Significado nas Artes Visuais. Trad. M. C. F. Keese e J. Guinsburg 3^a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PAULA, Dilma Andrade de. Na contramão da utopia: a memória da destruição da cidade de São João Marcos. *Revista de História Regional*, v. 1, n. 1, jun.-set. 1996.

_____. *A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)* (dissertação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RAMOS. Josiane Nogueira; MACHADO. Rodrigo da Fonseca. *A destruição de São João Marcos: o fim de uma história*. Biblioteca Central UBM – Barra Mansa, 2007.

RÊGO. Oswaldo de Assumpção. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro - nº 14 - Subsídio para a História de Mangaratiba e São João Marcos. 1962.

SERRA, Mozart Vitor (org.). *São João Marcos: patrimônio e progresso*. Rio de Janeiro: Cidade Viva/Instituto Cultural Cidade Viva, 2011.

GT: 5 - Educação, diversidade e políticas de afirmação

Coordenadores: Shirlena Campos de Souza
Amaral e Patricia Teles Alvaro

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA COSTA DO SOL E OS DESAFIOS DA EQUIDADE DE GÊNERO

ADRIANA CORRÊA SILVA PORTO

*Professora do Curso de Comunicação da Faculdade Salesiana de Macaé (FSMA)
acporto@ymail.com*

MARCELLO RIELLA BENITES

*Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf)
marcellobenites@hotmail.com*

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito contribuir para uma sociedade mais equânime, promovendo o debate de questões que envolvem poder, gênero e preconceito. Iniciamos com um mapeamento da representação políticas das mulheres na região da Costa do Sol, onde vivem os dois pesquisadores em questão. A região compreende 13 municípios do interior fluminense, que foram acrescidos ainda de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro (capital). A ideia foi criar um Índice de Participação Feminina (IPF) na política que pudesse mensurar de forma mais clara o quão distantes essas 15 cidades - que estão ligadas pela proximidade e influência umas sobre as outras - estão de alcançar a equidade de gênero na política. Para tanto, contabilizamos o número de homens e mulheres em cargos eletivos no Executivo e no Legislativo em cada uma delas e na Região da Costa do Sol como um todo, a fim de comparar o IPF do interior com o da capital e, posteriormente, com os dados nacionais. Acreditamos que a partir desse mapeamento será possível refletir de modo mais profundo sobre os desafios da equidade de gênero e os caminhos para mudar esse cenário.

Palavras-chave: Mulheres. Feminismo. Política. Costa do Sol. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This research aims to contribute to a more equitable society and promote the debate of issues that involve power, gender and prejudice. We begin with a mapping of the political representation of women in the region of the Costa del Sol, where the two researchers in question live. The region comprises 13 municipalities in the interior of Rio de Janeiro, added by Campos dos Goytacazes and Rio de Janeiro (capital). The idea was to create a Women's Politic Participation Index (IPF) that could measure more clearly how distant these 15 cities - which are bound by proximity and influence over one another - are to achieve gender equity in politics. To do this, we count the number of men and women in elected positions in the Executive and Legislative in each of them cities and in the Costa del Sol as a whole, in order to compare the IPF of the interior with that of the capital and, later, with the national data. We believe that from this mapping it will be possible to reflect more deeply on the challenges of gender equity and the ways to change this scenario.

Key-words: Women. Feminism. Politics. Costa do Sol. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Diante dos preconceitos que atravessam o universo feminino e se materializam das mais diversas formas, estudar a questão de gênero com o intuito de propor ações para uma sociedade mais equânime, me parece não apenas justo e razoável, mas necessário. Desigualdade salarial, exclusão de alguns ambientes e postos profissionais, restrição de acesso à saúde, à educação e à ascensão social são apenas alguns dos inúmeros obstáculos enfrentados cotidianamente por mulheres no Brasil e no mundo (SABINO; LIMA, 2015). Acreditamos que o entendimento de como essas forças operam seja fundamental para desmantelá-las, a fim de que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e oportunidades.

Quando voltamos nossa atenção para o Brasil, percebemos um contexto em que as mulheres são maioria da população¹ e dos eleitores², possuem níveis educacionais mais elevados, maior expectativa de vida e estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho. Ainda assim, a sua representatividade na política está entre as menores da América Latina e do globo, não alcançando sequer a cota mínima de 30% de mulheres nos cargos eletivos. De acordo com a Lei Eleitoral 9.504/1997, o total de candidatas registrados por um partido ou coligação deve ser de no mínimo 30% e no máximo 70% de candidatas de cada gênero.

Para termos uma ideia mais clara a esse respeito, em um ranking de 33 países latino-americanos e caribenhos sobre mulheres nos parlamentos nacionais, o Brasil ocupa a 32ª posição, com 9,9% de parlamentares eleitas. Está à frente somente de Belize (3,1%) e muito distante da primeira posição ocupada pela Bolívia, com participação feminina de 53,1% em seu parlamento. Em toda a América Latina e Caribe, a média do número de mulheres parlamentares nas Câmaras de Deputados ou Câmaras Únicas é de 28,8%. O Brasil também ocupa as últimas posições no ranking mundial de mulheres na política, que inclui 172 países. Está posicionado em 154º lugar, com 10,7% de mulheres na Câmara e 14,8% no Senado.³ Quando observamos os cargos do executivo a situação não é diferente. Nas eleições de 2014, tivemos apenas uma mulher eleita governadora - no estado de Roraima (RR) - cabendo às mulheres apenas 3,7% desses cargos.

Para entendermos o motivo de tamanha disparidade entre homens e mulheres no exercício do poder, recorreremos a uma pesquisa bibliográfica que nos guiou na proposta de mapear a região da Costa do Sol, no interior do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo é fazer um diagnóstico da equidade de gênero e representatividade política nos 13 municípios que compõem a Costa do Sol⁴: Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Búzios, Saquarema, Iguaba Grande, Maricá, São Pedro da Aldeia, Araruama, Arraial do Cabo, Carapebus e Quissamã. A este conjunto de cidades, incluímos também Campos dos Goytacazes por ser a mais populosa do interior do estado e por sua forte influência nos municípios circunvizinhos - tanto por sua proximidade geográfica quanto por sua economia e política. Com a utilização de dados primários e secundários, coletamos informações sobre o quantitativo de mulheres no Legislativo e no Executivo em cada uma dessas cidades e comparamos com os números

1 Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013, o Brasil possui 103,5 milhões de mulheres, o equivalente a 51,4% da população. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: Jun. 2018.

2 O número de eleitoras do sexo feminino é 13,49% maior que os eleitores do sexo masculino, também de acordo com o IBGE. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: Jun. 2018.

3 Fonte: ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-e-lanterna-em-ranking-latino-americano-sobre-paridade-de-genero-na-politica/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

4 A Costa do Sol Fluminense é uma região turística que reúne 13 municípios do interior do Rio de Janeiro por sua localização geográfica e características de baixada litorânea. Fonte: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/rj_costa_do_sol.pdf

da capital do Rio de Janeiro, fazendo também referência à média nacional de participação feminina na política. Os dados da assembleia estadual também foram incluídos, a fim de tornar mais nítido o panorama investigado.

Partindo do pressuposto que a participação em cargos eletivos representa também o pleno exercício da cidadania e da própria democracia (SABINO; LIMA, 2015), acreditamos que promover o equilíbrio entre homens e mulheres na ocupação desses cargos é também fortalecer pilares legais fundamentais em nossa sociedade, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Constituição Federal Brasileira (1988). Uma vez que ambas defendem os mesmos direitos para os cidadãos e proíbem a discriminação por gênero, elas dão legitimidade a movimentos sociais ligados aos direitos humanos, como é o caso do feminismo, e fortalecem a luta por equidade de gênero no exercício do poder e outras demandas que permeiam tal questão.

Diante desse cenário, importa-nos confirmar ou refutar as hipóteses que levantamos nesse artigo: a de que a desigualdade de gênero é ainda maior no interior do que na capital do estado e de que a cota mínima de 30% para candidaturas de cada sexo (Lei Eleitoral 9.504/1997), mesmo quando é cumprida, não se reverte em número de mulheres eleitas em nenhum dos municípios pesquisados.

Mapeando a região por meio de números, esperamos vislumbrar o quão distante a Costa do Sol e seus municípios estão da equidade de gênero. Assim, pretendemos também contribuir para o debate sobre os caminhos capazes de mudar essa realidade.

Este artigo ainda leva em conta a perspectiva dos Estudos Culturais, que possibilitou a reorganização do pensamento científico a partir de formas populares de expressão, resistência, contestação e alternativas à cultura dominante. Fizemos uso desta abordagem, por acreditar que o estudo da cultura, integrado aos das realidades sociais nas quais existem e se manifestam, pode nos ajudar a refletir sobre a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria categoria “poder” (ESCOSTEGUY, 2010). Tal abordagem metodológica nos permite ampliar a nossa noção de poder e compreender também o âmbito pessoal como político, trazendo novo entendimento sobre o modo como a articulação sexo/gênero e antagonismos de classe estruturam a sociedade. Contudo, tratando-se de dominação não existe estado “puro”, mas, como qualquer manifestação cultural, é uma prática ambígua, fragmentária, “contaminada” (ESCOSTEGUY, 2010, p.265). Não perder tal noção de vista, é o caminho que escolhemos para tentar dar conta da complexidade das questões envolvidas.

FEMINISMO, PODER E POLÍTICA

A origem da palavra poder vem do latim *potere, possuem*. E, em seu sentido etimológico, quer dizer ter posse sobre algo, desempenhar o papel de senhor ou chefe da casa. Não é à toa que a historiadora Michelle Perrot (1988) destaca o poder como um termo polissêmico, associado à dominação masculina e com conotação política. Da vontade de superar a opressão simbólica e material sofrida pelas mulheres surge o movimento feminista, com o projeto de subverter o ponto de vista da dominação. Desse modo, é feito um esforço para dar visibilidade à presença e à ação das mulheres, à plenitude de seus papéis e à existência de seus poderes.

Com a Declaração de Direitos Humanos, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948⁵, a noção de direitos humanos adquire um significado especial (WOLF, 2015),

5 De acordo com a historiadora Cristina Wolf (2015), a Declaração de Direitos Humanos seria resultado da comoção causada pela divulgação das atrocidades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo contra os judeus, grupos étnicos, religiosos e políticos enviados para campos de concentração.

dando impulso ao feminismo, que definimos como “a luta das mulheres contra a dominação, a exclusão e a discriminação do gênero feminino na sociedade” (PORTO; SAJONC, 2017, p.6). A luta pelo direito ao voto marca o início do movimento, que é impulsionado com a publicação da obra “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949. No livro, a autora aponta as razões históricas e culturais que fundaram a sociedade patriarcal, relegando à mulher uma posição subalterna. É nesse contexto que a luta por direitos humanos entra na pauta feminista, uma vez que em sua universalidade não incluem as mulheres, conforme esclarece Kimberlé Crenshaw (2002):

Embora a Declaração Universal garanta a aplicação dos direitos humanos sem distinção de gênero, no passado, os direitos das mulheres e as circunstâncias específicas em que essas sofrem abusos foram formulados como sendo diferentes da visão clássica de abuso de direitos humanos e, portanto, marginais dentro de um regime que aspirava a uma aplicação universal. Tal universalismo, entretanto, fundamentava-se firmemente nas experiências dos homens. Consequentemente, apesar da garantia formal, a proteção dos direitos humanos das mulheres foi comprometida à medida que suas experiências poderiam ser definidas como diferentes das dos homens. Assim, quando mulheres eram detidas, torturadas ou lhes eram negados outros direitos civis e políticos, de forma semelhante como acontecia com os homens, tais abusos eram obviamente percebidos como violações dos direitos humanos. Porém, quando mulheres, sob custódia, eram estupradas, espancadas no âmbito doméstico ou quando alguma tradição lhes negava acesso à tomada de decisões, suas diferenças em relação aos homens tornavam tais abusos ‘periféricos’ em se tratando das garantias básicas dos direitos humanos (p. 172).

Nas décadas seguintes, são formuladas propostas para o movimento feminista que, posteriormente, se junta a outros movimentos sociais. Já em meados dos anos 70, o feminismo não se funda mais na mera exigência de igualdade entre homens e mulheres, mas no reconhecimento da impossibilidade social de alcançar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). O patriarcado é definido pela pesquisadora Christine Delphy (2009) como uma “formação social em que homens detêm o poder”. Para ela, é quase sinônimo de dominação masculina e opressão, sujeição e subordinação das mulheres ou da condição feminina (p. 173). A partir daí, surgem conceitos de sexo e gênero no qual o primeiro era geralmente associado à natureza e, o segundo, à cultura. Segundo tal ponto de vista, que prevaleceu até meados da década de 80, o sexo se referia às diferenças biológicas entre os corpos femininos e masculinos, enquanto o gênero diria respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. (SAJONC, 2017).

Uma das intelectuais feministas que mais abalou essa concepção, trazendo novas perspectivas para os estudos de gênero, foi a historiadora Joan Scott (1996), que com seu célebre artigo *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* demarcou uma leitura pós-estruturalista a respeito do gênero, explorando seus potenciais analíticos de desconstrução e resignificação. Para a autora, gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma forma primária de significar as relações de poder” (p. 1067), de tal forma que quando há mudanças sociais, essas relações também se transformam. Scott (1986) não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, mas para ela o que interessa são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, consequentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas.

A propagação desse tipo de pensamento desmantela o argumento de que as condições em que vivem homens e mulheres são produto de um destino biológico ou natural. Ao contrário, sob este ponto de vista, tais relações são construídas socialmente e se baseiam, antes de tudo, numa

hierarquia entre os sexos. Trata-se de uma relação de poder e dominação, que se exprime, sobretudo, por meio da divisão sexual do trabalho, conforme pontua a socióloga francesa Danièle Kergoat: “Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67). Para ela, as relações de dominação entre os gêneros se desdobram no espaço social, público e privado, impondo às mulheres certas práticas sociais que as deixariam em situação desfavorável para alcançar cargos de efetivo exercício de poder - legitimados pela sociedade patriarcal como masculinos.

Para Delphy (2009), essa articulação teria início dentro da própria família, sejam estas mães, esposas, filhas ou irmãs. As práticas sociais impostas estariam relacionadas ao trabalho doméstico e a esfera da reprodução, estabelecendo um acúmulo de funções às mulheres que exercem atividades profissionais no mercado de trabalho ou na vida pública. Uma vez que, neste caso, a opressão e a exploração se somam, causando impactos na esfera política. Um desses impactos seria a aparente superficialidade e desinteresse das mulheres nas discussões e participação da política local/regional, ocasionada, principalmente, pela carga mental⁶, acúmulo de funções e escassez de tempo.

De acordo com a filósofa Helena Hirata (2009), “o exercício de uma atividade profissional não questiona as relações de dependência (...) vivenciadas pelas mulheres, devido ao fato de que se lhes atribui o trabalho doméstico; isso implica maior rigidez na organização dos usos do tempo” (p. 260). Portanto, para levar adiante seus projetos profissionais - incluímos aqui o ingresso na política - as mulheres, de modo geral, experimentam uma necessidade obsessiva de programação do tempo, numa tentativa de responder ao que se espera delas na vida pessoal e profissional.

PESQUISA

Iniciamos a coleta de dados nos sites das 13 câmaras municipais e prefeituras da região da Costa do Sol, a fim de saber o total de cadeiras no legislativo de cada cidade e, dessas, quantas eram ocupadas por mulheres. No entanto, muitos desses municípios não possuem site na internet, outros estão desatualizados e não incluíram mudanças ocorridas após o período de eleição - realizada em outubro de 2016. É o caso de parlamentares e prefeitos falecidos, afastados ou cassados por determinação da Justiça. Então, para confirmar esses dados, foi necessário contato telefônico ou troca de e-mails com tais organizações. Notícias em jornais e portais da Internet também foram úteis para descobrir algumas mudanças na composição dos parlamentos, posteriormente também confirmadas por contato telefônico ou e-mail. Abaixo é possível visualizar o resultado desse trabalho, organizado em forma de ranking de participação feminina. O quadro inclui os dados de cada município, com o número total de cadeiras em cada parlamento, homens e mulheres eleitos e o Índice de Participação Feminina (IPF):

⁶ Monique Haicault (1984) traz à tona a dimensão emocional que o trabalho doméstico envolve, o qual pode ocasionar transtornos mentais, dado o seu nível de exigência e dedicação. A presença constante exigida pelas atividades cotidianas, demarcadas pela repetição, é um exemplo disso. Esse custo emocional, que se reflete também na dimensão material, é chamado de ‘carga mental’. Para mais informações, vide HAICAULT, Monique. *La gestion ordinaire de la vie en deux*. Paris, Sociologie du Travail, nº 3, 1984.

Quadro 1 - Ranking de participação feminina na região da Costa do Sol

Cidade	Vagas no parlamento	Homens	Mulheres	IPF
São Pedro da Aldeia	10	7	3	30%
Búzios	9	7	2	22,2%
Saquarema	13	11	2	15,3%
Araruama	17	15	2	11,7%
Cabo Frio	17	15	2	11,7%
Rio de Janeiro ⁷	51	45	6	11,7%
Carapebus	9	8	1	11,1%
Quissamã	9	8	1	11,1%
Campos	25	23	2	8%
Macaé	17	16	1	5,8%
Arraial do Cabo	9	9	0	-
Casimiro de Abreu	9	9	0	-
Iguaba Grande	10	10	0	-
Rio das Ostras	13	13	0	-
Maricá	17	17	0	-

Se levarmos em consideração toda a região da Costa do Sol, isto é, os 13 municípios pesquisados, acrescidos da cidade de Campos dos Goytacazes, a participação das mulheres na política no interior do estado é de 8,6% no legislativo e 28,5% no executivo, conforme demonstrado nos quadros 2 e 3.

Quadro 2 - Composição por gênero dos parlamentos no interior

⁷ Até 14 de março de 2018, o Rio de Janeiro possuía sete vereadoras. Com a execução da socióloga, feminista e defensora dos direitos humanos, Marielle Franco (PSOL), esse número caiu para seis, alterando o seu IPF de 13,7% para os atuais 11,7%.

Quadro 3 - Ocupação por gênero do cargo de prefeito no interior

Quando comparamos os dados das cidades do interior com a capital do estado, percebemos uma ligeira mudança que carece de alguns esclarecimentos para ser devidamente compreendida. A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro possui um IPF de 11,7%, enquanto o Executivo tem 0% de participação feminina, já que o cargo de prefeito é único em cada cidade e atualmente é ocupado por um homem. Dessa forma, há apenas duas alternativas: ter 0 ou 100% de participação de cada gênero. Devido a esse fato, não consideramos prudente examinar esse dado de forma isolada para mensurarmos a equidade de gênero, devido a insuficiência de dados para uma amostragem segura. Neste caso específico, julgamos mais apropriado avaliar os cargos no Executivo ao longo de um período de anos. Por exemplo, desde o fim do Estado da Guanabara, em 1975, nenhuma mulher ocupou o posto de prefeita do Rio de Janeiro. Nesse mesmo período, 13 homens passaram pelo cargo. Acreditamos que tal dado é capaz de demonstrar a falta de representatividade feminina que precisa ser superada.

Quadro 4 - Ocupação de cargos eletivos por gênero no interior e na capital

Quando analisamos os 11 mandatos ao governo do Estado do Rio de Janeiro, após o período de Ditadura Militar (1964-1985), descobrimos que apenas em um foi eleita uma mulher. Em 2003, Rosinha Garotinho se torna a primeira governadora eleita do Estado do Rio de Janeiro e permanece até o fim do seu mandato. Contudo, sua eleição foi marcada pela influência do seu marido e ex-governador, Anthony Garotinho, o que para alguns pesquisadores (GROSSI; MIGUEL, 2001) configuraria um caso de “mulher-laranja” na política.⁸ O termo é usado tanto para designar candidatas usadas para cumprir a cota de mulheres por coligações ou partidos políticos, estabelecida pela legislação brasileira, quanto para nomear àquelas que se elegem, mas cujos os mandatos são exercidos pelo marido, pai ou outro homem da família. No ano anterior à eleição de Rosinha, em 2002, o cargo de governadora foi ocupado por outra mulher, Benedita da Silva, vice do então governador Garotinho que renunciou ao cargo. Contudo, ela não foi eleita governadora e permaneceu no cargo por menos de um ano, até o fim do mandato do seu antecessor.

Já na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), dos atuais 70 deputados, apenas oito são mulheres, o que representa 11,4% de participação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados nesta pesquisa, nos mostram que o IPF no legislativo é menor no interior (8,6%) do que na capital (11,7%) e no estado (11,4%). Em contrapartida, quando analisamos o Executivo, a situação se inverte. O IPF no interior chega a 28,5%, com quatro prefeituras eleitas nos 14 municípios pesquisados, enquanto a cidade e o estado do Rio de Janeiro não têm mulheres em seu comando⁹. Os motivos ainda precisam ser melhor investigados, pois não faz parte do escopo da atual pesquisa, que é quantitativa e se propõe a mapear a situação da desigualdade de gênero na região da Costa do Sol. No entanto, acreditamos que a cultura local/regional possa explicar tais questões em uma futura pesquisa. A hipótese de que no interior do estado a influência do patriarcado é ainda mais forte que na capital pode ser o ponto de partida para darmos prosseguimento a uma nova proposta de pesquisa, que pode elencar múltiplos fatores que expliquem as diferenças no IPF entre interior e capital e outras regiões do país e do mundo.

Não podemos deixar de destacar que os casos de mulheres “laranja” na política podem pesar ainda mais sobre essa realidade, contribuindo para agravar um cenário que já é bastante cruel e desigual para as mulheres. Tal fato precisa ser melhor aprofundado, pois pode mascarar o IPF em algumas situações, o que poderia explicar, por exemplo, a maior participação feminina em cargos do executivo no interior do que na capital. Outro dado importante é que em cinco das cidades analisadas (38,46%) não há sequer uma única mulher no legislativo ou executivo (2016-2019). As mulheres aparecem excluídas da participação política nos seguintes municípios: Maricá, Rio das Ostras, Iguaba Grande, Casimiro de Abreu e Arraial do Cabo.

Sobre as hipóteses levantadas por esse artigo, observamos que das 14 cidades pesquisadas apenas São Pedro da Aldeia atinge a meta de mínimo de 30% de participação feminina na política, preconizada pela legislação brasileira. Com relação a desigualdade de gênero ser maior no interior que na capital, só se confirma no caso do legislativo – o que também demanda um estudo para compreender este cenário. Mas, de modo geral, a região da Costa do Sol está bem distante de um ideal de equidade de gênero.

⁸ Saiba mais também em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-amargo-sabor-de-ser-uma-candidata-laranja>. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁹ Como já dito anteriormente, não se trata apenas de um recorte temporal da realidade (atual gestão). Historicamente, o governo do Estado do Rio de Janeiro, assim como a Prefeitura do Rio de Janeiro, não possuem mulheres no seu comando.

Uma vez que o conhecimento e a informação são fundamentais na formação da opinião e tomada de atitudes políticas (ALDÉ, 2004), não seria surpresa que, mulheres que detêm menor tempo para discutir e participar da vida pública, demonstrassem menor interesse por participar da política que os homens, que não foram historicamente alijados desse processo. Contudo, para fazer tal afirmação, seria necessário pesquisar amplamente o tema, tendo em vista que este comportamento pode não ser exatamente uma escolha das mulheres, mas resultado de uma dinâmica com fortes traços patriarcais, que dificulta a participação feminina de múltiplas maneiras.

Embora representem 7 milhões a mais de votos, as mulheres ainda estão longe de ter representação proporcional nos parlamentos municipais, estaduais e federais. A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou em 2015 a iniciativa global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, com compromissos assumidos por mais de 90 países. O Brasil foi uma das primeiras nações a aderir, mas os desafios ainda são imensos. Nas eleições de 2014, só 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas. No Congresso, a bancada feminina tem 52 deputadas (10,13% das 513 cadeiras) e 13 senadoras (16% das 81 vagas).

A eleição de 2018 não alterou muito esse cenário. Apenas 14,6% dos cargos eletivos serão ocupados por mulheres a partir de 2019. No Congresso, a bancada feminina terá 77 deputadas (15% das 513 cadeiras) e 12 senadoras (15% das 81 vagas). Essa desproporcionalidade também não pode ser atribuída apenas a dependência econômica mantida por parte dessas mulheres com relação aos homens – pai, cônjuge, irmão, filho ou outro. Segundo o IBGE, elas já são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias brasileiras e vem crescendo a sua participação no mercado de trabalho. Então, o mais provável é que estejamos diante de uma conjuntura de fatores que levem a esse quadro, na qual a cultura e a história de dominação masculina e subjugação feminina tenham um papel bastante relevante.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BEAVOUIR, Simone. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 4 ed. 1970.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Ano 10: 1/2002 – p. 171 – 188.

DELPHY, Christine. **Patriarcado** (teorias do). In: HIRATA, Helena, et al. (Orgs.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173 – 178.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os estudos culturais**. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (Org.). Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Trabalho doméstico**. In: HIRATA, Helena, et al. (Orgs.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 256 – 262.

GROSSI, Mírian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n.1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010>. Acesso em: jun. 2018.

HAICAULT, Monique. **La gestion ordinaire de la vie em deux**. Paris, Sociologie du Travail, nº 3, 1984.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (o conceito de). In: HIRATA, Helena, et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251 - 256

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena, et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67 - 79.

MONTEIRO, Ester. **Lugar de mulher também é na política**. In: Senado Notícias. Publicado em: 8 Mar. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ONU Mulheres. **Mujeres em la política**: 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-e-lanterna-em-ranking-latino-americano-sobre-paridade-de-genero-na-politica/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PERROT, Michelle. **As mulheres, o poder, a história**. In: _____. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

PORTO, A. C. S; SAJONC, Raquel. **Representação da mulher em Game of Thrones e a percepção das questões de gênero**. In: X Simpósio Nacional da Abciber. São Paulo: USP, 14-16 dez. 2017.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **Igualdade de gênero no exercício do poder**. Revista Estudos Feministas. 2015, vol.23, n.3, pp.713-734. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p713>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SAJONC, Raquel C. **Redes e equidade de gênero: um estudo qualitativo exploratório de duas experiências capitaneadas por mulheres executivas**. Dissertação (Mestrado em Administração). FEI: 131 p., 2017.

SCOTT, Joan W. **Gender a useful category of historical analysis**. In: Coming to Terms; Feminism, Theory, Politics, Edited by: Weed, Elizabeth. New York: Routledge. 1989.

WELLE, Deutsche. **O amargo sabor de ser uma candidata-laranja**. In: Revista Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-amargo-sabor-de-ser-uma-candidata-laranja>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

WOLF, Cristina Scheibe. **Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência**. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, set-dez 2015.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E SUBJETIVIDADE: ANÁLISE DA RELAÇÃO PERMANÊNCIA E SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

ALESSANDRA DE MUROS XAVIER

*Mestre em Serviço Social e Assistente Social da Universidade Federal Fluminense
aledemuros@hotmail.com*

RESUMO

Na trajetória das políticas sociais brasileiras, tornou-se comum considerar que a educação é o caminho para o desenvolvimento e superação de desigualdades entre grupos e classes sociais. No caso das universidades federais brasileiras, é possível identificar que ações de expansão, interiorização e a democratização do acesso se deu a partir da primeira década do ano 2000, possibilitando a admissão ampliada das camadas populares. A adoção da Política de Cotas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e outras Instituições de Ensino Superior (IES), promoveu uma mudança no perfil do seu público, suscitou o debate sobre a igualdade de oportunidades para ingresso nas graduações e sobre as inúmeras expressões das desigualdades e preconceitos presentes na sociedade brasileira. A experiência do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR - UFF Campos) vem sinalizando que para além do acesso, há que se pensar na ineficácia do sistema de proteção social adequado para atendimento a este público, o que tem trazido implicações não somente para permanência dos estudantes, mas também para conformação de suas subjetividades, causando o adoecimento estudantil.

Palavras-chave: Universidade. Diversidade. Subjetividade. Permanência. Saúde Mental.

ABSTRACT

In the trajectory of Brazilian social policies, it has become common to consider that education is the way to the development and overcoming of inequalities between groups and social classes. In the case of the Brazilian federal universities, it is possible to identify that actions of expansion, internalization and the democratization of the access occurred from the first decade of the year 2000, making possible the extended admission of the popular layers. The adoption of the Quota Policy by the Federal Institutions of Higher Education (IFES) and other Higher Education Institutions (IES), promoted a change in the profile of its public, raised the debate on equal opportunities for graduation, and on the many expressions of inequalities and prejudices present in Brazilian society. The experience of the Institute of Society Sciences and Regional Development (ESR - UFF Campos) has been pointing out that in addition to access, one has to think about the ineffectiveness of the adequate social protection system to attend this public, which has implications not only for the permanence of the students, but also for the conformation of their subjectivities, causing student sickness

Key-words: University. Diversity. Subjectivity. Permanence. Mental health.

1. INTRODUÇÃO

A escolha da temática que ora apresentamos, decorre de reflexões que foram e vêm sendo realizados com diversos atores envolvidos na formação acadêmica de estudantes dos seis cursos de graduação do Instituto de Desenvolvimento Regional e Ciências da Sociedade (ESR) - UFF Campos.

Elucida as transformações que as IFES passaram nas últimas duas décadas com o advento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a fim de promover sua expansão e a democratização do acesso. Tal processo é marcado pela conjuntura de crise político-econômica, que ampliam as mazelas econômicas e sociais de amplas parcelas da população mundial e precariza as políticas que visam a permanência no ensino superior.

No ano de 2007, o governo federal criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.094/07, ao mesmo tempo em que implantou o REUNI, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), este pelo Decreto nº 7.234/2010, com objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

As ações afirmativas no Brasil surgem a partir das discussões sobre a efetivação dos direitos humanos, entendendo a ineficiência das políticas universalistas no enfrentamento às marcantes desigualdades ainda presentes na sociedade contemporânea, sobretudo na educação. A lei 12.711/2012 instituiu a reserva de até 50% das vagas nas universidades federais e Institutos Federais de Ensino Técnico de Nível Médio para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas.

O processo de expansão e democratização do ensino superior apesar de ter contribuído para favorecer a igualdade de oportunidades para acesso das classes populares, não vem apresentando políticas necessárias para garantia de permanência de seus estudantes. Quando tratamos a permanência, não estamos falando apenas condições objetivas de subsistência dos estudantes, ou apenas de reverter uma condição de vulnerabilidade individual ou social, mas também de uma vulnerabilidade institucional que por ação ou omissão, não promove as condições mínimas para efetivação de uma determinada política, visando atender ao perfil de seu público.

Em seu cotidiano de atendimento, a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) do ESR, campus da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes - RJ, nos anos de 2015 e 2016, identificou o aumento significativo no número de estudantes a procura de atendimento para questões de ordem emocional. Ansiedades, depressão, desânimo em relação aos estudos e apatia, foram apresentadas como queixas frequentes e, portanto, tornam-se fatores de risco para saúde do estudante e para continuidade de sua vida acadêmica.

No ano de 2017, em particular, foi identificada a ocorrência de alguns alunos que tentaram suicídio. Duas tentativas chegaram a óbito, e outras quatro realizadas, sendo os alunos encontrados a tempo do socorro. Diante de tal realidade, foram desenvolvidas parcerias com serviços da Universidade, como o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), e com a rede SUS na área de Saúde Mental como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS AD) para encaminhamento dos alunos nas situações em que esses sintomas já podem ser identificados. Mas igualmente identificamos

que o SPA também observou um crescimento na realização de cadastros, chegando a número de 40 cadastros por semana, em sua maioria de estudantes universitários.

Este ensaio, portanto, tem como objetivo discorrer sobre o processo de democratização do ensino superior e a inexistência de um sistema de proteção social adequado às necessidades dos discentes, o que traz implicações não apenas para a permanência dos estudantes pobres na universidade, mas também em sua saúde emocional.

2. UNIVERSIDADES INCLUSIVAS? POLÍTICAS AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E SUBJETIVIDADE

Para Cattani e Kieling (2007), a desigualdade social brasileira fundamenta-se na grande e histórica concentração de riqueza que condiciona, estruturalmente, as relações de classe, ideologia, as possibilidades econômicas e a produção cultural. O autor discorre sobre como a educação é utilizada para manter as posições de poder na sociedade, onde grupos mobilizam-se para manter a transmissão das posições dominantes para seus descendentes, e neste sentido a educação tem um papel preponderante, sobretudo nas universidades, que possuem um histórico de elitização.

Chegar a universidade pública para as camadas pobres da população pode ser entendida como uma forma de resistência. Identifica-se a superação da histórica tendência elitista do ensino superior, da trajetória de famílias por vezes de baixa escolaridade ou que evade dos bancos escolares, e das próprias deficiências escolares que o ensino público muitas vezes lhes oferece. A expansão das universidades e a democratização do ensino superior no país, na primeira década do ano 2000, possibilitou o acesso ampliado das camadas populares a universidade, mas trouxe consigo inúmeras situações referentes a permanência, não somente pelas questões objetivas de sobrevivência dos estudantes, mas também pelas dificuldades de adaptação as próprias características e dinâmica da universidade.

Segundo Fávero (2006), refletindo sobre essa questão, pode-se inferir que alguns desses impasses vividos pela universidade no Brasil poderiam estar ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido à uma pequena parcela da sociedade, quando na realidade deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento, atendendo as necessidades sociais mais amplas.

Como já citamos o PNAES tem como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES. As ações preceituadas pelo Programa incluem assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Este prevê ainda que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Outra importante política que visa a democratização das universidades públicas, são as Ações Afirmativas. Segundo Sowel (2004), o país pioneiro na adoção das políticas sociais denominadas *Ações Afirmativas* foi a Índia, utilizando tais políticas desde os tempos coloniais ingleses e depois incorporadas a sua constituição, quando o país se tornou independente em 1947. A Índia é a maior sociedade multiétnica do mundo e a política para as minorias foi concebida para lidar principalmente com as graves inaptidões sociais e discriminação sofridas pelos intocáveis, grupo marginalizado naquele país.

Gomes aponta que:

[...] as ações afirmativas consistem em políticas públicas e também privadas voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado [...] elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade (GOMES, 2001, p.7).

Feres Júnior (2007), trata a Ação Afirmativa como política pública, e examina três argumentos básicos de justificação desta política: o princípio da reparação, da diversidade e da justiça social. Segundo o autor, o princípio da reparação é um argumento de grande apelo moral no Brasil e justifica medidas compensatórias tanto para afrodescendentes, como para a população indígena, que foram em parte dizimados ou escravizados. O princípio da diversidade, segundo ele, peca pelo excesso de deferência identitária, principalmente numa sociedade miscigenada como a do Brasil. Segundo o autor, seria necessário adotar inúmeros critérios de seleção, por exemplo, para ingresso no ensino superior. O argumento da justiça social tem gozado de grande legitimidade desde que o Brasil retornou ao regime democrático. A variável raça/cor é responsável por uma grande desigualdade socioeconômica, por isso é um princípio que pode ser facilmente combinado ao da reparação.

Como sinaliza Fraser (2001), a luta por reconhecimento está se tornando a forma paradigmática de conflito político ao final do século XX. As demandas por reconhecimento da diferença dão combustível às lutas de grupos mobilizados, e então a autora propõe uma teoria crítica do reconhecimento, identificando a importância de defesa das versões de política cultural da diferença combinadas com a política social de igualdade. Afirma que a justiça hoje exige tanto a redistribuição como o reconhecimento social.

Ao abordar o tema diversidade, precisamos destacar os usos e as concepções que norteiam a utilização do termo no debate brasileiro e contemporâneo na educação, além de destacar distintas perspectivas teóricas que se atribuem aos significados e possibilidades à ideia de diversidade e diferença.

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com a emergência de movimentos sociais protestando contra o regime militar, novas reivindicações vão aparecer e todas formuladas em uma perspectiva político-cultural. Tais movimentos além de exigirem acesso aos direitos iguais, os movimentos – negros e feministas, de índios, homossexuais e outros – apontavam para a necessidade de se produzir imagens e significados novos e próprios, combatendo os preconceitos e estereótipos que justificavam a inferiorização desses grupos, conforme defendido por Gonçalves e Silva (2003, p. 113). Todos esses fatores contribuíram para que a discussão sobre cultura, diversidade, multiculturalismo, interculturalismo aumentasse consideravelmente, especialmente na educação.

Candau e Anhorn (2000) identificam que nos anos 1980 e 1990 houve um progressivo reconhecimento das diferentes culturas presentes no tecido social brasileiro e um forte questionamento do mito da democracia racial. Identifica-se também a influência de um enredo discursivo, no contexto mundial, que se integra de modo sistemático às reflexões dos estudiosos da educação. Uma educação voltada para a incorporação da diversidade cultural no cotidiano pedagógico tem emergido em debates e discussões nacionais e internacionais, buscando-se questionar pressupostos teóricos e implicações pedagógicas e curriculares de uma educação voltada à valorização da identidade múltipla no âmbito da educação formal.

Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011), refletem que:

Em alguns momentos falamos em diversidade, outros em diferença e não são coisas iguais, nem mesmo próximas, apesar de que temos usado as palavras de maneira indiferenciada. Existem, portanto, diferentes noções e concepções de diversidade e diferença. Grosso modo, podemos dividir essas noções em três linhas: a primeira trata as diferenças e/ou diversidades como contradições que podem ser apaziguadas, a tolerância seria uma das muitas outras formas de apaziguamento, a repactuação, sem esgarçar o tecido social, sendo sintetizadas pelo multiculturalismo. A segunda vertente, denominada liberal ou neoliberal que usa a palavra diferença ou diversidade como estratégia de ampliação das fronteiras do capital, pela maneira com que comercializa territórios de existência, formas de vida, a partir de uma maquinaria de produção de subjetividades; e por fim, a perspectiva que enfatiza as diferenças como produtoras de diferenças, as quais não podem se apaziguar, já que não se trata de contradições. Em geral, a indiferenciação conceitual entre diferença e diversidade esconde as desigualdades, e fundamentalmente as diferenças. (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011, p.91).

As autoras supramencionadas acrescentam ainda que as políticas sociais e educacionais do Brasil exaltam a nossa diversidade criadora, ao mesmo tempo em que há um silenciamento das diferenças no campo da educação e isto tem significado a construção da heteronormatividade como norma e normalidade e a estética branca como modelo do belo.

A escola se funda em uma imposição de um saber, de uma racionalidade, de uma estética, de um sujeito epistêmico único, legitimado como hegemônico, como parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem e de formação. A partir destes parâmetros únicos de medida e da avaliação levam a classificar o “outro” como inferior, incivilizado, fracassado, repetente, bárbaro, etc. Neste novo modo de ver o diferente, propõe-se a tolerância a alguns coletivos: as classes populares, os negros, os homossexuais, mas ainda os vemos como aqueles que não sabem, inferiores.

Neste sentido, Goffman (1988) aponta que a sociedade estabelece meios para categorizar pessoas e designa atributos considerados comuns e naturais. O termo estigma é utilizado pela autora como atributo depreciativo. É um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo que em nossa sociedade levam ao descrédito.

Portanto, é fato que a escola se encontra marcada por práticas culturais e historicamente arraigadas, bem como por teorias que deslocaram a responsabilidade da escola para o aluno, além de currículos e formação de professores insuficientes. Entre outras medidas estruturais, o estabelecimento de condições que revertam esse processo inclui, necessariamente, o reconhecimento e valorização de características específicas e singulares de regiões, etnias, escolas, professores e alunos.

Birman (2000) aponta para as profundas alterações que este conjunto de processos produz nos distintos sujeitos. Segundo ele, o desamparo enunciado por Freud foi sendo substituído pelo desalento. Entre as suas feições na atualidade estariam a depressão, o vazio, a neurose de angústia – caracterizada pela corporeidade do mal-estar e pelo baixo nível de simbolização psíquico –, além de outras formas de patologias psicossomáticas. Enfatiza o autor que estes sintomas levam à busca, individualizada, de seu enfrentamento, seja através da ingestão de drogas que cresce enormemente, seja via terapêuticas encaminhadas pela psiquiatria, ou ainda através de compulsões sexuais e alimentares – sob a forma de perversões, bulimia e anorexia. Entre outras dimensões, essa condição revelaria um conjunto de impossibilidades com as quais os sujeitos estão se defrontando, em especial a de identificar e realizar ações fundamentais, portadoras potenciais de alternativas de alteração significativas do curso de suas vidas.

Superá-las implicaria em multiplicidade de acessos, tanto na ordem da materialidade – o que significa introduzir as questões relativas aos componentes sócio-político-históricos –, quanto no sentido de percebê-los vinculados às dimensões do corpo e do afeto, que podem constituir-se fatores adversos ou fatores de proteção, conforme figura a seguir:

	Fatores adversos	Fatores de proteção
Características individuais	baixa autoestima, imaturidade cognitiva/emocional. dificuldades de comunicação, doenças somáticas	autoestima, capacidade de resolver problemas e lidar com as adversidades, habilidades de comunicação, saúde física
Circunstâncias sociais	solidão, luto, negligência, conflito familiar, exposição à violência e abuso, pobreza, insucesso escolar, estresse no trabalho, desemprego	apoio social e familiar, experiência familiar positiva, sensação de segurança, segurança econômica, sucesso escolar, realização no trabalho
Fatores ambientais	falta de serviços básicos, injustiça e discriminação, desigualdade de gênero, desigualdades sociais, desastres e guerras	acesso a serviços básicos, justiça social, tolerância, integração, igualdade de gênero, equidade social, segurança física

Figura 1: Determinantes de saúde mental. Fonte: *World Health Organization* (2012).

Como sinaliza Silveira (2002), a subjetividade não é imanente ao indivíduo, mas vai se constituir a partir do intercruzamento dessas dimensões, dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade. Nesse sentido, um pressuposto que se impõe diz respeito à consideração de que a subjetividade é socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de um determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural.

3. UNIVERSIDADE E IMPACTOS NO ADOECIMENTO ESTUDANTIL

Sampaio (2011) aponta que a democratização do ensino superior tem trazido não só a entrada de um contingente cada vez maior de jovens, mas também suscitado debates sobre aspectos que extrapolam questões como a evasão e a adaptação à vida universitária. Acrescenta a importância de fomentar o debate sobre afetividade, negligenciadas nos processos de produção do conhecimento, com a prevalência dos aspectos racionais sobre os afetivos.

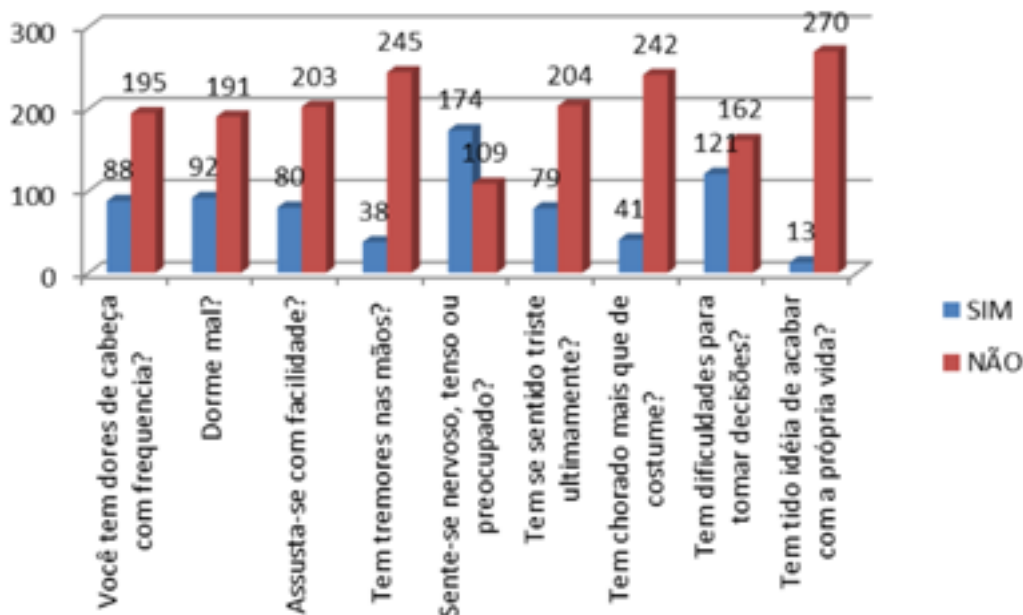
Frente as questões que marcam o adoecimento de estudantes universitários, a CAES em 2018 acrescentou à Pesquisa do Perfil do Estudante Ingressante, realizada pelo setor desde 2012, dados sobre saúde. Inicia-se mapeamento de dados sociais e os de saúde emocional dos estudantes ingressantes, com apoio de duas professoras do curso de psicologia.

Tal pesquisa aliada as estratégias de prevenção em saúde mental desenvolvidas pelo Projeto Cuca Legal, também coordenado pela CAES, busca identificar os fatores de adoecimento por meio do discurso dos alunos. Foram identificados assim, alguns aspectos relacionados a vivência acadêmica que afetam a saúde mental dos seus estudantes, a saber: solidão, distância da família, questões familiares, rotinas e pressão da academia, permanência na universidade, assédios, *bullying*, relação aluno/aluno, relação aluno/professor, história de transtorno mental na família, uso abusivo de drogas, lícitas ou ilícitas e acesso a serviços sociais e de saúde.

3.1 RESULTADOS

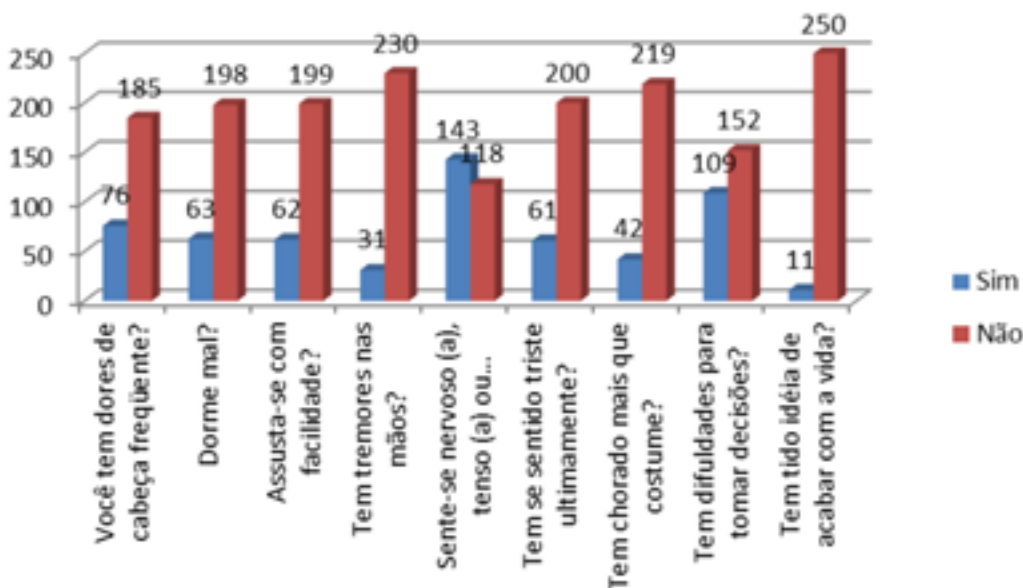
Utilizando a Pesquisa sobre Perfil do Estudante Ingressante na UFF Campos de 2018, tivemos 283 alunos que responderam ao questionário no primeiro período, e 261 que responderam o questionário no 2º período. Perguntado sobre como se sentiam nos últimos 30 dias (anteriores a pesquisa) é possível perceber que 61% e 54%, respectivamente 1º e 2º período de 2018, sentiram-se tensos, preocupados ou nervosos, e nos dois casos, foi possível identificar que 4% dos alunos já pensaram em tirar a própria vida.

Gráfico 1: Pesquisa Perfil do Estudante Ingressante da UFF Campos – 2018.1



Fonte: Pesquisas de Perfil do Aluno Ingressante do ESR/CAES

Gráfico 2: Pesquisa Perfil do Estudante Ingressante da UFF Campos – 2018.2



Fonte: Pesquisas de Perfil do Aluno Ingressante do ESR/CAES

Ressaltamos que esses alunos estão apenas entrando na universidade, sendo importante realizar monitoramento de tais informações.

Dados da IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), apontam que em todas as regiões verificam-se que dos 939.604 estudantes que responderam a pesquisa, 749.804 afirmam que dificuldades emocionais podem ter interferido na sua vida acadêmica, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste, conforme figura a seguir:

Região de localização das IFES	Existência ou não de dificuldades emocionais nos últimos 12 meses					
	Sim		Não		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	80.088	80,5	19.406	19,5	99.494	100
Nordeste	210.432	79,38	54.653	20,62	265.084	100
Norte	87.652	72,33	33.535	27,67	121.187	100
Sudeste	235.547	82,05	51.540	17,95	287.087	100
Sul	136.086	81,61	30.666	18,39	166.752	100
Nacional	749.804	79,8	189.800	20,2	939.604	100

Figura 2: Graduandos segundo a existência ou não de dificuldades emocionais que podem ter interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses, por região de localização das IFES - 2014. Fonte: Andifes (2014)

Em relação aos tipos de dificuldade emocional vividos pelos jovens, em todas as regiões verifica-se que a dificuldade emocional com maior participação relativa é a ansiedade – Sudeste (64,4%), Sul (60,76%), Centro Oeste (60,51%), Nordeste (55,78%). Em segundo lugar, foi assinalada “desânimo/falta de vontade de fazer as coisas”, em percentuais que variam de 37% a 49% nas regiões. Em seguida “insônia ou alterações significativas de sono” foi a terceira dificuldade em todas as regiões. Idéias de Morte e Pensamento Suicida, tiveram maior incidências nas regiões Sul e Centro Oeste.

Tipos de dificuldades emocionais	Região de localização das IFES (%)						
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
Ansiedade	Freq.	60.205	147.862	54.120	184.870	101.315	546.372
	%	60,51	55,78	44,66	64,4	60,76	58,36
Tristeza persistente	Freq.	21.796	47.189	19.462	57.042	34.784	161.142
	%	21,88	17,8	16,06	20,18	20,66	19,28
Timidez excessiva	Freq.	15.880	45.770	16.857	43.687	23.665	145.837
	%	15,96	17,27	13,91	15,21	14,19	15,52
Medo / pânico	Freq.	11.356	28.470	9.838	31.632	17.916	99.213
	%	11,41	10,74	8,12	11,02	10,74	10,56
Inércia ou alterações significativas de sono	Freq.	32.225	84.714	33.175	97.136	58.789	306.038
	%	32,39	31,96	27,38	33,84	35,26	32,57
Sensação de desespero/ desesperança	Freq.	24.347	56.973	20.926	71.741	37.882	211.869
	%	24,47	21,49	17,27	24,99	22,72	22,55
Sensação de desatenção/ desorientação/ confusão mental	Freq.	20.802	48.324	17.733	60.342	34.336	181.336
	%	20,71	18,23	14,63	21,02	20,99	19,3
Problemas alimentares (1)	Freq.	12.918	31.728	15.044	35.625	22.708	118.022
	%	12,96	11,97	12,41	12,41	13,62	12,56
Desânimo/ falta de vontade de fazer as coisas	Freq.	47.715	110.624	44.528	135.486	81.550	420.202
	%	47,96	41,84	36,74	47,19	48,9	44,72
Sentimento de solidão	Freq.	24.160	53.799	21.226	63.175	37.697	200.057
	%	24,28	20,3	17,52	22,02	22,61	21,26
Ideias de morte	Freq.	7.634	15.349	5.379	18.979	12.628	59.969
	%	7,57	5,79	4,44	6,61	7,57	6,38
Pensamento suicida	Freq.	4.973	9.423	3.462	12.492	8.467	38.838
	%	5	3,55	2,86	4,35	5,09	4,13
Total = 100%	Freq.	99.494	265.064	171.187	287.087	166.752	939.604

Figura 3: Graduandos segundo os tipos de dificuldades emocionais que podem ter interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses, por região onde se localizam as IFES (em %) - 2014. Fonte: Andifes (2014)

4. CONCLUSÕES

A partir das questões apresentadas, pode-se inferir que é fundamental a discussão sobre o significado do sofrimento na universidade e sobre os processos que produzem a exclusão da vida universitária, sejam eles de ordem material e/ou subjetiva.

Estamos diante de uma nova universidade, antes destinada majoritariamente à elite brasileira, agora permeada pelas minorias: mulheres, negros e pobres. Contudo, rompida a elitização, outras demandas estão se colocando e faz-se necessário o aprimoramento dos recursos físicos, financeiros e de suporte multiprofissional.

Chegar a universidade pública para as camadas pobres da população pode ser entendida como uma longa travessia entre a escola pública e a universidade em busca de mobilidade social. Significa também uma forma de resistência e superação da histórica tendência elitista do ensino superior, da trajetória de famílias por vezes de baixa escolaridade ou que evade dos bancos escolares, e das próprias deficiências escolares que o ensino público (principalmente) muitas vezes lhes oferece.

A universidade reflete a sociedade da qual faz parte e para além das questões objetivas relativas a permanência, tais como moradia e alimentação, precisa ampliar o debate sobre os estigmas que perpassam suas relações sociais, envolvendo as questões de raça/etnia, religião, classe, gênero, condição física ou saúde mental, que podem levar ao adoecimento emocional,

pois estes se constituem marcadores sociais de discriminação e contribuem com a ampliação das desigualdades sociais.

Todas estas questões têm profunda influência sobre a vida e a subjetividade dos estudantes universitários, e sinalizam uma importante pauta na construção de uma universidade humanizada, acolhedora, respeitosa, inclusiva, disposta a receber e acolher o outro, onde não seja vergonhoso sofrer e a diferença não seja sinônimo de marginalização ou exclusão. Por fim que a universidade seja um efetivo espaço de vida, de troca de conhecimentos e experiências, com todos os desafios que a constituem, sendo o debate sobre esses fenômenos, o mais desafiador deles.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C.; DA CRUZ, A. C. J. A diferença e a diversidade na educação. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 2, p. 85, 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **IV Relatório de Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades brasileiras**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/categoria/documentos/biblioteca/publicacoes-andifes/>> Acesso em: 5 nov. 2018

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Pluralidade Cultural. Brasília: MEC, 1997.

_____. Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007

_____. Decreto nº 7.234/2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência estudantil (PNAES)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 15 de outubro de 2018

_____. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 15 de out de 2018.

CANDAU, V. M.; ANHORN, C. T. G. **A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária**. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG, 2000.

CATTANI, A D; KIELING, F d S. **A escolarização das classes abastadas**. Sociologias. Porto Alegre, ano 9, n.18, jun-dez 2007, p. 170-187.

FÁVERO, M. L. de A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 17 de jun. de 2014.

FERES JÚNIOR, J. **Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, v. 29, n. 1-3, p. 63-84, 2007.

FRASER, N. **“Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós socialista**. In: Souza, Jessé (org) Democracia hoje. Novos Desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UNB, 2001.

GOFFMAN, E. Estigma. **Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada**. Trad. Mathias Lambert. 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, J.B.B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2003.

SAMPAIO, S.M.R., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 133-143.

SILVEIRA, M.L.S da. **Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo**. Revista Outubro, v. 7, p. 103-113, 2002. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista-Outubro_Edic%CC%A7a%CC%83o-7-Artigo-08.pdf. Acesso em: 14 dez.2017

SOWEL, T. **Ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico**. Trad.: BRÍZIDA, Joubert de Oliveira. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004.

ações afirmativas na UFSB: responsabilidade e justiça social no acesso ao ensino superior

EVA DAYANE ALMEIDA DE GÓES

*Mestranda do PPG em Estado e Sociedade da UFSB
evadayane.ufsb@gmail.com*

AMANDA SUELEN FERREIRA BASTOS

*Assistente Social da UFSB
amandasfb28@gmail.com*

RESUMO

O debate sobre ações afirmativas na sociedade brasileira vem avançando cada vez mais, e as cotas raciais tem sido o principal tema nos últimos 15 anos, sendo maior foco no acesso à graduação. Esse artigo discute o processo de implantação das cotas no primeiro e, em especial, no segundo ciclo dos cursos de graduação da Universidade Federal do Sul da Bahia (USFB), atualmente uma das poucas universidades brasileiras com um percentual de cotas que reflete o tamanho da população negra do Estado. O trabalho apresenta o resgate histórico das consequências da escravidão para a formação da sociedade brasileira, trazendo a relevância das ações afirmativas no país, além de apresentar o surgimento da UFSB e sua razão de ser, buscando apresentar o processo de implantação das cotas e o processo de construção da resolução que resultou no formato das ações afirmativas na instituição.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. UFSB. Sul da Bahia. Responsabilidade Social. Cotas.

ABSTRACT

The debate about affirmative actions in Brazilian society is increasingly making progress, and racial quotas have been the main theme in the last 15 years, with greater focus in the student's access to graduation degrees. This article discusses the process of implementing quotas in the first and, in particular, the second cycle of undergraduate courses at Federal University of Southern Bahia (USFB), currently one of the few Brazilian universities with a percentage of quotas reflecting the size of population in the state. This paper presents the historical rescue of the consequences of slavery for the formation of Brazilian society, bringing the relevance of affirmative actions in the country, as well as presenting the emergence of UFSB and its *raison d'être*, seeking to present the process of implementation of quotas and the process construction of the resolution that resulted in the format of affirmative actions in the institution.

Key-words: Affirmative Actions. UFSB. South of Bahia. Social responsibility. Quotas

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, a partir de 2002, passou a construir de fato, o processo de implantação das políticas de ações afirmativas para a população negra. Ao trazer para o centro do debate as consequências do sistema escravocrata na formação da sociedade brasileira, as instituições públicas de ensino superior foram pioneiras ao discutir e adotar políticas de reparação, levando, desta forma, a um posicionamento do Estado brasileiro a esse respeito.

As cotas, como são comumente conhecidas as políticas de ações afirmativas para ingresso nas universidades, passou a ser a principal política de reparação social para a população negra e indígena, beneficiando um grande número de estudantes que almejavam obter um diploma de nível superior.

O presente artigo tem por objetivo oferecer um debate acerca do processo de construção das políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira, fazendo um breve resgate histórico sobre as consequências da escravidão para o povo negro, além de buscar apresentar o caráter inovador da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e a forma que esta instituição encontrou para construir sua política de reserva de vagas.

Os pensamentos aqui apresentados, são fundamentados à luz da bibliografia disponível sobre a temática, além da análise das atas de reuniões do Conselho Universitário (CONSUNI) e da Comissão de Políticas Afirmativas da UFSB (CPAF), que nos permitiram construir um estudo qualitativo do processo de construção da política de cotas da UFSB.

2 BREVE PANORAMA DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A colonização europeia não se configurou apenas na ampliação de rotas comerciais e expansão territorial, mas como um processo extremamente violento que destruiu muitos povos e culturas e que saqueou as riquezas das terras por onde passou. No Brasil não foi diferente. Os portugueses se apoderaram das riquezas aqui encontradas, impuseram a escravidão e a sua cultura aos indígenas e aos negros africanos, dominando os escravizados e tirando a dignidade que um ser humano necessita para sobreviver. Frantz Fanon (2008) diz que, de um dia para o outro os pretos tiveram seus costumes e instâncias de referências abolidos, passaram a estar em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta através do regime escravocrata europeu.

Clóvis Moura em *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014) afirma que os portugueses alocavam as populações de indígenas nativos e negros africanos nos estratos inferiorizados de trabalho, assim essas populações eram concentradas nos últimos patamares da escala social, impondo como critério de controle a escravidão e a servidão. Para Moura (2014), esse foi o grande traumatismo do colonialismo, do qual ainda não nos curamos, já que novos mecanismos de subordinação neocolonial substituíram as primitivas e mais rudes técnicas de dominação.

Os africanos foram colocados pelos portugueses nos trabalhos mais desqualificados, como “[...] em obras públicas, serviços de bordo, trabalhos portuários, carga e descarga, remadores de galés, barcos de transporte, vendedores de água, vendedores de carvão (ambulantes), removedores de dejetos para o serviço público municipal, [...]” etc. (MOURA, 2014, p. 179). Para o autor, o comportamento do português em relação aos negros africanos, nunca foi no sentido de uma *democracia racial*, ao contrário, eles tinham a imagem do negro imbricada como escravo. Em decorrência disso, a população negra brasileira vem ao longo dos séculos sendo historicamente discriminada e drasticamente vitimada pela pobreza, consequências do processo colonizador ocorrido no Brasil.

Analisando por esta perspectiva, percebemos que o vivenciado nos dias atuais faz parte de uma construção histórica de descaso criminoso do Estado para com o povo negro, pois desde o processo abolicionista até um passado recente, o Estado não se preocupou em inserir os negros na sociedade - nem no processo de produção e muito menos na estrutura social.

Após a abolição, sem qualquer tipo de apoio, restou aos negros a vida nos cortiços e favelas, os trabalhos braçais, informais e desqualificados para os homens, a venda de comidas nas ruas e a prostituição como meio de sobrevivência para as mulheres, e às crianças, nenhuma perspectiva de futuro. Deste modo, ao discutirmos as ações afirmativas no Brasil, não podemos deixar de lembrar a herança maldita que o povo negro herdou do sistema escravocrata criado pela colonização portuguesa.

3 AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS: IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ricardo Henriques (2001) afirma que os brasileiros afrodescendentes constituem a segunda maior população negra do mundo, e que o pertencimento racial tem uma importância decisiva na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no nosso país, sendo que os negros em 1999 representavam 45% da população brasileira, mas correspondiam a 64% da população pobre e 69% da população indigente, enquanto os brancos somavam 54% da população total, mas apenas 36% dos pobres e 31% dos indigentes. É nesse contexto que surge a urgente necessidade de implementação de políticas de ações afirmativas.

A discussão das ações afirmativas é algo ainda recente na luta antirracista. No Brasil ela perpassa por uma longa e árdua luta do movimento negro na busca de políticas públicas de reparação e promoção da igualdade racial. Marcia Contins e Luiz Carlos Sant'Ana (1996) asseguram que o movimento negro chegou na década de 1990 buscando reformular suas práticas e concluiu que era necessário propor e garantir a realização de políticas que atendessem a população negra, desta forma, posições contra e a favor das ações afirmativas e da política de cotas integraram o debate no interior do movimento negro.

As ações afirmativas “[...] têm como objetivo corrigir desigualdades historicamente atribuídas e impostas a determinados grupos sociais e, por isso, caracterizam-se como compensatórias” (MAYORGA, SOUZA, 2012, p. 265), portanto, visam dar um tratamento diferenciado, buscando compensar as desvantagens das diversas formas de discriminação que esses grupos sofrem. Kabenguele Munanga (2001) afirma que nos Estados Unidos as ações afirmativas foram implementadas na década de 1960 e almejavam permitir que os afro-americanos tivessem chances de participar da mobilidade social crescente. Segundo o autor, a experiência das últimas décadas em países que implementaram, não deixa dúvidas sobre as mudanças alcançadas.

Em sua pesquisa, Henriques (2001) demonstra que no Brasil, em 1992 o percentual de jovens de 18 a 25 anos que ainda não tinham ingressado no ensino superior era de 92% de brancos e 98,5% de negros, em 1999 esse perfil soma 88,8% de brancos e 97,7% de negros. Em sete anos os brancos crescem 3,02 e os negros 0,8%, ou seja, os brancos crescem quase quatro vezes mais que os negros em um curto espaço de tempo. A mesma pesquisa revela que em 1999 o analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais, somava entre os brancos 8,3% e entre os negros de 19,8%; e que a coloração dos universitários brasileiros era de 97% de brancos, 2%, negros, e 1% descendente de orientais. Através desses dados lembramos Moura, quando ele diz que:

Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo ou segmento étnico nos diversos níveis de estratificação, com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide social (MOURA, 2014, p. 183).

É nesse sentido que Munanga (2001) afirma que é necessário buscar ferramentas e instrumentos adequados para acelerar o processo de mudança desse quadro injusto em que se encontra os negros e os indígenas.

Desta forma, em 2002 as universidades públicas brasileiras iniciaram o processo de discussão de ações afirmativas para a população negra com vistas a implementação das cotas no acesso ao ensino superior. A implementação das políticas de ações afirmativas são o reconhecimento da dívida histórica que o Brasil tem com os negros e os índios, após séculos de exclusão social ao longo da construção do Nação brasileira e que se materializa em uma diferença socioeconômica abismal entre brancos, negros e indígenas.

A Bahia, segunda maior unidade federativa em percentual de negros do país, teve em 2003 a primeira experiência de cotas para acesso à graduação, quando a Universidade do Estadual da Bahia (UNEB), passou a reservar 40% de suas vagas na graduação e na pós-graduação para negros, e 5% das vagas para indígenas que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas, associando assim a condição socioeconômica às cotas raciais. Em 2004 a Universidade Federal da Bahia (UFBA) também implantou o sistema de cotas na graduação, com 45% das cotas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas. Esses 45% foram subdivididos assim: 2% destinadas a índios e negros quilombolas, 36% para negros e 7% para estudantes de escolas públicas - sem recorte racial.

Em 2005 é criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que já nasce adotando 45% de suas vagas de graduação para os cotistas - pretos, pardos e indígenas, aumentando para 50% em 2012 a partir da Lei 12.711/12, conhecida como a lei de cotas. Desta forma, pretos e pardos ocupam 76,67% das vagas reservadas.

Após um longo período de discussões, em 2006 foi a vez da UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz, aprovar a reserva de vagas para ingresso da graduação. Na UESC, 50% das vagas eram reservadas aos cotistas oriundos de escolas públicas, sendo que destes, 75% era para estudantes pretos/pardos e duas vagas (número absoluto) por curso, para estudantes indígenas.

A UFOB - Universidade Federal do Oeste Baiano¹ e a UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco, nasceram em 2013 já adotando a Lei de Cotas, com 50% de suas vagas destinadas às ações afirmativas.

A implantação das cotas nas universidades públicas da Bahia, significa um grande avanço no processo de inclusão dos negros no ensino superior brasileiro, contudo, em um estado que possui a sua população, majoritariamente negra - aproximadamente 78% de negros e 6,9% de indígenas (IBGE, 2010), o percentual de cotas ainda está muito aquém da representatividade dos negros no estado, principalmente, quando observamos que os cursos de maior prestígio social como medicina, odontologia, arquitetura, engenharias e outros, ainda são os cursos de mais difícil acesso aos negros. Sobre isso, Renísia Garcia (2005) afirma que é necessário analisar a relação intrínseca entre a "escolha" profissional do estudante e a sua trajetória de vida, devido a influência da família e as ingerências da sociedade, lembrando que a sociedade define quem deve ou não ocupar determinados espaços, e desta forma acaba por determinar quais carreiras profissionais serão ocupadas por negros e brancos. Então, lembro Fanon quando afirma que "o branco quer o mundo; ele o quer só para si. Ele se considera o senhor predestinado deste mundo. Ele o submete, estabelece-se entre ele e o mundo uma relação de apropriação" (FANON, 2008, p. 117).

¹ A UFOB também mantém reserva de vagas para estudantes de escolas públicas que vivam até 150 km de distância dos *campi* da UFOB, não cumulativa com as cotas.

É o domínio do branco na universidade está refletido nos estudos de Garcia (2005) que demonstra que os cursos com maior participação de estudantes brancos em 2003, foram: Arquitetura e Urbanismo (83,9%), Medicina Veterinária e Odontologia (ambos com 81,2%), Engenharia Mecânica (80,6%), Farmácia (79,8%), Direito (79,9%), Psicologia (79,5%) e Medicina (78%), ou seja, cursos de alto reconhecimento e prestígio social que possuem um retorno financeiro elevado, corroborando o que nós já afirmamos acima. Vale lembrar que mesmo em 2015 – 13 anos após a primeira experiência de cotas raciais na graduação, somente 12,8% dos estudantes das IES - Instituições de Ensino Superior brasileiras, na faixa etária de 18 a 24 anos, são negros, sendo que em 2005 esse número era de 5,5%, demonstrando assim, o resultado do sistema de cotas no perfil étnico racial dos estudantes universitários.

Em 2016 o IBGE, através da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostrou que apenas 8,8% dos negros tinham ensino superior completo, sendo que entre os brancos esse número era de 22%. Isso nos remete a outro problema que envolve os estudantes de cotas raciais, a permanência na universidade. Se as cotas de acesso a graduação não caminham lado a lado com as políticas de permanência ou assistência estudantil, muitos desses estudantes negros e indígenas não conseguirão concluir os seus estudos.

4 UFSB E AÇÕES AFIRMATIVAS: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

É no bojo da expansão e interiorização do ensino superior no país que em 2013 é criada a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), através do Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com objetivo de interiorizar o ensino superior e colaborar com o desenvolvimento do Sul da Bahia.

A UFSB traz no seu “DNA” a responsabilidade de abrir as portas a uma população vulnerável e socialmente excluída do processo educacional superior, tendo como base uma concepção de universidade como instituição social, destinada à formação de sujeitos críticos, conscientes, emancipados e participativos, bem como à criação, produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos.

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) compreende a educação como tarefa civilizatória e emancipatória primordial, a um só tempo formadora e transformadora do ser humano. A UFSB foi concebida para atender às exigências educacionais do mundo contemporâneo, bem como às especificidades culturais, sociais, artísticas e econômicas da Região Sul do Estado da Bahia, sem negligenciar o desenvolvimento nacional e planetário. Anima esta Universidade a possibilidade de recriação da educação pública brasileira como vetor de integração social e como fator de promoção da condição humana, aspectos pouco valorizados no modelo educacional vigente (PLANO ORIENTADOR, 2014, p. 6).

A UFSB se diferencia de outras instituições de ensino superior no país, pois seu modelo político-pedagógico propõe ciclos de formação através de Bacharelados (BÍ's) e Licenciaturas Interdisciplinares (LI's). Estes, são cursos de graduação plena, com duração mínima de três anos, oferecido em quatro grandes áreas de formação: Ciências, Artes, Humanidades, Saúde. Outro diferencial no modelo político-pedagógico da UFSB está na Rede de Colégios Universitários Anísio Teixeira (CUNI's), que funcionam em municípios na área de abrangência da UFSB.

Após conclusão do primeiro ciclo, os estudantes oriundos dos B's ou LI's podem migrar para o segundo ou terceiro ciclo. Destaca-se que o segundo ciclo visa à formação em carreiras profissionais, contando com cursos como medicina, direito, antropologia, psicologia, dentre outros, e o Terceiro Ciclo compreende as especializações, os mestrados e os doutorados.

A UFSB possui duas formas de seleção para entrada em seus cursos de graduação de 1º ciclo, o SISU/MEC com 55% de cotas, e os editais próprios para preenchimento de vagas nos CUNI's, com 85%, de reserva de vagas, além disso, prevê vagas supranumerárias para indígenas em editais específicos para esse público.

O estabelecimento da reserva de vagas no primeiro ciclo está definido no Plano orientador da instituição, a ausência de uma definição sobre a reserva de pagas para os outros ciclos foi um dos grandes motivos para a construção da política de reserva de vagas da UFSB, como apresentaremos adiante.

Ao chegar o período de migração para o segundo ou terceiro ciclo dos primeiros estudantes da UFSB iniciou-se uma discussão na comunidade acadêmica sobre a aplicabilidade da lei de cotas aos cursos de segundo ciclo. Segundo Art. 1º da lei de Cotas, as instituições federais de educação superior devem reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012). A partir dessa leitura, e considerando o segundo ciclo, um curso de graduação, a UFSB entendeu que deveria ser aplicado no segundo ciclo a reserva de vagas.

Cabe destacar que a UFSB, visando a consolidação das Políticas Afirmativas e participação social nesse processo, criou em 2016 a Comissão de Políticas Afirmativas (CPAf), que dentre outras atribuições, acompanha e propõe medidas de aprimoramento das políticas de ações afirmativas da instituição (RESOLUÇÃO UFSB 03/2016). Essa comissão atua de forma propositiva e como esfera de controle social.

Sendo a CPAf um instrumento de controle social, é mister informar que a participação da sociedade civil na construção de políticas sociais públicas que atendam aos interesses da população foi uma das conquistas da Constituição Federal de 1988,

Controle social é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal (POLIS, 2008, p. 01).

No contexto geral de participação popular nas políticas públicas as comissões atuam como órgãos fiscalizadores formado por representações das partes interessadas, servindo como intermediárias para tratar de assuntos que envolvam interesses comuns. Estas, reiteram a importância de participação, legitimando assim o papel da sociedade civil no exercício do controle social.

Nesse contexto, a CPAf foi o órgão encarregado em propor a normatização da Política de Cotas na UFSB e a primeira reunião para tratar do tema foi realizada em 05 de abril de 2017. Nesta reunião, que teve um caráter mais reflexivo, do que deliberativo, foi apresentado um apanhado geral sobre a lei de cotas nas instituições públicas brasileiras, com reforço sobre a necessidade da construção da normativa interna à luz das legislações em vigor.

Em junho de 2017 a comunidade universitária, através de seus representantes na CPAf, apresentou as propostas da configuração do sistema de cotas da UFSB para o segundo ciclo. Faz-se necessário destacar que nesse momento não foi questionado o percentual de cotas do primeiro ciclo, seja do Sisu, ou dos Colégios Universitários, e as discussões sobre terceiro ciclo foram deixadas em segundo plano.

A comunidade estudantil foi a primeira a apresentar uma proposta concreta para a reserva de vagas. A proposição inicial era que as cotas no segundo ciclo seguissem o mesmo molde das cotas adotadas no primeiro ciclo, ou seja, que fossem reservadas 55% das vagas para estudantes cotistas, 45% das vagas para estudantes não cotistas, além das vagas supranumerárias. A outra proposta previa a ampliação do percentual de reserva de vagas, sobretudo devido perfil étnico racial e vulnerabilidade social da região. Assim, a proposta apresentada previa 75% das vagas para as cotas, ficando 25% para a ampla concorrência.

A participação estudantil foi imperativa para a construção de uma resolução tão avançada em face a outras universidades brasileiras. Como movimento social organizado, os estudantes contribuíram ao longo da história do país para a luta em defesa da educação e em prol dos trabalhadores e liberdades democráticas, como por exemplo na participação na campanha do petróleo é nosso, nos protestos ocorridos no período da Ditadura Militar e na luta pelas diretas já (POERNER, 2004).

Dentre os argumentos apresentados pelos estudantes para aprovação do percentual de 75% na reserva de vagas da UFSB, destaca-se o papel das cotas para diminuir a desigualdade social e combater o racismo no país e a necessidade da reserva de vagas que refletisse o percentual da população existente no território, visando a democratização real do ensino superior.

O debate sobre a implementação das cotas foi gestado de forma coletiva, a partir dessas primeiras reuniões. As representações das categorias fizeram debates internos e em julho de 2017, foi aprovado, por 6 votos a 4, o percentual cotas de 75%, para os cursos de segundo ciclo. A aprovação desse percentual se baseou no censo regional, e apoiou-se na proposição original da UFSB, de ampliar a democratização no acesso ao ensino superior no sul da Bahia, portanto, o percentual de 75% reflete a proporção de negros, pardos e índios na população do território onde está instalada, já que segundo censo de 2010 do IBGE a Bahia possui aproximadamente 78% autodeclarados pretos e pardos e ainda traz diversas comunidades indígenas e quilombolas nas proximidades da Universidade.

Após a aprovação da reserva de vagas de 75% no âmbito da CPAf, foi necessário a construção de uma minuta de resolução para ser discutida e aprovada no Conselho Universitário (CONSUNI). A aprovação da resolução que normatizou as cotas na UFSB foi aprovada no Conselho Superior em 01 de setembro de 2017.

Ao aprovar um percentual de reserva de vagas acima no mínimo estabelecido pela legislação, a CPAf demonstra preocupação com os estudantes que em razão da condição de classe, de gênero e etnia, historicamente, vêm sendo excluídos da educação superior, e por conseguinte vai diminuir a lacuna existente no acesso de estudantes negros e de baixa renda aos cursos com maior interesse de mercado tais como Direito, Psicologia e Medicina.

Salienta-se que efetivamente não houve ainda a aplicabilidade de 75% de cotas no segundo ciclo. O Conselho Universitário aprovou disposições transitórias para aplicação efetiva desse percentual de reserva de vagas nos processos seletivos a partir de 2018, pois nos anos anteriores não estava explícito nos documentos da UFSB que haveria a aplicação das cotas no segundo ciclo.

Podemos afirmar que políticas afirmativas na UFSB têm avançado significativamente. Além de prever uma reserva de vagas acima do mínimo estabelecido em lei para os cursos de primeiro e segundo ciclo, a resolução interna da instituição abrange outras populações historicamente vulnerabilizadas, como transexuais, travestis, transgêneros, índios aldeados, quilombolas, mulheres e população cigana.

Com essa construção a UFSB reforça o entendimento de que o Estado brasileiro possui uma dívida secular com os negros e os índios, herdada da escravidão e da colonização, que se materializa em uma diferença socioeconômica profunda entre essas raças, e por este motivo, medidas como essa são imperativas para garantir a inclusão social dessas populações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reduzir as desigualdades entre brancos, negros e indígenas é, inegavelmente, a saída para construirmos uma sociedade democrática e socialmente justa. É preciso entender que há uma necessidade de redefinir os horizontes, tanto para as cotas nas universidades – graduação e pós-graduação, como também para a implementação de cotas em outras esferas e estruturas sociais. Expandir as oportunidades de igualdade inter-étnicas é dar condições para que aqueles, que estão na base da pirâmide, alcancem resultados e tenham reais condições de mobilidade social, para isso, as políticas de inclusão racial se mostram como um caminho a seguir.

Enfim, podemos observar que a normativa da política de cotas da UFSB foi construída ao mesmo tempo que em a Universidade ia se constituindo, e esse processo contou em grande medida com o protagonismo estudantil, força política fundamental para definir o percentual avançado de 75% na reserva de vagas.

A UFSB desde sua fundação vem buscando se estabelecer como uma instituição socialmente responsável com o território que está instalada. Isso se reflete através do seu modelo pedagógico, na colaboração com desenvolvimento local sustentável – através de cursos inovadores que possam suprir as necessidades da região e da implementação de políticas importantes de sustentabilidade; além do desenvolvimento socioeconômico – que inclui as ações afirmativas, políticas de permanência estudantil e a formação de mão de obra qualificada para a região, principalmente no que se refere à formação de professores.

A responsabilidade e o senso de justiça social guiam as políticas e ações dessa jovem instituição, que busca reparar ou ao menos reduzir as desigualdades herdadas do processo colonizador e do sistema capitalista, pois como diz Fanon, “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser” (FANON, 2008, p. 28).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em out. 2018.

CONTINS, Márcia, SANTA’ANA, Luiz Carlos. **O movimento negro e a questão da ação afirmativa.** Revista Estudos Feministas, ano 4, n. 1, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16670/15239> . Acesso em 5 de jun. de 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf > Acesso em: 24 de abr. 2018.

GARCIA, Renísia C. **Identidade Fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Identidade+fragmentada+um+estudo+sobre+a+historia+do+negro+na+educacao+brasileira+1993-2005/0418026c-895c-47ff-b7d0-461e4eae3af?version=1.2>>. Acesso em 19 de jul. 2018.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: 2001. [IPEA - texto para discussão nº 807]. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf >. Acesso em 17 de jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br> >. Acesso em 15 de ago. de 2018.

_____. **PNAD contínua 2016**: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil, possuíam apenas o ensino fundamental completo. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html> >. Acesso em 22 de ago. 2018

MAYORGA, Claudia, SOUZA, Luciana M. de. **Ação afirmativa na Universidade**: a permanência em foco. Revista Psicologia Política, v. 12, n. 24, mai – ago, 2012. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12n24a06.pdf> > Acesso em: 12 de ago. 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2ª ed. 2014.

MUNANGA, Kabenguele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa das cotas. Revista Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul – dez, 2001.

POENER, Arthur José. **O poder jovem**: História da participação política dos estudantes brasileiros. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POLIS. **REPENTE**: Controle Social das Políticas Públicas. 2008. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1058/1058.pdf>. Acesso em ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB. **Plano Orientador**. UFSB, 2014. Disponível em: <<https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>> Acesso em: 11 de out. 2018.

RETRATOS DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DOS COTISTAS SOCIAIS NO ESR/UFF

Cassiana Ferreira Simões

Assistente Social do ESR/UFF/ Mestre em Políticas Sociais pela UENF.

cassiana_simoes@hotmail.com

RESUMO

O trabalho ora apresentado analisou o acesso e as condições de permanência dos cotistas sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense- ESR/UFF no lapso temporal de 2013-2016 e faz parte da pesquisa da dissertação de mestrado da autora¹. Versa em análise qualitativa, mediante a elucidação de entrevistas e questionários aplicados aos discentes, cuja discussão teórica é realizada a partir de Bourdieu, Paugam e outros. Neste sentido, a pesquisa pôde evidenciar uma alteração significativa no quadro de desigualdade educacional no que concerne ao acesso a Educação Superior, *pari passu*, verificou-se que as políticas para permanência deste alunado ainda são insuficientes. O trabalho demonstra, sobretudo, a importância da proposição de políticas educacionais que tenham como escopo uma maior equidade social, e que visem superar as desigualdades, como de renda, regionais e étnicas.

Palavras-chave: Acesso ao Ensino Superior. Permanência. Política de Cotas. Inclusão Social.

ABSTRACT

The present study analyzed the access and the conditions of permanence of the social quotaters of the Institute of Sciences of the Society and Regional Development of the Fluminense Federal University - ESR / UFF in the temporal span of 2013-2016 and is part of the research of the master's dissertation of the author . Versa in qualitative analysis, through the elucidation of interviews and questionnaires applied to the students, whose theoretical discussion is made from Bourdieu, Paugam and others. In this sense, the research was able to show a significant change in the educational inequality with regard to access to Higher Education, *pari passu*, it was verified that the policies for this student's stay are still insufficient. The work demonstrates, above all, the importance of proposing educational policies that have a greater social equity, aiming to overcome inequalities, such as income, regional and ethnic.

Key-words: Access to Higher Education. Permanence. Quota Policy. Social inclusion.

¹ Sob orientação da professora Dr^a Shirlena Campos de Souza Amaral do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da UENF

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado teve como objeto empírico o Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), o qual, atualmente, oferece oito cursos de graduação, quais sejam: os bacharelados em Serviço Social, Psicologia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Geografia e História; e as licenciaturas em Ciências Sociais, Geografia e História.

O recorte metodológico foi dado ao segmento cotistas sociais, por considerar que suas dificuldades de permanência são mais evidentes. Desta forma, identificou-se noventa e oito cotistas sociais permanentes no ESR/UFF no lapso temporal de 2013-2016, onde a partir de então, buscou-se dados pessoais que permitiram o contato com os mesmos através de email e telefone, tendo possibilitado a aplicação de cinquenta e cinco questionários, que representou uma amostra de 56% nosso público.

As análises teóricas a partir de Pierre Bourdieu e outros evidenciaram o papel da educação na reprodução e legitimação das desigualdades sociais, pois se constituiu como hipótese fundamental que os alunos ingressantes pela modalidade cotas sociais, encontram-se submersos ao binômio inclusão-exclusão, na medida em que possibilita-se o acesso aos grupos marginalizados, contudo, simultaneamente não estão sendo viabilizadas condições efetivas de permanência deste alunado, seja por falta de condições de infra estrutura das IFES, seja por ausência de condições socioeconômicas do aluno.

Desta forma, o artigo aqui presente, trata-se de uma análise documental dos questionários aplicados, onde num primeiro momento serão apresentados os dados do perfil do cotista social que permanece na universidade e posteriormente será realizada uma análise dos depoimentos destes discentes, na tentativa de identificar o contexto, os obstáculos e os motivos pelos quais estes alunos permanecem e apostam no Ensino Superior.

PERFIL DOS COTISTAS SOCIAIS QUE PERMANECEM NO ESR/UFF.

Conforme já referendado, a metodologia utilizada na pesquisa foi aplicação de questionário, estruturado em perguntas abertas e fechadas e respondido por meio digital. Os questionários respondidos referem-se aos cotistas sociais que estavam com matrícula ativa até o mês de novembro de 2017 e que ingressaram na universidade nos primeiros semestres do lapso temporal 2013-2016, desta forma neste momento será dado enfoque as questões que visam definir o perfil deste cotista social permanente na universidade.

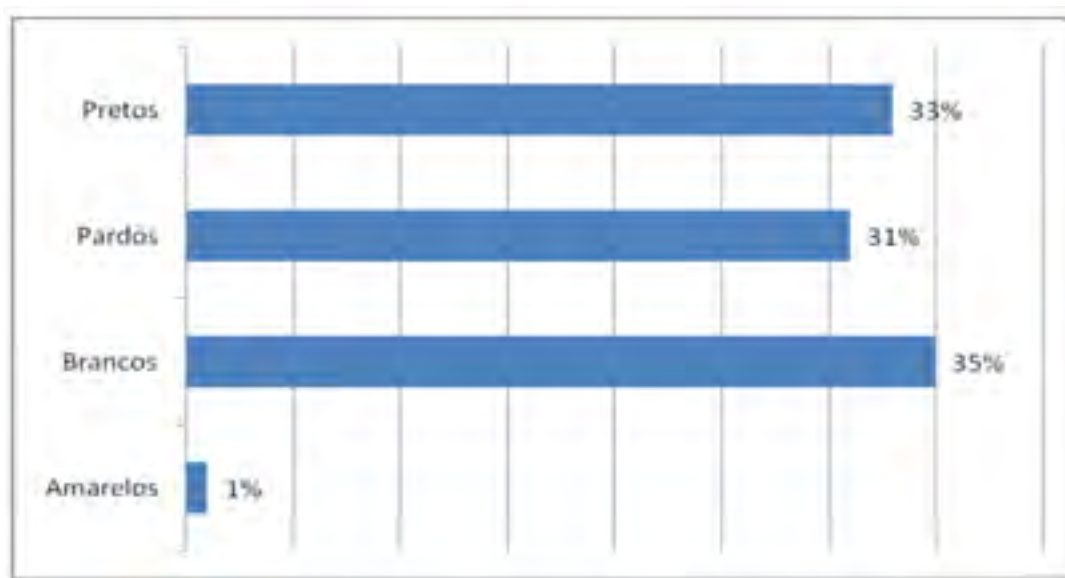
Sendo assim, do total de questionários respondidos, 89% declararam ser do sexo feminino e 11% do masculino, tal resultado, porventura se deve à modalidade de cursos oferecidos neste *campus*, caracterizados por licenciaturas e com trajetória marcada pela presença feminina. Contudo Santos enfatiza que:

Tal posição de vanguarda das mulheres é coerente com o que se observa no campo educacional como um todo, conforme dados revelados pela própria Pnad 2009, segundo os quais entre as pessoas com mais de 15 anos de idade, há menos mulheres analfabetas. No que se refere à média de estudos em quase todos os grupos etários, a média das mulheres foi superior à dos homens. (SANTOS, 2015, p.75)

No que se refere à faixa etária dos respondentes, verificou-se que 66% têm entre 20-24 anos, e outros 22% compreendem a faixa etária de 25-39 anos, os outros 12% encontram-se nas demais faixas etárias. Com isso, verifica-se assim, que o universo dos cotistas sociais que permanecem matriculados na instituição é composto majoritariamente por jovens e adultos e no que tange ao estado civil 80% são solteiros.

Com relação à raça/ etnia, a partir do **Gráfico 01**, verifica-se que 33% são pretos, 31% pardos, 35% brancos, 1% amarelo e nenhum indígena. Somados os pardos e pretos, têm-se um total de 64% de cotistas sociais negros confirmando desta forma que entre os negros se fazem presentes a maioria da população baixa renda de nosso país.

Gráfico 1 - Cotistas sociais por raça/etnia declarada.



Fonte: SIMÕES, 2018, p.99.

Esta realidade local atual difere sobremaneira dos dados nacionais concernentes ao perfil dos alunos das IFES antes da adoção das cotas, onde é mostrado um constante crescimento no acesso de pessoas negras no Ensino Superior, mas ainda com a prevalência de pessoas de cor branca. Segundo a ANDIFES (2011):

Os estudantes de raça/cor/etnia branca são maioria (54% contra 59% em 2004), em especial na classe A (74%). O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010. Este aumento ocorreu em todas as regiões, com destaque para a região Norte, que praticamente dobrou o seu percentual (13,4% contra 6,8% em 2004), e a região Nordeste, que teve um aumento de 46% (12,5% contra 8,6% em 2004). O universo de estudantes de raça/cor/etnia preta e parda também aumentou (40,8% contra 34,2% em 2004) e sua maior concentração está nas classes C,D e E (53,3% contra 43,7% em 2004).

Deve-se destacar que com relação à escolaridade da mãe prevalece o Ensino Fundamental incompleto (47%), seguido do Ensino Médio completo (26%), apenas 10% das mães possuem o Ensino Superior completo. Com referência ao pai, os dados quase se assemelham, sendo somados os sem escolarização e com Ensino Fundamental Incompleto obtém-se 50% da amostra válida. Faz-se importante referenciar que tais dados vêm revelar uma alteração significativa no contexto sócio educacional dos últimos cinquenta anos, de acordo com o estudo de Ribeiro, Cineviva e Brito (2015), que em sua pesquisa evidenciaram a estratificação educacional entre os jovens no Brasil de 1960 a 2010, afirmando que:

Os efeitos da escolaridade da mãe, da renda per capita familiar e de características sociais do ambiente familiar evidenciam que nos últimos cinquenta anos a origem social dos jovens brasileiros teve forte impacto na sua trajetória educacional. [...] Pode-se dizer

que nos últimos cinquenta anos no Brasil, houve uma diminuição da desigualdade de oportunidades educacionais nos níveis educacionais básicos, persistência das desigualdades no nível médio e aumento da desigualdade no nível superior (RIBEIRO, CINEVIVA e BRITO, 2015, p. 107 - 108).

Em face às afirmações dos autores, no que concerne às décadas de 1960 até o ano de 2010 e os dados obtidos na presente pesquisa percebe-se uma alteração significativa neste quadro de desigualdade educacional, e no que concerne à Educação Superior, tal mudança deve-se primordialmente à instituição da política de cotas nas IFES a partir de 2012.

Em relação à renda familiar, cabe destacar, antes de qualquer análise, que o público-alvo da referente pesquisa é aquele que declarou e comprova até 1,5 salários-mínimos *per capita* para o ingresso na academia. Desse modo, no universo pesquisado, apesar da prevalência dos alunos com renda estimada de até 1 salário - mínimo, apenas 20% declaram fazer parte de algum programa de assistência social e transferência de renda, como, por exemplo, o Bolsa Família. Desta forma, verifica-se que o público que está tendo acesso às universidades por intermédio das cotas sociais, em sua maioria, não é aquele identificado como “pobre” pelos programas sociais brasileiros².

Neste contexto, pode-se também auferir como já apontado em estudos anteriores (ZAGO, 2006), que muitos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no Ensino Superior, mesmo sendo público e gratuito e acabam por ceder sua vaga para um público com capital econômico um pouco superior. Sobre este aspecto, permita-se, aqui, transcrever Bourdieu:

Mais profundamente, porém, é porque o desejo razoável de ascensão através da escola não pode existir enquanto as chances objetivas de êxito forem ínfimas, que os operários - embora ignorando completamente a estatística objetiva que estabelece que um filho de operário tem duas chances em cem de chegar ao ensino superior - regulam seu comportamento objetivamente pela estimativa empírica dessas esperanças objetivas, comuns a todos os indivíduos de sua categoria. Assim, compreende-se por que a pequena burguesia, classe de transição, adere mais fortemente aos valores escolares, pois a escola lhe oferece chances razoáveis de satisfazer a todas suas expectativas, confundindo os valores do êxito com os do prestígio cultural. Diferentemente das crianças oriundas das classes populares, que são duplamente prejudicadas no que respeita a facilidade de assimilar a cultura e a propensão para adquiri-la, as crianças das classes médias devem à sua família não só os encorajamentos e exortações ao esforço escolar, mas também um ethos de ascensão social e de aspiração ao êxito na escola e pela escola, que lhes permite compensar a privação cultural com a aspiração fervorosa à aquisição de cultura (BOURDIEU, 2015, p. 53).

No que se refere ao município de origem, a amostra revelou que mais de 50% não pertencem ao município de Campos dos Goytacazes e assim possuem custo com moradia, alimentação e transporte para se manter na universidade. Indagou-se assim, sobre o local de moradia durante o período letivo, o resultado revela a importância da construção e manutenção de uma residência estudantil no ESR/UFF, pois identificou-se que mais de 59% dos estudantes moram em repúblicas. Observa-se ainda, um percentual de 15,6% de alunos que viajam diariamente para freqüentar a universidade, em sua maioria, provenientes dos demais municípios situados no norte fluminense.

A pesquisa apontou também o universo de alunos que não têm acesso ao PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil/Decreto nº7234/2010) apesar de possuírem os critérios

² Como por exemplo: a renda per capita do Programa Bolsa Família define como extrema pobreza os que possuem renda per capita menor que R\$ 77,00, e pobreza, os que possuem renda per capita de R\$ 77,01 a R\$ 154,00

exigidos para inclusão no programa. Nesse aspecto, verificou-se quase 53% dos cotistas sociais nunca receberam qualquer bolsa/auxílio custeado pelo PNAES, outros 20% já receberam, mas não recebem mais, revelando assim, a descontinuidade da assistência que é dada na medida em que ocorre o ingresso de alunos mais carentes que os demais. Na pesquisa, evidenciou-se que apenas 27% dos cotistas sociais da amostra encontram-se amparados pelo programa.

Destarte, o próximo subitem elucidará através da análise das questões abertas dos questionários aplicados, as dificuldades para o acesso, os obstáculos à permanência acadêmica, bem como a percepção dos pesquisados quanto a política de cotas e de assistência ao estudante na universidade em tela.

“QUEM ENTROU QUER FICAR”

O acesso dos cotistas sociais à universidade pressupõe além da seleção por intermédio do ENEM/SISU, a comprovação de sua situação socioeconômica, que é realizada mediante entrevista com profissional de Serviço Social e da apresentação de documentos comprobatórios da situação de renda familiar requisitados em edital específico.

Desta forma, a fase referente à entrevista pode ser eliminatória, em caso de ausência por parte do candidato, assim como pela falta de documentos exigidos em edital ou ainda se a renda apurada for superior a um salário-mínimo e meio *per capita*. Sendo assim, inicia-se a primeira problemática relacionada ao acesso, ao passo que diversos alunos questionam o fato de optar por uma modalidade de cota social e ter que arcar com os custos de uma viagem para a realização de entrevista em locais distantes de sua residência, conforme revela o relato abaixo:

Eu quase nem fiz a inscrição, porque não tinha dinheiro para passagem para ir para Niterói. Foi horrível, porque no dia que eu fui estava tendo uma greve de ônibus aí eu não consegui chegar na hora da inscrição. E aí, alguns alunos da Universidade falaram se eu fosse você eu voltava na segunda, só que eu não tinha como ir para minha cidade e voltar depois, porque eu não tinha dinheiro e daí me ofereceram para ficar na casa deles... Pessoas que eu nem conhecia e daí eu acabei ficando para tentar na segunda no primeiro horário para ver se dava para eles fazerem a inscrição ainda... E aí acabou que na segunda-feira, por causa da greve de ônibus eles abriram para continuar as inscrições, mas eu precisei ficar de favor na casa de pessoas que eu não conhecia... Foi tensa a inscrição. (Lavanda, Psicologia, ingressante no 1º semestre de 2014).

O relato acima testifica os obstáculos enfrentados e a determinação dos candidatos, que mesmo diante das adversidades persistem no intuito do ingresso na universidade, porém quantos não desistiram devido esta logística? Vale frisar que o processo foi parcialmente descentralizado a partir de 2015, contudo, os candidatos têm que realizar a sua matrícula e entrevista socioeconômica no *campus* onde se situa o curso pretendido.

Diante dessa experiência, seria oportuno que o aluno pudesse escolher o *campus* para realização da entrevista, haja vista que a UFF possui além da sede, em Niterói, oito *campi* descentralizados (Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda), tal medida não apenas facilitaria o acesso do aluno, como também diminuiria os custos da viagem, na medida em que optassem por realizar a entrevista em um *campus* mais próximo ao seu local de moradia. Cabendo aqui sugerir que tal etapa do processo possa ser realizada em outras IFES, haja vista que o SISU/ ENEM constitui-se num sistema de amplitude nacional e todas as IFES deveriam adequar e padronizar tais atendimentos aos cotistas sociais.

Outro ponto evidenciado no que concerne ao acesso, diz respeito à burocracia do processo, bem como a reiteração da subalternidade que ficou explícita em diversos relatos, quando questionados sobre a entrevista socioeconômica, conforme exemplos abaixo:

De certa forma me senti como se a documentação apresentada não fosse o suficiente para comprovar minha condição social e financeira. Recomendo aos demais alunos que não tenham vergonha da sua origem, pois a universidade é espaço de todos. (Bromélia, licenciatura em Ciências Sociais)

Eu estava com todo o meu atestado de pobreza na frente dela, carteira de trabalho, CNIS, com todos os documentos que estavam exigindo, mas mesmo assim eu me sentia uma mentirosa que estava tentando convencer alguém a me ajudar. Eu não sabia nem o que falar mais para ela, já que havia falado que estava morando na casa dos outros de favor, dormindo em cima de uma pele de colchonete de tão velho que ele estava. Achei a entrevista um pouco humilhante. A pessoa já está em uma condição que só Deus e ainda ouve que pode perder a vaga na instituição, aí eu pensei: Tô lascada, porque saí do meu emprego e como eu vou fazer se perder a vaga? Vou voltar como, já estava naquele emprego há quatro anos. Minha mãe que não me apoiou, como até hoje não apoia, ia falar que tinha me avisado. Que não era pra eu ter largado meu emprego, que eles pagavam pouco, mas pagavam direitinho. (Dália, licenciatura em História)

Verifica-se assim, que a entrevista socioeconômica para ingresso na universidade por intermédio da política de cotas se assemelha demasiadamente aos processos de seleção para programas sociais, por vezes, assim como a assistência social é vista por muitos como uma ajuda, saindo do campo do direito, a política de cotas, principalmente as sociais recaem nesse mesmo problema.

Com referência a política de cotas na universidade, muitos co-relacionavam a mesma a um precário investimento em políticas de permanência, o que vem ratificar a hipótese de que os cotistas sociais são inseridos no Ensino Superior, mas ao mesmo tempo não são fornecidas condições adequadas para sua permanência, reforçando assim o binômio inclusão-exclusão, conforme relato a seguir:

Penso que é uma política que tem proporcionado o acesso a muitas pessoas, que talvez de outro modo teriam mais dificuldades. Mas entendo também, que essa política não é suficiente para solucionar os problemas de acesso a educação no país. Penso ainda, que as universidades precisam se preparar melhor para receber esses alunos e ampliar a quantidade de bolsas para a assistência estudantil, porque muitos dos alunos cotistas, que por essa razão atendem aos critérios para receber bolsas, acabam não sendo contemplados e alguns são obrigados a abandonar o curso. (Íris, Psicologia)

No que concerne aos programas de assistência estudantil no ESR/UFF, foi evidenciado que apenas 27% dos alunos que responderam ao questionário possuem no momento alguma modalidade de bolsa/auxílio estudantil. Mas qual a opinião dos cotistas sociais sobre os programas e quais as sugestões? Tais indagações podem ser exemplificadas nos relatos abaixo:

O valor é bem baixo, tem gente que já paga 350 reais de aluguel e aí acabou. O processo seletivo também, os critérios utilizados... É uma briga para descobrir quem é mais pobre. (Flor de Lis, Psicologia)

Entendo que para haver mudanças na assistência estudantil deveria haver também, mudanças no cenário político, de políticas públicas, no cenário econômico e de investimentos nas universidades. Mas sem dúvida alguma, acredito que o número de bolsas e auxílios deveriam ser ampliados, principalmente no Campus de Campos dos Goytacazes onde a falta de uma infraestrutura deixa os estudantes em maior vulnerabilidade em relação ao campus de Niterói. (Sálvia, Psicologia)

Acho que um bandeirão e moradia estudantil evitaria a evasão dos estudantes (Dália, licenciatura em História)

Acredito que ajudaria muito ter bolsas para cotistas separados do não cotistas, ou seja, um sistema de bolsas apenas para cotistas. (Primavera, licenciatura em Ciências Sociais)

Tais depoimentos ratificam a ausência de infraestrutura do pólo, incluindo neste quesito, os restaurantes universitários e as moradias estudantis; os valores das bolsas; o processo seletivo que é unificado para todos os pólos e a inexistência de uma bolsa específica para o aluno cotista.

A partir do questionamento quanto aos motivos que os fazem permanecer na universidade, variadas respostas colocam o Ensino Superior num *status* de sonho antes inalcançável e mais ainda, depositam neste sonho as suas chances de mobilidade social. Não raro também, foram os depoimentos que relacionam o Ensino Superior com a qualificação e inserção no mercado de trabalho, conforme pode ser verificado nos relatos em destaque:

Tenho um sonho, quero me formar, ter uma carreira bem sucedida para assim ajudar minha família. (Beladona, Ciências Econômicas)

A minha única esperança em ascender socialmente é estudando. Penso em dar uma condição de vida melhor para minha mãe que não pode mais trabalhar, pois está inválida e futuramente poder ajudar meu irmão na criação dos meus 3 sobrinhos. Tenho o sonho de ter minha casa própria e uma vida confortável, sem privações, fome, necessidades básicas. Sei que permanecendo na universidade posso vir a fazer um mestrado e dar aulas em curso superior, isso muito me motiva. Sei que irei conseguir. (Dália, licenciatura em História)

Faculdade é a minha única chance. (Narcizo, Ciências Econômicas)

Na sequência, foram encontradas respostas que remetem a permanência à identificação com o curso, fazendo-se importante lembrar, que de acordo com a metodologia de ingresso nas IFES, por intermédio do SISU nem sempre os alunos optam pelo curso de seu real interesse, ao passo que de acordo com a nota obtida no ENEM podem escolher uma segunda opção. Contudo, nas respostas abaixo destacadas, evidencia-se a importância da identificação com o curso para suplantarem os possíveis óbices à permanência:

O amor ao curso, vontade de vencer! (Menta, licenciatura em História)

Meu amor pelo curso e a vontade de dar uma realidade diferente para meus irmãos. (Crisântemo, Psicologia)

Conseguir concluir o curso que gosto e seguir na carreira que gosto, por um tempo eu jamais imaginei fazer uma universidade muito menos federal, primeiro foi isso e depois, porque eu me apaixonei pelo curso. (Jasmim, Serviço Social)

Primeiro acho que foi ter gostado do curso. Então apesar das dificuldades... assim já enfrentei dificuldades muito piores... mas eu tive dificuldades aqui na UFF também, mas não foram suficientes para me fazer desistir... eu acho que eu gostar do curso foi o que me fez continuar. (Tulipa, Serviço Social)

Desta forma, verifica-se que as possibilidades de ascensão social e de ingresso no mercado de trabalho somadas a identificação com os cursos, são molas propulsoras à permanência dos cotistas sociais na academia. Sendo a assistência estudantil um mecanismo que fornece subsídios a esta permanência, e em muitos casos, sem a qual, seria impossível permanecer.

No que concerne aos obstáculos à permanência deste alunado na universidade, ganharam destaque: a ausência de assistência estudantil, a situação financeira de forma geral e ainda situações identificadas como falta de pertencimento ao universo acadêmico. Neste sentido, ao serem questionados quanto aos possíveis motivos para uma evasão, destacaram-se:

Este ano quase evadi por questões sérias referentes aos meus recursos financeiros, cheguei a tentar a bolsa desenvolvimento (que só fui receber muitos meses depois, mais precisamente este mês), mas graças ao apoio principalmente do meu noivo, pude dar prosseguimento ao curso sem precisar trancá-lo. (Sálvia, Psicologia)

Na maioria das vezes me sinto incapaz e inferior em relação a outros alunos. (Menta, licenciatura em História)

Qualquer tipo de discriminação e falta de dinheiro para arcar com os custos. (Amarílis, bacharelado em Geografia)

Dificuldades com problemas pessoais, sobrecarga e medo de não dar conta de tudo que o curso exige e falta de estímulo e incentivo por parte da universidade e de outros. (Prímula, Psicologia)

Apesar do universo de cotistas que trabalham não ser potencialmente representativo na amostra em evidência (22%), muitos alunos trouxeram em seus depoimentos questões relacionadas ao trabalho e a vida acadêmica, na perspectivas de este ser ou poder vir a ser mais um obstáculo à continuidade de seus estudos. Tal fato pode ser exemplificado pelas respostas a seguir:

A total ausência de dinheiro, e a necessidade de começar a trabalhar para me manter. Com um filho e um emprego, uma faculdade torna-se impossível. (Flor de Lis, Psicologia)

O trabalho, por não poder me dedicar o suficiente. Me cobro muito e um rendimento ruim pode me deixar profundamente deprimida e desmotivada. (Açucena, licenciatura em História)

E aí no primeiro ano eu consegui a Bolsa Acolhimento e depois teve um tempo que eu trabalhei numa farmácia [...] foi muito difícil conciliar o trabalho com a faculdade eu não tinha tempo para estudar, depois saí. (Jasmim, Serviço Social)

Em suma, a pesquisa identificou como principais obstáculos à permanência, a situação de renda atrelada à não universalidade dos programas de assistência estudantil, a ausência do sentimento de pertencimento ao universo acadêmico e questões de discriminação. Contudo, tornou-se evidente, pelo menos, para o público-alvo da presente pesquisa, qual seja: os cotistas sociais, que as questões sócio econômicas são preponderantes para a continuidade dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que o perfil predominante dos cotistas sociais que ainda permanecem no ESR/UFF trata-se, em sua maioria, de mulheres jovens, solteiras, pardas ou pretas, que não estão inseridas no mercado de trabalho, dependendo assim, da ajuda de terceiros/familiares ou do PNAES para sua permanência na universidade, contudo, mais de 50% nunca teve acesso ao programa. Possuem ainda, uma renda familiar mediana de 1 salário-mínimo e mais da metade é advinda de outros municípios, residem em república e acreditam que o Ensino Superior é um mecanismo eficaz para uma dada ascensão social. O estudo confirma ainda a premissa de que “no Brasil a pobreza tem cor”, na medida em que 64% dos alunos que se declaram carentes para o ingresso na universidade são pardos ou pretos.

Verificou-se na análise dos relatos a importância da descentralização dos mecanismos utilizados para concretização do acesso aos estudantes nas IFES, tais como as entrevistas sociais e análise

de documentos. Ou seja, foi democratizado o acesso por intermédio do ENEM/SISU, contudo muitos obstáculos estão sendo evidenciados para efetivação da matrícula.

Do mesmo modo, revela-se a necessária adoção de uma política de permanência que contemple as realidades vivenciadas em cada pólo universitário, pois se pressupõe que o acesso aos direitos estudantis deve ter como base o conceito de territorialização, que defende a organização dos serviços a partir do território, suas características, demandas, e equipamentos sociais existentes.

Assim, a pesquisa pôde constatar, fazendo uma analogia a Serge Paugam (2003), que existem três tipos de cotistas sociais na universidade, os fragilizados: são aqueles alunos que se encontram numa situação de subemprego para sua manutenção na universidade e que devido a renda incerta e/ou horários conflitantes não conseguem participar plenamente da vida acadêmica; os assistidos: são os alunos beneficiários do PNAES e/ou das redes de solidariedade composta por membros da família ou amigos; e os marginalizados: são os alunos que na ausência de emprego, de suporte familiar e de falta de acesso ao PNAES enquadram-se enquanto uma parcela “socialmente inadaptada” e que acaba por evadir da universidade.

REFERÊNCIAS:

ANDIFES. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília - 2011.

BOURDIEU, Pierre; **Escritos de Educação**. Nogueira, Maria Alice. E CATANI, Afrânio (orgs). 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. **Decreto 7.234/2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil, 19/07/2010.

_____. **Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Os reflexos de Durban em Ouro Preto na UFOP**. LAZARO, André (org). Coleção Estudos Afirmativos, v.5.- Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ,LPP,2015. 120p.

SIMOES, Cassiana F. **Da democratização do acesso ao desafio da permanência : a experiência dos cotistas sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense - ESR/UFF**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

_____, Cassiana F. AMARAL, Shirlena Campos de S. **A política de cotas e a democratização do acesso no Ensino Superior: uma análise a partir da realidade do ESR/UFF**. Artigo completo publicado nos anais do XII Congresso Latino Americano de Humanidades; outubro de 2016:Campos dos Goytacazes-RJ.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza**. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, v. 32. mai/ago. 2006.

ENVELHECIMENTO ATIVO: DIGNIDADE E LONGEVIDADE COM QUALIDADE DE VIDA

ARI GONÇALVES NETO

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
arigneto@gmail.com

SHEILA CAMPOS DE SOUZA

Fisioterapeuta
sheilacamposdesouza@gmail.com

DÉCIO NASCIMENTO GUIMARÃES

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
decio.guimaraes@yahoo.com.br

RESUMO: O percentual de pessoas acima de 60 anos está a aumentar rapidamente e a estimativa é de que em aproximadamente 25 anos poderá ultrapassar o dobro do número de jovens. Assim, tem-se que o envelhecimento trata-se de um processo que precisa ser vivido de uma forma saudável e autônoma o maior tempo possível. E, para isso, necessário se faz que as pessoas idosas se envolvam na vida social, econômica, cultural e civil, para que envelheçam de uma forma ativa. Diante dessas evidências, é pertinente a abordagem sobre a dignidade e a qualidade de vida das pessoas idosas, sobretudo na perspectiva do Estado Democrático de Direito. Neste diapasão, o presente artigo pretende analisar a problemática da senilidade conjugada com as previsões normativas, a fim de se assentar quais efetivamente são as influências que o envelhecimento ativo exerce sobre a qualidade de vida das pessoas idosas.

Palavras-chave: dignidade humana; qualidade de vida; envelhecimento ativo e participação social.

ABSTRACT: The percentage of people over the age of 60 is quickly increasing, the estimate is that in approximately 25 years it may exceed twice the number of young people. That being, aging is a process that needs to be lived in a healthy and autonomous way for as long as possible. And for this, it's necessary that elderly people become involved in social, economic, cultural and civil life, so that they may be able to age in an active way. Given such evidence, it's pertinent to approach the dignity and quality of life of the elderly, especially from the Democratic State of Law perspective. In this context, this study aims to analyze the senility problem in conjunction with forecasts normatives, in order to establish which ones are effectively influencing that active aging exercises on the quality of life of the elderly.

Keywords: human dignity; quality of life; active aging and social participation.

Considerações iniciais

O ser humano em suas múltiplas fases percorre em direção à maturidade. E a conjuntura social contemporânea demonstra que a população brasileira caminha cada vez mais para a senilidade. Neste sentido, o processo do envelhecimento no contexto nacional trata-se de um fato que carece e merece um aprofundado estudo.

Nessa senda, imprescindível se faz a abordagem sobre a dignidade do idoso, bem assim dos fatores que contribuem para a longevidade, inclusive, na perspectiva dos novos direitos.

Em verdade, a promoção da dignidade da pessoa humana na idade senil não se configura tarefa fácil, seja no aspecto de sua efetivação ou a despeito de todo o movimento das ciências sociais e do direito no sentido de promover essa aspiração constitucional. Essa camada da população brasileira é a que mais sofre com esta fática realidade, de modo que merecedora de uma maior atividade de cuidado, respeito e atenção.

Estudos sobre a senilidade apresentam-se com vistas a se conhecer melhor as necessidades dos idosos e ainda visando nortear políticas públicas de atendimento às suas necessidades. Nesse contexto, o artigo trata da dignidade, da saúde e da longevidade à luz dos novos direitos assegurados aos idosos e a importância da qualidade de vida para a promoção desta longevidade, não para que apenas se viva mais quantitativamente, mais sim qualitativamente melhor.

A dignidade da pessoa do idoso é abordada como instrumento promotor de cidadania, saúde, cuidados e qualidade de vida para que os idosos tenham condições de alcançar a longevidade com efetivas condições para o exercício de uma existência digna. Por fim, registra-se que a metodologia utilizada foi qualitativa baseada em doutrinadores expertises sobre o tema, bem ainda de acordo com a normativa nacional.

O idoso e a cidadania no Brasil

Os estudos relativos à condição da pessoa humana e as múltiplas fases de seu processo de desenvolvimento sempre estiveram em evidência, independentemente da sociedade ou época. Em especial, a fase senil da vida, foi e é objeto de profundas reflexões que buscam conhecer sistemática e metodicamente o fenômeno do envelhecimento da pessoa humana.

No decorrer da história da humanidade, filósofos, teóricos e cientistas como Hipócrates (460 – 377 a.C.), Galeno (129 – 217 a.C.), Roger Bacon (1214 – 1294), e Darwin (1809 – 1882), criaram ensaios, teses e estudos sobre o envelhecer, analisando suas implicações não só para o próprio idoso no que diz respeito ao seu organismo, modo de vida e comportamento, mais também para todos aqueles que se encontram na comunidade em que ele está inserido. Nesse sentido, Spriduso conceitua o envelhecimento como o:

(...) Processo ou conjunto de processos que ocorrem em organismos vivos e atingem de forma geral a todas as pessoas, seja direta ou indiretamente (SPRIDUSO, 2005, p.06).

Verifica-se assim, que os aspectos relacionados ao conceito de envelhecimento, notadamente o tempo e a idade, alcançam a natureza de sinônimos e dependem de um significado maior – biológico e social – para serem de fato compreendidos, e cada cultura considera o envelhecer de acordo com critérios seguidos pela biologia, e, especialmente, por meio de análises psicológicas – diminuição das aptidões cognitivas, e sociais, em função das alterações nos papéis exercitados em sociedade.

Em algumas culturas, a pessoa idosa é vista como um ser sem valor, e, de acordo com Almeida, é vista como um problema social expressivo. Na França, por exemplo, os idosos passaram a receber tratamento pelo poder público nas últimas décadas do século XIX, a partir da distinção em relação aos mendigos sob a guarda dos asilos públicos (ALMEIDA, 2003).

No Brasil, o perfil dos idosos demonstra que, atualmente, as principais características estão relacionadas à preferência por espaços urbanos de grande público e interatividade, ante a existência de melhores estruturas de atendimento e proteção. São, ainda, em sua maioria, do sexo feminino, possuem baixa qualificação educacional e encontram-se fora do mercado de trabalho (PIACENTINI, 2016).

Os fatos indicados acima culminaram na necessidade de criação de políticas públicas de abrangência nacional, a fim de suprir as desigualdades, discriminações e desrespeitos às pessoas idosas, garantindo-lhes todos os direitos assegurados aos demais integrantes da sociedade, proporcionando, em última análise, igualdade de condições para todas as fases da vida, inclusive, a senil.

Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, denominada popularmente como Constituição Cidadã, tendo em vista a criação de espaços de maior participação popular, inclusive, concretizando as demandas das minorias (BREDEMEIER, 2003), incorporou os direitos dos idosos em seu texto, como por exemplo, o direito à aposentadoria de todos os trabalhadores urbanos e rurais. O texto constitucional dispõe ainda sobre a dignidade dos cidadãos, classificando-a como sendo um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

A cidadania surgiu, num primeiro momento, relacionada com a concepção de nacionalidade, para posteriormente vincular-se a titularidade de direitos políticos. Uma terceira concepção surgiu e, desta vez, atinente a relação existente entre os cidadãos e o Estado. Assim, a cidadania em sentido atual possui ligação com a materialização das estruturas dos Estados Social e de Direito, servindo, em última análise, como mediadora entre o Estado e a sociedade como um todo, com o objetivo de obter o consenso social e a legitimação do poder estatal. A cidadania pode ser compreendida sob três aspectos, quais sejam, civil, político e social – entendidos como direitos do homem e assegurados pelo princípio da igualdade presente na Constituição Federal.

Neste sentido, na busca por efetivar os direitos de cidadania, enquanto direitos civis, políticos e sociais, a Carta Magna dispõe expressamente sobre os direitos à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, previdência social, segurança, dentre outros, como direitos inerentes à pessoa humana. Verifica-se que a todos são assegurados os direitos sociais fundamentais, inclusive, às pessoas idosas, que, ante as grandes contribuições prestadas à sociedade, merecem especial proteção constitucional.

Soma-se a previsão constitucional sobre os direitos de cidadania e sociais, a proteção consubstanciada no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) que prevê, dentre outros direitos, a liberdade e o respeito à dignidade – como sendo aqueles que asseguram aos idosos o protagonismo dos direitos civis, políticos, individuais e sociais; garantindo, ainda, o direito de ir e vir, a liberdade de expressão, o direito ao culto, prática de esportes e diversão, bem como a participação ativa da pessoa idosa na vida familiar, protegendo-a contra qualquer discriminação ou violência.

O referido estatuto dispõe ainda sobre a prestação solidária de alimentos a pessoa idosa, facultando a ela ou a quem a assiste ou representa, o direito de escolher dentre os prestadores,

de quem quer receber pensionamento, de acordo com o art. 12 do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Importante salientar que, nestes casos, a responsabilidade do Estado é subsidiária, ou seja, cabível tão somente quando a família do idoso não dispõe de meios suficientes para arcar com o seu sustento (BRASIL, 2003).

No que diz respeito ao direito à saúde, atenção especial também é garantida ao idoso por meio do SUS - Sistema Único de Saúde -, inclusive com prioridade no atendimento nas unidades de saúde, inclusive nas unidades privadas, além de atendimento domiciliar, quando impossibilitado de se locomover, reabilitação para redução de sequelas decorrentes de problemas de saúde, e, por fim, o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e órteses (BRASIL, 2003). Quanto aos direitos atinentes à educação, cultura e lazer, o art. 23 ressalta o desconto de até cinquenta por cento nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, inclusive, com acesso preferencial (BRASIL, 2003).

O Estatuto do Idoso assegura (art. 27, *caput* e parágrafo único) quando da admissão em qualquer emprego ou trabalho o critério de idade para desempate, sendo vedado qualquer tipo de discriminação, à exceção dos casos em que a natureza do cargo exija outro critério de seleção. Quanto aos transportes coletivos interestaduais, a Lei prevê, no art. 40, *caput* e incisos I e II, a disponibilização de reserva de duas vagas gratuitas, por veículo, para os idosos possuidores de renda mensal de até dois salários mínimos, ou ainda, desconto de cinquenta por cento no valor das passagens para aqueles que excederem as vagas disponibilizadas (BRASIL, 2003). O direito a vagas reservadas é estendido aos transportes públicos municipais e intermunicipais, conforme preveem os artigos 39, 41 e 42 da referida Lei.

Portanto, frente ao leque de direitos de cidadania e sociais fundamentais assegurados não só pela CRFB/88, mais também pelo Estatuto do Idoso, tem-se, de fato, a coroação e efetivação de um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro, que é a dignidade da pessoa humana, além de proporcionar à pessoa idosa plena possibilidade de continuar a desenvolver suas habilidades e contribuir para o crescimento, inclusive intelectual, da sociedade, rompendo com os estereótipos culturalmente disseminados em relação à idade senil.

O processo de emancipação do idoso

O processo de envelhecimento assumiu historicamente um caráter negativo, significando, em última análise, dependência. O desprezo pela pessoa idosa acontece em múltiplas situações, e é promovido até mesmo pelos próprios idosos, pois ainda existem localidades em que as pessoas idosas não são vistas como seres renegados, para não dizer menosprezados, pela herança deixada pela longevidade. As fragilidades são entendidas como intransponíveis em relação aos valores exigidos pela sociedade capitalista. Corrobora as afirmações acima, a seguinte lição:

[...] Os desdobramentos históricos, políticos, tecnológicos, artísticos, religiosos e econômicos permitem compreender quais os valores que estavam regendo aquele momento da vida. As ações daquele momento, portanto, passam a representar um projeto social. São muito claros e neles podemos entender experiências sob o prisma sociológico, constatamos que são variáveis tanto nos povos, como nos indivíduos [...] (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2006, p. 163).

Entretanto, atualmente a sociedade tem repensado essa postura em relação ao idoso, até mesmo por força da legislação, eis que não há mais espaço para o discurso de dependência ou mesmo passividade da pessoa idosa, ante a superação do paradigma de idoso que a sociedade criou e difundiu culturalmente, possibilitando, o protagonismo do longo frente ao seu sistema vital de aperfeiçoamento enquanto ser humano. Nessa perspectiva, os idosos passaram,

ainda que gradualmente, a serem reconhecidos como sujeitos ativos, com plena capacidade para raciocinar, se emocionar e aprender, abrindo, portanto, um campo de possibilidades a fim de lhes proporcionar a interação em todos os ambientes da vida social. Por isso, é muito importante preparar a sociedade, em especial as pessoas idosas, a fim de a cada dia alcançar um novo sentido à existência enquanto pessoa humana durante a fase senil da vida – o que somente é possível por meio da educação, libertando-se das discriminações e preconceitos.

Entende-se, assim, que, somente por meio da educação, a pessoa idosa alcançará a promoção e a efetivação da cidadania e da dignidade humana, ambas consideradas fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro, facultando a mesma realizar planos e projetos de vida, de onde emergem novas possibilidades de “ser”.

A educação quanto à própria existência liberta e estimula o idoso às necessárias competências para o enfrentamento diário dos desafios que se apresentam ante a idade senil, além de fortalecer a coragem de romper em direção ao que é novo, ante a nova esfera de direitos conquistados nesse terceiro milênio como a qualidade de vida, a autoestima, autonomia, entretenimento, a própria educação numa perspectiva ampliada, e os cuidados pessoais voltados para a boa forma física e até mesmo as cirurgias estéticas.

Nesse sentido, são necessárias iniciativas de qualidade programadas para a pessoa idosa e não de caráter paternalista, muito pelo contrário, devem ser direcionadas ao efetivo desenvolvimento do idoso como cidadão, sujeito de direitos e de mudanças. Cabe também à sociedade estimular o idoso a se envolver com a própria educação, vislumbrando novos horizontes, conforme explica Salgado:

[...] A disponibilidade para aprender nem sempre é uma característica dos idosos, cabendo aos profissionais a responsabilidade de estimularem essa atitude, buscando métodos pedagógicos adequados e diminuindo o estigma preconceituoso de que na velhice é muito difícil aprender [...] (SALGADO, 2007, p. 76).

As pessoas idosas devem buscar na educação a conscientização de sua condição enquanto pessoa humana e cidadão a fim de aprenderem a ressignificar sua existência, não admitindo a indiferença ou mesmo a discriminação e o preconceito em relação às suas ações e relações com o outro, e, além disso, o conhecimento de todo o conjunto de normas e leis referentes à sua proteção, para que, quando violado em qualquer de suas esferas, saiba a maneira correta de proteger seus direitos sociais, políticos e civis.

Ao serem motivados por novas aprendizagens, quer digam respeito a estilo de vida ou mesmo de seus direitos, o idoso torna-se capacitado para adquirir competências importantes com o fim de recusar a apatia, agindo de modo a reagir, divergir, participando na luta por mudanças e na proteção de seus direitos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pelo Estatuto do Idoso e por Tratados e Convenções Internacionais sobre os direitos dos idosos.

O processo de educação do longevo requer ambiente adequado para viver e conviver com o outro ao longo da fase senil, nos ambientes sociais e nos diferentes tipos de relacionamentos, quer sejam familiares ou sociais; possibilitando ainda a capacidade de realizar escolhas, sonhar, lutar por ideais, tomar posições e decisões importantes, enfim, fazer tudo o que deseja.

É necessário se viver com vigor cada etapa da vida e buscar na educação formas pelas quais o envelhecimento seja vivenciado com muito prazer, levando-se em conta suas peculiaridades. Assim, o idoso deve-se entender como um ser que se faz e se realiza no transcurso de sua existência e como alguém detentor de direitos e deveres. Neste passo, tem-se que, a concepção

problematizadora e libertadora da educação precisa ser efetivada, não apenas pelo Poder Público por meio de políticas públicas (leis federais e internacionais), mas também precisa ser vivenciada nas famílias, nas escolas, nas universidades, no trabalho e em todos os ambientes sociais, incluindo a superação dos estereótipos atinente ao envelhecimento como premissa.

A contribuição familiar na efetivação da libertação provocada pela educação na vida do idoso é de muita importância, haja vista ser a instituição mais próxima do longo, conhecendo as suas peculiaridades, jeito de ser, pensar e agir, contribuindo sobremodo, com afeto e carinho, no seu processo de conscientização e emancipação. Nesse sentido, de acordo com Anita Neri:

Quanto mais intensos e frequentes os afetos positivos, maior a capacidade dos idosos de acionar recursos psicológicos para enfrentar emoções negativas e para diminuir a intensidade das respostas fisiológicas automáticas associadas a afetos negativos. Quanto maior a complexidade emocional, maior a capacidade de preservar emoções positivas em situações difíceis de dor e de estresse. Em contextos mais seguros e mais previsíveis, o idoso torna-se mais capaz de expressar emoções positivas e negativas, ao contrário do que acontece em contextos de ameaça e incerteza, onde prevalece a atenção a demandas imediatas e ocorrem emoções mais negativas. Quanto mais afetos positivos, mais fortalecidos se tornam os idosos para enfrentar estresse, dor física, ansiedade e o ônus físico e psicológico do cuidado. Competências emocionais traduzem-se em resiliência psicológica, que significa a capacidade de adaptar-se, mediante recursos pessoais em interação com os sociais. Idosos mais resilientes tendem a sentir-se mais felizes, a ter mais gosto pela vida e mais esperança, que funcionam como mecanismos protetores (NERI, 2009).

Portanto, a sociedade contemporânea, e em especial, as pessoas idosas, devem caminhar no sentido de se libertar, por meio da educação, dos históricos estereótipos construídos, buscando viver, de fato, a diversidade com a percepção e pensamentos críticos, rompendo com as prisões da persuasão ideológica, conquistando, por fim, novas maneiras de olhar, agir e sentir, na construção de uma sociedade mais humana, e na efetivação da emancipação do idoso como cidadão, sujeito de direitos, cumprindo os ideais da dignidade da pessoa humana.

Longevidade e a qualidade de vida na senilidade

A quantidade de pessoas com mais de 60 anos está em franco crescimento no mundo. No Brasil isso não é diferente. No censo dos anos 2000, contava-se com 14,5 milhões de brasileiros idosos, estimando-se que alcançará 32 milhões em 2020. Nos países desenvolvidos, o processo de envelhecimento da população foi paulatino, de modo a permitir planejamentos visando diminuir todos os impactos de ordem socioeconômica. Já na perspectiva brasileira, bem como em outros países em desenvolvimento, esse processo se deu de forma súbita, como resultado da globalização e das novas tecnologias utilizadas na prevenção de cura de doenças consideradas mortais até então (SOLANO, 2011).

Em verdade, o processo de envelhecimento trata-se de realidade que ocorre não apenas no Brasil, mas já se tornou um fenômeno universal, tendo-se atualmente quinhentos milhões de idosos (8% da população mundial), com estimativa para um bilhão em 2030 (13%). No Brasil para 2050, esse percentual pode ultrapassar a marca dos 23% (FABBRI; GORZONI, 2013).

As pessoas têm-se tornado idosas, e cada vez maior número delas lança mão de recursos tecnocientíficos a serviço da saúde, conseguindo controlar ou mesmo superar certas doenças que, de grave, passaram a ser crônicas, o que demanda uma série de investimentos no serviço público de saúde.

Salienta-se, por oportuno, que inexistem uma determinação exata de quando se inicia o processo de envelhecimento humano, tendo em vista que na terceira década de existência a pessoa já começa a manifestar alterações somáticas, menor funcionalidade, fatores não necessariamente atrelados à idade cronológica. E, enquanto nos países desenvolvidos é adotado o limite cronológico de 60 anos para se enquadrar a pessoa como idosa, nos países em desenvolvimento adota-se 65 anos. No entanto, existem dúvidas quanto à dinâmica e a natureza do processo de envelhecimento, de modo que dificulta defini-lo (FABBRI; GORZONI, 2013).

Papaleo Netto e Pontes definem envelhecimento como “[...] processo dinâmico e progressivo, ocorrendo modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas, que determinam a perda da capacidade e adaptação do indivíduo ao meio ambiente” (PAPALEO NETTO; PONTES *apud* FABBRI; GORZONI, 2013).

Assim, e ante o fato da abordagem sobre o envelhecimento, faz-se necessária uma análise da expressão Longevidade. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, “é a duração da vida (de um indivíduo, de um grupo, de uma espécie), mais longa que o comum” (HOUAISS, VILLAR, FRANCO, 2009, p.1195), conceito do qual se pode inferir uma expectativa de vida progressivamente superior àquela antes verificada, para além daquela esperada.

Constatando o progressivo envelhecimento da pessoa humana, Leo Pessini e Christian Barchifontaine advertem que a longevidade humana é um dos maiores desafios deste milênio, aludindo as políticas de envelhecimento em termos de saúde mundial, destacando a importância dos conceitos de qualidade de vida, da coeducação entre as gerações e dos cuidados paliativos serem associados à noção de longevidade (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2006). Potter, que cunhou o neologismo *Bioethics*, em 1970, registra que muitos livros abordam meio ambiente e a saúde humana, mas poucos estudam a sobrevivência humana no futuro (POTTER citada por PESSINI, 2006, p. 13).

Nesta perspectiva a longevidade se deve preponderantemente ao desenvolvimento social, político e econômico de um país, e também, ao progresso científico da humanidade e a cada ano tem aumentado o número e a proporção de idosos. O aumento da população idosa é resultado da diminuição dos coeficientes de mortalidade e natalidade. A expectativa de vida está aumentando no mundo todo, passando a ser cem anos uma idade alcançável (PASCHOAL, 2006). Importante sondar que as matérias afetas à qualidade de vida dos idosos, como interferir para otimizar o vigor físico, intelectual, emocional e social desse segmento social.

A longevidade está intrinsecamente associada à qualidade de vida, na medida em que para se alcançar a primeira é indispensável boa dose da segunda. Assim, para se alcançar quantitativamente a idade são necessários certos e determinados cuidados com a saúde, com as condições de higiene e zelo em relação à própria vida. A longevidade apresenta importantes implicações em relação à qualidade de vida, podendo ocasionar sérios problemas nos diferentes âmbitos da vida humana (PASCHOAL, 2006).

Imprescindível, nesta hipótese, destacar alguns fatores que concorrem para a qualidade de vida da pessoa idosa. Assim, tem-se que um fator importante é o ambiente físico em que vive o idoso, sendo necessário implementar condições físicas favoráveis à preservação de sua independência que se associa à autonomia (PIRES, 2013).

Outro aspecto importante a ser analisado diz respeito ao cultivo da sabedoria. Rougemont assenta que a trajetória da vida e o acúmulo de conhecimentos da pessoa já inserida na senilidade devem ser compreendidas como elemento positivo, salienta, ainda, que proporciona sabedoria (ROUGEMONT, 2012).

Neste sentido, a pessoa idosa tem muito para contar a respeito de sua vida, de suas experiências e dos valores que pretende compartilhar. Rougemont distancia a expressão “ficar velho” do conceito culturalmente enraizado de dependência, incapacidade e subordinação ao outro, na medida em que “[...] a experiência, a maturidade e a sabedoria são utilizadas pelos pesquisadores como um contraponto à velhice e seria uma forma de evitar que a pessoa se torne velha” (ROUGEMONT, 2012, p. 17), constatando que a pessoa que é experiente, sábia e madura envelhece, mas não se torna velha.

Observa-se que com o passar dos anos, a expressão “velho” ganhou conotação pejorativa. Porém, Houaiss elucida esta questão na medida em que traz como significado para esta expressão como sendo aquela pessoa “que tem muitos anos de vida, velho” (HOUAISS, VILLAR, FRACO, 2009, p. 1044). Além disso, o termo “velho” substantivo pode expressar afetividade e acolhimento. E desse ponto de vista, não há porque “velho” estereotipar, a menos que como dito anteriormente, a cultura social chancele tal construção.

Considerações finais

A sociedade brasileira tem-se tornado senil paulatinamente com o passar dos anos, cuidando-se bem mais e buscando viver com mais qualidade. E para isso, lança-se mão de novas tecnologias que vão provocando uma diminuição paralelamente da taxa de mortalidade e de natalidade.

A dignidade da pessoa humana atualmente é aferida pela qualidade de vida do idoso que, por sua vez, engloba a alimentação adequada e saudável, cuidados com a saúde, cultivo da sabedoria, direito ao não sofrimento, busca pelo bem-estar psicossocial e pela felicidade que vão desde a adoção de medicamentos para evitar a dor e o sofrimento até intervenções de ordem estética. Esses direitos são os alcunhados novos direitos que passam a receber especial atenção e tutela, como a máxima da dignidade.

Assim, tem-se que os valores que há pouco não eram considerados como relevantes e que agora são perfeitamente entendidos como legítimos e capazes de auxiliarem na prevenção da depressão e de outras doenças psicossomáticas que se desenvolvem a partir de um sentimento de tristeza ou sofrimento.

A vida em seu aspecto qualitativo está intrinsecamente associada à longevidade, em verdade, aquela é consequência desta última. E o aumento quantitativo de anos à pessoa com a prolongação da existência humana para um tempo cada vez maior, conforme esses aspectos sejam ou não observados.

Importante salientar que viver intensamente não é acrescentar dias, é acrescentar alegria e sentido à vida. Embora viver bem não seja viver muito, também é verdade que viver bem pode levar a viver muito mais tempo.

Compete, portanto, às futuras gerações procurarem novas formas de vivência com qualidade. E nessa globalização na qual a sociedade encontra-se inserida, o estabelecimento de ambientes propícios ao debate e ao diálogo com a finalidade de se estabelecer mecanismos de apoio e enfrentamento de situações adversas com vistas a assegurar a longevidade como uma característica cada vez mais positiva na sociedade brasileira mostra-se imprescindível.

Referências

- ALMEIDA, Vera Lucia Valsecchi de. **Modernidade e velhice**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 75. Ano XXIV. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. JÚNIOR. Vidal Serrano Nunes. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- BRASIL. CRFB, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, acesso em 15.out.2018.
- BRASIL. **ESTATUTO DO IDOSO**. Lei Federal n. 10.741/2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm, acesso 15.out.2018.
- BREDEMEIER, Sonia Mercedes Lenhard. **Conselho do Idoso como Espaço Público**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 75. Ano XXIV. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- NERI, Anita. **Envelhecimento e subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social**. http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/05/livro_envelhecimentoFINAL.pdf. Acesso em 15.out.2018.
- PESSINI, Leo. **Espiritualidade e arte de cuidar**. São Paulo: Paulinas, 2010.
- PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Problemas atuais de Bioética**. São Paulo: Loyola, 2014.
- _____. [orgs.]. **Bioética e Longevidade Humana**. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. [orgs.]. **Bioética e Longevidade Humana**. São Paulo: Loyola, 2006. Acesso em 15 jul.2016
- PIACENTINI, Patrícia. **Perfil dos idosos brasileiros**. <http://pre.univesp.br/perfil-dos-idosos-brasileiros#.V5T7hxl64dU>. Acesso em 15.out.2018.
- PIRES, Sueli Luciano. Avaliação Geriátrica Ampla – AGA. In: GORZONI; FABBRI. Livro de bolso de Geriatria. São Paulo: Atheneu, 2013.
- ROUGEMONT, Fernanda dos Reis. **Da longevidade à velhice**. São Paulo: Primeiros Estudos/ Artigos, n. 2, p. 12-27, 2012.
- SALGADO, M. A. **Os grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos**. *A Terceira Idade*, v. 18, n. 39, 2007.
- SPRIDUSO, Waneen Wyrick. **Dimensões Físicas do envelhecimento**. São Paulo: Editora Manole, 2005.

A POLÍTICA DE COTAS COMO MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS EFEITOS: ANÁLISE SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UENF NO PERÍODO DE 2003 A 2016

BIANCA GOMES DA SILVA MUYLEAERT MONTEIRO DE CASTRO

*Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGPS/UENF)
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte
Fluminense (PPGSP/UENF)
biamonteirodecastro@hotmail.com*

SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL

*Professora dos Programas de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cognição e Linguagem da
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
shirlenacsa@gmail.com*

RESUMO

O presente estudo realiza uma análise sobre a utilização das cotas para pessoas com deficiência na UENF e seus efeitos, no período compreendido entre 2003 e 2016, a partir da Lei nº 4.151/2003, instituída com o fim de garantir a inserção de estudantes com deficiência nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro. Metodologicamente, para o estudo de caso utilizamos revisão bibliográfica e coleta de dados junto à Secretaria Acadêmica da UENF e análise dos dados coletados. Assim, buscamos analisar o acesso e a permanência nos cursos de graduação presenciais da instituição, além de problematizarmos a questão da permanência, tendo em vista que os resultados demonstram ampliação do acesso, mas não proporcional à permanência, evidenciando o ínfimo número de estudantes que se mantêm e obtém êxito em sua trajetória acadêmica.

Palavras-chave: Política de Cotas, Acesso de Pessoas com Deficiência, Permanência no Ensino Superior.

ABSTRACT

The present study analyzes the use of quotas for persons with disabilities in the UENF and their effects, from 2003 to 2016, as of Law 4,151 / 2003, which was established to guarantee the insertion of students with disabilities in the State Universities of Rio de Janeiro. Methodologically, for the case study we used bibliographic review and data collection with the Academic Secretary of the UENF and analysis of the data collected. Thus, we seek to analyze the access and permanence in the institution's undergraduate degree courses, in addition to problematizing the question of permanence, considering that the results show an increase in access, but not proportional to the permanence, evidencing the small number of students who are maintains and achieves success in its academic trajectory.

Key words: Quotas Policy, Access of Persons with Disabilities, Permanence in Higher Education.

INTRODUÇÃO

A reserva de vagas para estudantes com deficiência nos cursos de graduação das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro surge no ano de 2003, a partir da implementação da Lei 4.151. Pioneiramente, as Universidades do Estado do Rio de Janeiro haviam anteriormente implementado cotas com a Lei nº3.524/2000, que estabeleceu que fossem reservadas 50% das vagas para estudantes oriundos de escola pública e a Lei nº 3.708/2001, a qual instituiu a reserva de 40% de vagas nas universidades estaduais para àqueles que se auto declarassem como “negros” ou “pardos”, “sob as penas da lei”.

Isso posto, percebemos que o tratamento diversificado às pessoas com deficiência, no que se refere ao acesso ao Ensino Superior, adveio de forma legal, posteriormente à Política de Cotas com enfoque étnico-racial e social e, sem mesmo pensar se as universidades estavam preparadas para incluir estudantes com necessidades educativas especiais.

A pesquisa demonstra que as cotas ampliaram o acesso, mas ao conseguirem o ingresso na universidade, discentes com deficiência enfrentam outro desafio: carência de condições para a conclusão do curso. Assim, a pesquisa focaliza o acesso à educação, os meios pelos quais ela ocorre, bem como problematiza a permanência, considerando que apenas a reserva legal de vagas não garante o êxito na formação profissional e, por conseguinte, a conclusão do curso de graduação.

COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POR QUÊ?

Inicialmente, precisamos considerar que de acordo com os dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil registrou no ano 2010, o quantitativo de 45.606.048 pessoas com algum tipo de deficiência, representando 23,9% da população brasileira. Dentre essas pessoas, 61,13% na faixa etária maior de 15 anos declarou não ter instrução ou ter cursado somente o Ensino Fundamental; 14,15% declarou ter concluído o Ensino Fundamental ou ter iniciado o Ensino Médio; 17,67% declarou ter concluído Ensino Médio e; apenas 6,66% declararam ter concluído um curso de nível superior (CASTRO, 2018).

Nessa perspectiva, torna-se visível que o acesso das pessoas com deficiência ainda é difícil, apesar de muito se falar em inclusão e educação inclusiva, o que demonstra que

A exclusão das pessoas com deficiência no acesso à educação é histórica, nem mesmo as pesquisas oficiais conseguem retratar fielmente a quantidade de pessoas com deficiência que têm negadas as oportunidades de acesso à escola. Neste contexto, o principal argumento do mercado para não empregar pessoas com deficiência é a baixa qualificação. Por outras palavras, porque as pessoas com deficiência não tiveram acesso adequado à educação, também não têm ao trabalho (ARAÚJO, 2009, p.47).

Assim, precisamos refletir sobre o modelo de sociedade democrática que restringe o acesso de milhares de pessoas à direitos básicos como a educação, principalmente porque a educação pública de qualidade deveria ser fornecida de forma universal e gratuita (GOMES, 2003) mas se encontra em uma situação contraditória, excluindo milhares de pessoas do sistema de ensino.

Com a finalidade de promover a igualdade de oportunidades, surgem as chamadas políticas de ação afirmativas que:

Se definem como políticas públicas (e privadas) [de caráter compulsório, facultativo ou voluntário] voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material

e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de origem nacional e de compleição física (GOMES, 2003, p. 5).

Assim, podemos compreender que as ações afirmativas estão relacionadas às sociedades democráticas que almejam igualdades de oportunidades. E ainda, é preciso considerar que a educação constitui a melhor direção para o “desenvolvimento econômico e social sustentado, cuja chave consiste, na maior participação dos pobres a setores sociais excluídos, através da mobilidade social” (BEZERRA; GURGEL, 2012, p.97), o que faz pensar que a implementação das cotas para pessoas com deficiência será capaz de expandir o acesso dessas pessoas ao Ensino Superior.

No entanto, mais que acesso, é preciso atenção e cuidado em ofertar condições para que todos os discentes possam aprender, construindo uma pedagogia capaz de atender a diversidade humana e promovê-la, porquanto a legislação acerca das cotas garante o ingresso de grupos minoritários às instituições de Ensino Superior, mas é sabido que muitos são os obstáculos e os desafios para a permanência dos estudantes nas universidades. Assim, ainda é fato que as pessoas com deficiência são excluídas de várias atividades da vida social em razão de variados fatores, dentre os quais estão inclusos a ignorância e a indiferença, barreiras que podem ser facilmente percebidas no comportamento social de grande parte da população (ARAÚJO, 2009).

A POLÍTICA DE COTAS COMO MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

As cotas na educação objetivam estabelecer cotizações obrigatórias para ampliar o acesso de grupos sociais minoritários ao Ensino Superior. No caso das cotas para pessoas com deficiência estabelecidas pela Lei 4.151/2003, é comum que o imaginário social tenha a questão como resolvida, haja vista que seu objetivo é a reserva legal de vagas. Porém, ao analisarmos os dados da Secretaria Acadêmica da UENF, foi possível perceber que a Política de Cotas seja realmente efetiva e alcance resultados positivos.

Os dados analisados (CASTRO, 2018), evidenciam para o fato de que apesar da reserva legal de vagas, o acesso de pessoas com deficiência não foi ampliado como se esperava, ao contrário, os dados apontam para uma baixa inclusão desse público, e ainda mais baixa permanência na instituição.

Para entendermos melhor a situação, vale ressaltar que o primeiro processo seletivo com a reserva de vagas para estudantes com deficiência aconteceu no ano de 2004, nele apenas um estudante ingressou pela política de cotas na modalidade que reservava vagas para pessoas com deficiência. No período analisado, que compreende os anos de 2003 a 2016, percebemos que 61 estudantes com deficiência ingressaram na UENF, dos quais apenas 1 estudante concluiu seu curso superior, 36 evadiram da instituição e 24 permanecem ativos. Entre 2004 e 2010 houve ínfima inserção de estudantes com deficiência ingressos por cotas na UENF, mas percebemos uma alteração que se desenha a partir da implementação do ENEM/SISU como forma de seleção em substituição ao vestibular, a partir do ano de 2011, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1. Proporção de estudantes ingressos por cotas para pessoas com deficiência em relação ao total de ingressantes na UENF – 2004 a 2016



Fonte: CASTRO, 2018, p.72.

É perceptível que mesmo após a Lei nº 4.151/2003, até o ano de 2010 4 estudantes com deficiência haviam ingressado por cotas destinadas à esse público na UENF. Já a partir de 2011, verificamos um aumento do número de ingressantes como efeito positivo do ENEM/SISU. No entanto, o mesmo não se confirmou no que tange à permanência desses estudantes, tendo em vista que mais de 50% dos ingressantes não permaneceu na universidade, evadiu. Por tal motivo, apesar de a Lei de Cotas ter como objetivo promover e/ou ampliar o acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior, consideramos que não basta garantir o ingresso de estudantes para que exista igualdade de oportunidades, é preciso ir além e garantir a permanência destes nas instituições de ensino.

POR QUE PENSAR A PERMANÊNCIA?

Analizados os dados dos estudantes com deficiência que ingressaram por cotas na UENF, percebemos que ainda há muito que se falar sobre a permanência, tendo em vista que as políticas de acesso ampliaram-se, mas o alto índice de evasão deixa claro que a permanência é problemática e merece destaque pois:

não basta permitir apenas o acesso, deve-se ao mesmo tempo cuidar das condições inerentes à vida acadêmica. Essas condições devem possibilitar ao educando meios para concluir no tempo regular, com a qualidade esperada o curso no qual ingressou, pois caso contrário se poderá incorrer no erro de aumentar o contingente dos “excluídos de dentro” (SANTOS e SANTOS, 2011, p. 13).

De acordo com Noro (2011), pesquisar permanência é fazer uma opção com um foco “otimista”. O autor diz ainda que é necessário mudar a percepção sobre os estudantes da PROEJA para que eles entrem, permaneçam e aprendam, fato que não se diferencia do caso de pessoas com deficiência, uma vez que a percepção sobre elas também dificulta o processo de ensino-aprendizagem e interfere na permanência.

Nesse sentido, é interessante observar os que os múltiplos enfoques que podem ser dados a questão da permanência como demonstrado no Eixo 1 do I COLÓQUIO NACIONAL SOBRE A PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO (Sentidos etimológicos e filosóficos da noção de permanência. Pode a permanência escolar ser uma experiência instituinte? Discutir a noção de

permanência. Múltiplos significados de permanência. Permanência material e permanência simbólica. Permanência enquanto política pública. Permanência enquanto ação coletiva. Evasão X Permanência. Permanência enquanto existência e coexistência. Permanência enquanto transformação. Permanência como experiência instituinte. Permanência: múltiplas leituras. A experiência da permanência escolar), mostram que ainda há muito a ser explorado nesse campo.

Ao falar sobre a conceituação de permanência, Carmo, Silva (2016) e Lima (2016) trazem a contraposição entre permanência e evasão, nos fazendo refletir sobre a inadequação dos sentidos da evasão. Os autores trabalham a utilização de palavras e conceitos, estes últimos derivados de um processo de construção do pensamento e citam Schopenhauer (2010) para alertar que devemos “pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”. Assim, sendo claros os obstáculos para que os estudantes com deficiência tenham êxito em suas trajetórias acadêmicas, devemos pensar sobre o enfoque de estudos e ações institucionais sobre a permanência de estudantes com deficiência, tendo em vista que é claro para todos a dificuldade que essas pessoas encontram no mundo acadêmico.

De acordo com Lima (2016, p.88), ponto relevante sobre a questão se relaciona ao sentimento de pertencimento que se refere a “situações que levam o discente ao envolvimento com a instituição escola”, nos fazendo refletir que estudar questões voltadas à permanência é indagar sobre o tipo de instituições de ensino que temos hoje, compreendendo que os modelos existentes não estão preparados para a diversidade, fazendo com que muitos estudantes não desenvolvam o sentimento de pertencimento às instituições a que estão vinculados, ao contrário, são levados a crer que as instituições de ensino não são para eles.

Assim, é possível realizar uma reflexão sobre a mudança do paradigma das instituições de ensino, pela qual devem:

“ser incorporados, pelo menos em parte, os ganhos da educação popular: receber os educandos com a experiência que trazem da vida e os rudimentos de aprendizagem escolares anteriores, quando existirem; entendê-los e dialogar com eles; respeitar o ritmo de cada um; aceitar as interrupções no estudo, por problemas ou necessidades pessoais ou familiares; fazer da avaliação momento fértil de aprendizagem” (CARMO, SILVA, 2016, p.9).

Nessa perspectiva, é possível entender que pesquisas voltadas à permanência acabam constituindo agendas mais ricas, tendo em vista que podem colaborar com a luta por educação pública de qualidade no país e ainda, é pensar no que podemos fazer com o que temos e não no que falta, principalmente porque “de acordo com Carmo e Carmo (2014), são raras ainda, em relação ao acesso e à evasão, pesquisas e produções que tratam do tema permanência, embora já seja notada a preocupação com esse tempo da formação: o tempo de permanecer” (CARMO, SILVA, 2016, p.20).

Interessante questionamento proposto por Resende (*apud* CARMO, SILVA, 2016, p.43) nos causou inquietação: “porque é que as políticas públicas e as pesquisas insistem na questão da evasão/abandono e não na da permanência escolar?” e nos refletir sobre as possibilidades ainda não exploradas sobre a permanência de estudantes com deficiências na UENF, que podem ser tratadas “como uma inversão do olhar sobre a evasão” (CARMO, SILVA, 2016, p.54) e ainda, como meios de “valorizar a questão das estratégias de permanência” (CARMO, SILVA, 2016, p.59).

Carmo e Silva (2016) analisam a fala da professora da Jane Paiva que coloca a evasão como uma questão de inteligência, ao dizer que, o estudante que percebe que a instituição de

ensino não vai mudar e que ele não vai se adaptar a ela, acaba saindo. No entanto, é preciso compreender os motivos pelos quais a instituição de ensino não muda, que transformações podemos gerar para que exista mais interação entre discentes, docentes, gestores e toda a comunidade acadêmica percebam esses estudantes dentro da universidade, bem como as suas especificidades e demandas, conseqüentemente gerando uma nova percepção acerca desse público nas instituições de ensino superior, e ainda, proporcionando reconhecimento que os faça permanecer, ressignificando a sua presença na UENF.

Segundo Carmo e Silva (2016), a evasão como objeto de pesquisa tornou-se saturada, tendo em vista que acaba por culpabilizar os alunos “como únicos responsáveis pelas interrupções e trajetórias irregulares educativas, quando tomam decisões e reorganizam sua vida em função da necessidade de equacionar trabalho, escola e família” (CARMO, SILVA, 2016, p.68), assim como no caso do fracasso escolar. Assim, a permanência consiste em uma alternativa mais adequada, rica, positiva e otimista, além de consistir em uma necessidade da realidade universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão traz a Política de Cotas como uma forma de ampliar e/ou promover o acesso de estudantes com deficiência a universidade e, entende que a reserva legal de vagas configura um avanço no que se refere à direitos, cidadania e educação das pessoas com deficiência. No entanto, os dados evidenciam que a política de acesso não se mostra eficaz sozinha, necessitando de políticas de permanência para que a inclusão se concretize.

Assim, focalizando o acesso de pessoas com deficiência à educação por meio da Lei de Cotas e analisando a permanência desse público, percebemos apenas a reserva legal de vagas não garante o êxito na formação profissional e, por conseguinte, a conclusão do curso de graduação. Por tal motivo, colocamos a permanência como uma questão a ser problematizada, considerando o alto índice de evasão dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, entendemos que estudos sobre permanência podem gerar inclusão educacional, visto que abrem portas para o diagnóstico de problemas e proposição de políticas institucionais capazes de interferir positivamente na realidade universitária.

Se o acesso é garantido por lei, não podemos culpabilizar apenas o aluno por sua evasão ou “fracasso escolar”, devemos buscar estratégias para que o estudante permaneça na universidade, principalmente porque a educação é um direito social garantido a todos. Assim, reiteramos a necessidade de realização de estudos voltados à questão da permanência, considerando que não basta garantir o ingresso de estudantes para que existam oportunidades iguais, é preciso garantir a permanência destes nas instituições de ensino, dar condições para que eles tenham êxito acadêmico e sejam agentes de transformação social e educacional, fazendo com que as instituições revejam seus métodos de ensino e não se fechem a atender apenas estudantes moldados em um padrão pré-estabelecido numa sociedade cada vez mais heterogênea.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **Cotas raciais e sociais como ação afirmativa: uma abordagem sócio-jurídico a partir do caso UENF**. Universidade Federal Fluminense, UFF/ Niterói, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito).

_____. **O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do “caso” UENF**. Campos dos Goytacazes: PPGPS/UENF, 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais).

AMARAL, Shirlena Campos de Souza; MELLO, Marcelo Pereira de. **Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior: avançando na Análise da Política de Cotas com a utilização do Enem/Sisu na Uenf**. – Revista interscienceplace Edição 25, volume 1, artigo nº 3, Abril/Junho 2013.

_____. **Cotas para Negros e Carentes na Educação Pública Superior: análise do caso UENF de 2004 a 2010**. *InterScience Place*, v. 1, p. 25-49, 2012.

AMARAL, Shirlena Campos de Souza; MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria. **Cotas raciais na Universidade Pública, justificação e os desafios da institucionalização de uma nova cultura jurídica na sociedade: da ALERJ a UENF**. *Confluências* (Niterói), v. 12, p. 124-154, 2012.

BACILA, Carlos Roberto. **Estigmas, um estudo sobre os preconceitos**. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. **Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Lei Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. . Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - PNDH. 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos**. Texto-base. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Campinas: Autores Associados, 2005. (coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 92).

CARMO, Gerson Tavares & CARMO, Cíntia Tavares. **A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: propostas de caracterização discursiva a partir a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil no Brasil**. Arquivos Analíticos de políticas Educativas, Dossiê Educação de Jovens e adultos II, v. 22, n. 63, 2014.

CARMO, Gerson Tavares; SILVA, Cristiana Barcelos da. **Da evasão/fracasso escolar como objeto sociomediático à permanência escolar como objeto de pesquisa: o anúncio de uma construção coletiva os sentidos da permanência.** In: CARMO, Gerson Tavares (Org.). Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2016.

CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de Castro. **A política de cotas como mecanismo de democratização ao ensino superior para pessoas com deficiência e seus efeitos: análise sobre acesso e permanência de estudantes na UENF no período de 2003 a 2016.** Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em : <http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2018/08/BIANCA-GOMES-DA-SILVA-MUYLAERT-MONTEIRO-DE-CASTRO.pdf> Acesso em 15 de outubro de 2018.

CASTRO, Bianca G. da S. M. M. de; AMARAL, Shirlena C. de S.; SILVA, Gabriela do R. **A política de cotas para pessoas com deficiência nas universidades estaduais do Rio de Janeiro: a legislação em questão.** In: O Social em Questão - Ano XX - nº 37- Jan a Abr/2017

CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de; RANGEL, Etuany Martins; CASTRO, Maria José Gomes da Silva; BORGES, Luís Felipe Câmara; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **A política de cotas como mecanismo de enfrentamento à pobreza e democratização do ensino superior: uma análise dos efeitos da desigualdade educacional no exercício da cidadania e na justiça social brasileira.** Linkscienceplace, Nº 3, volume 4, article nº 12, April/ June 2017.

CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de; AMARAL, Shirlena Campos de Souza; BORGES, Luís Felipe Câmara. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: perspectivas sobre a exclusão produtiva.** RPGE- Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.21, n.3, p. 1433-1447, set./dez. 2017

FÁVERO, M. L.A. **Universidade e Poder. Análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45).** 2.ed. Brasília: Plano, 2000.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **O direito das pessoas com deficiência de acesso à educação,** p.152-174. (terminar as referências caso seja artigo colocar o site, mês e ano do acesso, caso seja livro colocar a ditora e o ano).

FERREIRA, Júlio Romero; GLAT, Rosana. **Reformas educacionais pós - LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização.** In: SOUZA, Donald Bellode; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (orgs). Desafios da Educação Municipal. Rio de Janeiro: DP&A,2003,p.372-390.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES Marly. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A., 2003. 158 p.

FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de; PAPLIUCA, Lorita Freitas; BAPTISTA, Rosilene Santos. **Política de Inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites.** Disponível em: www.scielo.br/pdf/apeIV21n1/pt_17. Pdf. Acesso em: Jul.2013.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUERRA, Fátima Aparecida Alves. Educação Ambiental e o empoderamento da pessoa com deficiência na universidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Limeira, SP – 2016.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. Nova Escola. Abril. São Paulo, n. 165. set. 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 1924; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Carlos Márcio Viana. **Roteiro para ensaio filosófico sobre a permanência na educação: perspectivas de sua construção coletiva com base no exercício da paciência do conceito**. In: CARMO, Gerson Tavares (Org.). Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SILVA, Paula Bacellar e. **A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes**. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014

MACIEL, Carolina Toschi. **A construção social da deficiência**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. ISSN 1982 - 4602

MACHADO, Elielma Ayres. **Ação afirmativa nas universidades estaduais fluminenses: o começo**. *Revista Advir*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 26-33, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.

_____. Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. O direito à diferença na escola. **Pátio - revista pedagógica**. Ano VII, nº 32, nov.2004-jan. 2005. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 12-15.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5.ed .São Paulo: Cortez, 2005

MELO, Marcos Welby Simões. Acessibilidade na educação inclusiva: uma perspectiva além dos muros da escola. In: *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 44, p. 113-127, jan./jun. 2011

MENDES. Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Rev. Bras. Educ. vol.11 no.33 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2006 acessado em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000300002&script=sci_arttext

MORAES FILHOS, Evaristo de (org.). George Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

PIMENTA, Alexandra, Salvado, Ana (2010), “Deficiência e desigualdades sociais”, **Sociedade e Trabalho**, 41, pp. 155-166. Disponível em: http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_11.pdf... Acesso em: março 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Ações Afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 124, jan/abril.2005, pg. 46.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução Almino Pissetta; Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Capítulo 1.

SAAD, Suad Nader. *Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down*. São Paulo. Vetor. 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 2004.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 4ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 2005

SILVA, Gabriela do Rosario. **Cotas para negros e egressos de escolas públicas na UENF: uma análise sobre o acesso, origem e permanência de estudantes após o ENEM/SISU**. 2015. 84 f. Monografia Graduação em Pedagogia) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, CCH/UENF, Campos dos Goytacazes, 2015.

SISS, Ahyas. **Afro brasileiros cotas ações afirmativas: razões históricas**. Rio de Janeiro: Quartet, Niterói, PENESB 2003.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Markenzie, 1999

UNESCO. **Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: Fev.2016.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **Ações Afirmativas e o princípio da igualdade**. - Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ZONINSEIN, Jonas. **Minorias étnicas e a economia Política do desenvolvimento: um novo papel para universidades públicas como gerenciadoras da ação afirmativa no Brasil?** In: FERES, João; ZONINSEIN, Jonas. (Orgs.) *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: UnB, 2006.

AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE NO BRASIL

DAIANA ATAIDE DA SILVA

*Mestranda no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
daianaataide14@gmail.com*

SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL

Professora dos Programas de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
Professora dos Programas de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
*Professora dos Programas de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL/UENF) e Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF)
shirlenacsa@gmail.com*

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
chmsouza@uenf.br*

RESUMO

O presente trabalho almeja propor um processo de reflexão acerca das Políticas de Ações Afirmativas e a sua relação com o Princípio da Igualdade consagrado no Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nesse sentido, busca dirimir conceitos equivocados acerca de privilégios direcionados a uma minoria em contraponto às justificações de reparação, justiça distributiva e diversidade, argumentos que são alicerces para o alcance de uma democracia socialmente equilibrada. O escopo do trabalho valeu-se da metodologia qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica com enfoque na concepção de igualdade e justiça, sobretudo de direitos orientados a grupos sociais específicos no Brasil. Em prol do objetivo traçado, empregou-se como fontes de pesquisa: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como de literaturas bibliográficas que possam subsidiar o caráter interdisciplinar na abordagem do tema pesquisado.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Princípio da Igualdade; Reparação, Justiça Social e Diversidade.

ABSTRACT

The present work aims to propose a process of reflection on Affirmative Action Policies and their relation to the Principle of Equality enshrined in Article 5 of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. In this sense, it seeks to solve misconceptions about targeted privileges to a minority in counterpoint to the justifications of reparation, distributive justice and diversity, arguments that are foundations for the attainment of a socially balanced democracy. The scope of the work was based on qualitative methodology, through a bibliographical research focused on the conception of equality and justice, especially of rights oriented to specific social groups in Brazil. In order to achieve this goal, the following sources of research were used: the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988, as well as bibliographical literatures that could support the interdisciplinary character in the approach of the researched topic.

Key words: Affirmative Actions; Principle of Equality; Social Justice and Diversity.

INTRODUÇÃO

A luta pela igualdade tem sido uma busca permanente na esfera do Direito Internacional dos Direitos Humanos e, sob tal perspectiva, as Políticas de Ações Afirmativas têm desempenhando papel fundamental como instrumento de implementação de medidas apto a reduzir as desigualdades e alcançar pretensão equilíbrio social.

No plano internacional, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 destacou-se ao consagrar o direito à igualdade, contemplando no Art. 1º de seu texto que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Assim, fomentando a discussão, sob o aspecto global, acerca da importância do direito à igualdade, bem como difundindo os seus preceitos de forma ampla e irrestrita.

No Brasil, a implementação das medidas ganhou traços de protagonismo em 2001, ocasião em que o Governo Federal assinou a Declaração de Durban, comprometendo-se a criar políticas de natureza afirmativa que perseguissem combater a discriminação étnico-racial, às quais tiveram sua implementação iniciada em 2003. Contudo, de forma isolada, ações anteriores de medidas afirmativas e em diversos âmbitos sociais já eram realizadas no plano doméstico.

Partindo-se da premissa de que os fundamentos que melhor justificam a implementação de Políticas de Ações Afirmativas são os de reparação histórica, de justiça social e de diversidade, é possível idealizar a construção de uma sociedade justa e solidária, com erradicação de pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais, conforme preconizado nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Sob a perspectiva constitucional, a Lei Maior de 1988 traz em seu Artigo 5º “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]*”, sob o título dos “Direitos e Garantias Fundamentais”, contemplou o conceito de igualdade a todos de uma sociedade, sem qualquer tipo de distinção. Em razão disso, o presente trabalho tem como objetivo promover considerações concernentes à igualdade formal, à material e a de reconhecimento a partir da análise do preceito constitucional.

Nessa esteira, o Princípio em destaque será abordado de forma a ser identificado como parâmetro justo e razoável à finalidade perseguida pelas Ações Afirmativas, alcançando-se, portanto, uma sociedade menos desigual e mais social.

ANÁLISE HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Em termos históricos, as políticas de Ação Afirmativa foram aderidas por diversos países, a partir da experiência pioneira da Índia¹, primeiro país a adotar tais medidas na década de 1950, configurando-se consoante o contexto de cada nação (FERES JÚNIOR & DAFLON, 2015; MOEHLECKE, 2002) e os fundamentos que melhor justifiquem sua aplicação: reparação histórica aos afrodescendentes, diversidade e justiça social (FERES JÚNIOR, 2007).

Thomas Sowell (2016) ressalta que a Índia é a maior sociedade multiétnica do mundo e, concomitante, a mais, socialmente, fragmentada. Inclusive, uma das características marcantes desse país é a adoção do regime de “Castas”, sendo esse o principal motivo para implementação de ações afirmativas, as quais têm como propósito promover tratamento igual aos indivíduos. Ressalte-se que a Índia já promovia políticas de preferências desde o período em que era subordinada à colonização britânica. Não obstante, a partir de sua independência

1 Mesmo sendo associadas aos Estados Unidos, as ações afirmativas foram aplicadas de forma pioneira, durante a década de 1950, quando a Constituição estabeleceu cotas nas legislaturas, no emprego público e no ensino superior para as Scheduled Castes e Scheduled Tribes (FERES JÚNIOR & DAFLON, 2015).

em 1947, e posterior promulgação de sua Constituição em 1950², houve alteração de sua Lei Maior por meio da Emenda Constitucional de nº 14, com previsão expressa de uma exceção de políticas direcionadas à ajuda de seguimentos desafortunados de sua população, o que vem a ser denominada de “ação afirmativa” ou “discriminação positiva”³, sendo essa a forma popular tratada pelos indianos. Quando da publicação da referida Emenda, foi estabelecido que o período de expiração das provisões de exceção seria de 20 anos. Todavia, foram se prorrogando e se estendendo ao longo do tempo de modo que, atualmente, a Índia é o país que tem tido ações afirmativas por mais tempo que qualquer outra nação.

Nos EUA as Políticas de Ação Afirmativa foram implementadas na década de 1960. Essas se valiam de dois fortes argumentos de justificação: reparação e justiça social. O primeiro argumento ganhou publicidade em razão de decisões judiciais que defendiam o critério de raça como instrumento de reduzir desigualdades existentes em razão de um preconceito arraigado socialmente em decorrência de fatos ocorridos no passado. Por sua vez, o argumento da reparação foi sucumbido pelo de justiça social, uma vez que esse era muito mais amplo e atendia a uma demanda maior de minorias em razão de critérios de raça, cor, credo ou origem nacional.

Consonante Feres Jr. & Daflon (2015), o histórico do Brasil no campo da adoção e implementação de Políticas de Ações Afirmativas é muito recente. Tais políticas angariaram destaque a partir do ano de 2001, quando o Governo Federal assinou a Declaração de Durban, se comprometendo a criar políticas de cunho afirmativo que visassem a combater a discriminação étnico-racial, às quais começaram a ser implementadas, legalmente, no ano de 2003, a partir do debate sobre as cotas étnico-raciais. Contudo, de forma isolada, ações anteriores de medidas afirmativas e em diversos âmbitos sociais, já eram realizadas pelo País.

De acordo com Joaquim Benedito Barbosa Gomes (2007) definem-se como Políticas de Ação Afirmativa as políticas públicas e privadas orientadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material, bem como neutralizar os efeitos da discriminação étnico-racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de aparência física.

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOB A ÉGIDE DA CF/1988

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 5º, menciona “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...*”, fazendo constar em seu título dos “Direitos e Garantias Fundamentais” conceitos que serão disseminados a todos de uma sociedade, não promovendo qualquer tipo de distinção. Em razão disso, é necessário tecer considerações sob as formas de igualdade que podem ser extraídas do texto constitucional, como a igualdade sob o aspecto formal, material e reconhecimento.

De acordo com Luiz Roberto Barroso (2010), a igualdade cuida-se de um direito pluridimensional a significar a igualdade formal que veda as desigualdades irrazoáveis ou ilegítimas, a igualdade material que está associada à redistribuição de riqueza e de poder de uma sociedade e um terceiro conceito, mais recente, que está relacionado à ideia de igualdade como reconhecimento.

A igualdade formal tem o seu conceito ligado à origem no estado liberal e que foi a ideia central com a qual se combateu as desigualdades que no antigo regime se faziam para conceder privilégios à nobreza e ao clero. Esse conceito surge tendo como marco as revoluções liberais

2 Feres Jr. & Daflon (2015) ressaltam que por volta dos anos de 1950 a Constituição da Índia estabeleceu cotas nas legislaturas para a promoção e o acesso ao emprego público e ao ensino superior de membros de grupos historicamente discriminados.

3 Na Europa, o movimento de implementação de ações afirmativas surgiu a partir dos anos de 1976, sendo utilizada a expressão “ação ou discriminação positiva” (MOEHLECKE, 2002).

e, progressivamente, passou a ser compreendida como a ideia de igualdade perante a lei. Portanto a ordem dirigida ao Juiz, que é o intérprete da norma, não pode tratar desigualmente na hora de aplicar a lei às pessoas que estão em igual situação. Já a igualdade na lei, comando dirigido ao legislador, que ao elaborar a norma não pode fazer desequiparações irrazoáveis ou ilegítimas.

Segundo Mello (2008), a igualdade formal não impede as desequiparações, o que ela se propõe é impedir as desequiparações que não tenha fundamento razoável nem se destinem a um fim legítimo, porém, se o fundamento for razoável e o fim for legítimo, então a desequiparação possivelmente será aceita pelo ordenamento jurídico. A título de exemplo, pode-se utilizar a contratação de servidores para atuarem junto ao presídio feminino, situação em que se poderá restringir à contratação de servidoras mulheres, em razão do público que se destina o serviço.

Essa ótica de aplicação do princípio pressupõe um diploma normativo já elaborado, e dirige-se aos Poderes Públicos quando da aplicação do mesmo, pois não poderão ser utilizados critérios seletivos ou discriminatórios que não decorram do próprio ato normativo. Assegurando-se, desse modo, que a lei, genérica e abstrata, incida de forma neutra nas ocorrências fáticas, sendo igual para todos e não tolerando espaços para privilégios ou distinções.

Essa vertente formal do princípio da igualdade (isonomia) foi concebida após as revoluções do século XVIII e edificou-se logo nos primeiros textos constitucionais dos EUA e da França – pioneiros na estruturação de documentos constitucionais escritos e consagradores de direitos fundamentais. Manteve-se como ideia-chave do constitucionalismo liberal que dominou o século XIX e, que foi crucial para abolição de privilégios, segundo Joaquim Benedito Barbosa Gomes (2007).

A segunda dimensão do princípio da igualdade cuida-se da igualdade material, a qual está relacionada com a ideia de distribuição, que está associado ao estado tributário, não mais ao estado liberal, mas sim ao estado tributário social. Estado que se desenvolve ao longo do século XX sob a constatação que não basta proteger as pessoas contra o abuso de poder por parte do estado, que era o grande temor dos que enfrentavam o absolutismo, mas é igualmente preciso proteger as pessoas contra o abuso do poder econômico por parte das outras pessoas.

Progressivamente, a ordem jurídica começa a erigir proteções direcionadas aos desfavorecidos dentro de uma ordem econômica e social, dessa forma a ideia de igualdade material como redistribuição está diretamente associada ao oferecimento de oportunidades iguais, tanto quanto possível, a todas as pessoas. Portanto, é preciso redistribuir as riquezas até o ponto de assegurar que as pessoas tenham no seu marco inicial da vida as mesmas oportunidades e a partir dessa garantia possam desenvolver sua personalidade e potencialidades, sendo este o núcleo do conceito de igualdade material.

A busca da igualdade material em sociedades desiguais, adotando-se o Brasil como exemplo, necessita de papel fundamental a ser desenvolvido pelo estado, o qual tem o dever de assegurar o acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, dentre outros, como utilidades essenciais de uma sociedade civilizada.

Algumas dessas prestações podem ser exigidas diretamente, como é o caso da saúde e educação, e em outras matérias o direito não é propriamente uma prestação individual, mas há, no mínimo, o direito subjetivo à prestação de uma política pública em relação àquela matéria. Um exemplo notável de ausência de política pública no Brasil incorre sobre a questão habitacional, uma vez que durante muitas décadas não se promoveu política habitacional para os menos favorecidos economicamente, o que incorreu no crescimento desordenado de favelas de norte

a sul do país. Tonando-se uma questão ideológica, pois o estado brasileiro não desenvolveu projeto de financiamento habitacional para famílias de baixa renda.

Conforme Barroso (2010), a terceira dimensão do princípio da igualdade está associada à igualdade como reconhecimento. A partir dessa nova dimensão, é salutar descrever que o conceito de igualdade substanciou-se sob o ideal de criar uma sociedade homogênea, uma sociedade de pessoas iguais. Contudo, partindo-se dessa mentalidade, as pessoas comprometidas com a causa da humanidade, que também era a causa da igualdade, tratavam-se de “catequizadores”, “missionários” que achavam que o outro tinha o direito de ser igual àqueles, não se atentando que o indivíduo, em verdade, gostaria de ser como ele sempre foi e, portanto, ser respeitado na sua identidade e não ser trasladado para o mundo que os “catequizadores” entendiam, de forma presunçosa, que seria o melhor.

A partir dessa nova dimensão atribuída ao princípio da igualdade, este deixou de ter a dimensão exclusivamente econômica e redistributiva para passar a ter uma dimensão associada à identidade do outro, ao respeito à identidade do indivíduo, passando a assegurar o direito do outro de ser diferente, se assim desejar.

Com essa nova consciência, se desenvolveu, paulatinamente, a cultura de que o indivíduo de outra religião, de outra raça, de outro sexo, de outra orientação sexual ou de qualquer outra diferença tem o direito de ser como é. Assim o discurso passou a ser do respeito pela diferença e não mais da homogeneidade, então a igualdade passa a ser o reconhecimento a que todos tenham o direito de ser sujeitos de direitos, de ser tratados com igualdade dentro da sua identidade.

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE X AÇÕES AFIRMATIVAS SOB A ÓTICA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição Federal de 1988 busca alcançar efetivação do princípio da igualdade no âmbito substancial, trazendo à discussão as denominadas “Ações Afirmativas”, poderoso mecanismo de inclusão social, concebido para corrigir e mitigar os efeitos presentes das discriminações ocorridas no passado.

As Ações Afirmativas se caracterizam como práticas ou políticas estatais de tratamento diferenciado a certos grupos historicamente vulneráveis, periféricos ou hipossuficientes, buscando redimensionar e redistribuir bens e oportunidades a fim de corrigir distorções.

Tais políticas públicas visam oportunizar aos que foram menos favorecidos por critérios sociais, econômicos, culturais, biológicos e raciais, o acesso aos meios que reduzam ou compensem as dificuldades enfrentadas, de forma que possam ser sanadas as distorções que os colocaram em posição desigual diante dos demais integrantes da sociedade.

As ações afirmativas representam uma mudança paradigmática na postura do Estado, pois se, antes, era louvável a postura de neutralidade na definição e aplicação das políticas governamentais, agora, com a adoção dessa nova concepção, o Estado passa a considerar todos esses fatores no momento da escolha implementação das suas políticas públicas.

Carmem Lúcia (1996) traduz com precisão o enquadramento jurídico-doutrinário das ações afirmativas:

(...) a definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos encravados na cultura dominantes na sociedade. Por esta desigualação positiva promove-se a igualação

jurídica efetiva, por ela afirmar-se uma fórmula jurídica para se provocar uma efetiva igualação social, política, econômica no e segundo o Direito, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias. (ROCHA, p. 286)

Referidas ações, contudo, devem ser instituídas em estrita observância à razoabilidade e à proporcionalidade, haja vista somente serem constitucionalmente legítimas quando não se basearem em critérios arbitrários e não promoverem favoritismos desproporcionais. Isso porque toda ação afirmativa elege um grupo a ser contemplado pelas vantagens compensatórias, afastando os demais não abrangidos pela política pública de favorecimento, criando um cenário que pode ocasionar a discriminação inversa ou reversa.

De acordo com Novelino (2011) a adoção de políticas positivas deve ser precedida de uma profunda análise das condições e peculiaridades locais, bem como de um estudo prévio sobre o tema, sendo que sua legitimidade irá depender da observância de determinados critérios, sob pena, de atingir de forma indireta e indevida, o direito dos que não foram beneficiados por elas.

Assim, em que pese estar amplamente aceita a ideia de que igualdade formal é relativa e convive com a eventual imposição de tratamentos distintos, nem toda e qualquer diferença será aceita. E, nesse aspecto, reside a grande dificuldade de delimitar critérios a partir dos quais uma distinção seja constitucionalmente legítima.

Um Caminho para solucionar esta dificuldade é reconhecer a necessidade de a diferenciação for justificável, racional e proporcional. A motivação da Ação Afirmativa será razoável quando estiver amparada por um motivo coerente e plausível que fundamente a distinção; será racional quando for objetiva e suficiente a delimitar o seguimento social atingido; proporcional quando reajustar com equilíbrio as situações desiguais, segundo Gomes (2007).

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O trabalho em questão busca promover uma análise entre as Políticas de Ações Afirmativas e o Princípio da Igualdade, buscando-se compreender como essas variáveis convergem para promoção de uma sociedade mais equânime e equilibrada.

Nessa esteira, ressalta-se a evolução do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o qual tem assumido protagonismo da defesa dos direitos universais. Adotando-se como marco histórico A Carta das Nações Unidas, a qual foi assinada em junho de 1945, em São Francisco, após a Segunda Guerra Mundial, objetivando a manutenção da paz social, a adoção de cooperação internacional da esfera econômica, social e cultural, a proteção internacional dos direitos humanos, dentre outras pretensões, é possível assegurar memorável contribuição na esfera global.

Num segundo momento, e com registro específico de respeito à dignidade da pessoa humana, nasce a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo adotada em dezembro de 1948, pela aprovação de 48 Estados. Consagrando ideal comum acerca de valores universais a serem atendidos pelos Estados-membros, ressaltando-se duas relevantes características: amplitude e universalidade. A primeira, constitui um bloco de direitos e faculdades sem os quais o ser humano teria capacidade para desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual. A segunda, incide na aplicabilidade a todas as pessoas de todas as origens, raças, religiões e sexos, Cassin (1994).

Quanto as Políticas de Ações Afirmativas, sob os argumentos de justificação de reparação histórica, justiça social e diversidade, buscam neutralizar diferenças que foram estabelecidas em decorrência de discriminação por motivos de gênero, origem, raça, condição física ou qualquer outra forma de discriminação. Dessa forma, tem-se buscado o processo de conscientização em relação ao outro, o qual não teve acesso às mesmas oportunidades de forma que pudesse ascender socialmente à classe dominante, repetindo-se, assim, o antigo sistema de feudo de outrora até os dias de hoje.

O Princípio da Igualdade, sob a perspectiva formal, tem o condão de informar que todos devem receber o mesmo tratamento, nos termos da lei, não havendo, portanto, tratamento diferenciado em razão de critérios econômicos; sob a perspectiva material, tem-se o tratamento de acordo com a situação individual, aplicando-se tratamento igual aos iguais e a desigual aos desiguais, conforme o caso; sob a perspectiva de reconhecimento, busca-se demarcar a tônica de que todos têm o direito de ser diferente, conforme suas escolhas, porém, todos são iguais, nos termos de suas igualdades, e desiguais, conforme suas desigualdades.

Assim, a partir da compreensão dos motivos que justificam a implementação das Políticas de Ações Afirmativas, bem como do espírito intencionado no Princípio da Igualdade, a sociedade estará mais próxima de viver em harmonia, de forma mais justa e equilibrada, sob maneira que o termo respeito deixará de ser compreendido, apenas um substantivo para ser vivenciado como um Princípio.

A partir do reconhecimento internacional de direitos que conferem dignidade à pessoa humana, convergindo com a adoção de Políticas que viabilizem a redução de desigualdades, bem como o reconhecimento do Princípio da Igualdade, sob todas as perspectivas, consolida-se, então, a pretensão constitucional: igualdade para todos.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luis Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo. A Construção de Um Conceito Jurídico à Luz da Jurisprudência Mundial**. São Paulo. Fórum, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 1ª ed. 12. tir. Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL, Presidência da República, Observatório da Equidade. **Indicadores de equidade do Sistema Tributário Nacional**. Brasília: Presidência d República, Observatório da Equidade, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5642. Acesso em junho de 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: junho 2018.

_____. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - PNDH. 11ª. **Conferência Nacional dos Direitos Humanos**. Texto-base. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

CASSIN, René. **El problema de la realización de los derechos humanos en la sociedad universal**. In: Viente años de evolución de los derechos humanos. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas. 1994.

DA MATTA, Roberto. **Notas sobre o racismo à brasileira**. <https://www.geledes.org.br/racismo-brasileira-roberto-da-matta/>. Pesquisado em 11.06.2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948). **Declaração Internacional dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em 19 de junho de 2018.

FERES JR., João; DAFLON, Verônica Toste. **Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica**. Sociologias, Porto Alegre, ano 17, no 40, set/dez 2015, p. 92-123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v17n40/1517-4522-soc-17-40-00092.pdf>>. Acesso em: agosto de 2018.

FLORES, Joaquim Herrera. **Direitos Humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência**, Sequência. Revista do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, vol. 23, n.44, 2002.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Tradução: Julio Assis Simões. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem Ética?** Lua Nova, n.70, p. 101-138, 2007.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2007.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direitos Sociais. Teoria e Prática**. São Paulo. Método, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **O conteúdo jurídico do Princípio da igualdade**. 3ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade**. 4ª ed. São Paulo. Saraiva, 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debates no Brasil**. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, nov. 2002, p. 197-217. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2018.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Método, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas e direitos humanos**. Revista USP, n. 69, p. 36-43, março/maio 2006.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 18ª ed. São Paulo. Saraiva, 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 8ª ed. São Paulo. Saraiva, 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 11ª ed. São Paulo. Saraiva, 2018.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução: Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAWLS, John. **Justiça como equidade**. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Ação Afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica**. Revista Trimestral de Direito Público nº 15. 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176462>

SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, n. 135, janeiro de 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais** (org.). 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza, AVRITZER, Leonardo. **Introdução: para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos**. Lua Nova, n. 39, p. 111-115, 1997.

SEN, Amartya. **A ideia de Justiça**. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

SOWELL, Thomas. **Ação Afirmativa ao Redor do Mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais**. Tradução: Joubert de Oliveira Brízida. São Paulo: É Realizações, 2016.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa**. IN: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.

JORNALISTA, UMA PROFISSÃO POSSÍVEL PARA MULHERES: O CASO DE MARIA DALUZ AUGUSTO NA DÉCADA DE 1950

ELAINE SCHMITT

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
elaine.schmitt@gmail.com*

SORAIA CAROLINA DE MELLO

*Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
soraiaeducadigital@gmail.com*

RESUMO

Este estudo pretende analisar a história de Maria Daluz Augusto (Lulu), fundadora do jornal *Caiçara*, de União da Vitória/PR, utilizando como fonte de pesquisa e aparato metodológico o próprio jornal impresso e a história oral. Objetiva-se, com isso, reconstituir os caminhos que fizeram de Lulu a primeira mulher jornalista de União da Vitória, na década de 1950, bem como explorar o principal motivo que levou à criação do jornal: um crime sexual infantil, ocorrido em 1942. Rediscutir o episódio conhecido como “Crime do Iguaçú”, fortemente relacionado à criação do jornal *Caiçara* e das relações de poder existentes na pequena localidade, permite revisitar a memória que foi constituída durante o período e, a partir disso, traçar uma problemática já conhecida: a invisibilidade das mulheres na história e no jornalismo. Além disso, foi possível conhecer a censura sofrida pela jornalista, uma mulher homossexual, de família conservadora e intelectualizada. Pretende-se, portanto, não apenas reconstruir sua história, mas compreender seus pensamentos e posicionamentos em um espaço hierarquizado, heteronormativo e masculino.

Palavras-chave: história das mulheres; jornalismo; gênero; violência; censura.

ABSTRACT

This study intends to analyze the history of Maria Daluz Augusto (Lulu), who was the founder of the newspaper *Caiçara*, from União da Vitória/PR, using as a source of research and methodological apparatus the newspaper itself and oral history. The aim is to reconstruct the paths that made Lulu the first woman journalist in União da Vitória, in the 1950s, as well as explore the main motive that led to the creation of the newspaper: a child sexual crime in 1942. Rediscover the episode known as “Crime of Iguaçú”, strongly related to the creation of the newspaper *Caiçara* and the power relations existing in the small town, allows us to revisit the memory that was constituted during the period and, from there, to draw a problematic already known: the invisibility of women in history and in journalism. In addition, it was possible to know the censorship suffered by the journalist, a homosexual woman, in a conservative and intellectualized family. It is intended, therefore, not only to reconstruct its history, but to understand her thoughts and positions in a hierarchical, heteronormative and masculine space.

Keywords: history of women; journalism; gender; violence; censorship.

Introdução

Apesar deste estudo ter como foco principal a jornalista Maria Daluz Augusto (*in memoriam*), é impossível dissociar sua trajetória do jornal *Caiçara*, veículo presente na maior parte de sua vida que, nesse artigo, é problematizado enquanto espaço hierarquizado, gendrado, de produção e reprodução de sentidos.

Sua abordagem importa para que possamos compreender melhor uma realidade histórica que é não apenas construída socialmente (BERGER; LUCKMANN, 1998), mas também gendrada (BUTLER, 2003). Além disso, as reflexões abordam criticamente a constituição e produção de uma pequena imprensa, localizada no interior do estado do Paraná e, assim como na maior parte das instituições jornalísticas do globo, formada por homens. Nesse sentido, o estudo pretende fortalecer o campo de estudos da história das mulheres (SCOTT, 1992) para dar espaço à memória da mulher que protagonizou o jornalismo na cidade de União da Vitória, e questionar o jornalismo enquanto uma organização profissional estruturada hierarquicamente que produz estilos e padrões dominantes, que agem na inclusão de alguns e exclusão de outros.

Maria Daluz Augusto nasceu em 1930, na cidade de Três Barras, Santa Catarina, e mudou-se com sua família para União da Vitória quando tinha cerca de 20 anos. Na mesma época, foi morar na capital do estado, cidade de Curitiba, e teve sua primeira experiência profissional com o jornalismo. Fundou, junto com Maria Alba, o jornal literário chamado *Jandaia*.

Em 1951, retornou à cidade de União da Vitória e começou a trabalhar na emissora de rádio *União*, dando início à busca, junto com outros jornalistas locais, por maiores explicações sobre o abuso sexual seguido de assassinato de Zilda Santos, uma jovem de 13 anos que foi violentada e encontrada sem vida na beira do rio Iguaçu, no ano de 1948. Os culpados do crime nunca sofreram represália e o caso acabou por tornar-se tema de uma radionovela escrita por Lulu e transmitida na rádio *União*, ainda em 1951. Porém, no momento em que o último capítulo iria ao ar, revelando os nomes dos possíveis assassinos da trama, a radionovela foi censurada pela polícia e imediatamente retirada do ar.

Revoltada diante à censura sofrida, Lulu decide criar seu próprio meio de comunicação para poder expressar-se com maior liberdade e “denunciar as injustiças”, conforme mostra a primeira página da primeira edição da folha (ver anexo), cuja as quais fora proibida de fazer na emissora de rádio. É fundado então, em 1954, o jornal *Caiçara*, conforme conta seu sobrinho Delbrai Augusto de Sá:

Como a novela não vai ao ar e a imprensa estava calada, a Lulu não tem outra alternativa a não ser fundar o jornal. É aí que nasce o jornal *Caiçara*. Sem dúvida, o jornal é criado para poder falar sobre [o crime]. [...] Você vai ver que era mensal, mas todas as primeiras edições: agosto, setembro, outubro, novembro, todas as edições a Lulu fala sobre isso. [...] E meu avô sempre deu a devida guarita. Ele sempre disse pra tia Lulu: pode fazer. Aquela época não havia ainda muitos advogados, a tia Lulu chegou a ser ameaçada inúmeras vezes, mas nunca fizeram nada. Até porque ela contava no jornal que era ameaçada. Daí ficou só nisso. Todos [os envolvidos no crime] eram mais velhos do que ela. Morreram todos e nada aconteceu. Mas o jornal nasce com função crítica. O jornal sempre foi muito crítico, em uma série de coisas. Até os anos 1960 o jornal foi muito crítico, (Entrevista concedida em junho de 2017).

Lulu faleceu em meados de 2016, com 85 anos, deixando registros de sua biografia no jornal ao qual se dedicou por tantos anos e nas histórias contadas pelos familiares, amigas e amigos próximos. Deixou também uma série de pensamentos e ideias que demonstram simpatia por pautas feministas - mesmo que nunca tenha se reconhecido como uma -, e experiências de

enfrentamento ao sistema machista, acreditando na potência criativa e intelectual das mulheres e na capacidade de gerenciar suas vidas sem o cumprimento de tantas normas naturalizadas, como a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003) ou o casamento (RUBIN, 1993).

Diante da história de Lulu, pensamos na importância do campo da história das mulheres como lugar dinâmico na política da produção de conhecimento (SCOTT, 1992, p.77), que percebe o sujeito histórico não mais como um sujeito universal, mas composto por individualidades múltiplas. Neste campo, inevitavelmente político e crítico, é característico, também, o questionamento das bases conceituais e das premissas epistemológicas, uma vez que se entende a substância da história existente para além de uma categoria de gênero social e fixa, por exemplo.

Ao confrontar metodologias e fontes vistas como tradicionais, as historiadoras feministas passaram a introduzir em suas pesquisas fontes de diferentes naturezas e trouxeram para o debate sobre o espaço público a existência ativa de sujeitos minoritários. O progressivo interesse pela vertente feminista da história, bem como do uso de fontes orais enquanto aparato metodológico (SALVATICI, 2005), problematizou as formas de se fazer pesquisa e fez surgir críticas no que diz respeito às questões teóricas sobre memória (PASSERINI, 2011), significado e representação (SWAIN, 1996), também relacionadas a uma perspectiva de gênero.

Na tentativa de aproximar os diferentes elementos que estão elencados à biografia de Lulu, faremos agora uma breve discussão sobre a prática jornalística através de uma perspectiva de gênero.

Mulheres no jornalismo brasileiro e a invisibilidade na esfera pública

Estudar o jornalismo a partir de uma perspectiva de gênero contribui para identificação das desigualdades socialmente construídas, o que possibilita a compreensão crítica do passado por meio da análise de um marcador social distinto e da sua tão aguardada superação. Com isso, percebemos a potencialidade que a biografia de Lulu suscita para nos ajudar a refletir e aprofundar esse debate ao mostrar como a vida de muitas mulheres pode estar dependentemente relacionada a processos e forças que gerenciam transformações estruturais.

Se pensarmos nas definições de parâmetros da profissão jornalista que surgiram no século XX, momento em que a profissão se estruturou enquanto lugar de fala reconhecido, vemos ainda a constituição de empresas com significativa autonomia em relação ao poder político (BARBOSA, 2011, p.19). Processo que, aos poucos, modificou-se. Em termos nacionais, a primeira metade do século revelou alterações principalmente em grandes centros e capitais, locais onde os avanços tecnológicos rapidamente estabeleceram novas formas de produção. Essas transformações, no entanto, devem ser compreendidas na especificidade de cada região e desenvolvimento próprio, pois, em um país com 26 estados federais, de tamanha divergência cultural, econômica e produtiva, a observação do desenvolvimento jornalístico demonstra casos isolados e específicos, que provêm de trajetórias localizadas. Por este mesmo motivo, muitos lugares continuaram a praticar um jornalismo parecido com o que era produzido no século anterior: de um homem só, efêmero, com poucas páginas e repleto de textos opinativos (SODRÉ, 1999).

Com a industrialização, o lucro tornou-se a prioridade do jornalismo e trouxe características como a especialização e a divisão de trabalho no interior das oficinas. Tais apontamentos permitem que vejamos a profissão como um processo atravessado por influências e transformações técnicas e sociais, bem como instrumento de poder que possui métodos de produção, distribuição e gerenciamento de preço, mercadoria e público (LUCA, 2011). Quer dizer, como outras operações, a prática jornalística é carregada de historicidade.

E apesar das mudanças que transformaram elementos estruturantes da profissão, houve poucos avanços no que diz respeito à inserção e atribuição de cargos às mulheres jornalistas, que continuaram disputando igualdade em um espaço masculino e hierarquizado a partir do gênero (PONTES, 2017). Percebemos, dessa forma, como o gênero constitui-se como marcador de distinção, que corresponde às posições que jornalistas homens e mulheres ocupa(va)m e das quais são reconhecidos no universo de valores e posições dentro da empresa. Essa forma de estrutura, baseada em pressupostos históricos e culturais tidos como irrefutáveis, atinge não somente o conhecimento social partilhado pelo jornalismo, mas os sujeitos que o constituem e o produzem:

[...] como o jornalismo participa na formação de valores e na reprodução de relações de poder e produção de desigualdades que se fundam na cultura, incidindo não apenas nas relações entre os membros da “tribo”, mas igualmente nos mapas de significados que resultam em desigualdades sociais. A investigação num micro-universo como uma redação de jornalismo, deste modo, pode nos dizer muito sobre as produções de sentido e de valores que participam da cultura geral de uma sociedade e nos dar pistas de como incidir nos modos de transformação destas realidades. (VEIGA, 2012, p.503).

Se as notícias embasavam construções discursivas, uma vez que são o produto final de um processo complexo que se inicia na escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias construídas (HALL et. al. 1999, p.224), como podemos pensar seu impacto no interior, em uma cidade pequena, onde a oferta de notícias tende a ser menor que nos grandes centros?

Para Charaudeau (2010), o argumento que faz do universo midiático uma construção abrange um processo que envolve a racionalização dos acontecimentos, que passam por critérios de seleção de fatos e sujeitos e por formas de encerramento de categorias de entendimento. Modos de visibilidade escolhidos e alidados, ainda, às regras insituidas por este universo já estabelecido, também fazem parte deste processo que propõe uma visão de mundo hiper articulada e naturalizada. Nesse sentido, acredita-se que a má distribuição de tarefas a partir da hierarquia de gênero tem impacto mensurável na produção noticiosa, uma vez que legitima vozes e figuras masculinas, e delega às mulheres tarefas de menor prestígio e chance de ascensão na carreira (PONTES, 2017).

A prática jornalística, portanto, carrega sentidos constituídos por determinados sujeitos. E em um mundo pautado pela má distribuição de poder e oportunidades entre homens e mulheres, revisar a história e problematizar “verdades” torna-se uma ferramenta importante para transformar a sociedade em um coletivo mais justo e portador de paridade de direitos.

Lulu e a fundação do Jornal Caiçara

Em 12 de agosto de 1953, surgiu o jornal impresso *Caiçara*¹. O periódico foi fundado por Maria Daluz Augusto, a Lulu, e começou a ser editado em União da Vitória em tamanho tabloide. Sua distribuição² era de, em média, 1500 exemplares semanais (CARNEIRO, 1991). Segundo o site oficial³ que reúne antigas edições e outros detalhes sobre sua história do jornal, já no primeiro dia de atividade Dídio Augusto, pai de Lulu e integrante do quadro funcional da folha, anunciou que o jornal publicaria “os rogos de dona Marcolina”, tia de Zilda Santos, que acabara de ser abusada sexualmente e assassinada. Ao concluir sua denúncia, Dídio afirmou que o fariam “nem que o jornal fique apenas nesse primeiro número”.

1 Segundo Navarro (2013), “Caiçara” provém do tupi antigo ka’aysá, que significava cerca rústica feita de galhos de árvores. Tomou-se também a designação de habitantes tradicionais do litoral sul e sudeste brasileiro.

2 Dado relativo à década de 1990.

3 Link com o texto completo: <http://www.jornalcaicara.com/reneaugusto/?pg=noticia&id=112>. Acessado em 01/07/2016.

E aí, sim. Ela vai para o rádio e é onde ela escreve e encena a novela “O crime do Iguazu”, com os nomes todos parecidos com os dos algozes, remetendo aos verdadeiros nomes. Ela entra na justiça né. E o último capítulo da novela não vai ao ar. O juiz era mancomunado. Imagine, hoje a gente vê aí os desmandos que se faz. Imagine nos anos 1950. [...]

E ai no ultimo capitulo, sabia-se que a polícia iria lá retirar os atores a força, caso eles se recusassem [a cancelar a transmissão do capítulo]. E a Zilda é morta em um prostíbulo. Ela trabalhava em uma loja de roupa, um armarinho, como se fosse um armazém, na rua 7 de Setembro [em Porto União, SC]. E ela vinha para casa todo dia, mas por volta das seis horas ela é raptada, sequestrada ou levada, enfim, na rua Cruzeiro, ali no começo do bairro Santa Rosa. Você descendo a [rua] central ali, é onde fica a olaria. Ali era a zona do baixo meretrício. Era ali. E lá que ela é levada para uma casa e mantida em cárcere privado durante nove dias até que morre. As meretrizes viram aquilo e se comoveram. Era uma agressão total e quiseram denunciar para a polícia. Mas a dona da casa, que se chamava Sofia. A Sofia não permitiu que fosse feito nada, mas mais tarde uma das meretrizes chamada Aline dá o depoimento para a polícia. Inclusive com os nomes, e nada fizeram. Mas, mesmo assim, o crime foi em 1948 e a novela é em 1951. Nesse último capítulo, as prostitutas que estavam sabendo disso, vêm para a rádio e fazem um cordão de isolamento na frente da rádio, não permitindo que a polícia entrasse e tirasse os atores à força. Mas como houve um mandato judicial e a tia Lulu não era dona da rádio. O dono da rádio tirou do ar. Mas a polícia não pôde entrar pois elas resistiram e fizeram um cordão lá e “aquí ninguém passa”.

Anos depois, essa Aline acaba se amasiando com um Sargento da Polícia e o Sargento, vendo que estão matando um monte de gente. E ela que tinha denunciado. Então, temendo pela vida dela, a retira da prostituição, casa com ela e vão morar em Londrina. E a tia Lulu e a dona Marcolina Sás, que era mulher do Vini Sás que é o tio da Zilda Santos e é quem registra o óbito da Zilda Santos. Dona Marcolina, foi também um dos grandes baluartes, inclusive pela tia Lulu, pela tentativa de elucidação. E vão para Londrina. Vão pra Curitiba de ônibus, pegam um avião. Isso no início dos anos 1950. Vão para Londrina, localizam ela [a Aline]. Ela fica apavorada, mas disse que era a pura verdade. Nesse interregno o marido chega, a expulsa de lá pois diz que vão fazer com que ela seja morta e nunca mais volte lá senão vai as expulsar a tiros. E elas são obrigadas a irem embora.⁴

A imagem construída pelo jornal diante à população buscou refletir seu compromisso com a justiça e seu papel de porta voz para aqueles que, até então, não tinham espaço. Conforme Delbrai Augusto de Sá, sobrinho de Lulu, “Na linha dilacerante que o Jornal *Caiçara* adotou no seu início, seria inevitável um ou outro entrevero decorrente muitas vezes de matéria polêmica⁵”.

A trajetória profissional e social de Lulu permitiu que seus textos e ideias resistissem na história local como produtos de valor e também relacionados à intelectualidade. Seu nome, porém, é poucas vezes relacionado à fundação do jornal. Sempre atribuída ao seu pai, Didio, a bibliografia encontrada sobre a história da imprensa na região desconhece o fato de ser Lulu a fundadora, mesmo que o próprio jornal traga os motivos e os nomes envolvidos na sua criação já na primeira edição, de agosto de 1953 (ver anexo). Para Pedro (2011), a invisibilidade sofrida por Lulu, assim como muitas outras mulheres da história, nada tem a ver com falta de fontes, mas com um dado demográfico e com uma questão de gênero. Este pode ser encarado como é um fator definitivo para a urgência em fortalecer estudos relacionados a gênero e à história das mulheres:

4 Entrevista concedida por Delbrai Augusto de Sá, em julho de 2017.

5 Retirado do site <http://www.vvale.com.br/radar/destaque/jornal-caicara-ira-comemorar-60-anos-de-historia/>. Acessado em 01/07/2016.

Os estudos de gênero, aqui incluindo as categorias “mulher”, “mulheres”, “feminismo”, “feminilidades”, “masculinidades” e “relações de gênero”, têm buscado se colocar no centro do debate historiográfico, tentando fazer com que essas categorias se tornem comuns para quem pesquisa nesse campo. Ao mesmo tempo, como quaisquer outras, essas mesmas categorias vivem as instabilidades dos sentidos que lhes são atribuídos, resultado de lutas dentro do próprio campo. Encontra-se, ainda, portanto, nas margens do saber historiográfico. E, talvez por isso mesmo, busca novas maneiras de pensar essas margens, deslocando o centro, inventando novos percursos (PEDRO, 2011, p.277).

Além dos enfrentamentos necessários para poder atuar no espaço do jornalismo, Lulu vivenciou também a opressão de sua sexualidade não normativa. De acordo com Delbrai, uma sexualidade vivida completamente às escondidas:

Nem mesmo para nós ela nunca disse nada. Nunca contou. Ela teve uma amizade com a Sulamita. [...] E a Sulamita foi amiga dela desde 1971 até os últimos dias. Eu acho que elas tinham um romance homoafetivo. Eu até dizia para elas agora no fim: a Sulamita vinha aqui todos os dias. Ela vinha ver a novela das seis, daí jantavam juntas e daí ela ia embora. E eu disse para elas “por que que vocês não... ou você mora com a Sulamita ou ela mora aqui”. “Você está pagando uma mulher pra vir te cuidar, com a Sulamita são amicíssimas”. E ela disse “não, acho que aí não vai dar certo”.

Eu acho que por medo de assumir. Eu sei porque, imagine né, uma mulher, dona de um jornal, solteira e lésbica em uma cidade de 20 mil habitantes. Ela nunca assumiu isso para nós, tanto que a Nina minha filha é lésbica, assumida. E chegou em um momento que ela disse “olha pai, se quiser contar para tia Lulu fique à vontade”. E eu hesitei, hesitei e nunca contei. Eu tenho certeza que ela sabia porque a Nina, agora recentemente terminou um relacionamento de sete anos com a Camila. Mas a Camila vinha aqui, ela passou o Natal, elas estavam sempre juntas. Estavam quase de mãos dadas, elas não escondiam. Ela [a Lulu] nunca perguntou e elas nunca disseram né. Mas acho que isso já estava subentendido para a Lulu. Eu tenho certeza. Quero perguntar pra Sulamita isso, se ela algum dia comentou. Nunca me perguntou, não sei. Cheguei a pensar até que ela achasse que eu não sabia.

Vemos, a partir desse relato feito por Debrai, uma vida marcada por pequenas resistências. Resistências de uma mulher que enfrentou as dificuldades de um campo profissional gendrado e também aprendeu a lidar com sua sexualidade, num tempo e região onde preconceitos e regras morais restringiam muito ríspidamente as possibilidades de experiências que não fossem heteronormativas. Apesar de podermos pensar que não há transgressão nenhuma em “não sair do armário”, podemos perceber estratégias bem-humoradas e silenciosas de transgressão, como no trecho a seguir:

A tia Lulu também foi produtora cultural, [...] ela militou nessa vida social até o momento em que acabou se tornando reclusa. Embora ela se desse bem com homens, ela nunca teve grandes amigos. E mulheres ela teve. Teve a Albinha, a Graciela, a Sulamita, a Urânia que é viva ainda. Inclusive a Urânia nos anos 1960, sei lá se a Urânia é bissexual, mas ali me parece que já existia uma relação entre elas, porque tinha um boneco na época, tinha uma história em quadrinhos, você deve ter ouvido falar, que era a Luluzinha. O apelido da Urânia era Bolinha porque ela era meio gordinha e elas se diziam Luluzinha e Bolinha. E tinha um boneco que a Urânia tinha. Eu era criança, eu ia lá, e brincava com o Bolinha e a Luluzinha. Acho que aquilo tem um significado que eu só fui entender muito mais tarde.

Apesar do curto espaço do artigo, apresentar esta personagem, a Lulu, no contexto da prática jornalística de União da Vitória da década de 1950 é um esforço de visibilizar as pequenas resistências que se multiplicam quando, ao olhar para a história, afinamos nosso olhar para perceber as invisibilidades. Olhando atentamente para o bloco homogêneo da

norma, da repetição, dos sujeitos hegemônicos como sujeitos da história que ocupam os espaços de importância, podemos enxergar sujeitos como Lulu, sujeitos cujas existências em si representaram resistência e, como se isso não bastasse, ainda nos trazem histórias de enfrentamento e coragem nos espaços que ocuparam. No atual contexto de crescimento da normatividade e da exclusão, em especial no Sul do Brasil, histórias como a de Lulu nos inspiram, também, em nossos próprios atos de resistência, quase 70 anos depois da fundação do jornal *Caiçara*.

Considerações finais

No que diz respeito ao jornalismo, evidencia-se o fato de o gênero implicar em posicionalidades do sujeito, que constituem e constituíram a experiência das mulheres e os espaços que essas podem ocupar. São relações de poder com as quais convivemos, ainda, em nossos dias. Para além disso, a pesquisa permitiu não apenas construir parte da história do jornalismo regional do interior do Estado do Paraná (entendendo aqui o jornalismo como um órgão de poder e produção de memória), mas ofereceu também a oportunidade de trazer para o debate, finalmente, o protagonismo da primeira mulher jornalista na região. Apresentar a trajetória de Lulu possibilitou, ainda, chamar atenção para a produção de pesquisa e a construção do conhecimento científico enquanto lugar de resistência e afirmação de vozes que, tradicionalmente, são silenciadas, ocultadas.

Sair do invisível para tornar as histórias de mulheres indissociáveis da história da humanidade é também compreender as múltiplas existências e causar tensões no conhecimento já constituído. Acreditamos na necessária transformação das relações de gênero e de trabalho, em que haja garantia de direitos, paridade e maior publicização de histórias de resistência como a de Lulu que, na memória do sobrinho, foi estigmatizada por ser uma mulher independente, solteira e sem marido, mas que, também, “foi uma transgressora”, lembrada assim por seu protagonismo e sua coragem.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 34, p. 269-299, jan/jun 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a11n34.pdf>>. Acesso em 13 de agosto 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE LUCA, Tânia Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e DE LUCCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 149-175.

KOSHIYAMA, Alice. Intelectuais feministas na imprensa brasileira. XXIV Simpósio Nacional de História. **Anais**. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Alice%20Mitika%20Koshiyama.pdf>> Acessado em 13 de setembro de 2017.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, Jun 2011.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. Vol. 9, n.18, 1989, p. 9-18.

PONTES, Felipe S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | **E-compós**, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/download/1310/925>> . Acessado em 28 de agosto de 2018.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

SALVATICI, Sílvia. **Memórias de gênero**: reflexões sobre a história oral de mulheres História Oral, n. 8, p. 29-42, junho de 2005. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=114>> . Acessado em 13 de setembro de 2017

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SWAIN, Tania. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. **Textos de História**, Brasília ,v. 4, n. 2, p. 130-150, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5789>> Acessado em 05 de novembro de 2018.

VEIGA, Marcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 490- 505, jul-dez, 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n2p490/23361>>. Acesso em 28 de agosto 2018.

Anexos



Imagem 1: Maria Daluz Augusto na juventude. Fonte: Arquivo da família.



Imagem 2: Maria Daluz Augusto nos anos 2000. Fonte: arquivo da família.



Imagem 3: Reprodução da capa do Jornal *Caiçara*, edição nº 1, de agosto de 1953

REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E ALTERIDADE PARA UMA PRÁXIS EDUCACIONAL INTERCULTURAL

SOUSA, Jean Carlos Barbosa de

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades – UNILAB
Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)
jeancarlos.barbosa@gmail.com

MELLO, Ivan Maia de

Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades – UNILAB
filosofenix@gmail.com

RESUMO

Ao tratar das questões étnico-raciais brasileiras, pode-se encontrar em seu cerne uma história de tensões e contradições que refletem xenofobias, etnicismos, preconceitos, segregacionismos, racismos e intolerâncias que foram se multiplicando ao longo dos séculos. Neste sentido, objetiva-se com esta pesquisa trazer reflexões interdisciplinares acerca das relações entre as identidades e as alteridades na práxis educacional dentro do contexto brasileiro, dialogando com os pensamentos de Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall e Emmanuel Levinas. A presente pesquisa configura-se como um estudo analítico-descritivo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica. Verificou-se que, dentro de um contexto multiétnico e pluricultural, a problemática da mestiçagem surge para ressignificar as identidades e novas práticas educacionais a partir de uma perspectiva intercultural tornaram-se necessárias.

Palavras-chave: Mestiçagem, Interculturalidade, Pós-Modernidade, Educação, Brasil

ABSTRACT

In dealing with Brazilian racial and ethnic issues, one can find at its heart a history of tensions and contradictions that reflect xenophobia, ethnicities, prejudices, segregationisms, racism and intolerances that have been multiplying throughout the centuries. In this sense, the objective of this research is to bring interdisciplinary reflections about the relations between identities and alterities in the educational praxis within the Brazilian context, dialoguing with the thoughts of Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall and Emmanuel Levinas. The present research is an analytical-descriptive study, developed from a bibliographical research. It was found that, within a multiethnic and pluricultural context, the problem of miscegenation arises to re-signify the identities and new educational practices from an intercultural perspective have become necessary.

Keywords: Miscegenation, Interculturality, Postmodernity, Education, Brazil

1 INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a população brasileira é fruto de uma grande miscigenação ocorrida no Brasil ao longo de sua história, em virtude da mistura de vários povos que migraram para o território brasileiro, seja de forma voluntária ou forçada, como aponta Darcy Ribeiro em sua obra “O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil” (1995). Ainda de acordo com as ideias desse autor, pode-se verificar que a articulação de práticas, costumes e saberes desses povos com o passar do tempo, garantiu a formação social e cultural do que se habituou hoje a chamar de povo brasileiro. Todavia, contrariando a ideia de que a distância social entre as raças seria corrigida justamente por essa miscigenação que eliminaria as discriminações raciais, como aponta a ideologia da democracia racial construída por Gilberto Freyre em suas obras, o mesmo autor mostrou que tal processo não ocorreu de forma sempre harmoniosa, haja visto que o Brasil é uma nação marcada pelas contradições do confronto e da convivência, com traços de preconceitos e discriminações que ainda se mostram vivos no dia-a-dia.

Em pleno século XXI, a “democracia racial” freyreana, mesmo sendo merecedora de profundas críticas, ainda influencia consideravelmente as práticas pedagógicas brasileiras, o que denuncia a possibilidade de a escola ser mais uma ferramenta de difusão das ideias aceitas pelas classes dominantes, que desprezam as contradições e as diversidades culturais evidentes em professores e estudantes.

Diante da problemática de encarar a pluralidade cultural e a multietnicidade dentro das escolas brasileiras, os professores devem estar cientes das desigualdades sociais e raciais, e buscar instigar os estudantes a terem uma visão crítica sobre tais questões que permeiam suas relações interpessoais e suas concepções de mundo. Essa tarefa árdua exige um rompimento com a visão eurocêntrica e monocultural do currículo escolar - que é baseada na homogeneização e simplificação das práticas pedagógicas a partir do reconhecimento da superioridade do modelo europeu de racionalidade e da universalização dos conhecimentos e saberes sob a visão ocidental – bem como requer um diálogo profundo com as várias culturas que compõem os povos brasileiros.

O multiculturalismo enquanto orientação pedagógica que reconhece a alteridade e as marcas identitárias das diversas etnias como determinantes de desigualdades sociais no Brasil, pode contribuir com a superação do eurocentrismo no cotidiano escolar. Daí surge o objetivo desta pesquisa em contribuir com reflexões interdisciplinares sobre os diálogos entre as identidades e as alteridades no ambiente escolar brasileiro perante as especificidades das diferenças étnico-raciais dentro de uma coletividade.

2 IDENTIDADE NA PÓS-MODERNIDADE

Os debates sobre identidade na contemporaneidade surgem como elemento necessário para desenvolvimento de práticas educacionais em países com composição multiétnica e pluricultural como o Brasil, e que ainda se encontram inseridos no fenômeno mundial da globalização.

De acordo com a perspectiva de Boaventura Sousa Santos (1999, p.135)

as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processo de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso.

Ao tratar da questão da identidade na pós-modernidade, Stuart Hall (2005) aponta para um declínio das “velhas identidades”, o que gerou novas identidades que romperam e fragmentaram o indivíduo moderno, tido como sujeito unificado até então, e com isso houve ainda mais instabilidade nas referências sociais que norteavam os indivíduos.

Hall (2005) segue apresentando três conceitos divergentes de identidade: a do “sujeito do Iluminismo” em que a identidade está baseada na concepção de um indivíduo racional, centrado e unificado; a do “sujeito sociológico” em que a identidade é formada e modificada de acordo com as interações dialógicas entre o mundo pessoal e o mundo público do sujeito; e o “sujeito pós-moderno” em que a identidade é desprovida de qualquer caráter essencial ou permanente, estando em constante formação e transformação, de forma que tal identidade se define historicamente e esse sujeito descentralizado carrega dentro de si várias identidades, muitas vezes até contraditórias.

Com foco na análise desse último sujeito que Hall conclui que

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 13)

Ainda segundo Hall, a partir do que ele denomina modernidade tardia (segunda metade do século XX), ocorreram uma série de rupturas do pensamento moderno nas áreas das ciências humanas e da teoria social, possíveis em razão das obras de autores como Marx, Lacan, Saussure e Foucault, que não apenas desagregou como também descentralizou por fim esse sujeito cartesiano. Então, preocupado em como esse sujeito fragmentado é colocado em termos de suas identidades culturais, esse autor se volta para a identidade nacional enquanto identidade cultural particular.

Deve-se entender que para Hall

(...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade. (HALL, 2005, p. 48-49)

Sendo constituídas tanto de instituições culturais quanto de símbolos e representações, as culturas nacionais são “um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2005, p.50). Tem-se, então, que

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2005, p. 51)

Dialogando com ideias de que o conceito de identidade é construído dentro de perspectivas sócio-políticas, históricas, culturais, étnicas e geográficas de um indivíduo inserido em uma sociedade, também pode-se destacar a fala de Kabengele Munanga em que aponta que:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, 177-178).

3 DIFERENÇAS E ALTERIDADE

Tendo em vista que as relações dialéticas estabelecidas entre o eu e o outro que produzem as identidades são dotadas de conflitos, então, ao falar de igualdade também devemos tratar de diferenças e alteridade. Boaventura de Sousa Santos defende um imperativo transcultural em que tanto as diferenças sejam reconhecidas quanto a alteridade seja respeitada de forma igualitária, pois, segundo ele:

(...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 56)

Em uma época em que sociedades vivenciam processos de globalizações, tratar de questões das diferenças culturais, étnicas, sociais, econômicas, entre outras, é defrontar-se com práticas políticas e educacionais que buscam criar modelos homogêneos e universalizantes. Todavia, é demasiado forçoso negar, nas palavras da antropóloga Neusa Maria Mendes de Gusmão, que “a experiência de contato entre povos diferentes e culturas diversas coloca em questão um espaço de encontro, de confronto e de conflito, marcado pelo diverso, pelo diferente”. (GUSMÃO, 1997, p.11)

Na busca de superação do eurocentrismo e da epistemologia colonial - construída dentro de uma perspectiva que iguala superioridade étnica a superioridade epistêmica, a partir das necessidades da dominação capitalista e colonial (SANTOS, 2010), dividindo conhecimentos, saberes e até mesmo as próprias realidades sociais em dois universos, a saber, o existente e o não existente - visando à construção de novos paradigmas na contemporaneidade, pode-se encarar a alteridade tal qual pensada por Buber (apud SIDEKUM, 2006), enquanto momento filosófico de rompimento com aquilo que é idêntico e imutável na perspectiva do logos a partir da relação dialógica “Eu-Tu”. Essa dialética da relação entre o eu e o outro, inserida na filosofia pelos filósofos fenomenologistas, faz com que a alteridade amplie o cenário dos estudos éticos, pedagógicos e antropológicos.

Problematizar a alteridade na contemporaneidade diante da necessidade de ruptura com os modelos epistemológicos modernistas - de “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSFOGUEL, 2005) que possuem uma visão que se pretende objetiva, neutra e universalista, carregados de elitismo e fechados em si mesmos - abre espaço para um maior entendimento das realidades histórico-sociais dialeticamente construídas, e ainda atenta para possíveis espaços de rompimento com as opressões vivenciadas. Dentro do contexto das ex-colônias europeias na América Latina, por exemplo, tratar da alteridade significa reconhecer aqueles que foram oprimidos por mecanismos de dominação cultural e social.

Emmanuel Levinas traz para o debate sobre a alteridade na contemporaneidade uma nova abordagem, a partir do que chama de “a alteridade absoluta do outro”, conceituada por ele da seguinte forma:

O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A colectividade em que eu digo 'tu' ou 'nós' não é um plural de 'eu'. Eu, tu, não são indivíduos de um conceito comum. Nem a posse, nem a unidade do número, nem a unidade do conceito me ligam a outrem. Ausência de pátria comum que faz do Outro - o Estrangeiro; o Estrangeiro que perturba o 'em sua casa'. Mas o estrangeiro quer dizer também o livre. Sobre ele não posso *poder*, porquanto escapa ao meu domínio num aspecto essencial, mesmo que eu disponha dele: é que ele não está inteiramente no meu lugar. (LEVINAS, 1980, p.26)

A negação dessa alteridade absoluta do outro foi imposta pelos processos de globalizações que possuem uma tendência a impor uma visão unidimensional do ser humano, como já criticava Herbert Marcuse (2015). Esses processos têm se servido de sistemas opressores de dominação mediante uniformidade dos comportamentos humanos, em que a cultura é tida como um sistema hermeticamente fechado, e obediência à lógica de mercado até nas relações humanas. Desconstruir esses sistemas opressores exige tanto o reconhecimento da alteridade absoluta do outro quanto o diálogo desta com a interculturalidade, compreendida a partir da perspectiva do filósofo cubano Raúl Fornet-Betancourt

não uma posição teórica, nem tampouco um diálogo de/e/ou entre culturas (ou neste caso concreto, um diálogo entre tradições filosóficas distintas) no qual as culturas se tomam como entidades espiritualizadas e fechadas; senão que interculturalidade quer designar, antes, aquela postura ou disposição pela qual o ser humano capacita para, e se habitua a viver "suas" referências identitárias em relação com os chamados "outros", quer dizer, compartilhando-as em convivência com eles. Daí que se trata de uma atitude que abre o ser humano e o impulsiona a um processo de reaprendizagem e recolocação cultural do qual nos fazemos culpáveis quando cremos que basta uma cultura a "própria", para ler e interpretar o mundo. [...] interculturalidade é experiência, vivência da impropriedade dos nomes próprios com que nomeamos as coisas. Ou, dito de maneira mais positiva, é a experiência de que nossas práticas culturais devem ser, também, práticas de tradução. (FORNET-BETANCOURT, 2004, p. 13)

Tema que receberá atenção da filosofia contemporânea, a alteridade encontra em Emmanuel Levinas um enfoque especial que a fará abrir novos caminhos tanto para a ética, quanto para a antropologia e a educação. O sujeito humano, que desde a filosofia clássica até a modernidade era definido a partir da egolatria do eu, segundo Levinas, deve ser desconstruído, pois tal sujeito mantém-se encerrado em si mesmo, desejoso por uma liberdade de ser independentemente dos custos necessários para obtê-la, mesmo que para tanto o outro seja sacrificado. E para tal, ele sugere o rompimento com a totalidade a partir da experiência da alteridade, procurando as multiplicidades do outro e, por conseguinte, em busca da humanidade (apud GOMES, 2008).

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como um estudo analítico-descritivo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2003), para ajudar a orientar os questionamentos através do levantamento dos principais trabalhos já feitos sobre os temas necessários a serem abordados e que sejam detentores de relevância, a saber, identidade e alteridade (HALL 2005, 2011; SANTOS, 2003, 2009, 2010; LEVINAS, 1980; SIDEKUM, 2006), interdisciplinaridade e interculturalidade (FORNET-BETANCOURT, 2001, 2004; WALSH, 2009; CANDAU, 2008; FRIGOTTO, 2011), mestiçagem (ANDRÉ, 2012; MUNANGA, 1994, 1997, 2005; IANNI, 2004a, 2004b, 2004c; HOLANDA, 2013; RIBEIRO, 1978, 1995; FREYRE, 2000, 2001; HOLANDA, 1995).

Buscou-se, dessa maneira, encontrar as bases teóricas e conceituais necessárias para a devida compreensão do processo de ressignificação das identidades a partir do rompimento com as práticas pedagógicas eurocentradas e ligadas a uma epistemologia colonial.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O discurso dominante sobre educação encara a escola, enquanto espaço disciplinar, como local em que se realiza difusão de saberes e de práticas de poder próprias do pensamento moderno ocidental capitalista, no qual existe a primazia da uniformidade e da homogeneidade, tidas como constituintes do universal. Por este prisma, as diferenças e a alteridade absoluta do outro são consideradas uma ameaça à identidade monocultural.

Romper com esse discurso, reconhecendo as identidades e a alteridade absoluta do outro em um país multiétnico e pluricultural como o Brasil, desconstruindo a colonialidade do saber, é, como afirmam Gomes & Silva:

O desafio para o campo da didática e da formação dos professores no que se refere à diversidade é pensá-la na sua dinâmica e articulação com os processos educativos escolares e não escolares e não transformá-la em metodologias e técnicas de ensino para os ditos “diferentes”. Isso significa tomar a diferença como um constituinte dos processos educativos, uma vez que tais processos são construídos por meio de relações socioculturais entre seres humanos e sujeitos sociais. (GOMES & SILVA, 2002: p. 20).

Por atuar sobre as subjetividades, a educação relaciona-se diretamente com a cultura, e lidar com as diversas culturas, com suas identidades e diferenças construídas dentro de um contexto sócio-histórico, é se enveredar pelas problemáticas das abordagens do multiculturalismo a partir de uma perspectiva de interculturalidade crítica, que é entendida pela Catherine Walsh como

processo e projeto dirigido à construção de modos “outros” do poder, saber, ser e viver permite ir muito além dos pressupostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngue ou da filosofia intercultural. É argumentar não pela simples relação entre grupos, práticas ou pensamentos culturais, pela incorporação dos tradicionalmente excluídos dentro das estruturas (educativas, disciplinares ou de pensamento) existentes, ou somente pela criação de programas “especiais” que permitem que a educação “normal” e “universal” siga perpetuando práticas e pensamentos racializados e excludentes. É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial. (WALSH, 2009, p. 14)

Dentro desse ponto de vista, surge a proposta de Perez Gomez (apud CANDAU, 2008), para que se tenha o entendimento atual da escola enquanto um lugar de “cruzamento de culturas”. Assim sendo, exige-se o desenvolvimento de uma nova consciência, um novo posicionamento, que proporcione uma reinvenção do modelo de escola, e que reconheça as diferentes culturas que se mesclam no universo escolar, bem como de recriar a escola, admitindo o que a torna única e singular em comparação com outros locais de socialização: a “mediação reflexiva” que faz sobre as interações e a influência que as diferentes culturas exercem ininterruptamente em seu universo.

A partir de uma perspectiva propositiva da multiculturalidade, Candau (2008) foca sua atenção em três abordagens que considera mais fundamentais: o multiculturalismo assimilacionista, que na educação se faz presente na promoção de uma política de escolarização universalizada, em que há uma chamada para que todos participem do sistema escolar, todavia, o caráter monocultural evidente na sua dinâmica operacional não é questionado; o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural, que se propõe a chamar mais atenção para o reconhecimento da diferença, assegurando locais em que as múltiplas identidades culturais possam se expressar, mas ao mesmo tempo em que o acesso a direitos fundamentais eram

ênfatisados, é dado estímulo para criação de comunidades culturais tidas como “homogêneas” com suas próprias organizações; e o multiculturalismo interativo, também denominado por Candau de interculturalidade, que promove deliberadamente a interrelação entre sujeitos e grupos socioculturais diferentes em uma mesma sociedade, concebendo as culturas em constante movimento de construção-desestabilização-reconstrução, assim como também assumindo que as relações culturais são permeadas por questões de poder, e buscando alimentar os diálogos entre os diversos saberes e conhecimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar das questões que envolvem a identidade na pós-modernidade, verifica-se que a partir do diálogo entre as ideias de Boaventura Sousa Santos e Stuart Hall é apresentado um novo panorama em que qualquer conceito unificador, rígido e imutável, como o conceito de etnia ou de raça, não é suficiente para compreensão adequada de tais questões. As perspectivas desses autores apontam a necessidade de compreensão da identidade a partir de uma dimensão política, perpassando pela ideia de cultura, em que os esforços de certos grupos pelo reconhecimento de sua autonomia cultural modificam-se de acordo com a dinâmica dialética da realidade dada.

Debruçar-se sobre a análise da construção de identidades também é analisar como estas foram construídas a partir do encontro com o diferente, com o outro, com a alteridade, e, em especial, como tais identidades podem ser ressignificadas a partir da abordagem da questão da mestiçagem. Assim sendo, é possível tomar o fenômeno da mestiçagem ocorrida no Brasil entre os povos indígenas, africanos e europeus como caso que pode servir de exemplo de diálogo entre as várias culturas que participaram ativamente da formação do que se passou a chamar de povo brasileiro.

Dentro do contexto multiétnico e pluricultural das comunidades que coabitam o mesmo espaço nacional, romper com as práticas pedagógicas ligadas a uma epistemologia colonial de base eurocêntrica torna-se uma necessidade emergente. Tal movimento de ruptura é um desafio que pode ser superado a partir de uma perspectiva intercultural que proporcione um espaço de abertura para o cruzamento de culturas, para o reconhecimento da alteridade absoluta do outro e para o diálogo entre diferentes grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ABIB, P. R. J. **A mestiçagem como processo de re-significação de identidades**. Disponível em: http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/mesticagem_como_um_processo_de_resignificacao_de_identidades.pdf. Acesso em: 16 jan. 2017.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: Editora Unesco, 2006.

ANDRÉ, J. M. **Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião**. Lisboa: Ed. Palimage, 2012.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F. M.; CANDAU, V. M. (Org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. – Petrópolis: Vozes, 2008.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FORNET-BETANCOURT, R. **Transformación intercultural de la filosofía**. Bilbao: Desclee de Brouwer, 2001.

_____. **Interculturalidade, críticas, diálogos e perspectivas**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Sobrados e Mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 34-59.

GIAROLA, F. R. O Povo Brasileiro: mestiçagem e identidade no pensamento de Darcy Ribeiro. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 4, n. 1, p.126-140. Florianópolis: UDESC, 2012.

GOMES, C. S. C. L. B. **Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2008.

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GROSGOUEL, R. The Implications of Subaltern Epistemologies for Global Capitalism: Transmodernity, Border Thinking and Global Coloniality. In: ROBINSON, W.; APPLEBAUM, R. (orgs.), **Critical Globalization Studies**. p. 283-293. London: 2005

GUSMÃO, N. M. M. de. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cadernos CEDES**, v. 18, n. 43, p. 8-25. Unicamp. Campinas: dec. 1997.

HALL, S. **A identidade cultura na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Lauro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da Diáspora - Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, T. I. L. de. *et al.* Brasil: uma democracia multiétnica? In: **Cadernos de Graduação: Humanas e Sociais**. v. 1, n. 3, p. 39-45. Faculdade Integrada Tiradentes - Fits. Maceió: nov. 2013.

IANNI, O. A dialética da globalização. In: **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. Dialética das relações raciais. In: **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, São Paulo: IEA-USP, 2004b.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004c.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. Rev. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1980.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Edipro, 2015.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.23, Rio de Janeiro maio/ago. 2003

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P. (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PRADO, P. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Ibrasa/INL/MEC, 1981.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro - a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os Brasileiros: Livro I – Teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Descolonizar el saber reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SIDEKUM, A. Cultura e alteridade. In.: TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, E. M. (Orgs.). **Cultura e alteridade: confluências**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

SOUZA, M. de M. **África e Brasil Africano**. 2. ed. São Paulo, Editora Ática, 2007.

STRIEDER, I. Democracia Racial – A partir de Gilberto Freyre. In: **Perspectiva Filosófica**, v. 8, n.15, Jan./Jun.2001. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf15_artigo10001.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

POLÍTICAS DE AFIRMAÇÃO NO CENÁRIO DAS MINORIAS SEXUAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE COTAS PARA PESSOAS TRANS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

GEOVANA SANTANA DA SILVA

Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana gesantana@gmail.com

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense taua_verdan2@hotmail.com

SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL

Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) Atua nos Programas de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem e Políticas Sociais da UENF shirlenacsa@gmail.com

RESUMO

O princípio da isonomia é um dos princípios fundamentais que regem o Estado Democrático de Direito. Sua concretização, na dimensão material, é atravancada, em especial em relação às minorias sexuais comumente marginalizadas. Dessa forma, a realidade é bem diferente no que se refere ao acesso das pessoas trans na Pós-Graduação *stricto sensu* nas Universidades brasileiras. As questões em torno do “gênero” e “sexo” não envolvem apenas ciência ou informação, todavia, abrangem valores e uma posição política diante das diversas formas de viver e de ser. Diante do explicitado, o objetivo do presente trabalho é analisar os editais de implantação de cotas para pessoas trans das universidades brasileiras, a saber, as Universidades Federal e Estadual da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense.

Palavras-chave: Políticas de Afirmação; Minorias Sexuais; Pós-Graduação *Strictu Sensu*; Gênero; Cotas.

ABSTRACT

The principle of isonomy is one of the fundamental principles governing the Democratic State of Law. Its concreteness, in the material dimension, is cluttered, especially with regard to the commonly marginalized sexual minorities. In this way, the reality is quite different regarding the access of the trans people in the Post-Graduation *stricto sensu* in the Brazilian Universities. The issues surrounding “gender” and “sex” do not only involve science or information, but they encompass values and a political position in the face of the various ways of living and being. In view of the above, the objective of this paper is to analyze the edicts for the implementation of quotas for trans people of Brazilian universities, namely the Federal and State Universities of Bahia, Federal University of Rio Grande do Sul, University of Brasília, University Federal of Rio de Janeiro and Fluminense Federal University.

Key-words: Affirmation Policies; Sexual Minorities; Post-Graduation *Strictu Sensu*; Genre; Quotas.

1. INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988) foi responsável pela ruptura de uma série de paradigmas jurídico-filosóficos. Dentre as concepções mais importantes contidas na CF/1988 está o princípio da isonomia. Aludido princípio possui duas faces distintas: formal e material. A primeira faceta do princípio da isonomia, consagrada no *caput* do artigo 5º, estabelece que todos são iguais, independente dos aspectos individualizadores de cada cidadão.

Contudo, há que se reconhecer que a isonomia formal, por si só, por vezes, é incapaz de promover a igualação almejada entre os indivíduos. Assim, a denominada isonomia material atua como mecanismo estruturado para assegurar que a parcela da sociedade tradicionalmente excluída e alijada possa, a partir de políticas afirmativas e mecanismos específicos, ter direitos assegurados.

Neste sentido, o presente trabalho volta-se para examinar os instrumentos de acessibilidade das denominadas minorias sexuais alcançadas pela designação “T” nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, tendo como ponto de exame os editais apresentados por algumas universidades brasileiras. A metodologia empregada pauta-se nos métodos dedutivo e sócio-crítico, auxiliado por pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, como técnicas de pesquisa.

2. MULTICULTURALISMO E PERCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS: EM BUSCA DA DEFINIÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO-SOCIAL DE “MINORIA”

O multiculturalismo, por intermédio de suas políticas sociais, visa proteger e reivindicar direitos àqueles considerados como marginalizados na sociedade. Essa exclusão de determinados grupos pode ser em função do processo de globalização hegemônica. Esta, por sua vez, pode ser entendida como uma ideologia capitalista que visa o lucro (GROFF; PAGEL, 2009, p. 7). Assim, Santos (2003, p. 433) propõe conceituar a globalização como sendo “[...] o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de considerar como sendo local outra condição social ou entidade rival”.

Dessa forma, o mundo globalizado outorga aos indivíduos, à sociedade, às etnias e inclusive às minorias novos conceitos, sob variados aspectos. Por isso, se justifica a imprescindibilidade de se estudar o fundamento do multiculturalismo, uma vez que este busca proteger os direitos das minorias (GROFF; PAGEL, 2009, p. 7).

Para Groff e Pagel (2009) o multiculturalismo tem definições distintas a depender do lugar. Dessa forma, essa pluralidade de culturas criou uma ideia para fundamentar o multiculturalismo. Os autores revelam que as minorias marginalizadas, não conseguem sozinhas se libertarem, uma vez que sentem o medo da liberdade, negando, inclusive, a pedir ajuda aos outros e até mesmo negando a escutar os apelos daqueles que também são marginalizados, assim, essas minorias acabam optando a gregarização à convivência autêntica. Portanto, os autores concluem que “[...] o multiculturalismo implica conquistas e reivindicações, de modo a evitar as formas diversas de opressão, exclusão e dominação” (GROFF; PAGEL, 2009, p. 10).

Portanto, para Groff e Pagel (2009) existe uma relação entre multiculturalismo, globalização e capitalismo, uma vez que “[...] o capitalismo propicia a globalização, e esta influencia as políticas multiculturais, porém sob o aspecto negativo, na medida em que cria classes dominantes” (GROFF; PAGEL, 2009, p. 13). Após essa contextualização, é preciso fazer uma sintetização sobre a conceituação de minorias.

Na literatura não existe um consenso com relação ao conceito de minoria, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, debatem e compreendem o conceito de minoria de formas diferentes (CARMO, 2016, p. 203). Para Carmo (2016, p. 203) a palavra minoria pode ser conceituada através de “[...] um processo de generalização baseado na indeterminação de traços, os quais indicam um padrão de suposta normalidade, considerada majoritária em relação ao outro que destoar dele”.

Enriconi (2017) define as minorias através dos liames de domínio existentes entre os diversos subgrupos na sociedade, sendo que os chamados grupos dominantes estabelecem o padrão a ser observado por todos, determinando que são as minorias de cada localidade. Para Cayres e Cidade (2015, p. 163) as minorias eram pensadas como “[...] um conjunto de sujeitos merecedores de proteção especial, pois são alvos de discriminação que geram desigualdades”.

A partir dessa necessidade de se reestruturar o Estado Brasileiro, em 1988 foi promulgada a CF/1988. A Constituição Cidadã buscou coibir as variadas formas de tratamentos desiguais, criando assim mecanismos, através do modelo democrático, para preservar o direito à igualdade (ROCHA, 1996, p. 289). Rocha (1996) defende a ideia de que o princípio da igualdade fulgura sobre quase todos os outros princípios esculpidos na CF/1988.

Rocha (1996) ainda destaca que o princípio da igualdade influenciou outras partes também do texto constitucional, o qual destaca-se o artigo 3º, I, III e V que traz os objetivos da Constituição Federal de 1988, onde destacam-se os verbos utilizados pelo constituinte na produção do texto constitucional, tais como, construir, erradicar, reduzir, promover. Tais verbos têm um sentido de agir, em outras palavras, demandam um comportamento ativo.

Prevê, ainda, o Texto Constitucional, em seu art. 6º, o rol de direitos sociais garantidos a todos os brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação e dentre eles está à educação. Assim, deve ser garantido a todos os brasileiros o direito à educação, sem qualquer tipo de restrição, devendo ser assegurado a todos o acesso e a permanência.

3. O CONTEÚDO JUS-FILOSÓFICO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA EM ANÁLISE: IGUALDADE FORMAL E IGUALDADE MATERIAL EM DEBATE

Apesar do ordenamento jurídico consagrar, de maneira clara, o princípio da isonomia como bandeira fundamental do Estado Democrático de Direito, faz-se necessário discorrer acerca do seu conteúdo jus-filosófico. Tradicionalmente, a doutrina faz a distinção da isonomia no âmbito formal e no âmbito material. O primeiro consiste na premissa constitucional consagrada no artigo 5º do Texto de 1988 e que assegura que todos serão iguais perante a lei, independente dos aspectos pessoais que cada indivíduo, ou seja, o Estado Democrático de Direito veda o tratamento diferenciado com o escopo de estabelecer distinções pejorativas e preconceituosas (RANGEL, 2012).

A Carta Política de 1988 trouxe com suas linhas uma nova realidade, pautada, sobretudo, na valoração maciça de uma gama de princípios que, em tempos passados, foram ultrajados e renegados pelo Ordenamento Normativo Pátrio (RANGEL, 2012).

Desta feita o artigo 5º, caput da Carta Política, consagra o denominado Princípio da Isonomia, ou seja, o postulado que assegura a igualdade entre todos os indivíduos, sem se ater a qualquer característica peculiar o aspecto que distinga um indivíduo de seus semelhantes (BRASIL, 1988).

Posto isto, cabe salientar que a igualdade não se apoia tão somente tratar os iguais como iguais, mas também, sobretudo, tratar os desiguais como desiguais na medida em que se desigualem.

Isto é, não basta apenas a Carta Política do Estado Brasileiro expor que a igualdade abarca a todos, porém, é primordial que desenvolva os mecanismos necessários para assegurar tal tratamento, observando os pontos de maior celeuma e sanando-os, a fim de garantir uma igualdade de fato, traduzindo assim, a igualdade material (RANGEL, 2012).

Portanto, a dimensão formal da isonomia rememora a fundação do Estado Liberal e que materializa um instrumento de *status negativus*, empregado como elemento capaz de impedir o Estado de atuar, de maneira indevida e intervencionista, na vida privada do cidadão (RANGEL, 2012). Veja-se que o aporte teórico-filosófico que sustenta a premissa de isonomia formal exsurge na construção e no reconhecimento da figura do cidadão e o seu direito de se opor ao Estado, bem como o dever de este tratar, de maneira equânime e igualitária, àquele.

Já a igualdade material, necessita de atitude positivas capazes de permitir a concretização da igualdade, para tanto, é salutar a atuação do Ente Estatal a fim de assegurar que no plano concreto exista de fato um tratamento equânime a todos.

No mais, a igualdade material tem por finalidade fundamental a busca pela equiparação dos cidadãos, em todos os aspectos, quais sejam: usufruir de direitos e sujeitos a deveres existentes. Dessa forma, pode-se considerar que o princípio da isonomia é uma norma programática, ou seja, tão somente por meio de medidas positivas, é viável extrair de sua redação o fim a que se destinou e concretizar o aquilo que foi proposto. Diante dessa singela apresentação, fica explícito que mesmo tão almejado o princípio da igualdade, sua real concretização só será possível diante de atitudes positivas instituídas pelo Ente Estatal, a fim de alcançar tal fito (RANGEL, 2012).

Essa concepção estrutura-se na premissa que a mera igualdade formal, ainda que seja um maciço pilar a ser observado, tem seu poder de atuação limitado, vez que a realidade se revela diametralmente oposta ao plano abstrato, sendo influenciado e mudado diante das alterações do meio em que o indivíduo se encontra inserido. Assim, para se alcançar o fim a que se destinou, é primário que o princípio da isonomia alcance um cunho material, capaz de produzir resultados palpáveis e alterar um cenário caótico que insiste em vigorar (RANGEL, 2012).

4. MINORIAS SEXUAIS: UMA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DO ESPECTRO "T"

A história da sexualidade, pode ser resumida em dois momentos onde houveram quebras nos mecanismos de repressão. O primeiro no passar do século XVII, onde surgiram as grandes proibições, com o enaltecimento da sexualidade adulta e matrimonial, ditames da decência, o desvio obrigatório do corpo, a segunda ruptura ocorreu no século XX, onde os mios de repressão começaram a se afrouxar, passando "[...] das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extra-matrimoniais" (FOUCAULT, 1988, p. 109).

A partir dos anos de 1960, a discussão a respeito das identidades e das práticas sexuais e de gênero vem ganhando um tom cada vez mais exacerbado, isso em decorrência daqueles que se sentem atingidos por essas manifestações, em especial, dos movimentos feminista, gays e lésbicas (LOURO, 2000). Antes de conceituar quem seriam as pessoas do gênero "T", é preciso diferenciar "gênero" de "sexo". Nicholson (2000) define "gênero" como algo socialmente construído, através da personalidade e o comportamento humano, não estando ligado ao corpo, e em sentido contrário "sexo" como algo biologicamente dado.

A transexualidade deve ser reconhecida como uma questão de gênero e que leva a admitir que existem várias formas de se fazer gênero, que vai além de um liame retilíneo do tipo mulher-

feminino, homem-masculino, e que leva também à discussão dos direitos sociais e políticos das pessoas que vivem o gênero fora do binarismo, como são os transgêneros (BENTO, 2006, p. 15). Assim os transgêneros englobam as duas identidades: travestis e os transexuais, que são consideradas as pessoas do gênero “T” (DONEGÁ; TOKUDA, 2017).

O travesti é aquela pessoa que não se sente pertencente totalmente a nenhum dos dois sexos, por isso, transveste-se com as características do sexo oposto ao seu, mas mantendo as características do seu sexo biológico, sendo que na maioria dos casos são consideradas como homens que se vestem de mulheres (DAVI; BRUNS, 2017, s.p.). O especial enfoque da abrangência da letra “T” no espectro sexual permite analisar tal minoria como um dos segmentos mais vulnerabilizados dentro das minorias sexuais. Segundo a ONG *Transgender Europe*, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (BRASIL, s.d. p. 3).

5. POLÍTICAS DE AFIRMAÇÃO NO CENÁRIO DAS MINORIAS SEXUAIS: UMA ANÁLISE DOS EDITAIS DE ACESSO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*

Na tentativa de ajudar os países a melhor aplicar a legislação internacional no que se refere aos direitos humanos em relação à orientação sexual e diversidade de gênero, em 2006, na cidade de Yogyakarta na Indonésia, foi realizada uma conferência com a finalidade de construir um documento para ajudar os países nessa busca pela igualdade de tratamento, sendo o Brasil um signatário (CAMPOS, 2015). No documento elaborado por um grupo de especialistas, ficaram definidos 29 princípios a nortearem à aplicação dos direitos sexuais, dentre eles, podem ser citados o princípio da não discriminação, à vida, em especial o direito à educação, entre outros.

Destaca-se o reconhecimento jurídico dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) às pessoas do gênero “T” com as decisões sobre o reconhecimento da união estável homoafetiva, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, e, a mais recente, referente a possibilidade de utilização do nome social, no julgamento da ADI 4.275, onde os transexuais poderão alterar o seu nome e o sexo no registro civil sem a necessidade de se submeterem a cirurgia de mudança de sexo.

Quando do julgamento da ADI 4277 e da ADPF 132, o ministro Ayres Brito destacou que o artigo 3º, inciso IV da Carta Política proíbe qualquer tipo de discriminação, seja em razão do sexo, raça, cor, e que, dessa forma, as pessoas não podem ser diminuídas ou discriminadas em razão de sua preferência sexual. Reforçou ainda o ministro que “o sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica” (BRASIL, 2018a).

Já no julgamento da ADI 4.275, o ministro Celso de Mello em seu voto destacou que referido julgamento trazia para o Brasil um avanço significativo contra a discriminação e o tratamento excludente que determinados grupos marginalizados sofrem no país, como é o caso dos transgêneros (BRASIL, 2018b). Destacou o ministro ainda que o Estado Democrático de Direito não permite que grupos majoritários oprimam as minorias.

No âmbito das políticas afirmativas dos direitos das pessoas trans, podem ser destacadas as iniciativas das Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF), em especial, em seus Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

O Conselho Acadêmico de Ensino da UFBA, em 2017, aprovou a resolução onde ficou determinada adoção do sistema de cotas para todos os processos seletivos dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo 30% das vagas oferecidas para negros (pretos e pardos) e “uma vaga a mais em relação ao total ofertado nos cursos para candidatos enquadrados em cada uma das categorias de quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e trans” (UFBA, 2017).

A UFBA foi uma das pioneiras em inserir cotas para pessoa trans na Pós-Graduação, acompanhando essa preocupação com política afirmativa para pessoas do gênero “T”, a UFRGS, adotou tal política em seu programa de Pós-Graduação em História e a UnB em seu programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (VENTURINI, s.d., p. 12).

Na UFRGS, a política de reserva de vagas na Pós-Graduação, iniciou-se para o processo seletivo de 2017, na Antropologia, História, Sociologia e Educação (SOUZA, 2017, p. 195). Em 2016, o Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, aprovou a Resolução nº 01/2016 que adotou o sistema de cotas, fixando 30% das vagas para candidatos negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas travestis e transexuais em seus cursos de Mestrado e Doutorado (BRASIL, 2018c).

O Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, através da Resolução nº 01/2016, aprovou a adoção de política afirmativas para a inclusão e permanência de pessoas trans. (BRASIL, 2017). O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, aprovou a Resolução nº 003/2016, em 30/06/2016, estabelecendo uma política afirmativa, nos seus cursos de Mestrado e Doutorado, com vagas adicionais para trans (travestis e transexuais) (BRASIL, 2016). O Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFRGS reservou, para o 2º semestre de 2018, vagas para pessoas trans (BRASIL, 2018d).

Já a UNEB, em 2018, por meio do seu Conselho Universitário, aprovou a ampliação das cotas para outros grupos discriminados, tais como, quilombolas, ciganos, transexuais, travestis e transgêneros, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, tendo cada grupo 5% de vagas adicionais (sobrevagas), uma vez que só previa anteriormente vagas para negros (40%) e indígenas (5%) (VASCONCELOS, 2018). A UFRJ também lançou o Edital nº 504/2017, do Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Filosofia, onde previa a oferta de 20% da reserva para pessoas trans (BRASIL, 2017).

Destaca-se, por fim, alguns editais da UFF a partir dos quais se observa a reserva de vagas para candidatos transgêneros, transexuais ou travestis: O Edital nº 01/2018 para seleção de Mestrado em Comunicação, dispõe uma vaga adicional para candidatos transgêneros, transexuais ou travestis (BRASIL, 2018e). Já o Programa de Sociologia em 2017 lançou Edital nº 01 prevendo uma vaga para pessoas trans para o ano letivo de 2018 (BRASIL, 2018f). O Edital de Doutorado de 2018 do Programa de Psicologia previa cinco vagas para pessoas transexuais e travestis e/ou transgêneros (BRASIL, 2018g). Por fim, o Edital do Mestrado em Cinema e Audiovisual, turma 2018, também previu seis vagas para cotas, incluindo as pessoas trans (BRASIL, 2018h).

Em pesquisa realizada por Venturini as políticas afirmativas na Pós-Graduação visam em maior número os candidatos pretos, pardos e indígenas, sendo 87,02% para pretos, 84,73% para pardos e 70,23% para indígenas e apenas 3,82% dos programas visam as pessoas trans. (VENTURINI, s.d., p. 10). Diante dos dados coletados por Venturini, o presente trabalho demonstra a sua importância na discussão sobre o acesso aos Programas de Pós-Graduação das pessoas do gênero “T”, uma vez que pouco aplicado no País.

6. CONCLUSÃO

Assim, na busca pela igualdade de tratamento entre as pessoas foi preciso que o Estado reconhecesse a necessidade de criação de Políticas Afirmativas para compensar os anos de marginalização que, em especial, as pessoas trans passam por dificuldades para concluírem seus estudos, justamente pela discriminação que sofrem no ambiente escolar.

Neste sentido, o trabalho volta-se para a análise dos instrumentos de acessibilidade das denominadas minorias sexuais alcançadas pela designação “T” nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, em especial os editais lançados pela UFBA, UNEB, UFRGS, UFRJ e UFF que preveem cotas para pessoas trans. Portanto, o ambiente acadêmico deve ser um ambiente acolhedor, entretanto, para as pessoas trans acaba sendo um ambiente hostil de modo a afastá-las da vida acadêmica. O pioneirismo de algumas Universidade Públicas na aplicação de Política Afirmativa voltada para pessoas trans marca já fins positivos, pois reforça a necessidade de se incluir e valorizar a diversidade existente no País e demonstra que o Poder Público começa a se preocupar com essa minoria tão marginalizada, trazendo-as para o universo da Pós-Graduação *Stricto Sensu* de modo a contribuir com as pesquisas na área e trazer à discussão temas tão importantes no dia-a-dia das pessoas, como é o caso das pessoas trans.

7. REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 24 jul. 2018.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**: Garantia da utilização do nome social para as pessoas travestis e transexuais. Brasília: MDSA, s.d. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf>. Acesso em 24 jul. 2018.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Supremo reconhece união homoafetiva. 2018a. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em 13 out. 2018.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo. 2018b. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em 13 out. 2018.

_____. **Universidade Federal da Bahia**: Sistema de Cotas na pós-graduação é aprovado na UFBA. Disponível em: <https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/sistema-de-cotas-na-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-aprovado-na-ufba>. Acesso em 18 ago. 2018.

_____. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: Histórico da política afirmativa para ingresso de negras(os), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, travestis e transexuais, no Programa de Pós-Graduação Em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS. 2018c. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgedu/wpcontent/uploads/2018/07/Historico_cotas.pdf>. Acesso em 18 ago. 2018.

_____. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** Programa de Pós-Graduação em História: Edital do Processo de Seleção para ingresso no Curso de Mestrado em História – Turma 2018. Porto Alegre: PPGH, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppghist/wp-content/uploads/2017/10/Edital-Mestrado-2018-revisado.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2018.

_____. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Resolução nº 003/2016, de 30 de junho de 2016. Porto Alegre: PPGS, 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgs/userfiles/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20003-2016%20A%C3%A7%C3%B5es%20Afirmativas.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2018.

_____. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas: Edital do Processo de Seleção para ingresso no Curso de Mestrado e Doutorado em Artes Cênicas – Turma 2018/2. Porto Alegre: PPGAC, 2018d. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/institutodeartes/wp-content/uploads/2018/04/PPGAC-Edital-de-sele%C3%A7%C3%A3o-aluno-regular-2018-1.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2018.

_____. **Universidade Federal do Rio de Janeiro:** Programa de Pós-Graduação em Filosofia: Edital do Processo de Seleção para ingresso no Curso de Mestrado e Doutorado em Filosofia – Turma 2018. Rio de Janeiro: PPGF, 2017. Disponível em: <http://www.ppgf.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/08/Edital_504-PPGF-turma2018.pdf>. Acesso em 19 ago. 2018.

_____. **Universidade Federal Fluminense:** Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual: Edital do Processo de Seleção para ingresso no Curso de Mestrado em Cinema e Audiovisual – Turma 2018. Niterói: PPGCine, 2018h. Disponível em: <https://app.uff.br/sispos/candidatura/editais/3174/download?arquivo_id=2101>. Acesso em 24 jul. 2018a.

_____. **Universidade Federal Fluminense:** Programa de Pós-Graduação em Comunicação: Edital nº 01/2018. Seleção do Mestrado. Niterói: PPGCOM, 2018e. Disponível em: <https://app.uff.br/sispos/candidatura/editais/3174/download?arquivo_id=2101>. Acesso em 24 jul. 2018b.

_____. **Universidade Federal Fluminense:** Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Edital do Doutorado. Seleção para o Curso de Doutorado em Psicologia – ano de 2018. Niterói: PPGP, 2018g. Disponível em: <https://app.uff.br/sispos/candidatura/editais/3174/download?arquivo_id=2101>. Acesso em 24 jul. 2018c.

_____. **Universidade Federal Fluminense:** Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Edital nº 01/2018. Seleção de candidatos/as às vagas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia para o Curso de Mestrado Acadêmico para o ano letivo de 2018. Niterói: PPGCOM, 2018f. Disponível em: <http://www.editais.uff.br/sites/default/files/arquivos/2018-1_SOCIOLOGIA_-_M.pdf>. Acesso em 24 jul. 2018d.

CAMPOS, Ricardo Araújo. Princípios de Yogyakarta: o direito ao gozo. *In: Carta Capital:* portal eletrônico de informações, 16 set. 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/09/16/principios-de-yogyakarta-o-direito-ao-gozo/>>. Acesso em 24 jul. 2018.

CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in) tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n64/0020-3874-rieb-64-0201.pdf>>. Acesso em 26 set. 2018.

CAYRES, Giovanna Rossetto Magaroto; CIDADE, Roberto Berttoni. As minorias, a condição de vulnerável e ações afirmativas. In: **Direitos e garantias fundamentais II** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara; coordenadores: Anna Candida da Cunha Ferraz, Jonathan Barros Vita, Helena Colodetti Gonçalves Silveira - Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/9zg132z2/28D42sHuKhxrv6iS.pdf>>. Acesso em 26 set. 2018.

DAVI, Edmar Henrique Dairell; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Compreensão fenomenológico-existencial da vivência travesti. In: **Revista do NUFEN**, v. 9, n. 3, Belém, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000300005>. Acesso em 13 out. 2018.

DONEGÁ, Cláudio Teixeira; TOKUDA, André Masao Peres. A transexualidade frente uma sociedade que cria regras de gênero. In: **Revista Conexão Eletrônica**. v. 14, n. 1, Três Lagoas/MS, 2017. Disponível em: <<http://revistaconexao.aems.edu.br/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php?id=141>>. Acesso em 11 nov. 2018.

ENRICONI, Louise. **O que são minorias?** Disponível em: <<http://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>>. Acesso em 26 set. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução da Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GROFF, Paulo Vargas; PAGEL, Rogério. Multiculturalismo: Direitos das minorias na era da globalização. In: **Revista USCS - Direito**, a. 10, n. 16, jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/viewFile/862/717>. Acesso em 13 out. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em 11 nov. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Guacira Lopes Louro (Org.). Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Estudos feministas. Florianópolis, UFSC, v. 8, n. 2, 2000.

RANGEL, Tauã Lima Verdán. O princípio da isonomia: a igualdade consagrada como estandarte pela Carta de Outubro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 15, n. 106, nov. 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12179>. Acesso em 07 nov. 2018.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Ação Afirmativa - O Conteúdo Democrático do Princípio da Igualdade Jurídica. In: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 33, n. 131, jul-set. 1996, p. 283-295. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176462/000512670.pdf?sequence=3>>. Acesso em 09 de set. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/5518148/santos-boaventura-de-s-org-reconhecer-para-libertar-os-caminhos-do-cosmopolitismo>>. Acesso em 13 out. 2018.

SOUZA, Eliane Almeida de. **Dez anos de cotas na UFRGS: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados.** Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169243/001049286.pdf?sequence=1>>. Acesso em 19 ago. 2018.

VASCONCELOS, Toni. **Conselho Universitário amplia cotas para novos grupos sociais e aprova criação de mestrados e doutorados.** Disponível em: <<https://portal.uneb.br/noticias/2018/07/16/conselho-universitario-amplia-cotas-para-novos-grupos-sociais-e-aprova-criacao-de-mestrados-e-doutorados/>>. Acesso em 18 ago. 2018.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ações afirmativas para pós-graduação: desenho e desafios da política pública.** Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg27-1/11080-acoes-afirmativas-para-pos-graduacao-desenho-e-desafios-da-politica-publica-1/file>>. Acesso em 18 ago. 2018.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Aspectos psicológicos, médicos e jurídicos do transexualismo. **Psicólogo Informação**, a. 4, n. 4, p. 74, jan.-dez. 2004.

PROCESSO EDUCACIONAL: FORMA DE LIBERTAÇÃO OU RECLUSÃO DO ESPÍRITO DESBRAVADOR DA CONQUISTA DO SABER?

GOMES, FERNANDA R.G.

*Pós-Graduanda Latu Sensu em Psicopedagogia –
Instituto Superiores d Ensino do CENSA – ISECENSA
fguedsgomes@gmail.com*

RÉGIS, GLAUCE V. M.

*Pós-Graduanda Latu Sensu em Educação Especial e Inclusiva
e Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional – Instituto Souza
glauceregis@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho reflete acerca da relação do processo educacional com a instrumentalidade da língua, do saber, do poder e do Aparelho Ideológico do Estado (AIE), que compõem a ferramenta institucional – Escola, na dinâmica do ensino-aprendizagem. O questionamento que nos assalta é como a Educação poderá cumprir seu papel de agente transformador social, formador e fomentador de conhecimento aprisionado a este modelo educacional, onde o docente é limitado a um transmitir informações. Para fundamentação da abordagem do tema, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica da literatura, um levantamento bibliográfico sobre obras que versem sobre o tema em livros, artigos de periódicos e base de dados de obras acadêmicas. Desta forma, demonstra-se a necessidade de reavaliar a postura e a voz do docente no processo de ensino-aprendizagem na instituição máxima – a Escola. Através do pensamento reflexivo surgirão críticas, investigações, descobertas, argumentos objetivando a emancipação durante a trajetória do processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Saber – Poder – Língua – Aparelho Ideológico - Docentes

ABSTRACT

The present work reflects on the relationship between the educational process and the instrumentality of language, knowledge, power and the State Ideological Apparatus (IEA), which make up the institutional - school tool in the dynamics of teaching and learning. The question that assaults us is how education can fulfill its role as a transforming social agent, trainer and knowledge supporter imprisoned in this educational model, where the teacher is limited to transmitting information. In order to justify the approach to the theme, a bibliographical review of the literature was used as methodology, a bibliographical survey about works that deal with the subject in books, periodical articles and database of academic works. Thus, it is demonstrated the need to re-evaluate the posture and the voice of the teacher in the teaching-learning process in the maximum institution - the School. Through reflexive thinking, criticisms, investigations, discoveries, and arguments will emerge, aiming at emancipation during the trajectory of the teaching-learning process.

Keywords: Knowledge - Power - Language - Ideological Apparatus - Teachers

1. INTRODUÇÃO

Sob a égide da fonte legal máxima que norteia todos os preceitos normativos brasileiros, encontra-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dispõe em seu artigo 1º os fundamentos que traçam o Estado Democrático de Direito, dentre eles destacam-se a **cidadania** e a **dignidade da pessoa humana**.

Assim dispõe a Carta Magna:

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania. III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO, 1988)

Inicia-se a formação da integridade brasileira na busca da essência e consciência cidadã, o escudo para o desbravamento dos conflitos sociais, filosóficos, políticos, culturais, no enaltecimento da pessoa humana e que o simbolismo maior que mobiliza a sociedade é que o poder se origina – emana do povo, da sociedade, da comunidade ativa e revestida de discernimento e saber. Buscando compreender a moldura constitutiva da figura cidadã, a CF/88 estabelece em seu artigo 205, caput, que a educação é um direito de todos os homens e dever do Estado e da família e contará com a colaboração da sociedade em promover e incentivar de modo a objetivar o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Destarte, o supramencionado instrumento legal também narra os princípios do ensino, evidenciado no registro do artigo 206 e seus respectivos incisos. Contudo, enfatiza-se o inciso II, que prevê a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;” (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Aqui, fica registrado de forma indelével que um cidadão é composto de poder e saber. Todavia, que poder é este? Que saber tão eficaz que materializaria em dignidade humana? O povo tem poder? O aluno como parte desse povo tem poder e saber? O professor reverbera o poder que está contido no saber? O mestre consegue mediar à informação de que o saber também contém o poder? Será que o educador consegue retirar o véu dos olhos de seus alunos de forma a identificar a liga mais potente que promoverá sua libertação: poder/saber? Ou estamos diante de uma das formas de representatividade do Aparelho Ideológico do Estado (AIE), na carne visceral do professor? A escola é um templo de disseminação do poder e fomentador do saber? Ou um meio de formação disciplinar, padronizada, fordista, que ceifa as oportunidades de empoderamento da integridade cidadã e o berço do poder?

O presente trabalho visa refletir acerca da relação do processo educacional com a instrumentalidade da língua, do saber, do poder e do Aparelho Ideológico do Estado (AIE), que compõem a ferramenta institucional – Escola, na dinâmica do ensino-aprendizagem. Ao retomar a linha histórica sobre a educação brasileira, constatou-se que independente da marcação temporal, o processo educacional tem no seu registro morfológico a distinção de classes, ordens, influências políticas e religiosas.

A indagação que nos assalta é como a Educação poderá cumprir seu papel de agente transformador social, formador e fomentador de conhecimento aprisionado a este modelo educacional, onde o docente é limitado a um transmitir informações. Para fundamentação da

abordagem do tema, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica da literatura, um levantamento bibliográfico de autores conceituados que versam sobre o tema como: Foucault, Althusser, Paulo Freire, Gabriel Chalita, entre outros, de forma que livros, artigos de periódicos e base de dados de obras acadêmicas compuseram a matéria-prima para o desenvolvimento do trabalho.

2. MARCO TEÓRICO

2.1- Historicidade

Desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais, o percurso educativo tem suas nuances excludentes e violadoras de oportunidades. Os jesuítas fundaram a Companhia de Jesus que tinham como função catequizar (violentar a cultura pré-existente) os indígenas e educar os filhos dos colonos portugueses. A educação era assim distribuída: colégios jesuítas para a elite colonial; aos colonos a oportunidade de escolarização no nível elementar e médio; aos índios o ensino elementar e a catequese, e para as mulheres restavam o ensino de boas maneiras e prendas domésticas. Desde os primórdios há a marca da dicotomia daqueles que eram formados para o exercício intelectual e posições de comando e para aqueles exerceriam as atividades que comporiam o trabalho manual (mão de obra). A princípio, a escola não tinha na carreira docente material humano com competência profissional para uma abordagem pedagógica construtivista e incentivadora da autorregulação.

Historicamente, a metodologia de ensino no Brasil é centrada na figura do professor como o detentor do saber e destinado àqueles que detêm o poder, seja econômico, político ou social, numa relação ideológica que beneficia uma pequena parcela em detrimento de uma maioria. O Manifesto dos Pioneiros da Educação, março de 1932, tinha como pressuposto que a educação era a base de qualquer sociedade civilizada e propunha a reconstrução educacional no Brasil, com ênfase na sua importância face às dificuldades enfrentadas na construção do Sistema Nacional de Ensino no país. Este se fazia necessário para que se organizasse a educação em nível nacional, regulamentando-a do jardim de infância ao ensino superior, é considerado um documento histórico sobre o momento em que se traçaram as bases da política nacional de ensino.

Segundo Nagle (1977 apud Figueira, 2010, p.27), a presença dos ideais da Escola Nova no Brasil e sua influência nas práticas educativas evidenciavam a crença no poder da educação e a necessidade do aumento de vagas, entretanto, não de qualquer tipo de educação. A nova educação substituiria o modelo existente por um novo que considerasse as bases morais, higiênicas e econômicas, e desta forma, recompor o sistema político vigente pela nova classe social burguesa em ascensão, e conseqüentemente adaptar a sociedade aos novos dispositivos de dominação resultantes da presença cada vez maior das fábricas.

De acordo com Machado e Carvalho (2015) a crítica a escola tradicional, que, devido ao seu caráter autoritário, não preparava o homem para as mudanças: era preciso prepará-lo para refletir sobre seus problemas e buscar soluções era um dos pontos cruciais do Manifesto. Segundo os autores, Anísio Teixeira, um dos signatários, considerava que, para se atingir a modernização, seria necessário considerar três diretrizes: a ciência, a industrialização, que proporcionava o acúmulo de riquezas e o bem-estar social do homem, e a democratização, atribuindo, assim, grande poder à escola, propondo a reforma de ideias sem questionar a base material sobre a qual a sociedade capitalista repousava.

Na proposta da escolanovista o aluno deveria ter sua individualidade respeitada, e não como um ser ao qual era possível modelar exteriormente, mas como possuidor de funções complexas

de ações e reações. Hoje, temos marcas que o preconizado no Manifesto dos Pioneiros da Educação redigido por Fernando de Azededo e atuação de Anísio Teixeira refletem atributos positivos em nossos avanços legais, acadêmicos, científicos, sociais, políticos e culturais. Mas, ainda há registros ideológicos, manipuladores, persuasivos, deturpadores da verdade, controladores das vontades humanas e cerceadores da manifestação genuinamente popular.

2.2- A Ótica de Foucault sobre o poder e saber

Foucault apresenta em sua obra *A ordem do discurso* os procedimentos externos de exclusão de discursos que permitem dominar os seus poderes; os procedimentos internos que impedem o aparecimento dos discursos ao acaso; e os que vão proporcionar ao seu funcionamento. O *ser* é vislumbrado em sua complexidade como o saber-poder pertencentes às relações sociais, funcionam de modo que é perceptível que todo discurso, presente nas formas de saber-poder, é marcado pela relação de força – poder, e a verdade – saber.

De acordo com Foucault:

“Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório...” (FOUCAULT, 2002, p.9).

Foucault afirma que possível detectar a vontade de verdade, isto é, o tipo de separação entre verdade e falsidade – regime de verdade, presente na vontade de saber, ou seja, nos saberes de uma sociedade em uma dada época. Essa separação é historicamente construída e as grandes modificações científicas (modelos novos) podem ser lidas como o surgimento de novas formas de vontade de verdade. Identificam-se na fala de Foucault a **proposição** e o **enunciado**; o primeiro é o enunciado declarativo ou ainda o que é declarado/ expresso por um enunciado; o segundo por sua vez, é a expressão lingüística de sentido completo, que pode se verdade ou falso e duvidoso, em outras palavras, o próprio discurso. Desse modo, verifica-se que é uma ilusão considerar o sujeito fonte exclusiva de seu discurso (enunciados), visto que em verdade ele está empregando significados preexistentes já dados em uma formação discursiva.

Na verdade, “face neutra” dos significados das palavras vem impregnada de caráter institucionalizado e de ações ideológicas. As instituições formais (escolas, igrejas, meios de informação, entre outros), acabam por regular as interpretações, dispendo sobre o quê, como, quem interpreta e em quais condições, de forma que o sujeito aluno é constituído pelas abordagens das redes de interpretação. O modo de interpretação é historicamente formatado pelo discurso que se emprega e a interpretação pela relação entre os sujeitos e os significados.

O discurso segundo Foucault, está longe de ser meramente uma forma oral ou verbal de externalização metódica de fatos ou acontecimentos sobre um determinado assunto, o discurso – enunciado – é a manifestação da regra, do controle, das limitações, das validades normativas que se apresentam numa determinada sociedade e tempo. Ele não é genuíno, mas influenciado pela formação discursiva (enunciados pré-existentes onde já estabelece conceitos, valores, o que pode e o que não pode, o que é justo, o que injusto) presente no grupo de indivíduos que formam uma cidade, Estado ou Nação. Não há natureza libertária de construções ideológicas, políticas e cognitivas. Há estratégias de controle, de sobreposição, de dicotomia (quem propõe o discurso e quem deverá acatá-lo), o que se pretende com tal discurso – seu objetivo/intenções e relação de subordinação. Foucault identifica de modo certo que o discurso traz consigo a investidura de poder interventor das condutas dos homens que compõem seu respectivo grupo social.

Desenvolvendo a lógica discursiva nos deparamos com procedimentos basilares de sua atuação (interdição, separação entre loucura e razão, oposição entre o verdadeiro e o falso, disciplinas, sociedades de discursos e doutrina). Esse arsenal procedimental evoca a condução da verdade – pois aquele que pratica o discurso reveste-se de saber (científico/erudito, político ou demagogo), mas despreza a sabedoria e o instinto da comunidade da qual faz parte, marginalizando e reprimindo conduta que se posta contrária ao seu discurso. Assim, constatamos que o discurso traz naturalmente o poder de condução, ordenamento e diretriz, além de se estabelecer que quem discursa tem elementos de domínio de saber onde a persuasão, coesão e coerção irão delinear o perfil do sujeito da palavra (afável ou austero, democrata ou ditador, capitalista ou socialista, pluralidade de ideias ou centralização da razão, diálogo ou imposição). O regime da verdade se estabelece de acordo com a ação discursiva, tendo força normativa e por conseguinte poder de normatização. Aqui, a verdade é intencional, é submetida aos interesses de quem pratica o discurso, e não leal a sua formação naturalística, se estabelece a “minha verdade como exata” e não a verdade real. O poder emanado do discurso fundamenta a formação discursiva de determinada sociedade e época, pois preestabelece em algumas oportunidades de enunciados viciados na sua verdade, não há parâmetro imparcial e ético para a condução do saber e nem tão pouco do exercício do poder.

Deste modo, por meio do que se fala e do que não se pode falar, entende-se como os saberes se constituem e como um regime de verdade é estabelecido pela sociedade de modo a responder a uma urgência histórica. O poder materializa-se nos discursos, técnicas, práticas, instituições, forma de disciplinarização. Por fim, quando considerada a associação saber-poder, é imprescindível atentar para as relações entre as diferentes formas de saber e os poderes que as formas de saber implicam, certo que nas configurações do saber estão inscritas na regra do jogo do poder.

Enveredando-se na seara do saber, este intitula-se como conteúdos exatos apreendidos por meios de estudo, investigação, cientificidade, doutrina, tese... Trata-se da formalização de um determinado conteúdo sistemático fomentado pela razão cognitiva, ele ignora a contextualização social, cultural, afetiva, emocional, relacional da humanidade, se detém a exatidão. A sabedoria por sua vez, vem deslumbrar os aspectos cotidianos, as experiências de vida de cada um, o histórico social e cultural, o fator temporal e o legado deixado pela experiência dos cidadãos mais velhos. A sabedoria leva em consideração a contextualização da realidade do indivíduo aos fatos de seu dia-a-dia.

O saber menospreza a identidade intrínseca da sabedoria, marginaliza toda sua historicidade e “fundamentos” humanísticos. Se etimologicamente o saber vem de sabor, como desconsiderar o sabor das experiências vividas pelos indivíduos e repassadas por gerações? Claro que tudo evolui, se modifica, amadurece e tem outra face, mas não podemos descartar o que originou a sabedoria naturalística. Desta forma, podemos chegar à conclusão que o saber erudito é pragmático, é científico, é a racionalidade e lógica, aliadas para construção das explicações; já o saber popular é a construído nas lutas das classes sociais, a experiência de um determinado grupo social. Temos então o saber – saber erudito e a sabedoria que é o saber popular.

Segundo Morin (1998), o indivíduo não poderá ficar restrito a classificação de *homo sapiens*, pois não há de ter correntes o afastando da afetividade, por isso que o coloca como *homo sapiens-demens*, e esta definição vemos claramente naqueles que transmitem a sabedoria, pois sua afetividade com o mundo a sua volta faz com que a troca de experiência seja agregadora. Morin nos mostra que os professores não podem ficar indiferentes com a sabedoria peculiar de seus respectivos alunos, a troca dada por eles é de suma importância, o contexto de vida que eles trazem é real, não é hipotético, é sentido e muitas das vezes sofrido, na mesma proporção sua alegria também incutem sabedoria.

2.3- O Aparelho Ideológico do Estado – AIE sob a tese Althusser

As considerações do filósofo Louis Althusser e o Aparelho Ideológico de Estado (AIE), segundo o qual a instituição escolar é qualificada pelo autor como sendo um AIE a serviço do poder de Estado. Por um viés marxista Althusser constrói seu pensamento acerca do sistema escolar, que ensina os saberes práticos e as regras dos bons costumes o tipo de comportamento que, em seu lugar na divisão do trabalho, cada sujeito deve cumprir, ou seja, aos futuros operários, é ensinado “obedecer bem”, aos futuros capitalistas, “mandar bem”.

Ferraro (2014) comenta que a obra de Althusser há preocupação em demonstrar a ação do Estado a partir de seus aparelhos tanto de repressão quanto ideológicos, e dentro destes últimos o aparato escolar como elemento de reforço à desigualdade social no âmbito da luta de classes, tendo como resultado a prevalência da ideologia “dominante” sobre a “dominada” no corpo de uma organização social. Para Vaisman (2006) o célebre ensaio (1970) sobre os Aparelhos ideológicos de Estado o filósofo desenvolve uma teoria da superestrutura livre da problemática epistemológica, um roteiro de pesquisa voltado à problemática do Estado e do político, onde o fenômeno ideológico é relacionado imediatamente ao processo de reprodução das condições de produção e procurando, assim, vincular de modo indissolúvel o fenômeno da reprodução à instância ideológico-política.

Althusser advoga que na sociedade capitalista atual, o aparelho de Estado dominante é o Aparelho Ideológico Escolar, pois esta recolhe todas as crianças de todas as classes sociais desde muito cedo, e repassa os saberes práticos que a ideologia dominante tem como fundamentais, sendo a língua materna um deles. De acordo com Ferraro (2014) este tipo de AIE tomou o lugar da igreja, substituindo a dualidade família-igreja por família-escola. A partir do momento em que a escola toma o lugar da igreja é dentro dos limites da escola, dentro da organização escolar, de seu sistema de ensino, de seu currículo de um modo geral que será ensinado àquilo que alguém escolheu, delimitou como necessário segundo uma ideologia que tem uma determinada crença acerca do que deve ser, ou de como deve se manter uma determinada organização social.

Segundo Ferraro (2014) há um quê de desejo, de intenção naquilo que se pretende ensinar, e neste sentido o “currículo-programa” explicita-se como máquina “desejante” e contribui para que se perceba que não existem ações “neutras”. Para o autor a falsa impressão de que os conteúdos trabalhados na escola, seu corpus de conhecimento, é neutro, nada mais é do que uma tentativa de diminuir o risco de alguém tentar – ou até mesmo perceber – a intencionalidade neste interesse pela neutralidade. A ideologia da escola é a ideologia da sociedade. A ideologia de sociedade é a ideologia da escola.

O saber instituído é aquele pregado pela instituição em forma de Estado, Grupo Sociais, Administração Pública, Órgãos Não- Governamentais, que dispõe a regra, codificação, o que tem que saber o como saber, valores pregados. Em contrapartida, o saber instituinte é aquele que se desenvolve a cada relação social, é o construído por das experiências e tem o poder de modificar o instituído, se aproximando dessa forma da realidade do grupo social pertencente. O saber instituinte é sensível ao que está ao seu redor, ele altera o pré-estabelecido e pode vir a ser. Assim sendo, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), projetos políticos pedagógicos, didática, planejamentos Ou seja, o saber instituído poderá sofrer alterações de acordo com a carência, realidade, externalização de ideologias dos portadores do saber instituinte – sociedade.

2.4- O Entrelaçamento da língua, do poder, do docente e da escola

A ideologia imposta pelo Estado identificou claramente que o poder não deverá ficar adstrito ao conceito na seara cognitiva, mas no espectro político-social concomitante ao campo teórico da filosofia política. Assim, quando se reporta ao poder da língua/linguística não se distancie da estrutura organizacionista da política nacional que materializa o poder conforme os preceitos de FOUCAULT (1979). “O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação (...). O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe (...).” De que forma as instituições escolares usam a instrumentalidade da língua? Qual o poder exercido sobre o sujeito aluno que é o centro de nossos investimentos informativos e mediadores? São norteados com uma camuflagem ideológica que corrompe suas opiniões sem confronto explícito?

O termo instituição traz em seu bojo uma complexidade no seu significado. Não podemos nos ater a simplesmente ao aparato físico, simbólico de algo, mas como sendo regras, normas, organização pública ou privada, que venha ao encontro das necessidades e desenvolvimento da sociedade. Assim, a instituição é a materialidade formal de um segmento normativo – jurídico, social, político, econômico, cultural que objetiva a uma obra coletiva. Para se compor uma instituição, faz-se necessários elementos infra-estruturais e superestruturais (a infra-estrutura é a base, fundação e a superestrutura é a atividade desenvolvida, fomentada).

Como dito anteriormente, etimologicamente a palavra saber tem sua raiz no termo sabor, de forma que os homens em contato com o mundo de modo integral materializaram experiências que não só foram utilizadas suas ferramentas intelectuais/razão, mas todo seu ser – mente e corpo, razão e emoção. Aqui, registra-se a reflexão do papel do professor e sobre o tipo de saber que está conduzindo ao seu aluno. É algo que perpassa pelo sentido da emoção trazendo a degustação o sabor de descobrir novas nuances da vida, ou o paladar remete ao um estado de espírito insosso sem possibilidades de descobertas e desagregado a sabedoria do sujeito aluno? Neste contexto caberá ao docente uma imparcialidade no que diz respeito ao que prega a instituição escolar quanto ao seu poder ideológico materializado pelo AIE, no que tange ao ensino de conteúdo e premissas revestidas de verdades formais que muitas das vezes não são reais.

Contudo, deve estimular o aluno a autorregulação de sua aprendizagem e o pensamento autocrítico para que o saber ali difundido promova a criticidade e a construção de conhecimento e de autonomia, identificando em cada aluno suas potencialidades e peculiaridades.

2.5- A Pedagogia Freiriana e o Processo Educacional

Expoente de uma nova proposta educacional baseada em ações libertatórias que valorizam o conhecimento/sabedoria dos alunos, quebra de paradigmas opressores, manipulação da língua como veículo do poder, Paulo Freire traz em seu arcabouço teórico e prático quanto militante do direito de formar opinião e contrariar aquilo que lhe é imposto, um debate íntimo com nós mesmos. Segundo Freire:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que ele, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 2016, p. 42-43).

Visa esclarecer que a autonomia e a esperança são elementos indispensáveis para a emancipação do cidadão como também fundamentos para a mudança do status inerte, manipulável,

degradante. E a Educação é um meio, criador de oportunidades, um agente transformador das realidades sociais e econômicas que possibilitará a emancipação do oprimido, atingindo o patamar de legitimação da cidadania e sujeito de direito.

3. CONCLUSÃO

No processo educacional o discurso verbalizado pelo professor está permeado de enunciados pré-construídos e toma suas significações validadas pelo regime de verdade. A produção de discursos, ou seja, de enunciados que emitidos sobre a realidade observam certos procedimentos que controlam nossas vozes, reconhecendo umas e outras não. O processo de legitimação é configurado por meio das instituições e conforme as contingências históricas. Esses processos são incorporados no ser cognoscente e no educador de modo que suas articulações são inconscientes, pois já nascemos lançados em uma dada formação discursiva. Tantas são as indagações, tantas são as interjeições, tantos são os conflitos... mas, a seta direcionadora para elucidar e desbravar os horizontes da liberdade estão na essência da língua, do poder, do saber e do AIE. Na verdade, verifica-se o quanto o aluno tem que aprender a linguagem da emancipação do espírito e retomar as rédeas do domínio de sua vida.

Dessa forma, demonstra-se a necessidade de reavaliar a postura e a voz do docente no processo de ensino-aprendizagem na instituição máxima - a Escola. Faz-se essencial oportunizar aos alunos o desabrochar de sua sabedoria, pois todos os indivíduos trazem consigo um conhecimento intrínseco, proveniente de suas experiências sociais, historicidade, cultura, medos, conquistas, vitórias, perdas, dentre outras manifestações. Na teia emaranhada sobre a libertação ou prisão da essência do saber, este não poderá ser desprestigiado e marginalizado contrapondo-se ao saber científico e técnico tornando-o sem "sabor". Aliar o título acadêmico do saber a sabedoria dos discentes, gerará críticas, investigação, descobertas, argumentos e emancipação durante a trajetória do processo ensino-aprendizagem.

4. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. PDF. Disponível em: <<https://bit.ly/2N8sbxg>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CHALITA, Gabriel. *O Poder*. São Paulo: Saraiva, 1998.

FERRARO, José Luís Schifino. Althusser, educação, Estado e (re) produção. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 9, n. 17, jan - jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2PGPM9D>. Acesso em: 04 nov. 2018.

FIGUEIRA, Patrícia Ferreira Fernandes. Lourenço Filho e a Escola Nova no Brasil: estudo sobre os *Guias do Mestre* da série graduada de leitura *Pedrinho*. *Fclar / Unesp*. São Paulo, Araraquara, 2010. [Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa

de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras]. Disponível em: <https://bit.ly/2JEMtdu>. Acesso em: 04 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 62ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016

MACHADO, Maria Cristina; CARVALHO, Carlos Henrique de. O legado do Manifesto de 32 à educação brasileira: os desafios persistem. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.51, n. 37, p. 175-194, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2P9TaKP>. Acesso em: 04 nov.2018.

VAISMAN, Ester. Althusser: ideologia e Aparelhos de Estado - velhas e novas questões. *Projeto História*, São Paulo, n.33, p. 247-269, dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2AMnN0a>. Acesso em: 04 nov. 2018.

AÇÃO AFIRMATIVA E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

DEUSA DE SOUZA BATISTA

Aluna Especial de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
euzasbatista@gmail.com

IAGO PEREIRA DOS SANTOS

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
iagoreisd@gmail.com

TATIANE CARVALHO PEÇANHA GUIMARÃES

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
tatiane.educ@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa quantitativa que tem por objetivo apontar o número de publicações no Brasil e no mundo sobre ações afirmativas na perspectiva dos Direitos Humanos. A abordagem teórica referencia os trabalhos de Alves (2001), Gomes (2001), Moehlecke (2002) e Piovesan (2005). A fim de alcançar o objetivo da pesquisa, foi realizado um levantamento na base de dados Scopus, tendo por referência o período de 2013 a 2017. A pesquisa considerou a publicação de documentos por ano fonte, autor, afiliação, por país / território, por tipo e por área de assunto. Os resultados apontam para a necessidade de se pensar ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos, sobretudo, no campo do Direito, uma vez que o campo científico que mais apresentou publicações foram as ciências sociais.

Palavras-chave: Ação Afirmativa. Direitos Humanos. Bibliometria.

ABSTRACT

The present work is the result of a quantitative research that aims to indicate the number of publications in Brazil and in the world on affirmative actions in the perspective of Human Rights. The theoretical approach refers to the works of Alves (2001), Gomes (2001), Moehlecke (2002), and Piovesan (2005). In order to obtain the objective of the research, a survey was carried out in the Scopus database, with reference to the period from 2013 to 2017. The research considered the publication of documents per year source, author, affiliation, by country / territory, by type and subject area. The results point to the need to think affirmative actions in the perspective of human rights, especially in the field of Law, since the scientific field that most presented publications were the social sciences.

Keywords: Affirmative Action. Human rights. Bibliometry.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto que segue foi produzido na disciplina Tópicos Especiais em Políticas Sociais: Educação e Ação Afirmativa ofertada no âmbito dos cursos de pós-graduação em Políticas Sociais e Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), os quais recebem subsídios financeiros da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Pensando em um contexto global, a atual conjuntura da política Internacional do ano de 2018 assustam e ameaçam a Dignidade da Pessoa Humana. Os meios de comunicação de massa sinalizam um discurso omissivo por parte das autoridades no que tange os Direitos Humanos. A mídia internacional informou que o Estados Unidos da América (EUA), o qual é um país hegemônico na política econômica e afeta diretamente as demais nações com suas decisões, na pessoa da embaixadora Nikki Haley que é a sua representante na Organização das Nações Unidas - ONU, declarou a sua saída das causas que envolvem o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, alegando que a ONU tem se mostrado uma instituição hipócrita e preconceituosa no que tange as ações humanitárias para com Israel.¹

Nesse sentido, a título de ilustração, a decisão mais chocante no que tange os direitos humanos da população brasileira ocorreu por meio de liminar da Primeira Região do Tribunal Regional Federal no final do ano de 2017. Os juristas decidiram que na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que desde a edição do ano 2009 obedece rigorosamente os pressupostos dos direitos humanitários, seria facultativa a obediência ao que preconiza os direitos humanos tanto na argumentação dos alunos quanto na correção dos avaliadores.²

Devido a essa efervescência ao que tange os direitos do ser humano, precisa-se ter um olhar atento para as políticas públicas sociais que se pautam nos pressupostos dos Direitos Humanos. Assim, a presente pesquisa de cunho quantitativo tem por objetivo refletir qual o número de publicações no plano nacional e internacional sobre as ações afirmativas na perspectiva dos Direitos Humanos do ano de 2013 a 2017 que estão indexados na plataforma *Scopus*?

Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliométrica que teve por percurso metodológico uma busca simples na base de dados *Scopus* entre os anos de 2013 e 2017 com o objetivo de apontar o número de publicações no Brasil e no mundo sobre ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos, contribuindo para um delineamento a respeito do tema sob diversos prismas como ano de publicação, fonte, autor, afiliação por país / território, bem como por tipo e por área de conhecimento.

DIREITOS HUMANOS: O QUE É?

Ao levar em consideração a Constituição Federal do Brasil de 1988, os direitos humanos são concebidos como direitos básicos e fundamentais. Eles foram inventados pelos indivíduos com a finalidade de consolidar a dignidade dos sujeitos, para que assim seja garantida a sua plena cidadania. No ponto de vista de Piovesan (2005, p. 44) eles “nascem quando devem e podem nascer (...) fruto da nossa história, de nosso passado, de nosso presente, fundamentado em um espaço simbólico de luta e ação social”.

1 Notícia da saída dos Estados Unidos da América - EUA da pasta de direitos humanos da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/06/saida-dos-eua-do-conselho-da-onu-provoca-reacao-internacional.html>. Acessada em: 05/07/2018.

2 Notícia da decisão que não seria necessário atendimento aos pressupostos dos direitos humanos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/redacao-do-enem-que-ferir-direitos-humanos-nao-pode-firar-nem-nota-zero-nem-nota-mil-entenda.ghtml>. Acessada em: 05/07/2018

Dessa maneira, para fazer uma conceituação a respeito dos Direitos Humanos, deve-se levar em consideração a sua historiografia. De acordo com Alves (2001) desde as primeiras civilizações que se pautavam nas escrituras sagradas já havia o entendimento da preservação da Dignidade da Pessoa Humana (DPH). Para ele, à época a DPH era pautada nos preceitos da Igualdade Formal, a qual preconizava que os sujeitos tinham que zelar pela sua individualidade já que eles eram formalmente iguais perante as leis sagradas que os resguardavam.

Ainda de acordo com Alves (2001) após as duas Grandes Guerras Mundiais as quais juntas provocaram a morte de milhares de pessoas e mudaram intensamente a geografia política da Europa e, conseqüentemente, do restante dos continentes, que começaram as manifestações coletivas a respeito da preservação da vida das pessoas.

Por conseguinte, entre revoluções políticas, mudanças econômicas, fins de impérios, dissolução e surgimento de novas nações, além de conflitos armados ao longo do século XIX e XX, imputaram-se ao mundo transformações profundas. Desse modo, em 24 de outubro de 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada na Califórnia (EUA) pelos países vencedores da 2ª Guerra Mundial, cujas finalidades principais são de intermediar as relações entre as nações em busca da paz no plano internacional.

Nesse sentido, o surgimento da organização também se deu pela necessidade de reestruturar as relações entre as pessoas que sofreram com os regimes totalitários ocorridos na Itália (Fascismo) e Alemanha (Nazismo), a fim de buscar garantir os direitos fundamentais dos indivíduos, independente de sua nacionalidade, classe social, raça, sexo ou gênero.

Assim, como forma de manifestar publicamente repúdio aos crimes cometidos contra a humanidade durante as guerras, os membros da ONU em 10 de dezembro 1948 aprovaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos que abarca uma gama de direitos fundamentais. Ela é composta de trinta artigos e é hoje, o documento mais traduzido no mundo. Logo, seus princípios estão detalhados em Tratados Internacionais, tais como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1963); Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979); Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984); Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), dentre outros.

Nas palavras de Piovesan (2005, p. 45) “a Declaração de 1948 confere lastro axiológico e unidade valorativa a esse campo do Direito, com ênfase na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”. Por isso, essa declaração é amplamente citada por governantes, acadêmicos, advogados e cortes constitucionais, bem como por indivíduos que buscam os seus princípios para proteger os seus direitos.

Sendo assim, a partir do processo de universalização dos Direitos Humanos deu-se a formação no plano internacional de um sistema para proteger esses direitos fundamentais. No bojo dessa discussão, a Declaração Universal abriu caminhos para que pudesse ser desenvolvido o Direito Internacional dos Direitos Humanos, introduzindo uma nova concepção aos direitos que estavam pré-estabelecidos, a qual ficou conhecida como concepção contemporânea de Direitos Humanos.

Dessa forma, a nova abordagem passou a tratar os direitos dos seres humanos de maneira universal e indivisível, uma vez que esses direitos seriam universais para todas as pessoas, bem como não poderiam estar desvinculados de outros tipos de direitos, como o econômico, social e cultural. Nesse ponto de vista, os Direitos Humanos começaram a ser concebidos como um avanço para a humanidade no sentido de promover a igualdade de direitos, levando em conta o valor, a dignidade e a unicidade do ser humano.

Portanto, a partir da concepção do direito a respeito dos Direitos Humanos, pode-se inferir que ele é um conceito extremamente abrangente, pois atravessa diversificadas áreas do conhecimento, desta forma, há grande dificuldade de se formular um conceito a seu respeito. Sua definição e delimitação são amplas, haja vista englobar diversas concepções e significados. Logo, o reconhecimento e a proteção da dignidade da pessoa humana pelo direito é resultado da evolução do pensamento humano.

AÇÃO AFIRMATIVA: UMA ABORDAGEM

As polêmicas desigualdades sociais que ocasionam a busca por melhores condições de oportunidades dos sujeitos sociais é uma luta travada na sociedade por pessoas que vivem em situação de marginalização, sobretudo, pelos negros que desde os primórdios do Estado brasileiro sofrem com uma política de escravidão do corpo e do pensamento.

Assim, um dos desafios que foi colocado nos momentos de discussão para a execução de uma política social de ação afirmativa assemelha-se com a postura do deus Jano, o qual ficou conhecido na mitologia romana pelo seu poder de ver as coisas em seus aspectos pretéritos e futurístico, pois à medida que os agentes que formulam a política de ação afirmativa assume a postura de (pre)ver como se apresentou o passado sócio-histórico dos sujeitos que foram subalternizados, o Estado consegue agir com fins de senso de justiça equitativa, promovendo o acesso e a permanência desses sujeitos nos espaços de escolarização (Educação Básica/ Universidade); no mercado de trabalho; nos espaços que privados, contribuindo sobremaneira para que as suas subjetividades sejam respeitadas e reconhecidas.

Em parte, a afirmação feita pelo ex-presidente da República do Brasil Fernando Henrique Cardoso (1997), no prefácio do livro elaborado pelo professor Jessé de Souza (1997), dizendo que a população brasileira é racista em sua estrutura, esboça o seu posicionamento a respeito do processo de racialização que vivia o país durante a década de 1990, bem como contribuiu, devido a sua hegemonia política, para a necessidade de promulgar medidas compensatórias para população negra que sofreu o processo de escravidão.

A conjectura que veio a tona na década de 90, quando o Brasil ensaiava uma nova perspectiva democrática para a sua política ainda parece vigente, uma vez que por vezes vemos negros e indígenas sendo discriminados de forma velada e até mesmo revelada, não obstante humilhados e tratados como se fossem a escória da sociedade, sem gozo dos seus direitos enquanto pessoa humana, e quando os recebem, eles se dão de forma mutilada, como se fosse uma bonança assistencialista.

Na busca do entendimento de como surgiu a política de ação afirmativa, encontra-se nos escritos do jurista brasileiro Joaquim B. Barbosa Gomes (2001) que o surgimento das ações afirmativas no plano legislativo deu-se a partir da década de 1960 com a visão pioneira do direito dos Estados Unidos da América (EUA), o qual começou a entender que os sujeitos mereciam ser tratados de maneira igualitária a fim de diminuir as desigualdades que estavam consolidadas no país em forma de discriminação.

Nesse sentido, para uma compreensão mais apurada do que se trata a ação afirmativa faz-se necessário o conhecimento do conceito de discriminação, uma vez que ela só existe porque em um dado contexto histórico houve um processo discriminatório que excluiu um sujeito ou um determinado grupo social de situações de sociabilidade, assim, afetando o seu desenvolvimento psicossocial, cognitivo e econômico.

Assim, ainda de acordo com Gomes (2001, p. 18) “a discriminação constitui a valorização generalizada e definitiva de diferenças, reais ou imaginárias, em benefício de quem a pratica,

não raro como meio de justificar um privilégio". Sendo assim, grosso modo o ato de discriminar ocorre quando um indivíduo no espectro da sociedade é supervalorizado em comparação com outros indivíduos em aspectos de sexo/gênero, raça/cor, estética, poder aquisitivo, dentre outros.

Em consonância com Moehlecke (2002), no Brasil até o final da década de 1990 ainda não haviam sido resolvidos os diversos problemas sociais deixados pelos governos ditatoriais (1964-1985). Dentre estes problemas estavam circunscritos:

à permanência de condições adscritas, isto é, características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor e sexo, a influir na definição das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política (p. 198).

Deste modo, o período da redemocratização da política brasileira levou a discussões calorosas para encontrar medidas que reparassem as mazelas deixadas pela omissão de políticas públicas sociais voltadas para os grupos minoritários. É nesse cenário que o Brasil começa a introduzir em suas políticas públicas o conceito de ação afirmativa como medida de reparação sócio-histórica. Do ponto de vista de Piovesan (2005) as ações afirmativas surgem como medida de reparação, justiça social e equidade, a fim de promover a ascensão dos sujeitos que passaram por longos processos de subalternização.

Exposto isso, as ações afirmativas cumprem o papel de promover a igualdade de oportunidades e também de induzir que toda sociedade propagasse um sentimento de transformação de ordem cultural, psicológica e pedagógica, a fim de extinguir, tanto do passado quanto do presente, um ideário de que brancos estariam acima de negros e homens estariam superior às mulheres.

Pensando nisso, Boaventura Souza Santos (1997) ao fazer uma reflexão a respeito da efetividade dos direitos humanos num contexto de globalização faz pensar como as ações afirmativas pautadas no princípio da Igualdade devem dar tratamento aos sujeitos que delas necessitam, afirmando que para uma política de emancipação social seja eficaz ela deve tratar os sujeitos iguais na medida das suas igualdades e os desiguais na medida de suas desigualdades.

Em suma, grosso modo as ações afirmativas podem ser concebidas como políticas públicas sociais preferenciais que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades aos grupos minoritários da sociedade, os quais sofrem/ram discriminação por trazerem consigo um aspecto que o diferem da ordem ideológica da coletividade, sob a justificativa de justiça redistributiva, reconhecimento das minorias e, conseqüentemente, equidade entre os sujeitos.

A pesquisa foi constituída, inicialmente de uma revisão de literatura acerca dos temas dos direitos humanos e das ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos. As abordagens desenvolvidas estabeleceram o marco teórico do trabalho. Segundo Ferenhof e Fernandes (2016), a revisão de literatura representa a base que apontará o atual conhecimento científico sobre o objeto que se deseja pesquisar. A partir da revisão de literatura é possível identificar lacunas a serem exploradas, mas que, no entanto, deve-se observar que existem diversas maneiras para realizar uma revisão de literatura.

Ferenhof e Fernandes (2016) destacam que a revisão narrativa ou exploratória, é a forma mais tradicional e não está baseada na definição de critérios explícitos, ou seja, a seleção dos textos é realizada de maneira arbitrária, sem a preocupação em esgotar as fontes. Na revisão sistemática, o um método de busca é um processo rigoroso e explícito no qual se pretende, selecionar, analisar e descrever as contribuições relevantes a pesquisa. A revisão integrativa

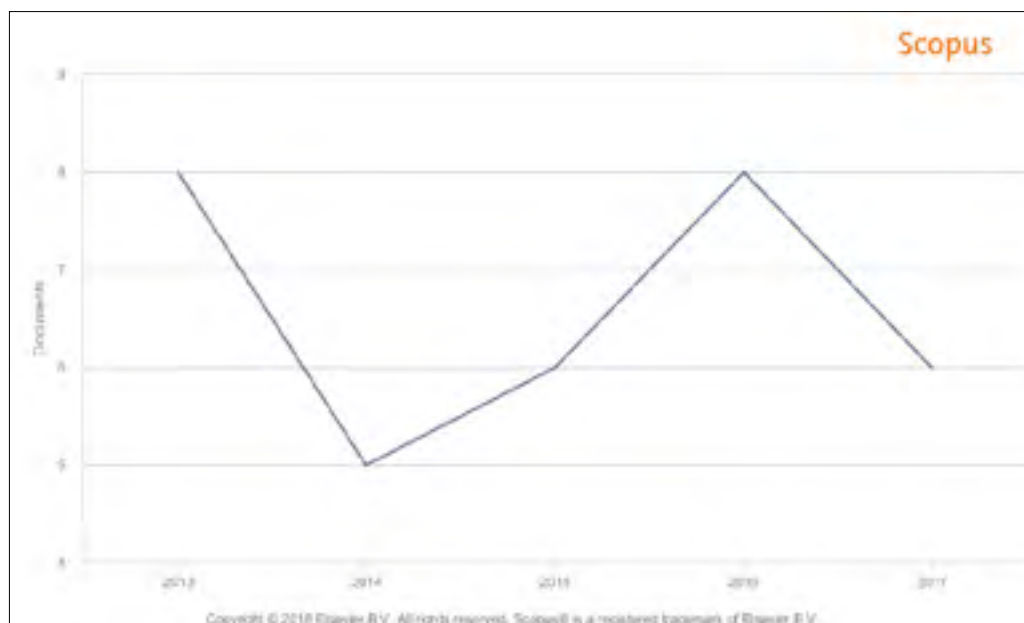
tem como finalidade agrupar e sintetizar os resultados de pesquisas sobre um tema delimitado, de maneira ordenada e sistemática permitindo um aprofundamento do conhecimento da questão.

Assim sendo, buscou-se nesse trabalho uma revisão exploratória, visto que a mesma se apresenta suficiente quanto aos requisitos dos objetivos do trabalho. Findada a primeira etapa, iniciou-se a fase da pesquisa bibliométrica. Foram realizadas buscas na base de dados *Scopus* a partir das palavras-chave “*affirmative action*” and “*human rights*” às 18 horas e 46 minutos do dia 31 de maio de 2018, com limite de trabalhos publicados entre 2013 e 2017.

Entre 2013 e 2017 foram publicados ao todo 23 trabalhos sobre o tema das ações afirmativas no ponto de vista do Direito. Um número considerado modesto diante da necessidade de expandir trabalhos científicos que acompanham o crescimento da demanda social por equidade, como apontou Piovesan (2005).

O gráfico 1 apresenta o quantitativo de publicações por ano. Observa-se que 2013 e 2016 foram os anos de maior produtividade e o ano de 2014 o de menor publicação acerca do tema ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos.

Gráfico 1: Documentos por ano.



O gráfico 2 aponta para os autores que mais publicaram sobre o tema em questão. Observa-se uma equiparidade nessa variável, no entanto em comparação com o gráfico 3, que apresenta os resultados por instituição a que cada autor está filiado. As universidades dos estados da Pensilvânia e do Arizona aparecem em destaque na área do gráfico. O gráfico 4 confirma a posição de alguns autores defenderem a importância dos Estados Unidos nas pesquisas sobre o tema. Gomes (2001) indica que o primeiro uso formal do termo ação afirmativa surgiu nos Estados Unidos.

Gráfico 2: Documentos por autor.

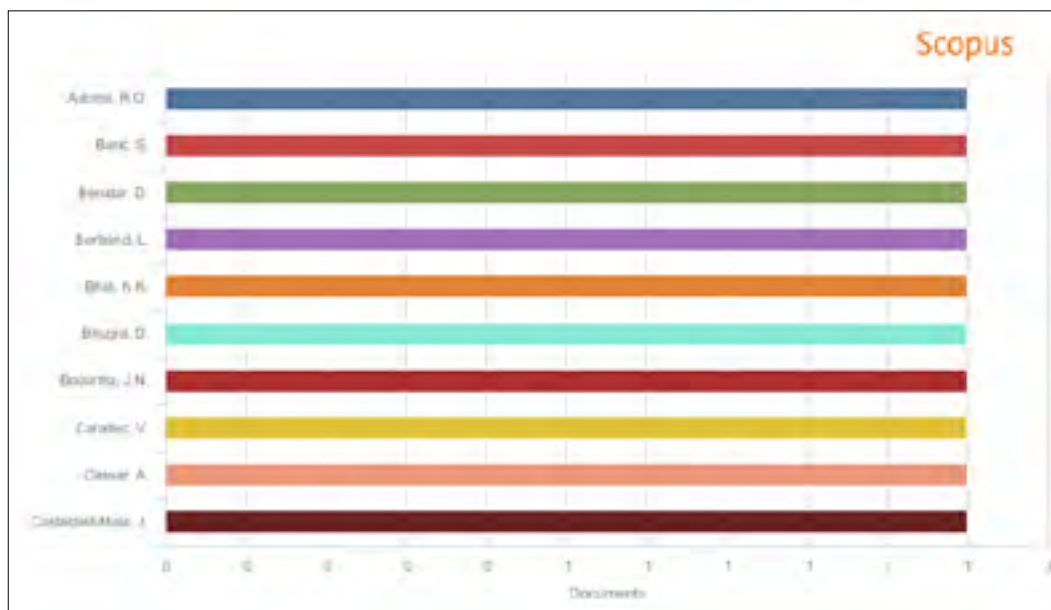


Gráfico 3: Documentos por afiliação.

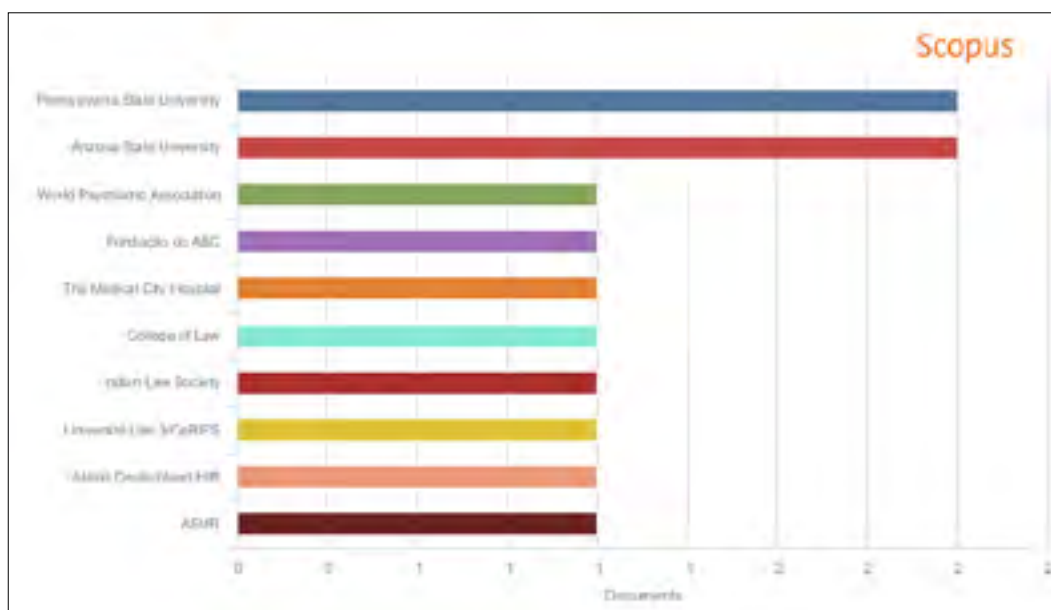


Gráfico 4: Documentos por país/território.

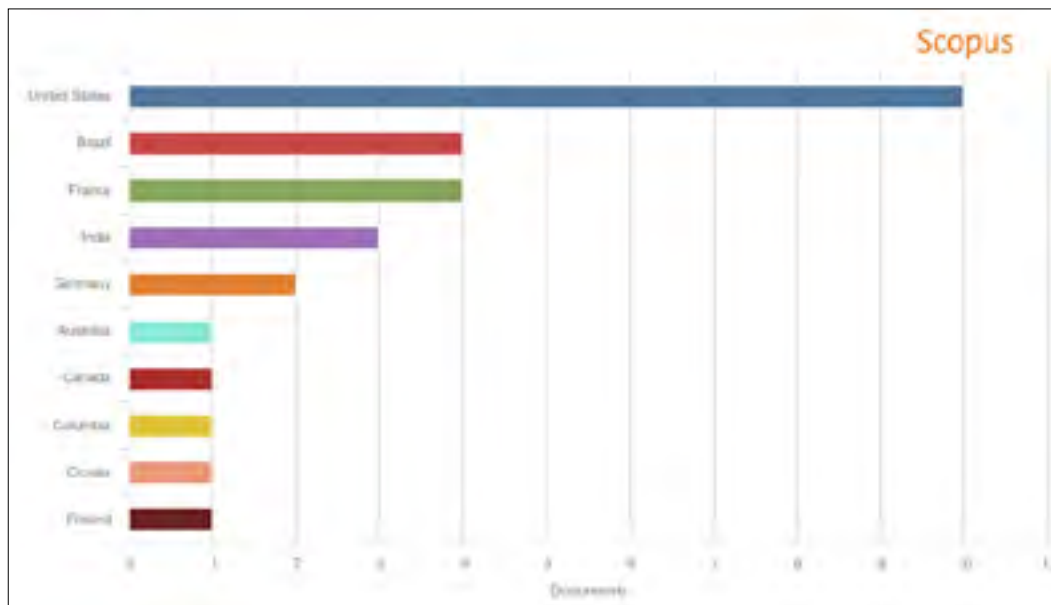


Gráfico 5: Documentos por tipo.

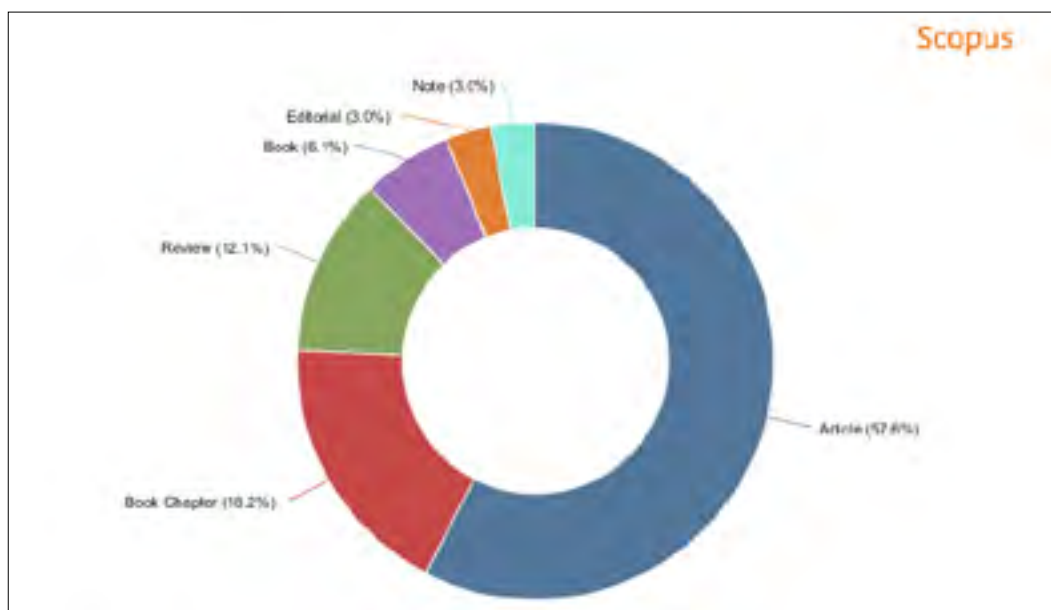
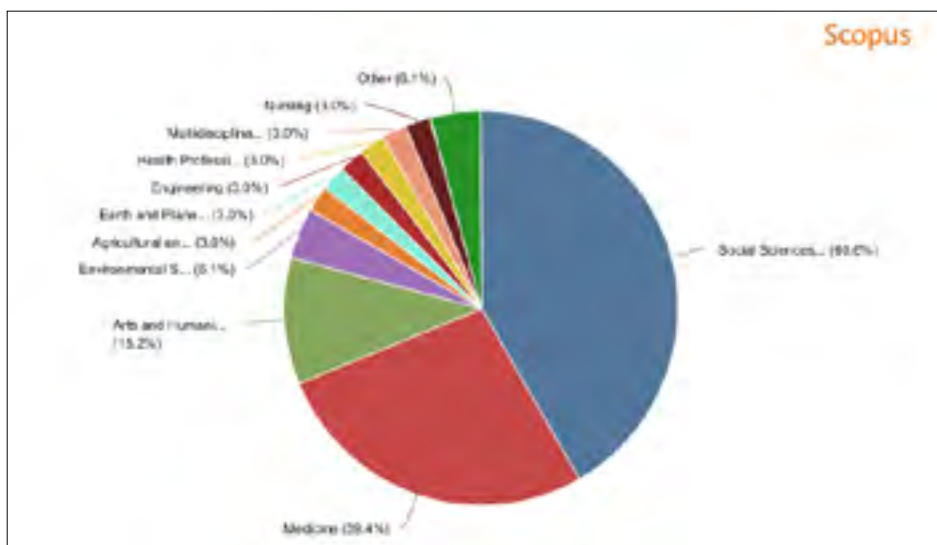


Gráfico 6: Documentos por área de assunto.

Nesse sentido, a pesquisa revela que entre 2013 e 2017, tendo a base de dados da Scopus como referência, o número de trabalhos publicados sobre as ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos esteve aquém da demanda social crescente acerca do assunto, sobretudo na área do direito, que não aponta nenhuma publicação no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou indícios de lacunas no que diz respeito a pesquisas que abordam as ações afirmativas na perspectiva dos Direitos Humanos. Indicou, em seu marco teórico, autores que entendem que o princípio da igualdade deve conduzir o tratamento aos indivíduos que delas necessitam, alegando que a eficácia de ações afirmativas mediante a políticas de emancipação social tratam indivíduos iguais na medida das suas igualdades e os desiguais na medida de suas desigualdades.

Foi realizada uma busca simples na base de dados *Scopus* a partir das palavras-chaves “*affirmative action*” and “*human rights*” às 18 horas e 46 minutos do dia 31 de maio de 2018, com limite de trabalhos publicados entre 2013 e 2017. Observou-se que os resultados apresentados confirmam a necessidade de ampliação de trabalhos que abordem as ações afirmativas na perspectiva dos Direitos Humanos.

A pesquisa teve por objetivo apontar o número de publicações no Brasil e no mundo sobre ações afirmativas na perspectiva dos Direitos Humanos entre o período delimitado. Foram encontrados 23 resultados, entre artigos, os quais representam mais da metade das publicações, capítulos de livros e trabalhos publicados em congressos. Mas também mostrou autores que publicaram sobre o tema nesse período, bem como as instituições à eles afiliadas e os países que mais publicaram sobre o assunto.

Outro fato que deve ser destacado a partir dessa pesquisa é a área de conhecimento que mais publicou a respeito foi a das Ciências Sociais. A área do Direito não aparece no gráfico, o que sugere uma lacuna para pesquisadores desse campo, mesmo diante da crescente demanda de se aprofundar sobre tal temática.

Acredita-se que sob a perspectiva dos Direitos Humanos, as ações afirmativas cumpriram o papel de promover a igualdade de oportunidades e também de induzir que toda sociedade discuta e reflita sobre a questão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cleber Francisco. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: o enfoque da doutrina social da Igreja**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FERENHOF, HelioAisenberg; FERNANDES Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 550-563, ago./nov., 2016.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: (o direito como Instrumento de Transformação Social. A experiências dos EUA)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 117, p. 197-217, nov. 2002.

PIOVESAN, Flavia. Ações Afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, nº 30, p. 105-124, 1997.

SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos**. Brasília: Editora Paralelo 15, 1997.

A INTERCULTURALIDADE COMO FUNDAMENTO DE UMA SOCIEDADE MULTICULTURAL

BRITO, Lucas das Neves

Aluno do 6º período do curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES

lucasbrito12dnb@outlook.com

RESUMO

O multiculturalismo está presente em todo o mundo, é assustador a incidência de determinados grupos se sobrepondo a outros por se denominarem os únicos possuidores de costumes e princípios merecedores do respeito. Conquistam a liderança coagindo através de estratégias e discursos tanto no campo político-social quanto no intelectual, com a finalidade de que sua ideologia seja mantida e propagada para as gerações futuras, isto é considerado hegemonia cultural. A interculturalidade por sua vez, defende o convívio entre todos com respeito as diferenças, e estimula o diálogo dialógico para que indivíduos de diferentes massas possam conhecer saberes diferentes e exprimir suas visões de mundo. Este dialogo é articulado através de um ponto em comum que é encontrado através de muitas pesquisas nos grupos a fim de que todos possam compreender todas as formas possíveis de saber, após isto haverá uma sociedade equilibrada e respeitosa.

Palavras-chave: Cultura, Diálogo, Multiculturalismo, Interculturalidade, Respeito

ABSTRACT

Multiculturalism is present throughout the world, it is frightening the incidence of certain groups overlapping others by calling themselves the only possessors of customs and principles worthy of respect. They conquer leadership by coercing through strategies and discourses in the political-social as well as the intellectual field, in order that their ideology be maintained and propagated for future generations, this is considered cultural hegemony. Interculturality, on the other hand, defends the conviviality among all with respect to the differences, and stimulates dialogic dialogue so that individuals of different masses can know different knowledge and express their visions of the world. This dialogue is articulated through a common point that is found through many research groups so that everyone can understand all possible ways of knowing, after this there will be a balanced and respectful society.

Key-words: Culture, Dialogue, Multiculturalism, Interculturality, Respect

INTRODUÇÃO

Desde o início das civilizações o homem tenta estar no poder da sociedade, com estratégias de lideranças políticas e ideológica denominada hegemonia cultural, ou, cultura liderante que determina vetores e costumes a serem seguidos por todo do meio.

Um dos maiores doutrinadores que desenvolveu trabalhos sobre hegemonia foi Antônio Gramsci, segundo (MORAES, 2010)

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo. (MORAES, 2010, p. 55)

O mundo em questão é um meio multicultural, com diversas formas de expressão e de diferentes formas de viver. Segundo Carolina Giordani (Kretzmann, 2007), é possível visualizar desde tempos passados a tentativa de oprimir os grupos minoritários e excluir as desigualdades que clamam por seu reconhecimento meio a sociedade. Este reconhecimento não está ligado a uma formar de universalismo cultural, mas em políticas de reconhecimento das diferenças, a fim de se preservar todas as formas de opiniões, isto, nada mais é do que a ideia de multiculturalismo.

Carolina Giordani (Kretzmann 2007), afirma que o que transforma a ideia de multiculturalismo difícil é o impulso para que ocorra a luta pelas afirmações e pelas diferenças junto ao processo de globalização, que, por sua vez, tente a dificultar a proliferação de discursos de grupos que estão a margem e favorecer aqueles que possuem maior poder. Continua defendendo que:

Nesse sentido, cabe questionar até que ponto a construção de uma vida em comum é possível e quais são os processos que permitirão a inclusão e a emancipação das minorias e dos grupos que lutam por ideais coletivos e pela afirmação do multiculturalismo. (KRETZMANN, 2007, p. 8).

A complexidade para o reconhecimento das diferenças em relação a grupos minoritários já salientado por (Kretzmann, 2007), está relacionado a hegemonia cultural, de acordo com Dênis de Moraes (2010) a definição de hegemonia cultural que foi articulada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci e em seu entender a hegemonia prevê a conquista de uma liderança cultural sobre os demais blocos e classes. Dênis de Moraes (2010) articula que, “ Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política. ”, ou seja, por meio de um padrão (cultura alto-intitulada superior), são desconstruídas e dizimadas todas as demais formas de se viver que vão em desencontro aos vetores da cultura hegemônica, afim de se preservar um único conceito.

Para Raimundo Panikkar (2004), “ Nenhum conceito, como tal, é universal, cada um sendo válido basicamente onde foi concebido”, Panikkar continua salientando que a humanidade apresenta um pluralismo de universos e discursos e para explicar a ideia de interculturalidade traz a comparação das janelas interculturais:

Os Direitos Humanos são uma janela através da qual uma cultura determinada concebe uma ordem humana justa para seus indivíduos, mas os que vivem naquela cultura não enxergam a janela; para isso, precisam da ajuda de outra cultura, que, por sua vez, enxerga através de outra janela. (PANIKKAR, 2004, p. 210)

Esta concepção traz consigo a ideia do equivalente hemeomórfico, configurado como uma analogia existencial em cada grupo que encontre o ponto em comum que permita o diálogo entre as culturas, então somente assim aplicar os direitos humanos, somente após o diálogo e a vivência que os grupos estabeleceram hemeomórficamente (PANIKKAR, 2004). Na mesma linha de pensamento que Raimundo Panikkar, Boaventura de Souza Santos (1997) expressa a questão do diálogo intercultural, onde os grupos iram trocar além de discursos mas vão se relacionar vivendo as diferenças do próximo, para ele: “No caso de um diálogo intercultural, a troca não é apenas entre diferentes saberes mas entre diferentes culturas, ou seja, entre universos de sentido diferentes e, em grande medida, incomensuráveis” (SANTOS, 1997, p.115).

O atual artigo foi construído principalmente através de bases bibliográficas de grandes doutrinadores como Boaventura de Souza Santos, Raimundo Panikkar dentre outros, além da pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e dissertações de mestrado, foi utilizado a título de compreensão do tema o diálogo intercultural entre autor, professores e alunos do curso de direito do Centro Universitário São Camilo-ES, para compreender todas as formas de pensar dentro do ambiente acadêmico.

A HEGEMONIA CULTURAL PARA ANTONIO GRAMSCI.

O grande filósofo Antônio Gramsci, nasceu em 1891 e desenvolveu um grande papel na releitura do Marxismo, foi fundador do Partido Comunista Italiano e por esse motivo, de defender os ideais do comunismo com força e garra faleceu em 1931 após passar 11 anos preso em uma prisão fascista (MORROW e TORRES, 2004).

Para Gramsci, a Hegemonia cultural vai além do campo político-econômico abrangendo também o campo etno-cultural, com a expressão de saberes e formas governamentais. Com isso, a hegemonia segundo Gramsci, não deve ser compreendida apenas como uma norma de coerção, pois vai além do poder estatal, abrangendo de forma avassaladora o campo cultural, com normas de conduta, padrões a serem interpretados e colocados em prática independentemente se são diferentes dos daquela localidade, todos os demais deveriam ser liquidados. (MORAES, 2010)

Para Moraes (2010), a hegemonia é um processo historicamente demorado que se alastra em campos culturais e ideológicos, deve ser preparada e articulada pelo grupo que domina a constituição, pois a partir deste pilar se iniciaria a elaboração de normas de coerção aos demais daquele meio. Para articular e manter em prática o poder ideológico, o grupo que lidera necessita de apoio, de influenciadores que vão desenvolver suas estratégias no meio. Então, a cultura hegemônica não se manter no topo apenas com apoio material, mas necessita de estratégias manipuladores e discursos de coerção, persuasão e convicção. “Pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade.” (MORAES, 2010, p. 56).

Somente após que uma classe consiga se manter no topo e tenha poder de liderança, pode ser considerada como estado e enfim iniciar o processo de elaboração de uma nova sociedade. Assim, “a formação do consenso para a transformação da ordem vigente depende da capacidade das classes subalternas de se converterem em força política efetiva, forjando uma unidade de objetivos que resulte na coordenação de iniciativas e princípios ideológicos” (MORAES, 2010, p. 56).

Como já suscitado, a hegemonia cultural para Gramsci possui dois embates, o primeiro está envolvido à sociedade política e o segundo a sociedade civil. A sociedade política está relacionada ao poder estatal, que são representados por mecanismos de representação legal contra a violência e normas de coerção aplicadas com o auxílio das forças policiais para aqueles que demonstrarem resistência, já a segunda esfera a da sociedade civil está relacionada ao conjunto de entidades responsáveis pela criação de sistema de propagação de ideologias, “compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico”. (MORAES, 2010, p. 57)

Ambas as sociedades, política e civil se distinguem em seu papel social enquanto mecanismo organizacional do meio e também nas relações de poder.

Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política, as classes impõem uma dominação fundada na coerção. Em somatório, formam o Estado em sentido amplo: sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção. (MORAES, 2010, p.57).

Para que os discursos e as manipulações ideológicas fossem propagados em grandes escalas e abarcassem um grande número de pessoas e com velocidades elevadas eram utilizados os meios de comunicação para inserir a hegemonia. Eram e são os mais eficazes para a desconstrução de conceitos e elaboração de novos, na época de Gramsci o principal veículo de comunicação era a imprensa. Segundo o doutrinador (MORAES, 2010, p. 61) “Os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses”.

A concepção da propagação de uma cultura hegemônica e manipulações ideológicas através dos veículos de comunicação para Gramsci era tão importante que desde 1910, quando publicou seu primeiro trabalho em *L'Unione Sarda* até novembro de 1926, onde foi privado de sua liberdade pelo governo fascista, após a remoção de suas imunidades parlamentares pelas leis de exceção decretadas por Benito Mussolini, o autor escreveu inacreditáveis 1.700 artigos jornalísticos. (MORAES, 2010).

O FENÔMENO DO MULTICULTURALISMO

Para SANTOS (1997), a globalização é algo complexo de se conceituar, já que não existe apenas uma globalização, mas sim uma pluralidade de conceitos como políticos, econômicos, culturais, é quando ocorre algo de novo nas relações sociais, ocorre quando um grupo vencedor importa suas características para todo o globo. Nesse sentido, “a globalização é um processo pela qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 1997, p. 108).

A globalização não é genuína em termos globais, já que foi uma determinada localidade que desenvolveu tal conceito, então não deveria de se falar em globalizações, mas sim em termos de localização. Uma das modificações mais que ocorrem cotidianamente que são ligadas a globalização é a compreensão de tempo-espço, nada mais é do que “o processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo”, a título de exemplo é válido trazer Para Santos (1997, p. 109), “como os moradores das favelas do Rio, que permanecem prisioneiros da vida urbana marginal, enquanto suas canções e suas danças, sobretudo o samba, constituem hoje parte de uma cultura musical globalizada”.

Segundo SANTOS 1997, o fenômeno da globalização pode ser distinguido em duas concepções a globalização de-cima-para-baixo e globalização de-baixo-para-cima, para melhor concepção globalização hegemônica e globalização contra hegemônica. “O que eu denomino de localismos globalizado e globalismo localizado são globalizações de-cima-para-baixo, cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade são globalizações de-baixo-para-cima”.

Em um viés voltado aos Direitos humanos, SANTOS 1997 relata que para atuar como cosmopolitismo e ou globalização de-baixo-para-cima, os Direitos Humanos devem ser recapitulados de acordo com a multiculturalidade. “O multiculturalismo, tal como eu entendo, é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo” (SANTOS, 1997, p.112).

É claro que os direitos humanos não possuem uma aplicação universal, já que possuem quatro regimes internacionais de aplicação destes: o europeu, interamericano, africano e asiático. A pergunta a se fazer é se os direitos humanos são universais enquanto objeto cultural? SANTOS 1997 exprime que “todas as culturas tendem a considerar os seus valores máximos como os mais abrangentes, mas apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais”. A pergunta sobre a universalidade dos direitos humanos é algo particular da cultura ocidental, então a própria ideia de universalismo acaba se contradizendo.

O conceito universalista de direitos humanos foi totalmente elaborado pela cultura ocidental, estes são: como que a natureza humana é universal e que os parâmetros de dignidades da pessoa humana são irredutíveis e irrenunciáveis que tem de ser segurada pelo estado de direito e a organização da sociedade para que o cidadão seja livre. Conquanto, é claro que todos estes conceitos são inteiramente ocidentais, e que para outras culturas a forma de dignidade pode ser diferente para seus indivíduos, por qual motivo a questão universalista de direitos humanos tomou tamanha repercussão, ou até mesmo “por que razão a universalidade sociológica desta questão se sobrepôs à sua universalidade filosófica” (SANTOS, 1997).

Para (SANTOS, 1997), as respostas para todas as perguntas referentes ao universalismo estão ligadas ao poder econômico e político que as nações ensejam e idealizam desenfreadamente, o autor exprime que,

Se observarmos a história dos direitos humanos no período imediatamente a seguir à Segunda Grande Guerra, não é difícil concluir que as políticas de direitos humanos estiveram em geral ao serviço dos interesses econômicos e geo-políticos dos Estados capitalistas hegemônicos. Um discurso generoso e sedutor sobre direitos humanos permitiu atrocidades indescritíveis, as quais foram avaliadas de acordo com revoltante duplicidade de critérios. (SANTOS, 1997, p. 112).

Apesar de todo ocorrido existem alguns grupos que passaram a lutar contra o sistema, em virtude de serem vítimas dos estados capitalistas autoritários, seus objetivos com as manifestações são totalmente explícitos ou implícitos anticapitalistas. Com o decorrer do tempo foram surgindo os discursos contra-hegemônicos de direitos humanos e contra as concepções ocidentais, defendendo os ideais do relativismo e da construção do diálogo sobre a interculturalidade. (SANTOS, 1997)

Kretzmann (2007) relata que a concepção de multiculturalismo se torna difícil em razão da falta de impulso para que ocorra a luta pelas afirmações e pelas diferenças junto ao processo de globalização, que tente a dificultar a aceitação e a positivação daqueles que possuem discursos minoritários e encontram-se em desacordo com o ideal imposto por aqueles que estão no topo da sociedade. Estes que lutam incansavelmente por seu reconhecimento como povo,

não possuem a intensão de universalizar seus conceitos, mas sim que sejam merecedores de respeito e que possam propagar seus costumes e princípios para suas futuras gerações.

As lutas referentes ao reconhecimento das diferenças têm como a base por exemplo o ocorrido na colonização do Brasil onde a cultura indígena foi quase dizimada e em tempo atuais são preservadas as poucas tribos que ainda restam em todo o globo, afim de preservar a pureza de seus costumes e que seja patrimônio de todos que desejarem saber sobre as origens do povo brasileiro, quem melhor relata é Kretzmann (2007, p. 15):

Percebe-se então, já no princípio da colonização brasileira, a imposição e a opressão de uma que se queria hegemônica, assentando e definindo os contornos do que ainda hoje persiste: a necessidade de afirmação da identificação étnica e cultural dos grupos formadores do povo brasileiro.

Em virtude da crise contemporânea e do projeto de universalismo, que por sua vez não foi eficaz em sociedade, fazendo com que, os povos reivindicassem suas diferenças, o melhor para o cenário atual não é apenas o significado de justiça como igualdade, “mas o respeito à diferença, à identidade e a superação de um monoculturalismo ocidental, dominante e opressor, responsável pela atual situação de degradação do ambiente cultural” (Kretzmann 2007).

O multiculturalismo nada mais é do a variedade de culturas, cada uma com seus princípios e costumes, vivendo em no seio da sociedade moderna, para (Kretzmann 2007), “Considerando as dificuldades de precisão do termo, no entanto, pode-se afirmar que multiculturalismo se tornou rapidamente um modo de descrever as diferenças culturais em um contexto transnacional e global”, ligado a ideia de contra-hegemonia e respeito e aceitação das diferenças. (Kretzmann 2007).

A ideia do respeito as diferenças e devido reconhecimento de grupos minoritários no meio multicultural, pode-se visualizar duas vertentes. A primeira delas e o universalismo já citado neste artigo, onde não considera a ideia das diferenças havendo apenas uma ideia de igualdade, e a segunda vertente é o relativismo cultural que é totalmente divergente do universalismo, no relativismo ocorre a propagação de instrumentos que facilitam o cidadão expressar suas formas de agir e pensar em meio a sociedade e assim seja reconhecido seu lugar no espaço. (Kretzmann, 2007).

A HERMENÊUTICA DIATÓPICA COMO FORMA DE INTERPRETAR O MUNDO MULTICULTURAL

Em um caso de uma vivência intercultural, a troca não é apenas de diálogo, mas também troca de culturas que exprimem umas às outros seus preceitos e costumes, ou seja, entre universos diferentes. “Tais universos de sentido consistem em constelações de *topoi* forres.” (SANTOS, 1997). Esse *topoi* citado pelo doutrinador são pontos em comuns que as diferentes culturas possuem, estes vão permitir a aproximação e a partir destes o dialogo irá se instaurar, onde a troca de experiências e conhecimento será elaborada, mas são extremamente perigosos, pois afinal mesmo que as culturas possuam algo em comum, não deixam de ser diferentes, então se torna um processo extremamente demorado e complexo. Sobre os *topoi* forres, (SANTOS, 1997, p. 115), relata que “partindo do pressuposto de que tal não é impossível, proponho a seguir uma hermenêutica diatópica, um procedimento hermenêutico que julgo adequado para nos guiar nas dificuldades a enfrentar, ainda que não necessariamente para as superar”.

O objeto da hermenêutica diatópica é bem claro, segundo Santos (1997), não é atingir a completude ou um objetivo inatingível, contudo um objetivo de maximizar o possível sobre a

incompletude cultural presente nas culturas, através do diálogo que vai se construindo, “por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra”.

Para Panikkar (2004), “uma hermenêutica diatópica não lida apenas com mais um ponto de vista sobre o mesmo problema. O que está em jogo não é simplesmente a resposta, mas o próprio problema.” O doutrinador levanta uma pergunta muito pertinente para o tema, questionando se o indivíduo é capaz de compreender outras culturas através dos topoi, mas a partir delas próprias, ou seja, compreender a outra cultura de acordo como elas se autocompreendem, “Talvez não sejamos capazes de superar nossas próprias categorias de compreensão, mas pode não ser impossível mantermos um pé em uma cultura e um pé em outra.” Algo que também foi citado neste trabalho, Panikkar (2004) continua relatando que possuímos apenas uma única cultura “língua-mãe”, contudo não estamos limitados neste, e o que nos impediria de tem conhecimentos de outra cultura, ou seja, ter uma “língua-pai”.

Lembro que em certas partes do oriente, ser analfabeto significa conhecer apenas uma língua; é no diálogo com outros grupos que temos condições de identificar nosso campo comum. Podemos não integrar mais do que uma cultura em nós mesmos, mas talvez seja possível criar a possibilidade de uma integração mais ampla e mais profunda, abrindo a nós próprios, no diálogo, aos outros. (PANIKKAR, 2004, p. 220)

A hermenêutica diatópica, oferece um campo vastos para a construção do diálogo entre grupos através do ponto em comum destes, afim de que todos conheçam a fundo o outro, sem deixar seus princípios de lado, mas sim ampliando o campo de conhecimento. (SANTOS, 1997).

Logo de início, Panikkar (2004) introduz que o povo não é capaz de identificar se a noção de direitos humanos universais é uma questão ocidental, ou não. No primeiro caso seria uma afronta todas as demais culturas, já que haveria a imposição de uma síndrome colonial, de crenças, princípios, tecnologia etc. O que seria difundido por todo planeta. Já no segundo caso, ou seja, dizer que o conceito de direitos humanos universais não é exclusivo dos ocidentais, o fato de que grande parte dos grupos assim permitiram, está por definir que uma cultura de fato é superior neste caso a ocidental. Não há problema em admitir que uma cultura realmente esteja em um campo superior, mas isto não deve se tornar um vetor, com objetivos de apenas um demandar o que deve se fazer, quando se fazer, o que é correto e falso. A dúvida relacionada a natureza dos direitos humanos deve ser levada a um exame minucioso intercultural.

Para Panikkar (2004), tudo não deve se iniciar por uma pergunta, mas sim a resposta se encontra na hermenêutica diatópica: o ponto comum que estabeleça o diálogo entre os grupos e por fim, visualizar o que o outro enxerga.

Em termos metodológicos, seria errado começar pela pergunta “outra cultura também possui a noção de Direitos Humanos?” Supondo-se assim que tal noção seja absolutamente indispensável para garantir a dignidade humana. Nenhuma pergunta é neutra, pois todas condicionam suas respostas possíveis. (PANIKKAR, 2004, p. 209).

O equivalente homeomórfico, nada mais é do que uma analogia existencial em grupos, ou seja, como a hermenêutica diatópica prevê o diálogo e o convívio através do ponto em comum entre os grupos, o equivalente homeomórfico identifica este ponto em comum, através de pesquisas existenciais isoladas em cada grupo, afim de descobrir o vetor igualitário. “Devemos cavar até encontra um solo homogêneo ou uma problemática semelhante; devemos buscar o *equivalente homeomórfico*” (PANIKKAR, 2004).

Esta analogia existencial acaba por desenvolver entre grupos o diálogo intercultural. Segundo Panikkar (2004, p. 210)

Os Direitos Humanos são uma janela através da qual uma cultura determinada concebe uma ordem humana justa para seus indivíduos, mas os que vivem naquela cultura não enxergam a janela; para isso, precisam da ajuda de outra cultura, que, por sua vez, enxerga através de outra janela.

Este pensamento das janelas interculturais versa sobre a importância de se relativizar os direitos humanos fazendo com que as próprias culturas através do diálogo e da vivência estabeleçam o que é melhor para seus indivíduos, não havendo o desrespeito entre os grupos, mas pelo o contrário, a construção do respeito muito pelas diferenças, tratando todos de forma igualitária, mas na proporção de suas diferenças. (PANIKKAR, 204).

Não existem valores transculturais, já que estes pertencem a seus determinados grupos, entretanto, não impede de que haja valores interculturais, para Panikkar (2004, p. 221)

pode haver valores interculturais, ou, podemos dizer, uma crítica intercultural é de fato possível, não consistindo em avaliar um construto cultural a partir das categorias de outro, e sim na tentativa de compreender e criticar um problema humano específico com ferramentas de compreensão de diferentes culturas envolvidas, e, ao mesmo tempo, na consideração temática de que a própria consciência e, mais ainda a formulação do problema, já são culturalmente condicionadas.

Este pensamento traz à ideia de que os grupos não precisam incorporar mais que uma cultural, mas sim conhecer, respeitar e ampliar sua ótica em relação ao meio cultural, o principal objetivo da interculturalidade é o diálogo dialógico de será conquistado através da hermenêutica diatópica, fazendo com que as etnias ao se relacionarem e conhecerem determinado ponto através dos olhos de sua própria cultura e também saibam como próximo também enxerga, incorporarem para si e para todos o que é melhor para seus indivíduos.

Panikkar (2004) salienta que, tudo o que foi dito deve sair do campo teológico e deve sair para o campo operacional, através de políticas públicas, fazendo com que o Estado crie mecanismos que ao invés de separar as etnias estabeleça o convívio equilibrado e diálogos entre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os fatos mencionados, pôde-se chegar à conclusão que desde a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos passaram a ser positivados com maior intensidade, afinal a catástrofe e o número de óbitos catalogados após o ocorrido foi devastador, então passaram a ser resguardados ao homem o mínimo para uma sobrevivência digna em sociedade, contudo, a nação ocidental passou a ser um tanto autoritária e começou a ditar limites a serem seguidos por todos sem se importar com as diferenças. A ideia de se resguardar o mínimo ético para o globo é de cunho humanitário, entretanto deve se perguntar qual o mínimo ético para cada tipo de estrutura, afinal não somos uma cultura universal, e sim vivemos em um mundo multicultural.

A hegemonia cultural ou cultura de liderança, que foi bem articulada pelo grande filósofo italiano Antônio Gramsci, possui uma certa semelhanças com as estruturas de governo que o ocidente tenta impor a aplicação dos direitos humanos, já que prevê uma extinção de todas as outras formas de pensar e agir em sociedades usando de artimanhas políticas e ideológicas com manipulações de mentalidades e formas de pensar, que se propagam em velocidades absurdas através dos veículos de comunicação, porém grupos que não se deixaram levar pelos jogos manipuladores e passaram a desenvolver discursos contra hegemônicos, que na verdade só desejavam ser reconhecidos em meio a sociedade e não que seus costumes fossem propagados por todo o globo em formas universais.

Para combater o poder hegemônico, a interculturalidade é a melhor opção já que não tem como princípio a extinção de pensamentos e a manipulação de pessoas, pelo contrário, através do equivalente homeomórfico, ou seja, uma analogia existencial em cada grupo que verificará o ponto em comum ou até mesmo o problema em comum que as culturas possuem para estabelecer o diálogo, que é a hermenêutica diatópica, a construção do diálogo dialógico intercultural entre as etnias para que permita um ambiente saldável, onde todos possuem sua própria cultura, mas em razão de possuir um campo vasto de formas de ver o mundo, respeita as demais formas de se viver, sem a imposição de apenas um pensamento. Então cabe ao poder estatal desenvolver políticas públicas incentivadoras ao diálogo intercultural, fazendo com que esta ideia saia do campo teórico e avance para o prático.

REFERÊNCIAS

KRETZMANN, Carolina Giordani. **Multiculturalismo e diversidade Cultural: Comunidades Tradicionais e a Proteção do Patrimônio Comum da Humanidade**. Universidade de Caxias do Sul – UCS, 2007.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, 2010.

MORROW, Raymond A. e TORRES, Carlos Alberto. **Gramsci e a Educação Popular na América Latina. Percepções do debate brasileiro**. Currículo sem Fronteiras, v. 4, n. 2, pp. 33-50, 2004.

PANIKKAR, Raimundo. **Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental?** In: Entretien de Dakar. Senegal, 2004.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO REGULAR: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA CASTRO

*Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política
da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
mariacastro.uff@hotmail.com*

GERSON TAVARES DO CARMO

*Professor do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política
da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
gtavares@uenf.br*

RESUMO

A presente trabalho tem por objetivo apresentar recortes de um projeto de pesquisa que visa compreender o processo de inclusão de crianças e adolescentes com deficiências nas escolas públicas de Campos dos Goytacazes-RJ. Na perspectiva de que a desigualdade faz parte da vida de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, destacamos conceitualmente a dissociação da ideia de que as “pessoas com deficiência” não podem realizar atividades cotidianas, ressaltando que são capazes de participarem efetivamente da sociedade e nela se inserirem. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a inclusão social de estudantes com deficiência para descobrir se a educação apenas reproduz discursos de inclusão sem ampliar condições que possibilitem a autonomia das “pessoas com deficiência”, realizando um diagnóstico quanto à inclusão educacional de crianças e adolescentes das respectivas escolas e analisando ainda quais são os efeitos da configuração escolar no processo de construção da inclusão das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência, Inclusão Escolar, Educação Especial, Acesso, Permanência.

ABSTRACT

The present research aims to understand the process of inclusion of children and adolescents with disabilities in public schools in Campos dos Goytacazes-RJ. Inequality is part of the lives of people who have some kind of disability. In this perspective, the research aims to dissociate the idea that “people with disabilities” can not perform daily activities, emphasizing that they are able to participate effectively in society and insert themselves into it. Thus, the research aims to analyze the social inclusion of people with disabilities in public schools in Campos dos Goytacazes / RJ to find out if education only reproduces inclusion discourses without expanding conditions that allow the autonomy of “people with disabilities” the diagnosis regarding the educational inclusion of children and adolescents of the respective schools and also analyzing what are the effects of school configuration in the process of building the inclusion of people with disabilities.

Key-words: People with Disabilities, School Inclusion, Special Education, Access, Permanence.

INTRODUÇÃO

A inclusão social de pessoas com deficiência e o preconceito sofrido por elas chamam a atenção para uma proposta de estudo na qual tentaremos discutir a inclusão de crianças e adolescentes com deficiências no ensino regular por meio de uma abordagem sociológica da educação inclusiva a partir do acesso e permanência de estudantes nas escolas públicas no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Frente a essa problemática é ressaltada a necessidade de toda criança, sendo ela com deficiência ou não, estar inserida no sistema educacional de ensino.

A inclusão do aluno com deficiência na escola regular é um processo que exige respeito, dedicação e compreensão ao próximo, tanto das instituições de ensino, quanto dos indivíduos que recebem este aluno, aceitando as diferenças de cada um. A ideia da educação inclusiva baseia-se no princípio da inclusão social, tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos, dentro daquela visão de 'mundo inclusivo'. O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe em seu projeto político pedagógico, ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial, os sistemas de ensino devem disponibilizar os recursos da educação especial para que os alunos tenham os recursos e as condições de acesso ao currículo, promovendo os materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Consideramos que muitas pessoas ainda não têm acesso à educação, ao patrimônio cultural e aos conhecimentos sistematizados que é um direito garantido por lei. Trabalhando em especial, os impasses na inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, entendemos que a educação inclusiva passa a fazer parte da vida da população brasileira, entretanto ainda há alguns dogmas a serem quebrados, principalmente no que se refere ao imaginário social.

I - UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Goffman (1988, p.30), "no estudo sociológico das pessoas estigmatizadas, o interesse está geralmente voltado para o tipo de vida coletiva, quando esta existe, que levam aqueles que pertencem a uma categoria particular". A Sociologia Política, diante dessa questão, pode contribuir com uma abordagem que englobe a família, a sociedade e a escola. Essa análise é feita através de uma crítica às más condições que se encontra o ensino especial atualmente, sendo o Estado o maior responsável por essa realidade (PIMENTA e SALVADO, 2010).

Segundo Medeiros, Diniz e Squinca (2006), a deficiência será um tema emergente para as políticas públicas, particularmente as de caráter distributivo e de proteção social. As políticas públicas que visam a inclusão devem ser efetivadas com melhores capacitações ao corpo docente atuante na área, incluindo ainda trabalhos que orientem a família na melhor maneira de lidar com a informação que lhe é passada. Dessa forma, a educação enquanto política social deve se efetuar de forma abrangente e não seletiva, dando suporte aos diferentes níveis da sociedade. Assim a educação inclusiva também terá seu cunho calcado para todos, não limitando o número de alunos inseridos e tampouco contar com profissionais despreparados para atender a essa demanda (FÁVERO, 2006).

Nesse sentido, a deficiência não deve ser entendida como limite, mas como um campo de novas conquistas cotidianas, com superação de obstáculos e de preconceitos. As pessoas com deficiência não devem ser vistas como pessoas inferiores por conterem limitações, mas como cidadãos providos de direitos como qualquer outro indivíduo.

Conforme Diniz *apud* tenBroek,

O mundo em que os deficientes têm o direito de viver é o das ruas, avenidas, escolas, universidades, fábricas, lojas, escritórios, prédios e serviços públicos, enfim, todos os lugares onde as pessoas estão, vão, vivem, trabalham e divertem (BROEK, 2007, p.71).

No caso das “pessoas com deficiência”, assim como acontece com outras minorias, a desigualdade social foi acumulada historicamente, é resultado do processo histórico de opressão pelo sistema ideológico capitalista e, a apartação social das pessoas com deficiência foi confinada à esfera doméstica e privada do convívio com as demais pessoas. Segundo Pimenta e Salvado, “as desigualdades estão presentes no cotidiano das pessoas com deficiências” (PIMENTA E SALVADO, 2010, p. 162). Por tal motivo, a focalização das diferenças interfere diretamente na vida das pessoas com deficiência, uma vez que cria no imaginário social a equivocada relação entre deficiência e incapacidade, fazendo com que muitas pessoas acreditem que os direitos das pessoas com deficiência não precisam ser respeitados e que elas não são capazes de participar do sistema educacional. Conforme Diniz, “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência” (DINIZ, 2007, p.10).

Sobre os avanços e conquistas dos direitos educacionais e a maneira que esses direitos têm sido implementados na sociedade, ressaltamos a importância da Constituição Federal de 1988 e da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no âmbito escolar. A educação se faz necessária para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho uma vez que é através dela que o homem se forma socialmente e se prepara para exercer alguma atividade de cunho capitalista.

Segundo a principal influência da primeira geração de teóricos do modelo social (Paul Hunt, Geoffrey Chapman, Michael Oliver, Paul Abberley, Vic Finkelstein e outros), quem se beneficiaria com a segregação das pessoas com deficiência da vida social seria “o capitalismo, pois as pessoas com deficiência cumprem uma função ideológica mantendo-os na posição de inferioridade” (OLIVER & BARNES, p.70).

O senso comum tende a associar deficiência com incapacidade, ignorando que a pessoa com deficiência pode desenvolver potencialidades e habilidades desde que observadas as suas necessidades educativas especiais para que seja possível praticar todas as atividades de uma pessoa considerada normal.

De acordo com Durkheim, a ciência da sociedade não deve ficar restrita a preconceitos tradicionais, espera-se que essa ciência “mostre as coisas de uma maneira diferente da encarada pelo vulgo” (DURKHEIM, 1987, p.15), de maneira que exista uma desnaturalização do senso comum, já enraizado nas mentalidades dos indivíduos pertencentes às sociedades, principalmente por meio da cultura, costumes, hábitos e normas preexistentes. É preciso considerar ainda que ao falar em “ciência das sociedades” não está em questão apenas uma sociedade, motivo pelo qual devemos nos despir dos nossos padrões de “normalidade” para compreender que, em cada sociedade, existirão padrões diferentes, de acordo com a cultura vigente.

É importante salientar ainda, que Durkheim afirma que “ainda estamos por demais acostumados a decidir todas as questões de acordo com o senso comum para que possamos mantê-lo facilmente a distância nas discussões sociológicas” (DURKHEIM, 1987, p.15), ou seja, fica clara a importância e a interferência do senso comum em nossas vidas, escolhas e consciências individuais. Não raro, uma ideia que julgamos ser nossa, na verdade é um reflexo da ideologia da sociedade ou do grupo ao qual pertencemos e, é justamente por isso que, quando

despertamos para essa questão e nos sentimos livres ou desprendidos dos costumes sociais, ainda estaremos sob o julgamento dos outros indivíduos que nos cercam. Nessa perspectiva, podemos considerar que o próprio senso comum pode nos fornecer muitas informações sobre uma sociedade, sua cultura e seus indivíduos, como no caso das terminologias e simbolismos.

Além disso, é preciso compreender que partimos do nosso referencial para entender e analisar o desconhecido. Por isso, estamos presos – de certa forma – ao senso comum e, como dito, mesmo quando nos julgamos livres, não o estamos completamente porque mesmo que nos desliguemos de padrões sociais, ainda estaremos sob o julgamento alheio, sendo vistos como aqueles que fogem da normalidade.

No caso das pessoas com deficiência, mesmo que a pessoa com deficiência se considere capaz de desempenhar determinada atividade, se capacite, se qualifique para desempenhá-la, supere as barreiras existentes para que isso aconteça e de fato consiga desempenhar a atividade a que se propôs, não raro estará sob o julgo de pessoas que subestimarão e questionarão sua capacidade e ainda, irão considerá-la não adequada para aquela função.

Isso acontece porque quando temos algo internalizado, estabelecido como comum, não conseguimos refletir sobre as possibilidades da pessoa – ou de determinado fenômeno –, sendo assim, é frequente que a capacidade da pessoa com deficiência não seja socialmente reconhecida e/ou valorizada. É nesse sentido que Durkheim esclarece que “as maneiras de pensar mais habituais são antes contrárias do que favoráveis ao estudo científico dos fenômenos sociais” (DURKHEIM, 1987, p.16).

Tal pensamento pode ser exemplificado com o caso da educação inclusiva que, apenas recentemente passou a configurar questão de pesquisa nas ciências sociais. O fato de o senso comum considerar a pessoa com deficiência como um indivíduo incapaz deixou, por muito tempo, essas pessoas a margem da sociedade, de forma que elas não tivessem participação social e status de cidadania.

Assim, a partir dessa análise, podemos perceber que a escola passa a ser considerada não só promotora de conhecimentos, mas facilitadora de melhores oportunidades de vida.

II- CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO REGULAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Como a questão da educação inclusiva ainda tem muito a avançar, não podemos desconsiderar que muitas escolas regulares não estão preparadas para receber alunos com deficiência, e durante o ano letivo na instituição, os professores são acompanhados sistematicamente com relação a problemas dos alunos e familiares.

Embora o processo de inclusão educacional esteja sendo lento e complicado, já temos casos que nos fazem acreditar que isso é possível, principalmente quando alguns entraves podem ser solucionados com capacitação dos professores e demais profissionais da educação, considerando que

A formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialistas, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional (FREITAS, 2006, p.161-181).

De acordo com Paula (2004) a escola inclusiva deve estar preparada para a diversidade de alunos que irá atender. Precisando assim de uma profunda reformulação na estrutura das escolas regulares não inclusivas, capacitação dos professores, diretores e demais profissionais

que trabalham no âmbito escolar, para que haja uma melhor interação desses profissionais com os novos alunos.

Na escola inclusiva o professor deverá trabalhar de forma reflexiva e criativa, não se limitando somente a transmitir um conteúdo e sim incentivando a participação dos alunos para que estes além de aprenderem o conteúdo, saibam também construir suas opiniões a respeito deste. O que tornará as aulas mais dinâmicas e divertidas.

É imprescindível que a escola ofereça ao professor muito além de um quadro e uma caneta. Os docentes precisam de materiais auditivos como som e livros em *braille* para trabalharem com os alunos com deficiência visual; precisam de recursos visuais e da linguagem brasileira de sinais (LIBRAS) para se comunicarem com os alunos com deficiência auditiva; precisam de materiais para montar peças teatrais pois, os alunos com paralisia cerebral tendem a ser mais vagarosos e terem algum comprometimento motor e por isso se identificam com atividades como esta; já os alunos com deficiência mental apreendem o melhor conteúdo com a utilização de métodos musicais, versos, poesias e com historinhas, sendo indispensável a intervenção psicopedagógica nesse processo junto aos docentes para que o sistema educacional dê respostas educacionais com qualidade ao conjunto das pessoas.

A inclusão do aluno com deficiência na escola regular é um processo que exige respeito, dedicação e compreensão ao próximo, tanto das instituições de ensino, quanto dos indivíduos que recebem este aluno, aceitando as diferenças de cada um. Saber enfrentar as diferenças do sistema educativo, e saber como intervir para a aquisição do conhecimento no interior da instituição educacional, é poder compreender a importância da inclusão nos processos do ensino da instituição.

Não basta apenas inserir o aluno com deficiência na rede regular de ensino, mas preparar a sociedade, incluindo-o nesta unidade escolar, para que esse aluno, não se sinta excluído e discriminado e que isso não venha intervir no seu processo de aprendizagem, prejudicando-o no seu desenvolvimento integral.

Conforme Werneck (1997, p. 58), “Incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não”.

O outro, o diferente, representa muito mais coisas. Representa consciência da própria imperfeição daquele que vê, espelham suas limitações, suas castrações. Representa também o sobrevivente, aquele que passou pela catástrofe em potencial, virtualmente suspensa sobre a vida do outro. Representa também uma ferida narcísica em cada profissional, em cada comunidade. Representa um conflito não camuflado, não explícito – em cada dinâmica de inter-relações (ANACHE, 1994, p. 123).

Todos possuem capacidade de se adaptar ao sistema de ensino, o que não é diferente com as pessoas com deficiência, que ainda têm vivido sob um processo de exclusão, apesar da existência de um discurso e de prática de inclusão social, cuja finalidade seria a inclusão destes sujeitos nos diversos segmentos que compõem a sociedade. Esta exclusão ainda se mostra muito presente, sendo detectada ainda a presença de um grande preconceito, mesmo que de forma velada. Este preconceito, juntamente a outras causas, tem dificultado o acesso destas pessoas a uma vida com qualidade. Não basta, por exemplo, garantir a matrícula da criança no ensino regular. É preciso acompanhar o desempenho escolar (acesso e permanência).

Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, estima-se que no Brasil existiam 45,6 milhões de pessoas que possuíam algum tipo de deficiência em 2010,

representando 23,9% da população total. Esse número varia se considerarmos os diferentes tipos de deficiência e o nível de dificuldade para realização de algumas ações. Segundo o próprio instituto,

[...] considerando a população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira (IBGE, 2010, s/p).

O município de Campos dos Goytacazes (RJ), localizado na região norte-fluminense, possui uma população acima de 448.995 mil habitantes e, de acordo com o Censo 2010, o município tem 1.409 pessoas com deficiência visual total; 15,8 mil têm deficiência visual de grande dificuldade e 67 mil tem alguma deficiência. Ainda sobre deficiências, há em Campos dos Goytacazes (RJ) 999 pessoas com deficiência auditiva total; 3,9 mil com grande deficiência auditiva e 15,7 mil com alguma deficiência auditiva. Sobre deficiência motora total, são 24 mil; 11,4 mil têm deficiência motora com grande dificuldade; 2,3 mil com deficiência motora com alguma dificuldade. No ranking dos municípios com pessoas com deficiência, Campos dos Goytacazes (RJ) aparece em 19º lugar pelo Censo 2010 do IBGE. Estes dados são importantes para se instituir políticas públicas que incluam pessoas com deficiência à sociedade, deixando evidente a necessidade de promover estudos que objetivem desvelar questões acerca da inclusão no município e bem como divulgar que os sistemas de ensino devem disponibilizar os recursos da Educação Especial para que os alunos tenham os recursos e as condições de acesso ao currículo, promovendo os materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial:

- a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos;
- d. Professor para o exercício da docência do AEE;
- e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
- f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum.
- g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE (BRASIL, 2008 p. 2).

Assim, adentrando então a tão esperada Educação Inclusiva, percebemos que ela veio com o propósito de eliminar toda e qualquer manifestação de preconceito, trazendo a visão de acolhimento, de compromisso com a efetivação dos direitos, e de atendimento a todas as necessidades educacionais especiais dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção de uma educação igualitária deve considerar que o processo educacional precisa ter o aluno como ponto central e o educador deve ser conhecedor desse aluno, para que possa abranger no seu planejamento tanto o aluno considerado “normal” como o aluno com deficiência. O espaço escolar não pode estar organizado só para alguns, todos os grupos sociais

devem participar na busca de uma sociedade mais justa para todos. Promover o acesso para aluno com deficiência não basta, faz-se necessário oferecer condições para que ele permaneça na escola e que sua aprendizagem ocorra de forma eficaz, caso contrário haverá exclusão dentro do próprio ambiente escolar, que tem por meta oferecer a inclusão.

Acreditamos ainda, que a escola especial deve ser parceira da escola regular para que a segunda se torne uma escola inclusiva. A escola especial tem experiências no convívio escolar e social com o alunado com deficiência e necessidades educativas especiais e têm profissionais para trabalharem com estes, por isso podem estar contribuindo muito nesse processo de inclusão educacional.

Sendo assim, a educação se apresenta como a base de qualquer transformação social. Por isso, destacamos a importância de adotarmos uma educação inclusiva para que práticas discriminatórias sejam abolidas do nosso cotidiano escolar e social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 2. ed. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Ministério da Justiça, 1997.

_____. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência: algumas dificuldades para efetivação dos direitos**. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (coords.). Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008, p. 911-923.

BACILA, Carlos Roberto. **Estigmas, um estudo sobre os preconceitos**. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Lei Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. . Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: julho 2016.

_____. **PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - PNDH. 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos**. Texto-base. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de Castro. **A política de cotas como mecanismo de democratização ao ensino superior para pessoas com deficiência e seus efeitos: análise sobre acesso e permanência de estudantes na UENF no período de 2003 a 2016**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em : <http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2018/08/BIANCA-GOMES-DA-SILVA-MUYLAERT-MONTEIRO-DE-CASTRO.pdf> Acesso em 15 de outubro de 2018.

CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de Castro; CASTRO, Maria José Gomes da Silva; GOMES, Nilvia Coutinho. **Educação especial e políticas de inclusão para pessoas com deficiência**. In: Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social. ISSN 2175-098X. UFES, 2017.

D'AMARAL, Márcio Tavares. **Sem Limite - Inclusão de Portadores de Deficiência no Mercado de Trabalho**. 2ª Edição, IBDD [Coord.] - Rio de Janeiro: Editora SENAC-Rio, 2003.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987

FÁVERO, M. L.A. **Universidade e Poder. Análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45)**. 2.ed. Brasília: Plano, 2000.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **O direito das pessoas com deficiência de acesso à educação**, p.152-174. . Rio de Janeiro: Ed. WVA, 2004.

FERREIRA, Júlio Romero; GLAT, Rosana. **Reformas educacionais pós - LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: SOUZA, Donald Bellode; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (orgs). *Desafios da Educação Municipal*. Rio de Janeiro: DP&A,2003,p.372-390.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br> Acessado em 02/09/2014

MACIEL, Carolina Toschi. **A construção social da deficiência**. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia* 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais - NPMS. ISSN 1982 - 4602 MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora; SQUINCA, Flavia. **Transferências de Renda para a População com Deficiência no Brasil: análise do Benefício de Prestação Continuada**. Pub. Seriada. Texto para Discussão n. 1184. Brasília: Ipea, 2006.

PIMENTA, Alexandra, Salvador, Ana (2010), **"Deficiência e desigualdades sociais"**, *Sociedade e Trabalho*, 41, pp. 155-166 (acessível em http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_11.pdf).

RESENDE, Ana Paula Crosara; VITAL, Flavia Maria de Paiva (coord.). **A convenção sobre Direitos das “pessoas com deficiência” Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 4ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 2005

Secretaria de Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das “pessoas com deficiência”: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das “pessoas com deficiência”: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009**. 3ª Ed., ver. E atual._ Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. **Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões**. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara, orgs. **Um olhar sobre a diferença: interações, trabalho e cidadania**. Campinas: Papirus, 1998.

RIO INVISÍVEL: NARRATIVAS VISUAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RIO DE JANEIRO

SOTOMAYOR, MARIA THEREZA MONTEIRO PEREIRA

Mestre em Memória Social pela UNIRIO

therezasotomayor@gmail.com

RESUMO

Objetivamos neste trabalho analisar o desenvolvimento das memórias e narrativas no âmbito da internet, mais especificamente, no contexto do Facebook, usando como objeto de pesquisa a página Rio Invisível. A partir do diálogo entre a vida na cidade e a dimensão virtual das atuais relações sociais, este trabalho investiga a existência de memórias marginalizadas e em disputa sobre o tema das pessoas em situação de rua. A compreensão dessas memórias marginalizadas como subterrâneas, surge a partir do conceito de Pollak (1989), que nos ajuda a imaginar como e em que circunstâncias elas podem ser colocadas em disputa. Quanto aos espaços culturais, é incorporado o conceito de 'cibercultura' (LÉVY, 1998). Iniciativas como essas, que existem por meio das redes sociais – e que se conectam também fora da Internet – são um reflexo do mundo em transformação, em que uma comunicação mais transversal vem se tornando possível.

Palavras-chave: Redes sociais. Memória subterrânea. Pessoa em situação de rua. Internet. Cibercultura.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the development of memories and narratives within the internet, specifically in the context of Facebook, using as a research object the Rio Invisible page. Based on the dialogue between life in the city and the virtual dimension of current social relations, this work investigates the existence of marginalized and disputed memories about the subject of street people. The understanding of these marginalized memories as subterranean, arises from the concept of Pollak (1989), which helps us to imagine how and under what circumstances they can be disputed. As for cultural spaces, the concept of 'cyberculture' (LÉVY, 1998) is incorporated. Initiatives such as these, which exist through social networks - and which also connect outside the Internet - are a reflection of the changing world, where more transversal communication is becoming possible.

Keywords: Social networks. Underground memory. Homeless. Internet. Cyberculture.

DA CIDADE PARA O CIBERESPAÇO

O presente artigo foi confeccionado com base na pesquisa da dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, e defendida em março de 2018. O tema surgiu a partir da inquietação com a grande desigualdade social na cidade do Rio de Janeiro, expressa pelo aumento significativo da população em situação de rua da cidade nos últimos anos¹. Porém, ainda há divergências acerca do número real de moradores de rua, dada a dificuldade de se realizar esse tipo de levantamento pelas características heterogêneas do grupo.

Ao mesmo tempo, verificou-se o crescimento da página do Facebook Rio Invisível, que trabalha com narrativas visuais de pessoas em situação de rua desde setembro de 2014 e conta com cerca de 90 mil curtidas, o que significa que pelo menos uma vez essa página foi visitada por essa quantidade de pessoas. Além disso, hoje a página conta com 89.561 seguidores, o que quer dizer que essa quantidade de pessoas recebe as atualizações da página na sua linha do tempo² e é chamado a ler mais uma história.



Fonte: <https://www.facebook.com/pg/rio.invisivel/>

Surgiu então uma oportunidade de pesquisa, a partir da possibilidade de trabalhar com o conceito de memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) para a população em situação de rua e a página Rio Invisível como um veículo para difusão dessas memórias. Este trabalho é visto por nós como um potencial gerador de empatia e como compreendemos a necessidade da identificação com o problema do outro, para que a sua realidade não pareça tão distante, procurou-se entender o que nos permite conviver com tamanha injustiça social, sem que pareça chocante que tantas pessoas vivam uma vida miserável. Como nos afirma Velho,

É fascinante em termos sociológicos e chocante em termos éticos ver pessoas se deslocando dentro de uma sociedade injusta e violenta, anestesiadas diante da miséria, sofrimento e violência que afligem permanentemente os out-groups, no caso, a maioria esmagadora da população. (VELHO, 1994, p.110, grifo nosso)

1 <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/populacao-de-rua-de-na-cidade-do-rio-de-janeiro>

2 No Facebook, as notícias e postagens realizadas por páginas e amigos são exibidas numa linha do tempo vertical (do mais recente para o mais antigo), e a medida que são compartilhadas novas informações, a página vai sendo atualizada, permitindo que o usuário veja as novidades da rede.

Nesse sentido, ao longo do trabalho percebeu-se que além da falta de identificação com pessoas que aparentemente são socialmente distantes de nós, o que faz com que nos importemos menos com elas, há também uma questão de autoproteção que o cidadão estabeleceu para si, com o objetivo de se proteger dos dissonantes e constantes estímulos da cidade. Por isso, nos apoiamos em Benjamin (2015) para compreender como se dá o processo de amortecimento dos choques, que nos permitem andar pelas ruas sem que nos pareça estranha toda essa movimentação e desordem inerente às grandes cidades. Rio Invisível torna possível que as narrativas desses *out-groups* possam ser lidas pelos internautas que estão inseridos na rede social, de forma que esse trabalho serve como uma ponte, que permite diminuir as fronteiras estabelecidas sociologicamente através da identificação e empatia geradas.

Metodologicamente, optou-se pela análise bibliográfica transdisciplinar acerca da memória, sociologia do espaço, cibercultura, narrativa e vulnerabilidade. Além disso, foi feita uma breve análise acerca dos trabalhos de João do Rio e Augusto Malta na construção da Memória social da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX e seu potencial inovador. Diferente da dissertação de Mestrado, neste trabalho procuramos focar em uma das histórias expostas pela página Rio Invisível sem realizar uma análise inspirada na netnografia, procurando nesse momento ressaltar a importância da narrativa, mostrando que apesar do que Benjamin (1987) supunha, ela pode sim resistir e o ciberespaço (LÉVY, 1999) pode ser um veículo difusor e, por que não, um campo de resistência.

AS RUAS QUE FALAM

Quando os estudos sobre as sociedades contemporâneas são analisados, há em comum entre eles uma inquietação a respeito da grande massa de pessoas que, ainda que espacialmente juntas, encontram-se, em alguma instância, desconectadas. Simmel (2013), ao fazer uma análise do comportamento da sociedade urbana de seu momento histórico, traz uma noção interessante para reflexão: o limite. Esse limite é menos espacial do que sociológico, porém são exprimidos no espaço e tem muito mais força do que os limites estabelecidos pela natureza, por exemplo (SIMMEL, 2013). Analisando essa questão a partir da população em situação de rua, é possível enxergar esses limites sociais e sua expressão espacial, tanto pela relação dessas pessoas com os outros passantes da rua, quanto pelo estabelecimento de espaços privados num meio público. Nesse sentido, os limites se tornam cada vez mais flexíveis e espaços que são habitualmente públicos são tornados privados, enquanto que pessoas espacialmente juntas se ignoram completamente.

Embora pareça que estas pessoas estejam vivenciando num cenário de exclusão social, vamos constatar que, na verdade, eles compõem o quadro de exclusão, próprio do sistema (planejado) de privilégios e destaques. Como nos aponta Velho (2003, p.79), “Os trabalhos do grupo de Chicago mostraram que, na grande metrópole contemporânea, encontramos não só um maior número e diversidade de papéis e domínios, como evidentes descontinuidades e contradições entre estes”. Isso também faz com que por vezes seja banal para muitos integrantes da sociedade que existam pessoas pedindo esmolas enquanto um grupo abastado vivencia confortavelmente seus privilégios. Segundo Simmel (2013), tais comportamentos são desenvolvidos

porque os contatos incessantes com inúmeras pessoas geram precisamente o mesmo efeito por embotamento: a indiferença em relação ao espacialmente próximo é simplesmente um dispositivo de proteção sem o qual seria inevitável desgastar-se e reventar, animicamente, na cidade grande. (SIMMEL, 2013, p. 93)

Benjamin (2015) utiliza o conceito de choque para também trabalhar com essa característica do cidadão moderno, supracitada por Simmel (2013) e nota que, de certa forma, nos acostumamos

com essa automatização a que somos submetidos. Esse comportamento quase autômato, típico dos habitantes das grandes cidades, é mais uma reação aos choques a que somos expostos diariamente. Segundo Benjamin (2015, p.112), “a recepção do choque é facilitada por um treino do controle de estímulos, para o qual, em caso de necessidade, pode-se recorrer tanto ao sonho como à lembrança”. Como pensar uma sociedade mais justa se nos embotamos em nós mesmos, para blindar nossas mentes da realidade que nos cerca? Para nós, uma das saídas é o resgate das narrativas. Quando no início do século XX a cidade do Rio de Janeiro passava por reformas estruturais graves, com abertura de ruas e arrasamento de morros, houve alguém que resolveu ouvir a voz das ruas, e deixou até hoje para nós, através de suas crônicas, um registro desse Rio que se foi. Esse homem foi João do Rio³, que como Charles Baudelaire e seus poemas em prosa no seu livro *Spleen de Paris*, via nas ruas das grandes cidades uma complexidade e vida que mereciam destaque. O poeta francês afirma que esse tipo de literatura que escolheu para este livro - prosa poética - nasceu para ele a partir da sua experiência frequentando as enormes cidades e observando o crescimento das relações nela inseridas (BAUDELAIRE, 2016).

Para João do Rio, havia uma beleza singular na rua; elas têm alma (RIO, 1995). Segundo ele, “a rua é o aplauso dos mediócrs, dos infelizes, dos miseráveis da arte.” (RIO, 1995, p.2). Não era, portanto, apenas espaço público. Através de suas crônicas, expressava as tensões vindas das ruas, com seus diversos personagens que, não fosse por sua literatura quase etnográfica, não teriam jamais suas histórias de vida registradas. Para ele a rua contém em si, a impressão de cada um que ajudou a construí-la:

Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas. (RIO, 1995, p.2)

Nesse trecho fica clara a noção do autor de que as ruas possuem alma, tanto porque sem as pessoas as ruas perdem seu sentido, quanto porque foram feitas por elas. Como se em cada rua houvesse em si mesma a memória da sua criação. Além disso, quando não há mais para onde ir, é a rua que abraça os seres, e nesse sentido, as ruas nunca viram as costas para alguém. Mas essa relação de beleza com a rua não é tão óbvia: para compreender a beleza das ruas, é preciso, segundo Rio (1992), flunar. Esse verbo significa para ele, “a distinção de perambular com inteligência” (RIO, 1992, p.3). O autor vai mais além, e na sua narrativa sobre as ruas da cidade as descreve como se cada uma delas tivesse vida própria: “Se as ruas são entes vivos, as ruas pensam têm ideias, filosofia e religião. Há ruas inteiramente católicas, ruas protestantes, ruas livre-pensadoras e até ruas sem religião.” (RIO, 1995, p.6). Ele havia compreendido na sua vivência como *flâneur* que de fato os espaços são socialmente estabelecidos, tanto que, cada rua tinha uma “personalidade”, e era possível enxergar isso pelas pessoas que nelas frequentavam. Foi através desse exaustivo trabalho, digno de um antropólogo, que ele conseguiu reunir tantas histórias e tirar delas essas conclusões. Foi com as narrativas que o Rio de Janeiro que se foi nas grandes obras do início do século XX sobreviveu ao tempo, e seus atores, os moradores de rua, os malandros, ambulantes e tantos outros que ficam de fora da memória oficial das sociedades, puderam ser eternizados.

Atualmente, a página Rio Invisível, procura ouvir as vozes das ruas e compartilhá-las com a sociedade inserida nas redes sociais do início do século XXI. Existente desde setembro de 2014, se trata de um projeto que tem como propósito, segundo sua própria definição no

³ Pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, jornalista, cronista, teatrólogo e tradutor. Famoso por relatar em suas crônicas a dinâmica do Rio de Janeiro na belle époque.

Facebook, “ressignificar a população de rua da cidade”. E hoje conta com aproximadamente 130 narrativas visuais de diversas pessoas em situação de rua de diferentes pontos da cidade. Nesse sentido, Rio Invisível e João do Rio tem em comum o fato de ver nas ruas entes vivos, que falam e que tem experiências e memórias para ser compartilhadas.

MEMÓRIA E A NARRAÇÃO

Quando narramos alguma experiência, a tornamos pública e também damos a ela a chance de sobreviver ao tempo. Porém, segundo Benjamin (1987), a arte de narrar está em vias de extinção. Isso porque, para ele, as ações da experiência estão perdendo seu valor e as pessoas apenas vivenciam sua existência. Segundo o autor, essa relação artesanal de mestre e aprendiz, que é o cerne da narrativa, foi perdendo lugar para o romance e posteriormente para a informação (BENJAMIN, 1987). Segundo ele, “o narrador retira da experiência o que ele conta; sua própria experiência, ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas às experiências dos seus ouvintes. O romancista segrega-se.” (BENJAMIN, 1987, p.201). Analisando esta fala, pode-se perceber que, para o autor, de fato a narração é algo que precisa ser compartilhado para existir, e no que tange à situação da sociedade em que ele se via inserido, isso ia se desvanecendo cada vez mais.

Mas será que de fato a narrativa está com os dias contados, ou ela poderia se reinventar? O próprio autor, em outro momento afirma que é necessário admitir a pobreza de experiência que acomete toda a humanidade, admitir mesmo que vivemos como novos bárbaros, e, a partir daí direcionar o olhar para o futuro. Benjamin entende que o resultado dessa pobreza de experiência para esse novo bárbaro, é que ela “leva-o à começar tudo de novo, a voltar do princípio, a saber viver com pouco, a construir algo com esse pouco, sem olhar nem à esquerda nem à direita” (BENJAMIN, 2015, p.87). João do Rio foi um desses novos bárbaros e tomou para si a tarefa de ouvir a experiência das ruas e torná-las públicas através de suas crônicas. Outro personagem de destaque desse período de transformações da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX foi Augusto Malta⁴, que com sua câmera registrou em imagens o Rio que se criava e se destruía. No seu extenso acervo há lugar para os marginalizados, para aqueles que não tinham destaque na história do país, mas que eram a maioria da população. Eis um exemplo:



Fotografia de Augusto Malta: Morro da Favella. Fonte: Arquivo Geral da Cidade de Rio de Janeiro - PDF-AM-PC-220-5

⁴ <https://ims.com.br/titular-colecao/augusto-malta/>

Porém, fotografias, por mais que congelem com realismo rostos, paisagens e situações, não são suficientes para descrever uma experiência. A compreensão de seu contexto é importante para o entendimento completo da imagem, pois toda fotografia, por mais que seja realizada com a intenção de trazer alguma neutralidade, é tomada a partir do ponto de vista de quem realiza o clique. Segundo Sontag (2004), a ilusão da fotografia acontece, justamente, por acreditarmos que as fotografias são recortes da verdade, como se toda a realidade acerca de alguém ou alguma coisa estivesse enquadrada naquele clique.

Ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exposição a outra, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas. Embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos. (SONTAG, 2004, p.17)

Assim, Malta nos deixou como legado, imagens de um Rio de Janeiro que existiu e daquele que aspirava ser: uma Paris dos trópicos. A cidade, tão cheia de morros e casebres, foi dando lugar a vastas avenidas e prédios elegantes.



Fotografia de Augusto Malta: Exposição Nacional de 1908. Multidão visita à esquerda, pavilhão das Minas Gerais, e à direita, Pavilhão de São Paulo. Fonte: [http://brasilianafotografica.bn.br/Acervo Museu da República](http://brasilianafotografica.bn.br/Acervo%20Museu%20da%20República).

Malta foi fotógrafo oficial da Prefeitura do Distrito Federal entre 1900 e 1930 e procurou retratar principalmente a transformação da cidade e dos seus habitantes. Mas apesar das fotografias serem um tipo de rastro da memória, ela não poderia traduzir sozinha as experiências de cada um, pois são imagens congeladas, que apesar de trazerem consigo uma história não podem falar por si só.

Quando Rio Invisível foi concebido, já no século XXI, estava inserido no contexto da 'cibercultura' (LÉVY, 1998). Nesse cenário, os idealizadores do projeto aproveitaram a popularidade do Facebook para que pudessem trazer tanto o recorte fotográfico quanto as histórias, com o que denominamos aqui de narrativas visuais. O processo do trabalho é realizado da seguinte forma: há uma entrevista com a pessoa em situação de rua, em que ela é livre para falar de si, e também para escolher sua fotografia, depois de gravada a entrevista, ela é transcrita, e depois postada no Facebook. O foco são sempre as pessoas e, diferente de João do Rio, que realizava

as crônicas a partir do que ouvia das ruas, as histórias são transcritas e a intervenção do grupo se dá no intuito de organizar a narrativa para que ela se encaixe na linguagem escrita. Eis abaixo um exemplo muito interessante de postagem do grupo, pois é um dos que mais se observa a liberdade poética da narrativa.



Postagem Rio Invisível do dia 08/06/2015: Mara. Fonte: <https://www.facebook.com/rio.invisivel>.

RIO invisível

Página criada: 8 de junho de 2015 · Editado

...

"Eu usei durante muito tempo o nome Rosângela - uma menina que nasceu e morreu, filha de um coronel que me criou e me registrou em 63. Ele fez isso para me poupar de certas coisas, mas meu nome verdadeiro é Mara. Você um dia vai saber dessa história. Sou de Ubã e vim para cá com 5 dias. Não sou moradora de rua, sou uma senhora.

Estou aqui pedindo porque me roubaram 20 milhões. O dinheiro chegou de Minas Gerais, aí roubaram e mataram meu empregado. Foi a maior confusão hoje de manhã. Já trabalhei com as minhas noras, capitães da Marinha, Exército, Aeronáutica, advogadas, pediatras, biólogas e mergulhadoras. Trabalhamos com esse mundo de meu Deus aqui no Brasil. Estou em uma missão da Marinha Especial, meu número é 25. É uma história muito complicada, muito complexa. Também sou dona do João Caetano e queria botar abaixo para fazer uma reforma, deixar do jeito que ele era. Quero dar uma endireitada nessa praça que está um nojo.

Olha, eu tenho muitas mágoas do Brasil porque esse país não acorda. São os jovens que precisam cobrar e tentar mudar. Fico triste quando vejo as pessoas aceitando coisas erradas. Quando eu era mais nova, fazia manifestações e quase fui presa.

Gosto bastante de cultura, teatro, música. Gosto de comédia. Já precisei me segurar pra não fazer xixi de tanto rir, te juro. Era "Tem um psicanalista na nossa cama", com Jorge Dória, ali no Leme. Eu tinha uns 18 anos, mas marcou porque quase me urinei.

Adoro todas as músicas. Meus grandes sonhos faleceram, mas eu gostaria de tocar piano. Ainda vou aprender, tenho um piano de cauda que está lá fora. Luzes da Ribaltã, Ave Maria e Fascinação - tenho que aprender! Eu me casei com Fascinação, sou apaixonada. Meu marido foi meu grande amigo, meu cúmplice, confidente, protetor, zelador e faz muita falta. Sou viúva há 4 anos. Conheci ele no carnaval de Coroa Grande e, no sábado, já tinha pedido de casamento. Pensei assim: gente, ele deve estar muito doido. Mas aceitei e tive 6 filhos."

Mara contou que se veste de azul, prata e vinho porque faz parte de seu uniforme de Mercenária de Honra e Poder Master da América do Sul. "Eu tiro de quem tem e dou pra quem não tem."

Fonte: <https://www.facebook.com/rio.invisivel>

Mara, a entrevistada, não se preocupa em dar uma ordem cronológica à sua fala, ou se as informações contidas na sua história parecem convincentes ou não. Ela resolveu compartilhar suas experiências. Para Benjamin, “metade da arte narrativa está em evitar explicações” (BENJAMIN, 1987, p.203). Isso porque o leitor é livre para interpretar a história com quiser e a narração atinge uma amplitude que não caberia na informação (BENJAMIN, 1987). O que o Rio Invisível fez foi resgatar essa arte e transportá-la para o ambiente digital. A narrativa acontece no momento em que o grupo, face a face com as pessoas entrevistadas, ouve o que eles têm a dizer e absorvem, sem exigir grandes explicações sobre o que escutam. Dali, tratam de comunicar em forma de texto e imagem, à comunidade de internautas que seguem a página, aquilo que ouviram na pureza da narração. Para ser mais exata, segundo os dados fornecidos pelo Facebook, foram 1,4 mil internautas que leram essa história e em cada um aconteceu uma reação diferente. Uns descrentes, uns emocionados, outros se compadeceram. Fato é que, em algum grau gerou afetos, ainda que negativos em alguns casos.

NARRAÇÃO E MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA

Se a narração continua sobrevivendo, mesmo dentro de uma sociedade tão escrava e produtora de informação como a do início do século XXI, podemos pensá-la, em termos sociológicos, como uma forma de resistência a um modelo de vida que nos leva a viver de forma autômata. A amortização dos estímulos, como nos alerta Bergson (2009), ocorre quando atitudes se tornam automáticas e nossa consciência retira-se delas. A nossa mente procura tornar o registro da nossa consciência o mais habitual possível, pois quanto mais anestesiados, menos iremos sentir os efeitos traumáticos decorrentes desses choques (BENJAMIN, 2015). Não há nisso um mal em si, pois precisamos nos proteger ou sucumbiremos. Mas deve sempre haver espaço para consciência, para o pensar, caso contrário, permitimos ideias nefastas se apoderar de nós, sem que haja qualquer resistência.

Entendemos aqui a narração como um desses mecanismos que, apesar das forças contrárias, pode se tornar uma maneira de manter a consciência ativa, trazendo muitas vezes de volta a humanidade de muitos grupos ou pessoas que são esquecidos ou hostilizados pelo Estado e conseqüentemente, pela história oficial. Benjamin afirma que, “não se percebeu devidamente até agora que, a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado.” (BENJAMIN, 1987, p.210). Quando o projeto Rio Invisível atua e ouve as falas de pessoas em situação de rua, está pretendendo também com isso conservar as histórias daquelas pessoas, e fazer com que não apenas seus rostos sejam visíveis para todos que acessam sua página, mas acima de tudo, que suas vidas sejam vistas.

Também Butler (2006) afirma que é preciso aceitar a vulnerabilidade inerente ao ser humano para que possamos nos indignar com as injustiças cometidas contra o outro. Embora ela não tenha a pretensão de propor uma definição universal de ser humano, sugere “uma concepção mais geral do humano, pela qual estamos desde o começo entregues ao outro” (BUTLER, 2006, p.57, tradução nossa). Isso significa que quanto mais pensamos no outro como alguém que, de alguma forma, tem alguma relação conosco, mais fácil fica de não ignorarmos seu sofrimento.

Certas vidas estão altamente protegidas, e o atentado contra a sua santidade basta para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não gozam de um apoio tão imediato e furioso, e não se qualificariam, inclusive, como vidas que “valham a pena”. (BUTLER, 2006, p. 58, tradução nossa)

Quanto mais inumano for um grupo ou pessoa, menos se sente empatia e interesse. Quando vidas e suas histórias são de alguma forma silenciadas, é uma forma de retirar dessas pessoas sua identidade e com isso é mais fácil não ser afetado. Ainda segundo Butler (2006), admitir

que somos vulneráveis, deixando claro que uns são mais que outros, é retirar esse “outro”, normalmente ignorado, da condição de “irreal”, de espectral, em que ele é colocado por conta do discurso desumanizante, que também tira sua própria condição de ser vivente (BUTLER, 2006). É preciso então, para a autora, repensar esse modelo de humanidade em que estamos inseridos:

De que modo nossos marcos culturais para pensar o humano põem limites sobre os tipos de perda que podemos, de fato, reconhecer como uma perda? Com efeito, se alguém desaparece e essa pessoa não é nada, então o que e onde desaparece, e como pode ter um lugar de luto? (BUTLER, 2006, p. 59, tradução nossa)

Nesse sentido, narrar torna-se um ato político, de resistência, e o ato de registrar essas memórias, uma luta, que transforma o luto em ação. Pollak salienta que, “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada, encontrar uma escuta” (POLLAK, 1987, p.6). Portanto, é preciso que haja momento e público para que as histórias sejam ouvidas. Pollak (1989), vê na história oral a possibilidade de os grupos marginalizados terem suas histórias ouvidas e suas memórias colocadas em disputa, e afirma que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas, que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. (POLLAK, 1989, p.4)

O projeto Rio Invisível tornou possível que memórias de pessoas em situação de rua - normalmente silenciadas pelo Estado e pela cultura de olhar para o outro como irreal (BUTLER, 2006), ou até mesmo perigoso - fossem ouvidas e compartilhadas, mesmo que num ambiente como o Facebook. Aproveitou-se o momento político e social para que essas histórias fossem bem recebidas pela população que as acompanhava. Paradoxalmente, o Facebook tem limitações derivadas da seleção realizada pelos algoritmos, que a partir dos interesses das pessoas, vai sugerindo páginas e postagens. Mas mesmo assim, o seu alcance é inegável. É, portanto, um ato de resistência política subverter esse silêncio nas dobras do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desses anos online, Rio Invisível atuou no ciberespaço aproveitando as potencialidades desse ambiente para compartilhar histórias de vida de pessoas que normalmente não tem sua existência validada. Esse espaço, por mais que possua limitações, é considerado por nós, um espaço antropológico.

O que é um espaço antropológico? É um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico), e portanto, dependente de técnicas, de significações, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas. (LÉVY, 2015, p. 20)

Este espaço é denominado pelo autor como *ciberespaço*, e “constitui um campo vasto, aberto, ainda parcialmente indeterminado, que não se deve reduzir a um só de seus componentes” (LÉVY, 2015, p.102). Nele, é possível construir relações mais horizontalizadas, reunir pessoas distantes e mobilizar movimentos sociais. Mas é também espaço de disputas políticas, que podem inclusive alterar o cenário político vigente, para o bem ou para o mal. Tomar esses

espaços com iniciativas como essas se faz mister, visto que ele é um ambiente tão amplo e fértil que tem potencial para destruir também em larga escala, portanto é preciso ocupá-lo com iniciativas positivas e criadoras. A atuação do Rio Invisível é uma forma de transformar o sofrimento em luta (BUTLER, 2006), é resistir através da narrativa e buscar na memória uma ancoragem para prosseguir buscando formas de alcançar políticas públicas efetivas para a população em situação de rua.

No delicado cenário político em que nos encontramos, trabalhos como esses são um convite à reflexão e conscientização sobre a complexidade de vidas que nos cercam e de que valem sim a pena se enlutar (BUTLER, 2006), ainda que não estejam inseridas no modelo que acredita-se ser o ideal de comportamento e de vida. Os marginalizados não são uma massa amorfa, mas pessoas com histórias e trajetórias próprias. Vale notar que essa “marginalidade” não necessariamente significa uma minoria no sentido quantitativo do termo. Esses grupos constituem uma grande parte da sociedade, mas, porque não compõem a classe dominante, são considerados pela mesma como presenças incômodas. Bauman nos alerta que:

A moralidade tem apenas a ela mesma para se apoiar: é melhor se preocupar do que lavar as próprias mãos, melhor ser solidário com a infelicidade do outro do que ser indiferente, é muito melhor ser moral, mesmo que isso não faça as pessoas mais ricas nem as companhias mais lucrativas. (BAUMAN, 2008, p.109)

No entendimento do autor, apesar dos problemas, o ideal seria escolher se preocupar, ou, pelo menos, escolher tomar partido, ao invés de ser indiferente às dificuldades alheias, ou seja, não se render ao automatismo inerente ao cidadão (BENJAMIN, 2015). Por isso, trazer essas vidas para o ciberespaço, onde há tantas informações, imagens e “vozes” é um ato corajoso e significativo, visto que é colocar em disputa memórias de pessoas que normalmente sequer são notadas nas ruas, para um ambiente fugaz e heterogêneo como é o Facebook. Segundo essa inspiradora fala de Bergson,

criador por excelência é aquele cuja ação, sendo intensa, é capaz de intensificar também a ação dos outros homens e também de ativar, generosa, focos de generosidade. Os grandes homens de bem, e mais particularmente, aqueles cujo heroísmo inventivo e simples abriu para a virtude de caminhos novos, são reveladores de verdade metafísica (Bergson, 2009, p. 24).

Concluimos que a página Rio Invisível, com todas as limitações que possui, a saber, os algoritmos, o fato de estar numa rede que mais cedo ou mais tarde terá seu fim, a fluidez desse espaço, enfim, tudo o que compõe uma rede social, tem o mérito de aproveitar o caráter expositor do Facebook para trazer à tona vidas de pessoas que gostariam de ser ouvidas e acima de tudo, de permitir que pessoas que tanto tem a dizer, possam exercitar a arte de narrar. Como João do Rio, trouxeram para nós a experiência das ruas, que apenas esperam por pessoas que tenham olhos de ver e ouvidos de ouvir.

REFERÊNCIAS

BAUDELAIRE, Charles. O Spleen de Paris. E-book. L&PM. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: ed. Brasiliense, 2000.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns motivos na obra de Baudelaire. In: _____. **Baudelaire e a Modernidade**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precaria: El poder del duelo y la violencia**. 1 ed. Buenos Aires: Paidós Argentina, 2006.

LÉVY, Pierre. A nostalgia do totalitarismo: difusão de informações pelo ciberespaço ameaça as castas intelectuais. **Folha de São Paulo**, 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs14069804.htm> Acesso em 06 Nov. 2018

LÉVY, Pierre. **Cyberculture**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

RIO INVISÍVEL, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/rio.invisivel/> Acesso em: 05 Nov, 2018

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**: crônicas/ João do Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. **Estudos Avançados** vol. 27, n. 79, São Paulo, 2013.

SONTAG, Susan. Sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

VELHO, G. **Projeto metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

Sites:

<http://brasilianafotografica.bn.br/>

<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/populacao-de-rua-de-na-cidade-do-rio-de-janeiro>

NA RODA DO BERIMBAU, BALANÇA QUE PESA OURO NÃO É PRA PESAR METAL: A CAPOEIRA E SUAS FORMAS DE PRODUÇÃO DE JURIDICIDADE

MATHEUS LOPES DA SILVA

*Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades
Matheus.lds@hotmail.com*

LIA VALENTE MARTINS

*Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades UFSB
liaomartins@gmail.com*

MORENO FERNANDES

*Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades
moreno.f9@hotmail.com*

RESUMO

Um exercício etnográfico realizado no município de Porto Seguro - BA, busca os discursos e as práticas de produção de justiça nos toques e rodas de capoeira a partir de uma compreensão multicultural do Direito. Para pensar regras e normas, assim como formas de obtenção de justiça, é preciso compreender a cosmovisão que empreende estes conceitos tão subjetivos utilizados pelo Direito. Sendo assim, faz-se necessário conhecer quais os objetivos dos bastidores na formulação das regras e normas, e qual o princípio de justiça que se busca com essa lógica. As lógicas de convivência, produção e linguística observadas em sociedade são em geral denominadas por sua cultura. Embora esta definição não esgote o conceito antropológico e jurídico de cada sociedade/comunidade, perpassa pela compreensão da cultura de seu povo, e também de sua cosmovisão.

Palavras-chave: Capoeira, subjetividades, pluralismo jurídico, multiculturalismo.

ABSTRACT

An ethnographic exercise carried out in the city of Porto Seguro - BA, seeks out the speeches and practices of justice production in capoeira touches and wheels based on a multicultural understanding of Law. To think of rules and norms, as well as ways of obtaining justice, one must understand the worldview that undertakes these concepts so subjective used by the Law. Therefore, it is necessary to know what the objectives behind the scenes in the formulation of rules and norms, and what is the principle of justice that is sought with this logic. The logics of coexistence, production and linguistics observed in society are generally denominated by culture and, although this definition does not deplete the anthropological and juridical concept of each society/community, it goes through the understanding of the culture of its people, and also of their worldview.

Key words: Capoeira, subjectivities, legal pluralism, multiculturalism.

INTRODUÇÃO

A Capoeira reconhecida como patrimônio cultural imaterial da humanidade pela UNESCO em 2014, é uma manifestação artística e cultural que teve origem na Bahia. Surgiu no século 17, como prática de grupos escravizados que vieram para o Brasil, como uma mistura de dança, jogo e luta como forma de manter viva suas origens. O termo “capoeira” vem do nome dado a vegetação rasteira em campo aberto onde era praticada, em formato de roda.

A técnica mundialmente reconhecida possui linguagem própria composta por canto, música e corpo, e inscreve na história nacional uma nova forma de produção de conhecimentos, práticas e normas sociais. Chegou a ser criminalizada e era considerada subversiva até a década de 1930, quando foi reconhecida após ser apresentada por Mestre Bimba ao então presidente do Brasil Getúlio Vargas, que a declarou como esporte nacional.

Em 2008, a capoeira foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e hoje é praticada em mais de 70 países e teve importante papel na constituição identitária nacional. Para GEERTZ (1989, p.15), que o conceito de cultura é uma ciência interpretativa à procura do significado e não uma ciência experimental em busca de leis. Ora, se uma cultura é produtora portanto de interpretações que buscam significados, é fundamental conhecer quais significados são atribuídos a cada elemento, para então observar como esse sistema de significados se organiza em forma de lei e normas que guardem coerência com o sentido comum de significados presentes na cultura.

O que ocorre no Brasil parece ser o contrário: estabeleceu-se uma doutrina jurídica monista, homogeneizadora, que fornece um sentido comum e presume que todo cidadão brasileiro criará essa cultura a partir da norma, desconsiderando absolutamente o conceito antropológico de cultura abordado por GEERTZ. Embora a Constituição federal tenha sido construída por representantes de quase todos os seguimentos da sociedade civil, a problemática que pretendemos abordar não é sobre a qualidade da produção desta assembléia, e sim a forma de aplicar as normas criadas por ela. Conforme ALBUQUERQUE (2003, p.58):

“Pensar uma nova artefaria jurídica significa refletir sobre os conceitos erigidos historicamente e tornados dogmas jurídicos. O princípio de soberania do Estado, enquanto condição epistemológica obrigatória da teoria jurídica moderna, necessita ser rediscutido, pois os conceitos de Estado e nação conectam-se diretamente aos processos econômicos, sociais, políticos e culturais de um determinado momento histórico.”

Pensando nessa interpretação e tomando como princípio a constituição histórica da capoeira, este trabalho pretende realizar uma leitura sobre os sentidos e significados e a eficiência das normas, usando como base o sistema jurídico brasileiro, assim como sua trajetória histórica.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, feita através de revisão bibliográfica e trabalho etnográfico em campo, feitas nas rodas de capoeira Angola e Regional no município de Porto Seguro, ao longo do ano de 2018. Como indicação dos próprios Mestres de Capoeira, utilizamos também materiais em vídeo, álbuns musicais de toques de capoeira e documentários, que trabalhavam a temática, uma vez que a oralidade e a corporalidade são elementos fundamentais para compreensão lingüística da capoeira.

SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: LEIS FEITAS PARA O IDEAL

O monismo jurídico é uma das características marcantes do novo regime democrático que nasceu com a decadência do feudalismo (ALBUQUERQUE, 2003, p.21), e que foi herdado juntamente com o formato constituinte de Estado Nação europeu. Este projeto de Estado está fundado nos pilares da homogeneidade das leis, na democracia e na uniformização da

dinâmica da cidadania. As constituições objetivam incluir a todos os cidadãos, desde que estes respeitem o formato constitucional de cidadania, além de todas as regras que lhes são atribuídos, a partir da maior idade.

Confiar ao Estado nossos direitos fundamentais são parte do Contrato Social moderno, entretanto, as constituições não prevêm ao próprio Estado sanções no caso de descumprimento das regras que ele mesmo estabelece, nem tampouco prevê os malefícios da tentativa de homogeneização da população.

No mundo pós-moderno e globalizado, normas, regras e justiça parecem conceitos absolutamente esvaziados. A cultura do desejo por bens de consumo, do individualismo, do mérito, da produção e da decadência de valores antes absolutos tornaram-se o fim comum e coletivo, deixando de lado os princípios jurídicos fundamentais. Ainda que sejam termos bastante utilizados nos inflamados discursos políticos, estes conceitos são frequentemente relativizados, buscando conciliar interesses neoliberais e a suposta “liberdade” do mercado como forma de “justiça” social. Na cosmovisão pós moderna, tudo pode se tornar patrimônio particular. Desde o saber, até os grandes latifúndios. As relações de manutenção do poder tornam-se o foco também da produção de juridicidade, em boa parte, herança do colonialismo.

Da ciência à fé ocidentais, por longas décadas, o discurso da capacidade de adaptação e resiliência foi a uníssona da construção da subjetividade sobre a vitória das populações. Isso teve considerável repercussão na construção da juridicidade latino americana, produto de um processo colonial genocida, escravocrata e plutocrata, condescendente com as questões sociais e coletivas.

Os povos escravizados tinham suas próprias maneiras de ocupar os espaços, e foram obrigados a se submeter a estas normas e leis enquanto mão de obra, mas não enquanto cidadãos. Assim, não tinham quaisquer direitos, apenas deveres, e desobediência destes deveres resultavam em severas punições. Essas populações resistiram aos mais de trezentos anos de trabalho escravo, e organizaram coletivamente formas de ressignificar suas vivências, analisando os processos de produção de justiça nos meios onde viveram.

O multiculturalismo é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo (SANTOS, 1997, p.19). Esta forma multicultural de resistência e de reprodução de formas de vida deve ser reconhecida como prática jurídica possível, dotada de competências que o Direito tradicional não possui.

O Bem- Viver se apresenta na prática da capoeira, a partir da relação interpessoal construída através de laços com significado intrinsecamente ligados à ancestralidade, e com a natureza. O jogo se dá muitas vezes de pés descalços, com as mãos no chão, e trabalha com os limites anatômicos do corpo, desafiando sempre a si próprio, antes de desafiar o “oponente”. A lógica de prática da capoeira trabalha a pedagogia da coletividade, projetando o indivíduo para uma postura autônoma em vários aspectos de sua vida, pois “o jogo” e a “roda” estabelecem padrões de comportamento preservados na memória do corpo e da mente.

Conforme GONÇALVES e QUIRINO (2018, P. 109), na tradição romano-germânica, denominada civil law, contexto de Kelsen, a produção normativa é baseada em tipos normativos abstratos veiculados pelos poderes estatais. O positivismo jurídico proposto pelo modelo kelseniano estabelece teoria pura do Direito, que fundamentada a validade das normas jurídicas em uma norma hipotética fundamental, suprema que comanda a obediência do Direito baseado na sua própria pressuposição de obediência.

A pureza da teoria kelseniana, que orienta do Civil Law, considera como fenômenos não científicos e não normativos expressões multiculturais de representação de juridicidade, e centraliza no Estado toda a fonte de produção normativa. Essa voz única, soberana e autoritária preserva como forma principal de manutenção de poder, o uso legítimo da violência, a fim de submeter os indivíduos transgressores as suas regras.

“Para a teoria monista do Direito, inexistem intermediários entre o Estado e o cidadão. Desconsiderou-se a atividade sócio-cultural dos grupos sociais heterogêneos, com a criação do Estado-Moderno, passando-se a não admitir coletividades com Direitos próprios advindos de suas culturas”. (Albuquerque, 2003, p.44)

Olhar a justiça e poder dos povos à luz dos que foram privados desses direitos por tanto tempo é um importante ponto de crítica para a forma totalitária de ação do positivismo, e das representações de “certo” e “errado” instituídas socialmente ainda nas sombras do colonialismo.

CAPOEIRA: PRODUÇÃO EMPÍRICA DE JURIDICIDADE

Inserir-se então a capoeira, uma cultura afro-brasileira criada no Brasil por filhos de pais africanos que é um genuíno símbolo de resistência e instrumento de perpetuação cultural de um povo historicamente marginalizado. Este patrimônio cultural imaterial brasileiro e da humanidade registrado pela Unesco é um mix de arte, esporte, cultura popular, luta, musicalidade e entre gingas, chutes e rotações, os praticantes desenvolvem uma ética própria que preza o desenvolvimento e retira as “inimizades”.

Essa expressão de resistência cultural, bem como as religiões de matrizes africanas se chocam para com a ordem eurocêntrica hegemônica branca, que dominaram o processo de produção de significados e subjetividades, por não estarem sob a égide da legalidade. Por isso, esta reflexão busca nestes ambientes subalternizados por uma prática de juridicidade que possa reverter o esgotamento que sofre a cultura jurídica moderna devido às complexas transformações oriundas dos conflitos coletivos. (WOLKMER, 2001, p.91)

Uma das partes fundamentais para esta compreensão é analisar a linguística, a forma de ensinar e a hierarquia da roda, essa portanto, responsável pela organização da dinâmica, da produção de saber cultural e também de juridicidade. Nota-se que a transmissão desse conjunto de fatores que formam esta expressão reside principalmente em uma dialética corporal que opera como suporte de memória:

“[...] cultura é memória, pois é a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais os indivíduos que nela vivem possam exercer o seu poder de seleção realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras.” (VON SIMSON, 2000)

Este “saber corporal” é capaz de forjar pedagogias sociais que são complexas e de modelar comportamentos, espalhar crenças e criar espaços de diálogo onde os conhecimentos são transmitidos coletivamente. E seguindo essa dialética dos movimentos corporais na roda é que o capoeirista pode interpretar as intenções do outro, com quem joga, partindo para uma tomada de decisão sobre o rumo do jogo corrente. Essa dialética é fundamental de ser compreendida pois carrega consigo a importância da conservação do equilíbrio dentro da roda de capoeira, equilíbrio este que é carregado para além do momento da roda representando a autonomia dos indivíduos, característica essa que só se adquire com responsabilidade segundo o que o Mestre Branco de Aruanda relata no documentário Jogo aberto (2015).

“a estrutura mental afro-brasileira é integrativa e não excludente, humanista e não tecnicista, polivalente, visa à unidade dos elementos em sua diversidade e não a sua fragmentação, abre espaço ao inesperado e ao desconhecido que trazem novos arranjos e formas de entrosamento, caules novos desenvolvidos de raízes ancestrais” (ROSA , 2013. p. 60).

Sobre a hierarquia da roda de capoeira, o que destaque-se é que o cerne dela está muito além de uma escala de importância ou valor que uma pessoa está submetida dentro da capoeira, ela perpassa por uma compreensão de qual lugar o indivíduo ocupa naquele espaço e a noção de quais responsabilidades pessoais e para com os demais, cada integrante carrega.

A pedagogia da roda da capoeira não permite que se crie relações de subordinação e de “poderes” entres os integrantes, embora haja a figura dos mestres. Essa figura de extrema importância, o/a mestre(a) de capoeira, é responsável pelo espaço em que se realiza uma roda e pela transmissão das regras e normas de conduta que compõe este ritual e para além, irão reger o comportamento de cada capoeirista consequentemente fora da roda.

A capoeira regional tem Mestre Bimba como seu criador e fundador, negro e iletrado, é considerado o grande responsável pelo prestígio social que carrega a capoeira hoje. No documentário de longa metragem produzido por Luiz fernando Goulart, a capoeira iluminada (2005), Bimba tem seu legado registrado e para além de um grande capoeirista, seus seguidores afirmam que se punha como um homem “direito”, um grande educador. Prova desse legado foi o mestre capoeirista soteropolitano ter sido agraciado pela Universidade Federal da Bahia após sua morte com o título de Doutor *Honoris causa*. Cada mestre possui um jeito particular de ensinar a capoeira, de transmitir tudo o que sabe e acha que seus alunos devem aprender para serem bons capoeiristas. Não existe capoeira sem mestre, é através dele que o aluno pode ser imerso na vasta cultura que é a capoeira e aprender o bom comportamento e o respeito às tradições.

A dinâmica da Capoeira, enquanto representação histórica e cultural contra-hegemônica, nos permite compreender a cosmovisão do grupo pela própria perspectiva dos indivíduos, que criaram os toques, os instrumentos, as letras e os movimentos em virtude dos valores que defendiam e que os ressignificou frente a violência da escravidão. As letras e as normas do jogo são objetivos tanto na construção do contexto, quanto na compreensão da lógica de resistência e convivência. O discurso de justiça e as formulações sobre obediência, vitória e comunidade são ricas, estabelecem evidente relação de juridicidade, e se caracterizam fortemente como uma base cultural da prática de transmissão de saber através da oralidade.

Analisando portanto toques conhecidos na capoeira, buscando nas letras esse discurso de justiça e essa produção de juridicidade dentro da capoeira, encontra-se por exemplo, o Toque de amazonas: No largo do Pelourinho, o bem convive com o mal mas não se deve ter medo de frequentar o local dizia mestre Besouro: “Na roda do berimbau, balança que pesa ouro não é pra pesar metal”. O que pretende-se reconhecer nestes excertos retirados das cantorias da capoeira é a manifestação desse fenômeno jurídico não positivado mas que é sustentado pelo que os mestres chamam de “mandamentos”, reconhecendo que existem forças opostas que convivem lado a lado em sociedade, mas ao contrário da compreensão positivista do Direito, não devem se anular, devem se equilibrar.

O equilíbrio se dá justamente com a possibilidade de não uniformizar comportamentos e perspectivas moralistas, é preciso contextualizar e compreender o todo, não a partir da norma fria, e sim do sentido de existência. Neste ínterim, “balança que pesa ouro, não é pra pesar metal”, revela a sabedoria que existe em saber diferenciar o elemento a ser julgado antes do

próprio julgamento. Caso a 'balança' seja mesma para todo tipo de elemento, corre-se o risco dos pesos aferidos por ela serem sempre precisos na medida, porém equivocados em seu conteúdo.

“Respeitar o mestre e guardar disciplina durante os treinos; Manter vigilância permanente em todo o ambiente; Não perder de vista os movimentos do parceiro; Manter a calma em todas as situações; Cuidar da segurança dos companheiros de treino; Zelar pela higiene do ambiente de treino; Não usar os conhecimentos adquiridos em brincadeiras ou agressões de rua; Obedecer ao comando do berimbau durante a prática da capoeira; Obedecer às instruções do mestre durante os treinos; Praticar diariamente todos os movimentos já aprendidos; Não se afastar nem de virar de costas para o parceiro.” (MAMÃOZINHO, 2018)

Além dos mandamentos, encontra-se também o que chamam de “aspectos fundamentais de aprendizado” e neles estão presentes valores que baseiam a construção do bem-viver, como humildade, disciplina, respeito à hierarquia, atenção ao companheiro, não oferecimento de resistência direta, mas da análise estratégica da situação antes de posicionar-se. Através destes elementos pedagógicos, a capoeira ensina o indivíduo a partir do coletivo e vice-versa.

A prática orientada dessa forma não se ocupa na uniformização do corpo e comportamento, pois compreende que a diferença não precisa ser combatida, ela é parte do todo e o enriquece pela qualidade de não ser igual.

A construção da ideia de liberdade e democracia são outros aspectos trabalhados de forma secundária, não por terem menos importância, mas por se apresentarem de forma orgânica na prática, em função de outros valores aprendidos com a prática corporal do jogo da capoeira. No jogo, é necessário desenvolver a capacidade de agir com proporcionalidade e consciência, por entende-se que qualquer atitude mal planejada pode voltar a energia desprendida para seu autor.

Na lógica da roda, as energias são centrípetas, portanto elas retornam a quem as emana, e podem ser potencializadas a partir em uma ação desproporcional, por exemplo. A partir dessa compreensão multidimensional de poder e equilíbrio, a liberdade e a democracia (como direito de manifestar e exercer os poderes individualmente), surgem organicamente, através das limitações inclusive, do próprio corpo.

Essa base estimula as formas de sociabilidade entre os pares como um “jogo de dentro”, onde se faz necessário o equilíbrio das forças motrizes “de dentro” e “de fora” tanto dos participantes do jogo, quanto da roda constituída pelos cânticos, instrumentos e palmas que todos têm a responsabilidade de levar ao longo da atividade.

Para além dos elementos já citados, a capoeira com um sentido próprio de coletividade. Nele, o indivíduo é composto de muitas coletividades, e não o contrário. O sentido de “unidade” nessa cosmovisão compreende que a unidade contém o todo, e que portanto é necessário lidar com essas multiplicidades do um. Embora parece complexo, é possível perceber que este representa o sentido central da prática, a potencialização do indivíduo através da compreensão do todo que o forma.

O todo inclui seu corpo, mente, espírito, ancestralidade e emoções. Nada é relativizado ou analisado em separado, os elementos são considerados conjuntamente nas mais diversas formas expressão, seja oral, artística, nos cânticos ou na luta e trabalham com uma forma muito curiosa de unidade de medida de tempo: o corpo, e as inscrições que ele trás consigo.

A compreensão cíclica da vida, demonstrada nos inscritos corporais, exemplificam a dinâmica da natureza e mostram os caminhos por onde a ancestralidade perpassa, eternizando-se em pequenas marcas as quais conscientemente, a maioria de nós nem percebe que carrega.

CONCLUSÕES

A capoeira atua como fonte de juridicidade não positivada, pois compreende dimensões multiculturais e competências do saber humano para além das epistemes clássicas do saber ocidental, e portanto apresenta-se na forma de uma cultura pluriétnica, multidimensional, que atua produzindo significados para a convivência e sobrevivência humana, a partir da consciência coletiva e na convergência de sentidos, a partir de uma forma própria de compreensão de tempo.

Multidimensional pois não comunga da ruptura ocidental de mente e corpo, e razão e emoção, mas trabalha com os elementos humanos de forma associada amplificando suas potencialidades, sobretudo no contexto coletivo. Multicultural pois foi capaz de transpassar as questões étnicas e alcançar o mundo globalizado, pois atua uma usando a linguagem do corpo e das conexões interpessoais, além das energias próprias da humanidade que são consideradas na prática sem o tradicional juízo de valor sobre bem e mal, mas usando o equilíbrio como meio de potencializar os aspectos positivos dos extremos, e neutralizar os elementos negativos dos conflitos.

“Uma sociedade e um território estão sempre à busca de um sentido e exercem, por isso, uma vida reflexiva. Neste caso, o território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso, constitui um abrigo”. (SANTOS, 2001 p.54)

Neste sentido, a capoeira assume o a categoria território e abrigo descrito por Milton Santos, pois permanece alcançando grupos de muitas culturas e etnias mundo a fora a partir da lógica da Roda, da troca, do jogo e do corpo, seja ele como for. A multidimensionalidade da capoeira produz portanto a possibilidade de uma consciência coletiva contra hegemônica a partir de valores ancestrais, coletivos e eternizados em seus toques.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago. **Multiculturalismo e o direito à autodeterminação dos povos indígenas**. Porto Alegre. Sergio Antorio Fabris Editora, 2008.

CÉSAR PINHEIRO, Paulo. **Capoeira de Besouro**. Brasil: Quitanda, 2010. 1 CD.

GONÇALVES, Alex Silva. QUIRINO, Regio Hermilton Ribeiro. **A Norma Hipotética Fundamental de Hans Kelsen e a Regra de Reconhecimento de Herbert Hart: semelhanças e diferenças entre os critérios de validade do Sistema Jurídico**. Seqüência (Florianópolis), n. 78, p. 91-118, abr. 2018

IPHAN. **Roda de Capoeira**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Acesso em 11 nov 2018.

JOGO ABERTO: **Conversas sobre a Capoeira Angola de Recife e Olinda**. Direção: Gabriela Santana. Produção: Hudson Wlamir. Brasil: Funcultura, 2015. 1 DVD.

MAMÃOZINHO, Graduado. **Fundamentos da capoeira**. 2018. Disponível em: <<http://capoeira-cecab.eu/capoeira-2/fundamentos-da-capoeira/?lang=pt-br>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

MESTRE Bimba, **A Capoeira Iluminada**. Direção: Luiz Fernando Goulart. Produção: DIDADO AZAMBUJA. Brasil: LUMEN PRODUÇÕES, 2007. 1 bobina cinematográfica.

ROSA, Allan da. **Pedagogia, autonomia e mocambagem**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural dos Direitos Humanos**. Revista Crítica das Ciências Sociais. Junho 1997. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

UNESCO BRASIL. **Unesco reconhece capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/unesco-reconhece-capoeira-como-patrim%C3%B4nio-cultural-imaterial-da-humanidade/a-18090747> Acesso em: 11 de nov de 2018.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias**: questões para a história da educação, p. 63-74, 2000.

WOLKMER, Antônio Carlos. **PLURALISMO JURÍDICO Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. São Paulo: Editora Alfa Ômega 2001

GUAIAMUM CURIOSO: UMA ALDEIA PARA A APRENDIZAGEM COMUNITÁRIA, DIVERSIDADE E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO EXTREMO SUL BAIANO

Moreno Fernandes do Nascimento

Graduando -Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades- UFSB

moreno.f9@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute o respeito a diversidade e o fortalecimento da cidadania no contexto escolar usando como modelo a educação comunitária. O texto apresenta o exemplo da Aldeia de Aprendizagem Guaiamum Curioso, um projeto que surgiu em 2016 no município de Caravelas-BA, e atua sobre a perspectiva de uma educação libertadora e democrática, que transcende a teoria, pautada sempre na transversalidade e método interdisciplinar. Os principais objetivos da pesquisa foram traçar a trajetória, a estrutura e o método de ensino-aprendizagem da escola. O trabalho teve como principal ferramenta a observação-participante realizada na escola, além de entrevistas colhidas com atores envolvidos diretamente com o projeto. O embasamento teórico teve como pilares as ideias de Freire (1995), GADOTTI (2002) e Teixeira (1975).

Palavras-chave: Educação comunitária. Construção da cidadania. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This article discusses the diversity and strengthening of citizenship in the school context as a community education. The text presents the example of Guaiamum Curioso Learning, a project that emerged in 2016 in the city of Caravelas-BA, and a perspective on liberating and democratic education, which transcends theory, always guided by transversality and interdisciplinary methods. The main objectives of the research were trace a trajectory, a structure and the teaching-learning method of the school. The main instrument of this work was participant observation at the school, besides the interviews with the users directly involved with the project. The theoretical basis had as pillars ideas of Freire (1995), Gadotti (2002) and Teixeira (1975).

Key-words: Community-education. Construction of citizenship. Teaching-learning.

INTRODUÇÃO

Pensar e fazer educação mudou. As transformações globais, impulsionadas pelas vertiginosas evoluções tecnológicas, trouxeram consigo novos desafios à escola e remodelaram completamente o seu quadro. Essas mudanças geraram ao menos dois elementos importantes no cenário socioeducativo: a) a escola deixou de ser um monopólio formativo e informativo (KLEIN; PÁTARO, 2008); b) a diversidade foi trazida para dentro da sala de aula (ARAÚJO; KLEIN, 2006). Assim, problemas que eram comuns antigamente, como o acesso a escolas, deixaram de existir já no início do século XXI (SCHWARTZMAN, 2005) e deram lugar a outros tipos de pautas, que questionam à qualidade, formato e os objetivos da educação.

Dentre esses objetivos, há maior relevância para dois pontos: a necessidade de repensar a maneira com que a escola lida com a diversidade e a sua atuação no processo de formação cidadã dos alunos. Importa ressaltar aqui que o conceito de cidadania pensado não responde ao do senso comum, “votar e ser votado”, mas se insere numa esfera muito mais ampla. Nesse sentido, a instituição escolar deveria ser o primeiro espaço dessas práxis, todavia, o modelo engessado de ensino, a distância entre teoria e prática e a não observância das diversas formas de pluralismos existentes contribuem para que ela se transforme em locus de exclusão.

Diante desse quadro evidencia-se a necessidade da promoção de novos modelos de ensino que transcendam raízes tradicionais e elitistas, pautados em uma perspectiva popular e democrática de ensino. Pensar em novas formas de educar não é algo novo, afinal, já na década de 30 Anísio Teixeira (1975) discorria sobre a “Escola Nova”, um modelo educacional que prioriza valores democráticos. Não menos relevante, Paulo Freire (1996), dedicou a vida para pensar e contribuir para o fortalecimento da temática. Entretanto, mesmo com um vasto aporte teórico, a prática dessas epistemologias ainda é um desafio. Conseguir aliar teoria e prática na conjuntura sócio-política brasileira é uma tarefa árdua.

Ainda assim, algumas ações não tradicionais de ensino conseguem (re) existir e cumprir com a missão de proporcionar um ensino popular de qualidade, e é este o caso da educação comunitária. Essa perspectiva de ensino entende que o processo educacional deve transcender os muros da escola e alcançar o meio onde ela está inserida para ser eficaz. Freire a define da seguinte maneira:

Aprender na comunidade, com ela e para ela, significa usar a história da sua própria região, exteriorizando a cultura do silêncio. Significa aprender a engajar-se na sua própria região, tornando-se consciente da situação sociopolítica e lutando para que as sociedades fechadas sejam transformadas em sociedades abertas... é uma questão de urgência que as escolas se tornem menos fechadas, menos elitistas, menos autoritárias, menos distanciadas da população em geral. Isso é para a educação comunitária uma questão de fundamental importância. (FREIRE, 1995: 12-13).

Tendo esse modelo de ensino como base para reflexão faz-se necessário apresentar como é o processo na prática, de que maneira trabalha e alcança resultados, e, por isso, foi feita a escolha da Aldeia de Aprendizagem Guaiamum Curioso. Os objetivos deste trabalho são: elaborar um breve histórico da instituição e mostrar os resultados que vem atingindo. Além disso, analisar as ferramentas que o projeto utiliza para propor a diversidade e a formação da cidadania baseada na dignidade humana. Importa analisar também como os processos transversais e interdisciplinares contribuem para a viabilização do processo de ensino-aprendizagem de forma eficiente. Três ferramentas de pesquisa foram utilizadas nesta pesquisa: a) revisão bibliográfica; b) observação-participante entre junho-dezembro de 2017 e março-agosto de 2018¹; c) entrevista semiestruturada com educadores que compõem a escola.

1 Períodos não consecutivos.

1. A ESCOLA E O LUGAR

1.1 TRAJETÓRIA

O projeto de uma escola comunitária no pequeno município de Caravelas-BA² surgiu em 2016. O impulso inicial se deu a partir da inquietação dos pais de uma criança³ que observaram no ensino público local um déficit de qualidade e uma exacerbada influência de ações de cunho religioso transmitidas diariamente para os alunos. A partir de então foram dados os primeiros passos para consolidação da aldeia de aprendizagem, aos poucos, mais pessoas se interessaram pela ideia e se juntaram ao projeto. Rapidamente um grupo de pais, mães, avós e tias que sentiram a necessidade de propor um ensino diferente para os seus familiares se formou. O grupo inicialmente contava com cerca de oito famílias e era heterogêneo, composto por professores, pescadores, ambientalistas, marisqueiras, etc. pessoas diretamente ligadas à comunidade. Essas famílias decidiram criar uma associação que seria responsável por viabilizar o surgimento da escola. Foi montada uma diretoria e um grupo de associados que se comprometeu com o projeto, depois disso, teve início os trâmites burocráticos para a autorização de funcionamento.

As atividades foram iniciadas em agosto de 2016, todavia, não havia autorização legal para tanto, e, por isso, a escola funcionou nos primeiros meses como um espaço de contra-turma⁴ para alunos da educação infantil e do ensino fundamental. Em março de 2017 houve a primeira autorização, dada pelo município, que permitiu o funcionamento regular, mas que só abarcou os alunos da educação básica. A escola funcionou o ano de 2017 inteiro com educação infantil regularizada e espaço de contra-turma para alunos do ensino fundamental, só no início de 2018 a autorização para funcionamento como ensino fundamental regular foi concedida.

Desta maneira então a escola Guaiamum Curioso emerge, com a proposta de possibilitar uma prática educacional completamente diferente da tradicional para seus alunos. Um espaço sem carteiras enfileiradas, divisão do conhecimento em disciplinas ou livros de ocorrência, onde a relação com a comunidade na qual está inserida é prioridade.

1.2 A COMUNIDADE

Logicamente, ao falar em educação comunitária, a comunidade precisa ser um espaço que permita a efetivação da metodologia. Barra de Caravelas, bairro do município de Caravelas, BA, é lugar plural. Rico em fontes de cultura africana, indígena, além de traços caiçara e valiosas fontes de saber popular; a comunidade tem a pescaria como principal atividade econômica. O lugar, não bastasse toda essa riqueza, tem se mostrado participante no processo de integração com o projeto e boa parte da comunidade parece o ter entendido e abraçado. Idosos, jovens, figuras consagradas e muito respeitadas na comunidade interagem, ensinam, aprendem e dão sentido para que a escola comunitária se efetive.

Como não é diferente da realidade de muitos lugares do Brasil, lá também é possível observar situações de desigualdade e exclusão social. Contudo, a presença da escola e as ações desenvolvidas nessa relação de troca permite que esses processos sejam combatidos e minimizados. Já é possível observar algumas mudanças em vários âmbitos, e o principal destaque é a conscientização comunitária sobre os assuntos que fazem parte do seu cotidiano, como, por exemplo, a necessidade de preservar os recursos naturais hidrográficos ali existentes.

2 Atualmente possui uma população aproximada de 22.740 pessoas (IBGE, 2017).

3 Por questões éticas e legais os nomes dos atores que compõem a escola e comunidade não serão usados.

4 Contra-turma ou contraturno refere-se a atividades desenvolvidas por alunos no período oposto ao qual estão regularmente matriculados no sistema de educação comum.

2. ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O primeiro ponto que chama atenção na dinâmica da escola é a forma que encontra para se manter. Desde o princípio surgiu com o intuito de ser gratuita e acessível a todos, ao mesmo tempo em que as crianças tenham um espaço com boa infraestrutura; contudo, os desafios para efetivar esses desejos são grandes. Vale lembrar que a escola não recebe nenhum subsídio governamental, qual a solução encontrada então? As crianças não pagam mensalidade, o acesso gratuito ao ensino é possível para qualquer um, mas, para viabilizar o funcionamento da Aldeia de Aprendizagem, os responsáveis pelos alunos contribuem mensalmente (ou sempre que possível) com uma quantia que eles próprios estipulam. A contribuição das pessoas envolvidas com o projeto, no entanto, não se limita a parte financeira, a escola está sempre em parceria com a coletividade. Quando o espaço precisa de limpeza e manutenção, por exemplo, os pais e mães se unem em um mutirão para providenciar os reparos. A responsabilidade quanto ao lanche dos alunos também é dever coletivo. Os eventos para arrecadação de recursos, como rifas e almoços, só acontecem porque todos se empenham para isso. Assim, apesar das dificuldades, a escola não só tem se mantido de pé, bem como conseguido estender a mão para ajudar a outros.

No que tange ao currículo, a fim de alcançar uma educação libertadora e democrática, que rompe padrões elitistas, a Aldeia de Aprendizagem precisa adotar modelos peculiares em sua estrutura. Em primeiro lugar, a sua estruturação curricular é marcada por uma gestão horizontal, não hierárquica. Os assuntos da escola passam por comunidade, pais e mães, educadores e educandos, através de um conselho, e dessa forma as decisões e ações traçadas têm a participação de todos os atores envolvidos com o projeto. Outro ponto importante a ser destacado é a composição das turmas de aprendizado. A escola, apesar de ser dividida entre educação infantil e ensino fundamental, trabalha com método não seriado, ou seja, as crianças não são separadas por grau, assim, o que conduz o processo de ensino e a formação das turmas são os interesses e aptidões dos alunos.

Logicamente, em um modelo de ensino com esses padrões, as avaliações teriam de ser diferentes. Na escola o que se preza não é a capacidade de memorização ou acumulação de conteúdo, as avaliações buscam analisar aspectos mais subjetivos e peculiares dos alunos. Questões socioemocionais, relação com o próximo, interação com o ambiente, são alguns exemplos das competências avaliadas. A maneira adotada para resolução de conflitos que é aplicada também é bastante peculiar, lá não existem instrumentos de penalizações como caderno de ocorrência ou suspensões, o diálogo, ainda que árduo e repetitivo, é a maneira utilizada para resolver as questões que surgem. Para isso, as rodas de conversa, sempre que necessário, podem ser convocadas a qualquer hora por qualquer um dos presentes.

O ensino, que pelas trocas e construções que proporciona se torna também aprendizagem, e que é o principal objetivo da escola, logicamente, precisa estar em sintonia com toda sua proposta. Ter um ensino eficaz no âmbito de uma educação comunitária significa não apenas preparar uma criança para o futuro, mas pode significar também uma transformação maciça no âmbito daquela localidade. Para que isso aconteça uma premissa muito importante deve ser respeitada, o respeito aos saberes de cada um. A compreensão de que cada pessoa pode e deve ensinar, utilizar de suas vivências para agregar conhecimento é uma das bases da Guaiamum Curioso. A respeito disso, Freire, afirma:

(...) pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há

mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p.33-34)

Na escola, o que se pode notar é que o interesse dos alunos é sempre o fator que direciona o andamento das aulas, dessa forma, a significação dos conteúdos acontece em consonância com a realidade cotidiana deles, e o ensino atinge a prática. A Guaiamum Curioso não trabalha com uma perspectiva de fragmentação dos assuntos em matérias, a base para o aprendizado é sempre ampla e plural, a escola desenvolve trabalhos a partir das grandes áreas de conhecimento e através disso trabalha as temáticas necessárias. O uso de projetos transversais, pautados na inter e transdisciplinaridade é fundamental para que haja êxito na evolução das crianças. A importância da utilização da transversalidade e interdisciplinaridade pode ser melhor compreendida através da fala de Bochniak:

A escola precisa ser formada para o trabalho com os temas transversais e com a interdisciplinaridade, (...) entendidas as questões da transversalidade e da interdisciplinaridade como atitude de superação de toda e qualquer visão fragmentada e/ou dicotômica que ainda mantemos quer de nós mesmos, quer do mundo, quer da realidade. (BOCHNIAK, 1991 apud TORRES, 2003, p. 35)

Durante a semana as aulas abordam uma série grande de conteúdo, que vão desde o ensino de línguas estrangeiras ao aprendizado de culinária e desenvolvimento de projetos individuais, escolhidos pelos alunos, como, por exemplo, o ateliê de costura.

Sempre que possível, comunidade e alunos estão em contato, e isso pode acontecer tanto no espaço da escola, como fora dele. No exemplo anterior (ateliê de costura) podemos observar como se dá essa relação, as crianças que participam desse projeto são orientadas por uma costureira muito respeitada do local, que comparece uma vez por semana à escola para ensiná-las. Outros exemplos de atividades desenvolvidas, elencadas a seguir, também permitem entender como a parceria entre os múltiplos atores conduz o processo de ensino-aprendizagem: a) Paisagens comestíveis e comunitárias- Criação de paisagens que promovam trocas e conexões dentro da Aldeia e da comunidade; b) Memórias Caravelenses- Atividade que leva as crianças até moradores da cidade para que estas possam compartilhar histórias sobre a cultura local; c) Cantorias- Momento que, junto com a roda de conversa, dá início a atividade diária dos alunos. (PPP, 2016, p. 7.)

À priori, todas essas práticas podem parecer demasiadamente irresponsáveis e sem eficácia, propostas não tradicionais de educação muitas vezes são lidas erroneamente como não serias e/ou ineficazes, mas quando o objeto é analisado de perto e de forma responsável observa-se outro resultado. A educação comunitária tem se mostrada séria e efetiva na tarefa de proporcionar uma educação de qualidade aos que a escolhem mesmo que os métodos sejam inovadores e diferentes dos que são habitualmente usados. Não há menosprezo pelo rigor científico e seriedade do trabalho, como confirma Gadotti:

Não se trata também de reduzir a educação popular, a educação social e a educação comunitária ao não-formal. Essas educações são tão formais quanto a educação escolar. O que as diferencia da educação escolar rígida e burocrática é justamente a valorização dos espaços informais. Essas educações não abrem mão da **riqueza metodológica** da informalidade. (GADOTTI, 2002. p. 9, grifo nosso)

A educação comunitária lida com experiências do cotidiano como forma de introduzir a diversidade, fortalecer o entendimento de cidadania e enfrentar de forma séria processos de exclusão, o resultado da adoção dessas medidas é uma educação eficaz, que consegue transcender a teoria e alcançar a prática, e, além disso, transforma todo o seu entorno.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa feita na Aldeia de Aprendizagem permitiu tecer algumas análises sobre a sua atuação e os resultados que tem alcançado. O primeiro ponto observado é que a presença da escola, ainda que em período não muito longo de tempo, já traz contribuições importantes para a comunidade; os projetos promovidos por ela, como visto anteriormente, frequentemente contam com participação social e ajudam a transformar vários aspectos locais, desde paisagem até questões ligadas ao enfrentamento de problemas vivenciados ali, e ainda que a parceria com a comunidade seja algo positivo, os maiores legados que ela tem produzido são observados na vida dos alunos, dentre eles, dois pontos ganham destaque no centro da perspectiva de ensino empregada: o respeito a diversidade e a construção sólida do conceito de cidadania.

A escola que busca o fortalecimento democrático e uma educação que transforme realidades, precisa ser, antes de qualquer coisa, uma escola da inclusão. Como já dito, o acesso à educação, há muito, deixou de ser um problema da realidade nacional brasileira, o cerne da questão, entretanto, está em oferecer um ensino eficaz, que possa ser significado no cotidiano dos alunos e que concomitantemente respeite as pluralidades existentes. A ideia de inclusão deve ser aqui entendida da forma mais abrangente possível, incluir significa respeitar, ouvir e conviver com alunos das mais diversas classes sociais, religiões, raças e culturas, ou seja, incluir é defender e promover a diversidade.

No contexto da escola Guaiamum Curioso a diversidade pode ser observada em diferentes maneiras, a mais nítida, por exemplo, está na formação de seu corpo, isto é, a origem diversificada de cada aluno e professor, a variedade de raça, as distintas classes sociais, o gênero, a condição física e psicológica, etc., mas o que se destaca lá não é a existência, e sim a forma como a diversidade é acolhida. Nos modelos tradicionais de ensino o que se observa é uma tentativa de homogeneização dos alunos, as diferenças e peculiaridades de cada um são tratadas de forma igual, quando não como um problema; com isso elas tendem a desaparecer e dar lugar a um padrão exclusivista de pensamento que afeta diretamente a construção indelével das pessoas. Uma proposta diferente de ensino, como a educação comunitária, permite que a homogeneização dê lugar a heterogeneidade, que a diferença seja vista não como um problema, mas como um ponto positivo, e justamente por isso, a Aldeia de Aprendizagem é capaz de lidar harmonicamente com a existência da pluralidade em seu corpo discente e docente, com as diferentes formas e cores, com a existência de vários saberes, e por fim, com uma comunidade marcada pela multiplicidade.

O respeito aos saberes e vivências de cada é um bom exemplo da forma como a diversidade é acolhida naquele espaço, todos, sem exceção, têm vez e voz, aprendem, mas podem tranquilamente ensinar. A escola permite que os alunos possam ser aquilo que de fato são, crianças! Que fantasiam, sonham e fazem da infância uma importante fase de experimentação. Outro exemplo interessante ajuda-nos a compreender a importância desse processo, durante o tempo da pesquisa não foi observada nenhuma forma de bullying ou agressão de um aluno para com o outro, inevitavelmente houveram conflitos, mas nunca o desrespeito; isso demonstra como eles crescem com a compreensão de aceitação ao próximo e às peculiaridades de cada um. A noção de respeito a diversidade tem sido transmitida de forma natural na escola, mais do que a fala, ela traz o exemplo ao promover um convívio harmônico entre todos, independentes das diferenças.

Lidar respeitosamente com a diversidade é uma questão de moral e ética, e neste processo, muitas vezes, uma adaptação nas maneiras do tratamento dado a cada pessoa será necessária para que de fato exista justiça, à luz do princípio da igualdade entendemos que “*dar tratamento*

isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42).

Quando a escola atua positivamente no início da vida dos alunos transformações e melhorias acontecem na coletividade de maneira incalculável; entender que a escola, bem como a família, cumpre uma função social e que são os primeiros e mais importantes espaços de construção cidadã na vida de uma pessoa é fundamental. A preparação de futuros cidadãos e cidadãs é uma das grandes responsabilidades da instituição escolar atualmente, mas construir essa noção na vida das crianças é um processo difícil e longo. Para que as chances de êxito aumentem uma medida é extremamente necessária, transcender a teoria. Da mesma forma que só é possível exercer a cidadania no cotidiano, a sua construção deve ser feita na prática, com exemplos e vivências. A escola Guaiaum Curioso entende esta necessidade, e mais do que isso, trabalha a ideia de cidadania *com e para* a coletividade, a escola espelha em seu ambiente o convívio em sociedade, isto significa criar e solucionar conflitos, possuir direitos e deveres, estar física e psicologicamente capaz e saber ponderar o convívio individual e coletivo.

Quando um aluno novato chega à escola a primeira coisa com que tem contato é o “livro de combinados”; esse livro reúne uma série de regras e diretrizes a serem seguidas por todos, todavia, elas não surgem a partir da verticalidade, de forma impositiva, mas sim horizontalmente. A base para o livro é a roda de conversa, outra ferramenta muito utilizada na metodologia da escola, nela é decidido tudo aquilo que deve ser seguido por educandos e educadores, por exemplo, todos os dias um aluno é responsável por auxiliar um educador no momento do lanche, outra coisa estabelecida foi a forma de tratamento entre as pessoas da escola: “gente boa”; o que se observa é que todos estão aptos a opinar e sugerir e que por isso mesmo é mais fácil seguir o que foi proposto, já que a construção se deu de forma coletiva.

O exemplo acima (livro de combinados) e mais especificamente a forma como ele é criado nos remete a uma ideia importante, mas que muitas vezes é negligenciada, cidadania só existe em comunidade, só o reconhecimento mútuo e interdependência entre indivíduo e sociedade dão verdadeiro sentido a ela, daí a importância que o processo de sua construção seja feito por e para coletividade, outrossim, o conceito de cidadania precisa ser estendido para além do senso comum. Direitos e deveres, votar e ser votado, são atributos do que é ser cidadão, mas não a sua definição. Por isso mesmo,

Deve-se buscar compreender a cidadania também sob outras perspectivas, por exemplo, considerando a importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais exercem na conquista de uma vida digna e saudável, que leve à busca virtuosa da felicidade, individual e coletiva. (ARAUJO; KLEIN, 2006, p. 121)

Graças ao método de ensino da escola essas outras competências também são incentivadas, lá as crianças estão em constante contato com o chão e a terra, com as árvores e bichos, enfim, com todo o espaço que as circunda. A escola entende que é possível aprender brincando, com e para a natureza; isso possibilita uma nítida evolução física e motora dos alunos, alguns deles portadores de deficiências físicas, que nas constantes interações com o espaço evoluem diariamente, este progresso, indubitavelmente, é ponto de destaque dentre os resultados que a escola tem alcançado. Para além destas ações muitas outras acontecem no sentido de viabilizar a construção sólida do conceito de cidadania. São várias as atividades culturais, de apoio psicológico e também no sentido de proporcionar uma boa formação ideológica que a escola desenvolve. *“A harmonização desses aspectos proporcionará a oportunidade de se formar um homem transformador, capaz, responsável e criterioso, verdadeiramente cidadão, não apenas cumpridor de deveres e conhecedor de direitos.” (ZAMBON; ARAUJO, 2014, P. 184)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que os padrões tradicionais de ensino apresentem problemas claros no que tange suas metodologias e resultados, ou a falta deles, propor ações-intervenções a partir de uma ótica de ensino que se aporta em modelos não comuns de educação ainda é, e ao que tudo indica continuará sendo por muito tempo, um desafio na conjuntura brasileira. A Aldeia de Aprendizagem Guaiamum Curioso, por mais nova que seja, tem como alvo uma educação libertadora e o ardente desejo de transformar a realidade de Barra Caravelas através da educação comunitária; atrelando essa e outras metodologias ela vem obtendo êxito. Ainda que seja difícil medir quantitativamente esse progresso, não é difícil enxergá-lo. Dia após dia as crianças evoluem em algum aspecto, seja ele físico ou intelectual, concomitantemente, a comunidade tem a possibilidade de aprender, ensinar, e ser parte integrante desta evolução. Assim, gradualmente, as transformações ganham forma e espaço.

Incluir a diversidade e trabalhar praticamente um conceito robusto de cidadania são as ações mais necessárias para se alcançar uma democracia sólida. Mais do que nunca é preciso lutar para que tudo isso transcenda o idealismo e se metamorfose em prática. Nenhum outro caminho há para que se alcance ordem e progresso que não uma educação que liberta e de fato transforma realidades, por isso mesmo, é preciso incentivar e fortalecer as diferentes ações que, mesmo em meio a tantas adversidades, insistem em prosseguir na contramão do que está posto no nosso cenário educacional que cada dia mais tem servido para fragilizar e aumentar desigualdades. Por isso mesmo, vida longa à Aldeia de Aprendizagem Guaiamum Curioso!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, U. F.; Klein, A. M. **Escola e Comunidade, juntas para uma cidadania integral**. Cadernos Cenpec, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, São Paulo, v. 2, p. 119-125, 2006.

FREIRE, P. "Prefácio". In POSTER, Cyril & ZIMMER, Jürgen (org). **Educação Comunitária no terceiro mundo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária. Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Diálogos. Universidade Católica de Brasília. Brasília: Universa, 2002.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais**, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/caravelas/panorama>. Acesso em: 18/08/2018

KLEIN, A. M.; PÁTARO, C. S. O. **A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania**. Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo, v.1, n. 1, jul./dez., p. 1-17, 2008.

NERY JÚNIOR, N. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PROJETO POLÍTO PEDAGÓGICO. ALDEIA DE APRENDIZAGEM GUAIAMUM CURIOSO. Caravelas, BA, 2016.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. In: SCHWARTZMAN, S.; BROCK, C. (Org.). Os desafios da educação no Brasil. Tradução Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-51.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

TORRES, P, L; BOCHNIAK, R. (org.). **Uma leitura para os temas transversais: ensino fundamental**. Curitiba: SENAR-PR, 2003.

ZAMBON, F. B; ARAUJO, F. **Cidadania em contexto escolar: Concepções e práticas**. In: III JORNADA DE DIDÁTICA: DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA E II SEMINÁRIO DE PESQUISA CEMAD, 3., 2014, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2014. P. 177-189

EU VOU! - AFIRMANDO O QUE ME NEGARAM.**NATÃ NEVES DO NASCIMENTO**

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em Cultura e Territorialidades – PPCULT - UFF
nataoneves@hotmail.com*

RESUMO

Hoje em dia a autonomia que o jovem tem em relação ao “mundo adulto” para estabelecer seus próprios conceitos de identidade e representação é completamente diferente comparado a alguns anos atrás. Conectados ao mundo pela internet, integrando sites de relacionamentos, os jovens se movem em redes. Ao interagirem com o mundo virtual, acabam construindo um sentimento de autonomia, disputando sua identidade e as diversas formas de representação. Espera-se que este trabalho possa servir como suporte para um melhor entendimento das questões que permeiam a construção identitária dos jovens que moram nas favelas, que possa suscitar novas discussões que propiciem uma maior consciência em relação a suas perspectivas de futuro diante da falta de representatividade e do constante estigma institucionalizado por nossa sociedade.

Palavras-chave: Jovem. Identidade. Favela. Representação. Estigma.

ABSTRACT

Nowadays the autonomy that the young has in relation to the “adult world” to establish his own concepts of identity and representation is completely different compared to a few years ago. Connected to the world through the internet, integrating social networking sites, young people move in networks. By interacting with the virtual world, they end up building a sense of autonomy, disputing their identity and the various forms of representation. It is hoped that this work may serve as a support for a better understanding of the issues that permeate the identity construction of the young people living in the favelas, which may lead to new discussions that provide greater awareness of their future prospects due to the lack of representativeness and the constant stigma institutionalized by our society.

Key-words: Young. Identity. Favela. Representation. Stigma.

O Jovem e o Consumo – Quem não é visto, não é lembrado?

Tomaz Tadeu da Silva apresenta uma “sociedade dividida” onde “Dividir o mundo social entre ‘nós’ e ‘eles’ significa classificar. O processo de classificação é central na vida social.” (SILVA, 2000). Essa afirmação implica na compreensão de termos como inclusão e exclusão, já que ao dizer que se é parte de algo, significa que você não pertence a outra coisa. Essa seria a diferença na classificação do “nós” que está conosco para “eles”, os diferentes de nós, de maneira que essas marcas identitárias formam subjetividades na vida dos jovens que moram nas favelas, nos subúrbios e nas periferias da cidade.

O IBGE identifica como jovem o período de 15 a 29 anos, no censo realizado no ano de 2010 a população jovem era um quarto da população, aproximadamente 51,3 milhões de jovens sendo 84,8% nas cidades e 15,2% no campo. Esse tema juventude, tem ocupado nas últimas décadas um lugar de relevância sobre a preocupação desses indivíduos e sua inserção na vida adulta, pois atualmente em nossa sociedade as mudanças são constantes em relação à produção e reprodução da vida social. Atualmente o jovem possui uma autonomia em relação ao “mundo adulto” para estabelecer seus próprios conceitos de identidade. Paulo Carrano questiona essa capacidade de construção de um repertório cultural particular que se opõe a uma herança familiar.

Hoje, os jovens possuem um campo maior de autonomia frente as instituições do denominado “mundo adulto”, para construir seus próprios acervos e identidades culturais. Há uma rua de mão dupla entre aquilo que os jovens herdaram e a capacidade de cada um de construir seus próprios repertórios culturais (CARRANO, 2011, p. 7-8)

A forma com que os jovens são vistos, ou constantemente colocados a margem é comum. Embora estejamos no século XXI, o preconceito aprofunda as diferenças e as intolerâncias e o jovem de periferia continua subalternizado. Juarez Dayrrel apresenta a partir de uma visão antropológica a necessidade de se considerar a posição social desses jovens e o tratamento que lhes é dado, pois se tornam experiências diversificadas através de contextos históricos e culturais diversificados.

Na visão hegemônica sobre a juventude, por exemplo, a primeira postura se manifesta na compreensão do jovem como um vir a ser, tendo, no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido de suas ações no presente. (...) Alia-se a uma tendência em determinar o tempo da juventude com critérios etários predefinidos e rígidos, delimitando posturas e políticas públicas que não atendem às necessidades da juventude. (DAYRELL, 2004, p. 2)

Para o autor, em nossa sociedade há uma cobrança em relação a que caminho o jovem vai seguir, e qualificando esses jovens através de faixa etária ou de uma postura específica essa sociedade tende a encarar esses jovens através de um olhar negativo, aquilo que são e que não alcançaram. Além disso, outras questões permeiam esses jovens, principalmente os que vivem nas periferias das cidades, o fato de não ter o cabelo liso dentro dos “padrões” construídos de beleza, considerado como certo, ou através da ausência de roupas com logomarcas de grifes, os coloca distante e em constante disputa, do que é considerado moderno ou atual para a nossa sociedade.

O modo de pensar o consumo foi se transformando de acordo com a construção do sujeito na modernidade, essa associação entre consumo e estilo de vida é uma forte marca da lógica do capitalismo. Zygmunt Bauman apresenta um novo tipo de modernidade na qual o modo como se vive determinado momento é que torna aquela experiência inesquecível, de forma que “O oposto dos objetos ‘duráveis’ são os ‘transitórios’, destinados a serem usados- consumidos- e desaparecer no processo de seu consumo.” (BAUMAN, 2001). O jovem de maneira geral

deseja ser notado, seja através de suas roupas, suas atitudes ou práticas culturais, existe toda uma preocupação no que será consumido, qual seria a forma de chamar a atenção e mostrar uma identidade própria, seja através de um penteado novo, do tênis da moda ou de uma camisa de marca.

Para o sociólogo Cristiano Freitas, a ostentação e o consumo presentes nas favelas são uma forma de buscar reconhecimento econômico, além de reforçar a questão da identidade. “O ‘consumo exagerado’ é somente uma forma de interagir com a sociedade, de dizer: ‘Se eles podem, eu também posso’ ”.¹ Ao decidir por esse tipo de interação e afirmação dentro da sociedade, esse morador não fica isento de se tornar alvo de preconceitos quanto a autenticidade dos bens que ele adquiriu, pois que morador poderia comprar uma roupa cara ou um objeto valioso vivendo dentro de um território periférico com condições “precárias”.

Esse jovem não passa mais despercebido por entre os becos da favela, e não se trata apenas do estereótipo, há uma mudança em seu comportamento. É necessário conhecer os funks, pois há uma identificação com as letras cantadas e com os artistas. Não podemos ignorar que vivemos uma cultura de consumo em que o próprio consumo é o eixo central de diversas interações sociais e, sendo assim, ele acaba se tornando uma característica de um movimento artístico e cultural que está sendo utilizado atualmente como veículo mercantil. Como nos diz Adriana Facina e Pamella Passos:

Embora vivamos numa sociedade de consumo que estimula a associação entre a posse de bens materiais valorizados e a felicidade, a prática da ostentação, tão comum entre representantes da elite em nosso país, recebe fortes críticas quando o sujeito dessa ação são jovens, em sua maioria negros, de periferia. E, se o funk ostentação é criticado em matérias de jornais e revistas de grande circulação, a sua expressão em forma de rolezinho causou pânico e suscitou declarações de preconceito explícito, raramente confessados em situações de “normalidade”. (FACINA; PASSOS p. 22, 2014)

Esse “rolê” que dá origem ao nome “rolezinho” se conecta ao lazer ou a alguma prática cultural que é exercida por jovens de periferia. Porém, o que tem chamado atenção é como um simples gesto de sair e circular de forma livre, ocupou um papel central nas principais mobilizações juvenis na cidade de São Paulo e em outros estados do país nos últimos tempos. Em 2014, o rolezinho ganhou ampla visibilidade nacional e internacional, jovens das periferias urbanas organizavam eventos em suas redes sociais e se reuniam em grande número para passear nos shopping centers de suas cidades. O evento causou apreensão nos frequentadores e fez com que alguns proprietários dos estabelecimentos conseguissem o direito na justiça de proibir sua realização, impedindo o acesso dos jovens.

É importante pensar sobre as distinções baseadas em etnia e classe que esse capitalismo moderno e seus usuários se utilizam para estabelecer restrições a circulação das pessoas em espaços não apenas privados como também públicos.

Para o pesquisador Renato Souza de Almeida², os “rolezinhos” levaram para dentro do paraíso do consumo a afirmação daquilo que esse mesmo espaço lhes nega: sua identidade periférica. Se quando o jovem vai ao shopping namorar ou consumir com alguns amigos ele deve fingir algo que não é, com os rolezinhos ele afirma aquilo que é. É preciso levar em consideração essa produção de subjetividade que contribui para a construção e a afirmação da identidade dentro desse espaço que muitas vezes é negado a outro público.

1 Matéria “Veja os sonhos de consumo do gueto”, publicada no portal A tarde em 20/08/2015. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1704500-veja-os-sonhos-de-consumo-do-gueto>

2 Matéria “O rolezinho da juventude nas ruas do consumo e do protesto”, publicada no site Le Monde Diplomatique Brasil em 03/02/2014. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-rolezinho-da-juventude-nas-ruas-do-consumo-e-do-protesto/>

Rolezinho no Shopping Leblon - Pantera Negra

Pantera Negra teve sua estreia em várias salas de cinema do mundo em 15 de fevereiro de 2018 e nos primeiros quatro dias de exibição, arrecadou 404 milhões de dólares, com direção de Ryan Coogler e em seu elenco Chadwick Boseman, Michael B. Jordan, Lupita Nyong'o, Daniel Kaluuya, Sterling K. Brown, Forest Whitaker dentre outros, além disso, em sua trilha sonora tem Kendrick Lamar. O filme trouxe um novo questionamento ao mercado cinematográfico, com a maioria do elenco e da produção formada por negros, mostra o quanto esses profissionais têm sido sufocados por uma indústria que ainda é formada em sua maioria por pessoas brancas.

O título da matéria do site The Intercept³ me chamou a atenção, pela repercussão desconfiada por parte dos frequentadores do shopping, quando um grupo com quase 50 negros e negras, se organizaram em um rolezinho para assistir o filme Pantera Negra no Shopping Leblon. Para Reinaldo Junior que é ator, e esteve presente no rolezinho, a importância de fazer esse encontro no Leblon, se dá pela maioria de seus usuários serem pessoas brancas e da elite carioca, e a ocupação daquele espaço seria uma resposta de que eles ainda estão vivos. Para Simmel:

Sem tal aversão, não poderíamos imaginar que forma poderia ter a vida urbana moderna, que coloca cada pessoa em contato com inumeráveis outras todos os dias. Toda a organização interna de interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões, do tipo mais efêmero ao mais duradouro. E nesse complexo, a esfera de indiferença é relativamente limitada, pois nossa atividade psicológica responde com um determinado sentimento a quase todas as impressões que vêm de outra pessoa. (SIMMEL,1983, p.128)

Simmel apresenta um olhar positivo sobre a questão do conflito e faz uma análise sobre as relações sociais vivenciadas a partir dessa experiência, a indiferença e os olhares desconfiados são bons exemplos da resposta de uma parte dos frequentadores do shopping ao considerar que aquele espaço não deveria ser frequentado por aquele grupo.

O evento aconteceu dia 19 de fevereiro de 2018, sua divulgação foi feita através das redes sociais dos organizadores, na divulgação em seu perfil no Facebook⁴, Licínio Januário que foi um dos organizadores, postou uma sequência com três fotos dos personagens do filme com a seguinte frase: É por isso que representatividade importa. Além disso em seu post ele fala sobre a importância dessa prática do movimento rolezinho, enquanto manifesto político e de união. “Venha fazer parte desse movimento, espalha a mensagem entre os Pretos, vamos mostrar que com a invasão do Reino de WAKANDA as coisas jamais serão as mesmas”.

A organização do evento foi feita pelo Coletivo Preto e o Grupo Emú, com o objetivo de ocupar um lugar que fosse utilizado tipicamente pela elite carioca, além disso, o evento quis trazer uma crítica à falta de profissionais negros dentro do mercado de audiovisual brasileiro. Uma pesquisa realizada no ano de 2016 pela Ancine⁵ mostrou que no Brasil apenas 5% dos profissionais de audiovisual são negros. Para Licínio: “A grande mensagem desse filme é que a gente tem que escrever, tem que produzir, tem que se unir e tem que fazer entre nós.”.

Além disso, outros tipos de ações como essa aconteceram em diferentes cidades, uma das ações era a distribuição de mil ingressos do filme pelo jornal Voz das comunidades⁶, que é um

3 Matéria “Pantera Negra leva “público exótico” ao Shopping Leblon”, publicada no site The Intercept em 21/02/2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/02/21/pantera-negra-shopping-leblon/>

4 Publicação feita na página do organizador Licínio Januário em 17/02/2018. Disponível em : <https://www.facebook.com/licinio.c.januario/posts/10215816972646768>

5 Matéria “Pesquisa revela que mulheres negras estão fora do cinema nacional”, publicada no site EBC em 06/07/2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-07/pesquisa-revela-que-mulheres-negras-estao-fora-do-cinema-nacional>

6 Matéria “Voz das Comunidades leva crianças do Complexo do Alemão ao cinema”, publicada no portal o globo em 26/03/2018. Disponível em: <http://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/voz-das-comunidades-leva-criancas-do-complexo-do-alemao-ao-cinema/>

jornal que começou através da iniciativa de um jovem morador do Complexo do Alemão e hoje circula por outras favelas além da zona norte, em parceria com o jogador de futebol Victor Santos que foi morador do Alemão e doou os ingressos. A ação que foi chamada de “Cinema Social” se tratava de sessões reservadas, não havia cobrança de ingressos e o público eram moradores do próprio Complexo.

A falta de representatividade dentro desses espaços foi um dos motivos para que o evento acontecesse ali, a localização do Shopping Leblon é cercada por diversas favelas como: Cruzada São Sebastião, Chácara do Céu, Cantagalo entre outras que a cercam. E por isso a importância desse tipo de ocupação, já que não há uma identificação com o público que tem o hábito de frequentar aquele espaço.

Durante minha pesquisa de campo em 2016 no Complexo do Alemão pude perceber o quanto esses espaços que são negados pelo Estado acabam sendo negados também por parte da população, Patrícia Brandão e Rute Imanishi (2013) nos apresentam uma leitura feita pelos habitantes da cidade sobre o Complexo do Alemão que acredito ser uma leitura, que também se faz de outras favelas do Estado, inclusive as que cercam o Shopping Leblon. “No imaginário social, o Complexo do Alemão costuma ser vinculado à criminalidade, à pobreza, à falta e a negação.”

Em relação à representação simbólica deste território para os demais habitantes da cidade, sua significação está impregnada dos sentidos da miséria e da violência urbana. A maioria das concepções negativas que fazem referência a esses jovens são demonstradas por essas relações intersubjetivas onde a agressividade e a violência são marcantes. Para Marcus Faustini em seu livro *Guia Afetivo da Periferia*, “o entendimento do significado da palavra violência se deu através do jornal apresentado pela televisão”, porém se opõe a realidade vivida por jovens moradores de favela que presenciam a violência desde sua infância.

Esse tipo de crítica se torna mais evidente, pois o protagonismo negro é inteiramente presente no filme e quando se trata de pessoas brancas, não há uma variedade de personagens, diferentemente do que ocorre dentro dos grandes shoppings como é o exemplo do shopping Leblon. Para o estudante Ygor Marinho: “Uma pessoa negra no Shopping Leblon talvez não seja muito bem vista, talvez não seja muito palatável para aquela sociedade leblonense que está ali”.

Essa visibilidade e essa posição de protagonismo, causa reações eufóricas e insatisfeitas por parte de um público que enxerga esse espaço como seus, de tal maneira que identidades que não se adequam dentro de seus moldes são tidas como não pertencentes aquele lugar. Porém, ações como essas são importantes para nos fazer repensar como estamos utilizando os espaços e através disso gerar mudanças.

Que batida é essa que na balada é sensação? É claro que é funk meu irmão!⁷

Uma das práticas de lazer, que se desenvolve nas favelas e passa por um processo de estigmatização e criminalização é o estilo musical funk e os seus bailes. O funk, por sua vez, também se expressa pelo estilo do funkeiro, que reúne marcas sociais e culturais expressas através da vestimenta, da dança, das gírias, dos bailes que esse jovem frequenta e também do território de moradia. Porém, esta prática de lazer também contribui para tipificar e identificar os jovens moradores de favela de maneira aleatória. Erving Goffman questiona esse conceito de estigma:

⁷ Referência ao funk “Tô Tranquilo” que fez sucesso nos anos 2000 na voz do MC Sapão.

Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 2004, p.6)

Durante a década de 1990, o funk carioca começa a ter identidade própria com letras que refletem a rotina das comunidades. Nas músicas produzidas durante essa década, os mestres de cerimônia mais conhecidos como MCs, afirmam a identidade das favelas, como pertencentes à cidade e como territórios que não se resumem à violência midiática, mas que constroem sociabilidades e outros padrões de interação social entre as camadas populares. (FACINA; LOPES, 2014) Com isso se tornou cada vez mais popular, multiplicando-se pela cidade os bailes. Em paralelo, o funk começou a ser alvo de ataques e preconceito, por ser um ritmo popular entre as camadas mais populares da sociedade.

Em relação ao julgamento feito ao morador da favela, na maioria das vezes o que se espera por parte da sociedade é que esse indivíduo tenha um comportamento desviante, então se ele produzir algo, é preciso se afirmar de diversas formas, para que a sociedade veja isso como algo bom. Em relação a um olhar além das aparências, Gilberto Velho diz:

É importante levar em conta as aparências, mas é necessário ir além delas. Ao mesmo tempo é fundamental que, por maior que seja o nosso esforço e compreensão, haverá sempre algo que nos escapa. Isso, longe de ser negativo, torna-se um estímulo e uma razão para a maior modéstia de nossas pretensões. (VELHO, 2011)

Menosprezar a questão das diferenças culturais, a partir de um entendimento próprio do que é cultura, seria como aceitar de um modo geral e sem maior questionamento, que ela designava o conjunto de tudo àquilo que a humanidade havia produzido de melhor através de materiais artísticos, filosóficos, literários etc. Assim as classes populares que vivem em uma realidade oposta ao que se tem como “culto”, não teria a possibilidade de ter suas manifestações culturais reconhecidas, pois o seu sistema simbólico trabalha na afirmação do sujeito na sociedade, e sua totalidade se relaciona dimensionalmente onde se está inserido.

O funk tem sua origem no morro, na periferia, na comunidade, e representando esse lugar, tornou-se patrimônio cultural do Rio de Janeiro. Em suas letras são abordados o estilo de vida, a dificuldade financeira, a exclusão social e a violência que assombra essas regiões periféricas. Ele tem, portanto, um caráter de ser crítico, de ser uma via de manifesto de opinião. Por meio do funk, há uma tentativa de almejar voos mais altos, mais dignos. Nossa sociedade condena e criminaliza o jovem favelado, a ascensão social é possível, mas tem seus limites, arrasta consigo o suor milagroso de cada dia, as lágrimas e a dor de quem insiste na luta por um futuro melhor. A cantora Anitta em entrevista a Universidade de Harvard falou sobre a criminalização do funk e as oportunidades que esse mesmo funk considerado marginal tem dado aos seus MCs.

“Acho que as pessoas que tentam criminalizar o funk, elas nunca estiveram numa situação dali do baixo nível. Nunca assistiram pessoalmente o que é você estar num subúrbio, numa periferia, numa favela... Na favela você fica sem oportunidades. Você quando chega na escola pública, principalmente agora com a aprovação automática, você sai e você não tem previsão de destino e de futuro. Não estou dizendo que o funk é a salvação atual do nosso país, o funk ajuda bastante a diminuir um pouco o nosso problema.” (ANITTA, 2018.)

Apesar de uma convivência marcada por conflitos, a presença dos jovens e a sua luta para sobreviver em meio a violência que cercam as favelas têm ampliado o olhar sobre a real

importância de ter uma voz dentro da comunidade, mostrando muitas vezes o oposto ao que se vê. Essa voz é reconhecida através das letras do funk, que trazem uma interpretação da realidade do morador da favela, ou através do uso estratégico das redes sociais para chamar a atenção para os reais problemas que se ocorrem ali e as suas necessidades. Anitta durante sua entrevista reforçou sobre como as letras dos funks expressam a realidade de quem vive na favela e por isso muitas vezes não são aceitas.

“A rejeição ao funk é única e exclusivamente porque o funk veio do pobre, veio da favela. E é muito difícil para você que nasceu naquela realidade cantar sobre coisas lindas “o barquinho vai, a tardinha cai” você não tá nem vendo isso. O funkeiro nada mais ele canta que a realidade dele. Então se ele acorda, abre a janela e vê gente armada, se ele acorda, abre a janela e vê gente se drogando, se Le vê pessoas se prostituindo, é a realidade dele. Acaba que para a pessoa aquilo é super normal.” (ANITTA, 2018.)

Em uma perspectiva não generalizante, o funk pode ser entendido sob variados aspectos. Pode ser compreendido como uma forma de protesto social, o movimento nasce da vivência em comunidade, nasce com o intuito de dar voz a quem não tem voz, porque está calado pela mídia e pela sociedade desigual. O funk ostentação ganhou público com suas letras e exaltação à marcas e produtos de alto valor mercantil e passou até ditar moda: a moda do ostentar. Mas o funk de ostentação, parece se transformar em um protesto inconsciente através de suas letras, O funk mostra-se como a expressão de outro caminho para se alcançar aquilo que se quer, e os funkeiros entenderam as raízes capitalistas desde quando estas eram apenas sonho, afinal: Quem não é visto não é lembrado.

Considerações Finais

A proposta desse trabalho foi refletir sobre a relação dos jovens de periferia entre consumo, identidade e representação. Busca também evidenciar a influência que esse jovem tem através das mídias sociais nesta era tecnológica, onde o acesso às redes sociais é constante. Se utilizando dessas ferramentas para afirmar sua identidade e se relacionar com outros jovens que assim como eles tem aprendido a se utilizar desses meios para disputar os espaços da cidade. Espaços que tem sido negados pela distância dos territórios periféricos do centro da cidade, pela ausência de transporte para que esses jovens possam circular os levando a entender que a cidade não é feita para ser utilizada por eles.

Os favelados, termo comumente utilizado para desqualificar é ressignificado tornando-se identidade e motivo de orgulho. Mesmo sendo considerados “os outros”, esses jovens têm se apropriado dos bens e dos espaços que lhes são muitas vezes negados pela cor, pela condição financeira entre outros motivos.

Conforme apresentado, esses jovens encontraram alternativas para mostrar os seus corpos vivos dentro da sociedade, o consumo se tornou uma ferramenta para afirmar essa identidade. O próprio exemplo do rolezinho, os jovens que participam desse evento, ainda que de forma inconsciente retornam a ideia de sociabilidade dentro dos Shopping Centers que se tornaram espaços onde o convívio acontece de forma breve e superficial.

Além disso, podemos utilizar o exemplo dos rolezinhos e de como a cultura do consumo nos coloca diante de uma crise de identidade, dos valores que formam e definem as relações humanas. Seria a vida como um desfile, uma passarela da moda? Porém outros questionamentos são levantados, em que um tênis e um boné passam a ter um significado além da simples utilidade de: calçar o pé e cobrir a cabeça.

Existe uma mensagem por trás de tudo isso, além dos cordões de ouro com grandes pingentes que muitas vezes são as iniciais do usuário, roupas de marcas, tatuagens e gírias marcadas.

As tentativas de categorizar ou classificar os tipos de música que são consumidos se dão não apenas na divisão por gêneros das mesmas, mas cada um de forma individual dentro de contextos como classe, idade, etnia e religião. São pessoas que têm uma voz, exercem um papel dentro da comunidade, na qual relações de troca e união estão presentes como grandes agentes de formação.

Considerar o conceito antropológico de cultura de que tudo que o homem faz é cultura, nos faz compreender de que tais atitudes são partes da cultura que cerca esses jovens, essas manifestações têm passado por constantes transformações, em todo tempo são retraduzidas e ressignificadas por seus criadores.

O olhar sobre a sociedade a partir de uma realidade vivida dentro da favela é completamente diferente das vividas fora, a compreensão de quais são as reais necessidades, os perigos e sua rotina só conhece os que vivem ali, o que tem feito com que alguns jovens que participam de coletivos ou são apenas moradores, se mobilizem para ganhar voz e mostrar a cultura que ali é produzida, ou conseguir chamar a atenção para solucionar problemas que são esquecidos pelo governo ou que continuam sem solução. Para além de uma conclusão, busco desvendar alguns processos de identificação social e cultural do jovem de favela.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Tânia Monteaperto. Espaços Privados: Conhecer as dificuldades da apropriação em Shopping Center. 2011,

ANITTA. Entrevista concedida a Universidade de Harvard. Abril, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In Barbosa, Livia & Campbell, Colin (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARRANO, Paulo. Jovens, Escolas e Cidades: Desafios à autonomia e à convivência. Revista Teias v. 12 n. 26, 2011.

COUTO, Patrícia; RODRIGUES, Rute. A Gramática da Moradia no Complexo do Alemão: História, Documentos e Narrativas. Ipea, 2015.

DAYRREL, Juarez. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. Faculdade de Educação da UFMG/ Observatório da Juventude da UDMG, 2004.

FACINA, Adriana; PASSOS, Pâmella . Consumo, inclusão e segregação: reflexões sobre lan houses e um comentário sobre rolezinhos. PragMATIZES Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, v. 4, 2014.

FAUSTINI, Marcus Vinícius. *Guia afetivo da periferia / Vinícius Faustini.*- Rio de Janeiro : Aeroplano, 2009.il.-(Tramas urbanas ; 11).

GOFFMAN, Erving. Estigma - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade / Stuart Hall*; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11. Ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.* Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Brasília, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações. RJ. Ed. UFRJ, 1997.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamilá. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VELHO, Gilberto. A “Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento.” Mana 17 (1): 2011.

“JORGE DA PAZ ALMEIDA PROTAGONISTA E A CULTURA DO SAMBA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ”

LILIAN SAGIO CEZAR

Professora do PPGPS/UENF

lsagio@hotmail.com

OLIVIER ALMEIDA FILHO

Mestrando em Políticas Sociais-UENF

olivieralmeida@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo “**Jorge da Paz Almeida Protagonista e a Cultura do Samba de Campos dos Goytacazes RJ**” visa analisar a trajetória de Jorge da Paz Almeida a partir da sua obra e legado para construção do mundo do samba na cidade de Campos dos Goytacazes RJ. Busca-se compreender como o formato dos desfiles de escola de samba da capital acabou por se tornar hegemônico no interior do Rio de Janeiro apresentando os meandros da relação entre essa expressão cultural afro-brasileira e a construção de políticas públicas. Jorge da Paz transitou tanto no mundo do samba campista quanto no carioca construindo carnavais, escolas, blocos de samba e também buscou influenciar na criação de políticas públicas para a cultura local. Exerceu o papel de mediador cultural, elemento fundamental no mundo do samba, onde são construídos e ressignificados costumes, sociabilidade, solidariedade, afirmação de valores e identidades.

PALAVRAS CHAVES: Protagonismo Negro, Intelectual Orgânico, Mediação Cultural, Identidade e Cultura do Samba.

ABSTRACT

This article “**Jorge da Paz Almeida Protagonist and the Samba Culture of Campos dos Goytacazes RJ**” aims to analyze the trajectory of Jorge da Paz Almeida from his work and legacy for the construction of the world of samba in the city of Campos dos Goytacazes RJ. It is tried to understand how the format of the parades of samba school of the capital ended up becoming hegemonic in the interior of Rio de Janeiro presenting the meanderings of the relation between this Afro-Brazilian cultural expression and the construction of public policies. Jorge da Paz traveled as much in the world of camper samba as in carioca building carnivals, schools, samba blocks and also sought to influence the creation of public policies for the local culture. It has played the role of cultural mediator, a fundamental element in the world of samba, where customs, sociability, solidarity, affirmation of values and identities are constructed and re-signified.

KEY WORDS: Black Protagonism, Organic Intellectual, Cultural Mediation, Identity and Samba Culture.

INTRODUÇÃO

O presente artigo têm como objetivo analisar a história de vida e biografia do renomado sambista, escritor e compositor campista Jorge da Paz Almeida e sua contribuição para cultura do samba e institucionalização do Carnaval Campista. Abordar suas composições e publicações à luz dos dados obtidos em pesquisa bibliográfica, documental e da memória de sambistas campistas nos permitiu compreender o protagonismo negro e a importância dada ao legado deixado pelo Jorge da Paz Almeida para a sua comunidade e para a cultura do samba.

Segundo Fernando Dolabela (SAROBA, 2013, p. 6), protagonista é alguém que acredita que pode alterar o mundo, sendo nesse processo autor de si mesmo e da comunidade em que vive. A partir da noção de protagonismo alcançamos o entendimento dos processos entabulados por Jorge da Paz enquanto protagonista do carnaval campista que negociou diuturnamente com instâncias de poder público e privado, para resolver as demandas do carnaval em épocas “gordas” ou “magras”, conseguindo ao longo de sua vida colocar sua agremiação na rua para a concretização de seus desfiles.

Ao longo das últimas cinco décadas as pesquisas em História, Antropologia, Arqueologia, Arte e Linguística construíram metodologias e técnicas capazes de assegurar o uso das fontes orais para a obtenção de dados de pesquisa. Isso permitiu uma revisão e ampliação das investigações sobre as características e especificidades da história e formas de organização social de populações negras no país e no mundo pós-colonial. Na falta de documentos sobre a organização das escolas de samba, no mundo do samba em geral a tradição oral costuma assumir papel de grande relevância (NATAL, 2012, p. 183).

Otair Fernandes no seu artigo “Samba, Ação afirmativa e Educação” (FERNANDES, SILVA E SILVA, 2013, p. 95) nos mostra que o samba além de cultura é um movimento de resistência, de afirmação de identidade e de luta e a importância de ao pesquisarmos a cultura do samba estarmos efetivamente compreendendo a contribuição do negro para a riqueza do patrimônio nacional e formação social brasileira.

A cultura do samba articula a mediação e identidade cultural, afirmação social, memória coletiva, sociabilidade, solidariedade, respeito aos direitos, tradição e renovação e, não menos importante, socialização de saberes. A cultura do samba, assim permite a socialização de códigos, *ethos*, de estratégias de sobrevivência, de afirmação social, de resistência de um grupo social que sofreu preconceito, discriminação, cujos antepassados foram desterrados e que sofreu séculos de violência e opressão. Quando se fala no mundo do samba e, por conseguinte, do conceito de cultura do samba, tem que se entender que o samba não é só um gênero musical. O mundo do samba constitui um conjunto de relações sociais dos grupos que valorizam e agenciam coletivamente o próprio samba, por onde quer que circule. Formado nos ambientes frequentados por sambistas, o samba é produzido em processos sociais de troca e apreciação que envolve o lazer e desfrute comunitário que acontece nas escolas de samba, bairros boêmios e periféricos, morros, ruas, praças, botequins das cidades brasileiras. A cultura do samba articula criativamente saberes e padrões estéticos provenientes de distintas matrizes em processos de aprendizado e agenciamento realizados fora da escola formal, que se traduz em expressiva produção artística dos sambistas. O samba dignifica, dá status e promove a memória e a criatividade estimulada pelo próprio mundo do samba, potencializando os conhecimentos adquiridos em processos comunicativos de grande repercussão para a própria comunidade (LIMA, 2002, p. 178-180).

Jorge da Paz nasceu em 1916, e transitou tanto no mundo do samba campista quanto no carioca construindo carnavais, escolas e blocos de samba e, também buscou influenciar na criação

de políticas públicas para a cultura local. Exerceu o papel de mediador cultural elemento fundamental ao samba onde são construídos ressignificados, costumes, sociabilidade, solidariedade, afirmação de valores, afirmação de identidade religiosa, política, social e étnica. Essa investigação visa contribuir com subsídios para a construção de materiais didáticos e paradidáticos que promovam a história dos protagonistas negros, conforme preconizado desde a Lei 10.639/2003, hoje atualizada no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9394/96, que é uma importante ação afirmativa para valorização da cultura e história dos afrodescendentes. Sônia Maria Fleury Teixeira (TEIXEIRA, 1985), procura definir Políticas Sociais sob a égide do conceito da cidadania como “decisões estratégicas e instrumentos (programas e projetos) que se orientam para o cumprimento de determinadas metas nos setores de educação, saúde, moradia e seguridade social”.

Ações Afirmativas são geralmente formas de intervenção política que objetivam a eliminação da discriminação ou implementação de mecanismos de “discriminação positiva” nas relações sociais (trabalho, política, econômica, cultural, educacional entre outras), com vistas a combater as diversas formas de desigualdades sociais. (FERNANDES E SILVA, 2013).

Para tanto analisamos a obra de Jorge da Paz Almeida, seus sambas-enredos e livros como documentos que nos permitiram buscar dar conta da trajetória histórica do Carnaval de Campos e sua relação com a história da institucionalização do carnaval de outras cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Buscamos compreender como esse compositor e sambista negro, pobre, nascido no interior do Rio de Janeiro alcançou tamanha importância ao debater, escrever e protagonizar a reivindicação de condições de melhores oportunidades visando a integração do negro na sociedade, coisa feita também a partir da utilização do samba e do carnaval como ferramentas para atingir tais objetivos. Assim almejamos compreender a importância de Jorge da Paz Almeida como Intelectual Orgânico do mundo do samba e Mediador Cultural na medida em que nasceu na expressão cultural e conhece todos os saberes e fazeres do mundo do samba, que agiu entre as esferas pública e privada, na construção do Carnaval de Campos RJ e manutenção da cultura do samba no município (LIFCHILTZ, 2013).

Para Gramsci (SEMERARO, 2006, p. 376), os intelectuais não são uma casta separada dos outros. Pelo contrário são intimamente ligados nas relações sociais a um modo de produção. Esses intelectuais são necessários para apresentar o projeto específico de sociedade seja de qual aglutinação econômica for. Ainda segundo o autor, os intelectuais tradicionais ficavam empalhados dentro de um mundo antiquado alheios às questões centrais da história, num mundo erudito e enciclopédico, considerando-se independentes acima das classes superiores com seus saberes livrescos. Esse distanciamento na verdade os tornavam incapazes de compreender o conjunto do sistema de produção e das lutas hegemônicas, onde fervia o jogo do poder econômico e político. Já os intelectuais orgânicos estão presentes no mundo do trabalho das organizações culturais e políticas, fazem parte de um organismo vivo e em expansão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Seguindo a lógica da academia da qual deriva o nome “Escola de Samba”, os Simpósios Nacionais do Samba foram organizados a partir da reunião de representantes e mestres, das mais diferentes Escolas de Samba do Brasil visando a organização, planejamento e institucionalização de entidades que pudessem negociar e construir junto ao Estado, Mídia, Mercado e Sociedade em geral a estruturação dessa festa, buscando sua legitimidade no calendário anual, negociando espaço público e midiático para sua realização. Toda essa organização tinha como base a autogestão e autopromoção das escolas de samba onde a

festa constituía a face mais pública de grupos de formação e organização comunitária, cujo conhecimento era transmitido pelos mestres segundo os fundamentos da tradição oral, pautada na memória coletiva que se remete tanto à escravidão, enquanto marca de opressão e preconceito; quanto à África, enquanto referência de uma origem comum e ancestral, fonte de sabedoria e matriz espaço-temporal que sintetiza estéticas e religiosidades específicas.

No I Congresso Nacional do Samba realizado em 02/12/1962 a trajetória das escolas de samba teve suas primeiras manifestações e os elementos que atuavam em suas transformações apontados. O folclorista Edison Carneiro, estudioso de Palmares e das festas populares brasileiras, militante do movimento negro e da esquerda, ligado ao Partido Comunista Brasileiro, foi quem capitaneou o samba e as manifestações artísticas dele derivadas sendo discutidas e ao final um documento apontando rumos para a manutenção da essência cultural do samba. Compreendia elementos que eram novidades para as escolas de samba, mas alertava para a preservação de alguns setores como a bateria, comissão de frente, mestre-sala e porta-bandeira, ala de baianas e passistas. Com o intuito de apoiar as experiências de divulgação da nossa música pelo interior do Brasil e no exterior, e regulamentar ações para garantir direitos autorais para sambistas. Desse Congresso nasceu a Carta do Samba e o dia 02 de dezembro ficou instituído como o “Dia do Samba”.

Depois vieram os Simpósios Nacionais do Samba onde aconteceu a reunião de líderes sambistas congregando representantes de entidades do RJ e SP para troca de experiências e busca de apoio das autoridades às atividades ligadas ao samba. Essas reuniões começaram a ser realizadas na década de 1960, em quatro cidades que já contavam com alguma tradição e comunidade congregada a partir do samba, cujas prefeituras se propunham a dar certo apoio a esse encontro. (VON SIMSON, 2007, p.219).

Um dos idealizadores dos Simpósios do Samba foi José Muniz Júnior que iniciou o intercâmbio com sambistas do Rio de Janeiro e de Santos em 1957 e, após a instituição do dia do Samba no “I Congresso Nacional do Samba” introduziu o Dia do Samba em Santos SP no mesmo ano. Foi um dos idealizadores do I Simpósio Nacional do Samba em 1966 promovido pelo Conselho Municipal de Turismo de Santos. Iniciou o movimento de se fazer samba o ano inteiro no terreiro da X-9 nas chamadas “sessões de samba” a partir de 1967. Foi membro-assessor dos “I e II Simpósios do Samba” realizados em Santos nos anos de 1966 e 1967, sendo delegado do III Simpósio do Samba realizado no Estado da Guanabara em 1969 por São Paulo.

Etimologicamente a palavra samba pode ter origem na expressão africana *semba*, cujo significado é de uma dança trazida pelos negros africanos que vieram da região de Angola e do Congo, escravizados. Essa dança se assemelha à umbigada e foi trazida para o Brasil no século XVII. A *semba* era como o colonizador definia, todo o tipo de batuque e dança praticados pelos negros escravos em todas as regiões brasileiras, assumindo certas peculiaridades, o que gerou uma série de expressões culturais distintas. Uma outra explicação possível para a palavra samba, foi abordada pelo historiador Francisco Martins dos Santos, durante o II Simpósio do Samba realizado em Santos, SP, no mês de dezembro de 1967:

“Embora apareça em Pernambuco, desde 1842, em citações como dança, é no Rio de Janeiro, em 1890, que surge como música escrita e título, incluída em concerto de gala, assinados e dirigidos pelo próprio autor, o grande Alexandre Levy” (MUNIZ JR,1976, p. 33).

Segundo José Muniz Jr. (1976, p. 25),“Samba é um verbo congales que significa ‘adorar, invocar, implorar, queixar-se, rezar’. Quem reza queixa-se de seus males, invoca a divindade a quem adora, e pede remédio e consolação. Samba é, pois rezar. No angolense ou bundo, igualmente, rezar é cusamba.

José Muniz Jr (1976, p.44) ressalta que no III Simpósio Nacional do Samba o Dr. Luíz Marinho apresenta em sua tese referência a influência africana que se faz sentir em nossa música:

“Dos lamentos negros, dos cânticos índios, da introdução de instrumentos musicais dos brancos europeus; da fusão das três artes, aliadas aos sentimentos bárbaro, religioso e sentimental, nasceu o samba como resultado jamais comparável a qualquer gênero musical”.

Jorge da Paz Almeida conviveu e transitou nessas rodas, com as personalidades desses Simpósios do Samba tendo defendido conjuntamente suas teses e com isso, aprofundando, aperfeiçoando sua escrita. Foi também a vivência e troca de experiência, advindas desses simpósios, fator importante para que trouxesse para sua cidade natal, Campos dos Goytacazes RJ, soluções e o formato de escolas de samba, já experimentados no carnaval carioca.

A importância que Jorge da Paz assumiu durante seu convívio com compositores e sambistas cariocas e paulistas foi tamanha que ele consegue realizar o IV Simpósio Nacional do Samba em Campos dos Goytacazes RJ, sua cidade natal, viabilizando meios entre a elite campista para oferecer aos participantes, grande recepção realizada no Automóvel Clube Fluminense para discutir a importância do samba como elemento aglutinador e de força para a integração e reconhecimento do negro na sociedade brasileira. Em 1977 aconteceu na cidade de São Paulo o V Simpósio Nacional do Samba tendo os seguintes temas discutidos durante o evento: “As Escolas de Samba perante os poderes públicos”. “As Escolas de Samba perante a Cultura e a Sociedade Brasileira”. “Problemas econômicos e financeiros das Escolas de Samba”. “Questões de convivência dentro das Escolas de Samba”. “Questões dos direitos autorais do Pessoal das Escolas de Samba”. “Escolas de Samba e a Indústria do Turismo”.

O V Simpósio Nacional do Samba, realizado em São Paulo capital nos dias 29, 30, e 31 de outubro de 1977, tendo como local das reuniões a Câmara Municipal da cidade, teve patrocínio da União das Escolas de Samba Paulistas, Fundação Cultural Brasil-África e daquela casa legislativa.

Segundo Jorge da Paz Almeida (1992, Sem página), esse simpósio foi importante para as escolas de samba, pois a partir dos debates e teses (conforme na época chamavam as ideias defendidas por eles) defendidas procurou-se equacionar problemas que afligem e vem prejudicando as escolas de samba na sua caminhada para tornar-se de fato e de direito, Instituto Nacional. O samba foi discutido pelos simposistas que procuraram colaborar, visando o engrandecimento do processo de composição do samba enredo, compreendido como eficiente e importante meio de difusão de aspectos da cultura e história brasileiras, em especial, a história dos vencidos a partir de aspectos exaltados, interpretados e cantados em seus sambas-enredo. Houve ainda o I Concurso Nacional de Sambas Enredo sobre o tema “Escolas de Samba Origens e Importância” onde Jorge da Paz concorreu ficando com o 2º lugar.

Em contraposição a esse modelo pleiteado pelos sambistas, organizados em Simpósios, surge a Liga das Escolas de Samba, cujo poderio econômico advindo da rede invisível de contravenção pautada no Jogo do Bicho, Tráfico Internacional de Drogas, Armas e Pessoas que aborta a organização dos Simpósios. O modelo de Carnaval colocado em prática pela Liga de Escola de Samba a partir dos anos 1990 transforma os desfiles em grandes espetáculos propícios aos interesses de grupos midiáticos nacionais e internacionais que passam a retroalimentar os desfiles das grandes Ligas com aportes financeiros cada vez mais vultosos advindos da venda de tempo publicitário vindo das transmissões televisivas.

Apesar dos sambistas terem perdido a batalha com as Ligas de Samba nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, Jorge da Paz continua ativo na militância de defesa do samba no interior

fluminense e na luta contra qualquer forma de discriminação racial. Entre os dias 20 e 22 de outubro de 1988 na comemoração dos 100 anos da Abolição foi realizado em Campos dos Goytacazes RJ no Palácio da Cultura, o Seminário: “O Negro em Questão”, com apoio do Ministério da Cultura Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura. Resultante desse evento foi publicado um folheto denominado “Campos dos Goytacazes: o negro em questão” com os resumos das palestras proferidas. Nessa ocasião Jorge da Paz Almeida apresentou a palestra “O Samba e o Negro”, em que explica, na sua visão, o samba e sua importância para a manutenção e transmissão de saberes afro-brasileiros.

Sua ação pública de defesa e produção do carnaval campista, permitiram a divulgação e manutenção da cultura do samba no interior do Rio de Janeiro por meio de processos intensos de negociação e construção institucional do Carnaval. A ação de Jorge da Paz Almeida enquanto protagonista negro que ao longo de sua vida defendeu a cultura do samba ganha sentido e importância para as comunidades negras locais, diante do cenário de extrema exploração econômica e social proveniente da monocultura da cana-de-açúcar e das históricas relações entre brancos e negros, ricos e pobres, decorrentes do sistema colonial e escravista.

Importante ressaltar que Jorge da Paz em seus textos já alertava para o perigo da falta de reconhecimento da importância do carnaval e das relações de apadrinhamento e vaidade que ameaçam e comprometem a própria viabilidade da plenitude da festa. No fundo sua trajetória como intelectual orgânico do mundo do samba e ativista da cultura do samba, é em prol do reconhecimento e da valorização do carnaval campista. Sua vida e trajetória musical foi dedicada a esta questão. Neste sentido, Jorge da Paz antecede a necessidade de uma política de ação afirmativa em favor do reconhecimento e valorização da cultura e do mundo samba.

No livro “Campos 50 Anos de Carnaval” Jorge da Paz Almeida faz uma abordagem despreziosa onde relata com toda a sua memória e pesquisa o Carnaval da Planície Goytacá de 1925 a 1975, sendo que faz uma atualização numa 2ª edição de 1975 a 1992. Narrando a sua versão da história do Carnaval de Campos, um marco para o município. Nada havia sido escrito sobre a temática do carnaval e do samba da cidade até então. Recebeu críticas de alguns intelectuais acadêmicos por seu livro não ter cronologia, e nem ter número de página. Nem por isso o livro deixa de ter sua relevância para o levantamento de dados em sua maioria testemunhados pelo próprio Jorge e por seus companheiros de samba. Assim Jorge da Paz relata memórias do carnaval desde os primórdios do Entrudo, dos cordões de índios, dos corsos, das sociedades carnavalescas e do surgimento das escolas de samba, da AESC (Associação das Escolas de Samba de Campos), da UBSC (União dos Blocos de Samba de Campos). Relembra o nascimento de várias sociedades, os sambas-enredos e os compositores e valoriza as figuras que marcaram e que construíram o carnaval campista. Dois fatos narrados em seu livro denotam a importância desse mediador cultural transitando entre o público e o privado: os carnavais de 1984 e de 1985, ficaram ameaçados de não ocorrer. Ambos, devido a problemas oriundos das enchentes do Rio Paraíba do Sul.

Em 1984 com as dificuldades econômicas da prefeitura, estrategicamente, ele articula promove um acordo entre os representantes das entidades carnavalescas e o então Prefeito José Carlos Vieira Barbosa para que o carnaval desse ano fosse feito em regime de mutirão.

E em 1985 como era o ano da cidade completar 150 anos, Jorge da Paz Almeida articula junto ao Sr. Aluizio Barbosa, que na época era amigo do presidente da Petrobrás (Thelmo Dutra de Rezende de 28/08/1984 a 19/03/1985) consegue solicitar uma verba a PETROBRÁS que na época contribuiu com sessenta mil cruzeiros.

No seu livro “Poder Negro Não Integração Sim”, de 1988, o autor explicita sua firme e combativa luta contra o racismo. Em uma dinâmica simples, porém arrojada, divide esse livro em vários textos onde exprime ideias a cerca da questão racial, implacável na defesa de uma integração e não de um poder ciente que era que o poder traz muita coisa consigo inclusive o ódio, a prepotência, a arrogância, a intolerância e a própria discriminação, em detrimento de questionamentos de movimentos negros campistas. Percebe-se aqui a magnitude da atuação de Jorge da Paz Almeida:

“(...) ao escrever: ‘poder negro não’. Estou procurando ser honesto com a raça, se tivesse de instituir um poder negro, teríamos que discriminar e fazer aquilo que nos causa tanta revolta, que condenamos e combatemos (...) “integração sim”, essas são as palavras” (ALMEIDA, 1988, p. 73-78).

Em 1995 Jorge da Paz Almeida edita seu último livro, “O Filho do Mecânico”, romance escrito a partir de reflexões sobre consciência de raça e classe. Tematizando questões como injustiça, diferenças sociais e discriminação racial, porém agora lançando mão de um romance cuja ficção tem pontos de convergência com sua própria história e experiências de vida. Refletindo sobre os conflitos da sociedade brasileira e as possibilidades de transformação e crescimento, afirmando a capacidade do indivíduo mudar a si próprio e o mundo a sua volta. Ao tematizar o amor, argumenta que sua força pode ser capaz de propiciar transformações profundas na sociedade. Em uma linguagem simples, escrita para que todo tipo de leitor tenha acesso à mensagem, e não somente, intelectuais, busca apresentar seu ponto de vista sobre a questão racial, aproveitando para denunciar males associados ao racismo e preconceito tais como a covardia, a fraqueza de personalidade, o machismo e a prepotência que afligem não somente negros, mas brancos em situação de vulnerabilidade. Trata-se de um romance construído a partir de personagens que vivenciam exemplos cotidianos de choques culturais, raciais e preconceitos, o que permite ao autor identificar e denunciar. Sua intenção era permitir que seu leitor refletisse sobre a expressão de tais questões por meio das histórias por ele contada e de certa maneira, vivenciada uma vez que tais representações guardam relação de semelhança com a própria história de vida do autor.

Incansável em sua militância, Jorge da Paz afirma em seus comentários no livro, a importância da luta pela integração do negro na sociedade brasileira: “*Está faltando no Brasil um encontro consigo mesmo. O país insiste em não assumir sua condição de país pluriétnico, multirracial.*” (ALMEIDA, 1995, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar os saberes do samba e a memória do carnaval campista continuaram na pauta de atuação de Jorge da Paz Almeida, sendo proferidos a partir dos livros e sambas enredos escritos por esse autor. Sua ação pública de defesa e produção do carnaval campista permitiu a divulgação e manutenção da cultura do samba no interior do Rio de Janeiro por meio de processos intensos de negociação e construção institucional do Carnaval. Sua ação enquanto protagonista negro que ao longo de sua vida defendeu a cultura do samba ganha sentido e importância para as comunidades negras locais, diante do cenário de extrema exploração econômica e social proveniente da monocultura da cana-de-açúcar e das históricas relações entre brancos e negros, ricos e pobres, decorrentes do sistema colonial e escravista.

Dentre todo o legado de Jorge da Paz Almeida, sem dúvida nenhuma, foram seus ensinamentos revestidos de luta incansável por um Brasil igual para todos os cidadãos, indiferentemente de raça, sexo, religião, ideologia que marcou sua vida. Essa constitui uma luta em favor da cultura e identidade brasileira em sua especificidade de ser diversa e plural.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge da Paz. *Campos: 50 anos de Carnaval*. Campos. Ed. Escola de Artes Gráficas - Lar Cristão. 2º edição atualizada 1975 à 1992.
- _____. *"Poder negro não. Integração sim"*. Itaperuna. Damadá. Ed. Ltda, 1988.
- _____. *O Filho do Mecânico*. Campos dos Goytacazs. Gráfica e Editora Lar Cristão. 1º Edição.1995..
- FERNANDES, Otair. *Samba, cultura e ação afirmativa*. In: ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira; NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. (Org.). Formação cultural: sentidos epistemológicos e políticos. 1ed.Cruz das Almas; Belo Horizonte: EDFRB;Fino Traço, 2016, v. 1, p. 207-221.
- FERNANDES, Otair e SILVA E SILVA, Edna Inácio da (Orgs). *Frutos da terra: Sambas e Compositores Iguaçuanos*. Rio de Janeiro: UFFRJ / Evangraf, 2013.
- FLORES. Elio C. *Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana* – Revista Tempo, 2006 – Scielo Brasil.
- LIFCHILTZ, Javier. *Documentário Cenários de Pós-Patrimonialização*. 2013. Disponível em:<<https://vimeo.com/121040621>>.
- LIMA, Augusto César Gonçalves e. *Samba e cultura brasileira*. Nova América, n.82, p.46-49, jun, 1999a. de Pós-Graduação, 1999b. Janeiro, xendipe/artigos/237C.PDF, 2000.
- Lima, Augusto César Gonçalves. *Escola dá samba? O que dizem os compositores do bairro de Oswaldo Cruz e da Portela*. In CANDAU, Vera Maria (org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002, p.173-202.
- _____. *A escola é o silêncio da batucada? Estudo sobre a relação de uma escola pública no bairro de Oswaldo Cruz e a cultura do samba*. Pontifícia Universidade Católica. Vol. 1. Rio de Janeiro, Julho de 2005.
- MOURA, Roberto M. *No princípio, era a roda: um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- MUNIZ JÚNIOR, José. *Do Batuque à Escola de Samba*. São Paulo. Ed. Símbolo, 1976.
- NATAL, Vinícius. *Samba e cultura: práticas de resistência do Departamento da Cultura da Imperatriz Leopoldinense (1967-1973)*. Textos escolhidos de cultura e artes populares, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 181-197, mai. 2012.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. *Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 23, n. 41, p. 223-235, jan./jun. 2014.
- PESTANA, Aretha Bley. *Samba da Vela: o samba como tradução de uma realidade*. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 15 N.2, P. 51-73, JAN. /JUN. 2013.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: vivido e o mito*. Editora Brasiliense. 1992.
- SEMERARO, Giovanni. *Intelectuais "Orgânicos" em Tempos de Pós-Modernidade*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set/dez. 2006.
- TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. *Caderno de Saúde Pública*, RJ. 1(4):400-417, out/ dez, 1985.
- VON SIMON, Olga R. de Moraes. *Carnaval em Branco e Negro: Carnaval Popular paulistano: 1914-1988*. Olga R. de Moraes von Simon. – Campinas. Editora da Unicamp; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO: A INCLUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS MULHERES NO BRASIL

WELBERTE. FERREIRA DE ARAÚJO,

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
welbertearaujo@gmail.com*

GILMAR RIBEIRO DOS SANTOS

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
girllds@bol.com.br*

LUÍZ FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
filipesantis@hotmail.com*

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar os principais desdobramentos dos estudos de gênero nos projetos de desenvolvimento técnico-científico a partir de alguns programas públicos destinados às mulheres no Brasil. Buscamos identificar algumas perspectivas conceituais que subsidiaram os programas em questão e identificar formas de resistência ao mito global e local de bem-estar, de redução das desigualdades que seriam assegurados nas sociedades industrializadas, defendidos pela ideologia do desenvolvimento tecno-científico. As considerações finais desse trabalho apontam para a necessidade de um novo paradigma epistemológico de desenvolvimento que busque romper com as referências naturalizadas, e que considere por sua vez, a importância da inclusão das questões de gênero na pauta desses novos modelos, e que resulte assim no interesse em saber que oportunidades os indivíduos têm de acesso equitativos à educação, à saúde, à habitação, ao acesso proporcional dos recursos, enfim, de desfrutar uma vida produtiva, independente do sexo.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Políticas públicas, Gênero, Mulheres e Equidade de Gênero.

ABSTRACT

The objective of the study was to analyze the main developments in gender studies in technical-scientific development projects based on some public programs aimed at women in Brazil. We sought to identify some conceptual perspectives that subsidized the programs in question and to identify forms of resistance to the global and local myth of well-being, to reduce the inequalities that would be ensured in industrialized societies defended by the ideology of techno-scientific development. The final considerations of this work point to the need for a new epistemological paradigm of development that seeks to break with the naturalized references, and to consider in turn the importance of including gender issues in the agenda of these new models, interest in knowing what opportunities individuals have for equitable access to education, health, housing, proportional access to resources, and finally, to enjoy a productive life, regardless of sex.

Key-words: Development, Public Policies, Gender, Women, and Gender Equity.

INTRODUÇÃO

O termo desenvolvimento tem sido o mantra discursivo para os mais variados ramos ideológicos e políticos, ganhando novos contornos, sobretudo a partir dos anos 50, nos países ocidentais. Seu caráter polissêmico reflete a complexidade da discussão que envolve também a busca de uma medida comum que mensure ou avalie seu resultado, não se limitando ao aspecto econômico, e que ao longo do século XX conduziu a dois equívocos principais.

O primeiro deles reside no fato de que os governos, estruturados na lógica de mercados e no marketing ideológico, difundir o desenvolvimento como uma condição *sine qua non* para melhora da vida das populações em escala global. De acordo com Santos (2000), esse discurso representa a lógica da globalização perversa que se assenta sob dois pilares: a tirania do dinheiro e a tirania da informação. Quase sempre traz a venda de soluções técnicas como as únicas possíveis para resolver os problemas que pretende aniquilar.

O segundo equívoco, é a tentativa de equiparar desenvolvimento e crescimento econômico. De acordo com Conh (2016) os Estados na era global, entende o desenvolvimento como crescimento econômico, desconsiderando o fato de que tratam de processos distintos. Crescimento traz a lógica de materialização, transformar as pessoas em objetos, quantifica. Deste modo, a meta deste modelo imposto não é, definitivamente, o bem-estar do maior número de pessoas possível e sim o aumento da produção em larga escala, a adequação a um padrão de produção e consumo.

As críticas supracitadas se justificam na medida em que se observa que a partir da segunda metade do século XX, com o grande crescimento industrial impulsionados pelo avanço tecnológico dos países centrais, a concepção de desenvolvimento passou a ser amplamente difundido, calcado em discursos vazios das autoridades mundiais, sem, contudo, abarcar as reais necessidades das populações em escala planetária. Estas políticas de desenvolvimento inseridas nas políticas públicas, ou seja, o conjunto das diversas decisões tomadas para a sociedade, na maioria das vezes não consideram a existência das desigualdades sociais entre o masculino e o feminino, penalizando as mulheres.

De acordo com Élson (2009) para a construção das políticas públicas é necessária uma adoção de sensibilidade de gênero. Se analisarmos a elaboração dessas políticas pelos órgãos responsáveis, perceberemos que em grande medida usam dados dos censos oficiais para sua construção. Estes, por sua vez, criam muitas vezes um viés, pois em determinados casos ignoram algumas condições relevantes e imprescindíveis na erradicação das desigualdades e discriminação das mulheres. Portanto, tal postura afeta diretamente as mulheres, dificultando assim, o seu acesso a tais políticas.

Nesta perspectiva com o esforço de análise, podemos identificar em cada política estatal o enfoque utilizado sobre relações de gênero e desenvolvimento apontando algumas inquietações que merecem ser investigadas: Quais são as estratégias de desenvolvimento adotadas pelas políticas públicas e de que modo elas estão informadas pela tradição social ou objetivam mudanças? É o desenvolvimento do quê, para quem? Em que medida e com quais intenções a ação estatal interfere nos papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens? Quais as alternativas para um modelo de desenvolvimento não excludente? Em outros termos, devemos interpelar as experiências de políticas públicas, de forma a questionar se seus propósitos caminham com o objetivo de se beneficiar das funções tradicionalmente atribuídas às mulheres.

Neste sentido o estudo em tela como objetivo analisar as perspectivas conceituais que subsidiaram as políticas públicas destinadas as mulheres no Brasil a partir de 1950 e as formas de resistência ao mito global e local de bem-estar, de redução das desigualdades que seriam assegurados nas sociedades industrializadas, defendidos pela ideologia do desenvolvimento.

O pressuposto norteador aqui delineado adota a temática de gênero ponderando as relações desiguais socialmente construídas entre homens e mulheres, vislumbradas nas políticas de desenvolvimento dos governos e de que os estudos de gênero têm descortinado as múltiplas relações sociais desiguais entre homens e mulheres.

Ao vislumbrar as políticas públicas e programas governamentais que atendam as mulheres sob a lente do desenvolvimento, pretende-se identificar algumas perspectivas conceituais que subsidiaram os programas em questão. de políticas e programas que atendam a mulheres.

Ao adotar a perspectiva de gênero como referência para a análise, procurou-se chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria e que ao longo da elaboração dos projetos e programas as mulheres foram alijadas das condições necessárias para a equidade de gênero.

OS PARADGMS DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

O termo desenvolvimento tem sido o mantra discursivo para os mais variados ramos ideológicos e políticos, e seu caráter polissêmico tem evidenciado algumas dicotomias complexas em suas dimensões teóricas/analíticas e desprovidas de consenso nas suas diversas formas. Algumas correntes teóricas sinalizam que o desenvolvimento, enquanto teoria política e econômica tem marco no pós -segunda guerra mundial (1939-1945) e se consolida durante o período da Guerra fria (1945-1989). Precisamente, a sua origem estaria condicionada ao discurso do presidente norte americano Harry Truman, ano de 1949, nos Estados Unidos, no que propunha uma política de desenvolvimento que deveria chegar às regiões mais pobres do planeta sob a batuta norte americana.

Apesar de tais marcos teóricos, é preciso também considerar a historicidade do termo desenvolvimento. O embate em torno do desenvolvimento pode ser analisado sob outras perspectivas. Nas décadas de 1950 a 1970: a teoria da modernização, do estruturalismo cepalino e análise da dependência; década de 1980, perspectiva centrada no Estado ou neoliberalismo, e pós-1980 o pós-estruturalismo ou teórica crítica pós-desenvolvimentista arregimentada pela transnacionalização do capital e nova estrutura financeira internacional (BERTONCELO, 2011)

A teoria da modernização, tem seus pressupostos ancorados na economia clássica¹, na defesa de que os desníveis do desenvolvimento técnico-científico entre as nações, explicaria a desigual distribuição da riqueza no mundo. Nesta perspectiva positivista evolucionista, as economias tradicionais deveriam alinhar-se aos setores capitalistas modernos ocidentais, tendo em vista que, a condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico, decorre dos intensos processos de industrialização e urbanização. A tese era que a liberalização da mão de obra dos setores agrícolas tradicionais para setores industriais e de serviço nos centros urbanos proporcionaria a intensificação da divisão do trabalho proporcionando cada vez mais crescimento econômico e consequentemente desenvolvimento.

1 A formulação da teoria de desenvolvimento como crescimento econômico está fortemente ligada ao trabalho de Adam Smith (1776), que no seu livro A Riqueza das Nações faz uma abordagem de como atingir o progresso econômico. Esse estudo teve influência na teoria que viria a formar o conceito de desenvolvimento econômico, obra esta que passou a ser conhecida como "Progresso e Desenvolvimento". Esse preceito impôs-se no meio acadêmico como a teoria de desenvolvimento econômico.

Ademais, os defensores da teoria da modernização sublinharam a necessidade de imposição dos padrões culturais europeus (arte, política, cultura e economia) ocidentais aos países pobres (subdesenvolvidos) sob a prerrogativa de que tal medida seria o suficiente para agregar prosperidade e civilidade para tais nações. Nesta visão, o desenvolvimento implicava a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais, ideológicas do país, ou seja, “gerar as condições de possibilidade dos padrões vigentes nos países capitalistas centrais”. (GAITAN, p.58).

Vários dos postulados e premissas da teoria da modernização foram alvo de críticas, principalmente decorrentes do fato de atrelar o modelo de desenvolvimento numa única via: o do evolucionismo funcionalista das sociedades europeias e norte americana. Pontua-se ainda a insuficiência epistemológica de considerar a latente oposição entre o “tradicional “ e o “ moderno” como elemento central do desenvolvimento. De acordo com Bertocello (2011, p.98) o equívoco reside no fato de que:

Embora as sociedades possam ser diferenciadas em termos das características de suas estruturas sociais, não é isso que está no cerne do problema. Ao invés, para ambas as perspectivas, o desenvolvimento é moldado historicamente pela forma de vinculação das sociedades nacionais ao sistema econômico mundial, hierarquicamente organizado. E tais formas de vinculação moldam a estrutura social interna (assim como esta condiciona as formas de vinculação à economia internacional). Mais fundamentalmente, as diferentes “experiências de desenvolvimento” são entendidas como conformadas por um mesmo processo histórico, de expansão do sistema capitalista em plano global, que produziu, simultaneamente, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, categoria esta que substitui a noção de atraso, por sublinhar que permanecer na periferia do sistema capitalista é uma condição estrutural, historicamente moldada, e não uma mera etapa.

As críticas à teoria da modernização foram sintetizadas na corrente estruturalista, tese cepalina e teóricos da dependência, cujos representantes destaca-se Prebisch (1949) Cardoso e Faletto (1969), que apresentam resistência ao mito etnocêntrico da teoria da modernização, de que os países pobres deveriam seguir a trajetória dos países ricos caso almejassem o desenvolvimento.

A corrente estruturalista sustentava-se no conceito de “subdesenvolvimento” entendido como uma formação histórica singular que opunha um setor “atrasado” a um setor “moderno”, uma forma específica da passagem das economias pré-industriais, para formas mais avançadas, na lógica capitalista. Intrínseco à tese sobre a singularidade do subdesenvolvimento latino-americano, desdobraram-se os argumentos sobre a persistência de uma “cultura da pobreza”, que sustentavam freios para o desenvolvimento. Considerava que os meios capazes para a cisão do tal “ciclo vicioso” estaria ancorado num tripé: atração de investimentos estrangeiros, empréstimos no exterior e assistência técnica dos organismos internacionais. A hipótese era a de que, uma vez estabelecido o polo moderno, seus efeitos positivos se expandiriam, e a produção, o consumo e os valores se modernizariam (BERTOCELLO, 2011).

Neste sentido, a desigualdade seria fruto do imperialismo que transforma as estruturas econômicas e sociais existentes em estruturas solapadas (subdesenvolvidas) pelo fato de entrar em contato com o sistema econômico capitalista. Neste sentido, o próprio subdesenvolvimento não é consequência do isolamento das sociedades com respeito à expansão do capitalismo, e sim o resultado de sua incorporação. Como consequência a desigualdade no mundo deve-se a pautas históricas de exploração dos países pobres pelos países ricos.

A alternativa dos países periféricos com fins ao desenvolvimento só seria possível mediante uma heterodoxia estatal centralizadora no intuito de promover as mudanças profundas na forma

de vinculação das economias desses países ao sistema capitalista mundial via industrialização, visando uma espécie de desenvolvimento autossustentado.

A teoria da dependência aponta um novo paradigma de interpretação para o desenvolvimento, à época, articulando variáveis econômicas às políticas, ou seja, as estruturas de dominação de classes, os conflitos de interesses e as instituições sociopolíticas (IVO, 2012).

Na concepção de Gaitan (2011) a progressão histórica do conceito do desenvolvimento, se instala no século XX, num momento de expansão do capitalismo monopolista e sob a hegemonia intelectual da teoria da modernização. Ou seja, o progresso era entendido como um processo linear encadeado em etapas para garantir a passagem do tradicional ao moderno (debate esteve presente na América Latina – era Vargas)

No caso brasileiro, o desenvolvimento implicava a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais, ideológicas do país, ou seja, gerar as condições de possibilidade dos padrões vigentes nos países capitalistas centrais (canto da sereia) (GAITAN, 2011, p.58)

No período de 1960-1980, surge o paradigma hegemônico por parte de governos e alguns economistas, de considerar como sinônimos os termos desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Tal paradigma, pautava-se na crença irrestrita de que o crescimento econômico acelerado seria suficiente para agregar melhores condições sociais para a população menos assistida. Deste modo, o bem-estar local estaria atrelado diretamente ao desenvolvimento econômico de uma nação. Porém, uma década depois com ascensão do império neoliberal, ficou evidenciado que tal perspectiva não passou de um grande equívoco.

Com base nesse argumento, não têm sido poucas as perguntas em torno do que vem a ser desigualdade social. Algumas buscam esclarecer o conceito de desigualdade, os critérios de sua identificação e mensuração e, sobretudo, as estratégias para a sua eliminação.

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES À DESIGUALDADE DE GÊNERO

É consenso afirmar que o progresso no desenvolvimento transcende a acumulação de riqueza, vislumbrando outras dimensões, tais como, liberdade, empoderamento, cidadania, direitos humanos, bem-estar, participação e acesso às oportunidades e equidade de gênero. Esta última dimensão busca a desconstrução da invisibilidade das mulheres na perspectiva do desenvolvimento e o acesso igualitário às mesmas oportunidades oferecidas aos homens.

No contexto histórico-social, a invisibilidade da participação das mulheres no âmbito do desenvolvimento se deve ao fato da manutenção de uma estrutura hegemônica alicerçada em mecanismos de exclusão e subordinação concernentes ao androcentrismo e ao sexismo presentes em diferentes momentos econômicos e sociais. De acordo com Hernández (1999) as políticas de desenvolvimento na América Latina entre 1950 e 1970, privilegiaram o masculino e reforçaram a divisão sexual do trabalho, ao contrapor os espaços rurais e domésticos, destinados às mulheres e os espaços urbanos industrializados, destinados aos homens.

Neste período, as políticas de bem-estar aplicadas pelos programas de desenvolvimento identificam acriticamente a mulher no seu rol reprodutivo (bem-estar da família e dos filhos baseadas no papel de esposa/mãe) e a transformava em beneficiária passiva dos programas assistenciais na qualidade de mães/esposas, considerando que estas ações são fundamentais não só para a mulher, mas basicamente para o desenvolvimento econômico do conjunto da sociedade. (PAPART, 1995; FAO, 1996)).

Moser (1989) pondera que as políticas públicas para as mulheres nos anos 50 a 60, tendo como concepção a abordagem do “bem-estar”, correlacionavam suas diretrizes com o papel

atribuído as mulheres na dimensão social. Assim, elas eram coadjuvantes nos processos e receptoras passivas nas políticas de desenvolvimento.

Na década de 1970, há uma mudança no enfoque da mulher/gênero nas políticas de desenvolvimento. A abordagem “Autossuficiência Econômica Ou Antipobreza” sustenta-se na premissa de que seria necessário a promoção de autossuficiência econômica das mulheres como meio para obter autonomia e independência. Ou seja, reconhece-se a importância do papel da mulher como geradora (secundária) de renda para a casa. Nesta perspectiva, as habilidades produtivas estão associadas com papéis tradicionais (costurar, cozinhar, cuidar). Ainda se considera como secundária e complementar a contribuição econômica das mulheres. As Mulheres vistas como meio para satisfazer necessidades básicas da casa. (FAO, 1996).

Preciso considerar ainda que neste período a maioria dos projetos de desenvolvimento não somente desconsiderava as mulheres como também frequentemente as prejudicava. Conforme Boserup (1970) as mulheres não eram privilegiadas nas políticas de desenvolvimento, principalmente às relativas à economia produtiva, ou seja, estavam sujeitas aos Programas/projetos isolados, específicos, pontuais, de baixo impacto e produtividade. A tese defendida é a de que a mulher formava parte do setor arcaico e atrasado das sociedades periféricas e que, portanto, permanecia marginal ao desenvolvimento.

Boserup (1970) pondera ainda que os planejadores do desenvolvimento sempre atuaram sob pressupostos estereotipados sobre as mulheres: a subestimação de seu papel produtivo e a equiparação do trabalho das mulheres às tarefas de reprodução e cuidados, promovendo a divisão sexual do trabalho. Confirma a tese de que o Estado não é neutro em relação às questões de desenvolvimento e gênero, já que as ações estatais influem no modo como as relações sociais entre homens e mulheres são construídas, produzidas e reproduzidas no interior de uma sociedade.

Na década de 1980, em decorrência dos movimentos sociais, surge a perspectiva da “mulher em desenvolvimento”, que passou a valorizar as contribuições econômicas do trabalho das mulheres como fator produtivo incluso. Entretanto, defendia a mão de obra feminina como capital humano subdesenvolvido, coadjuvantes nas políticas de desenvolvimento e com reais necessidades de integração e qualificação nos programas de atividades produtivas (FAO,1996).

É preciso pontuar que a atividade doméstica não era sequer reconhecida como trabalho², o que portanto gerava sobrecarga de responsabilidade para as mulheres: dupla e tripla jornada. Neste sentido, o trabalho desenvolvido no ambiente familiar, em que se pressupõe que podem ocorrer partilhas e negociações, torna-se um fardo para as mulheres que, ao desempenharem as tarefas do lar, acabam se tornando invisíveis. E além de não se computar como trabalho, pode contribuir para a desvalorização da mão de obra feminina, interferindo inclusive nas atividades profissionais das mulheres.

Vale ressaltar, que só a partir de 1990, inicia-se um conjunto de mudanças nas políticas de desenvolvimento e planejamento específico com a perspectiva de mulher e ou gênero por iniciativa dos governos (incluindo América do Sul). Como consequência da mobilização e reivindicação das mulheres gradualmente foram surgindo programas específicos destinados a elas nas agências de desenvolvimento, que incluiu a defesa da integração estrutural da perspectiva de gênero como fins a união e redistribuição econômica da igualdade de gênero. Nessa fase há uma valorização da contribuição do trabalho da mulher, mostrando a importância de qualificação destas e a busca de um status mais alto dentro do Estado, para instâncias que trabalham o tema de mulher/gênero. (FAO,1996).

2 Com a aprovação da Lei Complementar nº 150, de 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 72, os empregados domésticos passaram a gozar de novos direitos

Nessa perspectiva, Élson (2009) critica a postura dos programas sociais, pois para seu funcionamento apoia-se em grande medida no trabalho não remunerado das mulheres. No cenário recente, contemplam-se mudanças consideráveis, inclusive de uma atenção dada às políticas só para mulheres e propondo a necessidade de planejamento e inclusão de gênero em tais políticas.

NOVOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO E A LUTA PELA EQUIDADE DE GÊNERO

Após os anos 90, o neoliberalismo descortinou algumas dicotomias evidenciadas no ideário nacional-desenvolvimentista, tais como Estado *versus* Mercado, Estado *versus* sociedade. Assim sendo, o cenário atual sinaliza para uma perspectiva menos uniforme, em que se abandonam polaridades e se veem as relações do Estado como soma positiva. Essas tendências ressaltam os problemas de visões como a do ideário neoliberal. (DINIZ, 2011, p.41).

Nesta trajetória, novas perspectivas do desenvolvimento têm refletido sobre a constatação de que mudanças estruturais no sistema econômico com o objetivo de potencializar o crescimento não atingem a todos de maneira equitativa. Partindo desta premissa, tais projetos desconsideram o fato da relevância das mulheres o desenvolvimento, considerando o fato de serem catalisadoras da mudança e transformação ao nível econômico, político e social.

Destarte, muito se tem discutido sobre a constituição de novos paradigmas de estratégia de desenvolvimento, desprovidos de consenso entre os principais teóricos do tema. Destas correntes, destaca-se o *pós-desenvolvimento*³, *descolonização do desenvolvimento*, *desenvolvimento humano* ou *enfoque das capacidades*. O elemento comum destas correntes está no fato de apresentarem uma crítica radical as dinâmicas do atual Estado, do sistema de dominação e exploração na América Latina, e defesa do desenvolvimento para além da dimensão econômica, tendo em vista que o mesmo se estabelece a partir do processo de eliminação de desigualdades entre as pessoas, Estados, nações, focando também em aspectos subjetivos, culturais e sociais.

Nesta linha crítica pós-desenvolvimentista, outras abordagens defendem a mudança social, a partir do paradigma da *descolonização do desenvolvimento*⁴, ou seja a necessidade de desconstruir o discurso do desenvolvimento hegemônico e tomar consciência dos vários mecanismos de poder que esse discurso encerra ao categorizar o mundo entre o mundo desenvolvido, detentor de conhecimento e dos modelos que funcionam e o subdesenvolvido que espera a intervenção do mundo desenvolvido. (NDLOVU-GATSHENI, 2013B, MKANDAWIRE, 2011).

De acordo com a corrente descolonizadora, propõe, como começo, um abandono da versão do desenvolvimento de Truman, em que o desenvolvimento é visto como uma missão euro-americana de desenvolvimento do Sul e adoção dos princípios da Conferência de Bandung, que definiu desenvolvimento como a aspiração humana de se libertar da dominação política, econômica, ideológica, epistemológica e social instalada pelo colonialismo e as possibilidades para reversão dos impactos do colonialismo, principalmente nos países africanos e da América Latina. (MKANDAWIRE, 2011).

Particularmente, considerando o histórico de desigualdade de gênero em escala planetária, o *enfoque das capacidades* proposto pelo economista e filósofo indiano Amartya Sen propõe ser uma proposta, econômica e política, de um particular modo de analisar e julgar as reais liberdades desfrutadas pelos indivíduos, considerando o fato da existência de um vínculo evidente entre, por um lado, as desigualdades e discriminações com base no gênero e, por outro lado, a pobreza e exclusão social, ou seja, as sociedades e comunidades onde persistem

3 Os principais articuladores desta corrente são Guydinas, Arturo Escobar, Esteve, etc.

4 O teórico desta vertente defende a importância de descolonizar os estudos do desenvolvimento.

discriminações com base no gênero, ao nível econômico, político, social e cultural, são também sociedades e comunidades com maiores constrangimentos e entraves no seu processo de desenvolvimento global.

Deste modo, o traço distintivo do desenvolvimento humano é a consideração de que os seres humanos são ao mesmo tempo os meios e os fins do desenvolvimento e que este deve potencializar todas as suas capacidades e não apenas as produtivas. Sen (2000) critica as noções econômicas que avaliam o desenvolvimento, a pobreza e as oportunidades dos indivíduos meramente baseados nas rendas ou recursos e a tentativa cínica de muitas visões econômicas de fazer uma economia sem juízos de valor, distante da ética: uma economia “neutra”. A igualdade de gênero significa acesso a iguais oportunidades entre mulheres e homens para fazer escolhas, para aceder aos recursos, aos direitos e ao poder, e para participar de forma plena na vida econômica, política, social e cultural das comunidades, países e regiões.

A criação das políticas públicas, sobretudo as que buscam alcançar as garantias de direitos das mulheres, precisa levar em consideração suas singularidades, suas capacidades e necessidades individuais e coletivas, com vista a criar um diagnóstico capaz de elucidar quais são as prioridades. Precisam ser elaboradas, no contexto de desenvolvimento, com a participação das mulheres, num movimento ‘de dentro para fora’

Um dos elementos do novo paradigma do relacionamento Estado-sociedade é a revalorização do primeiro como peça fundamental do processo de desenvolvimento, e isso se contrapõe à concepção de mercado como árbitro das questões distributivas. Por esse novo modelo, aumenta a importância da política como forma de organização da economia e da sociedade no sentido de obter bons resultados por intermédio da coordenação estatal. (GAITAN, 2011:67).

Sustentado no paradigma de Sen (2000) é preciso ponderar que a busca pela promoção da equidade de gênero e o conseqüente empoderamento das mulheres contempla não somente a dimensão dos direitos humanos, mas se impõe como uma necessidade por paz, justiça social e como um valor fundamental do desenvolvimento.

No entanto, tal processo instiga profundas mudanças nas relações sociais e de poder, bem como alterações estruturais nas práticas institucionais informais e formais através das quais as disparidades e discriminações se constituem. Por outro lado, requer igualmente um papel de protagonismo por parte das mulheres, com voz ativa na configuração dos espaços sociais em que se inserem. Vale lembrar, que em muitos lugares do mundo, o simples fato de nascer mulher já é, por si só, uma desvantagem e a torna vulnerável em diversos cenários de preconceito e discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidenciado que as estratégias de desenvolvimento adotadas pelas políticas públicas e estão informadas pela tradição conservadora ou propõe novos paradigmas. Em outros termos, devemos interpelar as experiências de políticas públicas, de forma a questionar se seu pressuposto tem como fim o bem-estar social e a qualidade de vida das populações em iguais medidas.

Conforme demonstrado, as políticas públicas elaboradas pelos governos a longo da segunda metade do sec. xx, apesar de diferentes enfoques de desenvolvimento, não foram suficientes para superação das desigualdades de homens e mulheres promovendo a equidade de gênero no Brasil. Apesar disso é válido reconhecer que houveram avanços nas políticas públicas destinadas às mulheres, fruto de profundos embates e lutas sociais que evidenciam a impossibilidade de desenvolvimento social sem a inclusão de mulheres.

Assim, a discriminação e a desigualdade de oportunidades além de obstarem a equidade de gênero, ainda comprometem o desenvolvimento da sociedade como um todo, a nível, econômico, social e humano. O caminho sinaliza para a necessidade de novos paradigmas de desenvolvimento que busque romper com as referências naturalizadas, e que considere por sua vez, a importância da inclusão das questões de gênero na pauta desses novos modelos, e que resulte assim no interesse em saber que oportunidades os indivíduos têm de acesso equitativos à educação, à saúde, à habitação, ao acesso proporcional dos recursos independente do sexo.

REFERÊNCIAS

- BERTONCELO, E. R. E. Revisitando os estudos de Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais -BIB**, São Paulo, n.º 71, 1.º semestre de 2011, p.95-122.
- BOSERUP, E. **Women's role in economic development**. New York: St Martin's Press, 1970.
- COHN, Gabriel. **Desenvolvimento como processo civilizador**. In: COHN, Gabriel. Weber, Frankfurt: Teoria e Pensamento Social. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2016.
- DINIZ, E. Depois do Neoliberalismo: redistribuindo a articulação Estado e desenvolvimento no novo milênio. In: BOSCHI, R. (Org.). **Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p.31 -55.
- ÉLSON, Diane. **Gênero e Políticas públicas**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2004.
- FAO. **Vocabulário referido a gênero**. Guatemala, 1996.
- GAITAN, F. Desenvolvimento Esquivo e as Tensões do Desenvolvimentismo: Reflexões sobre a América Latina na hora atual. In: BOSCHI, R. (Org.). **Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p. 56- 85.
- HERNÁNDEZ, I. **Desigualdad de género em desarrollo**. In: VILLOTA, P. de. (Ed.). *Globalización y género*. Madrid: Síntesis, 1999.
- IVO, A.B.L. O Paradigma do Desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, n.65, 2012, p.187 - 210.
- MKANDAWIRE, Thandika. 2010. **'Running while others walk': knowledge and the challenge of Africa's development**. *Africa Development*, vol. 36, n. 2, p. 1-36, 2011.
- MOSER, C. **Gender planning and development: theory, practice and training**, New York: Routledge,1993.
- NDLOVU-GATSHENI, Sabelo, J. 2013b. **Empire, Global Coloniality and African Subjectivity**. Berghahn Books.
- PARPAT, Jane. **Deconstructing the development "expert" - gender, development and the "vulnerable groups"**. In: MARCHAND, Marianne; PARPART, Jane (orgs). *Feminism, postmodernism, development*. London, Routledge, 1995. pp. 221-243.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E ALTERIDADE PARA UMA PRÁXIS EDUCACIONAL INTERCULTURAL

SOUSA, Jean Carlos Barbosa de

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades – UNILAB
Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)
jeancarlos.barbosa@gmail.com

MELLO, Ivan Maia de

Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades – UNILAB
filosofenix@gmail.com

RESUMO

Ao tratar das questões étnico-raciais brasileiras, pode-se encontrar em seu cerne uma história de tensões e contradições que refletem xenofobias, etnicismos, preconceitos, segregacionismos, racismos e intolerâncias que foram se multiplicando ao longo dos séculos. Neste sentido, objetiva-se com esta pesquisa trazer reflexões interdisciplinares acerca das relações entre as identidades e as alteridades na práxis educacional dentro do contexto brasileiro, dialogando com os pensamentos de Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall e Emmanuel Levinas. A presente pesquisa configura-se como um estudo analítico-descritivo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica. Verificou-se que, dentro de um contexto multiétnico e pluricultural, a problemática da mestiçagem surge para ressignificar as identidades e novas práticas educacionais a partir de uma perspectiva intercultural tornaram-se necessárias.

Palavras-chave: Mestiçagem, Interculturalidade, Pós-Modernidade, Educação, Brasil

ABSTRACT

In dealing with Brazilian racial and ethnic issues, one can find at its heart a history of tensions and contradictions that reflect xenophobia, ethnicities, prejudices, segregationisms, racism and intolerances that have been multiplying throughout the centuries. In this sense, the objective of this research is to bring interdisciplinary reflections about the relations between identities and alterities in the educational praxis within the Brazilian context, dialoguing with the thoughts of Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall and Emmanuel Levinas. The present research is an analytical-descriptive study, developed from a bibliographical research. It was found that, within a multiethnic and pluricultural context, the problem of miscegenation arises to re-signify the identities and new educational practices from an intercultural perspective have become necessary.

Keywords: Miscegenation, Interculturality, Postmodernity, Education, Brazil

1 INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a população brasileira é fruto de uma grande miscigenação ocorrida no Brasil ao longo de sua história, em virtude da mistura de vários povos que migraram para o território brasileiro, seja de forma voluntária ou forçada, como aponta Darcy Ribeiro em sua obra “O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil” (1995). Ainda de acordo com as ideias desse autor, pode-se verificar que a articulação de práticas, costumes e saberes desses povos com o passar do tempo, garantiu a formação social e cultural do que se habituou hoje a chamar de povo brasileiro. Todavia, contrariando a ideia de que a distância social entre as raças seria corrigida justamente por essa miscigenação que eliminaria as discriminações raciais, como aponta a ideologia da democracia racial construída por Gilberto Freyre em suas obras, o mesmo autor mostrou que tal processo não ocorreu de forma sempre harmoniosa, haja visto que o Brasil é uma nação marcada pelas contradições do confronto e da convivência, com traços de preconceitos e discriminações que ainda se mostram vivos no dia-a-dia.

Em pleno século XXI, a “democracia racial” freyreana, mesmo sendo merecedora de profundas críticas, ainda influencia consideravelmente as práticas pedagógicas brasileiras, o que denuncia a possibilidade de a escola ser mais uma ferramenta de difusão das ideias aceitas pelas classes dominantes, que desprezam as contradições e as diversidades culturais evidentes em professores e estudantes.

Diante da problemática de encarar a pluralidade cultural e a multietnicidade dentro das escolas brasileiras, os professores devem estar cientes das desigualdades sociais e raciais, e buscar instigar os estudantes a terem uma visão crítica sobre tais questões que permeiam suas relações interpessoais e suas concepções de mundo. Essa tarefa árdua exige um rompimento com a visão eurocêntrica e monocultural do currículo escolar - que é baseada na homogeneização e simplificação das práticas pedagógicas a partir do reconhecimento da superioridade do modelo europeu de racionalidade e da universalização dos conhecimentos e saberes sob a visão ocidental - bem como requer um diálogo profundo com as várias culturas que compõem os povos brasileiros.

O multiculturalismo enquanto orientação pedagógica que reconhece a alteridade e as marcas identitárias das diversas etnias como determinantes de desigualdades sociais no Brasil, pode contribuir com a superação do eurocentrismo no cotidiano escolar. Daí surge o objetivo desta pesquisa em contribuir com reflexões interdisciplinares sobre os diálogos entre as identidades e as alteridades no ambiente escolar brasileiro perante as especificidades das diferenças étnico-raciais dentro de uma coletividade.

2 IDENTIDADE NA PÓS-MODERNIDADE

Os debates sobre identidade na contemporaneidade surgem como elemento necessário para desenvolvimento de práticas educacionais em países com composição multiétnica e pluricultural como o Brasil, e que ainda se encontram inseridos no fenômeno mundial da globalização.

De acordo com a perspectiva de Boaventura Sousa Santos (1999, p.135)

as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processo de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso.

Ao tratar da questão da identidade na pós-modernidade, Stuart Hall (2005) aponta para um declínio das “velhas identidades”, o que gerou novas identidades que romperam e fragmentaram o indivíduo moderno, tido como sujeito unificado até então, e com isso houve ainda mais instabilidade nas referências sociais que norteavam os indivíduos.

Hall (2005) segue apresentando três conceitos divergentes de identidade: a do “sujeito do Iluminismo” em que a identidade está baseada na concepção de um indivíduo racional, centrado e unificado; a do “sujeito sociológico” em que a identidade é formada e modificada de acordo com as interações dialógicas entre o mundo pessoal e o mundo público do sujeito; e o “sujeito pós-moderno” em que a identidade é desprovida de qualquer caráter essencial ou permanente, estando em constante formação e transformação, de forma que tal identidade se define historicamente e esse sujeito descentralizado carrega dentro de si várias identidades, muitas vezes até contraditórias.

Com foco na análise desse último sujeito que Hall conclui que

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 13)

Ainda segundo Hall, a partir do que ele denomina modernidade tardia (segunda metade do século XX), ocorreram uma série de rupturas do pensamento moderno nas áreas das ciências humanas e da teoria social, possíveis em razão das obras de autores como Marx, Lacan, Saussure e Foucault, que não apenas desagregou como também descentralizou por fim esse sujeito cartesiano. Então, preocupado em como esse sujeito fragmentado é colocado em termos de suas identidades culturais, esse autor se volta para a identidade nacional enquanto identidade cultural particular.

Deve-se entender que para Hall

(...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade. (HALL, 2005, p. 48-49)

Sendo constituídas tanto de instituições culturais quanto de símbolos e representações, as culturas nacionais são “um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2005, p.50). Tem-se, então, que

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2005, p. 51)

Dialogando com ideias de que o conceito de identidade é construído dentro de perspectivas sócio-políticas, históricas, culturais, étnicas e geográficas de um indivíduo inserido em uma sociedade, também pode-se destacar a fala de Kabengele Munanga em que aponta que:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, 177-178).

3 DIFERENÇAS E ALTERIDADE

Tendo em vista que as relações dialéticas estabelecidas entre o eu e o outro que produzem as identidades são dotadas de conflitos, então, ao falar de igualdade também devemos tratar de diferenças e alteridade. Boaventura de Sousa Santos defende um imperativo transcultural em que tanto as diferenças sejam reconhecidas quanto a alteridade seja respeitada de forma igualitária, pois, segundo ele:

(...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 56)

Em uma época em que sociedades vivenciam processos de globalizações, tratar de questões das diferenças culturais, étnicas, sociais, econômicas, entre outras, é defrontar-se com práticas políticas e educacionais que buscam criar modelos homogêneos e universalizantes. Todavia, é demasiado forçoso negar, nas palavras da antropóloga Neusa Maria Mendes de Gusmão, que “a experiência de contato entre povos diferentes e culturas diversas coloca em questão um espaço de encontro, de confronto e de conflito, marcado pelo diverso, pelo diferente”. (GUSMÃO, 1997, p.11)

Na busca de superação do eurocentrismo e da epistemologia colonial - construída dentro de uma perspectiva que iguala superioridade étnica a superioridade epistêmica, a partir das necessidades da dominação capitalista e colonial (SANTOS, 2010), dividindo conhecimentos, saberes e até mesmo as próprias realidades sociais em dois universos, a saber, o existente e o não existente - visando à construção de novos paradigmas na contemporaneidade, pode-se encarar a alteridade tal qual pensada por Buber (apud SIDEKUM, 2006), enquanto momento filosófico de rompimento com aquilo que é idêntico e imutável na perspectiva do logos a partir da relação dialógica “Eu-Tu”. Essa dialética da relação entre o eu e o outro, inserida na filosofia pelos filósofos fenomenologistas, faz com que a alteridade amplie o cenário dos estudos éticos, pedagógicos e antropológicos.

Problematizar a alteridade na contemporaneidade diante da necessidade de ruptura com os modelos epistemológicos modernistas - de “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSGUÉL, 2005) que possuem uma visão que se pretende objetiva, neutra e universalista, carregados de elitismo e fechados em si mesmos - abre espaço para um maior entendimento das realidades histórico-sociais dialeticamente construídas, e ainda atenta para possíveis espaços de rompimento com as opressões vivenciadas. Dentro do contexto das ex-colônias europeias na América Latina, por exemplo, tratar da alteridade significa reconhecer aqueles que foram oprimidos por mecanismos de dominação cultural e social.

Emmanuel Levinas traz para o debate sobre a alteridade na contemporaneidade uma nova abordagem, a partir do que chama de “a alteridade absoluta do outro”, conceituada por ele da seguinte forma:

O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A colectividade em que eu digo 'tu' ou 'nós' não é um plural de 'eu'. Eu, tu, não são indivíduos de um conceito comum. Nem a posse, nem a unidade do número, nem a unidade do conceito me ligam a outrem. Ausência de pátria comum que faz do Outro - o Estrangeiro; o Estrangeiro que perturba o 'em sua casa'. Mas o estrangeiro quer dizer também o livre. Sobre ele não posso *poder*, porquanto escapa ao meu domínio num aspecto essencial, mesmo que eu disponha dele: é que ele não está inteiramente no meu lugar. (LEVINAS, 1980, p.26)

A negação dessa alteridade absoluta do outro foi imposta pelos processos de globalizações que possuem uma tendência a impor uma visão unidimensional do ser humano, como já criticava Herbert Marcuse (2015). Esses processos têm se servido de sistemas opressores de dominação mediante uniformidade dos comportamentos humanos, em que a cultura é tida como um sistema hermeticamente fechado, e obediência à lógica de mercado até nas relações humanas. Desconstruir esses sistemas opressores exige tanto o reconhecimento da alteridade absoluta do outro quanto o diálogo desta com a interculturalidade, compreendida a partir da perspectiva do filósofo cubano Raúl Fornet-Betancourt

não uma posição teórica, nem tampouco um diálogo de/e/ou entre culturas (ou neste caso concreto, um diálogo entre tradições filosóficas distintas) no qual as culturas se tomam como entidades espiritualizadas e fechadas; senão que interculturalidade quer designar, antes, aquela postura ou disposição pela qual o ser humano capacita para, e se habitua a viver "suas" referências identitárias em relação com os chamados "outros", quer dizer, compartilhando-as em convivência com eles. Daí que se trata de uma atitude que abre o ser humano e o impulsiona a um processo de reaprendizagem e recolocação cultural do qual nos fazemos culpáveis quando cremos que basta uma cultura a "própria", para ler e interpretar o mundo. [...] interculturalidade é experiência, vivência da impropriedade dos nomes próprios com que nomeamos as coisas. Ou, dito de maneira mais positiva, é a experiência de que nossas práticas culturais devem ser, também, práticas de tradução. (FORNET-BETANCOURT, 2004, p. 13)

Tema que receberá atenção da filosofia contemporânea, a alteridade encontra em Emmanuel Levinas um enfoque especial que a fará abrir novos caminhos tanto para a ética, quanto para a antropologia e a educação. O sujeito humano, que desde a filosofia clássica até a modernidade era definido a partir da egolatria do eu, segundo Levinas, deve ser desconstruído, pois tal sujeito mantém-se encerrado em si mesmo, desejoso por uma liberdade de ser independentemente dos custos necessários para obtê-la, mesmo que para tanto o outro seja sacrificado. E para tal, ele sugere o rompimento com a totalidade a partir da experiência da alteridade, procurando as multiplicidades do outro e, por conseguinte, em busca da humanidade (apud GOMES, 2008).

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como um estudo analítico-descritivo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2003), para ajudar a orientar os questionamentos através do levantamento dos principais trabalhos já feitos sobre os temas necessários a serem abordados e que sejam detentores de relevância, a saber, identidade e alteridade (HALL 2005, 2011; SANTOS, 2003, 2009, 2010; LEVINAS, 1980; SIDEKUM, 2006), interdisciplinaridade e interculturalidade (FORNET-BETANCOURT, 2001, 2004; WALSH, 2009; CANDAU, 2008; FRIGOTTO, 2011), mestiçagem (ANDRÉ, 2012; MUNANGA, 1994, 1997, 2005; IANNI, 2004a, 2004b, 2004c; HOLANDA, 2013; RIBEIRO, 1978, 1995; FREYRE, 2000, 2001; HOLANDA, 1995).

Buscou-se, dessa maneira, encontrar as bases teóricas e conceituais necessárias para a devida compreensão do processo de ressignificação das identidades a partir do rompimento com as práticas pedagógicas eurocentradas e ligadas a uma epistemologia colonial.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O discurso dominante sobre educação encara a escola, enquanto espaço disciplinar, como local em que se realiza difusão de saberes e de práticas de poder próprias do pensamento moderno ocidental capitalista, no qual existe a primazia da uniformidade e da homogeneidade, tidas como constituintes do universal. Por este prisma, as diferenças e a alteridade absoluta do outro são consideradas uma ameaça à identidade monocultural.

Romper com esse discurso, reconhecendo as identidades e a alteridade absoluta do outro em um país multiétnico e pluricultural como o Brasil, desconstruindo a colonialidade do saber, é, como afirmam Gomes & Silva:

O desafio para o campo da didática e da formação dos professores no que se refere à diversidade é pensá-la na sua dinâmica e articulação com os processos educativos escolares e não escolares e não transformá-la em metodologias e técnicas de ensino para os ditos “diferentes”. Isso significa tomar a diferença como um constituinte dos processos educativos, uma vez que tais processos são construídos por meio de relações socioculturais entre seres humanos e sujeitos sociais. (GOMES & SILVA, 2002: p. 20).

Por atuar sobre as subjetividades, a educação relaciona-se diretamente com a cultura, e lidar com as diversas culturas, com suas identidades e diferenças construídas dentro de um contexto sócio-histórico, é se enveredar pelas problemáticas das abordagens do multiculturalismo a partir de uma perspectiva de interculturalidade crítica, que é entendida pela Catherine Walsh como

processo e projeto dirigido à construção de modos “outros” do poder, saber, ser e viver permite ir muito além dos pressupostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngue ou da filosofia intercultural. É argumentar não pela simples relação entre grupos, práticas ou pensamentos culturais, pela incorporação dos tradicionalmente excluídos dentro das estruturas (educativas, disciplinares ou de pensamento) existentes, ou somente pela criação de programas “especiais” que permitem que a educação “normal” e “universal” siga perpetuando práticas e pensamentos racializados e excludentes. É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial. (WALSH, 2009, p. 14)

Dentro desse ponto de vista, surge a proposta de Perez Gomez (apud CANDAU, 2008), para que se tenha o entendimento atual da escola enquanto um lugar de “cruzamento de culturas”. Assim sendo, exige-se o desenvolvimento de uma nova consciência, um novo posicionamento, que proporcione uma reinvenção do modelo de escola, e que reconheça as diferentes culturas que se mesclam no universo escolar, bem como de recriar a escola, admitindo o que a torna única e singular em comparação com outros locais de socialização: a “mediação reflexiva” que faz sobre as interações e a influência que as diferentes culturas exercem ininterruptamente em seu universo.

A partir de uma perspectiva propositiva da multiculturalidade, Candau (2008) foca sua atenção em três abordagens que considera mais fundamentais: o multiculturalismo assimilacionista, que na educação se faz presente na promoção de uma política de escolarização universalizada, em que há uma chamada para que todos participem do sistema escolar, todavia, o caráter monocultural evidente na sua dinâmica operacional não é questionado; o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural, que se propõe a chamar mais atenção para o reconhecimento da diferença, assegurando locais em que as múltiplas identidades culturais possam se expressar, mas ao mesmo tempo em que o acesso a direitos fundamentais eram

ênfatisados, é dado estímulo para criação de comunidades culturais tidas como “homogêneas” com suas próprias organizações; e o multiculturalismo interativo, também denominado por Candau de interculturalidade, que promove deliberadamente a interrelação entre sujeitos e grupos socioculturais diferentes em uma mesma sociedade, concebendo as culturas em constante movimento de construção-desestabilização-reconstrução, assim como também assumindo que as relações culturais são permeadas por questões de poder, e buscando alimentar os diálogos entre os diversos saberes e conhecimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar das questões que envolvem a identidade na pós-modernidade, verifica-se que a partir do diálogo entre as ideias de Boaventura Sousa Santos e Stuart Hall é apresentado um novo panorama em que qualquer conceito unificador, rígido e imutável, como o conceito de etnia ou de raça, não é suficiente para compreensão adequada de tais questões. As perspectivas desses autores apontam a necessidade de compreensão da identidade a partir de uma dimensão política, perpassando pela ideia de cultura, em que os esforços de certos grupos pelo reconhecimento de sua autonomia cultural modificam-se de acordo com a dinâmica dialética da realidade dada.

Debruçar-se sobre a análise da construção de identidades também é analisar como estas foram construídas a partir do encontro com o diferente, com o outro, com a alteridade, e, em especial, como tais identidades podem ser ressignificadas a partir da abordagem da questão da mestiçagem. Assim sendo, é possível tomar o fenômeno da mestiçagem ocorrida no Brasil entre os povos indígenas, africanos e europeus como caso que pode servir de exemplo de diálogo entre as várias culturas que participaram ativamente da formação do que se passou a chamar de povo brasileiro.

Dentro do contexto multiétnico e pluricultural das comunidades que coabitam o mesmo espaço nacional, romper com as práticas pedagógicas ligadas a uma epistemologia colonial de base eurocêntrica torna-se uma necessidade emergente. Tal movimento de ruptura é um desafio que pode ser superado a partir de uma perspectiva intercultural que proporcione um espaço de abertura para o cruzamento de culturas, para o reconhecimento da alteridade absoluta do outro e para o diálogo entre diferentes grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ABIB, P. R. J. **A mestiçagem como processo de re-significação de identidades**. Disponível em: http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/mesticagem_como_um_processo_de_resignificacao_de_identidades.pdf. Acesso em: 16 jan. 2017.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: Editora Unesco, 2006.

ANDRÉ, J. M. **Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião**. Lisboa: Ed. Palimage, 2012.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F. M.; CANDAU, V. M. (Org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. – Petrópolis: Vozes, 2008.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FORNET-BETANCOURT, R. **Transformación intercultural de la filosofía**. Bilbao: Desclee de Brouwer, 2001.

_____. **Interculturalidade, críticas, diálogos e perspectivas**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Sobrados e Mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 34-59.

GIAROLA, F. R. O Povo Brasileiro: mestiçagem e identidade no pensamento de Darcy Ribeiro. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 4, n. 1, p.126-140. Florianópolis: UDESC, 2012.

GOMES, C. S. C. L. B. **Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2008.

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GROSGOUEL, R. The Implications of Subaltern Epistemologies for Global Capitalism: Transmodernity, Border Thinking and Global Coloniality. In: ROBINSON, W.; APPLEBAUM, R. (orgs.), **Critical Globalization Studies**. p. 283-293. London: 2005

GUSMÃO, N. M. M. de. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cadernos CEDES**, v. 18, n. 43, p. 8-25. Unicamp. Campinas: dec. 1997.

HALL, S. **A identidade cultura na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Lauro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da Diáspora - Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, T. I. L. de. *et al.* Brasil: uma democracia multiétnica? In: **Cadernos de Graduação: Humanas e Sociais**. v. 1, n. 3, p. 39-45. Faculdade Integrada Tiradentes - Fits. Maceió: nov. 2013.

IANNI, O. A dialética da globalização. In: **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. Dialética das relações raciais. In: **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, São Paulo: IEA-USP, 2004b.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004c.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. Rev. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1980.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Edipro, 2015.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.23, Rio de Janeiro maio/ago. 2003

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P. (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PRADO, P. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Ibrasa/INL/MEC, 1981.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro - a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os Brasileiros: Livro I - Teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Descolonizar el saber reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SIDEKUM, A. Cultura e alteridade. In.: TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, E. M. (Orgs.). **Cultura e alteridade: confluências**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

SOUZA, M. de M. **África e Brasil Africano**. 2. ed. São Paulo, Editora Ática, 2007.

STRIEDER, I. Democracia Racial - A partir de Gilberto Freyre. In: **Perspectiva Filosófica**, v. 8, n.15, Jan./Jun.2001. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf15_artigo10001.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

POLÍTICA DE COTAS PARA FILHOS DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA: JUSTIFICATIVAS E VALIDADE

Shirlena Campos de Souza Amaral

*Professora associada do LEEL/UENF
shirlenacsa@gmail.com*

Leticia Sanz Barreto

*Mestranda em Cognição e Linguagem (PPGCL/UENF)
leticiasanz07@gmail.com*

Rafaela Nogueira do Nascimento

*Mestranda em Políticas Sociais (PPGPS/UENF)
rafaelannasc@gmail.com*

Ana Caroline Berriel Silva da Silva Vieira

*Bacharel em Serviço Social (UFF)
anacarolineberriel@gmail.com*

RESUMO

A aprovação pioneira em 2001 de ação afirmativa no Estado do Rio de Janeiro inaugura o uso no Brasil da raça/cor como critério na disputa por vagas em universidades públicas, associando-a ao critério da pobreza (AMARAL, 2014). Transcorridos alguns anos, a Lei nº 5.074/2007 amplia seu escopo para incluir no rol de beneficiários os filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Contudo, se por um lado, a questão das minorias étnico-raciais e pobreza é notória, de outro, são ínfimos os estudos referentes aos filhos de agentes de segurança pública mortos ou incapacitados em trabalho. Diante disso, neste ensaio introdutório, busca-se analisar a legitimidade social e a eficácia dos dispositivos legais na UENF, utilizando como referência os anos de 2011 a 2016.

Palavras-chave: *Política de cotas, Universidade, Filho de militar, agentes de segurança*

ABSTRACT

The pioneer approval in 2001 of affirmative action in the state of Rio de Janeiro inaugurates the use in Brazil of race / color as a criterion in the dispute for vacancies in public universities, associating it with the criterion of poverty (AMARAL, 2014). After a few years, law no. 5.074 / 2007 expands its scope to include in the list of beneficiaries the children of civilian and military police, military firefighters and security inspectors and prison administration, dead or disabled due to the service. However, while on the one hand the issue of ethnic-racial minorities and poverty is notorious, on the other hand, studies on the children of public security officers who are dead or incapacitated in work are small. Therefore, in this introductory essay, we seek to analyze the social legitimacy and effectiveness of legal provisions in the UENF, using as reference the years 2011 to 2016.

Key-words: *Quota Politics, University, Son Of Military, Security Agents*

Considerações iniciais

No Brasil, registra-se desde a última década do século XX a eclosão de diversas iniciativas da sociedade civil e ações governamentais de combate à pobreza e desigualdade social. Nessa retaguarda do processo de redemocratização política, o estímulo à mudança de *práxis* advenho, de um lado, das reivindicações históricas dos movimento negro, da receptividade própria da formação intelectual do então chefe de Estado Fernando Henrique Cardoso, que por ocasião do ato comemorativo dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, reconhece oficialmente e pela primeira vez na História do país a existência de racismo contra a população de cor e cria em 20 de novembro de 1995 o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), sob coordenação do Ministério do Trabalho.

Este ato, embora tido como um avanço, foi por um lado considerado como meramente simbólico diante da situação em que o país se encontrava. Por outro, serviu para que se intensificassem os debates acerca da suposta democracia racial e do sentido da igualdade formal amparada pela Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, propõe-se à gestão pública que a maneira de conduzir suas atividades seja modificada, tratando-se de ultrapassar a coibição de privilégios e garantir oportunidades iguais reais no acesso à bens e serviços sociais. Assim, caberia a apreciação das assimetrias e especificidades dos diferentes grupos sociais (GOMES, 2001).

Em 2001, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância com fins preparatórios para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, acontecida na África do Sul. Dos documentos oficiais da Conferência Nacional resulta a recomendação para implementar-se cotas nas universidades públicas brasileiras (VIEIRA, 2012), espécie de ação afirmativa, renunciando o que viria a ocorrer pioneiramente neste mesmo ano e ente federativo, com a aprovação das Lei nº 3.534/2000 e a Lei nº 3.708/2001 pela ALERJ.

Estas, conforme expõe Amaral (2014), inauguram o uso no Brasil da raça/cor como critério na disputa por vagas em universidades públicas, associando-a ao critério da pobreza, em uma referência à concepção de justiça social como equidade (RAWLS, 2003). Inicialmente concebidas com esta função e para atender as reivindicações históricas do movimento negro em intervir nas graves disparidades educacionais entre brancos e negros (pardos e pretos), sofreu uma alteração em 2007 quando o então governador Sérgio Cabral sanciona o Projeto de lei nº 170 de autoria do deputado estadual Alvaro Lins (PMDB).

A Lei nº 5.074 de 17 de julho de 2007 incluiu no artigo 1º, inciso III como beneficiários “filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço” e modifica o parágrafo primeiro determinando que a comprovação da condição com fins de combater fraudes seria através da certidão de óbito e da decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço.

No ano seguinte, revoga-se este dispositivo com a aprovação da atual Lei nº 5.346/2008, a qual em vigor por dez anos, regulamenta o sistema de cotas para ingresso nas Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste, doravante respectivamente UERJ, UENF e UEZO. Em seu artigo 2º destina 5% (cinco por cento) das vagas aos jovens carentes com deficiência e filhos de agentes da segurança pública mortos ou incapacitados em razão do serviço supracitados.

No entanto, registra-se desde sua criação certa resistência e contrariedade, advindas principalmente da academia, do Poder legislativo Federal, do Poder Judiciário e de intelectuais em contato com as massas e transcorridas pouco mais de uma década, embora com menor vigor e sem fundamentos empíricos, persistem. Justifica-se parte desta tensão pela forma como se deu sua incorporação: por imposição legal e portanto, ausente de discussões prévias com os gestores universitários, apesar do clamor e conhecimento dos movimentos sociais (AMARAL, 2014; HERINGER & FERREIRA, 2009).

Ainda, atribui-se esta resistência à temporalidade da ação afirmativa e à consequente exigência de acompanhamento (BEZERRA & GURGEL, 2012). Um último motivo refere-se à tentativa das elites em manter o domínio dos meios de produção inclusive a universidade pública. (ROSEMBERG, 2006)

Contudo, as críticas dos opositores centram-se na questão das minorias étnico-raciais e na pobreza, dando-se pouca visibilidade às análises acerca da legitimidade e eficácia dos dispositivos voltados aos filhos de agentes de segurança pública. Diante disso, neste ensaio bastante introdutório, focar-se-á na UENF, utilizando como referência os anos de 2011 a 2016. Justifica-se a escolha desta instituição pelo seu pioneirismo na implementação de ação afirmativa na graduação.

Isto posto, buscou-se na seção seguinte arrolar as experiências nacionais com políticas de reserva de vagas para ingresso nas universidades públicas, com o intuito de verificar se e quais concedem à categoria o benefício. No terceiro tópico realizou-se uma breve análise interpretativa das justificativas acionadas pelo deputado proponente da lei no projeto nº 170/2007, considerando para tanto as particularidades do Estado do Rio de Janeiro no que se refere ao tema, com a finalidade de examinar sua legitimidade social. Seguidamente, adentrou-se na avaliação do acesso e da conclusão acadêmica destes jovens na UENF, objetivando demonstrar a eficácia da política na instituição. Por fim, a última seção traz as considerações finais obtidas através da pesquisa. Propõe-se com o artigo suscitar reflexões sobre a temática, sem pretensão de esgotá-la.

Levantamento nacional dos beneficiários das ações afirmativas

Para a realização da investigação proposta, inicialmente, fez-se o levantamento sobre em quais estados brasileiros existem universidades estaduais, nas quais a implementação da política de reserva de vagas se deu por meio de imposição legislativa, como também identificou-se quais são as categorias contempladas e seus percentuais.

Na **Tabela 1**, demonstra-se os estados que compõem a região norte brasileira. Conforme podemos observar, na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Legislação prevê a distribuição da reserva de vagas para as modalidades: Escola pública (60%), Indígena (4,5%) e Pessoa com deficiência (7%). Na Universidade do Estado do Amapá (UEAP), a legislação em vigor garante a reserva de vagas para as seguintes categorias: Indígenas (5%), Negros e Escola pública (quantitativo proporcional ao número de inscritos nessas modalidades) e Pessoa com deficiência (5%). Por fim, na Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), a única modalidade de cota prevista pela Lei Estadual 3.124/ 2016 é para estudantes egressos da rede pública (25%).

Tabela 1. Estados da região norte que possuem lei de cotas.

Estado	Universidades	Legislação	Total de vagas reservadas	Modalidades de reserva de vagas	Percentual de cada modalidade
Amazonas	UEA	Lei Estadual nº 3.972/ 2013	71,5%	Escola pública	60%
				Indígena	4,5%
				Pessoa com Deficiência	7%
Amapá	UEAP	Leis Ordinárias nº 1022/2006, nº 1023/2006, nº 1258/2008	10% + Proporcional	Indígenas	5%
				Negros	Proporcional ao número de inscritos
				Escola pública	
Tocantins	UNITINS	Lei Estadual 3.124/ 2016	25%	Pessoa com Deficiência	5%
				Rede pública	25%

Fonte: elaboração própria.

Ao realizar o levantamento das leis dos estados que compõem a região nordeste, obtivemos os resultados explicitados na **Tabela 2**. Dessa forma, identificamos que na lei de reserva de vagas do Estado de Alagoas, é contemplada somente a modalidade de reserva de vagas para alunos egressos da rede pública de ensino (50%). Já nas universidades do Estado do Ceará, o sistema de cotas imposto por lei beneficia as seguintes categorias: Pretos (4,65%), Pardos (61,88%), Indígenas (0,23%) e Escola pública (33,24%). A lei de implantação do sistema de cotas do Estado do Piauí é semelhante a do estado de Alagoas, pois reserva vagas somente para alunos oriundos de escolas públicas (30%). O Estado do Rio Grande do Norte impõe que à Universidade Estadual, que reserve 55% de suas vagas anualmente para: alunos advindos de escola pública (50%) e Pessoas portadoras de necessidades especiais (5%).

Tabela 2. Estados da região nordeste que possuem lei de cotas.

Estado	Universidades	Legislação	Total de vagas reservadas	Modalidades de reserva de vagas	Percentual de cada modalidade
Alagoas	UNEAL e UNICISAL	Lei nº 6.542/2004	50%	Rede pública	50%
Ceará	UECE, UVA e URCA	Lei nº 16.197/2017	50%	Pretos	4,65%
				Pardos	61,88%
				Indígenas	0,23%
				Escola Pública	33,24%
Piauí	UESPI	Lei Ordinária Nº 5.791/2008	30%	Escola Pública	30%
Rio Grande do Norte	UERN	Leis Estaduais nº. 8.258/2002 e nº 9.696/2013	55%	Escola Pública	50%
				Pessoa com deficiência	5%

Fonte: elaboração própria.

Na região Centro-Oeste, somente o Estado de Goiás possui legislação que fixa cotas para ingresso na Universidade Estadual, conforme podemos perceber na **Tabela 3**, a seguir. O percentual total das vagas reservadas é de 45% (quarenta e cinco por cento), por imposição da Lei nº 14.832/2004, que são distribuídas da seguinte maneira: Rede pública (20%), Negros (20%), indígenas e pessoas com deficiência (5%).

Tabela 3. Estado da região Centro-Oeste que possui lei de cotas.

Estado	Universidade	Legislação	Total de vagas reservadas	Modalidades de reserva de vagas	Percentual de cada modalidade
Goiás	UEG	Lei Estadual nº 14.832/2004	45%	Rede Pública	20%
				Negros	20%
				Indígenas e Pessoa com deficiência	5%

Fonte: elaboração própria.

Semelhantemente à região Centro-Oeste do Brasil, na região Sul, há somente um estado que garante a reserva de vagas em universidade estadual, o Rio Grande do Sul, conforme a **Tabela 4**. Tal legislação assegura que 50% de suas vagas serão destinadas a pessoas carentes e dentro desse percentual, serão contempladas as categorias negros e indígenas (em proporção no mínimo igual à população de negros e indígenas da população do Estado, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e para pessoas com deficiência (10%).

Tabela 4. Estado da região sul que possui lei de cotas.

Estado	Universidades	Legislação	Total de vagas reservadas	Modalidades de reserva de vagas	Percentual de cada modalidade
Rio Grande do Sul	UERGS	Lei Estadual 14.631/2014	50%	Negros/Indígenas	Proporcional - IBGE
				Pessoas com deficiência	10%

Fonte: elaboração própria.

Por fim, temos na região Sudeste, dois estados que garantem o sistema de cotas em suas universidades estaduais, Minas Gerais e Rio de Janeiro, segundo a **Tabela 5**. O primeiro garante a reserva de 50% das vagas anuais nas Universidades Estaduais para Negros (em proporção ao mínimo ou igual à dos autodeclarados pretos e pardos na população residente no Estado segundo o último censo do IBGE), Indígenas o percentual mínimo de 3%, alunos de escola pública o percentual de vagas restantes para completar 45% e Pessoas com deficiência (5%). No Rio de Janeiro o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais, assegura 45% do total de vagas às seguintes categorias de estudantes: Negros e Indígenas (20%), Alunos da rede pública (20%) e para Pessoas com deficiência e Filhos de agentes de segurança, mortos ou incapacitados em razão do serviço (5%).

Tabela 5 – Estados da região sudeste que possuem lei de cotas

Estado	Universidades	Legislação	Total de vagas reservadas	Modalidades de reserva de vagas	Percentual de cada modalidade
Minas Gerais	UEMG e UNIMONTES*	Lei Estadual nº 22.570/2017	50%	Negros	Proporcional IBGE
				Indígenas	3%
				Escola Pública	Vagas restantes
				Pessoas com Deficiência	5%
Rio de Janeiro	UERJ, UENF e UEZO	Lei Estadual Nº 5346/2008	45%	Negros e Indígenas	20%
				Alunos da Rede Pública	20%
				Pessoas com deficiência e Filhos de militares	5%

Fonte: elaboração própria

A partir dos resultados encontrados, percebeu-se, portanto que de todas as universidades estaduais brasileiras que implantaram a Política de Cotas por imposição de lei, apenas as Universidades do Estado do Rio de Janeiro, incluíram a modalidade de reserva de vagas para alunos filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. A partir dessa constatação, buscou-se compreender quais foram as justificativas utilizadas pelo legislador quando propôs a inclusão dessa categoria à legislação de cotas atualmente em vigor.

O processo legislativo do Rio de Janeiro em questão

A despeito dos divergentes discursos dos atores públicos interessados na construção das políticas públicas, verifica-se a existência de um substrato moral compartilhado, compreensível e aceitável, do qual emerge os principais fundamentos de ação do Estado. Com base nesta necessidade de legitimidade social, três justificações das ações afirmativas no Brasil se sobressaem: reparação étnico-racial, justiça social (redistributiva) e promoção da diversidade. (FERES JUNIOR, 2007)

No que tange ao aspecto jurídico, a constitucionalidade da diferenciação deve se basear nos critérios da razoabilidade, racionalidade e proporcionalidade aliados aos que atendam o princípio da igualdade material, à saber, decorrer de um comando-dever constitucional, ser específica e ser eficiente (GOMES, 2003). A observância de ambos (representatividade popular e validade legal) no processo de elaboração de uma medida legislativa são condições indispensáveis para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade de uma política pública. Portanto, urge questionar se a Política de Cotas do Rio de Janeiro destinada aos filhos de agentes de segurança, mortos ou incapacitados em razão do serviço atende à estes dois requisitos.

Cabe nesse contexto trazer a íntegra da justificativa enunciada pelo ex Deputado Estadual Alvaro Lins do PMDB no Plenário Barbosa Lima Sobrinho em 12/032007. No primeiro parágrafo evidencia-se duas justificativas. Segundo o mesmo, a proposta se faz com o interesse de ofertar um “pagamento e ou recompensa” aos filhos dessa categoria, referindo-se a realidade cotidiana que os pais militares enfrentam, ao dispor sua própria vida em prol da pátria e dos

cidadãos que a ela pertence. No entanto, num segundo plano, o mesmo faz referência de forma breve à relação social e econômica desses órfãos, citando-a como um motivo para a exclusão dos processos de ações afirmativas já existentes.

O Projeto em questão destaca-se pelo seu caráter retributivo, pois permite ao Estado conceder uma contrapartida aqueles que lhe ofereceram seu bem mais valioso: a própria vida. Busca-se permitir aos órfãos daqueles que sacrificaram a sua vida pela sociedade, poderem ingressar em uma universidade pública, garantindo-lhes uma formação profissional de nível superior, cuja perspectiva foi fortemente atingida pela perda daqueles que os proviam, além de evitar que sejam excluídos do processo seletivo por motivos sociais e, principalmente, econômicos.

Contudo, pressupõe-se que para que este argumento seja válido caberia *a priori* verificar a existência de uma seleção velada, que pontua brancos e negros, ricos e pobres, em posição de desigualdade quanto às oportunidades de acesso ao ensino superior, remetendo-nos dessa forma às causas do problema, que são diversas, como por exemplo, a baixa qualidade do ensino básico na esfera pública, as poucas vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior, a falta de informação, e o desinteresse dos órgãos estatais em propor melhores condições de acesso, aonde não houvesse espaço para oposição entre as políticas adotadas, mas, sim, uma combinação entre ela.

Prossegue o então parlamentar explicitando a terceira justificativa, desta vez referente à sustentação jurídico-legal de seu projeto de lei. A Lei nº 1.147/1950 citada foi instituída pelo ex Presidente da República e militar Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB), em seu último ano de governo.

Podemos citar, para consubstanciar a causa que ora defendemos, a Lei nº 1.147, de 25/06/1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes, onde em seu art. 4º, prevê que, em caso de igualdade de condições, terão preferência os filhos de ex-combatentes na matrícula dos estabelecimentos de ensino público. Isto sem exigir que o ex-combatente tenha morrido em batalha.

Sabe-se que as ações afirmativas surgem com o intuito de efetivar políticas públicas que neutralizem os efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, ou de caráter físico. Porém um outro argumento apontado pelo político foi que, a partir da proposta de inclusão desses órfãos no percentual destinado a política de cotas para aos deficientes e as minorias étnicas pouco ou nenhum dano trará a essas pessoas, visto que mesmo sendo contemplados com essa ação afirmativa, fazem insuficiente uso, produzindo assim certa ociosidade das vagas não utilizadas.

A inclusão dos órfãos no percentual destinado aos deficientes e as minorias étnicas não trará nenhum prejuízo a estes, pois, embora detenham o legítimo direito das cotas, poucos são os que as utilizam. Segundo dados levantados junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2005 apenas 44 candidatos se inscreveram para as 280 vagas oferecidas aos deficientes e as minorias étnicas, e somente 15% das vagas reservadas foram aproveitadas. Dessa forma, os órfãos, que pelo presente projeto passam também a serem beneficiados pelo sistema de cotas, ocupariam as vagas ociosas que hoje não são utilizadas.

Torna-se pertinente refletir acerca de qual minoria se trata nesse discurso. Poderíamos por exemplo analisar a questão racial e pensar que quantitativamente falando, na sociedade brasileira há um predomínio da raça negra. Em contrapartida a população negra se faz minoria quando tratamos da condição sociológica, ou seja: sua inserção nos espaços historicamente ocupados, sendo eles público ou privado. Infelizmente a incompreensão do que de fato são

as políticas de ação afirmativa leva as pessoas a fazerem afirmações inadequadas acerca de sua aplicação, mesmo porque essas políticas têm como público-alvo grupos sociais específicos (vítimas de discriminação, violência, exclusão) e têm como objetivo corrigir e atenuar a desigualdade promovendo maior equalização social.

Essa realidade nos impulsiona a contestar discursos oriundos de uma visão simplista e corporativa que colocam em voga a real necessidade de efetivação e implementação das cotas. O Deputado finaliza seu discurso afirmando que o projeto proposto não implicará alteração nas despesas para o Poder Executivo, pois nenhuma vaga nova foi criada, o interesse principal foi apenas aumentar o acesso social. Onde para ele a partir da efetivação dessa proposta, os policiais civis, militares e bombeiros, terão mais tranquilidade e incentivo para o trabalho, levando em conta que uma parte significativa da educação de seus filhos será adotada pelo Estado, fazendo com que ao menos seus nomes sejam lembrados ao final da conclusão do curso.

Insta destacar que, embora o projeto contemple outros beneficiários para cotas, não implicará em aumento de despesa para o Poder Executivo, pois nenhuma vaga nova foi criada. E mais, a presente proposta não visa dispor sobre a organização e o funcionamento das Universidades, o que macularia todo o projeto com vício de iniciativa. Mantém-se íntegra a autonomia universitária, continuando ela própria com a prerrogativa de definir o número total de vagas. Apenas procuramos aumentar o alcance social de uma relevante norma por outra Lei.

(...)

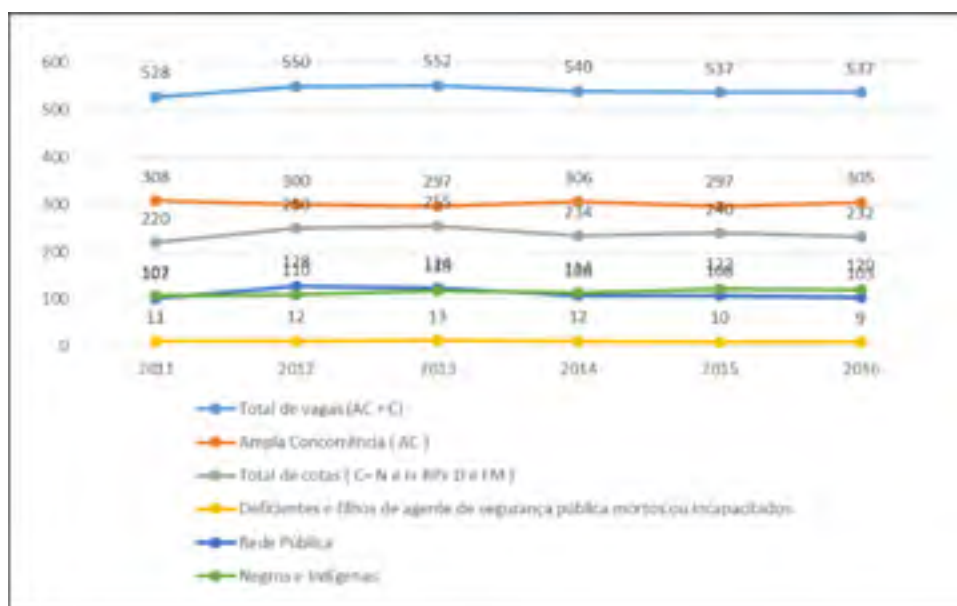
Por todo o exposto, conto com a sensibilidade e compreensão dos meus pares nesta Casa de Leis para a aprovação do presente projeto, que dará aos policiais civis e militares e bombeiros militares, mais tranqüilidade e incentivo para trabalhar, pois uma parte importante da educação de seus filhos será amparada pelo Estado, sendo seus nomes lembrados ao menos na formatura de seus filhos.

Diante destas alegações, torna-se possível compreender o quanto indivíduos que se posicionam politicamente como conservadores tendem a desvirtuar a promoção de políticas sociais e educacionais inclusivas. A miopia social coloca cada vez mais abismos para superação dos desníveis sociais extremos em nossa sociedade. Assim promover política afirmativa é fundamentar uma proposta, na intenção de tratar de forma desigual os desiguais, ou seja, é uma medida reparatória de redução da exclusão e da desigualdade que, de outra forma, não poderia ser solucionada.

Ingresso e permanência na Universidade Estadual do Norte Fluminense

Desde 2003, quando então encontrava-se em vigor a Lei 3.534/2000 e a Lei 3.708/2001, o sistema de cotas do Rio de Janeiro foi alterado três vezes – em 2003, 2007 e 2008 –, apresentando-se conforme estabelece a Lei 5.346/2008.

O **Gráfico 1** indica a evolução temporal das matrículas de alunos dos cursos presenciais de graduação, após a adesão ao ENEM/SISU. Percebe-se que esta última categoria não superou a faixa dos 3% do total de matrículas ao longo do período analisado, oscilando entre 1,6 percentual em 2016 e 2,35 percentuais em 2013, isto incluindo-se os deficientes. Este resultado nos permite afirmar que, no que se refere à inclusão universitária destes dois grupos sociais (deficientes e filhos de agentes da segurança pública), a Política de cotas mostra-se falha, e, portanto, ineficaz para os fins desejados por lei. Cabendo aos gestores públicos junto à sociedade civil organizada investigar a causa e sugerir alternativas para que seus objetivos sejam atendidos.

Gráfico 1. Ingressantes nos cursos presenciais de graduação da UENF – 2011 a 2016.

Fonte: SECACAD/UENF

Prosseguiu-se a análise verificando como se deu o acesso e a conclusão especificamente desses cotistas entre 2011 e 2016. Justifica-se a escolha por 2011 como ano de início porque somente em 2010 a UENF recebeu o primeiro (e único deste ano) cotista nesta modalidade, segundo as fichas de matrícula concedidas pela Secretaria Acadêmica (SECACAD/UENF), em abril e maio de 2017.

Conforme exposto na **Tabela 6**, neste intervalo de tempo ingressaram 19 (dezenove) jovens: dois em 2011, quatro em 2012, quatro em 2013, três em 2014, apenas um em 2015 e, finalmente, cinco em 2016. Nela pode-se também observar o curso e a situação da matrícula (abandono, ativo, cancelamento por falecimento, Ciências sem Fronteiras, concluído, desligado, matrícula cancelada, matrícula trancada e transferência para outra instituição de ensino superior).

Todos os cursos exibidos na Tabela¹ exigem no mínimo quatro anos para serem finalizados. Com isso, os alunos que ingressaram em 2011 e cursaram regularmente (isto é, sem repetências em disciplinas) deveriam se formar no segundo semestre de 2014 e assim sucessivamente, até que os que adentraram em 2016 finalizem em 2019.

A primeira reflexão diz respeito ao índice de conclusão. Verificou-se que nenhum dos ingressantes em 2011, 2012 e 2013 tinham concluído seus estudos no tempo esperado – não sendo possível discorrer acerca dos que adentraram de 2014 a 2016, já que os dados foram coletados previamente às datas de previsão de término.

Em concordância, observou-se elevado índice de evasão total e anual (SILVA FILHO, 2007), pois destes 19 cotistas-auxiliados ingressantes de 2011 a 2016, nove (representando 47,3% do total) havia evadido na data de coleta, ou seja, quase a metade do total. Em outros termos, $\frac{1}{2}$ dos de 2011, $\frac{3}{4}$ dos de 2012, metade dos de 2013, dois dos 3 de 2014 e um dos 5 matriculados em 2016 já havia cancelado, tendo permanecido por pouco mais de um ano na instituição, no máximo (supondo-se que evadiu no mês da coleta dos dados).

1 Na UENF, os cursos de graduação que exigem no mínimo cinco anos para serem integralizados são os de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo, Engenharia de Produção e Engenharia Metalúrgica.

Tabela 6. Discentes cotistas da categoria destinada aos filhos de agentes de segurança, mortos ou incapacitados em razão do serviço, no primeiro semestre de 2017.

ANO DE INGRESSO	CURSO	SITUAÇÃO	
2	2011	Ciências Biológicas	Ativo
	2011	Ciências Biológicas	Cancelada
4	2012	Ciências Biológicas	Cancelada
	2012	Ciências Sociais	Abandonada
	2012	Administração Pública	Ativo
	2012	Engenharia Civil	Desligada
4	2013	Licenciatura em Pedagogia	Ativo
	2013	Licenciatura em Matemática	Cancelada
	2013	Licenciatura em Química	Desligada
	2013	Medicina Veterinária	Ativo
3	2014	Licenciatura em Matemática	Cancelada
	2014	Licenciatura em Física	Desligada
	2014	Engenharia Civil	Ativo
1	2015	Licenciatura em Pedagogia	Ativo
5	2016	Engenharia de Produção	Ativo
	2016	Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo	Ativo
	2016	Engenharia Civil	Ativo
	2016	Engenharia Metalúrgica	Cancelada
	2016	Ciência da Computação	Ativo

Fonte: SECACAD/UENF

Considerações finais

Constatar que a categoria estudada tem sido utilizada abaixo do percentual reservado na legislação, pode ser contraditoriamente um indício de que, por um lado, os registros de morte de agentes da segurança pública têm sido proporcionais, isto é, reduzidos. Ou que, os jovens filiados aos agentes de segurança pública estão optando por outra categoria de cota ou não tomaram conhecimento da política, o que seria possível diante da invisibilidade do tema na mídia, na academia e pela população. Estas suposições implicam a realização de análises mais extensas sobre a questão, ultrapassando os objetivos do trabalho.

Entretanto, também é um sinal de que a política pública não se mostra efetiva, ou seja, não serviu aos propósitos e efeitos planejados. Ainda, somado à este baixo acesso, têm-se o baixo índice de conclusão, remetendo-as às condições e estratégias institucionais que abrandam as privações socioeconômicas e materiais desses estudantes comprovadamente carentes e em consequência, garantam a sua permanência –ainda que no processo de escolha o aluno considere outros aspectos não passíveis de interferência pelos gestores.

As sucessivas greves dos técnicos, docentes, discentes e funcionários terceirizados, bem como a interrupção no fornecimento de serviços essenciais à manutenção dos estudantes, como o Restaurante Universitário, e o atraso frequente das bolsas cota-auxílio são alguns dos fatores que interferem e explicam o fenômeno da evasão.

Referências

- AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **Direitos distinguidos: a política de cotas raciais e suas feições nas narrativas de gestores públicos, comunidade universitária e movimento social negro**. In: Patrícia Silveira de Farias; Márcia Leitão Pinheiro. (Org.). *Novos Estudos em Relações Étnico-Raciais: sociabilidades e políticas públicas*. 1ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, v. 1, p. 187-210.
- FERES JÚNIOR, João. *Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil*. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, p. 63-84, 2007
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade**. São Paulo: Renovar, 2001.
- MOEHLECKE, Sabrina. *Ação Afirmativa: História e debates no Brasil*. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, novembro/2002.
- PIOVESAN, Flavia. *Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas*. **Revista Estudos Feministas**, vol.16, nº. 3, Florianópolis: Sept./Dec. 2008.
- SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set 641-659, set./dez 2007.

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

THAIS APARECIDA DIBBERN

*Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp
dibbern.thais@gmail.com*

MILENA PAVAN SERAFIM

*Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp
milena.serafim@fca.unicamp.br*

MAURO CARDOSO SIMÕES

*Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp
mauro.simoes@fca.unicamp.br*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo debater a educação em direitos humanos no ensino superior, tendo como foco a identificação das práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que dizem respeito às questões de gênero. Em outras palavras, trata-se de notabilizar tais questões enquanto conteúdo interdisciplinar e transversal às áreas do conhecimento. Metodologicamente, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas e documentais do conteúdo proposto, bem como a identificação e análise das práticas extensionistas apontadas a partir das bases de dados que a Universidade publiciza. Como resultados, foram identificadas um total de 589 práticas entre o período de 2006 a 2017, sendo estas desenvolvidas por diferentes unidades e órgãos, tratando sobre diferentes temas relativos aos direitos humanos fundamentais. No que se refere às questões de gênero, identificamos 61 práticas, sendo estas na forma de cursos de extensão, cursos de especialização e projetos de extensão comunitária, dentre outros.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos. Compromisso social. Gênero. Unicamp.

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss human rights education in higher education, focusing on the identification of extension practices developed at the State University of Campinas (Unicamp), which deal with gender issues. In other words, it is a matter of noting such issues as interdisciplinary and transversal content to the areas of knowledge. Methodologically, bibliographical and documentary researches of the proposed content were developed, as well as identification and analysis of extension practices pointed out from the databases that the University publishes. As a result, a total of 589 practices were identified between 2006 and 2017, and these were developed by different units and bodies, dealing with different topics related to fundamental human rights. With regard to gender issues, we identified 61 practices, such as extension courses, specialization courses and community outreach projects, among others.

Key-words: Human rights education. Social Commitment. Gender. Unicamp.

INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição social complexa onde se apresentam uma série de demandas, desafios, contradições e debates. Admite-se, pois, que por se tratar de um espaço de formação, deve-se trabalhar na perspectiva de que há a necessidade de democratizá-la - tanto no que se refere a democratização do conhecimento quanto ao acesso das classes populares - e de direcioná-la à defesa e promoção da cidadania e de uma pesquisa e formação críticas e reflexivas. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo debater a educação em direitos humanos no ensino superior, tendo como foco a identificação das práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que dizem respeito às questões de gênero¹. Em outras palavras, trata-se de debater o compromisso social da universidade pública para com temas relativos aos direitos humanos, notabilizando as questões de gênero enquanto conteúdo interdisciplinar e transversal às áreas do conhecimento. Metodologicamente, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas e documentais do conteúdo proposto, bem como identificação e análise das práticas extensionistas apontadas a partir das bases de dados que a Universidade publiciza.

Logo, de modo a contextualizar brevemente o debate sobre o compromisso social da universidade, em especial a pública, discute-se atualmente se o ensino, a ciência e a extensão deveriam preparar indivíduos e produzir conhecimento, ainda que aptos a exercer suas funções produtivas, para atuar crítica e reflexivamente diante de problemas sociais diversos e variados que atingem nossa sociedade, sobretudo para com segmentos e classes sociais marginalizadas e exploradas ou; em que medida o ensino e a produção de conhecimento deveriam seguir os imperativos mercadológicos de um mundo laboral mais instável e flexível em que o conhecimento torna-se cada vez mais um fator produtivo que determina o crescimento e a competitividade de empresas e nações através de inovações tecnológicas - a chamada economia do conhecimento. Há ainda uma terceira perspectiva, sendo esta considerada ultrapassada em âmbito teórico, mas que ainda causa influência na comunidade acadêmica: a universidade cumpre sua função social na medida em que, isolada, produz conhecimento desinteressado que, através processos lineares de transferência, beneficiaria a sociedade como um todo. Verifica-se, então, a aproximação cada vez mais progressiva entre a universidade e o mercado, passando a utilizar o modus operandi administrativo, avaliativo e de controle do setor produtivo como uma das causas pelas quais as universidades brasileiras vêm perdendo sua capacidade de formar cidadãos

A Educação em Direitos Humanos, nesse sentido, poderia ser enquadrada em uma perspectiva mais ampla que impele às universidades públicas brasileiras a comprometer-se com assuntos relativos à cidadania, a democratização do conhecimento e da sociedade, e a uma formação, pesquisa e extensão conectadas aos problemas sociais e às populações que possuem seus direitos violados cotidianamente. Tal processo educativo é considerado enquanto uma alternativa local para a construção de uma cultura pautada nos princípios relativos aos direitos humanos, fomentando uma visão crítica e uma conduta emancipadora através do debate e introdução da temática em atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo como objetivo formar "sujeitos de direitos".

Faz-se necessário destacar que, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tais instituições devem ser responsáveis pela formação de profissionais que respeitam e promovem os direitos humanos, devendo ser incorporado tais princípios, de modo transversal e interdisciplinar nos Programas Pedagógicos dos Cursos (PPCs), bem como nos

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

projetos de pesquisa e extensão. No âmbito do ensino, através da transversalidade de temas; como conteúdo específico; ou de maneira mista. Na pesquisa, deve ser incorporada por meio de políticas de incentivo à realização de estudos e investigações, de forma a criar núcleos de estudos e pesquisas. Na extensão, considerada como a porta de entrada dos direitos humanos na universidade, deve-se ir além do que uma prestação de serviços à comunidade, de forma a assumir um caráter educativo amplo, contribuindo com ações voltadas para os segmentos sociais. Assim, no âmbito de tal prática educativa, encontram-se ainda os debates relativos às questões de gênero, abordando desde violência contra as mulheres e a população LGBT, quanto às possíveis formas de inclusão e garantia dos direitos humanos para tais atores sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apesar dos avanços relativos à incorporação dos direitos humanos em instrumentos internacionais, interamericanos e nacionais, estes não ganharam existência real para grande número de pessoas, sendo evidente a distorção de preceitos legais de dispositivos Constitucionais e de demais legislações. No caso brasileiro, tal situação foi agravada na década de 1990, quando o governo adotou a linha neoliberal, priorizando objetivos econômicos e financeiros em detrimento aos objetivos de cunho social (DALLARI, 2010). Para além das dificuldades relacionadas à efetivação dos direitos fundamentais, evidencia-se o desafio em torná-los conhecidos e respeitados, visto que ainda persiste o desconhecimento por parte da população sobre o que são os direitos humanos, para que servem e quem são protegidos por tais direitos².

À vista disso, a educação³, reconhecida como um dos direitos humanos, vem sendo compreendida como uma ferramenta fundamental para se obter o acesso ao conhecimento histórico dos direitos humanos, permitindo que a cultura de tais direitos seja transmitida de forma a alcançar uma transformação social local, integrando valores e noções relativas à cultura da paz, da tolerância e do respeito às diferenças. Dessa forma, a Educação em Direitos Humanos (EDH) tornou-se parte essencial do conjunto de direitos historicamente constituídos, estando incluída no próprio direito à educação (BRASIL, 2012).

Faz-se necessário destacar que tal direito está positivado em diversos documentos oficiais do Governo Federal brasileiro, bem como está presente em demais documentos do Sistema Internacional e Interamericano de Direitos Humanos. Seu processo constitutivo está diretamente relacionado às lutas pela redemocratização ocorrido nos países latino-americanos, enquanto forma de resistência aos regimes autoritários instituídos na segunda metade do século passado. A Educação em Direitos Humanos, trata-se de uma prática educativa que é reconhecida como uma consequência da decadência de tais ditaduras, operando através de uma perspectiva crítica, de contestação às injustiças e à privação da liberdade e da democracia (VIVALDO, 2009).

2 Segundo uma pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto Pesquisas de Opinião, 43,2% dos entrevistados associam a cidadania aos direitos sociais, sendo considerados os mais importantes para 71% deles. Ao se ouvir falar sobre direitos humanos, 20,5% associa-os ao “direito do cidadão/sociedade”; 14,9% ao “direito a saúde”; 12% ao “direito a escola”; 10,3% ao “direito a ser perdoado”, sendo seguido por menor frequência o “direito à liberdade” (9,6%); “respeito ao próximo” (9,3%); “direito de ir e vir” (7,9%); “direito à vida” (7,6%); “emprego/trabalho para todos” (4,7%); “melhoria na vida da população/políticas públicas e serviços” (4,1%); “direito à moradia” (4%); “lei que protege os infratores” (3,8%); “ajudar o próximo/solidariedade” (2,9%); “acesso à justiça gratuitamente” (2,9%); “direito de votar e ser votado” (2,6%); e, “não existe na prática” (2,2%). Contudo, evidencia-se que, ao se questionar sobre quem tais direitos protegem, 10,4% dos entrevistados responderam “infratores/criminosos/bandidos”; 4,7% “direito dos presidiários”; e, 3,4% “políticos corruptos”. Tal pesquisa reflete a percepção da opinião pública acerca dos direitos humanos, sendo realizada com 2010 pessoas, distribuídas em 150 cidades em 27 Estados da Federação (INSTITUTO PESQUISAS DE OPINIÃO, 2014).

3 A educação é entendida neste trabalho nos termos de Benevides (1996, p. 225), enquanto uma “formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui também a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas”.

De acordo com Botto (apud SCHILLING, 2005), assim como a trajetória histórica dos direitos humanos é classificada por “gerações”, a educação em direitos humanos também apresenta uma evolução que pode ser agrupada em três níveis: no primeiro, encontram-se a liberdade e a igualdade civis, sendo estas positivadas nas declarações de direitos, acompanhando também a noção da tolerância religiosa; o segundo nível diz respeito ao surgimento da noção de direito público, reconhecendo e legitimando os direitos contidos na filosofia das Luzes; e, quanto ao terceiro nível, emergem a partir de 1948, os direitos relativos a grupos sociais específicos, de modo a possibilitar o reconhecimento das diferenças, bem como sua valorização.

Quanto a sua conceituação, na perspectiva de Aguirre (199-?),

Educar para os direitos humanos quer dizer educar para saber que existem também “os outros”, tão legítimos quanto nós, seres sociais como nós, a quem devemos respeitar, despojando-nos de nossos preconceitos e projeções de nossos próprios fantasmas etc. Educar para os direitos humanos quer dizer aceitar a pluralidade cultural e, ao mesmo tempo, educar na identidade, na semelhança fundamental que nos transforma a todos os irmãos. Quer dizer convencer-se de que o ser humano necessita da interação humana para desabrochar. Implica convencer-se de que tal educação não pode ser ministrada setorialmente ou a alguns grupos. A educação autêntica deverá ser integral em sua visão e global em seu método. Educar para os direitos humanos é assumir o primeiro direito fundamental, sem o qual os outros não tem sentido, é o de ser pessoa. A educação levará a pessoa a ser, superando as concepções de comportamento ligadas ao ter e poder, e estabelecendo condutas que garantam aqueles direitos e deveres em virtude dos quais todo ser humano possa crescer em humanidade, ser mais, inclusive sem ter mais. Todo ser humano se converte em educador que promove os direitos humanos quando tem clareza crítica e equilibrado tato ao questionar costumes e comportamentos pessoais e coletivos baseados na auto-defesa frente aos demais, substituindo-os com a atitude de respeito, responsabilidade e colaboração.

Desse modo, a EDH fundamenta-se através do reconhecimento, respeito, defesa e promoção desse conjunto de direitos, possuindo como objetivo desenvolver suas máximas capacidades como sujeitos de direitos, apresentando ferramentas e elementos que possam torná-los efetivos. No que diz respeito ao seu aspecto formativo, Magendzo (2006) destaca que a EDH parte do reconhecimento de dimensões históricas, políticas e sociais da própria educação, baseando-se em valores e princípios relacionados aos direitos humanos em sua plenitude, além da sua correlação com a democracia, o desenvolvimento e a paz. Compreende-se, assim, que o propósito maior em relação a EDH consiste em intervir na formação das pessoas em todas as suas dimensões, cooperando para seu desenvolvimento enquanto cidadão e, ao mesmo tempo, contribuindo com o reconhecimento de seus direitos e deveres (TAVARES, 2010).

De acordo com Benevides (2003), a EDH não trata apenas da transferência de conhecimentos, mas está direcionada a uma mudança cultural local, baseando-se na transferência de valores através de uma educação permanente, continuada e global. Trata-se de uma formação baseada no respeito à dignidade da pessoa humana, estando orientada para “a mudança no sentido de eliminar tudo aquilo que está enraizado nas mentalidades por preconceitos, discriminação, não aceitação dos direitos de todos, não aceitação da diferença”⁴ (BENEVIDES, 2003, p. 1).

Enquanto características centrais, destacam-se: i. diz respeito a uma educação necessariamente direcionada para a mudança; ii. empenha-se para além da transmissão de conhecimentos, tendo

4 No caso do Brasil, tais violações são agravadas devido a herança da escravidão, a qual era considerada como algo natural, permanecendo até os dias de hoje em forma de conduta e mentalidade. Segundo Pedrosa (1999), os estereótipos e descréditos dirigidos às mulheres, negros e índios durante o período colonial, servem até os dias de hoje, enquanto ideias-molde de perspectivas autoritárias, racistas e misóginas que ainda sobrevivem no contexto do país.

em vista a manifestação e reiteração de valores e princípios relativos aos direitos humanos; iii. deve ser trabalhada de modo ininterrupto, atingindo a totalidade dos níveis educacionais formais e informais; iv. trata-se de uma educação que compartilha de uma perspectiva que vai além da luta pelos próprios direitos, abrangendo o reconhecimento e a relevância da luta pelos direitos dos outros, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos (BENEVIDES, 2001). Em outros termos, consiste em um processo educativo que visa romper com estereótipos, preconceitos, discriminações e violações de direitos, devendo se constituir enquanto uma prática presente em todos os níveis da educação, sendo este o espaço de formação em direitos humanos.

RESULTADOS

De acordo com o site institucional da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp (PROEC)⁵, o conceito atribuído a extensão diz respeito àquele propagado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2012, p. 9), o qual considera que este pilar, “sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”. A extensão na Unicamp, desse modo, tem buscado adotar as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, reiterando que o objetivo primeiro desta esfera consiste em:

(...) facilitar o contato de professores, funcionários e alunos com as demandas da sociedade, através de cursos, eventos, projetos de ação solidária, difusão dos resultados dos projetos de pesquisa, constituição de disciplinas práticas e estágios, em um processo no qual a universidade opera em conjunto com as comunidades buscando a superação de problemas e a realização de suas aspirações. Ao mesmo tempo, alunos, professores e funcionários promovem a disseminação do conhecimento gerado na Universidade e trazem novas demandas⁶.

Assim, verifica-se a necessidade da dialogicidade entre a comunidade acadêmica e externa à universidade. Além disso, se pressupõe que tais práticas têm em vista modificar a realidade das comunidades, bem como a disseminação de conhecimentos e a difusão científica. Nesse sentido, buscando realizar o levantamento das práticas extensionistas relativas aos direitos humanos na Unicamp, especificamente àquelas que tratam sobre as questões de gênero, foram utilizadas as seguintes fontes de dados:

Quadro 1. Fontes de dados para o levantamento das práticas extensionistas na Unicamp.

1. Sites dos Institutos e Faculdades da Unicamp
2. Sistema de Arquivos da Unicamp - SIARQ
3. Sites e documentos dos órgãos da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp (PREAC)
4. Projetos aprovados nos editais PEC e PROEXT da Unicamp - CONEX/PREAC
5. Catálogos dos cursos da Escola de Extensão da Unicamp - EXTECAMP
6. Banco de dados da RTV - Jornal da Unicamp

Fonte: elaboração própria.

Para a identificação destas práticas, foram utilizadas as palavras-chave listadas no Quadro 2. Destaca-se que estas foram determinadas de acordo com os princípios e diretrizes dos documentos oficiais do Governo Federal que tratam sobre a educação em direitos humanos, bem como através da literatura consultada sobre o tema.

5 Faz-se necessário destacar que a durante a realização desta pesquisa, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC) da Unicamp modificou sua denominação para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Unicamp.

6 Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/?page_id=5>. Acesso em 23 mai. 2018.

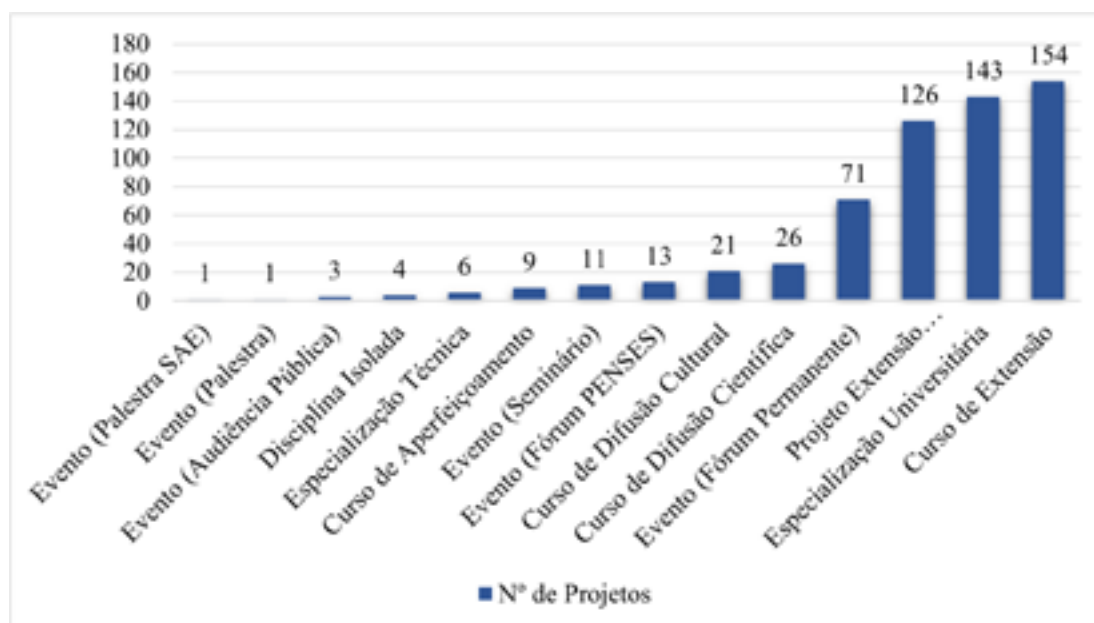
Quadro 2. Lista de palavras-chave consultadas.

Direitos humanos	Direitos fundamentais	Dignidade humana	Dignidade da pessoa humana
Educação em direitos humanos	Educação para os direitos humanos	Educação e direitos humanos	Sujeito de direitos
Igualdade de direitos	Direito à igualdade	Direito à diferença	Igualdade social
Igualdade regional	Laicidade do estado	Estado laico	Democracia da educação
Acesso e permanência	Democracia	Acessibilidade	Acesso
Direito ao meio ambiente	Educação socioambiental	Violações de direitos	Direitos violados
Violações	Combate às violações	Preconceitos	Discriminações
Tortura	Prevenção e combate à tortura	Direitos civis	Direito à liberdade
Direitos políticos	Direito a votar e ser votado	Direitos sociais	Direito à educação
Direito à cultura	Direito à saúde	Direito à alimentação	Direitos econômicos
Direito ao desenvolvimento	Direito ao trabalho	Direito à profissionalização	Trabalho escravo
Trabalho análogo ao escravo	Distribuição de renda	Direitos culturais	Multiculturalismo
Diversidade cultural	Direito à diversidade religiosa	Direito à democracia	Direitos e garantias fundamentais
Cultura da paz	Diversidades e regionalidade	Direito à cidade	Direito à moradia
Direito ao transporte público	Diversidades e diferenças geracionais	Direitos da pessoa idosa	Gênero e diversidades
Direitos LGBT	Cidadania	Direitos e deveres	Direito a migrar
Direito de asilo	Refugiados	Proteção dos refugiados	Direitos das pessoas com deficiência
Direitos humanos das mulheres	Discriminação contra a mulher	Violência contra a mulher	Direitos reprodutivos
Direito à vida	Direito das crianças e dos adolescentes	Direito à convivência familiar e comunitária	Direito à justiça
Direito à verdade	Direito à memória	Direito ao esporte e ao lazer	Inclusão social

Fonte: elaboração própria.

Como resultados, foram identificadas um total de 589 práticas entre o período de 2006 a 2017, sendo estas desenvolvidas por diferentes unidades e órgãos da Unicamp, tratando sobre diferentes temas relativos aos direitos humanos fundamentais. No gráfico 1, observamos que os tipos de práticas mais frequentes se referem aos cursos de extensão universitária, cursos de especialização⁷, projetos de extensão comunitária e eventos organizados na forma de fóruns permanentes, respectivamente. Os cursos de difusão científica e cultural, bem como demais práticas, foram realizados de maneira menos frequente quando comparado aos demais projetos identificados.

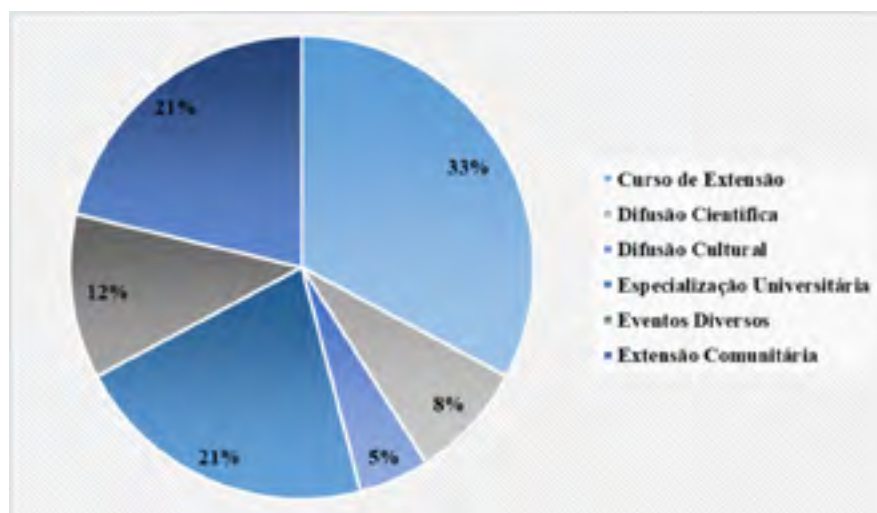
⁷ Destaca-se, contudo, que grande parte dos cursos listados no Apêndice E deste trabalho, foram incluídos devido a oferta de disciplinas que perpassam sobre conteúdos relativos aos direitos humanos fundamentais. Isto é, não se trata especificamente sobre educação em direitos humanos.

Gráfico 1. Tipos de práticas extensionistas identificadas (Valores totais).

Fonte: elaboração própria.

No que se refere às questões de gênero, identificamos um total de 61 práticas extensionistas, estando mais presentes na forma de cursos de extensão (20 práticas); disciplinas de cursos de especialização universitária (13 p.); projetos de extensão comunitária (13 p.); além de eventos (7 p.) e cursos de difusão científica (5 p.) e difusão cultural (3 p.). Observa-se, ainda, que grande parte de tais práticas foram organizadas/ou estavam sob responsabilidade de diferentes institutos e faculdades da Unicamp, além de órgãos da administração direta, são eles: Instituto de Economia (16 p.); Faculdade de Educação (12 p.); Faculdade de Ciências Médicas (10 p.); Instituto de Geociências (6 p.); Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (4 p.); Instituto de Estudos da Linguagem (3 p.); e, demais unidades, como o Instituto de Artes, Faculdade de Ciências Aplicadas e Faculdade de Engenharia de Alimentos (1 prática extensionista cada); além da própria Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp (6 p.) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (1 p.). A distribuição de tais práticas por tipologia, pode ser verificada no gráfico abaixo:

Gráfico 2. Tipos de práticas extensionistas que abordam as questões de gênero no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (2006-2017).



Fonte: elaboração própria.

Tais dados também podem ser agregados com base no ano de realização de cada prática por unidade/órgão responsável. Desse modo, verifica-se, na tabela abaixo, a seguinte distribuição de projetos por ano:

Tabela 1. Práticas extensionistas que abordam as questões de gênero identificadas por ano (2006-2017).

Práticas extensionistas	2006	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	S/D	Total
Curso de Extensão			1	1	1	1	5	5	6		20
Difusão Científica			1	1	1	1		1			5
Difusão Cultural							1	1	1		3
Especialização Universitária			3	3	2	2	1	1	1		13
Eventos Diversos				1	1	2	1		2		7
Extensão Comunitária	1	1	2	2	1	2	1	2		1	13
Total	1	1	7	8	6	8	9	10	10	1	61

Fonte: elaboração própria.

Quanto ao status dos projetos identificados, verifica-se que dentre as 61 práticas, 1 está em andamento; 12 foram finalizados; e, no que diz respeito aos eventos em específico, 7 foram realizados; e, dentre os cursos, 41 foram ofertados. E, no que tange ao tipo de financiamento de tais práticas, identificou-se o seguinte: 44 projetos não especificam em sua descrição o financiamento de suas atividades; 11 foram financiados através de editais da PROEC; 4 referem-se aos eventos financiados pela própria Coordenadoria Geral da Universidade; e, 2 projetos foram financiados através de convênios entre universidades, governo federal e organizações internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EDH deve ser compreendida enquanto um processo educativo capaz de prevenir violações, bem como de informar e fazer conhecer os direitos pelos quais todos somos sujeitos. Trata-se de um compromisso pelo qual todos os níveis da educação formal devem se empenhar em realizar, através de metodologias participativas que traduzam os princípios dos direitos humanos, abordando de forma transversal e interdisciplinar sua variedade de temas. Dentre tais temas, especial destaque se dá às questões de gênero.

No âmbito da Unicamp, assim como pôde ser visualizado, um total de 589 práticas extensionistas sobre direitos humanos foram identificadas durante o período de 2006 a 2017. Destas, apenas 61 tratavam sobre as questões de gênero, estando presentes em poucas unidades da Universidade. Isto é, representam apenas 10,3% de todas as práticas extensionistas identificadas no período supracitado. Nesse sentido, verifica-se a necessidade da inclusão de tal temática nas diferentes áreas do conhecimento, especialmente na esfera da extensão. Visualiza-se, assim, que é a partir deste pilar que a universidade pública consegue dialogar e interagir, de forma mais profícua, com as classes sociais populares, através da problematização e crítica das violações que tais populações vivenciam de forma cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Luiz Perez. **Educar para os Direitos Humanos: O Grande Desafio Contemporâneo**. 199-?. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/aguirre.htm>>. Acesso em 04 abr. 2018.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? In: LEITE, Raquel Lazzari Barbosa; CATANI, Denice Barbara. **Formação de educadores – desafios e perspectivas**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação em direitos humanos: de que se trata?. **Formação de Educadores. Desafios e Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 38, p. 223-237, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Brasil rumo à sociedade justa. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.) et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico- metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008, p. 29-49.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2018.

INSTITUTO PESQUISAS DE OPINIÃO. **Direitos humanos. Percepções da opinião pública**. 2014.

MAGENDZO, Abraham. **Educación en derechos humanos – un desafío para los docentes de hoy**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

SCHILLING, Flávia. **Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas**, São Paulo, EDUSP/Cortez, 2005.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p. 487-503, 2010.

UNICAMP. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Missão PROEC**. Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/?page_id=5>. Acesso em 23 mai. 2018.

VIVALDO, Fernando Vicente. **Educação em Direitos Humanos**: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

UMA APURAÇÃO DO ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA *STRICTO SENSU* NO BRASIL (2013-2017)

VICTOR MARTINS RAMOS RODRIGUES

UENF

doc.victoruenf@gmail.com

LEANDRO GARCIA PINHO

UENF

leandrogarciapinho@gmail.com

Resumo

O presente levantamento busca evidenciar a situação da produtividade acadêmica na educação superior no nível de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil a respeito da temática da educação em direitos humanos. Buscou-se gerar uma compilação sistematizada e organizada em torno de oito categorias afetas ao grande universo temático da educação em direitos humanos. Para tanto, foram analisados os resultados de buscas de teses e dissertações no repositório oficial da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no ambiente do ciberespaço, o Catálogo de Teses e Dissertações em período compreendido nos últimos cinco anos, entre 2013 e 2017, excluindo-se a análise dos resultados gerados em relação ao ano de 2018, tendo em vista não estarem ainda finalizados os registros dos trabalhos na plataforma. Metodologicamente, o estado da arte serve como diagnóstico da consistência acadêmica em relação a determinada temática, e justifica-se a sua eleição aqui tendo em vista que ainda são poucos os trabalhos nesse sentido em relação à educação em direitos humanos. Verificou-se que a notória maioria dos resultados concentrou-se nas produções de mestrados, e que ainda são poucas as produções de teses relacionadas à temática da educação em direitos humanos. Além disso, a interdisciplinaridade foi a característica que mais se sobressaiu na pesquisa, dada a variedade de temas conexos problematizados nas pesquisas acadêmicas apuradas no período.

Palavras-chave: diagnóstico - produtividade acadêmica - *stricto sensu* - educação em direitos humanos - interdisciplinaridade.

Abstract

The present survey seeks to highlight the situation of academic productivity in higher education at the *strictosensu* postgraduate level in Brazil regarding the theme of human rights education. The aim was to generate a systematized compilation organized around eight categories that are relevant to the broad thematic universe of human rights education. For that, the results of searches about theses and dissertations were researched in the official repository of CAPES - Coordination of Improvement of Higher Level Personnel in the cyberspace environment, the Catalog of Theses and Dissertations in a period comprised in the last five years between 2013 and 2017, excluding the analysis of the results generated in relation to the year 2018, in view of not yet finalized the records of the works on the platform. Methodologically, the state of the art serves as a diagnostic of academic consistency in relation to a given theme, and its election is justified here, given that the work in this regard is still limited in relation to human rights education. It was found that the vast majority of the results concentrated on the productions of master's degrees, and that the productions of theses related to the subject of human rights education are still meager. In addition, interdisciplinarity was the most prominent feature of the research, given the variety of related themes discussed in the academic research conducted in the period.

Keywords: diagnosis - academic productivity - *strictosensu* - human rights education - interdisciplinarity.

1. Introdução

Como intervenção pública incidente sobre o bem-estar da população para modificar, manter ou proporcionar melhorias nas condições de vida das pessoas, por meio de coberturas de necessidades básicas dos cidadãos, as políticas sociais podem se materializar por meio da educação, saúde, habitação, proteção social, dentre outras (MONTAGOUT, 2014, p. 21).

Em âmbito mais amplo e atual, os estudos de política educacional tendem a se encaminhar por três vias possíveis: “a) o desenvolvimento de modelos analíticos pelos quais as políticas podem ser analisadas e interpretadas; b) a análise de um conjunto de questões relacionadas às políticas; e, c) a análise crítica de políticas específicas”. (BALL & MAINARDES, 2011, p. 11).

Buscamos aqui apurar a produtividade acadêmica sobre a educação em direitos humanos, que é enfoque muito significativo de políticas educacionais específicas vigentes.

Como educação em direitos humanos, entenda-se por ora, superficialmente, que é aquela educação voltada para a democracia, em busca da efetivação da cidadania, que pretende implantar a cultura do respeito mútuo às diversidades humanas, em prol da dignidade. Trata-se de um contínuo processo formativo de vida individual, pelo qual se conscientiza e se propaga as ideias de cidadania e de respeito ao próximo.

Enfim, tendem a formar sujeitos sabedores e praticantes de seus direitos e deveres, fundamentais para práticas saudáveis de convívio coletivo e redução da violência social (SILVA; TAVARES, 2013).

Os diversos instrumentos normativos dos quais emanam as políticas de educação em direitos humanos estão compreendidos dentre as provenientes da Organização das Nações Unidas (ONU), que de instituiu a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos de 1995 a 2004 (ONU, 1994) e o Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos -2ª fase (ONU, 2012).

No Brasil, vão desde o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos vigente (BRASIL, PNEDH, 2013) e as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, DNEDH, 2013) até os Planos Municipais de Educação em Direitos Humanos. A justificativa da execução do presente levantamento da produção acadêmica sobre educação em direitos humanos no Brasil se deve ao fato de que exploração acadêmica dessa temática é “especialmente” tardio no Brasil conforme corrobora Sollon Eduardo Annes Viola (*apud* SILVA e TAVARES, 2010, p. 16).

Porém, ainda é pobre a exploração dessa temática pela produção acadêmica de nível superior *stricto sensu* no Brasil, conforme apuramos, especialmente em relação às teses de doutorado.

Uma pesquisa mais aprofundada no campo das produções acadêmicas no nível de pós-graduação *stricto sensu* é desejável por permitir a contextualização do estado da arte como metodologia eficiente para a identificação de temáticas atreladas à educação em direitos humanos problematizadas nas pesquisas nos níveis mais elevados de formação acadêmica, bem como as lacunas no conhecimento sobre o assunto, como de fato serão mostradas pelas evidências que emergiram do levantamento.

A partir desse momento faremos a opção redacional de referência à educação em direitos humanos apenas através da sua abreviação pela sigla EDH, para fins de se evitar repetições, facilitar a clareza textual e agilizar a leitura.

2. Sobre a base de dados

A apuração de teses e dissertações foi feita exclusivamente no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que é um sistema de pesquisa bibliográfica que reúne registros desde 1987, elaborada em cumprimento ao disposto na Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006 que institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos no Brasil. Os metadados e os arquivos completos das teses e dissertações são alimentados diretamente pelos próprios programas de pós-graduação através da Plataforma Sucupira, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas à CAPES. O sistema permite o refinamento da busca com base em diversos critérios, tais como: tipo; ano; autor; orientador; banca; grande área do conhecimento; área do conhecimento; área de avaliação; área de concentração; nome do programa; instituição e biblioteca.¹

O repertório oficial de produções acadêmicas existentes na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que se evidencia como fonte fidedigna e confiável para a pesquisa, eis que possibilita a exploração de diversas modalidades de busca e filtragens como as elencadas acima.

Além disso, permite livre acesso aos resumos dos referidos produtos acadêmicos, o que facilita o trabalho de categorização dos assuntos ligados à temática da educação em direitos humanos. Daí a justificativa pela sua eleição para o levantamento dos frutos acadêmicos de programas de doutorados e mestrados reconhecidos pela CAPES.

3. Os critérios e filtros de busca aplicados à classificação dos resultados

Ao acessar a página do sistema de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, é de plano evidenciado um campo de busca para a inserção dos termos que se pretende consultar no repertório.

Foi utilizada a técnica da busca de frase exata, colocando-se os termos entre aspas. Esse mecanismo modalidade de busca ignora palavras soltas e traz somente os resultados com a frase exata, delimitando com precisão a busca pelas palavras na sequência pretendida (KENT, 2015, p. 54). Essa técnica dispensa a utilização de conectores entre as palavras e permite uma significativa filtragem dos resultados logo de plano, otimizando-se qualitativamente os resultados.

No caso, a primeira busca foi feita com a frase exata: *educação em direitos humanos*. No campo de busca, abriu-se as aspas antes da palavra educação e fechou-se as aspas logo após a palavra humanos.

Como fruto dessa busca sem nenhum outro filtro, obtivemos o total de 314 teses e dissertações entre os anos de 2001 a 2017 cujos resumos continham a expressão exata “educação em direitos humanos”.

O que nos chama a atenção nesse resultado inicial é que nenhuma tese ou dissertação com essa temática foi publicada nos anos de 2002 e 2004. É significativo também que o primeiro resultado para a busca só tenha aparecido no ano de 2001 com 02 (duas) produções acadêmicas, saltando-se para o ano de 2003 quando foi obtido o resultado de somente 01 (uma) produção acadêmica em termos de EDH.

¹ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/periodicos/3571-como-funciona-o-banco-de-teses>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Esse dado preliminar merece ser destacado porque estes anos (e números de produções) estavam compreendidos em pleno fim da Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos - 1995/2004 (ONU, UNESCO, 1999), período em que era de se esperar uma abordagem acadêmica quantitativamente maior em termos de teses e dissertações em matéria de EDH.

3.1. Primeira classificação e filtragem: quanto ao grau acadêmico

De posse desse total de 314 trabalhos acadêmicos em que se discutiu a EDH, aplicamos o primeiro filtro em relação ao tipo de produção, referindo-se ao refinamento de acordo com o grau acadêmico. Das quatro opções disponíveis (Doutorado, Mestrado, Mestrado Profissional e Profissionalizante), foram considerados apenas os graus de doutorado e mestrado acadêmicos, com a exclusão dos tipos: mestrado profissional e profissionalizante. Com a aplicação dessa filtragem, o resultado anterior foi reduzido para 275 (duzentos e setenta e cinco) teses e dissertações sobre EDH, considerando-se todos os registros obtidos desta busca sem aplicação de nenhuma outra espécie de filtragem.

3.2. Segunda classificação e filtragem: quanto aos anos de defesa

A partir desse resultado, aplicamos o segundo filtro em relação à delimitação cronológica compreendida entre os anos de 2013 a 2017, ou seja, o último quinquênio passado. Devemos salientar que não foram considerados nessa busca os resultados possíveis em relação ao vigente ano de 2018 tendo em vista que o repositório da CAPES ainda está sendo alimentado com as produções acadêmicas que foram defendidas durante esse ano, além de estar carente de informações em relação às teses e dissertações que ainda serão defendidas no ano. Portanto, tendo em vista que dados ainda estão sendo (e serão) alimentados na plataforma virtual de busca, excluiu-se propositalmente os possíveis resultados em relação ao ano de 2018.

Admitindo-se na busca a filtragem apenas de teses e dissertações defendidas no período compreendido nos anos de 2013 a 2017, foram obtidos 196 (cento e noventa e seis) resultados no total. Esses serão os marcos cronológico e quantitativo considerados para aplicação de outros filtros do sistema do Catálogo de Teses e Dissertações conforme se verá a seguir.

Desse universo, constatamos que as dissertações foram em número de 168 (cento e sessenta e oito) enquanto as teses somaram apenas 28 (vinte e oito) produtos acadêmicos. Se considerado cada ano, verificamos o quantitativo de: i) 23 (vinte e três) teses e dissertações no ano de 2013; ii) 35 (trinta e cinco) teses e dissertações no ano de 2014; iii) 33 (trinta e três) teses e dissertações no ano de 2015; iv) 38 (trinta e oito) teses e dissertações no ano de 2016 e; iv) no ano de 2017 foi apurado um salto quantitativo na produtividade acadêmica em matéria de EDH, quando os resultados apontaram a existência de 67 (sessenta e sete) teses e dissertações.

Num quadro comparativo considerando os resultados das buscas sobre EDH com todas as demais teses e dissertações defendidas em cada um dos anos pesquisados no sistema e sem aplicação de nenhuma espécie de filtragem disponível no sistema, a não ser por anos, obtém-se a nítida constatação de quão simplória é a discussão acadêmica em torno da temática (interdisciplinar) da EDH, conforme abaixo ilustrado:

Tabela 1: Comparativo considerando os resultados das buscas sobre EDH.

<u>ANO</u>	<u>EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</u>	<u>TODAS AS TESES E DISSERTAÇÕES</u>
2013	23	68.167
2014	35	71.192
2015	33	76.719
2016	38	82.148
2017	67	82.992
<u>Total:</u>	196	381.218

Fonte dos dados: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES)

Em percentuais, as pesquisas em matéria de EDH nos programas de doutorado e mestrado defendidas de 2013 a 2017 representam apenas uma ínfima parcela de aproximadamente 0,051% do universo total (100%) de teses e dissertações cadastradas no sistema Catálogo de Teses e Dissertações em relação ao mesmo período.

Apresentar esse percentual irrisório é importante para o presente estudo tendo em vista as naturezas inter e transdisciplinar da EDH, que deveria ser abordada transversalmente nas políticas públicas e em todos os níveis e modalidades de educação, conforme preconiza o PNEDH (BRASIL, 2013). A pesquisa já confirma então o atraso nas discussões em torno da temática no Brasil.

3.3. Terceira classificação e filtragem: das grandes áreas do conhecimento

No que diz respeito às grandes áreas do conhecimento, considerando os marcos de 196 (cento e noventa e seis) teses e dissertações e o período de 2013 a 2017, os resultados da pesquisa corresponderam às expectativas quanto à concentração de trabalhos acadêmicos em nível de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Em primeiro lugar e com o maior número de teses e dissertações defendidas que abordaram a EDH figura a grande área das Ciências Humanas, com 86 (oitenta e seis) resultados; em seguida apareceu a grande área Multidisciplinar, com 78 (setenta e oito) produtos acadêmicos. A surpresa ficou por conta da constatação de que na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, que apresentou um número relativamente baixo de produções acadêmicas, apenas 28 (vinte e oito) teses e dissertações em matéria de EDH. Por último, figurou a grande área da Linguística, Letras e Artes, com apenas 02 (dois) resultados.

Destacamos aqui uma possível falha no sistema de contagem ou filtragem do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em relação à grande área do conhecimento: o somatório dos resultados obtidos é de 195 (cento e noventa e cinco), ao passo que foram obtidos 196 (cento e noventa e seis) resultados no período de 2013 a 2017, entre teses e dissertações em doutorado e mestrado acadêmicos. Falta a representatividade de 01 (um) produto acadêmico.

A fragilidade da abordagem da EDH na grande área das Ciências Humanas é apurada pelo gráfico comparativo abaixo em relação a todas as teses e dissertações defendidas no Brasil entre 2013 a 2017 nesta grande área:

Tabela 2: Comparativo em relação a todas as teses e dissertações defendidas no Brasil entre 2013 a 2017.

PRODUÇÃO ACADÊMICA STRICTO SENSU NA GRANDE ÁREA DE HUMANAS		
<i>ANOS</i>	<i>Educação em direitos humanos</i>	<i>Todas as teses e dissertações</i>
2013 a 2017	86	48.849
Percentual:	0,17% (aprox.)	100%

Fonte dos dados: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES.

Assim destacamos que do universo total (100%) de 48.849 (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e nove) teses e dissertações defendidas de 2013 a 2017 na grande área das Ciências Humanas, apenas 86 (oitenta e seis) dizem respeito à matéria de EDH, o que em termos percentuais aponta um assustador desinteresse pela temática, visto que a representatividade percentual de teses e dissertações em matéria de EDH na grande área das Ciências Humanas é de apenas 0,17% aproximadamente.

3.4. Quarta classificação e filtragem: quanto às áreas de avaliação

Em relação à abordagem da EDH nas áreas de avaliação consideradas pela CAPES, ainda considerados os marcos de 196 (cento e noventa e seis) resultados obtidos para os anos de 2013 a 2017, destacamos pelos dados da busca, que o interesse acadêmico pela produção em matéria EDH se concentra fortemente em duas grandes áreas de avaliação: Interdisciplinar, com 77 (setenta e sete) resultados e Educação, com 72 (setenta e dois) resultados. A partir daí, a grande área do Direito é a que mais produz teses e dissertações, apresentando 28 (vinte e oito) teses e dissertações em matéria de EDH e por isso a escolha categoria aqui analisada, conforme explicaremos melhor oportunamente.

As áreas de avaliação Interdisciplinar e Educação como concentradoras do maior número de teses e dissertações defendidas em matéria de EDH também não se mostrou uma surpresa, confirmando a expectativa nesse sentido.

Na sequência, apareceram a Sociologia, com 08 (oito) resultados; Psicologia, com 03 (três) resultados; História com 02 (dois) resultados; e com apenas 01 (um) produto acadêmico em termos de EDH apareceram as áreas de Ensino; Serviço Social; Letras/Linguística e Ciências da Religião.

Dado que merece destaque é a figuração da área de avaliação Ensino como última colocada por apresentar apenas 01 (um) produto acadêmico em EDH.

3.5. Quinta classificação e filtragem: quanto às IES

A aplicação do filtro para separação das teses e dissertações em matéria de EDH no Brasil por Instituições de Ensino Superior (IES) também apontou interessantes dados. Com base nos marcos de 196 (cento e noventa e seis) produções nos anos de 2013 a 2017, apurou-se que, dentre as 53 (cinquenta e três) IES que apresentaram resultados na busca junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a que se destacou como polo referencial nas pesquisas acadêmicas em relação à temática de EDH no país foi a UFPB - Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa), que detém a concentração de 39 (trinta e nove) teses e dissertações defendidas no período acima. Muito dessa concentração deve à existência de um renomado Programa de Pós-graduação em Educação e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas na referida IES.

Voltando à análise das 196 (cento e noventa e seis) teses e dissertações em matéria de EDH nos anos de 2013 a 2017 classificadas em relação à IES, apresentamos o quadro abaixo contendo apenas as 04 (quatro) universidades que concentram o maior número de produções acadêmicas, acima de 10 (dez) em matéria de EDH no nível de pós-graduação *stricto sensu*, conforme quadro abaixo:

Tabela 3: Quatro universidades que concentram o maior número de produções acadêmicas, acima de 10 (dez) em matéria de EDH no nível de pós-graduação *stricto sensu*.

IES	Número de Teses e Dissertações
UFPB – Univ. Federal da Paraíba	39
PUC/PR – P. Univ. Católica do Paraná	17
UFG – Univ. Federal de Goiás	16
UnB – Univ. de Brasília	15

Fonte dos dados: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES

Todas as outras 49 (quarenta e nove) IES apresentaram número de produções acadêmicas inferior a 10 (dez) em todo o período de 2013 a 2017, razão pela qual foram excluídas da referência nominal.

O que se deve destacar dessas 49 (quarenta e nove) IES excluídas da referenciação nominal, é que 29 (vinte e nove) delas apresentou apenas 01 (um) produto acadêmico em matéria de EDH no período analisado, o que evidencia um pulverizado interesse acadêmico nesse sentido pelo Brasil e isolado nessas IES. Neste rol, figura a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, que, apesar disso, está em vias a abandonar esse elenco tendo em vista a existência da pesquisa de doutorado em andamento sobre essa temática, em que o primeiro auto deste artigo é orientado pelo segundo.

4. A categorização qualitativa e os critérios adotados

Esclareço aqui, o momento mais oportuno para isso, que por necessidade de atendimento às regras do VII CONINTER, que limita o número de palavras dos trabalhos a serem publicados em anais do evento, precisei escolher apenas 01(uma) uma dentre as 08 (oito) categorias anteriormente identificadas, a fim de que o trabalho completo não fosse descartado.

Terminada a exposição dos dados quantitativos, passamos agora a analisar qualitativamente o teor das teses e dissertações em matéria de EDH obtidas pelos resultados de consultas ao repositório oficial da CAPES, o Catálogo de Teses e Dissertações.

Todavia, é preciso esclarecer que a partir deste ponto do levantamento o marco numérico de 196 (cento e noventa e seis) produtos acadêmicos será abandonado, sendo mantido apenas o marco temporal da pesquisa nos anos de 2013 a 2017.

Como refinamento necessário para a elaboração de uma análise qualitativa mais substancial e objetiva das teses e dissertações encontradas, aplicou-se um último critério de refinamento para delimitar ainda mais o universo da pesquisa.

O critério de refinamento adotado foi a eleição de todas as teses e dissertações que continham expressamente em seus títulos, a frase exata: “educação em direitos humanos”. Portanto, foram analisadas apenas e tão somente estas produções acadêmicas.

Foram deliberadamente excluídos da análise qualitativa os resumos de teses e dissertações cujos títulos não contivessem tal expressão exata, além daquelas que continham expressões análogas em seus títulos.

Com esse refinamento o universo de teses e dissertações em matéria de EDH, cujos resumos foram analisados qualitativamente, foi reduzido para 72 (setenta e duas), sendo 64 (sessenta e quatro) dissertações e apenas 08 (oito) teses. Pela leitura dos respectivos títulos e resumos, foi possível, através de um esforço sistemático, compilar, agrupar e redistribuir esse universo em 08 (oito) categorias temáticas inicialmente, e, por força de imposições formais deste evento para a adequação deste trabalho completo, foram abandonadas 07 (sete) categorias.

A categorização foi feita com base na correlação entre a EDH e outros temas abordados nas teses e dissertações. Passaremos então a abordar apenas uma dessas categorias pelas razões acima expostas, apurada com base nos títulos e nos resumos:

4.1. EDH e Direito/Justiça:

Tal categorização se deu por conta do destacado enfoque jurídico da EDH voltada para promoção e efetivação de direitos e da justiça, organizada em temáticas como: cidadania, ensino jurídico, direitos na educação, democracia e acesso à justiça.

Relativamente à EDH aplicada ao ensino jurídico, Bechade (2013) analisou os processos e impactos na formação dos discentes do curso de Direito no Centro de Ciências Jurídicas da na Universidade Federal da Paraíba – UFPB após terem cursado disciplinas na temática dos Direitos Humanos.

Ferrari (2014) questiona se o atual ensino jurídico, de matriz liberal-individualista, alicerçado numa educação formal e instrumental, é válido como proposta educacional no desenvolvimento de habilidades individuais dos discentes. No mesmo sentido, a EDH é tida como caminho para efetivação da democracia e dos direitos humanos é abordado sob a ótica da atuação da defensoria pública na dissertação de Cruz (2014).

Santos (2016) trata os fundamentos da EDH como avanços na educação básica, constituindo-se como direito essencial a ser implementado nesse nível de educação.

A EDH foi articulada em relação à ideia de justiça restaurativa como paradigmas para uma proposta de reforma da justiça criminal na dissertação de Teófilo (2015). Um estudo de caso foi desenvolvido por Soares (2014) ao correlacionar a temática da EDH com o acesso à justiça.

Numa comparação com a educação com moldes na Paideia da Grécia antiga, Dellisola (2014) tenta refletir sobre a construção de uma educação jurídica em Direitos Humanos-Fundamentais desde então.

5. Considerações finais

A análise das produções acadêmicas em nível de *stricto sensu* presentes na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES deu-se a partir da eleição de descritores indicados, levando-se em consideração a expressão exata: *educação em direitos humanos* com a técnica de se colocar essa expressão entre aspas, através da leitura de resumos e categorização das temáticas correlacionadas com a EDH.

Os resultados produzidos pelo estudo apontam um cenário no qual as temáticas que se relacionam interdisciplinarmente com a discussão sobre o tema da educação em direitos humanos apontam um déficit no interesse acadêmico sobre o tema. Conclui-se ser necessária o aprofundamento da temática junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

Referências

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. "Introdução". **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BECHADE, Maria Jose Soares. **Educação em Direitos Humanos no Ensino Jurídico na UFPB**. 26/04/2013 171 f. Mestrado em CIÊNCIAS JURÍDICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, João Pessoa Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA SETORIAL ENZO MELEGARI - NCDH-CCHLA.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Sec. de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Sec. Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CRUZ, Rafael Rocha Paiva. **Educação em direitos humanos: caminhos para a efetivação da democracia e dos direitos humanos e o papel da Defensoria Pública**. 08/09/2014 183 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC-SP.

DELLISOLA, Valeria Cassia. **Paideia jurídica: uma reflexão sobre a educação em direitos humanos-fundamentais**. 21/02/2014 141 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: UFMG.

FERRARI, Rosangela Cleveland. **Educação em direitos humanos e ensino jurídico: responsabilidade por justiça na perspectiva de Iris Young**. 27/08/2014 91 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS, Petrópolis Biblioteca Depositária: UCP.

KENT, Peter. **Otimização para mecanismos de busca para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

MONTAGOUT, Teresa. **Sociología. Política Social: Una introducción**. 4ª edición. Capítulo 1, "¿Que es la política social?". Barcelona: Editorial Ariel, 2014 - Ciencias Sociales.

ONU. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Resolução 49/184 que instituiu a Década Mundial para a Educação em matéria de Direitos Humanos - 1995/2004. Paris, 1994.

_____. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos: Segunda fase**. UNESCO: Paris e Brasília, 2012, 38 pp.

_____. UNESCO. Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. **A Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995/2004**. Genebra: UNESCO, jun. 1999. Disponível em: http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/serie_decada_1_b_nacoes_unidas_educacao_dh_.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

SANTOS, Dayvid De Farias. **A educação em direitos humanos como direito na educação básica**. 28/06/2016 141 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

SILVA, Aida M.M.; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. *In: Educação*. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 50-58, 2013.

SOARES, Maria Isabel Lopes Da Cunha. **Acesso à justiça e educação em direitos humanos - Estudo de caso: programa centro de integração da cidadania**. 06/06/2014 119 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

TEOFILO, Anna Mayra Araújo. **Educação em direitos humanos e justiça restaurativa: cruzamentos paradigmáticos de reforma da justiça criminal**. 23/04/2015 103 f. Mestrado em CIÊNCIAS JURÍDICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/ JOÃO PESSOA, João Pessoa Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA SETORIAL ENZO MELEGARI - NCDH-CCHLA.

PRINCIPAIS APORTES NORMATIVOS SOBRE O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS

KAMILA APARECIDA IWANAMI RODRIGUES

UFF/INFES

kamilaiwanami.adv@hotmail.com

VICTOR MARTINS RAMOS RODRIGUES

UENF

doc.victoruenf@gmail.com

WENDEL MATTOS POMPILHO

UFF/INFES

pompilho@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como foco principal as principais normas que tratam do direito ao acesso de pessoas com deficiência na educação superior no Brasil, à luz dos Direitos Humanos. Busca-se, pela metodologia de pesquisas bibliográfica e legislativa, comparar a adequação entre as normas internacionais de direitos humanos que vinculam o Estado Brasileiro e a normatização federal interna, especialmente no que se destinam à questão educacional e às pessoas com deficiência. O problema da investigação é a ineficácia dessas normas em termos políticos no Brasil, apesar dos amparos existentes. Como objetivo, pretende-se identificar eventuais discrepâncias entre os sistemas de proteção internacional e nacional de direitos humanos aplicáveis às pessoas portadoras de deficiência e o acesso destas à educação superior em nossa República. Os possíveis resultados esperados são a denúncia dessas eventuais divergências e a formação de um produto científico com a capacidade de ampliar a discussão acadêmica sobre a temática.

Palavras-chave: Acesso à educação superior – pessoas com deficiência – direitos humanos.

1 Introdução

No Brasil existem várias normas federais que regulam o acesso à educação superior por pessoas com deficiência que são, ao menos formalmente, apropriadas para mitigar evidentes injustiças históricas, culturais e sociais.

Não bastassem as dificuldades inerentes à deficiência, essas pessoas enfrentam outros desafios, no mínimo, injustos quando se verifica a viabilização de seu ingresso na educação de nível superior.

Como vítimas da vulnerabilidade social em que estão inseridas, as normas internas devem, além de mitigar as desigualdades entre pessoas portadoras de deficiência e as não portadoras de deficiência, manter harmonia com os preceitos normativos internacionais de direitos humanos.

Daí a relevância de se verificar a harmonia entre o que regulamentam os principais instrumentos normativos internacionais, gerais e específicos, de proteção dos direitos humanos com as normas federais vigentes no país.

2. O direito à educação como direito humano em instrumentos normativos internacionais:

Partindo-se de uma análise do conteúdo de alguns dos principais instrumentos normativos internacionais que tratam da educação como direito essencial à dignidade humana, serão apontados os principais pontos de destaque desses regulamentos.

A educação é fomentada como direito humano universal, em nível internacional, desde a Carta de São Francisco de 1945, no capítulo designado à consecução do objetivo de cooperação internacional nos campos econômico e social. Frise-se, que este instrumento normativo também conhecido por Carta das Nações Unidas (ou Carta da ONU), foi o tratado que instituiu a existência formal das Nações Unidas.

Articulando-se com os objetivos da Organização das Nações Unidas, ficou instituído que no artigo 55, itens “a”, “b” e “c”, confira-se, *in verbis*:

[...] a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional, **de caráter cultural e educacional**; o respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais **para todos, sem distinção** de raça, sexo, língua ou religião.

No Brasil, a Carta das Nações Unidas foi promulgada pouco tempo depois, pelo Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 (BRASIL, 1945).

Para realização desses objetivos de cooperação internacional instituídos na Carta da ONU, em especial para a educação e cultura, foi criada a agência própria, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, de natureza intergovernamental vinculada às Nações Unidas pelo artigo 57, item 2 da Carta da ONU (ONU, 1945).

À UNESCO (UNESCO, 1945), compete então, nos termos do artigo I, item 1 de sua Constituição, original sem destaques:

[...] contribuir para a paz e para a segurança, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para **fortalecer o respeito universal pela justiça**, pelo estado de direito, e **pelos direitos humanos e liberdades fundamentais**, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, **sem distinção** de raça, sexo, idioma e religião.

Dessa forma a UNESCO possui papel central para efetivar tais direitos na esfera internacional, em busca de “*oportunidades plenas e iguais de educação para todos, na busca irrestrita da verdade objetiva*” (UNESCO, 1945).

Posteriormente, a educação também foi inserida no rol dos direitos humanos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que se extrai de seu artigo XXVI (ONU, 1948). Portanto, trata-se de um direito universal.

Outras normas gerais de direito internacional garantem o direito à educação como essencial à dignidade humana, como dentre os direitos sociais do PIDESC – Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seus artigos 13 e 14 (ONU, 1966), promulgado pelo Brasil através do Decreto Nº 591, de 06 de julho de 1992 (BRASIL, 1992).

No item 1, artigo 13 do PIDESC (ONU, 1966), original sem destaques, está previsto:

Os Estados Partes do presente Pacto **reconhecem o direito de toda pessoa à educação**. Concordam em que a educação deverá visar ao **pleno desenvolvimento** da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e **fortalecer o respeito pelos direitos humanos e**

liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a **participar efetivamente** de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

O item 2 do mesmo artigo 13 do PIDESC, refere-se especificamente à educação de nível superior, a qual *“deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito”*. Portanto, verifica-se como dever imperativo do Estado Parte, a obrigatoriedade de tornar *“acessível a todos”* e *“por todos os meios apropriados”*, a educação de nível superior (ONU, 1966).

Apenas como eleição de instrumento normativo específico o direito à educação é garantido pela Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em seu artigo 24, item 1, que contém os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades, determinando que os Estados Partes assegurem, imperativamente, *“sistema educacional inclusivo em todos os níveis”* (ONU, 2007).

É dever, imperativo, do Estado assegurar o acesso de pessoas com deficiência à educação de nível superior, sem discriminação e em igualdade de condições, com adaptações razoáveis para pessoas com deficiências. Tal Convenção foi promulgada na República Federativa do Brasil pelo Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009).

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia (1990), tratou do amparo à educação das pessoas com deficiência nos artigos 3º, item 5; artigo 10; Introdução, item 3; Objetivos e metas, item 5, iii e item 8, I e finalmente na parte que trata dos Princípios e ações, item 45, d.

Outra conferência em 1994, em Salamanca, deu origem aos termos da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, Acesso e Qualidade, tratando do tema em seus vários dispositivos.

Ficam assim apontados brevemente os principais instrumentos normativos gerais internacionais.

No nível regional de proteção dos direitos humanos, cite-se que a OEA - Organização dos Estados Americanos foi a pioneira, e por isso, é o mais antigo organismo regional do mundo. Fundada em 1948, em Bogotá, na Colômbia, a Carta da OEA entrou em vigor em 1951 e prevê a educação, como princípio em seu artigo 3º. Como direito vital à dignidade humana, a educação está inserida em seus artigos 34, 47, 48, 49, 50, 52 e 95. A educação de nível superior está expressamente prevista no artigo 49, item “c”, que prevê: *“A educação de grau superior será acessível a todos, desde que, a fim de manter seu alto nível, se cumpram as normas regulamentares ou acadêmicas respectivas”* (OEA, 1948).

Destacam-se desse dispositivo dois fatores que não podem passar despercebidos: o primeiro se refere à acessibilidade da educação superior para todos. O segundo é a condição de que, para tanto, as normas regulamentares ou acadêmicas respectivas devam ser cumpridas pelos interessados em prol da manutenção do alto nível desse grau de educação. Encontra-se aqui, uma condição impeditiva menos benéfica que a previsto no já citado artigo 13, item 2 do PIDESC.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica de 1969 (OEA - 1969), prevê o direito à educação em seus artigos 12, item 4;

artigo 26; artigo 42, que devem ser orientados pelo que prevê o artigo 1º, no qual os Estados Partes devem se comprometer a respeitar a convenção e a todos os direitos e liberdades nela reconhecidos, bem como garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita a sua jurisdição, “sem discriminação alguma, por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas, ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social” (OEA, 1969) no art. 1º, sem grifos no original.

Ainda no âmbito da OEA, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência é específica em prever o amparo de pessoas com deficiência no que diz respeito ao acesso à educação no artigo III, itens 1 e 2 (OEA, 1999). A referida convenção foi promulgada pela República Federativa do Brasil através do Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001).

O artigo 16 do instrumento denominado Carta Democrática Interamericana (OEA, 2001), aprovada na primeira sessão plenária de 11 de setembro de 2001, institui em seu artigo 16 o seguinte, *ipsis litteris*:

A **educação é chave** para fortalecer as instituições democráticas, **promover o desenvolvimento do potencial humano** e o alívio da pobreza, e fomentar um maior entendimento entre os povos. Para alcançar essas metas, **é essencial que uma educação de qualidade esteja ao alcance de todos**, incluindo as meninas e as mulheres, os habitantes das zonas rurais e **as minorias**.

Desse dispositivo, extraem-se importantes diretivas de ações estatais na condução das políticas educacionais. Existe o exposto reconhecimento de que a educação é “*chave*” para promoção do “*desenvolvimento do potencial humanos*” e, que para isso, é indispensável que uma “*educação de qualidade esteja ao alcance de todos*”, inclusive “*as minorias*”. Daí se interpretar que essa norma amenizou as dificuldades impostas pela Carta da OEA no anteriormente citado artigo 49, item “c” no que se refere ao atendimento de certas condições para acesso à educação superior “*de alto nível*” (OEA, 1948, art. 49, “c”). Ao prever que uma “*educação de qualidade*” deva estar “*ao alcance de todos*”, inclusive das “*minorias*”, a norma do artigo 16 da Carta Democrática Interamericana deixou de prever condições específicas nesse sentido, facilitando a proteção e promoção do direito de igualdade material para pessoas com deficiência no que diz respeito ao acesso à educação superior, diga-se, de qualidade.

Outro documento no âmbito da OEA, denominado Carta Social das Américas prevê o direito à educação nas considerações iniciais e, especificamente, no artigo 19 (OEA, 2012), sem destaques no original, que rege:

Toda pessoa tem direito à educação sem discriminação. O acesso a uma educação de qualidade **em todos os níveis** e modalidades é vital para se alcançar maior igualdade, melhorar os níveis de vida, promover o desenvolvimento sustentável, desenvolver o capital humano, reduzir a pobreza, fortalecer as instituições democráticas, transmitir valores cívicos e sociais, formar cidadãos responsáveis e comprometidos com a sociedade e **promover a inclusão social**.

Os Estados membros se comprometem a assegurar o acesso equitativo e universal à educação primária e secundária de qualidade e a **promover o acesso à educação em todos os níveis com um enfoque inclusivo**, em especial a educação na primeira infância, em conformidade com as legislações internas.

Verifica-se a vedação à discriminação foi imediatamente vinculada ao acesso de todas as pessoas ao direito à educação de qualidade, “*em todos os níveis*”. Daí extraem-se significativos

avanços em relação à educação e à inclusão social das pessoas portadoras de deficiência à educação de qualidade em nível superior.

Cite-se por último, a Convenção Interamericana contra toda Forma de Discriminação e Intolerância (OEA, 2013), que prevê tal direito já nas considerações iniciais e, especificamente, nos artigos, 4º, XI e artigo 7º. Tratou de definir no seu artigo 1º, item 1, o conceito de discriminação e as formas de discriminação, exemplificando nesse rol, a discriminação em razão “do nível educacional” ou em razão de “deficiência, característica genética, estado de saúde física ou mental, inclusive infectocontagioso, e condição psíquica incapacitante, ou qualquer outra condição” (OEA, 2013, artigo 1º, 1).

Registre-se que o Brasil, Estado membro da OEA, é signatário de todas as normas anteriormente citadas e, em relação à última (OEA, 2013), o país, além de signatário, teve papel decisivo através da sua Missão Permanente junto à OEA, apresentando à Assembleia Geral o projeto de resolução que criou o Grupo de Trabalho encarregado de criar uma Convenção contra o racismo e todas as formas de discriminação. O Estado Brasileiro presidiu o Grupo de Trabalho por quatro vezes e desempenhou relevante papel de liderança no desenvolvimento dos trabalhos de negociação (BRASIL, 2013, a).

3. Principais instrumentos normativos federais no Brasil

Especificamente em relação à pessoa com deficiência, a Constituição (BRASIL, 1988), prevê no artigo 208, inciso III que o dever do Estado com a educação das pessoas com deficiência será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado”.

Importante estatuto legislativo específico para defesa de direitos das pessoas com deficiência entrou recentemente em vigor no Brasil, a Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou simplesmente, Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Nele, a capacidade civil das pessoas com deficiência é plena como regra, tendo como excepcional, a incapacidade relativa, alterando substancialmente o sistema das capacidades antes previstas na Lei nº 10.406/2002, o Código Civil pátrio (BRASIL, 2002).

No referido estatuto, a efetivação do direito à educação deve ser assegurada pelo Estado, pela sociedade e pela família, como prioridade, nos termos do artigo 8º. Além desse dispositivo, é garantido à pessoa com deficiência os direitos referentes à educação, conforme instituídos num Capítulo próprio da norma, o Capítulo IV, nos parágrafos e incisos dos artigos 27 ao 30 (BRASIL, 2015). Destaca-se dessa norma o que determina o artigo 28, inciso XIII, que prevê como incumbência do poder público, assegurar, criar, desenvolver, complementar, incentivar, acompanhar e avaliar, dentre outros fins, o “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” e o inciso XVII do mesmo dispositivo que se refere à “articulação intersetorial na implementação de políticas públicas” (BRASIL, 2015).

Forte destaque deve ser dado à vigência da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (“Lei de Cotas”), para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2012 e 2016).

A regulamentação da Lei nº 13.409/2016 foi regulamentada pelo vigente Decreto nº 9.034 publicado em 20 de abril de 2017 (BRASIL, 2017), que, dentre outras alterações, incluiu o inciso III ao artigo 9º do mencionado decreto que regulamenta a “Lei de Cotas” (BRASIL, 2012, a). Impôs como atribuição do Ministério da Educação, a edição de atos complementares necessários para a aplicação do referido Decreto de 2012, com redação atualizada.

Tal norma impõe ao órgão ministerial o dever de editar atos complementares para avaliar e definir “*forma de comprovação da deficiência*”.

Entretanto, já existe para essa atribuição específica um organismo próprio, qual seja, o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, instituído pelo Decreto nº 8.954/2017 (BRASIL, 2012, a), que possui a finalidade de “*criar instrumentos para a avaliação biopsicossocial da deficiência e estabelecer diretrizes*”. Note-se que este decreto é anterior ao que instituiu o Decreto nº 9.034/2017 (BRASIL, 2017) que impôs tal atribuição ao Ministério da Cultura.

Não obstante, em atendimento à Lei nº 13.409/2017 (BRASIL, 2017) e seu decreto regulamentador nº 9.034/2017 (BRASIL, 2012, a), o MEC publicou a Portaria Normativa nº 9, de 05 de maio de 2017 (BRASIL, MEC, 2017), que em seu artigo 8º-B prevê que:

A apuração e a comprovação da deficiência tomarão por base laudo médico atestando a espécie e o grau de deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, no caso dos estudantes que sejam pessoas com deficiência e se inscrevam às vagas destinadas a essas pessoas.

O MEC, portanto, parece ter solucionado qualquer conflito de competência técnica em razão da matéria ao devolver a obrigação de provar a incapacidade ao médico. Simples e eficaz!

Continuando a análise do teor do Decreto nº 9.034/2017, ficou instituída outra obrigação ao Ministério da Educação (MEC), qual seja, a de editar os atos complementares necessários à aplicação dos novos critérios de distribuição de vagas para pessoas com deficiência nas universidades federais, instituindo-o sua competência regulamentar para tanto.

Com isso, julga-se que, em termos formais, a legislação nacional supera de longe as previsões de instrumentos normativos de abrangência internacional, mesmo os específicos da ONU (2007) e da OEA (1999 e 2013).

É possível assim afirmar que a desarmonia das normas federais brasileiras em relação aos regulamentos internacionais, sob esse aspecto meramente formal, é benéfica por ampliar o amparo devido às pessoas com deficiência no exercício de seu direito fundamental de acesso à educação superior na República Federativa do Brasil.

3. Dados que refletem os efeitos práticos dos instrumentos normativos:

Dados internacionais publicados em abril de 2017 confirmam que o acesso à educação superior no mundo mais que dobrou entre os anos 2000 e 2014, passando de aproximadamente 100 (cem) milhões para 207 (duzentos e sete) milhões, conforme o novo relatório do Monitor Global da Educação e do Instituto Internacional para o Planejamento Educacional da UNESCO (2017, p. 6). No relatório denominado “*Seis formas de garantir a educação superior sem deixar ninguém para trás*” o Brasil é enaltecido como destaque mundial na utilização de ações afirmativas para acesso de grupos não dominantes à educação de nível superior.

Affirmative action policies may include numerical quotas for members of disadvantaged groups, or other preferential treatment, such as bonuses on admission scores, need-based scholarships or outreach programmes. Brazil, a country with a centralized exam admissions system, passed a national law in 2012 that imposed quotas on the country’s 63 federal universities, which are among the most prestigious institutions in the country.

Esse trecho do relatório se refere à “Lei de Cotas” (BRASIL, 2012). O citado relatório chama a atenção para o fato de que, apesar da plena vigência dessa lei, no ano de 2015, mais de 60% (sessenta por cento) dos estudantes do Brasil estavam matriculados em instituições privadas de ensino superior. (UNESCO, 2017, p. 2).

Em relação às pessoas com deficiências na educação superior, o relatório não explicita dados concretos, mas cita de modo genérico, a necessidade de ações e investimentos em acessibilidade para a educação superior, referindo-se, nesse caso às melhorias estruturais físicas para promover a eficaz integração de pessoas com deficiência aos espaços e recursos das instituições de ensino superior.

O relatório faz expressa distinção das ideias de “igualdade de direitos” e “igualdade de oportunidades” na educação superior. A primeira refere-se que todas as pessoas devem ser tratadas da mesma forma, independentemente das circunstâncias individuais. A segunda significa que o tratamento desigual, que é justificado para corrigir desvantagens sociais atribuíveis ao tratamento preconceituoso dado a tais pessoas. São, portanto, as ideias de igualdade formal e material (UNESCO, 2017, p. 4).

Sem maiores detalhes, prevê genericamente outras medidas para apoio dos “grupos em desvantagens” (UNESCO, 2017, pp. 5-6) e daí englobar pessoas com deficiência.

Os dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP referente ao ano de 2015, atualizado em 2016, já apontavam que entre os anos de 2004 e 2014, o número de acesso de pessoas com deficiência na educação superior foi significativamente ampliado no Brasil. Entretanto, o percentual de pessoas com deficiência no ensino superior do país é insignificante se comparado ao de pessoas não deficientes. Em 2004 o percentual era de 0,12% (zero vírgula doze por cento) e em 2014 o percentual aumentou para 0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento), isso já considerando cursos presenciais e à distância (BRASIL, INEP, 2015).

4. Conclusão:

Em que pese o Brasil, através da sua Constituição (BRASIL, 1988) conferir aos ordenamentos jurídicos internacionais, o *status* material e formalmente constitucional, e, a clarividente existência de um considerável arcabouço normativo que regulamenta a matéria, nota-se que a tutela da dignidade das pessoas com deficiências no Estado Brasileiro, levando em consideração ao histórico lastimável de mitigação de direitos de tais pessoas, pouco faz, no sentido de colocar em práticas tais premissas regulamentadoras, principalmente no campo da educação, seja de nível médio ou superior.

Conclui-se que, se comparada à farta regulamentação supranacional, a legislação federal vigente no ordenamento jurídico brasileiro confirma a sua equivalência em termos formais com os instrumentos normativos internacionais, tanto que promulgados internamente.

Referências:

BRASIL. **Decreto nº 19.841 de 22 de outubro de 1945.** Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 591 de 06 de julho de 1992.** Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília, 1992.

BRASIL. **Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 12.711, de 29 e agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota 197. 2013.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2361-oea-aprova-a-convencao-interamericana-contra-o-racismo-a-discriminacao-racial-e-formas-correlatas-de-intolerancia-e-a-convencao-interamericana-contra-toda-forma-de-discriminacao-e-intolerancia>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2015.** Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas), para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.954, de 10 de janeiro de 2017.** Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D8954.htm. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.034 de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm#art1. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. MEC. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 9, de 05 de maio de 2017**. Altera a Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portariaN9.pdf>. Acesso em 11 out. 2018.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. São Francisco. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 10 out. 2018.

Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomiten, Tailândia, 09 de março de 1990.

OEA. Departamento de Direito Internacional. Secretaria de Assuntos Jurídicos. **Carta da Organização dos Estados Americanos (A-41)**. 1948. Disponível em: http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

OEA. **Carta Democrática Interamericana**. Aprovada na sessão especial da Assembleia Geral da OEA em 11 de setembro de 2001. Lima, Perú. 2001. Disponível em: http://oas.org/pt/democratic-charter/pdf/demcharter_pt.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

OEA. **Carta Social das Américas**. Aprovada na segunda sessão plenária da Assembleia Geral da OEA, em 4 de junho de 2012 e revisada pela Comissão de Estilo. Cochabamba, Bolívia, 2012. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/sp/docs/AG05806P05.doc>. Acesso em: 10 out. 2018.

OEA. Departamento de Direito Internacional. Secretaria de Assuntos Jurídicos. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José)**. Subscrita na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos (B-32). San José, Costa Rica, 7 a 22 de novembro de 1969. 1969. Disponível em: http://www.oas.org/dil/esp/tratados_B-32_Convencion_Americana_sobre_Derechos_Humanos.pdf. Acesso em 10 out. 2018.

OEA. **Convenção Interamericana contra toda Forma de Discriminação e Intolerância**. Aprovada na 43ª Assembleia Geral Ordinária da OEA em 06 de junho de 2013. Antígua. Guatemala. 2013. Disponível em: http://www.oas.org/en/sla/dil/docs/inter_american_treaties_A-69_Convencao_Interamericana_discriminacao_intolerancia_POR.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

OEA. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência**. Adotada na Cidade da Guatemala, Guatemala, pela Assembleia Geral da OEA em 07 de junho de 1999. Assinada pelo Brasil em 08 de junho de 1999 e ratificada em 15 de agosto de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: www.un.org/disabilities/documents/natl/portugal-c.doc. Acesso em: 10 out. 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

ONU. Assembleia Geral. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Adotado pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 16 de dezembro de 1966.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Adotada em Londres, em 16 de novembro de 1945 e emendas. Brasília: Unesco Brasília Office. Representação da Unesco no Brasil. BR/2002/PI/H/12. 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

UNESCO. Policy Paper 30. **Six ways to ensure higher education leaves no one behind**. Abril. 2017. Paris: Global Education Monitoring Report c/ UNESCO, 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002478/247862E.pdf>. Acesso em 10 out. 2018.

GT: 6 - Religião, Direitos Humanos e Cidadania no Brasil

Coordenadores: Ana Keila Mosca Pinezi e Dario Paulo Barrera

A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: UMA ANÁLISE DA COOPERATIVA COAJOQ COM AS FAMÍLIAS CAMPONESAS EM GUINÉ-BISSAU

Farã Vaz

Mestrando do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB/IH)
vaz.fara@yahoo.com.br

Bas´Ilele Malomalo
(MIH-UNILAB)

Professor de programa de Mestrado interdisciplinar em Humanidades
basilele@unilab.edu.br

Resumo:

O trabalho analisa a concepção de cooperativismo e desenvolvimento local a partir da filosofia africana e das ações da cooperativa de Jovens Quadros (COAJOQ) na Guiné-Bissau que é o objeto empírico desse estudo. A Coajoq tem como missão principal de trabalhar com a agricultura, a pecuária, a pesca e a transformação de produtos. Comporta os princípios de autogestão, autossustentabilidade e uso racional de recurso que se estruturam como viés para alcançar uma agricultura familiar melhorada. Para tanto, a pergunta que nos mobiliza é essa: como as concepções históricas e teóricas compreendem o cooperativismo em África? A metodologia adotada aqui, compreende a pesquisa qualitativa, na perspectiva interdisciplinar, com base na pesquisa bibliográfica e documental. Assim, entendemos que, o cooperativismo é o modo de atores sociais se organizarem em redes que, emergiu na Europa através do processo da industrialização e, com a tomada das independências dos países africanos, foi incorporado com base de princípios de solidariedade africana - Ubuntu como seu fundamento.

Palavras-chave: Cooperativismo. Economia Solidária. Ubuntu. Agricultura familiar.

Abstract: This paper analyzes the conception of cooperativism and local development based on the African philosophy and the actions of the cooperative of young cadres (COAJOQ) in Guinea-Bissau, which is the empirical object of this study. Coajoq's main mission is to work with agriculture, cattle raising, fishing and processing of products. It supports the principles of self-management, self-sustainability and rational use of resources that are structured as bias to achieve an improved family agriculture. For that, the question that mobilizes us is this: how do historical and theoretical conceptions understand cooperativism in Africa? The methodology adopted here includes qualitative research, in an interdisciplinary perspective, based on bibliographical and documentary research. Therefore, we understand that, cooperativism is the way social actors organize themselves into networks that emerged in Europe through the industrialization process and, with the taking of the independence of the African countries, was incorporated on the basis of principles of African solidarity - Ubuntu as its foundation.

Keywords: Cooperativism. Solidarity economy. Ubuntu. Family farming.

Introdução

A Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ), foi fundada 15 de junho de ano 2000, por três jovens com formação em agronomia, pecuária e floresta em República de Cuba. A COAJQ desenvolve as atividades nos setores de agricultura, pecuária, pesca, floresta, transformação e conservação de produtos agrícolas. Ela é financiada pela União Europeia.

O estudo de cooperativismo no contexto africano é um exercício de reinterpretação da realidade africana. Hoje, a pesquisa sobre o cooperativismo na Guiné-Bissau além de ser uma necessidade é um problema que possibilita compreender os movimentos sociais no seu micro conceito, e conseqüentemente entender o conceito da sociedade civil e Estado estudado por Teixeira (2016) e Lopes (2005).

Segundo Sergio Schlesinger (2013), a agricultura em larga escala e agricultura familiar apresentam características diversas. O sistema de produção da agricultura em larga escala baseia-se na extensão de monocultivos, concentração da propriedade da terra, o uso de agrotóxicos, a substituição de mão-de-obra pela máquina voltado para exportação, enquanto a agricultura familiar apresenta o sistema de produção de alimentos com base familiar, camponesa e agroecológica. Há setores produtivos que utilizam a agricultura para produção de alimentos orgânicos mecanizados a fim de garantir à saúde dos movimentos sociais, utilizando tecnologias apropriadas à realidade local, de solo, clima, biodiversidade própria de cada contexto. Para Almeida (2009), essa última modalidade de agricultura manifesta a visão em defesas do desenvolvimento endógeno que envolve e preocupa, antes de mais, com a ecologia ambiental e economia sustentável. Assente-se no princípio de que a natureza é parte constituinte da humanidade e não deve ser vista somente como reservatório de recursos a capitalizar, a consumir sem noção de responsabilidade ambiental.

Diante dos dois paradigmas de se pensar a agricultura apresentados, um pautado no mercado e outro na ecologia, propomos construir um caminho para compreender, através da COAJQ, o processos do desenvolvimento endógeno: seus atores, suas diferentes visões em jogo, seus modos de organização e suas ações do cotidiano. O trabalho analisa a concepção de cooperativismo e desenvolvimento local a partir da filosofia africana e nas ações da cooperativa de Jovens Quadros (COAJQ) na Guiné-Bissau.

Para tanto, partimos da seguinte questão: como a cooperativa com as famílias camponesas mobilizam suas capacidades no processo de desenvolvimento local em Canchungo? O cooperativismo em Guiné-Bissau estaria contrariando ao capitalismo, assumindo o papel do Estado devido a sua fragilidade?

Partindo do trabalho do sociólogo congolês, Malomalo (2017), consideramos a COAJQ como o campo de investigação e seus integrantes não como objetos, mas sujeitos colaboradores da nossa investigação. A metodologia adotada compreende a pesquisa qualitativa, na perspectiva interdisciplinar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2012). Para Pimenta (2013), na prática científica, conseqüentemente na educação, predomina a disciplinaridade sobre a interdisciplinaridade. Todavia, para ele, são duas visões de fazer ciência e não existe entre ambas a melhor ou pior, mas são duas formas diferentes. A interdisciplinaridade é diferente da disciplinaridade, porém uma não pode existir sem a outra, na medida em que, a última reforça a primeira. Neste sentido, a história, filosofia e sociologia africanas são as três disciplinas que mobilizam a nossa abordagem. Dito em outras palavras, os Novos Estudos Africanos ou Estudos Africanos, postulados por Malomalo (2017) constituem a principal abordagem dessa investigação. Interessa-nos nesse campo de estudo a crítica construtiva, a abordagem interdisciplinar e o compromisso com a transformação social.

Nos documentos da COAJQQ, que acessamos até agora, os princípios africanos evocados, aparecem em termos de apoio e capacitação aos de jovens e mulheres das zonas rurais para ter acesso ao mercado trabalho e da prática de uma agricultura comunitária e camponesa camponeses. Dessa forma é que essa nossa pesquisa se torna relevante para se discutir o cooperativismo, a economia solidária, o desenvolvimento local e sustentável levando-se em conta as produções teóricas africana em diálogo com as da América Latina.

Para tanto, assumimos a perspectiva metodológica de Pimenta (2013), por entendermos que, o cooperativismo exige na sua compreensão a aplicação da abordagem teórico histórica, sociológica, antropológica e de ciências agrárias.

A construção do conhecimento é resultado de diversas maneiras ou interações, principalmente através de ato de pensar, da ação ou da intuição, ora partindo de o geral para o particular ora ultrapassar o particular para atingir o geral (PIMENTA, 2013). Pimenta considera o conhecimento que contem patrimônio comuns aos indivíduos e às comunidades, mas que apresentam um conjunto de especificidades resultantes da idiosincrasia de cada um, das práticas sociais de cada uma delas, das linguagens, referenciais simbólicas e usos e costumes de cada cultura.

Deste ponto de vista, a pesquisa, na sua abordagem histórica teórico privilegia uma compreensão do geral para o particular e na descrição e interpretação na pesquisa de campo consideramos importante partir do particular para o geral. Uma perspectiva de investigação interdisciplinar é a condição, exercício e “necessidade de produção de um conhecimento próprio, fundado na própria experiência, mas atento à História”, capaz de superar a “ignorância” na perspectiva de Macamo (MACAMO, 2011, p 71).

Esse artigo é de parte de uma pesquisa em andamento, razão pelo qual não aborda todos os conceitos enunciados no resumo. Privilegiamos mais o conceito cooperativismo no seu aspecto histórico, sociológico e filosófico na concepção africana e apresentamos a Coajoq.

Esse trabalho está estruturado em duas partes com considerações finais. A primeira discute a concepção de cooperativismo a partir da filosofia africana, nos conceitos de Ubuntu como fundamento da solidariedade e do humanismo africanos. A segunda apresenta o cooperativismo como movimento social em que busca apresentar a COAJQQ para análise da sua concepção de desenvolvimento.

Ubuntu fundamento da solidariedade africana como cooperativismo

Antes de se definir o que possa ser Ubuntu, é considerável explicar ao leitor que esse conceito basilar da filosofia africana possui o seu percurso histórico e é premiado de diferentes concepções, embora essas possam ser demarcadas por contradições epistemológicas diferentes.

Segundo Kashindi (2003), o ubuntu teve o seu marco a partir do fim do apartheid de África do Sul na década de 1990. Esse seu marco não se trata da sua criação, mas trata-se do período em que começou a ser utilizado para criar o pensamento humanista sobre tudo na luta contra o racismo Sul africano e na aplicação da sua democracia nos anos de 1993. Assim, realça Kashindi (2003), Ubuntu é um termo muito antigo das sociedades de subsaariana. Os países como a África do Sul, Zimbábue etc. são marcadas nitidamente pelo pensamento filosófico com ênfase no Ubuntu, vista como uma Concepção de alteridade na perspectiva da ética indígena. Nela diante do ser humano e outros seres cosmos constituem o “outro” ambos formam o “nos” constitutivo do ser humano (KASHINDI, 2003).

O cuidado com o outro que expressa o ato de se colocar no lugar do outro é a concepção epistemológica antiga de povos africanos. Para tanto pode-se constatar que, na sociedade africana, a solidariedade como o princípio organizacional de relações sociais e de trabalho. Isto por considerar a solidariedade como princípio fundante de *Ubuntu*.

Para Ramose (2011), *Ubuntu* expressa a ideia de tornar-se. É o Ser-sendo tido como manifestação do Ser em movimento. A concepção filosófica *ubuntu* do mundo é que as coisas são mutáveis na Terra, no céu, embaixo d'água. No nível ontológico, não há separação estrita e literal ou divisão entre *ubu-* e *ntu*. *Ubu-* e *-ntu* não são duas realidades radicalmente separadas e irreconciliavelmente opostas. Ao contrário, são mutuamente fundantes no sentido de que são dois aspectos do ser-sendo como 'un-idade' indivisível. Por tanto, *ubu-ntu* é a categoria fundamental ontológica e epistemológica do pensamento africano dos falantes das línguas Bantu que expressa a solidariedade cósmica, isto é, a complementaridade radical entre as entidades que compõem o Ser-sendo: o Universo-Natureza, o Sagrado-Ancestral e a Humanidade explica Malomalo (2017).

Para Kashindi (2003), *Ubuntu* é onde todo o edifício ético filosófico africano é constituído. Nesse sentido, ele constitui o sentido da humanidade vivenciada e partilhada com os outros, e, por outro, a humanidade como valor. *Ubuntu* é um fenômeno global, uma conjugação de global mais o local e, não o global dominando o local até o seu extermínio. *Ubuntu* é a práxis cotidiana local econômica de obrigação (KASHINDI, 2003).

Segundo Malomalo (2017) *ubuntu* seria uma ideia que significa que, ao olhar pela cultura africana, toda ciência é feita a *partir, mediante e para* o *Ntu*, a Vida em suas diversas manifestações. É a pedra angular da filosofia africana, que é biocêntrico, ou seja, centrada na vida (MALOMALO, 2017).

Para Ntumba (2014), citado por Malomalo (2017), há uma complementaridade radical entre as realidades particulares - participantes do Ser-Sendo - que se dá, no que se chama de Solidariedade Cósmica ou Biso Cósmico. Biso (Nós, em Lingala) é uma consciência coletiva de muitos povos africanos como seres humanos (Bantu, plural do Muntu), pertencentes à Comunidade-dos-Bantu, suas vidas só têm sentido porque participam na Comunidade-do-Divino-Ancestral e na Comunidade-Natureza-Universo.

Segundo Malomalo (2017), essas Comunidades-de-Ntu-Particulares, interagindo reciprocamente, forma a Realidade-Total processual, multiforme e global, ou seja, a participação processual solidária da vida. Essa proposta de Ntumba (2014) é chamada de filosofia de Bisoidade, pois parte do pressuposto do Nós/Coletivo sobre o eu/individual das culturas africanas. Assim podemos compreender o sentido de nós coletivo que conjuga a ideia central de cooperação/cooperativismo africano.

No final do período colonial e da afirmação de identidade, das independências, o continente africano experimentou o cooperativismo em números consideráveis, como "empresas" de Estado de tendência socialista, como as cooperativas rurais e de crédito (SINGER, 2002, OWUSU, 2013). As cooperativas que dominavam, em África, segundo Owusu (2010, p. 385), são de tipo comercial, de serviço de crédito, de carregamento e escoamento de produtos. No entanto, era o modo de unificar os pequenos produtores, geradores de crédito através dos produtos fabricados pelas famílias ou pequenos produtores em busca do progresso. Esse modo africano de organizar as primeiras empresas em cooperativas ocorreu nos países como Nigéria, Gana, Tanzânia, Quênia, antigas colônias britânicas.

Na Tanzânia, o intelectual Júlio Nyerere no seu trabalho de 1962, foi o marco desse processo, quando anunciou as políticas de nacionalização do “alto comando” da economia. A concepção de Nyerere assentava no conceito de *ujamaa*, visto como noção de cooperação e solidariedade em múltiplos propósitos (SINGER, 2007). Nyerere afirmou que as sociedades africanas tinham caráter socialista. A ideia desse intelectual tinha fundamento na filosofia *ubuntu*, *bissoité* e *ujamaa* como defende.

O conceito de *Ujamaa* manifesta a forte preocupação com a solidariedade, uma concepção política comunitária em África e ao seu renascimento. O *ujamaa* fundamentava nos princípios de igualdade, liberdade e unidade (SCHWEIGMAN, 2001). Esses princípios regulavam os conflitos de interesses. Em que o desenvolvimento podia produzir e por este ser uma ambição alta e errado pensar a partir de industrialização por falta de recursos tecnológicos e mão de obra qualificado.

Para Schweigman (2001), a perspectiva e concepção de desenvolvimento de Nyereire considerava a agricultura de pequena escala, auto-suficiência em comida, produção de cultura de rendimento gerais para os agricultores e o Estado. Um quadro de relações configurado em solidariedade. Uma perspectiva que nega a economia de mercado que fornecesse alimento para o centro urbano, rigorosas políticas de regulação de acesso à terra, emprego de “trabalhadores” rurais africanos, que extrai o excedente dos agricultores. Essas políticas de desenvolvimento foram definidas na sua maioria por antigos colonizadores e readaptados pelos Estados pós-independências.

Segundo de Schweigman (2001), nenhuma ideologia socialista foi copiada de oriente ou ocidente, mas o socialismo africano foi desenvolvido e considera uma sociedade no qual todos os membros têm direitos iguais e iguais oportunidade. Esses ideários também considerava uma sociedade em que todos podem viver em paz sem ser explorado por uso de riqueza. O Estado, nessa ótica, tem a responsabilidade de regular para impedir a relação de exploração por meio de capital privado e a sua acumulação de uma forma inconsistente e a existência de uma sociedade de classe.

Enfim, para Singer (2012) e Owusu (2010), por pertencer o cooperativismo aos empreendimentos dos movimentos sociais deve ser compreendido a partir de seus espaços e contextos políticos, históricos, culturais e econômicos que lhe dão sentido. Assim neste sentido, podemos pensar e compreender o cooperativismo no domínio da agricultura familiar, sustentabilidade ambiental em África a partir de concepções política e filosóficas de seus povos. A construção do conhecimento é resultado de diversas maneiras ou interações, principalmente através de ato de pensar, da ação ou da intuição (PIMENTA, 2013). Pimenta considera o conhecimento que contem patrimônio comuns aos indivíduos e às comunidades, mas que apresentam um conjunto de especificidades resultantes da idiosincrasia de cada um, das práticas sociais de cada uma delas, das linguagens, referenciais simbólicas e usos e costumes de cada cultura. É com base desses ideários Ubuntu expressado na coletividade e no cuidado com o outro de pensamento africano que buscamos entender o cooperativismo na Guiné-Bissau, deferente à do ocidente.

Cooperativismo como movimento social: caso de COAJQQ

O cooperativismo é compreendido, aqui, como o modo de organização em movimentos sociais que visa criação de condições para superação do desemprego, desigualdade e pobreza que teve seu marco inicial nos países do centro do capitalismo. Para Singer (1992), Cornelian (2006) e Costa (2007), o cooperativismo como doutrina é um movimento social produzido num determinado período do capitalismo, mais precisamente, no final do século XVIII e início do

século XIX. Esse período foi marcado pelo conflito entre a concepção capitalista dominante e o socialismo ocidental, expresso na luta de trabalhadores. Assim, a condição de dominação da concepção capitalista, gerou as péssimas condições de vida da classe trabalhadora e fez com que homens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882) assumissem o centro do movimento.

Segundo Costa (2007), a derivação de cooperação, cooperativa e cooperativismo surgem de o verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum e operari*), que vale trabalhar com alguém, são conceitos diferentes. Como a cooperação significa ação conjunta com vista ao mesmo fim, cooperativismo, significa sistema, doutrina ou ideologia. E a cooperativa é uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim.

Essas definições referenciam estes conceitos de mesmo matriz.

Desse modo, Pinho (1966, p. 7) afirma que cooperativismo e cooperativa não são sinônimos: Etimologicamente cooperação (do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo (COSTA, 2007, p. 58).

Dada a diferença que as críticas de Costa (2007) apresentam, traçamos um caminho de assumir uma postura teórica de definição de cooperativismo, cooperativa e relação de cooperação no contexto de pesquisa empírica na Guiné-Bissau dialogando com a concepção epistemológicas locais das ações. Nesta sentido, assumimos a definição de Pinho (1966) e Costa (2007) como aquele que dialoga com a perspectiva de solidariedade na concepção africana. Estes autores percebem.

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino (PINHO, 1966, p.8; SINGER, 2002, p. 39; CORNELIAN, 2006, p. 15).

A cooperativa assumida nesta investigação é de uma gestão que visa ser democrática. Ainda é uma ação conjugada, coletiva, de pessoas, de modo formal e informal em detrimento de alcance dos seus objetivos.

Para a COAJQ, a agricultura na Guiné-Bissau, no passado era predominantemente familiar, e nos anos 1980 com a predominância de cultivo de caju o país passou a ser dominado pela monocultura de caju que visa sustentar o mercado internacional. Ao seu ver, as necessidades das tabancas na sua zona de atuação demandam uma agricultura melhorada com a inovação (COOJQ, 2009).

A Cooperativa Coajoq defende na sua concepção uma agricultura familiar melhorada. Esta fundamenta-se na autossustabilidade, autogestão, diversificação e uso racional de recursos em que, em cada tabanca/comunidade e família na sua atuação assume definir o que produzir a partir das suas necessidades e aspirações agrícolas.

A COAJQ tem como objetivo reforçar as capacidades existentes e responder às necessidades das comunidades, busca de aumentar e diversificar a produtividade agrícola, a dieta alimentar e preservar os terrenos das alterações climáticas. Os objetivos da cooperativa é responder as diversas demandas geradoras de problemas de desenvolvimento rural, ou melhor nas 27 tabancas do setor de Canchungo que enfrentam migrações de jovens para Bissau (capital do país), em busca de “melhores condições de vida” e estudo, principalmente, no exterior. Assim como, melhorar o envelhecimento da população, baixa nível de escolaridade e abandono de campos agrícolas nas zonas rurais.

O procedimento da COAJQ está estruturado em dois eixos: primeira busca mecanizar a produção e a transformação de produtos e serviços em pequena escala através de uso de trator e motocultivadora. Esse eixo aplica o uso da máquina descascador de arroz, prensa de produção de óleo de palma, sistema de irrigação gota-à-gota, venda de alfaias etc. O segundo eixo está atrelado à informar e sensibilizar as comunidades através da sua rádio¹ e televisão comunitária.

A Rádio Uler Abaand busca imunizar as comunidades através de informações sobre o calendário de plantação com base nas questões como: quando semear e colher, tempo de iniciar a horta, alerta de pragas e como combater e prevenir. A Rádio, no ano 2008, contava com doze programas, respectivamente: a) *Fala di mininos* (um programa infantil, significa fala de crianças), b) Especial Fim de Semana (especial final da semana), Espaço Cor-de-Rosa (programa romântico); c) *Djumbai de Parmanha* (espaço de entretenimento, música e informação); d) Top FM – afro-mandinga (espaço de integração entre mandinga e fulana); e) *Firkidja* (espaço de música de nova geração e de aconselhamento dos jovens); f) Espaço Juvenil (ocupa da atualidade dos jovens); g) Bola na trave (programa desportivo); h) *Saúde pa tudo guintis* (significa saúde para todos, serve para sensibilizar a população das comunidades sobre a saúde e doenças); i) Andorinha preocupa com a promoção da cultura e língua portuguesa; j) *Djumbai ku* ouvintes é espaço de humor e contos tradicionais; e l) *Cabaz Garandi*, é um programa de músicas tradicionais guineenses.

A estratégias de trabalho da rádio Uler Abaand funciona na base de três pilares: primeira busca manter contato telefônico com ouvintes através de programas interativos; segundo deslocar às tabancas para realizar entrevistas nas tabancas e; terceiro é lançar no ar 3 notícias 13:00 horas e 19 horas em língua crioulo e 19:30 em língua Mandjaco.

Esse mecanismo de comunicação está objetivado a produzir informação, dar assistência técnica, apoio a gestão coletiva das comunidades, facilitação da comunicação e comercialização de produtos das famílias. A informação, na concepção da COAJQ, tem a função de imunizar os produtores de informação sobre pragas e doenças na produção, incentivo a trabalhos coletivos, a organização das mulheres etc. Assim entende-se que, a comunicação serve de meios de educação chamada informal e não formal para cooperativa e agricultores familiares colaboradores da COAJQ.

As atividades da Cooperativa COAJQ são elaboradas segundo seu documento, com agentes locais – moradores nas tabancas / agricultores familiares incluindo os representantes das suas instituições de poder local que podem ser: régulo, chefe de tabanca e ponto focal. Para

1 A Rádio Comunitária Uler Abaand (língua local significa chegou a hora) situado na cidade de Canchungo, na sede da Coajoq foi criada no ano 2006, com o apoio do Projeto PISAV de Instituto Vale Flor.

COAJQ, o ponto focal trata-se de um jovem de tabanca que trabalha em colaboração com a equipe da cooperativa e apresenta as seguintes características: exige ser jovem, saber falar a língua crioulo e língua local dominante, possuir influência na liderança local capaz de organizar mulheres e homens, saber explicar o sentimento e necessidade dos produtores familiares para a cooperativa e trabalha no caráter voluntário.

Toda atuação seja coletiva ou individual de organização humana tem o seu propósito. Esse pode manifestar objetivamente ou subjetivamente. É nesses dois sentidos que pressupomos que a COAJQ tem o seu problema demarcado em dois sentidos. Primeiro considera responder a migração de jovens de campo para cidade (de Canchungo para Bissau); envelhecimento da população rural consequente da migração dos jovens; combater o baixo nível da escolaridade da população e abandono de campos agrícolas na zona rural. Ainda propõe o modelo de desenvolvimento com tecnologia sem desequilibrar a vida cultural e social e evita prejudicar o solo.

Para a COAJQ, o resultado de seu impacto com as comunidades no processo de desenvolvimento endógeno, no domínio de produção agrícola se percebe no uso de duas horas de trabalho em vez de duas semanas que as famílias faziam na atividade de produção agrícola, principalmente de arroz nas bolanhas, com tratores / motocultivador (um responsável de agrícola, 4 operadores, 3 motocultivador e 1 trator), em 27 tabancas, volta a uso de bolanhas salinas abandonadas com arroz de mangrove do sul da Guiné-Bissau.

O trator é um instrumento de trabalho mais importante da cooperativa com as tabancas. Esse instrumento chega as tabancas por solicitação feita por agricultores familiares por meio de inscrição na sede da COAJQ ou com o ponto focal da tabanca. O pagamento do tempo de lavoura prestada por operador com trator é pago logo depois de final do tempo solicitado na inscrição. É nessa condição que no contexto africano esse movimento de cooperativismo se aplica com base no conceito *Ubuntu*, *bisoidade* e *Ujamaa*. Ainda, podemos perceber a organização da Coajq está afastado dos princípios basilares de cooperativismo ocidental. A Coajq nesse sentido está engajada com a questão sociais, está ausente o lugar e ações de sócios e ganha a relevância os colaboradores (organização de mulheres, associações / comunidades, famílias, jovens e as suas lideranças). Ressaltamos ao leitor que esse trabalho é uma pesquisa em andamento.

Considerações finais

O cooperativismo é o modo de atores sociais se organizarem em redes que emergiu na Europa através do processo da industrialização e, com a tomada das independências dos países africanos, foi incorporado com base de princípios de solidariedade africana - *Ubuntu* como seu fundamento e mais tarde passaram a ser empresas de Estado. Portanto, a filosofia africana é o fundamento do movimento cooperativa na África, uma concepção diferente com o cooperativismo tradicional ocidental socialista.

A cooperativa de Jovens Quadros na Região de Cacheu traduz-se numa possibilidade para os camponeses afirmar as suas concepções de desenvolvimento rural, endógeno e de superação dos desafios e limitações das famílias rurais perante a ausência de ações concretas do Estado face às suas necessidades.

Ainda pode-se entender que a COAJQ possui caráter comprometido com problemas da sociedade como desemprego de jovens, a formação desse público e abandono de campos agrícolas. Esses são problemas mais do que nunca seria da competência do Estado, mas devido a sua fragilidade acaba de abandonar a busca de solução em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- COSTA, Luciano de Souza. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 6, n. 11, p. 55-64, 2007.
- COAJQ. Cooperativa de Jovens Quadros, 2009. Disponível: < <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13023149/a-coajq-modos-de-fazer-vulgarizacao/3>>. Acessado em: 12 de Set. de 2018.
- KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva / Jean-Bosco Kakozi Kashindi. **Cadernos Ihuideias** Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. - São Leopoldo, 2003.
- LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio** / Carlos Lopes. - Editora UNESP, São Paulo, 2005.
- MACAMO, Elísio. Aquino de Bragança, estudos africanos e interdisciplinaridade. **Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Dakar: CODESRIA, p. 63-74, 2012.
- MALOMALO, Bas´Ilele. Estudos africanos ou novos estudos africanos: um campo em processo de consolidação desde de diáspora africana no Brasil / Bas´Ilele Malomalo - **Capoeira - Revista de Humanidades e Letras**, Vol.3, Nº. 2, SALVADOR, 2017.
- OWUSU, Maxwell. A agropecuária e o desenvolvimento rural / Maxwell Owusu. In. - **História geral da África**, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. - Brasília: UNESCO, 2010.
- PIMENTA, Carlos José Gomes. **Interdisciplinaridade nas ciências Sociais: Manual** / Carlos José Gomes Pimenta; Edição Humus, 1ª ed. Porto, 2013.
- PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.
- SCHLESINGER, Sergio. Cooperação e investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique. **Maputo: FASE**, 2013.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

REFLETINDO SOBRE A PESQUISA PARTICIPANTE A PARTIR DO PROJETO CANTINAS SOLIDÁRIAS DA INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UEFS

FLÁVIA ALMEIDA PITA

*Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana. Integrante da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD-UFF
fa-pita@uol.com.br*

RESUMO

As reflexões a serem apresentadas partem das experiências vivenciadas no Projeto “Cantinas Solidárias”, desenvolvido pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana. Trata-se neste texto de algumas questões epistemológicas e metodológicas que são suscitadas pela Pesquisa Participante nesse contexto. O objetivo é, a partir de algumas considerações sobre esta metodologia e peculiaridades do projeto apresentado, identificar e compartilhar seus desafios, contribuindo para a reflexão coletiva sobre o fazer científico diante das exigências de transformação que clama um mundo cada vez mais inadequado à vida humana.

Palavras-chave: Pesquisa Participante. Incubação. Economia Popular e Solidária

ABSTRACT

The reflections to be presented are based on the experiences of the “Solidarity Canteens” Project, developed by the Incubator of Solidarity and Popular Economy Initiatives of the Feira de Santana State University. This article deals with some epistemological and methodological questions that are raised by Participative Research in this context. The objective is, based on some considerations about this methodology and peculiarities of the presented project, to identify and share their challenges, contributing to the collective reflection on the scientific doing before the demands of transformation that claims a world increasingly inadequate to human life.

Key-words: Participative Research. Incubation. Solidarity and Popular Economy

INTRODUÇÃO

As reflexões a serem apresentadas partem das experiências vivenciadas no Projeto Cantinas Solidárias, desenvolvido pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS). Trata-se de quatro grupos, preponderantemente femininos, todos do município de Feira de Santana, na Bahia (considerando a variação observada na história dos grupos, contabilizam-se cerca de 40 pessoas envolvidas), a que se oportunizou o trabalho coletivo nos espaços de duas cantinas do campus central da UEFS, transformadas em espaços pedagógicos da IEPS-UEFS. Dois dos grupos urbanos já encerraram suas atividades nos espaços da cantina, enquanto os dois outros estão vivenciando no momento tais experiências de “incubação” (iniciadas em 2016 e em 2017, respectivamente, com duração prevista de dois anos, prorrogáveis por igual período), conduzidas na perspectiva da pesquisa participante pela equipe multidisciplinar da IEPS.

Neste texto, em particular, propõe-se tratar de algumas questões epistemológicas e metodológicas que são suscitadas pela pesquisa participante nesse contexto. As relações estabelecidas pela equipe da IEPS-UEFS com os(as) trabalhadores(as) miram horizontes de transformação coletiva, de aprendizado, de reflexão, que são estranhas à posição que a ciência tradicionalmente reserva ao sujeito produtor do conhecimento científico. Os(as) pesquisadores(as) e extensionistas e os(as) trabalhadores(as) dos grupos propõem-se a comungar um espaço de reflexão, aprendizado, troca, construção, onde as vivências deliberadamente buscam resultados que, embora tão incertos quanto a vida mesma é incerta, estão sempre voltados para alguns princípios vetores: valorização do conhecimento independentemente de sua origem acadêmica ou popular, autonomia dos sujeitos, protagonismo político dos(as) trabalhadores(as), desvelamento e combate das desigualdades e da exploração inerentes ao modo capitalista de produzir e trabalhar.

Por certo, como um caminho a ser construído, a partir de bases que desafiam o paradigma ainda dominante, a pesquisa participante enfrenta muitas dificuldades e exige uma atitude especialmente crítica e cautelosa em sua execução. Na IEPS-UEFS a convivência respeitosa e produtiva entre saber popular e saber científico é desafio diário da equipe de pesquisadores e dos(as) trabalhadores(as), em construção coletiva e artesanal, situação a situação, driblando-se preconceitos, relações de poder, diferenças de classe, dificuldades de comunicação.

O PROJETO CANTINAS SOLIDÁRIAS

A IEPS-UEFS iniciou suas atividades em 2008¹, como projeto de extensão que previa, entre outras atividade, a incubação de um grupo informal de trabalhadores de um bairro popular da cidade de Feira de Santana, que produzia e comercializava alimentos. O processo de incubação do grupo *Copermasol*, como se autodenominaram, teve avanços e retrocessos durante os primeiros anos da Incubadora, enfrentando dificuldades de consolidação, especialmente em razão da ausência de um ponto para comercialização dos produtos. Adquiriram-se equipamentos de cozinha para o grupo, que mal tinha onde guardá-los. Das 24 integrantes iniciais, em 2010 restavam cerca de dez pessoas que, premidas pela sobrevivência e diante da pouca expectativa quanto a um espaço para produzir e comercializar, foram aos poucos procurando outros meios de sobrevivência.

Simultaneamente, a equipe da Incubadora desenvolvia esforços para implementação do que veio a se chamar Projeto Cantinas Solidárias. A proposta era fazer dos espaços de alimentação do campus da Universidade ambiente para o desenvolvimento dos projetos de Incubação.

¹ Hoje a Incubadora constitui-se em um Programa de Extensão, onde também são desenvolvidos projetos de pesquisa. Maiores informações sobre suas atividades estão disponíveis em <http://incubadorauefs.blogspot.com/>

Suplantados enfrentamentos jurídicos e políticos, o Projeto só veio a ter seu efetivo início em 2013, quando a “cantina do módulo VII” do *campus* central da UEFS transformou-se em espaço pedagógico da IEPS. Após uma seleção pública deserta, o projeto foi implementado tendo como grupo protagonista o próprio Copermasol, naquele momento já reconfigurado em suas componentes (contando com 14 pessoas) e reorganizado em torno da expectativa gerada pela disponibilização do espaço para produção e comercialização dos alimentos.

O processo de incubação da Copermasol, previsto originalmente para dois anos, foi prorrogado até 2016. Neste período o grupo vivenciou diversas atividades formativas, um percurso intenso de conflitos, trabalho, avanços e retrocessos. Depois de algumas tentativas de permanecerem com um ponto de vendas nas imediações da UEFS, frustradas pela falta de recursos para o aluguel e um local adequado e para compra dos equipamentos, e do insucesso na participação em um processo licitatório aberto pelo Instituto Federal da Bahia para a cantina de seu *campus* em Feira de Santana (o grupo foi habilitado mas foi suplantado por preço inferior do licitante vencedor), hoje algumas trabalhadoras da Copermasol e novas integrantes assumiram um ponto de vendas em cantina de uma universidade privada da cidade.

Em 2014, muito em razão da bem sucedida experiência do Projeto Cantina Solidária I², a Administração Universitária concedeu à IEPS, para os mesmos fins, o espaço da “cantina do módulo I” do *campus* central (são quatro cantinas no total, localizadas nos módulos ímpares do total de sete existentes). Após processo seletivo simplificado, realizado durante o segundo semestre de 2014, inicia-se em 2015 o Projeto Cantina Solidária II com o grupo *Sabores*, também preponderantemente feminino e urbano, da cidade de Feira de Santana.

Esse segundo Projeto, com duração originariamente prevista para dois anos, foi prematuramente extinto no final de 2016, em vista do descompasso entre as práticas do grupo e os princípios vetores do trabalho coletivo autogestionário. As observações feitas pela equipe da IEPS apontavam para o mascaramento de relações de trabalho subordinado, em torno da “líder” do grupo. Suplantada a frustração da equipe da IEPS com o processo (que foi muito tenso, especialmente em razão de uma ação judicial proposta pelo grupo, que não queria retirar seus equipamentos do espaço da cantina), a experiência revelou-se bastante rica para refletir sobre as contradições que marcam o universo da economia popular e solidária e o contexto de precarização do trabalho, que é simultâneo à sua disseminação.

A experiência do Projeto Cantina Solidária II representou um intenso aprendizado para a equipe da IEPS também no que diz respeito à forma de seleção dos grupos, e conduziu à reestruturação do Projeto, que iniciou sua terceira versão ainda em 2016, desta feita com um grupo rural, o *Sabores do Quilombo*, proveniente de uma comunidade quilombola do município de Feira de Santana (Lagoa Grande), que aqui será chamado *Lagoa Saborosa*.

O Projeto Cantina Solidária III está em execução. Já passou por um rico processo de construção coletiva das regras do grupo e de avanços no sentido de integração da comunidade às ações da IEPS (que vem participando de outro projeto da Incubadora, o “Feira Permanente”³), assim como da integração da IEPS nas ações da comunidade (como atividades da associação local, a exemplo das comemorações do Novembro Negro), para além do grupo produtivo.

2 A equipe da IEPS chegou a realizar, em 2014, pesquisa com os usuários da cantina, como parte integrante do relatório final apresentado à Universidade. Os dados levantados (por meio da aplicação de 80 questionários) indicavam a aprovação do grupo pela comunidade universitária em aspectos como a qualidade do alimento produzido e atendimento, e mesmo a preferência em relação às demais cantinas da universidade.

3 O Projeto Feira Permanente consolidou a “Feira de Iniciativas Produtivas da IEPS-UEFS”, que vinha acontecendo, no *campus*, desde 2016, mas de forma espaçada, reunindo as iniciativas que participam das ações do Programa. Com o Projeto Feira Permanente a feira, desde o segundo semestre de 2017, passou a ocorrer mensalmente (“Feira de Saberes e Sabores”), havendo a intenção de que ela se torne itinerante nos bairros e distritos da cidade.

Finalmente, em 2017, inicia-se o Projeto Cantina Solidária IV (também com duração prevista de dois anos, prorrogáveis por igual período), selecionando-se um grupo rural da comunidade de Olhos D'Água da Formiga, zona rural de Feira de Santana, para ocupar o espaço da cantina VII. O grupo, que se autodenominou *Delícias da Formiga*, parte de uma experiência de trabalho coletivo a partir de uma associação juridicamente formalizada (embora o grupo produtivo da cantina não seja, em si, uma associação, mas um grupo informal).

A PESQUISA PARTICIPANTE

Todas as atividades desenvolvidas com os grupos submetem-se à lógica da chamada *pesquisa participante*, com o que se abre um espaço cinzento onde as categorias de sujeito e objeto da pesquisa precisam ser ressignificadas. As relações estabelecidas com as trabalhadoras e trabalhadores miram horizontes de transformação coletiva, de aprendizado, de reflexão, que atritam com a posição que a ciência tradicionalmente reservava ao sujeito produtor do conhecimento científico. As características desse processo e a implicação dos pesquisadores tornam especialmente necessário refletir sobre os pontos de partida escolhidos, o modo que se concebe a produção de conhecimento – científico, em particular – e como, neste contexto, situar as peculiaridades da *pesquisa participante*.

A explicação racional do mundo, da vida, da sociedade, a partir de um sujeito cognoscente que deles se aparta e que filtra a realidade, tomada como um “objeto”, através de instrumentos neutros de mensuração e cálculo, é a postura característica da ciência em sua formulação moderna original. Dela são consequências, sem dúvida, grandes avanços tecnológicos que tornaram possível um alto grau de subordinação da natureza à produção massiva de mercadorias. Dela, no entanto, ao mesmo tempo, não parecem derivar avanços correspondentes na distribuição do bem estar que supostamente a técnica deveria produzir: continuamos a viver, a despeito dos avanços científicos, em sociedades cada vez mais desiguais e agressivas.

Entre os séculos XVIII e XX (e neste, especialmente após os horrores das duas grandes guerras), a crítica aos pilares sobre os quais se erigiu a modernidade – capitalismo, ciência, Estado – vai paulatinamente sendo construída. Marx, Nietzsche, Freud, Weber, Heidegger, Walter Benjamin, Adorno, Horkheimer são alguns exemplos de contribuições que vão sendo articuladas no decorrer dos dois últimos séculos para relativizar o discurso da modernidade, desnaturalizando as certezas sobre as quais ela se ampara e desvelando seus legados:

E o mais poderoso e repugnante legado possibilitado pela história moderna – que modela nossas experiências e, em consequência, nossas ferramentas conceituais – é, sem dúvida, a relação alienada das pessoas com a natureza, das subjetividades com seus objetos, e as relações constituídas por classes sociais, pela produção de mercadorias e pela troca mercantil (TAUSSIG, 2010, p. 30)

Do mundo desencantado de Max Weber (1985) ao moinho satânico de Karl Polanyi (2000, p. 51), a constatação do fracasso das promessas iluministas impulsionou, especialmente nas últimas décadas, questionamentos acerca do modo científico de produzir conhecimento.

O grande desafio parece ser, então, “abandonar o mito newtoniano sem renunciar a compreender a natureza” (PRIGOGINE; STENGERS, 1991, p. 41). Partindo-se do pressuposto que a ciência continua sendo um modo válido e necessário de observação e relação com a natureza, está por construir, no entanto, um modo de fazê-la conviver com outros valores e modos de conhecimento, valendo-se deles e também se oferecendo a eles como coadjuvante. Está em jogo, é claro, toda uma estrutura de poder, de colonialidade, um sistema de privilégios que guarda íntima relação com o modo capitalista de produzir, com o Estado, com os mecanismos disciplinares presentes no sistema educacional, nas

religiões, na divisão do trabalho. Um novo modo de fazer ciência, a nosso ver, não pode ser produzido fora de um contexto político de crítica e ação mais abrangentes.

Importante refletir, ainda, que a contraposição entre ciência e outras formas de saber, sobretudo as populares e as produzidas no espaço rural, é de regra acompanhada do risco de uma nostalgia idealista. As formas não capitalistas de produzir e trabalhar “seduzem uma mente treinada e aperfeiçoada pelas instituições capitalistas” (TAUSSIG, 2010, p. 28), sendo constante a tendência de se atribuir, por exemplo, às experiências produtivas de povos tradicionais “o fardo de ter de satisfazer nossos alienados anseios por uma Era de Ouro perdida” (TAUSSIG, 2010, p. 28) e um imobilismo sem história que os prende ao passado. Assim, autocrítica constante e atenta deve ser exercitada, de modo a afastar a presunção de oferecer respostas prontas e formular desejos alheios.

O encontro entre essa proposta, apresentada em termos de teoria, e a lida com a concretude da vida para a qual se deseja olhar e compreender é, por certo, um desafio enorme. Implica uma tarefa que vem sendo costurada paulatinamente em diversas tentativas que se acumulam, sobretudo a partir do caminho proposto pelo materialismo histórico dialético para observar o concreto, a partir da práxis, como “síntese de muitas determinações”, isto é, “unidade do diverso” (MARX, 1982, p. 14), desnudando-o como produto das lutas entre os seres humanos e de sua história e, portanto, como passível de transformação a partir dessas mesmas lutas. De lá para cá, muito se tem produzido: são exemplos a Escola de Frankfurt, os Estudos Culturais, os historiadores marxistas britânicos, a pesquisa-ação em suas várias vertentes e nomes, em especial as experiências que vêm tendo lugar na América Latina a partir da segunda metade do século XX. Em todos esses casos penso ser possível identificar em comum algo que John Holloway coloca nestes termos:

[...]quem se dedica à teoria não é um herói. Não é um Conhecedor ou uma Conhecedora. A teoria não se eleva sobre o combate, mas simplesmente, é parte da articulação de nossa existência cotidiana de luta. Não olha a sociedade de cima, mas é parte da luta cotidiana pela emancipação, golpeando as formas que negam nossa subjetividade. A teoria é prática porque é parte da prática de viver: não tem que saltar um abismo para se converter em prática (2003, p. 157).

Os desafios encontrados no Projeto Cantina Solidárias têm demonstrado que ainda persiste uma lacuna considerável entre o que se propõe e o que se consegue, de fato, alcançar: conseguimos, enquanto teóricos críticos, abrir mão do lugar de *Conhecedores*?

Uma incubadora universitária de economia popular e solidária é um espaço, por essência, para a Extensão. Os projetos da IEPS, no entanto, sempre exigiram que extensão e pesquisa dividissem o mesmo espaço e se retroalimentassem, tendo como horizonte o engajamento político que nasce da convicção de que só há sentido no educar e no produzir conhecimento (científico, popular, técnico, afetivo...) se ele é um caminho para um mundo mais igual, mais justo. Faz parte desse panorama, portanto, a pressuposição de que a ciência não se traduz nos estritos limites dos cânones positivistas (SANTOS, 2010) e não se basta, correspondendo, tão somente, a um tipo de conhecimento, entre outros, que se produz por meio de uma metodologia sistematizada e consciente de seu processo e seus fins, e que deve ser compartilhada, garantindo que as informações, reflexões, técnicas por ela produzidas possam ser criticamente avaliadas, já que explicitados os pontos de partida, a justificativa, a metodologia e os objetivos de quem as produz.

De tais pontos de partida parecia inevitável a opção, pela IEPS, de metodologias de pesquisa participativas. Temos utilizado mais constantemente a expressão “pesquisa participante”, não sem desconhecer a profusão de denominações (pesquisa-ação, pesquisa-intervenção,

investigação-ação, pesquisa-ação colaborativa, investigação alternativa, pesquisa militante, pesquisa-luta etc.) e peculiaridades das diferentes propostas (muito embora se reconheça, igualmente, que há entre elas mais proximidades que diferenças).

A pesquisa participante faz parte, como se disse, do quadro mais amplo de desvelamento e crítica ao papel que a ciência ocupa na conformação da modernidade e suas mazelas. Ela representa um dos caminhos que se vem trilhando para refletir e reconfigurar o sentido de ciência e o modo de produzi-la, caracterizado especialmente pelo propósito de “produzir conhecimento que tenha relevância para a prática social e política: não se estuda nada porque sim” (FALS BORDA, 2009, p.279).

De um lado, pode-se apontar suas origens na célebre “*Enquete Operária*” proposta por Marx, em 1880, na *Revue Socialiste*. Nela Marx conclamava os trabalhadores franceses a responderem um questionário que serviria de “base para uma série de monografias especiais”, a serem publicadas na mesma revista e “mais tarde reunidas em um volume” (1982a, p. 250). Os temas e o modo de encadear as questões declaradamente objetivavam aguçar a reflexão dos trabalhadores. “Trabalha-se durante as horas das refeições?”, “Quanto tempo você gasta na ida para o trabalho e no regresso à casa?” “Que salários recebem as mulheres e as crianças que trabalham com você na mesma fábrica?” (MARX, 1982a, p. 251-3) – assim, o pesquisador trazia à luz formas de exploração do trabalho à época naturalizadas, combinando intervenção política à tarefa de compreender o mundo do trabalho de seu tempo.

A expressão “pesquisa-ação” (*Action Research*), no entanto, é originalmente atribuída ao psicólogo social alemão (naturalizado americano) Kurt Lewin. Nos Estados Unidos da década de 1940, suas pesquisas propunham igualmente *intervir na vida social*, mas sem tensionar com a lógica da sociedade de classes capitalista (MELLO, 2014). Lewin e sua equipe notabilizaram-se por estudos sobre hábitos de consumo, formas de autoridade e comportamentos organizacionais.

Num sentido oposto seguiram as formas que a pesquisa participante assumiu nas ciências sociais na Europa – a exemplo da intervenção sociológica de Alain Touraine (1982) e da pesquisa-ação institucional francesa, como nomes como René Lourau, Georges Lapassade e René Barbier (2007) e, em especial, na América Latina, com a *investigación-acción participativa* do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (2009) e a *pesquisa participante* marcada, sobretudo, pelo pensamento dos brasileiros Paulo Freire (1979; 2006; 2006a) e Carlos Henrique Brandão (1984).

Os trabalhos da Incubadora têm se amparado de forma preponderante na linha teórica latino-americana, construída sobretudo nas décadas de 1960 e 1980 no contexto de movimentos sociais emergentes que estavam inseridos em comunidades populares e de propostas de transformação social e política⁴. A preferência explica-se, primeiro, pela intenção deliberada de privilegiar a tradição latino-americana, e, sobretudo, brasileira – em que se destaca o pensamento de Paulo Freire – e pela centralidade que a educação popular ocupa nos trabalhos de incubação. A metodologia participativa, sob esse prisma, é um instrumento científico que possui dimensão tanto política quanto pedagógica, sendo mais ampla do que a própria pesquisa e preocupando-se com uma continuidade do trabalho, ou seja, com uma transformação positiva da realidade

4 Embora os termos “pesquisa-ação” e “pesquisa participante” sejam muitas vezes utilizados de forma coincidente (como em DEMO, 2011), predomina em certo sentido uma maior afinidade entre o segundo termo e as propostas latino-americanas, com a ênfase em uma ação emancipatória das classes subalternizadas (HAGUETTE, 2005). Por vezes, no entanto, o termo “pesquisa-ação” é usado como gênero, do qual a pesquisa participante é uma espécie. Parece importante destacar, ainda, que Orlando Fals Borda (2009), um dos principais teóricos da corrente que, para os fins desta pesquisa, se preferiu denominar “pesquisa participante”, atribui-lhe a denominação de pesquisa-ação participativa (*investigación-acción participativa*).

social da comunidade participante do estudo. A transformação social seria o resultado de uma equação que soma a investigação, a educação e a ação social (BRANDÃO, 2007).

Além da intencionalidade política e da deliberada integração entre pesquisa, educação e participação social, acentuam-se ainda como características da pesquisa participante latino-americana: a) a opção de trabalho com os setores populares, visando a incorporá-los “como atores de um processo de conhecimento, onde os problemas se definem em função da realidade concreta e compartilhada, cabendo aos grupos decidir a programação do estudo e as formas de encará-la” (GAJARDO, 1984, p. 17); b) as contradições assumem atenção especial no processo de pesquisa, porque se acredita serem capazes de desvelar as múltiplas determinações que explicam a realidade vivida; c) “a sustentação das atividades de investigação e ação educativa sobre uma base (ou grupo) organizada de sorte que não culmine em uma resposta de ordem teórica, mas na geração de propostas de ação expressadas em uma perspectiva de mudança social” (GAJARDO, *ibidem*).

A proposta é que os sujeitos-pesquisadores, a realidade e os sujeitos que factualmente protagonizam esta realidade compartilhem o processo de produção do conhecimento, cada qual com suas peculiaridades e domínios, e contribuam para ele. A despeito da pluralidade de propostas metodológicas existentes, de uma maneira geral: a) o processo pressupõe a existência de um coletivo de pesquisadores; b) envolve, preferencialmente, a escolha de situações concretas que envolvam protagonismo e luta popular; c) intercalam-se e renovam-se as fases de planejamento, ação e reflexão, sempre coletivos; d) a pesquisa, especialmente no que diz respeito ao planejamento das ações, depende do levantamento de informações colhidas por meio de técnicas de pesquisa diversas, convencionais (entrevistas, levantamentos de dados estatísticos, documentais etc.)⁵ ou participativas (rodas de conversa, oficinas formativas, observação participante etc.).

A pesquisa participante caracteriza-se em especial por um movimento contínuo e pendular do pesquisador em relação à realidade: dela se aproxima e se afasta continuamente, num processo que é comparado por René Barbier (2007) a uma espiral, onde se sucedem planejamento, ação e reflexão. Nas palavras de Fals Borda (2009, p. 263), “uma sequência de ritmos no tempo e no espaço que incluem aproximar-se e distanciar-se das bases, ação e reflexão”.

Multicausalidade, presença do fortuito, do aleatório, circularidade, fato como processo histórico, realidade como complexo de processos, *práxis* como elemento definidor da validade da pesquisa: são todos pressupostos que explicitam a forte influência do materialismo histórico dialético sobre pesquisa-participante latino-americana, que parte da compreensão de que a sociedade “[...] não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de transformação e em constante processo de mudança” (MARX, 2013, p. 117):

Praticar, conhecer, praticar outra vez e conhecer de novo. Esta forma se repete em infinitos ciclos e, com cada ciclo, o conteúdo da prática e do conhecimento se eleva a um nível mais alto. Esta é a teoria materialista dialética do conhecimento [...] e da unidade do saber e do fazer (TSE-TUNG, 1937, não p.).

⁵ “Assim, obviamente as técnicas desenvolvidas pelas ciências sociais tradicionais não resultam todas descartadas (como alguns pretenderam), mas podem ser utilizadas, aperfeiçoadas e convertidas em armas de politização e educação das massas. [...] Mas há que se colocar o seu contexto conformista, e reconhecer as limitações daquelas técnicas empíricas derivadas do paradigma normal que coisifica a relação social, criando um perfeito divórcio entre sujeito e objeto de pesquisa, isto é, mantendo a assimetria entre as relações entre entrevistador e entrevistado (como nas sondagens de opinião). Mais ainda: se admite já que estas técnicas devem ser rechaçadas quando estes exercícios se convertem em armas ideológicas a favor das classes dominantes, e em formas de repressão e controle das classes pobres e exploradas, como segue ocorrendo com frequência” (FALS BORDA, 2009, p. 264).

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A pesquisa participante enfrenta todo um contexto de tensionamento constante, como tudo que se dispõe a construir horizontes de mudança. A estrutura burocrática e disciplinar da Universidade impõe definir, por exemplo, o limite entre pesquisa e extensão, algo que é desafiado constantemente por este modo de pesquisar. O tempo dos projetos e dos processos acadêmicos é incompatível com o tempo dos sujeitos que compartilham a pesquisa, dos processos reais de luta e de formação, geralmente lentos e cheio de retrocessos. O processo exige recursos financeiros e tempo da equipe, sempre premida pelo produtivismo acadêmico e precarização das condições de trabalho docentes. Mesmo o “produto” da pesquisa participante muitas vezes é incompatível com os métodos de divulgação e avaliação científicas. Questões como “neutralidade científica” e “rigor metodológico” ainda vêm à baila com muita constância e em termos muito rígidos – pelo que o cuidado com a transparência, a explicitação das premissas, a sustentação teórica mostram-se necessários com muito mais cautela e apuro do que em outros contextos.

No caso do Projeto Cantinas Solidárias, em particular, nos defrontamos com uma questão específica, que parece revelar de maneira especial os riscos que resultam do encontro entre a Universidade, e seu saber, e outros tipos de saberes – especialmente os produzidos pelas classes populares. Os grupos são selecionados e passam a dispor de um espaço gratuito para comercialização de seus produtos. Cria-se, assim, uma situação singularmente vantajosa para as trabalhadoras e trabalhadores, especialmente considerando a existência de um público consumidor que tem garantido uma fonte certa de ganhos. O risco de que a prática assuma um tom assistencialista é, portanto, muito grande. E, da mesma forma, de que, por isso, as trabalhadoras e trabalhadores adiram sem reflexão às “verdades” e opiniões da Incubadora (ou simulem a qualquer custo esta adesão), estimulem o seu dirigismo, silenciando suas discordâncias para evitar a perda da oportunidade vantajosa de trabalho.

Tal questão, embora ganhe relevo diante da peculiaridade desse Projeto, permanece central nas metodologias participativas de um modo geral. Nelas está sempre presente a possibilidade do estabelecimento de novas relações de poder, em que é grande o risco da Universidade assumir o papel de mais um dominador. E de se embevecer com esta condição. De nos trairmos, afinal, com o conforto de acreditar que, afinal, somos o lado que melhor tem condição de reconhecer o certo e o errado, os bons e os maus caminhos, de sermos críticos. E, assim, mesmo de forma inconsciente, alimentarmos a dependência das trabalhadoras e trabalhadores em relação ao nosso conhecimento e recursos, de que se tornariam meros “clientes”.

A prática de pesquisa desenvolvida junto às companheiras e companheiros da Incubadora está sempre a se defrontar, enfim, com os limites entre o modo como desejamos fazer pesquisa e aquele a que estamos condicionados pelas lições que aprendemos, pelos exemplos que temos, pelas imposições a que temos de nos sujeitar, por nossa própria parcela de alienação e nossa carência de atenção e reconhecimento.

A equipe da IEPS-UEFS e as trabalhadoras e trabalhadores dos grupos comungam um espaço de reflexão, aprendizado, troca, construção em que as vivências deliberadamente buscam resultados que estão voltados para alguns princípios vetores, nem sempre coincidentes. Do lado da Incubadora, parte-se de ideias como autonomia dos sujeitos, protagonismo político dos(as) trabalhadores(as), valorização do conhecimento independentemente de sua origem acadêmica ou popular, o desvelamento e combate das desigualdades e da exploração inerentes ao modo capitalista de produzir e trabalhar. Até onde elas se concretizam? O discurso se confirma em nossas práticas? Quais são os obstáculos contra os quais lutamos? Do lado das trabalhadoras, quais seriam, de fato, seus objetivos? Um espaço para trabalhar e obter rendimentos? Uma oportunidade de aprendizagem? Que coisas querem elas aprender? Ou entendem necessário aprender? Por que interessa a elas a aproximação com o ambiente da universidade? Como a percebem? Como ela impacta em suas vidas?

O objetivo do texto foi, assim, compartilhar tais limitações e desafios, contribuindo para a reflexão coletiva sobre o fazer científico diante das exigências de transformação que clama um mundo cada vez mais inadequado à vida humana. Ainda sem respostas, nossas perguntas vão sendo formuladas no artesanato de cada processo de incubação e na lida e nas lutas de trabalhadores e trabalhadoras que, muito mais que sobreviver, miram o *bem viver*.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, René. *A Pesquisa-Ação*. Brasília: Liber, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Henrique. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 223-252.
- BRANDÃO, Carlos Henrique. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista Educação Popular*. Vol. 6. Uberlândia, jan./dez. 2007, p.51-62.
- FALS BORDA, Orlando. *Uma sociologia sentipensante para América Latina*. Colombia: Clacso, 2009. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/fborda/>.
- FREIRE, Paulo. *A educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006a
- GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 215-50.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- MARX, Karl. O Questionário de 1880. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo: Ed. Polis, 1982a.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. Prefácio à 1ª Edição do Capital. In: MARX, Karl. *O Capital*. livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 (versão digital).
- MELLO, Ricardo Ferreira de. *Métodos participativos e a pesquisa - ação para o desenvolvimento local*. Tese. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle. *A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência*. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010
- TAUSSIG, Michael T. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010
- TOURAINÉ, Alain. O método da sociologia da ação: a intervenção sociológica. *Novos Estudos CEPRAB*, v. 1, n. 3, ju. 1982, pp. 36-45.

A MÍSTICA COMO A MATERIALIZAÇÃO DO DIÁLOGO DE SABERES AGROECOLÓGICO

ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR

Professor do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
roberto.junior@fca.unicamp.br

CAROLINA CANTARINO RODRIGUES

Professora do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
carolina.rodrigues@fca.unicamp.br

BRUNO CARLOS HAYATA

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
brunohayata@gmail.com

RESUMO

A agroecologia, enquanto disciplina científica e movimento social, vem se caracterizando pela valorização do chamado *diálogo de saberes*, narrativa que busca aproximar diferentes culturas na construção de uma agricultura socialmente e ambientalmente mais justa. Nos congressos agroecológicos é possível perceber a intensidade dessa troca intercultural, e a mística, prática tradicional dos movimentos sociais rurais, é um dos melhores exemplos para se observar o *diálogo de saberes*. O objetivo desta pesquisa é investigar os diferentes sentidos que a mística pode adquirir ao ser encenada no Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), valendo-se, para isso, de uma experiência etnográfica na qual o pesquisador empreendeu uma observação participante na cerimônia de abertura do evento. Conclui-se, a partir desta pesquisa, que a mística provoca uma redistribuição do sensível na política, possibilitando a visibilidade dos movimentos sociais e a valorização dos trabalhadores rurais. É possível dizer, ainda, que o congresso opera como uma grande mística ao estetizar outros modos de existência.

Palavras-chave: agroecologia; mística; diálogo de saberes; *performance*; teatro

ABSTRACT

Agroecology, as a scientific discipline and social movement, has been characterized by the valorization of the so-called *diálogo de saberes*, a narrative that seeks to bring different cultures closer together in the construction of a socially and environmentally fairer agriculture. In agroecological congresses it is possible to perceive the intensity of this intercultural exchange, and mística, a traditional practice of rural social movements, is one of the best examples to think about *diálogo de saberes*. The objective of this research is to investigate the different meanings that mística can acquire when it is staged at the Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), using, for this, an ethnographic experience in which the researcher undertook a participant observation in the opening ceremony of the event. It was concluded from this research that mística causes a sensory redistribution, allowing the visibility of social movements and the valorization of rural workers. It is also possible to say that the congress operates as mística, in aestheticizing other modes of existence.

Key-words: agroecology; mística; *diálogo de saberes*; performance; theater

INTRODUÇÃO

O presente texto foi retirado de uma pesquisa de mestrado em andamento, realizado na Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/Unicamp), e que tem como objetivo investigar as tradicionais místicas do MST no contexto dos congressos agroecológicos. A discussão apresentada a seguir refere-se à análise da mística executada no cerimonial de abertura do X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), um dos principais eventos dedicados a essa ciência que também se confunde com movimento social. A grande pergunta que norteia este trabalho é: quais são os possíveis sentidos que a mística pode ganhar quando encenada nesses grandes espaços partilhados por diferentes subjetividades?

O termo agroecologia existe desde a década de 1930, quando os estudos ecológicos se voltavam para a agricultura, porém, como afirma Gliessman (2002), foi apenas nos anos 1980 que passou a designar uma disciplina científica voltada para o agroecossistema que valoriza os sistemas produtivos tradicionais. O sociólogo Eduardo Sevilla-Guzmán (2001) reconhece que as comunidades tradicionais vêm resistindo aos impactos da modernização e do progresso graças à preservação de suas formas de relação tanto social como com a natureza. Nesse sentido, a agroecologia opera na valorização das soluções locais, porém, como nota o autor, sem desconsiderar o conhecimento científico, que, ao invés de concorrer com as diversas tradições, deve aprender e ser modificado por elas, para que se possa desenvolver um agroecossistema genuinamente sustentável.

Miguel Altieri (2012) reforça o potencial das estratégias camponesas alegando que elas possuem uma grande estabilidade produtiva, capaz de garantir a segurança alimentar da comunidade ao mesmo tempo em que conservam a biodiversidade. O cientista aprenderia, a partir dos saberes populares, sobre a dinâmica dos sistemas complexos e o funcionamento dos diversos ecossistemas. Esboçam-se, assim, os primeiros traços de uma narrativa que valoriza a intersubjetividade na agroecologia: “[...] é justamente por isso que um diálogo de saberes se faz necessário entre ecólogos e agricultores tradicionais. Na verdade, é uma condição essencial para o desenvolvimento de uma agricultura verdadeiramente ecológica, em que as pessoas que possuem o conhecimento devam ser parte do processo de planejamento.” (p.166)

Para Enrique Leff (2002, p.37) a agroecologia se constitui por sua “[...] constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população.” A unificação destes saberes e práticas não se daria pelo viés científico, mas, sim, localmente, em cada condição histórica e suas respectivas teorias e práticas. Como afirma Dimas Floriani (2007), a linguagem humana não se resume ao sentido unicamente científico ou não-científico. Palavras e figuras de linguagem transitarium o tempo todo entre diferentes campos de significação, e, nesse sentido, o conhecimento, seja ele científico ou não, estaria sob o domínio das diferentes crenças e valores humanos.

Espécie de encenação que se manifesta principalmente em forma de teatro, a mística, por sua vez, nasce com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) representando, no princípio, um momento de organização política e de exortação da fé do camponês. Caldart (2000) afirma que é difícil explicar a mística, tamanha a sua expressividade, que não se limita às palavras, ganhando forma, sobretudo, nos símbolos e na emoção que provoca: “[...] Na própria palavra está contido o limite de compreensão: mística quer dizer mistério, ou seja, se for completamente desvelada perderá a essência do seu sentido” (p.133). Ademar Bogo (2003), por outro lado, enfatiza que a mística se contrapõe ao discurso dos intelectuais, o que já indica que essa prática se estabelece não no campo da “razão”, mas sim da experiência afetiva. Assim, se a mística opera na tensão entre razão e emoção, trazendo para o campo do afeto tudo aquilo que o discurso intelectual não alcança, no contexto dos congressos científicos da agroecologia, essa prática ganha um novo sentido.

METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa baseou-se em uma experiência etnográfica na qual o pesquisador observou as místicas encenadas no último CBA. As místicas, por sua vez, são compreendidas aqui como *performance*, que de acordo com Schechner (2004, p.37), “[...] é um ‘amplo espectro’ de atividades que vão desde o ritual e o *play* (em todas as suas variedades desconcertantes e de difícil definição) até formas populares de entretenimento, festas, atividades da vida diária, os negócios, a medicina, os gêneros estéticos do teatro, da dança e da música.” Assim, o exercício proposto para este trabalho foi o de observar a *performance* das místicas estando implicado na situação, bem como interagindo com diferentes sujeitos que tiveram algum papel nessa encenação, seja atuando ou até mesmo assistindo, como público espectador.

Goldman (2006) afirma que a observação participante, enquanto principal método da antropologia, é mais do que simplesmente o abandono dos instrumentos de trabalho, como máquina fotográfica e diário de campo, para tomar parte na ação como se fosse possível transformar-se no nativo. Trata-se, no entanto, da possibilidade de captar as ações e os discursos em ato, para, a partir daí, esboçar uma teoria etnográfica, que, ao contrário das teorias nativas, não se prende às vicissitudes do cotidiano, mas tampouco opera como uma teoria científica: será um ponto médio, de equilíbrio, sustentando dois extremos. Diz o antropólogo que, “[...] seu objetivo central é a elaboração de modelos de compreensão de um objeto social qualquer que, mesmo produzido em e para um contexto particular, possa funcionar como matriz de inteligibilidade em e para outros contextos” (GOLDMAN, 2006, p.170).

A décima edição do CBA, em 2017, ocorreu em conjunto com o VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, esse organizado pela Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), e com o V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno, esse outro, por sua vez, organizado pelos membros da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) de cada região. A ideia amplamente difundida no congresso foi a de que cada um deveria trilhar o seu próprio caminho, baseado nas suas vivências. Assim, para além dos tradicionais modelos de exposição científicos, como painéis, mesas-redondas, plenárias, oficinas e rodas de conversa, o congresso contou com os relatos de experiência técnica e os relatos de experiência popular.

A mística observada aqui se valeu da técnica conhecida por Teatro Invisível, que, segundo o teatrólogo Augusto Boal (2013), consiste em representar uma cena não no teatro convencional mas em um lugar qualquer, e diante de pessoas que não são um público espectador. No teatro invisível as pessoas são escolhidas acidentalmente, e durante toda a *performance* não deverão saber que se trata de uma cena, sob o risco de transformarem-se em espectadores. Os atores, por sua vez, devem preparar-se para incorporar até mesmo a interação com o pseudo-público. Diz Boal (2013, p.150): “O teatro invisível deve ‘explodir’ em um determinado local de grande afluência de pessoas. Todas as pessoas próximas devem ser envolvidas pela explosão, e os efeitos desta muitas vezes perduram até depois de muito tempo de terminada a cena”. A ideia aqui é, portanto, a de que o espectador possa atuar livremente, como se tudo que estivesse acontecendo diante de si fosse mais um episódio de seu cotidiano, ou seja, real.

A mística de abertura do CBA ocorreu durante o cerimonial de solenidade do congresso, onde os cerimonialistas eram dois *performers* disfarçados, que, nos protocolos de abertura, fizeram um longo discurso em defesa do agronegócio, levando o público presente a uma onda de vaias e provocações. Era intenção dessa mística causar o sentimento de revolta em quem assistia à abertura do congresso. Em certa altura da encenação outros *performers*, dessa vez misturados à plateia, posicionaram-se de forma contrária aos cerimonialistas, criando um coro de resistência e agitando todos os demais à revolta popular contra o poder do capital no campo brasileiro.

Assim, a mística se encerrou como um grande ato político, com a *ocupação* do palco pelos diversos movimentos sociais, e deixando a mensagem de que a agroecologia possui lado, e este é o do trabalhador e da trabalhadora rural:

A caminhada até aqui foi longa, mas não foi de quilômetros. A caminhada aqui foi longa porque é uma caminhada de gerações. E nós não estamos aqui somente por nós. Estamos aqui porque a agroecologia tem sujeito, tem sujeita, tem gente. Porque a agroecologia tem lado. Porque a agroecologia tem o cheiro, a cor e o sabor da terra. Porque a agroecologia tem o cheiro, a cor e o suor do trabalhador e da trabalhadora. Estamos aqui porque pela vida da terra precisamos de agroecologia. Pela vida da terra, a agroecologia! Pela vida da terra, a agroecologia! Pela vida da terra, a agroecologia! (Informação verbal)¹

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que esteve em jogo o tempo todo, da concepção da mística até a sua encenação, foi uma disputa por posições dentro da agroecologia. A mística do CBA revela a face política do diálogo de saberes, que, longe de se estabelecer por meio de um pacto intersubjetivo harmonioso, deve ser compreendido enquanto um complexo jogo de forças, onde a tensão reflexiva entre ciência e política, no sentido compreendido por Beck (2011), surge a todo instante. Ao afirmar que a agroecologia possui “lado” e que esse seria o do trabalhador e da trabalhadora rural, os movimentos sociais se posicionam como protagonistas e não apenas objetos do conhecimento. A subida dos movimentos sociais naquele plano superior do grande auditório, cada um com a sua bandeira, parece ter provocado mais do que o efeito mágico, e salvacionista que tão frequentemente se associa às místicas. No contexto agroecológico se trata claramente da marcação de uma posição.

As observações das diversas situações presenciadas em campo sugerem que a mística opera na produção de um recorte no plano sensível, materializando, ou melhor dizendo, perspectivando o diálogo de saberes a partir do olhar de diferentes subjetividades. Nesse sentido, é interessante recuperar a noção de partilha do sensível proposta pelo filósofo Jacques Rancière (2005, p.15), que a compreende como sendo “[...] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas.”

Repartir as partes e os lugares, afirma o filósofo, diz respeito à partilha dos espaços, tempos e atividades pelos quais são determinadas as formas que o *comum* pode adquirir, possibilitando ou não a participação neles. O que está em jogo, portanto, é a identificação de quem está autorizado a falar e a ser visto, a tomar parte no mundo comum:

[...] A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc. Existe portanto, na base da política, uma “estética” que não tem nada a ver com a “estetização da política própria à era das massas”, de que fala Benjamim. Essa estética não deve ser entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte. Insistindo na analogia, pode-se entendê-la num sentido kantiano – eventualmente revisitado por Foucault – como o sistema das formas *a priori* determinando o que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-

1 Fala realizada por militante na mística de abertura do CBA, em Brasília – DF, em setembro de 2017.

se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (RANCIÈRE, 2005, p.16)

Dessa maneira, o CBA pode ser compreendido como a expressão do mundo *comum* da agroecologia: o agricultor, o cientista, o militante, cada um teria o seu *lugar*, e até mesmo a sua *língua*. Porém, a realidade agroecológica remete não apenas ao diálogo harmonioso, mas, muitas vezes, a uma hierarquia de saberes que se reflete, pois, em uma diferenciação da visibilidade. Quando o palco da mística da abertura foi *ocupado* pelos movimentos sociais o que se verificou foi, de fato, a visibilização de uma importante face da agroecologia. A militância, muitas vezes relegada às franjas da política agroecológica, deixa o recado de que essa ciência-movimento tem sujeito e sujeita. E aqui não se trata apenas de retórica, pois o que se viu foi a ocupação literal dos corpos em um determinado *espaço*, que foi preenchido por cores, bandeiras, gestos e gritos.

Enquanto *tempo*, por sua vez, quando houve a pressão para que a mística fosse executada na abertura do evento, descartando a proposta de seu deslocamento para um momento menos solene, o que se viu foi a reafirmação da partilha do comum. A intenção da mística foi provocar a estrutura de poderes estabelecida, reafirmando a existência de outros corpos que reivindicam o seu direito à existência não apenas naquele mesmo *espaço*, mas também naquele mesmo *tempo*: o corpo, elemento fundamental, provoca uma ruptura sensível na política apenas por existir e resistir em face dos demais, e por tornar-se visível no *aqui* e no *agora*.

Gerhardt (2014) denuncia de maneira dura que a agroecologia opera, muitas vezes, impondo o consenso por meio da disciplinarização e regulação das diferenças. Esta imposição se daria através de argumentos de autoridade, cujo vetor se dirigiria dos agroecólogos, sujeitos ativos, aos agricultores, sujeitos passivos. O discurso “salvacionista” que guiaria as políticas extensionistas atuais identificaria um mal a ser combatido por meio de signos como “Revolução Verde” e “agricultura convencional”. A solução viria a partir de novos “mandamentos agroecológicos”, dentre os quais se destacam uma visão holística, construtivista, participativa e *dialógica*. É nesse sentido, portanto, que é possível interpretar o diálogo de saberes também como uma estratégia que visa suavizar as diferenças.

O congresso agroecológico propõe uma narrativa de igualdade entre os indivíduos, sustentando a ideia de que por debaixo dos diferentes papéis sociais e os seus respectivos saberes subjaz uma grande comunidade. Existe aqui uma proximidade com aquilo que Turner (2013) compreende por *communitas*, uma forma de relação entre indivíduos concretos, históricos e idiossincráticos, porém não estruturados ou segmentados de acordo com diferentes funções sociais: “[...] Juntamente com este confronto direto, imediato e total de identidades humanas, existe a tendência a ocorrer um modelo de sociedade como uma *communitas* homogênea e não estruturada, cujas fronteiras coincidem idealmente com as da espécie humana.” (p.127) Assim, o que está em jogo, para essa forma de relação social, é o rompimento com a estrutura em seus papéis evidentes.

Portanto, o diálogo de saberes parece buscar a comunhão entre os indivíduos que se encontram estruturalmente distantes e distintos, tornando-se mandamento e lei para a comunidade agroecológica. O tipo de *performance* evidenciada pelas místicas aqui observadas, porém, sugere que a tensão raramente se resolve para a conformação total da comunidade. As diferenças continuam a ser evocadas, e não no sentido pretendido pelo diálogo de saberes, mas, muito provavelmente, para reforçar um tipo de posicionamento político no qual a revelação dos binômios excluídos/incluídos, oprimidos/opressores etc., é imprescindível para o bom funcionamento da crítica.

Turner (2015) argumenta que enquanto a *communitas* tende para a inclusão: “[...] alguns podem chama-la de ‘generosa’ –, a estrutura social tende a ser exclusiva, esnobe até, deleitando-se na distinção entre nós/eles, incluídos/excluídos, alto/baixo, superiores/subordinados. Esse impulso a inclusão leva ao proselitismo. O sujeito quer transformar os *outros* em *nós*.”

Desse ponto de vista, é possível questionar se o diálogo de saberes não seria um tipo de narrativa que visa construir uma ideia de comunidade coesa. Porém, até que ponto essa perspectiva é vantajosa para todos? O que a mística do congresso revela é que aparentemente esse processo de homogeneização tende a obliterar o lado socialmente mais vulnerável, daí as tantas manifestações de resistência. Contudo, é preciso ter cautela quanto a uma crítica vazia e não construtiva do diálogo de saberes, para que não se deixem escapar aspectos importantes, como a sua força em expressar os desejos de uma sociabilidade qualitativamente diferente. Nesse sentido, para além da *performance* aqui observada, é possível pensar o congresso também como uma grande mística.

Toda a estética do evento corrobora com essa interpretação. As tendas armadas pelos grupos de militância nos ambientes externos ao centro de convenções remontam ao tipo de convívio mais arcaico e orgânico, como se todos fizessem parte de uma grande tribo desterrada pelo mundo moderno, mas que encontra abrigo em um lugar sagrado, cujo tempo e espaço não se confundem com aqueles do mundo da produtividade. Michel Maffesoli (2003) entende que a contemporaneidade marca o registro de uma transição de um tempo monocrático, linear e projetista para um outro, representado pelo presenteísmo que se opõe ao utilitarismo burguês. Para o pensador seriam os primeiros sinais de uma pós-modernidade nascente e seus grupos neo-tribais.

Essa aparência juvenil dos movimentos contemporâneos, que resgatam uma vontade de *estar junto* em uma grande festa, seria um traço da força dionisíaca que irrompe contra a fórmula já gasta da modernidade: “[...] Esse retorno ao antigo, ao arcaico, é próprio da pós-modernidade. Como se, além de um parênteses, para bem e para mal no cotidiano, ou no paroxismo, de uma maneira suavizada ou, ao contrário, nos excessos destrutivos, encontrássemos o aspecto sublime da beleza do mundo.” (p.28)

Essa beleza, por sua vez, remonta a um outro tipo de laço societário, não mais fundado em uma certa concepção de indivíduo, mas no sentimento de pertença a algo – e aqui sim talvez faça algum sentido essa, ainda que imaginada, comunidade agroecológica, que rejeita o utilitarismo e sonha um mundo onde a ética é, senão, também estética. Maffesoli (2003) reconhece a intensidade trágica que impele o indivíduo para além de sua condição empírica – uma necessidade de *mais ser* que toma forma, na contemporaneidade, com as grandes concentrações, os diversos tipos de transe e excitações, sejam eles religiosos ou culturais: “[...] Todas as coisas que elevam o indivíduo a uma forma de plenitude que a monotonia da funcionalidade econômica ou política não oferece. Em cada um desses fenômenos há uma espécie de participação mágica no estranho, na estranheza, na globalidade que supera a particularidade individual”. (p.35)

Em suma, percebe-se que o CBA, em suas diversas expressividades e *performatividades*, alimenta um desejo de conexão não apenas empírico, mas, em muitos sentidos, transcendental. Maffesoli (2003) argumenta que os místicos experimentaram esse desejo e as “tribus” contemporâneas vão por um caminho semelhante, sendo que a sensibilidade ecológica e a religiosidade pós-moderna seriam expressão desse movimento: “[...] Estando atentos a tal perspectiva holística, poderemos compreender a emergência de um *ethos* baseado, ao mesmo tempo, em um arraigamento material e em uma tensão espiritual, cujo aspecto paradoxal só incomoda às mentes limitadas pelo racionalismo moderno.” (p.96)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer que, se por um lado as místicas oficiais reforçam a resistência de determinados grupos que buscam o protagonismo dentro da agroecologia, provocando um recorte na estrutura de poderes e fortalecendo a reflexividade, por outro, o congresso agroecológico também pode ser compreendido como uma grande mística ou um ritual que, ao menos enquanto dura, possibilita e insinua outras formas de vida possíveis. Foucault (1984, p.209) diz: “[...] O saber não é o canteiro epistemológico que desapareceria na ciência que o realiza. A ciência (ou o que passa por tal) localiza-se em um campo de saber e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações”. Portanto, é preciso, antes de tudo, tentar compreender o campo epistemológico, o a priori histórico, ou a *epistémê*, conforme Foucault (2016), sobre a qual a agroecologia se constitui, e nesse sentido, os exemplos aqui trabalhados sugerem fortemente que as condições de possibilidade dessa ciência e movimento social se dão na convergência entre a crítica à racionalidade moderna e no sonho de outros mundos possíveis, onde os diferentes saberes e afetos também possuem o seu lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400 p.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011. 384 p.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 224 p.

BOGO, Ademar. **Arquitetos dos sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. 456p.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000. 276 p.

FLORIANI, Dimas. **Diálogo de saberes: uma perspectiva socioambiental**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz A. (Org.) *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016. 541 p.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GERHARDT, Cleyton H. Tautologia e retórica messiânica da “Transição agroecológica” na “Nova extensão rural”. *Revista Extensão Rural, DEAER - CCR - UFSM, Santa Maria, v.21, n.3, jul/set, 2014.*

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba: CATIE, 2002. 359 p.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica, v.10, n.1, .p. 161 - 173, 2006.*

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36 - 51, jan/mar 2002.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v.2, n.1, p. 35 - 45, Porto Alegre, jan/mar 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

SCHECHNER, Richard. **Performance Theory**. New York: Taylor & Francis Group, 2004. 407 p.

TURNER, Victor. **Do Ritual ao Teatro**: a seriedade humana de brincar. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 186 p.

_____. **O Processo Ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis- RJ: Vozes, 2013. 200 p.

ANÁLISE COMPARATIVA DE PREÇOS DE UMA REDE SOLIDÁRIA DE COMERCIALIZAÇÃO - O CASO DA REDE SABOR E SAÚDE DA SERRA.

Maria Cristina Silva de Paiva

Professora do IF Sudeste MG – Câmpus Muriaé
crisrina.paiva@ifsudestemg.edu.br

Yasmin Amarante Rodrigues Gouvêa

Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri – IF Sudeste MG
Câmpus Muriaé
amaranteyasmin@gmail.com

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa sobre a Rede Sabor e Saúde da Serra (Rede), de comercialização solidária, que reúne produtores e consumidores do Território da Serra do Brigadeiro, em MG. Uma questão importante é que os produtos similares convencionais nos grandes mercados varejistas ainda representam forte concorrência e parâmetro de comparação para os consumidores. Neste cenário, que respostas os produtores oferecem ao ambiente competitivo no qual se inserem? O objetivo dessa pesquisa foi analisar comparativamente o comportamento dos preços praticados pelos produtores da Rede, ao comportamento dos preços dos produtos similares convencionais nos mercados varejistas. Ao final da pesquisa foi possível dizer que o comportamento dos preços da Rede foi estável e positivo para os consumidores, no entanto, é preciso continuar a pesquisa para identificar o que esses preços representaram para os produtores e quais parâmetros e princípios guiaram sua tomada de decisões.

Palavras-chave: Rede. Comercialização. Economia solidária. Preços. Agroecologia.

ABSTRACT

This research is about Network Taste and Health of Sierra (Network), of solidarity commercialization, that get together producers and consumers from Serra do Brigadeiro, in MG. An important issue is the conventional similar products in the large retail markets still represent strong competition and parameter of comparison to consumers. In this scenario, what answers do the producers offer to competitive environment in which they are inserted? The aim of this research was to analyze comparatively the behavior of practiced prices by Network's producers to price behavior of the conventional similar products in the retail markets. At the end of the research was possible to affirm that the behavior of the Network's prices was stable and positive to consumers, however, it is needed to continue the research to identify what these prices represent to consumers and what parameters and principles guided their decision-making.

Keywords: network. Commercialization. Solidarity economy. Family farming. Agroecology.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é contribuir com os estudos sobre economia solidária e desenvolvimento local, apresentando os resultados de uma pesquisa empírica sobre a Rede Sabor e Saúde da Serra, denominada aqui como Rede, uma rede solidária de comercialização de produtos agroecológicos e da agricultura familiar, que reúne produtores do Território da Serra do Brigadeiro (TSB), na Zona da Mata de Minas Gerais, e consumidores do município de Muriaé – MG.

As primeiras atividades da Rede foram desenvolvidas em março de 2017, como resultado da articulação entre os atores sociais do TSB, do Núcleo de Estudos em Agroecologia Puris (NEAP), sediado no IF Sudeste MG, Campus Muriaé – MG, e da comunidade interna do IF Sudeste MG – Câmpus Muriaé, com o objetivo de criar mecanismos confiáveis para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, dos produtos agroecológicos e dos produtos em transição agroecológica.

Até fevereiro de 2018, a Rede envolveu em torno de 20 produtores e 18 consumidores, oferecendo uma lista quinzenal de aproximadamente 90 itens, distribuídos entre hortifrutigranjeiros e grãos, processados, fitoterápicos e flores. Participam da Rede os produtores dos municípios de Muriaé, Miradouro, Barão de Monte Alto e Rosário da Limeira, conforme informações disponibilizadas pelo NEAP¹ em 2018.

Uma questão importante para a Rede é que os produtos similares convencionais comercializados nos grandes mercados varejistas ainda representam forte concorrência e parâmetro de comparação para os consumidores, podendo limitar aos produtores da Rede as possibilidades de comercialização. Neste cenário, como os agricultores e agricultoras se comportam enquanto agentes nos mercados? Que respostas eles oferecem ao ambiente competitivo no qual se inserem? Como se comportaram, especificamente, com relação aos preços de seus produtos e como estes preços se comportaram com relação aos preços dos produtos similares convencionais em outros mercados?

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o comportamento dos preços correntes praticados pelos produtores e produtoras da Rede Sabor e Saúde da Serra, em comparação ao comportamento dos preços dos produtos similares convencionais em outros mercados.

No contexto em que os produtos convencionais representam concorrência aos produtos agroecológicos e no qual os mercados varejistas representam concorrência aos mercados curtos, os preços podem ser reflexos de como os produtores respondem a esse ambiente, reflexos estes que por sua vez podem estar imbricados de questões envolvendo autonomia, concorrência e valores extraeconômicos.

2 METODOLOGIA

2.1 Referencial teórico

Ploeg (2008) caracteriza a dinâmica da agricultura familiar como uma dinâmica de um campesinato que atua rumo à autonomia, o que implica na preservação de sua condição de coprodução e na sua relativa independência com relação aos mercados. Dessa forma a agroecologia representa um modo de viver e de produzir condizente com a manutenção e melhora do ambiente de reprodução econômica e social das famílias.

1 O NEAP (núcleo de estudos em agroecologia Puris), sediado em Muriaé-MG prestou apoio os trabalhos da rede, documentou o seu processo de desenvolvimento e centralizou as planilhas de produtos. Essas planilhas contem informações de preços e quantidade comercializadas, os nomes dos produtores e as respectivas localizações, constituindo-se, portanto, em importante fonte de dados para este estudo.

A agroecologia tem seus princípios baseados no respeito à biodiversidade e à preservação da sua sustentabilidade nos processos de reprodução econômica e social da população. Segundo Wezel et al. (2009), a agroecologia é considerada uma ciência, uma prática e um movimento. É uma ciência porque produz conhecimento, é uma prática porque aplica inovações na busca de objetivos e é um movimento porque constrói e defende uma visão política. Por isso seus resultados e possibilidades têm atraído também os consumidores interessados no consumo enquanto prática saudável e política.

A questão da autonomia da agricultura familiar com relação aos mercados tem caráter de desafio, pois se insere em uma arena complexa, onde a pequena agricultura familiar, ao mesmo tempo em que perde espaço na participação em cadeias agroindustriais, precisa disputar espaços, em condições cada vez mais desfavoráveis, com as instituições varejistas cada vez mais robustas, padronizadas e de difícil acesso. É o que Ploeg (2008) denomina de “Impérios Alimentares”. Nesse contexto, Wilkinson (2008), observa que o campesinato vai buscando suas alternativas em outros tipos de mercados e contanto cada vez mais com redes de relacionamento baseadas em confiança.

Nessa perspectiva, a análise das inserções da agricultura familiar nos mercados convida para a compreensão da noção da construção social dos mercados tratada pelas abordagens da Nova Sociologia Econômica (NSE), área da Sociologia que se preocupa com a questão da inclusão das relações sociais nos comportamentos de mercado. Importa para a Nova Sociologia Econômica a origem das relações mercantis e a base de relações nas quais ela se assenta e que as movimentam (STEINER, 2006; MARQUES, 2003).

Granovetter (2007) argumenta que o comportamento econômico está imerso em relações sociais, portanto, o que pode ser considerado um elemento periférico da análise dos processos de mercado, como é no caso das teorias econômicas neoclássicas, são na verdade elementos centrais. Análises detalhadas das estruturas sociais constituem a chave para compreender como instituições existentes atingiram seu estado atual, por exemplo. Segundo o autor, a visão do *embeddedness*, ou do enraizamento, ou ainda da imersão, é uma negação de que os indivíduos agem de maneira atomizada buscando necessariamente maximizar o lucro a todo o momento. São identificáveis as situações onde as escolhas racionais, ou a natureza do *homo econômico*, cedem lugar a escolhas socialmente definidas. Isso não significa, no entanto, a irracionalidade ou ausência da racionalidade em termos econômicos, significa uma racionalidade do ponto de vista de outros aspectos além do preço, o grande sinalizador do mercado clássico (GRANOVETTER, 2007).

Em decorrência da abordagem de Granovetter, o conceito de rede passa a ser trabalhado como um instrumento que permite descrever e formalizar as interações entre os indivíduos. A ideia principal é que a situação e a identidade do ator dependem de suas interações com os outros atores e das interações que esses últimos mantêm com os outros membros da rede (STEINER, 2006). Nessa perspectiva Marques (2003), afirma que a Nova Sociologia Econômica se ocupa do estudo dos mecanismos sociais que proporcionam o estabelecimento de redes de relações sociais contínuas, observando o modo como estas relações estão na base da construção de contratos, firmas, várias organizações, grupos empresariais e instituições econômicas.

Essas perspectivas teóricas contribuem para o melhor entendimento do comportamento dos atores e das redes de produção e comercialização solidária, no contexto de sua inserção no ambiente competitivo e complexo dos mercados, principalmente na compreensão das estratégias de resistência e busca de autonomia da agricultura familiar, em suas especificidades.

Esta pesquisa se preocupou em analisar o comportamento dos preços correntes dos produtos ofertados pela Rede, compreendendo essa variável, entre outras, como importante nas decisões

de produtores e consumidores, sinalizando viabilidades, possibilidades e consistindo em um dos mecanismos de comunicação entre os atores da rede. As referências da teoria neoclássica sugerem pensar os agricultores familiares enquanto “tomadores de preços” (FERGUNSON, 1994). Por outro lado, as referências da NSE, como Granovetter (2007) e Zelizer (1992 apud CONTERATO et al., 2011), por exemplo, permitem pensar que os produtos da agricultura familiar possuem valores específicos, construídos a partir de repertórios culturais, que vão além das relações quantitativas entre os preços relativos, permitindo aqueles produtores espaços diferenciados de negociação. Por outro lado ainda, Ploeg (2008), na perspectiva orientada ao ator, ao tratar a questão da desconfiança, da imediação e das construções baseadas nos repertórios culturais e na preservação de valores, permite supor que alcançar os maiores níveis de preços não seja a prioridade das negociações da agricultura familiar. Neste sentido, tornou-se interessante analisar a maneira como os participantes da Rede Sabor e Saúde da Serra se comportaram com relação aos preços de seus produtos. Especificamente neste trabalho realizou-se uma pesquisa de “fora” da Rede, como forma de um diagnóstico exploratório sobre esse comportamento.

2.2 Procedimentos analíticos

Em primeiro lugar foram realizadas comparações entre o comportamento dos preços correntes dos produtos da Rede, no período de março de 2017 a fevereiro de 2018, aos índices da inflação nacional, medido pelo do IPCA no mesmo período, com o objetivo de compreender o comportamento temporal absoluto e relativo desses preços. Segundo Rosek, (2016), o IPCA é o índice parâmetro para a inflação nacional e utilizado na determinação e análise das metas da inflação pelo Banco Central do Brasil.

Posteriormente, a partir de uma cesta representativa da Rede, construiu-se uma análise comparativa temporal entre o valor dessa cesta e o valor da Cesta Básica Nacional, calculada pelo DIEESE, das cidades de Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), cidades de referência para a economia da região Sudeste e a capital do estado referência em produção agroecológica (IPARDES, 2018; FOLHA AGRÍCOLA, 2018). Para tanto foi preciso tomar a Cesta Básica Nacional do DIEESE como referência e montar uma cesta equivalente com os produtos da Rede. Os produtos periodicamente ofertados pela Rede foram: arroz integral, banana, cenoura e chuchu, feijão carioca, laranja, limão, mamão, ovos, palmito in natura, bolos e pães, doces de frutas e de leite, fubá, mandioca, melado, pó de café. A Cesta Básica Nacional trabalhada pelo DIEESE é composta por carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes, pão francês, café em pó, banana, açúcar, banha/óleo e manteiga (DIEESE, 2018).

Finalmente foram selecionados os produtos ofertados com mais frequência pela Rede ao longo do período, e realizou-se uma comparação entre os preços desses produtos e os preços correntes dos produtos similares nos mercados convencionais. Foram analisados os preços do arroz, da banana, da cenoura, do chuchu, do feijão carioca, da laranja, do limão, dos ovos, dos pães, do fubá, da mandioca e do pó de café. Para essa fase da análise por produtos foram utilizados os preços do estado do Paraná, (SEAB/PR, DERAL/DEB, 2018), das cidades de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro (CONAB, 2018), e da cidade de São Paulo, (IEA, 2018), conforme a disponibilidade dos dados mais adequados para as análises comparativas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Comparação do índice de variação de preços da Rede com o IPCA

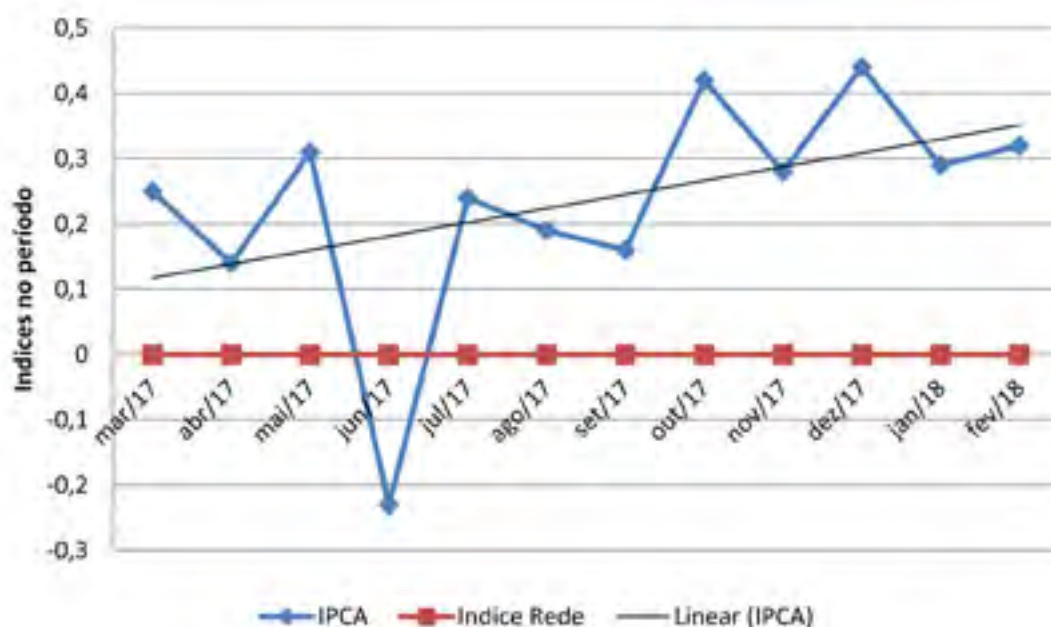
Quanto aos preços praticados pelos produtores e produtoras da Rede, esses permaneceram constantes durante todo o período, conforme os dados disponibilizados pelo NEAP.

No Gráfico 1 é apresentada a comparação ao longo do período de março de 2017 a fevereiro de 2018, da variação dos preços da Rede e do IPCA, destacando que, como não houve variação de preços por parte dos fornecedores da Rede, esta variação foi expressa pelo valor zero.

As variações do IPCA foram, para ano de 2017 segundo BCB (2018), abaixo da meta da inflação prevista pelo Banco Central para 2017, de 3%. O IPCA teve variação para 2017 de 2,95% e o instituto identifica essa redução devido ao IPCA - Alimentação e bebidas, que foi de 1,87%. Pode-se afirmar então que a variação dos preços dos alimentos no Brasil foi relativamente pequena.

Na comparação do IPCA com os preços da Rede, observou-se que o IPCA manteve mais variações positivas do que negativas e refletiu uma tendência a aumento dos preços ao longo de 2017.

Gráfico 1. Variação mensal do IPCA Amplo e dos preços da cesta da Rede no período março de 2017 a fevereiro de 2018.



Fonte: elaborada pelas autoras (2018). Dados do IPCA, BCB (2018). Preços da Rede, NEAP (2018).

O comportamento estável dos preços da Rede significou para os consumidores a manutenção do poder de compra com relação àqueles produtos. Por outro lado, para os ofertadores da Rede, houve oportunidades para reajustes desses preços, justificadas pela variação na inflação nacional, no entanto não mantiveram seus preços constantes.

3.2 Análise comparativa agregada dos preços da rede a outros preços

Em uma simulação de uma cesta básica montada com os produtos da Rede e a Cesta Básica Nacional do DIEESE, chegou-se a composição de uma cesta conforme a descrita na Tabela 1. Para efeito de comparação de valores e quantidades, optou-se pela Cesta Básica Nacional da Região Sudeste, calculada com os preços dos produtos da Rede.

Tabela 1. Composição e valor de uma cesta básica nacional com os produtos da Rede pelos parâmetros do Dieese para valores da região Sudeste.

Alimentos da Cesta Básica Nacional	Produtos da Rede	Quantidades consumidas Cesta Básica Nacional - Região 1 - Sudeste	Preços Rede	Total em R\$ pelos preços da Rede
Carne		6,0 kg		
Leite		7,5 l		
Feijão	Feijão	4,5 kg	RS 7,00	RS 31,50
Arroz	Integral*	3,0 kg	RS 4,00	RS 12,00
Farinha	Fuba*	1,5 kg	RS 3,50	RS 5,25
Batata	Inhame/mandioca*	6,0 kg	RS 2,50	RS 15,00
Legumes (Tomate)	Cenoura/chuchu*	9,0 kg	RS 2,50	RS 22,50
Pão francês	Pão integral/pão farinha branca*	6,0 kg	RS 12,00	RS 72,00
Café em pó	Café em pó	600 gr	RS 2,00	RS 12,00
Banana	Banana	90 unid	RS 3,00	RS 270,00
Açúcar		3,0 kg		
Banha/óleo		750 gr		
Manteiga		750 gr		
Custo da Cesta		-		RS 440,25

* Produtos similares oferecidos pela Rede

Fonte: Dados da Cesta Básica Nacional, Dieese (2018). Dados dos produtos da Rede e respectivos preços, NEAP (2018).

Nesta simulação os produtos da Rede completariam 62% da Cesta Básica Nacional, a um custo mensal para o consumidor final de R\$ 440,25, com algumas substituições: o arroz branco pelo arroz integral, o fubá fino pela farinha de trigo, o inhame ou mandioca pela batata, o tomate por cenoura e chuchu, o pão francês pelo pão de forma integral e pelo pão de forma de farinha branca.

A título de comparação foi feita uma pesquisa sobre o custo da Cesta Básica Nacional para as cidades de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Curitiba (PR), com os dados do DIEESE (2018). A cesta da Rede, que representa 62% da Cesta Básica Nacional, custou em média 8% mais do que a média da cesta básica nacional para as cidades analisadas. Com relação à Belo Horizonte, a cesta da Rede ficou 18% mais cara, com relação ao Rio de Janeiro a diferença caiu significativamente, sendo, na média, de 3% e para São Paulo a cesta ficou apenas 0,9% mais cara. A Tabela 2 ilustra esses dados.

Tabela 2. Valores médios das cestas básicas por cidade e da cesta simulada da Rede para o período de março de 2017 a fevereiro de 2018.

Cestas	Valores médios para o período	Diferença em relação aos valores da cesta simulada da Rede, em percentuais.
Belo Horizonte	RS 375,67	18%
Curitiba	RS 390,79	12%
Rio de Janeiro	RS 426,53	3%
São Paulo	RS 436,08	0,9%
Média das quatro cidades	RS 407,27	8%
Rede	RS 440,25	-

Fonte: elaborada pelas autoras com base nos dados do Dieese (2018) e nos dados disponíveis no NEAP (2018).

As considerações com relação à comparação de valores tomaram como referência as informações de que o consumidor aceita pagar preços até 30% mais elevados pelos produtos orgânicos e agroecológicos com relação ao convencional (ORGANICSNET, 2018) e de que o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal (PAA), também paga até 30% a mais por esses produtos (AGROECOLOGIA, 2017). Dessa forma, tornou-se razoável afirmar que, com relação à média das regiões e, principalmente com relação à cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, os preços da Rede não se apresentam substancialmente mais elevados. Mesmo observando que a cesta da Rede completa 67% da cesta nacional, a variação de preços para cima é relativamente pequena, e principalmente para as cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Por estes resultados pode-se dizer que o consumidor paga um pouco mais caro pela cesta da Rede, levando em conta que é preciso complementá-la com outros produtos, comparando aos valores de uma cesta básica adquirida no Rio de Janeiro. E significativamente mais caro, em média 18%, em comparação a uma cesta básica adquirida em Belo Horizonte.

Por outro lado, para cada cesta vendida, os produtores teriam um ganho real com relação à cesta básica adquirida no Rio de Janeiro, de 3%, e um ganho relativamente maior (18%) com relação a uma cesta básica adquirida em Belo Horizonte.

Neste cenário não é possível afirmar sobre espaços para elevação de preços, tendo em vista que a cesta simulada da Rede não é completa. Mas torna-se bastante evidente a necessidade da preservação dos diferenciais dos produtos da Rede, assim como dos laços de confiança que avalizam a natureza desses produtos, de forma a ser possível manter os valores que justificam custos elevados com relação a cesta básica nacional, que por sua vez, é um indicador do custo de vida com a alimentação básica de uma pessoa durante um mês (DIEESE, 2018).

3.3 Comparação dos preços por produto entre a Rede e outras regiões.

O Quadro 1 sintetiza o nível dos preços da Rede com relação à média dos preços dos produtos similares comercializados nos mercados varejistas, por produto. Para essa comparação determinou-se uma média entre as 4 cidades, dos preços médios por período, por produtos. Por este quadro é possível afirmar que os preços dos produtos ofertados pela Rede se distribuem entre preços acima e abaixo da média.

Quadro 1. Nível de preços da Rede com relação às demais regiões, por produto.

Abaixo da média	Na média	Acima da média
Chuchu	Cenoura	Arroz
Limão	Laranja	Banana
Fubá		Feijão
Mandioca		Ovos
Café		Pão

Fonte: Fonte: elaborada pelas autoras com base nos preços da Rede, NEAP (2018), nos preços da CONAB (2018), nos preços do SEAB/DERAL (2018) e nos Preços do IEA (2018).

A Tabela 3 a seguir sintetiza os níveis de preços da Rede com relação às médias dos preços nos mercados varejistas das regiões estudadas.

Os valores monetários apresentados por produto detalham as diferenças entre os preços, indicando que os desvios de preços da Rede com relação aos demais preços são significativos, mas não ultrapassam a margem dos 30%, com exceção do feijão e do arroz para mais e do chuchu e da mandioca para menos.

Tabela 3. Variação em reais e em percentuais dos preços da Rede com relação às médias de preços das regiões estudadas.

Produtos da Rede e os respectivos níveis de preços com relação às médias das outras regiões.	Média dos preços médios, em reais, por unidade, nas outras regiões.	Preço da Rede, em reais, por unidade.	Variação do preço da Rede, em reais, com relação à média nas outras regiões.	Variação do preço da Rede, em percentuais, com relação à média nas outras regiões .
Abaixo da média				
Chuchu	2,23	1,5	0,73	33%
Limão	4,06	3	1,06	26%
Fubá	3,26	3	0,26	8%
Mandioca	3,72	2	1,72	46%
Na média				
Cenoura	2,73	2,5	0,23	8%
Laranja	2,1	2	0,10	5%
Acima da média				
Arroz	3,05	4	-0,95	-31%
Café	20,32	21,75	-1,43	-7%
Banana	2,9	3	-0,10	-3%
Feijão	4,74	7	-2,26	-48%
ovos	5,41	7	1,59	-29%
Pão	4,725	6	-1,28	-27%

Fonte: elaborada pelas autoras com base nos preços da Rede, NEAP (2018), nos preços da CONAB (2018), nos preços do SEAB/DERAL (2018) e nos Preços do IEA (2018).

Quanto aos produtos da Rede com preços abaixo da média, os mais baratos foram o chuchu (33%), o limão (26%) e a mandioca (46%). Para os produtos na média, o desvio com relação à média dos preços médios foi relativamente pequena, de 8% para a cenoura e 5% para a laranja. Para os produtos cujos preços da Rede se encontraram acima da média, observou-se que o feijão e o arroz apresentaram acréscimo de 31% e 48% respectivamente, a banana apresentou uma variação muito pequena, de apenas 3 %, o ovo de 29% e o pão de 27%. O café se apresentou 7% mais caro do que as médias das regiões.

Considera-se, portanto, que os preços dos produtos ofertados pela Rede se equilibraram com a realidade dos preços das diversas regiões do país, evidenciando, por um lado, a necessidade de preservar as características que justificam os preços que estão relativamente mais elevados, e por outro lado, um espaço para elevação dos preços dos outros produtos que ficaram abaixo da média.

4 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos preços correntes de venda na Rede, esses permaneceram constantes durante todo o período, enquanto que o IPCA apresentou tendência crescente, indicando aumento dos preços da economia ao longo de 2017. O comportamento estável dos preços da Rede significou para os consumidores a manutenção do poder de compra com relação àqueles produtos. Por outro lado, para os ofertadores da Rede, houve oportunidades para reajustes desses preços, justificadas pela variação na inflação nacional. No entanto eles não promoveram esses reajustes, assim como não realinharam os seus preços em relação aos preços, por produtos, de outros mercados, nem para cima, nem para baixo. É possível dizer que o comportamento dos preços da Rede foi positivo para os consumidores.

Na comparação em termos de cestas básicas, a cesta da Rede apresentou-se mais cara com relação às cestas de outras regiões, no entanto, essa elevação pode ser justificada pela diferenciação dos produtos oferecidos pela Rede. Por esse parâmetro, pode-se dizer que a comercialização pela Rede conferiu certo ganho real aos seus produtores.

Essas constatações sustentam outros questionamentos, tornando interessante saber o porquê desse comportamento dos agentes com relação aos seus preços, ou seja, saber qual é o “enraizamento” das decisões relativas aos preços para os agentes da Rede. Neste sentido pode ser questionado em futuras pesquisas como os produtores definiram seus preços, e de que maneira os parâmetros para a definição de preços se relacionaram mais à autonomia ou mais à insegurança e necessidade de ser competitivo, e quais foram os princípios e valores imbricados nessas decisões.

A decisão sobre os preços da Rede pode ter sido tanto tomada com base em fatores externos e tendo outros mercados como referência, como pode ter sido construída por fatores endógenos à Rede, em um processo de diálogo explícito ou implícito, entre os atores. E nesse sentido caberia ainda perguntar se e de que maneira esses diálogos consolidaram ou modificaram as condições de comercialização dentro da Rede.

Torna-se importante, portanto, investigar sobre quais foram os princípios e expectativas que motivaram a tomada de decisão dos produtores e produtoras da Rede Sabor e Saúde da Serra no que se refere a definição de seus preços.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROECOLOGIA. GOV. Produtos orgânicos do PAA remuneram melhor agricultor familiar. **Portal Agroecologia.gov**. Governo Federal. Brasília, 20 de abril, 2018. Disponível em <<http://www.agroecologia.gov.br/noticia/produtos-org%C3%A2nicos-do-paa-remuneram-melhor-agricultor-familiar>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

BCB. **Séries temporais**. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: março de 2018.

CONAB. **Preços agropecuários**. Disponível em <<http://sisdep.conab.gov.br/precosiagroweb/>>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

CONTERATO, M. A. et al. Mercantilização e Mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.67-90.

DIEESE. **Metodologia da pesquisa nacional da cesta básica de alimentos**. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

FERGUNSON, C. E. **Microeconomia**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

FOLHA AGRÍCOLA. **Agricultura familiar do Paraná se destaca na venda de orgânicos**. Disponível em <<http://www.folhaagricola.com.br/noticia/agricultura-familiar-do-parana-se-destaca-na-venda-de-organicos>>. Acesso em: 05 de março de 2018.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, Vol. 1 (1983), pp. 201-233. Disponível em:< <http://www.jstor.org/stable/202051>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

IEA. **Banco de Dados**. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/out/Bancodedaos2.html>>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

IPARDES. **Agricultura no Paraná responde por 43% da produção e abriga 70% do pessoal ocupado**. Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=187>. Acesso em: 10 de março de 2018.

MARQUES, R. Os trilhos da nova Sociologia Econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (Org.). **A Nova Sociologia Econômica**. Oeiras: Celta, 2003. p. 1 – 68.

ORGANICSNET. **Consumidor aceita pagar mais pelos orgânicos, diz coordenadora da SNA**. 2017. Disponível em <<http://www.organicsnet.com.br/2017/09/consumidor-aceita-pagar-um-pouco-a-mais-pelos-produtos-organicos-diz-coordenadora-da-sna/>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ROSEK, R.J. (Coord.) **Índices de Preços no Brasil**. Brasília: Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, 2016. **Série Perguntas Mais Frequentes**. Disponível em< <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2002-%C3%8Dndices%20de%20Pre%C3%A7os%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2018.

SEAB/DERAL. **Preços médios mensais de venda a varejo**. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=195>>. Acesso em: 03 de março de 2018.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

WANDERLEY, M.N.B. O Agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

WEZEL, A. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review**. Agronomy for Sustainable Development, 2009. Disponível em: <<https://hal.inria.fr/docs/00/88/64/99/PDF/hal-00886499.pdf>>. Acesso em: 05 junho 2016.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA(SC): REFLEXÕES SOBRE A INCUBADORA DE COOPERATIVA POPULAR (IPC) DE FLORIANÓPOLIS/SC

LUIS FERNADO SCHEIBE,

*Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC
scheibe2@gmail.com*

ROSANA DE CARVALHO MARTINELLI FREITAS

*professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humana da UFSC,
romartin@matrix.com.br*

ELISETE GESSER DELLA GISUTINA DA CORREGIO

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC
elisete.dacoregio@gmail.com¹*

Resumo:

O presente artigo tem como principal objetivo apresentar elementos para a reflexão sobre a Incubadora Popular de Cooperativas (IPC), do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) de Florianópolis/SC, buscando compreender como as redes de articulações estabelecidas com as organizações da sociedade civil fortalecem e impulsionam a economia solidária (ES) catarinense. A metodologia utilizada foi uma pesquisa nos principais documentos de registros de atividades da IPC e dos relatórios do Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES), período de 2007 a 2012, no que tange às atividades de disseminação, organização e capacitação em ES, bem como outras leituras que contribuíram para uma melhor compreensão do objeto de estudo. Através do estudo é possível identificar que a incubadora foi um espaço de participação e articulação dos/as envolvidos/as manifestando-se como mais um caminho possível para a construção de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

ABSTRAT

The present article has as main objective to present elements for the reflection on the Popular Incubator of Cooperatives (IPC), of the Cultural Center Escrava Anastácia (CCEA) of Florianópolis / SC, seeking to understand how networks of articulations established with civil society organizations strengthen and boost the solidary economy (ES) of Santa Catarina. The methodology used was a research on the main IPC activity records documents and the reports of the Santa Catarina Solidarity Economy Forum (FCES), from 2007 to 2012, regarding dissemination activities, organization and training in ES, as well as other readings that contributed to a better understanding of the object of study. Through the study it is possible to identify that the incubator was a space of participation and articulation of the involved ones, manifesting itself as another possible way for the construction of a society socially fair, economically viable and ecologically sustainable.

Palavras-chave: Economia Solidária. Incubadoras. Fórum. Cooperativas Populares. Redes.

Keywords: Solidary Economy. Incubators. Forum. Popular Cooperatives. Networks.

¹ Agradeço o apoio concedido por meio de bolsa pelo Programa do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) que agrega todos os programas de atendimento aos estudantes da educação superior, fundamentados pelos Artigos 170 e 171 da Constituição Estadual e pela lei do Fundo Social.

INTRODUÇÃO

Nossa sociedade passou por profundas transformações nestas últimas décadas, provocando alterações significativas na vida social, o que produziu importantes modificações nas formas de agir, pensar e ser das pessoas, principalmente nas relações de trabalho. A partir daí, surge um movimento de entidades, pesquisadores e de grupos organizados de forma coletiva, que buscam criar possibilidades reais de geração de trabalho e de renda e inclusão produtiva dos/as trabalhadores/as; a economia solidária.

Vários autores (SINGER, 1997; GAIGER, 2003; CATTANI, 2003) explicam a ES a partir da idéia de um novo modo de produção, onde suas principais características são: a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade. Considerando essas características, a ES aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico, com proteção dos ecossistemas.

A ES vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de enfrentamento da exclusão social e da precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda. Esta nova realidade do mundo do trabalho contribui, de forma significativa, para o surgimento de novos sujeitos sociais e para a construção de novos espaços institucionais.

É permeada pela constituição de várias redes² formadas por empreendimentos, entidades de apoio e fomento e gestores governamentais. A organização em rede embasa, fortalece e impulsiona a ES, dando-lhe maior possibilidade de construir a autogestão, a sustentabilidade futura, propõe a construção de políticas públicas de trabalho e renda, pois busca ir além do já estabelecido, tecendo novas relações de trabalho, cidadania e um novo projeto societário.

Este artigo se propõe a apresentar elementos para a reflexão sobre a Incubadora Popular de Cooperativas (IPC), do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) de Florianópolis/SC, buscando compreender como as redes de articulações estabelecidas com as organizações civis fortalecem e impulsionam a ES catarinense.

A presente reflexão está estruturada em quatro partes. Primeiro, apresentaremos uma introdução geral do tema, abordando aspectos conceituais relacionados a uma compreensão geral da ES. Na segunda parte, será tratada mais especificamente sobre a ES em Santa Catarina referenciando aspectos da trajetória e do processo de criação e articulação do Fórum Catarinense de ES (FCES) como um dos fatores que influenciaram a formação das redes. Em seguida, terceira parte, discutiremos o tema em estudo buscando compreender o papel das Incubadoras, será focada, mais especificamente, a análise da ICP identificando as suas articulações com as organizações civis no sentido de perceber se fortalecem e impulsionam a ES catarinense. Por fim, teceremos algumas conclusões sobre os limites e possibilidades das articulações estabelecidas pela ICP na perspectiva de fortalecimento da ES catarinense.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A ES é um modo específico de organização de atividades econômicas. O sentido do termo ES ainda é um conceito em construção. Pode-se destacar que as práticas que revelam sua existência não representam nada de inédito entre comunidades de países da Europa e da América Latina.

² A referência ao termo redes se aproxima do que observa Mance (1999) apontando que rede é a união entre as diversas iniciativas inicialmente isoladas e a multiplicação de células potencializada pela própria rede. Optou-se por considerar este conceito, face à sua compatibilidade com a prática de dos segmentos da ES da em questão.

Para Singer a ES compreende:

todas as formas de organizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários. A idéia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc., através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos (SINGER, 1997, p.10).

No que se refere mais detidamente as origens da ES Singer (2002a) explica que surge como meio alternativo ao capitalismo para a produção e distribuição. Assim pode-se verificar a ES ressurgir da luta dos/as trabalhadores/as, como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista.

No contexto brasileiro suas origens estão diretamente ligadas ao quadro das condições socioeconômicas e políticas. Alguns autores (SINGER, 1997; LECHAT, 2006; LISBOA, 1997) argumentam que foi nas décadas de 1980 e 1990, a partir da resistência de trabalhadores/as à crescente exclusão, verificam-se manifestações na forma de iniciativas associativas e solidárias.

No período, conforme Singer (1997) surgem diversas alternativas de geração de trabalho e renda; diversas atividades econômicas associativas - projetos alternativos comunitários; a recuperação de empresas por trabalhadores/as (autogestão); associativismo e cooperativismo na organização da agricultura familiar; assentamentos de reforma agrária; a valorização de redes de produção, comercialização e consumo solidário; a implantação de políticas públicas de ES, a criação de fóruns e redes: empreendimentos, entidades de apoio e fomento e gestores governamentais.

Segundo Ronconi (2008, p. 31) “ao longo de quase todo o século XX o cooperativismo, no Brasil, esteve vinculado a projetos políticos burgueses, não estabelecendo articulação com a realidade imediata dos trabalhadores.”

No entendimento de Singer:

o regime solidário de desenvolvimento é um projeto que vai sendo formulado a partir de novas práticas sociais. As grandes experiências históricas de economia solidária sempre foram criadas como respostas a grandes desafios. As novas práticas solidárias ainda estão dispersas e não são completamente conhecidas. Só agora começam a ser pesquisadas e sistematizadas, o que implica confessar que o projeto ainda não está maduro. (Singer, 2000a, p.149)

Percebe-se que a ES compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de empreendimentos, cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros. Fundamenta-se nos valores da solidariedade, da democracia, da auto-gestão, da cooperação e da responsabilidade social.

Conforme texto divulgado na página da SENAES no Brasil, a ES se expandiu a partir de instituições e entidades, que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc.

No Brasil 1,4 milhões é o número de brasileiros envolvidos em negócios de economia solidária, segundo os dados oficiais mais recentes, de 2013 (Nexos, 2018³). Os empreendimentos de economia solidária, segundo a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2000, p. 21), devem representar:

3 Para mais informações consultar: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/04/17/O-que-%C3%A9-economia-solid%C3%A1ria-foco-de-estudo-e-a-%C3%A7%C3%A3o-de-Paul-Singer>

Uma organização de autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno.

A articulação do movimento da ES, organizado em redes através da constituição de um fórum nacional, denominado de Fórum Brasileiro de ES (FBES), fóruns estaduais e municipais, gerou a criação de um fórum nacional, bem como de uma secretaria específica, Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho, considerada a grande propulsora da expansão nacional da ES como objetivo fomentar a ES no Brasil, com ações para gerar trabalho e renda, inclusão social e desenvolvimento justo e solidário (BRASIL-SENAES, 2007).

Para Mance, um dos autores que têm estudado a formação de redes solidárias, as redes podem ser definidas:

articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto à medida que são fortalecidas por ele, permitindo-lhes expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável". (MANCE, 1999, p.24)

No âmbito da articulação em redes os fóruns demonstram ser um espaço de promoção a articulação entre as diversas organizações solidárias e governo sendo que a principal referência de debates, informações e reflexões a respeito de ES no país, através de seminários, oficinas, e um site de internet extremamente vasto e dinâmico, alimentado de forma participativa tanto nacionalmente como pelos estados.

Olivieri (1993) define redes como:

“redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social”.

Diante o exposto, é possível constatar que a ES tem a finalidade de gerar emprego e renda, com atividades econômicas sob a forma de autogestão e sua organização está estruturada em forma de uma rede organizacional capaz de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Embora as iniciativas de ES têm se fortalecidos como alternativas possíveis de diminuição da pobreza e da desigualdade enfrentam dificuldades que vão desde outras modalidade de produção e comercialização, o acesso ao crédito e que também há questões políticas e culturais.

2. PANORAMA DE ECONOMIA SOLIDARIA EM SC

Em 2000, a constituição do Grupo de Trabalho Catarinense (GT) na I Jornada Catarinense de Sócioeconomia Solidária foi um marco importante para a ES em Santa Catarina. Dentre os objetivos dessa jornada estava o fortalecimento da articulação entre grupos rurais e urbanos na perspectiva de construir uma rede de trocas que potencializasse as experiências de ES já existentes em SC.

No início de 2005, o GT adotou a denominação de Fórum Estadual tendo presente a preocupação de facilitar o diálogo com outros fóruns estaduais e com o fórum brasileiro e não caracterizar a ideia de uma comissão de trabalho. Passou a ser chamado de Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES).

O FCES tem como objetivos: 1. Fomentar a criação de redes, fóruns locais e/ou regionais; 2. Realizar feiras de ES; 3. Realizar seminários setoriais para definição de estratégias comuns de organização da produção, comercialização, crédito e inovação tecnológica; 4. Realizar seminários e jornadas de ES; 5. Promover estratégias de comercialização e divulgação dos produtos da ES ; 6. Representar o FBES no estado de SC; 7. Discutir com o poder público estadual e federal a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento da ES.

Desta forma, o FCES vem fortalecendo a ES pela sua atuação em redes entendendo que os grupos/empreendimentos de ES que se isolam têm muito mais dificuldades de sobreviver, enquanto os que se juntam a outros podem potencializar seus esforços e obter mais resultados.

Marcos Arruda, no texto: *Rede que tecem a democracia e liberdade* compara a ES ao gesto do pescador que lança a rede no mar⁴:

Quando o pescador estende sua rede no chão ou na água, ela se deita horizontalmente, espraiada para alcançar o espaço mais amplo que puder. Nenhum nó está acima dos outros, nem é mais importante do que os outros. Nenhum nó pode pensar os outros nós como competidores, adversários ou inimigos. Cada nó sabe que, fazendo parte da rede, está indissoluvelmente ligado a quatro nós ao seu redor, que por sua vez estão ligados cada um a quatro outros nós, numa progressão exponencial para formar a rede...É esta diversidade de nós que forma a unidade da rede. Assim é a economia solidária.... (ARRUDA, 2005)

A organização em forma de redes permite a articulação social. Permite identificar e mobilizar atores, animar a organização de novos atores em rede, influir nas organizações e alianças estratégicas, abrir espaços políticos de reconhecimento da ES nas esferas de poder.

Na I Conferência Nacional de ES, realizada em Brasília em 2006, foi referendado que a economia solidária está ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento locais e territoriais, orientando-se, cada vez mais, rumo a uma articulação nacional e internacional, em especial a latino-americana.

Para Sherer-Warren (2005) a organização em forma de rede deve ser constituída através de relações democráticas, com uma organização horizontalizada, participação mais equitativa, não devendo ter estruturas de poder.

Partindo-se da prática e compreendendo o movimento da ES como uma rede, que conecta vários nós, definiu-se também o FCES como parte da rede uma vez que podemos identificar dinâmicas próprias de trabalho. Percebendo os elementos básicos da rede, seus nós/células e as suas conexões. Segundo o Mance (1999), a construção de redes oferece condições para acumular poder em vista de promover uma verdadeira revolução, tanto no sentido econômico quanto social, político e cultural.

Para manter viva a rede e garantir a participação o FCES criou um processo de formação e informação descentralizado, permitindo a troca de experiências e o empoderamento de todos/as os elos. Assim o FCES constitui-se como um grupo que funciona como uma rede de co-responsabilidade mútua, na qual todos procuram interagir democraticamente, para fortalecimento recíproco. Articula-se com o FBES mediante seus representantes e partilha dos seus princípios, conforme regimento interno, reafirmando principalmente a articulação de um espaço de representação em busca do fortalecimento da ES, enquanto política pública

⁴ Texto elaborado por ocasião da Reunião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2005.

que respeita o protagonismo e autonomia dos empreendimentos, das redes e entidades que o integram, fortalecendo o desenvolvimento local e auto-sustentável.

Através da rede vão se constituindo outras estruturas de poder que possibilitam vivenciar relações sociais e políticas mais democráticas rompendo com as relações tradicionais, piramidais. É claro que esta organização horizontal apresenta limites e desafios que ainda precisam ser superados.

Uma análise nos dados publicados pelo mapeamento (SIES, 2008) mostra a multiplicidade de experiências emergentes e em processo de desenvolvimento. Em SC um exemplo disto são as incubadoras que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão, acompanhamento junto aos empreendimentos de ES tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa.

3 A INCUBADORA POPULAR DE COOPERATIVAS- IPC

Em SC, os empreendimentos de ES são apoiados a partir das ações de entidades de apoio que oferecem assessoria e fomento à ES em geral, organizações da sociedade civil, em especial, dos movimentos sociais, formados por associações sem fins lucrativos (ONGs), igrejas, entre outros e pela atuação das universidades, via as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que prestam serviços de apoio e fomento seja na forma de ações de formação (tanto técnica, quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos formando uma rede de articulação no sentido de realizarem troca de experiências, rodada de negócios e encaminhamentos das questões coletivas.

As entidades de apoio realizam ações nas várias modalidades junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, formação e qualificação; assessoria e acompanhamento; incubação e fomento de empreendimentos; assistência técnica e organizativa; desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais; etc. e constituem a organização da sociedade civil.

Entre as entidades que constituem a rede da ES destacam-se as Incubadoras de Cooperativas Populares que abrigam empreendimentos em processo de desenvolvimento e concretização, por um período médio de dois anos.

Em relação ao processo de incubação voltado para a ES, criou-se no ano de 1998 o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONIC). Teve um período de pouca atuação e retornou sua articulação com a criação da SENAES, em 2003, que institucionalizou a ES como política pública.

As incubadoras oferecem estrutura e facilidade para o surgimento e desenvolvimento de novos empreendimentos proporcionando oportunidades de trabalho. Desta forma, tem como objetivo criar e estruturar os empreendimentos. Para Singer (2000a) ao fazer parte de uma cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e ajudam nas decisões coletivas.

Na região de Florianópolis constituiu-se, em 2006, a Incubadora Popular de Cooperativas – IPC⁵ como forma de apoiar os grupos de empreendedores oriundos da primeira edição do Consórcio Social da Juventude – AROEIRA (AZIBEIRO, 2006), vinculada ao Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA).

Azibeiro (2006) explica que a IPC foi instituída com o objetivo de possibilitar o surgimento e o fortalecimento de iniciativas de geração de trabalho e renda, que tivessem como referência a ES, para e com jovens de periferia com a perspectiva de acolher estes/as jovens para o desenvolvimento de oficinas de qualificação técnica e gerencial, em uma infra-estrutura física adequada, articulando-as em redes que possibilitem a otimização de recursos e redução de custos, apoiando a busca de parcerias, divulgando suas ações e produtos, acelerando a consolidação desses empreendimentos.

Constituiu-se num espaço de capacitação e fortalecimento das iniciativas empreendedoras dos/as jovens de comunidade de periferia apoiando os seguintes empreendimentos: salão de beleza Ellas, a Eco Arte (cooperativa de confecção e conserto de pranchas de surf), a Universo Livre (conserto e manutenção de computadores), confecção de produtos em papel reciclado e a Sonho Nosso (panificação e gastronomia). Destaca-se a importância da ocupação destes/as jovens em oficinas de artesanato, informática, fábrica de pranchas de surfe, produção visual, entre outras.

A partir do levantamento tendo como principais documentos os relatórios do projeto Aroeira, o relatório final do consórcio social da juventude de Florianópolis e região metropolitana e os documentos de registro das reuniões, atividades e seminários do FCES pode-se constatar que os empreendimentos incubados foram geradores de postos de trabalho, que o exercício da gestão foi compartilhada foi considerado; que a incubadora teve grande importância, por poder trabalhar com a inclusão social, geração de emprego e renda, diminuição das desigualdades socioeconômicas, cidadania, a educação, o desenvolvimento local, e outras.

Com a participação efetiva no fórum regional e no FCES, através das reuniões e demais atividades, constituindo-se num espaço de formação e de produção, de capacitação dos/as jovens bem como fundamental para o processo de troca de saberes, experimentando assim a validade desses conhecimentos como instrumento de fomento a novas formas de organização social implantando mecanismos de cooperação, resgatando a confiança, o trabalho em grupo e a organização comunitária, como afirma (Fukuyama, 1996, p. 21) “a capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a persecução de causas comuns”.

Em SC, como ficou evidenciado anteriormente, a atuação acontece por meio dos fóruns municipais e do estadual que fomentam a ES. O FCES realiza um trabalho de vinculação e desponta consolidar-se como espaço de rede. Tal fato nos mostra, que as redes embasam, fortalecem e impulsionam a ES, dando-lhe maior possibilidade de construir a autogestão, a sustentabilidade futura, propõe a construção de políticas públicas de trabalho e renda, pois busca ir além do já estabelecido, tecendo novas articulações sendo que os empreendimentos apoiados pela ITCP, conforme relatórios, participaram ativamente na rede, que reúne empreendimentos, governos municipais e apoiadores, realizando a troca de experiências e encaminhamentos das questões coletivas.

5 Em 2011 foi criada a Rede Instituto Padre Vilson Groh Vilson, associação sem fins lucrativos, responsável por sete organizações que atuam nas periferias da Grande Florianópolis, sendo o CCEA incorporado na rede. Com essa organização, os projetos foram sistematizados, potencializados e o CCEA passa a executar o Programa Jovem Aprendiz (PJA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs como objetivo apresentar elementos para a reflexão sobre a IPC, do vinculada ao CCEA de Florianópolis/SC, buscando compreender como as redes de articulações estabelecidas com as organizações civis fortalecem e impulsionam a ES catarinense. Para atingir esse objetivo, identificou-se e analisou-se a inserção da IPC, através da atuação de seus atores, na rede de ES em Santa Catarina.

Dentre os resultados, o estudo propiciou um aprofundamento sobre a ES, a identificação do papel das incubadoras para o desenvolvimento da ES e a possibilidade desse tipo de incubadora com o apoio de políticas públicas para o desenvolvimento local, para a promoção de inclusão social e minimização de disparidades sociais, para impulsionar os empreendimentos realizando seu papel de formação com autonomia e ampliando seu campo de atuação.

Nesse sentido, embora apresentando limites e desafios é possível afirmar que a IPC atuou em conexão com a rede da sociedade civil organizada, cumprindo o papel fundamental para o fortalecimento da ES. Assim, com apoio da IPC e demais incubadoras, a rede da ES buscou a promoção de inclusão social com a criação de espaços locais de discussão (fóruns regionais, formação de agentes locais, realização de feiras regionais e estaduais) possibilitando a motivação para políticas públicas para o desenvolvimento local.

Mesmo reconhecendo os desafios é possível apontar que a IPC participou de redes locais que integram em redes municipais, as municipais em rede estadual e em redes nacionais e até internacionais formando uma rede mundial solidária buscando a valorização das pessoas e dos vínculos entre elas, ligações da rede, garantindo espaços para apresentação da história e da experiência dos grupos sendo coerente com o eixo agregador da ES, enquanto perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário, endógeno e local possibilitando a integração e articulação com o movimento.

Considerando que a consolidação da ES depende da existência de redes onde os seus atores realizam ações coletivas conjuntas, a primeira ênfase da IPC está na articulação, no intercâmbio que se estabelece nas relações de consumo e de produção dos diversos empreendimentos e entidades.

As redes de ES interligam os empreendimentos realizando ações coletivas conjuntas, o que confere a todos um novo potencial de expansão e um aprimoramento do coletivo. A ênfase está na cadeia produtiva e no intercâmbio que se estabelece nas relações de consumo e de produção dos diversos empreendimentos interconectados. Nesta rede, as trocas se dão prioritariamente no aspecto econômico, mas é importante dizer que sempre se cruzam três dimensões: econômica, política e cultural.

De modo geral, o desenvolvimento do presente estudo proporcionou uma reflexão sobre a IPC buscando compreender como as redes de articulações estabelecidas com as organizações civis fortalecem e impulsionam a ES catarinense possibilitando apontar que os objetivos propostos foram alcançados.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de outros estudos a respeito destes setores associativos – incubadoras de cooperativas de economia solidária – que, apesar das especificidades, têm importante papel importante no impulso da ES sendo espaços de educação/formação caracterizando-os como um espaço de buscas de consensos a respeito do processo formativo emancipatório e construção de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZIBEIRO, Nair Esperança. *Que cara tem o Aroeira? Uma contribuição à sistematização de uma prática de educação popular e inclusão cidadã*. Florianópolis: CEPEC, 2006.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *I Conferência Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Brasília: MTE, SENAES, SPPE, DEQ, 2006.
- _____. *I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária: Documento final*. – Brasília: TEM, Senaes, SPPE, DEQ, 2006.
- CATTANI, Antônio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Caderno de aprofundamento aos debates: rumo à IV plenária Nacional de Economia Solidária*. Nov. 2007.
- FÓRUM CATARINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Relatórios síntese das reuniões, período de 2000 a 2011*.
- FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GAIGER, Luiz Inácio. “Empreendimentos Econômicos Solidários”. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003
- GROH, Vilson. *O protagonismo juvenil da cidade labiríntica: ressignificando o fio condutor na construção de redes*. In *Esse movimento chamado Aroeira*. Nadir Azibeiro (organizadora), Florianópolis: CCEA, 2009.
- LECHAT, 2006. Noelle Marie Paule. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Ijuí, RS: Ed. Unijui. (cadernos Unijui: Série Economia Solidária, 1).
- LISBOA, Armando “Economia Popular”. In: *Dicionário de Ética Econômica*. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 1997
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária - Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Grupo de trabalho de Formação em Economia Solidária. *Relatório Final da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária*. Brasília: 2007.
- _____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília: 2008.
- OLIVIERI, Laura (2003). *A importância histórico-social das redes. Rede de Informações para o Terceiro Setor*. Paulo: Ática, 1993.
- PROJETO *Político-Pedagógico do Centro Cultural Escrava Anastácia*. Florianópolis: CCEA, Projeto Editora Popular, 2006.
- PROJETO *Político Pedagógico do Aroeira*, Coordenação Pedagógica do Centro Cultural Escrava Anastácia. Florianópolis: CCEA, Projeto Editora Popular, 2007.

RANCONI, Luciana Francisco de Abreu. *A secretaria Nacional de Economia Solidária: uma experiência de governança pública*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia Política de UFSC, Florianópolis, 2008.

RELATÓRIO *final do consórcio social da juventude de Florianópolis e região metropolitana: análise do Processo a partir das Perspectivas Setoriais*. Florianópolis, 2006

SCHEFER, Luiz Fernando Nieuwenhoff. *Políticas de Geração de Trabalho e Renda: Implantação do Consórcio Social da Juventude na Região de Florianópolis*. 2006. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso 149 (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. *Descrição e Avaliação do Aroeira - Consórcio Social da Juventude de Florianópolis, em suas três Edições, entre os anos de 2005 a 2008*. 2009. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SINGER, Paul. *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. In: Revista Proposta. Nº 72, mar/mai 1997.

_____,Paul. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In SINGER,Paul. SOUZA, André Ricardo. *A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a.

_____,Paul. *Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP*. In SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo. *A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000b.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES AGROECOLOGIA: UMA APROXIMAÇÃO ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Rita de Kássia Guarnier da Silva

Bolsista de Universidade Aberta da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
kassiaguarnier@gmail.com

Stener Romanel Ambrozio

Bolsista de Universidade Aberta da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
stenerambrozio@gmail.com

Nilza Franco Portela

Pesquisadora no GPIDMR- Grupo de
Pesquisa Interinstitucional de Desenvolvimento
Municipal/Regional.Uenf/Uniflu.CNPq
ngabby0@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho trouxe como propostas um conjunto de ações para formação, capacitação, assessoria técnica e organização de redes agroecológicas no município de Campos dos Goytacazes. As metodologias empregadas foram pesquisa-ação, que favoreceu uma dinâmica apropriada para o público alvo e a Bola de Neve que nos trouxe uma amostragem técnica não probabilística onde os agricultores familiares que apresentavam o perfil da rede agroecológica do Fórum de Economia Solidária convidaram novos trabalhadores, que também convidaram outros trabalhadores constituindo assim a rede agroecológica. Dentre os resultados alcançados no processo de incubação da rede agroecológica destacam-se a conquista de quatro espaços de comercialização. Rearticulação da COOPAMAB, cooperativa produtora de açúcar mascavo e melado. Visando a necessidade de um aprimoramento teórico e prático dos agricultores sobre a temática da agroecologia e economia solidária também foi aprovado na PROEX/UENF o curso de capacitação em agroecologia para redes de Economia Solidária com certificação.

PALAVRAS CHAVE – Economia Solidária, Agroecologia, Extensão Universitária, Trabalho e Renda.

ABSTRACT

The present work had as objective a set of actions for training, qualification, technical evaluation and organization of agroecological networks in the municipality of Campos dos Goytacazes. The methodologies used were action-seeking, which favored a dynamic to the target public and the snowball that presented us a non-probabilistic historical sampling where the preachers of companies that present the profile of the agroecological network of the Solidarity Economy Forum invited new workers, who also invited other workers to constitute an agroecological network. Among the results were selected the processes of incubation of the agroecological network stand out a conquest of four marketing spaces. Rearrangement of COOPAMAB, cooperative producer of brown sugar and molasses. Counseling on the thematic economy and practice of programs on agroecology and solidarity economy were also carried out at PROEX / UENF the training course in agroecology for Solidarity economy networks with certification.

Key-words: Solidarity Economy, Agroecology, University Extension, Work and Income.

INTRODUÇÃO

A agroecologia pode ser definida segundo Gliessman (2006) como a “ciência que aplica conceitos e princípios ecológicos à gestão de sistemas alimentares sustentáveis”. Francis et al (2008) descreve a agroecologia como o “estudo integrativo da ecologia de todo sistema alimentar, englobando dimensões ecológicas, econômicas e sociais”. No âmbito das ciências humanas esta última definição de agroecologia é mais utilizada, pois nela, a sociedade desempenha papel fundamental. Buscando relações de trabalho justas, valorização da agricultura familiar, consumo consciente e segurança alimentar. Neste contexto, o desafio chave da agroecologia é compreender corretamente as múltiplas relações e “feedbacks” através de fronteiras interdisciplinares que vão além das perspectivas convencionais sobre ciências agrárias, ambientais e sociais. No aspecto ambiental com manejo ecológico da produção de acordo com os recursos naturais disponíveis com o mínimo de impacto na natureza e em sua biodiversidade (A ALTIERI, 2018, TOMICH et al, 2011). No aspecto social, o olhar sobre o a valorização agricultura familiar e da qualidade de vida de todos os atores da cadeia (do produtor ao consumidor) no campo e na cidade. Econômico no estímulo a comercialização justa e solidária e cultural na valorização do conhecimento e experiências dos atores envolvidos, principalmente do agricultor (BORSATTO; CARMO, 2013).

Em uma destas fronteiras interdisciplinares pode-se relacionar a agroecologia com algo que traga a autogestão e a cooperação, que seja capaz de trazer dignidade ao pequeno produtor, valorizando seu alimento e seu trabalho, que construa a união dos indivíduos envolvidos tornando-os mais fortes e preparados para perseverar na ideia. Neste âmbito, a Economia Solidária apresenta-se como forma de gerir as etapas dos processos agroecológicos, desde o plantio até as mãos do consumidor final.

A Economia Solidária surge nos primórdios do capitalismo industrial, impulsionada por operários como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão das máquinas a vapor no início do século XIX. Neste momento da história aparecem as primeiras cooperativas criadas por trabalhadores com intuito de recuperar a autonomia econômica. Sua estruturação obedecia a valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia sintetizada na ideologia do socialismo. O primeiro grande movimento do cooperativismo se deu na Grã Bretanha na expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. A economia solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo e afirma a autogestão por parte dos indivíduos envolvidos (SINGER, 2002).

No Brasil, provavelmente em resposta a grande crise de 1981/1983 com a interrupção do ciclo de industrialização, o país ingressou na mais longa crise desde 1840. O avanço inicial da economia solidária se deve a junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra sem emprego, desta forma os indivíduos puderam exercer a autogestão, uma vez que conheciam muito bem sua atividade profissional, possibilitando a tomada de decisão lúcida por parte destes. De outro lado havia o movimento composto por militantes sociais engajado na construção de alternativas de organização social.

Em outubro de 2010, foi criado o Fórum de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes (<http://ecosolfluminense.blogspot.com>), de São Fidélis e São Francisco de Itabapoana (cidades da Região norte Fluminense), através de projeto de extensão da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (ITEP/UENF- <https://www.itepuenf.org/>). Este movimento perdura em Campos dos Goytacazes até os dias atuais com mais de 400 trabalhadores. Estes trabalhadores organizados

tiveram um papel fundamental na visibilidade e organização da política pública de economia solidária no município com a criação de leis municipais.

Atualmente os projetos da ITEP/UENF se voltam mais especificamente à pesquisa e extensão com a adequação de metodologia de incubação de empreendimentos solidários. O processo de incubação na ITEP/UENF apoia-se na concepção da criação de vínculo mais permanente entre a Universidade e a sociedade, além de transferência de tecnologias e formação. Novos empreendimentos solidários se ligam a Incubadora. A transformação destes empreendimentos (informais) para a legalização em Cooperativas não é um processo fácil e não garante a permanência no mercado. O que se mantém é a organização em empreendimentos e redes onde os trabalhadores exercitam a autogestão. São mais de 70 empreendimentos que formam a Rede de Economia Solidária do Norte e Noroeste Fluminense. Esta rede impulsiona uma infinidade de necessidades e de se pensar novos projetos como formas de se organizar espaços de comercialização de produtos e monitor custos de produção e renda destes trabalhadores.

Os empreendimentos de economia solidária no que diz respeito à autogestão e ao controle sobre os meios de trabalho, as iniciativas socioambientais baseadas em um enfoque agroecológico enfrentam o desafio de construir “uma nova agricultura”, em uma sociedade intensamente colonizada pelas relações de mercado capitalistas. Campos dos Goytacazes é um exemplo de cidade que historicamente tem exemplos de relações abusivas de trabalho, onde a monocultura prevaleceu por muito tempo. É um município do interior do estado do Rio de Janeiro, no Brasil. De acordo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui uma população de 503.424 habitantes (BRASIL, 2018). Na agricultura familiar da região predomina-se a prática da monocultura da cana de açúcar, visto que no século XX, os moldes capitalistas da região de Campos dos Goytacazes tiveram como marco a indústria sucroalcooleira, que foi marcada pela concentração de renda de donos de usina e exclusão de agricultores e trabalhadores do processo de produção agrícola. A consequência destes processos foi à geração de uma estrutura socioeconômica desequilibrada. Esta cidade é marcada pela presença de grandes latifúndios improdutivos, por conseguinte, as políticas relacionadas à distribuição de terras nesta região, foram, na última década, efetuada. O Brasil possui uma das mais injustas distribuições de terras do mundo. A reforma agrária faz-se necessária para melhor utilização das terras e para diminuição das desigualdades sociais no país. Porém, a questão da reforma agrária não pode ser considerada apenas como acesso a terra, mas, sobretudo como possibilidade de garantir sustentabilidade do homem no campo, o que requer a ruptura com o atual modelo de produção. Os assentamentos tendem a reproduzir o modelo de produção convencional, com oneroso cultivo de monoculturas em detrimento da produção para subsistência, além disso, possuem dificuldade de inserção dos produtos no mercado, os financiamentos são incompatíveis com a realidade do agricultor familiar. Existem cerca de onze assentamentos da reforma agrária em Campos. Os assentados nesta região não tiveram contato com culturas produtivas diferentes, conhecendo apenas, na maioria dos casos, o manejo de cana-de-açúcar. Aliam-se a esses problemas a falta de assistência técnica, a dificuldade de escoamento da produção, a limitação de canais de comercialização e a ação de atravessadores. Esse cenário pouco animador tem gerado empobrecimento e êxodo rural. O presente trabalho trata de uma proposta de geração de trabalho e renda para famílias assentadas da Reforma Agrária a partir da organização de um empreendimento econômico solidário e da transição agroecológica de suas propriedades, por meio do método da pesquisa-ação. A análise dos resultados até agora indica que vários assentados “compraram” a ideia e já desfrutam dela através da obtenção de canais comercialização. A filosofia da economia solidária é primordial neste processo, pois, mantém os envolvidos em contato com os consumidores finais e ademais trabalhadores, promovendo a troca de experiências e informações acerca do tema agroecologia, mantendo os agricultores motivados e engajados no processo.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Promover atividades sistemáticas de formação, capacitação, assessoria técnica e organização de redes agroecológicas no município de Campos dos Goytacazes, garantindo as condições necessárias para a autonomia organizativa e a viabilidade econômica dos empreendimentos.

Objetivos Específicos

- a) Constituir e ampliar as redes de agroecologia em funcionamento e organizar outras em territórios do município que se apresentem favoráveis;
- b) Estabelecer um processo de formação, assessoria técnica e metodológica própria, que possa ser replicado em outros municípios;
- c) Realização de feiras de comercialização (obtenção de espaços de comercialização)

METODOLOGIA

Empregou-se a metodologia da pesquisa-ação e Bola de Neve. A pesquisa ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1997).

Os agricultores que se identificam com a agroecologia serão acessados pela metodologia conhecida como “bola-de-neve” (BIERNACKI e WALDORF, 1981), segundo a qual os primeiros serão previamente identificados e estes, após a primeira reunião, deverão indicar novos possíveis grupos de pessoas para contato, essa técnica utiliza amostragem não probabilística.

Para que as ações ocorressem foi assegurada a participação de bolsistas, agricultores familiares e parceiros em todos os cursos e atividades. Os bolsistas foram orientados a observar a realidade na perspectiva de suas áreas de atuação, mas também a ouvir as expectativas e opiniões da comunidade.

As ações ocorreram em quatro etapas:

Na primeira etapa foram formulados os instrumentos de pesquisa, controle de ações e avaliações. Esses instrumentos foram obtidos através de entrevistas, conversas informais com as lideranças e as instituições que atuam ou atuaram no território. Através destas ferramentas foi possível encontrar os agricultores com interesse de fazer parte da rede agroecológica. Os indivíduos foram inseridos nas redes através do Fórum de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes por meio de carta de adesão. A carta de adesão ao Fórum de Economia Solidária é um instrumento de identificação do potencial da economia solidária no município de Campos dos Goytacazes e uma forma de fortalecer os empreendimentos e seus trabalhadores para se organizarem e autogerirem sua renda e trabalho, seja na produção, comercialização ou em novas oportunidades para seus produtos ligados a agricultura familiar, pesca artesanal, quilombolas, artesanato, cooperativas e associações produtivas, materiais recicláveis (catadores), doceiras, salgadeiras e produtos alimentares, entre outros. Esta carta também é importante instrumento de pactuação e apoio junto ao Fórum para os gestores públicos municipais, as instituições de ensino público e privado e instituições do terceiro setor que queiram fortalecer a política pública municipal e/ou para ser assessoria técnica junto ao Fórum de Campos dos Goytacazes. Na carta de adesão é inserido o nome do empreendimento,

modalidade de organização (Empreendimento autogestionário e suprafamiliar da economia solidária, Cooperativa, Associação Produtiva, Rede de Economia solidária (produção e/ou consumo e/ou comercialização e /ou serviços), Banco Comunitário/Fundo Rotativo solidário, Fábricas recuperadas, Atividade Mercantil, Gestor Público, Instituição para Assessoria Técnica).

Na segunda etapa foram estabelecidas as parcerias externas e o processo de pactuação com instituições e lideranças locais.

Na terceira etapa ocorreu a formação, assessoria técnica e o plano de gestão para a rede agroecológica solidária. O curso de capacitação em agroecologia para a formação dos agricultores que fazem parte da rede agroecológica do fórum de economia solidária de Campos dos Goytacazes, que foram aplicados por uma engenheira agrônoma. Todos os cursos foram ministrados nas propriedades rurais e foram compostos por parte teórica e parte prática.

A quarta etapa teve como foco a comercialização e processos de organização de logística para o consumo responsável e consciente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeira etapa

Foram identificadas as principais lideranças de assentamentos e através destas foi possível reunir produtores com interesse na produção agroecológica. Foram realizados cadastros no Fórum de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes de vinte produtores, divididos em duas redes: Rede de Produtores Agroecológicos de Campos e Feira Agroecológica da Baixada Campista, com treze e sete membros respectivamente. Foi efetuado instrumento de pesquisa com questionário do que cada rede agroecológica produz. A tabela 1 ilustra a produção de cada rede mencionada.

Tabela 1: Produção e número de produtores das redes agroecológicas

Rede	Nº produtores	Produtos
Rede de Produtores Agroecológicos de Campos	13	Ovos, couve, alface, batata doce, banana, aipim, tapioca, tomatinho, salsa, manjerição, acerola, polpas de fruta, geleias (hibisco, amora, cajá), cajá, chicória, abóbora, maracujá, manga, abacate.
Feira Agroecológica da Baixada Campista	7	Couve, alface, batata doce, banana, aipim, tapioca, tomatinho, jiló, salsa, manjerição, acerola, polpas de fruta, cajá, quiabo, chicória, abóbora, maracujá, manga, abacate.

Rearticulação da COOPAMAB

A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Marrecas e Babosa situada na Estrada da Caixa d'água, distrito de Marrecas, Município de Campos dos Goytacazes, fundada no dia 24 de fevereiro de 2010, foi à primeira agroindústria de alimentos criada em assentamento de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro e se constituiu com o objetivo de ser uma produtora de açúcar mascavo, melão e derivados para o fortalecimento da agricultura familiar de Campos dos Goytacazes, ligada aos Assentamentos de Ilha Grande e Che Guevara.

Em meados de 2017 após um impasse da diretoria a COOPAMAB teve suas atividades produtivas suspensas, o fato além de acarretar no acúmulo de dívidas para a cooperativa também afetou diretamente as famílias dos cooperados, conseqüentemente houve uma abalo na economia da região.

Em junho de 2018 a ITEP/UENF iniciou com os cooperados uma assessoria técnica, com objetivo de rearticulação da cooperativa. Após inúmeras reuniões de formação, ocorreu uma assembleia extraordinária que destituiu a diretoria antiga, e uma nova diretoria então foi votada e assumiu as atividades de funcionamento da COOPAMAB. Foi apresentado um modelo de gestão baseado em três núcleos de trabalho. O modelo foi aceito por unanimidade pelos cooperados em votação. As atribuições dos cooperados para cada núcleo também foram votadas por unanimidade pelos cooperados presentes.

Parcerias

FUNDECAM: parceria com a prefeitura municipal, através da criação de uma linha de microcrédito com juros praticamente simbólicos, esta linha de crédito pode ser obtida sem burocracia pelos membros das redes, desde que estejam inseridos em grupos de no mínimo três indivíduos no Fórum de economia Solidária.

Full Beard Coffee (Agroecologia de Garagem): Estabelecimento especializado na venda de cafés de qualidade situado no centro da cidade. Foi disponibilizado um espaço na área externa do estabelecimento para realização da Agroecologia de Garagem. Neste espaço, os clientes do café tem contato direto com a feira.

Emater - identificar os produtores e quando adequado realizar formação.

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes: Cedeu espaço de comercialização no Jardim São Benedito (centro da cidade) através da Feira Economia, Trabalho e Cultura (ETC).

Curso de capacitação em agroecologia para redes de Economia Solidária

Visando a necessidade de um aprimoramento teórico e prático dos agricultores sobre a temática da agroecologia e economia solidária foi aprovado na PROEX/UENF o curso de capacitação em agroecologia para redes de Economia Solidária com certificação de 200 horas, onde as aulas de campos são ministradas por uma engenheira agrônoma. O curso de capacitação encontra-se em andamento. Atualmente já foram ministradas aulas de campo introdutórias sobre o tema. Nesta primeira etapa foi introduzido a importância de produzir com enfoque na sustentabilidade, dos benefícios gerados a saúde dos produtores e dos consumidores, da agregação de valor ao produto, do resgate dos valores da produção agrícola familiar. Também foram citados outros exemplos de assentamentos e agricultores familiares que prosperaram produzindo agroecologicamente, ou seja, que é possível gerar trabalho e renda produzindo. Conjuntamente foi colocado nesta etapa algumas técnicas que utilizam caldas agroecológicas, o exemplo demonstrado foi a da calda bordalesa. A primeira etapa do curso ocorreu para

trabalhadores dos assentamentos de Ilha Grande e Che Guevara. Na figura 1 o registro fotográfico das aulas de campo:



Figura 1: Engenheira Agrônoma ministrando aula de agroecologia na casa de um assentado da reforma agrária.

Os agricultores assentados se mostraram interessados nas técnicas e apresentaram interesse em mudar sua prática no campo. Houve convocação de outros agricultores da reforma agrária da região para posterior continuação do curso. Apesar do número não tão expressivo neste primeiro momento, espera-se que nas próximas aulas ocorra maior número de assentados.

Espaços de comercialização

Restaurante Universitário: o primeiro local de comercialização obtido foi no próprio campus da universidade, ao lado do restaurante universitário. Neste local ocorre a feira agroecológica todas às quintas feiras de 9:00 às 14 horas.



Figura 2: Feira Agroecológica situada ao lado do restaurante universitário da UENF

Agroecologia de Garagem: espaço cedido pelo proprietário de um café na Cidade de Campos.



Figura 3: Agroecologia de Garagem. Parceria com café Full Beard Coffee. Ocorre todas as quartas feiras e sábados.

Jardim São Benedito: parceria com a feira ETC da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes. Ocorrem todos os domingos na Feira ETC organizada pela prefeitura ocorrida todos os domingos no Jardim São Benedito no centro da cidade.



Figura 4: Agroecologia na Feira ETC no Jardim Benedito.

CONCLUSÕES

A aproximação que ocorre através da extensão universitária com a rede de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes e a agroecologia apresenta benefícios para ambas às partes, promovendo a troca de saberes, a democracia e a transformação de realidades. A extensão universitária favorece a formação profissional e pessoal dos bolsistas de extensão e universidade aberta, uma vez que oportuniza o contato com a comunidade, aproximando e conhecendo as distintas realidades sociais, é capaz de proporcionar ao extensionista uma experiência única e pessoal. Já para a rede de Economia solidária de Campos dos Goytacazes e agroecologia, a extensão viabiliza a disseminação do conhecimento, atua na formação desses grupos, trazendo o reconhecimento e o sentimento de valorização, intercede em medidas favoráveis ao movimento através das inúmeras parcerias obtidas, além de inserir a temática dentro do ambiente universitário.

BIBLIOGRAFIA

GLIESSMAN, Stephen R.. **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. 2. ed. Boca Raton: Crc Press, 2006. 408 p.

FRANCIS, C. et al. Agroecology: The Ecology of Food Systems. **Journal Of Sustainable Agriculture**. Lincoln, p. 99-118. 17 ago. 2008.

A ALTIERI, Miguel. **Agroecology: The Science Of Sustainable Agriculture**. 2. ed. Boca Raton: Crc Press, 2018. 448 p.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p.645-660, dez. 2013.

CAZZOLATO, N.k.. Resenha Bibliográfica - Pesquisa-Ação nas Organizações. **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 4, n. 7, p.84-87, 30 jun. 2008. Instituto Metodista de Ensino Superior.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research: Volume: 10 issue: 2, page(s): 141-163**. Daly City, p. 141-163. 1 nov. 1981.

TOMICH, Thomas P. et al. Agroecology: a review from a global-change perspective. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 36, p. 193-222, 2011.

FEIRAS AGROECOLÓGICAS: A GÊNESE DA TRAVESSIA

IVONEI ANDRIONI

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMT
ivoneiandrioni@yahoo.com.br*

EDSON CAETANO

*Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMT
caetanoedson@hotmail.com*

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um breve histórico da origem das feiras livres, as feiras agroecológicas como contraponto ao projeto do capital e a feira CANTASOL como materialidade de um projeto alternativo para trabalhadoras e trabalhadores assentados da Reforma Agrária do Município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso. É uma pesquisa do tipo estudo de caso, de abordagem qualitativa e para a realização da mesma foram utilizadas as técnicas de entrevista com questões semiestruturadas, observação, caderno de campo e bibliografias que abordam o tema. A análise dos dados foi realizada tendo como referência o método materialista histórico. Concluímos que a feira agroecológica é uma das alternativas que os coletivos de produção se apropriaram para contrapor-se ao projeto do capital, produzir alimentos livres de agrotóxicos, comercializar o excedente da produção sem intermediação, bem como garantir a opção de permanência das famílias no campo.

Palavras-chave: Feiras. Feiras Agroecológicas. Agroecologia. Trabalho Associado.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present a brief history of the origin of free fairs, the agroecological fairs as a counterpoint to the capital project and the CANTASOL fair as a materiality of an alternative project for workers settled in the Agrarian Reform in Cláudia, in the State of Mato Grosso. It is a research of the type of case study, of qualitative approach and for its accomplishment was used the techniques of semistructured questions interview, of observation, of fieldwork notebook and of bibliographies that approach the subject. The data analysis was carried out with reference to the historical materialist method. We conclude that the agroecological fair is one of the alternatives that the production collectives have appropriated to oppose the capital project, to produce food free of pesticides, to market the production surplus without intermediation, as well as to guarantee the option of permanence of the families in the country.

Keywords: Fairs, Agroecological Fairs. Agroecology. Associated Work.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar um breve histórico da origem das feiras livres; as feiras agroecológicas como contraponto ao projeto do capital e a feira CANTASOL como materialidade de um projeto alternativo para trabalhadoras e trabalhadores assentados da Reforma Agrária do Município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso. É uma pesquisa do tipo estudo de caso, de abordagem qualitativa e para a realização da mesma foram utilizadas as técnicas de entrevista com questões semiestruturadas, observação, caderno de campo e bibliografias que abordam o tema. A análise dos dados foi realizada tendo como referência o método materialista histórico.

Para realizar a pesquisa nos baseamos em Porto (2005), Oliveira e Lima (2017), Lima (2012), Araújo (2012), Dantas (2008), Thompson (1998), Godoy (2005), Gliessman (2001), Ricotto (2002), Nora e Dutra (2015), bem como entrevistamos trabalhadoras e trabalhadores assentados da Reforma Agrária do Município de Cláudia, Mato Grosso.

Abordaremos a gênese das feiras livres como espaço de comercialização; as feiras agroecológicas como contraponto ao projeto do capital. Concluímos apresentando experiência de trabalhadoras e trabalhadores assentados de Reforma Agrária do Município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso, que produzem a existência de forma associada e comercializam o excedente da produção na feira agroecológica denominada CANTASOL.

A GÊNESE DAS FEIRAS LIVRES

É complexo afirmar com precisão a origem das feiras livres, pois as mesmas “sempre fizeram parte das práticas humanas” (PORTO, 2005, p. 24), bem como “exerceram um papel importante na implantação do dinheiro, conseqüentemente na evolução do capitalismo e, o mais importante, no surgimento das cidades” (OLIVEIRA; LIMA, 2017, p. 2). O que se sabe é que as feiras livres

[...] são centros populares destinados à comercialização dos mais diferentes produtos e ao abastecimento da população, restrito exclusivamente a um centro urbano ou ainda a um conjunto de municípios ou mesmo toda uma região; ao mesmo tempo, é o lugar onde se dá uma grande diversidade de atividades paralelas, onde se dão uma série de encontros e reencontros, de conversas, de manifestações populares e da sociabilidade em todas as suas dimensões (DANTAS, 2008, p. 99).

Para Dantas (2008) “o principal elemento para o desenvolvimento das feiras, enquanto instituição destinada à troca de produtos ocorreu justamente quando da expansão dos excedentes agrícolas produzidos no contexto de uma economia de caráter feudal” (p. 88). Para o autor, o desenvolvimento do comércio europeu, no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, tem “sido um dos elementos principais para o desenvolvimento dos mercados periódicos e das grandes feiras” (p. 89).

Huberman (1936) afirma que os feudos eram autossuficientes. Ou seja,

Nos primórdios da sociedade feudal, a vida econômica decorria sem muita utilização de capital. Era uma economia de consumo, em que cada aldeia feudal era praticamente auto-suficiente. Se alguém perguntar quanto pagamos por um casaco novo, a proporção é de 100 para 1 como você responderá em termos de dinheiro. Mas se essa mesma pergunta fosse feita no início do período feudal, a resposta provavelmente seria: “Eu mesmo o fiz.” O servo e sua família cultivavam seu alimento e com as próprias mãos fabricavam qual quer mobiliário de que necessitassem. O senhor do feudo logo atraía à sua casa os servos que se demonstravam bons artífices, a fim de fazer os objetos de que precisava. Assim, o estado feudal era praticamente completo em si — fabricava o que necessitava e consumia seus produtos (HUBERMAN, 1936, p. 26).

Relatos históricos dão conta que a comercialização por meio de feiras existe bem antes do período medieval. Exemplo disso são as feiras livres realizadas na região do Marrocos no Norte da África, onde os encontros de mercadores feirantes ocorriam próximos aos locais santos e de peregrinações. Outro exemplo são as feiras livres em terras islâmicas como Egito, Arábia, Síria, Ásia e em algumas regiões da África, que já existiam bem antes do contato dos colonizadores europeus. Na América Latina, temos “países que já possuíam praças de mercado antes da chegada dos colonizadores; e, o segundo grupo, no qual o Brasil está incluso, refere-se àqueles onde as feiras e mercados são considerados inovações” (DANTAS, 2008, p. 89).

Huberman afirma que,

É importante observar a diferença entre os mercados locais semanais dos primeiros tempos da Idade Média e essas grandes feiras do século X ao XV. Os mercados eram pequenos, negociando com os produtos locais, em sua maioria agrícolas. As feiras, ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e Ocidente, Norte e Sul (1936, p. 32).

Para Oliveira e Lima (2017, p. 2) “à medida que a população foi aumentando, os primeiros núcleos urbanos foram surgindo; com a evolução dos meios de transporte, as distâncias entre as nações foram diminuindo e o comércio expandindo”, possibilitando assim que as feiras livres crescessem paralelas aos aglomerados urbanos.

AS FEIRAS LIVRES NO BRASIL

No Brasil, as feiras desempenham papel importante tanto para trabalhadoras e trabalhadores do campo comercializar o excedente de sua produção, como oportuniza para a população urbana a opção de consumir produtos alimentícios direto do produtor, além de desempenhar papel importante no desenvolvimento econômico das cidades devido às feiras de comercialização e de trocas regionais e nacionais. No Brasil, as feiras “foram uma herança do colonizador português. As primeiras surgiram por volta do Século XVII sempre pela necessidade de abastecimento alimentar e da comercialização do excedente produzido no campo” (PINTO; MORAES, 2011, p. 2).

Sabe-se que no Brasil,

[...] os índios desconheciam completamente esse tipo de troca comercial, eles tinham uma vida muito simples baseada apenas na sobrevivência, não produziam excedentes e desconheciam formas de comercializar. Com o processo de colonização português no Brasil totalmente sedimentado, deram-se as primeiras trocas com os índios sempre no intuito comercial. As primeiras notícias da existência de feiras-livres no Brasil remontam ao ano de 1548, quando o rei de Portugal (D. João III) preocupado em evitar o êxodo rural na colônia instituiu um dia de feira nas cidades, para que os colonos pudessem comercializar seus excedentes e ao mesmo tempo adquirir as mercadorias que necessitassem (MENEZES, 2005, p. 9).

Moot (1975, p. 291, apud SANTOS, 2018, p. 34) afirma que “enquanto que na Indonésia e em muitas regiões da África, os mercados têm origem anterior ao contato com os europeus”, no Brasil,

[...] as feiras surgem centenas de anos após a colonização, sendo uma instituição “copiada” da que os colonizadores já conheciam e praticavam secularmente no Reino. Embora em algumas feiras tivessem sido criadas a partir de posturas ou alvarás oficiais,

a grande maioria das atuais feiras rurais nordestinas [...], surgiu “espontaneamente”, recebendo a seguir legislação específica emanada das Câmaras Municipais.

As primeiras feiras aconteceram entre os séculos XVI e XVIII, provavelmente uma das primeiras aconteceu no sítio Capoame no norte do Recôncavo Baiano.

O mais antigo registro é de 1732 sobre a já citada feira de gado no sítio Capoame, na Bahia. Outras feiras de que se tem notícia são as da freguesia da Mata de São João, da Vila de Nazareth, de Feira de Santana e da Vila do Conde na capitania da Bahia; de Goiana e Itabaianinha, na capitania de Pernambuco; e, em muitas vilas e cidades de Sergipe (DANTAS, 2008, p. 91).

As feiras de gado tiveram papel importante como originárias das feiras livres, inicialmente no Nordeste e posteriormente para as demais regiões. Como o gado era conduzido a pé, do sertão para cidades do interior e daí para centros maiores, ao longo do caminho, mais especificamente nos lugares de pousada dos boiadeiros “inúmeros outros comerciantes estabeleceram-se para comercializar sua produção e, desta forma, a grande praça comercial que é a feira torna-se o dia de maior movimento da cidade, onde se dá o verdadeiro encontro entre a vida rural e urbana” (DANTAS, 2008, p. 98).

FEIRAS AGROECOLÓGICAS

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome dão conta que existem “6.450 feiras, sendo que 5.119 são feiras livres, convencionais e 1.331 são feiras agroecológicas ou com produção orgânica” (SILVA, 2016, p. 21).

As feiras convencionais comercializam produtos cultivados a partir de técnicas que incluem “adubos químicos, inseticidas, fungicidas e outros insumos” (GODOY, 2005, p. 102). Nas feiras convencionais não existe restrição quanto à venda de produtos cultivados a partir das técnicas modernas onde predomina o uso de adubos sintéticos e agrotóxicos, pois o objetivo é maximizar a produção e o lucro, para isso faz-se necessário o uso de técnicas modernas de “cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas” (GLIESSMAN, 2001, p.34).

Já nas feiras agroecológicas são comercializados “produtos oriundos do sistema agrícola de base ecológica” (GODOY, 2005, p.16); Os feirantes primam por produtos cultivados a partir da “reciclagem de resíduos sólidos, o uso de adubos verdes, manejo e controle biológico de insetos, e a exclusão do uso de compostos sintéticos”, o que não inviabiliza a produção em escala (GLIESSMAN, 2001, p.34). Ou seja,

[...] as duas feiras são completamente distintas. Enquanto a feira ecológica surgiu fruto de um movimento organizado, comprometido com a construção de um espaço de viabilização da agricultura familiar e da agroecologia, a feira convencional surgiu de um ato administrativo do poder público, não possuindo qualquer estrutura corporativa. Em contrapartida, enquanto a maioria dos agricultores ecológicos afirma receber assistência técnica regularmente, pequena parte dos feirantes produtores convencionais acha-se nessa condição. Além do pequeno percentual, a assistência técnica difere nos objetivos, pois enquanto a assistência ao feirante ecológico se desenvolve no afã de fortalecer um sistema de produção, a assistência a que os feirantes convencionais se referem diz respeito, muitas das vezes, à visita realizada por vendedores de insumos que prestam informações na medida em que comercializam seus artigos (GODOY, 2005, p. 223).

Para Ana Maria Reis¹ (2017) a feira agroecológica se diferencia da feira convencional por ser um espaço de reciprocidade, comprometimento e cooperação, bem como uma das formas que trabalhadoras e trabalhadores assentados da Reforma Agrária encontraram para comercializar o excedente da produção. Pois,

[...] imagina se cada produtor tivesse que sair daqui para ir até na cidade vender a sua alface. Então a gente junta o que cada um tem na sua propriedade e a gente ocupa aí uma ou duas pessoas que vai lá, faz a venda na feira, volta e faz o repasse do recurso para os produtores, sem nenhum problema. É claro que tem o coordenador do projeto que acompanha toda a dinâmica, mas todo o produtor tem que ir uma vez, os filhos vão, né, para levar os produtos (ANA MARIA REIS, 2017).

Marciano Silva² (2017) afirma que as feiras agroecológicas objetivam “para além da comercialização de alimentos, proporcionar espaço de trocas de experiências, roda de conversas, socialização de técnicas de manejo e controle de possíveis insetos invasores”; espaços para apresentações, trocas, denúncias e apresentação para a sociedade projeto em que ela tem a possibilidade de optar em “consumir alimentos frescos, livres de veneno, produzidos com reduzido impacto ao meio ambiente e o que é melhor: sem exploração da força de trabalho alheia, coisa que o capital não consegue fazer”. Ou optar em “consumir produtos de origem duvidosa e o que é pior, com grande probabilidade destes produtos estarem contaminados por agrotóxicos”.

Se por um lado as feiras livres se apresentam como meio de “garantir aos pobres uma forma de geração de emprego e renda, ou de oferecer ao consumidor urbano uma alternativa a mais para aquisição de uma gama de produtos” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p.79). Por outro lado as feiras são vistas

[...] como territórios do desconforto, do informal, do transtorno, do atraso, do barulho e sujeira das ruas, enquanto os supermercados são massivamente apresentados como portadores do novo, do belo, do conforto, do “american way of life”. A grande imprensa, entre 1969 e 1974, intensifica brutalmente o volume de reportagens sobre aspectos negativos das feiras livres (insegurança, sujeira, travancamento do tráfego), mesmo numa época em que ainda funcionavam com performance bastante satisfatória (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p.79).

Acreditamos que seja possível efetivar comparação entre as reivindicações, lutas e resistências ocorridas nas feiras livres londrinas do século XVIII e os feirantes agroecológicos assentados da Reforma Agrária do Município de Cláudia no Estado de Mato Grosso. Pois, segundo Thompson (1998) o objetivo de trabalhadoras e trabalhadores londrinos em manter o espaço da feira era, também, persuadir juízes locais, congressistas, xerifes, oleiros, grandes produtores de cereais para garantir preço justo, alimentos limpos, bem como afiançar que pobres tivessem acesso à alimentação necessária. Ou seja, os londrinos principalmente a população mais pobre, os que coadunavam, de fato, com os movimentos de resistência, lutavam por alimentação saudável, por alimentos livres de “alume, giz, greda branca e farinha de favas, mas também com cal extinta e chumbo branco” (p. 166).

Assim como os londrinos do século XVIII, as trabalhadoras e trabalhadores feirantes agroecológicos do CANTASOL objetivam que toda a sociedade tenha acesso a alimentos livres de agrotóxicos e/ou de qualquer outro tipo de impureza; produzir de forma agroecológica e sustentável; bem como desvelar o projeto do capital que financia pesquisa favorece os

1 Entrevista concedida aos autores em 15/05/2017. Ana Maria Reis é uma das coordenadoras do coletivo de produção Mulheres Livres da Amazônia.

2 Assentado da Reforma Agrária no Assentamento Doze de Outubro, no município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso. Intelectual orgânico, membro e um dos idealizadores do projeto CANTASOL e COOPERVIA. Entrevista concedida aos autores em 15/05/2017.

aglomerados econômicos que produzem em “escala agroindustrial convencional enquanto a pesquisa e o desenvolvimento de abordagens agroecológicas e sustentáveis têm sido largamente ignorados ou até mesmo marginalizados” (ALTIERI, 2012, p. 150).

A FEIRA “CANTASSOL”

No ano de 2013, trabalhadoras e trabalhadores dos assentamentos de Reforma Agrária do Município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso, em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Sinop; com o Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS); com o Instituto Ouro Verde (IOV) de Alta Floresta/MT e a Cooperativa Via Campesina (COOPERVIA), criaram a Feira Canteiros Solidários de Comercialização (CANTASOL) com o objetivo de comercializar o excedente da produção, bem como apresentar para a sociedade um projeto que produz alimentos com tecnologia de reduzido impacto ao meio ambiente; que produz alimentos sem explorar a força de trabalho alheia.

Marciano Silva (membro do CANTASOL) afirma que o “objetivo é produzir, consumir e comercializar alimentos sem ágio, sem veneno e colocar esses produtos direto na mesa do consumidor”. Continua Marciano, “as feiras são, também, espaços para denúncia, apresentações culturais, trocas, bem como a materialidade de outro projeto de sociedade que se contraponha ao projeto do capital”.

Atualmente a feira acontece nas quartas-feiras, no período vespertino, no pátio da UNEMAT, Campus de Sinop. A feira semanal acontece da seguinte forma: Terça feira e quarta feira os produtores inserem no sistema os produtos que estão em oferta; b) De quarta feira ao meio-dia até segunda feira às 07h00min o sistema fica liberado pra compra; c) Na segunda feira os produtores ficam sabendo o que efetivamente foi encomendado; d) Terça feira até 15h00min os produtores colhem e preparam os produtos para a entrega; e) Terça feira a partir das 15h00min o CANTASOL apanha os produtos nos pontos de coleta; f) Quarta feira a partir das 15h00min os compradores comparecem no ponto de entrega para apanhar seus produtos.

Observamos que no CANTASOL os produtores feirantes já recebem, com antecedência, uma lista dos produtos desejados pelos consumidores. E no dia da feira, o feirante consumidor já chega ao local e apenas confere os produtos, que já se encontram separados em caixotes, embalagens, vasilhames e só então fazem o pagamento.

Além da feira semanal, acontecem, as feiras regionais, geralmente, em uma praça pública localizada no centro urbano de Sinop – MT e/ou municípios vizinhos aos assentamentos de Reforma Agrária do município de Cláudia, MT. No dia da feira, além da entrega das encomendas, é disponibilizado aos feirantes produtos como maracujá, pepino, tomate, cenoura, beterraba, mandioca, mamão, banana, queijo, ovos, leite, embutidos, doces, salgados, conservas, urucum, castanha do Brasil, melão de cana, açúcar mascavo, milho verde, manjerição, açafrão, carne de frango e farinha de mandioca.

Calixto Crispim dos Reis³, um dos coordenadores do CANTASOL, afirma que a iniciativa “tem sido avaliada pelos produtores, pelos consumidores e pela equipe do CANTASOL, como bastante positiva”. Pois, “antes do CANTASOL, grande parte dos assentados produzia apenas para consumo próprio, dadas as dificuldades de transporte e de colocação no mercado, já que os assentamentos se localizam a uma distância superior a 30 km de centros urbanos”. Calixto Crispim dos Reis (2017) afirma que soma a favor do projeto o fato dos “consumidores terem

³ Entrevista concedida aos autores em 15/05/2017.

aprovado a qualidade e os preços dos produtos”, bem como o apoio recebido de instituições externas, entre as quais destaca “a UNEMAT, SISCOS, IOV, COOPERVIA e o Movimento dos Sem Terra (MST)”.

Para Calixto (2017), o CANTASOL é um dos espaços de um projeto maior, que envolve o coletivo “Mulheres Livres da Amazônia”⁴, o coletivo “Sal da Terra”⁵ e a COOPERVIA, pois, objetiva contrapor “o desmatamento desenfreado, as práticas extensivas de produção, a utilização de agrotóxicos”. Bem como produzir, “consumir e colocar alimentos limpos, direto do produtor, na mesa do consumidor, sem ágio e sem veneno”.

Ainda, segundo Calixto Crispim dos Reis (2017), “a produção agroecológica é uma meta a ser atingida em curto prazo, para isso contamos com assessoria de parceiros do projeto Canteiros, professores e pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e dos técnicos e agrônomos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)”.

POTENCIALIDADES & FRAGILIDADES

As feiras oportunizaram aos agricultores terem renda durante todo o ano, coisa que não é possível no cultivo de culturas perenes como o fumo que oportuniza renda uma vez no ano, o que obriga os agricultores contrair empréstimos durante o ano para serem pagos com a colheita.

No Brasil, entre as potencialidades de se produzir de forma agroecológica destacamos as demandas de mercado que vão desde as exportações de produtos como café, cacau, castanha de caju, azeite de dendê, óleo de palma e palmito, guaraná, arroz, soja e as frutas cítricas, bem como o mercado interno realizado em associações, cooperativas e feiras agroecológicas onde as pessoas procuram por produtos frescos e livres de veneno.

Ana Maria Reis (2017) afirma que agora que já conseguimos a documentação dos lotes, construímos casa, temos escola para os filhos, organizamos os coletivos de produção, a cooperativa e o CANTASOL, “as coisas estão mais fáceis, pois temos terra para plantar, viabilidade para chegar até o consumidor e nosso produto é de qualidade”.

Para trabalhadoras e trabalhadores dos assentamentos de Reforma Agrária do município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso, as fragilidades vão desde a falta de custeio, passando pela falta de políticas públicas de assistência técnica e culminando com a inexistência de recursos para construção de sistema de irrigação e estufas o que resulta em perdas significativas na produção em períodos de estiagem e/ou período das águas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras livres não são exclusividade dos europeus, relatos dão conta da existência na região do Marrocos no Norte da África e em terras islâmicas como Egito, Arábia, Síria, Ásia e em algumas regiões da África e na América Latina antes do contato dos colonizadores europeus. Não temos registros que indiquem exatamente quando surgiram as primeiras feiras livres no Brasil, provavelmente uma das primeiras aconteceu em 1732, no sítio Capoame no norte do Recôncavo Baiano.

As feiras agroecológicas recebem essa denominação porque comercializam alimentos de base orgânica, produzidos a partir de técnicas que respeitam as especificidades do agro ecossistema

4 Coletivo de mulheres do Assentamento de Doze de Outubro, no Município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso que produzem massas, doces, conservas.

5 Trabalhadoras e trabalhadores agroecológicas (os) do Assentamento Keno, no Município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso que produzem a existência a partir do extrativismo da castanha do Brasil e da produção de urucum, manjerição, açafraão, açúcar mascavo, milho e verduras.

locais e/ou regionais; os alimentos são produzidos a partir de técnicas de reduzido impacto ao meio ambiente; a comercialização dos produtos é feita por via direta (circuito curto); objetiva popularizar a produção e o consumo de alimentos orgânicos, bem como despreza a figura do atravessador.

Nas feiras agroecológicas é comum cooperação, pois, observamos feirantes tendo que se ausentar por alguma razão e o feirante ao lado atender a barraca do ausente, fazer o troco e colocar na caixa de destino; produtores e consumidores trocam receitas, sementes e mudas; socializam experiências e falam sobre política; os jovens cantam, encenam acontecimentos cômicos, trágicos e fazem críticas ao sistema conivente com altos impactos ao meio ambiente.

Se por um lado o capital protagoniza produção de alimentos a partir de sementes geneticamente modificadas; monoculturas; adubação química; controle de insetos invasores por meio de agrotóxicos e circuitos longos de comercialização. Por outro lado, nas feiras agroecológicas temos trabalhadoras e trabalhadores que apresentam para a comunidade projeto que abarca diversidade de culturas, produção associada e Educação Popular, contraponto ao projeto do capital.

Percebe-se que as feiras agroecológicas são uma continuação de inúmeras iniciativas de trabalhadoras e trabalhadores que não concordando com o processo de produção imposto pelo capital, como estratégia de sobrevivência e ruptura, tomaram para si os meios de produção e se organizaram de forma autogestivária tendo em vista outra forma de organizar a sociedade, superando a sociedade de classes. Ou seja, as feiras agroecológicas são espaços de comercialização, aprendizagens, denúncia e materialidade de outro projeto que se contrapõe ao projeto do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARAÚJO, Giovanna. Aspectos Sociais Do Cotidiano Das Feiras Livres: Um Estudo Etnográfico em Território Português e em Solo Brasileiro. **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, v. 9, n.2, - p. 49-64, jul./dez. 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Os jogos das trocas**. Martins Fontes: São Paulo, 1998, v. 2.

BERNARDINO, V. M. P. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR - Brasil) e de Leiria (Portugal): A resistência do setor no contexto do capitalismo global**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 2005. 131p. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102721/226752.pdf?sequence=1>. Acesso em 24/03/2018.

FINATTO, Roberto Antônio; CORRÊA, Walquíria Kruger. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica - O caso do município de Pelotas/RS. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre, 5 (1):95-105 (2010). Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9669>. Acesso em 10 de setembro/18.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Ed. Universidade/UFRGS: Porto Alegre, 2001.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização**. Tese (Doutorado em produção vegetal), Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, RS, 2005.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 16º ed. Zahar Editora: Nova York, julho de 1936. Disponível em: http://resistir.info/livros/historia_da_riqueza_do_homem.pdf.

LIMA, Eliany Dionizio. **A feira livre na mediação campo-cidade**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão/ SE, 2012.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**. v. 2, n. 2, agosto/2008, Goiânia/ GO, UFG/IESA p.72-87.

MENEZES, V. P. L. **As Feiras Livres em Fortaleza – retrato da polissemia urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2005.

MOOT, Luiz Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande: Estudo de uma instituição econômica num Município sergipano no Baixo São Francisco**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, 1975.

NORA, Fabiane Dalla; DUTRA, Maria Rita Py. Etnografando feiras livres em praças de Santa Maria – RS: As feiras ecológicas da Praça Saturnino de Brito e da Praça Saldanha Marinho. In: **Somos todas mulheres iguais! Estudo antropológico sobre feira, gênero e campesinato**. (Org.) OLIVEIRA, Silvana Silva de; DUTRA, Maria Rita Py; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Oikos: São Leopoldo, 2015.

OLIVEIRA, Mauricio Souza de; LIMA, José Raimundo Oliveira. Feiras Livres: Uma Manifestação Natural e Espontânea de Economia Popular e Solidária. In: XV SEMANA DE ECONOMIA E I ENCONTRO DE EGRESSOS DE ECONOMIA, UESB, 2017, Vitória da Conquista, Bahia. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2016/anais/GT1%20-%203.%20Feiras%20livres%20-%20uma%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%20natural%20e%20espont%C3%A2nea%20de%20economia%20popular%20e%20solid%C3%A1ria.pdf. Acesso em 25/03/2018.

PINTO, Moisés Augusto Tavares; MORAES, André de Oliveira. Espaço e Economia: Crise e perspectiva no abastecimento em Manaus, Amazonas, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, Ano 2011. Disponível em: www.crevistas.una.acr/index.php/geografica/article/view/2672/2554.

PORTO, Gil Carlo Silveira. **Configuração sócio-espacial e inserção das feiras livres de Itapetinga-BA e arredores no circuito inferior da economia**. (Dissertação de Mestrado, 166 páginas). Universidade Federal da Bahia, 2005.

RICOTTO, Alcides Juvenal. **Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das feiras livres de Misiones, Argentina**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2002.

MOEDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CONTEXTO DO SERTANEJO NA FEIRA DO SEMIÁRIDO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Eva Pacheco da Silva Santos

Graduanda do Curso de Engenharia Agrônômica da UEFS
vinhameef@yahoo.com.br

Janahína da Silva Moura

Graduanda do Curso de Engenharia Agrônômica da UEFS
janah98@hotmail.com

José Raimundo Oliveira Lima

Professor do Programa de Pós-Graduação em *Planejamento Territorial da UEFS*
zeraimundo@uefs.br

RESUMO

Propõe-se fazer um apanhado histórico sobre o município de Feira de Santana - mais especificamente sobre a sua economia - para, a partir de então compreender a moeda social “O Sertanejo” como estratégia para o desenvolvimento local. A metodologia adotada partiu de entrevistas a respeito do uso e circulação da moeda realizadas com os grupos de iniciativa de produção associada, cooperada e os grupos informais que expuseram os produtos durante a Feira do Semiárido da Universidade Estadual de Feira de Santana. Como resultado, inferiu-se que, embora tenha circulado apenas duas vezes em eventos da UEFS, O Sertanejo teve boa aceitação e há um interesse, tanto por parte de feirantes quanto dos consumidores, em utilizá-lo com mais frequência. A partir desses resultados, foi possível enxergar na prática o processo de autonomia popular vinculado a princípios da Economia Popular e Solidária.

Palavras-chave: Moeda Social - Desenvolvimento Local - Feira do Semiárido - Economia Popular e Solidária.

ABSTRACT

It is proposed to make a historical survey about the municipality of Feira de Santana - specifically about its economy - to then understand the social currency “O Sertanejo” as a strategy for local development. The methodology adopted was based on interviews regarding of the use and circulation of money made with the associated cooperative production initiative groups and the informal groups that exhibited the products during the Semi-Arid Fair of the State University of Feira de Santana. As a result, it has been inferred that, although it has only been circulating twice in UEFS events, O Sertanejo has been well accepted and there is an interest, both on the part of marketers and consumers, to use it more frequently. From these results, it was possible to see in practice the process of popular autonomy linked to the principles of Popular and Solidary Economy.

Key-words: Social Currency - Local Development - Semi-Arid Fair - Popular and Solidarity Economy

Fêra! Fêra! Fêra! Princesa comercial.
A princesa messalina tem mais de 500 mil
Sob a sua asa Sob a sua guarda Seu anel
não conseguiu Impedir a expansão
Desenfreada...
E o poder paralelo ditou regimento
A periferia não é gerida no centro, não!
O comercio alternativo
Já está estabelecido...
(Uyatã Rayra)

INTRODUÇÃO

O presente artigo nasceu das inquietações relacionadas a economia e a organização do comércio de Feira de Santana. Busca-se estudar e compreender a moeda social “O Sertanejo” - utilizada na Feira do Semiárido da Universidade Estadual de Feira de Santana - como estratégia para o desenvolvimento local, bem como analisar sua circulação dentro da Feira.

Entendendo a necessidade de instigar a população feirense a pensar e construir uma outra economia, a XI Feira do Semiárido da UEFS se apoiou nos princípios da economia popular e solidária, trazendo a moeda social e abrindo espaços amplos de discussão sobre políticas públicas para o semiárido.

Durante toda a história da humanidade, a sociedade foi desenvolvendo formas diversas de realizar trocas de produtos e bens que propiciavam o desenvolvimento das feiras, alcançando grande importância econômica e social em todo o mundo. A partir da concretização dos estados nacionais e das relações de produção capitalista, o dinheiro (lembramos que este é a forma genérica e que a moeda “o sertanejo” é sua forma específica, no caso, local) passou a ter novas funções, tornando-se sinônimo de riqueza e de poder coletivo e pessoal.

Sendo assim, a sociedade que antes adquiria bens e serviços por meio do escambo - que tinha suas peculiaridades de acordo com aspectos culturais e geográficos - passou a utilizar uma moeda padrão, fazendo com que o sujeito histórico se tornasse alienado pelo dinheiro, para, no presente, nutrir o sistema capitalista. Tudo isso acabou desencadeando problemas sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais que se perduram até os dias atuais: as relações interpessoais ficaram fragilizadas, o ser humano passou a ser mais competitivo e ganancioso, perdeu o costume de produzir os seus próprios bens, etc.

Segundo Búrigo (2001), apesar da imposição das moedas nacionais ter sido uma das estratégias mais evidentes do sistema capitalista, ao longo dos últimos anos, alguns exemplos de uso de moedas alternativas foram registrados. A moeda social se tornou uma saída para a crise dos anos 2000 e os primeiros clubes de troca surgiram na Argentina, trazendo elementos de natureza social e de criação de relações econômicas sob bases solidárias. Com o passar dos anos, o número de sócios e de clubes de troca pelo país foram aumentando e hoje em dia estão presentes em todo o mundo.

(...) não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada pelos seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que vamos fazer para produzir bens, serviços, saberes e depois trocar com o resultado do trabalho dos outros. A moeda enquanto tal não tem valor, até que comecemos a trocar trabalho com trabalho. Aí então, ela vai servir de mediadora dessas trocas. Ela é diferente também porque a ela não está ligada nenhuma taxa de juros. Por isso não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la. Interessa sim trocá-

la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades. (Mutirão Abopuru, 2000, p. 33 apud BÚRIGO, p. 13).

Pretende-se fazer um apanhado histórico sobre o município de Feira de Santana - mais especificamente sobre a sua economia - para a partir de então compreender a moeda social "O Sertanejo" como estratégia para o desenvolvimento local.

A metodologia adotada partiu de entrevistas - tanto formais quanto informal - a respeito do uso e circulação da moeda, realizadas com os grupos de iniciativa de produção associada, compreendendo-as como cooperativas, associações e os grupos informais que expuseram os produtos durante a Feira do Semiárido da Universidade Estadual de Feira de Santana.

ONDE ESTÁ A ECONOMIA DA "FÊRA"?

As políticas de reestruturação socioeconômicas do pós-guerra trouxe ao Brasil, mais especificamente a partir da década de 60, um período de crescimento econômico fundamentado em uma política não intervencionista baseada na livre concorrência e nas leis de mercado. Neste cenário, o estado volta a intervir nas relações econômicas pautando uma nova democracia com base no neoliberalismo. A expansão do capital estrangeiro crescia e junto com ela o compromisso com a economia capitalista, que alçava o crescimento e expansão da industrialização pelo país, sendo o motor da economia brasileira nesta época. O município de Feira de Santana segue no fluxo da nova fase nacional neoliberal, calcada na industrialização em larga escala.

Na década de 60, Feira de Santana "ganha" o Centro Industrial Subaé (CIS), para garantir a inferência do desenvolvimento industrial no município. Acompanhada a essa política de construção de um parque industrial, também estava a política ideológica a fim de construir e firmar uma defesa do discurso de modernização do município que logo foi de encontro a outras frações da economia local, a exemplo das feiras livres-forte marca comercial do município e dos comerciantes informais, como os camelôs. Historicamente, esses setores não tiveram a devida atenção dos governantes da cidade e seguem resistindo a ataques de longas datas e a falta de investimentos, que contrastam com o discurso modernizador de desenvolvimento e crescimento econômico, desvalorizando o histórico potencial comercial existente em Feira de Santana.

Em contrapartida, como nos aponta Freitas (1998, p. 164) "[...] o comércio é tradicionalmente a principal atividade econômica feirense. As atividades industriais existentes desde o século passado não conseguem se sobrepor às atividades comerciais".

A dinâmica de articulação comercial nacional, intensificada no pós-década de 30 do século XX ampliou o fluxo de capitais no espaço feirense, o que fortaleceu o comércio local e gerou investimentos em atividades diversificadas. Alguns excedentes são, inclusive, canalizados para a atividade industrial, possibilitando que do ponto de vista industrial, Feira de Santana chegasse aos anos 60, em âmbito estadual, só abaixo de Salvador em termos de números de estabelecimentos industriais. Contudo, essa indústria feirense caracterizava-se pelo baixo nível de capitalização; estando, portanto, sem condições de modificar substancialmente o conjunto das relações de produção em Feira de Santana. (MONTEIRO, 2009, p. 1).

Em 1968, é construído o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e no ano 2000 o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). O PDLI traçou expectativas de desenvolvimento da economia do município, que segundo este plano, cresceria a "passos largos para alcançar a sua industrialização" - apontada como o principal vetor de crescimento da economia da cidade -, que segundo Monteiro (2009), era utilizado não só como recurso

administrativo e de propaganda, mas também como outro tipo de recurso: o planejamento como mecanismo político de composição e mobilização de interesses. Em ambos os planos existem propostas explícitas referentes ao comércio popular no centro da cidade e é válida a ressalva de que dentro de um plano de modernização do país estendido aos municípios, estes são considerados como meros produtores de riquezas para as elites urbanas que se “trabalham” a serviço do capital, sem considerar, é claro, a classe trabalhadora, que de verdade trabalha e constrói a cidade.

Esta dinâmica apontada acima gera uma série de confrontos entre as classes contrárias, partindo da insatisfação dos menos favorecidos economicamente, que não enxergando outra forma de se estabelecer economicamente e não possuindo investimentos públicos para tal, ficam à mercê das políticas públicas voltadas ao crescimento e expansão do capital que corroboram com a manutenção da centralidade urbana no município. Segundo TELES (2017), a redefinição pensada para o centro comercial de Feira de Santana transformou-se, desde a década de 1980, em territórios de conflitos. Resultado dos seus diferentes usos e das diferentes perspectivas de produção e reprodução de renda gerada nas ruas. Tais políticas influenciam diretamente no processo de formação e manutenção das periferias das cidades.

Neste contexto, podemos notar a reverberação desse processo no município de Feira de Santana:

O processo de desconcentração produtiva nacional acabou por incorporar Feira de Santana nessa dinâmica, tendo o Estado como principal agente dessa transformação. Destacam-se como condicionantes para essa integração: a criação da BR-116, que atravessa a cidade, permitindo uma maior circulação de mercadorias, principalmente na ligação entre o norte e sul do país; a pavimentação da BR-324, no trecho que liga Feira de Santana a Salvador; por fim, a criação, no início da década de 1970, do Centro Industrial Subaé (CIS), área destinada à implantação de indústrias, dotada de isenções fiscais e estímulos a partir da garantia de infra estrutura mínima e crédito. (FILHO, 2017, p. 40).

Neste sentido, segundo Teles (2017) a atividade consolidada no centro comercial de Feira de Santana, colabora na manutenção da centralidade urbana, fortalecendo seu papel de centro regional, pois sua realização neste espaço permite a formação de uma rede comercial em nível local, regional e nacional, projetando o município numa escala internacional, através da comercialização dos produtos *made in China*. Esse processo acontece em detrimento de investimentos nos produtos regionais enfraquecendo o desenvolvimento da economia local e desvalorizando outras formas comerciais que não se baseiem na economia clássica¹, que fundamenta seu desenvolvimento na concentração e acumulação de capital, passando dessa forma a confundir-lo com o crescimento econômico.

Neste inteiro, historicamente nota-se que não há uma política no município de Feira de Santana que se baseia em práticas econômicas solidárias e que possam atender as demandas da classe trabalhadora. É interessante a ressalva de que dialeticamente o mesmo modelo econômico desenvolvimentista que tinha a industrialização como pivô central para o crescimento econômico das cidades e que conseqüentemente levaria a diminuição das desigualdades sociais, traz elementos que auxiliam uma nova proposta de modelo econômico, uma economia de base popular e solidária.

¹ Entende-se como economia clássica a advinda da escola clássica, que possui como base do pensamento o liberalismo econômico e teve como principais membros: Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e John Stuart Mill.

INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO DE FEIRA DE SANTANA.

No contexto de crise da sociedade salarial, em que as contradições do capitalismo e problemas estruturais como desigualdade social e desemprego se evidenciam, surgem outras economias alternativas, que se diferem da economia homogênea pela sua pluralidade e pela preocupação em alavancar o desenvolvimento local, gerando renda e trabalho inspiradas nos princípios cooperativistas e associativistas.

Goerck, ao citar LEBOUTTE (2003), diz que a Economia Popular é criada pelos próprios trabalhadores – não detentores dos meios de produção –, principalmente nos países periféricos, diante das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho.

[...] É compreendida como um movimento de reprodução da vida em que as pessoas buscam satisfazer suas necessidades mediante trocas justas, consumo consciente, democracia, trabalho coletivo, finanças solidárias, entre outras práticas, sem, no entanto, imprimir a racionalidade indiscriminada na alocação ótima de recursos, própria da economia tradicional, apregoada especialmente na teoria econômica neoclássica (LIMA, 2014, p. 22).

Na década de 1990, esta economia foi ganhando visibilidade no Brasil e a partir de então começaram a surgir as incubadoras universitárias de iniciativas da economia popular e solidária, em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ que se propuseram a construir um desenvolvimento não apenas local, mas também solidário.

Dessa forma, as incubadoras universitárias tiveram e vem tendo fundamental importância na comunicação entre comunidade local e universidade, ao passo que acolhem trabalhadoras e trabalhadores que não conseguiram ingressar no mercado formal de trabalho, por estarem muitas vezes as margens da sociedade, inseridos em problemas de dimensões sociais, políticas, educacionais e econômicas.

Nesse sentido, em 2008, tendo como referencia a Equipe de Educação Ambiental (EEA), surge a Incubadora de Iniciativa da Economia Popular e Solidária na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no município de Feira de Santana – Bahia. Beber da experiência e se debruçar sobre as ações de educação ambiental realizadas pela EEA, teve muito a acrescentar ao projeto da IEPS, uma vez que trouxe elementos importantes da relação com a comunidade externa, o que contribuiu bastante para a mobilização das comunidades do município para o trabalho com a incubação de iniciativas de economia popular e solidária.

Desde então, a IEPS/UEFS desenvolve, por meio de projetos de extensão e/ou pesquisa e outras atividades de caráter continuado junto à comunidade universitária e externa, não só um espaço para diálogo com as iniciativas de economia popular e solidária, estimulando-se a geração de trabalho e renda, como também um espaço educativo de disseminação de informações e fortalecimento da economia popular e solidária, priorizando-se a comunidade local e o Território Portal do Sertão. (PITA et al, 2015, p. 68).

Essa interação entre a universidade e o povo, segundo Lima (2014), se configura como uma via de mão dupla: de um lado se encontra a universidade com a necessidade de estabelecer um contato direto nas dimensões e princípios de atuação da economia popular e solidária, ambiente em que se encontra a classe desprovida dos meios de produção; do outro lado, um amplo contingente de sujeitos desprovido da atenção, de respeito ao conhecimento popular e

a forma de vida em que se abrigam carentes de orientação para integração dos conhecimentos, reversíveis ao seu favor, através de políticas públicas ou de outros benefícios capazes de reverter a lógica do desenvolvimento tradicional em prol da lógica do desenvolvimento local solidário num diálogo político interdisciplinar.

O fato de a universidade pensar em outra economia que vai contramão da economia homogênea e trazer esse debate para o âmbito acadêmico, nos faz entendê-la como instrumento de transformação social e para, além disso, visualizar o Programa de Incubadora de Iniciativas Populares Solidárias como estratégia para um desenvolvimento local solidário, construído com base no saber popular, cultura local e nos valores de cooperação, democracia, autogestão e solidariedade.

MOEDA SOCIAL O SERTANEJO: USO E CIRCULAÇÃO DENTRO DA FEIRA DO SEMIÁRIDO DA UEFS.

O sistema financeiro internacional, dirigido hegemonicamente por grandes grupos e conglomerados empresariais, comanda as estratégias de crescimento das sociedades capitalistas atuais e conseqüentemente direcionam a economia a nível mundial. Porém, à sociedade civil não é dada a oportunidade de entendimento nem participação do funcionamento do sistema econômico financeiro; pelo contrário, não existe incentivo público para qualquer outra forma de gerenciamento econômico que a população tenha interesse. Neste contexto, os impactos sociais e econômicos advindos do processo de globalização do capital financeiro resultam na homogeneização das finanças mundiais e ajudam a alavancar as desigualdades sociais, alimentando as crises cíclicas do sistema capitalista que historicamente são pagas pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Assim como já pontuado anteriormente, uma economia excludente instiga, como fruto da luta de classes inerente a ela, o nascimento e expansão de formas alternativas de economia, calcadas em princípios solidários, se diferenciando da economia convencional por ter como objetivos a desconcentração econômica e o estímulo da autogestão, como proposto por grupos de economia popular e solidária, cooperativas e associações de cunho popular. Algumas dessas possibilidades alternativas podem ser os bancos comunitários, que foram criados para utilização do microcrédito e da poupança e possuem um caráter informal utilizado pela população com pequeno poder aquisitivo de forma associativa, a fim de obter recursos econômicos e requerer o desenvolvimento local com base no fortalecimento de pequenas atividades econômicas, na autogestão de recursos e pelo processo educativo. Segundo Singer, em uma entrevista realizada em maio de 2003, por correio eletrônico a Revista Gerenciais- SP,

Os bancos do povo são efetivamente parte da economia solidária, integrando o campo mais vasto das finanças solidárias. O seu princípio básico é o aval solidário que permite aos miseráveis ter acesso a crédito que lhes possibilita, ao longo dos anos, aumentar seu trabalho e renda e superar a miséria em que estão mergulhados. Cada empréstimo individual é assumido por um grupo de 4 ou 5 associados, que respondem coletivamente pela amortização e pagamento dos juros. Constitui um dos exemplos de como a solidariedade é arma na luta pelo resgate da dignidade humana (SINGER, 2003, p. 5).

Essas instituições bancárias de iniciativa popular e solidária utilizam moedas sociais com nomes e regras específicas a partir da realidade local. Na mesma entrevista acima Paul Singer fala sobre o uso das moedas sociais:

A moeda social é forjada nos clubes de troca, que reúnem pessoas que querem e precisam produzir bens e serviços, mas carecem de clientes a quem vendê-los. No

clube, essas pessoas se encontram e trocam suas produções, usando a moeda do clube como padrão de valor (para fixar preços) e como meio de pagamento. Os clubes de troca são administrados em geral por autogestão e constituem um meio importante para viabilizar microempresas, cooperativas, associações produtivas etc., reduzindo a falta de trabalho e renda, possibilitando produção e consumo em ambientes nos quais a hegemonia do capitalismo os impossibilita. (SINGER, 2003, p.5).

Existe historicamente uma forte imposição para o uso exclusivo das moedas nacionais como uma estratégia eminente do sistema capitalista a fim de manter intacta sua forma padrão de gerência econômica. Mesmo assim, seguindo a via da resistência da economia popular e solidária existiram e ainda existem alguns exemplos de uso de moedas alternativas no Brasil e no mundo. A exemplo, em 1923, temos a experiência de Worlg, feita por um professor da Universidade Yale (Irving Fischer), que influenciou cerca de 400 vilas norte-americanas, que criaram “moedas de emergência”, como alternativa de sobreviver a recessão econômica. A partir daí surge um movimento em defesa do uso de outras moedas nos Estados Unidos. Porém, em seguida essas moedas foram deixadas de lado não por implicar uma política de descentralização que gravava atenuação do controle federal sobre a economia local.

No Brasil temos algumas importantes experiências de moedas sociais em andamento tais como a Palma em Fortaleza-se, entre outras. A Universidade Estadual de Feira de Santana, mais especificamente o Programa da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS, entendendo a necessidade e importância de propostas de cunho popular e solidário que visem o fortalecimento do desenvolvimento local criou uma moeda social chamada “Sertanejo”, em homenagem a identidade sertaneja presente na história de Feira de Santana.

O Sertanejo foi testado em primeira instância no I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidaria Desenvolvimento Local: diálogo Brasil-Cuba, e segundo Lima e Silva (2016) teve grande aceitação entre os participantes e expositores, agora em 2018 no II CIEPS, houve novo experimento.

Os textos explicativos da moeda social “O Sertanejo” foram retirados do material didático da disciplina Comercialização e Economia Solidária, ministrada pelo professor José Raimundo de Oliveira Lima, do curso de Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana. Segue abaixo as moedas descritas acima:

Vinte e cinco sertanejinhos (0,25): Asa Branca



Asa Branca, ave com partes superiores das asas com uma faixa branca visível em voo, encontrada no Nordeste, simboliza o sofrimento que vem com as secas no semiárido, bem representada na música de Luiz Gonzaga.

Cinquenta sertanejinhos (0,50): a flor de mandacaru



O mandacaru, árvore típica da região é bastante espinhento, entretanto, mesmo assim serve de alimento para pessoas e animais. Além de se manter sempre verde, armazena água e fornece o embelezamento da região, especialmente, com sua flor que surge nos momentos mais secos do ano na região, inspirando músicas, poesias, culinárias e cultura local.

Um Sertanejo (1,00): Vaqueiro



O vaqueiro é a figura central de uma fazenda e também seu operador, muitas vezes o patrão também é ou foi um vaqueiro, sabendo como funciona o local e podendo gerenciá-la da melhor forma possível. Seu trabalho é árduo e contínuo, mas, bem representativo no sertão nordestino.

Dois Sertanejos (\$ 2,00): Lavandeira



Por conta do nome ligado a religiosidade, os caçadores nordestinos não a matam nem a comem, por isso, ao contrário da extinção, como é o caso da maioria das aves da região, ela se encontra em plena expansão.

Cinco Sertanejos (5,00): Bode



É um animal robusto que pode viver em grama áspera e escassa e ser criado em terrenos que não tenham plantas suficientes para outros animais, como vacas ou carneiros, entre outros de médio porte, como é o caso do sertão nordestino.

Dez Sertanejos (10,00): Jegue



Este animal integrou-se com facilidade às necessidades de transporte do sertão, pela sua rusticidade, força e resistência, permanecendo por um longo tempo sem necessidade de comer ou beber água.

Vinte Sertanejos (20,00): A Jurema



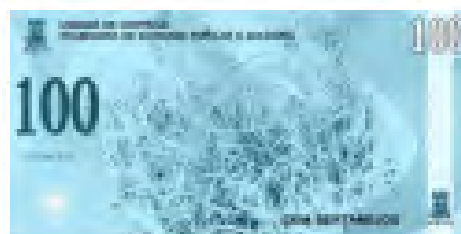
Planta espinhosa, sua madeira é muito utilizada para, entre outras utilidades, as estacas para feitura de cercas e também como alimentação para o gado e bodes. Por ter folhas muito pequenas, não sofre com a falta d'água ou longas estiagens. De flores brancas e sementes leves se prolifera com grande facilidade.

Cinquenta Sertanejos (50,00): O Umbuzeiro



Muito rico em vitamina C e com característico sabor azedinho, o umbu, além de ser consumido ao natural, é utilizado em preparos culinários, como sorvetes, geléias, cerveja, doces e umbuzada, iguaria preparada com leite e açúcar, muito apreciada no Nordeste do Brasil.

Cem Sertanejos (100,00): Capim Açú



Os animais o consomem seco por ser bastante saboroso. Este capim é muito utilizado no semiárido nordestino por ser inerente ao bioma catinga e muito resistente aos períodos de estiagem.

Desde o ano de 2003 a UEFS, através da Pró-Reitoria de Extensão, realiza a Feira do Semiárido, que tem como objetivo central expandir o espaço de discussão sobre os saberes, fazeres, problemas, desafios e potencialidades regionais e locais. Este ano, a Feira do Semiárido que está em sua XI edição aconteceu no período de 23 a 25 de maio de 2018 e teve como temática “POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: temos sede de quê?”. Este ano, ampliou-se a discussão sobre o semiárido, abarcando, mais especificamente o espaço urbano como objeto de reflexão, ressaltando que é na relação campo-cidade que a vida se produz e reproduz no semiárido.

Deste modo, o sertanejo foi utilizado como moeda social para circulação durante os dias da Feira. Seu valor fez paridade ao “real”, ou seja, um sertanejo equivalia a um real e vice-versa. As trocas aconteciam no Banco Comunitário Sertanejo montado na própria feira, este, a princípio, é um Projeto de Extensão da IEPS/UEFS, sendo esta IEPS responsável pela emissão, controle, distribuição e retirada do sertanejo de circulação. Os produtos adquiridos por meio da moeda social, poderá ganhar descontos a fim de estimular seu uso, e/ou por preço justo por fazer parte de um sistema de economia popular e solidária, enquanto circulante local. Tais ações possuem respaldo teórico nos estudos à cerca do uso, circulação e importância da moeda social como um instrumento proeminente neste processo e das finanças solidárias que em consonância cumprem um papel fundamental na economia popular e solidária gerando possibilidades de expansão do desenvolvimento local.

ANALISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A partir das observações e entrevistas realizadas durante a XI Feira do Semiárido pudemos discutir e analisar sobre as articulações possíveis entre as moedas sociais o cooperativismo, o associativismo e desenvolvimento local. Desde então, compreendemos a feira como um processo educativo, onde os feirantes comunicam-se entre si e com os demais participantes, ensinam e aprendem com as relações sociais estabelecidas dentro do contexto econômico popular e solidário e neste contexto a moeda o sertanejo foi uma dos principais elementos de comunicação e simbolização local.

Neste cenário o modo de vida dos participantes se confunde com o próprio processo de trabalho, não existem relações fantasiosas e meramente mercadológicas, o que comumente encontramos em uma gestão econômica tradicional. O que é artesanalmente produzido, antes de vendido, é reconhecido por quem o fez, aprendeu e continuará fazendo ou passando a diante no processo educativo contínuo sem nenhum beneficiário paralelo a quem não participa nem de suas relações diárias, nem do seu trabalho.

Das 18 entrevistas realizadas pela equipe, apenas dois grupos responderam que não utilizaram a moeda social durante a XI Feira do semiárido, porém todos afirmaram que utilizariam a moeda social em sua comunidade ou grupo produtivo em outras oportunidades. Destaque para algumas respostas como a de Dona “X”, uma artesã que trabalha com artesanato há 30 anos e afirmou: **“Foi através do artesanato que eu descobri que sou capaz de consegui meu próprio sustento e conquistei minha própria liberdade”**. Afirmou também que a moeda social pra ela foi novidade, utilizou e gostou, porém precisava ser mais divulgada. Esta última, foi reclamação também de alguns expositores.

Um segundo grupo “Y”, que também utilizou a moeda durante o evento, afirma: **“Muito boa! Uma forma de valorizar a Feira e as iniciativas que estão participando. A feira fica com um potencial maior”**. Um terceiro grupo “W” no mesmo questionamento, sobre o uso da moeda, afirma: **“Uma boa alternativa para a Economia Popular e Solidária”**. Por fim, em conversa com outros grupos (não só os que participaram das entrevistas) todos afirmaram uma facilidade na hora de comprar/vender com a moda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar mais amplamente o cenário econômico de Feira de Santana a partir do breve histórico realizado neste trabalho, pudemos constatar que o modelo de desenvolvimento que rege o município não fomenta o desenvolvimento local, nem formas alternativas de gestão econômica, dando preferência desta forma, a economia hegemônica que é balizada na industrialização, em avaria das iniciativas de economia popular e solidária da cidade, como podemos conferir ao estudar os Planos de Desenvolvimento implementados no município (PDLI e PDDU).

Foi notória na Feira do Semiárido, a satisfação dos participantes no que tange o valor e o reconhecimento dado ao seu trabalho e na mesma intensidade, a carência de outros eventos que tenham o mesmo caráter ou que esta forma de prática econômica tenha lugar nas políticas públicas do município. É imperativo ressaltar que diversos elementos da economia popular e solidária podem ser visualizado nas associações e grupos da Feira, até mesmo nos mais novos que ao serem interrogados “na teoria” não sabiam falar o que seria essa nova forma de economia.

Estudar e compreender as contradições da economia de Feira de Santana nos fez entender que a moeda social se apresenta como um instrumento complacente nas finanças solidárias que, ao

está vinculada a economia popular e solidária, fomenta o desenvolvimento local ao considerar elementos históricos das diversas dimensões de sua sociabilidade endógena.

Acompanhar os grupos de iniciativa de associações, cooperativas e os grupos informais que expuseram os produtos durante a Feira do Semiárido UEFS teve fundamental importância nesse processo e contribuiu para que o objetivo do trabalho fosse alcançado com êxito e nos indicasse a necessidade de ampliar as discussões em torno de uma Feira de Santana mais integral.

REFERÊNCIAS

BÚRIGO, Fábio Luiz. Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária. Florianópolis, SC, fev, 2001.

FILHO, JOSE CAETANO DE JESUS. Pobreza Urbana em Feira de Santana: Uma análise multidimensional'. Mestrado Profissional em Planejamento Territorial Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, Feira de Santana Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Julieta Carteadó, 2017.

FREITAS, N. B. Urbanização em Feira de Santana: Influência da Industrialização. 1970-1996. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

GOERCK, Caroline. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 4, n. 1, 2003.

LIMA, J. R. O. A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO. 2014. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2014.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

PITA, Flávia Almeida; LIMA, José Raimundo Oliveira; DOS SANTOS LIMA, CleoEmidio. Normatizando solidariedade: experiência de construção coletiva de regras de uma cooperativa informal de Economia Solidária. OtraEconomía, v. 9, n. 16, p. 69-78, 2015.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, p. 21-36, 1982.

TELES, Alessandra Oliveira. O comércio informal em Feira de Santana (BA): permanências e mudanças. Tese (Doutorado em Geografia). 2017.

ANÁLISE DE UMA ATIVIDADE PRODUTIVA AGLOMERADA E DA SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Maria Da Luz Alves Ferreira
Professora do PPGDS/Unimontes
mariadaluz@oi.com.br

Anete Marília Pereira
Professora do PPGDS/Unimontes
anete.pereira@unimontes.br

Juventino Ruas de Abreu Júnior
Doutorando PPGDS/Unimontes
Juventinojr@gmail.com

RESUMO

A partir das questões norteadoras: identificar quais abordagens demonstram potencial para analisar quais condicionantes, fruto da articulação entre o social, o econômico e o lugar, contribuem para a existência de uma atividade produtiva aglomerada e ainda, analisar em que grau o fenômeno tem contribuído para o desenvolvimento local, este texto objetiva apresentar abordagens que demonstrem potencial para analisar o conteúdo dinâmico decorrente da articulação entre ativos sociais imersos e uma atividade produtiva de confecção e do vestuário aglomerada em Espinosa Minas Gerais, visando compreender como ela tem sido possível, e em que medida o fenômeno contribui para o desenvolvimento local. Pelas limitações percebidas para análise sem prestigiar o fenômeno como um “todo”, ou ainda por simples abstrações métricas de crescimento econômico, presume-se, que a associação de abordagens inter e até transdisciplinar, permitirá melhor explorá-lo, trazendo à tona maior substância em termos de dados, informações para explicá-lo.

Palavras-chave: Atividade produtiva aglomerada; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

From the guiding questions: to identify which approaches demonstrate the potential to analyze which constraints, as a result of the articulation between the social, the economic and the place, contribute to the existence of an agglomerated productive activity and also to analyze to what degree the phenomenon has contributed to This paper aims to present approaches that demonstrate the potential to analyze the dynamic content resulting from the articulation between immersed social assets and a productive activity of garment and clothing clustered in Espinosa Minas Gerais, aiming to understand how it has been possible, and in which the phenomenon contributes to local development. By the limitations perceived for analysis without prescribing the phenomenon as a “whole”, or even by simple metric abstractions of economic growth, it is presumed that the association of inter and even transdisciplinar approaches will allow to better explore it, bringing to the surface greater substance in terms of data, information to explain it.

Key-words: Agglomerated productive activity; regional development.

1 INTRODUÇÃO

Determinadas condições espaciais têm historicamente contribuído, ainda que acidentalmente, com o surgimento e a concentração de certos tipos de indústrias. Há de se levar em conta, neste cenário, a possibilidade de associação desses segmentos com influências religiosas, políticas, econômicas e também a atuação de certos indivíduos, entre outros, com potencial para oferecer “condição suprema para o desenvolvimento”. (MARSHALL, 1996, p.320).

Diversos processos socioeconômicos e políticos de âmbito nacional, regional e local podem estar articulados e unidos para a produção, consumo, lutas de classes, cultura, favorecendo o estilo de vida, denotando certo tipo de “coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais” (HAVEY, 2005, p.146-147). Contudo, para o autor, em geral, a maneira como as relações e configurações geográficas se processam, em prol do desenvolvimento, nem sempre foi percebida, sendo até mesmo ignorada.

Nessa ótica, abriu-se caminho para uma nova perspectiva de análise, dentro da discussão de como se consegue obter o desenvolvimento, a partir da mobilização e articulação de forças com ativos sociais locais. Essa condição dinamiza e articula uma série de “processos silenciosos que se realizam no interior de uma sociedade” influenciando a realidade, o que tem permitido novas formas de medição do desenvolvimento pelas ciências sociais. (KLIKSBERG, 2010, p.304).

O Microterritório de Espinosa¹, Norte do Estado de Minas Gerais, região que percebeu o florescer entre os anos 1960, e o ocaso em meados da década de 1980, de um período áureo de prosperidade socioeconômica, ao conviver com oportunidades de trabalho e de renda, propiciado pela atividade produtiva agroindustrial na cultura do algodão, ressurgiu, a partir dos anos 1990, aparentemente, com sinais de prosperidade e de desenvolvimento, em decorrência da concentração de empresas industriais do setor de confecção e do vestuário, ligadas ao elo à jusante da Cadeia Têxtil e Confecções - CTC nacional².

Apesar dos aparentes sinais de prosperidade socioeconômica naquele microterritório, nota-se haver uma carência de estudos e pesquisas publicizados, que possibilite a análise e compreensão, mais amíúde, sobre qual tem sido o grau de contribuição em termos qualitativos e quantitativos que a atividade produtiva com empresas aglomeradas ligadas ao setor de confecção e do vestuário, tem contribuído com o lugar.

Na tentativa de desvelar e explicar o fenômeno buscam-se respostas para as seguintes questões: *i.* Quais abordagens demonstram potencial para analisar e explicar quais condicionantes, fruto da articulação entre o social, o econômico e o lugar, contribuem para a existência desse fenômeno? *ii.* Em que grau o fenômeno tem contribuído para o desenvolvimento local?

Mediante essas considerações, define-se como objetivo geral apresentar abordagens que demonstrem potencial para analisar o conteúdo dinâmico decorrente da articulação entre ativos sociais imersos e uma atividade produtiva de confecção e do vestuário aglomerada em Espinosa Minas Gerais, visando compreender como ela tem sido possível, e em que medida o fenômeno contribui para o desenvolvimento local.

1 Em Minas Gerais, o governo do Estado, ao definir sua política de Desenvolvimento Integrado para o estado, instituiu em 2015, por intermédio do Decreto Estadual de nº 46.744/2015, os Fóruns Regionais, que subdividiram o território mineiro em 17 territórios de Planejamento que, por sua vez, foram subdivididos em 78 Microterritórios, sendo que o Território do Norte de Minas ficou composto por 9 microterritórios.

2 Conforme a Associação Brasileira da Indústria Têxtil - ABIT (2016), a CTC é estruturada pelos seguintes elos/segmentos, a saber: pelo Beneficiamento de Fibras e Filamentos Têxteis Naturais e Químicos, pela Fiação, pela Tecelagem de Tecidos Planos e Beneficiamento, Malharia e Aviamentos, pela Confecção: linha lar, vestuário e confecções técnicas, pelos Canais de Comercialização: exportação, varejo, vendas por catálogo, vendas eletrônicas e pelos consumidores. Fazem parte também do complexo, o Setor de Máquinas e Equipamentos, Fornecedores (diversos), o Setor de Insumos Químicos, os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento e as Universidades.

Pressupõe-se, preliminarmente, que este estudo possa permitir não só a compreensão, a partir de análises e reflexões trazidas à tona, envolvendo indícios sobre pontos de convergência, coalizão, sinergias e cooperação, mas também de divergência, envolvendo tensões e conflitos, inerentes ao contexto da ação social, com potencial para explicar como o “jogo” e modo de vida social incidentes naquele espaço incide “sobre a estabilidade e sobre ritmos de mudança”, com efeitos no desenvolvimento do lugar. (RÉMY, 2016, p.41).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Atividades produtivas aglomeradas no contexto da organização industrial

Na visão de Marshall (1996, p. 320), “o aparecimento de uma determinada indústria em uma cidade pode ter sido determinado por um ou outro acidente [...] como também, por suas facilidades no comércio”.

Desde Marshall, a organização industrial vem estimulando estudiosos a aguçar suas lentes investigativas sobre o fenômeno das atividades empresariais produtivas para elucidar a sua relação com os lugares, seja por conta da concentração e aglomeração de empresas produtivas, seja pela percepção de que tais fenômenos geram externalidades positivas e desenvolvimento propiciados pela sua presença em determinados lugares. Contudo, uma indagação decorre: de que desenvolvimento está se falando?

2.2 Desenvolvimento sob várias faces

As referências de conceituações compreendendo o termo desenvolvimento, como categoria de análise, no âmbito das ciências sociais, têm início na economia. A centralidade inicial parte de conceitos abrangendo riqueza, crescimento e progresso. Mais adiante, na contemporaneidade, a abordagem de desenvolvimento amplia seu deslocamento para outras dimensões e abordagens, permitindo explicar sua manifestação sob uma ótica interdisciplinar e transdisciplinar, possibilitando interpretações sobre as interações entre o social e o lugar. (ROQUE, 2014)..

Dentre essas novas abordagens, a perspectiva do desenvolvimento como liberdade, procura demonstrar que ele pode ser visto na forma da expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam, em contraste com outras visões mais restritas de desenvolvimento que se pautam na observância do “crescimento do PNB, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social”. (SEN, 2000, p.17).

Outro aspecto que deve ser considerado, nessa orientação, numa visão holística de desenvolvimento, é o da cultura. Nesse sentido, a cultura

ocupa um grande papel, ao lado de discussões sobre como tem funcionado a macroeconomia, os problemas sociais, e os questionamentos políticos provenientes de toda a sociedade no que se refere às falhas no funcionamento do sistema que tem o apoio de toda a população, a saber, a democracia. (SEN, 2010, p. 303).

Esse deslocamento paradigmático permitiu ainda identificar pelo menos três novas vertentes conceituais, assim caracterizadas: *i.* a Ambiental ou fileira “verde”, abrangendo a consciência ambiental, visando conciliar desenvolvimento com preocupações com meio ambiente, essa vertente evolui mais adiante para o conceito de desenvolvimento sustentável; *ii.* A fileira das pessoas e das comunidades ou fileira “vermelha”, cuja motivação reside em colocar “as pessoas e comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento”. Evolutivamente esta fileira incorporou novos conceitos como “desenvolvimento alternativo [...], desenvolvimento

endógeno; desenvolvimento territorial, culminando na vertente do desenvolvimento regional/local"; *iii*. A fileira dos direitos humanos ou fileira azul, que considera o desenvolvimento em sua associação com respeito aos "direitos humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana" e, por fim, uma vertente teórica, de caráter multidimensional que considera o desenvolvimento integrado como referido "transversalmente" por todos os anteriores. (ROQUE, 2014, p.20).

Para efeito das discussões, que se pretende aqui, ater-se-á, por ora, à vertente que aborda o sentido evolutivo do desenvolvimento endógeno, que evoluiu para desenvolvimento regional/local.

2.2.1 Desenvolvimento regional

Tem-se, como senso comum, no pensamento econômico contemporâneo, que o desenvolvimento como processo não é linear, isto é, não ocorre de maneira igual e simultânea em toda região, pelo contrário, mostra-se bastante irregular quando iniciado, possibilitando que determinados lugares, potencialmente mais dinâmicos, desponham em crescimento, destacando-se da média nacional.

Uma região como unidade de análise - considerando-se que no sistema capitalista o espaço econômico tem a tendência de ser integrado e articulado - pode ser definida como "um conjunto de pontos no espaço que tenha maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo". (LIMA, 2009, p.6).

Dentre as contribuições teóricas, que buscam explicar a dinâmica regional pela economia, debruçam-se, segundo essa visão, na expressão e na causa do movimento do capital nos espaços, contribuições de teóricos como Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, François Perroux, Jacques Boudeville, entre outros. Tais contribuições serviram de base para inspirar *Police Makers* e governos, na proposição de planos e medidas em prol do desenvolvimento, a partir dos anos 1960.

Para Myrdal (1957) o desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo de causação circular e acumulativa. Exemplificando, esse autor observa que a percepção da existência de um fator negativo não combatido, dará vazão, isto é, causa e efeito, a outros fatores negativos. O que também se torna verdade, para ele, quando se trata de fatores positivos. Com isso, ele mostra que o sistema econômico é sempre instável e desequilibrado, passível de gerar ciclos viciosos, não havendo, como consideram os teóricos da condição de equilíbrio, uma tendência linear e automática propiciada pelas forças econômicas, para a busca de um equilíbrio do sistema social.

Em Hirschman (1958), há a proposição de uma teoria que aborda que o progresso econômico não ocorre simultaneamente em todo o lugar, por isso, assevera que esse progresso tende a se concentrar onde é iniciado, denotando as bases para sua análise. Para o autor, a chave para o processo de desenvolvimento é posta pela capacidade de investimento ligada aos setores mais modernos e também, do empreendedorismo local, condição, para ele, mais onerosa quando se trata de países subdesenvolvidos, uma vez que, nesses, tais iniciativas são em geral escassas.

Para o autor, a discussão sobre a situação mais sensível nos países em desenvolvimento, salienta uma característica central que é a falta de interdependência setorial que gera os baixos *linkage effects* (efeitos de ligação), verificando que além da preocupação com a produção de produtos primários para exportação, há a predominância de atividades industriais tradicionais, de produtos intermediários e para o consumo final, tais como: têxteis, alimentos, materiais para

construção, entre outros, o que não os incapacita na obtenção dos *linkage effects* ou mesmo os *backward effects* (efeitos inversos) fundamentais no processo de desenvolvimento.

Entre os anos 1950 a 1970, a visão sobre o potencial propiciado por indústrias motrizes contribuiu com o repensar do desenvolvimento das localidades, estimulando proposições para que governos passassem à adoção de medidas indutivas favoráveis à formação de polos industriais (PERROUX, 1955). Para esse autor, a perspectiva de formação de polos de desenvolvimento, em determinados espaços econômicos, só será conseguida através da análise rigorosa e da ação política dos governos que, coordenando e arbitrando os meios de propagação articulados entre os atores, possa alterar a dinâmica econômica, criando uma atmosfera apropriada ao desenvolvimento.

Boudeville (1969) ofereceu suas contribuições na mesma trilha de abordagem de Perroux, divergindo, contudo, sobre a definição de espaço econômico, ao oferecer uma visão mais operacional dessa categoria analítica, a partir de uma ênfase territorial. Para o autor, o conceito de região difere de espaço pela contiguidade de superfície, facilitando a ação e planos voltados a objetivos comuns. A região, portanto, nessa ótica, pode se tornar uma região-plano, conformada como espaço contínuo para a ação de autoridades econômicas, em prol do desenvolvimento do território.

Essas contribuições e abordagens exógenas influenciaram a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento para o Brasil e, no âmbito endógeno, se somaram às contribuições de Celso Furtado, no subsídio ao diagnóstico e proposição do Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, nos anos 1950. (CAMPOLINA, 2009).

2.2.1.1 Desenvolvimento regional no Brasil em Celso Furtado

Articulando vetores das desigualdades regionais com fatores estruturais sócio-históricos que condicionavam à prevalência de um quadro de estagnação econômica das regiões menos desenvolvidas no Brasil, Celso Furtado procurou inventariar e propor medidas para a erradicação e ou minização das cadeias de causas que pudessem reverter esse quadro.

Para o autor “o Brasil é um país marcado por disparidades sociais superpostas às desigualdades regionais de níveis de desenvolvimento”, frágil ante a agressividade de empresas transnacionais que pairam sobre as regiões empobrecidas para tirar proveito dessas desigualdades (FURTADO, 2001, p.27). E uma das causas, prossegue avaliando, está no bojo da globalização que favorece determinados *players* da vanguarda tecnológica, impiedosos quanto a facilidades de acesso para exploração dos desníveis de desenvolvimento, e dos atrativos percebidos por esses nessas nações.

Outro fator percebido pelo autor, diz respeito às complementaridades entre esferas e estágios produtivos inter e intrarregionais e da divisão social do trabalho (FURTADO, 1967) incluindo, pelo lado positivo, a aquisição de conhecimentos, de novas tecnologias e inovação para a especialização e flexibilização produtiva, afetando socioeconomicamente os lugares.

Todavia, podem ocorrer também nessas situações, por exemplo, subcontratações para execução de parcelas das etapas produtivas, gerando, em muitos casos, a precarização das condições de trabalho e a exploração do trabalhador. (ANTUNES, 2006).

Daí a necessidade, entende-se, de ir fundo na investigação explorando o fenômeno como um todo interagente de fatores sociais e a estrutura espacial local.

2.3 Análise a partir de interações e relações entre atores diversos nos espaços sociais

Optando por alternativas de abordagem do espaço para além da seletividade do espaço econômico, visa-se agora expor possibilidades de análise dessa categoria espaço como “espaço de todos”. (SANTOS, 2003, p.167). Segundo o autor, a distinção de considerar abstratamente espaço como espaço econômico, e não como o espaço de todos, inviabiliza que outros elementos incidentes em um dado ponto do espaço sejam captados, dificultando a análise das hierarquias de forças que nele atuam.

Talvez por isso, na atualidade, o papel da geografia tenha sido expandido. Ele contribui para explorar a “influência da cultura no domínio do consumo, estuda os circuitos econômicos solidários e de redistribuição, como também, para o estudo da flexibilidade e da metropolização”, tendo em vista que as decisões dos agentes econômicos sempre têm dimensões espaciais. Daí “a emergência duma geoeconomia”. (CLAVAL, 2005, p.24).

Em outra frente, a sociologia econômica reforça seu espaço nas arenas teóricas, contribuindo justamente a partir das lacunas e insuficiências identificadas pelos pressupostos neoclássicos da economia, tidos como incapazes de explicar, nos respectivos contextos de análise, os fenômenos sociais. Nesse novo contexto, novas releituras das contribuições de Marx, Durkeim, Max Weber, Simel e outros passam a delinear as abordagens contemporâneas da Nova Sociologia Econômica.

Contudo, não sendo meta aqui adentrar no aprofundamento desse debate conceitual e paradigmático, buscar-se-á tentar colocar em perspectiva abordagens e pressupostos, para discuti-los como possíveis suportes para estudos e análises do objeto visado, na tentativa de compreender o potencial que essas possam insinuar, para a análise sobre quais determinantes e condicionantes contribuem para a existência do fenômeno, e em que grau ele contribui para o desenvolvimento do lugar.

2.3.1 Espaço e transações sociais na sociologia interpretativa dos lugares

Dentre as possibilidades de abordagem para o estudo de fenômenos sociais, têm-se aquela proposta por Jean Rémy, em sua sociologia dialética, que envolve na análise de fenômenos sociais, a interpretação dos espaços e transações sociais.

2.3.1.1 Espaço social

A categoria espaço, como elemento autônomo no processo social, emerge devido ao seu “papel ativo no plano de explicação” nas relações de trocas sociais. (RÉMY, 2016, p.20).

Nesse sentido, o espaço pode atuar sob três ângulos: **A) Como suporte físico:** a partir da sua contribuição para o delineamento e fechamento do sistema de interdependências; considerando que além de caracterizar sua constituição física, examina suas modalidades de trocas sociais. **B) Como código cultural:** ao caracterizar percepções como dentro/fora, alto/baixo, centro/periferia, conotadas positiva ou negativamente, tem-se que elas podem projetar-se de forma concreta num espaço, havendo a possibilidade ainda de estender a observação, para perceber se o espaço guarda relação com códigos culturais locais. **C) Como determinante de campos possíveis:** a relação com o espaço pode ser igualmente analisada por intermédio da distinção e também da conjunção de dois tipos de efeitos, a saber: do espaço e seu efeito de poder ou estrutural sobre a formação das redes de interação; e, do espaço, como tendo igualmente um efeito sobre a representação de si, do seu projeto, da sua relação com os outros.

Ainda explorando o espaço, o autor sugere cinco possíveis abordagens de análise interpretativa: **a) a partir da distinção entre conceitos descritivos e conceitos interpretativos:** a vertente descritiva limita-se a propiciar uma apreciação da distribuição dos objetos, aspectos insuficientes para uma interpretação sociológica, que se fará pela segunda vertente, mas não sem o auxílio de outra mediação conceitual/teórica; **b) Como variável explicativa não autônoma:** segundo essa perspectiva, o espaço tem efeitos específicos e homogêneos, independentemente do estado dos outros fatores com os quais interage, indicando, dessa forma, que a estrutura deve sempre ser considerada numa combinação complexa em conexão espacial com as estruturas cultural e social; **c) Ambiguidade do espaço:** que possa ser considerada na análise como interagente, numa combinação complexa em conexão com a **função social específica:** as variantes interpretativas sobre o significado do espaço podem resultar em explicações desconexas entre fenômenos reais e sua adequada interpretação. **d) Ligação com a materialidade e a especificidade da explicação:** a sua inserção como conceito sociológico permite que o distanciemos da limitação, que aspectos descritivos físicos podem propiciar para, de outra forma, incluí-lo numa elaboração específica com a materialidade, para além dos aspectos físicos; **e) Lógica de apropriação - lógica de produção:** nesse enfoque, numa composição espacial, considerando-se as modalidades de interferência temporal, pode possibilitar avaliações no contexto social, no sentido de diferenciação, entre o que se vê dentro de uma lógica de apropriação, e entre a lógica que determinou a sua produção

Os espaços podem ser analisados ainda, por intermédio das estruturas e elementos interagentes na vida social. Assim sendo, ganha substância nesses pressupostos, o conteúdo provável e identificável compreendendo as ações e transações entre atores, constituindo-se os primeiros sujeitos a serem observados.

2.3.1.2 Vida social e transação

A transação não se assemelha a negociação, a precede, envolvendo-a para lhe dar continuidade. Sua “problemática social tem afinidades com essa atenção que presta ao difuso, ao informal, ao aleatório, e às sequências temporais” no plano da micro-observação, envolvendo a vida cotidiana, podendo conduzir, de forma dialética, à macrointerpretação, denotando assim seu potencial de mediação e adequação para compreensão dos fenômenos da vida social, nas interações entre espaço e as transações sociais. (RÉMY, 2016, p.130).

Outra possibilidade de análise e investigação tem sido oferecida pela abordagem de capital social imerso e interagente nos espaços sociais.

2.4 Capital social: origem do conceito e aplicações

Desde as contribuições de Karl Polanyi, até Granovetter (2007, p. 9), tem-se que os atores sociais não se comportam ou mesmo tomam decisões “como átomos”, excluídos de um dado espaço social e nem mesmo adotam de forma servil um rol de orientações a eles destinadas, pelo contrário vê-se que elas são propositais e “estão imersas em sistemas contínuos e concretos de ação social”.

Daí despontou-se “uma potente área de análise em vertiginoso crescimento, que gira ao redor da ideia de capital social [...] imerso, no reexame das relações entre cultura e desenvolvimento”. (KLICKSBERG, 2001, p.107).

2.4.1 Contribuições e abordagens que ampliaram as discussões envolvendo capital social

O interesse contemporâneo no conceito de capital social tem sido atribuído pelo menos em parte ao trabalho teórico de Pierre Bourdieu, que o percebeu como

o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento[...] que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva. (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p.5).

Já Coleman (1988), ocupou-se na proposição de um conceito de capital social ao caracterizá-lo por meio de elementos como lealdade, fidelidade, reciprocidade, compromisso e outros, decorrentes das relações entre as pessoas de um grupo. Para o autor, o capital social deriva de estruturas de relações interativas por meio e entre os atores, sendo por isso intangível e só existindo no espaço relacional, estando mais associado às alterações como crenças e opiniões das pessoas.

Na visão de Putnam (2006, p.177), a superação de dilemas da ação coletiva, dos oportunismos que podem daí ser resultantes, dependerá do contexto social amplo onde o “jogo” é jogado. Segundo ele, a cooperação voluntária pode ser mais fácil em comunidades onde se percebem bons estoques de capital social herdados, que se manifestem sob a forma de regras de reciprocidade e de sistemas de participação cívica. Nesta ótica, o capital social está associado às características da organização social como a confiança, normas e sistemas que municiam as ações coordenadas para aumentar a eficiência da sociedade.

Ao discutir os sistemas de relações sociais verticais comparando-os com os sistemas horizontais, Putnam (2006) coloca que o sistema de coerção *top down*, que caracteriza habitualmente os sistemas verticais operados com o aparato institucional, como no *Leviatã* de Hobbes, por exemplo, invariavelmente não estimula a participação cívica, não nutre ou estimula regras que facilitam as relações pautadas pela confiança ou muito menos a reciprocidade.

Desde então, vários estudos e pesquisas, têm se utilizado da abordagem de capital social como possibilidade de explicar porque alguns lugares prosperam e outros não; como também para investigar, avaliar/inventariar qual o conjunto de ativos sociais podem estar presentes na dinâmica relacional e interacional social existentes.

3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Serão utilizadas técnicas das pesquisas qualitativa/ quantitativa, voltadas ao levantamento e exploração de dados e informações sociodemográficas, ocupacionais, do censo de empresas existentes e atuantes no lugar, visando, por exemplo, a obtenção de indicadores de emprego formal, pauta produtiva, PIB setorial, entre outras, a partir de sítios especializados na internet e no acesso a documentos e relatórios técnicos e obras físicos, que se mostrem úteis ao estudo. As informações e dados coletados terão seu tratamento, transcrição e análises pautados pelas técnicas da estatística descritiva.

A partir da imersão no campo lócus do estudo, buscar-se-á a obtenção da indicação de nomes de pessoas, autoridades, acadêmicos, historiadores, empresários, entre outros, que possam contribuir com informações e indicações de fontes informacionais úteis ao estudo. Para abordá-los se fará uso de entrevistas não estruturadas e, posteriormente, da técnica do *focus group* dirigida aos sujeitos com potencial de contribuir decisivamente com informações úteis. Esta etapa terão as informações colhidas nas entrevistas não estruturadas e na pesquisa *focus group*, tratadas mediante a adoção de um enfoque subjetivista-compreensivista, com o uso de técnicas

de análise de conteúdo (TRIVINOS, 1987). Tal recurso será aplicado para a interpretação das narrativas dos entrevistados e das possíveis associações holísticas daí decorrentes, tentando perceber a estruturação compreensiva dos processos históricos que foram amalgamados envolvendo o objeto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análises parciais e seletivas e até mesmo descritivas de fenômenos sociais, em contextos onde se articulam com o econômico têm se mostrado, em muitos casos, insuficientes para desvelar de forma substancial o seu conteúdo, na forma de sua gênese, das estruturas e hierarquias de forças existentes, bem como da dinâmica dialética transacional que decorre no espaço onde se verifica.

No tocante aos fenômenos envolvendo atividades produtivas aglomeradas, buscando compreendê-los em suas dinâmicas socioeconômicas, assim como dos possíveis efeitos decorrentes aos espaços onde se inserem, percebe-se, que parece ser inviável abordá-los, observando-os de forma unilateral e seletiva ou isolada. Isso, por não ser possível afirmar previamente que nesses contextos de inserção, possíveis articulações entre o social e o econômico imersos localmente, estarão sempre perceptíveis e passíveis de desvelar, sob uma áurea linear transparente de estabilidade e conformação.

Apesar de se constatar na atualidade o surgimento de novos estudos envolvendo análises, conceitos e teorizações, procurando abordar contextos da vida social onde ocorrem atividades econômicas em dados lugares, nem sempre se percebe nesses, considerações quanto ao conteúdo mais substancial e dialético da articulação entre tais atividades e o todo social, que podem ter contribuído ou mesmo terem sido decisivos para sua gênese, existência e sustentação, sugerindo desse modo haver ainda, nesse sentido, espaço para avançar no debate.

Por isso talvez, a associação inter ou multidisciplinar de abordagens se mostre oportuna para imersão e análise de fenômenos complexos como são os que envolvem articulações entre o social e o econômico nos locais onde ocorrem atividades produtivas aglomeradas. Dito isso, entende-se que tal arranjo entre pode oferecer contribuições para entrar e sair do fenômeno, com potencial para desvelar e compreender nele o seu conteúdo submerso, incluindo o conjunto de ativos sociais que podem estar a favorecer, em Espinosa – MG, por exemplo, a presença de uma atividade produtiva ali aglomerada, ligada ao setor de confecção e do vestuário, dando-lhe aparentemente na atualidade, condições para a sua respectiva sustentação socioeconômica.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital Social e Empreendedorismo Local. In: **proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de MPME**, 2000. Disponível em <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nts/nt33/F223.PDF>. Acesso em 22 ago. 2018.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 11ª edição, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL – ABIT. Setor Têxtil e de Confecção: Momento Atual e Agenda de Trabalho. Belém – PA, Fevereiro de 2016.
- BOUDEVILLE, J. Los espacios económicos. Buenos Aires: Eudeba, 1969.
- CAMPOLINA, Clélio. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: **Nova Economia**_Belo Horizonte_19 (2)_227-249_maio-agosto de 2009.
- CLAVAL, Paul. Geografia Econômica e Economia. In: **GeoTextos**, vol.1, n. 1, 2005. Paul Claval 11-27.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, Supplement, pp.95-121, 1988.

FURTADO, C. Intra-Country discontinuities: Towards a theory of spatial structures. *Social Science Information*, v.6, p. 7-14, 1967.

_____. Reflexões sobre a crise brasileira. In: **Razões e ficções do desenvolvimento**. ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo, (orgs). São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FÓRUMS REGIONAIS. Perfil Socioeconômico dos Territórios. Belo Horizonte – MG, 2015.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of imersion (Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão). In: **Revista de Administração de Empresas – RAE Eletrônica**. Vol.1, nº 6, São Paulo Jan./Jun. 2007.

HAVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRSCHMAN, Albert O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1958.

KLIKSBERG, Bernardo. As falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. Por que a cultura é fundamental para o desenvolvimento. In: SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar: ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações na política econômica no pós-Guerra: o caso do Brasil. Belo Horizonte:UFMG/Cedeplar, 2009.

MARSHALL, Alfred. Princípios de economia. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MIYRDAL, Gunnar. Economic theory and under-developed regions. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.

PERROUX, F. O conceito de Pólo de Desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. P. 145-156 (Edição original: Note suar la notion de pôle de croissance, 1955).

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Capítulo 6: **Capital Social e desempenho institucional**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMY, Jean. Espaços e Transações Sociais. Ijuí, RS: Editora Unijuí; Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2016 – 296 p.

ROQUE, Rogério Amaro. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. In: **Cadernos de Estudos Africanos**, 4 / 2014.

SANTOS, Milton. Economia Espacial. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. As pessoas em primeiro lugar: ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FESTA DE TROCA DE SEMENTES CRIOULAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS CAMPONESAS DA BAIXADA CUIABANA: CONSEQUÊNCIA HISTÓRICA DA CULTURA DO TRABALHO E SUA PROXIMIDADE AO BEM-VIVER.

Cristiano Apolucena Cabral

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE-UFMT)

crisprelazia@yahoo.com.br

Edson Caetano

Professor do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE-UFMT)

caetanoedson@hotmail.com

Luana da Cruz Burema

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE-UFMT)

luanaburema@gmail.com

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar uma breve discussão acerca da existência da produção associada e agroecológica, da singular cultura do trabalho e da vivência de alguns princípios do Bem-Viver, que dão fundamento histórico para a instituição da 'Festa de troca de sementes crioulas', nas comunidades tradicionais camponesas da baixada cuiabana. Temática essa que vem sendo discutida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Trata-se de uma pesquisa teórica e de campo sobre o assunto em questão com análises, rodas de conversas e entrevistas.

Palavras-chave: comunidade tradicional camponesa, produção associada, sementes crioulas, solidariedade.

Abstract: This text aims to present a brief discussion about the existence of the associated production and agro, the unique culture of work and experience of some principles of Bem-Viver, which give the historical basis for the imposition of 'Feast of exchange of seeds crioulas' in traditional communities peasants from cuiabana. This issue is being discussed by the Group of Studies and Research on Work and Education (GEPTE) of the Graduate Program in Education (PPGE) of the Federal University of Mato Grosso (UFMT). It is a theoretical research and field on the matter concerned with analysis, wheels of conversations and interviews.

keyword: peasant traditional community, associated production, creole seeds, solidarity.

Introdução

O presente texto é uma pesquisa teórica e de campo com algumas comunidades tradicionais camponeses dos municípios de Nossa Senhora do Livramento e de Jangada, no estado de Mato Grosso. As categorias utilizadas, o método e os sujeitos desta pesquisa estão inseridos no recorte pesquisado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Estas comunidades, organizadas em unidades de produção familiar (CHAYANOV, 1974), mantêm relações solidárias de cooperações entre as unidades, para a satisfação de suas necessidades materiais e imateriais. Contudo, as limitações históricas de composição da força de trabalho, de natureza, etc. impulsionaram-as a outro nível de organização produtiva: uma produção associada de produtos e saberes e uma produção agroecológica.

A cultura do trabalho surge desta produção da existência, cheia de sentidos, significados, representações de mundo. Assim, desta cultura do trabalho, as características do Bem-Viver (ACOSTA, 2016) surgem: harmonia com a natureza, proposta alternativa de produção da existência, soberania alimentar, tentativa de superar a lógica do capital, fortalecimento de saberes populares e tradicionais, tentativas de uma outra relação com o outro, autogestão na produção, proteção do território e da biodiversidade.

São determinações como estas que criaram condições históricas para a instituição das 'Festas de troca de sementes crioulas' nestas comunidades tradicionais. A preservação da semente crioula é a intencionalidade punccionadora que unifica as diversas comunidades, as famílias, os interesses, perspectivas, valores, atitudes e representação de mundo.

O método utilizado é o materialismo histórico dialético (FERNANDES, 1978; GADOTTI, 2010; HARNECKER, 1973). Neste, o critério de análise é a história concreta, dialética, contraditória e processual, à qual tem como fundamento ontológico o trabalho (LUKÁCS, 2013), o qual é o princípio constituidor da própria humanidade ativa e pensante, sendo assim, um princípio educativo (LUKÁCS, 2013). Quanto à metodologia, isto é, os instrumentos de pesquisa, foram utilizados a observação do processo produtivo da 'Festa de troca de sementes crioulas' destas comunidades, os diálogos, entrevistas e rodas de conversas com alguns moradores.

O objetivo é analisar uma alternativa do processo de produção, distribuição, circulação e consumo do modo de produção capitalista. Especialmente, do capitalismo territorializado no campo. O qual mercantiliza a força de trabalho (MARX, 1980) e mercantiliza o produto mais necessário à vida humana: o alimento. Mercantilização esta que tem por intenção primordial, o lucro.

À vista desse controle sobre a produção e trabalhadores e trabalhadoras, que o capital institui uma nova determinação às relações: a sua fetichização (MARX, 1988). Em que a relação entre pessoas tornou-se relação entre coisas (idem), entre mercadorias. Isto é, enquanto às pessoas mantém a relação material entre elas, as mercadorias mantêm uma relação social (Ibidem).

A 'Festa de troca de sementes crioulas', - construída a partir da existência de uma produção associada e agroecológica, da singular cultura do trabalho que efetiva, paulatinamente, princípios do Bem-Viver - rompe com diversos imperativos do capital, se alicerçando como uma produção não-capitalista (LUXEMBURGO, 1985) e criando condições para uma nova relação, não de coisas, mas de pessoas.

1. O capital vai ao campo: monocultura, agrotóxico e mercantilização das relações e das sementes

Com a territorialização do capitalismo no campo, a produção possui uma única intencionalidade: tornar sua mercadoria fonte de lucro. Esta produção, em Mato Grosso se resume a pouquíssimas mercadorias: gado, soja, milho, algodão e cana-de-açúcar, ocupando mais de 90% da terra agricultável. Com o monopólio da terra a monocultura se efetiva na ocupação de 39.235.900 hectares (CABRAL, 2017). Esta é a força da mercantilização de alimentos na intencionalidade do lucro e seu consequente controle dos preços: “no mercado mundial, os oligopólios jogam todo o seu peso para impor os preços dos alimentos - em seu próprio benefício, claro: o preço mais elevado possível” (ZIEGLER, 2013, p.157). Para controlar os preços, controla-se os “setores essenciais da agroindústria, notadamente as sementes, os adubos, os pesticidas, a estocagem, os transportes etc.” (ZIEGLER, 2013, p.152).

Contudo, esta oferta de produtos agrícolas, é a oferta de produtos industrializados agrícolas.

Os principais insumos modernos, aí incluídos, quais sejam os fertilizantes e defensivos químicos, combustíveis, rações e concentrados, sementes e mudas etc., criaram importantes nexos de relações interindustriais com a indústria química e petroquímica e com o ramo de produtos alimentares (DELGADO, 1985, p.88).

Com o comando da industrialização sobre a produção, não somente sobre sementes, adubos, etc, mas sobre defensivos agrícolas que o agrotóxico tornou-se a grande força mercadológica deste sistema direcionado pelo agronegócio. São diversos os seus produtos: inseticidas, pesticidas, herbicidas, fungicidas, formicidas etc. Desta forma, com esta uniformização da produção em largo espaço atraem diversas ‘doenças’, tornando doente a própria natureza. Necessitando, assim, cada vez mais de ‘remédios’ industrializados para a sua ‘cura’.

Desta forma reduz drasticamente a diversidade de produtos existentes e de riqueza de alimentos.

De fato, as paisagens agrícolas do mundo são destinadas ao plantio de apenas 12 espécies, 23 espécies de hortaliças e 35 espécies de frutas e nozes. Isso significa que não mais de 70 espécies ocupam aproximadamente 1,44 bilhão de hectares de terras hoje cultivadas no mundo (ALTIERI, 2012, p.24).

O capital direciona o que é relevante ou não à vida ecológica e humana. Portanto, com a única intencionalidade de mercantilizar alimentos com a obsessão ao lucro, cria-se a fome. Monopólio sobre a terra, monocultivo, mercantilização da força de trabalho e dos alimentos, controle ambicioso sobre os preços, redução e uniformização de alimentos são algumas das premissas históricas desta criação da fome.

Somente com análises sobre a territorialização do capital no campo e com alternativas que transforme estruturalmente esta realidade que homens e mulheres terão acesso à alimentação, que poderão criar outra sociedade, sobre outras estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas.

2. Comunidades tradicionais camponesas da baixada cuiabana: produção associada e cultura do trabalho como bases para o Bem-Viver

Em Mato Grosso, as comunidades tradicionais camponesas estão localizadas, quase que totalmente, na baixada cuiabana. Estas são organizadas por famílias, para a produção material e imaterial da vida, em territórios possuidores de significados.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é de utilizar (DIEGUES, 1996, p.83).

O território, em algumas das comunidades de Nossa Senhora do Livramento e de Jangada, não é somente um espaço de acesso aos recursos naturais, mas, simultaneamente, de acesso à natureza, moradia, lazer, celebração. O espaço vivido é transformado para o aconchego das famílias, em que há gerações moram no mesmo território, em construção de uma cultura tradicional.

DIEGUES (1996) coloca em evidência, ao definir as culturas tradicionais, a relevância dos manejos dos recursos naturais; do respeito aos ciclos naturais; o respeito à limitação à exploração humana sobre os animais e plantas; e, por fim, a complexidade de conhecimentos herdados para a manutenção do ecossistema.

Como reconheceu DIEGUES (1996, p.85), “é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que estas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio”. São as celebrações religiosas abençoando a família, o trabalho, a natureza; são canções de cururu e as danças de siriri (com suas roupas de cores fortes); é a redução em duas estações climáticas (de seca e de chuva); é a esperança da chegada da ‘chuva do caju’; etc. que dão sentido à vida nestas comunidades tradicionais da baixada cuiabana. Por isso que DIEGUES (1996, p.87) define culturas tradicionais como “padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos, significados socialmente compartilhados”.

Outra característica nestas comunidades tradicionais camponesas é o equilíbrio. PLOEG (2016), analisando o modo de produção camponês, destacou alguns equilíbrios necessários à reprodução da vida camponesa: trabalho-consumo¹; utilidade-penosidade²; pessoa-natureza³; produção-reprodução⁴. Nestes equilíbrios, trabalho, lazer, convivência, necessidades e penosidade no trabalho entrelaçam-se nas mesmas experiências da vida para a satisfação de necessidades e superação de dificuldades históricas como a limitação natural própria do cerrado, tais como a pobreza do solo para a produção, dificuldades com a quantidade de água, ausência de dinheiro para investimentos em instrumentos para a produção, maior presença de idosos nas comunidades, distância das áreas urbanas, etc.

Nesta dinamização, para a supressão das duas determinações, é que algumas destas comunidades organizaram a sua produção de maneira associada.

Quanto à produção associada, ela pode ser entendida de duas maneiras, não necessariamente excludente: quer como trabalho associado ou processo em que os trabalhadores se associam na produção de bens e serviços, quer como a unidade econômica básica da sociedade dos produtores livres associados (TIRIBA, 2008, p.81).

Hortas comunitárias, produção coletiva de plantas medicinais, produção coletiva de derivados da mandioca, do leite, da cana-de-açúcar, da banana são algumas das produções associadas

1 A intensificação quantitativa e qualitativa está em plena relação às necessidades familiares. Esta determina aquela.

2 Só é aceitável a penosidade na jornada de trabalho, se todo este esforço for útil à reprodução da vida na comunidade. Se os benefícios são maiores que a penosidade, é aceito.

3 Relação de cuidado com a natureza, pois é a partir dela que se poderá manter-se vivo.

4 É extremamente necessário e relevante a manutenção da própria produção material, com seus instrumentos e natureza, para a contínua reprodução. Assim, é preciso a constante reprodução dos materiais utilizados.

vivenciadas por partes destas comunidades tradicionais. Instrumentos, terra, saberes e forças de trabalhos são usados, assim, coletivamente.

A produção associada - à qual fortalece elementos inerentes à própria efetivação do trabalho e apresenta novos elementos - é uma organização educativa, produz associadamente saberes (TIRIBA; FISCHER 2012, p.615-616). Transformando essa produção material e de saberes em cultura, em trocas “de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações, de poder” (BRANDÃO, 2007, p.08), preservando valores, ideias, saberes, pensamentos, crenças, sentimentos etc. (BRANDÃO, 1985).

Tal realidade é chamada de cultura do trabalho, o qual PALENZUELA (1995, p.13) define como

Conjunto de conocimientos teórico-prácticos, comportamientos, percepciones, actitudes y valores que los individuos adquieren y construyen a partir de su inserción en los procesos de trabajo y/o de la interiorización de la ideología sobre el trabajo, todo lo cual modula su interacción social más allá de su práctica laboral concreta y orienta su específica cosmovisión como miembros de un colectivo determinado.

Na dinamicidade desta cultura do trabalho - a visão de mundo, as atitudes, os comportamentos, o processo de trabalho, a produção associada - a vida possui sentido, a qual é vivenciada não somente no processo de trabalho, mas no tempo livre, o que só foi possível nas comunidades - de produção associada - pela redução da jornada de trabalho e na simultânea satisfação das necessidades. Desta forma, com a satisfação do reino da necessidade, o reino da liberdade pôde se concretizar na produção da existência, tal como anunciou MARX (2008), respeitando as diferenças históricas e teóricas.

Somente quando se efetiva esse reino da liberdade, sempre partindo do reino da necessidade, que se efetivará o Bem-Viver nas comunidades tradicionais camponesas da baixada cuiabana, “o bem-Viver deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares” (ACOSTA, 2016, p.70). Construindo novas relações de produção, tendo como base a cooperação e solidariedade. Tudo com um propósito: “trata-se de impulsionar uma vida em harmonia dos indivíduos em comunidade como parte da natureza” (ACOSTA, 2016, p.85). A organização da vida fundamentadas em equilíbrios facilita esta harmonização, podendo “construir coletivamente uma nova forma de vida” (ACOSTA, 2016, p.23).

Assim, com a produção associada e agroecológica, que criam condições para uma cultura do trabalho singular e vivência de algumas bases do Bem-Viver, que as comunidades tradicionais pesquisadas criaram condições para a construção da experiência da ‘Festa de troca de sementes crioulas’.

3. Troca de saberes e sabores: ‘um povo sem sementes é um povo sem história’

Para chegar à identificação com os saberes, os fazeres, o território, os valores, os comportamentos e atitudes, estas comunidades tradicionais camponesas tiveram que recriar diversos atributos presentes na sua produção da existência. BRANDÃO (1984, p.78) já enunciava que

É com uma nova maneira de recriar, combinar e utilizar símbolos e valores de cultura, que o povo reconstrói a sua própria identidade popular, aquilo que entre outros educadores corresponde, de algum modo, à consciência de classe.

Obviamente que neste processo de ‘recriação, combinação e utilização’ se utilizam de algumas características do capitalismo e da zona urbana. Ainda assim, estas características não negam estruturalmente esta identificação de camponeses e camponesas enquanto comunidade tradicional com sentidos, representações, fazeres e saberes singulares.

Ademais, o forte crescimento da agroecologia e sua importante e complexa interação ecológica (ALTIERI, 2012) nos processos de produção influenciou não somente nos fazeres, mas, igualmente nos saberes, sentidos, significados, valores e relações. Em outras palavras, influenciou na cultura do trabalho, apontando melhores caminhos ao Bem-Viver.

Neste mundo de significados, com fundamento da práxis material objetiva, formou-se não só os significados das coisas como sentido das coisas, mas também os sentidos humanos, que proporcionam ao homem o acesso ao significado objetivo das coisas (KOSIK, 1976, p.76).

A agroecologia não é somente uma relação produtiva com a natureza. A natureza precisa também satisfazer suas próprias necessidades. Desta forma, algumas preocupações e cuidados são importantes à própria reprodução das comunidades tradicionais presentes no cerrado da baixada cuiabana, como o favorecimento da diversidade vegetal, a utilização de adubação orgânica, a interação de plantas e animais em um mesmo espaço, o manejo agroecológico, etc. (ALTIERI, 2012).

A diversidade do agroecossistema é primordial à produção e reprodução da própria existência, satisfazendo as necessidades mais básicas e dispensando o dinheiro. Apresenta uma alternativa de desenvolvimento econômico que não está sob o imperativo do dinheiro e do Capital.

Esta diversidade é observada nas produções de: milho, mamão, jiló, laranja, acerola, banana, abóbora, batata, mamão, quiabo, caju, abacate, abacaxi, manga, pequi, limão, goiaba, tamarindo, coco, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, diversos legumes e verduras (alface, rúcula, cebolinha, coentro). Na criação de galinha, porco, gado, peixe.

Pode-se concluir que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, frequentemente, enriquecê-la (DIEGUES, 2004, p.16).

Estas comunidades tradicionais possuem um repertório de conhecimento sobre o ecossistema que as envolve e as fazem apropriar da natureza (TOLEDO; BERREIRA-BASSOLS, 2015): plantas medicinais; frutas; tipos de solos; clima; pragas naturais; a importância do sol, chuva, lua para a produção; a propriedade de rochas; mamíferos; peixes; aves; insetos polinizadores como abelha; etc.

Dessa forma, o saber local abrange conhecimentos detalhados de caráter taxonômico sobre constelações, plantas, animais, fungos, rochas, neves, águas, solos, paisagens e vegetações, ou sobre processos geofísicos, biológicos e ecológicos, tais como movimentos da terra, ciclos climáticos ou hidrológicos, ciclos de vida, período de formação, frutificação, germinação, cio ou nidação, e fenômenos de recuperação de ecossistemas (sucessão ecológica) e manejo de paisagens (TOLEDO; BERREIRA-BASSOLS, 2015, p.97).

Estes saberes tornaram-se costumes nas comunidades. A sua socialização, de geração em geração, conservando e modernizando estruturaram-se como uma cultura subversiva. Nos dizeres de THOMPSON (1998, p.19): “uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde”. Nesta rebeldia surge uma experiência singular, própria da experiência do Bem-Viver: ‘Festa de troca de sementes crioulas’ que é organizada por estas comunidades tradicionais, apoiadas e articuladas por entidades como a Comissão Pastoral da Terra, rompe com diversos imperativos do capital e propõe uma alternativa de circulação dos produtos do trabalho.

As próprias comunidades autogestionam a organização da festa. Os alimentos para o café da manhã, lanches, almoço são organizados em cooperação e os produtos doados por todos,

utilizando suas próprias produções. O barracão utilizado para a festa, quando não já está pronto, é construído em mutirão.

A socialização e cooperação vão além destes momentos. A 'Festa de troca de sementes crioulas' promove momentos em que os saberes populares e conhecimentos científicos dialoguem entre si e sejam socializados a camponeses a camponesas. Saberes sobre quais são as raízes, folhas, cascas de madeiras que podem ser utilizados como remédio e como utilizá-los.

Eis alguns ensinamentos, sobre plantas medicinais, socializados: o chá mineiro, erva nativa no cerrado, contribui na prevenção de eclampses e inchaços durante a gravidez; o poejo é um ótimo remédio para quem tem diabetes, é recomendável que tome todos os dias; o carrapatinho do mato serve para ajudar a equilibrar a pressão e anemia; a carqueja é diurético, ajuda no combate ao reumatismo, diabetes, ajuda na cicatrização de feridas, a emagrecer; a jurubeba é bom para o fígado e diabetes; a couve e o inhame previnem furúnculos e espinhas, são depurativos do sangue, o inhame ainda é muito usado no combate a coceiras na pele; o açafraão também contribui com as funções intestinais, e sua folha pode ser usada para curar asma, bronquite e resfriados. Como os camponeses e camponesas das comunidades diziam: "o cerrado é a nossa farmácia".

Estes se identificam enquanto guardião e guardiãs do cerrado, dos saberes tradicionais e populares, das plantas medicinais, das frutas, das sementes. Com esta identificação, cooperação, solidariedade, associação da força coletiva para a produção, produção agroecológica que a 'Festa de troca de sementes crioulas' se efetiva enquanto uma consequência histórica destas comunidades tradicionais camponesas.

A riqueza de sementes, mudas de plantas medicinais, de frutas etc. são enormes⁵: pimenta; cara; melão; tansagem; banana; abacaxi; cupuaçu; mamão; dipirona; milho; abóbora; banana; caninha do brejo; cumbaru; algodão; mandioca; coco; caju; açafraão; gergelim; ingá; jambo; feijão; limão; arroz; abacate; vick; camomila; buriti; goiaba; mamona; tamarindo; milho; cumbaru; quiabo; tomate; batata; coentro; maxixe; etc.

Tanto quem leva quanto quem não leva sementes e mudas para a troca, irá adquirir a sua semente ou muda para levar para casa. Ninguém fica excluído do acesso. Na troca, não há a relevância do valor financeiro de mercado, da raridade do produto, do tempo utilizado para produzi-lo, pois o que é relevante é o acesso a partir da solidariedade de todos.

A dinamicidade para encontrar formas de superar as limitações ou nas unidades familiares ou nas comunidades não se restringe à cooperação da força de trabalho em mutirões, em trocas de jornadas de trabalhos, em produção associada ou em produções agroecológicas, mas se estende à troca, gratuita, dos produtos de seus trabalhos familiares ou comunitários. Aqui, dinheiro é, novamente, inexistente.

Contudo, a responsabilidade com a semente, com o adubo, com a planta medicinal não se fixa espacial e temporalmente à 'Festa de troca de sementes crioulas'. Há, com o registro destes produtos, em um Banco de Informações de Sementes, um mapeamento tanto de qual família e comunidade doaram quanto para qual família e comunidade receberam. Uma das intenções deste mapeamento é para uma eventual perda tanto para quem trouxe quanto para quem levou poder ter acesso novamente. Nas festas de 2017, por exemplo, em Nossa Senhora do Livramento e em Jangada, foram cadastradas⁶ 270 e 300 sementes e mudas, respectivamente.

5 Dados dos arquivos internos da Comissão Pastoral da Terra - MT.

6 Dados dos arquivos internos da Comissão Pastoral da Terra - MT.

Compartilhar estas sementes, mudas e plantas medicinais é compartilhar os saberes, a cultura tradicional, a cultura de trabalho e a esperança de continuidade desta identidade forjada nas sementes. Assim, mantendo e dando prosseguimento à própria história, pois: um povo sem sementes é um povo sem história.

Considerações finais

As comunidades tradicionais camponesas da baixada cuiabana possuem diversas contradições e limitações. Todavia, umas vivem mais os princípios do Bem-Viver que outras, exemplos são as comunidades São Manoel do Pari, Raizama, Minhocal, Ribeirão das Pedras Acima, entre outras. Tornar o espaço de produção da existência em território cheio de sentidos e significados que representam a solidariedade, os interesses, as expectativas, os valores comuns é essencial para a vivência dos princípios do Bem-Viver. Pois, não somente as relações, a natureza, o processo de trabalho, mas o território em que vivem possui significado (PALENZUELA, 2014).

Nesta territorialidade da cultura de trabalho singular, as comunidades tradicionais poderão romper e superar aos imperativos mais destruidores da vida humana e ecológica do capitalismo. Desta forma, um novo processo de produção, distribuição, circulação e consumo se efetivarão em bases concretas.

Por este motivo, a produção associada, a produção agroecológica, uma singular cultura do trabalho que valorize a cooperação e a solidariedade e, por fim, a vivência na cotidianidade do Bem-Viver são atributos e experiências contra hegemônicas ao capital. Uma experiência entranhada na cultura. Como reconhece GRUPPI (1978, p.73), “a hegemonia, portanto, não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepções de mundo”.

Desta maneira, a troca de sementes crioulas, de mudas frutíferas, de plantas medicinais é a concretização não somente de uma alternativa cultural, mas um empoderamento político destas comunidades, aqui a soberania alimentar entra em pauta.

Assim, soberania alimentar significa que, além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los. E é isso que pode garantir a elas a soberania sobre suas existências. O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantido o acesso a eles em qualquer época do ano e para que a produção desses alimentos seja adequada ao bioma onde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares (STEDILLE; CARVALHO, 2012, P.722).

Rompe-se com o domínio das empresas sobre as sementes e sua comercialização; com a sua mercantilização; com a sua industrialização e, assim, com a fome. Esta é a proposta política presente na ‘Festa de troca de sementes crioula’ e no conceito de soberania alimentar. A luta pelas sementes é a luta para se manter os saberes e sabores que se encontram em perigo pela produção industrializada, pela monocultura e uniformização de sementes (com a sua consequente uniformização da saberes e sabores): comer, no entanto, é muito mais do que engolir alimentos” (ESTEVE, 2017, p.191).

Assim, com as ‘Festas de trocas de sementes crioulas’ das comunidades tradicionais camponesas, com todas as suas limitações e contradições, é proposto uma alternativa à produção da vida material e imaterial, uma nova cultura do trabalho para que a proposta do Bem-Viver tenha de fato um fundamento no trabalho humano para a satisfação de suas necessidades biológica e sócio-cultural.

Referências

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. s/l: Elefante, 2016.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. SP: Expressão Popular, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. SP: Editora Brasiliense, 1985.
- _____. **Saber e ensinar**. Campinas: Papyrus, 1984.
- _____. **O que é educação**. SP: Brasiliense, 2007.
- CABRAL, Cristiano. O lucro ou as pessoas: a institucionalização do extermínio no campo em função do desenvolvimento do agronegócio. In. WERNER, Inácio; GUIMARÃES, Maristela; WITTER, Teobaldo. **Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra - Mato Grosso - Brasil**. Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2017. p. 145-149.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Bueno Aires, Argentina, Ediciones Nueva Vision, 1974.
- DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e a agricultura no Brasil**. SP: Unicamp, 1985.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. SP: Hucitec, 1996.
- _____; VIANA, Virgílio M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. SP: Hucitec, 2004.
- ESTEVE, Esther V. **O negócio da comida**. Quem controle nossa alimentação? SP: Expressão Popular, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. RJ: Livros técnicos e científicos, 1978.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. SP: Cortez, 2010.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. RJ: Graal, 1978.
- HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. s/l: s/e, 1973.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. RJ: Paz e Terra, 1976.
- LUXENBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. SP: Nova Cultura, 1985.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. SP: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital. Volume 1. RJ: Bertrand, 1988.
- _____. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 3 - O processo global de produção capitalista. Volume VI. RJ: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital. Volume 2. RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- PALUENZA, Pablo. **Las culturas del trabajo: una aproximación antropológica**. In Sociología del trabajo (nueva época), n. 24, siglo XXI, 1995, p.3-28.

_____. **Culturas del trabajo e identidad local:** pescadores y mineros en Quebec. *Sociología del Trabajo*, nueva época, núm. 81, primavera de 2014, pp. 68-89. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/sociologiatrabajo/article/view/54755/33327>>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

PLOEG, JanDouwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura.** SP: Editora Unesp, 2016.

STEDILE, João P.; CARVALHO, Horácio M. Soberania alimentar. In: Caldart, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo.** SP: Expressão Popular, 2012. Pág. 714-723.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados:** questão de pesquisa. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795x.2008v26n1p69/9566>>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

_____; FISCHER, Maria C. B. Produção associada e autogestão. In: Caldart, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo.** SP: Expressão Popular, 2012.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural.** A importância ecológica das sabedorias tradicionais. SP: Expressão Popular, 2015.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa.** Geopolítica da fome. SP: Cortez, 2013.

EXCLUSÃO SOCIAL E A PERFORMANCE FERROVIÁRIA: O CURIOSO CASO DOS SURFISTAS DE TREM

LUCAS CARDOSO ALVARES

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
lucasalvares07@gmail.com

RESUMO

O aparente caráter “partido” dos subúrbios ferroviários cariocas esconde uma porosidade que nos permite observar trânsitos outrora inesperados. O caso dos surfistas ferroviários, fenômeno suburbano dos anos 1980 e 1990, revela, na evidência oferecida ao “perverso”, uma das principais problemáticas da realidade urbana carioca no que diz respeito à relação entre mobilidade urbana e os usos e costumes nos transportes públicos: há uma *memória* de precariedade que, supostamente, instigaria a insubordinação às “normas de civilidade”. Debate-se a associação entre o perverso, o homem de “estranhas atitudes”, e uma representação típica à indústria cultural dos anos 1980, o personagem cinematográfico *Rambo*, lembrado nos referenciais estéticos dos surfistas de trem, em uma performance de ruptura com as práticas usuais do transporte público de massa.

Palavras-chave: subúrbios. ferrovias. surfistas de trem

ABSTRACT

This article aims to discuss the association between “the perverse”, the man of strange attitudes, and a typical representation of cultural industry of the 1980s - the Rambo character, and others characters remembered in the aesthetic references of the train tops.

The apparent “broken” character of Rio de Janeiro City’s rail suburbs conceals a porosity that allows us to observe previously unexpected transits. The case of the train tops, a suburban phenomenon between 1980s and 1990s reveals one of the main problems of the carioca urban reality regards of urban mobility and customs in public transport. There is a memory of precariousness that supposedly instigates insubordination to “rules of civility”.

Key-words: rail suburbs, railway, train top

O jornalista Zuenir Ventura (1931) popularizou no termo “cidade partida” a definição de uma metrópole, o evidente Rio de Janeiro, desenvolvida em vias e percalços absolutamente distintos. A Reforma Passos, ao supostamente descentralizar as moradias e iniciar um percurso em direção aos limites da cidade e a seus municípios adjacentes –senso comum que trataremos de problematizar nos próximos capítulos desta tese – teria proporcionado um desenvolvimento absolutamente difuso, em duas vias sem contramão, de “duas cidades em uma só”: a espalhada pelos bondes elétricos em direção à Zona Sul e aquela consagrada aos limites Norte e Oeste da cidade, bem como dos municípios da posteriormente denominada Baixada Fluminense, por meio das linhas férreas que fizeram surgir, o que também não é concreto, bairros polvilhados em seus entornos.

Certamente, a principal contribuição de Ventura reside no caráter de denúncia representado em sua obra. Ao inventariar a “política da exclusão” e classificá-la como “um desastre”, o autor toca em um ponto nevrálgico do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro: a ação que excluiu foi meticulosamente planejada e absolutamente deliberada: as remoções e o extermínio são um binômio do desenvolvimento urbano carioca.

A principal distinção deste artigo para o consagrado conceito de “cidade partida” reside em um aspecto essencial: aqui, consideramos dois caracteres de distinção indispensáveis: as porosidades entre os campos opostos e a diversidade contida na “cidade dos excluídos”, onde os graus de institucionalização, desenvolvimento econômico, salvaguarda da memória local e capacidade de mobilização são tão díspares que inserirmos Méier e Acari, mesmo em suas localidades de maior similaridade das condições materiais de vida, em um mesmo campo pareceria irresponsabilidade acadêmica.

Como distinção, para efeito basilar, este autor considera que a noção bourdiana¹ que vincula tal noção a uma miríade de especificidades (no pensamento de Bourdieu, a distinção não apenas pelo capital econômico, mas também pelo simbólico, cultural e social) pelas quais indivíduos são descritos e valorizados perante o campo de lutas simbólicas que é a sociedade parece mais apropriada do que o economicismo que essencializa as condições materiais de vida como únicos determinantes para a aferição da existência dos indivíduos em uma cidade tão diversa quanto o Rio de Janeiro.

Certo há que se trata aqui de um território-campo permeado por lutas simbólicas: lutas por reconhecimento, institucionalização, atenção do Estado e dos agentes econômicos.

Gilberto Velho (1945-2012), pelo valor que dá às teorias da mediação em sua obra, é compatível com a leitura de que as porosidades, diversidades e especificidades criam lugares de trânsito nas territorialidades menos binários do que a noção de “cidade partida” pode parecer compor. Em sua obra “Antropologia Urbana”, Gilberto Velho defendeu a compreensão não estática das regiões da cidade, a partir de suas especificidades e disputas identitárias, e não de estanques economicistas. É importante precisar que Velho analisava a ambiência carioca da década de 1970. Segundo Velho²:

Os bairros, as “regiões morais”, as diferentes áreas da cidade precisam ser compreendidas por suas identidades, não de modo estático, mas através dos trânsitos e das diferentes representações que geravam comunicação e também impasses com conflitos que poderiam colocar em questão a própria continuidade dos processos de interação social básicos. (VELHO, 2002. P. 176.)

Salta aos olhos em tais conflitos, para Velho, o problema clássico da violência urbana, em sua expressão mais aparente, a opressão de comunidades inteiras por parte do crime organizado e da ação de gangues. Entretanto, é possível observar a replicação de tal fenômeno também no campo das violências simbólicas, como a ação deliberada de privar uma região inteira da cidade, deliberadamente, de transporte de massa minimamente adequado. Tal ação também produziu engessamento dos processos de interação social, como observaremos adiante. Sobre o conceito de violência simbólica, de Pierre Bourdieu, afirma o autor: “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer”³. Isto é, em livre apropriação: sem deliberar a precariedade de maneira

1 BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

2 VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. P. 176.

3 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. P. 16.

explícita, violentam-se os que sofrem por ações de caráter estrutural, tornando o sofrimento e a precariedade uma paisagem naturalizada, quase perfeitamente integrada ao cotidiano dos desvalidos.

Tais violências simbólicas, para além da negação dos serviços mais básicos, foram empreendidas em um trajeto histórico pesadamente dotado de um caráter “civilizador”, no sentido de pasteurizar as especificidades da vida na cidade e substituí-las por preceitos homogeneizantes, afetos aos interesses de docilização dos modos dos indivíduos e instrumentos, tais preceitos, de prevenção e repressão de qualquer revolta organizada contra as contradições da vida urbana no Rio de Janeiro.

Há um longo percurso de promoção de violência simbólica organizada contra os cariocas mais pobres e de menor encaixe nas práticas culturais esperadas e promovidas pelas instâncias de poder institucionalizadas. Há de se observar aqui, da definição de “violência simbólica” de Pierre Bourdieu, a ação simbólica do Estado, pela via da coerção não-física de práticas sociais com o objetivo de enquadrar os indivíduos na lógica dominante.

A compartimentalização do município Rio de Janeiro, enquanto estrutura e enquanto território, isto é, em sua dimensão social e geográfica, é a compartimentalização das desigualdades. Seu estrito planejamento, combinado com dinâmicas sociais de difícil mensuração prévia, conduziu a muitas cidades partidas que, ao mesmo tempo em que partidas, são porosas nas interações entre si. Há enormes muros que separam os subúrbios cariocas e, ao mesmo tempo, engenhosas fendas em suas estruturas que promovem, de modo mediado, as interações e deslocamentos entre seus sujeitos.

A compreensão que denota ser o território, qualquer território, o lugar de reprodução das desigualdades e contradições do sistema capitalista, inatamente propícios às disputas inerentes a estas, posiciona uma questão primazial que pauta a reflexão sobre o caldo de cultura urbano: a equação que, estruturalmente, explicitaria como reduzir desigualdades sem tolher as diversidades. Há uma multiplicidade de cidades em uma só, muitas cidades partidas pela violência simbólica estado-mercadológica e, de certa maneira, interacionais em suas porosidades.

Zuenir Ventura, apresentou um interessante painel de Vigário Geral, bairro carioca próximo à divisa com o município de Duque de Caxias, e mundialmente reconhecido pela chacina onde, na madrugada de 29 de agosto de 1993, 21 moradores daquela comunidade foram executados pela ação de um grupo de extermínio formado, entre outros, por policiais⁴:

Os dois muros altos que cortam o bairro ao meio, isolando a linha do trem, servem também para dar a impressão de que a população vive confinada. Há uma maneira de se chegar à favela de carro, atravessando Parada de Lucas, mas nesse dia ainda era um caminho com algum risco para estranhos. (VENTURA, 1994. P. 31).

O semi-confinamento, deliberado ao longo do desenvolvimento das linhas férreas por motivos que demonstraremos adiante, reforça a ideia de partimentalização. As mediações que tornam possível a um iniciado alcançar, por caminhos alternativos, o trânsito entre duas comunidades a priori segregadas, traz à tona a reflexão sobre as mediações que proporcionam porosidades. Ambos os caracteres são presentes e indissociáveis: para cada ação segregacionista, há uma solução de caráter interacional. Nos subúrbios ferroviários do Rio de Janeiro, há lugar para a identidade com o território em que se vive e para o trânsito mediado de expressões culturais.

4 VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. P. 31.

Faz-se necessário um novo salto temporal para a compreensão da Memória de precariedade contida na representação das palavras *subúrbio* e *ferrovia*.

A reflexão a respeito da temática da *exclusão*, para além do reducionismo intrínseco à observação das categorias de dominantes e dominados, sem compreender em que aspectos há intersecções e mútuas influências, é um dos pontos nevrálgicos das diatribes acadêmicas contemporâneas, seja no estrito campo das Ciências Sociais ou em áreas correlatas, como a interdisciplinaridade contida nos estudos da Memória Social.

Tomemos como base a discussão temática da *exclusão* para a compreensão do fenômeno dos “surfistas ferroviários” no âmbito do debate sobre tal problemática na imprensa carioca do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ocasião em que, sob o controle do Governo Federal via Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), tal discussão se notabilizou.

Há, no âmago da discussão sobre as *práxis* dos usuários do sistema ferroviário fluminense – e de seus limites cariocas, como pontuamos neste texto – a noção de que a precariedade do serviço, independentemente do desenvolvimento precoce ou tardio dos ramais, influencia os modos de seus passageiros. Como amostra, o editorial de 28/01/1988 do *Jornal do Brasil*, em sua extinta versão impressa, apresenta⁵:

O surfe ferroviário pode até ser tratado como esporte – uma espécie de contrapartida da Zona Norte ao surfe nas águas atlânticas da Zona Sul: mas com seu potencial de perigo e a macabra estatística de três acidentes ferroviários por dia na Central do Brasil, o surfe ferroviário – sucessor do Sindicato dos Pingentes que chegou a distribuir carteirinha a sócios nos anos 70 – denota antes de mais nada a formação de outro hábito negativo entre a população.

Neste caso, o enfoque apresentado pelo *Jornal do Brasil* credita ao desamparo do usuário da rede ferroviária por parte da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, então gestora do sistema e denominada erroneamente de “Central do Brasil” seus maus hábitos no uso do serviço. Segundo conclui o articulista apócrifo, como apócrifos costumam ser os editoriais, “Veja-se o que acontece com o usuário da Central: comporta-se como um insubordinado, mas, no momento em que muda de transporte e entra no metrô, age de outra maneira. Mudou o passageiro? Não. Mudou a qualidade do transporte.”

Aqui, deparamo-nos com uma das principais problemáticas da realidade urbana carioca no que diz respeito à relação entre mobilidade urbana e os usos e costumes nos transportes públicos: há uma *memória* de precariedade que, supostamente, instigaria a insubordinação às “normas de civilidade”. Quando posto o serviço em condições de aparência mais próxima ao que o mercado designa por “de qualidade”, daí a conveniente e explícita associação entre estações do metrô carioca e o conceito de shopping centers (como no caso do próprio Projeto Cidade Subterrânea, hoje Estação Carioca), em efeito imediato se “abandonava” o ethos do transporte ferroviário e de suas práticas para a adesão às formas de conduta ditas “apropriadas”.

Ou seja: há, na dicotomia entre subordinação e insubordinação nos transportes de massa, também uma dicotomia entre “verso e perverso”. Aquele que *pervertere*, isto é, desorganiza⁶, se contrapõe ao uso que se propõe “padrão”, endossado e exaltado. Foi por volta de 1988, quando o termo “surfista ferroviário” se popularizou em substituição ao “antigo pingente” que se iniciou, também, a tentativa de progressivamente desumanizar seus praticantes e remover a discussão problemática da natureza de suas ações a partir da tese defendida

5 *Pays Exotique*. Editorial. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de janeiro de 1988. P. 34.

6 ROUDINESCO, Elisabeth. *A Parte Obscura de Nós Mesmos. Uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. P. 9.

pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos, a partir de seu Departamento de Segurança então chefiado pelo coronel Péricles Lins da Costa de que os surfistas ferroviários eram, sobretudo, “suicidas”⁷ ou “corpos na linha”⁸, removidas suas identidades e motivações. Havia, em contraponto, uma crescente judicialização da relação entre familiares de “surfistas ferroviários” mortos e feridos e a estatal federal: o *Jornal do Brasil* noticiou naquela mesma semana que “advogados que se especializaram no ramo procuram imediatamente a família da vítima e requerem indenizações à companhia”⁹.

Aqui, identificam-se duas instâncias: o Estado que desumaniza o indivíduo e as formas de organização da sociedade civil que, a partir de brechas oportunizadas pela própria ação estatal, se posiciona como voz dissonante e transmuta tal dissonância em prejuízo financeiro para o aparato estatal, da ordem de 10 a 15 milhões de cruzados por mês em indenizações, segundo dados da época¹⁰. Desumanizações e indenizações a parte, o termo *exotique* utilizado pelo editorial do JB para designar o “surfista ferroviário” e suas práticas se correlaciona com o questionamento feito sobre a ideia de perverso postulado por Elizabete Roudinesco nas primeiras páginas de seu “A Parte Obscura de Nós Mesmos - Uma história dos perversos”: “Que faríamos se não pudéssemos apontar como bodes expiatórios – isto é, perversos – aqueles que aceitam traduzir em estranhas atitudes as tendências inconfessáveis que nos habitam e que recalamos?”¹¹

Quem era o perverso desumanizado pelo discurso estatal e a quem servia tal imagem e tal posicionamento? Havia, sob a égide da condenação moral das más práticas a bordo dos serviços de transporte público uma tentativa de formular o *verso* ou o endosso transverso da precariedade a partir da conveniente constatação de um serviço “prejudicado pelo vandalismo e o mau uso”? Tais questões devem ser compreendidas neste estudo de caso final.

Citemos o caso de José Lira de Menezes, então com 23 anos, conhecido como *Rambo* e presidente da chamada *Associação dos Surfistas Ferroviários do Rio de Janeiro*, morto eletrocutado aos 23 anos em 15/01/1988 na estação de Ricardo de Albuquerque, nos subúrbios da Central. *Rambo* performatizava sua prática de “surfista ferroviário” quando “costumava se abaixar sobre o vagão e simular disparos com uma metralhadora imaginária”¹².

Aqui, debate-se a associação entre o perverso, o homem de “estranhas atitudes”, e uma representação típica à indústria cultural dos anos 80, o personagem cinematográfico *Rambo*, com toda a carga de culto à violência e, ao mesmo tempo, assimilação pelo sistema a ele imbuída. Tal reflexão dialoga com a compreensão de Janice Perlman na obra *O Mito da Marginalidade: Favelas e Política*, quando a autora observou no ambiente das favelas cariocas que a marcada exploração da mão de obra assalariada residente nos morros e favelas do Rio de Janeiro não se enquadraria na categoria marginal, posto que havia e ainda há a intersecção permanente entre tais classes e a cultura dominante nos campos da política, principal objeto de análise de Perlman (via clientelismo) e da cultura (pela via, ainda incipiente ao tempo da obra e hoje mais explícita, do consumo)¹³. Neste culto ao personagem *estabelecido* presente na performance de um *outsider*, para nos utilizarmos da conceitualização de Elias, há a reveladora presença da ode à pretensa onipotência: solitário sobre o vagão, com a massa sob seus pés, *Rambo* desafiava seu entorno em um confronto imaginado.

7 Central normaliza serviços. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, sábado, 30 de janeiro de 1988. P. 27.

8 Pays Exotique. Editorial. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de janeiro de 1988. P. 34.

9 Central normaliza serviços. *Jornal do Brasil*, sábado, 30 de janeiro de 1988. P. 27.

10 Central normaliza serviços. *Jornal do Brasil*, sábado, 30 de janeiro de 1988. P. 27.

11 ROUDINESCO, Elisabeth. *A Parte Obscura de Nós Mesmos. Uma história dos perversos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.P. 13.

12 Central normaliza serviços. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, sábado, 30 de janeiro de 1988. P. 27.

13 PERLMAN, Janice. *O Mito da marginalidade_ Favelas e Política*. São Paulo: Paz e Terra. 1982.

A noção de perverso apresentada por Roudinesco, que nos permite observá-lo como um limítrofe entre o sublime e o abjeto, capaz de despertar atenção e curiosidade de um *exotique* ou a absoluta repulsa, nos serve para compreender o quanto um personagem capaz de prática inimaginável às normas de conduta convencionais, posto que expõe a vida ao perigo de morte em caráter intermitente, é também passível de obter distinção por seus pares, visto como líder de uma atividade que, muitas vezes, se dava de maneira solitária, em uma deferência “institucionalizada” por uma Associação *fake*, em uma demonstração do caráter narcisista do *perverso*, abordado na obra de Roudinesco.

Havia, entretanto, profuso debate jurídico a respeito da natureza do *perverso*, se um suicida apócrifo, um “corpo na linha”, ou um criminoso fichado, “perturbador do serviço de estrada de ferro”. Sentenças judiciais e pareceres dos Ministérios Públicos e da Defensoria Pública divergiam e apimentavam um debate calcado em teses bem consistentes. Uma das principais decisões do ano de 1988, assinada pelo juiz da 22ª Vara Criminal, João Antônio da Silva, apresentava, a respeito da iniciativa do promotor de justiça Evandro Steele em propor a soltura de oito “surfistas ferroviários” detidos em Engenho de Dentro¹⁴:

Não há nenhuma referência pelo condutor ou pelas testemunhas de que os indiciados estivessem colocando em perigo a segurança do tráfego ferroviário. O fato, segundo consta no auto flagrancial, de estarem viajando como pingentes e arriscando suas vidas, é penalmente irrelevante. O nosso direito não pune a auto-lesão. O surfista de trem está tentando o suicídio, o que não é uma infração penal, podendo apenas ser um ilícito administrativo, punível com multa e retirada, à força, de cima do trem.

Pierre Bourdieu, em sua obra *A Miséria do Mundo*, ao abordar a “má-fé institucional do Estado”, afirma a respeito da dicotomia entre as proposições dos Ministérios Públicos e dos juizados, discorre sobre¹⁵:

(...)a intenção contraditória de uma instituição profundamente dividida contra si mesma: a mão direita – o Ministério Público – não quer saber o que faz a mão esquerda, ou seja, os agentes e organismos encarregados do que é designado por “social”. Se chamarmos má-fé-, com Sartre, a mentira de si mesmo a si mesmo, podemos falar de má-fé institucional para designar a propensão constante das instituições do Estado para refutar ou recusar, por uma espécie de duplo jogo e dupla consciência coletivamente assumidos, as medidas ou ações realmente conformes à vocação oficial do Estado. (BOURDIEU, 1997. P. 245)

Aqui, há uma das grandes problemáticas de tal abordagem: a superficialidade da análise do caso pelo magistrado e a aparente ausência de diálogo com as instituições do Estado que promoviam, à época, a interface com tal grupo social para além das ações de criminalização recai em uma armadilha. Ao desconsiderar o *perverso* como um criminoso em si, inimputável pela natureza de nossa legislação que “por acaso, não pune a autolesão, como poderia punir”, comparada a outras culturas que a punem, não há dotação de valor, problematização ou profundidade na análise de suas atitudes. Propõe-se, apenas, que seja retirado à força do alto dos trens. A paridade de tal categoria à de um suicida, embora sirva ao premente propósito de retirar seus participantes do cárcere, não lhes oferece lugar na esfera institucional, seja como objeto de análise ou como sujeito introduzido em uma lógica recuperacional: aqui, há a ausência de intersecção contextualizada por Bourdieu em seu estudo de caso, necessária ao sentido de Justiça mais associado às políticas públicas de reconhecimento e reabilitação, nas quais conhecer com a profundidade possível o grupo analisado e reconhecer a individualidade de seus participantes são deveres inerentes.

14 Promotor diz que surfe ferroviário não é crime. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, sábado, 25 de fevereiro de 1988. P. 10-A.

15 BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. P. 245.

Em outra vertente de tal debate político, havia o também promotor de justiça do Ministério Público fluminense, Ricardo Binato, que fundamentava o “surfe ferroviário” como mera infração penal, “perturbação do serviço de estrada de ferro”, sob o risco de “um desses rapazes bater em alguma peça que provoque o descarrilamento do trem”, com base em laudos da CBTU possivelmente oriundos da necessidade da estatal em reduzir a margem de manobra para as indenizações que a subtraíam milhões de cruzados por semana, hipótese referendada, à época, por seu colega de MP e defensor da tese da “autolesão”, Fernando Bueno¹⁶.

Neste episódio, datado do início de 1989, houve uma das primeiras tentativas de se expor, de algum modo, a individualidade de um “surfista ferroviário”. O recrudescimento do debate jurídico no âmbito do MP fluminense esteve relacionado à prisão de Ronaldo José Rodrigues, 19, em 30 de junho de 1988 na mesma estação do Engenho de Dentro pela prática do “surfe ferroviário”. Houve a publicação do caso pela CBTU, com o interesse na prisão de Ronaldo em “que ele seja condenado para iniciar uma campanha, chamada ‘Essa onda dá cadeia’”, segundo nova denúncia do promotor Fernando Bueno.

Como é possível perceber, não se discutiam as causas da prática, designada em tom de ironia como “esporte de pobre”, e sim suas consequências e margens para a criminalização ou para a repressão no âmbito administrativo.

Trata-se, aqui, de discutir também as “porosidades” entre o legal e o ilegal presentes no conteúdo oferecido pela CBTU como “tradução” do fenômeno, mais focado nas consequências do “surfe ferroviário” do que em suas causas. Como não houve, à época, ponto pacífico a respeito da criminalização da prática, a campanha “Essa onda dá cadeia” foi substituída por “Essa onda, mata”, cuja principal peça de propaganda reproduzimos abaixo¹⁷:



Figura 1: “Essa onda mata”, campanha da CBTU contra o surfe ferroviário.

16 Do trem para o tribunal. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, quarta-feira, 1º de março de 1989. P. 5.

17 Essa onda mata. Peça de propaganda da Companhia de Trens Urbanos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 de dezembro de 1988. P.7.

Nesta peça de propaganda, é perceptível a iniciativa de apresentar o reverso do perverso, ironizando – para além da derrisão – seu caráter iconoclasta. Isto é, descontrói-se o caráter *outsider* de um *outsider* assemelhando-o a um *estabelecido*: alguém que procura, sobretudo, a aprovação e o aplauso da coletividade por suas atitudes, e não a “consagração pela vaia”, cara aos *exentriques*. A classificação utilizada pela CBTU, que categoriza como “irresponsáveis” os “surfistas de trem”, para além da pasteurização a respeito da problemática, cuja análise torna-se obviamente rala, reforça a carga de representação de um *outsider* como perigoso à coletividade. O empenho em “puni-los de acordo com a lei”, por sua vez, toma partido em um debate jurídico nada hermético, como foi possível observar. Trata-se de exemplo das porosidades entre o legal e o ilegal no tecido urbano fluminense: aborda-se como ação ilegal e perigosa à coletividade o que, à época, era considerado via decisões judiciais e pareceres do Ministério Público como ato de auto-lesão. É como afirma a pesquisadora Vera Telles, em *Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa*¹⁸:

Se é verdade que essa transitividade entre o legal e ilegal, entre o formal e informal vem sendo flagrada em inúmeras pesquisas e está no cerne das questões discutidas por vários autores, também é verdade que as dimensões políticas dessas práticas e dessas atividades nem sempre são problematizadas. E é isso que será preciso entender. O fato é que se há porosidade nas fronteiras do legal e ilegal, formal e informal, nem por isso a passagem de um lado a outro é coisa simples. (TELLES, 2013. P. 450)

É possível tratar como ilegal e passível de punição prática cometida dentro da legalidade. Há contornos fluidos, “politicamente sensíveis”, nas fronteiras entre o que é ou não criminalizável. No exemplo dos “surfistas ferroviários”, há uma curiosa problemática onde *outsiders* se institucionalizam, a partir de práticas de conduta próprias ao grupo, em associações que copiam modelos *estabelecidos* que, por sua vez, sofisticam cada vez mais a repressão a práticas que nem sempre encontram abrigo à punição nas leis que eles mesmos elaboraram. Tal institucionalização *perversa*, de caráter iconoclasta e de desafio ao maior limite humano, que é o próprio caráter mortal do Ser humano, pode ser observada na documentação dos “dez mandamentos” dos “pingentes”, distribuídos pela mencionada *Associação dos Surfistas Ferroviários do Rio de Janeiro* no ano de 1987¹⁹:

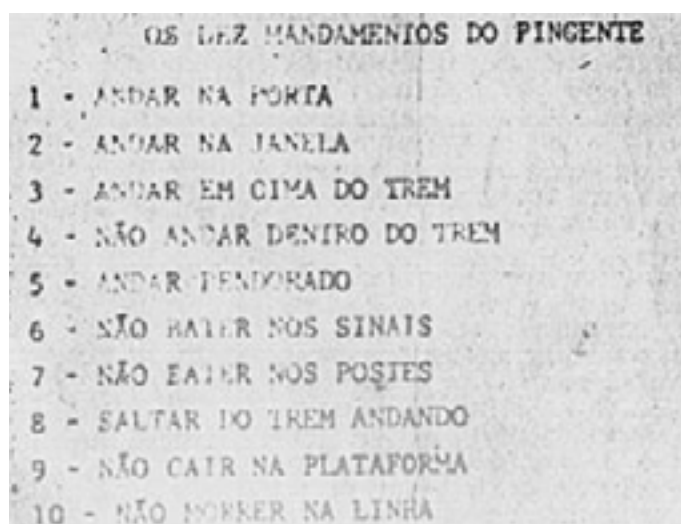


Figura 2: “Os Dez Mandamentos do Pingente”, código informal de posturas apreendido em novembro de 1987.

18 TELLES, Vera. *Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa*. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 115, jul-set 2013. P. 450.

19 Esporte para trens. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, terça-feira, 17 de novembro de 1987. P. 5.

Há, como é possível observar, oito “mandamentos” relacionados à práxis dos “surfistas de trem” e dois últimos de distinção de suas habilidades, “não cair na plataforma” e “não morrer na linha”. A informalidade ganha traços de formalidade, com o porte do “certificado” a acompanhar o surfista ferroviário Ivanil dos Santos, 19, ferido ao cair na linha à data da publicação dos “mandamentos” que o acompanhavam nas páginas do *Jornal do Brasil*. Trata-se, com as devidas ressalvas, daquilo que Priscila Coutinho define em *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive* como “dedicação ao crime”, muito embora não estejamos falando de um crime previsto no código penal, e sim da porosa fronteira entre o ilegal e o legal criminalizável. Segundo Priscila Coutinho²⁰:

A aventura é privilégio daqueles que possuem uma vida com um ponto central não localizado na excentricidade da aventura, ou seja, dos que têm uma história de vida com passado, presente e futuro inscritos nas condições de possibilidade do presente. A “aventura”, para o criminoso da ralé, se encerra na totalidade de sua existência e por isso deixa de ser aventura para ser uma vida marcada pela falta de opção e pela precariedade. Precariedade na relação com o tempo, precariedade com relação aos sentimentos e expectativas que só uma vida minimamente segura poderia estabilizar: esperança, pensamento prospectivo, controle do lúdico e senso de responsabilidade. (COUTINHO, 2009. P. 344.)

Aqui, há a noção de que a aventura do perverso, ao extrapolar a excentricidade do *exentrique*, se dá na precária relação entre o escapar com vida e o “cair na linha”, destino que parece inevitável aos praticantes do “surfe ferroviário”, embora meta-síntese de sua associação fake e da tentativa de parecer estabelecido em uma sociedade que o enxerga com outsider, como um auto-flagelador criminalizável ou como um mero irresponsável, perturbador da coletividade, prócere de prejuízos e incômodos. O desencanto da existência, que leva à paradoxal busca de uma institucionalização *fake*, por linhas tortas não é apenas reforçador de uma marcada subalternidade: para o surfista ferroviário, mais do que “não morrer na linha” para se tornar um “corpo na linha”, é vívido ser como *Rambo* e cair atirando, a escandalizar com vivaz performance quem a ele apenas parece intentar extinguir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

PERLMAN, Janice. *O Mito da marginalidade_ Favelas e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A Parte Obscura de Nós Mesmos. Uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

TELLES, Vera. *Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa*. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 115, jul-set 2013.

VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁰ COUTINHO, Priscila. *A má-fé da justiça*. IN: SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2009. P. 344.

INFLUÊNCIA DE MACRÓFITAS AQUÁTICAS NA QUALIDADE DA ÁGUA EM TANQUES DE PISCICULTURA

MAIARA BESSA FERREIRA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
maibessa@hotmail.com

SÉRGIO CARDOSO DE MORAES

Professor no Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
scmoraes01@gmail.com

NOELI FURTADO RODRIGUES ATAÍDE

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
noelirodriigues@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como propósito investigar a influência de plantas aquáticas na fitorremediação da água em sistemas de piscicultura. Esta investigação se insere na pesquisa de mestrado em andamento intitulada “O uso de macrófitas aquáticas na mitigação de impactos na qualidade da água em sistemas de piscicultura na comunidade Genipaubá, Abaetetuba - PA”. A fitorremediação se refere à capacidade que as plantas possuem para diminuir a concentração de contaminantes do solo e da água, pela absorção direta por folhas ou raízes ou volatilização (LANDMEYER, 2012). Foi realizado um estudo bibliográfico relacionado a integração de macrófitas aquáticas na piscicultura. O estudo dos trabalhos levantados permite constatar que a utilização de macrófitas aquáticas é uma alternativa possível para contribuir com a qualidade da água em sistemas de piscicultura pois demonstrou influência positiva sobre vários parâmetros analisados nas pesquisas como temperatura, pH, turbidez, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica, alcalinidade e nutrientes como fósforo e nitrogênio.

Palavras-chave: Qualidade da água. Piscicultura. Eutrofização. Macrófitas. Fitorremediação

ABSTRACT

This article aims to investigate the influence of aquatic plants on the water phytoremediation in pisciculture systems. This investigation inserts itself in the current master's degree research entitled “the use of aquatic macrophytes in mitigation impacts of water quality on pisciculture systems in the community of Genipaubá, Abaetetuba - PA”. The phytoremediation refers to the capacity that the plants have to reduce the concentration of soil and water contaminants, by the direct absorption by leaves or roots or volatilization (LANDMEYER, 2012). A bibliographic study was realized related to the aquatic macrophytes on pisciculture. The study of the pointed works allows to recognize that the aquatic macrophytes utilization is an possible alternative to contribute with the water quality in pisciculture systems, since it demonstrates positive influence on various analyzed parameters in the researches such as temperature, PH, turbidity, dissolved oxygen, electrical conductivity, alkalinity, and nutrients like phosphorus and nitrogen.

Key-words: Water quality. Pisciculture. Eutrophication. Macrophytes. Phytoremediation.

INTRODUÇÃO

A água é um composto que faz parte da composição de todo organismo vivo, exercendo funções importantes como a regulação dos processos vitais. Além da importância fundamental para a própria existência da vida, os recursos hídricos possuem valor cultural e econômico para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que a maioria dos processos sociais e produtivos requerem sua utilização.

Embora seja elemento essencial a diversos aspectos da vida no planeta, a água está inserida nas problemáticas ambientais globais e locais mais preocupantes e faz parte da realidade de qualquer comunidade. Rios, lagos e córregos estão sofrendo intensas modificações por seus usos múltiplos necessários ao desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que suas características físicas, químicas e biológicas são alteradas.

Goulart e Callisto (2003) demonstraram que fontes difusas de poluição provocam perda da qualidade e biodiversidade aquática. Entre essas fontes está a falta de saneamento básico adequado, a quantidade de esgoto doméstico e industrial lançada diretamente nos recursos hídricos, o que tem tornado a água imprópria para o consumo humano e prejudicial ao ecossistema. A poluição das águas é, pois, um problema ambiental grave e coloca em risco a saúde humana bem como influência desequilíbrios ambientais.

Conforme Tundise (2006) o despejo de águas residuárias e efluentes não tratados e ambientes aquáticos aumenta a concentração de nutrientes e desencadeia um processo denominado eutrofização. Nessas condições ocorre a proliferação de algas e florescimento de cianobactérias. O aumento das algas e cianobactérias alteram a coloração da água, que passa a apresentar aspecto esverdeado, além disso a quantidade de oxigênio dissolvido diminui, devido a demanda biológica dos microrganismos, e a temperatura sofre elevação. Todas essas alterações na ecologia aquática interferem na sobrevivência de peixes e outras formas de vida.

A agricultura também é fonte de degradação da qualidade da água na medida em que a produção de alimentos requer sua utilização excessiva juntamente com fertilizantes, o que combinado com alterações de drenagem influencia a eutrofização tornando-se um entrave para economias regionais e nacionais o que demanda melhorias na gestão de recursos hídricos e seus usos múltiplos (TUNDISI,2008).

Na medida em que cumpre seu papel como a alternativa para a produção de alimentos, a aquicultura promove efeitos de impactos ambientais, pois existe em seus efluentes cargas de nutrientes capaz de alterar a condições naturais de parâmetros químicos, físicos e biológicos (BOYD; SCHIMITTOU, 1999). Nesse contexto, a piscicultura como atividade agropecuária exerce importante influência no processo de contaminação da água uma vez que acelera a eutrofização devido a descarga de seus efluentes, muitas vezes, não tratados (Macedo e Tavares, 2010).

A água, como recurso essencial à vida, vem assim se tornando um recurso natural crítico em diversos aspectos e é necessário viabilizar formas de recuperação e tratamento, finalidade para a qual já existem tecnologias, no entanto caras e muitas vezes inacessíveis em determinados contextos. Em contrapartida, muitas pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas a fim de usar a natureza a seu próprio favor, de forma que a partir da intervenção do ser humano seja promovido o controle dos ecossistemas.

Nesse sentido, segundo Marques (1999) a integração de processos naturais em projetos e operações é denominada ecotecnologia. Em virtude da necessidade de maior respeito às

questões ambientais e diminuição de gastos, a aplicação de estratégias de baixo impacto como a ecotecnologia demonstra possibilidade de integração com outras atividades (SOUZA;CRUZ;TUCCI, 2012).

Este artigo tem como propósito investigar e compreender a utilização da fitorremediação, a partir de plantas aquáticas, como estratégia alternativa para o tratamento da água em sistemas de piscicultura. Trata-se de um estudo preliminar sobre a viabilidade de integração de macrófitas em uma estação de piscicultura na comunidade Genipauba, Abaetetuba/ PA. Esta investigação se insere na pesquisa de mestrado em andamento intitulada "O uso de macrófitas aquáticas na mitigação de impactos na qualidade da água em sistemas de piscicultura da comunidade Genipauba, Abaetetuba".

METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou-se de estudo bibliográfico de artigos científicos relacionados ao uso de macrófitas em sistemas de piscicultura. A abordagem exploratória de cunho qualitativo conforme Prodanov e Freitas (2013) é importante na busca de informações sobre determinado assunto, para estabelecer conexões entre suas múltiplas dimensões, que entre outras, nesta pesquisa, perpassa a dimensões social e ambiental.

O levantamento de referencial teórico, a partir de diversas fontes, sobre temas como fitorremediação, piscicultura e os efeitos da integração dos mesmos sobre qualidade da água tem como finalidade subsidiar a realização do projeto de pesquisa intitulado "Macrófitas aquáticas na fitorremediação em tanques de piscicultura na comunidade Genipauba, Abaetetuba, Pará" o qual está em fase inicial. Assim, refere-se a um artigo teórico que buscou conhecer experiências sobre o uso de plantas aquáticas denominadas macrófitas para a fitorremediação da água com enfoque para aplicação em tanques de piscicultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A piscicultura é uma atividade de cultivo aquático, na qual desenvolve-se a criação de peixes, cuja saúde e reprodução depende, entre outros fatores, da qualidade da água (AMÉRICO ET. AL. 2013). Os suplementos alimentares destinados aos peixes, nutrientes inorgânicos, nitrogênio e fósforo alteram parâmetros físicos (temperatura, turbidez e sólidos em suspensão), químicos (ph, alcalinidade e dureza) que influenciam parâmetros biológicos (organismos vivos), interferindo na saúde e reprodução dos peixes (MACEDO; SIPAÚBA-TAVARES, 2005).

Entre os tratamentos pesquisado para diminuir os efeitos nocivos de atividades da agricultura, como a piscicultura, está a fitorremediação, que por ser um processo que usa a própria natureza em sua própria recuperação possui grande viabilidade devido seu baixo custo, porém, é necessário realizar uma seleção adequada para área onde a técnica será aplicada (VIEIRA ET. AL, 2011).

A habilidade que algumas plantas possuem para remoção de poluentes em ambientes aquáticos ou terrestres é denominada na literatura científica como fitorremediação. Essa técnica não invasiva, consiste na utilização das plantas com potencial para assimilar componentes orgânicos e inorgânicos envolvidos na degradação do meio ambiente. Cada espécie apresenta mecanismos de fitorremediação de acordo com suas características e adaptações, para despoluição do meio ambiente, por meio de mecanismos indiretos como extração, degradação, imobilização e contenção, dependendo da espécie e diretos como a fitoextração, rizofiltração, fitodegradação, fitovolatilização e controle fitohidráulico (PINHEIRO, 2017).

Para Landmeyer (2012), a fitorremediação refere-se à capacidade que as plantas possuem para a remoção de contaminantes do solo e da água e pode ser considerada uma alternativa de baixo impacto na remoção ou diminuição da concentração de contaminantes por meio da absorção direta por folhas, raízes ou volatilização. Portanto, a fitorremediação ocorre por processos naturais, mediados por plantas, internos ou externos à planta, que tornam os contaminantes em formas ou concentrações menos prejudiciais, de uma maneira que seja cientificamente reprodutível e defensável.

Os mecanismos de fitorremediação podem atuar sobre componentes orgânicos e inorgânicos presentes em águas residuais, os componentes orgânicos influenciam a demanda biológica e química de oxigênio (DBO e DBQ), que são medidas utilizadas para verificar a qualidade da água (DHIR, 2013).

De acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (*U. S. Environmental Protection Agency - EPA*) o termo fitorremediação foi empregado pela primeira vez em 1991 e diz respeito às relações das plantas com contaminantes na resolução de problemas ambientais de pequena e média amplitude, onde ocasionalmente pode ser preterida por apresentar baixo custo em relação a outros processos de recuperação de ambientes (EPA,2000).

As espécies de plantas aquáticas são vasculares e apresentam adaptações e desenvolvimento relacionado diretamente ao ambiente aquático, sendo também denominadas de macrofitas aquáticas (COOK, 1996). Estudos apontam que essas plantas, por serem excelentes filtradoras e despoluidoras são aplicáveis a recuperação do solo e da água (JESUS et al. 2015). Tais conhecimentos vem sendo aplicados na agricultura familiar a fim de minimizar os impactos causados pela atividade e já demonstram viabilidade técnica para tratamento de efluentes de piscicultura.

Como a piscicultura pode produzir efluente eutrofizado, de maneira geral, o efluente de piscicultura é bastante semelhante ao doméstico, com elevada demanda bioquímica de oxigênio, grande concentração de sólidos em suspensão e compostos nitrogenados e fosfatados (MACEDO, SIPAÚBA-TAVARES, 2010, p. 152)

A piscicultura está, portanto, entre as atividades econômicas que afetam a qualidade dos sistemas aquáticos, trata-se de uma forma de cultivo e produção de peixes em viveiros, que integra também sistemas econômicos de comunidades ribeirinhas. Os impactos relacionados a essa atividade figuram entre as discussões ambientais mais relevantes, pois a qualidade da água, recurso natural vulnerável a impactos como a eutrofização é essencial ao equilíbrio dos ecossistemas e à realização de atividades econômicas.

Conforme Silva & Ferreira (2007) a qualidade da água na piscicultura está relacionada ao equilíbrio e monitoração de parâmetros como temperatura, ph, turbidez, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica, alcalinidade e nutrientes como fosforo e nitrogênio. De acordo com os referidos autores a temperatura influencia em processos fisiológicos dos peixes e deve estar entre 20 °C e 30 °C, esse fator também altera a concentração de oxigênio, que é o parâmetro mais importante.

Os referidos autores ressaltam ainda que, o ph ótimo deve estar entre 6,5 e 9,5 pois valores abaixo de 4 ou acima de 10 causam mortalidade dos peixes. Altos valores de condutividade elétrica indicam maiores níveis de decomposição o que significa maior aporte de nutrientes. Por sua vez a turbidez reflete na penetração de luz, essencial para que algas realizem a fotossíntese e liberem oxigênio na água. Elevadas concentrações de fósforo e nitrogênio tendem acelerar o processo de eutrofização.

A utilização de suplementação alimentar para esse produto eleva a concentração de nitrogênio, fósforo e matéria orgânica. A inserção de componentes orgânicos e inorgânicos nesses sistemas de criação aumenta, portanto, a concentração de amônia, nitrato e fósforo, o que contribui para impactos negativos nos mesmos, como a eutrofização, processo que induz a multiplicação de microrganismo liberando toxinas e impedindo a penetração da luminosidade.

Tal situação somada ao manejo inadequado desses sistemas, compromete a qualidade da água e conseqüentemente do pescado. Assim um dos problemas enfrentados nessa forma de cultivo é justamente a qualidade da água no viveiro, além disso, a necessidade de renovação da água, geralmente faz com que a água residual dos tanques de piscicultura seja liberada, sem nenhum tratamento, em ambientes aquáticos naturais, o que contribui para processo de eutrofização nos mesmos.

A amônia é o principal resíduo nitrogenado excretado pelos peixes, resultante do metabolismo protéico, e contribui para o aumento da decomposição microbiana de resíduos orgânicos (restos de alimentos, fezes e adubos orgânicos). No interior do viveiro a amônia é produzida pela conversão biológica do nitrogênio orgânico, sendo que a maioria das formas de nitrogênio disponível é protéica e é convertida para moléculas de amônia ou íons amônio, dependendo do pH. Em habitats aeróbicos, a nitrificação converte amônia para nitrato, que é reduzido por desnitrificação, onde o nitrogênio é volatilizado pelo processo microbiano, no qual o nitrato é convertido a gás e liberado para o ambiente. Em condições de baixo oxigênio dissolvido, favorecem o acúmulo de nitrito na água (MACEDO, SIPAÚBA-TAVARES, 2010, p. 152)

Assim, na piscicultura, o efeito da atividade sobre a água pode gerar condições inadequadas para a produtividade e causar impactos negativos ao ambiente aquático, contexto que requer estratégias de controle. Nessa perspectiva, ao considerar a interação água-planta no processo de reciclagem da água, a fitorremediação com macrófitas aquáticas pode melhorar a qualidade da água ao diminuir a concentração de poluentes dos sistemas de piscicultura.

Portanto a piscicultura como atividade agropecuária exerce importante influência no processo de contaminação da água uma vez que acelera a eutrofização devido a descarga de seus efluentes, muitas vezes, não tratados (Macedo e Sipaúba-Tavares, 2010). Na medida em que cumpre seu papel como a alternativa para a produção de alimentos, a aquicultura promove efeitos de impactos ambientais, pois existe, em seus efluentes, carga de nutrientes capaz de alterar as condições naturais de parâmetros químicos, físicos e biológicos da água (BOYD; SCHIMITTOU, 1999).

Frente à necessidade de maior respeito às questões ambientais e diminuição de gastos, com a aplicação de estratégias de baixo impacto ambientais para a busca da melhoria da qualidade da água, pesquisas sobre os mecanismos naturais das plantas apontam a fitorremediação como uma alternativa viável para melhorar a qualidade de ambientes poluídos, embora conclua ser impossível retomar a qualidade ambiental do ecossistema puro.

A fitorremediação refere-se à capacidade que as plantas possuem para a remoção de contaminantes do solo e da água. Conforme Landmeyer (2012) esse processo remove ou diminui a concentração de contaminantes pela absorção direta por folhas, raízes ou volatilização.

Os mecanismos de fitorremediação podem atuar sobre parâmetros da água como pH, temperatura, turbidez, condutividade elétrica e componentes orgânicos e inorgânicos, os quais em concentração excessiva de nitrogênio e fosforo, por exemplo, influencia a demanda

biológica e química de oxigênio (DBO e DBQ), medidas utilizadas para verificar a qualidade da água (DHIR, 2013).

Nessa perspectiva, ao investigar a influência de macrófitas aquáticas na diminuição das concentrações de nutrientes, matéria orgânica e indicadores microbiológicos de poluição e processos de eutrofização, na pesquisa intitulada “O uso de macrófitas aquáticas como solução ecológica para melhoria da qualidade de água”, Diniz et al (2005) concluíram que nas áreas próximo ao açude monitorado em que houve maior desenvolvimento de macrofitas, foi possível perceber a redução de fósforo, nitrogênio e da demanda biológica de oxigênio, demonstrando “efeitos purificadores significativos frente aos impactos poluidores exógenos” (DINIZ ET AL, 2005, p.230).

Os inconvenientes apresentados por essas plantas estão associados ao seu crescimento excessivo e morte natural, visto que aceleram o assoreamento e elevam os teores de nutrientes durante sua decomposição. O manejo adequado é importante para evitar o assoreamento e manter seu poder de filtração, absorção e degradação do biofilme associado às raízes, podendo ser soluções ecológicas viáveis ou paliativas para a melhoria da qualidade da água de corpos aquáticos em processo de eutrofização (DINIZ ET AL, 2005, p. 230).

Ao buscar também minimizar a eutrofização em tanques de piscicultura, Martins et al (2007) cultivaram a espécie *Typha domingensis*, avaliaram sua capacidade extratora por meio da biomassa acumulada e da taxa de nutrientes na matéria seca e remanescente da água e observaram uma remoção na água de até 87% de nitrogênio e 54% de fósforo adicionados, o que evidenciou eficiência e expressiva capacidade extratora da planta para os fatores avaliados.

Hussar & Bastos (2008) ao avaliarem o desempenho da macrófita aquática *Eichornia crassipes*, conhecida como aguapé, em três caixas de fibra de cimento-amianto de 500 litros, obtiveram resultados positivos na análise da variação média de vários parâmetros. Os mesmos autores mostraram que após a fitorremediação houve queda significativa de 77,7% na demanda química de oxigênio (DQO) para DQO e diminuição expressiva de nutrientes, com 76,9% para nitrogênio e 95,4% para fósforo, além disso a remoção da turbidez e os valores de pH mostraram-se satisfatórios para sistemas de piscicultura com *Tilapia rendalli*. Foi evidenciado resultado muito satisfatório para redução de nitrogênio e fósforo, que de forma geral são os principais elementos da causa da eutrofização de ecossistemas aquáticos.

Sousa & Vasconcelos (2016) para avaliar as alterações na qualidade da água depois de passar pelo viveiro de peixes e após tratamento com macrófitas, analisaram a variação de fatores como a temperatura, o pH e a concentração de nutrientes como nitrogênio e fósforo e observaram sua influência na qualidade da água nos viveiros concluindo que a macrófita *Pistia stratiotes* pode ser recomendada para tratamento mitigador de eutrofização de sistemas aquáticos uma vez que demonstrou eficiência na absorção de nutrientes e portanto pode minimizar os impactos da piscicultura.

Sipaúba-Tavares, Millan e Milstein (2016) ao avaliarem a influência de macrófitas sobre um sistema integrado de piscicultura e tanques-rede, para criação de Tilápias, com fluxo contínuo de água, observaram menor teor de fósforo total, sólidos totais suspensos, dureza, alcalinidade e condutividade e o maior teor de oxigênio dissolvido foram no ponto próximo às macrófitas.

Coelho (2017) ao avaliar o potencial das espécies *Eichornia crassipes* (Aguapé), *Pistia stratiotes* (Alface), *Salvinia auriculata* (Salvinia) conclui que o aguapé (*Eichornia crassipes*) demonstrou maior desempenho no tratamento de águas residuárias, com diminuição de elementos nas seguintes porcentagens: N 90,4%, P 96,0%, K 95,6%, Ca 64,3%, Mg 97,0%, S 28,7% e Na 49,5%.

Oliveira et al (2018) ao avaliar a influência e eficácia de plantas aquáticas *Pistia stratiotes L.* e *Eichhornia crassipes* nos efluentes de piscicultura de seis tanques, visando o tratamento de excretas de tilápias (*Oreochromis niloticus L.*), de carpas (*Cyprinus carpio L.*) e do Pintado da Amazônia (*Pseudoplatystoma punctifer* e *Leiarius marmoratus*), observaram, a partir da análise de amostras de água dos tanques, a redução de concentração de amônia e nitrato.

Os dados levantados na referida pesquisa demonstraram influência positiva nos tanques em que a quantidade de plantas aquáticas integradas foi maior, para pequenas propriedades produtivas. Marchesi, Souza e Lima (2018) também obtiveram como resultado da associação do fitotratamento na piscicultura concentrações de amônia total, amônia não ionizada e nitrito, abaixo dos níveis considerados tóxicos aos peixes.

O estudo dos trabalhos levantados permite constatar que a fitorremediação, com utilização de macrófitas aquáticas, é uma alternativa possível e viável para contribuir com a qualidade da água em sistemas de piscicultura, com reflexos na minimização dos impactos que podem ser causados por seus efluentes.

Apesar de não remover com 100% de eficiência os poluentes, e das diferentes circunstâncias relacionada ao fluxo e origem da água nos tanques bem como variações das espécies cultivadas, a integração das plantas aquáticas nas pesquisas mostrou resultados satisfatórios com redução comprovada de nutrientes a partir da diminuição da concentração de amônia, fósforo e nitrogênio, que em excesso são considerados fatores de eutrofização. Em média, os resultados apontam redução em valores acima de 50%.

As pesquisas demonstraram ainda a eficiência da fitorremediação na capacidade para diminuir a concentração de sólidos em suspensão, demanda química e biológica de oxigênio. O baixo custo do tratamento da água com macrófitas foi apontado em todos os estudos aqui apresentados, esse é um fator relevante em contexto de pequenas propriedades, onde o tanque integrado com as plantas poderá favorecer a criação e crescimento dos peixes de forma que o efluente seja também menos prejudicial ao meio ambiente em torno dos viveiros.

Outro aspecto relevante destacado diz respeito a monitoração das plantas e destinação de sua biomassa após período de tratamento. As plantas não podem ser deixadas sem manjo e controle adequado, pois dessa forma também podem se tornar fonte de poluição.

CONCLUSÃO

Os estudos que vem sendo desenvolvidos apontam a fitorremediação como uma alternativa viável para melhorar a qualidade de ambientes degradados, no entanto concluem ser impossível retomar a qualidade ambiental do ecossistema puro. A partir da revisão bibliográfica realizada é possível concluir que a fitorremediação com macrófitas aquáticas embora não seja a solução efetiva é uma alternativa viável em busca de minimizar os efeitos negativos da piscicultura sobre a qualidade da água, tal como efeito da eutrofização, uma vez que se configura como uma técnica de manejo para o desenvolvimento econômico pautado na sustentabilidade ambiental.

A influência de macrofitas aquáticas na qualidade da água em tanques de piscicultura é portanto positiva, no entanto, é necessário desenvolver pesquisas em busca de maior eficiência para a aplicação da técnica e da compreensão de como se reflete também economicamente no âmbito de uma comunidade. No âmbito da comunidade Genipauba em Abaetetuba – PA a utilização dessa técnica poderá contribuir com a sustentabilidade na criação de peixes, refletindo a qualidade do pescado e no menor impacto ambiental sobre o rio Genipauba. Espera-se que dessa forma se contribua para com o desenvolvimento econômico da comunidade.

REFERÊNCIAS

- AMÉRICO, Juliana Heloisa Pinê et al. Piscicultura em tanques-rede: impactos e consequências na qualidade da água. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 6, n. 7, 2013.
- BOYD, Claude E.; SCHMITTOU, H. R. Achievement of sustainable aquaculture through environmental management. **Aquaculture Economics & Management**, v. 3, n. 1, p. 59-69, 1999.
- COOK, Christopher David Kentish. **Aquatic plant book**. SBP Academic Publishing: The Hague, 228p, 1996.
- DHIR, Bhupinder. **Phytoremediation: Role of aquatic plants in environmental clean-up**. New Delhi: Springer, 2013. India, 2013.
- DE JESUS, Taíse B. et al. Avaliação da Potencialidade de Utilização de Espécies de Macrófitas como Acumuladoras de Metais Pesados. **Revista Virtual de Química**, v. 7, n. 4, p. 1102-1118, 2015.
- DINIZ, Célia R. et al. Uso de macrófitas aquáticas como solução ecológica para melhoria da qualidade de água. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 9, n. Suplemento, 2005.
- DE SOUZA, Antônio Fábio Lopes; DE VASCONCELOS, Euclides Luis Queiroz. Utilização da macrófita aquática flutuante Pistia stratiotes no tratamento de efluentes de piscicultura no estado do Amazonas. **PUBVET**, v. 10, p. 873-945, 2016.
- FERNANDES MACEDO, Carla; SIPAÚBA-TAVARES, Lúcia Helena. Variações de nutrientes e estado trófico em viveiros seqüenciais de criação de peixes. **Acta Scientiarum. Animal Sciences**, v. 27, n. 3, 2005.
- HUSSAR, Gilberto José et al. Tratamento de efluente de piscicultura com macrófitas aquáticas flutuantes. **Engenharia Ambiental**, v. 5, n. 3, p. 274-285, 2008.
- LANDMEYER, James E. **Introduction to phytoremediation of contaminated groundwater: historical foundation, hydrologic control, and contaminant remediation**. Springer Science & Business Media, 2011.
- MARTINS, Ana PL et al. Capacidade da Typha dominguensis na fitorremediação de efluentes de tanques de piscicultura na Bacia do Iraí-Paraná. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 11, n. 3, p. 324-330, 2007.
- MARCHESE, Matheus Della Tonia; SOUZA, Débora Cristina; LIMA, Sonia Barbosa. CULTIVO DE Oreochromis niloticus EM SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE ÁGUA ASSOCIADO AO FITOTRATAMENTO. **Multitemas**, v. 23, n. 55, p. 229-244, 2018.
- NATIONAL RISK MANAGEMENT RESEARCH LABORATORY (US). **Introduction to phytoremediation**. National Risk Management Research Laboratory, Office of Research and Development, US Environmental Protection Agency, 2000.
- OLIVEIRA, Sandy et al. Utilização de plantas aquáticas no tratamento de efluentes de tanques de piscicultura em sistemas de recirculação de água. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

PINHEIRO, Maitê Bueno. **Plantas para infraestrutura verde e o papel da vegetação no tratamento das águas urbanas de São Paulo: identificação de critérios para seleção de espécies.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição.** Editora Feevale, 2013.

SIPAÚBA-TAVARES, Lúcia Helena; MILLAN, Rodrigo Ney; MILSTEIN, Ana. Limnology of an integrated cage-pond aquaculture farm. **Acta Limnologica Brasiliensia**, v. 28, 2016.

SILVA, Vanessa Karla; FERREIRA, Milena Wolff; LOGATO, Priscila Vieira Rosa. Qualidade da água na Piscicultura. **Lavras, MG: Universidade Federal de lavras**, 2007.

TUNDISI, José Galizia. Novas perspectivas para a gestão de recursos hídricos. **Revista USP**, n. 70, p. 24-35, 2006.

TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos avançados**, v. 22, n. 63, p. 7-16, 2008.

VIEIRA, Glaucia Eliza Gama et al. Avaliação dos principais aspectos da fitorremediação aplicados na redução da poluição no solo e água. **Engenharia Ambiental**, v. 8, n. 2, p. 182-192,

COMUNIDADE TRADICIONAL DOS PESCADORES DE PORTO SEGURO: TERRITÓRIO, CULTURA LOCAL E O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

LIA VALENTE MARTINS

*Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades - UFSB
liavmartins@gmail.com*

MATHEUS LOPES DA SILVA

*Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades - UFSB
Matheus.lds@hotmail.com*

RESUMO

Ocupando tradicionalmente a região da beira do Rio Buranhém e beira do mar, os pescadores tradicionais tiveram que conviver com a mudança drástica da paisagem e da dinâmica social na cidade de Porto Seguro, nos últimos cinquenta anos. A exploração do turismo de massa na região, juntamente com o êxodo rural promovido pela decadência do cacau no sul da Bahia, transformou o antigo vilarejo simplório em um pólo comercial e de serviços em pouco tempo. A forma de ser e estar dos pescadores no espaço, choca-se com a lógica liberal e monista do Estado pós-moderno, pois reafirma-se como modelo social contra hegemônico, tendo como princípio a autonomia da população, e sua autodeterminação. Pensar o desenvolvimento local, a preservação do meio ambiente e os interesses de mercado, são questões que envolvem o território da comunidade e desafiam as políticas públicas.

Palavras chave: Bem viver, Comunidade Tradicional e Artesanal de Pescadores, políticas públicas, desenvolvimento urbano, sustentabilidade.

ABSTRACT:

Traditionally occupying the border region of the Buranhém River and the sea, traditional fishermen had to live with the drastic change in the landscape and social dynamics in the city of Porto Seguro in the last fifty years. The exploitation of mass tourism in the region, together with the rural exodus promoted by the decay of cocoa in southern Bahia, transformed the old simpleton village into a commercial and service center in a short time. The way of being and being of the fishermen in space, clashes with the liberal and monistic logic of the postmodern state, because it reaffirms itself as a counter-hegemonic social model, having as its principle the autonomy of the population, and its self-determination. Thinking about local development, preservation of the environment and market interests are issues that involve the territory of the community and challenge public policies.

Key words: "Bem viver", Traditional and craft Fishermen's Community, public policies, urban development, sustainability.

INTRODUÇÃO

A comunidade tradicional dos pescadores de Porto Seguro resiste no município a pelo menos cinco décadas, em meio a uma paradoxal lógica de desenvolvimento urbano. A reconstrução histórica dos processos territoriais e econômicos ocorridos no município, demonstra a dinâmica de desterritorialização da comunidade, além de explicitar os fatores síncronos que compuseram a lógica do desenvolvimento local.

O objetivo da presente pesquisa é conhecer parte das práticas e saberes tradicionais dos pescadores de Porto Seguro, bem como sua caracterização enquanto comunidade tradicional pela observação dos seus métodos de geração e divisão de renda, o formato da divisão do trabalho, e a relação com a natureza. Como objetivos específicos deste trabalho, estão a reconstrução histórica da comunidade, as conquistas sociais e jurídicas, e a sabedoria dos trabalhos artesanais e tradicionais, com recorte especial nas dinâmicas de biopoder observadas no grupo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando a etnografia, o trabalho de campo, entrevistas não estruturadas, diário de campo, pesquisa bibliográfica, reconstrução de mapas mentais a partir de registros fotográficos fornecidos pela própria comunidade, além de documentos encontrados em cartório.

CONSTITUIÇÃO SOCIAL E ORIGENS: CULTURA E TRADIÇÃO

A cidade de Porto Seguro tem na origem cultural e social a comunidade tradicional de pescadores e marisqueiros(as) artesanais. Até a década de 70, Porto Seguro era um vilarejo com pouco mais de 15 mil habitantes (contando toda sua extensão), e toda a economia local girava ao redor da pesca e do marisco.

Era uma vila de pescadores, com pouco mais de 80 famílias, a maioria delas com forte descendência indígena, que cultivavam hábitos de vida muito simples, em uma pequena vila de pescadores e marisqueiros(as), no Sul da Bahia. A ação do poder público na região era exígua, não apenas pelo isolamento geográfico, mas também pela baixa atratividade comercial que a região possuía na época.

Dessa forma, a comunidade local desenvolvia atividade pesqueira e marisqueira artesanal e de subsistência, com um pequeno comércio que girava também em torno da pesca. Como elementos fundamentais da atividade, estavam a observação dos processos naturais das marés, do movimento das águas, as estações do ano, as correntes de ventos e para além destes conhecimentos empíricos, estavam a fé religiosa e os festejos tradicionais.

O trabalho da comunidade é muito mais do que a pesca em si. A lida envolve o reconhecimento dos pontos (conhecidos por “pedras”) com maior incidência de cardumes, observação das correntes marítimas e dos ventos, confecção das ferramentas de pesca como redes, linhas, tarrafas e a chamada “siripóia”, o tratamento e a comercialização do pescado, tal como a manutenção de seus barcos e canoas, muitas vezes confeccionadas pela própria comunidade. Esses processos envolvem toda a comunidade, sendo ensinados pela prática cotidiana as novas gerações, que desde cedo convivem com a cultura da pesca artesanal.

Aqueles que trabalham com a pesca sabem qual o período se deve pescar, qual a melhor maneira, e também sabem quando devem respeitar os períodos de reprodução. Aqueles que trabalham com mariscos sabem como e quando colocar as siripóias¹, sabem como e onde encontrar cada marisco, e também a fase correta para pesca. Respeitam também os ventos, a exemplo do “vento sul”, que configura um período de remanso das atividades, ou a maré

¹ Artigo produzido na comunidade, que consiste em uma espécie de peneira para captura de mariscos como ostras e pequenos camarões.

de março, muito alta e também muito perigosa. Somente os mais experientes se arriscam em saídas neste período.

Os membros da comunidade contam que as famílias conviviam quase sempre dispendo o mesmo espaço comum no fundo de suas casas, conhecido como “quintal”, e compartilhavam o que tinham. Crianças criadas no mesmo quintal eram consideradas “primas”, ainda que não houvessem laços de parentesco. Quando algum membro da comunidade adoecia, era comum a mobilização para cuidar dos afazeres domésticos, das crianças e tratar a pessoa em questão até que se recuperasse. É frequente escutar dos membros da comunidade que “passávamos dificuldade, mas não passávamos fome”, e falam com orgulho da condição de saúde que consideram muito boa, em função da alimentação e das práticas comunitárias.

A formulação de Josué de Castro², que atribui a fome a expressão biológica de males sociológicos, demonstra a razão do fortalecimento social e torna desta questão. A comunidade portanto assume seu papel central enquanto provedora de um bem comum, a vitória sobre a fome, e todas as formas de saber e fazer social, desenvolvido por e para um território e seus atores.

A pesca era em geral, realizada pelos homens. Não apenas a saída para captura mas também a confecção dos artefatos necessários para prática pesqueira, além da manutenção dos barcos. Alguns catavam caranguejos no manguezal, e produziam armadilhas para facilitar a prática. As mulheres, além dos serviços domésticos, ficavam com o trabalho de limpar os mariscos e pescados, além de organizar a venda que era feita em geral pelos filhos mais velhos, ou pelos próprios pescadores.

Chama atenção a ênfase dada pelos atores da comunidade ao fato de boa parte dos trabalhos serem realizados coletivamente pelas mulheres nos “quintais”, ou pelos homens nas praças ou decks onde atracavam os barcos. A produção do alimento por um meio comum criava laços, motivando uma rede de solidariedade entre as famílias. A produção do alimento fortalecia o sentido coletivo da comunidade e era expressão de uma rede sociológica bem desenvolvida.

Ainda a partir da formulação de Josué de Castro, “grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (CASTRO, 1984), entendemos a razão do bem estar da comunidade, começar na produção de alimento, e seguir resignificando as demais relações sociais, ao ponto da própria categoria trabalho e alimento terem recebido sentidos muito mais complexos e coletivos, porém convergentes na assunção de permanência e resistência do grupo. Em um sentido mais amplo, o bem estar gerado a partir da produção do alimento, configurava em última instância, o combate orgânico da desigualdade.

O culto religioso, a fé e o respeito pela natureza estão muito ligados à prática da pesca. Sendo quase sempre uma territorialidade simples, com poucos recursos disponíveis, a sua religiosidade e a fé da comunidade em seus padroeiros se davam em associação a gratidão pela proteção no mar, de doenças em terra e também agradecendo boas pescarias. É interessante observar que os cânticos, os ritos e as peculiaridades linguísticas ainda são preservados e constituem o recorte cultural do qual os pescadores tradicionais e artesanais de Porto Seguro são membros. São pescadores artesanais, ribeirinhos, marisqueiros e caboclos, e esta constituição identitária se faz presente no cotidiano da comunidade.

² CASTRO, Anna Maria. Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué Castro. / Anna Maria de Castro; org.- Petrópolis: Vozes, 1983.

CONTEXTO HISTÓRICO: FATORES SINCRÔNICOS

A construção da BR 367, primeira obra de infraestrutura do governo federal no município de Porto Seguro, abriu espaço para a chegada dos primeiros migrantes, que vinham de outros municípios da região sul da Bahia e iniciou um fluxo de comércio regular mais intensificado e a possibilidade de contato com novas tecnologias para aprimorar a atividade pesqueira.

Até meados da década de 70, eram usadas pequenas embarcações movidas a vela, que não possuíam autonomia para alcançar distâncias maiores. Trabalhavam com produtos comuns da costa. Era comum o uso de técnicas de salgamento para preservar o pescado até o retorno em terra. A capacidade da produção era pequena, porém suficiente para atender a demanda até aquele momento. O trabalho era dividido entre todos os familiares, de forma que: enquanto um membro da comunidade pescava ou catava mariscos, outro tratava ou vendia, outro cuidava da manutenção do barco, dos artefatos e utensílios utilizados na pesca e no catado.

A comunidade dos pescadores tradicionais iniciaram o processo de organização estrutural para atender o aumento de demanda, e permitir que as práticas pudessem acompanhar o crescimento local. O primeiro mercado de peixes, localizado no centro do vilarejo e a beira-mar teve sua estrutura melhorada por iniciativa dos próprios membros da comunidade, com apoio da prefeitura municipal da época. Distribuíram bancas no espaço para a venda dos pescados e mariscos, fortalecendo inclusive pequenos comércios ao redor do mercado.

Novas tecnologias pesqueiras chegaram na costa porto-segurense, com barcos movidos a motor, para viagens mais distantes em alto mar, utilizando gelo para preservar o pescado fresco. Para atender a nova demanda gerada pelos barcos novos, os pescadores organizaram-se na criação da Cooperativa de Pescadores do Sul da Bahia - COPESSULBA, fundada em 1976 inicialmente para assistir as necessidades de compra de insumos como gelo e combustível, tornando o trabalho associado autônomo e organizado. O maior responsável pelo aquecimento do mercado pesqueiro foi o início da exploração do turismo na região. Além da construção da BR 367, aspectos políticos a nível nacional colaboraram para a expansão do turismo.

A década de 1970 foi o período do “Despertar do Turismo do Brasil”, o crescimento econômico acelerado devido ao chamado “milagre econômico” atraiu para o país a atenção de investidores tanto nacionais quanto estrangeiros (Müller et al. p.693). O momento era otimista do ponto de vista econômico, apresentando taxas de crescimento anual que superavam os 10% e níveis de inflação relativamente baixos (BRUM, 1999 Apud. Müller et al. p.693). Embora esses dados constituíssem um cenário muito positivo, faz-se necessário recompor a memória do que foi a ditadura militar iniciada no golpe de 1964, responsável por anos de intensa repressão, censuras e violência. Esse lado negativo era ruim para a imagem do país no exterior, fazendo o regime militar buscar estratégias para vender uma representação democrática do país. (BRUM, 1999 Apud. Müller et al. p.693)

“Nesse contexto, o turismo aparecia como uma atividade econômica importante para o desenvolvimento do país, cuja ênfase era o turismo receptivo. Vários investimentos, tanto nacionais como estrangeiros, principalmente na hotelaria, se instalaram no país. (Müller et al. p.693)

O aumento dos investimentos na área do turismo na região, chamaram a atenção do Governo do Estado, que passou a atuar fomentando o turismo e a criação de infraestrutura local, para atender ao público da nova fonte de renda: o turista. Em pouco tempo, obras de saneamento básico, hospitais, calçamento de ruas, construção do cais municipal e abastecimento de luz e água tomaram o município de forma acelerada, mudando inclusive a lógica de organização

do trabalho, com uma nova variável que instituiu uma ruptura temporal que dividia o ano e o tempo em antes e depois da *temporada* ou *verão*³.

A partir da década de 1980, com mais um ciclo de crises na região da lavoura do cacau devido a vassoura-de-bruxa, um grande fluxo migratório de trabalhadores de fazendas cacauceiras se iniciou, buscando oportunidade de trabalho no litoral (ROCHA, 2008, P.53). Porto Seguro ficou muito famosa na região por ter atraído atenção dos investidores, o que motivou a ida dos trabalhadores para o local. Estes trabalhadores comporiam a frente de mão-de-obra necessária para atuar no ramo do turismo, em hotéis, restaurantes e nas obras de infraestrutura. Na sua chegada à cidade, ocuparam áreas em "*invasões*" que à época eram não apenas bem vindas, como eram utilizadas como instrumento de poder político por prefeitos e deputados na região. Não é coincidência o fato dos principais bairros periféricos do município terem recebido o nome dos políticos que atuavam na época de suas ocupações.

O processo em curso de fazer da cidade Porto Seguro um pólo turístico intensificou-se, criando áreas de interesse comercial imobiliário, sobretudo no centro. Áreas inteiras de manguezal foram destruídas para construção de residenciais de alto padrão, que abrigariam os novos empresários e profissionais liberais que chegavam na região, ou para a construção de bairros de moradia popular, a exemplo do bairro "Campinho". Como consequência imediata, o manguezal destruído espalhou sementes ao longo da margem do rio e em um ponto de despejo irregular de esgoto, passou a desenvolver-se muito rapidamente pelo excesso de matéria orgânica presente na água. Essa vegetação de mangue poluído não tem a mesma função orgânica do manguezal, alterando o ecossistema local.

O centro da cidade passou a ser majoritariamente ocupado pelos migrantes que vinham em busca de fazer riqueza com turismo nas *temporadas*. Um dos primeiros impactos sentidos pela comunidade tradicional, foi a mudança do antigo mercado popular de peixes conhecido por "Tarifa", estabelecido á décadas no centro da cidade, para a extremidade do Rio Buranhém. Segundo membros da comunidade, a mudança foi motivada pela construção de uma das maiores avenidas da cidade, ponto de intensa circulação de turistas.

Na década de 1990, a "Tarifa" passou a funcionar na praça da Casa da Lenha, hoje sede da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, e ao lado do prédio da Marinha do Brasil no município. Disputando um lugar em meio ao espaço constituído pela presença institucional do Estado e dos moradores que residiam naquele local, os pescadores passaram a sentir os efeitos da desterritorialização e contenção no espaço (HAESBAERT, 2009. p.101).

Para organizar a comunidade, uma estratégia adotada foi a da fundação da primeira Colônia de Pescadores Z-22 em 1995, na mesma rua onde funciona a Tarifa. A colônia assumiu o papel institucional de representar a comunidade, além de ser um espaço de mediação de conflitos Estado-comunidade, e comércio-comunidade. Os pescadores *colonizados*⁴ são cadastrados e passam a usufruir de benefícios como participar das deliberações da comunidade, além do uso da "Tarifa" para venda do pescado e marisco. Além disso, a Colônia funciona como uma maneira institucional de manter a comunidade reunida, uma vez que boa parte dos pescadores precisaram se mudar do centro da cidade para bairros periféricos, já que o centro passou a ser espaço de especulação imobiliária e alto custo de vida.

Alguns pescadores membros da comunidade tradicional relatam que até os anos 2000, sofriam discriminação por parte de turistas e dos novos moradores. Como se vestem de

3 Temporada ou verão: constituem o período que vai do início das férias escolares de dezembro, até o final do carnaval.

4 Pescadores, membros da comunidade, que contribuem com uma taxa mensal e podem participar das deliberações na Colônia e vender seu pescado ou marisco na "Tarifa".

forma mais simplória, tem hábitos de vida, linguagem e trabalho próprios, eram vistos como “preguiçosos” ou até mesmo como “moradores de rua”, mesmo estando trabalhando e tendo suas casas.

A atividade de pesca tradicional passou a disputar espaço também com a pesca comercial. A costa do Sul da Bahia passou a ser disputada pela indústria da pesca industrial pela alta incidência de pescados de grande valor comercial. Embarcações de outros estados como Espírito Santo e Rio de Janeiro, correm a costa sul baiana fazendo a captura destes pescados para venda no mercado nacional e internacional, com práticas como o “arrastão”⁵, indicada pelos membros da comunidade como uma das mais ofensivas para o ecossistema local, por capturar peixes de todos os tamanhos e tempos de vida.

Já na prática da pesca tradicional, os pescadores sabem os períodos em que podem sair, sabem os locais onde encontrar os cardumes, e costumam trabalhar de forma coletiva, dividindo de forma equânime todo o resultado da produção. A pesca artesanal também foi impactada, pois a presença destes agentes desequilibra o meio ambiente, sufoca o ecossistema local e prejudica a pesca e o catado dos mariscos próximo a costa.

A NORMATIVIDADE COMO GARANTIA DE DIREITOS: DIFERENCIAÇÃO

O objetivo do Decreto nº 6040 é instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e também implementar políticas públicas nacionais que possibilitem a inclusão social destas comunidades enquanto cidadãos partícipes e protagonistas de suas histórias.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) é dividida em algumas diretrizes centrais na qual a primeira delas versa sobre a proteção dos direitos civis desses sujeitos coletivos que estão inseridos a comunidade pesqueira. Isso foi pensado no sentido de que parte dessa população não possui documentos de identificação e portanto, permanecem à margem dos direitos civis. Observando este fato sob a ótica da estratégia contra hegemônica para redimensionar a teoria jurídica elaborada por Wolkmer (2013), observa-se que este é um importante passo para a legitimação das práticas sociais com o objetivo de emancipação dos grupos historicamente oprimidos, neste caso, a comunidade pesqueira.

Este projeto cumpre com o reconhecimento de populações de comunidades tradicionais que estavam até então invisibilizadas pelo poder público e viviam muitas vezes à margem da sociedade. Sintomático da tentativa de homogeneização falha das raízes culturais e étnicas nacionais, as políticas públicas até então não observavam as necessidades de populações não urbanas e com trabalho, cultura e tradições incompatíveis com o projeto desenvolvimentista, neoliberal e uniformizado impostos a nível nacional.

O reconhecimento do governo brasileiro dado às comunidades tradicionais é um importante passo para a compreensão de um Estado Nação pluriétnico, com características e especificidades distintas da população em geral, que prescinde de qualquer elemento genérico para serem cidadãos desta nação. Entretanto, o mero reconhecimento não basta. A implementação da normatividade de forma eficaz é fundamental tanto quanto seu decreto. Ocorre que, as políticas públicas necessárias para uma execução eficiente do objetivo do projeto tiveram pouca ou nenhuma eficácia no seu processo de implementação. Isso porque, o meio social e político onde o decreto incide, está fortemente permeado por uma lógica de

⁵ Pesca de arrastão: prática realizada pela indústria da pesca no mundo todo, na qual uma grande e pesada rede é arrastada ao longo do fundo do oceano para recolher o que estiver em seu caminho.

mercado neoliberal hegemônica, que limita a atuação do Estado na correção de problemas sociais e culturais como no caso das comunidades tradicionais.

“Destacamos assim, a natureza da problemática efetiva que tentamos responder através de um conceito: no caso do território, as relações espaço-poder e seus múltiplos efeitos sociais; no caso da contenção territorial (ou, se quisermos, de “territórios-de-contenção”), os processos de evitação e impedimento dentro de uma esfera dominada pelas estratégias do biopoder.” (HAESBAERT, 2009. p.117)

No caso dos pescadores artesanais de Porto Seguro, as alterações no espaço físico da cidade e do meio ambiente no rio, mangue e mar, foram alguns dos problemas graves, e aliados ao fundo neoliberal e desenvolvimentista, cerceiam as possibilidades de manutenção das tradições da comunidade, assim como a pesca artesanal. Para além, as relações sociais entre os moradores nativos e aqueles que vieram de outras regiões do país para galgar fortuna ou qualidade de vida em Porto Seguro se tencionaram de forma a colocar o morador nativo em uma situação de subalternidade e servidão, pois a discrepância de poder financeiro é muito grande.

Os pescadores, de maneira democrática e ordeira, organizaram-se na fundação da Colônia dos Pescadores (Z-22) em 1995, e também para a constituir a Cooperativa dos pescadores de Porto Seguro, em 1976. Essa participação política e social é um marco histórico para a comunidade, pois institucionaliza os interesses comuns da comunidade gerando autonomia na negociação dos insumos e nos processos de produção.

“Os pescadores, por sua vez, buscam transformar de maneira radical a organização por Colônias, até então implementada pelos órgãos oficiais, evitando serem vistos apenas como grupo ocupacional ou como mera atividade econômica. Para tanto tem reforçado elementos de seu modo de existência em povoados e aldeias, mantendo produção em pequena escala, congregando familiares e vizinhos no uso comum dos recursos, utilizando equipamentos simples, organizando-se em cooperativas e consolidando presença em circuitos de mercado segmentado. Mesmo que o termo permaneça o mesmo, ou seja “pescador”, o seu novo significado, passa a incorporar uma expressão autônoma no processo produtivo e elementos identitários capazes de objetivá-los de maneira politicamente contrastante e organizada em movimento social.”(ALMEIDA, 2008,p.71)

A ação das secretarias de pesca e meio ambiente resume-se em assumir o pagamento do benefício seguro defeso, que consiste no pagamento de um salário mínimo para cada pescador no período chamado de “Defeso”.

A Lei Nº 11.959 de 29 de junho de 2009 dispõe sobre a regulação das atividades pesqueiras e aborda a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies ameaçadas pela pesca em larga escala nos períodos de reprodução. Assim, o pescador que possui cadastro pode receber o auxílio durante o período, de um salário mínimo por mês. O período em que o benefício é pago varia de acordo com a espécie a ser preservada. O valor oferecido pelo seguro defeso é de apenas um salário mínimo mensal. Além do valor ser bastante baixo, os pagamentos não são regulares, atrasam sem justificativa e tem condições para pagamento bastante restritivas.

Embora respeite o período do Defeso, o pescador artesanal sabe que, a principal razão da proibição não é o risco as espécies marinhas e fluviais provocada pela pesca artesanal, mas sim, as enormes embarcações de empresas de grande porte que nem em terra precisam atracar, desrespeitando a legislação a todo tempo e conseqüentemente provocando desequilíbrio ambiental.

DESENVOLVIMENTO: UMA CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO

A forma de estabelecer relações sociais, o respeito e o equilíbrio com a natureza, seus conhecimentos e a forma plural de encarar e lidar com o desenvolvimento urbano ao seu redor, demonstram a prática pluralista na produção de justiça, cidadania e conquista de direitos. Essa forma de ser e estar no espaço choca-se com a lógica liberal e monista do Estado pós-moderno, pois reafirma-se como modelo social contra-hegemônico, tendo como princípio a autonomia da população, sua diversidade cultural e sua autodeterminação. Como argumenta SANTOS (2018), o Bem Viver está inscrito na chave explicativa do pluralismo jurídico, porque a crise do paradigma moderno eurocêntrico também representou o esgotamento de seu principal pilar de sustentação: o monismo jurídico, segundo qual o Estado é a única fonte produtora de normatividade jurídica. Reconhecer o território, as práticas participativas e comunitárias de economia solidária, a cultura e tradição dos pescadores, a sua forma de divisão de recursos e geração de renda, bem como a preservação do meio ambiente local são tarefas que desafiam as políticas públicas vigentes e os formatos de economia local presentes.

É evidente que houveram melhorias estruturais reconhecidas pela comunidade. Entretanto, a contrapartida teve um alto custo social e ambiental, de forma que a solução dos antigos problemas culminou na geração de problemas maiores e mais complexos. O que está em causa é a forma como essas melhorias se tornaram “desenvolvimento” no sentido perverso abordado por Milton Santos:

“A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização”. (SANTOS, p.10)

A forma de compreensão da categoria trabalho, natureza e desenvolvimento presentes nos discursos dos membros da comunidade revela a oposição aos conceitos liberais que permeiam as relações sociais locais. A contextualização histórica e também geográfica em que se desdobram esses processos de desterritorialização dão a importância de considerar as características da sociedade contemporânea, suas especificidades geográficas e os principais sujeitos em jogo (HAESBAERT, 2009).

Observar o desenvolvimento local de Porto Seguro exige compreender como as relações de poder transformaram a dinâmica local. Poder político, poder econômico e o poder do coletivo estão intenso conflito de interesses no território. Por isso, nota-se que parte do desenvolvimento em infraestrutura deu-se em detrimento do poder político e que o poder político deu-se em detrimento do desenvolvimento coletivo. É possível dizer portanto, que não havendo a possibilidade de mediação entre essas três forças e por cada uma delas ter crescido na medida da opressão da próxima, a dinâmica do desenvolvimento de Porto Seguro se caracteriza paradoxalmente, numa cadeia de subdesenvolvimentos e marginalizações.

CONCLUSÕES

A comunidade tradicional dos pescadores de Porto Seguro, pode ser assim caracterizada por essa reunião de fatores identificados na cultura e tradição nutridas pelo seu povo, e portanto, deveria estar resguardada pelo Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, assim como pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que regula as atividades pesqueiras.

Entretanto, as dinâmicas territoriais de ocupação do espaço e relações de poder político e econômico são empecilhos para a caracterização enquanto comunidade tradicional e conseqüentemente, criam dificuldade para a implementação das políticas públicas na região.

O turismo, embora tenha sido fator importante na transformação do contexto local, não é necessariamente o causador dos principais problemas encontrados, mas sim a lógica de exploração dos recursos naturais, das comunidades e competitividade instituídas pelo modelo liberal. Atribuir a atividade turística todas as mazelas da comunidades, negaria a lógica sistêmica e destrutiva em que muitas outras comunidades tradicionais de pescadores enfrentam no Brasil, mesmo onde o turismo não está presente.

O desenvolvimento de uma ação contra hegemônica, a partir do território e dos saberes da comunidade tradicional tendo como protagonistas os pescadores e marisqueiros (as) da região, fazendo o reconhecimento do território tradicional se configura como uma medida fundamental para iniciar o trabalho em um desenvolvimento social, econômico e político melhor equilibrado.

REFERÊNCIAS

_____. **Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2018.

_____. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm> Acesso em 09 de agosto de 2018.

_____. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm> Acesso em: 09 de agosto de 2018.

ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago. **MULTICULTURALISMO E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS**. Porto Alegre. Sergio Antonio Fabris Editora, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Alfredo Wagner Berno de Almeida. - 2.ª ed, Manaus: pgsc-a-ufam, 2008.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente - Decreto presidencial reconhece existência formal das populações tradicionais**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/3861-decreto-presidencial-reconhece-existencia-formal-das-populacoes-tradicionais>> Acesso em: 09 de maio de 2018.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1957. 4.ed.rev. e aumentada.

_____. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980

_____. **Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué Castro./ Anna Maria de Castro; org.- Petrópolis: Vozes, 1983.**

HAESBAERT, Rogério. **Dilema de Conceitos: espaço-território e contenção territorial. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular - 2009

MÜLLER, Dalila, HALLAL, Dalila. RAMOS, Maria da Graça Gomes. GARCIA, Tania Elisa Morales. **O DESPERTAR DO TURISMO NO BRASIL: A DÉCADA DE 1970**. Internacional Conference on Tourism & Managements Studies. BOOK OF PROCEEDINGS VOL. I - ALGARVE 2011. p.693.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa : saga, percepção, representação** / Lurdes Bertol Rocha. - Ilhéus : Editus, 2008. p.53.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record 2001

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz F. **O Constitucionalismo Pluralista do Bem Viver: a reação latino-americana ao paradoxo do desenvolvimento**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.12 N.1 2018 ISSN: 1984-1639

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos. **Revista Jurídica**, v. 2, n. 31, p. 121-148, 2013.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONQUISTAS E ENTRAVES

VIVIANE CRISTINA SILVA LIMA

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).
limauenf@gmail.com

RODRIGO DA COSTA CAETANO

Professor Associado e chefe do Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico, e Professor
credenciado no Programa de Pós-graduação de Políticas Sociais da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
profrodrigouenf@gmail.com

RESUMO

A Educação do Campo entrou na pauta de discussão como política social necessária para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios rurais a partir do final dos anos de 1990. Ela emergiu das lutas das classes trabalhadoras para garantia de uma educação de emancipatória, contextualizada e transformadora. Partindo desta premissa, no texto se propõe refletir acerca dos avanços e limites das políticas educacionais no que concerne à Educação do Campo, enquanto projeto contra-hegemônico e de autonomia dos camponeses. Assim, para atender ao objetivo proposto a base metodológica utilizada apresenta uma abordagem qualitativa. A análise de dados secundários apoia-se na revisão bibliográfica e documental, bem como na experiência dialogada dos autores a partir dos Coletivos de Educação do Campo, dos eventos acadêmicos e das atividades extensionistas. Para assegurar o acesso à educação aos povos campo preconiza-se a construção de matrizes curriculares articuladas com as necessidades dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Legislação. Identidade. Desenvolvimento Territorial. Endogenia. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Field education entered the discussion agenda as a social policy necessary for the socioeconomic development of rural territories from the end of 1990. It emerged from the struggles of the working classes to guarantee an emancipatory, contextualized and transformative education. Based on this premise, the text proposes to reflect on the advances and limits of educational policies regarding Field Education as a counter-hegemonic project and the autonomy of peasants. Thus, to meet the proposed objective the methodological basis used presents a qualitative approach. The analysis of secondary data is based on the bibliographical and documentary review, as well as on the authors' dialogical experience from the Field Education Collectives, academic events and extension activities. In order to ensure access to education for the rural population, it is recommended the construction of curricular matrices articulated with the needs of family farmers

Key-words: Legislation. Identity. Territorial Development. Endogeny. Family farming.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a implementação de projetos educacionais para o campo esteve sucessivamente atrelada aos projetos de desenvolvimento econômico, que objetivam o fortalecimento do capital agrário, evidenciando mais o interesse do Estado em alavancar o superávit primário do que elevar a condição social dos camponeses.

Nesse sentido, é urgente que se promova uma educação emancipatória, que atenda às necessidades e aos interesses das populações tipicamente camponesas, valorizando seus múltiplos saberes e suas culturas. Somente assim, pode-se afirmar que a educação estará verdadeiramente a serviço da construção da cidadania. No que se refere à construção do saber Freire (1995, p.30) comenta:

Não dá para dizer que educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós em relação à coisa pública [...] A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania.

Assim, objetiva-se refletir acerca dos avanços e limites das políticas educacionais no que concerne à Educação do Campo, enquanto projeto contra-hegemônico e emancipatório dos camponeses. Assim, para atender ao objetivo proposto a base metodológica utilizada apresenta uma abordagem qualitativa. A análise de dados secundários apoia-se na revisão bibliográfica e documental, bem como na experiência dialogada dos autores a partir dos Coletivo de Educação do Campo, dos eventos acadêmicos e das atividades de assistência técnica e extensão rural.

No aprofundamento do debate teórico-conceitual da Educação do Campo as principais referências utilizadas foram: Caldart (2012) que conceitua e realiza uma análise histórica sobre a evolução da Educação do Campo, a partir da década de 1990; Vendramini (2008), que discorre sobre a Educação do Campo a partir do materialismo histórico dialético; Ploeg (2013) descreve como o processo de industrialização interferiu na (re)configuração do campesinato. Em relação aos aspectos legais o texto foi construído à luz dos marcos normativos da Educação do Campo. A discussão acerca da operacionalização da Educação do Campo foi subsidiada a partir dos Programas: Procampo, Pronacampo e Pronera.

Para facilitar a compreensão do texto o mesmo foi dividido em duas seções, além das considerações finais. Na primeira, realizou-se um panorama das políticas públicas voltadas para a Educação do Campo e a relação delas com a multifuncionalidade e a pluriatividade da agricultura familiar. Já na segunda, abordou-se os limites e as possibilidades da Educação do Campo no cenário nacional.

1. AS POLÍTICAS SOCIAIS DESTINADOS AO CAMPONÊS

A maioria das abordagens de ensino-aprendizagem “trata o conhecimento como produto isolado de significado e, desprezivelmente, negam o conhecimento e as formas sociais por meio das quais estudantes dão relevância as suas vidas e experiências” (BARBOSA, 2007, p. 10). Essa forma de reprodução do conhecimento “invisibiliza” e, de certo modo, “inviabiliza” os saberes tradicionais do camponês.

Assim, a partir da valorização do *modus vivendi* e do *modus operandi* desses sujeitos propõem-se a Educação do Campo e não a Educação Rural, que figura no cenário geral agrário brasileiro. De acordo com Caldart (2012, p. 257) a Educação do Campo é uma categoria de análise “da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo”. Ela está

diretamente relacionada às lutas de classes trabalhadoras que se expressam tanto no campo quanto na cidade (VENDRAMINI, 2008, p. 4). No caso brasileiro a educação rural caracteriza-se como descontextualizada, por geralmente desconsiderar os saberes dos agricultores e as particularidades do meio rural.

É importante destacar que o contexto originário da Educação do Campo surge das contradições dos modelos de desenvolvimento pensados para meio rural, pois se elegeu o agronegócio como expressão máxima do capitalismo agrário. Os projetos em disputa no agrário brasileiro estão representados, de um lado, por uma abordagem territorial, considerando os multiatores, a multifuncionalidade e a pluriatividade da agricultura familiar. E, por outro, uma abordagem setorial, que reduz o agrário ao agrícola, ou seja, define esse espaço como lócus da produção de gêneros alimentícios e de fibras; e as múltiplas identidades dos atores é reduzida a figura do agricultor.

“A noção de multifuncionalidade é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais¹ e territórios, na dinâmica de reprodução social” (CAZELLA et al., 2009, p. 47). Ainda de acordo com os autores o enfoque da multifuncionalidade da agricultura familiar (MAF) pode ser analisado a partir de quatro eixos: (1) as famílias rurais, (2) o território, (3) a sociedade e, (4) as políticas públicas. A MAF apresenta as seguintes funções: (a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; (b) “promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; (c) manutenção do tecido social e cultural” e; (d) conservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CAZELLA et al., 2009, p. 4).

Entende-se que a pluriatividade é uma prática social que abarca uma miríade de atividades e estratégias utilizadas pelos agricultores para gerar renda a partir da unidade de produção familiar. Diante disso, quaisquer políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário devem estar pautadas no nas necessidades do homem e da mulher do campo e numa perspectiva de reciprocidade (PLOEG, 2008, p. 67) – que é uma característica do campesinato, mas que em muitos territórios se (re)significaram, em virtude do processo de modernização da agricultura, que subjugou o capital cultural dos camponeses.

Em consonância com a reivindicação pela seguridade das políticas sociais para o campo, em 1998, uma conquista dos movimentos sociais camponeses foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que consiste numa “política pública do Governo Federal, específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e do crédito fundiário para formação de educadores que trabalham nas escolas de assentamento” (SANTOS, 2012, p. 629).

O Pronera instituiu possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal, por meio dos princípios básicos da participação e da multiplicação. A participação se materializa pelo fato de que a indicação das demandas educacionais é feita pelas comunidades das áreas de Reforma Agrária e suas organizações [...]. Já a multiplicação se realiza porque a educação dos assentamentos visa a ampliação não só o número de pessoas alfabetizadas e formadas em diferentes níveis de ensino, mas também garantir educadores, profissionais, técnicos, agentes mobilizadores e articuladores de políticas públicas para áreas de Reforma Agrária (SANTOS, 2012, p. 631).

Outra conquista ocorreu em 2001, a partir da elaboração das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, Parecer nº 36/2001. O dispositivo legal em questão

¹ “Por família rural entende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, ‘situada’ num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais” (CAZELLA et al., 2009, p. 48).

define a Educação do Campo para além da Educação Rural, tratando o campo como meio de possibilidades “que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana” (BRASIL, 2001, p. 1).

Em 2012, foi instituído o Pronacampo, estruturado a partir do Decreto 7.352/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Pronera, tendo por objetivo fomentar o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas do campo, bem como promover a aprendizagem e a valorização dos camponeses (Art.1º).

Porém, muitas escolas do campo continuaram sendo fechadas por todo Brasil. Por isso, em 2014, foi sancionada a Lei 12.960 quanto à manifestação do órgão normativo frente à justificativa da respectiva Secretaria de Educação acerca do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas (PARÁGRAFO ÚNICO).

Diante disso, uma das justificativas desse estudo é a necessidade de cumprimento dos dispositivos legais destinados à Educação do Campo, posto que, além de um direito garantido aos camponeses, os municípios podem acessar verbas federais para fomentar essa modalidade de ensino. Outra questão é o aprofundamento do debate das políticas públicas voltadas para os povos do campo, que visam mitigar a dívida histórica referente a negação de direitos desses sujeitos coletivos.

2. LIMITES E POSSIBILIDADES DOS DISPOSITIVOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A legislação educacional vigente está alinhada com as especificidades inerentes ao modo de vida campesina, conforme estabelece o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dentre os outros dispositivos legais específicos para a Educação do Campo destacam-se: (1) a Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; (2) o Parecer CNE/CEB nº1, de 02 de fevereiro de 2006, que institui dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA); (3) a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo e; (4) o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Embora a aprovação desses dispositivos seja um avanço na seguridade dos direitos sociais dos camponeses, as escolas do campo, ainda, enfrentam muitos desafios, que vão desde a falta de profissional e a dificuldade de acesso às incongruências entre o que está estabelecido na legislação e a operacionalização no cotidiano escolar.

No que confere às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o Parágrafo Único do Artigo 2º descreve que a escola do campo tem sua identidade territorializada na realidade local. “A concepção de escola do campo [...] se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital. O acesso ao conhecimento e [...] a escolarização para os sujeitos do campo fazem parte desta luta” (MOLINA e SÁ, 2012, p. 325).

A questão que merece reflexão nesse aspecto é a descontextualização que figura no ambiente escolar. Um dos fatores que ratificam essa situação é que na maioria dos concursos e processos seletivos não se tem vagas para licenciados em educação do campo ou licenciados em ciências agrárias, e dessa forma, os educadores (re)produzem as mesmas abordagens pedagógicas

utilizadas no meio urbano, caracterizando um descolamento entre os conteúdos e o cotidiano dos estudantes.

Essa configuração vai de encontro aos incisos I e II do artigo 13º da Resolução nº 1/2002 que estabelecem:

I – estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo, na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região do país e do mundo; II – propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

O Parecer CNE/CEB nº 1/ 2006 contabiliza os dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância² nos Centros Familiares de Formação por Alternância³ (CEFFA). A discussão sobre temática é estratégica para o desenvolvimento endógeno dos territórios camponeses. Pois, a partir de suas metodologias participativas a Pedagogia da Alternância dinamiza os territórios e subsidia ações para sua transformação, conforme o referido Parecer (BRASIL, 2012, p. 41):

Os objetivos do CEFFAs vão, portanto, desde a formação integral dos jovens do meio rural, adequada à sua realidade, incluem a melhoria da qualidade de vida das famílias pela aplicação dos conhecimentos técnico-científicos e o estímulo no jovem do sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo e solidário, até a introdução de práticas relacionada às ações de saúde, nutrição e de cultura das comunidades (BRASIL, 2012, p. 41).

Ainda sobre a proposta educativa dos CEFFAs, o Parecer (BRASIL, 2012, p. 43) afirma que a constituição de um novo tecido social e econômico no contexto local é elemento importante de transformação. “A relação entre teoria e prática desenvolve as pessoas e estas, por sua vez, desenvolvem seu meio” (Ibidem). O reconhecimento dessas potencialidades pelo dispositivo legal supracitado reitera o potencial da Pedagogia da Alternância como promotora do desenvolvimento territorial endógeno.

A LDBEN (LEI 9.394/1996) recomenda que as escolas cumpram um calendário letivo de no mínimo 200 dias e que totalizem 800 horas anuais. Ao contabilizarmos as atividades desenvolvidas nos diferentes espaços/tempos formativos dos CEFFAs, tanto o número de dias letivos quanto à carga horária, ultrapassam o preconizado pela lei. O fato dos estudantes ficarem internos nos CEFFAs é um facilitador para o cumprimento dessas recomendações. Por outro lado, as escolas rurais que não contam com o regime de internato geralmente enfrentam dificuldades para atenderem esses requisitos, em decorrência de diversos fatores, tais como: (1) irregularidade de transporte, dificultando o acesso de estudantes e educadores; (2) no caso, do transporte “Caminhos da Escola”, há questões do sucateamento por falta de manutenção ou de combustível, impossibilitando o traslado dos estudantes e, conseqüentemente, promovendo uma descontinuidade da política pública de mobilidade no campo; (3) há regiões que as chuvas intensas dificultam ou acesso dos educadores às comunidades ou dos estudantes à escola; (4) a rotatividade e a falta de educadores, em

2 “A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos” (TEIXEIRA et al., 2008, p.227), tendo por finalidade a formação integral dos estudantes.

3 São instituições cujo processo formativo está assentado na Alternância como prática pedagógica.

decorrência da ausência de uma política de valorização do trabalho docente, compromete o desenvolvimento de várias disciplinas; (5) questões estruturais, como a falta de alimentos, gás de cozinha ou água, também, contribuem para uma carga horária reduzida.

Um aspecto que precisa ser avaliado à luz do papel que a escola representa para o estudante é o currículo, pois quando a matriz curricular está desarticulada da realidade e a escola não “tem sentido” o estudante que deixa de frequentar é por vezes adjetivado como faltoso sem a autocrítica, recrudescendo as tendências da defasagem idade-série e da evasão. O perfil do educador pode comprometer o desempenho estudantil, uma vez que sem a formação profissional específica e/ou identificação com os pressupostos teórico-metodológicos da Educação do Campo dificilmente desenvolverá na sua práxis pedagógica a partir da realidade local e com o educando, conferindo-lhe o protagonismo cabível. A formação adequada está assegurada no artigo 7º da Resolução CNE nº 2/2008, conforme enuncia o parágrafo 2º:

A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades.

A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Para as escolas do campo duas são as conquistas: de um lado é a autonomia no gerenciamento dos recursos financeiros e de outro a possibilidade da compra de alimentos locais. Dentre os efeitos benéficos desse instrumento legal estão: a oferta de alimentos oriundos da cultura dos estudantes; a contratação de serviços e compra de materiais nos arredores da escola, oportunizando a dinamização financeira localmente; a participação da comunidade escolar na gestão dos recursos; o fomento à segurança alimentar e nutricional.

O artigo 4º abre um canal de comunicação entre a Educação do Campo e a agricultura familiar a medida que:

Do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009, p. 61).

Conforme estabelecido na legislação os estudantes da Educação Básica pública têm direito à alimentação escolar. Em consonância com essa política o Estado criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a fim subsidiar o desenvolvimento territorial a partir do aumento da renda e acesso a bens e serviços. Não obstante, alguns entraves dificultam a compra dos alimentos, tais como: a falta de acesso à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP); a descontinuidade na oferta e no volume de produtos; a falta de estruturas organizativas dos agricultores, como associações e cooperativas e; a dificuldade na emissão da nota fiscal eletrônica.

No que confere à formação docente que comungue com os princípios da Educação do Campo, em 2009, foi instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. O Artigo 2º determina os seguintes princípios: (1) a formação docente para todos os níveis, garantindo o direito à educação de crianças, jovens e adultos; (2) profissionais com compromisso ao projeto de desenvolvimento dos povos do campo; (3) colaboração entre os entes federados para efetivação da política; (4) qualidade da formação docente nas

modalidades presencial e a distância; (5) formação comprometido com a interdisciplinaridade e que abarque o tripé ensino, pesquisa e extensão; (f) o reconhecimento da escola como espaço de formação contínua do docente (BRASIL, 2012, p. 74).

A Política em questão ainda institui: (6) “a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente”, (7) a importância da valorização do docente para o desenvolvimento de um trabalho de excelência; (8) a igualdade no ingresso e permanência nos processos de formação inicial e continuada, visando a mitigação das desigualdades sociais; (9) a articulação entre as modalidades de ensino; (10) a compreensão de que a formação continuada é fundamental na atividade docente; (11) a compreensão de que os educadores são agente transformadores e fomentadores da realidade, caminhando rumo ao desenvolvimento sociocultural (BRASIL, 2012, p. 75).

A institucionalização dos dispositivos legais foram avanços significativos na luta por uma educação de qualidade e inclusiva para os povos do campo, mas ainda é preciso avançar em alguns aspectos. Dentre os limites das políticas de Educação do Campo estão: a não valorização dos educadores do campo; a dificuldade no transporte escolar, dificultando o acesso de estudantes e educadores; a descontextualização dos conteúdos, afastando os estudantes da escola, por não trabalhar suas demandas; as incongruências entre ensino, pesquisa e extensão e; as fragilidades das formações inicial e continuada dos educadores.

Enquanto, possibilidade de desenvolvimento socioeconômico dos territórios rurais a Educação do Campo é a alternativa mais viável, posto que ela fomenta a geração de renda a partir das potencialidades locais; o protagonismo dos sujeitos através da valorização da cultura e da identidade; a seguridade dos direitos sociais com o fomento as organizações coletivas; a conservação dos recursos e serviços ambientais, que dialoguem com os princípios da Agroecologia; a manutenção das sementes crioulas para a garantia da Segurança e da Soberania Alimentar e Nutricional e; a valorização a vida como respeito a diversidade sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise conjuntural, revela-se que a falta de profissionais de educação, a dificuldade de acesso dos educadores e educandos, gestões que não dialogam com as comunidades e a carência de formação continuada do corpo docente são alguns entraves ao pleno funcionamento das unidades escolares do meio rural.

Muitos responsáveis têm transferido os estudantes para outras unidades a fim de assegurarem o acesso à educação e gestões municipais buscam justificativas para encerrarem as atividades educacionais sob as suas responsabilidades, dentre as quais o fator numérico merece destaque.

A fim de assegurar uma educação emancipatória, includente e contextualizada, recomenda-se a construção de matrizes pedagógicas articuladas aos saberes e identidades territoriais, bem como a promoção de fóruns ampliados para que as comunidades escolares e comitês gestores discutam estratégias e metodologias participativas específicas para os camponeses na perspectiva do trabalho e da vida dos sujeitos da ação educativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, J. R. A. **Pensamento político-educacional brasileiro**. Rio de Janeiro: UCB/CEP, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

_____. Parecer CNE/CEB nº 3, de 18 de fevereiro de 2008. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

_____. Parecer CNE/CEB nº 1, de 02 fevereiro de 2006. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

_____. Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

_____. Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

_____. Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: Marcos Normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96p.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, Ademir. A.; BONNAL, Philippe.; MALUF, R. S. (organizadores). **Agricultura Familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X. 2009.

FREIRE, P. **A sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'Água, 1995.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução: Rita Pereira. - Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008. 376p.

SANTOS, C. A. Dos. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: **Dicionário de Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, E. S.; BERMATT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008

VENDRAMINI, C. R. A Educação do Campo na perspectiva do materialismo histórico dialético. In: Monica Molina (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II - Questões para Reflexão**, NEAD, UnB, 2008.

A PROPÓSITO DO TRABALHO INFORMAL: DA FUNCIONALIDADE À SUBSUNÇÃO AO CAPITAL

JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial-PLANTERR/UEFS
zeraimundo@uefs.br*

ALESSANDRA OLIVEIRA TELES

*Professora Doutora Integrante do Programa Incubadora de Iniciativas
de Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS)
alessandra.geografia@hotmail.com*

Resumo

A partir da organização política do trabalho da economia popular e solidária como forma política de mobilização permanente, nasce a compreensão de que existe no exército de reserva, um grande manancial de elementos para organização do trabalho associado nas diversas dimensões de atuação do sujeito. A concepção de mercado de trabalho é extensiva às relações que compreendem a estrutura sistêmica do capitalismo na medida em que não se limita a questão da oferta e da demanda da “mercadoria trabalho”, mas, também, sobre a gestão da informalidade, pela sua funcionalidade, mesmo há muito tempo em pauta, não existe um consenso nem conceito que a defina a contento, embora a Organização Internacional do Trabalho tenha voltado sua atenção nos últimos anos no intuito de compreendê-la melhor, como parte integrante de um sistema de expropriação da mais valia absoluta e relativa da classe trabalhadora pela classe burguesa. Procuramos nesta pesquisa de sustentação teórica em referências do eixo trabalho/educação emanar uma reflexão como contribuição para um entendimento mais apurado sobre informalidade a propósito das discussões suscitadas a partir da relação Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária/processo de incubação, originada de leituras e discussões no Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária (GEPOSDEL). Como resultado, inferimos a necessidade de compreender trabalho, força de trabalho e mercado como elementos bases para desnudar a informalidade circundante. Formalidade/Informalidade não apenas numa concepção jurídica, mas, especialmente quanto às variadas formas que se tenta atribuir ao substrato dos despossuídos que portam a energia criativa para sustentá-los.

Palavras-Chave: Informalidade – Trabalho – Capital – Exército de Reserva – Economia Popular e Solidária.

Abstract

From the political organization of the work of the popular and solidarity economy as a political form of permanent mobilization, the understanding arises that there is in the reserve army a great number of elements for organizing the associated work in the various dimensions of the subject's performance. The conception of the labor market extends to the relations that comprise the systemic structure of capitalism insofar as the question of supply and demand of the “labor commodity” is not limited, but also about the management of informality, its functionality has long been on the agenda, there is no consensus or concept to define it satisfactorily, although the International Labor Organization has turned its attention in recent years to better understand it as an integral part of a system of expropriation of absolute and relative value of the working class by the bourgeois class. We seek in this research of theoretical support in references of the work / education axis to emanate a reflection as contribution to a more accurate understanding about informality in relation to the discussions raised from the relation Incubator of Initiatives of

Popular and Solidary Economy / incubation process, originated from readings and discussions in the Group of Studies and Research in Popular and Solidarity Economy (GEPOSDEL). As a result, we infer the need to understand labor, labor force and market as basic elements to address the surrounding informality. Formality / Informality not only in a juridical conception, but especially in the various forms that are tried to attribute to the substratum of the dispossessed who carry the creative energy to sustain them.

Key words: Informality - Labor - Capital - Reserve Army - Popular and Solidarity Economy.

INTRODUÇÃO

A propósito da discussão de conceitos e fundamentos que sustentam a dinâmica e concepção sobre o trabalho e o mercado de trabalho tangenciados pela tentativa de conformação da informalidade, é que, depois de algumas discussões em grupo de estudo e no processo de incubação de iniciativas de economia popular e solidária, insistimos em clarear nossa compreensão sobre este tema para o exercício, sem culpas, da economia popular e solidária como forma política de mobilização permanente do trabalhador que tem no exército de reservas um grande manancial de elementos para organização do trabalho associado nas diversas dimensões de atuação do sujeito.

A concepção de mercado de trabalho aqui apresentada é extensiva às relações que compreendem a estrutura sistêmica do capitalismo na medida em que não se limita apenas a questão da oferta e da demanda da “mercadoria trabalho”, mas, também, sobre a gestão da informalidade, pela sua importante funcionalidade, que mesmo há muito tempo em pauta, não existe um consenso nem conceito que a defina e a esmiuncie a contento, embora a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tenha voltado sua atenção nos últimos anos no intuito de compreendê-la melhor, como parte integrante de um sistema de expropriação da mais valia absoluta e relativa da classe trabalhadora pela classe burguesa.

Para tanto, verifica-se a necessidade de compreender trabalho, força de trabalho e mercado como elementos base para desnudar a informalidade circundante. Formalidade/ Informalidade não apenas numa concepção jurídica, mas, especialmente quanto às variadas formas que se tenta atribuir ao substrato dos despossuídos que portam a energia criativa para sustenta-se.

Neste contexto, procuramos com esta pesquisa de sustentação teórica em referências do eixo trabalho/educação emanar uma reflexão como contribuição para um entendimento mais apurado sobre informalidade a propósito das discussões suscitadas a partir da relação da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS no processo de incubação, originada de leituras e discussões no Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL). Nesta perspectiva, além dessa introdução e das considerações finais, faremos uma reflexão sobre os seguintes pontos: i) processo de produção de trabalhadores excedentes ou criação do informal; ii) economia política produz justificativas teóricas para as políticas econômicas; iii) a informalidade não cabe num só setor informal e finalmente; o trabalho informal e o capital.

PROCESSO DE PRODUÇÃO DE TRABALHADORES EXCEDENTES OU CRIAÇÃO DO INFORMAL.

O mercado, desde quando entendido como tal, sempre criou excedente de trabalhadores como qualquer mercadoria, aliás, tem sido sua principal vertente potencializada pela sua possibilidade de emprego e desemprego na composição orgânica acumulativa de capital, via redução de custos deste fator de produção, embora ideologicamente tenha relutado ao longo dos anos em aceitar esta realidade, embasando-se nas teorias clássicas e neoclássicas de que o trabalhador é o único responsável pelo seu emprego ou desemprego, ideia atualmente referenciada pela ideologia do autoemprego e do empreendedorismo.

A emergência do trabalho informal enquanto conceito surge no limiar da década de 1970 através de publicações de textos e relatórios em Gana e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e via criação do Programa Mundial de Emprego (PME), entretanto, para Soares (2008) o trabalho informal é uma condição do modo de produção capitalista para a criação e manutenção do Exército Industrial de Reservas, instrumento fundamental para o aprisionamento da classe trabalhadora. Assim, a formação do exército de reserva, por sua complexidade, necessita ser compreendida com mais clareza.

Nesta esteira, o processo de assalariamento e de informalidade, cujo salário pago no mercado formal define a remuneração do salário do trabalho informal de maneira funcional, ou seja, facilitando a dinâmica de preços e mobilidade de custos deste fator como elemento central para o mercado na sua totalidade. Há, portanto, indícios inequívocos de que demarcam o trabalho informal como parte estrutural do capitalismo e a produção da superpopulação de trabalhadores precarizados como uma lógica pulverizada em todo sistema, inclusive, no setor público mediante terceirização, regime administrativo (REDA) de contratação e Prestação de Serviços Temporários (PST), tendo em vista que faz transitar o trabalhador em estado de instabilidade, vulnerabilidade e baixíssimo custo.

A ECONOMIA POLÍTICA PRODUZ JUSTIFICATIVAS TEÓRICAS PARA AS POLÍTICAS ECONÔMICAS.

As Escolas clássicas e neoclássicas da economia por aceitarem a lei de Say que sustenta - no equilíbrio da oferta agregada criar sua própria demanda - não reconhecem a informalidade e considerarem o desemprego voluntário (o trabalhador fica desempregado por vontade própria ou enquanto procura por uma oportunidade melhor) e a não possibilidade sistêmica do desemprego involuntário (o propósito ou incapacidade do mercado em responder a toda necessidade de emprego para todos os trabalhadores).

Neste contexto, segundo estes modelos teóricos que vem explicando o funcionamento do mercado por toda sua existência (apenas sendo negados aqui ou ali alguns pressupostos, mas, nada que derrube por completo sua predominância) não existe informalidade só se o indivíduo assim quiser por uma possibilidade de melhor escolha, mas, de forma temporária, mesmo assim, autoajustadas pelo mercado de trabalho na sua completa flexibilidade e consiste num percentual de trabalhadores que forma uma margem de desemprego, perfeitamente aceitável incapaz de pôr em risco o equilíbrio do sistema produtivo.

Segundo Araújo (1989), a teoria Keynesiana, em que pese considerar o desemprego involuntário como uma possibilidade e de não aceitar a lei de Say como premissa verdadeira, ver no Estado um interventor necessário para a possibilidade de pleno emprego no curto prazo. Isso tem dificultado um pouco mais a compreensão sobre a informalidade, cujo conceito também não reconhecido por esta escola, uma vez que para os keynesianos as distorções de mercado devem

ser corrigidas pela intervenção do Estado. Nesta esteira o Fordismo se aproveita do momento pela possibilidade de produção em larga escala e instiga à necessidade de políticas keynesianas, a fim de possibilitar à realização da produção, entretanto, as crises do capitalismo, oriundas das suas próprias contradições, impossibilita, no longo prazo, o equilíbrio do emprego pelo Estado fazendo com que o trabalho informal se mostre cada vez mais enfático.

Atualmente, em um contexto neoliberal, a cultura do autoemprego e a ideologia do empreendedorismo conforme Apolinário (1998) mantém-se como elementos da defesa teórica par culpabilizar o trabalhador e a trabalhadora por não está devidamente a altura das exigências técnicas do novo mercado o não estar interessado em criar ou empreender novas formas de trabalho.

A INFORMALIDADE NÃO CABE NUM SÓ SETOR INFORMAL

Considerando a visão hegemônica que se tem de mercado de trabalho a lógica predominante localiza-se na racionalidade subjetiva de um grande setor que serve de direção e plano de organização da economia, de modo que se procura a formalização de todo sistema, integralmente, através de políticas econômicas ou políticas públicas para equilibrá-lo. A abordagem legalista comanda as justificativas e, por sua vez, reduz a compreensão do termo às atividades legalizadas ou não legalizadas, mensurando-se por pagar ou não tributos e tem abarcado a maioria das discussões ou tentativas de conceituar a informalidade.

Para Cacciamali (1983), as interpretações de inspiração marxista vê a informalidade de forma integral no sistema de modo que dentro do próprio setor formal existe também informalidade, de tal maneira que não dá para ser considerada como setor pela sua dinâmica intrínseca ao sistema produtor de informalidade de toda ordem formando um exército de desempregados sem ter o que fazer (ou melhor, sem ter o poder de fazer), apelando para qualquer atividade que lhe possa possibilitar o sustento.

A informalidade, portanto, são relações de trabalho subsumidas ou atomizadas no sistema capitalista desde sua existência, sustentando-se como grande exército de trabalhadores sempre com menor custo para o processo de acumulação de capital. Esta pulverização informal da força de trabalho dificulta a conscientização política do trabalhador e o distancia das ações do sindicalismo classista, do processo educativo e do empoderamento pelo trabalho, portanto, não tem sido alcançado pela organicidade política possibilitada pelo processo educativo de trabalho que vislumbre uma reação enquanto classe.

Nesta esteira, a pedagogia da produção associada conforme Tiriba (2001) em economia popular e solidária passa a ser a possibilidade de construção de uma economia política dos setores populares, segundo Lima (2011) capaz de unificar a atonicidade do trabalho informal.

TRABALHO INFORMAL E CAPITAL

A política econômica keynesiana que por mais de 30 anos em algumas economias conseguiu corrigir ou explicar as distorções não evidenciadas por teorias econômicas clássicas e neoclássicas na linha do desemprego, com a presença forte do estado empreendedor não manteve a estabilidade sistêmica por muito tempo e em muitas situações agravou ainda mais sua possibilidade de vida longa, consequência da própria lógica orgânica da acumulação de capital no modo de produção capitalista.

Com efeito, a crise capitalista dos anos 70, portanto, é uma crise de esgotamento das políticas keynesianas nacionais, em que o estado não consegue sustentar ou equilibrar o mercado de trabalho no mudo do trabalho, conforme Antunes (2000). Daí a expansão do trabalho informal

passa a alimentar o sistema de mercado auxiliando e sustentando de forma ainda mais precária e clara a competitividade mediante a flexibilização neoliberal da força de trabalho, visando baratear os custos da produção agregada como de costume, porém, de forma metamorfoseada, no caso dos anos anteriores.

Este processo possibilita a funcionalidade da informalidade do trabalho em detrimento do capital e sua acumulação transnacional. Segundo Soares (2008), esta subsunção passa a ser clara e direta, pois submete a grande massa de trabalhadores a atividades invisíveis, familiares, sobre trabalhos por vezes em cooperativas, associações, voluntariados, entre outras, permitindo uma subsunção declarada do capital sobre a força de trabalho e sobre o trabalhador pela economia política da classe burguesa comandada pelo estado burguês.

Paradoxalmente, a esta compreensão, entende-se que todo processo se dá de fato desta forma, pela subsunção, conforme menciona a referência supracitada, entretanto, entende-se que a economia popular e solidária quando organizada enquanto processo educativo de trabalho oferece a possibilidade de trabalho e renda em outra institucionalidade, pois, para além do sustento ou da reprodução simples da vida, oferece ao trabalhador certo grau de liberdade mediante processos autogestionários, processo político educativo que consiste num empoderamento impensável enquanto trabalhador atomizado pela informalidade sistêmica e não alcançados pela mobilização classista encampada pelo esforço sindical.

O trabalhador de carteira assinada, na contramão do processo neoliberal, é bom que se diga, mas, que ainda ocorre em algumas economias contrariando a lógica econômica predominante no capitalismo atual que é a do trabalho precário, terceirizado e do desemprego, passa a ter maior margem de manobra e autonomia para o enfrentamento e a politização, por que o trabalhador organizado pela economia popular e solidária faz diminuir a pressão do exército de reserva sobre os trabalhadores empregados na competição fomentada pelo mercado em busca dos empregos que os ameaçam, tanto na redução dos salários quanto pela possibilidade de perda do próprio emprego, premissa fundante da lei de oferta e demanda para todas as mercadorias e, principalmente, para o trabalho.

Neste contexto, a sociedade burguesa historicamente subordina as relações sociais aos processos de troca institucionalizados no mercado, fazendo com que as relações sociais submetam-se hierarquicamente às relações técnicas, facilitando o processo de atomização da informalidade em todo sistema. Desta forma, segundo Polanyi (1980), as outras formas econômicas não desaparecem da sociedade, mas, ficam submersas as leis de oferta e demanda,

Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida [embedded] nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico [...] A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (POLANYI, 1980, p.77).

Diante do exposto, não resta ao trabalhador outra alternativa que não seja organizar-se politicamente como classe, bem como mapear outras formas econômicas existentes e em baixa funcionalidade, submersas, inviabilizadas ou esquecidas pelo controle geral das leis de mercado, não raro também esquecidas pelos registros dos pesquisadores das ciências econômicas. Estas formas respondem como economia subterrânea, economia invisível, economia social, economia popular, economia solidária, economia popular e solidária e, principalmente, economia de base informal de circuitos confusos ou anacrônicos.

Os circuitos da economia: produção e reprodução da informalidade subsumida ao capital

Nas cidades brasileiras de grande e médio porte tem-se observado a crescente instalação de atividades modernas associadas à divisão social do trabalho, consequência das modificações nos meios informacionais e financeiros. Ao mesmo tempo, proliferam-se nestas cidades os trabalhos realizados com capitais restringidos, ofertados pelos próprios locais onde se encontram. Isso faz com que as cidades comportem divisões do trabalho diferenciadas coexistindo e estabelecendo relações distintas com o meio no qual está inserido. Ressalte-se que no meio rural, especialmente, brasileiro o impulso da informalidade do trabalho torna-se ainda pior quanto a possibilidade de enfrentamento à subsunção ao capital, trata-se de um circuito invisível de realização da produção.

Esse cenário pode ser analisado como componente do circuito da economia urbana, proposto por Santos (2008) – e que se destaca em função dos variados níveis de tecnologia, capital ou organização exercida pelas atividades urbanas. Assim, pode-se dividir em dois circuitos: o superior, onde as atividades econômicas são constituídas através do resultado direto das modernizações que chegam ao território; e o inferior, que são as formas de trabalho de responsabilidade da pobreza nas cidades, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Para Santos a teoria dos circuitos econômicos tem seu diferencial em relação às teorias econômicas por sua dimensão espacial. Em partes da sua obra relata a experiência de diversos autores em definir esse tipo de economia nos países subdesenvolvidos como tradicional, não-moderna e outras qualificações. Para ele, nesses países, a economia se divide em dois circuitos: superior e inferior.

A existência de um circuito econômico não moderno é resultante, entre outros fatores, de uma população urbana com baixo nível de vida, que se eleva com a entrada de migrantes rurais, principalmente. Além disso, a evolução da economia moderna que se amplia e reproduz numa velocidade muito maior do que a possibilidade dessa população acompanhar o ritmo de crescimento, Santos (2008).

É preciso estar atento para a articulação entre os circuitos superior e inferior da economia, pois não é possível a análise da economia urbana e do comércio informal, sem a observação da totalidade e de suas particularidades. Tanto o circuito superior quanto o inferior são formados por conjuntos de atividades econômicas próprias, porém estão relacionadas a certas inserções nos mercados urbanos considerando as especificidades da formação socioespacial de países subdesenvolvidos que tem na sua estrutura a segmentação da produção simultânea de riqueza e pobreza.

Para Santos, os setores formal e informal da economia urbana estariam melhor entendidos se analisados através de circuitos, pois estes abrangem uma totalidade, o que define como circuito superior e inferior da economia. No seu entendimento, o que promove a ocorrência de um circuito inferior da economia é o resultado de um modelo de crescimento econômico, revelando uma demonstração de uma distribuição injusta de renda, estas abrangem desde atividades domésticas a serviços de transportes, como também atividades manuais, a exemplo do artesanato e formas pré-modernas de fabricação, tendo características próximas em partes de seu processo produtivo (SANTOS, 2008, p. 201).

A análise das particularidades dos circuitos da economia promove o entendimento de que existe certo grau de oposição, porém proporcionam também complementaridade. Cada circuito apresenta componentes que os unem através de uma lógica endógena, como, por exemplo,

tecnologia, organização, extensão das atividades, uso ou não de publicidade, quantidade de postos de trabalho, entre outros.

Mesmo demonstrando características singulares, os dois circuitos da economia não devem ser estudados através de variáveis isoladas, mas considerando um conjunto de atividades, pois os circuitos aparecem espacialmente entrelaçados. O que pode ser observado quando se considera os lugares nos quais seu uso ocorreu de modo seletivo pelo circuito superior, demonstrando que o território foi usado como alternativa às conveniências dos agentes hegemônicos. Ao mesmo tempo, é utilizado pelo circuito inferior na busca de alternativas para suprir suas necessidades.

Os dois circuitos têm a mesma gênese, porém apresentam resultados diretos e indiretos da modernização. Assim, os circuitos da economia revelam que não são sistemas fechados, uma vez que indicam relações de complementaridade e concorrência. É preciso destacar que essa complementaridade dos circuitos não elimina a concorrência nem a hierarquia. Isso significa que na maior parte do tempo, o circuito inferior é dependente do circuito superior, pois precisa dos serviços prestados pelos intermediários de ambos os setores: fornecedores, atacadistas e transportadores.

Para Santos (2008) é preciso reconhecer que o circuito inferior também funciona de forma lógica e coerente, além do que as racionalidades da economia são sempre múltiplas. Outro destaque, na discussão dos dois circuitos, refere-se à divisão existente na sociedade e as possibilidades de realização das necessidades, criando divergências no consumo tanto de forma qualitativa como quantitativa. Esse cenário é a causa e o efeito dos circuitos de produção, distribuição e consumo diferenciados nas cidades de diversos países.

Os diferentes graus de tecnologia, capital e organização utilizados refletem a diferença entre as atividades urbanas e as populações a elas vinculadas. Quando marcado pelo alto grau, conceitua-se como circuito superior e quando marcado pelo baixo grau tem-se o circuito inferior.

Santos (2008) defende o princípio de que os circuitos da economia precisam ser analisados como subsistemas do sistema urbano, onde todas as formas de trabalho estão incluídas. Destaca que os circuitos tenham a mesma origem, mesmo apresentando resultados diretos e indiretos da modernização.

No circuito inferior, as atividades de fabricação consideradas tradicionais se enquadram, citando como exemplos o artesanato, os transportes considerados tradicionais e certas prestações de serviços. Além disso, as formas de fabricação que não utilizam o capital intensivo, bem como a oferta de serviços não-modernos no varejo e o comércio não-moderno de pequena dimensão são outros subsídios a caracterização desse segmento.

Também apresentam atividades baseadas em crédito e dinheiro líquido, sendo esse crédito representado pelo crédito pessoal do envolvido no negócio que na maioria das vezes não possui possibilidade de negociar nas agências bancárias capital para investir no negócio, segundo Santos (2008, p. 45): “[...] no circuito inferior, as atividades ‘trabalho intensivo’ utilizam capitais reduzidos e podem dispensar uma organização burocrática”.

Quanto ao formato das relações de trabalho no circuito inferior, o emprego raramente é estável, do mesmo modo que o salário. Este gira em torno do mínimo valor que o dono do negócio pode pagar. As relações trabalhistas legais não existem muito menos garantias ou direitos. O que acontece na maioria dos casos são acordos entre as partes. Nesse circuito o trabalho familiar é o grande destaque.

Outro fato a ser destacado, em relação às atividades consideradas tradicionais são os papéis desempenhados no momento atual, pois, em muitos casos, revitalizam atividades consideradas tradicionais, como é o caso do artesanato destinado para o turismo. Por esse ângulo, o autor demonstra resistência em conceituar o circuito inferior de tradicional, por este ser resultado de uma série de variáveis, além da modernização, bem como ser sustentado pelo circuito moderno. Segundo Santos (2008, p. 39) o circuito inferior não pode ser considerado tradicional “[...] porque está em processo de transformação e adaptação permanente [...]”.

No circuito superior, a utilização de tecnologia exterior e de alto padrão é prioridade para a produção associada ao capital intensivo. Ao mesmo tempo manejam amplos volumes de mercadorias, seja na fabricação ou na comercialização. As relações de trabalho são estáveis, com os direitos trabalhistas em vigor, as relações familiares são poucas. Aqui há acesso ao crédito para o fornecedor e o consumidor.

Santos (2008) propõe que o circuito inferior abarque as formas de fabricação com capital não-intensivo, como também os serviços não-modernos fornecido no varejo, artigos manufaturados em pequena produção, um comércio de pequena dimensão – principalmente para aqueles de menor poder aquisitivo. Por essa visão, compreende-se que o circuito inferior é caracterizado por atividades de pequena influência e trabalhadores que estão fora do mercado moderno.

Já o circuito superior está associado à modernização tecnológica, logo, constituído por empresas que estão inseridas num mercado que possui elevada tecnologia e capital intensivo. Aqui também se encontram outras atividades que vão compor um circuito superior paralelo, são aqueles que em determinados momentos tem alguma relação com o circuito inferior, com isso, nota-se certo contato dos dois circuitos, porém o inferior apresenta uma dependência em relação ao superior e este tem grande repercussão sobre o inferior. Uma série de variáveis caracteriza e diferencia as atividades de cada um como tecnologia, crédito, emprego, entre outros.

As transformações no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva numa conjuntura de globalização promovem novas imbricações entre os circuitos consolidando a relação entre o processo de globalização e os espaços nos quais as atividades informais se concretizam dentro das cidades e da sociedade por inteira na mesma lógica dinâmica.

Segundo Silveira (2007) o território brasileiro apresenta os dois circuitos - de forma concomitante – pois enquanto apresenta um espaço de produção moderno e com conexões globais, contendo um denso circuito superior, também é forte a presença de um farto circuito inferior que se expande sobremaneira. Outro destaque refere-se à ocupação de mão-de-obra, pois enquanto o superior tem em evidência a sua constante organização de modo a necessitar de poucos trabalhadores é no circuito inferior – em diferentes segmentos – que se encontra a oportunidade de ocupação e renda para boa parcela da população pobre.

Outra ênfase trata do meio técnico-científico-informacional, pois através dele, ocupação e renda vão sendo produzidos de forma mais ou menos intensa, a depender de como seu alcance e atuação ocorra. Assim, os reflexos sobre os circuitos da economia, principalmente o inferior, terão bastante repercussão, é o que explica Montenegro (2006).

A expansão apresentada pelo circuito inferior da economia nas cidades médias e grandes do Brasil é influência, sobretudo, das recentes dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro. É no circuito inferior que grande parte da mão-de-obra tem encontrado refúgio e possibilidade de renda, o que reflete a expressão de pobreza estrutural no país.

A renovação e diversificação das estratégias entre os trabalhadores – especialmente os autônomos – demonstram a variação de ocupações que compõem o circuito inferior da economia, de salões de beleza a mercearias, costureiras, vendedores ambulantes, serviços de transportes, dentre outros, há uma manutenção e mesmo um reforço dessas atividades no período atual. A localização é outro fator preponderante entre os agentes do circuito inferior, pois determinar a capacidade de produção e consumo indica os fundamentos históricos da parcela intra-urbana e sua diversidade sócio-espacial (SILVEIRA, 2004a).

Segundo Santos (1995), a cidade se estabelece – por si mesma – como o espaço de uma valorização pontual e segregadora, uma vez que sua materialidade é composta pela aproximação de lugares equipados de modo diferenciado, considerando aquelas com elevação na importância, destinado ao uso de atividades mais modernas, e as que não sofreram modernização, com características antigas e onde vão funcionar ocupações de menor renda, com técnicas menos exigentes e menor investimento de capital.

O poder público dispõe-se a priorizar partes da cidade no investimento em bens e serviços coletivos. Segundo Montenegro (2006, p. 37) essa postura do poder público repercute entre os agentes do circuito inferior de modo que “[...] se fazem presente onde um dado arranjo entre sistemas de objetos e ações lhe permite instalar-se, ou seja, onde um meio construído relativamente desvalorizado e uma forte demanda popular encontram-se combinados”.

Os agentes do circuito inferior formam um “circuito central”, pois procuram se instalar em locais com grande circulação de pessoas, mesmo que considerados desvalorizados ou degradados, pois é nestes locais que conseguem renda pela realização de suas atividades, promovendo ocupação, especialmente para aqueles excluídos do processo produtivo do circuito superior da economia. Tal situação ratifica a discussão do conceito de território usado, onde cada agente promotor de algum tipo de trabalho, sobre um determinado espaço, demonstra influência diferente dentro da dinâmica, onde sistemas de objetos e ações regulam-se reciprocamente (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Procuramos direcionar nossa atenção para a teoria do circuito da economia, especialmente a partir dos anos 1970, por ser um período de modificações resultantes da globalização, onde os processos de transformação se deram de modo intensivo e com alcance internacional, pois seu desenvolvimento vai trazer consequências para os anos 1990 até os dias atuais.

Os circuitos resultam da modernização que chega ao território e sociedades, pois ao se deparar com meios para se desenvolver, podem recriar a situação ou adaptar-se a esta. Mesmo com mudanças ocorrendo de modo mais dinâmico no circuito superior, faz-se necessário observar que no circuito inferior apresenta renovação, transformação e resistência, conforme explica Silveira (2004).

No período atual a economia do Brasil encontra-se num processo de crescente internacionalização, o que tem produzido uma reorganização na dinâmica dos circuitos da economia. Com impactante atuação dos agentes hegemônicos no circuito superior o efeito sobre os não hegemônicos é quase imediato, pois as transformações resultantes das novas condições de produção e consumo vão impor normas e concorrências desiguais obrigando o circuito inferior modificar seu modo de organização.

Vê-se como consequência, a diminuição ou mesmo extinção de atividades e ocupações associadas ao circuito superior da economia o que promove entre a população a busca por uma ocupação e remuneração nas cidades. Assim, tem-se a difusão de atividades com mínimas especializações, redução de capital e certa absorção de mão-de-obra ampliando o circuito

inferior, logo, a intensificação do circuito inferior é consequência da extinção de postos de trabalho no circuito superior.

Tais proposições levam a reflexão em relação ao circuito inferior no sentido de que esse promove o processo de precarização do trabalho, pois produz muitas formas de ocupação que envolve direta e indiretamente parte considerável do chamado tecido social. A percepção que se tem sobre a teoria dos circuitos da economia dos países subdesenvolvidos impacta sobre as transformações ocorridas no espaço, resultado direto ou indireto, do processo de modernização exógeno e que atingem o território de modo pontual, consequência da inserção no processo de globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se o processo histórico de dominação imposto no decorrer do processo produtivo capitalista sobre a classe trabalhadora, questiona-se sobre a possibilidade do trabalho informal, precarizado sobre diversas formas, se seria, eventualmente, formalizado em níveis de pleno emprego pelo estado capitalista empreendedor, a ponto de adquirir maior poder de pressão sobre os governos e classe burguesa, mesmo em cooperativas de trabalhadores ou outras formas de trabalhos e produção associada.

Com efeito, entretanto, tem-se observado em pesquisas desenvolvidas envolvendo a economia popular e solidária que o trabalho em produção associada tem demonstrado liberdade de escolha do trabalhador em organizar sua produção de forma autogestionária, livrando-se do mandonismo da gestão capitalista, da hierarquia que começa na empresa e perpassa toda sua vida, subordinando, inclusive, as relações sociais em que está inserido às relações técnicas, além do completo domínio do seu tempo por um patrão.

Resulta-se, entretanto, que não tem sido um caminho sincrônico em que se possa perceber a relação dinâmica entre circuitos de produção inferior e superior com facilidade de perceber a informalidade e precariedade do trabalho, em que se possa isolar uma e outra para uma análise ou síntese facilitada de compreensão, nem que se possa dispensar a luta política do sindicato classista do trabalhador contratualizado, pelo contrário, necessita-se cada vez mais da força dos sindicatos, especialmente, em ambientes de maior presença como empresas autogestionárias, na construção colegiada de políticas públicas em espaços democráticos como conselhos diversos, comissões de fábricas, fóruns, bem como na disputa pelo poder público local, onde a força política educativa das diversas dimensões empunhadas como bandeiras pelos movimentos populares ganham maior efetividade.

REFERENCIAS

ANTUNES, R. (2000). Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, Brasil: Cortez. 7 ed.

APOLINÁRIO, J. M. M. (1998) «Carreira de Empresário: Vantagens e Desvantagens» in *Dirigir*; n.º58, Lisboa:IEFP, pp. 49-50.

APOLINÁRIO, J. M. M. (1998) «Empreendedor, Trabalhador ou Génio?» in *Dirigir*, n.º53, Lisboa: IIEFP, pp. 39-42.

APOLINÁRIO, J. M. M. (1998) «Empresas, Empresários e Empreendedores» in *Dirigir*, n.º54, Lisboa: IIEFP, pp. 43-46.

ARAÚJO, C. R. V. (1989). História do Pensamento Econômico. Uma abordagem introdutória. São Paulo, Brasil: Atlas.

BORGES, A.; DRUCK, M. G. (1993). Crise Global, Terceirização e a Exclusão no Mundo do Trabalho. Caderno CRH. Salvador, n. 9.

CACCIAMALI, M. C. (2000). Globalização e Processo de Informalidade. Economia e Sociedade. n. 14, p. 153-174, jun.

CACCIAMALI, M. C. (1983). Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: IPE/USP.

LIMA, José Raimundo O. Economia popular e solidária enquanto economia política dos setores populares: princípios e dimensões fundamentais. Conferência proferida no II Seminário da Casa do Trabalhador de Feira de Santana, dezembro de 2011, Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico - Feira de Santana.

MONTENEGRO, M. R. (2006). O Circuito Inferior da Economia Urbana na Cidade de São Paulo no Período da Globalização. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

PITA, Flávia Almeida; LIMA, J. R. O. ; LIMA, C. E. S. (2013). Normatizando a solidariedade: relato de experiência de construção coletiva de regras de uma cooperativa informal de economia solidária. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. A Sociologia como Artesanato Intelectual: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia/UFBA, Salvador, Brasil, p. 233-233.

POLANYI, K. (1980). A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

SANTOS, Milton. (1995). Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo. São Paulo, Brasil: HUCITEC.

SANTOS, Milton. (2008). O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia. São Paulo, Brasil: EDUSP, 1 reimpressão.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. (2001). O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro, Brasil: Record.

SILVA, G. M.; SANTOS, L. F. (2010). O Mercado Informal em Belém – A Territorialidade dos Ambulantes. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, Brasil. Retirado de: <<http://www.agb.org.br>>. Acesso em: 04 jan.2014.

SILVEIRA, María Laura. (2007). Confines de la racionalidad: el espacio geográfico contemporáneo. Texto apresentado no XI Encontro de Geógrafos da América Latina, Bogotá D.C, Colômbia.

SINGER, Paul. (1979). Economia Política do Trabalho. Elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo, Brasil: HUCITEC.

SOARES, Marco Antonio Tavares. (2008) TRABALHO INFORMAL: DA FUNCIONALIDADE À SUBSUNÇÃO AO CAPITAL. Vitória da Conquista, Brasil: Edições UESB.

TAVARES, M. A. (2004). Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo, Brasil: Cortez.

TIRIBA, L. Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ (PEFES): DILEMAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL

NAIRA LUAN SOUSA E SILVA

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI
nairaluan@hotmail.com*

RESUMO

No estado do Piauí, a lei 6.057 outorgada em 2011, instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (PEFES). Este artigo analisa as linhas mestras da PEFES do Piauí no que diz respeito aos mecanismos previstos para a consolidação do direito ao trabalho autogestionário e às ações realizadas no âmbito das secretarias estaduais. O paradigma metodológico que direcionou a análise foi o materialismo histórico dialético, nos moldes de estudo qualitativo com finalidade exploratória e descritiva, valendo-se da pesquisa bibliográfica e documental para a construção e interpretação dos dados apreendidos na totalidade social. As conclusões preliminares indicam um cenário contraditório da política de economia solidária no Piauí, uma vez que da realidade social emergem tanto situações inquietantes de precarização das relações de trabalho em boa parte dos empreendimentos econômicos solidários, como também, potenciais experiências de emancipação de trabalhadores que militam em prol de uma “outra economia possível”.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Economia solidária. Política Pública. Trabalho Autogestionário.

ABSTRACT

In the state of Piaui, Law 6.057 granted in 2011, instituted the State Policy for the Promotion of Solidarity Economy (PEFES). This paper analyzes the main lines of PEFES of Piauí regarding the mechanisms established for the consolidation of the right to self - management work and for the actions carried out within the state secretariats. The methodological paradigm that guided the analysis was dialectical historical materialism, in the form of a qualitative study with exploratory and descriptive purpose, using bibliographical and documentary research for the construction and interpretation of the data seized in the social totality. The preliminary conclusions indicate a contradictory scenario of the solidarity economy policy in Piaui since from the social reality there are both disturbing situations of the precariousness of labor relations in most economic enterprises of solidarity, as well as potential experiences of the emancipation of workers who militate in favor of “another possible economy”.

Key-words: Neoliberalism. Solidarity economy. Public policy. Self-managing Work.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisou as linhas mestras da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no estado do Piauí, instituída em 2011, no que diz respeito aos instrumentos de operacionalização e aos principais eixos de ação das secretarias estaduais.

A economia solidária, em 2003, institucionalizou-se como política pública de trabalho e geração de renda a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), resultado direto da mobilização, articulação e negociação de diferentes atores sociais e coletivos da sociedade civil (SILVA, 2016). Desde então, a Economia Solidária vem se configurando como proposição distinta de enfrentamento ao desemprego e à informalidade do trabalho no Brasil (BARBOSA, 2007).

A complexa trama de conflitos que permeiam a política pública de economia solidária no Brasil, cuja base discursiva anuncia relações de trabalho que se fundam na transgressão do modo de produção capitalista, mas que na prática se operacionaliza em consonância com a reestruturação produtiva e a desregulação no campo da proteção social, cria um campo longo e desafiador para o debate científico. Nesta perspectiva de contribuição, insere-se este trabalho, produto das primeiras reflexões vinculadas à pesquisa em andamento no processo de doutoramento em políticas públicas, que tem o objetivo de analisar a economia solidária como política de enfrentamento à crise do trabalho assalariado no Piauí.

Nesse sentido, optou-se pelo materialismo histórico dialético como paradigma metodológico, nos moldes de estudo qualitativo com finalidade exploratória e descritiva, valendo-se da pesquisa bibliográfica e documental para a construção e interpretação dos dados apreendidos na totalidade social.

Após definição do tema, percorreu-se o seguinte itinerário metodológico: estabelecimento das categorias de análise, seleção dos textos extraídos de livros de referência e artigos científicos, análise de documentos oficiais (Decreto lei, Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO. 2017, Relatório), confrontação entre os dados bibliográficos e documentais com os dados sistematizados pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies).

Diante de tal escopo, o texto foi estruturado em cinco seções, a contar desta primeira seção introdutória: a segunda seção oferece um quadro analítico geral sobre as implicações do neoliberalismo para o mundo do trabalho; a terceira seção apresenta uma discussão sobre as políticas públicas de economia solidária no âmbito federal; a quarta seção explora as especificidades da política pública de economia solidária no Piauí; a quinta e última seção, apresenta uma síntese das principais reflexões possibilitadas pelo estudo.

2 NEOLIBERALISMO E PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO ASSALARIADO

As crises capitalistas de 1929/1930 trouxeram à tona as limitações do liberalismo clássico do século XIX, as decisões dos agentes econômicos individuais na expressão tenaz do *laissez-faire* contribuíram para uma crise econômica global sem precedentes, neste cenário emergem o keynesianismo e o fordismo como pilares do processo de acumulação acelerado do capital nos anos de 1945. Além disso, somaram-se a estes pilares, reposicionamentos políticos das classes burguesa e trabalhadora, criando condições para o surgimento do *Welfare State*¹, responsável pelo o que se convencionou chamar de “anos gloriosos”, no qual as políticas sociais expandiram-se e consolidaram-se (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

1 Behring; Boschetti (2007) alertam que existe uma polêmica no que concerne ao termo *Welfare State*, porém reconhecem que o termo se originou na Inglaterra. Contudo, foi na Alemanha na era bismarckiana onde surgiram os seguros sociais como garantias de substituição de renda diante da perda do trabalho assalariado, ao passo que na Inglaterra o sistema de proteção social tinha como principal objetivo a luta contra a pobreza.

Para Behring; Boschetti (2007), foram as recessões dos anos de 1974 e 1975 que colocaram em questão os pilares do Keynesianismo e fordismo para a sustentação amortecedora anticrise. Na verdade, o próprio processo de internacionalização do capital trouxe limitações para os Estados nacionais, nos quais o desemprego passava a ser crescente e irremediável, a crise fiscal e os riscos de inflação inescapáveis no cenário de uma reestruturação produtiva que esgotava a perspectiva de regulação econômica e fermentava os argumentos neoliberais.

Na perspectiva de Draib (1993) existe uma dificuldade para se identificar as proposições neoliberais, isso explica-se por três ordens de motivos: primeira, o fato do neoliberalismo referir-se mais a um conjunto de proposições práticas do que um arcabouço teórico bem definido; a segunda, relacionada a constante modificação das proposições neoliberais a respeito das responsabilidades públicas no que tange à educação, ao combate à pobreza, a relação competitiva com outras economias nacionais; e terceira, a apropriação de elementos discursivos do ideário democrata e socialista.

O neoliberalismo, segundo Draib (1993, p. 88, 89) seria “um discurso, um conjunto de regras práticas de ação particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e suas políticas” e ainda “um simulacro do liberalismo americano em que se inspira”. Entretanto, a principal característica do neoliberalismo seria sua crítica exacerbada ao Estado de bem estar social, sendo assim prescreve reformas nos programas sociais partindo do pressuposto de que estes são ameaças às liberdades individuais porque inibem as concorrências privadas e aumentam no âmbito social o controle burocrático.

Contudo, a ideologia neoliberal possui uma natureza adaptável às específicas demandas sociais que se modificam ao longo do tempo. Nesse sentido, percebe-se “deslocamentos” na ênfase da perspectiva neoliberal com diferentes implicações para as políticas sociais: no início dos anos de 1980, sua ênfase recaía sobre a negação do princípio social - democrata de regulação econômico-social, repercutindo nos cortes do gasto social reduzindo a universalidade e os graus de cobertura dos programas sociais, privatizando a produção e a distribuição dos serviços sociais; no final dos anos de 1980, o foco está no crescimento econômico via elevação da competitividade requerendo maior investimento nos recursos humanos e conseqüente reforço às políticas sociais de educação e saúde, desta forma, parece reverter as teses sobre diminuição do papel do Estado e focalização e seletividade pelo menos no que concerne à educação e saúde, isso porque os desequilíbrios sociais afetam a estabilidade política necessária para o crescimento econômico (DRAIB,1993).

Claus Offe (1991), analisando as contradições do Estado social moderno pós-guerra, avalia que a recessão econômica ocorrida em meados dos anos de 1970 permitiu a formação da ideologia do “*neo-laissez-faire*” que considera os encargos trabalhistas e as imposições das políticas do Estado social como verdadeiras fontes de prejuízo para o capital o que por sua vez explicaria a permanência dos altos índices de desemprego.

Para recompor o mercado de trabalho, Claus Offe (1991) percebe três perspectivas políticas diferentes: a ortodoxa, a realista e a alternativa. Dentre as principais estratégias adotadas, a posição ortodoxa supõe que para recuperar o pleno emprego faz-se necessário adotar medidas relacionadas ao reconhecimento de novos mercados industriais; ao passo que, para a perspectiva realista, é necessário dispensar a mão de obra do mercado de trabalho, ou seja, reconhecer o trabalho não remunerado (trabalho doméstico, serviços sociais voluntários); já na perspectiva alternativa, a principal proposta emergente seria o seguro social básico, uma renda mínima igualitária que teria status de direito e estaria desvinculado do nível de renda em dinheiro disponível.

Considerando o ajuste econômico brasileiro frente a crise do capital, pode-se demarcar dois momentos distintos: o neoliberalismo ortodoxo (1980 – 2002) e pós – neoliberalismo (2002 – 2016). O primeiro momento é caracterizado pela adoção de programas compensatórios, abandono das políticas públicas de geração de empregos; o segundo momento, ao seu turno, operacionaliza-se a reestruturação do Estado e dos contratos com os organismos internacionais, mantendo a marca do neoliberalismo, porém, valendo-se de uma nova estratégia – atração para a burocracia estatal de lideranças da sociedade civil (MARTINS, 2016).

Em relação aos direitos sociais dos trabalhadores, Leher (2016) duvida que a lógica do capital seja capaz de incorporar qualquer reforma que conduza a melhoria substantiva da vida dos trabalhadores como se esperava nas décadas de 1950 e 1960, pela própria lógica da acumulação capitalista assentada sobre a superexploração do trabalho.

Neste terreno, em que o perfil do trabalhador adequado ao padrão de acumulação taylorista/fordista torna-se dispensável para o modelo de produção toyotista, o trabalhador deve corresponder à lógica da flexibilização, no âmbito pessoal no que diz respeito à busca individual por competências quanto no âmbito dos direitos os quais também passam a ser flexíveis (CASTRO, 2016).

Dessa forma, o trabalho assalariado com amplas garantias sociais passa a ser considerado um empecilho para o crescimento econômico de uma nação, assim, o discurso neoliberal legitima (justificando e tornando tolerável) as atuais formas de precarização no mundo do trabalho, com a participação decisiva do Estado, seja omitindo-se no processo de desresponsabilização da regulação das relações de trabalho, seja propondo paliativos através de programas de atendimento aos pobres que não rompam com o ciclo estrutural da pobreza.

É neste contexto contraditório em que a Economia Solidária se difunde no Brasil. De um lado, expressando “o vigor de uma sociedade civil capaz de se mobilizar e reivindicar seus direitos” e do outro lado, constituindo-se enquanto política pública altamente restritiva em termos sociais influenciada pela diminuição dos gastos públicos (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015, p. 53).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária é um fenômeno que comporta três diferentes naturezas: a econômica, a coletiva e a autogestionária. A primeira indica que as atividades estão voltadas para a produção e a reprodução dos meios de vida; a segunda relaciona-se ao fato de que nelas se evidenciam os vínculos e as relações entre os atores sociais envolvidos em uma determinada atividade; e a terceira aponta para sua fundamentação no socialismo democrático, descentralizado e libertário, em oposição à relação capital e trabalho e ao assalariamento (CUNHA, 2012).

As políticas públicas de economia solidária eram idealizadas no nível federal, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A Senaes resulta de “um movimento social novo que incorpora as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais o capitalismo das últimas décadas” (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015, p.81) e cria uma agenda pública que passa a ter uma coordenação a partir de fóruns e conferências.

Na perspectiva da Senaes, os empreendimentos econômicos solidários compreendem as organizações coletivas suprafamiliares permanentes, com diversos graus de formalização, nas quais os trabalhadores exercem coletivamente o processo gestonário e a alocação de resultados de uma determinada atividade econômica, seja ela de produção de bens, de prestação de serviços, de fundo de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

A forma como são conduzidas as políticas públicas de economia solidária no Brasil constituem-se variáveis importantes para que se compreendam os dilemas e antagonismos que reverberam no campo empírico das práticas que se auto intitulam como coletivas e autogestionárias.

A vinculação da economia solidária ao movimento social e às narrativas anticapitalistas indica uma proposição distinta de enfrentamento do desemprego estrutural e da informalidade do trabalho. Entretanto, uma controvérsia se instala na base argumentativa e de atuação dos sujeitos políticos envolvidos. A economia solidária acompanha as recentes tendências sobre programas de geração de renda em consonância com a reestruturação produtiva e a desregulamentação no campo da proteção social (BARBOSA, 2007, p. 200).

Logo, a Economia Solidária no projeto de Governo, expressa uma ressignificação do projeto político na arena das lutas sociais, mas, apesar disso, é permeada por noções contraditórias, tais como: emancipação e precariedade; autonomia e dependência; inclusão e exclusão; formalidade e informalidade.

Para Wellen (2014) a Constituição de 1988 teve seu trajeto invertido pela vigência do neoliberalismo após a década de 1990, influenciando desde transformações na intervenção estatal, cujo resultado mais visível foi a precarização das políticas públicas e a transferência de parte de sua responsabilidade para organizações sociais do Terceiro Setor, como também, a ampliação do desemprego, dos trabalhos precários e no crescimento numérico dos empreendimentos da Economia Solidária, a partir das mudanças advindas da reestruturação produtiva.

Nesta mesma perspectiva, Barbosa (2007) percebe uma relação direta entre as diretrizes das instituições multilaterais (BID, FMI, OIT e PNDUD) para a pobreza, o desemprego e a concentração de mercados e o espaço de disseminação que a Economia Solidária encontra no âmbito das políticas públicas de trabalho e geração de renda.

No entanto, para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (2016) a economia solidária vem assumindo uma busca por alternativas para a reorganização do mercado de trabalho, bem como para o enfrentamento da pobreza. Para tanto, no âmbito estadual, as políticas públicas de economia solidária estão concentradas nas secretarias de trabalho, mas, estendem-se como ações transversais em outras secretarias estaduais.

[...] as políticas de economia solidária não são suficientes para avançar a política como um todo, pois ela precisa ser uma estratégia ampla, e estar presente em políticas transversais. Além disso, ter uma estrutura de política pública não significa a destinação de orçamento, ou mesmo a execução e a chegada destes recursos voltados diretamente aos empreendimentos econômicos solidários. Neste sentido, destacamos também que são escassas as políticas em torno do chamado microfinanciamento voltado ao público dos empreendimentos econômicos solidários [...] (FBES, 2016, p. 20).

A institucionalização da Economia Solidária, via regulação social e jurídica, tem ocorrido em meio à negociações e conflitos entre as forças políticas do movimento de economia

solidária. Fato que evidencia esta tensão seria o PL 865/2011 que cria a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa transferindo a ela as funções da Senaes. Tal situação conflituosa impulsionou a elaboração PL 4.685/2012 que trata da regulação da economia solidária no Brasil (FORTE, 2017).

Recentemente, como consequência da reforma ministerial de outubro de 2015, a Senaes foi rebaixada à condição de subsecretaria permanecendo vinculada a estrutura do MTE, em novembro de 2016, o que por sua vez, indica uma mudança de curso no projeto político vigente, apontando para um provável desmonte da política nacional de economia solidária, acentuada pela crise política que fez ruir, nas eleições de 2018, o governo do Partido dos Trabalhadores que desde 2003 vinha abrindo espaço para as reivindicações do movimento de Economia Solidária.

4 A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ

O movimento da Economia Solidária no Piauí ganha maior expressividade a partir da criação do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEESP) em 2004, uma instância estadual do FBES, cujo objetivo principal é constituir-se enquanto espaço para parcerias entre a esfera estatal e a sociedade civil, com atribuições de planejamento e fiscalização dos recursos públicos investidos nas políticas públicas de economia solidária.

Assim como no âmbito federal no que diz respeito à relação FBES e Senaes, o FEESPI estabelece uma parceria intersticial com o Núcleo de Economia Solidária (NES), departamento da Superintendência Regional do Trabalho (SRT). Além disso, durante nove anos o FEESPI foi o único espaço para articulação dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos.

Em 2011 foi sancionada a lei estadual nº 6.057, instituindo a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (PEFES), fato considerado uma conquista da mobilização da sociedade civil que se articulou no espaço do FEESPI no estado, pois foi no espaço do FEESPI que se constituiu uma comissão responsável pela elaboração da lei. A PEFES do Piauí reconhece a Economia Solidária como:

[...] iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do desenvolvimento de relações igualitárias entre homens e mulheres, para geração do trabalho e renda em todas as esferas produtivas, inclusive, da produção artística nas diversas áreas do universo cultural (PIAUÍ, 2011, s.p)

As linhas mestras da PEFES do Piauí resumem-se aos seguintes objetivos: gerar trabalho e renda; apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Solidária; apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado; promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Solidária; reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos; consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento; proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos; estimular a produção intelectual sobre o tema; criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Solidária; educar, formar e capacitar tecnicamente os(as) trabalhadores(as) dos empreendimentos da Economia Solidária; integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades

autossustentáveis; articular Municípios, Estados e União, para unificação da legislação e; constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Solidária (PIAUI, 2011).

Apesar dos objetivos aos quais a PEFES se propõe desde o ano de 2011, muitas lacunas são perceptíveis na realidade estudada, como a ausência de um banco de dados com informações sobre os EES, a desarticulação municipal visando à criação de marcos legais e disfunções no apoio e fortalecimento dos EES. Apesar disso, o estado do Piauí, através da lei 6.057, compromete-se a permitir o acesso a espaço e bens públicos estaduais, assessoria técnica, serviços temporários nas áreas contábeis, jurídicas e administrativas, apoio na comercialização, disponibilização de linhas de crédito especiais e direito à participação em licitações públicas estaduais.

A PEFES do Piauí também regulamentou a formação do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE). Esse é um órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, possui, entre outras atribuições, a competência de aprovar a PEFES, definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Fomento e Desenvolvimento da Economia Solidária, definir os critérios para a concessão de um selo de economia solidária, acompanhar e avaliar os programas de fomento aos empreendimentos de economia solidária, definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos a serviços públicos estaduais, propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os EES e propor alterações na legislação estadual relativa à economia solidária (CEES-PI, 2015).

No entanto, apenas por meio do decreto nº. 15.327, de setembro de 2013, foram nomeados os membros do CEES no Piauí, cuja composição reúne representantes de duas entidades de apoio e fomento, representantes de quatro empreendimentos econômicos solidários, um representante da Central Sindical, e oito representantes de órgãos do poder público.

É certo que importantes conquistas relacionadas ao fortalecimento da economia solidária, principalmente no eixo do marco legal (aprovação da PEFES, regulamentação do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária, constituição do CEES) foram alcançadas no estado do Piauí, isso mediante atuação e articulação dos sujeitos sociais que participam do FEEPSPI, entretanto, essas garantias legais não saem do papel para a realidade, como é o caso de tantos outros direitos civis e sociais no cenário brasileiro.

De modo geral, percebe-se que o Piauí conta com os principais instrumentos institucionais estaduais de economia solidária: lei, conselho e fundo público. Apesar disso, o texto do Plano Estadual de economia solidária ainda não foi iniciado e as comissões responsáveis pela elaboração deste estão inativas. Outros pontos de destaque referem-se à inexistência de uma frente parlamentar e à atividade das comissões estaduais do Cadastro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL (FBES, 2016).

Em relação aos órgãos executores das políticas públicas de economia solidária no Piauí destacam-se a Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) e a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE). Como pode ser visto no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Prioridades e Metas do Governo do Estado do Piauí para o ano de 2017.

<i>órgão</i>	<i>Programa</i>	<i>Ações</i>
Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC	Expansão das ações de inclusão produtiva através de projetos de Economia solidária	1. Capacitação em empreendedorismo voltadas para as famílias em situação de vulnerabilidades – 125 municípios. 2. Expansão das ações de inclusão produtiva através de projetos de Economia solidária - criação de pequenos animais, horta, feira e artesanato – 250 projetos.
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETRE	Desenvolvimento empresarial e incentivo ao empreendedorismo	1. Agentes comunitários de desenvolvimento, que atuarão nas ações de economia solidária capacitados – 1.500 pessoas. 2. Capacitação dos grupos de produção solidária, através de oficinas e cursos de qualificação – 200 pessoas. 3. Centro de incubação de economia solidária para incubação de material reciclável e resíduos sólidos implantados – 3 espaços. 4. Feiras estaduais de economia solidária realizadas – 70 eventos. 5. Fortalecimento de grupos de produção solidária, nos territórios de desenvolvimento por meio de serviços e materiais fornecidos – 700 pessoas 6. Mapeamento dos empreendimentos solidários nos 11 territórios. 1000 empresas. 7. Seminário, encontros e outras atividades para a divulgação e promoção da economia solidária realizadas – 300 pessoas.
	Monitoramento e avaliação de políticas públicas	1. Capacitação e estruturação dos conselhos estadual e de Economia Solidária – 100 pessoas.

Fonte: Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí, Prioridades e Metas, LDO 2017.

Importante ressaltar que apesar da centralidade da SASC e da SETRE na execução das políticas públicas de economia solidária no Piauí, dada a natureza de transversalidade inerente às políticas de economia solidária, outras secretarias estaduais, como a Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR) e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (SDET) também possuem ações que fomentam cooperativismo, uma das formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários.

Apesar, das ações listadas no Quadro 1, acima, as dificuldades no campo econômico, pelas quais passam os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Piauí são significativas. De acordo com Lima; Paradizo; Monteiro (2015), dos 800 EES localizados no mapeamento 2010/2013, 87,6% dos trabalhadores recebem menos de um salário mínimo mensal, o que torna essas pessoas dependentes dos benefícios governamentais, como bolsa família e seguro desemprego, para manter as condições mínimas de sobrevivência.

Entre as atividades econômicas realizadas pelos EES no Piauí, destacam-se as de produção ou produção e comercialização, com o percentual de 66,25%. Por outro lado, as atividades de poupança, crédito ou finanças solidárias mostram-se menos relevantes (0,25% apenas).

Esses dados refletem o reforço na ideia de geração de trabalho e renda presente nas políticas públicas de economia solidária (LIMA; PARADIZO; MONTEIRO, 2015).

No Piauí, também se testemunham exitosas experiências de Bancos Comunitários, uma no município de São João do Arraial e outra no município de Pedro II. Sobre o primeiro Santos (2013) conclui que a perspectiva de política pública local é orientada pelo modelo de desenvolvimento local “desconcentrador”, porque fortalece a agricultura familiar, o extrativismo e o comércio através do acesso ao crédito, muitas vezes de difícil acesso pelos bancos convencionais.

5 CONCLUSÕES

A economia solidária é um fenômeno econômico e social de significativa amplitude mundial que apesar de sua íntima relação com a luta dos trabalhadores, não está completamente isento dos “deslocamentos” operacionalizados pela lógica neoliberal no mundo do trabalho. No Brasil, a criação da Senaes na estrutura do MTE, em 2003, representou em certa medida um novo campo de disputas pelo direito ao trabalho autogestionário e solidário, porém, o caráter de política de assistência à população em situação de vulnerabilidade, confinou-a ao âmbito das medidas paliativas, com pouca capacidade de transformação social.

No Piauí, as conclusões preliminares indicam um cenário contraditório da política pública de economia solidária, uma vez que da realidade social emergem tanto situações inquietantes de precarização das relações de trabalho em boa parte dos empreendimentos econômicos solidários, a exemplo da pouca capacidade de geração de renda, como também, potenciais experiências de emancipação de trabalhadores que militam em prol de uma “outra economia possível”.

Nesse sentido, abre-se um longo caminho para investigação das políticas públicas de trabalho e geração de renda a partir da perspectiva da economia solidária, no sentido de revelar em que medida as bases discursivas do movimento social influenciam verdadeiramente a execução da política pública de economia solidária.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- CASTRO, Fabiana Rodrigues de Almeida. **Piauí: (des)emprego e mercado de trabalho (1990-2010)**. Teresina: EDUFPI, 2016.
- CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-PI (CEES-PI). Regimento Interno. (Mimeo). 2015.
- DRAIB, Sonia M. As políticas sociais e o neoliberalismo-Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **revista USP**, n. 17, p. 86-101, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25959>.
- FORTE, Joannes Paulus Silva. A luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária no Brasil. In: **Economia solidária e os desafios globais do trabalho**. SOUZA, André Ricardo de; ZANIN, Maria (Orgs.). São Carlos: EdUFSCar, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. Situação das Políticas Estaduais de Economia Solidária. 2016. Disponível em: <http://fbes.org.br/download/relatorio-final-planos-estaduais-ecosol-dez-2016/#>.

LEHER, Roberto. Neodesenvolvimentismo e pós-neoliberalismo como narrativas dominantes da crise capitalista. In: MACÁRIO, Epitácio; DO VALE, Erlenia Sobral; RODRIGUES JR, Natan. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015.

LIMA; Solimar Oliveira; PARADIZO, Romina; MONTEIRO; Juliana Portela do Rego. (Orgs.). **Economia Solidária no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”**. Tradução de Gustavo Bayer e Margit Martinic. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

PIAUI. **Lei Ordinária nº 6.057**, de 17 de janeiro de 2011. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Decreto nº 15.327**, de 03 de setembro de 2013. Constitui o Conselho Estadual de Economia Solidária no Piauí. Disponível em: www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201304/DIARIO30_770e460890.pdf. Acesso em: fev. 2018.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. **A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas**. 2013. 209p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.

WELLEN, Henrique. Os impactos da “Economia Solidária” sobre a classe trabalhadora. In: MONTAÑO, Carlos. **O Canto da sereia: crítica à ideologia neoliberal e aos projetos do “terceiro” setor**. São Paulo: Cortez, 2014.

LAPA - SÍMBOLO DA BOEMIA CARIOCA: ESPAÇO DE ENCONTROS E DIVERSIDADES SOCIAIS E CULTURAIS

SILVA, CRISTINA DA CONCEIÇÃO

Doutoranda do PPGHCA- UNIGRANRIO

cristinavento24@yahoo.com.br

ROCHA, JOSÉ GERALDO DA

Prof. Dr. do PPGHCA - UNIGRANRIO

rochageraldo@hotmail.com

RANGEL, PATRICIA LUISA NOGUEIRA,

Doutorando do PPGHCA- UNIGRANRIO

patricia1234luisa@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa discutir como a região da Lapa, situada no centro da cidade do Rio de Janeiro, representa o exercício do direito à cidade pela apropriação cultural local, entretecido no encontro de diversos encontros em um mesmo espaço urbano. Esta região vem representando a união entre celebrações, cidade e vida, como reflexo das relações sociais que se manifestam, mantendo a cidade como local de expressão com vistas a minimizar as diferenças imateriais do cidadão, cada vez mais diminuídos dos seus direitos. A Lapa representa o epicentro da cultura da cidade do Rio de Janeiro, carregando significado de pluralização na produção de identidade(s) cultural(ais), que agrega(m), reúne(m), e valoriza(m) as diferenças. Logo, o presente ensaio objetiva demonstrar a representatividade significativa do espaço da Lapa, considerando o direito à cidade pela apropriação cultural do espaço, e finalizando com a descrição da diversidade musical que parece movimentar o espaço.

Palavras-chave: Lapa, Espaço, Boemia, Diversidade, Cultura.

ABSTRACT

The present work aims to discuss how the region of Lapa, located in the center of the city of Rio de Janeiro, represents the exercise of the right to the city by the local cultural appropriation, intertwined in the meeting of several meetings in the same urban space. This region represents the union between celebrations, city and life, as a reflection of the social relations that are manifested, keeping the city as a place of expression with a view to minimizing the immaterial differences of the citizen, increasingly diminished of their rights. Lapa represents the epicenter of the culture of the city of Rio de Janeiro, carrying the meaning of pluralization in the production of cultural identity (s), which aggregates (m), gathers, and values differences. Therefore, the present essay aims at demonstrating the significant representativeness of the Lapa space, considering the right to the city for the cultural appropriation of space, and ending with the description of the musical diversity that seems to move the space.

Key words: Lapa, Space, Boemia, Diversity, Culture.

Introdução

A sociedade contemporânea está fortemente marcada pela emergência de inúmeros modos de ser e de existir, os quais clamam por visibilidade e por legitimação no seio da vida social. Não se trata apenas de identificar as formas chamadas de “diversidades”, mas de compreendê-las na malha das relações sociais, sempre a partir das vozes que as constituem. Assim, podemos observar, atualmente, movimentos que se organizam em torno de expressões religiosas, de orientações sexuais, do direito a filiações políticas etc.; e percebemos, então, que a vida social se desvela como dinâmica, pluralizada, e que se constrói a partir de muitos encontros; de fato, através de encontros de outros encontros.

Neste trabalho, objetivamos discutir como a região da Lapa, no Rio de Janeiro, representa o exercício do direito à cidade, considerando, portanto, a apropriação cultural local, que se desvela a partir do exercício do direito à cidade e à produção de espaços urbanos, em que, através de muitos encontros, reúnem sujeitos de diferentes contextos socioeconômicos. A Lapa, então, parece aproximar os extremos da vida social: do pobre ao rico, da conquista romanceada à prostituição, do samba ao rock etc. As diversidades existem e resistem a cada encontro na Lapa, formando um verdadeiro caldo cultural.

Na primeira parte deste ensaio, enveredamo-nos pela Lapa de outrora, apresentando algumas marcas históricas participantes da formação sociocultural do espaço, as quais, ainda hoje, reverberam nas imagens do local. Em seguida, tratamos do direito à cidade, tecendo comentários sobre a relação do homem com o espaço físico e social. Mais adiante, abordaremos a musicalidade da Lapa, já que lá ocorre a congregação de diferentes sujeitos, sempre deixando reflexos de si nos caminhos de outros. Por fim, discutimos a ideia da Lapa como reduto de cultura, em que as territorialidades diurnas se diferenciam daquelas que alimentam a vida noturna, mas que, de qualquer forma, participam ativamente das relações sociais e históricas forjadas na maneira como os frequentadores do espaço se produzem e se constroem a cada encontro.

A LAPA DE OUTRORA

A Lapa é um espaço da cidade do Rio de Janeiro em que os ambientes privados se confundem com as ruas. Nessa ambiência, o comércio informal, seja de iguarias, de bebidas, de artesanatos e de peças de vestuários se misturam com os frequentadores, que procuram, nas ruas dessa geografia carioca, entretenimento e novas experiências com as várias tribos sociais. Ocorre, então, a celebração da vida, ao som de diversos ritmos que pulsam em bares e em casas de shows. Esse espaço singelamente bucólico e saudoso, revive e representa um Rio de Janeiro de outrora, fincado no coração da cidade carioca, já fora imortalizado em versos e em prosas, assim como em composições musicais e em temas de enredo de escola de samba, dado a sua importância cultural para o cultivo musical da cidade:

Abre a janela formosa mulher/Cantava o poeta trovador/ Abre a janela formosa mulher/
Da velha Lapa que passou/Vem dos vice-reis/E dos tempos do Brasil imperial/ Através
de tradições/ Até a república atual/Dos grandes mestres do passado/Dedicaram obras
de grande valor/ A Lapa de hoje e a Lapa de outrora/Que revivemos agora/ Ah serestas/
Quantas saudades nos trás/Dos cabarés e as festas/Emolduradas pelos lampiões
a gás/As sociedades e os cordões dos antigos carnavais/Olha a roda de malandro/
Quero ver quem vai cair/Capoeira vai plantando[...] (LAPA EM TRÊS TEMPOS-ARY
DO CAVACO E RUBENS -1971- SAMBA DE ENREDO-GRES PORTELA).

Segundo Requião (2009), na década de 1950, com o surto industrial abrolhado no pós- guerra, a região iniciava um processo de esvaziamento. Na década seguinte, com a mudança da capital

federal para Brasília e a modificação da cidade em Estado da Guanabara, a febre viária altera, mais uma vez, o centro, onde são edificados viadutos e pistas elevadas expressas, voltadas para o atendimento ao transporte por automóvel.

Irias (2007) explica que, durante muito tempo, a vida do bairro da Lapa concebia diferenças socioespaciais se confrontada ao desenvolvimento de outros espaços da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a Lapa:

era identificada pela sociedade civil apenas como um lugar de passagem, pouco iluminado e que convivia junto a mendigos, prostitutas, meninos de rua e trabalhadores que passavam por ali no seu movimento pendular cotidiano. Era visto, portanto, como espaço de degradação urbana (IRIAS, 2007, p.22).

Segundo o autor, os antigos casarões e os cortiços, do pouco que restou da memória histórica da Lapa, basicamente, serviam de abrigo para os locatários das classes mais desprotegidas, na maioria das vezes, nordestinos ou nortistas, que migraram para cidade e nela residiam há algum tempo. Essa forma de habitação era vista pelos técnicos e urbanistas como fator humilhante da paisagem urbana.

Boa parte dos moradores era de classe popular e vivia de forma modesta, porém, para eles, a Lapa era uma geografia de boas oportunidades de empregos, devido à proximidade da área central de negócios e à boa localização desse bairro quanto a outros sítios da cidade. O conjunto de projetos ligados à ampliação da cidade, nas mais diversas instituições, nem mesmo mencionava o bairro da Lapa nos cronogramas. Quanto a isso, Irias observa (2007, p. 22) que diante deste território, “onde a história parecia ter perdido sua relevância frente ao desenvolvimento de novos eixos de expansão urbana da cidade, a vida no bairro parecia ser contada apenas pelos seus ocupantes mais antigos, pelo que restara da história do bairro no século XX”.

De acordo com o autor, esse espaço, frente aos outros eixos de ampliação da cidade, parecia estar cristalizado, uma vez que os projetos não previam nenhuma intervenção urbanística. Até mesmo a pequena função industrial que o bairro apresentara até meados das décadas de 50 e 60 do século XX fraquejou, velozmente, diante do conjunto de desenvolvimento do restante da cidade. Por conta dessa situação, intelectuais, artistas e políticos atravessaram os túneis rumo a Copacabana; as boates, então, tomavam o lugar dos cabarés. Assim, os “holofotes” da cultura e da boemia carioca foram desviados para a zona sul da cidade, local em que nascia a bossa-nova.

A Lapa protegeu, entretanto, um único símbolo que se conservou intacto e intocável, mesmo com as muitas intervenções urbanísticas e a sua posterior decadência política e econômica: trata-se de sua efervescência cultural. A sua localização, talvez, tenha sido de importância basilar para conservação desse símbolo. Assim, a convivência dos muitos frequentadores do bairro, até então limitados aos indivíduos de baixa renda, continuou inalterado em boa parte da segunda metade do século XX.

Na trajetória da década de 1980, as coisas começam a se modificar, pausadamente, no território da Lapa. O projeto do Corredor Cultural, exercido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, pareceu reascender a vida boêmia do bairro, alavancando a Lapa ao processo futuro, pelo qual viria a passar. Esse conjunto de episódios, que traz de volta a vida boêmia da Lapa, pôde destacar alguns espaços de entretenimento, que revitalizaram essa geografia carioca. Então, é possível observar que:

o primeiro [aspecto] está ligado ao funcionamento da sala Cecília Meirelles, reduto de rodas de samba e de choro. Estas rodas eram embaladas por Paulinho da Viola, Pixinguinha, Jacob do bandolim, Candeia, Cartola, Elizete Cardozo e muitos outros artistas de prestígio que construíram a imagem do malandro carioca que não trabalhava, mas que acabava enaltecido por outros indivíduos devido à soberba e a possibilidade de viver feliz na vida boêmia. O segundo fato importante ligado ao renascimento da boemia no bairro está associado à escola de música da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, de onde sai o público jovem universitário que tenta resgatar a música popular e os valores importantes oriundos deste modo de vida cantado pelos interpretes colocados mais acima (IRIAS, 2007, p. 24).

Nos anos 1980, quando se deu a acomodação do Circo Voador no Largo da Lapa, trazendo consigo o agito em torno do rock nacional, o chamado BRock, a Lapa volta a ser um dos centros de referência para a vida cultural da cidade. A centralização era prioritariamente nas cercanias dos arcos e nos restaurantes que subsistiram às mudanças no local, como o Bar Brasil, o Cosmopolita e o Capela (hoje Nova Capela) (REQUIÃO, 2009).

Irias (2007) pontua que, além de colaborar para o não esquecimento desses extraordinários estilos de música – o samba e o choro – e para cultura de modo geral, a assiduidade dos jovens, que passeavam e ainda passeiam pelo entorno deste sítio, colaboraram para o encontro de tribos urbanas diversificadas nesse território. Esse caldo cultural oportunizava a mistura do samba e do choro com os espetáculos da casa de show Asa Branca, onde se cantavam e se promoviam os requebrados típicos do forró. A abertura de botequins nos antigos sobrados arruinados, além da existência de uma pequena e antiga rede de hotéis, serviram para materializar esse pequeno eixo de expansão da vida boêmia do bairro nos anos 80, que deram sinal de vida, como declara o autor.

A Lapa se tornou o ponto de encontros de estudantes universitários no centro do Rio de Janeiro por toda sorte de comércio, a exemplo de venda e de troca de discos antigos, de cerveja barata e de ingresso gratuito aos botecos, que tinham algumas mesas de sinuca. O clima descontraído e a presença de diferentes estilos eram suficientes para manter a nostálgica malandragem produzida pelos movimentos culturais mais antigos. Ressurgia, então, a Lapa, a Lapa da renovação urbana, a Lapa que combina a malandragem e os novos projetos da modernidade (IRIAS, 2007).

O DIREITO À CIDADE PELA APROPRIAÇÃO CULTURAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A cidade, conforme explica Park (1967, p. 3), pode ser compreendida como a empreitada mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com “o desejo de seu coração”. Não é imutável ou estático, assim como a natureza humana, que sempre busca se refazer. Na esteira desse pensamento, emerge o direito à cidade, que, conforme preconiza Harvey (2013), pode ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana. Dessa forma, a Lapa, pode ser compreendida como espaço que agrega, que reúne as diversas massas de várias regiões do Rio de Janeiro, oriundos de áreas tão fragmentadas pelas dissonâncias sociais e espaciais, onde bairros mais abastados são mais privilegiados, inclusive culturalmente, do que os subúrbios cariocas, na lógica similar a de Balbo (2003):

[...] está rachando em diversas partes separadas, com a aparente formação de “microestados”. Os bairros ricos são atendidos por toda sorte de serviços [...] que se emaranham entre ocupações ilegais, onde a água é disponível somente em fontes públicas, nenhum sistema sanitário existe, a eletricidade é privilégio de poucos, as ruas se tornam lama quando chove e o compartilhamento dos espaços domésticos é norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, atendo-se com firmeza àquilo que foi possível agarrar na luta diária pela sobrevivência. (BALBO, 2003, p. 379).

Da fragmentação da cidade, emergem aspectos sociais, culturais e espaciais, conferidos pelos inúmeros processos de urbanização, os quais privilegiam mais as áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, os espaços marcados ainda pela divisão do trabalho. Se as tessituras das necessidades humanas e do trabalho conferem tons ao território, é compreensível que a apropriação de determinados espaços, os quais fazem parte do cotidiano, seja carregada de elementos subjetivos; isto porque as atividades se conectam com o espaço, e com a necessidade de expressão e mudanças, conferindo uma ordem simbólica. Nesse sentido, é possível distinguir uma atividade racional, voltada a um fim prático, de uma atividade de comunicação, sempre mediada pela simbologia, na construção social em Weber (1864-1920), que sinaliza a existência de construção de sistemas sociais locais, os quais permeiam o *ethos* cultural de um espaço, conferindo sentido ao lugar.

A noção de cultura permeia a vida social, em que práticas e vivências do cotidiano podem se revestir de símbolos culturais, uma vez que as ações individuais e coletivas podem se apresentar como produto de tradições e de práticas locais, expandindo o arcabouço cultural por meio do capital simbólico, porquanto “[...] uma tal de acumulação de ‘capital simbólico’ redundando numa expansão das instituições e num retorno material nada desprezível para os produtores culturais [...]”. (ARANTES, 1998, p. 152).

Nessa arena de embates de fragmentação da cidade, a cultura protagoniza uma espécie de (re) consolidação, seja de espaços públicos, seja de regiões desprivilegiadas, cultural e socialmente, seja pela compensação territorial de lugares invisíveis ou relegados ao esquecimento, como relembra Sarlo (2014), reavivados graças à apropriação de espaços, reconhecidos posteriormente como símbolos culturais da cidade. Assim, as experiências de rua dos bares e de espaços abertos também produzem uma sensação de familiaridade, tornando a Lapa um bairro cultural, território de diversidades e espaço de “encontros sociais” na cidade do Rio de Janeiro.

LAPA, TERRITÓRIO DE DIVERSIDADE MUSICAL

No caminho da primeira para a segunda metade da década de 1990, a Rua Joaquim Silva já havia se tornado referência para os muitos costumes distintos, que se apresentavam no bairro. A promoção de eventos de música, de todos os estilos, desde o Jongo da Serrinha, passando pelo maracatu, forró, samba, salsa, funk e outros gêneros musicais, colaboravam para o sucesso desse eixo cultural, em se tratando de ponto de encontro das mais variadas tribos urbanas. Os jovens foram envolvidos, indiretamente, ao presenciarem, naquele espaço, diferentes eventos culturais que, rapidamente, emergiam. A cultura afro-brasileira, como observa Irias (2007), também deu seu apoio neste movimento crescente, agenciando rodas de capoeira embaixo dos Arcos da Lapa, além de apresentações de danças com características da cultura afro, como o maracatu e o jongo.

A Lapa, antes destacada e marcada pela boemia carioca, em virtude da decadência do período pós-guerra, regressava, mesmo com seus problemas, a fazer parte do cenário cultural da cidade. Todavia, outras ruas apresentavam e mantinham em funcionamento bares e bordéis nas imediações do bairro, como a Rua Mem de Sá (IRIAS, 2007). É importante atentar para o fato de que a Lapa de hoje não nasceu por acaso, como declara Araújo (2009), mas, sim, que já estava lá... sempre esteve. Só carecia de Música Popular Carioca para abrir o grande palco.

A vida nova da Lapa era efeito da persistência, da crença na nossa música popular, das andanças pelo mundo do samba e pela vida boêmia do Rio de Janeiro. Segundo a autora, a partir desses adventos é que surgiram as casas noturnas, privadas de médio e de alto custo, dos mais variados estilos, além do espaço da rua e da calçada, disputados pelos frequentadores e pelos vendedores ambulantes.

A rua tem seus encantos e significados para os que a frequentam como um espaço de entretenimento, de forma que a reação de seus frequentadores contribui para a ressignificação do lugar para os diferentes grupos sociais, que, por sua vez, constituem diversos tipos urbanos. A publicidade divulga o lugar, como uma mercadoria e, também, colabora para lançar moda, abarcando o vestuário, objetos de consumo, compondo um estilo de vida que singulariza os usuários.

Relata a Araújo (2009) que cada um desempenha uma função distinta, mas, quando analisadas conjuntamente, representam o espaço vivido em tempos históricos e bem diversos, imbuídos de uma paisagem que induz o imaginário social ao consumo dos lugares mais atraentes. As casas noturnas têm sentidos diferentes, segundo os valores conferidos pela tribo que as admiram e as frequentam. Desse modo, podemos afirmar que a multiplicidade desses grupos representa essa “nova boemia” na Lapa.

Muitos, como observa a autora, permaneciam mais nas ruas e nas calçadas do que nos bares, fazendo uso dos serviços dos camelôs, e outros frequentavam bares e botecos que não cobravam ingresso; no entanto, ainda assim, um número significativo frequentava os espaços que cobravam, pois, essas pessoas estimavam pela qualidade e pela segurança. Na verdade, existia, de um lado, a emergência de um “circuito superior”, isto é, um mercado formal, que se encontra em posição hegemônica, representado pelas PMEs (Pequenas e Médias Empresas) locais; de outro, o diálogo com o “circuito inferior”, representado pelos camelôs nas calçadas das ruas da Lapa. Todavia, esses circuitos seriam subsistemas, partes de um mesmo processo econômico em que a complementaridade entre os dois circuitos seria evidenciada pelo consumidor.

Cabe-nos pontuar que, segundo a autora, a importância da rua tem um sentido social e cultural, enquanto um elemento de interposição dos grupos que frequentam a Lapa. Apesar das ruas se diferenciarem no uso, é possível notar o mosaico de territorialidades que se fixam nas esquinas delas, pois são os únicos espaços consumidos por todas as identidades. Existem grupos que, por motivos múltiplos, dentre eles a falta de poder aquisitivo, escolhem circular pelas calçadas, em ambientes despojados, simples, ou nas festas de rua (sem paredes, nem entrada ou saída, cujos assentos são as próprias calçadas). Nessa miragem, a rua guarda particularidades e experiências vividas entre os indivíduos e coletivos a cada noite:

a rua aparece, nesta perspectiva, como um elemento revelador a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como, através dela desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência e de vida, pois marca a simultaneidade do cheio e do vazio e das temporalidades diferenciadas. (ARAÚJO, 2009, p. 99).

Nessa geografia carioca, a presença de ambulantes durante o dia, geralmente, vendendo doces e refrigerantes, limitava-se aos pontos de ônibus. Ao anoitecer, os produtos dos camelôs ocupavam as calçadas e concorriam com o comércio formal, ao venderem bebidas, como cervejas, e comidas. Além disso, eles comercializavam também roupas e acessórios artesanais. Os comerciantes informais utilizavam de táticas de vendas diferenciadas, pois uns se mantinham parados nas calçadas e outros em movimento, abordando os possíveis consumidores. Como comenta Araújo (2009):

a fama de tradição boêmia que o bairro carrega e que é (re)significada todo o tempo, ainda permanece porque é à noite, com inspiração da arquitetura do bairro, que as relações sociais ocorrem com mais liberdade, ou seja, é no momento do lazer e da descontração que a boemia se faz presente – é como se o cenário do bairro magicamente levasse o frequentador desse lugar ao “estado de espírito boêmio” em meio a estes espaços capturados pela extensão do mundo da mercadoria, nem tudo é submetido à lógica da troca. (ARAÚJO, 2009, p. 101).

Nota a autora que a cidade é decorrência do trabalho materializado, isto é, um produto social elevado, a fim de atender a diversas funções urbanas, tais como produção, consumo, lazer, trabalho, entre outros. Essas funções urbanas deram origem a comportamentos socioafetivos, costumes e valores, que condicionam um padrão de diálogo social, de acordo com o ambiente visitado, ou seja, o trabalho determina disciplina e racionalidade, no lazer prepondera a descontração.

LAPA: O REDUTO CULTURAL DA BOEMIA CARIOCA

Em muitos momentos, a Lapa é apresentada como um ambiente de boemia, simbolicamente, arquitetado; isto é, cada esquina simula um lugar, com suas distinções de estilos, de vestimentas, de ritmos e de capitais culturais. E, nessas práticas urbanas, há a consolidação de uma “identidade coletiva” associada à imagem dominante, implantada no lugar, que no caso da Lapa, é uma identidade balizada pelo visual da paisagem urbana contemporânea (ARAÚJO, 2009).

Na Lapa, as territorialidades diurnas são diferentes das noturnas, em que os objetos são arquitetados para atender a funções diferenciadas. Os significados atribuídos à materialidade são um produto histórico-social, que se alteram ao longo do tempo pelas contínuas gerações. Desse modo, o cenário urbano é um produto histórico-social, pois está sendo delineado ao longo do tempo por diferentes gerações. De acordo com a autora, a Lapa apresenta em sua paisagem uma singularidade, pois é a produção de um passado imaginário, norteador por elementos que tecem o (re)encontro com o lugar, como o samba, a boemia, o cabaré, o café e a prostituição. Assim sendo, as tradições do lugar são cotidianamente (re)inventadas, a partir de informações e de lembranças que são reparadas para arrumar uma paisagem completamente diferente. Essa adequação, que mistura o novo e o velho, que ajusta objetos “arcaicos” com o “glamour”, cria uma fantasia visual, onde a arquitetura e o marketing trabalham para direcionar, de acordo com a ideologia, a opinião pública acerca do lugar. Araújo (2009, p. 108) comenta que

a ladeira Joaquim Silva é uma das ruas mais movimentadas à noite, e uma das mais desertas durante o dia. No período diurno há riscos de assaltos e demais tipos de violência urbana. Mesmo assim alguns turistas passam por ela durante o dia para visitarem a escadaria de azulejos de Selarón ao final da rua, que foi tombada pela prefeitura em 2005. Por isso, essa rua trata-se de um lugar com diferentes territorialidades. Apesar das transformações, o uso da rua na Lapa continua sendo um espaço utilizado para os encontros inesperados, imprevistos e para fazer amizade.

Os experimentos do lugar são pessoais e intransferíveis. Cada frequentador, de acordo com sua astúcia e vivência, atribui um significado ao lugar. Assim sendo, o que move as pessoas a buscarem a Lapa tem origens distintas. Entre os motivos de frequentarem o lugar estão: fazer amigos; diversidade de música e de dança; busca por ambiente popular com a presença de várias tribos; pretextos de turismo e de apreciação da arquitetura; vasta gama de diversão barata; uma atmosfera alegre, boêmia e badalada; a história e a cultura do lugar; dentre outros, como descreve Araújo (2009).

No que tange aos melhoramentos da Lapa, especialmente quanto à Rua do Lavradio, foram pensadas ações de iluminação, de manutenção e de reconstrução dos antigos postes, que remontam ao início do século XX. Um novo calçamento, reforço da segurança nas proximidades da rua e a revitalização da fachada de alguns sobrados fazem parte do cenário. Nesse contexto, as badalações de alguns roteiros gastronômicos, históricos e turísticos, surgem com a finalidade de promover a Rua do Lavradio e o bairro da Lapa ao crescente público, que vinha de outras localidades da cidade, conforme explicita Araújo (2009, p. 115):

assim sendo, medidas como as compras conjuntas; o associativismo; um bom plano de marketing; a criação de sites informativos e um calendário dos principais eventos; seriam, conjuntamente, de fundamental importância para promover a rua ao simbolismo do Rio antigo. Os antiquários e o resgate de estilos musicais, tipicamente brasileiros, complementariam, então, as metas do projeto. A proposta é bastante clara e visa promover a imagem ou a identidade carioca nestes setores de cultura, entretenimento, lazer e gastronomia, intermediados é claro, pelos investimentos da iniciativa privada.

Fazer um passeio pela Lapa carioca, morar no bairro, ou até mesmo visitar esse sítio do Rio de Janeiro uma única vez, especificamente, no caso do turismo, é perceber uma parte da história da cidade através de sua arquitetura de outrora e de suas adaptações de atualidade, seja nas edificações e/ou até mesmo pelos ritmos musicais e a diversidade de gêneros, etnias e faixas etárias. Nesse contexto, Assim como ocorre com os diversos estilos musicais, que nos mostram como a rua pode representar a cultura de um grupo e quiçá de uma cidade, podemos afirmar, no caso da Lapa, que esse espaço é um museu a céu aberto.

Considerações finais

A Lapa carioca representa, de forma bastante emblemática, o encontro de vários caminhos que, ao som de diferentes ritmos e pelo vibrar de múltiplos sons, aproximam-se, afastam-se, mas não parecem se excluir. Em outras palavras, a Lapa de outrora e a de agora, embora apresentem mudanças no espaço e na arquitetura, ainda operam como o lugar que oportuniza o congregar de várias tribos, ritmos e classes sociais, reunindo não somente aqueles que buscam os prazeres da vida boêmia, mas também aqueles que tiram o seu sustento dos encontros no local.

Assim sendo, a Lapa emerge como forte emblema do direito à cidade, tanto por congregar pessoas diferentes, quanto por espelhar as mudanças dos sujeitos a partir de suas motivações nas esferas individuais e sociais. De fato, não são apenas os ritmos que parecem movimentar os sujeitos, mas o desejo de dar cor e vida à existência, por vezes, marcada por duras realidades. A Lapa, portanto, não é apenas o espaço da cultura, mas da relação entre os sujeitos para produzi-la, transformá-la e se sentirem parte de uma geografia que congrega e reconhece o diferente.

Referências bibliográficas

ARANTES, *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: USP, 1998, p.152.

ARAÚJO, Vanessa Jorge de. *Lapa Carioca, uma (re)apropriação do lugar*. IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 2009.

BALBO, Marcello. *Cities transformed: Demographic change and its implications in the developing world*. Washington: The Nacional Academies Press, 2003, p. 379.

_____. *A Liberdade da Cidade*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013, p. 27-34.

IRIAS, Frederico Duarte. *A renovação urbana da Lapa, Rio de Janeiro: um território de conflito?*. RJ. IPPUR/UFRJ. 2007

REQUIÃO, Luciana. *O trabalho produtivo do músico nas casas de shows da Lapa: um estudo de caso*. Niterói: UFF Trabalho necessário, 2009.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: edusp, 2013.

SARLO, Beatriz. *A cidade vista: mercadorias e cultura urbana*. São Paulo: WmfFontes, 2014.

O DESVELAR DA MEMÓRIA PELO TRABALHO DISCENTE: ANÁLISE DOS ESCRITOS DE ESTUDANTES SOBRE A PERCEPÇÃO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

ALEX MEDEIROS KORNALEWSKI
UNIRIO/PPGMS
Bolsista DS Capes
alexmedeiros87@hotmail.com

JOSÉ MAURO DE OLIVEIRA BRAZ
UNIRIO/PPGMS
Bolsista DS Capes
jmobraz@yahoo.com.br

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS
UNIRIO/PPGMS
Bolsista Produtividade CNPq
frfarias@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo principal verificar o entendimento dos discentes do primeiro período de biblioteconomia, no que tange as funções institucionais que o bibliotecário pode desempenhar no âmbito do chefe e/ou líder. Além disso, pretende-se também verificar quais são as possibilidades de atuação profissional que os estudantes vislumbram para o profissional bibliotecário. A metodologia deste trabalho será baseada na análise de conteúdo das respostas que os discentes forneceram à uma atividade não obrigatória proposta em sala de aula. Apesar de não obrigatória esta atividade contribuiria para a avaliação. Como resultados tem-se que o bibliotecário é eminentemente percebido como líder, contudo há limites em relação às possibilidades de inserção profissional, pois as respostas dos discentes oscilam em apenas um local de atuação: a biblioteca.

Palavras-chave: Educação. Memória. Bibliotecário. Informação. Democracia.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to verify the understanding of the students of the first period of librarianship, regarding the institutional functions that the librarian can play in the ambit of the leader and or boss. In addition, it is also intended to verify what are the possibilities of professional performance that students envision for the professional librarian. The methodology of this work will be based on the analysis of the content of the answers that the students provided to a non compulsory activity proposed in the classroom. Although not mandatory this activity would contribute to the evaluation. As a result, the librarian is eminently perceived as a leader, yet there are limits to the possibilities of professional insertion, since the students' responses oscillate in only one place of action: the library.

Keywords: Education. Memory. Librarian. Information. Democracy.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se analisar o entendimento do discente de primeiro período do curso de graduação em biblioteconomia, acerca do exercício do profissional bibliotecário frente às diferentes instituições que viabilizam a sua atuação, tais como: biblioteca pública, biblioteca especializada, biblioteca escolar, biblioteca comunitária, unidades de informação, centros culturais, organizações não governamentais (ONG's), editoras e afins. Pretende-se perscrutar a partir das observações dos discentes, qual o papel do bibliotecário, sua relação com outros profissionais nas instituições, além das vantagens e desafios no exercício da profissão.

Tais observações serão provenientes de atividades de avaliação aplicadas no decorrer do semestre letivo, no qual os estudantes puderam dissertar sobre as formas de identificação do profissional bibliotecário, relativas a construção de vínculo, no âmbito da sociabilidade, classificando a função deste profissional como de líder (capaz de estabelecer relações interpessoais adequadas para atingir um objetivo) ou de chefe (cuja gestão impõe suas ideias pela autoridade, sem a preocupação de estabelecer relações interpessoais).

Além disso eles também acabam por apresentar a relação do profissional bibliotecário com os outros diversos funcionários da instituição. A título de análise do material selecionado aplicar-se-á a metodologia de análise de conteúdo objetivando assim centrar nossa reflexão em torno da figura do bibliotecário, das menções feitas a este profissional no decorrer da escrita dos trabalhos, e possível futuro profissional deste ramo, levando em consideração a visão dos discentes acerca destes pontos. Pretende-se também compreender as diversas configurações que a informação assume nos contextos apresentados, por intermédio da abertura de múltiplas perspectivas sobre os indivíduos e coletividades.

Antes de abordar especificamente os resultados deve-se levar em consideração que, de acordo com uma análise prévia dos documentos, constata-se que há dissonâncias quanto ao entendimento acerca do profissional bibliotecário, tanto no que diz respeito a esfera institucional, quanto aos aspectos da esfera relacional com outros sujeitos que integram o corpo de funcionários. A lógica do bibliotecário líder ou bibliotecário chefe se confunde nessas duas esferas anteriormente mencionadas, ao mesmo tempo em que a ausência de informação em relação à razão de ser do profissional se faz presente, o que propicia um conhecimento superficial quanto a missão do bibliotecário. Em aditamento os estudantes possibilitam o evocar de narrativas ancoradas por um passado, ao mesmo tempo em que antecipam o futuro, de forma a construir um *continuum* indiviso, sendo este identificado como consciência e, por conseguinte, como um tipo de memória. Assim sendo, esta consciência, ou memória, permite que haja o surgimento de um processo construtivo, que tem por objetivo comunicar um determinado conhecimento a um terceiro.

Espera-se que por intermédio destas reflexões possa-se contribuir para o aprimoramento e construção de atividades que permitam aos discentes do curso de biblioteconomia, estejam eles em formação ou sejam novos ingressantes, uma maior aproximação com o universo da atuação do profissional bibliotecário, seja para desconstruir determinadas visões equivocadas acerca do exercício e da dinâmica profissional, seja para confirmar as impressões que porventura os estudantes carreguem consigo em suas trajetórias de vida. Contudo, uma indagação deve fazer-se presente durante o decorrer desta reflexão: poderiam estes equívocos e impressões relativas ao futuro profissional do bibliotecário ocorrer em demais cursos de formação?

Inicialmente pretende-se explorar a questão relativa ao âmbito da função da Universidade na sociedade, concentrando o olhar sobre a contemporaneidade, após isso dar-se-á ênfase à figura do profissional da informação/bibliotecário na atualidade para posteriormente perscrutar

as funções de líder e chefe na sociedade. Posto isto, serão realizadas aproximações entre as funções de chefe e líder e os possíveis papéis profissionais do bibliotecário levando em conta suas competências, a luz da análise do material disponível para o trabalho: as respostas dos alunos do primeiro período do curso de biblioteconomia de uma universidade federal no estado do Rio de Janeiro. Um fato que merece destaque é o de que cerca de 75% da turma do primeiro período do curso de biblioteconomia declara que o referido curso não foi sua primeira opção dentro do hall de cursos disponíveis para serem selecionados, e, além disso, destaca-se também que grande parte dos discentes afirmou “estar ali para que os pais não reclamassem em seus ouvidos”, trazendo à tona um aspecto da aprendizagem que a curto e longo prazo pode dificultar no processo de construção do conhecimento na medida em que o discente não se percebe como parte integrante do processo de ensino aprendido por força do desejo, mas sim por força das ocasiões que excedem seu controle.

2 DA FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

As universidades são Instituições de Ensino Superior (IES) e sua evolução enquanto instituição está intrinsecamente vinculada às alterações políticas, econômicas, ideológicas, religiosas, bem como as tecnológicas, científicas e sociais. Tais atravessamentos perpassam pelas interações que estabelecem entre as pessoas que integram os diferentes espaços institucionais, e também influenciam, recursivamente, o resultado dos seus produtos, conhecidos como tripé da Universidade – educação, pesquisa e extensão (FÁVERO, 2014). As IES são geradoras de influências sociais, quando disponibilizam profissionais e conhecimento e pelo fato de terem de lidar com o retorno potencializado das demandas, resultado das ações qualificadas destes profissionais, seus egressos, assim como com o conhecimento que recaem em seus meandros, em forma de novas demandas, para que novamente, possam melhorá-los e devolvê-los à sociedade. Quando esses produtos das IES, caem no contexto social, têm-se o cumprimento da sua finalidade momentânea, e são superados, a retornar como novos desafios a serem investigados. Como protagonistas desta recursividade, as IES inserem-se no rol das principais organizações responsáveis pela geração da complexidade social existente (FÁVERO, 2014).

Toda esta movimentação gera tensões internas nestas organizações, pois colocam em xeque os modelos de IES praticados até então. Despertam questionamentos referentes ao perfil da identidade social das IES e reivindicam estruturas e funcionalidades adequadas ao momento atual. Muitos dos existentes não mais respondem, nem às demandas educacionais, nem as sociais e muito menos as tecnológicas, ao contrário geram expectativas de que as IES se superem e se insiram no contexto. O contexto social extremamente dinâmico e intransigente promove discussões sobre como afeta os três pilares destas instituições. Ao referir-se às reivindicatórias de revisões sobre a identidade das organizações de ensino superior, Santos (1997) argui que elas recebem influências peremptórias, aceleradas, da sociedade e do Estado, insistentemente.

A produção das IESs devem, em essência, ser analisadas por seu impacto sistemático e dinamismo no espectro sociocultural, por um determinado tempo, até quando surgem inovações, ou seja, são sistemas cuja complexidade introduz fatores como a tríade: instabilidade, irreversibilidade e evolução, o que, por conseguinte, implica em um processo de auto-organização constante (VASCONCELOS, 2002).

A direção desencadeada pelo processo de produção, e realinhamento educacional frente a evolução destes processos, pressupõe qualidades outras na formação dos profissionais-cidadãos que emanam das IES. Estes usufruem delas como alunos, mas, quando egressos, tornam-se essencialmente atores sociais. Desse modo, a forma como as IES estruturam o papel que representam na sociedade influi no perfil histórico da formação e, conseqüentemente

no estilo de vida do cotidiano. Outrossim, os avanços das IES quanto questão da autonomia política, administrativa, financeira e pedagógica ainda atuam mediante a manutenção das tendências políticas predominantes.

3 DA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

A evolução científica e tecnológica vem desde as mais priscas eras fazendo com que a sociedade adeque parte de seu cotidiano a implementação dessas novidades. Mais recentemente ingressamos no que ficou conhecida como a sociedade da informação, ou sociedade em rede, fazendo com que o fluxo informacional viesse a ser intensificado por intermédio dos mais diversos meios de comunicações (POLIZELLI, 2007; CASTELLS, 2005).

Essa nova dinâmica social fundamentada na informação, que circula por intermédio das tecnologias, obviamente traz consigo dilemas e questões no que tange ao âmbito da educação, seja em relação a formação que vem sendo ofertada aos estudantes que procuram se ocupar disso por mais anos do que o comumente encontrado, seja em relação a formação daqueles que realizam ensino voltado para o ingresso mais imediato no mercado de trabalho. Com isso, uma das incumbências de todo e qualquer sistema educacional é acompanhar as modificações da sociedade, propiciando ao aprendiz condições necessárias à manutenção de sua qualidade de vida no meio social o que corrobora para que a educação seja essencial na “construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim a garantir seu espaço de liberdade e autonomia.” (TAKAHASHI, 2000, p. 7).

Nesse sentido, a Biblioteconomia discute sob o viés da competência informacional dos profissionais, tendo como principal recurso a informação, que irá auxiliar no processo de ensino e aprendizagem ao longo da vida de cada sujeito (CAVALCANTE, 2006).

Dessa forma, instituições como a escola, a universidade e a biblioteca, por serem socialmente consideradas espaços de construção do saber (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005), ao trabalharem com informação, devem ancorar-se sob um mesmo propósito: formar sujeitos capazes de analisar, interpretar e refletir acerca das informações que lhes são apresentadas no decorrer da vida, capacitando-os assim a tomar decisões que estejam de acordo com sua ética, possibilitando o amplo desenvolvimento da sociedade (TETERYCS, 2008).

Nesse sentido, o bibliotecário, deve capacitar-se quanto aos recursos informacionais, ao acesso, às tecnologias e administração, utilizando-se do conhecimento como base para melhorar os serviços de informação. Abels et al. (2003), distingue quatro campos do conhecimento: a) administrar as organizações informacionais; b) administrar os recursos informacionais; c) administrar os serviços informacionais; e, d) aplica tecnologias e ferramentas de informação.

No que tange a formação do bibliotecário no Brasil, as diretrizes do Ministério da Educação (BRASIL, 2001) apontam que as competências deste profissional devem considerar: 1) gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; 2) formular e executar políticas institucionais; 3) elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; 4) utilizar racionalmente os recursos disponíveis; · desenvolver e utilizar novas tecnologias; 5) traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; 6) desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; e, 7) responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

4 DA FUNÇÃO PATERNA NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A função paterna é tema amplamente explorado na psicanálise, sendo explorado por Freud (1976) e Lacan (2003). Nas relações que se constituem ao longo da existência humana, destaca-se a experiência de satisfação, experiência esta que se apresenta como uma das primeiras a serem inscritas no aparelho psíquico e à qual é impossível de se obter de forma autônoma durante os primeiros minutos de existência do ser humano. Na incapacidade de produzir satisfação por si só, o bebê necessita de auxílio externo, o que implica no relacionamento com o outro e, por conseguinte, na função secundária de comunicação. Logo, a comunicação e o desamparado inicial são as fontes primordiais de todas as motivações morais (FREUD, 1976a).

O século XX pôde testemunhar o apogeu da psicanálise que foi criada, segundo os postulados freudianos, para dar conta do mal-estar na civilização, mal-estar este, causado pela forte repressão social exercida sobre o mundo pulsional do sujeito, resto da moral vitoriana, presente na sociedade europeia. Para Freud (1976a), a cultura revela uma faceta trágica, tornando o ser humano fadado a um desamparo fundamental e a impossibilidade de ser feliz, em decorrência de uma relação conflituosa entre pulsão e a civilização que jamais será ultrapassada, uma vez que ela é de ordem estrutural e produtora de desarmonia nos laços sociais.

Pautado nesses ideais da modernidade, Freud (1976b) disserta sobre o mito do “Totem e Tabu”, no qual, ao mesmo tempo em que tenta salvar a decadente imagem do pai ao instituí-lo como simbólico, funda a civilização através do pacto estabelecido pela comunidade dos filhos. Nesse mito, é condição imprescindível que o pai tirano morra enquanto homem para, após sua morte ter sido celebrada e pranteada, poder existir como pai simbólico. Todavia, para que a edificação do homem em pai se realize, é preciso que ele seja miticamente investido de um atributo fálico imaginário, ou seja, que a ele seja suposto deter aquilo de que todo homem é desprovido (DOR, 1991). Uma vez morto o pai, os filhos constituem-se divididos entre o desejo e o gozo, à medida que a figura simbólica paterna se faz representar como exceção, ou seja, pelo “ao menos um” que, por se encontrar imune à castração, por se posicionar como um terceiro em exceção, possibilita a existência e a coesão grupal. Portanto a figura paterna designaria o princípio da autoridade de sustentaria o “fio e a trama” do tecido social (ARAÚJO, 2002).

No que tange a formação dos grupos, a identificação poderá ocorrer por duas vias. Uma delas vinculada a um laço emocional conflitivo, como é o caso da figura do pai e outra relacionada ao laço emocional solidário que acaba por unir os membros de um grupo entre si (ARAÚJO, 2002). Portanto o fenômeno do grupo supõe a existência de um duplo direcionamento afetivo. Um deles responsável pela coesão deste grupo, podendo este ser entendido como o direcionamento vertical, que vincula o grupo ao “pai”; o outro, responsável pela identificação de uns com os outros como sendo iguais, ocorre segundo um direcionamento afetivo horizontal. Verifica-se que os grupos se constituem por sujeitos iguais, em termos das condições sociais em que se situam, ao mesmo tempo em que almejam ser governados por uma única pessoa, dito de outra forma, “muitos iguais que podem identificar-se uns com os outros, e uma pessoa isolada, superior a todos eles; essa é a situação que vemos nos grupos capazes de subsistir” (FREUD, 1976, s/p).

Portanto o “pai”, identificado pela relação afetiva vertical, pode desempenhar papel de líder ou chefe dependendo das funções que desempenhara nos contextos a serem analisados. O líder pode ser considerado aquele que inspira os outros a efetuarem deslocamento dentro do espaço do grupo; trata-se daquele que não recorre a uma ação autoritária em relação ao grupo, contudo não deixa de ter a autoridade em relação a ele. A correta organização dos processos que ocorrem no grupo em questão é o foco do líder, para que sejam mantidos os objetivos do grupo, dentro das ocasiões que o atravessa, bem como a sua posição de líder em relação ao

demais.

Já o chefe, apesar de buscar a conservação dos mesmos aspectos supracitados (objetivos situacionais e autoridade), o faz por intermédio do reconhecimento de sua figura de poder em relação aos demais integrantes do grupo. Não há necessariamente uma preocupação com a harmonia dos processos, fazendo com a intervenção do chefe possa, a qualquer momento, reorganizar os mesmos no intuito de cumprir os objetivos almejados por ele em relação ao grupo.

Todavia, cumpre-nos desvelar, a luz da questão respondida pelos estudantes, qual é a perspectiva que os mesmos têm em relação a ação do bibliotecário nas instituições que demandam o seu saber, sua técnica e suas estratégias de gestão da informação.

5 BIBLIOTECÁRIO: CHEFE OU LÍDER?

É importante evidenciar e relembrar que a análise do material selecionado será norteadada pela análise de conteúdo, que se trata de uma ferramenta metodológica empregada para “obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadoras que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 2009, p. 44). Sendo assim, pode-se por assim dizer que o método de análise de conteúdo é balizado por duas fronteiras: de um lado a fronteira da linguística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras (hermenêutica). O presente trabalho intenciona abordar os dois âmbitos simultaneamente, por intermédio de leitura e inferências que pretendem girar em torno do papel desempenhado pelo bibliotecário enquanto chefe ou líder nos contextos apresentados pelos estudantes. Em suma, o que se realizou foi a análise do que é explícito na escrita dos discentes, procurando detectar falas e expressões que se relacionem com o foco do trabalho.

As respostas obtidas foram oriundas de uma atividade aplicada aos estudantes na modalidade de educação à distância, na qual os mesmos tinham o prazo de um dia inteiro para encaminhar as respostas via plataforma ao professor da disciplina. A aula tinha por objetivo “introduzir a temática da ordem social e suas temáticas afins, como organizações sociais, família e instituições para que posteriormente articule-se com as próximas aulas” e para tanto lançou-se mão de um vídeo e um texto, ambos disponibilizados para os discentes via plataforma on-line.

A atividade do dia contou com duas questões das quais destacamos apenas uma por ser a que se relaciona diretamente com os objetivos deste trabalho. Eis o texto da questão: “As múltiplas tipologias de bibliotecas (pública, escolar, especializada, comunitária etc.), unidades de informação, centros culturais, ONG’s, editoras e afins são algumas das instituições em que o profissional bibliotecário se faz presente. Com base no texto desta aula, quais são as formas de identificação, relativas a construção de vínculo, no âmbito do líder ou chefe? Defina-as e exemplifique com base na relação do profissional bibliotecário e demais funcionários inerentes à instituição de sua escolha.”

Inicialmente há de se ressaltar dois pontos; primeiro o fato de o discente ter a liberdade de selecionar o ambiente que vai apresentar em sua resposta; segundo o fato de, já na pergunta, haver uma brecha que permite-nos inferir que ambas as funções (líder e chefe) serão exercidas pelo bibliotecário, contudo em momentos diferentes da dinâmica institucional. Em função de esta atividade compor o quadro de avaliação, mas não ser obrigatória, foram geradas dezoito respostas, em uma turma que tinha mais que o dobro deste quantitativo. Estas respostas foram analisadas e delas obteve-se o quadro abaixo. Horizontalmente encontra-se a classificação apresentada no decorrer do trabalho com a inclusão do respectivo paralelo de referência

que todos os alunos utilizaram entre aspas, ou seja, no intuito de confirmar a resposta eles recorreram a elementos textuais e julgamos importante apresentá-los na análise. Verticalmente encontram-se os ambientes nos quais os estudantes apresentaram a ação do bibliotecário. O quantitativo na tabela não corresponde ao número de respostas na medida em que poderiam ser apresentados mais de um papel por resposta. Das dezoito respostas, duas não atribuíram função ao bibliotecário e uma não respondeu ao trecho que indagava acerca disto.

Tabela 1- Avaliação das respostas com base nas categorias atribuídas ao bibliotecário.

	Bibliotecário como Líder “inspiração e guia” – Relação vertical	Bibliotecário como Chefe “tirano, aquele que ordena” – Relação vertical	Bibliotecário como Subordinado “filho” – Relação horizontal
Biblioteca especializada	2	1	1
Biblioteca escolar	2	2	1
Biblioteca pública	1	0	1
Biblioteca não especificada	7	4	1

Fonte: acervo pessoal dos autores.

Pode-se constatar em primeira instância que a maioria dos estudantes entende que o bibliotecário desempenha a função de líder nos diferentes tipos de biblioteca no qual foi enquadrado pelas respostas. Além disso, destaca-se a surpresa ao ver que os discentes enquadraram o bibliotecário em uma relação horizontal, mesmo o enunciado da questão não abrindo esta possibilidade para classificar a relação deste em seu ambiente institucional de trabalho.

É interessante também ressaltar que houve uma preocupação por parte dos estudantes que enquadraram a relação do bibliotecário como horizontal. Essa preocupação era referente a descrição minuciosa do tipo de relação que se configura, como por exemplo a de dois bibliotecários que trabalham em um mesmo lugar ou a relação entre professores e bibliotecários ao colocar em questão a análise do acervo de uma biblioteca escolar.

A função de chefe foi pouco mencionada no exercício, mas quando era também vinha acompanhada de uma descrição minuciosa das relações que o colocavam neste lugar na instituição.

6 CONSIDERAÇÕES

Apesar da figura do bibliotecário ter sido enquadrada em diversos níveis de relação institucional, no que tange aos grupos (líder, chefe e subordinado), é notório que o estudante do primeiro período de biblioteconomia ainda não tem um vislumbre acerca dos possíveis locais de atuação do bibliotecário. Isso fica evidenciado pelo fato de todos os estudantes terem apresentado como instituição de ação apenas a biblioteca, quando na verdade a ação do bibliotecário pode-se dar nos mais diversos ambientes. A título de exemplos pode-se mencionar empresas de comunicação; jornais e revistas; empresas cinematográficas e de publicidade; videotecas; biblioterapia; serviços de informação em aeroportos, rodoviárias, instalações ferroviárias e de

metrô; tradução; organização de congressos, Seminários e Simpósios, galerias de arte; Museus de Arte, Ciências ou Históricos (em colaboração com o profissional da área); centros de cultura e lazer; agências de turismo; dentre outros locais não mencionados. Ou seja, a perspectiva discente quanto às possibilidades profissionais, em um primeiro momento, ainda é limitada ao que circula no senso comum social.

Inicialmente podemos inferir que esta limitação quanto aos campos de atuação deva-se ao fato de muitos não estarem ali movidos pelo seu livre e espontâneo desejo. Mesmo assim, à aqueles que estão ali por terem pesquisado e se inteirado acerca das possibilidades deste curso de formação. Cumpre-nos enquanto discentes e integrantes do ambiente acadêmico e científico da universidade refletir acerca de ações que possam ampliar este vislumbre por parte dos discentes, o que sem dúvida fará com que se apropriem mais firmemente destas outras funções caso venham a desempenhá-las. Isso possibilitará não só que os estudantes tenham a real perspectiva de mercado do profissional bibliotecário, mas também que estes tenham acesso à informação adequada acerca dos campos de atuação deste profissional, aumentando as possibilidades de isso se incorporar a sua fala de dia a dia fazendo com que o senso comum tenha acesso à uma informação que circula de forma limitada, a saber: a possibilidade de atuação do bibliotecário.

REFERÊNCIAS

ABELS, E. et al. **Competencies for information professionals of the 21st century**. Canadá: Special Libraries Association, 2003. Disponível em: <<http://www.sla.org/content/learn/members/competencies/index.cfm>>.

ARAUJO, N. C. Função Paterna e constituição dos grupos sociais. In: _____. (orgs.). **Figura paterna e ordem social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições LDA, 2009.

BERGSON, H. **A energia espiritual**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 492 de 4 de julho de 2001. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jul. 2001.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G (orgs.). **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Belém, PR: Casa da Moeda, 2005.

CAVALCANTE, L. E. **Políticas de formação para competência informacional: o papel das universidades**. Revista brasileira de biblioteconomia e documentação: Nova Série, São Paulo, v.2, n. 2, p. 47-62, dez. 2006.

Dor, J. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GONÇALVES, Maria da Graça. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.). **Psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>> Acesso em: 12 ago. 2014.

FIDELIS, M. B. As esferas da sociedade: informação, mundo vivido e Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XIV., Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.18.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer - psicologia de grupo e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1976.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 1976a. v. 21.

_____. Totem e Tabu. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976a. v. 13.

_____. Projeto para uma psicologia científica (1895)51. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 1.

Lacan, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo: Ensaio de análise de uma função em psicologia. In: _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2003.

LIBANIO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M. S.. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

PANZENHAGEN L. M. ; NEZ, E. de. Chefia e liderança na gestão pública: algumas reflexões. **Gestão em Foco**, Mato Grosso, 2012. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2012/chefia_lideranca.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

POLIZELLI, D. e OZAKI, A. (orgs.). **"Sociedade da Informação"**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SIQUEIRA, J. C. Informação e documento: relações simbióticas. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 91-110, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/7675/9631>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TETERYCS, T. Bibliotecário de referência como coadjuvante no desenvolvimento do pensamento crítico do discente de graduação. In. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2609.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento Sistêmico: O Novo Paradigma da Ciência**. 5 ed. São Paulo: Papirus, 2002.

O PAPEL DA GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ

BIANKA PIRES ANDRÉ

*Professora do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF
biankapires@gmail.com*

ANA LUIZA BARCELOS RIBEIRO

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF
Professora UNESA e FAMESC
analuzabarcelos32@yahoo.com.br*

THAMIRES GOMES DA SILVA AMARAL LESSA

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF
thamiresgsa@gmail.com*

RESUMO

A inclusão escolar tem sido os dos maiores desafios da gestão, diante das novas demandas que as instituições escolares têm enfrentado. O presente trabalho se deu através de revisão bibliográfica e pesquisa qualitativa com a realização de questionário com a participação de gestores do município de Campos dos Goytacazes/ RJ. Esta pesquisa visa traçar o perfil dos gestores, da rede pública, da educação infantil ao ensino fundamental, do presente município, além de buscar entender o seu ponto de vista sobre a inclusão escolar e quais as estratégias inclusivas dos mesmos. O questionário foi construído através do “Google Forms”, distribuído através do compartilhamento do “link” e respondido “online”, de forma anônima e respondido por 16 gestores. A pesquisa foi subdividida nas categorias “perfil do gestor”, “Conceitos de inclusão, integração e educar para a diversidade” e refletimos ainda sobre “o papel do gestor na educação inclusiva”

Palavras-chave: Diversidade, Gestão educacional, Inclusão escolar.

ABSTRACT

School inclusion has been one of the major challenges of management, given the new demands that school institutions have faced. The present work was carried out through bibliographical review and qualitative research with the accomplishment of a questionnaire with the participation of managers of the municipality of Campos dos Goytacazes / RJ. This research aims at tracing the profile of managers, the public network, pre-primary education, and the present municipality, in addition to seeking to understand their point of view on school inclusion and what strategies are inclusive of them. The questionnaire was built through “Google Forms”, distributed through the sharing of the “link” and answered “online”, anonymously and answered by 16 managers. The research was subdivided into the categories “manager profile”, “Concepts of inclusion, integration and education for diversity” and we also reflected on “the manager’s role in inclusive education”

Key words: Diversity, Educational management, School inclusion.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas na escola regular vem aumentando o número de alunos com deficiência, diante dessa situação, algumas questões emergem, principalmente com relação entre a gestão escolar e a educação inclusiva. A inclusão escolar tem sido os dos maiores desafios da gestão, diante das novas demandas que as instituições escolares têm enfrentado.

Este artigo tem como objetivo verificar o ponto de vista dos gestores das escolas públicas municipais de Campos dos Goytacazes sobre a inclusão escolar, identificando sua formação e conhecimento dentro deste contexto. A partir do referencial teórico sobre gestão escolar, inclusão escolar em seus aspectos legais e teóricos e um questionário online que foi respondido pelos gestores.

Uma escola que atenda às necessidades de todos indiscriminadamente tornou-se uma emergência, havendo a necessidade de minimizar a discriminação e o preconceito, pois cada um tem o direito de ter o seu espaço e esse direito educacional é reforçado pela Lei 9394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, que situa no cap.V, art.58, que a educação especial deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” e no art.59, que os sistemas de ensino assegurarão a tais “educandos” currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” e o gestor pode contribuir para que a inclusão ocorra de forma efetiva e tenha uma aprendizagem significativa.

METODOLOGIA

No presente trabalho foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa e se deu através de revisão bibliográfica e realização de questionário com a participação de gestores do município de Campos dos Goytacazes/ RJ.

Esta pesquisa visa traçar o perfil dos gestores, da rede pública, da educação infantil ao ensino fundamental, do presente município, além de buscar entender o seu ponto de vista sobre a inclusão escolar e quais as estratégias inclusivas dos mesmos.

O questionário foi construído de acordo Nogueira (2002), utilizando a ferramenta “Google Forms”, distribuído através do compartilhamento do “link” e respondido “online”, de forma anônima por 16 gestores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca por uma escola para todos tem modificado cada vez mais as relações sociais, porém a realidade é que convivemos com práticas ainda discriminatórias. Partindo do conceito de inclusão dado por Stainback e Stainback (1999, p. 21) onde o ensino inclusivo pode ser definido como “a prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras onde as necessidades desses alunos estejam satisfeitas”, verificamos que o papel do gestor neste contexto é de acordo com Carneiro (2006, p.38) é criar condições adequadas para a inclusão de todas as crianças, assim, transformando o ambiente escolar em uma gestão participativa e democrática.

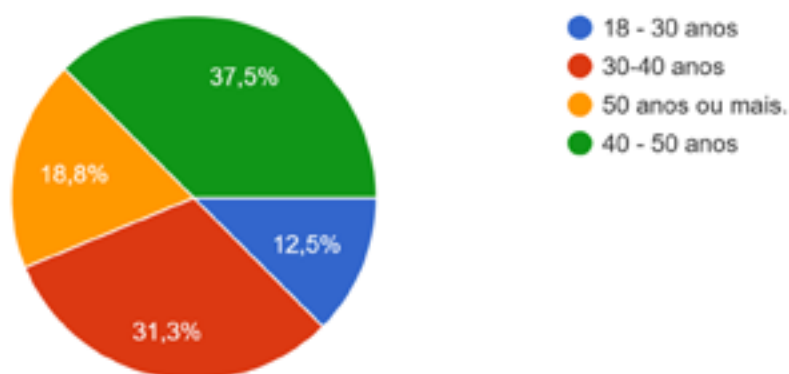
O gestor escolar é figura central nos processos de gestão da escola e não seria diferente no que tange as propostas inclusivas. Seu papel é indispensável tanto no processo administrativo quanto pedagógico. A orientação dada a partir da inserção dos processos de responsabilização torna esse profissional uma pedra principal na gestão escolar. A educação pública brasileira

assumiu, com as reformas dos sistemas educacionais, uma posição que foi alicerçada pelas reformas do Estado.

A pesquisa desenvolvida com gestores da rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes, foi subdividida nas categorias: Perfil do gestor, Perfil da Unidade de Atuação, Conceitos de “inclusão, integração e de educar para a diversidade” e o papel do gestor na educação inclusiva.

Qual a sua idade?

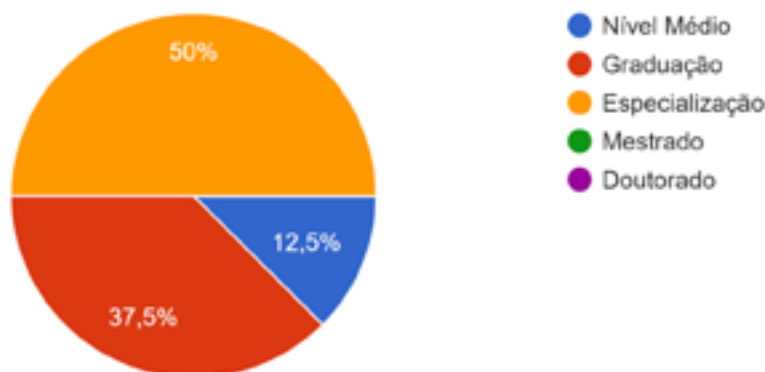
16 respostas



Na categoria “perfil do gestor” foi identificado a faixa etária, verificando que a maioria encontra-se acima dos 30 anos demonstrando que são mais experientes para gerir o ambiente educacional, quanto ao gênero verificou-se que a maioria é do sexo feminino, tendo apenas um gestor do sexo masculino, Vianna (2002, p.51) aprofunda esta questão “para além da mera composição sexual da categoria”, identificando significados femininos nas atividades docentes independentemente de quem as realiza e afirmando que professores e professoras têm relações e práticas escolares ligadas à feminilidade.

Qual a sua formação?

16 respostas



Ainda nesta categoria é apontada a formação inicial dos gestores, onde dois gestores possuem apenas o ensino médio e o restante com graduação e especialização, estando em consonância com o previsto na LDB 9394/96.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394 de 1996 define as regulamentações para o ingresso do profissional na gestão escolar. No Artigo 64,

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL,1997, p.25).

Assim percebemos que a administração da educação é uma área do conhecimento que, como as demais, requer formação adicional à docência, uma vez que esta é a base da identidade de formação dos/ para os profissionais da educação.

Sobre a formação direcionada a gestão escolar, nove gestores disseram não ter formação específica (mas um deles possui pós-graduação em psicopedagogia), dois possuem pós-graduação em gestão escolar, quatro possuem pós-graduação em gestão administrativa, um possui pós-graduação em gestão integradora (gestão escolar, supervisão e orientação pedagógica e educacional).

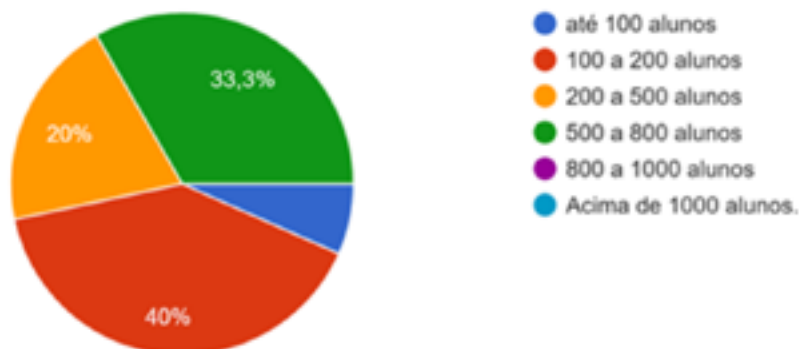
Luck (2000) afirma que conforme aumenta a cobrança por uma educação de qualidade, conseqüentemente, multiplica-se a exigência sobre sua gestão. Desse modo, a autora sinaliza ainda a necessidade e relevância no investimento em formação continuada para essa classe trabalhadora, visto que a formação inicial nem sempre consegue atender as especificidades da função.

No que tange a formação voltada para a inclusão escolar oito gestores afirmaram nunca terem realizado nenhum curso ou nenhuma disciplina na época da graduação, enquanto que três afirmaram ter visto sobre a inclusão em disciplinas na faculdade, três fizeram cursos de LIBRAS, um deles possui pós em psicopedagogia e um realizou cursos sobre o desenvolvimento e alfabetização de crianças autistas, o que demonstra uma formação ainda insipiente para a inclusão escolar por parte dos gestores.

Introduzir mudanças ou ampliações no papel do gestor não é simples, esbarra em dificuldades e resistência dos educadores presos à concepções funcionalistas e burocrática da escola e são, ainda bastante insípidas as iniciativas no sentido de propiciar a esse profissional uma formação que satisfaça as suas necessidades na tarefa de organizar e administrar uma escola em que haja uma articulação entre o pedagógico e o administrativo no sentido de promover o aprendizado e a construção cidadã a partir de elementos, como a tecnologia, ponto gerador de transformações nas diversas esferas sociais (ALMEIDA, 2007, p. 31).

Enquanto que na categoria “Perfil da Unidade de Atuação” verificou-se o número de alunos da Unidade escolar.

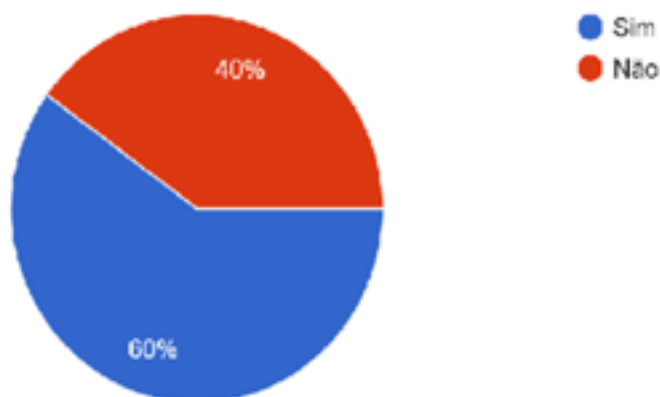
Qual o número de alunos aproximados de sua Unidade Educacional?



As Unidades Escolares dos respectivos gestores pesquisados são escolas de pequeno e médio porte, com até 800 alunos, onde o trabalho de inclusão escolar irá permear também a inclusão social. Desse modo, os alunos sentir-se-ão mais acolhidos pela escola e, por consequência, com mais prazer em nela permanecer, realizando as atividades escolares com maior motivação e participação. Assim sendo, a escola como formadora e socializadora de sujeitos; “palco” de importantes acontecimentos e “ensaios” da vida adulta, oportunizará e promoverá a participação efetiva de seus atores sociais. (FERREIRA, 2011).

Com o advento das transformações políticas e econômicas que culminaram na Reforma do Estado, as políticas educacionais tenderam à qualidade e equidade educacional como novos objetivos para educação nacional, resultando assim, em novos paradigmas para escola e conseqüentemente à sua gestão (MACHADO, 2000). Diante disso, a administração escolar deixa de ser mera administração de recursos e agrega para si certa dose de filosofia e política, configurando-se em gestão escolar (DIAS, 2004).

Sua Unidade Escolar possui Sala de Recursos?

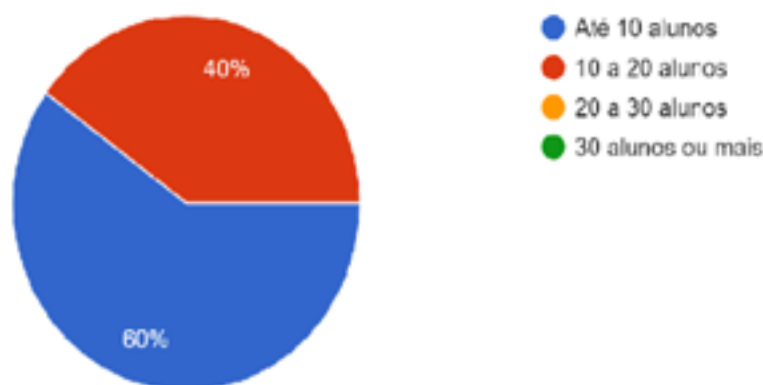


Na maior parte das unidades escolares possuem sala de recursos, que é o espaço destinado ao atendimento educacional especializado:

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (MEC, 2007, p. 13)

O atendimento educacional especializado que ocorre em sala de recursos, como um complemento deve ocorrer no contra turno para que não atrapalhe as aulas regulares dos alunos bem como sua interação e não deve ser visto ou utilizado como um reforço escolar. O atendimento pode ser realizado em grupos, com alunos de mesma faixa etária, onde são realizadas atividades voltadas para as suas especificidades como, por exemplo, atividades de LIBRAS e português para o deficiente auditivo, Braille, soroban, atividades de orientação e mobilidade para o deficiente visual, atividades que oportunizam o desenvolvimento dos processos mentais de memória, atenção, raciocínio, autonomia e conhecimento do corpo ao deficiente intelectual, dentre outras atividades. Este atendimento é de caráter facultativo aos alunos e aos responsáveis, sendo obrigatória apenas a frequência ao ensino regular.

Qual o número aproximado de alunos com deficiência matriculados em sua Unidade Escolar?



O número de alunos com deficiência nas matriculados na rede regular de ensino é bem significativo e vem crescendo gradativamente. Diante do aumento deste número, que foram fomentados pela legislação que garante esse acesso, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) em seu artigo 58 que a educação especial deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” e no artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão a tais “educandos” “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para assegurar as pessoas com deficiência o atendimento as suas necessidades, assim como foi descrito na Política Nacional de Educação Especial (2007):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, podemos perceber o significado da expressão educar para a diversidade para este gestor, se eles dominam termos comuns da educação inclusiva e como os mesmos são aplicados no

contexto educacional, como exemplos os conceitos de inclusão e integração, percebendo em seu contexto quais ações a escola desenvolve nos diferentes momentos para garantir a inclusão escolar.

Se o reconhecimento da Educação Especial como modalidade já se tornou realidade na legislação brasileira, a prática escolar carece de mobilização, tendo na gestão da escola o elemento promissor de articulação da macropolítica aos interesses e demandas dos sujeitos na vida cotidiana institucional (Pantaleão, 2013).

Quanto aos alunos deficiência incluídos na rede regular de ensino nas escolas pesquisadas, sete gestores afirmam ter alunos com deficiência auditiva em sua unidade educacional, em quatro unidades há alunos com deficiência visual, em nove unidades tem alunos com deficiência física, catorze escolas possuem alunos com deficiência mental, sete unidades têm alunos com autismo e por fim seis unidades possuem alunos com transtornos globais do desenvolvimento, evidenciando a necessidade de formação para os docentes, equipe educacional como um todo.

Libâneo (2004) afirma que o diretor é o responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico da escola” cabendo a esse, portanto, estimular junto à comunidade a visão da instituição escolar como um ambiente educativo em todos os seus aspectos, o que envolve novos olhares sobre as relações no interior da escola e requer a inovação nos processos educativos.

Não basta, porém, apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. Necessário se faz ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às reais necessidades dos educandos. Em outras palavras, deve existir abertura para um trabalho pedagógico efetivo com a diferença presente nos educandos, em geral. (MARTINS, 2012, p. 35).

Na última categoria refletimos sobre “o papel do gestor na educação inclusiva” podemos verificar o ponto de vista do gestor quanto a sua atuação e quais as dificuldades encontradas no processo inclusivo. Sage (1999, p. 129) reflete sobre a relação entre o gestor e a inclusão escolar, nos diz que a prática da educação inclusiva requer alterações nos sistemas de ensino e nas escolas. De acordo com o autor, os gestores escolares são importantes nesse processo, pois lideram o sistema. “O papel do diretor é de importância vital em cada nível, e diferentes níveis de pessoal administrativo estão envolvidos.

Ao serem questionados se os alunos na sua Unidade Escolar estão integrados ou incluídos, o gestor “A” informou que “ infelizmente ainda estão integrados, ainda há muitos professores despreparados e a adaptação curricular se torna difícil de ser realizada”.

Corroborando com este apontamento do gestor, Snow (1996) afirma que:

“na maioria dos lugares e na maior parte das vezes as práticas de ensino atuais permaneceram basicamente fixas e não se adaptaram às características dos alunos. No geral, estes também devem acomodar-se ao sistema; alguns aprendem mais, outros menos, outros absolutamente nada, e outros o abandonam, seja qual for o sistema de ensino escolhido”. (SNOW, 1996, p. 649).

Enquanto que o Gestor “B” coloca que seus alunos “estão integrados e incluídos. Porque meus alunos se sentem muito à vontade em nossa Unidade Escolar, é prioridade nossa ter um olhar e objetivo igualitário para todos. ”

Sobre a diferença entre integrar e incluir trazemos as afirmações de Guijarro (2005):

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente do da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais.

Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas (Guijarro, 2005, p. 7).

Observou-se que catorze gestores apenas afirmaram que os alunos estão integrados e incluídos demonstrando que desconhecem o significado dos termos na prática educacional. Não podemos perder de vista que uma educação inclusiva, que chegou para reafirmar o direito que todos têm – o de ter a seu alcance uma educação de qualidade independentemente de suas características subjetivas – é um processo que precisa ter seu início na formação docente, na qual futuros professores deverão vivenciar uma educação inclusiva, pois, como afirma Santos (2009):

Uma escola com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais em qualquer instituição de ensino, de qualquer nível educacional. (p.14).

Corroborando com Santos, Glat enfatiza que:

A inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (GLAT, NOGUEIRA, 2002, p. 26).

Quanto as ações desenvolvidas pela escola nos diferentes momentos com vistas a garantir a inclusão o gestor “D” pontua: “ buscamos a participação de todos os alunos nos eventos e atividades, há parceria do professor da sala de recursos com o professor da classe regular”.

A fim de esclarecer as funções do professor da sala de recursos (professor especialista) e do professor de sala de recursos trazemos o Art. 18 das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica:

§ 1º São professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para [...]

§2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais [...] bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL,2001).

A parceria entre o professor especialista e o professor de classe regular é descrita por Ribeiro (2018) como:

O ensino colaborativo é um apoio pedagógico que visa à aprendizagem dos alunos e as relações entre os professores da classe regular e do AEE, articulando metodologias, adaptando currículo, trabalhando a interação aluno/aluno e aluno/professor, desenvolvendo atividades de estimulação cognitiva e afetiva e buscando alternativas para desenvolver a inclusão. (RIBEIRO, 2018, p. 135).

Ainda no que tange as atividades desenvolvidas pela escola o gestor “E” informou que ocorre a “Capacitação dos profissionais envolvidos com a formação dos alunos especiais, para

melhor aprendizagem desses alunos". O processo de inclusão nas escolas segundo Almeida (2016) dar-se na "necessidade do preparo do docente para conhecer o tipo de deficiência e a história de vida do aluno, sua relação com seus familiares e viceversa; saber como trabalhar com outros alunos e com suas famílias, é este o contexto que chamamos inclusivo". Outros gestores apontaram para a participação dos alunos em todos os momentos, que dizem "Eles participam de todas as atividades e isso já é incluir", " Em todos os eventos eles participam, os professores tem paciência e atenção", " os alunos interagem bastante com todos os funcionários, demonstramos respeito, eles participam das atividades propostas." e ainda "Eles frequentam a mesma sala dos outros, fazem as mesmas atividades e se socializam."

Booth & Ainscow (2002) avaliam que uma educação inclusiva contempla a inclusão como um processo que envolve mudanças e, para tanto, precisa ter a participação de todos os atores envolvidos, não só dos professores, mas de toda a comunidade vinculada às decisões de uma instituição de ensino. A educação inclusiva não é estática; é um processo contínuo em que é proposta uma abertura para reflexão sobre culturas individuais, para que não haja, no espaço coletivo de uma instituição de ensino, o prevalecer de culturas homogeneizantes que segregam os indivíduos por terem aspectos identitários diferentes dos privilegiados socialmente.

Inclusão envolve mudanças. É um processo infindável de aumento da aprendizagem e da participação de todos os estudantes. É um ideal a ser aspirado pelas escolas, mas que nunca é totalmente alcançado. Mas a inclusão começa tão logo o processo de aumento da participação seja iniciado. Uma escola inclusiva é aquela que está em movimento. (BOOTH, & AINSCOW, 2002, p.7)

Para que a inclusão aconteça é necessário o envolvimento de todos os membros para planejar as ações a serem implementadas. "Docentes, diretor e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas" (SANT'ANA, 2005, p.228). Assim a inclusão é responsabilidade de todos os profissionais que atuam no ambiente educacional, dentre eles o gestor.

CONCLUSÕES

A legislação garante o acesso e a permanência de todos os alunos na rede regular de ensino, mas o sucesso desta aprendizagem ainda é uma questão que vem sendo debatido no decorrer das últimas décadas, onde o gestor pode contribuir em parceria com todos os profissionais da escola para que isto ocorra.

O estudo realizado mostra que a gestão escolar tem um papel preponderante na educação inclusiva, mas ainda falta a formação adequada do mesmo, dos docentes e de toda a equipe envolvida neste processo educacional.

Sabe-se que há dificuldade na construção de uma escola que seja inclusiva, percebemos nesta pesquisa ainda há questões de acessibilidade arquitetônica, mas principalmente falta a acessibilidade atitudinal que é aquela relacionada as atitudes dos profissionais envolvidos. Na pesquisa desenvolvida com os gestores do município de Campos dos Goytacazes fica evidenciado que a formação docente e dos gestores pode contribuir para uma inclusão verdadeira e uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, M. E. B. (org.); ALONSO, M. (org.). **Tecnologias na Formação e na Gestão Escolar**. São Paulo: Avercamp, 2007.
- BOOTH, T. AINSCOW, M. **Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. 2 ed. UNESCO/CSIE, Ed. M.P.SANTOS, 2005
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília/DF. 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília, DF: Senado, 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria 948. MEC/ SEESP. Brasília, 2007.
- CARNEIRO, R. U.C. Formação sobre a gestão escolar inclusiva para os diretores de escolas da Educação Infantil. **Tese- Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, 2006.
- DIAS, J. A. Gestão da Escola. In: MENESES, J. G. C (et al). **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.
- FERREIRA, A. M. S. Participação discente na escola pública de ensino médio: a perspectiva dos alunos. 2011. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais. 2011.
- GLAT, R. NOGUEIRA, M.L.L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.
- GUIJARRO, M. R. B. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In: BRASIL. **Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC/SEESP, 2005, p. 07-14.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5ª ed. - Goiânia/GO - Editora Alternativa, 2004.
- LUCK, H. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações Quanto à Formação de Seus Gestores. **Em Aberto**, Brasília/DF, v. 17, n. 72, fev./jun., p. 11-33, 2000.
- MACHADO, M. A. de M.. Desafios a Serem Enfrentados na Capacitação de Gestores Escolares. **Em Aberto**. Brasília, v. 17, n 72, fev./jun., p. 97-112, 2000.
- MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, T.G. FILHO, T.A.G (org). **O professor a educação inclusiva, formação, práticas e lugares**. Salvador, UDUFBA, 2012.
- NOGUEIRA, R. **Elaboração e Análise de Questionário: Uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro. UFRJ/ COPPEAD. 2002.
- PANTALEÃO, E. Gestão escolar no contexto da escolarização de alunos com deficiência. In: VICTOR, S. L. DRAGO, R. PANTALEÃO, E. (Org.). **Educação Especial: indícios, registros e práticas de inclusão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013
- RIBEIRO, A. L. B. A parceria entre o professor da sala de recursos e o professor da classe regular para a inclusão escolar. In: PAIVA, F.J.O. (org.) **Ensino e inter (ações) na educação: Entre sujeitos, práticas e desafios na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 127-141.

SAGE, D. D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

SANT'ANA, Izabella M. Educação inclusiva. Concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**. Maringá. V10 n2, p 227-234. Maio/agosto. 2005.

SANTOS, M.P., FONSECA, M.P.S., MELO, S.C.(orgs) **Inclusão em Educação: diferentes interfaces**. Curitiba:CRV, 2009

SNOW, R.E. Individual differences, learning, and instruction. En E. De Corte y F. E. Weinert (orgs.), **International Encyclopedia of developmental and instructional pshychology**. Pergamon, Nova York , 1996. P. 649- 660

O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM SOB A TRÍADE CIÊNCIA TECNOLOGIA E SOCIEDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE JOHN ZIMAN PARA UMA EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Reis, Verusca Moss Simões dos
(UENF)

Professor do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
Verusca.reis@gmail.com

Soares, Carla Barcelos Nogueira
(UENF)

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
Carla10soares@gmail.com
CAPES¹

RESUMO

Este trabalho visa promover um debate sobre uma abordagem interdisciplinar do ensino com viés no movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e, ainda, compreender as propostas desse movimento embasando-se em Ziman. A metodologia foi a pesquisa bibliográfica objetivando alcançar dados que ponderarem sobre o ensino de ciências. Como resultado, observamos que a educação tradicional tem como paradigma um ensino que influenciou a prática da educação formal e serviu de modelo para os sistemas de ensino durante séculos, perpetuando em muitas escolas no Brasil. Ademais, analisamos autores como Paulo Freire, Jean Piaget e John Michael Ziman que divergem dessa metodologia e apresentam alternativas para uma educação interdisciplinar. Concluímos apontando uma metodologia de ensino pautada na tríade (CTS), uma vez que segue uma linha interdisciplinar de ensino que coopera para o crescimento intelectual e crítico do estudante.

Palavras-chave: Educação. Aprendizagem. Interdisciplinar. Movimento (CTS). Ziman

ABSTRACT

This paper aims to foment a debate on an interdisciplinary approach to teaching with bias in the Science, Technology and Society (STS) movement and to comprise the proposals of this movement based on Ziman. The methodology was the bibliographical research aiming to reach data that contemplate on the teaching of sciences. As a result, we remarked that traditional education has as paradigm a teaching that influenced the practice of formal education and served as a pattern for the education systems for centuries, perpetuating in many schools in Brazil. In addition, we construed authors such as Paulo Freire, Jean Piaget and John Michael Ziman who disaccord from this methodology and exhibit alternatives for an interdisciplinary education. We concluded by pointing to a teaching methodology based on the (STS) triad, since it follows an interdisciplinary line of teaching that cooperates for the intellectual and critical growth of the student.

Key-words: Education. Learning. Interdisciplinary. (STS) Movement. Ziman

1 O trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Código de Financiamento 001
“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Introdução

A educação, de acordo com Farias et al. (2011, p. 56): “tem um importante papel na formação humana, na constituição de um homem crítico e autônomo”. Para Luckesi (1994, p.30): “a educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social”. Na sociedade do século XXI, para que o cidadão se torne um sujeito ativo e capaz de transformá-la, faz-se necessário um processo de ensino aprendizagem que possibilite ao discente desenvolver seu pensamento crítico.

Quanto às tendências pedagógicas que discutem o processo ensino aprendizagem, para Luckesi (1994): “estão divididas em duas vertentes: pedagogia liberal e pedagogia progressista”. A primeira se subdivide em tradicional, renovada progressivista, renovada não-diretiva e tecnicista, já a segunda se ramifica em libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos. Essas tendências têm sido muito debatidas entre os especialistas, no entanto não cabe, neste artigo, dissecar cada uma delas, mas comentar brevemente a pedagogia tradicional e fazer uma apresentação do modelo de ensino aprendizagem sob a ótica do movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) a fim de repensar o ensino sob o panorama do físico, epistemólogo e acima de tudo crítico da educação John Michael Ziman. A metodologia abordada será a pesquisa bibliográfica objetivando alcançar dados que promovam ponderar sobre o ensino de ciências no mundo contemporâneo. Para tal desenvolvemos o artigo nos seguintes itens: o ensino aprendizagem mediado pela pedagogia liberal tradicional; O processo de ensino segundo a tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); John Michael Ziman e a educação.

O processo de ensino aprendizagem mediado pela pedagogia liberal tradicional

A educação tradicional, cujo paradigma de ensino influenciou a prática da educação formal e serviu de modelo para os sistemas de ensino durante séculos, perpetua ainda hoje em muitas escolas no Brasil. Segundo Gadotti (2003), na educação tradicional, a principal tarefa da escola é transmitir à nova geração o conhecimento que foi elaborado no passado para que haja aquisição de hábitos e ações em conformidade com o que foi criado. Esse mesmo autor declara que:

O propósito da educação tradicional é preparar o jovem para suas futuras responsabilidades e sucesso na vida, por meio da aquisição de corpos organizados de informação e de formas existentes de habilitação, que constituem o material de instrução (Gadotti, p.153, 2003).

De acordo com Luckesi (1994) ao trabalhar com a pedagogia tradicional, a função da escola se dá na preparação intelectual e moral do indivíduo para que assumam sua responsabilidade social, porém não há compromisso em se trabalhar com os problemas sociais na sala de aula, logo temas como poluição, política, meio ambiente não são abordados, pois eles pertencem à sociedade. Ainda segundo esse autor:

Os conteúdos de ensino são os conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações adultas e repassados ao aluno como verdades. As matérias de estudo visam preparar o aluno para a vida, são determinadas pela sociedade e ordenadas na legislação. Os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais, valendo pelo valor intelectual (Luckesi, p.56, 1994).

No que se refere ao método de ensino, Mizukami (1986) pondera que, no processo de ensino aprendizagem a metodologia tradicional está centrada no professor, o aluno apenas escuta as prescrições que lhes são fixadas por autoridades superiores. No dizer de Saviani (1999):

“a escola se organiza, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos” (Saviani, p. 18, 1999).

Por possuir um sistema educacional fragmentado, em que aborda os conteúdos de forma disciplinar, com a atenção voltada para o professor - o detentor do saber - e os estudantes são considerados como meros ouvintes que precisam assimilar o conhecimento que lhe é transmitido, muitos autores divergem dessa prática pedagógica, dentre eles Paulo Freire (1996), um dos maiores críticos da educação tradicional, que elucida que esta metodologia de ensino não permite que o estudante participe do processo ensino-aprendizagem tornando-se, assim, um sujeito passivo da sociedade. O professor deposita informações e as cobra por meio das provas e avaliações o que torna a prática pedagógica sem valor para a vida. Esse mesmo autor denomina tal processo de ensino aprendizagem de “educação bancária” (Freire, 1987, p. 35). Segundo Gadotti (2003), Jean Piaget afirma que o sistema educacional da escola tradicional tem como propósito acomodar as crianças aos conhecimentos tradicionais e não formar inteligências inventivas e críticas.

Assim como tais pedagogos, autores que defendem o movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) também fazem duras críticas ao sistema de ensino tradicional. John Michael Ziman (1985, p.39) acredita que:

se houvesse a substituição do ensino tradicional pelo ensino sob a tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), existiria mais viabilidade de se trabalhar as disciplinas de modo interdisciplinar, o que permitiria o diálogo entre elas, e, conseqüentemente, proporcionaria aos estudantes uma visão mais crítica acerca da ciência (Ziman 1985, p.39).

Concordando com os críticos da educação tradicional, é importante relatar que as escolas que trabalham de forma disciplinar, ou seja, que ainda apresentam como metodologia de ensino, a pedagogia liberal tradicional, sob o olhar de Duso e Borges (2011):

Fragmentam o conhecimento, dificultando a compreensão do todo e da inter-relação com as partes do objeto estudado. Em tais condições, as mentes dos jovens podem ter dificuldades para ampliar suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seu conjunto (Duso e Borges, 2011, p. 397).

Ainda sob a perspectiva dos autores acima, no contexto social em que estamos inseridos, seria incoerente buscar modelos tradicionais de ensino aprendizagem cuja característica segue a concepção empirista, acreditando que, por meio de uma recepção passiva dos conteúdos ministrados, o conhecimento se estabelece (Duso e Borges, 2011, p. 398). Tais autores argumentam, também, que, no olhar de Borges (2007):

O modelo baseado na ideia de transmissão do conhecimento privilegia, em geral, a objetividade e a exatidão da ciência, conforme a visão empirista e indutivista do conhecimento científico (apud Duso e Borges, 2011, p. 398).

Tendo em vista tais críticas à educação tradicional, trabalharemos, no item a seguir, o modelo de ensino aprendizagem proposto pelo movimento CTS, a fim de repensar a prática pedagógica sob a perspectiva de uma educação científica.

O ensino segundo à tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)

Na conjuntura histórico-social do século XX, a ciência sofreu uma ruptura sob a forma em que era vista pela sociedade. Até a Segunda Guerra Mundial, prevalecia um olhar positivista da ciência, isto é, a ideia de que ela levaria ao conhecimento verdadeiro, resolveria as problemáticas sociais e, conseqüentemente, traria o bem estar social. Após o advento das

duas Grandes Guerras, principalmente com a utilização da bomba atômica, a visão romântica sobre a ciência foi substituída por questionamentos sobre o progresso científico-tecnológico. A Segunda Guerra Mundial demonstrou que, mesmo com todo o avanço tecnológico que até então existia, não se conseguia dar conta da humanização do homem cujas armas de jogo eliminavam com êxito os adversários, deixando um vasto derramamento de sangue o que promovia um pensamento antagônico a respeito de tecnologia versus senso de valores sociais (Hoffmann, p.21, 2011).

Segundo Santos (2011), no período pós-guerra, uma nova compreensão social sob o fazer científico emergiu. Os estudiosos e os mais ativistas iniciaram várias críticas que colocavam em xeque o benefício da ciência e tecnologia, principalmente, no que tange ao uso das armas nucleares e químicas. Como os problemas ambientais e seus impactos na vida das pessoas resultaram em mortes e destruição, houve questionamentos sobre os gastos científicos e tecnológicos e os impactos negativos que causaram uma transformação na esfera dos países europeus, no Norte da América e refletindo, mais tarde, no mundo de forma geral. Com o término do período bélico, os argumentos contra a ciência se agravaram (Reis, 2013). Devido aos questionamentos ao redor do mundo, iniciaram movimentos com propostas em prol de uma educação científica e tecnológica para que fosse possível compreender os fenômenos sociais e naturais e relacioná-los entre a ciência a tecnologia e a sociedade.

Apoiando-se nos questionamentos pós-guerra, iniciaram movimentos com propostas em prol de uma educação científica e tecnológica para que fosse possível compreender os fenômenos sociais e naturais e relacioná-los entre a ciência a tecnologia e a sociedade. Uma delas é defendida pela tríade CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), cujo objetivo é formar cidadãos que possam agir, tomar decisão e compreender o que está em jogo no discurso dos especialistas (Mortimer 2002, apud Pinheiro, 2009).

Devido ao anticientificismo, na Europa, originou-se o movimento CTS na década de 1960 com a finalidade de transformar a sociedade através da ciência e da tecnologia (Cutcliffe, 2001). Além disto, o CTS visa reexaminar o pensamento das relações e interações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade e fomentar uma educação científica e tecnológica para que os cidadãos fossem capazes de decidir responsabilmente sobre as questões tecnológicas da sociedade contemporânea. Sob a ótica Chassot (2003): “a alfabetização científica pode ser considerada como uma das dimensões para potencializar alternativas que privilegiam uma educação mais comprometida.”

Urge pensar a ciência e a tecnologia da sociedade contemporânea em um contexto sócio-cultural marcado por avanços tecnológicos que influenciam cada vez mais o comportamento e o relacionamento das pessoas. Para trazer à lume a produção científica e tecnológica e suas consequências sociais, é necessário uma articulação interdisciplinar dos conteúdos científicos abordados no contexto escolar, a fim de promover a produção de conhecimento crítico entre os atores do universo educativo. Tal atitude pode otimizar as unidades curriculares e incorporar temas que levem a reflexão da ciência e tecnologia na sociedade para fomentar uma educação com o propósito de preparar o discente para exercer sua cidadania.

Para alcançar tal objetivo, é necessário pensar o currículo do sistema de ensino sob o viés das características do movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) cujo objetivo se dá em torno do desenvolvimento da capacidade de tomada de decisão na sociedade científica e tecnológica e o desenvolvimento de valores, inserindo temas sociocientíficos como engajamento de ações responsáveis, questões controversas de natureza ética e problemas

ambientais contemporâneos (Santos, 2011, pag. 23). A educação CTS promove, no currículo escolar, inovações que podem mudar o olhar sobre a ciência, pois de acordo com Bakhtin (1997) está centrada na:

“(...) formação de atitudes, valores e normas de comportamento sobre a intervenção da ciência e da tecnologia na sociedade (e vice-versa), com a finalidade de exercer a cidadania e poder tomar decisões racionais e democráticas na sociedade civil” (apud Hoffmann, 2011, p. 24)

Para tratar de temas sociocientíficos, Bernardo, Vianna e Silva (2011), mencionam a proposta de Santos e Mortimer (2009), que prenunciam a abordagem de assuntos com aspectos sociocientíficos e afirmam que com eles o professor pode desenvolver uma abordagem humanística que levará a discussão de assuntos que fazem parte do cotidiano dos discentes o que promoverá debates sobre valores e atitudes. Há também a discussão de Solbes e Vilches (2005), estes autores sugerem temas que envolvam elementos da história da ciência-tecnologia para abordar o CTS. Tais temas interceptam elementos históricos que enriquecem e contextualizam o processo de construção de conhecimento científico/tecnológico apresentando as relações com o CTS.

O enfoque CTS na educação possui, entre as principais características: a construção de um conhecimento questionador sobre os avanços científicos e tecnológicos frente à sociedade. Além disso, almeja reforçar, por meio das ações questionadoras sobre o fazer científico, reflexões críticas sobre a tecnologia e a sociedade permitindo ao discente buscar compreender a relação da ciência e da tecnologia com a sociedade. Para Hoffman (2011): “a educação com enfoque CTS orienta o ensino da ciência para formar cidadãos com uma visão socialmente referenciada em relação à ciência e à tecnologia” (Hoffman, 2011, p.33).

Outra característica é a interdisciplinaridade que no artigo intitulado “Transdisciplinaridade e filosofia da ciência: uma solução possível ao problema da privatização do conhecimento?”, Reis e Videira (2010) ponderam que para Ziman:

A interdisciplinaridade é fundamental para a educação científica e que um plano de estudo interdisciplinar baseado em grandes temas como a energia elétrica, o meio ambiente, teria mais possibilidade de chegar a compreensão da natureza (Reis e Videira, 2010, p.168 e 172).

Para abordar um trabalho interdisciplinar Duso e Borges (2011, p. 399) recorrem a Araújo (2003, p.115) que explicita que a interdisciplinaridade pode significar “troca e cooperação, constituindo uma associação de disciplinas, por conta de um projeto ou de um objeto que lhes sejam comuns” (apud Duso e Borges, 2011, p. 399). Esses mesmos autores, também, argumentam que Krasilchik e Marandino (2004) defendem que:

A interdisciplinaridade, no ensino de ciências, é coerente com o enfoque em ciência, tecnologia e sociedade (CTS), que busca desenvolver a racionalidade e a participação significativa do estudante no seu meio social. Compreender as relações entre ciência, tecnologia e sociedade e suas repercussões no meio ambiente permite avaliar as atividades tecnológicas e científicas e intervir sobre elas. (apud Duso e Borges, 2011, p. 399).

Quanto à interdisciplinaridade, Ziman enuncia que, se houvesse a substituição do ensino tradicional pelo ensino sob a tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): “existiria mais viabilidade de se trabalhar as disciplinas de modo interdisciplinar, o que permitiria o diálogo entre elas, e, conseqüentemente, proporcionaria aos estudantes uma visão mais crítica acerca da ciência” (Ziman, 1985, p.39). As propostas desse autor serão abordadas no próximo item.

John Michael Ziman e a educação

John Michael Ziman (1925-2005) nasceu em Cambridge (Inglaterra), durante sua carreira expressou interesse pela ciência e sua habilidade para transformar a realidade da sociedade preocupando-se com as perspectivas sociais da ciência. Como apresentou interesse pelo relacionamento entre ciência e sociedade, participou de investigações sobre “as relações sociais existentes nas diversas ligações estabelecidas entre os cientistas, as teorias por eles produzidas, a rede de pesquisa, a sociedade e, finalmente, os processos pedagógicos presentes no ensino de ciências” (Reis 2014), tornando-se crítico do ensino tradicional, colaborando com a implementação de uma educação baseada no movimento Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS). Ainda de acordo com Reis (2014):

Ao longo de uma sólida formação, na Física e na Matemática, além de uma bem sucedida carreira acadêmica, ele pôde nutrir seu interesse tanto pela capacidade da ciência de produzir conhecimento, quanto por seu poder de modificar a sociedade. (Reis, p. 214, 2014)

Sob a perspectiva de Lopes (2013), Ziman foi um dos que contribuiu para estudos no campo dos estudos sociais da ciência e tecnologia que se consolidou como educação CTS. Ainda segundo essa mesma autora, Aikenhead (2003, p. 3) comenta que:

Provavelmente, a maior influência sobre a escolha do grupo “ciência-tecnologia-sociedade (CTS) veio John Ziman (1980), e sua obra seminal *Teaching and Learning about Science and Society*. (...) O livro rapidamente tornou-se leitura obrigatória entre os educadores de ciência STS em todos os lugares. Embora Bob Yaber (1996a, p.5) afirmasse que Ziman cunhou a sigla STS, o termo foi reconhecido no Reino Unido pela STSA (Science Tchnology and Society Association) que existia sobre os auspícios de Council for Science and Society, do qual Ziman foi presidente (apud Lopes, 2013).

Na obra “*Teaching and Learning about Science and Society*”, Ziman elucida que:

O principal defeito da educação científica tradicional é fornecer uma impressão unilateral da ciência e tecnologia. O objetivo fundamental da educação CTS é corrigir essa impressão por meio do ensino sobre ciência em seu contexto social (Ziman, p.108, 1980). [tradução nossa]

Assim, ao preparar um currículo em que permeie o movimento CTS, acontecerá a interdisciplinaridade entre as ciências, uma vez que haverá maior probabilidade de se abordar uma metodologia que remeta ao diálogo entre as ciências e, conseqüentemente, trar-se-á à lume a educação científica. De acordo com Bernardo, Vianna e Silva (2011), Ziman apontou uma diversidade de concepções e abordagens que corrobora o caráter multifacetado e eclético do enfoque CTS.

Diante do exposto, é importante ressaltar que, por meio do enfoque CTS, é possível uma educação científica que para Ziman (1980):

é uma preparação para, ou parte de, treinamento para carreiras técnicas ou tecnologias particulares. Muitos estudantes de ciência estão se tornando doutores, ou enfermeiros, ou farmacêuticos ou engenheiros civis, ou programadores computacionais ou gerentes industriais. É importante incorporar em sua formação profissional uma quantidade substancial de aspectos sociais de seus trabalhos futuros. (Ziman, 1980, p. 113)

Outro fator que se acentua, na sociedade contemporânea, é a preparação dos profissionais para as mudanças conceituais de sua área de atuação, pois devido aos avanços científicos e tecnológicos as “verdades científicas” se tornam vulneráveis, portanto, em referência à quebra de paradigmas, os profissionais devem ser flexíveis. É importante mencionar que em

1962, Thomas Kuhn com a obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), discutiu sobre os paradigmas científicos e Ziman (1979) comenta da seguinte forma o pensamento de Kuhn:

Kuhn ressaltou as dificuldades que todo cientista encontra para se mudar de paradigma, isto é, do conjunto de conceitos básicos implícitos no consenso vigente. Não se pode deixar de achar que o ensino científico devia ter cuidado especial em evitar a perigosa inflexibilidade de opinião. As contradições inerentes ao paradigma deviam ser ressaltadas para o aluno, de maneira que ele pudesse estar preparando para as mudanças, quando elas chegassem. (Ziman, 1979, p. 84)

O professor, para Ziman (1979), tem a função de tornar o conhecimento claro e plausível e estimular o aluno a confiar abertamente na teoria básica. Ainda com base nesse autor: “a expertise do profissional está em pensar “fisicamente” ou “quimicamente”, ou seja, converter qualquer problema em conceitos e fórmulas de sua disciplina” (Ziman 1979, p. 85).

Diante do que foi abordado, podemos verificar que, sob o panorama da tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), há uma contribuição para um processo de ensino aprendizagem capaz de tornar o estudante mais crítico, uma vez que é possível construir o conhecimento sobre os avanços científicos e tecnológicos frente à sociedade de modo questionador, reflexivo e crítico o que promove, nos discentes de hoje, profissionais com uma visão ampla sobre a ciência e tecnologia.

Considerações finais

Na formação humana, é indispensável o papel da educação, uma vez que é por meio dela que se constitui um cidadão. Para discutir o processo de ensino aprendizagem, existem correntes pedagógicas. Neste artigo, foi abordada a pedagogia tradicional e, paralelamente a ela, foi feita uma apresentação do modelo de ensino aprendizagem sob a ótica do movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), com embasamento teórico em John Michael Ziman.

A mediação da pedagogia liberal tradicional no processo de ensino aprendizagem permeia a educação na sociedade do século XXI, influenciando a prática da educação formal e servindo de modelo para os sistemas de ensino. Como, nesta tendência, a principal tarefa da escola é transmitir à nova geração o conhecimento que foi elaborado no passado sem compromisso com os problemas sociais, educadores como Paulo Freire, Jean Piaget e John Michael Ziman questionam tal metodologia e apresentam alternativas para uma educação interdisciplinar.

Este trabalho apresentou a proposta de John Michael Ziman para o processo de ensino aprendizagem interdisciplinar que tem como estratégia educacional o movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Para discutir o assunto, trouxemos à lume as considerações de autores como Bernardo, Vianna e Silva (2011), Lopes (2013), Reis e Videira (2010) que corroboraram com o pensamento do crítico da educação Ziman.

Diante do exposto, foi possível verificar que uma metodologia em que permeia a tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) contribui para o crescimento não somente intelectual mas também crítico do estudante, já que, ao adquirir conhecimento sobre as ciências de forma interdisciplinar em sala de aula, o estudante também é capaz de refletir sobre os avanços científicos e tecnológicos e seus impactos na sociedade o que o torna um profissional capaz de interagir com a sociedade de modo questionador, reflexivo e crítico. Além disso, há uma ampliação de ótica sobre a ciência e tecnologia, uma vez que o processo de ensino aprendizagem sob a tríade CTS busca trabalhar de modo que o discente não seja apenas um telespectador da ciência, mas um sujeito ativo.

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, José Roberto da Rocha; VIANNA, Deise Miranda; SILVA, Vitor Hugo Duarte da. A construção de proposta de ensino em Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) para abordagem de temas sociocientíficos. In: SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; AULER, Décio. **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011.
- CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Revista Brasileira de Educação**, p.89-100, nº 22, Jan/Fev/Mar/Abr 202003.
- CUTCLIFFE, S.H. The historical emergence of STS as an academic field. **Argumentos e Rázon Técnica**, n.4, p.281-292, 2001.
- DUSO, Leandro; BORGES, Regina Maria Rabello. Projetos integrados em sala de aula: ressignificação do processo de ensino aprendizagem por meio da abordagem CTS. In: SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; AULER, Décio. **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011.
- FARIAS, I. et al. **Didática e Docência aprendendo a profissão**. Brasília: Liber Livro, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacyr. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.
- HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. **Ciência, tecnologia e sociedade: desafios da construção do conhecimento**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.
- LOPES, Gabriela Zauith Leite. **O referencial teórico de Paulo Freire no ensino do CTS: um estudo bibliométrico e epistemológico**. São Carlos: UFSCar, 2013.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- REIS, Verusca Moss Simões dos; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Transdisciplinaridade e filosofia da ciência: uma solução possível ao problema da privatização do conhecimento? In: Peláes Álvaro y Suárez Rodolfo. **Observaciones filosóficas en torno a la transdisciplinaridade**. Antropos Editorial: Universidad Autónoma Metropolitana, Cuajimalpa, México: 2010.
- REIS, Verusca Moss Simões dos. John Ziman físico e epistemólogo em uma ciência pós-acadêmica". In: HAYASHI, Maria Cristina P. Innocenti; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Sociologia da ciência**. Campinas, SP: ed. Alínea, 2014.
- SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; AULER, Décio. **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia polêmicas do nosso tempo**. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- ZIMAN, John Micheal. **O homem e a ciência: conhecimento público**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada da Universidade de São Paulo, 1979.
- ZIMAN, John Micheal. **Teaching and learning about science and society**. Great Britain: Cambridge University Press, 1980.
- ZIMAN, John Michael. **Enseñanza y Aprendizaje sobre la Ciencia y la Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SUJEITOS DE DIREITOS À EDUCAÇÃO E À CULTURA

Fernanda Cavalcanti de Mello

Mestre em Educação UFJF-MG

e Especialista em EJA-UFRJ

diart.fernanda@gmail.com

RESUMO

O artigo visa contribuir com a discussão sobre a relação da educação em museus e a educação de jovens e adultos. Parte-se do pressuposto que a educação em museus é uma oportunidade de acesso à educação e à cultura, na perspectiva da educação em sua vertente qualificadora. Freire (2001), Paiva(2013), Chagas(2015) e Costa e Vasconcellos (2013) e Vianna (2015), entre outros, dão o norte para pensar sobre a relação entre os museus e a escola como um *locus* que se interconectam, em se tratando de formação ao longo da vida e à valorização dos sujeitos que se educam. Nessa investigação são destacadas as recentes ações do Museu da República (MR) no Rio de Janeiro que por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas, e observação de campo, observou-se que, escola e museu ainda precisam estabelecer tais diálogos mais cotidianamente, apontando algumas possibilidades para estreitar tais laços.

Palavras-chave: Museu. Escola. Educação de Jovens e Adultos. Educação Patrimonial. Museologia

ABSTRACT

The article aims to contribute to the discussion about the relation of education in museums and the education of young people and adults. It is assumed that museum education is an opportunity for access to education and culture from the point of view of education in its qualifying aspect. Freire (2001), Paiva (2013), Chagas (2015) and Costa and Vasconcellos (2013) and Vianna (2015), among others, give the north to think about the relationship between museums and the school as an interconnecting locus, in the case of lifelong training and the valuation of the subjects being educated. In this research, the recent actions of the Museum of the Republic (MR) in Rio de Janeiro, which through bibliographical research, interviews, and field observation, have been highlighted, the school and museum still need to establish such dialogues more daily, pointing out some possibilities for closer ties.

Key-words: Museum. School. Youth and Adult Education. Patrimonial Education. Museology

Os museus são casa que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e instituições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas, janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas, pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.
Paulo Freire

Neste trabalho, abordo experiências vividas por mim e outros jovens e adultos. O recorte sobre a experiência do Museu da República (doravante MR), localizado no Rio de Janeiro, deve-se ao fato de a instituição desenvolver ações específicas para esse público, com certa frequência. Apesar da descontinuidade nas proposições educativas, é um dos poucos equipamentos culturais a atenderem o público da EJA, com ações iniciadas, com uma escola localizada no entorno escolar, nos períodos de 2009 e 2014. E, posteriormente, em 2015, ampliando essas ações para outras escolas localizadas em outros bairros, especificamente no contexto do PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos do Município do Rio de Janeiro).

O diálogo iniciado neste trabalho discorre sobre a potencialidade da relação entre o museu, a escola e a frequência do aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no espaço do museu. Busquei saber desses participantes e nas referências teóricas o quê importa aprender nesses espaços não formais, e, o quê aprendem, conjuntamente, escola e museu, ao reunir professores, educadores de museu e EJA, todos aprendentes na vertente da educação qualificadora.

Parto do princípio de que os espaços não formais, como os museus, são lugares de memória, pesquisa e de cidadania; portanto, são lugares de direitos do público da EJA. PAIVA, 2006; SOARES et. all., 2014, Costa e Vasconcellos (2015), além dos teóricos como Paulo Freire (1984), direcionam a reflexão para além do acesso desse público, mas também o favorecimento de uma educação emancipadora, a partir desse acesso, entendendo a educação como fenômeno social que não se restringe a educação escolarizada.

Além de uma pesquisa bibliográfica, acerca da relação da educação na modalidade EJA e o acesso desse público aos bens culturais, foram necessárias visitas institucionais, tanto físicas, quanto virtuais no site do MR e outras ferramentas como MR virtual. Visitei a instituição para observação participante e visitas pedagógicas, das quais resultaram registros nos cadernos de campo, além de estabelecer diálogos esclarecedores sobre essa relação a partir da escuta aos participantes do projeto de 2015 envolvendo escola e MR.

Realizei inicialmente uma coleta de dados no site do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) sobre o Estado do Rio de Janeiro e observei que: a) na lista dos espaços culturais e de memória em todo o Estado, apenas o MR apresenta um serviço dedicado a públicos específicos, mas não informa que público é esse; b) não há informação padronizada sobre o atendimento a jovens e adultos. Conforme o educativo do MR, a instituição abre no horário noturno toda última terça-feira do mês, desde 2016.

1. Rememorando os projetos Museu-escola/escola museu

Os registros dos projetos realizados em 2008/2009; 2013/2014, 2015/2016; 2017/2018 no MR demonstram iniciativas que visam estreitar a interação museu e escola. Embora, o alcance dessa pesquisa não tenha informação sobre os desdobramentos desses projetos no âmbito escolar, em continuidade às vivências e aprendizagens decorrentes às visitas no museu, têm-se alguns vestígios dessas iniciativas que merecem avivamento no sentido de se constituírem

exemplos de práticas viáveis e potentes. Nem sempre as escolas costumam guardar atividades realizadas dentro e fora dos muros escolares. Do mesmo modo, nem sempre os museus têm alguma atividade de acompanhamento sobre os resultados pedagógicos de suas ações, ou guardam esses registros com a mesma técnica e preciosismo que guardam seu acervo de coleções.

O projeto intitulado “Todos Juntos – pela autonomia e cidadania no espaço da República” -2009, envolvendo escola e museu foi concebido a partir da exposição temporária do MR “Constituição de 1988 – a voz e a letra do cidadão/2009” - desenvolvida, por sua vez, como desdobramento da exposição “Constituição Cidadã” inaugurada no ano anterior/2008.

Nos anos de, 2010, 2011 e 2012 não foram registradas atividade específica para a EJA, ou, não houve divulgação de nenhum evento. Entretanto, a instituição promoveu jornadas, manteve e inaugurou novas exposições temporárias, inclusive nos Jardins do Palácio, onde pessoas circulam independentemente da frequência ao Palácio do Catete. Há notícias sobre um conjunto de 11 Banners- exposições itinerantes sobre a Constituição Cidadã, entre outros títulos, que podem circular pelas escolas pelo sistema de empréstimo (REVISTA DO PROFESSOR Nº 02, pg. 27, 2010).

Os anos 2013-2014 englobam o projeto “Educação e Trabalho: uma ação de cidadania”. O projeto apresentado em 2014 também teve sua origem a partir da exposição “Trabalho, luta e cidadania: 70 anos da CLT”, inaugurada em 2013. Novamente o CIEP Tancredo Neves foi convidado a participar do projeto e após visita de algumas turmas da escola à exposição, a comunidade escolar decidiu aderir a essa nova proposta de parceria. Desta vez, especificamente para o PEJA. Representou um diferencial entre seus pares institucionais, a preocupação em atender exclusivamente os estudantes dessa modalidade, fato que ensejou reconhecimento em dois prêmios internacionais. O MR ficou entre as cinco melhores práticas de 2014, pelo prêmio Best Practice, e o primeiro lugar pelo prêmio Ibero Museus, ambos concedidos em 2015.

O projeto de PEJA- Uma Lacuna no Museu/2015 está descrita na pesquisa de Santos (2013,2018), e também está descrito na Revista do Professor, que ainda se encontra no prelo. Este projeto, diferentemente dos anteriores não se originou de uma exposição temporária do MR, mas foi proposto pela professora ao museu à diretora do MR à época objetivando que os alunos pudessem, além de visitar os museus, serem eles mesmos, mediadores.

O motivo da escolha do CIEP Gregório Bezerra se deve ao fato de o Museu da República ter sido procurado por uma professora do PEJA desse CIEP que, ao tomar conhecimento do trabalho do Museu da República com o CIEP Tancredo Neves, propôs um projeto em que um grupo de alunos do PEJA fosse preparado para atuar como mediador das exposições nos espaços dos museus, construindo com seus colegas visitantes conhecimentos e experiências de modo partilhado. “A professora é também museóloga e, por isso, considera importante a relação dos alunos do PEJA”. (CABRAL, no Prelo, pág. 11).

Como uma das contrapartidas do MR, Foram montadas “duas exposições itinerantes que relacionassem os salões do Museu da República ao mundo do trabalho, situação em que a grande maioria dos alunos estava inserida, motivo pelo qual estudavam à noite”. (REVISTA DO PROFESSOR, Nº extra, prelo).

Na última etapa do projeto, as alunas atuaram mediando uma visita no ambiente do MR. Após cada visita estava previsto também uma roda de conversa com o objetivo, segundo informado na publicação, elaborar uma reflexão empírica na coleta de informações sobre os

temas trabalhados no projeto a fim de possibilitar o “empoderamento dos alunos acerca do patrimônio”. (REVISTA DO PROFESSOR, pg.5, extra, no prelo).

Em 2017 ocorreu o Seminário que havia sido planejado em 2015 como desdobramento do Projeto PEJA. As informações sobre esse Seminário também se encontram nessa publicação no prelo. Nesse número extra da Revista do Professor são relatados detalhes do Seminário que reunindo pessoas da gerência da secretaria de educação do município do Rio de Janeiro, a Diretora do CIEP Gregório Bezerra (escola participante do projeto 2015), alguns especialistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, diretores e servidores do museu, professores e as alunas monitoras desse projeto. Segundo informado na publicação o objetivo do evento foi fazer uma avaliação do projeto/2015.

2. Considerações dialogadas- Aprendendo conjuntamente

Para Ramos (2010, pág. 5). Algumas memórias de coisas que não vivenciamos diretamente são lembranças de “segunda ordem”. Tais lembranças são observações que nos chegam a partir da convivência em família e outros grupos sociais, como escola, por exemplo. Chegam também por “variados meios, que vão das narrativas orais às películas do cinema, dos objetos e dos verbetes da internet, dos livros de histórias aos de ficção”(*ibid*). No entanto, tais memórias não se caracterizam por ser uma ação passiva. É uma ação complexa que se aprende também a evocar. O que aprendemos a ser também está constituído dessas lembranças ou de esquecimentos. Soares e all, (2014, pg.29) dizem que somente aprendemos mediante aquilo que já conhecemos. E, que “qualidade aponta para a dimensão da intensidade, tem a ver com profundidade, perfeição, principalmente com participação e criação”.

Concordamos com Vasconcellos (2015), que sobre o cumprimento da função emancipadora dos museus, quando, em lugar de fornecer respostas, provoca uma mudança no visitante, fazendo sua experiência algo motivante e transformador. Por isso conclui, a partir da pesquisa, ser importante levantar além dos registros dos projetos, as memórias sobre o projeto de 2015, sobre os quais, registros ainda não publicizados pelo MR por pertencer a memória desses participantes tão somente.

Para compreender o significado do MR na vida dessas pessoas, fiz 4 perguntas disparadoras dos diálogos sobre EJA e MR. Perguntei, por exemplo, qual nome dariam ao MR, caso pudessem mudar o nome da instituição. Todas as alunas responderam que a instituição poderia se chamar “Getúlio”. A professora Débora S.(2018) disse ser uma pergunta difícil e que responderia a partir do que as pessoas costumam pensar sobre o museu. Ou seja: o nome seria “casa do Getúlio”. (*idem*). Para o Educativo do Museu. Não haveria outro nome a ser dado. Mas sim uma nova abordagem “fizesse mais jus ao nome”, que o MR se tornasse mais republicano, no sentido de se abrir à diversidade, tanto em relação às coleções que ele abriga, quanto aos públicos que ele recebe,” disse o (EDUCATIVO DO MR).

Perguntei aos participantes, se pudessem escolher um objeto do museu, qual seria? Todas as ex-alunas escolheram o quadro do Barão de Nova Friburgo que fica na entrada do MR. Eu também escolheria esse quadro também, por um valor sentimental, pois retrata uma figura importante na Região de Cantagalo, onde reside meus pais. As ex-alunas dizem que suas escolhas também foram pautadas por um valor simbólico na escolha pelo quadro. “Não é o dinheiro, quanto vale, mais a beleza e a grandeza desse objeto. O que o quadro “fala” sobre a vida do Barão de Nova Friburgo e daqueles tempos, disse Cícera D. O educativo do MR disse não ter um objeto de preferência e sim um lugar.” Eu não tenho um objeto e sim um espaço. “Eu gosto de um corredor do palácio que liga ao gabinete do Getúlio”. Mostra também a ligação com os moradores da casa em tempos de império. “E, explica, É lindo é a parte do

museu mais simples e de mais bom gosto, não tem muitas informações como no palácio”. Acho que o Barão acertou aí, pois parece que foi pouco mexido. “Se tivesse que dormir no Palácio eu ficaria naquele pedaço eu acho que me acalma”. (EDUCATIVO DO MUSEU, 2018). Já a professora Débora S, escolheria o pijama usado pelo ex-presidente quando ele “deu um tiro nele mesmo”. Tem a marca de sangue, o furo da bala, é o objeto mais emblemático do museu. “Por isso eu escolho o pijama”, disse a professora.

A terceira pergunta levantar o motivo que levaram as estudantes a participarem de um projeto envolvendo o MR. Os dois grupos de estudantes se basearam pelos mesmos motivos à participação, cada qual em seu tempo e em seu projeto do projeto. As ex-alunas do projeto PEJA aceitaram participar do projeto pela relação de confiança com a professora Débora Santos. Cícera S. aponta dificuldade em aceitar desafios, mas que após o convite, mesmo não sabendo ao certo do que se trata, resolveu participar. Até porque, disse ela, “após retornar a sala de aula, com 45 anos, resolvi aproveitar todas as chances que aparecessem”. E Patrícia Domingues disse que aceitou participar do projeto a convite da professora Débora Santos pela relação de confiança estabelecida com a professora. A estudante revelou durante a conversa que tinha dificuldades em confiar nas pessoas, de participar e de se relacionar com outras pessoas e por isso p projeto PEJA- uma Lacuna no Museu foi um divisor de águas para ela. Segundo Patrícia Domingos, tem um antes e um depois do projeto. Patrícia D, disse que “antes do curso, se não tivesse aquela oportunidade, eu não estaria aqui, hoje”. Ao pedir uma explicação mais detalhada, Patrícia D disse não saber explicar. E após um silêncio, continuou: “muros, barreiras que eu mesma construí e hoje eu me posiciono diante das pessoas.

Cícera S, disse que a partir do projeto, um novo mundo se descortinou para ela. Passou a querer estudar mais, visitar novamente o MR e ir a outros museus e, que tem, sistematicamente, visitado outros espaços culturais. Patrícia Domingues está terminando o Ensino Médio, também na modalidade da EJA e faz um curso técnico de necropsologia. As ex- alunas do Colégio Pedro II também participaram do projeto pela afinidade com a disciplina de História e pela oportunidade de participar de um Programa de Bolsa do CE Pedro II. Érika e Lara tiveram boa pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e estavam na expectativa de conseguirem cursar faculdade de psicologia e matemática, respectivamente. Confiança, oportunidade e continuidade em aprender ao longo da vida foram o que mobilizaram as estudantes dos dois grupos.

O Educativo do MR considera importante levar alunos ao museu e a professora Débora Santos também. A professora explica que vem aprofundando a leitura sobre educação popular conforme as bases em Paulo Freire e a pedagogia do oprimido. As atividades que realiza com os seus alunos, nesses ambientes culturais, visam contribuir para que os alunos da EJA, oriundos das classes populares possam, através da educação, e, dos saberes construídos, lutarem pela sua libertação, se emanciparem em sua ação. Débora Santos lembra que os museus podem ser úteis aos sujeitos da EJA, quando realiza uma ação que possa amparar os sujeitos no sentido que eles se apropriem do patrimônio que também é deles. Por isso,

[...]levo em consideração uma pedagogia que possa promover uma ação educativa pensada como educação popular, que seja construída junto com o sujeito EJA, e, não, para o sujeito da EJA e possa colaborar com a luta dele. “Eu tenho direito eu sei que isso deveria ser meu e por que não é?” (DÉBORA SANTOS, 2018).

Tanto o educativo do museu, quanto a professora Débora Santos afirmam que um dos problemas encontrados na relação museu e escola é a comunicação das ações do museu e o diálogo. É a informação chegar às escolas, para que os alunos possam ter a oportunidade primeiramente do acesso. Assim, indaguei como se dava a divulgação dos eventos, como

era a relação com as escolas participantes do projeto e perguntei também se os professores têm conhecimento do horário especial disponibilizado pelo museu. A educadora reconhece a dificuldade do museu em realizar uma divulgação eficiente por falta de pessoal. E ressaltou que o setor de comunicação estava passando por reformulação no momento da pesquisa. O educativo do MR informou também que a tramitação se dá via secretarias de educação do estado e municípios, e, que não possuem uma mala direta desses professores. “Agente faz muita coisa aqui. Isso é algo que estamos avaliando internamente, pois eu acho que outros museus fazem coisas simples e há todo um chamamento. Fazemos muitas ações aqui, mas com pouca visibilidade”. (EDUCATIVO DO MR, 2018).

A professora relata que a divulgação chega por email, para a Direção da escola, quando é alguma coisa direcionada à EJA, ou, extensivo a esse público. “Mas desconheço, pelo menos nunca participei de alguma ação para falar sobre a importância de museus e outros aparelhos culturais. A professora afirma que não participou de ação sobre o tema que a secretaria tivesse realizado”. (DÉBORA SANTOS, 2018).

3. Educação ao longo da vida, direito à educação e à cultura

A Educação de Jovens de Adultos é prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96); que trata da educação de jovens e adultos no Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. Segundo o Artigo 37, o público da EJA é formado por aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Os sistemas de ensino, conforme o Parágrafo primeiro da referida Lei, são os responsáveis pela oferta do ensino de forma gratuita aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular. Esses sistemas devem oferecer oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características deste público, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Importante ressaltar, que a educação como princípio fundamental não se restringe à escola, que os sujeitos são afetados pelas próprias experiências e aprendizados no convívio com os demais. Para as autoras Soares e All (2014), a questão da qualidade, deve ser entendida como garantia aspectos quantitativos e qualificativos for de fato atendidos. Não sendo apenas a efetivação do acesso às matrículas que os defina, mas sim a garantia das condições mínimas de permanência e finalização dos processos de escolarização dos alunos desta modalidade.

A afirmação do direito à educação, nas perspectivas até então enunciadas e para os sujeitos da diversidade, exige bem mais do que currículo adequado, horários e organizações pedagógicas compatíveis, aceitação de aprender por toda a vida como premissa fundante. (Ibid., s/p).

Vianna (2015) ressalta que a EJA na vertente escolarização, tem o espaço “escola” como referência. Essa modalidade não representava um direito à educação antes da Constituição de 1988. É uma conquista que ainda não está totalmente consolidada, haja vista a efetivação da oferta por meio da matrícula e da permanência dos alunos da EJA nas escolas. A escola tem uma cultura própria e é importante que os sujeitos da EJA tenham a experiência da escolarização, ou seja, participem desta cultura escolar. Porém, na vertente da educação continuada, outros espaços de circulação e de cultura tornam-se importantes espaços de direitos aos sujeitos da EJA também.

Conforme Di Pierro (2005), o público da EJA é formado por sujeitos marcados por suas experiências de vida que precisam ser reconhecidos pelas suas histórias, condição

socioeconômica, posição nas reações de poder, diversidade étnica-racial, cultural, geracional, territorial. A defesa pela vivência dos sujeitos da EJA, nesses espaços, nas trocas de saberes com outros sujeitos com esses novos espaços de diálogo, além da escola, possibilita-lhes ver, comparar e reconhecer os sujeitos da EJA, conforme salientam Soares et. all. (2014).

Determinados espaços de educação considerados não formais são privilegiados espaços de cultura, formação e humanização, dos quais os sujeitos, jovens e adultos, estão, por diferentes motivos, aliados.

A Constituição de 88, embora não defina os direitos culturais, menciona alguns deles quando desenvolve as prescrições relacionadas à Cultura. São exemplos: o direito à proteção das distintas manifestações culturais, o de definir datas comemorativas pelos interessados; o de resguardar da memória coletiva e o de ter acesso a incentivos públicos. Cunha define assim os ditreitors culturais:

[...] aqueles afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana. (CUNHA FILHO, 2000, p. 34).

O acesso à cultura e aos bens culturais está previsto nos Direitos Humanos- educação e cultura estão amalgamadas- e devem ocorrer em todos os lugares e contextos, de modo permanente ao longo de nossa existência. Não só a escola, mas também a instituição museu tem como finalidade precípua uma dimensão cultural e educativa, pois são importantes centros de pesquisa, de cidadania e de criação. O museu como espaço de preservação da cultura das elites e do discurso oficial, vem sendo substituído, segundo Falcão, “por uma instituição que se abre aos meios de comunicação de massa e ao grande público”. (2009, pg12).

Os museus têm como tarefa comunicar, investigar, documentar, preservar a herança cultural e vem sofrendo mudanças. A própria Política Nacional de Museus, que define museus como,

Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009a).

E, não somente as instituições podem ser reconhecidas como espaços educativos, mas, segundo a Lei 11.904/2009, todos os demais processos museológicos voltados para o trabalho com patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades também são espaços educativos. A Lei traz como princípios: a) a valorização da dignidade humana; b) a promoção da cidadania; c) o cumprimento da função social; d) a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; e) a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; e f) o intercâmbio institucional.

Por isso enfatizo a importância do público da EJA nesses espaços. “A EJA se constituiu por diferentes identidades, constituídas a partir de formas diversas de inserção na sociedade, mas tendo em comum o fato de serem pessoas marcadas pela desigualdade que caracteriza a sociedade de classes” (VENTURA, 2016, pág. 2). O termo “trabalhador” diz Ventura (2016) não é apenas um atributo, mas um fundamento primordial para o entendimento da sua configuração. A marca da desigualdade social desses sujeitos legitima ações inclusivas tanto da escola quanto dos espaços formativos com função educativa.

4. Considerações finais

O MR mantém um diálogo com escolas e com a EJA, mas não assume essa iniciativa, na medida em que não divulga em seus registros públicos tal inclusão. Caso a Revista do Professor não seja publicada, venha a público, nem mesmo no meio virtual, como outros números da Revista do Professor, as ações de 2015, será apenas uma nova lacuna. Para não evidenciá-las, preencher os vazios com novas experiências de EJA nos museus, a fim de fortalecer e tornar rotina a educação em museus com bases na educação popular, no seio da cultura, sem negligenciar a vertente escolarizada, na qual escola retome a campanha “rumo ao museu”, mas que também o museu entre em campanha “rumo às escolas.”.

Referências

ARROYO, Miguel. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio. (org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, SECAD/MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf <acessado em 09/08/2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Brasília/DF, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm <acessado em 09/08/2018.

COSTA, Andréa F.; VASCONCELLOS, Maria das M. N. **Museus: limites e possibilidades na promoção de uma educação emancipadora**. In: Sinais Sociais, Serviço Social do Comércio, Rio de Janeiro, vol.4, n.11, setembro/ dezembro, 2009. p. 50-87.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos Culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília jurídica, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. In: Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, Out. 2005. p. 1115-1139. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18>

FALCÃO, Andréa. **Museu como lugar de memória**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Salto para o Futuro (Museu e escola: educação formal e não formal), Rio de Janeiro, ano XIX, nº 3, maio 2009. Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012191.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAS, Normanda. **Entrevista Ecylla Brandão**. In: REVISTA DO PROFESSOR, Rio de Janeiro, Museu da República, n. 04, 2013a. p. 17-22.

GAMA, Rita. Algumas questões para a educação em Museus. In: RANGEL, Aparecida Marina de Souza et al. (orgs.). **Anais do I Seminário de Mediação do Projeto Museu de Ideias**. Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu da Chácara do Céu, Museu de Astronomia e Ciências Afins. 1. ed. Rio de Janeiro, 2013.

PAIVA, Jane. **Tramando Concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos**. In: Revista Brasileira de educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set/dez, 2006. P. 519-566.

RAMOS, Francisco, **A História dos Objetos no Ensino de História**. In: REVISTA DO PROFESSOR, Rio de Janeiro, Museu da República, n. 02, 2010. p. 4-7.

SANTOS, Débora da S. L. dos. **Pelo Direito à EJA dentro dos museus**. In: IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias, Programa de Pós-Graduação em Educação/ UERJ, Rio de Janeiro, de 05 a 08 de junho de 2017.

SOARES, Andréia C. da S.; PAIVA, Jane; BARCELOS, Luciana B. Educação continuada, qualidade e diversidade: **um olhar complexo sobre aprendentes jovens e adultos**. In: REVISTA DEBATE EM EDUCAÇÃO, v. 6, nº 11, 2014, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas. p.17-38. Disponível em <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/1328>. Acesso em 09/08/2018.

VIANNA, CÁTIA M. S. de V. **Professores de educação de jovens e adultos e museus: percepções, usos e desusos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. (Dissertação originalmente apresentada à Faculdade de Educação). 294 f.

VENTURA, Jaqueline. **As Relações entre os Sentidos do Trabalho e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**. In.: Educação, Escolarização e Socioeducação. Editora Degase, Rio de Janeiro, 2016.

CONHECIMENTO E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AS BIBLIOTECAS PRISIONAIS

ALEX MEDEIROS KORNALEWSKI
UNIRIO/PPGMS
Bolsista DS CAPES
alexmedeiros87@hotmail.com

LUDMILA RIBEIRO
UNIRIO/DEPB
Bolsista de extensão Capes
milaribeirorsa@gmail.com

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS
UNIRIO/PPGMS
Bolsista Produtividade CNPQ
frfarias@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho discute como a subjetividade inerente aos pesquisadores reverbera nas bibliotecas prisionais. Logo, o procedimento metodológico a ser aplicado é a estratégia de busca, com o intuito de cruzar a linguagem natural e os descritores referentes as pesquisas feitas sobre bibliotecas prisionais utilizando operadores booleanos e demais codificações de pesquisa em revistas científicas indexadas. Destarte, a busca aponta, por intermédio das pesquisas publicadas, tanto os discursos sobre a importância da biblioteca prisional como um espaço de promover o conhecimento, sendo tratado por vezes como um lugar de memória, quanto podemos verificar que muitas das vezes os fatores que imperam no cotidiano destes ambientes é o da biblioteca como lugar do esquecimento. Conclui-se que um dos valores que se atribui a instituição biblioteca, de um modo geral, é o de memória, porém no caso das bibliotecas prisionais, esse valor se converte em esquecimento, invisibilidade.

Palavras-chave: Biblioteca prisional. Memória. Esquecimento. Assistência ao preso. Acesso à informação.

ABSTRACT

The present paper discusses how the inherent subjectivity of researchers reverberates in the prison libraries. The methodological procedure to be applied is the search strategy, with the aim of crossing the natural language and the descriptors referring to the research done on prison libraries using boolean operators and other codification of research in indexed scientific journals. Thus, the research points out, through published research, both the discourses on the importance of the prison library and a space to promote knowledge, as a place of memory, but we verify many times that the factors that prevail in the daily life of these environments is of the library as a place of forgetfulness. It is concluded that one of the values that is attributed to the library institution, in general, is the one of memory, but in the case of the prison libraries, this value becomes oblivion, invisibility.

Keywords: Prisonal libraries. Memory. Forgetfulness. Assistance to the prisoner. Access to information.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute como a subjetividade inerente aos pesquisadores reverbera nas bibliotecas prisionais. Logo, o procedimento metodológico a ser aplicado é a estratégia de busca, com o intuito de cruzar a linguagem natural e os descritores referentes as pesquisas feitas sobre bibliotecas prisionais utilizando operadores booleanos e demais codificações de pesquisa em revistas científicas indexadas. Destarte, a busca aponta, por intermédio das pesquisas publicadas, tanto os discursos sobre a importância da biblioteca prisional como um espaço de promover o conhecimento, sendo tratado por vezes como um lugar de memória, quanto podemos verificar que muitas das vezes os fatores que imperam no cotidiano destes ambientes é o da biblioteca como lugar do esquecimento.

Em ressalva, é mister uma reflexão sobre o conceito de prisão, palavra que no senso comum é atrelada ou evoca a noção de castigo, punição, justiça.

Na Europa, sob o preceito de valorização da razão, o movimento filosófico ideológico chamado iluminismo se contrapôs ao pensamento absolutista, em vigor até então e que se baseava no cristianismo. Se contrapôs, também, as formas de punição que consistiam, principalmente, em longos suplícios. Agora, se aplicava a pena de acordo com o crime e variando de intensidade. O encarceramento começou a ser utilizado como alternativa, não utilizando mais o corpo como objeto de punição, mas como meio para se punir a alma do condenado, o ato, o crime. Filha dos ideais iluministas, a Revolução Francesa deu frutos como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, que garantia a isonomia, ou seja, tornava todos iguais perante a lei. Também fruto da Revolução Francesa e símbolo da mesma, a guilhotina garantia uma morte indolor, rápida e igual para todos e findando as mil mortes dos suplícios.

O Brasil, ainda sob o estatus de colônia, aplica a nova penalidade cerca de um século após o movimento na Europa, sua primeira prisão é inaugurada em 1850, no Rio de Janeiro, a então capital. No mesmo ano são estabelecidas oficinas para capacitação dos presos para a “vida útil”. 16 anos após, é oficializado pelo estatuto da Casa de Correção a biblioteca do espaço, que era utilizada aos domingos e dias santos a noite, com leitura amena e edificante.

Apesar da aprovação das oficinas e métodos que foram instalados em prol da transformação da vida do preso em um fator de utilidade social, têm-se a manutenção da subjetividade com consequências danosas ao corpo, não com castigos físicos, mas com a detenção, com a supressão de direitos - como o de ir e vir, com o controle, com a sujeição a uma nova rotina e cultura - a carcerária. Entretanto, o ato de cometer o delito e de passar pela correção do Estado ainda deixa marcas não mais visíveis a olho nu, portanto, marcas subjetivas, que remete exclusivamente ao seu registro criminal, ou seja, o estigma lhe seguirá mesmo depois do cumprimento da pena, inviabilizando sua inserção na sociedade externa as prisões.

O egresso do sistema penitenciário encara em liberdade o tríplice estigma social, a saber: moral; haja vista que houve a perda da cidadania no momento em que se constata e registra a inflação do sujeito a lei, portanto, a prática criminal; de classe, devido a pobreza da maioria dos presos, sendo esses sujeitos que habitam em uma sociedade que idolatra a riqueza e concebe a ascensão social por meio da captação de bens e esforço individual; e de casta, pois a maioria dos sujeitos alocados nas prisões são negros, pertencentes a um nicho equivocadamente desprovido de “honra étnica”. Toda essa problemática ocorre apesar da pessoa presa ser amparada pela Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, que prevê assistências em campos como material, da saúde, jurídico, social, religioso e educacional ao interno e egresso do sistema, que orientam no retorno a liberdade e objetivam prevenir a reincidência.

Levando em conta a importância da informação para o desenvolvimento da cidadania, o acesso não deve ser interrompido quando a pessoa entra em situação de privação de liberdade. Considera-se que, embora descrito na LEP, as assistências a internos e egressos do sistema penitenciário, especificamente a constituição e manutenção das bibliotecas prisionais, são escassas em algumas partes do território, conforme levantado pelo mapeamento de instituições que prestam assistência ao egresso do sistema, do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisa sobre Violência (LPSPV) e de um modo geral são precárias. Seus acervos são por vezes superficiais e observáveis em más condições, o que denota a ausência de políticas de desenvolvimento de coleções, procedimento este comumente adotado por funcionários desprovidos de conhecimentos técnicos, ou mesmo pelos internos, o que evidencia os efeitos inerentes a ausência de bibliotecários para gerir, conservar, organizar e disseminar a informação em seus múltiplos formatos, de acordo com os princípios da biblioteconomia.

Todavia, a literatura apresenta um conhecimento parco sobre a importância de determinadas competências do âmbito da biblioteconomia e, por conseguinte, das possibilidades de socialização do preso que recebe a assistência das bibliotecas prisionais. Em consonância, tem-se o perpetuar de uma subjetividade, atrelada as pesquisas, que corroboram para o esquecimento dos preceitos biblioteconômicos fundamentais, da missão das bibliotecas prisionais e dos usuários, a priori, ao qual elas atendem, neste caso os internos do ambiente prisional. Conclui-se que um dos valores que se atribui a instituição biblioteca, de um modo geral, é o de memória, porém no caso das bibliotecas prisionais, esse valor se converte em esquecimento, invisibilidade. A ausência de informações ou recomendações da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), por exemplo, é um fato que atesta essa condição. Outro fato é que o bibliotecário não tem condições legais específicas para atuar nas bibliotecas prisionais, haja vista que não há uma lei que regularize sua atuação em consonância com as singularidades da prisão, o que corrobora na desconfiguração da missão da biblioteca e, por conseguinte, no não cumprimento do que diz a LEP.

2 A SUBJETIVIDADE DO PESQUISADOR SOBRE A PROBLEMÁTICA DA BIBLIOTECA PRISIONAL

Diante do exposto, verificamos por meio da construção de estratégias de busca, como a subjetividade do pesquisador é empregada, tomando como ponto de partida, a pesquisa em revistas científicas que contemplam, de forma exclusiva ou complementar, o campo de conhecimento da Biblioteconomia. Para tal, alguns critérios foram adotados para tornar a pesquisa viável dentro das diretrizes do presente trabalho: primeiro, fizemos um recorte quanto a classificação das revistas, abrangendo desde a categoria A1 até B5, dentro da área de avaliação intitulada comunicação e informação, tal como descrito pela plataforma Sucupira (2018); Segundo, selecionamos um nicho de revistas científicas que não apresentem instabilidades na conexão (4 revistas estavam com os links quebrados, problemas de conexão, morosidade e queda, inviabilizando a escolha das mesmas para o presente trabalho); terceiro, de 29 revistas científicas localizadas, fechamos o recorte com 10, de forma que a pesquisa pudesse adquirir um nível de abrangência suficiente para demonstrar, por intermédio de um estudo qualitativo, a subjetividade dos pesquisadores no âmbito da pesquisa social (GOODE; HATT, 1975). O critério da subjetividade dos pesquisadores que versam sobre a questão da biblioteca prisional e suas nuances é complexo e demanda uma pesquisa extensa não apenas nas revistas, mas também implica no uso das bases de dados, não sendo aplicável para uma comunicação. Contudo, a ferramenta metodológica que considera o um como representante do social é salutar para uma exploração primeva dessas subjetividades, pois não podemos descartar o fato de que os fenômenos humanos são parte da realidade social, ou seja, “o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar

suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada por seus semelhantes (MINAYO, 2016, p. 20). Em síntese, podemos dizer que o estudo em questão viabiliza “um meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado” (GOODE; HATT, 1975, p. 422).

Após a construção do recorte de revistas científicas, entramos de fato na subjetividade dos pesquisadores sobre a questão da biblioteca prisional, a partir das estratégias de buscas empregadas de maneira uniforme nas 10 revistas, sendo elas: Biblionline, Brazilian Journal of Information Science (Brajis), Em questão, Encontros Bibli, Incid, Informação & Informação, Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB), Ponto de Acesso, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBB) e Perspectivas em Ciência da Informação. É mister uma construção da estratégia de busca para exercer o controle da revocação e precisão da pesquisa que envolve tanto termos da linguagem natural quanto os específicos de uma linguagem controlada (LOPES, 2002).

Assim sendo, não utilizamos combinações de alta complexidade na construção da estratégia de busca, haja vista que a recuperação da informação não logrou um número excessivo de documentos a partir da inserção de termos livres, portanto, sem combinações. Logo, implementamos a estratégia de busca em três níveis, a saber: primeiro, focar na construção da estratégia por meio do viés institucional e suas sinonímias (prisão OR prisional), no qual ignoramos o termo “biblioteca”, “setor”, “unidade” e afins haja vista que não é um termo elucidativo para pesquisa em revistas científicas da área, o que provocaria uma recuperação elevada de documentos que não versam em hipótese nenhuma sobre a questão da biblioteca prisional, mas sim sobre outras tipologias de bibliotecas e questões diversas sobre a Biblioteconomia; segundo, criamos a estratégia de busca focada no usuário real de uma biblioteca prisional, bem como suas sinonímias (preso OR detento OR apenado OR encarcerado OR aprisionado); terceiro, realizamos a junção das duas estratégias de busca mencionadas, com o intuito de aumentar a precisão da pesquisa e, por conseguinte, dar seguimento ao processo de análise do material localizado pelas revistas científicas.

Tabela 1. Estratégia de busca em três níveis sobre a literatura científica da Biblioteconomia quanto a temática da biblioteca prisional.

	prisão OR prisional	preso OR detento OR apenado OR encarcerado OR aprisionado	prisão OR prisional AND preso OR detento OR apenado OR encarcerado OR aprisionado
Biblionline	0	0	0
Brajis	0	0	0
Em questão	5	2	0
Encontros Bibli	1	1	1
Incid	10	6	0
Informação & Informação	0	0	0
PBCib	2	0	2
Ponto de Acesso	0	0	0
RBBB	3	0	3
Perspectivas em Ciência da Informação	0	0	0
TOTAL	21	9	6

Fonte: Acervo pessoal do autor

No primeiro nível da estratégia de busca, verificamos que o uso dos termos pelo viés institucional recuperou 21 itens, mas apenas 5 itens são pertinentes para evocar a subjetividade dos pesquisadores quanto a questão da biblioteca prisional, demonstrando um fator de precisão de apenas 24%, justificável para uma pesquisa inicial. Desses itens considerados “lixo” recuperado pela pesquisa, constam artigos que versam, em sua maioria, sobre o viés histórico da ditadura, apesar da revista Incid demonstrar uma variabilidade maior de temas recuperados. Quanto aos itens recuperados dentro dos moldes da presente pesquisa, os 5 itens demonstram singularidades quanto a pesquisa, pois pelo título podemos observar as seguintes temáticas: “a reinserção social de egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade”, “Leitura no cárcere: um caminho para a liberdade”, “Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas” e “Práticas informacionais de presas grávidas”. Sendo 2 itens pela revista PBCib e 3 pela RBBB. Em ambas as revistas, o item “leitura no cárcere ...” aparece, porém em uma apenas consta o resumo, enquanto na outra há duas versões (resumo e PDF).

No segundo nível, a pesquisa focou no viés do usuário real, de forma a recuperar 9 itens, sendo que houve um aumento na revocação, tornando a precisão nula, ou seja, não houve recuperação de documentos que contenham por intermédio da linguagem natural ou linguagem controlada – considerando todos os metadados pesquisáveis –, uma relação com o usuário real de uma biblioteca prisional.

No terceiro nível, a pesquisa cruzou as duas estratégias de busca, o que aumentou a precisão da pesquisa para 84%, haja vista que apenas 1 item recuperado não era pertinente para o presente trabalho enquanto recuperou os outros 5 itens já mencionados na pesquisa de nível 1.

A subjetividade dos pesquisadores quanto a biblioteca prisional fica evidente por intermédio da produção científica, que, em certa medida, ecoa determinadas concepções que se estruturam no formato de informação e, por conseguinte, em conhecimento. Todavia, essa lógica processual não necessariamente ocorre sempre que se estrutura uma determinada nuance informacional, pois a absorção da informação pode contribuir de uma forma mais simples, afetando nas relações, nos entrelaçamentos de conceitos, mas não necessariamente, desenvolver o conhecimento, pois o mesmo não surge por uma simples soma de contextos informacionais (BROOKES, 1980).

Em exemplo, verifica-se que a subjetividade dos pesquisadores está atrelada a tríade: trabalho, educação e leitura. Diante disso, temos o ecoar de vozes que ditam a necessidade de políticas públicas que incluam os presos, ou egressos do sistema prisional, na sociedade, oferecendo-lhe condições desde antes de sua soltura, mas a partir do momento em que o mesmo sujeito está sob tutela do Estado. Contudo, há um consenso entre os pesquisadores que afirmam ser missão da biblioteca prisional priorizar a questão da leitura e da competência informacional. Em aditamento, verifica-se nos discursos da categoria bibliotecária a importância da leitura, respeitando a questão legal, especificamente no que diz respeito ao art. 1, inciso V da recomendação número 44, de 26 de novembro de 2013, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre a remissão pela leitura a partir da construção de uma resenha feita pela pessoa presa com base em uma obra literária na qual o mesmo tem o prazo de 21 dias para ler, sendo que após a entrega e avaliação da resenha, é possível dirimir 4 dias da pena, em um total de até 12 obras lidas por ano, totalizando um quadro que pode atingir até 48 dias, em 12 meses (BRASIL, 2013).

Entretanto, é comum vermos que a prática difere pois a grande maioria das bibliotecas além de não possuírem estruturas adequadas, acervo condizente com as condições mínimas de uma política de coleção, também carecem do respaldo de contratação de bibliotecários, auxiliares e

construção de atividades inclusivas para os internos, tornado este espaço de memória em um simples espaço de leitura ou lugar de esquecimento (INFOPEN, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES

A partir da pesquisa e dos discursos que evocam, de forma intencional ou não intencional, a memória da biblioteca prisional como um espaço de possibilidades de inserção da pessoa presa, como um lugar de memória – em sua tríplice dimensão da materialidade, do simbólico e da funcionalidade –, têm-se o resultado de um espaço que ainda carece de atenção não apenas do Estado ou da sociedade, mas também pelos próprios profissionais bibliotecários e demais auxiliares da equipe, quando há algum desses atores, pois o viés mnésico que reforça a importância dessas instituições se desvela de forma simplória, muitas das vezes a discutir a importância de ter uma biblioteca, um bibliotecário para cumprir com os aspectos legais da LEP e da lei que regula o exercício profissional do bibliotecário em bibliotecas, tal como consta no art. 6 da lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Cabe-nos pensar se esta biblioteca não tem sido utilizada como um lugar de memória, para responder a demandas cuja finalidade difere do atendimento ao usuário real, ou seja, ao próprio preso.

Alguns questionamentos são pertinentes para pensarmos sobre o que pode estar sendo velado por uma determinada memória vicária, que se irrompe por meio da visibilidade em detrimento de inúmeros outros aspectos que podem estar subjugados, velados, no subterrâneo, tal como um turbilhão de subjetividades que aguardam a possibilidade de serem evocadas: até que ponto determinadas instituições advogam em prol do sujeito preso ou usuário egresso das bibliotecas de suas respectivas unidades prisionais? Mesmo que as solicitações corporativistas sejam atendidas, até que ponto há autonomia no exercício profissional do bibliotecário dentro das prisões? Por mais que haja uma série de atividades exemplares relatadas pelos artigos recuperados pela pesquisa, mídias, entrevistas e afins realizadas por professores, bibliotecários e demais profissionais que atuam com pessoas em privação de liberdade, será que essas atividades, que tomam por base a demanda feita pelos presos é o suficiente? Por exemplo, basta o professor atender a demanda de um sujeito que apenas quer saber ler e escrever? Basta atender a demanda do sujeito que quer ler e, por conseguinte, poder solicitar a remissão de pena por suas respectivas leituras? Até que ponto houve avanços por estes profissionais que representam instituições de assistência ao preso ou não houve reivindicações de cunho meramente egóico e corporativista? São muitas as perguntas, mas ao menos uma certeza se apresenta: o preso ainda é visto como um ser diferente e não como um sujeito em situação diferente.

REFERÊNCIAS

BIBLIONLINE. Paraíba. 2018. Trimestral. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/index>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRAZILIAN JOURNAL OF INFORMATION SCIENCE: RESEARCH TRENDS. Quadrimestral. <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em: 10 nov. 018.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Presidência da República, Brasília, DF, 1962.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 11 de novembro de 2011**. Institui a Lei de Acesso à Informação. Presidência da República, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.210, 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República, Brasília, DF, 1984.

BRASIL. **Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013.** Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, 2013.

BROOKES, Bertram. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, United States, v. 2, p. 125-133, 1980.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

EM QUESTÃO. Rio Grande do Sul. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/index>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOODE, William; HATT, Paul. **Métodos em pesquisa social.** 5. ed. São Paulo, Nacional, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2013.

INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação. São Paulo. 2018. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/index>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

INFORMAÇÃO & INFORMAÇÃO. Londrina. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/index>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LOPES, Ilza Leite. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 60-71, mai./ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12909.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Minas Gerais. 2018. Trimestral. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/index>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA. Paraíba. 2018. Semestral. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/index>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PONTODEACESSO. Bahia. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/index>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/index>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

CRISE E DESMONTE DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO INTEGRADO À PROFISSIONALIZAÇÃO NA REDE FAETEC - O CASO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO BARCELOS MARTINS

GIOVANE DO NASCIMENTO

*Professor do Programa de PPGPS
giovanedonascimento@gmail.com*

ANA PAULA MELO PEIXOTO

*Mestranda do Programa PPGPS
apmelo.8@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a atual crise e, conseqüentemente, o processo de desmonte do Ensino Médio gratuito atrelado à profissionalização que é oferecida pela Fundação de Apoio à Escola Técnica no Estado do Rio de Janeiro – FAETEC na Escola Estadual João Barcelos Martins, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. No entanto, para tentar compreender o contexto de tal crise que assola o Ensino Público Estadual faz-se mister contextualizar as mudanças que ocorreram nas últimas décadas na educação e nas políticas educacionais que se destinam a modalidade de ensino médio integrado. Para isso, serão utilizados como instrumentos metodológicos a análise documental e bibliográfica, estudo das últimas leis que disciplinam as políticas educacionais voltadas para o ensino médio, sobretudo na modalidade integrada, verificação dos últimos censos escolares, além da realização de entrevista semiestruturada com os componentes da unidade escolar.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Políticas Educacionais, Ensino Médio Integrado à Profissionalização, Reformas Educacionais, Estado Mínimo.

ABSTRACT

The present work aims to investigate a current crisis and, consequently, the demotivation process of High School - FAETEC at the João Barcelos Martins State School, in the city of Campos dos Goytacazes-RJ. However, in order to understand the context of crisis that devastates public education, it is important to contextualize the changes that have occurred in education policies and the levels of education that are destined to an integrated secondary education modality. To this end, methodological tools, documentary and bibliographic analysis, the study of laws that govern educational policies geared toward secondary education, the integrated middle modality, the selection of the last school censuses, and semi-structured interviews with the components of the research. schooling.

Keywords: Public Policies, Educational Policies, Secondary Education Integrated to the Professionalization, Educational Reforms, Minimum Status.

INTRODUÇÃO

Este texto tem por finalidade suscitar e refletir sobre a história da educação de nível médio e profissionalização neste nível de escolaridade.

Vê-se, que o Ensino Médio ao longo dos tempos, trazem como marca a dualidade e a fragmentação sendo que embora a letra da Carta Maior de 1988 garanta a sua progressiva universalização, mas a oferta de matrícula também sofre limitações.

Embora a Constituição Federal de 1988 preveja em seu Artigo 208 e incisos, o caráter gratuito da educação básica incluído o ensino médio e, prescrevendo a uma progressiva universalização, este trajeto, principalmente no campo das políticas públicas educacionais não foi algo linear e progressivo, e, sim, marcado por tensões e contradições.

Pois, embora o Poder Público, entendido este como Estado, possa tomar as decisões acerca das políticas educacionais propondo, no nosso caso, as reformas para o Ensino Médio, essas muitas vezes, vêm como possíveis propostas de mudança e superação, mas, que, no entanto, só reforçam ou retomam as políticas educacionais de outras épocas, ou seja, reforça o dualismo de um ensino propedêutico, voltado para a entrada nas universidades e um profissional para a classe dos filhos dos trabalhadores com a missão destes serem inseridos brevemente no mundo do trabalho.

Isto porque as reformas da educação não têm como finalidade sedimentar um sistema educacional, tendo como intuito a melhoria da oferta, da qualidade ou da democratização do ensino, mas visam atender à política neoliberal, bem como, a sustentar a dualidade sobre a que se destina a educação, ou seja, às posições e interesses ideológicos dos diferentes grupos políticos que compõe este país.

A TRAJETÓRIA DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO CAMPO DO ENSINO MÉDIO ATRELADO À PROFISSIONALIZAÇÃO

Ante à Lei de Diretrizes Básicas - LDB de 1996 o Ensino Médio era a intermediação entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior.

A própria Constituição Federal de 1998, previa em seu inciso II artigo 208 a “progressiva extensão, obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, no entanto, a partir da Emenda Constitucional nº 14/1996, acabou alterando a redação do inciso para “a progressiva universalização do ensino médio gratuito”. Deixando sua oferta de ser uma faculdade para uma obrigatoriedade, ou seja, agora é dever do Estado e direito de todo cidadão ter o acesso.

Após a publicação da lei nº 9.394/96, o Ensino médio, ora intermediário entre as escolaridades, recebeu nova identidade, ao passar a integrar a última fase da Educação Básica, recebendo assim outros olhares e uma sequência de novas políticas ligadas ao ensino médio e à profissionalização. “Foi retirado o caráter assistencialista dado até aquela data à educação profissional, tornando-a um mecanismo de favorecimento à inclusão social e certificação profissional” (VIEIRA e SOUZA JUNIOR, 2016, p. 159).

No então, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, foi anunciado o chamado “o novo Ensino médio”, cuja proposta pautava-se num ensino médio de caráter geral, tecnológico e propedêutico. Regulamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, pelo Parâmetro Curricular Nacional - PCN do Ensino Médio e pelo decreto nº 2.208/97.

O decreto nº 2.208/1997 trouxe implicações à educação profissional, que ao invés de ser ministrado juntamente com o Ensino Médio, seguia orientação de ser subsequente a este ou a modalidade de concomitância, sem necessariamente o ensino técnico ter qualquer vinculação com o Ensino Geral, ou seja, este era propedêutico, enquanto ao técnico cabia o reforço já conhecido, ser dual, ora por ser voltado à classe trabalhadora ora por seu ensino ser ministrado de forma acessória, suplementar e não como principal.

Outrora, o fato do Ensino Médio pela Lei nº 2.208/2017 propor formas de articulação entre o ensino médio e a educação profissional, a cada uma delas cabe ora uma formação geral e uma profissional, sem necessariamente terem qualquer correlação, visto que a articulação entre o médio e o técnico é via a concomitância, matrículas separadas e diplomas distintos, ou na modalidade subsequente aos concluintes do ensino médio que buscam a profissionalização.

Não necessariamente o ensino técnico tinha qualquer vinculação com o Ensino Geral, ou seja, este era propedêutico, voltada às classes média e alta, enquanto que, o ensino técnico era voltado aos filhos dos segmentos sociais médios a baixos. Deste modo, Gaudêncio Frigotto (2012) sinaliza que:

A política de educação profissional do Governo FHC não se resumiu ao ensino técnico. Ela abrangeu ações votadas para a qualificação e a requalificação profissional, desviando a atenção da sociedade das causas reais do desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego. Esse ideário teve nas noções de “empregabilidade” e “competência” um importante aporte ideológico, justificando, entre outras, iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilização de currículos e de própria formação. (FRIGOTTO. 2012, p.38)

O ensino profissional, ministrado em concomitância com o ensino médio nunca ganhou ar de protagonista, não remeteu a ideia de se galgar um novo status social, muito pelo contrário, seu objetivo era manter a sociedade conforme ela sempre esteve fragmentada e atender aos anseios internacionais ao ditar as competências necessárias à aprendizagem na tentativa de inserir o país na escala produtiva.

Foi no governo no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que a proposta do ensino médio integrado ao ensino técnico foi inserida pelo Decreto nº 5.154/2004. Este decreto retoma as ideias não consolidados no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1988, tendo como base organizar o ensino médio sobre as bases da politecnia, incorporando a esta modalidade da educação básica os “processos de trabalho reais, possibilitando-se a assimilação não apenas teórica, mas também prática, dos princípios científicos que estão na base da produção moderna” (FRIGOTTO. 2012, p.42).

Tendo como base de reflexão as ideias de Gramsci sobre a escola unitária e o princípio educativo no trabalho, conforme à luz de Mario Manacorda:

Para Gramsci, a escola unitária é a escola do trabalho intelectual e técnico, industrial; que seu objetivo de formação dos valores fundamentais do humanismo, isto é, da autodisciplina intelectual e autonomia moral necessárias tanto para os estudos posteriores como para a profissão; que a instrução das novas gerações e das gerações adultas se apresentam sempre para ele como uma espécie contínua; que para ele, nenhuma profissão está privada de conteúdos e exigências intelectuais e culturais, e ainda que a vida moderna implica num novo entrelaçamento entre ciência e trabalho, então ficará claro o nexo, aqui apenas implícito, mas que será mais bem desenvolvido a seguir, entre escola unitária, na base, e academias e universidades, no vértice. (MANACORDA. 1990, pp.184-185)

Nas leituras de Gramsci a respeito da escola unitária o que se vê é que a mesma busca pela cisão entre os conhecimentos teóricos e práticos que fundamentam práxis. É o mesmo que dizer, segundo Manacorda (1990, p. 177) que o ideal de escola unitária “nasce do discurso da intelectualização da atividade prática e da praticização da atividade teórica”.

Os autores como Maria Ciavatta, Marise Ramos e já mencionado Gaudêncio Frigotto (2012), pensam o ensino médio integrado ao técnico, sob uma base unitária de formação geral, como condição necessária para a “travessia” para uma nova realidade. Travessia essa que remete a formação onde são incorporados:

nessa fase a concepção tradicional do humanismo aos valores da disciplina intelectual e moral, “identificados com a concepção de cultura e de um modo de produção, e como isso se conecta à ideia de uma atividade prática embebida de caráter científico e de uma ciência capaz de produzir. É no liceu que deve começar o estudo do método científico, um estudo criativo e não somente receptivo”. (MANACORDA. 1990, p.182)

Não é simplesmente propor uma escola unitária, como interpreta Dante Moura (2007) é uma questão de intencionalidade da ação educativa, de romper com a dicotomia teoria e prática e porque não dizer, mesmo que utopicamente, a superação da divisão do trabalho.

Sendo o Ensino Médio nessa proposta de educação uma necessidade para que faça frente a conjuntura marcada pelas desigualdades sociais, contribuindo como fator de mudança para uma realidade mais justa.

O que se buscava com a proposta de Ensino Médio Integrado é que este permitisse ao jovem uma maior atuação em seu processo ensino-aprendizagem de maneira autônoma, cujos processos emancipatórios deste modelo de ensino fomentasse a participação responsável e crítica sobre a realidade social, econômica e política.

Em suma, o decreto veio dirimir o caráter acessório que sempre foi dado, pela realidade educacional brasileira, à educação profissionalizante, em que agora formar para a vida e profissionalização se tornou uma urgência. Para isto, foi pensada e elaborada uma matriz curricular em que os conhecimentos da base humanística eram correlacionados com as necessidades técnicas, alinhando à concepção de formação humana a integração entre cultura, ciência e tecnologia, gerando assim, a integração de conhecimentos necessários não somente

para serem aplicados na aprendizagem das técnicas, mas para serem aplicadas na vida do educando.

De acordo com Moura (2007) verifica-se que parte dessa modalidade de ensino técnico integrado ao nível médio ocorreu em instituições da Rede Federal de Educação profissional tecnológica públicas de nível Federal e algumas escolas públicas estaduais. Porém, poucas tiveram história de sucesso com a aplicação do ensino médio integrado. Uma realidade diferente do ensino proposto pelas escolas da rede privada cuja sua expressão concentra-se em formar o aluno para os chamados vestibulares, hoje, substituído pelo o Exame Nacional do Ensino médio (ENEM).

Para a realização das metas no que tange a educação profissional há a necessidade de uma correlação de políticas, de encontro a isto, tem a emenda constitucional 95 que limita os gastos públicos, sendo uma das áreas afetadas, a educação, e, partindo do mesmo governo de Michel Temer foi sancionada a Lei nº 13.415/2017, cujo objeto é trazer um novo regramento ao ensino médio brasileiro.

Dentre a nova organização proposta está a ampliação da carga horária mínima anual para o ensino médio que antes giravam em torno de 800 horas anuais passando para uma carga horária de 1.400 horas. Conforme a Lei essa ampliação da carga horária deve ocorrer de forma progressiva, no prazo máximo de cinco anos, no entanto, já está valendo a carga mínima de 1.000 horas anuais, conforme dispõe o §2º, do artigo 24, já alterado pela Lei nº 13.415/2017.

O que chama atenção nessa Lei é a mudança curricular que altera o artigo 35, acrescido por 35-A "A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do CNE", agora há áreas de conhecimento. Observa-se que a inclusão deste artigo 35-A na LDB apresenta-se como o caráter de formação e orientação geral, e nelas, há orientações de que nos três anos do ensino médio, português e matemática serão obrigatórios, e o ensino de língua inglesa será a língua estrangeira primordial, ou seja, obrigatória. Já, disciplinas como educação física, arte, sociologia e filosofia ganham menção de estudos e práticas, não necessariamente devendo compor o currículo.

Já o artigo 36 da LDB recebera também outra redação a partir da Lei n. 13.415/2017. Percebe-se que este dispositivo torna-se um currículo acessório quando comparado com ao 35-A que constitui a Base Nacional Comum Curricular, sendo acrescido ao currículo os chamados itinerários formativos, sendo estes num total de cinco, estando inclusa a formação técnica e profissional, no entanto, vale ressaltar que só será válido o aluno acessar a um destes itinerários se houver disponibilidade de vagas (§5, art.36, LDB). Ou seja, embora esteja previsto, este itinerário formativo não é garantido a sua oferta, nem mesmo a obrigatoriedade de sua criação nas unidades de ensino. Eis aqui uma das discordâncias com a meta nº11 do segundo Plano Nacional da Educação - PNE que prevê o aumento no número de oferta de ensino médio profissionalizante.

Quanto à ênfase técnica e profissional, o §8º do artigo 36, LDB, agora dispõe que a oferta da formação técnica e profissional pode ser oferecida em instituições públicas próprias voltadas a esta modalidade, mas, que também poderá ser oferecida e ministrada em sistema de parcerias com outras instituições. Inclui também que tal oferta pode ser feita na modalidade à distância por meio de “convênios com instituições de educação à distância com notório reconhecimento” (inclusão do §11, art.36, LDB pela Lei nº 13.415/2017).

Há ainda a valorização pela nova Lei do chamado notório saber, visto que para ministrar as aulas não é necessário ser docente, basta o profissional ter o notório saber, conforme disciplina o inciso IV, do artigo 61, da LDB. Isso nos faz lembrar de um dos motivos do insucesso da Lei nº 5692/71, em que o ensino profissionalizante de caráter universal e compulsório foi abolido, uma vez que faltou à mesma profissionais e estrutura para o oferecimento dos cursos técnicos, sendo este, um dos motivos para que a lei posterior nº 7.044/82 retirasse o caráter compulsório da formação técnica em nível médio. Vê-se a Lei nº 13.415/2017 como um retrocesso para a educação brasileira, mas, muito consonante com os ideais neoliberais a que o atual governo federal se propõe.

No entanto, embora a Base Nacional Comum não tenha sido aprovada, percebe-se que a referida nova Lei do Ensino médio parece ter esquecido a proposta do Ensino Médio aplicada, embora a presença das escolas de ensino médio integrado à profissionalização seja pequena, elas existem no cenário nacional e vem logrando êxito sobretudo nos Institutos Federais, embora a Escola Técnica João Barcelos Martins, não seja a nível federal, ela dentre outras escolas que oferecem esta modalidade de ensino a nível de governo estadual está na contramão ao que vem sendo implementado nas escolas estaduais de ensino médio. Aqui, a Rede FAETEC, bem como os institutos tecnológicos são uma opção frente a opção de um ensino médio desconexo com a realidade.

A FAETEC é uma entidade sem fins lucrativos com personalidade jurídica de Direito Público cuja funcionalidade é pela implementação da política de Educação Profissional e Tecnológica pública e gratuita no Estado do Rio de Janeiro.

A Escola Técnica João Barcelos Martins situada em Campos dos Goytacazes - RJ, por exemplo, oferece 4 cursos técnicos de nível médio integrado, como: análises clínicas, administração, enfermagem e eletromecânica.

A expansão da Rede ganhou notoriedade, entre os anos de 2013 e 2014, no então governo de Sérgio Cabral. Hoje, no governado de Luiz Fernando Pezão, a mídia expôs com clareza e com grande naturalidade e pouco estranhamento a este (des)governo, um processo de sucateamento e deteriorização das unidades e do ensino devido à falta de repasse dos recursos financeiros para a manutenção e custeio de seu prédios e também dos seus cursos, onde a escassez vai desde o material de insumo até o material humano, visto que falta nas unidades professores, técnicos administrativos e pedagógico, funcionários em geral.

REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA

Atendendo a demanda do tema utilizar-se-á como estratégia a pesquisa quanti- qualitativa e documental na tentativa de responder aos objetivos apresentados.

Assim, será feita uma articulação entre os dados coletados na pesquisa de campo, a revisão bibliográfica pertinente a temática e o aparato legal que a compõe (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Decretos, Leis e Medidas Provisórias) que darão sustentação formal ao objeto de estudo.

Assim, para entender o momento histórico em que marca este período de mudanças na proposta de Ensino Médio e o que vem sendo entendido e compreendido na rede FAETEC, nada mais coerente do que a utilização da entrevista semiestruturada principalmente para buscar “captar o dito pelo não dito, os significados, os sentimentos, a realidade experimentada pelo entrevistado, as razões e gestos, o tom e o ritmo da voz, hesitação, assertividades, enfim, a subjetividade inerente a todo ser humano” (VERGARA, 2012, p.5).

Na pesquisa qualitativa, ao pesquisarmos cada unidade da FAETEC, poderemos identificar que cada unidade passa por uma realidade e compreende, ou não, o momento atual conforme suas experiências, pelas vivências, propostas pedagógicas, enfim, inúmeros fatores que estão ligadas aquele organismo escolar. Nesse sentido, Nora Krawczyk (2012, p. 9) observa que o campo da educação é composto de inúmeras “situações, de práticas, de política resultantes de uma prática social, portanto, está intimamente ligada às relações sociais historicamente determinadas, que precisam de diferentes abordagens disciplinares para sua compreensão”.

Sendo assim, para entender como as políticas são inseridas num momento em que o Estado do Rio de Janeiro encontra-se com uma administração sensivelmente mínima as suas responsabilidades, optamos por adequar este trabalho aos ideais da pesquisa qualitativa e não somente elementos da pesquisa quantitativa. Contudo, a presente pesquisa encontra-se em desenvolvimento. Já estamos realizando a observação participante junto ao campo, mas ainda não há dados compilados a serem apresentados, até o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não só reflete o modelo de sociedade desigual como também a reproduz e mantém o sistema vigente. Neste momento, o Estado do Rio de Janeiro sofre com a situação política e econômica que altera, ou melhor, vem trazendo consequências no que tange aos direitos sociais, sendo uma delas a educação. Como visto, a FAETEC é responsável pelo ensino médio profissionalizante no Estado e atualmente vem passando e sentindo os reflexos das últimas crises como a falta de investimentos para a manutenção e estruturação das redes de ensino por elas ofertadas.

Contudo, resta saber se a crise que vem passando a Fundação de Apoio à Escola Técnica é somente consequência dos ditames dos organismos internacionais e pelas novas reformas que o Ensino Médio vem sofrendo em relação a produtividade e redução de custos ou se é

um projeto político maior de retirar a responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro com a educação, aumentando a participação da iniciativa privada na gestão do orçamento público.

O legislador, no que tange a Lei nº13.415/2017 demonstrou ora não reconhecer a proposta de ensino médio integrado pelo Decreto nº 5.154/2004, embora disponibilizada num número reduzido de escolas públicas. Como ora parece desconhecer a realidade da educação brasileira como todo, principalmente nas dificuldades dos gestores estaduais em utilizar os recursos com a educação, vez que cada ente federado os destinam e aplicam à educação conforme sua inclinação política.

As propostas para a reforma de reestruturação do ensino médio vêm como uma resposta à crise do ensino médio que na visão de Dante Moura e Domingos Lima Filho (2017) acabam negligenciando a realidade da educação básica brasileira. Tais como:

A falta de estrutura que garantam o funcionamento qualificado das escolas públicas, destacando-se: ausência de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, espaços para a prática esportiva e de atividades artístico-culturais; inexistência de quadro de professores e demais trabalhadores da educação contratados por concurso público; planos de carreira e formação, salários dignos e condições de trabalhos adequadas. Essas questões não são objeto da reforma. Logo, não se discutem as precárias condições de funcionamento das escolas e absoluta necessidade de sua superação, indispensável à universalização da educação da escola pública com qualidade socialmente referenciada. (MOURA ; LIMA FILHO. 2017, pp. 119-120)

Embora reforma tenha um caráter de progressão, com ampliação da jornada de Ensino Médio e a criação da política de fomento de Escola em Tempo integral, o atual governo propõe conjuntamente com a Emenda Constitucional (EC) 95 a reduzir os gastos públicos, reduzindo investimentos na área de educação e saúde. A EC 95 nada mais é que retirar do Estado a sua responsabilidade em garantir os direitos sociais, o que torna essas duas missões da reforma inviáveis, vez que, há um conflito que não parece ter sido considerado, uma ampliação frente a uma racionalização de gastos públicos, presumindo-se a “Nova” reforma do ensino nada mais que uma falácia fadada ao insucesso antes mesmo de sua aplicação.

Com a roupagem de uma “Nova reforma” com a apresentação de um currículo flexível, atual e dinâmico em consonância com um mundo globalizado e digital, foi vendida e divulgada a ideia que agora educação estava no poder do “jovem brasileiro”, quando este passa a escolher o itinerário formativo que mais se identifica.

Embora bastante divulgado nas mídias sociais, essa autonomia dada ao jovem pela “escolha” do que quer estudar no Ensino Médio e a formação de um consenso sobre o assunto evidencia nada mais, nada menos, que o controle ideológico do Estado em regular as relações sociais. Mascarando as reais intenções da Lei que é a regressão do sistema educacional, e de todas as discussões e conquistas e que embora reconhecemos as falhas de diminuir as contradições e fragmentações do Ensino Médio.

Observa-se assim mais um retrocesso, uma vez que, este modelo proposto vem além de reforçar a fragmentação do ensino corrobora em camuflar as causas reais da falta de emprego. Dentro

do cenário neoliberal conservador, as instituições de ensino ao mesmo tempo são rotuladas como causadoras de um atraso para economia pois não consegue formar a mão de obra que o mercado exige e ao mesmo tempo são vislumbradas nelas as condições para romper como este cenário, fazendo com que as reformas educacionais se façam necessárias e assim ganhem o condão de solucionar problemas que não dependem só da educação, mas de políticas públicas que sejam capazes de superar as desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação. Lei 9394/96. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº9.396, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional; e institui a Política de fomento as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KRAWCZYK, Nora. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. *Jornal de políticas educacionais*, n.12, julho e dezembro de 2012. pp.03-11. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/32270/20489>. Acesso em 25 de maio de 2018.

MANACORDA. Mario A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. *Revista Retratos da Escola*, Brasília. V. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em : [//www.esforce.org.br](http://www.esforce.org.br). Acesso em 15 de junho de 2018.

MOURA. Dante Henrique. Educação básica e Educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. *Holos*, ano 23, vol. 2, 2007. Disponível em: [//www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110](http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110). Acesso em 19 de novembro de 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de coleta de dados no campo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JR, Antonio de. Educação Profissional no Profissional no Brasil. *Revista Interações*, n.40, 2016. P.152-169. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691/7655>. Acesso em: 08 de jan. 2018.

OBJETIVOS DE REALIZAÇÃO ACADÊMICA

CECILIA CALABAIDE

Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem- UENF
ccalabaide@gmail.com

RESUMO

Destacando a Teoria dos Objetivos de Realização, este trabalho tem como objetivo mencionar a contribuição desta teoria para a compreensão dos fatores motivacionais que influenciam o comportamento do aluno. A Teoria dos Objetivos de Realização busca explicar a motivação do aluno no envolvimento das tarefas acadêmicas, focalizando o aspecto qualitativo do envolvimento do aluno em seu processo de aprendizagem. Atualmente, o conceito de objetivos de realização acadêmica refere-se ao propósito que leva os estudantes a se empenharem nas tarefas de realização, bem como os critérios que eles constroem para avaliar a sua competência ou sucesso na tarefa acadêmica. De acordo com a literatura especializada o envolvimento em uma tarefa acadêmica pode decorrer de dois tipos de metas de realização: meta de aprender e meta de desempenho. Para tanto, foi utilizado como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Teoria de Realização Acadêmica. Motivação. Alunos.

ABSTRACT

Highlighting the Theory of Achievement Objectives, this paper aims to mention the contribution of this theory to the understanding of the motivational factors that influence student behavior. The Theory of Achievement Objectives seeks to explain the motivation of the student in the involvement of the academic tasks, focusing on the qualitative aspect of the student's involvement in his learning process. Currently, the concept of achievement goals refers to the purpose that students engage in achievement tasks as well as the criteria they construct to assess their competence or success in the academic task. According to the specialized literature, the involvement in an academic task may derive from two types of achievement goals: learning goal and performance goal. For this, the bibliographic research was used as data collection method.

Key-words: Academic Achievement Theory. Motivation. Students.

INTRODUÇÃO

Dentre os modelos teóricos adotados na investigação da motivação no contexto acadêmico, destaca-se a Teoria dos Objetivos de Realização, que tem trazido grandes contribuições para o entendimento dos fatores motivacionais que influenciam o comportamento do aluno. Esta teoria busca explicar a motivação focalizando o aspecto qualitativo do envolvimento do aluno em seu processo de aprendizagem.

Ames (1992) definiu “objetivos de realização” como um conjunto de pensamentos, crenças, propósitos e emoções que traduzem as expectativas dos alunos em relação a determinadas tarefas que deverão executar, ou seja, as metas são representadas por modos diferentes de enfrentar as tarefas acadêmicas.

O sentido conceitual de objetivo refere-se ao aspecto qualitativo do envolvimento do aluno em situações de aprendizagem, expressando em diferentes níveis o propósito ou o porquê dele envolver-se em uma tarefa. Em outras palavras, a meta de realização que a pessoa adota representa o motivo ou a razão pela qual ela irá realizar determinada tarefa (ZENORINI & SANTOS, 2010).

De acordo com a literatura especializada o envolvimento em uma tarefa acadêmica pode decorrer de dois tipos de metas de realização: meta de aprender e meta de desempenho. O (a) estudante que tem meta de aprender busca o crescimento intelectual, valoriza o esforço pessoal, enfrenta os desafios e tem por hábito utilizar-se de estratégias cognitivas e metacognitivas de aprendizagem (ZENORINI & SANTOS, 2010). O aluno orientado à meta de desempenho demonstra preocupação em fazer melhor para demonstrar capacidade ao professor e seus pares (PINTRICH, 2000).

Estudos realizados fora do Brasil têm demonstrado que os alunos orientados para metas de aprender tendem a ver o erro nas tarefas como estratégia, e os alunos orientados para meta de desempenho tendem a ver o erro como fracasso (ELLIOT & CHURCH, 1997).

Dentro deste contexto, supomos que os alunos que possuem orientação à meta *performance* apresentará sintomas de estresse, por motivo de preferir tarefas em que possam se sobressair, por fazerem contínuas tentativas de demonstrar capacidade e competência, por valorizarem o reconhecimento público de serem mais capazes que os demais, e por perceberem a incerteza com relação aos resultados como uma ameaça.

A APRENDIZAGEM E O COMPORTAMENTO AUTORREGULADO

O termo autorregulação da aprendizagem ficou em evidência na década de 1980, enfatizando a emergente autonomia e responsabilidade dos alunos na condução do seu projeto de aprendizagem. É um conceito aglutinador que considera as dimensões facilitadoras da aprendizagem relacionadas à metacognição, motivação, ao comportamento e ao contexto social.

A autorregulação da aprendizagem pode ser definida como : “um processo ativo no qual os sujeitos estabelecem os objetivos que norteiam sua aprendizagem tentando monitorizar, regular e controlar as suas cognições, motivação e comportamentos com intuito de os alcançar” (ROSÁRIO, 2004, p.37).

A autorregulação da aprendizagem é uma ação que tem como características ser dinâmica, temporal, intencional, planejada e complexa. A autorregulação pode acontecer em diferentes direções: a auto-avaliação pode suscitar novas execuções, podendo alterar o plano

anteriormente traçado, por isso ser considerada dinâmica. Temporal, porque desenrola-se durante um determinado período de tempo, impõe uma sequência de ações, com possíveis avanços e retrocessos na trajetória projetada. Intencional, porque deriva de uma meta e que propõe uma nova adaptação, que obriga a um planejamento estratégico da ação, e que, quando alcançada, proporciona sentimentos de satisfação e de valorização pessoal. A autorregulação da aprendizagem também é planejada, por ter como característica a necessidade de saber como se pode atingir o alvo desejado, como se podem associar interesses, competências, estratégias, motivações e recursos, materiais e sociais para que obtenha como êxito o objetivo desejado. A autorregulação é complexa, pois depende da vontade imensa de conseguir alguma coisa e propósitos, das competências e estratégias, de valores e resultados, das circunstâncias e das influências sociais (ROSÁRIO et al, 2008, p.117).

Silva (2004) distingue três fases da autorregulação: a fase de antecipação e preparação, a fase da execução e controle e da autorreflexão e autorreação. A fase de antecipação e preparação é influenciada pelas crenças motivacionais como crenças de autoeficácia, as expectativas e resultados e as orientações motivacionais. Durante a segunda fase, a de execução e controle, os estudantes põem em ação os processos ou estratégias que acompanham a concretização do plano delineado anteriormente e que ajudam a dirigir a ação. Na fase de autorreflexão e autorreação distinguem-se os processos de auto-avaliação, influenciados por pensamentos como as atribuições, os padrões auto-impostos e as autorreações positivas e negativas que vão influenciar os processos de adaptação.

Ensinar estratégias de aprendizagem que capacitem o alunos para saber como aprender não é suficiente para desenvolver a qualidade de suas aprendizagens. O aluno precisa querer aplicar esses ensinamentos estratégicos na prática. Conhecer é determinante para ocorrer a mudança, mas não é o suficiente. Por estes motivos, para que o aluno avance em direção do aprender, faz-se necessário ensinar o “ como conhecer e a importância da autodeterminação, visto que estes andam juntos durante o processo de aprendizagem.

Para ensinar os alunos a aplicar estrategicamente os seus talentos, é necessário que previamente o educador saiba como aprender e como ensinar, também estrategicamente os conteúdos curriculares. Para que isso aconteça, destaca-se a o processo formativo dos professores e para as práticas educativas dos princípios implícitos à teoria da autorregulação e à noção das estratégias de aprendizagem.

A autorregulação da aprendizagem não significa que o conhecimento e a aprendizagem preexistam no indivíduo. Contrariamente, o modelo autorregulatório sustenta que os sujeitos desenvolvem algum tipo de controle sobre a sua aprendizagem nos diferentes circunstâncias.

Todos os alunos são capazes de desenvolver determinados comportamentos para atingir objetivos acadêmicos estabelecidos. A aprendizagem regulada pelo próprio aluno resulta da interação de variáveis pessoais (conhecimentos, competências e motivações). Estas proporcionam ao estudante o planejamento, a organização, o controle e a avaliação dos processos adaptados, dos resultados atingidos e das variáveis contextuais, que estimulam e lhe dão a oportunidade de agir de forma intencional e estratégica (LOPES DA SILVA et al, 2006).

O interesse do aluno é um elemento essencial para aprender. É importante que os alunos entendam o motivo do seu esforço na aprendizagem, apoiado em razões que eles compreenderam e que desejavelmente tenham conseguido construir com argumentos próprios.

Um aspecto chave em todos os modelos de autorregulação é a existência de um objetivo, padrão, critério ou valor de referência que pode servir para avaliar a ação do sistema e orientar os processos de regulação. Os objetivos são representações cognitivas de um acontecimento futuro e influenciam a motivação (SILVA et al.,1995).

A TEORIA DOS OBJETIVOS DE REALIZAÇÃO

A Teoria dos Objetivos de Realização surgiu no final dos anos de 1970 e trouxe contribuições para a compreensão dos fatores motivacionais que influenciam o comportamento do aluno. Esta teoria busca explicar a motivação no envolvimento das tarefas, focalizando o aspecto qualitativo do envolvimento do aluno em seu processo de aprendizagem (ZENORINI & SANTOS, 2010).

O conceito de objetivo geralmente reflete um sistema, uma teoria ou um esquema organizado sobre como as pessoas abordam, se empenham e avaliam o seu desempenho em um contexto de realização acadêmica. Desta forma o termo “goal orientation” é frequentemente utilizado para representar a idéia de que os objetivos de realização não são simples objetivos-alvo ou objetivos globais, mas representam uma “orientação geral” para a tarefa acadêmica que inclui uma série de crenças relacionadas acerca da finalidade, competência, sucesso, capacidade, esforço, erros e critérios (SILVA et al, 1995).

O atual conceito de objetivos de realização aborda a questão do propósito ou da razão que leva os estudantes a se empenharem nas tarefas de realização, bem como os padrões ou os critérios que eles constroem para avaliar a sua competência ou sucesso na tarefa.

No contexto escolar, os objetivos são frequentemente estabelecidos pelos outros e sua aceitação por parte dos estudantes é fundamental. Uma forma de aumentar a sua aceitação é a participação conjunta de professores e estudantes na determinação dos objetivos a atingir (SILVA et al, 1995).

Estudiosos da área psicológica, Pintrich e Schunk (2002) defendem a idéia de que a motivação deve ser considerada como um processo e não como um produto, uma vez que não é possível observá-la diretamente, mas somente inferi-la diante dos comportamentos e dos efeitos que ela produz. Para esses autores, a motivação inclui o estabelecimento de metas ou objetivos que requerem o envolvimento físico e mental.

Consideram como envolvimento físico o esforço e a persistência, como mental, o planejamento e a tomada de decisões, bem como a solução de problemas entre outros. Sob essa perspectiva, é preciso conhecer como cada indivíduo responde às dificuldades, problemas e fracassos, visto que são esses processos motivacionais que correspondem a expectativas, atribuições e sentimentos que irão auxiliar a pessoa a superar as dificuldades e sustentar a motivação (ZENORINI & SANTOS, 2010).

Quando um aluno desenvolve a crença de que essas metas têm valor e são significativas para ele, percebe que essas ações contribuem para alcançar seus objetivos, ele passa a direcionar seu comportamento cognitivo e motivacional à realização (ZENORINI & SANTOS, 2010).

Ames (1992) definiu “objetivos de realização” como um conjunto de pensamentos, crenças, propósitos e emoções que traduzem as expectativas dos alunos em relação a determinadas tarefas que deverão executar, ou seja, as metas são representadas por modos diferentes de enfrentar as tarefas acadêmicas.

Quando um aluno desenvolve a crença de que essas metas têm valor e são significativas para ele, percebe que essas ações contribuem para alcançar seus objetivos, ele passa a direcionar seu comportamento cognitivo e motivo à realização (ZENORINI & SANTOS, 2010).

As pesquisas realizadas com base nessa teoria têm buscado compreender como os estudantes pensam acerca de si próprios, porque se envolvem em determinadas tarefas e por que buscam atingir determinados objetivos acadêmicos. Esses estudiosos consideram que o tipo de orientação de objetivo predominante nos alunos interfere na maneira como eles se envolvem com as tarefas acadêmicas (ZENORINI & SANTOS, 2010).

OBJETIVOS DE REALIZAÇÃO DE APRENDIZAGEM E DE PERFORMANCE

Os estudos iniciais da teoria representam dois objetivos como características distintas, o objetivo aprender e o objetivo performance.

O aluno orientado ao objetivo de aprender tem o foco no desenvolvimento do conhecimento, habilidade e competência em relação ao desempenho anterior e, portanto, é auto-referencial. Portanto, desenvolve novas habilidades ao estudar determinado conteúdo ou realizar determinada tarefa, tenta entender sua tarefa acadêmica, melhorar seu nível de competência ou alcançar um senso de domínio. A tarefa focada no objetivo de aprender envolve uma orientação para o domínio da tarefa, aumentando a competência da pessoa e o progresso na aprendizagem (PINTRICH, 2000).

Em contrapartida, o aluno orientado ao objetivo de *performance* se concentra em demonstrar sua capacidade, e sua autoestima decorre dessa demonstração. Tal estudante tem como propósito superar outros alunos, receber reconhecimento público por seu desempenho superior em termos de notas em tarefas acadêmicas (PINTRICH, 2000).

Assim, os alunos que possuem objetivo de performance monitoram as tarefas e as notas dos outros, e tentam regular sua motivação e cognição para demonstrar sua superioridade. Portanto seus processos de monitoramento e de controle tendem a ser qualitativamente diferentes dos alunos que possuem objetivos de aprender.

Elliot & Church (1997) fizeram uma distinção entre dois tipos diferentes de objetivos de performance: performance-aproximação e performance - evitação. Eles sugerem que os indivíduos podem ser positivamente motivados para tentar superar outros e demonstrar sua competência e superioridade, o que reflete uma orientação de abordagem para o objetivo geral de desempenho, o que caracteriza a meta performance-aproximação. Em contraste, os indivíduos podem também ser motivados para tentar evitar o fracasso e não evitar parecer incompetentes. Neste caso, possuem uma orientação de evitação.

As orientações de objetivo de aprender e objetivo de *performance* estão relacionadas a diferentes comportamentos no que se refere ao empenho do aluno, ao uso de estratégias de aprendizagem e ao nível de processamento da informação (ZENORINI & SANTOS, 2010).

Bzuneck (1999) ressalta que embora haja características psicológicas contrastantes entre os dois tipos de metas, um mesmo aluno não se orienta de modo exclusivo para uma ou para outra, e é comum ocorrer uma orientação simultânea, e em graus diversos, para os objetivos de aprendizagem e de performance.

Nas últimas décadas surgiram pesquisas indicando efeitos positivos dos objetivos de *performance*, especialmente quando estes são acompanhadas de objetivos de aprendizagem (ZENORINI & SANTOS, 2010).

Os estudos realizados na área da teoria dos objetivos de realização demonstram que diferentes metas indicam padrões distintos de aprendizagem do estudante. Os estudantes orientados ao objetivo de aprender e bem como objetivo de performance -aproximação apresentam padrões de aprendizagem mais adaptativos, diferentemente dos orientados por objetivos de performance – evitação.

Possivelmente, os alunos com orientação à meta de realização performance- aproximação apresentariam sinais de estresse devido à forma exigente como se envolvem nas tarefas acadêmicas.

Os objetivos que escolhemos e o empenho no sentido de os alcançar, estão profundamente ligados à motivação pessoal. Os alunos bem autorregulados em suas aprendizagens, além de conhecerem as estratégias de aprendizagem que lhes facilitam a tarefa acadêmica a ser aprendida, possuem como característica o querer atuar com eficácia. A tarefa dos educadores, neste contexto, orienta-se no sentido de incentivar os alunos a apropriar-se da responsabilidade pelo seu aprender e a valorizar o domínio do conhecimento independente da intenção do reconhecimento (ROSÁRIO et al, 2008, p.118).

Os estudos de Saturnino de La Torre (2007), mencionam que o erro na aprendizagem pode ser visto como estratégia de mudança. Nesse sentido, o erro faz parte da mesma visão estratégica do projeto docente. A utilização do erro deve ser instrumental, como procedimento ou conjunto de procedimentos que nos ajudam a organizar sequencialmente as ações com o objetivo de alcançar determinados fins educativos.

O erro pode ser utilizado como estratégia inovadora para aproximar a teoria e a prática, para passar de um enfoque de resultados para um de processos, de uma pedagogia do êxito para uma didática do erro, de ensino de conteúdos para aprendizagem de processos.

Saturnino de La Torre (2007) desenvolveu quatro direções semânticas ou pontos cardeais do erro: efeito destrutivo, deturpador, construtivo e criativo. Enquanto as duas primeiras acepções se referem ao erro como resultado, os efeitos construtivo e criativo se incluem em uma consideração processual e possibilita aprendizagem. Esta polaridade resultado-processo nos permite apresentar uma dupla consideração do erro: negativa e positiva.

Portanto, não se trata de transformar em positivo o negativo, mas de valer-se do efeito ou da falha como um instrumento produtivo ou de progresso, reconverter em processo o resultado do erro. Ou seja, a pessoa adota uma atitude transformadora dos fatos (TORRE, 2007)

Segundo Saturnino de La Torre (2007) , não há aprendizagem isenta de erros. O erro é uma variável coexistente ao processo educativo, porque não é possível avançar em um longo e desconhecido percurso sem se equivocar.

Paralelamente, a literatura tem referenciado, que os alunos com orientação para objetivo de performance-evitação são motivados para tentar evitar o erro nas atividades acadêmica ou o fracasso. Para eles o erro na aprendizagem possivelmente será visto como algo pejorativo. Previamente, o aluno avaliaria negativamente determinada tarefa ou situação, evitando-a para não parecer incompetente.

Possivelmente, os alunos possuem meta performance de aproximação e de evitação consideram o erro na aprendizagem como algo negativo, porque pode afetar sua autoestima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar nas análises que empreendemos neste trabalho, esboçamos um conjunto de idéias que consideramos importantes para conceituar a autorregulação da aprendizagem e sua relação com a Teoria dos Objetivos de Realização.

De acordo com a literatura especializada, acredita-se que o comportamento é direcionado por metas e controlado por feedback, e que os objetivos subjacentes ao comportamento formam uma hierarquia de idéias. A experiência do afeto, e da confiança versus a dúvida existente diante de uma tarefa acadêmica, também surge de um processo de feedback que leva em consideração restrições mais explicitamente temporais. A confiança e a dúvida persistem nos padrões de persistência versus desistir e que essas duas respostas à adversidade formam uma dicotomia no comportamento (PINTRICH, 2000).

Assim como um determinado objetivo pode ser obtido através de múltiplos caminhos, como também pode ser realizado um ato específico a serviço de diversos objetivos. Assim, um determinado ato pode ter significados surpreendentemente diferentes, dependendo do propósito a que se destina (CARVER & SCHEIER, 2000).

Como vimos, os objetivos são representações cognitivas daquilo que o indivíduo tenta realizar e dos seus propósitos para realizar a tarefa acadêmica. Assim, são de natureza cognitiva e acessíveis ao indivíduo. A questão é determinar quando e como se tornam conscientes e atuam de forma a influenciar a motivação, o afeto, a cognição e o comportamento antes, durante e após a realização de uma tarefa acadêmica (SILVA et al, 1995).

Assim, o conceito de objetivo de realização representa um padrão de crença integrado e organizado sobre os propósitos gerais para a realização, mas também os padrões ou critérios que serão usados para avaliar o desempenho acadêmico (SILVA et al, 1995).

Os objetivos que os indivíduos escolhem e o empenho no sentido de os alcançar, estão profundamente ligados à motivação pessoal. Os alunos bem autorregulados em suas aprendizagens, além de conhecerem as estratégias de aprendizagem que lhes facilitam a tarefa acadêmica a ser aprendida, possuem como característica o querer atuar com eficácia.

Supomos que os alunos com orientação à meta de realização performance- aproximação apresentariam sinais de estresse em detrimento dos alunos orientados à meta aprender devido à forma exigente como se envolvem nas tarefas acadêmicas.

Consideramos que devido a relação entre a cognição, a metacognição e a motivação, o ensino efetivo nas estratégias de aprendizagem deve orientar metacognitivamente, buscando os alunos tornarem mais conscientes e autônomos em suas aprendizagens, tendo os apoios motivacionais e contextuais apropriados. A autorregulação é um processo dirigido ao *self*, distinto da inteligência, que é uma aptidão mental, importando explorar as inter-relações entre estas duas variáveis (SILVA, 2004).

Faz-se necessário que os profissionais envolvidos com o processo educacional busquem conhecimentos que os auxiliem a desenvolver um ambiente de aprendizagem interessante e cooperativo possibilitando o envolvimento do estudante. Assim, o conhecimento desse importante constructo no âmbito educacional possibilitará a busca de alternativas que visem à melhoria do ensino nos diferentes níveis (ZENORINI & SANTOS, 2010).

REFERÊNCIAS

- AMES, C. **Classrooms: goals, structures, and student motivation** . Journal of Education Psychology, 84 (3), 261-271. 1992.
- BORUCHOVITCH, E., BZUNECK, J. A., & GUIMARÃES, S.E.R. (Orgs.) **Teorias de Metas de Realização: fundamentos e avaliação**. Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo . Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, .2010.
- BZUNECK, J. A. Uma abordagem sócio-cognitivista à motivação do aluno: a teoria de metas de realização. **Psico-USF**, v. 4, n. 2, p. 51-66, 1999.
- BZUNECK, J.A. Uma abordagem sócio-cognitivista à motivação do estudante: a teoria de metas de realização. **PsicoUSF**, 4(2), 51-66, .1999.
- BZUNECK, J.A. **A motivação do estudante orientado à meta aprender**. In E. BORUCHOVITCH & J. A. BZUNECK (Orgs.). A motivação do estudante: contribuições da psicologia contemporânea (pp.58-77). 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004
- CARDOSO, Luzia Rodrigues; BZUNECK, José Aloyseo. Motivação no ensino superior: metas de realização e estratégias de aprendizagem. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas , v. 8, n. 2, p. 145-155, Dec. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572004000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572004000200003>.
- CARVER, C. S., & SCHEIER, M. F. **On the structure of behavioral self-regulation**. In M. Boekaerts, P. R. Pintrich, & M. Zeidner (Eds.), Handbook of self-regulation (pp. 41-84). San Diego, CA, US: Academic Press, 2000.
- ELLIOT, E. S. & DWECK, C. S. Goals: An approach to motivation and achievement. **Journal of Personality and Social Psychology**, 54, 5-12. 1988
- ELLIOT, A.; CHURCH, M. A hierarchical model of approach and avoidance achievement motivation. **Journal of Personality and Social Psychology**, 72, 218-232, 1997.
- ELLIOT, A. J., MCGREGOR, H. A., & GABLE, S. L. (1999). Achievement goals, study strategies, and exam performance: A mediational analysis. **Journal of Educational Psychology**, 91, 549-563, 1999.
- FIGUEIRA, A. P. C. Inventário de estratégias de estudo e de aprendizagem - Learning and Study Strategies Inventory - LASSI (Weinstein e Palmer, 1987) -Estudos de validação e adaptação. **Psychologica**, Coimbra, n. 12, p. 79-114, 1994.
- LOPES DA SILVA, A.; SÁ, I. **A autorregulação da aprendizagem: estudos teóricos e empíricos**. Revista Intermeio, n.19, 2006.
- PINTRICH, P.R. & GARCIA, T. **Student goal orientation and self-regulation in college classroom**. In L. Maehr & C. Ames (Eds.). Advances in motivation and achievement motivation enhancing environments (pp. 371-402). Greenwich: Jai Press, 1991.
- PINTRICH, P. R. **The role of goal orientation in self-regulated learning**. In M. Boekaerts, P. R. Pintrich, & M. Zeidner, Handbook of Self-regulation. San Diego: Academic Press, 2000.
- PINTRICH, P. R.; SCHUNK, D. H. **Motivation in education: Theory, research, and applications**. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2nd ed., 2002.

PINTRICH, P.R. A conceptual framework for assessing motivation and self-regulated learning in college students. **Educational Psychology Review**, 16, 385-407, 2004.

ROSÁRIO, P., SOARES, S., NÚÑEZ PEREZ, J. C., GONZÁLEZ-PIENDA, J. A., RUBIO, M. **Processos de auto-regulação da aprendizagem e realização escolar no ensino básico**. *Psicologia, Educação e Cultura*, 8(1), 141-157, 2004.

ROSÁRIO, P.; SIMÃO, A. M. V.; CHALETA, E.; GRÁCIO, L. **Autorregular o aprender em sala de aula**. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.) *Professores e alunos: aprendizagens significativas em comunidades de prática educativa*. Porto Alegre: EPIPUCRS, 2008.

SILVA, A. L. Sá, I. A. M. Veiga Simão. **Auto-regulação da aprendizagem: estudos teóricos e empíricos**. *Intermeio: Revista do Mestrado em educação/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS*. v.1,n.1,1995.

SILVA, A. L. **Auto-regulação da aprendizagem: a demarcação de um campo de estudo e de intervenção**. In A. Lopes da Silva, A. Duarte, I. Sá, A. M. Veiga Simão (Org.), *Aprendizagem auto-regulada pelo estudante: perspectivas psicológicas e educacionais* (pp. 19-39). Porto: Porto Editora, 2004.

STERNBERG, R.J. **Psicologia cognitiva** (4ª ed.). Trad. por Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TORRE, S. de la. **Aprender com os erros: o erro como estratégia de mudança**. São Paulo: Artmed, 2007.

ZENORINI, R. P. C.; SANTOS, A. A. A. . **Teorias de metas de realização: fundamentos de avaliação**. *Teorias de Metas de Realização: fundamentos e avaliação. Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo*. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2010.

ZENORINI, Rita da Penha Campos; SANTOS, Acácia A. Angeli dos; BUENO, José Maurício Haas. Escala de Avaliação das Metas de Realização: estudo preliminar de validação. **Aval. psicol.**, Porto Alegre , v. 2, n. 2, p. 165-173, dez. 2003 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712003000200007&lng=pt&nrm=i>. acessos em 24 ago. 2018.

ZIMMERMANN, B.J. Investigating self-regulation and motivation: Historical background, methodological developments, and future prospects. **American Educational Research Journal**, 45(1), 166-183, 2008.

IMPACTOS SOCIOEDUCACIONAIS CAUSADOS PELA FRAGMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

MACHADO, Francine de Souza

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro
franfran.machado@gmail.com)*

MARTINEZ, Silvia Alicia

*Professora Associada do LEEL – Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
silvia-martinez@hotmail.com*

RESUMO

Este artigo descreve que a atual conjuntura apresentada pela educação infantil nacional, marcada pela polarização e diferenciação dentro de uma modalidade (creches para crianças com idade 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças com idade de 4 a 5 anos), pelo corte etário, não são eventos da contemporaneidade. Fazem parte do percurso histórico da educação infantil no Brasil e ainda estão presentes nos dias atuais. Também é descrito parte da minha pesquisa para a dissertação de mestrado em andamento sobre o histórico da educação infantil no município de Campos dos Goytacazes, no final dos anos 80, quando na efervescência da última etapa da ditadura militar um movimento político chamado Movimento Muda campos, almejava mudanças para diversos setores e para a educação propuseram uma educação infantil para todas as crianças de caráter integral, chamaram de Centro de qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Infantil. História.. Políticas Educacionais. Corte Etário. Políticas Sociais

ABSTRACT

This article describes the current situation presented by the national child education, marked by polarization and differentiation within a modality (kindergartens for children aged 0 to 3 years old and pre-schools for children aged 4 to 5 years), by the are not contemporaneous events. They are part of the historical course of early childhood education in Brazil and are still present today. Also described is part of my research for the ongoing master's degree dissertation on the history of early childhood education in the municipality of Campos dos Goytacazes in the late 80's when in the effervescence of the last stage of the military dictatorship a political movement called Movimento Muda Campos, sought changes for various sectors and for education proposed a child education for all children of full character, called the Center for quality of life.

Key-words: Child Education. History. Educational Policies. Age Cut. Social Politics

INTRODUÇÃO

Kramer (2003, p. 47) divide didaticamente a história de atendimento à criança brasileira em duas partes. - Na primeira, desde o descobrimento até os anos de 1930, analisa o atendimento à criança brasileira de zero a seis anos, observando uma valorização gradativa da Infância e o reconhecimento da necessidade de atendê-la desde uma perspectiva médico sanitário. Nesta fase, se destaca o cunho religioso, com maior preocupação com a criança, sua higiene, sono e alimentação, além da importação das ideias francesas sobre a construção de creches para o atendimento das crianças pobres cujas mães trabalhavam, já no século XX.

Na segunda etapa histórica do atendimento à criança, de 1930 a 1980, Kramer (2003, p. 47) identifica a concretização dos trabalhos de assistência social e educacional à infância considerando, principalmente, o “desenvolvimento nacional”, com o crescimento e multiplicação de órgãos estatais destinados ao atendimento da criança de zero a seis anos.

Para Marcílio (2001), as rodas dos expostos tiveram sua origem na idade média, na Itália. O nome roda, advém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se iria abandonar, tinha o formato cilindro rotatório de madeira, com uma sineta para comunicar a vigilante o feito. A tradição chegou para o Brasil no século XVIII, com a incumbência das Santas Casas de Misericórdia, que recebiam subsídios do governo e de filantropos, para evitar o horror e desumanidade com os recém-nascidos que eram abandonados pela cidade nas noites não resistindo e morrendo. Porém assistir às crianças abandonadas era um serviço realizado com relutância pelas casas. As primeiras portanto do período colonial foram a roda de Salvador em 1726, na cidade do rio de janeiro em 1738, e em Recife em 1789. A seguir, já com a independência do Brasil, a roda de São Paulo. Por mais de um século, constituiu a única instituição de assistência à infância abandonada, 1726 a 1950.

Inicialmente caritativa e missionária que perdurou até a chegada da filantropia. Segundo Schah (2015), a filantropia abriu o debate sobre a moralidade das rodas, e durou até o início do século XX quando médicos e juristas brasileiros foram influenciados pelos pensamentos europeus acerca do alto índice da mortalidade infantil atribuídas às amas mercenárias e despreparadas, e da inexperiência das mães biológicas.

Um segmento do movimento higienista criticou duramente o uso da Casa dos Expostos e das Amas-de-leite, ressaltando a ‘Injustificável’ transferência das obrigações maternas e os ‘malefícios’ a que a criança branca estaria sujeita no contato com escravas, mulheres, ‘sem educação, de hábitos péssimos’, ameaça, em potencial, à integridade física daqueles pequeninos entregues aos seus cuidados (CIVILETTI, 1991). Foi a partir de tais argumentos que os higienistas colocaram, como meta desse movimento, o ideal da mulher-mãe. (FARIAS, 2005, p. 45).

O surgimento da primeira referência de creche no Brasil, segundo Kuhlmann (2010, p. 471), foi registrado no jornal *Mãe de Família*, na matéria “a creche (asilo para a primeira infância)”, onde o autor da matéria Koussuth Vinelli, médico da Santa casa de Misericórdia do Rio de Janeiro chama a atenção das mães de família para a importância das creches. Mas a preocupação mais efetiva era o problema criado pela lei do ventre livre (1871) e as transformações das relações de trabalho no país, que criou uma situação para mães pobres que necessitavam trabalhar, e ter um local adequado para deixarem seus filhos enquanto não alcançavam a idade para frequentar a pré-escola. Definindo a creche como instituição educacional no país, para crianças até 2 anos, representando um complemento para a escola primária, salas de asilo para a segunda infância dos 3 aos 6 anos e a escola primária.

[...] Pressupõe conhecer, num primeiro momento, as marcas do processo de criação e expansão dessas instituições na Europa e Estados Unidos, procurando mostrar que tanto as creches como as escolas maternas tiveram uma preocupação com as questões pedagógicas e não somente com os cuidados da criança. Este posicionamento derruba o discurso de que, na sua origem, essas instituições tiveram apenas uma função assistencialista, diferenciando-se de outros estabelecimentos, como, por exemplo, os jardins de infância, que, já na sua criação, apresentavam um trabalho voltado não só para os cuidados infantis, mas para um trabalho eminentemente pedagógico. (PASCHOAL, 2009, p. 79).

Segundo Pardal (2005, p. 60) “O termo ‘creche’ é tomado emprestado da língua francesa, na qual também designa presépio”. Na realidade, não foram apenas as palavras *crèche*, ou *salle d’asile*, que a França forneceu ao Brasil, mas a ideia de finalidade e funcionamento destas instituições. Portanto para Pardal (2011, p. 63) o médico Dr. Vinelli, inspirado nas ideias francesas, introduziu a creche para atender à mesma população da roda dos expostos, os filhos de escravas, ou ex escravas, que estavam subordinadas ao trabalho. Para as crianças bem nascidas, elas eram amamentadas e cuidadas pela própria mãe em casa até atingir a idade de frequentarem os jardins de infância (salas de asilo, kindergarten) e a escola primária. Assim as regras estavam bem definidas: para as mulheres com posses o exercício da maternidade em plenitude, e para as pobres, o trabalho.

As escolas maternas, segundo Kuhlmann (2005), também de origem francesa, eram chamadas de salas de asilo e foram instituições criadas para atender crianças a partir de 2 a 3 anos.

Desta forma, o jardim de infância no Brasil, surge no final da época imperial e o nascimento da república Monarcha (2001), pontua que devido a eventos ocorridos na época como o jacobismo político, a revolta armada, a revolução federalista, a revolta de canudos, associado a implantação do trabalho assalariado, aumento da população e a necessidade da gestão da sociedade burguesa, geraram urgências sociais e a cristalização do governo político como administrador. Assim a escola para Machado (2010), no Brasil, foi proposta para a modernização, mesmo com as condições diferentes dos exemplos tomados europeus ela seguiu igualmente o propósito de formar uma massa ordeira, que trabalhasse e demonstrasse amor à pátria. Havia a urgência de educar o homem livre, o escravo além do imigrante para a garantia da mão de obra e atender os interesses da burguesia.

De acordo com Monarcha (2001) foi neste ambiente finissecular, que nasce a Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo, na praça da República em 1894, a conclusão da obra, ocorreu na presidência de Estado de Prudente de Moraes e Bernardino de Campos. Após ampliação passa a sediar a Escola-Modelo Complementar e em 1897 é inaugurado o Jardim de Infância, projetado por Ramos de Azevedo, que na época era único em seu gênero no país, e tinha a finalidade de educar crianças com idade entre 4 e 7 anos, tinha fundamentação no pensamento do pedagogo alemão Friedrich Wilhem August Froebel, onde o jardim de Infância (*Kindergarten*) tinha como objetivo propiciar a educação dos sentidos das crianças com jogos, cantos, marchas, pinturas etc.

Veiga (2007), decorre sobre as matérias escritas pelas professoras para a Revista do Jardim de Infância, na publicação de 1896 sobre planejamento e ações pedagógicas, onde propunham uma sugestão de rotinas de atividades diárias que incluía desde a entrada a sistematização do trabalho didático diário. Segundo Arce (2002), Froebel denominou as instituições de *Kindergarten*, porque para ele a infância assim como a planta deveria ter uma atenção de receber água, nutrientes, sol, ter um bom solo... em equilíbrio realizados pelas jardineiras que sabem cuidar e “ouvir” as necessidades das plantas. Em sua pedagogia, não somente os

jardineiros e os jardins de infância têm o papel fundamental na formação da criança, a família, a religiosidade, cabendo ao educador respeitar a natureza, a ação de Deus e a manifestação espontânea do educando.

No Rio de Janeiro, segundo Monção (2015), o decreto n.7247 de 1879 solicita a criação de jardins de infância para a educação dos meninos e meninas de 3 a 7 anos, com esta legislação pode-se pensar que a oferta de jardins de infância pelos municípios passa a ser obrigatória. Uma vez que esta modalidade de ensino era oferecida por algumas escolas privadas, porém, o primeiro jardim de Infância municipal, o Jardim de Infância Campos Salles só foi inaugurado 30 anos depois em 1909, no Jardim/Praça da República, localizado no Distrito de Santana. Também seguia a pedagogia de froebeliana. No final do século XIX e início do século XX, as correntes higienistas e de eugenia associaram educação, medicina e higiene fundando algumas instituições que propagavam e praticavam as condutas higienistas nas crianças, e na sociedade em geral.

De acordo com Junior e Carvalho (2012) entre elas está a ABE (Associação brasileira de educação) fundada em 1924 composta por intelectuais da época (Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros), pretendiam fazer da educação institucionalizada um meio para a transmissão de valores da época, como a higiene, moral e patriotismo, compreendendo a ação educacional como uma obra de saneamento.

Sobre este período Kuhlmann (2010), decorre sobre Alfredo Ferreira de Magalhães, médico baiano, diretor da filial do IPAI (Instituto de proteção e assistência à infância), precursor da eugenia no Brasil, em suas reflexões se deslocava do lugar de médico para o de educador e anunciava a ênfase que a pedagogia começou a dar a psicologia, à higiene, ao desenvolvimento físico como base da educação como fonte de revigoração da raça. O Dr. Arthur Moncorvo Filho, diretor do IPAI- RJ, funda em 1919 o importante Departamento da criança (DCB), que registrava e estabelecia um serviço sobre as instituições privadas ou oficiais dedicadas à proteção direta ou indireta a infância.

Com a expansão das creches e jardins de infância pelo país, ocorreu a necessidade da formação das normalistas para atendimento deste público. Destaca-se os feitos da educadora Heloísa Marinho, que entre outras atividades lecionava no Instituto de Educação do Rio de Janeiro como assistente de Lourenço Filho e em 1949 inaugura o curso de especialização em educação pré-primária, consolidando os estudos da criança. Ela também publica o livro Vida e Educação no Jardim de Infância que fez correlação com o livro de Dewey Vida e Educação e propõe a expansão da educação pré-primária nos diversos locais do estado da Guanabara. (KULHMANN, 2010)

Segundo Kramer (2003, p.47) nesta fase são criados o Ministério de Educação e Saúde Pública, o Departamento Nacional da Criança, o Serviço de Assistência a Menores (SAM), substituído pela Fundação Nacional do Bem - Estar do Menor (FUNABEM), a qual fiscalizava a execução de políticas a cargo das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Entre outras, surge em 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que com seus projetos incentivou a educação infantil de massa através de um projeto chamado "casulo", já nos anos 70.

Para Romanelli (1986), a década de 60, foi um período de tentativa de equilíbrios e tensões de empresários, estado, governos, forças armadas e sociedade organizada, que acabaram definindo a penetração intensa do capital internacional no Brasil. Propulsado por dois motivos: a implantação da indústria de base e deteriorização dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média, que corroboraram para a associação da educação, qualificação e trabalho para atender as empresas. A autora escreve que a partir desse momento a educação "passa a ser

encarada como único caminho disponível para as classes médias”. Então passa-se a adotar um modelo educacional para o desenvolvimento econômico que se iniciava no Brasil.

Com a primeira versão da Lei das Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/ 61, publicada no governo de João Goulart, a educação infantil foi abarcada em seus artigos 23 e 24 tratada de educação pré-primária, para atender crianças menores de até sete anos em jardins de infância ou maternais, também expressava que empresas que tinham mães em seus serviços com crianças menores de sete anos seriam estimuladas a manter por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Na visão de Rosemberg (2001) o Brasil teve um “infeliz casamento entre os organismos intergovernamentais e o governo militar no campo da educação infantil de massa dos anos 70”. Porque tudo ocorreu, no cenário da guerra fria e esses órgãos bombardearam os países subdesenvolvidos na elaboração de políticas sociais na área da infância e dos direitos reprodutivos. Portanto para ela, a guerra fria embasou a ideologia da Doutrina Brasileira de segurança nacional (DSN) e as propostas de desenvolvimento da comunidade (DC). Que foram as bases para o projeto casulo, primeiro programa brasileiro de educação infantil de massa, implantado pela Legião da Brasileira de Assistência (LBA) em 1977. Esses organismos tentavam agir diretamente nos “bolsões de pobreza”, que para eles, os pobres eram alvos frágeis para atendimento das concepções comunistas.

Esta mesma concepção, segundo a supracitada autora, é adotada pela UNICEF e UNESCO pelo menos até 1979, em relação às crianças pobres. Originando o modelo de pré-escola para as massas brasileiras, exemplificando o projeto casulo, implantado pela LBA que propiciou a entrada direta e visível do governo federal a nível local sem passar pelas administrações estaduais, através do discurso da prevenção e dos pequenos investimentos orçamentários.

Em 1971 é promulgada a segunda LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692 de 1971, que implantou o primeiro grau de oito anos e segundo KUHLMANN (2010) levou consequências desastrosas para a educação infantil, pois a escola de oito anos manteve as formas clássicas de organização, com professores por disciplina a partir da 5ª série e utilizou o verbo “velar” para tratar sobre a educação infantil, ou seja: “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior recebam educação em escolas maternais, jardins-de-infância e instituições equivalentes.”

Assim é mantido o status da educação infantil até parte dos anos 80, onde as discursões democráticas se amplificam. Porém entre 1982 e 1985, com o fim da ditadura militar, e a instalação dos partidos políticos, segundo Ghiraldelli (2003), com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), onde algumas figuras participantes se destacaram em busca de uma política educacional diferenciada do que era proposto até então. Portanto, no governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, buscou-se desenvolver através do pensamento pedagógico do antropólogo Darcy Ribeiro uma linha própria de política educacional, que entre muitas vertentes estava incluída a educação para populares em tempo integral.

Essa educação teria local e denominação própria: Brizolões ou CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), segundo Ghiraldelli (2003) eram escolas de tempo integral voltadas para a infância pobre carioca e fez com que os políticos se dedicassem a educação dos populares.

É neste contexto, que a política educacional proposta por Brizola e Darcy Ribeiro, se relaciona com a política educacional do município de campos dos Goytacazes no início dos anos 90, precisamente, após a promulgação da constituição de 1988 e a eleição do prefeito Anthony Garotinho. A qual descreverei nas próximas linhas.

RESULTADOS PRELIMINARES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a pesquisa em curso, sobre as políticas de educação Infantil no município de Campos dos Goytacazes nos anos 80 e a situação atual (desdobramento da 9394/96 e suas alterações: lei Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – que aumentou para 9 anos o ensino fundamental) e Lei nº 12.796, de 2013, que fragmentou a educação infantil através do corte etário: de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 5 anos em pré-escola), está sendo realizada uma pesquisa de metodologia qualitativa, utilizando como instrumentos entrevistas semiestruturadas para a coleta de informações acerca da história de vida que se relaciona com a história local, a história do tempo presente e em fase posterior análise documental.

A valorização da história local do interior contracenando junto a história nacional da educação na época determinada nos permite descrever as peculiaridades, as características localmente assumidas e desempenhadas e assim contribuir de alguma forma para a história como um todo. Assim a história do tempo presente segundo Ferreira (2010, p 21), “constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social.”

No final dos anos 70, e início dos anos 80, surge em Campos, um grupo militante proveniente de organização estudantil, com o objetivo de enfrentar o final da ditadura militar, denominada, movimento Muda Campos. Este movimento foi o “divisor de águas” para as políticas governamentais como um todo no município. Conseguimos entrevistar dois ex-membros que atuam até hoje em secretarias municipais. O primeiro, o Fernando Leite¹:

Minha trajetória política começa com movimento Estudantil no final da década de 70, o país ainda vivia sob o tacão da ditadura militar. E eu comecei a fazer política efetivamente no Liceu. Abrimos como primeira medida o diretório do Liceu (LAICE) e iniciamos um processo de enfrentamento, guardando as proporções da nossa realidade microrregional contra o governo Militar. Do movimento estudantil, passei para o movimento artístico... sou poeta e nós escrevíamos pra teatro e usávamos o método de Augusto Boal, (...)A ponto da prefeitura da época fechar o teatro de bolso e nós abrímos, como gesto de rebeldia... daí nós nos organizamos num partido político que estava surgindo na época, o PT (Partido dos Trabalhadores), nós fomos fundadores do PT em Campos, e passamos para o movimento sindical e nos trabalhos nas rádios... (LEITE, Fernando. Fernando leite: entrevista [agosto/2018])².

A história de vida do Fernando e sua atuação militante na sociedade campista colabora com o desenrolar histórico pela luta por uma educação inédita na nova Campos que iria surgir.

O vazadouro do movimento partidário no início da década de 80 foi o movimento político chamado Muda Campos. Esse movimento político é um marco regulatório, ele marca o fim da política coronelista, personalista, decadente econômica no município de Campos e abre o novo período político. Porque? Porque, qual era o cenário político de campos? Nós tínhamos em campos a indústria açucareira, que ditava a economia e, por conseguinte ditava política, os usineiros eram a elite econômica do município e a elite política do município. Nós tínhamos a igreja católica tradicionalista fortíssima, um dos maiores nomes da igreja tradicionalistas o D. Lefer, foi Bispo de Campos, o berço da TFP (tradição família propriedade), era uma organização da Igreja Católica anticomunista ferrenho e intolerante. Nós tínhamos os governantes da época que se revezavam: o Zezé Barbosa e Rockefeller de Lima e esse movimento Muda Campos, com a figura de maior projeção porque já era um ativista político sindical de rádio e de

1 Entre diversas funções públicas assumidas, em 1990 foi deputado estadual, pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Segundo ele mesmo, sempre foi radialista, poeta, ator, escritor e está como subsecretário de Governo.

2 Entrevista concedida por Fernando Leite. Entrevista 1. Entrevistador: Francine de Souza Machado. Campos dos Goytacazes 2018. Arquivo mp3 (35 minutos.)

teatro e era do nosso grupo, o Anthonny Garotinho, nós fundamos o movimento Muda Campos e o elegemos Deputado Estadual, em 1986. (LEITE, Fernando. Fernando leite: entrevista [agosto/2018]).

Fatos como o término da ditadura, a Constituição de 1988, a eleição do Anthonny Garotinho, associado ao movimento Muda Campos, intelectuais campistas que tiveram contato com Brizola e Darcy Ribeiro propiciou o surgimento da educação infantil especificamente campista. Os chamados CQVs (Centro de qualidade de vida). Para este ponto, o segundo entrevistado é o Mario Sergio, que foi arquiteto desses centros e na época era assessor de projetos especiais na prefeitura de Campos:

Um dia, Garotinho, me chama lá no gabinete dele e diz: 'Mário, eu quero fazer, uma escola diferente...uma fachada'...na cabeça dele era marketing... e me deu esta incumbência... Eu sou um arquiteto que pensa no desenho da Instituição, pensei no modelo, e pensei numa experiência que tive no Rio de Janeiro com o Circo Voador, que era um coletivo onde funcionava 24 horas por dia. Então quando pensei nessa nova Instituição, pensei nessa experiência que eu tinha tido com o circo voador... não era uma escola convencional. Na época, nós éramos o que se tinha de vanguarda! Eu fiz na verdade não uma escola com fachada bonita, eu montei algo (posto de saúde com uma creche e berçário) - A mãe chegava e já identificava que estava grávida, então já tinha este recorte para o centro de forma completa. Tratar a criança desde o útero até a escola. (SÉRGIO, Mario. Mario Sergio: [entrevista/ agosto 2018])³

Portanto nesta parte da entrevista do Mario, percebe-se, que a criação desses centros, não tinha somente o cunho pedagógico-educacional, mas também de saúde. Refletindo um pouco e associando aos eventos históricos nacionais, encontramos nuances higienistas.

Mas não ficaria, somente nisso. Em princípio pensei num espaço, onde seria uma sala de cultura, alfabetização de adultos, ele funcionaria 24 horas por dia e a noite viraria a sala de estar da comunidade. Os adolescentes veriam filme... Pensei que poderia ser tudo junto... educação, saúde, cultura... porque nessas comunidades afastadas não tem isso. Um bem público novo. Essa era uma ambição, mas o projeto ficou caro e o Anthonny, pediu para cortar... então cortei e fiz um projeto que tinha uma identidade própria e única. Não havia nada igual no Brasil. Tanto é que quando fomos apresentar o projeto para o Darcy, ele disse (imitou a voz do Darcy) é isso que quero dizer, atendimento desde o útero materno... vou levar para o Brizola. Aí pegou aquele projeto que era pra colocar dentro de cada pracinha, foi levado para o Brizola que leva ao Collor de Mello que constrói os CIACS. Então a genealogia dos CIACs foi os CQVs Campistas. (SERGIO, Mario. Sergio Mario: [entrevista/ agosto 2018])

Dessa forma, a política de educação infantil de campos nos anos 90, associou em um espaço saúde e educação. A princípio pensado também como um espaço cultural, mas devido ao corte necessário, não foi desempenhado. Porém há de se escrever que foi um projeto inovador, ousado e focado no atendimento de crianças desde o útero e suas famílias.

Com o advento dos CIEPs (Brizolões), a ideia era formar uma rede entre os CQV's e os CIEPs:

Fazíamos um link com os CQV's e os CIEPs , então nós já éramos nesta época do PDT (Partido do Brizola) o Brizola institui o Darcy Ribeiro para o programa dos CIEPs, que é a escola de tempo integral e nós acabamos fazemos uma espécie de um cinturão da educação e poderia ter sido (suspiros..) muito, muito muito mais do que acabou sendo. (LEITE, Fernando. Fernando leite: entrevista [agosto/2018])

Os centros de qualidade de vida pertenciam a Secretaria de Promoção Social vigoraram no município de campos até o ano de 2001, e seu término foi gradativo. Nesse interstício surge a

³ Mario Sergio, atual subsecretário de desenvolvimento econômico, arquiteto e idealizador dos centros de qualidade vida, nos anos 90.

atual LDB 9394/96, vários documentos do MEC em torno da infância e seus parâmetros, o ensino fundamental de 09 anos e aos poucos o modelo inovador dos CQVs, foram substituídos pelas creches. Denominadas como creches modelos, que atendem em conformidade com a lei até 3 anos e 11 meses. E a pré-escola, em escolas ou nos prédios dos antigos CIEPS municipalizados.

Pois bem, repete-se o mesmo quadro do início da história da Educação Infantil nacional (século XIX), com a permissividade da lei, mas isso não impede de fazermos as críticas necessárias sobre a política de Educação Infantil implantada. Principalmente em um município que em menos de 20 anos modificou a sua estrutura de políticas de Educação Infantil, refletindo diretamente nas famílias e nas crianças.

Para as crianças, ocorrem duas situações: a pedagógica, onde alguns pensadores apontam para a especificidade da Educação Infantil, em torno da construção do termo e ideia da infância (local, aprendizagem diferenciada, e horários, etc.) e a outra situação é no campo da assistência, obviamente para aquelas que precisam e que ao completarem 4 anos serão transferidas para uma pré-escola e poderão passar por alguma privação, que poderia ser atendida no espaço das creches.

Já as famílias, com as suas características (muitas compostas por mulheres, responsáveis pelo sustento da casa) ficam desprotegidas, uma vez que seus filhos ao completarem 4 anos precisam encontrar formas e locais para deixá-los para trabalharem.

Sabemos que a sociedade segundo Castell (1998), passa por uma nova instabilidade, devido ao fim da sociedade do trabalho, que gera a desfiliação e vulnerabilidade. Ou seja, estamos falando do desemprego ou ainda dos trabalhos informais que expõe as famílias. Observe: as famílias que precisam de fato de uma creche que acolha com a faixa etária um pouco mais ampla que 3 anos. Portanto essas famílias estão desprotegidas.

Desta forma, em relação à pesquisa em desenvolvimento, algumas questões possuem um direcionamento para a análise, enquanto outras estão se desenrolando. Mas já exprime que a Educação Municipal Infantil na década de 90, por esforços de pessoas que acreditavam que com o nascimento da democracia tudo poderia ser modificado e democratizado. A partir desta perspectiva será dada continuidade ao estudo da fragmentação da modalidade infantil e a sua polarização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACER, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a Pedagogia dos Jardins de Infância. **Revista Brasileira de Educação**, nº 20 maio/jun/ago, p. 107-155.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

CASTELL, Roberto. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001, p 81-99.

DIDONET, Vital. **Creche a que veio... para onde vai**. Revista em aberto. N73, v.18, p. 11 - 27, julho 2001. Brasília.

FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos (org). **Educação da Infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p 32-49.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e história oral. In: XAVIER, Libânia; BONATO, Nailda Marinho da Costa (Orgs). **A História da Educação: Identidades Locais Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p 16-24.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

JUNIOR, Laerth de Moraes Abreu; CARVALHO, Eliane Vianey. O discurso médico – higienista no Brasil no início do século XX. **Revista Trabalho Educação e saúde online**, n3, p. 427-451, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v10n3/a05v10n3.pdf>

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: A arte do Disfarce**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMAMM, Moysés, Jr. Educando a infância brasileira. In: **500 anos de educação no Brasil**. TEIXEIRA, Eliane Marta (org) 4º ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Estado e Políticas de educação no Império Brasileiro. In: **Estado e Políticas na História da Educação Brasileira**. SAVIANI, Demerval (org) Vitória: EDUFES, 2010, p. 153-186.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. P. 53-79.

MONARCHA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 81-119.

MONÇÃO, Vinícius de Moraes. **Da promulgação à implementação: história do primeiro jardim de infância municipal na cidade do Rio de Janeiro (1879-1909)**. Acessado em: <https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/04/vinicius-de-moraes-monc3a7c3a3o-irma-rizzini.pdf>

PARDAL, Maria Vittoria de Carvalho. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In: Vasconcellos, Vera Maria Ramos (org). **Educação da Infância: História e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 51 a 72.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista HISTEDBR on line, n33, p.78-95, marc.2009, Campinas.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSEMBERG, Fulvia. A LBA, o projeto casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 141-161

SCHAH, Vanderlei Alberto. **Roda dos expostos: Do abandono Social Histórico à vulnerabilidade afetiva da criança na atualidade. Exposed whell: from the historical social neglect to the emotional vulnerability of children today**. Revista Batista Pioneira online, n1, v4, junho 2015. Disponível em: <http://revista.batistapioneira.edu.br>

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E MEMÓRIA: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

DANIELE ACHILLES

*Professor do Departamento de Biblioteconomia - Unirio
daniele.achilles@unirio.br*

JOSAIDA DE OLIVEIRA GONDAR

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/Unirio)
jogondar@uol.com.br*

RESUMO

Apresenta a biblioteca pública (BP) como uma instituição social, cultural, informacional e de memória que se responsabiliza pelo armazenamento do conhecimento produzido. Constata que tais instituições enfrentam uma crise que leva a afirmação de uma lacuna entre a dimensão teórico e prática deste conceito, destacando uma desconexão que pode ser compreendida a partir da reflexão sobre questões de ordem epistemológica. Enfatiza as elaborações teóricas de Álvaro López (2008; 2010) capazes de explicar tal desconexão mencionada. Afirma a perda de sentido dessa perspectiva tradicional presente no conceito biblioteca pública e, ainda, a partir do entendimento do obstáculo epistemológico, conceito de Gaston Bachelard, estrutura a via de raciocínio que explicita um dos maiores problemas das bibliotecas públicas na atualidade. Trata-se de uma pesquisa de cunho essencialmente teórico que utiliza o campo da Memória Social como alicerce transdisciplinar por excelência que permite a reflexão sobre a criação, recriação, bem como a atualização do conceito biblioteca pública é uma via para admitir outras possibilidades epistemológicas em virtude das transformações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Memória. Bibliotecas Públicas - Memória. Bibliotecas Públicas - Questões Epistemológicas.

ABSTRACT

It presents the public library as a social, cultural, informational and memory institution that is responsible for storing the knowledge produced. Notes that such institutions are facing a crisis that leads to the assertion of a gap between the theoretical dimension and practice of this concept, highlighting a disconnection that can be understood from the reflection on epistemological issues. Emphasizes the theoretical elaborations of Álvaro López (2008; 2010) capable of explaining such disconnection mentioned claims the loss of this traditional perspective in this sense in the concept of Gaston Bachelard, structure the reasoning that explains one of the biggest problems of public libraries today. This is a survey of an essentially theoretical uses the field of Social Memory as transdisciplinary foundation for excellence that allows for reflection on the creation, recreation, as well as updating the public library concept is a way to admit other epistemological possibilities because of social changes, cultural, political and economic.

Key-words: Public Libraries. Memory. Public Libraries - Memory. Public Libraries - Epistemological Issues.

1 INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre a ciência através da perspectiva da Biblioteconomia Pública, um ponto de partida deve ser, antes de tudo, considerado neste texto: a ciência se produz pelo seu estado incessante de criação e inovação, de recriação. Desse modo, entendendo a Biblioteconomia como uma ciência, é legítimo pensar sobre sua criação, recriação e inovação, admitindo que a construção dos conceitos é inseparável deste processo. O conceito aqui em questão é o de 'biblioteca pública', sobre o qual se deseja obter determinada compreensão e propor novas formas de entendimento a partir de um recorte que valoriza questões epistemológicas.

A biblioteca, vista como instituição social, cultural, informacional e de memória, desde muito tempo vem passando por inúmeros problemas e entraves de ordem teórica e prática, isto é, se resumem a problemas que ilustram a dificuldade conceitual que vem agravando a compreensão do que a biblioteca é, em face o que deveria ser. Tal fato expressa uma cisão entre essas dimensões, produzindo assim uma lacuna ou uma desconexão entre elas que é responsável por formalizar uma parte da própria ciência Biblioteconomia.

Se a ciência sempre está em processo de construção, seus conceitos também estão. Isso significa dizer que a dinâmica de criação de novos conceitos advém do aparecimento de problemas de diversas ordens que precisam ser resolvidos. Enxergar a produção de conceitos desse modo difere de considerá-los a partir da implementação de modelos acabados, sólidos e limitados, pré-determinados, engessando o constructo processual que ocorre a partir do movimento e da dinâmica da realidade social.

De posse da compreensão e afirmação da existência de uma desconexão teórico-prática vivenciada por esse tipo de instituição é possível também afirmar que isso altera o modo de construção do seu conceito e de seus usos. A partir daí o objetivo desta comunicação é alertar para esta desconexão teórico-prática e estabelecer pontos de interligação, configurando o problema epistemológico das bibliotecas públicas que será analisado por via de uma leitura atenta das elaborações sobre os estudos epistemológicos da Biblioteconomia realizada por Héctor Guillermo Álfaro López¹. Ademais, se fez necessário determinar o campo da Memória Social, transdisciplinar por excelência, que denota movimento e processo contínuo de construção, como o campo que pode servir à reflexão da Biblioteconomia, mais precisamente da Biblioteconomia Pública.

Para dar conta das elaborações teóricas presentes neste texto, optou-se por uma via essencialmente teórica que destaca o levantamento bibliográfico, a revisão da literatura e, como base metodológica, o método da triangulação² da pesquisa que foi estruturado nas seguintes categorias: história, teoria e prática. Aqui será utilizado apenas um dos pontos da base metodológica, ou seja, a teoria. A intenção é explicar que a constatação da existência de uma crise da BP, tanto em seu sentido conceitual como prático, compreender que essa crise gera a desconexão teórico-prática mencionada e como a questão do entendimento das questões epistemológicas podem auxiliar na compreensão de uma perspectiva que positiva possibilidades criativas mais extensas. Isso pode ser explicado porque ao analisar para o

1 Héctor Guillermo Álfaro López - Licenciatura e Mestrado em Filosofia, Doutor em Estudos Latinoamericanos e Doutor em Biblioteconomia e Estudos da Informação pela UNAM. Realizou uma estadia de pós-doutorado em Pesquisa em Ciências Sociais de Paris (Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, EHES) sob a direção do Dr. Roger Chartier. É Pesquisador em Tempo Integral no Instituto de Pesquisa em Biblioteconomia e Informação, onde também é coordenador do Seminário de Pesquisa: Pensamento Bibliotecário Teórico e membro do Sistema Nacional de Pesquisadores. Fonte: Disponível em: <<http://132.248.242.8/shm2018/index.php/ponentes/8-ponentes/31-hector-guillermo-alfaro-lopez>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

2 O método da triangulação é mencionado por Flick (2009) a partir de sua análise da obra de Denzin (1989). Esse método é visto como uma abordagem de dados que admite vários pontos de vista teóricos que poderiam ser situados lado a lado com a finalidade de avaliar a sua utilidade e capacidade, no entanto, o propósito deste exercício é também entender as possibilidades de produção do conhecimento. (FLICK, 2009, p. 361).

conceito, reconhecer a falta de aderência e ressonância social que vem sofrendo, e, na tentativa de buscar explicações para tal, também interfere na própria dinâmica da Memória Social, não como campo, mas como construção social, política e econômica de uma sociedade, neste caso a brasileira.

2 A BIBLIOTECA PÚBLICA

As BP's sempre são definidas como lugares de memória, de acesso à informação e ao conhecimento; e, devem se portar como instituições democratizantes. Com vistas nisso, durante muito tempo sua aceção foi centrada em um modelo de biblioteca que se pode julgar erudito, já que servia mais a nobres do que propriamente à comunidade ou à população em geral. Observa-se tal fato, por exemplo, em Roma, durante a Antiguidade; na Idade Média, quando a invenção de Gutenberg possibilitou um acesso maior as obras impressas, mas também por parte das camadas sociais mais privilegiadas da época, como indica Martins (1996) e Battles (2003). Na Idade Moderna, segundo Escolar (1990) e Lemos (2008), a BP tornou-se aberta e destinava-se a um público leitor, sob financiamento de mecenas e membros da classe dominante. Na Idade Contemporânea, com a Revolução Industrial, os modos de produção se ampliaram, e segundo Jacob (2008), a importância das bibliotecas passou a incidir sobre sua visibilidade na construção das práticas sociais vividas por cada grupo social.

Nas perspectivas mais tradicionais, as BP's se definem como instituições sociais, culturais e de memória que tem suas funções determinadas em virtude das configurações sociais, políticas, econômicas, culturais e informacionais. A relação entre o que essas instituições são, sob o ponto de vista teórico e prático, muitas vezes, se confundem e não possibilitam, por exemplo: um entendimento do conceito em ambas dimensões; uma apropriação da realidade pela esfera teórica; o exercício de atualização do conceito teórico. Em suma, cria-se um impasse que é ilustrado a partir dessa desconexão alertada neste trabalho.

No Brasil, essa desconexão se tornou ainda mais grave. O que se percebe é que as BP's vêm sofrendo uma crise de identidade que remonta praticamente à época em que foi criada a primeira delas, ainda no século XIX. Isso afeta tanto sua dimensão conceitual teórica quando sua dimensão conceitual prática, revelando uma série de problemas para a práxis biblioteconômica. A partir dessa constatação nasceu a proposta de pensar e propor um novo entendimento conceitual para essas instituições na pesquisa desenvolvida durante o doutorado³ que teve como objetivo construir um novo entendimento conceitual conectando duas dimensões – a experiência e o movimento por via do campo da Memória Social.

Todo conceito é criado em virtude de problemas que emergem de um cenário histórico, social, político, econômico e cultural, como alertava Deleuze (2010). O processo de compreender os problemas e tentar resolvê-los gera os conceitos que se caracterizam como sólidos, isto é, conceitos que se tornaram limitados porque, muitas vezes, se colocam distantes das dinâmicas diárias que constituem o social. Tais dinâmicas apresentam problemas que interferem na construção conceitual e que, de tempos em tempos, precisa ser revista. Como abordado anteriormente, existe uma crise enfrentada pelas BP's e, por esse motivo, justifica-se aqui reafirmar que é importante refletir sobre as questões epistemológicas que circulam sobre essas instituições. Segundo Medeiros (2010, p. 13), as BP's em muitos países “representam instituições vigorosas, consideradas basilares na organização social” [...] “fornecem o acesso ao conhecimento sem restrição a qualquer pessoa, e sem qualquer distinção”.

³ Tese de doutorado intitulada “*Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência*”, sob orientação da Prof^a. Dr^a Jo Gondar, defendida em março de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS / UNIRIO).

Ademais, ao analisar as missões estabelecidas pela IFLA/UNESCO, Medeiros (2010) afirma:

Ao analisarmos a trajetória das bibliotecas públicas no Brasil, constatamos a existência de uma instituição dependente – uma “instituição-quase”, uma “instituição-extensão”, uma instituição desde sempre tutelada. Sua subordinação à política de livros fez com que as bibliotecas se tornassem coadjuvantes de sua própria história. A verdade é que sua função precípua, definida pelo manifesto da Unesco, de ser um cento de informação, cultura e lazer, adotada com sucesso por muitos países, não se aplica ao Brasil, salvo raras exceções. Interessante notar que profissionais da área se dedicam à empreitada de modernizá-las, porém, não por desconhecimento, mas por falta de recursos e de sensibilidade dos superiores, não conseguem executar tal meta plenamente.

Medeiros (2010) discorre sobre outros temas que podem servir para analisar a atribuição do conceito BP, tal como faz Miranda (1978), Nogueira (1983), Rabello (1987), Flusser (1980), Milanesi (1980; 1983), Araújo (1985), Suaiden (1995; 2000), Arruda (2000), Almeida Júnior (1997; 2003), Brettas (2010), Crippa (2015), etc. Para Medeiros (2010) a tal crise de identidade dessas instituições realça as transformações que se incidem também no universo dos usuários já que não apresentam mais as necessidades informacionais de décadas atrás. Ademais, se pode inferir, segundo Medeiros (2010), que no Brasil o usuário nunca foi assimilado por essas bibliotecas e isso é fica claro se procedemos uma verificação analisando a própria história das BP's no país.

Quanto às políticas para o livro, leitura e bibliotecas vale destacar a função educativa atribuída à BP que mesmo sem recursos de todas as ordens luta para se transformar em uma ‘unidade de informação’, isto é, a corresponder a um conceito e caracterização de biblioteca com moldes configurados pela globalização. Tal situação se traduz em uma problemática séria, além da BP ainda não ter sua configuração epistêmica e prática ajustada ao que ela deveria ser – uma instituição social que serve a propósitos sociais (educação, cultura, informação, lazer, etc).

Nos anos 2000, com a globalização, esse tipo de instituição passa a ser aspirações de lugar de cultura para que seja possível a produção de uma identidade cultural local. Com base nisto, nos interrogamos: o que é uma BP no Brasil? Um corpo institucional controlado e guiado pelos interesses governamentais? Uma biblioteca sem identidade própria? Sem uma correlação com a comunidade? Que está de tempos em tempos em crise? A cada governo vivencia-se uma descontinuidade e essa instituição se mantém perdidas frente às demandas que lhe são atribuídas e às demandas reais da comunidade. Dessa forma, a BP parece sempre estar em estado de estagnação, paralisação frente a essas realidades – a teórica e a prática.

Giulia Crippa em seu artigo “Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social”, publicado em 2015, procura entender a BP como um laboratório de cidadania, aproximando essas instituições dos processos de vida real, isto é, a partir de oficinas permanentes de apropriação do espaço coletivo e de ações compartilhadas. A autora trabalha a concepção de BP enquanto espaço físico apoiada na ideia da diminuição dos espaços públicos e as consequentes crises que deterioram os tecidos urbanos devido ao surgimento de novas dinâmicas de segregações espaciais, como coloca, por exemplo Canclini (2009). Com isso, indica que a BP pode ser um espaço, território rico para realizar encontro de realidades diversas buscando saídas para as crises sociais.

Crippa (2015) também indica que a biblioteca é encontro; permite tecelagem de habilidades dos diletantes da vida que tentam instituir seus discursos sem deixá-los a outros protagonistas; é lugar de igualdade; é necessário a inovação para recuperar o sentido das dimensões dos serviços que oferecem; a biblioteca deve criar oportunidades como apresenta a IFLA/Unesco (1994); a biblioteca deve ser um empreendimento social e cultural da comunidade. Os novos

horizontes elencados por Crippa (2015) circunscrevem o conceito de BP com a finalidade de produzir um efeito que tangencia ou se aproxima do que é necessário suscitar nessas instituições – a atenção aos modos de vida, isto é, às experiências vitais do sujeito. Isso porque, de tempos em tempos, vivenciamos, especificamente, a crise das instituições sociais e, por esse motivo, é imprescindível o permanente estudo das questões epistemológicas que circulam em torno dessas instituições, neste caso da BP.

3 QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS INERENTES ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Com vistas na constatação que as BP's no Brasil estão em crise e, que tal situação gera inúmeros problemas e entraves de ordem teórica e prática, observa-se que um dos seus maiores problemas está concentrado na sua própria definição, explicitando assim uma cisão entre essas duas dimensões, o que produz uma lacuna, uma desconexão que dificulta a reflexão sobre o próprio conceito. Nesse sentido, optou-se por trabalhar com um teórico que lida questões epistemológicas aplicáveis à Biblioteconomia – Héctor Guillermo Álfaro López (2008; 2010).

“La biblioteca no nos ha dejado pensar la Biblioteca”, a afirmação de Álfaro López (2008, p. 1) marca a diferenciação semântica entre biblioteca (com b minúsculo) e Biblioteca (com B maiúsculo). E, ainda, afirma que a biblioteca concreta, em sua manifestação extrema, particular e específica, tem se convertido em uma barreira que nos impede a elaboração conceitual da Biblioteca. De modo mais técnico, o autor destaca que a biblioteca tem se tornado a partir de um obstáculo epistemológico para construção teórica da Biblioteca. Há um alerta para o hiato, isto é, a lacuna que se insere na construção do campo biblioteconômico entre o concreto e o abstrato, entre o prático e o teórico que se apresenta no processo do conhecimento (LÓPEZ, 2010, p. 5).

Quando o autor se refere a obstáculo epistemológico, conecta-se ao conceito de Gaston Bachelard; e do conceito de representação social de Jean-Claude Abric. Cabe enfatizar que Álfaro López (2010, p. 5) clarifica essa perspectiva do pensamento afirmando:

la hipótesis de partida para continuar esa reflexión puede enunciarse así: la creación y desenvolvimiento de la biblioteca pública estableció la orientación cognoscitiva que habría de seguir el campo bibliotecológico, orientación signada por una inercia empírica y pragmática, la que se encuentra articulada y tensionada por el *desideratum* técnico. Lo que há dado lugar a una acumulación y excedente de conocimiento y con ello a propiciado la conformación del obstáculo epistemológico, el cual há conducido al campo al limite de su fase de constitución.

Trazer à tona o termo ‘limite’ significa dizer que os conceitos de Bachelard e de Abric fazem sentido, uma vez que Álfaro López (2010) busca, em sua construção, responder ao problema de ordem biblioteconômica e epistemológica – essa desconexão mencionada. O autor coloca:

el obstáculo epistemológico no es un objeto sino una fase en el proceso de conocimiento y que es producido, en el pensamiento es una herramienta necesaria y a la vez fuente de errores. A ella misma corresponde superar el obstáculo epistemológico, cuya acumulación de errores está indicando la necesidad de llevar a cabo la ruptura epistemológica con la presente aproximación, para transitar a la siguiente aproximación cognoscitiva hacia la realidad, en la que sean rectificadas los anteriores errores. Para ello la racionalidad científica ha de salir de la facilidad que le ha dado el conocimiento acumulado, facilidad que ha redundado en respuestas inmediatas y sin cuestionamiento, planteado problemas, haciendo del proceso de conocimiento un movimiento problemático, que permita remover los conceptos desgastados (que por lo mismo se han vuelto multivocos) para elaborar nuevos conceptos y teorías que conduzcan a la construcción abstracta del objeto u objetos de conocimiento de cada ciencia, para alcanzar con ello la plena científicidad definitoria del nuevo espíritu científico.

A respeito desta citação que localiza o problema do obstáculo epistemológico nas ciências em geral deve se somar o comentário feito por Álvaro López sobre o problema específico da Biblioteconomia. Com efeito, López escreve que “la biblioteca se há estatuído en un *obstáculo epistemológico* para la construcción teórica de la Biblioteca” (ÁLFARO LÓPEZ, 2010, p. 5), apontando para o fato de que a biblioteca, enquanto espaço empírico, se coloca como um obstáculo epistemológico para a Biblioteca enquanto espaço conceitual. Contudo, quando Álvaro López (2010) afirma que a biblioteca empírica se converte em obstáculo epistemológico para se pensar a biblioteca enquanto conceito, o que ele considera como obstáculo não é a empiria em si mesma, mas a ausência de apropriação da prática pelo conceito.

O que permanece como obstáculo é o fato da prática e da teoria se manterem clivadas. Este hiato precisa ser suplantado para a criação de novos conceitos e teorias que permitam a construção conceitual da Biblioteca, com B maiúsculo. Essa Biblioteca é a que leva em conta, simultaneamente, a teoria e a prática alimentando-se mutuamente.

Alvaro López (2010) pondera que a Biblioteca com B maiúsculo (conceitual) seria um fator determinante e *sine qua non* para a construção de novos tipos de bibliotecas que, por sua vez, convertidas em objetos técnicos abstratos-concretos, encontrariam realização em cada biblioteca específica, como por exemplo as particulares e concretas bibliotecas nacionais, universitárias, públicas, etc. (ÁLFARO LÓPEZ, 2010, p. 13).

Nesta comunicação não se objetiva fixar na caracterização bachalardiana dos conceitos – concretos e abstratos, pois isso promoveria uma complicação irrelevante para as vias escolhidas. A intenção é alertar para a desconexão teórico-prática do conceito de BP como uma das questões epistemológicas a serem estudadas. Ainda refletindo sobre a afirmação de Alvaro López (2008)⁴, pode-se observar que tal citação é uma premissa inicial que significa que a biblioteca (prática), na medida em que não é apropriada pela construção conceitual, converte-se em uma barreira que nos impede de elaborar a construção que admite a dimensão do movimento da Biblioteca (conceitual) (ÁLFARO LÓPEZ, 2010, p.5).

Tal constatação se traduz em um afetamento entre a dimensão do conceito fixo em relação ao que admite o movimento, e acaba também se inserindo entre duas categorias: a prática (empírica) e a teórica, que recai sobre o fazer e o ser da biblioteca, sendo desse modo, o primeiro mote para que este capítulo se desdobre.

4 A BIBLIOTECA PÚBLICA DIANTE DA PERSPECTIVA DO OBSTÁCULO EPISTEMOLÓGICO

A biblioteca sob a perspectiva do obstáculo epistemológico, segundo Álvaro López (2010, p. 3-4):

Así por un lado tenemos la biblioteca comprendida como una entidad concreta; es la biblioteca específica y particular que tiene funciones y servicios determinados que se ofrecen a la colectividad: es la biblioteca cotidiana de nuestros gozos e indagaciones de información y conocimiento. Por el otro lado incidimos en la Biblioteca que es una construcción y arquitectura teórica; es la Biblioteca que es todas las bibliotecas y a la vez no es ninguna de ellas: es la Biblioteca que *debería* dar forma, sentido y funcionalidad a los distintos tipos de bibliotecas, pero que, sin embargo, há sido soslayada por y del conocimiento bibliotecológico.

A diferenciação entre os termos também ilustra a desconexão (a lacuna) entre a realidade teórica (carregada de fixidez) e a prática empírica (que acarreta o movimento). Tudo isso

4 ÁLFARO LÓPEZ, Hecto Guillermo. El obstáculo epistemológico y la biblioteca. In: *XXVI Coloquio de Investigación Bibliotecológica y sobre la información*. Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, UNAM, Ciudad de México (México), Jueves, 2 oct. 2008.

resulta em um obstáculo epistemológico para as bibliotecas e afeta sua representação social, bem como o sentido de seu conceito. O teórico, nas publicações de 2008 e 2010. Sobre o obstáculo epistemológico o autor o entende não como uma simples dificuldade, bloqueio do sistema de pensamento ou, em menor escala, como um vazio do conhecimento. Afirma que é produto de um excesso de conhecimento disponível, correspondente à fase de aproximação com a realidade em que se encontra a ciência (ALFARO LÓPEZ, 2010, p. 8).

Se o obstáculo epistemológico reside em um excesso de conhecimento, a via de entendimento utilizada pelo autor vai ao encontro do seguinte: os conhecimentos empíricos, práticos que são gerados e acumulados cotidianamente se colocam como um obstáculo para a construção do conhecimento teórico na medida em que a ciência não acompanha, assimila e codifica essa produção empírica para manejar a atualização dos conceitos teóricos.

Desse modo, observa-se a existência de um “delay”, isto é, um atraso entre o acontecimento da prática, sua exposição, entendimento, assimilação e decodificação para produzir o conceito teórico. O autor lança mão de uma hipótese que afirma essa argumentação teórica sobre a biblioteca.

la creación y desenvolvimiento de la biblioteca pública estableció la orientación cognoscitiva que habría de seguir el campo bibliotecológico, orientación signada por una inercia empírica y pragmática, la que se encuentra articulada y tensionada por el *desideratum* técnico. Lo que ha dado lugar a una acumulación y excedente de conocimiento y con ello a propiciado la conformación del obstáculo epistemológico, el cual ha conducido al campo al limite de su fase de constitución (ALFARO LÓPEZ, 2010, p. 5).

Desse modo, o hiato entre biblioteca e Biblioteca funciona em uma via de mão dupla: se o conceito precisa se apropriar da prática para que a noção de Biblioteca faça sentido, a prática, se se mantiver apenas na dimensão técnica, pragmática, produz um conhecimento desprovido de inteligência, de crítica e de capacidade de movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos inferir que a situação atual do campo de Biblioteconomia Pública no Brasil, por exemplo, requer uma fundamentação epistemológica como uma necessidade urgente. Isso se deve ao estado da arte da produção científica, bem como da situação na qual se encontra a BP incluindo sua definição, bem como seus usos e fazeres, mesmo considerando alguns pequenos avanços que vêm acontecendo desde os anos 2000.

A partir dessa constatação – a de que se pode configurar a produção científica e o próprio conceito de BP como uma construção carregada de fixidez discursiva, pretendemos nos valer do entendimento de Alfaro López (2008; 2010) sobre o perigo do hiato entre teoria e prática; todavia, foi imperativo promover uma ‘torção’ no pensamento do autor, desconsiderando sua divisão entre biblioteca concreta e abstrata.

Pretendemos, entretanto, manter o que julgamos essencial: uma construção teórica apartada da prática é uma construção que apresenta uma rigidez do discurso, o que provoca o engessamento do conceito na esfera acadêmica. Como se não bastasse, esse conceito engessado promove uma determinada aderência e ressonância social, já que se trata de um conceito que serve de guia, parâmetro e apontamento para os sujeitos. Em vez de uma divisão entre biblioteca concreta e abstrata, preferimos designar a construção empírica como aquela dotada de movimento que advém das experiências vitais dos sujeitos em contato com a instituição biblioteca pública. Pensamos que essa interação poderia gerar um conceito baseado no movimento e na mudança contínua que tivesse uma aderência e ressonância social mais efetiva.

A desconexão entre essas dimensões pode gerar o que Alfaro López (2008; 2010) chama de obstáculo epistemológico, mas se pensamos no jogo entre o que é rígido e fixo em face do que é móvel e fluido, arriscamo-nos a dizer que esta dinâmica pode servir como um caminho para a construção de um entendimento conceitual em devir. Adotados aqui a seguinte forma: o termo “Biblioteca Pública” que significa a construção teórica será grafado em maiúsculo, em face da configuração prática e empírica que se traduz no que a biblioteca pública é de fato, ilustrada a partir do termo “biblioteca pública” grafado em minúsculo. A princípio cabe estabelecer essa simples distinção “Biblioteca Pública” (conceitual, com letra maiúscula) e “biblioteca pública” (empírica, com letra minúscula) aos moldes utilizados por Alfaro López (2008; 2010) para representar de forma mais assertiva o que queremos transmitir. Compete ainda dizer que os delineamentos de como cada configuração dessa se constitui levará em consideração uma série de elementos que nos fornece subsídios para uma geral outra comunicação.

Conclui-se que o terreno da Biblioteconomia Pública ainda precisa ser pensado, repensado e que as questões epistemológicas devem ser cada vez mais explicitadas como um modo de possibilitar um novo entendimento do conceito e auxiliar as próprias instituições a construir novos caminhos que considere a vida do sujeito, os modos de ser, experienciar e existir.

REFERÊNCIAS

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. El obstáculo epistemológico y la biblioteca, 2008. In.: *XXVI Coloquio de Investigación Bibliotecológica y sobre la información*, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, UNAM, Ciudad de México (México), Jueves, 2 oct. 2008.

_____. *Estudios epistemológicos de bibliotecología*. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. (Teoría y métodos).

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: Eduel, 1997.

_____. *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina: Eduel, 2003.

ARAÚJO, Walkiria Toledo de. A biblioteca pública e o compromisso social do bibliotecário. *R. Esc. Bibliotecon.* UFMG, Belo Horizonte, v.14, n.1, p. 106-122, mar. 1985. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002582/63a8ad97c70e418f30c686ddcebd22c0/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ARRUDA, Guilhermina Melo. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. In: *Proceedings XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 1, Rio Grande do Sul, PUCRS, 2000. Disponível em: <http://www.geocities.ws/biblioestudantes/texto_24.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2003.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. *Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v.24, n.2, p. 101-118, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1153>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CANCLINI, Nestor. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CRIPPA, Giulia. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. *DataGramaZero*, [s. l.], abr., 2015.

DELEUZE, Gilles. *O que é filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. (Coleção TRANS).

ESCOLAR, Hipólito Sobrinho. *Historia de las bibliotecas*. 3. ed. Salamanca: Madrid; Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: Pirámide, 1990. (Biblioteca del Livro, C).

FLICK, Uve. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *R. Esc. Bibliotecon.* UFMG, Belo Horizonte, v.9, n.2, p. 131-138, set. 1980. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002888/08aa0ab1430a9e48794b2d65582f9f99/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

JACOB, Christian. Prefácio. In: JACOB, Christian; BARATIN, Marc. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Trad. Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

LEMONS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (Orgs.). *Introdução às fontes de informação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Ciência da Informação, v.1).

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca com um capítulo referente à propriedade literária*. 2. ed. Ill., Rev. Atual. São Paulo: Ática, 1996.

MEDEIROS, Ana Lígia. Biblioteca e cidadania. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, ano 4, p. 11-46, maio 2010. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br:8080/bitstream/123456789/682/1/MEDEIROS,%20A.%20L.%20-%20Biblioteca%20e%20cidadania%20-%20Sinais%20sociais.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MILANESI, Luís. *O que é biblioteca?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.6, n.1, p. 69-75, jan./jun. 1978. Disponível em: <http://www.antonimiranda.com.br/ciencia_informacao/art_missaobibliip.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. *Revista da Escola de Bibliotecon.*, UFMG, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 205-212, set. 1983. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/04/pdf_2862b4eaf0_0015777.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RABELLO, Odília Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. *R. Esc. Bibliotecon.* Belo Horizonte, UFMG, v.16, n.1, p. 19-42, mar. 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002019/df18be3b773491ac5a892167ba558f42/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SUAIDEN, Emir J. *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995. (Coleção Ciência da Informação).

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

UNESCO. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em 18 nov 2014.

MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS NA FOTOGRAFIA DE AUGUSTO MALTA: IMAGENS, DISPUTAS E IDENTIDADES NO RIO DE JANEIRO DA MODERNIDADE.

REZENDE, Dolores Eugênia de

Doutoranda do Programa de Memória Social – PPGMS

lola_rezende@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a Memória construída através das imagens do fotógrafo Augusto Malta, que documentou um período importante da história da cidade do Rio de Janeiro, as reformulações urbanísticas ocorridas no início do século XX, que visavam à inserção do Brasil no ideário da modernidade europeia. Buscamos compreender através da análise iconográfica de algumas de suas imagens, como duas diferentes identidades foram representadas: uma idealizada pelo poder público como Identidade Nacional, representando uma elite sofisticada aos moldes europeus, vivendo numa cidade modernizada, e, por outro lado, uma identidade nacional indesejada, de uma população pobre, mestiça e esquecida por esse mesmo poder, vivendo numa cidade decadente, suja e prestes a desaparecer. Sob a luz dos estudos de Memória Social, analisamos de que maneira podemos perceber uma disputa de memórias, entre uma memória oficial e uma outra subterrânea, e de que maneira essa última sobreviveu através das imagens do fotógrafo.

Palavras-chave: Fotografia. Augusto Malta. Memória. Identidade. Disputa

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the memory constructed through the images of the photographer Augusto Malta, who documented an important period in the history of the city of Rio de Janeiro, the urban reformulations that took place at the beginning of the 20th century, aimed at inserting Brazil into the modernity. We seek to understand through the iconographic analysis of some of its images, how two different identities were represented: one idealized by the public power as National Identity, representing a sophisticated elite to the European molds, living in a modernized city, and, on the other hand, a national identity unwanted population of a poor, mestizo and forgotten by this same power, living in a decaying, dirty and on the verge of disappearing. In the light of the studies of Social Memory, we analyze how we can perceive a dispute of memories, between an official memory and another underground, and in what way the latter survived through the images of the photographer.

Keywords: Photography. Augusto Malta. Memory. Identity. Dispute

INTRODUÇÃO

Augusto Malta é considerado o mais importante cronista visual da cidade do Rio de Janeiro. Essa valoração é assumida tanto pela historiadora Maria Inês Turazzi, em sua introdução à biografia do fotógrafo Augusto Malta e a Cidade do Rio de Janeiro - 1903-1936 (ERMAKOFF, 2009), quanto por diversos outros autores (MOREIRA, 1996; HOLLANDA, 2003; KOSSOY, 2002), a partir dos quais a extensão e importância da obra por ele desenvolvida o habilita a ser apontado como o primeiro fotojornalista brasileiro.

Nossa pesquisa se situa em um momento histórico que abrange expressivas mudanças na cidade do Rio de Janeiro, ocorridas no início do século XX e que visavam à inserção do Brasil no ideário da modernidade europeia. Como corte temporal, demarcamos especificamente as duas primeiras décadas desse século, consideradas as mais significativas quanto às grandes reformulações urbanísticas, perpassando o período conhecido como o Bota-abaixo, entre os anos de 1903-1906, e a consolidação das obras ocorridas até a década de vinte.

Neste ponto, faz-se necessário ressaltar que, ao abordarmos a obra de Augusto Malta, falamos em fotografia. Como o nosso trabalho está situado no campo dos estudos da Memória Social, partimos do pressuposto de que a fotografia, sob a luz dos estudos da cultura visual, constitui um artefato visual de memória. Por meio da análise do seu valor documental e de testemunho, vislumbramos, então, a sua intercessão interdisciplinar com a Memória e, no caso da obra de Malta, com a construção da memória visual da cidade do Rio de Janeiro e da própria Memória Nacional.

Temos, como objetivo geral, a análise da memória construída a partir das imagens de Augusto Malta, apresentando quem foi e como atuou, já que o autor em questão à época exercia a função de fotógrafo oficial da prefeitura em um contexto que intentava disseminar os ideais da modernidade por parte do governo do Brasil. Nesse dado momento da história brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, então a capital federal, buscou-se reformular, além do espaço físico, a imagem dos seus habitantes, dando-lhes novas identidades e face, e orientando, não apenas as suas condutas, como também a divisão espacial urbana. Tudo isso colaborou na implementação de uma visão de mundo modernizante para a cidade a ser a vitrine, o “cartão de visitas” da nação. O poder público tencionava, ainda, forjar uma nova identidade nacional.

Ao analisar a sua obra em duas facetas - a primeira representando uma identidade pretendida e a segunda, uma identidade que não se queria para o povo -, veremos igualmente como essa produção serviu ao poder público como documentação, bem como a função da fotografia como documento e discurso visual, além do seu papel como fotógrafo engajado nesse projeto.

A Memória Social em sua complexidade interdisciplinar é utilizada como elemento para identificar e compreender os processos de implementação e imposição da institucionalização de uma memória oficial por parte do Estado, na perspectiva de Halbwacks, para quem, na tradição europeia do século XIX, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional - leia-se memória oficial - a forma mais completa de uma “Memória Coletiva”. Valemo-nos também do contexto da memória social para identificar os processos de resistência de grupos desprivilegiados e excluídos do reconhecimento do discurso estatal, mas presentes nos documentos fotográficos do nosso corpus de pesquisa.

Com isso, analisamos um conjunto de imagens do fotógrafo Augusto Malta a partir de uma metodologia iconográfica, segundo Panofsky (1976). Iconografia seria o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição a sua forma. (p. 47), sendo esse um método de proceder puramente descritivo. A iconografia é de auxílio

incalculável para o estabelecimento das datas, origens, e às vezes autenticidade, e fornece as bases necessárias para quaisquer interpretações posteriores.

A partir da análise iconográfica de imagens preexistentes, buscamos nelas discernir distinções sociais e pertencas indenitárias presentes na memória documental do conjunto fotográfico. Privilegiamos as fotografias em que pessoas são retratadas em sua vasta e diversificada obra. Nosso foco é o aspecto humano da cidade, verificado por meio da população ocupante do espaço público do Rio de Janeiro no período inicial do século XX.

Escolhemos as imagens segundo o critério de apresentarmos os contrastes presentes em sua obra, quando segmentos da população carioca foram representados em distintos contextos. Por um lado, aquelas que percebemos como a imagem e a identidade impostas pelo poder público, e que pretendiam compor um estrato bem vestido e educado, forjando uma imagem oficial a ser documentada para ficar gravada na memória da cidade. Por outro, aquelas que percebemos como a imagem do que se queria ocultar da visão, ou seja, as pessoas seriam fisicamente retiradas desse centro revitalizado, destituídas de seu espaço e estilo de vida. Desse modo, questionamos se, de alguma forma, as imagens desses homens, mulheres e crianças contidas nas fotografias de Malta persistiram como uma forma de resistência. E ainda, vislumbramos de que forma os contrastes contidos nas imagens de Malta desvelam uma disputa identidades.

Dessa forma, o objetivo é o de compreender, primordialmente, se as imagens daqueles que foram esquecidos pelo poder público no projeto de reformulação urbanística e inserção do Brasil em um cenário da modernidade – e que também se fazem presentes na obra do fotógrafo – podem ser consideradas como uma forma de resistência à luz do conceito de “Memórias Subterrâneas”, cunhado por Michael Pollak.

Ao evocarmos um “velho tema”, imprimindo-lhe um tratamento diferente, pretendemos justamente focar na figura desses esquecidos. O que se passou naquele período foi uma operação de incluir e excluir, afirmando-se “o que éramos” e “o que não éramos”, sobre quem pertencia ou não a um ideal de identidade nacional, bem como sobre os que estavam incluídos ou excluídos das reformas perpetradas pelo poder público.

1. MALTA E A MEMÓRIA VISUAL DO RIO DE JANEIRO: A MEMÓRIA OFICIAL EM SUAS IMAGENS

Natural de Paulo Afonso, Alagoas, Augusto César de Campos Malta nasceu em 14 de maio de 1864, e chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1889. Desde sua chegada à cidade até 1902 exerceu várias atividades (guarda municipal, vendedor ambulante, guarda-livros, entre outros), antes de descobrir a fotografia e tomar a decisão que mudaria sua vida: resolveu trocar sua bicicleta (seu meio de transporte e que na época era uma inovação) por uma máquina fotográfica. A partir daí passou a registrar não só amigos e parentes, mas também aspectos daquela que seria seu principal alvo: a cidade do Rio de Janeiro.

Segundo duas das instituições públicas que detêm a maior parte das imagens do artista, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Museu da Imagem e do Som, foi quem mais produziu fotografias sobre a cidade (HOLLANDA, 2003). Durante quase quarenta anos de trabalho como fotógrafo oficial da prefeitura, percorreu a cidade incansavelmente com seu olhar atento, e suas imagens frequentam publicações oficiais, guias turísticos, revistas ilustradas e postais da cidade. O fotógrafo alagoano tornou-se um dos ícones das amplas mudanças nas primeiras décadas do século XX ocorridas na capital fluminense, a então capital brasileira.

Malta fotografou o Rio de Janeiro em um período de intensas transformações, quando a cidade passou a ser vista como centro irradiador dos novos valores que deveriam nortear a vida da

nação. Para atender às expectativas que foram depositadas sobre a Capital, parecia urgente substituir sua imagem de cidade atrasada, suja e pestilenta por uma que sugerisse conforto, segurança e modernidade, que atrairiam a civilidade, os imigrantes, os avanços tecnológicos e os capitais desejados.

A importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, onde as sedes dos poderes econômicos e políticos se misturavam com carroças, animais e cortiços. Era necessário ainda acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-la em um verdadeiro símbolo de um “novo Brasil”. (ABREU, 2013)

Francisco Pereira Passos ficou a cargo das interferências no centro do Rio. Ele, de origem aristocrática, havia estudado em Paris à época das reformulações urbanísticas promovidas pelo Barão Haussmann¹ ao final do século XIX. Tais transformações da capital francesa, que atendiam a um ideário de modernidade, exerceram forte influência sobre o jovem engenheiro e, quando nomeado prefeito da capital pelo presidente do Brasil, que conferiu a ele poderes excepcionais, usou-os para fazer da capital brasileira a cidade-símbolo dessa mesma modernidade.

Pereira Passos comandou, então, no curto período de quatro anos, a maior transformação já verificada no espaço carioca. Aplaudido pelas classes dominantes e pela imprensa brasileiras, o prefeito passou à história oficial como um herói, que trouxe a civilização para os trópicos (ROCHA, 1995). E essa modernização destruidora do Estado visava eliminar não só a cidade colonial marcada por ruas estreitas e sinuosas, como também romper com os valores culturais relacionados ao passado imperial. Esse período ficou conhecido como o “bota-abaixo”.

No processo de reurbanização do centro da capital, quando ruas e avenidas foram alargadas, outras abertas, a Avenida Central (atualmente conhecida como Avenida Rio Branco), inspirada pelos boulevards da capital francesa, seria o marco de uma cidade renovada. Sua paisagem seria reformulada, instituindo uma nova arquitetura e substituindo os cortiços, estalagens e pequenas lojas, por grandes estabelecimentos comerciais, instituições religiosas, escolas, teatros e museus. Sobre a importância da Avenida Central nos fala José de Oliveira Reis:

Com a Avenida Central, ganhou a cidade do Rio de Janeiro a sua mais importante artéria, na zona do centro; modificou por completo os hábitos e aspectos da cidade. Sua influência no comércio foi decisiva. As melhores casas comerciais foram ali instaladas. Os jornais nela construíram seus prédios, então monumentais. As grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do governo como a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal, o majestoso Teatro Municipal, o Palácio Monroe, foram ali localizados (REIS, 1977; p.22).

A reformulação física foi igualmente acompanhada pela reestruturação dos costumes e da imagem de uma nova sociedade carioca. Construir uma cidade mais moderna significaria a construção simbólica de um novo país, ideal instaurado pela ordem republicana. A elite carioca assumia o cosmopolitismo como forma de negação de tudo aquilo que pudesse ser identificado com o passado colonial – sinônimo de atraso. Um novo país pediria, de mesma forma, a produção de uma nova identidade nacional, por meio da atuação de um Estado autoritário e onipresente. Ademais, tais ações denotavam o distanciamento explícito entre as elites governantes e o conjunto da sociedade brasileira (MOREIRA, 1995).

1 Georges-Eugène Haussmann (Paris, 27 de Março de 1809 – Paris, 11 de Janeiro de 1891), Barão Haussmann- o “artista demolidor”, foi prefeito do antigo departamento do Sena (Paris), entre 1853 e 1870. Durante aquele período foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, e tornou-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades.

Malta havia sido indicado a Pereira Passos por Antônio Alves da Silva Júnior, um amigo fornecedor da prefeitura, para fotografar algumas das primeiras obras do prefeito. Passos, tendo apreciado o trabalho, o convidou para assumir o cargo de fotógrafo documentarista. Malta, assim, foi contratado em junho de 1903, e assumiu seu cargo no dia 23 subordinado à Diretoria geral de Obras e Viação da Prefeitura.

O fotógrafo tinha assim a função de registrar os eventos oficiais, como execução e inauguração de obras públicas, estabelecimentos ligados ao município (hospitais, escolas, asilos etc.), posses, encontros políticos, bem como flagrantes da cidade como enchentes, desabamentos, ressacas etc. Além disso, no que concerne especificamente as reformulações urbanas, ele era encarregado de percorrer o centro, identificando e fotografando edifícios, moradias ou estabelecimentos comerciais antigos, material esse que seria usado como “prova científica” que justificaria sua demolição.

Na imagem a seguir, vê-se a atuação de Malta em sua função de documentar as ruas estreitas de traçado típico de um passado colonial, com suas casas em mal estado de conservação e decadentes. Podemos também ver as inscrições feitas pelo próprio fotógrafo; o nome do beco, o número do fotograma, e a numeração das casas. O artefato, bem esmaecido, tendo sofrido a ação do tempo, parece ter o poder de nos transportar a um passado colonial: a ruela estreita, e os espectros daqueles que não mais pertenceriam a uma cidade renovada. A segunda imagem mostra as obras da Avenida Central.



Imagem 1. Beco João Batista – Augusto Malta – 1904. Fonte : MIS – RJ.



Imagem 2. Avenida Central: vista panorâmica durante os trabalhos de pavimentação - Augusto Malta - 09/1905 - Fonte: Brasiliana Fotográfica.

Nesse esforço conjunto entre a prefeitura e o governo federal em transformar o Rio de Janeiro em uma verdadeira metrópole nos moldes europeus, fazia-se importante deixar tudo fotograficamente documentado. Não podemos esquecer-nos que a fotografia então era vista como a mais real e fiel expressão do acontecimento passado, também em sincronia com o ideário da modernidade. A imagem a seguir mostra a Avenida Central recém-inaugurada.



Imagem 3. Avenida Central - Augusto Malta- 1906. Fonte: G. Ermakoff - Arquivo de Imagens.

2. OS CONTRASTES NA OBRA DO FOTÓGRAFO: A IDENTIDADE IDEALIZADA E A IDENTIDADE NEGADA

Nesse cenário histórico apresentado, existe uma identidade idealizada sendo forjada, e outra identidade sendo negada. De um lado a elite, privilegiada pelo poder público, e para quem as benesses do Estado estavam voltadas, sendo fotografada numa metrópole remodelada, e representando o ideal da modernidade. Por outro lado, a população pobre, feia, sendo fotografada como prova de seus maus hábitos e decadência, sendo marginalizada, empurrada para além das fronteiras da cidade modernizada – o Outro. Há duas distintas memórias visuais sendo construídas através das imagens de Malta e que hoje são constituintes da memória da Cidade do Rio de Janeiro.

Dentro dessa lógica discursiva, Malta mostra a cidade e o comportamento pretendidos, a identidade forjada, servindo ao propósito de seu empregador. A imagem reproduz o discurso visual de uma cidade de elite europeia, com ruas e cariocas remodelados, “bem-comportados”, cultos, bem vestidos, frequentando lugares inspirados nos *boulevards*, flanando, passeando de automóvel, inseridos em uma cidade “moderna”.

Segundo Michael Pollak (1992; p.204), “a memória organizada, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos serão gravados na memória de um povo”. Malta, assim, ao servir o poder público, aquele que o contratou, foi um ator social na construção dessa memória organizada. A prefeitura, ao conferir a um profissional a função de documentar o seu projeto de nação, bem como o seu processo de se forjar uma identidade nacional, objetivava criar uma sequência de fotos que contasse a história da evolução daquele espaço urbano, e deixá-la gravada como uma “memória coletiva” homogeneizadora.

O Estado com sua força institucional atuou para demarcar essa memória coletiva. Sua postura pode ser interpretada sob a luz de Halbwachs (2006), que não via nela uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentuando as funções “positivas” com o intuito de reforçar uma coesão social pela adesão afetiva ao grupo. Percebemos uma parcela dessa população projetando uma imagem que se pretendia perpetuar. Esse burguês, enquanto perambula, está economicamente ativo e engajado num projeto de “memória oficial”. Porém, essa memória – e identidade – sendo formada, contemplava somente um grupo: a elite.



Imagem 4. EXPOSIÇÃO NACIONAL do Centenário da Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas, Rio de Janeiro, Augusto Malta, 1908. Fonte: G. Ermakoff – Arquivo de Imagens

Nessa fotografia, “moças elegantes” fazem pose e conversam sentadas em um dos bares da exposição de 1908. Entre os dias 28 de janeiro e 15 de novembro desse ano, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu uma grande exibição de bens naturais e produtos manufaturados oriundos de diversos estados brasileiros. A chamada Exposição Nacional de 1908 foi promovida pelo Governo Federal, com a justificativa de celebrar o centenário da Abertura dos Portos (1808) e de fazer um inventário da economia do país. Seu principal objetivo, porém, era o de apresentar a nova Capital da República - urbanizada pelo Prefeito Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz² - a diversas autoridades nacionais e estrangeiras que a visitaram. Ela significa, igualmente, a projeção de uma identidade nacional pretendida, e que se queria preservar para o futuro: a imagem de uma população à moda europeia, branca e educada.

Podemos perceber a fotografia, ela mesma filha da revolução tecnológica europeia do século XIX, período das inovações técnicas, da ciência, da produção e do consumo em massa, começando a dominar a sociedade ocidental, sendo utilizada para conferir materialidade a preconceitos e estereótipos políticos e sociais. Malta se utiliza dessa nova imagem técnica para representar a sociedade burguesa em seus feitos e realizações.

Malta representava a identidade pretendida para esse povo, num projeto de nação, entretanto, ele também retratava aqueles indivíduos cuja presença - e imagem - fora julgada incompatível com o ambiente requintado frequentado pela elite elegante. O fotógrafo representou igualmente aquilo que se pretendia extirpar da paisagem carioca: pessoas ociosas pelas ruas, malvestidas e descalças, crianças “soltas” com “excesso de liberdade”, todos os hábitos considerados incompatíveis com a cidade moderna que se esperava. Dessa maneira, poderíamos assim dizer que ele, ao registrar a diferença, a alteridade, através de sua lente também documentou a estreita relação de dependência entre os conceitos identidade e diferença, de uma população, em um determinado momento histórico, e em um determinado espaço urbano.



Imagem 5. Descanso às 16h da tarde na Praça da Harmonia, Augusto Malta, 1908 – Fonte: Brasileira Fotográfica Digital.

² Oswaldo Gonçalves Cruz, um brasileiro nascido em 1872, foi cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro. Foi pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil. O sanitarista participou do projeto de reformulação urbana e sanitária do governo de Pereira Passos.

Mesma urbe, mesmo ano daquela imagem das “Moças Elegantes” na Exposição de 1908, mesmo fotógrafo, outra realidade: O “Outro” representado. O cenário, a Praça da Harmonia, situada na Gamboa, na região portuária, que também havia sido alvo da remodelação urbana, possuía historicamente uma população pobre, oriunda de escravos e seus descendentes. Essa, uma grande parcela do povo da cidade, cuja imagem e presença foram consideradas impróprias, e a quem a modernização e suas benesses, o saneamento, o embelezamento, nunca visaram contemplar.

Dorme ali, não deitado em berço esplêndido, o pobre, que é a imagem daquilo que não se queria ser, e inclusive a quem quase se negava a existência, também foi representado na fotografia de Malta. O fotógrafo marcou na emulsão: “Na Praça da Harmonia às 4 horas da tarde de 24-3-08” Não percebemos da parte dele nenhuma intenção de denúncia social. É como se o homem, em sua sesta, fizesse simplesmente parte da paisagem da praça. Na “neutralidade” da informação transmitida pelo registro, Malta evidenciou hábitos, poses e trajas “não civilizados”, inerentes às contradições presentes no espaço e tempo da cidade. Aquele homem fazia parte do espaço público, mesmo que definido como a outra face da moeda da identidade pretendida.

3. Memória dos esquecidos: memória subterrânea

As soluções modernizadoras da cidade não extinguiram suas ambiguidades: “zonas altas e baixas”, o centro e os bairros, o “perto” e o “longe” atestam o aburguesamento e a pauperização como as duas facetas da transformação capitalista que se operava na urbe. A cidade que garante o espaço de alguns elimina o de outros.

E esse “Outro” foi esquecido nas reformulações urbanísticas, que criaria uma cidade moderna, e para quem as benesses nunca foram direcionadas. O que sabemos, que o fotógrafo da prefeitura se ocupou em registrar a camada pobre da população, pois essas imagens tinham uma finalidade cientificista de prova, de documento, que demonstrava a insalubridade dos hábitos, do estado de decadência dos imóveis a serem demolidos. As crianças soltas pelas ruas, descalças, homens vadios e desocupados, vários deles negros e mulatos vestidos apenas com calças e camisas surradas, vendedores ambulantes, os frequentadores dos quiosques, significavam a imagem do que se queria eliminar da paisagem carioca.

E aqueles esquecidos no processo de modernização, foram tornados marginais, ao serem destituídos de seu espaço e modo de vida, removidos para a periferia, deixados fisicamente à margem da cidade, e politicamente à margem da cidadania. Em uma cidade que se modernizava, seus modos, hábitos e costumes eram vistos como incompatíveis com a imagem civilizada almejada pelas autoridades públicas e elites locais.

Malta em sua função de documentar os imóveis a serem demolidos no processo de remodelação do centro do Rio de Janeiro, tinha como objetivo primeiro usar as imagens como prova científica de sua má conservação, numa paisagem arquitetônica a ser eliminada, essa de ruas estreitas e edifícios, típica do período colonial. Porém, ele também capturou a imagem das pessoas que pertenciam a esse espaço, e que seriam igualmente eliminados.

Em muitas de suas fotografias, como as que mostraremos abaixo, é possível ver famílias inteiras posando diante de suas casas e lojas. Diz-se que ele usava desse subterfúgio para disfarçar que a verdadeira intenção da imagem era avaliar a situação dos imóveis condenados à demolição, e assim eliminar o “risco” de ser atacado por proprietários insatisfeitos que sabiam que seus imóveis seriam desapropriados. Simulavam-se assim fotografias “inocentes” da meninada das redondezas que adoravam posar para posteridade (ERMAKORF, 2009, p.20).



Imagem 6. Prédio da Rua Frei Caneca. Foto de Augusto Malta, 1906 Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).



Imagem 7. Rua da Prainha – Augusto Malta – 1904 Fonte: MIS-RJ

Neste ponto questionamos por quê essas pessoas sorriam condescendentes para um fotógrafo que prenunciava sua destruição. Seu espaço e estilo de vida desapareceriam de maneira arbitrária, porém suas imagens sobreviveram na documentação de Malta. Buscamos em Michael Pollak (1989) a ideia da sobrevivência de memórias subterrâneas, na intenção de compreender os processos e os atores que intervêm na constituição da memória, privilegiando a análise dos excluídos e dos marginalizados. Essas memórias se oporiam à “memória oficial”, no caso, à memória nacional.

Vimos anteriormente algumas das imagens de uma identidade forjada, imposta. Vimos, igualmente, a imagem, e a memória daqueles que foram esquecidos à sua época, presentes

nesses artefatos visuais, nessas imagens das crianças em frente de uma casa condenada ao desaparecimento. Entendemos aqui, à luz de Pollak (1989), que havia um processo de disputa de identidades, e, conseqüentemente, de Memórias.

Essas imagens daqueles que desapareceriam da cidade modernizada, mostram-nos uma cultura dominada pelo Estado que os destituiu de direitos, determinando a destruição de suas casas e estilo de vida. Elas também, ainda segundo Pollak, podem falar-nos de uma resistência, de uma oposição à “memória oficial”, aquela apresentada pelas imagens da nova avenida, dos novos edifícios, dos novos hábitos de uma população modernizada.

As fotografias dos que foram removidos à força e deslocados para a periferia ou morros da cidade, são artefatos visuais de memória que interpretamos como uma forma de resistência por parte desses esquecidos. Na imagem das pessoas agrupadas em frente de suas casas, percebemos que elas, de alguma forma, encaram a lente do fotógrafo como quem diz: “merecemos um lugar nesta história”. Pollak (1989, p. 103) nos fala da história oral funcionando como memória subterrânea, mas não poderiam as imagens fotográficas também desempenhar essa função? Não se esconder das lentes do poder municipal, mostrar-se e coadjuvar aquela fotografia seria estar inexoravelmente colado àquela imagem que legaria ao futuro a marca da sua presença.

Aliando-se a ideia postulada por Pollak sobre a sobrevivência de memórias subterrâneas, ao que Barthes propõe, que a fotografia pode funcionar como um elo que conecta elementos distantes, neste caso, conectando a criança esquecida pelo bota-abixo da era Passos (*spectrum*), que olha o fotógrafo (*operator*), e agora afeta o pesquisador, ou qualquer outra pessoa que veja essa imagem (*spectator*), não podemos deixar de crer que a imagem tenha sim o poder de preservar essas memórias, e nos atingir agora.

De um corpo real, que estava lá, partiram radiações que vêm me atingir, a mim, que estou aqui; pouco importa a duração dessa transmissão; a foto do ser desaparecido vem me tocar como os raios retardados de uma estrela. Uma espécie de vínculo umbilical liga a meu olhar o corpo da coisa fotografada (BARTHES, 1984, p.121).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entendermos a produção de imagens fotográficas como uma produção de documentação histórica, e ao compreendermos o trabalho do fotógrafo como uma produção de memória, da memória visual da cidade, percebemos a representação duas diferentes identidades na obra Augusto Malta. Como fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro teve a missão de documentar para a posteridade o Carioca idealizado, considerando-se ele, como morador da capital do Brasil à época, a imagem do que se pretendia do povo brasileiro “modernizado” – A identidade do cidadão brasileiro. Seu olhar, contudo, também se voltou para “outro” carioca, que em sua aparência e postura indesejadas, havia sido esquecido pelo poder público em seus planos de um país moderno.

Em sua função oficial de servidor do poder público, ao documentar as transformações urbanas, e um ideário da modernidade, também registrou o dia a dia da cidade e de suas pessoas, e assim fazendo, flagrou grupos que conviviam, num mesmo período histórico, numa mesma urbe, entretanto em mundos bem diferentes. Nossa análise nos fez ver exemplificadas essas diferenças da população em fotografias representando grupos totalmente distintos um dos outros, e em contextos igualmente distintos, mesmo que na mesma cidade.

Não podemos deixar de salientar mais uma vez que Malta foi um trabalhador incansável durante os 33 anos de sua atividade na Prefeitura, produzindo um vasto acervo iconográfico entre os anos de 1903 e 1936, sendo enorme sua importância para a preservação da memória

da cidade com as imagens das sucessivas mudanças que ocorreram na cidade nas primeiras quatro décadas do século XX.

O maior mérito do trabalho do fotógrafo ao longo de décadas não se encontra em seu apuro técnico. Em sua produção fotográfica, notamos que não foi um esteta, criador altamente requintado e sofisticado dos temas fotográficos, inclusive podemos dizer que ele não pode ser colocado tecnicamente à altura de grandes fotógrafos no Brasil do século XIX. Porém, ele buscou oportunidades de imagens do cotidiano da cidade, de suas transformações arquitetônicas, bem como dos elementos sociais, das pessoas no espaço urbano. Foi um visionário que sabia que estava fazendo história.

Pudemos observar através da historiografia brasileira que o processo não ocorreu sem alguma forma de resistência, mesmo que tenha sido inexorável a extinção dos espaços e estilos de vida das camadas pobres da sociedade. Houve uma disputa de identidades que estavam sendo forçadas, bem como uma disputa por espaço – O espaço do Rio de Janeiro modernizado.

O produto da obra de Augusto Malta, suas fotografias, deu-se dentro de um processo em que o homem, como agente social, dentre as várias escolhas possíveis, optou por um ponto de vista em particular, o entusiasmo e otimismo advindos das ideias de modernidade. Ele utilizou toda a tecnologia a ele oferecida por essa modernidade e, não menos relevante, por seu “patrocinador”, o poder público. Sua narrativa fotográfica é permeada por desejos de um lugar e de uma época, que o motivaram a traduzir, e a perpetuar em imagens determinados aspectos da realidade.

O grande legado de sua obra talvez seja o de fornecer-nos com sua fotografia, compreendida tanto como documento histórico, quanto documento social, a possibilidade de uma constante construção (ou revisão) de uma memória coletiva nacional. Se houve por parte do poder público o intuito de se construir uma memória nacional dominante, através de suas imagens, também podemos vislumbrar as memórias marginalizadas.

Neste momento, recorreremos uma vez mais a Halbwachs (2006), e com ele concordamos que nossas memórias são coletivas, e que sempre somos lembrados por outros. Por ocasião de sua narrativa em sua visita a Londres, ele nos fala: “*que nunca esteve sozinho, que todos os romances de Dickens lidos na infância o acompanhavam* (2006, p.26)”. Na lógica da Memória Coletiva, ao passearmos, ao flanarmos pelas ruas do centro do Rio de Janeiro nos dias atuais, estamos sempre acompanhados de Augusto Malta. Suas imagens desse novo Rio acabaram por cristalizar no imaginário do carioca a ideia de que o período de Pereira Passos foi o momento da implantação da civilização e da modernidade da capital da República, mesmo que tenha se esquecido de grande parte desses cariocas ao longo do processo.

Por fim, em uma dinâmica de lembrar e esquecer, a Memória da cidade do Rio de Janeiro em sua ambiguidade, tanto nas imagens do carioca ideal, de uma identidade imposta, espelhando uma *belle époque*, tanto nas imagens do carioca indesejado, com seus vestir, habitar e comportar errados, fazem-se presentes na obra de Augusto Malta.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara. Nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CAMPOS, Fernando F. *Um fotógrafo, uma cidade: Augusto Malta*. RJ, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel. 1990
- CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- _____. *The Division of Labor in Society*. Trans. W. D. Halls. New York: Free Press. 1984 [1915]
- ERMAKOFF, George. *Augusto Malta e o Rio de Janeiro de 1903-1933*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Editora, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Antrophos, 2004.
- _____. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOLLANDA, Ricardo de. *Augusto Malta, a versão mecânica do flâneur*. In: *Revista Rio de Janeiro*. nº 10, 2003.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*, 2ª ed. rev. São Paulo. Ateliê Editorial, 2001.
- _____. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro. Fotógrafos e Ofício da Fotografia no Brasil (1833-1910)*. Rio de Janeiro: IMS, 2002.
- MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: fotografia e História – interfaces*. In: *Revista Tempo*. nº 2. Deptº de História. Niterói. UFF, 1996.
- _____. *Hist. Educ.* [Online] Porto Alegre v. 19 n. 47 Set./dez., 2015. p. 81-108
- MOREIRA, Regina da Luz. *Os cariocas estão mudando de cidade sem mudar de território: Augusto Malta e a construção da memória do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Trópico versus civilização nas imagens de Augusto Malta (Rio de Janeiro, 1903 -1906)*. In: In PEIXOTO, Clarice E.; MONTE-MÓR, Patrícia (editores). *Cadernos de Antropologia e Imagem: A Cidade em Imagens*. Rio de Janeiro: UERJ / Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI), nº 4, 1997.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração. 1995
- SANTOS, Noronha. *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*, vol.1. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- _____. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typographiado Jornal do Commercio, 1934, v.1.

OLIVEIRA JUNIOR, A. *Do reflexo à mediação: um estudo da expressão fotográfica e da obra de Augusto Malta*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989; p. 3 - 15.

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos n°10*, Rio de Janeiro : FGV, 1992; p.204-205

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos: Evolução Urbanística da Cidade*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

ROCHA, Osvaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 3.ed.

DESCENTRALIZAÇÃO OU ANOMIA JURÍDICA? OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO, HABILITAÇÃO E INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE PARA O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

EVANDRO FRANCISCO MARQUES VARGAS

Doutorando do Programa de Políticas Sociais (UENF)

Financiamento FAPERJ

evandropeixe@yahoo.com.br

LEANDRO GARCIA PINHO

Professor do Programa de Políticas Sociais (UENF)

Leandrogarciapinho@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho propomo-nos a discutir as políticas educacionais para a formação, habilitação e ingresso de docentes para o Ensino Religioso. Conceitualmente buscaremos refinar os conceitos de “descentralização” e políticas educacionais, bem como confronta-los com a categoria analítica “anomia jurídica”. Discutindo como o pacto federativo possibilitou a emergência dessas indefinições para este componente curricular, que por sua natureza epistemológica ainda é objeto de debates acerca de sua identidade enquanto área científica, bem como dos desafios com relação aos limites para a laicidade do Estado. Uma vez que, diferentes atores e agências acionam o conceito de Democracia e cidadania para justificar seus argumentos, favoráveis ou contrários ao Ensino religioso nas escolas públicas. Dialogando com diversos campos do saber como o Histórico, o sociológico, e o religioso sobre a controversa questão da formação do professor, e a disputa entre vertentes laicistas e religiosas, pela construção dos conteúdos para o Ensino Religioso.

Palavras-chave: Política educacional. Descentralização. Anomia jurídica. Formação docente. Ensino religioso.

ABSTRACT

In this work we propose to discuss the educational policies for the formation, habilitation and entry of teachers into Religious Education. Conceptually we will try to refine the concepts of “decentralization” and educational policies, as well as to compare them with the analytical category “legal anomie”. Discussing how the federative pact made possible the emergence of these uncertainties for this curricular component, which by its epistemological nature is still the subject of debates about its identity as a scientific area, as well as the challenges regarding the limits to the laity of the State. Since different actors and agencies trigger the concept of Democracy and citizenship to justify their arguments, favorable or contrary to religious teaching in public schools. Dialogando with diverse fields of knowledge as the Historical, sociological, and religious on the controversial question of the formation of the teacher, and the dispute between secular and religious aspects, for the construction of the contents for the Religious Teaching.

Key-words: Educational policy. Decentralization. Legal anomie. Teacher training. Religious education.

INTRODUÇÃO

Nesse texto tomamos por objetivo geral: discutir se as políticas educacionais vigentes para a formação, habilitação e ingresso de docentes para o Ensino Religioso, dos sistemas educacionais estaduais enquadram-se na categoria analítica de Folia Pedagógica ou são desdobramentos da descentralização nos sistemas de ensino pós-LDB.

A partir da seguinte questão de pesquisa: Quais os interesses/conteúdos estão sendo selecionados para o currículo de ensino religioso e como reverberam nas políticas de formação de professores de ensino religioso, investigando até que ponto a interlocução das instituições religiosas, na definição dos conteúdos não ultrapassam a baliza do Estado Laico?

A relevância desta pesquisa será em oferecer uma contribuição para esse debate, ao atualizá-lo sob a perspectiva de análise das políticas educacionais para a formação, habilitação e admissão docente para ministrar a disciplina de Ensino Religioso, investigando a existência ou não de políticas de formação de professores nos sistemas de ensino estaduais.

Por isso, faz-se premente articular e colocar em diálogo a discussão sobre produções intelectuais em diversos campos do saber como o Histórico, o sociológico, e o religioso sobre a controversa questão da formação do professor em ER, dada a disputa entre vertentes laicistas, e religiosas pela construção dos conteúdos para o Ensino Religioso no contexto atual.

1 Apontamentos sobre a formação docente no Ensino Religioso

A regulação dada pela Lei nº 9.475/97 entrega aos sistemas de ensino a responsabilidade de orientar a implementação dessa disciplina, uma vez que foi exarada na Constituição de 1988 como parte integrante da formação básica do cidadão:

[...] a partir da observação da presença do ensino religioso nas escolas públicas é que os grupos religiosos de pressão, especialmente o clero católico, conseguiram inscrever-lo como a única disciplina escolar mencionada na Constituição brasileira. A partir daí, prosseguiram na pressão para deixar a legislação infraconstitucional cheia de claros, de modo a poderem completá-la, conforme seus interesses proselitistas, ostensivos ou dissimulados, nas instâncias inferiores do Estado. A concordata Brasil-Vaticano seguiu o mesmo figurino. Numa palavra: o regime federativo foi de grande valia para a geração da anomia jurídica, propiciadora, por sua vez, da folia pedagógica (CUNHA, 2012, p. 102).

E é justamente essa falta de norteamiento nas políticas educacionais para o ER que levam à denominada folia pedagógica, já que fica delimitado que cada sistema estadual de ensino o faça de acordo com as autoridades religiosas competentes:

O que acontece nas aulas de Ensino Religioso provém de um cardápio variado. Um turmas recebem aula de uma dada Religião, outras de uma espécie de denominador comum às religiões da tradição cristã (Católica e evangélicas), fruto de correlações de força onde nenhuma delas consegue a hegemonia na disputa tão real quanto dissimulada; outras, ainda, recebem aulas sobre “valores”, que negam sua genealogia religiosa, mas não passam de expressões confessionais de regras de conduta conservadoras ou reacionárias – uma espécie devota de Educação Moral e Cívica, de triste memória. (CUNHA 2013, p.936).

Embora inserida como parte da formação básica do cidadão e, portanto, denominada como área de conhecimento, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, não há parâmetro curricular para a disciplina de ER em nível nacional. Isso se justifica, em parte, pela autonomia que foi dada aos sistemas de ensino para definir os conteúdos, organização da disciplina e da

seleção de professores. Todavia, existe uma orientação curricular para a disciplina elaborada pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) e editada pela editora Ave-Maria.

Quanto à formação específica desse docente, o parecer nº 97/99 de 06 de abril de 1999, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que versa sobre o credenciamento e reconhecimento de cursos de licenciatura em ensino religioso, conclui pela impossibilidade de criar tal diretriz curricular (BRASIL, 1999a). O parecer usa a justificativa de que tal ação poderia ferir a autonomia de cada sistema de ensino quanto à definição dos conteúdos, habilitação e forma de contratação dos professores.

A mesma posição foi tomada pelo parecer nº 1.105/99 do CNE que se manifestou contra o pedido de autorização para funcionamento do curso de Licenciatura em Ensino Religioso, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Religiosas e Teologia Eurípedes Barsanulfo, proposto pela Associação Aliança de Assistência ao Estudante, com sede em Curitiba, Estado do Paraná (BRASIL, 1999b).

Apesar disso, algumas universidades públicas instituíram o curso de licenciatura em Ciências da Religião para suprir as demandas geradas por formação de professores para a disciplina.

Nesse sentido, novas investigações se tornam de extrema relevância acerca da criação destes cursos no âmbito das universidades federais, uma vez que o Estado não emitiu novas diretrizes sobre a criação desses cursos, apontando para duas situações problematizadoras: uma ausência do CNE para tomada de decisão ou uma omissão interessada do Estado brasileiro quando se escusa da tomada de decisões porque pode ter interesses não muito claros sobre os desdobramentos dessas ações. (AMARAL; SOUZA, 2015, p. 6).

Pelas pesquisas levantadas, apurou-se que até o momento existem 6 (seis) Instituições de Ensino Superior (IES) públicas com curso de licenciatura em Ciências da Religião: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal do Sergipe (UFS); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Universidade Estadual do Pará (UEPA); Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). O que indica que a despeito da falta de regulação para a formação em Ensino Religioso que essas (IES) têm buscado estratégias para dar conta dessa lacuna.

A urgência na investigação desses cursos pode ser justificada por seus possíveis impactos sobre a laicidade do Estado, especialmente porque permitirá conhecer a estrutura de um curso de formação docente para o ensino religioso de uma instituição pertencente ao sistema federal de educação e compreender quais políticas de formação de professores postas por uma instituição vinculada ao governo federal estão previstas para os futuros profissionais da área (AMARAL; SOUZA, 2015, p. 13).

Isso sem perder de vista as pesquisas recentes sobre a política educacional para a formação de professores. Para tanto, elencamos os problemas localizados na formação inicial de professores no Brasil. Com base em pesquisas e ensaios sobre o tema dos quais emergem:

[...] improvisação de professores; ausência de uma política nacional específica para as licenciaturas; pouca atenção às pesquisas sobre o tema; diretrizes curriculares isoladas por curso; currículos fragmentados; estágios sem projeto e acompanhamento; aumento da oferta de cursos a distância; despreparo de docentes das instituições de ensino superior para formar professores; e características socioeducacionais e culturais dos estudantes, permanência e evasão nos cursos (GATTI, 2014, p. 24).

Há que se ressaltar a existência de possíveis mudanças na própria configuração da política educacional voltada à formação de professores no âmbito nacional, havendo uma busca em corrigir as defasagens na formação, aproximando-se das demandas da sociedade, com atuações como do Conselho Técnico-Científico de Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CTC-EB/Capes) (MELLO; CURY, 2014, p.1087). Nesse sentido a formação da “nova” CAPES institui uma Política Nacional de Formação Docente articulada com a Educação Básica de forma a aproximar o Sistema Nacional de Pós-Graduação com os interesses da sociedade.

No entanto, destacamos que o problema da formação docente atravessa outras áreas de conhecimento também, mas o agravante no caso específico do ensino religioso refere-se à problemática dos diferentes modelos de ensino que têm se configurado nos Estados brasileiros a partir da “abertura” gerada pelo texto da LDB.

Um dos modelos/formatos do ER presentes em alguns sistemas públicos de ensino no Brasil na atualidade é, por exemplo, a de caráter “confessional”. Esse formato para a disciplina fere o princípio do Estado Laico ao favorecer as religiões de matrizes cristãs, sobre outras formas de crer e não crer, que são representativas da pluralidade na sociedade atual. Por isso, justificamos a escolha do método comparativo entre as possíveis modalidades atuais de ER para classificar, construir tipologias acerca das modalidades e permitir uma avaliação em conjunto desses dados dispersos.

No projeto “Mapeamento do Ensino Religioso no Brasil: definições normativas e conteúdos curriculares” de Giumbelli (2008), podemos observar uma série de informações sobre a situação do ensino religioso em 12 estados brasileiros (RS, SC, PR, GO, MS, RJ, MG, AL, PB, PI, PA, AP). Neste estudo, o autor tomou como critério de seleção: a “existência de informações prévias sobre implementação da disciplina, diversidade regional e diversidade religiosa” (GIUMBELLI, 2008, p.11).

O autor supracitado caracteriza o ER, de acordo com os termos usados nos documentos para definir a opção adotada, em dois modelos: 1) confessional (RJ): delimitado pela “divisão dos alunos de acordo com credos, atendidos por docentes e conteúdos correspondentes” (GIUMBELLI, 2008, p.13); e 2) não confessional: caracterizado pela “possibilidade de se estabelecer um conteúdo comum e único para a disciplina” (Ibid. p.5). Esse último desdobra-se em outros dois formatos: supraconfessional (RS, SC, SP); e interconfessional (PB). Os demais Estados não delimitam um termo para caracterizar a opção.

2 Políticas neoliberais e as reformas educacionais no Estado brasileiro

Dentro do Estado os diferentes grupos, geralmente articulados em torno de partidos políticos, mas não só por eles, disputam pelo espaço de governo, gerando uma correlação de forças. Estas correlações de força disputam o controle do Estado que permite delimitar a direção da sociedade (BONETTI, 2011). No entanto, estes grupos só conseguem manter seu domínio por períodos delimitados. Isso torna a análise das políticas sociais circunscritas e inteligíveis.

As políticas sociais “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.” (HÖFLING, 2001, p. 31). Motivadas pelas tensões sociais geradas pela exploração do capitalismo, elas são resultado da luta entre capital e trabalho.

Nestes termos, entendo educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por

seus organismos. As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo. (HÖFLING, 2001, p. 31-32).

As instituições escolares tornaram-se o locus social por excelência para a propagação da ideologia burguesa hegemônica na formação das sociedades industriais. Todavia, contraditoriamente permite também o elemento de crítica contra-hegemônica dessa sociedade. Assim, ela se torna uma instituição com um *ethos* que desenvolve um tipo muito específico de cultura: a cultura escolar. Principalmente pela ênfase na discussão do debate contemporâneo sobre identidade, patrimônio, diversidade cultural, gênero (VIDAL, D. G; SCHWARTZ, C. M, 2010).

A confluência de fatores advindos da participação de diferentes esferas da sociedade em conjunto permite a gênese e desenvolvimento no Estado da condição de um novo pacto social. Neste sentido seria um equívoco pensar que os objetivos das políticas educacionais estariam voltados somente para a qualificação da força de trabalho, conforme interesse de determinadas indústrias:

[...] parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um *máximo de opções de troca* para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas. (OFFE, 1984, p. 128).

Nessa perspectiva de corte marxista, as políticas educacionais assumem uma postura de viés universalista que possibilitam a inserção de conquistas sociais pelos grupos desfavorecidos, buscando reverter o desequilíbrio social. Já em uma perspectiva de corte neoliberal,

[...] coerente com a defesa e referência essencial aos princípios da liberdade de escolha individual e do livre mercado, os neoliberais postulam para a política educacional ações do Estado descentralizadas, articuladas com a iniciativa privada, a fim de preservar a possibilidade de cada um se colocar, de acordo com seus próprios méritos e possibilidades, em seu lugar adequado na estrutura social (HÖFLING, 2001, p.38).

Assim, as políticas em um Estado de inspiração neoliberal têm suas estratégias governamentais baseadas em políticas compensatórias e em programas focalizados, não tendo tais ações o poder de alterar as relações estabelecidas na sociedade. No Brasil esse debate urge a partir da década de 1990, relacionado à problemática da reforma e reestruturação do Estado. O que ocorre com medidas políticas e legislativas muito diversas, afetando a administração pública em geral (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Nesse sentido, a denominada “Reforma do Estado” introduz novas concepções para a agenda das políticas públicas: descentralização, a autonomia, o reforço de procedimento de avaliação e prestação de contas, prestação de serviços, contratualização de resultados. Logo, estas medidas são justificadas, sob um ponto de vista técnico, por critérios como modernização, desburocratização, combate a ineficiência do Estado (*New Public Management*), mas se fundamentam por preceitos políticos neoliberais e neoconservadores como o de libertar a sociedade civil do controle do Estado (privatização), ou de natureza cultural e filosófica (adaptação local e participação comunitária) (BARROSO, 2005).

A avaliação das políticas educacionais deve levar em conta a configuração do Estado. Assim podemos compreender os posicionamentos adotados pelos órgãos públicos e organismos da sociedade civil quanto sua concepção de governo, Estado e educação pública. É no contexto

desse debate que se operam mudanças nos modos de regulação dos poderes públicos e, por conseguinte, nos sistemas de ensino que substituem/articulam os poderes públicos por entidades privadas.

Barroso (2005) desenvolve um modelo interpretativo para analisar as mudanças operadas no conceito de regulação tomado enquanto modo de coordenação de sistemas educativos, que por serem sistemas complexos não se dão em um processo único, automático previsível, e que por isso “é um sistema compósito que resulta mais da regulação das regulações do que do controle direto da aplicação de uma regra sobre a ação dos regulados” (p. 734). Evidencia-se que essa perspectiva torna problemática a noção de coerência e equilíbrio impossibilitando a existência de um sistema nacional de ensino.

A diversidade de fontes e modos de regulação faz com que a coordenação, equilíbrio ou transformação do funcionamento do sistema educativo resultem mais da interação dos vários dispositivos reguladores do que da aplicação linear de normas, regras e orientações oriundas do poder político. [...] Os ajustamentos e reajustamentos a que estes processos de regulação dão lugar não resultam de um qualquer imperativo (político, ideológico, ético) definido *a priori*, mas sim dos interesses, estratégias e lógicas de acção de diferentes grupos de actores, por meio de processos de confrontação, negociação e recomposição de objectivos e poderes. (BARROSO, 2005, p.734).

Exemplo dessa descentralização são as políticas educativas referentes à habilitação, formação, admissão docente para o ensino religioso que no Brasil foram deixadas sob a responsabilidade dos sistemas de ensino, preconizando-se que fossem ouvidas as diferentes denominações religiosas para a definição dos conteúdos. Dessa forma os sistemas de ensino estaduais estão incumbidos de financiar a formação do profissional docente e a homologar os conteúdos, delimitados pelas entidades credenciadas, a serem ministrados na disciplina.

3 A formulação de uma agenda para a formação docente para o Ensino Religioso

Para apreender a causalidade entre a participação e a regulação das políticas educativas no que se refere à formação docente para o ensino religioso. Delimitamos as pesquisas em educação e sobre os movimentos da sociedade civil organizada que por meio da produção intelectual e científica buscam sustentar e elaborar a discussão na construção de uma agenda política para a formação docente deste componente curricular.

Para tal realizamos um estudo de revisão integrativa da literatura sobre a formação docente de ensino religioso. Este método possibilita sumarizar as pesquisas já concluídas e obter conclusões apoiadas em um interesse. Para as buscas foram utilizadas os descritores não controlados: “formação docente” e “ensino religioso”.

A pesquisa obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: artigo disponível na íntegra nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES; idioma de publicação português; período de publicação compreendido entre os anos de 2007 a 2016, que abordem a temática pertinente. Os critérios de exclusão aplicaram-se às publicações duplicadas, estudos que não contemplem os critérios de inclusão e aqueles que não estavam disponíveis na íntegra.

A busca bibliográfica apontou um total de doze artigos (sendo uma publicação duplicada), duas resenhas (sendo uma publicação duplicada) e uma dissertação. Dispostos nas seguintes coleções: nove na coleção Directory of Open Access Journals (DOAJ); três na Dialnet; um na Scopus (Elsevier); um na SciELO (CrossRef) e um na PUCRS Institutional Repository (Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul).

Dos artigos elegíveis, dois deles eram duplicados. Após aplicação dos critérios de exclusão, obteve-se o total de dez artigos ($n = 10$). Após a leitura das publicações foi realizada a classificação da qualidade dos artigos de acordo com o estrato WEBQUALIS 2014-2016. Sendo elaborados quatro níveis: nível 1, para artigos avaliados por pares e com estrato A1, A2, B1; nível 2, para artigos não avaliados por pares, com estrato A1, A2, B1; nível 3, para artigos avaliados por pares, com estrato B2, B3, B4 e B5; nível 4, para artigos não avaliados por pares, com estrato B2, B3, B4 e B5.

Os artigos selecionados são de origem 100% nacional, escritos em português. No quadro 1, são apresentados os artigos selecionados por título, autoria, origem com ano de publicação e nível de qualidade. O período de publicação dos artigos variou de 2007 a 2015. Um artigo (10%) foi publicado no ano de 2008, dois em 2009 (20%), um em 2010 (10%), um em 2011 (10%), um em 2012 (10%) e dois no ano de 2015 (20%). Com relação ao ano de publicação, os artigos apresentaram maior publicação em 2009 e 2015.

Com relação aos níveis de qualidade, obteve-se dois artigos (20%) classificados com nível 1, cinco artigos (50%) com o nível 2, nenhum artigo (0%) com nível 3 e três artigos (30%) com o nível 4, como demonstrado na Quadro 1. A maior parte das publicações se classificaram entre os níveis de qualidade 2 e 4.

Destacamos que 50% dos artigos selecionados neste estudo estão publicados no periódico (REVER) da Pontifícia Universidade Católica (PUC - São Paulo); um (10%) publicado no periódico (Horizontes) da PUC - Minas Gerais; dois (20%) publicados no periódico (Teocomunicação) da PUC - Rio Grande do Sul; um (10%) na Revista (Diálogo e Educacional) também da PUC - Rio Grande do Sul; um (10%) no periódico (Cadernos de Pesquisa) da Fundação Carlos Chagas - São Paulo. Ou seja, 90% dos produtos de pesquisa para a temática, com os descritores selecionados, estão concentrados em instituições confessionais.

Os artigos analisados fazem referência aos conceitos e noções: formação docente para o ensino religioso, epistemologia, cidadania, identidade, histórico da formação docente, princípios básicos para formação docente e sua fundamentação nas Ciências da Religião. Além disso, adotam os seguintes procedimentos: estudos de caso (30%), texto ensaístico (30%), pesquisa bibliográfica/documental (40%).

Um artigo trabalhava com a premissa de que o conceito de cidadania acionado pelo Estado justifica e limita o espaço do religioso na escola pública. Enquanto outro argumenta especificamente sobre uma crescente tendência em defender o ER na escola frente ao movimento da laicidade, e um terceiro trata exclusivamente do dilema epistemológico dentro do campo das Ciências da Religião.

Junqueira é um dos líderes na discussão do tema, com (40%) dos artigos selecionados. Seus estudos apresentam metodologias de análise qualitativa para pesquisa bibliográfica/documental e estudos de caso. Fracaro, também se destaca com (20%) dos artigos e colabora com Junqueira. Somente um artigo não toma como tema a formação docente. Os demais estudos possuíam a formação docente como o objeto de estudo.

Quadro 1 - Relação dos artigos com título, autores, periódico, ano e a classificação do nível de qualidade.

Título	Autores	Periódico	Ano	Nível de qualidade
Entre crentes e pagãos: ensino religioso em São Paulo.	LUI, Janaina de Alencar.	Cadernos de Pesquisa [A1 Educação].	2007	1
Linguagem e diferença: espaços e encontros na formação docente em ensino religioso.	OLIVEIRA, Blanck de, Lílian; RISKE-KOCH, Simone.	Revista Diálogo Educacional [B5 Educação].	22008	4
Em Riscos e Rabiscos: Concepções de Ensino Religioso dos Docentes do Ensino Fundamental do Estado do Paraná.	RODRIGUES, Edile M. Fracaro; JUNQUEIRA Sérgio Rogério Azevedo; VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos.	Revista de Estudos da Religião (REVER). [A2 Filosofia/Teologia subcomissão Teologia].	22009	2
Ciência da Religião, Ensino Religioso e Formação Docente.	SOARES, Afonso Maria Ligorio.	Revista de Estudos da Religião (REVER) [A2 Filosofia/Teologia subcomissão Teologia].	22009	2
Professor de ensino religioso: histórico da formação no contexto brasileiro.	FRACARO, Edile Maria; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo	Teocomunicação. [B3 Filosofia/Teologia subcomissão Teologia].	22010	4
Formação do Professor de Ensino Religioso: Um Processo em Construção no Contexto Brasileiro	JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo.	Revista de Estudos da Religião (REVER) [A2 Filosofia/Teologia subcomissão Teologia].	22010	2
Uma produção de conhecimento no período de 1995 a 2010: livros de ensino religioso.	DISSENHA, Isabel Cristina Piccinelli; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo.	Teocomunicação. [B3 Filosofia/Teologia subcomissão Teologia].	22011	4
Dilema epistemológico do Ensino Religioso e formação docente.	RAMOS Marcos, Wilian,	Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião. [A1Filosofia/Teologia subcomissão Teologia].	22012	1
Ciências da Religião e Ensino Religioso: o desafio histórico da formação docente de uma área de conhecimento.	BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira.	Revista de Estudos da Religião (REVER) [A2 Filosofia/Teologia subcomissão Teologia].	22015	2
Princípios básicos para o Ensino Religioso a partir do caso do curso de Ciências da Religião da UFS.	SILVA, Marcos; ANDRADE, Péricles.	Revista de Estudos da Religião (REVER) [A2 Filosofia/Teologia subcomissão Teologia].	22015	2

Fonte: os autores.

Os artigos selecionados desvelam os limites e desafios à laicidade – ao fazer da regulamentação do ER e de sua implantação um mecanismo de regulação da Religião na esfera pública. Afinal, se se privilegia uma denominação religiosa ou outra por via da regulação, não estaríamos favorecendo-as frente outras, suprimindo a discussão de determinadas denominações religiosas no percurso escolar do aluno, ignorando a diversidade religiosa brasileira?

Os artigos selecionados também possibilitam identificar a estratégia dos grupos religiosos cristãos em busca de legitimação da disciplina em um contexto laico: pela perspectiva e

princípios de uma educação para a cidadania plena, sustentada em pressupostos educacionais e não sobre argumentações religiosas.

Estes pesquisadores buscam a fundamentação para a formação dos docentes nas Ciências da Religião. Todavia, este campo ainda em formação não oferece uma unidade conceitual, que pode ser comprovado tanto dedutivamente pelo dilema epistemológico, quanto empiricamente, pelo fato da habilitação dos docentes pelos sistemas de ensino dar-se de forma circunscrita em âmbito estadual. Efeito sintomático da Anomia jurídica para a formação do docente em ensino religioso.

CONCLUSÃO

Podemos problematizar o argumento que considera um avanço o deslocamento da responsabilidade e competência do ER das instituições religiosas para o Estado, uma vez que a comunidade científica que elabora as diretrizes seguidas pelos sistemas de ensino está vinculada a instituições e editoras confessionais.

Logo, o pacto federativo possibilitou a emergência dessas indefinições para o ingresso na carreira docente deste componente curricular, que por sua natureza epistemológica ainda é objeto de debates acerca de sua identidade enquanto área científica, bem como dos desafios com relação aos limites para a laicidade do Estado. Uma vez que, diferentes atores e agências acionam o conceito de Democracia e cidadania para justificar seus argumentos, favoráveis ou contrários ao Ensino religioso nas escolas públicas.

Todavia, atualmente este debate ainda esta em aberto. Uma vez que, acometido por reconstruções motivadas por marcos legais, discussões de questões, e fenômenos atuais que envolvem práticas de pesquisa e formulações teóricas que buscam um fundamento epistemológico para alicerçar o estatuto disciplinar de um campo de conhecimento tradicional, o religioso, em outro o científico.

A relevância deste debate está em articular e colocar em diálogo a discussão sobre produções intelectuais de diversos campos do saber como o Histórico, o sociológico, e o religioso sobre a controversa questão da formação do professor, dada a disputa entre vertentes laicistas, e religiosas pela construção dos conteúdos para o Ensino Religioso no contexto atual. A primeira pretendida pelas nas novas formulações de cursos de licenciatura em Ciência da Religião, e em programas de pós-graduação em instituições de ensino superior pública. A segunda, com viés mais tradicional pelas instituições de ensino superior confessionais nos cursos de pós-graduação em Ciências da religião e de Teologia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. P.; SOUZA, E. C. F. Formação docente para o ensino religioso. In: Reunião Nacional da ANPEd, 2015, Florianópolis. 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPEd, 2015. CD-ROM.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, n. 92, vol. 26, p. 725-751, Especial - Out. 2005

BONETTI, L. W. Políticas Públicas por dentro. 3. ed. Ijuí: Ed Unijuí, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 09 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.475/97, de 22 de julho de 1997**. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19475.htm>. Acesso em 09 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (1999a). **Parecer CP nº 97/99**. Formação de professores para o Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PNCP097.pdf>>. Acesso em 09 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (1999b). **Parecer CES nº 1.105/99**. Autorização (projeto) para funcionamento do curso de Licenciatura em Ensino Religioso. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces1105_99.pdf>. Acesso em 09 nov. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, **Cadernos MARE da Reforma do Estado**, n. 1, p. 01-58, mai. 1997

CUNHA, L. A. A educação carente de autonomia: regime federativo a serviço da Religião. **Revista Retratos da Escola**, n. 10 v. 6, p. 95-104, jan./jun. 2012.

_____. O Sistema Nacional de Educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educ. Soc.**, n.124 v.34, Set. 2013.

GATTI, B. A. ; Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional** (Impresso), v. 25, p. 24-55, 2014.

GIUMBELLI, E. Ensino religioso em escolas públicas no Brasil: notas de pesquisa. **Debates do NER**, n. 14, v. 2, p. 1-16, 2008.

HOFLING, E. DE M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Nov. 2018.

MELLO, R. M. A. V. de; CURY, C. R. J. O atual cenário do processo formativo de professores para o magistério da educação básica no Brasil. **RBPG**, Brasília, v. 11, n. 26, p. 1087 - 1116, dez. 2014. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/571>>. Acesso em 09 Nov. 2018.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

VIDAL, D. G; SCHWARTZ, C. M. (org.) **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

PRISÕES NO BRASIL: MEMÓRIAS DE DISCIPLINA OU DE DESPEJO?

FERNANDA SANTOS CURCIO

*Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
fernandasantoscurcio@gmail.com*

Lobelia da Silva Faceira

*Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO
lobelia.faceira@unirio.br*

Resumo

A prisão, como qualquer outra instituição, é concebida a partir do contexto social-histórico em que faz parte. As memórias que percorrem a vida social, num determinado lugar e tempo, atravessam, também, as instituições que a fundamentam. O cárcere não se fez e se manteve descolado desses elementos. O advento da prisão no Brasil traz as suas especificidades, configurações e contradições ao longo da história nacional. Para tanto, objetivamos neste trabalho, utilizando como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica, compreender e refletir sobre o surgimento da prisão e o seu desenvolvimento ao longo da história brasileira. Partimos do entendimento que pensar o universo prisional requer considerar a conjuntura econômica, social, política e cultural que edificam o seu ordenamento, as suas nuances e peculiaridades que darão tom à prática punitiva.

Palavras-chave: Prisão. Brasil. Memória. Punição. Despejo.

Abstract

Prison, like any other institution, is conceived from the social-historical context in which it forms part. Memories that run through social life, in a given place and time, also cross the institutions that underpin it. The jail was not made and remained detached from these elements. The advent of the prison in Brazil brings its specificities, configurations and contradictions throughout national history. For this, we aim in this work, using as a methodological approach the bibliographic research, to understand and to reflect on the emergence of the prison and its development throughout Brazilian history. We start from the understanding that thinking about the prison universe requires considering the economic, social, political and cultural conjuncture that builds its order, its nuances and peculiarities that will give a tone to the punitive practice.

Keywords: Prison. Brazil. Memory. Punishment. Eviction.

INTRODUÇÃO

Autores como Foucault (1987), Ignatieff (1978), Melossi e Pavarini (1981) são intensamente utilizados por trabalhos que se dedicam a tratar da instituição prisional em contexto brasileiro. Compreendemos ser muito instrutiva a leitura de tais obras, uma vez que – ainda que toda analogia seja de natureza imperfeita – as mesmas nos auxiliam a dar os primeiros passos descortinamento do cenário ora estudado. Afinal, para cada objeto de estudo, em algum momento, há obras que são incontornáveis, porém ressaltamos que: “a questão não é dela se servir, mas servir-se sem ser servil” (OLIVEIRA, 2011, p. 322).

Desta forma, no presente trabalho, constituído por reflexões e problematizações elaboradas na tese de doutorado intitulada provisoriamente de *Memórias das Prisões Femininas no Brasil*, que está sendo elaborada junto ao Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, abordaremos o advento da prisão no Brasil, suas especificidades, configurações e contradições ao longo da história. Para tanto, a partir de revisão de literatura de obras que tratassem direta ou indiretamente sobre o tema, examinaremos, sucintamente, o desenvolvimento das práticas punitivas no Brasil, desde o período colonial, até a atualidade.

DESENVOLVIMENTO

Compreender a prisão, suas nuances e atravessamentos não é uma tarefa fácil. Inserir a sua reflexão em contextos específicos e delimitados torna o estudo mais palpável. Contudo, ainda se coloca como uma imensa dificuldade ao pesquisador, pois acreditamos ser impossível adjetivar este espaço. Podemos tentar elucidá-la, problematizá-la, questioná-la, mas sempre nos abalroemos na sua profunda e perene complexidade. Como esclarece Aguirre (2009, [p. 19]),

As prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflitos, negociações e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou de ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam as sociedades; empresas econômicas que buscam manufaturar tanto bens e consumo como eficientes trabalhos; centros para a produção de distintos tipos de conhecimento sobre as classes populares; e, finalmente, espaços onde amplos segmentos da população vivem parte de suas vidas, formam suas visões de mundo, entrando em negociação e interação com outros indivíduos e com autoridades do Estado.

Dando prosseguimento ao assunto, o autor nos ajuda a compreender que refletir sobre a institucionalização da prisão requer pensar a trajetória sociopolítica, o padrão de desenvolvimento econômico e a estrutura étnico-racial que entoam o cenário nacional. Pensar os castigos e o encarceramento na América Latina, para Aguirre (2009), importa concebê-los como produtos das modificações na adaptação dos sistemas estrangeiros, no desenvolvimento das discussões políticas e ideológicas, e por fim, nas manifestações subalternas de ação e resistência que se desenrolam no cenário estudado.

Como recorda Pedroso (1997), a inaugural menção à prisão no Brasil acontece no Código de leis portuguesas que foi instituído nas terras brasileiras no período colonial: o Livro V das Ordenações Filipinas do Reino. O documento promulgava a Colônia como presídio de degredados, espaço este considerado adequado para os pecadores que deveriam pagar suas dívidas (MELLO E SOUZA, 1986). O destino colonial como local de cumprimento das penas perdurou até o final da primeira década do século XIX.

Os cárceres do período colonial não detinham tanta importância nas estruturas punitivas empreendidas pelas autoridades coloniais. Para o autor, preponderantemente, funcionavam como espaços de detenção, onde os réus aguardavam ao julgamento e os condenados à execução da sentença. Os castigos aplicavam-se por outros dispositivos dominantes no Antigo Regime: execuções públicas, açoites, trabalhos públicos, exílio, destituição de bens, etc.

Havia verdadeira dissensão nas alterações nas concepções de punir dos países europeus e no Brasil no desfecho do século XVIII. Ocorre que “enquanto o Velho Mundo assistia ao fim dos suplícios [...], na sociedade escravista brasileira não só permaneciam os castigos corporais, como também eram acirrados. (ALGRANTI, 1988, p. 36). No limiar dos anos 1800 o aumento da utilização de penas corporais crescia ao lado do aumento exponencial da população escrava. Aqui, a execução pública das penas prescritas ao delinquente – principalmente o escravo – fazia parte do cenário urbano colonial.

Este retrato caótico e hostil não sofre muitas alterações com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro. Com o aumento progressivo das cidades e da população – sobretudo escrava – não existiam espaços suficientes para os variados tipos de delinquentes crescentemente aprisionados. A superpopulação carcerária, de acordo com Araújo (2009), já se colocava como um transtorno que assolava a colônia no desenlace do século XVIII. Problema este, que irá se alastrar ao longo de toda a história brasileira, assumindo, na atualidade, índices alarmantes.

Vislumbrava-se, então, um cenário dramático e desordenado,

Localizadas em edifícios fétidos e inseguros, a maioria das cadeias coloniais não mantinha sequer um registro dos detentos, das datas de entrada e saída, da categoria dos delitos e sentenças. Vários tipos de centros de detenção formavam um conjunto algo disperso de instituições punitivas e de confinamento: cadeias municipais e de inquisição, posto policiais e militares, casas religiosas para mulheres abandonadas, centros privados de detenção como padarias e fábricas – onde escravos e delinquentes eram recolhidos e sujeitados a trabalhos forçados – ou cárceres privados e fazendas e plantações nos quais eram castigados os trabalhadores indóceis (AGUIRRE, 2009, [p. 20]).

Contudo, como aponta Aguirre (2009), algumas cidades do continente latino-americano, como México, Lima, Buenos Aires e Rio de Janeiro, apresentavam certo nível de organização no ordenamento carcerário, possuindo alguns regulamentos escritos e realizações de visitas a tais espaços realizadas pelas autoridades coloniais. Neste contexto, como assevera, o aprisionamento colocava-se como uma prática social conduzida mais pelo costume do que pela lei, funcionando, basicamente como lugar de despejo de homens e mulheres tidos como transgressores à ordem social.

Com a Independência a situação não se transformara. Havia sim alguns movimentos de crítica às condições das carceragens, que evidenciavam os horrores do colonialismo, fazendo repercutir as reformas penais em desenvolvimento na Europa. Mas, tais discursos não eram abarcados efetivamente pelos dirigentes políticos pós-independência.

Aguirre (2009) explica que o discurso liberal, republicano e de obediência ao Estado de Direito destes líderes era constantemente desarmado pela pregação e práticas que evidenciavam a imperiosidade de conter a população “indisciplinada” e “imoral” por intermédio de dispositivos severos e intransigentes de punição. Dentro desta lógica contraditória, aquelas práticas de punição perpetradas no período colonial mantêm-se, ainda, com a Independência dos Estados.

No início do século XIX países da Europa e Estados Unidos adotam o modelo penitenciário como paradigma institucional carcerário por excelência. Este conjuga o desenho arquitetônico

(com inspiração ao modelo de panóptico projetado por Bentham), a rotina intensamente regulada pelo trabalho e instrução, a estrutura de vigilância constante sobre os aprisionados, o procedimento teoricamente humanitário e o ensino religioso.

Mesmo não atingindo grandes proporções nos países latino-americanos, tal modelo ganhou atenção de algumas autoridades que aspiravam reproduzir os protótipos sociais europeus e norte-americanos. Os Estados, não obstante, não apresentavam o intuito de empregar o dinheiro público e capital político na edificação de espaços – indubitavelmente dispendiosos – que acreditavam não ser mais eficientes que os modos convencionais e informais de castigo largamente empregados naquele momento histórico.

Ainda que diante de tais limites, a partir de meados do século XIX são erguidas algumas instituições penitenciárias modernas no continente. Os objetivos para tais obras estavam entorno da ampliação do controle do Estado, da construção de uma imagem de modernidade – frequentemente idealizada como a adesão de padrões estrangeiros; do processo de banimento de certos métodos sórdidos de castigo; da promoção do sentimento de segurança para as elites urbanas; da transformação dos bandidos em cidadãos que respeitam as leis.

Porém, importa destacar que a construção destes espaços não indica que estes propósitos tenham se colocado como prioridade do governo destes Estados. O modelo penitenciário, como destaca Aguirre (2009), foi a exceção dentro de um cenário em que o padrão convergia em dispositivos de controle e castigo em espaços periféricos, caóticos e desumanos.

Aguirre (2009) explica que o discurso liberal, republicano e de obediência ao Estado de Direito destes líderes era constantemente desarmados pela pregação e práticas que evidenciavam a imperiosidade de conter a população “indisciplinada” e “imoral” por intermédio de dispositivos severos e intransigentes de punição. Dentro desta lógica contraditória, aquelas práticas de punição perpetradas no período colonial mantêm-se, ainda, com a Independência dos Estados.

No início do século XIX países da Europa e Estados Unidos adotam o modelo penitenciário como paradigma institucional carcerário por excelência. Este conjuga o desenho arquitetônico (com inspiração ao modelo de panóptico projetado por Bentham¹), a rotina intensamente regulada pelo trabalho e instrução, a estrutura de vigilância constante sobre os aprisionados, o procedimento teoricamente humanitário e o ensino religioso.

Mesmo não atingindo grandes proporções nos países latino-americanos, tal modelo ganhou atenção de algumas autoridades que aspiravam reproduzir os protótipos sociais europeus e norte-americanos. Aguirre (2009) ressalta que tal movimento é uma tentativa de aderir a “modernidade” e utilizar instrumentos de controle “exitosos” sobre as populações indisciplinadas. Até porque, “as formas tradicionais de castigo eram consideradas muito mais apropriadas para a classe de indivíduos que se queria castigar: massas incivilizadas e bárbaras, não cidadãos ativos e ilustrados” (AGUIRRE, 2009, [p. 21]).

Ainda que diante de tais limites, a partir de meados do século XIX são erguidas algumas instituições penitenciárias modernas no continente. Os objetivos para tais obras estavam entorno da ampliação do controle do Estado, da construção de uma imagem de modernidade – frequentemente idealizada como a adesão de padrões estrangeiros; do processo de banimento de certos métodos sórdidos de castigo; da promoção do sentimento de segurança para as elites urbanas; da transformação dos bandidos em cidadãos que respeitam as leis.

1 Sobre o panóptico ver BENTHAM, J. O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, T (org.). O Panóptico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Porém, importa destacar que a construção destes espaços não indica que estes propósitos tenham se colocado como prioridade do governo destes Estados. O modelo penitenciário, como destaca Aguirre (2009), foi a exceção dentro de um cenário em que o padrão convergia em dispositivos de controle e castigo em espaços periféricos, caóticos e desumanos.

A penitenciária, na retórica dos reformadores latino-americanos, convergiria para a construção de sociedades liberais e democráticas, em que aquela instituição detinha a capacidade de inculcar nos detentos comportamentos disciplinados. Mas falar deste movimento em contexto brasileiro é impreterível que reconheçamos algumas nuances.

O latifúndio escravista introduzido no século XVI, marcará com profundidade o desenvolvimento histórico-social do Brasil. Os elementos específicos produzidos por uma sociedade latifundiária e escravista extrapolam a estrutura produtiva e invadem os mecanismos de reprodução social, inserindo-se nos variados espaços da vida social: instituições e relações. Logo, as particularidades da formação social brasileira acabam por condicionar os processos de transformação política e social. Mais que isso, o espaço penitenciário marcou a homologação de uma ordem política excludente e violenta, em que a massa indisciplinada se colocou como seu sustentáculo.

Diante dos fracassos do sistema, o discurso que se alastrava não era para a construção de um modelo mais tolerante, mas sim o contrário, defendendo-se, assim, um tratamento mais enérgico. Nas últimas décadas do século XIX novas doutrinas penais e criminológicas, já debatidas pelas metrópoles ocidentais, ganham espaço nos países de América Latina. Debates legais e acadêmicos sobre o aprisionamento se intensificam, porém, as mudanças na prática são insuficientes. Reiteradamente os projetos pensados ficavam inconclusos.

Mais uma vez o moderno e o arcaico coadunam-se. Aguirre (2009) assinala que a construção de um sistema carcerário como um aparato institucional desenvolvia-se na verdade como a tentativa de aderir a “modernidade”, mas, isocronicamente, articulá-la às velhas formas de controle social, racial e laboral. As prisões, para ele, geram um duplo movimento: poderiam, trancafiando suspeitos e criminosos, garantir sentimento de segurança das elites; reproduziam e ratificavam a feição autoritária e excludente destes Estados, atuando na manutenção da ordem social.

O Brasil, nação independente desde 1822, manteve a monarquia e a escravidão até o final do século XIX. Diante de tal conjuntura, embora a perspectiva liberal tenha ganhado espaço nos discursos reformadores para a construção de um sistema penal moderno, estes dispunham de alcance restrito em uma realidade fundada em impetuosas divisões sociolegais – colocando pessoas livres de um lado e escravos do outro – e raciais – brancos em oposição aos negros.

Se no passado o esquema carcerário atuou como extensão do Estado no controle empreendido pelos senhores sobre sua propriedade humana – o escravo –, com o desenrolar da história as inferências não são bruscamente violadas. Pois, com a contração do número de escravos na população, “as atitudes e práticas repressivas foram, aos poucos, sendo transferidas para as classes inferiores não-escravas e aí permaneceram” (HOLLOWAY, 2009, [p. 147]).

Requer considerarmos também que o aumento da preocupação em buscar alternativas a este tratamento não se dá – ao menos primordialmente – com a perspectiva humanitária. Foi diante do declínio da escravidão, da punição privada e, simultaneamente, dos empecilhos colocados ao controle da delinquência, que o Estado se vê na necessidade de pensar outras formas de atuação. Aquele se vê na necessidade de “oferecer um mínimo de segurança às classes proprietárias urbanas e impor mecanismos estritos de controle sobre as populações negras livres” (AGUIRRE, 2009, [p. 26]).

Além disso, as mudanças ocorridas levam não a extinção da degradação e tormento físico do delinquente, mas apenas o ocultamento do suplício em sessões privadas, em quantidades um pouco moderadas, por dentro dos muros da prisão. Qualquer similaridade com o sistema penal brasileiro na atualidade não é mera coincidência.

Diante de uma estrutura social em que escravidão e, posteriormente, o coronelismo colocam-se como configurações dominantes de exercício de poder, a concretização de reformas na prática punitiva é quase que irrealizável.

Esta transição política não alterou prontamente o sistema penal brasileiro. Não obstante, o novo regime constatou a imprescindibilidade de se promulgar uma nova legislação que substituísse o Código Criminal de 1830, uma vez que este carregava os vestígios da escravidão e de penas “arcaicas” e “desumanas”.

A introdução da pena de prisão no Brasil, diferentemente da Europa, não estava coadunada à extensão de direitos e garantias individuais pregadas pelas revoluções burguesas da modernidade, como acredita Salla (1999). A racionalidade liberal criminal que se desenvolveu no país entre os séculos XVIII e XIX, traz a pena de prisão ao lado das arcaicas penas como a de morte, galés, açoites, banimento, penas estas altamente criticadas pelos países europeus. Na verdade, a prisão funcionava como também instrumento de conservação de uma estrutura social ancorada na escravidão, no latifúndio e na pobreza.

A estrutura penitenciária ideal seguida a partir do novo Código exigia a segurança dos presos, higiene dos espaços que compõem a prisão, segurança de guardas e vigilantes, execução do regime carcerário aplicado e inspeções contínuas ao sistema carcerário. Porém, este ideal se abalroou nas circunstâncias degradantes das prisões brasileiras.

Para Pedroso (1997) no encetamento do século XX a validade e o fundamento da prisão angariaram variações para um melhor domínio da população prisional. Ergueram-se tipos modernos de espaços adequados à qualificação do encarcerado de acordo com as classes criminais: contraventores, menores de idade, processados, loucos e mulheres:

Com relação às legislações anteriores, houve uma modificação positiva, significativa sobre o fato de se pensar um espaço apropriado para mulheres e menores. A separação do réu, levando-se em conta o sexo e a idade também deve ser observado pelo seu lado técnico. Ao isolar em lugar específico categorias específicas de presos, forma-se um saber mais aprimorado sobre os indivíduos e o controle sobre seus corpos torna-se mais direto e elaborado (PEDROSO, 1997, p. 127).

Os asilos de contraventores eram voltados para os acusados de alcoolismo, vagabundos e mendigos. Os asilos para menores, predizendo a inocência do réu, tinham por finalidade o emprego de uma pedagogia corretiva à delinquência infantil que deveria ocorrer de forma separada dos presos adultos. Os manicômios criminais, no que lhes concernem, propunham alojar criminosos que sofriam alienação mental, necessitando, assim, de um regime ou tratamento clínico adequado. Por fim, as prisões de mulheres deveriam se constituir em espaços com indicações próprias específicas ao seu sexo.

Sobre a instalação de um local específico para mulheres, embora houvessem algumas pequenas reformas neste espaço, foi apenas na segunda década dos anos 1900 que as mesmas passaram a ter ala separada. E, mantendo a velha política de reaproveitamento, o recinto vago, antes ocupado pelas infratoras, foi determinado para abrigar os delinquentes menores de idade. Uma coisa é certa: a aglomeração continuava, tornando-se impraticável um regime de segregação de acordo com a sistemática estabelecida pela criminologia predominante naquele momento: a positivista.

Entre os anos de 1920 e 1940 a , adaptado segundo os preceitos do Código Penal, serviu como um protótipo ideal para os países da América. Seu funcionamento deveria basear-se na organização, limpeza, condições de habitualidade, sistema celular e modernidade – elementos estes ancorados na Escola Positiva de Direito. A instituição causava uma impressão favorável. O projeto arquitetônico da mesma foi inspirado no *Centre Pénitentiaire de Fresnes*, localizado na França. O projeto brasileiro não era modesto, abrigando mais de mil pessoas, realizando-se, assim, um complexo penal. Este foi o primeiro estabelecimento brasileiro adaptado para o cumprimento da prisão celular.

Mesmo com tal situação embrutecedora, não levou a uma modificação significativa das condições de aprisionamento no Brasil e mesmo em São Paulo, como assevera Salla (1999). A lógica de aprisionamento dos demais estabelecimentos espalhados pelos variados cantos permanecia insatisfatória. Nos anos de 1930 e 1940, sob o governo de Getúlio Vargas, mesmo diante do cenário de reformas do sistema penitenciário, a questão prisional mostrava-se também como repugnante. As cadeias continuavam lotadas e as precárias condições de habitabilidade eram mais do que frequentes.

Sobre a penitenciária modelo, Casa de Detenção de São Paulo, a realidade era diferente daquilo que se propunha. As práticas que atravessavam este espaço traziam resquícios de prisões de outrora. Punições severas e, muitas das vezes, sem quaisquer justificativas marcavam o cotidiano da instituição. O acesso à saúde também se mostrava bastante incipiente, afluindo, decididamente, à vida dos presos. Sujeitos e grupos irredimidos faziam se ver dentro dos altos muros da Casa de Detenção.

Estes fatos colocavam à prova a instituição exemplar e baluarte da capital paulista. Salla (1999) aponta que esta instituição, desde a sua criação, dissimulou por trás da salvaguarda de um rigoroso projeto cientificista de tratamento e recuperação dos criminosos, as usuais práticas de tortura, violência e hostilidade comuns aos demais espaços prisionais brasileiros, acentuando a barbárie ao utilizar um código disciplinar rígido e atroz.

É fundamental esclarecermos que desde o final da primeira metade do século XX que o Brasil é um país signatário de diversas Convenções e Tratados Internacionais que visam prevenir atos de tortura e práticas de tratamento desumano. Contudo, o que presenciamos em solo brasileiro é uma violência generalizada e sistemática que aflige histórica e drasticamente o universo prisional.

Em período de ditadura civil-militar, o contexto de intensas violações de direitos humanos impôs uma dificuldade ainda maior em promover debates relativos às questões de segurança e justiça em sentido mais amplo. Naquele momento houve um aumento das medidas de repressão e controle perpetradas diante, ainda, do desmonte das instituições de Justiça e dos dispositivos legais existentes para resguardá-las.

Com o fim do período da ditadura civil-militar e a abertura política consagrada pela Constituição Federal de 1988, um conjunto de garantias individuais ganham vez no ordenamento jurídico. Uma série de medidas já propostas pela LEP ganham ainda mais respaldo com a promulgação da nova Carta Magna. Quando foi possível vislumbrar a ratificação dos direitos sociais, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a contrarreforma do Estado mostra-se sorradeira, promovendo mudanças estruturais regressivas sobre a população, atingindo drasticamente a classe trabalhadora. O modelo neoliberal adotado foi antidemocrático e antinacional, como afirma Behring (2003), trazendo marcas contraditórias atreladas às condições de economia periférica e dependente que o Brasil se encontra. Então, não é possível pensarmos numa efetiva substituição de um Estado Social para um Estado Punitivo no cenário brasileiro, como apontou Wacquant (2012) em relação aos Estados Unidos e a alguns países da Europa.

Saímos de um período obscuro e violento de ditadura civil-militar, e mal caminhávamos em direção à ratificação de direitos sociais – numa visão ampliada de cidadania –, acabamos por nos esbarrar numa aderência irrestrita às reformas neoliberais que se seguiram desde então. É diante desta circunstância que presenciamos o encarceramento massivo que assume uma linha ascendente². Em contexto de neoliberalismo, a política penitenciária, historicamente precária, sofre dos mesmos problemas que as demais políticas públicas.

Entre os avanços e conservações, vislumbramos ainda um sistema prisional marcado por problemas análogos que se arrastaram pela história do encarceramento brasileiro. Superlotação, péssimas condições de higiene, pouco acesso à saúde e assistência jurídica, são alguns dos limites ainda enfrentados. Alguns estabelecimentos, uns mais e outros menos, encontravam-se na última década do século XX inseridos em um cenário estarrecedor divergente daquilo que vem sendo trazido pela Lei de Execução Penal e pela Constituição Federal.

A Casa de Detenção de São Paulo, por exemplo, que servia como um protótipo à primeira vista às outras instituições prisionais do país e da América Latina, iniciava a década de 1990 com estes e outros problemas que faziam romper com a ideia de uma instituição modelo: falta de assistência médica e jurídica, a permanência na prisão de pessoas que já haviam cumprido a pena, aprisionamento de pessoas com doenças mentais no mesmo espaço dos outros presos, não segregação por tipo de crime, baixo número de funcionários, motins, corrupção, violências, tráfico de drogas (SALLA, 2000). Não é de se espantar que pouco tempo depois, no ano de 1992, presenciamos a pior tragédia carcerária brasileira, o massacre do Carandiru, quando uma intervenção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, causou a morte de 111 detentos.

Temos presenciado nos últimos anos realidades ainda muito duras e perversas que atravessam o sistema prisional brasileiro: rebelião na Casa de Custódia de Benfica, Rio de Janeiro (RJ), com 31 mortos (maio de 2004); rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus (AM), que deixou 60 mortos (janeiro do ano de 2017); chacina na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista (RR), com 33 mortos (janeiro de 2017); rebelião na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Natal (RN), com 26 mortos (janeiro de 2017); tentativa de fuga no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III, em Belém (PA), com 21 pessoas assassinadas (abril de 2018). Estas são algumas das muitas históricas de carnificinas que compõem o enredo do sistema carcerário brasileiro, e, pelas lamentáveis condições ainda presente, não serão as últimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem desconsiderarmos a importância de determinadas obras e suas inquestionáveis contribuições para a temática, propomos, neste trabalho, a partir das contribuições da memória social, considerar o solo de representações e embates que conformam as variadas estruturas e instituições sociais vigentes. Não se nega aqui as variadas inflexões trazidas pelos países ocidentais frente ao tratamento penitenciário brasileiro. O que não queremos é transpor aquelas análises à realidade social brasileira, pois entendemos que tal movimento funcionaria como um anacronismo inocente e insatisfatório.

Ao longo do que foi exposto neste trabalho, podemos considerar que o surgimento e desenvolvimento da prisão no cenário brasileiro sofreram as inferências de seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais –, que deram (e ainda dão) o tom peculiar a tal forma punitiva.

² Entre os anos de 1990 e 2016 o Brasil apresentou a taxa de variação de aprisionamento em torno dos 727%. É importante que se considere também a política de guerras às drogas que vem se intensificando neste intervalo (DEPEN, 2017).

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800 - 1940. In: MAIA, Clarissa Nunes (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, volume 1, p. 19 - 40, 2009.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ARAÚJO, Carlos Educarado. Entre dois cativeiros: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro - 1790-1821. In: MAIA, Clarissa Nunes (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, v.1, p.115-133, 2009.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- IGNATIEFF, Michael. **A just measure of pain: the penitentiary in the industrial revolution**. London: Penguin Books, 1979.
- MELLO E SOUZA, Laura. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **The prison and the factory**: origins of the penitentiary system. London: Macmillan, 1981.
- OLIVEIRA, Luciano. Relendo "vigiar e punir". **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 4, n. 2, abr/mai/jun, p. 309-338, 2011.
- PEDROSO, Regina Célia. Utopias penitenciárias projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Revista de História**, n. 136, 1º semestre, p. 121-137, 1997.
- SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.
- _____. Casa de Detenção de São Paulo - passado e presente. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo. v. 32, p.213-220, out./dez, 2000.
- WACQUANT, Lóic. A política punitiva da marginalidade: revisitando a fusão entre workfare e prisonfare. **Revista Epos**, v.3, n.1, jun., 2012.

TAREFAS ESCOLARES PARA CASA NA PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO DE PAIS COMO INCENTIVADORES AO COMPORTAMENTO AUTORREGULADO DOS FILHOS ESTUDANTES

FLÁVIA DA CUNHA PEREIRA

*Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem
flavinhapereira17@gmail.com*

VERA LÚCIA DEPS

*Professora do Programa de Cognição e Linguagem
mielveh@gmail.com*

RESUMO

No Brasil a prática de professores atribuírem tarefas aos alunos para serem executadas em casa é recorrente; tais atividades podem colaborar na retenção de conteúdo, na revisão de assuntos dados em aula, dentre outros fatores. Pesquisas demonstram que o envolvimento dos pais nas tarefas de casa pode auxiliar o aprendiz a elaborar estratégias e conseqüentemente melhorar seu desempenho nos estudos. Esse artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado e tem por objetivo verificar se pais de alunos de uma escola particular do Ensino Fundamental I de um município do interior do Rio de Janeiro incentivam o comportamento autorregulado de seus filhos, focalizando as dimensões contextual e comportamental da autorregulação da aprendizagem. Foram utilizados questionários construídos na perspectiva da autorregulação. Como resultados observou-se que a maioria dos pais incentiva o uso de estratégias comportamentais e contextuais em seus filhos, buscando que estes tenham melhor desempenho escolar.

Palavras-chave: Autorregulação. Aprendizagem. Tarefa de casa. Mediação. Pais.

ABSTRACT

In Brazil the practice of teachers assign tasks to the students to be executed at home is recurrent, such activities can collaborate in the retention of content, in the review of subjects given in class, among other factors. Research shows that the involvement of parents in household tasks can help the learner to develop strategies and consequently improve their performance in the studies. This article is a cut of a master's work and aims to verify if parents of students of a primary school in a city in the interior of Rio de Janeiro encourage the self-regulated behavior of their children, emphasizing the contextual and behavioral dimensions self-regulation of learning. Questionnaires constructed from the perspective of self-regulation were used. As results, it was observed that the majority of parents encourage the use of behavioral and contextual strategies in their children, seeking that they have a better academic performance.

Key-words: Self regulation. Learning. Homework. Mediation. Parents.

INTRODUÇÃO

No Brasil a prática de professores atribuírem tarefas aos alunos para serem executadas em casa é recorrente; tais atividades são normalmente denominadas “tarefas de casa” ou “dever de casa”, variando de acordo com a região. Tais atividades, quando solicitadas na medida certa e de acordo com o nível de aprendizagem do estudante, podem colaborar na retenção de conhecimento, reforçando o conteúdo estudado em sala de aula, na auto avaliação da aprendizagem, na detecção das dificuldades, dentre outros.

Estudantes que possuem bons hábitos de estudo tendem a apresentar bons níveis de rendimento escolar, principalmente quando conseguem usufruir de estratégias de organização e planejamento do tempo e do espaço de estudo, quando aprendem a adiar atividades prazerosas para cumprir com suas responsabilidades, quando monitoram seu comportamento perante as tarefas aprendendo com seus erros, dentre tantas outras estratégias que são compreendidas como parte de um comportamento tido como autorregulado. Tais estratégias inicialmente tendem a ser ensinadas por algum responsável ou pessoa que participe frequentemente da vida desses aprendizes, como os professores, por exemplo. Tais atitudes vão se tornando cada vez mais autônomas no comportamento do indivíduo que, com o passar do tempo vai se tornando responsável por sua aprendizagem, obtendo melhores níveis de desempenho.

Através das tarefas de casa é possível incentivar o comportamento autorregulado no aprendiz. Muitas vezes tal incentivo parte dos pais que funcionam como mediadores destes estudantes. Esse tipo de estímulo pode colaborar com um melhor desempenho nas tarefas escolares dos alunos e, conseqüentemente maior rendimento escolar.

Tendo em vista o papel primordial da família no incentivo ao comportamento autorregulado no aprendiz, esse artigo tem por objetivo verificar se a mediação dos progenitores nas tarefas escolares para casa tem contribuído para incentivar o comportamento autorregulado do estudante, de acordo com o que preconiza a literatura especializada em autorregulação e se focaliza nas dimensões comportamental e contextual da autorregulação da aprendizagem, sendo um recorte de uma dissertação de mestrado em fase de análise de dados.

Antes de apresentar a metodologia utilizada e os resultados obtidos, será feita uma breve revisão da literatura acerca das tarefas para casa bem como sobre conceitos relacionados à autorregulação do comportamento.

Tarefas escolares para casa: uma tradição que se faz presente na atualidade

Segundo Cooper (1989) os deveres de casa são tarefas atribuídas pelos professores aos estudantes, efetuadas em horário extraescolar. Tais tarefas podem causar alguns efeitos positivos no aprendiz, tais como: aumento de compreensão, melhor retenção de conhecimento, melhores hábitos de estudo e no uso de estratégias, maior autodisciplina, melhoria na organização do tempo, maior independência na resolução de problemas, além de possibilitar o envolvimento dos pais com as tarefas da escola quando estes se dispõem a mediar a aprendizagem dos filhos. Tais características fazem parte de um bom comportamento autorregulado.

Embora haja um consenso sobre a definição de tarefa escolar para casa e sobre as múltiplas contribuições que tais atividades extraescolares podem propiciar, há diferença nas formas e cobranças destas tarefas de escola para escola, possivelmente isto repercutindo na forma de mediação dos pais. Tais tarefas podem ser de variados tipos, tais como: fazer exercícios, produção textual, exercícios mnemônicos, trazer objetos, elaborar uma produção artística, ler um livro, observar, criar história, resolver situação-problema, calcular, entre outros (BUENO, 2012). Alguns professores acreditam que a tarefa para casa tem o papel de promover

autodisciplina e responsabilidade pessoal nos estudantes, costumando assim, estimular que pais auxiliem seus filhos na execução dos deveres (CORNO, 1996).

Klingberg (1972, p. 240) conforme citado por Nogueira (2002, p. 64) acredita que as tarefas escolares para casa podem ter as funções listadas a seguir:

- Tem função social, estabelecendo a relação casa/escola. Possibilitando assim, a familiarização dos pais com as exigências feitas pelos professores. Tornando também possível ao docente tirar conclusões referentes às condições, capacidade pedagógica e atitude dos pais.
- As tarefas auxiliam ao educador no processo de ensino, identificando os pontos de maior fragilidade dos alunos e também a encontrar pontos deficitários na estrutura das aulas.
- Nas tarefas escolares para casa, a atividade desenvolvida deve impulsionar a aprendizagem e estimular a aplicação dos conhecimentos que foram adquiridos, moldando as capacidades e habilidades desenvolvidas pelo estudante.
- As tarefas de casa no que diz respeito ao ensino/aprendizagem exercem uma tripla função: preparação para introdução de conceitos; aprofundamento da matéria dada em sala de aula; e continuidade ao processo de aprendizagem iniciado em sala de aula, auxiliando na memorização e prática de capacidades e habilidades, funcionando como um modo de aperfeiçoamento.

Além das funções listadas acima, as atividades solicitadas para casa podem funcionar como uma ótima aliada do professor para criar no estudante o desejo pelo conhecimento, buscando um aprofundamento do conteúdo dado em sala de aula. Para que isso ocorra, é necessário, que antes de tudo, o profissional docente sinta-se seguro quanto ao que pretende com a solicitação da tarefa, ou seja, sobre os objetivos pretendidos com a proposta de tarefa para casa. Mesmo que tais atividades sejam feitas fora do horário escolar, o educador deve explicar previamente o conteúdo e objetivos das atividades para serem feitas em casa (NOGUEIRA, 2002).

Um estudo de Fernandez et. al (2014) intitulado “Envolvimento parental na tarefa escolar” teve por objetivo investigar sentimentos e percepções de pais de alunos do 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental de uma escola privada em relação ao seu envolvimento nas tarefas escolares dos seus filhos. Os resultados obtidos indicaram que os pais percebem a tarefa escolar como componente da dinâmica das atividades escolares. Tal estudo revelou a necessidade de fazer discussões que reflitam sobre as interações entre pais e filhos no que tange ao envolvimento parental.

Alguns trabalhos vêm estudando a possibilidade de auxílio na autorregulação dos alunos por meio da tarefa de casa, como o de Calcagni (2012) intitulado “A tarefa de casa como ferramenta capaz de colaborar com a autorregulação do aluno”. O objeto central de estudo deste autor são os limites e as possibilidades das tarefas escolares para casa como ferramenta de autorregulação para o estudante. Para isso foram traçados objetivos específicos, tais como: compreender a definição de tarefa de casa; perceber como os alunos entendem a tarefa de casa; identificar se as tarefas realizadas pelos alunos ajudam no processo de autorregulação; buscar subsídios que apresentem a utilização da tarefa de casa como ferramenta de autorregulação. Para constituição do texto, além do arcabouço teórico, foram consideradas as opiniões dos alunos e suas experiências a fim de chegar o mais próximo da realidade e ainda o entendimento da tarefa como auxiliar na autorregulação das aprendizagens.

Autorregulação da aprendizagem: o incentivo ao comportamento autorregulado pelos pais nas tarefas escolares

Segundo Zimmerman (2000), a autorregulação é um processo no qual os sujeitos organizam e gerenciam seus pensamentos, emoções e comportamentos buscando atingir metas pré-estabelecidas. Tal processo pode ser aprendido e incentivado, e ocorre em diversas dimensões, quais sejam: metacognitiva, comportamental, motivacional e contextual e apresenta-se como um comportamento cíclico. Deste modo, observa-se que algumas das características do comportamento autorregulado como a definição de metas, gerenciamento do tempo e do esforço, a persistência, o auto monitoramento, dentre outras, são componentes importantes para o sucesso em tarefas de casa e outras atividades.

O uso de estratégias metacognitivas, comportamentais e motivacionais integra o comportamento autorregulado. Estas se referem a processos de tomada de decisão (conscientes e intencionais) pelas quais o aluno escolhe e recupera de maneira organizada os conhecimentos de que necessita para completar um determinado pedido ou objetivo, dependendo das características da situação educativa na qual se produzirá a ação (Moreneo et al, 1995, p. 27).

Se torna imprescindível ajudar estes estudantes a controlarem seu processo de aprendizagem, mostrando-lhes que é preciso ter responsabilidade sobre o como adquirir seu próprio conhecimento, sendo autônomos na construção do mesmo. Tal comportamento se torna possível por meio da metacognição, ou seja, conseguimos controlar nosso comportamento e ter autonomia sobre o que aprendemos quando temos consciência sobre o nosso próprio conhecimento, que decorre de nossa reflexão sobre nossas ações e reação quando executamos uma tarefa (MORENEO, 2001).

Alunos que conseguem monitorar suas tarefas e responder adequadamente a estas costumam apresentar benefícios quanto ao processo de aprendizagem, porém o ensino explícito de estratégias de aprendizagem, em geral não é muito incentivado na escola. Quanto mais cedo ele ocorrer será melhor para a aprendizagem, quanto mais jovem o estudante for incentivado a utilizar-se de estratégias adequadas de aprendizagem, mais cedo irá incorporar esse comportamento no seu dia a dia (Vauras, Kinnunen e Rauhanummi, 1999, citado por Duarte e Simão, 2007).

O processo de autorregulação engloba fases (PISCALHO; SIMÃO, 2014; POLYDORO, AZZI, 2009) tais como: A fase prévia, que abrange o planejamento, a de execução e a de reflexão após o término da tarefa. Na primeira fase a criança prepara um plano estratégico que conduzirá seu projeto, estabelecendo quando e como fará determinada tarefa, tal fase está associada à análise de crenças motivacionais, ou seja, crenças de autoeficácia, expectativas de resultados, meta de realização e outras crenças motivacionais. A fase de realização inclui os processos de monitoramento e controle do desempenho e da motivação. Nesta fase é necessário controlar a atenção e possuir controle volitivo. Na terceira fase, a de autorreflexão, é avaliado o desempenho, observando-se se há satisfação quanto ao alcance das metas estabelecidas inicialmente.

É possível fazer uma ponte entre a variável tarefa de casa como oportunidade para o estudante aprender a colocar em prática atitudes inerentes ao comportamento autorregulado. Um importante aspecto nesta perspectiva é que o aprendizado do aluno tem um caráter multidimensional visto incluir as dimensões anteriormente mencionadas. De acordo com a literatura especializada, resultados mais eficazes dependem do comportamento autorregulado do aprendiz. Além disso, no mundo de transformações cada vez mais rápidas, a autonomia na aprendizagem se torna uma exigência.

Para que o aprendiz torne seu aprendizado facilitado, normalmente se faz necessário inicialmente a presença de um mediador, alguém que seja para ele uma espécie de “andaime” e que o incentive em atitudes cada vez mais autônomas. Além disso, se faz necessário que haja condições no ambiente para que as tarefas sejam executadas de modo mais eficaz, como por exemplo, um local adequado para os estudos e condições materiais à execução da tarefa proposta. Deste modo, os pais são mediadores por excelência, que acompanham seus filhos desde o nascimento, fazendo intervenções em seu aprendizado.

Silva, Simão e Sá (2004, p. 24) ressaltam que:

À medida que o estudante vai adquirindo conhecimento sobre si próprio e sobre os outros, vai construindo representações mentais internas de si próprio e sobre os outros, vai refletindo sobre os fatores que influenciam o exercício da cognição, vai-se dando conta das suas forças e fraquezas, vai apreciando as formas como lida com as situações e estratégias que lhe são mais favoráveis para a resolução dos problemas, vai elaborando objetivos que pretende alcançar, vai antecipando resultados a que a ação pessoal pode conduzir, através do tempo, desenvolvendo, assim, o seu conhecimento metacognitivo.

Para que o mediador ensine estratégias de aprendizagem se faz necessário segundo Silva et al (2004), que se defina como meta que os estudantes façam mais reflexões e tenham maior autonomia no processo de aprendizagem; além disso, é necessário trabalhar estratégias através de conteúdos específicos, identificando o enfoque comum da transversalidade do conhecimento. E por fim, o professor deve buscar sempre integrar seu ensino no cotidiano de suas, nas vivências dos alunos em sala de aula, fazendo com estes um trabalho em equipe.

Pesquisas demonstram que o envolvimento dos pais nas tarefas de casa pode auxiliar o aprendiz a elaborar estratégias cognitivas, afetivas e comportamentais bem como a traçar metas, elaborar o planejamento dos estudos, gerenciar o tempo, controlar a atenção, dentre outras habilidades que são necessárias à realização das tarefas de casa e obtenção do sucesso acadêmico. Sendo assim, considera-se que as tarefas de casa estão associadas ao êxito nos estudos.

Soares et. al. (2004) propõem algumas orientações para que os pais possam de certo modo promover o desenvolvimento de comportamentos facilitadores da aprendizagem, participando da vida acadêmica de seus filhos, tais como:

- Explicitar direitos e deveres, para que eles saibam que em alguns casos é necessário desempenhar um dever para usufruir de um direito.
- Estabelecer uma organização no que se refere à rotina, como por exemplo, criando horários para estudo, criando uma espécie de agenda na qual a criança possa basear seus compromissos. É importante que os pais coloquem prioridades, sendo o estudo uma delas, mas que também permitam que os filhos tenham horários para realizar tarefas que gostem, tais como brincar.
- Estabelecimento de limites, possibilitando aos filhos compreender normas claras de conduta.
- Supervisão de atividades - em busca de saber se a criança está cumprindo com seus deveres e auxiliá-la nas tarefas escolares
- Prover um ambiente com condições de estudo, incluindo recursos e instrumentos necessários, como por exemplo: um espaço silencioso, iluminado e organizado com materiais necessários para a realização das tarefas.

- Demonstrar afetuosidade, reforçando de modo positivo o comportamento, promovendo maiores níveis de autoestima.
- Promover o diálogo, mostrando-se acessíveis para que os filhos possam procura-los em caso de dúvidas, e abrindo espaço pra que as crianças possam emitir sua opinião além de ouvir os pais.
- Apresentar níveis de exigência que sejam compatíveis com as possibilidades das crianças; isso pode evitar alto nível de frustração e de perda de interesse.

O encorajamento para realizar as atividades pode também melhorar as crenças de auto eficácia para aprender, fazendo com que os aprendizes adquiram maior responsabilidade na execução das tarefas escolares. Os professores podem utilizar-se de tarefas para casa a fim de incentivar os estudantes a organizarem seu tempo, inibir distrações, a se sentirem mais motivados durante a execução dos trabalhos e a reconhecerem o valor do esforço para a realização eficaz da tarefa.

Segundo Silva et al (2004) é necessário que o indivíduo saiba selecionar e gerir informações disponíveis de modo estratégico. Para que isso ocorra será preciso dominar técnicas, estratégias, bem como o conhecimento e motivos que impulsionem o aprendiz para o processo de aprendizagem. Nesse viés Simão (2004) ressalta que o sistema educativo precisa ser reformulado para que possa então colaborar na formação de aprendizes que gradualmente ao longo do ensino passem a ter mais autonomia e sejam mais eficazes ao realizar suas tarefas. Tal processo inclui a questão da tomada de decisão consciente permitindo ao estudante regular sua aprendizagem e conseqüentemente ser capaz de atingir seus objetivos.

Este trabalho focaliza-se em alguns aspectos das dimensões contextual e comportamental da autorregulação da aprendizagem, tais como: organização e planejamento do tempo e do espaço de estudos; persistência e resistência; comportamento de busca de ajuda; monitoramento do esforço; avaliação do contexto social e físico para a execução da tarefa.

METODOLOGIA

O estudo foi de natureza quanti-qualitativa. Os sujeitos são pais de alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental de uma escola particular localizada num município de porte médio da região sudeste do Brasil. A escola conta com 118 alunos matriculados neste segmento, entretanto somente 38 progenitores (3 pais e 35 mães) responderam ao questionário, não obstante a persistência da pesquisadora. Uma vez que dentre esses pais há quatro que tem mais de um filho na escola, este estudo observou como 42 estudantes são orientados em tarefas escolares para casa segundo depoimento dos pais ou responsáveis.

A escola na qual foi feita a pesquisa conta com Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Porém a pesquisa restringiu-se aos alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental porque normalmente neste período há maior presença dos pais como mediadores das tarefas escolares para casa solicitadas pela escola.

A escolha por tal escola decorreu de ser uma instituição particular de ensino conceituada no município, tendo em vista que inicialmente pretendia-se fazer um comparativo entre o setor público e o privado, porém em decorrência da grande burocracia exigida pelos órgãos públicos optou-se por focalizar apenas um dos setores de ensino.

Do total de progenitores aproximadamente 87% possui Ensino Superior completo, sendo que 58% possui bacharelado e 29% cursaram alguma modalidade de licenciatura. Os demais participantes possuem curso técnico de nível médio ou ainda estão cursando o Ensino Superior.

Destes sujeitos, predominantemente do sexo feminino conforme relatado, 84,2% tem atividade remunerada fora de casa, enquanto 15,8% não trabalha fora.

Observam-se variáveis relacionadas aos seguintes aspectos: a interferência dos pais no planejamento do tempo de estudo do filho estudante; a frequência da sua mediação na aprendizagem do estudante; o seu incentivo à persistência e esforço na aprendizagem; as adaptações no contexto físico da casa para facilitar o estudo da criança, dentre outros aspectos relacionados ao bom comportamento autorregulado. Tal observação foi feita a partir das respostas dos participantes a um questionário construído de acordo com o que preconiza a literatura especializada em autorregulação da aprendizagem.

Para análise de tais dados foi utilizado o programa estatístico SPSS com intuito de gerar as frequências e porcentagens referentes às respostas dos participantes às perguntas com alternativas pré-determinadas, em relação as perguntas de resposta aberta, foi feita análise de conteúdo. Contudo, os resultados a seguir decorrem da análise das respostas às perguntas fechadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que quase 74% dos pais responderam possuir um local específico em casa para que os filhos executem as tarefas escolares para casa, como por exemplo, escritório ou o próprio quarto do estudante. Outro dado encontrado foi que 71% dos respondentes afirmaram que ensinam os filhos a fazerem um planejamento de estudo. Além disso, 92% dos participantes acreditam que um ambiente favorável pode melhorar o rendimento, corroborando com o que teóricos da autorregulação afirmam.

Aproximadamente 74% dos respondentes relata que os filhos possuem um horário fixo de estudo, 58% dos mesmos diz que auxilia os filhos diariamente no que diz respeito aos estudos e as tarefas escolares para casa, enquanto 40% diz auxiliar mais de uma vez na semana e os demais afirmaram auxiliar esporadicamente.

Dentre os respondentes 88% manifestam a crença de que um bom estudante também deve pedir ajuda. Destaca-se que segundo a literatura especializada, um bom estudante conforme falado reconhece suas limitações e pede ajuda quando necessário; entretanto é importante que encontre na família a receptividade e o reconhecimento de que isto não significa fraqueza. Nesta perspectiva, é positivo que uma quantidade considerável dos responsáveis pelas crianças tenha essa percepção. 97% acredita que a persistência é necessária para obter bons resultados e 89,5% acredita que o esforço é determinante para a aprendizagem. Tais dados mostram que a maior parte destes pais tem crenças que vão ao encontro do que a literatura especializada em autorregulação da aprendizagem preconiza.

Cabe ressaltar que todos os participantes acreditam que as tarefas de casa podem trazer benefícios ao aprendizado de seus filhos, tais como: melhor retenção do conhecimento, maior senso de responsabilidade, além de tais tarefas possibilitarem um maior acompanhamento dos pais quanto ao desenvolvimento escolar desses estudantes, proporcionando uma relação família-escola. Esses fatores benéficos das tarefas para casa também vão ao encontro do que preconiza a literatura especializada (COOPER, 1989; CORNO, 1996).

A maioria dos responsáveis (73,7% dos mesmos) considera adequada a quantidade de tarefas escolares para casa solicitadas pela escola, visto que não há sobrecarga. Somente 26,3% dos sujeitos respondeu não considerar adequado o quantitativo dessas atividades. Aqueles que concordaram com o volume de tarefas enviadas para casa, justificaram sua opinião alegando que as crianças não fiquem sobrecarregadas com um grande número de exercícios diariamente

para que isso não tome conta de boa parte de suas rotinas diárias. Alegaram que a criança tem que ter direito ao brincar, a realizar atividades lúdicas que lhe possam ser prazerosas, evitando assim o estresse nesses pequenos aprendizes.

Tal reflexão é vista em autores como Vygotsky (1988) que acredita ser o brinquedo um auxiliar na estruturação psíquica da criança, ajudando-a a discernir a ação e o significado. Tal autor considera que o homem é um ser social necessitando do outro para desenvolver-se, assim brincadeiras em grupo com colegas e pais auxiliam no desenvolvimento desses infantes. Além disso, as atividades lúdicas podem auxiliar na aprendizagem dos conceitos científicos (Leontiev, 1983).

CONCLUSÃO

O envolvimento dos pais nas tarefas escolares dos filhos é de extrema relevância no que diz respeito à promoção de um comportamento autorregulado satisfatório, auxiliando em atitudes que proporcionem autonomia aos estudantes. Os pais que proporcionam um ambiente propício aos estudos, e ensinam boas estratégias de aprendizagem, colaboram para o bom rendimento escolar dos filhos.

Neste estudo constatou-se que todos os respondentes veem benefícios nas tarefas escolares passadas para casa pelos professores. Apenas uma minoria julgou inadequado o quantitativo de atividades, sugerindo que fosse maior. A maioria dos sujeitos considera que a escola não devesse sobrecarregar a criança, visto que tem necessidades outras para o desenvolvimento saudável além das tarefas escolares, tais como o brincar e ter outras atividades que considerem prazerosas.

Constatou-se que a maior parte dos respondentes relata utilizar o ensino de estratégias para o melhor desempenho acadêmico de seus filhos, tais como local adequado de estudo, planejamento, horas de auxílio semanais, ensino de crenças motivacionais, bem como incentivá-los a pedir ajuda quando necessário, e a compreender a importância do esforço e da persistência para alcançar seus objetivos. Tais dados mostram que no que diz respeito a tais dimensões, os participantes da pesquisa tem buscado incentivar o comportamento bem autorregulado dos filhos no intuito de obterem um melhor resultado na aprendizagem de seus filhos.

REFERÊNCIAS

- BUENO, S. I. Os deveres de casa e sua função nos anos iniciais do ensino fundamental. *EntreVer*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 44-51, jul./dez. 2012.
- CALCAGNI, F. G. **A tarefa de casa como ferramenta capaz de colaborar com a autorregulação do aluno**. Monografia (graduação) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
- COOPER, H. Synthesis of Research on Homework. *Educational leadership*, november, 1989.
- CORNO, L. Homework is a Complicated Thing. *Educational Researcher*, v. 25, n. 8, pp. 27-30, 1996.
- FERNANDEZ, A. P. O et. al. Envolvimento parental na tarefa escolar. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 18, n. 3, p.529-536, Setembro/Dezembro de 2014.
- LEONTIEV, A. **Actividad, conciencia e personalidad**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1983.

MORENEO, C. et al. **Estratégias de Enseñanza y aprendizaje. Formación del profesorado y aplicación em la escuela**. Barcelona: Colección El Láviz, Grão editorial, 1995.

MORENEO, C. La enseñanza estratégica: enseñar para la autonomía. In C. Moreneo (coord.) **Ser estratégico y autónomo aprendiendo**. Barcelona: Graó, 2001.

NOGUEIRA, M. G. **Tarefa de casa uma violência consentida?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PISCALHO, I; SIMÃO, A. M. V. V. Promoção da autorregulação da aprendizagem das crianças: proposta de instrumento de apoio à prática pedagógica. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 3, p. 170-190, set./dez de 2014.

POLYDORO, S. A. J ; AZZI, R. G. Autorregulação da aprendizagem na perspectiva da teoria sociocognitiva: introduzindo modelos de investigação e intervenção. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 29, pp. 75-94, 2º sem. de 2009.

SILVA, A. L.; SIMÃO, A. M.; SÁ, I. A auto-regulação da aprendizagem: estudos teóricos e empíricos. **Intermeio: revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande-MS, v. 10, n. 19, p. 58-74, 2004.

SILVA, A. L; DUARTE, A. M.; SÁ, I; SIMÃO, A. M. V. (Orgs.). **Aprendizagem auto-regulada pelo estudante: perspectivas psicológicas e educacionais** . Porto: Porto Editora, 2004.

SIMÃO, A. M. V. O conhecimento estratégico e a auto-regulação da aprendizagem implicações em contexto escolar. In A. Lopes da Silva, A. M. Duarte, I. Sá, I., & A. M. Veiga Simão. **Aprendizagem auto-regulada pelo estudante perspectivas psicológicas e educacionais**. Portugal: Porto Editora, 2004. pp.77-94.

SOARES, M. R. Z. ; SOUZA, S. R.; MARINHO, M. L. Envolvimento dos pais: incentivo à habilidade de estudo em crianças. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.21, n.3, p.253-260, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZIMMERMAN, Barry J. Attaining self-regulation: A social cognitive perspective. In M. BOEKAERTS, P. R. PINTRICH, M. ZEIDNER (Eds.). **Handbook of self-regulation**. San Diego: Academic Press, 2000.

UM OLHAR PARA OS ESPAÇOS ESCOLARES MUNICIPAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ - QUE ESPAÇOS TÊM SE CONSTRUÍDO?

RIBEIRO, Luciana Siqueira

*Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) – UENF
lcnsiqueiraribeiro@gmail.com*

FARIA, Teresa Peixoto

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) –UENF
teresa.uenf@gmail.com*

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar uma mostra de dados apurados, a partir de uma pesquisa de observação de espaços escolares municipais, na localidade de Guarus, em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, face às Políticas Públicas de Educação. O interesse pela investigação surgiu como consequência de leituras e discussões acerca do espaço concebido/ percebido/ vivido, de Henri Lefebvre (2006). O trabalho procura refletir as alterações que ocorrem nas relações sociais nestes ambientes e possíveis implicações na aprendizagem dos alunos, bem como as práticas socioculturais. Utilizou-se a *observação participante* com atenção ao ambiente físico e às relações sociais ali presentes. A pesquisa de abordagem qualitativa foi orientada pelas reflexões de Ana Fani Alessandri Carlos (2007) sobre lugar, práticas sociais, espaço e tempo sociais no cotidiano e aporte teórico de Antonio Viñao Frago (1995), no tocante às percepções do espaço enquanto território.

Palavras-chave: Espaços Escolares; Práticas Sociais; Vigilância e Controle.

ABSTRACT:

The purpose of this work is to present a sample of data, based on an observation survey of municipal school spaces in the locality of Guarus, in Campos dos Goytacazes, state of Rio de Janeiro, in relation to Public Education Policies. The interest for the investigation arose from the reading and discussions about the space conceived / perceived / lived, of the author Henri Lefebvre (2006). The work seeks to reflect the transformations that occur in social relations in school spaces and its possible implications on student learning as well as social practices. *Participant observation* was used with attention to the physical environment and the social relations present there. The research of a qualitative approach was guided by the reflections of Ana Fani Alessandri (2007) on place, social practices, social space and time in the daily life and the theoretical contribution of Antonio Viñao Frago, regarding the perceptions of space as territory.

Key words: School Spaces; Social Practices; Surveillance and Control.

INTRODUÇÃO

O espaço escolar apresenta-se como elemento essencial para a formação do ser humano e, constitui fator que pode vir a interferir no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos dependendo das relações sociais estabelecidas entre alguns dos principais atores deste ambiente – alunos, professores e diretores, bem como as significações e ressignificações dadas a esses espaços. Segundo Frago (1995) “o espaço físico é, para o ser humano, espaço apropriado – território – e espaço disponível e habitado – lugar. Neste sentido, o espaço é uma construção social e o espaço escolar uma de suas modalidades de sua conversão em território e lugar” (p.69). Entender a relação da criança com o ambiente escolar na perspectiva deste autor é pensar a criança como sujeito de direitos e a escola como espaço da infância, assim este trabalho buscou investigar a concepção deste “lugar” em escolas de ensino fundamental I do município de Campos dos Goytacazes.

Situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, Camposé o maior município em extensão territorial do Estado, com uma área de 4.469km². É o mais populoso da região Norte Fluminense com aproximadamente 503.424 mil habitantes segundo dados estimados para o ano de 2018 e registrados no censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo censo é possível verificar também o registro de um total de 319 estabelecimentos de ensino fundamental na cidade, sendo que apenas 158 são da rede municipal de educação para atender aos alunos dos anos iniciais desde a educação infantil até o 9º ano de escolaridade.

O presente trabalho procurou refletir como a configuração dos espaços das escolas municipais Lions Goitacá e Branca Peçanha Ferreira, transformam as relações sociais, bem como possíveis implicações no ensino-aprendizagem. A necessidade desta reflexão surgiu a partir da inquietação e, porque não dizer, indignação, diante do atual quadro estrutural de algumas unidades escolares da cidade, nas quais já trabalhei e trabalho atualmente. Escolano (2017 p.202) diz que [...] “a instituição escolar foi se impondo como lugar universal para acolher e socializar toda a infância e juventude”. A intenção foi lançar luz sobre a utilização do espaço escolar como equipamento público e observar as práticas sociais que ali ocorrem e que, por vezes, contradizem documentos oficiais em relação aos objetivos da educação e verificar como está o acolhimento das crianças do município de Campos dos Goytacazes.

Seguindo os preceitos da Constituição Federal de 1988 (Art. 211, § 2º) e da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, é responsabilidade do município as atribuições e responsabilidades do Sistema Municipal de Ensino, que se relaciona com a atividade educacional deste ente federado, esclarecendo o que compete ao mesmo. Desta forma é necessária a elaboração de um Plano Municipal de Educação em consonância com a proposta de educação estabelecida na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Plano Nacional de Educação que contribua para uma educação de qualidade.

Diante do grande desafio de se pensar o Plano Municipal de Educação decênio 2009-2019, no município de Campos dos Goytacazes, muito se debateu sobre os desafios da elaboração e implantação de um Plano de Educação que buscasse “atender e responder às necessidades e aspirações do educando, familiares e sociedade como um todo, levando em conta limitações de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e legais, porém, sem abrir mão da ousadia necessária para projetar a educação em um novo patamar de qualidade”. Assim, os espaços físicos das escolas municipais foram contemplados como consta na versão final do Plano Municipal de Educação Lei 8.134 de 17 de dezembro de 2009 que, para a melhoria da qualidade da educação oferecida têm-se como meta 3 “a adequação de espaços físicos, equipamentos, brinquedos e material didático-pedagógico aos diversos níveis de escolaridade oferecidos pelas

instituições de ensino (p.23)”. Em relação ao ensino fundamental destaca-se a proposta de ações como - “substituir prédios escolares (públicos e privados) que não apresentem condições de funcionamento, bem como os imóveis alugados que não apresentem planejamento adequado para a função a ser exercida (p.23)”. Ainda segundo o documento essas ações deveriam ocorrer num prazo de dois anos contados a partir da data de publicação do mesmo.

No entanto, passados nove anos da publicação do Plano Municipal de Educação, pouco do que foi proposto se efetivou de fato para mudar a realidade dos espaços físicos da rede municipal de ensino. Ainda hoje é possível encontrar nas unidades pesquisadas, edificações pequenas e degradadas pelo tempo, pois foram concebidas na década de 1970, para atender uma educação de concepção tecnicista com função pragmática voltada para o utilitarismo. São prédios com precárias estruturas físicas, compostos por espaços reduzidos e alguns que se quer foram pensados para a atividade educacional. E mais, por vezes também observa-se professores que insistem em assumir uma postura impositiva em relação ao conhecimento diante dos alunos, dando ao ambiente um caráter “dogmático e autoritário” com salas de aula padronizadas, onde os alunos são recebidos e tratados de maneira uniforme, proporcionando assim poucos momentos para o despertar da imaginação do aluno.

A autora Mayumi Souza Lima (1979) considera que é “uma falsa verdade, a mística de que as crianças conseguem permanecer criativas quando todo o resto que as envolve está comprometido. Ao contrário, elas refletem – pelo menos já na idade escolar – todo o esquema de repressão e de autoritarismo e de divisão social em que os adultos vivem e que se reflete na escola” (p.79).

METODOLOGIA

O interesse pela investigação surgiu a partir da leitura e discussões acerca do espaço concebido/ percebido/ vivido, do autor Henri Lefebvre (2006), na disciplina “Tópicos Especiais em Estudos Urbanos: a política urbana brasileira”, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, da qual participei como aluna especial. Os estudos teóricos abordaram ainda temas como segregação, justiça espacial e Políticas Públicas.

Como procedimento metodológico utilizou-se a *observação participante* nas escolas, com atenção especial às condições do ambiente físico e às relações sociais entre os atores – alunos, professores, direção – ali presentes. A pesquisa de *abordagem qualitativa* foi orientada pelas reflexões de Ana Fani Alessandri Carlos (2007) sobre as noções de lugar, práticas sociais, espaço e tempo sociais no cotidiano. O escopo do trabalho conta, ainda, com o aporte teórico de Antonio Viñao Frago (1995), no que se refere às suas percepções do espaço enquanto território, bem como as preciosas contribuições contidas nas obras “Espaços Educativos: uso e construção, 1986, e A cidade e a criança, 1989” da autora Mayumi Souza Lima em que a autora apresenta suas reflexões no tocante a construção e uso dos espaços educativos para crianças, numa perspectiva do aluno como protagonista de sua aprendizagem, cuja leitura me foi indicada ao longo da pesquisa.

OS CASOS DE ESTUDO

Para desenvolver o estudo elegeu-se duas unidades escolares da rede municipal de ensino fundamental I em Campos dos Goytacazes anteriormente citadas. A escola pública constitui um elemento importante para toda sociedade, principalmente para as crianças pertencentes às camadas mais pobres da população, já que é nela que elas ampliam seu processo de socialização. O espaço físico reflete muito das subjetividades, marcas e percepções da relação existente entre a instituição e os que dela fazem parte, bem como sua conexão com a comunidade externa.

Em sua trajetória histórica a educação, seja pública ou privada, tem se alicerçado como fundamental instrumento de política pública no combate às desigualdades sociais, o que pode vir a possibilitar a ascensão social de parcelas da população. Daí a necessidade de se pensar uma Política de Educação capaz de assegurar às pessoas uma educação de qualidade e assim cumprir sua função social, e o espaço escolar é um elemento essencial nesse desafio por qualidade, como bem diz autor Antônio Viñao Frago:

(...) a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação de espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva - a de espaço - lugar - uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço - território (VIÑAO, 2005, p. 17).

O autor considera que os espaços escolares vão se constituindo e se resignificando a partir de seus usos e apropriações na convivência do dia a dia, em que uma memória é construída por quem ocupa esses lugares - alunos, professores, diretores e demais sujeitos - e por ali deixam suas marcas, por conseguinte, vão contar a história destes lugares. Para Henry Lefebvre (1971), é necessário se pensar na temporalidade dos espaços e que “‘o nosso espaço’ é apenas um entre os possíveis (p.124)”. Mayumi Souza Lima chama de espaço educativo aquele que se torna a partir das apropriações pelos que fazem uso do mesmo. Em seu texto “Algumas reflexões sobre construções escolares” (1983) a autora diz que:

Todo espaço que possibilite e estimule positivamente o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir conseqüente, é um espaço educativo. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação dos seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra (p.2-3).

As reflexões destes autores dão a dimensão das possibilidades e pluralidade de entendimento do que é ou pode vir a ser um espaço escolar. De como esta nomenclatura está diretamente ligada a vivência dos que dele vão ocupar, se apropriar, experimentar. Tais concepções nortearam as observações da pesquisa desenvolvida, particularmente no ambiente das duas unidades escolares, marcadas por uma diferença tocante às sociabilidades e relações pedagógicas ali experimentadas.

Enquanto a unidade escolar Lions Goitacá funciona há seis anos em imóvel alugado, a escola Branca Peçanha funciona em prédio próprio desde sua inauguração, o que considero um fator importante na relação dos sujeitos com seus “lugares”.

Em seus questionamentos sobre espaços escolares, Mayumi Souza Lima propõe transcender a perspectiva normalmente entendida do espaço escolar como - um lugar físico específico concebido para o aprendizado. Foi com esse olhar ampliado sobre o espaço escolar que a investigação transcorreu. Numa perspectiva geográfica buscou-se ainda a contribuição do geógrafo Milton Santos (1977) sobre o espaço como produção humana numa relação dialética com a natureza. Para o autor o espaço geográfico é o cotidiano, o “espaço banal” de todos, carregado de símbolos e significações e são esses atributos que vão dando as especificidades aos lugares. Escolano (2001) se reportando ao espaço escolar, diz que este pode ser entendido como um “construto cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos (p.07)”.

OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS

A escola municipal Lions Goitacá, está funcionando atualmente num prédio localizado no bairro Parque Niterói, periferia da cidade de Campos dos Goytacazes e atende a 309 alunos oriundos de famílias de baixa renda, com pais ou responsáveis com pouca escolaridade. Seu prédio próprio data do ano de 1976, e foi uma doação feita à prefeitura pelo Lions Clube de Campos, um clube de serviços local cujos participantes eram bem ativos em suas ações na escola até os anos 2000.

A unidade escolar está organizada em dois ciclos de aprendizagem com 65 alunos matriculados na educação infantil e 244 alunos nos anos iniciais (1º ao 5º ano), são quinze turmas atendidas em dois turnos. A escola tem funcionado desde o ano de 2013 em edificações alugadas devido à interdição de seu prédio próprio por falta de condições estruturais de funcionamento. Até o presente momento, a referida escola já ocupou dois prédios em bairros distintos, ambos sem planejamento para um bom atendimento aos alunos bem como o pleno desenvolvimento de atividades pedagógicas. Por conseguinte, esta transitoriedade de lugar impossibilita o fortalecimento de vínculos com o ambiente, não se observa o sentimento de pertencimento por parte da comunidade escolar.



Figura 1. Prédio alugado e prédio próprio. Fonte: Luciana(2008).

O primeiro imóvel alugado possuía um ambiente pequeno, insalubre, com pouca luminosidade e um número insuficiente de salas de aula. Havia uma insatisfação entre toda comunidade escolar, tanto a interna como a externa, o que culminou na mudança em 2016 para outro imóvel.

O prédio atual é mais amplo, porém também apresenta problemas estruturais e condições precárias de higiene, totalmente em desacordo com os manuais e cartilhas oficiais que orientam a construção de prédios escolares.

Estas orientações visam atender às normas e padrões técnicos que possibilitariam um ambiente mais adequado à aprendizagem e dar uma condição de uso mais confortável e acolhedora, ainda que tais critérios partam somente do entendimento de profissionais como arquitetos, engenheiros sobre o espaço.

Mas, e o educador? E o educando? Não se trata de negar ou questionar a importância de tais profissionais, mas sim pensar naqueles que de fato vão significar o espaço e são pouco ou quase nada partícipes das decisões que envolvem a complexidade de um ambiente escolar.

Diante do exposto, a educação oferecida aos alunos nesta unidade se limita a momentos de atividades rotineiras e obrigatórias, com poucos períodos de lazer ou possibilidade de aulas diversificadas em ambiente mais adequado à aprendizagem.



Figura 2. Refeitório e quadra de esportes. Fonte: Luciana (2018).

Este reducionismo da educação bem como seus processos pedagógicos são evidenciados no pequeno fragmento abaixo, escrito por Lefebvre nos anos setenta, em que o autor reflete sobre como os conteúdos são ensinados, o que acabam por conformar os alunos numa estrutura repressiva e de inércia:

Os métodos, os locais, a arrumação do espaço, reduzem o aluno à passividade, habituando-o a trabalhar sem prazer [...]. O espaço pedagógico é repressivo, mas esta 'estrutura' tem um significado mais vasto do que a repressão local: o saber imposto, 'engolido' pelos alunos, 'vomitado' nos exames, corresponde à divisão do trabalho na sociedade burguesa, serve-lhe, portanto de suporte. (LEFEBVRE, 1973, p.59)

A citação acima dialoga bem com a situação vivenciada pelos alunos - com as devidas proporções - das escolas observadas, posto que estes discentes são recebidos em espaços concebidos limitados que impossibilitam as interações sociais, desqualificando assim o local onde as relações sociais poderiam se materializar. Esta percepção é corroborada por Ana Fani quando diz que "a possibilidade do entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir de materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização" (FANI, p.41, 2007).

Durante as observações na escola Municipal Lions Goitacá, 18 alunos do segundo ano do ensino fundamental I com idades entre 8 e 9 anos, estudantes do turno da manhã, foram ouvidos e puderam se expressar livremente sobre suas percepções do espaço da escola e como se sentiam em relação aos colegas, professores, diretora, vice-diretora e demais colaboradores. Inicialmente eles se sentiram inibidos em falar, porém logo que o primeiro aluno falou os outros se sentiram à vontade e também expressaram suas opiniões. Duas insatisfações são recorrentes entre as queixas dos alunos, eles disseram que "sentem falta de brinquedos" na escola e que gostariam que "a escola tivesse mais cor, alegria". Eles foram bem enfáticos ao expressarem a não empatia com a atual diretora que, segundo eles "não deixa brincar na

quadra". As declarações das crianças reforçam a não compreensão do espaço escolar como também lugar de convívio e diversão, onde as crianças passam algumas horas do dia.

A escola municipal Branca Peçanhase localiza no bairro Eldorado, região também de periferia da cidade, recebeu esse nome em homenagem à mãe do campista Teotônio Ferreira de Araújo¹ que era vice-governador na época.



Figura 3. Vista aérea da escola Branca Peçanha Ferreira. Fonte: Google Street View (2018).

A unidade escolar funciona desde a sua fundação, em abril do ano de 1976, em prédio próprio e atende 970 alunos matriculados em dois ciclos de aprendizagem divididos nos turnos da manhã e da tarde, desde a pré-escola até o quinto ano de escolaridade do ensino fundamental I. Este bairro fica numa área de grande disputa por território devido aos conflitos provenientes de facções do tráfico de drogas. Por vezes a escola fica impedida de funcionar para preservar a integridade física de alunos, professores, diretores e demais profissionais em função destas disputas no entorno da escola.

O que chama a atenção na edificação desta escola é a quantidade de grades em todo o espaço escolar. Os ambientes são separados uns dos outros por este aparato, o que impede a livre circulação dos alunos na escola. Segundo Frago (1995, p.71), "ao estruturar ou modificar a relação entre o interno e o externo ao meio escolar – as fronteiras, o que fica dentro e o que fica fora –, ou seu espaço interno –, ao abrir ou fechar, ao dispor de uma maneira ou outra as separações e os limites, as relações e comunicações, as pessoas e os objetos, estamos modificando a natureza do lugar". Em razão desta decisão pelo cerceamento do livre deslocamento, o espaço vivido desta unidade deixa de ser local de troca de experiências e convívio, para ser um espaço de segregação, limitado e compartimentado.

¹ Teotônio Ferreira de Araújo Filho foi um advogado, administrador público e político brasileiro. Nasceu em Morro do Coco, 12º Distrito de Campos dos Goytacazes em 01 de maio de 1918. Bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Niterói em 1939 e, em 1947 elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte do estado do Rio de Janeiro, pela União Democrática Nacional, e tornou a obter um mandato pelo PDC nas eleições em 1954, 1958 e 1962. Foi eleito vice-governador na chapa de Paulo Torres, vindo a assumir o governo do estado em 12 de agosto de 1966, quando Torres deixou o cargo para se candidatar a uma vaga no Senado Federal. Sua gestão terminou em 31 de janeiro de 1967. Em 1970, o General Médici nomeou Raymundo Padilha para governador do Rio de Janeiro e novamente Teotônio foi eleito vice-governador até 1974. Faleceu em 10 de setembro de 1978.



Figura 4. Acesso ao refeitório e grade separando o pátio. Fonte: Luciana (2018).

Tal cenário reflete uma situação preocupante em razão do contexto da comunidade local, com um histórico de violência cotidiana, e até mesmo as circunstâncias familiares de alguns alunos – alguns têm histórico de privação da liberdade. Para muitos destes alunos a escola é mais que um espaço de aprendizagem – é o espaço da segurança, do afeto e da infância.

É a escola servindo de aparelho conformador como bem observa Mayumi Souza Lima (1989, p.11) quando diz que “há, em todos os lugares, como que a obsessão do controle que perpassa todos os nossos comportamentos adultos em relação à criança; precisamos sentirmo-nos donos da situação, ter presente todas as alternativas que a criança poderá escolher, porque só assim nos sentiremos seguros”. Essa análise dura e até mesmo cruel parece absurda num ambiente escolar, mas não é. Percebe-se nitidamente esse controle em relação às atividades das escolas e suas rotinas, visivelmente na rede municipal de ensino, e principalmente nas escolas observadas.

A inexistência de um horário reservado ao recreio, por exemplo, é outra forma de controle deste espaço concebido. Nas duas unidades observadas, a justificativa pela falta de um momento para recreio dos alunos, fica por conta do “medo” que a maioria dos gestores têm de que alguém se machuque, então fazem com que sejam negadas às crianças as experiências de troca, a livre brincadeira e o exercício da criatividade e o faz de conta, muito exercitados nos momentos de recreio. Em suas reflexões sobre o espaço escolar a autora Mayumi (1989, p.11) contribui para o entendimento de tais atitudes dos gestores ao dizer que: “a liberdade da criança é a nossa insegurança, enquanto educadores, pais ou simplesmente adultos e, em nome da criança, buscamos a nossa tranquilidade, impondo-lhe até os caminhos da imaginação”.

A criança percebe o espaço a partir de seus sentimentos e emoções bem como sua relação com o mundo. É na escola que ela amplia seu círculo social e afetivo, a partir da empatia com seus colegas, professores, diretores e demais sujeitos deste ambiente.

É no espaço físico que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas; e ao fazê-lo esse espaço material se qualifica. (...) O espaço material é, pois, um pano de fundo, a moldura, sobre o qual as sensações se revelam e produzem marcas profundas

que permanecem, mesmo quando as pessoas deixam de ser crianças. É através dessa qualificação que o espaço físico adquire uma nova condição: a de ambiente. (LIMA, 1989, p. 13)

As observações feitas nas escolas Lions Goitacá e Branca Peçanha Ferreira, revelaram ambientes nada qualificados, cujos espaços físicos denunciam a urgência da necessidade de um cuidado mais responsável por parte do poder público.

CONSIDERAÇÕES

A escola é uma dimensão da vida do ser humano e, portanto, não merece ser negligenciada. Partiu-se da indagação: Como estão hoje os edifícios escolares do município de Campos dos Goytacazes, especialmente das escolas Lions Goitacá e Branca Peçanha? Como resposta observou-se ambientes incompatíveis com os objetivos propostos na meta 3 do Plano Municipal de Educação em relação às edificações escolares do município que datam dos anos 70. Não se observou adequação dos espaços com equipamentos ou brinquedos pedagógicos assim como a substituição de imóveis alugados. São espaços escolares frios, infecundos diante dos fins da educação – liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber – garantidos na Constituição Federal de 1988 e reafirmados do art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Atualmente na rede municipal de ensino em Campos dos Goytacazes percebe-se um empobrecimento destes espaços escolares concebido-se uma transitoriedade de lugar, visto que alguns prédios são alugados. Por conseguinte, fica prejudicado o fortalecimento de vínculos com esses ambientes, não se percebe o sentimento de pertencimento, a dimensão do vivido por parte da comunidade escolar, já que esses espaços foram concebidos num contexto de uma educação que não era para todos, portanto havia uma demanda de espaço bem menor que hoje, quase cinco décadas depois.

É essencial se repensar a construção e usos dos espaços escolares, no município de Campos dos Goytacazes, e suas possibilidades como locus de saber e interação social; considerar suas edificações como espaços de tempo de vida fundamental para as crianças que estudam nessas escolas. Julgamos que pensar os espaços escolares na perspectiva de Frago (1995, p.69), quando destaca que “o espaço físico é, para o ser humano, espaço apropriado – território – e espaço organizado e habitado – lugar”; que “o espaço é uma construção social e o espaço escolar uma das modalidades de sua conversão em território e lugar”, nos ajudaria a entender que o espaço “nunca é neutro, mas um sinal, símbolo e traço da condição e das relações daqueles que o habitam; “o espaço diz e se comunica; portanto, educa”, e assim considerar o edifício escolar como parte integrante da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-ato2004>>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

ESCOLANO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia/ Agustín Escolano Benito**; [tradução e revisão técnica Heloísa Helena Pimenta Rocha, Vera Lúcia Gaspar da Silva]. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 26 out. de 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. **"A criança e a percepção do espaço"**, in. *Cadernos de Pesquisa*, Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, n.31, pp.73-80. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, Cortez Editora, dezembro 1979.

Plano Municipal de Educação. **Lei 8.134**, 17 de dezembro de 2009

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

_____. Antonio. **Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada**. In: BENCOSTTA, Maucus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Antonio; ESCOLANO, Austin. **Currículo, espaço subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Riode Janeiro: DP&A, 2001.

IMPACTOS SOCIOEDUCACIONAIS CAUSADOS PELA FRAGMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

MACHADO, Francine de Souza

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro
franfran.machado@gmail.com)*

MARTINEZ, Silvia Alicia

*Professora Associada do LEEL – Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
silvia-martinez@hotmail.com*

RESUMO

Este artigo descreve que a atual conjuntura apresentada pela educação infantil nacional, marcada pela polarização e diferenciação dentro de uma modalidade (creches para crianças com idade 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças com idade de 4 a 5 anos), pelo corte etário, não são eventos da contemporaneidade. Fazem parte do percurso histórico da educação infantil no Brasil e ainda estão presentes nos dias atuais. Também é descrito parte da minha pesquisa para a dissertação de mestrado em andamento sobre o histórico da educação infantil no município de Campos dos Goytacazes, no final dos anos 80, quando na efervescência da última etapa da ditadura militar um movimento político chamado Movimento Muda campos, almejava mudanças para diversos setores e para a educação propuseram uma educação infantil para todas as crianças de caráter integral, chamaram de Centro de qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Infantil. História.. Políticas Educacionais. Corte Etário. Políticas Sociais

ABSTRACT

This article describes the current situation presented by the national child education, marked by polarization and differentiation within a modality (kindergartens for children aged 0 to 3 years old and pre-schools for children aged 4 to 5 years), by the are not contemporaneous events. They are part of the historical course of early childhood education in Brazil and are still present today. Also described is part of my research for the ongoing master's degree dissertation on the history of early childhood education in the municipality of Campos dos Goytacazes in the late 80's when in the effervescence of the last stage of the military dictatorship a political movement called Movimento Muda Campos, sought changes for various sectors and for education proposed a child education for all children of full character, called the Center for quality of life.

Key-words: Child Education. History. Educational Policies. Age Cut. Social Politics

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem relações com as múltiplas determinações da reprodução da vida social, correspondendo todo seu trabalho à criança e sua história, sua família, à população, o trabalho e aos meios de produção. Esta modalidade educacional atendeu durante anos as vertentes assistencialistas, higienistas, compensatórias e educacional de acordo com as demandas e exigências de cada época.

Kramer (2003, p. 47) divide didaticamente a história de atendimento à criança brasileira em duas partes. - Na primeira, desde o descobrimento até os anos de 1930, analisa o atendimento à criança brasileira de zero a seis anos, observando uma valorização gradativa da Infância e o reconhecimento da necessidade de atendê-la desde uma perspectiva médico sanitário. Nesta fase, se destaca o cunho religioso, com maior preocupação com a criança, sua higiene, sono e alimentação, além da importação das ideias francesas sobre a construção de creches para o atendimento das crianças pobres cujas mães trabalhavam, já no século XX.

Na segunda etapa histórica do atendimento à criança, de 1930 a 1980, Kramer (2003, p. 47) identifica a concretização dos trabalhos de assistência social e educacional à infância considerando, principalmente, o “desenvolvimento nacional”, com o crescimento e multiplicação de órgãos estatais destinados ao atendimento da criança de zero a seis anos.

O surgimento da primeira referência de creche no Brasil, segundo Kuhlmann (2010, p. 471), foi registrado no jornal *Mãe de Família*, na matéria “a creche (asilo para a primeira infância)”, onde o autor da matéria Koussuth Vinelli, médico da Santa casa de Misericórdia do Rio de Janeiro chama a atenção das mães de família para a importância das creches. Mas a preocupação mais efetiva era o problema criado pela lei do ventre livre (1871) e as transformações das relações de trabalho no país, que criou uma situação para mães pobres que necessitavam trabalhar, e ter um local adequado para deixarem seus filhos enquanto não alcançavam a idade para frequentar a pré-escola. Definindo a creche como instituição educacional no país, para crianças até 2 anos, representando um complemento para a escola primária, salas de asilo para a segunda infância dos 3 aos 6 anos e a escola primária.

[...] Pressupõe conhecer, num primeiro momento, as marcas do processo de criação e expansão dessas instituições na Europa e Estados Unidos, procurando mostrar que tanto as creches como as escolas maternais tiveram uma preocupação com as questões pedagógicas e não somente com os cuidados da criança. Este posicionamento derruba o discurso de que, na sua origem, essas instituições tiveram apenas uma função assistencialista, diferenciando-se de outros estabelecimentos, como, por exemplo, os jardins de infância, que, já na sua criação, apresentavam um trabalho voltado não só para os cuidados infantis, mas para um trabalho eminentemente pedagógico. (PASCHOAL, 2009, p. 79).

Segundo Pardal (2005, p. 60) “O termo ‘creche’ é tomado emprestado da língua francesa, na qual também designa presépio”. Na realidade, não foram apenas as palavras *crèche*, ou *salle d’asile*, que a França forneceu ao Brasil, mas a ideia de finalidade e funcionamento destas instituições. Portanto para Pardal (2011, p. 63) o médico Dr. Vinelli, inspirado nas ideias francesas, introduziu a creche para atender à mesma população da roda dos expostos, os filhos de escravas, ou ex escravas, que estavam subordinadas ao trabalho. Para as crianças bem nascidas, elas eram amamentadas e cuidadas pela própria mãe em casa até atingir a idade de frequentarem os jardins de infância (salas de asilo, kindergarten) e a escola primária. Assim as regras estavam bem definidas: para as mulheres com posses o exercício da maternidade em plenitude, e para as pobres, o trabalho.

As escolas maternas, segundo Kuhlmann (2005), também de origem francesa, eram chamadas de salas de asilo e foram instituições criadas para atender crianças a partir de 2 a 3 anos. O jardim de infância no Brasil, surge no final da época imperial e o nascimento da república Monarca (2001), pontua que devido a eventos ocorridos na época como o jacobismo político, a revolta armada, a revolução federalista, a revolta de canudos, associado a implantação do trabalho assalariado, aumento da população e a necessidade da gestão da sociedade burguesa, geraram urgências sociais e a cristalização do governo político como administrador. Assim para Machado (2010), a escola no Brasil, foi proposta para a modernização, havia a urgência de educar o homem livre, o escravo, além do imigrante para a garantia da mão de obra e atender os interesses da burguesia.

De acordo com Monarcha (2001) foi neste ambiente finissecular, que nasce a Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo em 1894, com a sua ampliação em 1897 passa a sediar a Escola-Modelo Complementar e é inaugurado o Jardim de Infância, na época era único em seu gênero no país, e tinha a finalidade de educar crianças com idade entre 4 e 7 anos, no pensamento do pedagogo alemão Friedrich Wilhem August Froebel, onde o jardim de Infância (*Kindergarten*) tinha como objetivo propiciar a educação dos sentidos das crianças com jogos, cantos, marchas, pinturas etc. No Rio de Janeiro, segundo Monção (2015), o decreto n.7247 de 1879 solicita a criação de jardins de infância para a educação dos meninos e meninas de 3 a 7 anos e com esta legislação pode-se pensar que a oferta de jardins de infância pelos municípios passa a ser obrigatória, também seguia o pensamento de Froebel.

Veiga (2007), decorre sobre as matérias escritas pelas professoras para a Revista do Jardim de Infância, na publicação de 1896 sobre planejamento e ações pedagógicas, onde propunham uma sugestão de rotinas de atividades diárias que incluía desde a entrada a sistematização do trabalho didático diário. Segundo Arce (2002), Froebel denominou as instituições de *Kindergarten*, porque para ele a infância assim como a planta deveria ter uma atenção de receber água, nutrientes, sol, ter um bom solo... em equilíbrio realizados pelas jardineiras que sabem cuidar e "ouvir" as necessidades das plantas. Em sua pedagogia, não somente os jardineiros e os jardins de infância têm o papel fundamental na formação da criança, a família, a religiosidade, cabendo ao educador respeitar a natureza, a ação de Deus e a manifestação espontânea do educando.

No final do século XIX e início do século XX, as correntes higienistas e de eugenia associaram educação, medicina e higiene fundando algumas instituições que propagavam e praticavam as condutas higienistas nas crianças, e na sociedade em geral.

De acordo com Junior e Carvalho (2012) entre elas está a ABE (Associação brasileira de educação) fundada em 1924 composta por intelectuais da época (Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros), pretendiam fazer da educação institucionalizada um meio para a transmissão de valores da época, como a higiene, moral e patriotismo, compreendendo a ação educacional como uma obra de saneamento.

Sobre este período Kuhlmann (2010), decorre sobre Alfredo Ferreira de Magalhães, médico baiano, diretor da filial do IPAI (Instituto de proteção e assistência à infância), precursor da eugenia no Brasil, em suas reflexões se deslocava do lugar de médico para o de educador e anunciava a ênfase que a pedagogia começou a dar a psicologia, à higiene, ao desenvolvimento físico como base da educação como fonte de revigoramento da raça. O Dr. Arthur Moncorvo Filho, diretor do IPAI- RJ, funda em 1919 o importante Departamento da criança (DCB), que registrava e estabelecia um serviço sobre as instituições privadas ou oficiais dedicadas à proteção direta ou indireta a infância.

Com a expansão das creches e jardins de infância pelo país, ocorreu a necessidade da formação das normalistas para atendimento deste público. Destaca-se os feitos da educadora Heloísa Marinho, que entre outras atividades lecionava no Instituto de Educação do Rio de Janeiro como assistente de Lourenço Filho e em 1949 inaugura o curso de especialização em educação pré-primária, consolidando os estudos da criança. Ela também publica o livro *Vida e Educação no Jardim de Infância* que fez correlação com o livro de Dewey *Vida e Educação* e propõe a expansão da educação pré-primária nos diversos locais do estado da Guanabara. (KULHMANN, 2010)

Segundo Kramer (2003, p.47) nesta fase são criados o Ministério de Educação e Saúde Pública, o Departamento Nacional da Criança, o Serviço de Assistência a Menores (SAM), substituído pela Fundação Nacional do Bem - Estar do Menor (FUNABEM), a qual fiscalizava a execução de políticas a cargo das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Entre outras, surge em 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que com seus projetos incentivou a educação infantil de massa através do projeto chamado “casulo”, já nos anos 70.

Para Romanelli (1986), a década de 60, foi um período de tentativa de equilíbrios e tensões de empresários, estado, governos, forças armadas e sociedade organizada, que acabaram definindo a penetração intensa do capital internacional no Brasil. Propulsado por dois motivos: a implantação da indústria de base e deteriorização dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média, que corroboraram para a associação da educação, qualificação e trabalho para atender as empresas. A autora escreve que a partir desse momento a educação “passa a ser encarada como único caminho disponível para as classes médias”. Então passa-se a adotar um modelo educacional para o desenvolvimento econômico que se iniciava no Brasil.

Com a primeira versão da Lei das Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/ 61, publicada no governo de João Goulart, a educação infantil foi abarcada em seus artigos 23 e 24 tratada de educação pré-primária, para atender crianças menores de até sete anos em jardins de infância ou maternais, também expressava que empresas que tinham mães em seus serviços com crianças menores de sete anos seriam estimuladas a manter por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Na visão de Rosemberg (2001) o Brasil teve um “infeliz casamento entre os organismos intergovernamentais e o governo militar no campo da educação infantil de massa dos anos 70”. Porque tudo ocorreu, no cenário da guerra fria e esses órgãos bombardearam os países subdesenvolvidos na elaboração de políticas sociais na área da infância e dos direitos reprodutivos. Portanto para ela, a guerra fria embasou a ideologia da Doutrina Brasileira de segurança nacional (DSN) e as propostas de desenvolvimento da comunidade (DC). Que foram as bases para o projeto casulo, primeiro programa brasileiro de educação infantil de massa, implantado pela Legião da Brasileira de Assistência (LBA) em 1977. Esses organismos tentavam agir diretamente nos “bolsões de pobreza”, que para eles, os pobres eram alvos frágeis para atendimento das concepções comunistas.

Em 1971 é promulgada a segunda LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692 de 1971, que implantou o primeiro grau de oito anos e segundo KUHLMANN (2010) levou consequências desastrosas para a educação infantil, pois a escola de oito anos manteve as formas clássicas de organização, com professores por disciplina a partir da 5ª série e utilizou o verbo “velar” para tratar sobre a educação infantil, ou seja: “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior recebam educação em escolas maternais, jardins-de-infância e instituições equivalentes.”

Assim é mantido o status da educação infantil até parte dos anos 80, onde as discursões democráticas se amplificam. Porém entre 1982 e 1985, com o fim da ditadura militar, e a instalação dos partidos políticos, segundo Ghiraldelli (2003), com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), onde algumas figuras participantes se destacaram em busca de uma política educacional diferenciada do que era proposto até então. Portanto, no governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, buscou-se desenvolver através do pensamento pedagógico do antropólogo Darcy Ribeiro uma linha própria de política educacional, que entre muitas vertentes estava incluída a educação em tempo integral.

Essa educação teria local e denominação própria: Brizolões ou CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), segundo Ghiraldelli (2003) eram escolas de tempo integral voltadas para a infância pobre carioca e fez com que os políticos se dedicassem a educação dos populares.

É neste contexto, que a política educacional proposta por Brizola e Darcy Ribeiro, se relaciona com a política educacional do município de Campos dos Goytacazes no início dos anos 90, precisamente, após a promulgação da constituição de 1988 e a eleição do prefeito Anthonny Garotinho. A qual descreverei nas próximas linhas.

RESULTADOS PRELIMINARES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a pesquisa em curso, sobre as políticas de educação Infantil no município de Campos dos Goytacazes nos anos 80 e a situação atual (desdobramento da 9394/96 e suas alterações: lei Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – que aumentou para 9 anos o ensino fundamental) e Lei nº 12.796, de 2013, que fragmentou a educação infantil através do corte etário: de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 5 anos em pré-escola), está sendo realizada uma pesquisa de metodologia qualitativa, utilizando como instrumentos entrevistas semiestruturadas para a coleta de informações acerca da história de vida que se relaciona com a história local, a história do tempo presente e em fase posterior análise documental.

A valorização da história local do interior contracenando junto a história nacional da educação na época determinada nos permite descrever as peculiaridades, as características localmente assumidas e desempenhadas e assim contribuir de alguma forma para a história como um todo. Assim a história do tempo presente segundo Ferreira (2010, p 21), “constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social.”

No final dos anos 70, e início dos anos 80, surge em Campos, um grupo militante proveniente de organização estudantil, com o objetivo de enfrentar o final da ditadura militar, denominada, movimento Muda Campos. Este movimento foi o “divisor de águas” para as políticas governamentais como um todo no município. Conseguimos entrevistar dois ex-membros que atuam em secretarias municipais. O primeiro, o Fernando Leite¹:

Minha trajetória política começa com movimento Estudantil no final da década de 70, o país ainda vivia sob o tacão da ditadura militar. E eu comecei a fazer política efetivamente no Liceu. Abrimos como primeira medida o diretório do Liceu (LAICE) e iniciamos um processo de enfrentamento, guardando as proporções da nossa realidade microrregional contra o governo Militar. Do movimento estudantil, passei para o movimento artístico... sou poeta e nós escrevíamos pra teatro e usávamos o método de Augusto Boal, (...)A ponto da prefeitura da época fechar o teatro de bolso e nós abrímos, como gesto de rebeldia... daí nós nos organizamos num partido político que

1 Entre diversas funções públicas assumidas, em 1990 foi deputado estadual, pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Segundo ele mesmo, sempre foi radialista, poeta, ator, escritor e está como subsecretário de Governo.

estava surgindo na época, o PT (Partido dos Trabalhadores), nós fomos fundadores do PT em Campos, e passamos para o movimento sindical e nos trabalhos nas rádios... (LEITE, Fernando. Fernando leite: entrevista [agosto/2018])².

A história de vida do Fernando e sua atuação militante na sociedade campista colabora com o desenrolar histórico pela luta por uma educação inédita na nova Campos que iria surgir.

O vazadouro do movimento partidário no início da década de 80 foi o movimento político chamado Muda Campos. Esse movimento político é um marco regulatório, ele marca o fim da política coronelista, personalista, decadente econômica no município de Campos e abre o novo período político. Porque? Porque, qual era o cenário político de campos? Nós tínhamos em campos a indústria açucareira, que ditava a economia e, por conseguinte ditava política, os usineiros eram a elite econômica do município e a elite política do município. Nós tínhamos a igreja católica tradicionalista fortíssima, um dos maiores nomes da igreja tradicionalistas o D. Lefer, foi Bispo de Campos, o berço da TFP (tradição família propriedade), era uma organização da Igreja Católica anticomunista ferrenho e intolerante. Nós tínhamos os governantes da época que se revezavam: o Zezé Barbosa e Rockefeller de Lima e esse movimento Muda Campos, com a figura de maior projeção porque já era um ativista político sindical de rádio e de teatro e era do nosso grupo, o Anthonny Garotinho, nós fundamos o movimento Muda Campos e o elegemos Deputado Estadual, em 1986. (LEITE, Fernando. Fernando leite: entrevista [agosto/2018]).

Fatos como o término da ditadura, a Constituição de 1988, a eleição do Anthonny Garotinho, associado ao movimento Muda Campos, intelectuais campistas que tiveram contato com Brizola e Darcy Ribeiro propiciou o surgimento da educação infantil especificamente campista. Os chamados CQVs (Centro de qualidade de vida). Para este ponto, o segundo entrevistado é o Mario Sergio, arquiteto e na época foi assessor de projetos especiais na prefeitura de Campos:

Um dia, Garotinho, me chama lá no gabinete dele e diz: 'Mário, eu quero fazer, uma escola diferente...uma fachada'...na cabeça dele era marketing... e me deu esta incumbência... Eu sou um arquiteto que pensa no desenho da Instituição, pensei no modelo, e pensei numa experiência que tive no Rio de Janeiro com o Circo Voador, que era um coletivo onde funcionava 24 horas por dia. Então quando pensei nessa nova Instituição, pensei nessa experiência que eu tinha tido com o circo voador... não era uma escola convencional. Na época, nós éramos o que se tinha de vanguarda! Eu fiz na verdade não uma escola com fachada bonita, eu montei algo (posto de saúde com uma creche e berçário) - A mãe chegava e já identificava que estava grávida, então já tinha este recorte para o centro de forma completa. Tratar a criança desde o útero até a escola. (SÉRGIO, Mario. Mario Sergio: [entrevista/ agosto 2018])³

Assim de acordo com a entrevista do Mario, percebe-se, que a criação desses centros, não tinha somente o cunho pedagógico-educacional, mas também de saúde. Refletindo um pouco e associando aos eventos históricos nacionais, encontramos nuances higienistas.

Mas não ficaria, somente nisso. Em princípio pensei num espaço, onde seria uma sala de cultura, alfabetização de adultos, ele funcionaria 24 horas por dia e a noite viraria a sala de estar da comunidade. Os adolescentes veriam filme... Pensei que poderia ser tudo junto... educação, saúde, cultura... porque nessas comunidades afastadas não tem isso. Um bem público novo. Essa era uma ambição, mas o projeto ficou caro e o Anthonny, pediu para cortar... então cortei e fiz um projeto que tinha uma identidade própria e única. Não havia nada igual no Brasil. Tanto é que quando fomos apresentar o projeto para o Darcy, ele disse (imitou a voz do Darcy) é isso que quero dizer, atendimento desde o útero materno... vou levar para o Brizola. Aí pegou aquele projeto que era pra

2 Entrevista concedida por Fernando leite. Entrevista 1. Entrevistador: Francine de Souza machado. Campos dos Goytacazes 2018. Arquivo mp3 (35 minutos.)

3 Mario Sergio, atual subsecretário de desenvolvimento econômico, arquiteto e idealizador dos centros de qualidade vida, nos anos 90.

colocar dentro de cada pracinha, foi levado para o Brizola que leva ao Collor de Mello que constrói os CIACS. Então a genealogia dos CIACs foi os CQVs Campistas. (SERGIO, Mario. Sergio Mario: [entrevista/ agosto 2018])

Dessa forma, a política de educação infantil de campos nos anos 90, associou em um espaço saúde e educação. A princípio pensado também como um espaço cultural, mas devido ao corte necessário, não foi desempenhado. Porém há de se escrever que foi um projeto inovador, ousado e focado no atendimento de crianças desde o útero e suas famílias.

Com o advento dos CIEPs (Brizolões), a ideia era formar uma rede entre os CQV's e os CIEPs:

Fazíamos um link com os CQV's e os CIEPs, então nós já éramos nesta época do PDT (Partido do Brizola) o Brizola institui o Darcy Ribeiro para o programa dos CIEPs, que é a escola de tempo integral e nós acabamos fazemos uma espécie de um cinturão da educação e poderia ter sido (suspiros..) muito, muito muito mais do que acabou sendo. (LEITE, Fernando. Fernando leite: entrevista [agosto/2018])

Os centros de qualidade de vida pertenciam a Secretaria de Promoção Social vigoraram no município de campos até o ano de 2001, e seu término foi gradativo. Nesse interstício surge a atual LDB 9394/96, vários documentos do MEC em torno da infância e seus parâmetros, o ensino fundamental de 09 anos e aos poucos o modelo inovador dos CQVs, foram substituídos pelas creches. Denominadas como creches modelos, que atendem em conformidade com a lei até 3 anos e 11 meses. E a pré-escola, em escolas ou nos prédios dos antigos CIEPs municipalizados.

Pois bem, repete-se o mesmo quadro do início da história da Educação Infantil nacional (século XIX), com a permissividade da lei, mas isso não impede de fazermos as críticas necessárias sobre a política de Educação Infantil implantada. Principalmente em um município que em menos de 20 anos modificou a sua estrutura de políticas de Educação Infantil, refletindo diretamente nas famílias e nas crianças.

Para as crianças, ocorrem duas situações: a pedagógica, onde alguns pensadores apontam para a especificidade da Educação Infantil, em torno da construção do termo e ideia da infância (local, aprendizagem diferenciada, e horários, etc.) e a outra situação é no campo da assistência, obviamente para aquelas que precisam e que ao completarem 4 anos serão transferidas para uma pré-escola e poderão passar por alguma privação, que poderia ser atendida no espaço das creches.

Já as famílias, com as suas características (muitas compostas por mulheres, responsáveis pelo sustento da casa) ficam desprotegidas, uma vez que seus filhos ao completarem 4 anos precisam encontrar formas e locais para deixá-los para trabalharem.

Sabemos que a sociedade segundo Castell (1998), passa por uma nova instabilidade, devido ao fim da sociedade do trabalho, que gera a desfiliação e vulnerabilidade. Ou seja, estamos falando do desemprego ou ainda dos trabalhos informais que expõe as famílias. Observe: as famílias que precisam de fato de uma creche que acolha com a faixa etária um pouco mais ampla que 3 anos. Portanto essas famílias estão desprotegidas.

Desta forma, em relação à pesquisa em desenvolvimento, algumas questões possuem um direcionamento para a análise, enquanto outras estão se desenrolando. Mas já exprime que a Educação Municipal Infantil na década de 90, por esforços de pessoas que acreditavam que com o nascimento da democracia tudo poderia ser modificado e democratizado. A partir desta perspectiva será dado continuidade ao estudo da fragmentação da modalidade infantil e a sua polarização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACER, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a Pedagogia dos Jardins de Infância. **Revista Brasileira de Educação**, nº 20 maio/jun/ago, p. 107-155.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

CASTELL, Roberto. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

CORREIA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001, p 81-99.

DIDONET, Vital. **Creche a que veio... para onde vai**. Revista em aberto. N73, v.18, p. 11 - 27, julho 2001. Brasília.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e história oral. In: XAVIER, Libânia; BONATO, Nailda Marinho da Costa (Orgs). **A História da Educação: Identidades Locais Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2013, p 16-24.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

JUNIOR, Laerth de Moraes Abreu; CARVALHO, Eliane Vianey. O discurso médico - higienista no Brasil no início do século XX. **Revista Trabalho Educação e saúde online**, n3, p. 427-451, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v10n3/a05v10n3.pdf>

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: A arte do Disfarce**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMAMM, Moysés, Jr. Educando a infância brasileira. In: **500 anos de educação no Brasil**. TEIXEIRA, Eliane Marta (org) 4º ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Estado e Políticas de educação no Império Brasileiro. In: **Estado e Políticas na História da Educação Brasileira**. SAVIANI, Demerval (org) Vitória: EDUFES, 2010, p. 153-186.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. P. 53-79.

MONARCHA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 81-119.

MONÇÃO, Vinícius de Moraes. **Da promulgação à implementação: história do primeiro jardim de infância municipal na cidade do Rio de Janeiro (1879-1909)**. Acessado em: <https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/04/vinicius-de-moraes-monc3a7c3a3o-irma-rizzini.pdf>

PARDAL, Maria Vittoria de Carvalho. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In: Vasconcellos, Vera Maria Ramos (org). **Educação da Infância: História e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 51 a 72.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR on line, n33, p.78-95, marc.2009, Campinas.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSEMBERG, Fulvia. A LBA, o projeto casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. *In:* FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 141-161

SCHAH, Vanderlei Alberto. **Roda dos expostos:** Do abandono Social Histórico à vulnerabilidade afetiva da criança na atualidade. **Exposed whell:** from the historical social neglect to the emotional vulnerability of children today. Revista Batista Pioneira online, n1, v4, junho 2015. Disponível em: <http://revista.batistapioneira.edu.br>

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007.

A INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIAS E IMPACTOS DO PROJETO INSTITUCIONAL PIBID/ISEPAM

LEANDRO GARCIA PINHO

*Professor do Programa em Políticas Sociais - PPGPS
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENFleandrogarciapinho@gmail.com*

INGRID FIUZA

*Mestranda em Políticas Sociais - PPGPS
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
ingridfiuza@yahoo.com.br
Bolsista CAPES*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o desenvolvimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), única instituição pública e estadual que participa desta política de formação de professores e nela vem se mantendo desde 2009. O ponto de partida para a pesquisa foi a própria história desta instituição escolar, reconhecida como patrimônio educativo da cidade de Campos dos Goytacazes. Tal posição conduziu os caminhos da pesquisa que levaram à realização de análise documental e entrevistas aos sujeitos integrantes do Programa, que tem tornado possível afirmar que a materialização do Pibid, política educacional oficial, no cotidiano escolar do ISEPAM é ímpar, agrega ao projeto desenvolvido elementos da identidade institucional já consolidado na área da formação e iniciação docente.

Palavras-chave: História de instituição escolar. Formação inicial de professores. Política Educacional. Espaço escolar. Pibid.

ABSTRACT

This article aims to analyze the development of the Institutional Scholarship Initiative Program (Pibid) at the Higher Institute of Education Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), the only public and state institution that participates in this policy of teacher training and has been maintaining in it since 2009. The starting point for the research was the history of this school, recognized as an educational heritage of the city of Campos dos Goytacazes. This position led to the research paths that led to documentary analysis and interviews with the subjects of the Program, which has made it possible to affirm that the materialization of Pibid, an official educational policy, in the school daily life of ISEPAM is unique. of the institutional identity already consolidated in the area of teacher training and initiation.

Key-words: History of school institution. Initial teacher training. Educational politics. School space. Pibid.

Introdução

As instituições escolares possuem origens diversas, são espaços frequentados por grupos heterogêneos, de variadas idades, variados contextos socioeconômicos e sócios espaciais. O público de uma instituição escolar traz para dentro dela um conjunto de valores que podem estar muito próximos ou muito distantes da noção oficial (formal) de espaço escolar. Isto faz com que os desafios pedagógicos de cada instituição sejam únicos (GATTI JÚNIOR, 2002). Nessa perspectiva, as políticas educacionais mesmo sendo comuns e com orientações padronizadas advindas de uma organização federativa centralizada, entram nas unidades escolares e são organizadas de forma diversa, havendo sobre elas múltiplos entendimentos, diferentes acomodações ou formas de resistências para cumpri-las. Sendo sua materialização no cotidiano escolar, um processo ímpar.

Como parte da pesquisa de mestrado, que está em desenvolvimento, este trabalho pretende identificar e apresentar as singularidades que permeiam a implantação e estabelecimento do Programa Institucional de Incentivo a Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid no ISEPAM – Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert. Considerando a história institucional de longa trajetória na formação docente na região norte do Estado do Rio de Janeiro, para compreender quais são as características particulares de gestão e operatividade do Programa neste espaço. Consiste assim, na análise de uma política de iniciação à docência em sua entrada e organização numa determinada instituição escolar.

A motivação da pesquisa teve origem na vivência pessoal da autora, no Projeto Institucional do Pibid/ISEPAM na atuação como Supervisora do Programa, enquadrada como agente da educação básica devido a atuação profissional nas séries iniciais do Colégio de Aplicação do Instituto, o que propiciou maior reflexão sobre a formação inicial de professores e os impactos dessa formação no exercício da docência, como também a percepção de como a ação e gestão do Pibid/ISEPAM podem assumir formas diferenciadas das demais instituições (universidades que ofertam curso de licenciatura) que também participam do Programa, pois conforme CRESPO (2009 p. 33) o ISEPAM encontra-se vinculado a um processo histórico que compõe a “cadeia genética da formação docente” em Campos dos Goytacazes e região norte fluminense, sendo este um fator considerável nessa diferenciação.

Sobre os dados achados, é importante destacar que foi encontrado no decorrer da pesquisa, a evidência de ser o ISEPAM o único Instituto de Educação, público e estadual que faz parte do grupo de instituições contempladas pelo Pibid em todo o Brasil, o que implica em mais uma peculiaridade sobre a entrada dessa política numa instituição dessa natureza.

Deste modo, a ideia central deste trabalho é abordar a forma de entrada do Pibid, enquanto uma política educacional, num Instituto Superior de Educação, que conforme sua “vocaçãõ” já apresenta a função de preparação para o magistério.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2012), a observação registrada durante a imersão no campo foi ponto de partida para coleta de

dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994) que ao serem analisados trouxeram os primeiros indícios sobre a forma de gestão e compreensão que os sujeitos do ISEPAM atribuem ao Pibid. Como procedimento metodológico também foi utilizada a análise documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), sobre registros oficiais elaborados pela coordenação institucional através dos relatórios de gestão enviados a CAPES anualmente, que juntamente com as entrevistas (realizadas com 04 integrantes do Programa no ISEPAM – 01 coordenadora de Área, sendo identificada como: C1 A atual Coordenadora Institucional, sendo identificada como: C2, 01 aluna bolsista, sendo identificada como: B1 e 01 egressa aluna da Pedagogia do ISEPAM e ex Bolsista Pibid, identificada como: B2) contribuíram para o delineamento da implantação e estabelecimento do Pibid no ISEPAM, como também para perceber se a identidade do Instituto vem trazendo contribuições diferenciadas.

Elos entre passado e presente: O lugar do ISEPAM como referência na formação docente

As instituições escolares possuem origens diversas, podendo surgir em decorrência de uma política educacional, por conquista de movimentos sociais mobilizados ou por iniciativa privada. São espaços frequentados por grupos heterogêneos, de variadas idades, variados contextos socioeconômicos e sócio espaciais. O público de uma instituição escolar traz para dentro dela certa cultura, um conjunto de valores que podem estar muito próximos ou muito distantes da cultura escolar oficial.

Quanto ao ISEPAM suas origens encontram-se ligadas à Escola Normal de Campos, criada pela Lei nº 164 em vinte e seis de novembro de 1894, sendo instalada junto as dependências do Lyceu de Humanidades de Campos em janeiro de 1895, e ali permaneceu em funcionamento durante sessenta anos. Foi a segunda instituição pública e oficial de formação de professores do Estado do Rio de Janeiro, e primeira em toda a região Norte Fluminense, atraía alunos de diversas localidades do estado (BOYNARD; MARTINEZ, 2002).

Em 1955 passou a constituir, junto ao Grupo Escolar Saldanha da Gama e ao Jardim de Infância José do Patrocínio, o Instituto de Educação de Campos, situado na Avenida vinte e oito de março, nº 37, no bairro Turf-Club. Em 1965, o instituto passa a se chamar Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert (IEPAM), sendo uma homenagem ao educador campista formado pela Escola Normal de Campos (MARTINEZ, 2004, p. 12 apud AGUM, 2011, p. 02).

Após 10 anos de transferência, o cenário político do pós-1964¹, propicia reformas educacionais a partir da década de 1970 e posteriormente na década de 1990², imprime seus reflexos sobre o ensino brasileiro.

1 Refere-se a vigência, no período de 1964 a 1985, de um Regime militar que após golpe de estado dirigiu a política brasileira numa ditadura. Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar. (FAUSTO, 2000)

2 Referindo-se a mudanças previstas pela LDB 9394/96 que conforme crítica de Saviani, 2008c, p. 218-221: Introduzindo como alternativa aos cursos de pedagogia e licenciatura os institutos superiores de educação e as Escolas Normais Superiores, a LDB sinalizou para uma política educacional tendente a efetuar um nivelamento por baixo: os institutos superiores de educação emergem como instituições de nível superior de segunda categoria, provendo uma formação mais aligeirada, mais barata, por meio de cursos de curta duração. (SAVIANI, 2009)

Não é possível, portanto, afirmar as instituições escolares somente como expressões singulares, particulares, individualizadas ou ilhadas, mas, sim, como co-partícipes de projetos históricos, particularmente os vinculados às visões de mundo que se confrontam em uma dada conjuntura, fazendo valer uma dada concepção, que se põe, por exemplo, pelas instituições escolares, como estratégia, como influência em vista do exercício de disputa e de hegemonia. [...] escola não se explica, fundamentalmente, apenas pela sua materialidade, por sua organização, ou por sua pedagogia, ou por quaisquer outros dispositivos, mas, necessariamente tais aspectos operacionalizam, sinalizam e revelam projetos de ordem ideativa. (ARAUJO, 2007, p. 96)

Nesse sentido, pode-se afirmar que se trata de uma instituição vinculada a uma história centenária, mais precisamente, de 123 anos. Tanto sua criação, quando as modificações decorrentes de mudanças políticas e sociais, fizeram permanecer o propósito para qual sempre existiu, o de formar professores para o exercício do magistério.

A história das instituições educativas investiga o interior da escola, o que se passa nesse espaço, pela “apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos. (GATTI JUNIOR, 2002, apud WERLE, et al, 2007 p. 1)

No que se refere as formas peculiares de existência do ISEPAM, pode-se perceber em Crespo e Lima(2011) indicação como um patrimônio educacional da sociedade campista.

Ao caminhar pela Avenida Vinte e Oito de Março, no bairro do Turfe-Clube, endereço em que se situa o Instituto de Educação desde 1954, em determinado ponto do trajeto se avista uma fachada extensa de muros e paredes brancas de um prédio de arquitetura imponente, com marcas da influência lusa em seu contexto físico e histórico. Aproximando-se, observa-se os detalhes em azul celeste das janelas, portas e vitrais, cores que vestem essas estruturas e mantém a tradição do azul e branco como patrimônio simbólico da instituição, que vai se perpetuar no uniforme das normalistas, presentes no imaginário social da época, e nos novos uniformes da atualidade. (CRESPO; LIMA, 2011, p. 6).

Ao tecer detalhes físicos, revela a imponência de “um lugar de memória da formação docente, com um jeito próprio de ser e fazer magistério”, pois se trata de “uma unidade institucional que tem história e faz história, dotada de um acervo documental, administrativo e pedagógico, que a torna peculiar na região.

Para Viñao Frago, a escola como instituição ocupa um espaço e um lugar e, como tal, possui uma dimensão educativa. “O espaço não é neutro. Sempre educa” (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 75). Para Escolano, a arquitetura escolar “cumpre determinadas funções culturais e pedagógicas” e pode ser considerada como um constructo cultural e histórico, uma vez que “define o espaço em que se dá a educação formal e constitui um referente pragmático que é utilizado como realidade ou como símbolo em diversos aspectos do desenvolvimento curricular. (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 75, apud DÓREA, 2013, p. 164)

Crespo e Lima (2011) apontam para existência de 3 eixos que norteiam o legado do Instituto a saber: “tempo, espaço e formação”, este tripé tem mantido sua credibilidade junto a comunidade, fazendo perdurar o “status educacional” mesmo diante de mudanças políticas e sociais decorridas desde início de sua existência até o presente momento, referindo-se,

sobretudo, as políticas educacionais que incidiram sobre esta instituição, que manteve sua singularidade e êxito na tarefa de formar professores.

Com um jeito singular de ser e fazer magistério, o ISEPAM conseguiu, por mais de cinco décadas formar professores com perfil diferenciado, incorporando uma voz de reflexão no tempo-presente. Nesse sentido, os elementos essenciais do cenário institucional encontram-se na representatividade de seu prédio, nos vestígios materiais reveladores da excelência de ensino, na preservação de tradições, rituais e signos, na atuação de seus professores, nos projetos pedagógicos, na busca da gestão democrática e nas formas de ensinar e aprender que caracterizam a sua estrutura escolar. Estes são alguns dos elementos indicativos de que se está diante de um autêntico patrimônio material e imaterial de uma coletividade. (CRESPO; LIMA, 2011, p. 10-11)

No ano de 2001 mais uma mudança marca essa instituição de longa data, promove-se a desvinculação da Secretaria de Educação do Estado/RJ, que transfere o Instituto para a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) que segundo Quadros (2011), tem suas origens atreladas à unificação do ensino técnico no Rio de Janeiro, sendo vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, o IEPAM passa a ser denominado como Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert. (CRESPO, 2009, p. 23)

Desde então, “a Rede veio assumindo e criando novas escolas técnicas e profissionalizantes, dentro de uma política de crescimento e independência administrativa em que o Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert (IEPAM) também foi abarcado.” (PAIVA, 2003, p. 63) Mas manteve suas atividades educacionais concentradas na formação de professores, apesar de atualmente pertencer uma rede em que os princípios filosóficos não se coadunam à vocação institucional. (CRESPO, 2009)

Assim, Crespo e Lima (2011) salientam que apesar das mudanças o ISEPAM “está presentificado nas memórias coletivas da comunidade campista, pelo reconhecimento explícito do valor sócio-histórico e cultural que lhe foi dado na historiografia da educação fluminense.” E complementam que a conservação e comunicação do patrimônio educativo gerado pela cultura escolar, tem resguardado no espaço-tempo a história e a memória desse patrimônio, “que se preserva e se renova continuamente.”

A partir dessas prerrogativas, optou-se por uma coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas que pudessem trazer à tona informações que diferentes sujeitos possuem acerca da trajetória do Pibid na instituição supracitada. Vale lembrar que, conforme acordo firmando no ato da coleta das informações com os sujeitos da pesquisa, as identidades serão aqui resguardadas.

Sobre a inserção de um Programa Federal de Iniciação à Docência no Instituto

No ISEPAM passa a serem desenvolvidas, a partir do ano de 2010, as ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), tendo sido aprovado, num amplo quadro de universidades, pelo Edital CAPES/DEB nº 2/2009. Trata-se de um Programa que apresenta vinculação no PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) de 2007, e enquanto prática vem apresentando resultados bastante satisfatórios nas esferas educacionais, tanto

nos cursos de formação superior, como na educação básica, visando “fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira”. (GATTI, 2014)

O projeto institucional do ISEPAM, sob o título “Construindo o aprender”, tem desenvolvido o eixo de ação em alfabetização e letramento. Sua linha metodológica e teórica está pautada na construção da hipótese de escrita alfabética com análise dos níveis silábicos conforme Ferreiro e Teberosky (1985). Tal proposta visa atender escolas públicas com baixo Ideb e chegou a atender 11 unidades. Em 2014 há a inclusão como escola campo o próprio colégio de Aplicação (CAp/ISEPAM) na posição de escola de excelência, o que segundo a interpretação dos sujeitos envolvidos, trouxe um novo perfil à formação dos bolsistas. O CENAPP (Centro de Apoio Psicopedagógico) criado pela professora Eliane P. da Costa (In memoriam) e da equipe coordenadora é o laboratório de aprendizagem onde se desenvolvem as ações práticas e operacionais.

Conforme os dados obtidos a partir da análise dos relatórios elaborados pela coordenação, é possível afirmar que no ano de 2017 o Projeto vinha sendo desenvolvido em 9 escolas parceiras, sendo 3 do município de São Fidelis, 1 em São João da Barra e 4 no município de Campos dos Goytacazes. No primeiro edital o Pibid/ISEPAM contou com 24 bolsistas. Posteriormente chegou a 60 e em 2017 contou com 40 bolsas de iniciação à docência.

É importante notar que a entrada desta política na instituição não inaugura a ideia de maior afinamento da vivência do licenciando na escola básica, sendo esta uma prática comum, por se tratar de uma instituição que apresenta um campo próprio para o estágio supervisionado, o Colégio de Aplicação. Nesse sentido é possível perceber que a identidade institucional do ISEPAM tem impactado as ações do Pibid e as formas como tem sido desenvolvidas na instituição, uma vez que já existe um campo de práticas já estabelecido.

Mas o fato da ação proposta pelo Programa não possuir total originalidade, não retira desta política o poder de impactar segundo as proposições de sua criação. Nesse caso, foi compreendido através da escuta sensível, que a experiência vivenciada no contexto da iniciação docente no âmbito do Pibid tem agregado fortemente a formação dos bolsistas, como pode ser confirmado pelos seguintes depoimentos:

Eu acho assim, que o conhecimento que eu adquiri aqui foi muito importante pra eu conseguir um emprego. Porque é, é foi um diferencial na minha vida, tem sido na minha carreira um diferencial... porque eu tive outro olhar depois que eu passei pelo Pibid. Então o Pibid me ensinou muito nessa área da leitura e da escrita. (B1, ENTREVISTA INTEGRANTES DO PIBID/ISEPAM, 2018)

O impacto que é extraordinário, é na vida do bolsista, e ele ao ser impactado, ele compartilha isso com os seus colegas de classe. O bolsista, ele adquiri uma experiência, uma vivência desde o início do Programa, ele pode ficar dois anos, três anos, mas o impacto é imediato, às vezes aquele impacto do susto, da realidade né... [...] então desde esse impacto com a escola pública no interior, na zona rural, até a aplicação da metodologia, ser responsável por desenvolver um trabalho com criança, identificar que toda a teoria que ele está recebendo, e que ele achava que não fazia muito sentido de

repente ela toma forma, e ele começa a entender de porque de tantas teorias estudadas até aquele momento do curso, ou ele começa a ter prazer pela docência, e o ensino começa a fazer mais sentido... A licenciatura começa a fazer mais sentido. (C1, ENTREVISTA INTEGRANTES DO PIBID/ISEPAM, 2018)

Outro fator que nos chama atenção se refere à experiência profissional dos professores que compõem a Coordenação do Programa no Instituto. É composta, desde o início, por professores do curso de Pedagogia que já possuem mais de 25 anos de docência e de todo esse tempo, uma grande parte com atuação nas séries iniciais do ensino fundamental. A natureza desta Instituição permite assim a circulação do professor, à medida que obtém maior nível de qualificação, nos vários níveis e segmentos educacionais ofertados pela escola. Nesse caso, é possível afirmar que a experiência na área de atuação do Projeto Institucional, anos iniciais da Educação Básica, traga contribuições importantes para seu desenvolvimento, podendo ser elencado como marca própria desta instituição.

A história do ISEPAM nos apresenta questões particulares sobre a forma de existir da instituição, os fatos, acontecimentos e referências, localizadas num tempo-espaço, em que a cultura escolar foi sendo construída. Assim, a práxis possibilitou a criação de um perfil identitário (CRESPO; LIMA, 2011), que pode ser percebido como elemento fundamental na forma como o Subprojeto foi elaborado e vem sendo executados pelas atividades do Pibid no ISEPAM. Tal afirmação também encontra sustentação nas falas dos entrevistados que ao serem indagadas sobre a significância da identidade do Instituto e suas possíveis contribuições ao Programa, os sujeitos são unânimes quanto à compreensão de que a tradição na formação docente apresenta diferencial e faz permanecer nesta instituição um Programa federal durante nove anos.

Eu acho que pelo fato de ser uma instituição consagrada, tipo isso, acho que favorece sim. Favorece o fato do programa estar aqui e o desenvolvimento ser bom por isso. As pessoas olham “pra qui” com um olhar de... Ah é uma instituição de peso nessa área né! (B1, ENTREVISTA INTEGRANTES DO PIBID/ISEPAM, 2018)

Todos na cidade já conhecem nossa história como formação de professor, então a gente já tem um certo respeito por aquilo que a gente atua. Então ninguém questiona: Que escola é essa? [...] então é o que eu sempre falo, o curso de Pedagogia ele não caiu aqui, não caiu como uma bola de paraquedas, ele não caiu... ele é fruto de um curso de Normal Superior que funcionou muitos anos, que veio a partir de um curso de formação de professores Normal Médio, então ele faz parte de uma história, ele é a continuação de uma história, ele não é o início de uma história. Então o ISEPAM já tem esse diferencial [...] Pra CAPES pode ter tido um impacto maior pelo fato de ter formação de professores, eu acredito que eles levam isso em consideração. (C2, ENTREVISTA INTEGRANTES DO PIBID/ISEPAM, 2018)

O caminho percorrido atentamente pela pesquisa tem revelado as singularidades que envolvem o campo e a forma de entrada e efetivação do Pibid enquanto uma política educacional desenvolvida neste que é o único Instituto de educação público que esta no quadro de instituições que compõem o Programa. Tal informação foi obtida a partir de uma investigação sobre o banco de dados da CAPES, no qual são armazenados dados sobre o Pibid, indica editais, relatórios de gestão, instituições participantes e demais informações.

A partir de tal informação foi possível dimensionar o lugar de importância desta pesquisa que se propõem a analisar um caso institucional único dentro de um Programa que possui abrangência nacional e conta um crescente acervo de produções acadêmico-científicas que o referenciam a partir das experiências das várias instituições conveniadas.

A dinâmica interna Pibid/ISEPAM tem constituído grande fluxo de práticas de iniciação à docência nas escolas parceiras, visando aprendizagem real do ofício de professor e ao mesmo tempo o enfrentamento daquela que há tempos é um grande “nó” da educação brasileira, a alfabetização. Notou-se que tal movimento tem fomentado ações fora dos muros da instituição, a projetando no campo da extensão, embora esta seja percebida como consequência e não como finalidade, nem configurada dentro de formato visto nas universidades.

Essa experiência formativa para a docência, que prevê a articulação entre a teoria e a prática dentro da própria escola, tem encontrado legitimidade nas obras de autores como Libâneo e Pimenta (1999), Nóvoa (1991) e Tardif (2002), que de forma geral trazem apontamentos sobre fatores que influenciam a construção da identidade profissional do professor, indicando que é no espaço escolar que essa construção de identidade se consolida. Demonstram assim o desafio lançado às universidades e demais instituições que formam professores, sobre a articulação entre licenciaturas e escola básica reconhecendo esta última como espaço promotor de aprendizagem e de reflexão teórico-metodológica da prática.

[...]os alunos precisam conhecer o mais cedo possível os sujeitos e as situações com que irão trabalhar. Significa tomar a prática profissional como instância permanente e sistemática na aprendizagem do futuro professor e como referência para a organização curricular. (PIMENTA; LIBÂNEO, 1999, p. 267-268)

Como resultado da relação acima citada (teoria e prática) pôde ser percebido no levantamento realizado previamente sobre as produções dos sujeitos do Pibid/ISEPAM. Identificou-se que os momentos de preparação de relatórios, apresentações orais em eventos internos e externos, como também na produção de Trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos, construídos a partir da vivência em diferentes funções e sobre o Programa, têm dinamizado no Instituto a área da pesquisa docente projetando a instituição no cenário acadêmico-científico.

Considerações finais

Ao ter como cerne a concepção de que as políticas educacionais oficiais se operam de forma diferenciada nas unidades escolares, foi percebido que o enquadramento do Pibid nesta instituição assume um formato ao mesmo tempo usual e inédito, justamente por sua acomodação em um Instituto Superior de Educação, que demonstra através de sua história grande experiência na formação para prática docente e imprime nesta interação marcas próprias, peculiares ao Programa.

Pode-se dizer que o Pibid, enquanto política pública traz contribuições significativas para a Instituição, à medida que proporciona maior dinamização nas ações formativas dos alunos, tanto da Licenciatura em Pedagogia quanto do Colégio de Aplicação do ISEPAM e demais

escolas parceiras, e fomenta atividades de pesquisa e extensão. Sobre estas últimas atividades muito se tem pensado no sentido de buscar na literatura da formação de professores no Brasil aportes que possam indicar com clareza respostas para questões originadas no percurso da pesquisa: Seria o Pibid uma política educacional com potencial de equacionar os problemas decorrentes da formação de professores fora da universidade? Existe efetiva capacidade do Programa, levando em conta a sua abrangência, de incorporar consistente fomento a pesquisa e a extensão nos quadros das licenciaturas? Em quais medidas? Quais limitações?

Certamente tais questões mobilizam novas investigações que poderão confirmar ou não as hipóteses sobre elas lançadas.

Referências:

AGUM, Fernanda Serafim. **A memória da formação docente em Campos dos Goytacazes: o caso da Escola Normal (1947-1954)**. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 3, p. 189-204, set./dez. 2011

ARAÚJO, José Carlos Souza. **As instituições escolares na primeira República: ou os projetos educativos em busca de hegemonia**. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (orgs). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, p. 95 a 122, 2007.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Dados Qualitativos**. In BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. *Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teorias e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994. P.147- 202.

BOYNARD, M.A.A.P.; MARTINEZ, S.A. **Tempo e Espaços na formação: A criação do Instituto de Educação em 1955**. In: *Anais do VI Encontro Nacional de História Oral*, São Paulo, USP, 2002.

CRESPO, R.M.G. **Políticas educacionais e magistério em terras fluminenses: Itinerários sócio-histórico do curso de formação de professores no Instituto de Educação de Campos, nas décadas de 1950-1960**. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: UENF/RJ, 2009.

CRESPO, Regina Márcia Gomes. LIMA, Valéria Maria Neto Crespo de Oliveira. **Patrimônio Educativo e Materialidade da Cultura Escolar na Historiografia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert em Campos dos Goytacazes/RJ, 1954-2010**. Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação: invenção, tradição e escritas da história da Educação no Brasil. Vitória/ES 2011.

DESLANDES, Suely ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DÓRIA, Célia Rosângela Dantas. **A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013. Editora UFPR

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **A evolução da escrita**. 4º. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2000.

GATTI, Bernardeth A. **A formação inicial de professores para a educação básica: As licenciaturas**. REVISTA USP, São Paulo, n. 100, p. 33-46, 2014.

GATTI JUNIOR, Décio. **A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

ISEPAM - Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert. **Relatórios de Atividades 2017 do Pibid/ISEPAM**. Campos dos Goytacazes -RJ, 2017.

LIBÂNEO, José C. e PIMENTA, Selma G. **Formação de Profissionais da Educação: Visão Crítica e Perspectiva de Mudança**. Revista Educação & Sociedade, nº 68, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

NÓVOA, António. **“Concepções e práticas de formação contínua de professores”**. In **Formação Contínua de Professores - Realidades e Perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991, pp. 15-38.

PAIVA, Fernando de Souza. **O Processo Político de Criação dos Institutos Superiores de Educação na Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro: trajetória histórica e interesses conflitantes**. Niterói: UFF, 2003 (Dissertação de Mestrado).

QUADROS, Raymundo. **A FAETEC por dentro e por fora**. Trabalho de Conclusão Pós-graduação Latu Sensus. Rio de Janeiro. Universidade Candido Mendes - UCAM/RJ. 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. **Espaço escolar e História das Instituições escolares**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, 2007.

CARTAS DOS LEITORES: IMPRESSÕES DE MEMÓRIA COLETIVA NA REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS¹

EVELYN GOYANNES DILL ORRICO²

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
evelyn.orrigo@unirio.br*

JEFFERSON GOMES DE MOURA

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
jefmoura@gmail.com*

RESUMO

Este artigo abordará a memória construída pela Revista Brasileira para os Cegos (RBC), publicação em braille do Instituto Benjamin Constant (IBC), editorada para o público cego em idade adulta. Nesse sentido, analisam-se as cartas dos leitores para a revista como um meio de compartilhamento de memórias, percebidas pelos elogios, críticas e sugestões. A fim de verificar como ocorre esse diálogo entre os leitores e a RBC, estuda-se o efeito das mudanças ocorridas na publicação a partir de 2012, pela instituição de uma nova comissão editorial, composta por membros cegos e videntes, que enfatizou as questões relacionadas à deficiência visual, comparadas à gestão anterior, composta por uma única pessoa cega, que priorizava temas de interesse geral. Analisam-se três cartas de leitores desse período e sua influência no conteúdo da RBC, tendo como suporte teórico-metodológico a análise do discurso em sua vertente francesa.

Palavras-chave: Revista Brasileira para Cegos; deficientes visuais; cartas dos leitores; memória coletiva; Análise do Discurso.

ABSTRACT

This article will address the memory constructed by the Brazilian Journal for the Blind (RBC), published in Braille by the Benjamin Constant Institute (IBC), which was published for blind adults. In this sense, readers' letters to the magazine are analyzed as a means of sharing memories, perceived through praise, criticism and suggestions. In order to verify how this dialogue between the readers and the RBC takes place, we study the effect of the changes that have occurred in the publication since 2012, by the institution of a new editorial commission, composed of blind and sighted members, that emphasized the related issues to visual impairment, compared to the previous management, composed of a single blind person, who prioritized subjects of general interest. Three letters from readers of this period and their influence on the content of the RBC are analyzed, having as theoretical-methodological support the analysis of the discourse in its French aspect.

Key-words: Brazilian Journal for the Blind; visually impaired; readers' letters; collective memory; Speech analysis.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Bolsista CNPq, PQ2 processo 305755/20153.

INTRODUÇÃO

A Revista Brasileira para Cegos (RBC) é uma publicação realizada exclusivamente no Sistema Braille³, impressa no Instituto Benjamin Constant (IBC)⁴ e voltada exclusivamente para o público deficiente visual⁵ em idade adulta⁶, desde 1942. Tem periodicidade trimestral e é distribuída gratuitamente para cerca de 3200 assinantes em 21 países⁷. É importante meio de acesso à leitura no Sistema Braille, dada à escassez de materiais neste suporte.

O conteúdo da RBC é elaborado principalmente pela seleção de matérias, publicadas originalmente em jornais, revistas e na internet. Atualmente, essa tarefa é realizada por uma comissão editorial⁸, composta por pessoas cegas e videntes⁹, que analisa os materiais colhidos, discutindo os conteúdos que entrarão ou não em cada edição da revista.

Essas matérias abordam, de forma recorrente, curiosidades, inovações científicas, assuntos de interesse geral, poesias e receitas culinárias. Também abordam questões ligadas à deficiência visual. Na folha de rosto da revista, o leitor vislumbra que a RBC é uma “publicação trimestral de informação e cultura”. Cada edição é composta por, em média, 80 páginas em braille e contém um editorial, conteúdo diversificado, e seções, como o espaço do leitor.

Uma importante forma de interação entre leitores e a RBC é o envio de correspondências, físicas e eletrônicas, para a comissão editorial, contendo elogios, críticas e sugestões para o aprimoramento da publicação.

Pretende-se no presente artigo fazer um estudo, por meio das correspondências, para analisar o diálogo entre os leitores e a comissão editorial, no intercruzamento de memórias coletivas, assimiladas pela RBC em suas páginas.

AS CARTAS DOS LEITORES

As correspondências físicas e eletrônicas, encaminhadas à comissão editorial da Revista Brasileira para Cegos contém, em síntese, sugestões, elogios e críticas. Estão assim categorizadas visando facilitar sua análise no presente trabalho, e seu significado pode ser apreendido através de palavras como “sugerir” ou “gostar” (sugestões), “agradecer” e “interessante” (elogios) e “contudo” (críticas), presentes nas cartas que serão mencionadas abaixo. A leitura de 15 cartas, transcritas nos relatórios anuais de 2015 a 2017, da Coordenação das Revistas em Braille, permite fazer as seguintes constatações:

As sugestões se dirigem à comissão no sentido de aumentar determinado espaço já existente na revista, bem como acrescentar alguma nova temática a ser abordada;

E-mail enviado em 12/06/2015 para a RBC e transcrito no relatório de 2015:

Gostaria de dar uma sugestão de tema para ser publicado. A dublagem é algo muito interessante e, sobretudo, auxilia muito os deficientes visuais. Nos concentramos muito na voz. Eu gosto muito do assunto, e seria legal que outros deficientes visuais tivessem conhecimento do mesmo. Essa é minha sugestão.

3 Conjunto composto pela combinação de seis pontos em relevo, correspondente às letras e demais símbolos, permitindo a leitura e a escrita da pessoa cega.

4 O Instituto Benjamin Constant é um órgão singular, dotado de autonomia administrativa limitada, ligado diretamente ao Gabinete do Ministro de Estado da Educação. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/o-ibc>. Acesso em 20 jun. 2018.

5 No presente estudo, se empregará o termo “deficiente visual” como sinônimo de pessoas cegas.

6 O IBC também editora e distribui gratuitamente em braille a revista Pontinhos, voltada para o público infantil cego, que não será objeto deste estudo.

7 Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/publicacoes/revistas>. Acesso em 02 out. 2018.

8 Portaria MEC/IBC nº 110, de 09 de abril de 2018.

9 Termo comumente utilizado para definir a pessoa que não possui deficiência visual.

Nos elogios, os leitores se dirigem à revista com maior intimidade, como uma conversa com um velho conhecido. Existe um importante grau de interação entre os membros da comissão editorial e os assinantes da revista, que também fazem contato telefônico com a RBC.

E-mail enviado em 14/02/2015 para a RBC e transcrito no relatório de 2015:

Agradeço muito pela Rbc e pelo desempenho de todos os amigos que trabalham para fazê-la e publicá-la. Os assuntos são interessantes e acessíveis. [...]

Nas críticas, os leitores relatam suas expectativas, que foram frustradas em relação às revistas publicadas, ou ao não atendimento de uma sugestão, que não foi possível entrar na RBC; ou que entrará futuramente, dependendo da linha editorial adotada no momento. A linha editorial da RBC é informal, não estando registrada em nenhum documento.

E-mail enviado em 05/10/2016 para a RBC e transcrito no relatório de 2016:

Olá coordenadores das revistas em Braille. O conteúdo é de suma importância, contudo, gostaria que retornasse a coluna "Acessibilidade e Inclusão" na RBC. Abraços.

A coluna "Acessibilidade e Inclusão" tratava de temas relacionados à deficiência visual. Foi publicada pela primeira vez na RBC nº 526 e descontinuada na RBC nº 540. Por "conteúdo" entendem-se os temas gerais abordados pela RBC.

As expectativas expressas nas sugestões, elogios e críticas refletem necessidades individuais, ou melhor, aparentemente individuais do leitor cego. Segundo Halbwachs (2006, p. 69) até as memórias individuais devem ser entendidas como fruto da experiência da pessoa em seu meio social.

De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.

Sendo assim, as cartas dos leitores expressam as memórias das mais diversas coletividades, dos milhares de leitores da revista, que canalizam em direção à RBC seus pontos de vista característicos das sociedades nas quais estão inseridos e suas vivências adquiridas.

A MEMÓRIA E OS LEITORES DA RBC

No entendimento de Maurice Halbwachs (2006, p. 30), a memória coletiva é fruto da interação do sujeito com o meio social, variando de sujeito para sujeito, de acordo com os grupos aos quais pertence ou pertenceu. Ela é coletiva, ainda que se trate de situações individuais.

Para o autor:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.

Ainda segundo Halbwachs (2006), ao longo da nossa existência, convivemos com diversos grupos. Dessa interação, surge para o indivíduo uma série de formas de pensar, de agir, uma maneira característica de observar o mundo, de interagir com este. Citando o exemplo de um viajante que chega "sozinho" a Londres, o autor mostra que nunca estaremos inteiramente sozinhos, pois carregamos conosco um número ilimitado de "pessoas", que nos dão diferentes matizes acerca do mundo com o qual estamos interagindo.

Dessa interação, surge uma maneira de observar as coisas distinta, nova. Utilizando-se da ideia do autor, ver o Cristo Redentor para uma pessoa, com suas vivências que lhe são peculiares, nunca resultará na mesma interpretação que outra pessoa terá dessa mesma imagem.

Nesse contexto, a memória coletiva dos assinantes da RBC, ou melhor, a integração das suas memórias, apresenta diferentes visões sobre a confecção da revista, influenciando-a e modificando-a, enfim, tornando-a algo mutável em função de quem a lê, uma espécie de patrimônio intelectual coletivo.

Embora esse fenômeno seja percebido em outras publicações, o reduzido número de impressos em Braille, produzidos principalmente por instituições públicas ou sem fins lucrativos, torna a RBC especial para o seu público, pois para muitos de seus leitores é o principal, senão o único, meio de acesso à leitura no Sistema Braille.

Nota-se que a memória coletiva, em Halbwachs, é vista como um elemento de coesão social. Ela é importante para manter uma identificação entre os sujeitos de determinado grupo, convergindo para interesses comuns. Nesse sentido, o autor (2006, pg. 52) ilustra essa coesão por intermédio do exemplo da família e dos amigos, como grupos que habitam uma mesma cidade. Eles têm lembranças em comum aos dois grupos, que os ligam. Entretanto, assim que uma dessas pessoas muda de cidade, um dos elos, seja da família ou amigos, se rompe. Nesse momento, não há mais coesão social entre os grupos família/amigos para aquela pessoa em específico, pois deixam de guardar entre si elementos coincidentes.

A coesão pela memória coletiva pode ser percebida entre os deficientes visuais, por exemplo, no momento em que tratam de assuntos em comum, como a data de nascimento de Louis Braille, inventor do Sistema Braille, o aniversário de fundação do Instituto Benjamin Constant, ou as histórias ligadas a esses dois acontecimentos. Também se observam lembranças coincidentes nas lutas em prol dos direitos das pessoas com deficiência visual, e para alguns cegos, na dor e superação do processo de reabilitação, ocorrido após a perda da visão na idade adulta.

Algumas memórias dos leitores da RBC são esquecidas ou silenciadas pela sociedade. Pollak (1989) trata esses conceitos de maneira distinta. O esquecimento se dá com a perda da memória, por exemplo, com o perecimento do sujeito que a carrega. A outra forma de perda, o silêncio, ocorre intencionalmente com a não exteriorização de determinada memória, por ser muito traumática ou vexatória para aquele que a vivenciou. Algumas memórias podem ficar silenciadas por tanto tempo que atingem o esquecimento.

Outro importante conceito do autor, que deflui das memórias silenciadas, são as memórias subterrâneas. São memórias que sobem à tona, em determinado momento, em função de determinados acontecimentos, como forma de oposição à memória até então dominante.

Existe muito disso nos leitores da RBC, visto que são na sua integralidade deficientes visuais. Pertencem, portanto, a uma minoria, que nem sempre é ouvida pela grande sociedade, nem tem seus pleitos atendidos. Suas memórias ficam retidas em meio a um enquadramento oficial, que se inscreve por meio de políticas inclusivas, ideologicamente benéficas, mas nem sempre com iguais efeitos práticos.

Exemplo disto está nas correspondências que tratam das dificuldades para conseguir aprender a ler e escrever no Sistema Braille. São memórias que estavam silenciadas, guardadas no interior da pessoa, aguardando um momento para florescer. Nota-se também que essas narrativas visam transmitir certo grau de "luta" em prol da afirmação dos direitos da pessoa com deficiência.

E-mail encaminhado para a comissão editorial da RBC, no dia 10/11/2017:

Eu escrevo este texto para contar um pouco do meu contato com o Braille. Eu tinha meus 7 anos e tinha acabado de perder a visão depois na escola que eu estudava junto com crianças que enxergavam aprendi com uma professora que enxerga Braille, graças a Deus a minha professora de Braille e graças também a minha força de vontade e meu gosto pela leitura aprendi logo a ler muito bem, adquiri o hábito de ler em voz alta desde pequena, e aí é que entra em cena as revistas “RBC” e “Pontinhos”.

[...]

Tenho que agradecer a Deus sempre pelos meus pais existirem, pelo Braille existir e por meus pais não terem desistido de me colocarem em uma escola, e de correrem atrás dos meus direitos.

[...]

Eu antes de perder a visão já era fascinada por livros, e depois que eu descobri o Braille me apaixonei pela leitura e pelos livros ainda mais.

Pelo que foi exposto, observa-se que os deficientes visuais, leitores da RBC, têm memórias em comum, como as relacionadas à deficiência visual, lutas e dificuldades, bem como suas interações com o mundo. Há também memórias particulares, derivadas do grupo ou grupos nas quais o leitor da RBC participa/participou. Tudo isso, no momento em que uma carta é dirigida à RBC, se encontra, se une, às memórias coletivas expressas na revista.

DO DIÁLOGO ENTRE LEITORES E REVISTA

Pelo que foi exposto até agora, verifica-se que há indícios do compartilhamento de memórias entre os assinantes e comissão editorial. O que se passa a analisar agora é de que forma essas memórias influenciam na edição de novos conteúdos, na exclusão de outros, enfim, na bricolagem de informações.

Visando alcançar esse objetivo, abordar-se-á um período de modificações na RBC, que se deram entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012, correspondente às edições 525 a 531.

Esse período é marcado pela mudança na Coordenação das Revistas em Braille, com a aposentadoria da antiga coordenadora, em 2011, servidora pública que ficou 19 anos à frente das revistas, e transição para uma comissão editorial, composta por pessoas cegas e videntes.

Para isto, recorre-se à análise de três cartas, segundo a análise do discurso de orientação francesa. As correspondências foram direcionadas à comissão editorial da RBC e publicadas no número 529, na coluna “Espaço do leitor”. Pretende-se verificar a influência das cartas no conteúdo apresentado na RBC.

Nas edições anteriores (RBC 526 e 527 e 528), realizadas pela nova comissão editorial, os leitores são chamados a contribuir para a elaboração da RBC, enviando suas opiniões:

Editorial da revista RBC nº 526:

[...] Sendo assim, de imediato, queremos provocar e interagir permanentemente com nossos leitores, sentir-lhes o seu pulsar vibrante, a sua capacidade crítica!

Isso poderá ser viável, se nos aproximarmos, a Revista e você, que desde já, poderá enviar sugestões, comentários, críticas que nos possibilitem crescer juntos.

Assim, aguardamos correspondências para os endereços constantes na capa desta edição.

O pedido formulado pela comissão resultou em correspondências, dentre elas as que serão analisadas. Não é possível quantificar o total de cartas, pois o levantamento não foi feito à época pela comissão editorial. As três cartas foram redigidas por três diferentes leitores, dois do sexo

masculino e um do feminino. Não há elementos nas correspondências, nem no cadastro da revista para saber a faixa etária, nem o nível de escolaridade ou formação profissional desses leitores. Elas serão numeradas visando à melhor análise.

Carta nº 1:

Conforme solicitação na revista RBC 527, de agosto de 2012, dou aqui a minha sincera opinião. Este novo modelo ficou muitos pontos abaixo das revistas anteriores, que eram muito mais completas e educativas e traziam uma variedade grande de assuntos. Sei que minha opinião não será ouvida, porém, peço que voltem ao estilo antigo.

Carta nº 2:

[...]
Esse trabalho de vocês é de grande importância, pois não podemos deixar que o Braille seja esquecido. Por isso, continuem com esse maravilhoso trabalho, pois assim estão ajudando a nós cegos a redigirmos melhor os nossos textos. Termina com um abraço a todos.

Carta nº 3:

Avaliando a nossa RBC. Durante muito tempo a RBC contemplou a todos nós com diversos assuntos que trouxeram cultura para nós cegos. No entanto, temos que dizer que ao longo do tempo, alguns quadros foram ficando defasados e obsoletos. Com a saída da coordenação anterior, se esperava que antes de se processar as mudanças, a nova gestão nos consultasse, onde nós leitores pudéssemos contribuir com sugestões e, lamentavelmente, isso não ocorreu.
[...]

As modificações ocorridas na revista, a partir de 2012, após a aposentadoria de sua coordenadora, geraram elogios, críticas e sugestões. A mesma estava à frente da RBC há quase duas décadas, conduzindo sem bruscas mudanças a edição da publicação.

A linha editorial seguida pela RBC, no período de atuação da referida coordenadora, apresentava maior ênfase no entretenimento da pessoa cega. A temática da deficiência visual era abordada, mas não como assunto principal da publicação. As matérias também não eram apresentadas de forma crítica. O material buscava entreter o leitor. Este, por sua vez, de maneira atemporal, poderia ler e reler as matérias, pois estas, em sua maioria, não tinham conexão com algum acontecimento momentâneo, e sim com assuntos perenes e que não tinham relação com algum interesse regional. Eram assuntos gerais. Havia certa preocupação com o aspecto duradouro dessas informações, talvez, por haver poucos materiais em braille disponíveis para o público cego, ou por conta da periodicidade da publicação, que não permitia uma sincronia com os acontecimentos do momento.

Ao discurso atemporal, havia exceções, apresentadas ao final da revista, como a coluna "Informativo IBC", que apresentava os acontecimentos que haviam ocorrido no Instituto Benjamin Constant, nos meses anteriores à edição da revista e "Noticiário especializado", que apresentava assuntos ligados aos deficientes visuais, como a divulgação de locais de atendimento, cursos, ou inovações nas tecnologias assistivas.

No período citado acima, não havia um espaço específico para publicação de elogios, críticas ou sugestões à revista, embora se acredite que cartas sempre tenham sido encaminhadas e que tinham influência na elaboração do conteúdo, carecendo esta informação de um estudo mais aprofundado. Também não foi observado um chamamento na revista para que os leitores encaminhassem suas opiniões. O trabalho de pesquisa e seleção dos materiais, que entrariam

na publicação, era desenvolvido por leitores voluntários, que trabalhavam diretamente com a coordenadora da RBC.

A partir da criação da comissão editorial, composta por membros cegos e videntes, a RBC sofreu modificações em seu conteúdo, com ênfase maior sobre as questões da deficiência. A mudança não agradou a todos os leitores, apesar de serem cegos e estarem recebendo uma publicação com assuntos mais diretamente voltados aos seus interesses. Nesse sentido, houve uma quebra no enquadramento, na forma de concepção da revista.

Sobre o enquadramento da memória, Pollak (1989, p. 7):

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências. É, portanto, absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso [1985], em memória enquadrada, um termo mais específico que memória coletiva.

A memória da revista, que estava enquadrada de determinada maneira há quase duas décadas, foi reenquadrada pela nova comissão editorial. Essas mudanças retiraram um longo referencial para o grupo dos leitores, que perderam seu elo de coesão com a revista. A quebra de um paradigma, de quadro, provocou no grupo sentimentos opostos, uma necessidade de readaptação ou reprovação ao novo enfoque dos conteúdos apresentados.

Na edição nº 526 e nas que se seguiram, a revista passou a apresentar mais temas sobre deficiência visual, de maneira crítica. Diferentemente da antiga linha editorial, que apresentava citações de outras publicações, os editoriais passaram a ser autorais, chamando os leitores a participar do processo de mudança em curso.

Na RBC nº 526 também surge a coluna “IBC em foco”, igualmente autoral, contando histórias que se passaram no cotidiano da instituição, bem como outros conteúdos sobre a temática da cegueira. Importante ressaltar a importância simbólica do uso da palavra “foco”, como uma ênfase neste conteúdo.

A nova comissão editorial visou falar a uma coletividade de deficientes visuais, que se identificariam com essa temática, por pertencerem ao mesmo grupo. Entretanto, não foi bem isto que aconteceu.

A nova realidade é tratada pelo leitor que escreveu a carta nº 1, em uma crítica ao novo rumo editorial adotado. Existe um pedido de retomada à linha editorial anterior da RBC, considerada como educativa e com variedade de assuntos. Em seu ponto de vista, não há interesse que a revista se concentre em um único assunto, qual sejam as questões da deficiência.

Percebe-se na carta citada uma formação discursiva (f.d.), nos moldes da conceituação de Pêcheux (1997, p. 160):

Chamaremos então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

A formação discursiva do leitor que escreveu a carta nº 1 é a de um sujeito cego, leitor de uma publicação em braille (RBC), e que na sociedade integra uma minoria, trazendo consigo, no interdiscurso, a luta para se afirmar na sociedade, para ser ouvido. Pela sequência discursiva (s.d.) “Sei que minha opinião não será ouvida”, constata-se que o lugar desse sujeito no discurso coloca-o em condição de suplicante em relação à comissão editorial da RBC.

A carta do leitor provocou modificações na revista, explicitadas no número 530:

Nossas considerações

[...]

Assim, estamos buscando textos mais diversificados, incluindo curiosidades, lugares interessantes do mundo e do Brasil e temas para reflexão, entre outros. No entanto, não nos afastaremos dos temas relacionados às pessoas cegas e de baixa visão.

[...]

Comissão Editorial

A Carta nº 1 também provoca outras indagações em relação à s.d. “No entanto, não nos afastaremos dos temas relacionados às pessoas cegas e de baixa visão.”, mostrada no excerto acima: Haveria sentido, em uma revista voltada exclusivamente para os deficientes visuais, de abordar criticamente questões relacionadas a esta causa? Qual seria o objetivo a ser atingido, se o público que é alvo das críticas não lê a revista? Estariam os deficientes visuais interessados nessas informações, como uma forma fortalecimento de seu discurso perante a sociedade? Pela crítica do leitor e a posição assumida pela comissão editorial, percebe-se que a aceitação da tratativa de temas ligados à deficiência na RBC não é unânime e divide opiniões.

Na carta nº 2, há outra abordagem interessante, a valorização da revista como instrumento de difusão do Sistema Braille, diante dos poucos materiais disponíveis nesse suporte, na s.d. “Esse trabalho de vocês é de grande importância, pois não podemos deixar que o Braille seja esquecido.”. A falta de materiais em braille faz com que a RBC assuma grau de importância elevado entre seus leitores. Ela é a única fonte de informação impressa para muitos deles. Não há no Brasil outra publicação de informação e entretenimento para cegos em idade adulta nos moldes da RBC. No interdiscurso da carta nº 2, em “não podemos deixar”, nota-se que o processo de apagamento do Braille já está acontecendo, por exemplo, diante das novas tecnologias, e que a leitora chama os demais cegos para pugnar pela manutenção do Sistema Braille. Ao utilizar a 1ª pessoa do plural, nota-se que a leitora também se insere no grupo.

Em seu início, a carta nº 3 demonstra o sentimento coletivo em relação à RBC, de pertencimento em relação à revista, na s.d. “Avaliando a nossa RBC”, com a utilização da 1ª pessoa do plural, semelhante ao discurso utilizado na carta nº 2. No conteúdo, a carta é um misto de elogio e crítica. O leitor elogia a forma anterior da revista, mas ressalta que há alguns quadros que ficaram obsoletos. Esse obsoletismo relatado pelo leitor se deve ao avanço das tecnologias assistivas, da tv e da internet, que tornaram disponíveis ao cego uma gama de informações que não eram possíveis de serem acessadas, quando da fundação da RBC nos anos 40 do século passado. Hoje, grande parte das informações disponibilizadas pela revista também podem ser acessadas diretamente pelos deficientes visuais, utilizando-se de *softwares* leitores de tela ou scanners de textos para voz, por exemplo.

A crítica da carta nº 3 não está no novo conteúdo apresentado, mas sim na forma abrupta em que se deu a mudança na edição da revista, sem prévia consulta aos leitores, indo de encontro aos editoriais elaborados desde o nº 526, nos quais se conclama os leitores a enviarem suas críticas e sugestões. Pediu-se a participação, mas depois de efetuada a mudança.

As duas opiniões da carta contrariam a opinião expressa na carta nº 1. O leitor da carta nº 3 quer menos informações gerais, conforme se depreende da s.d. “alguns quadros foram ficando defasados e obsoletos”, fazendo referência à s.d. “diversos assuntos que trouxeram cultura para nós cegos”. Isso demonstra a divisão entre os cegos com relação ao maior número de conteúdos ligados à deficiência apresentados pela nova comissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi apresentado, percebe-se que as cartas dos leitores se constituem em importante meio de compartilhamento de memórias para o interior da Revista Brasileira para Cegos. A RBC recebe um volume de críticas, elogios e sugestões, que ingressam nesse patrimônio intelectual, enriquecendo-o, moldando-o e modificando-o coletivamente.

Os deficientes visuais pertencem a um grupo que, juntamente com a comissão editorial da RBC, constrói um conteúdo que desperta interesse aos deficientes visuais, embora não haja consenso entre os cegos sobre alguns assuntos da revista. Por não terem outra publicação em Braille nesses moldes, veem na sua RBC um raro lugar para se comunicar, onde suas opiniões serão ouvidas, e farão a diferença nos rumos da publicação.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS

Karolyna Maciel dos Santos Cordeiro

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF
karolynamaciel@hotmail.com*

Leandro Garcia Pinho

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF
leandrogarciapinho@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho pretende traçar aspectos históricos e pedagógicos da política educacional de implementação das Escolas Famílias Agrícolas. Tais instituições utilizam como metodologia de ensino a Pedagogia da Alternância, uma experiência voltada aos jovens de área rural, em regime de internato, abarcando educação básica e profissional, formando lideranças e buscando o desenvolvimento agrícola. O projeto das Escolas Famílias Agrícolas surgiu na França, em 1935, ligado à Igreja Católica e expandiu-se por diversas partes do mundo. O modelo surgiu no Brasil em 1968 no Espírito Santo. Com este trabalho acredita-se ser possível compreender a relação dos sujeitos escolares com a pedagogia praticada em tais locais.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância. Educação do Campo. Escola Família Agrícola. Movimentos Sociais

ABSTRACT

This work intends to trace historical and pedagogical aspects of the educational policy of the implementation of the agricultural family schools. These institutions use as teaching methodology the pedagogy of alternation, an experience aimed at young people from rural areas, in boarding school, covering basic and professional education, forming leaderships and seeking agricultural development. The agricultural family schools project came into being in France in 1935, linked to the Catholic Church and expanded to various parts of the world. The model appeared in Brazil in 1968 in Espírito Santo. With this work it is believed that it is possible to understand the relation of the school subjects with the pedagogy practiced in such places.

Key-words: Alternation Pedagogy. Field Education. Agricultural Family School. Social Movements

Introdução

A presente pesquisa tem como foco mostrar o funcionamento das Escolas Famílias Agrícolas, que contam com uma metodologia de ensino diferenciada, conhecida como Pedagogia da Alternância, a qual pretende atender às peculiaridades dos alunos e enfatizar as atividades agrícolas regionais, com vistas à profissionalização. Esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, que vem a atender aos objetivos iniciais dos autores de conhecer o tema, como subsídio para uma pesquisa maior, tratando-se neste momento da fase e/ou percurso do levantamento histórico-bibliográfico.

Os avanços das políticas sociais voltadas para as populações do campo são notáveis nos últimos anos. O intuito é revalorizar o rural como local de trabalho e de vida, portanto como um *locus* privilegiado para desenvolver a educação básica do campo. Como afirma Godoy do Nascimento (2004), as políticas públicas para o campo são necessárias para fortalecer a identidade deste local, garantindo atendimento diferenciado. Assim, podemos inferir que as Escolas Família Agrícolas enfrentam o desafio de buscar inovações na educação do campo, como uma forma de “apoiar iniciativas de inovação das estruturas e currículos, construindo uma pedagogia adequada ao meio rural e que a organização curricular seja planejada de modo a incluir uma efetiva relação dos alunos e alunas com sua comunidade de origem” (GODOY DO NASCIMENTO, 2004, p. 7).

Primeiramente, pretende-se explorar os conceitos e as discrepâncias entre o rural e o urbano, inserindo a educação do campo neste cenário. É importante também aprofundar as questões que envolvem o funcionamento das Escolas Famílias Agrícolas no que diz respeito à implementação da Pedagogia da Alternância como principal metodologia de ensino.

Situando o rural e o urbano no Brasil

Este texto se inicia pontuando que compreender, caracterizar e distinguir as diferenças e relações entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, não é uma tarefa simples. Isto ocorre porque nada está acabado, o urbano não vive sem o rural e vice-versa. O rural vem se refazendo e se ressignificando para além das atividades agrícolas e do setor primário. O fato é que ambos contêm traços do seu processo de construção e transformação passadas.

Sobre o início do espaço geográfico constituído pelo campo-cidade, Mumford (1998, p. 11) apud Talaska, Silveira e Etges (2013, pp. 2-3) coloca que:

Antes da cidade, houve uma pequena povoação, o santuário e a aldeia, antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, essencialmente, com outras espécies animais.

As primeiras cidades surgiram com a necessidade do homem em domesticar animais e praticar a agricultura de subsistência, fazendo com que ocorresse uma aglomeração de pessoas no mesmo território (TALASKA, SILVEIRA e ETGES, 2013). Basicamente, o comércio, os intelectuais e os governantes se situavam nas cidades. Já o campo era o lugar que preservava a paisagem natural, privilegiando a produção agrícola e de matéria prima, que seria comercializada na cidade. A dicotomia entre urbano e o rural é bem demarcada, reduzindo o rural ao agrário. Veiga (2006, p. 341) explica que

O conceito de sociedade urbana foi proposto por Lefebvre para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede. E por revolução urbana, o autor designa o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e industrialização ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente.

Antes, havia um limite bem definido entre os dois espaços, mas com a modernização e o aperfeiçoamento dos meios de transporte, a interconexão entre o campo e a cidade aumentou. A revolução industrial também contribuiu para este relacionamento, engendrando fluxos contínuos de trabalhadores rurais nas cidades. O campo também evoluiu e se ressignificou, passando a utilizar novos produtos agropecuários e tornando os trabalhadores assalariados, causando uma interdependência econômica e social entre os territórios. Daí decorre a dificuldade atual na distinção entre os dois espaços (TALASKA, SILVEIRA e ETGES, 2013). Hodierno, Veiga (2004, p. 79) define que “nada é mais rural do que as áreas de natureza praticamente inalterada e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles”.

É visto que os territórios rurais estão se desenvolvendo com maior autonomia e dinamismo, inclusive com a presença do setor terciário em territórios maiores e mais desenvolvidos, atraindo renda e produtividade. Assim, Veiga (2006) coloca que o rural caminha para duas dimensões: a econômica e a ambiental. Ao mesmo tempo que o campo pode ser conservador com suas paisagens naturais e seu meio ambiente, pode também admitir atividades econômicas que causem baixo impacto no ambiente, permitindo que se mantenha a qualidade de vida. Surge, segundo Anjos e Caldas (2014, p. 387), uma “idealização do rural como construção social própria do momento histórico vivido pela sociedade contemporânea”. Desta forma, nasce uma nova ruralidade, em que

A dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade de vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia (VEIGA, 2006, p. 335).

Contudo, a crescente relevância do rural e a mobilidade entre cidade-campo, que contribuíram para que o rural emergisse, bem como o empreendedorismo local com a agricultura como principal fonte econômica, seja ela de subsistência ou não, fizeram com que surgisse essa nova ruralidade. A ideia de renascimento do rural vem para marcar a transição entre duas épocas, remetendo à evolução.

Talaska, Silveira e Etges (2013), embasados por estudos de outros autores, apontam que existem quatro critérios capazes de definir o urbano e o rural. São eles:

1. As unidades espaciais: alvo de questionamentos, este critério se baseia nas diferenças entre campo e cidades, utilizando somente o perímetro urbano municipal como parâmetro. Assim, o rural está além do perímetro urbano, definindo-se a extração de renda da terra (IPTU urbano e ITR rural);
2. O patamar demográfico: é necessário definir o número absoluto da população, onde o urbano é dado pela aglomeração de pessoas e o rural pela dispersão delas, denotando muita arbitrariedade em seus padrões;
3. A densidade demográfica: coloca o número de habitantes em determinada área, onde o urbano possui maior densidade demográfica e o rural menor. Assim, a concentração demográfica é uma característica das cidades, por possuir infraestrutura com edificações, equipamentos e variadas possibilidades;
4. A ocupação econômica da população: neste sentido, o urbano é associado às atividades secundárias e terciárias (não agrícolas), ao passo que o rural se ocupa das atividades primárias (agrícolas).

Tais características colocam as cidades urbanas como lugar central na sociedade, um elemento dominante, fazendo uma oposição entre o rural e o urbano. Entretanto, é importante salientar que, atualmente, não é possível tomar isto como verdade absoluta, posto que os modos de vida entre tais espaços geográficos se interpenetram a todo momento, não podendo defini-los como opostos, pois um é influenciado e dependente do outro.

Já Veiga (2006), sobrepondo o rural sobre o urbano, coloca quatro características do rural como modo particular de utilização do espaço e de vida social, sendo elas:

1. Baixa densidade demográfica, em que predominam as paisagens;
2. Predomínio da economia agro-silvo-pastoril;
3. Coletividade de tamanho limitado e relação particular com o espaço;
4. Identidade com conotações da cultura camponesa.

Contudo, a emergência do rural é mostrada como algo bom, que surge para acabar com os estereótipos que massacravam o rural e exaltavam o urbano, fazendo com que o êxodo rural diminua significativamente. Assim, os atores do campo permanecem os mesmos, mas se organizam de maneira diferenciada para prezar pelo que é seu e valorizar o que tem.

Também é necessário pensar no rural como local de qualidade de vida, e não só como agrário. As paisagens, água limpa, ar puro, silêncio e tranquilidade são atributos valorizados por muitas pessoas que buscam fugir da vida agitada dos centros urbanos, procurando lugares bucólicos para seu descanso. Desta forma, o campo vem sendo ressignificado e repensado a partir das suas características marcantes, sobrepondo-se ao urbano em muitos pontos e modificando sua representação social perante a questão territorial. Contudo, está ocorrendo uma:

Forte revalorização da ruralidade, em vez de sua supressão por uma suposta completa urbanização. São rurais as amenidades que já sustentam o novo dinamismo interiorano dos países mais avançados. E também são rurais, tanto as fontes de baixa entropia, quanto a biodiversidade, das quais dependerão as futuras gerações. O valor do espaço rural está cada vez mais ligado a tudo o que distingue do espaço urbano (VEIGA, 2004, p. 91).

Veiga (2004, p. 77) coloca o processo de urbanização no Brasil, que tem uma peculiaridade única no mundo, em que “o país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais”. Municípios pequenos são contabilizados como urbanos, só por possuir uma sede, mesmo que possuam menos de 20 mil habitantes. Estes parâmetros não são ideais para que se meça o que é rural e o que é urbano, uma vez que denotam uma característica de que o Brasil é mais urbano do que rural, o que é ilusão. O mesmo autor diz em seu estudo que, aproximadamente quatro mil e quinhentas sedes de municípios são imaginárias, por não possuírem coleta de lixo, varredura de ruas, recolhimento de IPTU e esgoto encanado, por exemplo. Deste modo, estas sedes que foram caracterizadas como urbanas anteriormente, são, na verdade, rurais. As localidades podem ser separadas por um critério de 80 habitantes por quilometro quadrado (hab/km²), posto que os centros urbanos são caracterizados por possuírem, no mínimo, 100 mil habitantes.

Talaska, Silveira e Etges (2013, p. 11) assinalam que as categorias cidade-campo, urbano-rural devem ser diferenciadas.

Campo e cidade, entendidas enquanto materialidade, meio, condição e produto da sociedade, espaços construídos/modificados que manifestam em seus conteúdos os processos contraditórios de desenvolvimento histórico da sociedade. (...) o urbano e o rural, compreendidas enquanto relações sociais, ou seja, formas abstratas, também condição e produto do desenvolvimento histórico da sociedade, mas que extrapolam os limites morfológicos da cidade e, no sentido inverso, os limites do campo.

A imagem do rural está sendo reconstruída com um novo discurso, pois passa por várias transformações ao longo da contemporaneidade, na qual as representações sociais são construídas coletivamente, como as pessoas constroem seu conhecimento, transformando as ideias em ações. Para Moscovici (2011) as representações sociais têm duas funções: dar forma aos objetos, colocando-os como um modelo a ser partilhado pelas pessoas; se impor sobre as pessoas de tal forma que combinem uma estrutura antes de ser pensada com uma tradição do que deve ser pensado. “As representações sociais que combinam nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, que vem à nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém” (MOSCOVICI, 2011, p. 201). Contudo, quem cria estas representações são as pessoas e os grupos aos quais pertencem, por meio da sua comunicação e linguagem, quando se põem a falar das representações sociais.

Desta forma, a linguagem se torna um fator importante para determinar as representações sociais, pois é através dela que as coisas ganham nome e se espalham até serem firmadas no pensamento da sociedade. O rural, que antes era pensado como o agrícola, o bucólico, passou por uma nova roupagem e ganhou uma nova representação social, na qual sai das sombras do urbano e cria seus próprios mecanismos de subsistência, renda familiar e modo de vida, colocando sua importância para a política e a economia do país.

Gray (2000) apud Anjos e Caldas (2014), elabora quatro fases do rural na Europa (podendo ser utilizadas no Brasil), que se estabelecem como uma evolução do estritamente agrícola até um modelo parecido com o que temos atualmente, enumerando os meandros enfrentados para que a quarta fase chegue onde está, ou seja, como a ruralidade está sendo socialmente representada. Tais fases são:

1. Na primeira, é configurada pela agricultura, por seu espaço natural e seus valores familiares;
2. Na segunda fase, iniciam-se os discursos (representações sociais) para sua projeção como localidade, preservando a agricultura, as paisagens e a produção familiar, mas também dando espaço à produção agropecuária;
3. Já na terceira fase, como espelho do capitalismo, o rural ganha autonomia frente a agricultura, se tornando um local voltado ao consumo. O rural começa a valorizar suas riquezas e diversidades, abrindo o leque de atividades para o comércio, prestação de serviços, pequenas e médias fábricas, não abrindo mão do lazer e a preservação do meio ambiente em sua nova representação social;
4. Na quarta fase aparece a imagem diversificada do rural, definindo as regiões em três grupos: essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanos (ANJOS e CALDAS, 2014).

Este desenho explicativo mostra como as transformações do rural na sociedade pós-industrial foram operadas pelas novas representações sociais. “Uma nova imagem do rural foi erigida, criando quadros de referência e impondo uma forma inovadora de recriar a realidade, com suas implicações e interfaces, que merecem ser analisadas” (ANJOS e CALDAS, 2014, p. 394).

A verdade é que o urbano e o rural de hoje não são iguais aos de ontem, pois passaram por muitas transformações, adquirindo novos elementos, novas funções e, por que não dizer, novas identidades, materializada pela sociedade organizada em suas relações sociais e de trabalho. Numa nova configuração de pensamento, o rural e o urbano se aproximam, mas não se anulam em suas especificidades. As afinidades e diferenças entre eles são ressaltadas, mostrando suas relações e reafirmando a existência e importância do rural na sociedade.

Educação do Campo: a Pedagogia da Alternância e as Escolas Famílias Agrícolas:

Falar sobre a educação do campo é um desafio, pois esta modalidade busca uma metodologia específica à realidade de cada localidade rural, respeitando as particularidades e meios de vida que cada um tem. Infelizmente, ainda existem poucas escolas propriamente rurais no Brasil, haja visto que escolas **no** campo não são escolas **do** campo. As escolas no campo, em sua grande maioria, obedecem a uma pedagogia urbana, com metodologias iguais as usadas em escolas da cidade grande. Já as escolas do campo privilegiam a cultura do home do campo, seus valores e interesses.

Desta forma, buscar uma “educação de qualidade no campo, voltada aos interesses dos camponeses, pode ajudar na construção de uma agricultura alternativa, sustentável e familiar” (GODOY DO NASCIMENTO, 2004, p. 4). Assim, a Pedagogia da Alternância tenta atender o que determina a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que em seu artigo 28 determina que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Portanto, as leis educacionais sugerem que a escola do campo se adeque à vida do campo. Todo parecer pedagógico precisa estar de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001), sempre em conformidade com a realidade de cada localidade rural. Nestes termos, é de grande importância e urgência pensar no espaço escolar como um novo local de formação humana, e não somente um simples transmissor de informações e conhecimentos, propondo uma renovação pedagógica para contribuir com a cultura do campo. É necessário que o currículo esteja adaptado não só à educação formal, mas também ao trabalho na terra e ao desenvolvimento cultural da comunidade em que a escola esteja inserida.

A educação rural no Brasil apresenta uma série de elementos os quais aparecem na legislação, nas instituições pedagógicas, no currículo e mesmo nas “recomendações” dos organismos internacionais, que possibilitam traçar um esboço da educação rural brasileira a partir dos anos 30. Para a maioria das famílias rurais a passagem pela escola básica rural (do primeiro ao oitavo ano) é a única oportunidade em suas vidas de adquirir as competências que lhes permitiriam eliminar as principais causas internas do subdesenvolvimento rural. Infelizmente, essas escolas não estão cumprindo com esta importantíssima função emancipadora de dependências e de vulnerabilidades; porque os seus conteúdos e métodos são disfuncionais e inadequados às necessidades produtivas e familiares do meio rural (GODINHO, 2008, p. 1).

As Escolas Famílias Agrícolas são um exemplo de como desenvolver uma educação do campo significativa para estas populações, se mostrando como experiências inovadoras para os jovens que ali se instalam.

A Escola Família Agrícola (EFA) que utiliza a Pedagogia da Alternância surgiu na França, em 1935, quando um grupo de agricultores percebeu que o sistema educacional de seu país não contemplava as especificidades da educação rural. Assim, iniciaram o movimento, contando com o auxílio de um padre católico, no qual os jovens trabalhariam nas propriedades com orientação dos pais por um tempo e alternariam esta experiência com estudos na casa paroquial. Portanto, além das disciplinas da base nacional comum, o currículo deste contexto aborda questões relativas à vida em comunidade, ao associativismo, ao meio ambiente e à formação profissional.

No Brasil, este movimento surgiu em 1969, quando o MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) fundou as Escolas Famílias Agrícolas nos municípios de Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e Anchieta (Sede do MEPES, mais especificamente na localidade de Olivânia) (TEIXEIRA, BERNARTT e TRINDADE, 2008).

Fonseca (2007) traz um aprofundamento interessante no que diz respeito ao histórico da EFA:

As escolas sob o regime de alternância se inscreveram no quadro do ensino profissional agrícola com um estatuto de escolas privadas reconhecidas pelo Estado Francês, porém, só em 1960 uma lei os reconheceu como modalidade pedagógica de alternância. A partir dos anos 60 e 70 este modelo pedagógico ultrapassou as fronteiras se estabelecendo com sucesso na Itália, Espanha, Portugal, depois no Continente Africano, em seguida da América do Sul e Caribe, depois para o Oceano Índico, na Polinésia - Ásia e por último na América do Norte em Quebec no Canadá. São hoje, aproximadamente, mil escolas no mundo, contribuindo com a formação de jovens e adultos no meio rural (FONSECA, 2007, p. 4).

Apresentando-se como uma experiência inovadora, as EFAs oferecem aos jovens do campo uma formação com Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, em tempo integral e regime de internato, alternando uma semana na escola e uma semana em casa. A iniciativa de criação da Escola Família Agrícola tentou solucionar dois problemas relacionados às questões do ensino regular voltado para as necessidades urbanas, levando os jovens camponeses ao êxodo rural, e também à necessidade de levar ao campo o desenvolvimento tecnológico.

Nesta escola os alunos estudam leitura, escrita, matemática, e tecnologia, além de aprender a trabalhar com a terra, com as plantas, os animais e a coexistir e interatuar com a realidade agrícola. Na semana em que estão em suas casas, ensinam aos pais a utilizarem as novas tecnologias e as maneiras adequadas de lidar com a realidade do campo. Deste modo, existe a grande possibilidade que o sujeito se incorpore na comunidade, estimule a conscientização política e se valorize como ser humano. Os principais objetivos da Escola Família Agrícola (EFA) são a formação integral do aluno e a promoção do meio rural, procurando a interação entre escola e família, articulando os dois ambientes como espaços de aprendizagem contínua.

A Pedagogia da Alternância fundamenta-se na tríplice ação - reflexão - ação, almejando praticar primeiro, para depois teorizar as ações realizadas e voltar ao campo da prática com o conhecimento teórico adquirido, sempre em função de melhorar a qualidade de vida da comunidade em questão. Nesta metodologia, o primeiro ambiente é o familiar, que, interagindo com a escola, propõe o compartilhamento dos múltiplos saberes pertencentes à família, a fim de aplicar o conhecimento e a prática na comunidade agrícola. Nas palavras de Godinho (2008, p.1):

Alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando/a partilha os diversos saberes

que possui com os outros atores/as e reflete-se sobre eles em bases científicas (reflexão); e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais. A Pedagogia da Alternância baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar (através dos Planos de Estudos na família, comunidade ou na escola), procurar responder às questões (através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios) e experimentar (fazer experimentar em casa a partir do aprofundamento).

As aulas acontecem em sala ou no terreno da escola. Durante o curso, os alunos acompanham um plano de estudos, partilham com colegas e professores exemplos de suas propriedades, assistem a palestras, visitam fazendas e centros de pesquisa. Antes da conclusão do curso, cumprem com 250 horas de estágio trabalhando, geralmente, em grandes propriedades para desenvolver um projeto educacional e aplicar em sua própria propriedade agrícola.

Com isto, a EFA consolida-se por acreditar no homem do campo e na promoção de uma educação que resgata o valor da terra, promovendo educação técnica profissional, humanista e autossustentável. É um projeto que articula espaço e tempo em diferentes situações, contando com a ajuda de alguns parceiros para favorecer condições adequadas de aprendizagem. Para tanto, parte dos pressupostos de que a vida cotidiana é indissociável da escola; a aprendizagem acontece pelo fazer concreto: no dia a dia, na experiência do mundo do trabalho, na vivência familiar e comunitária; valoriza a experiência pessoal como ponto de partida do processo ensino-aprendizagem; relaciona teoria e prática, numa perspectiva contínua do inacabamento.

Sabendo que esta metodologia de ensino e aprendizagem é diferenciada e deve ter a sua disposição materiais didáticos que contemplem sua particularidade, é necessário mencionar quem é o professor do campo. Segundo Fonseca (2007, p. 2), “a prática docente nesse tipo de experiência educativa exige do professor uma formação específica e uma dedicação integral e interdisciplinar que vai muito além do processo de ensino-aprendizagem na sala de aula”. Na verdade, o professor que atua com Pedagogia da Alternância é chamado de monitor, pois deve ter entrega integral a seu trabalho. Com o pioneirismo do estado do espírito Santo nesta modalidade de ensino, o MEPES também foi responsável pelo treinamento e formação inicial dos monitores. Depois, com a expansão para outros estados, foi criada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), atribuindo novas visões e novas práticas ao meio.

El papel del docente se define como el de un ‘acompañante cognitivo’, que es quien debe, por ello, desarrollar una batería de actividades destinadas a hacer explícitos los comportamientos implícitos de los expertos, de manera tal que el alumno pueda observarlos, compararlos con sus propios modos de pensar, para luego – paulatinamente – ponerlos en práctica con la ayuda del maestro y de los otros alumnos (TEDESCO, 2012, p.166-167).

Os monitores são peças essenciais nas engrenagens das EFAs, pois são responsáveis pelo funcionamento pedagógico e também administrativo. Seu perfil está longe do tradicional e das funções engavetadas, pois precisa estar preparado para as mudanças e diversidades, não só com formação inicial, mas também com a formação continuada e atualização docente. Suas funções perpassam “desde o acompanhamento personalizado de um educando à orientação geral de uma turma, no acompanhamento da vida familiar, profissional e cultural” (FONSECA, 2007, p. 9). Isto torna seus afazeres interessantes, instigantes e, também, muito complexos, haja visto que deve estar em constante busca pela formação continuada. O exemplo desta complexidade é dado por Fonseca (2007), quando coloca o que engloba a formação deste profissional:

A formação de monitores considera por objetivo que o educador seja engajado no projeto, tomando consciência da pertença a uma instituição que exige militância e não

apenas competência técnica.; conheça a fundamentação e os princípios da Pedagogia da Alternância e encontre o sentido dos instrumentos e atividades pedagógicas inerentes a uma verdadeira alternância educativa; saiba gerir aulas e atividades de formação em geral, numa metodologia participativa e construtiva do conhecimento, bem como saiba utilizar os instrumentos pedagógicos e a parceria com os colaboradores no processo educativo, tais como os pais, as lideranças das comunidades, profissionais, empresários e autoridades em geral; consciente das realidades sócio política, econômica, cultural e ecológica no âmbito local, regional, nacional e internacional para saber pensar global e agir local na perspectiva do desenvolvimento sustentável (FONSECA, 2007, p.7).

As ações são abalizadas em humanização, com atividades elaboradas sob os princípios do respeito e da solidariedade ao companheiro de trabalho. Deste modo, cada sujeito tem sua própria responsabilidade nas atividades, mas não lhe é excluído a participação e contribuição na parte que cabe ao outro, formando uma teia colaborativa em que uns se apoiam nos outros para alcançar a meta de todo o grupo.

Pensando por este lado, é possível analisar o posicionamento de um professor interdisciplinar, que nas palavras de Fazenda (1994) citado por Cavalcante, Pinho e Andrade (2015, p. 223) apresenta algumas características:

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor, atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida.

O professor/monitor que trabalha na Pedagogia da Alternância (PA), portanto de forma interdisciplinar, deve sempre procurar novos desafios, ter compromisso, ser humilde, estando sempre aberto ao diálogo, numa característica humanística bem evidenciada no seu fazer profissional. Juntos, os monitores interdisciplinares formam uma equipe, que podem vir de diferentes campos disciplinares, procurando valorizar suas controvérsias para buscar uma problemática comum, confrontando a disciplinaridade em prol do interdisciplinar. Assim, em unidade, reconhecem que não são especialistas em tudo, mas unem suas habilidades individuais para entender o todo, aceitando as críticas dos colegas não especialistas.

Considerações Finais

Neste ensaio foi possível notar que falar sobre Pedagogia da Alternância requer um pensamento interdisciplinar. Isto é possível porque este tema enfatiza o sujeito do campo como sujeito cultural e de direitos, assim como a interdisciplinaridade tem como princípio exaltar os saberes do sujeito como um todo, e não em suas partes.

Há muito tempo, muitos estudiosos do ensino buscam reestruturar o currículo escolar, experimentando e trabalhando com a interdisciplinaridade com grande empenho, tentando amarrar as disciplinas para que entrem em convergência de saberes. A educação brasileira vem seguindo este raciocínio, tentando melhorar a educação por meio de estratégias inovadoras e diferenciadas. Prova disto são as legislações, como a LDB Lei nº 9394/96 que propõe inovações a partir da interdisciplinaridade, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, que também discutem este tema como uma ferramenta na formação de alunos que compreendem a complexidade do

mundo no qual estão inseridos. Inclusive, são os PCNs que trazem os temas transversais para o seio escolar, colocando a Ética, a Saúde, a Orientação Sexual, o Meio ambiente, a Pluralidade Cultural, o Trabalho e o Consumo como questões inerentes ao ensino das disciplinas de base nacional comum.

Do mesmo modo, a Pedagogia da Alternância baseia seus princípios na cultura do pensamento, colocando a interdisciplinaridade acima da segmentação do conhecimento, respeitando as relações e influências que as disciplinas criam entre si e promovendo interconexões que provocam a aprendizagem integral. Coimbra (2000, p. 66) exhibe uma hipótese de que “a vocação interdisciplinar parece ser muito mais das instituições do que incumbência de indivíduos isolados”. Por isto, as EFAs agregam a PA ao seu método de ensino em busca de uma aprendizagem significativa.

Referências

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. **Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 21, n. 2, pp. 385-402, abr/jun. 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAVALCANTE, Márcia Suany Dias; PINHO, Maria José de; ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Interdisciplinaridade e livro didático: interfaces (im) possíveis?** Revista do GELNE, Natal/ RN, v. 17, n. 1/2, p. 213-234, 2015.

FONSECA, Aparecida Maria. **Desafios e Perspectivas na formação dos profissionais da Escola Família Agrícola**. Anpae, 2007. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/43.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2017.

GODINHO, Edna Maria Silva Oliveira. **Pedagogia Da Alternância**. 2008. Disponível em: <http://webartigos.com/artigos/pedagogia-da-alternancia/3845>. Acesso em: 14 de junho de 2017.

GODOY DO NASCIMENTO, Claudemiro. **Educação, Cidadania e Políticas Sociais: a luta pela educação básica do campo em Goiás**. Revista Iberoamericana de educação. 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

TALASKA, Alcione; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; ETGES, Virginia Elisabeta. **Cidade e campo: para além dos critérios e atributos, as relações e contradições entre o urbano e o rural**. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15, 2013.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educación y justicia social em América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, Universidad Nacional de San Martín, 2012.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para pesquisa**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago 2008.

VEIGA, José Eli da. **A dimensão rural do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, pp. 71-94, 2004.**

VEIGA, José Eli da. **Nascimento de outra ruralidade**. Estudos Avançados, vol.20, n.57, pp. 333-353, 2006.

OS SABERES TRADICIONAIS, MEMÓRIA E CULTURA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ITACURUÇÁ (ABAETETUBA/PARÁ)

Laércio Farias da Costa

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA-Cametá)
laerciofariasc@gmail.com

Mara Rita Duarte de Oliveira

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA-Cametá)
mararitaduarteufpa@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa que tem como objeto de estudo os saberes tradicionais da comunidade quilombola do Itacuruçá (Abaetetuba/Pará) com o intuito de compreender as formas de valorização e proteção desses saberes a partir da análise da efetivação do ordenamento jurídico brasileiro, que dá base para a proteção dos povos tradicionais. Para empreender o trabalho iremos identificar a relação dos dispositivos legais e a proteção dos saberes na comunidade quilombola do Itacuruçá. Assim, procuramos legitimar a proteção de tais saberes, bem como compreender a constituição do direito em nossa sociedade e o diálogo com as formas de organização educacional, política e cultural do lócus de pesquisa na perspectiva da valorização dos saberes tradicionais, na media em que se registra a memória coletiva da comunidade para o entendimento de suas tradições.

Palavras-Chave: memória, saberes tradicionais, dispositivos legais, identidade quilombola

Abstract:

This article presents partial results of a research that has as object of study the traditional knowledge of the quilombola community of Itacuruçá (Abaetetuba / Pará) in order to understand the forms of valorization and protection of these knowledge from the analysis of the effectiveness of the legal system Brazilian, which provides the basis for the protection of traditional peoples. In order to undertake the work, we will identify the relationship between legal provisions and the protection of knowledge in the quilombola community of Itacuruçá. Thus, we seek to legitimize the protection of such knowledge, as well as to understand the constitution of law in our society and the dialogue with the forms of educational, political and cultural organization of the locus of research in the perspective of valuing traditional knowledge, registers the collective memory of the community for the understanding of its traditions.

Key-words: memory, traditional knowledge, legal devices, quilombola identity

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo os saberes tradicionais da comunidade quilombola do Itacuruçá (Abaetetuba/Pará) com o intuito de compreender suas formas de valorização e proteção a partir da análise sobre a efetivação do ordenamento jurídico brasileiro que dá base para a proteção dos povos tradicionais, na medida em que se identifica sua relação com as formas de transmissão desses saberes de geração em geração através da memória coletiva e das histórias orais dos guardiões da memória da comunidade.

O interesse pelo tema acerca da Preservação dos saberes tradicionais surgiu a partir da formação inicial do pesquisador, graduado em Licenciatura em Educação do Campo, ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) Diversidade UFFA e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória, Formação e Tecnologia (GPEM), na Universidade Federal do Pará Campus de Abaetetuba, atividades e formações que possibilitaram, dentre outras reflexões, a compreensão sobre a importância da valorização dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Assim, os caminhos da investigação, de acordo com o objetivo proposto de analisar as formas de valorização dos saberes tradicionais da comunidade quilombola do Itacuruçá e averiguar em que medida esses saberes têm sido transmitidos de geração em geração, através das narrativas orais dos guardiões da memória da comunidade, faz-se necessário, inicialmente, identificar a relação entre os dispositivos legais e a proteção dos saberes na comunidade. Assim, torna-se necessário identificando as formas, que essas populações buscam para sobreviver e incluir-se neste processo de modernidade proposta pelo desenvolvimento capitalista. Desvelando, eventuais, modelos de resistência às formas de organização produtiva do capital, em que os guardiões da memória assumem importante papel de valorização cultural, ao possuírem experiências e vivências nas relações diferenciadas com o trabalho e nas suas formas de relações educacionais, culturais e políticas.

Para efeito deste trabalho, o conhecimento tradicional define-se como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo para as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim um continuum entre ambos. (Diegues, 2001)

Os caminhos trilhados pela pesquisa partem de um viés antropológico e interpretativo do saber acumulado na memória dos sujeitos investigados. À vista disso, buscamos, por meio do encontro, registrar os elementos importantes da comunidade. Paul Thompson (1992, p. 17) diz que:

(...) a história oral pode dar grande contribuição para a valorização da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

Assim, utiliza-se a metodologia da história oral, visando destacar o cotidiano dos sujeitos entrevistados por meio de suas memórias. Neste sentido, é conseqüente, por fim, registrar a memória coletiva da comunidade quilombola do Itacuruçá para a compreensão das tradições e da permanência dos saberes tradicionais na organização educacional, política e cultural da comunidade.

Quanto aos sujeitos de pesquisa, foram selecionados 10 (dez) representantes, com prioridade para os mais velhos da comunidade, que participam ativamente nas instituições que constituem a comunidade. O relato de experiência das memórias dessas pessoas, os guardiões e guardiãs da memória coletiva da comunidade constitui-se fator importante para nossa pesquisa, pois como diria Bosi (2003; p. 233) são histórias construídas ao longo da vida, a partir de um cotidiano muitas vezes corriqueiro, mas sempre relevante. Optou-se pelo trabalho de campo, pois “se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (MINAYO, 2001; p. 51).

Para Alentejano e Rocha-Leão (2006) “fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo...” (p. 57). Ainda, que é preciso “compreender o trabalho de campo como uma ferramenta... desde que articulada com a teoria, capaz de possibilitar a conexão da empiria com a teoria” (p.58). Assim, entendemos a memória, sendo esta uma representação social, onde há evocação das lembranças, recordações que são trazidas a tona, pois estava silenciada, a história oral invoca todo esse processo de silenciamento (HALBWACHS, 2006). Desse modo, esperamos contribuir para o campo da reflexão para os povos do campo, em especial, as populações tradicionais, comunidades quilombolas, num exercício permanente de registro da memória coletiva desses grupos sociais na Amazônia.

A ocupação do território e a garantia de modos de vidas e da valorização do conhecimento tradicional reflete profundamente na forma de organização das populações quilombolas, que tem na terra sua forma de produzir e reproduzir suas relações sociais e econômicas. Assim, sendo o lócus de pesquisa, uma comunidade quilombola, é necessário reconhecer a história dos quais os antecederam e entender suas influências que, eventualmente, a comunidade venha a carregar consigo. Nascimento (1980) nos ajudar a entender o Quilombo como um movimento amplo e permanente que se caracterizou pelas vivências de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.

O município de Abaetetuba, o qual sedia a comunidade, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e MORIVA (2015), é constituído por aproximadamente setenta e duas (72) ilhas entrelaçadas por rios, furos¹ e igarapés interligados uns aos outros. O ‘rural’ é assentado numa geografia de ilhas, de estradas e de ramais e dentro dele estão onze comunidades quilombolas existentes e diversas outras que são identificadas como ribeirinhas. A cidade compreende ainda um total de oito comunidades remanescentes de quilombos, são elas (Acarauí, Tauerá-Açu, Arapapu, Arapapuzinho, Genipaúba, Alto, Médio e Baixo Itacuruçá).

A comunidade quilombola do Itacuruçá constitui-se uma comunidade ribeirinha por estar situada às margens dos rios. Desta forma, é importante entender que os conceitos quilombola e ribeirinho diferem em seus significados, porém atravessam-se no cotidiano. Os ribeirinhos e quilombolas constroem uma forma própria de lidar com o tempo-espaço entre as águas, seus trabalhos, meio de transporte, obtenção de alimentos e até mesmo constituição de suas próprias identidades. “Mar”, entrevistada e funcionária da escola pública municipal Santo André, que atende ensino fundamental e médio, relata que:

1 Furo é um termo amazônico e caracteriza-se por ser um canal estreito de um rio. São córregos que unem rios maiores entre si, normalmente em matas de várzeas, servindo de atalho às distâncias entre as comunidades de ilhas e a cidade.

Eu sou ribeirinha, mas atuo há 13 (treze) anos na escola que está situada em uma comunidade quilombola. Essa relação ribeirinha e quilombola se dá também por identificação. Por exemplo eu me considero negra e quilombola mesmo morando em uma área ribeirinha. (Mar, em 15 de março de 2018).

Assim, a comunidade quilombola do Itacuruçá está localizada entre os rios Arapapu e Piquiarana. Segundo informações das agentes de saúde participante da ação social desenvolvida pela Universidade Federal do Pará, no ano de 2017, a distribuição do número de famílias é feita da seguinte forma:

Tabela 1: Distribuição do número de famílias,

Nº	Local	Nº de famílias
01	Baixo Itacuruçá	70 famílias
02	Médio Itacuruçá	98 famílias
03	Alto Itacuruçá	167 famílias
TOTAL		335 FAMÍLIAS

Fonte: Agentes de saúde da Localidade (Ano: 2017)

Neste sentido, é por compreendermos que a vida gestada no campo precisa de proteção e que esses povos historicamente excluídos precisam da garantia de seus direitos, entendemos que ao garantir-se o direito à terra e à proteção da biodiversidade, inegavelmente protegemos essas populações e garantimos a essência cultural desses povos às gerações futuras,

Na Amazônia o que temos visto é uma história lenta, como diz Martins (1999, p.14), ou seja, o tradicional e o moderno entrelaçados e se perseguindo, para dar conta da dimensão do presente da vida das pessoas que vivem no campo. A identidade coletiva das populações tradicionais se materializa nos discursos e nas práticas culturais desses sujeitos no cotidiano da luta pela terra e pela produção dos meios de sobrevivência.

Reconhecendo, enfim, que a valorização e a utilização sustentável da diversidade biológica têm como papel fundamental os saberes das populações tradicionais, os quais passam a ser importantes e devem ser valorizados e de mútuo interesse. Visto que, a valorização do saber local pode oferecer condições para a ampliação de uma busca equilibrada da relação sociedade-natureza com prerrogativas do desenvolvimento local, que articula a melhoria da qualidade de vida e o uso dos recursos naturais.

A partir destes elementos, entende-se que as comunidades tradicionais e o meio natural, ao desenvolver seus sistemas tradicionais de manejo, pressupõem uma relação de respeito, gratidão, receio e cumplicidade com a natureza, o que se apresenta como causa direta da preservação ambiental das localidades nas quais as populações tradicionais habitam. Cunha (1992, p.77) assinala a existência da indissociabilidade entre o homem e a natureza, já que o ambiente significa “o meio essencial de sua sobrevivência social, fonte de sua vida e de sua identidade cultural e, por conseguinte, significa a possibilidade de continuarem vivendo na história”; entretanto, na realidade da sociedade moderna, o capitalismo predatório tem colocado em risco essa relação, pois submete essas populações a um consumismo imediato e os que lutam no e pelo território, exemplo dos quilombolas que se desdobram para manter a própria sobrevivência, a garantia de seus direitos e permanência na terra.

Neste debate, Bourdieu (1989) nos ajuda a entender que, o direito sempre se apresentou em caráter “universal”, “abstrato” e, portanto, ahistórico. Partindo deste pressuposto podemos afirmar que a insipiente sensibilidade do campo do direito para as especificidades locais deve-se, também por sua configuração universal. Logo, o discurso de universalidade do direito que legitima a ideia da “neutralidade” dos diferentes instrumentos de análise de uma ciência jurídica e que seriam utilizados na interpretação e aplicação do Direito, acaba por entrar em conflito ao considerarmos a existência de uma disputa que se estabelece no interior do campo jurídico. Assim, tem-se observado nas disputas mais recentes uma reivindicação de “homogeneidade jurídica universal”, comprometida com um “projeto global de sociedade”. Shiraish Neto (2008) enxerga nesta reivindicação uma prática e de um discurso jurídico próprio, cujos objetivos são a produção, reprodução e difusão de um tipo de conhecimento e de saber que mais tem servido para cristalizar o pensamento jurídico dominante.

Desta forma, a pesquisa concentra seus esforços de análise sob a Constituição Federal do Brasil de 1988, com olhares atentos à Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). O Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. Posteriormente o decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 a partir da importância da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNCTC), entre outras, é a de explicitar o reconhecimento estatal e a proteção de outros grupos culturalmente diferenciados, participantes do processo civilizatório nacional, para além de indígenas e quilombolas. A definição de povos e comunidades tradicionais e territórios tradicionais, assim como a de desenvolvimento sustentável. E no âmbito educacional destacamos as leis 10639/2003 e 11645/2011, que obriga a inserção da cultura afro-brasileira no currículo escolar, como suporte jurídico para análise da organização escolar da comunidade quilombola do Itacuruçá.

As mobilizações dos povos e comunidades tradicionais que se situa no campo jurídico, faz menção direta ao enfrentamento com os “operadores do direito”², que segundo Bourdieu (1989) são os que pensam, elaboram e implementam as “práticas jurídicas” e à eles são outorgados o direito de dizer sobre o direito. Este processo de enfrentamento sensibiliza as comunidades tradicionais à compreensão de que o campo jurídico deve superar a racionalidade globalizante que generaliza os dispositivos, segundo o autor:

A proposta de refletir o Direito a partir da noção de campo jurídico traduz uma tentativa de apreender o universo social específico no qual ele se produz, reproduz e difunde, sem a preocupação de tentar situar essa discussão no debate científico prevalente, que, ao focalizar na análise ora os elementos formais, ora os instrumentais (BOURDIEU, 1989, p. 209),

Assim, uma conquista elementar para a comunidade, baseada nos dispositivos legais que protegem os povos tradicionais, através das interferências das organizações, foi a demarcação do território e o reconhecimento da comunidade como quilombola. Esses dois elementos oportunizaram a abertura de uma série de políticas públicas inscritas à luz dos dispositivos legais, já listados anteriormente no texto, e que visam a valorização das comunidades, e estas, por sua vez, dos saberes tradicionais; como afirma a moradora “Sol”:

2 Os operadores do direito são agentes especializados que se situam como mediadores entre os envolvidos em um conflito e suas demandas e produzem uma fala específica na sociedade, marcada pela linguagem jurídica. Esses agentes são os advogados, juizes, promotores e funcionários do poder judiciário. Ver em: Chasin, Ana Carolina. Considerações sobre o direito na sociologia de Pierre Bourdieu. In: RODRIGUES e SILVA. Manual de Sociologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2013)

Para falar dos direitos conquistados, não tem como não partir da titulação de nossas terras, garantida pela Constituição Federal de 1988, no art. 5. Depois da demarcação conseguimos participar no Processo seletivo especial da UFPA, através do governo Federal conseguimos a construção de escolas quilombolas, a implantação de poço artesiano com uma caixa d'água de 5 mil litros no médio Itacuruçá, que beneficia a comunidade toda e mais algumas do entorno. Tudo com recurso nosso. ("Sol", em 17 de março de 2018).

É válido ressaltar que as várias conquistas que esse exercício de pensar criticamente sobre a realidade que esses grupos promovem para a sociedade nacional, abrangendo modos próprios de vida, relações territoriais, valorização da memória, história e patrimônio cultural material e imaterial, e os saberes tradicionais no uso de recursos naturais, entre outros, acabam por legitimar e promover a conquista e garantia dos direitos das populações tradicionais e, por conseguinte passam a contribuir para a redução da desigualdade e para a promoção da justiça social.

Geertz (2014) a partir da compreensão de cultura e suas influências quando fala sobre a história social da imaginação moral elucidando como se dá a compreensão de nós mesmos e de outros, a qual é influenciada não só pelo intercâmbio com nossas próprias formas culturais que nos são alheias, transformando-as depois de retrabalhadas e redirecionadas, em secundariamente nossas. Assim, a identidade também pode ser entendida como um produto da ação do próprio indivíduo e da sociedade, de tal maneira que se forma na confluência de forças sociais que operam sobre o indivíduo e na qual ele próprio atua e constrói a si mesmo, refletindo em suas identidades, na medida em que absorvem os seus significados. "Sol" moradora e educadora da comunidade quilombola do Itacuruçá, afirma que:

Nossas manifestações culturais que nos identificam, vejo que estão ameaçadas. Outro dia, em uma atividade cultural, os alunos propuseram se apresentar com funk, resistindo a nossas danças. Aqui, em nosso território, não existia preconceito com a nossa cultura, o se identificar como negro; mas eles saem daqui, têm acesso a redes sociais e isso influencia muito nessa autoafirmação. Existem aqueles que batem no peito e dizem eu sou negro, usando roupas próprias dos quilombolas, isso ainda é forte, mas também existem aqueles que ainda resistem. A mídia tem um papel perverso para essa identidade". ("Sol", em de março de 2018).

Nesse sentido, as identidades não são imutáveis, de acordo com Santos (2000), são como identificações em curso, integrantes do processo histórico da modernidade, no qual concorrem velhos e novos métodos de recontextualização e de particularização das identidades. É um processo histórico de resistência, deflagrado no passado e que constrói reação, luta, e que ao se relacionar com as questões de poder, evoca a lembrança de que quem é obrigado a reivindicar uma identidade, encontra-se, necessariamente, em posição de carência e subordinação.

Assim, entende-se a importância da educação no processo de formação cultural e étnico racial dos alunos. A entrevistada "Estrela" convida a refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes nesta perspectiva, inserindo no debate a lei 10.639/2003, que visa justamente implementar no currículo escolar a cultura afro-brasileira como forma de valorização e reconhecimento. Segundo a entrevistada, a Escola Santo André costuma realizar um evento anual que trabalha e honra a cultura, expondo objetos próprios de um contexto histórico referenciando a comunidade. E ainda afirma que:

Já veio um homem de Belém e deu um curso sobre a lei 10639, mas não aprofundou, não mostrou práticas. A escola se esforça para trabalhar os saberes tradicionais, inclusive, até os professores que vêm de fora, que têm mais resistência. A Feira Cultural que nós fazemos palestras, apresentações, exposição, ano passado não aconteceu por conta de

patrocínio, nós não tivemos, mas este ano aos trancos e barrancos, vamos fazer. Além disso, a gente faz a festa junina e outros. Sobre a prática do professor, eles se esforçam ainda que com dificuldades para trabalhar os saberes, mesmo nós sendo anexo de uma escola da cidade e ter um PPP vinculado a eles e que direciona nosso conteúdo programático, mas é verdade que nossas dificuldades se dão não somente pela parte de formação, mas o papel da mídia, né? E até de outras manifestações religiosas diferente da matriz Africana. (“Estrela”, 15 de junho de 2018).

Desta forma, pode-se inserir que as formas de organização do campo e dos povos tradicionais para constituir-se com tal, deve ser pensada pelos povos que produzem e se reproduzem nesses espaços, e estes devem ter como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. E nestes grupos há forte centralidade da família na organização não só das relações produtivas, mas da cultura, do modo de vida.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A partir do amadurecimento do debate, é possível constatar que para empreender um trabalho que objetiva analisar os saberes tradicionais, sua dinâmica de atualização em meio às representações sociais que permeiam a comunidade, torna-se imprescindível a análise de suas formas de organização, as influências do meio externo em diálogo com a percepção dos sujeitos, munidos de conhecimentos técnicos e dispositivos legais que subsidiem a defesa do reconhecimento de tais saberes e práticas, e então pontuar a viabilidade de valorização dos conhecimentos para mediar a relação harmônica e rentável entre sujeito, meio ambiente e sociedade.

Portanto torna-se de elementar importância mediatizar o diálogo através da compreensão das suas formas de organização, defendendo a tese de que os povos tradicionais são sujeitos da história, de sua própria história. Como dialoga Freire (1981) “Uma história não se constrói no vazio, mas em sociedade, em que homens e mulheres se mostram capazes de “ser mais”, mais humanos, e de superar qualquer situação de desumanização”. E que a opressão sistêmica que possa vir a estagnar a valorização do saber local, deve ser combatida por meio da consciência e emancipação dos sujeitos.

Geertz (1995) diz que “nossa consciência é moldada em doses iguais por outros, em qualquer outra parte do mundo, têm das coisas, e pela maneira como estas coisas se nos apresentam aqui e agora, onde estamos”. Daí a importância de equilíbrio quanto a passividade de absorção de culturas impostas de modo coercitivo:

A instabilidade que tudo isso introduz em nossas vidas morais (para não dizer o que faz com nossa autoconfiança epistemológica) explica, a meu ver, grande parte dessa sensação que nos persegue de estar acreditando em coisas demais ao mesmo tempo. Explica também nossa preocupação intensa em saber se sequer estamos em uma situação adequada, ou se podemos de alguma forma nos posicionar em uma situação adequada, para julgar outros modos de vida. (Geertz, 1995, p. 09).

Assim, entendemos que os saberes tradicionais constituem em seu papel social uma relevância ambiental e de sociabilidade que são vitais para a sobrevivência da sociedade moderna, logo, necessitam da garantia do direito à sua proteção, bem como da memória coletiva que precisa ser exercitada e valorizada. Esses são pressupostos que integram a Constituição Federal do Brasil (1988) e o sistema de direitos humanos, principalmente no que se refere à valorização da diversidade biológica de nosso país. Assim, evidenciar o sistema de proteção dos saberes locais tradicionais e dos diversos grupos sociais culturalmente diferenciados do padrão global ocidental e hegemônico é de grande relevância social, já que além do valor econômico, ele é fundamental para o desenvolvimento humano e local.

Neste sentido, a pesquisa tem sua fundamentação através do exercício memorialístico, realizado junto às lideranças da comunidade, que o envolva e o faça refletir sobre sua cultura, para valorizar seus e saberes e entender a dinâmica da sociedade, bem como suas influências e nuances em meio ao mundo moderno. Pois para que se constituam sujeitos conscientes e emancipados, é necessário que haja uma conscientização, não podendo, portanto, acontecer isoladamente. O homem é um ser social e por isso, a consciência e transformação do meio deve acontecer em sociedade.

Enquanto isso, a comunidade quilombola do Itacuruçá coloca-se como detentora de uma gama de conhecimentos tradicionais, expressões culturais próprias, num repertório considerável de mitos, ritos e conhecimentos herdados de ancestrais, ligados às atividades produtivas que, para além dos procedimentos técnicos e agrônômicos envolvidos, garantem a produção, o consumo e uma maneira específica de se relacionar com a natureza e com o mundo; assumindo, paralelamente, a necessidade de efetivar estratégias que possibilitem a proteção desses saberes, uma vez que atribuem ao avanço da lógica capitalista e à influência midiática de universalização de uma cultura hegemônica, a visível descontinuidade de traços culturais próprios da comunidade.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo R. R. & ROCHA-LEÃO, Otávio M. professores Adjuntos do Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 51-67, 2006. Disponível em: http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf. Acesso em 03/09/2017

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 47.

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região**. In: *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

COSTA FILHO, Aderval. *Quilombos e povos tradicionais*, 2010. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2014/04/TAMCCOSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf Acesso em 12 jan.2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. DIEGUES, Antonio Carlos Santana (org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP; PROBIO-MMA; CNPq, 2000.

POLLAK Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 09.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

GEERTZ, Clifford. **O saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. 14. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Antropologia).

MARTINS, José de Souza Martins. *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. **Memória e resistência na universidade**. In: **Augusto Sarmiento-Pantoja, et. al. (Org.). Memória e resistência: percursos, histórias e identidades**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012, p. 176.

POLLAK Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 09.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE ATRAVÉS DA ARTETERAPIA: ESTUDO DE UM GRUPO DA TERCEIRA IDADE

LEA SANDRA RISSE

*Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem UENF
risse.lea@web.de*

DIANA PAOLA GUTIERREZ DIAZ DE AZEVEDO

*Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem UENF
diana.gutierrez0922@gmail.com*

ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE

*Professora do Programa de Cognição e Linguagem UENF
rosaleeistoe@gmail.com*

RESUMO

De acordo com o IBGE, em 2020 a população idosa chegará a um total de 30 milhões de pessoas. A dessincronização do ciclo sono-vigília com influências internas ou fisiológicas e externas ou socioambientais, afetando a saúde física e mental dos idosos e que precisa de intervenção por meio de educação de saúde como uma das ferramentas essenciais na promoção de saúde nas populações. O objetivo desta pesquisa é documentar a arteterapia como mediador dos processos de ensino-aprendizagem nos idosos e, especificamente, como ferramenta para a educação em saúde. Relatar a experiência do uso da arteterapia na educação em saúde para o cuidado do sono no envelhecimento em um grupo de terceira idade. A presente pesquisa se constitui da observação e relatos das experiências vivenciadas pelo grupo do programa "Terceira Idade em Ação" nas oficinas de "Ginástica cerebral, sono e saúde", corresponde a uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e de delineamento bibliográfico.

Palavras-chave: Arteterapia. Envelhecimento humano. Ciclo Sono-Vigília. Sonhos. Educação em Saúde.

ABSTRACT

According to the IBGE, by 2020 the elderly population will reach a total of 30 million people. The desynchronization of the sleep-wake cycle with internal or physiological and external or socioenvironmental influences, affecting the physical and mental health of the elderly and that needs intervention through health education as one of the essential tools in health promotion in the populations. The aim of this research is to document art therapy as a mediator of teaching-learning processes in the elderly and, specifically, as a tool for health education. To report the experience of the use of art therapy in health education for the care of sleep in aging in an elderly group. The present research consisted of the observation and reports of the experiences of the group „Third Age in Action“ in the workshops of „Brain gymnastics, sleep and health“, corresponds to a qualitative, exploratory, descriptive and bibliographic delineation.

Key-words: Art therapy. Human Aging. Sleep-Wake Cycle. Dreams. Health Education.

Introdução

Uma transição demográfica com um envelhecimento populacional como característica principal na maioria dos países impõe novos desafios em relação à abordagem das especificidades de sujeitos e coletividades nos quais, biológica, psicológica e socioculturalmente aumenta sua vulnerabilidade pelas diversas mudanças que ocorrem em decorrência do tempo. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) indicam a evolução da composição populacional por grupos de idade com aumento da participação percentual dos idosos na população e a consequente diminuição dos demais grupos etários. Assim, do ano 2005 ao ano 2015 a proporção de pessoas com idade superior ou igual a 60 anos no Brasil passou de 9,8% para 14,3% e a estimativa para 2070 é acima de 35%.

Uma das causas deste envelhecimento populacional é o aumento da expectativa de vida que se deve em parte pela melhora da qualidade de vida propiciada pelo avanço das ciências ao longo do tempo (CEPAL, 2014). A medicina, com suas descobertas, intervenções e aumento do acesso, além do desenvolvimento das condições socioeconômicas na população possibilitaram prolongamento da vida, mas, paralelamente, diversas doenças atreladas ao processo de envelhecimento foram surgindo, o que implica intensificar os estudos e o estabelecimento de políticas públicas para propiciar ao público da terceira idade um envelhecimento mais saudável.

O envelhecimento humano é um processo natural, determinado e irreversível que se inicia desde o momento mesmo da concepção, se desenvolve ao longo da vida apresentando diferenças individuais em nível biológico, psicológico, social e cultural. A velhice é a última fase do ciclo vital, produto da ação concorrente dos processos de desenvolvimento e envelhecimento (NERI, 2013). A Organização Mundial da Saúde estabelece que nos países desenvolvidos uma pessoa é idosa a partir dos 65 anos e nos países em desenvolvimento aos 60 anos (WHO, 2005). Entretanto, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa afirma que o idoso é: “todo cidadão e cidadã brasileiros com 60 anos ou mais de idade” (BRASIL, 2006, p. 3).

As mudanças biológicas, psicológicas e sociais que ocorrem na velhice são interdependentes. Assim, na presente pesquisa se aborda uma das consequências mais comuns dentro do processo de envelhecimento, ou seja, a dessincronização do ciclo sono-vigília com influências internas ou fisiológicas e externas ou socioambientais, afetando a saúde física e mental dos idosos e que precisa de intervenção por meio de educação de saúde como uma das ferramentas essenciais na promoção de saúde nas populações.

O sono é uma atividade que muda ao longo da vida. Portanto, a idade é um dos principais determinantes na sua fisiologia (CARSKADON, 2002) sendo que as pessoas ao envelhecer experimentam uma modificação objetiva e subjetiva neste ritmo circadiano (BOBES, 1992). Segundo Oliveira et al (2010) e Quinhones e Gomes (2011) na velhice aparece uma tendência de dormir cedo e acordar cedo, a eficiência do sono diminui, com uma maior taxa de despertar durante a noite e uma diminuição global do tempo do sono noturno com subsequente sonolência diurna excessiva, acréscimo de cochilos diurnos e até disfunções como falta de energia com limitações para realizar atividades cotidianas, as variações do estado de ânimo, um maior risco de quedas e um menor rendimento cognitivo (GEIB, 2003; ÁNGELES-CASTELLANOS et al, 2011).

Alguns fatores como maus hábitos de sono, a insuficiência de estímulos externos (socioambientais), o isolamento e a falta de apoio social pioram a qualidade do sono na população idosa (OLIVEIRA et al., 2010), nos quais a estimulação cognitiva e a construção de redes de apoio por meio da participação nos programas da terceira idade, somado à criação de

espaços de promoção de estilos de vida saudáveis que incluam educação em saúde, poderia se constituir como uma ferramenta de abordagem. Neste sentido, se propõe a arteterapia como metodologia para mediar processos de ensino-aprendizagem, com o objetivo de provocar processos de mudança, desenvolvimento e aceitação, usando diversos meios artísticos como a pintura, desenho e a colagem de forma intencional e metódica. Igualmente, esta difere de outras terapias por seu caráter experiencial e não verbal, permitindo expressar sentimentos, pensamentos e memórias (SCHOUTEN et al, 2015). Portanto, a arteterapia pode ajudar o idoso a alcançar um maior equilíbrio e promover a saúde.

Objetivos

Documentar a arteterapia como mediador dos processos de ensino-aprendizagem nos idosos e, especificamente, como ferramenta para a educação em saúde.

Relatar a experiência do uso da arteterapia na educação em saúde para o cuidado do sono no envelhecimento em um grupo de terceira idade.

Metodologia

Adotou-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa de natureza exploratória por meio de um levantamento de dados em publicações científicas amparadas em bases de dados como Scopus, PubMed, Scielo, LILACS, Cochrane, Biblioteca Virtual em Saúde, além de outras fontes como livros e sites de internet especializados no tema. A busca foi feita por meio dos seguintes termos: (1) Arteterapia; (2) Ensino-Aprendizagem; (3) Educação em Saúde. Assim, como primeiro produto documentou-se os benefícios da arteterapia aplicada em grupos de idosos, além de sua utilidade como mediador didático-pedagógico, em especial quando se trata de intervenções educativas em saúde.

Em seguida, foram analisados os relatos de experiência de um grupo de idosos participantes de uma oficina intitulada “Ginástica cerebral, sono e saúde”, desenvolvida no programa da Terceira Idade da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF do município de Campos dos Goytacazes, RJ, durante o primeiro semestre de 2018, com o objetivo de desenvolver uma intervenção educativa para estabelecer um processo de ensino-aprendizagem sobre práticas saudáveis de sono no envelhecimento.

A atividade específica utilizando a arteterapia como método para realizar educação em saúde conformou-se pelas seguintes etapas:

- (1) Atividade inicial-sensibilização com a arte: Apresentação ao grupo de diversas peças (quebra-cabeça) para formar quatro imagens correspondentes a pinturas reconhecidas sobre sono e sonhos, as quais foram comentadas ao final.
- (2) Expressão artística “meu melhor sonho”: Depois da disponibilização de diversos materiais para desenho, pintura e colagem foi solicitado para os idosos expressar em uma folha seu melhor sonho com liberdade de interpretação sobre o significado da palavra “sonho”. Foi essencial o esclarecimento de que não existem expressões artísticas que se polarizem entre feio-bonito ou boa-ruim e sim a riqueza da diversidade de resultados que se pode obter da atividade.
- (3) Apresentação: Logo depois da finalização das expressões artísticas iniciou-se a apresentação de cada um dos produtos onde cada participante tinha um espaço livre para relatar sua experiência na elaboração do “seu melhor sonho”, mas também dos seus significados.

(4) Atividade final – “Cuidando nosso sono e nossos sonhos”: finalmente, baseada em etapas anteriores se desenvolveu um processo de ensino-aprendizagem sobre o tema do ciclo sono-vigília no envelhecimento, os sonhos e práticas saudáveis de sono como uma construção por meio de aprendizados de aulas anteriores da oficina e em experiências dos idosos.

Resultados e Discussão

1. Efeitos da expressão artística nos idosos

A pessoa idosa pode ganhar um sentido de melhoria do bem-estar, maior confiança e melhoria física da saúde e qualidade de vida. A arteterapia também pode fornecer aos idosos habilidades cognitivas aumentadas, habilidades sociais, sentimentos de autoestima e uma possível ligação com o passado (GALL; JORDAN; STERN, 2015), como pudemos ver nas atividades que realizamos.

A arteterapia atrai a atenção, proporciona prazer e melhora os sintomas neuropsiquiátricos, o comportamento social, a autoestima na doença de Alzheimer e outros transtornos demenciais (CHANCELLOR; DUNCAN; CHATTERJEE, 2014).

Além disso, podemos ressaltar a apropriação do direito de expressão e de criação como direito do cidadão, o fortalecimento da identidade, a inclusão social através da interlocução do fazer artístico e da produção cultural, a ampliação de potenciais de comunicação e expressão. A prática artística e expressiva, com isso, promove transformação pessoal, comunitária e social, bem como a ativação do imaginário e de núcleos saudáveis da psique, a ampliação e fortalecimento da saúde.

2. A arteterapia como mediador didático-pedagógico

“É emprestando seu corpo ao mundo que o pintor transmuta o mundo em pintura (Merleau-Ponty, 2014)”. A obra de arte cria uma ponte entre o invisível e visível, é uma expressão viva do entrelaçamento do homem com o mundo. Segundo Mulholland, ao dar forma ao que viveu, uma pessoa tem a oportunidade de significar e re-significar suas experiências, pode dar sentido à sua vivência, ampliando e construindo sua consciência de si mesmo em relação ao mundo. Expressando seus conflitos, o indivíduo tem a possibilidade de reorganizar suas percepções para alcançar um melhor equilíbrio da personalidade. Experimentando e estruturando a matéria, o indivíduo se estrutura internamente (MULHOLLAND, 2003). A autora Philippini afirma que o grupo arteterapêutico promoverá:

“... atividades abrangendo estágios de desenvolvimento de consciência coletivo-grupal, ciclos que se apresentam e reapresentam de forma similar em grupos muito distintos... [Afirma] a importância dos grupos para constituir redes sociais criativas, base para a construção de comunidades mais harmônicas, fraternas e saudáveis, que são geradas e multiplicadas a cada grupo arteterapêutico...” (PHILIPPINI, 2011, p. 14)

A arteterapia possibilita um trabalho pessoal, a pessoa descobre novas maneiras de se deparar com antigos padrões, e aprende novas configurações. Os diferentes materiais num fazer artístico, são muito re-estruturantes e desencadeadores de novos jeitos de lidar com a vida e a realidade. Na vivência arteterapêutica pretende-se atualizar e formar no idoso um pensamento consciente e aberto, voltado para uma visão holística de futuro.

A arteterapia trabalha com o ser humano em sua totalidade, vivenciando sua mente total, em busca de autoconhecimento. O local deve convidar e estimular o paciente, com amplo espaço, luz e diversos materiais, que oferece um fazer artístico de diversas formas, como desenho, escultura, dança, escrita criativa, música, textos, construções, etc. O fazer artístico ajuda assim

a compor nossa criação e reflexão. O criativo é muito desencadeador de processos refinados de operações mentais. Portanto, precisamos buscar metodologias em que a criatividade esteja presente no processo.

“Em arteterapia evocamos o valor e a abrangência que a arte tem sobre o ser humano: pensante, formador, construtor, sensível, consciente e intuitivo. Como técnica terapêutica damos importância aos aspectos não verbais assim como à estimulação dos processos cognitivos e expressivos” (ALESSANDRINI; SAADÊ, 1999).

E ainda, em consonância com este argumento:

“... a imaginação – a capacidade de visualizar mentalmente o que não está acessível aos olhos ou outros sentidos – usa as mesmas partes do cérebro que recebem informações dos sentidos. O mesmo se aplica a outras funções. A capacidade de encontrar novos caminhos entre ideias e conceitos, e novos conceitos a partir das mesmas ideias, depende do esforço conjunto de regiões dos dois lados do cérebro que também participam da memória de trabalho, da representação de objetos e ações, de significados emocionais complexos, do prazer e da satisfação, e, sobretudo, da flexibilidade cognitiva: a capacidade de mudar o conjunto de regras em uso. Na hora de ser criativo, o cérebro usa a si mesmo de outra maneira e descobre um caminho alternativo para resolver o problema da vez” (HERCULANO-HOUZEL, 2013).

3. A arteterapia e a educação em saúde

Intervenções de arteterapia podem efetivamente complementar os programas existentes para prevenção de doenças e promoção da saúde (OEPEN; GRUBER, 2014). Diversos estudos mostraram que o desenvolvimento da criatividade por meio da arteterapia tornou-se um recurso para facilitar a adaptação à mudança e à solução de problemas (TAVORMINA et al, 2014). O engajamento artístico tem efeitos significativamente positivos sobre a saúde, complementa a visão biomédica ao fazer uma abordagem emocional, somática, espiritual e da aprendizagem. O envolvimento com atividades criativas tem o potencial de contribuir para reduzir o estresse e a depressão e pode servir como veículo para aliviar o fardo da doença crônica (STUCKEY; NOBEL, 2010). Segundo Martins:

“O desenvolvimento criativo leva o indivíduo a romper resistências e a reconhecer as suas próprias capacidades, o que se traduz em sentimentos de maior autoestima e bem-estar. O exercício da criatividade possibilita uma visão diferenciada sobre si mesmo, bem como favorece o encontro de pontos de vista alternativos para problemáticas do foro psíquico. O objetivo é o crescimento pessoal, o contato com o seu mundo sensível e o desenvolvimento emocional. No processo arte-terapêutico, a vivência artística pela criação enriquece o imaginário e colabora para o autoconhecimento, impulsionador da elaboração dos conteúdos internos e da transformação pessoal” (MARTINS, 2012).

Outras pesquisas também mostram os benefícios da arteterapia para a saúde, como a pesquisa de Van Der Vennet, de 2003, foram encontrados resultados significativos sobre o efeito das intervenções de arteterapia no trauma e na redução do burnout em assistentes sociais que trabalhavam com vítimas de violência (sexual) (VAN DER VENNET, 2003). Um outro estudo de Salzano et al. mostrou uma redução significativa dos parâmetros de burnout e um aumento significativo na percepção de apoio social entre 20 funcionários de um hospício americano através de intervenções artísticas. (SALZANO, 2013)

4. Ginástica cerebral, sono e saúde: A arteterapia como ferramenta de educação em saúde

4.1. Prática e relatos

Participaram do estudo 25 idosos com faixa etária de 60 anos até 80 anos. Um aspecto indispensável foi a criação de um ambiente de trabalho em grupo que em consequência gera sempre uma troca de ideias. O grupo é muito importante na oficina de arteterapia, é fortalecedor, os participantes se sentem integrados e eles formam amizades. Assim se fortaleceu as habilidades de trabalho em equipe, como ter paciência um com o outro, escutar o outro, expressar as emoções, mostrar compaixão, etc.

Os benefícios da arteterapia nos idosos se encaminham dentro de um processo de fortalecer um envelhecimento criativo e saudável; além de ser uma ferramenta útil na educação em saúde que liga discursos, expressões, sentimentos e construção de significados. Assim, as teorias sobre o aprendizado pessoal e coletivo, bem como sobre a interação entre eles, está associada à compreensão do papel da arte na tarefa da aquisição de informações e conhecimentos.

O tema de “meus sonhos”, interpretado livremente, teve diversas expressões artísticas relacionadas com suas vivências, desejos ou sonhos experimentados com predomínio da parte emotiva, relacionada à suas memórias e com associação do estado da vigília. Levantou-se diversas questões dos sonhos desde místicas e religiosas até fisiológicas.

Ao longo da atividade, os idosos participantes conseguiram se lembrar cada vez mais dos seus sonhos. Por meio do desenho e da pintura eles capturaram os símbolos que depois foram analisados e refletidos. Assim eles começaram a refletir sobre sua situação de vida e saúde atual com um novo olhar. Igualmente, foi possível observar que a maioria dos participantes ficou menos ansiosa, tiveram liberdade de desenvolver sua criatividade e se expressar através de seus produtos.

4.2. A arteterapia na aprendizagem do cuidado do sono no envelhecimento

Um dos ritmos biológicos mais importantes no ser humano é o ciclo sono-vigília. O sono é definido como estado caracterizado por supressão da vigília, desaceleração do metabolismo, relaxamento muscular e diminuição da atividade sensorial. Ao contrário do que faz parecer a relativa imobilidade do corpo, o Sistema Nervoso Central está fortemente ativado. Durante nossa vida passamos cerca um terço dormindo, e a quarta parte deste tempo estamos sonhando ativamente (OLIVEIRA, 2013).

No envelhecimento apresenta-se uma dessincronização do ciclo sono-vigília com modificações na sua qualidade e quantidade. Secundário às queixas de sono, o idoso pode experimentar percepção de sono não reparador, sonolência diurna excessiva, fadiga, limitações nas atividades da vida diária, deterioração cognitiva, maior risco de quedas e sintomas depressivos afetando sua qualidade de vida (QUINHONES ; GOMES, 2011; BUENO; WEY, 2012; CLAWSON; DURKIN; ATON, 2016) As queixas de sono podem piorar por hábitos não saudáveis.

Segundo Desseilles et al, (2011), Desseilles e Duclos (2013) e Wamsley (2014), sonhar é um estado de consciência caracterizado por experiências sensoriais, cognitivas e emocionais geradas internamente e que ocorrem durante o estágio do sono REM. Existe uma conexão sistemática entre a experiência de vigília e o conteúdo dos sonhos noturnos. Em parte, o sonho surge da reativação e consolidação de memória no cérebro durante o sono. Novas experiências de aprendizado são incorporadas aos sonhos. O sonhar tem função adaptativa, corresponde a um processo de ativação interna, decorrente da história afetiva e emocional de uma pessoa e atendendo a uma função de regulação de emoções.

Dos idosos participantes na atividade, 60% apresentaram alguma queixa subjetiva de sono. Conhecimentos sobre o ciclo sono-vigília, o envelhecimento e seu autocuidado foram trabalhados através dos seus produtos. Evidenciou-se que os hábitos e comportamentos que afetam a qualidade de sono nos idosos participantes foram:

- ❖ A irregularidade nos horários do sono.
- ❖ O consumo de bebidas estimulantes como café e de grandes quantidades de comida antes de dormir.
- ❖ O uso de aparelhos eletrônicos na noite.
- ❖ Uma alta intensidade das atividades físicas e mentais perto da hora de se deitar.
- ❖ Ficar na cama sem sono.

Hábitos de sono estavam sendo praticados pelos participantes durante o processo de desenvolvimento da oficina o que facilitou a troca de experiências e compartilhamento de aprendizados.

Conclusão

A atividade prática desenvolvida na oficina de sono e sonhos, incluindo métodos da arteterapia forneceu um espaço livre para experiências estéticas e psicossociais. Isso mostrou que o processo de desenhar e pintar permite aos indivíduos experiências de autoeficácia. Os participantes mostraram aspectos de autoestima, autoconfiança e estabilidade emocional, o que pode contribuir para o desenvolvimento de uma personalidade bem estabelecida.

Comprovou-se um dos principais objetivos da arte ao entrar em contato com o idoso fazendo sua ligação com o lado criativo da vida, desenvolvendo alternativas para lidar com suas dificuldades e para expressar seus sentimentos, o resgate de suas potencialidades, de sua identidade e uma melhor integração consigo mesmo no seu contexto social.

O uso da arteterapia como ferramenta para a educação em saúde sobre o cuidado do sono no envelhecimento faz parte do processo de otimização das oportunidades de saúde, continuidade da aprendizagem ao longo da vida e apresenta a capacidade de permitir a transformação de saberes existentes e reflexão-ação, o que potencializa a mobilização de práticas saudáveis que podem contribuir na qualidade de vida dos idosos.

Referências bibliográficas

ÁNGELES-CASTELLANOS, M. et al. Envejecimiento de un reloj (cronobiología de la vejez). **Revista de la Facultad de Medicina de la UNAM**, Ciudad de México, v. 54, n. 2, mar./abr. 2011.

ALESSANDRINI, Cristina Dias (org.). *Tramas Criadoras na construção do ser si mesmo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BOBES, J. **Los trastornos del sueño**. Madrid: Rialp, 1992.

BUENO, C.; WEY, D. Gênese e ontogênese do ritmo de sueño/vigília em humanos. **Revista da Biologia**, v. 9, n. 3. P. 62-67, 2012.

CHANCELLORA, B.; DUNCANC, A.; CHATTERJEEA, A. Art Therapy for Alzheimer's Disease and Other Dementias. **Journal of Alzheimer's Disease**, v. 39, n. 2014, p. 1-11.

CLAWSON, B.; DURKIN, J.; ATON, S. Form and Function of Sleep Spindles across the Lifespan. **Neural Plasticity**, v. 2016, 2016.

COMIÇÃO ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **La Nueva Era Demográfica en América Latina y el Caribe**. La hora de la igualdad según el reloj poblacional. Primera Reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe. Santiago, 2014.

DESSEILLES, M. et al. Cognitive and emotional processes during dreaming: a neuroimaging view. **Conscious Cogn**, v. 20, n. 4, p. 998-1008, 2011.

DESSEILLES, M.; DUCLOS, C. Dream and emotion regulation: insight from the ancient art of memory. **Behav Brain Sci**, v. 36, n. 6, p. 614-59, 2013.

GALL, D.; JORDAN, Z; STERN, C. Effectiveness and meaningfulness of art therapy as a tool for healthy aging: a comprehensive systematic review protocol. **JBI Database of Systematic Reviews & Implementation Reports**, v. 13, n.3, p. 3-17, 2015.

GEIB, L. T. C. et al. Sono e envelhecimento. **Revista de Psiquiatria**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 453-465, Dec. 2003.

HERCULANO-HOUZEL S. Criatividade é usar o cérebro de um jeito diferente. Novembro 2013 Disponível em: http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/criatividade_e_usar_o_cerebro_de_um_jeito_diferente.html. Último acesso em 09 de novembro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016/IBGE**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

MARTINS, Daniela de Carvalho e Souza. Arte-Terapia E As Potencialidades Simbólicas E Criativos Mediadores Artísticos. Dissertação De Mestrado. Universidade De Lisboa Faculdade De Belas Artes, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. Phenomenology of Perception. London and New York, Routledge, 2014.

MULHOLLAND, R. S. Os recursos da arteterapia na abordagem gestáltica com crianças. Monografia - Capítulo 3. Brasília: Centro Universitário de Brasília/ Faculdade de Ciências e Saúde/ Curso de Psicologia, 2003.

NERI, A. Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In: MALLOY-DINIZ, L. FUENTES, D. COSENZA, R. (Org.). **Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional**. P. 17-42. Porto Alegre: Artmed, 2013, p. 17-42.

OEPEN, R.; GRUBER, H. Ein kunsttherapeutischer Projekttag zur Gesundheitsförderung bei Klienten aus Burnout-Selbsthilfegruppen - eine explorative Studie. **Psychother Psych Med**, v. 64, p. 268-274, 2014.

OLIVEIRA, B. H. D. et al. Relações entre padrão do sueño, saúde percebida e variáveis socioeconômicas em uma amostra de idosos residentes na comunidade: Estudo PENSEA. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 851-60, 2010.

PHLILIPPINI, A. Grupos em Arteterapia- Redes criativas para colorir vidas, RJ, Wak editora, 2011.

QUINHONES, M. S.; GOMES, M. M. Sueño no envelhecimento normal e patológico: aspectos clínicos e fisiopatológicos. **Revista Brasileira de Neurologia**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 31-42, jan./fev./mar. 2011.

SALZANO, A.T.; LINDEMANN, E.; TRONSKY, L. et al. The effectiveness of a collaborative art-making task on reducing stress in hospice caregivers. *The Arts in Psychotherapy* 2013; 40: 45-52.

SCHOUTEN, K. et al. The effectiveness of art therapy in the treatment of traumatized adults: a systematic review on art therapy and trauma. **Trauma Violence Abuse**, v. 16, n. 2, p. 220-8, 2015.

STUCKEY, H.; NOBEL, J. The Connection Between Art, Healing, and Public Health: A Review of Current Literature. **American Journal of Public Health**, v. 100, n. 2, p. 254-263, 2010.

TAVORMINA, R. et al. Development of the life skills for promotion of health with art-therapy. **Psychiatria Danubina**, v. 1, p. 167-72, 2014.

VAN DER VENNET, R. A study of mental health workers in an art therapy group to reduce secondary trauma and burnout [Dissertation]. *Diss Abstr Int, Section B: The Sciences and Engineering* 2003; 63: 4389.

WAMSLEY, E. Dreaming and Offline Memory Consolidation. **Curr Neurol Neurosci Rep**, v. 14, n. 433, p. 1-7, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília**: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ACERVO DOCUMENTAL COMO PATRIMÔNIO: O CASO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE

ROBERTA PINTO MEDEIROS

*Doutorando do Programa de Memória Social da UniRio
roberta.pinto.m@gmail.com*

EVELYN GOYANNES DILL ORRICO¹

*Professor do Programa de Memória Social da UniRio
evelyn.orrigo@unirio.br*

ELIEZER PIRES DA SILVA

*Professor do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da UniRio
eliezepires@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma reflexão sobre patrimônio documental por intermédio do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre. Tem-se como objeto principal o quadro de arranjo do próprio Movimento. O Movimento foi fundado na década de 1970, auge do período da ditadura civil-militar no Brasil, portanto, é um espaço produtor de discursos voltados a questões relacionadas a resistência, justiça social, ideologias do espectro democrático-social. Considera-se então, o Movimento como um espaço de memória devido sua importância e militância no Cone-Sul, caracterizando-se, portanto, como uma instituição guardiã de uma memória coletiva e patrimônio documental. A partir desse contexto, o trabalho teve como estratégia de pesquisa o estudo desta instituição com o intuito de permitir o amplo conhecimento do acervo do Movimento e com isso, obter resultados satisfatórios relacionados ao patrimônio documental deste arquivo.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Acervos. Documentos. Movimentos sociais.

ABSTRACT

This paper debates about patrimonial heritage through the collection of the Justice and Human Rights Movement of Porto Alegre. Its main focus is related to the framework of the Movement itself. The Movement was founded in the 1970s, in the peak period of civil-military dictatorship in Brazil, therefore, it's a institution that produces discourses focused on issues related to resistance, social justice, ideologies of the democratic-social spectrum giving voice for those how cannot speak. We considered, then, the Movement as a space of memory due to its importance and work basis in the South-Cone, characterizing, therefore, as a space of memory. From this context, the study had as a research strategy the study of this institution with the purpose of allowing a diffusion of knowledge from the Movement's collection and with this, obtain satisfactory results related to the documentary heritage of this archive.

Key-words: Memory. Heritage. Collections. Documents. Social movements.

¹ Bolsista CNPq, PQ2 – Processo 305755/20153. “O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

INTRODUÇÃO

O patrimônio tem tido cada vez mais espaço na sociedade atual, são edificações, monumentos, espaços, artes, músicas, entre outros, que ganham o título de patrimônio. Sabe-se que, por muitos anos, o chamado patrimônio de pedra e cal foi o mais propagado, regimentado e reconhecido na sociedade. No entanto, a concepção de patrimônios imateriais foi se firmando ao longo do tempo, tendo em vista a possibilidade de reivindicação coletiva do passado por parte dos grupos e comunidades em busca da patrimonialização de sua cultura em diferentes estratos da sociedade. Uma das formas dessa reivindicação ser bem sucedida é por intermédio da inclusão e do reconhecimento de acervos documentais como **patrimônios**. Um desses casos é o acervo documental do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre (MJDH).

O MJDH é uma sociedade civil, apartidária, sem fins lucrativos e com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil. Foi criado oficialmente em 25 de março de 1979. Antes da sua criação, o grupo fundador já atuava nas questões de defesa aos direitos humanos.

Portanto, este estudo tem como foco refletir sobre o MJDH como guardião do passado e do presente pelo acervo que preserva, tendo como base o quadro de arranjo² da instituição. Objetiva-se lembrar o passado a ponto de evitar seu silenciamento e esquecimento. Entende-se, então, que o MJDH é um exemplo de resistência daqueles acontecimentos (repressão, censura, prisões ilegais, desaparecimentos e torturas) que ocorreram no passado e que, em alguns casos, ainda acontecem nos dias atuais. Pretende-se, a partir desta pesquisa, colocar em destaque a trajetória do MJDH e o que ele representa como patrimônio e memória na sociedade, com o intuito de fortalecer o seu papel e quiçá ajudá-lo a fortalecer o seu trabalho atual como testemunho do passado e do presente, logo, digno de ser reconhecido como memória coletiva e patrimônio documental.

Tratando-se de documentos arquivísticos em sua mais abrangente área de atuação pode e deve auxiliar no desenvolvimento de pesquisas nos diferentes campos de interesse científicos, culturais, sociais e históricos justamente pela natureza do documento arquivístico: 1) único, 2) orgânico e 3) acumulado naturalmente.

Isto posto, este artigo está estruturado da seguinte maneira: logo após a introdução, tem-se a fundamentação teórica que embasa a concepção de movimentos sociais, assim como a de arquivo como espaço de memória e o seu acervo como patrimônio. A metodologia é do tipo exploratória e de cunho qualitativo, tendo como abordagem o levantamento bibliográfico e documental; a estratégia de pesquisa está baseada no estudo de caso. Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico pelo qual foram identificados os documentos necessários para o aporte do corpus da pesquisa, sendo então encontrado o quadro de arranjo do MJDH como elemento chave para seguimento à pesquisa. Os resultados parciais da pesquisa até o momento permitem afirmar que a organização contextual é o único caminho seguro para se

² “Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo (1), a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes (2)” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

pesar os arquivos, na medida em que eles são reflexos da administração que os produziu e as considerações parciais permitem reconhecer esse acervo como um espaço da memória de resistência da violação aos direitos humanos e permite mostrar que os arquivos são parte da memória viva de uma sociedade.

E considerando-se a amplitude dos assuntos que contemplam o acervo do MJDH e a vasta gama de temas sociais que o abrange, percebe-se a importância do mesmo para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (sociais, humanas, políticas, entre outras). Tendo em vista que o acervo do MJDH tem um destacado papel na sociedade e na história dos movimentos sociais do País, além de ser o guardião de importantes fontes de pesquisa e testemunho sobre a ditadura civil-militar e demais manifestações pós-regime militar, é fundamental que este acervo seja reconhecido como uma referência de construção de memórias e reconhecido como patrimônio documental.

MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Nesse sentido, tendo em vista que o objeto de estudo é o acervo documental de um movimento social, é fundamental trazer algumas reflexões no que tange essa temática. “Tanto os movimentos sociais os anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas” (GOHN, 2015, p. 15). Portanto, entende-se que os movimentos sociais são resultados de uma ideologia coletiva de agrupamentos sociais, logo, nascem de uma necessidade social, como a busca de igualdade na efetividade de um direito civil ou social, ou como no reconhecimento de uma política, ou seja, buscam mudanças na sociedade por meio de ações sociais, como as lutas de classes.

Para Gohn (2015, p. 13) os movimentos sociais podem ser vistos “como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. De acordo com Alonso (2009, p. 67) “os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos.”

A partir do cenário político que a sociedade vivia durante o período militar e somando-se à pressão, principalmente, da falta de democracia e censura, certos agrupamentos sociais perceberam a necessidade de criação de instituições que amparassem os excluídos em relação aos seus direitos, já que o Estado se encontrava ausente. Nesse momento são criados diversos movimentos sociais, como é o caso do MJDH, e outras entidades com o objetivo de auxiliar as pessoas na busca da verdade e em prol dos direitos humanos, e em algumas vezes esses locais atuavam de forma clandestina tendo em vista a situação política em que se encontrava o país.

É fato que os movimentos sociais contribuíram para a conquista de vários direitos sociais (GOHN, 2015) ao longo dos anos. O mesmo não seria diferente com o MJDH que é uma sociedade civil, apartidária, sem fins lucrativos e com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil. Mesmo sendo criado em 1979, o MJDH na década de 1960 já se preocupava em auxiliar pessoas perseguidas, não apenas pelos militares brasileiros, mas também pelos regimes autoritários dos países latino-americanos. E ainda hoje continua a

defender as minorias social e politicamente. “Um dos desafios dos movimentos sociais está na articulação conjunta, resguardadas as diferenças para a elaboração de propostas que possam ir para além da globalização econômica, que avance na direção de uma globalização social” (SOUZA, 2010).

Além disso é uma instituição onde se encontra um vasto acervo arquivístico, contendo informações de conteúdos sociais e políticos, sendo que esses documentos, além da informação que carregam, também possuem o caráter de testemunho de fatos passados, sendo, portanto, recursos para a justiça e para a verdade.

Hoje, esses espaços de memória são, talvez, os únicos mecanismos e lugares de registro, testemunho, memória e patrimônio, pois muitos dos documentos desse período não existem mais em órgãos governamentais ou públicos, por negligência ou interesse do Estado (JELIN, 2002).

Portanto, compreende-se a importância que essas instituições possuem como valor informacional, testemunhal, cultural, social e patrimonial, pois são guardiãs de documentos que relatam uma parcela da história do Brasil, dessa forma, o passado pode ser construído e interpretado. Para Viola e Pires (2013, p. 336), “dificuldades para romper a herança histórica da dominação e do preconceito vinculam-se às dificuldades de romper o silêncio imposto ao passado, impedindo que a sociedade supere seus medos e desvende sua memória.”

Além disso, esses dois temas (ditadura civil militar na América Latina e direitos humanos) são atuais e são debatidos constantemente na e pela sociedade, pois a relevância dos temas movimentos sociais, direitos humanos, memória, identidade e patrimônio estão cada vez mais pertinentes, principalmente após a redemocratização do país, quando os movimentos sociais tiveram relevante papel na condução desse processo. Já os temas sobre direitos humanos, memória, identidade e patrimônio, até hoje frequentam a agenda pública em campanhas amplamente divulgadas nas redes sociais.

Do mesmo modo, quando esse conjunto documental é reconhecido, além de memória e de identidade de um grupo, como patrimônio, mais potencial de divulgação pode ser trazido para si, ou seja, patrimonializando esse acervo, a sociedade tem muito mais a ganhar, já que a “patrimonialização é, então, um processo pelo qual um novo laço vai ser construído entre o presente e o passado” (DAVALLON, 2015, p. 04). E quando houver patrimonialização, consequentemente, esse acervo possui um interesse social no grupo em que representa, caso contrário, pode cair no esquecimento.

Por isso, esses espaços de memória podem ser caracterizados como memórias vivas e testemunhos daqueles fatos que ocorreram no passado. Vale ressaltar que o testemunho pode ser considerado com uma manifestação de memória coletiva (DAVALLON, 2015). Como o testemunho é uma forma de escrever a memória, compreende-se a partir disso, que o registro afasta o esquecimento, logo, os arquivos podem ser considerados como espaços de memória. O autor Jean Davallon (2015, p. 23) caracteriza, de certa forma, esses espaços de testemunho

e preservação da memória de saber sob forma documental, “o saber constituído por meio da escrita da memória em memória social possui, assim, um lugar determinante no processo de patrimonialização”.

Nesse sentido, a memória possui um caráter social e cultural ao mesmo tempo, sendo então vista como uma ferramenta de construção do indivíduo e da sociedade da qual o mesmo faz parte. Conforme a autora Silvania Rubert (2014) muito bem elucidada ao dizer que

As memórias são construídas a partir dos registros disponíveis sobre os respectivos períodos históricos. Em relação à ditadura civil-militar no Brasil, imediatamente pode-se associar os embates pela construção da memória aos embates pela abertura dos arquivos militares, que muito poderiam contribuir para a construção de panoramas mais fidedignos com o desenrolar dos acontecimentos do passado recente. É uma maneira de garantir *que nunca mais aconteça*. (RUBERT, 2014, p. 192, grifo da autora)

É preciso ter cuidado com o excesso de valorização da memória, para que a mesma não se torne banal, corriqueira. Ainda mais quando se fala sobre direitos humanos ou uma temática delicada, como é o caso da ditadura civil-militar. Hoje, com a facilidade de propagação de ideias e da informação, é comumente visto em redes sociais a banalização do tema direitos humanos. Isso, acaba por enfraquecer a luta de minorias na sociedade.

Mas, ao mesmo tempo, é nos espaços de memória – MJDH – que a possibilidade de luta, de entendimento do passado pode ser entendido como um espaço de recursos para a justiça e para a verdade, pois nele (MJDH) encontram-se testemunhos, processos, documentos que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos.

Assim, “o MJDH tem disponibilizado seus arquivos, com documentos de toda América Latina, tanto para pesquisadores como para organismos dos governos nacionais que se comprometem com a recuperação da memória [...]” (VIOLA; PIRES, 2013, p. 338). Pois essa documentação presente no acervo do MJDH pode atuar como recurso para investigação judicial e testemunhal sobre as violações de direitos humanos.

Portanto, entende-se que o arquivo é um lugar que viabiliza memórias diversas, na medida em que são espaços onde os documentos estão armazenados e onde os pesquisadores (usuários) têm o poder de transformar esses espaços em memórias.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Tendo em vista a qualidade dos conteúdos encontrados no acervo do MJDH e a vasta gama de temas sociais que o abrangem, percebe-se a importância do mesmo para pesquisadores de diversas áreas e, portanto, a relevância de qualificar esse conjunto documental através do quadro de arranjo do MJDH tanto pela memória coletiva quanto pelo patrimônio documental

Portanto, a presente pesquisa é do tipo exploratória e de cunho qualitativo, tendo como abordagem o levantamento bibliográfico e documental. Por pesquisa exploratória, entende-se que a metodologia envolverá “o procedimento de levantamento da bibliografia e os

documentos referentes ao problema em questão. Pesquisas desse tipo podem servir de base para subsequentes pesquisas experimentais [...]” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 119).

Além disso, a estratégia de pesquisa está baseada no estudo de caso, adotando-se técnicas complementares de caráter quantitativo e qualitativo. Por estudo de caso, entende-se um estudo empírico que “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes [...] incluindo coleta e análise de dados” (YIN, 2010, p. 39). Para Gil (2008, p. 57), o estudo de caso caracteriza-se pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Ele vem sendo utilizado com frequência para servir pesquisas com diferentes propósitos, tais como “explicar variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (GIL, 2008, p. 58).

Primeiramente, foram identificados os documentos necessários para o aporte do corpus da pesquisa, sendo então encontrado o quadro de arranjo do MJDH como elemento chave para seguimento à pesquisa. Com a identificação do quadro de arranjo, partiu-se para a análise do mesmo com o intuito de compreender as ações do MJDH e suas atividades até então desempenhadas. Em seguida a análise, foi possível estabelecer alguns critérios de análise de conteúdo para a construção da memória e identidade a partir da trajetória da instituição, além da identificação do acervo como patrimônio documental. Por análise de conteúdo entende-se, segundo Cavalcante et al apud Bardin:

Para Bardin (2007) a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos (CAVALCANTE et al, 2014, p. 14).

Desse modo, a análise de conteúdo permite, sistematicamente, descrever um conteúdo, que neste caso foram os que emanavam do quadro de arranjo do MJDH. Por fim, a análise será melhor detalhada na próxima seção.

RESULTADOS DA PESQUISA

Em 2009 foi realizada uma intervenção arquivística na instituição, tendo como um dos resultados a construção de um Quadro de Arranjo, o qual se traduz num esquema de arranjo para os documentos do MJDH seguindo uma estrutura de acordo com as atividades que o Movimento desempenha. Portanto, o quadro de arranjo do MJDH está assim estruturado hierarquicamente: Fundo; Série; Subsérie; Dossiê; Item documental.

Portanto, o fundo é o nome dado ao conjunto orgânico de documentos que foram produzidos e/ou acumulados pelo MJDH desde sua fundação. No quadro de arranjo do MJDH o fundo é chamado de Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Após o fundo, vêm as séries, subséries, dossiês e itens documentais, cada um deles possui um código sequencial, que no caso do

MJDH foi utilizado o código numérico. O MJDH não é uma instituição típica e, justamente por isso, seu quadro de arranjo visou evidenciar essa realidade. Por exemplo, não se constituem seções ou subseções justamente pela realidade dos agrupamentos documentais, em relação a sua notação o código remete ao endereço físico (na estante) do dossiê ou do item documental, conforme pode ser melhor visualizado com a Figura 1 a seguir.

Figura 1: Ilustração do código numérico e sua relação com a estrutura do quadro de arranjo.



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

É importante salientar, a título de informação, que o quadro de arranjo do MJDH é passível de acréscimos de séries, subséries e dossiês. Até hoje o mesmo sofre alterações com acréscimos ou reagrupamentos, por isso, até a coleta dos dados, o quadro de arranjo se configurava da maneira que será discutida nesta pesquisa.

O quadro de arranjo do MJDH possui oito séries e 38 subséries. Essas serão a base para a construção da trajetória do MJDH. Não há necessidade de colocar os dossiês neste momento, pois não é pertinente ao objeto desta pesquisa. O quadro de arranjo será discutido nos próximos parágrafos, colocando-se em destaque as palavras que estão diretamente ligadas a análise de conteúdo, conseqüentemente a trajetória do Movimento.

Após analisar o quadro, percebeu-se que há quatro séries que são fundamentais para a construção da trajetória do MJDH, são a segunda, terceira, quarta e quinta, não desmerecendo as demais, pois todas são importantes, mas essas quatro são o miolo do quadro e dão vida e impulsionam as atividades do Movimento, ou seja, refletem exatamente a proposta de um arquivo. Mesmo assim, todas as séries serão abordadas nesta seção.

A primeira série do quadro diz respeito à administração e organização do MJDH, portanto contém documentos relacionados à constituição do Movimento com relatórios, atas de reuniões, estatutos e regulamentos, etc.; gestão administrativa, financeira e contábil; recursos humanos; política institucional com homenagens, premiações e manifestações do MJDH.

A segunda série, a que contém o maior número de subséries e também a maior em tamanho devido aos assuntos que aborda, corresponde à Promoção e Intervenção na defesa dos Direitos Humanos. É a que reflete em todos sentidos o coração do Movimento, ou seja, a luta pelos direitos humanos. Por isso, contém documentos relacionados à segurança pública, ao setor

público e privado, sobre crianças e adolescentes (casos de sequestros), discriminação social (gênero, indígena, nazismo, neonazismo, racismo, xenofobia, separatismo, etc.), condições de trabalho, ações de intercâmbio e cooperação, conflitos de posse de terras, meio ambiente, violação aos direitos humanos no exterior, educação e processos judiciais.

A terceira série chamada de Terrorismo de Estado no período da Ditadura – Cone Sul é onde se encontram os documentos mais antigos do Movimento. Não possui tantas subséries como a série anterior, mas possui documentos de valores muito significativos (históricos, pessoais, testemunhais e jurídicos). Essa série traz consigo documentos que se referem a ditadura civil-militar, logo é comum encontrar dossiês que abordam sobre pessoas desaparecidas ou mortas durante o regime, assim como documentos que tratam da colaboração com outras organizações sociais. Essa série é a que mais suscita indagação, a considerar os vários trabalhos acadêmicos que já rendeu. Encontram-se nessa série dossiês relacionados à repressão, prisão e tortura; sequestro, morte e desaparecimento de pessoas; depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH; correspondência de vítimas e familiares ao MJDH; Operação Condor; intercâmbio, colaboração e participação com organizações sociais; exílio e refúgio.

A quarta série corresponde ao Processo de redemocratização no Cone Sul. Fazem parte dessa série os seguintes dossiês: distensão no Brasil; repressão e violência; anistia; transição democrática; abertura dos arquivos; memórias, manifestos, entrevistas e análises; reparação e indenização de vítimas.

A quinta série é chamada de Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, possui como subséries trabalhos premiados e trabalhos apresentados não premiados. O Prêmio foi criado dezembro de 1984 e a premiação, geralmente, ocorre no dia da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de dezembro) pela Organização das Nações Unidas (ONU). São escolhidos os três melhores trabalhos sobre o tema direitos humanos nas categorias: reportagem (jornal impresso), fotografia, charge, rádio, televisão, imagem em televisão, crônica, jornalismo on-line, acadêmico e premiação/reportagem especial que tem como foco uma personalidade ou acontecimento de relevância.

O Prêmio não tem como objetivo a premiação financeira. Ao primeiro lugar é entregue um troféu e ao segundo e terceiro lugares é entregue um diploma. O fato de a premiação não ser em dinheiro evidencia sua carga simbólica e o torna diferenciado dos demais prêmios jornalísticos nacionais, pois o ganhador leva o prêmio pelo prestígio e relevância da matéria. O Prêmio possui duas parcerias, a AOB e a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado (ARFOC/RS). A solenidade do Prêmio sempre acontece no auditório da OAB em Porto Alegre.

A sexta série corresponde aos Recortes de Jornais e possui como subséries os nomes das séries anteriores: administração e organização do MJDH, promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos, terrorismo de estado no período da ditadura – Cone Sul, processo de redemocratização e Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Essa Série ainda se encontra

em processo de organização e ordenação devido à grande quantidade dos recortes de jornais. Porém, como o projeto coordenado pelo prof. Jorge Vivar foi encerrado em meados de 2013 e não houve continuação nem outro projeto para dar continuidade às atividades, a situação dessa série continua inalterada desde então.

As duas últimas séries, Estudos e publicações e Acervo fotográfico e audiovisual, não possuem subséries. A primeira é referente a trabalhos acadêmicos, artigos e publicações (livros) sobre o MJDH. A última está relacionada a imagens, áudios e filmes do MJDH, geralmente, fruto de reuniões administrativas, comemorações, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a partir das abordagens feitas acima que a memória é construída a partir de elementos que são ativados por indivíduos que se relacionam. Assim como se pode dizer que a identidade é uma consequência da memória. Consequência na forma de resultado no sentido de que a memória ajuda a construir a identidade de um grupo ou de uma pessoa, pois a memória seria o fator determinante quanto à continuidade e coerência da construção da identidade desse grupo ou pessoa. Diante dessas considerações, também se percebe o papel do esquecimento, sem ele, a memória não teria significado. E ainda, tendo como manifestação de memória coletiva o testemunho, que corrobora para a classificação desse acervo como patrimônio documental.

Neste caso, o MJDH por possuir um vasto acervo documental que possui uma relação muito estreita com o tema direitos humanos, se torna um ponto chave para a construção da memória e identidade de um grupo ou indivíduo, pois ele valoriza um acontecimento para que o mesmo não caia no esquecimento.

E considerando-se a amplitude dos assuntos que contemplam o acervo do MJDH e a vasta gama de temas sociais que o abrange, percebe-se a importância do mesmo para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (sociais, humanas, políticas, entre outras). Tendo em vista que o acervo do MJDH tem um destacado papel na sociedade e na história dos movimentos sociais do País, além de ser o guardião de importantes fontes de pesquisa e testemunho sobre a ditadura civil-militar e demais manifestações pós-regime militar, é fundamental que este acervo seja reconhecido como uma referência de construção de memórias e reconhecido como patrimônio documental.

Portanto, reconhecer esse acervo como um espaço da memória de resistência da violação aos direitos humanos, permite mostrar que os arquivos são parte da memória viva de uma sociedade, pois é neles que se encontra a informação para a construção da memória e identidade de um grupo ou de uma pessoa, já que esse acervo reflete o caráter de testemunho de que aqueles fatos ocorreram e, infelizmente, ainda acontecem nos mais diversos níveis da sociedade contemporânea. Entende-se, portanto, a importância de caracterizar o MJDH como um espaço de memória e, seu acervo como patrimônio documental.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In.: **Lua Nova**, São Paulo, 2009, n.76, p. 49-86.
- CAVALCANTE, Ricardo Bezerra et al. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. In **Informação e Sociedade: Estudos**, v.24, n.1, p. 13-18.
- DAVALLON, Jean. Memória e Patrimônio: por uma abordagem dos regimes patrimoniais. In.: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (org). **Memória e novos patrimônios**, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In.: _____ (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.
- JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In.: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth. **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdade**. Madri: Siglo Veintiuno de España editores, 2002. p. 01-14.
- MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial.
- RUBERT, Sylvania. Para reconciliar é preciso esquecer?: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In.: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Orgs). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 191-210.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf>> Acesso em: 19 de Set. 2013.
- VIOLA, Solon Eduardo Annes; PIRES, Thiago Vieira. Movimento de Justiça e Direitos Humanos e reorganização da sociedade civil. In.: **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.16, n.2, jul/dez, 2013, p. 329-339.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2010.

PRÁTICA REFLEXIVA DOCENTE: MOBILIZAÇÃO PARA NOVAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO

VÂNIA MÁRCIA SILVA DO CARMO

*Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino e suas Tecnologias – IFF-Campos
vaniamarcia40@hotmail.com*

FERNANDA SANTOS CURCIO

*Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
fernandasantoscuro@gmail.com*

TAUÂ LIMA VERDAN RANGEL

*Professor da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC
Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais – UFF
taua_verdan2@hotmail.com*

RESUMO

Este trabalho, tendo como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica, propõe refletir sobre a prática reflexiva do docente, partindo do entendimento que a busca pelo aprimoramento da prática docente é um caminho sempre em construção, dinâmico e exige reformulações que se adaptem às necessidades e tendências presentes em cada época. O presente século tem impulsionado a comunidade docente para o desenvolvimento de atitudes reflexivas, pensando a educação de maneira diferenciada ao que se fazia no passado. É preciso pensar atitudes que possibilitem ao professor abrir espaço para novos aprendizados como ser ativo e participe na busca de novos conhecimentos. Partindo disso, o professor desenvolve o pensamento reflexivo a partir da dúvida que é saciada por meio da pesquisa, em que a reflexão contribui com o encadeamento entre teoria e prática na educação.

Palavras-chave: Educação. Professor. Práticas Reflexivas.

ABSTRACT

This work, taking as a methodological approach the bibliographical research, proposes to reflect on the reflexive practice of the teacher, starting from the understanding that the search for improvement of the teaching practice is a path always in construction, dynamic and requires reformulations that adapt to the present needs and tendencies in every season. The present century has propelled the teaching community towards the development of reflexive attitudes, thinking education differently from what was done in the past. It is necessary to think attitudes that allow the teacher to open space for new learning as an active and participant in the search for new knowledge. From this, the teacher develops reflective thinking based on the doubt that is sated through research, in which reflection contributes to the link between theory and practice in education.

Keywords: Education. Teacher. Reflective Practices.

INTRODUÇÃO

O presente século tem impulsionado a comunidade docente para o desenvolvimento de atitudes reflexivas. Que pense a educação de maneira diferenciada ao que se fazia no passado. É preciso pensar atitudes que possibilitem ao professor abrir espaço para novos aprendizados como ser ativo e participe na busca de novos conhecimentos. Segundo Gatti (2016), as diversas estruturas e ferramentas existentes são excelentes na estruturação da educação, mas o professor é figura fundamental nessa engrenagem. A forma como ele se conduz nesse sistema é fundamental.

Para tanto, do “Professor reflexivo” é exigido o cumprimento de tarefas que contribuam para a produção de novas atitudes. Pensar em reflexividade requer considerar que, diferentemente dos outros animais, o homem possui a capacidade de pensar sobre aspectos internos (capacidade autorreflexiva) e externos (o meio onde está inserido). O comportamento autorreflexivo leva-o a pensar sobre suas habilidades e atitudes, pontos fortes (o que deve ser mantido) e fracos (o que precisa ser reconstruído) (PIMENTA, 2002).

Partindo disso, o professor desenvolve o pensamento reflexivo a partir da dúvida que é saciada por meio da pesquisa. O “Professor reflexivo” é capaz de colocar em prática sua capacidade de pensar de forma crítica. Segundo Pimenta (2002) o desenvolvimento desta prática se dá por meio de constante diálogo; fundamental para produzir mudanças institucionais, a começar pela prática docente. Além disso, pode-se destacar que a reflexão contribui com o encadeamento entre teoria e prática na educação, em que a teoria precisa se adequar à realidade a qual o aluno está inserido.

Para tanto, o presente trabalho, tendo como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica, propõe refletir sobre prática reflexiva do docente, partindo do entendimento que a busca pelo aprimoramento da prática docente é um caminho sempre em construção, dinâmico e exige reformulações que se adaptem às necessidades e tendências presentes em cada época.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Libâneo (2004, p. 113) a abordagem “Professor reflexivo” aparece no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tendo ganhado visibilidade sem precedentes na pesquisa educacional brasileira.” Segundo Pimenta (2002) a discussão em relação ao tema vem sendo discutida em diversos países. No Brasil, especificamente, o assunto ganha maior destaque na década de 1990.

Libâneo (2014) relata que a didática atual tem utilizado de vários de aportes teóricos com o fim de dar suporte para atender as necessidades da educação no presente século. Segundo ele se a prática muda, o jeito de ensinar também se altera. As mudanças nas formas de aprender afetam as formas de ensinar, em vista da subordinação das práticas de ensino à atividade de aprendizagem e às ações do aprender e do pensar. Essa mudança acaba influenciando na formação dos professores.

A prática do ser professor era vista como vocação e conduzida informalmente sem tantos aportes teóricos para a sua condução.

A formação de professores tem passado por um difícil processo para se adequar às mudanças na representação social do professor, que há décadas carregava um ethos social de vocação, de missão, tarefa privilegiada no contexto cultural, para hoje absorver o sentido de uma prática profissional organizada em torno de saberes científicos, realizada por assalariados, em crescente processo de desprestígio e de pauperização (FRANCO, 2008, p. 113).

Franco (2008) fala dos saberes, saberes docentes e saberes pedagógicos presentes na contemporaneidade. A diferenciação entre eles é significativa e esclarecedora no sentido de que a prática traz em seu conceito aspectos de mecanicidade, rigidez e que não necessariamente exige atitudes críticas e reflexivas em seu processo. Um saber docente que nem sempre está associado ao saber pedagógico. O autor aponta que “anos e anos de magistério pode produzir apenas a experiência de reproduzir fazeres, no mais das vezes, caducos e estéreis” (FRANCOM 2008, p. 119). A autora entende que muitos anos de prática docente, não necessariamente vai garantir experiência. Segundo a autora é possível que ocorra um distanciamento entre teoria e prática. Ao contrário, o saber produz conhecimento e prática consciente reflexiva:

Já um saber implica o exercício de uma prática reflexiva, comprometida, com sentido, com intencionalidade. Os saberes decorrem da práxis social, histórica, intencionada, realizada por um sujeito histórico, consciente de seus determinantes sociais, em diálogo com suas circunstâncias. Na práxis, sujeito e realidade dialogam, se transformam e são por ela transformados (FRANCO, 2008, p. 119).

Franco (2008) faz uma importante diferenciação entre a *práxis* e a prática. Segundo Franco (2008, p.115) “A práxis não é uma prática”, ela é uma “elaboração coletiva, num grupo, das práticas vividas no cotidiano. A prática pode se situar no plano das elaborações primárias do pensamento, a práxis não”. A *práxis* produz autonomia, cria novos sentidos.

A escola é formada por sujeitos calados, deprimidos, que se apropriam apenas de discursos alheios, manipuladores. Percebe-se na escola um panorama amorfo: todos cativos de um discurso que referenda o necessário fracasso da escola (FRANCO, 2008, p. 119).

Nas últimas décadas o foco da formação docente têm sido a prática, no “aprender a aprender”. Esta prática está centrada no “Professor reflexivo” com o fim de transformá-lo no professor pesquisador e que trabalhe com a teoria e a prática, possibilitando um avanço significativo na ação político-pedagógica dos professores, para que se possa chegar à práxis pedagógica politizada, por oposição à práxis alienada.

Na complexidade desse processo, faz-se necessário resgatar à prática docente o caráter de práxis em que há um unidade dialética entre o teórico e o prático, o que confere à prática pedagógica um significado e uma finalidade que vai além de uma atividade meramente repetitiva e alienada, onde, normalmente, a atividade humana é reduzida à sua dimensão prático-utilitária (FREITAS, 2005, p. 143).

É notório que a formação docente mostra-se deficitária e tem sido um grande desafio para as políticas governamentais. Entre tantas carências, ressalta-se, a necessidade de inserção do professor na era da informação digital. Políticas públicas têm sido implantadas pelo Governo Federal com o fim de aproximar a prática pedagógica das tecnologias digitais de informação e comunicação no contexto escolar, entre outros, elencamos o Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID) que incentiva a inserção de tecnologias digitais na educação.

O referido programa foi criado em 2005 e faz parte da Política Nacional de Inclusão Digital (PNID). O PBID é composto por 17 programas, e, entre eles o Programa “Um Computador Por Aluno” (PROUCA). Estes programas integram-se ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo): “É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais”. Entretanto o professor tem encontrado dificuldades de inseri-los em suas práticas educacionais.

Pensar que a formação técnica ou manuseio das tecnologias seria o único problema na qualidade da formação docente é pensar de forma simplista. Ou seja, de acordo com Gatti (2016) existem outros fatores de equilíbrio na ação docente que são: além das funções cognitivas, as dimensões sociais e afetivas. O importante é integrar os três aspectos.

Neste horizonte as classes de indivíduos precisam ter habilidades para lidar com os aspectos cognitivos, emocionais e informacionais, de forma equilibrada, caso não consigam podem ficar excluídos socialmente.

Fossos e diferenciações entre grupos humanos estão abertos. Assim, as ações educacionais, formais ou não, estão em questão e colocam-se entre propiciar a transformação ou exacerbar a exclusão. O desafio está posto: que sociedade buscamos, que escola precisamos ter, quais professores para nela atuar? (GATTI, 2016, p. 165).

Dessa discussão demandam diferenciados debates, entretanto abordar, em sua totalidade, todas as possíveis demandas seria ilusório, logo, o presente disserto optou por trazer a baila a temática “Professor reflexivo”, entendendo que a partir dele pode se dar o pontapé inicial para propor algumas mudanças que contribuam para melhoria das práticas educativas:

A mobilização social é um fator preponderante na discussão que fundamenta a perspectiva do “Professor reflexivo”, uma vez que parte do pressuposto de que a escola é um espaço social não-neutro, onde se constroem identidades e se manifestam relações sociais de poder que favorecem ou dificultam a legitimação das desigualdades sociais entre grupos. Nesse sentido, a prática reflexiva é necessária para auxiliar o professor a reconhecer as implicações políticas e ideológicas de sua docência (PIMENTA, 2002, p. 10).

Segundo Freitas (2005) o conceito de “Professor reflexivo” foi estruturado por D. Schön (1992) inspirado em John Dewey.

[...] O autor propõe uma epistemologia da prática centrada na investigação que o professor faz a partir de sua própria experiência pedagógica, baseada na reflexão na ação, reflexão sobre a ação e reflexão sobre a reflexão na ação, como alternativa para produzir o conhecimento na e sobre a ação de ensinar para fazer contraposição ao racionalismo técnico (FRANCO, 2005, p. 139).

Schön (1992) trata da teoria da reflexão-na-ação, como um dos recursos que pode ser inserido na formação dos professores. Segundo o autor a reflexão-na-ação abre caminho para o transito da confusão e de incertezas. Faz-se necessário passar pela fase da confusão para que se produza o aprendizado. Ao “Professor reflexivo” cabe o papel de incentivar o clima de confusão e entender que o processo de aprender pode suscitar no aluno o espaço a dúvidas, e mais, desassociar o papel do “não saber” ao papel de “burro”, afinal “o grande inimigo da confusão é a resposta que se assume como verdade única. Se só houver uma única resposta certa, que é suposto o professor saber e o aluno aprender, então não há lugar legítimo para a confusão”. (SCHÖN,1992, p. 4). O autor assevera que ao assumir a prática de “Professor reflexivo” pode-se insurgir contra a burocracia escolar.

A reflexão é uma das ferramentas que pode mobilizar mudanças significativas para as novas práticas na educação. A transformação do aluno apático e repositório de informações, para o aluno que atua sobre a construção de seu conhecimento, pode ser construída e inspirada no “Professor reflexivo”. Este tem o papel de despertar no aluno essa mudança. Aqui é possível estabelecer conexões com a proposta de Gadotti (2003) em relação à dúvida filosófica. A dúvida para o autor é um ato de liberdade, significando agir como sujeito, e que, por meio dela, há uma ruptura das “regras do jogo”.

É fundamental destacar que a reflexão deve atingir toda a prática educativa, o seu papel histórico, as contradições ali imbricadas e a pertinência de se edificar uma postura crítica. O educador, como bem esclarece Gadotti (2003), deve se posicionar criticamente diante destas inferências assumindo o seu papel, mesmo que contraditório, no que tange à ideologia dominante. Aquele, então, deve refletir sobre a educação a partir da sua prática, oportunizando, assim, a recriação da teoria, a problematização das suas análises e a revisão da própria prática: “A prática educativa é outra coisa além da ciência e das metodologias. É um complexo de atos e de conhecimentos, de decisões e de atenção que ultrapassam as possibilidades de uma teorização global” (GADOTTI, 2003, p. 8).

É desafiante para o docente, atuar no sentido de construir uma reflexão crítica das condicionantes sociais e históricos onde se desenvolvem sua prática. O processo reflexivo crítico, desta forma, fomenta a problematização das práticas mecanicistas e acríticas. Liberali (2008), a partir das contribuições de Smyth (1992) e Freire (2013), estabelece quatro ações reflexivas que, embora interligadas, devem ser analisadas separadamente: a) descrição sobre a ação empreendida (coloca-se como ponto inicial para a tomada de decisão, acabando por funcionar como uma base de dados que norteará outros modos de ações reflexivas a serem consideradas); b) informação (relativo aos princípios e entendimento das teorias que fundamentam a tomada de ação, bem como os sentidos que o discurso constitui); c) confronto (questionamento das teorias que sustentam as ações); e, d) reconstrução (tomada de decisão de fato, em que diante dos processos anteriores, volta-se à prática, reconstruindo as ações).

Infere-se, ao longo do que foi exposto, que a reflexão é uma ferramenta que pode contribuir para a reconstrução da prática pedagógica, pois a prática reflexiva requer que o docente não se acomode com seus conceitos e pensamentos já adquiridos. Logo, é impreterível que o docente não julgue suas opiniões como acabadas e fechadas em si mesma, sendo a troca de experiência com outros profissionais uma constante que deve nortear a ação profissional para a reformulação de seus ideais. “O professor prático reflexivo nunca se satisfaz com sua prática, jamais a julga perfeita, concluída, sem possibilidade de aprimoramento” (HYPOLITTO, 1999, p. 204).

Além disso, requer considerar o papel político do docente, compreendendo o ato educativo como algo fundamentalmente político, e não como um espaço neutro e sem implicações. É diante de tais movimentos que é possível vislumbrar a sala de aula como um espaço de transformação.

Importante salientar que apesar do que tem sido assinalado sobre a importância do agir do “Professor reflexivo”, nem todos agirão de forma equivalente.

Nem todos os professores são sensíveis aos mesmos acontecimentos ou incidentes. Fora de um contexto definido, qualquer um diria que este ou aquele incidente poderia lhe fazer refletir. Na verdade, durante o ano letivo, podem haver filtros pessoais; por exemplo, os momentos de depressão não fariam determinado professor refletir [...], enquanto que a perspectiva de preencher os boletins poderia lhe causar uma enorme perplexidade, levando-o a uma reflexão profunda sobre a avaliação (PERRENOUD, 2002, 42-43).

Destarte, a reflexão pode se estabelecer em momentos diferenciados, inclusive não são todos os tipos de reflexão que conduzem a mudanças necessárias para a transformação do ambiente escolar. De acordo com Perrenoud (2002, p. 43), “cada pessoa reflete de modo espontâneo sobre sua prática; porém, se esse questionamento não for metódico nem regular, não vai conduzir necessariamente a tomadas de consciência nem a mudanças”.

A Reflexão é uma atividade que pode produzir movimentos dentro da instituição. Contribui para que a prática estabelecida não se cristalice e se reformule diante das necessidades.

Para que ocorra mudança de paradigmas no ambiente escolar, é necessário que o professor mantenha-se flexível para pensar o meio onde está inserido e sobre o que é exigido referente a este fazer de novas construções. Vieira (2017) afirma que o “Professor reflexivo” deverá se articular afim de, direcionar sua proposta pedagógica de maneira que possa oferecer comunicações sociais que se contextualize com a realidade da escola.

Perrenoud (2002) afirma que para assumir a postura de “Professor reflexivo” se faz necessário abrir mão de determinados comportamentos: a princípio é preciso reformular o currículo e ceder espaço para um ambiente clínico com resolução de problemas; importante também associar intervenções entre prática a e a teoria no ensino.

A prática da atitude reflexiva redundará na qualidade e formação do aluno.

O objetivo primordial da reflexão no ambiente escolar é, acima de tudo, formar cidadãos autônomos, rompendo com os modelos tradicionais de educação. Isso permite que os muros da mera reprodução de conteúdos sejam ultrapassados, fazendo com que o aluno seja capaz de pensar por si próprio, produzir seu próprio conhecimento e ponto de vista por meio da reflexão daquilo que a realidade nos apresenta, pois a informação é somente aquilo que é transmitido, e o conhecimento provém da reflexão crítica que se faz dessa informação. (FONTANA, 2013, p. 13).

A reflexão contribui com o encadeamento entre teoria e prática na educação. A teoria precisa se adequar à realidade a qual o aluno está inserido. “Dessa forma, fica evidente a necessidade de adequar às teorias utilizadas em sala de aula com a realidade e a necessidade dos educandos, e não basear-se em teorias que nada têm a ver com os aprendizes” (FONTANA, 2013, p. 3).

É importante aproximar teoria e prática em sala de aula, adequar a teoria com a realidade do aluno. O “Professor reflexivo” se compromete desenvolver práticas que contribua para que o professor desenvolva maneiras criativas para a solução de problemas em sala de aula. Segundo a autora, a reflexão se direciona não apenas para o externo, mas redundando em reflexões sobre si mesmos: “Quando olhamos e pensamos sobre o fazer pedagógico, seus sentidos e significados, estamos diante de um processo de compreensão de nosso próprio ser”. (FONTANA, 2013, p. 4). É um constante policiamento de si e da prática docente.

A “teoria do professor reflexivo” delega ao professor uma gama de responsabilidades. Todo cuidado deve ser tomado na assimilação desta teoria no sentido de trazer à baila outras possibilidades. Algumas críticas são pertinentes para melhor compreensão do tema.

Saviani (2010, p. 24) faz uma crítica ao conceito. Em seu artigo ele afirma que a teoria do “Professor reflexivo” é reflexo da “pedagogia das competências”, em que o alcance de competências como atividade pedagógica foi interpretada a partir de uma base behaviorista, assim,

Numa tentativa de superar os limites do condutivismo pela via da psicologia cognitiva, emergiu a teoria construtivista na qual as competências vão se identificar com os próprios esquemas adaptativos construídos pelos sujeitos na interação com o ambiente num processo, segundo Piaget, de equilíbrio e acomodação (SAVIANI, 2010, p. 24).

Dentro desta lógica, o indivíduo deve ser dotado de competências necessárias para que se adapte e se ajuste ao ambiente, ambiente este que não lhe dá a condição necessária para sobrevivência.

Freitas (2005) também considera que existem algumas limitações em relação ao tema:

As implicações socioeconômicas e políticas da atividade docente; um possível “praticismo” para o qual bastaria a prática para a construção do saber docente; um possível “individualismo”, resultante de uma reflexão em torno de si própria; uma possível hegemonia autoritária, quando se considera a reflexão como suficiente para resolver os problemas da prática, além de um possível modismo com uma apropriação acrítica e indiscriminada, sem o entendimento das origens e dos contextos que a geraram, podendo levar à banalização da perspectiva da reflexão (FREITAS, 2005, p. 142).

A autora identificou que alguns autores consideram a abordagem de Schön (1992) reducionista e limitada “primeiro, por centrar-se em práticas individuais, em detrimento do contexto social e institucional; segundo porque não explicita qual deveria ser o compromisso e a responsabilidade pública dos professores diante desse contexto e suas possibilidades para tomar decisões concretas” (FONTANA, 2005, p. 141).

Franco (2008) considera que pra mudar a lógica das práticas pedagógicas é necessário tempo:

Sabe-se que é preciso tempo e prudência para modificar as práticas pedagógicas amalgamadas historicamente. No entanto, a cultura escolar pode mudar, suavemente, com persistência e rigor político. Será preciso que o coletivo articulado de educadores organize novos pressupostos à lógica das práticas para dar contornos à emergência de uma nova práxis pedagógica. (FRANCO, 2008, p. 116).

Compreende-se, ao longo do exposto, que a sala de aula coloca-se como um espaço atravessado por relações conflituosas. As diferentes formas de agir e pensar, as diversidades, as pluralidades de interesses e expectativas conformam o espaço escolar. Diante de tal cenário, as relações conflituosas estabelecem-se e intensificam-se na atualidade. Pensar este espaço e agir sobre o mesmo requer um posicionamento crítico, com real entendimento político, de forma a galgar a construção de espaços que de fato promovam a consciência crítica e a autonomia dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade são perceptíveis as várias mudanças que têm atravessado as relações e instituições. Mudanças em vários setores entre eles social, cultural, econômico. Surgem o multiculturalismo, o relativismo cultural e as novas formas de gerenciamento da informação. Mudanças que têm influenciado as práticas pedagógicas e a pesquisa educacional.

A reflexão é uma das ferramentas que pode mobilizar mudanças positivas e significativas para as novas práticas na educação. A transformação do aluno apático e repositório de informações, para o aluno que atua sobre a construção de seu conhecimento pode ser construída e inspirada no “Professor reflexivo”. Este tem o papel de despertar no aluno essa mudança.

No desenrolar deste texto, o papel do “Professor reflexivo” é fundamental para produzir mudanças no âmbito educacional. A ele cabe incentivar ao aluno atuar de forma crítica e autônoma. A reflexão é uma ferramenta para a reconstrução da prática pedagógica. Por meio dela é possível compreender como a teoria e a prática favorecem a construção do saber docente, e ajudam o professor a melhorar sua prática.

Faz-se necessário que esta temática seja inserida na formação docente. Entretanto não é prudente vincular todos os problemas oriundos da inadequação da educação no professor. Pois para produzir mudanças satisfatórias se faz necessário que o reconhecimento dos fatores políticos, sociais e culturais também caminhem juntos nessa engrenagem.

REFERÊNCIAS

- ECHALAR, A. D. L. F.; PEIXOTO, J. Programa Um Computador por Aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 393-413, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n95/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002501155.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- FONTANA, Maire Josiane; FÁVERO, Altair Alberto. Professor reflexivo: uma integração entre teoria e prática. **Revista de Educação do IDEAU**, Bagé, v. 8, 2013.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 109-126, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREITAS, Maria Auxiliadora S. Práxis pedagógica e professores intelectuais: refletindo as tensões e concepções da formação/prática docente. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, n. 1, p. 135-150, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/404/434>>. Acesso: 10 nov. 2018.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GATTI, Bernardete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/347/360>>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- HYPOLITTO, Dinéia. O professor como profissional reflexivo. **Revista. Integração-ensino-pesquisa-extensão**. São Paulo: USJT, n. 18, 1999.
- LIBERALI, Fernanda. **Formação crítica de educadores: questões fundamentais**. Taubaté, São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 20, n. 24, p. 113-147, 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/2211/1854>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício do professor: Profissionalização e Razão Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PIMENTA, Selma Garrido.; GHEDIN, Evandro. (org). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SAVIANI, Demerval. (2010). Ciência e educação na sociedade contemporânea: desafios a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista Faz Ciência**, Paraná, v.12, n.16 Jul./dez. 2010, p. 13-36.
- SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- SMYTH, John. Teacher's work and the politics of reflection. **American Educational Research Journal**, v. 29, n. 2, p. 267-300, 1992.

A FARRA DOS BOIS PINTADINHOS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ - RJ

WILSON DOS SANTOS SOUZA

*Mestrando do Programa de Políticas Sociais - UENF
wilsonreg@terra.com.br*

GIOVANE DO NASCIMENTO

*Professor do Programa de Políticas Sociais - UENF
giovanedonascimento@gmail.com*

RESUMO

O Boi Pintadinho é a denominação do “boi” tal qual se manifesta no município de Macaé, tem características muito próprias, ocorrendo durante o período do carnaval. Segundo imprensa oficial, são mais de cem Bois Pintadinhos na cidade, configurando blocos, sendo uma herança cultural negra que remonta à escravidão. O presente trabalho tem por objetivo principal compreender que manifestação cultural é essa, com ênfase nas práticas musicais a ela ligadas. Como objetivos específicos pretende-se situá-lo em relação aos “bois” de Campos e Quissamã, mapear os grupos, descrever os processos de construção, discutir as políticas culturais de incentivo, conservação e salvaguarda e, por fim, fazer a transcrição musical das batidas das baterias em partitura. A metodologia compreende a análise de informações da imprensa oficial, pesquisa etnográfica musical, estudo comparativo local e regional observação participante, recorrendo a entrevistas individuais com mestres e lideranças dos grupos, investigando elementos de sua história oral e memória.

Palavras-chave: Boi Pintadinho, Memória, Políticas Sociais.

ABSTRACT

The “Boi Pintadinho” (“Painted ox” in english), is how the “boi” is called in the city of Macaé, and it holds very unique features, occurring during the Carnival period. According to official press, there are more than a hundred Bois Pintadinhos in the city, making Carnival blacks, being an inheritance from the black culture, that refers to the slavery years. The present Project has as a main intent the understanding of what cultural manifest is this, laying emphasis on musical practices connected to it. The specific intents are comparing it to the “bois” from Campos and Quissamã; map the groups; describe its making process; discuss the incentive, preservation and safeguard cultural policies; and finally transcript the beats from the drums into sheet music. The methodology consists in the analysis of information from the official press, musical and ethnographic research, local and regional comparative study, participant observation, recurring to individuals interviews with the masters and leaders of the groups, investigating elements of its oral history and memory.

Introdução

O Boi Pintadinho é uma manifestação da cultura popular amplamente vista em toda a cidade de Macaé e constitui uma das práticas culturais mais importantes do município, sendo dele um patrimônio imaterial. Embora a tradição do “boi” exista há mais de um século, segundo registro da própria Prefeitura, a bibliografia a nível acadêmico é praticamente inexistente. Em busca na Web e nos sites relacionados a produção acadêmica (SciELO e Google Acadêmico), não conseguimos encontrar nenhum documento sequer. Dada a imensa importância que tem o “Boi Pintadinho”, dada a intensidade com que acontece no período que do carnaval, dado o envolvimento das pessoas e comunidades, produzir uma etnografia do folguedo se torna fundamental para a compreensão do mesmo.

O “boi” no Brasil

A farra do “boi” é amplamente vista em várias partes do Brasil. “Boi-Bumbá” no Maranhão, “Bumba-Meu-Boi” no nordeste, Reis de Boi, Boi Pintadinho, Boi Malhadinho e Boi de Reis no sudeste, Boi de Mamão no sul, Santa Catarina. No entanto, a prática não é uniforme, tendo cada uma particularidades próprias.

Cascudo (1988) afirma que o nome mais conhecido é o “Bumba-Meu -Boi”. A palavra bumba teria o sentido de bater, chifrar, expressão repetida nas cantigas. Pode também emprestar esse nome da “zabumba”, instrumento de percussão muito usado na música nordestina (ROCHA, 2013). Segundo Cascudo (1988) o folguedo teria surgido no final do século XVII, no Nordeste, nos engenhos de açúcar, fazendas de gado e litoral e que teria aos poucos ido para o interior, para a região norte, região central e sul. Citando Renato de Almeida, diz ser o “boi” o “folguedo brasileiro de maior significação estética e social”. Andrade (2002) concorda, afirmando que “não só o Bumba-meu-Boi é a mais estranha, original e complexa das nossas danças dramáticas. É também a mais exemplar”.

Quando se pensa em no folguedo do “boi” no Brasil, a referência ao Boi-Bumbá de Parintins, ou Bumba-Meu Boi do Maranhão é provável. O primeiro é uma grande festa que atrai turistas de dentro e fora do país, acontece durante três dias da semana do mês de junho, em que se revezam as agremiações do “Boi Caprichoso” e do “Boi Garantido”. Terminadas as apresentações os jurados escolhem o campeão. É um evento enorme, apoiado e transmitido pela grande mídia. Neste sentido, Cavalcanti (2000) vê a “evolução do Bumbá, à semelhança do desfile carnavalesco das escolas de samba cariocas, como um exemplo extraordinário da capacidade de transformação e da atualidade da cultura popular no Brasil” (CAVALCANTI, 2000, p. 1020). O Bumba-meu-Boi do Maranhão tem imensa importância para a cultura local, conserva muitos dos elementos tradicionais que o identificam, em consonância com inovações da modernidade. (CAVALCANTI *in* NUNES, 2003).

Falamos de evolução e tradição. Começamos pela segunda. A tradição a que nos referimos é a que retrata o auto do Boi. Diz o mito que um fazendeiro presenteia sua filha com um belo boi. Catirina, esposa de Pai Francisco, funcionário da fazenda, está grávida e deseja comer língua de boi. Pai Francisco, para satisfazer sua esposa, mata o boi. O fazendeiro dá falta do animal e manda o vaqueiro investigar. Pai Francisco é descoberto no que fez, e índios são chamados para ajudar em sua captura. Pai Francisco tenta a ressurreição do boi, primeiro através do padre, e, por fim, a obtém por meio do pajé. Basicamente, o mito gira em torno da morte e ressurreição do boi e teria sido introduzido no Brasil pelos jesuítas no século XVIII como forma de catequização, em analogia à morte e ressurreição no cristianismo. No entanto, como Cavalcanti (2000; 2006) ressalta, o mito está longe de ser uma unanimidade. Em muitos lugares, sequer existe. No Reis de Boi, em São Mateus / ES o mito é ressignificado (ROCHA, 2013). Os marujos tocam uma marcha chamando o vaqueiro, que entra sapateando e batendo um bastão e oferece o boi para ser vendido ao dono da casa. Concluída a negociação o boi entra, com cantoria. Findada esta, acontece a morte do boi e suas partes são vendidas. Logo em seguida o boi ressuscita ao som da melodia ‘Levanta meu boi’. Posteriormente o vaqueiro tenta vender outros bichos. No Boi Malhadinho de Quissamã (RJ) o auto é bem diverso, como se verá mais adiante. Em outros lugares, não há auto ou mito a ser representado, caso do Boi Pintadinho de Macaé.

Boi Pintadinho de Macaé

A inexistência de trabalhos de pesquisa sobre o Boi Pintadinho macaense nos instiga, neste momento, a fazer um registro baseado unicamente na imprensa oficial de Macaé, em blog específico e na nossa própria observação.

Macaé é um município do norte fluminense, fundado há mais de duzentos anos, tendo o mar de um lado e do outro a região serrana. A partir da década de 70, passou a ser conhecida como “Capital nacional do petróleo”, sede da Petrobras na região. A descoberta de novos poços de petróleo deflagrou um crescimento econômico sem precedentes, que elevou sobremaneira a renda per capita do município, trouxe para cidade uma quantidade enorme de pessoas de outras regiões e países para trabalhar no setor *off-shore*, mas também atraiu um grande número de cidadãos sem qualificação profissional, os quais foram ocupando regiões de manguezais, banhados, restingas e constituindo novas “petroperiferias”, conforme termo cunhado por RIBEIRO (2013).

É no seio dos bairros de periferia (ou petroperiferia) que encontramos a farra dos Bois Pintadinhos. Como não é nosso propósito neste momento discorrer a história deste “brinquedo”, ater-nos-emos a descrição dos elementos que o compõem tal qual se apresentam na atualidade.

Segundo o site de notícias da Prefeitura Municipal de Macaé, em edição de janeiro de 2010, a farra dos bois completava neste mesmo ano um século de existência. (MACAÉ, 2010). Portanto, uma tradição consolidada. Diferentemente dos “bois” da região norte ou nordeste, que se apresentam no ciclo junino ou natalino, o Boi Pintadinho é uma manifestação cultural ligada ao carnaval. É nesse período que os artesãos constroem os bois em suas comunidades para concorrer no concurso no dia da abertura dos desfiles das escolas de samba. O desfile dos bois abre o carnaval na avenida.

Os Bois Pintadinhos são feitos de bambu, arame, ferro ou alumínio e cobertos geralmente com pano de cetim e diversos adornos. Dadas as suas dimensões, esse bois que competem na avenida são grandes, necessitando de até duas pessoas dentro para conduzi-los na brincadeira. Acompanha-o um grupo de ritmistas, que marcam o ritmo da dança do boi. Os instrumentos principais são o surdo e a caixa.

De acordo com o blog <http://boispintadinhosdemacaeblogspot.com.br>, há em torno de noventa bois catalogados pela Liecam (Liga Independente das Entidades Carnavalescas de Macaé), que coordena os desfiles de carnaval, sendo o município recordista em número de bois em todo Brasil. Os quesitos avaliados pelos jurados nos concursos de bois são: animação, bateria, adereços e originalidade. Nos últimos anos, por motivos de contenção de despesas por parte da prefeitura, não tivemos desfile de escolas de samba nem o concurso principal na avenida.

A farra do “boi” é intensa nos bairros, especialmente os bairros de periferia, ou favelas localizadas na região mais central da cidade. Nas semanas que antecedem os dias de carnaval, é comum ver crianças e adolescentes pedindo um “trocado” nas esquinas para fazer o boi da rua. E fazem. Tendo-os aprontado, saem desfilando pela rua, com surdo e caixa, ou batendo em instrumentos de lata. Fazem seus próprios bois, dando novos nomes ou fazendo réplica dos bois maiores do bairro.

Os nomes dos Bois Pintadinhos são um capítulo à parte. “Ladeira, Taradão, Suave Veneno, Rei da Barra.com, Falcão, Bob Marley, Matosão, Catalunya, Experimenta, Celebridade, Garanhão”, entre outros. O humor faz parte da denominação dos “bois”. Dadas as configurações dos Bois Pintadinhos, eles são ser considerados “blocos de carnaval” ou “blocos de boi”.

O Boi em Campos dos Goytacazes

Como dito acima, em Campos dos Goytacazes/RJ a farra do Boi Pintadinho é muito intensa. Como em Macaé, é um folguedo que ocorre no período do carnaval. Segundo Elaine de Oliveira Silva (2008) o Boi Pintadinho, a partir de entrevistas com folguesões do boi, a tradição do “boi” remonta ao tempo dos escravizados. Foi considerado durante muito tempo apenas um complemento aos dias do carnaval. Na década de 70 foi incorporado à agenda oficial do município para o carnaval, passou a desfilar regularmente na avenida, perdendo a característica mais brincante e a simplicidade de antes. No entanto, em entrevista a jornal da região, o artista local Rubinho da Maça afirma que os bois são “a maior expressão cultural do município”. Dada à configuração do boi, é também chamado de “Boi de Samba”.

O boi em Quissamã

Quissamã é um município que já pertenceu a Macaé, tendo se emancipado em 1989. Segundo Marina de Melo e Souza (1987) o Boi Malhadinho, como é chamado, tem uma tradição toda particular, confirmando o que dissemos acima, que o mito da morte e ressurreição do boi não é uma unanimidade em suas manifestações. Também aqui, como em Macaé e Campos, o “boi” é um folguedo do carnaval.

Os personagens são: o Boi, a Boneca medindo dois ou três metros, a Mulinha, Pai João e Mãe Maria, além dos mascarados. O boi se movimenta como que para atingir os espectadores, ao passo que Pai João e Mãe Maria tentam controlá-lo. Os mascarados fazem palhaçadas, além de assustar as pessoas. A Boneca dança protegida pela Mulinha, que também sapateia. A parte musical pode ser composta por violeiro e tocador de pandeiro. Músicas são cantadas ao longo da brincadeira. Ao final, Pai João tenta vender o Boi para o dono da casa, sendo o objetivo aqui a arrecadação de dinheiro para o custeio da brincadeira.

É preciso salientar, por último, que este relato é de 1987, o que pode representar um tempo muito grande para uma manifestação cultural que é tão dinâmico.

Em conversa informal com Marta Chagas Medeiros, pesquisadora quissamaense, soubemos que são poucos os Bois Malhadinhos que conservam ainda a tradição do auto e são atuantes ainda fora do carnaval. O Boi Surubim é o mais tradicional e antigo. Há também o Boi Canário. O primeiro conserva ainda os personagens da tradição. É um boi pequeno, muito diferente daqueles “bois de acompanhamento” existentes em Macaé. Sua estrutura é feito de bambona, com cabeça móvel, coberta de cetim amarelo e vermelho. O responsável é o Sr. Alencar: responde pelo boi, organiza, coloca as pessoas para aprenderem a tocar percussão, costura a boneca. O Boi Surubim sai no carnaval, como os demais, mas se apresenta também nas festividades juninas e ao longo do ano o ano sempre que solicitado, como por exemplo na casa de alguma pessoa idosa que deseje ver o boi. Segundo Marta, no início desta década a Prefeitura criou o concurso de bois, semelhantemente ao que acontece em Macaé e Campos. Isto dividiu os grupos. Alguns acharam bom, pois garante recursos para as despesas. Outros consideraram que um investimento apenas para o carnaval criaria uma descaracterização da tradição, e a transformaria em um produto cosmético e empobrecido. A despeito disso, o Boi Malhadinho permanece como importante elemento de identidade cultural do município de Quissamã.

Ao falarmos sobre a brincadeira do “boi” em Campos e Quissamã quisemos salientar algumas características comuns, que conferem uma certa identidade regional ao boi, como: sair no carnaval, a denominação “Boi Pintadinho” (Macaé e Campos), a ausência do mito da morte e ressurreição do boi. Além disso, note-se que são práticas típicas do carnaval urbano, ainda que a origem do folguedo seja rural.

Identidade, Representação e Permanência no Boi Pintadinho de Macaé

A farra do Boi Pintadinho é elemento de representação e identidade das pessoas e das comunidades onde é vivido. Mobiliza artesãos, ritmistas, admiradores. Os bairros onde ocorre são os de “petroperiferia” Nova Holanda, Barra, Botafogo, Malvinas, Morro de Santana, entre outros) ou bairros de poder aquisitivo menor (Cajueiros, Visconde, Aroeira). Ao brincar com “boi” ou simplesmente segui-lo, os sujeitos envolvidos expressam laços de identidade e pertencimento. Os moradores dos bairros citados, sobretudo os “petroperiféricos” experienciam cotidianamente a negação de direitos. As moradias são precárias, não há saneamento básico para todos, os serviços de saúde são insuficientes, há poucas escolas (o Colégio Botafogo, por exemplo, atende Malvinas e Botafogo, totalizando aproximadamente mil alunos), creches, lugares para lazer, projetos de prática esportiva, etc. O deslocamento é precário, as pontes são insuficientes (o Botafogo é separado de Malvinas pelo Rio Macaé, logo o acesso se dá por pontes e apenas a ponte principal oferece bom trânsito), sendo difícil a mobilidade de um ponto a outro do bairro. O apartheid social é evidente. A negação da cidadania expressa a invisibilidade dos habitantes da periferia. Ao seguir ou brincar com o boi, a comunidade se une e dá, de forma simbólica, visibilidade a si mesma.

O Boi Pintadinho é um produto da cultura popular. Representação cultural (HALL, 2016) dos bairros pobres de Macaé, formado em sua maior parte por afrodescendentes.

Cada grupo de “boi” tem características identitárias próprias. E cada membro do grupo estabelece nele sua própria teia de relações simbólicas. A respeito disso, diz Rocha:

Aqui percebemos o quanto as questões de identidade encontram-se associadas às práticas culturais, cotidianas e relacionadas a uma interdependência entre condições objetivas e experiências subjetivas da vida, dos modos de agir, pensar que são produzidos em comunidade. Essa característica multifacetada das identidades merece atenção, em especial porque os membros de um mesmo grupo são submetidos a diferentes processos de apropriação de uma mesma produção simbólica. (ROCHA, 2013 p. 103)

Como já dito acima, o Boi Pintadinho em Macaé existe há cento e sete anos. Considerando que o “boi” é, originalmente, uma expressão da cultura popular rural, que Macaé já foi um município bem maior, tendo englobado Conceição de Macabu, Carapebus e Quissamã, e ainda que grande parte da economia local vinha da agricultura, sobretudo a de cana-de-açúcar, e das usinas, há de se imaginar que o “boi” possa ter uma idade bem mais avançada.

Na década de 70, com a descoberta do campo de Garoupa (1974), a Petrobras vem se estabelecer em Macaé (1977), o que deflagra uma transformação sócio-econômica muito intensa. O capital gerado pelo petróleo, a chegada de uma enorme população vinda de todos os cantos do país e do estrangeiro modifica completamente a vida do município e de seus habitantes. A quantidade de pessoas de fora de Macaé passa a ser bem maior que originária. Surge um novo tipo de morador, que se estabelece no lugar apenas para trabalhar e não consegue estabelecer vínculos com a cidade. O centro passa por severas alterações arquitetônicas. O casario antigo é quase totalmente demolido para dar lugar a novas e modernas construções. A memória urbana é significativamente afetada.

O Boi Pintadinho, como tradição cultural, sobrevive a todo este turbilhão. Modifica-se, ganha novas configurações, mas permanece como patrimônio cultural imaterial.

Cabe aqui uma observação. O concurso dos “bois”, à exemplo do que ocorre com as escolas de samba, é um dos motores que movimentam a farra. Quando se cria um concurso, injeta-se dinheiro e espera-se uma contrapartida, muitas vezes cosmética, que procura satisfazer

um certo tipo de audiência. De certa forma, ao fazer isso, o poder público altera uma prática original de tradições populares, “inventando” uma nova tradição (HOBBSAWM, 2008), criando regulamentos (por exemplo, o tempo do desfile) para uma atividade que antes era motivada sobretudo pela brincadeira – feita de forma lúdica, despretensiosa –, além de acirrar ainda mais a competitividade entre as diferentes comunidades. Não saberíamos o quanto ou em que medida a farrá dos bois foi afetado por isso, mas é algo que cremos ser importante considerar em reflexões futuras.

Até aqui, apresentamos nossa pesquisa a partir de dados que já refenciamos. A seguir, apresentaremos o projeto que pretendemos desenvolver para um estudo aprofundado do Boi Pintadinho.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada será a da observação não participante do “Boi Pintadinho” de Macaé, indo a loco para documentar a confecção dos bois, o ensaio da bateria e desfiles. Em relação ao de Quissamã, procederemos também à observação não participativa nos moldes do de Macaé, mas recorreremos também a entrevistas estruturadas e semi estruturadas. O mesmo acontecerá com o Boi Pintadinho de Campos.

Em Quissamã, entrevistaremos a pesquisadora e foliã Marta Chagas Medeiros, que conhece com profundidade o Boi Malhadinho.

O nosso estudo será do tipo etnográfico. Etnografia compreende processos descritivos nas ciências sociais de grupos, comunidades ou expressões culturais. É um método de pesquisa qualitativa, onde a pesquisa de campo, a coleta de dados, a indução e o elemento holístico são fundamentais. Neste sentido, podemos dizer que

A maior preocupação da etnografia é obter uma descrição densa, a mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem; esta descrição é sempre escrita com a comparação etnológica em mente. O objeto da etnografia é esse conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem como categoria cultural. Esses conjuntos de significantes nos apresentam como estruturas inter-relacionadas, em múltiplos níveis (OGBU, 1981) de interpretação. (MATTOS, 2011, p. 54)

Para tanto, baseando em autores, tais como Geertz, Lévi-Strauss, Erikson e Woods, Fetterson (1998), e Mattos (2011), podem-se assinalar como característica da pesquisa etnográfica:

Ocorre em ambiente natural.

Análise da exploração de um fenômeno social.

Investigação de poucos casos em detalhes (dados qualitativos) e análise de dados que envolvem interpretações de significados com nada ou pouquíssima interferência de dados quantitativos.

Entrevistas estruturadas ou não estruturadas.

Descrição de dados e interpretação dos significados.

Observação participante em ambiente natural (observação não participante também dependendo do caso).

Papel do pesquisador: alto comprometimento e neutralidade.

Recrutamento sem pré-seleção (na sua maioria).

Envolvimento do pesquisador em um contexto cultural específico.

Análise de resultados complexa devido ao enorme volume de informações (notas exaustivas, anotações de diários).

Pesquisa cara.

Períodos de longa duração (seis meses a dois ou três anos).
Utilização de outras técnicas, como a triangular, para validar e enriquecer a análise.
(MAIA, 2009, p. 30)

Nossa pesquisa envolverá entrevistas estruturadas e semiestruturadas, entre as quais a “entrevista narrativa”, recorreremos a autores ligados à história oral e memória, os quais: Prins (2001), Candau (2016), Montenegro (1994), Tedesco (2001) e Le Goff (2016). Como é nosso intuito refletir sobre tradição e representação cultural, recorreremos respectivamente a Hosbsbawn (2008) e Hall (2016). Os processos que envolvem história oral e memória podem ajudar na construção de percursos no tempo e dinâmicas de mudança. As manifestações da cultura popular estão sujeitas a transformações em suas práticas por motivos exógenos e endógenos. As práticas mudam, pois a sociedade também muda. Macaé passou por alterações socioculturais significativas desde a implantação da Petrobras em seu território, em 1977. Portanto, permitir que as pessoas contem suas histórias vivenciadas como foliões do “Boi Pintadinho” certamente nos ajudarão a compreender esse percurso. Não é nossa proposta a construção de uma “história do boi”, mas um recorte temporal nos parece importante e nos propomos fazê-lo exatamente do ano em que a Petrobras se instala em Macaé até os dias atuais.

Dito isto, a metodologia que utilizaremos será a observação participante. Seeger (2008, p. 252), chama de “bi-musicalidade” ao processo em que o pesquisador “tanto aprende a executar um instrumento como uma abordagem para o entendimento da música, tal como ele aprende uma língua para falar com as pessoas”. Como diz o autor logo a seguir, “um encontro entre músicos”. (SEGGER, 2008, P. 252) Estaremos junto ao grupo do Boi Falcão, aprendendo as batidas e tocando junto com a bateria, e relataremos esse passo-a-passo. Sabemos de que o grupo citado tem um trabalho voltado para novos aprendizes. Observaremos e catalogaremos as maneiras em que essas práticas de aprendizagem se concretizam. Em um momento posterior, procederemos à confecção das partituras, decodificando as batidas do Boi Falcão. Em seguida, através do registro em áudio e vídeo de outros grupos de “boi”, faremos a partituração destes e, por comparação, estabeleceremos (se houver!) um substrato rítmico comum a vários grupos.

Nosso propósito, nesta fase é analisar os processos de criação musical, aprendizagem e fazer a codificação da(s) batida(s) do Boi. Neste sentido, é para nós uma inspiração o trabalho de Prass (2004), que realiza a etnografia da Escola de Samba “Bambas da Orgia” de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Políticas culturais, salvaguarda e devolutiva

Buscaremos analisar as políticas culturais que vem sendo empreendidas no município de Macaé para salvaguarda e permanência do Boi Pintadinho.

Será necessário verificar, no corpo legal da Prefeitura Municipal de Macaé, a existência de dispositivos para o incentivo ou financiamento público direcionado aos blocos de boi. Nos últimos dois anos não houve nem desfile de escolas de samba nem de bois. A hegemonia de um projeto neoliberal desprestigia o elemento cultural, entre muitos outros. O que está em jogo é sempre o crescimento econômico em detrimento do social.

O engajamento para a criação de legislação que reconheça e suscite possibilidades de incentivo financeiro será importante para a continuidade do boi como patrimônio imaterial do município de Macaé.

Quanto à devolutiva desta pesquisa para a comunidade macaense, acreditamos que a catalogação das batidas do Boi Pintadinho em partitura possa ser um subsídio a mais para professores e instrutores de música que trabalham nas escolas públicas municipais.

RESULTADOS ESPERADOS

Esperamos, ao fim deste trabalho, ter traçado uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989) do “Boi Pintadinho”. Esperamos que a nossa pesquisa possa auxiliar tanto o pesquisador músico, quanto o não músico, que se interesse pelas manifestações culturais típicas da região norte-fluminense. Nosso esforço em registrar as batidas do boi poderá servir de material tanto para o etnógrafo, quanto para o educador musical interessado em cultivar as tradições musicais regionais, além de colaborar com a literatura especializada na área da Etnografia das Práticas Musicais.

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa está em início de gestação. O Boi Pintadinho, desde quando o vimos pela primeira vez, nos impressionou pela alegria, pela estética, pelo coletivo que mobiliza e pela maneira como intervem no cotidiano urbano, parando o trânsito e se fazendo notar. E notamos!

Mas do nosso encantamento, até um estudo aprofundado, há um oceano a percorrer. Acabamos de sair do cais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W. & GASKELL, Georg (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Editora Vozes. 2002. Pp. 189-217

BOI FALCÃO (blog). Disponível em <http://falcaomacae.blogspot.com.br>

BOI PINTADINHO MACAÉ-J (blog). Disponível em <http://boispintadinhosdemacae.blogspot.com.br/p/historia.htm>

CAVALCANTI, M. L. V. de C. **O Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Vol. VI (suplemento)**, 1019-1046, setembro 2000.

_____. **Bumba-meu-boi do Maranhão: apreciação analítica**. *In*: NUNES, Izaurina Maria de Azevedo (Organizadora) . Olhar, Memória e Reflexão sobre a gente do Maranhão. 2003.

_____. **Tema e variantes do mito: sobre a morte e ressurreição do boi**. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100003 Acesso em 26/06/2017. Disponível em: <http://www.cmfolclore.ufma.br/site/index.php/olhar-memoria-e-reflexoes-sobre-a-gente-do-maranhao/> Acesso em 25/06/2017

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Editora Contexto. 2011.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Editora da Universidade de São Paulo. 1988

GASKELL, Georg. **Entrevistas individuais e grupais**. *In*: BAUER, Martin W. & GASKELL, Georg (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Editora Vozes. 2002. Pp. 64-89

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Editora Apicuri e Editora PUC. 2016.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Editora Paz e Terra. 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora UNICAMP. 2016

MACAÉ, Prefeitura Municipal de. <http://www.macaerj.gov.br/noticias/leitura/noticia/boi-pintadinho-tradicao-centenaria-em-macaerj>

MAIA, Tânia. **Pesquisa etnográfica: um estudo do uso desse instrumento pelos profissionais de pesquisa de marketing**. Revista PMKT, 2009. Disponível em www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_002_03.pdf. Acesso em 01/07/2018

MATTOS, Carmen Lucia Guimarães de. **A abordagem etnográfica da investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. Disponível em: <<http://books.scielo.org>. Acesso em 01/07/2018

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória - A cultura popular revisitada**. Editora Contexto. 1994

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Rev Esc Enferm USP 2014; 48(Esp2):193-199 www.ee.usp.br/reeusp/ Disponível em: www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf

PRASS, Luciana. **Saberes musicais em uma bateria de escola de samba - uma etnografia entre os Bambas da Orgia**. Editora UFRGS. 2004.

PRINS, Gwin. **História Oral**. In: BURKE, Peter. **A Escrita da história - Novas perspectivas**. Editora UNESP. 2011

ROCHA, Gisele Lourençato Faleiros da Rocha. **O artista popular: reinvenções e as novas apropriações dos reis de boi**. IX EHA - Encontro de História da arte. Unicamp. 2013. Disponível em <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2013/Gisele%20Lourencato%20Faleiros%20da%20Rocha.pdf> Acesso em 01/07/2017

SILVA, Elaine de Oliveira. **Tem Boi na Foto: representação estética e cultural nas festividades de boi em Campos do Goytacazes**. XIII Encontro de história Anpuh-Rio.2008. Disponível em http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215277743_ARQUIVO_ANPUH.pdf Acesso em 30/06/2017

SOUZA, Marina de Mello e. **O Boi malhadinho. Tradição e Criatividade**. In MARCHIORI, Maria Emília Prado *et al.* Quissamã. MinC/ pró-Memória/ SPHAN 6ª Diretoria Regional. Rio de Janeiro - 1987

TEDESCO, João Carlos. **Memória e cultura - o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos**. Editora Est Edições. 2001

Blog acessado: <http://boispintadinhosdemacaerj.blogspot.com.br>

CINCO PROPOSIÇÕES SOBRE A BIBLIOGRAFIA NO ÂMBITO DA MEMÓRIA SOCIAL

JAYME DE PINHO NETO

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social

jayme_alpha@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa investiga a Bibliografia no âmbito da Memória Social. Analisa a Bibliografia sob três concepções: produto, técnica e metodologia de pesquisa. As relações estabelecidas entre Memória Social e Bibliografia se fundamentam no artigo de Gondar (2016), Cinco proposições sobre a memória social. Examina essa perspectiva por meio de teóricos da Memória Social, como Halbwachs (1925, 1939, 1990), Namer (1987) e Ricoeur (2007), e teóricos da Bibliografia, como Malclès (1967), Placer (1955) e Varry (2009). São levadas em consideração as explicações sobre a Bibliografia como representação de memórias coletivas, a forma de registro dessas memórias e o documento como lugar de coexistência entre diversas representações de memórias. Assim, o estudo da Bibliografia no âmbito da Memória Social proporciona o questionamento sobre o seu conceito, utilizações, implicações éticas e políticas, constituição do documento baseada na relação entre lembrança e esquecimento, bem como sua ligação com a identidade e representação.

Palavras-chave: Memória Social; Bibliografia; Memória Coletiva; Identidade; Revolução Francesa.

ABSTRACT

The present research investigates Bibliography in the scope of Social Memory. It analyzes the Bibliography under three conceptions: product, technique and methodology of research. The relationships established between Social Memory and Bibliography are based on Gondar's article (2016), Five Propositions on Social Memory. It examines this perspective through Social Memory theorists, such as Halbwachs (1925, 1939, 1990), Namer (1987) and Ricoeur (2007), and Bibliographical theorists such as Malclès (1967), Placer (1955), and Varry (2009). It considers the explanations about Bibliography as a representation of collective memories, the way of recording these memories and the document as a place of coexistence among diverse representations of memories. Therefore, the study of the Bibliography within the Social Memory provides the questioning about its concept, uses, ethical and political implications, constitution of the document based on the relation between remembrance and forgetfulness, as well as its connection with identity and representation.

Key-words: Social Memory; Bibliography; Colective Memory; Identity; French Revolution.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a Bibliografia¹ no campo da Memória Social². A partir da análise do artigo ‘Cinco proposições sobre memória social’ de Jô Gondar (2016), traça um paralelo entre essas áreas de conhecimento a fim de justificar a investigação de alguns princípios da Bibliografia no âmbito da Memória Social, estabelecendo parâmetros que evidenciem suas semelhanças.

Placer (1955), Malclès (1967) e Harmon (1998) estabelecem que a relevância da Bibliografia se encontra na sua condição de técnica de recenseamento, organização e disponibilização de informações aos pesquisadores. Nesse sentido, considera-se três de suas concepções teóricas:

1) Como **técnica**, se refere ao processo de inventariação de materiais analógicos ou virtuais (livros, folhetos, CDs, DVDs etc.), que se ocupa da utilização dos códigos de catalogação e classificação para arrolar os registros desses objetos, como demonstra Malclès (1967);

2) Como **produto**, se refere ao objeto da representação sistemática de materiais analógicos ou virtuais por meio de referências bibliográficas, ou seja, o documento produzido a partir da ordenação das referências dos materiais, analógicos ou virtuais, que compõem as coleções no acervo de uma biblioteca (DINIZ, 1915), ou de um espaço de conhecimento similar, no entendimento de Christian Jacob (2014)³;

3) Como **metodologia** de pesquisa, encerrada em si mesma ou em relação de atravessamento com outras disciplinas, como aponta Zoltowski (1986)⁴, como a Bibliografia Histórica (História)⁵, Bibliografia Material (Biblioteconomia)⁶ e Bibliografia Textual (Sociologia e Letras)⁷.

Desse modo, a Bibliografia reflete a ordem de pensamento dos autores, as suas convicções evidenciadas pelas fontes relacionadas. Estabelece-se, portanto, um vínculo pelo pensamento crítico entre o produtor e o leitor do texto, como condição para as trocas de memórias-mensagem

1 “Bibliografia”, quando iniciada com letra maiúscula, refere-se ao conceito e ao campo de saber; “bibliografia”, iniciada por letra minúscula, refere-se ao objeto físico, o documento, composto por um conjunto de referências organizadas sistematicamente.

2 De igual modo, me refiro à “Memória Social” quando expreso o conceito ou o campo de saber.

3 Jacob (2014, p. [4]) considera os espaços de conhecimento como “lugares sucessivamente ocupados por atores individuais ou coletivos em um mapa institucional, disciplinar e político. Eles são instituídos por interações vivas, o tempo de um curso, um seminário, uma conferência, uma controvérsia, mas também um caminho de pesquisa. São também lugares materiais, construídos ou naturais, onde desdobram essas atividades: bibliotecas, museus, jardins botânicos, laboratórios. São também instrumentos, ferramentas, amostras, máquinas, gestos, e abrem novas dimensões à percepção e ao pensamento humano. Por fim, são os artefatos que permitem materializar e registrar conhecimentos ou que desempenham um papel em sua construção: desenhos, escritos, vozes. São as inscrições contidas nesses suportes, os signos ou conjuntos de signos, as linhas, o texto que materializa e objetiva o conhecimento e os torna transitivos, transmissíveis, comunicáveis”.

4 Zoltowski (1986, p. 81) considera a Bibliografia como “ciência concreta”, sob uma perspectiva metodológica, cuja atividade principal é a de “recensar o mundo dos livros na sua totalidade, da mesma forma pela qual a demografia procede, recensando a população” (1986, p. 82). Esclarece que “a Bibliografia, enquanto ciência descritiva concreta, serve a outras ciências análogas, como a História do Pensamento, de que ela se constitui fonte principal, assim como as ciências teóricas, tais como a Psicologia e, finalmente, a síntese filosófica do saber humano” (1986, p. 83).

5 Bibliografia Histórica, de acordo com Langlois (1901, p. IX, tradução nossa) é a “seção da Bibliografia geral que compreende os repertórios interessantes para as ciências históricas”, atrelada à pesquisa de fontes originais.

6 Bibliografia Material, de acordo com Varry (2011, p. 31, tradução nossa), é uma “arqueologia do livro impresso”, por meio da análise do livro enquanto portador de um texto, sua fabricação e transmissão.

7 Bibliografia Textual, de acordo com Horch (1978, p. 148), é “o estudo e a descrição de livros como objetos materiais”, por meio de uma construção de sua biografia (produção e disseminação na sociedade)

responsáveis pela produção de conhecimento que ocorre em instituições de memória cultural (NAMER, 1987, p. 173-175)⁸.

Para a investigação proposta, parte-se de dois pressupostos que relacionam a Bibliografia à Memória Social:

- 1) As **bibliografias**, enquanto conjunto de referências sobre todos os materiais bibliográficos que compõem uma instituição cultural de memória como a biblioteca, podem ser visualizadas como representação da unificação de memórias coletivas culturais, acadêmicas, políticas e administrativas, desempenhando o papel de estrutura social da memória nesses espaços (NAMER, 1987)⁹;
- 2) No caso específico das **bibliografias nacionais**, esse documento como possível testemunha de uma **memória nacional**¹⁰, como proposto por Beaudiquez (1992).

Nesse sentido, a pesquisa relaciona as semelhanças entre a Memória Social e a Bibliografia baseada nas proposições elucidadas por Gondar (2016): Memória Social como campo transdisciplinar; o conceito de Memória Social é ético e político; a relação entre memória e esquecimento; a memória não está reduzida à identidade; a memória não está reduzida à representação (GONDAR, 2016, p. 20-35).

A partir disso, o artigo está dividido em cinco proposições, a saber: a discussão em torno da possibilidade de transdisciplinaridade da Bibliografia, a análise do conceito de Bibliografia como sendo ético e político, a observância do tratamento da informação nos processos bibliográficos e sua relação com o esquecimento, a intencionalidade da Bibliografia expressar identidades e sua possibilidade de representar uma memória social.

PRIMEIRA PROPOSIÇÃO: A BIBLIOGRAFIA É UM CAMPO TRANSDISCIPLINAR?

A Bibliografia pode ser considerada como uma das mais antigas práticas intelectuais de recenseamento documental na história da civilização. Em sua existência pré-natal, como apontado por Condit (1937), catálogos foram utilizados na biblioteca de Assurbanipal (687 a.C.-627 a.C.) em Nínive, há cerca de 1600 anos a.C., assim como o *Pinakes*, catálogo atribuído ao trabalho de Calímaco de Cirene (310 a.C.-240 a.C.), em Alexandria, e sucessivos empreendimentos do gênero por parte de eclesiásticos do Medievo e do Renascimento.

Assim, é possível propor a hipótese de que as práticas que envolvem o trabalho bibliográfico se relacionam com os modos de desenvolvimento e adequação das formas de salvaguarda

8 Namer (1987, p. 173, tradução nossa) diz que as memórias-mensagens são tipologias de memórias que compõem virtualmente os livros nas bibliotecas. O primeiro desejo de pesquisa por um indivíduo através de um artefato produzido pela biblioteca, como a bibliografia, se resume a um conjunto de práticas cognitivas denominadas memórias-diálogo (p. 176, tradução nossa). O estudo desses artefatos, bem como os livros aos quais o leitor é remetido, pressupõem uma troca atualização da virtualidade das memórias-mensagem: a compreensão da que está no livro localizado, bem como a criação articulada pelo leitor de sua própria memória-mensagem, por meio da criação pessoal (resumos, artigos, anotações etc) (p. 176, tradução nossa). É através dessas trocas e atualizações de memórias que é possível “encontrar um conhecimento, um raciocínio antigo a partir do qual o meu próprio reflexo nasce” (p. 174-175).

9 De acordo com Namer (1987, p. 160), os livros, em uma instituição cultural de memória como a biblioteca, são uma memória virtual que se atualiza ao passo que os indivíduos pesquisam e produzem conhecimento a partir desses objetos. Sua disposição nesses espaços são o resultado da acumulação e interação entre diversas memórias coletivas, de diversos pontos de vistas culturais, uma forma de memória social. Para o autor, “essa instituição da memória já é uma resposta aos problemas da memória coletiva em que a instituição da memória permite uma memória virtual apenas porque constantemente unifica as memórias culturais, as memórias políticas, as memórias administrativas e as memórias acadêmicas” (NAMER, 1987, p. 160). A unificação dessas memórias diversas se dá através de documentos como as bibliografias (NAMER, 1987 p. 160).

10 Para Beaudiquez (1992, p. 119), as bibliografias nacionais são composições de registros de materiais bibliográficos elegidos como nacionais. Essas referências servem como testemunha da existência dos objetos originais, bem como das formas de organização de conhecimento e dos materiais utilizados pelos indivíduos.

da memória registrável em diversos documentos, produzida ao longo da história a partir do desenvolvimento de indivíduos e grupos.

Nessa linha, busca-se evidenciar as características da Bibliografia quando analisada no campo da Memória Social no que diz respeito aos seus significados e utilizações. Gondar (2016), ao falar sobre o tratamento da Memória Social em sua polissemia, alerta que, ao limitar a afirmação de que a memória é polissêmica, incorre-se no risco de tornar equivalentes as suas múltiplas interpretações; ao buscar maior rigor conceitual, levanta-se a hipótese de que o conceito de Memória Social é, para além de polissêmico, transdisciplinar (GONDAR, 2016, p. 20).

De forma semelhante, é possível explicar sobre a pluralidade do conceito de Bibliografia, que por sua vez pode ser visualizada como técnica, metodologia científica e produto em diferentes formatos (digital ou analógico, por exemplo). Em relação às suas diferentes utilizações e finalidades, uma bibliografia nacional, por exemplo, pode ser corrente ou retrospectiva, categorizada de forma alfabética, por autor, assunto ou data, de acordo com a intenção de quem a produz e para quem é produzida.

No que concerne à Bibliografia no contexto mais recente, o campo de saber se insere no âmbito científico a partir de diversas ramificações. Analisando apenas o ponto de vista metodológico, notam-se exemplos como a Bibliografia Material, elucidada por teóricos como Dominique Varry (2011), Bibliografia Textual por Rosemarie Horch (1978) e Bibliografia Histórica por Charles-Victor Langlois (1901). Do ponto de vista do produto, podem ser diferenciadas, por exemplo, entre gerais universais e internacionais, gerais nacionais ou ainda especializadas (MALCLÈS, 1967). Sob a perspectiva da técnica, podem ser exaustivas, seletivas, sinaléticas, analíticas, críticas, retrospectivas e atuais, classificadas de forma alfabética, cronológica ou sistemática (PLACER, 1968).

Nesta perspectiva, é possível afirmar que a Bibliografia em sua funcionalidade é interdisciplinar. Enquanto a Biblioteconomia e a História tratam a Bibliografia como campo de pesquisa e metodologia, respectivamente, as duas áreas em parceria, por meio do método de pesquisa da Bibliografia Histórica, podem analisar uma bibliografia como produto do acúmulo sistemático de referências, em busca de maior entendimento dos processos históricos e técnicos que aprimoraram o seu desenvolvimento no decorrer do tempo.

A análise sobre o conceito de Bibliografia realizada por Briet (2016) parte da elaboração de um conceito de documento, como “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”, ou seja, um registro físico da intelectualidade (BRIET, 2016, p. 1).

É possível relacionar a elucidação acima à concepção dos significados da memória apontados por Gondar (2016, p. 20), ao esclarecer que “signos simbólicos, icônicos e indiciais” podem servir de suporte à construção de uma memória. Para além do tradicional registro escrito, a bibliografia na contemporaneidade, sendo reflexo da sociedade em que se encontra, pode ser composta por um conjunto ordenado sistematicamente de registros orais, representações imagéticas artísticas clássicas e contemporâneas, bem como um conjunto de fotos que possa representar a abrangência de pinturas corporais indígenas. Esses casos podem ser potencializadores de uma bibliografia.

SEGUNDA PROPOSIÇÃO: O CONCEITO DE BIBLIOGRAFIA É ÉTICO E POLÍTICO?

Pode-se dizer que, em geral, as bibliografias são regidas por algum fim político. Durante a Revolução Francesa, a bibliografia nacional se inseria como instrumento de unificação das bibliotecas pelo país (RIBERETTE, 2009, p. 39), bem como representação de uma nova nação construída sob os preceitos revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade.

Na contemporaneidade, as bibliografias nacionais passaram a ser regidas em geral por leis de Depósito Legal. A colombiana, por exemplo, em seu art. 2º, considera que patrimônio bibliográfico – enquanto conjunto de materiais bibliográficos elegidos como representantes da produção intelectual da nação e representados na bibliografia nacional – “[é] toda obra que se considere herança e memória, ou que contribua para a construção da identidade da Nação em sua diversidade” (COLÔMBIA, 2010, tradução nossa).

No Brasil, os depósitos de exemplares na Biblioteca Nacional brasileira se dão atualmente por meio das Leis nº 10.994, de 14/12/2004 e nº 12.192, de 14/01/2010, sendo a primeira relacionada a publicações diversas e a segunda específica para obras musicais. Ambas têm como objetivo “a coleta, guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2018).

Assim, vislumbra-se brevemente que o conceito de Bibliografia é político e ético, pois lida com regimentos específicos e controlados de acordo com a natureza e especificidades do lugar onde é produzida.

Ainda, a bibliografia, enquanto documento resultado do conjunto de referências arroladas, é um espaço de coexistência entre a memória viva e a história escrita, como aponta Ricoeur (2007, p. 154)¹¹. Há pluralidade dos registros e tipologias de memórias coletivas que constituem a bibliografia enquanto documento, como já exposto anteriormente por meio de Namer (1987, p. 160). Como explica Gondar (2016, p. 24):

Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir. Se levarmos isso em conta ao interrogar as lembranças/documentos, a questão essencial será: sob que circunstâncias e a partir de que vontade eles puderam chegar até nós? Por que motivo eles puderam ser encontrados no fundo de um arquivo, em uma biblioteca, nas práticas e discursos de um grupo, a ponto de poderem ser escolhidos como testemunho de uma época? E, fundamentalmente, porque nós os escolhemos? Ao desmontar essa montagem, que é a lembrança/documento, não revelaremos nenhuma verdade escondida sob uma aparência enganadora, mas sim a perspectiva, a vontade e a aposta a partir da qual nós a conservamos, escolhemos e interrogamos.

De forma semelhante, Le Goff (1988) trata o documento como um aspecto da memória que sempre será fruto de escolhas feitas por determinados grupos de pessoas, que detém algum tipo de poder, seja capital ou intelectual. Portanto, documentos como as bibliografias, as listas e os inventários, não se desenvolveram apenas como “atividade nova de organização do saber, mas [em] um aspecto da organização de um poder novo” (LE GOFF, 1988, p. 436).

11 Ricoeur (2007, p. 154) relaciona a parte final do mito de Fedro às relações entre a memória viva e a história escrita. Segundo o autor, “à espécie de reabilitação prudente da escrita e de esboço de reagrupamento familiar entre o irmão bastardo e o irmão legítimo no final do Fedro corresponderia, de nosso lado, um estágio no qual viriam a coincidir perfeitamente, de um lado, uma memória instruída, iluminada pela historiografia, de outro, uma história erudita habilitada a reavivar a memória em declínio e assim, segundo o desejo de Collingwood, de ‘reatualizar’, de ‘re-efetuar’ o passado”. Tomo a liberdade de fazer uma terceira relação, com a bibliografia enquanto documento, como um espaço de representação de memórias coletivas diversas por meio do conjunto de referências das obras, de acordo com critérios bem definidos pelas leis de Depósito Legal, iluminados por uma ordenação sistemática e histórica, cujo objetivo de representar uma coletividade nacional só é efetivamente alcançado quando há uma atualização das memórias virtualizadas nesse documento através das buscas e pesquisas dos indivíduos neste tipo de documento.

TERCEIRA PROPOSIÇÃO: A BIBLIOGRAFIA IMPLICA O ESQUECIMENTO?

A bibliografia como espaço de coexistência de memórias coletivas diversas se relaciona com a ideia de Halbwachs (1990) sobre a estrutura da nossa memória e sua inserção na coletividade. Pode-se dizer que a Bibliografia nos é apresentada aos moldes da memória coletiva analisada por Halbwachs (1990): duráveis, contínuas e estáveis, cuja relevância se encontra na possibilidade de sua coesão social, o que garante a adesão afetiva ao grupo, como no caso de nação.

Historicamente, no caso das bibliografias nacionais, o fenômeno relativo ao lembrar e esquecer sempre esteve presente. Problemas sucessivos na realização dos inventários dos materiais bibliográficos na França revolucionária, por falha na comunicação entre os responsáveis pela redação dos documentos (VARRY, 2009, p. 11), ou propositalmente omitidas dos inventários por quem quisesse manter algumas obras longe dos olhos dos revolucionários podem ser exemplos dessa relação entre esquecimento e lembrança.

O próprio caso do Depósito Legal evidencia essa relação. A eleição do que constitui o patrimônio bibliográfico nacional, que é representado, sobretudo, pela bibliografia nacional, dependerá das vontades das autoridades que detém poder sobre as legislações específicas. Além, por ordem de manutenção do espaço de guarda, ou por falta de local específico que dê tratamento necessário a algum tipo de documento, esses registros podem não figurar em uma bibliografia nacional. Dessa forma, o produto do recenseamento constante sempre trabalhará sob formas de lembrança e esquecimento, seja com qual for o tipo de potencial para tanto.

No sentido de sua história, a Bibliografia possivelmente carrega valores platônicos na sua constituição, devido à sua missão de representar a salvaguarda dos registros dos materiais bibliográficos que são captados pelas bibliotecas nacionais. Por exemplo, a bibliografia nacional como técnica é o acúmulo de itens cooptados via legislação de Depósito Legal para formação de acervos numa determinada nação (MALCLÉS, 1957), e a sua localização é essencialmente virtual quando se faz necessário a mediação de recursos de recuperação, como catálogos e outros produtos bibliográficos, como os índices bibliográficos acumulativos ou retrospectivos, no contexto da noção de patrimônio intelectual nacional.

Assim, para além de um lugar de memória estático e construído ao redor de uma retórica de perda aos moldes do que propõe Nora (1993), as bibliotecas são, antes de instituições culturais de memória como apontado por Namer (1987), espaços essencialmente sociais e dinâmicos, pensados e construídos para diversos grupos sociais, bem como os seus produtos, as bibliografias (SHERA; EGAN, 1995).

Diferente dos monumentos e demais representações que fazem manter viva a chama da lembrança de uma memória específica de uma sociedade, as bibliotecas vão além disso: se mantêm vivas de acordo com as trocas de memória-mensagem, em alusão ao termo de Namer (1987) anteriormente elucidado, de pesquisadores, leitores comuns e curiosos em geral, que se utilizam das bibliografias, o mapa das bibliotecas, como auxiliar nas suas buscas.

QUARTA PROPOSIÇÃO: A BIBLIOGRAFIA SE REDUZ À IDENTIDADE?

A história da Bibliografia se conecta à tentativa de representação da identidade de um ou vários grupos, enquanto registro histórico da materialidade das memórias produzidas por eles. A Bibliografia aponta a relevância dessas inscrições a partir da alteridade, visto suas correlações com a memória através das evidências demonstradas sobre seu envolvimento em processos de lembrança e esquecimento e o conceito político e ético proposto.

A Bibliografia Nacional como representação do patrimônio cultural nacional, por exemplo, pode ser compreendida como resumida a uma identidade nacional. Todavia, levando-se em conta a explanação de Pollak (1992, p. 204) sobre identidade, como parte constituinte da memória na medida em que é um fator relevante na continuidade e coerência social dos indivíduos e grupos, podemos dizer que em parte a bibliografia enquanto documento é o produto do recenseamento e registro dos materiais bibliográficos para a formação de uma identidade.

Durante a Revolução Francesa, o projeto de Bibliografia Nacional foi imposto como um dos instrumentos basilares de criação e manutenção de uma identidade que se pretendia estabelecer (FAYET-SCRIBE; CANET, 1999, p. 7). Nesta perspectiva, a Bibliografia em relação à memória pode ser vista como um produto, cuja finalidade é representar uma ou várias identidades, como a nacional, independente das suas demais utilidades.

Ainda relacionado a esse período histórico, a literatura examinada evidencia que esses espaços de saber, anteriormente privados, passaram a ser públicos a partir da força revolucionária, que confiscou os bens dos religiosos e de demais proprietários privados e disponibilizaram a massa documental para a população (VARRY, 2009, p. 7). Usando a lógica da retórica da perda, evidenciada na obra de Choay (2017), bibliotecários e outros profissionais se uniram para organizar a massa documental e transformá-la em patrimônio bibliográfico nacional. Para tanto, houve necessidade de criar um código de catalogação para inventariar os materiais (SMALLEY, 1991). Nesse sentido, as bibliografias, como as nacionais, são criadas na contemporaneidade atreladas ao sentido de patrimônio nacional, pretensas representações das identidades nacionais.

A manutenção da identidade em uma perspectiva bibliográfica, portanto, depende de processos de segregação e preservação de memórias. Para uma melhor adequação da Bibliografia no campo da Memória Social, se faz necessário analisar o documento enquanto produto memorialístico no início da contemporaneidade, que carrega consigo, até os dias atuais, fundamentos históricos. Alguns podem ser identificados a partir dos pontos levantados por Gondar (2016) ao citar Marc Ferro e os tipos de silêncio na história (1988), elucidados e adaptados pelo autor desta pesquisa, a saber:

- 1) Princípio de legitimidade de uma instância de poder: independentemente do período histórico onde as bibliografias enquanto documentos se encontrem, elas estarão subordinadas a algum poder vigente: religioso, monárquico, republicano, por decretos e leis como as do Depósito Legal;
- 2) Martírios coletivos infligidos aos derrotados pelos vencedores: reflexo mais evidente desse silenciamento, que se dá através da análise da construção da Bibliografia Nacional no período revolucionário. Os vencedores passaram a estipular os novos regimentos de ordenação da massa documental, ao passo que os vencidos, durante certo tempo, foram obrigados a colaborar com a inventariação das obras. O silêncio ocorria desde os registros mal feitos pelas autoridades, que obscureciam um exemplar pela falta de informação, até os antigos donos das coleções, que por vezes não inventariavam o acervo em sua plenitude;
- 3) A recusa da sociedade em relação ao seu passado de humilhação: no caso da Revolução Francesa, a bibliografia, enquanto documento produto das relações políticas e sociais do período revolucionário, se instituiu como marco de rompimento entre o Antigo Regime e a nova República. Essa atividade, por si só, configura um aceite, ao menos dos que detinham poder para tal ação, de que o passado configurava um lugar que deveria ser suplantado pelo que se reconstruía e reordenava a partir dos processos revolucionários.

Então, é possível analisar a Bibliografia como representação de identidades nacionais, para além da instância superior que a designa como tal. As bibliografias podem ser produzidas por diversas instituições que visem à formação de uma ou várias representações de povos, culturas e modos de vivência. Nesse sentido, a bibliografia pode ser visualizada como um documento que busca alicerçar uma memória social unívoca.

QUINTA PROPOSIÇÃO: A BIBLIOGRAFIA SE REDUZ À REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL?

No decorrer desta investigação, buscou-se compreender que a Bibliografia, no âmbito da Memória Social, compartilha algumas de suas particularidades, por ser compreendida como uma representação de memórias coletivas registradas. Sob essa perspectiva, questiona-se: a Bibliografia, inserida no campo da Memória Social, deve ser estudada apenas como representação memórias coletivas?

Gondar (2016, p. 35) afirma que, habitualmente, a memória é vista como um campo de representações coletivas, que por si mesmas são cristalizações dos quadros da esfera social viva e pulsante. A Bibliografia, quando vista a partir da ótica de um produto da memória coletiva, pode ser encarada como uma dessas cristalizações, “o modo pelo qual os indivíduos sociais representam a si próprios, as suas produções e as relações que estabelecem com os demais” (GONDAR, 2016, p. 35). No entanto, analisando a polissemia da Bibliografia em seu próprio campo, não é possível dizer que a mesma se reduz à representação de registros memorialísticos.

A Bibliografia é a ciência do livro (ZOLTOWSKI, 1955), e para além dessa visão, é a ciência do suporte material ou digital da informação. A partir do aspecto técnico e metodológico, como demonstrado por Beaudiquez (1983), a Bibliografia pode ser analisada como meio de manutenção de memórias, no qual é possível realizar a pesquisa de informações e documentos, privilegiando diversos meios de analisar e produzir uma bibliografia.

Assim, nota-se que a Bibliografia pode assumir o papel de representação de memórias coletivas com o objetivo de construir uma memória social registrada. Levando-se em consideração o que Gondar (2016, p. 36) elucida quanto as representações, sob uma perspectiva processual da memória, a bibliografia pode ser vista como uma cristalização de um conjunto de memórias que se legitimou em uma coletividade. No entanto, a Bibliografia por si mesma não deve ser reduzida à uma forma de representação de algo, visto que isso anularia suas outras apreensões científicas.

Ainda, é possível perceber que as concepções teóricas da Bibliografia, visualizadas no âmbito da Memória Social, necessitam ser tão flexíveis quanto a própria memória, guardadas as devidas limitações. Isso consubstancia a discussão em torno das conceitualizações diversas dos tipos de Bibliografia que se manifestam nos âmbitos do produto, da técnica e da metodologia, visando abarcar seu desenvolvimento de acordo com o avanço nos processos comunicacionais.

Como analisado anteriormente, a perspectiva proposta neste estudo, sobre a Bibliografia no âmbito da Memória Social, tem suporte nas indicações de Halbwachs (1990) sobre a memória coletiva. Observando a memória a partir de quadros sociais representativos de identidades individuais e de grupo, a Bibliografia, elástica em relação às suas interpretações e usos por diversos campos de saber, se insere no campo da Memória Social como local de coexistência entre diversas memórias.

Ainda sobre as representações coletivas ou sociais, Gondar (2015, p. 40) elucida que:

todas as representações são inventadas e somos nós que as inventamos, valendo-nos de uma novidade que nos afeta e de nossa aposta em caminhos possíveis. Essa invenção se propaga, repete-se, transforma-se em hábito. E a partir desses hábitos, os homens se tornam semelhantes, instituindo – finalmente – um glutinum mundi. É preciso, contudo, não esquecer que esses hábitos e essa semelhança têm como ponto de partida uma invenção singular, propiciada por um contexto relacional e afetivo. Hábitos são criações que se propagam e, ainda que se tornem constantemente repetidos, iniciam-se com uma experiência marcada pela novidade e pelo inesperado.

Representadas por meio de um conjunto de referências sistematicamente organizadas, essas memórias registradas nas bibliografias são apresentadas aos mais diferentes tipos de indivíduos, cujo desejo e sentimento, “centro indestrutível da memória” (STAROBINSKI, 1991, p. 195 apud GONDAR, 2016, p. 39) envolvidos na ação da pesquisa, são os fatores que tornam possível o desenvolvimento das memórias virtuais ali contidas em conhecimento.

Entende-se, portanto, que a Bibliografia, no âmbito da Memória Social, pode ser vista como um produto das representações coletivas e sociais que advém do processo composto por forças em disputa. No entanto, não é possível reduzir a memória a um produto, como a Bibliografia, e desprezar as condições que a constituíram no todo.

REFERÊNCIAS

BEAUDIQUEZ, Marcelle. **Guide de bibliographie générale: méthodologie et pratique**. Paris: München, 1983.

_____. National bibliography as witness of national memory. **IFLA Journal**, [Londres], v. 2, n. 18, 1992. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/034003529201800208>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRIET, Suzanne. **O que é documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

BUTLER, Pierce. **An introduction to library Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1933.

CHOAY, Françoise. A revolução francesa. In: _____. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

COLÔMBIA. Secretaría Jurídica Distrital. Ley 1379 de 2010 (Enero 15): por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones. Disponível em: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=38695>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CONDIT, Lester. Bibliography in its prenatal existence. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [Chicago], v. 7, n. 4, out. 1937, p. 564-576.

DINIZ, Alfredo O. dos Santos. **Bibliothecosophia, ou ligeiras notas referentes á organização e á administração de bibliotecas**. São Paulo: Typographia Diario Official, [1915].

EGAN, Margaret; SHERA, Jesse. Foundations of a theory of bibliography. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [Chicago], v. 22, n. 2, abr. 1952, p. 125-137. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4304106>>. Acesso em 08 ago. 2018.

FAYET-SCRIBE, Sylvie; CANET, Cyril. Histoire de la normalisation autour du livre et du document: l'exemple de la notice bibliographique et catalographique: de la Bibliographie générale et raisonnée de la France (1791) à la Description bibliographique internationale normalisée (1975). **Solaris: Information Communication**, n. 6, dez. 1999/jan. 2000. Disponível em: <<http://gabriel.gallezot.free.fr/Solaris/d06/6fayet.html>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Depósito Legal**. [Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional], 2018. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/deposito-legal>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <https://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Mem%C3%B3ria%20Social%20e%20Bens%20Culturais/Sele%C3%A7%C3%A3o%202018-1/Gondar_Cinco_proposic%C3%A7%C3%83es.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

_____. La mémoire collective chez les musiciens. **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, [Paris], v. 127, n. 3/4, mar./abr. 1939, p. 136-165.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France: 1925.

HARMON, Robert B. **Elements of bibliography**. 3rd. London: Scarecrow Press, 1998.

HORCH, Rosemarie Erika. Bibliografia textual. **R. bras. Biblioteconomia. Doc.**, São Paulo, v. 11, n. 3/4, p. 147-154, jul./dez. 1978. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/18194>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

JACOB, Christian. **Qu'est-ce qu'un lieu de savoir?** Marseille: OpenEdition Press, 2014. Disponível em: <<http://books.openedition.org/oep/423>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

LANGLOIS, Charles-Victor. **Manuel de bibliographie historique**. Paris: Hachette, 1901.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. São Paulo: EdUNICAMP, 1990.

LENARD, Max. On the origin, development and demise of the index librorum prohibitorum. **Journal of Access Services**, Miami, v. 3, n. 4, 2005, p. 51-63. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/j204v03n04_05>. Acesso em: 08 ago. 2018.

MALCLÈS, Louise-Noëlle. **La bibliographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

NAMER, Gerard. **Mémoire et Société**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

PLACER, Xavier. **A bibliografia e sua técnica**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1955.

_____. **Técnica do serviço de referência**. Rio de Janeiro: ABB, 1968.

RIBERETTE, Pierre. De la Commission des monuments au Conseil de conservation. In: VARRY, Dominique (Dir.). **Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle: 1789-1914**. Paris: Éditions du Cercle de la Libraire, 2009, p. 37-54.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SABY, Frédéric. Approche historique du dépôt légal en France. **Sociétés & Représentations**, Paris, v. 1, n. 35, 2013, p. 15-26. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2013-1-page-15.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

SMALLEY, Joseph. The french cataloging code of 1791: a translation. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, Chicago, v. 61, n. 1, p. 1-14, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4308539>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

VARRY, Dominique. Les confiscations révolutionnaires. In: _____ (Dir.). **Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle: 1789-1914**. Paris: Éditions du Cercle de la Libraire, 2009.

_____. **Qu'est-ce que la bibliographie matérielle?** [Paris: s.l.], 2011. Disponível em: <<http://dominique-varry.enssib.fr/node/31>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

ZOLTOWSKI, Victor Stanislas Adam. **Le cycles de la création intellectuelle et artistique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

INGRESSO E ATUAÇÃO DO PROFESSOR COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO NA REDE MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

PAULA SILVIANNA MUNIZ FIGUEIREDO

Mestrando do Programa de Políticas Sociais - UENF

paulasilvianna@yahoo.com.br

SILVIA ALICIA MARTINEZ

Professor do Programa de Políticas Sociais - UENF

silvia-martinez@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho é parte de pesquisa em desenvolvimento no mestrado de Políticas Sociais/ UENF, que aborda a atuação docente da pessoa com deficiência na educação básica. Partindo da necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre as políticas sociais relacionadas à inclusão e do interesse de analisar a inclusão de pessoas com deficiências na atuação docente, a pesquisa vem progredindo e encontrando diálogos com outros estudos realizados no mesmo programa. As experiências e estudos relacionados à educação inclusiva abordam, em sua maioria, professores sem deficiência atuando nas escolas de educação regular e no atendimento a alunos com deficiências. Entretanto, sobre sua inserção profissional, principalmente na área de educação, não há muitos registros de estudos realizados. Como recorte da pesquisa maior, esse artigo vai analisar a formação e o quantitativo de professores com deficiência que ingressaram na rede municipal de Campos dos Goytacazes, nos concursos públicos de 2008 e 2012.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Professores com Deficiência; Atuação Profissional.

ABSTRACT

The present work is part of research in development in the Master of Social Policies / UENF, which deals with the teaching performance of people with disabilities in basic education in regular school. Based on the need to deepen knowledge about social policies related to inclusion and the interest of analyzing the inclusion of people with disabilities in teaching, research has been progressing and finding dialogues with other studies carried out in the same program. The experiences and studies related to inclusive education approach, for the most part, non-disabled teachers working in schools of regular education and attending to students with disabilities. However, about their professional insertion, mainly in the area of education, there are not many records of studies performed. As a cut of the larger research, this article will analyze the number of teachers with disabilities who entered the municipal network of Campos dos Goytacazes, in the public tenders of 2008 and 2012.

Key-words: Special Education; Inclusion; Teachers with Disabilities; Professional Performance.

INTRODUÇÃO

Ao observar no cotidiano escolar o sentimento de exclusão vivenciado pelos alunos com deficiência e suas angústias quanto às questões da futura atuação profissional, o assunto educação especial começou a chamar a atenção, principalmente a partir da experiência de cursar o ensino superior com uma colega de turma deficiente visual e, posteriormente, já na atuação profissional, trabalhar com uma aluna deficiente auditiva, matriculada no curso Normal Médio, do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert - ISEPAM, que buscava a formação para ser professora. Em ambas as situações percebeu-se a falta de efetivação das políticas sociais no atendimento à pessoa com deficiência.

Nas últimas décadas, como resultado da luta de vários grupos sociais que buscam a igualdade de oportunidades para todos é possível perceber o crescimento da ênfase em educação especial tanto a partir da legislação pertinente à área como nas inúmeras produções científicas relacionadas a essa modalidade de ensino para garantir a inclusão dos deficientes em todos os âmbitos da sociedade. A busca por uma sociedade mais justa e igualitária pautada na equidade social supera a criação de leis e precisa ser naturalizada na formação social de cada cidadão para que a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais ocorra de forma plena.

Essa situação é evidenciada a partir do resultado do número de pesquisas encontradas nos periódicos Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Brasileira - BDTD. Ao pesquisar as produções, realizadas entre 2000 e 2018, sobre professores com deficiência que atuam na educação básica no Banco de Dados de Teses e Dissertações - BDTD - são encontrados 920 títulos, que ao serem analisados de acordo com o tema da presente pesquisa são reduzidos para 2. O primeiro aborda a trajetória de vida e de formação de um professor de São Paulo (Viana, 2006), no segundo revela a análise dos processos de subjetivação de professores com deficiência, atuantes nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Santa Catarina, com base na discussão de suas experiências e sentidos pessoais e profissionais de inclusão social (MENEGHELLI JUNIOR, 2012). Na tentativa de compreender uma realidade complexa e perceber como é a atuação do sujeito com deficiência na profissão docente, interessa à pesquisa ouvir do próprio indivíduo com deficiência como se deu seu processo de inclusão na sociedade, buscando se aproximar com mais precisão da realidade a ser compreendida.

Dessa forma, por meio da pesquisa qualitativa, busca-se conhecer como se efetivou a formação e o acesso à profissão docente de professores com deficiência que atuam nas escolas do município de Campos dos Goytacazes, a partir de suas trajetórias de vida, ou como destaca Bertaux (2005), a partir dos relatos de vida. Segundo o autor "El relato de vida puede constituir un instrumento precioso de adquisición de conocimientos prácticos, con la condición de orientarlo hacia la descripción de experiencias vividas en primera persona y de contextos en los que esas experiencias se han desarrollado" (p.21).

No Brasil, em 1980, ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trazia muitos avanços em relação à educação e ao tratamento da pessoa com deficiência, buscando a equiparação de oportunidades de acesso à pessoa com deficiência. Além de trazer em seu 5º artigo a igualdade de todos perante a lei, a Constituição prevê a responsabilidade da União no que se refere à saúde, assistência social, proteção e integração da pessoa com deficiência. A lei estabelece também a criação de um salário-benefício para todas as pessoas com deficiência que comprovem a impossibilidade para o trabalho, garantia de vagas em concursos públicos, a construção de prédios e locais adaptados para o acesso dos deficientes. Especificamente relacionado à educação são trazidos dois incisos de destaque quanto ao deficiente.

Percebe-se, entretanto, uma ausência do Estado na modalidade Educação Especial ao deixar de oferecer requisitos básicos para o atendimento ao deficiente nas escolas e a oferta de poucas pesquisas acerca de como é a formação profissional do aluno com deficiência e principalmente, a falta de trabalhos na formação do deficiente para atuação profissional.

A partir de estudos sobre a trajetória de vida dos deficientes que conseguem acesso e progressão no ensino superior é possível perceber também a influência do contexto socioeconômico. Em âmbito nacional nota-se ainda certa escassez quanto à destinação de verbas específicas para a acessibilidade dos deficientes nas universidades, de serviços especializados para o atendimento e de campanhas sobre a importância de adaptações curriculares para a formação do deficiente.

No que tange à inserção nas atividades profissionais é possível perceber também a dificuldade da inclusão dos deficientes. Seja por falta de políticas escolares voltadas à justiça social, seja por falta de formação com qualidade para a atuação no universo de trabalho, a questão que predomina são as desigualdades de ingresso, de condições de permanência e de acesso aos empregos oferecidos dentro da sociedade. É necessário haver equidade nas oportunidades de trabalho a todos os que compõem a sociedade, deficientes ou não.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil vive, na década atual, um período de grande efervescência da democratização do acesso e permanência dos grupos menos favorecidos à universidade. O Decreto 5296/04, conhecido como a Lei da Acessibilidade, subsidia a garantia de acessibilidade e a integração de vários ministérios em prol de projetos que garantam a acessibilidade. Além disso, alguns programas como PROESP (programa da Capes em parceria com o Ministério da Educação) e INCLUIR surgem como ações afirmativas para aprofundar a pesquisa e o conhecimento sobre a educação especial de qualidade (MIRANDA, 2011).

A educação está no centro da inclusão e das ações sociais que visam a oportunidade de acesso a todos os níveis sociais, por isso a importância de analisar a formação da pessoa com deficiência e suas oportunidades de acesso a atuação profissional.

A Profissão Docente

Considerar a trajetória de vida de professores com deficiência perpassa pela formação tanto na escola básica como no ensino superior e traz questionamentos sobre a qualidade nos cursos de formação de professores. Além disso, demanda analisar a entrada na carreira e o cotidiano laboral do docente.

Mendes e Pereira (2017), citando Veiga (2006), destacam que a palavra docente provém do latim *docere* e significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender. As autoras ainda destacam que

No sentido formal, docência é o trabalho dos professores. Na realidade, estes desempenham um conjunto de funções que ultrapassa ministrar aulas. As funções formativas convencionais, como ter um bom conhecimento sobre a disciplina ou como explicar seu conteúdo tornaram-se mais complexas com o surgimento de novas condições de trabalho.

Historicamente, a profissão docente desenvolveu-se de forma não especializada, secundária, executada por religiosos ou leigos que reuniam um grupo de crianças e ensinavam em congregações religiosas. Os jesuítas e os oratorianos formam o grupo dos pioneiros nessa área de atuação. Segundo Nóvoa (1995, p. 15) “a gênese da profissão de professor tem seu lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras congregações docentes”.

Os primeiros profissionais de educação foram recrutados pelo Estado, que prolongou a forma e os modelos escolares baseados na igreja e dinamizou um corpo de professores. Nóvoa (1995, p. 16) explica que,

Apesar de terem se desencadeado no seio de congregações docentes, as transformações na profissão docente extravasaram o campo religioso, abrangendo o conjunto de indivíduos que se dedicam ao ensino. Durante longos anos imputou-se a gênese da profissão docente à ação dos sistemas estatais de ensino; hoje em dia, sabemos que no início do século XVIII havia já uma diversidade de grupos que encaravam o ensino como *ocupação principal*, exercendo-a por vezes a tempo inteiro.

Atualmente a docência é uma profissão complexa e repleta de desafios que perduram durante todo o exercício de sua ação. Segundo Mizukami (2013) os processos de aprender a ensinar, aprender a ser professor e de se desenvolver profissionalmente são lentos. Ninguém nasce professor, mas os professores são formados ao longo de toda a vida e não somente no momento em que decidem uma carreira a seguir.

A escolha de qualquer carreira está associada a um processo complexo, não apenas de tomada de decisão, mas também ao domínio de diversas características necessárias para a execução do trabalho desempenhado. No que tange à escolha da profissão docente, Nóvoa (1995) destaca que o primeiro estudo que teve por objeto a profissão professor, analisando os aspectos mais específicos da profissão, foi o de Becker, em 1970.

Ao refletir sobre a identidade do professor, Nóvoa (1995, p. 17) pontua que

O processo identitário passa também pela capacidade de exercermos com autonomia a nossa actividade, pelo sentimento de que controlamos o nosso trabalho. A maneira como cada um de nós ensina, está directamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino.

Tecendo uma análise de forma mais direta da carreira docente, o autor expõe que “o desenvolvimento de uma carreira é, assim, um processo e não uma série de acontecimentos. Para alguns, esse processo pode ser linear, mas para outros, há patamares, regressões, becos sem saída, momentos de arranques, descontinuidades.” (NÓVOA, 1995, p. 37).

Nesse processo de formação da identidade do professor, é possível perceber que a construção acontece ao longo de sua vida, nos mais diversos contatos e relacionamentos que ele desenvolve durante seu processo de amadurecimento, sua passagem pela escola básica e suas experiências e observações enquanto aluno, sua formação nos cursos de licenciatura e as diversas vivências nos períodos de estágio.

O professor passa por um processo de desenvolvimento de sua identidade enquanto docente, com situações de sobrevivência e descobertas que compõem uma gama de emoções, a começar com o choque com a realidade, entendido como o confronto inicial com as peculiaridades da profissão, a distância entre os ideais construídos ao longo da formação profissional e o cotidiano escolar; a administração do tempo e dos conteúdos que precisam ser trabalhados; a dificuldade com os alunos que apresentam problemas quanto à disciplina em sala ou no processo de ensino-aprendizagem; a dificuldade com o material didático inadequado; os desafios das relações interpessoais que permeiam o dia-a-dia nas escolas e o acúmulo de trabalhos que necessitam ser desenvolvidos fora do horário das aulas.

Esse processo de sobrevivência e descoberta, que acarreta diversas sensações, proporciona uma emoção única na carreira docente e, segundo Nóvoa (1995, p. 39), a sobrevivência na carreira escolhida é sustentada e fortalecida pelas descobertas ao longo das experiências vividas, uma

vez que “o aspecto da descoberta traduz o entusiasmo inicial, a experimentação, a exaltação por estar, finalmente, em situação de responsabilidade (ter a sua sala de aula, os seus alunos, o seu programa), por se sentir colega num determinado corpo profissional”.

O professor desenvolve uma tarefa trabalhosa e difícil. Segundo Imbernón (2016, p. 32)

O fato de cada vez mais meninos e meninas começarem a ir à escola para receber as primeiras letras e os primeiros números significou um grande avanço social em relação a tempos passados, e ao longo do século XX foi essencial para configurar um novo modelo de sociedade. Também significou a proliferação das escolas e a consolidação dos saberes e processos pedagógicos criados nos séculos XVIII e XIX. No entanto, atrás ou à frente – depende de como se olhe – desses meninos e meninas havia uma pessoa a quem a sociedade delegou a educação da infância, uma pessoa que teve de se formar, e se profissionalizar para chegar a ser professor ou professora de escola.

O autor ainda destaca que o professor nesse período recebia o título de mestre, era considerada uma pessoa com uma sabedoria que se destacava em relação aos demais e, além disso, era capaz de transmitir seus conhecimentos aos seus alunos. Na construção do Ser professor sempre esteve atrelada também a questão do ensinar bem, o que vai de encontro ao pensamento coletivo de que essa profissão é um trabalho simples, que requer pouca habilidade e que pode ser executada por qualquer indivíduo (Imbernón, 2016).

Ser professor exige uma sensibilidade educativa, idealismo e compromisso, o professor trabalha pela cultura e pelas pessoas. Ser professor não significa estar apenas fisicamente na escola, promover leitura e instrução, como ainda pensam muitas pessoas. Ser professor vai além de ensinar aos alunos, exige da pessoa que escolhe seguir essa carreira a função de ser um agente educativo e social, um dinamizador importante da cultura, do conhecimento e da preparação para a vida social e o mercado de trabalho. Hargreaves (2004, p. 15) ressalta que “na preparação, formação contínua e vida profissional, os professores de hoje têm de compreender e dominar a sociedade do conhecimento em que seus alunos vivem e em que irão trabalhar.”

A identidade do professor é caracterizada, ainda, por traços e aspectos das pessoas que constituem esse grupo de profissionais e pelo momento social e histórico no qual está inserido. Imbernón (2016), analisando o contexto espanhol, destaca que,

O magistério é o reflexo dos momentos sociais e históricos em que se vive: professores tradicionais do início do século, que conviviam com professores que tentavam criar uma escola nova ou ativa; professores republicanos revolucionários; professores operários dos anos 1930, que dividiam a escola com monarquistas tradicionalistas; professores defensores da democracia durante as ditaduras, obrigados a se esconder dos professores fascistas do regime; professores progressistas do final do século XX, que lutavam contra professores tecnocráticos etc. (p. 37).

A construção da identidade do professor não é algo imutável, essa identidade é construída historicamente. Sobre essa questão Pimenta (2009) ressalta que uma identidade profissional “se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas”. Pimenta ainda considera que a profissão professor

Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor conferem à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a

partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos. (PIMENTA, 2009, p. 37)

É possível entender dessa forma como uma formação de qualidade faz diferença na atuação docente. Imbernón (2016, p. 130) ressalta a intervenção direta e indireta que a universidade tem sobre a formação do professorado em todas as etapas da educação e destaca que

O fato dos professores e professoras fazerem cursos de graduação deveria significar um aumento do tempo de reflexão em uma carreira na qual este é bem escasso, em virtude de seu currículo extenso; tempo também para consolidar conhecimentos e para organizar nas escolas algumas práticas muito mais orientadas e elaboradas.

Nóvoa (1995, p. 17) ao refletir sobre a ação e o saber dos professores pontua que

O processo identitário passa também pela capacidade de exercermos com autonomia a nossa actividade, pelo sentimento de que controlamos o nosso trabalho. A maneira como cada um de nós ensina, está directamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino.

Diversas pesquisas foram realizadas nos últimos anos a fim de entender as problemáticas mais comuns que giram em torno da profissão docente. Imbernón (2016, p.103) destaca algumas

Os problemas mais usuais com que os professores recém-formados se deparam na atividade docente são (em ordem de importância): manter a disciplina em sala de aula; tratar diferenças individuais em sala de aula; trabalhar com material didático insuficiente; a motivação dos alunos para aprendizagem; como direcionar o relacionamento com os pais; a elaboração de uma programação para o dia; a avaliação dos resultados da aprendizagem; o problema do horário adequado aos tempos escolares.

Outro ponto que Imbernón (2016) chama atenção é para o desafio de se estabelecer critérios melhores para a seleção do que será trabalhado no ingresso aos estudos e no local de trabalho dos professores para uma atuação de mais qualidade. A esse desafio pode-se acrescentar o trabalho com a diversidade em sala de aula.

Segundo Glat e Blanco (2013, p. 160) para tornar-se de fato inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão para

Rever as formas de interação vigente entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

Embora a educação especial seja um dos pilares para a construção da inclusão social, na realidade a formação dos professores precisa ser mais desenvolvida e trabalhada, a fim de gerar maior segurança no desempenho em sala de aula e um conhecimento mais aprofundado sobre essa modalidade de educação. Além disso, é fundamental que os cursos de licenciaturas possibilitem a entrada no ambiente escolar de forma mais natural e sem tantos choques da teoria com a realidade encontrada.

Ao refletir sobre os saberes necessários aos docentes para o ingresso nas atividades escolares, Tardif (2014) fundamenta que é necessário um saber plural que envolva a formação profissional, os saberes disciplinares (ligados a diversos campos de conhecimento e transmitidos nos cursos universitários), curriculares (relacionados aos conteúdos, objetivos e métodos que são

categorizados nos programas escolares) e experienciais (construído a partir da prática). O autor relaciona os saberes da seguinte forma:

Tabela 1. Saberes necessários ao exercício da docência.

Saberes dos Professores	Fontes sociais de Aquisição	Modos de integração no trabalho docente
Saberes pessoais dos professores	A família, o ambiente de vida, a educação no sentido lato, etc.	Pela história de vida e socialização primária
Saberes provenientes da formação escolar anterior	A escola primária e secundária, os estudos pós-secundários não especializados, etc.	Pela formação e pela socialização pré-profissionais
Saberes provenientes da formação profissional para o magistério	Os estabelecimentos de formação de professores, os estágios, os cursos de reciclagem, etc.	Pela formação e pela socialização profissionais nas instituições de formação de professores
Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho	A utilização das "ferramentas" dos professores: programas, livros didáticos, cadernos de exercícios, fichas, etc.	Pela utilização das "ferramentas" de trabalho, sua adaptação às tarefas.
Saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola.	A prática do ofício na escola e na sala de aula, a experiência dos pares, etc.	Pela prática do trabalho e pela socialização profissional.

Fonte: TARDIF, 2014, p. 63

Pensar a formação do deficiente para atuação no mercado de trabalho sobre esse prisma oportuniza a reflexão sobre os desafios tamanhos que têm que superar na sua formação. Além de todas as barreiras relacionadas a deficiência, é esperado, para uma boa atuação profissional, o desenvolvimento de todos os saberes acima mencionados.

Ingresso do Professor com Deficiência na Rede Municipal de Campos dos Goytacazes

Refletir sobre as possibilidades de atuação do docente com deficiência encaminhou, no primeiro momento, para a análise da primeira legislação que estabeleceu de forma específica a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, a Lei 8.112/1990. A lei dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos e traz em um dos parágrafos o direito da pessoa com deficiência se inscrever em concursos públicos, assegurando até 20% do total de vagas oferecidas, além disso, estabelece que

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;
 II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;
III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer; IV - viabilizar a participação da pessoa portadora de

deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas; **V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho;** e VI - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista. (BRASIL, LEI Nº 8.112/1990)

A partir do conhecimento de tal legislação buscou-se, para compor a pesquisa maior, fazer uma análise do ingresso de professores com deficiência na rede municipal de Campos dos Goytacazes, por meio dos editais dos anos de 2008 e de 2012. Esse recorte temporal foi selecionado por ser esse período de mais de uma década após a promulgação da lei, pelo fato dos editais estarem disponíveis nos meios eletrônicos e por serem esses dois os últimos concursos públicos na área de educação para o município. Quanto às vagas para os profissionais com deficiência, o edital de 2008, estabeleceu que

2) DAS VAGAS PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1 Os portadores de necessidades especiais, assim entendidos aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº. 5.296/04, têm assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorre.

2.2 As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, dentre as oferecidas, serão de 10% do total de vagas ofertadas para cada cargo, de acordo com a Lei Municipal Nº 7.345/02. Uma vez aplicado o percentual sobre o número de vagas, os valores resultantes, que forem iguais ou acima de 0,5, serão arredondados para 1 (um) .

2.3 Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, local e horário de realização da prova.

2.4 Para concorrer a uma das vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais. (EDITAL Nº 01/2008 - CAMPOS DOS GOYTACAZES)

Foi motivo de surpresa, no entanto, perceber que a legislação utilizada foi o Decreto Federal nº. 3.298 de dezembro de 1999 que dispõe sobre a política de integração da pessoa com deficiência, alterado pelo Decreto Federal nº. 5.296 de dezembro de 2004. Nesses termos, a lei 8.112/1990 sequer foi mencionada. No Decreto 3.298/99, na Seção III, sobre a Habilitação e Reabilitação Profissional e na Seção IV, que trata do Acesso ao Trabalho, é estabelecido que

Art. 34. É finalidade primordial da política de emprego a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido. (...) Art. 35. São modalidades de inserção laboral da pessoa portadora de deficiência: I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais; II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal. (...) Art. 36. A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitado ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção: I - até duzentos empregados, dois por cento; II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento; III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou IV - mais de mil empregados, cinco por cento.

Na legislação citada é possível perceber que o percentual utilizado para o quantitativo de vagas para pessoa com deficiência foi reduzido da legislação de 1990 para a legislação de 1999, entretanto o edital da prefeitura não utilizou nem o quantitativo de 20% da lei 8.112/1990 e nem a divisão de 2 a 5% do Decreto 3.298/99. A prefeitura estabeleceu no edital de 2008 que seriam disponibilizadas para cota, como é possível perceber no trecho acima citado, 10% das vagas totais, se respaldando assim em uma legislação municipal, a Nº 7.345/02 e não nos Decretos Federais mencionados.

Já no edital de 2012, a prefeitura estabeleceu que

Será reservado aos candidatos portadores de necessidades especiais, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, de acordo com a Lei Estadual nº 2.482/95 e Decreto Federal 3.298/99, alterado pelo Decreto 5.296/05, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.2. Serão consideradas pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas a seguir: Deficiência física (...); Deficiência auditiva (...); 3.2.3. Deficiência visual (...); 3.2.4. Deficiência mental (...); 3.2.5. Deficiência múltipla(...).

Pelo edital é possível perceber que nenhum dos Decretos Federais utilizados para o ingresso de docentes na rede municipal no edital de 2008 foram utilizados em 2012. Outro ponto que chama a atenção é o fato de o quantitativo de cotas para os deficientes diminuir de 10% das vagas para pessoas com deficiência em 2008, para 5% das vagas em 2012, conforme demonstrado em tabela abaixo.

Tabela 2. Quantitativo de vagas para pessoas com deficiência na rede municipal de Campos dos Goytacazes.

Editalis	2008	2012
Vagas Para Professores Sem Deficiência	558	198
Vagas Para Professores Com Deficiência	55	11

Fonte: Editais 2008 e 2012 – Campos dos Goytacazes

Após de analisar os editais e obter tais informações, foi solicitado à Secretaria de Educação de Campos dos Goytacazes, no setor de recursos humanos, o quantitativo de professores com deficiência que atuam na rede, a fim de comparar o quantitativo dos editais com a realidade. Até o momento essa informação não foi repassada oficialmente, mas há uma possibilidade de serem 10 professores.

Pensar numa sociedade mais justa e igualitária pautada na equidade social e que supere a criação de leis para a sua implementação real, a partir dos dados coletados e apresentados, parece algo inatingível. Nesse sentido, precisa ser naturalizada na formação social de cada cidadão para que a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais ocorra de forma plena. Refletir sobre a formação do deficiente para a atuação no mercado de trabalho sobre esse prisma oportuniza a reflexão sobre os desafios tamanhos que têm que superar na sua formação.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, percebe-se que ações estão sendo implementadas para a inclusão dos deficientes, mas ainda há muitos desafios a serem vencidos.

No que tange à formação superior, as universidades e instituições de ensino superior, tanto administrativa, como pedagogicamente, precisam oferecer canais para o desenvolvimento de todos os saberes acima mencionados. Para a inserção na vida profissional, como demonstram os editais analisados, percebe-se pelo quantitativo de vagas ofertadas para o ingresso no concurso público, que a pessoa com deficiência continua sendo excluída.

Efetivar as ações que oportunizem uma educação plena e de qualidade a todos os alunos com deficiência e a sua atuação profissional é extremamente necessário em uma sociedade com o histórico de tanta exclusão e negativas de direitos básicos como a brasileira.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, Daniel. Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra. 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em janeiro de 2018.

_____. Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em março de 2018.

_____. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em março de 2018.

_____. Decreto nº 5296 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em outubro de 2018.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ. Lei Municipal nº 7345 de 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/2002/734/7345/lei-ordinaria-n-7345-2002-dispoe-sobre-o-estatuto-e-o-plano-de-carreiras-e-remuneracao-do-magisterio-publico-municipal-de-campos-dos-goytacazes-estabelece-normas-de-enquadramento-institui-nova-tabela-de-vencimentos-e-da-outras-providencias>. Acesso em outubro de 2018.

_____. EDITAL Nº 01/2008. Disponível em www.vestcom.com.br/ft/conc/2908.pdf. Acesso em agosto de 2018.

_____. Edital Concurso Público - Educação - Pref. De Campos 2012. Disponível em <https://www.cepuerj.uerj.br/concursos.php>. Acesso em outubro de 2018.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (org). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 15-35.

HARGREAVES, Andy. Ser Professor na Era da Insegurança. In: MARTINS, Áurea Adão Édio (org.). Os Professores: identidades (re) construídas. Lisboa, Portugal: Edições Universitárias Lusófonas, 2004. p. 13-36.

IMBERNÓN, Francisco. *Qualidade do Ensino e Formação do Professorado: mudança necessária*. São Paulo: Cortez, 2016. Tradução: Silvana Cobucci Leite.

MENDES, Thamiris Cristine; PEREIRA, Ana Lúcia. Ser professor e manter-se na profissão: um estudo com docentes da educação básica. *Revista Educação: teoria e prática*, Rio Claro, SP, v. 27, n. 55, p. 389-407. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106>. Acesso em outubro de 2018.

MENEGHELLI JUNIOR, Eduardo. *Processos de subjetivação de professores com deficiência: experiências de inclusão*. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí (SC), 2012. Disponível em: http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&%20codTd=298086&url=http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1131. Acesso em setembro de 2018.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. *A inclusão de Pessoas com Deficiência na Universidade*. In: JESUS, Denise Meyrelles; BAPTISTA, Claudio Roberto; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; VICTOR, Sonia Lopes (orgs). *Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa*. Porto Alegre: Mediação, 2011. 120-134p.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nocoletti. *Escola e Desenvolvimento Profissional da Docência*. In: GATTI, Bernardete Angelina [et al.] (org). *Por uma Política Nacional de Formação de Professores*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 23-54.

NÓVOA, Antônio. *O Passado e o Presente dos Professores*. In: NÓVOA, Antônio (org). *Profissão Professor*. Portugal: Porto Editora. 1995. p. 13-34. Tradução: Irene Lima Mendes, Regina Correia, Luísa Santos Gil.

NÓVOA, Antônio (org). *Vidas de Professores*. Portugal: Porto Editora, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de Professores: identidade e saberes da docência*. In: PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes Pedagógicos e Atividade Docente*. 7ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 15-34.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIANA, Edson Alves. *A trajetória de escolarização e acesso à profissão docente de professores deficientes no ensino público de São Paulo*. 2006. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10538>. Acesso em: outubro de 2018.

ANÁLISE HISTÓRICA DO SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS DE DIREITO NO BRASIL: EM BUSCA DE UM OUTRO MODELO DE ENSINO JURÍDICO

CARLA PRISCILLA BARBOSA SANTOS CORDEIRO

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação – UFAL
carlapriscilla.bsc@gmail.com*

ELENIRA LIMA POMPE PERRELLI TEIXEIRA

*Mestranda do Programa Pós-graduação em
Sociedade, Tecnologias e Políticas Pública – UNIT
elenirapompe@gmail.com*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir os fatores sociais, econômicos e políticos em que foram criados os cursos jurídicos no país. Ao longo da colonização, os indivíduos que desejavam se tornar bacharéis em Direito precisavam viajar até Coimbra para conseguir a formação desejada, tornando-se aptos a assumirem as principais funções do Estado, uma vez que as profissões jurídicas sempre conferiram *status* social e prestígio aos juristas. Com a independência, torna-se necessário estabelecer as bases para a consolidação da nação que ora nascia, e os cursos de Direito são criados para satisfazer esse interesse e garantir o acesso privilegiado das elites conservadoras e civis às carreiras jurídicas. Deste modo, este trabalho busca discutir como esses fatores conjunturais afetaram a forma como os cursos de Direito se organizaram ao longo da história, des-velando as disparidades sociais que passou a legitimar.

Palavras-chave: Cursos de Direito; ensino jurídico; ensino superior; história do ensino; práticas educativas.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the social, economic and political factors in which legal courses were created in the country. Throughout the colonization, individuals wishing to become law graduates had to travel to Coimbra to achieve the desired formation, becoming apt to assume the main functions of the State, since the juridical professions always conferred social status and prestige to the jurists. With independence, it becomes necessary to establish the bases for the consolidation of the nation that was born, and law courses are designed to satisfy this interest and ensure privileged access of conservative and civil elites to legal careers. In this way, this work seeks to discuss how these conjunctural factors affected the way in which the courses of Law have organized throughout the history, revealing the social disparities that have come to legitimize.

Keywords: Law courses; legal education; higher education; history of teaching; educational practices.

1 INTRODUÇÃO

Às carreiras jurídicas sempre foi legado um *status* social elevado, seja aqui, no Brasil, ou em Portugal, donde se herdou a cultura do bacharelismo. Todo indivíduo que exercesse qualquer uma das funções jurídicas, tal como a magistratura e a advocacia, acabava por adquirir grande prestígio social, além da garantia de acesso privilegiado aos cargos públicos. Por isso, a demanda por faculdades de Direito, no primeiro momento da colonização, levaria muitos jovens a cruzar o Atlântico em busca do tão almejado diploma universitário.

Desde o início da colonização brasileira, foi reservada à colônia, recém descoberta, as mesmas normas jurídicas que eram aplicadas na metrópole. Em outras palavras, a organização judiciária brasileira seguiu o modelo lusitano em sua colonização, trazendo também as tradições da cultura portuguesa nesse processo colonizatório, às quais se adicionaram as peculiaridades próprias do território brasileiro.

A criação de cursos jurídicos no país respondeu a um histórico anseio de operacionalizar indivíduos para assumirem a função jurídica, que sempre foi considerada uma profissão nobre e respeitável. Essa demanda existiu desde os primeiros momentos de organização administrativa do país, na medida em que existia a necessidade de pessoas letradas para operacionalizar o aparelho burocrático do Estado e para ocupar cargos políticos importantes. Esse, inclusive, era um pleito antigo das camadas mais abastadas que possuíam o controle das novas terras (LYRA, 1928).

O processo de independência fez com que o sistema judiciário, pouco a pouco, fosse completamente reformulado, transformando-se a magistratura em “instância oficial de mediação entre níveis e modalidades de administração do Estado” (BORDIGNON, 2017, p. 751). O ensino do Direito se torna, a partir daí, essencial ao processo de autonomização cultural pretendida pelos governantes.

Por isso, este artigo busca responder às seguintes perguntas: como se deu o processo de criação dos cursos jurídicos no país? Quais as características desses primeiros cursos? Estas questões permitirão que um novo olhar sobre a forma como o ensino jurídico acontece sejam lançado, percebendo-se os fatores históricos e políticos que corroboraram para a consolidação dos mesmos.

2 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS PRIMEIROS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL

Os primeiros cursos jurídicos nasceram em um contexto que vai além do âmbito interno, em que, de um lado, a universidade europeia estava em consolidação, expandindo-se pelo mundo, inclusive para a América Latina. É preciso lembrar que o modelo europeu de universidade será inserido no continente americano em momentos diferentes, tendo o Brasil sido o retardatário entre seus vizinhos neste quesito.

Mesmo com o atraso histórico mencionado, os indivíduos realmente interessados em conseguir um diploma e exercer a tradição do bacharelismo no país o faziam viajando para o território da Metrópole. A Universidade de Coimbra, assim, recebeu vários indivíduos que buscavam a formação em Direito ao longo dos mais de 200 anos de colonização brasileira, tendo os cursos jurídicos surgido apenas em 1827, na qualidade de faculdades isoladas.

Os cursos jurídicos, desde o início das discussões que culminaram em sua criação e posterior consolidação, tinham como núcleo central uma ideologia política individualista, calcada no liberalismo econômico. Isto porque a independência política cobrava, além de um Estado nacional unificado sobre tais bases, a “autonomização cultural” (ADORNO, 1988, p. 77) e

a consolidação do aparelho burocrático do Estado. Essa autonomia mencionada, em pleno contraste às políticas vigentes antes da independência, pedia que os laços com o colonizador fossem cortados, principalmente com Coimbra, donde saíam, até então, os bacharéis em Direito. Por isso, o problema da autonomia cultural e da formação dos quadros do Estado se tornaram, a partir daquele momento, uma das pautas mais importantes de discussão.

Mas esse sentimento de autonomia, de forma contraditória, viria esbarrar na tradição coimbrã trazida pelos então bacharéis em Direito que participaram das discussões sobre a consolidação dessas primeiras faculdades, uma vez que o modelo de ensino da Faculdade de Coimbra foi reproduzido nas primeiras academias do país. Como narram Cabral (2007) e Bastos (2000), de um lado, encontrava-se a elite colonial de caráter conservador, que tinha um sentimento especial pela antiga metrópole portuguesa, dado o fato de que foram educados à luz dos valores e princípios daquela nação. Doutro, estava a elite civil, de cunho liberal, ligadas aos processos revolucionários europeus do século XVIII e XIX, cujo maior anseio era a construção de uma nação nos moldes daqueles movimentos políticos. Por fim, estava o recém-criado Estado brasileiro, forjado num misto de culturas de diversas nações, à luz dos códigos e tradições portuguesas, controlado, ainda, pelos ideais da Igreja Católica (que exercia forte controle sobre cartórios e eleições), das elites conservadoras e civis. Essas instâncias que se digladiaram, ao longo da história do Império, pelo controle do capital político país. Neste emaranhado de interesses entre as diversas instâncias de poder dentro do Estado brasileiro que surgem os cursos jurídicos, como um objetivo claro na conquista de autonomia e no processo de construção do aparato estatal brasileiro.

Não se pode afirmar que não houve uma cultura própria do país ao longo da colonização. Em verdade, a consolidação da identidade brasileira tem início com o próprio povoamento do país pelos primeiros índios que aqui habitaram, muito antes da chegada dos portugueses. O que se quer dizer é que as elites brasileiras tinham sido forjadas à luz dos ideais portugueses, e, com a independência, assumiram o controle das decisões do país, num contraditório processo de construção de uma “cultura nacional” que lhes fosse favorável. É preciso lembrar, neste sentido, que a Coroa Portuguesa incentivava a apropriação cultural por parte dos povos que viviam na colônia brasileira. Isto porque, na realidade, considerava que os indivíduos que aqui viviam eram, em verdade, portugueses nascidos em terras brasileiras. Tanto que incentivava os estudos em suas terras para a sociedade colonial que aqui se firmara.

Esse viés da política lusitana pode ser identificado, inclusive, pela concessão de bolsas de estudos aos indivíduos que viviam em território brasileiro para que fossem estudar na Metrópole, como narra Olivo (2000, p. 55). Já haviam os estudos básicos preparatórios para o ingresso na faculdade de Coimbra aqui no Brasil, graças aos cursos ofertados em instituições católicas desde os primórdios do povoamento, que abrangiam aulas, nas palavras do autor, de “Filosofia, Teologia e Matemática, nos colégios jesuítas da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Maranhão e Pará, ou de Filosofia e Teologia, no colégio franciscano, no Rio de Janeiro e no Seminário de Olinda”. Foi essa base que permitiu, inclusive, que quando da fundação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil, os jovens pudessem prestar os exames vestibulares para ingresso no curso, pois o modelo de ingresso seguiu os parâmetros portugueses ao longo de seus primeiros anos.

Outro ponto que precisa ser considerado é que o surgimento dos cursos jurídicos, no Brasil, foi permeado pelo intenso debate político e ideológico que ocorria desde 1808, com a chegada da família real ao Brasil, sobre a necessidade de criação das universidades. Foi a independência do país em 1822 que garantiu que as discussões sobre a universidade ganhassem mais força, dando espaço as que buscavam a criação dos cursos jurídicos. Era de

interesse da classe dirigente proceder a uma espécie de unificação social, de integração do Estado brasileiro, dando caráter mais sólido à nação que ora despertava, a partir das bases liberais que embasavam o pensamento dos intelectuais à época. Nada melhor que proceder, então, a construção de academias de Direito, permitindo que os filhos dessas elites dirigentes pudessem ser operacionalizados dentro das bases ideológicas que formavam a nação naquele momento (CABRAL, 2007; MARTINS, 2002; OLIVO, 2000; SAVIANI, 2010; SILVA, 2009; SILVEIRA E BIANCHETTI, 2016).

O processo de construção dos primeiros cursos jurídicos se arrastou por cinco anos, o que criou uma série de conflitos tanto na Assembleia Constituinte quanto na Assembleia Legislativa. Tratava-se de uma pauta das elites, cujo maior interesse era a constituição de um curso que pudesse ser usufruído por essa classe preenchendo os anseios mais antigos da sociedade brasileira. Nas palavras de Cabral (2007, p. 45-46): “a elite brasileira lutou pela criação de cursos jurídicos no Brasil, pretendendo a ocupação dos cargos da administração pública e dos postos políticos do Império”.

É desta forma que os debates têm início, em 1823, com a ideia de fixação de um primeiro curso de Direito no Rio de Janeiro. As discussões eram tão acirradas que um dos parlamentares, chamado de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, chegou a se pronunciar sobre o assunto, afirmando, em síntese, que essa escola “poderia ser profundamente perniciosa para o bom andamento dos negócios do Estado, por causa das despesas do erário imperial e da pressão que os jovens poderiam representar no processo do andamento político das decisões imperiais” (BASTOS, 2000, p. 4).

No entanto, a Assembleia Constituinte tinha planos que não correspondiam ao do Imperador D. Pedro I, que, para ter seus interesses atendidos, dissolveu a mesma e ainda mandou prender alguns dos deputados, outorgando a primeira Constituição do país em 1824. Esse burburinho expressava bem os ânimos e interesses conflitantes dentro da nação que, embora tivesse um poder central na figura do Imperador, estava imersa em conflitos políticos por causa das ideias defendidas pelas elites conservadoras e civis.

Foi em 1825 que as discussões sobre a formação dos cursos jurídicos novamente tomaram forma, tendo sido expedido Decreto do Imperador, de 9 de janeiro daquele ano, assinado pelo seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Estêvão Ribeiro de Rezende, mas que não chegou a ser concretizado, criando o primeiro curso de Direito no Rio de Janeiro (BASTOS, 2000; CENCIC, 2009).

Somente em 1826 que novamente a Câmara dos Deputados e o Senado se reuniram, com a reconstituição do Poder Legislativo Imperial. Como narra Cencic (2009), foi em 5 de julho daquele ano que as discussões tomaram forma uma vez mais, vindo à tona a possibilidade de criação de dois cursos jurídicos: um em Olinda, outro em São Paulo.

Foi Januario da Cunha Barbosa, representando a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, que ofereceu um projeto de lei propondo a criação de dois cursos jurídicos – um em São Paulo e outro em Olinda – contrariando a proposta anterior que criava um só curso no Rio de Janeiro. Em setembro desse mesmo ano o projeto foi enviado ao Senado, tendo sido aprovado em 1827. Desta maneira, no mencionado período inúmeros projetos foram levados à Assembleia Constituinte entre 1808 e 1822, tendo sido aprovada a criação de dois cursos de Direito a partir da Lei de 11 de agosto de 1827 (LACERDA, 1928; LYRA, 1928).

Neste sentido, é importante compreender o que é narrado por Bastos (2000). De acordo com o autor, a lei que criou os primeiros cursos jurídicos só pode ser compreendida dentro do

contexto político em que ora se encontrava o país, que tinha se tornado independente alguns anos antes. Esse contexto deve levar em consideração a formação da Assembleia Nacional Constituinte (local em que os debates para a criação dos cursos também ocorreram), mesmo diante do insucesso das discussões (uma vez que a Constituição de 1824 foi outorgada), pois inúmeros debates políticos que envolviam o ensino superior foram travadas naquele local. Neste sentido, como narra Lyra (1928, p. 433): “A criação de estabelecimentos de ensino superior no país, logo após a proclamação da Independência, era necessidade imperiosa, inadiável, urgentíssima” (Sic).

Os primeiros cursos de Direito, de acordo com a Lei de 11 de agosto de 1827, receberam a denominação de Academias, sendo em São Paulo a “*Academia de Ciências Jurídicas e Sociaes de São Paulo*”, cujo nome foi alterado posteriormente para Faculdade de Direito de São Paulo, e “*Academia de Ciências Jurídicas e Sociaes de Olinda*”, transferindo-se esta para Recife em 1854 e passando-se a chamar Faculdade de Direito do Recife (CENCIC, 2009; PEREIRA, 1978).

Este curso abrigou estudantes ávidos pelo conhecimento da capital paulista e de várias partes do Brasil. Eram jovens que representavam os anseios e desejos da elite dirigente, que tinha como principal objetivo formar indivíduos que pertencessem às nobres famílias da época para tomar posse dos cargos do Estado.

Foram dos cursos jurídicos que saíram os advogados, promotores, delegados, diplomatas, dentre tantos outros profissionais que compunham o leque de possibilidades das carreiras jurídicas. Mas não só. Muitos juristas ingressavam em áreas afins como literatura, filosofia, poesia. Nas palavras de Venâncio Filho (2004, p. 273): “(...) constituíram, sobretudo, a pepineira da elite política (...)”, que, conforme narra o autor, dirigia o país à época.

A profusão de atores daquele tempo, com formação jurídica, deve-se, em parte, à cultura do bacharelismo narrada por Venâncio Filho (2004) e Palmeira (2011), fruto da educação que as elites que fundaram os primeiros cursos tiveram em Portugal. É preciso levar em consideração que na Europa Medieval havia um padrão em que os bacharéis passavam a servir reis e imperadores, tornando-se parte do núcleo dirigente das monarquias. Assim, os bacharéis participaram ativamente da política desses Estados.

Mesmo antes da criação dos primeiros cursos, a quantidade de juristas no país já era superior à de médicos ou engenheiros. Com a criação dos cursos de São Paulo e Olinda (transferida para o Recife em 1854) e de vários outros que se seguiram, a proporção de juristas em território brasileiro tornou-se muito maior do que a de outros profissionais durante o império.

Essa preponderância tinha suas raízes históricas na própria construção da sociedade medieval portuguesa, em que os bacharéis assumiam funções de destaque dentro dos estados absolutistas. Assim, como bem narra Palmeira (2011, p. 41-42), o bacharelismo representava a “formação impregnada de formalismos, que ainda hoje são refletidos por muitos graduados, ou seja, bacharéis em Direito, desde a forma de falar, escrever, até mesmo de se vestir”. Por isso, havia acirrada procura pelos cursos jurídicos, pois, além de conferirem *status* social aos portadores de seus diplomas, garantiam acesso privilegiado aos cargos públicos.

A fim de garantir a perpetuidade do *status quo* e das divisões sociais históricas típicas da sociedade brasileira, foram inseridas condições que impedissem o livre acesso da população ao ensino do Direito. A título de exemplo, Lyra (1928) afirma que para realizar o curso era necessário ter, no mínimo, 15 anos e realizar exames de latim, francês, retórica, filosofia e geometria. Daí já se extrai, por mera dedução lógica, que a maioria da sociedade que aqui se instalara não poderia ter acesso a esses cursos, dado o fato que a educação era privilégio de

poucos. Além disso, era necessário pagar uma taxa de matrícula era de 50\$ (réis), que poderia ser pago em duas prestações: uma ao início do ano letivo e outra ao final, outro fator excludente para a sociedade que aqui vivia.

Muitos desses estudantes, com a idade mínima, que era de 15 anos para o ingresso no curso, faziam uma espécie de cursinho preparatório, como narram Martins e Barbuy (1998, p. 31): “Muitos deles chegavam a São Paulo mesmo antes desta idade para frequentar o curso preparatório, então chamado de Curso Anexo e depois prestar os exames para ingresso efetivo na Academia”. E esse curso preparatório, por certo, também se destinava a uma pequena classe que poderia arcar com seus custos.

Percebe-se, com isso, o nítido caráter excludente que os cursos de Direito ostentaram ao longo de sua história, pois, além da taxa de matrícula, que era um grande impeditivo para que indivíduos mais pobres realizassem o curso, ainda era necessário realizar os exames das mencionadas disciplinas para o ingresso, o que exigia um alto capital cultural para a época mencionada, restringindo o acesso ao ensino superior àqueles que tinham frequentado as melhores escolas, orientados por tutores ou feito o cursinho mencionado.

Naquele momento, três graus acadêmicos podiam ser concedidos aos estudantes dos cursos de Direito, conforme Lyra (1928): 1) bacharel (para aqueles que concluíam o quarto ano de curso); 2) bacharel formado (para quem concluíam, de fato, o curso); e 3) doutor (para aqueles que, além de concluir o curso, ao final defendiam uma tese, sendo necessário a aprovação *nemine discrepante*). Dos três graus mencionados, o de bacharel formado e doutor garantia a possibilidade de atuar para o Estado em funções importantes, e ao doutor era reservado o exercício da docência jurídica.

Assim, um novo ambiente ia se formando no Largo São Francisco, dando novos ares à cidade de São Paulo, como explicam Martins e Barbuy (1998, p. 32): “Foi-se formando, assim, um novo ambiente no pequeno burgo, no qual conviviam a mentalidade dos estudantes com a dos tradicionais habitantes da terra, ora chocando-se, ora penetrando-se, em rica simbiose”. Esse clima estudantil que se formou na província contribuiu para o desenvolvimento da capital, dando nova vida às ruas, gerando movimentação no comércio, agitação no âmbito social e cultural.

Já o curso de Direito de Olinda teve início em 15 de maio de 1828, no mosteiro de São Bento, de acordo com Bevilaqua (1977). No caso do curso de Direito de Olinda, Bevilaqua (1977) narra que o Governo solicitou aos líderes que dirigiam o mosteiro de São Bento algum espaço para que se desenvolvessem as primeiras aulas. Porém, com o avançar do curso, o espaço inicialmente dado ia se tornando cada vez mais insuficiente. O fato do curso ter se organizado em tão restrito espaço foi uma das razões que levaram à sua transferência, em 1854, para o Recife, uma vez que o mosteiro de São Bento não tinha condições reais de abrigar a longo prazo esse curso, gerando grande descontentamento por parte do povo de Olinda, que desejava a permanência do curso naquela cidade, fato que é narrado por Pereira (1978).

De acordo com os estudos de Lacerda (1928) e Bevilaqua (1977), em São Paulo, a primeira turma era composta de 71 estudantes, dos quais apenas 57 se formaram, enquanto em Olinda se matricularam 41 estudantes, tendo se formado na primeira turma 37 bacharéis.

Desta maneira, o surgimento deste curso nas cidades de São Paulo e Olinda respondeu a um anseio antigo da sociedade brasileira, mas que só ganhou forma, realmente, com o advento da independência. A partir dela, discussões de cunho político sobre as bases nas quais se fundaria

o país passaram a ser realizadas na Assembleia Constituinte, antes de ser dissolvida, e após sua reconstituição, culminando-se na aprovação da Lei de 11 de agosto de 1827.

A escolha do curso de Direito para inaugurar o ensino superior brasileiro deve ser observada sob a conjuntura política, econômica e cultural no qual o país se encontrava naquele período.

Os cursos de Direito garantiam a perpetuação da estratificação social e das práticas personificadas com seu surgimento no país, como narra Bordignon (2017, p. 753). Assim, a própria nomeação para a magistratura era realizada com o objetivo de firmar pactos políticos e sociais entre os indivíduos que tinham o acesso privilegiado aos cursos jurídicos.

Desta forma, percebe-se que os cursos de Direito surgem em um contexto político-social bem definido, servindo como um instrumento de legitimação de um grupo dominante sobre o aparelho do Estado e sobre a própria cultura social da época.

3 CONCLUSÃO

A criação dos primeiros cursos jurídicos ocorreu em meio a um cenário político em que os ideais liberais ganhavam espaço, tendo o processo de independência sido crucial para que as discussões sobre a criação de cursos superiores ganhassem força. Os debates, neste sentido, foram permeados pela oposição que se fazia presente na sociedade brasileira entre elites conservadoras e civis, que buscavam fazer valer seus valores e crenças através da criação dos cursos de Direito.

Do embate dessas forças nasceram as faculdades isoladas que seguiram o modelo napoleônico de educação profissionalizante em detrimento da criação de universidades. Era preciso garantir à nação autonomia cultural, de um lado, e a unificação social, de outro, e os cursos jurídicos serviam como o elemento de coesão do Estado para garantir as duas coisas, a partir da formação de indivíduos que formariam o quadro burocrático do Estado, bem como as funções legislativas e judiciais.

O acesso a esses cursos era restrito as famílias tradicionais do país, numa pequena parcela da população que fazia parte das classes mais abastadas. Isso permitiu a manutenção do poder, ao longo da história do país, das elites e aristocracia rural e agrária, distanciando a maior parte da população do acesso aos diplomas do ensino superior. Assim, desde seu nascimento, o curso funcionava como um instrumento de segregação social, cultural, econômica e regional, uma vez que o acesso às suas cadeiras ocorria diante de uma série de condicionantes, como a realização de um vestibular que exigia conhecimentos que iam além da formação básica que a maioria da sociedade possuía, ou mesmo o pagamento de taxas de matrícula. Até mesmo a escolha dos locais em que esses cursos foram erigidos revela uma escolha política que vai gerar a exclusão social de vários indivíduos das diversas regiões do país.

Por isso, pode-se afirmar que os cursos de Direito possuem um viés elitista e segregador desde sua origem, legitimando toda ordem de seleções injustas, baseadas na hereditariedade, interesses políticos, e, até mesmo, em uma falsa meritocracia, na medida em que as condições de acesso aos cursos eram melhores àqueles que tinham estudado nos colégios tradicionais, tinham acesso a tutores e até mesmo cursinhos preparatórios. Deste processo, vai se consolidar uma espécie de cultura de acesso privilegiado aos cursos superiores organizados pelo Estado, e de exclusão das camadas mais pobres e desprivilegiadas da formação nesse nível.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BASTOS, Aurélio Wander. **Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.
- BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2.ed. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. As faculdades de direito e o recrutamento de professores de ensino superior na Primeira República. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 32, n; 3, p. 749-769, Set./Dez. 2017.
- CABRAL, Nuria Micheline Meneses. **O Ensino jurídico no Brasil em tempos neoliberais: adeus à formação de bacharéis?** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiás.
- CENCIC, Monica Aparecida Pinto. **Documentos manuscritos da faculdade de Direito da USP: 1827-1829**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FERREIRA, Waldemar. **A congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na centúria de 1827 a 1927**. São Paulo: Typ. Siqueira, 1928.
- LACERDA, Marcílio Teixeira de Lacerda. A fundação dos cursos jurídicos e a sua influência na sociedade brasileira. FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Livro do centenário dos cursos jurídicos (1827-1927): Tomo I, evolução histórica do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 259-277.
- LYRA, A. Tavares. Os Cursos Jurídicos de S. Paulo e Olinda. FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Livro do centenário dos cursos jurídicos (1827-1927): Tomo I, evolução histórica do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 433-469.
- MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. **Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo São Francisco**. Rio de Janeiro: Alternativa, 1998.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior: da descoberta aos dias atuais. **Revista Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, SP, v. 12, n. 3, 2002.
- NISKIER, Arnaldo. **História da educação brasileira: de José de Anchieta aos dias de hoje, 1500-2010**. 3.ed. São Paulo: Europa, 2011.
- OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. Origens históricas do ensino jurídico brasileiro. In OLIVO, Luis Carlos Cancellier de; RODRIGUES, Horacio Wanderley (Orgs.). **Ensino jurídico: para que(m)?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.
- PALMEIRA, L. L. **O ensino jurídico em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- PEREIRA, Nilo *et al.* O Recife e a Faculdade de Direito. In **Um Tempo do Recife**. Recife: Edição Arquivo Público Estadual; Secretaria de Justiça, 1978.
- SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Revista Poiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010.

SILVA, João Carlos da Silva. Estado, sociedade e educação: o público e o privado na Constituição de 1891. *In* Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 4º, 2009, Cascavel, SC. **Anais do 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**. Cascavel: Unioeste, 2009, p. 1-10.

SILVEIRA, Zuleide Simas da Silveira; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 64, p. 79-99, jan-mar. 2016.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2.ed.1.remp. São Paulo: Perspectiva, 2004.

TOPOGRAFIA DOS LUGARES DE MEMÓRIAS: UM PERCURSO POR SENDAS GEOGRÁFICAS

JOÃO VITOR SCHMUTZLER ABRAHÃO

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Memória Social
joao.abrahaao@uniriotec.br

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS

Professor do Programa de Pós Graduação em Memória Social
frfarias@uol.com.br

RESUMO

O conceito de lugares de memória proposto por Pierre Nora, ao longo das três últimas décadas, foi apropriado por diferentes campos do saber, tendo tido acepções distintas. Na tentativa do exercício de problematização acerca do seu significado, esse trabalho propõe-se a proceder uma revisão no sentido da apresentação de uma proposta: ao invés de lugares de memória pensaremos em lugares de memórias. Para tanto, recorre-se a prática da transdisciplinaridade proveniente do entrecruzamento da Memória Social com a Geografia, focalizando a análise do conceito de lugar, termo de uso corriqueiro, frequentemente confundido com o conceito de espaço. Dessa forma, pretende-se uma releitura do conceito lugares de memória, em sua conotação restrita de ideologias e nacionalismos, propondo-se uma nova interpretação considerando a condição plural do segundo termo. Além disso, destaca-se que o conceito de lugares de memórias deve ser pensado a partir da dimensão subjetiva envolvendo atores sociais e as memórias construídas, em cada contexto histórico, sobre determinados lugares circunscritos no espaço. A discussão da relação entre espaço e lugares assume caráter central na interpretação e produção de sentido de restos, vestígios, resíduos, no âmbito da memória. Contudo, a realização dessa tarefa exige uma delimitação precisa acerca da distinção entre espaço (conceito abrangente) e lugar (uma particularização do espaço). Por fim, conclui-se que tanto monumentos quanto outros indícios expressivos de memória referidos a determinados lugares assumem significações próprias dependendo de acontecimentos circunstanciais. A título de ilustração situamos o cenário da Praça Mauá e seus entornos que assumiram uma nova forma estética em decorrência do projeto de revitalização denominado Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Lugar de Memória, Lugar, Espaço, Memória, Geografia.

ABSTRACT

The concept of places of memory proposed by Pierre Nora, throughout the last three decades, was appropriated by different fields of knowledge thus producing different meanings. In an attempt to problematize its meanings, this article aims at revising it as well as presenting a proposal: instead of places of memory we intend to think about places of memories. In order to do so, we resort to the practice of transdisciplinarity from the intersection between Social Memory and Geography, focusing on the analysis of the concept of place, a term of common use, often mixed up with the concept of space. In this way, we intend to re-read the concept of places of memory, in its restricted connotation of ideologies and nationalisms, proposing a new interpretation, considering the plural condition of the latter. In addition, we highlight that the concept of places of memories must be thought from the subjective dimension involving

social actors and the memories built, in each historical context, on certain places circumscribed in space. The discussion of the relation between space and places assumes a central character in the interpretation and meaning production of remains, traces, residues, within the scope of memory. However, the achievement of this task requires a precise delimitation of the distinction between space (widespread concept) and place (a particularization of space). Finally, we conclude that monuments as well as other expressive evidences of memory referring to certain places, assume their own meanings depending on circumstantial events. By way of illustration, we situate Praça Mauá and its surroundings, which took on a new aesthetic shape as a result of the revitalization project called Porto Maravilha in the city of Rio de Janeiro.

Key-words: Place of Memory, Place, Space, Memory, Geography.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho pretende-se realizar uma análise, a partir das discussões a respeito do conceito de lugares de memória, cunhado por Pierre Nora, muito utilizado no campo da Memória Social pela sua versatilidade conceitual e da definição geográfica de lugar abordada por Yi-Fu Tuan, um grande geógrafo com vasta contribuição para a Geografia Humanista, que operava de maneira interdisciplinar por diversos campos buscando um sentido amplo para o termo lugar.

Hodiernamente, entretanto, o termo lugar acabou tornando-se de uso cotidiano, utilizado indiscriminadamente e, por vezes, erroneamente considerado sinônimo de espaço. Da mesma maneira, conforme afirma Enders (1993), o conceito de lugares de memória sofreu uma rápida banalização, ultrapassando os limites da academia, e acabou tornando-se uma expressão absorvida pelo discurso político e até mesmo como recurso turístico, culminando então em um lugar comum. Dessa maneira, pretende-se, por meio de um diálogo entre a interdisciplinaridade da abordagem geográfica de Tuan e transdisciplinaridade do campo da Memória Social, segundo salienta Gondar (2016), problematizar o conceito de lugares de memória.

Julga-se necessário, então, iniciar uma exposição do conceito de lugares de memória de Nora, seguido pela elucidação do conceito geográfico de lugar. Trabalhar-se-á, ainda, a distinção dos conceitos de lugar e espaço, necessária para elucidação do tema por serem, segundo o autor, conceitos indissociáveis. Alicerçado então nas definições desses termos, algumas críticas ao conceito de Nora serão realizadas para então tencionar a proposta de um novo conceito. As memórias construídas por meio das subjetividades dos atores sociais, as quais podem tomar como base esses lugares de memória que, se foram concebidos no passado visando perpetuar determinadas memórias nacionalistas e ideológicas, acabam por ficar em segundo plano: ou seja, invisíveis. Esse processo de ocultamento decorre de novas dinâmicas sociais que dotam esses *locus* espaciais de valor, estabelecendo então novos sentidos para esses lugares, que, às vezes, pouco se relacionam com as memórias que os fundaram. Sendo assim, existem configurações monumentais e produções de memória que deixam de ser lugares de memória podendo ser considerados como lugares de memórias.

Em face do exposto, traça-se um paralelo do conceito de lugares de memórias com o plano de revitalização conhecido como Projeto do Porto Maravilha, de extrema relevância para o tema de nossa pesquisa, pelo fato de conter nuances de transformações objetivas e subjetivas, as quais revelam tanto o processo de gentrificação quanto a produção de sentido a partir dos vestígios persistentes nos escombros. Os vestígios que são significados fazem alusão a um

espaço entendido como lugar de memória, mas que produziu, pela dinâmica dos atores sociais (tanto os removidos quanto os novos), lugares diferentes, desdobrando-se em diferentes possibilidades de memórias. Por fim, pretende-se realizar algumas considerações finais sobre o trabalho no qual pretende-se não simplesmente encerrar a discussão, muito pelo contrário, lançaremos mão de novas perguntas para futuramente serem discutidas e analisadas em outros possíveis ensaios sobre o tema.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA

O conceito de lugares de memória cunhado por Pierre Nora é extremamente ideológico e repleto de nacionalismos que não são de nenhuma forma neutros. Eles são criados, inventados ou mesmo reconstruídos para servir ao Estado-nação. A criação do termo lugares de memória foi muito importante para a criação de uma identidade política da nação francesa e funcionou como uma base para a criação da história nacional dos cidadãos franceses.

O autor Pierre Nora, em sua grande obra *Les Lieux de mémoire*, cunha o conceito de lugares de memória na introdução do primeiro volume de maneira bem clara, afirmando que o desaparecimento da memória nacional clama por lugares onde a memória nacional é construída, por meio de séculos, transformando esses lugares em símbolos marcantes: celebrações, emblemas, monumentos e comemorações, mas também discursos, arquivos, testamentos, dicionários e museus. Assim, Enders (1993) afirma que, logo na apresentação de *Les France*, o autor define os lugares de memória como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer” (p. 129).

É possível notar então que o autor tratava os lugares de memória como um conceito material, imaterial e simbólico. Material pela memória apreendida geograficamente por seu aspecto demográfico, desde que investidos de uma aura simbólica. Imaterial pelo seu caráter funcional de alicerçar memórias coletivas garantindo sua transmissão e sua solidificação e simbólico por ressaltar essas memórias coletivas em seus lugares de memória acontecimentos e experiências que passam a ser compartilhados por todos, mesmo aqueles que não presenciaram ou sequer tinham nascido na época do fato. Nota-se que em seu aspecto simbólico, o autor afirma a existência de uma aura simbólica, ou seja, um aspecto sagrado atribuído por grupos e coletividades a determinados lugares de memória que nos remetem à sacralização, que por si mesma carrega uma ideia de inquestionabilidade, irrefutabilidade.

Nota-se, assim, que os lugares de memória concerniam a um projeto conservador, que visava a preservação de um passado memorável ilusório, para uma França que se via diante de multiculturalismo proveniente da modernidade e principalmente de uma globalização crescente. Era um momento em que existiam profundas dúvidas sobre o que era ser um cidadão francês, ou seja, um momento em que uma identidade francesa estava em questão.

As principais críticas sobre esse conceito estão centradas nesse seu caráter conservador, ideológico, que tinha como finalidade reforçar o nacionalismo francês e criar espécies de âncoras memoriais para uma nação francesa. Entretanto, percebe-se que somente alguns aspectos da memória francesa são rememorados, eclipsando-se muitas memórias as quais não se tinha o interesse de manter como memórias nacionais, como por exemplo memórias da Primeira Guerra Mundial ou a Guerra da Argélia.

É possível traçar um paralelo então com a afirmação de Gondar (2016) de que a memória social é um conceito eminentemente ético e político. A autora destaca que “recordar (...) não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado

funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro” (Gondar, 2016, p. 24). Assim, Nora penhora memórias consideradas negativas, inaceitáveis, repudiadas para a construção da história francesa visando um futuro cidadão francês repleto de memórias virtuosas e honradas.

Pretende-se então, a partir de agora, realizar uma análise do termo lugar por meio da Geografia, uma disciplina que muito se debruçou sobre o espaço e seus desdobramentos, mas não só sobre ele, também realizando diversos estudos sobre paisagem, região e principalmente os lugares.

Julga-se pertinente, então, entender o conceito geográfico de lugar por meio de um viés vinculado a uma corrente da geografia denominada geografia humanista, que se propõe a estudar o espaço e suas relações entre homem e meio ambiente, focando-se principalmente na questão da percepção do homem sobre o meio que o cerca e suas percepções e experiências acerca dessas interações.

Milton Santos afirma que o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, devendo ser percebido como realidade objetiva, como produto social em permanente processo de mutação, tendo os atores e suas dinâmicas, ou seja, a dinâmica da sociedade como ordenadora da compreensão dos efeitos dos processos (SANTOS, 1985).

Ainda segundo Santos (2014), deve-se considerar o espaço em si como um agrupamento indissociável do qual fazem parte, por um lado, objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais. Por outro lado, existe a vida que os complementa e os anima, sendo esse o aspecto da sociedade em constante movimento.

Assim, o autor afirma que não é possível desassociar o conteúdo da sociedade de sua forma, ou seja, dos objetos geográficos dispostos no espaço, pois cada forma traz consigo uma parte do conteúdo dessa própria sociedade. Dessa maneira, Santos afirma que, ao pensarmos dessa maneira, o espaço é “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social” (SANTOS, 2014, p. 30-31).

Dessa maneira, considerando um espaço como pano de fundo para as relações sociais de produção, como um conjunto interdependente entre objetos geográficos, naturais e sociais, em contínuo movimento por meio da vida que o complementa e garante esse dinamismo, podemos então enunciar o conceito de lugar na geografia humanista.

Primeiramente deve-se compreender que não existe lugar sem espaço, mas existe espaço sem lugar. Sobre isso Tuan (2013) afirma que não se pode definir lugar sem considerar o espaço onde é constituído, ou seja: pensar o lugar e suas transmutações implica necessariamente ter em mente a dimensão do espaço. Na verdade, o lugar é uma construção histórica, produzida por atores sociais que se incorpora ao *topus* espaço. Frequentemente confunde-se no discurso do senso comum os conceitos de lugar e espaço, sendo tratados como sinônimos ou mesmo de maneira indevida. Segundo Tuan (2013), espaço possui uma significação mais abstrata que lugar, pois primeiro contempla-se um espaço indiferenciado, como qualquer outro, que então transforma-se em lugar à medida que o conhecemos e assim o dotamos de algum tipo de valor.

Esses lugares, que são elaborados no espaço, ao passo que são dotados de valor, criam a própria noção do conceito geográfico de lugar no espaço. Tuan (2013) contrapõe os conceitos de espaço e lugar afirmando ainda que, a partir da segurança e estabilidade do lugar, tomamos ciência da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa.

O autor suscita a criação do lugar por meio do tempo através de três abordagens distintas: na primeira ele afirma o lugar como sendo uma pausa na corrente temporal, ou seja, um conceito estático, pois se o espaço estivesse em constante mudança, seria impossível desenvolver algum sentido de lugar. Ao abordar o caso dos nômades, que não estariam arraigados a nenhum lugar específico no espaço, por exemplo, o autor apresenta a sensação de lugar em duas escalas: os acampamentos e o território por onde se deslocam sazonalmente.

A segunda abordagem diz respeito à pergunta: quanto tempo é necessário para que possamos conhecer um lugar? Dessa forma pode-se, de maneira vagarosa, desenvolver um sentimento de lugar a partir de experiências, repetidas dias após dias, anos após anos. “É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do Sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar” (TUAN, 2013, p. 224). O autor ainda vai mais além e afirma que sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos, exemplificando com o caso do marinheiro que adapta seu modo de andar de maneira peculiar devido ao movimento de um navio em alto mar.

Entretanto, nem só lentamente pode-se dotar de valor um lugar no espaço. Uma experiência breve mas intensa também pode criar lugares. O autor ratifica isso por meio de uma contundente afirmação: “Um homem pode se apaixonar à primeira vista por um lugar como também por uma mulher” (TUAN, 2013, p. 225). Ou seja, por meio de experiências, que podem ser curtas, porém profundas e marcantes também é possível criar lugares. Portanto, a qualidade e a intensidade das experiências pode ser mais importante do que somente a duração.

A terceira abordagem diz respeito ao sentimento de arraigamento inconsciente pelo qual nos identificamos com um lugar e sentimos que esse é nosso lar e o de nossos antepassados. O autor afirma ter pouco a ver com o ato de estar enraizado efetivamente em um lugar, mas sim conceber o lugar como lembrança de tempos passados. Devido a uma necessidade de se voltar ao passado para buscar um sentimento de identidade, fugindo da fugacidade do presente, criam-se lugares de nostalgia e conservação, que em parte se aproximam dos lugares de memória de Nora.

Propõe-se, então, pensar não em um lugar de memória, mas sim em um lugar de memórias. A princípio essa simples pluralização da palavra memória pode dar a impressão de uma diminuta diferença final na conceituação *per si*, mas realizando uma análise mais aprofundada dessa modificação é possível notar aspectos significativos que podem alterar sua significação.

Primeiramente devemos pensar no lugar, segundo exposto anteriormente por Tuan, como algo subjetivo, ou seja, algo inerente a cada um dos atores sociais que compõem o espaço. A partir daí podemos então compreender os lugares a partir de experiências e de vivências subjetivas. Dessa maneira, torna-se incoerente pensar em um lugar de memória, institucionalmente criado, visando difundir somente ideologias ou aspectos nacionalistas. Como um lugar de memória material pode-se pensar em um monumento, por exemplo, relacionado a uma grande conquista nacional, repleta de ideologias e ideais nacionalistas que pode ser um lugar de memória se, conforme exposto anteriormente, estiver investido de uma aura simbólica mantida pelos atores. Contudo, para determinados atores esse mesmo monumento pode ser um lugar de memórias a partir de determinadas experiências que ocorreram ou mesmo por meio de um longo período de vivência nesse lugar, que o dotaram de valor e registraram memórias específicas individuais desse sujeito relacionadas a esse monumento. Essas memórias não dizem respeito ao monumento em si, nem a sua significação, mas sim a memórias que a partir de experiências do indivíduo, nessa fração do espaço, suscitam memórias pessoais e subjetivas que nada tem a ver com os interesses atrelados a memória a ser eternizada nesse monumento.

Da mesma forma, como lugares de memória imateriais por seu caráter funcional como um manual de aula ou um testamento, por exemplo, podem perpetuar outras memórias que não aquelas que foram idealizadas em sua concepção, transportando outras memórias que não só aquelas que se deseja cristalizar.

Simbolicamente, torna-se ainda mais fácil visualizar uma descaracterização de sua função original, de perpetuar determinada memória através de um símbolo, como por exemplo, um grande feriado nacional que comemora a independência da república. Simbolicamente seria uma data de comemoração da independência da república brasileira, uma comemoração cívica em respeito à pátria. Atualmente esperam-se os feriados sem ao menos saber os motivos de sê-los, simplesmente pelo fato de serem feriados, os quais são utilizados para outros fins que não o do trabalho e por isso tão aguardados. Assim, pode-se lembrar de uma memória peculiar ocorrida em uma viagem, sem ao menos lembrar-se em momento algum que se tratava de um feriado nacional de comemoração cívica.

Percebe-se, dessa maneira, a multiplicidade de memórias, de diferentes atores que podem estar atreladas a apenas um lugar de memória, que pode não cumprir mais com sua função de manter vivas ideologias e patriotismos, mas sim dar lugar a outras memórias que estão ligadas com um determinado lugar específico que existe no espaço e que por meio da subjetividade de cada indivíduo que o dota de valor e cria memórias dali.

Tenciona-se, então, o uso do conceito com o termo memória no plural para assim indicar que se está tratando de memórias subjetivas e não de apenas uma memória cristalizada, afinal, os lugares só são construídos no espaço por meio de experiências e sensações que dotamos de valor ou significação através de vivências que se dão no âmbito das relações, das formas, das funções, das estruturas, dos processos e a partir dos sentidos, movimentos e sensações, que, colocando, em outras palavras, só existem em um complexo agrupamento do qual fazem parte no espaço e que, caso sejam dotados de valor, tornam-se então um lugar de memórias.

O caso específico da revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, o Projeto Porto Maravilha, consiste em um processo de transformação urbana de um cenário da cidade em um outro cenário, ou seja, de um cenário original historicamente degradado, degradante, perigoso e improdutivo, em um novo cenário visando uma nova estética voltada para uma outra camada econômica e social da população da cidade.

Temos dessa forma que o projeto porto maravilha foi um projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, revitalização essa, que já em seu próprio termo suscita algumas considerações: o próprio termo já traz à tona uma discussão uma vez que, em consonância com o que traz Oliveira (2001), o nome por si só, já trai seu significado, pois pressupõe que antes ali não havia vida. Segundo o autor, removem-se os pobres, mendigos, prostitutas, bares de má-fama com seus malandros, botecos sujos e tristes, pensões baratas, que são substituídos por novos cenários os quais, acabam por esvaziar a história de quem viveu lá. Portanto ignora-se aspectos da subjetividade dos atores locais, que habitam seus nichos no interior do *locus* urbano.

Isto posto, as remoções e modificações urbanas violentam diretamente os atores locais, pois, modificam-se lugares do espaço urbano dotados de valor que faziam parte de suas memórias e, por extensão, de suas vidas.

A partir dessa ideia, pode-se pensar, a título de ilustração, no monumento ao Barão de Mauá. A princípio, no início do século XX foi inaugurado na Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, na época principal avenida da cidade Rio de Janeiro, para prestigiar um dos responsáveis pela

Estrada de Ferro Mauá, a primeira ferrovia no Brasil. Entretanto, motivado pela construção do Elevado da Perimetral, o monumento foi removido, retornando, após restauração a sua localidade na Praça Mauá somente em 2015, com o final das obras do Projeto Porto Maravilha e a fim de celebrar o 450º aniversário da Cidade (DIAS, 2015).

A partir daí, pode-se refletir então que o monumento, originalmente criado para perpetuar a lembrança de uma determinada memória específica, passou a habitar o esquecimento; atualmente, apesar de nomear essa praça e após restauração e retorno ao seu local o monumento, por si mesmo, não ativa o dispositivo da rememoração. De forma contrária, hoje as memórias construídas pelos sujeitos que visitam esse espaço não carregam uma memória nacionalista de um dos responsáveis pela primeira ferrovia do país; carregam todo o embelezamento desse novo cenário revitalizado, tiram *selfies* com o Museu do Amanhã ao fundo, com esculturas efêmeras em forma de *hashtags* com dizeres como “Cidade Olímpica” e “Rio te amo”, praticamente ignorando a existência do monumento e da praça que tem direta correlação com ele e seu intuito de perpetuar uma memória específica.

A praça em si, após o Projeto Porto Maravilha, acaba por se tornar uma espécie de interface entre o Museu do Amanhã e o *Boulevard* Olímpico, se tornando então um novo lugar. Antes, cenário composto por uma praça degradada e sequer frequentada pela sensação de insegurança causada por seus atores sociais, como mendigos e prostitutas, por exemplo. Entretanto, após sua revitalização, a praça se torna um lugar turístico onde ocorrem eventos culturais e *shows*, notoriamente destinados a outros tipos de atores sociais.

Poder-se ia então utilizar o conceito de lugares de memória de Nora ao afirmar que o monumento seria um *lieux de mémoire*, material, na forma de um monumento construído com a finalidade de manter viva a memória de uma pessoa importante para o estado-nação brasileiro. Porém, a partir desse embelezamento pelo qual o espaço passou e por esse novo cenário criado, novos atores passam a frequentar esse lugar e criam-se novas memórias, ou seja, cria-se um lugar de memórias subjetivas - que de maneira audaciosa neste trabalho chamaremos de *lieux de mémoires*. Essas memórias, então, seriam memórias, coletivas ou individuais, dos atores que compartilham e participam daquele espaço o dotando de algum tipo de valor, não estando mais atreladas ao monumento que ali permanece agora restaurado e altivo, porém oculto diante de um cenário que possui uma série de formas modernas e esteticamente belas. Quanto aos antigos atores do imemorial cenário, esses perdem seus lugares de memórias, sendo removidos direta e indiretamente de seus nichos, onde viviam e “sobre-viviam”.

CONSIDERAÇÕES

Por meio do presente trabalho, intentou-se problematizar o conceito de lugares de memória que da mesma maneira que o conceito geográfico de lugar acabou tornando-se de uso cotidiano e por isso ambos acabaram utilizados sem o conhecimento de seus contextos e suas verdadeiras significações.

Dessa maneira, primeiramente foi realizado um esclarecimento acerca dos conceitos, tanto dos lugares de memória de Nora, quanto do conceito geográfico de lugar de Tuan. Foi necessário ainda distinguir geograficamente o conceito de lugar e espaço, por serem conceitos indissociáveis e por serem frequentemente confundidos.

Em seguida, foram realizadas algumas reflexões críticas ao conceito de Nora de modo que fosse possível entender o contexto no qual o autor criou o termo e quais finalidades ele possuía ao fazê-lo em sua época. Por conseguinte, abordamos então a questão pertinente ao trabalho exposta no seu título: a necessidade do uso do conceito pluralizado que expressasse

as múltiplas sensações, experiências e memórias dos atores sociais que de maneira subjetiva e que por meio disso dotam certos objetos materiais ou imateriais de algum tipo de valor.

Partindo-se de uma reflexão discursiva, tem-se que a marcação de plural, ao ser utilizado, indica flexão de número nas palavras. Portanto, ao se utilizar lugares de memória, em que memória se encontra no singular, pressupõe-se que o lugar remete a apenas uma memória, ao passo em que ao se utilizar a marcação indicativa de plural, realiza-se uma grande mudança conceitual já que o lugar de memórias passa a representar não somente uma memória, mas sim múltiplas memórias relativas aos atores e suas subjetividades.

Assim, tomou-se um exemplo real de lugar de um lugar de memórias atrelado diretamente ao caso específico do Projeto do Porto Maravilha para demonstrar que um lugar de memória é, na verdade, um lugar de memórias, intentando-se assim demonstrar a eficácia da pluralização do termo. É importante frisar que não se espera que essa discussão seja encerrada aqui, mas sim que seja levada à frente de maneira a levantar novas problemáticas.

REFERÊNCIAS

DEN BOER, Pim. Loci memoriae - Lieux de mémoire. In: Erll, Astrid; Nünning, Ansgar. **A companion to cultural memory studies**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.

DIAS, Vera. Catálogo: Barão de Mauá. **Inventário dos Monumentos do RJ**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em <http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/index.asp?iMENU=catalogo&iiCOD=83&iMONU=Bar%C3%A3o%20de%20Mau%C3%A1>. Acesso em 21.07.2018.

ENDERS, Armelle. Les Lieux de mémoire, dez anos depois. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEL, V; FARIAS, R. F.; GONDAR, J. **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v.10, 1993.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer Desenvolvimento Local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PROUST, M. **No caminho de Swann**. São Paulo: Globo, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: RELATOS DO EXERCÍCIO DOCENTE NA ILHA GRANDE

NAITAN MOREIRA LIAO

*Graduada em Letras Português-Inglês - UFRJ
nailiao@gmail.com*

RESUMO

Ao ingressar em um curso superior que contém como modalidade formativa a especificidade de licenciatura, o graduando adquire um suporte teórico fundamental para a prática docente. Entretanto, é adicionado à prática em si que se resulta enfim na docência. Com esse objetivo, relatarei as experiências vivenciadas enquanto professora de inglês do ensino fundamental da Ilha Grande, Angra dos Reis. Considero positiva essa experiência já que me permitiu refletir e questionar o que significa ser professor, já que, segundo nos coloca Freire (1996), “ensinar não é só transferir conhecimentos”. Por um lado, é extremamente gratificante poder observar a evolução dos alunos, em termos de transformações subjetivas decorrentes do processo emancipativo que têm em função da realização do exercício docente. Porém, deve-se levar em conta que uma prática docente eficiente depende de muitos outros fatores que permeiam o contexto escolar desde, como nesse caso, o acesso às escolas e a comunidade caiçara em que estão inseridas, até a própria estrutura educacional presente no país.

Palavras-chave: Prática docente, professor, inglês, subjetividade, formação.

ABSTRACT

When we get on a higher education course that includes as a formative modality the licentiate degree, the graduate acquires a fundamental theoretical support for the teaching practice. However, it is due to the practice in itself that teaching takes shape. In order to do so, I intend to describe the experiences I have lived as an elementary English teacher at Ilha Grande, Angra dos Reis. I consider this experience to be positive since it has allowed me to reflect and question what it means to be a teacher, since, according to Freire (1996), “teaching is not just transferring knowledge”. On the one hand, it is extremely rewarding to be able to observe the student’s evolution, in terms of subjective transformations resulting from the emancipatory process that they have as a function of the performance of the teaching exercise. However, we should take into account that an efficient teaching practice depends on many other factors that pervades the school context, as, in this case, the access to the schools and the caiçara community in which they are inserted, and the current educational system in the country.

Key-words: Teaching practice, teacher, English, subjectivity, academic degree

INTRODUÇÃO

O aprendizado de línguas sempre foi uma questão importante na história da humanidade. Primeiro, por ser um indicio de pertencimento a uma classe social reconhecida como erudita. Nesse sentido, a aprendizagem de línguas significava também um mecanismo de dominação e de segregação de classes sociais. Em segundo lugar, o domínio de línguas possibilitou o intercâmbio entre pessoas de culturas e países distantes. Provavelmente, dessa necessidade, surgiram os tradutores como mediadores em ações políticas, comerciais, artísticas, entre outras. Contudo, não podemos deixar de considerar que falar uma língua pode ser entendido como um veículo de satisfação na medida em que o falante de uma cultura, ao dominar a língua de outra, reporta-se a esse lugar, aprofundando-se no conhecimento de valores, crenças, atitudes.

No cenário contemporâneo, a necessidade de se comunicar, no mundo globalizado em que vivemos, com o passar do tempo mais idiomas são aprendidos a fim de que o indivíduo possa entrar em contato com outras culturas, já que língua e cultura são indissociáveis (KRAMSCH, 1998). É impossível conhecer uma cultura sem um domínio mínimo da língua responsável pela formação desses seres humanos. Aquele que quer se aventurar em adentrar pelas searas desconhecidas de um país estrangeiro deve, necessariamente, começar pelo aprendizado da língua para em seguida se apropriar de outros pormenores como rituais de comemoração, festas, hábitos, sentido da vida e da morte, crenças acerca do destino dos mortos, entre outros. Enfim, quando se domina uma língua que não a materna automaticamente o falante tem, mesmo que sejam ínfimas nuances, a apropriação do ponto de vista de quem é nativo. Então, qualquer intenção de alguém que deseja reportar-se a um país no qual os falantes se comunicam por um idioma próprio deve começar pelo processo de domínio da língua desse país. Caso contrário, será sempre um estrangeiro, mesmo que esteja nas terras que aspirava a fazer parte dele, mesmo por uma pequena paragem.

Vale sinalizar que, mesmo dominando uma outra língua, o falante jamais terá apagadas as pegadas que inscreveram o seu percurso de socialização a partir da assimilação de uma língua. Como primeira marca, a primeira língua, materna, será sempre permanente e jamais se extinguirá, ou seja, deixará sempre indícios que são indestrutíveis, razão pela qual o falante mesmo distante de sua terra natal estará sempre nela em lembranças que o acompanharão *ad eternum*. Podemos tentar explicar esse fato considerando uma particularidade da língua que é a motivação para sua eternização. Em primeiro lugar, a língua aprisiona o sujeito pois na tentativa de querer tudo dizer buscará meios para isso sem nunca encontrar. Em segundo lugar, só é possível dizer alguma coisa porque há um núcleo na língua que é da ordem do indizível. Esses aspectos colocam o falante em um processo de submissão à língua, pois uma vez submetido, jamais poderá dar uma virada subjetiva, quer dizer, submeter a língua aos seus anseios. A título de ilustração, basta pensarmos que, ao nascermos, encontramos uma língua, uma língua que nos socializa e, a partir desse processo, encaminhamos em praticamente todas as realizações da vida, principalmente o diálogo com os nossos semelhantes. Contudo, no dia em que não estivermos mais presentes nesse ambiente, marcamos um ritual irrevogável de ausência e a língua continuará mesmo sem os seus falantes. Embora saibamos que o fim dos falantes de uma língua tenha uma influência decisiva na sua circulação, mesmo assim essa língua persiste em escritos, hieróglifos, calhaus, papiros, peles de animais, a exemplo do fenício e do latim. Desse modo, a extinção dos falantes de uma língua não é suficiente para eliminá-la do circuito da escrita, donde se conclui que seria infrutífero pensar exterminar um grupo social visto que, para acabá-lo, bastaria acabar a língua, tarefa impossível pois a língua, uma vez criada, não há como eliminar do contexto das relações humanas. Assim, estamos propondo que as línguas faladas e cristalizadas têm supremacia sobre os falantes na medida em que impõem a sua existência.

Por esse motivo, queremos destacar que um conceito de suma importância emerge no campo do ensino e aprendizado de línguas revelando-se no âmbito da aquisição e transformação subjetiva pelas línguas adicionais. A alusão a expressão língua adicional concerne, tão somente, à língua aprendida após a subjetivação pela língua materna. Segundo Schlatter e Garcez (2012), o uso do termo línguas adicionais no lugar de línguas estrangeiras foca o acréscimo de uma língua a um repertório linguístico já existente, e não algo separado do que o aprendiz sabe. Assim, de acordo com Jordão (2014, p. 31), o inglês seria mais uma das línguas que os estudantes poderiam conhecer, ao afirmar que o termo Inglês como Língua Adicional celebraria a “coexistência de várias línguas em sua insistência em não destacar uma língua em detrimento de outras” (JORDÃO, 2014, p. 31).

Assim, um aspecto significativo da proposta de Schlatter e Garcez (2012) em nossa percepção é o reconhecimento de que essas línguas são utilizadas para a comunicação entre pessoas com formações socioculturais e nacionalidades diversas, “não sendo possível nem relevante distinguir entre nativo e estrangeiro” (SCHLATTER & GARCEZ, 2012, p.37). Dessa forma, em consonância com os autores, valemo-nos da perspectiva de ensino de Inglês como Língua Adicional e não como Língua Estrangeira por entender que a perspectiva que se adota em relação à língua está intimamente relacionada a construções identitárias, de forma que ensinar uma língua estrangeira não terá o mesmo resultado que ensinar uma língua adicional pois, se os usuários da língua veem a aquisição da língua inglesa como intimamente relacionada aos usos e normas de falantes nativos, isso os leva a um sentimento de frustração por não conseguirem atingir a posição ideal de “falante nativo”, o que pode levar a uma desmotivação no aprendizado da língua.

É consonante com o exposto anteriormente que contextualizamos o presente estudo ao relatar minhas experiências como professora de Língua Adicional, mais especificamente o Inglês, do Ensino Fundamental - anos finais, da rede pública de Angra dos Reis. A escola em que a prática docente do referido estudo aborda está situada, mais especificamente, na Ilha Grande, ilha que pertence, em termos jurídicos, ao município de Angra dos Reis. A Ilha é composta de vinte e três praias, nas quais o acesso à educação se dá por meio de onze escolas municipais distribuídas por determinadas praias habitadas por comunidades, que não sejam desertas ou semidesertas. Entretanto, apenas três delas contemplam o Ensino Fundamental completo, com anos iniciais e finais. Dentre as três em questão, uma delas é abordada no presente estudo: a Escola Municipal Silvestre Travassos, localizada na Praia Grande de Araçatiba. O acesso a essas escolas, bem como o acesso a qualquer local da Ilha Grande se dá por meio exclusivo de embarcações, não havendo nenhum tipo de estrada e por conseguinte não sendo permitido na ilha o uso de meios de locomoção que façam uso de motor. A questão é que para algumas praias o acesso ocorre apenas através de barcos da comunidade e apenas em determinados horários, ou seja, embora sejam praias acessíveis, não há regularidade nos meios de transporte.

Dessa forma, como apenas três escolas na Ilha Grande contemplam os estágios finais do ensino fundamental, os alunos que moram nas praias situadas no lado oeste da Ilha, após passarem para o sexto ano do ensino fundamental, devem recorrer ao colégio situado na praia Grande de Araçatiba. Embora haja acesso às praias através de trilhas, por possuir 193km² de extensão, seria inacessível que diariamente os alunos percorressem horas para chegarem à escola. Ainda, grande parte dos professores que lecionam nas escolas que se referem a essa região da ilha moram em Angra dos Reis ou são de outras cidades, de forma que também precisariam de um meio de transporte mais acessível. Assim, a prefeitura da cidade disponibiliza uma embarcação que, ao realizar o trajeto Angra-Ilha Grande, possibilita que tanto os docentes quanto os alunos consigam chegar à escola em tempo hábil. Pela singularidade do caso, a escola em questão é considerada uma escola de difícil acesso, sem considerarmos que há ainda

questões relativas ao clima que por vezes impossibilitam a travessia da embarcação da cidade para o continente, fazendo com que, então, não possa haver aula.

A escola em questão, devido às questões apresentadas, possui, pelo menos no que tange os anos finais ensino fundamental, turmas consideradas pequenas, com média de 20 alunos em cada, o que facilita o processo de ensino e aprendizado de línguas, já que é possível haver maior interação e atenção às necessidades dos alunos. Entretanto, devido as mesmas questões apresentadas, não dispõe de muitos recursos metodológicos, de forma que os docentes contam apenas como uso de livros didáticos, máquina de xerox e, quando é possível, o *datashow*.

Destarte, ao considerarmos a diminuta carga horária de dois tempos de aula semanais em relação ao componente curricular Inglês, as defasadas orientações curriculares de Angra dos Reis em vigência, datada de 2008, é que surgimos com a questão do presente trabalho: como aliar o aporte teórico de ensino de línguas à prática docente em sala de aula ao considerarmos o contexto em que a escola está inserida?

COMO ALIAR TEORIA A PRÁTICA?

Ao levarmos em consideração apontamentos feitos por grandes nomes da literatura, como Freire (2003), ao salientar que “ensinar não é só transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” e Crawford (2002), de que é essencial que os professores reconheçam os diferentes contextos, experiências e estilos de aprendizado que os alunos trazem para a sala de aula”, é que iniciaremos pela exposição de documentos oficiais vigentes no que diz respeito ao ensino de línguas no país.

O projeto de ensino de línguas estrangeiras no Brasil tem início com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais surgiram a partir da necessidade de se discutir e refletir acerca do ensino público de nível médio. Em relação especificamente ao componente Conhecimento de Língua Estrangeira Moderna, os PCN afirmam que: “os temas centrais nesta proposta são a cidadania, a consciência crítica em relação à linguagem e os aspectos sociopolíticos da aprendizagem de Língua Estrangeira. Eles se articulam com os temas transversais, notadamente, pela possibilidade de se usar a aprendizagem de línguas como espaço para se compreender, na escola, as várias maneiras de se viver a experiência humana” (MEC/SEF, 1998, p. 24).

Dessa forma, os PCN tencionam que o ensino ocorra através de um viés sociointeracional, ou seja, que promova o engajamento discursivo dos estudantes. Ainda, os parâmetros sugerem que no ensino médio sejam trabalhadas as habilidades de leitura, comunicação oral e prática escrita através de temas como cidadania, diversidade, igualdade, justiça social, dependência/interdependência, conflitos, valores e diferenças regionais/ nacionais, mas evidencia que os temas citados devem ser abordados através de textos que proporcionem desenvolver a leitura e compreensão.

Entretanto, deve-se enfatizar que o documento não afirma que as demais habilidades sejam desconsideradas do processo de ensino e aprendizagem. O que ocorre é que o foco na leitura é dado por entender que essa habilidade é mais significativa para o contexto social dos alunos. Além disso, o documento ratifica a sua proposta ao resumir as dificuldades normalmente encontradas no contexto escolar para o desenvolvimento das quatro habilidades: “a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu próprio contexto social imediato. Além disso, a aprendizagem de leitura em LE pode ajudar o desenvolvimento integral do letramento do aluno (...). Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras

(...) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado em termos da função social das LEs no país e também em termos dos objetivos realizáveis tendo em vista condições existentes. (MEC/SEF, 1998, p. 21)

Alguns anos após a criação dos PCN, surgiram as OCENEM, Orientações Curriculares para o ensino médio com o intuito de suprir algumas lacunas deixadas pelo documento precedente. Assim, além de abarcar alguns temas recorrentes nos PCN, outros temas são adicionados, tais como letramentos, multiletramentos, multimodalidade, hipertexto e inclusão social (MEC/SEF, 2006, p. 87).

No tocante às habilidades linguísticas, as OCENEM defendem “a leitura, a prática escrita e a comunicação oral contextualizadas” (MEC/SEF, 2006, p.88) e que permita a participação do sujeito na sociedade como um cidadão, já que a noção de cidadania e sua prática no ensino de línguas estrangeiras é também enfatizada pelas orientações. Assim, segundo o documento, “[...] a disciplina Línguas Estrangeiras na escola visa a ensinar um idioma estrangeiro e, ao mesmo tempo, cumprir outros compromissos com os educandos, como, por exemplo, contribuir para a formação de indivíduos como parte de suas preocupações educacionais” (MEC/SEF, 2006, p.91).

Já a Base Nacional Comum Curricular é um documento descritivo de conteúdos e saberes necessários para cada ano e segmento da Educação Básica que vem sendo formulado atualmente. A base, que foi baseada e está em consonância com documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais tem sua organização baseada em quatro áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Em relação à área de Linguagens, o documento mostra que ela possui quatro componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física. É possível observar, ainda, que essa área trata dos conhecimentos referentes à atuação dos indivíduos em práticas de linguagem, seja em esferas cotidianas ou mais formais. Segundo a BNCC, as práticas de linguagens “propiciam (...) compreender como o ser humano se constitui como sujeito e como age no mundo social em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos” (BRASIL, 2015: 29)

Mais especificamente em relação ao componente curricular língua estrangeira moderna, o mesmo parte de seis campos de atuação humana, como (i) Práticas da vida cotidiana; (ii) Práticas interculturais; (iii) Práticas político-cidadãs; (iv) Práticas investigativas; (v) Práticas mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação; e (vi) Práticas do trabalho.

Ainda segundo o documento, o mesmo terá, assim como os documentos precedentes, de enfrentar alguns desafios:

O primeiro deles é a superação de uma visão tecnicista de língua, limitada a explicações (...) para priorizar uma perspectiva discursiva, que coloca a ênfase na produção de sentidos por parte dos/as estudantes, independentemente de seu nível de conhecimento da língua em dado momento. Essa perspectiva implica também uma expansão do trabalho com (...) leitura e produção de textos, de modo a propiciar vivências com gêneros discursivos orais, escritos, visuais, híbridos, relevantes para a atuação do/a estudante em espaços plurilíngues (MEC/SEF, 2015, p. 68).

Assim, no documento nota-se “uma visão de língua e de conhecimento como constituídos no uso e na interação entre os sujeitos” (MEC/SEF, 2015, p. 69), ou seja, as aulas de língua adicional devem criar condições para que o aluno possa envolver-se em atividades que requeiram o uso da língua a partir de temas relevantes ao seu contexto e de gêneros do discurso variados, para

que tenha oportunidade de ampliar sua participação em práticas sociais em sua língua e em sua cultura, contribuindo para o seu desenvolvimento como cidadão.

Com base nos documentos supracitados é que norteamos o pensamento de como aliar tudo o que foi descrito até então à prática docente. Assim, depois de inicialmente tentar quebrar a resistência dos alunos ao aprender uma língua adicional, iniciamos o trabalho de atividades que pudessem se moldar a realidade dos alunos através do uso de dicionário, trabalho de leitura e escrita, bem como o trabalho com vocabulário. Como exemplo, passaremos a exposição de uma atividade elaborada com uma das turmas da escola em questão.

Com o objetivo de trabalhar o gênero textual cartão, em uma turma do sétimo ano do ensino fundamental, foi elencado o tema *father's day* - dia dos pais - para dar início à atividade na turma. Por levar em consideração que muitos alunos não moram com os pais, pois muitos não conseguem viver apenas da pesca e, portanto, precisam ir para o continente em busca de melhores condições de vida, dentre outros inúmeros motivos, o propósito da atividade era explorar e criar uma consciência crítica nos alunos sobre o que é ser pai e os diferentes tipos de pais existentes. Assim, após a introdução do que era o gênero textual cartão, quais características pertenciam a esse gênero e exemplos reais de cartões, ou seja, fazendo uso de material autêntico, os alunos deveriam pensar em uma mensagem a ser escrita utilizando a língua adicional, para escrever no cartão a ser endereçado a quem o aluno considerava merecedor do posto de "pai".

Por se tratar de uma escola inserida em contexto de comunidade caiçara, é de notória importância que situemos seu significado. Ou seja, A palavra caiçara tem origem tupi-guarani, tribo que costumava habitar a Ilha Grande nas décadas passadas. Separadas, as duas palavras sugerem significam: *caa*, galhos, paus, mato, enquanto *içara* significa armadilha.

A significação original dessa junção de palavras seria então, a princípio, uma armadilha de galhos. O termo, porém, denomina as comunidades de pescadores tradicionais de determinada região do Rio de Janeiro. Com raro contato com o resto do mundo, os caiçaras evoluíram ao fazer uso dos recursos naturais a sua volta, o que resultou em uma grande intimidade com o meio ambiente. Estas pequenas comunidades tentam, ainda hoje, preservar seus valores de grupo (TOFFOLI; MANSUR, 2014).

Dada essa pequena digressão, voltamos à ideia de que, pela condição da escola estar inserida em uma comunidade caiçara, consideramos, para a realização desse trabalho, o contexto no qual os alunos estão inseridos, de forma que seus cartões trazim o tema da pesca tanto no que tange a ilustração quanto à frase impressa na capa: *Dad, you are o'fish'ally the best* - um trocadilho com a palavra "officially", que, pela pronúncia, remete a "fish", palavra que se traduz por peixe na Língua Portuguesa.

Assim, como explicitado anteriormente, os alunos deveriam utilizar sua criatividade para a confecção da arte do cartão, bem como deveriam escrever, no interior, com o auxílio do vocabulário estudado e do uso do dicionário, uma mensagem na língua alvo, tomando como inspiração a pessoa que considerava exercer para si o papel de pai para que no fim de semana seguinte à aula o cartão pudesse exercer sua função ao ser entregue como homenagem ao ente estimado.

Dentre os vários cartões confeccionados no decorrer dessa determinada aula, um deles chamou a atenção ao conter a seguinte mensagem: "*dad stepfather, I love you very much you are special to me you make me happy! Thank you very much for raising me I love you*".

Ao lançarmos um simples olhar ao cartão e, mais especificamente à mensagem criada pelo aluno, observamos que não só esta de acordo com o gênero textual estudado na lição, como a mensagem criada remete ao papel do padrasto, que, pelo qual podemos depreender, é parte integrante da família do aluno. Ainda, não só a escolha lexical do aluno foi precisamente a de padrasto, como é possível observar sua desistência em utilizar a palavra *dad*, riscada no início da mensagem como uma forma de representação do arrependimento de escolha da palavra. É possível depreendermos então por uma breve observação da amostra analisada que o objetivo da aula foi alcançado pois permitiu que os alunos se envolvessem em práticas que demandavam o uso da língua adicional estudada através do trabalho com um gênero discursivo que permitiu criar, ainda, uma consciência crítica no que tange o exercício da função paterna, o que contribuiu em algum grau para o desenvolvimento como cidadãos.

CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho buscou ocupar-se da questão referente ao binarismo teoria e prática a que um profissional da área do ensino de línguas deve se submeter já que deve aliar, de alguma maneira, todo o aporte teórico obtido ao longo do percurso da sua graduação à prática do exercício docente dentro de sala de aula, sempre levando em consideração o contexto específico em que está inserido: escolas de iniciativa privada, de bairros reconhecidamente de alta classe social de uma cidade, escolas de iniciativa privada das periferias, escolas estaduais de iniciativa municipal, estadual e federal, entre outras. Ao relatar experiências que espelham as circunstâncias referidas, buscamos tentar responder à questão proposta.

Para tanto, levamos em consideração documentos oficiais vigentes no que tange o campo da educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e, ainda, aquele que vem suscitando inúmeras polêmicas na atualidade, a Base Nacional Comum Curricular.

Pautados nos documentos enunciados acima relatamos a experiência de uma atividade proposta em um processo de transformação social pelo ensino da língua inglesa dentro do contexto de um colégio público na cidade de Angra dos Reis. Por um lado, é extremamente gratificante poder observar a evolução dos alunos, em termos de transformações subjetivas decorrentes do processo emancipativo que têm. É fundamental que o docente tenha amor ao trabalho que realiza para isso redundar na eficácia da transmissão do saber, senão a mesma tem apenas caráter inócuo. É muito mais por amor ao ofício do que pelo saber acumulado durante toda uma vida que o docente se realiza e possibilita o progresso de seus alunos. Porém, deve-se levar em conta que uma prática docente eficiente depende de muitos outros fatores que permeiam o contexto escolar desde, como nesse caso, o acesso às escolas e a comunidade caçara em que estão inseridas, até a própria estrutura educacional presente no país.

REFERÊNCIAS

CRAWFORD, J. "The role of materials in the language classroom: finding the balance". In: RICHARDS, J. C.; RENANDYA, W. A. *Methodology in language teaching: an anthology of current practice*. Cambridge: CUP, 2002.

FREIRE, P. *PEDAGOGIA DA AUTONOMIA - saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

JORDÃO, C. M. "ILA - ILF - ILE - ILG: Quem dá conta?". In: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v.14, n.1, p. 13-40, 2014.

KRAMSCH, C. *Language and Culture*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

MEC/SEF. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental - Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MEC/SEF. "Conhecimentos de Línguas Estrangeiras". In: Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Volume 1: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2006.

MEC/SEF. Base Nacional Comum Curricular. Área: Linguagens. Componente Curricular: Língua Estrangeira Moderna. Brasília, 2015, p. 67-81.

TOFFOLI, D.; MANSUR, G. Caiçara. Fundart. Ubatuba, 2014. Disponível em: <https://fundart.com.br/tradicao/comunidades/caicara/>. Acesso em 24 de outubro de 2018.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. Línguas Adicionais na escola: aprendizagens colaborativas em inglês. Edelbra Editora. Erechim, 2012.

**POLÍTICA EDUCACIONAL DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA:
ANÁLISE DO ENSINO EM UMA ESCOLA ESTADUAL
DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ**

Simonne Teixeira

*Professor do Programa de Políticas Sociais
simonnetex@gmail.com*

Victor Fumian

*Mestrando do Programa de Políticas Sociais
vfumian1@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho visa fomentar questionamentos em relação à aplicabilidade ou não da proposta pedagógica do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, alicerçada na lei nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003. Esta lei completou seus quinze anos e faz parte de uma luta do movimento negro para a inclusão e respeito aos diversos grupos sociais, principalmente aos negros. Trata-se a princípio de uma reflexão bibliográfica relacionada às lutas do movimento negro ao surgimento da referida lei federal Posteriormente será feito uma breve análise das entrevistas com os agentes educativos do Colégio Estadual Luiz Ferraz que fica na cidade de Itaperuna-Rj, para saber da utilização ou não da lei 10.639/03 e sua importância para o desenvolvimento de uma educação étnico-racial de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão social e educacional; Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira; Educação étnico-racial; Movimento negro.

ABSTRACT

This paper aims to formulate questionnaires regarding the applicability or not of the pedagogical proposal of the teaching of History and Afro-Brazilian Culture, with law nº 10.639, of January 9, 2003. This law completes its fifteen years and is part of a black movement struggle to the bottom and forward in social groups, especially blacks. It is a principle of a bibliographic analysis related to the investigations on the application of the federal state law that is translated in the interview for the city of Itaperuna-Rj, to know the use or not of the law 10.639 / 03 and its importance for the development of quality ethnic-racial education.

Key-words: Social and educational inclusion; Teaching of Afro-Brazilian History and Culture; Ethnic-racial education; Black movement.

INTRODUÇÃO

A proposta pedagógica do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, alicerçada na lei nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, é um dos indicativos desse novo paradigma educacional dentro das Políticas Sociais como bem nos assevera Kabengele Munanga(2016) sobre a importância de desenvolvermos práticas educacionais que desmitifiquem os estereótipos causados no processo de colonização e desqualificação dos negros no nosso país.

Portanto utilizaremos para embasar este trabalho os aparatos legais sobre o trato das diversidades no meio educacional, neste caso mais específico racial, como também pesquisa bibliográfica de vários autores versados na temática proposta (BRASIL, 2005). Nos dias atuais se torna mister analisarmos as práticas educacionais em relação ao mundo capitalista com base em Galdencio Frigotto (2015) e Istvam Mészáros (2014) para uma educação de qualidade que não prepare o homem somente para o mercado de trabalho mas para assumir papéis sociais que os tornem cidadãos conscientes.

A escola segundo Nilma Lino Gomes (2010) é um lugar privilegiado para transformação ou continuação dos pensamentos hegemônicos, a partir disso, proponho analisar a promoção de ações afirmativas na escola como uma das medidas base para uma reestruturação educacional e social em nosso país relacionado a questões raciais. Amilcar Araujo Pereira (2010) discute os vários movimentos negros brasileiros ao longo a História do Brasil até a conquista da lei 10.639/03, além disso nos chama a atenção sobre o fato desta lei ter vindo de baixo para cima, ou seja ter sido de fato fruto das lutas dos movimentos negros e não imposição do governo.

Essa questão surge do trabalho que realizo como docente em um colégio estadual no município de Itaperuna-RJ, além dos trabalhos desenvolvidos como pós-graduando/mestrando em Políticas Sociais na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF. Ao longo da nossa carreira como educador e pesquisador vemos ainda as enormes disparidades de oportunidades e tratamento dos alunos afro-brasileiros, percebemos ainda preconceitos relacionados a tudo que venha dos negros, como: a história, a religiosidade, os costumes, a cultura etc..

O objetivo principal desta pesquisa é analisar, através de pesquisa de campo e bibliografias, a promoção de ações afirmativas na escola como uma das medidas base para uma reestruturação social dos alunos do Colégio Estadual Luiz Feraz localizado no município de Itaperuna- RJ e a valorização de uma educação étnico-racial que mude paradigmas preestabelecidos por grupos hegemônicos e eurocêntricos, na perspectiva de implementação efetiva da Lei 10.639/2003..

Para tanto, formulo os seguintes objetivos secundários são: Verificar a visão dos agentes escolares sobre os benefícios ou não da Lei 10.639/2003 para oportunizar direitos mais justos no campo da educação étnico-racial em seus 15 anos de implementação (GOMES, 2010) deste modo perceber os avanços e retrocessos na aplicabilidade da lei, percebendo os fatores sociais e políticos intrínsecos neste processo; Identificar, através de entrevistas, como se dá ou não, a aplicação dos conteúdos relacionados a Lei 10639/2003 no Colégio Estadual Luiz Feraz no município de Itaperuna-RJ.

A coleta de dados será feita em duas frentes: análise dos currículos disciplinares; entrevistas com os agentes educacionais, focando na visão plural e integrada do assunto. A metodologia utilizada será a qualitativa através de entrevistas semiestruturadas, o registro das informações ocorrerá durante todo o processo através do caderno de campo (BAUER, M.; GASKELL, G. 2002). Como professor da escola referida me utilizo do conceito de observação participante, que me permite uma observação mais próxima do campo de pesquisa, fazendo assim do meu local de trabalho um “laboratório de pesquisa”.

1 DOS MOVIMENTOS NEGROS À CONQUISTAS DE DIREITOS: A LEI 10.639/2003

Iremos neste primeiro tópico analisar brevemente a luta do movimento negro no Brasil que levou ao surgimento da lei 10.639/03. Cabendo-nos ressaltar a importância que a luta do movimento negro brasileiro articulado aos movimentos raciais de luta em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos e na África do Sul, que foi aos poucos conseguindo espaço no meio social brasileiro.

1.1 O movimento negro no Brasil, a partir do início do século XX

O movimento negro que iremos nos deter neste artigo iniciasse sobre tudo no início do século XX. Porém nos podemos afirmar que existe sim o “movimento negro” no nosso país desde que os primeiros negros africanos foram tirados de sua pátria e vieram escravizados para o nosso país, como diz Abdias do Nascimento:

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta anti-escravista e anti-racista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas (NASCIMENTO & NASCIMENTO, 2000:204).

Segundo Joel Rufino dos Santos o movimento negro de fato teria nascido com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) no ano 1931 como uma resposta ao mito da “democracia racial.” No livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre o mito democracia racial acabou estabelecendo no Brasil uma falsa ideia de uma democracia racial (SANTOS, 1985:288).

Segundo Fernandes sobre os objetivos da FNB, “a crítica à situação presente passava para o plano secundário e subsidiário. O que tinha importância real consistia na impulsão para absorver os padrões de vida dos ‘brancos’ e, através deles, redefinir a posição do ‘negro’ na estrutura social e as imagens negativas, que circulavam a seu respeito” (FERNANDES, 1965:350). Ou seja, a FNB tinha o objetivo de desenvolver na população negra tendências que a organizassem como uma “minoridade racial integrada” na ordem vigente.

Outro marco importante para a luta negra foi à criação do Teatro experimental Negro (TEN) e da União dos Homens de Cor (UHC), que embora também oferecesse curso de alfabetização para os atores negros, pautava sua atuação no campo do protesto político e cultural.

Em vários estados brasileiros foram criados movimentos de luta dos negros. Podemos ainda citar ainda a criação Centro de Cultura Negra (CCN), em 1979 em São Luís do Maranhão fundada por Mundinha Araújo, entre tantos outros. Um importante fato foi a criação do Movimento negro Unificado (MNU) ter reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” e propor o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares (em 1695), como a data a ser comemorada pela população negra, em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravatura); fato que engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras (PEREIRA,2010).

Tanto na chamada “imprensa negra” quanto nas organizações do movimento criadas na primeira metade do século XX, embora houvesse denúncias de discriminações sofridas e a luta por melhores condições de vida, é evidente a busca pela integração da população negra na sociedade (PEREIRA,2010).

1.2 A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.

O ano de 1978 é um marco fundamental para a constituição do chamado “movimento negro contemporâneo” no Brasil, com a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). A partir da década de 70 começou a se expandir vários movimentos negros ao longo do Brasil, assim Almicar Pereira nos relata que apesar de ter surgido vários órgãos de luta dentro do movimento negro, percebe-se ainda no movimento contemporâneo a necessidade de romper com o “mito da democracia racial”. O autor do livro *Orfeu e o poder*, Michael Hanchard (2001) utiliza do termo “hegemonia” dos brancos sobre os negros na nossa sociedade que acaba perpetuando uma falsa superioridade do negro em relação ao branco.

Hanchard ainda nós questiona como “poderiam os brasileiros negros lutar pela igualdade racial numa nação que não tem um compromisso democrático com seus cidadãos como um todo, e, ao mesmo tempo, lutar contra uma ideologia que, para começo de conversa, afirma não haver a menor necessidade dessa luta?” (HANCHARD, 2001:37).

Segundo Pereira (2010) sobre a criação do Movimento negro Unificado em 1978 (MPU) a luta dos negros deixa de ser só contra o racismo e passa a ser também “fundamental no que diz respeito à própria formulação teórica, à visão da luta realizada a partir de então pelos ativistas negros brasileiros, que, segundo as principais lideranças do MNU, deveria associar os temas raça e classe” (PEREIRA,2010).

Várias estratégias foram importantes para a luta do movimento negro entre elas podemos destaca a de Mundinha Araujo e pelo CCN do Maranhão, de atuar diretamente nas escolas, não somente dando palestras e informando professores e alunos sobre as histórias dos negros no Brasil, mas também produzindo material didático para este fim. A estratégia de atuar no âmbito da educação foi muito utilizada por organizações negras em vários estados (PEREIRA, 2010).

Com a Constituição de 1988 entra em cena a luta pelas “terras de preto” e criminalização do racismo com a lei Caó, essas e tantas outras conquistas foram frutos de intenso trabalho do movimento negro (PEREIRA,2010).

Desta forma no ano de 1996, um ano após a marcha, em um seminário internacional, Fernando Henrique Cardoso foi o Primeiro Presidente do Brasil a reconhecer publicamente, que existia preconceito racial no país. Em 2003 durante o governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva é implementado a lei 10.639 que foi fruto de todo esse movimento negro citado anteriormente para que possa haver de fato uma educação étnico-racial e antirracista.

2 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Neste segundo item iremos analisar como se dá a aplicabilidade do ensino da História e cultura afro-brasileira de acordo com a lei 10.639/03 no Colégio Estadual Luiz Ferraz no município de Itaperuna-RJ. Através das falas dos agente educativos iremos perceber o perfil da escola e como vem trabalhando a educação étnico racial com os seus alunos.

Como atuante no Colégio Luiz Ferraz na cidade de Itaperuna RJ, a pesquisa qualitativa no colégio se deu através da observação participante; estudo de caso do tipo etnográfico; do caderno de campo e de questionários semiestruturados com os agentes educativos que para este artigo remos analisar a fala: da diretora geral; da orientação pedagógica; de professora de Artes, Literatura brasileira e História e de três alunos.

2.1 O campo de pesquisa: o Colégio Estadual Luiz Ferraz

Nosso campo de pesquisa é o Colégio Estadual Luiz Ferraz, que fica localizado na Rua Vinhosa, 522, Bairro Vinhosa na cidade de Itaperuna RJ. Esta escola completou no dia 10 de maio 2018 sessenta e um anos de fundação. O bairro onde está localizada a escola é considerada uma área que comporta diversos níveis sociais, e além dos estudantes do próprio bairro recebe estudantes de diversas partes da cidade, inclusive de zonas mais periféricas da cidade como exemplo o Bairro Horto Florestal, um Morro situado no centro da cidade, como também alunos provindos da zona rural.

Possuía na data da nossa pesquisa, agosto de 2018, cerca de 500 alunos divididos em turmas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio regular. Além dos 500 alunos a escola possui como funcionários efetivos, cerca de 70 pessoas, divididas em diversas funções como: professores regentes, professores de apoio, orientado educacional, orientador pedagógico, diretor geral e diretor adjunto. Os serventes e merendeiras são terceirizados por empresas contratadas pelo Estado e somam-se sete funcionários.

Em entrevista com a Diretora geral Sônia Marina, podemos perceber algumas realidades vividas na escola:

A força do colégio e a comunidade, no momento que a direção aciona comunidade eu tenho uma resposta positiva... Com certeza a educação seria mais que perfeito, mas o Estado realmente tem muitas falhas em relação à educação. Os recursos que são ainda pequenos para alimentação do aluno enfim teríamos bastante coisa para mencionar. Nas atual fase verbas que a escola recebe temos tido uma pontualidade nas verbas, um aluno hoje para merenda escolar envolvendo o desjejum e a refeição recebemos por alunos 76 centavos... o Colégio Luiz Ferraz hoje conta com 506 alunos mais ou menos no Ensino Fundamental e Médio, fundamental anos finais o Luiz Ferraz é uma escola de nível C nós hoje estamos com do 6º ao 9º. ano em relação noturno gente não tem mais, contamos hoje com uma correção de fluxo à tarde. No ano de 2017 tivemos de nota 5.5 considere o Ideb significativo podemos analisar e melhorar, estávamos vindo de uma greve né sentamos repondo conteúdo enfim 5.5 eu considere Ideb significativo ensino médio também da mesma forma não temos horário integral e o nosso alô 4.9 podemos melhorar devemos melhorar, mas neste ano de 2017 eu achei que foi um resultado significativo (entrevista realizada no dia 28/08/2018).

Nesta fala elucidativa da Diretora Sônia Marina, percebemos vários pontos importantes a destacar. Primeiramente ela nos fala da clientela e da interação com a comunidade escola. Ressalta que no ano da entrevista, ou seja, 2018, as verbas estaduais têm sido pontuais, apesar da verba por aluno ser no valor de 76 centavos para o desjejum e a refeição. Será que por ser um ano político e a escola pertencer ao Estado às verbas tem chegando pontualmente? Nós perguntamos também: como manter uma aluno com o café da manhã e uma refeição com 76 centavos? Qual e de fato a importância da educação escolar para o Estado, para que de fato haja a inclusão e permanência dos alunos na Unidade Escolar?

Sônia Marina nos fala ainda sobre a preocupação em atingir o IDEB: “No ano de 2017 tivemos de nota 5.5 considere o IDEB significativo podemos analisar e melhorar estávamos vindo de uma greve né sentamos repondo conteúdo enfim 5.5 eu considere IDEB”. Esta cobrança do Estado após meses de greve por falta de reajuste salarial e condições de trabalho que houve no Estado do Rio de Janeiro e a cobrança por atingir uma “meta” em números de IDEB e algo a se pensar.

2.2 O projeto político pedagógico em relação à História e Cultura afro-brasileira

É de fundamental importância compreender o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) e como ele se manifesta em ações no ambiente escolar. Em entrevista com a Orientadora Educacional (OE) e com a Orientadora Pedagógica (OP) podemos perceber algumas falas importantes para a nossa pesquisa. Em entrevista com a orientadora educacional da escola Joaquina sobre o projeto político pedagógico, ela nos diz que “Eu acredito na educação que seja inclusiva e reflexiva capaz de atender a todas as características, dificuldades, avanço. Com educação para todos é que temos que contemplar a família como parceiro efetiva da escola”. Sobre trabalhar a lei 10.639/03 Joaquina nos faz um relato elucidativo em seus mais de 20 anos de atuação:

Eu trabalho com a família muitos anos uma vez nós tivemos um caso de menino que ele discriminava a colega porque ela era Negra. Chamava-a de preta para lá para cá até que um dia a gente chamou a família e a mãe que nunca contou para ele que os avós eram amigos resolveu contar então foi a surpresa do menino porque ele não sabia que as suas raízes, que era negra e ele realmente a partir daí teve um outro olhar para colega e com certeza acabou com essa indisciplina (entrevista, 21/08/2018).

Outro olhar importante sobre o Currículo educacional em relação a diversidade e o ensino étnico racial, aplicado no Colégio Luiz Ferraz e da Orientadora Pedagógica Margareth

Olha eu acredito no Currículo educacional mesmo, porque e nos deparamos com crianças vindo de várias famílias crianças que têm ensino prévio diferente e cada família é de um jeito e muitos preconceitos enraizados né? Com o que pensa o que não pensa, personalidade formada, preconceito. Uma coisa bonita que a diversidade na cultura... nós temos tentado trabalhar a lei, sim até falei tá inserido no PPP da escola né projeto político pedagógico e Novembro que é quanto tem, mais durante o ano nós vivemos trabalhando durante o ano também há uma culminância que tem desfiles comidas típicas etc... Os alunos acabam se envolvendo com o projeto é um ciclo que vou dizer. Valorizavam a autoestima dele fica mais valorizado né sobre o cabelo e sempre na escola tirar mesmo assim esse negócio da escova chapinha né todo mundo de um cabelo de forma normal, natural, escova aí começava aluno aplicar com cabelo falava Bombрил cabelo ruim. (entrevista, 21/08/2018).

Na fala de Margareth, como podemos ver a cima, percebemos a importância da valorização da autoestima dos alunos e que a escola seria um meio de diminuir o racismo. Além disso, nos diz da importância da lei “Como já diz vou ficar repetindo né esse tema não tem que ser trabalhado só com professor de História, Educação Física nós temos livros textos tem muitas formas e variedade de trabalhar”.

2.3 Trabalhando a educação étnico-racial: a fala dos professores

Escolhemos entre os professores para nossa entrevista um professor de Educação Artística, um de Literatura Brasileira e um de História do Brasil de acordo com a lei 10.639/03 que alterou a LDB 9394/96 lhe acrescentado o Art. 26-A, que tornou obrigatório o ensino da História e a Cultura Africana e Afro-brasileira nos conteúdos programáticos, especialmente, nas áreas de Educação Artística, Literatura e Histórias Brasileiras (BRASIL, 2005). A professora Lidimaria que toma a frente do projeto da “Consciência Negra” que tem sua culminância em novembro nos fala como acontece esse momento:

É importante trabalhar e conscientizar a importância da cultura afro para os nossos alunos, o povo de uma forma geral. Nossa comunidade não se faz apenas com alunos esse aluno leva o que se trabalha para sua casa multiplicando essas ações estão a lei vem nos permitir a fazer isso de forma bem lúdica e valorizar a arte de uma forma geral...

Eles amam a dança não é só um grupo de alunos a turma inteira se envolve com a dança, teatro, também eles gostam muito de uma forma que é você pegar uma poesia e ao invés de você apenas ler aquela poesia é você da vida nós fizemos e também o projeto com esse muro a gente fez escolher um artista brasileiro é fazer a releitura de sua obra no muro da escola também a questão do preconceito racial (entrevista, 30/08/2018).

Segundo a professora de Português e Literatura Maria do Carmo a educação em relação à educação racial tem ganhado espaço mesmo que lento. Ela nos conta que quando entrou na escola acerca de 20 anos atrás foi para substituir uma professora negra que não era bem vista pelos alunos e que apesar dela ser “mulata” ela conseguiu levar bem a situação. Diz-nos ainda que há “negros que se intitulavam negros hoje e que antes não tinham coragem” e completa “...Porque existe uma valorização da raça maior e eu vejo que nós avançamos na questão de diminuir o preconceito essa coisa vejo os meninos namorando meninas independente da raça da cor do cabelo e isso é muito bacana agente assistir” (entrevista dia 30/08/2018).

A professora de Sociologia e História Ana Rosa em relação a lei 10.639/03, nos diz que: “hoje existe, a partir dessa lei você verifica toda uma nova postura do negro em relação à sua cultura em relação à aceitação dentro de uma cultura brasileira que por muito tempo valorizou só a cultura Europeia” (entrevista dia 20/08/2018).

2.4 O olhar dos alunos: a “minorias” pedi socorro

Para completar nossas observações não poderíamos deixar de registrar a importância do tema para a vida dos alunos, principalmente os negros. Iremos brevemente citar a falar de três alunos negros envolvidos nos projetos da escola escolhido entre os dez. Esses alunos foram escolhidos porque além de serem negros se intitulam como sendo da “minorias” e muitas vezes sendo excluídos na sociedade.

O aluno Tiago do Segundo ano do Ensino Médio nos fala das dificuldades enfrentadas por ser negro e homossexual “ já sofre sofri preconceito dentro e fora da escola, piadas de mau gosto tanto com a com a minha opção sexual quando com o tom da minha pele”(entrevista dia 13/08/2018). Ele também nos diz que gosta de participar dos eventos da escola e se sente valorizado e gosta de ser quem é.

Na fala da aluna Isabel percebemos a dificuldade que as mulheres negras ainda enfrentam e ainda por ser considerada “gorda” e usar o cabelo Afro

Eu sofri muito preconceito por ser negra vou até contar uma história que ônibus que eu fui sentar perto de uma senhora branca simplesmente quando eu sentei me perguntou porque que eu tinha esse cabelo não queria alisar o meu cabelo porque o meu cabelo era fora do padrão era como ela disse ridículo aí eu simplesmente eu fiquei quieta ela levantou do meu lado e a senhora prefiro ficar em pé do que ficar do meu lado isso é uma coisa bem depois dali mesmo que eu percebi que que por eu ser negra e teu cabelo afro difícil hoje em dia enfrentar os problemas por eu ser negra (entrevista, 13/08/2018).

Já o aluno Fabiano nos fala sobre as dificuldade de ser negro, morar em uma comunidade, Bairro Horto Florestal, e de gostar de assumir sua negritude, tanto nas roupas adereços e cabelo Black

As pessoas olham de lado e já julgam precipitadamente já pensa que é um ladrão não que as coisas que eu uso sei sim por eu sou negro e tenho cabelo ruim deixar o cabelo crescer e querer coisas com o próprio cabelo com meu corpo ... e eu preciso trabalhar para ajudar minha família no caso eu vim para o Luiz Ferraz que sai meio dia que eu saí meio-dia, porque eles estão valorizando isso em mim agora que tenho 18 anos é o trabalho não meu sonho mas se eu trabalho para ajudar a família que a família negra

é muito difícil porque o o tempo que ele tem correr atrás do sonho ao mesmo tempo que ele vai ter para ajudar a família dentro de casa ou estuda ou a família passa fome (entrevista, 13/08/2018).

Com essas falas dos alunos percebemos o quanto é importante trabalharmos a educação étnico-racial como uma forma de dar direito as minorias, não pensamos em uma educação somente negra, mas uma educação que der direito e oportunidade a todos.

A escola deve estar preparada para trabalhar com as diferenças, assim destaca artigo da Folha de S. Paulo de 15/02/2002 no qual Silva afirma:

A questão racial não é exclusiva dos negros. Ela é da população brasileira. Não adianta apoiar e fortalecer a identidade das crianças negras, se a branca não repensar suas posições. Ninguém diz para o filho que deve discriminar o negro, mas a forma como se trata o empregado, as piadas, os ditos e outros gestos influem na educação. (CANDAU pp.29,30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos em uma educação questionadora e que faça a diferença em relação à educação étnico racial no nosso país. O movimento pela valorização e cultura afro-brasileira e africana veio ao longo de muitos anos de luta ganhando espaço e preparando o terreno para que pudesse ser sancionada a lei 10.639/03 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Cabe-nos por tanto os seguintes questionamos: será que a escola tem cumprido seu papel de educar e preparar cidadãos conscientes do seus direitos e deveres? O currículo educacional tem de fato trabalhado a educação étnica racial de acordo com a lei 10.639/03 nos seu 15 anos de vigência? Como estão os o cumprimento da lei entre os agentes educacionais?

Este artigo trouxe uma pequena contribuição para um debate que segue a frente, ganhando cada dia mais espaço e que precisa ainda muito ser trabalhado, para que de fato possamos contar nas nossas escolas com uma educação étnico-racial e antirracista de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: junho, 2005.

BAUER, M.; GASKELL, G. (2002). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

CANDAU, V. Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos.- Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRIGOTTO, G. Produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas, TrabalhoNecessário - www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 13, Nº 20/2015. www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_20/10_frigotto.pdf. Acesso em 17 de julho, 2018.

MÉSZAROS, I. A montanha que devemos escalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica. 2006.

_____ e GOMES, N. L. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do e NASCIMENTO, Elisa Larkin. "Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997". In Guimarães, Antônio Sérgio A. e Huntley, Lynn. Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, A. A. O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 227-278.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e educação intercultural. 2009. (Conferência apresentada no Seminário "Interculturalidad y Educación Intercultural", Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz). Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1GLTsUp2CjT5zIj1v5PWtJtbU4PngWZ4H1UUkNc4LLidA/edit>>. Acesso em: 15 julho. 2018.

GT: 8 - Conservação da natureza, conflitos ambientais e comunidades tradicionais

Coordenadores: Alba Simon e Annelise
Fernandez

O LETRAMENTO CIENTÍFICO NAS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

ALINE PEIXOTO VILAÇA DIAS

Estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
alinepeixoto12@hotmail.com

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - CCH/LEEL/UENF/RJ
elinafff@gmail.com

Resumo:

Por intermédio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) alunos dos cursos de licenciaturas puderam está atuando, ainda durante o curso, em escolas de educação básica. O presente artigo busca relatar a importância da implantação do PIBID Biologia no CIEP 057 Dr. Nilo Peçanha em Campos dos Goytacazes - RJ e sua contribuição no letramento científico de alunos do ensino fundamental segundo segmento e ensino médio. O letramento foi trabalhado através atividades desenvolvidas a partir aulas das práticas, em que os alunos foram estimulados a produzir pequenos textos referentes aos temas explicados na aula, também foram aplicadas palestras, atividades de reforço escolar. Os resultados foram vistos ao longo de todo o ano letivo, isso porque ao analisar as provas depreendemos que os alunos começaram a escrever os termos do meio científico de forma correta, conseguiam expressar corretamente nas respostas discursivas.

Palavras-chave: Letramento Científicos, Educação Básica, PIBID, Formação inicial, Ensino de Ciências.

Abstract:

Through the Institutional Program of Initiatives for Teaching (PIBID), undergraduate students were able to work, even during the course, in basic education schools. The present article aims to report the importance of the implantation of PIBID Biology in CIEP 057 Dr. Nilo Peçanha in Campos dos Goytacazes - RJ and its contribution in the scientific literacy of elementary school students according to segment and high school. The literacy was worked through activities developed from practice classes, in which students were encouraged to produce small texts referring to the themes explained in the class, lectures were also given, school reinforcement activities. The results were seen throughout the academic year, because when analyzing the evidence we learned that the students began to write the terms of the scientific way correctly, could correctly express in the discursive answers.

Keywords: Scientific Literacy, Basic Education, PIBID, Initial Formation, Science Teaching.

INTRODUÇÃO

O ensino deve ser um ato emancipatório, buscando não apenas ensinar conteúdos das diversas áreas de conhecimentos, mas também buscando levar formação cidadã aos alunos, possibilitando que os mesmos possam ser inseridos na sociedade de forma a interagir criticamente com as problemáticas ali existente. Nesse sentido, o ensino de ciências e biologia deve proporcionar aos educandos uma participação realista na sociedade, ensinando conteúdos de forma a despertar a criticidade nesses indivíduos. Nesse âmbito, o papel do professor, de acordo com Teodoro e Campos (2016), é ensinar conteúdos da sua área de forma que os alunos sejam capazes de compreender o mundo e atuarem de forma crítica. Porém, as aulas de ciências e biologia, frequentemente, são pautadas na memorização de conteúdos, restrita na maioria das vezes a aplicação de conteúdos desvinculados da realidade do alunos.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES, ofereceu bolsas para os alunos de cursos de licenciaturas levando-os a estarem inseridos no contexto de escolas básicas ainda durante a primeira metade de seus cursos. Esse projeto permitiu que as aulas tornem-se diferenciadas e possibilitou aos educandos da educação básica terem um entendimento significativo a respeito dessa área do conhecimento.

Ao longo da atuação dos bolsistas PIBID biologia UENF no CIEP 057 Dr. Nilo Peçanha em Campos dos Goytacazes - RJ, observou-se que os alunos dessa instituição apresentaram muita dificuldade na escrita, principalmente aquela referente ao vocabulário da área de ciências biológicas. Durante as aulas, muitas vezes os educandos apresentavam dificuldade inclusive na pronúncia das palavras referentes a essa área do conhecimento, nas avaliações bimestrais era comum erros ortográficos, além disso era notável que muitas vezes os alunos não conseguiam se expressar de forma correta nas questões discursivas. Diante dessa problemática, através do PIBID, buscamos está levando um suporte ao professores regentes e aos alunos. O objetivo deste trabalho é relatar a contribuição do projeto PIBID Biologia UENF no estímulo e desenvolvimento do letramento científico de discentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Fundamentados em teóricos com Moreira e Da Silva (2011), Pires et al (2017), Paim (2014), buscamos mostrar a diferença entre letramento, analfabeto, alfabetização e letramento científico. Os resultados dessas ações realizadas por intermédio do PIBID foram surgindo ao longo das avaliações bimestrais, em que se observou que os alunos apresentavam maior domínio da escrita em termos de ortografia, além de conseguirem expressar-se com coerência nas questões discursivas. Dessa forma, concluímos que a inserção do bolsista PIBID biologia UENF na escola contribuiu de forma positiva no aprendizado dos alunos da educação básica.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Ainda em pleno século XXI, é alarmante a quantidade de pessoas em idade superior a 15 anos que são analfabetas. Dados obtidos a partir de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, estabeleceram que cerca de 8% da população total, (12,9 milhões) são analfabeto (BRAGA; MAZZEU, 2017).

Esse índice de analfabetismo varia bastante conforme a região geográfica, indo de 16,2% no Nordeste para cerca de 4% no Sudeste e no Sul, e também por idade, com uma taxa de 0,8% entre jovens de 15 a 19 anos e de 22,3% entre pessoas com 60 anos ou mais. Também há diferença significativa entre brancos (5% de analfabetos) e pretos (11,2%). (BRAGA; MAZZEU, 2017, p. 25).

Pires et al. (2017), consideram analfabeto aqueles indivíduos que são incapazes de realizar tarefas como ler palavras e frases, sendo que alguns conseguem ler números como de casa, telefone, preço.

Rudimentar, localiza uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal, em textos muito simples compostos de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano doméstico. Compara, lê e escreve números familiares, identificando o maior e o menor valor. Resolve problemas simples do cotidiano envolvendo operações matemáticas. Reconhece sinais de pontuação pelo nome ou função. (PIRES et al., 2017, p.4).

Já a alfabetização refere-se a aprendizagem do alfabeto e o uso de códigos como números e letras com a finalidade de comunicação, sendo que esse processo não é simples, para isso é preciso tempo, atenção e compromisso com as atividades voltadas o seu desenvolvimento (PIRES et al., 2017). No Brasil, a alfabetização “ganha forças”, depois da proclamação da República, através da criação de escolas com a finalidade de tornar a sociedade da época compatível com a nova ordem política estabelecida (MOREIRA; DA SILVA, 2011). Pires et al. (2017), descrevem que:

Analisando a educação atualmente, nota-se que os índices de analfabetismo ainda se encontram em grandes números, principalmente em regiões precárias. Levando em consideração as habilidades e competências necessárias para ser considerado proficiente, ou seja, aquele que tem plena capacidade de interpretar e elaborar textos, gráficos, assim como argumentar de forma crítica, os índices são ainda maiores. (PIRES et al., 2017, p.4).

A alfabetização no Brasil, nos dias de atuais, encontra-se precária, já que muitas pessoas formadas são tidas como analfabetas funcionais (MOREIRA; DA SILVA, 2011). O termo analfabeto funcional é usado para caracterizar pessoas que são capazes de fazer uso da leitura e da escrita, mas não compreendem o que foi lido, ou seja, não desenvolveram a capacidade de interpretar. É um termo antigo, que teria emergido por volta de 1930, na época da segunda guerra mundial (PIRES et al., 2017). O processo de alfabetização, na maioria das vezes, ocorre de forma mecânica, com uso de palavras aleatórias, sem sentido ou significado e totalmente desvinculadas do cotidiano escolar do educando (PAIM, 2014). Moreira e Da Silva (2011) destacam:

Com o passar do tempo muito se desenvolveu no campo da alfabetização, surgiram conceitos, teorias, metodologias etc. Porém, mesmo com toda evolução, o Brasil e outros países não desenvolvidos, ainda enfrentam um problema de muita relevância: a qualidade da educação básica, especialmente, a dos anos iniciais do ensino fundamental. São evidências dessa baixa qualidade os índices de fracasso, reprovação e evasão escolar, que nunca deixaram de se perpetuar nestas sociedades. (MOREIRA; DA SILVA, 2011, p.12194).

Ao fazer uso da leitura e da escrita apenas no sentido de ser alfabetizado, não é suficiente para se adequar a demanda da sociedade. Há algum tempo, bastava saber escrever o nome, ou comunicar-se através de um bilhete que o indivíduo já caracterizava-se como alfabetizado. Porém, ainda, essa realidade está bastante diferente, ler e escrever apenas de “forma mecânica” não é suficiente para interagir, compreender os variados textos hoje existentes. É preciso além de fazer a decodificação do código linguístico, entender seu significado. Em razão dessas necessidades, aparece o letramento, que ultrapassa a atividade de leitura e escrita, onde é preciso que aconteça a relação entre ler e escrever dentro e fora do âmbito escolar (JUSTO; RUBIO, 2013). O termo letramento é novo no contexto educativo, teria aparecido por volta de 1986, a partir da literatura de Mary Kato (GRANDO, 2012), é um termo de origem inglesa

“*iteracy*” que significa letrado (JUSTO; RUBIO, 2013). É uma palavra de uso recente, para referir-se a interação entre “pessoas com a cultura escrita”. Desse modo, não é certo afirmar que uma pessoa é “iletrada”, já que está sempre interagindo com a escrita do mundo. Ao investigar a evolução do homem, é evidente que antes de fazer uso da escrita, compreende o mundo e faz leitura de sua organização. O letramento, diferente da alfabetização, que é centrada apenas no indivíduo, compreende uma visão ampla, está diretamente ligado às práticas sociais. (MOREIRA; DA SILVA, 2011, p. 12196). Justo e Rubio (2013) chamam atenção para o seguinte fato:

Letrado então não é mais “só aquele que é versado em letras ou literaturas”, e sim “aquele que além de dominar a leitura e a escrita, faz uso competente e freqüente de ambas”. O letramento é um conceito enraizado na alfabetização e freqüentemente são confundidos. (JUSTO; RUBIO, 2013, p.2).

As pesquisas bibliográficas revelaram que vários autores fazem a distinção entre letramento e alfabetização. Moreira e Da Silva (2011, p. 12193) descrevem a alfabetização como um processo que envolve apenas “aquisição do código alfabético e ortográfico, através do desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita”. Já o letramento ultrapassa a leitura e escrita, “tem sua função social”. Pires et al (2017, p.6) concordam que alfabetização caracteriza-se pela “aprendizagem da leitura e da escrita”, enquanto letramento caracteriza-se pela prática “não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais de leitura e de escrita”. Justo e Rubio (2013) concordam que o letramento está ligado a utilização da leitura e da escrita na vivência na sociedade, alfabetizado é aquela pessoa que apenas sabe ler e escrever. Almeida e Farago (2014, p. 205) classificam alfabetização e letramento como processos distintos, sendo o primeiro referente ao “aluno que conhece o código escrito, sabe ler e escrever” e o segundo é referente “ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e escrita em contextos reais de uso”, porém acreditam que são processos que devem acontecer em simultaneamente. Sobre a atuação do docente no processo de letramento e alfabetização, Moreira e Da Silva (2011) evidenciam:

Um ponto primordial ao se tratar de prática pedagógica é reconhecer que os alunos já possuem conhecimentos prévios, assim, é importante que os professores façam um diagnóstico do conhecimento de seus alunos, para saberem de onde devem partir e planejar suas atividades. Partindo da prática social, o conteúdo terá sentido para os alunos, que irão construindo conhecimentos gradativamente e desenvolvendo uma atitude transformadora da sociedade, pois ele perceberá que conhecimento científico faz parte da sua vida e pode contribuir para melhorá-la. As atividades devem promover tanto a alfabetização como o letramento, de maneira, que o ensino do código alfabético seja conciliado com o seu uso social em diferentes ocasiões. (MOREIRA; DA SILVA, 2011, p.7)

Ao realizar o diagnóstico do ensino contemporâneo, é notável a necessidade de mudanças na qualidade da educação, de modo a garantir que os alunos desenvolvam competências na leitura, escrita e cálculos, para isso é preciso que as modificações tenham início pela base (PIRES et al, 2017). Ribeiro (2006, p.3), acrescenta que a educação básica é o pilar indispensável para proporcionar “a leitura, o acesso à informação, a cultura e a aprendizagem ao longo de toda a vida” .

ALGUMAS PERSPECTIVAS DO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os traços da educação tradicional presente no ambiente escolar caracterizam-se como “um dos grandes desafios ao educador científico quando se trata de tornar o ensino-aprendizagem de ciências significativo aos educandos” (DA SILVA et al., 2017, p. 291). Em relação a forma como é ensinado os conteúdos da disciplinas ciências biológicas Da Silva Junior e Barbosa (2009) destacam que:

É notável que uma forma didática tradicional, especialmente na área biológica, com muitas técnicas pouco ou totalmente ineficazes, torna o ensino monótono, desconexo e desvinculado do cotidiano do aluno. Gera-se, dessa forma, conhecimentos equivocados e confusos sobre vários temas das ciências biológicas, tendo por conseqüência um ensino pouco eficaz, que por vezes pode até confundir ainda mais os conhecimentos científicos que o aluno já possui. (DA SILVA JUNIOR; BARBOSA, 2009, p.1)

Segundo Costa et al. (2016, p. 2), o ensino de ciências consiste “em sua maior parte a um processo de memorização de vocábulos, de sistemas classificatórios e de fórmulas”, de modo que os alunos até são capazes de “aprenderem os termos científicos”, porém esses assuntos são sem significado para sua vida. Castoldi e Polinarski (2009, p. 685), afirmam que os docentes tendem a “adotar métodos tradicionais de ensino, por medo de inovar ou mesmo pela inércia, a muito estabelecida, em nosso sistema educacional”. Para mudar essa realidade e levar um aprendizado diferenciado aos discentes da educação básica, Nicola e Paniz (2016) relatam

Para que os alunos demonstrem maior interesse pelas aulas, todo e qualquer recurso ou método diferente do habitual utilizado pelo professor é de grande valia, servindo como apoio para as aulas. (NICOLA; PANIZ, 2016, p. 359).

Da Silva Junior e Barbosa (2009, p. 12) expõem que o ensino de ciências biológicas “é imprescindível para a formação cidadã” e consciente, mas para que o ensino seja voltado para essa formação é preciso que os professores repensem suas práticas de ensino. Dessa forma, cabe ao professor “desenvolver ao máximo, competências e habilidades no seu aluno, de forma interdisciplinar e transdisciplinar, porém, contextualizando e enfocando sua disciplina.”

LETRAMENTO CIENTÍFICO NO ENSINO DE CIÊNCIAS

O ensino de ciências, componente da educação básica atualmente, tem por finalidade a formação cidadã dos alunos (SILVA, 2016).Foi a partir do início do século XX que começou a discussão a respeito de letramento científico (SANTOS, 2007). O letramento científico ou alfabetização científica são sinônimos (CUNHA, 2017). Sasseron e De Carvalho (2011, p. 75) relatam:

Que, tanto em âmbito internacional, com os trabalhos sobre “scientific literacy”, “alfabetización científica”, “alphabétisation scientifique”, como em âmbito nacional, com pesquisas sobre o “letramento científico”, “alfabetização científica” e “enculturação científica”, em concordância no que diz respeito às finalidades almejadas hoje em dia com a educação científica. (SASSERON; CARVALHO, 2011, p. 75).

Letramento científico e alfabetização científica, referem-se ao “ao seu equivalente em inglês scientific/science literacy”, inicialmente usado no final da década de 50 e começo da década de 60, para advertir sobre a necessidade da existência de um currículo adequado ao ensino de ciências para aqueles alunos que não desejavam seguir a “carreira científica” (SUISSO; GALIETA, 2015 p. 992).

Alfabetização científica permite a “ressignificação da ciência”, em que privilegia contextualização do ensino e o comprometimento na formação de pessoas críticas, aptas a interagir, argumentar em discussões a respeito das mudanças e implicações no meio científico (OLDONI; LIMA, 2017, p. 42). Os autores relatam que o letramento científico:

É um dos pressupostos do ensino de Ciências. Entretanto, observa-se que o espaço escolar apresenta alguns desafios que dificultam a abordagem da Alfabetização Científica, dentre eles, podemos destacar, métodos pedagógicos com a apresentação de conteúdos dogmáticos desprovidos de reflexões críticas, bem como a presença de lacunas na formação inicial e continuada dos professores (OLDONI; LIMA, 2017, p. 42).

A alfabetização científica está diretamente relacionada com o processo de ensino-aprendizagem e ao aprendizado de habilidades e competências relacionadas ao ensino de ciências, além de está relacionada com o que o discente necessita compreender sobre a ciência para realizar leitura do mundo em que está inserido (DA

SILVA; DE CARVALHO, 2017). De Souza et al. (2016, p. 26), afirmam que “a competência de adquirir o letramento científico não está atrelado ao saber ler, escrever e resolver fórmulas matemáticas, mas saber aplicar os conceitos na resolução dos problemas da sociedade.” Segundo Oldoni e Lima (2017) o letramento científico é tido como uma alternativa para superar as dificuldades no ensino de ciências.

Os anos vão se passando, a sociedade vai modificando-se resultando no desenvolvimento de descobertas nas áreas de ciências e biologia. As informações vão disseminando-se cada vez mais rápido “em tempo real”, nesse sentido cabe destacar que o ensino de ciências necessita conceber táticas “de ensino e de aprendizagem” “que atendam o jeito de compreender e interligar os conhecimentos nos diversos espaços da sociedade contemporânea,”. Nesse âmbito, é função do docente que leciona as disciplinas de ciências e biologia consiste não apenas em ser um transmissor de conhecimento, mas também ser um mediador entre o aluno, aprendizado e a sociedade (DE SOUZA et al., 2016, p. 26).

METODOLOGIA

Para estimular o desenvolvimento do letramento científico nesses estudantes aplicava-se aulas práticas para que compreendessem os conteúdos abordados nas aulas teóricas, nesse momento procurava se usar os termos técnicos e explicá-los além de usar sinônimos, também buscou-se relacionar o tema abordado na prática com o cotidiano dos alunos.

Aplicou-se aulas de reforço para os discentes que apresentavam dificuldades nas disciplinas de ciências e biologia, nessa atividade realizou a explicação da teoria, para estimular o letramento dos alunos, foi levado textos que apresentavam gráficos, tabelas, imagens, cuja finalidade não era apenas ensinar os conceitos de ciências biológicas mas também tornar o aluno letrado. Como observamos que muitos alunos apresentavam dificuldades na leitura e na escrita de uma forma geral, preocupamos em estimular esses alunos a realizar leituras durante as atividades, além disso, também os auxiliamos na ortografia, ensinado regras da escrita. Outra atividade desenvolvidas eram as palestras, nesse momento buscamos discutir problemas intrínsecos do cotidianos desses estudantes, de forma a despertar a criticidade nos mesmo.

CONCLUSÃO

É importante para o aprendizado dos alunos realizar a interação entre teoria e prática e buscar relacionar o conteúdo com seu cotidiano, pois apenas dessa forma conseguiremos tornar o aprendizado dos educandos significativo, além de despertar no aluno o interesse para o campo científico, visto que as aulas práticas também podem ser um meio de despertar o interesse dos alunos pela aprendizagem. Além disso, esperamos que o letramento estimulado pelo projeto seja importante não apenas para as aulas de ciências biológicas, mas também para as outras áreas de conhecimento e que os alunos usem os ensinamentos da escola na vida cotidiana, afinal o que é ensinado na escola não deve ficar lá e sim ser empregado na sociedade.

Ao final do ano letivos, pode-se fazer um comparativo entre as notas do início do bimestre e as do final e notou-se um aumento significativo. A escrita estava melhor, isto é, os erros ortográficos diminuíram, além disso, nas questões discursivas os alunos passaram a apresentar mais facilidade para interpretar e desenvolver suas respostas. Conjecturamos que esse fato foi resultado das atividades desenvolvidas pelos bolsistas PIBID biologia, já que suas ações estavam sempre voltadas para promover atitudes reflexivas nos alunos a respeito de assuntos da área de ciências biológicas, desenvolver habilidades de escrita e leitura, estimular o senso crítico e investigativo, de forma a contribuir para que os alunos compreendessem o mundo ao seu redor.

Verificamos o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como um espaço oportuno para contribuir com a formação dos alunos da educação básica não apenas no sentido de levar conteúdos da área de ciências biológicas, mas também por desenvolve atividades voltadas para formação social do aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa Fulaneti de; FARAGO, Alessandra Corrêa. A importância do letramento nas séries iniciais. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, São Paulo, p.204-218, 2014, Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074426.pdf>> Acesso em 20 de agosto de 2018.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p. 24-46, 2017.

CASTOLDI, Rafael; POLINARSKI, Celso Aparecido. A utilização de Recursos didático-pedagógicos na motivação da aprendizagem. **I SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, Ponta Grossa, 2009. Disponível em:<<https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/recursos-didatico-pedag%C3%B3gicos.pdf>>. Acesso em 08 de setembro 2018.

COSTA, Edinaldo Nogueira; Nunes, Gildoberg; BEZERRA, Danielly de Sousa; SOARES, Anderson Maciel; MARQUES, Jefferson Antonio. Desafios e possibilidades no ensino de ciências naturais em uma escola municipal no sertão paraibano. **III CONEDU**, Natal-RN, 2016. Disponível em:< https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA18_ID5961_11082016224255.pdf> acesso em 29 de setembro de 2018.

CUNHA, Rodrigo Bastos. Alfabetização científica ou letramento científico?: interesses envolvidos nas interpretações da noção de scientific literacy. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 68, p. 169-186, 2017.

DA SILVA JUNIOR, Arildo Nerys; BARBOSA, Jane Rangel Alves. Repensando o Ensino de Ciências e de Biologia na Educação Básica: o Caminho para a Construção do Conhecimento Científico e Biotecnológico. **Democratizar**, v. 3, n. 1, p.1-15. 2009 .

DA SILVA, Heitor Felipe; DE CARVALHO, Ana Beatriz Gomes Pimenta. Letramento científico nas aulas de física: um desafio para o ensino médio. **Redin-Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 6, n. 1, p.1 -11, 2017.

DA SILVA, Alexandre Fernando; FERREIRA, José Heleno; VIERA, Carlos Alexandre. O ensino de Ciências no ensino fundamental e médio: reflexões e perspectivas sobre a educação transformadora. **Revista Exitus**, v. 7, n. 2, p. 283-304, 2017.

DE SOUZA, Tadeu Teixeira; MARCHI, Miriam Ines; STROHSCHOEN, Andreia Aparecida Guimarães. Professores de biologia e a busca por práticas pedagógicas voltadas ao letramento científico: uso de texto de divulgação científica. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 13, n. 1, p.24-40, 2016.

GRANDO, Katlen Böhm.O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relações com a escolarização. **IX ANPED SUL, seminário de pesquisa em educação da região Sul**, Caxias do Sul - RS 2012, Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3275/235>> Acesso em 25 de agosto de 2018.

JUSTO, Márcia Adriana Pinto da Silva; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. Letramento: O uso da leitura e da escrita como prática social .**Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v.4, nº 1, p.1-17, 2013.

MOREIRA, Diogo emilli; DA SILVA, Gorette milena. Letramento e alfabetização: uma prática pedagógica de qualidade. **X congresso Nacional de Educação- Educacere**, Curitiba, 2011. Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5806_2767.pdf> Acesso em: 17 setembro 2018.

NICOLA, Jéssica Anese; PANIZ, Catiane Mazocco. A importância da utilização de diferentes recursos didáticos no Ensino de Ciências e Biologia. **InFor**, v. 2, n. 1, p. 355-381, 2017.

OLDONI, Josiani Fátima Weimer Baierle; DE LIMA, Barbara Grace Tobaldini. A compreensão dos professores sobre a alfabetização científica: perspectivas e realidade do ensino de ciências. **ACTIO: Docência em Ciências**, v. 2, n. 1, p. 41-59, 2017.

PAIM, Marilane Maria Wolff. Alfabetização e letramento: um estudo sobre as concepções que permeiam as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores.**X ANPED SUL**, Florianópolis, 2014. Disponível em:< http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1755-0.pdf> Acesso em 17 agosto 2018.

PIRES, Clarice; MIRANDA, Rosangela; DE MELO, Tiago Aparecido. Analfabetismo Funcional X Alfabetização. Mostra de iniciação científica, Mato Grosso, 2017, Disponível em: <<http://lasalle.edu.br/faculdade/public/media/11/files/ANALFABETISMO%20FUNCIONAL%20X%20ALFABETIZA%C3%87%C3%83O.pdf>> Acesso em: 17 setembro 2018.

RIBEIRO, Vera Masagão. Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil. In: **Boletim INAF**. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2006.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36, p.474-550, 2007.

SASSERON, Lúcia Helena; DE CARVALHO, Anna Maria Pessoa. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. **Investigações em Ensino de Ciências**, v.16, p. 59-77, 2011.

SILVA, Cristiane Reis Barcelos. **Letramento científico no âmbito do programa de iniciação à docência (PIBID): uma análise de produção científica na área de ensino de ciências**. 2016. 121 p. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Educação, 2016.

SUISSO, Carolina; GALIETA, Tatiana. Relações entre leitura, escrita e alfabetização/letramento científico: um levantamento bibliográfico em periódicos nacionais da área de ensino de ciências. **Ciência & Educação**, v. 21, n. 4, p. 991-1009, 2015.

TEODORO, Natália Carrion; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. O professor de biologia e dificuldades com os conteúdos de ensino. **Revista da SBEnBio**, n.9, p.5390-5401, 2016.

A CONTRIBUIÇÃO DO PIBID NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

ALINE PEIXOTO VILAÇA DIAS

Estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
alinepeixoto12@hotmail.com

GELBIS MARTINS AGOSTINHO

Estudante de bacharel em engenharia ambiental pelo Instituto Federal Fluminense Campus Campos Guarus
gelbismartins@gmail.com

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - CCH/LEEL/UENF/RJ
elinafff@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo discutir a contribuição do PIBID Biologia UENF na formação inicial dos professores de Ciências e Biologia, dessa forma, apresentamos um relato da experiência singular sobre o projeto implantado no CIEP 057 Dr. Nilo Peçanha proporcionou aos licenciandos. E de que forma contribuiu para a formação dos licenciandos, será descrito as atividades que foram realizadas por esses bolsistas na escola, e de que modo elas puderam subsidiar sua prática docente. Como resultados, podemos destacar a formação profissional diferenciada que esse futuro professor passou a dispor, visto esse bolsista é capaz de colocar em prática os conhecimentos teóricos que lhe foram ensinados no curso, além de possuir autonomia. O PIBID permite que o graduando comece a entender-se como professor pois ao longo de sua atuação acontece trocas de conhecimentos entre o futuro professor e o professor regente.

Palavras-chave: Formação de Professores, PIBID, Estágio, Educação Básica, Ensino de Ciências.

Abstract:

The present article aims to discuss the contribution of PIBID Biology UENF in the initial training of Science and Biology teachers, in this way, we present one reported the unique experience on the project implemented in CIEP 057 Dr. Nilo provided the graduates. And how it contributed to the training of the graduates, will describe the activities that were carried out by these scholars in the school, and how they could subsidize their teaching practice. As a result, we can highlight the differentiated professional training that this future teacher has to offer, since this fellow is able to put into practice the theoretical knowledge that was taught in the course, besides having autonomy. The PIBID allows the graduate to begin to understand himself as a teacher because throughout his work there is an exchange of knowledge between the future teacher and the regent teacher.

Keywords: Teacher Training, PIBID, Internship, Basic Education, Science Teaching.

INTRODUÇÃO

Ser professor no século XXI caracteriza-se como uma profissão desafiadora face às necessidades da sociedade vigente, visto que as características do contexto sociocultural sofrem interferências das mudanças nas ciências, áreas tecnológicas, relação constituída no cotidiano escolar. Diante dessas transformações estabelece-se um novo perfil para docente atual, esse deve ser capaz de ser dinâmico na sua prática profissional, visto que em cada sala de aula as situações são diferenciadas, indeterminadas, com públicos distintos, alunos singulares, com conhecimentos prévios e realidades distintas, desse modo torna-se impossível que o professor faça uso de práticas unificadas e definidas em todas suas aulas. É preciso que esse professor tenha uma prática diferenciada, seja reflexivo, crie alternativas cuja finalidade seja o aprendizado significativo de seus discentes. Castro e Salva (2012) acrescentam que novas imposições incidem sobre a atuação do professor, sendo exigida constantemente uma formação de qualidade, em virtude de que a formação docente é tida como componente indispensável para avanço no sistema de ensino. Santos et al. (2016, p. 157) destacam que a formação docente inicial é um processo fundamental na constituição do professor, pois é o período em que o licenciando dá início a sua prática profissional verdadeiramente. Essa etapa tem por finalidade criar situações que permitam esse futuro docente a desenvolver “habilidades, saberes, sensibilidade, linguagens, conhecimentos, atitudes, valores e normas para o exercício profissional docente”.

Dessa maneira essas necessidades possibilita uma formação inicial diferenciada. Assim, o presente artigo discorre sobre a contribuição do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na formação inicial dos futuros docentes de ciências (disciplina ministrada nos anos finais do ensino fundamental) e biologia (disciplina ministrada ensino médio). Além disso, este artigo aborda criticamente como o projeto PIBID e sua contribuição na formação dos licenciandos/bolsistas do curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

O PIBID é um programa financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponibilizando bolsas para alunos de cursos de licenciaturas com a finalidade estimular a sua formação docente inicial e prepará-los para a sua futura atuação nas escolas da educação básica

Por intermédio deste projeto os licenciandos desde a primeira metade do curso podem estar diretamente inserido no contexto de escolas públicas da educação básica. Esse programa permite uma formação inicial singular, já que os alunos dos cursos de licenciaturas, de forma geral, só entram em contato com ambiente escolar através de estágio supervisionado obrigatório, como descrevem Gomes e De Araújo (2018), onde na maioria das vezes a função do licenciando é apenas observar a instituição e realizar relatórios, em relação a essa prática Lüdke e Scott (2018, p.113) completam que o aluno “ocupa, em geral, posição passiva”.

Para que ocorra a transformação do licenciando em professor é preciso que exista estímulo, e é nesse sentido que destacamos a influência positiva que o PIBID dispõe sobre a formação alunos dos cursos de licenciaturas que têm a oportunidade de fazerem parte desse projeto. Por meio do PIBID os bolsistas têm a oportunidade de observar e vivenciar o futuro ambiente de trabalho, colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e ainda contribuir com estratégias que buscam amenizar os problemas da comunidade onde a instituição está inserida. Conjecturamos que o graduando que teve a oportunidade de atuar como bolsista PIBID será um profissional com uma formação diferenciada, já que através da sua inserção em escolas da educação básica passam a ter uma visão ampliada da organização e realidade do futuro ambiente de trabalho, além de que desde sua formação ele pôde estar atuando de forma ativa, trocando experiências com os professores regentes e contribuindo com a formação de qualidade dos alunos da educação básica.

PROFISSÃO DOCENTE NO CONTEXTO HISTÓRICO E SUA FUNÇÃO NA FORMAÇÃO DOS EDUCANDOS NA SOCIEDADE ATUAL

Saviani (2009, p.143) descreve que no século XVII surge a necessidade de uma formação de professores, a primeira instituição formadora desses profissionais teria sido estabelecida por “São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres”. O autor ainda acrescenta:

A questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século IX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular. É daí que deriva o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores. (SAVIANI, 2009. p.143).

Apenas em 1794, através da convenção é que foi proposta a instituição denominada Escola Normal e no ano seguinte ela já foi estabelecida em Paris. Desde esse período passou-se a fazer a distinção entre a Escola Normal superior cuja finalidade foi formar docentes em nível secundário e Escola Normal primária destinada a formação de professores para atuarem nas escolas primárias. Ao longo do século XIX diversos países como “Alemanha, Inglaterra e Estados Unido” construíram escolas normais (SAVIANI, 2009, p.143). Sobre a formação docente brasileira destacamos a seguinte afirmação de Gatti (2010):

A formação de professores no Brasil, lembramos que a formação de docentes para o ensino das “primeiras letras” em cursos específicos foi proposta no final do século XIX com a criação das Escolas Normais. Estas correspondiam à época ao nível secundário e, posteriormente, ao ensino médio, a partir de meados do século XX. Continuaram a promover a formação dos professores para os primeiros anos do ensino fundamental e a educação infantil até recentemente, quando, a partir da Lei n.9.394 de 1996, postula-se a formação desses docentes em nível superior, com um prazo de dez anos para esse ajuste. (GATTI, 2010, p. 1356).

No Brasil, nos dias de hoje, o professor para atuar nos anos finais do ensino fundamental e médio devem obrigatoriamente possuir formação em nível superior com curso de licenciatura (BARRETTO, 2015). Dassoler e Lima.(2012, p.1) afirmam que a profissão professor na sociedade vigente exige a junção da coragem com o conhecimento de diversos assuntos, “na era do conhecimento e numa época de mudanças, a questão da formação de professores vem assumindo posição de urgência”, e acrescentam:

O professor é um profissional que domina a arte de reencantar, de despertar nas pessoas a capacidade de engajar-se e mudar. Neste aspecto, entende-se que a formação do professor é indispensável para a prática educativa, a qual se constitui o lócus de sua profissionalização cotidiana no cenário escolar. Desse modo, compreender a formação docente incide na reflexão fundamental de que ser professor é ser um profissional da educação que trabalha com pessoas. (DASSOLER; LIMA, 2012, p.1).

Ser professor não caracteriza-se apenas pelo domínio de conteúdos e de técnicas de ensino, mas configura-se de uma aprendizagem que deve acontecer através da prática, de exposição a situações problemáticas para levar o licenciando a “construção de uma prática educativa reflexiva e crítica ” (NASCIMENTO et al., 2010, p. 245).

Santos et al. (2016), completam que:

Para que a aprendizagem escolar possa se dar de forma estimulante e o aluno seja ativo e interessado em buscar o conhecimento, além de o professor ter uma boa formação inicial, deve também ir sempre em busca de aperfeiçoamento profissional. (SANTOS et al, 2016, p. 157).

Dassoler e Lima (2012, p. 1) enfatizam que ser docente não limita o profissional a apenas ensinar conteúdos referentes à sua área de formação, sua prática consiste “também no

desenvolvimento da consciência de um ser humano inacabado em que o ensinar se torna um compreender a educação como uma forma de intervir na realidade da pessoa e do mundo”.

PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A instituição escolar é componente indispensável no contexto social, é capaz de refletir as mudanças da sociedade, dessa forma é preciso que as modificações no currículo satisfaçam as novas perspectivas de acordo com a característica de cada época. O início da educação formal no Brasil foi centrado no ensino “línguas clássicas e matemática, formatação herdada dos jesuítas”. A implantação de conteúdos científicos na educação formal aconteceu no começo do século XIX, “como exigência das transformações que ocorriam naquele período em que a ciência crescia em descobertas e relevância”. Já a introdução da educação científica no currículo das escolas aconteceu apenas em 1930 (SILVA et al. 2017, p.286). Silva (2016, p.18) acrescenta que antes os conteúdos referentes ao ensino de ciência apresentavam pouca prevalência e faziam parte da disciplina história natural “a qual envolvia estudos de Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia”. Desde de 1960, buscando formar a elite para ingressar no ensino superior o ensino de ciências “acabou sendo substituído pela demanda de atender a todos que ingressavam nas escolas”. As transformações no cenário econômico e na organização social brasileira nos últimos anos “refletem no modo como a sociedade vislumbra o país nos dias de hoje e no futuro.” Mesmo com avanços na economia e a elevação social da maioria da população, “a educação universalizada e de qualidade persiste como um ponto crítico. Tal condição reflete diretamente no ensino científico”, diante dessa situação cabe destacar que o ensino de ciências no contexto atual é preocupante (SILVA et al., 2017, p. 289). Santos et al. (2013), relatam que a problemática do ensino de ciências defasado diz respeito ao modo como essa disciplina é ministrada e ainda acrescentam:

Em virtude da forma como os conteúdos são trabalhados, a sua compreensão, por parte dos alunos, é muitas vezes dificultada, acarretando numa série de problemas para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, já que, muitas vezes o professor não percebe que algumas deficiências de sua ação pedagógica, interferem no ensino. (SANTOS et al., 2013, p. 31).

Nesse sentido Teodoro e Campos (2016, p. 5390) concordam que para a existência de um ensino eficaz o educador deve “estar bem preparado, ter uma formação inicial e continuada de qualidade e sólido conhecimento do conteúdo específico e do conteúdo pedagógico”, além disso faz se necessário evidenciar aos discentes que o conhecimento deve ser construído e que os mesmos são partes integrantes deste processo. Nessa perspectiva é papel do professor preparar os alunos “para enfrentarem e resolverem problemas e analisar as conseqüências sociais da ciência e da tecnologia na sociedade moderna”.

PIBID COMO NORTEADOR DA PROFISSÃO PROFESSOR

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) cujo objetivo é oportunizar os alunos que estejam cursando a primeira metade do curso de licenciatura uma vivência com o cotidiano das escolas da educação básica.

Santos et al (2016) fazem a seguinte crítica aos cursos de licenciaturas, já que:

Em sua maioria, seguem um modelo tradicional de formação, caracterizado pela ênfase no aspecto teoria e prática e pela falta de integração disciplinar que, pautado na ideia da transmissão/recepção, confere uma visão simplista à atividade docente, tornando esse processo pouco eficiente em sua função formativa. (SANTOS et al., 2016, p.158).

Santos et al. (2016, p.158) destacam que a interação entre universidade e escolas da educação básica consiste em “uma importante contribuição para o licenciando em Ciências Biológicas e para os professores atuantes das escolas, pois assim podem trocar experiências”. O autor defende que o PIBID é de grande importância na formação docente inicial, visto que “proporciona o fortalecimento da articulação entre teoria e prática, apresentando uma proposta de valorização dos futuros docentes durante seu processo de formação”. Benvindo et al., (2016, p. 3) acrescentam que a presença do programa na formação inicial dos alunos dos cursos de licenciatura consiste em “oportunidade de um caminho evolutivo de amadurecimento da docência ao longo do tempo em que o acadêmico vivencia a sua licenciatura”.

Oliveira (2017, p.916) designa o PIBID como uma “bagagem” na formação de professores, de modo que a experiência proporcionada aos bolsistas pode ser carregada ao longo de sua profissão. Os bolsistas “definem como indivíduos sociais e constroem suas identidades, na medida em que interagem com professores e colegas e com as próprias experiências educacionais.” Obara et al. (2017, p. 981) completam:

O processo de construção da identidade docente pode ser entendido, nesse contexto, como uma marcha contínua, transformando-se constantemente a cada nova experiência. É na prática que seus posicionamentos e fundamentos embatem-se, tornando-os frágeis, de maneira a comprometê-los; ou cada vez mais vigorosos, estabelecendo convicções em suas ações. (OBARA et al., 2017, p. 981).

Nessas circunstâncias, “ao se deparar com novas experiências no decorrer do caminho (curso), decide quais dos itens carregará consigo de modo a constituir sua identidade profissional” (OLIVEIRA, 2017, p. 915). Santos et al. (2016) destacam que o PIBID “durante o processo de formação inicial poderá fornecer ao futuro professor opções e possibilidades para a construção de sua identidade profissional no decorrer de sua formação”. Sobre a identidade docente estabelecida pelo PIBID, Amorim e Vieira (2017), completam:

O Pibid tem atuado como um mobilizador de experiências em várias áreas, provocando ressignificações nas concepções e saberes, as quais vão produzindo novos sentidos na docência e o fortalecimento da identidade profissional do professor. (AMORIM; VIEIRA, 2017, p. 275).

Santos et al. (2016, p.172) destacam que a formação inicial diferenciada através do PIBID reflete diretamente na prática docente futura “uma vez que, ao perceberem-se com mais autonomia, buscarão por si mesmos os meios que os levarão à construção do seu próprio conhecimento.”

METODOLOGIA

Dispondo da necessidade de discutir a contribuição do PIBID na formação inicial, o cunho metodológico usado neste trabalho embasou-se na pesquisa qualitativa. Sobre esse tipo de pesquisa Gerhardt e Silveira (2009) a caracterizam da seguinte forma:

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

Esse tipo de pesquisa, como salienta Gerhardt e Silveira (2009, p. 39), não possui preocupação

com valores numéricos e sim com a compreensão de um determinado grupo. Dentro da abordagem qualitativa, destacamos o estudo de casos, que são “os exemplos mais comuns para esse tipo de estudo são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo”. Nesse sentido, o foco da pesquisa é o bolsista PIBID e seu aprendizado por intermédio do projeto.

A obtenção dos dados descritos neste trabalhos são partes de experiências vivenciadas pela bolsista PIBID Biologia que atuou no CIEP 057 Dr. Nilo Peçanha em Campos dos Goytacazes - RJ e também de levantamento bibliográfico através do uso de base de dados como scielo e google acadêmico no desígnio de corroborar com a premissa de que o PIBID contribuiu/ contribui de forma positiva na formação docente inicial.

O PIBID Biologia oferecido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), localizada no município de campos dos Goytacazes-RJ, buscou colaborar com a formação inicial dos licenciandos do curso de ciências biológicas além de contribuir com o aprendizado de alunos da educação básica. As atividades descritas nesse trabalho foram desenvolvidas no CIEP 057 Dr. Nilo Peçanha localizado na região central do município de campos dos Goytacazes-RJ, a intuição que recebe alunos de diversos bairros da cidade. A estrutura física da escola contribuiu para o desenvolvimento de atividades diversificadas, visto que encontram-se dois laboratórios, um de física e outro de biologia com diversos equipamentos que facilitam a aplicação de aulas práticas, existem também laboratório de informática e sala multimídia. Nessa instituição os trabalhos realizados voltavam-se para as aulas de ciências direcionadas as turmas dos anos finais do ensino fundamental e aulas de biológicas voltadas para turmas do ensino médio. Em conjunto com os professores regentes de ciências e biologia foram desenvolvidas diversas atividades como aplicação de aulas práticas, palestras. Sobre essas atividades, destacamos que aconteceu troca de experiência vivenciadas entre licenciando e professor regente. Sobre esse assunto, Santos et al. (2015, p.84) acrescentam que não existe uma única proposta didática, o professor pode está sempre mudando sua concepção de forma que permita ao docente “ampliar seus recursos e modificar suas perspectivas”. Também eram realizadas atividades como aulas de reforços onde os bolsistas PIBID eram autônomos, ou seja eles não tinham a supervisão do professor regente. Durante a atuação do bolsista, ele pode conhecer como consistia a realidade de uma escola da educação básica e observar que muitas vezes ensinar Ciências e Biologia consiste em um ato desafiador, isso porque os conceitos são muitas vezes abstratos e de difícil entendimento para os alunos.

Diante desta situação Silva et al. (2016), descrevem que para que os conteúdos difíceis não tornem-se impedimentos na aprendizagem dos alunos é preciso que o professor aplique aulas diversificadas, onde os alunos compreendam os conceitos e não apenas decorem. Nesse sentido cabe ao professor fazer uso de diferentes metodologias no intuito de facilitar a aprendizagem dos discente. Matos (2015, p. 103) ao comparar a inserção do licenciando na escola através do estágio supervisionado obrigatório presente na grade curricular do curso e o PIBID, verifica que o primeiro muitas vezes apresenta-se de forma fragmentada, “desenvolvido de forma precarizada, agride a qualidade da formação docente”, já o segundo apresenta dois pontos a serem destacado, um positivo, já que permite o licenciando ser ativo, trocar experiências com o professor regente e ainda colaborar com o aprendizado dos alunos da educação básica, mas existe um ponto negativo, visto que apenas alguns alunos do curso de licenciatura têm acesso a essa experiência. Isso porque para as universidades oferecem um determinado número de bolsas por cursos que não é capaz de atender a todos os alunos dos cursos de licenciaturas. Através do PIBID acontece um rompimento com uma realidade muito comum nas universidades que é o fato de nos cursos de licenciaturas os professores estimulam os alunos a seguir a carreira de pesquisadores, principalmente dentro da área de

ciências biológicas. Silva et al. (2016), fazem a seguinte afirmativa:

Os desafios surgem desde a formação inicial, pois a maioria dos professores vão estudar uma licenciatura, mas com outros objetivos, não tendo em mente seguir no magistério. Os formandos de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, durante o curso não são estimulados, ao contrário são treinados em sua mente para serem pesquisadores, pois os mestres que são biólogos que ministram disciplinas pedagógicas chegam a discriminar a pedagogia. (SILVA et al., 2016, p. 5) .

Por intermédio a do PIBID na universidade os graduandos têm a oportunidade de colocarem em prática a formação que escolheram.

CONCLUSÕES

Historicamente nos últimos anos o ensino de ciências e biologia não esteve presente na educação formal brasileira. Quando foi inserido apresentava pouca prevalência. No cenário atual, o ensino de ciências biológicas caracteriza-se uma tarefa um pouco dificultosa visto que os assuntos envolvendo esta área do conhecimento são muito abstratos, com palavras bem distante da realidade dos alunos, além disso a forma como é trabalhado na escola dificulta o entendimento por parte dos alunos, fica defasado. Através do PIBID biologia UENF essa realidade pôde ser modificada, já que a partir do momento em que os bolsistas entraram em contato com as escolas públicas e notam as dificuldades dos alunos na disciplina começaram a criar situações que facilitavam o aprendizado dos educandos. Além disso, os bolsistas começaram a refletir sobre sua profissão e criar uma identidade de professor crítico e transformador. Isso porque durante sua atuação, os bolsistas têm a oportunidades de serem sujeitos ativos, diferente do que acontece na disciplina de estágio supervisionado obrigatório. Expectamos que as experiências proporcionadas pelo PIBID contribuam na formação docente inicial no sentido de que formar no bolsista o entendimento de que é preciso contextualizar o conhecimento para facilitar a aprendizagem dos alunos e permitir a construção de autonomia.

Além disso destacamos que o projeto possibilitou um espaço para a valorização do docente dentro da universidade, já que disponibilizou bolsas onde o mesmo pôde colocar em prática seus conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Por fim, destacamos que a formação inicial reflete diretamente na sua atuação futuramente. Isso porque ao concluir o curso o licenciando terá clareza de seu papel como profissional frente a sociedade e a instituição escolar. A inserção do licenciando no PIBID forma professores capacitados capazes de aplicar aulas diferenciadas e voltadas para a formação completa do aluno, desde o aprendizado significativo referente aos conteúdos de ciências biológicas, quanto a uma formação cidadã.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Delza Cristina Guedes; VIEIRA, Josenilton Nunes. A docência na perspectiva da formação de formadores: uma contribuição do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/PIBID. **Crítica Educativa**, v. 3, n. 2, p. 269-285, 2017.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, p. 679-701, 2015.

BENVINDO, Marisa Rodrigues; SARAIVA, Verônica da Costa; MELO, Ana Valéria Borges de Carvalho. A importância do pibid na formação docente dos licenciandos em ciências biológicas do Instituto Federal do Piauí- Campus Floriano. **III conedu**, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA4_ID5684_17082016001551.pdf> acesso em 29 de setembro de 2018.

CASTRO, Aline Tamires Kroetz Ayres; SALVA, Castro Sueli. Estágio como espaço de aprendizagem profissional da docência no curso de pedagogia. In: **Anais do IX ANPEDSUL**. Seminário de pesquisa em educação da Região Sul. Caxias do Sul, RS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/532/437>. Acesso em 31 de agosto de 2018.

DASSOLER, Olmira Bernadete; LIMA, Denise Maria Soares. A formação e a profissionalização docente: características, ousadia e saberes. **IX AMPED SUL, Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul**, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3171/522> > Acesso em 06 de setembro 2018.

GATTI, Bernardete. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; DE ARAÚJO, Josélia Carvalho. Formação docente e estágio supervisionado para uma educação geográfica significativa. **Anais do I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e do IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade**, v. 1, n. 1, p. 443-455, 2018.

LÜDKE, Menga; SCOTT, David. O lugar do estágio na formação de professores em duas perspectivas: Brasil e Inglaterra. **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**, v. 39, n. 142, p.109-125 2018.

NASCIMENTO, Fabrício Do.; FERNANDES, Hylío Laganá; DE MENDONÇA, Viviane Melo. O ensino de ciências no Brasil: história, formação de professores e desafios atuais. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 39, p. 225-249, 2010.

OBARA, Cássia Emi; BROIETTI, Fabiele Cristiane Dias; PASSOS, Marinez Meneghello. Contribuições do PIBID para a construção da identidade docente do professor de Química. **Ciência & Educação**, v. 23, n. 4, p. 979-994, 2017.

OLIVEIRA, Hélio Frank. A bagagem do PIBID para a formação inicial docente e para a construção da identidade profissional. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 56, n. 3, p. 913-934, 2017.

SANTOS, Marcia Zschornack Marlow; SOARES, Briseidy Marchesan; SCHEID, Neusa Maria Jonh. O PIBID e a Formação de Professores de Ciências Biológicas da URI, Santo Ângelo, Brasil. **Interacções**, v. 11, n. 39, p. 155- 174, 2016.

SANTOS, Tatiane da Silva; SANTOS, Thisciane Ismerim Silva; LANDIM, Myrna Friederichs. Contribuições do PIBID no processo de ensino-aprendizagem e na formação de docentes: uma experiência em Aracaju, SE. **Revista Fórum Identidades**, v.18, p.79 -100, 2015.

SANTOS, Antonio Hamilton dos; SANTOS, Hélio Magno Nascimento dos; JUNIOR, Benedito dos Santos; SOUZA, Ilvanete dos Santos de; FARIA, Taciana de Lisboa.

As dificuldades enfrentadas para o ensino de ciências naturais em escolas municipais do Sul de Sergipe e o processo de formação continuada. **XI congresso Nacional de Educação- Educacere**, Curitiba, 2013. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9474_6573.pdf > Acesso em: 20 setembro 2018.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40, p. 143-155, 2009.

SILVA, Daniela Santos Landim; DOS SANTOS, Cirleide Ribeiro; DOS SANTOS, Glaucia Barradas; ALVES, Hellen Cristina de Oliveira; DE OLIVEIRA, Adelson Dias. Desafios do ensino de biologia. **III conedu**, 2016. Disponível em: < http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA4_ID12331_17082016222121.pdf > acesso em 29 de setembro de 2018.

SILVA, Cristiane Reis Barcelos. **Letramento científico no âmbito do programa de iniciação à docência (PIBID): uma análise de produção científica na área de ensino de ciências**. 2016. 121 p. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Educação, 2016.

SILVA, Alexandre Fernando; FERREIRA, José Heleno; VIERA, Carlos Alexandre. O ensino de Ciências no ensino fundamental e médio: reflexões e perspectivas sobre a educação transformadora. **Revista Exitus**, v. 7, n. 2, p. 283-304, 2017.

TEODORO, Natália Carrion; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. O professor de biologia e dificuldades com os conteúdos de ensino. **Revista da SBEnBio**, v.9, p. 5390-5401, 2016.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016: IMPASSES E REFLEXÕES

Bárbara Viana Villaça
(UENF)

babivillaca@gmail.com

Iago Pereira dos Santos
(UENF)

iagoreisd@gmail.com

Juliete Maganha Silva
(UENF)

ju.ms22@hotmail.com

Eliana Crispim França Luquetti
(UENF)

elinafff@gmail.com

Resumo

O presente trabalho se propõe a promover uma discussão acerca da reforma curricular do Ensino Médio, bem como as dimensões da Medida Provisória nº 746/2016, até as proposições em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em elaboração pelo Ministério da Educação (MEC), considerada central para a implementação da reforma. Nossa discussão gira em torno de alguns aspectos da Reforma do Ensino Médio e tem dividido opiniões. De um lado, estão os que acreditam que essa reforma é necessária e que solucionará os problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. De outro lado estão os que são contrários a essa reforma e acreditam que é um velho discurso, com uma nova roupagem. Contudo, o que de fato ocorre é que a evolução da educação está diretamente ligada ao do poder político, pois a mesma é utilizada para atender aos interesses daqueles que estão no poder.

Palavras-chave: Reforma curricular do Ensino médio, Medida Provisória 746, Base Nacional Comum Curricular.

Abstract

This paper proposes to promote a discussion about the curricular reform of High School, as well as the dimensions of Provisional Measure nº 746/2016, to the proposals around the National Curricular Common Base (BNCC), elaborated by the Ministry of Education (MEC), considered central to the implementation of the reform. Our discussion revolves around some aspects of the High School Reform and has divided opinions. On the one hand, there are those who believe that this reform is necessary and that it will solve the problems faced by the Brazilian educational system. On the other side are those who are against this reform and believe that it is an old speech, with a new outfit. However, what actually happens is that the evolution of education is directly linked to that of political power, since it is used to serve the interests of those in power.

Keywords: Curricular reform of secondary education, Provisional Measure 746, National Curricular Common Base.

Introdução

A educação brasileira trilou desde o início por árduos caminhos, pelo fato de sempre ter atendido à elite que esteve voltada para a dominação e estratificação das classes sociais. Por séculos, sustentou-se a ideia do “monopólio da cultura letrada” pela minoria aristocrática, tornando-a acessível a uma pequena parcela da sociedade. Com base nesse contexto histórico, por mais que os objetivos do sistema de educação visem atender a sociedade como um todo, acabam favorecendo ao grupo social detentor do poder, pois são esses que legislam e fazem de acordos com os valores adquiridos para a sua ocupação na estrutura social. Assim sendo, o trabalho apresenta uma crítica sobre as consequências que essa reforma acarretará, não somente nas futuras gerações de estudantes do Ensino Médio, mas em todos os atores envolvidos no cenário educacional. Ainda sobre esse assunto, é preciso compreender que a ampliação de jornada não significa formação integral. Essas mudanças acarretarão uma transformação brusca nas unidades escolares porque muitas delas não possuem infraestrutura adequada para enfrentar tais mudanças, necessitando assim, de maior investimento financeiro já que teriam que aumentar sua carga horária de quatro para sete horas diárias.

O percurso metodológico a ser utilizado será uma revisão bibliográfica e análise documental, tendo o seguinte procedimento: realização de uma análise do documento: Medida Provisória, destacando seus objetivos e impasses. Nesse sentido, serão colocadas as considerações finais acerca de como essa reforma não tem relação apenas com o sistema educacional, mas sim está impregnada de ideologias resultantes do modo econômico em que estamos inseridos denominado Capitalismo.

Em 22 de setembro de 2016, passados exatos 22 dias da posse definitiva de Michel Temer como presidente da República, após a Dilma Rousseff, em um processo conturbado e carregado de dúvidas *impeachment* de sobre sua legalidade e legitimidade que o levou a ser chamado de golpe, é exarada a Medida Provisória (MP) nº 746/2016. Conforme descrito na Exposição de Motivos, o texto encaminhado ao Congresso Nacional almeja “dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (BRASIL, 2016).

Partimos do pressuposto de que a reforma em questão é muito polêmica e tem levado representantes de instituições educacionais, docentes, estudantes, governo, sociedade civil a travarem discussões em torno dela. Na verdade, vivemos em uma sociedade capitalista com um sistema econômico em crise, gerando uma luta de classes. O mundo do trabalho apresenta uma contradição ainda mais nítida, de um lado está à classe trabalhadora e de outro, a classe detentora dos meios de produção, a reforma do Ensino Médio se apresenta em meio a esse panorama da crise do capitalismo, que gera também, uma crise de cunho econômico e político.

Nossa discussão gira em torno de alguns aspectos da Reforma do Ensino Médio e tem dividido opiniões. De um lado, estão os que acreditam que essa reforma é necessária e que solucionará os problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. De outro lado estão os que são contrários a essa reforma e acreditam que é um velho discurso, com uma nova roupagem. Essa temática é muito polêmica e tem levado representantes de instituições educacionais, pesquisadores em educação, docentes, estudantes, governo, sociedade civil a travarem discussões acirradas em torno dela.

O presente trabalho foi construído com base em revisão bibliográfica e tem como objetivo discutir a proposta de reforma do Ensino Médio considerando a Medida Provisória 746/2016 e a Lei 13.415/2017, analisando os impactos que podem ocorrer na formação dos jovens

estudantes brasileiros, buscou-se verificar os atores sociais que estão atrás dessa reforma e o contexto no qual eles estão inseridos.

Capitalismo e Educação

Vivemos numa sociedade marcada por um sistema econômico em crise, gerando uma luta de classes que parece não ter fim. Um dos resultados dessa crise é o avanço do projeto neoliberal que se manifesta por meio da ofensiva contra o trabalho, da reestruturação produtiva e da reforma do Estado. Essa nova reestruturação tem atingido as demandas sociais de responsabilidade do Estado, dentre as quais a educação (MONTAÑO, 2008).

Nesse sentido, o momento que o Brasil atravessa é de uma crise aguda que insere medidas econômicas e políticas ofensivas que afetam fundamentalmente nossos jovens da classe trabalhadora. Com isso, as burguesias dominantes desenvolveram mecanismos de controle social por meio dos vários equipamentos do Estado em união pessoal com seus respectivos aparelhos privados de hegemonia e com organismos internacionais. Introduzindo assim, um conjunto de políticas públicas que conformam a conjuntura, buscando solidificar a ideologia necessária para se manter no poder. Por esse motivo, torna-se determinante introduzir as reformas na educação, sobretudo a pública, na qual se situa a grande camada de jovens da classe trabalhadora para administrar a “questão social” e criar as condições favoráveis para a expansão do capital. (MOTTA, FRIGOTTO, 2017).

Sobre isso, a educação brasileira sempre trilou por árduos caminhos, pelo fato de sempre ter atendido à elite que sempre esteve voltada para a dominação e estratificação das classes sociais. Por séculos, sustentou a ideia do “monopólio da cultura letrada” pela minoria aristocrática, tornando-a acessível a uma pequena parcela da sociedade. O Ato Institucional de 1834 determinou que seria dever das províncias legislar e controlar o ensino primário e médio, e o poder central se dedicava exclusivamente a promover e regulamentar o ensino superior. Devido à aversão ao ensino profissionalizante, o ensino médio possuía um conteúdo com base fortemente humanística. Além disso, a preferência dos estudantes pelo curso de Direito (presente nas faculdades de São Paulo e Recife) fez com que o currículo do nível médio se submetesse ao currículo destas faculdades. A falta de recursos e um sistema falho para arrecadar impostos que pudessem ser investidos na educação, impedia que as províncias cumprissem o papel que lhes fora dado: o de regular e promover o ensino primário e médio. O total abandono destes níveis educacionais abriu caminho para que instituições particulares assumissem o nível médio, o que contribuiu ainda mais para o elitismo educacional. (CANHOLATO, SILVA, 2015).

De acordo com o Romanelli (2001), a evolução da educação escolar está diretamente ligada à evolução do poder político, pois a mesma é utilizada para atender aos interesses daqueles que estão no poder. Por mais que os objetivos do sistema de educação visem atender a sociedade como um todo, acabam sempre favorecendo ao grupo social detentor do poder, pois são esses que legislam e fazem de acordos com os valores adquiridos para a sua ocupação na estrutura social. Fatos que estão presentes até os dias atuais. Em diferentes períodos, a educação escolar passou a se organizar não só de forma fragmentária por causa do avanço e do fortalecimento do regime político centralizador, mas de forma que refletisse as contradições de um sistema político responsável mais pela metamorfose das formas tradicionais de controle do poder do que realmente pelas novas formas. Desde a descoberta do Brasil, o país vem sofrendo várias mudanças políticas, sociais e filosóficas que permitiram o planejamento e a formalização do modelo educacional. Existe atualmente uma necessidade de repensar as práticas de ensino em busca da preparação do educando e futuro cidadão que vai interferir em sua realidade diante da modernização do trabalho e das mudanças constantes no espaço construído. O avanço

das técnicas, a maior e mais acelerada circulação de mercadorias, homens e ideias distanciam os homens do tempo da natureza e provocam certo “encolhimento” do espaço de relação entre eles. Na sociedade moderna, baseada em princípios de circulação e racionalidade, há um domínio do tempo e do espaço mecanizado e padronizado, que se torna fonte de poder material e social numa sociedade que constitui a base do industrialismo e do capitalismo (CAVALCANTI, 2005).

A escola oferece uma série de intervenções sociais que poderiam auxiliar na formação do cidadão. Entretanto, esse processo acaba se desconstruindo por conta da burocracia e decisões políticas que atrasam o desenvolvimento da educação desde as séries iniciais, impedindo que ao longo do tempo, o aluno não consiga fazer uma leitura crítica do espaço em que vive. Os significados implícitos, os preconceitos, as noções prévias formam parte do desenvolvimento das inteligências pessoais. Portanto, não se pode ignorar essa forma de aprender, pois, além de ser um erro pedagógico é uma forma de reconhecer o aluno como pessoa. Por sua vez, a escola deveria considerar essas ideias prévias que o aluno traz consigo para que houvesse a valorização dos seus conhecimentos prévios e assim, essas ações pudessem efetivas, contudo, às exigências do mercado nem sempre valorizam o aprendizado significativo que o indivíduo carrega. (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, Frigotto (2015), afirma que um dos temas transversais que seria extremamente útil para que o aluno compreendesse a lógica de mercado, é o empreendedorismo. Para ele essa é uma forma de preparar os futuros trabalhadores para atuarem no mercado, evidenciando que a preocupação não está centrada no sujeito, mas nos interesses do próprio mercado.

O capital já não necessita de toda a força de trabalho e já não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Há apenas lugar para os mais ‘competentes’, ou que desenvolvem, ao longo de sua vida, aquelas qualidades técnicas e psicossociais que interessam ao mercado. Cada indivíduo tem que isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se às necessidades do mercado e pelo tempo que o mesmo necessita (FRIGOTTO, 2015, p. 220).

Dessa forma, as propostas dos documentos que propõem a reforma, exigem algumas medidas de adequações às tendências gerais do capitalismo contemporâneo, fazendo valer dos argumentos de que as novas tecnologias exigem trabalhadores com mais qualificação, sendo que a globalização defende a formação de um cidadão mais flexível diante das transformações e exigências do mercado de trabalho.

Medida Provisória N° 746 - A urgência da Reforma

O “problema” do ensino brasileiro não está na quantidade de disciplinas que o estudante precisa cursar, mas sim na falta de estrutura nos colégios. Com isso é correto afirmar que a questão não pode ser centralizada na mudança de currículo e desconsiderar as questões socioeconômicas presentes no Brasil. Questões como escolas sem estruturas físicas adequadas para o atendimento às demandas existentes, desvalorização dos profissionais da educação, falta de investimento financeiro destinado à educação. Assim, o fato é que a maioria das instituições de ensino público não poderia oferecer todas as opções e que isso acarretará no aumento da concorrência de algumas instituições escolares. Essa alteração poderá dar abertura para que o sistema privado atue de forma mais intensa, pois essa concorrência mais acirrada pode contribuir para que haja uma maior desvalorização do sistema público de ensino, abrindo brechas para a privatização. (APP/SINDICATO, 2017).

A Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017) promove a reestruturação do currículo do Ensino Médio em duas etapas: uma composta pela Base Nacional Comum

Curricular (BNCC), que ainda está finalizando as discussões. Por outro lado, enfatiza as áreas de Códigos e Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional, a ser implementada progressivamente, mas com o intuito que ela seja aplicada em tempo integral.

Essa MP nº 746/2016 foi aprovada em Fevereiro de 2017 e transformada na Lei nº 13.415. Segundo o Ministério da Educação (MEC), essa reforma possuía um caráter de urgência pelo fato de haver necessidade de destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico do país. A educação nesse sentido, principalmente a educação profissional, seria um importante fator para a retomada do crescimento econômico brasileiro, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade. Nessa perspectiva, no âmbito educacional, seriam aspectos necessários para elevar as condições de competitividade do Brasil no mercado internacional. Por isso, a justificativa da reforma, pelo simples fato de iniciar dela a melhoria da qualidade do Ensino Médio, até mesmo com o aumento da jornada escolar, melhorando o alcance no desempenho escolar, a reestruturação do currículo, ajustando-se às mudanças no mundo do trabalho aumentaria a ampliação do número de vagas e a contenção da evasão escolar. (MOTTA, FRIGOTTO, 2017).

A MP nº 746/2016, no seu Art. 24 mostra o aumento da carga horária mínima anual que deverá ser progressivamente ampliada para o ensino médio, para mil e quatrocentas horas. Já o Projeto de Lei (PL) de Conversão no mesmo artigo § 1º afirma que a carga horária mínima anual deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os 8717 sistemas de ensino oferecer, no prazo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária a partir da publicação desta lei. (BRASIL, 2016)

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Ensino Noturno, tanto a MP como o PL 34 colocam a responsabilidade para os Sistemas de Ensino e não se manifestam a respeito. Em relação à retirada de componentes obrigatórios como Arte, Educação Física, Sociologia e Filosofia, vale ressaltar que a disciplina de Arte foi retomada como componente obrigatório e Educação Física, Sociologia e Filosofia ficaram para discussão dos Sistemas de Ensino a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (BRASIL, 2016).

A MP nº746/16 em seu §9º dispõe que o ensino de língua portuguesa será obrigatório nos três anos do ensino médio. O PL de Conversão, no Art.35, repete esse mesmo texto no § 2º, acrescentando: “assegurada, às comunidades indígenas também a utilização de línguas maternas”. O que se torna obrigatório no currículo do Ensino Médio é apenas a língua portuguesa, a matemática, em todos os anos, e inglês e artes, sem especificação se será em todos os anos. As divergências encontradas no Art. 35 estão relacionadas à carga horária. A Medida Provisória dispõe que “a carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e duzentas horas da carga horária total do ensino médio”. No Projeto de Conversão, a carga horária avança para 1800 horas, um aumento de 600 horas em relação ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular. (BRASIL, 2016)

Sobre a formação dos profissionais da educação, o ponto que mais preocupa é a contratação de professor por notório saber. Na MP, o Art. 61 vem com a seguinte alteração:

- III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;
- IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação.

Esse mesmo Artigo, no Projeto de Lei de Conversão, foi alterado para:

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestadas por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenha atuado.

V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. Embora se reafirme que esses professores são da área técnica da educação profissional, é possível perceber a eminente desvalorização em relação à formação de professores, pois a formação inicial é uma conquista garantida por lei. Assim essa MP abriria a possibilidade de contratação de profissional de notório saber para toda a Educação Básica.

Dessa forma, com base no que foi dito anteriormente sobre a educação que atende às exigências do mercado capitalista, a formação humana é diretamente articulada com a formação da força de trabalho, sendo esta considerada um dos principais fatores na cadeia produtiva, assim como o maquinário utilizado nesse mesmo processo. Trata-se de uma concepção predominante na história da educação brasileira, legitimada em políticas públicas de educação em diferentes momentos dos ciclos do capital. No caso brasileiro, no período do desenvolvimento industrial brasileiro, difundia-se a necessidade de investir no capital humano, articulado ao projeto de modernização da nação, como um mecanismo para avançar etapas de desenvolvimento econômico e social.

No ciclo da economia neoliberal, o setor político volta-se para as vantagens comparativas como forma de potencializar a competitividade na nova divisão internacional do trabalho. No Brasil, as vantagens comparativas são: os fartos recursos naturais que possibilitam o mercado de exportação de matérias-primas. O setor de serviços, que é favorecido, ainda, pelo baixo valor da mercadoria força de trabalho. Com isso, na nova divisão internacional do trabalho, a base econômica brasileira manteve-se na produção e exportação de commodities minerais, agrícolas e alguns produtos manufaturados. Ainda existe o baixo valor da força de trabalho que atraiu muitas indústrias estrangeiras para produzirem determinados segmentos do processo produtivo, como as montadoras de automóveis e motocicletas. São setores produtivos de baixo valor tecnológico. (MOTTA, FRIGOTTO, 2017).

Agora, ao analisarmos o período entre 1960 e 2010, é possível identificar as mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileira. Associadas a essas transformações na estrutura produtiva, nos anos entre 2004 e 2010 houve elevação da renda per capita e redução da desigualdade social, isso ocorreu devido aos programas direcionados às camadas mais pobres da população. Essas ações impulsionaram o setor terciário, gerando novos postos de trabalho, no entanto, concentrou-se naqueles de salário-base. O mesmo ocorreu com o setor secundário. No setor terciário foi possível perceber seu aumento em razão de seu peso relativo ao Produto Interno Bruto (PIB). Todavia, mesmo com esse crescimento quantitativo, nos diferentes setores econômicos predominaram as atividades de baixo valor agregado, com remunerações próximas ao salário mínimo. (POCHMANN, 2011).

Baseando-se no cenário de austeridade e em meio a cortes profundos no orçamento da educação, cultura e saúde, cuja base econômica de baixo valor tecnológico agregado e alto índice de informalidade não necessita de uma força de trabalho para atividades complexas? Daí vem o questionamento se de fato existia uma urgência de reformar o Ensino Médio.

Diante desses fatos, Junia (2016) realiza alguns apontamentos sobre o direcionamento de verbas em um levantamento realizado em Julho de 2015, onde pode ser constatado que a União transferiu em 2014 recursos para o programa no montante de R\$2.648.668.385,35, sendo que R\$2.581.208.152,00 foram destinados ao Sistema S. Contudo, em Junho de 2015, em meio aos cortes na educação, tinham sido transferidos para o PRONATEC R\$551.413.899,65 e, desse montante, R\$518.393.229,20 foram destinados ao Sistema S. Além da quase totalidade dos recursos públicos voltados para o “Ensino Técnico e ao emprego” ter sido destinada ao setor privado, os cursos ofertados foram focados em cursos de curta duração e voltados para o trabalho simples ofertados pelo Sistema S.

De frente a essa realidade, é possível perceber que a necessidade de investir em capital humano como eixo central ao desenvolvimento econômico e social é uma mera ideologia. Os cortes no orçamento da educação e os repasses de recursos públicos para setores privados ofertarem cursos aligeirados e de baixo valor tecnológico agregado vão de encontro à ideologia do capital humano. (JUNIA 2016).

Trata-se, contudo, de uma contrarreforma que se expressa e se consolida com o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional que atente às exigências do sistema capitalista de produção, promovendo o desenvolvimento desigual em várias camadas sociais, condenando gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens uma melhor compreensão do mundo das coisas e a sociedade humana. Uma violência velada cínica de interdição do futuro dos filhos da classe trabalhadora por meio da oficialização da dualidade intensificada do Ensino Médio e de uma escola esvaziada, na perspectiva de Antônio Gramsci. (MOTTA, FRIGOTTO, 2017).

Impactos e consequências na formação do estudante

Antes de tudo é preciso compreender que a ampliação de jornada não significa formação integral. Essas mudanças acarretarão uma mudança brusca nas unidades escolares porque muitas delas não possuem infraestrutura adequada para enfrentar tais mudanças. Necessitariam assim, de maior investimento financeiro já que teriam que aumentar sua carga horária de quatro para sete horas diárias. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Pelo fato dessa reforma permitir a contratação de profissionais em massa, ela acaba forçando os estados a não realizarem concursos públicos. Isso pra não falar da contração dos ditos “especialistas” e não licenciados. Esses fatos permitem estados se enquadrem na mordida da austeridade às custas de cortes de salários e aposentadorias, aumento da contribuição da previdência e flexibilização, ainda maior, das leis trabalhistas. Em meio a esse caos, ainda existem as parcerias público-privadas como estratégia de privatização do Ensino Médio pela venda de pacotes e determinação do conteúdo e dos métodos de ensino por institutos privados ou organizações sociais, supostamente neutros (MOTTA, FRIGOTTO, 2017).

Outro ponto negativo que poderá ocorrer está atrelado à ausência da obrigatoriedade da oferta das disciplinas de Filosofia e Sociologia, tornando o esvaziamento do conhecimento, pois essas disciplinas são essenciais para a formação do sujeito detentor de direitos como cidadãos e ausência de criticidade nas suas ações. A não obrigatoriedade dessas disciplinas no currículo revela a verdadeira intenção do que está subjacente a essa reformulação do Ensino Médio que é formar mão de obra barata. Assim, basta que o sujeito tenha um conhecimento que o torne capaz de atuar no mercado de trabalho, apenas. Seguindo o mesmo ideário das políticas educacionais dos anos 1990 que submeteram o currículo do ensino médio à pedagogia das competências (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Considerações finais

Após a leitura do presente artigo, pretende-se oferecer a compreensão dos fatos políticos e qual é o real direcionamento que a Reforma do Ensino Médio está tomando. Fortalecidos pela atual hegemonia político-ideológica do país, nos revela que o real problema está relacionado ao sistema econômico vigente, sendo possível compreender que a burguesia está fazendo o que pode para se manter no poder de forma hegemônica com seus ideários, contra uma classe trabalhadora que luta para não perder direitos conquistados historicamente. Portanto, há aqui um grande retrocesso.

Diferente com o que ocorre com empresas públicas, o processo de privatização no setor educacional ocorre a passos lentos, porém, gradual. Diante dessa medida, pode-se perceber que o governo tem como objetivo estimular a privatização das escolas. Sendo assim, a lógica da privatização já está se consolidando. O sistema público de ensino está em crise porque, para o capital, a educação é vista como mercadoria. Enquanto ocorre o enfraquecimento da escola pública, o sistema privado cresce (MÉSZÁROS, 2008).

Sendo assim, é possível admitir que nosso ensino esteja defasado, não só o Ensino Médio precisa de mudanças profundas. Contudo, o que se discute aqui não é o que é feito, mas como estão sendo feitas essas mudanças. O Ensino Médio realmente precisa de uma política clara e objetiva, mas não imposta de forma autoritária como está ocorrendo atualmente no Brasil, pois o problema está na base da nossa educação. É preciso uma mudança em todas as etapas do ensino dizem respeito ao Ensino Médio, pela insistência na sua vinculação aos interesses da economia capitalista, atribuindo a essa etapa da formação de jovens um caráter fortemente instrumental, mais do que de formação humana em sentido amplo. Somente com o passar do tempo que perceberemos as reais consequências e impactos que ocorrerão na formação do jovem estudante, só esperamos que essas discussões tenham efetivo valor benéfico.

Referências

APP/SINDICATO. **Especialistas desconstroem propaganda do MEC sobre Reforma do Ensino Médio.**

Disponível em: <http://appsindicato.org.br/index.php/especialistasdescontroem-propaganda-do-mec-sobre-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 4 maio. 2018.

Disponível em: <http://appsindicato.org.br/index.php/especialistasdesconstroem-propaganda-do-mec-sobre-reforma-do-ensino-medio>

BRASIL. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de set. 2016.

CANHOLATO, C. S. DA SILVA, F. M. C. **O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino de Geografia.** Instituto Federal Fluminense, 2015.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e Práticas de Ensino.** Goiânia: Alternativa, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas.** *Revista Trabalho Necessário*, [S. l.], n. 20, p. 206-233, 2015.

JUNIA, R. **Pronatec: nova fase, velhas contradições.** Rio de Janeiro: EPSJV: Fiocruz, 2016.

MÉSZÁROS. I. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTTA, V. C. da. FRIGOTTO, G. **Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória N° 13.415/2017.** Campinas, v. 38, n°. 139, p.355-372, abr.-jun, 2017.

A, D. H. LIMA FILHO, D. L. SILVA, M. R. **Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira.** Revista Brasileira de Educação. v. 20, n.63, p. 1057-1080, out./dez. 2015.

OLIVEIRA, M. L. T. **Ensino de geografia na contemporaneidade: o uso de recursos didáticos na sua abordagem.** X Encontro Nacional de Prática para o Ensino de geografia.

POCHMANN, M. **Comunicado IPEA n.º 104.** Brasília: Ipea, 2011.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil.** 25. Ed. Petrópolis: vozes, 2001.

ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL: IMPLICAÇÕES, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Claudia Correia de Matos
(UNIGRANRIO)

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
caucorreiamatos@gmail.com

Daniele Ribeiro Fortuna
(UNIGRANRIO)

Professora do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
drfortuna@hotmail.com

Márcio Luiz C. Vilaça
(UNIGRANRIO)

professorvilaca@gmail.com
Professor do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes

RESUMO

Muitos alunos ingressam no curso superior com muitas lacunas na formação quanto à produção textual. Este trabalho tem por objetivo propor uma discussão acerca de dados coletados por uma pesquisa interdisciplinar de um programa de mestrado sobre a produção textual de alunos que acabavam de ingressar no ensino superior. Estudos linguísticos mostram que há uma série de elementos que envolvem a produção de textos. No ensino superior, a disciplina Português Instrumental busca sanar algumas lacunas da formação básica dos alunos em leitura e produção textual. Pesquisa realizada com alunos que acabavam de ingressar no ensino superior mostra que a escola ainda está muito aquém do que linguistas e educadores consideram diretrizes para o ensino de língua materna e, conseqüentemente, de produção textual.

Palavras-chave: Produção textual. Educação. Gênero textual. Pesquisa. Ensino.

ABSTRACT

The students enter the upper course with many gaps in the training regarding textual production. This work aims to propose a discussion about data collected by an interdisciplinary research of a master's program on the textual production of students who had just entered higher education. Linguistic studies show that there are a number of elements that involve the production of texts. In higher education, the Portuguese Instrumental discipline seeks to remedy some gaps in students' basic education. Research carried out with students who had just entered higher education shows that the school is still far short of what linguists and educators consider guidelines for teaching mother tongue and, consequently, textual production.

Key-words: Writing skills. Education. Textual genre. Research, Higher education.

Introdução

Partindo do princípio de que a educação básica e pública de grande parte da população do país, de modo geral, não atende satisfatoriamente no que diz respeito à leitura e à escrita dos estudantes e de que as lacunas dessa formação podem desencadear consequências no ensino superior, pesquisas nessa área são de grande importância, considerando-se a complexidade de fatores envolvidos. Além desse aspecto, o ensino superior exige dos alunos determinados conhecimentos inerentes ao universo acadêmico. Em especial, a escrita acadêmica requer um olhar atento, em razão de ela ser intrínseca ao conhecimento científico gerado pelas áreas do saber.

Assim, este trabalho tem por objetivo propor uma discussão envolvendo os conhecimentos linguísticos relacionados à produção textual, sobre a escrita de alunos que acabavam de ingressar no ensino superior. Estudos linguísticos mostram que há uma série de elementos que envolvem a produção de textos e trazem significativas contribuições para se ampliarem os conhecimentos relacionados à leitura e à escrita (MARCUSCHI, 2008, 2010, 2012; KOCK, 2011a, 2011b).

Outro aspecto que merece ser mencionado é que a Pedagogia defende que a abordagem dada ao trabalho realizado nas aulas de língua materna sobre a produção de textos deve fazer sentido para o aluno, isto é, deve ser contextualizada. E um dos grandes desafios dos educadores é o fato de que os indivíduos buscam leituras de acordo com seu interesse. Então, quais textos poderiam ser trabalhados na escola com alguma relação com a realidade do aluno, despertando nele interesse, para que desenvolva as habilidades necessárias para a produção de textos, de maneira que, ao ingressar no ensino acadêmico, algumas dessas lacunas já tenham sido superadas?

Essa temática é de suma importância para se tentar compreender a complexidade que envolve a escrita dos alunos, em especial, dos que ingressam no ensino acadêmico, considerando-se que a educação básica e a educação superior são modalidades distintas de ensino.

O que dizem os estudos linguísticos

Os estudos linguísticos desenvolveram-se, significativamente, no país, na década de 1980, quando se passou a ser adotada uma nova orientação para o ensino, em que os processos cognitivos passaram a ser considerados no agir do indivíduo. Nessa perspectiva, o indivíduo precisa dispor de modelos mentais de operações e de tipos de operações; o texto passou a ser considerado como resultado de processos mentais (KOCH, 2009).

Desses estudos emergem alguns conceitos que são revisitados, dentre eles, o conceito de *texto*. Para Dressler (1972), mencionado em Fávero & Koch (2012, p. 96): o texto é “a unidade fundamental da língua, e o homem fala ou escreve não por meio de frases, mas de textos”; para Beaugrande (1997), em Marcuschi (2008, p. 72): “O texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”.

Outro conceito que figura nesse cenário é o de Adam (2008), citado por Antunes (2010, p. 31): “o texto não é uma sequência de palavras, mas uma sequência de atos”, além do conceito de Halliday e Hansan (1989), mencionado igualmente na mesma obra de Antunes (2010, p. 31), que definem texto como a “linguagem que é funcional. Por linguagem funcional queremos referir aquela linguagem que cumpre alguma função em algum contexto”.

Nesse viés, a percepção que se passou a ter dos textos é contextualizada, situada, impregnada de elementos históricos e sociais. As implicações que passaram a ser atribuídas ao texto

tomaram as mais variadas vertentes. Dentre essas variadas concepções, em razão da limitação do espaço, aqui irá se tratar especificamente da Linguística do Texto ou Textual.

Marcuschi (2008) defende que a Linguística Textual pode ser caracterizada como “uma disciplina multidisciplinar, dinâmica, funcional, processual, considerando a língua como não autônoma nem sob seu aspecto formal” e abarca outras áreas, como, por exemplo, a pragmática. Com isso, observa-se que seus estudos são pertinentes nas mais variadas áreas do âmbito acadêmico, independentemente do campo do conhecimento científico.

Marcuschi (2008) afirma ainda que a Linguística Textual:

pode ser definida como o estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso (MARCUSCHI, 2008, p.73).

Já segundo Bentes (2012), a Linguística Textual consiste em um esforço teórico de construir uma Linguística para além dos limites da frase, como, por exemplo, levar em consideração o texto e o contexto. Essa mudança de paradigma em relação à língua (em uso efetivo em contextos comunicativos), em relação ao texto (visto como um processo) e em relação aos objetivos a serem alcançados (a análise e explicação da unidade formal): “fizeram com que se passasse a compreender a Linguística do Texto como uma disciplina essencialmente interdisciplinar, em função das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem” (BENTES, 2012, p. 268).

Com isso, pode-se afirmar que essa mudança de percepção deve ser estendida às mais variadas áreas do conhecimento, em razão de haver por parte dos sujeitos a necessidade de consciência dessas implicações ao se registrar o pensamento por meio de um texto escrito, formal, em prosa, não literário, características essas pertencentes aos textos acadêmicos.

Com base nesses estudos, observa-se que os avanços em relação aos estudos linguísticos muito contribuíram para ampliar o arcabouço teórico sobre a língua e o seu ensino. E como o ensino deve-se dar por meio de textos, esses conhecimentos devem-se estender às mais variadas áreas, considerando-se que o saber é registrado e difundido por textos acadêmicos escritos, pelas áreas do conhecimento das mais variadas.

Nessa perspectiva, deve-se considerar que, para se produzir um texto, o indivíduo tem de ter leituras sobre o tema. A partir das leituras, o aluno terá embasamento para ter o que dizer em sua produção. Outro ponto é que ele deve ter uma razão para dizer, isto é, tem de haver sentido para sua escrita e alguém para quem dizer, um interlocutor (GERALDI, 2013). Dizendo com outras palavras, quando o sujeito conhece o tema de que irá tratar, isso facilita sua escrita e, quando se torna claro para ele a razão de sua escrita e o leitor de seu texto, esses elementos contribuem para “situar” quem escreve.

E no que diz respeito ao ensino universitário, os estudantes de todas as áreas do conhecimento, desde os iniciantes na vida acadêmica aos pesquisadores mais experientes, não só leem textos acadêmicos, mas também os produzem. Seguindo essa linha de raciocínio, independentemente da área de atuação, há elementos comuns que perpassam a produção acadêmica. Esta é uma das questões que merecem destaque, como se procura mostrar neste artigo.

As implicações em torno dos gêneros textuais

Antes de tratar dos gêneros textuais propriamente ditos, faz-se necessário trazer à discussão alguns conceitos que antecedem essa questão e que, por vezes, causam embaraço. Entre as propostas que antecedem o conceito “gênero textual”, a mais satisfatória para classificação dos

textos foi defendida por Werlich, (1975 *apud* Oliveira 2007). Esse pesquisador propunha uma classificação em cinco categorias de texto, quais sejam: narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e injuntivo.

Outro teórico, Charaudeau (2012), denomina a esse pequeno número de categorias que dispõe de critérios intratextuais de “modos de organização do discurso”. E esses “modos” de organização “constituem os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar, argumentar” (CHARAUDEAU, 2012, p. 68).

Já Marcuschi (2008), ao tratar dessa questão, defende que tem de ficar claro que essas terminologias sobre os tipos textuais nomeados na literatura, como narrativos, descritivos, expositivos, argumentativos e injuntivos, dizem respeito às características de sequências linguísticas que “norteiam” os textos. Para Marcuschi (2008, p. 154): “o tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados” (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Parafraseando esse pesquisador, “tipos” são sequências textuais que podem ser observadas dentro de determinado gênero, por meio dos mais variados elementos gramaticais, lexicais e sintáticos que nele figuram. Tem-se, assim, uma das dificuldades ao se tratar dessa temática. Faz-se necessário, desse modo, em primeiro lugar, fazer menção aos “tipos textuais” ou a denominada “tipologia textual”, para, posteriormente, tratar-se dos “gêneros” (MARCUSCHI, 2008). O que há em comum entre esses teóricos é que essa classificação diz respeito às sequências textuais que podem estar presentes dentro de uma única produção, não se excluindo. Por exemplo, em um e-mail, pode-se descrever, narrar, expor e argumentar.

Com base nessa exposição, observa-se que “tipos”, “tipologia” e “modo” são termos que foram bastante discutidos entre os pesquisadores, o que desencadeou no país várias obras na literatura ou parte delas direcionadas ao tema. Junto a esses termos, passou a figurar, também, o conceito “gênero textual” ou “gênero discursivo”. Convém ressaltar que essa variedade na terminologia gera confusão no universo escolar, pois esses conceitos por vezes são citados como sinônimos; noutras, como elementos distintos, o que confunde os próprios professores, causando embaraço até mesmo no meio acadêmico.

Nesse cenário das especificidades dos textos, surge o conceito *gêneros textuais*, termo esse cunhado por Bakhtin (1997). Os estudos sobre o tema passaram a ser mais expressivos no país quando o conceito ganhou evidência ao ser introduzido nos Parâmetros Curriculares Nacionais. No entanto, essa orientação se configurou não como uma metodologia, mas sim como uma significativa influência sobre as práticas educacionais. Em razão de o ensino de língua materna passar a ser conduzido a partir do texto, este passa então a ser o norteador do processo de aprendizagem.

Bakhtin (1997) observa que as categorias de textos até então adotadas – narrativos, descritivos, argumentativos, injuntivos –, não dão conta da complexidade que envolve os mais variados textos que se produzem. Essa categorização apresentada pelos pesquisadores trata de estruturas internas do texto, em que ocorre a predominância de uma dessas categorias. Bakhtin oferece, então, um olhar mais amplo sobre o tema.

Esse teórico parte do princípio de que a atividade humana está relacionada à utilização da língua. E a língua se manifesta por meio de enunciados – os enunciados orais e escritos. Para Bakhtin, a atividade humana se dá em esferas, em áreas de atuação, e essas áreas de atuação

são mediadas pela língua. E as esferas foram criadas para organizar a vida em sociedade, de modo que categorizam os textos. Bakhtin (1997) afirma que:

todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Desse modo, Bakhtin (1997) defende a ideia de que os gêneros textuais caracterizam-se por três elementos. São eles: seu *conteúdo temático, seu estilo verbal e sua construção composicional*. Esses elementos se fundem no todo do enunciado e se marcam pelas especificidades que cada esfera da atividade humana apresenta. Em seus estudos, detém-se sobre a relação que existe entre o processo de interação verbal e o enunciado. Ele afirma que essa interação se efetiva por meio dos enunciados, chamados “gêneros”. Esse teórico introduz, assim, o conceito “gênero do discurso”.

Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso da mesma forma que organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nosso discurso às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume [...], uma determinada estrutura composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala (BAKHTIN, 1997, p. 302).

Os gêneros do discurso ou textuais são, assim, formas padronizadas relativamente estáveis, criadas pelas sociedades para atender a intenções comunicativas. E estes se cofiguram, com base nos estudos de Bakhtin, dos mais simples (primários) aos mais complexos (secundários).

Com o desdobramento dos estudos bakhtinianos no Brasil, Marcuschi (2008) observa que a função dos gêneros é o elemento mais relevante. E a função se faz dentro de uma dada realidade e deve ser o elemento norteador mais importante nos estudos. Isso implica dizer que a determinação do gênero se dá basicamente por sua *função*, pois é por meio dela que cada gênero tem um propósito que o determina e que lhe confere uma esfera de circulação.

Esse pesquisador brasileiro defende que os gêneros discursivos são, portanto, “modelos” de textos, que são usados diariamente. E esses modelos representam padrões sociocomunicativos característicos, definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos, que se materializam na integração de várias forças. Essas forças, que são históricas, sociais, institucionais e técnicas, são aprendidas pelos sujeitos (MARCUSCHI, 2008).

Sendo a função dos gêneros textuais facilitar a vida em sociedade, isso de certa forma explica o fato de serem relativamente estáveis, caso contrário, as relações que se estabelecem nas esferas da vida em sociedade não seriam compreendidas, compatíveis, satisfatórias, como são. Isso é explicável em razão de essa categorização do mundo já existir quando o sujeito é nele inserido. De fato, os sujeitos conseguem, sem muita dificuldade, identificar os variados textos, pois ao longo de suas vidas já tiveram algum tipo de contato com eles nas mais variadas situações, tanto os orais quanto os escritos (BAZERMAN, 2011a).

Com base nesses estudos sobre os gêneros textuais, apresentados aqui, resumidamente, o que se espera é que os alunos detenham conhecimentos sobre os respectivos gêneros que venham a ler e a produzir. Nisso, é papel do professor contribuir para que os alunos desenvolvam o domínio sobre esses saberes, tenham ciência das implicações que envolvem a leitura e a escrita acadêmica e consigam expressar-se satisfatoriamente quanto aos gêneros textuais que lhes forem solicitados.

A escrita no ensino acadêmico

É sabido que a formação básica, pública, de modo geral, apresenta uma série de questões complexas que geram lacunas, que vêm se estendendo por longa data, no país. E essas lacunas da educação básica, de certa forma, vão gerar problemas no processo de formação do estudante, configurando-se em dificuldades de adaptação à etapa posterior de ensino, o ensino acadêmico.

No ensino superior, por meio de disciplinas denominadas Português Instrumental, Produção Acadêmica, Produção Textual, dentre outras terminologias, oferecidas nos períodos iniciais de graduações, buscam-se sanar algumas lacunas da formação básica dos alunos. Com isso, observa-se certo distanciamento entre o que o aluno efetivamente traz de sua formação, isto é, do ensino médio, e o que se espera que ele atenda favoravelmente ao ser solicitado com as atividades intrínsecas à vida acadêmica.

Outro ponto importante é o fato de que, ao ingressar no ensino acadêmico, os estudantes passam a frequentar um espaço completamente novo, que ele não está familiarizado e para o qual não passa por um processo de adaptação. Isso se dá de modo abrupto, considerando-se a complexidade que envolve essa esfera de ensino, comparada ao que o aluno vivenciou até então. Não só isso, a leitura e a escrita do âmbito universitário se caracterizam por serem mais densas, apresentarem níveis de dificuldades maiores, o que causa estranhamento entre os alunos.

Nessa nova modalidade, é intrínseco ao estudante fazer leituras de textos cujo teor e complexidade ele não dispõe de conhecimento; além dessa dificuldade, ocorre também a necessidade de se produzir textos do universo acadêmico, textos científicos. Desse modo, resumos, resenhas, artigos, fichamentos, projeto de pesquisa, entre outras produções são cobradas dos alunos, sem que haja, necessariamente, uma compreensão por parte dos estudantes quanto o que está sendo dele cobrado. Isso gera angústia entre os alunos. Cabe, dessa forma, o questionamento de quanto, ou melhor, até que ponto os estudantes têm consciência do que lhes está sendo solicitado, questionamento esse que recai sobre o professor.

Observa-se, assim, que, em torno da obrigatoriedade de produção acadêmica, o trabalho de conclusão de curso, há uma série de questões que precisam ser discutidas, pesquisadas e difundidas, a fim de que isso gere conhecimentos que venham a contribuir para tornar essa prática mais fácil para os alunos.

Metodologia adotada

O texto escrito formal é um dos mecanismos de avaliação utilizados no ensino acadêmico. No entanto, ocorre que, assim que o aluno ingressa no ensino superior, ele já terá de ler textos científicos e, geralmente, já lhe será cobrado, para o final do período, uma produção acadêmica. Sob esse ponto de vista, a pesquisa teve por objetivo levantar algumas dessas questões quanto ao que envolve essa transição da educação básica para a educação superior. A pesquisa foi realizada com vinte e seis alunos que acabavam de ingressar no ensino superior de um curso de Bacharelado em Ciências Náuticas, no primeiro semestre de 2015, na disciplina Português Instrumental (MATOS, 2016).

A pesquisa foi realizada por meio de um programa de mestrado interdisciplinar. Caracterizada como pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2010), bibliográfica e participante (LAKATOS & MARCONI, 2010), a investigação aconteceu no decurso de atuação como professora da disciplina Português Instrumental. Atuando a mais de uma década com produção de textos, na educação básica e, posteriormente na educação superior, essa práxis permitiu observar que

as dificuldades enfrentadas pelos alunos eram recorrentes nas duas modalidades de ensino. Isso estimulou a pesquisa.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados como dois questionários e três produções textuais. A pesquisa trouxe significativa contribuição para o conhecimento sobre a escrita de graduandos na fase inicial da formação acadêmica. Dos questionamentos feitos aos alunos, os dados levantados são apresentados a seguir.

O que dizem os alunos e discussão dos resultados

Os sujeitos foram questionados sobre os hábitos de leitura e de escrita na formação da educação básica, mais especificamente, até o ensino médio, o que liam na escola e fora dela e o que produziam. Ao serem questionados sobre o que liam na escola e sobre o que gostavam de ler, perguntas essas semiabertas, houve um equilíbrio entre as informações: os sujeitos informaram que faziam leituras na escola por meio de livros didáticos, textos de jornais e revistas, livros paradidáticos. Já quanto ao que gostavam de ler, houve variedade de respostas: ficção científica, literatura (incluindo romances, crônicas e contos), jornais e revistas, biografias, história, textos de áreas das ciências exatas, filosofia, religião, policiais, aventura e autoajuda.

Pelas respostas dos sujeitos, pode-se afirmar que as leituras de interesse dos alunos eram, de certo modo, de gêneros textuais mais diversificados do que os trabalhados na escola, na educação básica.

Já quando foram perguntados sobre os textos que produziram ao longo do ensino médio, houve quase uma unanimidade nas respostas dos alunos: redação, para a escola e para concursos públicos. Essa resposta traz à discussão uma série de questões. Primeiro porque comprova que a produção de textos no ensino médio é muito restrita, o que torna o trabalho improdutivo para as variadas práticas sociais, e isso é rejeitado por linguistas e pedagogos.

Segundo porque, ao se trabalhar com textos dessa maneira, apenas com a produção de redação, a escola limita a possibilidade de se promover um trabalho mais profícuo no que diz respeito a essa tipologia textual, abordando-a minimamente, ao direcioná-la apenas para a avaliação escolar ou ainda para o ingresso no ensino superior. O gênero textual redação escolar, em que ocorre predominância da explicação e da argumentação, é muito mais do que se propõe.

A resposta dos alunos *produzir redação* dialoga com Geraldi (2013), considerando-se que se deve estabelecer distinção entre produção de textos e redação, haja vista as redações produzidas na escola figurarem apenas nesse ambiente, o que não torna o trabalho produtor para as variadas práticas sociais. Além disso, esse tipo de produção não contribui de modo significativo para a reflexão e a análise crítica, que são relevantes na educação superior.

Essa produção de textos – redação escolar – esvazia o sentido da escrita, por não ser necessário muito esforço de reflexão, pois a escola reduz as redações a uma obrigatoriedade, uma vez que é algo preestabelecido e não há variedade nos tipos produções, apenas nos temas (UCHÔA, 2008). Outro ponto a ser tratado é que escrevemos para interlocutores dos mais variados. Já a redação escolar é elaborada unicamente para o professor. Pode-se dizer, assim, que a questão do destinatário desses textos é relativamente negligenciada.

Em outra pergunta feita aos sujeitos, foram questionados sobre quais os conhecimentos e as habilidades que consideravam necessários para a produção de textos. Grande maioria indicou *dois* aspectos: ter conhecimento do tema, do assunto abordado, e, igualmente, ter domínio da gramática, o que eles consideraram imprescindível. Segundo os sujeitos, ter domínio do

tema facilita a produção textual; já quanto ao domínio da gramática, isso inclui dominar o vocabulário, as regras ortográficas e a sintaxe.

Dialogando com Marcuschi (2008), se a escola trabalhasse as habilidades de escrita para produzir gêneros textuais dos mais variados, no caso, não apenas textos argumentativos (redações), esse trabalho estaria exercitando o aluno para competências textuais. Além disso, estaria contribuindo para a vida profissional dos sujeitos. Deve-se considerar que o direcionamento para a formação profissional é uma das atribuições da educação básica.

Assim, os dados coletados mostram a necessidade de se tentar propor um engajamento dos alunos, utilizando-se textos que gerem interesse nos estudantes, leituras que também estejam relacionadas ao universo dos jovens. Isso não quer dizer que tenham de ser textos rasos, superficiais, que não haja critérios para adotá-los. Acredita-se que este seja um dos grandes desafios metodológicos da produção textual. Talvez a utilização de textos relacionados à tecnologia e às ciências na educação básica deva entrar na pauta de linguistas, pedagogos e professores, pois esses temas causam interesse significativo nos jovens, conforme a pesquisa mostrou.

Além dos aspectos apresentados, deve-se considerar que a argumentação não recebe a devida atenção no âmbito escolar. Tratada unicamente como uma tipologia textual, é utilizada como pretexto para a escrita de redações na educação básica, em especial no ensino médio, visando ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a vestibulares dos mais variados. Na verdade, a argumentação deve ser enfatizada nos gêneros discursivos utilizados no ensino e não apenas servir de meio para a escrita, na forma de redação escolar.

A argumentação é mais que isso, está em contato com um saber que tenta levar em conta a experiência humana, por meio de operações do pensamento. Historicamente, a argumentação é um setor de atividade da linguagem que sempre exerceu fascínio, desde a retórica dos gregos, que dela fizeram o próprio fundamento das relações sociais – a arte de persuadir. (CHARAUDEAU, 2012; PLANTIN, 2008).

E a tradição escolar nunca esteve muito à vontade com o modo argumentativo, apesar de ser a tipologia mais enfatizada nas aulas de produção de textos (CHARAUDEAU, 2012). Em grande parte, a argumentação é desenvolvida priorizando os aspectos gramaticais e lexicais, visando ao fato de o aluno conseguir expressar-se satisfatoriamente quanto ao conhecimento linguístico.

Com isso, a categoria textual *argumentação*, desenvolvida nas escolas públicas do país, precisa ser repensada, visando à expansão do gênero redação escolar a outras esferas também dos domínios discursivos instrucionais: resenha, artigo, projeto de pesquisa, entre outros. Ao se propor trazer a argumentação para os gêneros textuais acadêmicos, observa-se que ela está presente em vários deles. Na resenha crítica, na justificativa do projeto de pesquisa, em artigos científicos, no trabalho de conclusão de curso, nas considerações finais das produções que venha a desenvolver a argumentação está presente, e o aluno deve ter consciência disso.

Outra questão que merece ser mencionada é que, de modo geral, o professor de língua materna, sobretudo os profissionais que atuam no ensino superior, tem de ter consciência de que os alunos são diferentes assim como os lugares de onde vêm, e seguirão por áreas, do mesmo modo, distintas. Existem campos do conhecimento mais versados para a escrita, como Comunicação, Direito, Literatura. Outros, no entanto, caracterizam-se por serem menos exigentes nesse aspecto. Dizendo de modo mais contundente: o professor de produção textual tem de ter consciência de que seus alunos, futuros profissionais, serão engenheiros, químicos,

biólogos, matemáticos, físicos, de modo que atribuirão valores e terão interesses diferentes relacionados à escrita, com base em sua área de atuação. Sob perspectivas tão díspares, alguns terão mais desenvoltura com a escrita, outros não.

Considerações finais

Com bases nas questões aqui apresentadas, observa-se a complexidade que envolve o que o aluno leva de experiência em relação à produção de textos para o ensino universitário. Como no país a produção textual do ensino médio é voltada para os exames de seleção – a redação escolar –, os estudantes muitas vezes seguem para a vida acadêmica com muitas lacunas na formação, dado o distanciamento que existe entre as duas modalidades de escrita.

No que diz respeito aos temas desenvolvidos nas aulas, verifico pelas respostas dos sujeitos que, quando a temática é de seu interesse, a produção do texto se torna mais agradável. Essa informação corrobora com a defendida nesta pesquisa, de que se deve repensar a produção textual dos alunos na educação básica, a fim de que se aperfeiçoem algumas questões para que, no ingresso ao ensino superior, elas já tenham sido superadas. Com isso, ao se promover um trabalho que favoreça a desenvoltura dos jovens quanto à escrita, de certa forma, pode-se vir a contribuir para o seu desempenho, que será burilado, aperfeiçoado, ao longo de sua formação, num *continuum*.

Deve-se levar em consideração que textos das mais variadas áreas do saber, como tecnologia, textos de áreas das ciências exatas, causam interesse significativo nos jovens, conforme mostrou a pesquisa. Estes podem ser utilizados de modo a contribuir para o processo leitura, reflexão e criticidade e, em especial, como agente de abertura para o conhecimento e, por conseguinte, como facilitador do processo da escrita.

Com base no que foi exposto, verifica-se que o grande desafio é, portanto, fazer a convergência entre esses conhecimentos sobre gêneros textuais, argumentação, associados aos demais conhecimentos produzidos pelos linguistas, apresentados ao longo deste artigo. Tentar propor um trabalho no ensino que seja efetivamente agenciador de sentido para o aluno promove o que passou a ser regulamentado: o desenvolvimento humano, efetivamente.

E pesquisas que envolvem a produção de textos, sobretudo as interdisciplinares, são muito profícuas, pois trazem conhecimentos de áreas distintas que podem propor convergências para o ensino e ampliar os saberes para a educação. Esta específica pode contribuir, portanto, para a produção textual dos alunos, o trabalho dos professores, a divulgação do conhecimento e, conseqüentemente, para outras pesquisas.

Referências

- ANTUNES, I. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 2ª ed. – SP: Martins Fontes, 1997, p. 277-326.
- BAZERMAN, C. Gênero, agência e escrita. In: HOFFNAGEL, J. C.; DIONÍSIO, A. P. (Orgs.). **Escrita, gênero e interação social**. trad. e adapt. Judith Chambliss Hoffnagel. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Gêneros textuais, tipificação e interação. In: HOFFNAGEL, J. C.; DIONÍSIO, A. P. (Orgs.). **Escrita, gênero e interação social**. trad. e adapt. Judith Chambliss Hoffnagel. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTES, A. C. *Linguística Textual*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, Vol. 1. 9. ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: introdução**. 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

GERALDI, J. V. **Portos de passagem**. 5ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Pontes, 2013.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: estratégias de produção textual**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

FIORIN, J. L. *A linguagem em uso*. In _____. (Org.). **Introdução à linguística: I. objetivos teóricos**. – 6 ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística do texto: o que é e como se faz?** São Paulo, Parábola Editorial, 2012.

_____. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.) **Gêneros textuais & Ensino**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. Secretaria de educação média e tecnológica. MEC. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>. Acesso em: Ago 2015.

OLIVEIRA, H. F. de. *Gêneros textuais e conceitos afins: teoria*. In: VALENTE, A. (Org.). **Língua portuguesa e identidade: marcas culturais**. Rio de Janeiro: Caetés: 2007.

PLANTIN, C. **A argumentação**. Trad. Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

UCHÔA, C. E. F. **Linguagem, ensino e historiografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LETRAMENTO VISUAL: UMA BREVE ANÁLISE NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO

JAQUELINE MARIA DE ALMEIDA

*Professor do Programa de Cognição e Linguagem - UENF
jaquelinemalmeida@yahoo.com.br*

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

*Professor do Programa de pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF
elinaffff@gmail.com*

LUCIANA DA SILVA ALMEIDA

*Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem - UENF
lucy.salmeida@gmail.com*

LIZ DAIANA TITO AZEREDO SILVA

*Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem - UENF
jolizdaiana@gmail.com*

DANIELE FERNANDES RODRIGUES

*Professora da Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins - FAETEC
dani.uenf@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fornecer um método para a análise sistemática das atividades de leitura e interpretação de textos imagéticos presentes no livro didático de alfabetização de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental I, aprovado pelo PNLD. Será realizada uma análise e discussão sobre o uso e o quantitativo de imagens na coleção de livros selecionados, do ponto de vista do letramento visual e discursivo. Para atingir o objetivo proposto pretende-se avaliar as atividades que envolvem leitura e interpretação de textos imagéticos, fundamentando-se para isso nos pressupostos teóricos de Mayer (2003), Marcuschi (2008), Stokes (2002), Orlandi (1998), entre outros. Ler/interpretar uma imagem deve exigir do leitor, nesse caso alunos do ensino fundamental I, diversos conhecimentos sobre os recursos da linguagem, auxiliando assim, sua formação como leitor e autor.

Palavras-chave: Leitura e Interpretação de textos; Textos Imagéticos; Material Didático de Alfabetização, Análise Sistemática.

ABSTRACT

This work aims to provide a method for systematic analysis of the reading and interpretation activities of imaged texts presented in Portuguese textbooks, which were approved by PNLD for language learning in primary education. An analysis and discussion will be carried out regarding the quantitative and qualitative use of images in the collection of the selected books, from the point of view of visual and discursive literacy. In order to reach the proposed goal, we intend to evaluate the activities involving reading and interpretation of imagery texts, based on the theoretical assumptions of Mayer (2003), Marcuschi (2008), Stokes (2002), Orlandi (1998), among others. Reading/interpreting an image should require of the reader, in this case primary students, several linguistic resources, thus helping their formation as a reader and author.

Key-words: Reading and interpretation of texts; Imaginary Texts; Didactic Material of Literacy, Systematic Analysis.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os diversos trabalhos acadêmicos e programas voltados especificamente para os livros didáticos demonstram a preocupação com a melhoria da qualidade desses instrumentos educacionais. “Na sociedade atual, na qual percebemos que a comunicação e os inovadores meios tecnológicos tornam-se, cada vez mais, de fácil acesso, o livro didático ainda se apresenta como um dos recursos mais importantes na prática docente” (SILVA, 2011, p. 46).

Porém, antes de ser um “instrumento pedagógico”, o livro didático (LD) é também um “veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”, e, conseqüentemente, é uma “mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (BITTENCOURT, 2006, p. 72).

Enquanto instrumento pedagógico, o LD é construído conforme os moldes estabelecidos pelos PCN, visando nortear o professor a respeito do conteúdo e métodos a serem usados em sala de aula. Assim, um dos objetivos do LD é que ele funcione como um instrumento de apoio ao professor, contudo, muitas vezes, os docentes acabam criando uma certa dependência do LD, utilizando-o como um manual (LAJOLO, 1996). De acordo com Lajolo (1996), com a implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1995, muitos professores renunciaram ao papel de dirigente das propostas de ensino, cedendo essa missão ao LD, com seu programa curricular preestabelecido. Mas também existem casos em que alguns docentes afirmam que os livros didáticos “são difíceis de serem trabalhados, outros, considerando suas experiências de ensino, criticam o fato de os novos livros apresentarem certas lacunas ou não priorizarem certos tipos de atividades” (BRASIL, 2008, p. 224).

Diante dessa realidade reforça-se a relevância de pesquisas que abordem essa temática. Apesar da importância desse material no cotidiano das escolas públicas brasileiras e de pesquisas que abordem essa temática, o volume mais significativo de pesquisas realizadas sobre esse assunto concentra-se no período de 1999 a 2010, e investigam quase exclusivamente LD de ensino fundamental e médio.

Em se tratando dos livros didáticos da educação infantil, os dados são ainda mais impressionantes, apesar de estes terem sido implementados apenas em 2011. De acordo com Almeida (2018), no período de 2010 a 2016 houveram apenas dez publicações a respeito dos materiais didáticos que abordam de alfabetização¹ e letramento².

É nesse contexto e carência de investigações acerca dos livros didáticos de alfabetização e letramento que evidenciamos a importância de pesquisas que aprofundem estudos sobre esse material que é usado para a formação básica e inicial de formação de sujeitos autores e leitores.

A proposta dessa pesquisa concentra-se então, na análise e discussão da construção do LD no que diz respeito ao uso dos textos imagéticos nas salas de aula. De que maneira (quantitativa e qualitativa) esse tema é usado nos LD de alfabetização e letramento, já que o processo inicial de alfabetização é bastante pautado no uso das imagens. O foco principal é discutir se esses textos imagéticos possuem ou não alguma função didática ou apresentam-se apenas com função decorativa.

A hipótese em cima desse tema é que existe uma “quebra” no plano de desenvolvimento do processo de aquisição de leitura e interpretação de textos, uma vez que no Ensino Fundamental

1 Consideramos nesse trabalho o conceito de Alfabetização na perspectiva de Magda Soares (1993), cuja definição é aprendizagem do sistema alfabético de escrita e das normas ortográficas.

2 Da mesma forma consideramos o conceito de Letramento também na perspectiva de Magda Soares. Entende-se por letramento, a capacidade/habilidade do indivíduo de usar esse sistema para ler e produzir textos e para inserir-se plenamente em sociedades grafocêntricas.

A criança é iniciada no processo de alfabetização principalmente por meio de imagens. Porém, ao entrar no Ensino Fundamental II o sistema de utilização de imagens é bruscamente interrompido em prol de um sistema exaustivamente verbal. Assim, o uso concomitante de textos verbais e não verbais no ensino de leitura e interpretação de textos só seria retomado no ensino médio, comprometendo o desenvolvimento dessa competência em razão da lacuna ocorrida no trabalho com uso de imagens.

1.1. Livro didático: alfabetização e letramento em foco

A Lei 11.274, de 2006, estabeleceu a implantação do ensino fundamental de nove anos, a partir desta data ficou estabelecido que a criança de seis anos de idade estaria apta a ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental – Classe de Alfabetização e letramento, e instituiu que os Municípios, os Estados e o Distrito Federal teriam prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental. Assim, a partir de 2010, com a concretização do novo ensino fundamental, o PNLD, a fim de atender à essa nova demanda, determinou uma nova regra para os LD dos primeiros anos do Ensino Fundamental, definindo que as obras passassem a ser produzidas em coleções, uma vez que a alfabetização passou a ser concebida como um ciclo.

O primeiro ciclo do Ensino Fundamental engloba Alfabetização e Letramento. A proposta nesse ciclo é que os materiais didáticos deem sequência ao letramento dos discentes de acordo com a interação e familiarização dos objetos que permeiam seu cotidiano, mas que também vinculem e apresentem funções similares desses objetos ao letramento escolar (ALMEIDA, 2018). Nesse sentido, o PNLD visa que as coleções apresentem propostas, de conteúdo e metodologia, que possibilitem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita numa perspectiva construtivista.

É válido ressaltar que a organização das coleções didáticas foi estabelecida pelo Ministério da Educação. Visando atender às particularidades das crianças de seis e sete anos. Ficou determinado que as coleções didáticas seriam divididas em dois grandes grupos: no primeiro grupo “os materiais disponíveis para alfabetização e 1ª e 2ª séries formam um conjunto de recursos que uma escola organizada por ciclos pode utilizar adequadamente – ou seja, de acordo com um plano próprio – ao longo dos dois ou três anos previstos para o primeiro ciclo” (BRASIL, 2006, p. 25). O segundo grupo engloba materiais didáticos de Língua Portuguesa e de Matemática para os 3º, 4º e 5º anos e coleções didáticas de Ciências, História e Geografia para os 2º, 3º, 4º e 5º anos (BRASIL, 2016).

Algumas mudanças foram realizadas pelo Governo Federal em 2017, dentre estas pode-se citar a alteração do PNLD que passou a ser denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLMD). O objetivo da alteração é que o programa, além de avaliar e obter livros didáticos, se torne uma referência na distribuição de obras literárias para as escolas. Outra mudança que vale ser citada refere-se às instituições comunitárias, confessionais, filantrópicas associadas ao Governo que passaram a ser beneficiadas pelo programa após o Decreto nº 9.098, de 18 de julho de 2017.

Conforme já mencionado, a inserção das obras didáticas de alfabetização e letramento no ensino público do país é muito recente, uma vez que sua real efetivação como política pública teve início apenas em 2010. Os livros de Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática só começaram a ser utilizados em 2011.

1.2. Ensino de Língua Portuguesa e uso de textos imagéticos no ensino fundamental I

Em se tratando do ensino de língua portuguesa, em primeiro lugar é fundamental explicar com que noção de língua se trabalha, quando se opera com categorias tais como texto e discurso. Aprimorar a capacidade de leitura e interpretação dos textos é uma tarefa contínua, já que essa é uma atividade que permeia praticamente todos os âmbitos da vida contemporânea.

Independentemente de o texto ser oral ou escrito, verbal ou não verbal, ele deve sempre ultrapassar o limite do parafrástico tornando-se polissêmico. Contudo, acredita-se que esse processo não acontece naturalmente. O que se percebe é que a leitura de imagens, apesar de muito presente no cotidiano dos alunos do ensino fundamental, normalmente não ultrapassa a percepção do óbvio. Não são questionados quais os tipos de diálogos poderiam ser estabelecidos naquele contexto, e, na maioria das vezes, não ocorre uma “dialogicidade” ou alusão a outras possibilidades interpretativas, subjacentes ao que foi inicialmente apresentado.

No caso particular da alfabetização, o livro didático vem ocupando posições muitas vezes antagônicas nas práticas pedagógicas das escolas. Nas práticas consideradas tradicionais, organizadas pelos métodos de alfabetização de base sintética (métodos fônico, silábico e alfabético) ou de base analítica (métodos global, eclético, sentencição e palavração), seu papel tem sido mais central, ao definir e regular todos os passos da prática de ensino da leitura e da escrita. Nesses casos também se controla o acesso das crianças a outros tipos de textos impressos, uma vez que essa etapa só ocorre depois que todos “já estão alfabetizados”. O método silábico, por exemplo, contempla alguns aspectos importantes para a apropriação do sistema alfabético, mas supõe uma progressão fixa e previamente definida e reduz o alcance dos conhecimentos linguísticos, quando não explora o uso e as funções sociais da escrita (BRASIL, 2008, p 227).

Tomando por base esse sistema criado pela escola para alfabetizar, quais seriam, então, as críticas que merecem destaque nesse material? O primeiro ponto que merece destaque são os “pseudotextos” usados nas cartilhas e baseado no método de o ensino ter início nas unidades menores e só depois os alunos terem acesso a frases e textos (Brasil, 2008). As atividades relacionadas a esses textos eram, em sua maioria, mecânicas e repetitivas, não exigindo que o aluno tivesse domínio de leitura e/ou escrita para realizá-las, era necessária apenas memorizá-la. “Não é à toa que muitos alunos, ao concluírem o ano letivo, tinham ‘decorado’ as palavras e frases da cartilha, mas, infelizmente, não tinham dominado a lógica e as convenções do Sistema de Escrita Alfabética” (BRASIL, 2008, p. 229).

Pode-se afirmar dessa forma que os métodos tradicionais são embasados pela teoria de aprendizagem cujo pressuposto é que o aluno aprende de forma passiva, absorvendo as informações disponíveis no livro ou passada pelo professor, memorizando-as pela repetição. Essa abordagem não leva em conta que, diferentemente do adulto, a criança precisa descobrir como a escrita alfabética, letras/fonemas/sílabas, funciona.

Após a inserção dos LD de alfabetização à avaliação do PNLD houve uma mudança significativa nesse material, especialmente, no que diz respeito a diversidade textual.

No geral, os livros trazem textos representativos de gêneros tão variados como bilhete, instrução de jogo, poesia, conto de fadas, reportagem, receita, verbete de enciclopédia, trava-línguas, cartaz publicitário, notícia de jornal, etc. Neste sentido, constata-se uma diferença gritante em relação às cartilhas tradicionais, que, quando apresentavam textos diferentes daqueles classificáveis como “pseudotextos”, o faziam nas últimas lições, depois que os alunos, supostamente, já haviam memorizado todas as correspondências som/grafia. Vemos, portanto, nos atuais livros didáticos de alfabetização, uma busca de apropriação do conceito de letramento e de suas implicações na alfabetização (BRASIL, 2008, p. 230).

Salvo os problemas e lacunas que podem ser encontradas nos livros didáticos de alfabetização (LDA), é importante ressaltar que no geral esse material é de boa qualidade, e distribuído gratuitamente aos alunos, facilitando assim o desenvolvimento de suas competências no cotidiano escolar. Assim como qualquer outro instrumento de trabalho, é preciso que o professor saiba usá-lo, diagnosticando e suprimindo suas lacunas, para garantir a alfabetização de seus alunos, mas numa perspectiva de letramento.

Nessa perspectiva são necessários esforços para que os professores tenham acesso a materiais didáticos que

[...] desempenhem nos anos iniciais do novo ensino fundamental uma função diferenciada, a saber, que auxiliem professores e alunos no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva tanto da alfabetização quanto do letramento, em todas as áreas do conhecimento e, mais especialmente, no campo do ensino da língua materna e do ensino de matemática (SILVA, 2010, p. 84).

É nesse contexto de formação de leitores que entra a importância dos textos imagéticos. O trabalho com textos imagéticos tornou-se fundamental, já que “expandir nossa capacidade de *ver* significa expandir nossa capacidade de *entender uma mensagem visual*” (DONDIS, 2003, p. 13). Assim, ensinar a ver envolve aspectos formais e expressivos das imagens (ALMEIDA, 2016). Dondis (2003) também fundamentou esta concepção e criou a expressão “alfabetismo visual”, apresentada em seu livro, *A Sintaxe da Linguagem Visual*, que propõe um sistema básico para aprendizagem e compreensão de mensagens visuais.

A implementação do multiletramento na escola, é acompanhada pela busca por uma metodologia de ensino fundamentada no trabalho multimodal. Dessa forma, entendeu-se como necessária uma explanação, ainda que de forma superficial, do que é o letramento visual.

Stokes (2002) aponta que não apenas o letramento visual, mas múltiplas alfabetizações como, por exemplo, alfabetização escrita, alfabetização visual, alfabetização fonética, alfabetização literária, alfabetização mediática, alfabetização informática, alfabetização cultural e alfabetização social, são necessárias para enfrentar os desafios da sociedade de hoje.

No que diz respeito ao letramento visual, Stokes (2002) o define como a habilidade de transformar/converter todos os tipos de informação em imagens, gráficos, ou outras formas que ajudam a comunicar a informação. Assim, o letramento visual pode ser compreendido como habilidade de ler e interpretar e entender mensagens visuais com precisão.

Nessa perspectiva, para que ocorra o letramento visual é necessário que o sujeito desenvolva um conjunto de competências que o possibilite discriminar e interpretar diferentes tipos de ação, objetos e/ou símbolos, sejam eles naturais ou erigidos pelos seres humanos. A alfabetização visual é construída culturalmente, haja vista que existem símbolos universais ou imagens visuais que são globalmente compreendidos, porém, suas particularidades e especificidades também podem ser aprimoradas individualmente, de acordo com uma dada comunidade a que pertença (STOKES, 2002).

O letramento visual não se resume, portanto, à aquisição da competência de leitura de imagens. Para além dessa habilidade, o letramento visual abarca o desempenho cognitivo de lidar com uma multiplicidade de linguagens visuais como a fotografia, gráfico, pintura, escultura, gravura, desenho, entre outras, visando também ampliar a compreensão das possibilidades de uso e aplicação de diferentes mídias, desde o impresso até aplicativos interativos.

De acordo com Silvino (2012, p. 3), o letramento visual

é a capacidade de ver, compreender e, finalmente, interpretar e comunicar o que foi interpretado através da visualização. De um modo geral, o letrado visual olha uma imagem cuidadosamente e tenta perceber as intenções da mesma. O letramento visual permite que o indivíduo reúna as informações e ideias contidas em um espaço imagético colocando-as no seu contexto, determinando se são válidas ou não para a construção do seu significado.

Ainda no âmbito da importância do letramento visual, esta modalidade inclui a habilidade para construir sentido a partir de textos multimodais, isto é, textos que mesclam palavras e elementos pictóricos (em alguns casos até mesmo o sonoro) numa mesma superfície. Essa categoria de letramento inclui também a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informações disponibilizadas principalmente no ambiente virtual, mas também inclui a familiaridade com as “normas” que regem a construção e divulgação/compartilhamento de textos nesses ambientes.

De acordo com Martins (2004), a leitura de imagens pode causar um tipo de bloqueio ou sentimento de limitação, haja vista que a leitura de quadros de pintores famosos, por exemplo, para ser compreendida, quase sempre, precisa de conhecimento prévio sobre estilos e técnicas utilizadas pelos autores. O mesmo ocorre com os textos poéticos que necessitam de certo conhecimento para serem interpretados. Esses elementos apontam a precariedade do tratamento dado à linguagem visual nos LD, já que muitas vezes as imagens não são acompanhadas das informações técnicas das imagens apresentadas. O despreparo acadêmico por parte dos professores para esse tipo de prática de leitura também cria um obstáculo para a realização de leitura visual na sala de aula.

Em sua formação letrada, os professores de Português, talvez mais que quaisquer outros, estão imbuídos de que os textos são ‘para ler’, enquanto, por exemplo, cinema e quadros são ‘para ver’. E, como pouco se questiona isso, na escola ou nos cursos de Letras - ainda que a realidade e a experiência de cada professor e aluno coloquem essa noção em cheque a cada momento -, ela continua vigente, mesmo quando não propala, enquanto se deixa de explorar a legibilidade da imagem (MARTINS, 2004, p. 97).

No que diz respeito à leitura e interpretação de um texto visual, as imagens apresentam significados concebidas a partir da interação texto (imagem)/leitor/contexto, tal qual o texto escrito. Nesse sentido, o processo de leitura advém da interação do leitor com seus conhecimentos prévios, os objetivos do autor e com contexto no qual está inserido.

Vale ressaltar que a análise do PNLD é baseada principalmente em selecionar coleções de livros didáticos que proporcionem e auxiliem o aluno a desenvolver tanto sua proficiência em leitura e escrita, quanto sua capacidade de refletir sobre a língua e a linguagem.

De acordo com as diretrizes oficiais de âmbito nacional, os objetivos centrais do ensino de língua materna, *em todo o Ensino Fundamental*, devem ser:

- o processo de apropriação e de desenvolvimento, pelo aluno, da linguagem escrita e da linguagem oral (especialmente das formas da linguagem oral que circulam em espaços públicos e formais de comunicação), em situações o mais complexas e variadas possível;
- a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária associada à língua portuguesa, em especial a da literatura brasileira;

- o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação linguística e no convívio com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito;
- o domínio das variedades urbanas de prestígio, especialmente em sua modalidade escrita monitorada, mas também nas situações orais públicas e formais em que seu uso é socialmente requerido;
- a prática de análise e de reflexão sobre a língua e a linguagem, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita, em compreensão e produção de textos (PNLD, 2012, p. 11)

A partir dos objetivos propostos no PNLD pode-se perceber que as práticas de uso da linguagem, as atividades de leitura e compreensão de textos diversos, de produção escrita e de produção e compreensão oral, em situações contextualizadas de uso, podem ser consideradas de grande importância nas propostas dos livros didáticos.

Conforme ALMEIDA (2018, p. 60), a importância dessa verificação é, principalmente, por esse ser um tema ainda bastante novo em termos de pesquisa, apensar de sua relevância.

[...] apesar de se constituir como um tópico de importante investimento e apreciação, a questão do LD de Alfabetização e Letramento, principalmente após a efetiva distribuição do material pelo Ministério da Educação, são poucas as discussões em torno dessa matéria que se propõe a apresentar e discutir a eficácia e funcionalidade desses materiais, no que tange os objetivos de alfabetizar letrando.

[...] as principais produções de estudos nesse sentido se concentraram nos anos de 2010 (dois mil e dez), com três publicações, e 2015 (dois mil e quinze), com três publicações.

Assim, segundo pesquisas de Almeida (2018), no período de 2010 a 2016 houveram apenas 10 publicações sobre livro didático de alfabetização e letramento nas principais bases de dados acadêmicos. Daí a pertinência em se verificar/discutir o papel que a imagem tem ocupado nos livros didáticos no processo de desenvolvimento da leitura e interpretação dos textos imagéticos, e de verificar a forma como desenvolvimento dessa competência está sendo estimulada nesses materiais.

Portanto, espera-se que o presente trabalho contribua para a elaboração de propostas metodológicas que possam ser implementadas nos LDA, direcionadas ao trabalho com textos imagéticos, manifestações do discurso entre outros recursos da linguagem, uma vez que essa é a realidade que permeia a grande parte da sociedade contemporânea, incluindo as crianças do ensino fundamental I.

2. METODOLOGIA DE AÇÃO

Inicialmente será realizado um levantamento bibliográfico sobre a questão da diversidade textual e do trabalho com a análise do discurso em sala de aula, bem como seu impacto nos livros didáticos e no contexto escolar.

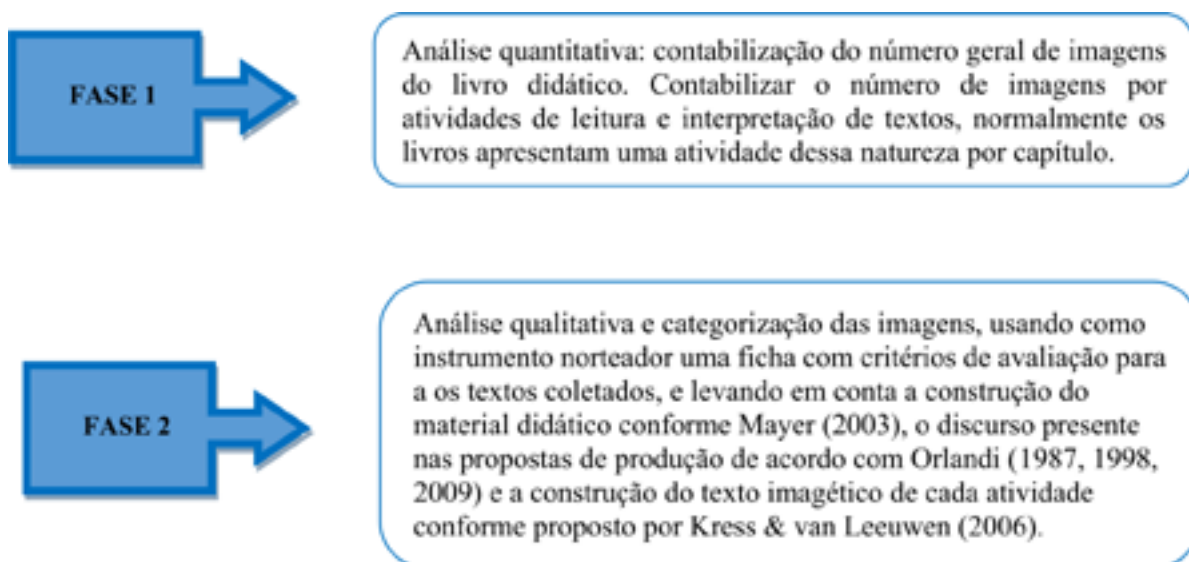
Será realizado um procedimento de verificação e análise quantitativa (*se, quanto e como* as imagens estão sendo utilizadas) em uma coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental I, em relação ao uso de textos imagéticos aprovado pelo PNLD, do ponto de vista do letramento visual e discursivo.

A partir da análise será possível construir uma proposta de valorização do estudo do texto imagético com base na AD e na linguística aplicada. A proposta visa deixar de lado a cultura, ainda arraigada, de trabalho com os textos de forma que induza o aluno a uma leitura e

interpretação superficial, não valorizando o potencial crítico e criativo que o uso que a imagem oferece.

O trabalho foi estruturado na seguinte sequência:

Figura 1. Fases de desenvolvimento da análise de dados.



Fonte: Elaborado pela autora

Com isso, ao mensurar a recorrência e forma de uso dos textos imagéticos nos livros didáticos, será possível pontuar questões relativas à importância de valorizar esse estudo em sala de aula, uma vez que a capacidade de interpretação e compreensão de textos imagéticos, pode estar diretamente relacionada com a ausência de contato cotidiano com esse formato de informações, mas de forma mais complexa. Isso demonstra a importância de, sempre que necessário, preparar materiais complementares para as aulas, pois o livro didático é um instrumento norteador, um suporte para os professores, e não deveria ser usado como único recurso para o ensino nas salas de aula.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

De acordo com Almeida (2018), o número de trabalhos científicos publicados relativos aos materiais didáticos produzidos para o ensino fundamental I é ainda muito pequeno. Diante disso, entende-se como bastantes relevantes novos trabalhos que abordem esse tema, uma vez que essa é a fase de formação do sujeito enquanto autor e leitor. Assim, com essa pesquisa entende-se a importância da:

- Reflexão e análise dos materiais didáticos produzidos para o Ensino Fundamental I;
- Reflexão sobre os novos paradigmas do processo de ensino aprendizagem da língua materna sobre a perspectiva da Linguística textual e do letramento visual;
- Integração Instituição - escolas - comunidade (o resultado da avaliação do material didático afeta os três seguimentos, sua aplicabilidade é simples e podem ser elaborados cursos de formação complementar para os professores de escolas públicas);
- Relação teoria e prática (proposta e uso do LD);

- Capacitação profissional na atuação com livros didáticos;
- Formação do professor-pesquisador;

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa tem como meta principal verificar, selecionar, quantificar e analisar as imagens presentes em uma coleção de livros didáticos do ensino fundamental I, bem como caracterizar o processo de leitura (interpretação e compreensão) destas imagens sua relevância e função nos LD aprovados pelo PNLD 2015. A opção por este objeto deu-se por atualmente ser um dos principais, senão o principal, suporte usado em sala de aula (SILVA, 2011).

Diante do exposto ressalta-se a importância de um novo olhar sobre o material didático que está sendo produzido para o Ensino fundamental I, visando aperfeiçoá-lo, e colocar em prática o conhecimento sobre o uso de textos imagético em sala de aula, nas atividades de leitura e produção textual.

3. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros Didáticos Entre Textos e Imagens. In **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 11 Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro do Material Didático. Diário Oficial, Brasília, DF, 18 julho de 2017. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEC&num_ato=00009099&seq_ato=000&vlr_ano=2017&sgl_orgao=NI> Acesso em: 05/12/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2013: Letramento e Alfabetização/Língua Portuguesa**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio; volume 1**. Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 239 p.

BRASIL. Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. – ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 364 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica Guia do livro didático 2007: apresentação: séries/anos iniciais do ensino fundamental / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da Linguagem Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LAJOLO, Marisa. **Do Mundo Da Leitura Para Leitura Do Mundo**. São Paulo: Ática, 1999.

LAJOLO, Marisa. Livro Didático: um (quase) um manual de usuário. **Em aberto**. Brasília, v. 16, n. 69, 1996. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2061/2030> Acesso em: 27 fev. 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Maria Helena. Palavra e imagem: um diálogo, uma provação. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Questões de linguagem**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 95-105.

MAYER, Richard. The promise of multimedia learning: using the same instructional design methods across different media. **Learning and Instruction** 13 (2003), 125-139, Pergamon.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: práticas e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1998.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: parábola editorial, 2009

SILVA, Célia Maria Barbosa Medeiros da. **A aula de português no ensino médio: o ensino que se deseja, o ensino que se faz**. Curitiba: Appris, 2011.

SILVA, Célia Maria Barbosa Medeiros da. A disciplina língua portuguesa no ensino médio e a prática docente: o que dizem os documentos oficiais. **Revista Odisséia**, v. 1, p. 1-11, 2011.

SILVA, J. C. da. Alfabetização e letramento na política de livros didáticos brasileiros: o ensino fundamental de nove anos e os materiais “para além do livro didático”. In: FRADE, I. C. A. da S. (org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro_1.pdf> Acesso em: 10/09/2017.

SILVINO, Flávia Felipe. Letramento visual. In.: **ANAIS – Seminários Teóricos Interdisciplinares do SEMIOTEC – I STIS**. Nov/2012. Disponível: [file:///C:/Users/Thiago/Downloads/2116-8015-3-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Thiago/Downloads/2116-8015-3-PB%20(1).pdf) Acesso em: 20 de fev de 2018.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 10 ed.; São Paulo: Editora Ática, 1993.

STOKES, Suzanne. Visual literacy in teaching and learning: A literature perspective. **Electronic Journal for the Integration of Technology in Education**, v. 1, n. 1, 2002.

A LEITURA PARA CIDADANIA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA NO CONTEXTO SOCIAL

JULIETE MAGANHA SILVA

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF
ju.ms22@hotmail.com*

IAGO PEREIRA DOS SANTOS

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF
iagoreisd@gmail.com*

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

*Professora do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF
elinafff@gmail.com*

RESUMO

Esse trabalho tem como foco as práticas de leitura nas aulas de língua portuguesa. O tema tem como pressuposto o fato de que o aluno leva traços da comunidade linguística a que pertence para a sala de aula e, muitas vezes, esse fato é trabalhado de forma inadequada. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi discutir a importância dos pressupostos sociolinguísticos serem aplicados a prática de leitura em sala de aula, levando questões que buscam sensibilizar alunos e professores para a diversidade linguística, propondo assim, um ensino que abarque diferentes gêneros textuais, não se concentrando apenas na gramática normativa como objeto de estudo, de forma a propiciar uma visão mais totalitária da língua, assim como aspectos sociais e culturais. Nesse sentido para fundamentar os pressupostos teóricos, utilizamos autores como Bagno (2015), Bortoni-Ricardo (2005), Cagliari (2009), Camacho (2004), Freire (2003), Geraldi (2006), Mollica (2003), entre outros.

Palavras-chave: sociolinguística; variação linguística; leitura; ensino; língua portuguesa.

ABSTRACT

This work focuses on reading practices in Portuguese language classes. The theme is based on the fact that the student take traces of the linguistic community to which he belongs to the classroom and, often, this fact is worked in an inadequate way. Thus, the general objective of this research was to discuss the importance of sociolinguistic assumptions to be applied to reading practice in the classroom, raising questions that seek to sensitize students and teachers to linguistic diversity, thus proposing a teaching that encompasses different textual genres, not concentrating only on normative grammar as an object of study, in order to provide a more totalitarian view of the language, as well as social and cultural aspects. In this sense, to base the theoretical presuppositions, we use authors like Bagno (2015), Bortoni-Ricardo (2005), Cagliari (2009), Camacho (2004), Freire (2003), Geraldi (2006), Mollica.

Key-words: sociolinguistics; linguistic variation; reading; teaching; Portuguese language.

INTRODUÇÃO

As discussões em torno das variedades linguísticas no âmbito da educação estão cada vez mais latentes. Mas a dificuldade de professores trabalharem essa questão com alternativas interativas e eficientes pode ser um grande desafio. Dessa forma, aliar a sociolinguística com a prática de leitura é uma forma de alcançar resultados positivos no ensino e proporcionar experiências de aprendizagem significativas para os alunos.

Se por um lado a leitura vai muito além de identificar palavras, e sua prática deve ser estimulada já que é uma importante ferramenta na construção do conhecimento. Por outro, a sociolinguística também tem muito a contribuir para as práticas de ensino. Uma forma de contribuição dessa ciência é a positiva influência que ela pode exercer no ensino de língua portuguesa por apontar estratégias de melhorias e, até mesmo, soluções para as dificuldades encontradas nessa área. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi discutir a importância dos pressupostos sociolinguísticos serem aplicados a prática de leitura em sala de aula, levando questões que buscam sensibilizar alunos e professores para a diversidade linguística, propondo assim, um ensino que abarque diferentes gêneros textuais, não se concentrando apenas na gramática normativa como objeto de estudo, de forma a propiciar uma visão mais totalitária da língua, assim como aspectos sociais e culturais.

Para Bortoni-Ricardo (2014), a Sociolinguística é uma ciência que se preocupa com o desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes grupos étnicos ou sociais. Seu desenvolvimento se baseia nos princípios do relativismo cultural e da heterogeneidade linguística. Segundo o relativismo cultural “nenhuma língua ou variedade de língua deve ser considerada inferior ou subdesenvolvida”, e de acordo com a heterogeneidade linguística inerente e ordenada, “toda língua natural é marcada pela variação”, a qual seus recursos “estão sistematicamente organizados em sua estrutura e contribuem para tornar a comunicação entre os falantes mais produtiva e adequada” (Bortoni-Ricardo, 2014, p. 157). Partindo dessa premissa, concordamos que a sociolinguística tem muito a contribuir para o aprendizado do aluno, assim buscamos com essa pesquisa propor a prática de leitura como alternativa para se trabalhar a perspectiva dessa ciência no âmbito escolar.

1 SOCIOLINGUÍSTICA: O QUE É

A sociolinguística é uma das subáreas da linguística com enfoque no estudo e investigação dos fenômenos linguísticos em seus aspectos sociais e culturais, nas situações reais de uso. Essa ciência, segundo Lucchesi (2015, p.29), “vê a língua como um fenômeno variável e heterogêneo e um produto das relações sociais”.

Os estudos sociolinguísticos surgiram com uma posição radical frente às teorias estruturalistas e gerativo-transformacionais predominantes em sua época. Ferdinand de Saussure, considerado o pai da linguística moderna com importantes estudos realizados no início do século XX, apesar de identificar a língua como uma instituição social, a via como um sistema homogêneo e unitário, a qual não sofreria influência de fatores sociais. Ou seja, os estudos de Saussure não levavam em conta os falantes e suas interações sociais (LABOV, 2008, p. 217). Posteriormente, na década de 1950, surge Noam Chomsky reconhecendo o sistema linguístico como “um objeto de natureza psicológica ou cognitiva, denominado competência, com o descarte simultâneo dos atos de fala, infinitamente variáveis e variados, que, relegados ao conceito de desempenho, ficariam destituídos de qualquer importância teórico-metodológica” (CAMACHO, 2013, p. 34).

A sociolinguística ganhou mais notoriedade no cenário da ciência da linguagem na década de 1960. William Bright, em 1964, realiza um congresso na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, Estados Unidos, contando com a participação de importantes figuras nos estudos da Sociolinguística mundial: William Labov, Dell Hymes e John Gumperz, John Fisher, Charles Ferguson e outros (CAMACHO, 2013). A partir de então que uma concepção de linguagem essencialmente social se concretiza. Nos anos de 1970, como afirma Calvet (2002), a sociolinguística é explicitamente referida nas publicações da época, se firmando e ganhando mais importância.

Nos estudos voltados à relação língua-sociedade Willian Labov foi um dos principais autores a tratar da variação linguística, impulsionando os estudos sociolinguísticos e introduzindo discussões sobre a heterogeneidade da língua. Labov, em oposição aos estudos estruturalistas que desconsideravam os falantes e suas interações sociais, trouxe uma importante revelação: as línguas mudam porque variam (LABOV, 2008). Como dito por Calvet (2002, p. 33) “(...) Labov trabalha continuamente com situações contemporâneas concretas, enfrenta problemas de metodologia da pesquisa, em suma constrói um instrumento de descrição que tenta ultrapassar, integrando-os, os métodos heurísticos da lingüística estrutural”. Suas ideias foram fundamentais, pois refutam as classificações de formas linguísticas em “certas” e “erradas”, mostrando que a norma padrão não passa de um construto sociocultural e ideológico (LABOV, 2008).

Dessa forma, a Sociolinguística surgiu para mostrar que não existe um padrão que se encaixe em todas as manifestações de linguagem existentes na sociedade. Mollica (2003, p.09) define essa ciência como:

uma das subáreas da Linguística que estuda a língua em uso, no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo. (MOLLICA, 2003, p.9)

A Sociolinguística surge a partir da importância dada à fala, tornando-a seu principal objeto de estudo. Sua preocupação é com o fenômeno linguístico em sua abrangência dialetal e variacional, observando como a língua funciona em um contexto de fala e quais os fatores que influenciam para que as mudanças linguísticas aconteçam. Bagno (2007) diz que

O objetivo central da sociolinguística, como disciplina científica, é precisamente relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social. Língua e sociedade estão indissoluvelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra. (...) Assim, o que temos, nas sociedades complexas e letradas é uma realidade linguística composta de dois grandes pólos: (1) a variação linguística, isto é, a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade e (2) a norma-padrão, produto cultural, modelo artificial de língua criado justamente para tentar “neutralizar” os efeitos da variação, para servir de padrão para os comportamentos linguísticos considerados adequados, corretos e convenientes. (BAGNO, 2007, p. 38-39)

Quando se fala de heterogeneidade linguística, se fala de variação. E, ainda de acordo com Bagno (2007, p. 39), “o conceito de variação é a espinha dorsal da Sociolinguística”. Os objetos de estudo da sociolinguística são representados pela variação regional, variação social e variação estilística. A variação regional é motivada por fatores geográficos; a variação social se refere às diferenças observadas na linguagem de diversos grupos sociais, os quais podem ser formados por critérios variados, como: idade, classe social, escolaridade, sexo, etnia, profissão, entre outros. A oposição mais importante quanto à classe social e a escolaridade, fatores

geralmente apresentados juntos, se dá entre a variedade mais próxima da chamada “norma culta” (variedades padrão) e as falas coloquiais (variedades não-padrão). Já variação estilística refere-se às diferenças nas falas de um mesmo indivíduo. Dependendo da situação em que se encontra, ele escolhe o tipo de linguagem que julga ser mais conveniente, como por exemplo: o tipo de ouvinte, a relação entre os interlocutores, o estado emocional do falante, o grau de formalidade do discurso ou informalidade. (MOLLICA, 2007).

Assim, língua e sociedade estão profundamente ligadas, como afirma Calvet (2002, p. 12), quando reitera que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. Todos os tipos de diversidades são importantes para a formação da identidade social de um grupo e a diversidade linguística não está fora disso.

2 LEITURA: UMA ABORDAGEM

A construção de um conceito para leitura devido as suas múltiplas facetas pode ser considerada tarefa arriscada. Sabe-se que é por meio do ato de ler que os indivíduos constroem as suas percepções da realidade social pré-existente, como por exemplo, as condições climáticas (sol, nublado ou chuva); as cores (vermelho, azul, amarelo, etc.); e também a língua escrita convencional da sociedade.

Faz-se justas as críticas de Lajolo (2005, p. 106) ao modo como tem sido promovida a leitura pela sociedade. Ela revela que “numa sociedade como a nossa, em que a divisão de bens, de rendas e de lucros é tão desigual, não se estranha que desigualdade similar presida também à distribuição de bens culturais, já que a participação em boa parte destes últimos é medida pela leitura, habilidade que não está ao alcance de todos, nem mesmo de todos aqueles que foram à escola”.

Muitos ficam desvalidos da fortuna que é a aprendizagem da leitura do código linguístico, tendo em vista na sociedade brasileira a exclusão é estrutural. É por isso que a aquisição da leitura está atrelada as políticas de inclusão e justiça social, uma vez que é por meio da capacidade leitora que os sujeitos atuarão em prol de sua cidadania.

Em uma tentativa de conceituar a leitura, partindo do ponto de vista da linguística moderna, a leitura pode ser considerada um processo sociodiscursivo em que os indivíduos acionam mecanismos linguístico-cognitivos. Assim, ler é um ato que requer do leitor conhecimentos textuais e do mundo. Os conhecimentos textuais podem ser caracterizados gramaticais e discursivos, enquanto os conhecimentos de mundo são aqueles que englobam os saberes técnicos e culturais.

As pesquisadoras Koch e Elias (2006) alegam que dependendo da forma como a leitura é concebida pelo leitor ela pode assumir diferentes abordagens. Dessa maneira, elas apontam que para os estudos linguísticos a leitura pode ser concebida sob os focos no autor, no texto e no autor-texto-leitor.

Para elas a leitura com foco no autor “é entendida como atividade de captação das idéias do autor, sem levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor, a interação autor-texto-leitor com propósitos constituídos sociocognitivo-interacionalmente (p. 10)”, enquanto isso a leitura com foco no texto é tida como “uma atividade que exige do leitor o foco no texto, em sua linearidade, uma vez que ‘tudo está dito no dito’ (p.10)”. Nessas duas concepções da leitura, o leitor é visto como um mero decodificador do texto.

Ainda tratando da concepção de leitura, Koch e Elias (2006) apresentam a concepção de leitura com foco no autor-texto-leitor. Nessa vertente a leitura é considerada um processo interativo em que autor e leitor dialogam por meio do texto à medida que os sentidos são criados.

A concepção de leitura pautada na interação dialógica entre autor-leitor e texto, pode ser considerada uma abordagem que permite que os sujeitos leitores tornam-se autônomos em seu processo de socialização. Dessa maneira, pode-se considerar grosso modo a leitura um processo linguístico-psicossocial, pois com os conhecimentos linguísticos que são adquiridos no processamento da leitura também firmarão os laços sociais.

No mesmo sentido, Versiani, Yunes e Carvalho (2012, p. 19) expõem que “a capacidade da leitura está diretamente ligada à construção do sujeito, àquela competência básica de ele refletir sobre o que conhece e, munido do seu próprio imaginário, recriar, repensar o que está posto”. Dessa forma, o ato de ler denota empoderamento social, pelo qual o educando é levado à plenitude de sua cidadania, já que a utilização da leitura nas práticas sociais é considerada ato político, carregados de ideologias e significados que, por fim, se ressignificam.

Assim, nas palavras de Foucault citado por Luzia de Maria (2002, p. 21) “ler é ser questionado pelo mundo e por si mesmo, é saber que certas respostas podem ser encontradas”. O hábito de ler é uma construção corriqueira pelo qual os sujeitos atribuirão significados objetivo e subjetivo dos textos. A leitura torna-se eficiente ao passo que o seu desenvolvimento ajuda ao leitor compreender, interpretar e debater os textos.

Nessa perspectiva, a leitura só passa a fazer sentido quando se atribui um significado para ela. Acredita-se que é por meio dela que os indivíduos atuam na sociedade de maneira mais justa e cidadã. Ela é uma capacidade adquirida que leva os indivíduos a se questionarem sobre a sua realidade social.

Essa noção de que a leitura propicia atuação na sociedade lembra os argumentos de Soares (2004) a respeito do letramento, o qual para a autora é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce práticas sociais que usam a leitura e a escrita. Logo, ser humano letrado é aquele que consegue fazer o uso da tecnologia da leitura e da escrita nas práticas sociais em que ambas são solicitadas, como saber diferenciar um ônibus de outro para poder chegar ao trabalho.

3 AS PRÁTICAS DE LEITURA EM SALA DE AULA SOB O VIÉS DA SOCIOLINGÜÍSTICA

É grande a dificuldade de vencer a tradicional metodologia de ensino centrada apenas na descrição da norma-padrão utilizada por professores no que tange as práticas didáticas de língua portuguesa. O reconhecimento da heterogeneidade linguística ainda não se faz tão presente nas escolas. Um ensino voltado apenas para o reconhecimento da norma-padrão como única estratégia de ensino, em que se atenta apenas para o uso de gramáticas prescritivas da língua-padrão, desconsiderando e excluindo as demais variantes, e apenas rotulando-as como desvios ou erros sem maiores explicações para o alunado, é o que ainda representa de fato a realidade das salas de aula no país.

Um trabalho sociolinguístico na escola tem por objetivo um maior reconhecimento da heterogeneidade da língua, buscando banir visões equivocadas e preconceituosas a seu respeito. Nesse contexto, a prática de leitura se mostra como uma alternativa eficaz a contribuir para o êxito do reconhecimento de toda diversidade linguística inerente a sociedade, e para a percepção do mundo sob diversas perspectivas.

A leitura na escola é uma atividade de grande relevância, assim como as políticas de línguas. O domínio desta prática servirá de suporte para a reflexão em torno das diferenças socioculturais e firmará os alicerces em cima do qual os conhecimentos se erguerão. Assim sendo, é necessário ter consciência de sua relevância e da necessidade de abrir margens para sua realização. Cagliari ressalta a importância de saber valorizar a leitura em sala de aula

A leitura não pode ser uma atividade secundária em sala de aula ou na vida, uma atividade para a qual a professora e a escola não dedicam mais que uns míseros minutos, na ânsia de retornar aos problemas de escrita, julgados mais importantes. (...) A leitura deveria ser a maior herança legada pela escola aos alunos, pois ela, e não a escrita, será fonte perene de educação, com ou sem escola. (CAGLIARI, 2009, p.151)

A leitura não deve exercer apenas o papel de ferramenta, mas o que nela há de fundamental na experiência dos sujeitos, que por estarem inseridos em contextos sociais e políticos tão precisos, construídos a partir de uma visão de mundo muito peculiar, formam sua própria identidade.

Se a partir do conhecimento de uma língua, a reconhece-se como algo que faz parte do próprio cotidiano, cria-se uma empatia que torna o processo de aprendizagem da mesma muito mais afável. Práticas didáticas, como rodas de leituras, servem de suporte para mostrar a dinamicidade da língua, e para propiciar que essa atividade se torne habitual de forma plena com satisfação real e concreta. Indo do autoconhecimento até o conhecimento de várias outras culturas. Alves (2008) afirma que “a leitura surge na escola como oportunidade de colocar o aluno em confronto com o outro, propondo-lhe o desafio de enxergar a pluralidade cultural como forma de levá-lo a ser capaz de exercer sua cidadania plenamente, sem vestígios de imposição de uma cultura sobre a outra” ALVES (2008, p. 107).

Trabalhos em grupo se tornam importantes também no ensino de português, pois propicia uma linguagem interativa, que segundo Richter (2000), é mais rica tanto quantitativa, como qualitativamente, em que havendo uma interlocução horizontal, auxilia os alunos a se tornarem mais participativos, mais responsáveis e mais autônomos. Para o autor, “essa forma de trabalho objetiva promover e sustentar a interação linguística na sala de aula, ou seja, tornar este ambiente de ensino de língua genuinamente comunicativo” (RICHTER, 2000, p. 118). E ainda completa

A opção pelo ensino interativo implica não trabalhar “nomenclatura e regras gramaticais” como um fim e sim como um meio para a competência comunicativa, bem como enfatizar linguagem, tarefas e propósitos autênticos, ligados a realidade do aluno. Esta última pode ser tanto realidade de evento – estar numa situação do mundo real – quanto na realidade de modelo – estar engajado numa atividade que, por seus traços modelares, liga-se por verossimilhança a situações reais. É neste ponto que as simulações com exigências de verossimilhança podem ser consideradas geradoras de material linguístico autêntico. (RICHTER, 2000, p. 116)

É muito importante o professor estar sempre em busca de formas alternativas de ensino para que este não se torne mecanizado ao seguir restritamente a gramática tradicional. O uso do livro didático pode ser muito cômodo para o docente, mas pode não contribuir para explorar a diversidade linguística do português, e envolver os alunos nesse propósito. Dessa forma, fontes alternativas se mostram importantes, como jornais, revistas, literaturas populares, e até mesmo textos produzidos pelos próprios alunos, entre outros.

Segundo Alves (2008), a ideia de se trabalhar com literaturas populares não se trata de excluir os textos literários canônicos, mas sim, em suas palavras, “ampliar o leque de leitura dos alunos, a fim de lhes proporcionar um contato mais plural com as diversas formas de gêneros textuais e artísticos encontrados no Brasil” (ALVES 2008, p. 107). Sobre isso, citando como exemplo a literatura de cordel, Paulo Freire (2003) alega:

a educação ensina, exige a aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação, desta forma, devem-se observar os alunos como seres empenhados em buscar conhecimento como meio de transformação intelectual e social. Utilizando a literatura de cordel, literatura essa que trabalha o cidadão simples e suas ocorrências do seu habitat, para transmitir casos diferenciados do povo da zona rural e urbana. Transfigurando em palavras numa versão escrita, para compreender o seu próprio povo, busca-se trabalhar a valorização do ambiente geográfico e histórico como meio facilitador da aprendizagem dos discentes numa visão linguística. (PAULO FREIRE, 2003, p. 61)

Várias são as formas de se trabalhar a leitura como mecanismo de inserção na língua em seu aspecto formal, e como meio para se extinguir o preconceito linguístico, e, além dos textos em si, as formas de leitura também são importantes. A autora Bortoni-Ricardo (2004) relata que em pesquisas de sala de aula identificou alguns padrões principais na conduta do professor perante a realização de uma regra não-padrão pelos alunos, dentre elas:

o professor identifica “erros de leitura”, isto é, erros na decodificação do material que está sendo lido, mas não faz distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação na leitura, tratando-os da mesma forma; o professor percebe o uso de regras não-padrão e prefere não intervir para não constranger o aluno; o professor percebe o uso de regras não-padrão, não intervém, e apresenta, logo em seguida, o modelo da variante-padrão. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38)

A autora explica que, “da perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, podemos dizer que, diante da realização de uma regra não-padrão pelo aluno, a estratégia da professora deve incluir dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 42).

Segundo Cagliari (2009) embora a escola deva se concentrar no ensino do dialeto-padrão, ela não pode abandonar totalmente leituras com pronúncia dialetal.

A leitura não pode ser apenas um instrumento para a confirmação do preconceito sociolinguístico da comunidade. Os alunos precisam e devem saber que um texto pode ser lido de muitas maneiras, com muitas pronúncias e que não se torna mais rico ou mais artístico ou mais belo só porque foi lido no dialeto-padrão. (CAGLIARI, 2009, p.150)

Ainda segundo o autor, embora seja importante acolher esse conhecimento prévio e características que o aluno leva para a sala de aula, “o regional pode ser um ponto de partida, mas não um território fechado” (CAGLIARI, 2009, p. 152). É também importante mostrar aos alunos as expectativas da sociedade em relação à fala de seus membros. Onde uma leitura no dialeto-padrão goza de prestígio, e uma leitura com uma pronúncia estigmatizada, não. Portanto, de acordo com o autor “ensinar claramente ao aluno o que é próprio da linguagem e o que é próprio do uso que a sociedade faz da linguagem é fundamental” (CAGLIARI, 2009, p. 150).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão a respeito da leitura devido as suas diversificadas concepções não se esgota nesse trabalho. Procurou-se apenas delimitar uma abordagem sociolinguística da leitura, chegando a conclusão de que ler é uma prática social muito importante que permite ao aluno uma visão diferente do mundo. O estímulo a essa prática por parte dos professores é de suma importância para a formação de leitores críticos, e isso acontece de forma mais promissora quando o aluno vê sua realidade inserida nos conteúdos trabalhados em sala de aula. A leitura possibilita o contato com várias culturas diferentes, permite ao leitor sentir-se parte do todo e conhecer o novo, e assim lidar melhor com o que é diferente de nós, abrindo nossa mente para toda diversidade existente em nosso meio, inclusive a diversidade linguística.

REFERÊNCIAS:

- ALVES, Roberta Monteiro. **Literatura de cordel: por que e para que trabalhar em sala de aula.** Revista Fórum Identidades. Sergipe, vol. 4, p. 103-109, ano 2, jul-dez de 2008. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1815/1601>> Acesso em: 21 de abril de 2018.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. **Manual de sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística.** 11ª ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social.** São Paulo : Parábola, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 26. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.
- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos.** Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. – São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** São Paulo: Ática, 2005.
- LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.
- MARIA, Luzia de. **Leitura e colheita: livros, leitura e formação de leitores.** Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2002.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Fala, letramento e inclusão social.** São Paulo: Contexto, 2007.
- RICHTER, Marcos Gustavo. **Ensino do português e interatividade.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, 2004, n.25, pp.5-17.
- TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- VERSIANI, Daniela B.; YUNES, Eliana; CARVALHO, Gilda. **Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura.** São Paulo: editora UNESP; Rio de Janeiro: Cátedra Unesco de Leitura PUC-RIO, 2012.

AUTOEFICÁCIA E COMPETÊNCIAS AVALIADAS NO ENEM: UM REFLEXO DA CARÊNCIA DA AUTORREGULAÇÃO NAS REDAÇÕES DE PRÉ-VESTIBULANDOS

Martha Caroline Duarte de Brito Freitas

PPGCL/UENF

marthacarolduarte@hotmail.com

RESUMO:

Ter motivação, dedicação e confiança no que se realiza são quesitos indispensáveis para que determinada tarefa seja bem-sucedida. Quando se refere à confiança na própria capacidade, muitos estudiosos intitulam a crença de autoeficácia (BANDURA, 1999), como elemento determinante no processo de uma atividade. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de conclusão de mestrado¹ (FREITAS, 2016), cujo objetivo era verificar se as crenças de autoeficácia em escrita de redação de 39 pré-vestibulandos influenciariam ou não no desempenho deles na mesma. No caso do presente estudo, é demonstrado como as notas da dissertação-argumentativa dos estudantes – especificadas a partir das competências avaliadas pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) – refletem uma carência no que tange a habilidades essenciais para a elaboração de um texto.

Palavras-chave: Crença de autoeficácia; Escrita de Redação; ENEM; Autorregulação da aprendizagem; Pré-Vestibular.

ABSTRACT:

Having motivation, dedication and confidence in what is accomplished are indispensable issues for a given task to be successful. When referring to confidence in one's ability, many scholars call the belief in self-efficacy (BANDURA, 1999) as a determining element in the process of an activity. This work is a cut of a master's degree research * (FREITAS, 2016), whose objective was to verify if the self-efficacy beliefs in writing writing of 39 pre-college students would influence or not their performance in the same. In the case of the present study, it is demonstrated how the students' dissertation-argumentative notes - specified from the competences evaluated by the ENEM (National High School Examination) - reflect a lack of skills essential to the elaboration of a text.

Keywords: Belief of self-efficacy; Writing Writing; ENEM; Self-regulation of learning; Pre entrance exam.

1 Dissertação de mestrado intitulada "Desempenho na escrita de redação e a crença de autoeficácia: um estudo com pré-vestibulandos em Campos dos Goytacazes/RJ", realizada por Martha Caroline Duarte de Brito Freitas, sob a orientação da Profª Drª Vera Lúcia Deps (a referência completa do trabalho encontra-se na bibliografia final)

1- Introdução

Escrever de acordo com a norma culta é um grande desafio para muitos estudantes brasileiros. São inúmeras as questões que permeiam as dificuldades e inseguranças de alunos que se propõem ou são, de certa forma, impulsionados, para atingir um objetivo, a escrever ou produzir uma redação.

A cada ano, novos dados a respeito da educação brasileira, ainda que tenhamos alguns progressos, demonstram o quanto ainda temos que avançar, sobretudo na área da linguagem. Ao nos depararmos com uma sala de aula, por exemplo, a realidade não é muito diferente: professores desvalorizados, discentes desmotivados e que necessitam de olhares e propostas que sejam inseridos, de fato, na prática escolar dos mesmos.

Outro ponto que precisa ser citado é a realidade dos índices apresentados nas avaliações da redação do ENEM. Nos últimos anos, é possível verificar, conforme algumas pesquisas apontam, que a média das notas dos candidatos não ultrapassa 600 pontos.

Essa é uma questão alarmante, visto que, embora seja um retrato específico do desempenho em produção textual dos estudantes brasileiros, tais apontamentos refletem a necessidade de um trabalho de preparação contínua para a escrita de redações.

Sendo assim, o presente trabalho vai ao encontro dessa questão, posto que tem como objetivo evidenciar a carência de elementos autorregulatórios nas avaliações de 39 dissertações-argumentativas, escritas por pré-vestibulandos. Essa análise é fruto de um recorte de uma pesquisa de Mestrado (FREITAS, 2016), cujo intuito era investigar se as crenças de autoeficácia dos mesmos sujeitos influenciariam nos seus respectivos desempenhos em escrita de redação, com foco no modelo avaliativo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

De uma forma mais clara, esse trabalho tem como ponte, para a construção das verificações levantadas, alguns estudos, que nas últimas décadas se debruçaram nas teorias de Crença de Autoeficácia e da Autorregulação da Aprendizagem, construtos defendidos, especialmente, por Albert Bandura e Barry Zimmerman.

Vale ressaltar também que, como já foi mencionado, as avaliações realizadas nas redações dos pré-vestibulandos, objeto dessa pesquisa, seguiram o modelo de correção do ENEM, tendo como pressuposto cinco competências avaliadas.

Desse modo, espera-se com a respectiva investigação evidenciar que a falta de conhecimento e de domínio de elementos autorreguladores em relação à escrita de dissertação-argumentativa (e também a crença do indivíduo na sua capacidade para aplicar os mesmos) podem interferir no desempenho dos sujeitos desta pesquisa.

2- Crença de Autoeficácia e a Autorregulação da Aprendizagem

A Teoria de Autoeficácia ou Crença de Autoeficácia (eficácia pessoal) é um assunto que vem sendo abordado, nos últimos anos, com afinco por diversos pesquisadores, especialmente pelo seu impacto e, de certo modo, influência no âmbito educacional.

Esse construto foi cunhado por Albert Bandura e está inserida na sua Teoria Social Cognitiva, em que o psicólogo canadense afirma que o funcionamento humano é influenciado por três elementos: os aspectos pessoais, o ambiente e o comportamento (BANDURA, 1989).

De acordo com o estudioso, a crença de autoeficácia tem papel determinante, já que, ao agir sobre certa atividade, o indivíduo não atua passivamente, mas de forma ativa e influenciado

pelas suas crenças, as quais irão o direcionar a determinada meta. Assim, a autoeficácia refere-se “às crenças nas próprias capacidades para organizar e executar uma ação (...) e agem sobre o modo de pensar, de sentir, de motivar-se e de atuar das pessoas (BANDURA, 1999, p. 21).

Ao se tornar confiante em sua capacidade para resolver/executar uma tarefa, o sujeito estabelece um novo padrão para conduzir todo processo que atravessará a ação em questão. Isso significa que um maior esforço, dedicação e motivação serão impulsionados frente a respectiva atuação, ou seja, um novo comportamento é gerado.

Nesse sentido, assim como a autoeficácia é elemento-chave na Teoria de Bandura, a autorregulação da aprendizagem também é de extrema relevância nos seus estudos. Quando se fala em um comportamento renovado, direcionado por objetivos e motivado pelas crenças pessoais, estamos nos referindo a um posicionado autorregulado. Investigações revelam que pessoas com alto nível de eficácia pessoal estão mais propensas a se autorregular (SCHUNK, 1989).

A aprendizagem autorregulada envolve um processo multidimensional, em que aspectos contextuais, pessoais e comportamentais estão em constante relação, conforma Zimmerman advoga: “a aprendizagem autorregulada refere a pensamentos, sentimentos e ações autogeradas que são planejadas e ciclicamente adaptadas para realização de metas pessoais” (2000, p.14).

Nesse processo cíclico, todas as etapas são fundamentais: fase prévia, fase de realização e fase de autorregulação.

Na primeira, os objetivos/metap são traçados e as estratégias são traçadas. Na segunda, há o destaque para o autocontrole e auto-observação da ação frente a tarefa. Já na terceira, posicionamentos como a autoavaliação e autorreações são evidenciados, conforme é corroborado por Suely Polydoro e Regina Azzi:

O primeiro processo refere-se à focalização da atenção, auto-instrução e imagens mentais. E o outro, à realização de autorregistros e autoexperimentação. A terceira fase, de autorreflexão, envolve o julgamento pessoal como a autoavaliação e as atribuições causais, e as reações ou autorreações, realizadas por meio dos subprocessos de satisfação/insatisfação, reações adaptativas e defensivas. Dado que o modelo é cíclico, como já exposto, a fase de autorreflexão influi na fase prévia seguinte. (2009, p. 88)

Todas esses percursos relacionam-se constantemente e irão interferir diretamente no posicionamento do indivíduo/discente diante do ponto que almeja alcançar.

Nessa perspectiva, um aluno autorregulado e/ou que detém em seu comportamento aspectos inerentes à autorregulação seria aquele que se organiza, se planeja, que confere constantemente a sua evolução (ou não), que reconhece os seus erros e aprende com estes.

Além disso, é um estudante que tem a atitude de se autoavaliar, a fim de verificar em que pontos avançou e em quais ainda precisa se empenhar para atingir a meta estabelecida.

Simons & Beukhof (citado por FIGUEIRA, 1994) consideram os alunos autorregulados como “autoensinantes”, posto que ao se autorregular, os sujeitos também estão se conhecendo e construindo o caminho de “aprender a aprender”, consoante Fernandes e Frison ressaltam:

“Aprender a aprender”, apesar de ser visto, na área da educação, como um clichê, nem sempre é utilizado considerando o mesmo conceito. Para os que estudam o construto da autorregulação, “aprender a aprender” implica aprender a ter autonomia, a ser responsável pelo ato de estudar; a controlar suas tarefas escolares; a ser capaz de traçar

um planejamento; a executar e refletir sobre as ações realizadas; a fazer escolhas de estratégias que permitam potencializar a aprendizagem. (2015, p.41)

Nessa perspectiva, ao assumir uma postura autorregulatória frente a uma ação, o sujeito tem um maior domínio sobre todo o processo, visto que ele estará no centro da aprendizagem, gerenciando, monitorando e avaliando o seu percurso cognitivo, metacognitivo e comportamental.

(...)a alternativa de trabalhar com o construto da autorregulação da aprendizagem se justifica porque ela envolve a preocupação com a aprendizagem real, com a apropriação dos conhecimentos necessários para a vida pessoal e profissional. A premissa que acompanha esse construto é que o conhecimento constrói-se na medida em que o sujeito é provocado a desenvolver competências que possam regular e controlar a cognição, a metacognição, a motivação e o comportamento, com o intuito de alcançar objetivos em uma atuação autônoma. Isso significa que não basta apenas promover espaços de reflexão e apreensão de conhecimento se as aprendizagens não forem sistematizadas pelo próprio sujeito (VEIGA-SIMÃO, FRISON, MACHADO, 2015, p. 34-35)

Nesse sentido, a atuação do sujeito diante da sua tarefa é primordial. Como foi mencionado, não basta apenas criar espaços aparentemente autorregulatórios. É preciso que este construto seja colocado em prática, sobretudo em espaços em que o aluno seja autor da sua própria aprendizagem.

3- As redações no âmbito do ENEM

É evidente o grande enfoque que é dado ao Exame Nacional do Ensino Médio, nos últimos anos. Tal sistema de avaliação abre portas para a entrada nas universidades brasileiras, aliada ao sistema de políticas públicas a partir de programas articulados, como o FIES (Financiamento Estudantil), PRÓUNI (Programa Universidade para Todos) e o SISU (Sistema de Seleção Unificada).

Sem dúvida, o acesso ao Ensino Superior tem passado por um viés mais democrático e que contempla diferentes contextos. Mas para ingressar nas universidades, é preciso passar por um processo de seleção, uma espécie de triagem, em que os conhecimentos adquiridos ao longo de anos de estudo, sobretudo no Ensino Médio, são testados, como é o caso do ENEM.

O que está presente na concepção do ENEM é a importância de uma educação com conteúdos analiticamente mais ricos, voltados para o desenvolvimento do raciocínio e a capacidade de aprender a aprender, buscando a eliminação paulatina dos currículos gigantescos e permitindo que as escolas do ensino médio concentrem-se no que é importante ensinar (CASTRO & TIEZZI, 2005, p. 131)

Sendo assim, além das questões objetivas que são contempladas neste sistema de avaliação, há também a apresentação de uma proposta de redação, em que o candidato deve dissertar, apresentando argumentos plausíveis e coerentes, a respeito de alguma temática.

É importante destacar que mesmo que seja um tema de pouco domínio do estudante, este sempre terá algo para argumentar (ou espera-se esse posicionamento), visto que são abordados assuntos que não fogem da realidade do candidato. Além disso, são destacados também os textos-motivadores, os quais poderão situar o sujeito a respeito da problemática e orientá-lo na tomada de decisões/estratégias argumentativas para a produção da dissertação.

De acordo com Agustini e Borges (2013), a produção escrita do ENEM atende a uma demanda e/ou fim social:

a produção escrita no Enem, de certo modo, objetiva “aferir” a competência linguística,

gramatical e interativa do candidato ao término da educação básica, configurando um texto dissertativo-argumentativo – situado no campo tipológico – a um gênero textual, podendo, então, ser considerada como o gênero redação no Enem. (2013, p, 3)

Ao aferir as competências e contemplá-las num sistema de avaliação próprio, a redação do ENEM passa a ser temida por grande parte dos estudantes, visto que, na maioria das vezes, o que é cobrado em produções textuais no âmbito escolar é o domínio da norma culta, refletida numa abordagem tradicional da linguagem.

Os documentos oficiais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC- 2017) já revelam em seu conteúdo uma preocupação relacionada ao que deve ser desenvolvido, no âmbito da linguagem, a partir do Ensino Médio:

Ao chegar ao Ensino Médio, os estudantes já têm condições de participar de forma significativa de diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, pois, além de dominarem certos gêneros textuais/ discursivos que circulam nos diferentes campos de atuação social considerados no Ensino Fundamental, eles desenvolveram várias habilidades relativas aos usos das linguagens. Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos. (2017, p.490)

Mesmo com essa visão de cada vez mais tornar efetivo o trabalho com a língua Portuguesa no contexto escolar, não se pode fechar os olhos para as insuficiências que ainda podem ser diagnosticadas nas escritas dos estudantes.

Há um paradoxo entre o que é trabalhado em sala de aula e o que é, de fato, exigido dos estudantes nos exames nacionais. De acordo com Pugh e Pawan (apud SAMPAIO & SANTOS, 2002), as dificuldades dos alunos, por exemplo, ao produzir um texto escrito referem-se a “deficiências em capacidades cognitivas básicas, como a habilidade de compreender variáveis, fazer proposições, identificar lacunas de informação, distinguir entre observações e inferências, raciocinar hipoteticamente e exercitar a metacognição” (p. 31).

Com a redação do ENEM, não somente aspectos gramaticais são avaliados, mas também a forma de introdução da temática, a seleção estratégica de argumentos, levantamento de fatos e também a elaboração de uma proposta de intervenção ou de solução.

Ao expor seus argumentos, o escritor/ autor do texto estará refletindo sobre sua bagagem de conhecimento, a partir da defesa de um ponto de vista: uma postura de extrema importância no texto argumentativo.

4- Metodologia e Resultados da investigação

Como já foi mencionado, o presente estudo trata-se de um recorte de uma pesquisa desenvolvida para uma dissertação de mestrado (FREITAS, 2016). O objetivo desta era analisar se as crenças de autoeficácia em escrita de redação estariam diretamente relacionadas as notas de dissertações-argumentativas, escritas por 39 estudantes que cursavam um Pré-Vestibular, no município de Campos dos Goytacazes.

Para a investigação, foram aplicados 3 instrumentos: um questionário, o Inventário de Eficácia Autorreguladora em Redação (ZIMMERMAN & BANDURA, 1994) e a aplicação de uma

proposta de redação em um formato semelhante ao que é proposto no Exame Nacional do Ensino Médio.

Ao aplicarmos e analisarmos o Inventário citado, o qual é composto por 25 variáveis e avalia como um sujeito sente-se capaz frente às etapas de elaboração e produção textual, percebemos que – nos resultados obtidos – houve uma dispersão dos dados: 64% das respostas evidenciavam uma crença de autoeficácia mais positiva; enquanto 36% apontavam para uma crença menos positiva.

Estas observações foram possíveis por meio do cálculo das frequências das respostas, através do Programa Estatístico SPSS. Com esta evidência, foi necessário e interessante realizar uma outra sondagem, a análise fatorial.

Assim, houve a possibilidade de verificar que as respostas dos estudantes no referido Inventário explicitavam duas dimensões, que foram nomeadas como *Habilidades em Recursos de Escrita e Condutas Autorreguladoras em Escrita de Redação*.

A primeira está relativa ao domínio de mecanismos linguísticos e gramaticais que são fundamentais na escrita de um texto, como: a coesão e a coerência, a norma culta ou padrão da linguagem, etc.

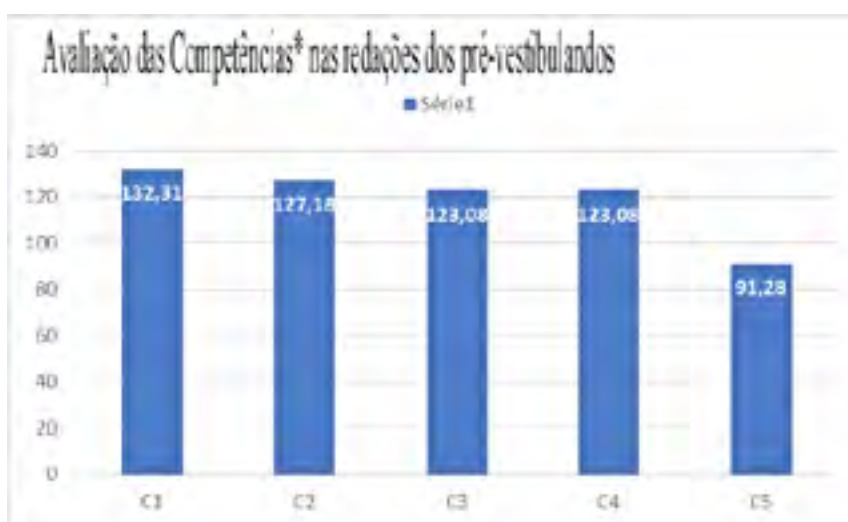
Já a segunda manifesta aspectos autorregulatórios ou até mesmo um comportamento autorregulado diante da tarefa da escrita de redação, conforme pode ser visto a partir de algumas variáveis aqui apresentadas:

- Q2 Posso começar a escrever sem dificuldade.
- Q1 Quando me é dada uma tarefa específica de redação, posso ter uma ideia para um tópico adequado em um curto período.
- Q9 Quando tenho um prazo curto para entregar meu trabalho, consigo controlar meu tempo com eficiência.
- Q19 Quando ocorre um bloqueio durante minha escrita, consigo encontrar maneiras de superar o problema.
- Q18 Quando quero persuadir um leitor sobre um ponto de vista divergente, posso oferecer uma citação convincente de uma autoridade.
- Q16 Consigo trazer minha atenção de volta à escrita, quando me pego pensando em outras coisas.
- Q14 Consigo localizar e utilizar fontes de referência adequadas quando preciso documentar um ponto importante.
- Q8 Posso encontrar uma maneira de me concentrar em escrever mesmo quando há muitas distrações ao redor.
- Q3 Posso construir uma boa frase introdutória rapidamente.
- Q6 Posso usar minhas primeiras tentativas de escrever para melhorar minhas ideias sobre um tema.

Foram, justamente, neste grupo de variáveis, cujas ideias apresentadas estão mais próximas da autorregulação da aprendizagem, que os pré-vestibulandos demonstraram ter, a partir do Inventário, crenças pessoais de eficácia pouco positivas.

No que se refere a análise aqui em discussão e ao objetivo deste estudo, um ponto da pesquisa foi primordial: a correlação entre os resultados das crenças dos pré-vestibulandos com a avaliação das redações dos discentes.

Como as redações foram avaliadas seguindo as cinco competências consideradas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi possível diagnosticar que os alunos apresentaram melhores conceitos nos quesitos que se aproximam da dimensão "Habilidades em Recursos de Escrita". Vale aqui lembrar que cada competência equivale a 200 pontos.



*Legenda (significado das competências):

C1: Competência no domínio da norma culta.

C2: Competência na compreensão e aplicação dos conceitos variados para desenvolvimento do tema.

C3: Competência para organizar e interpretar informações em defesa de um ponto de vista.

C4: Competência para demonstrar conhecimento necessário à construção da argumentação.

C5: Competência para elaborar proposta de solução, respeitando direitos humanos.

Assim, como aqui dito, os resultados das avaliações do Inventário, no que diz respeito aos mecanismos linguísticos/gramaticais, revelam uma proximidade, por exemplo, com a Competência 1, na qual – como é possível verificar no gráfico acima – os alunos do Pré-Vestibular apresentaram a maior média. A seguir, são apresentadas as variáveis que, por meio da análise fatorial, privilegiam e contemplam os recursos em questão:

- Q17 Quando vou escrever um tópico longo, posso criar bons esboços para as seções principais de meu texto.
- Q15 Consigo passar de um parágrafo para outro, durante a escrita, de forma coesa e coerente.
- Q23 Quando edito um texto, posso encontrar e corrigir todos os meus erros gramaticais.
- Q10 Posso atender aos padrões de escrita de um avaliador muito exigente.
- Q22 Consigo revisar o primeiro rascunho de qualquer texto para que fique mais curto e bem organizado.
- Q13 Quando preciso tornar uma ideia sutil ou abstrata mais clara, consigo usar palavras para criar uma imagem vívida.
- Q21 Após escrever um texto longo, consigo encontrar e corrigir erros gramaticais.

- Q5 Posso escrever um breve, mas interessante resumo que preparará os leitores para a ideia principal de meu texto.
- Q12 Posso reescrever claramente parágrafos muito longos ou confusos.
- Q20 Consigo encontrar maneiras de me motivar a escrever, mesmo quando o assunto é de pouco interesse para mim.
- Q4 Posso criar um parágrafo inicial pouco usual para capturar o interesse do leitor.
- Q11 Posso prontamente oferecer exemplos importantes para ilustrar um ponto importante.
- Q7 Posso ajustar meu estilo de escrever para atender às necessidades de qualquer leitor.
- Q24 Posso encontrar pessoas para opinar sobre os primeiros rascunhos de meu texto.
- Q25 Quando meu texto é sobre um tema complicado, consigo criar um título informativo e curto.

Entretanto, especialmente na competência 5, assim como nas demais também, os pré-vestibulandos explicitaram em suas redações certa deficiência, assim como em suas crenças referentes ao conhecimento, apropriação e domínio de aspectos da autorregulação, o que foi possível analisar por meio da correlação com os resultados obtidos no Inventário.

5- Conclusão

Este trabalho traz contribuições muito relevantes no campo da educação, sobretudo da linguagem, já que demonstra que o desempenho acadêmico de um estudante pode estar atrelado às suas crenças.

O cerne deste estudo evidencia que os sujeitos da pesquisa se consideram mais capazes em contextos relacionadas à gramática; enquanto que, ao se depararem com situações que exigem uma apropriação de recursos inerentes à autorregulação da aprendizagem, apresentam uma crença negativa. Além disso, os resultados das avaliações das dissertações-argumentativas e a correlação com os dados do Inventário de Eficácia Autorreguladora em Escrita corroboram para tal constatação.

Percebe-se que a maioria dos atributos avaliados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) apontam uma avaliação com um prisma especial para autorregulação, como por exemplo, ao mensurar o desenvolvimento de argumentos por parte do sujeito, a elaboração consistente de um ponto de vista e de uma proposta de solução de forma reflexiva, crítica, plausível e que esteja de acordo com os direitos humanos.

Todas essas competências exigem um comportamento autorregulado, uma ação do indivíduo de forma atuante desde a fase inicial até a fase de autoavaliação.

Por outro lado, o desempenho nestes mesmos atributos ou competências apontam um prisma contraditório. Enquanto, é exigida, na escrita da redação, uma produção autorregulada (mesmo que não se tenha conhecimento deste conceito/teoria), os alunos refletem uma insuficiência, justamente, no âmbito citado.

A crença de eficácia autorreguladora em habilidades gramaticais, todavia, mostrou-se muito mais elevada e foi ratificada com a média da Competência 1 que, exatamente, determina o domínio da norma culta.

Assim, mostra-se relevante o desenvolvimento de pesquisas que revelem uma preocupação referente ao uso de estratégias autorregulatórias neste contexto, em específico., já que essa discussão não se encerra aqui; pelo contrário, há urgência em se trabalhar com autorregulação em salas de aula, de modo a capacitar nossos estudantes e potencializar suas cognições.

Ações como gestão de tempo, elaboração de planejamento e de quadro de objetivos, mapas mentais, definição de metas e roteiro de avaliação, por exemplo, são alguns caminhos possíveis de se trilhar em direção a um pensamento autorregulado diante da produção de redação.

Esta verificação não isenta, minimiza ou anula a importância do domínio das habilidades em recursos linguísticos e gramaticais na construção de um texto. Mas, reforça o debate de que direcionamentos em relação a mecanismos/estratégias da autorregulação podem auxiliar e facilitar o processo de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUSTINI, C. L. H.; BORGES, S. Z. S. **Gênero Redação ENEM: A experiência de linguagem em uma escrita institucionalizada.** In: Letras & Letras, v. 29, p. 1-18, 2013.

AZZI, R. G., POLYDORO, S. A. J. Autoeficácia proposta por Albert Bandura: algumas discussões. In R. G. Azzi; S. Polydoro (orgs). **Autoeficácia em diferentes contextos.** Campinas, SP, Editora Alínea, 2006.

BANDURA, A. **Human Agency in social cognitive theory.** American Psychologist, v. 44, n. 9, 1175-1184, 1989.

_____ (Ed.) **Auto-eficacia: Cómo afrontamos los cambios de La sociedad actual.** Biblioteca de Psicología Desclée de Brouwer, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio.** Ministério da Educação. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146.

CASTRO, M. H. G. de. & TIEZZI, S. **A reforma do ensino médio e a implantação do ENEM no Brasil.** In: Colin Brock e Simon Schwartzman. Os desafios da educação no Brasil, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005, pp. 119-152

FERNANDES, V. R.; FRISON, L. M. B. **Estratégias de aprendizagem autorregulatória no Ensino Superior: escrita de um artigo científico.** Psic. da Ed., São Paulo, 41, pp. 37-49, 2º sem. de 2015.

FIGUEIRA, A. P. C. **Em torno do rendimento escolar.** Dissertação de mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

FREITAS, M.C.D.B. **Desempenho na escrita de redação e a crença de autoeficácia: um estudo com pré-vestibulandos em Campos dos Goytacazes/RJ.** Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem, 2016.

POLYDORO, S.A.P; AZZI, R. G. **Autorregulação da aprendizagem na perspectiva da teoria sociocognitiva: introduzindo modelos de investigação e intervenção.** Psic. da Ed., São Paulo, 29, 2º sem. de 2009, pp. 75-94

SAMPAIO, I. & SANTOS, A. **Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n.1, p.31-38, jan/jun. 2002.

SCHUNK, D. H. **Social cognitive theory and self-regulated learning**. N B. J. Zimmerman; D.H. Schunk (Ed.). *Self-regulated learning and Academic Achievement: theory, research, and practice*. New York: Springer-Verlag, 1989.

VEIGA-SIMÃO, A. M.; FRISON, L. M. B.; MACHADO, R. J. **Escrita de resumos e estratégias de autorregulação da aprendizagem**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 155, p. 30-55, jan/mar 2015

ZIMMERMAN, B.J & BANDURA, A. **Impact of self-regulatory influences on writing course attainment**. *American Educational Research Journal* Winter 1994, Vol. 31, n4, p. 845-862

ZIMMERMAN, B. J. **Attaining self-regulation: A social-cognitive perspective**. In: M. Boekaerts, M.; Pintrich, P.; Zeidner, M. (eds.). *Self-regulation: Theory, research, and applications*. Orlando, FL7 Academic Press, 2000, pp. 13- 39.

ESPIRITUALIDADE E EDUCAÇÃO, UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA O AUMENTO DO DESEMPENHO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.

BARROS, Sandro Reis Rocha

*Professor do departamento de Engenharia da Computação do Instituto Federal Fluminense (IFF) e doutorando como aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF
prsandroreis@gmail.com*

MIRANDA, Mozarth Dias de Almeida

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF
mozarthdias@hotmail.com*

LUQUETTI, Eliana Crispim França

*Doutora em Linguística (UFRJ) - Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense - LEEL
elianaffff@gmail.com*

RESUMO

Muitas perspectivas abrangendo Ensino e Interdisciplinaridade surgiram a partir do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI do qual resultou a proposição de quatro pilares da Educação, sendo estes: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser (DELORS, 2003). Esses pilares permitem um diálogo da Educação com a Espiritualidade, principalmente, no que se referem às atividades de aprender a conviver e aprender a ser, as quais, segundo Delors (2003, p.96,97,99), significam “conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de os resolver de maneira pacífica”, o que envolve o conhecimento de suas “culturas e espiritualidades”, e também sugere que “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa - espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”. Neste artigo, propõe-se um diálogo interdisciplinar entre Espiritualidade e Educação buscando uma melhoria no desempenho do processo ensino/aprendizagem.

Palavras-chave: Espiritualidade. Educação. Desempenho. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

Many perspectives covering Teaching and Interdisciplinarity arose from the report to UNESCO of the International Commission on Education for the XXI century which resulted in the proposal of four pillars of Education, these being: learning to know; learn to do; learning to live together and learn to be (DELORS, 2003). These pillars allow a dialogue between Education and Spirituality, especially regarding the activities of learning to live together and learn to be, which, according to Delors (2003, p.96,97,99), mean “to conceive an education capable of avoiding conflicts, or of solving them peacefully”, which involves knowledge of their “cultures and spiritualities”, and also suggests that “education must contribute to the total development of the person - spirit and body, intelligence, sensitivity, aesthetic sense, personal responsibility, spirituality”. In this article, we propose an interdisciplinary dialogue between Spirituality and Education seeking an improvement in the performance of the teaching / learning process.

Key-words: Spirituality. Education. Performance. Teaching. Learning.

Introdução

Este artigo mostra uma abordagem sobre os fatores que afetam o comportamento do estudante em seu ambiente educacional. Quando se analisa os instrumentos de medida de comprometimento organizacional, bem como, os instrumentos de medida de espiritualidade já propostos na literatura científica, pode-se chegar a novas propostas de melhorias no âmbito da área de Educação, envolvendo desde o ambiente até os métodos educacionais.

Muitas perspectivas abrangendo Ensino e Interdisciplinaridade surgiram a partir da publicação do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI do qual resultou a proposição de quatro pilares da Educação, sendo estes: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser (DELORS, 2003). Esses pilares, quando estudados sob a ótica interdisciplinar, permitem um diálogo da Educação com a Espiritualidade, principalmente, no que se referem às atividades de aprender a conviver e aprender a ser, o que pode ser verificado em algumas proposições feitas por Delors, para quem, aprender a conviver significa também “conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de os resolver de maneira pacífica”, o que envolve o conhecimento de suas “culturas e espiritualidades”. (DELORS, 2003, p.96,97).

Da mesma maneira, a atividade de aprender a ser, segundo Delors, sugere que “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (DELORS, 2003, p.96,97). Sua pesquisa sugere que aprender a ser “é um processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, à relação com o outro. Neste sentido, a educação é antes de mais nada uma viagem interior”. (DELORS, 2003, 101).

Essa temática propõe um diálogo interdisciplinar entre Espiritualidade e Educação, procurando relações que possam proporcionar uma avaliação e a indicação de ações que promovam o aumento no desempenho do estudante em sua aprendizagem.

Existem vários fatores relacionados ao campo da espiritualidade que podem afetar o comportamento do indivíduo através de seu comprometimento com o ambiente educacional promovendo um aumento no desempenho do processo de ensino e aprendizagem. A abordagem deste artigo é feita diferenciando-se os conceitos de religião, religiosidade e espiritualidade. Aqui, considera-se religião segundo a conceituação dada por Émile Durkheim (1996), em que o termo religião está ligado a um sistema de dogmas, rituais e crenças, que, de alguma maneira, associa religião a uma dimensão institucional. Em sua concepção, religião trata das relações entre o sagrado e o profano e a sua dimensão institucional tratando de suas estruturas formais e hierárquicas. Para ele, a ideia de religião é inseparável de igreja. Assim, o conceito de Religiosidade está associado a uma expressão da religião manifesta através de ações e atitudes religiosas, nas quais um indivíduo acredita, segue e pratica uma religião. Porém, o conceito de espiritualidade é bem diferente destes. Ele independe de religião e das práticas religiosas.

Assim, a disciplina Espiritualidade pode dialogar com a Educação através da necessidade que o indivíduo tem de encontrar uma razão, um significado, e um preenchimento das lacunas vazias em sua vida; ela trabalha no desenvolvimento da esperança, da afetividade e da necessidade de ter fé em Deus, em si mesmo e nos outros.

Segundo Menegat (2010), a espiritualidade ajuda a combater o materialismo, o individualismo e a preocupação excessiva com o resultado, proporcionando assim, condições ao indivíduo de encontrar o equilíbrio entre o mundo e a atividade educacional.

Este artigo também encontra um campo de ação diante das fronteiras existentes entre o fenômeno religioso e os ambientes educacionais, os quais veem na “espiritualidade”, uma ferramenta capaz de auxiliar o estudante, enquanto sujeito cognoscente, em suas dimensões psicoemocionais, cognitivas e espirituais.

Justificativa

Muitos estudos foram feitos no sentido de dimensionar e mensurar a espiritualidade presente no ser humano. Ross (1995) definiu a dimensão espiritual como dependendo de três componentes: (1) a necessidade de encontrar significado, razão e preenchimento na vida; (2) a necessidade de esperança/vontade para viver; (3) a necessidade de ter fé em si mesmo, nos outros ou em Deus. A significação para a vida é considerada uma condição essencial, pois quando um indivíduo se sente incapaz de encontrar um significado ele sofre em função dos sentimentos de vazio e desespero.

Outro estudo relevante foi apresentado por Rocha (2002), que verificou a associação entre qualidade de vida, estado de saúde e níveis de espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais (SRPB). Um dos mais destacados estudos nesta área foi apresentado por Rego, Cunha e Souto (2007), que mostraram como usar cinco dimensões de espiritualidade nas organizações para qualificar o índice de comprometimento organizacional, e assim, ter um instrumento de medida de espiritualidade, com itens que refletem alguns parâmetros que relacionam as características de um ambiente espiritualizado com o desempenho do indivíduo nas atividades que desenvolve relativas a este ambiente, seja educacional, ou outro tipo. Nesta pesquisa, percebe-se que a teoria relacionada ao comprometimento organizacional se adapta e se aplica muito bem aos ambientes educacionais aumentando o comprometimento do estudante.

Um dos problemas relevantes e que merece atenção é a investigação da maneira como se faz, hoje, a medição da espiritualidade nos ambientes organizacionais, analisando as dimensões já desenvolvidas para este construto e os parâmetros usados para tal medição. Como resposta a este problema, considera-se que é possível usar um instrumento de medida da espiritualidade para promover o aumento no desempenho do indivíduo em seu ambiente educacional e sua qualidade de vida, o que certamente, melhorará o seu rendimento no processo de aprendizagem.

Neste artigo, novos parâmetros de medida de espiritualidade são propostos para desenvolver um novo instrumento de medida de espiritualidade que se aplique a ambientes educacionais, analisando o instrumento de medida de espiritualidade proposto pela Organização Mundial de Saúde, e tendo como pressupostos as cinco dimensões de espiritualidade já validadas por Rego, Cunha e Souto (2007) e o referencial teórico de filósofos/teólogos como Paul Tillich, Leonardo Boff e Jürgen Moltmann, consagrados pelas relevantes contribuições na área da espiritualidade.

Fundamentação teórica

Segundo Menezes (2009), o conceito de Comprometimento Organizacional está relacionado à área de estudos do comportamento dos indivíduos numa organização e tem sido um dos construtos mais investigados, devido à grande importância que a noção de comprometimento desempenha na constituição e funcionamento de unidades sociais como equipes e organizações. Sabe-se que o comprometimento organizacional está ligado a outros construtos como: identificação, envolvimento, satisfação, motivação e cidadania.

O comprometimento do estudante com o processo de ensino e aprendizagem, bem como, com o seu ambiente educacional onde se dá esse processo, tem implicações diretas no seu rendimento

escolar. Portanto, organizações como escolas, e outros tipos de instituições, necessitam dispor de mecanismos que propiciem a avaliação do nível desse comprometimento de seus alunos.

Um dos pontos de partida desta pesquisa é o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS, 2003) do qual resultou a proposição de quatro pilares da Educação, sendo estes: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser. A tarefa de aprender a conviver está relacionada ao contexto, ao ambiente de ensino e aprendizagem, o qual, deve ser igualitário e ainda conter objetivos e projetos comuns para que “os preconceitos e a hostilidade latente possam desaparecer e dar lugar a uma cooperação mais serena e até à amizade” (DELORS, 2003, p.97).

Jacques Delors reflete sobre a atividade de aprender a conviver:

“Aprender a viver juntos, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz”.(DELORS, 2003, p.102).

Pode-se verificar facilmente, uma estreita relação entre a disciplina de Espiritualidade e a atividade de aprender a conviver, seja em ambientes educacionais ou empresariais. Sabe-se que a espiritualidade amplia a visão do ser humano com relação ao universo das relações que surgem da coexistência. Ela aproxima o aluno dos processos educacionais através de parâmetros espirituais como afetividade, ternura, cuidado, etc.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Transdisciplinares sobre Espiritualidade (NIETE). Para os pesquisadores do NIETE, a espiritualidade trabalha na multidimensionalidade do indivíduo trazendo compreensão para as diferenças, promovendo a dignidade e ajudando as pessoas a conviverem dentro de um ambiente fraterno e amável. Outras pesquisas nesta área têm sido feitas também no Centro Universitário Metodista através do O Núcleo de Estudos em Educação, Espiritualidade e Histórias de Vida (NEEHV) objetivando realizar estudos de natureza interdisciplinar sobre a dimensão da espiritualidade, no contexto da educação enquanto um processo de humanização.

Outra interface que possibilita o aspecto interdisciplinar entre a Espiritualidade e a Educação, está na atividade de “aprender a ser”:

“Aprender a ser, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se”.(DELORS, 2003, p.102)

Segundo esta visão sobre o processo de educar, onde “aprender a ser” tem por finalidade desenvolver, o melhor possível, tanto a personalidade como a capacidade de agir do aluno, percebe-se que a disciplina “Espiritualidade” pode desempenhar um papel fundamental na formação do indivíduo em suas potencialidades. Assim, a espiritualidade, passa a ser vista como uma ferramenta capaz de suprir o indivíduo em suas necessidades psicoemocionais, cognitivas e espirituais, promovendo uma melhoria em seus índices de bem estar e de qualidade de vida, e conseqüentemente, um aumento em seu desempenho na aprendizagem, através do desenvolvimento de fatores como otimismo, criatividade, fé, transcendência religiosa, afetividade, resiliência psicológica e significância, que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de superar desafios e adversidades.

O construto “espiritualidade nas organizações” nasce de um interesse particular em estudar como a vida espiritual de um indivíduo pode exercer uma influência em seu desempenho profissional e no ambiente onde trabalha, podendo ser estendido e aplicado ao desempenho educacional de um estudante e à sua maneira de ser e de se relacionar ou conviver no ambiente onde estuda. A espiritualidade nas organizações também abrange o estudo de como os impactos de um ambiente organizacional podem ser absorvidos e amenizados na vida de um indivíduo espiritualizado, e quando estendido à área da Educação, esse estudo mostra algumas relações de impacto que uma escola e seus métodos podem inferir sobre a vida de um estudante. Na conceituação de espiritualidade nas organizações apresentada por Rego, Cunha e Souto, a expressão é definida como “a existência de oportunidades na organização para realizar trabalho com significado, no contexto de uma comunidade, com um sentido de alegria e de respeito pela vida interior” (REGO; CUNHA e SOUTO, 2007, p.1).

2. Metodologia

A proposta metodológica é usar todo o referencial teórico a respeito dos temas “comprometimento organizacional” e “espiritualidade em ambientes e contextos organizacionais”. A correlação entre estes temas é nítida e foi amplamente investigada. Tais pesquisas proporcionaram o desenvolvimento de instrumentos de medida de espiritualidade em ambientes organizacionais, inclusive com a contribuição feita por um grupo de pesquisadores da Organização Mundial de Saúde, cuja pesquisa resultou num instrumento de medida de espiritualidade o qual foi analisado na pesquisa relatada neste artigo, juntamente com o outro instrumento proposto por Rego; Cunha e Souto, (2007).

A metodologia empregada na pesquisa relatada neste artigo, contemplou um estudo aprofundado nos conceitos de “espiritualidade” segundo os pensamentos de três filósofos, Tillich, Moltmann e Boff e desenvolveu-se uma fundamentação teórica para contribuir com novos parâmetros de medição e qualificação da espiritualidade, propiciando assim, a criação de um novo instrumento de medida de espiritualidade em ambientes educacionais.

Num estudo sobre espiritualidade nas organizações, Rego, Cunha e Souto (2005) apresentaram uma proposta onde a espiritualidade poderia ser analisada sob os aspectos de cinco dimensões, onde as três primeiras, já haviam sido propostas por Ashmos e Duchon (2000). Essas dimensões podem ser observadas e reinterpretadas sob uma perspectiva pedagógica contemplando as atividades do aluno em seu ambiente de estudo:

- a) **Espírito (sentido) de comunidade na equipe:** analisa itens relacionados ao espírito (sentido) de equipe, o cuidado ou zelo mútuo entre seus membros, e o sentido de comunidade e de propósito comum.
- b) **Alinhamento do indivíduo com os valores da organização:** estão envolvidos nesta dimensão, os elementos que descrevem o quanto os valores e a vida interior do indivíduo estão compatíveis (alinhados) com os valores da organização. Nesta dimensão também se avalia o quanto os líderes da organização procuram ser úteis à sociedade.
- c) **Sentido de préstimo à comunidade:** mede o quanto o trabalho desenvolvido na organização é útil à comunidade e se corresponde a valores importantes para a vida do indivíduo. Esta dimensão se aplica muito bem às atividades de extensão de uma escola.
- d) **Alegria no trabalho:** avalia se o trabalho desenvolvido na organização traz prazer e alegria ao indivíduo. Por exemplo, se o método de ensino é atraente ao aluno.

e) Oportunidade para a vida interior: trata especificamente da espiritualidade do indivíduo por meio de seus valores espirituais e mede o quanto é respeitada pela organização. Isto se aplica aos critérios de confessionalidade ou laicidade de uma escola.

Rego, Cunha e Souto (2007) desenvolveram um instrumento de medida de espiritualidade no trabalho propondo cinco dimensões. Trata-se de um questionário com 17 itens, onde cada indivíduo é convidado a assinalar, numa escala de seis pontos, o grau de veracidade de cada afirmação, sendo “1” quando o item corresponder a uma afirmativa completamente falsa e “6”, quando corresponder a uma afirmativa completamente verdadeira. Esse instrumento de medida de espiritualidade no trabalho proposto por Rego, Cunha e Souto está apresentado na tabela 1.

Um outro referencial para a pesquisa apresentada neste artigo foi a pesquisa da Organização Mundial de Saúde, especificamente, a do Grupo de Qualidade de Vida (WHOQOL- World Health Organization Quality Of Life), que decidiu desenvolver um módulo para avaliar esta dimensão numa perspectiva transcultural. Neste módulo, denominado de WHOQOL-100, as quatro questões iniciais com relação à espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais foram as seguintes: a) Suas crenças pessoais dão sentido à sua vida? b) Em que extensão você sente um significado em sua vida? c) Em que extensão as suas crenças pessoais dão-lhe forças para enfrentar dificuldades? d) Em que extensão suas crenças pessoais ajudam-no a entender as dificuldades da vida?

Tabela 1

INSTRUMENTO DE MEDIDA DE ESPIRITUALIDADE (Rego, Cunha e Souto)			
Nº da DIMENSÃO	DIMENSÕES DA ESPIRITUALIDADE	Nº DO ITEM	QUESTÕES AVALIADAS
1	SENTIDO DE COMUNIDADE NA EQUIPE	1	As pessoas do meu grupo/equipe sentem-se parte de uma família.
		2	O meu grupo/equipe fomenta a criação de um espírito de comunidade.
		3	Acredito que as pessoas do meu grupo/equipe se apoiam umas às outras.
		4	Acredito que os membros do meu grupo/equipe se preocupam realmente uns com os outros.
		5	Sinto que as pessoas do meu grupo/equipe estão ligadas entre si por um propósito comum.
2	ALINHAMENTO DO INDIVÍDUO COM OS VALORES DA ORGANIZAÇÃO	6	Sinto-me bem com os valores que predominam na minha organização.
		7	As pessoas sentem-se bem acerca do seu futuro na organização.
		8	A minha organização respeita a minha “vida interior”.
		9	A minha organização ajuda-me a que eu viva em paz consigo mesmo.
3	SENTIDO DE SERVIÇO À COMUNIDADE	10	Os líderes da minha organização preocupam-se em ser úteis à sociedade.
		11	O trabalho que eu realizo está relacionado com aquilo que considero importante na vida.
		12	Vejo que existe uma ligação importante entre o meu trabalho e os benefícios para a sociedade como um todo.
4	ALEGRIA NO TRABALHO	13	Quando trabalho, sinto que sou útil à sociedade.
		14	Sinto alegria no meu trabalho.
5	OPORTUNIDADES PARA A VIDA INTERIOR	15	Na maior parte dos dias, é com prazer que venho para o trabalho.
		16	Os meus valores espirituais não são valorizados no meu local de trabalho.
		17	No meu local de trabalho não há lugar para a minha espiritualidade.

Posteriormente, os trabalhos de pesquisa do Grupo de Qualidade de Vida da OMS convergiram para a criação de um módulo exclusivo para se medir o domínio Espiritualidade/Religiosidade/Crenças Pessoais, que foi incorporado no WHOQOL dando origem ao WHOQOL – SRPB. Este módulo contém 8 facetas (fatores) e 32 itens (perguntas) que devem ser respondidos numa escala de 1 a 5, onde o grau “1” significa “nada” e o grau “5” significa “extremamente”. É importante ressaltar que este módulo do WHOQOL-SRPB foi validado no Brasil por Fleck (2003).

A partir da observação e análise do instrumento apresentado por Rego, Cunha e Souto, bem como do instrumento proposto pela OMS, desenvolveu-se um estudo sobre as abordagens feitas por Tillich, Boff e Moltmann acerca do tema Espiritualidade. De cada um deles, extraiu-se alguns itens considerados como aplicáveis aos ambientes educacionais, conforme apresentado resumidamente, a seguir.

Para Paul Tillich, a profundidade que leva ao conhecimento de Deus pode ser encontrada em diversos lugares e de muitas formas pessoais, artísticas e sociais. Daí depreende-se que os ambientes organizacionais, sejam educacionais ou empresariais, também são espaços favoráveis ao desenvolvimento da espiritualidade e suas relações. Na linha do pensamento de Paul Tillich, a vida é apresentada como uma unidade multidimensional efetivada pelo “ser” e a análise deste “ser” parte de uma estrutura básica: o eu e o mundo. Desse modo, ao analisar a vida, tendo como ponto de referência as relações entre o ser humano e o mundo, observa-se alguns aspectos que se correlacionam com o comportamento do indivíduo e o seu ambiente organizacional de relacionamento, o que se aplica ao ambiente educacional. Tais aspectos da vida são descritos por Tillich como polaridades: individualização e participação, dinâmica e forma, liberdade e destino.

Para Leonardo Boff, o ser humano é visto de maneira holística e por isso, existe uma totalidade na qual tudo pode se harmonizar e se articular. Ele propõe três dimensões para análise: a interioridade, a exterioridade e a profundidade. É na dimensão da exterioridade que Boff vê o indivíduo como um ser vivo que interage com a natureza por meio de suas atividades e do cuidado. Neste processo de interação entram todos os atributos pessoais do indivíduo, enquanto “ser” e enquanto “humano”. Destacam-se a inteligência, os sentimentos, a compaixão, o amor, o êxtase e tudo que se associa ao momento da relação do ser humano, de dentro para fora de si mesmo, abrangendo a totalidade de seu mundo exterior.

Na abordagem que Moltmann faz acerca da espiritualidade, existe um campo em que a sua doutrina trinitária da criação se abre para influenciar o ser humano no contexto do ambiente em que ele vive, inclusive o ambiente onde se desenvolve atividades. Segundo ele, o Espírito de Deus é a força criadora da vida que, segundo o profeta Joel do Antigo Testamento da Bíblia, haveria de ser “derramado sobre toda a carne”. Esse conceito se soma à profecia bíblica de Isaías que diz que o deserto se tornaria um jardim, e nele habitaria o direito, a justiça reinaria e a prática da justiça traria paz. O resultado das profecias de Joel e de Isaías permite uma proposição de que todo ambiente educacional que valoriza e promove a espiritualidade, deve ser um ambiente que prioriza os direitos do ser humano.

Finalmente, chegou-se a uma estrutura de um novo instrumento de medida de espiritualidade, que fundamentado no referencial teórico dos pensamentos dos filósofos estudados nesta pesquisa, pode ser aplicado em ambientes educacionais, conforme apresentado na tabela 2 como resultado.

Tabela 2

INSTRUMENTO DE MEDIDA DE ESPIRITUALIDADE EM AMBIENTES EDUCACIONAIS (segundo os teólogos: Paul Tillich, Jürgen Moltmann e Leonardo Boff)			
DIMENSÕES	ITEM	PARÂMETROS DE MEDIÇÃO	GRAU (0 a 100)
SENTIDO DE COMUNIDADE NA ESCOLA	1	O estudante sente que há uma integração entre ele e as outras pessoas de sua escola?	
	2	O estudante percebe um movimento constante de construção e crescimento de seu ser através dos relacionamentos na escola?	
	3	O estudante não sente medo de ser excluído por seus colegas?	
	4	Na escola, o estudante sente que seus direitos pessoais são respeitados?	
	5	O estudante se sente cuidado pela escola?	
	6	Existe consunho entre os estudantes de sua turma na escola?	
	7	O estudante sente que há respeitabilidade entre as pessoas em sua escola?	
	8	Na escola, as pessoas se relacionam num clima de paz e harmonia?	
ALINHAMENTO DO ESTUDANTE COM OS VALORES DA ESCOLA	9	O estudante sente medo ou insegurança diante da possibilidade de fracasso nas suas responsabilidades?	
	10	O estudante sente uma presença de uma força sobrenatural que faz com que a escola caminhe alcançando bons resultados?	
	11	Qual é o grau de interação do estudante dentro de sua sala de aula?	
	12	O estudante tem sentimento pessoal de harmonia interior?	
	13	Existe possibilidade de articulação do estudante em sua sala de aula?	
	14	Existe possibilidade de articulação do estudante em sua escola?	
	15	O estudante desenvolve sentimentos e atitudes que revelam zelo e cuidado por sua escola?	
	16	A escola traz motivação a novos conhecimentos e experiências?	
SERVIÇO À COMUNIDADE	17	O estudante consegue captar valores sociais agregados ao ensino em sua escola?	
	18	A escola tem promovido ações que buscam a auto-sustentabilidade?	
ALEGRIA NO APRENDIZADO	19	O estudante sente alguma ansiedade por conta de uma ameaça à sua auto-afirmação com relação ao seu futuro estudantil?	
	20	O estudante sente por interior no desenvolvimento de suas atividades na escola?	
	21	A escola traz para o estudante uma motivação para a vida e entusiasmo para os estudos?	
	22	O estudante realiza suas atividades estudantis com amor?	
OPORTUNIDADES PARA A VIDA INTERIOR	23	A escola proporciona ao estudante oportunidades de enfrentar suas limitações intelectuais, emocionais e espirituais?	
	24	O estudante sente uma "presença espiritual" em sua vida que impede a existência de um vazio existencial?	
	25	O estudante tem se sentido encorajado a enfrentar as dificuldades da vida e dos estudos?	
	26	O estudante tem podido desenvolver o seu potencial de criatividade em suas atividades estudantis?	
	27	A escola é um espaço onde há liberdade para o estudante desenvolver seu lado humano?	
	28	O estudante percebe um crescimento em sua vida por conta de sua relação com as atividades estudantis que desenvolve?	
	29	O estudante desenvolve um caráter de humildade ao se enxergar e se entender como parte integrante de um todo do qual ele é dependente?	
	30	A escola oferece ao estudante, possibilidades práticas de cultivar momentos de reflexão e diálogo pessoal com a sua realidade espiritual?	

3. Resultados e considerações finais

A espiritualidade possui, nitidamente, relações diretas e indiretas na vida do indivíduo dentro de um ambiente organizacional onde exerce algum tipo de atividade, seja educacional ou empresarial. As pesquisas mostraram que o construto espiritualidade pode ser observado, tanto a nível individual, como coletivo, ou seja, existe o indivíduo considerado muito ou pouco espiritualizado, mas também existem as questões relativas ao relacionamento entre as pessoas que desempenham algum tipo de tarefa em conjunto, e que são influenciadas pela espiritualidade das outras pessoas. Outra observação importante é que a espiritualidade pode estar presente tanto na vida do indivíduo enquanto ser humano, como também pode ser vista na dinâmica de funcionamento e nos valores de uma organização onde este indivíduo exerce suas atividades, sejam estudantis ou profissionais. Então, existem pessoas espiritualizadas e organizações espiritualizadas.

Uma vez comprovado que a espiritualidade é um construto presente na vida do ser humano e que afeta tanto a sua própria vida quanto tudo o mais com que ele se relaciona, verifica-se que há relações entre ela e um outro construto, ligado ao campo da psicologia comportamental,

presente na vida de um indivíduo participante em algum ambiente organizacional, que é o seu comprometimento com uma organização e suas atividades. Em se tratando de um ambiente educacional, pode-se pensar no comprometimento desse indivíduo com os processos de ensino e aprendizagem que a escola lhe oferece.

A pesquisa realizada permitiu constatar que a espiritualidade está muito relacionada com a dimensão afetiva, que é considerada positiva no comprometimento organizacional, uma vez que o ser humano mais espiritualizado tende a desenvolver mais as características de um comportamento afetivo com as pessoas e com a escola onde estuda, reforçando assim, um dos pilares da educação, que é o aprender a conviver.

A partir da exposição feita sobre o tema espiritualidade, e do estudo feito sobre os pensamentos dos filósofos e teólogos de renome, como Paul Tillich, Leonardo Boff e Jürgen Moltmann, fez-se um levantamento de novos itens que podem ser integrados ao instrumento de medida de espiritualidade nas organizações proposto por Rego, Cunha e Souto, dando origem a um questionário que pode ser aplicado em organizações educacionais, com o objetivo de levantar situações que possam contribuir para o aumento do desempenho educacional, proporcionando a descoberta de ações no campos da espiritualidade, que promovam uma melhoria na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Tais ações deverão se estruturar no campo da educacional, através das linhas pedagógicas que promovam o desenvolvimento dos quatro pilares da Educação aprovados pela UNESCO, principalmente, o de aprender a conviver e aprender a ser.

Referências Bibliográficas

ASHMOS, Donde P.; DUCHON, Dennis. **Spirituality at Work. A Conceptuality and Measure.** *Journal of Management Inquiry*, v.9, n.2, p. 134 - 145, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação: Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI - 6 Edição.** - São Paulo: UNESCO, MEC, Editora Cortez, Brasília, DF, 2003.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FLECK M. P. A. et al. **Desenvolvimento do WHOQOL, modulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais,** *Rev Saúde Pública*, v.37, n.4, 2003, p. 447.

MENEGAT, Jardelino. **Gestão da espiritualidade no ambiente de trabalho.** *Revista iberoamericana de ciencias empresariales y economía*, v. 1, 2010, p. 40.

MENEZES, Igor Gomes, *Comprometimento Organizacional: construindo um conceito que integre atitudes e intenções comportamentais.* Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, BA. 2009, p.40.

REGO, A.; CUNHA, M. P.; SOUTO, S. **Espiritualidade nas organizações e empenhamento organizacional: um estudo empírico.** *Área Científica de Gestão*, n.6, p. 4-5, 2005.

REGO, A.; CUNHA, M. P.; SOUTO, S. **Espiritualidade nas organizações e comprometimento organizacional.** *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 2, jul./dez. 2007.

ROCHA, N. S. - *Associação entre estado de saúde, espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais e qualidade de vida*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p.10.

ROSS, L. **The spiritual dimension: its importance to patients' health, well-being and quality of life and its implications for nursing practice.** *International Journal of Nursing Studies*, v.32, 1995, p. 457- 468.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHOQOL GROUP. **A cross-cultural study of spirituality, religion, and personal beliefs as components of quality of life.** *Social Science & Medicine*, v.62, n.6, 2006, p.1486-1497.

ENSINO DE LÍNGUA E DE LITERATURA: IMPLICAÇÕES DOS CONCEITOS DE LÍNGUA E DE LITERATURA PARA AS NOVAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

WENDEL VASCONCELOS SAMPAIO

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – UENF
wendel.sam@gmail.com*

DANIELLY TOMAZ DOS SANTOS

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – UENF
daniellytomaz@gmail.com*

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre os conceitos de ensino de língua e de ensino de literatura presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisa foi dividida em três objetivos, a saber: verificação das acepções de língua e literatura nas quais a BNCC está fundamentada; relação dos conceitos de língua e literatura adotados a outros conceitos concorrentes e análise das metodologias principais do documento para o ensino-aprendizagem de língua e de literatura. O objetivo do trabalho é preconizar os impactos dos conceitos assumidos pelo documento, uma vez que tem função normativa e impactará em todo o processo de ensino-aprendizagem na educação básica. Os resultados apontam que, embora o texto do documento esteja em consonância com os estudos recentes no campos das ciências da linguagem, ainda existe dissonância entre teoria e prática.

Palavras-chave: Ensino de língua. Ensino de literatura. Base Nacional Comum Curricular. Linguagens e suas Tecnologias. Plano Curricular.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of concepts of teaching the language and teaching the literature present at the Common National Base Curriculum (BNCC). The research was divided in three objectives, namely: verification of the accepted meanings of language and literature in which the BNCC is based on; relation of the concepts of language and literature adopted to other competing concepts and analysis of the main methodologies of the document for teaching-learning of language and literature. The purpose of the paper is to recommend the impacts of the concepts assumed by the document, since it has a normative function and will impact the entire teaching-learning process in basic education. The results indicate that, although the text of the document is in line with recent studies in the field of language sciences, there is still a dissonance between theory and practice.

Key-words: Teaching the language. Teaching the literature. Common National Base Curriculum. Languages and their Technologies. Curriculum plan.

Introdução

O ponto nevrálgico de qualquer análise de documento que versa sobre políticas educacionais é sempre o seu contexto de produção e que contextos estão por detrás do documento, de tal modo que compreende todo documento como um palimpsesto. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo para a educação básica brasileira, cuja aprovação ainda não fora integralizada, foi construída ao longo de quatro anos, segundo o próprio Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2016a, p. 05), passando por dois governos de perspectivas dissonantes, terminará seu processo de aprovação e consolidação em outro ou outros governos, e evoca diferentes documentos, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) e a própria Constituição Federal de 1988. Se por um lado o documento é fruto de uma ampla discussão sobre a educação iniciada desde a democratização, por outro, é a cristalização de uma ideia de construção de sujeito e sociedade pautada na relação do Estado com o poder econômico e financeiro mundial, num país inserido num contexto de globalização e de experimentos de democracia e república recentes, em detrimento de um passado hegemonicamente colonial, oligárquico, monárquico e ditatorial.

No mundo ocidental, a escola pública obrigatória (de responsabilidade do Estado) remonta ao modelo criado na Prússia ainda no século XVIII, num momento de grandes revoluções burguesas, como a Francesa e a Industrial e que, de tal forma, delas se nutriu, impedindo a eficiência de qualquer análise na educação e em documentos normativos caso negligencie-se esse processo sócio-histórico. Ainda hoje nota-se, empiricamente, a presença deste modelo, não superado, nos espaços formais escolares. Da arquitetura escolar à disposição dos móveis, passando pela seriação do ensino e pela enciclopedização do conhecimento, à uniformização e metodologias, tudo rememora as primeiras escolas surgidas na Prússia, cujo modelo foi amplamente importado pelo mundo ocidental, devido em grande parte ao seu sucesso em engrandecer o Estado.

Tal como se sucedeu na Prússia em relação às políticas educacionais, a BNCC se cristaliza numa ação vertical do Estado, embora tenha sido, auspiciosamente, tratada como uma ação democrática, dado o início do seu processo de construção - que contou com ampla participação da sociedade - cooptado por uma participação mais exígua no final, como deverá ser daqui em diante. Uma evidência disso foi o *lobby* político que alçou o ensino religioso de um lugar facultativo para obrigatório, na BNCC.

Feitas essas considerações, acrescenta-se o fato de que a BNCC também é a culminância de uma política educacional que tem como direção avaliações educacionais, personificadas pelo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil; além das internacionais, como o Pisa (Programme for International Student Assessment), coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização internacional que tem como objetivos declarados apoiar um crescimento econômico duradouro, desenvolver o emprego, contribuir para o crescimento do comércio mundial, etc. Com um fim em si mesmo, essas avaliações acabam por fundar a via para todo o processo de ensino-aprendizagem, como se todo o processo tivesse como finalidade o sucesso - palavra amplamente utilizada nesse contexto - do aluno nessas avaliações.

Baseado nessas premissas, o trabalho deste artigo terá como finalidade a verificação das acepções de língua e literatura nas quais a BNCC está fundamentada; de modo a relacionar os conceitos de língua e literatura assumidos a outros conceitos concorrentes e trazer à tona uma análise das metodologias principais do documento para o ensino-aprendizagem de língua e de literatura. A natureza dessa abordagem de trabalho será primordialmente analítica e reflexiva, pautada no recorte epistemológico do materialismo histórico, da linguística e da teoria da

literatura. Este objetivo relaciona-se a outros secundários, não menos importantes, que são revelar os discursos para as políticas linguísticas presentes no documento.

Os *corpora* em questão são o já documento aprovado para o Ensino Fundamental e o documento encaminhado para a discussão no Conselho Educacional de Educação, a Base para o Ensino Médio, publicados em 11 de maio de 2018.

Conceito de língua tomado pela BNCC

Muito embora os conceitos de língua adotados pela BNCC estejam ancorados nas perspectivas da Linguística da Enunciação – a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem – culminando na teoria dos gêneros do discurso, como já apontava os PCN, uma novidade vem da Sociolinguística, quando o documento destaca a função epilinguística como uma metodologia para todo o ensino de língua. Em todo o documento, o aspecto do ensino de língua voltado para os gêneros do discurso se sobressai. Para Bagno, essa metodologia tem como ponto de partida textos autênticos, sejam falados ou escritos.

Além da leitura e da escrita, também tem espaço em sala de aula para a reflexão sobre a língua e a linguagem. Essa reflexão deve ser feita primordialmente através das chamadas atividades epilinguísticas, aquelas que não recorrem à nomenclatura técnica (a metalinguagem), de modo a permitir o percurso uso→reflexão→uso. (BAGNO, 2012, p. 19 e 20)

No entanto, tomando como consagrados os gêneros tradicionais, no documento está elencada e destacada uma série de gêneros contemporâneos como objetos de estudo para se desenvolver as habilidades necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem de língua, descuidando da premissa fundamental da ação “uso”, uma vez que não versa especificamente sobre o modo de se realizar a ação, transmutada na ideia de simulação dos gêneros reais.

Desenvolver estratégias de planejamento, revisão, edição, reescrita/redesign e avaliação de textos, considerando-se sua adequação aos contextos em que foram produzidos, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semioses apropriadas a esse contexto, os enunciadores envolvidos, o gênero, o suporte, a esfera/ campo de circulação, adequação à norma-padrão etc. (BRASIL, 2016a, p. 76)

Ora, nenhum aluno ao estudar o gênero notícia terá como objetivo final se tornar um jornalista. O mesmo pode-se dizer sobre um haicai ou uma receita. Ainda assim, tampouco estudar esses gêneros significa produzi-los tendo o professor como o agente interlocutor real de gêneros que pressupõe outros interlocutores. Nesse sentido, os gêneros perdem autenticidade. Da forma como os gêneros do discurso estão abordados no documento, há um privilégio de uma acepção voltada para separabilidade, pilar da ciência moderna e, portanto, também do estruturalismo. Esse favorecimento se sobressai ainda mais quando a norma-padrão aparece como fim no desenvolvimento de uma habilidade linguística que o aluno deverá ter.

(EF04LP06) Identificar em textos e usar na produção textual a concordância entre substantivo ou pronome pessoal e verbo (concordância verbal). (BRASIL, 2016a, p. 115)

(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico. (BRASIL, 2016a, p. 159)

(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada. (BRASIL, 2016a, p. 159)

(EF09LP04) Escrever textos corretamente, de acordo com a norma-padrão, com estruturas sintáticas complexas no nível da oração e do período. (BRASIL, 2016a, p. 185)

(EF09LP07) Comparar o uso de regência verbal e regência nominal na norma-padrão com seu uso no português brasileiro coloquial oral. (BRASIL, 2016a, p. 187)

Essa aceção dicotômica reforça o paradigma milenar de ensino de língua debruçado sobre a diglossia. No Brasil, esse fenômeno tem ainda efeitos devastadores, contrários, inclusive, aos pressupostos de democratização expressos na BNCC e em outros documentos, já que estabelece uma norma irreal como um fim para educação linguística, sendo assim, fortalece uma variedade linguística em detrimento de outras, que por sua vez, constitui todo um *ethos* voltado para a perpetuação de uma condição de vida social numa sociedade repleta de várias condições. No texto, embora não depreciada explicitamente, a fala se manifesta como algo divergente da escrita. Para Rosa Virgínia Mattos e Silva, em sua obra sobre as contradições no ensino de português, ressalta, ao comentar o poema de Drummond, “Aula de Português”:

Só nos resta aguardar para ver se nossos poetas/alunos, no futuro, não precisarão mais intuir e aprender duas línguas portuguesas aqui. Que venham a convergir, no possível, o que se fala com o que se lê! Os caminhos futuros da história do português brasileiro, ou do brasileiro, e de seu ensino, consequências da história da sociedade brasileira, é que tornarão isso viável. (SILVA, 2017, p.88)

Outro ponto relevante do documento, ainda dentro do foco sobre o trabalho com gêneros textuais para se chegar a aprendizagem da língua, é o número colossal de gêneros com os quais a área de linguagens deve lidar. Quando se trata de ensino de língua, não se trata de aprender a maior quantidade de gêneros textuais como assevera o documento. Desta forma, se não cabe ao professor de língua ensinar um gênero textual presente somente na área da medicina, de interesse exclusivo de médicos, também não caberia ao professor ensinar gêneros como fanzine, vidding, machimina, (BRASIL, 2016a, p.71) etc, como está recomendado no documento. Com um enfoque muito específico sobre a cultura digital e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), o documento aloca para o campo do ensino de língua a responsabilidade de lidar com esse universo, sendo que ele se manifesta não necessariamente no mesmo campo do ensino de língua, mas também em outras áreas do conhecimento. Por que cabe ao professor de língua trabalhar com a produção de um vídeo, por exemplo, se também os demais professores podem, na condição de amadores, produzir vídeos? Além disso, o documento parece ignorar a realidade educacional brasileira, como se em toda essa realidade fosse possível a concretização desta prática.

Conceito de literatura tomado pela BNCC

O ponto principal do ensino de literatura é o avanço sobre a periodização, paradigma de ensino da disciplina, e a centralização do texto literário, visto, sobretudo, no Ensino Fundamental e retomado no Ensino Médio.

Em relação à literatura, a leitura do texto literário, que ocupa o centro do trabalho no Ensino Fundamental, deve permanecer nuclear também no Ensino Médio. Por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs, têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino. Assim, é importante não só (re)colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes, baseadas em obras literárias, incluindo análises sobre seus processos de produção e recepção. O que deve ser evitado é a simples substituição dos textos literários por essas produções. (BRASIL, 2016b, p.491)

Ainda que o documento pareça destacar o papel da literatura voltado para outro paradigma, a disciplina ainda exerce papel secundário, já que na BNCC vem como um braço do ensino de língua, permanecendo periférica e excluída a sua potência interdisciplinar. Muito antes de

romper com o paradigma vigente no ensino de literatura, o documento enseja essa prática, não porque ela ainda permaneça como central (já que se trata de uma maneira relevante de se estudar literatura), mas porque a literatura aparece apenas como campo de atuação da linguagem, o que reforça sua dimensão essencialmente estética, ignorando outras.

Outra questão é o fato da negligência de um conceito mais amplo de literatura, impossibilitando uma distinção entre educação literária e ensino de literatura. Embora reforce a importância do contato com a literatura, que seria mediado pela leitura do texto literário na íntegra, no documento não se especifica o que subjaz ao conceito literatura e à prática de leitura literária. Se antes o percurso de formação de leitor estava comprometido pela incursão da literatura dentro do ensino de língua no ensino fundamental, antes de superar esse modelo, a BNCC reforça. No lugar da já criticada abordagem histórica diacrônica de literatura no ensino médio, a BNCC aponta para os mesmos falhos e equivocados caminhos de formação de leitor adotados para o ensino fundamental. O que se sobressai no documento é uma grande quantidade de compreensões e estratégias do que viria a ser o ensino de literatura, que têm mais eficácia para confundir o professor que auxiliá-lo. Apesar disso, concatenado com os estudos mais recentes em literatura, sobretudo os que versam sobre o papel do leitor, o documento revela uma preocupação com esse agente.

No entanto, ao privilegiar o leitor, há no documento uma adoção acrítica do discurso que valoriza na literatura uma função hedonista.

a ampliação de repertório, considerando a diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas – literatura juvenil, literatura periférico-marginal, o culto, o clássico, o popular, a cultura de massa, cultura das mídias, culturas juvenis etc. – e em suas múltiplas repercussões e possibilidades de apreciação, em processos que envolvem adaptações, remediações, estilizações, paródias, HQs, minisséries, filmes, videominutos, games etc.; (BRASIL, 2016b, p.492)

Mais uma vez, tal como acontece no ensino de língua, a BNCC traz à tona uma grande importância para o ensino voltado a atender exigências do mundo que não necessariamente competem à área do conhecimento, num amplo e diverso contexto educacional, no qual até mesmo aquilo que se constituiu como mínimo na área encontra obstáculos para ser efetivado. Essa enorme pretensão dada ao campo da literatura no documento, que inclusive a associa aos produtos ubíquos da Indústria Cultural, que existirão e com os quais os estudantes terão contato independente do trabalho que será feito na escola, prejudica o espaço-tempo para que a literatura seja alçada a um lugar de fruição, reflexão e elaboração.

Na obra “A civilização do espetáculo”, o escritor peruano Mario Vargas Llosa, ao decorrer sobre sua experiência como professor de literatura, aponta para o problema da indústria cultural concorrer com o texto literário, algo do qual a escola poderia escapar, mas preferiu encaminhar-se na direção, genericamente calcada no discurso de modernização e democratização, expresso na BNCC.

Se for só para entreter, fazer o ser humano passar uns momentos agradáveis, imerso na irrealidade, emancipado da sordidez cotidiana, do inferno doméstico ou da angústia econômica, numa indolência espiritual relaxada, as ficções da literatura não poderão competir com as apresentadas nas telas, grandes ou pequenas. As ilusões plasmadas com a palavra exigem ativa participação do leitor, esforço de imaginação e, às vezes, em se tratando de literatura moderna, complicadas operações de memória, associação e criação, algo de que as imagens do cinema e da televisão dispensam os espectadores. E estes, em parte por esse motivo, tornam-se a cada dia mais preguiçosos, mais alérgicos a um entretenimento que exija deles esforço intelectual. (VARGAS, 2013, p.112)

Nesse sentido, a literatura continuará em concorrência no seu próprio espaço. Isso também se revela na metodologia existente na BNCC para a escolha de obras a serem trabalhadas. Em geral, essas obras deverão corresponder ao que o documento chama de leituras significativas da literatura brasileira, de forma a diversificar os parâmetros com vistas a contemplar produções das culturas juvenis contemporâneas, *best-sellers*, (...) para aproximar os estudantes de culturas que subjazem na formação identitária de grupos de diferentes regiões do Brasil. (BRASIL, 2016b, p. 514).

Implicação dos conceitos adotados para o processo de ensino-aprendizagem

Provavelmente, o maior problema da verticalização do ensino, orientada por avaliações, é aquilo que Theodoro Adorno chama no seu ensaio “Educação após Auschwitz” de instrumentalização da razão. Na medida em que as avaliações são instrumentos que geram dados e informações que tanto servem para recompensar quanto para punir, a educação pode estar a serviço dessa instrumentalização da razão, deletéria para a sociedade e mantenedora das condições que geraram Auschwitz. Por essas informações e dados, compete-se, fraudar-se, driblar-se, etc; todas essas ações que colocarão indivíduos em posição de enfrentamento direto, reforçando a ideia equivocada de uma educação voltada à severidade, à disciplina.

Tudo isso tem a ver com um pretensão ideal que desempenha um papel relevante na educação tradicional em geral: a severidade. (...) Lembro que durante o processo sobre Auschwitz, em um de seus acessos, o terrível Boger culminou num elogio à educação baseada na força e voltada à disciplina. Ela seria necessária para constituir o tipo de homem que lhe parecia adequado. Essa ideia educacional da severidade, em que irrefletidamente muitos podem até acreditar, é totalmente equivocada. A ideia de que a virilidade consiste num grau máximo da capacidade de suportar dor de há muito se converteu em fachada de um masoquismo que como mostrou a psicologia se identifica com muita facilidade ao sadismo. O elogiado objetivo de “ser duro” de uma tal educação significa indiferença contra a dor em geral. No que, inclusive, nem se diferencia tanto a dor do outro e a dor de si próprio. Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir. (ADORNO, 1995, p. 124)

Na medida em que documentos normativos surgem para pautar práticas pedagógicas voltadas a uma pretensão uniformização como meio de resolver problemas de uma sociedade tão extensa quanto diversa, também agem em favor do que Adorno (1995, p.125) relevará como a formação de uma consciência coisificada, outra condição para a repetição de Auschwitz. Bauman, por seu turno, afirma que

(...) de fato, o Estado decidiu lavar as mãos da obrigação de “educar o povo”, de forma gritante no caso das áreas “de ponta” ou de excelência, mas também, de modo um pouco menos direto – como mostra a ideia de substituir as escolas secundárias administradas pelo Estado por “academias” dirigidas pelo mercado de consumo –, nos níveis destinados a determinar o volume total de conhecimento e habilidades que a nação tem à sua disposição, assim como sua distribuição entre as categorias populacionais (...) (BAUMAN, 2013, p. 33)

revelando a idiosincrasia às práticas normativas estatais, no mundo atual, para a busca da formação não de um cidadão, mas de um consumidor, da qual depende a consciência coisificada.

Nesse sentido, o fato da BNCC apontar habilidades mínimas para cada série e seguimento, as quais posteriormente servirão de base para a produção de questões de avaliação, constitui um problema. No ensino de língua, por exemplo, embora o documento se alinhe aos principais

estudos da área das ciências da linguagem, em essência volta-se para uma abordagem que se consubstancia numa perspectiva formadora não de uma consciência linguística, mas na aquisição de habilidades de manejo linguístico, revelando um objetivo essencialmente instrumentalizado.

Em literatura, o problema é ainda maior, uma vez que o documento, ainda que ressalte a importância da interdisciplinaridade para toda a educação básica, ignora o pressuposto há muito conhecido de que a literatura é a disciplina mais interdisciplinar existente nos bancos escolares. Apesar de romper com alguns paradigmas existentes no ensino de literatura, a omissão de conceitos primordiais corrobora uma via que se perfaz majoritariamente num único sentido e impede o processo de ultrapassar os atributos já existentes.

Considerações finais

Ensejada numa ideia de novidade, a BNCC, com a força normativa de que dispõe – como definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base, com seu caráter normativo, será o documento no qual todos os sistemas de ensino e projetos pedagógicos fundar-se-ão – deve ser nos próximos anos motivo de debate, uma vez que encontra-se em processo final de aprovação. Este debate, na área de linguagens, deverá se pautar na perspectiva que mesmo postos os principais avanços nos estudos das linguagens, a BNCC acaba por corroborar uma ação em favor de conservar os problemas que não foram superados por outros documentos na qual se baseia, como os PCN. Dentre os problemas principais destacam-se a diglossia no ensino de língua e o lugar da literatura como secundário, dentro do ensino de língua.

Sobre a literatura, em contextos similares aos de outras disciplinas das ciências humanas ou artísticas num sistema educacional hegemonicamente tecnicista, ao qual o documento está subjulgado, por meio de uma abordagem que valoriza sua história diacrônica ou a associa aos produtos ubíquos da Indústria Cultural, aparece não como um lugar de manifestação da língua e de conhecimentos interdisciplinares, mas contrária à dinamicidade das novas tecnologias da comunicação e da produção de discursos. Por isso, o documento debruça-se sobre um extrema valorização da abordagem das TIDCs, de forma a compensatória. Sobretudo em relação à ideia de literatura identificada no documento, a apreciação aponta para uma omissão de conceito, o que, ainda que o documento não tenha o caráter de currículo, revela um outro problema para o ensino de literatura: uma metodologia negligente para escolha de obras.

Se esta metodologia é descuidada ou pouco eficaz, o próprio conceito de linguagem identificado na BNCC, cuja ideia diz sobre a língua como uma prática social, dotada de capacidade para construção de identidade e cultura e também como lugar de relações de poder, está comprometido, uma vez que sem critérios para escolha de obra, a Indústria Cultural, espontaneamente tomada como literatura, pode agir como conservadora das relações de poder, contaminar as práticas linguísticas e construir uma identidade voltada para sua perpetuação.

Nesse sentido, ressalta-se ainda o fato de que a Base pode comprometer até mesmo os avanços que traz, uma vez que institui-se como um documento norteador de sistemas avaliativos, os quais, em amplas experiências educacionais, apontam para um paradoxo entre o que se ensina e o que se pretende ensinar. Na área de linguagens, esse paradoxo se revela na quantidade enorme de dimensões propostas para o desenvolvimento dessa área, uma evidência de que, assim como ocorre numa abordagem de ensino voltado a performance, que os objetos de ensino foram instrumentalizados.

Referências

- ADORNO, T. (1965-1966) Educação após Auschwitz. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995, p. 119-154.
- BAGNO, M. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2016a. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc-ensino-medio>>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2016b. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- _____. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 28 de agosto de 2018.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Brasília: MEC, 2000.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Contradições no Ensino de Português. São Paulo: Contexto, 2017.
- VARGAS LLOSA, M. Tradução de Ivone Benedetti. A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR E DA LINGUÍSTICA NA CONCEPÇÃO DAS ALUNAS DO PARFOR E SEU REDIMENSIONAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

SILVA, Liz Daiana Tito Azeredo da
UENF/RJ
jolizdaiana@gmail.com

ALMEIDA, Jaqueline Maria de
UENF/RJ
jaquelinemalmeida@yahoo.com.br

CORRÊA, Jackeline Barcelos
UENF/RJ
jack.barcelos1@hotmail.com

Luquetti, Eliana Crispim França
CCH/LEEL/UENF/RJ
elinafff@gmail.com

RESUMO:

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a importância da ciência Linguística relacionando com as concepções sobre a brincadeira na aprendizagem, na formação de professores do curso de licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - RJ. Para isso, recorreremos a aplicação de questionário, a fim de compreender a concepção dos licenciandos do 7º período do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) sobre os conceitos de alfabetização, linguagem, jogos e brincadeiras e suas implicações na prática docente. E podemos apontar que durante a execução das aulas, foi possível oportunizar uma dimensão interativa e dinâmica das práticas pedagógicas, trazendo uma práxis diferenciada ao cotidiano escolar. Assim, esperamos contribuir e apontar ações mais efetivas na atuação pedagógica, pois esses discentes encontram-se também em processo de formação continuada.

Palavras-chave: Saberes; Educação Superior; Aprendizagem, PARFOR; Linguagem.

ABSTRACT:

This study aimed to reflect on the importance of Linguistic Science relating to conceptions about play in learning, in the training of teachers of the licenciatura course in Pedagogy, offered by the State University of Norte Fluminense - RJ. To do this, we applied the questionnaire to understand the conception of the teachers of the 7th period of the National Program of Basic Education Teachers (PARFOR) on the concepts of literacy, language, games and games and their implications in practice teacher. And we can point out that during the execution of the classes, it was possible to provide an interactive and dynamic dimension of pedagogical practices, bringing a differentiated praxis to school everyday. Thus, we hope to contribute and to point out more effective actions in the pedagogical activity, since these students are also in process of continuous formation.

Keywords: Knowledge; College education; Learning, PARFOR; Language.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visou o compartilhamento das experiências obtidas pela disciplina intitulada “Criança, brincadeira e aprendizagem”, de acordo com as concepções dos professores da educação básica que são alunos de uma turma do 7º período do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores) do curso de licenciatura em Pedagogia, ofertada pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. A turma foi constituída por mulheres, com idades entre 24 a 59 anos, tempo de serviço entre 02 a 30 anos de magistério, com atuação nas modalidades da educação infantil e ensino fundamental II. A literatura especializada utilizada para composição desta pesquisa foi com teóricos que abordam o tema, dentre eles: Pimenta (2009); Liberali (2012); Gatti (2013), Cagliari (2004) dentre outros.

A turma demonstrou-se uma significativa vontade de aprender e na aquisição de novos saberes, que resultou neste trabalho, baseado numa perspectiva interdisciplinar em prol de metodologias que contemplem o “aprender brincando”.

Assim, vimos que durante o percurso de formação, entram em cena vários desafios para os alunos dos cursos de licenciatura, a saber: como lidar com dilemas escolares que as literaturas estudadas não abordaram; vivenciar constantemente a realidade de uma sala de aula e enfrentamentos de aprendizagem dos alunos. Essas questões sempre são pautadas e discutidas pelos licenciandos no processo de formação. Dessa forma, o estudo visou refletir essas questões e também a contrinuição da disciplina. Para o desenvolvimento de tal proposta, foram analisados questionários aplicados a amostra de dez professoras, evidenciando suas apreciações perante a participação na disciplina, produção didática e as dificuldades encontradas durante o curso.

A disciplina “Criança, brincadeira e aprendizagem”, trata-se de uma optativa, com carga horária de 68 horas, sob a coordenação da Prof^a Dr.^a Clareth Reis, é teve como abordagens aspectos da utilização Jogos, brinquedos e brincadeiras na aprendizagem, nas concepções de Jean Piaget; Lev Semenovich Vygostsky; Walter Benjamin; Tizuko Morchida Kishimoto, e Henri Wallon. Como também as abordagens da fala e da linguagem dos autores Luiz Cagliari e Luiz Antônio Marcuschi.

Além disso, a disciplina oportunizou aos professores, uma reflexão sobre sua prática e assumindo compromisso com a formação, e ao divulgar as experiências tão diversificadas desses discentes do PARFOR, nossa expectativa é que esta pesquisa não só possa estimular novas oportunidades, mais que outros licenciandos possam também, vivenciar essas práticas significativas, pois a questão da formação de professores precisa ser reformulada e pensada com seriedade diante do cenário educacional.

Contudo, o estudo abordou desde a constituição aos dispositivos que legitimizam a formação de professores, como também uma breve abordagem sobre saberes e práticas docentes.

Os primeiros passos para valorização e formação docente

O sistema educacional passou, nas últimas décadas, por transformações que desenharam novos cenários, exigindo dos professores uma releitura da sua prática e saberes, em prol da qualidade, e para alcançar algumas metas, constituídas pela Constituição Federal (Art. 205 - visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 determinou as normas educacionais com parâmetros e os caminhos à educação no país. A LDB em seu Capítulo VI, trazia a regulamentação da formação de professores e dos Profissionais da Educação da seguinte forma:

Art. 61 – A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 – a formação de professores para atuarem na Educação Infantil institui a primeira etapa da Educação básica, conforme afirma o Art. 62,:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Faz preciso citar a Lei nº 9.424 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, com isso políticas públicas são lançadas para suporte as demandas do sistema educacional. O Plano Nacional de Educação é a uma ação mais recente e tem como objetivo a melhoria da educação.

Nesta perspectiva, os artigos citados evidenciam a questão da valorização da docência e a complexa situação do trabalho em paralelo à sua formação. Alguns fatores são indispensáveis para que seja possível discernir a linha de raciocínio, já que se trata de um assunto difuso de contexto político e social.

O Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e a formação continuada

O PARFOR é um programa federal com objetivo qualificar professores da rede pública de ensino não portadores de graduação ou em busca de uma segunda licenciatura. A temática formação continuada nos remete partir da preocupação de uma formação inicial com entraves e limitações, e até mesmo apresentar-se com precariedade. Muitos trabalhos abordam essa temática sobre o desenvolvimento do profissional professor. Nessa perspectiva, propomos um modelo de pesquisa que esteja assentado na reflexão sobre a formação continuada visando à relação entre a teoria e prática, a fim de enfatizar a importância da experiência e da atuação profissional.

Podemos afirmar que a formação continuada favorece ao docente a aquisição e ampliação de conhecimentos peculiares da carreira, tornando-o mais capacitado a receber as requisições atribuídas pela sociedade, atribuições estas que se transformam com o passar dos anos, tendo então o educador que estar constantemente atualizado. No que se refere a essa temática, Pimenta (2009, p. 19) ressalta:

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições [...] do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas a luz das teorias existentes, da construção de novas teorias.

Tecendo as discussões abordadas que envolveram a questão da formação docente, partimos da conscientização dos fazeres pedagógicos, na perspectiva da reflexão e análise sobre a sua própria prática e sobre a importância do conhecimento da realidade para o desenvolvimento da atuação em busca de um processo formador em direção à autonomia. Nessa abordagem, o enfoque na concepção de linguagem tomando como base o ensino de linguagem por meio do texto, fazendo que os alunos conheçam as variações da língua e saber usá-las adequadamente.

Tal concepção é defendida também por Marcuschi (2007, pag. 58) ao apontar que certamente, não se trata de ver a fala como um simples “código oral” e a escrita como um simples “código gráfico” que codificam uma língua que estaria previamente pronta, homogênea e fixa. A inserção dos conceitos linguísticos, como suporte aos cursos de formação, com um olhar na relação à teoria x prática de ensino, com ênfase nos problemas relativos ao ensino de linguagem.

Dessa forma, é fundamental que o professor tenha sempre a reflexão sobre sua prática, partindo de uma análise de suas necessidades e como enfrenta os problemas complexos do universo escolar. Essas reflexões implicam novas propostas de atuação e criação de novos procedimentos e estratégias de ensinar e aprender. Liberali (2012) destaca que refletir não seria um simples processo de pensar, mas uma ação consciente realizada pelo professor, que busca compreender o seu próprio pensamento, sua ação e suas consequências.

Referente ao papel do professor, é posto pelos dispositivos que precisa ter uma competência polivalente, isso significa dizer que deverá trabalhar com conteúdos de natureza diversa, que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Para Oliveira (2002, p.12),

[...] Nesse processo, observamos que muito se falava das condições de atendimento da precariedade deste em termos físicos e materiais, da falta de um projeto educativo e da ausência de qualificação das educadoras que estavam atuando.

Aponta-se, então, uma formação bastante ampla do profissional, que deverá refletir constantemente sua prática, aperfeiçoar-se sempre. É importante, também, que haja um debate com colegas, diálogo com as famílias e a comunidade, sempre na busca de informações novas para o trabalho que desenvolve.

Assim, encontramos a formação construída diariamente através dos enfrentamentos dos dilemas do contexto escolar, das interações sociais, da prática de leitura de bons livros, filmes adequados, entrevistas, teatros, musicais, etc. De acordo com Imbernón (2006, p. 80),

A formação centrada na escola envolve todas as estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo a que respondam às necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem em sala de aula e nas escolas. [...] A formação centrada na escola é mais que uma simples mudança de lugar de formação.

Tais vivências permitem a construção/formação de um profissional mais habilitado para a atuação e ciente das suas fragilidades, buscando sempre seu desenvolvimento pessoal e profissional e contextualizado.

A contribuição de uma base linguística e pedagógica na prática docente

Visando à formação docente e ao papel do licenciando como sujeito que aprende através dos saberes construídos ao longo da sua trajetória acadêmica e sua atitude de sujeito ativo, partimos de uma análise que não é tão simples assim, por se tratar de um fenômeno complexo, passivo de reflexões acerca desta temática. Portanto, é primordial o conhecimento de certos conceitos para que se possa de fato atuar com mais propriedade. Perante o processo formativo, o aluno é submetido a construção de uma autonomia em direção a sua própria prática e sobre a importância da construção do conhecimento. Saviani (2008, p.152) compreende que,

Emergindo como um corpo consistente de conhecimentos historicamente construído, a pedagogia revela-se capaz de articular num conjunto coerente as várias abordagens sobre a educação, tomando como ponto de partida e ponto de chegada a própria prática educativa. De um curso assim estruturado se espera que irá formar pedagogos com uma

aguda consciência da realidade onde vão atuar, com uma adequada fundamentação teórica que lhes permitirá uma ação coerente e com uma satisfação instrumentação técnica que lhes possibilitará uma ação eficaz.

Neste sentido, o autor aponta a importância do conjunto de saberes e práticas consideradas como necessárias à formação inicial, constituindo nos “modelos formativos”, sendo cursos formadores de pedagogo e demais profissionais da educação.

Assim, cabe ao docente uma postura que leve em consideração toda bagagem cultural e social de seu alunado, como por exemplo, os pressupostos linguísticos, como aponta Travaglia, (2011, p. 24),

(...) a educação linguística deve ser entendida como o conjunto de atividades de ensino/aprendizagem, formais ou informais, que levam uma pessoa a conhecer o maior número de recursos da sua língua e ser capaz de usar tais recursos de maneira adequada para produzir textos a serem usados em situações específicas de interação comunicativa para produzir efeito(s) de sentido pretendido(s). A educação linguística permite saber as condições linguísticas da significação e, portanto, da comunicação, uma vez que só nos comunicamos quando produzimos efeito(s) de sentido entre nós e nossos interlocutores. A educação linguística deve, pois, possibilitar o desenvolvimento do que a Linguística tem chamado de competência comunicativa, entendida esta como a capacidade de utilizar o maior número possível de recursos da língua de maneira adequada a cada situação de interação comunicativa. Portanto, a educação linguística trata de ensinar os recursos da língua e as instruções de sentido que cada tipo de recurso e cada recurso em particular é capaz de pôr em jogo na comunicação por meio de textos linguísticos.

A luz dessa citação, é possível que o professor ao abordar seus conteúdos, dê atenção os valores sociais atribuídos, principalmente da linguagem, mostrando aos seus alunos a existência diversas variações e prepará-los, tanto para a oralidade quanto para escrita. Durante a execução de jogos e brincadeiras didáticas, é possível fornecer de uma maneira lúdica, que a língua (fala) é um sistema heterogêneo, variável, mutável e a sua principal função é estabelecer a interação entre os indivíduos.

Temos que reconhecer que os cursos de formação de professores, os temas aplicabilidade Linguística são recentes, principalmente na alfabetização, Cagliari (2009, p.8) aponta que “só recentemente tem havido a participação significativa de linguistas em projetos educacionais”, daí a necessidade de uma formação continuada que contemple novas propostas e não favorece o fracasso escolar, como afirma Cagliari (2009, p. 143):

[...] uma criança for introduzida ao processo de leitura através de uma técnica que a obrigue a processar a leitura por pequenas partes, acompanhando letras na escrita, fazendo com que cada pedaço seja processado, o resultado será uma leitura aos trancos e barrancos, muito diferente da fluência normal de quem fala espontaneamente.

Dessa forma, é estimular novas oportunidades e práticas significativas, pautadas na real relação teoria e prática, segundo Gatti (2013, p.95), “[...] propõe-se que a formação para a profissão de professor deve ser ter eixo uma relação efetiva entre as teorias e as práticas educacionais”.

Entendemos que as instituições de ensino não têm como preparar o profissional para a diversidade de realidades e situações que ele terá de enfrentar em seu cotidiano. Na prática do dia a dia, esses profissionais complementam, aprimoram e atualizam seus conhecimentos, preenchendo suas lacunas com complementações, cursos, pós-graduações e jornadas pedagógicas.

Assim, a formação inicial e a continuada fazem parte de um processo contínuo que forma o profissional da educação e, ao mesmo tempo, a profissão de educador e a própria escola. Ambas as dimensões, inicial e continuada, apoiam-se em princípios e pressupostos comuns, o que situa alunos e professores como sujeitos, valorizando suas experiências pessoais e seus saberes da prática. Dessa forma, a formação inicial e a continuada apoiam-se no trabalho coletivo e compartilhado, mas sem prescindir do desenvolvimento e compromisso individuais. Além disso, no atual contexto de produção cada vez mais acelerada de conhecimentos científicos, não se pode esquecer a importância da atualização permanente, de forma a democratizar o acesso de todos os profissionais aos progressos do seu campo de trabalho.

Sujeitos da pesquisa e suas concepções

Agora abordaremos os sujeitos que compuseram esta pesquisa, que são os professoras da rede pública de ensino da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) e estudantes do curso de licenciatura em pedagogia. Essas foram convidadas para compor a presente investigação. Além disso, elas atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental II, com faixa etária entre 24 a 59 anos, e tempo de serviço entre 02 a 30 anos de magistério.

O número de questionário não é representativo para uma de natureza qualitativa, foi realizado pela metodologia designada Análise de Conteúdo, que contém as etapas de categorização, descrição e interpretação. A pesquisadora cumpriu com todos os procedimentos adequados para atender as normas de ética de pesquisa, como assinatura do termo de consentimento. Os dados da presente investigação foram coletados através de um questionário, aplicados a 15 (quinze) professoras, porém 10 (dez) se colocaram a disposição para o preenchimento.

Para a exemplificação dos resultados, classificamos os informantes com a letra P (professor) é um número (01 a 10) que foi dado de acordo com a entrega dos questionários.

Na primeira pergunta do instrumento metodológico: **“Como você define brincadeira?”** Assim obtivemos as seguintes colocações:

Informante P03 - “Como um momento de interação onde as crianças possam ter sua infância no momento certo .”

Informante P05 - “uma atividade tanto coletiva quanto individual. Pode existir regras ou não, isso não limita a ação lúdica, fazendo com que a criança possa modificá-la ou adotar novas regras.”

Informante P06 - “ É o ato de brincar usando brinquedo ou não”

A segunda indagação **“De que forma você utiliza a brincadeira e/ ou brinquedo em sala de aula?”** Mensuramos que, os entrevistados apontam que:

Informante P06 - “Utilizo como forma de mediação entre o ensino e aprendizagem”

Informante P01 - “De maneira lúdica e contextualizada.”

Informante P09 - “Utilizo em forma de atividade lúdica, pois as crianças aprendem muito mais conteúdo e acabam prendendo mais a atenção.”

Na terceira pergunta do questionário, **“De que forma você associa linguagem e brincadeira em suas aulas?”**

Informante P07 - “Associo a oportunidade de se desenvolver, pois além de ter a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia estimuladas, ainda desenvolve a linguagem e a concentração.”

Informante P08 - “Associo como forma de inter-relação ao meio social que a criança esteja inserida.”

Informante P02 - “Através de textos diversificados, cantiga de roda, parlendas e adivinhações.”

A quarta pergunta foi: **“O que você achou da disciplina cursada “Criança, brinquedo e aprendizagem?”**

Informante P10 - “Muito prazerosa, dinâmica e criativa.”

Informante P01 - “Uma maravilha, pois além das minhas experiências, tive a oportunidade de aprender outras formas de brincar, construindo histórias com personagens e depois fiz com as crianças.”

Informante P04 - “Foi uma oportunidade de viver uma nova aprendizagem e também reestruturar o meu conhecimento para eu poder transferir o mesmo com mais habilidade.”

E na composição da última pergunta **“A disciplina trouxe algo significativo ou alguma reflexão para sua atuação?”**

Informante P05 - “Trouxe um alerta sobre a importância dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento infantil.”

Informante P03 - “Sim! Pois o conhecimento está acima de qualquer coisa, pois o aprender, o discutir, o de confeccionar, o lúdico, são fontes enriquecedoras para o ensino.”

Informante P08 - “Muito, pois a aprendizagem das crianças acontece durante as manifestações de música, artes, dança, teatro, poesia e literatura.”

Assim, com os resultados obtidos, foi possível perceber que os professores possuem reflexões sobre suas ações e limitações quanto ao desenvolvimento profissional, necessitando apreender e consolidar novas práticas. Ressaltamos que os professores que estão sempre em busca de uma formação contínua, tendem a ampliar o seu campo de atuação. Um outro aspecto da formação continuada, seria sua aplicabilidade no trabalho do professor, com conteúdos mais concretos a realidade escolar e procedimentos metodológicos que vão ao encontro da compreensão do aluno, além da utilização de instrumentos adequados.

Com as respostas, podemos apontar a relevância de oportunizar aos alunos caminhos que minimizem os principais problemas encontrados nas escolas, a exemplo do pouco estímulo pelas práticas de leitura e escrita. As respostas apontam que a disciplina contribuiu para essa ruptura, ressaltando a criatividade e ludicidade dos alunos. As considerações feitas revelam o nível de suas expectativas, experiências e conhecimentos adquiridos, como também um sentimento de satisfação da tarefa cumprida, sentimento no qual resgata a legitimação da construção do saber e a autorreflexão do papel docente.

Agora, abordaremos uma breve apresentação dos conteúdos abordados. Para maior entendimento segue algumas informações, a saber: ementa e conteúdo abordados.

Dessa forma, evidenciamos uma possível quebra de paradigma existente, até mesmo uma certa desvalorização do jogo e brincadeira em sala de aula, prática usada somente com intuito “recreativo”, as alunas ressaltam, principalmente no âmbito do incentivo a leitura, uma nova postura na exploração dos diversos gêneros textuais e a reelaboração de atividades voltadas a experiências culturais dos alunos.

Assim, evidencia-se também que a construção do entendimento da atuação docente perante a seu significado no processo de ensino aprendizagem. Ressaltamos que a disciplina possibilitou que o educador intervenha dentro de uma problemática, analisando-a e propondo metodologias com objetivo de mobilizar os participantes, construindo novos saberes e reafirmando a valorização e identidade docente.

EMENTA: Desenvolvimento de ações que aproximem a literatura e a contação de histórias do cotidiano escolar, adequação do livro de acordo com as faixas etárias e níveis de leitores, apresentação das modalidades de textos e suas técnicas de contação. Abordagens pedagógicas e confecção de materiais pedagógicos adaptados como recurso do ensino aprendizagem. Incentivo quanto à imaginação, motivação e criatividade de todos para redimensionar o mesmo material para as diversas atividades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (aulas teóricas e práticas):

- Contexto histórico da infância e suas concepções;
- Infância, brincadeira e desenvolvimento;
- Reflexões sobre a origem do jogo, do brinquedo e da brincadeira;
- Os jogos e brincadeiras tradicionais;
- Definições de brinquedo, brincadeira e jogo;
- Os jogos tradicionais infantis incorporados à cultura lúdica brasileira. A influência das culturas negras, indígenas e portuguesas nos jogos infantis brasileiro;
- Aprendizagens escolares por meio das brincadeiras;
- Literatura Infantil durante o processo de alfabetização;
- Autores da literatura infantil brasileira;
- Técnicas de contação de histórias;
- Aprendizagem e afetividade;
- Classificação dos jogos infantis: jogos funcionais, jogos de ficção, jogos de aquisição e jogos de fabricação;
- Desenvolvimento motor, psicológico, intelectual e social da criança através de jogos e /ou brincadeiras.
- Elaboração de jogos e /ou brincadeiras.

Assim, com esses temas foi possível uma reflexão a prática, as alunas, ao longo das ações, estavam adquirindo experiências para sua formação docente de maneira contínua, conhecendo a realidade do ambiente escolar, não apenas em sala de aula, mas de todo o processo educativo através do planejamento, estratégias de ensino e operacionalização das atividades.

CONCLUSÃO

Vários fatores convergiram para esse foco, como o incentivo de políticas educacionais para fortalecer aprendizagem efetiva que também se ampliam a condição de valorização docente, enfatizando as estruturas de formação continuada. Assim, a disciplina possibilitou vivenciar novas experiências e apropriar-se de conceitos para a construção de conhecimentos, o que possibilitou um diálogo bem articulado entre a sala de aula, a prática vivenciada e a teoria adquirida.

Desta maneira, é durante a prática cotidiana que esses profissionais complementam, atualizam e aprimoram seus conhecimentos e aprendem a lidar com as provações das situações que ocorrem diariamente no ambiente escolar, mas que não são simuladas na academia. Assim, procuramos argumentar que a formação continuada consiste na práxis de assumir características de um processo de formação emancipatória, transformadora e reflexiva. Em relação ao fator de maior desafio, apontamos a missão que foi, elaborar a disciplina de forma mais atrativa e significativa, visto que a turma é constituída por professores com longo tempo de atuação e uma vasta bagagem de experiência, por isso nosso enredo foi uma verdadeira troca de saberes.

Enfatizamos que os conhecimentos adquiridos ao longo das participações dessas alunas têm impactado de maneira significativa seu modo de planejar as aulas e conduzir sua atuação, pois essas ações não só permitem um diálogo concreto entre teoria e prática como também promove novas possibilidades pedagógicas para qualificação dessas professores da Educação Básica. Neste sentido, procura-se desenvolver meios de intervenção educativa e/ou remediação adequados, visando à importância de investigações sobre os determinantes do processo de formação docente.

Torna-se relevante considerar os dados de pesquisa aqui apresentados, através dos relatos das alunas pôde-se perceber que eles estão cientes das dificuldades encontradas no contexto escolar e as condições oferecidas para o exercício do magistério, além de se mostrarem preocupados com a educação em termos de oferecer melhores condições para o processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, as preocupações sobre a formação docente aproximam-se da concepção de Comênio (Didática Magna, 1657), segundo a qual o “bom professor” seria aquele capaz de dominar a “arte de ensinar tudo a todos”.

REFERÊNCIAS

- CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.
- GATTI, B. A. A prática pedagógica como núcleo do processo de formação de professores. **Por uma política nacional de formação de professores**. (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 95-106.
- IMBERÓN, F. **Formação docente profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- LIBERALI, F. C. **Formação crítica de educadores: questões fundamentais**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. (Coleção: Novas perspectivas em Linguística Aplicada).
- PIMENTA, S. G. (Org.). **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FORMAS DE HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA MOSTRADA EM MEMES DO BODE GAIATO

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI

Professora do Programa de Cognição e Linguagem
elinafff@gmail.com

SONIA MARIA DA FONSECA SOUZA

Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem
sonifon1@hotmail.com

VYVIAN FRANÇA SOUZA GOMES MUNIZ

Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem
vyvi46@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho objetivou analisar as formas de heterogeneidade mostrada em memes utilizadas em um perfil de rede social, *facebook* com *fanpage* do “Bode Gaiato”. Para tanto, utilizou-se a teoria do discurso que reconhece a presença do Outro/outro no discurso, bem como heterogeneidade de vozes que atravessa os dizeres dos sujeitos enunciadorees. Quanto à metodologia, além de estudos bibliográficos, coletamos textos publicados no perfil. A análise aponta que há, nos memes selecionados entrecruzamento de vozes sociais bem marcante para construção do dizer, e que a presença do Outro na heterogeneidade de vozes é relevante para a compreensão desses textos. Assim, conclui-se que todo discurso é perpassado por outros discursos. Quando enunciamos estamos sempre utilizando o outro em nossos discursos e que devemos ter em mente é que todo discurso proferido terá um caráter heterogêneo, ou seja, ele não se constitui sozinho, sempre haverá outros discursos fundamentando, reforçando, recebendo este discurso primeiro.

Palavras-Chave: Heterogeneidade Enunciativa. Discurso. Memes.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the forms of heterogeneity shown in memes used in a social networking profile with *facebook fanpage* of “Bode Gaiato”. For that, we used the discourse theory that recognizes the presence of the Other / other in the speech, as well as the diversity of voices that goes through the words of the subject enunciators. As for the methodology, in addition to bibliographical studies, we collect texts published in the profile. The analysis points out that in the selected memes there is a cross-linking of social voices that is very striking for the construction of mean, and that the presence of the Other in the heterogeneity of voices is relevant to the understanding of these texts. Thus, it is concluded that all discourse is permeated by other discourses. When we enunciate we are always using the other in our discourses and what we should keep in mind is that all discourse will have a heterogeneous character, that is, it does not constitute itself alone, there will always be other discourses supporting, reinforcing, receiving this discourse first.

Keywords: Enunciative heterogeneity. Discourse. Memes.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora vem apresentada com base na enunciação, tem como objetivo analisar as formas de heterogeneidade mostrada em memes utilizadas em um perfil de rede social, *facebook* com *fanpage* do “Bode Gaiato”. Jacqueline Authier-Revuz define a enunciação como “campo heterogêneo onde se encontram a língua e os seus exteriores – as formas da língua” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 16). Além disso, a enunciação pode ser tida como um domínio heterogêneo do conhecimento, em que se põe em jogo o sujeito, bem como sua relação com a língua e com o sentido.

A fim de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica, fundamentada em Authier-Revuz (1982, 1990), Bakhtin (2002). Além disso, serão analisados memes do Bode Gaiato, um personagem muito conhecido na rede social *Facebook*, a fim de verificar como acontecem as representações desses modos de negociação do enunciador com diversas vozes sociais. A escolha desse *corpus* se deu em virtude do tipo de linguagem manifestada nesses memes, normalmente relacionada com um dialeto específico da língua portuguesa, a saber: o dialeto nordestino.

Portanto, todo discurso é perpassado por outros discursos, quando enunciamos estamos sempre utilizando o outro em nossos discursos, seja como representação do interlocutor ou como retomada de dizeres anteriores.

2 O LUGAR DO OUTRO NO DISCURSO: UMA ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

De acordo com Bakhtin (2002, 2011), todo processo de comunicação verbal se dá por meio da enunciação. Cada enunciação é sempre única e se configura como um produto da interação social e, para que esse ato se concretize, é fundamental a existência de um locutor, tendo que ter assim a língua para falar a um interlocutor.

Bakhtin (2011) ressalta ainda que a enunciação é um produto da interação de indivíduos organizados socialmente. Parte da noção de língua como um fato social, cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. Nesse contexto, toda palavra é considerada produto da interação locutor-ouvinte, escritor-leitor. Nesse processo pode-se perceber intenso dialogismo, que o sujeito-enunciador não se constrói ou efetua a atividade discursiva isoladamente. Tais operações são conjuntas e estão processualmente inter-relacionadas.

Com base nos pressupostos bakhtinianos, Jacqueline Authier-Revuz (1982, 1990) teoriza que a produção do discurso, constitui parte de uma rede de significações que se desenvolvem dialogicamente, as quais não estão sobre/ou em torno de apenas um núcleo, isto é, não possuem somente um significado. Em suas palavras, “o sentido de um texto não está, pois, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se, evidentemente, na leitura plural” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 26). Essa articulação, de acordo com a teoria da autora, tem o objetivo de compreender de que forma o discurso do outro/Outro também faz parte e estabelece outros discursos.

Além das noções relacionadas ao dialogismo, Authier-Revuz (1982), no sentido de desenvolver seus estudos sobre heterogeneidade enunciativa traz para a sua teoria a concepção de um sujeito baseada na psicanálise, baseada nos postulados de Lacan (2005, 1993), que contesta a noção de sujeito como fonte do dizer. Segundo a linguista, é possível se fundamentar em exteriores teóricos “da teoria elaborada por Jacques Lacan, de um sujeito produzido pela linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente – quer dizer, onde o sujeito, efeito de linguagem, advém dividido, na forma de uma “não-coincidência” consigo mesmo [...]”

(AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 186). Sendo assim, a ideia da ação do inconsciente, do Outro, como porta de entrada para outros discursos, permite conceber o discurso como um campo heterogêneo, no qual várias vozes podem ser ouvidas.

Com base nessas noções, Authier-Revuz diz que enunciação seria um “campo heterogêneo onde se encontram a língua e os seus exteriores – as formas da língua” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 16). Dessa forma, a enunciação pode ser dada como um domínio heterogêneo do conhecimento, em que se coloca em jogo o sujeito, sua relação com a língua e com o sentido. O lugar, conseqüentemente, guia a linguística, sendo compreendida no seu senso restrito, levando em consideração teorias exteriores a seu campo teórico, com o intuito de alicerçar a descrição dos fatos enunciativos.

Por meio do conceito de enunciação, concretiza-se o estudo que tenta evidenciar as tonalidades da linguagem atribuída por um sujeito. Levando em consideração que a enunciação é um processo, deduz-se que o enunciado é o resultado da enunciação, o qual envolve pessoa, tempo e espaço. Flores e Teixeira (2008) ressaltam que as marcas da enunciação no enunciado detêm a característica de remeter à instância em que os enunciados são efetivados, incubindo-se de fazer germinar o sujeito da enunciação. No sentido de consolidar a heterogeneidade da enunciação Authier-Revuz (2001, p. 166) destaca que

de maneira geral, podemos dizer que passar da consideração da língua concebida como “ordem própria”, sistema finito de unidades e de regras de combinação [...] à consideração da fala, do discurso, é abandonar um domínio homogêneo, fechado, onde a descrição é da ordem do repetível, do “UM”, por um campo duplamente marcado pelo “NÃO UM”, pela heterogeneidade teórica que o atravessa.

Segundo a autora, é preciso sair de uma visão fixa, seguida, que guia processos regrados, para se obter uma situação na qual a língua articula o sujeito “ao mundo”. Assim, Authier-Revuz (1982, 1990) desenvolve a concepção de heterogeneidade enunciativa, em suas formas de materialização no discurso: a heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada que pode ser de maneira marcada e não marcada.

3 HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA E HETEROGENEIDADE MOSTRADA

Authier-Revuz (1982) considera a presença do outro/Outro no discurso e dentro dessa concepção apresenta duas formas de heterogeneidade no discurso: a constitutiva e a mostrada que pode ser marcada ou não marcada.

Para Authier-Revuz (1990, p. 32),

heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade marcada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição.

De acordo com a autora, a heterogeneidade constitutiva não se apresenta na organização linear do discurso, pois sua alteridade não é revelada, mantendo no interdiscurso. Para Maingueneau (1997), a heterogeneidade constitutiva não é marcada em superfície, contudo a Análise do Discurso a descreve como formulação de hipóteses, levando em consideração o pressuposto da presença frequente do Outro na “constituição de uma formação discursiva (é bastante evidente aqui como o conceito de heterogeneidade constitutiva do discurso de que se vale a AD é caudatário do conceito de dialogismo de Bakhtin)” (MUSSALIM, 2001).

A heterogeneidade constitutiva não aparece claramente no discurso, é constituída por meio da presença do Outro. Ela sucede quando o discurso é colocado em relação de alteridade, quando ele se dá na e pela presença do Outro. Authier-Revuz resguarda a heterogeneidade como uma questão do discurso relacionada ao interdiscurso e ao exterior constitutivo que lhe dá possibilidades para construção. Ela é a presença do outro no discurso de forma não mostrada, pois compete à ordem do inconsciente.

Conforme Authier-Revuz (1982), não existe discurso que não seja alcançado pela heterogeneidade constitutiva, ou seja, que não seja estabelecido por muitos outros discursos ou já-ditos. Isso nos leva a pensar que o sujeito não é o dono de seu dizer, não opina nas palavras, apesar de ter a ilusão de que o faz (MESQUITA e ROSA, 2010).

Vale mencionar ainda, que em um discurso outras vozes são ouvidas, vozes do outro, muitas vezes, esquecidas no inconsciente e retomadas por uma outra voz que as faz ter sentido em função da escolha certa ao contexto de uso.

Por conseguinte, constata-se que a heterogeneidade constitutiva é aquela não detectada, na qual a presença do outro não é marcada, sendo constitutiva tanto do discurso quanto do sujeito, pois não há discurso homogêneo, uma vez que ele também pertence ao outro.

A heterogeneidade mostrada, por outro lado, traz marcas da presença do outro na cadeia discursiva, mostrando a alteridade ao longo do discurso e tornando-a possível de ser analisada. Ela pode ser marcada, perceptível na materialidade linguística e não marcada, da ordem do discurso, sem visibilidade. Já com relação às formas marcadas de heterogeneidade mostrada, trata-as como formas explícitas que podem ser recuperadas no nível enunciativo, a partir de marcas linguísticas que mostram a presença de outra voz. Dessa forma, encontramos o discurso direto, o discurso indireto, a modalização autonímica, as aspas, a glosa, o itálico e a entonação.

A importância da heterogeneidade mostrada está na representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso. Ela designa o discurso, gerando um mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. Tendo um mecanismo de defesa em que o sujeito se recusa a reconhecer certo pensamento como seu, mesmo que tenha sido expresso em uma situação anterior.

As formas marcadas de heterogeneidade mostrada propiciam dizer, que não seja nosso, ao outro. E ao identificarmos o lugar de onde vem esse dizer, unimos as palavras e os sentidos dialogicamente.

Já as formas de heterogeneidade não marcadas são aquelas em que a presença do Outro não é explicitamente mostrada na frase, porém estão implícitas, por isso têm um caráter mais complexo, como nos casos do discurso indireto livre, da ironia, da alusão, da antífrase, da imitação de metáforas, das reminiscências, dos jogos de palavras, dentre outros, que contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo, para produzir sentidos.

Desse modo, pode-se concluir que a importância da heterogeneidade se dá na caracterização do sujeito e do discurso na constituição de sua heterogeneidade, a fim de projetar a presença do Outro/outro e identificar a presença de vozes no processo de enunciação.

4 CONSTITUIÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*: A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA NOS MEMES DO BODE GAIATO

Sabe-se que as tecnologias da comunicação e informação colaboram para uma maior relação entre as pessoas, pode-se observar isso nas relações sociais atuais e, as redes sociais são cada vez mais utilizadas pelos internautas. Isso porque, a *web* é atualmente uma das maiores fontes de entretenimento da atualidade.

Diariamente, surgem na internet memes que é são um gênero relativamente recente, que se caracteriza como um texto multimodal (englobando imagem e texto). Os memes são originados da palavra grega *mímesis* que significa imitação, uma pessoa, uma imagem, um vídeo, uma frase, uma ideia, uma música entre outras coisas que alcançam popularidade e “viralizam” com facilidade.

Assim, são criados perfis nas redes sociais para divulgarem características regionais por meio de personagens caricatos. Como por exemplo, o perfil mais apreciado na rede social *facebook*, o do Bode Gaiato. O bode mais conhecido da internet, fruto da criação do pernambucano Bruno Melo, no qual apresenta situações relacionadas à vida das pessoas para dar vida ao bode, por meio dos memes.

Em sua *fanpage* Bode Gaiato, são retratadas diariamente e com humor ilustrações de situações e diálogos vivenciados na vida cotidiana, principalmente da infância em ambientes escolar, doméstico e urbano da cultura nordestina. Na linguagem visual, os diálogos são formados pela linguagem informal coloquial sem preocupação com a ortografia. As palavras são escritas da maneira como se falam, com suas características regionais e com simbologias próprias desse tipo de cultura. O personagem inicial é um híbrido de ser humano com cabeça de bode que ao longo das postagens, contracenam com outros personagens, sobre um fundo que simula uma galáxia.

A escolha desse *corpus* se deu em virtude do tipo de linguagem manifestada nos memes, especificamente da *fanpage* do Bode Gaiato nessa rede social, no qual surgiu a hipótese da presença de discursos relatados por vozes típicas da cultura nordestina. Dessa forma, decidiu-se analisar como se expressa a heterogeneidade mostrada em postagens do Bode Gaiato. A opção por investigar a heterogeneidade mostrada se deu pelo fato de que, como afirma Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade constitutiva, por sua vez, é aquela que não aparece marcada linguisticamente no fio do discurso, o outro não aparece de forma explícita.

Assim sendo, foram coletadas 13 postagens publicadas entre janeiro de 2018 e junho de 2017 nesta página do Facebook: <[https:// facebook.com/ObodeGaiato](https://facebook.com/ObodeGaiato)>. Vale ressaltar que forma selecionadas postagens que misturam elementos verbais e não verbais, em detrimento de *posts* apenas verbais.

Na análise constatou-se que nas postagens ocorre a heterogeneidade mostrada não marcada, interpretativa, como por exemplo, o discurso indireto livre, a ironia de um lado, metáforas e jogo de palavras de outro lado, da antífrase, da alusão, do *pastiche*, da imitação e da reminiscência, que contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo, para produzir sentidos. Dessa forma, essa heterogeneidade retoma falares tipicamente nordestinos e falares vinculados a costumes e práticas sociais recorrentes, apresenta ironias, faz alusão a anúncios publicitários conhecidos no Brasil e a filmes de circulação nacional e internacional. Não foram encontrados *memes* que apresentassem formas de heterogeneidade mostrada marcada.

Tendo como critério de análise as categorias acima, apresentamos, a seguir, os *memes* analisados conforme a natureza das vozes expressas.

Texto 1



Fonte: <https://www.facebook.com/BodeGaiato/>

Texto 2



Texto 3



Texto 4



Texto 5



Texto 6



Texto 7



Texto 8



Texto 9



Texto 10



Texto 11



Texto 12



Texto 13



4.1 Vozes que retomam falares tipicamente nordestinos

No texto 1 encontramos “cum nós” (que representa uma oralização de “conosco”), texto 6 “armaria” (forma oralizada de “Ave Maria”), no texto 11 ocorre a presença de “rapai” (forma oralizada de “rapaz”, vocativo para “rapaz”), no texto 2 observamos a presença de “cába” (forma oralizada de “cabra”, vocativo para “rapaz”).

No texto 13, encontramos “mingula”, gíria que representa a forma oralizada contraída de “Me engula”, normalmente utilizada para pedir para alguém parar de ter encher a paciência. Nota-se que as palavras são escritas como realmente são faladas, e isso nos dá a ideia de que nesse ambiente rico culturalmente falando, muitas pessoas podem falar utilizando gírias, porém no momento de a escrita fazê-la corretamente.

No diálogo do texto 10, percebe-se que são usadas expressões como: Tu (O pronome “tu” é utilizado no Nordeste em contextos informais com o verbo na 3ª pessoa do singular.

No texto 03, encontramos “Alô puliça[...]”, no texto 6 “mulé, pra onde tu vai nessa riqueza?” “Ah minha fia [...]”, no texto 11 “veis”, no texto 8 *tudin (todinho)*, no texto 8 *véia (senhora/velha)*, no texto 10 “Nãm” em que são representados na escrita fenômenos fonético-fonológicos como a apócope, que consiste na supressão de fonemas de palavra: “mulher” > “muié”.

Essas expressões e a utilização de frases sem a devida concordância, são colocadas para transmitir humor no modo de falar de um povo simples, que utiliza a linguagem popular, que o caracteriza e também o termo “véia” não é utilizado de forma pejorativa, geralmente esta forma tem valor emotivo positivo dependendo do contexto.

As expressões “*painho*” (diminutivo de “pai”) e “*mainha*” (diminutivo de “mãe”) bastante usual no Nordeste. No texto 08, encontramos “*mulésta*” (que representa “doença, peste ruim”); no texto 07 encontramos “*muriçoca*” palavra equivalente a “*pernilongo*” no dialeto nordestino). Em outro texto, foi usada a expressão “*dormir de couro quente*” que significa “*levar uma surra*”.

Nos textos observamos um grande número de expressões atravessadas por vozes que retomam a fala nordestina: “*oxé Ciço*” *ôxe (expressão de estranheza – contração do oxente (ô gente))*. A palavra “*uma boizinha*”, deriva da palavra em inglês boy (rapaz) que os jovens passaram a chamar com as meninas boizinha em vez de girl (garota).; o que foi?;”; no texto 8 “que fogo da mulésta é esse eih”; em que são representados na escrita alguns fenômenos fonético-fonológicos.

Ademais, vale mencionar que a forma de interjeição que aparece nos textos serve tanto para aspectos positivos e/ou negativos no processo de interlocução. Como por exemplo, *oxe, Armaria, eita, nãum*. São expressões vastamente utilizadas na variante nordestina do português brasileiro ao expressarem situações do dia a dia, principalmente em cidades mais interiores. E essas expressões muitas vezes são estranhas até para nordestinos que utilizam em seu cotidiano a linguagem mais formal, distanciada da língua falada em zonas rurais.

Em todos esses casos, há formas não marcadas da heterogeneidade mostrada, uma vez que a fala de um grupo social, o nordestino, é retomada. Contudo, cabe ao interlocutor reconhecer e interpretar essas vozes, que estão diluídas no discurso de um. Não se delimitam linguisticamente as vozes que se envolvem ao discurso do locutor.

4.2 Vozes que retomam costumes e práticas sociais recorrentes

Nos textos 1 a 11 ocorre também o entrecruzamento de vozes sem que haja a delimitação linguística do discurso do outro. As outras vozes que permeiam, em cada caso, o discurso do locutor retomam discursos que têm ampla circulação social no Brasil, referindo-se a costumes ou a práticas sociais recorrentes. Nesses textos, há vozes relacionadas a falas populares, evocadas por muitos brasileiros, que podem reconhecê-las com relativa facilidade, visto que, possivelmente, já as ativaram em algum contexto de uso ou já presenciaram alguma situação em que elas foram usadas.

O texto 07, por sua vez, está repleto de vozes que se referem a situações recorrentes no cotidiano de pessoas que trabalham como consultoras e representantes de vendas de uma marca de cosméticos no país e que convidam conhecidos ou amigos para uma reunião de divulgação e compra de seu produto.

No texto 09, novamente os discursos se mesclam: a professora diz que “o tema da aula de hoje é sistema solar” e pergunta se “alguém sabe o que é o sistema solar?”, na expectativa de que a resposta suscite discursos científicos. Entretanto, o aluno traz outras vozes, dizendo que “é o tema da aula de hoje”.

Também é possível constatar a existência de vozes que, trazendo aos textos discursos populares, remetem a religiosidade, como por exemplo o texto 06.

4.3 Ironias e jogos de palavras

A ironia é uma forma não marcada de ocorrência da heterogeneidade mostrada. Podemos constatar a presença de ironia em diversos textos analisados. Em alguns desses textos, além da ironia, observamos a existência de jogos de palavras, os quais possibilitaram que um sujeito pudesse evocar vozes remetendo a um dado discurso, ao passo que seu interlocutor compreendeu essas falas remetendo a discursos distintos do que o locutor visava suscitar. Tal fenômeno se verifica no texto 04, quando a personagem pergunta “Mulé, pra onde tu vai nessa riqueza?” e mainha responde “Ah minha fia, depois que eu descobri o revendedora online pra organizar meu negócio, é só sucesso”. Também ocorre em outro texto, quando Junin diz que “o bom da falta de gasolina... é que não tem como dois cába numa moto vim te assaltar” ironizando a onda de violência em todo o país.

Além disso, é importante ressaltar outro texto na página do Facebook que faz alusão ao filme de grande repercussão internacional e nacional “O curioso caso de Benjamim Button”, um conto, que narra a história de um homem que nasce idoso rejuvenesce à medida que o tempo passa.

Já no texto 6 e 7 encontramos o ponto de vista de Bode Gaiato com relação à escola que surge, então como um espaço de estudo, mas não necessariamente de aprendizagem.

4.4 Alusão a anúncio publicitário

A alusão, outra forma não marcada da heterogeneidade mostrada, também se encontra presente nos textos analisados. Pode-se observar que a página do Bode Gaiato deixou de ser apenas uma brincadeira para se tornar um negócio, em virtude do grande alcance de seguidores.

Na página foram observadas ainda algumas publicações em forma de publicidade disfarçada, alguns personagens da página “Bode Gaiato”, fazem uso de determinado produto ou serviço. De acordo com o administrador, várias empresas, buscando alcançar o público usuário das redes sociais, já demonstraram interesse em associar suas marcas ao personagem da página.

Quanto à análise da dimensão do fenômeno, o subgrupo publicidade constatamos três alusões a anúncios publicitários no país: no texto 01, observamos a presença de vozes que remetem a um anúncio da sardinha Gomes da Costa Brasil, no qual, com a paralisação dos caminhoneiros em junho de 2018, apresentava-se a satisfação por ter um produto com validade de 4 anos para estocar. Essa voz se faz presente na fala “Pronto, sardinha inté uma zóra! Quero ver faltar!”.

No texto 12, a alusão é feita em relação a um anúncio de shampoo no qual personagem identifica sua situação financeira “até o shampoo sabe minha situação...” com o texto do rótulo “liso e extremo”. Vale destacar também a presença de estrangeirismo na escrita de Ciço com o nome xampu tendo sua origem na palavra em inglês shampoo.

O meme representado pelo texto 01 faz alusão a um anúncio da Avianca, embora o nome do produto esteja presente no diálogo dos personagens o anúncio não traz nenhum tipo de incômodo para os internautas, haja vista os comentários. Além disso, a linguagem adotada não

foge do contexto da cultura nordestina, sobretudo no que se refere à maneira de comunicar as vozes.

Nos textos analisados pode-se observar na conversa entre os personagens, uma oscilação entre uma linguagem formal e uma linguagem informal. Formal porque, em aspectos de escrita, o uso de vírgulas e demais pontuações está em acordo com a gramática normativa, já o informal está mais presente na utilização das palavras como “apôis” (pois) no texto e “pra” (para) que são tipicamente mais recorrentes na oralidade do que na escrita.

Vale mencionar que o uso dessas palavras não só remete para a informalidade da fala, bem como para uma linguagem do tipo nordestina, já que os memes da página Bode Gaiato objetivam justamente evidenciar uma linguagem identitária nordestina em seus textos.

Outro exemplo é a escrita divergente da variante padrão nas palavras “até”, “senhor”, “nós” e “polícia”, respectivamente escritas como “inté”, “sinhô”, “nóis” e “puliça”. Essa escolha lexical deu-se em decorrência de uma associação com a oralidade dessas palavras, assim como para caracterizar o dialeto nordestino na fala dos interlocutores.

Por conseguinte, o processo de aglutinação da fala para a escrita também ocorre neste contexto e de escolha proposital em escrever as palavras da língua portuguesa da variante padrão em uma variante informal por meio de elementos típicos da oralidade, como por exemplo o “cadê”, que é a aglutinação sonora do termo “onde está”, “pra”- “para”. Esse modo de falar são possibilidades de escrita embasadas na sonoridade da fala, como meio de exemplificar uma fala rápida dos indivíduos em certas situações comunicativas, não por via de regra, mas apenas para construir o humor nesses memes próprios da Bode Gaiato.

Sendo assim, todos esses memes (e outros mais procedentes desta página humorística) retratam tanto uma linguagem típica de pessoas do Nordeste, em sentido estereotipado, tal como situações, vestimentas, bebidas, comidas, enfim, toda uma identidade sociocultural tipicamente nordestina (CERQUEIRA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise realizada pode-se constatar que todo discurso é atravessado por outros discursos e o sentido está diretamente relacionado ao entrecruzamento das vozes ali presentes. Dessa forma, nenhum discurso pode ser considerado homogêneo, já que existe um entrecruzamento de vozes que é relevante para a construção do dizer, ou seja, o sujeito não se constitui sozinho, visto que seu discurso é perpassado pelo discurso do outro/Outro.

Além disso, o dialogismo permite compreender a exterioridade como constitutiva do discurso e a heterogeneidade mostrada possui marcas identificáveis em uma análise, caracterizando o sujeito e seu discurso como heterogêneos.

Finalmente, vale ressaltar também que nos memes analisados observamos um resgate, a partir do comum, do popular e do coloquial, a valorização da cultura e o reforço da identidade regional. A variante nordestina, com seu sotaque, vícios de linguagens e marcas discursivas próprias dessa cultura, recriam um ambiente familiar e cômico. Sobretudo, pelo fato de os personagens terem comportamento de seres humanos, mas com uma aparência animal, justamente o bode, símbolo de resistência às dificuldades da região.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogenité montrée et heterogenité constitutive: elements pour une approche de l'autre dans Le discours. In: **DRLAV - Revue de Linguistique**, 26, 1982, p. 91-151.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, IEL, n. 19, p. 25-42, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, Unicamp, IEL, n. 19, jul./dez. 1990.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 9. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CERQUEIRA, Maria Goreti Barichello. **Uma proposta de sequência didática a partir do trabalho com o gênero piada**. 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Goiânia, 2015.

MESQUITA, D. P. C.; ROSA, F. I. As heterogeneidades enunciativas como aporte teórico-metodológico para a análise do discurso de linha francesa. In: **Veredas - análise do discurso**, 2/2010, p. 130-141.

MUSSALIM, Fernanda (2001) **Análise do Discurso**. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Ana Cristina (orgs.) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. (Volume 2). São Paulo: Cortez.

JURIDIQUÊS, HERMETISMO LINGUÍSTICO E ACESSIBILIDADE: UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

NEUZA MARIA DE SIQUEIRA NUNES

*Mestra em Economia Empresarial. Professora
da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) –
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.*

FERNANDA SANTOS CURCIO

*Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro.*

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

*Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais
pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Direito da Universidade Federal Fluminense
taua_verdan2@hotmail.com*

Resumo: Como é cediço, a linguagem é o instrumento através do qual o homem se utiliza para a comunicação, sendo um dos aspectos caracterizadores da racionalidade, emancipação intelectual e desenvolvimento de uma perspectiva crítico-reflexiva. Neste sentido, faz-se carecido destacar que a linguagem encontra vinculação direta ao desenvolvimento das potencialidades de expressão e interpretação da capacidade humana, sendo responsável pela construção de relações e interações. É possível, então, em um primeiro momento, reconhecer que a linguagem desempenha a inclusão do homem em sociedade. O método empregado para a construção do presente é o hipotético-dedutivo, assentando-se na utilização de revisão bibliográfica e diálogo com fontes específicas sobre a temática. Depreende-se, assim, como conclusão, que a linguagem demasiadamente técnica e rebuscada empregada pelo Direito Brasileiro, sobretudo no Poder Judiciário, denominado “juridiquês”, desempenha papel excludente para parcela considerável da sociedade, atuando, por vezes, como elemento impeditivo para a concreção do Direito e para a autonomia dos indivíduos.

Palavras-chave: Interpretação. Entendimento. Textos Jurídicos. Barreira. “Juridiquês”.

Abstract: How is musty, language is the instrument through which man uses for communication, being one of the aspects that characterize the intellectual emancipation, rationality and developing critical-reflexive perspective. In this sense, you do need to point out that the language is direct linking to the development potential of expression and interpretation of human ability, being responsible for the construction of relationships and interactions. It is possible, so, at first, to recognize that language plays the inclusion of men in society. The method employed for the construction of the present is the hypothetical-deductive, based on the use of literature review and dialogue with specific sources on the subject. It appears, therefore, as a conclusion, that the language too technical and farfetched employed by Brazilian law, particularly in the Judiciary, called “Juridiquês”, considerable for role plays excluding portion of society, acting at times as an impediment to the realization of the right and to the autonomy of the individual.

Keywords: Interpretation. Understanding. Legal Texts. Barrier. “Juridiquês”.

1 BREVES NOÇÕES DE LINGUAGEM

Inicialmente cabe esclarecer o que vem a ser linguagem, a fim de que o tema central deste, a ser tratado posteriormente fique mais bem esclarecido. Neste sentido, pode-se afirmar que, a linguagem nada mais é do que o instrumento utilizado pelo homem para expressar-se, seja pela fala, escrita ou outros meios convencionais. Consoante explica Schwirkowsky (2014, s.p.), em seu cotidiano, o homem serve-se das chamadas linguagem verbal e não verbal para se comunicar, estando embutidas na linguagem verbal, a fala, bem como a escrita e na forma não verbal, música, gestos, imagens, entre outros. A linguagem verbal na forma oral é aquela utilizada quando se está frente a frente ao interlocutor, por exemplo, numa conversa. Nesta, aspectos como a postura, o tom de voz e expressões faciais contribuem para uma efetiva comunicação.

Já a linguagem verbal na forma escrita é utilizada, por exemplo, numa redação na qual quem escreve precisa deixar claro ao seu destinatário o que pretendia dizer. Na linguagem oral, o grau de formalidade a ser utilizado vai depender do ambiente em que se encontra quem está falando, do objetivo que deseja atingir, assim como de quem são os ouvintes. Existem situações que demandam que as falas sejam mais elaboradas ou que convém organizar um texto formal, de acordo com a norma culta da língua, todavia na maioria das vezes, faz-se o uso da linguagem coloquial.

De maneira geral, a linguagem se apresenta em dois aspectos, a saber: artístico e técnico. Neste sentido Nascimento explica o que vem a ser cada uma delas, vejam-se: “a linguagem artística, também denominada expressiva é a literatura, a saber, a expressão de uma arte. Busca a emoção estética, e, obviamente onde reina a emoção não deve haver normas rígidas. A linguagem técnica visa informar, ou convencer” (1999, p. 10 *apud* SCHWIRKOWSKY, 2014, s.p.). Através desses dois aspectos, é possível extrair que a primeira é a linguagem informativa, encontrada em livros didáticos e dirigida á inteligência, já a segunda é a linguagem lógica, que pertence á linguagem forense, e busca a razão por intermédio da expressão verbal do raciocínio, tendo por objetivo o convencimento.

Destarte, conforme Moreira *et al* (2010, p. 140), adentrando ao universo jurídico, torna-se imperioso destacar que a linguagem é essencial no Direito, uma vez que é por meio dela que esta área em questão se origina e se desenvolve. O Direito é um instrumento de controle social, criado da sociedade e para a sociedade, assim, ele deve ser encarado como uma instituição que acompanha passo a passo a história da humanidade, sendo um processo passível de mudanças e realizado sempre objetivando o bem comum. Partindo dessa premissa, bastante pertinente é a colocação de Edmundo Dantes Nascimento que aduz:

A linguagem socializa e racionaliza o pensamento. É axiomático, modernamente, que quem pensa bem, escreve ou fala bem. Assim cabe ao advogado e ao juiz estudar os processos do pensamento, que são o objeto da Lógica, conjuntamente com a expressão material do pensamento que é a linguagem. Talvez nenhuma arte liberal necessite mais de forma verbal adequada que a advocacia, isto porque o jurista não examina diretamente os fatos, porém fá-lo mediante uma exposição deles, e esta exposição é, necessariamente, textos escritos ou depoimentos falados. (NASCIMENTO, 1995, p. 3 *apud* MOREIRA *et al*, 2010, p. 140).

Logo, fica claro aqui que o operador do Direito nunca deve se esquecer da função social da linguagem na sua área, em razão de que muito mais do que falar ou produzir uma peça processual, ele deve ter em foco qual é destinatário da mensagem que quer transmitir. Insta salientar que, por vezes, esse destinatário é leigo e deseja saber que direitos estão sendo defendidos ou violados, assim, precisasse dosar a maneira de falar e a escrita do texto, de modo que a linguagem técnica não sacrifique nunca a clareza do que está sendo dito.

2 A LINGUAGEM JURÍDICA E O JURIDIQUÊS

Como é cediço, a linguagem jurídica é e sempre foi marcada por formalismos e burocracias. Assim, é possível reconhecer que no Direito, como em qualquer área de atuação existe uma linguagem diferente, entre advogados, juízes, promotores, composta por jargões e termos técnicos próprios. Certas palavras e expressões tornam-se fundamentais na construção de falas e textos jurídicos, pois a eles conferem sentido e forma. Muitos são os estudiosos que afirmam o quão indispensável é a linguagem tanto falada quanto escrita no âmbito jurídico, sendo ela a matéria-prima para o desenvolvimento das atividades da área. (VILAÇA, 2015)

O mesmo site menciona que as leis são pensadas, discutidas e elaboradas tendo como finalidade, serem claras, contextualizadas de acordo com o caso e entendidas na sua essência, cabendo ao jurista, como um estudioso, gramático e apreciador das diferentes nuances de textos, ler, compreender e interpretar peças profissionais e outros documentos. O recurso utilizado para entender o que a legislação diz é ler bastante doutrinas, jurisprudências e estar alicerçado em princípios a fim de que esses possam dar ao intérprete um norte.

Na supracitada fonte, encontra-se ainda que, para que um operador do Direito, por exemplo, fale bem e escreva com propriedade é necessário que essa pessoa possua um hábito de leitura e do estudo das estruturas da Língua Portuguesa, ou seja, a voz da gramática avocando precisão na construção de textos e falas e afluindo a formalidade sem rigorismos, a concisão sem formalismos e a clareza sem imperfeições. O texto legal, sentenças, peças profissionais e demais documentos produzidos na esfera do Direito devem ser sociais por excelência, para atender aos mais diversos públicos, sendo constituído por palavras também sociais.

Segundo, Schwirkowsky (2014, s.p.) e Andrade (s.d., s.p.), a linguagem jurídica quando demasiadamente recheada de palavras arcaicas, termos técnicos, jargões, palavras em latim, forma o denominado “Juridiquês”, que é encarado por muitos como burrice e pode ser vislumbrado até hoje nos pronomes de tratamento, mesmo fora do âmbito forense entre os pares, na burocracia que envolve o processo. Conforme SCHWIRKOWSKY (s.p, 2014), a palavra “Juridiquês” não integra ainda os principais dicionários brasileiros e antigamente era utilizada como chacota para nomear o linguajar rebuscado dos operadores de Direito. Essa palavra ganhou mais força depois que a **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** lançou a Campanha pela Simplificação do “Juridiquês” em 28 de agosto de 2005.

De acordo com o escólio apresentado por Andrade (s.p., s.d.), o “Juridiquês” nada mais é do que um neologismo criado no meio jurídico para determinar essas pompas desnecessárias que acabam construindo ideia diversa daquela que se almejava transmitir. As pessoas acabam por não entender o que se pretendia dizer ou ainda, pelo uso desmedido de latim, acabam tendo ideias retorcidas.

Ademais, como o Direito é um ramo bastante diversificado em que seus operadores tendem a querer encaixar a forma erudita em coisas simples e florear muito nas expressões, abaixo foram trazidas algumas dessas expressões mencionadas por Andrade (s.d., s.p.) e seus significados. (i) **Alvazir de piso**: o juiz de primeira instância; (ii) **Aresto doméstico**: alguma jurisprudência do tribunal local; (iii) **Autarquia ancilar**: Instituto Nacional de Previdência Social (INSS); (iv) **Caderno indiciário**: inquérito policial; (v) **Cártula chéquica**: folha de cheque; (vi) **Consorte virago**: esposa; (vii) **Digesto obreiro**: Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); (viii) **Ergástulo público**: cadeia; (ix) **Exordial increpatória**: denúncia (peça inicial do processo criminal); (x) **Repositório adjetivo**: Código de Processo seja Civil ou Penal. No tocante a isso, o ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça,

[...] compara o “juridiquês” ao latim em missa, acobertando um mistério que amplia a distância entre a fé e o religioso; do mesmo modo, entre o cidadão e a lei. Ou seja, o uso da linguagem rebuscada, incompreensível para a maioria, seria também uma maneira de demonstração de poder e de manutenção do monopólio do conhecimento. (VIDIGAL, s.d., s.p. *apud* ANDRADE, s.d., s.p.).

Muito se engana quem acredita que usar o “Juridiquês” é uma maneira de demonstrar que sabe mais ou é melhor que os outros. Não é proveitoso falar difícil para ser bem visto e entendido, até porque não adianta nada falar de um jeito que seu interlocutor não entenda.

No entanto, é possível destacar expressões jurídicas latinas que foram incorporadas a língua portuguesa, tais quais: (i) *habeas corpus* – que é uma ação judicial com o objetivo de proteger o direito de liberdade de locomoção lesado ou ameaçado por ato abusivo de autoridade; (ii) *habeas data* – que é uma ação que assegura o livre acesso de qualquer cidadão a informações a ele próprio relativas, constantes de registros, fichários ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; e (iii) *data vênia* – que remete a uma expressão com a qual se inicia uma argumentação, contrariando a opinião de outrem, com o devido respeito. A crítica quanto ao latim não diz respeito ao seu uso, mas sim aos casos em que se usa de maneira desmedida, sem observar o real significado das palavras ou expressões. De modo geral, o uso descomedido do latim funciona como elemento de distanciamento entre o operador do Direito e o homem comum o qual, muitas vezes, não é uma pessoa culta.

Enfim, de acordo com Andrade (s.p, s.d), o uso da linguagem técnica não é nem pode ser pressuposto para o emprego do juridiquês. A linguagem técnica jurídica, dessa forma, deve ser clara e objetiva. Basta, portanto, que se prime por empregar uma linguagem culta, num texto com parágrafos concisos e bem estruturados, nos quais a ideia principal esteja evidente. Ademais, sempre que for necessário, aquele que redige o texto pode recorrer ao aposto para explicar acerca do trata determinado termo ou expressão.

3 “JURIDIQUÊS” COMO BARREIRA AO ACESSO Á JUSTIÇA

Conforme Oliveira (s.d., s.p.), a Carta Magna de 1988, em seu artigo 5º, XXXV, assegura o direito de acesso à Justiça para todos e, dessa forma o institui como um dos pilares para assegurar cidadania plena. Através do amadurecimento da ideia de um Estado Democrático de Direito chega-se ao entendimento de que o direito de acesso à Justiça é algo abstrato, pois garante-se o direito de ingresso em juízo em caso de lesão ou ameaça a direito, porém, não se garante a efetividade e os mecanismos que viabilizarão este direito. Insta salientar que os princípios, tais como o da inafastabilidade da jurisdição, dignidade da pessoa humana, igualdade e do direito ao devido processo legal funcionam como base para que o direito de acesso à Justiça possa ser concretizado. Assim, o direito de acesso à justiça passou e passa ainda hoje por transformações que o permitem contemplar as classes populares e menos instruídas.

A referida autora, trazendo um entendimento amplo, conceituou o direito de acesso à justiça como um sistema que garante uma interação de forma cidadã; é, ainda, o acesso a uma ordem jurídica justa, em que os conflitos são tratados e resolvidos de maneira isonômica, sendo certo que esse acesso jamais se concretizará isoladamente, sem que outros direitos se efetivem e lhe sirvam de alicerce (OLIVEIRA, s.d.). Nesta senda, ela afirmou que a concepção do que seja o acesso à Justiça ultrapassa o fato de o cidadão ter ou não ter sua lide nas gavetas do Judiciário. Como exemplo desse livre acesso, pode-se citar a gratuidade de justiça, que permite que litígios de alguns indivíduos desfavorecidos economicamente venham à apreciação do Judiciário (OLIVEIRA, s.d.).

No entanto, o fato é que nem todo cidadão brasileiro tem direito de acessar a Justiça, visto que por parte do próprio Judiciário há uma espécie de segregação quanto à linguagem utilizada. Logo, não tem direito de acesso à Justiça todos aqueles para os quais a linguagem jurídica é uma língua alienígena. É certo que o legislador demonstrou preocupação em dar ao direito de acesso à Justiça uma moldura constitucional; porém, não basta prescrever o direito, é imprescindível que se viabilize o direito a ter direitos, que nada mais é que desobstruir o caminho que leva à Justiça. Nessa linha, bastante pertinente foi o que disse a o juiz Rodrigo Collaço, “a linguagem jurídica afasta a população do Poder Judiciário” (s.d., s.p. *apud* OLIVEIRA, s.p, s.d), o que leva a considerá-la como um dos obstáculos ao acesso à justiça.

Como é cediço, a linguagem jurídica é produto de uma construção sociocultural, imprescindível à efetivação do acesso à Justiça e, em consonância com o que determinam os ditames constitucionais, deveria estar ao alcance de todos. Entretanto, via de regra, ela, por vezes é a primeira a se colocar como uma grande muralha entre o cidadão e o texto jurídico, seja ele escrito ou oral, tornando-se grande responsável pelo desconhecimento do direito e, por consequência, óbice ao acesso à Justiça

Por meio da leitura do artigo de Leda Verdiani Tfouni e Dionéia Motta Monte-Serrat (2010, s.p. *apud* OLIVEIRA, s.d., s.p.), infere-se que, por tentar trazer ao texto jurídico clareza, precisão e abrangência, a linguagem jurídica acaba por homogeneizar os sentidos, deixando de lado a desigualdade nas formações sociais; e o discurso técnico, que segue à risca a norma padrão, elaborado em grande formalidade, acaba por marginalizar e excluir sujeitos com baixo grau de formação. Nas palavras de Heliana Maria Coutinho Hess (2004, p. 01 *apud* OLIVEIRA, s.d., s.p.), “o conceito de acesso à Justiça é universal”, figurando como resultado da análise dos conflitos surgidos em sociedades, nas quais se pretendeu amenizar a desigualdade socioeconômica, através da intervenção do Estado, promovendo o bem-estar social. A partir de uma conjugação entre fatores econômicos, sociais e culturais, Luciana Camponez Pereira Morales assevera que:

[...] a barreira social de acesso à Justiça é percebida sobretudo nas camadas mais pobres da sociedade, que em nosso país é a grande maioria da população, pois normalmente o grau de pobreza está atrelado ao grau de pouca educação e informação das pessoas. (MORALLES, 2006, p. 75 *apud* OLIVEIRA, s.d., s.p.).

Logo, merece destaque aqui o que diz o ilustre Nelson Mandela (*apud* OLIVEIRA, s.p, s.d), que tratou com excelência a respeito da linguagem: “Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração”. Dessas simples palavras, porém com grande profundidade, podemos extrair os princípios tais como o da clareza e da igualdade, que visam possibilitar àquele que não possui muita instrução, por exemplo, que possa ter assegurado seu direito pleno de acesso à Justiça.

No mesmo sentido vem Winston Churchill (*apud* ANDRADE, s.d., s.p.), brilhantemente aduzindo sobre a simplificação da linguagem: “Das palavras, as mais simples: das mais simples, a menor”. Isso quer dizer que sempre se deve priorizar pelo uso de palavras que tragam maior clareza para o texto e, sempre que possível, pelas que são de menor tamanho. Essas dicas são importantes, pois elas determinam a escolha do vocabulário a ser utilizado no texto, que pode contribuir ou não para a compreensão. Infelizmente, o que encontramos hoje no discurso jurídico são palavras empoladas que enrolam, enrolam e não dizem nada.

Elementos como a clareza, a objetividade e a concisão são imprescindíveis para uma boa comunicação, seja na fala ou na escrita e, tais elementos conduzem a uma construção adequada

do que se pretende transmitir. O que se vê ainda nos textos jurídicos são parágrafos longos em que as ideias são redundantes e não são claras, ou seja, por vezes, os profissionais do Direito não conseguem passar o que querem e acabam repetindo o mesmo assunto em outros parágrafos. Não é raro isso acontecer.

As pessoas se perdem totalmente em um emaranhado de informações. Destarte, de acordo com Andrade (s.p, s.d), o emprego de uma linguagem complexa, rebuscada, tal qual é o “juridiquês”, mostra-se como uma barreira para a interpretação e entendimento dos textos jurídicos; é uma forma de afastar o cidadão da comunicação de seus direitos e de seus deveres. Este recurso torna o processo mais moroso e, por conseguinte, a justiça mais lenta. Decididamente, empregar “juridiquês” é estar na contramão da celeridade. Por isso, existem campanhas no judiciário que propõem o fim do “juridiquês” e promovem a linguagem jurídica clara, correta e concisa.

4 A CAMPANHA JUDICIÁRIA PELA SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM HERMÉTICA

A linguagem jurídica deveria servir como uma ponte, ou seja, permitir que as pessoas e o Poder Judiciário se interligassem, contudo, devido ao seu caráter excessivamente rebuscado, podendo se tornar pedante e retórico, atua na verdade como uma barreira ao acesso das pessoas ao mesmo, desvirtuando-se de seu propósito. Após a encomenda de uma pesquisa ao IBOPE em 2003 que avaliasse a opinião popular acerca do Judiciário, obteve-se como resultado uma grande insatisfação popular, principalmente do público leigo, acerca da adoção da linguagem hermética no meio jurídico, justificando, assim, a criação de campanhas que apoiassem a simplificação da linguagem jurídica (DIVINA, 2009).

Nesta senda, a Associação dos Magistrados Brasileiros criou em 2005, através da Comissão de Efetividade da Justiça Brasileira, a Campanha Nacional pela Simplificação da Linguagem Jurídica implementada, a princípio, na Faculdade de Direito Fundação Getúlio Vargas no dia do Advogado, dia 11 de Agosto. Posteriormente a mesma foi implementada nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal (AMB, s.d.).

Esta campanha teve com público-alvo os estudantes de Direito, uma vez que a linguagem jurídica hermética começa a se tornar familiar quando do estudo do Direito e por isso é o melhor momento para se combater o excesso. O lema da Campanha é: “Ninguém valoriza o que não conhece”, já que o “juridiquês” faz com que a linguagem se torne incompreensível por grande parte da população, não sendo, portanto, nem conhecida nem valorizada, sendo este um dos maiores desafios para que o Poder Judiciário esteja ao alcance da população (AMB, s.d.). Sendo assim, o Presidente da AMB, à época, Rodrigo Collaço e Pasquale Cipro Neto deram palestras divulgando a campanha nos estados supracitados. O termo “juridiquês” é um neologismo que surgiu com essa campanha a fim de nomear a linguagem jurídica repleta desnecessariamente de termos demasiadamente rebuscados, termos técnicos, jargões jurídicos e expressões em latim.

Como forma de incentivo aos estudantes e forma de prestígio aos magistrados que estão associados a entidade em questão e que desenvolvam formas de simplificação da linguagem no seu cotidiano foram criados dois concursos. O primeiro premiava estudantes que desenvolvessem os melhores trabalhos relacionados ao tema da Campanha, tendo 72 inscrições, sendo os prêmios de R\$6 mil, R\$4 mil e R\$2 mil, para o primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente além de certificados. O segundo premiava magistrados, tendo 18 inscrições das quais três foram premiadas com um notebook, caso fosse o primeiro lugar, um desktop, caso fosse o segundo, e um palm top, para o terceiro. Foi, também, publicado um livreto com termos simplificados e acessíveis da linguagem usada pelos operadores do Direito quando

da confecção de documentos, sendo o mesmo intitulado: “O Judiciário ao alcance de todos: noções básicas de Jurídiquês” (AMB, s.p.).

Nelson Calandra, Presidente da AMB em 2012, argumentou sobre a efetividade da campanha dispondo que: “Nossa campanha de 2005 deu ótimos frutos. A maioria dos juízes que não priorizava a clareza nas sentenças corrigiu alguns excessos. Até hoje, a cartilha que preparamos é procurada” (CALANDRA, 2012, s.p.). Por conseguinte, faz-se notar que a campanha alcançou a realização do objetivo almejado e serve de parâmetro para que os novos operadores do Direito optem por uma linguagem mais clara e acessível à população, não abandonando os termos necessários, mas evitando-se os excessivos (DIVINA, 2009).

5 DISPOSIÇÕES LEGAIS ACERCA DA LINGUAGEM JURÍDICA

Por ser um ramo das Ciências sociais, o Direito, como cediço, possui seus formalismos e expressões próprios. Contudo, o “juridiquês” atua como um obstáculo ao acesso das pessoas ao Judiciário por dificultar a compreensão e a interpretação de seus textos, acarretando em contrariedade ao Princípio da Isonomia, vez que apenas a menor parcela da população familiarizada com a linguagem jurídica poderá entender adequadamente a mesma linguagem, enquanto que a maior parte da população, principalmente o público leigo, não possui a mesma facilidade de compreensão. É sabido que alguns termos técnicos e expressões latinas são necessários à elaboração das peças e textos, contudo critica-se apenas o uso desnecessário, focando no “juridiquês” (DIVINA, 2009).

Pensando na questão linguística das normas jurídicas, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no art. 59, parágrafo único que a responsabilidade pela disposição acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis fica a cargo de lei complementar (BRASIL, 1988). Por conseguinte, promulgou-se a Lei Complementar nº 95/1998 que trata do tema citado acima, e em seu art. 11 e respectivos incisos traz parâmetros que devem ser observados quando referentes a linguagem legal.

No mundo jurídico a falha de comunicação entre emissor e destinatário acarreta grave prejuízo, uma vez que fere princípios constitucionais como da clareza de informações, acesso à justiça obstruindo o direito do cliente a ter maiores esclarecimentos sobre determinado processo, afastando-o do Judiciário.

Isto é, o uso do “juridiquês” não afronta somente a Lei Maior, a Lei Complementar nº 95/1998, mas também o art. 8, item 2, alíneas “a” e “b” do Pacto de São José da Costa Rica que estabelece o direito do acusado a assistência gratuita a tradutor ou intérprete caso não compreenda ou não fale a língua do juízo, e ao estabelecer a questão da “não compreensão” abrange a situação fatídica resultante do prejuízo da utilização do “juridiquês”. Sendo assim, Lima ainda estabelece que: “Falar de maneira incompreensível pelo “juridiquês não é falar de forma técnica. Técnica é aprofundar sua instrução profissional. Falar juridiquês é negar à sociedade o direito de saber do que lhe é dado ter claro e preciso esclarecimento”. (LIMA, 2018, s.p.). O profissional do Direito que faz uso do “juridiquês” para mero embelezamento de seus textos contraria seu principal papel em relação a sociedade: o de atuar na luta pelos direitos e garantias individuais e coletivos, privando a população do direito de conhecimento e também compreensão do Judiciário e de seus instrumentos

CONCLUSÃO

A linguagem erudita é marca do Direito, entretanto a mesma deve ser a ponte que dá acesso à população ao Poder Judiciário e não uma barreira entres os mesmos. O Direito possui seus termos técnicos e expressões próprios inerentes a qualquer ramo, contudo a linguagem jurídica deve permear todos os setores da sociedade de maneira que um especialista jurídico, um professor e até mesmo um gari sejam capazes de compreender o que está sendo dito. O juridiquês, por ser um neologismo configurado quando do uso desmedido e desnecessário de formalismos jurídicos e expressões latinas, obsta a comunicação voltada para o mundo jurídico.

A linguagem hermética jurídica deve ser simplificada para que alcance seu objetivo como meio de comunicação, uma vez que a comunicação só será relevante quando o conteúdo transmitido é assimilado pelo interlocutor. A iniciativa de simplificação desta linguagem foi da AMB com a Campanha Nacional pela Simplificação da Linguagem Jurídica implementada em 2005, mas que possui efeitos ainda hoje. Na sociedade só será possível o exercício efetivo de cidadania quando o discurso jurídico for democratizado, pois numa sociedade em que o princípio da igualdade é fundamental, o Direito deve ser o primeiro a valer-se do mesmo não monopolizando mais seus discursos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Adriana. AMB lança campanha pela simplificação do “juridiquês”. **Conjur**, 2005. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2005-ago-10/amb_lanca_campanha_simplificacao_juridiques>. Acesso em 07 nov. 2018.

ANDRADE, Valdeciliana da Silva Ramos. **O Juridiquês e a Linguagem Jurídica: o certo e o errado no discurso**. Disponível em: <www.amatra17.org.br/arquivos/4a1d8f3c15d4d.doc>. Acesso em: 07 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO dos Magistrados do Brasil. Campanha pela Simplificação da Linguagem Jurídica. Disponível em: <http://www.amb.com.br/index_.asp?secao=campanha_juridiques>. Acesso em 07 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

_____. **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

DIVINA, Lilian. **Simplificação da Linguagem Jurídica**. Disponível em: <<https://blogdaliliandivina.wordpress.com/tag/simplificacao-pela-linguagem-juridica-campanha-da-amb-juridiques-acesso-a-justica-lilian-divina-leite-youtube-reportagem/>>. Acesso em 07 nov. 2018.

LIMA, Lucas Correia de Lima. Por que insistimos em falar juridiquês? . **Mega Jurídico**, 2018. Disponível em:<<http://www.megajuridico.com/11252-2/>>. Acesso em 07 nov. 2018.

MOREIRA, Nedriane Scaratti, *et al.* **Linguagem Jurídica: Termos Técnicos e Juridiquês**. Disponível em: <<file:///C:/Users/WINDOWS/Downloads/193-3031-1-PB.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2018.

OLIVEIRA, Nirlene da Consolação. Linguagem jurídica e acesso à justiça. **Revista Pensar**. Disponível em: <http://revistapensar.com.br/direito/pasta_upload/artigos/a121.pdf>. Acesso em 07 nov. 2018.

SCHWIRKOWSKY, Vanessa. **Linguagem x Jurídiquês**. Jus Navegandi, 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28441/linguagem-x-juridiques>>. Acesso em 07 nov. 2018.

VILAÇA, Vilmar de Carvalho. Linguagens Jurídicas e Jurídiquês. **Slideshare**, 2015. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/rafilos23/linguagem-jurdica-ejuridiquês>>. Acesso em 07 nov. 2018.

GT: 9 - Cultura religiosa, luta de classes e conflitos territoriais

Coordenadores: Márcia Barros Ferreira Rodrigues e Ana
Maria Motta Ribeiro

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA CONDIÇÃO FEMININA NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, RJ

DEISIMARA BARRETO PEIXOTO GOMES MORAES

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte
Fluminense Darcy Ribeiro -UENF
deiseminha@yahoo.com.br*

MARCELO CARLOS GANTOS

*Professor associado do LEEA - Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do
Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
mcgantos@gmail.com*

SILVIA ALICIA MARTINEZ

*Professora Associada do LEEL – Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem do Centro de
Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF
silvia-martinez@hotmail.com*

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a pesca artesanal, enquanto atividade econômica, produtiva e como as mulheres que exercem a atividade percebem-se nesse universo. Os dados analisados foram produzidos no projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e baixada litorânea. O recorte espacial se concentrou no município de Quissamã/RJ na comunidade de Barra do Furado. A proposta metodológica desenvolveu uma pesquisa qualitativa, a partir de: estudo bibliográfico para consolidação das categorias de análise, trabalho de campo para coleta de dados primários, entrevistas semiestruturadas, registro de depoimentos e análise dos dados. Os resultados revelaram dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas em dar entrada na documentação pesqueira, baixa participação em entidades representativas da classe, além da procura recorrente por atividades que complementem a renda mensal devido à escassez do pescado.

Palavras Chave: Representação Social. Gênero. Pesca Artesanal. Percepções. Invisibilidade

ABSTRACT

This work proposes a reflection on artisanal fishing as an economic and productive activity and how the women who carry out the activity perceive themselves in this universe. The data analyzed were produced in the Women in Fisheries project: a map of social and environmental conflicts in the northern and Rio de Janeiro municipalities coastal. The spatial clipping was concentrated in the municipality of Quissamã / RJ in the community of Barra do Furado. The methodological proposal developed qualitative research, based on: a bibliographic study to consolidate the categories of analysis, fieldwork for primary data collection, semi-structured interviews, recording of statements and data analysis. The results revealed difficulties faced by the interviewees in entering fishery documentation, low participation in representative entities of the class, and the recurrent demand for activities that supplement the monthly income due to the shortage of fish.

Keywords: Social Representation. Gender. Artisanal Fishing. Perceptions. Invisibility

Introdução

A pesca enquanto atividade de captura é secular, inicialmente desenvolvida e praticada em caráter de subsistência e após as alterações nos modos de vida e organização social tornou-se uma atividade econômica produtiva. No Brasil, o Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, definiu por pesca, todo ato de captura ou extração de elementos animais ou vegetais que tenham na água seu meio de vida, podendo-se efetuar como fins comerciais, desportivos ou científicos.

A Lei nº 7.679 de 23 de novembro de 1988, dispôs sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e assim, por um extenso período a atividade pesqueira permaneceu sem outras alterações. Em 29 de junho de 2009 foi sancionada a Lei nº 11.959 que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca, regulou a atividade pesqueira, revogou a Lei nº 7.679, os dispositivos do Decreto-Lei nº 221 e encaminhou outras providências.

No período anterior as regulamentações legais, os pescadores, na condição artesanal, eram reconhecidos como profissionais, mas não usufruíam de benefícios especiais previdenciários ou trabalhistas. Embora a prática da atividade pesqueira fosse fortemente marcada pela presença masculina, a presença feminina sempre existiu. Na busca de perspectivas interdisciplinares sobre relações de gênero, situações e lugares que forjam e transformam a dinâmica do espaço, estudos e pesquisas têm mostrado uma crescente tentativa de viabilização dos trabalhos que as mulheres executam na cadeia da pesca, desempenhando os mais variados papéis.

As relações de gênero na perspectiva do trabalho: um olhar para atuação das mulheres na pesca artesanal

Saffioti (2013), ao analisar o trabalho feminino afirma que, a mulher das camadas sociais ocupadas nas áreas de produção de bens e serviços, nunca foi alheia ao trabalho, contribuindo para a subsistência da família e contribuindo para o acúmulo da riqueza social. Na economia pré-capitalista, no período anterior a revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa, trabalhava nos campos, nas minas, lojas e em paralelo realizava atividades domésticas.

Por sua vez, nas sociedades pré-capitalistas, ainda que a mulher fosse reconhecida socialmente e participasse do sistema produtivo, o seu papel era inferior ao do homem. O aparecimento do capitalismo, criou condições adversas a mulher, configurando-a como elemento obstrutor do desenvolvimento social. As desvantagens sociais atribuídas às mulheres, permitiram à sociedade capitalista o aproveitamento dessas no trabalho industrial regido pela lógica da mais-valia. (SAFFIOTI, 2013)

Nesse sentido, o contexto do trabalho da mulher na sociedade de classe, advém de uma complexidade, que tende a limitar a mulher enquanto vendedora da sua força de trabalho e embora a legislação estabeleça a igualdade entre sexos, para efeitos de remuneração os salários recebidos pelas mulheres sempre foram inferiores aos masculinos. (SAFFIOTI, 2013)

Paulilo (1987), em seu trabalho intitulado o peso do trabalho leve, revelou que são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil ao qual o determinante do valor da diária recebida pelo trabalho é o sexo, sendo invariável a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força do trabalho feminino nas cidades, portanto, no trabalho “leve” a remuneração sempre será aquém, não por considerar suas características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.

De forma pioneira nos estudos de gênero, Scott (1996), define esta categoria como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero uma forma primeira de significar as relações de poder.” Nesse sentido, compreender a categoria trabalho nos estudos das relações de gênero é importante, para identificar como se estabelecem socialmente, as relações entre homens e mulheres dentro da pesca artesanal.

Em seus estudos sobre a Divisão Sexual do trabalho e as relações sociais de sexo Kergoat (2009), considera que “as condições em que vivem homens e mulheres não são determinadas por fatores biológicos, mas sobretudo por construções sociais, à medida que a divisão social do trabalho é determinada por dois princípios organizadores”: O princípio da separação, que considera a existência de trabalhos específicos para homens e outros para mulheres e o princípio da hierarquização, onde o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher. Essa escala de divisão, prioriza o trabalho realizado pelo homem em detrimento do trabalho realizado pela mulher.

Alves (2016), identifica em seus estudos sobre Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI, que a divisão sexual do trabalho, provoca uma distribuição desigual do uso do tempo entre as atividades de produção e reprodução. Em geral, cabe às mulheres a execução e os afazeres da reprodução, que se configura no trabalho não remunerado tais como: organização da casa, cuidado com as crianças e doentes entre outros, enquanto os homens, possuem maior disponibilidade para o trabalho remunerado e as questões que se colocam em termos de políticas públicas são: Como liberar a mulher ao direito ao emprego remunerado e comprometer os homens com a economia do cuidado? Como o Estado pode fomentar políticas que favoreçam a conciliação entre trabalho e família? Esta invisibilidade da mulher no plano profissional, legitima a presença masculina e contribui para não participação das mulheres em espaços de representatividade na pesca.

Saffioti (2013), evidencia em seus estudos sobre trabalho feminino, que os modos capitalistas de produção, explicitam os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais, bem como justifica a marginalização de setores da população do sistema produtivo de bens e serviços, sendo o sexo uma fonte de interiorização social da mulher como algo positivo na sociedade competitiva e na constituição das classes sociais.

Para que haja alterações nessa lógica historicamente estabelecida é necessário a intervenção do Estado, através da implementação e fomento a políticas públicas que favoreçam a conciliação entre trabalho e família garantindo voz e participação das mulheres, na elaboração dessas políticas.

O cenário de mobilização das mulheres na atividade pesqueira

O processo de empoderamento e luta por direitos por parte das mulheres, vem ganhando força e travando enfrentamentos há décadas na sociedade. Esses avanços são permeados de transformações e retrocessos, em destaque no plano das mobilizações para realização no plano político.

No Brasil, como resultado das mobilizações, destaca-se entre os anos de 1993 a 1996 o Programa “Mulheres na Pesca”, executado pelo Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca, que teve por diretriz estudar o papel das mulheres na pesca, registrar suas lutas e as formas de organização na perspectiva da inclusão do gênero. O Workshop Internacional sobre a Pesca Artesanal, promovido pelo Laboratório de Ciências do Mar, da Universidade Federal do Ceará em 1996, o Seminário sobre Pesca Artesanal promovido pelo Ministério de Agricultura e abastecimento em 1998 na Bahia, o Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras

promovido pelo Movimento Nacional de Mulheres Pescadoras em 1999 em Teresinha, o Encontro de Mulheres Pescadoras do Nordeste em Fortaleza 1999 e a Primeira Conferência de Agricultura e Pesca, em 2003.

Em 2004, o Governo Federal convocou o Primeiro Encontro Nacional das trabalhadoras da Pesca e Aquicultura, que foi precedido de encontros estaduais. A criação da Articulação Nacional das mulheres pescadoras em 2006 no Recife, apoiado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores e o Movimento Nacional dos Pescadores. Em 2008, ocorreu o Fórum Pan-Amazônico de Pesca. Esses eventos, fomentam e questionam a participação das mulheres bem como revitalizam a organização das pescadoras.

Essas articulações influenciaram na reformulação da nova Lei da Pesca no Brasil, que incorporou a seguinte concepção ampliada de pesca:

[...] a categoria “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal [...] (LEGISLAÇÃO PESQUEIRA, 2013)

Essas alterações legais, refletem os avanços e conquistas de significação simbólica e político de inclusão uma vez que:

[...] as pescadoras brasileiras estão a alcançar visibilidade política, mas elas continuam a enfrentar déficits na consideração das particularidades de seus trabalhos. Muitas vezes contribui para isso a dedicação de modo descontínuo, não só porque não há procura constante, mas também porque elas conciliam com atividades fora da pesca e, principalmente, porque cuidam das famílias sem usufruírem de infraestrutura e de equipamentos coletivos apropriados[...] (MANESCHY, ET AL, 2012, P.729)

O contínuo processo de ressignificação social do trabalho exercido pela mulher que no passado era alocado no espaço privado, ganha importância à medida que as atividades são reconhecidas e passam a ser admitidas no espaço público, pois ao buscarem participação e voz, buscam meios de promover a inserção em novos paradigmas para base econômica da pesca em contextos socioculturais e socioambientais relativos a democracia. (MANESCHY, ET AL, 2012, P.730)

O reforço da invisibilidade do trabalho da mulher dificulta sua identificação, excluindo consequentemente os direitos legais a medida que:

[...] a construção de um modelo de pesca responsável passa pelo fortalecimento das comunidades de pescadores artesanais, é necessário ressaltar as relações entre homens e mulheres. Segundo o modelo tradicional de divisão de tarefas, ao homem cabe o trabalho fora, para sustento da família e à mulher, a função de dona de casa, no máximo trabalhando fora para “ajudar”[...] (MANESCHY, 2000, P.86)

Diante do exposto, a desconstrução do modelo tradicional de divisão de tarefas é uma tônica a ser cumprida para que as mulheres avancem na concretização de seus direitos haja vista que, o papel feminino perpassa desde a manutenção da tradição, as atividades produtivas que compõe a renda familiar.

A Representação Social das mulheres que atuam no município de Quissamã/RJ

O município de Quissamã é um município jovem, e emancipou-se de Macaé em 1989. Está localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, fazendo divisa, no sentido horário com Campos dos Goytacazes, Oceano Atlântico, Carapebus e Conceição de Macabu. Possui um único distrito sede, ocupando uma área total de 712,9 quilômetros quadrados. No censo do

IBGE em 2010, Quissamã contava com 20.242 habitantes. (IBGE, 2010). A população estimada em 2017 foi de 23.535.

O recebimento de royalties, possibilitou que a prefeitura investisse em serviços, saúde e educação. Antes da exploração de petróleo na Bacia de Campos, Quissamã se destacava por sua produção sucroalcooleira. Até o meado do século XX, Quissamã teve um crescente desenvolvimento, através da criação do programa Proálcool e com a descoberta de petróleo na bacia de campos. Nesse contexto, a atividade pesqueira sempre se constituiu como uma vocação do município.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Pesca, funciona junto à Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura e não há a composição de um Conselho Municipal da Pesca. Além da Secretaria, a outra instituição que representa a classe é a Colônia de Pesca Z 27 fundada em 12 de agosto de 2009, tem como área de abrangência o município de Quissamã e presta serviço à comunidade pesqueira lagunar e marítima, no que diz respeito a questões relacionadas ao direito dos pescadores como seguro defeso, regularização de pesca e questões sociais como, organização e acesso a políticas públicas.

A pesquisa propôs uma reflexão sobre a pesca artesanal enquanto atividade econômica e identificou as representações sociais e percepções elaboradas pelas mulheres que atuam nesse universo. Para alcançar os objetivos, foi utilizado o roteiro de entrevistas do Projeto Mulheres da Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas. O referido projeto, tem como principal objetivo, elaborar uma cartografia¹ dos conflitos socioambientais presentes em sete municípios da mesorregião das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco o sujeito privilegiado às mulheres pescadoras.

O roteiro, foi organizado em um tópico inicial sobre a história de vida, com vistas a identificar como as mulheres ingressaram na atividade pesqueira, as situações geradoras de conflitos, a partir de uma política governamental e/ou atividades econômicas. Em seguida, oito eixos foram explorados: Uso do Tempo, com objetivo de investigar o tempo dispensado as atividades pesqueiras e atividades domésticas Educação, com objetivo de investigar o acesso à educação formal e informal, realização de cursos ou formações pertinentes a realização da atividade e ou à geração de renda.

Saúde, com objetivo de investigar o acesso aos serviços de saúde, problemas relacionados a atividade pesqueira. Documentação, para identificar se as mesmas possuem documentos que comprovem a atividade pesqueira. Os três últimos eixos, identificaram as Relações com outros grupos que exercem atividade pesqueira, afim de identificar se existem cooperativas ou associações, as Relações com as entidades representativas da pesca, com objetivo de identificar a relação com a Colônia de Pesca e quais serviços utilizam e por fim, a Relação com as entidades regulamentadoras da pesca, com objetivo de investigar quais órgãos fiscalizam a comunidade, a relação com esses órgãos e a percepção desses órgãos na comunidade.

O projeto Mulheres na pesca, entrevistou um total, oito mulheres que atuam na atividade pesqueira no município de Quissamã, sendo 3 da comunidade de Beira de Lagoa, 3 de Barra do Furado e 2 do centro. O presente trabalho, analisou os resultados das entrevistas realizadas na comunidade de Barra do Furado.

¹ Este mapa consiste no levantamento, caracterização descritiva, tipificação e publicização dos conflitos evidenciados na região, acompanhado de uma síntese analítica dos conflitos de gênero nos municípios de Campos, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Resultados e Discussões

Das três mulheres entrevistadas na Barra do Furado, duas realizam a pesca em rios e lagoas, beneficiam o pescado capturado e vendem. A outra entrevistada beneficia e vende o pescado.

Em relação ao primeiro tópico sobre o uso do tempo, as entrevistadas informaram que a rotina da pesca vai de acordo com a sazonalidade, que por elas foi classificada como período do verão e inverno. As mesmas relataram que no verão, a pescaria é melhor e no inverno diminui. Das entrevistadas, as duas que possuem documentação realizam a pesca continental e estão regulamentadas no defeso da piracema que inicia em primeiro de novembro e encerra em primeiro de março. Para essas mulheres, o período do defeso é necessário para manter a preservação das espécies, entretanto consideram que esse período está inadequado, pois quando retornam à atividade os peixes ainda estão cheios de ovas completando seu ciclo de reprodução, impróprios para captura. Ainda sobre o defeso, as mesmas informaram que nesse período por conta da proibição da captura do pescado para comercialização, elas realizam atividades extras para complementar a renda como faxina ou ajudante de restaurante e quiosque

No segundo tópico relacionado ao histórico de vida, as entrevistadas revelaram que entraram na atividade pesqueira jovens, por conta da necessidade de complementar a renda familiar, por falta de opção de trabalho e por ser a pesca uma atividade já exercida pelos homens membros da família, em destaque pai e irmãos. Garcia et al (2007:112) em seus estudos sobre pescadores artesanais no Rio Grande do Sul, constatou a partir do relato das entrevistadas que, “o papel da mulher na maioria das vezes é de ajudar o marido ou pai, papel esse apreendido desde criança.

Em relação a situações geradoras de conflitos, as entrevistadas relataram que tem orgulho da atividade que realizam, mesmo diante da resistência e desrespeito de muitos homens:

[...] Agente pescava no meio de homens, que vinham sei lá de onde! Eles achavam que por agente ser mulher, de repente era mais fácil tomar alguma coisa da gente né? Ficava jogando conversa fiada, ficava fazendo xixi na frente da gente, aquelas coisas todas. Tudo isso é problemático mais agente foi empurrando, foi levando e muitas pessoas daqui conhecia agente desde criança também[...] (BANCO DE DADOS DO PROJETO MULHERES NA PESCA, BARRA DO FURADO, 2018)

As mulheres destacaram que os homens por muitas vezes, não dão credibilidade e desvalorizam a atividade realizada por elas, como se fosse a pesca, uma tarefa apenas para homens. Diante do exposto, Alencar (1991), aponta a valorização da diferenciação do trabalho de acordo com gênero a partir da sociedade hegemônica, onde “mulheres desempenham papéis socialmente entendidos como de coadjuvantes na tradição da pesca e reforçam a divisão socioespacial reproduzida pelo modelo dominante”.

Sobre a representação social e a forma como se enxergam no contexto da atividade pesqueira, as entrevistadas afirmaram que, apesar de exercerem a atividade há bastante tempo, ainda há uma resistência masculina e por parte de outras mulheres. “Eles acham que a gente não é pescadora. Eles acham que quem é pescador tem que entrar pro mar, pegar peso, eles não consideram pescador, que pesca em beira de lagoa e rio como agente”. Segundo Beck (1991:10), “o fato da pesca ser definida como uma atividade masculina contribui para tornar a mulher invisível, não só na pesca como na comunidade pesqueira”.

Em suas análises sobre a temática, Sorj (2010), considera que “as desigualdades e diferenças de gênero associam o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família”.

No eixo relacionado à educação, das três entrevistadas, uma concluiu o ensino médio e as outras duas possuem o ensino fundamental incompleto. As três entrevistadas informaram que participam de cursos oferecidos pelos Projetos de Educação Ambiental, que atuam no município além cursos ligados a pesca oferecidos pela colônia, entretanto não tem interesse em prosseguir nos estudos formais.

Em relação ao eixo da saúde, as entrevistadas informaram que no município é de qualidade em continuidade sobre suas respectivas condições físicas, e costumam ter com frequência, dores nas costas, pernas, tendinite e lesões por esforços repetitivos, entretanto, quando sentem dores, tomam um remédio para aliviar, mas não deixam de realizar suas respectivas atividades.

No eixo documentação e regulamentação pesqueira, das três entrevistadas, duas possuem Registro Geral da Pesca- RGP e são filiadas à colônia localizada no município. A outra não possui nenhum tipo de documentação que comprove o exercício da sua atividade e não é filiada à colônia de pescadores. As três entrevistadas relataram a dificuldade para retirar o Registro Geral e que a confecção do documento estava bloqueada há algum tempo e muitos pescadores exercem a atividade de forma clandestina devido a burocracia e dificuldade para tirar o documento. No momento, destacaram que para retirar o documento precisam de testemunha e na maioria das vezes, os pescadores se recusam a atestar a veracidade das informações sendo esse um dos fatores que dificultam e desanimam.

No eixo que investiga a relação com grupos que exercem a atividade pesqueira, as duas entrevistadas que possuem documentação relataram que participam das reuniões da colônia, mas lá, as mulheres pouco falam. A entrevistada que não possui documentação não participa, porém informou que no passado houve em Barra do Furado uma associação de mulheres no local a qual participava, mas por conta de um grave acidente com uma das associadas que veio a óbito a associação acabou.

De forma semelhante, Leitão (2013:108) evidenciou que a dificuldade da participação das mulheres em movimentos sociais relacionados a pesca, emerge como forma de marginalização, ao passo que essa invisibilização da mulher no plano profissional, contribui para um certo protagonismo masculino no interior dos movimentos.

Nos eixos relacionados a entidades representantes e reguladoras da pesca, as entrevistadas relataram que a colônia atende as demandas na medida do possível e em relação aos órgãos fiscalizadores, afirmaram que não há fiscalização da atividade, principalmente no período do defeso e por não haver fiscalização, muitos pescadores abusam e pescam o ano inteiro.

Considerações Finais

A divisão sexual do trabalho, conferiu a mulher baixas remunerações e condições de trabalho inferiores em relação aos homens. Os movimentos feministas travaram lutas para desconstrução dessa lógica, que se instalou sobre a sociedade através das teorias da sociedade patriarcal onde o homem detém os mecanismos de poder e controle.

A partir da década de 90, o cenário nacional publicizou espaços de debates da pesca, aos quais as reflexões sobre a realidade da mulher que atua na atividade pesqueira ganharam seus primeiros contornos. Os frutos desses debates influenciaram na alteração da Legislação Pesqueira bem como outros avanços, porém os desafios não param, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essas mulheres sejam de fato reconhecidas.

O trabalho evidenciou a luta de mulheres de uma comunidade de pesca artesanal que sobrevivem da profissão em meio a um contexto de desvalorização. As entrevistadas exercem

tripla jornada, pescam, cuidam da casa, filhos, maridos e exercem atividades extras para complementar a renda. O acesso à educação formal é uma exceção devido aos mais variados fatores. A educação informal dentro das comunidades tradicionais, desempenha um papel fundamental para que os saberes tradicionais e intergeracionais perpassem gerações.

A narrativa das mulheres conduziu a perspectiva de que seu tempo é conciliado pela realização de diversas tarefas e sua inserção na pesca ou em outras atividades, ocorre devido à necessidade de contribuir para o orçamento familiar, mesmo que suas atividades sejam desvalorizadas em relação as exercidas pelos homens. Outro fator importante a destacar é a baixa participação das mulheres nos espaços de decisões coletivas que corrobora para perpetuação de uma lógica de dominação masculina a qual o homem está no centro das decisões relegando a mulher ao silêncio e a invisibilidade.

Maneschy et al (2012) em seus estudos sobre pescadoras, subordinação, gênero e empoderamento consideram que a participação das mulheres na reivindicação de direitos para si próprias deve ser uma constante e isso implica questionar a ordem simbólica de gênero, denunciar subordinações e opressões. Os resultados alcançados na pesquisa, revelam a urgência de políticas públicas que combatam as desigualdades globais de renda e riqueza, com enfoque no gênero enquanto elemento construtivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, resignificando as relações de poder.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, n.2, p.629-638, jun.2016. ISSN 1806-9584.

BECK, A.M(1991) – *Pertence à Mulher: Mulher e Trabalho em comunidades pesqueiras de Santa Catarina*. Revista de Ciências Humanas (ISSN: 2178-4582), 7(10):8-24, Florianópolis, SC, Brasil.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 2. ed. ia científica em ciências sociais São Paulo: Atlas, 1989.

DOU (2009) – Lei N. 11.959 de 20 de junho de 2009: lei de aquicultura e pesca. Diário Oficial da União, seção 1, página I, Brasília, Brasil. Disponível em http://www.planauto.gov.br/ccivel_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm

GARCIA, N.M.; Yunes, M.A.M.; Chaves, P.F.; Santos, L.O. (2007) – Educando Meninos e Meninas: Transmissão Geracional da Pesca Artesanal no Ambiente Familiar. *Psicologia da Educação* (ISSN:1414-6975), 25(2):93-112, São Paulo, SP, Brasil.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo in: **Dicionário crítico do feminismo** \ Helena Hirata...{et al.} (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.67-77.

Legislação pesqueira. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 71 p.

LEITÃO, M.R.F.A. (2013) – Gênero, pesca e cidadania. *Amazônica Revista de Antropologia* (ISSN:2176-0675), 5(1):100-115, Belém, Pará, Brasil.

MANESCHY, Maria Cristina. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Seminário Internacional sobre Pesca Responsável**, Beberibe-Ceará, 1997. In: Revista Proposta nº 84/85 – março/agosto de 2000.

_____, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n3, p.713-737, set. 2012.ISSN 1806-9584.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC,5(28),1987. p.64-70

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti – 3. ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. 3. ed. Recife: Ed. SOS Corpo, 1996.

SORJ, Bila. 2010. **Os cuidados coma família e as desigualdades de gênero e de classe**. In **Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo**. Albertina Costa; Maria Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, pp. 57 - 65.

A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ANA MARGARETH MOREIRA MENDES COSENZA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.
Oficial Superior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
anamendes_br@yahoo.com.br*

SAMYA COTTA BRANDÃO SIQUEIRA

*Pós-graduanda em Direito e Gênero pela Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Oficial
Superior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
samycotta@gmail.com*

RESUMO

Propôs-se uma análise crítica das relações de poder na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, pelo enfoque do gênero, objetivando identificar construções sociológicas de ordem sexistas no ambiente militar, perpetuadas através da baixa institucionalização do tema, do silêncio jurídico e da invisibilidade social dos grupos de gêneros não masculinos. Desenvolver-se-á um estudo de caso numa das primeiras instituições militares a receber mulheres na atividade-fim, testando o embasamento teórico. Para tanto, a fenomenologia, o método indutivo e um levantamento de campo com aplicação de 351 questionários, estruturados mas com dois campos semiestruturados para enriquecimento qualitativo, revelaram múltiplas relações sujeito-objeto, evidenciando que trinta e seis anos de convívio, setenta anos da Declaração Internacional dos Direitos Humanos e vinte anos da vedação constitucional à discriminação por sexo, não impediram a cultura militar de continuar propagando visões sexistas em desfavor do ser humano profissional atrás da farda. Urge evoluir.

Palavras-chave: Gênero. Militarismo. Igualdade.

ABSTRACT

It was proposed a critical analysis of the relations of power in the Military Police of the State of Rio de Janeiro, by the gender focus, to identify sexist sociological constructions in the military environment, perpetuated by the low institutionalization of the theme, the legal gap and the social invisibility of non-male genres. A case study in one of the first military institutions to receive women in the final activity, testing the theoretical basis. For this, the phenomenology, the inductive method and a field survey through 351 questionnaires applied, structured but with two semi-structured questions for qualitative enrichment, revealed different relationships between subject and object, showing that thirty-six years of living, seventy years of the International Declaration of Human Rights and twenty years of the constitutional prohibition of gender discrimination didn't eliminate military culture's sexist visions, to the detriment of professional human behind of the uniform. Evolve is urgent.

Key-words: Gender. Militarism. Equality. Police.

1 INTRODUÇÃO

A Hierarquia e disciplina definem o lugar de cada um na objetiva fila da antiguidade, a primeira estabelece a subordinação e a verticalização militares. A segunda cria o “herói”, desconecta o homem do mundo civil e o ressignifica na caserna, sem subjetividades, padronizados em coragem, resiliência e força. Tudo em prol da organização, para o cumprimento da missão, a subjugação do inimigo e o triunfo. (RIBEIRO, 2018, p.5).

Como os construtos sociais se refletem nas instituições e culturas, o militarismo, assim como as organizações civis, absorveu os valores e costumes sociais de seu tempo, replicando-os em seus códigos de agir e cultura. (SIMMEL, 2006, p.21).

No entanto, a doutrina militar isola os seus do mundo comum, tal qual sistemas fechados autônomos que não precisam se voltar para o exterior. Assim, as transformações sociais externas demoram-se a atualizar a cultura militar que, apegada a tradição, mantém-se como um relógio atrasado, sempre num tempo anterior ao atual. Atualizadas pelas mudanças na ordem sexista nos mercados de trabalho, as demais organizações (família, religião, governo) se tornaram mistas, diferente da caserna que ficou sob dominação masculina. Os ingressos femininos sistemáticos iniciaram-se, por pressão da sociedade civil. (BOURDIEN, 1999, p.9; BRASIL. CRFB, 1988, art.3º, inc.IV, art.5º, inc.I; WEBER, 1982, p.466).

Resistindo a integração de gênero, a cultura militar iniciou a abertura de acesso às suas atividades finalística, mas, criou cotas restritivas, um limite máximo de vagas para mulheres, a cada concurso, com base em suposta falta de resistência física. Mesma dificuldade sobre direitos decorrentes das variações de gêneros que, relegadas ao silêncio jurídico, clamam por reconhecimento institucional. (GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017, p.25; RIBEIRO, 2018, p.5).

Assim, objetiva-se aferir os níveis de participação por gênero nas políticas e estratégias organizacionais; nos cargos de comando e nas funções operacionais e, principalmente, na construção de espaços democráticos de discurso, essenciais a um Estado de Direito. Para tanto, realizou-se um estudo de caso, onde a fenomenologia, o método indutivo e a escala de Likert permitiram identificar como o impacto do fator gênero nas relações de trabalho e poder é percebido na instituição alvo. Usou-se questionários mistos, descritivos e de preferências. (BERMUDES, 2016, p.16; TRIVIÑO, 1987, p.46 e 111).

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Não há no Direito nacional, ante os setenta anos da Declaração Internacional dos Direitos do Homem, argumentos pró-discriminação por sexo e gênero. Embora vedada pela constituição, a realidade dos fatos sociais é outra, porque nenhuma letra de lei define o agir dos indivíduos. Podem respeitá-las ou transgredí-las, sob risco de responsabilização. A conduta não é criminalizada, o que não a legaliza. (BRASIL. CRFB, 1988, art.3º, inc.IV, art.5º, *caput*, inc.I).

A alteração da divisão sexista dos papéis sociais, por questão de dignidade e liberdade foi iniciada pelos movimentos feministas e seguida pelos de diversidade de gêneros. Espaço social, mercados de trabalho e liberdade para se relacionar e formar famílias são algumas das reivindicações. (BOURDIEU, 1999, p.9; BUTLER, 2003, p.58 e 70).

Verifica-se que as diferenças sexuais se refletiram nos institutos sociais e que cada pessoa é um misto de atributos individuais e preceitos recebidos por tradição. Ou seja, nem todo pensamento foi livremente formulado, podendo se tratar de pressupostos tomados da tradição cultural, os quais são, impensadamente, absorvidos como verdadeiros. Dentre essas preconcepções, figuram as relativas aos gêneros. (BOURDIEU, 1999, p.7, 9).

Um segundo ponto está a divisão binária (masculino e feminino) dos papéis sociais e da sexualidade. Judith Butler (2003, p.27-28), analisando teorias feministas, desenvolve com propriedade a inexistência do sujeito mulher, uno. Haveria uma dicotomia entre o sexo, um fato biológico, e o gênero, uma essência pessoal culturalmente construída, não vinculantes. Observam-se, assim, infindáveis variações de gêneros possíveis, para além do referido sexismo binário. (KÜCHEMANN, BANDEIRA e ALMEIDA, 2015 *apud* RIBEIRO, 2018, p.3).

Bourdieu (1999, p.9, 43-44) evidencia a dominação masculina como uma “violência simbólica”, porque ela cria significados que serão tomados como verdades culturais legítimas. Perpetuam a supremacia masculina e disfarçam a dominação, inquestionável como um dogma, posto que é impensadamente absorvida. Atos discriminatórios são herdados e retransmitidos, até mesmo pelos segregados. (WEBER, 1982, p.466).

Por fim, relembra-se que as culturas decorrem do agir dos indivíduos, uns sobre os outros, sendo, cada um, um resultado de todas essas interações, excedendo singularidades pessoais. Os membros modificam-se, uns aos outros, eternamente, de modo que uma mudança de cultura organizacional depende da inclusão de novas subjetividades distintas da objetiva dominante. Logo, é preciso conviver para ressignificar o coletivo. (SIMMEL, 2006, p.21).

De onde se concluir que a Cultura Militar se replica e se renova, pela relação entre cultura objetiva e subjetiva de seus membros. Como é típico da cultura ganhar vida própria e resistir a mudanças devido a inquestionável tradição, verifica-se que a militar segue tentando legitimar a repressão dos gêneros não masculinos, mesmo em tempos de isonomia. (BRASIL. CRFB, 1988, art.5º, *caput*, inc.I; SIMMEL, 2006, p.3, 21).

2.1 A cultura militar sob o enfoque do gênero

O ambiente militar misto, no Brasil, decorreu de pressão externa para a presença das mulheres e não por interesse do militarismo. As iniciais vagas complementares mais servirão como prestação de contas por um cenário de dominação masculina nas profissões militares. Desenvolveu-se a ideia de que eram necessárias para serviços assistenciais a grupos especiais: crianças, idosos e outras mulheres, formulando, assim, qual seria o papel da mulher. Sensíveis e maternais, eram excelentes para organizar cerimônias, comunicação social e representação. Seguindo esta filosofia criaram-se os Corpos e pelotões femininos nas Polícias Militares. (RIBEIRO, 2018, p.2).

Embora as mulheres sejam aprovadas em concursos que incluem teste de aptidão física (TAF), composto por exercícios, padrões e número de repetições são definidos pelas próprias instituições militares, esta ideologia insiste em negar que possuem a força física necessária para o cargo. Incoerentemente, as Organizações neguem um critério de aferição objetiva com base num senso comum de pregar que mulher não tem resistência física.

Essa cultura militar se posiciona tecnicamente sobre pressuposições que generalizam toda mulher num estereótipo de “sexo frágil”, para fundamentar cotas limitativas, cargos e funções operacionais, e, por consequência, às respectivas gratificações. Ignoram as participações femininas nos esportes, inclusive em lutas corporais e nos de força, as halterofilistas. A mulher, hoje, pratica exercícios, tem alimentação e acompanhamento médico para ganho de massa, força e condicionamento. Basta exigí-los nos índices dos TAF(s) de ingresso ou trabalhar, após seu desenvolvimento. Como tais restrições só se admitem por exigências do cargo e gênero não é atributo de cargo algum, é notório que há arbitrariedades. (BRASIL. CRFB, 1988, art.37, inc.II; RIBEIRO, 2018, p.5).

De ordem biológica, menstruação, tensão pré-menstrual (TPM) e maior necessidade de higiene que os homens, são lembradas. Como se isso levasse a ausência no trabalho ou se a falta de higiene; longos períodos de privação alimentar e pressão emocional também não os afetassem. Estresse ocupacional não é privilégio de mulher. (DIAS, 2014, p.162; GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2018, p.25).

A gravidez também é listada, e seria responsável por grandes prejuízos. Mas, verifica-se a tendência de queda da taxa de fecundidade de 1,77 filhos por mulher para 1,66 como prova de que as brasileiras controlam a natalidade; que aumentar a família eleva gastos e que o planejamento familiar é uma realidade no país, principalmente entre mulheres escolarizadas e aprovadas em concursos públicos militares. (DIAS, 2014, p.162; IBGE, 2018).

Percebe-se a exaltação ao masculino em normativos que reprimem estereótipos femininos com excessiva regulação da intimidade, extrapolando a impessoalidade e a finalidade pública dos atos administrativos, por tradições arcaicas, não legitimadas. Cor de tintura de cabelo, maquiagem, esmalte, corte de cabelo ao entrar, dentre outras masculinizações à mulher, semelhantes a uma vingança por invasão territorial. (GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2018, p.38)

Tais rótulos de significância, reafirmam a “violência simbólica masculina”, desvaloriza os demais gêneros e legitima condutas discriminatórias, roubando das organizações militares boas oportunidades presenciar superação física, ícones de estratégia, liderança, destreza, profissionalismo e humanidade. (BORDIEU, 1999, p.9).

Quanto aos argumentos de que a vida militar é incompatível com a famosa dupla, ou triplas jornadas de familiar da mulher, motivo pela qual esta não poderia embarcar por longos períodos ou ser transferida para unidades distantes, carece fugir do romantismo. Questões familiares acometem pessoas de qualquer gênero. Quanto a alegada dificuldade da Marinha para o embarque feminino, apenas se comunica que as mulheres na Marinha Mercante, desde 1998, estão embarcadas e comandam navios, desde 2016. (TRANSPETRO, 2016).

A configuração da família mudou, são recompostas, homoafetivas, monoparentais, afetivas, independe de sexo ou de laços sanguíneos. Destacam-se, ainda, a guarda compartilhada, pais solteiros, mães processadas por abandono de menor, mulheres adiaram ou abriram mão da maternidade e creches infantis. Ao ganhar o mercado de trabalho, a mulher estruturou-se seu afastamento do lar, não cabendo ao ente definir o destino e o plano familiar de seus servidores. É decisão pessoal e não generalizável. (BRASIL, CRFB, 1988, art.266).

Por fim, a Caserna sufoca gêneros desviantes dos padrões heterossexuais, tratando-os como indisciplina ou doença limitadora da capacidade laborativa para a caserna, ensejando processos de reforma compulsória, ante diagnósticos de “transexualismo”, independente de cirurgia de redesignação sexual. Tudo por não haver mulheres no quadro do servidor. Impedimento que não existiria se as carreiras finalísticas já estivessem abertas às mulheres, a exemplo da Polícia Militar do Rio de Janeiro que conta com transgêneros em seu efetivo, com aval da justiça, conforme esta pesquisa de campo. (RODAS, 2018).

Destaca-se a recente exigência editalícia de masculinidade a candidatos de ambos os sexos, como requisito psicológico para o concurso de oficial da Polícia Militar do Paraná, corrigida após repercussão midiática negativa. E finaliza-se reconhecendo que, em resistência passiva às sócio-culturais relativas a essa diversidade sexual, as quais sequer são institucionalmente discutidas, impõe-se o silêncio jurídico e a invisibilidade social. (BORDIEU, 1999, p.7; BUTLER, 2003, p.104; RODAS, 2018; Rio de Janeiro. Decreto nº 8.898, 1986, art.6º; PMPR, 2018).

3 METODOLOGIA

Para testar a hipótese de ser o ambiente militar próprio a repressão de manifestações e participação de gêneros não masculinos, selecionou-se a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para estudo de caso. Uma população representativa de um ambiente militar misto em gênero, a 36 anos. Por óbvio, as demais variações de gênero também estão e sempre estiveram presentes, na intimidade privada do servidor, na amostra. (TRIVIÑOS, 1987, p.111).

Foram entrevistadas 206 praças e 145 oficiais, através de 351 questionários estruturados, com uso da escala de Likert e de duas questões semiestruturadas para coleta qualitativa de experiências e opiniões. A interpretação segue a fenomenologia, com foco nas contradições entre teoria, leis, oficial e real. E a análise crítica positivista tratou de desconstruir fundamentos repressores de gêneros minoritários, abrindo a questão a novos argumentos. Uma pesquisa qualitativa, sobre uma amostra intencional, explicativa de fatos sócio-jurídicos. (CUNHA, *apud* BERMUDES, 2016, p.16; TRIVIÑOS, 1987, p.35, 36, 43, 46, 109 - 111).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instituições militares brasileiras iniciaram timidamente a abertura de seus portões às mulheres. Mormente, optaram por definir um espaço específico para a atuação do novo gênero, engajando-as nos quadros complementares ou em funções específicas, ficando a atividade finalística reservada aos homens.

Nessas condições, a primeira a receber mulheres foi a Marinha, em 1980, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino de Reserva. Após trinta e quatro anos, ingressaram na Escola Naval, no corpo de intendência da Armada, mantendo-as na atividade-meio de logística. A Aeronáutica criou, em 1982, seu Corpo Feminino de Reserva e, em 1996, permitiu acesso aos quadros de oficiais intendentes e de Engenharia Aeroespacial. Nesse meio tempo, em 1992, o Exército as recebeu em sua Escola de Administração; em 1997, ingressaram no Instituto Militar de Engenharia; em 2001, no Curso de Formação de Sargentos da Saúde e, em 2017 nos quadros de Intendência e Material Bélico. (GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017, p.13-15).

Na atividade-fim, a primeira a aceitar mulheres foi a Aeronáutica, admitindo aviadoras em 2003, não sendo admitidas na Infantaria até hoje. Somente em 2017, a Marinha abriu seus quadros finalísticos a elas, além de abrir-lhes sua escola preparatória de cadetes, assim como fez a Aeronáutica. (GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017, p.13-15).

Tabela 2. Efetivos femininos nas Forças Armadas – 2016.

Força	Efetivo Total	Efetivo Feminino	Percentual de mulheres (%)
Aeronáutica	67946	10192	15%
Marinha	58069	7549	13%
Exército	202750	8110	4%
Total	328765	25851	7,7876%

Fonte: GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017, p.17.

Nas Forças Policiais e Corpos de Bombeiro Militares este quadro de décimos percentuais permanece. De início, foram criados quadros femininos para elas, de modo que eram aplicadas em atividades específicas, não finalísticas. Com o tempo, os Estados foram eliminando a separação de quadros, alcançando funções operacionais. (RIBEIRO, 2018, p.2).

Tabela 3. Efetivo feminino nas Organizações militares estaduais do Brasil – 2012.

Instituições Estaduais	Polícias Militares			Corpos de Bombeiros Militares		
	Feminino	(%)	Efetivo Total	Feminino	(%)	Efetivo Total
AC	216	8,31	2.599	12	4	319
AL	720	9,87	7.294	175	14	1.272
AM	1.068	11,62	9.190	27	5	529
AP	629	16,72	3.762	258	25	1.037
BA	4.322	13,74	31.447	426	19	2.242
CE	424	2,99	14.181	20	1	1.537
DF	905	6,68	13.546	464	8	5.908
ES	979	12,58	7.781	129	11	1.214
GO	901	7,50	12.012	226	8	2.684
MA	598	8,16	7.329	48	4	1.150
MG	3.664	8,39	43.649	446	8	5.355
MS	426	8,02	5.315	84	7	1.291
MT	596	8,74	6.823	48	5	963
PA	1.796	12,58	14.271	113	4	3.050
PB	699	7,33	9.536	104	9	1.216
PE	1.849	9,71	19.048	199	7	2.872
PI	371	6,36	5.831	22	6	362
PR	1.362	8,58	15.875	79	2	3.324
RJ	3.709	8,46	43.848	4	1	669
RO	334	8,64	3.866	61	9	644
RR	210	14,87	1.412	50	18	279
RS	2.824	11,73	24.072	85	3	2.889
SC	901	8,26	10.910	92	4	2.490
SE	310	6,39	4.854	73	12	632
SP	8.922	10,05	88.772	291	3	8.925
TO	481	12,00	4.010	51	12	433
Total	39.216	9,54	411.233	3.587	7	53.286

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SENASP, 2012.

Este sofrimento numérico é aumentado pelas cotas máximas para mulheres nos concursos. Nas forças armadas, a legislação mantém o teto em até 10% das vagas, variando por Estado nas forças auxiliares. Prática que representar a formalização da desigualdade de gênero, e é muito judicializada. No entanto, entre fundamentos genéricos de falta de força física, o senso comum, a especificidade militar e a não limitação da isonomia, tem prevalecido que somente caberão havendo justificativa e previsão em lei. (BRASIL. CRFB, 1988, art.3º, inc.IV, art.5º, inc. III, art.37, inc.II, art.179, inc.XIV; Brasil, 2017, p.450/463).

4.1 Uma visão através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (estudo de caso)

Trata-se de uma instituição ideal para análise pois conta com 36 anos de ambiente misto, admitindo-se o emprego da mulher na atividade fim desde o primeiro ingresso. Mais propenso a discursos igualitários do que outras recém-abertas às mulheres e em atividades-meio. De um efetivo total de 4482 policiais femininas, 54,54% estão lotadas em unidades operacionais: batalhões, unidades de polícia pacificadora (UPP) e em policiamentos especiais como o de Contenção de Distúrbios Cíveis, de Polícia Montada (Cavalaria) e o Aeromóvel, com pilotos femininos. (PMERJ, 2017).

De 128 cargos de alto comando, somente 13 estão sob gestão de Coronéis e Tenentes-coronéis femininas, dentre elas, apenas 5 são operacionais, revelando desigualdade no acesso e divisão

sexual do trabalho. Nessa linha, 27,9% reportou ter tomado conhecimento de pelo menos uma mulher ou homossexual que tenham sido preteridos a homens para assunção de função de comando, missão ou posto, unicamente, devido ao gênero. Dos 74 registros destacam-se negativas de funções de Comando e Subcomando de Unidade, Comando de Companhia Operacional, comando de tropa em operação policial, chefia de guarnição, motorista, viagens para curso, promoções por merecimento e uma vaga negada posto que o homossexualismo evidente fora considerado inconveniente para atendimento ao público. São relatos de caso em que a competência, o conhecimento e as habilidades não prevaleceram.

Mas perguntado se a mulher não deveria desempenhar comando operacional, 62,1% discordaram totalmente, verificando-se uma tendência de percepção nesse sentido, em 92,3%. Hoje são cerca de 1003 oficiais e 3479 praças. Nas UPP(s), 757 mulheres atuam diretamente na polícia ostensiva de proximidade, ao contrário da visão machista, essas aqui “sobem o morro” e trabalham em áreas sob constante ameaça de criminal. Provando que força e resistência ligam-se a condicionamento físico e emocional, não ao gênero. (PMERJ, 2017)

Apenas 15,5% está em unidades administrativas (584 policiais), trabalham na atividade-meio e acumulam serviço operacional extra. Ser lotada em uma unidade operacional não impede de ser designada para serviços administrativos. Das 107 entrevistadas, apenas 22 exerciam prioritariamente atividade operacional. Sobre isto, 27,9% dos entrevistados admitiu haver direcionamento de mulheres a postos operacionais “mais tranquilos” e 9,1% admitiu que esta seleção informal se dá pela cultura masculina de proteção do gênero feminino. Fato que se alinha aos 25,1% que reportaram o costume de as mulheres serem escaladas em dupla com um masculino. Felizmente, a maioria, 42,5% relatou que as mulheres são regularmente escaladas, conforme a antiguidade, sem protecionismos. Denotando tratamento militar e profissional.

De uma lista com as principais funções realizadas num batalhão operacional, foi pedida a marcação daquelas em que as mulheres são, comumente, encontradas. Mais uma vez as administrativas (de 1 a 8) se sobressaltaram às operacionais (de 9 a 14).

Tabela 4. Percepção da Divisão sexual do trabalho na PMERJ.

Legenda	FUNÇÃO	QDE
1	Comandante de Patama	15
2	Chefe de posto (DPO, PPC, PPRv, PPMA e etc)	66
3	Chefe da P/2 (Inteligência)	87
4	Comandante de Rádio Patrulha	91
5	Chefe da Reserva de Material Bélico	95
6	Comandante da Guarda do Quartel	103
7	Chefe da P/3 (Planejamento de Operações)	134
8	Comandante de Companhia Destacada	135
9	Chefe da P/4 (Logística)	181
10	Chefe da P/1 (Seção de Pessoal)	206
11	Chefe do Aproveitamento (Cozinha e Despensa)	209
12	Chefe da Ssjd (Correcional)	227
13	Chefe da sala de operações (Central de rádio)	250
14	Chefe da P/5 (Relações Públicas)	275

Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

Por fim, sobre a construção de um ambiente organizacional democrático, aberto à discussão inclusiva dos gêneros não masculinos, as 13 perguntas formuladas permitem concluir que somente a previsão legal de igualdade deveria bastar, mas não resolve o problema, conforme

69%; que é preciso incentivar a igualdade, tanto no ambiente de trabalho, conforme 70,9% da amostra, quanto no atendimento às ocorrências policiais, segundo 53,3%; bem como incentivar a capacitação no atendimento especializado a vítimas de violência doméstica, 49,8%.

Sobre atendimento às necessidades específicas das mulheres e de homossexuais (identidade sexual intergênera e transgênera), 71,8% acreditam que a instituição precisa se preocupar e incentivar que elas apresentem demandas para análise, nesse sentido, com destaque para coletes balísticos femininos, banheiros e creches. 82,6%, asseveram a mesma opinião quanto aos homossexuais. A pesquisa destacou, principalmente, a necessidade de procedimentos administrativos ligados a formação de família homoafetiva e direitos decorrentes como nupcias, luto, dependência previdenciária, maternidade e adoção.

Para tanto, 73,5% não reconhecem políticas de pessoal que aumente a disponibilidade da mulher para o trabalho: saúde, jornada de trabalho e outras estruturas, aproveitando a percepção de haver boa representatividade da mulher nas decisões estratégicas da Corporação, conforme 68,9%. 85,3% não visualiza desenvolvimento de políticas de pessoal para homossexuais e 84,9% não percebem representação dessas necessidades nas decisões institucionais. Considerando os comentários registrados, nenhum tratamento preferencial é solicitado, apenas que fossem reconhecidos pelo mérito profissional e antiguidade, além de respeito enquanto pessoas, compreendendo-se como um basta a invisibilidade sócio jurídica.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica notória a fragilidade dos argumentos sexistas apregoados pela cultura militar brasileira. O senso comum e generalizações a partir de rótulos não devem limitar o labor da mulher ou negar a capacidade produtiva de homossexuais para a Corporação Militar. Essa reserva de mercado aos homens aumenta desigualdades e infligem desnecessário sofrimento à autoestima dos gêneros reprimidos, em prejuízo do resultado e o interesse público.

Urge a criação de espaços para discutir a discriminação e os gêneros, nos quais as diferenças possam ser dialogadas com racionalidade e não imposta. Afinal, superar a diversidade é o desafio do militar. Ninguém ficar para trás! (HABERMAS, 1997, p.246-247)

REFERÊNCIAS

BERMUDES, Wanderson Lyrio. et al. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. *VÉRTICES*, Campos de os Goytacazes/RJ, v.18, n.2, p. 7-20, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.19180/1809-2667.v18n216-01>> Acesso em: 05 nov. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 25 Jul. 17.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Apelação Cível nº: 0165062-02.2014.8.19.0001*. Apelante: Mariana Bittencourt Manoel. Apelado: Estado do Rio de Janeiro. Relator: Des. Eduardo Gusmão Alves de Brito Neto. Rio de Janeiro, RJ, 19 de setembro de 2017, *Diário de Justiça*, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2017, p.450/463. Disponível em: <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx? UZIP=1&GEDID=0004D121580B838CC5850BCF0FD9883613EBC50703311803&USER=>>> Acesso em 20 out. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Luciana de Oliveira; ROSA, Fabrício Silva. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. *Revista Ártemis*, vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 160-171. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22543>> Acesso em: 27 out. 2018.

GIANNINI, Renata Avelar; FOLLY, Maiara; LIMA, Mariana Fonseca. Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras. Artigo estratégico 27. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, ago. 2017. Disponível em: <<https://igarape.org.br/release-papel-feminino-nas-forcas-armadas-nao-e-consenso-mostra-pesquisa-inedita/>> Acesso em 01 nov. 2018.

HABERMAS, Jurgên. Direto e Democracia: entre facticidade e validade. Vol. II, 1929. In SIEBENEICHLER, Flávio Beno (trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047, 25 de jul. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d59695440bbc3acfe1e1e1a56b9c14d8.xls> Acesso em: 27 out. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Força feminina na polícia militar: corporação conta com 4.482 mulheres. Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/2017/03/forca-feminina-na-policia-militar-corporacao-counta-com-4-482-mulheres/> Acesso em: 04 ago.2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Edital nº1 – CADETE PMPR-2019. Disponível em: <<http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/Concurso?concurso=CFO2019>> Acesso em: 15 ago. 2018.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.26, n.1, e43413, nov. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n143413>> Acesso em: 27 out.2018.

RODAS, Sérgio. TRF-2 mantém decisão que proíbe reforma de militar transexual da Marinha, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-12/trf-mantem-decisao-proibe-reforma-militar-transexual>> Acesso em: 25 out. 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012). Coordenação: Isabel Seixas de Figueiredo, Gustavo Camilo Baptista. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: Indivíduo e sociedade. In CALDAS, Pedro (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TRANSPETRO. Primeira mulher comandante da Marinha Mercante do Brasil recebe prêmio internacional, 2 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.portalmaritimo.com/2018/03/08/nelsiane-mulher-a-bordo/>> Acesso em: 9 nov. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. In DUTRA, Waltensir (trad.). Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

CONSERVADORISMO POLÍTICO, PREVENÇÃO DAS IST E A JUVENTUDE BRASILEIRA

ANNA CÁSSIA FERREIRA GONÇALVES TEIXEIRA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

as.annacassia@gmail.com

Bolsista CAPES

RODRIGO DA COSTA CAETANO

Professor Associado e Chefe do Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico;

Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

profrodrigouenf@gmail.com

RESUMO

O alto e crescente percentual de jovens com HIV e sífilis ao longo dos últimos anos evidenciam as limitações das atuais medidas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar esse cenário, demandando um novo olhar acerca da prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST). Na medida em que discursos esvaziados de saber científico e alicerçados na intolerância avançam e se popularizam, presenciamos a redução de espaços importantes para a potencialização das ações voltadas para a prevenção. Nesse sentido, o presente trabalho pretende refletir como a atual conjuntura política, social e econômica reforçam aspectos que expõem os(as) jovens às IST. Sendo necessário problematizar a atuação de grupos conservadores na política nacional e sua influência na condução das estratégias de prevenção. Para tanto, recorreremos majoritariamente à pesquisa bibliográfica e ao acesso a dados secundários.

Palavras-chave: Saúde. Jovens. Sexualidades.

ABSTRACT

The high and growing percentage of young people with HIV and syphilis over the last few years shows the limitations of the current measures adopted by the Brazilian government to face this scenario, demanding a new look at the prevention of sexually transmitted infections (STIs). To the extent that discourses that have been emptied of scientific knowledge and grounded in intolerance have advanced and become popular, we have witnessed the reduction of important spaces for the strengthening of actions aimed at prevention. In this sense, the present work intends to reflect how the current political, social and economic conjuncture reinforce aspects that expose young people to IST. It is necessary to problematize the actions of conservative groups in national politics and their influence in the conduct of prevention strategies. In order to do so, we mainly use bibliographic research and access to secondary data.

Key-words: Health. Young. Sexualities.

INTRODUÇÃO

O Brasil se tornou referência mundial no que se refere à resposta ao HIV/Aids e parte desse reconhecimento se deve à sua atuação no campo da prevenção. Contudo, as conquistas alcançadas não foram suficientes para evitar retrocessos nessa área. Mudanças no rumo da prevenção refletem no crescimento das infecções sexualmente transmissíveis (IST), especialmente entre a população jovem brasileira, cenário que preocupa autoridades públicas e especialistas.

Representantes e/ou lideranças dos setores mais conservadores da sociedade, munidos de artifícios políticos e discursos moralistas, pressionam o governo a restringir qualquer possibilidade de priorizar pautas correspondentes ao campo da sexualidade e da prevenção. Conforme salienta Basthi (2015, p. 4), “no Brasil de hoje, campanhas que ousem utilizar uma linguagem mais direta para expor as orientações sexuais dos grupos, seus desejos e que fortaleça as identidades de gêneros caem no pente fino do moralismo”.

O empenho de grupos conservadores em repudiar as iniciativas que objetivam tratar das sexualidades de forma mais ampliada, na perspectiva dos direitos humanos e sexuais, limitam o alcance e a efetividade das ações de prevenção já existentes e desestimulam que novas sejam implementadas.

Os espaços existentes para que a educação sexual seja abordada adequadamente são exíguos, já que esta não encontra condições de se desenvolver satisfatoriamente dentro de uma lógica de exclusão e descrença na pluralidade. O tema que poderia ser “porta de entrada” para a inserção de pautas como: violência sexual, pedofilia, direitos sexuais e reprodutivos, causa constrangimento a muitos pais e educadores. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o prejuízo causado pela interferência política de grupos conservadores na condução das estratégias de prevenção das IST, dificultando que a sociedade dialogue amplamente sobre a temática, de maneira que as diversidades sejam contempladas.

1. A interferência conservadora nas estratégias de prevenção

A prevenção das IST tem se mostrado um desafio desde o início da epidemia de Aids, marco histórico que chamou atenção do mundo para o debate em torno da questão. Os primeiros casos notificados da doença ocorreram, em sua maioria, em homens que faziam sexo com homens (BASTOS, 2006, p. 27), sendo estes responsabilizados pela disseminação da doença que chegou a ser denominada “câncer gay” (IBID, p. 32).

Nesse contexto, o julgamento moral acerca do exercício individual da sexualidade daqueles acometidos pela doença fundamentou discursos que além de responsabiliza-los por sua condição, buscavam diminuir a necessidade do envolvimento governamental para atender essas pessoas dignamente. No Brasil, a constante interferência de setores conservadores e da Igreja Católica no Ministério da Saúde, além da falta de recursos, impuseram dificuldades para que as primeiras campanhas de prevenção fossem elaboradas (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015, p. 144 e 145).

Tais interferências não foram superadas e continuam demonstrando sua força política, quando, por exemplo, atuam para inviabilizar ações de prevenção direcionadas as populações mais vulneráveis ao HIV. De acordo com Seffner e Parker (2016, p. 28), a partir de 2008, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, é possível analisar dois movimentos que afetam a resposta brasileira à Aids: o primeiro se caracteriza na significativa perda de autonomia das organizações não governamentais (ONGs); e o outro corresponde à dificuldade das organizações da sociedade civil para manterem suas atividades diante da conjuntura econômica desfavorável.

A partir de então, nota-se um forte avanço de grupos conservadores e a partir do qual “as pautas progressistas no âmbito da luta contra a Aids e na defesa dos direitos humanos das diferentes orientações sexuais e diversidade de gênero passam a se constituir em moeda de troca de acordos políticos em nome da governabilidade” (IBID, 2016, p. 28).

Ainda segundo Seffner e Parker (2016, p. 28), esse movimento torna-se contínuo na política brasileira, ganhando força no governo da presidenta Dilma, onde são observados nítidos retrocessos no campo das políticas públicas direcionadas às questões de gênero e da sexualidade. Episódios datados entre 2011 e 2013, ganharam repercussão após a decisão do Ministério da Saúde de suspender e/ou censurar campanhas de prevenção (CORRÊA, 2016, p. 14 e 15), cedendo à pressão exercida por bancadas parlamentares que, em comum, compartilham a defesa questionável de valores morais e religiosos específicos.

A atuação de tais bancadas destaca-se pela imposição de suas concepções conservadoras, que transferem para o âmbito político a manutenção de normas comportamentais e modelos familiares tidos como “adequados”. Dentro dessa lógica, esses valores devem ser estendidos e reproduzidos por toda sociedade brasileira, mesmo que isso represente prejuízos para os demais segmentos, já que perpetuam estigmas e reforçam vulnerabilidades.

Ao mesmo tempo em que as ações pautadas na perspectiva dos direitos humanos perdem “fôlego”, há um significativo avanço das intervenções biomédicas que preveem a prevenção das IST, tais como, a introdução da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)¹, fornecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a ampliação da vacina para proteção contra o HPV para adolescentes, a recomendação para o início da terapia antirretroviral (TARV) desde o diagnóstico positivo para o HIV; a expansão da promoção do preservativo masculino e, principalmente, do feminino, do gel lubrificante, da Profilaxia Pós-Exposição (PEP)² e o incentivo à testagem.

Essas iniciativas são de grande importância, já que objetivam estimular a testagem e o tratamento das IST, além de viabilizar formas inovadoras de prevenção. No entanto, se não estiverem inseridas em um contexto de prevenção que inclua ações integradas entre diferentes políticas sociais, como as de saúde e educação, correm o risco de ter seu potencial limitado.

Tratar da temática de maneira superficial faz com que a juventude não se identifique com uma série de informações fundamentais para vivenciarem sua sexualidade de maneira mais segura, podendo, assim, reduzir vulnerabilidades.

2. Juventude e os limites da prevenção

A forte intervenção conservadora na política brasileira, apontada anteriormente, causa uma série de prejuízos para a população, sobretudo para os(as) jovens. A ideia equivocada de que essa população teria pouca capacidade de fazer escolhas e/ou que não estaria preparada para vivenciar experiências, principalmente aquelas inseridas na esfera da sexualidade, faz com que surjam “defensores” de seus interesses. Esses, por outro lado, dificultam o avanço de discussões importantes para implementação de políticas sociais que contemplem a diversidade da realidade existente, com potencial de conferir o protagonismo individual para o desenvolvimento de decisões com reverberações coletivas.

1 “A Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) consiste no uso de antirretrovirais (ARV) por pessoas não infectadas pelo HIV, com o intuito de reduzir o risco de infecção pelo vírus nas relações sexuais” (BRASIL, 2017, p.54).

2 “A Profilaxia Pós-Exposição, ou simplesmente PEP, é uma medida de prevenção com a utilização de antirretrovirais como profilaxia, o que evita a multiplicação do vírus HIV no organismo de uma pessoa. A PEP é indicada a usuários (as) que possam ter tido contato com o vírus em alguma situação de risco, tais como: violência sexual, relação sexual desprotegida e acidente ocupacional” (BRASIL, 2017, p.53).

A medida para definir a condição de cada jovem de discernir as consequências de suas ações é relativizada de acordo com o contexto. É comum encontrar posicionamentos que ao mesmo tempo defendam a redução da maioridade penal e rechaçam iniciativas de inserção de educação sexual, discussões sobre as desigualdades de gênero e combate a homofobia nas escolas. É preciso saber diferenciar iniciativas de inserção de educação sexual das iniciativas de iniciação sexual, que não estão presentes em matrizes curriculares e/ou em concepções pedagógicas das mais progressistas.

A educação sexual e reprodutiva são considerados direitos da população jovem, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei Nº5 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013), em seu Art. 20. Mesmo assim, as diretrizes previstas pelo Estatuto não são de fácil execução na atual conjuntura nacional; acessar esses direitos é um desafio à juventude brasileira. Monteiro (2002, p. 17) pondera que “apenas mudanças na estrutura social, visando à conquista dos direitos básicos de cidadania e da equidade de oportunidade dos variados segmentos sociais e do gênero, podem diminuir a exposição ao HIV”.

Entender a juventude como um processo implica investir na preparação dos jovens para uma maior autonomização, que deve ser concebida, entretanto, em um contexto de garantia de condições de equidade de classe, raça e gênero, tanto no que se refere ao acesso a diferentes tipos de bens e serviços quanto no que diz respeito ao exercício da sexualidade (KNAUTH, HEILBORN. BOZON, AQUINO, 2006, p. 411 e 412).

Ignorar a pluralidade da juventude é abrir mão de estimular suas potencialidades e impedirlos(as) de acessarem um direito reconhecido. As ações de prevenção às IST encontram limites para alcançar os resultados esperados. Como tratar, portanto, a temática deslocada de demandas insurgentes, uma vez que resistências podem gerar outras “resistências”?

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho recorreremos majoritariamente à pesquisa bibliográfica, a fim de reunir fundamentação teórica pertinente ao debate proposto. Dentre os autores escolhidos, destacamos as contribuições de Parker e Seffner (2016), Corrêa (2016) e Grangeiro (2016). O debate levantado pelos os autores propicia a reflexão de pontos essenciais para a análise dos rumos da prevenção das IST no Brasil.

Buscamos também, o acesso aos dados secundários disponíveis em sites vinculados ao Ministério da Saúde, com o propósito de analisar os indicadores mais recentes sobre a tendência de novos casos de IST na população jovem. Ressaltamos que consideraremos jovens, aqueles(as) com idade entre 15 a 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13).

Por fim, pesquisamos no site do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, notícias sobre suas ações específicas para a população jovem. Para tanto, utilizamos os descritores escolhidos foram: “jovem”, “jovens” e “juventude”.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para reverter à tendência de novos casos de HIV em jovens, o governo federal planeja e executa ações que possam colaborar para a redução desses números. A estratégia de Prevenção Combinada do HIV é o carro-chefe das atuais campanhas e ações governamentais. O modelo de prevenção em questão é definido pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2017, p. 19) como:

[...] uma estratégia de prevenção que faz uso combinado de intervenções biomédicas, comportamentais e estruturais aplicadas no nível dos indivíduos, de suas relações e dos grupos sociais a que pertencem, mediante ações que levem em consideração suas necessidades e especificidades e as formas de transmissão do vírus.

A partir dessa perspectiva, que considera a importância de promover a prevenção ofertando uma variedade de possibilidades e do reconhecimento da existência de grupos mais vulneráveis ao HIV, o Ministério da Saúde direciona suas ações de prevenção mais recentes. As populações que apresentam maior vulnerabilidade ao HIV são classificadas como populações-chave ou populações prioritárias.

As populações-chave são aquelas que apresentam uma taxa de detecção do vírus superior à identificada na população geral (0,4%), tornando-se mais vulneráveis ao HIV/Aids seja “por razões comportamentais, mas sobretudo estruturais” (BRASIL, 2017, p. 26 e 27).

Já as populações prioritárias são definidas como aquelas que “também apresentam fragilidades que os tornam mais vulneráveis ao HIV/Aids que a média da população e, portanto, também devem ser priorizados pelo Ministério da Saúde em ações específicas de prevenção” (BRASIL, 2017, p. 28).

Com o objetivo de incentivar e valorizar o protagonismo da população jovem, o Ministério da Saúde uniu-se ao Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), e em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) teve início em 2014 a “estratégia de engajamento de jovens na resposta a epidemia de HIV/AIDS no Brasil” (UNAIDS, 2017, p.10).

A estratégia foi inaugurada com a criação da “Força-Tarefa Jovem Zero Discriminação”³ (IBID., p. 11), e com a promoção de edições do “Curso de Formação de Novas Lideranças das Populações-Chave Visando o Controle Social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS”⁴ (IBID., p. 10). Essa iniciativa teve desdobramentos, como a “Oficina do Grupo de Trabalho de Jovens Lideranças sobre Gênero, Raça e Vulnerabilidades ao HIV”⁵. Alcançar a juventude também foi o objetivo da “Oficina Regional de Prevenção Combinada com Jovens”⁶ e de edições da “Oficina Integral de Mulheres Jovens e Adultas Vivendo com HIV/Aids”⁷.

A população jovem é reconhecidamente um grupo relevante para o desenvolvimento de estratégias de prevenção do HIV/Aids, tanto que o Ministério da Saúde a classificou como umas das populações prioritárias para o direcionamento de ações preventivas. Contudo, nota-se a tendência de centralizar esforços nas medidas de intervenções biomédicas, que ganham maior visibilidade tanto nas campanhas de prevenção, como na produção de material de orientação aos profissionais e gestores da saúde.

E o que é pior, essas abordagens se transformaram em uma espécie de cortina de fumaça que encobre a realidade da “redução” (em lugar do “aumento”) em muitos países – cortina de fumaça que funcionou muitas vezes, no Brasil como justificativa para cortes de verbas destinadas a importantes programas de prevenção com base no engajamento e comprometimento da comunidade e também para a censura de campanhas governamentais que não adotam a moral e os bons costumes de políticos conservadores (e muitas vezes corruptos). (PARKER, 2016, p.21).

³ “A Força-Tarefa Jovem, se utiliza de ferramentas como o Facebook e o WhatsApp para a comunicação de jovens que participaram ou não de um dos três cursos para ações coletivas sobre as demandas da juventude” (2017, p. 11).

⁴ O Curso teve três edições que aconteceram no período de 2015 e 2016. Aproximadamente 140 jovens participaram das atividades, estes foram escolhidos por meio de edital (UNAIDS, 2017, p. 13).

⁵ Oficina aborda resposta ao HIV entre a população jovem negra. Disponível em: <<https://unids.org.br/2016/06/oficina-aborda-resposta-ao-hiv-entre-populacao-jovem-negra/>>.

⁶ “A oficina tem como objetivo qualificar e capacitar jovens entre 18 e 26 anos, principalmente de populações-chave (...) para atuarem como multiplicadores e em ações de prevenção ao HIV em seus estados” (UNAIDS, 2017). Disponível em: <<https://unids.org.br/2017/11/jovens-da-regiao-nordeste-participam-de-nova-etapa-da-oficina-de-prevencao-combinada-em-natal/>>.

⁷ Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/aberta-ii-oficina-de-saude-integral-das-mulheres-jovens-e-adultas-vivendo-com-hiv/ids>>.

Atualmente, a centralização nos métodos biomédicos soa como uma tentativa de “fugir” de um amplo debate sobre prevenção, que demandaria a ação sobre aspectos que sustentam e reforçam a vulnerabilidade de parte considerável da população, a exemplo das discussões sobre gênero e diversidade sexual. O silêncio ao redor dessas questões é reflexo de escolhas políticas, que resultam no aumento de novos casos de IST entre os(as) jovens.

Os casos de HIV/Aids, sífilis e hepatites virais são notificados compulsoriamente, de acordo com a Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, permitindo um acompanhamento sistemático e periódico da evolução desses casos. Portanto, para este trabalho optamos por apresentar dados epidemiológicos da população jovem referentes ao HIV, a Aids e a sífilis, já que por meio deles podemos analisar tendências significativas.

Jovens com idade entre 15 a 29 anos representaram 42,8% dos casos de HIV no Brasil em 2016 (BRASIL, 2017, p. 25). Já em relação a Aids, um dado importante sobre a população jovem diz respeito ao aumento de coeficiente de mortes em decorrência do Aids, pois entre 2006 e 2016 é observado um aumento de 57% em jovens com idade entre 15 a 19 anos e de 15% naqueles cuja faixa etária é de 20 a 24 anos (BRASIL, 2017, p. 50).

A possível reemergência da AIDS torna-se ainda mais preocupante diante do fato de a sociedade brasileira ter refreado seu envolvimento na resposta à epidemia nos últimos anos, o que foi marcado pela redução das matérias e das notícias veiculadas pelos meios de comunicação; das ações preventivas para populações mais vulneráveis ao HIV; da distribuição do preservativo em ambiente escolar e em locais de trabalho; e das atividades desenvolvidas por organizações não governamentais, entre outras. Esse menor envolvimento da sociedade simboliza um forte rompimento com um dos principais sustentáculos que levou o Brasil a diversos resultados positivos em anos anteriores. (GRANGEIRO, 2016, p. 23).

Nesse mesmo ano, aqueles(as) com idade entre 13 a 29 anos corresponderam a 43,4% dos casos de sífilis adquirida no país, enquanto mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos somadas corresponderam a 78,5% de sífilis em gestantes (BRASIL, 2017, p. 23 e 25).

Em relação ao acesso à informação e a adesão aos métodos de prevenção, a Pesquisa de Conhecimento, Atitudes e Prática na População Brasileira (PCAP), realizada em 2013, demonstrou que 93,8% dos(as) participantes, com idade entre 15 a 24 anos, reconheceram que o uso do preservativo é a melhor forma de prevenir a transmissão sexual do HIV (BRASIL, 2016, p. 28).

Por outro lado, apenas 36,9% dos(as) jovens nessa faixa etária e sexualmente ativa nos últimos 12 meses, declararam fazer uso do insumo em todas as relações sexuais, independente da parceria ser fixa ou casual (IBID., p. 109). Ainda segundo a PCAP, dos(as) jovens com idade entre 15 a 24 anos, 75% tinham dado início à vida sexual, desses, 35% antes dos 15 anos (IBID., p.100).

Os dados apresentados demonstram que há uma distância entre informação sobre prevenção e a adoção de práticas mais seguras. Esse espaço existe pela ausência ou pouca efetividade de políticas de saúde, que deveriam ser executadas prevendo sua integração com as demais políticas sociais públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A postura conservada adotada por agentes políticos diante da necessidade de ampliar de debates sobre gênero, sexualidades, LGBTfobia, educação sexual, entre outras discussões fundamentais para prevenção das IST, somadas à inabilidade de alguns governantes em criar alianças que não dependam da negociação dos direitos da população, tem como resultado um cenário onde os(as) jovens se tornam mais vulneráveis as IST.

A centralidade nas intervenções biomédicas, com o incremento de novas tecnologias de prevenção e o reforço das já existentes, como o estímulo ao uso do preservativo, encontram barreiras de alcance justamente pela redução dos esforços governamentais direcionados ao enfrentamento das vulnerabilidades advindas de aspectos individuais e/ou estruturais. O ponto em questão fica mais nítido ao observarmos a baixa adesão ao uso frequente do preservativo.

A promoção do insumo foi durante muito tempo o objeto central das ações de prevenção, demonstrando que a apresentação sistemática de uma possibilidade de prevenção em datas específicas e com uma linguagem comedida para não despertar a “ira” de determinados segmentos, não consegue criar identificação com todo público para o qual se direciona.

Sendo assim, consideramos imprescindível que as estratégias nacionais, com o objetivo da redução de novos casos de IST no Brasil, não estejam subordinadas às ideologias político-partidárias, muitas vezes “amparadas” em discursos essencialmente religiosos, que ao imporem suas convicções provocam prejuízos à população.

Ao formular políticas sociais, caberia ao Estado considerar as demandas da sociedade como um todo, e não de apenas uma parcela. Empenhando-se na superação de posicionamentos que desvirtuam o caráter de iniciativas que, além da prevenção das IST, buscam democratizar as discussões como as de gênero e sexualidades, assim como garantir o acesso a direitos fundamentais. As reivindicações e especificidades das populações mais vulneráveis as IST devem ser cogitadas na elaboração dessas políticas, fortalecendo o controle social e a ampliando a participação social.

REFERÊNCIAS

BASTHI, A. Sexualidade: sexo e desejo na prevenção da AIDS. In: **Boletim ABIA**. nº 60. O retorno do vírus ideológico. 2015. pp. 3-4. Disponível em: < <http://abi aids.org.br/o-retorno-do-virus-ideologico/28151>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BASTOS, F. I. **Aids na Terceira Década**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/ Aids e das Hepatites Virais. **Aberta II Oficina de Saúde Integral das Mulheres Jovens e Adultas Vivendo com HIV/Aids**. 2017. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/aberta-ii-oficina-de-saude-integral-das-mulheres-jovens-e-adultas-vivendo-com-hiv aids>>. Acesso em: 05 Nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/ Aids e das Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids**. 2017. Disponível em:< <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hiv aids-2017>> Acesso em: 16 Jan 2018.

_____. Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais.. **Boletim Epidemiológico - Sífilis, 2017**. Disponível em:< <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-de-sifilis-2017>> Acesso em: 22 Dez 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Prevenção Combinada do HIV/Sumário Executivo**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/prevencao-combinada-do-hiv-sumario-executivo>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Vigilância em Saúde. **Portaria nº- 204, de 17 de fevereiro de 2016**. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/lista-nacional-de-notificacao-compulsoria>> Acesso em: 28 Set 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estatuto da juventude: lei nº5 12.852, de 5 de agosto de 2013 / Secretaria Nacional de Juventude**. – Brasília: SNJ, 2017. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/150/2/SNJ_estatuto_2017.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

CORRÊA, S. A resposta brasileira ao HIV e à AIDS em tempos tormentosos e incertos. 2016. In: ABIA. **Mito vs realidade: sobre a resposta brasileira à epidemia de hiv e aids em 2016**. pp. 9-17. Disponível em: <<http://abiaids.org.br/mito-vs-realidade-sobre-resposta-brasileira-epidemia-de-hiv-e-aids-em-2016/29228>>Acesso em: 13 jun 2018.

GRANGEIRO, A. Da estabilização à reemergência: os desafios para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS no Brasil. 2016. In: **Mito vs realidade: sobre a resposta brasileira à epidemia de hiv e aids em 2016**. pp. 18-23. ABIA. Disponível em: < <http://abiaids.org.br/mito-vs-realidade-sobre-resposta-brasileira-epidemia-de-hiv-e-aids-em-2016/29228>>. Acesso em: 13 jun 2018.

KNAUTH, D.; HEILBORN, M. L.; BOZON, M.; AQUINO, E. M. L. Sexualidade Juvenil: Aportes para as Políticas Públicas. 2006. In: **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Org. HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. pp. 400-416. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Editora Garamond, 2006.

LAURINDO-TEODORESCU, L.; TEIXEIRA, P. R. **Histórias da aids no Brasil**, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de aids - Brasília : Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015. 464 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002355/235557POR.pdf>>. Acesso em: 02 set 2018.

MONTEIRO, S. **Qual prevenção?** Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. 148 p.

PARKER, R.; SEFFNER, F. A neoliberalização da prevenção do HIV e a resposta brasileira à AIDS. 2016. In: **Mito vs realidade: sobre a resposta brasileira à epidemia de hiv e aids em 2016**. pp. 24-31 ABIA. Disponível em: <<http://abiaids.org.br/mito-vs-realidade-sobre-resposta-brasileira-epidemia-de-hiv-e-aids-em-2016/29228>>. Acesso em: 13 Jun 2018.

UNAIDS. **Avaliação dos Cursos de novas lideranças das populações-chave visando o controle social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS e da iniciativa Força-Tarefa Jovens Lideranças Zero Discriminação.** 2017. Disponível em: <<https://unaid.org.br/2017/12/para-novos-desafios-novas-liderancas-avaliacao-dos-cursos-de-jovens-liderancas-de-populacoes-chave-em-hiv-e-aids/>>. Acesso em: 05 Nov. 2018.

_____. **Jovens da região Nordeste participam de nova etapa da Oficina de Prevenção Combinada, em Natal.** 2017. Disponível em: <<https://unaid.org.br/2017/11/jovens-da-regiao-nordeste-participam-de-nova-etapa-da-oficina-de-prevencao-combinada-em-natal/>>. Acesso em: 05 Nov. 2018.

_____. **Oficina aborda resposta ao HIV entre a população jovem negra.** 2016. Disponível em: <<https://unaid.org.br/2016/06/oficina-aborda-resposta-ao-hiv-entre-populacao-jovem-negra/>>. Acesso em: 05 Nov. 2018.

A RAINHA DO IGNOTO NO BRASIL DO SEC. XIX: UM RESGATE DA UTOPIA FEMINISTA DE EMÍLIA FREITAS

ELTON DIAS XAVIER

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes
eltondx@hotmail.com*

ANNE MARIELLE CASTRO DE CARVALHO

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes
marielle_advocacia@hotmail.com*

RESUMO

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, foram publicadas relevantes obras literárias ficcionais utópicas que expressam o descontentamento do universo feminino com dominação da sociedade patriarcal e das relações hierárquicas de gênero dela decorrentes. No Brasil, em que pese os vários trabalhos acadêmicos que estudam este tipo de literatura feminista, sobretudo aquelas estrangeiras publicadas na segunda metade do século XX, pouco destaque é dado para o pioneirismo da obra *A Rainha do Ignoto* (1899), de Emília de Freitas, considerada a primeira literatura de ficção utópica feminista do país. O objetivo do presente trabalho é resgatar a memória do descontentamento feminista contido na obra de Freitas, a fim de refletir sobre o papel da mulher brasileira frente a dominação masculina no final do século XIX, enfatizando a função crítica da narrativa utópica bem como seu papel transformador.

Palavras-chave: Rainha do Ignoto. Resgate. Emília Freitas. Utopia feminista

ABSTRACT

In the 1960s and 1970s, important Utopian fictional literary works were published expressing the discontent of the feminine universe with the domination of the patriarchal society and the resulting hierarchical gender relations. In Brazil, despite the various academic works that study this type of feminist literature, especially those foreign ones published in the second half of the twentieth century, little is given to the pioneering work of Emilie de Freitas' *Queen of Ignoto* (1899) considered the first feminist utopian fiction literature in the country. The aim of the present work is to recover the memory of the feminist discontent contained in Freitas' work, in order to reflect on the role of Brazilian women in the face of male domination in the late nineteenth century, emphasizing the critical function of the utopian narrative as well as its transforming role .

Key-words: Queen of the Ignoto. Rescue. Emília Freitas. Feminist Utopia

INTRODUÇÃO

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, foram publicadas relevantes obras literárias ficcionais utópicas que expressam o descontentamento do universo feminino com dominação da sociedade patriarcal e das relações hierárquicas de gênero dela decorrentes. Foi uma época de redescoberta da utopia feminista, em que autoras, influenciadas pelo movimento feminista, como Ursula K. Le Guin, Joana Russ, Marge Piercy, Octavia Butler e Margaret Atwood, questionaram o presente tratando de temas que abordam os vários tipos de opressão sofrida pelas mulheres (DE LA ROCQUE, 2006).

Suas ideias transformaram-se em obras relevantes da literatura estrangeira de autoria feminina, que usam as utopias tanto para criar mundos melhores, sem desigualdades de gêneros, quanto para apresentar mundos distópicos, em que essas desigualdades são amplificadas.

No Brasil, em que pese os vários trabalhos acadêmicos que estudam este tipo de literatura feminista, sobretudo aquelas estrangeiras publicadas na segunda metade do século XX, pouco destaque é dado para o pioneirismo da obra *A Rainha do Ignoto* (1899), de Emília Freitas, considerada a primeira literatura de ficção utópica feminista do país.

O objetivo do presente trabalho é resgatar a memória do descontentamento feminista contido na obra de Freitas, a fim de refletir sobre o papel da mulher brasileira frente a dominação masculina no final do século XIX, enfatizando a função crítica da narrativa utópica bem como seu papel transformador.

Como metodologia de pesquisa, foi empreendido um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, a partir da revisão de literatura, sendo que as hipóteses do trabalho assentam-se na perspectiva de que as reflexões críticas a partir de obras utópicas feministas podem oferecer um contributo de transformação das realidades.

Inicialmente, buscamos resgatar a obra de Emília Freitas por meio de sua contextualização com o século em que foi escrita, a fim de possibilitar uma melhor compreensão da narrativa da autora como um conteúdo feminista, subversivo e utópico.

Na sequência, realizamos um mergulho na história extraída da *Rainha do Ignoto*, extraído dela os principais aspectos do descontentamento com a realidade vivida pelas mulheres da época manifestados por uma escrita ficcional utópica, apontando conceitos e características das utopias, enfatizando sua função crítica e transformadora.

Por fim, destacamos a importância do resgate de obras feministas de narrativas utópicas, por serem um meio bastante viável para manifestação de pautas feministas não conquistadas a partir da idealização de um mundo melhor que se almeja chegar.

O CONTEXTO DE UMA OBRA ESQUECIDA

Embora tenha sido publicada em 1899, a obra *A Rainha do Ignoto: romance psicológico*, da cearense Emília Freitas (1855-1908) foi redescoberta somente no final dos anos de 1970 pelo pesquisador Otacílio Colares, professor da Universidade Federal do Ceará, responsável pela segunda edição do livro em 1980. Em 2003, a professora Constância Lima, da Universidade Federal de Minas Gerais, organizou a terceira edição do romance, que passou, segundo suas “Observações sobre a presente edição”, por um cuidadoso trabalho a partir da comparação das edições anteriores, corrigindo problemas gerados na segunda edição tendo por base a versão original.

Trata-se de uma obra bastante ousada, tanto pelo seu conteúdo, quanto pelo fato de ser um trabalho de autoria feminina. Isto porque a Emília Freitas discorreu sobre temas relacionados à “alma feminina” e as injustiças sofridas pelas mulheres, numa época em que circulavam na província ideias científicas e filosóficas de matriz misógina, segundo as quais as mulheres eram consideradas inferiores ao homem biológica, intelectual e moralmente (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil do século XIX, o papel da mulher estava resumido à esfera privada, em que deveria dedicar-se ao casamento, ao marido, à maternidade, aos afazeres domésticos, cujo padrão era imposto por uma sociedade patriarcal e machista, avessa a qualquer indício de libertação feminina em direção à vida pública. A mulher vivia, portanto, enclausurada em papéis historicamente definidos pelo universo masculino, com poucas chances de dar voz aos seus anseios e ao gritante quadro de violência física, psicológica e moral pelo qual passavam ao longo da vida.

Destacava-se, na época, a luta das mulheres pelo do direito básico de ler e escrever, apesar da legislação imperial 15 de outubro de 1827 ter admitido a criação de escolas de meninas (BRASIL, 1827), o que até então era reservado apenas aos homens. A educação feminina mantinha-se com um privilégio de poucas, sendo um dos fatores a existência de poucas escolas para as pretensas alunas. Além disso, a educação escolar pública não era vista como prioridade para os pais das meninas mais pobres, os quais preocupavam-se prioritariamente em conseguir um bom casamento para as filhas, sendo que, no caso das meninas de famílias mais abastadas, priorizava-se o ensino por meio de aulas particulares na própria casa ou na casa de professoras, havendo a opção do ensino também em conventos ou em escolas particulares (DUARTE, 2003).

De todo modo, não se pode perder de vista que a educação feminina brasileira, nesse período, mantinha-se voltada a preparar a mulher para o casamento, para a criação dos filhos, para as prendas do lar, sempre zelando pela família e bons costumes, conforme os papéis definidos pela tradição patriarcal. Em relação ao currículo escolar destinado a formação das meninas, estavam incluídas disciplinas como moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas, além de leitura, escrita, quatro operações, gramática (MANOEL, 2008), revelando como também na esfera educacional foi incorporada a concepção historicamente construída ao longo dos tempos de que as mulheres são naturalmente vocacionadas para as funções de dona-de-casa, de esposa

dedicada e mãe de família. Assim, enquanto a formação da mulher voltava-se para o espaço doméstico, o homem possuía o direito a uma educação profissionalizante, proporcionando a disseminação da superioridade do trabalho masculino (BORDIEU, 2005).

A construção cultural em relação ao papel social da mulher é reforçada pelas ideias positivistas disseminadas na época, voltadas à manutenção da ordem e superação de obstáculos que bloqueassem o progresso. Na perspectiva Comte, pai do positivismo, por exemplo, a mulher deveria manter-se cuidadosamente fora do trabalho exterior, reservando-se ao “santuário doméstico”, onde deveria se dedicar ao aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos, o que seria digno de homenagens (COMTE, 2000). Segundo tal concepção, a mulher era considerada um ser dotado de uma superioridade moral, mas seu lugar de atuação era reserva-se ao âmbito privado, onde deveria permanecer exercendo seu papel sagrado de condutora da evolução moral da sociedade, de modo a contribuir para a ordem e o progresso da humanidade.

Assim, o direito à educação feminina nasceu em meio a uma conjuntura cultural e ideológica discriminatória, que mantinha a mulher sem autonomia, em uma condição de inferioridade na sociedade brasileira.

Apesar dos inúmeros obstáculos ao desenvolvimento de uma escrita feminina, foi através das letras que as mulheres, ainda que de maneira tímida, puderam desafiar a clausura imposta pelo conservadorismo patriarcal que renegava suas vidas intelectuais ao espaço privado, razão pela qual a expressão pública feminina por meio da escrita, por si só, era considerada uma atitude transgressora dos padrões socialmente estabelecidos para a mulher. Diversas autoras precisavam socorrer-se de pseudônimos masculinos para terem seus trabalhos publicados e reconhecidos (TELLES, 2004). Isto porque a literatura que produziam era considerada de qualidade inferior àquela elaborada pelos homens, o que contribuía para a marginalidade da produção intelectual feminina ao lado crescente produção literária que priorizava o ponto de vista machista.

Para Zahidé Muzart (1994), a origem do feminismo no Brasil está ligada ao percurso das primeiras escritoras brasileiras, tendo em vista que o simples desejo de sair da esfera doméstica já indicava uma subversão. Nessa mesma linha, contrariando grande parte da bibliografia, que enfatiza o movimento feminista brasileiro especialmente nas décadas de 30 e 70 do século XX, Duarte (2003) entende que o feminismo teve início no século XIX¹, sendo a primeira grande bandeira o direito básico de aprender a ler e a escrever. Importante destacar que o termo “feminismo” é utilizado em sentido amplo, correspondendo a *“todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo”* (DUARTE, 2003, p. 152).

1 Duarte (2003) divide o movimento feminista em 4 momentos-onda de maior visibilidade, os quais teriam se dado em torno das décadas de 1830 (primeiras letras), 1870 (ampliando a educação e sonhando com o voto), 1920 (rumo a cidadania) e 1970 (revolução sexual e literatura).

Neste contexto, a autora destaca o protagonismo de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)², escritora nascida no Rio Grande do Norte, considerada a primeira feminista do país, tendo estreado como escritora em 1831 no jornal pernambucano *Espelho das Brasileiras*, utilizando-se das publicações para externar questões polêmicas envolvendo a condição de inferioridade da mulher (DUARTE, 2005). Nísia Floresta também foi autora de diversos livros, destacando-se entre eles a obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, tradução livre do livro *Vindications of the Rights of Woman*, de Mary Wolstnecraft, publicado na Inglaterra em 1792³.

Nísia Floresta abriu um importante caminho para que outros nomes femininos da literatura brasileira oitocentista percorressem em busca de um lugar no espaço público, rompendo com todas as expectativas impostas pela sociedade da época às mulheres. As autoras publicaram não só textos ou poemas românticos, mas utilizaram as letras para expressarem seus anseios e necessidades pessoais bem como para defender ideias de cunho social e político.

A Rainha do Ignoto: romance psicológico (1899), de Emília Freitas, objeto de análise do presente trabalho, é um exemplo dessa ousadia feminina e, segundo Alciene Cavalcante Oliveira (2003), foi o primeiro romance de autoria feminina publicada no Ceará. Foi uma obra escrita em um período brasileiro marcado por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, decorrentes de fatos marcantes como o fim da escravidão (1888), proclamação da República (1889) e elaboração de uma nova Constituição (1891).

Trata-se de um romance esquecido por cerca de oito décadas, até ser redescoberto por Otacílio Colares, pesquisador da Universidade Federal do Ceará e organizador da segunda edição da obra em 1980. A respeito do silêncio da crítica em relação à obra de Emília Freitas, o autor entende que teriam deixado de considerar o aspecto inovador do romance, qual seja, o traço fantástico-maravilhoso (COLARES, 1977).

Realmente, a obra de Freitas apresenta características bem peculiares, abordando o regionalismo e ao mesmo tempo manifestações “não realistas”. É também considerada a primeira ficção utópica feminista do Brasil, tendo em vista a descrição de um mundo imaginário, dominado por mulheres, completamente diferente da realidade em que vivia a autora. E é sobre esse aspecto utópico da narrativa que o próximo capítulo se dedicará.

A UTOPIA DA ILHA DO NEVOEIRO

A Rainha do Ignoto está ambientada no século XIX e trata de uma sociedade secreta de mulheres, organizada em uma ilha da costa do nordeste brasileiro, denominada Ilha do Nevoeiro, sob o governo de uma Rainha que incorporava novas mulheres (suas paladinas) ao seu reino, salvando-as dos vários tipos de sofrimentos vivenciados no cotidiano das cidades brasileiras. Era uma espécie de ilha da justiça, onde as “resgatadas” tinham a chance de viver longe das desgraças decorrentes, principalmente, da violência, da solidão e da desilusão amorosa.

2 Dionísia Gonçalves Pinto era seu nome de batismo.

3 Segundo Duarte (2005), a tradução livre do original de Mary Wollstonecraft foi escrita a partir de uma antropofagia libertária, inspirada em outras obras como a Declaração dos direitos da mulher (1791), de Olympe de Gouges, e *Woman not inferior to man* (1739), de Sophie, pseudônimo de Mary Montagu.

Para externar seu descontentamento com o mundo em que vivia, Freitas opta por uma literatura ficcional, por meio do qual suas personagens, a Rainha e suas paladinas, apresentam-se como seres dotados de poderes sobrenaturais, que percorriam diferentes cidades brasileiras protegendo mulheres e combatendo injustiças, fazendo uso de artifícios como transmutação, hipnose e invisibilidade. A ilha do Nevoeiro é revelada como um mundo mais evoluído, lugar dos símbolos da modernidade como linhas férreas e indústrias, onde as paladinas podem exercer diversas profissões como médicas, engenheiras, professoras, pianistas e até maquinistas, destoando-se da realidade vivida pelas mulheres no final do século XIX, em que tais funções eram quase exclusivamente masculinas.

Constância Lima Duarte destacou o caráter utópico da narrativa de Freitas no texto que abre a terceira edição da obra:

A criação de uma sociedade formada apenas de mulheres, que dominam a natureza, a técnica e a ciência, que ocupam cargos e funções com invulgar competência – tais como de general, comandante, maestra, cientista, médica ou advogada – não sugere uma sociedade utópica, regida por leis femininas, feminista *avant la lettre*, que quer se diferenciar principalmente da realidade patriarcal, a grande responsável pela opressão das mulheres? E a Ilha do Ignoto, representação por excelência de um espaço idealizado e escondido dos olhares, onde apenas as mulheres reinavam, não pode ser lido como o não-lugar, ou como o único espaço idealizado possível para a realização feminina? Em outras palavras: como tentativa da autora para superação da doxa patriarcal? (DUARTE, 2003, p. 19)

O termo utopia foi cunhado por Thomas More, em 1516, com a publicação de *Utopia*, sendo composto da fusão das palavras gregas: “eu” - bom, “ou” - não e “topos” - lugar. A utopia é, portanto, o “bom lugar”, aquele que indica um lugar melhor, ou o “lugar nenhum”, aquele distinto da realidade fática. Assim, o termo utopia passou a ser designar um gênero narrativo caracterizado pela criação de uma sociedade ideal em contraste com uma organização política e/ou social atuais. Importante destacar que, embora o termo utopia tenha sido utilizado pela primeira vez a partir da obra de More, encontramos exemplos de narrativas utópicas muito antes de sua publicação, como a *República* (424/423 BC – 348-37 BC), de Platão, e o *The Book of the City of Ladies* (1404), de Christine de Pizan.

A célebre obra de More (2004) propõe um mundo alternativo em uma ilha, denominada Utopia, onde o autor situou seu programa utópico que incluía a existência de uma sociedade sem propriedade privada e sem intolerância religiosa, contrapondo-se às injustiças e desigualdades socio-econômicas que assolavam a sociedade inglesa à época. Pregava-se a posse comum dos bens, a divisão do trabalho igualmente entre todos bem como a liberdade religiosa. Para More:

(...) a menos que a propriedade privada seja completamente abolida, não é possível haver distribuição justa de bens e nem a humanidade pode ser governada adequadamente. Se a propriedade privada permanecer, a grande e melhor parte da humanidade continuará oprimida por um fardo pesado e inevitável de angústia e sofrimento (MORE, 2004, p. 43).

A proposta de um mundo alternativo levou o termo utopia a ser relacionado à ideia de busca por um mundo perfeito. Entretanto, Sargent (2016) alerta que Thomas More não teve a intenção

de descrever uma sociedade perfeita, acabada, razão pela qual devemos afastar a ideia de perfeição ao tratarmos de mundos utópicos, posto que eles carregam em si a possibilidade de desenvolvimento. Nesse contexto, Sargisson (2012) destaca que mais importante do que a realização da utopia, é a possibilidade que ela abre para catalisar ações.

Segundo Sargisson (2012), as utopias expressam o descontentamento com o agora e sempre apontam para alternativas. Assim, possuem uma função de diagnóstico, uma vez que identificam problemas com o mundo, a partir dos quais são propostas soluções. A autora ensina que a narrativa utópica contém críticas ao seu presente; refletem e contribuem para os debates do seu tempo, apresentando propostas alternativas, sendo, portanto, uma janela para debate político. Outra característica das utopias, segundo a autora, é o estranhamento, ou distanciamento, que pode ser espacial ou temporal, devendo o estranho ser entendido como aquilo que está fora dos limites do conhecido, do que nos é familiar.

Fundamentando-se em *O Princípio Esperança*, de Ernest Bloch, Levitas (2013), desenvolve uma concepção de utopia delineada como desejo de se viver ou de ser melhor, o que seria inerente a condição humana. Para ela, utopia não é apenas idealização, mas está relacionado à prática, um fazer o mundo diferente.

Segundo os conceitos acima apontados, a Ilha do Nevoeiro, em *A Rainha do Ignoto*, é um não-lugar, um lugar bom, um lugar melhor, um sonho almejado. É a representação do estranhamento espacial, na medida em que apresenta um mundo alternativo em uma localidade distante, isolada e desconhecida da realidade vivida nos oitocentos. Traz uma proposta de lugar melhor, não existente à época, mas sonhado a partir do profundo conhecimento da autora acerca da dura realidade vivida pela mulher brasileira. Nesse lugar alternativo, que não existe desigualdade de gênero, as mulheres podem desempenhar inúmeros papéis, sendo que o ponto principal está no fato de ser uma sociedade altamente desenvolvida comandada por uma figura feminina, algo impensável naquela época.

No decorrer de toda a narrativa, Freitas faz diversas críticas à sociedade da época. São críticas ao casamento, aos dotes, às tradições da igreja católica, às fofocas, à superficialidade das relações, à escravidão. Em muitos trechos, criticou a condição das moças na sociedade, tratadas como coisas expostas em vitrines, aguardando serem escolhidas para um bom casamento. É uma crítica à realidade sócio-cultural que impunha a mulher uma passividade, sempre à espera do seu destino.

Com base estrutura narrativa de More, Fátima Vieira (2010) aponta um roteiro comum aos escritos utópicos: uma história que se inicia com uma viagem que vai levar a um lugar desconhecido; tem-se, então, a descrição detalhada do funcionamento da sociedade existente no mundo alternativo; ao final, verifica-se o retorno do viajante, que passa a ser o divulgador do conhecimento adquirido.

É possível identificar claramente esse roteiro na narrativa utópica de Emilia Freitas. Edmundo é o personagem viajante que é guiado até a Ilha do Nevoeiro, passando-se por uma das paladinas

do reino, onde passa a conhecer uma sociedade de mulheres governada por uma rainha misteriosa, que possuía muitas faces. Lá ele descobre todos os detalhes do funcionamento da sua organização, momento em que a narrativa passa a ser bastante descritiva. Ao retornar da viagem, Edmundo tem a possibilidade de replicar aquilo que vivenciou na Ilha. Como desfecho da história, a autora optou por mostrar Edmundo casando-se com a personagem Carlotinha, que representa a mulher ingênua, romântica e passiva. Para a protagonista, a Rainha do Ignoto, Freitas reservou o suicídio.

Não é possível extrair do romance o desfecho em relação ao grupo liderado pela Rainha a partir de sua morte. Apesar de não contarem mais com os poderes de sua líder, as paladinas carregam a consciência da possibilidade revolucionária, o que pode indicar o desejo da autora em levar as leitoras a lutarem sempre pelos seus direitos, coletivamente ou individualmente, com ou sem líder.

O final do enredo pode ser traduzido como uma maneira encontrada por Freitas de mostrar a impossibilidade de mudança através da ação do homem. Ao retornar da viagem, Edmundo casa-se com Carlotinha seguindo as convenções sociais, em vez de ser um porta-voz da emancipação das mulheres contra a secular dominação masculina. O suicídio da Rainha pode ser interpretado não como um pessimismo da autora quanto à possibilidade de mudança no quadro das desigualdades de gênero, mas como o caminho encontrado para se pensar em uma outra utopia, que apresente mulheres viajantes (e não homens!), por serem mais indicadas a levantarem bandeiras em favor das suas próprias necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Emília Freitas revela-se uma produção desestabilizante, uma vez que o papel da mulher na sociedade brasileira do século XIX restringia-se à esfera *privada*. Sendo uma obra utópica, anseia pela construção de novas formas de subjetividade e sociabilidade através do distanciamento daqueles modelos de identificação tradicionalmente reconhecidos pela dominação masculina.

Resgatar a *Rainha do Ignoto* e tantas outras mulheres que diariamente sofrem com as injustiças da sociedade patriarcal mantém latente os anseios por um futuro que proporcione verdadeiramente a igualdade de gênero, na medida em que, apesar dos inúmeros avanços experimentados pelas mulheres, ainda há muito por fazer.

A esperança resume a vocação do utopismo, sendo que até mesmo as distopias têm uma mensagem positiva, porquanto constituem alertas explícitos para o que poderá acontecer no futuro se não agirmos no presente (SARGENT, 2008).

A temática se mostra pertinente nesses primeiros anos do século XXI, em que as inúmeras conquistas das mulheres desde o Brasil oitocentista parece ter perdido a importância, como se o direito de viver fora dos espaços privados não tivesse sido alcançado a duras penas. O crescimento do antifeminismo é reflexo desconhecimento da história do protagonismo de

algumas mulheres que, apesar de viverem à sombra do machismo, acreditaram e lutaram por um mundo sem desigualdade de gênero.

Foi devido às utopias feministas de outrora que hoje a mulher ocupa espaços inimagináveis no século XIX. Talvez uma das grandes utopias da modernidade seja resgatar a memória das mulheres que tanto contribuíram as conquistas emancipatórias a fim de mostrar a necessidade de que é preciso continuar sonhando.

A ficção utópica têm se mostrado uma opção bastante atraente para a reprodução dos discursos feministas, na medida em que tem por características criticar e apresentar alternativas através da criação de mundos melhores ou piores que o presente. A construção de sociedades verossímeis, embora fictícias, são instrumentos para, de forma bastante provocativa, se (re) pensar a vida em suas mais diversas instâncias, mantendo latente o desejo permanente por evolução e mudança.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria H. Kühner. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COLARES, Otacílio. *A Rainha do Ignoto: romance cearense, pioneiro do fantástico no Brasil*. In : *Lembrados e esquecidos III: ensaios sobre literatura cearese*. Ceará: Imprensa Universitária da UFC, 1977, p. 10-51.

COMTE, August. *Catecismo Positivista*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).

DE LA ROCQUE, L.R. *Entre a natureza e a cultura: o cruzamento de olhares antropológicos e biológicos na ficção científica de autoria feminina em língua inglesa*. In: Ildney Cavalcanti; Ana Cecília Acioli Lima; Liane Schneider. (Org.) *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió.: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2006, p. 203-210.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, Dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 3 Out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>.

_____. *A Rainha do Ignoto ou a impossibilidade da utopia*. In: FREITAS, Emília. *A Rainha do Ignoto: romance psicológico*. 3ª ed. Atualização do texto, introdução e notas de Constância Lima Duarte. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 11-21.

_____. *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

FREITAS, Emília. *A Rainha do Ignoto: romance psicológico*. 3ª ed. Atualização do texto, introdução e notas de Constância Lima Duarte. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

LEVITAS, Ruth. *Utopia as method: the imaginary reconstitution of society*. New York: Palgrave MacMillan, 2013.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. Maringá: Eduem, 2008.

MUZART, Zahidé Lupinacci. (org). *Escritoras Brasileiras do Século XX*. 2 ed.rev., Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcanti. *Uma escritora na periferia do império: vida e obra de Emilia Freitas (1855-1980)*. 2007, 189 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras. UFMG, 2007.

SARGENT, Lyman Tower. *Em Defesa da Utopia*. Trad. Irene Enes. Via Panorâmica: Revista Electrónica de Estudos AngloAmericanos/An Anglo-American Studies Journal 2.^a ser. 1 (2008): 313. Web. <[http:// ler.letras.up.pt](http://ler.letras.up.pt)> Acesso em 28 ago 2018.

SARGISSON, Lucy. *Fool's gold: utopianism in the twenty-first century*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012. 301 p.

TELLES, Norma. *Escritoras, escritas e escrituras*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

VIEIRA, Fátima. *The Concept of Utopia*. In: THE CAMBRIDGE Companion to Utopian Literature. Edited by Gregory Claeys. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. P. 3-27.

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER QUILOMBOLA: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABAETETUBA/PARÁ- ARQUIA.

Antonilda da Silva Santos

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA-Cametá)
Antonilda.loirinha@yahoo.com.br

Mara Rita Duarte de Oliveira

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA-Cametá)
mararitaduarteufpa@gmail.com

Resumo

O presente trabalho intitulado, O processo de emancipação da mulher quilombola: participação política na Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba/Pará- ARQUIA, investiga como ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola Utilizamos a história oral como metodologia. Esta abordagem permitiu a problematização do objeto da pesquisa a partir de uma análise crítica sobre o processo de emancipação da mulher quilombola. A pesquisa tem como objetivo geral: Compreender o processo de emancipação da mulher quilombola a partir de sua participação política na ARQUIA. Objetivos específicos: identificar se ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola na comunidade através de sua participação política na ARQUIA, compreender sob quais aspectos ocorre a participação política da mulher quilombola na Comunidade Arapapuzinho e analisar a importância da mulher quilombola para a comunidade e para a Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba-ARQUIA, identificando que papéis assumem na Associação.

Palavras Chaves: identidade, gênero, emancipação, etnia, mulher quilombola.

Abstrat

The present work entitled The process of emancipation of quilombola women: political participation in the Association of the Remnant Communities of Quilombos of the Islands of Abaetetuba / Pará-ARQUIA, investigates how the process of emancipation of quilombola women occurs. We use oral history as methodology. This approach allowed the problematization of the research object from a critical analysis on the process of emancipation of quilombola women. The research aims to: Understand the process of emancipation of women quilombola from their political participation in the ARCHIA. Specific objectives: to identify if the process of emancipation of quilombola women in the community occurs through their political participation in the ARCHIA, to understand under what aspects the political participation of quilombola women in the Arapapuzinho community occurs and to analyze the importance of quilombola women to the community and to the community. Association of Remnant Communities of Quilombos of the Islands of Abaetetuba-ARCHIA, identifying which roles they assume in the Association.

Key words: identity, gender, emancipation, ethnicity, quilombola woman

1-Introdução:

A pesquisa em curso parte das inquietações acerca do processo de emancipação da mulher quilombola a partir de sua participação política na Associação de Comunidades Remanescente de quilombos das ilhas de Abaetetuba- ARQUIA na comunidade Arapapuzinho, que foram se constituindo por meio da relação com a comunidade. De um lado, tais inquietações foram decorrentes da experiência com a comunidade e, também, pelo interesse sobre a discussão referentes a identidade, gênero, emancipação e etnia. Assim, fomos impulsionados pelo comprometimento com tais questões referentes as comunidades quilombolas, enquanto campo de lutas e resistência, pois, os quilombos foram locais de acolhidas de todas as pessoas que resistiam, lutavam contra o modelo escravocrata, gerador de sofrimentos para alguns e ganhos para outros. As comunidades quilombolas, eram modelos de uma sociedade multicultural que acolhia indígenas, negros e todas as pessoas que com diferentes culturas contribuíram para que se estabelecesse resistências contra o modelo excludente instaurado na época colonial.

Nesse sentido, a pesquisa parte da percepção e do reflexo da realidade das mulheres quilombolas na comunidade Remanescentes de Quilombos Arapapuzinho, em Abaetetuba no Estado do Pará, na qual participam da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba-ARQUIA. E ampliando essa discussão analisamos a participação das mulheres quilombolas, na ARQUIA¹.

A maneira como se concebem, atualmente a relação de gênero, identidade, etnia e emancipação das mulheres, foram dimensões efetivadas na comunidade demonstrando que ainda não compreendemos concretamente os debates em relação as possibilidades da mulher quilombola se tornar emancipada, conquistando seu espaço e se reconhecendo enquanto mulher.

Destarte, a construção de uma reflexão ampla sobre essas questões que se configuram como verdadeiros dilemas enfrentados pela mulher quilombola, em especial da comunidade Remanescente de quilombos Arapapuzinho, requer uma vasta pesquisa sobre o conhecimento da dimensão empírica desses sujeitos em seu meio - comunidade - os quais se tornam imprescindíveis para a pesquisa.

Entendemos, portanto, que os povos tradicionais podem construir suas histórias, identidades e sua emancipação através das relações sociais que são produzidas, o que demonstra que o campo não é somente lugar de produção de mercadorias, mas espaço também de construção da vida, e isso pode ser comprovado a partir das diversas lutas travadas pela terra e pela reforma agrária, que por sua vez, possibilitou transformações importantes no campo, onde ocorreram mudanças significativas na paisagem, bem como; o modo de pensar e de viver dos camponeses.

E considerando que os sujeitos possuem histórias, participam das lutas sociais, sonham, lutam pela aquisição de conhecimentos relevantes e potencializadores da vida cotidiana, com o objetivo de melhorar suas condições enquanto sujeitos do campo, e que as mulheres quilombolas são entendidas a partir das condições produzidas pelos estereótipos de seus familiares terem sido escravizados ou por outros conceitos como: agricultora, doméstica, líder, mulher quilombola e negra. Dentre inúmeros adjetivos apregoados na figura feminina quilombola, torna-se urgente pensar em como se dá a construção do processo de emancipação da mulher quilombola da comunidade Arapapuzinho a partir de sua participação política na Associação de Comunidades Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba em meio às complexidades e as tensões vividas na sociedade contemporânea, assumindo-a em sua tessitura social, sua força inventiva de outros mundos e de outras possibilidades de vida.

1 Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba.

Nesse sentido, tratar da questão da emancipação da mulher quilombola é considerada fundamental, pois, essa mulher está imbricada numa relação com o seu meio, sua organização política, social, o que pode lhes possibilitar a construção de sua identidade quilombola. Estudos nessa área apontam que a construção da identidade é produto do contexto das relações sociais e culturais entre os sujeitos que se imbricam numa rede, na qual várias relações se ampliam com as de trabalho social, as de conhecimento, e se enredam com os processos de produção de subjetividade na sociedade capitalista, o que acaba por determinar concepções, lutas e resistências acerca das desigualdades produzidas ao longo da história.

Nesse viés, a cultura quilombola como elemento pode constituir a identidade dos sujeitos o que é de fundamental importância nesse contexto. Assim, fica claro que a construção da identidade está historicamente ligada ao território, e muitas vezes a uma forma de produzir política, aos projetos dos governos e em nome dessa unidade operam as segregações, as seletividades e até mesmo o consenso em torno das práticas culturais.

A pesquisa, além de problematizar o processo de emancipação das mulheres quilombolas a partir de sua participação política na ARQUIA- Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba, aponta também para as desigualdades de gênero no ambiente em que essas mulheres estão imersas. Dessa forma, ao ampliar essa discussão para o campo de identidade, gênero, etnia e emancipação, verificamos que são campos de discussão que se hibridizam, que se tecem juntos, que se mesclam e se relacionam mutuamente.

A partir dessa perspectiva, o objeto da pesquisa tem sua origem em uma comunidade do campo, ou seja, as mulheres quilombolas que foram investigadas residem, atuam, vivem no campo, construindo suas histórias de lutas, resistências frente as adversidades que surgem nesse território.

A pesquisa em foco, pretende analisar se ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola: participação política na Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das ilhas de Abaetetuba – ARQUIA. Nesse sentido, a problematização de investigação é saber: Ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola a partir da sua participação política na ARQUIA? Para responder a essa pergunta, a pesquisa tem como objetivo geral: Compreender o processo de emancipação da mulher quilombola a partir de sua participação política na ARQUIA. Como objetivos específicos: a pesquisa pretende: identificar se ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola na comunidade através de sua participação política na ARQUIA, compreender sob quais aspectos ocorre a participação política da mulher quilombola na Comunidade Arapapuzinho e analisar a importância da mulher quilombola para a comunidade e para a Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba-ARQUIA, identificando que papéis assumem na Associação.

Os sujeitos da pesquisa são as mulheres associadas, as mais antigas e que exercem maior protagonismo político na Associação de Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba-ARQUIA- e na comunidade, as mulheres que mais participam das reuniões e tem maior visibilidade pública dessa participação.

2-Caminhos metodológicos da Pesquisa:

No que se refere aos caminhos metodológicos, procuramos manter proximidade e circularidade com os processos da pesquisa, registro das informações, falas, análise e interpretação das informações, permitindo reflexão permanente sobre o processo investigado.

Com relação aos fundamentos teóricos, partimos da perspectiva de que sua relevância se dá por uma compreensão preliminar, a partir do acesso aos participantes da pesquisa e que a história oral de acordo com Verena Alberti e Amílcar Pereira (2008) apresentam como características:

a de permitir o conhecimento de realidades sociais através da narrativa de histórias que condensam determinados significados sobre o passado. São momentos especiais de uma entrevista, breves narrativas inseridas nas grandes narrativas de história de vida, que encerram uma riqueza tal que se tornam especialmente 'citáveis' para dar conta de determinadas experiências. (p. 88).

E com o intuito em dar respostas as questões propostas neste trabalho, utilizamos a história oral, entendendo a partir da leitura deste suporte metodológico, que possui condições de sustentar de forma comprometida os relatos das histórias de vida diversas, que trazem as categorias como: gênero, identidade, emancipação e etnia. Na definição de Alessandro Portelli (1997) para quem:

Fontes Oraís contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos, mas contam-nos bastante sobre seus aspectos psicológicos. (p.31)

Neste caso a história oral, assume papel fundamental para a compreensão da vivência pessoal dos sujeitos que fazem parte de determinada comunidade, a sua vivência, sua participação, seu ativismo político, bem como abarca a memória, enquanto experiências coletivas dos processos de dominação, escravização e resistência ao processo de opressão. Assim, como pela busca e construção da emancipação social vivida no contexto brasileiro.

Além disso, abordar como ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola através de sua participação política nos impulsiona a partir do trabalho concreto à atenção para o que acontece no campo das relações étnico- raciais e seus deslocamentos. E de acordo, com Petronilha Silva (1998): "as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres negras são elas mesmas, sendo necessário que estudos que as tomem por temática, considerem seus pontos de vista de mulheres e negras" (p.07). Ou seja, a autora destaca que os sujeitos da pesquisa, devem ser os interlocutores, pois somente eles podem contar suas próprias histórias.

Cabe ressaltar, ainda, que esta produção situa-se numa fronteira entre os domínios das teorias eurocênicas e das teorias que vêm confrontar esta primeira, o que nos invoca a problematizar esses limites, pois, nesse limiar houve e há a produção e articulação de saberes, poderes e modo de subjetivação, o que implica na forma de experimentação e construção da realidade.

Trata-se também, de um rigor que não almeja uma racionalidade científica como único, legítimo e verdadeiro de produzir conhecimento, não tem pretensão de construir verdades, não históricas e universais que empobrecem o pensamento, tenta domesticar à vida e é intolerante à diferença, mas o que se pretende é um rigor ético-político que afirma a impermanência inerente à vida.

O ponto de partida não é o estado de coisa na comunidade pesquisada, mas como se dá o processo de emancipação da mulher quilombola através de sua participação na Associação de Comunidades Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba- ARQUIA. Dessa forma, abandonamos a concepção fixa e preestabelecida de realidade para recebê-la em movimento contínuo, considerando todos os elementos referentes ao tema da pesquisa e que estão em constante processo de transformação, tomamos a realidade como resultante de modos de viver e de dizeres produzidos em um determinado momento histórico.

É uma produção teórica que transita no campo das relações étnico-raciais, com a preocupação de construir outras direções conceituais, obtendo outras compreensões, podendo ocorrer assim, a ruptura do evidente, o que pode fazer emergir processos de singularização, ultrapassando as análises que quase exclusivamente priorizam um discurso que generaliza e silencia as experiências das diversas categorias consideradas inferiores.

Nessa mesma direção, acredita-se que se faz necessário acrescentar nas análises as possibilidades que se apresentam acerca da temática, dando visibilidade as mulheres quilombolas da comunidade pesquisada, no que se refere a sua participação na Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba - ARQUIA, evidenciando as alegações de Scott (1999), quando destaca que tornar visível a experiência implica dar conta dos processos históricos, que por sua vez, através dos discursos acabam por dizer os lugares dos sujeitos e também produzem suas experiências.

Nesse sentido, acreditamos que é imprescindível que se analise a organização das mulheres quilombolas na comunidade Remanescentes de Quilombos Arapapuzinho, seus processos organizativos, pois, como ressalta Alves (2005): "O pesquisador também não tem condição de fugir dessas redes, pois está nela mergulhado, interpretando o que lê, com tudo o que tem de encarnado, em si, teorias e conceitos, podendo deixar de ver algo outro pesquisador não veria." (p.8)

Acreditamos, ainda, que a história oral pode revelar as potencialidades de luta, de participação política das mulheres quilombolas, das suas relações e dos seus fluxos. Dessa forma, as narrativas que serão trazidas no decorrer dessa pesquisa se constituirão na própria condição da problematização dos sentidos produzidos pelas mulheres entrevistadas para as noções de gênero, identidade, emancipação e etnia.

As narrativas das mulheres quilombolas da comunidade Remanescente de Quilombos Arapapuzinho, aqui são tomadas como conhecimentos relevantes e potencializadores da vida cotidiana, bem como condição de lutas pela sua emancipação.

Por esse aspecto, a história oral, que será utilizada como recurso metodológico, trará a história das mulheres quilombolas da comunidade Remanescente de Quilombos Arapapuzinho, sendo reveladora também, de uma construção que foi preservada pela memória social, de modo que vem a legitimar a sua participação na organização política enquanto requisito para a sua emancipação. Relatar e relembrar possibilita a ressignificação de histórias e experiência de vida, pois:

O passado conservar-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, um corpo guarda esquemas de comportamento de que vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas; trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independente de quaisquer hábitos lembranças isoladas, singulares que constituíram autênticas ressureições do passado. (BOSI, 1995, p. 48)

Bosi (1994), lembra que a memória é social, pode ser contextualizada e definida e, que lembrar é contar aquilo que foi vivenciado em um determinado momento. Dessa forma, pode-se dizer que a memória faz parte da vida de todas as pessoas, uma vez que estas se constituem como sujeitos históricos e membros ativos de uma sociedade.

Diante do contexto, a pergunta que orienta esta pesquisa explicita-se: Como ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola na comunidade Remanescente de Quilombos Arapapuzinho no município de Abaetetuba, Pará, considerando sua participação política como fator que move tal processo? Tendo como motivação essa questão inicial e que norteia esta pesquisa e contribui para o entendimento da natureza de aspectos considerados pertencentes a temática, bem como se originam da observação empírica e do referencial teórico, temos como objetivo geral: compreender o processo de emancipação da mulher quilombola através de sua participação política na comunidade Arapapuzinho. Porém, para alcançar tal objetivo definimos os objetivos específicos: a) identificar se ocorre a emancipação

da mulher quilombola na comunidade através da sua participação política; b) Compreender sob quais aspectos ocorre a participação política das mulheres quilombolas da comunidade Remanescente de Quilombos Arapapuzinho; c) Analisar a importância da mulher quilombola para a comunidade e para a Associação, identificando que papéis assumem na Associação. Por conseguinte, o caminho metodológico atende aos objetivos postulados no início da pesquisa, que tem o propósito de discutir o processo de emancipação da mulher quilombola através da participação política na comunidade Remanescente de Quilombos Arapapuzinho. Dessa forma, tentando compreender como se dá essa relação dentro da comunidade, torna-se necessário discutir o conceito de identidade, bem como afirma Bhabha (1998) precisamos ter uma maior compreensão da identidade do outro e da nossa própria, pois o autor pontua que tal conhecimento identitário precisa ocorrer primeiramente entre nós.

Portanto, a metodologia utilizada parte de uma abordagem qualitativa, pois:

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.70)

Dessa maneira, pretendemos buscar dados da realidade das mulheres quilombolas, participantes da pesquisa. Por isso, a metodologia da história oral tem importância no sentido de trabalhar com os sujeitos singulares, para assim evidenciar suas histórias pessoais e políticas, uma vez que esses sujeitos trazem em suas experiências um cotidiano repleto de significações sociais e culturais.

3- Instrumentos e Procedimentos:

O procedimento de coleta de dados se deu por meio de entrevistas compostas de um roteiro de perguntas “abertas”, com a finalidade de colher informações significativas das mulheres entrevistadas, pois: “... a entrevista possibilita registrar, além disso, observações e sobre a aparência, o comportamento e as atitudes do entrevistado” (CERVO, 2007, p.52), sendo que estas serão analisadas na íntegra. De acordo com Josso (2010), trabalhar com “narrativas de vida” possibilita explicitar singularidades, vislumbrar o invisível e perceber o caráter processual da formação e da vida. Isso ocorre num jogo de articulação de espaços, tempos e nas diferentes dimensões em busca de uma sabedoria de vida. Na pesquisa em andamento, o processo de análise está acontecendo desde o início da produção do conhecimento, no nosso olhar para as mulheres quilombolas, nas leituras das obras que fundamentam nossa produção teórica e também no momento de nos dedicarmos às transcrições das entrevistas, as quais permitem compreender se ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola e os sentidos que estão em construção sobre suas formas de pensar enquanto mulheres quilombolas, que são mediadas pela sua participação, organização política na comunidade Remanescentes de Quilombos Arapapuzinho, especificamente na Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba - ARQUIA.

4- Discussão dos resultados:

As histórias de vida das entrevistadas representam uma experiência na qual as narrativas, sob a forma de registros orais podem ser transcritas e analisados elementos que no geral são despercebidos, mas que fazem parte da vida, da história dos sujeitos da pesquisa, uma relação que se constrói e reconstrói no diálogo e na relação com outro. A tradução das trajetórias das mulheres quilombolas da comunidade Remanescente de Quilombos Arapapuzinho pode ser explicada e evidenciada pela necessidade que elas têm de estabelecer vínculos com a Associação

de Comunidades Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba- ARQUIA- enquanto espaço significativo de luta política. E suas trajetórias são marcadas por lutas e resistências, desafiando e rompendo com as condições de subserviência e invisibilidade, implementando, estratégias de participação e conseqüentemente acumulando saberes que direcionam a sua mudança de atitude e visão perante a sociedade.

Precipuaente, a participação das mulheres quilombolas na Associação de Comunidades Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba- ARQUIA- surgiu da necessidade de lutar pela conquista da energia elétrica, o título coletivo de terras, pois, quando tudo começou, a comunidade não tinha acesso a essas questões. E as mulheres quilombolas acreditavam que participando seriam também beneficiadas. E no percurso da entrevista fizemos a seguinte pergunta as mulheres quilombolas: Quais os principais motivos que as levaram a se associarem e participarem da Associação de Comunidades Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba- ARQUIA?

E elas através dos relatos nos contaram respectivamente que os motivos foram:

Antes não participava, né... mas depois fui entender que a nossa vida aqui era muito difícil. E quando comecei a estudar na universidade entendi que era bom pra nós se associar na ARQUIA e participar porque assim a gente ia ter benefícios. E já tivemos com a ARQUIA, a gente já teve o projeto Mulheres Mil que ensinava Corte costura e também participamos do CEDENPA², que é o Centro de Defesa do Negro Pará. (CAROLINA) Olha, a gente sempre passou por dificuldades, sabe (...) Muita discriminação. Eu já sofri muito porque me chamavam de feia, de raquíca e até dentro da minha família. Meu marido me espancava. Comecei a estudar com 31 anos em Abaeteuba, fazia supletivo na Escola Esmerina (...) Quando eu comecei a estudar ele pediu pra eu escolher entre ele e os meus estudos. Escolhi meus estudos, porque já tinha objetivos, eu já participava na época da ARQUIA. E foi na ARQUIA que comecei a conhecer meus direitos, porque na ARQUIA a gente conversa, muito sobre essas coisas. Esses conhecimentos, eu tive na ARQUIA. (MAYA)

Participar da ARQUIA é muito importante né (...) principalmente pra nós que fazemos parte do Arapapuzinho, porque fazemos parte de uma comunidade pobre, onde só tem negros. E na ARQUIA a gente aprende muita coisa(...) aprende a lutar, a importância de tá sempre na luta. (TIA SIMOA)

Pra nós a ARQUIA tem um leque de informações, participação, dando pra gente oportunidade. Como a gente sabe a luta não para. Alguém começa a luta (...) A luta nunca termina. E (...) a gente precisa lutar. Hoje pra nós uma das conquistas através da Associação foi a titulação de terras. A outra foi a luta pelas cotas e a gente tem hoje. E (...) agora aqui a nossa comunidade acordou pra poder fazer parte desse processo que poucas pessoas faziam, podiam participar. Quero dizer que a ARQUIA pra mim é o pilar que nós temos. A gente precisava dessas conquistas e, foi por isso que me associei e participo. (ANGELA DAVIS)

Observa-se nas falas das mulheres que sua participação é marcada pelo desejo de mudanças, por anseio de conquistas. As mulheres vítimas de preconceitos por serem remanescentes de quilombos, encontram no processo de participação da Associação de Comunidades Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba- ARQUIA- a possibilidade de adquirirem conhecimentos sobre seus direitos e, sobretudo, obterem conquistas que possam beneficiar sua comunidade.

- Infere-se, portanto, que a partir desses depoimentos é possível destacar a participação das mulheres quilombolas na Associação de Comunidades Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba, pois, as quatro mulheres entrevistadas mostram em seus relatos que a sua participação lhes possibilitaram conhecimentos sobre seus direitos enquanto mulheres e comunidade quilombola, e também a importância da Associação para as suas vidas.

2 Centro de Defesa do Negro do Pará.

Considerações Provisórias:

Ao procurarmos analisar se ocorre o processo de emancipação da mulher quilombola a partir de sua participação política na Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba- ARQUIA- nos deparamos com experiências diversificadas das mulheres quilombolas, além de percebermos que existe na comunidade Arapapuzinho diversas mulheres quilombolas, e estas por sua vez, têm suas formas de existir e com a participação na Associação constroem novos significados.

As mulheres quilombolas entrevistadas, relatam que em sua prática diária usam e recriam cotidianamente os conhecimentos que a sua própria participação na Associação lhes provém, criando estratégias com os elementos que lhes são fornecidos dentro e fora da Associação, isto é, pela participação política dentro da Associação ressignificam suas experiências.

A pesquisa nos indicou que as mulheres quilombolas da comunidade Arapapuzinho, ao saírem do espaço doméstico, ressignificam sua presença na própria comunidade da qual fazem parte, mesmo que continuem realizando suas atividades convencionais, no que diz respeito ao cuidado dos filhos, realizando os afazeres domésticos e trabalhando no roçado.

As relações de poder, também identificadas na pesquisa, se manifestam constantemente no cotidiano das mulheres, porém elas resistem, por meio do associativismo e da participação na ARQUIA, mobilizando e atuando na busca da garantia de seus direitos. Identificamos nos relatos das mulheres investigadas que a sua atuação é sobretudo, pelos aspectos culturais, históricos e sociais.

Portanto, as mulheres quilombolas da comunidade Arapapuzinho que participam da ARQUIA, na defesa de melhores condições de vida pra sua família e sua comunidade, revelam peculiaridades de uma identidade que nos remeteram a pensar alguns aspectos, que muitas vezes não são considerados para justificar o seu estar no mundo, como as histórias que essas mulheres trazem de coragem e resistências desde cedo, desobedecendo o que lhes foi imposto e naturalizando quanto ao seu papel de mulher na sociedade.

Nesse sentido é perceptível nos depoimentos das mulheres entrevistadas, que as experiências que se dão fora de casa lhes proporcionam novos sentidos, novas identidades. Ainda, a partir dos depoimentos foi possível percebermos que as mulheres quilombolas da comunidade Arapapuzinho apresentam suas próprias construções militantes através da sua resistência, autodeterminação, como resposta ao modo de sociedade que se estrutura numa lógica de exclusão.

As mulheres quilombolas, sujeitos desta pesquisa, ao exercerem diversos papéis, dentre eles, participam da Associação, firmam identidades, desconstroem estereótipos, desafiam a invisibilidade e rompem com o silêncio muitas vezes vivido por elas mesmas.

A interação com essas mulheres, a inserção no seu ambiente próprio, a acolhida, a percepção acerca da intensidade das relações humanas, do desejo de sair da invisibilidade, a qual se dá principalmente na dicotomia público/privado, não pode deixar de transformar, em alguma medida, as próprias mulheres da comunidade Arapapuzinho como elas mesmas nos disseram em seus depoimentos e a nós também.

Portanto, é importante destacar que muitas perguntas ainda precisam ser respondidas acerca da pesquisa em questão, sendo este um elemento inicial na nossa perspectiva.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Possibilidades das fontes Oraís: um exemplo de pesquisa.** *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n. 28, p.73-98, dez. 2008. Disponível em [http://seer.ufrgs.br/anos 90/article/vien/7959/4748](http://seer.ufrgs.br/anos%2090/article/view/7959/4748). Acesso em: 20 dez.2011.

ALVES, Nilda. **Artefatos tecnológicos a imagem e ao som na expressão da cultura de afro-brasileiros e seu “uso” em processos curriculares de formação de professores na Educação Superior: O caso do curso de Pedagogia do UERJ/ Campus Maracanã.** Projeto incorporando ao PROCÊNCIA, agosto de 2005.

BHABHA, Homi. **A outra questão. O esteriótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1998

BOSI, Ecléa, **Memória e sociedade- Lembranças de velhos/** Ecléa Bosi. -3 ed - São

Paulo: Companhia das Letras 1994.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica/** Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva - 6ed- São Paulo: Pearson, Prentice Hall, 2007.

JOSSO, Marie-Chriistine. **A experiência de vida e formação.** 2ed.reve ampl. Natal, RN: EDUORN; São Paulo, Paulus. 2010.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** São Paulo. 1997

PRODANOV, Cleber Cristtiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2º edição- Universidade FEEVALE Novo Hamburgo- Rio Grande do Su - Brasil, 2013.

SCOTT, Joan. W. **Experiência.** In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tania Regina Oliveira (orgs). **Falas de gênero.** Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 21-25.

MEMÓRIAS DO ENCARCERAMENTO FEMININO: ENTRE O DOMÉSTICO, O CONVENTO, O MANICÔMIO E A PRISÃO

FERNANDA SANTOS CURCIO

*Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
fernandasantoscurcio@gmail.com*

LOBÉLIA DA SILVA FACEIRA

*Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
lobelia.faceira@unirio.br*

Resumo

As memórias de encarceramento de mulheres nos fazem pensar que tal procedimento não esteve restrito ao aprisionamento no sistema prisional. Pautados nos “papeis” femininos, os empreendimentos que atravessaram as práticas de controle do corpo feminino direcionaram-no a outros espaços de forma a vigiá-lo, persegui-lo e repreendê-lo, colocando-se como uma política multiforme e complexa de agentes e modos de execução. O que está em jogo nas memórias do encarceramento das mulheres é o entendimento que se tem do feminino, a manutenção da “normalidade” e a contenção dos “desvios”. Para tanto, no presente trabalho, elaborado sob os moldes ensaísticos e tendo como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica, propomos refletir sobre as diferentes práticas de custódia direcionadas às mulheres, tendo como pano de fundo a Idade Média e seus atravessamentos na Modernidade.

Palavras-chave: Encarceramento feminino. Doméstico. Convento. Manicômio. Prisão.

Abstract

The memories of imprisonment of women make us think that such a procedure was not restricted to imprisonment in the prison system. Guided by the feminine “roles,” undertakings that have gone through the practices of control of the female body have directed it into other spaces in order to watch over it, persecute it and reprimand it, posing itself as a multiform and complex politics of agents and modes of execution. What is at stake in the memories of the incarceration of women is the understanding of the feminine, the maintenance of “normality” and the containment of “deviations”. For this purpose, in the present work, elaborated under the essay format and with a methodological approach to bibliographical research, we propose to reflect on the different custody practices directed at women, against the background of the Middle Ages and their crossings in Modernity.

Keywords: Female imprisonment. Domestic. Convent. Asylum. Prison.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos as memórias da prática de encarceramento de mulheres, observamos que tal procedimento não esteve restrito ao aprisionamento no sistema penal. As nuances que atravessaram – e por que não dizer que ainda atravessam? – o controle do corpo feminino, direcionaram-no a outros espaços de forma a vigiá-lo, persegui-lo e repreendê-lo. Isso significa que o exercício do poder punitivo perpetrado contra estas personagens configurou-se como uma política multiforme e complexa de agentes e modos de execução. Tais memórias de cerceamento, calcadas nos “papeis naturais” femininos, impuseram operações de controle às mulheres.

Partindo do arcabouço teórico da memória social, podemos compreender que tais instituições apresentam, cada qual com as suas peculiaridades, objetivos congruentes à ordem social. A sociedade é constituída por instituições, estas são edificadas para e por atores sociais, que, ao longo do tempo, trazem determinadas alterações e novas demarcações para manter a sua legitimidade. A memória e a instituição, aqui, caminham de mãos dadas: uma dependendo da outra para a sua manutenção e potência. As memórias que circundam a vida social fazem requerer um conjunto de instituições que, ao estarem em funcionamento, possam mantê-las vivas. Já as instituições, sem qualquer fundamento e referência social, caducam e não mantêm a legitimidade que as fazem existir.

Dito isso, devemos ainda assinalar a importância de realizarmos tais aproximações trazendo, também, como ferramenta analítica o *gênero*. Esta categoria teórica, manuseada pela epistemologia feminista, fomenta o processo de compreensão de como as relações constituídas a partir da forma como a sociedade percebe as diferenças biológicas entre os sexos, mantém padrões preconceituosos, discriminatórios e androcêntricos. A partir disso, é possível descortinarmos as relações sociais circunscritas numa intensa classificação de gênero.

Requer assinalarmos que este trabalho analisa a custódia das mulheres, por meio de mecanismos de poder engendrados pela família, Estado e sociedade, como um complexo de práticas e dinâmicas que funcionavam com o objetivo de controlar, cercear, vigiar e trancafiar em diferentes espaços estes corpos. Para tanto, o presente trabalho, a partir da revisão de literatura, constrói-se nos moldes ensaísticos, sem, contudo, deixar de apresentar algumas assertivas que enlaçam a referida problemática.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo da história, naturalizações e generalizações foram sendo criadas e mantidas, fazendo com que as relações sociais se desenvolvam numa intensa repetição. Nesse contexto, mantêm-se a divisão binária sustentada no aspecto biológico – na qual a referência é o masculino –, a dominação de um sexo sobre o outro e a construção de hierarquias. Devemos considerar, também, que a memória enquanto um lócus de análise social privilegiado nos possibilita-nos olhar para quaisquer instituições, relações e construções sociais. Destarte, é importante que consideremos no mínimo dois pontos. Primeiro, o

Gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. [...] Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos (NICHOLSON, 2000, p. 34).

Além disso, é fundamental que compreendamos a transversalidade de gênero, ou seja, que tenhamos em mente que a construção social e histórica de gênero, como entende Machado (1998), movimenta-se em diversas áreas sociais. O gênero, assim, é uma categoria de análise cultural, histórica e política, revelando as relações de poder, possibilitando utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e sua associação com outras categorias, como classe, raça e etnia. O gênero, mais do que uma identidade apreendida, encontra-se entranhado nas instituições sociais, em que a igreja, a família, o Estado – entre outros espaços – expressam essas as relações.

O que está em jogo nas memórias do encarceramento das mulheres é o entendimento que se tem do feminino, a manutenção da “normalidade” e a contenção dos “desvios”. Para Scott (1995) – promovendo a sua historização e requerendo uma desconstrução dos termos da diferença sexual – o gênero coloca-se como um elemento que integra as relações sociais que constituem as diferenças concebidas entre os sexos. Para tanto, são demandados quatro elementos relacionados entre si: os símbolos culturais; os discursos normativos; as instituições sociais; as identidades subjetivas.

Percebam que em todos estes elementos a memória social se faz presente. As representações simbólicas podem ser compreendidas como as representações memorizadas a partir das relações e entendimentos que são passados e transformados ao longo das gerações. Os discursos normativos, da mesma forma, são aqueles enunciados socialmente aceitos e legitimados, que se fundamentam, também, em memórias construídas e perpetradas nas instâncias da vida social. As instituições sociais plainam nas elaborações (social e historicamente construídas) e que, como já citamos, requerem um conjunto de memórias convergentes à sua proposta para manter a sua validade (e como supor que seria diferente?). Por fim, pensar as identidades subjetivas carece pensar nas memórias que atravessam variados espaços da vida social, funcionando, assim, como referências na construção dos sujeitos sociais.

Zaffaroni (2001) compreende que a ideologia punitiva, no decorrer da história, afastou-se das causas biológicas da inferioridade, edificando a ideia desta a partir da moral. Porém, como bem pontua Mendes (2014), no quadro das realidades vivenciadas pelas mulheres, ao longo de um bom tempo pretérito e em determinadas dimensões ainda atuais, a inferioridade é constituída dentro dos aspectos biológicos e morais.

O exercício de poder perpetrado aos corpos femininos configura-se como um sistema multifacetado no que tange aos espaços, atores e formas de execução. Contudo, é “una no que tem de ‘vigilante’, perseguidora e repressiva” (MENDES, 2014, p. 17). As práticas de repressão direcionadas às mulheres não surgem apenas na Idade Média. Porém, como sinalizam algumas autoras (CASAGRANDE, 1990; MENDES, 2014), a escalada de perseguição e recriminação das mulheres ocorreu especialmente no século XIII. Neste contexto edifica-se um lapidado e estruturado discurso que agia no sentido de excluir e limitar a participação feminina na esfera pública, bem como, perpetrava a sua perseguição e enclausuramento.

Aquelas mulheres que vivessem pelas ruas, sem o alcance para a sua vigilância, eram consideradas prostitutas e indecorosas. No final da Idade Média presenciamos um período paradigmático, em que se faz emergir um ávido projeto voltado à representação e classificação das mulheres, para, assim, enclausura-las de alguma forma.

Até este momento, de acordo com Mendes (2014), era comum que as mulheres fizessem parte de algumas comunidades dedicadas à teologia. Estes grupos eram vistos com maus olhos por muitos, principalmente no que se refere à difusão de textos com inspirações místicas. A Igreja, então, estabelece que as mulheres, vistas como “homens incompletos”, são seres

predestinados ao mal, irracionais e incapazes de conterem suas paixões. Logo, somente os homens podiam ser os transmissores das palavras de Deus. Desta forma, “a palavra da mulher foi, então, excluída de qualquer dimensão pública e colocada no privado” (MENDES, 2014, p. 127), para que, assim, fossem protegidas e controladas pelos patriarcas.

No intermédio do século XIII, como pontua Mendes (2014), algumas ideias aristotélicas são trazidas pela retórica de médicos, juristas e teólogos, pretensamente entendidas irrefutáveis. Dentre elas estava a concepção da imprescindibilidade da custódia das mulheres, uma vez que estas eram consideradas como uma versão incompleta e imperfeita do homem. A figura da mulher era tratada como alguém que não possuía a capacidade de pronunciar-se sobre a matéria pública. Para Casagrande (1990), a custódia configura-se, nesse momento, como regra, fundamentando-se numa literatura “didática” voltada ao controle e a educação das mulheres. Estas, assim, deveriam ser prelecionadas sobre os bons costumes, para que, desta forma, pudessem resgatar suas almas.

A premissa bíblica *quæso custodi*¹ nunca fez tanto sentido nesse horizonte. O corpo, a alimentação, a gestualidade, os enunciados das mulheres configuraram-se como zonas de vigília constante. Esta, como ainda pontua a autora supracitada, tornava-se ainda mais severa e rigorosa quando fora do espaço privado. A palavra das mulheres foi duramente silenciada na dimensão pública, em que aquelas eram colocadas, decididamente, como submissas aos homens. Portanto, “cada vez que a palavra abandona o plano da comunicação entre indivíduos singulares, para assumir um papel político de fundação e de governo da comunidade, as mulheres deveriam calar-se” (MENDES, 2014, p. 128), e isso, como sabemos, traz reflexos sociais e políticos ainda na atualidade.

Não eram apenas as pregadoras que incomodavam a ordem misógina. As artesãs, as rainhas, as escritoras, e muitas outras personagens também eram vistas com maus olhos pela ordem social. É claro que não podemos deixar de considerar as contradições que atravessaram a construção das memórias sobre o feminino:

Das virtudes ambivalentes de que ela se revestia retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura. Eva entregue a Adão para ser sua companheira perde o gênero humano; quando querem vingar-se dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher e é a primeira dessas criaturas, Pandora, que desencadeia todos os males de que sofre a humanidade. [...] A mulher é, assim, voltada ao Mal (BEAUVOIR, 1980, p. 100).

Contudo, para a autora, o homem, mesmo percebendo a mulher como um mal, precisava dela para procriar e para satisfazer os seus desejos. Ela, então, não poderia ser banida do meio social. Assim, caberia a ela se submeter ao que era imposto pelos homens, de forma a se purificar da sua desonra original. A Bíblia reproduz esta instituição, em que o cristianismo estima a “virgem consagrada e esposa casta e dócil” (BEAUVOIR, 1980, p. 101).

Na Idade Média, a Inquisição se mostrou como o mais importante sistema punitivo. A mulher, neste cenário, acusada de práticas de bruxaria, representava ameaças à ordem política e moral impostas pela Igreja Católica. A caça aos hereges via na bruxaria um ato de superstições e sortilégios, estando relacionada ao demônio, era relacionada intimamente à natureza feminina. De acordo Sallman (1992) mesmo que o Tribunal do Santo Ofício visse como objetivo extinguir os hereges, tanto homens quanto mulheres, a maioria esmagadora dos seus réus eram estas últimas. Os homens, por serem considerados intelectualmente mais fortes que as mulheres, possuem a maior capacidade de executar esses tipos de atos (KRAMER; SPRENGER, 1991).

¹ “Orai e vigiai”.

Os discursos que entoavam o campo jurídico traziam também memórias calcadas numa perspectiva misógina e discriminatória. Sofrendo influências seja do direito romano como do direito canônico, os juristas medievais edificavam um olhar atento à custódia das mulheres. Uma série de proibições e cerceamento era direcionada às mesmas.

Adstrita no âmbito privado, a mulher, do ponto de vista jurídico, estava sob o poder do pai, irmão ou marido – dependendo da situação de cada uma. Cabia às mulheres o respeito e obediência a tais figuras masculinas. Além disso, importa destacarmos, como bem alude Delumeau (1989), no caso da autoridade marital, que na Idade Clássica estava expressava-se como mestre e senhor da comunhão, no medievo transfigura-se em mestre e senhor de sua mulher.

Mendes (2014, p. 142) explica que “no recinto doméstico o dever primeiro do ‘chefe da casa’ era vigiar, corrigir, matar, se preciso sua mulher, suas irmãs, suas filhas, as viúvas e as filhas órfãs de seus irmãos, de seus primos e de seus vassalos”. Isso caminha na direção daquilo que Duby e Ariès (1990) advertem sobre o poder patriarcal que atuava no conjuramento do perigo vacilante da feminilidade. De acordo com os autores, era necessário que as mulheres ficassem trancafiadas no local mais fechado da casa: o quarto – “quarto das damas”. Este, como assinalam, não se configurava como um espaço de divertimento e prazer, mas, na verdade, como território de desterro, em que somente o senhor, e aqueles por ele habilitados, tinham acesso. A família deve, assim, ser considerada não apenas como núcleo primário de união e convivência, mas, sobretudo, como espaço calcado em relações de poder, dando luz à ideia de que “o pessoal é político” (MILLET, 1974, p. 39).

Em meio a este discurso, o convento também se colocou como um espaço de controle. Nesta instituição o encarceramento forçado de mulheres não era uma atividade esporádica. Na verdade, tais espaços funcionavam como verdadeiras fortalezas, assumindo ações incessantes de controle e vigilância. Mendes (2014) aponta que não eram raros os casos de mulheres que fossem trancafiadas forçadamente dentro deste espaço, onde vigilância mostrava-se como uma técnica empreendida ininterruptamente, que a fuga não se colocava como uma possibilidade.

Os conventos, desta forma, não funcionavam apenas como espaços para a expiação do pecado, mas também como lugar de aprisionamento de mulheres que ferissem a honra de suas famílias (ou seja, aquelas que mantivessem relações sexuais antes do casamento, ou cometessem adultério, infanticídio e homicídio do cônjuge) ou que apenas indicassem algum risco para isso. Desta forma, tais espaços, juntamente com o âmbito familiar, deveriam atuar

[...] de maneira que cada relação entre o convento e o mundo seja eliminada e que as exigências do corpo sejam negadas em favor da alma; no caso das leigas trata-se de reduzir e regulamentar qualquer contato entre o espaço doméstico e o espaço social e de conter todos os impulsos desordenados da carne sob as regras ditadas pela castidade (CASAGRANDE, 1990, p. 125-126).

Outra instituição que também merece destaque como espaço de controle e repressão àquelas que transgrediam as normas socialmente definidas: o manicômio. Muitas mulheres ali depositadas não sofriam qualquer problema mental, mas seus corpos e sentimentos eram, contudo, demonizados. A loucura, como esclarece Foucault (1978), foi operada de forma balizar um discurso e uma intervenção médica ligando-a a periculosidade social.

Engel (2004) expõe a incoerência no tratamento da loucura feminina, apontando para uma prática que não estava pautada no conhecimento científico, mas, sim, em crenças e padrões de comportamentos sociais. Para tanto, presenciamos um “lugar de ambiguidade e espaço por excelência da loucura, o corpo e a sexualidade femininos inspirariam grandes termos aos

médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário de intervenções normalizadoras, da medicina e da psiquiatria” (ENGEL, 2004, p. 333). Ainda de acordo com a autora, alguns conceitos médicos fizeram ainda presença no início do século XX, reproduzindo ainda a concepção de que as mulheres traziam a histeria como herança genética, que poderia ser contida por meio do casamento e da maternidade.

No Brasil, por exemplo, em pesquisa realizada por Vacaro (2011) sobre as mulheres internadas no Sanatório Pinel de Pirituba nas primeiras décadas dos anos 1900, destaca a presença comum nos prontuários destas mulheres de diagnósticos altamente débeis e frágeis apoiados em discursos de familiares ou em comportamentos vistos como divergentes aos estereótipos de gênero.

Repetições tautológicas conformaram estes prontuários: “trabalhava muito”; “preguiçosa”; “gênio independente”; “muito teimosa”; “desobedeceu o cunhado”; “separou-se do marido”; “não obedecia ao pai”; “apaixonou-se por um rapaz”; “reclamava do salário”; “inclinações políticas subversivas”. Tais ações e condutas, longe de se configurarem enquanto patologias ou delitos, eram tomadas como transgressões às normas e modelos estabelecidos para as mulheres, cabendo, assim, sua internação.

No que se refere à prisão, grande parte dos autores que se dedicam direta ou indiretamente pelo assunto (IGNATIEFF, 1979; MELOSSI & PAVARINI, 1981; FOUCAULT, 1987) defende que o seu surgimento – enquanto espaço de cumprimento de pena – surge no século XVI, na Inglaterra, onde se recolhia homens, mulheres e criança, em sua maioria pobres. A ideia trabalhada é que este processo teria forte relação com a constituição do capitalismo industrial.

Para as mulheres a reclusão – até mesmo perpétua – foi uma realidade vivenciada muito tempo antes do advento do sistema capitalista, em que a política repreensora e punitiva alternava-se entre a casa e o convento. É claro, como ressalta Mendes (2014), que não se quer dizer que tais espaços configuraram-se como locais análogos à prisão instituída no século XIX, porém, a prática de privação de liberdade e autodeterminação, que constitui a instituição prisional – dentre outros aspectos –, também se fazia presente nas práticas de clausuramento das mulheres na Idade Média. Nesta, se “fortaleceu a existência dos cárceres, constituiu carcereiros e impôs o trabalho como forma de ‘melhoramento’ de um grupo considerado perigoso” (MENDES, 2014, p. 140).

Algranti (1993) afere que a atenção com a custódia de mulheres antecede o período estudado por Foucault (1987), Ignatieff (1979) e Melossi & Pavarini (1981). Para a autora não se pode considerar que o aprisionamento é simplesmente um produto da ordem burguesa, que se volta ao trabalho no contexto de desenvolvimento do capitalismo industrial. Destarte, o encerramento pretérito do corpo feminino foi perpetrado com base nos princípios morais, de defesa da adequação aos costumes impostos e da preservação da castidade das mulheres.

Então, é imperioso que concebamos que para àquelas o cárcere não é uma criação da modernidade, voltada, preponderantemente, para os grupos pobres e ociosos. Algranti (1993) esclarece que, na verdade, instituíram-se locais leigos de cerceamento voltado às mulheres ricas e pobres.

Historicamente, os primeiros prenúncios de desrespeito das mulheres às normas e condutas legais se manifestam por volta do século XI. Aos poucos foram surgindo certos tipos peculiares de delinquência feminina. Neste cenário, “ao prescrever determinadas condutas como certas e erradas, a lei separava aquelas tipicamente masculinas e femininas, essencialmente, sob a luz de um olhar masculino” (FRANÇA, 2012, p. [2]). Nesta época os

crimes praticados pelas mulheres estavam relacionados à prostituição e à bruxaria, atos que contrariavam a restrição impostas a elas ao espaço privado – o doméstico.

Alguns trabalhos (ALGRANTI, 1993) consideram que o encarceramento de mulheres estava, na verdade, sob o liame dos princípios morais e da preservação do que se entendia sobre o papel feminino. Dobash *et al* (1986) analisando o desenvolvimento das prisões para mulheres desde o século XIX até a atualidade, investigaram as formas pelas quais os discursos oficiais e as políticas governamentais foram transpostas às práticas penitenciárias. Os autores colocam também em questão se o entendimento da instituição prisional enquanto espaço de treinamento e transformações dos prisioneiros em trabalhadores disciplinados pode ser aplicado para os homens e mulheres em privação de liberdade. Partindo desta indagação, o trabalho amplia a compreensão da criminologia crítica, indicando para o papel impetuoso que as suposições patriarcais baseadas no gênero desempenharam na constituição das prisões modernas. Desta forma,

[...] os pressupostos de classe e gênero moldaram o aprisionamento das mulheres ao longo do tempo; o funcionamento de regimes de punição e disciplina; o conteúdo de discursos oficiais e oficiais sobre a criminalidade e o encarceramento da mulher, e o modo como as concepções oficiais e as políticas governamentais foram traduzidas em práticas de prisões (DOBASH *et al*, 1986, p. 10-11)².

Mendes (2014), partindo das contribuições de Zaffaroni (1995) assevera que não se pode compreender o exercício de poder sem considerar sua gestação e seu intrincado movimento de expansão. Diante de tal percepção, ao se considerar a realidade da mulher frente ao sistema punitivo, requer compreender que desde o início houve uma natureza clara de poder de gênero.

No desfecho do século XVIII ainda não havia igualdade política entre homens e mulheres. Com a Revolução Francesa aquelas últimas ocuparam também as ruas, no entanto, após os primeiros momentos da revolução, trataram de recolhê-las novamente ao espaço doméstico. O que ocorre é que tal processo beneficia apenas indiretamente as mulheres, considerando-as apenas como esposas dos homens livres e iguais (MENDES, 2014). A ideia de que aquelas personagens detinham capacidade racional inferior a dos homens, manteve restrita a sua atuação na vida pública. Em tal horizonte, como exaltava Rousseau acerca da república ideal, em que “ninguém seria servo de alguém, as mulheres não contavam” (NYE, 1995, p. 22).

Mendes (2014) esclarece que os direitos garantidos às mulheres não possuíam outro objetivo exceto aquele voltado a galgarem êxito como mães e esposas – sendo isso, claro, pautado nos papéis arbitrariamente destinados às mesmas. Aquele discurso que se alastrou no medievo retoma forças nos âmbitos médico e jurídico, reproduzindo ideias de que as mulheres, em seu íntimo, anseiam que sejam protegidas delas próprias.

O que se nota é que

A ideologia é a de custodiar a mulher. O que interessa tanto ao homem, enquanto pai e marido, como também interessava às instâncias eclesiásticas, políticas e econômicas que desejavam seu afastamento da esfera pública. Eis o porquê da criação de uma política de “correção” da mulher ainda não experimentada, mesmo que milenar já fosse a submissão feminina entre gregos, romanos, hebreus e outros povos. Esta política atravessou o mar, e chegou às Américas. Ultrapassou a baixa Idade Média, avançou pela Moderna, e bateu às portas de dias muito próximos de nós (MENDES, 2014, p. 145).

2 Tradução livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os movimentos das memórias que percorrem a sociedade não apenas nos dizem sobre passado, mas, sobretudo, auxilia-nos a pensar o presente e o futuro. Importa sobre este assunto ainda considerar que não é exequível examinar os movimentos e sistemas de criminalização e vitimização das mulheres deixando de lado as memórias que circundam as crenças, ações e padrões culturais, bem como aquelas que atravessam as agências punitivas estatais. Tais práticas, informais e formais, devem ser consideradas.

Ao longo do que foi exposto, podemos depreender que o espaço doméstico, o convento, o manicômio e a prisão direcionavam, a partir de seus objetivos, suas práticas e instrumentos a partir de memórias machistas e patriarcais que subjugavam e controlavam os corpos das mulheres.

É claro que não podemos tomar aqueles universos como análogos. Contudo, devemos considerar que os mesmos desempenharam práticas de custódia que reprimiam, vigiavam e encerravam as mulheres, lançando mão de aparelhamentos de exercício de poder da família, do Estado e da sociedade. Longe de termos a pretensão de esgotar a discussão ora travada, trazemos aqui algumas questões que poderão nortear pesquisas e trabalhos futuros: Há rastros do passado de custódia e tratamento das mulheres encarceradas? Quais as memórias estão sendo construídas? Quais problemáticas atravessam estes espaços? Quais são suas pontes de convergência e de ruptura?

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila. **Honradas e devotadas**: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1752-1822. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. v.2, 1980.
- CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. v.2. Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990. p. 99-141.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo do ocidente**: 1300 a 1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe. História da vida privada: da Europa Feudal à Renascença. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 322-361.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANÇA, Marlene. Vigiadasepunidas: como vivem as mulheres criminosas? XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, **Anais...** 2012. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0730_0965_01.pdf>. Acesso em 15 out. 2018.
- IGNATIEFF, Michael. **A just measure of pain**: the penitentiary in the industrial revolution. London: Penguin Books, 1979.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum** - O martelo das feiticeiras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

MACHADO, Lia. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, v. 11, 1998. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51204>> . Acesso em 10 out. 2018.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **The prison and the factory**: origins of the penitentiary system. trad. Glynis Cousin. London: Macmillan, 1981.

MENDES, Soraia. **Criminologia feminista**: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.

MILLET, Kate. **Política Sexual**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, Santa Catarina, 2000, p. 8-41. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>> . Acesso em 27 out. 2017.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1995.

SALLMAN, Jean-Michel. La bruja. In DUBY, Georges, PERROT, Michele (Org.). **Historia de las mujeres**. Vol. 3: Del Renacimiento a la Edad Moderna. Madrid: Taurus, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

VACARO, Juliana. **A construção do Moderno e da Loucura**: Mulheres no Sanatório Pinel de Pirituba (1929-1944). 2011. 63f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ZAFFARONI, Raúl. A mulher e o poder punitivo. In: Comitê Latino Americano e do Caribe em Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). **Mulheres**: vigiadas e castigadas. São Paulo: CLADEM, Brasil, 1995.

_____. Discurso feminista e poder punitivo. In: PIERANGELI, José Henrique (coord.). **Direito Criminal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 49-84.

CELEBRANDO A MULHER NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: REDE DE MEMÓRIAS DE BIBLIOTECÁRIAS BRASILEIRAS

Inez Valente de Almeida

UNIRIO

inez.valente@gmail.com

Eduardo da Silva Alentejo

UNIRIO

alenteju@gmail.com

RESUMO

Trata sobre o tema 'mulher na Biblioteconomia brasileira'. Explica que a pesquisa exploratória envolveu revisão de literatura sobre contexto social da mulher brasileira bem como sua condição na Biblioteconomia. O que resultou no produto biobibliografia. Já para o diretório, a coleta de dados ocorreu via e-mail nas instâncias profissionais brasileiras junto às mulheres registradas. Explica o diretório como rede de memória da mulher bibliotecária brasileira. Explica que a pesquisa biobibliográfica permitiu a construção de rede de mulheres bibliotecárias. Como principal resultado, destaca-se o desenvolvimento de uma rede de memórias de mulheres bibliotecárias. Discute a rede como possível resposta à falta de repositório nacional de biografias e bibliografias de mulheres, celebrando a profissional e valorizando a biblioteca e a Biblioteconomia brasileiras. Conclui que, a criação de rede de memórias de mulheres bibliotecárias brasileiras pode ser continuamente ampliada via trabalho biobibliográfico de modo participativo e cooperativo e a ser consolidada na Web.

Palavras-chave: Biblioteconomia brasileira. Mulheres bibliotecárias. Biobibliografia. Diretório. Rede de Memórias Bibliotecárias.

ABSTRACT

This paper treats about Brazilian Women Librarian through a biobibliography research. It explains exploratory research allowed literature review and women and librarians situation. This resulted first in a biobibliography. As for the directory, data collection took place via e-mail in the Brazilian professional instances with the registered women. It introduces a network of Brazilian women librarians. It explains why bio-bibliographic research allowed the construction of a network of female librarians. The main result is the development of a network of memories of women librarians. It discusses the network as a possible answer to the lack of a national repository of biographies and bibliographies of women in Librarianship, celebrating professionals, library and Brazilian Librarianship. It concludes that the creation of a network of memories of Brazilian women librarians can be continuously expanded through bio-bibliographic work in a participative and cooperative way and to be consolidated on the Web.

Keywords: Brazilian Librarianship. Women Librarians. Bio-bibliography. Directory. Women Librarians Memory Network.

1 INTRODUÇÃO

Esta contribuição decorre da pesquisa sobre mulheres bibliotecárias no Brasil com base na produção de biobibliografia e diretório. O primeiro produto originou coletânea de vida e obra de bibliotecárias brasileiras do passado e o segundo gerou diretório de profissionais atuantes no Brasil. A redundância 'mulher e bibliotecária' é proposital e se traduz na ênfase que tal pesquisa foi concebida sob três aspectos: a) a situação da mulher no contexto brasileiro que, embora com relativos avanços, ainda persistem a desigualdade e a violência contra a mulher; b) a atuação da mulher na Biblioteconomia brasileira, c) a falta e a necessidade de trabalhos biobibliográficos reconhecidos no Brasil sobre o tema.

Na primeira perspectiva, a condição da mulher na sociedade brasileira ainda carece de afirmações políticas e sociais rumo à igualdade de direitos (MARTINS, 2014). Um breve olhar às notícias divulgadas cotidianamente nos jornais e redes sociais, logo se verifica a situação delicada que inclui violência por que passam as mulheres brasileiras.

Embora com relativos avanços em termos de Direitos Humanos e na legislação nacional, a condição da mulher no Brasil em relação a muitos países ainda está longe de retirar o Brasil da lista de violência à mulher bem como em termos de desigualdade na economia, política e de sua participação social, tal como demonstra o relatório global intitulado 'O Progresso das Mulheres no Mundo' (NATIONS UNION WOMEN, 2015).

Além disso, estudos de gêneros diariamente reportados nas publicações científicas e acadêmicas evidenciam a persistência de antigos problemas do passado recorrentes no presente em relação à situação da mulher no País, o que sugere ainda a falta de valorização da mulher em todas as possibilidades, tais como a profissional e, sobretudo, sua celebração na sociedade como princípio inerente a Declaração dos Direitos Humanos.

Na segunda perspectiva, ao se considerar a história da Biblioteconomia brasileira, a literatura consultada explicita que o tema relativo à condição 'gênero' ou à 'diversidade sexual' pouco é explorado na história da Biblioteconomia brasileira, principalmente, quando se busca verificar aspectos como a contribuição da mulher para a Biblioteconomia brasileira.

Na terceira perspectiva, a literatura analisada reporta que Biobibliografia é um tipo de fonte de informação que se caracteriza pelos estudos com base na relação biográfica e bibliográfica, isto é, vida e obra de intelectuais que de alguma forma são reconhecidamente representativos de uma determinada área do conhecimento, tal como o Dicionário Bibliográfico Brasileiro, publicado em 1883 por Sacramento Blake. No entanto, nenhum trabalho dessa natureza foi elaborado em termos históricos sobre a mulher bibliotecária.

2 OBJETIVOS

Na última década, políticas públicas foram direcionadas à saúde, à segurança e à garantia de direitos humanos de mulheres no Brasil. Entende-se como políticas públicas uma forma de interação entre Estado e sociedade o que também se traduz no atual cenário de necessidade de haver mais mulheres na política para que diretrizes e regras de seus interesses sejam definidas e organizadas, visto que as políticas públicas visam responder demandas sociais (MARTINS, 2014; ROCHA, 2018).

O contexto das bibliotecas e da Biblioteconomia oferece variada perspectiva para estudos, desde sua história bem como sobre assuntos até mais recentes, como inovação e tecnologia. No tema proposto, tem-se que estudos biográficos e biobibliográficos resultam de contextos históricos bem definidos e de contingências sociais, sendo isso um aspecto que destaca a Biblioteconomia

como campo de atuação social, política e de valor histórico-cultural (ALENTEJO, 2015).

Com base nessa noção, o olhar biblioteconômico de pesquisa se deposita na atuação de mulheres no plano da Biblioteconomia. Percebe-se vasta contribuição que, no entanto, ainda não está suficientemente celebrada, o que se percebe com a ausência de trabalhos com esta proposta temática ou se quer semelhantes que se tenha notícia.

Considerando a perspectiva da situação da mulher na sociedade brasileira, buscou-se contextualização ao plano da Biblioteconomia em termos históricos da participação feminina. Desse modo, objetivou-se análise acerca do tema à luz da literatura consultada. Especificamente, propõe-se desenvolver dois produtos bibliográficos. O primeiro se refere à elaboração de uma biobibliografia de mulheres bibliotecárias brasileiras que foram importantes para a área. O segundo se refere ao diretório de bibliotecárias brasileiras que no atual contexto tecnológico baseado na Web pode ser ampliado a status de rede participativa e colaborativa.

3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Grande parte das referências na Biblioteconomia transmitidas aos estudantes de graduação circunscreve-se a personalidades masculinas, destacando-se: Paul Otlet, Melvil Dewey, Ranganathan, dentre outros. Com isso, a invisibilidade feminina prevalece a despeito de bibliotecárias como: Suzanne Briet, Louise Malclès, Margereth Egan, dentre outras; e no Brasil, por exemplo: Adelpha Figueiredo; Alice Príncipe Barbosa; Laura Garcia Moreno Russo; Lydia de Queiroz Sambaquy; Maria Tereza Reis Mendes, dentre outras.

Reconhecendo a importância de todos aqueles que impulsionaram a Biblioteconomia, dever-se-ia ser igualitária a recordação onde mulheres bibliotecárias que deram e dão significativa contribuição para a profissão mereciam igualmente ser celebradas.

Para tanto, as técnicas de pesquisa biográfica e bibliográfica permitem a materialização de produtos que alcançam o sentido de celebração da mulher bibliotecária, principalmente no Brasil. Isso exige uma resposta quanto à falta de referência nacional, como biografias, bibliografias e Biobibliografias sobre mulheres bibliotecárias. Nesse contexto, cabe a hipótese: se os estudantes de Biblioteconomia e os profissionais atuantes pudessem celebrar igualmente homens e mulheres na história da Biblioteconomia, teríamos um efeito igualitário quanto ao fortalecimento da profissão bibliotecária, sobretudo, o reconhecimento da força feminina.

A pesquisa exploratória está dividida em duas partes. A primeira, referente à revisão de literatura sobre a situação da mulher e pesquisa bibliográfica para compilação de dados biográficos. Considerando a escassez de fontes necessárias, à segunda parte dedicou-se a compilação de dados em trabalho de campo, onde se coletou dados biográficos e outras notícias diretamente com o público desse estudo, via E-mail, resultando no diretório, de natureza participativa.

Os catálogos WorldCat e base de dados BRAPCI constituíram a base da pesquisa necessária para o estudo. Outros materiais utilizados foram: 'Bibliotecário 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil' do Conselho Federal de Biblioteconomia, 'Mulher brasileira: bibliografia anotada', de 1981 e de 2011, da Fundação Carlos Chagas, o livro de Rezzutti (2018), 'Mulheres do Brasil: a história não contada'; e as duas edições da obra de Ann Hartness, 'Brasil: obras de referência' (1965-1999; 1999-2013).

4 A SITUAÇÃO DA MULHER: BRASILEIRA E BIBLIOTECÁRIA

Teorias feministas decorrem de lutas e representatividades face aos contextos históricos, de direitos humanos e exames quanto à situação da mulher, evocando, no que pode, igualdade social. Em termos de direitos humanos e igualdade social, no plano econômico, social e político, pode-se inferir que a situação da mulher está longe de revelar uma sociedade igualitária.

A primeira teoria feminista que se tem notícia remonta a 1794, por Mary Wollstonecraft com seu texto intitulado “The Changing Woman” no seu livro ‘A vindication of Rights of the Women’ onde a autora estabeleceu a discussão do papel da mulher na sociedade. Em 1851, surgem as teorias que tratam dos direitos da mulher, no texto de Sojourner Truth intitulado ‘Ain’t I a Woman?’

Contudo, Nancy Cott distinguiu as teorias antecessoras da modernidade, tendo como marco a luta pelo sufrágio. Nesse sentido, as teorias feministas são extensões do feminismo e abarcam a diversidade de temas para as áreas de estudo sobre a mulher, incluindo: Filosofia, Arte, História da arte, Direito, Política, Antropologia, Psicanálise, Comunicação, Economia etc.

Nessa perspectiva, Bourdier (2012, p. 17) em seu livro “A dominação masculina” discursa sobre como o homem e a mulher são vistos: “A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável”, significando que a visão sexual se impõe no plano social.

Nesse sentido, a dominação masculina é naturalizada quando se aceita que a biologia e os corpos de homens e mulheres servem de espaço à desigualdade. Isto é, quando se aceita que homens e mulheres são diferentes e que há uma superioridade de um sobre o outro.

Considerando estudos sobre a situação da mulher no Brasil, percebe-se interesse de pesquisas desde a década de 1920, notadamente por Diva Nolf Nazário (2009); em seu livro intitulado ‘Voto feminino e Feminismo’, de 1923, e alcançou efeitos político-sociais na década de 1930, quando em 1932, pela primeira vez, a mulher teve direito ao voto no Brasil. Na década de 1940, o Brasil se torna consignatário dos direitos humanos e passa a observar como meta direitos iguais entre homens e mulheres (BRASIL, 2014).

Mas foi de 2003 em diante que as políticas de combate à violência contra a mulher e a favor dos seus direitos foram efetivamente consolidadas no Brasil. Destacam-se: em 2003, no governo do então presidente Lula, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República com o objetivo era promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação. As medidas então adotadas foram, por exemplo: o Prêmio Construindo Igualdade de Gênero, os programas Pró-Equidade de Gênero e Mulher, Viver sem Violência, o fortalecimento da Rede de Atendimento à Mulher – Ligue 180 e tem demonstrado resultados positivos. Já o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 está dentro de um contexto político inédito no Brasil, decorrente da primeira mulher Presidenta do Brasil, Senhora Dilma Rousseff.

Em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, Lei do Femicídio, quando a agressão envolve violência doméstica e no âmbito familiar da vítima. As informações básicas, para análise dos homicídios no Brasil, são dadas pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS) que reporta que o número de vítimas femininas no período entre 2003 e 2013 era acima 4700 casos, no entanto, registra queda na taxa de violência no ano de 2007, devido a promulgação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Pena.

Desde 2000, 113 leis nacionais estão relacionadas com a promoção da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher. No entanto, a sociedade brasileira precisa avançar discussões e debates sobre a situação da mulher brasileira de modo a suplantar desigualdades, reafirmar direitos humanos e combater a violência contra a mulher.

Em meio a tantas notícias que a mídia brasileira tem trazido à tona sobre feminicídio e violência contra a mulher, o contexto de análise sobre mulheres no plano da Biblioteconomia e é um modo de celebrá-las pois como todas ainda enfrentam questões cotidianas de desigualdade de direitos bem como de enfrentamentos face às condições de trabalho e até inerentes a restrições orçamentárias para as bibliotecas onde realizam suas atividades laborais.

4.1 A mulher bibliotecária brasileira

Depois do primeiro curso de Biblioteconomia, fundado em 1911 na Biblioteca Nacional, o segundo curso ocorreu em São Paulo no Mackenzie College e ao longo dos anos foram inaugurados vários cursos de graduação no País e de pós-graduação.

Ao consultar o trabalho comemorativo dos cem anos de Biblioteconomia no Brasil, Weitzel (2015) relaciona a primeira geração de corpo docente que, no entanto, foi marcada por destaques masculinos e pouca referência à participação da mulher. Isso também se reflete na formação do bacharel em Biblioteconomia; percebe-se fragilidade de notícias sobre a presença feminina na área, deixando por vezes a sensação de que somente homens produziram marcos ou efemérides da história da Biblioteconomia brasileira.

Contudo, muitos exemplos podem ser destacados no que se refere à participação e contribuição do trabalho da mulher para a Biblioteconomia do qual repercute em toda a sociedade em termos de desenvolvimento intelectual, seja no Brasil ou no exterior. Um caso recente que merece o destaque é o exemplo das duas irmãs bibliotecárias no Iraque que estão reconstruindo a Biblioteca Pública em Mossul, destruída durante a guerra¹ que mesmo diante dos destroços e riscos de novos bombardeios, atuam junto à comunidade local para reconstrução da biblioteca pública.

Outro exemplo, são as Bibliotecas de mulheres. Instituições atendidas exclusivamente por funcionários da biblioteca do sexo feminino ou aquelas destinadas exclusivamente para usuários do sexo feminino, mas sim, configurando-se em centros de documentação especializados em questões do feminismo, o status das mulheres e estudos de gênero². Elas surgiram no final do século XIX ligado ao movimento do sufrágio, quando nos EUA e alguns países europeus estavam reivindicando o direito de voto para as mulheres e grupos diferentes foram constituídas para tal efeito. A criação de arquivos e bibliotecas para salvaguardar todos os documentos e periódicos e publicações monográficas relacionadas com o movimento para os Direitos das Mulheres pode ser considerada uma efeméride da mulher bibliotecária no mundo³.

Já o Comitê da American Library Association - ALA (2018), sobre o status das mulheres na Biblioteconomia, publica relatórios referentes aos vários aspectos de monitoração à função da mulher bibliotecária, tais como: discriminação, direitos iguais, feminismo, história da Biblioteconomia, bibliografia produzida por mulheres no país dentre outros assuntos que também estão inseridos, ao menos, nos dois aspectos teóricos com os quais motivam o presente estudo: a situação da mulher em contextos sociais que, embora com relativos avanços, ainda persistem a desigualdade e de violência contra a mulher e a atuação da mulher na Biblioteconomia.

Em 1971, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação elaborou um diretório de bibliotecários no País. Consta de 1386 entradas de nomes de profissionais, sendo 1331 de

1 Fonte: BBC Brasil. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/internacional-43547174?ocid=socialflow_facebook>.

2 Fonte:< <http://www.elcorreo.com/bizkaia/sociedad/201611/08/bibliotecas-mujeres-libros-autoras-20161107193414.html>>

3 Fonte:< <http://www.elcorreo.com/bizkaia/sociedad/201611/08/bibliotecas-mujeres-libros-autoras-20161107193414.html>>

mulheres atuantes na área. Contudo, tal publicação teve único objetivo de recensear a quantidade de profissionais brasileiros. Vale apontar a publicação 'O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação' (SILVA; ROMEIRO, 2018) que embora seja um modo de contar a história profissional da mulher nessas áreas, no entanto, limita-se à história sem objetivos biobibliográficos ou de diretório.

Mesmo diante de vários testemunhos de contribuição da mulher bibliotecária para a Biblioteconomia, nenhuma obra referencial sobre mulheres bibliotecárias brasileiras foi identificada. O que sugere, ou que não há fontes disponíveis ou que há falta de interesse de produção acerca do tema. E em qualquer resposta a tais hipóteses, verifica-se certa invisibilidade da mulher no plano da Biblioteconomia.

No entanto, há registros no Brasil de várias Biobibliografias de mulheres em diversificada área do conhecimento, tais como: na Literatura, nas Artes e Ciências, tal como reporta Hartness (2014), por exemplo: a obra de 2005 intitulada "Elas, as pioneiras do Brasil"..., de Hebe Costa que traz 60 biografias de mulheres ao longo de 500 anos de história brasileira, '25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira' de Luiz Ruffato, 2004, 'Catálogo bibliográfico: Trabalho feminino, cidadania e globalização', de 1997, coordenado por Eni de Mesquiat Samara, Bibliografia intitulada 'Estudos sobre violência sexual contra a mulher 1984-2003, por Kátia Soares Braga e Elise Nascimento, de 2014 e o diretório 'Lideranças negras', de Marcia Contins, de 2005.

4.2 Biobibliografia e diretório sobre mulheres bibliotecárias

Bibliografias são obras referenciais de consulta, onde o interessado poderá encontrar referência sobre material indicativo sobre o assunto de seu interesse (ALENTEJO, 2015). Já a biografia é uma fonte referencial sobre a vida e outros dados biográficos de interesse (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2013, p. 39), por exemplo: instituição de trabalho, cargo, função, endereço etc., onde deverá constar a narrativa da história de vida de uma pessoa. A junção desses tipos de trabalho resulta na biobibliografia cujo objetivo é posicionar o sujeito histórico em relação a sua comunidade, incluindo um resumo de sua vida e notícias sobre suas obras (ALENTEJO, 2015).

Quando a relação inclui entradas de pessoas vivas e organizações, esse trabalho é denominado por diretório. Os diretórios podem ser considerados como uma forma de cadastro biográfico ou guia de profissionais, incluindo informações de suas especialidades, assim como o 'Who is who', apresentando informações do presente (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 127).

No que se refere ao tema proposto, a instituição American Library Association (ALA) criou em 2008 o Comitê sobre o Status de mulheres na Biblioteconomia e tem publicado relatórios sobre o status de participação das mulheres nos Estados Unidos da América (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2018).

Contudo, no Brasil, nada com essa dimensão foi recuperado. A insuficiência de trabalhos completos sobre a temática proposta constitui uma barreira para pesquisa, tendo como principal fonte de diretório: 'Quem é quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil' (1971), foram identificados 1331 nomes femininos entre os anos de 1969 e 1970. Contudo, a biobibliografia resultante do estudo arrolou dezesseis entradas de mulheres bibliotecárias com registros biobibliográficos.

A pouca quantidade de entradas com Biobibliografia pode ser explicada pela falta de fontes sobre mulheres bibliotecárias disponíveis. A compilação poderia ter número maior de entradas na Biobibliografia. E isso poderia ampliar o entendimento sobre o desenvolvimento da

Biblioteconomia e bibliotecas brasileiras e melhor entendimento sobre a função social relativa à inclusão de valores sociais e de práticas científicas que consolidam a profissão relacionada à educação, cultura e promoção dos direitos humanos. Isso implica em dizer que nenhuma fonte biográfica foi atualizada e elaborada sobre o tema desde 1971.

Considerando o diretório proposto no estudo, sua criação pretendia ser pioneira, onde nomes e dados profissionais do País poderiam ser encontrados. Tal fonte serviria como um espectro de memória coletiva voltado para ampliar saberes sobre a participação feminina na história da Biblioteconomia brasileira.

O Diretório de mulheres bibliotecárias foi elaborado por pesquisa de campo, onde se coletou dados biográficos e outras notícias diretamente com o público desse estudo sob pedido de dados biográficos e profissionais em formulário via E-mail, direcionado aos quinze conselhos regionais de Biblioteconomia (CRB) que por exigência por força de lei, possuem os cadastros profissionais.

Constavam no formulário: dados biográficos e profissionais, tais como: nome completo, local e data de nascimento, graduação concluída e local e função laborais. No formulário ainda se solicitava o pedido de envio do mesmo para outras mulheres que conhecessem e deixava campo aberto para observações, das quais podiam, opcionalmente, as respondentes fazerem depoimentos que julgassem importantes, tais como: salário, satisfação com a profissão ou qualquer outra informação que julgassem pertinentes. O primeiro resultado está expresso no quadro abaixo:

Quadro 1. Quantitativo de respostas por CRB's

CRB	Quantidade de respostas	Indicações	Depoimento pessoal
1	2	-	-
2	-	-	-
3	-	-	-
4	1	-	-
5	3	1	1
6	2	-	1
7	54	3	17
8	1	-	-
9	8	3	3
10	6	3	3
11	1	-	1
13	1	-	1
14	-	-	-
15	1	1	-
TOTAL	80	11	27

Fonte: os autores.

Oitenta mulheres responderam ao formulário e destas, onze indicações foram feitas. De todas as respostas, vinte e sete depoimentos foram coletados. Em todos os depoimentos, verificou-se expresso contentamento com a participação no diretório com a consideração de que não apenas estariam sendo lembradas como celebradas.

Mas, para que, como uma continuidade deste trabalho, as novas profissionais possam continuar enviando seus dados através de alguma plataforma colaborativa na Web.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse trabalho apresentamos os resultados dos dois produtos biobibliográficos. Vale ressaltar que na pesquisa original, apresentou-se uma amostra, com técnicas de pesquisa bibliográfica e de pesquisa biográfica e de apresentação desses resultados, com arranjo feito em ordem alfabética estruturado de duas formas segundo o conceito de biobibliografia que é o resultado de pesquisa sobre a vida e obra de uma autoridade.

No contexto do diretório, a pesquisa cooptou via formulário, em um universo de 15 e-mail 80 respostas. Tudo isso demonstra a capacidade técnica e a possibilidade de se criar um diretório, para que essa celebração da mulher bibliotecária seja levada a cabo em definitivo. E este é o grau de novidade dessa pesquisa, isto é, a permanência de uma rede participativa e colaborativa de registro de memórias de mulheres bibliotecárias em alguma plataforma na Web.

Uma vez que a amostra que se encontrou nas compilações da pesquisa original não reflete toda a potencialidade e nem todas as mulheres, a possibilidade de uma plataforma que potencialize a colaboração e participação em rede na Web favorecerá a permanência de inserção de registros ao longo do tempo.

O estudo sobre a mulher não é apenas uma curiosidade, esse trabalho mostra que a história da Biblioteconomia brasileira pode ser contada pelo olhar da mulher bibliotecária e que para tanto, sua memória possa ser celebrada de modo que a plataforma para esse efeito permita a continuidade participativa e a forma cooperativa de construção de uma rede permanente e atualizada para garantir às gerações futuras os elementos de valorização profissional e da mulher.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na História da Biblioteconomia, verifica-se a ampliação de seu sentido de área do saber humano bem como de instituição profissional que passou a incluir as mulheres não apenas como aspecto de apoio ao mercado de trabalho, mas que, revela sua participação em todo o seu processo de desenvolvimento.

A ausência de fontes biobibliográficas sobre mulheres bibliotecárias no Brasil sugere que a invisibilidade feminina também fragiliza aspectos para se contar a história da Biblioteconomia, e conseqüentemente, das bibliotecas brasileiras. Pois, através da compilação feita para a biobibliografia, a quantidade de dezesseis entradas, dentre 1331 relacionadas no primeiro diretório sobre bibliotecários brasileiros de 1971, adiciona-se às questões da situação da mulher brasileira: desigualdades, condições de trabalho e de esquecimento.

No entanto, a proposta de diretório de mulheres bibliotecárias levada a cabo expôs uma adesão espontânea e participativa. Profissionais que nem tinham recebido a mensagem enviada para coleta de dados se manifestaram; a maioria não se limitou ao fornecimento de dados típicos de diretório, pois acrescentaram histórias de vida, depoimentos e expressaram desejo de serem ouvidas, jamais esquecidas.

Tal resultado evidenciou outro desejo: não ser o diretório um produto final, como uma publicação monográfica, mas sim, de se tornar potencialmente uma rede participativa de mulheres bibliotecárias. Algo possível com as tecnologias baseadas na Web.

Assim, tal rede pode ampliar registros de modo acumulativo, orientada pela cooperação de mulheres bibliotecárias, principalmente para o futuro. Isso pode trazer dois efeitos: 1) registro da memória continuada dessas mulheres com a noção de celebração de sua contribuição para a Biblioteconomia; 2) a história da Biblioteconomia e das bibliotecas poder ser contada pelo olhar da mulher. Por fim, mulheres bibliotecárias brasileiras protagonizaram e continuam protagonizando o desenvolvimento da Biblioteconomia e das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ALA: American Library Association. Disponível em:<<http://www.ala.org/>> Acesso em: 1 jun. 2018.

ALENTEJO, Eduardo. Bibliografia: caminhos da história contada e da história vivida. 2015. Revista Informação e Informação, Londrina, v. 20, n. 2, p. 20-62. Disponível em:<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23124/pdf_58> Acesso em: 4 mar. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo I: fatos e mitos. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em:<<http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>> Acesso em 23 jan.2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. **Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil**. Rio de Janeiro, 1971.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em:<<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2018.

CHANTER, Rachel. **The book huntresses: Women Bibliophiles**. [S.l.], 2017. Disponível em:<<http://www.peterharrington.co.uk/blog/the-book-huntresses-women-bibliophiles/>> Acesso em: 30 maio 2018.

CORRÊA, Douglas. Câmara do Rio, Defensoria e OAB condenam ofensas de Paes à mulher negra. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 29 ago. 2016. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-08/camara-do-rio-defensoria-e-oab-condenam-ofensas-de-paes-mulher>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da. CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília, DF. Ed. Briquet de Lemos Livros. 2008.

GOVERNO DO BRASIL. **Políticas públicas para mulheres ganham espaço no país**. Brasília, DF, 2 jun. 2014, última modificação 23 dez. 2017. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/politicas-publicas-para-as-mulheres-ganham-espaco-em-estados-e-municipios>> Acesso em: 23 abr. 2018.

HARTNESS, Ann. **Brasil: obras de referência, 1999-2013**. Brasília, DF: Briquet de Lemor, 2014.

MARTINS, José Pedro Soares. **Mulheres no Brasil: oito avanços em políticas públicas (e oito grandes desafios)**. Agência Social de Notícias, [São Paulo?], 15 set. 2014. Disponível em:<<http://agenciasn.com.br/arquivos/348>> Acesso em: 5 abr. 2018.

ROCHA, Gustavo. **Ministro dos Direitos Humanos ressalta crescimento da bancada feminina na Câmara dos Deputados**. Brasília, DF: Secretaria Nacional para Políticas para Mulheres, 2018. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/ministro-dos-direitos-humanos-ressalta-crescimento-da-bancada-feminina-na-camara-dos-deputados>>. Acesso em 8 out. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf> Acesso em: 23 jan. 2018.

SECRETARIA NACIONAL de políticas para mulheres. **Mapa da violência apresenta aumento de homicídios de mulheres**. 9 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/mapa-da-violencia-apresenta-aumento-de-homicidios-de-mulheres>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

WEITZEL, Simone da Rocha. Professores e alunos fundadores: de 1915 a 1949. Revista Chronos, Rio de Janeiro, Edição comemorativa 10 abr. 2015, Seção II, p. 82. Disponível em: <<http://www.unirio.br/proreitoria-de-extensao-e-cultura/publicacoes/revista-chronos/ano-08-2013-numero-10-2014-100-anos-de-instalacao-da-escola-de-biblioteconomia>> Acesso em: 30 maio 2018.

A REPRESENTAÇÃO LGBTQ NO CINEMA: SUA PRÁTICA E SEUS DISCURSOS

MARA COELHO DE SOUZA LAGO

*Professora Voluntária no quadro de docentes permanentes do
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
da Universidade Federal de Santa Catarina/PPGICH/UFSC
maralago7@gmail.com*

CARLOS FREDERICO BUSTAMANTE PONTES

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
da Universidade Federal de Santa Catarina/PPGICH/UFSC e
Professor Adjunto do Departamento de Artes Cênicas
da Universidade Federal de São João del-Rei/DEACE/UFSJ
fredericobustamante@ig.com.br*

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento bibliográfico, em forma de revisão sistemática ou “estado da arte” da produção científica brasileira, bem como de alguns outros países da América Latina, vinculado ao cinema de temática LGBTQ. O estudo teve como foco os artigos indexados nos portais SciElo e CAPES, e as dissertações e teses disponibilizadas no portal CAPES. A pesquisa se concentrou nos artigos publicados em revistas nacionais, de outros países latino-americanos, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil até o ano de 2017. O intuito do trabalho foi circunscrever as principais ideias discutidas nestes materiais, além de observar a especificidade de seus objetos de análise. O resultado apontou, como um primeiro e importante dado, para o crescimento das pesquisas sobre este tema nos últimos anos no Brasil.

Palavras-chave: Cinema LGBTQ. Estado da arte. Revisão sistemática

ABSTRACT

The objective of this work was to carry out a bibliographical survey, in the form of a systematic review or “state of the art” of the Brazilian scientific production, as well as of some other Latin American countries, linked to LGBTQ thematic cinema. The study focused on articles indexed in the portals SciElo and CAPES, and dissertations and theses available on the CAPES portal. The research focused on articles published in national journals, from other Latin American countries, master’s dissertations and doctoral theses defended in Brazil until 2017. The purpose of the work was to circumscribe the main ideas discussed in these materials, besides observing the specificity of their objects of analysis. The result pointed, as a first and important data, to the growth of research on this topic in recent years in Brazil

Key-Words: LGBTQ Cinema. State of art. Systematic review

No trabalho que segue, relato a pesquisa de caráter bibliográfico, em forma de revisão sistemática (Ana ZOLTOWSKI; Angelo COSTA; Marco TEIXEIRA; Silvia KOLLER, 2014 e Alda J. ALVES, 1992) ou “estado da arte” (Norma FERREIRA, 2002), da produção científica brasileira, bem como de alguns outros países da América Latina, relacionada ao cinema de temática LGBTQ.

Realizei um levantamento através da base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online – www.scielo.org) e do portal de periódicos e de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – www.capes.gov.br). No portal da SciELO, pesquisado inicialmente, averigui, entre fevereiro e março de 2018, os artigos que foram publicados em revistas eletrônicas nacionais e de alguns outros países latino-americanos. Já no Portal da Capes, investiguei as teses e dissertações defendidas até o momento desta pesquisa e disponibilizadas no portal. No portal da SciELO consegui encontrar um número relevante de trabalhos produzidos e publicados até o ano de 2017 em revistas brasileiras e latino-americanas, e organizá-los em função de seus recortes temáticos e referenciais teórico-metodológicos.

Doze artigos foram selecionados no portal SciELO e lidos integralmente para uma compreensão mais aprofundada acerca da produção científica que vem sendo realizada até o momento no Brasil, bem como em alguns países de língua espanhola da América do Sul, Central e do Norte. Além disso, com a leitura, intencionei averiguar a forma de apropriação do tema e o recorte definido pelo/a pesquisador/a no intuito de avaliar, com a análise, como estes trabalhos estariam contribuindo para problematizações acerca do cinema LGBTQ e sua relação com as sociedades e culturas. A maior parte dos trabalhos lidos revelaram análises aprofundadas e reflexivas sobre estas relações. Observei que boa parte deles, no entanto, voltava-se mais para discussões sobre identidade de gênero e sexualidades no cinema relacionando contextos socioculturais brasileiros e de outros países latino-americanos. Alguns artigos, no entanto, relacionavam o cinema LGBTQ à sociedade norte-americana. Compreendo que isto se deu por causa da vinculação desta sociedade à significativa produção cinematográfica LGBTQ e em função das possíveis relações deste cinema com os movimentos sociais, políticos e contraculturais que por lá se desenvolveram a partir dos anos sessenta e setenta do século XX.

No portal de periódicos da CAPES foram encontrados 28 artigos publicados em revistas eletrônicas (nacionais e latino-americanas) e, dentre estes, 21 foram os que se aproximaram do objeto de estudo pretendido neste levantamento. Observei e considerei, principalmente, no âmbito geral dos artigos levantados pelos portais SciELO e CAPES, os resumos dos trabalhos, os objetos e objetivos dos estudos, os filmes analisados, os métodos de pesquisa, as áreas de atuação dos/as pesquisadores/as, os locais e instituições em que os trabalhos foram produzidos, o ano de publicação dos mesmos e as revistas em que os artigos foram publicados.

Quanto às teses e dissertações defendidas no país, localizados no portal CAPES, encontrei 42 trabalhos realizados. Dentre estes, apenas oito eram teses e 34 foram dissertações. Os mesmos itens observados no levantamento dos artigos foram utilizados para a análise das teses e dissertações. Como algumas das teses e dissertações foram realizadas antes da implantação da Plataforma Sucupira¹, há poucas informações sobre estes trabalhos no portal CAPES, o que dificultou a identificação de todos os itens acima citados.

1 A Plataforma Sucupira “é uma nova e importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A Plataforma deve disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica”. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>. Acesso em: 09 de abr. 2018.

Principais delineamentos teóricos dos artigos

Os artigos analisados através da identificação de seus recortes temáticos e escolhas teóricas e metodológicas revelaram perfis de pesquisa diversificados. Além disso, vê-se que distintas áreas disciplinares, em diálogo interdisciplinar, vêm estudando e refletindo teoricamente sobre o cinema LGBTQ. Assim, por meio da análise de alguns artigos mais vinculados ao objeto desta pesquisa e através do conjunto dos trabalhos selecionados, foi possível identificar os seguintes e principais delineamentos teóricos:

(1) a problematização das relações entre os diferentes aspectos que envolvem o âmbito cinematográfico (olhar da câmera, direção, roteiro, recepção etc.) e a construção de “verdades sobre os corpos” (Luciene G.-VIANA; Isalena S. CARVALHO, 2014, p. 171), dentre outros termos utilizados, comunicadas aos/às espectadores/as em geral por meio do filme;

(2) a teorização acerca da função do cinema LGBTQ enquanto propiciador de “mundos possíveis” (Marco A. SILVA, 2015), ou “novos mundos” (Karl SCHOONOVER; Rosalind GALT, tradução de Karla BESSA, 2015), nos quais se observe a vivência de uma coexistência respeitosa e pacífica entre as diferenças individuais e distintas experiências de vida; (3) a crítica, com base em alguns filmes e presente em todos os trabalhos, ao modelo binário de orientação sexual e identidade de gênero hegemônico. Conseqüentemente, (4) parte do cinema LGBTQ estaria favorecendo a desconstrução, nas diferentes sociedades, dos regimes de verdade constituídos social e culturalmente pelas racionalidades modernas e contemporâneas. Estes regimes, dizem os/as autores/as, ao reiterarem e legitimarem a relação entre a suposta noção de “normalidade” biológica e os padrões cisgênero e heterossexual, excluem outras expressões da sexualidade e da identidade de gênero consideradas “anormais” e/ou abjetas.

Em um caminho de análise semelhante, observei também (5) a crítica dos/as pesquisadores/as às reivindicações que o cinema de temática gay e lésbica vem fazendo à legitimação destas identidades coletivas consideradas fixas. Como consequência, os/as autores/as observam o favorecimento da manutenção da exclusão social de outras noções identitárias menos fixas e/ou instáveis relacionadas aos âmbitos da sexualidade e da identidade de gênero.

Além disso, observei diferentes críticas nos trabalhos (6) aos estereótipos que o cinema “*mainstream*” LGBT, a partir principalmente dos anos 2000 (Érica SARMET; Mariana BALTAR, 2016), vem produzindo e/ou reafirmando nos âmbitos sócio-políticos e culturais. Estas críticas, por um lado, tanto apontam para o reforço (indireto) que o cinema LGBTQ vem fazendo à já proeminente e maciça presença dos padrões cis e heterocentrados nas sociedades, quanto, por outro lado, denunciam a predominância, nos filmes, de modelos de gays e lésbicas de pessoas brancas, neoliberais e de classe média. Alguns trabalhos descrevem, por meio do cinema, onde, quando e como se deu a construção destes modelos e o lugar hegemônico no qual tais políticas identitárias, em particular as norte-americanas, tiveram ressonância a fim de uma legitimação hoje mais global e dominante (Santiago PEIDRO, 2016).

Foi possível observar também nos artigos, estudos sobre (7) o cinema LGBTQ (ou “cinema queer”) mais independente, atual e que vem sendo exibido principalmente em festivais ao redor do mundo (Karla BESSA, 2007) ou mesmo em circuitos de exibição convencionais. Nestes estudos, vê-se o olhar dos/as pesquisadores/as voltados para o cinema LGBTQ contemporâneo e o que ele tem propiciado no sentido da (des)construção e/ou reafirmação de “novos modos” de existência mais plurais e fluidos identitariamente. Estuda-se que neste atual cinema queer não só as categorias de gênero e sexualidades estão sendo privilegiadas, mas que há, em relação a estas, outras problematizações interseccionais envolvendo questões

de raça/etnia (Glauco B. FERREIRA, 2015), classe, geração (Alisson MACHADO; Marlon S. M. DIAS; Flavi F. LISBOA FILHO, 2016), etc.

Outro aspecto importante observado ao longo das análises, em particular nos (8) trabalhos realizados por pesquisadores/as de países latino-americanos escritos em língua espanhola, é o questionamento sobre a validade do uso do termo “queer” para denominar as perspectivas teóricas e/ou fílmicas relacionadas às dissidências sexuais e de gênero destes países. Há também a crítica sobre a adoção do termo, a fim da designação das atuais identidades sexuais e de gênero dissidentes, pelos movimentos sociais latino-americanos. A justificativa para o questionamento da validade do uso dessa denominação em contextos de estudo e militância não-hegemônicos, é que ele é um léxico de origem anglo-saxã e que carrega, por este motivo, significados muito particulares e relacionados aos âmbitos sócio-políticos, culturais e linguísticos nos/dos quais se desenvolveu e originou.

Outro aspecto importante observado em boa parte dos trabalhos, é o foco de estudo destes que, nos artigos analisados, diferencia-se hoje de forma significativa dos primeiros trabalhos sobre sexualidades produzidos a partir dos anos 1970 e dos que continuaram a ser produzidos nas décadas posteriores. Nestes primeiros trabalhos, os temas eram mais voltados para problematizações identitárias relacionadas às questões de gays e lésbicas, em contraposição às categorias dominantes heteronormativas. Estes estudos ficaram conhecidos como de “gays e lésbicas” ou *lesbian and gay studies*.

No entanto, nos trabalhos mais recentes sobre questões LGBTQ e nos estudos que se referem ao cinema com temáticas relacionadas ao gênero e sexualidades, em particular nos artigos observados neste levantamento, o olhar dos/as pesquisadores/as tem confrontado e desestabilizado tais noções consideradas essencialistas e normativas. Nos estudos atuais, os/as autores/as têm se voltado para discussões nas quais a problematização das identidades nas “margens” (FERREIRA, 2015) ou “fronteiriças” (Adriana V. BONATTO, 2017), dentre outros termos utilizados nos artigos, coloca-se como eixo central das teorizações relacionadas ao cinema queer. Nestas, discute-se de diferentes modos “a plasticidade do corpo e a fluidez do gênero, demonstrando seu caráter construtivo ao se desvincular de categorizações fixas essencialistas” (Débora BREDER; Paloma COELHO, 2017, p. 1489).

Foram encontrados 15 trabalhos, dos 34 analisados, cujo objeto de estudo ou são personagens transexuais, intersexuais e transgêneros, ou um dos temas analisado é a crítica, por exemplo, à noção binária *coming out*. Esta, pelo fato de ser advinda de uma conjuntura cultural e política particular e ter sido construída em um momento histórico específico, expressa significações datadas e relacionadas ao seu lugar, pensamento e contexto de origem.

É por isso que nos trabalhos analisados, as problematizações acerca da identidade de gênero e da orientação sexual encontram nas teorias queer um maior suporte teórico, pois nestas, os referenciais conceituais para o estudo e a compreensão destes temas se mostram mais fluidos e/ou mais flexíveis. Estes referenciais favorecem a que tais questões individuais possam ser analisadas de modo menos dicotômico e binário, já que determinados temas que envolvem a subjetividade não podem ser definidos de forma tão objetiva e/ou racional.

Ainda em relação às abordagens mais recorrentes observadas nos artigos analisados, destaco o olhar dos/as pesquisadores/as voltado para o cinema LGBTQ com o objetivo de teorizá-lo como potente “detonador” de discussões e práticas educacionais capazes de deslocar o regime cishetero e homonormativo. Através destas práticas, pretende-se o descentramento dos lugares constituídos socialmente acerca do masculino e do feminino (SCHMIDT; STOCKER, 2013) e ressignificar o âmbito das experiências escolares que, em geral, é LGBTQfóbico e excludente.

Quanto aos objetos de estudo dos trabalhos que se vinculam especificamente ao cinema brasileiro LGBTQ ou a contextos de experiência LGBTQ nacionais ligados ao hoje chamado cinema queer, apenas oito artigos foram encontrados. Dois trabalhos são etnográficos e de um mesmo autor, com foco em análises de filmes apresentados no Festival Mix Brasil de Cinema da Diversidade Sexual, realizado em São Paulo desde 1993. No mais recente artigo, Marcos Aurélio da Silva (2013, p. 19) “busca perceber como as relações entre cinema e cidade podem ser percebidas nas corporalidades LGBTs nas urbanidades paulistanas”. Já o segundo estuda indaga como se pode “pensar o cinema, independente se ficção ou documentário, enquanto a constituição de uma realidade possível” (SILVA, 2015, p. 17).

Nos trabalhos que realizam análises teóricas a partir de filmes nacionais, somente três longas-metragens brasileiros de ficção são abordados: *A casa Assassinada* (Paulo Cesar Saraceni, 1972), *A febre do rato* (Cláudio Assis, 2011) e *Tatuagem* (Hilton Lacerda, 2013).

No primeiro estudo, Karla Bessa (2017, p. 291) “analisa as potencialidades políticas e teóricas da linguagem cinematográfica com enfoque nos modos como expressa e recria a relação entre sexualidade e diferenças de gênero”. No segundo artigo analisado, Wilton Garcia (2015), que assina também a autoria de outro trabalho com um documentário sobre a vida de uma travesti, privilegia, em *A febre do rato* (2011), o estudo sobre as categorias de corpo, gênero, identidade e performance voltadas para a discussão do cinema nacional contemporâneo. No artigo seguinte, sobre o documentário *Olhe pra mim de novo* (2010), com direção de Claudia Priscilla e Kiko Goifman, Garcia (2016) também problematiza as categorias citadas no trabalho anterior, só que agora as observa a partir de um documentário brasileiro.

O último trabalho analisado relacionado ao cinema nacional foi a resenha de João Bôsco Hora Góis (2002) sobre o livro *A personagem homossexual no cinema brasileiro* (2002), de Antônio Moreno. Única resenha analisada no levantamento pelo fato de se tratar, como foi dito anteriormente, de uma obra brasileira específica e rara sobre a representação de personagens homossexuais no cinema nacional. A resenha, de 2002, embora seja um dos dois trabalhos mais antigos dentre todos os selecionados, já aponta para a crítica aos modelos de gays e lésbicas de classe média, enquadrados nos moldes capitalistas e sem ambiguidades no que concernem à identidade, expressão de gênero e/ou orientação sexual. Estes modelos, considerados representativos de uma noção de homossexualidade originária da cultura e sociedade norte-americanas, sugere a incorporação de características semelhantes às dos padrões heterossexuais.

Pelo visto, os debates pós-coloniais vinculados ao cinema LGBTQ não são tão recentes, embora, no Brasil, bem como em outros países latino-americanos, tal produção científica sobre esta crítica aos modelos norte-americanos só começa a aparecer de forma predominante na segunda metade da última década.

Apontamentos sobre as teses e dissertações

Com relação aos recortes e objetos das pesquisas, observei que, diferente dos artigos analisados, a maior parte está relacionada à produção de cinema LGBTQ nacional, ou vinculada a contextos de experiência LGBTQ no Brasil nos quais o cinema é o objeto do estudo. São ao todo vinte trabalhos sobre este tema. Dois trabalhos tratam especificamente do homoerotismo masculino e um sobre o homoerotismo feminino no cinema brasileiro. O primeiro estuda o tratamento geral das representações do homoerotismo masculino a partir de filmes nacionais dos anos 1930 à contemporaneidade e o segundo é sobre dois filmes brasileiros, *A festa da menina morta* (Matheus Nachtergaele, 2008) e *Do começo ao fim* (Aluizio Abranches, 2009). O trabalho sobre homoerotismo feminino cita a perspectiva pós-estruturalista como referencial teórico e analisa seis longas-metragens nacionais não informados. Outro trabalho estuda documentários queer

produzidos no sul do Brasil de 2000 a 2014. Neste, observam-se personagens LGBTQ nos filmes e se investigam as posturas éticas das obras, os dispositivos estilísticos e técnicos utilizados e quais as representações que este cinema tem figurado na concepção de um discurso e de uma estética nacionais queer. Outra pesquisa aponta para as corporalidades masculinas em filmes de pornografia masculina brasileira. Dois outros trabalhos objetivam o olhar sobre o cinema considerado queer que foi produzido no Brasil. A primeira pesquisa observa os filmes realizados no Brasil até os anos de 1950 na perspectiva queer e a segunda analisa a produção do cineasta pernambucano Jomard Muniz de Britto, iniciada na década de 1970, e a construção de um discurso fílmico sobre as dissidências sexuais e de gênero na perspectiva queer. Outro trabalho aponta para a análise dos filmes brasileiros *A Febre do rato* (2011) e *Tatuagem* (2013), já citados nos artigos, e a relação destes filmes na produção de novas abordagens pedagógicas mais inclusivas na educação. Outra pesquisa analisa o documentário *Dzi croquetes* (Tatiana Issa, Raphael Alvarez, 2009) e as micropolíticas de corpo, gênero e sexualidade que o filme apresenta como modos de subjetivação queer, em face de uma experiência teatral-contestatória no Brasil dos anos 1970. Duas pesquisas com o foco também em documentários apontam para o estudo do olhar cinematográfico sobre as representações de personagens transexuais, travestis e transgêneros. A primeira pesquisa analisa estas representações por meio dos filmes *Meu amigo Cláudia* (Dácio Pinheiro, 2009), *Dzi croquetes* (2009) e *Bombadeira* (Luís Carlos de Alencar, 2007) e a segunda por meio do documentário *Kátia* (Karla Holanda, 2012). Outro trabalho analisa a descoberta do homoerotismo masculino através de curtas-metragens brasileiros e outro a partir do cinema feito com uma Câmera Super 8. Neste último, o tema do trabalho é “Parahyba masculina feminina neutra”.

Há também uma pesquisa que observa o cinema brasileiro produzido de 1961 a 2000 pela perspectiva de gênero e outra que analisa dois curtas-metragens baianos a fim de contextualizar a retomada da memória da mulher, da década de 1970, pelas mulheres transexuais da década de 2010. Nesta última, o autor explicita a utilização da metodologia arqueológica de Michel Foucault para a análise dos filmes. Outra pesquisa é sobre a questão da identidade homossexual no cinema contemporâneo observada pelo viés de entrevistas com participantes/espectadores/as de um grupo de militância LGBTQ denominado “Estruturação”. Há também um trabalho que observa as experiências sexuais de pessoas LGBTQ em um cinema carioca considerado de sexo casual e outro sobre a identidade e a representação do homem gay no filme *Madame Satã* (Karim Aïnouz, 2002). Por fim, há uma pesquisa sobre a fabricação midiática das homossexualidades através do programa de TV *Fica comigo gay*, outra sobre as relações de gênero no longa-metragem nacional *Hoje eu quero voltar sozinho* (Daniel Ribeiro, 2014) e uma última sobre a avaliação estética de alguns filmes brasileiros observados sob a lógica da frivolidade, do dandismo e da improdutividade queer como nortes conceituais das discussões.

Além das teses e dissertações vinculadas ao cinema LGBTQ nacional, há ainda pesquisas com diversos recortes relacionadas ao cinema LGBTQ e disponibilizadas, a partir dos descritores citados, pelo portal da CAPES. Uma delas é a análise das representações sociais de homossexuais, observadas através de 13 cartazes de filmes gays traduzidos do inglês para o português do Brasil. São analisados os elementos verbais e as imagens através dos quais o autor concluiu que tais cartazes oscilam na representação de estereótipos de subordinação e de legitimação da conjuntura queer.

Outro trabalho analisa o conceito de “metronormatividade” a partir dos filmes latino-americanos *Madame Satã* (2002), *XXY* (Lucía Puenzo, 2007) e *Pelo malo* (Mariana Rondón, 2013). O estudo pretende traduzir a noção em questão à luz do contexto latino-americano, buscando a decolonização do conceito em função de sua legitimação enquanto um discurso universalista.

Outra pesquisa aponta para a análise do cinema queer como forma de repensar novas possibilidades de abordagem para o trabalho com gênero e sexualidades no ensino das línguas estrangeiras. Há também um estudo sobre os modos de representação de personagens gays no cinema de animação e outro sobre personagens gays no cinema estrangeiro. Neste último, os filmes analisados foram: *Gaiola das loucas* (*La cage aux folles*, Édouard Molinaro, 1978), *Será que ele é?* (*In & out*, Frank Oz, 1998) e *Cruzeiro das loucas* (*Boat Trip*, Mort Nathan, 2002).

Outras análises apontam para filmes LGBTQ estrangeiros mais atuais ou bastante antigos e pesquisas relacionadas a cineastas com bastante notoriedade. Em uma destas pesquisas, vê-se o estudo sobre o homoerotismo feminino por meio dos filmes *Azul é a cor mais quente* (*La vie d'Adèle*, Abdellatif Kechiche, 2013) e *Carol* (*Carol*, Todd Haynes, 2015). Uma pesquisa analisa o cinema de Gus Vant Sant cuja Trilogia da Morte (*Gerry/Gerry* - 2002, *Elefante/ Elephant* - 2003 e *Últimos dias/ Last Days* - 2005) se aproxima do New Queer Cinema.

Há também um estudo sobre a análise dos corpos femininos a partir dos filmes *Quanto mais quente melhor* (*Some Like It Hot*, Billy Wilder, 1959), *Transamérica* (*Transamerica*, Duncan Tucker, 2005), *Elvis & Madona* (Marcelo Laffitte, 2010) e *A pele que habito* (*La piel que habito*, Pedro Almodóvar, 2011).

Quanto às pesquisas relacionadas ao cineasta espanhol Pedro Almodóvar, foram encontrados sete trabalhos cujo recorte do objeto privilegia alguns aspectos de sua cinematografia. Além de problematizações diversas sobre sua obra e a relação desta com as questões de gênero e sexualidades, os filmes mais citados nas pesquisas acerca do cineasta e roteirista espanhol são *A lei do desejo* (*La ley del deseo*, 1987), *Má educação* (*La mala educación*, 2004), *Matador* (*Matador*, 1986) e *Labirinto de paixões* (*Laberinto de pasiones*, 1982).

Há uma pesquisa sobre HIV/Aids, gênero e sexualidades em filmes hollywoodianos, uma sobre gênero e sexualidades na escola com filmes diversos e uma sobre a recepção fílmica com crianças e adolescentes a partir do filme *Tomboy* (*Tomboy*, Céline Sciamma, 2011).

Ao explicitar os objetos de estudo e os objetivos gerais das pesquisas de mestrado e doutorado, observei (1) que os enfoques principais dos estudos estão voltados, em sua maior parte, para a análise de filmes de ficção e a relação destes com as questões de identidade de gênero e sexualidades. Da mesma forma que os artigos analisados, foram poucos os documentários que se tornaram objeto de estudo das pesquisas acadêmicas.

No entanto, é interessante observar que nos quatro trabalhos sobre documentários nacionais, em que alguns são mais conhecidos e outros menos, (2) todos eles problematizam experiências reais de pessoas transexuais, travestis, queers e/ou de identidade transgênera. Por outro lado, diferente dos artigos, (3) apenas 11 pesquisas acadêmicas, das 39 observadas, tinha como objeto central, ou em seu *corpus* analítico, filmes com personagens denominados queers e/ou com identidades das “margens”.

Além disso, (4) vê-se uma diversidade de temas envolvendo o cinema LGTQ, porém nenhum dos trabalhos foca especificamente na “identidade” bissexual. Esta categoria identitária também não aparece em nenhum dos artigos analisados. Observei ainda (5) que a maior parte das pesquisas de mestrado e doutorado é sobre o “homoerotismo masculino” e/ou a identidade “gay” no cinema e (6) apenas dois trabalhos discutem, especificamente, o “homoerotismo feminino” e/ou a identidade “lésbica”.

Considerações finais

Ao final das análises dos artigos, dissertações e teses vinculados ao cinema de temática LGBTQ duas considerações podem ser feitas. A primeira, e a meu ver a mais importante, é a constatação do número crescente de estudos realizados no Brasil refletindo sobre (e avaliando) o papel relevante deste cinema nos diferentes âmbitos que envolvem os processos de constituição subjetiva do/a espectador/a LGBTQ e do público em geral.

Observei também, como um segundo ponto importante, a ênfase reflexiva sobre o papel do cinema, em geral, como produtor de imagens, modelos ou regimes de “verdade” subsidiando a maior parte das análises específicas acerca do cinema LGBTQ e seu lugar enquanto instrumento favorecedor ou desfavorecedor (por vezes de forma concomitante) da formação e/ou desconstrução de identidades coletivas. As pesquisas demonstram como tais identidades podem ser fortalecidas ou fragilizadas em virtude do enfoque que o cineasta, roteirista, etc. dê a estes temas no processo de concepção da obra.

Referências

ALDA, Judith Alves. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, nº 81, pp.53-60, mai. 1992.

BESSA, Karla. “Como cheguei a ser o que sou”? Uma estética da torção em filmes das décadas de 60 e 70. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, 2017. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/pt_1806-9584-ref-25-01-00291.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BESSA, Karla. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, n. 28, 2007. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100012&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 15 mar. 2018.

BONATTO, Adriana V. Entre lo propio y lo ajeno: modulaciones identitarias fronterizas en Pedro Almodóvar, Eduardo Mendicutti y Luis Antonio de Villena. **Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 25, n. 3, 2017. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44845>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BREDER, Débora; COELHO, Paloma. Desvelando imagens: o visível e o indizível na pele que habitamos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 25, n. 3, 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000301489&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FERREIRA, Glauco b. Margeando ativismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde. **Estudos Feministas**, v. 23, n.1, 2015. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000100207&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FERREIRA, Norma S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, pp.257-272, ago. 2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

GÓIS, João B. H. Homossexualidades projetadas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14976.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MACHADO, Alisson; DIAS, Marlon S. M.; LISBOA FILHO, Flavi F.. Velhos amores: a representação dos homossexuais idosos em curtas contemporâneos. **Mediação**, Belo Horizonte, vol. 15, 2016. Disponível em:<<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/1463>>. Acesso: 20 fev. 201

PEIDRO, Santiago. Reflexiones Acerca de la caída del padre y las minirías sexuales. **Affectio Societatis**, vol. 10, n. 19, 2013. Disponível em:<<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/affectiosocietatis/article/view/18001>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Disidencias sexuales en Argentina: tres películas del siglo XXI. **Latinoamérica**, Buenos Aires, n. 64, 2017. Disponível em:<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742017000100257>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SARMET, Érica; Mariana BALTAR, Mariana. Pedagogias do desejo no cinema queer contemporâneo. **Textura**, Canoas, v. 18, n. 38, 2016. Disponível em:<<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2227>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SCHOONOVER, Karl; GALT, Rosalind. Os mundos do cinema queer: da estética ao ativismo. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 17, n. 30, 2015. Disponível em:<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF30/11_Os_mundos_do_cinema_queer.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SILVA, Marco A. A cidade de São Paulo e os territórios do desejo: uma etnografia do festival Mix Brasil de Cinema e Vídeo da Diversidade Sexual. **EcoPós**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 3, 2013. Disponível em:<https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/830>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. Cinema, Antropologia e a construção de mundos possíveis: o caso dos festivais de cinema da diversidade sexual. **Aceno**, Cuiabá, vol. 2, n. 3, 2015. Disponível em:><http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/2538>>. Acesso: 13 mar. 2018.

VIANA, Luciene G.; Isalena S. CARVALHO, Isalena S. Gêneros inteligíveis em cena: o cinema e a produção de verdades sobre os corpos. **Athenea Digital**, v. 14, 2014. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/287450310_Generos_inteligibles_en_la_escena_el_cine_y_la_produccion_de_verdades_sobre_los_cuerpos>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ZOLTOWSKI, Ana P. C.; COSTA, Angelo B.; TEIXEIRA, Marco A. P.; KOLLER, Silvia H. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, vol. 30, nº 1, pp. 97-104, jan./mar. 2014. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722014000100012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 fev. 2018.

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR

Gislene Quaresma Oliva

Mestranda em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
gqo7@yahoo.com.br

Maria da Luz Alves Ferreira

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
mariadaluz@oi.com.br

RESUMO: A Ditadura Militar no Brasil representou um momento de autoritarismo político, de violação dos direitos humanos, bem como à liberdade de expressão. Foi nesse contexto de repressão que surgiu uma série de movimentos sociais no Brasil, em especial o Movimento Feminista, que se caracterizaria como uma consequência das ações na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal, passando a questionar e ao mesmo tempo desestabilizar a ordem vigente na sociedade. Nessa perspectiva, o Movimento Feminista buscou uma rede de protesto e resistência, frente aos acontecimentos vivenciados naquele momento, marcado pelas mortes, cassações, exílio e perseguições. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a mostrar como se deu a evolução do Movimento Feminista a partir da Ditadura, buscando entender por meio da pesquisa bibliográfica e entrevistas ainda exploratória, como se deu o processo de resistência e consolidação frente ao período de negação dos direitos.

Palavras-Chave: Feminismo, Ditadura Militar, opressão, resistência, liberdade

ABSTRACT: The Military Dictatorship in Brazil represented a moment of political authoritarianism, of violation of human rights, as well as freedom of expression. It was in this context of repression that a series of social movements appeared in Brazil, especially the Feminist Movement, which would be characterized as a consequence of the actions in the liberation of women from the ties of gender oppression and patriarchal oppression, starting to question and at the same time to destabilize the current order in society. In this perspective, the Feminist Movement sought a network of protest and resistance, facing the events experienced at that time, marked by deaths, castigations, exile and persecutions. In this sense, the present article intends to show how the evolution of the Feminist Movement from the Dictatorship has evolved, trying to understand through exploratory bibliographical research and interviews, how the process of resistance and consolidation occurred in the face of the denial period rights.

Key-words: Feminism, Military dictatorship, oppression, resistance, freedom

INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo analisar como foi a atuação do Movimento Feminista no período da Ditadura Militar durante dos anos de 1964 a 1985, período de perda da Democracia e liberdade de organização e no pós Ditadura. Através da pesquisa bibliográfica e de entrevistas ainda exploratórias com participantes do movimento feminista do período supracitado para compreender como o movimento feminista resistiu durante o período da Ditadura Militar. Este tema faz parte da minha pesquisa de Mestrado e em outra fase da mesma farei as entrevistas em profundidade.

Partiremos da abordagem do Movimento Feminista Brasileiro, desde as origens do mesmo para compreendê-lo em todas as suas dimensões. Foi no século XIX e início do XX, período conhecido como a Primeira Onda do Feminismo, que aconteceu o sufrágio das mulheres, direitos trabalhistas e educacionais para as mulheres e garotas. Enquanto, a Segunda Onda que aconteceria nas décadas de 60-80, lidava com a desigualdade das leis, assim como as desigualdades culturais. E por fim, a Terceira Onda, marcada pelo começo da década de 2000, e entendida por alguns como continuidade da segunda.

REFERENCIAL TEÓRICO - O SURGIMENTO DO FEMINISMO E SEUS DESAFIOS

Ao analisar a história das mulheres no mundo ocidental percebe-se que as mesmas sempre se posicionaram de modo a não aceitar sua condição, e pagaram caro ao lutar por liberdade, uma vez que o pagamento de muitas foi a própria vida. Até mesmo a Igreja Católica foi extremamente severa contra as mulheres que ousassem desafiar os princípios e dogmas por elas pregados.

A origem do Movimento Feminista se deu nos Estados Unidos da América na década de 60, e depois se expandiu para diversos outros países, tendo como idéia inicial a libertação das mulheres. Entretanto, há registro de que a palavra “feminismo” tenha sido usada inicialmente na França e nos Países Baixos no século XIX em uma conjuntura diferente, que era a sociedade liberal européia emergente.

Com essa primeira onda do feminismo, a qual se deu nas últimas décadas do século XIX, em que as mulheres passaram a se articular para lutar por seus direitos, merecendo destaque o direito ao voto, Pinto (2010) faz referência às sufragetes, que ficaram conhecidas por promoverem em Londres enormes manifestações, greves de fome e inclusive nos lembra a morte de Emily Davison em 1913, que se atirou à frente do cavalo do Rei, e somente em 1918 o direito ao voto fora conquistado na Inglaterra.

Nesse sentido, a Inglaterra se torna o núcleo irradiador do feminismo emancipacionista, e a luta focava-se na obtenção de igualdade jurídica como, por exemplo, direito ao voto, de instrução, exercer uma profissão ou mesmo poder trabalhar. O chamado feminismo emancipacionista está ligado às contradições que estavam presentes na sociedade liberal daquele momento, onde o que vigorava eram as diferenças entre homem e mulher. (CANCIAN, 2008).

No caso brasileiro, a primeira onda do feminismo se deu através da luta pelo voto.

As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro. (PINTO, 2010. p. 16).

No início do século XX e nesse contexto da primeira onda do feminismo, a indústria brasileira desenvolvia ainda meio que tímida, mas já contava com a participação das mulheres nas fábricas, eram as costureiras e chapeleiras, que por meio de manifestos já denunciavam a condição que as mesmas se encontravam. Enquanto na classe média e alta, o papel das mulheres estavam voltado à função de mãe e esposa. E nas classes mais inferiores houve uma expansão do setor serviços que abarcaria muitas mulheres e em especial as que tivessem um bom nível de formação.

Dessa forma, segundo Paul Singer (1983), “em 1917, entrou no serviço público a primeira mulher”, e por ocasião dessa época, novos espaços foram ocupados pelas mulheres como por exemplo as carreiras universitárias, as atividades na imprensa, trabalhos artísticos, dentre outros.

Nesse sentido, temos uma nova configuração da força produtiva, do ponto de vista da ocupação de determinados espaços, tanto na esfera pública, quanto privada. Entretanto, é bom salientar que não é objetivo aqui, discutir a ocupação dos postos de trabalho pelas mulheres, mas sim fazer apenas uma referência a cerca do processo histórico da primeira onda do feminismo no Brasil, e dos elementos que a caracterizaram.

Entretanto, a partir de 1930 esse feminismo da primeira onda perderá forças tanto nos Estados Unidos, Europa e até mesmo no Brasil, só voltando à cena a partir de 1960. Durante esse período entre a primeira e a segunda onda do feminismo, observa-se que dois livros, publicados nessa época vão chamar a atenção: o primeiro trata-se de “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, que foi publicado em 1949 na França, e será de extrema relevância na segunda onda do feminismo e para Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O segundo livro, trata-se de “Macho e Fêmea”, de Margaret Mead (antropóloga norte-americana), também publicado no ano de 1949, nos Estados Unidos, onde a autora faz um relato sobre a vida íntima dos povos da Polinésia e expõe conceitos tradicionais referentes ao masculino e o feminino. Assim, essas obras contribuem para jogar luz sobre o assunto nesse intervalo entre as primeiras ondas do feminismo, e também colocavam a palavra opressão como sendo uma pauta central dos debates da época.

No que se refere à segunda onda do feminismo, que ocorre a partir de 1960, ressalta-se a relevância de determinados fatos que ilustram o período como por exemplo, a Guerra do Vietnã, que mobilizou muitos soldados, a maioria eram jovens, e isso contribuiu para que a população norte-americana fosse às ruas para pedir o fim da guerra. Merece destaque aqui também o Movimento Hippie, que apresentava uma nova maneira de viver, indo contra os valores morais e os padrões de consumo da época. (PINTO, 2010).

Ainda nesse período ocorrem as manifestações de 1968, em diversos países do mundo, e inúmeras transformações de ordem social, cultural e política acontecem.

Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeira nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de ‘bíblia’ do novo feminismo: A mística feminina. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. (PINTO, 2010. p. 16)

Nesse contexto, o movimento feminista assume uma nova configuração, pautada na afirmação da valorização da própria vida e do corpo. Nesse momento, várias temáticas compõem a pauta dos debates como a questão do aborto a liberdade sexual, o modelo patriarcal de família

em que após o casamento a mulher perderia os direitos civis, enfim, são temas relevantes que contribuíram para o movimento feminista mundo afora, e que de certo modo tem se transformado em um desafio constante no processo de luta no que diz respeito aos interesses femininos e até mesmo uma transformação da sociedade.

Esses movimentos feministas de Segunda Onda que aumentavam no exterior, influenciaram o do Brasil, que entre outras pautas, tinham algumas particularidades por conta do cenário político, uma vez que a Ditadura Militar oferecia sérios obstáculos à liberdade. Pedro (2016) afirma que:

Devido à ditadura militar, várias mulheres que se opunham às diretrizes do regime tiveram que sair do país; foram banidas ou fugiram para não serem presas, torturadas, assassinadas. No exílio participaram de grupos de consciência feministas. São conhecidos pelos menos cinco grupos que contavam com a presença de brasileiras exiladas. (PEDRO: 2016, p. 249-250).

Assim, muitas mulheres que foram exiladas, quando retornaram, tiveram muita importância para o Movimento Feminista brasileiro. Embora, seja relevante pontuar que o feminismo não foi uma coisa trazida pelas mulheres que tinham sido exiladas, pois muitas mulheres que participaram dos movimentos feministas em alguns países sulamericanos nem se querem tinham saído de seus países, e já participavam de grupos de reflexão sobre a situação feminina.

O contexto mundial contribuiu para o surgimento de diversos movimentos feministas. Estimuladas também pela instituição do Dia Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo diversas reuniões que resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira e Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira respectivamente, que eram espaços de debates e reflexões sobre as condições em que as mesmas se encontravam.

Inclusive em outros países do chamado Cone Sul que também vivia sob regimes autoritários e repressivos, o movimento feminista foi aos poucos fazendo seu papel, e inúmeras discussões a cerca da condição feminina eram feitas de modo a promover uma conscientização cada vez maior das mulheres. Assim, é importante pontuar que essa articulação do movimento é que contribuirá para uma melhor organização em relação às ações que seriam efetivadas a partir daquele momento.

Um bom exemplo é a formação inicial da UFA - Unión Feminista Argentina - em 1970, pois suas criadoras não foram exiladas e acabaram tendo contato com as ideias européias e estadunidenses por meio de viagens e da circulação de textos feministas. Outra parte das mulheres que se identificaram com o feminismo, as marxistas, iniciou suas discussões a partir dos textos de Engels, dentro de seus próprios países. Além disso, muitas das que passaram a reivindicar contra a opressão de gênero (termo ainda não utilizado) naquele momento já haviam lido obras feministas em sua juventude, como *O segundo sexo*, de Beauvoir. (HENTZ, 2011. p. 150)

Inspiradas em Simone de Beauvoir, Betty Fridman e outros nomes, muitas mulheres no Brasil atuaram na luta contra a Ditadura Militar, e também em outras questões relevantes, que eram pontuadas pelo Movimento Feminista, merecendo destaque a existência de uma opressão característica, que tinha raízes profundas e atingia a todas as mulheres, independentes de classe social, sistema econômico ou político.

No caso brasileiro, um ponto a se observar, segundo Paul Singer (1983), é que o feminismo enquanto movimento de reivindicação de direitos e necessidades da mulher, se desenvolve a partir das mulheres tidas como “emancipadas” da classe média. E aqui temos uma outra situação, porque os anseios da classe média não são os mesmos, por exemplo, das mulheres

mais pobres. No entanto, quando se trata de resistência à opressão imposta pela ditadura militar, percebe-se a necessidade de buscar uma luta mais homogênea que é em prol das liberdades democráticas e dos direitos das mulheres em geral.

É nesse contexto da segunda onda e das lutas feministas, que outras lutas surgiram, como a resistência a outra modalidade de opressão, ancorada nas desigualdades entre os sexos. Nesse sentido, nota-se que os desafios enfrentados pelo movimento não eram simples, mas diversas redes de resistência iam se formando e em meio aos tempos sombrios da ditadura, caracterizado pela ausência das liberdades em todas as suas dimensões, como a liberdade de expressão, imprensa, sindical, partidária, política, torturas, perseguições, assassinatos, violação dos direitos, controle informativo, repressão política, entre outros, o movimento feminista se manteve firme nas suas convicções e foi nesse cenário que algumas conquistas começaram a ser alcançadas.

A década de 70 irá registrar essas conquistas, pontuando a inserção das mulheres no meio social e o surgimento dos chamados grupos de consciência, que foram fundamentais para a criação de diversos outros grupos feministas que se espalharam por todo o país.

Para Woitowicz (2011), “foi nesse cenário de crise política que as mulheres se organizaram em torno da luta pela democracia, à qual foram incorporando gradativamente e tardiamente, outras reivindicações”. Demandas a cerca do custo de vida, creches para ajudar às mães que trabalhavam fora, baixos salários, a violência sexual e doméstica e outras temáticas voltadas ao direito ao corpo, eram os assuntos debatidos e pensados pelos movimentos de mulheres do final da década de 70 e 80. Seguindo a linha analítica a autora,

Diante da ação sistemática do movimento feminista no atendimento às demandas das mulheres, surgiram no Brasil, ao longo dos anos oitenta, diversos grupos temáticos, como os que tratavam da violência contra a ‘mulher’ e da saúde da ‘mulher’, além do desenvolvimento do feminismo acadêmico e da criação de organizações não governamentais. (WOITOWICZ, 2011. p. 335).

Uma questão relevante que merece atenção refere-se à mulher trabalhadora, uma vez que nos Estados Unidos da América, enquanto a reivindicação era salário igual e trabalho igual, no Brasil a luta era por maior liberdade, participação em sindicatos, luta pelos direitos das empregadas domésticas, saúde, segurança no trabalho e contra o assédio sexual dos chefes e colegas de trabalho (PEDRO, 2016).

Durante a década de 80, inúmeros outros problemas de ordem social, econômica e política roubaram a cena em diversos lugares do mundo, como as crises econômicas, violência, terrorismo, tráfico de drogas entre outros.

É importante ressaltar que as lutas não foram em vão, já que as conquistas começaram a acontecer ainda na ditadura no contexto da anistia política, e com o passar do tempo, outras formas de violência são denunciadas pelo movimento, como por exemplo, a violência sofrida pelas mulheres no próprio lar. E a partir desse momento, é criado pelo Estado em 1985, a Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), em São Paulo, cujos impactos foram vistos de maneira positiva pela sociedade.

Porém, no Brasil, mudanças importantes aconteceram em função do feminismo organizado, como as que foram garantidas pela Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, que teve destaque para o movimento feminino e as feministas, que com o “lobby do batom”, alcançaria mudanças significativas na nova Constituição como, por exemplo, a isonomia, que é a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer distinção.

Em relação aos direitos humanos,

foi estabelecida a proibição da tortura e do tratamento desumano ou degradante e garantida a punição de qualquer ação discriminatória e atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, como entre outras, a prática do racismo, definido como crime inafiançável, sujeito a pena de reclusão. (PEDRO, 2016. p.263)

Enfim, a Constituição de 1988 não conseguiu abarcar as trabalhadoras domésticas no rol das outras categorias de trabalhadores, e esse fato é uma enorme mancha que contradiz a natureza cidadã da Constituição brasileira.

Segundo Castells (1999), nos últimos 25 anos tem-se observado um processo de conscientização de diferente intensidade, de rápida difusão e de caráter irreversível trata-se de uma insurreição maciça e global das mulheres na luta contra sua opressão. E Esses movimentos causaram e ainda causam um impacto profundo nas instituições da sociedade e, especialmente, no que diz respeito à conscientização das mulheres.

Nos últimos anos do século XX, com o surgimento de algumas políticas públicas, tais como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – em 1985, promoveria mais tarde, em âmbito nacional, políticas para assegurar à mulher condições de liberdade, igualdade de direitos e participação em atividades tanto políticas, quanto econômicas e culturais (BANDEIRA, 2005).

Durante a década de 90, outras questões vão se definindo no que diz respeito às conquistas do movimento feminista, pois o final do século XX, foi marcado pela onda neoliberal, em que se presenciou uma redução de políticas públicas de caráter mais redistributivo, e fez com que não só a sociedade, mas em especial os movimentos sociais refletissem as suas práticas. Para Telma Gurgel,

O feminismo, em particular, acompanhou essa tendência hegemônica, já iniciada na década passada, no processo de redemocratização. E passou por vários dilemas internos, ao se deparar com um grande número de ONGs, em substituição aos antigos grupos feministas. (GURGEL, 2010. p. 8).

Neste sentido, acentuou-se um processo de lutas e reivindicações, negociações e até mesmo alianças por parte dos movimentos feministas e por organizações não governamentais com vistas a atender as demandas solicitadas por estes movimentos. Dessa forma, ocorreu a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que eram regidos pela Lei 9.099/95, e que não encaravam a violência sofrida pela mulher com o devido rigor que teria que tratado.

Segundo Lourdes Bandeira (2009), as denúncias eram tratadas de modo a ocasionar equívocos, dado ao desconhecimento “de que a violência contra a mulher é estruturante das relações hierarquizadas entre os sexos”. Desse modo, nota-se que ocorrerá uma resistência muito grande do movimento feminista no que se refere à aplicabilidade dessa Lei 9.099/95.

Em 1993, realizou-se em Viena, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, na qual foi exposta a necessidade de inserção do direito à vida sem uso da violência e fazendo parte da luta pelos Direitos Humanos, e a ONU (Organização das Nações Unidas) aprovaria em 1993, no mesmo ano da Conferência de Viena, a “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher”. Esses fatos foram citados aqui, porque eles foram de extrema relevância na elaboração da Convenção de Belém do Pará, uma convenção de prevenção, punição e também para acabar com a violência contra as mulheres. A violência contra a mulher foi definida por esta convenção como sendo “... qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. (BANDEIRA, 2009. p. 403).

Nessa perspectiva, temos uma vitória enorme do movimento feminista, que se deu no campo legislativo, trata-se da Lei 11.340, conhecida por Lei Maria da Penha de 07 de setembro de 2006, que veio de certo modo, responder à Lei 9.099/95 no que se refere à relação da violência contra as mulheres. Essa Lei aprovada por unanimidade no Congresso potencializou a criação de políticas nacionais de combate à violência, introduzindo as chamadas medidas protetivas às vítimas. Embora se tenha toda uma legislação de amparo às mulheres, inúmeros casos de feminicídio acontecem no Brasil de norte a sul. Obviamente que não é objetivo deste trabalho discutir a questão do feminicídio, e apenas citá-lo enquanto um ato de violência cometido contra as mulheres.

Em suma, pensar a evolução do movimento feminista no Brasil a partir da ditadura militar até início do século XX, é pensar em avanços e retrocessos, já que as conquistas desse movimento se efetivaram por meio da organização feminina em movimentos sociais, e também pelo meio legislativo, jurídico e institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Movimento Feminista tenha conquistado inúmeros avanços no que se refere às relações de gênero, há muitos desafios a serem superados, uma vez que temos ainda uma sociedade bastante preconceituosa e ao mesmo machista. Ao analisar a evolução do movimento feminista, nota-se que muitos foram e ainda são esses desafios impostos às mulheres, seja a forma de governo adotada ou até mesmo a própria dinâmica da vida social, bem como a vida privada.

Desde a conquista do voto à ocupação dos espaços públicos, a história tem nos revelado diversos momentos de embates e resistência, tanto no período na ditadura militar, como no pós ditadura. Obviamente que o contexto da ditadura, marcado pelas perseguições, torturas, desaparecimentos, cassações de direitos, morte e a censura fora um prato cheio para se buscar uma rede de articulações, protestos e resistências diante da conjuntura vivida naquele período, e concomitantemente, um fortalecimento do movimento feminista, que com o passar do tempo foi adquirindo um perfil específico face à diversidade de situações e lugares.

Ao fazer a abordagem do movimento feminista, percebe-se que ele é responsável por inúmeras lutas seja no campo político, social, econômico e cultural, até porque o foco de atuação é sempre o respeito aos interesses femininos, e a década de 70 por exemplo, foi primordial nesse sentido, com os chamados grupos de consciência, que foram fundamentais para a criação de uma diversidade de outros grupos feministas, que se disseminaram por todo o Brasil, e que foram responsáveis no processo de luta não só pelo retorno das liberdades democráticas, como também pela emancipação humana.

Nesse contexto, não poderia deixar de retomar aqui a importância das conquistas no campo legislativo, quando foi criada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em 1985 e a Lei Maria da Penha de 2006, que de certo modo respondeu à Lei 9.099/95, no sentido de combate à violência doméstica. Entretanto, com toda uma legislação em vigor inúmeros casos de agressão e óbitos são notificados diariamente pelo país.

Portanto, o desafio do movimento feminista na nossa concepção é definir uma tática de intervenção na realidade, que vá de encontro a cada tipo de opressão vivenciada na sociedade, de modo a alcançar a liberdade plena.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas.** Convênio Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Políticas para a Mulheres – SPM, Brasília, Janeiro, 2005.

_____. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.

CANCIAN, Renato. **Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa.** Disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>. Acessado em 18 ago. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GURGELL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em www.fazendogenero.org.br -data do acesso: janeiro de 2011.

PINSKY, Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2016.

PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: **Revista Sociol. Pol.** Curitiba, v. 18, n 36, p. 15-23, junho 2010

HENTZ, Isabel Cristina. VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

SINGER, Paul. BRANT, Vinícius Caldeia. **São Paulo: O povo em movimento.** 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO FÍSICA: RELATO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA NA ESCOLA

GLÓRIA MARIANNA BARRETO TEIXEIRA

*Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem- UENF
gloriamariannabarreto@hotmail.com*

FERNANDA CASTRO MANHÃES

*Orientado do Programa de Cognição e Linguagem- UENF
castromanhaes@gmail.com*

RESUMO

A Orientação Sexual se faz presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) como eixo transversal multidisciplinar proposto para o ensino fundamental, sendo apresentado como um problema social que deve ser tratado pedagogicamente nas escolas. Os PCN's enfatizam a disciplina da Educação Física como espaço privilegiado para tratar do assunto devido as especificidades observadas nas aulas, como exemplo, a liberdade de expressão corporal. Dessa forma, a presente pesquisa busca investigar, através da aplicação de questionário, como os professores de Educação Física da rede Municipal de Campos-RJ entendem a importância do assunto nas aulas e as possibilidades pedagógicas para trabalhar a orientação sexual na escola. Visto que, notamos na literatura revisada que as publicações sob o olhar da Educação Física escolar sobre a orientação sexual e sexualidade na escola remetem, na maioria das obras encontradas, a problemática na perspectiva de gênero e da participação de meninos e meninas nas aulas.

Palavras-chave: Orientação Sexual, Escola, Professor, Educação Física.

ABSTRACT

Sexual Orientation is present in the National Curricular Parameters (NCPs) as a multidisciplinary transversal axis proposed for elementary education, being presented as a social problem that must be treated pedagogically in schools. The NCPs emphasize the discipline of Physical Education as a privileged space to deal with the subject due to the specificities observed in the classes, as an example, the freedom of corporal expression. Thus, the present research seeks to investigate, through the application of questionnaires, how the Physical Education teachers of the municipal network of Campos-RJ understand the importance of the subject in the classes and the pedagogical possibilities to work the sexual orientation in the school. Since, in the revised literature, the publications under the School Physical Education view on sexual orientation and sexuality at school refer, in most of the works found, to the gender perspective and the participation of boys and girls in class.

Key-words: Sexual Orientation, School, Teacher, Physical Education.

ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO FÍSICA

A Orientação sexual se faz presente no âmbito formal de ensino como conteúdo de grande relevância para crianças e adolescentes, por ser considerado um tema comum a todos os indivíduos. Ao tratar da Orientação sexual, “busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e a saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte”. (Brasil, 1997, p.287).

Os debates encontrados na literatura sobre a sexualidade são variados, alcançando diversas áreas do conhecimento, como a área médica, voltada para a saúde e as doenças sexualmente transmissíveis, o serviço social e as ações afirmativas, a psicologia, as ciências biológicas e a Educação Física dita como importante espaço de intervenção.

Ao pesquisar especificamente os termos orientação sexual e Parâmetros Curriculares Nacionais deparamos com as palavras escola, sala de aula, contexto escolar, educação, estudantes e Educação Física em grande parte dos artigos e publicações. Levando-nos a reconhecer que a escola é um importante espaço para desenvolver os conceitos da sexualidade.

Contudo, apesar da importância do assunto na escola, a sexualidade humana passa por barreiras ao adentrar na sala de aula, posto que, é apresentada como um tema polêmico, despertando uma multiplicidade de valores e crenças por pais, alunos e professores (Martins e Castro, 2016). Vemos que historicamente a sexualidade, o sexo e os desejos sexuais eram negados, proibidos e controlados (Foucault, 1976) e com o passar dos anos, os movimentos sociais e o avanço tecnológico foram construindo novas formas de viver, procriar e de se relacionar com o mundo e com o outro. (Louro, 2016).

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Pcn's) em 1997, com a Orientação Sexual como tema transversal foi considerada um importante marco para o desenvolvimento deste assunto no âmbito escolar. (Altmann, 2001). Apesar de não garantir a implementação do tema na escola, o documento traz subsídios para a elaboração dos currículos dos estados e municípios, oferecendo a todas as escolas e professores propostas que podem ser adequadas a realidade de cada instituição de ensino de acordo com a necessidade local. (Darido et al., 2001).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) mostram diversos fatores que legitimam a abordagem da sexualidade de maneira interdisciplinar na escola. Visto que, a inclusão da temática no currículo é considerada importante na formação global e pessoal dos indivíduos e as manifestações de sexualidade são inerentes ao ser humano, sendo diagnosticadas em todas as faixas etárias.

A Educação Física aparece como disciplina escolar que dispõe de conteúdos que visam o movimento como expressão da linguagem corporal notada de valências que proporcionam a livre expressão do corpo, assim como de sentimentos, expressões e valores. Vemos que, “(...) a Educação Física, ao conceber as práticas da cultura corporal de movimento, transforma-se num importante instrumento de expressão e ressignificação dos afetos, sentimentos e emoções, gerando possibilidades de se obter satisfação e prazer a partir do corpo”. (Santos, Matthiesen, 2012, p. 206 apud BRASIL, 1998).

Segundo a Orientação sexual contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, “A Educação Física, que privilegia o uso do corpo e a construção de uma “cultura corporal”, é um excelente espaço onde o conhecimento, o respeito e a relação prazerosa com o próprio corpo podem ser trabalhados. Da mesma forma, a dança e o teatro, na área da Arte” (BRASIL, 1997, p.140).

A partir dessas reflexões verificamos, através da aplicação de questionário, com perguntas abertas e fechadas, como os professores de Educação Física da rede Municipal de Campos dos Goytacazes percebem a temática orientação sexual na escola. O presente estudo tem como objetivo investigar como o tema transversal, orientação sexual, sugerido pelos Pcn's é trabalhado nas aulas de Educação Física pelos referidos professores.

Cabe ressaltar que a presente pesquisa surge do interesse com o tema durante a elaboração do projeto de dissertação em mestrado do Programa de Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual Darcy Ribeiro do Norte Fluminense- UENF.

MÉTODO

Este trabalho tem o intuito de analisar os dados obtidos em uma reunião chamada Jornada Pedagógica, que acontece anualmente, com os professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Campos dos Goytacazes e dialogar os resultados encontrados com a literatura revisada sobre o tema. Foi possível coletar um total de 30 entrevistas, nas quais os professores responderam perguntas abertas e fechadas sobre o tema Orientação Sexual Educação Física escolar.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e quanti-qualitativa, sendo utilizado o instrumento de questionários para a coleta de informações. A escolha pelo procedimento foi feita por reconhecer a necessidade de mapear práticas, crenças e valores do grupo analisado de forma mais fácil quando comparado a outros métodos. (Nogueira R., 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi entregue no início do evento "Jornada Pedagógica" que acontece no início de cada ano letivo com os professores estatutários da Rede Municipal de Campos/RJ. Para a aplicação dos questionários foi necessária autorização prévia do Coordenador de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte. Durante a realização das palestras os professores responderam algumas questões.

Verificamos as respostas obtidas nas perguntas 12, 13 e 14. Com os seguintes questionamentos: Conhecimento do tema transversal Orientação Sexual, possibilidade de trabalhar com a proposta e sugestões práticas para efetivar o conteúdo nas aulas de Educação Física.

Na pergunta 12, foi feita a indagação: Conhece os temas transversais sobre pluralidade cultural e orientação sexual contidos nos parâmetros curriculares nacionais? Nessa pergunta a maioria dos professores respondeu positivamente sobre o acesso ao documento Orientação Sexual, levando-nos a considerar a importância da veiculação desse instrumento como norteador dos conteúdos difundidos na escola pelos professores. Apenas 3 professores responderam negativo a questão, cerca de 10% da amostra, totalizando um percentual de 90 % dos entrevistados que demonstraram conhecer documento.

Dando sequência a análise dos dados encontrados a questão seguinte buscou identificar se os professores acreditam ser possível trabalhar com a Educação Sexual nas aulas de Educação Física. As respostas eram fechadas, podendo marcar apenas sim ou não. Obtivemos um total de 80% dos professores afirmando a possibilidade de tratar com tal conhecimento, enquanto 20% dos professores negaram essa proposta. Levando-nos a descartar esses 20% da amostra na próxima pergunta. Posto que, a questão dizia "Se sim, de que forma"?

As ponderações demonstradas nessa pergunta foram diversificadas. Um professor disse que apesar de não ter realizado intervenções nessa perspectiva ainda, poderia ser utilizado em

suas aulas debates, aulas teóricas e também usando os movimentos corporais. Outro professor afirma já ter trabalhado com vídeos e sugere que os acontecimentos da aula levem a conversas sobre o assunto.

Notamos que diálogo, conversas, palestras e debates foram sugeridos por 13 professores, 43,3% dos entrevistados. Os participantes da pesquisa apontam que o tema envolve questões culturais, sociais e familiares havendo diferenças especificadas em cada unidade escolar (Entrevistado, 1). Para eles, a partir dos movimentos corporais podem ser estabelecidas relações que levem a reflexão das diversidades existentes em cada um, sendo possível realizar debates no momento da aula com ponderações que levem em consideração as diferenças no âmbito da sexualidade (Entrevistado, 5).

Encontramos também 7 respostas que direcionam o trato com o conhecimento da temática através dos diálogos sobre a separação por gênero nas aulas e as diferenças fisiológicas entre meninos e meninas. Destacamos aqui a fala de um dos entrevistados dizendo que:

Nos jogos competitivos temos várias formas de intervenção, portanto pelo princípio da co-educação (sexismo), onde o aluno iria perceber a diferença de gênero e nesse momento entraria na questão da formação corporal e fisiológica de ambos os sexos. Pontuando sobre desenvolvimento motor, potência, controle muscular e alteração hormonal. Formação gestacional e na intenção de provocar perguntas, entrávamos nas questões de saúde e prevenção de DST'S e gravidez. (Entrevistado, 7).

As relações de gênero masculino e feminino foram destacadas ao abordar o conhecimento do corpo da mulher e do homem no desporto. O entrevistado 21 fez uma contribuição relevante ao dizer que o primeiro passo é administrar aulas sem separação entre os sexos e partir dessa tomada de decisão abordar temas relacionados aos esportes ditos como “para meninas” e “para meninos”. Ele afirma que “podemos utilizar o conhecimento fisiológico e anatômico para aprofundar o assunto. Enfim, uma diversidade de possibilidades que nos desafiam diariamente”. Outro professor diz que “ainda é muito comum professores separar por gênero, no local onde trabalho luto para quebrar essa divisão.” (Entrevistado, 13).

Essas contribuições nos levam a refletir sobre um grande quantitativo de trabalhos acadêmicos sobre as relações de Gênero na Educação Física. Altmann (2001, 2015, 2016, 2018), traz em suas obras uma preocupação recorrente com essas questões. Para a autora, apesar de não existir legalmente a separação por sexo nas aulas Educação Física, é possível notar que a participação de meninos e meninas em diversas práticas corporais no ambiente escolar, ainda não está superada, fazendo surgir desigualdades e intolerância nos discursos dos alunos.

Segundo Altmann:

Igualmente, desigualdades expressas em aulas de educação física têm motivado o desenvolvimento de um conjunto significativo de pesquisas sobre as relações de gênero presentes em turmas mistas – aquelas em que meninas e meninos fazem aulas de educação física juntos. No Brasil, essa organização com aulas mistas se difundiu nas redes públicas de ensino na década de 1990 (SOUSA, 1994), gerando um intenso debate entre docentes, dirigentes de ensino e pesquisadores (as). (2018, p. 2).

Nos questionários analisados verificamos que 29,16 % dos professores, que responderam a pergunta que solicita sugestões práticas de como trabalhar a orientação sexual nas aulas de Educação Física, sugerem as diferenças corporais nas relações de gênero como possibilidade de intervenção.

As informações encontradas foram em sua maioria positivas, com propostas relevantes. Contudo, alguns professores disseram que os alunos podem não entender a proposta devido a faixa etária e uma resposta distinta afirma que seria melhor que outra disciplina tratasse do assunto.

Para o entrevistado 24, o tema deve ser feito junto com o professor de Ciências. Para ele, “em forma de projeto, seria perfeito, mas de uma maneira bem suave. Pode ser introduzidos em forma de conversa sobre o comportamento, relacionamentos e escolhas. Mas no meu caso, que seja sutil, para que não tenha efeitos indesejados pelos pais”.

A seguinte afirmação do entrevistado traz uma preocupação recorrente ao abordar o tema sexualidade na escola. Posto que, na literatura revisada alguns autores dizem que a sexualidade é apontada com um tabu de difícil diálogo entre pais e filhos. (Nery et al. 2015). Em contrapartida, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) ao trazer a Orientação Sexual como tema pertinente a ser tratado no âmbito escolar justifica a proposta dizendo que os pais e responsáveis reinvidicam a orientação sexual na escola por reconhecer que há dificuldade em falar sobre o assunto abertamente, além de apontar outras preocupações conceituais do tema principalmente sobre as doenças sexualmente transmissíveis e gravidez entre os jovens.

Ao verificar os dados encontrados, podemos dizer que os professores de Educação Física entendem a relevância do tema Orientação Sexual nas suas aulas, trazendo sugestões que podem ser tratadas no âmbito escolar. Além de despertar problemáticas atuais pertinentes para a sociedade. Contudo, ainda há quem acredite que o tema deve ser trabalhado por outras áreas do conhecimento ou não devem tratados na escola. Darido (2001) diz que:

“Na Educação Física, por exemplo, Soares et alii (1992, p.63) já havia mencionado a necessidade e importância de trabalhar com grande problemas sociais na aulas, tais como: ecologia, papéis sexuais, saúde pública, relações sociais do trabalho, preconceitos sociais, raciais, da deficiência, da velhice, distribuição de solo urbano, (...); e outros, relacionados ao jogo, esporte, ginástica e dança.” (p.22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento que induziu esta pesquisa foi como os professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Campos dos Goytacazes entendem a importância do tema Orientação Sexual contido nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para isso, utilizamos os questionários e analisamos as respostas encontradas.

A maioria dos professores entrevistados mostrou conhecer o documento PCN's. Contudo, não sabemos se realmente houve uma leitura da proposta. Pois a intenção neste trabalho era saber se os professores tiveram acesso ao tema e se acreditam ser possível tratar do assunto suas aulas e não analisar o conhecimento sobre os conteúdos e organização do tema transversal. Apesar de reconhecermos que há importantes contribuições que favorecem a compreensão do assunto, podendo tornar as discussões na sala de aula mais significativas para os alunos.

Posto que, os Parâmetros Curriculares Nacionais:

(...) configuram uma referência nacional em que são apontados conteúdos e objetivos articulados, critérios de eleição dos primeiros, questões de ensino e aprendizagem das áreas, que permeiam a prática educativa de forma explícita ou implícita, propostas sobre a avaliação em cada momento da escolaridade e em cada área, envolvendo questões relativas a o que e como avaliar (BRASIL, 1997, p. 29).

Os Pcn's (1997) propõem que o trato com o conhecimento sobre a orientação sexual aconteça de forma multidisciplinar, porém, aponta as aulas de educação física como espaço privilegiado, fazendo referência também às disciplinas ciências, história e artes.

De acordo com o documento, a proposta engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito pelas diferenças, às discriminações e os estereótipos atribuídos aos relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez na adolescência, entre outros, ditos como problemas atuais e preocupantes (BRASIL, 1997).

Nas respostas obtidas no questionário encontramos alguns desses apontamentos, entretanto não verificamos questões sobre o papel social do homem e da mulher, mas sim as diferenças corporais em ambos os sexos através dos aspectos biológicos e fisiológicos. A perspectiva da construção social da sexualidade foi vista quando um professor disse que “não é um tema isolado e envolve questões culturais, sociais da família”. Segundo os PCN'S (1997), “(...) Se por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural.” (p.295).

Outro tema sugerido no tema transversal encontrado em apenas uma das respostas foi sobre a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis. Nos PCN'S este assunto é evidente e sugerido com ênfase, existindo um item intitulado “Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/ Aids”. Dessa maneira, não há evidencia significativa que os professores entrevistados elaborem ações nessa perspectiva.

Notamos que as publicações sob o olhar da Educação Física escolar sobre orientação sexual e sexualidade na escola remetem na maioria das obras encontradas a problemática na perspectiva de gênero, da participação de meninos e meninas nas aulas e no esporte e os aspectos biológicos da maturação corporal. (Altmann, 2001; Devide, 2011).

Inclusive, essa consideração pode ser visível nas respostas encontradas. Posto que, os professores relatam que é possível abordar o tema na escola levando em consideração as diferenças nas relações entre meninos e meninas nas práticas corporais e no esporte. Acredita-se que ainda hoje, há diferentes formas de “arriscar-se nos conteúdos das aulas de Educação Física”. (Uchoa & Altmann, 2016).

Segundo as autoras Uchoa e Altmann:

A partir da análise da participação de meninos e meninas em diversas práticas corporais no ambiente escolar, notamos que a desigualdade de participação nas diferentes práticas ainda não está superada. Embora não amparadas por lei, elas ocorrem a partir de concepções generalizadas de corpo e habilidades físicas, que colocam e consideram discursivamente as meninas como menos hábeis quando comparadas com os meninos (2016, p. 169).

Para além dessas discussões entendemos que o espaço da aula de Educação Física é um lugar de troca e interação social e junto à instituição escolar deve favorecer na construção social, moral e intelectual dos sujeitos. Exercendo assim, uma função fundamental para o desenvolvimento humano. A escola ao tratar da sexualidade contribui para entender todas as dimensões da sexualidade, sendo elas, as interações biológicas, psíquicas e socioculturais. (PCN's, 1997). Pensar a sexualidade nos dias atuais é reconhecer que as mudanças sociais e organizacionais afetam o comportamento dos sujeitos. Segundo, Louro (2016):

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje

possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, (...). (p.1).

Dessa maneira, entendemos que a Educação Física escolar é responsável, junto com outras áreas do conhecimento, por debater, contextualizar e problematizar a construção da sexualidade como um processo inacabado. Concordando com as ideias de Louro (2016), compreendemos que “a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo da vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”. (p.11).

Sabendo que, a Educação Física se legitima no currículo das escolas mediante o trabalho com a cultura corporal de movimento. (PCN’s 1997, DAOLIO, 2010). Temos em suas especificidades, a prática corporal como a maior delas, visto que, em qualquer conteúdo que o professor de Educação Física irá aplicar, seja o esporte, a dança, a luta ou a expressão corporal, será desenvolvido habilidades, vivências e conhecimentos através do corpo e para Louro (2016) é necessário viver e sentir esse corpo, seus sentimentos e suas emoções.

Diante disso, podemos afirmar que o espaço de livre expressão corporal na aula de Educação Física favorece o trabalho voltado para a sexualidade e conhecimento corporal, seja no aspecto biológico ou psicossocial. De acordo com os professores entrevistados, podemos notar que existem inúmeras possibilidades de difundir o tema Orientação Sexual nas aulas de Educação Física, sendo um debate atual e pertinente para a prática docente.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. ESTUDOS FEMINISTAS, 2/2001.

_____, H., Ayoub, E., Garcia, E.F., Rico, E.R., Polydoro, S.A.J. Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(1): e44074, 2018.

_____, H., Ayoub, E., Amaral, S.C.F. GÊNERO NA PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO FÍSICA: “MENINAS NÃO GOSTAM DE SUAR AM DE SUAR, MENINOS SÃO HABILIDOSOS A HABILIDOSOS AO JOGAR O JOGAR”? Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

ANDRES, S.de S., Jaeger, A. A., Goellner, S.V. EDUCAR PARA A DIVERSIDADE: GÊNERO E SEXUALIDADE SEGUNDO A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES E SUPERVISORAS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (UFSM). Rev. Educ. Fís/UEM, v. 26, n. 2, p. 167-179, 2. trim. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARDOSO, F. L., Marinho, A., Pimentel, G.G de A. QUESTÕES DE GÊNERO EM UNIVERSITÁRIOS PRATICANTES DE ESPORTES DE AVENTURA. Rev. Educ. Fis/UEM, v. 24, n. 4, p. 597-608, 4. trim. 2013.

DARIDO, S.C., BETTI, I.C.R, RAMOS, G.N.S., GALVÃO, Z., FERREIRA, L.A., SILVA, E.V.M, RODRIGUES, L.H., SANCHES, L., PONTES, G., CUNHA, F. A EDUCAÇÃO FÍSICA, A FORMAÇÃO DO CIDADÃO E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo, 15(1):17-32, jan./jun. 2001

DAOLIO, J. A educação Física escolar como prática cultural: tensões e riscos, 5. In: DAOLIO, Jocimar (Coord.) Educação física escolar olhares a partir da cultura. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. – Coleção Educação Física e Esportes).

FOUCAULT, M. História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graall. 1976.

DEVIDE, F.P., OSBORNE, R.; SILVA, E.R., FERREIRA, R.C., CLAIR, E.S., L.C. P. NERY. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. Motriz, Rio Claro, v.17 n.1 p.93-103, jan./mar. 2011.

GODOY, S. A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. Revista de Administração de empresas. São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63. Mar./Abr. 1995.

GONÇALVES, M. A. S. Escola, adolescência e construção da identidade. Agenda jovem: o jovem na agenda. Ijuí: Ed. Ijuí, p. 173-205, 2008.

GUIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas / Anthony Guiddens; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1993.

KAUARK, F. MANHÃES F.C., MEDEIROS C.H. Metodologia da pesquisa : guia - Ita buna : Via Litterarum, 2010.

HAERTEL, B. A temática de gênero nas aulas de educação física do ensino médio: Pesquisa e intervenção em escolas da cidade de São Carlos. In: III Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana: o lazer em uma perspectiva latino-americana. São Carlos: SPQMH-DEFMH/UFSCar, p. 99-115, 2007

LARRAURI, M. Filosofía para profanos. Valencia, España: Tàndem Edicions. 2000.

LIBÂNIO, J.C. Didática. São Paulo: Cortez, 1997.

_____.(Org.).Educação escolar: políticas, estrutura e organização.9ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOURO, G. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MAIA, A. C. B., RIBEIRO, P.R.M. Educação Sexual: Princípios para ação sex education: Principles for action. Doxa, v.15, n.1, p.75-84, 2011.

MARIANO, M; ALTMANN, H. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas. Cadernos pagu (46):411-438. janeiro-abril de 2016.

MARTINS, R.R., CASTRO, R.R.M de. 2004. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR: CONCEITOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E FUNÇÃO DA ESCOLA.

MATTOS, N. Professores primárias x atividades lúdico-corporais: esse jogo vai para a prorrogação. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação física e esportes).

MERCHAN HAMANN, E. (1995). Grau de informação, atitudes e representações sobre o risco e a prevenção de AIDS em adolescentes pobres do Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 11(3), 463-478.

NERY, I.S., FEITOSA, J.J. de M., SOUSA, A.F.L de., FERNANDES, A.C.N. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. Acta Paul Enferm. 2015; 28(3):287-92.

NOGUEIRA, R. *Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real* / Roberto Nogueira. – Rio de Janeiro : UFRJ/COPPEAD, 2002.

TONELLI, M. J. F. *Direitos sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre a adolescência*. *Psicologia & Sociedade*, 16(1). (2004).

SOUSA, E.S. de., Altmann, H. *Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar*. *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 48, Agosto/99.

SANTOSs, I.L. dos, Matthiesen, S.Q. *ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO FÍSICA: SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NA ESCOLA*. *Rev. Educ. Fis/UEM*, v. 23, n. 2, p. 205-215, 2. trim. 2012.

UCHOGA, L.A.R., Altmann, H. *Educac,ão física escolar e relac,ões de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula*. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 38 (2):163-170. 2016.

VITIELLO, N. *Reprodução e Sexualidade*. São Paulo: Ceich. (1994).

A IMPORTÂNCIA DA MASTURBAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA

ERIKA COSTA BARRETO

Doutoranda em Cognição e Linguagem
Professora de Psicologia dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA
erikacostabarreto@yahoo.com.br

GUSTAVO SANTOS CRESPO,

Aluno especial de mestrado em Cognição e Linguagem
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
gustsc@hotmail.com

SIMONE FERNANDES LIMA FIORAVANTI,

Aluna especial de mestrado em Cognição e Linguagem
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
sfl.psi@bol.com.br

RESUMO

A sexualidade tem sido tema de recorrentes discussões em diversos meios, incluindo a psicologia. Compreender como a mulher vivencia esse aspecto de sua vida e os fatores socioculturais que influenciam sua percepção são fatores que corroboram para o entendimento e elaboração de mecanismos e estratégias terapêutica que ajudem na obtenção do prazer feminino. Através deste estudo conclui-se que o autoconhecimento por meio do toque é fundamental para o desenvolvimento de sua sexualidade, e que há uma ampla diversidade de vivências sexuais, desde uma desinibição em relação ao sexo, passando pela influência de fatores externos, até a assexualidade. A maior exploração das funções de contato na experiência sexual proporciona maior desenvoltura e plenitude sexual.

Palavras - Chave: mulher, prazer, sexualidade.

ABSTRACT

Sexuality has been the subject of recurrent discussions in various media, including psychology. Understanding how the woman experiences this aspect of her life and the sociocultural factors that influence her perception are corroborating factors for the understanding and elaboration of therapeutic mechanisms and strategies that help in the attainment of female pleasure. Through this study it is concluded that self-knowledge through touch is fundamental for the development of their sexuality, and that there is a wide diversity of sexual experiences, from a disinhibition with regard to sex, through the influence of external factors, to asexuality. Greater exploration of contact functions in the sexual experience provides greater sexual fulfillment and wholeness.

Key words: woman, pleasure, sexuality.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual tem o hábito de pensar a sexualidade resumida ao ato sexual e ao que lhe é próximo. No entanto, essa é uma redução de algo mais amplo, pois ela também se refere a aspectos como erotismo e sensualidade.

A sexualidade e a identidade sexual configuram-se como as bases mais importantes da identidade pessoal dos indivíduos. A construção da identificação sexual é um processo que se intensifica na adolescência, tornando a tarefa fundamental dessa fase do desenvolvimento humano. Os fatores históricos, sociais e culturais influenciam fortemente a construção e a constituição de gênero.

O presente estudo trata de uma revisão da literatura que busca analisar os aspectos socioculturais que interferem na obtenção do prazer ligado à sexualidade feminina

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A palavra masturbação parece ter sua origem na expressão latina *manusstuprare*, que significa “manchar com a mão”, e sempre esteve, erroneamente, associada ao onanismo. Na verdade, o termo refere-se à prática do coito interrompido. Onan foi um personagem bíblico cujo irmão morreu sem ter tido filhos no casamento. Segundo costume do povo hebreu, o irmão que sobrevivia tinha a obrigação de se casar com a viúva para lhe dar filhos. Onan cumpriu a lei, mas por um motivo desconhecido praticava o *coitus interruptus*, ejaculando fora da vagina da parceira. Por isso, Deus o teria castigado – não por ter se masturbado e sim por não ter fecundado a mulher de seu irmão.

Desde os primórdios da humanidade, muitos mitos surgiram em torno do ato masturbatório e foram transmitidos de geração a geração. Alguns perderam-se ao longo do tempo, mas outros são mantidos até hoje. É o caso, por exemplo, da crença de que a masturbação freqüente traria aos jovens problemas sexuais no futuro; ou ainda, de que a produção de sêmen é limitada e, se esse “estoque” for gasto, o homem não poderá ter filhos. Para compreendermos como falsas concepções foram associadas à prática é necessário contextualizá-la nas diferentes épocas históricas, vislumbrando o cenário no qual se inseria (ROMUALDO, 2003).

Na Antigüidade, festivais egípcios celebravam a vida garantida pelos rios Nilo, Tigre e Eufrates. Nesses rituais, atribuíam-se o poder da criação aos deuses e se creditava a eles a capacidade de manter a água corrente, fertilizando as terras por meio da masturbação – um ato considerado sagrado.

Já os gregos não viam na prática nenhuma ligação com as divindades, mas também não a tinham como pecaminosa: acreditavam ser um comportamento natural, praticado mais pelas mulheres do que pelos homens, pois naquela cultura, em geral, havia pouco interesse dos homens em ter relações com suas companheiras, a não ser que fosse para gerar herdeiros. Portanto, não cabia a elas nenhum tipo de satisfação sexual, daí a idéia de que buscavam prazer pela masturbação praticada por elas mesmas ou por outra mulher.

A sexualidade humana, de acordo com Seixas (1998), é composta pelos aspectos biológico, psicológico e social. A autora apresenta uma visão do homem como um todo, do qual a sexualidade faz parte. A sexualidade, presente desde o nascimento, tem um tempo e ritmo próprios para ser vivenciada pela pessoa.

A vivência da sexualidade como tal, ocorre na puberdade, que se inicia nas meninas com o desenvolvimento mamário, aparecimento inicial dos pelos pubianos e da menarca, seguido por um maior desenvolvimento dos seios e pelos pubianos (DUARTE, 2010).

As rápidas transformações corporais contribuem para o interesse das adolescentes pelo conhecimento de si mesmo, tanto de sua identidade sexual como de seu corpo. Nesse processo, ocorre a manipulação das partes do corpo, a descoberta de sensações eróticas, de zonas erógenas e a experimentação da masturbação (SEIXAS, 1998).

Conforme Ginger (2007), admite-se atualmente que a masturbação é necessária e natural no desenvolvimento sexual, pois prepara a função sexual e beneficia especialmente o orgasmo feminino.

A passagem à sexualidade com parceiro é a mudança de maior repercussão na adolescência (HEILBORN, 2006). Após o desenvolvimento sexual inicial, no qual ocorrem as descobertas do próprio corpo e das sensações prazerosas, aproxima-se o momento do ato sexual propriamente dito. Para Altmann (2007), é socialmente pregado que a masturbação feminina não é olhada com naturalidade pela família e que espera-se que sua primeira relação sexual ideal deve acontecer em um relacionamento amoroso, o que pode demonstrar a capacidade do indivíduo em manter uma ligação afetiva. Assim, a experiência sexual feminina é vista como consequência da concretização do vínculo amoroso.

Ao longo da história, o sangue menstrual já foi considerado assustador e doentio, dizia-se que o sangue da “defloração” trazia azar e muitos mitos foram criados associando a vagina a uma força devoradora e insaciável, uma caverna que podia provocar pesadelos e até a morte. Na Índia, inúmeras lendas falam do mito da vagina dentada, ou seja, mulheres cuja vagina é uma monstruosa boca cheia de dentes para decepar o pênis (BRENOT, 1998).

Hoje, apesar de essas crenças soarem absurdas, no nosso inconsciente elas parecem ainda exercer enorme influência. O discurso da sexualidade feminina enquanto força perigosa e incontrolável foi apropriado de forma conveniente e estratégica por instituições como a Igreja, a Medicina e o Estado, que trataram de controlar e negar o prazer das mulheres (REIS, 1992).

Na Europa do século 19, mulheres mais ousadas e de comportamento “não-convencional” eram consideradas histéricas e, como pena, podiam ser internadas em centros psiquiátricos, além de serem submetidas a uma cirurgia de remoção do útero, desastrosa intervenção para tratar a histeria, pois acreditava-se que a origem da doença estava no útero.

Além disso, o discurso religioso cristão chegou a classificar a masturbação como um pecado contra a natureza, maior até mesmo que o incesto. No século 17, quando ainda não se conhecia o processo da reprodução humana, acreditava-se que o espermatozoide era um bebê em miniatura, o que levou a Medicina a qualificar a masturbação como uma doença abominável e um mal moral. Imagina só desperdiçar milhares de bebês a cada gozada?

Vale salientar que, nessa época, segundo (ROMUALDO, 2003) a interdição referia-se à masturbação masculina, já que a sexualidade das mulheres sempre foi totalmente controlada e freada dentro do discurso religioso (nem precisava proibir a masturbação feminina porque nem se admitia que mulheres se masturbariam). Os ideais de virgindade e castidade enquanto valor desejável para as mulheres são heranças religiosas que serviram perfeitamente ao modelo de sociedade patriarcal que se construiu no Ocidente. Qualquer manifestação de desejo sexual por parte das mulheres era encarado como abominável, como se ela estivesse possuída pelo diabo. Na Idade Média, durante a caça às bruxas (séculos XV e XVI), muitas mulheres chegaram a ser mortas nas fogueiras por “crimes sexuais” cometidos contra homens (que nada mais eram do que fazer sexo prazeroso e não-reprodutivo).

Já na Idade Moderna, época de grandes descobertas científicas, o poder sobre o conhecimento passou para as mãos dos médicos e a ciência se colocou a serviço da moral e de questões

sociais. A masturbação era vista como atentado contra a humanidade, pois persistia a idéia de que ao “desperdiçar” o sêmen, a perpetuação da vida era impedida. No final do século XIX, uma outra forma de entender o homem e, conseqüentemente, sua sexualidade começou a se delinear. Neurologistas e psiquiatras apresentavam suas concepções sobre o funcionamento mental humano e a sexualidade passou a ser compreendida não apenas em seu aspecto físico, mas também psíquico (BRENOT, 1998).

Sem dúvida, o maior representante dessa nova forma de conceber as manifestações sexuais foi Sigmund Freud. Ele demonstrou interesse pelo tema da masturbação em 1892, buscando compreender o papel dessa atividade na vida do indivíduo, sua relação com os distúrbios psíquicos e questionando se a prática poderia originar traumas sexuais. Freud não via a masturbação como um vício a ser eliminado por meio de tratamento, mas a entendia como um comportamento inerente ao desenvolvimento sexual, que traria danos ao indivíduo, somente se sua estrutura psíquica já fosse propensa a distúrbios. Contudo, também acreditava que sua continuidade na vida adulta levaria à diminuição da potência sexual.

Em 1920, Wilhelm Stekel, colaborador de Freud até uma década antes, publicou o livro *Impotência masculina – Perturbações psíquicas na função sexual do homem*, no qual afirma que a masturbação, em si, não causa dano à saúde física ou psicológica. Tal atividade só provocaria distúrbios neuróticos que poderiam afetar o desempenho sexual quando vivenciada com culpa e sentimentos de autopunição provocados por proibições morais e religiosas (TAYLOR, 1997).

Segundo Brenot (1998), essa nova visão da sexualidade, que se afastava de uma óptica moralista e procurava se aproximar de uma concepção anatomofisiológica do funcionamento sexual, contribuiu para que surgisse uma proposta de tratamento para as disfunções sexuais, desenvolvida por Masters e Johnson no fim da década de 50. A proposta terapêutica baseava-se em uma seqüência de tarefas prescritas aos pacientes, cujo objetivo era devolver a eles a capacidade de concretizar, satisfatoriamente, a relação sexual. Posteriormente, a sexóloga Helen Singer Kaplan utilizou técnicas de compreensão psicodinâmica da problemática sexual, procurando identificar resistências intrapsíquicas e motivações inconscientes, bem como problemas de relacionamento conjugal que poderiam originar disfunções sexuais.

O psiquiatra e antropólogo Phillippe Brenot sintetiza bem a evolução pela qual a prática masturbatória passou ao longo da história da humanidade, em seu livro *Elogio da masturbação*. De pecado a ser condenado e doença a ser tratada, o ato transformou-se em recurso utilizado por especialistas para melhor conhecer a sexualidade humana e, cada vez mais, tem se tornado aceito como comportamento inerente ao desenvolvimento sexual saudável – que permitiu avanços científicos no estudo da sexualidade humana (TAYLOR, 1997).

Certas práticas foram extintas com o avanço das pesquisas sobre Sexologia, mas outras persistem. Em alguns países da África, por exemplo, as mulheres ainda são submetidas a rituais de mutilação sexual como a amputação do clitóris, que além de inibir o prazer, leva a sérios riscos de saúde física e psicológica.

Fazendo essa análise mais ampla, fica mais fácil compreender, por exemplo, os dados da pesquisa *Mosaico Brasil*, realizada em 2008 em parceria com o Prosex (Programa de Estudos em Sexualidade) da USP (Universidade de São Paulo), segundo a qual cerca de 40% das mulheres brasileiras revelaram nunca terem se masturbado (DUARTE, 2018).

Segundo Santos & Silva, 2008 a ciência já demonstrou que a masturbação é benéfica, normal e saudável, mas muitas mulheres não se sentem autorizadas a desfrutar plenamente de sua sexualidade, muito menos sozinhas. Essa interdição, geralmente, vem desde a infância:

quantos pais e mães estimulam as suas filhas a conhecerem a sua vulva com a ajuda de um espelhinho, por exemplo? Quantas mulheres sabem que o clitóris é um órgão cuja única função é proporcionar prazer? Que ele tem 8 mil fibras nervosas (é mais sensível que a boca, a língua, a vagina e o pênis) e possui duas raízes internas que se alongam sob o osso púbico? E que, após o orgasmo, os músculos da região pélvica não relaxam completamente, o que permite que a mulher tenha orgasmos múltiplos? Não falar sobre a sexualidade feminina é também uma forma de negá-la.

Para Altmann (2007), o ideal da primeira relação é muito forte, e não se trata de valorizar a virgindade por ela mesma, mas de dar especial atenção essa experiência. Assim, ao perceber que ela não foi como esperava, ou ao desiludir-se amorosamente, a mulher pode vir a sentir-se mal ou se responsabiliza por ter estragado esse momento de sua vida, sentimento que poderá contribuir para uma má vivência de experiências sexuais futuras.

Reis (1992) assinala que existe diferenças entre o discurso acerca da sexualidade e como ela é vivida pelos indivíduos. Na fala, trata-se de algo natural, normal, voltado para o prazer, mas ela é vivenciada com preconceitos, que podem provocar insatisfação e sentimentos de culpa.

Segundo Heilborn (2006), a revolução sexual que tornou mais liberais códigos de conduta que antes eram limitados, permitiu, sobretudo às mulheres, uma maior liberdade para tratar o tema da sexualidade.

Culturalmente, a sexualidade feminina vincula amor ao sexo, ao passo que da masculina, se espera uma vida sexual ativa, mesmo sem a presença do afeto (DALL'AGNOL, 2003). Esses padrões de comportamento diferenciados são mantidos e cada um dos gêneros deve saber o que fazer em relação ao outro (SANTOS & SILVA, 2008). Para os autores, a mulher fica disposta a ter relações sexuais se estiver bem, e para o homem, a relação sexual é um meio, um instrumento para sentir-se bem.

O QUE É O ORGASMO

Vamos abordar, principalmente, o orgasmo feminino. Neste século graças ao conhecimento científico, técnico e social a pauta sobre sexualidade humana foi resgatada. A Conferência Internacional para População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994 legitimou seu conceito ao perceber que há consideração significativa da saúde sexual como parte integrante de saúde reprodutiva.

A sexualidade é muito mais do que uma mera função biológica reprodutiva, trata-se, conceitualmente, de fundamental experiência humana que engloba vários fatores, constituintes de todo o aparato que abriga a sexualidade. São eles, o prazer, a afetividade, as intimidades e experiências físicas, emocionais e cognitivas. Sabido isto é possível afirmar que as sensações sexuais femininas podem ser despertadas por tipos variados de estímulos: fantasias, pensamentos eróticos, carícias, masturbação e coito. Pronto! todos os ingredientes estão juntos (FERREIRA, 2007).

É compreensível que, uma vez desencadeada, a resposta sexual feminina se expressa através de uma sucessão de fases que se manifestam fisiologicamente de forma sequenciada e interligadas entre si, completando-se assim o ciclo da resposta sexual humana. Diretamente ao ponto, no cérebro a região sexual localiza-se no hipotálamo onde estão localizados os neurotransmissores (substâncias liberadas entre neurônios) que ativam e que inibem o desejo, chamados de centros póstero-laterais e centros ventro-mediais, respectivamente, agindo de forma antagonista. Esses centros estão relacionados aos centros do prazer e da dor.

Por essa razão ao ser acionado, o centro do desejo sofre ativação pelo centro do prazer, proporcionando à pessoa uma sensação prazerosa. Já, antagonicamente, quando o centro da dor é ativado, pode haver uma inibição do desejo pelo centro relacionado. As endorfinas, compostos químicos produzidos pelas células cerebrais (hormônio do prazer) proporcionam efeito de euforia, bem estar e alívio. Essa substância é liberada no Sistema Nervoso Central (SNC) e vai ao mesmo tempo estimular o centro do prazer e inibir o centro da dor. Já quando se estimula o centro da dor, a produção de endorfina é bloqueada.

Ferreira (2007) afirma que a excitação é segunda fase do ciclo da resposta sexual feminina, fase de preparação para o ato sexual, que é desencadeada pelo desejo. A fase de excitação caracteriza-se por uma reação orgânica generalizada de miotonia, vasocongestão tanto dos vasos genitais locais como da pele e lubrificação vaginal. O sistema nervoso autônomo, através de sua ação parassimpática, conduz ao relaxamento da musculatura lisa vaginal, permitindo, assim, aumento de aporte sanguíneo, tumescência e lubrificação vaginais.

De acordo com Ferreira (2007), após o estímulo sexual, verifica-se a liberação neurogênica e endotelial do óxido nítrico que, por sua vez, provoca maior fluxo sanguíneo para a artéria clitoridiana, aumento da pressão intracavernosa no clitóris, permitindo a sua turgescência, extravasamento de suas glândulas e aumento na sua sensibilidade. À semelhança do que ocorre com o clitóris, há incremento no transudato vaginal, responsável pelo aumento da lubrificação da vagina, que é essencial ao coito prazeroso. O relaxamento na musculatura lisa da vagina possibilita sua dilatação e distensão, especialmente nos seus dois terços inferiores, permitindo a acomodação plena do pênis.

Em outras palavras, o processo que leva ao orgasmo, chamado excitação, inicia-se uma adaptação, modificando-se para a relação sexual. É uma resposta do corpo ao desejo. Na mulher a vagina, que em princípio, até este momento, era um espaço virtual e seco, só aparelho urinário, agora, torna-se mais alongada, mais alargada e bem lubrificada. Estes eventos ocorrem porque há localmente, aumento da irrigação sanguínea, liberação de muco pelas células mucosas epiteliais da vagina e pelas glândulas vestibulares. Além disso, outras transformações importantes ocorrem. Aumento do volume uterino, bem como sua elevação na pelve e contração de fibras musculares (miotonia). Há aumento no tamanho dos seios e os mamilos enrijecem (arrepio). Há considerável aumento da frequência cardíaca (taquicardia) e respiratória (taquipnéia). Órgãos localizados próximas a região genital, como o ânus, reto, bexiga e uretra, também são afetados pelos reflexos da excitação e sofrem contrações musculares (FERREIRA, 2007).

No aparelho genital feminino as transformações são significativas: no clitóris, nos grandes e pequenos lábios, no útero e na vagina há vasodilatação, tanto de forma superficial como profunda provocando uma congestão vascular (como ocorre no pênis, para o enrijecimento), além da miotonia. Há ruborização e aumento de tamanho dos grandes e pequenos lábios e do clitóris. Tudo isto acontece, para que, durante os estímulos físicos diversos, chegue-se ao ápice da sensação do prazer, o orgasmo. Podemos definir orgasmo como um fenômeno que consiste em contrações reflexas ritmadas e involuntárias dos músculos perivaginais e perineais, a intervalos de 0,8 segundos. Essas contrações são particularmente visíveis no terço inferior da vagina, formando a plataforma orgásmica, que consiste nos músculos e tecidos engrossados que circundam a entrada da vagina e também alguns dos músculos pélvicos, ou em outra definição, orgasmo é a sensação de êxtase, gozo ou ápice do prazer, acontece quando os estímulos sexuais alcançam com plenitude a sua atividade máxima de sensação de prazer e toda tensão sexual é 'liberada'.

Segundo Ferreira (2007) ocorre o que se denomina de 'plataforma orgásmica'. O orgasmo é um reflexo e, como tal, tem um componente sensorial e outro motor. A excitação clitoridiana dispara a descarga orgásmica feminina, que é expressa por contrações rítmicas dos músculos vaginais e circunvaginais. A fase de resolução da resposta sexual feminina é caracterizada por um período de completo relaxamento (motor) e enorme sensação de bem-estar (sensorial). No homem a ejaculação é o resultado desta fase que passa por uma contração muscular com expulsão de esperma. A ejaculação se dá em duas partes, a primeira quando o líquido seminal é liberado pela próstata, vesícula seminal e canal ejaculatório para a uretra; a segunda parte se dá quando a passagem desse líquido da uretra até a expulsão pelo orifício uretral localizado na cabeça do pênis. A mulher logo após o orgasmo pode ser novamente estimulada e iniciar outro ciclo excitatório, essa capacidade de ter múltiplos orgasmos não é vista no homem que em seguida a essa fase passa por um período de relaxamento denominado resolução

Anorgasmia feminina é uma disfunção sexual que inibe a mulher de ter ou sentir orgasmos, porém falar sobre o assunto ainda é um grande tabu e precisa ser desmistificado. É importante salientar que esta disfunção não inibe a mulher de excitar-se e sentir prazer, porém o orgasmo é comprometido. Estima-se que 90% dos casos são de origem emocional, ou seja, é uma disfunção psicossomática. Tem origem psíquica e muitas vezes é mantida em segredo por boa parte das mulheres por receio de comprometer suas relações com seus parceiros ou parceiras.

A masturbação pode ser entendida como uma excitação, habitualmente rítmica, efetuada com as mãos, na zona genital, própria ou do parceiro, com ou sem orgasmo. O ato de masturbar-se não serve apenas para suprir uma necessidade fisiológica. Além de fazer com que nos conheçamos melhor, há muitos outros benefícios da masturbação.

Manter relações sexuais regularmente - ou então ter o hábito da masturbação - ajuda a trabalhar **os músculos** pélvicos, além de auxiliar na prevenção da disfunção erétil e de casos de incontinência tanto em homens quanto em mulheres (DUARTE, 2018). A excreção de fluídos provenientes da relação sexual serve, entre outras coisas, para aumentar os níveis de cortisol. Ainda que a fama desse hormônio seja ruim em função da sua relação com o **estresse**, a verdade é que um dos benefícios da masturbação está em ajudar a regular e manter sua imunidade, em pequenas doses. a masturbação também é responsável pela liberação de uma enorme quantidade de substâncias neuroquímicas, como dopamina e ocitocina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos feitos durante esta revisão da literatura, para a execução desta pesquisa evidenciaram o quão delicado é tratar da sexualidade feminina. A sexualidade não pode ser entendida como resultado apenas da realidade interna do indivíduo, mas em razão do campo ao qual ele pertence.

Falar sobre masturbação costuma provocar constrangimentos, mesmo nos dias de hoje. Apesar de bem informados muitos homens e mulheres não tratam do assunto com naturalidade, seja na intimidade da relação com seus parceiros ou na educação dos filhos.

Todos os autores citados fizeram referência ao toque, considerando-o como a forma mais óbvia de contato. O toque é relevante para as descobertas sexuais, tanto por meio da masturbação, como do toque mútuo, com o parceiro. Tocar-se no início do desenvolvimento da sexualidade possibilita fazer contato com o próprio corpo, conhecê-lo e descobrir formas de prazer que enriqueceram suas experiências sexuais.

Percebe-se que, por mais que seja doloroso para muitas mulheres falar de sua experiência, preferências e desejo sexual, entrar em contato com suas feridas, medos e construções por

meio da fala, conversar a respeito do assunto com o parceiro proporciona à mulher a contínua construção de sua sexualidade.

Dialogar sobre a anorgasmia é extremamente necessário para dar voz a esse sofrimento e o apoio e a ajuda de profissionais são necessários para compreender as origens dessa disfunção, sendo que 10% correspondem a origens físicas ou biológicas. Portanto o primeiro passo é buscar orientação de um ginecologista para descartar causas físicas e biológicas como menopausa ou ainda consumo errado de anticoncepcionais e outros hormônios, assim como antidepressivos, e constatando que é de fato uma disfunção psicossomática, buscar um psicólogo é o próximo passo para vencer essa barreira.

Assim, embora muito se fale que os valores culturais estão mudando, o que promoveria mais liberdade para as mulheres tratarem o tema da masturbação, o que pode se perceber é que ainda há muito caminho pela frente até que a mulher torne-se um ser capaz de dar a si mesma o direito de vivenciar sua sexualidade rumo a obtenção do prazer.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. (2007). **Educação sexual e primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições**. Revista Estudos Feministas, [on-line], 15(2), 333-356. Acesso em 30 mar. 2018.
- BRENOT, P. **Elogio da masturbação**. Rosa dos Tempos, 1998.
- DALL'AGNOL, R. S. (2003). **A sexualidade no contexto contemporâneo: permitida ou reprimida?** Psic - Revista de Psicologia da Vetor Editora, [on-line], 4(2), 26-31. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/psic/v4n2/v4n2a04.pdf>. Acesso em 30 mar. 2018.
- DUARTE, M. de F. da S. (2010). **Maturação física: uma revisão da literatura, com especial atenção à criança brasileira**. Cadernos de Saúde Pública, [on-line], 9(1), 71-84. Disponível em: Acesso em 16 jun. 2018.
- FERREIRA, A., e cols. (2007). **Female sexual dysfunctions**, FEMINA, vol. 35 (11),
- GINGER, S. (2007). **Gestalt: a arte do contato: nova abordagem otimista das relações humanas**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Summus.
- HEILBORN, M. L. (2006). **Entre as tramas da sexualidade brasileira**. Revista Estudos Feministas, [on-line], 14(1), 43-59. Disponível em: . Acesso em 30 jun. 2018.
- REIS, J. R. T. (1992). **Cenas familiares, psicodrama e ideologia**. São Paulo: Àgora.
- ROMUALDO, C. (2003) **Masturbação**. Expressão e Arte Editora.
- SANTOS, D. B., & Silva, R. C. da. (2008). **Sexualidade e normas de gênero em revistas para adolescentes brasileiros**. Saúde e Sociedade, [on-line], 17(2), 22-34. Disponível em: Acesso em 03 abr. 2010.
- SEIXAS, A. M. R. (1998). **Sexualidade feminina. História cultura, família - personalidade e psicodrama**. São Paulo: Editora Senac.
- TAYLOR, T. (1997). **A pré-história do sexo**. Campus.

**UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA SEXUALIDADE,
A PARTIR DA OBRA “A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE
- A VONTADE DE SABER” DE MICHEL FOUCAULT**

BORGES, Luciana Pimenta

Mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS da
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
luc.cpa@gmail.com

FERREIRA, Maria da Luz Alves

Professora do PPGDS da
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
mariadaluz@oi.com.br

RESUMO

Os estudos apresentados deviram da leitura da obra de Michel Foucault intitulada “A história da sexualidade – a vontade de saber”. Trata-se de um incipiente ensaio com vistas a discutir sobre o dispositivo da sexualidade enquanto discurso científico, bem como a história do sexo a partir das relações de poder. O olhar diferenciado de Foucault, fez com que, em seus estudos, ora fosse arqueólogo, ora genealogista, no sentido de desconstruir e reconstruir ideias, numa intensa e constante busca pela verdade. Podemos considerar o estudo da sexualidade como algo amplo, que envolve inúmeras instâncias, mas que, concomitantemente, nos parece algo particular, único e íntimo em cada indivíduo. Lançaremos mão do seu olhar filosófico e crítico face o discurso da sexualidade humana. Foucault inicia seus escritos pontuando o conceito da sexualidade ocidente, dando ênfase ao século XIX, período marcado pela intensa produção de teorias acerca da sexualidade, em que o autor realiza um contraponto a hipótese da repressão.

Palavras-chave: História. Sexualidade. Discurso. Poder. Saber.

ABSTRACT

The studies presented come from the reading of the work of Michel Foucault entitled “The history of sexuality - the will to know”. It is an incipient essay aimed at discussing the device of sexuality as a scientific discourse, as well as the history of sex from power relations. Foucault’s distinguished gaze made him, in his studies, sometimes an archaeologist, sometimes a genealogist, in the sense of deconstructing and reconstructing ideas, in an intense and constant search for the truth. We can consider the study of sexuality as something ample, involving innumerable instances, but which, at the same time, seems to us something particular, unique and intimate in each individual. We will take his philosophical and critical view of the discourse of human sexuality. Foucault begins his writings by emphasizing the concept of Western sexuality, emphasizing the nineteenth century, a period marked by the intense production of theories about sexuality, in which the author makes a counterpoint to the hypothesis of repression.

Key-words: Story. Sexuality. Speech. Power. To know.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta como conteúdo debatedor a temática da sexualidade a partir das contribuições do autor e filósofo Michel Foucault. Trata-se de estudos e análises em que a sexualidade é tomada enquanto discurso científico, ou seja, o que se pretende abordar sumariamente é o que se enuncia, histórica e culturalmente, acerca da sexualidade humana, tornando-a, por oportuno, um saber. Considerando a análise da história do discurso sobre o sexo a partir das relações de poder, é que lançaremos mão, especialmente, do pensamento de Foucault como alicerce balizador para nossa investigação a respeito da sexualidade, enquanto construção discursiva. Desse modo, nossas reflexões serão mediadas a partir do primeiro volume da obra *História da Sexualidade; A Vontade de Saber* (1976). Com este livro, Foucault inicia seus primeiros escritos sobre o conceito de sexualidade no Ocidente, pontuando e enfatizando o século XIX, como uma época marcada, pelo fenômeno da intensa produção de teorias sobre sexualidade, contrapondo-se, desse modo, à hipótese repressiva.

De acordo com as considerações de Foucault, podemos identificar o século XIX como período marcado pelo recrutamento e controle, no que diz respeito ao discurso do sexo. É importante ressaltar, que não é intenção do autor estabelecer a origem das investidas no campo da sexualidade, mas sim, analisar a estrutura, pela qual, conhecemos, vivemos e nos relacionamos com a sexualidade. A investigação encontra-se ligada ao campo em que se deu a criação dos discursos sobre sexualidade e sua teoria.

A obra de Foucault remete-nos para o questionamento se a história da sexualidade deve ser compreendida pelo viés da repressão sexual. Por certo momento, a resposta parece sim, já que as sexologias do século XIX disseminaram teorias baseadas no discurso do sexo por meio da repressão. Segundo Foucault, Sigmund Freud¹ e Wilhelm Reich², apesar de produzirem teorias arrebatadoras, servem-nos de exemplos de teorias acerca do sexo com acentuada característica repressiva. Contudo, ao observar os escritos de Foucault, o questionamento inicial parece-nos obsoleto, pois o mesmo nos aponta haver uma crença de que, somente a repressão, permeia o discurso sobre o pensamento e práticas relacionadas ao sexo.

Na primeira parte desse ensaio, tomar-se-á como referência ao que Foucault designa como “A Vontade de Saber”, numa tentativa de contextualizar as análises históricas inferidas pelo filósofo, acerca do discurso da sexualidade.

Posteriormente, abordaremos a concepção de Foucault sobre sexualidade, em que a construção discursiva encontra-se intrínseca às relações de poder. Outro ponto relevante que será referendado é a análise crítica sobre a hipótese da repressão, cuja qual Foucault realiza um contraponto, refutando a ideia de que sobre o sexo permeia-se a repressão, que inibe o trânsito dos discursos sobre sexualidade.

Por fim, discutiremos a perspectiva de Foucault sobre poder, dispositivo que é tomado por esse filósofo de forma distinta das relações de poder produtivo. Foucault nos indica, através dessa diferente forma de conceber o poder, que essa categoria, também produz função produtiva ao fomentar discursos, dando aqui ênfase ao discurso da sexualidade.

1 Sigmund Schlomo Freud, nascido em 1856, mais conhecido como Sigmund Freud, foi um médico neurológica, é considerado pela literatura o “pai” da Psicanálise.

2 Wilhelm Reich nascido em 1887 foi um médico e cientista natural, discípulo dissidente de Freud.

SOBRE A OBRA DE FOUCAULT: A VONTADE DE SABER

Para tratar sobre a História da Sexualidade, Michel Foucault nos apresenta *A Vontade de Saber*, obra cuja qual trata a sexualidade enquanto discurso que se encontra subjugada às relações de poder. No primeiro volume, Foucault apresenta de modo mais amplo e geral o panorama em que suas ideias e críticas estão inseridas, e que serão, a posteriori, desenvolvidas. O autor nos apresenta uma nova ótica de pensar a sexualidade, elucidando contextos e percursos históricos, que se caracterizam ora pela proliferação, ora pela repressão dos discursos. Um dos pontos relevantes dessa obra, é que, Foucault nos induz a pensar a sexualidade na sua relação com o poder. Para esse filósofo, a sexualidade está imbricada em relações de poder, e que os discursos, bem como a construção de arranjos inerentes às práticas da sexualidade, oriunda dessas mesmas relações, ou seja, a constituição de um saber sobre o sexo germina das relações desiguais de poder. Partindo dos pressupostos de Foucault, percebemos o quão necessário se faz compreender a sexualidade dentro dos diversos contextos históricos, bem como a sua interligação com as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos.

Observa-se nesta obra aspectos arqueológicos e genealógicos, o que demonstra a transição de pensamento de Foucault. Nesse sentido, a metodologia utilizada por esse autor perpassa tanto pela filosofia, quanto pela história. Quanto à arqueologia, Foucault destaca que possui enquanto princípio:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica”. (FOUCAULT, 2002, p. 159).

A arqueologia de Foucault, nesse sentido, pretende reverenciar o instante em que os discursos foram historicamente definidos, fixados, e, sobretudo, enfatizar a forma de como esses discursos orientaram as condutas e comportamentos de uma época.

No tocante a genealogia, este instrumento investigação empregado pelo filósofo, propõe uma análise que abarcam, além dos aspectos da arqueologia, as instituições, as práticas, dando aqui maior destaque, às relações de poder. Tal categoria se faz importante no exame do autor, haja vista que o mesmo compreende que o discurso da sexualidade, bem como sua formulação, perpassa intrinsecamente pelo filtro poder. Implica dizer, que o poder, e as relações que dele germinam é que constituem, legitima e determina o saber sobre o sexo e sobre a nossa sexualidade. A genealogia desta obra é justamente esse olhar peculiar de Foucault acerca dos discursos, das práticas e dos enunciados presentes no contexto histórico do sexo.

Uma das principais contribuições de Foucault foi evidenciar, a partir de seus métodos de análise, que os saberes, que até então, concebemos e julgamos como verdades, são advindas das relações de poder, atestando que não há conhecimento sem intenção ou despretensiosos. Assim, o saber sobre a sexualidade também não se encontra isento dessas relações de interesse e poder, podendo este ser tomado como exemplo de um saber constituído e legitimado por mecanismos de poder. Por isso, a defesa de Foucault em relação à construção do discurso da sexualidade.

Quando Foucault apresenta, de forma peculiar, a relação entre poder e saber, inclusive no campo da sexualidade, o mesmo tende a provocar nos leitores um sentimento de desconstrução de verdades outrora tomadas como eternas, reporta-nos para uma análise crítica e questionadora face ao conhecimento concebido como padrão, legítimo, científico. As análises de Foucault apontam que a ciência moderna é fomentada e financiada pelos que detêm o poder, moldando os interesses e necessidades das massas que não estão no poder. Nessa perspectiva, Foucault propõe uma análise que ultrapasse a linha do convencional, daquilo que é aceito como verdade científica, inclusive sobre o assunto da sexualidade. Em virtude de tal pretensão é que Foucault utiliza a genealogia enquanto instrumento de investigação. Para esse filósofo, a genealogia é:

(...) Manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios - ou ao contrário as inversões completas - os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós, é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos, não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade dos acidentes. (FOUCAULT, 1979, p. 21).

O DISCURSO DA SEXUALIDADE

Foucault pretende com seus estudos realizar uma análise questionadora sobre o que se conhece e se relata historicamente sobre sexualidade. Busca nesse sentido, pensar a sexualidade com outra perspectiva, além das teorias já existentes, que advogam a favor da ideia de que a repressão paira sobre o sexo, impedindo-o de circular, tornando-o o indivíduo distante de uma liberdade sexual.

O autor propõe pensar o discurso da sexualidade em interface com as relações de poder, sendo a primeira constituída pela segunda, respectivamente.

Em suma, gostaria de desvincular a análise dos privilégios que se atribuem normalmente à economia de escassez e aos princípios de rarefação, para, ao contrário buscar as instâncias de produção discursiva (que evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e de suas transformações. (FOUCAULT, 2001, p. 17).

É nessa direção que a abordagem de Foucault se movimenta na tentativa de se desvencilhar do convencionalismo, buscando uma ruptura com os padrões estabelecidos pela ciência e moral, no sentido de encontrar a verdade sobre a questão do sexo.

Examinai, portanto, diligentemente, todas as faculdades de vossa alma, a memória, o entendimento, à vontade. Examinai, também, com exatidão todos os vossos sentidos,... Examinai, ainda, todos os vossos pensamentos, todas as vossas palavras e todas as vossas ações. Examinai, mesmo, até os vossos sonhos para saber se, acordados, não lhes teríeis dado o vosso consentimento... Enfim, não creiais que nessa matéria tão melindrosa e tão perigosa, exista alguma coisa de pequeno e leve. (FOUCAULT, 2001, p. 23).

A sexualidade é tratada por Foucault como um dispositivo, que, em linhas gerais, pode ser traduzido com um conjunto de funções que conduzem os indivíduos a partir de interesses. Esse discurso é fomentado pelas relações de poder, não isentas de intencionalidades e pretensões. A pergunta que se faz, é o que move tais discursos, sejam eles de proliferação ou de repressão? Partindo dos pressupostos de Foucault, é a vontade de saber, embutida nas relações de poder, que tende a formular e constituir os vários discursos sobre a sexualidade. Pode-se dizer que todo o arranjo observado em torno do sexo, é fabricado e mantido pela vontade de saber, que é permeada de intencionalidade, com viés dominador. Aqui se revela um dos pontos

chaves dos estudos de Foucault: a assertiva de que a história da sexualidade tem se moldado pelos discursos advindos das relações de poder, em que se tem a vontade de saber como força motriz.

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos nos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento. (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Diante o exposto, apresenta-se mais clara a crítica de Foucault sobre a repressão enquanto elemento fundante dos discursos da sexualidade. Para ele, não é a repressão que move os discursos sobre o sexo, mas sim, e, sobretudo, as relações de poder e a vontade de saber. Com esse entendimento, Foucault propõe alcançar um olhar mais crítico sobre a temática da sexualidade.

SEXUALIDADE: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

De acordo com Foucault, os teóricos, cientistas e filósofos concebem a sexualidade essencialmente pelo caminho da repressão. As teorias que emergem no século XIX sobre a sexualidade, apontam que desde o século XVII esta categoria é controlada pelo viés das proibições, em que se impõem novos moldes de comportamento. A lei inclusive, só concebe legítimo, a formação de casais tradicionais, que procriam. Qualquer outro tipo de formação é desconsiderada, ou tomada como “desajustada” ou “imoral”. A análise da sexualidade proposta por Foucault, entretanto, é diferente, pois esse filósofo a trata como instrumento de discurso, cujo qual estaria ligado aos critérios de incitação, e não ao da repressão. Ao se propor analisar a história da sexualidade, Foucault rompe com as visões e teorias tradicionais, em que a sexualidade é interpretada ao nível da repressão, e apresentam estudos com base nas relações históricas, correlacionando os discursos sobre o sexo com as articulações de poder.

Não penso tanto, aqui, na multiplicação provável dos discursos “ilícitos”, discursos de infração que denominam o sexo cruamente por insulto ou zombaria aos novos pudores; o cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, como contra-efeito, uma valorização e uma intensificação do discurso indecente. Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado. (FOUCAULT, 2001, p. 22).

Durante a Idade Média, o discurso sobre sexo ganha valor e espaço. O homem ocidental passa a declarar suas preferências sexuais, bem como seus desejos e prazeres. Nesse sentido, a sexualidade é construída com base no que proferimos acerca de nossas vontades, preferências, e, sobretudo, sobre o que enunciamos sobre nós mesmos. É dentro dessa perspectiva que se dá a crítica de Foucault, em que não existe somente a repressão sexual, mas também, e de maneira significativa, uma vontade de afirmar o que nos provoca, aguça e motiva prazer.

Foucault apresenta-nos um ponto que deve ser considerado quanto aos discursos sobre sexo: quem analisa os discursos? O filósofo esclarece que quem, inicialmente, analisa os discursos é o confessor, que representa a penitência, imbricada na instituição religiosa. Ora, o sexo é confessado para a igreja, que é uma instituição de poder, e se tem detém o poder é ela quem direciona e modifica os comportamentos através do saber-poder. Visto assim, percebe-se que a sexualidade e seus discursos são controlados pelas articulações de poder, ora pela

igreja, ora pela mídia, ora pelos políticos, ora pela ciência. Para Foucault, os discursos acerca da sexualidade estão impregnados de moralidade e regras comportamentais. Trata-se de discursos, fomentados pelas relações de poder, que modificam e interferem nas relações sociais, tornando-as um instrumento para interesses políticos e econômicos.

Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos (FOUCAULT, 2001, p. 29-30).

Desde criança, estamos cercados de discursos sobre o sexo, discursos sobre o que se incita e o que se inibe, implantados por pais, médicos, educadores e outros. Foucault questiona a ciência sexual que se emerge, sobretudo, a partir das declarações proferidas pelos indivíduos.

No século XIX, o sexo recebe cunho científico, tornando-se objeto de intensa investigação. O conhecimento científico passa a determinar as verdades acerca do sexo. A ciência que, em sua maioria, é tomada como o centro de certezas e verdades dos indivíduos, tem seus créditos na fomentação dos discursos sobre o sexo, bem como nos preconceitos construídos. Vale ressaltar que não somente a ciência, mas também as demais instâncias de poder na sociedade sejam elas a igreja, a política, a família.

O que Foucault pretende nos esclarecer, é que ao longo da história, sempre houve a busca pela verdade sobre o sexo, e para isso, houve uma série de aparelhos meticulosamente elaborados para que se falasse de sexo, constantemente. A vontade de saber sobre a sexualidade humana propiciou o nascer de vários conceitos, de orientações comportamentais, formas de controle e de submissão.

Antes, o cenário para se falar de sexo era o confessionário, o consultório médico, a sala de aula, a nossa casa, a partir do século XIX, a ciência também se faz um desses cenários, tornando o sexo temática de destaque no campo da investigação científica. Típico da ciência, a sexualidade passou a ser classificada, enumerada e enquadrada dentro de técnicas disciplinares, com limites estabelecidos e tipologias do que seria normal e anormal, do que é saudável e do que é patológico. De acordo com Foucault, a civilização ocidental tratou a sexualidade através de práticas de ordenamento e controle, em que se observa intensa articulação entre poder e saber, dada por uma “*scientia sexualis*”, enquanto que nas demais civilizações, tais como o Japão e a Índia, o interesse estava no prazer, não se limitando ao que era permitido ou não. O prazer, para tais civilizações, aponta Foucault, é tratado como arte erótica, em que coloca o indivíduo em estado sublime, por meio do ápice do prazer sexual, já as civilizações ocidentais, o prazer é assumido como ciência, ou seja, como relação de poder-saber.

Observa-se que os discursos emergentes acerca da sexualidade são fabricados no campo da ciência, ora, ciência é o lugar das verdades, e isso não seria diferente quanto ao assunto do sexo. Por isso, a assertiva de Foucault de que a sexualidade é um discurso construído através da ciência, ciência que possui forte influência sobre os indivíduos, com grande capacidade de sujeitá-los às verdades que lhe são apresentadas. Nesse sentido, é que tal filósofo nos remete para a necessidade de revisão quanto ao que se concebe sobre sexualidade, haja vista que a mesma é um lócus em que se articulam diferentes poderes e saberes. Ora, se o discurso do sexo nos é acessível, isso não é gratuitamente, trata-se de um discurso oportuno, com vistas a garantir o poder e controle de quem o criou.

Trata-se portanto de, ao mesmo tempo, assumir outra teoria do poder, formar outra chave de interpretação histórica; e, examinando de perto todo um material histórico, avançar pouco a pouco em direção a outra concepção do poder. Pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei. (FOUCAULT, 2001, p. 87).

Partindo dos pressupostos de Foucault, a vontade de saber sobre o sexo nos torna reféns dos padrões estabelecidos, dados os efeitos dos discursos que são proferidos acerca da sexualidade. Os discursos sobre a sexualidade controlam e dominam os comportamentos dos indivíduos, por isso a vontade de saber não garante a liberdade sexual que se almeja. A vontade de saber está subjugada às relações de poder.

Se a sexualidade se constitui como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instruíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. (FOUCAULT, 2001, p. 93).

O fundamento da obra de Foucault é nos fazer pensar que os discursos são produto de articulações de poder, que sugerem e determinam o que devemos aceitar como verdade. Nesse sentido, nada foge da intencionalidade e da pretensão, tudo que nos é apresentado advém de jogos de poder, cujos quais os discursos estão sujeitos. Visto assim, os discursos acerca da sexualidade seguem o mesmo parâmetro de subjugação. São dos discursos, subalternos das relações de poder, que criam os arranjos envoltos sobre a sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa discussão, tivemos o intuito de nos alinharmos ao pensamento de Michel Foucault, no que diz respeito, sobretudo, às suas considerações sobre a noção de sexualidade. Para tanto, tentamos traçar elementos na investigação que nos permitisse uma constante interação com alguns conceitos que permeiam a análise da sexualidade proposta por Foucault. Partimos essencialmente do primeiro volume da história da sexualidade, *A vontade de saber*, percorrendo seu conteúdo de forma atenta e correlacionando-a com os aspectos socioculturais de nossa sociedade contemporânea. A análise da construção do discurso da sexualidade, balizadas na obra de Foucault, exige de seu leitor uma postura interpretativa, tendo em vista que os conceitos e princípios trazidos pelo filósofo estão intimamente entrelaçados com outros tantos conceitos, de modo que somos conduzidos por seu estilo a nos debruçarmos e refletirmos sobre toda uma conjuntura conceitual.

Para refletir sobre a história da sexualidade, é preciso considerar de maneira muito pertinente que a sexualidade é uma forma de manifestação social e histórica, e que, portanto, não se pode abandonar o contexto sociocultural em que a mesma está inserida. Para Foucault, a experiência ocidental da sexualidade não é a da repressão do discurso, mas da explosão discursiva sempre se expandindo com o aumento do controle sobre os indivíduos, controle não através da negação ou da proibição, mas através da produção que tem como foco não produzir, mas proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar a população tornando o corpo um corpo dominado, que deve incorporar os modelos do consenso social, sem deixar espaços para outros caminhos. Atualmente, apesar da diversidade de discursos que temos sobre a sexualidade, percebe-se que dela nunca falamos o suficiente, pois estamos sempre deixando algo misterioso, possibilitando alguns acessos, porém, sempre limitados e cuidadosamente codificados, o que para Foucault, seria uma das estratégias para manter tais discursos sempre atuais. O livro é desconcertante, provocativo - não por falar de sexo, mas por mostrar o quanto estamos inseridos (há séculos) em uma sociedade que vincula sexo com poder.

Foucault rompe paradigmas ao negar a ideia corrente de que por muito tempo a sexualidade foi reprimida. Ao contrário, diz o autor. Desde o século XVII, há um movimento constante e crescente que pede que nosso sexo seja exposto, julgado, avaliado, medido, controlado. Desde as confissões detalhadas aos inquisidores até às mais obscenas confissões no divã - há muito

tempo que nos pedem o relato de nossa sexualidade. Não é de se estranhar, portanto, que hoje estejamos vivenciando uma sociedade tão erotizada.

A obra de Foucault “A história da sexualidade: a vontade de saber”, nos remete para uma nova possibilidade de analisar a sexualidade. Observamos que através da historicidade, e dos instrumentos de análise utilizados pelo filósofo (arqueologia e genealogia), que a sexualidade é uma construção discursiva imbricada nas relações de poder. A emergente ciência do sexo, dada a partir do século XIX, que apontou uma série de teorias baseadas na repressão sobre as práticas sexuais, é também uma instância de controle do sexo, ou seja, a ciência é uma esfera que está subjugada às relações de poder-saber. Vale ressaltar, entretanto, que para Foucault, esse controle só era possível, em virtude de inúmeras estratégias de incitações para que o indivíduo se pronunciasse sobre sua sexualidade.

Visto assim, podemos concluir que Foucault pretende, ao historicizar a sexualidade, refutar a teoria da sexualidade repressiva, revelando que o sexo não fora unicamente reprimido pelas esferas de poder, mas que foram estas mesmas instâncias que construíram a sexualidade enquanto saber-poder. A ideia do poder positivo tratado por Foucault é esclarecida nesse ponto, pois o mesmo entente que o poder não só reprimia os discursos sobre as práticas sexuais, mas, preponderantemente, era ele quem os produzia. Implica dizer que as relações de poder criam as situações para o conhecimento, que por sua vez, moldam os sujeitos, ao classificar e ditar comportamentos, diferindo-os entre normais e patológicos, os indivíduos são assim influenciados em seu modo de pensar sobre si, pensar sobre o outro, e, sobretudo, no modo de pensar a sexualidade.

Em suma, tentamos aqui investigar a prerrogativa de Foucault sobre a vontade de saber sobre o sexo. O mesmo acredita que essa vontade de saber não é algo que nos levaria a uma maior liberdade sobre o sexo, ou mesmo que seja algo gratuito ou ingênuo. A vontade de saber, segundo Foucault, nos revela a pretensão de controle e dominação, e que não existe uma sexualidade verdadeira ou natural, que nos tornará livres. Em linhas gerais, Foucault quer nos dizer que a sexualidade é um discurso científico, que é substancialmente construído pelas condições históricas e culturais, pelas relações de poder-saber, que determinam as formas de como devemos nos portar e praticar o sexo. Por isso, devemos pensar a sexualidade para além daquilo que nos é colocado como verdade, como normal, como científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FOUCAULT, MICHEL. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. *A Arqueologia do Saber*; tradução de Luiz Felipe B. Neto. 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*; tradução de Roberto Machado. 2. ed. – Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

_____. *Microfísica do Poder*; organização e tradução de Roberto Machado. 3. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA RELACIONAL E DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

BORGES, Luciana Pimenta

Mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS da
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
luc.cpa@gmail.com

FERREIRA, Maria da Luz Alves

Professora do PPGDS da
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
mariadaluz@oi.com.br

CARDOSO, Natany Lima

Formada em Psicologia pelas
Faculdades Pitágoras de Montes Claros, Brasil
limacardoso@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta um incipiente ensaio acerca do conceito de gênero, evidenciando-o enquanto categoria relacional entre homens e mulheres e, também, como elemento de estratificação social. Nota-se na literatura, que o conceito de gênero encontra-se intimamente relacionado a uma construção cultural e social, em que as diferenças observadas no campo do sexo implicam e moldam as relações sociais. Está ligado, de maneira intrínseca, à forma de como homens e mulheres se relacionam, de como tratam e ensinam os filhos, de como as instituições ofertam a educação, de como se direcionam as prioridades no campo das políticas públicas sociais, bem como aos meios de dominação e poder. Gênero assim, é um elemento que deve ser compreendido dentro das instâncias múltiplas de relações sociais, e preponderantemente, pelas relações de poder.

Palavras-Chave: Gênero. Relações. Poder. Construção Social. Estratificação Social.

ABSTRACT

This article presents an incipient essay about the concept of gender, evidencing it as a relational category between men and women, and also as an element of social stratification. It is noted in the literature that the concept of gender is closely related to a cultural and social construction, in which the differences observed in the field of sex imply and shape social relations. It is intrinsically linked to the way men and women relate to each other, how they treat and teach their children, how institutions offer education, how priorities are directed in the field of public social policies, and the means of domination and power. Such a gender is an element that must be understood within the multiple instances of social relations, and preponderantly, by power relations.

Key-words: Genre. Relations. Power. Social Construction. Social Stratification.

INTRODUÇÃO

O termo “Gênero” é utilizado para diferentes atribuições, em diversas áreas do conhecimento, assumindo assim, uma significação polissêmica, o que nos permite identificá-lo tanto como conceito quanto categoria de análise. No campo das ciências naturais, pode significar espécie, grupo de plantas, animais, matéria, grupo de coisas, já no campo das ciências humanas e sociais, o termo é utilizado para designar a construção cultural acerca da masculinidade e feminilidade.

Posto isso, vale destacar que, em qualquer área do conhecimento, gênero constitui referência de uma coisa em relação à outra, que lhe determina a essência, porém, concomitantemente aliado às diferenças. Segundo Ferreira (2009) essa arguição vale tanto para agrupamento de indivíduos, ideias, estilo, maneira, quanto para definir espécie, tipo, fatos, objetos que tenham características comuns.

O estudo sobre gênero surgiu com os movimentos feministas. Inicialmente, não teve prestígio acadêmico, seu destaque ocorreu posteriormente, e hoje, assume status bastante consistente no âmbito da pesquisa acadêmica. Os estudos apresentados aqui se baseiam no conceito de gênero formulado por Joan Scott (1990), que entende esse termo como um elemento constitutivo de relações sociais, construídas sobre as diferenças percebidas entre homens e mulheres, e, portanto, uma construção social e histórica dos sexos. Além disso, gênero é um meio de estratificação social, uma vez que tais relações implicam na distribuição desigual de poder entre homens e mulheres.

Nesse sentido, o presente estudo discorrerá sobre os conceitos de gênero, e suas implicações no âmbito da estratificação social.

GÊNERO: CATEGORIA RELACIONAL E DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A expressão gênero surge, de acordo com Castilho (2006), em meados da década de 80 quando o movimento feminista a utiliza para designar a disparidade existente entre homens e mulheres. Surge, particularmente, para explicar as desigualdades verificadas entre esses dois seres, concretizada por meio de ações discriminatórias, de violência e opressão face às mulheres. Neste período, muitos estudos acerca deste tema já indicavam a grande desigualdade inerente a homens e mulheres. Tais desigualdades tendiam a aumentar, ou mesmo se agravar se avaliadas questões como classe social, raça, etnia, e dentre outras condições sociais e de vida. Ora, se existe desigualdade entre homens e mulheres, logo podemos falar de estratificação social de gênero. Na contemporaneidade, observa-se que a desigualdade abrange tanto a esfera pública quanto a privada.

Michele Rosaldo (1979) faz um corte profundo na sociedade, dividindo-a em dois campos comunicáveis: o público e o doméstico. A explicação para a estrutura hierárquica, binária e dicotomizada dos gêneros dever-se-ia ao fato de os homens sempre terem ocupado o pólo que concentra a autoridade: o mundo público. (BENTO, 2006, p. 72)

No que se refere a essa primeira instância, é notável a disparidade nos salários, tendo as mulheres menores remunerações do que aos dos homens em serviços iguais e, ainda na sua pequena participação política, se comparado com o sexo oposto. Nesse quesito, podemos destacar a questão do gênero enquanto instrumento de estratificação social, temática a ser mais bem discutida no decorrer desse artigo. Na esfera privada, tal desigualdade se evidencia pelas diferenças relacionadas à questão da moralidade, bem como na destinação de papéis domésticos.

Citando Chodorow, Otner constrói uma tipologia comportamental na qual o homem é identificado como o racional, o abstrato, a objetividade (cultura), e a mulher, com a praticidade, a concretude e a subjetividade (natureza) (...) A mulher é tomada como sinônimo de família, sendo que, nesse ponto, não existe qualquer menção ao pai. (BENTO, 2006, p.73)

Na esfera privada, faz-se ainda pertinente ressaltar a desigualdade observada no campo da afetividade e sexualidade. Sobre esse assunto, Foucault (1999), destaca que a sexualidade deve ser tratada como um dispositivo, que, em linhas gerais, pode ser traduzido com um conjunto de funções que conduzem os indivíduos a partir de interesses. Segundo esse filósofo, o discurso acerca da sexualidade, e a forma como suas práticas devem ser assumidas por homens e mulheres, é fomentado pelas relações de poder, não isentas de intencionalidades e pretensões. Partindo dos pressupostos de Foucault, são as relações desiguais de poder, que tendem a formular e constituir os vários discursos sobre a sexualidade. Pode-se dizer que todo o arranjo observado em torno do sexo, é fabricado e mantido pela intencionalidade, com viés dominador. Aqui se revela um dos pontos-chaves dos estudos de Foucault: a assertiva de que a história da sexualidade tem se moldado pelos discursos advindos das relações de poder, e principalmente, pelas relações desiguais de poder. Nesse sentido, encontramos o poderio do homem em sobreposição à mulher, em que a sexualidade para este é concebida em termos mais liberais do que ao sexo oposto.

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos nos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento. (FOUCAULT, 1999, p. 23).

A desigualdade entre homens e mulheres possui caráter histórico, em que se podem averiguar justificativas em defesa dessa mesma desigualdade pelos setores conservadores de cunho religioso, científico e político. A defesa pautava-se ainda pelos aspectos biológicos entre homens e mulheres. Em linhas gerais, existia além dessas esferas, uma crença que as diferenças sociais são essenciais, naturais e inevitáveis.

O homem, para Beauvoir, representa o sujeito universal; a mulher, por sua vez, seria o seu outro absoluto. Dessa forma, elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem. Tal premissa a leva a questionar: “Por que as mulheres não contestam a soberania do macho?... De onde vem essa submissão na mulher?” (Beauvoir, 1987:35) (BENTO, 2006, p.71)

O sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. “Gênero” veio como uma categoria de análise das ciências sociais para questionar a suposta essencialidade da diferença dos sexos, a ideia de que mulheres são passivas, emocionais e frágeis, e os homens são ativos, racionais e fortes. Na perspectiva de gênero, essas características são produto de uma situação histórico-cultural e política; as diferenças são produto de uma construção social. Portanto, não existe naturalmente o “gênero” masculino e feminino. (SUÁREZ, 2000).

É diante desse vácuo de terminologias que “gênero”, enquanto categoria de análise das ciências sociais, evidenciou-se como uma expressão a ser utilizada para indagar as possíveis divergências entre homens e mulheres, visto que à figura masculina fora sempre atribuído o papel de forte, racional e a feminina a condição frágil, débil, passiva. A partir daí, observa-

se os primeiros questionamentos sobre o papel que a mulher vinha ocupando ao longo dos anos na sociedade, principalmente os traços de opressão e discriminação que manchavam sua história. (CASTILHO, 2006).

No decorrer dos últimos trinta anos, a categoria gênero tem sido utilizada com intuito de desfazer ou mesmo desconstruir a ligação entre as mulheres e a natureza, e assim, por conseguinte, propiciar, ainda que simbolicamente, a igualdade entre homens e mulheres. Essa desmistificação da interligação entre a mulher e a natureza se tornou algo imprescindível, haja vista que tal relação pressupõe e constrói uma visão de que a mulher é “naturalmente” e biologicamente “inferior” ao homem, trazendo à figura da mulher características como “ser intuitivo, amoroso, dadivoso, e concomitantemente desqualificada de razão, coragem, agressividade e de outros atributos associados aos homens”. (SUÁREZ, 2000).

Ao longo da década de 1990, os estudos sobre as relações de gênero se consolidaram a partir de uma reavaliação dos pressupostos teóricos que fundamentavam o campo de estudos sobre as “mulheres”. A tarefa teórica era desconstruir essa mulher universal, apontando outras variáveis sociológicas que se articulassem para a construção das identidades dos gêneros. A categoria analítica “gênero” foi buscar nas classes sociais, nas nacionalidades, nas religiosidades, nas etnias e nas orientações sexuais os aportes necessários para desnaturalizar e dessencializar a categoria mulher, que se multiplica e se fragmenta em negras analfabetas, brancas conservadoras, negras racistas, ciganas, camponesas, imigrantes. Este momento representou uma ruptura com um olhar que posicionava a mulher como portadora de uma condição universalmente subordinada, o que gerou, por um lado, uma representação da mulher-vítima e, por outro, do homem-inimigo, dois lados da mesma moeda: o patriarcalismo. (BENTO, 2006, p. 74)

Para além disso “gênero” também é um conceito utilizado para delimitar objetos de pesquisa e analisar as mais diversas situações sociais. Em linhas gerais, significa dizer, que além de ser uma ferramenta desconstrutiva, gênero é um conceito com valor para distinguir e descrever categorias sociais estratificadas, em seu sentido empírico, bem como para explicar as relações sociais que se dão entre elas, em seu sentido analítico. (SUÁREZ, 2000).

A afirmação de Ortner – de que as mulheres são percebidas como sujeitos menos culturais do que os homens, e, portanto, como menor capacidade de transcender sua natureza biológica do que eles – tem sido severamente criticada e até mesmo invalidada.” (SUÁREZ, 2000, p. 19).

A discussão sobre “gênero” enquanto categoria relacional e de estratificação social faz-se de extrema relevância quando abordamos a questão da mulher, e os diversos adjetivos e características construídos socialmente para este sexo. As formulações sociais criadas e destinadas à mulher contribuem para o fortalecimento de pré-conceitos junto a esse sexo, tornando-o alvo de discriminação e exclusão social, estratificando-o na sociedade, em virtude do gênero, ou seja, em virtude das construções sociais que se fizeram acerca de seus papéis ao longo da história. Nesse sentido é que discutir gênero tornar-se algo imprescindível, no sentido de “desconstruir” tais estigmas, desmistificando conceitos e pré-conceitos, valores e pré-juízos.

Suárez, (2000), afirma que o uso mais forte da palavra gênero é desconstrutivo, uma vez que pressupõe a quebra da equívoca e preconceituosa ideia de que a mulher é uma condição essencial, dada pela natureza. É dentro dessa perspectiva que discutiremos gênero, no sentido de desconstruirmos os efeitos de um pensamento no qual sempre se veicula o ser mulher a condições de inferioridade face ao homem.

A principal crítica que se observa diante da justificativa de que a mulher é “naturalmente/biologicamente” inferior ao homem, se encontra na argumentação de que a distinção entre a natureza e a cultura não pode ser considerada universal, ou seja, dessa forma não poderia explicar o fato de as mulheres serem, em toda parte, percebidas como mais imersas na natureza do que os homens. É importante ressaltar ainda, que embora culturalizada, a masculinidade também possui a sua fixidez. Dentro dessa perspectiva, revela que o essencialismo está presente não só na dicotomia, mas em todos os campos referentes à natureza e ao feminino. (SUÁREZ, 2000).

Tem-se diante dessa discussão uma problemática que se encontra intimamente relacionada a atribuições dadas a categoria sexo. Implica dizer que quando reportamos às diferenças sexuais, logo atribuímos características biológicas e naturais, que tendem, culturalmente, a destinar um lócus de inferioridade à mulher. Porém, quando estabelecemos a categoria gênero, estamos em busca de algo que transmita que as pessoas não são apenas sexuadas, haja vista que as diferenças sexuais sempre adquirem um significado cultural, mas que, para além disso, existem outras possibilidades de analisarmos o feminino e masculino. Em linhas gerais, trata-se da superação de visões limitadas à questão meramente biológica, ligadas à natureza e às diferenças sexuais. (SUÁREZ, 2000).

Para Safiotti (1994), todas as atividades humanas são mediadas pela cultura. Afirma que é graças a este verdadeiro arsenal de signos e símbolos que tais atividades adquirem sentido, e que, por conseguinte, propiciam aos seres humanos a capacidade de se comunicarem uns com os outros. Esta autora tece, em seus estudos, críticas sobre as posições que estabelecem a restrição de que a mulher está ligada à natureza, e o homem à cultura. Ao longo dos últimos trinta anos, uma série de teorias sobre gênero surgiu na literatura mundial, evidenciando a defesa da postura que defende a construção social do gênero, contrapondo assim, pensamentos de cunho conservador, altamente contrários ao avanço das lutas políticas pela igualdade social, desenvolvidas por categorias socialmente discriminadas.

Safiotti ressalta, em suma, que não se trata de negar as diferenças entre homens e mulheres, afinal de contas, elas existem. Ao contrário, trata-se da busca por entendê-las, como mecanismos de uma convivência social mediada pela cultura. “As mulheres que escaparam do Eterno Feminismo e do mimetismo com os homens (...) defendem uma igualdade inédita entre os sexos, o primado da diferença sem hierarquia e sem ambiguidade” (OLIVEIRA APUD SAFIOTTI 1994).

De acordo com Lauretis apud Safiotti (1994), gênero “é um tanto um construto sociocultural quanto um aparelho semiótico, um sistema de representação que atribui significado (...) a indivíduos dentro da sociedade” (LAURETIS, 1987). Para a autora em pauta, as representações tendem a modelar homens e mulheres, produzindo, por conseguinte, diferenças de gênero. Em linhas gerais, refere-se à compreensão de que o sujeito do feminismo, que é uma construção teórica, bem como as mulheres historicamente situadas são concebidas como simultaneamente dentro e fora do gênero, concomitantemente dentro e fora da representação (SAFIOTTI, 1994). Implica dizer que os sujeitos são construídos socialmente e culturalmente, indo além da questão biológica. Portanto, se são assim construídos, detêm o poder de auto representação, podendo assim, construir e desconstruir significados atribuídos aos mesmos.

Segundo Safiotti (1994), a força da mudança social está bastante presente na concepção da autora Lauretis, seja através de um sujeito que, sendo modelado pelo gênero é simultaneamente capaz de tomar distância em relação a ele, seja pela capacidade desestabilizadora da desconstrução, ou seja, ao mesmo tempo em que é modelado pelas representações de gênero, é também capaz de refazer tais construções. Dentro desse contexto, a questão da subjetividade ganha maior

evidência, tão quanto à temática da auto representação. Cotidianamente novas representações surgem, que vão, por sua vez, construindo o gênero em outros termos. Tais representações nascem nos mais diversos espaços societários, que abrange tanto as esferas das práticas adotadas e instituídas, quanto às margens dos discursos hegemônicos e competentes, e até mesmo as próprias estruturas de poder e saber. (SAFIOTTI, 1994).

O conceito humanista do gênero enquanto atributo de uma pessoa não serve como ponto de partida para uma concepção relacional, na qual tanto a pessoa quanto o gênero são frutos do contexto histórico que os constrói (...) Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher. (SAFIOTTI, 1994, p. 276)

Referente citação corrobora as palavras de Marx, na qual esse aponta que na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, estas relações de produção, por sua vez, correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens o que determina a realidade, mas sim, a realidade social é a que determina sua consciência. (MARX, 1946).

Para Safiotti (1994) a existência de gêneros nada mais é que a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. Implica afirmar que a sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça.

Esta autora ainda aponta que a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros. Safiotti (1994) considera que não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outros. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

Podemos entender, de acordo com as inferências de Safiotti (1994), que gênero é, portanto, uma categoria relacional do feminino e do masculino. E mais, podemos entendê-la como elemento de estratificação, ou seja, que diferencia os indivíduos, e que os segrega em grupos. A categoria gênero confirma as diferenças biológicas entre os sexos, reconhece a desigualdade, mas não admite tais diferenças como justificativa para a violência, para a exclusão e para a desigualdade de oportunidades no trabalho, na educação e na política, ou em qualquer outra situação de estratificação social. Trata-se de um modo de pensar que propicia uma mudança nas relações sociais e, por consequência, nas relações de poder. Significa dizer que gênero caracteriza-se por ser um instrumento de grande relevância, que nos ajuda entender as relações sociais e, especificamente e especialmente, as relações sociais entre mulheres e homens.

Segundo Castilho (2006), a terminologia “gênero” tem a ver com feminismo, contudo, não pode ser igualado à categoria mulher ou mesmo à temática do feminismo. Pode-se estudar as

relações de gênero tomando como base o fenômeno da identidade feminina e masculina. O significado desse termo encontra-se intimamente ligado às relações observadas entre homens e mulheres. A análise de gênero propicia o delineamento de como são essas relações. O feminismo, todavia, ultrapassa os limites dessa descrição, revelando os efeitos dessas relações, que são permeadas pelo poder de um sobre o outro, produzindo uma série de consequências, que vão desde aspectos de discriminação, violência e opressão, às situações de injustiça e impunidade.

Paulatinamente, a expressão gênero vem adquirindo espaço e fazendo parte das normativas internacionais, bem como da legislação dos países. No que diz respeito, especificamente, ao Brasil, a terminologia “gênero” foi introduzida na Convenção de Belém do Pará, por meio do Decreto de n. 1.973, de 01 de agosto de 1996, para esclarecer o conceito de violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero. Não se verifica, essencialmente, a definição concreta de gênero, contudo observa-se em seu contexto o conceito de relação de poder. A temática gênero também é evidenciada no Estatuto de Roma, através do Decreto de n. 4.388, de 25 de setembro de 2002, contudo apresentando um significado um pouco mais limitado.

Segundo Castilho (2006), o Tribunal Penal Internacional, criado pelo Estatuto de Roma, incorpora o princípio da não discriminação baseada em gênero, normas de procedimento e prova, proteção e participação em relação a vítimas e testemunhas de crimes de violência sexual, criminaliza em nível internacional a violência sexual e de gênero. O primeiro ponto notável a ser pontuado, refere-se à introdução do conceito gênero em um instrumento de cunho legal internacional. “De acordo com o art. 7º, item 3 “entende-se que o termo “gênero” abrange os sexos masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade, não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado”. É uma redação fruto de negociação intensa com o Vaticano e os países islâmicos, que reduzem o gênero a uma questão biológica. A expressão “dentro do contexto da sociedade” dá-lhe a perspectiva cultural necessária, embora de forma imprecisa e insuficiente.” (CASTILHO, 2006)

Em termos de Brasil, com a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2003, verifica-se um notório fortalecimento no que se refere à questão de gênero em todos os níveis de políticas públicas, o que tende a significar um relevante avanço, haja vista que tais políticas passam a considerar o contexto em que os indivíduos estão inseridos, as relações de poder, as crenças, as etnias, etc, fatores esses que são parte constituinte da identidade dos indivíduos e que contribuem de forma preponderante para a compreensão de como homens e mulheres fazem suas opções e as comunicam ao mundo.

Em suma, podemos inferir que há muitas interpretações e compreensões do que venha ser gênero. Somado a isso, concluímos também, que existem muitos pré-conceitos acerca dessa temática, além da falta de informação. Entendemos aqui “gênero” como uma das formas de compreender e analisar a realidade social em meio sua complexa dinâmica, não nos desvencilhando dos processos e contextos históricos que envolvem mulheres e homens. Trata-se, em linhas gerais, de uma categoria relacional que ultrapassa as esferas da biologia e do culturalismo, assumindo uma visão relacional pautada na construção que se é feita do masculino e feminino na vida social. Em nosso presente estudo, a categoria gênero, nos indica analisar a condição feminina a partir das relações interpessoais entre homem e mulher, nas quais a construção dessas relações se encontra permeadas pela hierarquia e poder.

A utilização dessa categoria permite-nos entender que a mulher e o homem são diferentes, contudo essa diferença não pode servir de justificativa ou mesmo de argumento para a

existência da desigualdade e estratificação enraizada no contexto histórico de nossa sociedade. Desigualdade que, inclusive propiciou o surgimento de problemáticas contemporâneas, haja vista a “hierarquia” existente de um sexo sobre o outro, de cidadãos sobre demais cidadãos, tendo como base questões de gênero, classe, raça e etnia.

Quando trazemos à tona o debate de gênero, não temos a intenção de ocultar as diferenças inerentes aos homens e mulheres, pelo contrário, nosso objetivo é aprimorar as possibilidades de questionamento sobre as relações construídas entre esses dois sexos. O interesse é que a partir desses questionamentos, possamos estabelecer ações que venham propiciar transformações, trazendo tais relações para uma realidade de igualdade e equidade.

Dentro dessa perspectiva é que compreendemos gênero como um elemento que se encontra entrelaçado às relações sociais e que possui como base as diferenças entre os sexos, trata-se de um conceito relacional, uma vez que analisa homens e mulheres de forma conjunta. Homens e mulheres se definem na relação que se tem um com o outro, sendo assim, não podem ser analisados de forma separada, ou mesmo por meio de visões restritas e limitadas.

Partindo desse pressuposto, o gênero é também, além de uma categoria relacional, um meio de estratificação social, sendo um elemento preponderante na estruturação dos tipos de oportunidades e de chances de vida para os indivíduos, exercendo forte influência sobre os papéis que eles desempenham.

Quando as diferenças de renda, prestígio, poder, dentre outros recursos de valor baseiam-se nas posições cujas quais as mulheres ou os homens ocupam, eis um sistema de estratificação de gênero.

Na literatura, a estratificação é um termo utilizado para descrever uma sociedade que distribui, de forma desigual, para seus membros: renda, poder, prestígio, dentre outros recursos de valor; e que cria classes com base na cultura, comportamentos, status, sendo estes organizados distintamente. A estratificação social aponta a existência de desigualdades entre os indivíduos de uma determinada sociedade, caracterizada ainda pela existência de grupos de pessoas que ocupam posições diferentes, seja no campo político, econômico, social ou cultural. Vale ressaltar que toda sociedade apresenta algum tipo de segmentação entre seus membros, o que permite a identificação de grupos com as mesmas características, ora seja pela renda, pelo prestígio, ora pelo status e posição social.

Os estudos sobre estratificação social apresentam três critérios de análise, sendo eles: renda, poder e prestígio. Cada autor ou conjunto de visões apresentam uma distinção acerca dessas categorias. Visto assim, a estratificação social implica na divisão da sociedade em grupos de indivíduos com características identificáveis, tais como renda, prestígio e ou reconhecimento social, poder político e social.

Pode-se destacar ainda, nos estudos de estratificação social, os tipos pelos quais podemos analisar a sociedade. Vejamos: 1) Estratificação econômica: baseia-se na posse de bens materiais; 2) Estratificação política: refere-se a posição de mando e ordenamento da sociedade; 3) Estratificação profissional: Baseia-se no grau de importância atribuídos a cada profissional pela sociedade.

A estratificação social é caracterizada pelos agrupamentos dos indivíduos que apresentam situações de vida parecidas. Tais grupos se dividem em virtude de raça, religião, gênero, situação econômica, dentre outros. A estratificação encontra-se intimamente ligado a existência das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, o estudo de gênero e estratificação social nos aponta para uma realidade de desigualdade entre homens e mulheres, em que mensagens sutis são reproduzidas ao longo da história, diferenciando o homem da mulher, em uma distribuição de poder desigual, que coloca a mulher em um status de inferioridade e subalternidade em todos os níveis possíveis de estratificação: econômico, político, cultural e racial.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 1999, p. 18)

Apesar de muito ter se avançado no campo de mudanças sobre os papéis sexuais, é fato que os homens ainda exercem certa soberania sobre as mulheres, controlam ainda a renda no mercado de trabalho, bem como o poder e status de prestígio. No âmbito doméstico, continuam a ser evasivos, mesmo com a situação de suas esposas trabalharem fora de casa. O nível de desigualdade entre esses dois sexos, apontam, na mesma intensidade, o nível de estratificação social de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratificação de gênero é uma estrutura sustentada por ciclos históricos que se reforçam. Trata-se de uma construção social e cultural, imbricada nas relações desiguais de poder. As mulheres representam ameaça a dominação masculina, sendo assim, submetidas a noções preconceituosas acerca de sua formação biológica, sendo expostas a inúmeras práticas discriminatórias. Visto assim, o maior desafio desse paradigma é a desconstrução de conceitos e ideias sobre as mulheres, é a quebra da estrutura de poder que favorece os homens.

É através dessas ações, imbricadas pelas instâncias múltiplas da sociedade é que se poderá, em longo prazo, sem dúvida, e não desconsiderando as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições ora referendadas, contribuir para o mitigar da estratificação social de gênero. (BOURDIEU, 1999).

A estratificação social a partir de gênero só existe porque coexiste a desigualdade entre homens e mulheres, não só em sentido físico, mas principalmente, no campo das ideais, implicando desigualdades na esfera do trabalho, no âmbito da política, da cultura, da raça, do poder econômico, inclusive no espaço da afetividade e sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Nº 117. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública. Nov. De 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>> Acesso em: 03 jul 2014.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Pág. 69 a 109.

BOURDIEU, Pierre: **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kahner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4a Ed, Curitiba: Positivo, 2120 p.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. Gênero. 25 de julho de 2006. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionário/tiki-index.php?page=G%C3%AAnero>> Acesso em: 29 mar 2009.

FOUCAULT, MICHEL. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14.ed. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

PARKIN, Frank. Estratificação Social. In: História da Análise Sociológica. BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (Orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 1980. Pág. 780 a 822.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A O. e BRUSCHINI, C. (Orgs). Uma questão de gênero. RJ: Rosa dos Ventos, São Paulo: FC Chagas, 1992. Pág.. 183 a 213.

SCALON, Maria Celi. **Notas sobre o esquema de classes**. In: Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Revan, 1999. Pág. 29 a 48.

SUAREZ, Mireya. **Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico**. In: Gênero no mundo do trabalho: I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Experiências de Gênero no Brasil. Brasília: Ellus, 2000. Pág. 16 a 29,

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. IN: Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, Vozes, V. 16, nº 2, jul/dez de 1990.

TUMIN, Melvin M. **Estratificação Social**. São Paulo: Pioneira, 1970. Pág. 13 a 124.

URBANIDADE TRANSITÓRIA PARA AS SEXUALIDADES PÓS-MODERNAS

MARCOS SARDÁ VIEIRA

*Doutor em Ciências Humanas (UFSC) e
Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
marcosarda@gmail.com*

RESUMO

A cultural material modernista, constituída no século 19 e vinculada aos valores heterossexuais masculinos de estabilidade e solidez, permanece como herança na configuração espacial para as vivências de urbanidade da atualidade, apesar de as relações sociais pautadas em identidades sexuais e de gênero tornarem-se mais fluídas e ambíguas na interpretação de valores e moralidades efêmeras. Embora as relações de poder da atualidade se mantenham sob o controle das políticas da heterossexualidade masculina, ligadas às novas relações sociais no espaço público, no estilo de vida baseado no consumo e nos meios de comunicação digital, podemos considerar a maior capacidade de agência dos movimentos feministas e das subculturas *queer* na participação efetiva das vivências de urbanidade a serem criadas na continuidade pós-moderna?

Palavras-chave: Pós-modernidade. Sexualidades. Urbanidade.

ABSTRACT

The modernist material culture constituted in the 19th century and linked to the male heterosexual values of stability and solidity, remains as a spatial configuration inheritance for today's urbanity experiences, although social relations based on sexual and gender identities become more fluid and ambiguous in the interpretation of ephemeral values and moralities. Though current power relations remain under the control of the policies of male heterosexuality, linked to the new social relations in the public space, the consumer-based lifestyle and the digital media, we can consider the greater agency capacity of feminist movements and queer subcultures in the effective participation of urbanity experiences to be created in postmodern continuity?

Key-words: Postmodernity. Sexualities. Urbanity.

INTRODUÇÃO

A discussão proposta nesse artigo diz respeito às expectativas da representação estável de identidades sexuais e de gênero diante de vivências de urbanidade ainda pautadas pela cultura material de apegos na configuração de discursos e objetos. Na experiência do devir promovida pelas novas identidades sexuais contemporâneas e dos modos de ser homem e ser mulher na sociedade ocidental - a partir de movimentos sociais do final do século 19 e dos grandes avanços do conhecimento das ciências humanas no início do século 20 - surgem novas possibilidades para as relações sociais e particulares na ideia de urbanidade como processo de convivências e valores sociais contingentes e de múltiplas possibilidades.

Entretanto, de que maneira a constituição de discursos e objetos de representação da realidade atual acompanha essa constituição líquida de identidades e sexualidades fluidas para além das categorias de regulamentação do sujeito sociológico nascido no Iluminismo? Quais são os novos conceitos e significados estabelecidos para a representação das coisas em urbanidades promovidas pela subjetividade de sujeitos-corpos *líquidos* descentrados da *sólida* heterossexualidade masculina?

Para analisar esses aspectos que dizem respeito à representação da diversidade de subjetividades e práticas cotidianas do desvio à ordem hegemônica, o objetivo principal desse artigo é refletir sobre a constituição da representação de subculturas na urbanidade contemporânea a partir da ressignificação do sujeito pós-moderno não mais centrado nas categorias de regulamentação heteronormativa e patriarcal, ou mesmo na desconstrução da cultura material urbana voltada para o apego de propriedades (materiais e discursivas) consolidadas pela modernidade.

Com enfoque interdisciplinar para a relação hermenêutico-fenomenológica entre sujeito e objeto, e tratando das temáticas *gênero, espaço e sexualidades*, esse artigo destaca a consolidação da cultura material cada vez mais concreta e uniforme enquanto representação da realidade urbana e masculina, em contraste com a constituição de subjetividades particulares, de comportamentos e desejos, que se tornam diversas na constituição do sujeito através de identidades e sexualidades transitórias, representadas, principalmente, pelos movimentos feministas e as dissidências sexuais LGBT.

A TRANSFORMAÇÃO DO SUJEITO NA PÓS-MODERNIDADE

De acordo com Stuart Hall (2006) as transformações ocorridas a partir dos anos 1960 trouxeram descontinuidades na maneira de conceber identidades homogêneas pautadas na estabilidade do sujeito moderno e sociológico. Os processos de classificação das condições de vida na interpretação do sujeito cartesiano, pautado na estabilidade e unidade do sujeito racional, sofrem abalos com os avanços teóricos, os movimentos sociais e os pensamentos críticos da sociedade industrial. É nesse sentido que o autor caracteriza a pós-modernidade (ou a modernidade tardia) pela inconstância e descentramento identitário do sujeito moderno. Ou seja, o que era definido como identidade para a constituição do indivíduo fixo e estável, em sua representação como sujeito do Iluminismo no século 18, torna-se descontínuo nos processos de subjetivação do indivíduo junto ao devir dos fenômenos sociais marcados pela transgressão crítica do pensamento racional desde o início do século 20.

Assim, do sujeito racional e consciente da modernidade, preso em uma ordem de classificação social e hierárquica inquestionável, surge a possibilidade de transformação do sujeito sociológico da pós-modernidade, alterando seu processo de identificação no curso de vida, diante dos avanços da teoria social e das Ciências Humanas, que alteram a perspectiva do pensamento histórico como causalidade não intencional. Na medida em que o sujeito deixa de

ser o centro do controle sobre a compreensão da realidade, por não se basear na investigação empírica para obter todas as respostas e o controle de seus anseios psíquicos, a racionalidade deixa de ser a estrutura principal sob a qual se constrói a identidade do sujeito contemporâneo.

Essa mudança de perspectiva para a inserção do sujeito em sua realidade reflete mudanças na própria constituição dos discursos e do pensamento na pós-modernidade. Colaborando nesse contexto de descentramento do sujeito cartesiano, Hall (2006) destaca cinco grandes avanços da teoria social e das Ciências Humanas a partir do século 20: (1) a retomada das tradições do pensamento marxista, ao considerar a impossibilidade de agenciamento individual diante das condições históricas, dos recursos materiais e da cultura predominante, que são fornecidos e condicionados pelas gerações anteriores; (2) a descoberta do inconsciente pela psicanálise de Freud, ao conceber a hipótese de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são determinados por processos psíquicos e simbólicos do inconsciente e fora do domínio da lógica do sujeito cognoscente e racional; (3) o trabalho desenvolvido pelo linguista estrutural Ferdinand Saussure, para quem a língua é um sistema social e não individual, utilizada como meio de expressão e que não nos permite criar novos significados individuais a partir de sua estrutura; apesar da estrutura linguista ser instável e aberta a novos significados, essa construção está fora de controle do indivíduo. Pelo contrário, a linguagem é quem promove a influência com sua estrutura simbólica sobre a constituição e identificação do sujeito através da relação entre similaridades e diferenças; (4) o trabalho do filósofo e historiador Michel Foucault sobre a genealogia do sujeito moderno ao evidenciar o poder disciplinar como meio de regulamentação, vigília e governo da espécie humana, centrando-se também na disciplina do indivíduo e do seu corpo; “o objetivo do poder disciplinar consiste em manter as vidas, as atividades, o trabalho, a infelicidade e os prazeres do indivíduo, assim como sua saúde física e moral, suas práticas sexuais e sua vida familiar, sob estrito controle e disciplina” (HALL, 2006, p. 42).

A quinta mudança apontada por Stuart Hall (2006) refere-se ao feminismo como movimento social e crítica teórica que ganha maior projeção junto de outros movimentos sociais surgidos nos anos 1960. Na interpretação do autor, o feminismo teve uma relação mais direta no deslocamento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico porque questionou a distinção entre público e privado (dentro e fora) da ordem moderna; ao mesmo tempo, o feminismo contestou o papel político das instituições familiares, da sexualidade, do trabalho doméstico, entre tantas outras classificações e funções sociais marcadas pelas relações de gêneros binários; segundo o autor o feminismo também problematizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação do sujeito como homem e como mulher na sociedade moderna, além da própria formação estanque da identidade sexual e de gênero; por fim, o feminismo trouxe a tona a questão da diferença sexual, desfazendo a ideia de que os homens e as mulheres fazem parte da mesma identidade e que compartilhariam, nessa associação, dos mesmo desejos na constituição de uma realidade única e padrão.

Hall (2006) ainda nos faz refletir sobre a contingência na constituição de identidades e a noção de nacionalidade, que se alteram devido aos processos migratórios promovidos pela globalização. Essas mudanças surgem pelo aumento da circulação das pessoas entre diferentes territórios mundiais devido a processo migratórios, que se tornaram mais intensos a partir da maior permeabilidade geográfica entre países e do fator de atração das metrópoles na segunda metade do século 20. Dessa forma, a maneira como cada imigrante passa a se vincular no novo contexto geográfico, urbano e sociocultural cria um deslocamento para o seu rearranjo como sujeito diante da nova identidade nacionalista, que é diferente da população já estabelecida nesse mesmo lugar e, ao mesmo tempo, torna-se uma experiência distinta da condição identitária do lugar de origem do sujeito deslocado.

Para Zygmunt Bauman (1999) esses novos arranjos identitários marcados pela ambiguidade (nomeados por mais de uma categoria) são parte da modernidade e, cada vez mais, estão presentes na pós-modernidade, chamada pelo sociólogo de *modernidade líquida*. Segundo o autor, ao fugir da solidez da modernidade surge a ambiguidade como produto da linguagem que permite nomear um objeto ou evento em mais de uma categoria, fugindo da ordem oficial e gerando insegurança. Para a tradição modernista, classificar significa separar, segregar e dar ao mundo uma estrutura ordenada, que elimina a causalidade dos fatos e permite atos de inclusão e exclusão do que não é classificável. De acordo com o autor, um mundo ordeiro é um mundo no qual a gente sabe como ir adiante, ao controlar a probabilidade de um determinado evento obter sucesso ou não. Por isso, a modernidade se definiu como um período de combate implacável contra a ambivalência, ao atribuir ordenamento como sua principal tarefa e tornando a intolerância sua principal prática contra o caos e a ambivalência.

Para Maria da Glória Gohn (2011, p. 335) os movimentos sociais ocorridos em meados do século 20 foram “ações coletivas de caráter sócio-político e cultural” que significam a oportunidade da população, de identidade coletivas e comunidades em reivindicar novas demandas de se organizar e ordenar politicamente. Para a autora existe o caráter educacional importante dos movimentos sociais, dando oportunidade dos participantes de estarem envolvidos por negociações, diálogos e confrontos, que vão além do que pode ser apreendido na educação formal (GOHN, 2011).

Apesar dos movimentos anticolonialistas, feministas e abolicionistas do final do século 19, apenas na segunda metade do século 20 surgem às demandas efetivas decorrentes dessas manifestações sociais requerendo direitos civis e questionando os ideais universais do imperialismo ocidental. O movimento feminista, por exemplo, que no período da primeira onda solicitava medidas igualitárias, requerendo os mesmos direitos dos homens às mulheres, torna-se um movimento da diferença a partir de 1960, renovando sua agenda feminista na busca pelo reconhecimento da diferença baseada na autonomia corporal das mulheres (MISKOLCI, 2015).

Com o surgimento da *sociedade da informação*, vinculada a uma ampla rede de comunicação entre as pessoas, nas décadas de 1960 e 1970, surgem mudanças de paradigma motivadas por três processos independentes: a revolução tecnológica, a crise econômica do capitalismo e os movimentos socioculturais, tais como direitos humanos, feminismo e ambientalismo (ARANHA; MARTINS, 2003).

Como reação ao processo de crise econômica e política do final do século 20, os movimentos sociais trouxeram questionamentos importantes sobre as contradições estruturais na formação política, econômica e social entre *centralidades* e *periferias*, tanto locais quanto globais. O geógrafo Rogério Haesbaert (2014) considera que as conquistas dos movimentos sociais também estiveram relacionadas aos avanços territoriais destes grupos e identidades, obtendo maior mobilidade e visibilidade diante da ambiguidade entre de aberturas e fechamentos nas fronteiras da contenção territorial. Alguns destes aspectos marcam o período de conquistas que caracterizam o movimento feminista de Segunda Onda, onde os direitos do corpo e da sexualidade tornam-se assuntos recorrentes nas discussões organizadas entre as mulheres e os movimentos contra sexuais, nas publicações e manifestações em espaços públicos, como veremos a seguir (PEDRO, 2012).

FEMINISMOS E SEXUALIDADES

Compreender o feminismo como mobilização social e epistemológica é fundamental para que possamos compreender todos os movimentos e teorias surgidas a partir desta corrente humanista, como as teorias gays, lésbicas e *queer*, por exemplo, que surgiram em decorrência do posicionamento crítico das feministas sobre as temáticas de gênero e sexualidades. Em geral, todos os movimentos vinculados às problemáticas feministas procuram reduzir as diferenças sociais e os preconceitos ligados às identidades, performatividades e corporalidades estigmatizadas. Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1985) definem muito bem este alinhamento:

O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas (ALVES; PITANGUY, 1985, P. 74).

Em síntese, o feminismo é um projeto crítico do pensamento humanista e dos movimentos sociais com o propósito de defender os direitos e interesses de qualquer identidade reconhecida como feminina. Inicialmente, surgiu no século 19 com a intenção de requerer os direitos básicos das mulheres pelo voto e participação nas universidades. Com o tempo, ao longo do século 20, o movimento ganhou força e ampliou suas demandas para requerer equidade pela maior integração das mulheres em um mundo dominado pelos homens.

Como no fluxo de ondas que vai acumulando suas forças, o feminismo se atualiza constantemente, entre frentes de batalhas externas e internas (ALVES; PITANGUY, 1985). Enquanto o início do movimento feminista procurou visibilizar o papel das mulheres ao longo da história, principalmente na sua ascensão ao longo do século 20, os estudos atuais (e complementares aos estudos feministas) sobre a masculinidade procuram desvelar as influências de dominação e evidenciar a luta ativa pela dominância, que leva à hegemonia¹. Nesta associação, os estudos gays permitem outra compreensão aprofundada sobre a opressão do homem e aquela provocada pelo homem, revelando a noção de hierarquia no conceito de masculinidade, a partir do preconceito e da violência promovida por homens heterossexuais (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Ao longo da história, a condição das mulheres em relação ao controle de seus corpos, seus deslocamentos e suas sexualidades, definindo regras e tabus para seus comportamentos, foram determinações estabelecidas por homens, amparados pela estrutura patriarcal dominante na sociedade ocidental. Por isso, a violência cotidiana, que vemos ainda hoje, permanece como mecanismo de manutenção desta dominação masculina, em subjugar as mulheres (e qualquer identidade ligado ao feminino) no papel secundário da sociedade (ÁVILA, 2003).

As primeiras discrepâncias sobre as diferenças marcadas entre homens e mulheres surgem no século 19 através das funções sociais que irão marcar as contestações do século 20 e da atualidade. De acordo com Munford (2008), a expansão dos limites quantitativos, que assinala o crescimento das cidades do modelo orgânico para o mecânico, também corresponde ao processo de *mecanização* do comportamento. Por isso, neste período, ao homem era permitido se empenhar profissionalmente, ser ambicioso e desempenhar papéis em cargos públicos, enquanto para a mulher o destino inevitável era o casamento e a maternidade na vida privada (MUNFORD, 2008).

¹ A partir de fontes das teóricas feministas sobre o patriarcado e o papel dos homens na sociedade, surgiram os primeiros estudos sobre masculinidade, como intrínseco aos estudos sobre a opressão das mulheres (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

De acordo com Pedro (2012) e na visão do(s) movimento(s) feminista(s) mais recentes, as relações entre homens e mulheres são inscritas na cultura, o que as torna passível de mudanças. Neste sentido, Connell e Messerschmidt (2013) também afirmam que as transformações da masculinidade hegemônica poderiam criar maneiras de tornar a noção da masculinidade opressora como parte de um processo conjunto que abolisse a hierarquia do gênero.

Atualmente, para identificar a história do feminino e do movimento feminista já não podemos tratar a categoria “mulher” no singular, assim como, o próprio “feminismo”. Através do movimento pós-feminista, das ecofeministas, das feministas radicais, das feministas negras e das feministas lésbicas, precisamos nos remeter à pluralidade das mulheres com diferentes interesses e potenciais, na intenção de desestabilizar o gênero e o sexo enquanto categorias fixas e imutáveis. Esta concepção está baseada na ideia das subjetividades feminina e masculina serem múltiplas e instáveis. Entretanto, a importância da posição feminista contra a formação de identidades e sexualidades hegemônicas continua pertinente (SILVA, 2008; MACEDO, 2006). Por isso, quando pensamos a realidade a partir das mulheres, com base nas estratégias de intervenção (e revisão) das teorias feministas sobre as estruturas simbólicas de poder, é fundamental definirmos os múltiplos conceitos do que é ser mulher nos dias atuais, com base em tantas referências teóricas que abarcam os estudos de gênero e o movimento *queer*.

Indo além da problematização do movimento feminista, o movimento gay e lésbico, surgido na segunda metade do século 20, requereu direitos igualitários para os homossexuais, desmarginalizando esta orientação e requerendo o reconhecimento civil e jurídico para as relações entre pessoas do mesmo sexo. De acordo com Peter Fry e Edward MacRae (1985), tanto a consciência dos/as homossexuais quanto à visibilidade destes sujeitos na sociedade surge durante o século 20. Até a Segunda Guerra Mundial, os primeiros debates sobre a condição dos *uranistas* surgem no contexto cultural europeu. Os autores relatam que as tentativas de justificar biologicamente o *terceiro sexo* sofriam embates considerando esta ideia um *crime contra a natureza*. Na Inglaterra, a repercussão das repressões contra os homossexuais “iriam retardar em muitos anos o desenvolvimento da emancipação homossexual naquele país, que já era anunciada pelos trabalhos de Havelock Ellis e Edward Carpenter” (FRY; MACRAE, 1985, p. 82).

Neste período, os movimentos homossexuais estavam muito vinculados às questões territoriais e urbanas. Para Fry e McRae (1985) a manifestação mais emblemática, que radicalizou os movimentos pelos direitos aos homossexuais, aconteceu no dia 28 de junho de 1969, no bar *Stonewall Inn*, localizado no bairro *Greenwich*, considerado um gueto gay em Nova Iorque. Devido a uma invasão rotineira da polícia, nas primeiras horas da manhã, surge uma revolta dos frequentadores: gays, lésbicas, *dragqueens*, prostitutas e jovens sem teto, sujeitos marginalizados e vinculados à comunidade gay da época. A ação seguiu de manifestações nos dias posteriores e das publicações em jornais feitas por organizações políticas, como a *Frente de Libertação Gay*. Além dos Estados Unidos, as manifestações seguiram para outros países. Atualmente, a comemoração do Orgulho Gay no dia 28 de junho, através das paradas gays em várias cidades mundo afora, representa uma data comemorativa para o motim da Rebelião de *Stonewall* (FRY; MACRAE, 1985; COLLING, 2011).

O final da década de 1970 e início de 1980 marcam o fim da chamada Revolução Sexual, pelos movimentos liberacionistas feministas e LGBT. Apesar das campanhas contra o preconceito, a despatologização da homossexualidade foi seguida de sua repatologização em termos epidemiológicos com o surto da AIDS nesta mesma década, alcançando, primeiramente, a comunidade gay. De acordo com Richard Miskolci (2014), foi a condição epidêmica da AIDS que serviu de subterfúgio para uma nova análise sobre a hegemonia da política heterossexual.

No espaço público da atualidade surgem manifestações que misturam diferentes identidades de gênero e performatividades humanas, o que possibilita o fluxo de outras demandas sociais em romper com os estereótipos dos movimentos anteriores. Como é o caso da Marcha das Vadias, que teve início no Canadá e da Parada do Orgulho LGBT, trazendo as demandas dos sujeitos transgêneros - tratam-se de movimentos que se espalham por diversos países e estão presentes na cultura urbana (e midiática) ocidental. Todos estes eventos, de certa maneira, representam o processo democrático válido, que abre oportunidades de diálogo sobre diferentes concepções de vida.

Por mais que a consolidação da modernidade tenha resultado na constituição de cidades mais higiênicas, homogêneas e produtivas, a partir do modelo de planejamento consolidado por Haussmann em Paris, no final do século 19, nem todas as configurações de objetos, discursos e comportamentos repercutiram na mesma materialidade estabelecida pelas categorias de regulamentação urbana e central, para abrigar os modos de vida baseados apenas na política heterossexista.

Na relação entre as temáticas *gênero, espaço e sexualidades*, procuramos trabalhar no reconhecimento de novas fronteiras de transitoriedade ao observar que os diferentes comportamentos e necessidades sociais, pessoais e particulares, definem novos significados e novas percepções vinculadas à constituição da urbanidade a ser compartilhada. Porém, na medida em que o foco das atuações da sociedade contemporânea mantém o discurso do espaço urbano como cenário principal, a disputa pela territorialização representativa da esfera pública torna-se acirrada enquanto processo de transição para outros domínios.

CULTURA MATERIAL E URBANIDADE CONTEMPORÂNEA

O planejamento urbano como metodologia e prática cultural de ordenação do espaço citadino costuma subestimar as vivências urbanas para justificar os interesses de investimento voltados para a moralidade da cultura material.

Em geral, essa prática de constituição das cidades ocidentais foi estabelecida pelas grandes reformas urbanas no auge da modernidade industrial, no final do século 19. Nesse contexto histórico, a reforma urbana promovida em Paris permanece como a principal referência de conciliação entre os princípios estilísticos e higienistas da modernidade com os avanços técnicos e administrativos de uma racionalidade capitalista ascendente. É nesse período que surgem novos materiais e técnicas construtivas utilizando o aço e o concreto armado, por exemplo; na configuração de parques e áreas livres públicas dentro da malha urbana, na livre criação de uma natureza artificial e regulamentada, de maneira similar à disciplina de corpos e comportamentos esperados para os viventes citadinos; e ainda, na distinção da unidade arquitetônica com o tecido urbano, criando-se ornamentações luxuosas e neoclássicas, que distinguiam a classe burguesa dos proletariados (LIMA; CARVALHO, 2011).

Em geral, a cultura material e urbana modernistas tornou cativo o conjunto de fatos urbanos oficiais para atender aos interesses econômicos, relegando medidas secundárias para as necessidades e prazeres sociais. Ao estabelecer o controle sobre as funções urbanas, consolidou os meios de produção sob a política heteronormativa, baseada na estabilidade da vida uniforme e factível onde o gênero masculino torna-se supremo na apropriação da esfera pública de representação social (LIMA; CARVALHO, 2011).

Entretanto, por mais que essas reformas urbanas de consolidação da produção econômica (tanto na Europa no final do século 19 quanto na América Latina ao longo do século 20) tenham gerado cidades icônicas e espetaculares, a presença dos diversos modos de vida e das

subculturas urbanas continuaram permeando as áreas públicas de convivência e ocupando as estrias dos subterfúgios não regulamentados.

Na atualidade, a esfera pública não se limita apenas ao espaço aberto e coletivo da cidade. As experiências do público e do privado se entrecruzam através de informações e discursos midiáticos e por experiências de interação digital, muitas vezes, entre pessoas que nunca se viram antes. Na própria restrição das mulheres no âmbito do espaço privado ou da invisibilidade de sujeitos anormais no espaço público, estas relações de apropriação de imagens e presenças físicas se misturam na liquidez de sujeitos que se reconstituem em cada percurso de movimentos itinerantes entre diferentes localidades. O que gera ressentimento nas mentalidades mais tradicionais.

A materialidade que constituiu a modernidade concreta das cidades perde a ênfase de ponto focal para os meios digitais devido às múltiplas possibilidades que estes encenam para a imaginação de interações e subculturas de entretenimento. Nesse contexto, vários arranjos de discursos e objetos possibilitam novos processos de identificação em períodos de tempo cada vez mais curtos, que aos poucos vão sendo incorporados nas vivências presenciais e nas áreas de convivência coletiva.

São nesses processos transitórios de constituição de sujeitos e de lugares de encontro que a pós-modernidade vai consolidando novos significados e novas aparências à paisagem urbana e à arquitetura de interiores. Ao mesmo tempo, são nas descontinuidades da relação tempo-espaço que as ondas invisíveis de transformação desalojam as relações sociais de seus contextos locais de interação simbólica e material para estabelecer outras esferas do domínio hegemônico em estruturas sociais de mudanças constantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No descentramento total do sujeito cartesiano pela tomada do inconsciente a partir da psicanálise de Freud e, em especial, na ambivalência do sujeito padrão promovido pelos movimentos sociais e as teorias feministas - ambos questionando as políticas centradas na hierarquia social, em unidade psíquica e na disciplina de identificação do sujeito em categorias sociais - surgem possibilidades para a fragmentação consciente das identidades sociais e individuais nas experiências de urbanidade, ao constituir novos comportamentos, pensamentos e performatividades particulares que, cada vez mais, abrem espaço para a representação das diversas maneiras de viver o cotidiano da cidade contemporânea.

Essa relação de transitoriedade atual para a constituição de discursos e conceitos pautadas na subjetividade, no feminino e nas políticas contra sexuais contribui, substancialmente, para o descentramento do sujeito fixo e imutável enquanto identidade, não se baseando apenas na referência do ser racional, consciente e masculino como agente de fatos concretos dados como parte de uma verdade científica irrevogável.

Portanto, a partir das teorias feministas e das teorias de gênero, assim como na consolidação das Ciências Humanas pela experiência vivenciada do cotidiano, é possível considerar a luta pela construção de uma sociedade mais justa e cuidadosa, em respeito às pessoas enquadradas no contexto de maior vulnerabilidade de seus corpos e de suas identidades. Sem dúvida, este posicionamento político e histórico iniciado pelo feminismo, seguido pelos movimentos homossexuais e transexuais, entre tantas outras teorias que questionam os significados atribuídos à realidade totalizadora, repercutem, positivamente, ao constituírem ótimas referências para as urbanidades que estão por vir.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3ª ed. revista. São Paulo: Moderna, 2003.
- ÁVILA, *Maria Betânia*. **Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde**. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 19 (Sup.2), 2003, pp. 465-469. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a27v19s2.pdf> consultado em nov. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CONNELL, Raewyn. MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. **Revista Estudos Feministas**. 21(1): 424. Jan-abr, 2013, pp. 241-282.
- COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.
- FRY, Peter. MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. Coleção Primeiros Passos (26). São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Educação. V. 16, Nº 47. Campinas: mai-ago, 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. **O corpo na cidade: gênero, cultura material e imagem pública**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. 2011, vol. 24, n. 48, pp. 233-263. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862011000200001> consultado em nov.2018.
- MACEDO, Ana Gabriela. *Pós-feminismo*. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 14(3): Set-Dez de 2006, p. 813-817.
- MISKOLCI, Richard. *Diversidade ou diferença?* **Revista Cult**. Nº 205. Ano 18, 2015, p. 16-19.
- _____. *Crítica à Hegemonia Heterossexual*. **Revista Cult**. Nº 193. Ano 17, 2014, p. 33-35.
- MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução Neil R. da Silva. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PEDRO, Joana Maria. *O feminismo de "segunda onda"*. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 238-259.
- SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Feminismo radical - pensamento e movimento**. Revista Travessias. Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008.

TRADIÇÃO E ARTE NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PRESERVAÇÃO E RETOMADA DE VIVÊNCIAS CULTURAIS EM ARRAIAL DO CABO

GIOVANE DO NASCIMENTO

*Professor do Programa de Políticas Sociais - UENF
giovanedonascimento@gmail.com*

NATÁLIA SOARES RIBEIRO

*Doutoranda do Programa de Políticas Sociais - UENF
natysoaresribeiro@hotmail.com*

Resumo:

O artigo apresenta minha pesquisa de Doutorado, a qual tem como objetivo compreender o complexo papel da mulher nas expressões culturais e preservação do modo de vida tradicional da pesca em Arraial do Cabo (RJ), principalmente no que concerne às ações vinculadas às sonoridades, à gastronomia e ao artesanato.¹ Busca, assim, revisitar a literatura que dê substância a essa temática, bem como algumas observações baseadas nas visitas exploratórias do campo e da entrevista com a presidenta da cooperativa “Sol, Salga e Arte”.

Palavras-chave: Pesca; Gênero; Cultura; Arte; Modos de Vida

Abstract:

This article presents my PhD research, which aims to understand the complex role of women in cultural expressions and preservation of the traditional fishing way of life in Arraial do Cabo (RJ), especially regarding actions related to sonorities, gastronomy and handicrafts. It seeks to revisit the literature that gives substance to this theme, as well as some observations based on exploratory field visits and of the interview with the president of the cooperative “Sol, Salga e Arte”.

Keywords: Fishing; Gender; Culture; Art; Lifestyle

¹ Este desenho se insere em uma pesquisa maior, intitulada “Saberes e Fazeres das comunidades pesqueiras da Região dos Lagos - RJ” que faz parte do Projeto de Educação Ambiental “Pescarte”. É um projeto proveniente de uma condicionante exigida pelo Licenciamento Ambiental à Petrobras para a exploração de petróleo e gás na bacia de Campos dos Goytacazes, desenvolvido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Introdução

Arraial do Cabo é um município tipicamente organizado a partir da pesca. A cidade era um pequeno vilarejo/povoado (arraial) de pescadores que viu sua vida ser modificada a partir da instalação da Companhia Nacional de ÁLCALIS em 1943 por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo para impulsionar a indústria brasileira. Posteriormente privatizada em 1992, produzia barrilha e sal, tendo suas atividades encerradas em 2006. Arraial do Cabo se emancipou de Cabo Frio em 1985 e atualmente, de acordo com o censo de 2010, possui aproximadamente 29 mil habitantes. De um lado o turismo desponta como alternativa lucrativa; e de outro, temos a insistência da preservação do modo de vida artesanal da pesca, ameaçado por essas primeiras atividades.

Recebeu a nomeação de “capital do mergulho”² por suas águas cristalinas e boas condições para a prática desta atividade, fato que tem gerado insatisfação por parte dos pescadores, que tem nos seus saberes tradicionais uma forma de resistência à mercantilização do espaço marinho. Toda a construção história e social do município girou em torno da vila de pescadores, de seu modo de vida.

Assim, a cidade é repleta do universo simbólico advindo da pesca (MARENDINO e CARVALHO, 2013), o mar representa mais que uma atividade produtiva que garante sustento, mas está implícito nas relações sociais. Para além das águas e dos circuitos do trabalho outras atividades são igualmente importantes e se constroem como estruturantes desse universo, como por exemplo, o trabalho das mulheres que acontece (também) em terra, o artesanato, as festas, os pratos típicos da pesca, as sonoridades. Esses são elementos que podem conferir identidade e coesão para a comunidade pesqueira.

Assim, minha pesquisa de doutorado se ocupa de pensar a arte como integrante do sistema cultural da pesca, tendo nesses elementos os pontos de observação e análise mais detalhada. Falar da preservação do modo de vida pesqueiro supõe um conhecimento que ultrapassa o entendimento das atividades produtivas. Em outras palavras, lembrar o “mar” não pode nos fazer esquecer da “terra”. Nela, as atividades empreendidas por mulheres são de extrema relevância para a perpetuação de uma das profissões mais antigas do mundo: a pesca. O trabalho da mulher sempre foi considerado de menor importância e a pesca vista como espaço masculino.

Assim, o presente trabalho se destina a realizar um esforço bibliográfico para fundamentar a questão da arte na pesca, trazendo o gênero como categoria de análise para a compreensão das relações sociais dessa forma de vida. Após isso traz observações sumárias das percepções e vivências no campo, bem como da entrevista com a presidenta da cooperativa “Sol, Salga e Arte”.

1 A imaginação como instituinte do social-histórico: Cultura e Arte

As manifestações culturais artísticas, atreladas à pesca, demonstram elementos simbólicos, integrantes do aspecto coletivo/cultural mais amplo e fazem parte de uma linguagem específica. “As convenções da linguagem sempre são, em alguma medida, relativas, pois como um elemento da contínua invenção do mundo a própria linguagem está sempre no processo de ser inventada” (WAGNER, 2010, p.259).

Isso implica que os atores sociais sempre estão num processo de reinvenção de si mesmos e de seus contextos. Wagner (2010) chama esse processo permanente de mudança cultural de “invenção da sociedade” (p.248). Defende-se aqui o conceito de cultura afirmado por Geertz

2 1 Lei nº 6754 de 15 de abril de 2014 que intitula Arraial do Cabo como a Capital do mergulho no Estado do Rio de Janeiro

(2008): uma teia de significados que o próprio homem teceu em sua relação com os outros e que devem ser analisados em busca de compreender seus sentidos. Esses significados são relativos a valores, normas sociais, aspectos morais, crenças, comportamento entre outros. E, dessa forma, toda a arte faz parte de um sistema maior de simbologias que é a cultura.

O autor permite inferir que ao estudar as manifestações culturais pesqueiras, ou seja, analisando sua gastronomia, artesanato e sonoridade é possível perceber elementos mais gerais representados por meio dessas formas artísticas. E nesse contexto, analisar a participação feminina nessas expressões pressupõe investigar também um pouco do papel da mulher nessa teia de significados que chamamos de cultura, na medida em que a teoria da arte é a própria teoria da cultura e a primeira está submetida à segunda. Para além disso, pode-se captar por meio das mesmas um tempo passado/presente, compreendendo a vivacidade e capacidade de reinvenção que essa forma de arte adquire.

É nesse sentido que o “imaginário coletivo” surge como categoria importante para a compreensão das manifestações artísticas da pesca. Castoriadis (2002) o compreende como uma criação social-histórica. O artesanato, gastronomia e sonoridades da população pesqueira participam desse processo permanente de construção e reconstrução do imaginário, sendo ressignificadas permanentemente. De modo que ao evidenciá-las hoje é possível constatar elementos tradicionais diluídos ou fundidos com novos arranjos. Ao mesmo tempo que o homem institui um “magma” (porque fluido e vivo) de significações sociais é instituído pelo mesmo.

Castoriadis (2002) aborda que o Ser se manifesta no tempo e representa o próprio tempo, portanto, estando em permanente (re) criação. Dessa forma, o homem é construído ao passo que constrói a própria sociedade, apresentando formulações e estratégias para significar o pertencimento à um grupo, no caso desta pesquisa à comunidade pesqueira. Acerca do domínio social-histórico o autor se destina a compreender o que mantém uma sociedade/comunidade coesa e ao mesmo tempo permite a reconfiguração da própria sociedade fazendo erigir sociedades diferentes ou até mesmo novas. Conclui que as instituições, a moral, a linguagem, os valores perpassados pela sociedade aos indivíduos é que a mantém conexa, utilizando as sanções, coerções, legitimidade, consenso, crença, para atingir tal fim. Desse modo, se dão os mecanismos de perpetuação da própria sociedade.

É esse conjunto complexo formado por valores, significações, leis, instituições, cidadão, entre outros, que mantém a unidade da sociedade, dão norte aos indivíduos e “dirigem” suas vidas que o autor chama de “magma das significações, imaginárias sociais”. Imaginárias porque não se relacionam a elementos racionais ou necessariamente reais, mas são sempre criações em determinado período de tempo e que pelo tempo se fazem; e sociais quando instituídas e compartilhadas por “um coletivo pessoal e anônimo”. Assim, o magma de significações se refere à característica ou identidade de dada sociedade. Nossa hipótese é que as manifestações artísticas (simbólicas ou não) dão coesão e significância às comunidades estudadas e ressignificam, também, o papel feminino.

Nesse sentido, arte é outro elemento importante para pensar a coesão da comunidade pesqueira e serve para estruturar a própria vida, influenciando na relação homem-natureza. Ernst Fisher (1987) alega que por meio dela o homem acessa seu caráter humano genérico, ou seja, sua dimensão coletiva, universal e não meramente individualista. Para além disso, a arte tem sempre uma essência mágica, que guarda a possibilidade do novo (transformação) e lhe confere um status de mistério, por meio da arte o homem também se moldou. As ferramentas de trabalho são resultado da arte humana. A arte é uma forma de trabalho e o trabalho é categoria privilegiada de ação humana.

Para Fisher (1987) foi essa capacidade que permitiu que o homem modificasse sua própria percepção e consciência acerca das coisas do mundo, a própria linguagem seria fruto do trabalho coletivo e também uma ferramenta para comunicar e significar esse trabalho. A linguagem e as ferramentas surgiram como experimentação da vida e foi a arte que permitiu essa busca, transformando e favorecendo as relações sociais. É ela, na concepção do autor, que permite suportar, compreender, transformar a realidade e a integrar socialmente o homem (a integralidade universal humana).

2 A pesca Artesanal como Modo Vida tradicional

A pesca é uma atividade extremamente antiga, sendo possível evidenciar sua presença atrelada ao desenvolvimento da agricultura e mesmo antes dela, representando importante fonte de aquisição de alimentos nos tempos primitivos e atualmente. Sua composição e formas de organização são alteradas com o passar do tempo. Já no Brasil o surgimento da pesca de crustáceos, molusco e peixes, como forma de subsistência remete a uma atividade praticada pelos índios, antecedente a chegada dos Portugueses no país (DIEGUES, 1995 e 2004).

Segundo Silva (2010) a pesca artesanal supõe uma utilização rudimentar de tecnologia e de meios de navegação, tendo como base da atividade o trabalho manual, contando com participação efetiva do homem em todos (ou quase todos) os processos de captura, lançamento e recolhimento das redes até a comercialização do pescado. Para ele, essa modalidade de pesca, apesar das investidas da pesca industrial vem se mantendo como uma importante atividade econômica e subsistência de um grupo, significando uma arte e resistência na preservação do seu modo de vida.

Para esse autor (op. Cit, 2010) o mar, propicia uma construção simbólica e material que se manifesta no território em torno dos mitos, das utopias, das práticas socioculturais que caracterizam este grupo e garantem sua identidade. O ambiente de trabalho comum somado à terra (território de moradia e convivência pós e pré trabalho) permitem a convivência cultural e afetiva, ampliando as relações e as possibilidades de significados que vão caracterizar o grupo. O que fortalece essa identidade é o sentimento de pertencimento com o local de trabalho (o mar). Não porque esse fornece um sustento satisfatório, mas porque o homem o subordina e domina.

Desse modo, para Silva (2010) o conjunto dos pescadores artesanais procuram transmitir seus saberes e fazeres para toda a comunidade de forma que seu modo de vida se perpetue. Além disso, transmitem suas crenças, valores, percepções, buscando que o elo do passado com o presente não se perca. Assim, é constituída, na concepção do autor a cultura da pesca artesanal, com o fato do grupo recordar-se do mesmo passado (SILVA, 2010, p.61). Cultura remete-se a um passado comum para toda a comunidade pesqueira.

Compreender o domínio do homem com a natureza é levar em consideração que o tempo da atividade da pesca artesanal não se insere no tempo urbano-industrial, pelo contrário, suas atividades são principalmente controladas e seguem o movimento das marés, da interferência dos astros, das espécies, da atmosfera. O tempo da natureza é respeitado. E para isso, os homens que vivem da pesca artesanal desenvolveram uma série de saberes patrimoniais de conserva dessa natureza (mecanismos de controle ecológico) e de modo de vida. Alguns exemplos, citados por Cunha (2003) são: observação sistemática “de acordo com suas leis”, desenvolvendo mitos, lendas, crenças e tabus culturais que auxiliam nesse controle ecológico; sistemas de alerta das condições para a pesca, a partir da observação da interferência da lua nas marés e dos ventos, evitando situações de perigo, entre outros.

Callou (2010) ao fazer o levantamento da cultura e heranças socioculturais dos “povos do mar” analisa a importância das lendas, cantigas e danças que compõem o imaginário dessa população. Para isso, retoma alguns estudos de Câmara Cascudo (1964) para o qual o pescador durante o trabalho costuma adquirir uma postura de seriedade e reserva e, no entanto, em terra possui “divertimentos ricos em vivacidade”, com músicas acompanhadas do violão e sanfona, entre outros. O autor (op.cit, 2010, apud Setti, 1985) alega que “encontros musicais entre os caiçaras (...) constituem-se em um dos elementos de ligação de sociabilidade e de solidariedade na vida das comunidades (...)”

A culinária está diretamente relacionada à hospitalidade dos caiçaras, é uma manifestação cultural que garante valor às tradições dessa população e desempenha o papel de instrumento fortalecedor das relações afetivas, mantendo a coesão dos pescadores. Segundo Rude e Vianna (2016) a preservação dos conhecimentos tradicionais é um dos principais fatores de fortalecimento da identidade cultural. Os autores (2016) acreditam que o reconhecimento e valorização desses saberes e fazeres auxiliam na integração dos pescadores nos processos de gestão e conservação do meio ambiente.

3 Gênero – “Mulheres da Pesca”³

Pouco tem se falado do papel desempenhado pelas mulheres por meio das artes na pesca artesanal, bem como sobre seu papel que vai de guardiã das tradições à responsável pela transmissão dos saberes informais, abordando a complexidade que isso envolve. Assim, minha pesquisa pretende analisar como essas mulheres se percebem, que significado atribuem às tradições culturais da pesca, demonstrando as especificidades e a complexidade das relações, bem como uma análise que permita identificar as demais “teias” que estabelecem a partir de suas estratégias de ação.

Para isso trabalhamos com o conceito de gênero (Scott, 1989, p.21), como uma categoria capaz de desvelar como se estruturaram, socialmente, as relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres, fornecendo respaldo para uma análise da organização da vida social. Sobre as mulheres da pesca os textos apontam dificuldade no seu reconhecimento como pescadora e a invisibilidade do trabalho feminino, na medida em que este é considerado extensão das tarefas domésticas, ainda que constitua uma atividade produtiva. Elas se dedicam às atividades de mariscagem, esviceragem, filetagem, entre tantas outras e beneficiamento do pescado. (FIGUEIREDO e PROST, 2016; ALMEIDA, 2013; MELO et al., 2009).

Nesse sentido, as mulheres aparecem como principais responsáveis pela perpetuação social do modo de vida pesqueiro, ainda que isso não seja largamente entendido pela comunidade em que se inserem. Tal fato deveria lhes conferir um espaço particular de poder, no entanto, o obscurecimento simbólico disso pode ser explicado pelas marcadas relações de gênero.

Para Woortmann (1992) os estudos relacionados à pesca não podem desconsiderar as outras atividades em terra, em geral vinculadas à mulher, na medida em que nas diversas comunidades pesqueiras estudadas a agricultura (além de outras atividades domésticas) apareceu como uma atividade econômica relevante e a cargo delas. A segregação feminina também estava relacionada ao valor cultural do alimento: o homem trazia o peixe do mar (principal proteína na mesa da comunidade da pesca); a mulher colhe os legumes e verduras da Terra. A importância do trabalho, também, era conferida pelo valor social do alimento e,

3 “Mulheres da pesca”, uma categoria nativa apresentada por “Cleusinha”, presidenta da cooperativa “Sol, Salga e Arte” de Arraial do Cabo. Nomeou às mulheres que participam da cadeia produtiva da pesca como “Mulheres da Pesca”, quando lhe perguntei se eram pescadoras. (Entrevista em 17 de novembro de 2017)

nesse sentido, o trabalho do homem era tido como aquele de maior significância. Mas à mulher “cabia processar tanto o que vinha do mar, quanto o que vinha da terra, isto é produzir a comida” (WOORTMANN, 1992, p.46).

Já Geber (2013) ao analisar mulheres pescadoras em Santa Catarina e o processo para o reconhecimento de seus direitos identifica que elas implementam uma série de estratégias para se construírem enquanto sujeitos de direitos, como o bom-humor, o riso e a gentileza são utilizadas como táticas tanto na ocupação dos espaços “reservados” aos homens quanto para o acesso a seus interesses.

O mar para as pescadoras que trabalham embarcadas é visto como um meio não apenas de sustento, mas fuga da terra e alívio das tensões do dia-a-dia e com os afazeres domésticos que são contínuos. Alegam que o mar as reequilibra e faz manter a sanidade mental. O mar representa muito mais que uma forma de sustento, mas uma linha de fuga para aguentar os exaustivos trabalhos e como forma de liberdade (GEBER, 2013,p.229).

As mulheres, que se dividem nas atividades de pesca no mar, precisam necessariamente conciliar suas “responsabilidades” com a atividade da pesca. Essas mulheres também consertam a rede e os petrechos de pesca. Além do espaço marítimo as mulheres possuem como lugar privilegiado da transmissão de saberes relativos à pesca a cozinha das casas que, segundo a autora (op. Cit. 2013), é o espaço de troca intergeracional entre as mulheres, espaço de circulação de aprendizado, transmissão de normas e valores relativos à comunidade. Aprendem a esviscerar, limpar, descascar. Na cozinha se misturam “matéria e memória, presente e passado, invenção e necessidade na forma de gostos, cheiros, cores, sabores, formas, consistências, especiarias e condimentos” (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 1997, p.296 apud GEBER, 213, p.250).

Aplicar uma análise que leve em conta o gênero e considerá-las como guardiãs de tradições, pressupõe um olhar mais atento sobre seus imaginários. Para Marendino e Carvalho (2013) o mar se configura não apenas como prática do trabalho numa relação econômica, mas, se manifesta de forma simbólica, por meio de imagens, tradições e identidade.

Os autores (Op.cit.2013) ressaltam que tais mulheres não pescam com o objetivo de comercializar, mas realizam a atividade como um esporte. O imaginário se expressa por meio dos símbolos nas crenças, mitos, arte, linguagem, entre outros, sua função é “enfrentar a angústia decorrente da consciência do tempo e da morte (DURANTE, 1989, apud MERENDINO e CARVALHO, 2013, P.70). O imaginário recupera um tempo identitário, que é um tempo de pertencimento daqueles que o rememoram, assim a pesca seria um tempo instituinte que garante ao seu modo de vida um sentimento de conforto e prazer, ou seja, os sentimentos são “reciclados” no presente. Esses elementos garantem a construção e, também, coesão da comunidade.

É buscando recuperar essas memórias e sentimentos e manter vivo esse imaginário que as mulheres se submetem ao mar. Recobram as vivências da infância, com os pais pescadores, por exemplo, e transmitem assim os saberes relativos ao grupo pesqueiro. A “imaginação nega o nada, a morte e o próprio tempo” (p.72). É no mar que elas enfrentam as angústias e se remetem a um passado/presente. As referências culturais de outrora se atualizam em novas práticas e simbologias que posteriormente são repassadas aos mais novos.

3.1 Resistência, cultura e arte em Arraial do Cabo

“Cleusinha”, figura essencial para compreender o papel de guardiã das tradições em Arraial do Cabo nos apresentou a cooperativa “Sol, Salga e Arte”. No dia 17 de novembro de 2017 pudemos acompanhá-la durante todo o dia, quando algumas pessoas se reuniram em sua casa (no morro da Cabocla) para cozinhar o “Mulato Velho”, prato típico da culinária de Arraial do Cabo.

O mulato velho é peixe salgado, cozido no bafo com legumes e azeite. Todas as comunidades pesqueiras de Arraial do Cabo o reconhecem. A presidenta nos proporcionou um dia incrível e nos convidou para acompanhar desde a pesca do “bonito” até a realização do prato. Esse dia gerou um documentário de 15 minutos chamado “Da rede à mesa”, produzido pela pesquisa.

A cooperativa “Sol, Salga e Arte” está em processo de registro de pessoa jurídica, formada majoritariamente por mulheres (70%) marisqueiras, envolve aproximadamente 48 famílias em suas atividades. Tem por objetivo reavivar a salga do peixe, além de valorizar as tradições da pesca artesanal. Nas palavras de sua presidenta

Nosso objetivo é a geração de trabalho e renda. Antigamente o benefício da salga do peixe era feito por mulheres. Isso é tradicional em Arraial do Cabo.. E as mulheres faziam pra aumentar a renda. E elas levavam as crianças pra praia, porque elas ajudavam a lavar o peixe. Nossa cooperativa quer resgatar tudo isso, inclusive as danças as músicas, toda a tradição de Arraial que ficou um pouco esquecida. Mas a comida típica de arraial a base era o peixe salgado. Peixe assado na brasa, ia pra restinga e levava a brasa e comia com farinha, ai que delícia!

Ela tem clara a importância e necessidade de preservação da cultura e se mostra como grande conhecedora do território e dos símbolos que envolvem a pesca artesanal. Nos conta, inclusive sobre o fado de origem africana, muito comum enquanto festividade ligada à pesca. Ela tem uma percepção dos jogos políticos e da organização desse universo, bem como da construção de agendas públicas. Alega que Arraial do Cabo não é município do mergulho, mas essencialmente de pescadores. Quando expõe isso, demonstra entender quem tem atribuído valor aos patrimônios culturais: os de maior poder econômico.

Por meio do coletivo tenta fazer resistir esse modo de vida artesanal, buscando formas de engajamento comunitário. A própria cooperativa parece ser um espelho dessa resistência cultural, Por isso, a ideia de, também, recuperar o fado, danças, música e manter viva a tradição. Quando lhe indago sobre o sentido disso as lembranças da infância, de sua história, de sua família aparecem nitidamente. Ou seja, manter a tradição é manter-se viva com “as coisas” que dão significado ao seu próprio mundo.

Os pratos tradicionais e os sabores, bem como as cantigas e as artes possuem simbologias que fazem lembrar um tempo passado, e caracterizam as comunidades e história do Arraial. Assim, representam um elo identitário entre os pescadores, pescadoras, familiares do grupo. Durante a feitura do prato, elas lembram momentos da infância, quando acompanhavam os pais e começavam a auxiliar em pequenos trabalhos da cadeia da pesca, recordam como todos se sentavam na areia após a captura e repartiam os frutos no mar ali mesmo. Manter essas memórias vivas é trazer de novo um tempo passado que enquanto vivo no imaginário desafia a morte e o próprio tempo.

Além disso, a presidenta também tem a compreensão do quão exaustivo e acentuado é o trabalho feminino se comparado com o dos homens. Ela falou da história das mulheres de Arraial que se dedicavam aos cuidados dos filhos e membros familiares, das atividades domésticas, das salgadeiras, das atividades na pesca. Acerca desse último ela relata:

A mulher? Debulha marisco, cata lenha, separa o peixe, fileteia, esviscera, posteja, embala, vende, isso tudo é por conta das mulheres. Eles só fazem isso...pescar. Chega lá na pia e faz assim "Você que se vire!" (Cleusinha, 2017)

E quando eu lhe pergunto quem recebe mais, ela ri e diz que são eles em tom baixo (e nossos olhos se comunicam e eles deixam perceber que entende as injustiças dessa organização, baseada nas diferenças discrepantes de gênero). E me explica que apesar da atividade deles serem consideradas mais importantes e chamada de "pesca" (focada na captura) são as mulheres que agregam valor ao pescado, triplicando ou até quintuplicando seu preço, a partir do beneficiamento: filetagem, limpeza, entre outros.

É evidente que a percepção da presidenta tanto acerca da organização da vida na pesca e o conhecimento do município facilitam a questão da guarda dos saberes tradicionais, mas seu comportamento de partilha e de valorização das trocas faz com que almeje transmitir esses saberes para que eles não se percam. Sem enfrentamentos diretos, mas com perspicácia e inteligência Cleusinha tem se construído como uma figura política de importância chave.

Considerações Finais

As lembranças, a história oral, o valor que as tradições e o imaginário adquirem para as pescadoras (ou mulheres da pesca) e pescadores nos fazem crer que arte desenvolvida pelas comunidades de pesca, retomada e reivindicada nas práticas e discursos se manifesta como resistência ao modo de vida mercantilista. Ainda que isso (modo de vida baseado nas trocas econômicas e individualistas) impacte e permeie a pesca artesanal, de alguma forma, seus fazeres e saberes estão atrelados a boa gestão dos recursos naturais, bem como respeito aos ciclos da natureza e tem uma estruturação na solidariedade comunitária.

E dessa forma, a arte é não só um construto da própria vida e das relações da comunidade, como elemento de coesão e identidade do grupo. Algo que pôde ser evidenciado a partir das entrevistas já realizadas: conhecer e lembrar um prato típico é ter compartilhado momentos inesquecíveis na comunidade, é reviver a forma como se sentavam à beira mar e como se comia na infância, é rememorar um passado comum; entoar cantigas é trazer de volta as danças e as festas, onde todos parecem novamente se encontrar alegres e unidos

Essas atividades, ligadas, principalmente ao artesanato (construção de embarcações, redes, entre outras) e sonoridade não tem retorno financeiro capaz de garantir a subsistência, mas continuam a ser desenvolvidas. Porque a realização dessas tarefas é encarada quase que como militância em prol da sobrevivência da pesca artesanal, que não se mantém pelo dinheiro. A perpetuação pela tradição oral e experimentação desde a infância do mundo da pesca é visto pelos pescadores e pescadoras (as mulheres da pesca) como algo de fundamental importância.

Eles delegam valores para seus saberes, entendem que sua ação tem relevância para a manutenção desse modo de vida. Não são todos, é verdade. E nesse sentido, as mulheres parecem ocupar um lugar privilegiado de guardiãs da tradição. A cooperativa "Sol, Salga e arte" é um exemplo disso. Elas buscam retomar fazeres e saberes que envolvem esse universo, com o objetivo de reacender ou manter vivos esses saberes, conferindo relevância ao trabalho que desempenham.

Cleusinha, sabiamente, parece ter "construído" um lugar de legitimidade perante homens e mulheres no município de Arraial do Cabo, vem se estalecendo como um sujeito político importante, "costurando" alternativas de poder. Além de ter conhecimento da história e cultura municipal, ela tece redes e estratégias para levar a frente o projeto da cooperativa de valorização do patrimônio cultural pesqueiro.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Marineide Pereira de. *Relações sociais de gênero na pesca artesanal e a organização de novos espaços produtivos*. (Tese de Doutorado). Macapá, 2013. 187 fls.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Cienc. Cult.* São Paulo, v.62, nº. 3, p. 45-48. 2010. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Feb. 2018.
- CASTORIADIS, C. O imaginário: a criação no domínio social-histórico. In: *As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do homem*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques, revisão de Renato Janine. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CUNHA, L. H. Saberes patrimoniais pesqueiros. Desenvolvimento e Meio Ambiente: *diálogo entre saberes e percepção ambiental*. Curitiba (PR), n.7, 2003. (publicado também em Enciclopédia Caiçara. São Paulo: Hucitec e NUPAUB-USP, 2004. v.1).
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.
- DIEGUES, A. C. S. Povos e Mares: *leituras em sócio-antropologia marítima*. Nupaub. São Paulo. 1995
- FIGUEIREDO, Marina Morena A.; PROST, Catherine. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. *Revista feminismos*. Vol.2, N.1 Jan- Abr. 2014 Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br Acesso em: 02 de Fev de 2018
- FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Tradução Leandro Konder . - 9ª ed. - Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 3.reimpr. Rio de Janeiro: 2008.
- GERBER, Rose Mary. *Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina*. Brasil. Tese [Doutorado]. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2013.
- MARENDINO, R.B. e CARVALHO, J. G. da S. Mulheres pescadoras de Arraial do Cabo: imaginário, representações e gênero. In: *Emblemas*, v. 10, n. 2, 59-76, jul-dez, 2013.
- MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: “Coisa de mulher”. In: *Congresso Brasileiro de economia Doméstica XX*. Fortaleza - CE, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.
- RÜDE, Carolina e VIANNA, Marcerlo. Pescadores do Sul da Bahia: preservando saberes e fazeres tradicionais. In: *Conhecendo os Recifes Brasileiros: Rede de Pesquisas Coral Vivo* / Editores: Carla Zilberberg et al. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2016
- SCOTT, Joan W. Gênero: *Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1989
- SILVA, A.F. (2010) – A Pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso potiguar. *ACTA Geográfica*, v. 4(8):58-65.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 2010.
- WOORTMANN, Ellen. F. Da complementariedade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades ‘pesqueiras’ do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n.18, p.41-60, fev. 1992.

POLÍTICA DE INCLUSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO A LUZ DA TEORIA DE AXEL HONNETH

Nayhara Boechat Brito Salvador

*Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES
nayharasalvador@hotmail.com*

Lívia de Oliveira Ferreira

*Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES
liviaoferreira7@gmail.com*

RESUMO

O presente estudo objetivou discutir a inclusão de pessoas transexuais e transgênero no Brasil, considerando que é dever do Estado garantir o reconhecimento que permita a essas pessoas gozarem de plena cidadania. Para a elaboração do artigo foi utilizado o método de pesquisa exploratório com levantamento de textos e artigos científicos, bem como a filosofia de reconhecimento de Axel Honneth. Em um primeiro momento diferenciamos sexo, gênero e sexualidade, buscando a quebra do binarismo pré-estabelecido. Utilizamos como base a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, que compreende o reconhecimento em três estágios: o individual, o estatal e o social, discutimos também a importância do reconhecimento para a cidadania e vivência social dessas pessoas. E em um terceiro momento, debatemos as políticas públicas já existentes e as que ainda podem ser realizadas para permitir que os transexuais e transgêneros possam gozar de pleno direito da sua cidadania e dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: identidade de gênero, transexualidade, Axel Honneth, reconhecimento, políticas públicas.

ABSTRACT

The present study aimed to discuss the inclusion of transsexual and transgender people in Brazil, considering that it is the duty of the State to guarantee the recognition that allows these people to enjoy full citizenship. For the elaboration of the article was used the method of exploratory research with survey of texts and scientific articles, as well as the philosophy of recognition of Axel Honneth. At first we differentiate sex, gender and sexuality, seeking the break of pre-established binarism. Based on Axel Honneth's theory of recognition, which comprises recognition in three stages: the individual, the state and the social, we also discuss the importance of recognition for the citizenship and social experience of these people. And in a third moment, we debate the existing public policies and those that can still be carried out to allow transsexuals and transgenders to enjoy the full right of their citizenship and fundamental rights.

Key-words: gender identity, transsexuality, Axel Honneth, recognition, public policies.

INTRODUÇÃO

No momento em que vivemos, podemos observar que, mesmo com a crescente discussão e visibilidade de movimentos sociais que lutam por políticas de inclusão e identidade de gênero, os projetos e as propostas visando à igualdade de tratamento entre as pessoas ainda são insuficientes. Mesmo que os direitos humanos fundamentais da igualdade estejam previstos na Constituição de 1988, o reconhecimento de pessoas transexuais não está exposto de maneira explícita, sendo assim esses indivíduos ficam condicionados à interpretação expansiva da norma.

Entretanto, para que se atinja a igualdade material, é preciso considerar que os indivíduos apresentam características que os diferenciam uns dos outros, as normas estatais precisam se adequar as diferenças para que consiga garantir a proteção dos direitos a todos resguardado.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a necessidade de políticas públicas específicas para as pessoas transexuais, considerando a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, abordando, inicialmente, a diferenciação de gênero, sexo e sexualidade e propondo uma ruptura com o binarismo normativo.

METODOLOGIA

Para a execução deste trabalho utilizou-se a metodologia do múltiplo dialético, considerando as tensões entre o normativo e o real, entre o estabelecido culturalmente como normalidade e a percepção individual de si mesmo, de cada indivíduo. Desenvolveu-se por pesquisa exploratória com levantamento de textos, artigos científicos e pesquisas para fundamentar as informações contidas neste resumo, bem como coleta de dados já disponibilizados para consulta.

Para a construção de pensamento foi analisado a discussão em relação à identidade de gênero e as políticas de inclusão, bem como a filosofia de reconhecimento de Axel Honneth.

DESENVOLVIMENTO

A TEORIA DE GÊNERO E O ABANDONO DO BINARISMO.

O comportamento social do homem em comunidade tem sido construído historicamente e determinado por uma série de requisitos pré-estabelecidos considerados corretos. De acordo com Michel Foucault (2003), ainda no século XVIII havia três códigos que determinavam a sexualidade, o direito canônico, a teologia cristã, e a lei civil, sendo que as pré-disposições sexuais eram moldadas pelas determinações religiosas.

Com a evolução social, a partir do século XIX notou-se que a sexualidade passou a ser controlada pela medicina, ainda que a igreja apresentasse uma grande influência na sociedade. Segundo Foucault (2003) o novo meio de saber passa a descrever algumas condutas que possam ser consideradas normais e patológicas.

A construção das ideologias ligadas ao sexo, ao gênero e a sexualidade foram baseadas na unificação desses três preceitos, fazendo com que o heterossexismo, o sexismo e o machismo sejam considerados modelos de normas sociais. O primeiro se caracteriza com a visão de que a heterossexualidade é a única sexualidade normal e saudável, sendo ligada ao sexo natural. O segundo determina o papel do homem e da mulher na sociedade e o machismo se caracteriza pela dominação do homem sobre a mulher.

A introdução desses pensamentos ideológicos, fez com que o papel social fosse determinado logo no nascimento. Sendo assim, tradicionalmente construiu-se uma teoria pautada na relação entre sexo biológico e gênero, em que homem é todo aquele que nasce com o órgão genital masculino e mulher é aquela que nasce com o órgão genital feminino. Entretanto, com a expansão e ampliação de visibilidade dos movimentos sociais minoritários, deu-se início a uma série de questionamentos antes ignorados pela sociedade¹.

Para a teoria que historicamente vigorou sobre o gênero, é correto que ele seja determinado de acordo com o sexo biológico com o qual nasceu a pessoa, criando-se, assim, uma relação binária em que só podem existir dois sexos e, conseqüentemente, dois gêneros. Como estabeleceu Judith Butler (2003), no entanto, esse binarismo se apresenta equivocado, pois existem variáveis biológicas e sociais que não foram consideradas.

A imposição do gênero (social) ao sexo (biológico) vincula performances (BUTLER, 2003) à essência, ou seja, relaciona obrigatoriamente a assunção de papéis femininos por uma pessoa com órgãos genitais essencialmente femininos e papéis masculinos por uma pessoa com órgãos genitais essencialmente masculinos, desconsiderando como essa mesma pessoa possa se identificar socialmente.

Os debates em torno da identidade de gênero busca expandir o pensamento de que gênero é uma característica do sujeito individual, ou seja, o gênero de cada um é definido por aquilo que o indivíduo se compreende, sendo assim, na sociedade observamos pessoas cisgêneros, que são aquelas pessoas que se reconhecem e se identificam com o mesmo gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, ou seja, que se identificam com a relação sexo biológico > gênero social, e os transgêneros, que são aquelas pessoas que não se reconhecem com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento.

Entretanto, tendo em vista o pensamento de Butler (2003), podemos considerar que gênero é performance, e que nem todas as pessoas adotam um gênero único ao longo de suas vidas, fazendo, dessa forma, surgirem grupos como pessoas *genderfluid* ou *queer*. Esses sujeitos são caracterizados por não se identificarem com nenhum dos gêneros ou com todos, acreditando que não precisam se limitar a uma forma de agir ou se portar socialmente.



Figuras 1 e 2. À esquerda, Jaden Smith, filho de Will Smith e Jada Pinket Smith, à direita, Tyler Ford, ambos do sexo masculino que adotam performance *genderfluid*. Fonte: <https://www.lilianpacce.com.br> e <http://www.zimbio.com>

¹ O gênero como uma construção social e não como uma característica inata das pessoas foi identificado durante o segundo momento do movimento feminista, principalmente com Simone de Beauvoir (2009) que em sua filosofia já dizia que ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Podemos destacar também Joan Scott (1995) que caracteriza gênero como uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual.

Essas pessoas são caracterizadas por romperem com a corrente binária pré-estabelecida na sociedade, que determinam a existência de apenas dois sexos e dois gêneros e que estes sejam um par e não possam ser pensados separadamente, pode-se afirmar então que a transexualidade é uma subversão da ordem estabelecida, em que gênero e sexo não se confundem.

Ademais, o gênero como fator biológico pode ser contestado também em razão da possibilidade de nascimento de pessoas denominadas hermafroditas ou intersexo, que são aquelas com órgãos sexuais e/ou reprodutores ambíguos, representando, em 2014, 2% a 10% da população ocidental (GUERRA JR; DAMIANI, 2004). Existem casos também de pessoas que possam nascer com os órgãos genitais ou reprodutores incompletos, mas apresentarem características físicas de macho ou de fêmea.

Podemos destacar também que a orientação sexual ou afetiva, não se confunde com o gênero e com o sexo biológico, pois é caracterizada como a sexualidade que define os desejos eróticos, ou seja, por aquilo que atrai cada um. Sendo assim, uma pessoa pode nascer mulher, se identificar como homem e gostar de outro homem, caracterizando-se como um homem trans homossexual, ou ao contrário, nascer mulher, se identificar como homem e gostar de outra mulher, sendo um homem trans heterossexual.



Figura 3. Pessoa “genderbread”, que ilustra as muitas variáveis possíveis entre sexo, gênero e sexualidade. Fonte: <http://itspronouncedmetrosexual.com>

A transgeneridade e a homossexualidade são duas subversões a forma de normalidade estabelecida na sociedade e por isso essas pessoas são colocadas em condições de invisibilidade social e fora de proteção estatal quanto aos direitos sociais. Entretanto a homossexualidade já está relativamente estabelecida no âmbito jurídico, tendo direitos garantidos, mesmo que ainda tenha dificuldade no seu reconhecimento social.

Pessoas trans são consideradas homossexuais com características especiais, como mulheres lésbicas com aparência masculinizada, essa caracterização é incorreta, pois como analisarmos, a transgeneridade não se confunde com o desejo sexual. Com isso, os direitos específicos de pessoas trans são ignorados pelo Estado, quando concluímos que a sexualidade de nada tem a ver com a identidade de gênero adotada.

IDENTIDADE COMO RECONHECIMENTO, POR AXEL HONNETH.

Partindo de uma crítica a Hegel e sua teoria do reconhecimento (a *Real philosophie* de Jena), que entende como incompleta e metafísica, Axel Honneth realizou o que ele mesmo denominou de “atualização sistemática” das estruturas do reconhecimento e deu a elas uma perspectiva mais empírica. Na segunda parte de sua obra *Luta por reconhecimento*, Honneth trabalha os três estágios do reconhecimento, que utilizaremos, nesse capítulo, para confrontá-los com a luta das pessoas trans.

A análise crítica de Honneth perpassa pela psicologia social de George Herbert Mead, sob a justificativa que é a teoria de maior força no tocante à “ideia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo” (HONNETH, 2003, p. 125). O filósofo alemão compreendeu que a psicologia de Mead concedeu materialidade à luta pelo reconhecimento de Hegel, permitindo, dessa forma, que a teoria da *Real philosophie* se tornasse um “fio condutor de uma teoria social de teor normativo” (HONNETH, 2003, p. 155).

Axel Honneth baseia sua teoria em três padrões diferentes de reconhecimento recíproco, sendo eles o amor, o direito e a solidariedade. O primeiro padrão tem por característica fortalecer a relação entre indivíduo e família, já que a afeição entre mãe e filho é importante para que ele crie autoconfiança e não se sinta excluído na sociedade.

[...]Auto-relação a que um sujeito pode chegar quando se sabe amado por uma pessoa vivenciada como independente, pela qual ele sente também, de sua parte, afeição ou amor [...]. [...] Se a mãe soube passar pelo teste de seu filho, tolerando os ataques agressivos sem a vingança de privá-lo do amor, então, dá perspectiva dele, ela pertence de agora em diante a um mundo aceito com dor; Ele terá de tomar consciência agora de sua dependência em relação à dedicação dela. (HONNETH, 2003, p. 173).

Já o segundo, tem relação com o respeito que deve haver entre os indivíduos, reconhecendo o outro como ser diferente, mas portador de reconhecimento jurídico para que ele se sinta parte da sociedade.

[...] Só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um “outro generalizado” que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito. [...] (HONNETH, 2003, p. 179).

[...] Viver sem direitos individuais, significa para o membro individual da sociedade, não possuir chance alguma de constituir um auto-respeito. [...] (HONNETH, 2003, p. 196).

[...] Sujeito individual com a possibilidade de uma atividade legítima, com base na qual ele pode constatar que goza do respeito de todos os demais. [...] Com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável. (HONNETH, 2003, p. 197).

O terceiro padrão sendo o da sociedade caracteriza-se pela estima social do indivíduo, ou seja, a importância coletiva que ele representa e a maneira com a qual sua dignidade humana é vista e respeitada pelos outros indivíduos que permitem que este realize suas capacidades, sentindo-se integrado junto aos demais.

[...] Quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar

na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. (HONNETH, 2003, p. 207-208).

[...] Sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva, o indivíduo se sabe aí como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros. (HONNETH, 2003, p. 209).

[...] Podem se chamar “solidárias” porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse efetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de suas propriedades estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis. (HONNETH, 2003, p. 211).

Os indivíduos de acordo com essa teoria aprendem então, a se identificar como membros da sociedade conforme os grupos a que pertencem. Com essa identificação vem o desejo de lutar pelos direitos que não lhes são dados, como acontece para a outra maioria da sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO.

Após ter definido a transexualidade, de uma forma geral, na perspectiva de gênero, faz-se necessário apresentar que esta classe ainda é privada de muitos direitos fundamentais específicos, que são necessários para a garantia de um reconhecimento jurídico.

Ainda que em 2017 os transgêneros tenham conquistado o direito à alteração dos registros civis para fazer constar o nome conforme o gênero com o qual o sujeito se identifica, mesmo sem a realização da cirurgia para a adequação genital, sendo concedido também o direito ao uso de banheiros públicos conforme o seu reconhecimento, tendo a violação desse direito uma violação de princípios constitucionais da honra e da dignidade humana. Para a comunidade trans essas conquistas são importantes e necessárias, porém são consideradas como políticas a conta-gotas, já que a luta dessa classe é pelo direito ao reconhecimento irrestrito.

No ano de 2018 a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que deixará de incluir a transexualidade na lista de doenças mentais, que antes era denominada pela medicina de disforia de gênero e representada pela CID10F64 - Transtornos da identidade sexual, para tratar como “incongruência de gênero”, representada pela CID 11, na categoria que trata de “saúde sexual”. Entretanto a mudança só será apresentada oficialmente na Assembléia da Saúde em 2019 e o CID-11 entrará em vigor em 2022.

Embora a transexualidade tenha deixado de ser tratado como um transtorno mental, ainda continua na lista de doenças, pois segundo a OMS, apresenta necessidades significativas de cuidado com a saúde. Szaniawski (1999) acredita que desde criança o indivíduo sofre conflito sobre a diferença da sua psique e da sua realidade corporal, durante o período de puberdade o indivíduo adquire consciência de sua anomalia, gerando nele um sentimento de revolta e desgosto com o próprio corpo.

O autor enfatiza ainda que a sociedade não compreende a anomalia e por isso age com preconceito e desrespeito, que leva o transexual ao isolamento social. Segundo Oliveira (2003) o transexual, por vezes, passa a ter horror ou nojo dos seus órgãos genitais. Devido a isto, os trans buscam adequar o sexo biológico ao sexo psicológico, fazendo uso de tratamentos hormonais ou através de cirurgias de transgenitalização.

Mesmo que o transexualismo ainda seja considerado uma patologia, no Brasil, não se tem uma legislação específica sobre a possibilidade de realização de cirurgias de transgenitalização custeadas pelo Estado e com isso, nem todas as pessoas tem acesso ao tratamento. Além

disso, é importante ressaltar que os transgêneros buscam também a despatologização do transexualismo como doença, tendo em vista que isso não garante direitos de fato e sim impõe um modelo para se pensar a transexualidade como uma experiência catalogável e possível de cura.

A necessidade da criação de políticas públicas para a inclusão de gênero se faz necessário também quando observamos que o Brasil é um dos países que mais mata travestis no mundo, segundo uma pesquisa feita pela ONG *Tansgender Europe* (TGEU) entre os anos de 2008 e 2014 foram registrados mais de 604 mortes no país, sendo que apenas em 2013 foram registrados 121 casos de assassinatos de travestis e transexuais no Brasil, e com isso a expectativa de vida destas pessoas não ultrapassa os 35 anos.

De acordo com Keila Simpson, vice-presidente da ABGLT e presidente da Antra não existem dados estatísticos dos trans empregados no mercado de trabalho, pois estes não estão registrados com essa identidade de gênero e sim com o seu RG, apesar disso uma pesquisa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) aponta que cerca de 90% deles estão se prostituindo no Brasil. A dificuldade enfrentada para conseguirem ser inseridos no mercado de trabalho é muito devido ao preconceito e ao baixo índice de escolaridade, é possível observar que a maioria abandona os estudos ou saem de casa pela falta de aceitação da família.

De acordo com Marina Reidel, coordenadora-geral de promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, "O desafio é sensibilizar a sociedade. Temos profissionais capacitados em várias áreas e muitas vezes eles não conseguem emprego pela sua identidade de gênero", diz.

Mesmo que em 2013 tenha sido criado o Fórum de Empresas LGBT, que tenta aumentar a empregabilidade dessas pessoas e já conta com cerca de 39 companhias, dentre elas a Dell, Carrefour e Sodexo, ainda é necessário que o preconceito seja combatido para que o índice de desemprego de pessoas trans diminua.

No ano de 2012 a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado do Pará (SEJUDH) divulgou uma pesquisa em que 72% das pessoas entrevistadas tinham a prostituição como fonte de renda e que 77% afirmaram que se conseguissem outra fonte de renda deixariam a prostituição, o que demonstra ainda mais que o mercado de trabalho é de difícil acesso para pessoas trans.

A dificuldade não é demonstrada apenas pelo preconceito sofrido por essas pessoas, dá-se também pela falta de escolaridade, tendo em vista que cerca de 15% das entrevistadas cursaram o ensino fundamental e 12% o ensino médio. O baixo nível de estudo se dá muito porque essas pessoas não são bem aceitas dentro do ambiente de ensino ou pela falta de amparo da família.

Um exemplo deste fato é o caso de Miguel Jabriel, de 20 anos, que em uma entrevista dada para o portal G1 no ano de 2017, afirmou que abandonou a escola no último ano do ensino médio após ser recriminado por uma professora por utilizar o banheiro masculino e que não teve apoio da família, tendo morado durante três meses em um centro de acolhimento para LGBTs expulsos de casa, localizado em São Paulo.

Com isso, percebemos que ainda que o Brasil tenha quebrado paradigmas com o passar dos anos, é necessário elaborar novas políticas públicas efetivas para que consiga assim garantir os direitos de todos os gêneros e incluí-los em uma sociedade digna e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro tem caminhado lentamente para a inclusão de gênero, com poucas políticas públicas e poucos projetos que busquem igualar a todos. É necessário que o governo apresente propostas que integrem pessoas trans na sociedade e no mercado de trabalho, sem que estas sejam marginalizadas ou descriminalizadas.

Ademais, o governo precisa também apresentar normas que punam expressamente a violência, física e psicológica, cometida contra essas pessoas, tendo como finalidade a punição da transfobia que hoje está muito presente no Brasil.

É importante também que sejam promovidas discussões, debates e palestras, em escolas, universidades, empresas e meios de comunicação, de modo didático e claro, que busquem, principalmente, levar conhecimento sobre o tema para os indivíduos e com isso conseguir quebrar com o preconceito presente na sociedade.

Ainda que existam ONGS de apoio a família e as pessoas trans, precisa-se de mecanismos eficientes que busquem fornecer informações sobre a transição, ajuda médica e psicológica de forma mais acessível, para que estas pessoas sejam amparadas, de forma segura, no seu processo de mudança.

REFERÊNCIAS

BENTO, B. **Brasil: País Do Transfeminicídio**. CLAM; Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização da politização das identidades abjetas**. Revista Estudos Feministas, 2012.

BERGESCH, V.; CHEMIN, B. **A cirurgia de transgenitalização e a concretização dos direitos fundamentais constitucionais**. Revista Destaques Acadêmicos, ano 1, n. 2, 2009 - CCHJ/Univates.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia**. Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia. Acesso em 01 jun. 2018.

BUTLER, J. **Butler e a desconstrução do gênero**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

_____. **Da subversão do gênero à reinvenção da política**. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CAZARRÉ, M. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. **Agência Brasil**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acesso em 01 jun. 2018.

JESUS, J. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: 2012.

EXAME. **Entenda os fatos e direitos de transgêneros pelo mundo**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/entenda-os-fatos-e-direito-de-transgeneros-pelo-mundo/>. Acesso em 17 mai. 2018.

GAZETA DO POVO. **Transexualidade é incongruência de gênero e não pode ser diagnosticada antes da puberdade.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/transexualidade-e-incongruencia-de-genero-e-nao-pode-ser-diagnosticada-antes-da-puberdade-3dcfmr3upltu663jkq9rx88h0/>. Acesso em 20 jun. 2018.

G1; BEM ESTAR. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais.** Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais.ghtml>. Acesso 20 jun. 2018.

G1; ECONOMIA, CONCURSOS E EMPREGO. **Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/transexuais-enfrentam-barreiras-para-conseguir-aceitacao-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em 01 jun. 2018.

GUIA DO ESTUDANTE. **Simone de Beauvoir.** Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/especiais/simone-de-beauvoir/>. Acesso em 01 jun. 2018.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2003.

MARTINS, J. Obrigar transexual a usar banheiro masculino causa dano moral indenizável. **Revista Consultor Jurídico.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mai-28/obrigar-transexual-usar-banheiro-masculino-causa-dano-moral>. Acesso em 01 jun. 2018.

MUNDO PSICOLOGOS. **Diferenças entre sexo, orientação sexual e gênero.** Disponível em: <https://br.mundopsicologos.com/artigos/diferencas-entre-sexo-orientacao-sexual-e-genero>. Acesso em 17 mai. 2018.

POMPEU, Ana. STF autoriza pessoa trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial. **Revista Consultor Jurídico.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>. Acesso em 01 jun. 2018.

RODRIGUES, C. **Diferença sexual, direitos e identidade: um debate a partir do pensamento da desconstrução.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RJ. 2008.

SANTANA, A.; FARIAS, F.; SANTOS, L.; AZEVEDO, R. **BINARISMO SEXUAL E QUESTÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO FILME XXY.** CONEDU, Congresso Nacional de Educação, 2014.

SIGNIFICADOS. **Significado de Identidade de gênero.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/identidade-de-genero/>. Acesso em 08 jun. 2018.

SILVA, A. **BINARISMO SEXUAL NA ESCOLA E O CONTROLE DOS CORPOS.** III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. Universidade do Estado da Bahia – Campus I Salvador – BA, 2013.

SENKEVICS, Adriano. O conceito de gênero por Joan Scott: gênero enquanto categoria de análise. **Ensaio de Gênero.** Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/04/23/o-conceito-de-genero-por-joan-scott-genero-enquanto-categoria-de-analise/>. Acesso em 01 jun. 2018.

SOBOTTKA, Emil Albert; SAAVEDRA, Giovani Agostini. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas – Revista de Ciências Sociais.** V. 8, N. 1, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4319>.

TEIXEIRA, Matheus. Transexuais têm direito de mudar o gênero no registro civil, diz 4ª Turma do STJ. **Revista Consultor Jurídico.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mai-09/transexuais-direito-mudar-genero-registro-civil-stj>. Acesso em 01 jun. 2018.

VILLARDO, Ronaldo. **O novo sexo: o “gênero fluido” é homem um dia e mulher no outro.** Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ronald-villardo/post/o-novo-sexo-genero-fluido-homem-um-dia-mulher-no-outro-570284.html>. Acesso em 08 jun. 2018.

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISCENTES DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFF, CAMPUS CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL

*Professora dos Programas de Pós-Graduação
de Cognição e Linguagem e Políticas Sociais da UENF
shirlenacsa@gmail.com*

NILVIA COUTINHO GOMES CORRÊA MANSUR

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
de Cognição e Linguagem da UENF
nilviacoutinho@hotmail.com*

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar como os jovens discentes do curso de Psicologia da UFF, campus Campos dos Goytacazes/RJ, os recém ingressos e os em fase de conclusão, concebem e vivenciam a questão da sexualidade, quando está em voga o Projeto do Decreto Legislativo (PDC) de nº 234, de autoria do deputado Federal do PSDB de Goiás, João Campos, em que o juiz da 14ª Vara Judiciária da capital federal, Waldemar Cláudio de Carvalho, em resposta aos autos da ação popular, suspendeu a Resolução nº 01/99, do Conselho Federal de Psicologia, que impedia que psicólogos realizassem quaisquer tipos de terapias relacionadas à homossexualidade enquanto patologia. Especificamente, busca compreender os meios que os discentes se valem para se formarem sobre a sexualidade; identificar se a universidade tem um departamento ou comissão responsável para trabalhar com questões que perpassam pela temática pesquisada; verificar se no curso de formação de psicólogos é ofertado aos discentes componentes curriculares relacionados à educação sexual que trabalhe na eliminação de estereótipos, na perspectiva do Educar em Direitos Humanos; resgatar pesquisas concernentes ao tema na perspectiva dos Direitos Humanos, a partir do histórico de pesquisas realizadas sobre a temática sexualidade; e, contrastar posicionamentos dos discentes sobre sexualidade à luz dos fundamentos ideológicos trazidos a partir do “Projeto Cura Gay”. A hipótese do estudo é que apesar de haver uma legislação e, a partir desta, o entendimento de que a escola está contextualizada, no que se refere ao ato de incluir, os próprios discentes que têm concluído a Educação Básica e ingressado na Educação Superior, bem como os concluintes do Ensino Superior, não detêm uma visão elaborada sobre as questões que envolvem o tema da sexualidade. O referencial teórico que guiará a pesquisa privilegia o diálogo com as obras de Guacira Lopes Louro, Michel Foucault, Gayle Rubin, Sigmund Freud, Judith Butler, dentre outros, bem como autores que debatem sobre Educação e Direitos Humanos, tais como Helena Altmann e Vera Candau. Sob o aspecto metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo instrumento de coleta de dados versa na aplicação de questionários estruturados, os quais serão avaliados, por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009).

Palavras-chave: Sexualidade, Educação em Direitos Humanos, Psicologia.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze how the young students of the UFF Psychology course, Campos dos Goytacazes / RJ campus, the new entrants and those in the final stages,

conceive and by Federal Deputy of the PSDB of Goiás, João Campos, in which the judge of the 14th Judicial Court of the federal capital, Waldemar Cláudio de Carvalho, in response to the pleadings of the popular action, suspended Resolution No. 01 / 99, of the Federal Council of Psychology, which prevented psychologists from performing any kind of therapies related to homosexuality as a pathology. Specifically, it seeks to understand the means students use to form themselves about sexuality; identify if the university has a department or commission responsible to work with issues that run through the researched subject; to verify if in the training course of psychologists students are offered curricular components related to sex education that work on the elimination of stereotypes from the perspective of Educating in Human Rights; to rescue research concerning the subject from the perspective of Human Rights, based on the history of research carried out on the thematic sexuality; and to contrast students' positions on sexuality in the light of the ideological foundations brought in from the "Gay Healing Project". The hypothesis of the study is that although there is a law and, from this, the understanding that the school is contextualized, regarding the act of including, the students who have completed Basic Education and entered Higher Education, as well as the graduates of Higher Education, do not hold an elaborate view on issues involving the topic of sexuality. The theoretical framework that will guide the research privileges the dialogue with the works of Guacira Lopes Louro, Michel Foucault, Gayle Rubin, Sigmund Freud, Judith Butler, among others, as well as authors who debate on Education and Human Rights such as Helena Altmann, Vera Candau and Berenice Bento. Methodologically, this is a qualitative research, whose instrument of data collection is based on the application of structured questionnaires, which will be evaluated through Content Analysis (BARDIN, 2009).

Key-words: Sexuality, Human Rights Education, Psychology.

INTRODUÇÃO

A O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a priori promulgado em dezembro de 2003, e atualizado em 2006, instituiu como meta o estímulo ao debate e à aplicação dos Direitos Humanos na Educação Básica. Não obstante, pesquisas têm constatado que considerável número de educadores não tem conhecimento do que significa "Educar em Direitos Humanos" (ALTMANN 2001; CANDAU, 2011), questão de fundamental importância à medida que se insere nos fundamentos para uma cultura de paz e de dignidade da pessoa humana, que perpassa pela necessária consolidação de construções de respeito às diversidades concernentes ao ambiente escolar.

Por conseguinte, as escolas se constituem em espaços sociais e singulares de fomentação e construção desses valores, ou seja, nos termos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2006, institui-se como promotora da formação de indivíduos capazes de respeitar, reconhecer e valorar o outro, inclusive o que se apresenta como diferente as normas instituídas socialmente, passos primordiais, para a promoção de direitos.

Por sua vez, práticas discriminatórias relacionadas à expressão da sexualidade vêm se realizando de forma exacerbada no atual cenário social dos brasileiros. Segundo Louro (2008), atualmente a diversidade cultural encontra-se evidenciada, fenômeno decorrente dos fortalecimentos das identidades, seja pela mobilização dos movimentos sociais ou pela implementação de políticas públicas afirmativas. Nesse sentido, como as instituições educacionais são um dos principais pilares constitutivos de uma nação, estas discussões não devem e não podem ser afastadas.

As demandas acerca da sexualidade na escola foram colocadas em pauta, desde 1997, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que trazem a direção de que seja inserida a orientação sexual como um dos temas interdisciplinares na Educação Básica, a ser desenvolvido pela escola e pelos professores no decurso das aulas, inclusive, oferecendo sugestões de intervenções. Igualmente, há nessa indicação a precisa inclusão do assunto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição escolar.

Portanto, atentar as temáticas de diversidade e pluralidades dos sujeitos trazem substanciais desafios à sociedade, haja vista que tem sido perceptível a necessidade de se

debater temas complexos, e da educação se pronunciar como instrumento promissor e propiciador de discussões. No entanto, sobretudo nas instituições escolares, ainda são notáveis as inúmeras dificuldades na tratativa de assuntos que permeiem a sexualidade humana, que alarma o corpo docente e a comunidade escolar, cuja associação não ultrapassa da visão biologicista e homogeneizante/homonormativa (ALTMANN, 2013; FURLANI, 2011).

Inquieta sobremaneira que tais conteúdos não vêm sendo inseridos em currículos de cursos de ensino superior, tais como Licenciatura, Bacharelado e Tecnólogo, e quando presentes, majoritariamente em cursos de Pedagogia, Psicologia e Ciências Sociais, raramente constando das disciplinas obrigatórias. E ainda sim, quando tratadas, o enfoque observado é realizado a partir de aspectos patológicos e biológicos, por meio de discursos que focalizam os cuidados com o corpo e as doenças sexualmente transmissíveis.

O cenário que hoje se apresenta, em termos de matrizes curriculares, em que o tema da sexualidade vem sendo abordado nas universidades, por meio de disciplinas, em diferentes cursos de graduação, parece resultar de alguns movimentos que vêm se fazendo presentes nos últimos anos com relação ao debate da sexualidade em diferentes âmbitos – educacionais e sociais – que, por sua vez, se refletem em práticas e problemas que se inserem, também, no ensino superior, à medida que transpassam questões de gênero, saúde, cuidados com o corpo, diversidade em diferentes enfoques, aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais.

A questão torna-se mais apreensiva, quando a escolha desses jovens que saem da Educação Básica e ingressam na Superior, referem-se a cursos na área de saúde, com destaque para saúde mental, dos quais ressaltam-se os cursos de Psicologia, à medida que os profissionais da área vivenciam diariamente em sua clínica situações que exigem pareceres, sendo depositados sobre os psicólogos resoluções, inclusive no âmbito legal, de modo a garantir laudos e posicionamentos associados à formas de expressões sexuais que não se enquadram no formato heterossexual, associando-as à patologias que demandam tratamentos. Esse é o ponto de partida para o projeto que se apresenta.

BREVE HISTÓRICO DO FENÔMENO SEXUALIDADE NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

Gesser et al (2015, p. 559) ressaltam “a sexualidade como um fenômeno complexo e multifacetado, a qual incorpora aspectos culturais, históricos, biológicos e políticos que atravessam e constituem a experiência das pessoas nesse âmbito. “ Ainda na mesma ênfase Ferrari (2012 apud Giddens 1993, p. 867) compreende como sexualidade “[...] tudo que se produz, via linguagem, sobre os desejos, emoções, vivências, práticas, pensamentos”.

Ao considerar a temática, Michel Foucault (2015) apresenta a problemática da sexualidade não apenas considerando os discursos lançados sobre o corpo e os comportamentos sexuais, mas também considerando a sexualidade como um campo de manifestação do poder, instituído

na sociedade a partir do século XVIII, que se aplica na busca de saberes e de discursos sobre conceitos basilares da vida e dos sujeitos.

Ao se pensar acerca da sexualidade humana é imperativo remeter-se ao pensamento do médico e psicanalista Sigmund Freud que já na XX Conferência de Viena (1915-1916), em sua fala referente “A vida sexual dos seres humanos”, assinalou a complexidade em torno da definição daquilo que o autor nominava naquele momento como energia sexual, e do quanto discorrer sobre tal aspecto gerava controvérsias.

Na segunda metade do século XX, perspectivas no âmbito da Psicologia estavam identificadas como as mais proeminentes nos estudos sobre a sexualidade, a saber, o essencialismo e o construcionismo. Para Borges et al (2013), a primeira trabalha com a perspectiva de que existe uma natureza essencial, dada no nascimento, produzida dentro dos corpos e que é um impulso inato aos indivíduos os conduz à ação sexual. Essa perspectiva dialoga com Gayle Rubin (2003), o qual vem a considerar sexo uma força natural, pulsional, que existe anteriormente à vida social, inerente aos hormônios ou à psique, sem interferências sociais do meio em que o indivíduo se encontra.

Já a concepção construcionista até considera a possibilidade da universalidade de um suposto impulso sexual, no entanto, problematiza a questão, partindo do ponto de que não existe um saber pré-discursivo. Assim, o conhecimento só pode ser produzido por meio da linguagem. Por isso, atuar com a perspectiva construcionista significa tanto opor-se à ideia de naturalização do feminino e do masculino, quanto também eleger críticas a uma sexualidade rígida, fixa, movida por determinantes biológicos (BORGES, 2009).

Outro aspecto importante a se ponderar trata-se dos desdobramentos que a epidemia da AIDS imputou a expressão da sexualidade a partir da década de 1980. A ligação da doença a população homossexual, contribuiu para gerar ansiedades e o medo generalizado e acabou por advertir novamente sobre o que seria um funcionamento sexual saudável, excluindo vivências consideradas perigosas ou inadequadas.

Contudo, em meados da década de 90, outro entendimento começa a angariar espaço nos estudos sobre a sexualidade: a perspectiva queer, oficialmente queer theory (inglês). Uma das fundadoras desse movimento, a autora feminista Judith Butler, traz por proposta uma nova leitura do sexo, o qual é concebido como efeito tanto do processo de naturalização e da estrutura social de gênero como da matriz heterossexual (BORGES et al, 2013).

O termo queer pode ser interpretado por aquilo que, de alguma forma, causa estranheza, que não está no âmbito do comum, usado até mesmo que modo pejorativo para assinalar homens e mulheres homossexuais. Para Butler (2017), a teoria queer diferencia-se da ótica essencialista, ao passo que radicaliza o questionamento de estabilidade, da fixidez e da coerência das identidades sexuais, representando rupturas com as teorias que compreendiam a identidade como algo imutável, coerente e natural.

No que diz respeito ao estudo da sexualidade no Brasil, ainda é perceptível a presença do proibido, daquilo que se torna tabu ancorado em entenderes morais e pré-julgamentos, nos quais os sujeitos não expõem suas dúvidas ou expectativas alusivas ao conteúdo tido enquanto imoral. Ainda impera a crença de tal assunto relaciona-se com obscenidade, sujeira e pecado, dentre outros. (MOIZÉS & BUENO, 2010).

O PROJETO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDC) DE NO 234

Em 1973 a homossexualidade deixou de ser retratada enquanto transtorno mental no momento que a Associação Americana de Psiquiatria a retirou do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM). Apesar disso, ainda constou na listagem de doenças mentais até 1990, com a publicação pela Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) da versão 10 da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), no qual não mais constava o código 302.0 do CID, que até então considerava a homossexualidade doença, distúrbio e perversão. (GUIMARAES; ARAS, 2013)

De acordo com Mott (2006), a luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil decorre do movimento de defesa dos direitos humanos das minorias sexuais, e em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria e suas filiadas aprovaram a consequente resolução: considerando que a homossexualidade em si não implica em prejuízo do raciocínio, estabilidade, confiabilidade ou aptidões sociais e vocacionais, razão pela qual opõem-se a toda discriminação e preconceito, tanto no setor público quanto no privado, contra os homossexuais de ambos os sexos (MOTT, 2006, p. 510).

Dando sequência ao mesmo caminho, o Conselho Federal de Medicina também deixou claro que a homoafetividade deixou de ser vista como uma condição patológica pela classe médica desde 1985.

De modo análogo, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia proibiu que seus profissionais fizessem parte de quaisquer tipos de terapias que tenham como intenção alterar a orientação sexual de qualquer pessoa (MOTT; 2006)

Assim, desde 1999, o Conselho Federal de Psicologia, mediante a Resolução no 01/99, no Art. 3º proibiu que os psicólogos submetessem pessoas a terapias “curativas” para convertê-las da homossexualidade. E assim, o uso sufixo ismo foi substituído pelo sufixo dade, reconhecendo que se trata de uma vivência e prática humana, característica da sexualidade das pessoas que não tem correlação a ver com doença, delinquência ou perversidade. Apesar do movimento do conselho no sentido da aceitação incondicional dos sujeitos no que pertence a expressão ímpar da sexualidade, a ideologia que foi perpetuada e construída sobre a associação das orientações sexuais que não seguiam as regras heteronormativas as doenças permaneceram, e ainda eram referidas como moléstia, portanto, algo que deveria ser tratado, e podendo, então, ser curado.

Apesar da resolução, anos depois, a ideologia da patologização de toda forma de expressão que difere da norma e ou pensamento hegemônico começou a angariar destaque, pois foi protocolado na Câmara dos Deputados, em 2011, um Projeto de Decreto Legislativo (PDC) de no 234 apresentado pelo deputado federal do PSDB de Goiás, João Campos, cujo objetivo era suspender a Resolução Resolução no 01/99, do Conselho Federal de Psicologia.

Dois anos depois de tentativas de votação infrutíferas e sob muitos protestos de outros parlamentares e da população em geral, o “Projeto Cura Gay” foi aprovado em 18 de junho de 2013 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Não obstante, apenas 15 (quinze) dias após o deferimento do PDC de sua autoria, o Deputado João Campos levou à Câmara um requerimento que pedia o cancelamento da tramitação de sua proposta, em virtude da manifestação do próprio PSDB que se mostrou contrário à solicitação de seu Deputado.

O arquivamento foi aprovado por quase todos os partidos, exceto pelo PSOL. O partido queria mais do que o arquivamento da proposta: exigia que tal proposta não pudesse ser reapresentada.

No dia 4 de julho, dois dias depois da aprovação do requerimento para cancelamento do trâmite do PDC do Deputado João Campos, um novo projeto para extinguir a determinação do Conselho Federal de Psicologia foi apresentado à Câmara, porém, agora, o pedido teve indeferimento imediato.

O referido Projeto adota como instrumentos para a sua sustentação métodos psicanalíticos, cognitivos e comportamentais, além da utilização de tratamentos de ordem clínica e religiosa, o que vai em sentido oposto da decisão adotada desde a década de 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) descartou qualquer possibilidade de que a orientação sexual de qualquer pessoa estivesse relacionada à uma doença, sendo determinado pela OMS que a homossexualidade pode ser definida como uma variação natural da sexualidade humana, não podendo ser, portanto, considerada doença.

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

De acordo com Souza (1991), a educação sexual contribui para o oferecimento de possibilidades para que os indivíduos admitam seu corpo e sua sexualidade de maneira positiva e com autonomia, e, portanto, libertos de estereótipos, preconceitos, culpas, vergonhas ou tabus.

Ao correlacionar direitos humanos e educação, Candau (2008) considera que cabe a escola a atribuição de proporcionar aos seus educandos, acesso e apropriação de si mesmos, analisando a sua inserção social, permitindo a construção de condições dignas aos diversos grupos, sendo este, um lócus empoderador dos indivíduos na ascensão aos seus direitos.

Esta é a dimensão na qual se deve ocorrer “o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública” (CANDAUI, 2008). Portanto, a escola deve se conceber como esfera capaz de gerar o desenvolvimento de pessoas conscientes e aptas a compreensão dos múltiplos desequilíbrios de poder entre os distintos grupos culturais e de elaborar as dissonâncias provindas de tais interações, suscitando vínculos solidários e inclusivos.

Discutir e trabalhar de forma concreta a sexualidade pode causar certo incômodo aos técnicos educacionais, uma vez que estes muitas vezes sentem-se despreparados para lidar com a temática, fazendo com que a mesma não seja tratada com a devida naturalidade, delegando aos pais ou especialistas o lidar com o conteúdo. Desconsidera-se que a sexualidade é tão natural ao indivíduo quanto qualquer outra função biológica, associada a características psicossociais (ALTMANN 2001).

Apesar da resistência no manejo do assunto, contextos que envolvem o sexual se mostram a todo o momento em nosso cotidiano, seja nos discursos, seja nos recursos tecnológicos e midiáticos. Segundo Furlani (2008, p. 128):

A Escola não pode mais “deixar” a mídia, por exemplo, “falar sozinha” sobre a sexualidade. Contribuir para uma sociedade de respeito às diversidades, que busque a equidade de gênero, a livre orientação sexual e a igualdade étnico-racial é colocar-se, política e assumidamente, em favor da Educação Sexual, em todos os níveis de ensino.

Ainda ALTMANN (2001) analisa que os PCNs atentam em resposta a necessidades como o aumento da ocorrência de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV. Desta forma, o tema Orientação Sexual foi criado como um dos temas transversais a serem realizados durante os ciclos de escolarização, no intuito de proporcionar o desenvolvimento de reflexões críticas na promoção saúde dos discentes e, portanto, papel da escola.

Complementando tal raciocínio, Santos et al., (2015) ressaltam que as temáticas relacionadas à orientação sexual se constituem como temas transversais nos PCNs, e que a sua inserção não deve ser considerada domínio de determinadas disciplinas colocadas como detentoras do debate, ao contrário, sinaliza que tais pontos devem ser largamente abrangidos por todos os componentes curriculares. No entanto, ainda pondera que:

De uma maneira geral, as temáticas corpo e sexualidade são tratadas na educação básica apenas no âmbito das disciplinas de ciências e/ou biologia, privilegiando os aspectos fisiológicos, anatômicos e genéticos que os envolve, focalizando, as diferenças anatômicas e fisiológicas do aparelho reprodutor masculino e feminino, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos [...] (SANTOS et al., 2015, p. 834).

É necessário que a educação sexual suscite a reflexão sobre a sexualidade a partir de uma perspectiva sociocultural, compreendendo aspectos como a saúde e reprodução, questões de gênero, relações interpessoais, o dar e receber prazer e a estima consigo mesmo, considerando assim os sentidos éticos, históricos, culturais, e políticos que envolvem o ser em todas as suas dimensões. Deste modo, desenvolver-se positivamente no campo da sexualidade se institui como fator preponderante para a saúde mental e de satisfação interpessoal (SANTOS, 2001).

A educação sexual se estabelece como ferramenta apta a criar pensares que instituirão os sujeitos, produzirão subjetividades, disciplinarão e permitirá a criação de aspectos primordiais para o autoconhecimento, construção de entendimentos e responsabilidades, além da quebra de preconceitos nas relações. Desse modo, externar e debater a temática sexualidade torna-se desafiador, na medida em que interpõe e afronta os paradigmas e estigmas impostos socialmente, podendo ser a educação um dispositivo garantidor de direitos e expressão livre e responsável da sexualidade (FERRARI & ALMEIDA, 2012).

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em outubro 2016.

_____. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino-americana n.13 - abril de 2013 - pp.69- 82. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n13/n13a04.pdf>>. Acesso em maio de 2016.

BARDIN, *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BORGES, L. (Homo)sexualidades e formação profissional: desafios para a psicologia. *Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas*, 1(1), 2009, 146-157.

BORGES, L.S. et al. Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 730-745, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em fevereiro de 2018.

BRASIL. Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, 2004.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011. Disponível: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>. Acesso em outubro de 2016.

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13 n. 37 jan./abr., p. 45-56, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05>. Acesso em outubro de 2016.

FERRARI, A.; ALMEIDA, M. A. Corpo, gênero e sexualidade nos registros de indisciplina. Educ. Real. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 865-885, dez. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362012000300009&lng=pt &nrm=iso. Acesso em novembro de 2016.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. São Paulo: Edições Paz e Terra, 2015.

FREUD, S. Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos. 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII. Imago Editora. 2006. Rio de Janeiro.

FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 111-131, ago. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072008000200009&lng=pt &nrm=iso. Acesso em agosto de 2016.

GESSER, M. et al. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, Dec. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-. Acesso em janeiro de 2016.

GUIMARAES, S. G.; ARAS, L. M. B. A despatologização das identidades trans. medicina legal e o direito das discussões formuladas pelas teorias feministas e queer, 18o REDOR, 2013.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Revista Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), Campinas, maio/ago. 2008.

MOIZES, J. S.; BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 205-212, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342010000100029&lng=en &nrm=iso. Acesso em outubro de 2016.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, Sept. 2006, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2006000200011&lng=e n&nrm=iso. Acesso em março de 2017.

OMS – Organización Mundial de La Salud. Prevención de la transmisión sexual del Virus de la Inmunodeficiencia Humana. Serie OMS sobre el SIDA, v. 6, n. 1, 1990.

RUBIN, Gayle. "Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade". Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SANTOS, M. A. Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental: uma realidade distante? Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001. Disponível em <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=329650&indexSearch=ID>. Acesso em janeiro de 2018.

SANTOS, S. J. S. et al. Escola sem homofobia: analisando um discurso da ideologia de gênero. Revista Philologus, Ano 21, Nº 63 – Supl.: Anais da X CNLF. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2015. Acesso em outubro 2016.

SOUZA, H. P. Convivendo com seu sexo (Pais e Professores). 2 edição. São Paulo: Paulinas, 1991.

QUESTÕES DE GÊNERO E DIREITO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

RAVENA DE SOUZA ZANON DELLATORRE

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais – UENF

BOLSISTA CAPES

ravena_zanon@hotmail.com

FERNANDA SANTOS CURCIO

Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO

BOLSISTA CAPES

fernandasantoscurocio@gmail.com.br

RESUMO

O Direito não é neutro, mas altamente androcêntrico, que atua na manutenção e reprodução de uma estrutura que banaliza a existência de certos grupos sociais. Para tanto, presente trabalho objetiva, elaborado sob os moldes ensaísticos e tendo como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica, produzir reflexões acerca dos limites, desafios e possibilidades que envolvem a discussão das teorias feministas como instrumento de análise do Direito. Parte-se do entendimento de que a utilização do *gênero* como uma categoria de análise feminista possibilita a compreensão dos sistemas conceituais das ciências e das disciplinas acadêmicas como intensamente “engendrados”. Para fins de conclusão, compreende-se que as teorias feministas enriquecem decisivamente o mundo jurídico. Contudo, muitos ainda são os embates sociais, políticos e jurídicos que se colocam frente à referida temática em solo brasileiro.

Palavras-chave: Direito. Gênero. Teorias Feministas. Desigualdade.

ABSTRACT

Law is not neutral, but highly androcentric, which acts in the maintenance and reproduction of a structure that trivializes the existence of certain social groups. In order to do so, this objective work, elaborated under the essayist model and having a methodological approach to bibliographical research, produces reflections about the limits, challenges and possibilities that involve the discussion of feminist theories as an instrument of analysis of the Law. It begins with the understanding that the use of gender as a category of feminist analysis enables the conceptual systems of science and academic disciplines to be understood as intensely “engendered”. For purposes of conclusion, it is understood that feminist theories decisively enrich the legal world. However, many are still the social, political and legal clashes that stand in front of the aforementioned issue on Brazilian soil.

Keywords: Right. Genre. Feminist Theories. Inequality.

INTRODUÇÃO

Alda Facio e Lorena Fries (1999) constroem uma relevante discussão assinalando as complexidades e contradições que atravessam o campo jurídico, ratificando a compreensão do Direito como algo que não é neutro, mas, ao contrário, configurando-se como um campo altamente androcêntrico. Para as autoras, os movimentos aqui empreendidos acabam por atuar na manutenção e na reprodução de uma estrutura que banaliza a existência de certos grupos sociais.

Longe de naturalizar tal processo, importa considerar que as instituições são construídas social e historicamente. Elas surgem como respostas às diversas demandas e “problemas” da sociedade, em que as suas ações, práticas e atividades devem estar fundamentadas, atingindo determinados objetivos e finalidades. Para tanto, ela carece de legitimidade para sua manutenção e reprodução. Seguindo esta lógica, para que uma instituição se mantenha e se reproduza ela necessita de um conjunto de normas, regulamentos, procedimentos, valores e demandas que a legitimam. Com o Direito não seria diferente.

Muitos estudos e análises de importantes intelectuais têm demonstrado que as desigualdades baseadas no sexo acabam por influir na construção das leis, das doutrinas, dos institutos jurídicos e na jurisprudência.

Para tanto, o presente trabalho objetiva, elaborado sob os moldes ensaísticos, produzir reflexões sumárias acerca dos limites, desafios e possibilidades que envolvem a discussão das teorias feministas como instrumento de análise do Direito. No que tange aos procedimentos metodológicos, a partir de uma abordagem qualitativa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de obras que discutissem direta ou indiretamente o tema ora estudado.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo da história da civilização, naturalizações e generalizações foram sendo criadas e reproduzidas, levando com que as relações sociais se desenvolvam numa intensa reiteração. Nesse contexto, mantém-se a divisão binária sustentada no aspecto biológico (na qual a referência é o masculino), a dominação de um sexo sobre o outro e a construção de hierarquias.

Dentro deste movimento, a oposição e divisão binárias, como a identidade *versus* diferença, masculino *versus* feminino, entre outros, agem dentro de um processo de separação, onde um elemento é anteposto ao outro. Lançando mão da perspectiva foucaultiana, concebe-se que este controle não se caracteriza em oprimir diretamente, mas por tentar individualizar os sujeitos por intermédio de classificações, fazendo com que as identidades se fundamentem na exclusão e no ataque àquilo que se coloca como diferente.

O gênero, seguindo esta lógica, constrói-se neste espaço, em que os sujeitos sociais devem direcionar os seus modos de sentir, de pensar e de agir de acordo com o gênero (feminino ou masculino) arbitrariamente determinado, e, não menos importante, de acordo com o local social, econômico, político e cultural no qual fazem parte.

Destarte, é impreterível que se considere, ao menos, dois aspectos. Inicialmente convém compreender que o

Gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. [...] Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma

função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos (NICHOLSON, 2000, p. 34).

Além disso, deve-se ter em mente a transversalidade de gênero, este enquanto uma construção social e histórica que se movimenta em diferentes âmbitos sociais (MACHADO, 1998). O exercício de poder perpetrado calcado nos estereótipos e preconceitos de gênero configura-se como uma estrutura multifacetada no que se referem aos atores, espaços e práticas de execução.

Scott (1995) compreende o gênero como as relações constituídas a partir da maneira como a sociedade constrói e compreende as diferenças biológicas entre os sexos. Tal percepção é baseada em mecanismos classificatórios que, por sua vez, ajuntam uma coleção de dicotomias (masculino/feminino; forte/fraco; razão/emoção; dominante/dominado), em que o domínio positivo e superior cabe ao masculino, e o negativo e inferior ao feminino.

Desta forma, depreende-se que diante da construção das diferenças sexuais, edifica-se e se reproduz um conjunto de expectativas, instituições e papéis que devem ser assumidos “harmonicamente” pelos indivíduos. Estes conteúdos (culturais, sociais e políticos), formados e reproduzidos pelo imaginário simbólico, criam um conjunto de expectativas, em que por meio dos processos de socialização, irão reforçar os estereótipos e preconceitos dos gêneros, apoiando-se, principalmente, na determinação biológica.

Scott (1995) pretere a natureza fixa e definitiva da oposição binária, empreendendo o entendimento da sua historização, calcada numa desconstrução dos termos da diferença sexual. A partir disso, o gênero, segundo a autora, requer quatro elementos relacionados entre si: os símbolos culturais, evocando “representações simbólicas (frequentemente contraditórias)”; os discursos normativos, isto é, as doutrinas (jurídicas, religiosas, educativas, científicas, etc.) que “expressam interpretações dos significados dos símbolos”; as instituições sociais, a organização social e econômica; as identidades subjetivas, “as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas” (SCOTT, 1995, p. 86).

Compreende-se que o fenômeno jurídico – especialmente presente nos discursos normativos e configurando-se como uma instituição social – está desde o seu surgimento adstrito a moral e a religião. Este trabalho não tem a intensão de construir argumentações e definições sobre os mesmos, haja vista que isso demandaria uma extensão que a presente oportunidade não permite. Requer, contudo, esclarecer que pensar o Direito requer considerar as diversas inferências que atravessam a sociedade, em que a religião e a moral apresentam fundamental importância. A sua edificação, longe de se mostrar como um processo linear e harmônico, indica, na verdade, marcas de intensas correlações de força de diferentes grupos sociais.

Na Grécia Antiga, onde se encontram as raízes e os valores que formaram a civilização ocidental, era mantida a percepção da mulher como incapaz de pensar, assim, ela não poderia participar da administração da *polis* grega. Cabia então à mesma o trabalho do lar, mas também os físicos, como a caça, pesca e agricultura.

A submissão da mulher ao homem, este enquanto o criador das leis, foi progressivamente se aprofundando. Beauvoir (1980) esclarece que foi nesse contexto que o homem se afirma enquanto sujeito e que o *outro* é visto como uma ameaça. Isso é percebido, de acordo com a autora, desde Platão, na Grécia Antiga, quando compreendia a alteridade, a diferença, o mesmo que o Mal e a negação.

A mulher apresentava uma vida cheia de restrições e era considerada objeto de seu marido, ficando relegada, então, a satisfazer as vontades e desejos do mesmo. Foucault (1986) aponta

que a moral e os valores da época, alicerçados em Aristóteles, sustentavam que ao homem cabia ordenar e à mulher obedecer. Por sua vez, o Direito Romano, lugar de origem da cultura jurídica ocidental, desprovia a mulher de competência jurídica.

O histórico dos discursos que atravessavam o campo jurídico indicam entendimentos fundamentados numa perspectiva misógina e discriminatória. Sofrendo influências seja do direito romano como do direito canônico, os juristas medievais edificavam um olhar atento à custódia das mulheres. Uma série de proibições e cerceamento era direcionada às mesmas (MENDES, 2014). De acordo com Mendes (2014), as inferências que marcaram estes tempos pretéritos se fazem ainda atuais, onde a inferioridade das mulheres ainda se constitui a partir de aspectos biológicos e morais.

No Código Civil brasileiro de 1916, por exemplo, afirmara claramente as distinções de classe social, raça, sexo, atribuindo à mulher como sujeito subordinado ao “chefe de família”, então o artigo 5º da Carta Magna trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, falando sobre o princípio da isonomia, trazendo incríveis avanços (principalmente para as mulheres) para a legislação, sob pena de inconstitucionalidade.

Diante do horizonte marcado por desigualdades, preconceitos e hostilidades pautados numa pretensa inferioridade e submissão, que se vislumbram as lutas das mulheres, uma ação coletiva baseada na solidariedade, que se diferenciam de outros tipos de ação coletiva por que desenvolvem um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989).

As lutas das mulheres no Brasil se relacionam com diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. A datar da década de setenta, a emergência destes movimentos sociais consolidam novas forças políticas em vários lugares do planeta, esses movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres, para citar os mais expressivos, despontam e modificam lugares e mentalidades.

Esses novos movimentos sociais rompem a unidade das conceituações tradicionais e promovem novas formas de entendimento do mundo, os movimentos sociais identificam novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção e atingem grupos sociais transclassistas ou a sociedade, advogando um novo paradigma social.

Foi na década de setenta que apareceram os primeiros movimentos de mulheres, principalmente em São Paulo, mulheres de periferia, através das comunidades da Igreja Católica reivindicam ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhores salários, reclamam do custo de vida e unem-se contra a carestia. A imposição pelas creches era apontado como um dos principais problemas pois as mulheres precisavam trabalhar fora, para manter a família (Teles, 1993). Essas reivindicações não só mudaram as mentalidades, como também o espaço urbano.

Para Soares (1994, p. 13) o “movimento de mulheres nos anos setenta trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades”.

Diante de tal cenário, a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi progressista e trouxe uma evolução de direitos, como a isonomia formal e mecanismos legais que protegem o direito da mulher. Porém, as maiores conquistas feministas no campo material veio da luta de mulheres por direitos básicos, como a equidade salarial, a defesa contra a violência doméstica, direitos previdenciários decorrentes do reconhecimento da união estável, o papel como líder da família.

Os direitos humanos são um importante instrumento de proteção a toda e qualquer pessoa no mundo, por isso, são garantidos por inúmeros tratados e documentos jurídicos em diversos países, um deles o Brasil, onde são garantidos em nossa Constituição Federal de 1988. Essas garantias aparecem, por exemplo, logo no primeiro artigo, onde é estabelecido o princípio da cidadania, da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Já no artigo 5º é estabelecido o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade e outros importantes direitos fundamentais, sejam eles individuais ou coletivos.

A Carta Magna marcou o movimento feminista brasileiro por promulgar a igualdade de direitos e de obrigações de homens e mulheres, direito de um tratamento digno pela família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconhecendo a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença-maternidade, criou o direito à licença-paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para empregadas domésticas.

Uma grande conquista foi o reconhecimento de casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade familiar, que por analogia à união estável, foi declarado possível pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 5 de maio de 2011 no julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277, proposta pela Procuradoria-Geral da República, e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 132, apresentada pelo governador do estado do Rio de Janeiro

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, aprovou uma nova resolução, de autoria do ministro Joaquim Barbosa, que obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento.

Outra grande vitória da luta feminista do presente século foi a lei do feminicídio, que alterou o Código Penal Brasileiro (art.121 do Decreto Lei nº 2.848/40), incluindo como uma modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos.

Contudo, diante destes avanços, é indispensável analisar se tais promessas de cidadania e dignidade se consubstanciam em mera exaltação retórica ou, em verdade, efetivamente orientam a atuação dos órgãos e poderes responsáveis por sua implementação, sobretudo quando as pessoas se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, como é o caso das mulheres e da população LGBTQ1+.

Compreende-se que, “se o gênero organiza a vida social, dá significado à dimensão do poder, estrutura a divisão sexual do trabalho, as doutrinas jurídicas são criadas em um contexto social permeado pelo gênero, por relações econômicas e raciais, pela divisão sexual do trabalho e pela subjetividade dos doutrinadores envolvidos no processo” (CAMPOS, 2011, p. 4).

Diante da inferência da utilização das teorias feministas frente às questões de gênero, de acordo com Pimentel (2017), concebe-se o seu desenvolvimento ao longo da histórica e suas implicações nas relações sociais e no aparato jurídico – este em especial conservador. A partir disso, foi possível conceber que as desigualdades baseadas no sexo acabam por suggestionar as leis, as doutrinas, os institutos jurídicos e a jurisprudência. Tais movimentos fomentam drásticas consequências para o reconhecimento e a promoção dos direitos humanos.

Mesmo com as prerrogativas trazidas por tratados internacionais, os avanços que vêm atravessando a realidade social brasileira ao longo dos anos e seus indícios se fazendo presentes no ordenamento jurídico brasileiro – como a garantia da igualdade entre homens e mulheres na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional – muitos ainda são os embates existentes.

Aguiar (1990) fornece em sua obra algumas pistas que promovem o processo de elucidação do fenômeno jurídico, sendo possível estabelecer algumas aproximações com o estudo desenvolvido. Longe de considerar o Direito como um campo neutro, imparcial, como espectador racional, para o autor aquele tem como alvo os grupos sociais, em que os grupos de poder legislam de acordo com os seus interesses, condicionando, assim, a coerção e controle dos grupos oprimidos. Sobre estes, pode-se elencar algumas categorias, como classe, gênero, raça e etnia.

Parte-se do entendimento de que o direito “es uno de los sistemas (discursos) que producen no sólo las diferencias de género, sino formas muy específicas de diferencias polarizadas” (SMART, 1994 Apud CAMPOS, 2011, p. 4)¹. Seguindo tal movimento, o direito configura-se como um espaço do processo que fixa o gênero e constrói um discurso que mantém a separação intransigente entre o feminino e o masculino. Logo, funciona como um instrumento criador de gênero ou, partindo das contribuições daquilo que Lauretis entende como uma “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 1994).

Como exemplificam Sciammarella & Filho (2015), os movimentos feministas no Brasil

[...] expressavam sua insatisfação com o poder judiciário, afirmando que a resposta fornecida pela justiça para os casos de violência contra as mulheres era insuficiente. Essa tônica mobilizou ativistas e organizações feministas para exigir uma atuação mais eficiente em relação a esse fenômeno social. Creditava-se a atuação do poder judiciário ao tratamento legislativo dispensado a esse tipo de violência, que acabava por ratificar os papéis de gênero e a hierarquia social, como casos de “crimes de menor potencial ofensivo” (SCIAMMARELLA & FILHO, 2015, p. 46).

Rabenhorst (2009) alerta que no Brasil há certo desinteresse no que tange a construção da teoria feminista do direito, diferentemente do que acontece em variados centros universitários de outros países. Desta forma, o autor salienta que

[...] a desconfiança dos estudos jurídicos em relação à teoria feminista é o fato de que neles ainda perdura uma representação do direito como técnica de controle social neutra, universal e abstrata, quando, na verdade, o direito já representa – por distorção, uso ou definição – um ponto de vista previamente sexualizado (RABENHORST, 2009, p. 23).

O autor ainda sublinha que o feminismo, em suas diferentes vertentes, coloca-se de maneira bastante crítica em relação ao direito, colocando em suspeição a fixidez abstrata das categorias jurídicas, conjecturando que o mesmo poderia funcionar como um sistema de dominação que atua, com maior ou menor intensidade, na subjugação das mulheres e daquelas pessoas que fogem dos padrões tradicionais de sexualidade.

Outras versões acreditam, por suas vezes, que o direito fomenta a construção de um movimento de emancipação, uma vez que “para quem nunca teve sua dignidade reconhecida ou dela foi despojado, poder ver-se como sujeito de direitos é uma aquisição fundamental” (RABENHORST, 2009, p. 24). Importa, assim, destacar que a abordagem feminista na esfera da teoria jurídica apresenta contornos variados. De qualquer forma, as feministas colocam em questão a ideia de neutralidade e imparcialidade do sistema jurídico que, inclusive nos países tidos como desenvolvidos, apresentam leis discriminatórias, interpretações sexistas, categorias doutrinárias calcadas em estereótipos: “ao contrário do que sustenta o formalismo jurídico, o direito é indeterminado, inconsistente e ambíguo em relação as questões de gênero” (RABENHORST, 2009, p. 31).

¹ “é um dos sistemas (discursos) que produzem não apenas diferenças de gênero, mas formas muito específicas de diferenças polarizadas” (tradução livre).

Dessa forma entende-se que

[...] o debate da questão de gênero precisa ser realizado para que uma sociedade democrática de fato e de direito se realize. Mais que desejo e vontade, o fanatismo religioso e o preconceito advindo da herança colonial e patriarcal como modelo Greco-romano adaptada à sociedade elitista e autoritária no Brasil ainda não se abriu à ética dialógica para a superação do sofrimento humano existencial na contemporaneidade (SOBRINHO, 2014, sem pag.).

Contudo, não são poucos os embates que se colocam frente à luta dos movimentos feministas no Brasil, tais como: desigualdade salarial; cultura de estupro; criminalização do aborto; violência doméstica; feminicídio; igualdade formal que nem sempre significa igualdade material; relutância de determinados grupos frente aos avanços alcançados; movimentos retrocedentes no que tange aos direitos e políticas públicas; movimentos pela interdição de debates críticos sobre o assunto; dados alarmantes de violação dos direitos humanos da população LGBTQ+; carência de políticas e legislações nesta esfera.

Porém, requer considerar que o Direito não se coloca somente como uma teoria, e sim como um campo em movimento, inserido nos processos de correlação de forças, em que todos os direitos adquiridos foram frutos de intensos confrontos e lutas. Como bem esclarece Aguiar (1990, p. 51), “o poder não é uma coisa, algo que pode ser guardado e transferido”, o poder “é uma relação entre os homens, uma relação temporal, mutável e sensível que pode ser rompida a qualquer momento”. Sendo assim, o autor propõe pensar a complexidade da humanidade e o próprio Direito dentro de uma lógica interdisciplinar, buscando contribuições na filosofia, na sociologia, da economia.

Pode-se aqui inferir, também, sobre a real e efetiva importância das análises feministas. Estas enriquecem decisivamente as variadas esferas da vida social, e indiscutivelmente o mundo jurídico. O gênero assim, a partir da crítica feminista, é uma categoria de análise cultural, histórica e política, revela as relações de poder, possibilitando utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e sua associação com outras categorias, como classe, raça, etnia, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Maior revolucionou a condição da mulher como cidadã de direito, trazendo várias inovações, e para os homossexuais, apesar do regulamento legal não citar o assunto especificamente, constata-se que os Tribunais pátrios, mesmo que de forma incipiente, vêm reconhecendo progressivamente direitos aos homossexuais, a fim de conferir-lhes também a promessa de garantia de dignidade estabelecida na Constituição Federal.

A busca e a construção de uma sociedade justa e igualitária é uma tarefa permanente, pois a violência contra as mulheres e contra a população LGBTQI+ apresenta-se como um desafio a ser vencido. A falta de igualdade entre homens e mulheres é cultural, a dominação masculina é um tabu enfrentado na sociedade até hoje, onde todos os dias é necessário problematizar e desmistificar assuntos, pois mulheres, assim como homens, são efeitos de práticas discursivas e não discursivas, assim como entende Foucault. A utilização do gênero como uma categoria de análise feminista possibilita a compreensão dos sistemas conceituais das ciências e das disciplinas acadêmicas como intensamente “engendrados”.

Mais que isso, deve-se considerar o gênero mais do que uma identidade apreendida, é um conceito que se encontra entranhado nas instituições sociais, em que a Igreja, a Família, a Escola, a Justiça – entre outros espaços – expressam as relações sociais de gênero. A banalização do referido assunto pode fomentar, encoberta por uma *pseudo* luta pela igualdade, a transmissão de um discurso moralizador, preconceituoso e discriminatório.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Roberto. **Direito, poder e opressão**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. v.2, 1980.
- BRASIL. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071impresao.htm. Acesso em: 16 de setembro de 2018.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/CON1988.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.
- _____. **Código Penal**. 39. ed. São Paulo: Saraiva 2001.
- CAMPOS, Carmen. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- FÁCIO, Alda; FRIES, Lorena. **Gênero y Derecho**. Santiago: LOM Ediciones, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade II - O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MACHADO, Lia. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, v. 11, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51204>> . Acesso em 10 out. 2018.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Revista Lua Nova**. São Paulo: CEDEC/SP, nº 17, jun. 1989.
- MENDES, Soraia. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, Santa Catarina, 2000, p. 8-41. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>> . Acesso em 27 out. 2017.
- PIMENTEL, Sílvia. Gênero e direito. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (coords.). **Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito**. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/122/edicao-1/genero-e-direito>> . Acesso em: 14 ago. 2018.
- RABENHORST, Eduardo. O feminismo como crítica do Direito. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 4, n. 3, 3º quadrimestre, 2009. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/6141/3404>> . Acesso em 11 ago. 2018.
- SCIAMMARELLA, Ana Paula de Oliveira; FILHO, Roberto Fragale. (Des) constituindo gênero no poder judiciário. **Revista ex æquo**, n.º 31, p. 45-60, 2015. Disponível em: <<http://exaequo.apem-estudos.org/artigo/31-desconstituindo-genero-no-poder-judiciario>>. Acesso em: 12 set. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. Gênero, direito e equidade. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 09 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47641&seo=1>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SMART, Carol. La teoría feminista y el discurso jurídico. In LARRAURI, Elena (Comp.). **Mujeres, Derecho penal y criminología**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1994.

TELES, Maria Amélia. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 DF. Publicação: 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>

CNJ. Resolução 175.2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>

RELATOS DE UM VENTRE FEMINISTA: O PESSOAL E O POLÍTICO NA TROCA ONLINE DE EXPERIÊNCIAS

STEPHANIE BORGES BOAVENTURA FERREIRA DE SOUSA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação Social da UFMG
stehboaventura@gmail.com*

SÔNIA CALDAS PESSOA

*Professora do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação Social da UFMG
soniacaldaspessoa@gmail.com*

RESUMO

Desenvolvido como um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, este trabalho busca refletir sobre a condição social da mulher a partir da observação do ativismo feminista articulado por meio das redes sociais online e que convoca o compartilhamento de experiências. A investigação observa a página de *Facebook* de nome “Ventre Feminista” e será abordado a partir da tese feminista de que “o pessoal é político”. Por meio da observação sistematizada, de inspiração etnográfica (PESSOA, 2018), em diálogo com algumas propostas da virada afetiva das Ciências Humanas (MORICEAU, 2017; STEWART, 2007), buscaremos, nas conversas entre a página e suas seguidoras, levantar pistas que permitam costurar um quadro de sentido a respeito das relações entre os sexos em nossa sociedade.

Palavras-chave: Feminismo. Conhecimento. Conscientização. Afetos Cotidianos. Público e Privado.

ABSTRACT

Part of a master's research in progress, this work seeks to reflect on the social condition of women, through the observation of a feminist activism that is organized through online social networks and that calls for the sharing of experiences. The investigation analyzes the Facebook page “Ventre Feminista” through the perspective of the feminist thesis that “the personal is political.” Through systematic observation inspired by ethnography (PESSOA, 2018), in dialogue with some proposals of the affective turn of the Social Sciences (MORICEAU, 2017, STEWART, 2007), we will seek, in the conversations between the page and its followers, to make sense of the relations between the sexes in our society.

Key-words: Feminism. Knowledge. Consciousness-raising. Ordinary Affects. Public and private.

INTRODUÇÃO

Em 2017, o *Facebook* anunciou ter atingido a marca de 2 bilhões de usuários ativos, o que corresponde a mais de um quarto da população do planeta¹. Segundo a pesquisa “Futuro Digital em Foco Brasil 2015”, divulgada pelo site comScore, o Brasil é o líder mundial no tempo gasto com o acesso a redes sociais online². A emergência de fenômenos políticos e midiáticos de grande impacto em todo o mundo, assim como os muitos exemplos de ativismos que se articularam por meio dos sites de redes sociais na última década, levantam a questão do papel dessas tecnologias na organização da vida política.

O trabalho de pesquisa que embasa este artigo, ainda em andamento e sem conclusões definitivas, é inspirado pelo desejo de compreender melhor as dinâmicas de ativismo mobilizadas nas redes sociais online, especialmente aquelas ligadas à militância feminista, construídas em torno do questionamento da opressão da mulher. Assim, olhamos para a página de *Facebook* de nome “Ventre Feminista” e para a comunidade que ela organiza em torno da temática, dirigindo nossa atenção tanto para as estratégias e encontros que acontecem ali, quanto para o que emerge desses encontros em termos de conhecimento do funcionamento do mundo social.

Por meio de observações exploratórias de inspiração etnográfica (PESSOA, 2018), conduzidas em outubro de 2017 e março de 2018, foi possível perceber que a página frequentemente convoca a participação de suas seguidoras para o compartilhamento de relatos ligados à experiências de opressão. Desses mergulhos, selecionamos 17 publicações e os 10 primeiros comentários — cada um com suas muitas respostas — de cada uma para uma observação ainda mais atenta. Esses comentários, filtrados pela ferramenta “Comentários mais relevantes” da plataforma, foram registrados por meio de capturas de tela em abril deste ano. Tomando como recorte uma dessas 17 publicações selecionadas, tentaremos neste artigo desenhar um quadro de sentido das relações de poder que são reveladas por essas trocas.

O feminismo é, ao mesmo tempo, um movimento de ação política, que objetiva a transformação da realidade, e um movimento de pensamento, que procura analisar as forças sociais que tornam necessária sua existência. Há, ainda, um compromisso ético que atravessa essas duas dimensões, ancorado na convicção de que as muitas desvantagens que nós experimentamos em relação aos homens constituem uma injustiça que, longe de ser fruto das diferenças naturais entre os corpos, é construída socialmente e deve ser corrigida: “Pertence, portanto, à mesma linhagem do pensamento socialista, em que o ímpeto para mudar o mundo está sempre colado à necessidade de interpretá-lo” (MIGUEL, 2014, l. 241).

Um dos muitos feitos do feminismo durante a segunda onda do movimento foi o enfrentamento da autoridade masculina nas ciências. A entrada de mulheres feministas em diversos campos científicos abalou a convicção na neutralidade desse modo de produção de conhecimento, sobretudo no âmbito das Humanidades: “a ser possível uma ciência social destituída de valores, ela seria provavelmente monstruosa; uma ciência que dissimula os seus valores é insidiosa” (MILLETT, 1975, p. 237). Atualmente, já não causa assombro a percepção de que uma reivindicação dogmática de objetividade pode mascarar a presença, nas pesquisas, das forças que organizam a sociedade.

1 “Facebook Hits 2 Billion-User Mark, Doubling in Size Since 2012”. Disponível em: <https://goo.gl/Ig3dxh>. Acesso em 27 de jun. 2017.

2 “Brasileiros gastam mais de 650 horas por mês navegando em redes sociais. TechTudo”. Disponível em: <http://goo.gl/kFkwTs>. Acesso em 25 jun. 2017.

A chamada virada afetiva³ das Ciências Humanas, que constitui outro eixo de sustentação deste trabalho, vai além da contestação da possibilidade de neutralidade, para argumentar que a subjetividade do pesquisador é condição inescapável da produção de conhecimento. O próprio interesse pela pesquisa enquanto ofício é atravessado por uma afetividade que atua nas escolhas feitas pelo pesquisador: “pesquisamos o que nos incomoda, nos atinge, nos afeta” (MARQUES; MARTINO, 2017, p. 6). Mendonça e Moriceau (2016, p. 93) defendem, na esteira de Stewart (1991), que todo conhecimento é “contaminado” e advogam pela renúncia da pretensão de produzir pesquisas objetivistas, “inertes e sem condições de ação”.

Seguindo esses e outros autores, optamos pela recusa deliberada da pretensão de neutralidade e pelo acolhimento dos afetos e da subjetividade nos processos de pesquisa. Identificando alguns pontos de contato entre a perspectiva dos afetos e a visada feminista, partimos da convicção de que não existe posição neutra em face das injustiças: “o poder de ser afetado é uma sensibilidade e o poder de afetar é uma responsabilidade” (MORICEAU, 2017). Por fim, o princípio de que a ciência deve “impressionar afetivamente, comover e sensibilizar a sociedade” e promover “mundos mais hospitaleiros e menos desiguais”⁴ move o Afetos - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, ao qual esta pesquisa é vinculada.

O advento das tecnologias digitais e da Internet, pela complexidade de seus fenômenos, traz desafios importantes para os estudos das mídias que, inseridas em uma rede complexa de forças, demandam uma maior flexibilidade metodológica, no sentido de “abrir o método para que se torne um aspecto criativo do nosso trabalho” (SIMI, 2018, p. 117). Nesse sentido, acreditamos que uma abordagem inspirada na etnografia, especialmente uma prática etnográfica “desacelerada, em sintonia com as formas e forças que se desdobram em cenas e encontros” (STEWART, 2017, p. 192, tradução nossa⁵), aplicada a esse outro tipo de campo codificado em textos em uma tela, nos permite interpelar o cotidiano e o que emerge do social e do político nele.

Este artigo será dividido em mais quatro partes. Na primeira delas, introduziremos a página que mobiliza os encontros que observamos e a publicação destacada para descrição neste trabalho. A segunda parte trata dos esforços feministas para reconhecer a mulher como sujeito do conhecimento e a terceira aprofunda essa questão na tese de que “o pessoal é político”, que buscou elaborar as dimensões de poder entre os sexos na esfera privada a partir da experiência cotidiana de mulheres. Também buscamos, nessa seção, articular essa proposição com a teoria dos afetos cotidianos de Stewart (2007). Por fim, sem a pretensão de esgotar a questão ou de apresentar “resultados” da pesquisa no sentido convencional, faremos algumas considerações a respeito do que emerge, para nós, das trocas e movimentos mobilizados por essa forma de ativismo online.

ATIVISMO ONLINE E OS VENTRES FEMINISTAS

Há quem diga que vivenciamos a quarta onda do movimento feminista⁶, que voltou a figurar nos discursos da mídia *mainstream*. Ainda que se possa considerar tal alegação prematura, o feminismo da década de 2010 é marcado por um aspecto particular quanto aos métodos: a militância é intensamente mediada pelas redes sociais online, que possibilitaram a convocação

3 Cabe destacar que afeto, nessa corrente de pensamento, não diz dos significados mais corriqueiros da palavra, geralmente entendida como sinônimo de carinho, apego ou afeição, mas fala de movimentos de afetação.

4 Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Disponível em: <https://afetos.com/>. Acesso em 16 de maio de 2018.

5 No original “a slowed ethnographic practice attuned to the forms and forces unfolding in scenes and encounters.”

6 “Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos”. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>. Acesso em 11 de maio de 2018.

de grandes protestos e contribuíram para integrar os movimentos de vários países. Silva (2016) localiza no primeiro protesto da Marcha das Vadias, que aconteceu no Canadá em 2011⁷, um marco importante da história recente do feminismo, notadamente por sua relação com o ativismo online. No Brasil, em 2014, a campanha “Eu não mereço ser estuprada”⁸, uma das primeiras no país a usar o recurso das *hashtags* para ampliar seu alcance, foi convocada pela jornalista Nana Queiroz no *Facebook*, após a divulgação de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁹ que indicava que para uma grande parcela dos entrevistados os comportamentos da vítima causavam o estupro.

Em uma reflexão a respeito dos movimentos que nasceram nas redes e tomaram as ruas de todo o mundo desde 2011, Pleyers (2013, p. 94) afirma que “se existe uma mídia que mistura vida privada e engajamento público e oferece uma plataforma a este individualismo expressivo, tal são as redes sociais”. Essa questão do entrelaçamento das esferas pública e privada, com especial atenção para o que acontece na dimensão do cotidiano, tem especial importância ao olhar para o feminismo, como discutiremos à frente. Há, ainda, um debate relevante a respeito dos termos utilizado para nomear esse tipo de ativismo (BRAIGHI; CÂMARA, 2018), mas que não cabe no corpo deste trabalho, que tem outro foco. Assim, utilizamos o termo “ativismo online” para designar os encontros que estamos observando. Por ora, cabe destacar que os cruzamentos entre engajamento e amizade, mundo da cidadania e mundo da vida na experiência ativista, são fundamentais para compreender as práticas articuladas pela página “Ventre Feminista” e suas seguidoras.

Ancoradas na aproximação com a etnografia virtual, foram conduzidas duas observações diárias e sistematizadas da *timeline* da página, com catalogação de todas as publicações. Algumas características relevantes puderam ser identificadas nesse processo. A página tem mais de 800 mil curtidas e seguidores e apresenta em sua foto de perfil uma ilustração do artista Fab Ciralo que retrata a pintora Frida Kahlo com traços contemporâneos sobre um fundo florido. No álbum “Fotos do perfil” há 4 imagens, todas elas com representações da pintora mexicana. As atuais imagens da capa e do perfil (FIG 1) foram publicadas no dia 09 de novembro de 2016, o que indica certa regularidade na identidade visual da página.



Figura 1. Captura de tela da página de Facebook “Ventre Feminista”. Fonte: <https://www.facebook.com/ventrefeminista/>

7 “SlutWalking gets rolling after cop’s loose talk about provocative clothing”. Disponível em: <https://goo.gl/dsNBa2>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

8 “Nem elas nem ninguém merece...” Disponível em: <https://goo.gl/zsPDKB>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

9 “Errata da pesquisa ‘Tolerância social à violência contra as mulheres.’” Disponível em: <https://goo.gl/itjZZw>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

A página fez, durante os períodos de observação, uma média de duas a três publicações diárias, com maior movimento nos dias próximos ao fim de semana. Publicações compartilhadas de terceiros, em geral, resultam em menor engajamento que publicações feitas pela própria página. É importante notar que a seção de comentários de uma publicação funciona como um espaço de conversa, com a possibilidade de responder um determinado conteúdo diretamente e de formar novos laços a partir do interesse comum em uma temática.

As temáticas abordadas durante as observações foram diversas, tratando de temas como racismo, a conjuntura política e econômica do país, religiões e depressão. As publicações que geram maior engajamento e que interessam particularmente para nosso estudo são aquelas que, de algum modo, mobilizam as seguidoras a conversar e trocar experiências. Esse engajamento é, frequentemente, motivado pela presença ativa da página nos comentários. Outro aspecto relevante é que seu ativismo parece ser estritamente online, já que mesmo durante a semana do Dia Internacional da Mulher, em que marchas acontecem por todo o país, a página não fez menção a nenhuma delas.

A publicação que destacamos aqui para pensar os processos de politização da experiência privada foi publicada no dia 16 de outubro de 2017 e teve mais de dois mil comentários. A postagem é constituída por uma captura de tela do usuário de *Instagram* @problematizadores, com uma pergunta: “Qual foi a coisa mais machista que seu parceiro já lhe disse?”¹⁰ Na legenda, a página destaca e comenta seis falas machistas que já ouviu. A seção de comentários apresenta respostas muito ricas para a compreensão de como as relações de poder entre os sexos se reproduzem na esfera do cotidiano. É importante notar que, em respeito à privacidade dessas mulheres e porque acreditamos, como aponta o professor Ben Highmore em entrevista, que “quem fala não explicará o que foi dito” (SIMI, 2018, p. 118), seus nomes não serão reproduzidos aqui.

As falas machistas relatadas vão de comentários a respeito da cor de esmalte que a mulher usa a ameaças graves de violência. Quando uma seguidora comentou que ouviu do parceiro que ela não teria coragem de deixá-lo por medo de criar sozinha a filha, mas que ela o fez mesmo assim e está feliz com sua decisão, outra mulher respondeu seu comentário com um desabafo:

Que bom, passei por isso ele pensava o mesmo , me separei de um casamento de 12anos a 3meses ainda não estou feliz , mas acredito que toda mulher tem potencial pra ser e chega onde ela quiser sem precisar de homem !! E olha passei anos da minha vida na dependência dele, mas uma hora a vergonha na cara chega !!

Após outra seguidora responder com uma mensagem de alento, dizendo “você será feliz, pode ter certeza, tudo tem seu tempo, depois que me separei me sinto mais mulher, mais desejada”, a mulher que fez o desabafo explicou sua situação, destacando seu desamparo:

Espero tô sofrendo muito, precisando de apoio ! Não tenho , pai, mãe e nem família, por ele abandonei até minhas amigas, por causa da violência doméstica psicológica que eu sofria , sempre me fazendo acreditar que eu não era capaz, tacava a pedra e escondia a mão prós outros pensa que ele era o bonzinho e eu a peste !! Agora tenho 3 filhos ele está amparando as crianças, mas me deixou me sentindo um lixo de mulher, usou , abusou e se aproveitou do que pode.. até ele crescer na vida e quando não precisou mais né descartou como um lixo !! Mas nasci com uma xereca no meio das pernas, sou mulher, sou guerreira e com certeza serei capaz ... Vou dá a volta por cima e mostrar que mulher é foda ! E quando quer... Nada é nem homem nenhum pode acabar com um ser Que Deus colocou na terra pra vencer !!!

10 Disponível em: <https://bit.ly/2z0GoUK>. Acesso em 08 de novembro de 2018.

Na mesma caixa de respostas, muitas seguidoras relataram vivências similares e se engajaram em um movimento de produção conjunta de esperança, com algumas, inclusive, oferecendo um ombro amigo para além daquele espaço: “Me add no whats, vi que moramos ‘perto’ podemos ser o apoio da outra, dividiremos nossas experiências. Vou te chamar imbox. :)”. Vale ressaltar que as trocas de experiência e apoio não estão limitadas a um processo que poderia ser compreendido como terapêutico, mas indicam pistas a respeito das relações sociais entre os sexos que limitam a autonomia das mulheres. Os encontros efêmeros e textuais que acontecem naquele ambiente online constroem camadas de descrição dos movimentos do poder masculino no nível da experiência concreta.

A MULHER COMO SUJEITO DO CONHECIMENTO

É importante considerar que, no feminismo, as figuras oprimidas são também as pensadoras dessa opressão e as agentes de mudança. Esse aspecto exige um esforço duplo, de olhar para as práticas ativistas e para as condições sociais que dão origem a elas. As teorias feministas, sobretudo aquelas em que nos apoiamos neste trabalho, não nasceram de um movimento impositivo de teorizar primeiro e exemplificar depois. Esse conhecimento aflorou das dores e paixões mundanas das mulheres. O objetivo ao pensar o mundo pela perspectiva da vivência cotidiana é tornar inteligíveis as experiências das mulheres que as definem como um grupo social e apresentar

imagens e aparições que, por meio de reflexões e associações, sugerem uma história ou imagem maior de “como as coisas são”. O objetivo do empreendimento não é encontrar e apresentar “fatos” (novos ou usados), mas gerar modos de conceber e interpretar que iluminem os significados das coisas já conhecidas e estimulem a invenção de novas formas de pensar (FRYE, 1983, p. xi, tradução nossa¹¹).

De acordo com Lerner (1987), o patriarcado tem garantido a sujeição das mulheres por meio da hegemonia masculina sobre os sistemas simbólicos, que promove a desvantagem educacional das mulheres e garante aos homens o monopólio das definições. Para fazer avançar o projeto político feminista, é indispensável, portanto, reconhecer as mulheres como sujeitos de conhecimento, ainda que esse conhecimento nem sempre alcance os grandes tratados acadêmicos. É preciso enaltecer a inteligência que se forma nas minúcias cotidianas, no tempo da vida de quem se ocupa da limpeza e do cuidado com as necessidades básicas da família. Para os homens, o tempo de dedicação ao pensamento abstrato é possibilitado pelo fato de que o trabalho doméstico é executado por mulheres. Ouvir o que mulheres têm a dizer a respeito de suas vidas é resgatar esse conhecimento feminino invisibilizado.

As mulheres sempre experimentaram as realidades do eu e da comunidade, as conheceram e compartilharam entre si. No entanto, vivendo em um mundo em que são desvalorizadas, suas experiências carregam o estigma da insignificância. Assim, elas aprenderam a desconfiar de sua própria experiência e a desvalorizá-la. Que sabedoria pode haver na menstruação? Que fonte de conhecimento há no seio cheio de leite? Que alimento para a abstração há na rotina diária de alimentar e limpar? O pensamento patriarcal relegou essas experiências tão definidas por gênero ao reino do “natural”, do não-transcendente. O conhecimento das mulheres se tornou mera “intuição”, a fala das mulheres se tornou “fofoca” (LERNER, 1987, p. 224, tradução nossa¹²).

11 No original: “images and cameos which by reflections and associations suggest a larger story or picture of “how things are.” The point of the undertaking is not to find and present “facts” (new or used), but to generate ways of conceiving and interpreting which illuminate the meanings of things already in some way known and to stimulate the invention of more new ways of thinking.

12 No original: “Women have always experienced the reality of self and community, known it, and shared it with each other. Yet, living in a world in which they are devalued, their experiences bears the stigma of insignificance. Thus they have learned to mistrust their own experience and devalue it. What wisdom can there be in menses? What source of knowledge in the milk-filled breast? What food for abstraction in the daily routine of feeding and cleaning? Patriarchal thought has relegated such gender-defined experiences to the realm of the ‘natural,’ the non-transcendent. Women’s knowledge becomes mere ‘intuition,’ women’s talk becomes ‘gossip.’”

Durante a primeira onda do movimento feminista, embora já se apresentassem perspectivas múltiplas para o feminismo, o programa que se destacou foi a luta pelo sufrágio, pelo direito à educação e pela igualdade no casamento. Quando esses direitos foram alcançados, “o feminismo foi obrigado a focar mecanismos menos evidentes de reprodução da subordinação das mulheres” (MIGUEL, 2014, l. 361). Portanto, durante a segunda onda, especialmente na vertente mais radicalizada do movimento, desafiando a pretensa neutralidade da produção científica, buscou-se subverter o que se sabia a respeito das diferenças entre os sexos construindo conhecimento com base na experiência cotidiana. Fala-se, assim, na construção de uma epistemologia feminista.

O método utilizado nesse processo foi chamado de conscientização ou “tomada de consciência”, que reunia mulheres em pequenos grupos para compartilhar experiências. A partir das narrativas comuns, foi possível construir um sentido coletivo da realidade das mulheres. Ao explicar como os grupos deveriam ser conduzidos, Sarachild (1970, p. 78, tradução nossa¹³) escreveu: “Deixemo-nos ir e ver onde nossos sentimentos nos levam. Nossos sentimentos nos levarão a idéias e, então, a ações. Nossos sentimentos nos levarão a nossa teoria, nossa teoria à nossa ação [...]”. Henderson (1995) explica que mais que um método de pesquisa, os grupos de conscientização eram uma ferramenta de ativismo e que as teorias que nasciam dessa experiência eram elaborações coletivas.

Justamente pela naturalização da submissão na esfera doméstica, a construção de conhecimento do caráter social dessa desigualdade exigiu um esforço de pensar a experiência concreta, para ressignificar as vivências mais ordinárias das mulheres, materializado nos encontros de conscientização. Apesar do termo “conscientização” evocar um tipo de relação de autoridade do conhecimento, na prática não se tratava - como não se trata no caso da página “Ventre Feminista” - de um movimento verticalizado que pretendesse “iluminar” mulheres incautas. Tratava-se, sim, de um empreendimento que buscava fomentar encontros e afetos, por meio dos quais complexificar o entendimento do mundo introduzindo um olhar feminino valorizado e fortalecido.

O PESSOAL, O POLÍTICO E OS AFETOS COTIDIANOS

Destacamos e nos apoiamos em dois empreendimentos feministas que se complementam: o reconhecimento das mulheres como sujeitos de conhecimento e a politização da esfera privada. Ao centralizar a experiência das mulheres na produção de conhecimento, as feministas desafiaram uma despolitização do âmbito doméstico que persiste ainda hoje na teoria política: “a esfera privada e, sobretudo, o âmbito das relações familiares, afetivas e domésticas, não existem ou não são construídos como variável política relevante para a maior parte das correntes e dos estudos” (MIGUEL, 2014, l. 136). Em 1970, Carol Hanisch publica o artigo “The Personal Is Political”, cujo título se tornaria um slogan do movimento e sintetiza esse esforço de trazer para a arena pública as múltiplas violências enfrentadas por mulheres em suas vidas íntimas. Ao fundamentar sua construção teórica na experiência concreta e compartilhada de mulheres, o feminismo deu materialidade a ideias abstratas e gerais, e tornou visível a imensa abrangência do poder masculino.

Os primeiros grupos radicais nos Estados Unidos surgiram de dissidências de grupos de esquerda, que entendiam as questões das mulheres como “específicas” e acessórias à luta contra “o sistema”. Questões do âmbito doméstico, como a violência intraconjugal, ou aquelas relativas ao corpo, como aborto, não encontravam espaço para enfrentamento na esquerda. Foi preciso que as mulheres se reunissem em grupos à parte para compartilhar essas experiências de opressão. E desses encontros, muitas vezes ridicularizados e acusados de serem meras terapias coletivas sem relevância política, nasceram teorias e mulheres revolucionárias.

13 No original: “Let’s let ourselves go and see where our feelings lead us. Our feelings will lead us to ideas and then to actions. Our feelings will lead us to our theory, our theory to our action [...]”

Não ousamos afirmar que o ativismo desenvolvido na página “Ventre Feminista” seja uma atualização da conscientização, ou sequer que seja inspirado nessa metodologia. Se é certo que as materialidades digitais mobilizam dinâmicas próprias que não podem ser consideradas meras atualizações de mediações anteriores, o que queremos é localizar esses ricos encontros mediados pelo *Facebook* em um processo histórico. Assim, o entendimento de que o pessoal é político, ou seja, de que mesmo nossas experiências mais banais e íntimas são organizadas pelas relações de poder entre os sexos, ainda é crucial para a compreensão da sociedade e para o ativismo feminista contemporâneo.

Há outro ponto de contato entre a perspectiva epistemológica feminista e as teorias dos afetos de Stewart (2007), que também sugere a atenção aos detalhes, aos “afetos cotidianos”¹⁴, corriqueiros, às vidas comuns, ao conhecimento escondido nos pormenores. Para ela, termos como capitalismo avançado, neoliberalismo e globalização, embora sirvam para nomear forças reais, são grandes demais para descrever os mundos da vida, onde seus efeitos concretos são vivenciados. Não é o caso de desconsiderar os sistemas, as estruturas, mas de jogar luz sobre eles em suas manifestações mais banais, locais e ordinárias, ou seja, nas dimensões em que se tornam tangíveis. O caminho pelos afetos cotidianos busca traçar “um mapa idiossincrático de conexões entre uma série de singularidades” (STEWART, 2007, p. 4-5, tradução nossa¹⁵), assim como as teorias feministas ancoradas na concretude tentam traçar conexões entre as múltiplas singularidades que constituem a experiência de ser mulher.

Assim, quando na publicação observada uma seguidora relata, com a anotação de que não se tratava necessariamente de machismo, uma situação vivenciada no ambiente de trabalho, em que uma amiga elogiou a blusa que ela vestia e um colega insinuou que ela deveria tirá-la para ele, outras mulheres responderam com a afirmação que não apenas era uma fala machista, mas a atitude do colega implicava assédio sexual. Essas mulheres produzem conjuntamente, nesses encontros textuais no espaço de uma página de *Facebook*, conhecimento de forças sociais que são sentidas com maior potência no nível da experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ativismo online desenvolvido pela página “Ventre Feminista” desvela textos e tramas de um cotidiano que geralmente só se faz visível na esfera pública na forma de números frios ou de representações ficcionais. As dores concretas dessas mulheres, vivenciadas em um domínio resguardado da mediação pública, são tradicionalmente partilhadas nos segredos passados de mãe para filha, nas conversas em voz baixa na cozinha ou com amigas em uma mesa de bar. Assunto feminino, conversa de mulher, fofoca. Há um fundamento social que permeia nossas experiências e relações uns com os outros, esculpido e aperfeiçoado no caminhar da História. Se fomos capazes de sobreviver a milênios de sujeição, foi também porque partilhamos um conhecimento secreto entre as mulheres do nosso convívio íntimo, uma sabedoria que corre longe dos grandes tratados.

É preciso, no entanto, não superestimar esses processos, não romantizar as vozes não ouvidas como necessariamente portadoras de conhecimento progressista. O cotidiano, longe de “ser necessariamente um lugar de resistência ou de que essa resistência seria necessariamente progressista” (SIMI, 2018, p. 119), é também onde as desigualdades são produzidas e reproduzidas. Mas consideramos que a complexificação dos arranjos espaciais viabilizada pelas redes sociais online, que proporciona esses encontros efêmeros, mas potentes, é um fenômeno rico para observar a construção coletiva de outras leituras do mundo.

14 Após um debate conduzido em um trabalho anterior com Mantovani (PESSOA; MANTOVANI; BOAVENTURA, no prelo), optamos por traduzir a expressão utilizada por Stewart (2007), *ordinary affects*, como “afetos cotidianos”, por compreendermos que o termo “ordinário” evoca significados conflitantes em português.

15 No original: “building an idiosyncratic map of connections between a series of singularities”

REFERÊNCIAS

- BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.
- HENDERSON, Dorothy J. Consciousness raising in participatory research: Method and methodology for emancipatory nursing inquiry. In: *Adv Nurs Sci*, 17(3). Aspen Publishers, Inc, 1995, p. 58-69.
- LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. New York: Oxford University Press, 1986.
- MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Angela. Cristina Salgueiro. **A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação**. Encontro Anual da Compós, São Paulo. Anais... São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 06 a 09 de junho de 2017.
- MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; MORICEAU, Jean-Luc. Afetos e experiência estética: Uma abordagem possível. In: MENDONÇA, DUARTE; CARDOSO FILHO. **Comunicação e Sensibilidade: Pistas Metodológicas**, PPGCOM UFMG, 2016, pp. 78-98.
- MILLETT, Kate. **Política sexual**. Trad. Alice Sampaio, Gisela da Conceição, Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote, 1975.
- MORICEAU, Jean-Luc. **Os afetos na pesquisa acadêmica e na comunicação organizacional**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 21 a 24 de novembro de 2017. 16h
- PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas**. Belo Horizonte: PPGCOM, 2018.
- PLEYERS, Geoffrey. Ativismo das ruas e on-line dos movimentos pós-2011. **Lutas Sociais**, v.17, n.31, p.87-96, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/j6MRgZ>>. Acesso em: 20 nov. 2016
- SARACHILD, Kathie. A program for feminist "consciousness raising". In: FIRESTONE, Shulamith; KOEDT, Anne (Orgs.) **Notes from the second year: women's liberation. Major writings of the radical feminists**. New York: Radical Feminism, 1970. p. 78-80.
- SIMI, G. (2018). Ben Highmore:. *MATRIZES*, 12(2), 113-131.
- STEWART, Kathleen. In the World that Affect Proposed. In: **Cultural Anthropology**, v. 32, no. 2, 2017, p. 192-198. Disponível em: <<https://doi.org/10.14506/ca32.2.03>>. Acesso em: 24 de março de 2018
- STEWART, Kathleen. **Ordinary Affects**. Durhan, NC: Duke University Press, 2007.
- STEWART, Kathleen. On the Politics of Cultural Theory: A Case for "Contaminated" Cultural Critique'. **Social Research**, 58(2), 395-412, 1991.

**POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A PESCA ARTESANAL NOS ÚLTIMOS ANOS:
GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS PARA AS MULHERES
PESCADORAS E/OU TRABALHADORAS DA PESCA?**

SUELEN RIBEIRO DE SOUZA

*Doutoranda do Programa de Políticas Sociais da UENF
suelenrs_16@hotmail.com*

MARCELO CARLOS GANTOS

*Professor do Programa de Políticas Sociais da UENF
mcgantos@gmail.com*

Resumo:

Este trabalho surgiu da observação de campo, onde encontrou-se muitas mulheres trabalhando informalmente, neste setor, e sem o Registro Geral da Pesca. Tal identificação levou-nos a analisar as políticas públicas federais para a pesca artesanal, buscando identificar as garantias sociais para as mulheres incluídas nesse ambiente. A política pública é um campo de conhecimento que propicia “colocar o governo em ação”, se constituindo junto com a política social em um domínio de estudo multidisciplinar focado nas explicações sobre a natureza da política pública, seus processos e atores sociais. Utilizou-se o referencial teórico sobre o tema, consulta e análise de pontos chaves da legislação pesqueira brasileira. Conclui-se que as garantias estipuladas na legislação são em maior grau para os pescadores, visto que historicamente a pesca foi/é reconhecida como um ambiente masculino. Essa visão minimiza o papel das mulheres, bem como intensifica a divisão sexual e social do trabalho na pesca artesanal.

Palavras-chave: Pesca Artesanal, Políticas Públicas, Políticas Sociais, Mulheres.

Abstract:

This work arose from field observation, where many women were found working informally in this sector, and without the General Fisheries Registry. Such identification led us to analyze federal public policies for artisanal fishing, seeking to identify the social guarantees for women included in this environment. Public policy is a field of knowledge that propitiates “putting the government into action”, constituting together with social policy in a field of multidisciplinary study focused on the explanations about the nature of public policy, its processes and social actors. We used the theoretical reference on the subject, consultation and analysis of key points of the Brazilian fishing legislation. It is concluded that the guarantees provided in the legislation are to a greater degree for fishermen, since fishing historically has been / is recognized as a masculine environment. This view minimizes the role of women as well as enhances the sexual and social division of labor in artisanal fisheries.

Keywords: Artisanal Fishing, Public Policies, Social Policies, Women.

1. Introdução

O presente artigo parte da investigação desenvolvida no âmbito do Doutorado em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e do Projeto de Pesquisa *Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas*¹, que permitiu identificar nas atividades de campo um grande número de mulheres trabalhando nessa atividade de maneira informal e sem possuir o Registro Geral da Pesca (RGP), documento necessário para acessar as políticas públicas para a pesca artesanal.

O Programa de Políticas Sociais há quase duas décadas atua na área interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e se dedica a estudar questões relevantes da realidade social da região e sua relação com o Estado, as políticas públicas sociais e as formas de regulação e participação social dos cidadãos, buscando contribuir para a compreensão e superação dos impactos da atual conjuntura de crise que enfrenta o Estado do Rio de Janeiro.

Nos últimos anos as pesquisas realizadas no PPGPS têm se dedicado a estudar e evidenciar as questões sociais emergentes da região. Dentre elas, a problemática socioambiental relacionadas ao mundo do trabalho e aos dilemas da participação e organização social do seus atores neste ambiente produtivo; análise dos impactos sociais decorrentes dos processos de exploração e produção de gás e petróleo na Bacia de Campos; o ambiente da pesca artesanal e práticas e saberes das populações tradicionais, que se articula com a perspectiva de discussão desse trabalho.

A pesca artesanal no Brasil é uma das atividades produtivas mais antigas no Brasil, que surgiu das interações dos indígenas com os europeus e africanos, contribuindo para o aparecimento de várias culturas ligadas à atividade pesqueira (DIEGUES, 1999). É um “importante posto de trabalho e de economia” no país. O “período de grande modernização do setor [...], [só aconteceu] nos anos de 1960, com a promulgação da primeira política nacional de pesca, ocorrida no Governo de Jânio Quadros, com a criação do CODEPE [Conselho de Desenvolvimento da Pesca] e da SUDEPE [Superintendência do Desenvolvimento da Pesca]” (SILVA, 2015, p. 31).

Sendo assim, o artigo objetiva analisar algumas políticas públicas federais para a pesca artesanal, buscando identificar as garantias sociais para as mulheres que partilham esse ambiente. Trata-se especificamente neste artigo das políticas: a) regulação: a lei da pesca; b) fomento: PRONAF; c) sociais: trabalhista e previdenciária. Cumpre destacar que o artigo não pretende esgotar a análise das políticas públicas para a pesca artesanal, apenas abrir caminho para o debate.

Os estudos sobre a pesca artesanal no Brasil indicam a participação feminina nesse ambiente desde “a confecção dos instrumentos até a captura [e beneficiamento] do pescado (ROCHA, 2011, p. 8)”. A “mulher assumiu e continua a assumir funções no processo produtivo pesqueiro, através de atividades que desempenha tanto no âmbito doméstico, quanto no espaço “público”, [...] diretamente relacionadas com a pesca, ou não” (MANESCHY, 1995, p. 162).

As relações nesse ambiente são marcadas pela divisão sexual do trabalho, onde há “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599). Sendo assim, as mulheres encontram muita resistência

1 A realização do Projeto Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal - MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio. Desenvolvido por professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

e desigualdades nesse universo como, por exemplo, na disputa pela utilização do território - área de pesca, mar/rio/lagoa -; na disputa pela utilização dos instrumentos - petrechos de pesca -, na aquisição do pescado para beneficiamento; e nos espaços de decisão comunitária - associações e colônias.

O artigo se constitui em uma revisão bibliográfica de caráter analítica, baseada em artigos, dissertações e teses obtidas dos repositórios das Capes (portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Banco de dissertações e teses) e no *Google acadêmico*. Uma análise inicial nos permitiu identificar que as políticas públicas federais para a pesca se encontram principalmente em três pilares: política de regulação, fomento e sociais.²

2. Gênero como categoria de análise

A prerrogativa “gênero”, apresenta-se como categoria de análise importante, haja visto que o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” sendo, ainda, a primeira forma de significação das relações de poder (SCOTT, 1989, p. 21).

As sociedades humanas, segundo Mathieu (2009), impõem uma diferenciação ao sexo, que é biológico, e ao gênero, que é social. Sendo assim, “aplicam uma ‘gramática’: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social” (MATHIEU, 2009, p. 223, aspas da autora).

A introdução da variável “gênero” adicionou uma outra dimensão à análise dos ambientes como, por exemplo, o pescueiro, “em virtude das relações de poder entre homens e mulheres em muitas sociedades, relações de poder que estão sujeitas a mudança.” (DI CIOMMO, 2007, p. 153). Nesse sentido, o gênero é constituído de vários domínios, e “é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23).

Nesse campo de análise, alude-se de maneira implícita que no universo pescueiro são relegadas às mulheres atividades complementares e, aos homens, as atividades produtivas (WOORTMAN, 1992; MANESCHY, 2000; DI CIOMMO, 2007). Questão que não é exclusiva da pesca, para Mathieu (2009), o gênero se manifesta de duas formas fundamentais:

- 1) na divisão sociosexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais (Tabet, 1985/1998). (MATHIEU, 2009, p. 223, itálico da autora).

Nesse caminho, por exemplo, Cavalcanti (2010), expõe que na pesca artesanal exercida na Reserva extrativista Acaú-Goiana, embora existam homens e mulheres realizando a atividade pesqueira, verificar-se uma maior valorização do trabalho masculino, visto que o resultado de sua captura - peixe apresenta maior valor comercial no mercado, diferente das mulheres que se concentram na captura de moluscos. Nesse contexto pode-se destacar também que as atividades de pré e pós captura, onde as mulheres são a maioria, são mal remuneradas e possuem pouca visibilidade, levando conseqüentemente a uma dificuldade de acessar os direitos sociais da categoria “pescadores”.

Além das atividades mal remuneradas e tempo parcial há também o trabalho informal, que são “frequentemente instáveis, mal remunerados, com uma possibilidade quase inexistente

2 Cumprir destacar que o artigo não esgota a análise das políticas públicas federais, apenas indica alguns pontos principais.

de formação, de promoção e de carreira, e com direitos sociais limitados ou inexistentes. [...] Um dos resultados desses processos consiste na exacerbação das desigualdades sociais [...]” (HIRATA, 2002, p. 145). O universo da pesca artesanal também é marcado pela divisão sexual do trabalho, que “provoca uma desigual distribuição do uso do tempo entre as atividades de produção e reprodução” (ALVES, 2016, p. 634).

É importante destacar esses conceitos, pois nesse ambiente o trabalho feminino, como indicado, é mal remunerado e desvalorizado - tanto pelo grupo como pelas políticas públicas para o setor pesqueiro -, por terem sua mão-de-obra vista como “ajuda” aos maridos/família (MANESCHY, 1995, 2000; GALVÃO; KALIKOSKI, 2012; ROCHA, 2011). Nesse entorno, nota-se a importância de se investigar a cobertura que as políticas públicas da pesca artesanal garantem para as mulheres participantes dessa atividade produtiva.

3. Políticas públicas para a pesca artesanal

A política pública é um campo de conhecimento que busca “colocar o governo em ação” (SOUZA, 2006), se constituindo junto com a política social um domínio multidisciplinar, com foco nas explicações sobre a natureza da política pública, seus processos, instituições e atores e ou agentes sociais.

As políticas públicas para a pesca passaram por três fases distintas no Brasil, após o período de modernização desse setor. A primeira fase compreende os anos de 1961 a 1989, caracterizada pela atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), com perfil desenvolvimentista focado na pesca industrial. Na segunda, entre os anos de 1989 a 1998, marcada pela extinção da SUDEPE e criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), que assume a responsabilidade pela regulação da pesca, com uma abordagem conservacionista focada na renovação dos estoques pesqueiros. A última fase, 1998 a 2015, com a divisão das competências entre Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Agricultura e Abastecimento, com a criação do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), 1998-2003, caracterizado por uma retomada do fomento, principalmente para a aquicultura empresarial; e, pela criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (2003-2009), e o Ministério da Pesca e Aquicultura (2009-2015³) que assumem a regulamentação da pesca em seus respectivos períodos de vigência. (SILVA, 2015; AZEVEDO, 2012).

Políticas de Regulação

No campo da regulação a lei 11.959 de 26 de junho de 2009 é uma das mais importantes, conhecida como *lei da pesca*, que revogou a Lei n. 7.679/1988 e dispositivos do Decreto-Lei n. 221/67⁴. Esta lei está dividida em nove capítulos com 38 artigos. No segundo capítulo apresenta as principais definições. Nele a pesca é identificada como “toda a operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar aprender ou capturar” (BRASIL, 2009, art. 2, inciso 3).

No capítulo III fala da sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros e da atividade pesqueira. Nessa seção, considera-se “atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”. (BRASIL, 2009, art. 4º, parágrafo único). Segundo Azevedo (2012)

3 Extinto pela reforma ministerial executada por Dilma Rousseff em outubro de 2015. As questões relativas ao RGP forma direcionados para Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

4 Cumpre destacar que há outras políticas de regulação, como por exemplo, para uso de petrechos, tamanho das malhas, tipos de embarcações. Mas não foram aqui abordadas, pois escapam ao escopo dessa análise.

Tal parágrafo [artigo 4] representa, [...], uma importante conquista para os trabalhadores da pesca artesanal que não atuam na captura, especialmente para mulheres, já que lhes abre espaço para que tenham reconhecidos seus direitos trabalhistas e previdenciários, dos quais estiveram marginalizados até então. (AZEVEDO, 2012, p. 174).

Maneschy, Siqueira e Álvares (2012) destacam que a participação das mulheres nos movimentos de pescadores artesanais, levada a efeito com diferentes ênfases em vários estados, “repercutiu na formulação da nova Lei de Pesca do Brasil, a qual incorporou uma concepção ampliada de pesca e abriu portas para o reconhecimento pleno das mulheres como agentes produtivos”.

No capítulo IV, a referida lei, classifica a pesca como comercial e não comercial. A pesca artesanal reconhecida como comercial, é aquela “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009, art. 8).

Destaca-se no capítulo VI a letra sobre o acesso aos recursos pesqueiros e a necessidade de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), documento muito importante para pescadores/as, pois por meio dele é possível acessar benefícios como o seguro defeso, seguro especial e Pronaf Pesca, que serão tratados nas outras seções⁵.

Vale destacar que o Decreto n. 8.425 de 31 de março de 2015 passa a regulamentar o parágrafo único do art. 24 e 25 da lei 11.959/2009, que “dispõe sobre os critérios para inscrição no RGP e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira, e criou novos dispositivos” (SILVA, 2015, p. 60)⁶. O artigo 4º, parágrafo único do referido decreto, inscreve a principal modificação, para ele, “o pescador e a pescadora profissional artesanal deverão informar, em seu pedido de inscrição no RGP, se exercem a pesca como atividade exclusiva, principal ou subsidiária, na forma de ato conjunto do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério da Previdência Social” (BRASIL, 2015)⁷.

5 “Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Pesca serão estabelecidos no regulamento desta lei”. (BRASIL, 2009, art. 24, parágrafo único).

6 Art. 25. A autoridade competente adotar, para o exercício da atividade pesqueira, os seguintes atos administrativos: Regulamento Vigência. I – concessão: para exploração por particular de infraestrutura e de terrenos públicos destinados à exploração de recursos pesqueiros; II – permissão: para transferência de permissão; para importação de espécies aquáticas para fins ornamentais e de aquicultura, em qualquer fase do ciclo vital; para construção, transformação e importação de embarcações de pesca; para arrendamento de embarcação estrangeira de pesca; para pesquisa; para o exercício de aquicultura em águas públicas; para instalação de armadilhas fixas em águas de domínio da União; III – autorização: para operação de embarcação de pesca e para operação de embarcação de esporte e recreio, quando utilizada na pesca esportiva; e para a realização de torneios ou gincanas de pesca amadora; IV – licença: para o pescador profissional e amador ou esportivo; para o aqüicultor; para o armador de pesca; para a instalação e operação de empresa pesqueira; V – cessão: para uso de espaços físicos em corpos d’água sob jurisdição da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de aquicultura. § 1º Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão estabelecidos no regulamento desta Lei. § 2º A inscrição no RGP é condição prévia para a obtenção de concessão, permissão, autorização e licença em matéria relacionada ao exercício da atividade pesqueira. Art. 26. Toda embarcação nacional ou estrangeira que se dedique à pesca comercial, além do cumprimento das exigências da autoridade marítima, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público federal competente. Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput deste artigo implicará a interdição do barco até a satisfação das exigências impostas pelas autoridades competentes.

7 No entanto esse parágrafo foi revogado pelo Decreto n. 8.967 de 2017. Com a seguinte letra: “Art. 4º O pedido de inscrição no RGP será dirigido a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da unidade da federação mais próxima do seu local de domicílio. § 1º O RGP deverá identificar se o pescador profissional artesanal dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira, qualquer que seja a sua origem e o seu valor. § 2º O RGP deverá informar a categoria profissional artesanal para embarcações de pequeno porte e a categoria pesca industrial para embarcações classificadas como de pequeno, médio ou grande porte, nos termos do § 1º do art. 10 da Lei n. 11.959, de 2009. § 3º O RGP deverá conter informações que identifiquem individualmente, em cada uma das embarcações de pequeno porte, os pescadores profissionais artesanais que exercem sua atividade pesqueira. § 4º A verificação do atendimento dos critérios de elegibilidade e permanência dos pescadores profissionais artesanais no programa seguro desemprego poderá ser realizado, a qualquer tempo, por meio do cruzamento de informações constantes do RGP confrontadas com os registros administrativos oficiais.” (NR). (BRASIL, 2017).

Segundo Silva (2015) essa sutil mudança

[...] deixará de fora dos direitos trabalhistas muitos pescadores e pescadoras que informalmente exercem outra atividade, já que nem sempre a pesca é promissora de renda, sobretudo nos períodos de escassez e é comum encontrar trabalhadores em outras atividades (pedreiro, diarista). Parece-nos um processo que irá acentuar as desigualdades e justificar a redução de direitos. (SILVA, 2015, p. 60).

Percebe-se um vai e vem na letra da lei no que tange principalmente a inscrição no RGP, essas mudanças dificultam o acesso às políticas públicas para a pesca artesanal. A mulher, que tem pouca representação na captura, tem maior dificuldade para se inscrever no RGP, visto que a legislação beneficia principalmente a etapa da captura. Ademais o não acesso ao RGP implica na perda de acesso ao Seguro Defeso e as políticas de crédito e sociais, que se baseiam no registro do/a pescador/a para concessão dos benefícios, como veremos nas próximas seções.

Política de Fomento

Na política de fomento destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Pesca. Há outros incentivos na legislação brasileiras, que algumas autoras/es indicam beneficiar em maior grau a pesca industrial e aquicultura (AZEVEDO, 2012; CAPELLESSO; CAZELLA, 2013; AZEVEDO; PIERRI, 2014; SILVA, 2015)⁸. Sendo o Pronaf Pesca direcionado diretamente para as populações pesqueiras, fruto da luta de pescadores e pescadoras. O Pronaf é um financiamento destinado a implantação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando a geração de renda e à melhoria do uso da mão de obra familiar⁹.

Para ter acesso ao programa é necessário preencher os requisitos e contar com projeto técnico ou proposta de financiamento que justifique os investimentos desejados. Além disso são necessários os seguintes documentos:

Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP; possuir Permissão Prévia de Pesca - PPP (no caso das embarcações de pesca), Requerimento de Anuência, Declaração de Produção Individual - DPI, que é um comprovante de venda do pescado -, Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP), que é um declaração entregue junto com o projeto feito por órgão estadual, que tem a função de assistência técnica para avaliação da viabilidade do empreendimento - no caso do Rio de Janeiro, os responsáveis pelo fornecimento da DAP são a EMATER e FIPERJ -, Licenciamento Ambiental (no caso de agricultor) e Cadastro Bancário Rural (aprovado junto ao agente financeiro, que em geral é o Banco do Brasil e em alguns casos outros bancos, tais como BNDES, no caso dos produtores rurais. (SILVA, 2015, p. 68).

Percebe-se que para ter acesso ao financiamento do PRONAF há um longo processo burocrático a se percorrer. Destaca-se que as mulheres, maioria nas atividades pesqueiras em terra - beneficiamento e processamento do pescado -, que não possuem o RGP, justamente por não realizarem a captura não podem se candidatar ao crédito nesse programa.

Silva (2015) e Capellesso e Cazella (2013) indicam que há uma baixa no acesso dos/as pescadores/as a esse recurso. Destacam, também, o grande número de inadimplentes no Pronaf Pesca, fator que justificou a suspensão do programa nas regiões Garopaba e Imbituba,

8 Outras políticas de fomento: territórios de pesca e aquicultura (2008); Centros Integrados para a Pesca Artesanal - CIPAR (2008); Infraestrutura da cadeia produtiva: terminais pesqueiros, unidades de beneficiamento e unidades de comercialização do pescado, fábricas de gelo, caminhões de peixe, pequenos empreendimentos para a pesca artesanal, kit feira do peixe, caminhões frigoríficos; Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar atrelado ao Programa fome zero. (AZEVEDO, 2012).

9 Informações disponíveis em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>.

em Santa Catarina, área de estudos de Capellesso e Cazella (2013). O Pronaf pesca só permite 2% de inadimplência nos financiamentos.

Capellesso e Cazella (2013) abordam a questão do financiamento informal, que na região estudada, se apresenta como a maior fonte de crédito, os atravessadores. Esses prestam auxílios aos pescadores e seus familiares em diversos momentos desde o empréstimo de valores para a manutenção da casa à transporte para conserto de embarcações. Os autores também destacam que a política do Pronaf não levou em consideração essa cultura financeira criada nas comunidades de pesca. Sendo assim,

[...] o aviamento por meio de atravessadores ainda representa o principal sistema de financiamento adotado pelos pescadores artesanais, persistindo com maior ou menor intensidade mesmo após as profundas transformações socioeconômicas ocorridas na região. (CAPELLESSO; CAZELLA, 2013, p. 291).

Essa dependência do atravessador não está circunscrita à região estudada por Capellesso e Cazella (2013). Nos municípios de abrangência do projeto Mulheres na Pesca, encontra-se uma forte dependência das/os pescadoras/es ao atravessador. Sendo possível identificar essa atuação nas atividades realizadas pelas mulheres como, por exemplo, na distribuição do pescado para beneficiamento e na direção dos frigoríficos.

Mesmo com a ampliação do Pronaf para a pesca artesanal este “ainda possui muitos limites e problemas de execução, como baixos valores financiáveis tendo-se em vista o custo dos petrechos de pesca e dificuldade de operacionalização junto aos agentes financeiros que operam o programa” (AZEVEDO; PIERRI, 2014, p. 71).

Políticas Sociais

Entende-se a política social como uma modalidade de política pública e, devido a isso, como ação de governo com objetivos específicos (VIANNA, 2002). Segundo Montagut (2014) Política social “es la intervención pública que incide en el bienestar de las personas, ya sea cambiando, manteniendo o facilitando sus condiciones de vida”.

No contexto atual das políticas públicas brasileiras, seu caráter redistributivo está cada vez menor, afetando setores mais fragilizados como a pesca artesanal, que está sofrendo com a diminuição de políticas de direitos, observando os investimentos do governo serem destinados à pesca industrial. Para a pesca artesanal, a política específica que se apresenta

[...] é uma política social de corte distributivo, que, apesar de, no imediato, servir para a diminuição da pobreza e a melhora de qualidade de vida das comunidades pesqueiras, resulta totalmente insuficiente para atender a situação de fragilidade estrutural da pesca artesanal a médio e longo prazo, como seria necessário. (AZEVEDO, PIERRI, 2014, p. 76).

Nesse sentido, Azevedo e Pierri (2014) destacam que a ação mais notável voltada à melhoria da renda é a política do Seguro Defeso, política social distributiva muito forte e facilitada pelo Ministério da Pesca, mas financiada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no período de 1991 a 2015, como um seguro desemprego¹⁰. Em 2015 passa a Ministério da Previdência Social (MPS). Esse benefício consiste no pagamento de um salário mínimo aos pescadores/as, registrados no RGP, no período defeso – reprodução das espécies -, que pode durar de um a seis meses.

10 Lei n. 13.134 de 2015 o “pescador artesanal [...] que exerce sua atividade de profissional, ininterruptamente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro desemprego no valor de 1 (um) salário mínimo no período do defeso [...]”. (BRASIL, 2015).

O objetivo principal da política do governo dirigida para a pesca artesanal busca a redução da pobreza [...] mediante o incremento da renda dos pescadores artesanais e de suas comunidades, em primeira instância, por meio da melhoria da cadeia produtiva e da diminuição da dependência de intermediários. (AZEVEDO; PIERRI, 2014).

Capellesso e Cazella (2013), consideram o seguro defeso uma política de crédito, visto que se transforma em uma via de acesso a financiamento sem depender de atravessadores. O seguro defeso é um tema recorrente nas alterações legais brasileiras, em 2014-2015 um conjunto de medidas (Medida Provisória - MP n. 665) da presidenta Dilma Rousseff, estabeleceu mudanças na concessão de abono salarial, seguro desemprego, seguro defeso e de modificações na previdência social. Para acessar o seguro defeso, o trabalhador somente poderá solicitá-lo após três anos da data do primeiro registro¹¹.

Ainda sobre o Seguro defeso, a redação da Lei n. 13.134 de 16 de junho de 2015, trouxe mudanças quanto a seguridade dos inscritos na categoria de *apoio a pesca*. “A concessão do benefício não será extensível as atividades de apoio a pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei” (BRASIL, 2015).

Houve também mudanças nos critérios para inscrição do RGP, a categoria “apoio à pesca” foi revogada da lei pelo decreto 8.967 de 23 de janeiro de 2017, como indicado no tópico política de regulação. Essa categoria, no entanto, contemplava as etapas de pré e pós e captura onde a presença das mulheres é maciça. A revogação, torna a mulher legalmente invisível na pesca artesanal, ou pelo menos parte delas que não estão inseridas nas atividades de captura. (HELLEBRANDT, 2017).

No que tange a legislação previdenciária a mesma passou por três etapas. A primeira forma de garantia aos pescadores/as foi por meio do Programa de Assistência do trabalhador Rural/ Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Prorural/ Funrural), que assistia aos trabalhadores rurais e pescadores (1972), “oferecendo benefícios precários de aposentadoria por idade aos 65 anos, limitados ao arrimo de família tendo meio salário mínimo como teto” (SILVA, 2015, p. 51).

A segunda fase regulatória foi a Lei n. 7356, de 1985, que “facultava aos pescadores profissionais sem vínculo empregatício a filiação ao regime da Lei Orgânica da Previdência Social – Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960 -, na qualidade de trabalhadores autônomos” (SILVA, 2015, p. 51). A terceira fase ocorreu com a Lei n. 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, “criando a categoria de segurado especial, que assemelha o pescador ao pequeno agricultor e o pagamento da contribuição previdenciária fica de acordo com o período de extração, tendo a obrigatoriedade de pagamento pelo menos duas vezes ao ano” (SILVA, 2015, p. 52).

No contexto dessa legislação identifica-se, segundo Hellebrandt (2017), que o estado não percebe as mulheres na cadeia produtiva da pesca. A autora também destaca que o termo “mulher” nunca apareceu na legislação pesqueira, já “pescadora” começou a aparecer a partir de 2015 junto com o termo “trabalhadora de apoio à pesca artesanal”, o que apesar das circunstâncias difíceis, de acesso das mulheres as políticas públicas, representou um avanço na legislação pesqueira.

11 No Governo Lula esse período era de 6 meses.

4. Considerações Finais

A política para o setor pesqueiro não somente não escolhe aos pescadores artesanais como os destinatários privilegiados com o apoio do governo, são a pesca industrial e da aquicultura (AZEVEDO; PIERRE, 2014). Implicando, por um lado, o incremento da escassez de recursos pesqueiros, e, por outro, a privatização das águas. Escassez essa que afeta principalmente os pescadores/as artesanais, pois suas técnicas (saberes) e práticas de pesca são basicamente tradicionais.

Em síntese percebe-se que a mulher sofre um apagamento na legislação pesqueira sendo muito difícil, principalmente, para as trabalhadoras participantes nas etapas de pré e pós captura acessarem aos direitos previdenciários e trabalhistas. Há uma garantia injusta e parcial proporcionada pela divisão sexual do trabalho e as diferenciações de sexo.

Cumprir destacar que as mulheres possuem maior dificuldade de acessar ao RGP, e, conseqüentemente as políticas à ele atreladas, por terem sua mão-de-obra vista como “ajuda” aos maridos/família (MANESCHY, 1995, 2000; GALVÃO; KALIKOSKI, 2012; ROCHA, 2011); não ter acesso direto ao órgão expedidor e/ou por dependerem da mediação da colônia, que não está muito engajada na defesa dos direitos das mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Conclui-se, então, que as políticas públicas federais para a pesca artesanal nos últimos anos, a pesar dos avanços na legislação, foram insuficientes para garantir amplo acesso das mulheres na pesca aos direitos conquistados pela categoria. Observa-se que para ter acesso as principais políticas de fomento e sociais, como a trabalhista e previdenciária, é requisito indispensável a obtenção prévia do cadastro no RGP. O processo de inscrição nesse registro é extremamente burocrático e complexo para as mulheres, principalmente após a exclusão da semântica termo “trabalhadora de apoio à pesca artesanal”, que representou conquistas relativas para as pescadoras e/ou trabalhadoras da pesca. Esta situação torna legalmente invisível uma parcela significativa das mulheres trabalhadoras da pesca que atuam nesse segmento produtivo.

Por fim, destaca-se que as políticas públicas “nas sociedades democráticas precisam atuar no sentido de garantir o mínimo de igualdade de oportunidade para as pessoas e os diferentes grupos sociais, além de garantir acesso à proteção social” (ALVES, 2016, p. 633). No entanto, faz-se necessário combinar políticas universais com políticas focalizadas, principalmente no que tange às mulheres.

Referências bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, jun. 2016. ISSN 1806-9584. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2016000200629&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10 de março de 2018.

AZEVEDO, Natália Tavares de. Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011). 2012. 349 f. Tese (Doutorado em Meio ambiente e desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

_____. PIERRE, Naína. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e lugar da pesca artesanal. Desenvolvimento, Meio ambiente, Pará, v. 32, p. 61-80, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/35547/24008>.

BRASIL. Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm.

_____. Decreto n.º 8.425, de 31 de março de 2015. Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8425.htm.

_____. Lei n.º 13.134, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e no 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis no 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm.

_____. Decreto n.º 8.967, de 23 de janeiro de 2017. Altera o Decreto n.º 8.425, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira, e o Decreto n.º 8.424, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-8967-23-janeiro-2017-784196-publicacaooriginal-151848-pe.html>.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense. RESR, Piracicaba-SP, v. 51, n. 2, p. 275-294, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000200004.

CAVALCANTI, D.R.M. Mulheres na água: um estudo sobre as relações de gênero na pesca. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7280/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

DI CIOMMO, R.C. Pescadoras e Pescadores: a questão da equidade de gênero em uma Reserva Extrativista Marinha. Ambiente & Sociedade: Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan. jun., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a10.pdf>. Acessado em 10 outubro de 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. Etnográfica, v. 3, n. 2, 1999, p. 361-375. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf.

GALVÃO, Melina Chiba; KALIKOSKI, Daniela Coswig. Problematizando a questão de gênero na gestão compartilhada da pesca: reflexões a partir de um estudo de caso da pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos/RS. In: Encontro da rede de estudos rurais: Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflito, V, 2012, Belém - PA.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. Mulheres da Z3: o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. 2017. 173 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. SOUZA, 2006.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu: São Paulo, (17/18) 2001/02: pp.139-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

_____; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão Sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa: São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. Boletim Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia, Belém, v.11, n 2. 1995. Disponível em: <http://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/821>. Acessado em 10 de dezembro de 2017.

_____. Da casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. Proposta, n. 84/85, março/agosto, 2000. Acessado em 10 de dezembro de 2017.

_____; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n.3: 384, set./dez., 2012, p713-737. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300007>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

MATHIEU, Nicole-Claude. Verbete sexo e gênero. In: HIRATA, H.; LABORIE, F; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (organizadoras). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 222-231.

MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: “Coisa de mulher”. In: Congresso Brasileiro de economia Doméstica, XX, 2009, Fortaleza - CE, Anais Grupo de Trabalhos GT 01 - Desenvolvimento humano, família e relações de gênero, Fortaleza - CE, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2016.

MONTAGUT, Teresa. ¿QUÉ ES POLÍTICA SOCIAL?. In: MONTAGUT, T. Política Social Una Introducción. 4. ed. Ciencias Sociales – Ariel. 2014. p. 21-32.

ROCHA, Nádia Sueli Araújo da. A PESCA FEMININA NA COMUNIDADE SEGREDINHO: Município de Capanema-PA. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Belém, 2011. 119 f. disponível em: http://ppgedam.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2011_Dissertacao_Nadia.Sueli.Araujo.da.Rocha.pdf. Acessado em 20 de janeiro de 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, Gender and the politics of history, New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/291769/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2016.

SILVA, Catia Antonia da. *Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. Ed. Consequências: Rio De Janeiro, 2015. 115 p.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.

VIANNA, M.L.T.W. *Em torno do conceito de política social: notas introdutórias*. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

WOORTMANN, E.F. *Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, 1992. p. 1-31. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_04.htm. Acesso em setembro de 2016.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESPÍRITO SANTO: A LEI 11.340/06 E O DIREITO SIMBÓLICO

TEODORO, Thaís de Souza

Estudante de Graduação na Universidade São Camilo – ES
thaisouzatst278@gmail.com

MOTÉ, Renata de Melo

Estudante de Graduação na Universidade São Camilo – ES
rmellomote@gmail.com

RESUMO:

A desigualdade de gênero persevera por anos, ocorrendo a desvalorização do sexo feminino pelos homens, acreditando que poderiam lhes causar todo tipo de violência e saírem impunes. Perante essa situação, viu-se a necessidade do Estado elaborar normas para coibir a violência doméstica, criando a Lei Maria da Penha, com o intuito de proteger as vítimas, e acabar com a impunidade do agressor, ou seja, utilizar o Direito Penal como instrumento para criação da Lei depois de um fato de grande comoção na sociedade e repercussão da mídia, criando-a não com o desejo de sanar o problema, mas sim uma forma do Estado dar uma falsa sensação de Ordem Pública. O presente trabalho teve como objetivo analisar os dados referentes ao Estado do Espírito Santo, um Estado com alto índice de Violência Doméstica, fazendo um levantamento para compreender o motivo desses números alarmantes, tendo em vista a criação da Lei 11.340/2006.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Direito Penal simbólico. Violência doméstica

ABSTRACT: Gender inequality persists for years, occurring to the devaluation of the female sex by men, to become a type of person more violent and more impunity. Losing these situations, he saw the law of the State make norms to curb domestic violence, creating a Maria da Penha Law, with the purpose of protecting oneself and ending impunity of the aggressor, that is, they used criminal law as an instrument for the In this paper we will examine the effects of social media on the social media and the social media. This report aimed to analyze the news about the state of Espírito Santo, to make a report on domestic violence, making a survey to understand the interests of these numbers, with a view to creating the law.

Key-words: Maria da Penha Law. Symbolic Law. domestic violence

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero e a diminuição da capacidade da mulher sempre foram sombras que pairaram sobre a sociedade brasileira, e com os avanços sociais, cresce cada vez mais. Dia após dia são noticiados, compartilhados e presenciados casos de violência contra a mulher, e o mais perturbador é que a maior parte dos agressores convivem com as vítimas em ambientes domésticos.

A Lei Maria da Penha, sendo uma norma do Direito Penal, foi criada com a intenção de erradicar ou pelo menos reduzir grande parte dessa violência doméstica, utilizando de mecanismos para punir os agressores e trazer mais segurança para a sociedade. No entanto, pesquisas apontam o crescente número de casos que estão inseridos na violência doméstica contra a mulher, mesmo após meses da implantação da Lei 11.340/2006, e isso tem gerado questionamentos acerca dos reais objetivos desta norma, abrindo espaço inclusive para dúvidas quanto a sua eficácia.

Nesta senda, o presente trabalho visa apresentar um pouco da história da Lei Maria da Penha e relacioná-la com o Direito Penal Simbólico, que é um meio de se alcançar um falso sentimento de segurança social, pois mascara o problema em vez de resolvê-lo, uma vez que utiliza de atos repressivos que são proteções momentâneas. Esse ato pode ser utilizado quando há um clamor social e o Estado não dispõe de meios eficazes para a solução do problema, tendo que titubeá-lo, e isso faz com que a lei entre em divergência com a realidade. Serão apresentados dados do Estado do Espírito Santo, que constitui um dos estados em que há um alto índice de violência doméstica, e algumas conclusões retiradas de uma pesquisa que foi realizada com o foco direcionado à violência doméstica, demonstrando que os crimes podem ser concretizados tanto por meio de ofensas quanto por agressões, e que mesmo sendo criada para alcançar um fim social, a Lei carece de melhorias e fiscalizações para efetivar verdadeiramente os seus objetivos.

A Metodologia utilizada foi o método hipotético dedutivo de Karl Popper interpretado por Horacio Wanderlei Rodrigues que tem como instrumento de teste das hipóteses e teorias sociais, políticas e econômicas instrumentadas através do Direito. Foram realizadas pesquisas com dados registrados no CNJ disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com o intuito de analisar os dados referentes à violência doméstica no âmbito familiar nos anos de 2016, 2017 e o primeiro trimestre 2018 para compreendermos se há um aumento nos casos, e se esse aumento da causa pela ineficácia da Lei Maria da Penha, uma vez que suas medidas penalizadoras são repressivas em vez de preventivas.

DESENVOLVIMENTO

1 - Lei Maria da Penha: A história por trás da criação da Lei 11.340/2006

Muitas mulheres sofrem abusos diários por parte de seus companheiros, sejam físicas, verbais, morais ou sexuais, e por conta disto, desde o ano de 2006 existe no Sistema Jurídico Brasileiro a Lei 11.340/06, mais conhecida popularmente como “Lei Maria da Penha”, que foi criada com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em relação à desigualdade de gênero.

Não foram criados novos tipos penais, mas sim mecanismos para reduzir ou erradicar a violência doméstica, ou seja, crimes já tipificados no Código Penal apenas são tratados de forma diferente no que tange ao processo.

A lei 11.340 foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente em 07 de agosto ano de 2006, e entrou em vigor em 22 de setembro de 2006, sendo considerada uma

das melhores legislações a nível mundial. A Lei Maria da Penha foi criada devido um fato que ganhou repercussão mundial por seu alto nível de violência, fazendo o Legislador criar novos tipos penais e aumento de pena, visando não a utilização da melhor alternativa para solucionar o conflito e sim satisfazer uma sociedade amedrontada. Antes disso a violência no âmbito familiar gerada pela desigualdade de gênero já era um assunto bastante discutido em convenções das Nações Unidas, como exemplo na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, que o correu em Viena, no ano de 1993.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela à assembleia Geral para que adote o projeto de declaração sobre a violência contra as mulheres, e insta os Estados a combaterem a violência contra as mulheres em conformidade com as disposições contidas na declaração. As violações dos direitos das mulheres em situações de conflito armado constituem violações dos princípios internacionais fundamentais de Direitos Humanos e de Direito Humanitário. Todas as violações deste tipo, incluindo especialmente, o homicídio, as violações sistemáticas, a escravatura sexual e a gravidez forçada exigem uma resposta particularmente eficaz. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993, p.15)

Um ano após a conferência de Viena, em 1994, ocorreu em Belém do Pará a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, que reconheceu a violência contra a mulher como violação de direitos humanos, que dispõe logo em seu primeiro artigo o seguinte:

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. (BRASIL. Decreto nº 1.973, 1996)

A própria Convenção de Belém do Pará dispõe em seu art. 7º que os Estados devem adotar meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar esse tipo de violência, porém até o ano de 2006 nada havia sido feito. (BRASIL, 1996).

A história da lei coincide com a história de violência sofrida por Maria da Penha Fernandes que, por vários anos, foi agredida por seu marido Marco Antônio Heredia Viveras, tendo sofrido duas tentativas de homicídio, uma em 1983 e outra, alguns meses depois. Maria da Penha ficou paraplégica em decorrência da violência sofrida. (PENHA, Maria da. 2018).

Na época do ocorrido com Maria da Penha, os crimes de violência doméstica eram tratados exclusivamente pelo Código Penal e pelo Código de Processo Penal. A morosidade da Justiça Brasileira contribuiu para que a denúncia do Ministério Público fosse feita somente um ano após os fatos, sendo o acusado julgado somente 08 anos após o crime e ainda podendo recorrer em liberdade. Maria da Penha sofreu agressões por 23 anos, uma delas a deixou paraplégica.

Com a ajuda de ONGs, Maria da Penha enviou seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que resultou ao Brasil uma condenação por negligência e omissão. Como punição ao Brasil foi recomendado que criasse mecanismos eficazes para esse tipo de violência, tendo este criando assim a Lei 11.340/06. Tem-se aí o motivo de ser reconhecida como “Lei Maria da Penha”. (PENHA, 2018).

2 - A Lei Maria da Penha e o Simbolismo no Direito Penal

Preliminarmente, é importante notar que a Lei Maria da Penha está inserida num âmbito do Direito Penal, cuja área é voltada para a proteção dos indivíduos que fazem parte da sociedade e gozam dos direitos e garantias fundamentais, entre estes, o direito à segurança e à Ordem Social. O Estado, como garantidor da seguridade social, tem o dever de criar leis e promover

atos que demonstrem que os direitos e garantias estão sendo cumpridos, estão alcançando os cidadãos e estão fixando coerções e responsabilidades para aqueles que não atuam dentro dos parâmetros legalmente admitidos.

Logo, há uma ansiedade por parte da sociedade em notar essas leis, esse “fazer” do Estado em relação às situações violentas e ilegais que circulam socialmente, e por conta dessa urgência no retorno estatal muitas normas estão sendo criadas apenas para garantir um falso sentimento de segurança para as pessoas, uma vez que estão dispostas legalmente mas não há efetivação na diminuição da violência e criminalidade. Paulo Queiroz alerta que,

[...] o legislador, ao submeter determinados comportamentos à normatização penal, não pretende, propriamente, preveni-los ou mesmo reprimi-los, mas tão-só infundir e difundir, na comunidade, uma só impressão e uma falsa impressão de segurança jurídica.

É neste contexto que a mera utilização do Simbolismo Penal é constatado, sendo utilizado como uma forma de adular os cidadãos sobre essa falsa ideia de segurança, satisfazendo os anseios sociais e minimizando os ataques midiáticos quanto aos problemas que não estão sendo alcançados pelas leis e atos estatais, ou seja, é um ato que é utilizado para demonstrar uma situação ou ideia já existente. Nota-se, que utilizar de estratégias enganosas para garantir uma falsa segurança fere a legalidade e abre brechas para a sociedade questionar a ineficácia do poder de punir do Estado.

A Lei Maria da Penha é uma norma recentemente inserida em nossa legislação e possui uma enorme carga de responsabilidade social por impor punições aos autores de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. A cada dia, essa norma vem ganhando mais notoriedade nos meios eletrônicos e sociais, gerando expectativa na sociedade por visar sanar problemas desse assunto tão delicado e muitas vezes silencioso, que carece do olhar protetivo do Estado. Sua abrangência vai além das normas escritas, e tem sido tanto um meio de incentivar as vítimas a denunciarem os agressores, quanto uma forma de penalizar mais gravemente os agentes que agem contra os deveres impostos, ferindo o bem estar coletivo, e por isso é importante que ultrapasse o caráter meramente simbólico e utilize dos princípios e finalidades penais para efetivar a força punitiva do Estado.

Uma vez atingindo a finalidade de prevenir ou reprimir a atividade violenta, a Lei 11.340/06 não seria ineficaz e simbólica, contudo em 12 anos de vigência os dados relacionados a essa violência continuam aumentando, o que acarreta dúvidas sobre sua eficácia.

Salvo a violência já conhecida e concretizada, muitas pessoas ainda não reconhecem algum tipo de violência contra a mulher como tal. Em 2013, o Instituto Avon realizou uma pesquisa em mais 50 municípios do Brasil para entender a percepção dos homens acerca da violência contra a mulher. Essa pesquisa foi dividida em duas etapas: a quantitativa e a qualitativa. De acordo com os dados, 52 milhões de brasileiros afirmaram ter algum conhecido que praticou violência doméstica, e cerca de 9,4 milhões admitiram praticar.

Verifica-se que 56% dos homens admitiram ter cometido alguma atitude que se caracteriza violência doméstica (como por exemplo, xingar, empurrar, ameaçar com palavras, dar um tapa, um soco, impedir de sair, obrigar a fazer sexo sem vontade, entre outros). Desse quantitativo, 53% xingaram sua companheira, 19% empurraram, 9% ameaçaram, sendo que 59% destes homens são de classe média alta, ou seja, presume-se que tinham educação e consciência suficiente para evitar praticar atos que são ilegais e reprimidos pela sociedade.

Essa violência assumida em sua maioria se repete. Em outro questionamento, 87% dos homens revelaram ter xingado sua companheira em uma média de 21 vezes, demonstrando que essa prática é habitual, e não há nenhum receio de ser praticada.

Sobre a Lei Maria da Penha, ainda há homens que desconhecem as normas e penalidades impostas para esse tipo de agressão, mesmo após 12 anos de criação: 46% dos entrevistados já ouviram falar da lei, porém não sabem muito a respeito; 3% nunca ouviram falar e somente 4% souberam falar de maneira satisfatória a respeito dessa norma penal.

Com base em quase 1.000 homens, uma média de 92% se colocou a favor da lei, 5% não se pronunciaram se eram a favor ou contra, e 3% desses homens foram contra a lei.

Não obstante, pode-se ver a junção entre a violência doméstica e o machismo. Ainda existem homens que não sabem que a Lei Maria da Penha tem o intuito de reduzir a desigualdade de gênero e 37% destes homens acreditavam que devido à Lei as mulheres os desprezariam. 81% foram a favor de que a Lei seja usada também de maneira reversa, ou seja, penalizasse mulheres que agredissem homens no âmbito doméstico e familiar. Ao perguntar a respeito de quem da relação fala mais sobre os problemas, 76% dos homens responderam que são as mulheres contra 9% dos homens que admitiram que se pronunciavam mais, e 14% votaram por ambos os sexos, deixando claro que o diálogo é muito mais valorizado pelo sexo feminino.

Quanto ao perfil de “machão”, este ainda existe na sociedade como fora do estereótipos de gênero e violência: 30% dos homens entrevistados concordaram que homem não deve levar desaforo para casa, 25% votaram que se a mulher for mais bem remunerada o casamento não dará certo, 17% entenderam que falar de seus problemas é coisa de mulher, e 17% acreditam que chorar não é coisa de homem. Nota-se que esses mesmos “machões” não aceitam determinadas atitudes por parte das mulheres, como as pesquisas relataram que 85% não admitiam que a parceira ficasse bêbada, 69% não aceitavam que elas saíssem com amigos (as), 46% proibiam as namoradas ou esposas de usarem roupas justas ou decotadas, e 89% dos homens continuam com o antigo pensamento machista de um sistema patriarcal de que a mulher deve ficar em casa para mantê-la organizada.

Ao serem questionados do motivo da violência, 29% dos homens que se dispuseram a responder à pesquisa afirmaram que se dá por ciúmes e desconfiança, e 39% falaram que o casamento ideal deve haver respeito, deixando claro que o meio mais eficaz é utilizar de força física para “conquistar” o que entende por relacionamento ideal.

Os últimos índices da pesquisa revelaram ainda que 36% dos homens disseram que a mulher ao ser agredida deve conversar com seu companheiro para reestabelecerem sua relação, 23% afirmam que devem se separar e apenas 28% concluíram que a mulher deveria procurar a polícia, e 8% dos entrevistados acreditavam que a mulher deveria ser mais carinhosa, conversar com os amigos e obedecer ao agressor.

Nesta senda, é notável que a maioria dos homens que participaram da entrevista tiveram opiniões machistas e duvidosas a respeito do que é considerado violência doméstica e o que a vítima deve fazer se estiver sofrendo abusos. Muitos veem suas companheiras como um caminho para satisfazerem seu errôneo conceito de respeito, buscando a todo custo alcançar a figura oponente do dono da casa ou do relacionamento, e muitos sequer entendem a ofensa e a coerção como um crime, mas sim como uma maneira de impor obediência. Infelizmente, esse pensamento egoísta e dominador pode ser considerado como um motivo para desencadear a violência doméstica ou familiar.

Adentrando nos índices de violência domésticas trazidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Estado do Espírito Santo em 2017, cerca de 3.407 audiências preliminares foram realizadas em todo o Estado, sendo uma média de 283 por mês. Todavia, dados do primeiro trimestre do ano de 2018 apontam para uma média de 527 mensais, podendo assim ultrapassar o último ano.

Outro dado trazido pelo CNJ é o número de medidas protetivas que foram concedidas nos últimos 2 anos e que vem apresentado um representativo aumento. Em 2016 foram 6.680 medidas, contra 8.592 em 2017 e 4.254 no primeiro trimestre de 2018, dando uma média de 1.418 por mês, o que também dá uma expectativa de ultrapassar os últimos anos.

Não obstante, os números continuam aumentando, haja vista que ano após ano também são registrados novos casos que são investigados, e estes números vem apresentando um aumento notável. Sendo que essas estatísticas não são absolutas, pois não condizem com a realidade, uma vez que grande parte dessas mulheres vítimas de violência doméstica não denunciam seus agressores.

No ano de 2016 foram instaurados mais 4.473 inquéritos novos (diversos dos já existentes), contra 6.106 de 2017 para 3.700 nos três primeiros meses de 2018, o que já é a metade do nº registrado em todo o ano de 2017, como também fechando os anos com inquéritos pendentes. O ano de 2016 foi fechado com 4.630 inquéritos pendentes, 2017 com 8.542 e 2018 já está com o nº de 6.059, podendo diminuir caso haja a resolução de algum caso.

Como passo seguinte ao inquérito policial, tem-se os casos que foram convertidos em ação penal. Em 2017 foram 3.008 inquéritos, e 2018 já se tem o nº de 2.442 casos.

Pode-se observar através dos números que a violência contra as mulheres vem aumentando ano após ano e em 2017 foram registrados 133 casos de homicídios dolosos e Feminicídio, contra 64 casos registrados em 2018.

Analisando os dados, os meios punitivos da Lei até o presente momento não foram suficientes para sanar o problema. A prisão, por exemplo, vista pela sociedade como a perfeita e eficaz solução, muitas vezes pode devolver para a sociedade cidadãos ainda mais perigosos e violentos, que acabam voltando para suas famílias e cometendo o delito outra vez. Tais políticas, embora úteis momentaneamente, são mecanismos repressivos e não preventivos.

Dos anjos, em seu artigo no qual traz o Direito Simbólico em face da Lei Mara da Pena, explicita que “No bojo da Lei nº 11.340/06, encontram-se [...] dispositivos penais que objetivam recrudescer o tratamento penal de homens que agredem mulheres [...]”, como “[...] o aumento da pena máxima do crime de violência doméstica, o impedimento à aplicação dos institutos da Lei nº 9.099/95 [...] e a ampliação das hipóteses de prisão preventiva e em flagrante [...]” (DOS ANJOS, 2006, p.10). No entanto, tais medidas “[...] visam apenas dar uma resposta repressiva a um problema de variadas causas que é a violência de gênero.” (DOS ANJOS, 2006, p.10). Esses meios punitivos que não atendem o objetivo do Direito Penal acabam substituindo as políticas públicas realistas e comprometidas com a sociedade, que tenham intuito de prevenir condutas criminosas, por punições ineficazes que não diminuem a violência, ou seja, não se combate a raiz do problema. A própria Lei abre uma brecha para que a vítima abra mão da representação, o que ocorre em diversos casos, por questões financeiras, emocionais, pelo bem dos filhos, medo das consequências, lentidão da Justiça, por desacreditar na solução, entre outros, prejudicando a eficácia da Lei, que não cumpre seu principal papel.

Há a necessidade da criação de medidas extrapenais para a ressocialização dos presos, uma vez que maior parte das vítimas aceitam conviver novamente com seus agressores por questões emocionais e até financeiras. Sendo assim, precisa-se de acompanhamento social, tratamento psicológico, grupos de conscientização e recuperação. De outra parte, mostra-se indispensável à implementação de políticas públicas, sobretudo no âmbito educacional, para que se tenha uma solução satisfatória e duradoura (SABADELL, 2005, p. 20-21). No entendimento de Fernando Vernice dos Anjos:

O combate à violência contra a mulher depende, fundamentalmente, de amplas medidas sociais e profundas mudanças estruturais da sociedade (sobretudo extrapenais). Como afirmamos a nova lei acena nesta direção, o que já é um bom começo. Esperamos que o Poder Público e a própria sociedade concretizem as almejadas mudanças necessárias para que possamos edificar uma sociedade mais justa para todos, independentemente do gênero. Desta forma, o caráter simbólico das novas medidas penais da lei n. 11.340/06 não terá sido em vão, e sim terá incentivado ideologicamente medidas efetivas para solucionarmos o grave problema da discriminação contra a mulher. (ANJOS 2006)

Outra falha da Lei é a fiscalização das Medidas Protetivas. Em um Estado com falta de agente públicos no policiamento, é quase impossível uma fiscalização eficaz, e muitos agressores utilizam dessa brecha para ultrapassar essa barreira, cometendo um novo delito, causando até mesmo a morte. A ideia de segurança jurídica é quebrada, ficando a vítima sem proteção.

Embora a Lei 11.340/06 seja rigorosa, ela passa a falsa impressão de segurança, comprovando através do aumento de números de violência doméstica que seus meios penalizadores não apresentam efetiva solução, ou seja, mesmo sendo uma boa intenção o Legislador criou mais uma lei simbólica. Essa atuação simbólica do Direito Penal não resolve a criminalidade, e sim desincentiva às vítimas a denunciarem seus agressores, pois sabem que tais problemas serão resolvidos apenas temporariamente, criando assim o caos, pois a sociedade perde a confiança na Justiça, que deveria ser a maior solucionadora do problema, mas tem se tornado um meio de mascarar-lo, desacreditando os cidadãos de qualquer outra solução.

CONCLUSÃO

Conforme foi apresentada, a Lei 11.340/06 foi criada com o intuito de erradicar ou ao menos reduzir o número de casos em que há violência doméstica. Esta norma está inserida no âmbito do Direito Penal, e versa sobre as garantias fundamentais, entre elas, o direito à segurança e à Ordem Social. No entanto, apesar dessa Lei ter uma crescente repercussão midiática e facilitar as vítimas a denunciarem os agressores, nota-se que o número de casos só aumentam, o que levou ao questionamento se de fato a Lei Maria da Penha está sendo eficaz ou estaria simplesmente mascarando o problema para transmitir uma falsa ideia de segurança nos cidadãos, sentimento este que está inserido no direito penal simbólico, que utiliza de estratégias para fortalecer a crença social no “fazer” do Estado.

Observando os dados colhidos, percebeu-se que as sanções que a Lei impõe são insuficientes para sanar o crescente número de casos envolvendo mulheres em ambientes doméstico e familiar, pois somente repreende o mal causado e não busca reabilitar o agressor com medidas posteriores à prisão, como por exemplo, o acompanhamento social, o tratamento psicológico, grupos de conscientização e recuperação, para que seja novamente inserido na sociedade e não repita os mesmos delitos.

Um outro ponto em que há falta por parte da Lei Maria da Penha encontra-se na fiscalização das medidas protetivas, que são constantemente burladas, o que contribui para a ineficácia da norma e aumento da insegurança das vítimas. O Estado como garantidor de direitos e garantias fundamentais, deve estar atento às brechas que as normas possuem para buscar soluções compatíveis com a realidade.

Portanto, conclui-se que a Lei 11.340/06 não é integralmente eficaz, pois deixa diversos pontos sem a devida proteção estatal, fazendo com que seja necessário utilizar de medidas extrapenais para amenizar as agressões. Nota-se que é preciso melhorar a gestão e fiscalização desta norma protetiva, para que alcance os objetivos propostos em sua criação, quer seja reprimir ou ao menos diminuir a atividade violenta contra a mulher.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Fernando Vernice dos. Direito penal simbólico e lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 14, n. 167, p. 10, out. 2006.

Direito Penal Simbólico e Lei de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. *Boletim IBCCRIM - Ano 14 - nº 167 - outubro - 2006*. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2014/02/Boletim-167_Anjos.pdf>. Acesso em: 13 Set.2018

BRASIL. Decreto nº 1.973 de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.html>. Acesso em: 25 mai 2018.

Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.html> Acesso em: 25 mai 2018.

Declaração e Programa de Ação de Viena. 1993. Disponível em:<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>> Acesso em: 25 de maio de 2018.

KERSTENETZKY, Maíra Souto Maior. Direito Penal Simbólico: Criação de leis mais rigorosas diante do clamor social e midiático. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 104, Set 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12216>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

PENHA, Maria da. 2018. Instituto Maria da Penha. Disponível em: <<http://institutomariadapenha.org.br>> Acesso em: 30 de maio de 2018.

QUEIROZ, Paulo. Sobre a função do juiz criminal na vigência de um direito penal simbólico. *Boletim do IBCCRIM*, n. 74, jan. 1999. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/novo/boletim_artigo/1064-Sobre-a-funcao-do-juiz-criminal-na-vigencia-de-um-direito-penal-simbolico> . Acesso em: 11 Out 2018

SABADELL, Ana Lucia. A posição das mulheres no direito. In: __. *Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito*. 5. ed. São Paulo: RT, 2010, p. 266-293

COMVIDES. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar- Tribunal de Justiça do Espírito Santo- TJES, 2018.

SESP- Secretária de Segurança Pública e Defesa Social. Estatísticas Criminais. Disponível em: <<https://sesp.es.gov.br/estatisticas-criminais-2018>>. Acesso em: 10/09/2018.

INSTITUTO AVON/ DATA POPULAR. Homens sobre a violência doméstica contra a mulher, 2013. Disponível em: <<http://centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf>>. Acesso em: 05/10/2018.

MULHER NÃO VOTA E NÃO TRABALHA: DO PAPEL DE MÃE E DONA DO LAR DAS MULHERES DO SÉCULO XIX AO DE MILITANTE DE SEUS DIREITOS

Veronica Bastos

UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

veronica@wanderbastosadv.com.br

Resumo

A ordem social no século XIX era uma grande máquina para justificar a dominação masculina, onde a divisão do trabalho justificava as diferenças entre os gêneros. O poder, a força centralizadora do controle, a opressão que sugere um dominador e um dominado, se arraigavam às relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais. Dentro desta complexidade social, os papéis femininos são afirmados a partir de uma anulação feminina, a mulher submissa às diversas ordens a elas impostas, sem o seu espaço individual. Tal situação começou a mudar quando muitas mulheres, após a Revolução Industrial, viram a possibilidade de conquista de maiores espaços na vida pública, podendo ser equiparada aos homens em seus trabalhos e a possibilidade de votar e ser votada. Agora, essas mulheres não querem mais ficar restritas ao ambiente familiar, também querem conquistar seu espaço, um espaço que foi negado por muitos anos, sob a justificativa inverídica de incapacidade.

Palavras-chave: Mulher, direito, voto, trabalho, dominação.

Abstract

The social order in the nineteenth century was a great machine to justify male domination, where the division of labor justified the differences between the genders. The power, the centralizing force of control, the oppression that suggests a dominator and a dominated, were rooted in social, cultural, economic, political and sexual relations. Within this social complexity, the feminine roles are affirmed from a feminine annulment, the woman submissive to the diverse orders imposed to them, without their individual space. This situation began to change when many women, after the Industrial Revolution, saw the possibility of gaining greater space in public life, being able to be equated with men in their jobs and the possibility of voting and being voted on. Now, these women no longer want to be restricted to the family environment, they also want to conquer their space, a space that was denied for many years, under the untrue justification of disability.

Keywords: Woman, right, vote, work, domination.

A ordem social no século XIX era uma grande máquina para justificar a dominação masculina, onde a divisão do trabalho justificava as diferenças entre os gêneros. O poder, a força centralizadora do controle, a opressão que sugere um dominador e um dominado, se arraigavam às relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais. Dentro desta complexidade social, os papéis femininos são afirmados a partir de uma anulação feminina, a mulher submissa às diversas ordens a elas impostas, sem o seu espaço individual. Esse discurso foi estabelecido, por muito tempo, para 'naturalizar' a condição feminina e suas características próprias. Os fatores culturais desfavoráveis ao trabalho feminino, tornavam o casamento o melhor meio de sobrevivência e ascensão social. Nas classes abastadas, as mulheres casadas não trabalhavam porque isso constituía um sinal de prosperidade. Nas classes baixas a necessidade do trabalho feminino humilhava os maridos, levando, muitas vezes, ao abandono dessas mulheres com seus filhos. O presente trabalho visa apresentar, de maneira sucinta, os primeiros passos das mulheres do século XIX na busca por seus direitos sociais e políticos, mostrando a dominação masculina e suas justificativas, como as mulheres eram preparadas para exercerem "seu papel" e como muitas se levantaram em busca da mudança daquela triste realidade. Para isso, buscamos autores respeitados sobre o tema e autores da história do Brasil na época da segunda metade do século XIX, onde apareceram os primeiros relatos sobre tais mulheres. Como muitas se levantaram à época, algumas anônimas, escolhemos destacar 03 (três) destas: Nísia da Floresta, Josefina Álvares de Azevedo e Berta Lutz que, em suas respectivas áreas, influenciaram muitas mulheres na luta pela igualdade de direitos políticos e sociais.

A diferença biológica, entre a mulher e o homem, foi a justificativa à dominação masculina e como um meio pra definir a mulher de uma maneira generalizante e excludente, destinando-a ao ambiente privado (familiar), considerado adequado à sua essência feminina e para o cumprimento de suas habilidades tidas como naturais. Muitas teorias foram criadas, pretendendo comprovar essa diferença biológica entre homens e mulheres. Com isso temos um grande abismo entre as relações de gênero. Deborah Thomé Sayão (jan./jun.2003, p. 121-149) sobre a diferenciação biológica, culturalmente, tenta explicar ou justificar as diferenças sociais entre mulheres e homens:

As construções simbólicas oriundas dessas concepções indicam uma suposta inferioridade feminina determinada por um corpo mais frágil, com menor número de neurônios e, ainda, situado na esfera da vida reprodutiva. Por isso, as mulheres são vistas como ligadas ao mundo da casa, ao doméstico e ao cuidado dos filhos. A capacidade corporal feminina relacionada à reprodução da espécie humana delimita o espaço da mulher na vida em sociedade; seu papel social de "cuidadora" confere-lhe uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores. À primeira vista e tomando representações comuns, seria possível dizer que os homens estariam na esfera da vida produtiva, enquanto as mulheres na esfera da vida reprodutiva.

A mulher do século XIX era criada para cuidar da casa, dos filhos e de seus maridos, enquanto o menino brincava de carrinho, lutas e disputas de poder com seus "coleguinhas", o grande provedor de cuidado e assistência. Pierre Bourdieu (2014, pgs. 41/43) trata sobre essa diferenciação de atividades entre mulheres e homens, mostrando de forma clara essa dominação masculina social e política sobre as mulheres. Ele demonstra que as mulheres eram excluídas das tarefas mais nobres, lhes sendo garantido, apenas lugares inferiores, como carregar estrumes, juntar azeitonas caídas no chão na época da colheita, junto com as crianças, afim de destacar o papel do homem e da mulher, definindo, desta forma, a distinção sexual, proibindo ou desencorajando condutas impróprias para as mulheres. Bourdieu (2014, p. 48) mostra como estas regras impostas às mulheres, muitas ainda presentes nas sociedades de

nossos dias, tratavam/tratam como elas deveriam se comportar em determinados locais ou sobre a forma de se vestirem:

Essas maneiras de usar o corpo, profundamente associadas à atitude moral e à contenção que convêm às mulheres, continuam a lhes ser impostas pela roupa (como o andar com passinhos rápidos de algumas jovens de calças compridas e sapatos baixos). E as poses ou as posturas mais relaxadas, como o fato de se balançarem na cadeira ou porém os pés sobre a mesa, que são por vezes vistas nos homens – do mais alto escalão – como forma de demonstração de poder, ou, o que dá no mesmo, de afirmação, são, para sermos exatos, impensáveis para uma mulher.

A educação, voltada para mulheres de classe alta, era sempre com objetivo de preparar a mulher para ser uma boa esposa e mãe, vez que eram vistas como as guardiãs do lar e da família e mantenedoras da “base moral” da sociedade, enquanto que os homens, também da classe alta, podiam aprender sobre política ou filosofia. Michel Foucault (1988, pgs. 85 e 99) nos elucida sobre o exercício de poder do século XIX:

Outro tipo de crítica das instituições políticas apareceu no século XIX; crítica bem mais radical, pois tratava-se de mostrar não somente que o poder real escapava às regras do direito, porém que o próprio sistema do direito nada mais era do que uma maneira de exercer a violência, de anexá-la em proveito de alguns, e fazer funcionar, sob a aparência da lei geral, as dissimetrias e injustiças de uma dominação. Mas tal crítica do direito é feita sobre o pano de fundo do postulado de que o poder deve, essencial e idealmente, ser exercido de acordo com um direito fundamental.

Foucault (1988, pgs. 85 e 99) afirma que a histerização (no sentido de histeria) do corpo da mulher sofreu um tríplice processo no qual foi analisado, qualificado e desqualificado e tido como “corpo integralmente saturado de sexualidade”, que devia assegurar o espaço familiar através da fecundidade e cuidar da educação das crianças, através de uma responsabilidade biológico moral, mantendo a imagem de Mãe, que é a “mulher nervosa”.

Mary Wollstonecraft (2016, pgs. 107/149), em seu livro sobre *A reivindicação dos direitos da mulher*, apresenta diversas críticas a Rousseau, quando este apresenta argumentos expressando a inferioridade feminina, ao afirmar que para que a mulher pudesse ser perfeita como homem deveria examinar o caráter que a natureza deu ao sexo. Então Rousseau passa a afirmar que a mulher deve ser fraca e passiva porque tem menos força física que o homem, o que para Wollstonecraft é uma prática construída sobre uma base ignóbil, chegando a questionar se a mulher foi criada para o homem. Ela afirma que todas as opiniões que degradam a mulher surgem da falta de entendimento.

Desde a formação da sociedade brasileira, as mulheres foram consideradas cidadãs de segunda categoria, sendo excluídas de todo e qualquer direito político e civil. O Código Filipino (Portugal – 1603), aplicado no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916, designava o marido como o cabeça do casal, sendo este detentor das decisões sobre a educação e criação dos filhos. Vale ressaltar que o Código Civil de 1916 continuou tratando a mulher como incapaz, onde todos os seus atos civis deveriam ser autorizados por seu marido, que era quem detinha o pátrio poder sobre os filhos e sua esposa. Esse poder, essa forma de manipulação, sem dúvida, era visto como natural, uma vez que as mulheres dependiam dos homens, fazendo com que fossem vistas com menos credibilidade, mas apenas como complemento familiar. A própria Igreja Católica buscava restringir as atividades da mulher no mundo da política e do trabalho fora de casa, quando reforçava a hierarquia existente entre homens e mulheres e reforçava o ideal de reclusão feminina. A Carta Outorgada do Império (1824) e a primeira Constituição da República (1891) não lhes concederam o direito de votar e nem de serem votadas. Uma situação

que persistiria até as primeiras décadas do século XX. Inclusive o ingresso da mulher no mercado de trabalho se deu de maneira traumática, onde apenas as mulheres menos abastadas eram permitidas trabalhar, não sendo visto, inicialmente, como uma conquista, mas sim como necessidade social de substituir a mão-de-obra masculina enviada para a guerra. A justificativa para essa dominação masculina era feita através de afirmações absurdas, onde diziam que a mulher não sabia pensar ou não era inteligente/capaz para vida pública, sendo considerada frágil, dependente do homem, por isso restrita à esfera da vida privada. Os discursos públicos e a oratória eram habilidades que definiam a masculinidade. Imeda Vego-Centeno B. (2000, p. 73) nos mostra isso de maneira clara, afirmando, ainda, que essas concepções masculinizadas também eram usadas para justificar a violência exercida pelos homens:

La sumisión total de la mujer hacia el varón está, finalmente, sustentada por la superioridad del varón pues éste es más inteligente. Esta superioridad lo autoriza no sólo a regir la vida de la mujer-sumisa, quien debe recibir órdenes y pedir permiso cual menor de edad, sino que debe hacerlo en actitud de humillación y abajamiento, hasta someterse a la violencia física.

Tal situação começou a mudar quando muitas mulheres, após a Revolução Industrial, viram a possibilidade de conquistar maiores espaços na vida pública, podendo ser equiparada aos homens em seus trabalhos e a possibilidade de votar e ser votada. Agora, essas mulheres não querem mais ficar restritas ao ambiente familiar, também querem conquistar seu espaço, um espaço que foi negado por muitos anos, sob a justificativa inverídica de incapacidade. A mulher agora quer ter o direito de decidir, quer participar com suas opiniões e ideias, quer trabalhar e receber um salário digno para seu sustento e de sua família e não ficar mais dependente economicamente de seu pai ou seu marido, que tomavam as decisões de sua vida, quer ter o direito sobre o seu próprio corpo, com liberdade de escolhas sexuais sem ser vista como impura.

O mundo masculino e o mundo feminino eram diferentes e desiguais. O impulso que levou as mulheres a reivindicar seu acesso ao mundo dos homens foi de várias índoles. Certamente buscava, a independência econômica, posto que a submissão implícita na dependência dos recursos ganhos pelos homens era evidente. Buscavam também o acesso a outros horizontes, a outras experiências, buscavam convivência fora da família, buscavam saber, buscavam poder nas decisões da sociedade. Buscavam, enfim, o direito a fazer e rever escolhas sexuais, buscavam o direito ao controle sobre seus corpos. (OLIVEIRA, Rosiska Darcy de, 1999, pgs. 43 e 44).

Contrariando todas as opiniões da época, diversas mulheres começaram mobilizações inspiradas pelas sufragistas (*suffragettes*), que no século XIX lutaram, segundo Rokiska, “enfrentando a crueldade do ridículo com que se tenta cobri-las e encobrir a violência crua que as espera nas ruas, reivindicam o direito de voto” (1999, pgs. 43 e 44). A atuação feminina no século XIX foi efetiva e constante, onde muitas mulheres a frente de seu tempo fugiam das convenções impostas pela sociedade patriarcal na busca por participar da vida pública no Brasil. Devemos destacar aqui que a política não está condicionada apenas à esfera do Estado, mas atravessa o cotidiano e se esbarra nas diversas relações entre os indivíduos. O destaque feminino desta época é a produção cultural que, apesar de não ser vista desta maneira, em muitos casos, engloba uma grande dimensão política. Redatoras de revistas, professoras, escritoras, pintoras, muitas mulheres buscaram, através da arte e da cultura, mostrar o seu valor como pessoa e, assim exercendo seu poder disfarçado, influenciavam outras mulheres e alguns homens sobre a sua capacidade de pensar, de refletir:

(...)

Assim, as poucas que o souberam e se fizeram notar, urge que as conheçamos: Dionísia Gonçalves Pinto e Firmina dos Reis. Naturais do Nordeste, a primeira, de alcunha Nísia Floresta Brasileira, nascida no interior do Rio Grande do Norte, em Papari, em 1810, é apontada como precursora, no Brasil, das ideias de igualdade e independência da mulher. Foi educadora e escritora muito viajada e passou muitos anos de sua vida na França, onde morreu (1885) e onde publicou três livros, sendo o mais famoso o *Conselho a minha filha*. A segunda, Maria Firmina dos Reis, foi uma escritora mulata maranhense, professora pública e autora de contos e romances. Houve ainda outras, pouco conhecidas, porque suas obras se perderam ou nunca foram publicadas. (FALCI, Miridan Knox in DEL PRIORE: 2017, P. 252).

Os momentos históricos de ruptura institucional são particularmente interessantes, onde encontramos textos e notícias das mulheres em ação. Muitas biografias mostram mulheres que assumiram atitudes políticas de diversas naturezas na luta pela sua independência, não apenas econômica, mas pessoal. Muitos livros, poesias, romances viraram armas políticas poderosas, visto ser uma fonte de divulgação de histórias, onde retratavam mulheres cativas como sofridas, injustiçadas e excluídas da sociedade, com o interesse em tocar os leitores, ganhando simpatia pela causa. Nos jornais, muitas mulheres assumiam um pseudônimo masculino para assinarem suas publicações. A partir de 1850 a imprensa feminina brasileira começou a se multiplicar: *O Jornal das Senhoras*, *O Bello Sexo*, *A Violeta Fluminense*, *O Sexo Feminino* (que após a proclamação da República passou a ser denominado *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*), *Eco das Damas*, *A Família*, *A Mensageira*, *O Feminista*, são alguns exemplos de periódicos que eram redigidos por mulheres instruídas, que conseguiram ultrapassar o ambiente doméstico. Assim, muitas mulheres assumiram a defesa de seus direitos políticos, amparadas pelo sufrágio feminino.

O acesso pleno à educação de qualidade, direito de voto e elegibilidade formam bandeiras levantadas pelo feminino para a realização profissional e a autossuficiência econômica. Nísia da Floresta (Dionísia Gonçalves Pinto, 1809-1885), fundadora da primeira escola feminina no Brasil, Colégio Augusto, e grande ativista feminina, influenciou as mudanças sociais e a quebra de paradigmas. Nísia escreveu livros em defesa das mulheres, dos índios e dos escravos. Seu primeiro livro foi “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens” (1835), inspirada no livro *A Reivindicação dos Direitos da Mulher* de Mary Wollstonecraft, onde denunciava a ignorância em que as mulheres eram mantidas e protestava contra a condição de dependência destas em relação aos homens. Escreveu, ainda, *Conselhos a Minha Filha* (1842), *Opúsculo Humanitário* (1835) e *A Mulher* (1859)¹. Entre 1870 e 1880 foram abertas diversas escolas normais para meninas e moças, formando-as professoras, profissão que era considerada “adequada às mulheres pelos padrões masculinos”, pois elas teriam uma capacidade natural para lidar com crianças. Então a profissão era considerada uma “extensão da maternidade” (MELO, Hildete Pereira e THOMÉ, Débora, 2018, p. 56).

O voto feminino foi um dos temas tratados pelos deputados que elaboraram a primeira Constituição Republicana (1891). Havia um grupo de mulheres, que nas discussões na Assembleia Constituinte, lutavam abertamente por esse direito. Josefina Álvares de Azevedo, jornalista, em 1890 escreveu a peça teatral *O voto feminino*, que lotava o teatro todos os dias na capital federal (Rio de Janeiro). Contudo, o texto final acabou não deixando clara a situação política da mulher. Ele não proibia explicitamente o voto feminino, mas também não o garantia de maneira clara. A proposital ambiguidade de sua redação possibilitou que a grande maioria dos legisladores e o próprio poder judiciário interpretassem ao seu bel prazer. Isso excluiu as

¹ Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos feministas no Brasil. Fonte: www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil. Acesso em: 11/04/2017.

mulheres do processo político-eleitoral por várias décadas. A grande maioria dos opositores ao direito de voto da mulher alegavam que a mulher era incompatível à vida política, uma vez que o homem era viril e possuidor de autoridade, enquanto a mulher era frágil e dominada por seus sentimentos.

As ações das feministas, voltadas para conquistas de direitos políticos foram intensificadas quando Berta Lutz e um grupo de colaboradoras criaram, em 1918, no Rio de Janeiro, uma organização chamada Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que, posteriormente, passou a denominar-se Liga pelo Progresso Feminino. Em 1919, o senador Justo Chermont apresentou projeto de lei estendendo o direito de voto às mulheres, não conseguindo, porém, sua aprovação. Em 1922, a Federação das Ligas pelo Progresso Feminino que alterou sua nomenclatura para Federação Brasileira para o Progresso Feminino, neste mesmo ano, organizou o I Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro. Contudo, apenas em 1932, com o Decreto nº 21.076, as mulheres tornaram-se eleitoras efetivas no Brasil.²

Nas primeiras décadas do século XX o direito de voto é progressivamente concedido às mulheres, mas essa conquista formal em pouco muda seu lugar social subalterno. Para muitas mulheres, como Rosa Luxemburgo, ativamente engajadas as lutas sociais de seu tempo, a libertação da mulher pressupõe a libertação da humanidade. Para as militantes do socialismo emergente a igualdade entre homens e mulheres se confundem com a igualdade entre todos os homens, a oposição entre as classes tem primazia sobre a hierarquia entre os sexos, o particular se dissolve no universal. (OLIVEIRA, Rosiska Darcy de: 1999, pgs. 43 e 44).

Ainda que, em 1932, o voto feminino não fosse obrigatório, tal momento marcou a luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher, ou seja, o reconhecimento como cidadãs, como sujeitos de direito, capazes de tomarem decisão tanto sobre suas vidas privadas quanto sobre a vida pública.

Verificamos que os movimentos de dominação masculina, presentes em muitos momentos e eventos em nossa história, impediram o pleno acesso da mulher aos seus direitos civis, por muitos anos, sob a justificativa de sua incapacidade de pensar e sua fragilidade física em relação aos homens. Os pais e/ou homens casados, “proprietários” de suas mulheres, decidiam o seu futuro, reduzindo o seu trabalho à esfera do lar e ao cuidado dos filhos. Por um longo período a voz feminina foi silenciada, onde se pregava a imagem da mulher à pecadora e ao sexo frágil, dependente da figura masculina. O movimento feminista/feminino surgiu como uma forma de reivindicar direitos básicos, como o acesso à educação de qualidade, por exemplo. A conquista da mulher ao direito de voto e de trabalhar fora de seu lar se deu com a coragem de muitas em desafiar a situação presente à época, através dos mecanismos que possuíam, como a escrita de poesias e romances, a publicação de receitas em jornais e, em alguns exemplos, ao se vestirem de homem e irem à guerra. A busca pela igualdade política e social da mulher ainda é uma bandeira levantada por muitas, onde suas vozes ecoam o som de sua luta diária e podemos ver a conquista e o reconhecimento de muitos direitos, antes não permitidos por justificativas hoje vistas como inverídicas e inaceitáveis. A luta feminina possibilitou que as mulheres fossem reconhecidas como cidadãs, como sujeitos de direitos, proporcionando a abertura de novos caminhos e conquistas. Contudo, lutas ainda são travadas todos os dias para que muitos desses direitos sejam respeitados e reconhecidos e muitos outros sejam reformulados e adquiridos, uma vez que algumas conquistas, como por exemplo a educação de qualidade não bastou para que se permita condições igualitárias no mercado de trabalho, na remuneração em comparação aos mesmos cargos exercidos pelos homens ou,

2 ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de: O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300009, acesso em 16/07/2018).

em alguns casos, no acesso aos cargos de chefia, além da sobrecarga que é reproduzida na vida feminina, como cuidar da casa, das crianças, etc. Infelizmente encontramos mulheres que ocupam cargos coadjuvantes nos espaços públicos, sendo necessária uma maior participação e presença feminina, condizente com seu conhecimento e sua capacidade. Toda essa permanência da dominação masculina nos espaços públicos são resultados de um processo histórico, que serve como uma chama na luta para aqueles e aquelas que buscam a mudança e quebra de paradigmas, que buscam repensar as estruturas e instituições que mantêm essa desigualdade.

Referências:

BRASIL, Constituições do Brasil (1891 até 1988).

BRASIL, <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>, acesso em 16/07/2018.

BRASIL, **Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos feministas no Brasil**. Fonte: www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil. Acesso em : 11/04/2017.

ABREU, Regina. **Memória social: Itinerários Poéticos-conceituais**. v. 9, n. 15. Rio de Janeiro: Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social, 2016.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: A Luta da Mulher pelo Direito ao Voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de: **O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política**. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300009, acesso em 16/07/2018).

BANDEIRA, Lourdes e MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e memórias: Movimento Feminista no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2015.

BASTERD, Leila Linhares e HERMANN, Jacqueline. **As mulheres e os direitos civis**. Fonte: <http://www.cepia.org.br/doc/leis3.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2016.

BORIS, George Daniel Janja Bloc e CESÍDIO, Mirella de Holanda. **Mulher, corpo e subjetividade: Uma Análise desde o Patriarcado à Contemporaneidade**. Fonte: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012. Acesso em 02 de agosto de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CARVALHO, Clarisse Rodrigues de. Urbanização e Emancipação: **A transformação do papel da mulher na imprensa feminina do Rio de Janeiro**. Fonte: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4510/4379>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

DEL PRIORE, Mary e PINSKY, Carla Bassanezi (coord.): **Histórias das mulheres no Brasil**. 10. ed., 4 Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A mulher casada e a nova Constituição**. Fonte: <http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-constitucional/2206-a-mulher-casada-e-a-nova-constituicao>. Acesso em 29 de julho de 2016.

FRÉCHET, Florence. **Femmes célèbres**. Bridgeman-Corbis: Dépôt Légal, Février 2014.

FOUCAULT, Michel: **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____: **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GARCIA, Luciene. **A mulher e a evolução de seus direitos**. Fonte: [A%20mulher%20e%20a%20evolucao%20dos%20seus%20direitos%20_%20Noticias%20Jusbrasil.html](http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2016/07/20-evolucao-dos-seus-direitos/). Acesso em 20 de julho de 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 3. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)**. (Trad.) Maria Thereza P. de Almeida e Heitor ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JÚNIOR, Cesarino, **Direito social brasileiro**. São Paulo: LTR, 2014.

LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos e BAHIA, Luiz Henrique Nunes (orgs.): **Percursos da memória: construções do imaginário nacional**. Rio de Janeiro: UERJ, NUSEG, 2000.

MATOS, Maureen Lessa e GYTAHI, Raquel Rosan Christino. **A evolução dos direitos da mulher**. Fonte: <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/223/606>. Acesso em 29 de julho de 2016.

MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de: **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs.): **Nova história das mulheres no Brasil**. 1 ed. 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

RAMOS, Oliete de Souza. **Emancipação da mulher - A Luta pelos Direitos**. Fonte: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2847529>. Acesso em 29 de julho de 2016.

SAYÃO, Deborah Thomé: **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. v.21, n.01. Florianópolis: Perspectiva, jan./jun.2003.

VEJA-CENTENO B, Imelda: **¿Imaginario feminino?: cultura, historia, política y poder**. Perú: Escuela para el desarrollo, Marzo, 2000.

WOLLSTONECRAFT, Mary: **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução Ivania Pocinho Motta. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DE JOJO TODYNHO NA VOGUE

SÉRGIO ARRUDA DE MOURA

*Professor do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
arruda@uenf.br*

HELIANE DO NASCIMENTO SILVA

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
helinascimento@gmail.com*

MARCIO DA SILVA

*Aluno Especial do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
marciobjsilva@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo¹ tem como objetivo investigar a forma como Jojo Todynho é abordada na *Vogue*, uma revista que dita padrões de moda e beleza. Partimos da hipótese segundo a qual, na atualidade, o padrão estético preponderante é pautado pelo ideal de um corpo com baixo percentual de gordura. No entanto, recentemente, observamos que a divulgação de Jojo Todynho na citada revista chamou a atenção, porque o corpo da cantora não se enquadra nos padrões pré-estabelecidos. Dessa forma, torna-se possível buscar os motivos pelos quais a revista apresentou a cantora e compositora em suas publicações. A discussão teórica dá-se dentro de um domínio da análise do discurso, segundo Maingueneau e Orlandi. Concluímos que, ao abordar JojoTodynho, a revista também abordou o discurso de empoderamento que a mesma defende, ampliando seu público e faturamento. Faz-se necessário também, analisar a Revista, pois ela pode ter apresentado um novo padrão aceito de beleza, e feito uma jogada de marketing, para se autopromover utilizando a imagem de Jojo como exemplo de aceitação e divulgação de vários tipos de corpos representados.

Palavras-chave: JojoTodynho; Vogue; Padrão de beleza; Sociedade.

ABSTRACT

The aim of the present article is to investigate how JojoTodynho is approached in *Vogue*, a magazine that dictates fashion and beauty standards. We began from the hypothesis that nowadays the preponderant aesthetic pattern is based on the ideal of a body with a low percentage of fat. However, we recently noticed that JojoTodynho's publicity in *Vogue* magazine drew a lot of attention, because the singer's body does not fit the pre-established standards. Thus, it becomes possible to look into the reasons why the magazine presented the singer and songwriter in its publications. The theoretical discussion takes place within a domain of discourse analysis, according to Maingueneau and Orlandi. We concluded that, when addressing JojoTodynho, the magazine also presented the discourse of empowerment that it defends, expanding its public and billings. It is necessary to analyze the magazine too, because it may have introduced a new accepted standard of beauty, and made a marketing move, to promote itself using the image of Jojo as an example of acceptance and publicity of various kinds of represented bodies.

Keywords: JojoTodynho; Vogue; beauty pattern; society.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coodenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vivemos um momento em que o corpo passou a ter uma função social extremamente destacada. Para onde olharmos, veremos pessoas realizando algum tipo de interferência, que impactarão de alguma forma sobre o seu corpo. Tratamos o corpo como se fosse uma máquina de fácil manipulação. Induzidos pelos apelos da mídia e entranhado numa sociedade capitalista, buscamos vários mecanismos capazes de transformá-lo.

O corpo hoje representado passou a ser tratado como uma máquina. Tornou-se possível modificá-lo a fim de corrigi-lo, mesmo que para isso possamos utilizar técnicas que nos assemelhe a uma máquina. Segundo Le Breton(2013, p. 22), “o corpo é muitas vezes considerado pela tecnologia como um rascunho a ser retificado, senão no nível da espécie, pelo menos no nível do indivíduo, uma matéria-prima a ser arranjada de outra forma...”.

A exigência em retificar, modificar, diga-se de passagem, mutilar o corpo, surge após a transição do século, quando as pessoas começaram a se expor mais, colocando a mostra o que antes era reservado. Segundo Goldenberg (2002, p. 24):

Fim do século XX e início do XXI: os corpos “pavoneiam”. Assistimos no Brasil, especialmente nos centros urbanos, uma crescente glorificação dos corpos, com ênfase cada vez maior na exibição pública do que antes era escondido e, aparentemente, mais controlado...

Com essa exposição pública cada vez maior, as vestimentas tiveram seu tamanho diminuído e a silhueta dos corpos começaram a ser exibida com mais frequência, e o que antes era escondido passou a ser visto. Com essa exposição, os olhares sobre o corpo modificaram, começou a ser embutida a necessidade de se ter corpos extremamente perfeitos, o que revolucionou o padrão estético daquele momento. Ainda segundo segundo Goldemberg (2002, p. 25),

[...] um olhar mais cuidadoso sobre essa redescoberta do corpo permite que se enxerguem não apenas os indícios de um arrefecimento dos códigos e da obscenidade e da decência, mas, antes, os signos de uma nova moralidade, que, sob a aparente libertação física e sexual, prega a conformidade e determinado padrão estético, convencionalmente chamado de boa forma.

Nessa transição, entre o século XX e XXI, no cinema, a nudez começa a aparecer com mais frequência. Segundo Goldenberg (2002, p.26), “na década de 1980, depois de Madonna, os padrões mudaram”. A exigência de ter um corpo malhado, definido, aumentou muito, uma vez que a diva do pop americanocomeçou aparecer em capas de revistas e em seus shows com um corpo escultural. Essa mudança de paradigma provocado por ela, recai sobre todos. De acordo com Goldenberg (2002, p. 26),

Não só apenas com atrizes ou modelos tal exigências de boa forma física se torna implacável. Por intermédio do cinema, da televisão, da publicidade e de reportagens de jornais e revistas, a exigência acaba atingindo os simples mortais, bombardeado cotidianamente por imagens de rostos e corpos perfeitos.

O impacto dessa avalanche de informações sobre corpos perfeitos influenciou muitos seguimentos da sociedade. Segundo Goldenberg (2002, p.28), “nesse contexto, até as noções do que é decente e indecente, no que se refere ao vestuário, passaram por mudanças”. O vestir tornou-se uma ferramenta de seleção de padrões corporais. Certamente por causa disso, a imprensa de moda bem como os programas televisivos passaram a apresentar quadros que mostram erros cometidos no vestuário, seguidos dos aconselhamentos possíveis e ajustes ao tipo de roupa a ser usado. Mesmo com excesso de cuidado com o tipo de roupa a ser utilizado,

nada emerge de forma mais agressiva que a exigência por uma silhueta perfeita. Contudo, de acordo com Goldenberg (2002, p. 28):

A utilização de uma indumentária que deixa à mostra determinadas partes do corpo, ou mesmo a exibição do corpo nu, não é considerado, muitas vezes, tão indecente quanto a exibição de um corpo “fora de forma” e o uso de roupas não condizentes com a forma física.

A forma física tornou-se um fator de segregação. O simples fato de não possuir um corpo dentro dos padrões de beleza exigidos leva algumas pessoas a uma situação de desconforto. Esta cobrança pela perfeição deixa a sociedade vulnerável. A consequência é as pessoas adoecendo com essa exigência exagerada, submetendo-se a todo e qualquer tipo de dieta, para alcançarem uma boa forma física. De acordo com Goldenberg (2002, p.38), “o corpo é um corpo coberto por signos distintivos. Um corpo que apesar de aparentemente mais livre por seu maior desnudamento e exposição pública, é, na verdade, muito mais constrangido por regras sociais interiorizadas pelos seus portadores.”

Do ponto de vista de Le Breton (2013, p.30), “o homem contemporâneo é convidado a construir o corpo, conservar a forma, modelar sua aparência, ocultar o envelhecimento ou a fragilidade, manter sua “saúde potencial”. Nesta perspectiva, a influência social leva o ser a se submeter a uma quantidade exacerbada de tratamentos para remodelar seu corpo, na tentativa de suavizar marcas deixadas pelo tempo.

Diante do contexto atual, a sociedade exige um padrão estético extremamente elevado, e, nessa conjuntura, o corpo se torna praticamente um objeto, entregue às condições exigidas para se transformar e enquadrar dentro dos seus sítios ideológicos. Segundo Le Breton (2013, p.30) “, o corpo é hoje um motivo de apresentação de si”. Neste momento em que o corpo é tratado de forma abusiva, submetido a várias transformações para alcançar um padrão dito ideal, surge uma jovem negra de 20 anos, cujas medidas antropométricas em nada se aproximam do modelo ideal que vem sendo cobrado pela sociedade. Jojo Todynho apareceu com suas medidas fora do padrão, seus seios com proporções que fogem ao comum. Sem papas na língua, a jovem tem assumido seu ponto de vista e rebatido a todas as críticas sofridas por não estar dentro da esfera dita normal exigida.

Esse suposto padrão ideal de corpo torna o meio social preconceituoso, haja vista a dificuldade em aceitar a inserção de uma pessoa que não atenda a esses critérios.

Jojo, além de não ter um corpo dentro dos padrões exigidos, é negra, mora em uma comunidade e canta funk. Um misto de estigmas que fazem dela um escárnio na visão de muitas pessoas. Vivemos em uma sociedade preconceituosa, vários são os adjetivos usados para proferir algum tipo de preconceito seja ele racial, de gênero ou simplesmente corporal. Palavras como “negrinho”, “viado” ou “baleia” causam um impacto enorme, naqueles aos quais são endereçados tais adjetivos.

Nesse meio onde os padrões estéticos são analisados especialmente na ótica corporal, percebemos quantos são os mecanismos discriminatórios que diariamente comungamos, quando expressamos críticas sobre determinado evento ou aparições sociais de pessoas como o biótipo de Jojo Todynho. Cremos que muitos quando viram pela primeira vez uma jovem negra, com seios enormes e um corpo fora do senso comum, não teceu algum comentário esdrúxulo que tenha sido endereçado a ela.

Por isso, o objetivo deste estudo é analisar a abordagem de Jojo na revista *Vogue*, tendo em vista que sua aparição leva o leitor a refletir sobre os padrões e a possíveis reflexões a partir

desta publicação. Torna-se importante analisar esse fenômeno, dado os impactos que a busca, às vezes insanas, por um corpo escultural pode ocasionar. Sua relevância encaixa-se na estruturação de conceitos que desmitificam essa exigência social.

A metodologia neste estudo será realizada com o auxílio de fontes teóricas, sendo, portanto, bibliográfico e de cunho qualitativo, pretendendo responder à seguinte questão: Quais os sentidos da abordagem da cantora e compositora JojoTodynho na revista *Vogue*, edição publicada no dia 04/03/2018?

1. MÉTODO

O presente estudo é norteado pela análise do discurso segundo Orlandi e Maingueneau. O material utilizado como base para esta análise foi coletado do site da Revista Vogue. A análise será feita partir de fotos e falas de Jojo Maronttinni extraída na edição publicada no dia 04/03/2018. Nesse sentido, buscaremos estabelecer algumas concepções sobre análise do discurso e linguagem, para assim discutirmos algumas das possíveis possibilidades de entendimento do discurso de Jojo Todynho na *Vogue*.

A linguagem, constantemente, é estudada e a busca por compreendê-la, faz parte de muitos momentos no cotidiano das pessoas. O discurso é parte importante da comunicação, pois as palavras estão sendo pronunciadas a todo momento, seguindo assim o seu percurso e movimento, informando e comunicando. Segundo a definição de Orlandi (2009, p. 15), “o discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Ao definir o discurso dessa forma, a autora nos revela que quando nos expressamos verbalmente, apresentamos a fala, sem preocupação com gramática ou regras que, na maioria das vezes, são cobradas apenas na escrita formal, quando a maior preocupação ao falar é o sentido, o que e como é revelado, e o que fica subentendido.

Para compreender o sentido da língua, muitas vezes, recorreremos à análise do discurso, pois

[ela] não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, (...), considerando a **produção** de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2009, p.16).

Ao analisarmos o discurso, consideramos também o contexto em que ele está inserido e somos convidados a refletir sobre a linguagem e a sociedade interpretando de modo com que faça sentido.

O discurso é uma arma poderosa de convencimento, que pode ser utilizado em vários contextos. Alguns discursos tornam-se verdades e são repetidos constantemente sem que haja a percepção de que são discursos de ódio e ofensivos, pois é por meio da leitura de novos discursos que pretende-se fazer a transformação desses. Orlandi (2009) ainda observa que:

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e a realidade em que ele vive (ORLANDI, 2009, p.15).

Esse elemento mediador está diretamente ligado à história de vida, em sociedade, do sujeito do discurso e suas ideologias, pois não há como separar as suas experiências do sentido do discurso que é proferido. Segundo Orlandi (2009, p.17), “consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.”

A ideia de discurso apresenta-se, muitas vezes, como uma mensagem transmitida, através de um código por um emissor que a decifra e responde, como se a comunicação fosse acontecendo gradativamente com emissor/receptor e receptor/emissor alternando os papéis na sequência, mas o discurso vai muito além disso, pois emissor e receptor constroem simultaneamente o sentido juntos, informando ou ocultando de acordo com o seu interesse. Orlandi (2009, p. 17) afirma que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos múltiplos e variados. [...] o discurso é efeito de sentido entre locutores.” Dessa forma, a comunicação é construída pela significação atribuída por cada indivíduo interpretando e decodificando as ideias subentendidas na mensagem.

A análise do discurso considera aquilo que se escreve e o que se entende como sendo uma interpretação crítica e contextualizada a partir da decodificação de ideias e sentidos feita pelo indivíduo. De acordo com Maingueneau (2010, p. 65), “a análise do discurso é de toda maneira crítica pelo simples fato de que não autonomiza os textos, de que os relaciona a práticas sociais e a interesses situados.” Dessa forma, cabe ao leitor viabilizar, a partir do seu conhecimento, o sentido do discurso.

Dominique Maingueneau (2010, p.65) salienta ainda que “toda análise do discurso implica uma perda de controle por parte dos Sujeitos, ela coloca em questão a própria categoria de Sujeito, que se encontra dispersa numa pluralidade de práticas discursivas reguladas e dominadas por um interdiscurso”. Sendo assim, o discurso pode produzir sentidos diferentes do que o Sujeito teve a intenção de expressar, segundo o que afirma Orlandi (2009, p.47) para quem “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história.”

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As transformações sociais, que deveriam modificar a sociedade, levando a liberdade, apresentam-se moldando cada vez mais o sujeito, “a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso.” (Orlandi, 2009, p.50).

Basta ter acesso a revistas, canais de TV, redes sociais entre outros, para observar como estes instrumentos estampam em suas publicações e programas, fotos de homens e mulheres com seus corpos extremamente estereotipados, ditando desta forma um modelo de corpo que não agrada a todos, uma vez que precisam passar por muitas restrições, exageradas cargas de treinamento, visitas constantes a clínicas estéticas, com a intenção de acentuar ou atenuar as curvas de seus corpos remodelando-os constantemente.

Contrapondo esta massificação corporal, eis que emerge de camadas sociais menos favorecidas, uma jovem negra, com um corpo em que suas curvas em nada se assemelham a esse modelo estético de perfeição corporal. Sua silhueta expõe de forma oculta uma tentativa da quebra de paradigma, uma vez que ela não se enquadra no padrão de beleza almejado e ao mesmo tempo com liberdade impõe-se com seu jeito autêntico de vestir e de falar sustentando assim um corpo que foge ao padrão comum. Isso confirma a visão de Bauman (2001, p.27) de “[...] que as pessoas pode-rem estar satisfeitas com o que lhes cabe mesmo que o que lhes cabe esteja longe de ser “objetivamente” satisfatório;[...]” para os outros.

2.1. Jojo Todynho

Na reportagem “Nova Estrela do Funk, Jojo Todynho esbanja autoestima e tem fãs famosos”, publicada no dia 16/01/2018, portal do site IG São Paulo, nos informamos que Gleise de Jesus Menezes, de apenas 20 anos, tornou-se uma celebridade instantânea, com um hit que viralizou nas redes sociais, *Que tiro foi esse?* A jovem antes chamada de Jojo Maronttinni, agora conhecida

popularmente por Jojo Todynho, apelido que faz alusão a seus belos e naturais seios fartos, como podemos ver na figura 1.



Figura 1. JojoTodynho (Foto: Reprodução/Instagram)

Carioca, nascida em Bangu e atualmente moradora da Lapa, bairro popular e muito conhecido pelos frequentadores assíduos da vida boêmia da cidade do Rio de Janeiro, ela ficou conhecida após sua participação no clipe *Vai Malandra* da Cantora Anitta, no qual apareceu vestindo um biquíni tamanho P, o que deixava à mostra as curvas bem acentuadas do seu corpo. Seu número de seguidores nas redes sociais triplicou após tal aparição. Arrematou um grande número de fãs entre eles alguns famosos como a apresentadora Angélica, a dupla sertaneja Simone e Simaria, entre outros.

De origem humilde, precisou trabalhar muito para superar as dificuldades advindas do meio social do qual emergiu. Já foi camelô, vendedora de sorvete, telefonista, faxineira, cuidadora de idosos e também fez trabalhos em um playground no shopping. Sem papas na língua e com uma autoestima bem elevada, é muito conhecida pelas coisas que fala. Na reportagem exibida no site da revista *Vogue Brasil*, edição do dia 04/03/2018, Jojo diz: “Eu sou de verdade e autêntica e isso não é pra qualquer um, não! Enfim, sou feliz do meu jeito e goste de mim assim, caso contrário, viva sua vida e esqueça a minha!” Adora seu corpo, este que foge aos padrões de beleza divulgados pela sociedade e criticado arduamente pela jovem.

Em outro trecho da entrevista, a cantora diz: “Respeito à diversidade, respeito ao próximo, amor próprio, seu padrão é você e não a sociedade”. Com isso, ela se mostra uma pessoa de atitude, que dita seus próprios padrões. Por ter o corpo fora dos padrões comumente encontrados no meio social, diz já ter sofrido bullying quando criança e na adolescência, que diz já ter superado, e afirma nunca ter ficado triste ou ter rebatido os ataques sofridos. Não se importa muito com comentários alheios. Possui um jeito único de falar, e seus vídeos postados nas redes sociais são curtidos e comentados por milhares de seguidores.

Foi esse jeito diferente e ousado de ser que levou a jovem a posar para a conceituada revista de moda, famosa por estampar modelos, mulheres que possuem corpos esculturais que seguem os padrões de beleza ditados pela sociedade em vigência. Seu hit, *Que Tiro Foi Esse?*, ganhou o 1º lugar no TOP Viral do Brasil no **Spotify** em menos de uma semana e o clipe oficial obteve mais de 17 milhões de visualizações no YouTube.

2.2 Revista *Vogue*

Vogue, a revista de luxo mais influente do mundo, curadora da semana de moda mais famosa do Brasil a SPFW, marcas como Dolce & Gabbana e Christian Louboutin são suas parceiras, tem entre seus colaboradores pessoas como o conceituado fotógrafo Mario Testino e famosas como Gisele Bündchen, Naomi Campbell, Alessandra Ambrósio. Apresenta o que se pode considerar o melhor conteúdo de moda do Brasil: notícias, tendência dicas de compras e streetstyle, de toda imprensa nacional, e é o título com maior presença no instagram. Estima-se que 60% de seu público seja de pessoas entre 25 e 54 anos, do gênero feminino, das classes A e B, dados esses extraídos da página de mídia da Editora Globo, 2017.



Figura 2. Gisele, na capa da edição de junho de 2011; Kate Moss, no aniversário de 36 anos da revista, em maio de 2011

A revista circula no Brasil, tem por hábito publicar em suas capas e reportagens, a imagem de mulheres belas, com seus corpos esculturais. Na história das publicações da revista, poucas vezes apareceram em suas páginas, mulheres negras, o que fica evidente que este público não está na sua linha de frente.

Na reportagem do dia 03/09/2017, “Vogue Brasil conta 42 anos de história a partir de cem capas”, a revista faz uma análise de 42 anos de suas capas e, como diz a jornalista Silvia Rogar, “Mais que apenas a moda, as capas da *Vogue* refletem seu tempo, com seus personagens e o lifestyle brasileiro. Elas têm a obrigação de traduzir em uma única imagem o melhor da fotografia e da moda, além de ser um reflexo de seu tempo”. A reportagem fala das inúmeras aparições da modelo Gisele Bündchen e de outra queridinha da revista, Isabella Fontana. Fica claro que a revista dedica suas publicações a mulheres cujos corpos exibem curvas e rostos conhecidos como modelo de beleza.

Sob a égide da análise do discurso, refletimos de forma crítica e analítica o que levou a conceituada revista a publicar, em sua página na internet, imagens de uma celebridade emergente, cujo perfil estético em nada se assemelha ao que é apresentado pela revista.

2.3 Pontos para discussão

No título da entrevista já percebemos a tentativa da revista de suavizar a apresentação da cantora, que possui medidas corporais fora do padrão há anos apresentado em suas edições. Quando ela fala da autoestima, subentende-se que apesar de não ter atributos físicos como o exigido pela sociedade (Figura 3), Jojo se mostra muito confiante, satisfeita com sua imagem, fortalecendo assim sua identidade. Sendo autoestima uma avaliação subjetiva, abordando-a desta forma, a revista começa a direcionar-se a um tipo de público antes não endereçado nas suas publicações. De acordo com Orlandi (2015, p. 48), “embora a subjetividade repouse na possibilidade de mecanismos linguísticos específicos, não se pode explicá-las estritamente por eles.”



Figura 3. Jojo Todynho pronta para o Baile da Vogue (Foto: Reprodução/Instagram)

Bauman (2001, p.97) diz que “os consumidores guiados pelo desejo devem ser ‘produzidos’”. Com a abordagem de Jojo em suas páginas, a *Vogue* se aproxima de uma classe que antes não fazia parte de seu público cativo. Em um período em que se enfrentam sérias crises econômicas, buscar novos leitores e adeptos a suas publicações é importantíssimo. Pode-se analisar que a apresentação de uma celebridade emergente e em evidência como Jojo Todynho, agrega muito. A partir dessa aparição aquele setor da sociedade que antes não era representado pela revista, passa a ter acesso, possibilitando assim aumento no número de publicações e novos adeptos.

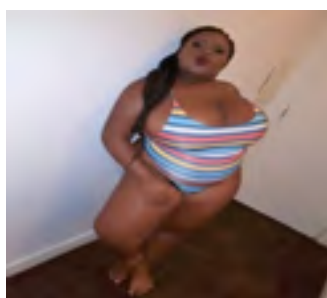


Figura 4. Jojo Todynho (Foto: Reprodução/Instagram)

Observando a Figura 4, publicada dia 04/03/2018, no Instagram e no site da revista *Vogue*, fica claro que o biótipo de Jojo não corresponde ao modelo, frequentemente, publicado em suas edições. Nessa perspectiva, a análise do que levou a conceituada revista publicar em suas páginas, uma jovem de pele negra e com medidas antropométricas desfavoráveis torna-se bem relevante. Segundo Orlandi (2009,p.42), “podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.” Sendo a imagem um texto não verbal, através dela podemos inferir que possa surgir um discurso internalizado.

Nessa magnitude, pode-se refletir sobre a possibilidade da aparição da jovem trajando uma peça de roupa, que revela o seu corpo fora dos padrões atuais, como sendo uma tentativa de infundir um novo modelo de corpo, que tem sido exibido por pessoas que como Jojo Todynho, surgem de camadas sociais mais baixas, e assim levam o leitor a repensar seu olhar sobre os padrões vigentes. Sendo a Jovem uma celebridade emergente, com aparições nas redes sociais e de TV, exerce representatividade, através de sua imagem vinculada, podendo mudar o sentido dessa composição ideologizante de corpo perfeito. Para Orlandi (2009, p. 43), “desse

modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos.”

A Revista *Vogue* utiliza-se da enunciação de Jojo Todynho como fiadora do ethos, transmitindo a ideia de flexibilidade e abrangência da revista a todos os públicos, construindo uma imagem que dá entrada a todos que incorporam esse ethos. Maingueneau diz que:

acaba-se por atribuir ao fiador um “caráter” e uma “corporalidade”, cujo grau de precisão varia segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição física e a uma forma de se vestir. Além disso, o ethos implica uma forma de mover-se no espaço social, uma disciplina tácita do corpo, apreendida por meio de um comportamento. O destinatário o identifica apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais, avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos que a enunciação contribui para reforçar ou transformar (MANGUENEAU, 2008, p.65).

Ao abordar Jojo Todynho, aborda-se também o discurso que ela defende, convidando as pessoas a assumirem-se e não ficarem presas tentando se enquadrar num padrão determinado pela sociedade, até mesmo porque o conceito de beleza é muito subjetivo. O leitor que se identifica com esse discurso e não se enquadrava no modelo de beleza divulgado pela *Vogue*, começa a observar com outros olhos a revista ao ver que a Jojo Todynho também é musa. Isso, como já dito, possibilita que a revista amplie seu público, aumentando seu faturamento, pois, com essa abordagem, atinge um setor que antes não tinha tanto interesse pela revista, pois não se via representado.

Ao fazer essa abordagem, a revista *Vogue* criou uma atenção maior, inclusive do público que a acompanha, pois muitas celebridades questionam o porquê de uma das musas da revista ser Jojo Todynho.

Faz-se necessário também analisar a revista, pois ao mesmo tempo em que ela pode ter apresentado um novo padrão aceito de beleza, ela também pode ter feito apenas uma jogada de marketing, para se autopromover com a imagem de que respeita a todos, que não preza apenas um único modelo de beleza.

Considerações finais

Através deste estudo, mostramos que, na sociedade atual, o corpo humano tornou-se uma ferramenta de grande relevância na apresentação de cada indivíduo. Com isso o corpo ocupa um espaço muito atraente no mercado publicitário, e numa sociedade capitalista onde o lucro é a peça fundamental nas relações comerciais, explorar os benefícios que este pode oferecer é muito atrativo.

Analisamos a aparição de Jojo Todynho na revista *Vogue*. Sendo ela uma celebridade emergente oriunda de uma classe, onde a revista não tem um percentual alto de adeptos, seria interessante que este veículo de publicidade abordasse em suas reportagens, uma pessoa que pudesse ser propagada de incentivo para a conquista deste público, que passa a olhar de forma diferenciada suas publicações. Como diz Bauman (2001, p. 97), “os consumidores guiados pelo desejo devem ser “produzidos”, sempre novos e a alto custo.”

A sociedade vive em constantes transformações. É preciso a todo instante se reinventar para manter-se em seu meio. Diante disso, toda busca pelo novo, o inusitado, o atraente é válido. Nessas abordagens do social, precisa-se ter um olhar diferenciado e homogêneo. A apresentação de Jojo em sua reportagem, nos leva a imaginar, que a *Vogue* é uma revista que atende a todas as classes e quebra-se a imagem, pelo menos momentânea, de ser um folheto elitista que dita moda e padrões de corpos perfeitos.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**; tradução Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GOLDENBERG, Mirian. **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- IG, São Paulo. **Nova estrela do funk, Jojo Todynho esbanja autoestima e tem fãs famosos**. 16/01/2018. Gente.IG. Disponível em: <http://gente.ig.com.br/celebridades/2018-01-16/quem-e-jojo-todynho.html> Acesso em: 16 de abril 2018
- LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade**/ David Le Breton; tradução Marina Appenzeller. – 6ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2013
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**; tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva. Décio Rocha. – 3.ed. São Paulo; Cortez; 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**; tradução Sírio Possenti. 1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**; organização Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva; tradução Adail Sobral...[et al.].-São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas, SP 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.
- REIS, Ana Cristina. **“Vogue Brasil” conta 42 anos de história a partir de cem capas**. 03/09/2017. O globo.com Moda. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/moda/vogue-brasil-conta-42-anos-de-historia-partir-de-cem-capas-21773421> Acesso em: 04 de maio 2018
- ROGAR, Silvia et al. **Mídia Kit – Vogue 2017**. Disponível em: http://editora.globo.com/midiakit/vg/midiakit_vg.pdf Acesso em: 04 de maio 2018
- VOGUE. **Jojo Todynho exibe as curvas a bordo de maiô listrado**. 04/03/2018. Disponível em: <https://vogue.globo.com/moda/gente/noticia/2018/03/jojo-todynho-exibe-curvas-bordo-de-maiô-listrado.html> Acesso em: 16 de abril 2018

UMA ANÁLISE SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE ENVELHECIMENTO DE MULHERES IDOSAS E SUA CORRELAÇÃO COM GRAU DE ANSIEDADE DAS MESMAS

LIVIA VASCONCELOS DE ANDRADE

Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem (UENF)
liviadeandrade@gmail.com

ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE

Professora do Programa de Cognição e Linguagem (UENF)
rosaleeistoe@gmail.com

CAROLINA CRESPO ISTOE

Doutoranda do Programa de Ciências Aplicadas à Produtos da Saúde (UFF)
carolcistoe@yahoo.com.br

RESUMO

O processo de envelhecimento humano é um fenômeno mundial demográfico que apresenta crescimento tanto em países desenvolvidos como subdesenvolvidos. O presente estudo analisou como as representações de envelhecimento podem influenciar no grau de ansiedade em 42 mulheres idosas participantes de um programa de terceira idade. O estudo foi realizado em uma Universidade Estadual localizada no município de Campos dos Goytacazes, RJ. Foram utilizados dois instrumentos. O Inventário de Ansiedade de Aaron Beck (BACK ANXIETY INVENTORY - BAI), para verificar o grau de ansiedade e um instrumento chamado "Envelhecer é...". Uma análise comparativa foi realizada para verificar se as representações de envelhecimento poderiam estar associadas ao grau de ansiedade. 57% das mulheres apresenta grau mínimo de ansiedade, 29% encontra-se no grau leve, 12% no grau moderado e 2% no grau considerado grave. As associações negativas sobre envelhecer encontraram-se em maior número no grupo de ansiedade moderada ou grave.

Palavras-chave: Envelhecimento humano, ansiedade, representações de envelhecimento, mulheres, análise comparativa

ABSTRACT

The process of human aging is a worldwide demographic phenomenon that shows growth in both developed and underdeveloped countries. The present study analyzed how representations of aging can influence the degree of anxiety in 42 elderly women participating in an elderly program. The study was conducted at a state university located in the municipality of campos dos goytacazes, rj. Two instruments were used. Aaron beck's anxiety inventory (back anxiety inventory - bai), to check the degree of anxiety and an instrument called "aging is ...". A comparative analysis was performed to verify if the representations of aging could be associated to the degree of anxiety. 57% of the women present a minimum degree of anxiety, 29% are in the mild degree, 12% in the moderate degree and 2% in the grade considered serious. Negative associations on aging were found to be higher in the moderate or severe anxiety group.

Key-words: Aging, anxiety, representations of aging, women, comparative analysis

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O envelhecimento vem sendo discutido na sociedade e nos locais de formação acadêmica com maior intensidade, em parte, deve-se ao fato de que a atenção mundial tem se dirigido ao aumento expressivo da população idosa. Observando historicamente, nota-se que no ano de 1800 não existia nenhum país em que a expectativa de vida ultrapassasse 40 anos de idade, nos dias de hoje a esperança de vida ao nascer chega aos 83,3 anos de idade no Japão, país que ocupa o 1º lugar nesta categoria (BANCO MUNDIAL, 2013).

A imagem a seguir ilustra a transição ocorrida geograficamente com relação a expectativa de vida no mundo no ano de 1800 e em 2011.



Figura 1. Expectativa de vida no mundo entre os anos de 1800 e 2011. **Fonte:** www.brasilpost.com.br

No Brasil, a expectativa de vida ao nascer mostra-se crescente. Segundo os últimos dados, a probabilidade é de que as mulheres alcancem projeções de idade média de 78,5 anos enquanto para os homens, esse quantitativo gira em torno de 71,2 anos de idade. Por essa ótica, a questão do gênero, apresenta-se como aspecto significativo, visto que, uma diferença de mais de 7 anos de idade existe entre homens e mulheres perante a longevidade (IBGE, 2014).

Diante de um panorama histórico, o envelhecimento populacional é uma realidade para o século XXI. Em 2003, a esperança de vida ao nascer para os brasileiros era de 71,3 anos, já

em 2012 esse quantitativo elevou-se para 74,6 anos. Deste modo, a probabilidade de vida do brasileiro aumentou mais de três anos em menos de uma década (IBGE, 2014).

Em sequência, a figura 2, apresenta uma pirâmide etária, na qual o Brasil está passando de país relativamente jovem para um mais velho. Outro aspecto relevante, é que o número de nascidos diminui a cada ano, enquanto o quantitativo de pessoas acima dos 60 anos aumenta alterando o formato da pirâmide.

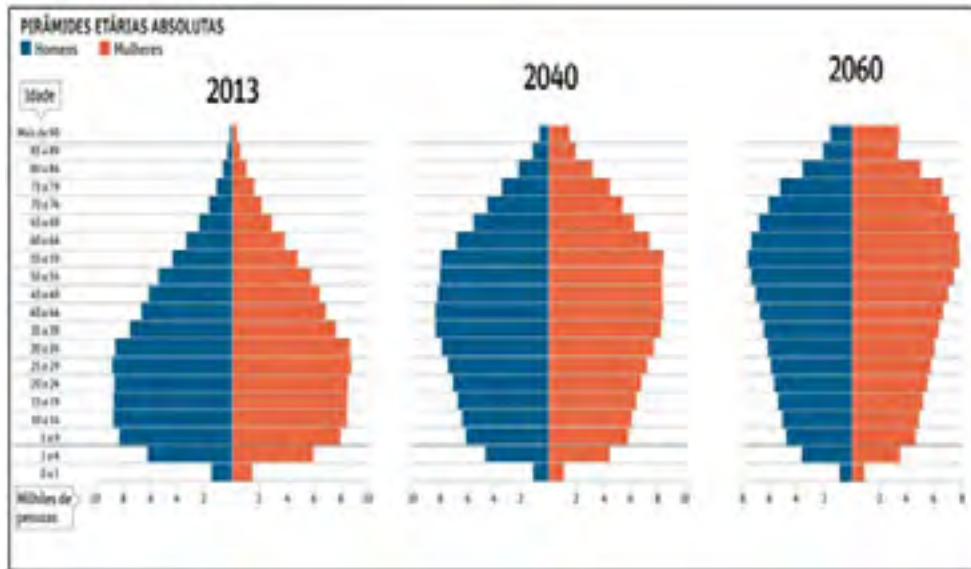


Figura 2. Pirâmides etárias da população brasileira entre os anos de 2013 e 2060. **Fonte:** IBGE/2014.

No município de Campos dos Goytacazes (RJ), de acordo com o censo de 2010, a população idosa já atingiu aproximadamente 55 mil pessoas com 60 anos ou mais, a previsão é de alcançar 69 mil pessoas idosas em 2025, chegando há 140 mil idosos no ano de 2050. Na Tabela 01, apresenta-se uma síntese dos números da população com 60 anos ou mais de idade, no mundo, no Brasil e na cidade de Campos dos Goytacazes, entre os anos de 2010 a 2050, considerando as projeções do IBGE (2014).

Tabela 1. População com 60 anos ou mais, no mundo, no Brasil e na cidade de Campos dos Goytacazes entre os anos de 2010 a 2050.

	ANOS		
	2010	2025	2050
LOCAL	POPULAÇÃO		
Mundo	810 milhões	1 bilhão	2 bilhões
Brasil	21 milhões	32 milhões	63 milhões
Campos dos Goytacazes/RJ	55 mil	69 mil	140 mil

Fonte: Dados do IBGE 2014/ Elaboração da autora

A transformação no processo demográfico frente à expectativa de vida, influencia o modo de viver em sociedade, explicar tais modificações somente por meio das razões de ordem geográfica, homogeneizaria o processo de envelhecimento. Além da ordem geográfica, outros aspectos trouxeram o processo de envelhecimento ao cerne. Alguns exemplos como, a formação de um grupo social, a legitimidade, o rompimento de padrões e a formação de um grupo social são alguns dos aspectos que geraram expressão para essa faixa etária. Dessa forma, a velhice transfigura-se em uma questão emergente que carece um olhar singular para uma grande parte da população (DEBERT,1999).

Cabe ressaltar, que a idade cronológica não deve ser interpretada baseada em um processo homogêneo, uniforme, todavia deve ser vista como uma parte que integra a pessoa idosa. Desta forma, é primordial que o processo de envelhecimento seja visto pelo foco holístico, no qual o indivíduo é interpretado de um modo mais abrangente e integral. Debert (1999) sugere que este enfoque merece uma reflexão, ao destacar que a velhice não estava veiculada à idade, mas a perda de autonomia, denunciando deste modo a amplitude pelo qual o processo de envelhecimento deve ser tratado.

Ansiedade diante do Envelhecimento Ativo (Transtornos x Sintomas)

O termo envelhecimento ativo prediz inicialmente visualizar a velhice do ponto de vista natural, no qual o processo de envelhecimento faz parte do ciclo vital. Para tornar essa fase um momento vivenciado com qualidade, é necessário vislumbrar um envelhecer cercado de características imprescindíveis que foram apontadas por Leandro-Franca, e Giardini Murta (2014). Para um envelhecimento ativo, segundo os autores, tem-se um idoso autônomo, independente, que reconhece seus direitos, sente-se seguro, digno, com bem-estar e saudável. Tais fatores são influenciados pela cultura, subjetividade, gênero, economia, aspectos sociais, físicos e comportamentais.

Para proporcionar um envelhecimento ativo é fundamental intervir na saúde mental, traçando estratégias de prevenção e promoção de saúde do idoso. Alguns transtornos mentais podem estar presentes neste contexto, como por exemplo, a ansiedade e depressão. Ambas patologias aparecem em estudos sobre envelhecimento humano (LEANDRO-FRANCA e GIARDINI MURTA, 2014; COSER, 2003).

O idoso pode sentir-se ansioso, todavia, isso não indica um transtorno, entende-se que a diferença entre ter alguns sintomas e ter um transtorno, está pautada principalmente na duração do tempo em que a pessoa está sentindo os sintomas de ansiedade, assim como, de que forma esses sintomas estão influenciando suas relações interpessoais. Para fechamento de diagnóstico é necessário acompanhamento médico e de profissionais da área da saúde. Sentir alguns sintomas presentes em um transtorno de ansiedade não quer dizer que efetivamente exista uma patologia, como aponta Castillo et al (2000):

A ansiedade e o medo passam a ser reconhecidos como patológicos quando são exagerados, desproporcionais em relação ao estímulo, ou qualitativamente diversos do que se observa como norma naquela faixa etária e interferem com a qualidade de vida, o conforto emocional ou o desempenho diário do indivíduo (CASTILLO ET AL, 2000, p. 20 - 23).

A ansiedade é um sentimento que na maior parte dos casos traz consigo uma sensação de medo, tensão, desconforto, gerado por uma necessidade estranha de estar preparado para o perigo, em geral está associada a algo que nem mesmo se conhece (ALLEN et al, 1995; SWEDO et al, 1994). Pode manifestar-se em situações rotineiras em que o perigo e ameaça mínimo pode significar um terror que causa medo de perder o controle, nesse sentido, o prazer pode ser diminuído, assim como, o contato social ou a alegria com descobertas pessoais (SILVA, 2001).

Por mais que a ansiedade apresente sintomas parecidos, não homogeneizar esse sentimento é fundamental em qualquer idade. Os idosos não representam uma categoria única, como ressaltou o Resumo Executivo Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio (2012). Nesse resumo^{1*}, foi ressaltado a importância de não ser generalista, visto que, a diversidade na população idosa, apresenta-se em diversos fatores como por exemplo etnia, saúde, renda, sexo, educação, nível de escolaridade, população urbana ou rural, entre outros.

Pessoas com índices de ansiedade alto, em geral também possuem sentimentos de incapacidade antecipatória, ou seja, questionam as suas habilidades intelectuais. Essa percepção negativa sobre si mesmo, afetam a atenção seletiva obstruindo o raciocínio e a compreensão, na população idosa, poderiam diferenciar uma saúde mental boa de uma comprometida (COES, 1991 in OLIVEIRA et al, 2006).

Grau de Ansiedade em Mulheres Idosas: Principais Fatores

A literatura aponta que a ansiedade é duas vezes maior em mulheres do que em homens (ENNSER & WOLFLER, 2008; MORA, VILALOBOS, ARAYA & OZOLS, 2004; TORIJA, MAYOR, SALAZAR, BUISÁN & FERNÁNDEZ, 2007 in BERNARDINO A. R. P. 2013).

Para explicar essa prevalência, destacam-se os fatores biológicos como por exemplo as alterações hormonais, que em geral ocorrem na menopausa (World Health Organization, 2001). Por conta da baixa de estrogênio dessa fase, sintomas físicos são produzidos, tais mudanças acarretam uma “turbulência hormonal”, gerando sentimento de insegurança, vulnerabilidade, ansiedade, irritabilidade e depressão na mulher. Cada mulher lida com essa fase de uma maneira diferente, não pretende-se aqui homogeneizar essa questão, todavia é necessário permear por esse campo (Souza, 2005).

Outra razão tão significativa quanto a biológica, para o índice de ansiedade estar relacionado ao gênero, é o fator social. É provável que as mulheres, principalmente de baixa renda e que vivem em países subdesenvolvidos, apresentem maior estresse sob o seu papel social, o que influencia diretamente sob o seu cotidiano e na maneira como se veem, tais fatores tornam difícil mudar o ambiente estressante (PRINA et al, 2011). É na terceira idade que quase sempre se aposenta, mesmo a mulher que não desempenha um trabalho, percebe perdas atreladas a essa fase. Os filhos emancipam-se, pessoas queridas e familiares falecem e o sentimento de finitude brota com maior fervor (DENNERSTEIN L. et al, 2002).

A ansiedade entre as mulheres idosas em geral apresenta os seguintes sintomas: propensão a sofrer antecipadamente, se questionam sobre suas habilidades intelectuais, tendência a pensamentos negativos sobre si e sobre o mundo (SOUSA, 2014). Outros sintomas foram percebidos em um estudo com 86 mulheres acerca dos impactos da ansiedade em suas vidas, no qual destacam-se a irritabilidade, a suor excessivo, coração acelerado e uma grande preocupação com problemas de pequena relevância (CALLEGARI et al, 2007).

Inventário de Ansiedade de Aaron Beck (BACK ANXIETY INVENTORY - BAI)

O instrumento para verificar o grau de ansiedade foi o Inventário de Ansiedade de Aaron Beck (BACK ANXIETY INVENTORY - BAI), que contempla 21 questões de múltipla escolha, com principal característica de demonstrar somaticamente os aspectos afetivos e cognitivos, o instrumento tem como principal objetivo mensurar a severidade da ansiedade de um indivíduo, esse instrumento não visa verificar se o indivíduo possui algum transtorno, ele preconiza mensurar o grau de severidade de ansiedade, como é realizado em apenas um momento não deve ser encarado como padrão comportamental.

1 * Publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em Nova York e pela HelpAge International em Londres.

Exercício Projetivo com a Expressão: “Envelhecer é ...”

Nesta etapa, para ter acesso ao conteúdo perceptível e representacional das mulheres idosas relativo a expressão “envelhecer é...”, foi realizada uma atividade embasada na teoria da associação livre de palavras em conjunto com a teoria de núcleo central. A teoria da associação livre de palavras consiste na solicitação ao sujeito que evoque as primeiras palavras que vem a sua mente no momento em que lê a expressão (ex: “envelhecer é...”). No caso dessa etapa da pesquisa, foi realizada por meio da linguagem escrita, todavia, quando a pessoa apresentou alguma condição que impedisse escrita naquele momento, seja pela baixa escolaridade ou visão prejudicada, esse exercício foi realizado por meio da oralidade.

A teoria de núcleo central desenvolvida por Abric (2001;2002), considera que uma representação estrutura-se ao redor de elementos centrais, desta forma, tem-se como resultado um núcleo central e elementos periféricos. O núcleo central tem função geradora, podendo assumir o papel de transformador do significado dos outros elementos. Também funciona como organizador e define os vínculos que ocorrem entre os elementos periféricos (palavras), resultando em uma representação unificada e estável, neste caso, a percepção de um grupo de mulheres idosas participantes de uma Programa Vida Ativa na UENF.

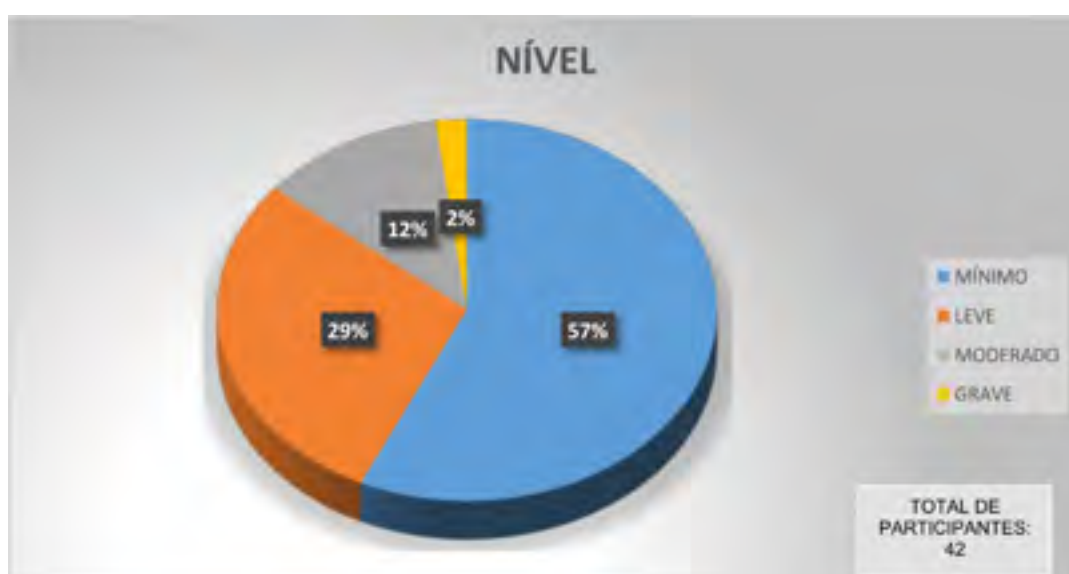
Por meio da associação livre de palavras, foram identificados os elementos do núcleo central a partir de dois critérios: frequência das evocações e ordem média das palavras.

Avaliação do grau/escore de ansiedade do grupo pesquisado

Essa escala não tem como finalidade diagnosticar ansiedade, ou seja, não é definitivo, um resultado grave não indica necessariamente um transtorno, para diagnóstico faz-se necessário acompanhamento psiquiátrico e psicológico. Participaram dessa aplicação 42 mulheres, com idades entre 60 e 80 anos.

Conforme demonstrado no gráfico 01 abaixo, observa-se que 57% das mulheres apresenta o percentual enquadrado no grau mínimo, 29% encontra-se no grau leve, 12% no grau moderado e 2% no grau considerado grave.

Gráfico 1. Resultado do Inventário de Ansiedade de Aaron Beck (BACK ANXIETY INVENTORY - BAI).



Fonte: Elaboração da autora.

Dentre as 42 mulheres (100%), os sintomas que apareceram com maior predominância no inventário foram: “Nervoso” (64%), “Sem equilíbrio” (52%) e “Medo Que Aconteça o Pior” (50%). Considera-se ansiedade clinicamente significativa com início no estágio leve, conforme Pereira et al (2009) apontou, em vista disso, nessa pesquisa tem-se 43% das mulheres (representadas por 18) formando um grupo com escore de ansiedade significativo. Dentre esse grupo a ocorrência dos principais sintomas contidos no inventário foram: em 1º lugar, com 83% das mulheres, tem-se “Sensação de Calor”, “Medo Que o Pior Aconteça” e “Palpitação ou Aceleração do Coração” e “Nervoso”; em 2º lugar com 72% das mulheres tem-se “Assustado” e em 3º com 67% das mulheres tem-se “Sem Equilíbrio” e “Indigestão ou Desconforto do Abdômen”.

Os sintomas com maiores índices no inventário de ansiedade verificados nos resultados alcançados nessa pesquisa também foram vistos nos estudos de Plantureux (1981), onde destaca os seguintes sintomas: episódios de calor intenso, insônia, irritabilidade, insegurança, diminuição do desejo sexual, entre outros, com ocorrência aproximada entre 75 a 80 % das mulheres.

Instrumento “Envelhecer é...”

Obteve-se nessa pesquisa 267 palavras (já somadas a suas repetições) no total, incluindo todas as 42 mulheres.

Tabela 3. Elementos do Núcleo e Elementos Periféricos do Grupo Geral

<i>POSSÍVEIS ELEMENTOS CENTRAIS E PERIFÉRICOS</i>	<i>QUANTAS VEZES APARECERAM</i>
1º LUGAR- Estar saudável	25
2º LUGAR- Vida	23
3º LUGAR- Experiência	17
Felicidade/Feliz/Estar feliz	12
Paz/Estar em paz	10
Alegre/Ser alegre	09
Família	09
Estar na ativa/ Na atividade/Ser ativo	07

Fonte: Elaboração da autora

<i>POSSÍVEIS ELEMENTOS CENTRAIS E PERIFÉRICOS</i>	<i>QUANTAS VEZES APARECERAM</i>
Amor/Amar	07
Aceitar o envelhecimento/Envelhecer	07
Bom	06
Maturidade	06
Normal	06
Liberdade	05
Ter amigos/amigos	05
Estar bem com sigo mesma	04
Aprendizado	04
Privilégio	04
Superar as dificuldades	04
Preocupação	03
Estar independente	03
Forte/Ser forte	03
Paciência	03
Solidão	03
Passear	03
Ter limitações	03
Doença	03
Aproveitar	03
Orgulho	02
Ruim/Muito Ruim	04
Cansaço	02
Viajar	02
Lembranças	02
Experiência	02
Ter dificuldades	02
Conhecimento	02
Acumular juventude	02
Contar histórias	02
Menos responsabilidade/Descompromissar	02
Se divertir	02

<i>POSSÍVEIS ELEMENTOS CENTRAIS E PERIFÉRICOS</i>	<i>QUANTAS VEZES APARECERAM</i>
Harmonia	02
Natural	02
Vida longa	02
Fé	02
Crescimento espiritual	01
Respeito	01
Ajudar	01
Sabedoria	01
Sentir necessidades	01
Compartilhar	01
Controle	01
Dinheiro	01
Descanso	01
Desprendimento	01
Equilíbrio	01
Reconhecimento	01
Rejuvenescer	01
Dádiva	01
Benção	01
Tempo	01
Compreensão	01
Sonhar	01
Remédios	01
Mudanças	01
Presente de Deus	01
Saudade	01
Triste	01
Conhecer-se	01
Servir	01
Falta de energia	01
Prioridade	01
Estar agitada	01

POSSÍVEIS ELEMENTOS CENTRAIS E PERIFÉRICOS	QUANTAS VEZES APARECERAM
Lucidez	01
Beleza	01
Perder a calma	01
Brigar	01
Tranquilidade	01
Evolução	01
Amor à vida	01
Amor ao próximo	01
TOTAL	267

Observa-se que na tabela 3, os elementos com maiores quantitativos que aparecem respectivamente: “Estar saudável” (25), “Vida” (23) e “Experiência” (17).

Entre as 25 mulheres que abordaram a questão “saúde” associada ao que é envelhecer, 09 também relataram a dimensão no qual a saúde faz parte do seu processo de envelhecimento, abaixo alguns relatos:

“Porque com saúde tudo mais é consequência” (M. G. V. 74 anos).

“Envelhecer com saúde é ser feliz e ter prazer em viver” (M. R. D. S. 60 anos).

“Com saúde posso ajudar os outros, caminhar sozinha, orar para os necessitados” (E. M. V. 65 anos).

“Eu preciso ter saúde para desfrutar do amor próprio” (M. R. N. 62 anos).

“Porque estar com saúde é a melhor coisa” (A. D. S. A. 73 anos).

“Estar saudável é importante para curtir minha família e não depender de ninguém” (D. H. S. B. 72 anos).

“Atividade física e alimentação saudável combinam e fazem bem a saúde, temos que envelhecer com saúde” (M. F. S. 63 anos).

“Com saúde posso sair sozinha, me movimentar, trabalhar e ajudar as pessoas” (C. M. D. S. B. S. 60 anos).

“Alimentar-se bem e se sentir saudável é necessário” (N. D. D. S. 70 anos).

Percebe-se a associação de saúde com uma perspectiva positiva, na qual a mulher sente-se autônoma, procura ter uma alimentação saudável e aumento de suas interações sociais.

A palavra “viver” aparece em segundo lugar, sendo repetida 23 vezes. Dentre as 23 mulheres que escreveram “viver”, 09 também colocaram notas sobre a associação entre envelhecer a viver, abaixo alguns relatos:

“Viver bem é acordar, agradecer, partilhar, exercitar ...” (D. D. S. B. 72 anos).

“Para mim viver a vida é descobrir as coisas e conhecer lugares” (D. B. D. O. 63 anos).

“Envelhecer é estar de bem com a vida” (V. L. S. M. 63 anos).

Em terceiro lugar tem-se “Experiência” repetido 17 vezes, sobre a palavra as associações entre ela e Envelhecer são positivas na maior parte das vezes, como pode-se observar nos relatos:

“Porque com o tempo passamos a conhecer as pessoas só no olhar e adquirimos mais experiência, isso torna a vida melhor” (A. M. P. 69 anos).

“A experiência traz conhecimento” (S. M. J. N. 62 anos).

Os principais aspectos negativos encontrados no instrumento foram: “Brigar”, “Perder a calma”, “Falta de energia”, “Triste”, “Remédios”, “Sentir necessidades”, “Muito ruim/Ruim”, “Ter dificuldades”, “Cansaço”, “Doença”, “Ter limitações”, “Solidão” e “Preocupação”. O total dessas repetições corresponde a 9.7% e tem sentido negativo.

“Porque quando estamos velhos sempre adoecemos, ficamos cheios de dores, cansados e desanimados” (M. A. D. L. 61 anos).

“Envelhecer é ter problemas de saúde, de se locomover e etc” (V. L. N. L. 75 anos).

A soma das repetições dos elementos positivos foi de 42%. Considerou-se as seguintes palavra/expressões positivas: envelhecer é “Normal”, é “Aceitar” o processo, é “Natural”, é um “Privilégio”, é “bom”, é “Feliz/Estar feliz”, é “Alegre/Ser alegre”, é “Amor/Amar”, é “Liberdade”, é “Estar bem com sigo mesma”, é “Aprendizado”, é “Orgulho”, é “Se divertir”, é “Harmonia”, é “Equilíbrio”, é “Dádiva”, é “Benção”, é “Presente de Deus”, é “Amor à vida”, é “Amor ao próximo”, é “Tranquilidade”, é “Paz/Estar em paz”, é “Família”, é “Estar na ativa/Na atividade/Ser ativo”, é “Passear”, é “Conhecer-se”, é “Sonhar” e é “Estar independente”.

Correlação e discussão dos resultados

As mulheres com ansiedade moderada ou grave representam 14% (06), as palavras negativas com maior quantitativo de repetições foram: “Solidão” (02), “Muito ruim” (02) e “Doença” (02).

Dentre as 06 mulheres (14%) com ansiedade moderada (05) a grave (01), metade (50%) apresentou alguma palavra negativa em associação ao envelhecimento. No total obteve-se 34 palavras (já somadas a suas repetições) associadas a expressão “Envelhecer é...”, dentre elas 10 (29%) eram conotações negativas e 20 (58%) eram positivas.

Tabela 4. Perfil das mulheres com ansiedade moderada e grave + palavras com perfil negativo presentes nesses grupos + dados sociodemográficos oportunos

PERFIL			
TIPO DE ANSIEDADE	IDADE	ESTADO CIVIL	PALAVRAS + REPETIDAS
MODERADA A GRAVE	ENTRE 60 – 64 ANOS (02), 65 – 69 (02) E 70 – 75 (02)	CASADA (04)	“SOLIDÃO” (02), “MUITO RUIM” (02) E “DOENÇA” (02).

Fonte: Elaboração Autora

Das 03 mulheres (50% - duas do grau moderado e uma do grave) que apresentaram alguma associação negativa ao envelhecimento, todas em seus relatos referem-se a expressão “Envelhecer é” também com negatividade, abaixo os 3 relatos:

“Envelhecer é doença, porque quando estamos velhos sempre adoecemos, ficamos cheios de dores, cansados e desanimados” M. A. D. L. 69 anos, casada, aposentada, reside com cônjuge e possui 1º grau incompleto.

“Envelhecer é triste, tudo muda, sinto falta da juventude” V. F. M. 79 anos, casada, aposentada, reside com cônjuge e possui 2º grau completo.

“Envelhecer é saudade, pois tenho muita saudade da minha mãe, pois tive uma infância muito difícil” E. A. D. S. S. 60 anos, casada, vendedora, reside com o cônjuge e possui 1º grau incompleto.

Observa-se em algumas pesquisas acerca do processo de envelhecimento, que na etapa da velhice existe uma inclinação a modificar a autoimagem, o que resulta em um conceito pouco positivo. As causas para tal ocorrência, de tal fato, ainda permanecem ignoradas (CHRISLER; GHIZ, 1993 apud FRAQUELLI, 2008).

Considerações finais

Esse estudo buscou investigar a correlação existente entre ansiedade e representações de envelhecimento de mulheres idosas perante o seu processo de envelhecimento. O grupo compreendeu 42 mulheres do Programa Vida Ativa na UENF, localizado na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). Trabalhou-se nesse estudo com uma perspectiva de envelhecimento humano como um processo natural, que pertence a mais uma etapa da vida humana. Objetivou-se abordar reflexões críticas para debater antigos paradigmas que associavam envelhecimento com morte, doença, tristeza, isolamento, solidão, última fase da vida, melhor idade, entre outras expressões. Nesse sentido, procurou-se trazer a ideia de um envelhecimento que pode ser encarado como uma fase heterogênea, subjetiva e vivenciada da melhor maneira possível. Todavia, as particularidades negativas desse processo, também foram discutidas.

A hipótese inicial foi confirmada em parte. A maior parte do grupo de mulheres pertencentes ao grau de ansiedade moderada ou grave (14%), também apresentou alguma associação negativa a expressão “Envelhecer é...”. A outra metade não apresentou nenhuma associação negativa. Nos grupos de ansiedade leve ou mínima, uma pequena parcela expôs associações negativas ao envelhecimento.

Envelhecer ativamente, encarando essa etapa como uma fase natural, impulsionou e orientou esse estudo. Verificar se a amostra, apresentava sintomas de ansiedade, bem como, se esse grau estava associado a autoimagem negativa fizeram parte da hipótese. Supondo-se que a autoimagem das mulheres idosas participantes de um programa de terceira idade, pode ser influenciada a partir do grau moderado a grave de ansiedade, perante a percepção das mesmas às crenças negativas do que é envelhecer, norteou esse trabalho.

Por meio dos dados levantados e da conclusão realizada por intermédio da teoria, deseja-se que essa investigação tenha contribuições significativas, possibilitando visualizar a velhice com menos tabus e mais significados. Que novos estudos possam englobar envelhecimento humano a perspectivas positivas, desmistificando ainda mais as barreiras encontradas no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ABRIC JC. A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira ASP, Oliveira DC. Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia (GO): Editora AB; 2002. P. 27-38.
- ABRIC, JC. O estudo experimental das representações sociais. In: Jodelet D. As representações sociais. Rio de Janeiro (RJ): UERJ;2001.
- ALLEN AJ, Leonard H, Swedo SE. Current knowledge of medications for the treatment of childhood anxiety disorders. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry* 1995;34:976-86.
- BANCO MUNDIAL, 2013 In www.brasilpost.com.br. Acesso em janeiro de 2016.
- BERNARDINO A. R. P. Depressão e Ansiedade em Idosos Institucionalizados e não Institucionalizados. Covilhã, Outubro de 2013. DISSERTAÇÃO
- CALLEGARIC, Buttarelli M, Cromi A, Diurni M, Salvaggio F, Bolis P. Female psychopathologic profile during menopausal transition: a preliminary study. *Maturitas*. 2007;56:447-51.
- CASTILLO, Ana Regina GL; RECONDO, Rogéria; ASBAHR, Fernando R and MANFRO, Gisele G. Transtornos de ansiedade. *Rev. Bras. Psiquiatr.* [online]. 2000, vol.22, suppl.2, pp.20-23.
- CHRISLER JC, Ghiz L. Body image issues of olderwomen. *Women & therapy: a feminist quarterly*. 1993; 14 :67-75. In: FRAQUELLI, A. A. Relação entre auto-estima, auto-imagem e qualidade de vida em idosos participantes de uma oficina de inclusão digital. (Dissertação de Mestrado em Gerontologia Biomédica - Instituto de Geriatria e Gerontologia). - Porto Alegre (RS): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2008.
- COES, M. C. R. (1991). Ansiedade: uma avaliação quantitativa de seus efeitos negativos sobre o desempenho no vestibular. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7(2), 137-147. In OLIVEIRA, Katya Luciane de et al . Relação entre ansiedade, depressão e desesperança entre grupos de idosos. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 11, n. 2, p. 351-359, Aug. 2006 .
- COSER O. **Depressão: clínica, crítica e ética**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003 [citado 2013]. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001700006&lang=pt>.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Fapesp, 1999.
- DENNERSTEIN I, LEHERT p, GUTHRIE J. **The effects of the menopausal transition and biopsychosocial factors on well-being**. *Arch Women Ment Health* 2002;5:15-22.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2014. Tábua completa de mortalidade para o Brasil -2014 Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro 2015.
- LEANDRO-FRANCA, Cristineide and GIARDINI MURTA, Sheila. Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2014, vol.34, n.2, pp.318-329. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001152013>.
- PLANTUREAUX G. **Cadernos de Enfermagem - Ginecologia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Masson; 1981. 151 p.

PRINA AM, Ferri CP, Guerra M, Brayne C, Prince M. Prevalence of anxiety and its correlates among older adults in Latin America, India and China: cross-cultural study. *Br J Psychiatry*. 2011;199(6):485-91

SILVA, Ana Beatriz B. *Mentes ansiosas: medo além dos limites*. Rio de Janeiro – Objetiva, 2001.

SOUSA M. C. C. *Comorbidade e relação temporal entre ansiedade e depressão em idosos institucionalizados*. Coimbra, 2014. Dissertação

SOUZA, Carmen Lúcia. *Transição da menopausa: a crise da meia-idade feminina e seus desafios físicos e emocionais*. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 1, n. 2, p. 87-94, dez. 2005 .

SWEDO SE, Leonard HL, Allen AJ. New developments in childhood affective and anxiety disorders. *Curr Probl Pediatr* 1994;24:12-38.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DEPOIS DA LEI 11.340/2006: VISIBILIDADE OU INEFICÁCIA?

RIZO, Suélen Alexandre

*Estudante de Graduação na Universidade São Camilo- ES
Suelena.rizo@gmail.com*

PASCHOAL, Evelyn Ferreira Scheidegger

*Estudante de Graduação na Universidade São Camilo- ES
evelyn-fs2010@hotmail.com*

SALAROLLI, Letícia Lourencini

*Estudante de Graduação na Universidade São Camilo- ES
leticia.salarolli@hotmail.com*

RESUMO

Muito se vem discutindo a respeito da desigualdade de gênero e da violência doméstica. Decorrente de uma sociedade machista que faz com que muitos homens pensem ser donos de suas companheiras e sintam-se no direito de infringir contra elas a violência, nos últimos doze anos, mesmo com a criação da lei 11.340/06, ainda há o aumento dos dados referentes à violência doméstica. Este trabalho tem como intenção fazer uma análise hipotética sobre essa constatação, buscando compreender se a possibilidade de estabelecer se esses dados são decorrentes de uma maior visibilidade dada a violência, que assim, permite a conscientização das mulheres para a compreensão da situação, ou se trata de ineficácia dos meios estatais. Outro ponto estabelecido foi a ineficácia das medidas protetivas que têm como objetivo afastar o agressor das vítimas e as mídias sociais e personalidades públicas que servem de influência para vítimas de todo o Brasil que sofrem agressões.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Lei 11.340/06. Mídias Sociais. Ineficácia. Medidas Protetivas.

ABSTRACT

Much has been said about gender inequality and domestic violence. Due to a macho society that causes many men to think they own their partners and feel the right to violate violence against them, in the last twelve years, even with the creation of law 11.340 / 06, there is still an increase in data on domestic violence. This study aimed to make a hypothetical analysis about this finding, trying to understand if the possibility of establishing whether these data are due to a greater visibility given the violence, which, thus, allows the women's awareness to understand the situation, or is it inefficiency of state resources. Another point established was the ineffectiveness of the protective measures that have as objective to distance the aggressor from the victims and the social media and public personalities that serve as an influence for victims of all Brazil who suffer aggression.

Key-words: Domestic violence. Law 11,340 / 06. Social Media. Ineffectiveness. Protective Measures

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero existe na sociedade desde que esta passou a ser reconhecida, bem como a própria violência doméstica que é resultado desta. Este problema não é atual, não advém com a modernidade fruto do século XXI.

Seja pela educação machista que, ao longo dos anos, é passada de pai para filho, que culmina no desejo de posse que muitos homens têm em relação as suas companheiras, atualmente vivemos em um cenário onde muitas mulheres vivem subjugadas a seus companheiros por intermédio da violência seja ela física, verbal, moral ou sexual.

No Brasil, desde 2006 existe a Lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha que foi criada com o intuito de coibir a violência no âmbito familiar. Essa coibição veio por intermédio da modificação da forma do processo em casos onde ocorra esse tipo de violência.

No entanto, mesmo com a vigência da lei, observa-se que nos últimos 12 anos, ainda há um grande número de morte de mulheres no Brasil. De acordo com o Mapa da violência de 2015: Homicídios de mulheres no Brasil, em 2005 houve 3.884 casos de mulheres mortas no Brasil e em 2006- ano que a lei foi sancionada - 4.022 casos, abaixando no ano seguinte para 3.772 casos e voltando a aumentar em 2008 para 4.023 casos. O mapa fez o levantamento até o ano de 2013 que fechou com 4.762 casos. (WAISELFSZ, 2015)

Este trabalho, tem-se como intento entender se o aumento dos casos se dá em decorrência da ineficácia da lei, ou se devido a conscientização das mulheres em denunciar os seus agressores.

METODOLOGIA

A meta para este trabalho foi de fazer uma análise hipotética sobre a constatação do aumento da violência doméstica, buscando compreender se a possibilidade de estabelecer se os dados referentes à violência de gênero são decorrentes de uma maior visibilidade dada à própria violência, que assim, permite uma maior conscientização das mulheres para a compreensão de sua situação, ou se trata de ineficácia dos meios estatais de proteção à mulher, e erradicação da violência doméstica. Empregou-se a metodologia do múltiplo dialético, ideal para o confronto de hipóteses teóricas dentro de um cenário de complexidade social. Para tanto, fez-se um estudo sobre os principais adventos da lei 11.340/06, que teve a inovação das medidas protetivas previstas nela na perspectiva da criminologia feminista.

DISCUSSÃO

DESIGUALDADE DE GÊNERO

A desigualdade de gênero persevera por anos, e tem origem uma sociedade andocêntrica, qual a divisão dos papéis sociais de homens e mulheres era desproporcional e invisibilizadora. Essas sociedades se pautaram no mito de que os homens eram mais fortes, mais inteligentes e aptos para trabalhar fora do espaço doméstico, “dono” da esposa e filhos. Por outro lado, a mulher era submissa ao marido, sendo vista como frágil, biologicamente afeita aos trabalhos domésticos, como cuidar da família, reproduzir, não tendo direito à opinião e nem se impor.

Dessa forma, Costa (2008, p.4) explica que “quando falamos relações de gênero, estamos falando de poder. À medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal”.

Na atualidade, o cenário não é totalmente diferente, já que nos deparamos frequentemente com questões de desigualdades entre gêneros no trabalho, na política e na própria casa.

No dia 20 de setembro de 2014, na sede da ONU, em Nova York, a atriz Emma Watson falou para dezenas de pessoas sobre feminismo e igualdade de gênero no mundo do trabalho.

Eu comecei a questionar as suposições com base nos gêneros muito tempo atrás. Quando eu tinha 8 anos eu fiquei confusa por ser chamada de mandona por querer dirigir as peças que apresentariamos aos nossos pais. Mas com os meninos não aconteceu. Aos 14, comecei a ser sexualizada por alguns elementos da mídia. Aos 15, minhas amigas começaram a largar os times esportivos porque não queriam parecerem musculosas. Aos 18, meus amigos homens eram incapazes de expressar seus sentimentos. (ONU MULHERES BRASIL, 2014)

A obra de Simone de Beauvoir foi de grande importância para essa luta. Seu livro o “Segundo sexo” publicado em 1949, foi considerado um marco para o movimento feminista. Sua frase mais polêmica de seu livro é, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (AMARAL, 1967, P.9). Afirmou-se, assim, que não há nenhum fator natural que determine o papel que a mulher deve ocupar na sociedade, ou seja, a sociedade modela fazendo ela se tornar o que é, com bases machistas que acreditam ser o correto, elas são construídas socialmente como um ser inferior, ocupando um papel abaixo da sua condição, sendo qualificada a partir do masculino.

(...) Simone não dispunha do termo gênero, mas ela conceituou gênero, ela mostrou que ninguém nasce mulher, mas se torna mulher e, por conseguinte, ninguém nasce homem, mas se torna homem, ou seja: ela mostrou que ser homem ou ser mulher consiste numa aprendizagem. As pessoas aprendem a se conduzir como homem ou como mulher, de acordo com a socialização que receberam, não necessariamente de acordo com o seu sexo (MOTTA, SARDENGERG, GOMES, 2000, p. 23).

Há prejuízos para todos com essa desigualdade, mas principalmente para as mulheres, pela sua condição feminina. Dados do IBGE confirmam que as mulheres passam 73% a mais de horas com afazeres domésticos, são tratadas de forma diferente no local de trabalho sendo seu salário inferior ao do homem, ocupam somente 10,5% dos Cargos da Câmara dos Deputados e 39,1% dos cargos gerais de chefia.

Em função da carga de afazeres e cuidados, muitas mulheres se sentem compelidas a buscar ocupações que precisam de uma jornada de trabalho mais flexível (...) mesmo com trabalhos em tempo parcial, a mulher ainda trabalha mais. Combinando-se as horas de trabalhos remunerados com as de cuidados e afazeres, a mulher trabalha, em média, 54,4 horas semanais, contra 51,4 dos homens. (IBGE, 2018)

Uma das consequências dessa desigualdade é a violência, nesse caso a violência de gênero é uma questão cultural, uma forma dos homens exercerem sua dominação para com a mulher, mostrando ser superior, acreditando ter o direito de violentá-la e a culpando por tal ato. Além da violência física, isso acarreta violência emocional, psicológica, chegando a afetar não somente a vítima, mais os familiares e a sociedade.

A visão tradicional do que é ser homem e do que é ser mulher continua forte entre os homens. Por um lado, a construção da masculinidade ainda está relacionada a experiências de violência e pela repressão aos sentimentos. Pelo outro, homens consideram que as mulheres sejam responsáveis pelos cuidados com a casa e sigam determinados padrões de comportamento, como não sair sem o marido. (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2013, P. 19)

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015, foi registrado 01 estupro a cada 11 minutos. (VELASCO,2018) A cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física,

segundo os (Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha, 2018). De acordo com o mapa de Violência de 2015, 13 mulheres morreram todos os dias vítimas de Feminicídio, isto é, assassinato em função de seu gênero. Cerca de 30% foram mortas por parceiro ou ex. Ocorreu um aumento de 21% em relação a década passada, as mortes só estão aumentando. Somente em 2015, a Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180, realizou 749.024 atendimentos, ou 01 atendimentos a cada 42 segundos. Desde 2005, são quase 5 milhões de atendimentos. (VELASCO,2018).

A violência no âmbito familiar gerada pela desigualdade de gênero já era um assunto bastante discutido em convenções das Nações Unidas, como exemplo na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, que ocorreu em Viena, no ano de 1993.

Um ano após a conferência de Viena, em 1994, ocorreu em Belém do Pará a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, que reconheceu a violência contra a mulher como violação de direitos humanos.

Assim, em decorrência desta convenção a lei “Maria da Penha” foi criada com o intuito de evitar, erradicar e punir a violência de gênero, no entanto nota-se que o Brasil enfrenta sérios problemas relacionados a esse tipo de violência, onde se foi criada soluções para tentar erradicar e a maior força para essa solução está na Lei. A Lei Maria da Penha foi criada exclusivamente para essa proteção.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E ALTERAÇÕES DA LEI 11.340/06

A lei 11.340/06, mais conhecida como lei Maria da Penha, foi criada após anos de violência e morte de mulheres por todo o Brasil, e teve como principal protagonista uma mulher que sofreu na pele a violência de gênero e viu seu então agressor não ser punido de maneira da qual pensava ser suficiente. Maria da Penha Fernandes então, lutou durante anos até ver uma lei própria para esses tipos de crimes ser criada, alterando diversos assuntos processuais e penais e incluindo principalmente as medidas protetivas, que tem como intuito principal afastar o agressor da vítima, fazendo-o cessar a agressão.

Na base processual, antes de 2006 casos de violência doméstica eram processadas pela lei 9.099/95 (Juizados especiais criminais) para crimes de menor potencial ofensivo, o que ficou impossibilitado com o advento da lei que proibi tal ato, de acordo com o art. 41, lei 11.340/06. (BRASIL, Lei 11.340, 2006). Era permitido também a aplicação de pena pecuniária, desistência da vítima em fazer a denúncia, permitia-se também que as vítimas entregassem aos acusados intimações, não eram permitidas prisões em flagrante ou conversão em preventiva e por fim não havia previsão de medidas protetivas. Tudo isso veio a mudar após a criação da lei 11.340/06 onde penas pecuniárias foram proibidas, a desistência da vítima em fazer a denúncia passou a ser “condicionada” a uma desistência mediante à um juiz em audiência específica.

Há também a proibição da vítima em entregar a intimação e a previsão de medidas protetivas, onde é determinado pelo juiz o afastamento do acusado.

Importante também foi a modificação no quantum de pena previsto para esses crimes que eram de mínimo de 06 meses e máximo de 01 ano e passou a ser mínimo de 03 meses e máximo de 03 anos, além da previsão no Código penal como agravante de pena.

Todas essas modificações feitas pela lei, trouxeram maior segurança as mulheres ao fazer uma denúncia em caso de violência, pois, assim a vítima poderia ter certeza que o seu agressor não terminaria o processo, anos depois pagando uma pena pecuniária ou cestas básicas. (COTIADIANO DIREITO DAS MULHERES. 2015).

INEFICÁCIA OU CONCIENTIZAÇÃO: PORQUE OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA NÃO DIMINUEM?

A lei 11.340/06 foi criada com o objetivo de reprimir a violência infringida sobre as mulheres em ambiente doméstico em suas variadas formas, no entanto para se analisar os números referentes a violência contra mulheres no Brasil atualmente, faz-se necessário explorar o Mapa da violência de 2015: Homicídios de mulheres no Brasil, que traz uma análise compreensiva da violência doméstica contra mulheres.

Este documento demonstra que de 2006 a 2013, período de vigência da Lei Maria da Penha, houve um significativo aumento de casos de morte de mulheres no Brasil que foi de 4.022 casos em 2006 para 4.762 casos em 2013, ano de fechamento do documento. (WAISELFISZ, 2015)

Estes dados não são absolutos, haja vista que o mapa da violência traz dados referentes a mortandade de mulheres, mas podemos afirmar que o homicídio é o último estágio da violência, podendo então, ser um número bem maior se levado em consideração casos onde as mulheres não fazem a denúncia, retiram a representação ou simplesmente representam a denúncia a julgar pelo fato de que não há documento que informe precisamente esses dados a nível Brasil.

“Mas delimitar conceitualmente as categorias de análise resulta relativamente simples diante da tarefa de contar com dados confiáveis para analisar a questão. Como bem aponta Wânia Pasinato²: “Um dos maiores desafios para a realização desses relatórios é a falta de informações oficiais sobre essas mortes. As estatísticas da polícia e do Judiciário não trazem, na maior parte das vezes, informações sobre o sexo das vítimas, o que torna difícil isolar as mortes de mulheres no conjunto de homicídios que ocorrem em cada localidade. Além disso, na maior parte dos países não existem sistemas de informações judiciais que permitam conhecer quantos processos judiciais envolvendo crimes contra mulheres chegam a julgamento e quais as decisões obtidas.” (WAISELFISZ, 2015)

Apesar de o número de denúncias ter aumentado não é o suficiente, pois o número de mulheres que sofrem violência e não denunciam cresce cada vez mais. Estudos mostram que mais de 13,5 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de agressão, sendo que 65% desse total foram agredidas por seus próprios parceiros, ou seja, por marido, companheiro ou namorado. Do total de mulheres que já sofreram violência doméstica, cerca de 35% procuraram uma delegacia e oficializaram uma denúncia formal, enquanto o restante preferiu procurar ajuda com familiares, amigos, religião, ou não procurar ajuda nenhuma. (DATASENADO, 2013).

Os dados são alarmantes, porém não são absolutos, tendo em vista a falta de representação da vítima, condicionada ao seu desacreditar na justiça. Palavras de Máira Liguori, diretora da ONG Think Olga, para entender melhor este cenário.

Quando uma mulher denuncia assédio, ela sofre violência em dobro. Vão questionar suas vestimentas, sua conduta, o horário em que ela estava na rua, vão minimizar seu relato, questionar sua palavra. E isso acontece em todas as instâncias, do ambiente doméstico à delegacia, passando pelo hospital (LIGUORI, 2018)

Outro motivo para a falta de denúncia é a ligação com o agressor, tanto emocional, confundindo violência com excesso de amor e zelo, e financeira, sendo eles em alguns casos a fonte de sustento da família. A vergonha também entra neste patamar, pois vivemos em uma sociedade que não assume a responsabilidade dessa violência e julgam aqueles que tomam alguma providência, isso advém de princípios machistas. Esses paradigmas somente serão quebrados com a educação, quando alcançarmos a igualdade que a Constituição Federal nos garante,

também há a necessidade de denunciar e a efetivação da Lei Maria da Penha. A pesquisa do DataSenado que o principal motivo é o medo do agressor, tendo sido apontado por 74% das entrevistas. (DATASENADO, 2013).

Pode-se dizer que este problema está relacionado a sociedade, pois os motivos mais evidentes para tal, é a cultura machista existente no mundo, que faz o homem acreditar que a mulher seja um objeto de dominação.

Existe na sociedade uma cultura machista, onde o homem manda na mulher, ela é vista como um objeto. Ou seja, ainda temos uma cultura da dominação do macho. Quando essa cultura machista é associada a problemas como drogas, alcoolismo, estresse, desemprego e outros fatores o homem descarrega na mulher toda agressividade. Assim como vivemos num mundo de cultura machista, a mulher é também educada para ser compreensiva e dócil com seu marido. (BULHÕES, 2014).

Neste sentido, se a lei foi criada para coibir a violência contra a mulher porque ainda há o aumento dos casos de homicídio e violência contra as mulheres?

Não seria prudente afirmar que este aumento se dá exclusivamente em razão da ineficácia da lei 11.340/06, pois houve uma reformulação positiva a fase processual, no entanto, a dados que demonstram certa ineficácia das medidas protetivas previstas na lei. Nádia Gerhard explica a respeito da ineficácia dessas medidas previstas na Lei 11.340/2006:

As estatísticas comprovam que a simples Medida Protetiva de Urgência não tem alcançado a segurança e a tranquilidade que as mulheres que se encontram em tal situação merecem. Observa-se que, mesmo “amparadas” por tal instrumento, muitas vezes as mulheres voltam a ser agredidas, violentadas e até mesmo assassinadas pelos mais diversos motivos. O fim de um relacionamento, uma desavença conjugal, um sentimento de posse e propriedade sobre a companheira são razões que têm levado muitas mulheres às agressões constantes e, em muitos casos, à morte. (GERHARD, 2014, p. 84)

Neste sentido pode-se afirmar a dificuldade Estatal em manter tais medidas protetivas, mesmo que determinadas no tempo especificado pela lei, tem-se a dificuldade na fiscalização e manutenção, haja vista, que no momento que o juiz determina o afastamento do agressor não há como fiscalizar 24 horas por dia o cumprimento desta. Mesmo que haja determinação legal para o caso de descumprimento da medida, há casos onde o agressor descumpri tal medida e acaba se excedendo, podendo causar até mesmo a morte da mulher. (BRASIL, 2006).

[...]ainda que as medidas protetivas sejam deferidas no tempo previsto, a eficácia dessas esbarra na falta de fiscalização do cumprimento das mesmas, pois não há efetivo suficiente para o policiamento frequente e o atendimento contínuo às ofendidas a fim de que se assegure que os agressores não voltarão a violentá-las. A polícia não tem estrutura para acompanhar e dar suporte a todos os casos e violência contra a mulher, faltando desde servidores até viaturas para viabilizar esse tipo de fiscalização. (GERHARD, 2014, p. 86)

Outro ponto importante é a criação e funcionamento das delegacias e varas especiais de proteção à mulher que são criadas- ou deveriam ser- que nem sempre funcionam como deveriam ou até mesmo não são em quantidade necessária e suficiente e que em muitos casos existem somente em grandes capitais.

As Delegacias de Polícia especializadas na proteção à mulher, nem sempre funcionam com a estrutura desejável e a criação de Varas judiciais especializadas (com a retirada do julgamento das varas criminais, sem vocação para essa matéria, como ocorre atualmente), é tímida, a despeito das recomendações, nesse sentido, oriundas do

Conselho Nacional de Justiça. Não basta a lei. Há que se contar, necessariamente, com a vontade política do Estado. (PINTO, Ronaldo Batista, 2016)

Por outro lado, no decorrer dos anos o acesso às informações se tornou algo mais acessível, tendo em vista internet e a mídia, que são influenciadores na sociedade. A divulgação pelos meios de comunicação é constante, trazendo casos reais de vítimas dessa violência, meios de combate e incentivos para que a mulher não se encolha e aceite, e sim represente contra o seu agressor.

Uma grande influência são pessoas públicas vítimas de violência doméstica, que representaram e contam em redes sociais sua experiência, divulgando tudo o que passou e como conseguiu superar, mostrando que a melhor via para solucionar o problema em casos de agressão é a justiça, causando assim um impacto em outras mulheres que tomam a mesma atitude, pois é uma questão de identificação de suas histórias.

Mulheres como Luiza Brunet, Amber Heard, Brooke Beaton, Rhianna, são exemplos de que não é preciso se manter em silêncio, que mulheres que sofrem algum tipo de violência doméstica, podem e devem denunciar seus agressores para que as agressões se cessem e elas sejam protegidas pelas autoridades competentes. (BOL-UOL, 2017).

O movimento feminista também é um grande influenciador, pois o mesmo prega a igualdade de gênero, uma política de enaltecimento feminino que é totalmente contrária à violência doméstica.

Sendo assim, não se pode afirmar que a lei “Maria da Penha” ou as medidas protetivas são ineficazes e muito menos que as mídias sociais e televisivas têm sido grandes incentivadoras, para este aumento, no entanto entende-se que com a edição e entrada em vigor da lei, as mulheres têm sim tido maior confiança em denunciar, aumentando assim gradativamente os números, como explica Ronaldo Batista, Promotor de Justiça de São Paulo.

Ocorreu, na verdade, é que após a edição da lei mulheres que, até então, não denunciavam seus agressores, sentiram-se estimuladas a fazê-lo, inflando, assim, as estatísticas sobre a violência. Não foi, portanto, a violência que aumentou senão o número de denúncias. (PINTO, Ronaldo Batista, 2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se que a desigualdade de gênero se faz presente no mundo desde que a sociedade passou a ser reconhecida e por intermédio desta violência doméstica que é fruto da própria desigualdade de gênero vem alcançando números espantosos em diversas estatísticas feitas no Brasil.

Essa desigualdade que se correlaciona diretamente com a cultura machista introduzida nos seios familiares perpetuou durante anos, passando de geração em geração fazendo com que homens pensassem ser donos de suas esposas e elas por pensarem ser dependentes destes se sujeitaram ano após ano a diversos tipos de violência, que em muitos casos resultavam em morte.

Sendo a violência doméstica um mal que deve ser combatido não por um Estado, mas sim por todos, viu-se que declarações e convenções de conteúdo de direitos humanos empregaram-se nos últimos anos a combater tal violência, destarte a convenção de Belém do Pará de 1994 que reconheceu e até mesmo tipificou a violência doméstica, explicando quais eram suas vertentes, enunciando que os Estados eram responsáveis por criação de meios que inibisse a violência de gênero.

Assim, em decorrência desta convenção, foi criada a lei 11.340 no ano de 2006, conhecida como lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibição dessa violência, como mudança no processamento do acusado que ficou proibida de ser processada pela lei 9.099/95, lei de juizados especiais, previsão de medidas protetivas, bem como dificultando para a vítima a desistência de continuar o processo ao retirar a representação.

No entanto visto ao logo desta pesquisa observa-se que mesmo com a lei, introduzida no ordenamento jurídico desde 2006 ainda há um aumento expressivo nos casos de violência doméstica ao longo desses anos, gerando uma dúvida a respeito do aumento, é a conscientização ou a ineficácia da lei que acarreta o aumento?

Esta questão serviu de tema para a pesquisa, no entanto, seria imprudente afirmar ou não que a lei é ineficaz, haja vista que em grande parte a lei melhorou a forma do processo, todavia pelo déficit de fiscalização as medidas protetivas ainda não são totalmente eficazes, em muitos casos o agressor infringi a medida protetiva simplesmente com o objetivo de fazer mal a vítima, até mesmo por vingança por ter sido denunciado, e em alguns casos termina com a morte da vítima, ou seja, a medida protetiva seria eficaz para homens que quisessem respeitá-las e afastar-se da vítima, entretanto caso não queira a falta de fiscalização não impediria.

Por outro lado, pode-se ver que nos últimos anos a mídia televisiva e social tem feito um papel significativo na conscientização das vítimas ao incentiva-las a denunciar e até mesmo atrizes vítimas de tal violência que criam coragem em denunciar e divulgar o seu lema servem de inspiração para diversas mulheres ao fazer o mesmo.

Assim, não há como definir o que é responsável pelo aumento, podendo ser tanto a conscientização como ineficácia das medidas protetivas previstas pela lei 11.340/06.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A.L.; BEAUVOIR, S. **Ninguém nasce mulher, torna-se mulher**; 2008. Disponível em: ninguem-nasce-mulher-tornase-mulher-244344. Acesso em 27 mai. 2018.

BOL .UOL. **15 famosas que já foram agredidas por seus companheiros**. BOL. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/bol-listas/15-famosas-que-ja-foram-agredidas-por-seus-companheiros.html>> Acesso em: 05 de Junho de 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.html> Acesso em: 25 mai 2018.

BULHÕES. **Causas e consequências da violência doméstica**. Disponível em: <<http://ongmaria.blogspot.com.br/2009/10/causas-e-consequencias-da-violencia.html>> Acesso em. 05Junho.2018

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008.

Cotidiano direito das Mulheres Notícias. 2015. **O que mudou com Lei Maria da Penha**. Disponível em:< <http://www.justicadesaia.com.br/o-que-mudou-com-a-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

DATASENADO. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Secretária da Transparência. 2013**

GERHARD, Nádia. **Patrulha Maria da Penha: O impacto da ação da Polícia Militar no enfrentamento da violência doméstica**. Porto Alegre: AGE e ediPUCRS, 2014. pg. 84.

GERHARD, Nádia. **Patrulha Maria da Penha: O impacto da ação da Polícia Militar no enfrentamento da violência doméstica**. Porto Alegre: AGE e ediPUCRS, 2014. pg. 86.

IBGE- Instituto Brasileiro de geografia e estatística. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**; N°38 . Publicado em 18 de maio de 2018. 2018 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf> Acesso em 27/05/2018

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_TCU_2_017_20180517.pdf> Acesso em: 05 de junho de 2018.

INSTITUTO AVON/ DATA POPULAR. Homens sobre a violência doméstica contra a mulher, 2013. Disponível em: <<http://centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf>>. Acesso em: 05/10/2018.

MOTTA, A. B.; SARDENBERG, C.; e GOMES, M. (orgs). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas** . Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

ONU MULHERES BRASIL. 2014, Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/discorso-de-emma-watson-embaixadora-da-boa-vontade-da-onu-mulheres-no-lancamento-da-campanha-heforshe/>>. Acesso em: 21/05/2018

PINTO, Ronaldo Batista. **Lei Maria da Penha e seus dez anos de vigência**. 2016. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_27198890_LEI_MARIA_DA_PENHA_E_SEUS_DEZ_ANOS_DE_VIGENCIA.aspx>. Acesso em: 05/09/2018.

Relógios da Violência Instituto Maria da Penha.2018. Disponível em:< <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>>. Acesso em 08/06/2018.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. **Cresce o nº. de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de Femicídio são subnotificados**. G1 Globo, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-femicidio-sao-subnotificados.ghtml>>. Acesso em: 25/05/2018

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015 - homicídio de mulheres no Brasil**.2015

MISS GAY MATO GROSSO - ATOS PERFORMÁTICOS DE GÊNERO E MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA

MURYLLO RHAFEL LORENSONI

*Doutorando do Programa de Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO UFMT
mlorensoni@hotmail.com*

JOSÉ SERAFIM BERTOLOTO

*Professor do Programa de Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO UFMT
serafim.bertoloto@gmail.com*

RESUMO

O presente texto visa discutir valores sociais e relações de poder por meio de marcadores sociais de diferença, tais como gênero, raça, sexo e classe social nos concursos de Miss Gay Mato Grosso. O que se objetiva é analisar os discursos que são construídos em torno da categorização de gênero por parte das candidatas do concurso de beleza gay. Sendo assim, este trabalho é resultado de pesquisa qualitativa guiada pelo viés antropológico e dos estudos de gênero acerca dos valores e simbolismos que lhe são atribuídos no processo de construção de identidades.

Palavras-chave: Miss Gay, Performance, Marcadores sociais, Queer.

ABSTRACT

The present text aims to discuss social values and power relations through social markers of difference, such as gender, race, sex and social class in the miss gay mato grosso competitions. what is aimed at is to analyze the discourses that are constructed around the gender categorization by the candidates of the gay beauty pageant. thus, this work is the result of qualitative research guided by the anthropological bias and of the gender studies about the values and symbolisms that are attributed to it in the process of identity construction.

Key-words: Miss Gay, Performance, Social bookmarks, Queer.

Os concursos de Miss

Este trabalho de pesquisa foi elaborado a partir de entrevistas realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2016. Tais entrevistas tiveram por intenção contribuir para o projeto de pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvido por este pesquisador. A experiência dos sujeitos em concursos de beleza gay foi o principal requisito para a escolha das pessoas que seriam entrevistadas. Na ocasião foram entrevistados: Warner Willon, coordenador do Concurso Miss Mato Grosso desde 1988, Luis Polastro, coordenador nacional do Concurso Miss Brasil Gay Universo, Isabelly Castro, Miss Gay Rio Grande do Sul 2016 e Samylla Kessen, Miss Gay Mato Grosso 2016.

O presente texto visa discutir valores sociais e relações de poder por meio de marcadores sociais de diferença, tais como gênero, raça, sexo, geração e classe social nos concursos de Miss Gay Mato Grosso. O que se objetiva é analisar os discursos que são construídos em torno da categorização de gênero por parte das candidatas do concurso de beleza gay. Sendo assim,

este trabalho é resultado de pesquisa qualitativa guiada pelo viés antropológico e dos estudos de gênero acerca dos valores e simbolismos que lhe são atribuídos no processo de construção de identidades.

O concurso de Miss Gay

Ser Miss para mim é mais que uma realização, é estar conectada comigo mesma, com minha essência, a realização de um sonho que sempre tive desde criança. Ser Miss Gay é representar a minha classe e mais do que isso é poder mostrar que todos nós podemos ser quem quiser. (Izabelly Castro, Miss Rio Grande do Sul Gay, em entrevista concebida ao pesquisador em 02/10/2016)

Além de serem tradição mundial, os concursos de beleza são espaços de afirmação do gênero. No Brasil, a eleição de misses sempre esteve associada às festividades urbanas dirigidas a uma classe segmentada. Na contramão disso, os concursos de Miss Gay evidenciam o homossexual dando à classe um momento de protagonismo, onde algumas conjunturas sociais são ressignificadas diante de tal contexto. Atualmente, o Brasil conta com 28 versões de concursos de beleza com temática gay, cada um evidencia, ao seu modo, uma categoria dentro do universo homossexual. Em 1976 aconteceu a primeira edição do Miss Brasil Gay, em Juiz de Fora, Minas Gerais, organizado por um grupo de amigos em prol da escola de samba cujo nome é G.R.E.S. Juventude Imperial, que se encontrava em dificuldades financeiras. O evento surge com o objetivo de angariar recursos financeiros para a escola de samba e conseqüentemente como tentativa de profissionalização de uma brincadeira que já acontecia frequentemente da casa de alguns homossexuais da época, naquele momento as concorrentes eram definidas pela mídia e pela audiência do concurso como travestis, categoria que seria alterada para transformistas com o passar do tempo e os avanços da diversidade de gênero.

O Miss Gay Mato Grosso é um evento tradicional no estado e se tem registros de que o concurso acontece desde 1986, segundo o coordenador do concurso Miss Mato Grosso Warner Willon. O certame ocorre geralmente no mês de agosto, anualmente, e elege o mais belo transformista mato-grossense, contando com representantes das mais variadas cidades do estado de Mato Grosso. As candidatas se reúnem dias antes da apresentação final, e passam por um período de confinamento, o qual exige atenção e empenho total ao concurso. Os requisitos e a mecânica são idênticos aos utilizados em concursos de miss tradicionais e convencionais, sendo que a comissão julgadora avalia os trajes utilizados pelas candidatas, a saber: traje típico e traje de gala, e os quesitos de beleza, elegância, postura, carisma e desenvoltura das candidatas.

O evento possui diversas apresentações artísticas cômicas e dramáticas realizadas por drag queens, transformistas e travestis, que mobiliza centenas de moradores e turistas a torcerem por suas candidatas e manifestar apoio ao movimento gay.

Os valores e significados de uma cultura se apresentam como constituintes de uma identidade e memória por meio de seus patrimônios culturais. Assim, percebemos uma crescente valorização de ações que engendram a identidade e os valores culturais de um povo. Em relação a isso, Geertz (1989, p. 1989) sublinha que “Sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura, não haveria homens”. A importância está no fato do concurso permitir a diferentes grupos sociais expressarem suas identidades. E, ao mesmo tempo, provarem como a realidade é socialmente construída, tecida e retecida de maneira contrastiva.

Observa-se, neste sentido, as grandes transformações pelas quais a pós-modernidade vem passando ao passo em que não há barreiras ou limites geográficos e devido à comunicação de massa, as mídias digitais, em especial as redes sociais, tais ações reverberam e expandem

seu alcance de modo a construir e disseminar ideais e identidades culturais diversas. Neste contexto, os concursos de beleza são compreendidos como patrimônios culturais por meio de sua tradicionalidade e repercussão local, estadual, nacional e internacional.

Este trabalho reveste-se de importância ao apresentar a crescente valorização social dos concursos de Miss Gay no estado de Mato Grosso. O evento tem sido atribuído aos bens e tradições que representam identidades culturais e manifestam o passado histórico de grupos sociais. Geertz (1989, p. 48) afirma que:

Alimentar a ideia de que a diversidade de costumes no tempo ou espaço, não é simplesmente uma questão de indumentária ou aparência, de cenários e máscaras de comediantes, é também alimentar a ideia de que a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão.

É nesse contexto, de tradição e identidade de um evento presente na cidade há mais de trinta anos, que o Concurso Miss Gay Mato Grosso é percebido como patrimônio cultural. Entretanto, questiona-se a maneira pela qual o concurso realmente faz parte da vivência da população e se ele representa o que a grande parte da população pensa sobre homossexualidade, diferenças e identidades. Faz-se tal indagação, uma vez que o evento parece não repercutir socialmente, tendo em vista que o concurso não ganha os holofotes da mídia e tem como audiência apenas uma pequena parcela pouco de expectadores, e quais valores sociais e relação de poder esses concursos engendram, tendo em vista que os próprios atores do certame evidencia/reproduzem os marcadores sociais de diferença.

Dos estados brasileiros se apresentam...

Os concursos de beleza possuem uma mecânica própria que engendra a ideia de nacionalismo e patriotismo por meio de candidatas que representam sua cidade, estado ou país de origem. Cada versão de concurso possui seu próprio regulamento que rege as questões de eleição ou representação de cada candidata relacionado à origem. Os concursos de Miss Gay, geralmente, possuem candidatas naturais de suas respectivas cidades/estados/países, visto como condição ideal de uma representante no certame. Além dessas representantes, o concurso também aceita candidatas “biônicas”, termo utilizado para descrever candidatas que representam federações que não são de sua origem. Segundo o coordenador do Concurso Miss Brasil Gay Universo, Luiz Polastro, em entrevista a este pesquisador no dia 21/09/2016: “Praticamente todos os concursos de beleza do mundo possuem candidatas biônicas, porque não são todos os lugares que elegem suas representantes. O fato de uma candidata representar outro lugar dá chance a várias meninas de participarem do concurso”.

Seja por sua tradicionalidade em concursos de beleza, pelo poder econômico, pela representatividade da cidade ou estado, ou simplesmente pela visibilidade dada pela mídia, o termo “peso da faixa” representa a ideia de uma federação que beneficiaria a candidata representante, por valores além de seus valores pessoais, assim, envolvendo os valores percebidos e a visão que se tem daquele lugar, do imaginário social, cultural e econômico a partir do lugar em questão.

Isabelly Castro participou do Concurso Miss Gay Mato Grosso 2016 e obteve a terceira colocação no certame. Devido à sua excelente desenvoltura, Isabelly foi convidada a participar do concurso nacional representando o estado do Rio Grande do Sul, assumindo assim o papel de uma candidata biônica.

Os estados tradicionais são Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, geralmente, as candidatas vencedoras são destes estados. Comenta Isabelly.

Em Mato Grosso, as cidades que tem o “peso da faixa” são as cidades de grande representatividade, tais como Sinop, Sorriso, Rondonópolis e Cuiabá.

Isabelly Castro conta que “Quando fui participar do Miss Gay Mato Grosso, todas as candidatas eram biônicas e representavam outras cidades. Eu queria qualquer cidade, menos Poconé”.

As cidades citadas como “cidades de peso” (Sinop, Sorriso e Cuiabá), são cidade de grande expressão no cenário econômico e até mesmo político no Estado de Mato Grosso, já Poconé é uma cidade da região pantaneira do Estado, cidade pacata e com a economia movida pelo turismo e pela extração de ouro, Poconé é alvo de diversas sátiras por se tratar de uma cidade tradicional e com uma cultura oral regional viva, motivo muitas vezes de chacotas e desprezo pelas gerações mais jovens.

Percebe-se que principalmente nos concursos internacionais, devido à grande cobertura midiática, os concursos de miss se tornam palco até mesmo de ações políticas. Os países latino-americanos são referências em concursos de beleza. Devido aos bons resultados obtidos nos certames, a Venezuela é o país com maior número de vencedoras nos principais certames, sendo: Miss Universo 7 vitórias e Miss Mundo 6 vitórias.

Segundo o documentário *The Queen Machine*, produzido pela emissora americana ABC, em 1985, os telespectadores e o público presente no Miss Venezuela revelaram um índice de audiência quase absoluto, denunciado pelas ruas semi desertas da capital Caracas. Os venezuelanos, homens, mulheres e crianças, assistem massivamente ao concurso, porque é, quiçá, um dos poucos cenários onde o país tem obtido êxito nos últimos anos, já que este mesmo público sofre os rigores de uma crise econômica sem precedentes e se debruça sobre o concurso Miss Venezuela como uma tábua de salvação, mesmo que o espetáculo dure apenas algumas horas.

Más de una vez usado como expresión de la política en “pan y circo”, El espectáculo de La belleza, aderezado con contenidos políticos específicos, contribuye a despertar en el espectador el sentido de orgullo nacionalista y La construcción de modelos de identificación que intentan hacerle creer de nuevo en el sistema que más lo empobreció cuando más rico era el país. (FINOL, 1999, p. 106).

Para todos os envolvidos na produção do certame, o grande foco do evento é o nacionalismo implícito, transmitindo a ideia de que o país irá adiante, que vencerá as crises. Para os empresários do espetáculo e para a sobrevivência de seus negócios é importante que os expectadores voltem a crer em seus governantes e nas possibilidades da democracia. O evento é visto como um negócio altamente lucrativo, em que visibilidade significa dinheiro e todos os envolvidos na produção, organização e até mesmo as próprias participantes seguem em uma mesma direção em busca de certo reconhecimento financeiro. A organização e os envolvidos são vistos pelo capitalismo tardio como empresas, e as empresas que obtém êxito no contemporâneo buscam reconhecimento internacional.

Percebe-se que os valores atribuídos aquele lugar são intrinsecamente relacionados ao indivíduo, pois a ideia de uma pessoa oriunda de determinada cidade obedeceria ao mesmo *status* do seu local de origem. Assim, é correto afirmar que o local de origem pode ser compreendido com um dos marcadores sociais de diferença mais evidentes nos concursos de beleza gay.

O Corpo e a Performance

Os concursos de Miss Gay são destinados a transformistas, termo usado para se referir a uma pessoa que veste roupas usualmente próprias do sexo oposto com intuito essencialmente performático, sem que tal atitude interfira em sua orientação sexual ou identidade de gênero para prazer pessoal, seja ele sexual, erótico ou emocional. O termo transformista parece estar relacionado também à arte.

Para Rajagopalan (2003), as identidades são reivindicadas para fins estratégicos, embora a “estratégia” não seja inteiramente consciente ou intencional. Nos termos do presente artigo, é o encontro interacional, com sua dinâmica de poder, que determina os posicionamentos identitários. Neste sentido, o transformista ganharia o *status* de artista, se tornando uma espécie de ator/atriz que interpreta um personagem. Aparentemente, as outras categorias de gênero, como travestis, transexuais, comumente atribuídas às candidatas parecem criar uma imagem distorcida do concurso, já que o concurso é exclusivamente para transformistas.

Por um lado, as ações desenvolvidas por meio dos concursos de Miss Gay reforçam um tipo de reconhecimento que merece atenção especial, pois está situado entre a produção de uma visibilidade positiva e a exotização desses sujeitos. Por outro lado, é necessário problematizar o fato desta visibilidade homossexual ser regulamentada por convenções de moralidade que não rompem com o pressuposto heterossexual subsumido nos enredos dos concursos e dos padrões de beleza impostos pela cultura hegemônica. Assim, é possível notar que os regulamentos, em alguns concursos de beleza do meio gay, não permitem que “suas” concorrentes tenham alterações corporais, ou ao menos cabelos longos, o que seria a *feminilização* da concorrente gay, a imagem feminina deve ser construída por artifício. O fato dessa construção de uma imagem feminina se dar por meio de tais artifícios, faz com que o gênero, ou a categoria compreendida seja a de “transformista”, o que elevaria o indivíduo a reconhecimento como “artista”.

Para se inscrever e participar destes certames, as candidatas devem atender a alguns requisitos como idade, altura e principalmente não possuir alterações corporais que tenham relação com o sexo oposto, por exemplo, próteses de silicone na mama ou apliques no cabelo, pois compreende-se que o mérito estaria no ato de se transformar e performatizar, ou seja, o concurso de Miss Gay é concorrido por homens que por intermédio de artificialidades, performatizam como mulheres.

O fato de desejarem parecer mulheres é o que torna as candidatas ao título de Miss Gay alvo de olhares, de interesse, de fascínio e de repúdio. A imagem feminina é construída por meio de artifícios propostos pelo mercado da beleza, moda e estética, além de “truques” desenvolvidos por elas mesmas a fim de elaborarem uma imagem feminina o mais convincente possível. Dentre as iniciativas, estão o uso de maquiagem, apliques para cabelo, lentes de contato, cintas, saltos, enchimentos para contorno da silhueta. A performance é completada pelas expressões corporais, o tom da voz e atitudes socialmente compreendidas como femininas. Deste modo, transformam corpos masculinos em corpos performativamente femininos, desestabilizando o binarismo de sexo/gênero, ainda que, paradoxalmente, o reforcem em seu discurso, capaz de dar visibilidade a atributos associados ao feminino – um feminino glamourizado, espetacularizado, que convive, muitas vezes, com atributos típicos da masculinidade (independência, força física, sexualidade etc.). Isso porque compreende-se que o corpo é construído, performatizado de modo que se torne aceito regido por normalidades sociais. Por conseguinte, o gênero seria uma somatório daquilo que é biológico e do que é construído, conforme explicitado por Butler (2003, p. 26):

Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendido nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto a formulação de que a biologia é o destino, mas a cultura se forma o destino.

Samylla, Miss Mato Grosso Gay 2016, acrescenta ao contar que:

No Miss Brasil Gay, percebi que as candidatas menos femininas não ficaram entre as finalistas. Eles preferem as que mais parecem mulheres. (Samylla Kessen, Miss Mato Grosso Gay 2016, a este pesquisador, em 02/10/2016)

Diante deste universo, ainda somos convidados a refletir sobre a categoria *crossdresser*. O consenso parece ser que *crossdresser* é um indivíduo que sendo de um sexo, veste-se e age como se fosse do sexo oposto. A diferença é que ele não assume publicamente uma identidade social feminina.

A categoria travesti parece ecoar no universo dos concursos de beleza gay como algo pejorativo. Segundo conversas informais com candidatas do concurso Miss Brasil Gay 2016, algumas das candidatas desse tipo de concurso de beleza se recusam a serem categorizadas como travestis; não é uma recusa unânime, mas trata-se de uma marca distintiva mobilizada por algumas como uma forma de diferenciação tanto de classe social, quanto de gênero e estilo de vida. Especialmente as candidatas que nunca fizeram nenhuma modificação corporal reconhecem-se como gays ou “bichas”. Outras, com seus corpos em diferentes estágios de transformação, podem assumir uma identidade “travesti”. E, por fim, há aquelas que, com ou sem modificações corporais, definem-se como transexuais, uma estratégia para serem diferenciadas em relação aos gays e travestis.

De certa maneira, o discurso reverbera os embates identificados por Barbosa (2010; 2013) quanto ao uso corrente das categorias travesti e transexual, vinculando, por um lado, a travestilidade a uma ideia de degradação moral e, por outro lado, a transexualidade a uma noção de refinamento a partir de uma perspectiva que articula atributos de classe e de raça como elementos de distinção social, sem excluir as possibilidades acusatórias de aproximar a travestilidade. Neste sentido, os concursos de Miss Gay, na condição de rituais, contribuem para colocar em relação os mais diferentes sujeitos situados na estrutura social e no espaço urbano, todos devidamente marcados socialmente por posições hierárquicas de classe, gênero, raça, sexualidade e geração. A este respeito, Scott (1995, p. 73) contribui, ao afirmar que:

A litania ‘classe, raça e gênero’ sugere uma paridade entre os três termos, mas, na verdade, eles não têm estatuto equivalente. Enquanto a categoria ‘classe’ tem seu fundamento na elaborada teoria de Marx (e seus desenvolvimentos ulteriores) sobre a determinação econômica e a mudança histórica, ‘raça’ e ‘gênero’ não carregam associações semelhantes. É verdade que não existe nenhuma unanimidade entre aqueles/as que utilizam.

As candidatas que não conseguem ter uma boa performance feminina, naturalmente não conseguem ter um bom desempenho no concurso, e, muitas vezes, são discriminadas.

Os corpos performatizados seguem padrões normatizados de beleza, e por vezes recriam, são reproduções ou caricaturas de misses convencionais, o belo é o “parecer real” o “ser feminina” estar o mais próximo possível da imagem de uma miss.

Em “Purity and Danger” [“Pureza e Perigo”], Mary Douglas “sugere que os próprios contornos do ‘corpo’ são estabelecidos por meio de marcações que buscam estabelecer códigos específicos de coerência cultural” (apud BUTLER, 2003, p. 188).

A percepção desses elementos de incongruência, fascínio e empenho transformador que enaltece a ação performativa da transformação, uma vez que parece ir além da performance do gênero, se transformando em uma espécie de encenação que é completada por atributos além do corpo, ou seja, as candidatas criam personagens com princípios, valores e classe social específicos, nem sempre condizentes com a realidade de quem a performatiza. Essa ideia parece vir também de encontro à qualidade, tipo ou preço dos produtos que são utilizados neste processo, sendo que o aparato artificial, às vezes, é mais valorizado em relação a alguns atributos físicos – como ter cabelos naturais – o artificial tende a ser mais valorizado, pois ele marca o pertencimento ao grupo, bem como aponta para os investimentos. A melhor peruca, a maquiagem mais cara, o vestido que brilha mais, o salto mais alto e da melhor marca constituem elementos que representam um *status* e demonstram a relação de poder neste contexto.

As candidatas que não têm condições de realizar grandes investimentos financeiros, tanto na preparação para o concurso (tratamento de pele, academia, cabelo, guarda-roupa etc.), quanto na aquisição de produtos de grife, são prejudicadas, tendo em vista que indiretamente todos estes itens também são avaliados.

Como já dito anteriormente, o concurso utiliza padrões idênticos aos observados nos concursos convencionais, reproduzindo, por conseguinte, os valores hegemônicos, uma vez que as medidas padrões são 90 cm de busto, 60 cm de cintura e 90 cm de quadril, altura superior a 1,70 m e inferior a 1,80 m, sorriso largo e dentes brancos, cabelos volumosos e compridos e geralmente pele branca e cabelos claros. O padrão estipulado, poucas vezes, é quebrado, mas nunca em sua totalidade. Algo que desperta o interesse em relação ao perfil ideal de uma miss é o tipo de mulher latina, isto é, busca-se um tipo de mulher que obedeça aos padrões citados e que também tenha a pele bronzeada, cabelos e olhos castanhos e atitude sexy. Tal perfil é aceito e a expressão mulher latina comumente usada para designar este biótipo, mesmo que a candidata não tenha origem latina.

Outro marcador social de diferença destacado pelos concursos é a questão da idade/geração, as candidatas mais jovens possuem acessos e referências de moda, estilo e comportamento diferente das candidatas mais experientes. O conflito de gerações fica evidente no universo transformista, a idade parece ser um grande tabu, a juventude é sinônimo de beleza e manter-se bela é o grande desafio daquelas com mais idade. As cantoras pops preferidas de cada candidata, revelam sua idade e sua escola. Isabelly Castro comenta: “as transformistas da “old School” são mais caricatas e menos glamorosas, são as “mariconas” que pararam no tempo”.

Deste modo, fica evidente o fato de que falar a respeito de gênero requer um olhar amplo, clínico e rigoroso acerca do contexto que envolve tal sujeito. Diante de tal estrutura, fica claro que a categorização de gênero está intimamente ligada aos marcadores sociais que definem tal indivíduo, o que, por vezes, lhe garante poder e superioridade, e por outras, os exclui. Concernente a estes aspectos, Butler (2003, p. 20) assevera que:

O termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’, transcendem a parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas.

Desta forma, se torna impossível desassociar a ideia de gênero de tais marcadores sociais, ao analisar o concurso como espaço de performance de gênero é perceber as relações de poder que tal evento engendra, é possível destacar: O consumo, gerado a partir dos apetrechos utilizados para o ato de se montar; A beleza, na reprodução dos padrões hegemônicos, sendo o ideal branco, magro, com cabelos lisos e etc.; A Normatividade de Gênero, no contexto do concurso o fato de ser afeminado só cabe no momento da performance transformista; A Geração, os conflitos entre as candidatas com idades diferentes, consequentemente com referências e ideais distintos.

No caso do concurso de Miss Gay Mato Grosso, ao mesmo tempo em que incluem, trazem reconhecimento ao universo homossexual e engendra ações de militância, também reproduz ações hegemônicas e normativas. Por conta disso, funciona como um elemento integrador que, por vezes, se contradiz, inclui os atores ao passo que se cria um grupo de referência, e exclui, por reproduzir tais relações hegemônicas. Acompanhar e analisar tal recorte nos possibilita compreender a complexidade de relações de gênero nos mais variados âmbitos, e assim atentar-se à lógica das relações de poder em tais espaços.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade** /Judith Butler: Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FINOL, José Enrique. **Semiótica do corpo: O mito da beleza contemporânea**. Opción, Año 15, n. 28, 1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**. São Paulo: Parábola, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

“É A HORA DAS PATROAS”: UM OLHAR SOBRE O FEMINISMO DE TERCEIRA ONDA NO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO

PATRÍCIA JERÔNIMO SOBRINHO

*Professora da UNISUAM e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade Unigranrio
professoremacao@gmail.com*

BIANCA CORRÊA LESSA MANOEL

*Professora da UNESA e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade Unigranrio
bia.lessa@gmail.com*

RESUMO

A participação de mulheres no meio sertanejo não é novidade. No entanto, na atualidade, muitas delas são compositoras, cantando situações que antes eram protagonizadas apenas por homens do sertanejo. Foi diante disso que surgiu o termo “feminejo”, mesclando o feminismo com o sertanejo. E é em relação a esse “feminejo” que o presente artigo busca tecer reflexões. A partir de algumas letras de música da cantora sertaneja Marília Mendonça, e de alguns estudos acadêmicos, pretende-se relacionar o “feminejo” com o feminismo de terceira onda. Como metodologia, propõe-se uma análise textual de quatro músicas da cantora, procurando identificar nelas uma nova imagem da mulher na música sertaneja, uma mulher como protagonista das canções. As conclusões apontam que vários aspectos das lutas feministas da terceira onda do feminismo podem ser evidenciados nas músicas de Marília Mendonça, como a defesa da autonomia e a liberdade de ir e vir, a independência e o empoderamento afetivo.

Palavras-chave: Sertanejo Universitário. Feminejo. Marília Mendonça. Feminismo. Feminismo de Terceira Onda.

ABSTRACT

The participation of the women in the country is not something new. However, nowadays many of them are songwriters and they sing about situations that in the past were only starred by country men singers. In face of it the term “feminejo” emerged mixing feminism with the Brazilian country music. It is just about this term “feminejo” that this article seeks to weave reflections. From some lyrics by the singer Marília Mendonça and from some academic studies is to intend to relate “feminejo” to feminism from the third wave. As methodology, it was proposed a textual analysis of four songs by the quoted singer, trying to identify on them a new image of the country music female singer, a woman as the star of the songs. The conclusions points that many aspects of the feminist agenda from the third wave of feminism could be evidenced in the music by Marília Mendonça, such as the defense of autonomy, the freedom to come and to go, the independence and the affective empowerment.

Key-words: University Country Music. Feminejo. Marília Mendonça. Feminism. Feminism from the third wave.

INTRODUÇÃO

A música sertaneja existe, no Brasil, pelo menos há um século. No entanto, no início dos anos 2000, uma nova onda surge no cenário musical: o “sertanejo universitário”. Na época, as músicas de “Victor e Léo”, João Bosco e Vinícius [...], Luan Santana, Jorge e Matheus, Fernando e Sorocaba [...], Cesar Menotti e Fabiano etc” (ALONSO, 2011, p. 22) eram as mais tocadas nas rádios, em programas de televisão e novelas.

As composições do “sertanejo universitário” (que se chama assim em função de grande parte de seus seguidores serem jovens) têm como temas festas, mulheres, bebidas, relacionamentos amorosos etc. Nesse estilo musical, o “duo de vozes”, uma tradição na música sertaneja, continuou até os dias atuais na maioria das bandas. Enquanto o estilo vocal se manteve relativamente estável ao longo dos anos, o ritmo, a instrumentação e a melodia incorporaram elementos de outros gêneros musicais (axé, pagode, funk etc.).

Ao fazer referência sobre a presença de mulheres na música sertaneja, vem à tona o nome como das “Irmãs Galvão”, que no auge da música sertaneja, nos anos de 1990, ganharam o Prêmio Sharp como “melhor dupla regional” (ALONSO, 2011). Isso demonstra que a participação de mulheres no meio sertanejo não é novidade. Porém, na atualidade, há mulheres artistas, muitas delas compositoras, cantando situações que antes eram protagonizadas apenas por homens do sertanejo. Foi diante disso que surgiu o termo “feminejo”, mesclando o feminismo com o sertanejo, defendendo o que as mulheres vêm conquistando e o que muitas outras têm lutado para conseguir: a igualdade de direitos.

Nesse contexto, o presente artigo propõe tecer reflexões sobre o “feminejo” como uma reafirmação da cultura feminista. A partir de algumas letras de música da cantora sertaneja Marília Mendonça e de alguns estudos acadêmicos, pretende-se relacionar o “feminejo” com o feminismo de terceira onda.

Como metodologia, propõe-se uma análise textual de quatro músicas da cantora Marília Mendonça, em que ela compôs sozinha: *Alô Porteiro* (2016), *Traição não tem perdão* (2017), *Folgado* (2016) e *Saudade do meu ex* (2017), procurando identificar nelas uma nova imagem da mulher na música sertaneja, uma mulher como protagonista em um ambiente predominantemente machista, desconstruindo padrões denominados masculinos e exaltando o poder feminino.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: a segunda seção traz algumas considerações sobre a música sertaneja e o “feminejo”; a terceira aborda questões em torno do feminismo de terceira onda; a quarta seção se ocupa da análise das músicas de Marília Mendonça; e a última, as considerações finais.

“O FEMINEJO”: MULHERES NO SERTANEJO

Há quem considere a música caipira e a música sertaneja independentes, argumentando que a primeira “representaria a população do campo, suas tradições e valores, enquanto a segunda seria fruto da moda passageira, da indústria cultural” (ALONSO, 2011, p. 17), um produto do consumo dos grandes centros urbanos brasileiros. Mas se for adotado o critério de que o sertanejo é oriundo da música caipira, esse gênero musical pode ser dividido em “música caipira ou sertanejo de raiz”, “sertanejo romântico” e “sertanejo universitário”. Neste trabalho, o foco recai sobre o sertanejo universitário.

O sertanejo universitário, surgido a partir de 2005, possuía arranjos, segundo Alonso (2011, p. 366), “obrigatoriamente constituídos de acordeão e violão com cordas de aço”, que davam um ritmo mais rápido à música. Sendo um estilo predominantemente machista, poucas mulheres

ao longo dos anos apareciam como cantoras e compositoras. Entre as que conseguiram foram: Inhana, da dupla “Cascatinha e Inhana”, na década de 40 – como em *Meu primeiro amor* (1952), de Hermínio Gimenez, “Saudade, palavra triste / Quando se perde um grande amor / Na estrada longa da vida / Eu vou chorando a minha dor¹”; as Irmãs Galvão, na década de 50 – como em *Rincão Guarani* (1955), composta pelas próprias irmãs, “Nosso passeio na chalana era um encanto / Que lindas noites vivi no meu rincão guarani / Mas o moreno que eu pensava que era um santo / Foi falso foi traidor zombando da minha dor²”; Inezita Barroso, como em *Marvada Pinga* (1954), uma composição de Ochelsis Laureano, “O marido me disse, ele me falou / Largue de bebê, peço pro favor / Prosa de home nunca dei valor / Bebo com o sor quente pra esfriá o calo / Se bebo de noite é pra fazer suadô, oi lá!³” (ALONSO, 2011).

Apesar da presença anterior das mulheres no “sertanejo”, grande parte das músicas cantada por elas destacava o universo dos homens, seu comportamento galanteador, a bebedeira com amigos e o culto à mulher amada. Ou seja, era quase sempre o ponto de vista dos homens. As mulheres pouco expressavam o seu olhar explicitamente feminino. Nos anos de 1990, Roberta Miranda já trazia em suas canções situações (e complicações) amorosas e sentimentos vivenciados por mulheres. Um exemplo está na música *Na hora H* (1994): “Passa o tempo todo me excitando / Tira o corpo fora, na hora ‘H’ / [...] Passa o tempo todo disfarçando / E depois me diz ‘foi sem querer’ / Não aguento mais, vou dar o fora⁴”.

Paula Fernandes (nos anos 2000) também retratava em suas músicas o que as mulheres pensavam, conforme pode ser observado na canção *Pra Que Conversar* (2011), em que a personagem se mostra bem resolvida, não querendo ser uma amante na relação: “Pra que tentar disfarçar o que quer / Se já conheço a tua intenção / Eu não sou burra pra ser uma amante qualquer / Viver somente uma noite de amor⁵”.

Quando o “feminejo” ganha destaque, em meados de 2015, há não só um “aumento de mulheres que cantam a música sertaneja, mas também de uma nova imagem das mulheres representadas nas músicas, que passam a ser mostradas como protagonistas e empoderadas nas relações de trabalho ou afetivas” (SILVA; GARCÊZ, 2018, p. 1). Marília Mendonça, Maiara e Maraisa, Simone e Simaria, consideradas cantoras do “feminejo”, reproduzem os anseios das mulheres em suas letras de música, narrando temas até então cantados quase que exclusivamente por homens, como traição, sofrência, chorar em bar e beber.

Assim, fica evidente o “flerte” direto de algumas cantoras do “feminejo” com o que poderia ser considerado feminismo de terceira onda.

O FEMINISMO DE TERCEIRA ONDA

No dicionário, o conceito de feminismo corresponde ao “movimento favorável à equiparação dos direitos civis e políticos da mulher aos homens” (FERREIRA, 2001, p. 317). Em outras palavras, os feminismos se referem aos distintos movimentos que têm surgido em torno da liberação da mulher. Utiliza-se o vocábulo “feminismos”, no plural, já que, ao longo do século XX, surgiram distintas posturas e propostas a este respeito.

Costuma-se dividir didaticamente o feminismo em três ondas: a primeira, cuja luta começou por volta de 1880, buscava a igualdade legal das mulheres, o direito à participação política, ao voto; a segunda onda, surgida no final dos anos de 1960 – após o período de duas Guerras

1 Música *Meu primeiro amor*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/cascatinha-e-inhana/225176/>> Acesso em: 08 nov. 2018.

2 Música *Rincão Guarani*. Disponível em: <<https://www.kboing.com.br/irmas-galvao/rincao-guarani-rincon-guarani/>> Acesso em: 08 nov. 2018.

3 Música *Marvada Pinga*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/inezita-barroso/67242/>> Acesso em: 08 nov. 2018.

4 Música *Na hora H*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/roberta-miranda/473325/>> Acesso em: 08 nov. 2018.

5 Música *Para que conversar*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/paula-fernandes/1824359/>> Acesso em: 08 nov. 2018.

Mundiais – concentrava-se em defender a igualdade de fato: sexualidade, família, trabalho e direitos reprodutivos; e na terceira⁶ (que se conserva até a atualidade), as mulheres se empenham ainda mais, segundo Costa (2009, p. 6), “em soluções destinadas a vencer ou atenuar tensões decorrentes do crescente trânsito das mulheres entre as esferas pública e privada, ampliadas na formidável presença feminina na vida social do século XX”.

Durante a primeira e a segunda ondas, foram difundidos valores e ideais demasiadamente conservadores e rigorosos sobre o papel das mulheres na sociedade. Na terceira onda, pretende-se deixar para trás a ideia de “universalização” do conceito de mulher que tanto caracterizava os feminismos anteriores. Em contraposição, começaram a introduzir teorias e pensamentos mais liberais e flexíveis.

Essa terceira onda inicia-se nos anos de 1990, anos estes marcados por mudanças profundas no ocidente: o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim; o início do declínio das ditaduras na América Latina; a difusão da Internet, causando uma revolução em termos de comunicação. É um feminismo que remete, sobretudo, à questão da diversidade entre as mulheres. Ele expressa que o conceito de “mulher” não existe, já que há diferentes mulheres. Ou seja, subjaz a diferença segundo a raça, a etnia, a classe, a cultura, a preferência sexual etc.

De fato, nos finais dos anos 80 e, sobretudo, nos inícios da década de 90 verifica-se uma nova migração no discurso sobre o Gênero, de um paradigma de Igualdade – dominante no discurso Feminista desde as suas origens, e particularmente potenciado [...] – para uma ênfase na Diferença, convergente com a tendência geral da Pós-Modernidade para a pulverização dos discursos científicos e sociais e das próprias Identidades. (HEKMAN, 2006, p. 94-95 *apud* GOMES, 2011, p. 9)

É uma onda que reivindica a diferença dentro da diferença. As mulheres não são semelhantes aos homens, mas também não são iguais entre si. Não existe uma “mulher universal”. Assim, abriu-se espaço a uma gama de diversidades femininas, que tomam forma através de várias dimensões étnicas, sexuais, físicas, econômicas, políticas, culturais e de crenças, e não apenas a uma, como destacavam a primeira e a segunda ondas feministas.

Na terceira onda, as mulheres estão conscientes de que existe uma variedade de identidades e experiências de mulheres e essas variedades as colocam em múltiplas posições. Ao aceitar a existência dessas diferenças e admitir que elas enfrentam diversos obstáculos, dependendo de suas particularidades, essa onda torna-se mais feminina e poderosa do que as anteriores.

Não é à toa que o uso do termo “empoderamento” pelo movimento de mulheres aparece com força a partir da terceira onda de feminismo. Entende-se por empoderamento,

um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero. Isso significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações. (LISBOA, 2008, p. 2)

Em um sentido amplo, o empoderamento feminino é um processo pelo qual as mulheres adquirem maior domínio e controle sobre sua própria vida. Ou seja, elas passam a ter poder sobre seu corpo (decidir como se vestir, engravidar ou não, fazer uma tatuagem ou não) e sobre

⁶ Estudiosos “obcecados” em conceituar e rotular diferentes movimentos têm afirmado já existir uma “quarta onda do feminismo”, mais fragmentária e plural, e apoiada pelas ferramentas digitais, seja para organizar, conscientizar e/ou propagar ideais feministas. No entanto, neste artigo, utiliza-se o termo “terceira onda do feminismo”.

o seu entorno (por exemplo, a forma como participam do núcleo familiar, da comunidade ou do contexto profissional).

Para Lisboa (2008, p. 3-4), “o primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la.” Essa transformação deve ocorrer no âmbito individual e nos processos sociais e estruturais que reproduzem as circunstâncias da subordinação e da invisibilidade feminina.

De acordo com os estudos feministas, este empoderamento traz como consequência, para as mulheres: a consciência coletiva e individual, a defesa dos próprios direitos e, finalmente, “[...] a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal” (SARDENBERG, 2006, p. 8). Não é coincidência que, no seio da terceira onda, Gilles Lipovetsky formula a ideia de “Terceira Mulher” – uma mulher que é dona de seu destino, de seu corpo e de sua posição social.

Em seu livro *A Terceira Mulher: Permanência e Revolução do Feminino* (1997), Lipovetsky (2000) salienta que essa “terceira mulher” “se caracteriza por sua autonomização em relação à influência tradicional exercida pelos homens sobre as definições e significações imaginário-sociais da mulher” (LIPOVETSKY, 2000, p. 236). Ela conquista o papel de mulher-sujeito, com poder de decisão e autonomia dentro das relações de gênero.

Levando-se em consideração o que foi abordado até aqui, é possível relacionar o “feminejo” com a terceira onda do feminismo, uma vez que nota-se, nas letras das músicas das cantoras da atualidade, principalmente da Marília Mendonça, uma autonomia da mulher, uma exaltação do poder feminino.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nascida em Goiana de Cristianópolis, em 22 de julho de 1995, o primeiro contato de Marília Mendonça com a música foi “na igreja, tendo iniciado suas composições por volta dos doze anos de idade [...] A primeira composição da artista que se tem notícia é da canção ‘Minha Herança’, a qual foi gravada pela dupla sertaneja João Neto & Frederico dois anos após, em 2009”. Com uma voz marcante, a cantora destaca-se por expressar seus pensamentos nas canções, exaltando o poder feminino e superando padrões musicais impostos por cantores masculinos no sertanejo, conforme será visto a seguir.

Em *Alô Porteiro*, a personagem expulsa o namorado mentiroso e oportunista do seu apartamento: “Pegue suas coisas que estão aqui / Nesse apartamento você não entra mais / Olha o que me fez, você foi me trair / Agora arrependido quer voltar atrás⁸”. Ela avisa ao porteiro que o namorado não tem mais autorização para subir ao apartamento: “Alô porteiro / Tô ligando pra te avisar / Esse homem que está ai / Ele não pode mais subir / Tá proibido de entrar”.

A protagonista da música percebe que a vida não é um conto de fadas, com príncipe, carruagem, vestido lindo: “Já deu Cansei das suas mentiras mal contadas / Cresci, não acredito mais em conto de fada”. Afirma seu empoderamento em relação ao espaço por ela ocupado e a ela pertencido: “Morreu / A mulher carinhosa e fiel que te amava / Pega o elevador, a sua mala e vaza”. Há aqui um desapego sentimental, em que a mulher dá um fim a um relacionamento considerado abusivo.

Pode-se notar que em *Alô Porteiro* ocorre uma “alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa” (LISBOA, 2008, p. 2). Fica claro que a

7 Extraído do site Carlomagnum <<https://carlomagnum.com.br/mariliamendonca/>> Acesso em: 04 nov. 2018.

8 Música *Alô Porteiro*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/marilia-mendonca/alo-porteiro/>> Acesso em: 04 nov. 2018.

mulher não é um ser submisso, que deve ser passivo diante de um ato que a incomoda. Na música, a personagem não aceita uma relação permeada por “traições”. Isso demonstra uma figura de mulher como um sujeito autônomo, que pode existir sem a presença do masculino.

Em outra canção *Traição não tem perdão*, há a postura de uma mulher “nova” (que trai), mas também de uma mulher “antiga”, que se culpa pela traição: “As coisas não iam tão bem entre nós / Mas nada justifica uma traição / Errei admito que foi minha culpa / Já sabe minha opinião”. A personagem “quebra” a premissa de que quem só trai é o homem, porém assume o mal provocado à própria família: “Já que desonrei nossa família / Isso ia acontecer um dia / Uma hora as coisas vêm à tona / Eu aceito o seu não / Traição não tem perdão.” Ela, a traidora, sai de casa após o marido descobrir a verdade.

Em uma sociedade machista e patriarcal em que há uma subordinação sexual das mulheres perante os homens, a mulher é tida como culpada em um caso de infidelidade, seja cometendo ou sofrendo uma traição. Isso ocorre desde muito tempo. Por exemplo, na época colonial, a lei permitia que “achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela” (ARAÚJO, 2006, p. 59). Em tese, a traição masculina sempre foi considerada “normal” (coisa de “macho”), enquanto a feminina é repudiada.

Entretanto, na música, a mulher “quebra” o padrão que lhe foi designado, não cumpre com os valores socialmente estabelecidos pela sociedade. É ela quem faz a escolha (de trair), “num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado” (SARDENBERG, 2006, p. 7). Rompe com as construções sociais do que “é ser mulher”: dócil, solícita, carinhosa, atenciosa, que tem a família acima de tudo e que renuncia os desejos do parceiro em detrimento dos seus.

Já em *Folgado*, a protagonista ironiza a relação hierárquica entre homens e mulheres construída por uma sociedade machista: “Não venha, não / Eu vivo do jeito que eu quero, não pedi opinião / Você chegou agora e tá querendo mandar em mim / Da minha vida cuido eu¹⁰”. É uma mulher que é contra a dominação masculina e que se mostra independente: “Eu nunca tive lei / E nem horário pra sair nem pra voltar / Se lembra que eu mandei você acostumar? / Tô te mandando embora, melhor sair agora / Não vem me controlar”. Ela frisa que não precisa pedir permissão ao namorado para sair de casa.

Na música, também há uma inversão de papéis. A preocupação ou medo de não se casar é transposta para o homem: “Eu não sou obrigada a viver dando satisfação / Da minha vida cuido eu / To vendo se continuar assim, cê vai morrer solteiro”. Ou seja, ironiza o namorado, ressaltando que se ele continuar assim, controlador, ficará solteiro. Bem resolvida, a personagem não deseja manter um relacionamento apenas por medo de ficar só: “Imagina se a gente tivesse casado / Deus me livre da latada que eu iria entrar / Dá um arrepio só de imaginar”. Casar-se com alguém controlador, jamais.

Embora, desde o início dos movimentos feministas, questionam-se padrões sociais patriarcais, a sociedade machista ainda apresenta papéis diferenciados para homens e mulheres. O homem deve ser provedor, já a mulher, cuidar do lar, dos filhos e do marido, por isso a motivação ao casamento. No entanto, na canção anterior, há uma inversão disso. A protagonista não se submete a um casamento abusivo, controlador. Existe, nela, uma autonomia feminina “em relação à influência tradicional exercida pelos homens sobre as definições e significações imaginário-sociais da mulher” (LIPOVETSKY, 2000, p. 236).

9 Música *Traição não tem perdão*. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/marilia-mendonca/traicao-nao-tem-perdao/>> Acesso em: 04 nov. 2018.

10 Música *Folgado*. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/marilia-mendonca/folgado/>> Acesso em: 04 nov. 2018.

E em *Saudade do meu ex*, a personagem sente saudade do ex-namorado que bebia com ela, enquanto o parceiro atual é uma pessoa que impõe ou tenta impor controle sobre a sua independência: “É faculdade, academia, hora certa pra dormir / Eu bebia todo dia, hoje eu mal posso sair / Ele regra tudo o que vou fazer¹¹”. Ele se incomoda de ela sair para beber e sente vergonha por isso: “Desconfia, agora eu faço o que eu quero / Tô nem aí se tá com vergonha de mim / Se quer saber, hoje eu vou beber de novo / Vou voltar pra casa louca / Pra você largar de mim”.

Nesta música, é interessante observar que a personagem realiza atividades (beber) antes reservadas apenas para os homens: “Terminei com o parceiro que virava o copo / Bebia comigo do jeito que eu gosto / Ele que era homem de verdade / Ai que saudade do meu ex”. Para a própria cantora Marília Mendonça, “mulher não é mais aquela princesinha que fica esperando o príncipe encantado em casa. Mulher sai, vai pra festa, bebe, é traída e trai também¹²”.

Segundo Sardenberg (2006), o processo de empoderamento tem que ser “desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente. As mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça” (SARDENBERG, 2006, p. 8). A canção *Saudade do meu ex* põe em questão a luta pela libertação das mulheres, de que elas possam decidir sobre a vida, sem a imposição de uma sociedade que cerceia o direito de ir e vir, de falar, de escolher o que fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora trate do amor, do sofrimento, da paixão (elementos tradicionais da música sertaneja) em suas músicas, Marília Mendonça aborda esses temas a partir do ponto de vista feminino. Além disso, ela traz temáticas que colocam em pauta demandas antes nunca observadas, pelo olhar feminino, nesse estilo musical, como: a) desapego sentimental, como na música *Alô Porteiro*, em que o personagem dá um fim a um relacionamento abusivo; b) subversão de padrões qualificados como masculinos, em *Traição não tem perdão*, quando a personagem trai, quebrando a premissa de que quem só trai é o homem, e em *Folgado*, cuja personagem ironiza a relação hierárquica entre homens e mulheres; c) igualdade de direitos, como em *Saudade do meu ex*, em que a personagem realiza atividades (beber) antes reservados apenas para os homens.

A lista de músicas de Marília Mendonça que aborda essas temáticas é bem maior, porém a amostragem trazida aqui já dá uma noção de que são canções que retratam uma postura de independência por parte da mulher. Existe, nelas, uma leitura de mundo que ainda recebe críticas de estruturas conservadoras (quando trata, por exemplo, dos temas de bar, bebida e farra). São músicas que têm inegáveis elementos de emancipação, o que leva à possibilidade de relacionar o “feminejo” dessa cantora com a terceira onda do feminismo.

Nas letras de música analisadas, percebe-se a presença de uma mulher que é sujeita de si, autoconfiante, segura e que assume as “rédeas” do relacionamento. Diferentes aspectos das lutas feministas podem ser evidenciados nas músicas da cantora em questão, como a defesa da autonomia, a liberdade de ir e vir e o desapego afetivo. São canções que buscam desconstruir e desarticular a opressão e subordinação das mulheres, dando voz a elas e às suas realidades, a fim de torná-las empoderadas para que as mesmas sejam protagonistas de suas reivindicações.

11 Música *Saudade do meu ex*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/marilia-mendonca/saudade-do-meu-ex/>> Acesso em: 04 nov. 2018.

12 FÉLIX, Bruno. *Marília Mendonça: “Estamos falando de mulher para mulher”*. 2016. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/magazine/mar%C3%ADlia-mendon%C3%A7a-estamos-falando-de-mulher-para-mulher-1.1115576>> Acesso em: 08 nov. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Gustavo. **Cowboys do asfalto: Música sertaneja e modernização brasileira**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2011_Gustavo_Alonso.pdf> Acesso em: 30 ago. 2018.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista INTERThesis**. Florianópolis, vol. 6, nº 2, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1/11901>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar**. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GOMES, Francisco B. Arqueologia e Gênero(s): de strange bedfellows a um paradigma de leitura crítica do Passado. **Sapiens: História, Patrimônio e Arqueologia**. [Em linha]. N.º 5 (Setembro 2011), pp. 6-30. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272293469_Arqueologia_e_Generos_de_strange_bedfellows_a_um_paradigma_critico_de_leitura_do_Passado> Acesso em: 14 jun. 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LISBOA, Teresa Kleba. **O Empoderamento como Estratégia de Inclusão das Mulheres nas Políticas Sociais**. Florianópolis, 2008.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando "Empoderamento" na perspectiva feminista**. Transcrição revisada de comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: trilhas do empoderamento de mulheres. Promovido pelo MEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5 a 10 de junho de 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

SILVA, Tayrine Vaz. GARCÊZ, Regiane de Oliveira Lucas. **Feminejo e a representação política não eleitoral: um estudo sobre a cobertura jornalística das cantoras de música sertaneja e temáticas feministas**. In: XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Belo Horizonte - MG - 7 a 9/6/2018. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0042-1.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2018.

A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL SOB O PRISMA DA MEMÓRIA SOCIAL

RAFAEL CHAVES VASCONCELOS BARRETO

*Professor da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEEDUC/RJ
rcobarreto84@gmail.com*

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS

*Professor do Programa de Pós Graduação em Memória Social – PPGMS/UNIRIO
frfarias@uol.com.br*

RESUMO

O presente artigo aborda o tema da homossexualidade e de sua construção enquanto uma identidade coletiva. Através da articulação de conceitos relativos à Memória Social, mais especificamente a noção de memória coletiva e sua construção, com a frequência e observação participante em espaços de convivência e frequência homossexual no Rio de Janeiro, o presente artigo buscou definir e associar três períodos da história brasileira, sendo esses: 1) período da criminalização; 2) período da medicalização ou patologização e; 3) período da organização política. A definição de tais períodos foram considerados de relevância para entendermos algumas questões e posturas de sujeitos com práticas homoeróticas nos dias atuais.

Palavras-chave: População; Gênero; Homossexualidade; Memória; Espaço

ABSTRACT

This article addresses the theme of homosexuality and its construction as a collective identity. Through the articulation of concepts related to Social Memory, more specifically the notion of collective memory and its construction, with the frequency and participant observation in spaces of coexistence and homosexual frequency in Rio de Janeiro, the present article sought to define and associate three periods of history (1) period of criminalization; 2) period of medicalization or pathologization e; 3) period of political organization. The definition of such period were considered relevant to understand some questions and postures of subjects with homoerotic practices in the present day.

Key-words: Population; Gender, Homosexuality, Memory, Espace

INTRODUÇÃO

Vivemos uma sociedade marcada pelas diferenças, signos e segmentações construídas ao longo de sua história.

Refletir o ser humano, no entanto, é uma tarefa difícil, porém instigante visto que, apesar de cada ser humano ser único, as diferenças que compõem cada um de nós, em determinados momentos são percebidas como algo que leva ao desequilíbrio do conjunto, ou seja, da sociedade.

Quando observamos a sociedade é possível perceber uma tentativa de homogeneização da qual se procura agrupar os indivíduos de acordo com suas semelhanças, levando em determinados casos a uma segregação daqueles que escapam ou mesmo não se adequam a determinadas normas criadas por esse corpo coletivo.

Desse modo é importante reparar que essa tentativa de homogeneização leva à criação de categorias bem como de hierarquias que, se sobrepondo umas às outras, criam indivíduos dotados de direitos e privilégios, enquanto outros não estabelecidos de acordo com essas normas historicamente construídas ficam a margem nesse conjunto.

Sendo assim é possível observar que existem categorias hegemônicas compostas por perfis de sujeitos classificados de acordo com determinado padrão e, por sua vez, são criadas minorias que ficam a margem nesse conjunto, como é possível observar no caso dos homossexuais.

Nesse sentido quando observamos a sociedade hoje, bem como seus variados segmentos, devemos entender o passado dessa sociedade, o que proporciona o conhecimento de elementos que participaram na construção da mesma, podendo facilitar no entendimento dela e de seus grupos.

Partindo disso o presente trabalho buscará elementos do passado associados à Memória Social - em específico à memória coletiva - que nos ajude no entendimento da formação de grupos sociais. Será objetivo desse artigo também buscar elementos específicos relacionados à memória do grupo caracterizado pelos homossexuais e de suas estratégias de luta e sociabilidade, para que seja possível entender algumas questões como comportamento de seus indivíduos, conflitos internos e possíveis motivos de sua segregação. Para tal, será tomada como base a realidade atual desse grupo no Brasil e seus desafios vividos nas últimas décadas.

Espera-se que através de um estudo da memória coletiva e da análise de traços subjetivos não só desse grupo como da sociedade brasileira, seja possível buscar formas de compreensão e minimização desses conflitos, garantindo o direito à diferença para que essa não seja mais vista associada à desigualdade, mas sim à diversidade.

A MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

A partir desse momento será tratada a questão da memória não só como componente formador do sujeito e do corpo coletivo, bem como quais elementos a memória social pode trazer no sentido de ajudar a entender grupos sociais.

A Memória Social nos ajudará, por conta de seu caráter transdisciplinar, a compreender a homossexualidade, visto que tal questão vem assumindo traços que foram construídos a partir de ações da sociedade em relação aos indivíduos que hoje recebem tal categorização. Não se espera, portanto, que a Memória Social enquanto campo disciplinar responda por completo todas as questões colocadas anteriormente visto que:

(...) quando o real passa a ser encarado como algo complexo e múltiplo, os procedimentos transdisciplinares são requeridos, admitindo-se então que nenhuma disciplina isolada é capaz de responder a essa complexidade. (GONDAR, 2005:13-14)

No entanto será possível perceber a memória como importante ferramenta para o estudo desse grupo, partindo de sua memória coletiva como elemento formador de possível(is) identidade(s).

Desse modo podemos partir do princípio que uma identidade - seja ela individual ou coletiva - é construída basicamente por aspectos subjetivos, ou seja, qualidades atribuídas a partir de diferenças encontradas entre os indivíduos ou grupos. Nesse sentido temos a construção da subjetividade como sinônimo de construção de memória. Tal construção pode englobar “desde fatores até os regimes de signos e as sensibilidades” (FOUCAULT apud GONDAR, 2003, p.32).

No entanto é importante situar a homossexualidade em diversos contextos históricos, visto que esse grupo vem ao longo da história moderna sofrendo perseguições, antes mesmo de ser entendido enquanto grupo.

Desse modo Foucault trás uma importante relação entre poder e memória contrapondo a noção de memória com a de contra memória. Nesse contexto o autor coloca ainda a memória como elemento importante nos séculos XVIII e XIX para manutenção de poder, garantido através da disciplina, que estaria presente “em instituições como a família, a escola, a prisão” (p. 36). O autor afirma que através da criação de subjetividades se garantiria a formação de hierarquias e a fixação de uma identidade da qual se poderia adestrar.

Nesse sentido é possível perceber que tal adestramento foi feito através da memória que, segundo argumenta Nietzsche (apud BARRENECHEA, 2003), se daria a partir de numerosos castigos, sangue e torturas. Barrenechea (2003) afirma ainda que “memória e consciência nascem pela opressão social, pelo medo e pelo terror” (p.66) acrescentando ainda que “pecados tornam-se indispensáveis em toda a sociedade organizada sacerdotalmente” (p.67), o que pode se associar claramente à regulação sexual que leva à construção de um bom sexo associado à reprodução e à família (mononuclear, biparental e heteronormativa) em oposição a um mau sexo, onde se encaixam as ditas perversões e/ou práticas ditas pecaminosas.

É possível perceber portanto que tanto a visão foucautiana quanto a nietzschiana expostas sobre a construção e o papel da memória se enquadram em um momento de construção de Estados-Nação, como nos mostra Negri e Hardt (apud GONDAR, 2003), do qual era clara a ideia de construção de um Estado forte, com fronteiras delimitadas, sendo assim importante a formação de uma nação enquanto grupo responsável por ocupar determinado território e imprimir a ele uma identidade. Para isso fica clara a constituição de uma alteridade, existindo assim o eu (nação hegemônica) e o outro (sujeitos de características ditas desviantes – bárbaros, irracionais, pessoas com sexualidade ditas “desregradas”, etc). Desse modo qualquer identidade que escapasse dessa norma higienizada de sociedade era vista como desviante e nociva para uma nação.

Diante do contexto exposto podemos incluir os homossexuais como dentro da categoria das sexualidades ditas desregradas, passando por experiências de perseguição durante longos períodos, que se perpetuam até hoje em inúmeras nações (dentre elas o Brasil), o que nos leva a enquadrar suas experiências como formadoras de uma contra memória desse grupo.

Entendendo essa memória (ou contra memória, no caso homossexual) como sendo constituída, segundo Pollak, a partir de acontecimentos vividos pessoalmente em um primeiro plano e, em um segundo plano, constituída a partir de acontecimentos vividos por tabela, caracterizados pelo autor como sendo aqueles “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade a qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, 201)

Desse modo temos um papel fundamental da lembrança como construída “a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros [vividos por tabela]” (HALBWACHS, 2004, p.39)

Tal concepção coloca a memória como algo construído socialmente e nos leva a entender que a homossexualidade hoje, entendida a partir de seu corpo coletivo, deve muito de seu comportamento a acontecimentos vividos por tabela pelos indivíduos que antecederam as gerações atuais.

Levando em consideração que a memória é um campo múltiplo e móvel, onde “toda perspectiva envolve a escolha de um passado e uma aposta no futuro” (GONDAR, 2005, p.18), muitos são

os acontecimentos vividos por tabela que fizeram com que o homossexual tenha posturas que o levem a temer seu reconhecimento enquanto homossexual ou mesmo a reivindicar questões como o casamento entre pessoas de mesmo sexo, já que o casamento nos moldes tradicionais vem entrando em desuso entre indivíduos heterossexuais.

Desse modo é importante considerar alguns acontecimentos associados à história da homossexualidade, levando em consideração que a própria homossexualidade pode ser considerada uma invenção da sociedade na busca por uma classificação e conseqüente padronização de seus indivíduos. Sendo assim será tratada a seguir um pouco da trajetória da homossexualidade tendo como base a sociedade ocidental e seus reflexos no contexto brasileiro.

HOMOSSEXUALIDADE EM FASES

Nessa seção do artigo será feita uma breve retrospectiva buscando levantar alguns dos momentos que podem ser considerados importantes para a formação (ou seria invenção?) da homossexualidade enquanto identidade coletiva. Vale ressaltar que embora essa não conte com uma unidade que garanta que todo sujeito homossexual compartilhe das mesmas características, tal categorização facilita o entendimento da visão geral que a homossexualidade carrega perante a sociedade.

Desse modo, para facilitar o estudo, dividimos o histórico da homossexualidade no Brasil em três períodos: a) período da criminalização, b) período da medicalização ou patologização e c) período de organização política.

A seguir veremos um breve histórico de cada fase.

PERÍODO DA CRIMINALIZAÇÃO

O primeiro desses momentos pode ser identificado com a sua classificação como pecado passível de punição como a morte ou o degredo durante a Santa Inquisição. Nesse contexto a religião era responsável pelas normas de controle da sociedade, papel esse que foi tomado posteriormente pela ciência. A Igreja Católica era responsável pela normatização da sociedade ocidental entre os séculos XVI e XIX. Dessa forma a homossexualidade, vista sob a alcunha de sodomia era tida como pecado nefando e criminalizada como mostra parte de um dos mais antigos códigos penais brasileiros, as Ordenações Filipinas:

(...) toda a pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado, e feito por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos seus bens sejam confiscados para a Coroa de nosso Reino, posto que tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles que cometeram crime de Lesa Majestade. (PIERANGELLI, 1980 apud TREVISAN, 2007)

É importante destacar que, ainda no início do século XX no Brasil, homossexuais eram perseguidos pela polícia, principalmente travestis, sendo enquadrados em lei que punia a “vadiagem”, visto que nesse momento a lei que criminalizava a sodomia já não mais existia.

No entanto visões radicais como essa não ficaram restritas ao período da Inquisição e outras formas de discriminação da homossexualidade surgiram como será possível ver no próximo período.

PERÍODO DA MEDICALIZAÇÃO OU PATOLOGIZAÇÃO

No século XX, com o avanço da ciência, o discurso religioso começou a dar lugar ao discurso científico que surgiu como promessa de explicar muitos fenômenos até então inexplicáveis para os seres humanos, dentre eles a homossexualidade.

A entrada desse discurso fez com que muitas experiências fossem realizadas nesse campo, inclusive na tentativa de reversão de tal conduta, vista até então como desviante. Tal fato ocorreu em culturas ocidentais onde medidas vistas como higienistas foram adotadas, utilizando como base o discurso científico. Esse pode ser considerado um momento histórico de relevância para a formação do grupo homossexual, tendo como caso extremo o ocorrido durante o nazismo, na Alemanha, onde os homossexuais – junto com judeus, ciganos, dentre outros – eram levados para os campos de concentração, sendo classificados com triângulos rosa. Para tanto, tal perseguição se baseava nos estudos eugenistas, que tinham como finalidade um aprimoramento da espécie humana.

A partir desse momento a homossexualidade deixa o status de crime, sendo visto a partir de então como doença, desvio. Nesse momento a figura do sodomita dá lugar a do invertido, visto que estudos científicos caracterizavam a homossexualidade como uma inversão, surgindo nesse contexto o termo homossexualismo. No entanto, em 1985, após pressões do até então recém-criado movimento homossexual no Brasil, o homossexualismo foi retirado da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina e, por sua vez o Conselho Federal de Psicologia determinou em 1999 que nenhum profissional poderia exercer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas.

PERÍODO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Com o início da formação de um movimento homossexual, ainda no período da ditadura militar, o panorama começa a mudar nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil tendo como principal elemento catalizador o jornal “O Lâmpião da Esquina”. Esse jornal, voltado ao público homossexual, tinha um caráter de crítica em relação à ditadura e ao mesmo tempo trazia informes sobre grupos homossexuais bem como matérias de interesse desse segmento.

No entanto esse momento que pode ser considerado aqui como terceiro período de relevância para o histórico da homossexualidade brasileira teve o surgimento do HIV/AIDS como ponto chave.

Essa doença surge em parte com um perfil específico de portador, sendo ele em sua maioria homossexual e/ou usuário de drogas injetáveis, o que influenciou para que a doença recebesse temporariamente o nome de “Doença dos 5 H” - Homossexuais, Hemofílicos, Haitianos, Heroinômanos (usuários de heroína injetável) e Hookers (profissionais do sexo em inglês).

A epidemia fez com que em muitos casos a perseguição aos homossexuais, vistos então como responsáveis pela disseminação da doença - conhecida também nessa época como câncer gay - se acentuasse, podendo ser observadas em determinados espaços públicos mensagens como “acabe com a AIDS, mate um gay”. A mesma mensagem pôde ser vista também em perfis de redes sociais que fazem apologia à homofobia.

Entretanto a epidemia também serviu como agente catalizador do grupo, ou seja, elemento responsável pela formação deste, algo que até então não havia se conseguido, exceto em parte durante a ditadura com o Lâmpião da Esquina.

Com isso o grupo foi se organizando enquanto movimento social, inicialmente com o objetivo principal de combater a disseminação do vírus entre a comunidade LGBT e posteriormente vindo reivindicar outras demandas, muitas destas ainda não alcançadas.

Desse modo, na década de 1990 ocorre no Rio de Janeiro a 1ª Parada do Orgulho Gay. Tal manifestação se transformou em uma das maiores expressões de reivindicação de um segmento, aumentando a cada ano o número de locais por onde ocorre bem como o de participantes, alcançando nos anos 2000 um público de aproximadamente três milhões de participantes em São Paulo, garantindo assim sua inserção no calendário de eventos da cidade.

No entanto o movimento ainda precisa avançar muito, principalmente no campo político, já que neste existe muita resistência de parte do legislativo para aprovação de leis como a que criminaliza a homofobia e a que regularizaria casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Assim, partindo desse breve histórico, é possível extrairmos alguns elementos nos quais temos a memória como formada a partir das relações sociais (GONDAR, 2005, p.18) participando assim da formação identitária dos diversos grupos sociais e influenciando no caso específico do indivíduo homossexual que vive a sociedade hoje, como veremos a seguir.

A HOMOSSEXUALIDADE NOS DIAS ATUAIS

Quando pensamos no homossexual de hoje e na atual luta por visibilidade é importante retomar alguns elementos que podem ser considerados como formadores do que hoje entendemos como homossexualidade e levantar algumas questões dos rumos que esse grupo vem percorrendo.

Como primeiro questionamento é importante refletirmos sobre essa ideia de unidade de grupo que a noção de identidade homossexual carrega. Seria esta possível, dada à multiplicidade de perfis de indivíduos, ou estaríamos falando de homossexualidades?

Partindo disso podemos levar em consideração a constante mudança da sigla LGBT, que ao longo dos últimos anos sofreu inúmeras alterações e acréscimos de letras, sendo hoje utilizada a forma LGBTQI o que de certa forma demonstra uma fragmentação de identidades e mesmo de interesses que cada letra carrega, mas que procura por trás do que Fachinni (2005) chama de sopa de letrinhas, manter uma unidade.

Mesmo dando um enfoque em uma das letras, ainda assim é difícil afirmar que exista uma unidade, como é possível se observar no caso dos gays.

Vimos portanto que ao longo das fases pelas quais os homossexuais passaram, inúmeras foram as formas de controle e repressão a essa forma de sexualidade tida como desviante e/ou invertida, o que de fato pode contribuir para algumas posturas que muitos homens que fazem sexo com outros homens têm hoje.

Durante anos a visão que a sociedade possuía de homossexual era o representado pela bicha, nos moldes apresentados pelo modelo conhecido como hierárquico, sendo o homem (conhecido nesse modelo como bofe) intocado em sua masculinidade. Tal modelo pode ser visto através da pesquisa realizada por Perlongher (1987) ao estudar os michês que atuavam em São Paulo, onde a virilidade desses era requisito para que se mantivessem nessa atividade, pois os clientes os procuravam por conta dessa masculinidade.

No entanto cabe uma reflexão se a feminilidade de alguns homossexuais não seria vista como algo que deva ser escondido até mesmo como forma de proteção, ou um novo “armário”, onde a homossexualidade pode ser assumida desde que este sujeito mantenha traços de masculinidade.

Vemos assim no meio LGBTQI uma aproximação cada vez maior com um perfil heteronormativo de homossexual, seguindo de certo modo o que Butler (2003) coloca como sendo uma relação de coerência entre sexo e gênero, pois vemos a defesa e uma valorização cada vez maior de uma masculinidade para homens e de feminilidade para mulheres, independente de sua orientação sexual, criando novos padrões de normalidade para o que era visto como anormal, desviante.

HOMOSSEXUALIDADE E A RELAÇÃO COM O ESPAÇO

Analisando os frequentadores de determinados espaços de sociabilidade LGBTQI, é possível perceber essa reprodução da valorização do masculino nos moldes apresentados por Perlongher, principalmente em espaços onde a busca por parceiros para sexo rápido aparece como principal objetivo. Banheiros, dark rooms e saunas são exemplos típicos de locais onde é possível observar esse modelo de indivíduo, sendo esses, espaços onde “o silêncio é uma regra de honra” (POLLAK, 1985, p.60). Essa regra pode ser vista como forma de manutenção de uma virilidade que poderia ser quebrada através de manifestações verbais.

Analisando espaços que em determinados contextos são caracterizados pela prática sexual entre homens, temos nos banheiros públicos um espaço onde a relação entre homens é cercada por inúmeros aspectos que traduzem relações de gênero muitas vezes consequentes de um histórico de repressão.

Os banheiros podem ser entendidos em sua gênese como locais de (re)afirmação da divisão binária masculino/feminino, como nos mostra Preciado (2009, apud Arantes, 2010), visto que esse espaço se apresenta como local de frequência única e exclusiva de cada sexo. Tal divisão é garantida por normas rígidas e símbolos característicos que caracterizem essa divisão, como a existência de mictórios em banheiros masculinos, visto que o próprio ato de urinar em pé é, em muitos contextos, uma forma de afirmação da masculinidade.

No entanto em determinados contextos esse espaço se apresenta como local de interação sexual entre indivíduos do mesmo sexo, podendo ou não ser encarado como um local de subversão das normas de gênero.

Essa subversão pode ser questionada visto que retoma a ideia de que a virilidade é requerida nesse espaço, até como forma de manter uma discricção que aparece como elemento chave para a existência dessa prática em banheiros de modo a manter o anonimato e evitar repressões por parte de outros usuários deste espaço.

Quanto ao perfil do sujeito que procura esse espaço em busca de interação sexual, inúmeras podem ser as formas de defini-lo, entretanto somente uma observação mais aprofundada poderia traçar esse perfil que pode variar desde um sujeito que simplesmente busca um contato sexual até aqueles que não se veem como homossexual mas que possuem atração sexual por homens e observa naquele um espaço onde poderá por em prática seu desejo sem que seja rotulado, visto que a ausência de fala nesse espaço propicia uma ausência de identificação desse sujeito. Vale ressaltar que esse segundo perfil de sujeito não admitiria contato afetivo (considerado nesse contexto que algo que vai além do simples contato sexual) com alguém do mesmo sexo.

Outro espaço que pode fornecer inúmeros questionamentos a respeito da homossexualidade é o dark room. Esse espaço pode ser observado, na visão de Benítez (2007) como um “lugar-templo”, cheio de signos, repleto de possibilidades. A autora o aborda como um local onde a fala é inexistente, emergindo outras formas de linguagem e de sons que irão remeter a um contexto pelo qual cada indivíduo se orientará.

Desse modo temos também um papel fundamental da memória como meio de orientação do sujeito a partir de um contexto de sons, tatos e odores, visto que nesse local ele está privado de visão e a fala é algo veladamente proibido dentro dos códigos de conduta desse espaço. A memória, ativada pelas percepções do sujeito, será o meio pelo qual o indivíduo entenderá e perceberá - através de seus demais sentidos - o seu entorno e os estímulos externos (sons, odores, etc) fazendo com que o sujeito venha a criar um contexto a partir do que a sua memória sensorial trás ao entrar em contato com esses estímulos.

Nesse contexto, apesar de não ser um local onde a virilidade seja posta como meio de atração, esse espaço pode ser visto como um local democrático na medida em que mesmo os indivíduos que não possuem “sucesso” na busca de parceiros em outros espaços, seja por não apresentarem um perfil visto como “desejado” pela sociedade, ou por não ostentarem virilidade, logo quando estão em um espaço onde a imagem e o som são criados a partir da memória, esses sujeitos apresentam maiores chances de conseguir parceiros. Desse modo pode se dizer que no dark room existe certa relação de igualdade entre os frequentadores visto que nele não ocorre o mesmo na pista de dança onde, segundo Benitez (2007), essa funciona como uma passarela e um laboratório. A autora afirma ainda que:

(...)a dança [em espaços como a boate] tem suas normas e limites: foi masculinizada, é uma manifestação mais de masculinização da imagem gay, obedece a certas técnicas corporais generificadas. (Benitez, 2007:102)

Desse modo a escuridão e a ausência de fala fazem com que o dark room seja um espaço de certo modo democrático, onde essas normas de masculinização não aparecem com tanta força.

Por fim temos as saunas como locais onde o corpo aparece como elemento chave nessa interação, visto que a ausência de roupas é requisito fundamental para a entrada nesse espaço.

REFLEXÕES FINAIS

Esse ensaio articulou alguns elementos da Memória Social no intuito de nos ajudar a entender a questão homossexual hoje, como grupo que sofre segregação por conta de ações do passado que colocaram esses indivíduos como desviantes.

A partir da análise desses elementos encontrados a partir da história desse grupo e observação de alguns espaços de convivência de membros desse grupo foi possível verificar e entender possíveis causas para determinadas posturas que a sociedade possui hoje em relação a esse segmento, bem como explica também algumas condutas que alguns homossexuais adotam.

De certo modo é possível supor que a aversão e até mesmo ridicularização de homossexuais que adotam posturas mais femininas remontam ao passado hierárquico e/ou a maior visibilidade que esse perfil de sujeito possui na sociedade. Isso pode ser visto também como possível explicação para a maior discriminação que sofrem travestis e transexuais, exemplos maiores de quebra do padrão de coerência entre sexo e gênero e exemplos também de negação do masculino presente em seus corpos.

Posturas como essas, onde se criam novos modelos “aceitáveis” para a sociedade dominante surgem como forma de driblar o preconceito, mas não resolvem o problema, pois criam novos segmentos discriminados dentro da sociedade, sendo a própria ideia de regulamentação do casamento entre pessoas de mesmo sexo uma possível estratégia de higienização desse grupo, visto durante muitos anos como aqueles responsáveis pela destruição da família por conta de sua postura vista como promiscua, mas que hoje luta pelo direito a constituir uma família.

Desse modo vimos que embora a temática tenha alcançado alguns avanços ao longo das últimas décadas, muito ainda precisa ser feito para que um dia essas questões não sejam mais consideradas relevantes, e que em um futuro próximo tais diferenças sexuais não sejam mais vistas como um problema em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, J. E. R. Do padre Pelágio ao novo mundo: uma proposta de etnografia dos "banheiros" nos terminais do Eixo Anhanguera In: *Fazendo Gênero*, IX. 2010. Florianópolis, SC. Anais eletrônicos, 2010.
- BARRENECHEA, M. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: Gondar, J. e Dodebei, V. (orgs). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- BENÍTEZ, M. E. D. Dark Room aqui: um ritual de escuridão e silêncio. *Cadernos de Campo*, n. 16, São Paulo, SP, 2007.
- BRAZ, C.A. de. À meia luz... uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculino. Campinas: UNICAM, 2010. 187 p. Tese (Doutorado) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Garamond, 2005.
- FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Zahar, 1982.
- GONDAR, J. Memória, poder e resistência. In: Gondar, J. e Barrenechea, M. (orgs). *Memória e espaço: Trilhas do contemporâneo*. 7 letras, 2003.
- _____. Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, J. e Dodebei, V. (orgs). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo, SP. Ed. Centauro, 2004.
- PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo, SP. Ed. Brasiliense, 1987.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992.
- _____. *A homossexualidade masculina: ou a felicidade do gueto*. In: ARIÈS, Philippe, BÉJIN, André. (Orgs.) *sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Record, 2007.

O CORPO PODADO EM “A MULHER RAMADA” DE MARINA COLASANTI: REFLEXÕES SOBRE O BIOPODER NO PATRIARCADO

SIMONE CAMPOS PAULINO

Doutora em Humanidades, culturas e artes (Unigranrio)

Simone.paulino@gmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva, através da interpretação crítica do conto de fadas “A mulher ramada” (2000) de Marina Colasanti, levantar reflexões sobre o biopoder no patriarcado. Tomando por ponto de partida o conceito de biopoder, de Michael Foucault (1988), analisaremos as relações entre a personagem feminina (Rosamulher) e a personagem masculina (jardineiro) no conto colasantiano, refletindo sobre a ideia de um poder que é massificante e, também, uma forma de gestão da vida. Destacaremos, portanto, as relações de poder entre as personagens da trama, principalmente, a forma como o masculino exerce o domínio sobre o corpo feminino, marcando esse corpo e ditando sobre ele regras de conduta para ser aceito e interpretado socialmente. Ademais, o presente artigo observará a questão da reformulação das materialidades dos corpos, segundo Judith Butler (2000) no artigo “Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”.

Palavras-chave: corpo, biopoder, feminino, patriarcado, Foucault, Marina Colasanti

ABSTRACT

This article aims, through the critical interpretation of the fairy tale “The woman rammed” (2000) of Marina Colasanti, to reflect on biopower in patriarchy. Taking the concept of biopower from Michael Foucault (1988) as a starting point, we will analyze the relationship between the feminine character (Rosamulher) and the masculine (gardener) character in the Colasantian tale, reflecting on the idea of a power that is massifying, also, a way of life management. We will therefore emphasize the power relations between the characters of the plot, mainly, the way the masculine exerts dominion over the female body, marking this body and dictating on it rules of conduct to be accepted and interpreted socially. In addition, the present article will address the question of the reformulation of the materialities of bodies, according to Judith Butler (2000) in the article “Bodies that think: on the discursive limits of” sex “.

Key-words: body, biopower, female, patriarchy, Foucault, Marina Colasanti

INTRODUÇÃO

Marina Colasanti é reconhecida na literatura infantil e juvenil, principalmente, por seus contos de fadas. As narrativas maravilhosas, da autora ítalo-brasileira, recorrem ao processo intertextual denominado *pastiche*, rendendo homenagem ao modelo dos contos de fadas da tradição. Entretanto, as narrativas maravilhosas da autora abordam temas femininos contemporâneos através de uma linguagem metafórica.

No conto “A mulher Ramada” (2000), publicado pela primeira vez em 1982 no livro *Doze reis e a moça no labirinto do vento*, a autora se vale dos subterfúgios do maravilhoso simbólico para levantar reflexões a respeito do domínio sobre o corpo feminino.

Segundo Nelly Novaes Coelho (2000), o maravilhoso simbólico, ou metafórico, é aquele:

(...) cuja efabulação atrai por si mesma, isto é, pelo referencial, pela história que transmite ao leitor, mas cuja significação essencial só é apreendida quando o nível metafórico de sua linguagem for percebido ou decodificado pelo leitor. (p.159)

Sendo assim, é necessário desvendar os símbolos para compreender plenamente a história. Os contos de fadas colasantianos pertencem a essa estirpe de narrativa e, em “A mulher ramada” a autora, de forma simbólica, mostra o corpo feminino sendo educado e moldado através dos desejos do jardineiro que se manifesta como uma autoridade patriarcal – ou como o próprio patriarcado.

A roseira é moldada segundo o que o jardineiro acredita ser o padrão de mulher. Através dos cortes constantes, ele a (re)constrói segundo suas próprias crenças do que é o feminino. Ele a impede de florir, recortando o corpo para que se adeque ao molde exigido. Percebemos, portanto, uma forma de poder específica exercido pela personagem colasantiana: o biopoder.

A dominação do masculino sobre o feminino – que ocorre sob diversos aspectos – tem origem numa tomada de poder dos homens e, apesar de pregar-se como algo natural, trata-se de um esquema socialmente construído. A naturalização desses esquemas se dá no que Pierre Bourdieu (2014), no livro *Dominação masculina*, descreveu como violência simbólica, isto é, uma violência invisível que age com adesão dos dominados e naturaliza as relações de dominação.

Bourdieu (2014) ressalta ainda que as estruturas de dominação são “produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, igreja, Escola, Estado” (p. 46). Sendo assim, o esquema de dominação masculina foi construído socioculturalmente.

Vacca e Coppolecchia (2012), sobre relações de poder e patriarcado, afirmam que:

As relações de poder, (...) não são externas aos relacionamentos econômico, trabalhista ou político. Em cada uma dessas áreas expressam conhecimento e discursos de verdade que são construídos. A “verdade” sobre o sexo feminino, por exemplo, é uma verdade a que se chegou historicamente a partir de discursos dicotomicamente estruturados que servem como suporte para essas relações de poder inerentes ao patriarcado. (p. 67-68; tradução nossa)

Diante do exposto, o presente artigo partirá do conto de fadas colasantiano para discutir questões de poder sobre o corpo da mulher na sociedade patriarcal e a construção desse corpo feminino pela perspectiva do masculino, além da reformulação das materialidades e a subversão do corpo feminino.

“A MULHER RAMADA” DE MARINA COLASANTI

No conto colasantiano “A mulher ramada”, um jardineiro cuida de uma roseira, podando-o e dando-lhe contornos femininos. Ele, invisível e rejeitado pelos demais, cria para si a companheira perfeita. Como uma espécie de Pigmaleão, o personagem de Marina Colasanti se apaixona pela própria criação, porém o sentimento ganha traços obsessivos, fazendo com que o jardineiro trabalhe dia e noite para manter a Rosamulher podada e dentro do molde por ele criado.

O jardineiro é quem planta a roseira e aguarda até que ela cresça. “Quando os primeiros, tênues galhos despontaram, carinhosamente os podou, dispondo-se a esperar novamente, até que outra brotação se fizesse mais forte” (COLASANTI, 2000, p. 24).

Ele trabalhou nela com afinco, cortando tudo o que “escapava da harmonia exigida” (COLASANTI, 2000, p. 24). Como um deus criador, ele moldou cada parte dela, das pernas a cabeça, e batizou-a como Rosamulher.

Mesmo moldada, era preciso que o jardineiro a podasse constantemente para que a Rosamulher não escapasse ao molde que ele criou. O narrador, no conto colasantiano, descreve que: “Mas enquanto todos os arbustos se enfeitavam de flores, nem uma só gota de vermelho brilhava no corpo da roseira. Nua, obedecia ao esforço do seu jardineiro que, temendo viesse a floração romper tanta beleza, cortava rente todos os botões” (COLASANTI, 2000, p. 26).

O jardineiro tentava impedir a primavera e, de tanto fazê-lo, adoeceu e ficou impossibilitado de ir ao jardim. Não poderia, portanto, cortar os galhos e folhas que nasciam na Rosamulher.

Quando finalmente conseguiu retornar ao serviço, viu que sua obra estava perdida.

Parado diante dela, ele olhava e olhava. Perdida estava a perfeição do rosto, perdida a expressão do olhar. Mas do seu amor nada se perdia. Florida, pareceu-lhe ainda mais linda. Nunca Rosamulher fora tão rosa. E seu coração de jardineiro soube que nunca mais teria coragem de podá-la. Nem mesmo para mantê-la presa em seu desenho. (COLASANTI, 2000, pp. 26-28)

Após florir, a Rosamulher passa a ser chamada, pelo narrador de mulher-rosa. O jardineiro, vendo-a sem a moldura que ele havia construído, acha-a ainda mais bonita. Ela envolve o jardineiro em seus galhos e flores, num eterno abraço entre os amantes que se apresenta como o desfecho do conto.

A DOMINAÇÃO DO CORPO FEMININO: BIOPODER EM “A MULHER RAMADA”

Na narrativa colasantiana temos a figura da Rosamulher que, nitidamente, representa o feminino. Sua forma natural, no entanto, precisa ser constantemente cortada e adaptada para condizer com os desejos masculinos.

Tratando-se de uma narrativa maravilhosa simbólica, é preciso que os símbolos dispostos no conto sejam também interpretados para compreendermos totalmente seu significado.

Ressaltamos, portanto, que a escolha de uma roseira não se fez por acaso, uma vez que a rosa é constantemente atrelada ao feminino. Sendo assim, o jardineiro, portando a tesoura, também pode ser interpretado simbolicamente, uma vez que esse instrumento se apresenta como ativo e masculino. Posto isto, é através da masculinidade (tesoura) que o jardineiro corta a feminilidade (rosas) da Rosamulher.

Guacira Lopes Louro (2000) afirma que os corpos são significados culturalmente e, continuamente, atrelados a esse aspecto, ademais a autora ressalta que a construção do corpo,

seja masculino ou feminino, é feito sempre no contexto de uma determinada cultura e traz marcas dela. Percebemos, desta forma, que os cortes recorrentes agem de forma análoga à cultura do patriarcado sobre o corpo feminino, adequando a roseira ao contexto desejado.

O poder do jardineiro é exercido através da representação do falo, ou seja, a tesoura. Tania Navarro Sawain (2014) observa que:

No pênis e sua expressão, o masculino, localizam-se todas as virtudes sociais, todos os atributos intelectuais, criativos, produtivos, artísticos, inventivos. A racionalidade é seu apanágio; a força seu sinônimo; a coragem, a capacidade de conhecer, criar, desvendar, julgar, compõem sua significação social. (p. 38)

Desta forma, consideramos que o poder atribuído ao falo é construído socialmente e, sua significação é, segundo Sawain, imaginária. Portanto, o jardineiro acreditava ter o real poder sobre o corpo feminino pois portava a tesoura.

Swain (2014) assevera ainda que: “Na noção de diferença sexual se instauram a dominação e a inferiorização das mulheres: já que não possuem o atributo essencial, o pênis, sede de ligação com o divino, essência da força e da razão, são transformadas em corpo, em imanência” (p. 38). Sendo assim, liga-se o masculino ao divino e, percebemos que na narrativa colasantiana, o jardineiro é uma espécie de deus criador, pois é ele quem planta e molda a Rosamulher.

O corpo feminino é tutelado. O jardineiro mostra-se como a força masculina, que educa o corpo feminino, exercendo sobre ele domínio, impedindo a subversão desse corpo através de regras – a roseira não deveria florir. Desta forma, o jardineiro exerce o biopoder, regulando a vida da personagem feminina.

O conceito de biopoder foi definido primeiramente por Michael Foucault como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (2008, p. 3).

Foucault (1988) assevera ainda que o biopoder “Foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (p. 132).

Podemos incluir que o biopoder não serviu apenas ao desenvolvimento do capitalismo, mas também foi ferramenta do patriarcado, uma vez que o homem, nesse arranjo social, tem poder sobre a mulher, inclusive sobre seu corpo, de forma coletiva. Segundo Vacca e Coppolecchia (2012), a operação de controle e dominação exercida pelo patriarcado pode ser compreendida através da noção de biopoder, uma vez que este poder se caracteriza pela utilização de diversas técnicas que buscam obter a sujeição dos corpos e o controle das populações.

O biopoder é massificante e integra o poder disciplinar. Essas duas formas de poder se cruzam e se sobrepõem. Em geral, podemos compreender que o biopoder não é individualizante e administra os corpos, como o poder disciplinar, entretanto ele é, também, uma gestão calculista, se preocupando em organizar e controlar a vida. Alguns exemplos de biopoder, segundo Nancy Arden McHugh (2007), em *Feminist Philosophies A-Z*, são: a regulação da família, da saúde, da sexualidade, do nascimento, da morte, da segurança e do movimento.

Na narrativa colasantiana, Rosamulher tem seu corpo estruturada e sua vida organizada através dos desejos do jardineiro. Sendo assim, o corpo feminino é domesticado através do biopoder exercido pelo masculino. Ele a privava de florescer, prática que começa desde muito

cedo, impedindo que a Rosamulher seja quem ela tem potência para ser. Ela não é capaz de ordenar o próprio corpo, mas é o poder masculino que ordena e estabelece regras sobre ele.

Judith Butler assevera sobre a regulação do corpo que “(...) o ‘sexo’ não funciona apenas como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (2000, p. 154). Sendo assim, o jardineiro cria o corpo da Rosamulher e, também, o governa, podando-o constantemente.

Segundo Diana Taylor (2018), Foucault diferencia o biopoder do poder soberano e do poder disciplinar. Enquanto o poder soberano poderia tirar a vida ou deixar viver, o biopoder se apresenta como o poder que pode promover a vida ou desautorizá-la ao ponto da morte. Taylor (2018) afirma ainda que o biopoder é um poder exercido sobre o bios ou sobre a vida e pode ser usado na esfera coletiva ou individual. Sendo assim, ao promover a vida da Rosamulher, a personagem masculina mostra um dos aspectos do biopoder do patriarcado, apresentando o homem como provedor e a mulher como ser passivo, cuja vida o masculino exerce o poder.

O biopoder pode ser compreendido em dois níveis: disciplinar e regulação. No primeiro, o alvo são os indivíduos, os corpos e funciona em instituições como escola, exército, hospitais. Já no segundo, o alvo são populações, espécies, raças, e tem como instituição o Estado. Retornando ao conto colasantiano, poderíamos compreender, num primeiro momento, que a relação de biopoder estabelecida é no nível disciplinar, uma vez que o jardineiro exerce seu poder num corpo individual. Entretanto, se observarmos de forma mais apurada, podemos considerar, como já dito anteriormente, que o jardineiro representa a sociedade patriarcal e a Rosamulher, o sexo feminino, ou seja, toda mulher dentro do patriarcado. Desta forma, o biopoder, nesta metáfora, se apresenta no nível de regulação, no qual o masculino domina o feminino.

Vemos, então, estabelecida uma relação de poder desigual entre os “sexos” no conto colasantiano. Apesar da Rosamulher não ser humana, ela representa o feminino, afinal, seu nome carrega o termo “mulher”, marcando-a como feminina, em oposição ao jardineiro, isto é, o masculino.

Ademais, o corpo da Rosamulher é, de certa forma, sexuado e marcado como feminino, segundo vemos no trecho abaixo:

Durante meses trabalhou conduzindo os ramos de forma a preencher o desenho que só ele sabia, podando os espigões teimosos que escapavam à harmonia exigida. E aos poucos, entre suas mãos, o arbusto foi tomando feitiço, fazendo surgir dos pés plantados no gramado duas lindas pernas, depois o ventre, os seios, os gentis braços da mulher que seria sua. Por último, cuidado maior, a cabeça levemente inclinada para o lado. (COLASANTI, 2000, p. 24; grifo nosso)

Vemos no trecho destacado a referência a seios e ao ventre, remetendo ao feminino, além, é claro, da expressão mulher, que deixa evidente que o corpo foi criado e marcado para ser interpretado como feminino. Guacira Lopes Louro (2000) afirma que as identidades de gênero e sexuais são compostas por relações sociais, ou seja, elas são moldadas pelas relações de poder de uma sociedade.

Foucault afirma que “nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (1988, p. 98). Sendo assim, é através da sexualidade, e do corpo sexuado e marcado, que se faz a estratégia do jardineiro afim de exercer o biopoder sobre a Rosamulher, numa relação de poder que se configura através da desigualdade.

A LIBERTAÇÃO DO CORPO FEMININO: A REBELDIA DO CORPO DOMINADO EM “A MULHER RAMADA”

O corpo feminino da personagem colasantiana em “A mulher ramada” é regulamentado pelo outro. Ele é quem corta tudo o que é impróprio, desde o nascimento da Rosamulher. O jardineiro com sua tesoura, pode ser compreendido como a sociedade patriarcal e o biopoder exercido por essa sobre o feminino, ditando regras de conduta sobre o que é apropriado ou não para a mulher.

A personagem feminina, apesar de ser uma roseira, era impedida de brotar. O corte evitava o nascimento das rosas, naturalizando a dominação do masculino que tinha como ação prioritária, podar cada rosa e manter a Rosamulher presa a um molde que se torna, supostamente, natural. Cabe-nos refletir que, neste aspecto, temos uma analogia à violência simbólica, descrita por Pierre Bourdieu (2014), afinal, nessa violência, os esquemas de dominação são naturalizados e há a adesão do dominado. Percebemos, ainda no conto colasantiano, que, apesar de sofrer a dominação do masculino, a personagem feminina aceita a poda, a Rosamulher “obedecia ao esforço de seu jardineiro” (COLASANTI, 2000, p. 26). Sendo assim, ela não apresentava resistência à dominação imposta. O poder que o jardineiro exerce sobre a Rosamulher acaba fazendo com que ela seja subserviente. Podemos compreender que a personagem acaba por internalizar a dominação.

A tesoura, retirando tudo o que é “impróprio” da mulher, revela-se como uma rica metáfora das ditaduras impostas ao feminino na sociedade patriarcal: ditadura da magreza, da beleza, da juventude etc. O “corte” do patriarcado, leva muitas mulheres a se submeterem a procedimentos estéticos, enxertos, implantes, afim de alcançar a perfeição imposta pelo jardineiro/ sociedade patriarcal.

No conto colasantiano, havia uma “harmonia exigida”, uma perfeição perseguida que fazia com que o jardineiro tivesse que cortar, podar e moldar a roseira constantemente. Devemos, portanto, apontar para o fato que a estrutura do corpo da Rosamulher é imposta pelo jardineiro e, apenas no desfecho, quando o homem adoece e é impedido de podar a Rosamulher, isto é, de exercer o domínio sobre o corpo dela, a mulher retoma o domínio sobre si e floresce. “Nunca Rosamulher fora tão rosa” (COLASANTI, 2000, pp. 26-27).

A personagem feminina colasantiana se rebela próximo ao fim da narrativa. O corpo, educado e obediente através da poda, floresce e subverte a vontade do jardineiro. Sobre a rebeldia desse “corpo educado”, Judith Butler afirma que os corpos nunca se conformam por completo com as normas regulamentadas e essa instabilidade pode gerar dúvidas sobre a força hegemônica (Cf. 2000). Posto isto, vemos que, a personagem colasantiana se rebela contra a força imposta pelo masculino que regulamenta o seu corpo. A Rosamulher que antes “obedecia ao esforço de seu jardineiro” (COLASANTI, 2000, p. 26), é um corpo inconformado e luta contra o molde estabelecido. Louro (2000) assevera que todos buscam resistências, formas de transformação e subversão para as imposições e para os investimentos disciplinares feitos sobre nossos corpos.

Durante grande parte do conto, o jardineiro é quem escolhe se ela deve florir ou não, cortando o corpo feminino e estabelecendo sobre ele normas. Apesar de se tratar de um conto de fadas, a narrativa nos leva a reflexões e questionamentos acerca de quem tem poder sobre o corpo da mulher. Quem dita as regras sobre esse corpo?

Assim como a Rosamulher, muitas mulheres têm os direitos sobre o próprio corpo cerceados, principalmente quando se refere a questão reprodutiva. Em países, como o Brasil, a questão do aborto, por exemplo, se apresenta como um tabu no qual o discurso político e religioso se

misturam, impedindo, desta forma, que as mulheres exerçam o direito de escolha conclamado no slogan feminista da década de 70: “nós teremos os filhos que quisermos, se quisermos e quando quisermos”. O corpo feminino, portanto, assim como o da Rosamulher, não a pertence, mas é regulado pelo Estado, pela igreja, pela medicina, pela sociedade patriarcal. São esses que exercem o poder.

Sobre a questão da criminalização do aborto no Brasil, Ferrazza e Peres (2016) afirmam que “uma das grandes problemáticas desse processo de criminalização do aborto está relacionada ao número elevado de complicações decorrentes do abortamento e à alta taxa de mortalidade de mulheres, principalmente, pobres que praticaram o aborto em condições clandestinas” (p. 20), ademais as autoras apontam, ainda para o fato que “uma em cada cinco mulheres brasileiras realizou pelo menos um aborto na vida, informações que claramente evidenciam a questão do abortamento como um problema de saúde pública” (p. 20). Ou seja, a criminalização do aborto se evidencia como uma relação de biopoder, uma vez que o patriarcado passa a ter, não apenas o controle sobre a vida das mulheres, mas, também, sobre deixá-las morrerem ou viverem.

Judith Butler (2000) considera que o “sexo” é compreendido em sua normatividade e o corpo não pode ser pensado fora da materialização da norma regulatória, sendo, portanto, o “sexo” uma das normas pela qual o corpo é qualificado para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural. Ao observarmos a narrativa colasantiana, vemos que ocorre uma rebeldia constante do corpo contra as normas regulatórias estabelecidas, uma vez que a personagem sempre insistia em florir. Portanto, apesar de, supostamente, aceitar a dominação masculina, Rosamulher buscava alguma forma de se rebelar contra o padrão imposto. Isso leva a uma reformulação da materialidade do corpo feminino no desfecho da narrativa.

Nesse diapasão, Butler (2000) afirma que se coloca em jogo, na reformulação da materialidade dos corpos, aspectos como a “remodelação da matéria dos corpos com efeito de uma dinâmica do poder, de tal forma que a matéria dos corpos será indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação daqueles efeitos materiais” (p. 155) e “a construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos” (pp. 155-156).

Diante do exposto, podemos considerar que, no conto colasantiano, a rebeldia do corpo feminino reformula sua materialidade, que foi construída de forma artificial pelo masculino. A transformação é irreversível, não obstante, a protagonista deixa de ser chamada de Rosamulher e passa a ser chamada de mulher-rosa, o que faz com que a palavra “mulher” ganhe destaque, se apresentando no começo da palavra composta e expressando a metamorfose sofrida pela personagem. Ela rejeita o modelo imposto e o subverte, materializando no próprio corpo a rebeldia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contos de fadas colasantianos, em geral, utilizam o maravilhoso simbólico para tratar, principalmente, de temas referentes ao universo feminino. Em “A mulher ramada”, a autora parte de uma história que, a princípio, pode ser compreendida como uma releitura do amor entre Pigmaleão e Galatéia. Entretanto, ao desvendarmos os símbolos e revirmos as dobras da narrativa, o conto pode se revelar como uma pungente crítica à sociedade patriarcal.

A Rosamulher é um sujeito dominado, principalmente através do biopoder que, massificando-a, a faz se assemelhar ao que se espera que seja uma mulher. Com a tesoura, o jardineiro representa a sociedade patriarcal, moldando aquele corpo e o estruturando para ser aceito e interpretado

socialmente. Nega-se, nesse aspecto, a própria natureza da Rosamulher, uma vez que ela é constantemente podada e torna-se uma roseira impedida de florir.

Na narrativa colasantiana, podemos destacar que o jardineiro tem poder sobre a vida da roseira, uma vez que é ele quem cuida do jardim e, portanto, ao plantá-la, ele promove a vida da Rosamulher e evita a morte dela, além de a desautorizar de determinadas ações. Manifesta-se, dessa forma, o conceito de biopoder, definido por Foucault como uma forma de poder de promover e administrar a vida da população.

Apenas quando o jardineiro adoece e, portanto, ela se vê livre da dominação dele, é que o corpo da Rosamulher se rebela e transforma-se no que deveria ter sido desde o princípio: uma bela roseira. Entretanto, ainda que o corpo tenha se rebelado contra os cortes constantes do jardineiro, ele se mostra ainda mais apaixonado por ela, vendo-a em sua forma liberta. Esse desfecho, que culmina no entrelaçamento dos amantes, revela a possibilidade de uma mulher ser amada e desejada ainda que a materialidade de seu corpo não seja concernente com as expectativas de gênero da sociedade patriarcal.

O corpo feminino no conto colasantiano pode ser visto em dois aspectos: o corpo dominado, quando não é capaz de florir devido a insistência do masculino em podá-lo e o corpo liberto, quando a Rosamulher é capaz de subverter a materialidade do corpo imposta socialmente. O biopoder, portanto, se apresenta no nível de regulação, uma vez que, podemos compreender o conto como uma metáfora e que a Rosamulher é a representação de toda mulher que tem seu corpo podado – através de maquiagem, intervenções cirúrgicas, enxertos, implantes – e tutelado – através da criminalização do aborto, por exemplo – com a finalidade de se adequar aos parâmetros impostos socioculturalmente ao feminino no patriarcado.

Diante do exposto, vemos que o conto simbólico de Marina Colasanti pode ser compreendido como uma narrativa acerca do domínio do masculino sobre o corpo feminino, colocando em pauta a questão do biopoder como uma das formas de controle sobre o feminino pelo patriarcado, regulando os corpos e utilizando a “tesoura” para podar, cortar, remodelar e construir o corpo feminino – e o feminino de uma forma geral – segundo o olhar da sociedade patriarcal.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2014.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil; Teoria, análise, didática. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.
- COLASANTI, Marina. Doze reis e a moça no labirinto do vento. 9. ed. São Paulo: Global, 2000.
- FERRAZZA, Daniele Andrade; PERES, William Siqueira. Medicalização do corpo da mulher e criminalização do aborto no Brasil. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 1, p. 17-25, jan.-abr. 2016
- FOUCAULT, Michael. Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: _____. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MCHUGH, Nancy Arden. *Biopower*. In: _____. *Feminist Philosophies A-Z*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd., 2007.

SWAIN, Tania Navarro. *E por falar em liberdade...*. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Suzana Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs). *Florianópolis: Editora Mulheres*, 2014.

TAYLOR, Diana. *Biopoder*. In: _____. *Michel Foucault: Conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2018.

VACCA, Lucrecia; COPPOLECCHIA, Florencia. *Una crítica feminista al derecho a partir de la Noción de biopoder de Foucault*. *Páginas de Filosofía*, Año XIII, Nº 16, p. 60-75, 2012.

TRANSGENERIDADE: GÊNERO, IDENTIDADES DE GÊNERO E CORPOS POLÍTICOS**VALESCA LIDIANE DOS SANTOS**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas
no Centro Universitário Tiradentes – UNIT e bolsista CAPES
valescalds.psicologia@gmail.com*

PEDRO SIMONARD

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias
e Políticas Públicas no Centro Universitário Tiradentes – UNIT
pedrosimonard@gmail.com*

RESUMO

O presente texto objetiva fomentar reflexões acerca da transgeneridade, desvelando as definições de gênero, identidades de gênero e as dinâmicas do(s) corpo(s) já teorizadas e problematizadas por alguns autores e autoras. Contudo, estas reflexões levam-nos a (re) pensar sobre o quão político são os corpos trans, estando estes (os corpos) implicados nas compreensões já concebidas sobre a instauração do dispositivo da sexualidade, frente à luta pelo reconhecimento das pessoas trans. Para atingir o objetivo, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, articulada com a metodologia de leitura próxima, atenta e desconstrutiva fundamentada nos pressupostos de Lang (2002), Figueiredo (2000) e Derrida (1999). A trajetória de vida das pessoas trans está implicada em sofrimentos psíquicos e desconfortos gerados a partir das discordâncias entre o sexo biológico e a identidade de gênero, além do longo caminho que percorrem para efetividade do direito à identidade.

Palavras-chaves: Transgeneridade, gênero, identidades de gênero, corpos políticos.

ABSTRACT

The present text aims to bring thinking about transgenderism, studying the definitions of gender, gender identities and the characteristics of the human body (s) already discussed in the literature. However, these studies lead us to think about how transpolitical bodies are, and how they would improve the already established understandings about the concept of sexuality and the struggle for the recognition of trans people. In order to achieve this goal, a literature review was conducted, relating to the methodology with an attentive and careful reading based on the assumptions of Lang (2002), Figueiredo (2000) and Derrida (1999). The journey of trans people is implicated in disagreements between biological sex and gender identity, as well as the long road that drives them to the effectiveness of the right of having a sense of identity.

Key-words: Transgender, gender, gender identities, political bodies.

INTRODUÇÃO

É muito presente na trajetória de vida das pessoas trans os sofrimentos psíquicos e os desconfortos gerados a partir das discordâncias entre o sexo biológico e a identidade de gênero. Estes não são os únicos problemas enfrentados por elas. As pessoas trans percorrem um longo caminho para efetividade do direito à identidade.

A transexualidade, é um dos temas que vem despertando bastante interesse nas diversas áreas do conhecimento, principalmente nos campos médicos e da saúde, além dos avanços em pesquisas no âmbito do judiciário, o que ocasionou avanços no tocante à garantia de direitos para as pessoas trans. Além do mais, no campo da saúde, tem se refletido sobre o quanto essencial se faz o reconhecimento do direito à saúde do transexual, o seu direito de escolher sobre o seu próprio corpo e a garantia de sua dignidade humana, garantindo a cidadania no segmento social através de políticas públicas que assegurem os avanços nas questões de gênero e sexualidade.

Este artigo está dividido em três seções: “Gênero, identidade de gênero e orientação sexual”, “Transgeneridade”, “Corpos trans também são corpos políticos”.-

METODOLOGIA

Iniciou-se pela leitura dos textos de autores e autoras que são referências nas temáticas em questão, além de outras fontes como artigos e textos complementares explicitados nas referências. Foram realizadas sessões onde foram debatidos vários autores e autoras, alguns deles fundamentam este trabalho.

Para esta produção, seguiu-se um protocolo de leitura, que compreende três etapas, que são: I. Compreender como os conceitos e ideias presentes nos textos se articulam com a proposta de escrita do autor; II. Situar cada texto no panorama de sua produção e no cenário de sua época. III. Analisar as estratégias de confecção dos textos a fim de se compreender o sentido proposto pelos autores. Foi realizada uma leitura desconstrutiva cujo aporte metodológico está explicitado no capítulo primeiro da tese de Lang (2002) e apoiado nos trabalhos de Figueiredo (1999) e Derrida (1999). Os autores desenvolvem uma racionalidade em que a tríade ler, interpretar e traduzir forma uma unidade coerente. Figueiredo (1999) apresenta três modos de ler e interpretar, que se diferenciam no modo de abordar o sentido e a alteridade do texto: a leitura clássica/sistematizante, a leitura hermenêutica e a leitura próxima, atenta e desconstrutiva. A primeira supõe a existência de um autor e de um sentido que preexistiriam ao texto, e que exigiriam um texto como mecanismo de comunicação, como o substituto na ausência de seu autor. Toda leitura tentaria reencontrar o sentido, suposto e original que o autor quis transmitir produzindo o texto, e considerando que todo texto nunca consegue dar conta, satisfatoriamente, de sua tarefa.

O segundo tipo de leitura é a hermenêutica que leva em consideração a existência de determinados contextos, sejam eles internos ou externos, do texto. Haveria horizontes que determinam tanto a escrita como a leitura de um texto e esses horizontes devem ser recuperados para compreendermos o que, efetivamente, um texto pretende comunicar. As leituras hermenêuticas podem se aproximar das clássicas quando supõe a existência de um sentido, independente, que poderia ser recuperado por uma espécie de afinação dos horizontes internos e externos do autor e de seu leitor, quando se considera o texto como um veículo do sentido. Elas podem, também, separar-se das leituras clássicas quando admitem que o sentido não exista a não ser a partir de um contexto. Essas duas formas de ler já estão consagradas. No entanto, é necessário um passo adiante para um refinamento que torne o poder da leitura mais

agudo, levando-a a seus limites. Para ir além das outras leituras, propõe-se uma leitura deve ser atenta, meticulosa e concentrada; uma leitura que busca as aporias, as contradições, os pontos de vacilo, de incerteza, os artifícios utilizados pelo autor. Isso nos pede, por exemplo, que façamos traduções, que façamos o texto falar em outra língua, que comparemos traduções, leiamos o contexto de onde certas citações são retiradas para serem ressignificadas ao serem acolhidas em outro texto. A leitura deve ater-se às zonas marginais do texto, às notas de pé de página, aos trabalhos irrelevantes, aos lugares comuns, aos jargões, aos florões, às metáforas; lugares em que a vigilância de quem produz pode ter sido menor.

GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Gênero pode ser entendido como uma “identidade tenuamente construída através do tempo” (BUTLER, 2003, p.200) por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos e estilos. O gênero é o que determina o ser masculino ou feminino. Entretanto podemos perceber que influências culturais estão presentes nesta determinação, seja definindo a forma de se vestir, falar, gesticular, atitudes, comportamentos, valores, interesses inerentes a cada gênero. Esta distinção de gênero não é definida historicamente e não são naturalmente construídas (Ibidem, 2003).

Para Louro (1997, p. 77), gênero refere-se “ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto”. Para esta autora, há uma predominância do social sobre o sujeito na definição de gênero. Por outro lado, segundo Butler (2003) a identidade de gênero, que determina o ser feminino ou masculino, construída a partir do contexto social do qual o indivíduo faz parte; é a forma como se sente e se enxerga em relação a si mesmo, e como se apresenta as outras pessoas. Assim, identidade de gênero é como nos apresentamos, dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade.

Podemos observar que não há distinção alguma entre sexo e gênero, até porque ambos são pré-definidos e não sofrem nenhuma influência subjetiva do indivíduo ao longo de sua história, pois que são internalizados por este durante seu processo de aprendizagem, conforme sugere Butler (2003, p.25): “Talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”.

Segundo Simone Beauvoir (1980), não se nasce mulher, torna-se mulher. Butler argumenta que “não há nada em sua explicação [de Beauvoir] que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (2003, p. 27). Este diálogo entre as autoras Beauvoir (1980) e Butler (2003) deixa claro a influência da sociedade, da cultura e história de um povo nos papéis sociais de gênero, determinam a forma como cada indivíduo vai se definir ou vir a se tornar aquilo com o que se identifica. São escolhas, embasadas na e entranhadas pela cultura.

De acordo com Grossi (1998), a identidade de gênero remete ao sentimento individual de ser menino ou menina. Ao longo de nossas vidas, desenvolvemos uma percepção de quem somos inclusive nesse aspecto. Definir-nos por ser homem ou mulher faz parte de um processo cultural, porque nascemos com um sexo biológico masculino ou feminino, para além do qual tornamo-nos homens ou mulheres.

As diferenças e papéis sociais são aprendidos pelas crianças a partir de suas interações com os adultos, outras crianças ou através de manifestações culturais. Muito cedo, os pais deixam claro para meninas e meninos o que pode ou não ser feito pelos mesmos, momento em que se inicia todo o processo da construção da identidade do indivíduo. A forma como estas crianças se percebem e como elas percebem os outros, criam imagens que as mesmas corporificam e

internalizam, tornando modelos e formas de agir que serão reproduzidas pelas mesmas ao longo de sua vida (ABERASTURY, KNOBELL, 1981).

Conforme destaca Osório (1989), citado por Cano, Ferriani e Gomes (2000, p. 18), “a adolescência é uma etapa da vida na qual a personalidade está em processo de estruturação e a sexualidade se insere nesse processo, sobretudo como um elemento estruturado na vida do adolescente”. A sexualidade é tudo que diz respeito às preferências, predisposições ou experiências sexuais de um indivíduo, incluindo assim a experimentação, vivências e a descoberta de sua identidade e possíveis atividades sexuais, num determinado período de sua vida. Todo este processo parece desabrochar, em sua maioria, no período da adolescência, onde o indivíduo cheio de conflitos e dúvidas, inicia suas experimentações e descobertas. É importante deixar claro que este processo acontece de uma forma muito particular por ser uma vivência meramente subjetiva.

Na cultura de algumas sociedades ocidentais, os usos, costumes e padrões de interação sexual se transformaram diversas vezes no decorrer dos séculos, refletindo em nossos valores, nos comportamentos, instintos, emoções, nas linguagens, no modo de vestir, nas músicas, filmes e formas de relacionamento.

Costa (1986) ressalta que a sexualidade dentro da concepção religiosa é cheia de tabus, um dos principais tabus é aquele que se refere ao “pecado original” de Adão e Eva, a partir do qual tudo o que diz respeito ao relacionamento sexual está ligado a um sentimento “de vergonha e culpa”. Outros tabus são os de que os anjos são assexuados e, portanto, puros, e o diabo representa a sexualidade vivida em promiscuidade; todos eles atestam uma atitude desfavorável da Igreja com relação ao sexo e ao prazer.

Os tabus procuram normatizar a orientação sexual dos indivíduos, determinando o que é certo e o que é errado, o que se pode e o que não se pode fazer, com quem se pode e com quem não se pode relacionar-se sexual e afetivamente. O termo “orientação sexual” refere-se como nós nos sentimos em relação à afetividade e à sexualidade (LOURO, 2014). No entanto, pronuncia-se orientação e não opção, pois não é algo linear passível de mudança (FOUCAULT, 1997). Contudo, a identidade de gênero, por sua vez, dispõe de pouca compreensão, ao passo que a orientação sexual se caracteriza a com quem nos relacionamos e como somos reconhecidos dentro dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.

TRANSGENERIDADE

O termo “trans” é um sufixo de origem grega que significa “através de”; “além de”. Portanto é importante pensar que transgeneridade é um termo guarda-chuva para várias identidades e expressões de gênero (COACCI, 2013), ou seja, para tudo que está além ou que transita, transmuta pelas identidades e expressões de gênero propostas.

A experiência “trans” é povoada por corpos que escapam (BUTLER, 2013), que não encontram sentidos nas (pré) disposições impostas e aceitas socialmente. Partindo desse princípio, é importante refletir sobre a instauração do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1997), vislumbrando a desconstrução de corpos a partir da lógica binária de gênero. Contudo, “não se deve descrever a sexualidade como um Corpo ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassam em dominá-la inteiramente” (FOUCAULT, 1997, p.98).

A vida de muitas pessoas é afetada cotidianamente por assuntos relacionados com a identidade de gênero (COACCI, 2013). Definir a transexualidade como “transtorno” ou “doença” a partir das concepções de gêneros corrobora equívocos na compreensão. A transexualidade

não é uma doença, mas uma orientação sexual (LOURO, 2014) e considerá-la como tal é um ato discriminatório ou, no mínimo, preconceituoso, o que vai de encontro ao artigo 5º da Constituição Federal, que criminaliza a discriminação em razão do sexo e identidade de gênero.

Vale ressaltar que todas as formas de discriminação, como no caso a transfobia, podem ser causadoras de doença. Os olhares “atravessados” – sistemas simbólicos - são uma forma de violência simbólica, que surge pela busca de coerências e padrões comportamentais que se enquadrem na heteronormatividade. Estes símbolos são instrumentos de conhecimento e comunicação e eles tornam possível a reprodução da ordem social. Como afirma Bordieu (1989), os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação e contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica), reforçando as relações de força que fundamentam e contribuem para a domesticação dos dominados.

As pessoas trans são normalmente interpeladas por transgredir a ideia habitual do que é ser humano. A definição social não está posta de forma clara e ainda há muitos equívocos, devido ao fato de esses corpos apresentam traços ambivalentes de sexo, que não condiz nem com o masculino nem com o feminino.

Foucault (1997; 2004) reescreve uma importante história dos corpos, dos sexos e dos prazeres, escrutinados pelos discursos e pelas práticas institucionais que os sustentam, isto é, pelo dispositivo da sexualidade. Segundo este autor, foi por meio de um dispositivo de controle de corpos articulado por diversas estratégias que surgiu uma sexualidade. Essa sexualidade serviu de fundamento para discursos e práticas regulatórias que produziram os próprios sujeitos e uma hierarquização entre eles. Esta hierarquização estruturou-se por meio da patologização das condutas desviantes ou trans.

Bento (2006) afirma que devemos associar a transexualidade a um conflito identitário e não a uma enfermidade, visto que:

Nessas experiências, há um deslocamento entre corpo e sexualidade, entre corpo e subjetividade, entre corpo e as performances de gênero. Ainda que o referente da binariedade esteja presente como uma matriz de construção de sentidos, negociados para os sujeitos que transitam entre o masculino e o feminino, essas experiências negam, ao mesmo tempo, que os significados que atribuem aos níveis constitutivos de suas identidades sejam determinados pelas diferenças sexuais (p.77).

Para Ferrari (2006) a identidade é uma forma de se inserir socialmente em um grupo, ao passo que, no grupo há uma maneira de se expressar que é própria do sujeito. Num primeiro plano, a identidade pode ser entendida como traço estático capaz de definir os sujeitos ao longo da vida, distinguindo-o dos demais. Porém, identificar-se também significa tornar-se igual ao outro. Igualdade e diferença acontecendo ao mesmo tempo (FERRARI, 2006). Silva (2000) afirma que a identidade e a diferença são inseparáveis. A diferença produz uma identidade, A identidade é a referência, é aquilo que possibilita e tem relação direta com o reconhecimento da diferença. Isto reflete na tendência que temos de tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual nos descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos.

A diferença, por sua vez, não é socialmente evidente e precisa ser reconhecida para ser respeitada. Os conflitos identitários enfatizam a diferença e trazem consigo conflitos pelo reconhecimento. A “luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e

sexualidade. A luta por uma política que considere como importantes em sua elaboração e execução tanto a diversidade quanto o reconhecimento, pode ser uma forma de inclusão social aos quais os dois processos se dariam de uma forma paralela, enquanto há uma produção de identidades que aceita a diversidade pode abrir espaço para um discurso do reconhecimento.

Ferrari, Tadeu e Fraser mostram que a identidade e a diferença estão em um ciclo ao qual o sujeito é submetido, e quando se trata de uma política de identidade, no que concerne às formas que nos relacionamos enquanto sujeitos, formamos essencialismos a partir de dicotomias em que uma representação é o oposto da outra. Os essencialismos permitem o surgimento de estereótipos que originam preconceitos. Todo preconceito é uma forma de dominação e se fortalece através de leis ou da falta delas ou ainda de instituições de controle social (Estado, escolas, mídias, Igreja e universidades). O preconceito se faz valer na justiça, nas conquistas sociais e na segregação social. A homofobia e outros preconceitos sexuais são, em sua maioria, legitimados por padrões culturais que cultivam hierarquias e moralismos da masculinidade e que “muitas expressões de preconceitos e discriminações em torno do sexual tendem a ser naturalizadas, até prestigiadas e não entendidas necessariamente como violência” (ABROMOVAY *et al*, 2004, p. 278).

CORPOS TRANS TAMBÉM SÃO CORPOS POLÍTICOS

As formas de definição do corpo anteriormente centradas no gênero social, no século XVIII, se deslocaram para um corpo que seria o resultado de uma natureza. Os corpos já nascem implicados pela cultura, já nascem determinados por tecnologias discursivas já arraigadas que irão definir as formas mais adequadas de se fazer os gêneros.

O corpo está ligado a relações políticas e econômicas e por este motivo, o que interessa são corpos submetidos ao gerenciamento do poder/controlado da sexualidade:

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...]; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1997, p.22).

As pessoas trans embaixadas na promulgação da Constituição de 1988 têm se organizado em busca do acesso às políticas públicas e aos direitos básicos. Algumas conquistas são bastante significativas como, por exemplo, o direito à retificação do nome social. Estes corpos políticos, que antes eram ignorados pelo poder público e que hoje recorrem às defensorias de Justiça para ter dignidade, estão – ao longo do tempo e por meio da militância- garantindo e conquistando seus direitos.

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente, mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade. O direito à vida, à honra, à integridade física, à integridade psíquica, à privacidade, dentre outros, são essencialmente tais, pois, sem eles, não se concretiza a dignidade humana. A cada pessoa não é conferido o poder de dispô-los, sob pena de reduzir sua condição humana, todas as demais pessoas devem abster-se de violá-los (KANT, 1986, p. 77).

O corpo é o local de mediação entre as pessoas e o mundo, é o que permite a constituição de nossa individualidade e a formação de nossas identidades e é esta corporeidade que pode incluir e excluir socioculturalmente e politicamente os sujeitos.

Segundo Butler, “o corpo não é uma superfície pronta à espera de significação, mas um conjunto de fronteiras individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (2010, p. 59), “uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e heterossexualidade compulsória, então que linguagem resta para compreender essa representação corporal [...]” (BUTLER, 2010, p.198).

As identidades se formam ao longo do tempo e pelos constrangimentos de certas performances repetidas e regularizadas social, cultural e discursivamente. Em função de tantas repetições, de tantos comportamentos, gestos, posturas, atos de fala regularizados, temos a impressão de que somos assim mesmo ou que sabemos quem o outro é ou significa. No entanto, é nessa exigência, neste comportamento restringido e constrangido, que as diferenças, os desvios e a subversão surgem; ou seja, há uma atualização de práticas com outros gestos, posturas, comportamentos, novas estilizações que produzem e formam Outridades (BENTO, 2015).

Essa administração da vida perpassa as sociedades disciplinares e, depois da Segunda Guerra mundial, também as chamadas sociedades de controle. A sociedade disciplinar estava baseada num sistema fechado: confinamento, internamento etc. A maioria dessas instituições de vigilância entra em crise e passa por sucessivas reformas, dando lugar a sistemas mais abertos, suscetíveis de controle. “Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, os atendimentos a domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos” (DELEUZE, 1992, p. 220).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que discussões sobre a transexualidade são bastante complexas e ainda abertas à reflexão, não havendo atos normativos aprovados capazes de enfrentar esta realidade.

Refletir sobre gênero, identidades de gênero, sexualidades permite ir além de meras definições, mas amplia as perspectivas sobre a identidade trans em questão e tantas outras possíveis identidades, saindo dos parâmetros socioculturais que identificam o que é masculino e feminino, reconhecendo que essas percepções engessadas são resultado de desenvolvimento histórico-social-cultural da Humanidade.

Por fim, reitero que pensar na transgeneridade, é permitir abarcar novas pessoas, experiências e singularidades. Pleiteando não só os direitos básicos das pessoas, mas considerando a essencialidade do reconhecimento da dignidade da pessoa humana, independente de orientação sexual, religião, etnia, cor.

A discussão apresentada neste artigo é a ponta do iceberg de uma discussão muito mais profunda sobre as transgeneridades.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A; KNOBEL, M. *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Tradução Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artmed, 1981.
- ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. G. ; SILVA, L. B. . *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO – Brasil, 2004.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.
- _____. Determinismo biológico revisitado raça e gênero. *Revista Cult*. Ano 18. Fev. 2015. p. 52-55.
- BUTLER, J. *Défaire le Genre*. Paris, Éditions Amsterdam, 2006.
- _____. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- COACCI, T. *Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão*. *História Agora*, v. 1, 2013, p. 134-161.
- CANO, M.A.T.; FERRIANI, M.das G.C. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. *Rev.latinoam.enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril 2000.
- COSTA, M. *Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento*. 8. ed. São Paulo: L & PM Editores, 1986.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- FIGUEIREDO, L. C. *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta, 1999.
- FERRARI, M. A. L. D. *O papel da diferença na construção da identidade*. *Boletim de psicologia*, 2006, VOL. LVI, Nº 124: 01-08
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Gilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.
- _____. *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977- 1978*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, mar. 2006. ISSN 2316-9133. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109/54229>>. Acesso em: 26 June 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em 1a mão*, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.

LANG, C. E. *Um pai que não é lembrança: ensaios sobre a questão do pai em Freud*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo: PUCSP, 2002.

LOURO, G. Gênero e magistério: identidade, história e representação. In: CATTANI, Denise et al. (Org.). *Docência, memória e gênero*. Estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.18-40.

OSÓRIO, L. C. *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.p. 73- 102.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986.

GT: 10 - Informação, educação e tecnologias

Coordenadores: Carlos Henrique Medeiros de Souza e Cleonice Puggian

TRABALHO SEXUAL E NORMATIVIDADE DE GÊNERO: UM DESAFIO PARA O TRATAMENTO SOCIOJURÍICO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

DENIS FRANCO SILVA

*Professor Doutor do Programa de
Pós-Graduação em Direito e Inovação da UFJF
denisfrancosilva@yahoo.com.br*

RAMON SILVA COSTA

*Mestrando do Programa de
Pós-Graduação em Direito e Inovação da UFJF
ramoncostta@outlook.com*

RESUMO

O presente artigo aborda o tratamento sociojurídico dado a prostituição no Brasil e o desafio de garantir direitos para os trabalhadores sexuais, levando-se em conta as normatividades de gênero e sexualidade impostas socialmente. Assim, o trabalho pretende refletir sobre o modelo abolicionista empregado no Brasil e sobre a regulamentação da prostituição no país, por meio de uma ampla revisão bibliográfica do tema, com a proposta final de desconstrução de padrões para um alcance plural de direitos e combate à discriminação desses sujeitos.

Palavras-chave: Prostituição. Gênero. Normatividade. Tratamento Sociojurídico. Sexualidade.

ABSTRACT

This article analyzes the socio-legal treatment given to prostitution in Brazil and the challenge of guaranteeing rights for sex workers, taking into account socially imposed norms of gender and sexuality. Thus, the paper intends to reflect about the abolitionist model used in Brazil and about the regulation of prostitution in the country, through a bibliographical revision of the theme, with the final proposal of deconstruction of gender norms for a plural guarantees of rights and against discrimination of these subjects.

Key-words: Prostitution. Gender. Normativity. Socio-juridical Treatment. Sexuality.

INTRODUÇÃO

As concepções, abordagens e controvérsias acerca da prostituição são inúmeras, mas é consensual compreendê-la à luz dos contextos socioeconômicos, políticos, culturais e ideológicos de um dado momento histórico, pois as mudanças nos costumes e valores nos últimos séculos são intensas e nos revelam uma nova interpretação dos aspectos sexuais e morais vigentes em sociedade. No entanto, a heterossexualidade ainda determina o referencial normativo e naturalizador das relações sociais e sexuais (GUIRADELLI E SOUZA, 2013).

A cultura patriarcal é estabelecida como uma fonte para o extrato sociocultural ocidental. A cultura é entendida, de acordo com Geertz (1989), como um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, configurando-se como um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. A prostituição é concebida na perspectiva patriarcal como uma esfera determinada pela figura masculina (CECCARELLI, 2008). Partindo-se desta premissa, há a necessidade de estruturar um debate acerca da prostituição que saliente as relações entre homens e mulheres, o que não pode ser feito sem excluir as questões ligadas à posição subjetiva da mulher na sociedade, em particular a da prostituta, e a hegemonia do discurso masculino dominante.

Nesse sentido, ao considerarmos a complexidade de relações e formas que a prostituição assume entre homens e mulheres e seus clientes, este trabalho assume como objetivo o desafio de uma abordagem crítica que leve em conta os estudos de gênero e sexualidade no intuito de uma resposta acerca da seguinte questão: como o direito pode ser utilizado na promoção de uma atuação estatal que de fato contribua com a efetividade dos direitos de trabalhadores sexuais?

A metodologia constitui-se por uma exploração teórica por meio de livros, artigos, periódicos, sites, dentre outros meios de revisão bibliográfica, além de abarcar uma análise acerca dos projetos de lei que tentaram regulamentar a prostituição no Brasil, em especial o mais recente PL 4.211/2012.

Dessa forma o desenvolvimento do artigo estrutura-se em três tópicos. Inicialmente aborda as subjetividades e normatividades de gênero na prostituição, seguido de um tópico que objetiva apontar diferenças entre as práticas masculinas e femininas na prostituição, centralizando o papel do gênero na atividade, já o terceiro tópico contextualiza os tratamentos sociojurídico abolicionista da prostituição no Brasil e o Projeto de Lei Gabriela Lei para a regulamentação do trabalho sexual no país. Por fim, as considerações finais expõem criticamente todo o conteúdo exposto e propõe reflexões sobre o tratamento sociojurídico da prostituição no Brasil.

PROSTITUIÇÃO, SUBJETIVIDADES E NORMATIVIDADES

Embora não se tenha uma análise que englobe todas as razões que levam uma pessoa a prostituir-se, há fatores comuns como, a excitação provocada pela situação nova, imprevisível e totalmente desconhecida que pode revelar-se potencialmente perigosa: “o que ele/ela quer de mim?” “para onde serei levado?” “o que acontecerá comigo?”; o fato de “entregar-se” a alguém sobre quem nada se sabe; o prazer de ter o corpo admirado, olhado, fetichizado; o prazer em dar prazer ao outro; a excitação de ser objeto de alguém, pois, afinal, “é você que está pagando”; o jogo erótico que se expressa na negociação do preço em função de um serviço mais personalizado, dentre outras motivações. Da mesma forma ocorre nos casos em que a prostituição é utilizada como uma “desculpa”, dita como “apenas um trabalho”, para viver-se uma forma de relação - homossexual - que, de outra forma, seria intolerável (CECCARELLI, 2008).

A prostituição, em geral, não consiste em uma escolha desproposita, mas como um efeito da expressão particular da existência, ou seja, uma forma que o indivíduo assume, afim de, relacionar-se com o meio em que está inserido. A vida constrói-se por meio de grupos e espaços irrigados de subjetividades. A construção do sujeito não é feita inteiramente por ele, gestos e rostos o inventam e moldam sua história. Desse processo de subjetivação surge um sujeito - controverso, obtuso, contraditório - mas, acima de tudo, um sujeito possível (CARVALHO, 2000).

O meio social é permeado por discursos, imagens, signos e símbolos, de forma que são incorporados na vida social dos sujeitos, afetando o processo de constituição subjetiva destes. Dessa forma, como salienta Carvalho (2009), há uma produção coletiva dos sujeitos, na qual incide diversas instâncias do social. Sendo assim, a subjetividade é construída a partir de uma produção complexa e compartilhada, por meio da junção dos diversos fluxos de determinações coletivas, o que caracteriza a complexidade da vida contemporânea. (GUATTARI e ROLNIK 2005).

A participação da sexualidade na construção das subjetividades está vinculada ao que Foucault (1993) trata no primeiro volume de sua *História da Sexualidade*, ao dizer que em sociedade, as práticas sexuais são aspecto quase central na definição e identificação dos sujeitos, pois é no sexo que se encontra as verdades mais íntimas e obducatas dos indivíduos. Portanto, a prostituição configura um conjunto de ações e representações eróticas que traduzem as subjetividades dos envolvidos, que são construídas segundo Carvalho (2009), a partir da constituição do sujeito individual por meio das múltiplas determinações sociais, de forma que, esse processo varia entre os sujeitos de acordo com as inserções em diferentes contextos, culturas ou segmentos sociais, o que evidencia a produção social dos sujeitos individuais no plano da subjetividade contemporânea. Nesse contexto, existem muitas individualizações variantes e unívocas que incidem sobre a sexualidade dos sujeitos e por conseguinte, na prática da prostituição.

Foucault (1993) ao abordar a institucionalização de uma “ciência sexual” nas sociedades ocidentais destaca que, há uma organização social do sexo, o que, contraria a ideia estabelecida por um saber científico no decorrer do século XIX, de que os desejos sexuais são reflexos de uma pré-disposição biológica. O autor diz que os desejos são constituídos a partir de sociabilidades específicas. Dessa forma, com o elevado aumento dos discursos acerca das práticas sexuais cria-se o que ele chama de “dispositivo da sexualidade”, que passa a controlar as sociabilidades sexuais, dentre elas, a prostituição, que tende a absorver reflexos do extrato sociocultural no qual é exercida.

De acordo com Butler (2003), o gênero é construído no decorrer do tempo por meio de uma reiteração de gestos movimentos e estilos que definem padrões masculinos e femininos sobre corpos e comportamentos. Contudo, se os atributos de gênero são performativos e não uma identidade pré-existente, a postulação de um “verdadeiro sexo” (Foucault, 1994) ou de uma “verdade sobre o gênero” revela antes uma ficção reguladora. Além disso, se para que essa ficção permaneça é necessário uma repetição desses padrões de gênero, podemos pensar que a aproximação de um ideal de gênero - masculino ou feminino - nunca é de fato completa, e que os corpos nunca obedecem integralmente às normas pelas quais sua materialização é fabricada.

Nesse sentido, é possível pensar na prostituição como uma prática permeada por uma extensa complexidade de subjetividades e expectativas de cumprimento de normas sociais que se interpelam e desembocam em relações variadas, que são afetadas diretamente pelas construções de gênero e sexualidade. Assim, é preciso refletir sobre as especificidades de homens e mulheres trabalhadores sexuais, pois, mesmo não sendo possível alcançar um entendimento consensual acerca da prostituição, o debate sobre normatividades e subjetividades contribui para pensarmos em uma reconfiguração dessas realidades estigmatizadas e marginalizadas, que permita novos lugares para esses sujeitos, novos protagonismos e novos olhares, para a promoção de um debate amplo e plural acerca de garantia de direitos e dignidade.

PROSTITUIÇÃO DICOTÔMICA: O FEMININO E O MASCULINO

A prostituição é concebida na perspectiva patriarcal como uma esfera determinada pela figura masculina, viabilizada como um negócio dos homens e do Estado, os quais mantiveram o controle da situação geradora de recursos econômicos a custa da exploração das mulheres, seja na figura da proxeneta, nas taxas, leis ou extorsões que as prostitutas são obrigadas a se submeter. Juntamente com a violência conjugal, o estupro e outras tantas formas de dominação masculina, a prostituição constitui mais uma manifestação da cultura machista, pois em certa medida, a sexualidade feminina continua sendo gerenciada pelos homens (CECCARELLI, 2008).

Gaspar (1985) aponta que existe um procedimento generalizado na prostituição, no que tange a imposição de limites por prostitutas e michês, visto que, ambos determinam barreiras simbólicas nos programas e para clientes em geral. A autora destaca a preocupação de mulheres prostitutas em preservar alguma parte do corpo, em especial a boca, pois há uma conotação negativa no beijar durante os programas. Já entre os homens que se prostituem, percebe-se um movimento nesse sentido, principalmente de defesa ante a imputação de homossexualidade. O dilema nas relações de poder estabelecidas na prostituição masculina, encontra-se centrado no ânus, no caso, a posição de passivo na relação sexual entre homens, ou quaisquer práticas que envolvam a penetração anal. Assim a diferença relevante na sistemática não está nos gêneros e sim entre o penetrar e ser penetrado (BARRETO, 2012).

De acordo com Barreto (2012), os homens que vendem sexo em geral tendem a menosprezar, evitar e até ridicularizar por meio de brincadeiras qualquer atividade sexual passiva, que os aproxime da homossexualidade, ou prazer anal, sendo a passividade atrelada ao feminino. Assim, há um fortalecimento da ideia de sexualidade por um efeito de discursos que naturalizam e criam caracterizações que confundem a distinção entre sexo e gênero.

Butler (2003) esclarece esse contexto por meio da teoria da performatividade, na qual estabelece que o gênero existe na prática, na experiência e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações acerca do feminino e do masculino, tutelado pela normatividade. Sendo assim, o conjunto de atos cotidianos e atrelados à personalidade dos indivíduos como as vestimentas, cabelo, trejeitos, a estética e corporalidade das pessoas, é o que determina o gênero e homens e mulheres biológicos tendem a reproduzir a normatividade que controla e determina os atos como masculinos ou femininos. A autora indica que a própria definição da orientação sexual, está vinculada à performance, que sustenta-se na ideia de uma suposta heterossexualidade natural do corpo, funcionando como uma matriz que confere sentido às diferenças entre os sexos.

Portanto, é possível notar que a performance de gênero e a normatividade acerca do sexo e sexualidade dos indivíduos está presente na esfera da prostituição, sendo a posição concebida como feminina retaliada pelos homens que se prostituem e as prostitutas severamente afetadas pela violência de gênero, ocupando uma posição de subordinação dada a a mulher. No entanto isso não impede a ocorrência de comportamentos subversivos, pois como indica Butler (2003), nunca há uma total aderência aos padrões de gênero.

Ceccarelli (2008), ao falar da prostituição feminina, destaca que o estigma contido na prostituição, relacionado aos comportamentos e práticas sexuais marginais, é o que fortalece o meretrício, pois o território de prazeres ilegítimos, o espaço marginal da prostituição, conta com a cumplicidade e sigilo entre aqueles que o frequentam, o que permite ao homem viver

fantasias sexuais inconcessíveis, sem se sentir ameaçado em sua identidade social. Além disso, os eventuais e inevitáveis fracassos sexuais são igualmente preservados neste espaço. Existem também aqueles para quem o pagar representa uma forma de afirmação de poder, virilidade, especialmente em casos de performance sexual insatisfatória, uma maneira de compensar uma insegurança ou frustrações afetivo-sexuais, que acaba por reafirmar a subordinação das mulheres. Porém, existem pessoas que sentem prazer nessa forma de viver a sexualidade sem maiores problemas. O autor ainda destaca a problemática acerca dos motivos da inserção de mulheres na prostituição:

Evidentemente, não se pode negar que, no Brasil, a miséria seja um dos maiores fatores que leva as mulheres à prostituição. Entretanto, atribuir a entrada e a permanência nessa prática unicamente a questões financeiras é um argumento redutor, além de misógino, pois nega, mais uma vez, o direito à mulher de escolher livremente como quer viver sua sexualidade. Ou seja, se posicionar como sujeito desejante e histórico, fazendo da prostituição uma escolha como qualquer outra (CECCARELLI, 2008).

No entanto, não se pode olvidar que a prostituição feminina se concebe de forma distinta das demais prostituições, embora os homens e os transgêneros vendam o sexo praticamente em todos os lugares, e há alguns lugares onde mais homens do que mulheres vendem sexo, o foco convencional é sobre mulheres e meninas que vendem sexo para homens. A prostituta é mais facilmente explorada e desprovida de autonomia e poder do que os michês. Isso ocorre em parte porque aos homens é dado maior poder nas relações sociais, o que lhe garante maior autonomia sexual. Os homens que vendem sexo não parecem se encaixar nesse script, mas são menos forçados a vender sexo do que mulheres. Embora a venda de sexo seja considerada efeminada, ainda há um estigma no sexo comercial que o delimita a um modelo de exploradores masculinos e vítimas inocentes femininas (OVERS, 2011).

Segundo Overs (2011), os profissionais do sexo masculino são um desafio para a análise de gênero do trabalho sexual. A autora indica que existem poucos projetos financiados que ofereçam ajuda aos trabalhadores do sexo masculino, tendo a USAID (Agências dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e a ONUSIDA (Programa em conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA), retirado os profissionais do sexo masculino das listas de populações de maior risco. Até mesmo as referências aos profissionais do sexo masculino em documentos políticos e estudos epidemiológicos tornaram-se escassas. Todo esse contexto gera uma barreira para os direitos dos homens trabalhadores do sexo e reforça a concepção do trabalho sexual como uma atividade exclusivamente feminina, concordante com uma visão binária, do gênero patriarcal opressor, o que invisibiliza homens que vendem sexo e suas clientes femininas.

O tráfico e escravidão sexuais são enquadrados exclusivamente em torno do trabalhador sexual do sexo feminino. A venda de sexo é atrelada ao feminino, enquanto a figura do proxeneta ou explorador é masculina, independentemente do gênero de perpetrador real. Porém, o sexo também é vendido por homens e a invisibilidade da prostituição masculina é um elemento substancial na concepção do trabalho sexual como uma ferramenta para a violência de gênero. O proxenetismo, por exemplo, geralmente é considerado uma atividade masculina, uma função da masculinidade ligada à dominação das mulheres e alinha-se a um contexto social afetado pelo uso de drogas, discriminação estrutural nos mercados de trabalho e vida doméstica, violência, pobreza, baixos salários, corrupção, negligência dos direitos humanos por estados e violência estatal (OVERS, 2011).

MODELO DE TRATAMENTO ABOLICIONISTA DA PROSTITUIÇÃO E PROJETO DE LEI GABRIELA LEITE NO BRASIL

O sistema abolicionista considera que a prostituição é uma forma de violência exercida sobre as mulheres, que restringe as suas liberdades e cidadania. Desta forma, considera as prostitutas vítimas desse sistema de exploração, procura reintegrá-las socialmente e condena o proxenetismo, sendo o sistema adotado no Brasil e na maioria dos países (TAVARES, 2006).

O Brasil ao adotar o antigo sistema abolicionista, depara-se com um tratamento penal repressivo ao lenão, sendo este visto como o sujeito ativo criminoso na prostituição, enquanto os prostitutos são encarados como vítimas, sujeitos passivos e os clientes não recebem qualquer tratativa legal. Nesse sentido, salienta-se as palavras de Tavares acerca do abolicionismo:

o movimento abolicionista considerava (e considera) a prostituição como uma escravatura incompatível com a dignidade das pessoas, colocando a prostituta na situação de vítima que não deve ser punida, mas sim incentivada a deixar a prostituição e a inserir-se socialmente. A prostituta não é punida, mas sim a exploração comercial da prostituição ou a atividade de proxenetismo (TAVARES, 2006).

Portanto, depreende-se de tal modelo, a procura por um redirecionamento social dos trabalhadores sexuais, o que não é condizente com um ideal democrático de liberdade individual. O Brasil por adotar formalmente o abolicionismo, evidencia uma contradição entre a realidade e a legislação penal, pois a tipificação da atividade de agenciamento da prostituição e a manutenção de estabelecimentos contrasta-se com espaços nos quais a prostituição é desempenhada de forma explícita, com o pleno conhecimento e até mesmo conveniência das autoridades públicas. A incoerência torna-se maior ainda pela forma insatisfatória que o Estado brasileiro trata a questão, sem a efetividade das próprias leis e total ausência de medidas substanciais que promovam avanços nas condições sociais dos trabalhadores sexuais, ou seja, não há uma regulamentação da atividade e nem há reais perspectivas abolicionistas acerca da prostituição. (NUCCI, 2014).

Em 2012 foi protocolado pelo deputado federal do Partido Socialismo e Liberdade PSOL - RJ, Jean Wyllys, o PL 4.211, intitulado de Projeto de Lei Gabriela Leite, em homenagem a prostituta que foi ativa na luta dos direitos das prostitutas no Brasil. O PL visa regulamentar as atividades dos profissionais do sexo. De acordo com o deputado, o texto foi escrito em conjunto com a Rede de prostitutas, como uma forma de levar as reais reivindicações da categoria ao Plenário.

O projeto de Wyllys foi apresentado no dia 12 de julho de 2012 e busca regulamentar a atividade dos profissionais do sexo; tirá-los do submundo, caracterizado pela discriminação e segregação social e inseri-los no campo da licitude, garantindo-lhes a dignidade inerente a todos os seres humanos, por meio da tutela efetiva de seus direitos. Logo em seu primeiro artigo, o PL estabelece em seu artigo 01º quem pode ser considerado profissional do sexo, caracterizando este como pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração (BRASIL. PL. 4.211 de 12/07/2012).

Sendo assim, ao determinar o profissional do sexo como maior de 18 anos, o PL exclui qualquer tipo de aceitação a chamada "prostituição de menores", sendo tal prática enquadrada como pedofilia. O texto deixa clara a conotação voluntária do trabalho sexual, não sendo tuteladas práticas viabilizadas por obrigação, violação ou repressão de terceiros. Se aprovada a lei autorizaria a cobrança de valores na justiça em caso de clientes não pagarem o combinado

previamente pelo programa e descriminaliza as casas de prostituição, ao passo em que proíbe a exploração sexual em seu artigo segundo:

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual. Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

- I. apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;
- II. o não pagamento pelo serviço sexual contratado;
- III. forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência (BRASIL. PL. 4.211 de 12/07/2012).

O projeto concede ainda aos profissionais do sexo o direito a aposentadoria após 25 anos de contribuição previdenciária, assim como ocorre com outras profissões em que há a incidência de alta periculosidade e insalubridade. O PL 4211/2012, foi em primeiro momento votado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em junho de 2013, tendo sido rejeitado pelo relator, o deputado Pastor Eurico do Partido Socialista Brasileiro (PSB/PE), que em sua justificativa afirma que a legalização da prostituição beneficia o rufianismo e promove a expansão da indústria do sexo.

Em setembro de 2013, a presidência da Câmara, criou uma Comissão Especial composta por vinte membros titulares e vinte suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, para votar o PL 4211/2012. Apesar dessa tentativa e das anteriores, em que o deputado tentou fazer com que o projeto fosse votado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e pela Comissão de Seguridade Social e Família; já que a categoria em questão, sempre sofreu exclusão social e violação de direitos na nossa sociedade, constituindo assim, uma comunidade de minoria, não só em termos numéricos, mas principalmente em termos jurídicos, por não terem seus direitos devidamente tutelados. E também, para qualificar a discussão e possibilitar um debate relacionado à saúde, assistência social e direitos da Criança, do Adolescente e das Mulheres.

No entanto, o projeto foi arquivado em janeiro de 2015 e desarquivado em fevereiro com a reeleição de Jean Wyllys pelo PSOL/RJ. Sendo assim, o projeto segue em trâmite sem grandes expectativas por parte das minorias, já que o atual Congresso Nacional tem se mostrado extremamente conservador. Enquanto isso, após quase quatro anos que foi desarquivado, o PL 4211/2012 continua aguardando a constituição de comissão temporária pela mesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de pensar a relação entre normatividade de gênero e prostituição como um desafio imputa um estímulo para a mudança, por isso, refletir sobre as normatividades que incidem sobre os corpos e desconstruir os padrões de gênero e sexualidade para repensar o tratamento sociojurídico da prostituição no Brasil, é uma tarefa complexa, porém necessária. Homens e mulheres, trabalhadores sexuais encontram-se progressivamente marginalizados e invisibilizados no meio social, o que os distanciam de direitos e os tornam corpos vulneráveis a um amplo conjunto de violações. Nesse cenário o gênero ocupa protagonismo em um processo de abandono institucional, seja pela violação e inexistência de direitos e até mesmo pela ausência de políticas públicas em áreas como saúde e educação, pois a sociedade concebe formas inteligíveis de viver a sexualidade e o gênero embasadas em uma heteronormatividade compulsória.

Portanto, os corpos prostituídos desviam-se da normatividade ao ponto em que não abarcam as práticas de uma moral higienizadora, mas, por outro lado, carregam consigo às opressões de gênero, ao passo em que em um sistema abolicionista, a vitimização, principalmente da figura da prostituta, não contempla a garantia de direitos e acaba por restringir a liberdade desses sujeitos, reafirmando o controle estatal sobre a sexualidade e acentuando a marginalização.

Nesse sentido, a regulação da prostituição por si só, não é uma certeza de melhorias para trabalhadores sexuais, visto que, a entrada da regulação estatal por meio de uma lei pode aumentar o nível de repressão e controle abusivo da atividade. No entanto, é preciso discutir direitos e garantias, tanto na seara do trabalho, como na previdência ou na saúde, porém a configuração política atual ecoa conservadorismos e opressões de forma expressiva. Assim, é necessário reestabelecer o papel central do Direito na defesa das populações vulneráveis, com o objetivo de fortalecimento de ideais democráticos no combate às desigualdades sociais, o que não é possível sem uma reflexão sobre o papel das construções de gênero nas violações perpetradas contra os sujeitos mais frágeis e estigmatizados por suas práticas e comportamentos sexuais.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Victor Hugo de Souza. *Vamos fazer uma sacanagem gostosa? :Uma etnografia do desejo e das práticas da prostituição masculina carioca*. Niterói, Eduff, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei PL 4.211/2012. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1019532.pdf> Acesso em: 10/2018. Texto original.

_____. Tramitação do Projeto de Lei 4211/2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 10/2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. 2009. Rio de Janeiro, vol. 40, nº 2. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 10/2018.

CARVALHO, Silvia Barbosa. *As virtudes do pecado: narrativas de mulheres a "fazer a vida no centro da Cidade"*. 2000. 89f. Dissertação (Mestrado Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

CECCARELLI, Paulo Roberto. *Corpo como mercadoria*. In: Sexos a trama da vida: Rev. Mente e Cérebro; Vol. IV, São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993a.

_____. *História da sexualidade 2*: 7. ed. Rio de Janeiro Graal, 1994.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. J. Zahar, Rio de Janeiro, 1985.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIRALDELLI E SOUZA. Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 24, n.2, 2013.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Rj. Vozes, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas*. Aspectos Constitucionais e Penais. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2014.

OVERS, Cheryl. *The Good, the bad and the ugly: Constructions of Masculinity and Contemporary Understandings of Sex Work*. In *Men and Development: Policising Masculinities*, Ed(s): Andrea Cornwall, Jerker Edstrom and Alan Greig, Londres, Zedbooks, 2011.

TAVARES, Manuela. *Prostituição, diferentes posicionamentos no movimento feminista*. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>>. Acesso em: 10/2018.

ABANDONO AFETIVO NA RELAÇÃO CONJUGAL: OS POSSÍVEIS IMPACTOS DECORRENTES DO ABANDONO NA VIDA FAMILIAR

Adriano Paiva Rodrigues¹

Teresa Cristina Ferreira de Oliveira²

RESUMO:

A relação conjugal é uma das conexões humanas mais propícias ao abandono afetivo, pois existe uma ampla entrega e dependência dos sujeitos pertencentes a esse laço fraternal. Os cônjuges estão vinculados a deveres recíprocos como respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência. O abandono ocorre quando uma ou algumas dessas premissas deixam de ser observadas por uma ou ambas as partes. Dentre os diversos problemas acarretados por conta do descumprimento das normas extrínsecas e intrínsecas da relação conjugal, o divórcio aparece como ruptura definitiva desse vínculo afetivo. O Direito se encontra disposto a minimizar os danos oriundos da tal prática, porém é falho em aspectos preventivos. O estudo será concretizado no intuito de encontrar uma solução eficaz na busca de atender aos valores que impõem a dignificação do ser humano e na resolução dos conflitos.

Palavras-chave: abandono afetivo; relação conjugal; direito das famílias; dignidade da pessoa humana; afetividade.

ABSTRACT:

The conjugal relationship is one of the human connections most conducive to affective abandonment, since there is a wide surrender and dependence on the subjects belonging to this brotherly bond. The spouses are bound to reciprocal duties such as respect, fidelity, cohabitation, cooperation and assistance. Abandonment occurs when one or more of these premises are no longer observed by one or both parties. Among the various problems caused by the non-compliance with the extrinsic and intrinsic norms of the conjugal relationship, divorce appears as a definitive rupture of this affective bond. The law is already willing to minimize the damages resulting from such practice, but it is flawed in preventive aspects. Then, the study will be carried out in order to find an effective solution in the search to meet the values that impose the dignification of the human being and in the resolution of conflicts.

Keywords: affective abandonment; conjugal relationship; family law; dignity of human person; affectivity.

1 Graduando em Direito pela Faculdade Ruy Barbosa, Campus Rio Vermelho - Salvador/BA. 2018.2 adrianopaivarodrigues.direito@gmail.com; trabalho financiado pelo Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PICT)

2 Advogada/OAB-BA, Professora do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, especialista em Direito Civil (UFBA) e especialista em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSal). Mestra em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Doutoranda em família. Orientadora do PICT; Membro dos grupos de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender o abandono afetivo na relação conjugal, bem como os impactos na vida da família decorrentes de tal prática. Para tanto, será necessário explicar a evolução histórica da família para que possamos entender o contexto atual. Dias (2013), explica que hoje, são aceitas como entidades familiares diversas formas de união e relações afetivas, criando uma nova ordem jurídica, o direito das famílias.

O ramo do direito aqui estudado é baseado no afeto. A seguir, explicaremos como a afetividade se tornou o princípio norteador do direito das famílias e a sua interferência nas relações conjugais, gerando deveres recíprocos aos cônjuges que quando não respeitados, acarretam no abandono (DIAS, 2013). É importante dizer que o tema não foi desenvolvido através de um ponto de vista meramente jurídico, mas também psicológico e sociológico.

Os traumas na vida familiar decorrentes do abandono afetivo são diversos, e muitas vezes, o vazio causado pelo sentimento de abandono não é preenchido. Por este motivo, adota-se um cuidado especial com as crianças pertencentes às famílias que passam por esses conflitos, como forma de garantir o desenvolvimento do menor no âmbito familiar (LOBO, 2011).

A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica, sendo assim, o seu desenvolvimento foi construído a partir de materiais publicados em livros, artigos, teses, dissertações. Associado ao teor bibliográfico, a pesquisa possui também um caráter experimental, pois relacionamos as causas do fenômeno estudado, abandono afetivo na relação conjugal, juntamente com seus efeitos e possíveis soluções de conflitos.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO

Ao longo da história o homem foi responsável pela concepção, criação e sobreposição de diversas formas de pensamento e organização social. Foram inúmeros ciclos econômicos, regimes políticos, revoluções, guerras e avanços tecnológicos que modificaram, insistentemente, o modelo de sociedade ideal. Contudo, de todas as instituições estabelecidas pelas relações humanas, a família, e conseqüentemente o casamento, mantiveram-se inabaláveis. (LEITE, 1991).

Para compreender a dinâmica evolutiva da família ao longo dos séculos, até o atual direito de família brasileiro, é necessário o entendimento do comportamento greco-romano na antiguidade. O pilar social daquela época era a religião, porém ainda não existia a ideia cristã de apenas um ser divino, sendo todos os ancestrais das famílias homenageados em cultos e cerimônias religiosas (ROSA, 2016). Outra questão importante relacionada à organização familiar era o amplo poder paterno, o *pater familias*, onde o Pai possuía autoridade quase ilimitada sob os seus descendentes e a sua mulher (GONÇALVES, 2015).

No Direito Romano, as mulheres não possuíam capacidade jurídica plena. Essa característica era observada na necessidade de permissão do pai, irmão ou esposo para a prática de atividades cotidianas e desempenho de funções sociais de caráter simples (ALVES, 1953). Em relação à posição da mulher na sociedade, a situação de equiparação às pessoas incapazes, persistiu por muitos séculos, até o fim da era romana, mesmo com as tímidas conquistas de direitos alcançados pelo gênero feminino (FERREIRA, 1985).

Segundo Rosa (2016) a base da família antiga era o Casamento. No intuito de perpetuar o culto aos ancestrais e dar prosseguimento aos ensinamentos e tradições da religião doméstica, instituiu-se o modelo de organização familiar que perdura até os tempos atuais. Neste contexto, a mulher adquiriu o seu primeiro papel importante na sociedade, ser mãe, educar e preparar seus filhos para o convívio social. Vale salientar que o casamento era constituído por um acordo formal entre o noivo e o pai da noiva, não levando em consideração a vontade da mulher.

Ainda para o autor, ao casar-se, a mulher deixava de fazer parte da sua família de origem, passando a cultivar a família do esposo, colocando-se sob a vontade de outro senhor, diferente do domínio paterno. A união conjugal não tinha por objetivo o prazer e não entendia o afeto como fator primordial para a instituição familiar (ROSA, 2016).

O principal papel da família é a transmissão da cultura. A repressão dos genitores, quando existe indícios de rebeldia, molda o caráter e controla os instintos primitivos da sua prole como forma de adequação social. As tradições espirituais, ritos e costumes, bem como a conservação do patrimônio e repercussão das técnicas desenvolvidas pelos ancestrais, são fundamentais para manutenção da ordem familiar, já que se trata da primeira instância da educação (LACAN, 1985).

Com a queda do império romano, as ideias catolicistas ganharam força, impondo transformações e mudanças de paradigmas familiares, sacralizando o casamento por meio da espiritualidade cristã. Nesse contexto, o afeto ganha uma maior relevância no âmbito conjugal e as origens da família brasileira começam a transparecer, seja pela figura autoritária do chefe de família romana ou pelo caráter sagrado do casamento medieval (CORRÊA, 2009).

A Constituição Política do Império do Brasil de 1824, primeira Constituição brasileira, não mencionou nenhum aspecto relevante relacionado ao direito de família, apenas preocupando-se com a proteção da Família Imperial. Existia uma forte influência do direito canônico, tendo o catolicismo como religião oficial e o casamento um ato sacramental cristão (BRASIL, 1824).

Goulart (2002) explica que o casamento possuía uma espécie de concessão limitada, visto que, mesmo com a lei 11 de setembro de 1861 dispondo sobre o casamento de pessoas cristãs não católicas, o direito nacional ainda não reconhecia, para efeitos civis, o casamento daqueles indivíduos pertencentes a qualquer religião distinta do prisma da cristandade.

Com a proclamação da República, o Governo editou em 24 de janeiro de 1890 o Decreto-lei 181, criando o casamento civil, separando-o do casamento puramente religioso. Entre o final do século XIX e começo do século XX, houve um impasse entre Igreja e Estado, esse dilema foi causado por conta da não aceitação do casamento civil por parte da Igreja que o considerava imoral, enquanto o Governo do Brasil aceitava apenas como válido o casamento civil. A dicotomia moralidade e legalidade, acarretou na definitiva separação entre o Estado e a Igreja (GOULART, 2002).

O Direito de Família foi tratado pela codificação de 1916 como uma consolidação de temas como o casamento, o parentesco e os institutos de direito protetivo (LEITE, 2005). Não existia o reconhecimento da união estável como entidade familiar, sendo o casamento indissolúvel e única hipótese aceita no período em questão. Este entendimento foi abraçado pela Constituição Brasileira de 1937 em seu art. 124 (BRASIL, 1937).

A Constituição Brasileira de 1946 trouxe novidades acerca da relação entre Igreja e Estado. Houve aqui uma reaproximação das duas instituições por força do art. 163 do diploma normativo em questão, onde estavam expressamente admitidos os efeitos civis ao casamento religioso, desde que preenchidos os requisitos legais. Dessa forma, a equivalência estabelecida nesse contexto, seria mantida nas legislações subsequentes (GOMES, 2000).

Com o surgimento da Constituição Federal de 1988, foi observado que o conceito de entidade familiar não era exclusivamente composto pelo casamento. A Constituinte determinou expressamente o reconhecimento da união Estável (art.226 §3 da CF) e da comunhão formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art.226 §4 da CF). Outro aspecto importante modificado pela Constituição de 1988 foi a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, naturais

e adotivos, especialmente, em relação às formas de sucessão de cada um deles. A partir da nova legislação, compreendeu-se a igualdade ente os filhos (LEITE, 2005).

O Código Civil de 2002 foi um importante marco no Direito de família brasileiro. As mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas do século XX assimilaram a ideia de uma paternidade responsável e a assunção da realidade familiar concreta, dessa forma, os vínculos afetivos são entendidos como a primazia do Direito de família, contradizendo o pensamento de que apenas o critério biológico é fundamental (GONÇALVES, 2005).

Nesse sentido, destaca GONÇALVES (2005), a ampliação do conceito de família, tendo como exemplos: a regulamentação da união estável como entidade familiar; reafirmação da igualdade entre os filhos; ampliação do instituto da adoção; manutenção da instituição do bem de família; revisão das normas referentes à tutela e curatela, dentre outras questões trazidas pelo autor.

Os temas supracitados representam de forma transparente a inserção da afetividade no sistema jurídico brasileiro. Assuntos como o reconhecimento da união estável, a adoção e a igualdade entre irmãos biológicos e adotivos, revelam um caminho onde a realização individual, os laços de solidariedade e os vínculos afetivos derivados da convivência familiar, se tornam pilares na solução de conflitos relacionados ao Direito das famílias (DIAS, 2013).

3. PRINCÍPIOS INERENTES AO DIREITO DAS FAMÍLIAS

As normas constitucionais podem ser divididas em regras e princípios. Quando se fala em regra, podemos compreender uma norma determinada e fechada, necessitando apenas da confirmação do intérprete para a sua aplicação no mundo dos fatos. O princípio, por outro lado, refere algo mais amplo e indeterminado. Geralmente, o conteúdo tratado no prisma principiológico são temas universais, consagrando por muitas vezes, valores fundamentais para a vida em sociedade (LOBO, 2011).

Ainda para o autor, a principal característica dos princípios é, justamente, a generalidade que serve como a base da construção de um ordenamento jurídico. Eles conferem lógica, unidade e conexão, acarretando na harmonia do sistema jurídico. A aplicação dos princípios, por sua vez, é direta e imediata visto que possuem grande força normativa. Contudo, o objetivo não é oferecer uma solução absoluta para todos os casos, mas sim evidenciar valores que devem ser levados em consideração para que exista uma estabilidade jurídica.

Para Cristiano Farias e Nelson Rosenvald (2012), a dignidade da pessoa humana é o princípio mais importante quando falamos em direito das famílias. Este é o objetivo final da interpretação normativa do nosso ordenamento jurídico atual, sendo assim, a premissa é que o ambiente familiar se desenvolva de forma íntegra e saudável. A seguir, explicaremos quais são os princípios essenciais para o entendimento do abandono afetivo, visto que alguns deles não estão expressamente escritos na nossa legislação, mas ainda assim decorrem do princípio acima citado.

Quando falamos em dignidade da pessoa humana é necessário assimilar a ideia de empatia presente na essência de tal princípio. Para que a vida em sociedade seja possível, as pessoas devem observar o dever de respeito e proteção em relação aos seus semelhantes, outrossim, não permitindo qualquer ato que diminua a condição do ser humano, equiparando-o à uma coisa. É imprescindível que o desenvolvimento da dignidade ocorra no âmbito familiar, por conta da proteção que a Constituição confere às famílias como espaço garantidor do referido fundamento legal (LOBO, 2011).

O princípio da dignidade da pessoa humana é considerado o mais universal de todos os fundamentos da nossa legislação, possuindo um valor nuclear que dá origem a uma gama de outros princípios, tais como liberdade, autonomia privada, igualdade e solidariedade. Essa ramificação ocorre por conta do tamanho do diploma normativo em questão, sendo indispensável a sua interpretação e o seu complemento, visando aprimorar a sua eficácia e tornar possível a sua compreensão. O art. 1º, III da Constituição Federal consagra tal princípio, que por sua vez também reside em outros dispositivos, tais como os arts. 226, §7º, 227, caput e 230, referentes ao direito de família (TRINDADE, 2015).

Semelhante à dignidade da pessoa humana, o princípio da igualdade também é considerado como direito fundamental. O dispositivo é encontrado no art. 5º, I, da Constituição Federal e tem como objetivo nivelar toda uma sociedade de forma justa e igualitária. Nós podemos perceber a presença deste princípio, por exemplo, na equiparação dos companheiros aos cônjuges bem como do filho adotivo ao biológico. Desta forma, a discriminação se torna cada vez menor e o ideal buscado por tal princípio, cada vez mais próximo de se concretizar (LOBO, 2011).

Segundo Dias (2013), tratando de direito das famílias, reconhecemos a igualdade em diversos artigos previstos no código civil, como por exemplo, aqueles que disciplinam as relações conjugais, onde a solidariedade entre os membros pertencentes à família também traduzem a ideia de igualdade. O art. 1.511 determina que os cônjuges possuam direitos e deveres de igual forma, e na mesma direção, o art. 1.566 descreve cada um desses deveres, deixando expressamente claro que é obrigação de ambos os cônjuges.

No mesmo sentido, a Constituição Federal reafirma o princípio em questão no seu art. 5º, quando afirma de maneira objetiva a igualdade de todos perante a lei. Já no art. 5, I, da CF, o tema é ainda mais específico, determinando a igualdade de obrigações entre os gêneros, sendo assim, demonstrando definitivamente a existência de tal princípio, no tocante a direitos e deveres na relação conjugal (DIAS, 2013).

Outro importante princípio relacionado ao direito das famílias é o da liberdade, que de certa forma, se relaciona com a igualdade, pois ambos foram consagrados pela Constituição. A liberdade significa dar autonomia aos indivíduos para construir ou extinguir uma entidade familiar, sem restrições externas ou intromissões estatais. Fala-se também da livre formação dos filhos, bem como a construção de uma identidade familiar própria, seja religiosa ou cultural, desde que respeitem o princípio da dignidade da pessoa humana (DIAS, 2013; LOBO, 2011).

Trindade (2015) observa que a solidariedade social é reconhecida como um dos principais fundamentos da República Federativa do Brasil, já que a nossa Constituição determina em seu art. 3, I que a construção de uma sociedade justa, livre e solidária é um dos objetivos fundamentais que constituem os pilares do nosso país. Vale salientar que a solidariedade proposta não é apenas formal, é ainda afetiva, devendo este princípio ser também considerado no núcleo familiar.

A solidariedade é o dever de respeito e consideração de um indivíduo com o seu semelhante, é o que cada um deve ao outro, tendo a sua origem nos vínculos afetivos (DIAS, 2013). O ponto principal do referido princípio é a construção do ideal de fraternidade e reciprocidade na sociedade, e por tanto, as relações familiares são primordiais para o desenvolvimento desta empatia, já que podemos conceituar a solidariedade como o ato de responder pelo outro, um dever de cuidado. Este princípio tem o poder de extrair da norma escrita a concretização de uma responsabilidade social (TRINDADE, 2015).

A família moderna possui como fundamento essencial do seu desenvolvimento o afeto. É a primeira instância de proteção do indivíduo, por conta disso, são estipulados os tais deveres recíprocos entre os integrantes da família. A sociedade aparece no segundo momento, quando o indivíduo já enfrentou os ritos de passagem da vida familiar e está apto a conviver com os demais, caminhando com as suas próprias pernas e dispensando em regra, o suporte doméstico. Por fim, o Estado aparece como última instância garantidora da proteção, agindo apenas em casos realmente necessários. Vale ressaltar que na hipótese do indivíduo ainda ser criança ou adolescente, o Estado não pode eximir-se da obrigação de assegurar os direitos deste cidadão, ainda que a família, do jovem em questão, entenda que tal intervenção seja desnecessária (TRINDADE, 2015).

A Constituição Federal explica:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O dispositivo acima, por si só, traduz o conteúdo do princípio familiar da proteção da criança e do adolescente. Por conta da dependência e vulnerabilidade física e psicológica dos menores, é imprescindível um tratamento diferenciado por parte do Estado para garantir o desenvolvimento desses indivíduos. O Estatuto da Criança e do Adolescente surge então como um recurso de assegurador de tais garantias tanto pela família, sociedade e Estado (DIAS, 2013).

O ECA é uma consolidação de normas de diversos ramos do direito, que possuem alguma afinidade com indivíduos menores de 18 anos. É como se todas as relações possíveis envolvendo crianças e adolescentes fossem tratadas como prioridade, devido a tamanha importância desses indivíduos na construção da nossa sociedade. O princípio da proteção das crianças e adolescentes não é apenas uma recomendação ética, e sim uma obrigação dos pais, família, sociedade e Estado no tratamento com esse grupo especial (LOBO, 2011).

Ainda para Lobo (2011), A determinação da legislação brasileira face à proteção ao menor é interpretada como garantia das próximas gerações, uma vez que os impactos negativos ocorridos na vida de um jovem podem resultar em preocupantes problemas no futuro. De certa forma, os direitos das crianças e adolescentes possuem uma estreita relação com os direitos humanos, já que a preocupação com a dignidade da pessoa se mostra ainda mais presente.

Existe ainda a preocupação com a convivência familiar. Estamos falando de uma relação afetiva duradoura, estimulada por todos os indivíduos que fazem parte da família e que dividem o mesmo espaço, possuindo assim, um ambiente em comum. Vale ressaltar, que a expressão ambiente em comum não se trata exclusivamente do espaço físico, mas o local onde as pessoas daquele grupo afetivo se sentem acolhidas e protegidas, principalmente as crianças e adolescentes (LOBO, 2011).

No mesmo sentido, Trindade (2015) explica que do ponto de vista de criação e desenvolvimento da família o controle público não pode interferir no espaço privado. A convivência entre as pessoas deste grupo deve ocorrer de forma livre, permitindo que cada família construa a sua própria identidade sendo o ambiente comum preservado pelo princípio da convivência familiar. Intuitivamente, compreendemos que o princípio ora tratado, diz respeito aos membros do grupo familiar. Contudo, é dever da sociedade e do Estado permitir que a convivência familiar ocorra de forma sadia e livre de interferências desnecessárias.

A violação mais recorrente do princípio em pauta está relacionada ao exercício do poder familiar. O filho menor, de um casal divorciado, muitas vezes tem o seu direito à convivência familiar transgredido por um dos seus ascendentes. É importante salientar que mesmo que os pais não estejam juntos, não podem de nenhuma forma impedir ou dificultar a convivência do filho com o outro genitor, sob pena de descumprimento deste princípio. Outra demonstração de desrespeito ao princípio da convivência familiar são as decisões judiciais que limitam de maneira desproporcional o direito de visita de um pai ou mãe ao seu filho (TRINDADE, 2015).

Trindade (2015), ainda cita a referência constitucional explícita ao princípio (art. 227 da CF/1988) e a infraconstitucional (art. 1.513 do Código Civil de 2002):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 1.513. É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.

Embora todos os princípios citados neste capítulo sirvam como bases de construção de um direito de família saudável e equilibrado, não podemos esquecer o fundamento principal que está presente em cada relação familiar. A consagração do princípio a seguir, foi primordial para a evolução de fato do direito das famílias. Estamos falando do momento em que o afeto foi visto sob um novo olhar, estamos falando do princípio da afetividade.

4. PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Se para os povos antigos o que unia os membros da família era a religião e o culto aos antepassados, para a sociedade contemporânea a relação conjugal é baseada na afetividade. A entidade familiar é caracterizada pela comunhão plena de vida entre as pessoas, abraçando assim, a ideia de fraternidade construída por meio da convivência e de laços sentimentais que dão origem à chamada família socioafetiva (LENZA, 2012).

O direito das famílias inaugurou uma ordem legal, atribuindo valor jurídico ao afeto. Os vínculos conjugais passaram a ser mais valorizados, quando comparados à antiguidade, por conta do atual ponto de vista social em relação à igualdade, liberdade e sexualidade. (DIAS, 2015). Na mesma direção, outro autor que reafirma a importância da afetividade é CALDERÓN (2013), alegando o deslumbramento da doutrina brasileira na aplicação do chamado princípio da afetividade em diversas situações do direito de família.

Após a Constituição de 1988, as relações de afeto não podem mais ser analisadas apenas pelas esferas sociológica e psicológica, visto que a afetividade possui fundamento legal, devendo ser vista sob a forma de princípio. Essa perspectiva principiológica concede um caráter norteador ao tema, contrapondo a ideia de incidência pontual. Dessa forma, o princípio da afetividade ganha força, ampliando a sua aplicação a todos os ramos do direito de família (CALDERÓN, 2013).

Mesmo que não exista expressamente no texto Constitucional o termo afeto, existe a proteção em relação ao tema, ainda que de forma implícita. A importância da afetividade pode ser revelada, por exemplo, no reconhecimento da união estável como entidade familiar. Significa dizer então, que a união afetiva entre duas pessoas merece ser juridicamente tutelada, dando assim, ânimo legal às relações afetivas (DIAS, 2013).

A indispensável relação entre Direito e sociedade revela a necessidade de resposta a toda e qualquer mudança histórica e social. As normas jurídicas devem se adaptar às demandas da coletividade, observando as características desenvolvidas pelas pessoas como uma espécie de consolidação da sua identidade. Assim, a afetividade presente no contexto familiar brasileiro induz uma adequada valoração, para que o Direito possa contribuir, de forma objetiva, na materialização do tema em questão (CALDERÓN, 2013).

Embora existam diversos fatores que influenciam o vínculo humano no âmbito familiar, o afeto é algo fundamental nessas relações. A família é uma instituição humana universal que pode ser considerada como a origem de toda uma sociedade. O entendimento, hoje, é de que o aspecto biológico e os laços de sangue não superam juridicamente as relações afetivas. Sendo assim, é correto afirmar que o princípio norteador do Direito das famílias é o princípio da afetividade (DIAS, 2013).

5. O AFETO COMO PRIMAZIA NA RELAÇÃO CONJUGAL

No intuito de compreender a importância fática do afeto na relação conjugal, se faz necessária a definição conceitual acerca do tema. Para Dias (2013), a afetividade pode ser entendida como a convivência harmoniosa e motivada entre as pessoas. Do ponto de vista legal, a afetividade é um dever jurídico imprescindível nas relações familiares, mesmo que não exista de fato o afeto.

Para o Direito, a afetividade não é interpretada apenas como vínculos emocionais e sentimentais. Existe aqui, uma preocupação maior com o dever de cuidado para a construção e desenvolvimento familiar, pois a família é a base da sociedade e necessita de especial proteção do Estado. Em resumo, não cabe ao Direito medir ou influenciar o nível e a intensidade do amor nas relações interpessoais, e sim, garantir a concepção e educação no seio familiar (DIAS, 2013).

Giancarlo Petrini e Marcelo Couto Dias (2016), explicam que a supervalorização do afeto, construída pelo amor romântico, relativiza a importância do ambiente exterior ao vínculo do casal. Neste contexto, o matrimônio como instituição é visto como inimigo das relações amorosas, já que, implicará em obrigações e compromissos advindos de um contrato, reduzindo a liberdade que move os amantes.

É importante salientar que os vínculos afetivos não são contratos geridos pela simples vontade. São singelas e genuínas ligações que possuem como causa de sua constituição o afeto entre o casal (DIAS, 2013). Porém, deve-se notar que não é exatamente a série de deveres contratuais oriunda do instituto do casamento a vilã das relações amorosas e afetivas, e sim a própria fragilidade dos laços humanos (BAUMAN, 2004).

Segundo Bauman (2004), os vínculos afetivos são provenientes de sentimentos como o amor, existente em diversas formas de relacionamento humano. Para o autor, a palavra “conexão” cairia melhor como adjetivo para os vínculos emocionais entre as pessoas, já que, fazendo uma analogia com o termo “rede”, assume o caráter instável dos relacionamentos interpessoais.

A rede de solidariedade familiar construída através do afeto possui o objetivo de desenvolver os sentimentos recíprocos entre as pessoas e preservar a dignidade humana. A afetividade pode ser compreendida como uma máxima familiar onde a manutenção da afinidade e confiança entre as pessoas é a principal forma de encontrar o equilíbrio e a saúde no ambiente familiar, é o refúgio das garantias fundamentais de cada sujeito (FARIAS; ROSENVALD, 2012).

Embora muitos afirmem que, por conta das quebras de paradigmas, a família perdeu a sua função, a afetividade mostra que independente do modelo de familiar adotado, a comunhão de afeto e cumplicidade, respaldam o fundamento das relações familiares. A nova ordem

jurídica encontrada para a família, baseada na afetividade, construiu uma ideia de liberdade, instituindo que o valor que mantém a existência das famílias é o afeto (LOBO, 2011).

Engelmann, Petrini (2016), afirmam que para a manutenção de um relacionamento conjugal é necessária a satisfação de exigências que não são facilmente obtidas. Pelo contrário, requer atenção, cuidado e convivência autêntica entre o casal, que só é possível através da construção de espaço próprio, onde os posicionamentos e ideais pessoais convergem em um único ponto, construindo então a identidade do casal e contribuindo beneficentemente para o desenvolvimento e longevidade das relações familiares.

Existe uma reflexão acerca das relações conjugais e filiais que questiona a assimetria dos sentimentos. No momento em que os entes pertencentes a família assumem uma atitude comparativa entre o afeto dado e o recebido, surge uma espécie de endividamento mútuo positivo. Quando o relacionamento conjugal atinge esse patamar, orientado pela lógica da equivalência mercantil, existe um grande risco de dissolução da família por meio de um ajuste de contas.

Ainda para os autores, as relações familiares são fundadas no amor, é ele que move e sustenta os cônjuges e dá sentido a todo sacrifício em prol dos projetos de vida do casal. A partir do momento em que o amor não é mais constituído pela construção de ideais em comum, as queixas e cobranças sobre as divisões de tarefa e responsabilidades começam a contaminar o espaço criado através dos vínculos afetivos, colocando em risco o fundamento da família.

Nas últimas décadas, surgiram inúmeros questionamentos em relação à crise da família. Essas discussões são motivadas por diversos temas, como por exemplo, o declínio do casamento e aumento do divórcio. O fato é que na verdade, a maioria dos casais ainda apresenta algum tipo de vínculo matrimonial, civil e/ou religioso, o que nos leva a pensar que os fenômenos sociais podem trazer novos modelos familiares e modificar os antigos, mas a família permanece como um ponto sólido que satisfaz os anseios humanos mais profundos (ENGELMANN; PETRINI, 2016).

É verdade que a intromissão do Estado na intimidade da vida a dois pode ser considerada como no mínimo indelicada. A questão é que, de fato, o ordenamento jurídico brasileiro impõe deveres e assegura direitos nas relações conjugais, tanto no casamento (CC 1.566) como na união estável (CC 1.724). O descumprimento desses deveres não gera, por si só, obrigações indenizatórias, mas vale ressaltar que boa parte da doutrina entende que a violação dos deveres conjugais pode acarretar na imposição de sanções (DIAS, 2013).

6. DEVERES CONJUGAIS

Uma vez celebrado o casamento, o casal deverá respeitar uma espécie de “normas afetivas” dispostas no artigo 1.566 do Código Civil de 2002, os deveres conjugais. Essas obrigações estão previstas expressamente e devem ser cumpridas por ambos o cônjuges, são elas: fidelidade recíproca; vida em comum, no domicílio conjugal; mútua assistência; sustento, guarda e educação dos filhos; e respeito e consideração mútuos (DIAS, 2013).

Segundo os autores Barbosa e Pires (2016), o primeiro dever conjugal é a fidelidade recíproca. Talvez o mais importante dos deveres, posto que além de ser uma das mais dolorosas causas de separação, ainda decorre da organização estrutural monogâmica do matrimônio no Direito brasileiro. A sua definição está pautada tanto da doutrina como na jurisprudência, sendo considerado um dever negativo, de não fazer, requerendo uma abstenção de conduta. A infração a este dever acarreta na infidelidade.

Muito embora tenha sido descriminalizado o adultério, a sua prática representa o mais detestável motivo de separação afetiva. As definições conceituais da doutrina, acerca do tema, estão baseadas nas relações carnis e/ou sexuais de um dos consortes com terceiros, prática esta, considerada repugnante pela sociedade. Contudo, as definições doutrinárias podem parecer ultrapassadas. A repulsa da sociedade, na verdade, está ligada a simultaneidade de convivências íntimas de pessoas comprometidas. A intimidade não precisa ser necessariamente sexual e/ou carnal, mas também nas relações íntimas, porém, não físicas, decorrentes da comunicação moderna, como telefone, internet e redes sociais (BARBOSA; PIRES, 2016).

Nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves:

“A infração a este dever, imposto a ambos os cônjuges, configura o adultério, indicando a falência da moral familiar, além de agravar a honra do outro cônjuge. Se extrapolar a moralidade genérica pode ensejar indenização por dano moral”. (GONÇALVES. Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. Volume 6. 10ª Edição. Editora Saraiva. São Paulo. 2013. P. 191) .

Para Coelho (2011), a caracterização da infidelidade não pode ser considerada, apenas, quando existir, propriamente, uma conjunção carnal extraconjugal. Praticar ou consentir que pratiquem consigo, qualquer ato de teor libidinoso, tais como carícias ou emissão de sinais (correspondidos ou não) de que deseja manter algum tipo de relacionamento sexual extraconjugal, podem ser considerados como descumprimento do dever de fidelidade.

É importante dizer que, por evidência, não se pode caracterizar a mera vontade como forma de quebra da fidelidade, já que é inadmissível a punição por conta de pensamentos. Dito isto, podemos definir o dever de fidelidade como exclusividade de relações íntimas e afetivas, sejam elas carnis, sexuais ou virtuais, proibidas com pessoa diversa do cônjuge (BARBOSA; PIRES, 2016).

Ainda seguindo as ideias de Barbosa e Pires (2016), o segundo dever matrimonial é o da vida em comum do domicílio conjugal, o que reflete na coabitação. É importante ressaltar, todavia, que não estamos falando da mera vivência sob o mesmo teto, e sim, na participação de um na vida do outro de forma completa, é a chamada por muitos de “vida em comum”, o compartilhamento e comunhão de ideais.

Os dizeres de Fábio Ulhoa Coelho definem perfeitamente o pensamento acerca do tema:

“Quem casa assume a obrigação de viver com o cônjuge. Para que o casamento realmente estabeleça a comunhão plena de vida entre os cônjuges, como quer a lei (CC, art. 1.511), é necessário que eles a comunhem. Quer dizer, o fundamental dever contraído pelos casados é o de partilhar seu cotidiano um com o outro, em todos os múltiplos e ricos aspectos: profissional, social, psicológico, econômico, cultural, físico, etc. Nos casamentos em que esse dever é cumprido pelos dois cônjuges, cada qual recebe o outro integralmente em sua vida e participa da mesma forma da vida dele”. (COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil: Família e Sucessões. Volume 5. 4ª Edição. Editora Saraiva. São Paulo. 2011. P. 63) .

Fazendo uma interpretação sobre o tema, podemos destacar que a quebra do dever de vida em comum ocorre quando um, ou ambos os cônjuges, não mais compartilha da vida e do cotidiano do outro. A falta de vontade em participar de uma relação afetiva à dois, portanto, enseja em um descumprimento deste dever conjugal, muitas vezes caracterizado pelo abandono do lar.

Um detalhe importante, em relação aos dois deveres conjugais supracitados, é o fato de ambos estarem se referindo à realidade de relações íntimas, dessa forma, a interferência estatal em características tão personalíssimas pode violar a autonomia privada. Sendo assim, o casal

poderá escolher possuir uma conduta mais aberta, no que diz respeito à vida em domicílios distintos ou intimidade sexual com terceiros. O importante é compreender que não há interesse público em interferir nas relações que adotem uma postura mais liberal, desde que essa liberalidade seja consentida entre os cônjuges.

O terceiro dos deveres conjugais é o de mútua assistência. Consiste na obrigação de auxílio e prestação material e moral, sempre que o outro necessitar. A essência do matrimônio está envolvida diretamente neste dever, pois transparecem sentimentos como afeto, companheirismo, harmonia e espiritualidade do casal. Compreende também, o suporte nas adversidades da vida (BARBOSA; PIRES, 2016).

Os autores, Barbosa e Pires (2016), asseveram ainda que, o auxílio material, decorrente do dever de assistência mútua, é consolidado no apoio referente ao pagamento de despesas de moradia, alimentação e lazer. Já a prestação moral, deriva de fatores como a apresentação de projetos em comum, a troca de ideias, cuidados pessoais quando há enfermidade, dentre outras atitudes que podem soar românticas ou metajurídicas.

Seguindo o estudo, nos deparamos com o dever de sustento, guarda e educação dos filhos. Esta obrigação conjugal visa a proteção da prole do casal. Aqui, o entendimento é de que o indivíduo constrói a sua personalidade e se prepara para a convivência social, a partir do seu desenvolvimento no âmbito familiar. Portanto, se faz necessário para toda criança e adolescente, encontrar amparo, afeto e segurança nos seus pais (WALD; FONSECA, 2009).

Por força do artigo 1.568 do Código Civil de 2002, os cônjuges são obrigados a contribuir, na proporção de seus bens e rendimentos do trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos, independentemente do regime patrimonial. Estamos tratando não apenas do casal, mas também da sua prole, por conta disso, a sua inobservância pode acarretar na perda do poder familiar, de acordo com o artigo 227 da Constituição Federal e os artigos 22 e 24 do Estatuto da Criança e do Adolescente (DIAS, 2013).

É sabido que nem todo casamento possui como objetivo a geração de filhos. Porém, muito embora não diga respeito à relação conjugal propriamente dita, o dever em questão possui ligação direta com diversos conflitos matrimoniais, inclusive, em relação à separação/divórcio do casal. De todos os deveres mencionados, este é onde a proteção do Estado se torna imprescindível. Por fim, nós temos o dever de respeito e consideração mútuos. Significa preservar o outro cônjuge, zelar pela sua honra e imagem, não lesar a sua dignidade, tampouco a sua integridade física ou moral. Esse dever conjugal é traduzido na manutenção do amor-próprio e autoestima de ambo os cônjuges (BARBOSA; PIRES, 2016).

7. DEVERES DOS COMPANHEIROS

A Constituição Federal deixa explícito o reconhecimento da União Estável como entidade familiar, sendo assim, facilitando a sua conversão em casamento (CF, art. 226, § 3º). Coelho (2011) ensina que nas relações pessoais entre os companheiros, deve-se observar o dever recíproco de lealdade, respeito e assistência, bem como a guarda, sustento e educação dos filhos, por força do art. 1.724 do Código Civil.

Os deveres de lealdade, respeito e assistência podem ser considerados como normas de convívio e harmonia na relação entre os companheiros, já a guarda, sustento e educação dos filhos, requer uma atenção com a sua prole. Vale ressaltar ainda que a fidelidade em si não é obrigada pela lei, contudo pode ser considerada como parte do dever de lealdade que está previsto no dispositivo legal (COELHO, 2011).

É inegável que o prestígio jurídico acerca da União Estável é observado como um enorme avanço social em relação ao direito de família. Pode-se admitir então que não existe uma hierarquia entre Casamento e União Estável, sendo ambos considerados como entidade familiar e protegidos pela nossa constituição federal (TRINDADE, 2015).

Fazendo uma comparação entre os deveres dos companheiros e os conjugais, nota-se uma enorme semelhança. O dever de assistência, por exemplo, corresponde ao de mútua assistência imposto aos cônjuges. É a cumplicidade entre os indivíduos, auxílio moral e material. É o suporte em todas as adversidades da vida. Conclui-se assim, que mesmo com singelas diferenças, os companheiros devem cumprir obrigações semelhantes aos casados, de forma a garantir a proteção da família (GOLÇALVES, 2015).

Acerca do tema supracitado, deveres dos cônjuges e dos companheiros, podemos concluir que os dispositivos legais que dão suporte as relações afetivas do casal poderiam, de certa forma, ser dispensados. A não existência de uma obrigação expressa não acarreta, por si só, no descumprimento de preceitos éticos e morais da nossa sociedade, ainda que não escritos (BARBOSA; PIRES, 2016).

Entendemos então que a afetividade nas relações conjugais, para o direito de família brasileiro, é a responsabilidade recíproca entre as partes, cônjuges ou companheiros, é dever de ambos a fidelidade/lealdade, respeito, assistência e educação dos filhos. Essas normas éticas e morais por sua vez, foram expressamente citadas no nosso ordenamento jurídico, sendo o desrespeito a essas normas, considerado como abandono afetivo (DIAS, 2013).

8. IMPACTOS DECORRENTES DO ABANDONO

A família é considerada o pilar da nossa sociedade, pois é compreendida como a primeira instituição de educação e desenvolvimento de um indivíduo. O âmbito familiar é o porto seguro dos seus membros, local onde as relações afetivas são estimuladas e as pessoas encontram refúgio de todas questões problemáticas através do sentimento de segurança e estabilidade. Com todo este suporte, fica evidente o papel principal da estrutura familiar de preparar os indivíduos para convívio social (DIAS, 2013).

Segundo Rodrigues e Oliveira (2017), a união conjugal é caracterizada por uma espécie de depósito de esperanças entre os seus membros, criando uma instabilidade e insegurança acerca do futuro do casal. Isto ocorre por conta da criação de expectativas em relação ao outro, que muitas vezes não são alcançadas ou correspondidas, afetando de forma negativa todo o relacionamento. Por esse motivo, diversos conflitos começam a surgir gerados pela insatisfação entre os cônjuges, causando um choque entre aquilo que foi sonhado e idealizado contraposto a vida real do casal.

Em muitas ocasiões, a sensação de desilusão toma conta dos laços amorosos, acarretando na separação dos parceiros. É extremamente difícil superar a decepção de construir planos, compartilhar momentos ímpares e ao passar dos anos, perceber que todos os anseios almejados não serão concretizados. Os primeiros sintomas da quebra da fantasia e visão da realidade são o distanciamento e as perguntas e dúvidas em relação ao futuro daquela relação. O indivíduo, nesse momento, começa a questionar se vale a pena continuar na relação, gerando um grande conflito psíquico e emocional.

Ainda para as autoras, outro problema bastante comum é achar que com a dissolução jurídica o relacionamento entre os indivíduos chega ao fim. É bem verdade que os deveres afetivos daquela relação a dois não são mais obrigatórios, mas não podemos afirmar que os ex-cônjuges alcançaram uma definitiva ruptura emocional. Caso daquela relação tenha resultado filhos,

ambos os genitores ainda possuirão obrigações mútuas na educação e desenvolvimento da criança, o que requer maturidade para manter o diálogo necessário em relação à criação do menor.

A separação conjugal é um processo complexo que ocasiona diferentes resultados emocionais, de acordo com a personalidade de cada indivíduo. Cada pessoa reage de uma forma ao fim de um relacionamento amoroso, mas a transição é complicada por toda uma pressão familiar, frustração pelo insucesso e incertezas sobre o futuro em cada etapa de transição para um novo momento. O divórcio pode causar alívio ao seu final, porém pode ser uma das experiências mais traumáticas e dolorosas que um ser humano pode enfrentar (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017).

O rompimento conjugal pode ocorrer de maneira saudável ou conturbada, vai depender a estabilidade emocional e maturidade dos envolvidos. Na hipótese de resolução dos conflitos de forma saudável, o desenvolvimento dos filhos será guiado de forma pacífica e harmoniosa, não causando danos psicológicos, afetivos ou emocionais às crianças. Contudo, caso a separação seja conduzida de forma litigiosa, os filhos serão as maiores vítimas desse conflito, e muitas vezes serão utilizados como arma para causar sofrimento no outro genitor. (DIAS, 2013).

É sempre importante lembrar que o divórcio não extingue os deveres dos pais em relação aos filhos, conforme artigo 1.579 do Código Civil. A dissolução conjugal apenas elimina os direitos e deveres dos cônjuges. Dessa forma, os filhos não podem ser impedidos de conviver com ambos os pais, mesmo que algum dos genitores tente dificultar, atrapalhar ou bloquear a relação do filho com o outro (GONÇALVES, 2015).

Para Dias (2013), a desestruturação da família causa sofrimento para os filhos e provoca um sentimento de perda. O prejuízo ao desenvolvimento do menor é inestimável, pois gera a sensação rejeição e impotência, o que pode agravar ainda mais futuros danos emocionais e psíquicos. É correto dizer então que apesar da angústia experimentada pelos cônjuges no divórcio, os filhos acabarão sendo os maiores prejudicados no desencadeamento do processo.

Ainda para a autora, o convívio familiar não pode ser ignorado ou impedido, pois estamos falando de um direito consagrado ao menor. Nesse sentido, os pais possuem o dever de participar ativamente na criação da criança e do adolescente. Veja que a obrigação é de ambos os genitores, não sendo cabível o impedimento por parte de um dos pais à esse direito dos filhos. O motivo que pauta tal convívio é, justamente, suprir a sensação de abandono causada pelo doloroso processo de separação.

O direito brasileiro possui dispositivos legais que dão suporte a indenizações, danos materiais, e em alguns casos, danos morais impostos pela justiça como pena pelo descumprimento dos deveres afetivos. Obviamente, essas não são as maneiras mais adequadas para a manutenção de um vínculo afetivo. Contudo, são alternativas disponíveis ao indivíduo abandonado que de certa forma, amenizam os prejuízos causados e o sentimento de abandono (DIAS, 2013).

O descumprimento do dever de convívio com os filhos além de desestruturá-los pode também torna-los pessoas inseguras e infelizes pelo resto das suas vidas. Por esse motivo, o abandono afetivo configura o direito de reparação. É importante salientar que o caráter do tema em questão não é meramente punitivo, mas sim pedagógico, visto que seu objetivo na verdade, é enfatizar a importância da convivência entre pais e filhos, ainda que os pais não possuam vínculo conjugal (HIRONAKA, 2000).

Assim como o abandono afetivo conjugal pode resultar em indenizações ou até mesmo dano moral, a omissão de um dos responsáveis na criação da sua prole gera abandono paterno-filial, sendo assim, cabíveis penalidades semelhantes ao quesito anterior. A negligência por

acarretar inclusive, na perda do poder familiar, o que é meio controverso já que o motivo do poder é justamente a inobservância do dever de cuidado (FERREIRA, 2008).

Rodrigues e Oliveira (2017) explicam que a dissolução conjugal desencadeia em alguns casos, um processo de degradação da imagem do antigo parceiro. Para causar sofrimento no outro, o indivíduo mal intencionado manipula seus filhos a acreditar em uma ideia falsa de abandono, mentindo e ludibriando causando dor e sofrimento ao próprio filho para a obtenção do resultado almejado, o afastamento emocional da sua prole com o outro genitor, denominada alienação parental.

Ainda para Rodrigues e Oliveira (2017) a Síndrome de Alienação Parental é um transtorno psicológico que, dentre os seus diversos sintomas, apresenta de forma aguda uma distorção da consciência dos filhos. A modificação da realidade é feita de forma gradativa com utilização de diversas estratégias de alienação, criando diversos tipos de obstáculos que impedem a manutenção do vínculo emocional entre o genitor alienado e a prole.

O genitor alienante começa a implantar falsas memórias na criança ou adolescente com o objetivo de causar uma impressão pessimista e deturpada do ex-cônjuge. A partir deste momento, o próprio filho passa a acreditar nas mentiras e se distanciar de forma “voluntária” do genitor alienado, desgastando cada vez mais a relação entre os dois. O genitor alienante acredita estar protegendo seus filhos, quando na verdade, apenas estão punindo o outro pelo fracasso do antigo relacionamento e transmitindo o sofrimento vivenciado pela separação aos filhos (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017).

Podemos concluir então que, inevitavelmente, o maior lesado pela ruptura de um relacionamento conjugal é a prole do casal. Independentemente da aflição e sentimento de abandono experimentado pelos cônjuges, os filhos vão sentir ainda mais o peso da desestruturação familiar e o desenvolvimento deste estará definitivamente comprometido, sendo necessárias medidas para a resolução das questões relacionadas à família em questão (DIAS, 2013).

9. O PAPEL DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO FAMILIAR

Quando tratamos de relações familiares, não podemos simplesmente impor regras de conduta que todos os indivíduos devam seguir. Estamos falando de vida, saúde, dignidade e desenvolvimento de pessoas, sendo assim, não podemos resumir todos esses fatores em meros dispositivos jurídicos. No certame referente ao direito das famílias é importante sim, levar em consideração as leis estabelecidas ao tema, porém é necessário observar as mudanças de costumes, e a evolução da sociedade para que as decisões judiciais sejam cada vez mais justas, sempre levando em consideração a ética e o bom senso (DIAS, 2013).

Existem algumas peculiaridades relacionadas ao Judiciário na seara do direito das famílias. Em grande parte das vezes, as pessoas envolvidas na lide demonstram medo, incerteza, fragilidade e desequilíbrio emocional sendo demandando certa atenção e cuidado por parte do julgador. O juiz que decidirá um caso com tais características deve receber os envolvidos de forma consciente e pacífica, capaz de não apenas decidir a norma correta a ser aplicada, mas também observar o caso concreto de forma humanizada (ANDRIGHI, 2004).

É intuitivo pensar que as desavenças envolvendo pessoas no âmbito familiar acabam por superlotar as varas das famílias. Por conta disso, os juízes deveriam buscar sempre a conciliação como forma de encontrar soluções benéficas para ambas as partes. Ser juiz de família é muito mais do que aplicar uma lei escrita à um caso concreto, é ter a sagacidade para perceber que muitos conflitos são, na verdade, descontroles emocionais por conta de mágoas passadas, e dessa forma, agir de maneira pacificadora (DIAS, 2013).

Dias (2013) ainda explica que desde 2003 a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça tem investido em práticas que objetivam resolver lides de forma prática e eficaz em relação às famílias. Dentre as principais ideias para atingir tal finalidade, a conciliação, mediação e a justiça restaurativa aparecem como instrumentos à disposição do judiciário para resolução de conflitos.

Os processos caracterizados pela presença de vínculos afetivos dificilmente produzirão resultados satisfatórios para ambas as partes. Mesmo com todo o empenho e atenção da nossa justiça, a decisão proferida não possui capacidade de resgatar prejuízos emocionais. O término do processo judicial pode não satisfazer os anseios das pessoas envolvidas, causando uma sensação de ineficácia (DIAS, 2013).

A mediação, como forma alternativa de resolução de conflitos, ganha cada vez mais prestígio no direito brasileiro atual, pois é uma maneira de aproximar os indivíduos envolvidos na construção de possíveis soluções. O olhar do mediador é amplo e interdisciplinar, e possui como características a utilização de técnicas específicas bem como reflexões e diálogo, proporcionando ideias criativas onde as partes podem participar e auxiliar nas decisões, dessa forma, é inevitável os ganhos mútuos e, em certo casos, a própria restauração dos vínculos afetivos (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017).

Compreendendo as razões supracitadas podemos concluir que a mediação de conflitos pode ser um eficiente meio de resolução dos litígios familiares. Existem casos extremamente delicados e a preservação do aspecto emocional bem como o respeito à história e individualidade de cada pessoa podem ser trunfos na solução da lide. Divórcio, guarda dos filhos e alienação parental são exemplos claros que demonstram a necessidade de um ponto de vista mais maleável, capaz de facilitar o diálogo entre os envolvidos (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017).

É importante dizer ainda que muitos estudos psicológicos e sociais são desenvolvidos na direção de contribuir para questões jurídicas que envolvam relações afetivas. O direito das famílias possui particularidades que demandam um preparo e estruturação diferenciada nas varas especializadas. Outrossim, já existem tribunais com suporte de mediadores que buscam atender as soluções que atendam os interesses de ambas as partes (DIAS, 2013).

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve finalidade discutir o tema proposto de forma objetiva, no intuito de facilitar a compreensão de todos. É certo que para abordar o tema de maneira mais clara e descomplicada foi imprescindível trazer diversas questões relacionadas à família, tais como a sua história, sua origem, antes de adentrar ao tema principal da pesquisa, o abandono afetivo na relação conjugal e os impactos na vida familiar.

Debater sobre abandono afetivo conjugal não é uma tarefa simples, sobretudo por conta da gama de termos e lexemas que possuem significados próprios para cada ramo do conhecimento humano. Não obstante, ainda precisamos compreender o contexto da afetividade na nossa sociedade e porque ela é tão importante para nosso ordenamento jurídico, mais precisamente, para o direito das famílias.

Para encontrar as respostas ao quesito acima, estudamos a origem das primeiras entidades familiares, bem como seus costumes e peculiaridades. Tal estudo foi imprescindível para a compreensão de que o modelo da nossa sociedade atual é pautado em heranças de estruturação familiar da antiguidade, e mesmo com todas as quebras de paradigmas ocorridas nas últimas décadas, ainda sofremos influências do nosso passado histórico.

O ordenamento jurídico brasileiro recepcionou diversas regras de convívio familiar e social dos nossos antepassados. Por esse motivo, incorporamos a ideia de família como algo sagrado, e fortalecemos cada vez mais as entidades familiares através dos vínculos afetivos, dessa forma, a afetividade ganhou protagonismo nas relações pessoais e se tornou a base do nosso direito de família.

O ponto principal da pesquisa foi importância da relação entre os cônjuges. Como observamos ao longo da leitura, as relações conjugais demandam obrigações afetivas mútuas, que quando não cumpridas, ensejam o abandono e posteriormente, no término da relação. Não obstante, o problema se torna uma bola de neve, impactando não apenas na vida amorosa do casal, mas também na sua prole, causando diversos problemas no desenvolvimento dos filhos.

Por fim, percebemos que é necessário um novo olhar sobre os conflitos familiares e as suas possíveis soluções. Existem mecanismos à disposição da justiça que podem tornar as decisões cada vez mais eficazes, no sentido de preencher o vazio deixado pelo abandono afetivo e seus impactos na vida dos envolvidos. Dessa forma, concluímos que apesar de toda complexidade que envolve conflitos familiares, existe a esperança de não apenas suprir o sentimento de desamparo através de decisões judiciais, mas também dispositivos que possuem a capacidade de reatar os vínculos afetivos.

REFERÊNCIAS:

ANDRIGHI, Fátima Nancy. **Juizado especial de família**. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). *Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família. Afeto, Ética e Família e o Novo Código Civil brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 181-185.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**, São Paulo: Saraiva, 1953.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BARBOSA, Camilo de Lelis Colani; PIRES, Fernanda Ivo. Aspectos atuais dos deveres conjugais. **Coleção Estudos sobre Família. Relações Familiares**. volume 2. Org. Lúcia Vaz de Campos Moreira. Curitiba: Editora CRV, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 janeiro 2018.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>, Acesso em: 22 janeiro 2018.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 18 janeiro 2018.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Princípio da afetividade no Direito de Família**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Família e Sucessões**. Volume 5. 4ª Edição. Editora Saraiva. São Paulo. 2011.

CORRÊA, Marise Soares. **A história e o discurso da lei: o discurso antecede à história.** Porto Alegre: PUCRS, 2009. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** – 9 ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FRANCIELE, Engelmann; PETRINI, Giancarlo. Dádiva, Tempo e Sacrifício: Espaços possibilitadores para a satisfação das exigências originais nas relações familiares. **Coleção Estudos sobre Família. Relações Familiares.** volume 2. Org. Lúcia Vaz de Campos Moreira. Curitiba: Editora CRV, 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSELVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Direito das Famílias.** 4. ed. Salvador: Editora JusPodivm. 2012.

FERREIRA, Alcionir Urcino Aires. **O princípio da afetividade e a reparação civil por abandono paterno-filial.** Revista Consulex, Brasília, ano XII, n. 272, p. 59-63, maio 2008.

FERREIRA, Valdeana Vieira Casas. **A Mulher Casada no Direito Civil Brasileiro,** Rio de Janeiro: Forense, 1985.

GOMES, Orlando. **Direito de Família,** 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro,** v. 6. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GOULART, Patrícia Krempel. **A origem e evolução do casamento na história do direito de família.** Monografia apresentada ao Curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Tuiuti do Paraná para obtenção do título de Bacharel em Direito, 2002.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Direito civil: estudos.** Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares,** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito Civil Aplicado,** v. 5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Tratado de direito de família,** Vol.I. Curitiba: Juará, 1991.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Livro eletrônico.

PETRINI, Giancarlo; DIAS, Marcelo Couto. Relações conjugais e familiares na sociedade contemporânea. **Coleção Estudos sobre Família. Relações Familiares.** volume 2. Org. Lúcia Vaz de Campos Moreira. Curitiba: Editora CRV, 2016.

RODRIGUES, Érica Santana Barros de Oliveira Nery; OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira de. **ALIENAÇÃO PARENTAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS À LUZ DO SÉCULO XXI.** Trabalho apresentado na Universidade Católica de Salvador referente a 20^a Semana de Mobilização Científica – SEMOC, 2017.

ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo.** 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

TRINDADE, Andressa Gonçalves. **TEORIA DO DESAMOR: RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE.** 2015. Monografia apresentada ao Curso de graduação em Direito da Universidade de Brasília para obtenção do título de Bacharel em Direito, 2015.

WALD, Arnoldo; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Direito Civil: Direito de Família.** Volume 5. 17^a Edição. Editora Saraiva. São Paulo. 2009.

HISTÓRIAS DAS MULHERES: A QUEM SERVE O AMOR ROMÂNTICO?

MÁRCIA SANTANA TAVARES

*Professora do PPGNEIM/UFBA
marciatavares1@gmail.com.*

IVANA PATRÍCIA ALMEIDA DA SILVA

*Doutoranda do PPGNEIM/UFBA
ivanapatricia@yahoo.com.br.*

RESUMO

Este trabalho é uma revisão bibliográfica de diversos estudiosos que discutem o Amor Romântico e suas nuances, cujo propósito é, numa perspectiva de gênero, revelar que, historicamente, este objeto de análise, alimentado pela memória coletiva e social, respalda e corrobora com o fenômeno da violência contra a mulher em nossa sociedade. Este estudo evidencia que a história do amor no ocidente está marcada, desde a sua origem, pela relação desigual entre os gêneros, materializada através de uma relação de forças em que a mulher, em todos os momentos históricos estudados, encontra-se em uma posição desigual e desvantajosa diante do homem. Considerando a importância em resgatar genealogias e memórias que alimentam e retroalimentam os sentimentos amorosos e as motivações das atuais escolhas matrimoniais, a análise buscou compreender, panoramicamente, a forma pela qual o Ocidente, ao longo do tempo, construiu seus conceitos, expectativas e aspirações para o amor nas relações conjugais.

Palavras-chave: Amor Romântico, Gênero, Memória, conjugalidade.

ABSTRACT

This work is a bibliographical review of several authors who discuss Romantic Love and its nuances, whose purpose is, from a gender perspective, to reveal that, historically, this object of analysis, fueled by collective and social memory, supports and corroborates with the phenomenon of violence against women in our society. This study shows that the history of love in the west is marked, since its origin, by the unequal relationship between genders, materialized through a relation of forces in which the woman, in all historical moments studied, finds herself in a position unequal and disadvantageous to man. Considering the importance of rescuing genealogies and memories that nurture and feed the loving feelings and motivations of current marriage choices, The analysis sought to understand, in a panoramic way, the way in which the west, over time, constructed its concepts, expectations and aspirations for love in conjugal relationships.

Key-words: Romantic Love, Gender, Memory, conjugality.

Para o desenvolvimento deste estudo é fundamental uma análise sobre as formas de sentimento que consolida a dinâmica das uniões conjugais, bem como sobre as construções sociais que norteiam o casamento e a sexualidade. Nesse sentido, faz-se necessária uma visita, mesmo que panorâmica, ao processo histórico das relações afetivas na conjugalidade e suas diversas configurações. Consideramos importante resgatar genealogias e memórias que nutrem as motivações das atuais escolhas matrimoniais, e compreender a forma pela qual o universo feminino, ao longo do tempo, construiu seus conceitos, expectativas e aspirações para as relações afetivas e conjugais.

Reverendo Histórias: As relações afetivas no Ocidente

O amor tal qual o conhecemos hoje é uma invenção moderna e muito recente na história da humanidade. Poucos são os indícios que temos sobre o amor na Pré-história, os poucos registros revelam que foi um período exclusivamente caracterizado pela coletividade. As demonstrações de amor das quais temos notícias na antiguidade, são evidenciadas por fragmentos arqueológicos, como por exemplo, o enterro dos mortos que sinalizam rituais de cuidado e afeto. Segundo Del Priore (2005), datam de 1750 A.C. expressões amorosas encontradas em pequenas peças de argila, porém muito pouco se pode inferir sobre o sentimento amoroso da pré-história.

Fazendo um salto histórico, nos transportamos ao principal centro cultural do Ocidente, a civilização grega ateniense do século V a.c.. Na mitologia grega da época são inúmeros os registros do interesse sobre o amor, Tannahill (1983) sinaliza que no cotidiano dessa sociedade, somente o homem tinha o direito de ser amado. A civilização grega estabeleceu uma intensa relação de amor ao esteticamente belo e perfeito, em contraposição à contemporaneidade, tais valores eram cultuados nos corpos masculinos.

Em contradição ao despótico poder masculino, a posição socioeconômica da mulher grega era muito limitada, ela não desempenhava nenhum outro papel feminino importante além de gerar descendentes legítimos e obedecer ao marido. Apesar de ser cidadã, seu status social era comparado aos dos estrangeiros e escravos, vista como traidora, era capaz de destruir a humanidade, diante dessa condição social, os afetos femininos eram negligenciados.

Fazendo um outro salto histórico, no império Romano, de acordo com Lins (2012) as relações afetivas compreendiam uma variedade de possibilidades fora do casamento, sendo o adultério a única união considerada ilegal. A autora afirma também que o amor tinha uma reputação negativa, tanto por reduzir o valor masculino, ao envolver a dependência do homem a um sujeito moralmente inferior – a mulher – quanto por levar o indivíduo a perder o controle numa cultura obcecada pela dominação.

Já a Antiguidade Tardia, período que se inicia com o declínio do Império Romano com a grande expansão do cristianismo, apresenta como principal novidade a ligação entre a carne e o pecado, esse fato promove profundas transformações nos conceitos de casamento, amor e sexualidade. Vainfas (1992) afirma que os cristãos dissociavam amor de sexo, o amor era unicamente dirigido a Deus, sinônimo de ascese e contemplação.

Segundo Lins (2012) os homens deveriam mortificar-se e recolher-se para o exercício do amor em busca da graça, o que implicava a recusa da carne. O sentimento amoroso conjugal se aproximava de uma relação de ternura e amizade. O que chamamos de amor era visto como

paixão sexual irracional, selvagem e destrutiva, este tipo de sentimento estava na contra mão das relações matrimoniais.

Mary Del Priore (2005) evidencia que a Idade Média, apesar da rigidez cristã, é o período histórico considerado berço do amor cortês e pai do amor romântico, conceitos que influenciam as concepções amorosas da contemporaneidade. É época em que surge a figura dos trovadores, responsáveis por estabelecer novas configurações para as relações afetivas entre homens e mulheres. De acordo com esta autora, os trovadores cantavam o amor cortês, valorizando a coragem, a lealdade, a generosidade, a submissão do amado à sua dama. O sentimento amoroso cantado reproduzia as relações feudais que caracterizavam as condições sociais da época, os trovadores normalmente eram servos de suas damas e, portanto configurava-se um amor impossível pelos diversos e ásperos obstáculos.

A trama romanesca é precisamente a dificuldade e a impossibilidade, aqueles que assumiam posturas socialmente desviantes na tentativa de realizá-la (antes da morte), como os clássicos contos de Romeu & Julieta e Tristão & Isolda, invariavelmente tinham um fim trágico. Mas, em matéria de amor, o trovadorismo foi a grande invenção da Idade Média. Para Del Priore (2005), a nossa grande herança da poesia medieval é a busca do amor impossível.

Fazendo uma análise histórica do amor-casamento, na Idade Média o amor era platônico, considerado uma representação do ideal inatingível, calcado na idealização da pessoa amada perfeita e inacessível, ou seja, o amor era incompatível com o casamento.

É só a partir do século XII que a religião passa a intervir na normatização do casamento, ao sacralizá-lo e defini-lo como espaço exclusivo e legítimo para uso da sexualidade, tendo como único fim a procriação. Segundo Vainfas (1992), o casamento, elevado à categoria de sacramento, transformou-se em alvo de inúmeras reflexões discursivas em relação ao desejo. Mesmo havendo os transgressores como as concubinas e os amantes, as determinações religiosas se impuseram. A Igreja desde então tem interferido na regulamentação da união afetiva através do casamento e da família.

Na renascença, o casamento, antagônico ao amor, era fundamentalmente uma transação financeira. Hunt (1968) nos esclarece que o amor platônico não constituía nem base para se realizar um casamento, nem parte essencial dele. As mulheres eram consideradas mercadorias, cuja fertilidade era extremamente valorizada. Reinava o Neoclassicismo e esperava-se que todos ocultassem seus sentimentos em apologia ao autocontrole.

Áries (1981) nos esclarece que a vida, até o século XVII, era vivida em público. A conjugalidade possuía uma configuração em que não havia espaço para o privado e para a intimidade, características fundamentais no desenvolvimento do afeto matrimonial e do moderno sentimento de família. O autor ainda afirma que o amor cortês estava veementemente presente para os renascentistas, com seus princípios preservados, apresentava pequenas modificações em função da passagem do tempo e das mudanças sociais.

Neste momento, era necessário o encontro entre o amante e sua dama, fato que acentua a importância da arte do *bel parlare* em detrimento das grandes proezas medievais realizadas longe e em homenagem à amada. Porém, ainda era fundamental que este amor permanecesse casto e avesso ao sexo. Sem a necessidade dos medievais feitos heroicos, o amor cortês pulveriza-se na sociedade renascentista deixando de ser privilégio apenas da aristocracia.

Hunt (1963) afirma que é a classe média renascentista, copiando as condutas da nobreza na esfera do amor romântico, quem vai aos poucos massificar a aproximação dos valores do amor cortesão para as relações conjugais, essa tímida aproximação entre os enamorados configura-se como um passo fundamental para a conjunção contemporânea de amor e de casamento. A título de exemplo podemos citar a emblemática biografia de Henrique VIII, rei da Inglaterra, que desejoso em unir amor e casamento, desafiou e rompeu suas relações com a Igreja, tornando o casamento por amor uma possibilidade.

Assim, na medida em que as forças repressivas medievais desaparecem, a burguesia, a família e a vida privada passam a ter importância social. O casamento deixa paulatinamente de ser uma transação financeira e começa a necessitar também de investimento afetivo, fato que exige uma aproximação, mesmo que sutil, entre amor e sexo no casamento.

Até o século XVII, a vida sexual de toda a sociedade era regida pela moral cristã, valorizava-se o discernimento entre os cônjuges, relacionando o amor aos valores morais da cristandade e condenando o prazer no matrimônio. Hunt (1963) afirma que no Iluminismo, o amor sai de moda entre as pessoas mais instruídas, o homem das Luzes denuncia os dogmas e a superstição que opõem razão e tolerância, é preciso livrar-se das visões místicas e intuitivas do passado e deixar que a nova visão científica e racional guie todas as decisões. No seio das classes superiores e intelectuais o amor romântico – sofredor e idealizador – afigurava-se meramente uma loucura supersticiosa da infância da humanidade.

Surge então, na Aristocracia Iluminista, a galanteria, uma rotina socialmente exigida e cheia de rituais que envolviam sedução e adultério. A emblemática figura de Don Juan é uma típica caricatura deste tipo de envolvimento. Para a alta nobreza europeia dos séculos XVII e XVIII, o amor era visto como obra-prima da retórica: podia ser aprendido e controlado, Foucault (2001, p.12) relaciona a emergência deste fenômeno à ordem político-econômica.

Já na contemporaneidade, como ressonância das transformações e revoluções sociais, timidamente se introduz uma forma completamente diferente de relacionamento conjugal que possibilitou a junção entre amor e sexualidade dentro do matrimônio. É a partir de uma nova forma de conjugalidade que, em detrimento da manutenção de uma propriedade comum ou dos interesses políticos de um grupo, prioriza-se a satisfação dos impulsos sexuais e afetivos até então realizados fora do espaço familiar.

Araújo (2002) afirma que o amor e a sexualidade dentro do relacionamento conjugal é uma construção burguesa que ao passar por um longo processo histórico, evidenciado pelas peças shakespearianas do século XVI, como também pelas ideias de liberdade individual da Revolução Francesa no século XVIII, atinge a condição de “amor irresistível” do nosso tempo, tão bem capturado pela cinematografia hollywoodiana. Segundo a mesma autora, foi a burguesia que, ao desmistificar a religião, edifica a origem do casamento moderno, cuja característica principal está na valorização de um amor que é atravessado pelos conceitos de felicidade e realização pessoal, incluindo sobretudo, aqueles de cunho sexual.

Assim, é o amor romântico, motivado pela escolha do ideal amoroso, que está na origem do relacionamento conjugal moderno. Ele faz alusão à tradição do amor cortês do século XII que, após sofrer diversas transformações ao longo do tempo, foi lentamente sendo apropriado pelo ideal burguês que o domesticou para a afetividade conjugal, instalando-se no interior do casamento a partir do século XVIII. Essa nova configuração das relações conjugais altera os

papéis dos sujeitos e dos ambientes, priorizando a relação afetiva entre os cônjuges e elegendo o espaço privado do lar como o lugar de funcionamento emocional da família.

Embutido na origem desse ideal de amor romântico, domesticado pela burguesia, estão as influências que afetaram de cheio as mulheres, como a criação do lar, a modificação da relação entre pais e filhos e a “invenção da maternidade”. Giddens (1993, p. 52) declara que, “o amor romântico foi um enredo engendrado pelos homens, para encher a cabeças das mulheres com sonhos fúteis e impossíveis”. As ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior.

No Brasil, em função do seu status colonial, as dinâmicas sociais não acompanhavam o mesmo ritmo das mudanças ocorridas nos grandes metrópoles europeias e, por ser assim, apesar das semelhanças, principalmente relacionadas aos princípios morais e religiosos, a nossa sociedade colonial apresentava peculiaridades. Diversos historiadores afirmam que no Brasil, até o século XIX a procriação e em geral a satisfação do impulso sexual ocorriam com maior frequência fora do que dentro do âmbito da família. D’Incao (1989), esclarece que no Brasil colônia era comum uma forte vigilância das mulheres e moças, para evitar o encontro dos corpos e não causar transtornos no sistema de casamento, as moças casadoiras eram bem tratadas e trancafiadas para garantir o status da noiva como objeto de valor econômico e político, manter os preceitos românticos e evitar a fornicção.

É só no período pós-guerra que o casamento por amor vira regra, a busca agora é por um par ideal. A década de 1960 é a década da revolução sexual, a busca pelo prazer compete com a busca pelo amor, padrão que se estende até a contemporaneidade, na qual a união conjugal possui como premissa básica o afeto, a amizade, o companheirismo e o sexo entre os cônjuges. Neste contexto a procriação se coloca como mais uma escolha do casal, os propósitos econômicos e psicológicos dos cônjuges tornaram-se objetivos centrais na relação.

No passeio panorâmico sobre a relação entre amor e conjugalidade no Ocidente, fica explícito que tais categorias são moldadas pelos valores de cada época. Apesar da herança das tradições, o casamento contemporâneo acompanha as mudanças sociais, econômicas e comportamentais do seu tempo, possibilitando assim, inovar e ressignificar as diversas formas de amar e de se relacionar.

Amor e Conjugalidade: mas... o que é o amor?

O amor assume diferentes facetas ao longo da história, com grandes mudanças no espaço e no tempo. A intensidade do desejo que este sentimento desperta nos sujeitos, torna-se muitas vezes, razão de vida, de morte, de felicidade e de sofrimento.

Balizado pelo momento histórico e conduzido pelas mudanças sociais, as concepções sobre o amor e suas configurações são fundamentais para as mais variadas formas de organização social e cultural, elas demarcam comportamentos e atitudes tanto desejados quanto refutados socialmente.

O amor está presente na literatura, no cinema, na poesia, é tópico discursivo para a filosofia, a sociologia, a psicologia, a religião e tantos outros ramos do saber e das artes humanas. Embora muito discutido, falado e sentido, o “Amor” ainda é um tema pouco explorado pelos estudos científicos, haja vista a pequena quantidade de pesquisas acadêmicas relacionadas a ele. Pensar sua conceituação parece algo insensato, por ser este um sentimento vivido como uma experiência ensimesmada. Porém, alguns autores se arriscam a enveredar neste tema

tão capcioso. Dentre os pesquisadores que abordam esta temática destacamos o trabalho de Giddens (1993) que disserta sobre a conjugalidade no mundo contemporâneo, abordando as incertezas impostas pela modernidade aos relacionamentos amorosos.

Numa perspectiva histórica, buscamos os indícios do sentimento amoroso nos trabalhos de historiadores/as que discutem as transformações da família e do casamento, tais pesquisadores/as evidenciam o processo de construção da família moderna, especialmente as referências feitas ao sentimento amoroso, momento em que o amor passa a ser uma possibilidade dentro das relações conjugais. A família moderna exige em sua configuração outros componentes além da união política dos corpos, para isso, ela desmarginaliza o amor dentro do casamento, tornando-o oficial e desejado pelos seus membros.

D’Incao (1993, p. 56) afirma que é a partir dos valores da família moderna que “os grupos familiares, assim constituídos, passam a se auto definir e a agirem com base nas obrigações, deveres e direitos de um amor realizado de maneira individual, onde a livre escolha e a privacidade formam condições desse desenvolvimento”. A autora defende que os efeitos do romantismo, inseridos especialmente na literatura, contribuíram para a configuração da família moderna, particularmente no que se refere ao advento do individualismo, ao cultivo das maneiras civilizadas e à possibilidade da constituição do casamento por livre escolha – tendo o amor romântico como pré-condição. Assim como nos contos de fadas, as ressonâncias deste tipo de amor estão presentes de forma fantasiada nos projetos matrimoniais femininos.

Giddens (1993), estudioso da ordem emocional feminina, ao tratar das conjugalidades contemporâneas, analisa o modo como as mulheres participaram de mudanças sociais de grande e ampla importância – a partir de suas relações cotidianas. Este autor atribui ao gênero feminino o pioneirismo na construção de um relacionamento, batizado por ele de relacionamento puro.

Ao tratar do relacionamento puro, Giddens (1993) conceitua o sentimento amoroso em três diferentes categorias: o amor apaixonado, o amor romântico e o amor confluyente. Sobre o amor apaixonado, este autor reconhece o uso secular da palavra “paixão”, mas trata do sentido moderno deste termo, em que amor apaixonado é considerado a conexão genérica entre o amor e a ligação sexual, sentimento que arranca o sujeito das suas atividades, tornando-o propenso às opções radicais e aos sacrifícios. Em suas palavras:

O amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tenta conflitar. O envolvimento emocional com o outro é invasivo – tão forte que pode levar o indivíduo, ou ambos os indivíduos, a ignorar as suas obrigações habituais. (...) por esta razão, encarado sob o ponto de vista da ordem e do dever sociais, ele é perigoso. (Giddens, 1993, p.48)

O autor ainda defende que este tipo de sentimento é universal, cuja natureza revolucionária é conseqüentemente perigosa, o que justifica a destituição, ao longo da história, deste tipo de amor nas relações matrimoniais. Este ponto de vista também é defendido por Simmel (2001) quando disserta sobre a relação do amor com o “ter e o não ter” e sobre o jogo de sedução elaborado pelos amantes para despertar o sentimento amoroso, chamado por ele de coquetismo. Simmel (2011) ainda defende que o amor experimentado nos jogos de sedução, se configura como um esgotamento, quando se realiza, é, portanto, vivido de forma efêmera e insustentável para uma relação matrimonial.

Ao referir-se ao amor romântico, Giddens (1993) enfatiza que este é culturalmente específico e essencialmente feminilizado, cuja origem remonta ao romantismo do século XVIII que, incorporando elementos do amor apaixonado, vincula amor e liberdade, estabelecendo uma relação entre auto realização e liberdade, mas, para ele, o elemento do amor sublime tende a predominar sobre aquele do amor sexual, corroborando com o que Rougement (2003) chama de “idealização do amor carnal”. Para Giddens (1993, p.51):

O amor rompe com a sexualidade, embora a abarque; a “virtude” começa a assumir um novo sentido para ambos os sexos, não mais significando apenas inocência, mas qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como “especial”.

Por ser assim, Giddens(1993) defende que o amor romântico também é sexual, neste caso, as fantasias romanescas, dependentes de uma identificação projetiva do amor apaixonado, correspondem à satisfação sexual, este sentimento docilizado, em contraponto ao ardor do amor apaixonado, é inócuo à sociedade, motivo pelo qual é associado à conjugalidade.

Já Borges (2004) ao tratar do amor romântico, considera-o como aquele que nunca alcança uma correspondência satisfatória, responsável pelas “doenças da alma”, fruto da contínua busca dos sujeitos pela sua romântica satisfação amorosa, aproximando-o do que Platão chama de Eros, ou seja, um tipo de amor ligado à falta e ao sofrimento.

Neste sentido, Costa (1998, p.150) concebe o viés ideológico do amor romântico, pelo seu suporte de predicação moral em que representa tanto a felicidade quanto o sofrimento, por meio da “mistura de ilusão e realidade, de ganhos e perdas, de avanços, paradas e recuos no campo das relações humanas”.

A outra categoria de amor trabalhada por Giddens (1993) é aquela que trata da experiência amorosa contemporânea, chamada pelo autor de amor confluyente:

Um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” dá ideia do amor romântico. A sociedade “separada e divorciada” de hoje, aparece aqui mais como um efeito da emergência do amor confluyente do que como sua causa. Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da “pessoa especial” e o que mais conta é o “relacionamento especial”. (...) o amor confluyente presume igualdade na doação e no relacionamento emocional. (Giddens, 1993, p. 72)

Esta tipologia do amor está presente nas relações igualitariamente configuradas em que o prazer sexual e o uso da sexualidade, tornam-se uma realidade possível para ambos os envolvidos emocionalmente neste tipo de relacionamento afetivo, reduzindo as diferenças sexuais no que tange à liberdade sexual, neste caso, não há ligações, nem limitações relacionadas à opção sexual e à monogamia.

Estas categorizações do Amor delineadas por Giddens (1993) são fundamentais para pensarmos o conceito de “relacionamento puro”, cuja origem está imbricada nesta configuração contemporânea de amor – o amor confluyente – que, como afirma o autor, nada tem a ver com pureza sexual. Este amor refere-se a uma relação que tem o fim em si mesmo, sem pautar-se por ditames sociais e econômicos ao privilegiar a relação afetiva entre os envolvidos. Na concepção de Giddens (1993, p.69):

O relacionamento puro refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção

de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada um individualmente, para nela permanecerem (...) O amor costumava ser vinculado à sexualidade pelo casamento, mas agora os dois estão cada vez mais vinculados através do relacionamento puro.

Nesse sentido, as formatações do relacionamento puro não se restringem às relações binárias entre homens e mulheres, outras configurações afetivas e conjugais são permitidas e possíveis. Diante do rompimento com os rígidos ditames e prescrições sociais do passado, esta modalidade de relacionamento torna-se volúvel, ao permitir uma abertura que possibilita configurações, reconfigurações e rompimentos sem grandes prejuízos sociais.

Bauman (2004), autor que também discute o amor na contemporaneidade, ele desenvolve esta discussão por meio da metáfora do “amor líquido”, como uma forma de compreender a complexidade das relações afetivas atuais, em que discute a fragilidade dos laços humanos na contemporaneidade e problematiza as novas e inovadas formas de relacionamento social. Elas coadunam com o pensamento pós-moderno, ao serem arquitetadas rizomaticamente por meio, especialmente, das grandes redes sociais. Esse novo formato de envolvimento não se instala apenas nos relacionamentos afetivos, mas atravessa todas as modalidades de relações sociais.

Por fazerem parte das dinâmicas das relações sociais, as formas de conjugalidade contemporânea não poderiam ser estanques, elas apresentam nuances que envolvem as tipologias amorosas elencadas por Giddens. Muszkat (1992, p.85-86), que também discute o amor, ao tratar dos sentimentos conjugais inaugura a categoria “casamento de amor” que segundo ela:

Compreende um tipo de prática moderna que se caracteriza por uma demanda romântica de satisfação, não apenas do corpo mas também do “coração” e do “espírito”. No contexto amoroso atual, o prazer sexual que satisfaz o corpo é apenas um dos requisitos do amor conjugal. Contamos ainda com a ternura, a afeição e o carinho como realidades sentimentais que satisfazem as necessidades do “coração” e com a comunhão do pensamento e das ideias para satisfazer as necessidades do “espírito”. Para que uma relação de casamento seja satisfatória, esperamos que preencha esses três níveis de realidade, segundo as concepções de cada par amoroso.

As características do “casamento de amor” exigem satisfações utópicas, baseadas no ideal romântico de amor, que supõe níveis profundos de intimidade, compreensão e complementação entre os cônjuges e envolvem corpo, “coração” e “espírito”. Entretanto, as relações conjugais pragmáticas, além de se basearem no ideal romântico de “par amoroso” – que, segundo Muszkat (1992, p.92) “representa uma fonte de energia de tal intensidade que se torna mais importante do que a própria preservação do verdadeiro vínculo amoroso” – fundamentam-se nas relações de poder existente entre os cônjuges.

Bozon (2005) assegura que diante das várias visões sobre o amor, o mais importante é compreender que o amor se constitui como fenômeno prático que norteia a intimidade contemporânea e cujo sentido se encontra em um jogo que envolve relações de força, de sedução e de poder.

Considerações Finais

A história do Amor Romântico alimenta e retroalimenta a memória coletiva das relações conjugais no Ocidente e evidencia o quanto a mulher foi subordinada à dominação masculina, destituída de poder, especialmente dentro da instituição matrimonial, vivendo “apagada”, socialmente, por muitos séculos.

Os estudos sobre mulheres, em especial as Epistemologias Feministas contribuem com reflexões sobre o caráter multifacetado e dinâmico das relações sociais, com análises que tornam possível vislumbrar transformações na gramática de gênero. Desse modo, este estudo teve a intenção de politizar e problematizar as concepções naturalizadas sobre o Amor Romântico, na tentativa de suscitar debates e reflexões que permitam ao leitor(a) desconfiar de suas certezas sociais, e quem sabe, colaborar para a construção de novos pontos de vista, que considerem as discussões aqui desenvolvidas.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 22, n. 2, Junho 2002.
- ARIÈS, Phillippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos. 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BORGES, M. L. *Amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOZON, M. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: Heilborn, M. L. *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998
- DEL PRIORE, M. *História de Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- D'INCAO, Maria Ângela. O amor romântico e a família burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.
- HUNT, Morton M. *História Natural do Amor*. São Paulo: Ibrasa, 1963.
- LINS, Regina Navarro. *O livro do Amor: da Pré-História à Renascença*. Volume 1; Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.
- ROUGEMENT, D. *História do Amor no Ocidente*. Trad. P. Brandi & E. B. Cachapuz. São Paulo: Ediouro, 2003.
- SIMMEL, G. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TANNAHILL, Reay. *O sexo na História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

ENCARCERAMENTO FEMININO, RACISMO INSTITUCIONAL E INTERSECCIONALIDADES

LOBÉLIA FACEIRA

*Professora do Programa de Pós-Graduação
em Memória Social (PPGMS) - UNIRIO
lobeliasfaceira@yahoo.com.br*

ARINE CAÇADOR MARTINS

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Memória Social (PPGMS) - UNIRIO
arinemartins@yahoo.com.br*

RESUMO

O presente artigo aborda o encarceramento feminino a partir da interseccionalidade em gênero, raça e classe, tendo como pano de fundo o racismo, especialmente o institucional e seu atravessamento no campo da instituição prisional. Para a discussão central foi necessário, previamente, discorrer sobre “lugar de fala” e branquitude, a fim de situar o leitor acerca das questões éticas e conceituais levantadas pela autora.

Palavras-chave: Encarceramento feminino, interseccionalidades, racismo, branquitude, “lugar de fala”.

ABSTRAC

The present article makes an approach on female imprisonment from intersectionality in gender, race and class, with the racism as a background, especially the institutional racism and its crossing in the field of the prison institution. For the central discussion it was necessary, previously, to discuss the “feminist stand point” and whiteness, in order to situate the reader about the ethical and conceptual issues raised by the author.

key words: female imprisonment, intersectionality, racism, whiteness, “feminist stand point”

REFLEXÕES PRÉVIAS

Quando defini o encarceramento feminino como temática de estudo no mestrado, o fiz inicialmente por ter atuado entre os anos 2008 e 2015 como técnica social e gestora de um equipamento público voltado para o atendimento de pessoas egressas do sistema prisional e pessoas em cumprimento de alternativas penais.¹

Esta experiência profissional, seguida do trabalho como pesquisadora em uma ONG comprometida com a democracia e os direitos humanos, oportunizou-me aprendizados valiosos que iriam reconfigurar minha visão de mundo e uma releitura crítica da realidade prisional, da segurança pública e do próprio Direito, minha área de graduação.

Ocorre que durante as incipientes investigações sobre o tema, os dados do perfil das mulheres presas no Brasil explicitaram o quão necessário era discutir o encarceramento feminino pelo viés do racismo institucional e da interseccionalidade, assim como a atual abordagem do feminismo se faz de forma não universalista.

¹ Portfólio da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ijuci.org.br/wp-content/uploads/2016/11/portfolio-prevencao.pdf>

A super-representação dos negros no universo prisional traz a necessidade de discutir o tema dando a devida centralidade para o racismo institucional na segurança pública. Isso significa concluir que toda a discussão que vem sendo feita nos últimos anos a respeito da política de segurança pública, das prisões enquanto instituições de controle social, e mais recentemente, do crescimento do encarceramento feminino, precisa partir da concepção de que o racismo institucional é uma questão central para o tema em análise; e não um aposto, um recorte, como vem sendo abordado até então. Chegamos a um ponto dos estudos e pesquisas, além do qual não se pode ir permanecendo com as mesmas bases teóricas, epistêmicas e práticas, posto que já estão esgotadas em suas possibilidades de avanço e contribuição para os problemas que se impõe cada vez mais fortemente na política prisional e, quiçá, das políticas públicas como um todo.

O encarceramento feminino, analisado a partir da interseccionalidade das categorias gênero, raça e classe, evidencia o quanto a mulher negra e pobre, submetida à privação de liberdade, se encontra especialmente fragilizada na estrutura social racista do país.

Antes, porém, de me debruçar à tarefa de contribuir com essas reflexões, uma questão ética e de foro íntimo precisava ser vencida: O meu “lugar de fala” (mulher - branca - classe média) me permitiria tecer reflexões sobre esse tema? Qual seria a minha contribuição enquanto pessoa política e ideologicamente implicada com esses estudos? As respostas que encontrei após pesquisa, debates e reflexão, resultaram nas linhas que se seguem.

BRANQUITUDE E “LUGAR DE FALA”

Vivemos em um momento histórico tão polarizado que uma parte dos leitores deste artigo poderá achar que o questionamento sobre o “lugar de fala” se trata de uma questão banal, preocupação exagerada (um “mimimi”, na linguagem das redes sociais); enquanto outra poderá advogar que a escolha desse tema é uma apropriação do discurso do movimento negro. Ressalto os extremos sem ignorar a imensidão de posicionamentos entre um e outro, apenas com o fim de demonstrar a peculiaridade destes tempos.

A pertinência da discussão encontra respaldo no fato de que desde 2013 - com as jornadas de junho, seguida do colapso do lulismo, e da emergência das redes sociais digitais, os tensionamentos vêm se acirrando, ocasionados pela polarização político-ideológica desse novo e indócil espaço público (BOSCO, 2017, p. 183). Casos polêmicos como o da cantora que desistiu de interpretar a sambista Dona Ivone Lara em um musical por ser considerada branca demais², são simbólicos de como andam as coisas nessa nova arena, que democratizou a discussão, mas também elevou a voltagem dos radicalismos, à esquerda e à direita do espectro político. (BOSCO, 2017).

Por outro lado, talvez nunca tenhamos chegado tão longe (apesar de ser um avanço tímido, ainda, diante das mudanças que se fazem necessárias na estrutura social assimétrica e desigual em que vivemos) em termos de interesse e discussão sobre a temática do racismo e diversos conceitos como “lugar de fala”, “branquitude”, “feminismo”, “interseccionalidade”, ainda que tenhamos que superar os possíveis maus usos desses termos.

Portanto, à priori, é imperioso marcar duas importantes premissas: 1. A despeito de todos os seus limites, o espaço virtual tem sido um importante espaço de disputas de narrativas, onde pessoas de grupos historicamente discriminados encontraram um lugar de existir. 2. É de suma importância marcar que todo esse debate e discussão acerca das pautas minoritárias é fruto de muitas lutas e vozes de resistência silenciadas durante séculos que, pela conjuntura

² Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/cantora-desiste-de-interpretar-dona-ivone-lara-em-musical-apos-ser-consideradabranca-demais-7dzq9elngszx6a2dit0rd4r2p>

atual, puderam emergir através de uma fenda que vem se abrindo aos poucos no tecido social constituído pelo racismo.

Pode-se dizer que a expressão “lugar de fala” é um desdobramento das teorias feministas, mais especificamente, as da terceira onda³. No livro “O que é lugar de fala”, Ribeiro (2017, p. 58), informa que apesar de não haver uma epistemologia determinada sobre o termo, acredita-se que ele tenha derivado da discussão sobre “*feminist stand point* – em uma tradução literal ‘ponto de vista feminista’ – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial”, conceitos que recentemente na história têm “ganhado cores” e espaço no discurso intelectual e acadêmico com a abordagem identitária do feminismo.

Para melhor compreensão de sentido do referido termo é importante entender o feminismo negro e sua relação com a chamada “terceira onda”. Na década de 80, o movimento feminista se viu diante de certo esgotamento devido à insuficiência da categoria “mulher”, até então concebida, para atender as diversificadas bandeiras e identidades daquele momento: mulheres brancas, negras, indígenas, homossexuais, pobres, classe média... Por ser impossível falar em nome de uma mulher universal, o movimento feminista precisou repensar o limite da categoria mulher, e ao fazê-lo iniciou o que se denomina “terceira onda do feminismo”, da qual Judith Butler é considerada um dos grandes expoentes.

Essa reformulação permitiu a abertura do feminismo para pensar outras oposições até então invisibilizadas pelo movimento, para além da oposição homem x mulher, quais sejam: mulher branca x mulher negra, mulher homossexual x mulher heterossexual, dentre outras. Apesar dessa nova abordagem do feminismo e da recente explosão dos movimentos e pautas identitárias nos últimos anos, sair da ideia do universalismo e pensar as intersecções que existem, ainda é um experimento recente e um dilema que o feminismo hegemônico precisa enfrentar.

Tal perspectiva dialoga com a crítica de Fanon ao “pensamento eurocêntrico de universalidade”, referência essencial para discutir o racismo. O influente filósofo, psiquiatra e ensaísta do século XX afirma que pessoa branca, em geral, se pensa como universal. Ele direciona essa concepção de maneira ontológica ao pensamento europeu, que forjou, nas sociedades contemporâneas ocidentais, a ideia de que o branco, por natureza, é o centro do mundo. Fanon (2008) trabalha essa ideia a partir do pressuposto de que o europeu definiu o branco como critério de ser humano. Assim, quanto mais branco, mais humano e vice-versa, retirando da pessoa negra a sua condição de humanidade. As concepções de Fanon ajudam a descortinar o mito da universalidade do branco e a entender que todos falam a partir de um lugar.

Para Ribeiro (2017, p. 41), a insistência em falar de mulheres como universais ignorando as diferenças entre elas, “faz com que somente parte desse ser mulher seja visto”. E conclui:

Neste sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero e classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 43).

3 Surgido a partir da década de 90 o feminismo da terceira onda desenvolveu a ideia inicial de interseccionalidade, proposta por Kimberlé Creenshaw, em 1989, de forma a evitar universalizar o conceito de mulher e reconhecer as diferentes variedades de identidades e experiências de mulheres: negras, indígenas, homossexuais... É no seio da terceira onda que Judith Butler desenvolve, em sua tese de doutorado Problemas de gênero (1990), sua teoria de gênero enquanto performance/performatividade (que rompe o paradigma da divisão entre natural e social, sexo e gênero), lançando as sementes para a teoria queer que se desenvolveria mais profundamente ao longo da década de 90. Disponível em <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>

O fato de somente agora o feminismo negro estar no centro do debate não quer dizer que ele não existiu durante esse tempo, pelo contrário, as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo. “A questão a ser formulada é: por que demoraram tanto a serem ouvidas?” (RIBEIRO, 2017, p. 24).

As reflexões de Pollak (1989, p. 3 - 15) sobre memórias em disputa podem ser úteis para pensar essa questão, correlacionando essas “vozes esquecidas” às memórias subterrâneas dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, em oposição à memória oficial e dominante, ou seja, à imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado quer passar ou impor.

Em suas reflexões no texto “Memória, esquecimento, silêncio”, Pollak (1989, p. 3 - 15) aduz que:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigas, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

A despeito da opressora doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo silenciadas e transmitidas de uma geração a outra pelo recurso da oralidade, e não através dos meios oficiais e tradicionais de publicação. Elas permanecem vivas e “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. (POLLAK, 1989, p. 3 - 15)

A partir dessas reflexões e da concepção de linguagem como memória e ao mesmo tempo mecanismo de produção de manutenção do poder, numa perspectiva foucaultiana, pode-se entender porque muitas feministas negras pensaram a categoria mulher negra e daí a importância do termo “lugar de fala”. O termo se insere em um debate estrutural e assim sendo não se propõe a afirmar as experiências individuais como marcos legitimadores a evocar esse lugar, mas sim entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. (RIBEIRO, 2017, p. 61)

Ribeiro (2017, pg.64) esclarece que as experiências comuns que resultam do lugar social que ocupam impedem que a população negra tenha acesso à academia e demais agências de poder, o que ocasiona a não existência, por exemplo, “de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços, não poder estar de forma justa nas universidades, nos meios de comunicação, na política”. Logo, as vozes desses indivíduos não são ouvidas, registradas e, tão pouco, rememoradas.

Pensar em lugar de fala é romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, é o exercício de desestabilizar, criar fissuras e tencionamentos a fim de dar visibilidade a contra-discursos e pensar outras formas de existência para além das impostas pelo regime discursivo dominante. (RIBEIRO, 2017, p. 69)

Por outro lado, é também uma chamada à reflexão para a pessoa branca, um necessário exercício de ponderação, cautela e cuidado no sentido de pensar antes de falar - pois o branco precisa entender que se expressa de um lugar de privilégio, portanto, de opressão sobre outra parcela da sociedade. Se existe um grupo que está sendo discriminado, existe um grupo que está sendo privilegiado e a questão é que esse último grupo, em sua maioria, não se questiona sobre seu privilégio.

Cardoso (2014, p. 88 - 106), em seu artigo “A branquitude acrílica revisitada e a branquitude”, afirma que o branco crítico enfrenta a angústia de se colocar contra o racismo e ser privilegiado

por ele, em virtude de viver numa sociedade racializada, mas ele pode e deve se esforçar para “desaprender” o racismo. Em outras palavras, até o presente momento, a branquitude tem se colocado como a identidade racial do branco e uma de suas características principais é o privilégio racial. O branco crítico antirracista, por exemplo, o ativista social coloca-se contra o seu privilégio racial, entretanto, não deixa de obter vantagem por ser quem é. A construção da identidade branca antirracista é uma tarefa a ser realizada dia-a-dia, uma tarefa árdua enquanto o racismo persistir. (CARDOSO, 2014, 88 - 106)

Dessa maneira, pode-se entender o conceito de lugar de fala não como um impedimento do branco falar sobre o racismo, como alguns entendimentos equivocados preceituam, mas sim que ele tenha consciência do lugar social de onde ele fala, dos seus privilégios e a partir disso incidir sobre eles, repensá-los, questioná-los perenemente, a fim de contribuir para o fim do racismo. E mais ainda, que isso não seja entendido como um ato de desprendimento ou caridade, mas sim de justiça.

Esse entendimento fica evidente nas seguintes palavras de Ribeiro (2017, p. 86):

Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social (...). O fundamental é que os indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados.

Concluo essas reflexões entendendo que o meu “lugar de fala” enquanto pesquisadora branca no que tange à temática do encarceramento feminino pelo viés do racismo institucional e da interseccionalidade é, sobretudo, um lugar de silêncio e de desconstrução. O silêncio gera possibilidade de escuta; essa, por sua vez, cria condições para a reflexão, que possibilitará o desaprendizado da racionalidade opressora do racismo. Ao mesmo tempo é um lugar de ação, do ato de desconstruir, do dever de denúncia, no sentido de que a omissão é também uma forma de ser conivente com o racismo, pois ele se manifesta na ausência, no não dito, na convivência com atitudes racistas e na naturalização da flagrante desigualdade de acesso a direitos e oportunidades entre brancos e negros.

Dito isto, que a pessoa branca possa, além de reconhecer, desnaturalizar seu lugar de privilégio e se implicar política e ideologicamente na desconstrução desse mito fundante estruturador da sociedade brasileira, pois “precisamos pensar nossas diferenças como fagulhas criativas e não como algo que nos divide”. (DAVES, 2016)

PRISÃO E RACISMO INSTITUCIONAL

Superadas as reflexões ordinárias a respeito do “lugar de fala” o presente trabalho passa a discorrer sobre a questão prisional, cuja compreensão pelo viés do racismo institucional, é essencial para discutir encarceramento feminino e interseccionalidades.

A prisão, aqui compreendida como esfera de produção e reprodução da estrutura social no âmbito da sociedade capitalista (FACEIRA, 2016, p. 341) - longe de cumprir os objetivos ressocializadores preceituados nas normativas constitucionais e legais - tem se constituído como instrumento de produção e reprodução de violências e criminalidade. As péssimas condições de estrutura do sistema prisional é informação já conhecida por todos. Celas superlotadas, falta de higiene, alimentação vencida, proliferação de doenças, falta de colchões, de medicação, de acesso à saúde, assistência social, atendimento psicológico e ao estudo, bem como a exposição à violência e maus tratos, são mazelas exaustivamente pesquisadas e

denunciadas por organizações e movimentos que atuam na área dos direitos humanos e até por órgãos do próprio poder executivo.

Diante deste cenário, tem ganhado corpo a ideia de falência do sistema prisional. Embora tal discurso possa ter alguma pertinência dentro do campo teórico e oficial dos governos – ao definirem equivocadamente prisões como instituições de “ressocialização” – a concepção foucaultiana da instituição prisional e os estudos sobre racismo institucional mostram que, na realidade, o sistema prisional é um dispositivo de controle de populações bem sucedido para os fins escusos da política de segurança pública, quais sejam, gestão da pobreza e genocídio racial.

As penas de privação de liberdade instituídas pelos códigos “modernos” possuem como *ethos* a disciplina e a vigilância, com o objetivo de docilizar corpos e comportamentos. Para Foucault (1999, p. 105), os mecanismos punitivos impostos sobre o corpo estão relacionados aos sistemas de produção de uma época. Dessa maneira, “as novas formas de acumulação de capital, de relações de produção e de estatuto jurídico da propriedade fazem com que todas as práticas populares que se classificavam na ilegalidade dos direitos sejam desviadas à força para a ilegalidade dos bens”, deixando de ser toleradas e adentrando o universo das condutas a serem corrigidas. Com o desenvolvimento da produção, aumento de riquezas e valorização moral e legal das propriedades privadas, surgem também novos métodos de vigilância, policiamento e punição.

A abordagem foucaultiana da instituição prisional é essencial para a compreensão do cenário atual de encarceramento em massa, permitindo a correlação necessária com o sistema econômico e social vigente, que deixa uma enorme parcela da sociedade à margem do consumo e das relações formais de emprego e renda. Não por acaso, essa parcela se torna clientela preferencial do sistema punitivo, configurado, assim os fortes vínculos entre o racismo e relações econômicas, posto que a parcela alijada do consumo é composta por negros.

Para abordar o racismo institucional é necessário, antes falar de racismo estrutural, pois o primeiro é uma consequência do segundo. Racismo estrutural se refere a uma racionalidade sob a qual opera uma sociedade, ou ainda, quando as relações sociais se dão cotidianamente a partir do racismo sem que isso seja questionado. Tem a ver com o modo de funcionamento normal de uma sociedade. Conforme explica Silvio Almeida, no vídeo “O que é racismo estrutural?”, ele se expressa, basicamente, nas dimensões da economia, política e subjetividade.

Borges (2018, p. 50), no livro “O que é encarceramento em massa”, argumenta que se deve compreender o racismo como ideologia fundante da sociedade brasileira, visto que “a primeira mercadoria que sustentou o colonialismo e seu posterior desenvolvimento capitalista foi o corpo negro escravizado”. E este processo de opressão física, de corpos e almas, estruturou o funcionamento e a organização social e política do país, isto é, a sua fundação acontece tendo a escravidão como pilar.

Compreender isso é primordial para se discutir o racismo e sua ligação com o sistema de justiça criminal, junção tal que configura uma das faces do racismo institucional, termo cunhado pelos ativistas Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton do movimento Panteras Negras, no final de 1960, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”.

Werneck (2013) definiu o racismo institucional como “um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último”⁴. Seu impacto na vida da população negra no Brasil pode ser percebido tanto na sua relação direta com os serviços e as instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais, quanto no cotidiano de suas vidas.

O racismo institucional se manifesta de várias formas e pode ser identificado em diversos âmbitos sociais. Na área de saúde, por exemplo, a pesquisa “Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999 – 2001” (2005), da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, “constatou que as desvantagens observadas para as mulheres pretas e pardas extrapolaram os indicadores socioeconômicos e se estenderam para a assistência à sua saúde e do conceito” (LEAL, GRANADO, CUNHA, 2005, p. 104). Dentre os dados coletados, chama a atenção o fato de que a proporção de puérperas que não tiveram acesso a anestesia foi maior entre as pardas, 16,4% e negras, 21,8%. (LEAL, GRANADO, CUNHA 2005, p. 103).

No campo do trabalho e renda, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)⁵, evidenciou que o contingente dos desocupados no Brasil, nos últimos 4 anos, aumentou entre a população negra e parda. No 4º trimestre de 2012 foi estimado em 6,7 milhões de pessoas, quando os pardos representavam 52,4% dessa população; seguido dos brancos, 37,5% e dos pretos 9,6%. No mesmo trimestre de 2016, esse contingente subiu para 12,3 milhões de pessoas e a participação dos pardos passou a ser de 52,7%; a dos brancos caiu para 35,6% e dos pretos subiu para 11,0%. A pesquisa constatou, ainda, que o rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas no país foi estimado em R\$ 2.043. Quando analisamos por cor ou raça, o rendimento dos pardos (R\$ 1.480) e dos pretos (R\$ 1.461), correspondia respectivamente a 55,6% e 54,9% do rendimento dos brancos.

No sistema prisional, foco do presente artigo, a situação não é diferente. Segundo os dados do Infopen 2016, 64% da população prisional é composta por pessoas negras e 35% por pessoas brancas, enquanto que na população total no Brasil, segundo o IBGE⁶, em 2016, a parcela negra representa 55,4% e a parcela branca 43,8%, indicando a sobre-representação deste grupo populacional no sistema prisional⁷. É na esteira dessas reflexões que se sustenta a proposta do presente artigo, qual seja, o exercício de pensar a atual política prisional, pelo viés do racismo institucional, para que se possa conceber o encarceramento feminino com as interseccionalidades que o definem.

4 Werneck, Jurema. Racismo Institucional, uma abordagem conceitual, Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2013.

5 Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf

6 Ver Indicadores do IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Algumas características da força de trabalho por cor ou raça. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf

7 O levantamento do Infopen utiliza as cinco categorias propostas pelo IBGE para classificação quanto à cor ou raça: Branca, Preta, Parda, Amarela ou Indígena. A categoria Negra é construída pela soma das categorias Preta e Parda. É importante ressaltar que os dados coletados pelo IBGE acerca da cor ou raça da população são autodeclarados, enquanto os dados coletados pelo Infopen para essas variáveis são cadastrados pelos gestores responsáveis pelo preenchimento do formulário de coleta do Infopen, não havendo controle sobre a autodeclaração das características.

ENCARCERAMENTO FEMININO E INTERSECCIONALIDADES

Nas últimas duas décadas, o Brasil sofreu um aumento exponencial dos índices de encarceramento que configurou o atual Estado de “controle penal” com 726.712 pessoas presas, ocupando o 3º lugar no ranking dos países com o maior contingente prisional no mundo, atrás de China e Estados Unidos. Nesse cenário de punitivismo crescente, encontra relevância e particularidade a população prisional feminina, que em junho de 2016 somava 42.355 mil mulheres, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional. No mesmo período, a população prisional masculina cresceu 293%, passando de 169 mil homens encarcerados em 2000 para 665 mil homens em 2016. (INFOPEN Mulheres, 2018, p. 14)

Em relação à taxa de aprisionamento, que indica o número de mulheres presas para cada grupo de 100 mil mulheres, o Brasil figura na terceira posição entre os países que mais encarceram, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Tailândia.. Se observarmos em série histórica a evolução da taxa de aprisionamento nos cinco países que mais encarceram mulheres no mundo, é possível observar que a expansão do encarceramento de mulheres no Brasil não encontra parâmetro de comparabilidade entre o grupo de países. Em um período de 16 anos, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 455% no Brasil. No mesmo período, a Rússia diminuiu em 2%. (INFOPEN Mulheres, 2018, p. 13)

O aumento desproporcional do encarceramento feminino traz a necessidade de uma análise cautelosa e detalhada dos fatores que intersectam essas mulheres e as tornam especialmente vulneráveis dentro do universo prisional. Sabe-se que o sistema prisional, e toda a sua lógica de funcionamento, é projetado para o público masculino e reproduz a lógica machista, patriarcal, racista e heteronormativa da sociedade. As violências que afetam as mulheres encarceradas são inúmeras: desde a ausência de itens femininos básicos (os relatos de uso de miolo de pão para a contenção do fluxo menstrual são de conhecimento corrente) até a situação de mulheres submetidas à experiência da maternidade no cárcere, como uso de algemas durante o parto. Além disso, o estigma da mulher presa acaba sendo maior do que em relação aos homens. Em uma sociedade machista e patriarcal como a brasileira, os estereótipos de gênero submetem a mulher aos papéis sociais de “boa mãe”, “cuidadora”, “boa esposa”, “dócil”. Quando a mulher comete um crime acaba sendo vista como desviante desses papéis. (ISER, 2016, p. 35)

A pesquisa Mulheres e Mães encarceradas: um estudo jurídico-social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro (BOITEUX, FERNANDES, et al, 2016) constatou que a maioria das mulheres estava grávida no momento da prisão (algumas delas em estado avançado, de sete a nove meses de gestação, contrariando a previsão legal do artigo 318, do Código de Processo Penal). Além disso, a maior parcela era jovem (78% tinham até 27 anos), negras/pardas (77%), solteiras (82%) e com baixa escolaridade (75,6% com ensino fundamental incompleto). Metade delas trabalhava quando foi presa, sendo a maioria responsável pelo sustento do lar. Importante observar que o aumento do encarceramento de mulheres está relacionado, de forma direta, à política criminal que colocou os crimes ligados à venda de drogas como o centro de sua atenção; haja vista, que 62% das mulheres presas no país cumprem pena por crimes relacionados ao tráfico de drogas, o que significa dizer que 3 em cada 5 mulheres que se encontram no sistema prisional respondem por crimes ligados ao tráfico. (INFOPEN, 2016, p. 53)

Não por coincidência, esse cenário de seletividade de gênero passa a acontecer após o aprofundamento do processo de feminização da pobreza⁸, fenômeno que possui raízes

⁸ A feminização da pobreza, em linhas gerais, consiste no crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino ao longo do tempo (Ipea, 2005).

macroeconômicas, globais e sociais. De acordo com o relatório do PNUD (1995) a pobreza tem o rosto de uma mulher, pois de 1.3 bilhão de pessoas pobres, 70% são mulheres. Para Del Olmo (1996) as mulheres parecem ter sido afetadas de maneira especial no processo de intensificação das desigualdades econômicas, ocorrido em países latino-americanos na década de 1990 (contexto neoliberal), resultando no aumento dos níveis gerais de pobreza; devido às mudanças nas relações de trabalho e grandes modificações nas estruturas familiares.

Resultados desse conjunto de políticas econômicas e reformas estruturais que transformaram as condições de reorganização social do trabalho; os subempregos, a economia informal e até os trabalhos ilegais, como o tráfico, se tornaram para muitas mulheres uma oportunidade de sobrevivência, principalmente para àquelas que exercem papel de chefes de família. É importante considerar, todavia, que os fenômenos “pobreza” e “criminalidade” não estão relacionados de maneira direta e estanque, sob pena de se eleger como critério de análise uma visão estereotipada da mulher. Pelo contrário, faz-se imprescindível analisar as questões estruturais que subjazem às condutas consideradas desviantes; e, nesse aspecto, o reduzido repertório de respostas que colocam as mulheres pobres em um grau de vulnerabilidade maior, sujeitas a comportamentos de risco criminal diante das necessidades de sustento próprio e da família.

As reflexões acima se propõem a situar a interseccionalidade quanto à questão de gênero. Sabe-se, porém, que não se pode pensar em gênero sem pensar em raça e classe conjuntamente. Nesse sentido, seriam todas as mulheres igualmente vulneráveis?

Uma das formas em que o racismo institucional se manifesta no sistema criminal é através da seletividade penal, critério velado utilizado para a criminalização de condutas de certas minorias sociais, que elege negros e pobres como sua clientela preferencial. Trazendo o foco para as mulheres, a lógica não é diferente, sendo as mulheres negras alvos preferenciais do sistema punitivo: no Brasil, 62% das presas são negras. (INFOPEN Mulheres, 2018, p. 40).

Entre a população maior de 18 anos, existem aproximadamente 40 mulheres brancas privadas de liberdade para cada grupo de 100 mil mulheres brancas, e existem 62 mulheres negras na mesma situação para cada grupo de 100 mil mulheres negras, o que expressa a disparidade entre os padrões de encarceramento de mulheres negras e brancas no Brasil. (INFOPEN Mulheres, 2018, p. 40)

Assim, é imperioso reconhecer que o fenômeno da seletividade penal recai definitivamente com maior peso e perversidade sobre as mulheres negras, daí a importância de analisar essa categoria de maneira interseccional às outras. As mulheres racializadas com frequência estão posicionadas em um espaço de intersecção entre o racismo, a classe e o gênero e, conseqüentemente, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfico em todas essas vias. (CRENSHAW, 2002, p. 177) Nesse sentido, as categorias raça e classe precisam estar necessariamente interseccionadas ao gênero para qualquer análise sobre a condição de mulheres encarceradas. Trata-se de uma perspectiva essencial para evitar que a categoria raça seja invisibilizada, como ocorre por exemplo com o discurso sobre o tráfico de mulheres, absorvido pelo de gênero em detrimento da questão racial e social, que sabemos estar especialmente vinculadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITEUX L.; FERNANDES M. et al. **Mulheres e Mães encarceradas**: um estudo jurídico-social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ: 2006. Disponível em <http://fileserv.idpc.net/library/M--es-encarceradas-UFRJ.pdf>
- BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARMICHAEL, S. e HAMILTON, C. **Black power**: the politics of liberation in America. New York: Vintage, 1967.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, vl. 1, Ano 10, Los Angeles: University of California, 1º semestre, 2002.
- DAVES, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEPEN. **Infopen Mulheres**. 2ª ed. Brasília: 2018. Disponível em http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-nobrasil/relatorio_2016_junho.pdf
- DEPEN. **Infopen 2016**. Atualização. Brasília: 2016. Disponível em http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf
- FACEIRA, Lobélia da S. Por mais longa que seja a noite, o sol volta sempre a brilhar! A memória rompendo o silêncio entre paredes do cárcere. **Revista Morpheus**. Estudos Interdisciplinares em Memória Social. Por que Memória Social. Ed. Especial, v. 9, n. 15, Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEL OLMO, Rosa. **Reclusion de mujeres por delitos de drogas reflexiones iniciales**. Reunión del Grupo de Consulta sobre el Impacto del Abuso de Drogas en la Mujer y la Familia. Organización de los Estados Americanos O.E.A. Fundación José Félix Ribas, 1996. Disponível em: http://www.cicad.oas.org/reduccion_demanda/esp/Mujer/venezuel.pdf
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Algumas características da força de trabalho por cor ou raça. 2016. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf
- ISER. **Comunicações do ISER**. Imparcialidade ou Cegueira: um ensaio sobre prisões provisórias e alternativas penais. n. 70, ano 35, Rio de Janeiro: 2016.

LEAL, Maria do C., GRANADO, S. e CUNHA, Cynthia Braga da. **Revista de Saúde Pública da USP**. São Paulo: 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n1/13.pdf>.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro: 1989.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2013.

“QUEM AMA NÃO MATA”: MOVIMENTO FEMINISTA NA CRIAÇÃO DA LEI DO FEMINICÍDIO NO BRASIL E BREVES REFLEXÕES SOBRE AMEAÇAS DE MORTE SOFRIDAS POR MULHERES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Brena O’Dwyer

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ
brenaspina@gmail.com*

RESUMO

A partir da análise de relatos e das audiências de mulheres atendidas pela Defensoria Pública no estado do Rio de Janeiro, o artigo propõe uma reflexão sobre as ameaças de morte sofridas por elas em situações de violência mediante a perspectiva teórica dos estudos de gênero, sexualidade e emoções; assim como, das respostas emocionais que essas mulheres dão as ameaças. O artigo atenta também para a centralidade da violência contra a mulher no debate feminista nacional. Dividido em três partes; na primeira apresento três relatos de mulheres caracterizadas como vítimas em processo de violência doméstica; na segunda o caso de tentativa de feminicídio sofrido pela cantora MC Carol e, na última, indico questões iniciais a partir dos casos, da criação da Lei do Feminicídio no Brasil e do movimento feminista nacional contemporâneo. Assim, o feminicídio é analisado a partir da lente das emoções para refletir sobre as gramáticas emocionais mobilizadas por réus, vítimas e pela artista MC Carol e para analisar como essas emoções são genericadas e constroem gênero.

Palavras-chave: Gênero. Emoções. Feminicídio. Feminismo

ABSTRACT

Based on the analysis of stories and hearings of women attended by the Public Defender in Rio de Janeiro, the article proposes a reflection on the death threats suffered by them in situations of violence through the theoretical perspective of gender, sexuality and emotions studies; as well as the emotional responses that these women give to the threats. The article also looks at the centrality of violence against women in the national feminist debate. Divided into three parts; in the first part I present three stories of women characterized as victims of domestic violence; in the second, the case of attempted femicide suffered by the singer MC Carol and, in the last, I indicate initial questions from the cases, the creation of the Femicide Law in Brazil and the contemporary national feminist movement. Thus, femicide is analyzed from the lens of emotions to reflect on the emotional grammars mobilized by defendants, victims and the artist MC Carol and to analyze how these emotions are gendreded and how they construct gender.

Key-words: Gender. Emotions. Femicide. Feminism

A partir da análise de relatos e das audiências de mulheres atendidas pela Defensoria Pública em um Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher no estado do Rio de Janeiro, o artigo propõe uma reflexão sobre as ameaças de morte sofridas por elas em situações de violência mediante a perspectiva teórica dos estudos de gênero, sexualidade e emoções; assim como, das respostas emocionais que essas mulheres dão as ameaças. Frases como “vou fazer picadinho de você”, “se você sair de casa vou te meter a faca” ou “se eu for pra cadeia vou me juntar aos bandidos e mandar te matar” são referências comuns nas falas das mulheres tanto nas delegacias quanto no próprio atendimento e nas audiências. O medo aparece como principal emoção mobilizada pelas mulheres em resposta e é também acionado nas audiências e nas medidas protetivas.

O artigo está dividido em três partes; na primeira apresento três relatos de mulheres caracterizadas como vítimas em processo de violência doméstica; na segunda o caso de tentativa de feminicídio sofrido pela cantora MC Carol e, na última, indico questões iniciais a partir dos casos, da criação da Lei do Feminicídio no Brasil e do movimento feminista nacional contemporâneo.

Assim, o feminicídio é analisado a partir da lente das emoções para refletir sobre as gramáticas emocionais mobilizadas por réus, vítimas e pela artista MC Carol e para analisar como essas emoções são generificadas e constroem gênero. Importante destacar que a categoria feminicídio aparece aqui de forma êmica, como é formulada e utilizada nos movimentos feministas e na bibliografia sobre gênero. O processo de judicialização de leis específicas para mulheres é amplamente debatido pelas autoras feministas e pode ser entendido como parte da criação de novas sensibilidades e novas formas de conceber a violência como parte do processo civilizador (ELIAS, 1994) mais amplo.

CASOS

Apresento a seguir três casos observados.

Primeiro caso. No processo consta que Maria¹ estava em casa quando seu marido Fernando chegou bêbado com um martelo quebrando objetos, paredes, eletrodomésticos e dizendo, enquanto martelava: “isso aqui devia ser você”. Continua que Maria teria conseguido fugir e que os vizinhos, ao ouvirem os gritos e a confusão, chamaram a polícia. Maria diz que não foi isso que aconteceu, que Fernando não a agrediu no dia e que hoje eles estão separados e têm uma boa relação por conta da filha de três anos. Diz ainda que ele é um bom pai, que ajuda muito a criança e que gostaria que o processo não fosse frente². Durante a audiência ela relata que ele estava instalando um ar condicionado e se irritou com a falta de cigarros, mas não fez nada contra sua integridade física. Quando ela termina de contar e sai da sala, Fernando entra, também acompanhado de um defensor público. Fernando conta que estava instalando o ar condicionado no dia e que por isso estava com o martelo. O promotor pergunta se ele a ameaçou e se disse que as marteladas deveriam ser nela. Ele diz que não. O promotor pergunta se ele queria matá-la. Outra vez responde negativamente e completa que hoje eles estão separados, mas mantêm uma boa relação pela filha. Como o promotor não tem mais perguntas a audiência acaba.

1 Todos os nomes são fictícios.

2 Importante destacar o modo de funcionamento da Lei Maria da Penha. A partir do momento que a mulher faz uma denúncia na delegacia, quem segue com o processo é o Ministério Público. Esse mecanismo funciona também com outras leis, com crimes que são considerados como atentados não só ao indivíduo, mas à sociedade de forma mais ampla. Assim, as mulheres não podem retirar o processo se desejarem porque quem o encabeça é o Ministério Público. Entretanto, há um mecanismo que permite o encerramento do processo e depende apenas da vítima: o silêncio durante as audiências. A vítima é considerada a principal testemunha nos casos de Lei Maria da Penha e por mais que haja a denúncia na delegacia, se a mulher escolhe ficar em silêncio durante a audiência – o que é seu direito, assim como é um direito dos homens –, o juiz não tem provas o suficiente para a condenação caso não haja nenhuma outra testemunha.

Julia chega ao juizado e é atendida pela defensoria. O defensor pergunta o que houve e ela relata que foram 9 anos de relação conturbada, mas após a denúncia estão separados. Diz que durante esse tempo sofreu diversas agressões, até que finalmente teve coragem de fazer uma denúncia na delegacia. Julia conta que Carlos a agredia constantemente, mas nesse dia ameaçou matá-la e, quando ela tentou fugir, ele teria dito enquanto segurava a arma: “se você sair de casa vou te meter a faca”. Ela diz que tinha muito medo, mas nesse dia teve coragem. O processo registra que no dia ele bateu nela, ela conseguiu se trancar no banheiro, mas ele arrombou a porta. Ela então caiu no chão e ele começou a esganá-la. Mas ela conseguiu se levantar, correu para a cozinha e, nesse momento, ele pegou a faca e fez a referida ameaça. Além disso, ele disse que se ela fosse à polícia a “perseguiria até o inferno”. Ela conta que descobriu que ele a estava traindo, o chamou para conversar e ele começou a agredi-la. Em seguida fala sobre a perseguição ao banheiro, que ele arrombou a porta e das ameaças na cozinha. Julia narra que depois da ida à delegacia a irmã dele a procurou para que ela não fizesse corpo delito e teria dito ainda: “pensa no filho de vocês e no meu pai que você sabe que está doente”. O promotor pergunta dos ferimentos que ela teve e ela relata o estrangulamento e as batidas de quando caiu no chão, diz que não foi a primeira vez que ele a agrediu, mas ela tinha muito medo de denunciar e somente nesse momento teve coragem. Ela sai e Carlos entra na sala de audiência. O juiz pede para ele contar o que aconteceu e se houve outras agressões na relação. Ele diz que nunca a machucou na vida, nunca a agrediu. Fala que ela é muito ciumenta e teria visto uma mensagem de uma amiga dele o convidando para sair. Eles começaram a brigar e ele disse que queria o fim da relação. Nesse momento ela se trancou no quarto impedindo que ele entrasse para pegar suas coisas e ele começou então a socar a porta e ela se machucou porque ficou atrás dela. Acrescentou que nesse meio tempo ela teria chamado a polícia. O promotor pergunta especificamente sobre as ameaças e ele responde que não disse nada daquilo, que são mentiras dela. O promotor não tem mais perguntas e a audiência acaba.

Renata chega à Defensoria Pública para seu atendimento e audiência. Relata que ela e Vinícius namoraram durante 5 anos, tiveram uma relação de altos e baixos e agressões. Ela era muito apaixonada, ele tinha muitos ciúmes e havia muitas brigas. Diz que quando se separou definitivamente dele, ele não aceitou, bateu nela e disse: “vou fazer picadinho de você”. Depois desse episódio ela foi morar com a mãe para manter distância dele, mas ele continuava a ameaçá-la por mensagens como: “eu ainda vou te ver morta”; ou quando encontrou com a filha dela na rua e disse: “prepara o caixão da sua mãe”. Um dia ela acordou no meio da noite com diversas ligações dele, mas não atendeu. Ele então lhe mandou a seguinte mensagem: “amanhã quando você acordar você vai ver”. No dia seguinte, seu carro estava todo quebrado, com os vidros estilhaçados. Nesse dia ela fez uma denúncia na delegacia e ele lhe disse: “se eu for pra cadeia vou me juntar aos bandidos e mandar te matar”. Renata chorou muito durante o atendimento, disse que tem muito medo dele, que sabia que deveria ter se separado antes, mas o amava muito. Durante a audiência Renata narra a história e repete todas as ameaças, mostra prints das mensagens e diz que tem muito medo dele. Ela termina de contar e o advogado de Vinícius pergunta como ele ficava quando proferia as ameaças, se parecia estar em cólera ou se estava calmo. Ela diz que ele ficava muito nervoso. O advogado não tem mais perguntas, Renata sai da sala de audiências e Vinícius entra. A juíza pergunta se os fatos são verdadeiros, ele admite ter mandando as mensagens, mas que nunca bateu nela e que a história do carro também é mentira. Diz que ama mais que tudo e não aceitou o fim da relação, que isso o deixou num estado “descompensado” e “muito nervoso”, “sem saber o que fazer da minha vida”, mas se arrepende muito de tudo o que disse e nunca encostaria um dedo nela. O advogado faz diversas perguntas a ele sobre o comportamento dela durante o relacionamento, se ela flertava com outros homens, se ela respeitava a relação, ele diz que ela não tinha respeito, mas a amava muito. O advogado pergunta como ele ficou quando ela decidiu terminar e ele diz que ficou

“totalmente descontrolado, não sabia o que fazer”. O advogado não tem mais perguntas, o promotor também não, a audiência termina.

MC CAROL: ENTRE CLASSIFICAÇÕES JURÍDICAS

No início de abril de 2018 a cantora MC Carol fez um relato público em seu Facebook sobre o caso de tentativa de feminicídio que sofreu do ex-namorado. Ela escreveu:

MEU EX MARIDO, ENTRA NA MINHA CASA, PULANDO UMA CERCA ELÉTRICA, USANDO UM FACÃO, TEM MARCAS NA MÃO QUE PROVAM QUE TIVE QUE TIVE QUE ENTRAR EM UMA LUTA CORPORAL, PARA NÃO SER ESFAQUIADA, TENHO MEU AMIGO QUE CONSEGUIU FUGIR COMO TESTEMUNHA, A POLÍCIA PEGOU ELE EM FLAGRANTE E COLOCARAM NO B.O “LESÃO CORPORAL”. ENTÃO EU INVADO UMA CASA, COM UM FACÃO E TENTO ESFAQUIAR UMA MULHER, NÃO É TENTATIVA DE HOMICÍDIO NO NOSSO PAÍS!!! COMPARTILHEM PESSOAL! NUNCA SENTI TANTO MEDO, TANTO PAVOR, EM TODA MINHA VIDA (...) MAS DEUS ME DEU UMA CHANCE E EU VOU LUTAR POR NÓS MULHERES. CHEGA DE BANALIZAR AGRESSÃO FÍSICA, PSICOLOGA, VERBAL, TENTATIVAS DE HOMICÍDIO E FEMINICÍDIO CONTRA NÓS MULHERES, PRINCIPALMENTE AS PRETAS, CHEGA! OBG PESSOAL PELAS MENSAGENS E PELO CARINHO 🍷🍷🍷

O caso de MC Carol, assim como os das mulheres narrados anteriormente, mostra que agressões e ameaças podem ser interpretadas nas delegacias, defensorias e audiências a partir da Lei Maria da Penha, mas são vistas pelas próprias mulheres e alguns setores do movimento feminista de outra forma.

A Lei do Feminicídio é uma legislação nova, de 2015, o que explica em parte esse processo. Relatos semelhantes sobre a demora e a dificuldade na implementação da Lei Maria da Penha são abundantes na literatura de gênero nacional, bem como narrativas de mulheres que são desencorajadas a denunciar e sofrem com o mau atendimento nas delegacias. Outra explicação possível é o descrédito das falas das mulheres. Marisa Gaudia, presidente da OAB Mulher no Rio de Janeiro, na mesma reportagem comenta: “Há uma ideia de que a mulher esteja aumentando o fato, de que não seja algo tão grave assim. A violência começa quando a mulher é desacreditada.”.

A diferença de classificação do crime entre Lei Maria da Penha ou Lei do Feminicídio tem consequências, uma vez que pode levar a um número menor de registros e influenciar a criação de políticas públicas, além de interferir na pena do agressor, que é menor no caso da primeira lei.

No sentido jurídico, quando há uso de arma, mesmo arma branca, como nos casos de MC Carol, Maria e Julia, os crimes não se enquadrariam apenas na Lei Maria da Penha, ainda que seja possível argumentar uma tipificação dupla para os crimes, já que além da tentativa de feminicídio são histórias de violência psicológica, moral e ameaças verbais. Do ponto de vista penal é possível também indicar um erro de tipificação, pois o crime mais grave deve ser o considerado.

Essa aparente indistinção entre as duas leis ocorre de igual modo nos discursos oficiais. No lançamento do Dossiê Violência Contra a Mulher de 2018 – feito pelo Instituto de Segurança Pública em parceria com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro e a ONG Cepia Cidadania – elas foram caracterizadas, pela defensora pública Arlanza Rebello, como parte da estratégia do movimento feminista em nomear crimes e visibilizar violências ainda pouco debatidas na sociedade civil. As falas no lançamento destacam também que foi o primeiro ano que o Dossiê trouxe dados sobre feminicídio.

LEI DO FEMINICÍDIO NO BRASIL E O MOVIMENTO FEMINISTA

Em março de 2015 a então presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº. 13.104 que criou o feminicídio “por razões da condição de sexo feminino” como um novo tipo penal das modalidades de homicídio qualificado. Segundo Posses e Oliveira (2016) no artigo “Política, direito e movimentos sociais: o caso da criação da lei do feminicídio no Brasil” a categoria de feminicídio diminui a tendência a mitigar a culpa a partir da ideia de passionalidade ou de defesa da honra – que estudos como o de Jimeno (2004) demonstram que é comum ocorrer especialmente no caso de homens que assassinaram as (ex)companheiras. Portanto, a categoria passa a ser utilizada pelo movimento feminista como pedido de criminalização e o processo de criação da lei pela definição do seu conteúdo define ao mesmo tempo quem são os criminosos e as vítimas.

No Brasil a lei inseriu o feminicídio como novo tipo penal, um tipo de homicídio qualificado praticado contra a mulher “por razões da condição de sexo feminino”. Por se tratar de homicídio qualificado, há o aumento de pena em relação ao homicídio comum. Posses e Oliveira (2016) descrevem como na própria justificativa do projeto de lei aparece a ideia de *continuum* de violência apresentada por Russell e Radford em *Femicide: the politics of woman killing* (1992). A lei é apresentada como parte da luta pela igualdade de gênero e universalização dos direitos humanos com a participação dos movimentos feministas e como continuação na trajetória de combate à impunidade à violência contra a mulher, cuja Lei Maria da Penha constitui marco de referência. A criação de um tipo penal específico é argumentada através do reconhecimento que as mulheres são mortas por serem mulheres, expondo a desigualdade de gênero e o combate à impunidade.

Carmen Campos (2015) reconhece a proposta de criminalização do feminicídio no Brasil como parte de uma tendência na América Latina, desde os anos 1990, de reconhecer a violência contra a mulher em suas especificidades. Uma demanda feminista originada na verificação de que a violência de gênero era em geral ignorada pelo direito penal e naturalizada na sociedade, impedindo que as mulheres fossem sujeitos de direitos como preveem os direitos humanos. A autora compreende que as leis de feminicídio na América Latina fazem parte de uma segunda geração, posterior às leis que tipificam violência doméstica e familiar, como a Lei Maria da Penha em 2006.

Campos (2015) apresenta as modificações que a lei sofreu na CPMI e na discussão do Senado Federal até ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na Câmara dos Deputados, segundo Campos (2015), a expressão “razões de gênero” foi substituída por “razões de condição de sexo feminino” e nesta nova redação a Lei 13.104/2015 é aprovada. As “condições de sexo feminino” são definidas quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à tal “condição”, o que mostra quais os marcadores utilizados para definir o que seria “uma mulher” e exclui outros tipos de violência.

Portanto, as condutas pelas quais as feministas identificam o femicídio/feminicídio revelam as características específicas dessas mortes, isto é, a sua conformação diferenciada do homicídio. A morte nas (ex)relações íntimas de afeto demonstram não apenas a vulnerabilidade das mulheres no interior dessas relações, mas a tentativa de controle e posse absolutas sobre o corpo feminino que não pode ser entendida como comportamentos motivados por ciúme ou emoção violenta. Para o movimento feminista, o reconhecimento da emoção violenta nesses casos configura tolerância estatal a crimes machistas e sexistas, pois não pode haver emoção violenta quando a motivação é impedir a autodeterminação feminina, conduta tão bem expressa na frase “se não for minha não será de ninguém” (CAMPOS, 2015, p. 109).

Nesse cenário é preciso pensar como os feminismos têm pensado a violência de gênero no Brasil contemporâneo. Em artigo de 2016, Facchini e Castro Ferreira perguntam se foi a violência ou as denúncias de violência que aumentaram. As autoras entendem que a midiaticização dos

feminismos contemporâneos, através, por exemplo, das Marchas das Vadias e da Primavera Feminista, pode causar mudanças significativas.

O momento pós-redemocratização é marcado pela abertura de espaços de interlocução com o Estado, marcadamente o “lobby do batom” na Constituinte, que demandava o combate à violência, a classificação penal do estupro, a criação de delegacias da mulher e conseguiu inclusive incluir o direito à “igualdade de gênero” na Constituição. Nos anos 2000 órgãos de gestão são criados, conferências de mulheres se tornam base para elaboração de políticas públicas e há a criação da Lei Maria da Penha em 2006. Em 2011, a Marcha das Vadias continua a consolidar a violência de gênero como parte da pauta. O aumento das denúncias de estupro em universidades diversifica a pauta, assim como as #meuprimeiroassedio e #meuamigosecreto que segundo as autoras “investem na ideia da não excepcionalidade e do enraizamento cultural das condições que possibilitam a larga disseminação da violência sexual no país” (FACCHINI & FERREIRA, 2016).

Em contraposição a esse cenário de amplo debate feminista a virada da última década é marcada por forte reação conservadora. Especialmente com a retirada de qualquer menção a “gênero” em políticas de educação, indo na contramão das evidências que apontam a violência sexual como enraizada nas desigualdades de gênero, como será discutido no final do artigo.

A questão da violência e da segurança das mulheres é cara ao movimento feminista e estão presentes nos processos de criação de legislação específica para as mulheres como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio de 2015. Contudo, algumas autoras ressaltam que as categorias de “vítima” e “algoz” não devem ser pensadas como uma dicotomia estática (GREGORI, 1993).

Gregori, no livro clássico “Cenas e Queixas” de 1993, entende que há um perigo em cristalizar as mulheres no papel de vítima e os homens no de agressor ao falar de violência doméstica. Para a autora a violência conjugal é vista pelo feminismo brasileiro como a “expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo da família” (GREGORI, 1993). Assim, o feminismo teria feito uma interpretação deste tipo de violência na qual a mulher está sempre no papel de vítima passiva. Nessas narrativas todos os gestos violentos são interpretados em uma escala de agressão, na qual o homicídio aparece como o ato final. Entretanto, a partir de entrevistas com mulheres que sofreram violência doméstica, a autora chama atenção para a importância das nuances e da diversidade de universos que casamentos violentos apresentam, de forma a criticar esta narrativa generalizadora. Assim, ainda que as definições jurídicas de violência contra a mulher sejam vitórias do movimento feminista na luta contra o machismo na sociedade brasileira, de um ponto de vista analítico, é importante entender os diversos significados que a violência e o próprio relacionamento assumem em cada caso.

EMOÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E “JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA”: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolta, a indignação e o pesar são emoções mobilizadas nos discursos oficiais e dos movimentos feministas para atestar a seriedade da criminalização da violência contra a mulher. No lançamento do Dossiê Mulher (2018) a Major Claudia de Moraes chamou atenção para a importância em transformar “a emoção e o sangue em estatísticas” e para a criação de políticas públicas de prevenção a violência.

Goodwin *et all* (2001) descrevem a necessidade de incorporar as emoções nas análises sobre movimentos sociais. Os autores descrevem como as emoções tem um papel importante no crescimento e desenvolvimento de movimentos sociais e protestos, especialmente a partir da indignação como forma de recrutamento e dos sentimentos de satisfação que fazem com que as pessoas continuem engajadas. Podemos pensar o movimento feminista, assim como os movimentos LGBT, como movimentos que partem justamente da indignação para a ação

social e o engajamento político (ZILLI, 2017), como descrevem Russell e Radford (1992) no livro-manifesto sobre feminicídio, essas emoções são compartilhadas pelos membros dos movimentos que buscam uma melhora de vida através do engajamento social. Uma das formas de atuação dos movimentos é a discussão sobre a criação de leis e medidas punitivas, como foi o caso do movimento feminista em relação a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Portanto, em uma dimensão política, as emoções não só dizem coisas, mas têm uma agência social.

Nos relatos das mulheres atendidas na defensoria e da artista MC Carol o medo e a coragem aparecem como par que articula a imobilidade para agir, o momento de ruptura e a denúncia. Da mesma forma, o medo é acionado pelos defensores que trabalham com as mulheres para pedir renovação de medida protetiva e durante as audiências. As mulheres narram também situações nas quais os parceiros diziam sentir ciúmes e a importância desse sentimento como algo que afetava as relações.

É importante destacar que as emoções também são acionadas pelos homens. Na última audiência descrita neste artigo o advogado de Vinícius chama atenção para o estado de descontrole emocional que ele estaria sentindo durante o ocorrido, o que pode indicar uma tentativa de mitigação da culpa através das emoções, como Jimeno (2004) demonstra para os casos de assassinatos de mulheres por seus (ex)companheiros.

Assim, por mais que a Lei de um ponto de vista do movimento feminista tenha aparecido para impedir que as emoções funcionem como mitigadoras de culpabilidade nos processos jurídicos, elas – as emoções – ainda estão presentes nas audiências e nos processos. Não só como forma de diminuição da culpa, mas também como estratégias do próprio movimento feminista, das mulheres e defensoras públicas nesses contextos de audiência. Especialmente como forma de dar continuidade as medidas protetivas.

Parece também que há um deslocamento do ciúme, se o ciúme era usado – como mostram Myriam Jimeno (2004) – para mostrar que o homem estava fora de si no momento da agressão, nas audiências que acompanhei o ciúme era trazido nas falas da defesa dos homens para indicar que a mulher seria ciumenta e que aquilo seria um motivo de insatisfação na relação, de forma a indicar que aquela seria uma mulher “descontrolada”.

Há uma cristalização das demandas dos movimentos sociais nas leis, como no caso da Lei Maria da Penha e na Lei do Feminicídio, entretanto, a efetivação das leis na prática jurídica se dá de outra forma. Apontei ao longo do artigo como há, por vezes, uma indiscriminação entre a Lei do Feminicídio e a Lei Maria da Penha, como as mulheres que sofrem estrangulamentos, ameaças com martelos, ameaças de morte direta aparecem como violência psicológica, por exemplo, e não como tentativas de feminicídio. Isso pode se dar pelo fato da Lei do Feminicídio ser nova e sua aplicação ainda não ter se institucionalizado, mas também pode haver um descredito da narrativa das mulheres, como mostra a fala da MC Carol, que tem uma postura feminista e mesmo assim tem sua tentativa de feminicídio classificada como lesão corporal. Portanto, não existe uma definição e separação necessária do que seria lesão corporal ou tentativa de homicídio e ameaça de morte ou violência psicológica assim, a própria definição do que é ou não violência é histórica e contextual e o papel das emoções nesse processo é complexo e contraditório.

Por fim, não só a violência, mas as próprias noções de quem seria a vítimas e o agressor são categorias cambiantes (SARTI, 2005) nas audiências. As emoções são centrais nesse processo, especialmente o medo como mobilizado pela defensora junto as mulheres para cristalizá-las no papel de vítimas. No caso dos homens, o ciúme feminino e o descontrole emocional são gramáticas emocionais utilizadas para mitigar a culpa e desconectar o homem da imagem de agressor.

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, C. H. de. Femicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-125, ago. 2015.
- DEBERT, G. G.; GREGORY, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994.
- FACCHINI, R.; FERREIRA, C. B. de C. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 04-05, set. 2016.
- GONCALVES, J. Agressão a MC Carol expõe falhas no atendimento a mulheres vítimas de violência nas delegacias. **The Intercept**. 2018.
- GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra/ Anpocs, 1993.
- GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, F. (Eds.). **Passionate Politics**: Emotions and Social Movements. Chicago: Chicago University Press, 2001.
- JIMENO, M. **Crimen pasional**: Contribución a una antropología de las emociones. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas. 2004.
- POSSES, M. Th.; OLIVEIRA, C. F. S. **Política, direito e movimentos sociais**: o caso da criação da lei do feminicídio no Brasil. 40º Encontro Anual da Anpocs: ST20 – Os juristas na sociedade: conflitos políticos e sentidos do direito, São Paulo, p. 1-27, out. 2016.
- RADFORD, J.; R., Diane (Org.). **Femicide**: the politics of woman killing. New York: Twayne Publishers, 1992.
- SARTI, C. A. O atendimento de emergência a corpos feridos por atos violentos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 107-126, 2005.
- ZILLI, B. Teorias que libertam: narrativas de intelectuais brasileiros sobre engajamento em Direitos Sexuais. **Interseções**, Jundiaí, v. 19, n. 1, 2017.

DISCURSOS PUNITIVOS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE MULHERES PRESAS: DAS BRUXAS ÀS TRAFICANTES

Clarissa Velozo Jacobina

*Mestranda do Programa de Pós graduação em Memória Social da Unirio
clarissajacobina@gmail.com*

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo pensar uma genealogia do poder de punir correlato a produção do sujeito feminino, complementando a análise feita por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*. Nesse sentido, o período inquisitorial da caça às bruxas e a colonização serão entendidos como gêneses estruturantes do sistema punitivo contemporâneo. Mas, para além do viés estruturante institucional, esse período fixou a identidade da bruxa como o outro a ser disciplinada ou eliminada, tendo influência na subjetividade feminina até a atualidade. No entanto, apesar desses esforços disciplinadores, a bruxa é retomada, seja por movimentos feministas ou pelas artes em geral, desafiando os esforços de disciplinamento e de esquecimento do papel das bruxas como mulheres de relevante papel social.

Palavras-chave: Genealogia. Inquisição. Bruxas. Poder punitivo. Memória.

ABSTRACT

This paper aims to think a genealogy of the punitive power correlative to the production of the female subject, complementing the analysis made by Michel Foucault in *Discipline and Punish*. In this sense, the inquisitorial period of the witch-hunt and colonization will be understood as structural genesis of the contemporary punitive system. But beyond the structural structuring bias, this period fixed the identity of the witch as the other to be disciplined or eliminated, having influences on feminine subjectivity up to the present time. However, despite these disciplinary efforts, the witch is retaken, either by feminist movements or by the arts in general, challenging disciplinary efforts and the oblivion of the role of witches as women of relevant social role.

Key-words: Genealogy. Inquisition. Witches. Punitive Power. Memory.

GENEALOGIA, PODER, SUBJETIVIDADE

Comumente, é feita uma divisão didática do pensamento de Michel Foucault em três momentos. O primeiro seria marcado pela preocupação epistemológica das ciências humanas, sendo inaugurado o procedimento arqueológico para manuseio dos seus objetos de estudo. A arqueologia é “um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados” (VEIGA NETO, p.54), é se importar mais com a formação dos discursos e cristalização de certas verdades como fatos do que com os macroacontecimentos históricos. Na segunda fase aparece a genealogia com forte influência nietzschiana. A genealogia é um tipo de fazer história, na qual se busca a gênese sem se interessar propriamente com a origem. O compromisso é em pensar o não dito, o não oficial, analisando o complexo de poderes e saberes que levam as coisas a serem como elas são. É tentar entender o presente. Já o último Foucault concerne à elaboração de uma ética de resistência. Para os fins desse trabalho serão utilizadas as obras da fase genealógica.

Foucault escreve no ensaio *Nietzsche, a genealogia e a história* que é indispensável o permanecer, o estender e o se demorar para entender a singularidade dos acontecimentos. É preciso levar em consideração os sentimentos e os instintos de um dado momento que nem sempre guardam relação com as ideias e as lógicas. A genealogia, pois, não se preocupa com a origem, na medida em que resiste a ideia de essência das coisas. Na verdade, o que existe é a pura possibilidade. A essência só existe dentro de um processo de construção e cristalização. A genealogia é como uma interpretação do devir da humanidade no que concerne a moral, os ideais, a metafísica e a liberdades manifestadas em cada época. É se atentar ao inconstante do nosso próprio ser.

A empreitada genealógica de Foucault o levou a pensar, em muitas de suas obras, a instauração e a permanência de regras e de leis, ou seja, a pensar o que levou um discurso a ser oficial e legítimo a ponto de ter esse estatuto de lei. Nesse contexto, pensar a teoria do direito e as formas jurídicas é indispensável. Logo ele constata que apesar de surgir como arcabouço de limitação do poder, o direito escamoteia e ratifica os processos de dominação presentes nas extremidades da sociedade. A lei é o discurso oficial que transmite e reproduz, em certo nível, os efeitos de poder. É indispensável para pensar a emergência dos sujeitos pensar as práticas jurídicas. Na perspectiva da genealogia foucaultiana, portanto, captar como esse poder se instalou e como atua nas extremidades passa, inevitavelmente, pela esfera jurídica.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault detalha como determinadas técnicas de poder que atuam sobre os corpos nas margens das redes de dominação. O objetivo é traçar a história da produção da subjetividade moderna, que estaria relacionada ao estabelecimento de um novo poder de julgar. A análise se inicia no século XV. Naquela época, a punição era feita por meio dos suplícios de maneira ostentosa e marcante, tanto para a vítima, quanto para aqueles que a assistem. No entanto, esse modelo de punição começa a ficar insustentável no século XVIII, momento de emergência de outro modelo de produção econômica.

O deslocamento dos suplícios e açoites públicos para o modelo da pena faz parte do projeto da nova economia do poder regulamentadora e disciplinadora aplicável a toda a sociedade. Instaurada por uma multiplicidade de processos e presente tanto nas instituições penais quanto nas escolas, nas fábricas e nos hospitais. Toda essa mudança é acompanhada, também, pela formação de vários saberes, como, por exemplo, a criminologia, a pedagogia e a psiquiatria que asseguraram o exercício do poder.

Nesse complexo, o corpo é o objeto e alvo do poder. Poder que trabalha nos detalhes e de maneira ininterrupta. O resultado são corpos dóceis, obedientes e eficazes economicamente. A disciplina depende da organização do espaço, do controle das atividades e do tempo e da

gestão de uma tática. Os dois principais dispositivos desse novo poder-saber punitivo seriam o exame e o panóptico. O exame privilegia traços singulares e estabelece termos comparativos, além de documentar o sujeito em questão e estabelecer os parâmetros de normalidade. O exame normaliza. Já o panóptico é fruto de um conceito de prisão ideal proposto por Jeremy Bentham, em 1785. Seu efeito mais importante é induzir no detento um estado consciente e permanente de vigilância: os próprios presos se vigiam sem parar. Isso se espalha por todo o tecido social: os homens modernos se auto disciplinam o tempo todo baseado em parâmetros arbitrados por exames.

A implementação do poder disciplinar deveria, ao menos, dirimir o poder soberano. Contudo, é certo que a teoria da soberania continua existindo de maneira imbricada nas leis oficiais e em práticas nos tribunais. Apesar de surgir e se legitimar para limitar o poder do Estado, o direito permanece legitimando procedimentos e técnicas de dominação, garantindo o exercício do poder soberano. Nesse sentido, Foucault compara a disciplina e o exame serem como invenções do século XVIII que permanecem, tanto como o inquérito judiciário, criado no século XIII, permanece na justiça penal, ainda hoje inquisitória.

No texto *Soberania e disciplina*, presente no livro *Microfísica do Poder*, Foucault escreve como a teoria do direito, ao delimitar o poder, gera efeitos de verdade. Esses efeitos afetam o processo penal e a execução penal, que permanecerem comprometidos em reconstruir um discurso de verdade sobre o réu ou sobre o preso a qualquer custo, ignorando o instituto do *in dubio pro reo*, por exemplo. Por fim, o autor afirma, ainda, que o direito mantém os sistemas de dominação de todo o corpo social.

PERMANÊNCIA DO PODER SOBERANO COMO NECROPOLÍTICA

Necropolítica é um ensaio escrito por Mbembe no qual ele retoma o conceito de biopoder relacionando-o com os conceitos de poder soberano e estado de exceção. Há um aprofundamento e atualização crítica do debate sobre as relações de poder e a raça. No ensaio, o autor pensa quais são as condições concretas nas quais é exercido o poder de fazer viver, fazer morrer ou expor a morte na realidade de estados de exceção, que são a regra. O ponto central da reflexão necropolítica é a relação entre o poder soberano do Estado de matar e os processos de racialização. Portanto, necropolítica é um conceito que permite articular tanto a violência e o direito, quanto a exceção e a soberania.

De saída, é importante dizer que Mbembe enxerga as políticas genocidas atuais e a crescente precarização das condições de vida e de exploração do trabalho como tributárias da lógica escravista combinada com a lógica colonial. Ou seja, o poder soberano segue produzindo efeitos no presente. Não foi, como apontado por Foucault, substituído pelo poder disciplinar. Tampouco o racismo emerge somente no século XIX, como foi colocado nas aulas no Collège de France, transcritas no livro *Em defesa da sociedade*. Os conceitos foucaultianos são, portanto, retomados e aprofundados criticamente.

Entretanto, antes de entrar propriamente no ensaio supracitado, é necessário fazer algumas considerações colocadas em obra mais recente, *Crítica da Razão Negra*, na qual está posto um projeto político e filosófico mais amplo. De saída, o autor diz que “razão negra” designa várias coisas ao mesmo tempo: é uma disputa em torno do signo negro que atrela tanto submissão, como depuração e resistência. Ou seja, engloba tanto o que foi construído pelos europeus quanto a autodeterminação negra. Em última instância, o autor retoma as disputas sobre o que é negro sem perder de vista que a raça é uma ficção útil a um sistema econômico.

Mbembe introduz tal obra dizendo o quanto o pensamento europeu sempre trabalhou e abordou a identidade numa relação para si e consigo. Por consequência, a raça é tratada como sinônimo de negro, com o cunho biológico por trás. Ele afirma que “o negro e a raça são produto de um maquinário técnico indissociável do capitalismo” e complementa: “esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação.” (2018, p. 21).

Foram três os momentos essenciais para a criação da ficção da raça: a transformação do negro em homens-objeto pelo comércio de escravos do Atlântico; o segundo momento é quando os negros começam a articular linguagem própria e reivindicar o estatuto de sujeitos plenos, como, por exemplo, na independência do Haiti em 1804 e, por fim, o terceiro momento seria o neoliberalismo atual que une o animismo ao capitalismo. O neoliberalismo produz a indiferença e a abstração a fim de racionalizar o mundo de acordo com normas empresariais. Nesse sentido, “os riscos sistemáticos que todos os escravos foram expostos no primeiro capitalismo constituem, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas.” (2018, p.17), essa situação caracterizaria o que o autor chama de “devir negro do mundo”.

Achille adverte que o termo raça está atrelada a uma linguagem imperfeita que remete aos simulacros de superfície, usada como “uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica” (2018, p. 28) utilizada para fundamentar o poder do “centro do globo”, a Europa. O negro e a África seriam o outro representado pelo negativo não universal. Para essa construção foi utilizada, inclusive, a fabulação. Dessarte, o autor insiste no legado do comércio negreiro e da plantation que como “pias batismais da nossa modernidade” (2018, p. 32) conjugam a raça e negro como signos do capital. Ou seja, toda a tecnologia do biopoder e de biopolítica está inscrita desde as colônias, na colonização e na escravidão, produzindo constantemente a subjetividade negra.

No século XIX a lógica da raça, num contexto de hegemonia capitalista, é reanimada e biologizada não só pelos regimes nazistas, mas também associada a nova arrancada colonial na África. No século XXI, o fortalecimento das ideologias de segurança e de proteção exacerbam as formas de designação racial para que seja afastado qualquer ameaça a segurança total. No ensaio intitulado *Necropolítica*, o autor escreve como esses processos de racialização estão em operação em casos concretos da atualidade. Para fazer isso, utiliza o conceito de soberania no sentido de instrumentalização da existência humana para destruí-la, ou seja, a morte estrutura a ideia de soberania. O direito de matar tem sua base normativa no estado de exceção e nas relações de inimizade. Nessas circunstâncias, o poder “apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (2016. p.128).

Então, para o autor, a utilização do terror pela modernidade estaria além do exemplo do biopoder foucaultiano exercido como poder soberano de determinar quem vive e quem morre pautado no racismo, sendo o Estado nazista o mais completo exemplo. Isso fica claro quando firma que “qualquer relato do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica” (MBEMBE 2016, p 130). Assim, a colônia é eficaz ao concatenar o estado de exceção e o biopoder pelo viés da raça, por meio do massacre e a burocracia. Para o autor, a síntese do massacre e da burocracia é a encarnação da racionalidade ocidental fundamentada na igualdade jurídica dos Estados e na determinação das fronteiras. Ou seja, a emergência da soberania define os que importam e os que não importam, define os que fazem parte da nação. Toda essa quinquilharia forjada na transição para a modernidade estaria posta nos dias de hoje, combinada com aspectos disciplinares, biopolíticos e necropolíticos.

A necropolítica, pois, é pensada na articulação entre política e morte em sistemas que funcionam em estado de urgência, justificada pelos processos de racialização. Há a regulação e distribuição da morte admitida e perpetrada pelo Estado. Nessa lógica, há uma forte crítica ao liberalismo e a democracia liberal por parte do autor, articulada em *Crítica da Razão Negra*, mas que é essencial para o tema da necropolítica. Ele afirma que as ideias modernas de liberdade, igualdade e democracia são inseparáveis da escravatura. Dessa maneira, “na democracia liberal, sem a destruição do preconceito, a igualdade é apenas imaginária. A lei faria do negro nosso igual, sem que o negro jamais chegasse a ser nosso semelhante.” (2018, p. 152). O próprio nascimento da biopolítica estaria relacionado, segundo Foucault, à limitação da liberdade por coerções e ameaças. A ameaça é relacionada, pois, para Mbembe, ao perigo racial, fundando a democracia liberal. A disseminação do medo em relação a povos específicos estaria, então, atada ao liberalismo.

Assim sendo, não só as prisões e a forma inquisitorial de conduzir os processos de execução penal, mas a atuação da Polícia Militar, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, que consiste em eliminar sistematicamente a população negra, podem ser consideradas formas de necropolítica. Segundo Orlando Zaccone (2015, p. 23-24), “a polícia mata, mas não mata sozinha”, ou seja, “existe uma política pública, na forma de razões de Estado, a ensinar os altos índices de letalidade do sistema penal brasileiro, com destaque para aqueles praticados rotineiramente nas favelas cariocas”. Essa razão de Estado é legitimada pelos efeitos de verdade que o direito ensina.

CAÇA ÀS BRUXAS: UMA OUTRA GENEALOGIA DO PODER DE PUNIR

A caça às bruxas aconteceu na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Foi no contexto do Concílio de Trento, dos anos 1431 à 1448, que surgiram os primeiros escritos demonológicos. A demonologia é o estudo pormenorizado a respeito dos demônios, criado por intelectuais da época. Esse saber demonológico definiu o crime de bruxaria, apreendido por quatro elementos principais: o pacto feito com o diabo, casamento realizado pelo ato sexual, feitiços maléficos para prejudicar pessoas e animais, participação nos sabás. (p.116, 2002). O mito da bruxaria é, então, forjado e se dirige essencialmente as mulheres, principalmente as mais velhas. O célebre manual dos inquisidores, o *Martelo das Bruxas*, escrito por Heinrich Kramer e Jacob Sprenger, publicado em 1487, foi válido até o fim do século XVII. O poder inquisitorial, portanto, estava atrelado a todo um saber normatizador e recaía majoritariamente sobre as mulheres.

A fabulação acerca da bruxaria estava bastante disseminada em todos os cantos da Europa, incorporada nas mais variáveis estéticas. Na literatura vitoriana de Shakespeare, por exemplo, as personagens Lady Macbeth, da obra *Macbeth* e Sycorax, da obra *A tempestade*, são bruxas. O caso de Sycorax é ainda mais significativo, tendo em vista que ela é nativa da Argélia e não tem falas na peça. Sua filha Calibã é tida como um demônio, mas também é “quem os revolucionários latinos americanos tomaram depois como símbolo da resistência a colonização” (2017, p. 405). Nas gravuras e pinturas da época encontramos outras representações das bruxas, feitas por artistas famosos como Hans Baldung e Albrecht Durer. Em tais gravuras, se mistura a figura da índia com a da bruxa, especialmente “as velhas tupinambás dos repastos canibais vão adquirir as características das bruxas europeias da pintura alemã.” (p. 520, 2009). Já na literatura, é famosa a descrição da bruxa na peça *La Celestina*, escrita pelo espanhol Fernando Rojas:

Tinha seis ofícios, a saber: lavadeira, perfumista, mestra na fabricação de cosméticos e na reparação de hímen danificados, alcoviteira e um pouco bruxa. [...] Seu primeiro ofício era uma fachada para encobrir os demais e, com esta desculpa, muitas garotas que trabalhavam como criadas iam à casa dela para fazer o serviço de lavagem de roupa. [...] Não é possível imaginar o movimento que geravam. Era médica de bebês; pegava

linho de uma casa e levava a outra, tudo isso como desculpa para entrar em todos os lugares. Alguém lhe dizia: “Mãe, venha!” ou “Lá vem a senhora!” Todos conheciam. E, apesar de suas muitas tarefas, ela ainda encontrava tempo para ir a missa ou às vésperas.” (Rojas 1959, pp.17-8)

As exemplificações acima estabelecidas fornecem um panorama do alcance da demonologia e da caça às bruxas na Europa. Esse período é de intensa verticalização e centralização do poder, sendo a inquisição um dos vieses desse processo. Isso faz com que as relações de solução de conflitos sejam radicalmente transformadas. Os conflitos, agora, são mediados por um poder altamente verticalizado, ou seja, há o controle absoluto de certos indivíduos por meio do uso do poder punitivo (p.512, 513. 2003). Esse é o modelo de confisco da vítima, contemporâneo a brutal repressão das mulheres. O saber demonológico liga a mulher e sua sexualidade ao diabo e a transgressão, as impedindo de circular livremente e controlando seus comportamentos. Dessa maneira, o poder punitivo atuava nas mulheres alheias a dominação masculina.

Foi principalmente pelas atividades de curandeiras, parteiras e adivinhas que as mulheres foram perseguidas. A erradicação dessas práticas é indispensável racionalização do trabalho nos moldes capitalistas. A magia é incompatível com a lógica do capital, já que seria uma forma de obter o almejado sem trabalho. Ao mesmo tempo, é desenvolvida e disseminada a filosofia mecânica para o governo do corpo de Descartes. Preza-se pela hierarquia da mente sobre o corpo. Ou seja, a vontade pode controlar as necessidades, reações e reflexos e impor ordem. A supremacia da vontade permite a interiorização dos mecanismos de poder. É o que subjaz o juiz inquisidor, personificador da razão, por exemplo. É nessa transição da Idade Média para a modernidade, pois, que são forjadas as origens da subjetividade burguesa baseada no autocontrole, na propriedade de si, na lei e na responsabilidade (p. 272, 2017). Essa outra gênese do poder de punir está atrelada a toda uma normatização e produção de sujeitos que atendam as formas econômicas em desenvolvimento: o mercantilismo. É necessário acumular riquezas, trabalhadores numerosos e disciplinados, “donos do próprio corpo”.

Todo esse movimento de verticalização e centralização do poder também deu as bases para a colonização. Tanto as mulheres europeias, como os ameríndios e os negros são tratados como diabos. Esse universo imaginário europeu está relacionado, portanto, a descoberta da América. A colônia é enxergada tanto como o domínio de Deus, como um paraíso, quanto como domínio do Diabo, como um inferno (2009, p.28). O paraíso é associado a exuberância da natureza, já a população aqui encontrada é relegada a demonização. Os índios pertencem a uma outra humanidade: são animais e demônios. Além dos efeitos fundantes e estruturantes da modernidade e permanentes nas democracias liberais, como foi discutido com o aporte teórico de Mbembe na seção anterior.

No que diz respeito ao Brasil colonial, muitas práticas comuns do cotidiano foram perseguidas, sendo entendidas como bruxaria: adivinhação, curas, benzedeadas e mandingas. Essas práticas sincréticas estavam no dia a dia dos colonos mestiços, africanos e índios (2009, p.171) e faziam sentido nas condições à época, era a maneira de viver em tempos tão difíceis. Entretanto, eram constantemente perseguidas pela metrópole no processo civilizador estendido a colônia, considerada seu próprio território.

As bruxas eram consideradas hereges e, para além das mulheres, são, em geral, as minorias ou os grupos marginalizados. A inquisição impunha um modelo de dominação política e ideológica por formas jurídicas. Esse processo está imbricado a caça às bruxas e à centralização do Estado Moderno, dando as bases para a sua expansão para o “Novo Mundo”. De fato, no Brasil as visitas inquisitoriais e as devassas perseguiram as religiosidades populares (2009, p.374).

Nesse sentido, os tribunais, o modelo de confisco da vítima, a valorização da confissão e os processos arbitrários daquela época podem ser entendidos como parte do exercício do poder soberano, fundador das formas jurídicas que, apesar das reformas no século XVIII, continuam a pautar a condução dos processos penais por aqui. Correlativo a gênese desse poder inquisitorial, é nítido o disciplinamento das mulheres para a subserviência pelo controle dos seus corpos, ao afastá-las dos seus conhecimentos contraceptivos, das suas reuniões, das práticas religiosas, do espaço público. A demonologia é um saber que dissemina a inferioridade feminina. Nesse sentido, a caça às bruxas é um recorte fundamental para a construção da subjetividade das mulheres e para o debate sobre gênero.

CONCLUSÃO

As ideias liberais que serviram de mote para a humanização das penas no século XVIII, instaurando ao longo dos anos um novo poder de punir associado a produção do homem dócil disciplinado e moderno, convivem e não se desarticulam do poder soberano. Como desenvolvido anteriormente, liberalismo e escravidão andam juntos e a formação das democracias liberais depende da disseminação do medo. Nesse contexto, o poder necropolítico é utilizado em nome da segurança. Ora, esse modelo está diretamente ligado a colonização por concatenar o biopoder e o estado de exceção pelo viés da raça.

Se o massacre e a burocracia marcam e fundam a racionalidade dos Estados ocidentais, como aponta Achille Mbembe, além da colonização, deve-se levar em consideração a caça às bruxas e a inquisição como fatores da gênese dessa racionalidade. Racionalidade que está muito bem expressa ainda hoje no direito penal brasileiro.

A extrema verticalização do poder proporcionada pela inquisição instituiu a estrutura punitiva elaborada pelos demonólogos, condensada no livro *O martelo das bruxas*. Essa estrutura pode ser percebida atualmente por algumas características que permanecem, como por exemplo a deslegitimação de fontes que contrariem o poder punitivo, a inversão da valoração dos fatos, a pureza dos dirigentes, além da elaboração de um novo método de averiguação da verdade pelo inquérito, valorizando a confissão e a “verdade”.

Além disso, a tradição dos suplícios públicos se renova com o punitivismo excessivo, enfatizado pelos monopólios dos meios de comunicação. Estimula-se a produção de subjetividades autoritárias, circulando e reforçando o afeto da vingança. Como a estrutura penal é central na estrutura política do Brasil, a política criminal acaba por servir como violento controle de poder social, seja por meio das prisões, seja por meio das ações da polícia. A política criminal perpetrada, portanto, é a necropolítica.

Esse poder punitivo inquisitorial que permanente por meio do massacre e da burocracia pode também ser entendido como correlativo a produção da subjetividade das mulheres em geral, e também daquelas tocadas pelo direito penal. A colonização e a plantation são basais para a formação dos sujeitos negros, como bem expõe Achille Mbembe em sua obra. Entretanto, há uma outra gênese importantíssima: a caça às bruxas que, atrelada a inquisição e a própria colonização, foi uma técnica e tática de dominação disciplinadora dos corpos, dos desejos, enfim, da posição feminina.

De fato, tanto a raça quanto o gênero se entrecruzaram como processo de biologização naquele momento. De acordo com a historiadora Silvia Federici, “o destino comum das bruxas europeias e dos sujeitos coloniais pode ser ainda melhor demonstrado pelo intercâmbio, ao longo do século XVII, entre a ideologia da bruxaria e a ideologia racista que se desenvolveu sobre o solo da conquista e do tráfico de escravos” (2017, p.358).

A criação da ficção do que eram as bruxas, com diabolização de saberes e práticas dominadas por mulheres disciplinou toda um gênero a subserviência e a docilidade. Isso se confirma ao percebermos que a maioria das mulheres presas por tráfico estavam relegadas às ações de empacotamento, separação ou simplesmente estavam em casa quando ocorrida uma busca e apreensão de drogas. Da mesma forma, o poder soberano e inquisitorial perdura nas práticas processuais brasileiras.

A boa notícia é que a memória soterrada das bruxas não se esvai: é retomada por processos de criação em protestos, mas também na arte, na literatura, nos contos de fadas, em desenhos animados, em revistas por parte da população feminina. Certificando que a bruxa, assim como as mulheres não são uma identidade fixa, mas algo em criação, um devir, uma performance. Essa apropriação criativa parece ser um dos caminhos enquanto não chegamos no projeto de “um mundo por vir, de um mundo à nossa frente, cuja destinação é universal, um mundo livre do fardo da raça e livre do ressentimento e do desejo de vingança” (2018, p. 315), colocado por Achille Mbembe. Nesse mundo a existência de ficções de gênero como a da bruxa e da raça não fariam mais sentido, tampouco as necropolíticas descritas.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI Eugênio Raul. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do direito Penal. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo; GONZALEZ SAWCZUK, Susana Inés. Bruxas e índias filhas de Saturno: arte, bruxaria e canibalismo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 507-526, Agosto, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de agosto de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200012>.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O poder e a norma. In: KATZ, C. (org). *Psicanálise, poder e desejo*. Rio de Janeiro: IBRAPSI, 1979.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAINKA, Peter Johann. A bruxaria nos tempos modernos – sintoma de crise na transição para a modernidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 37, p. 111-142, 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2705>> Acesso em 30 de agosto de 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica a razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. *Necropolítica. Arte e ensaios*. N° 32, p.123-151. 2016

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ZACCONE, Orlando. *Indignos de vida: a forma jurídica da política do extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: REVAN, 2015.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA ENQUANTO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

CRISTIANE DELFINO

Mestranda em Política Social - PPGPS/UFF
crisdelfino2012@gmail.com

RITA FREITAS

Professora Doutora da PPGPS/UFF
ritacsfreitas@uol.com.br

MONIQUE CARVALHO

Mestranda em Política Social - PPGPS/UFF
moniquesccarvalho@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer uma discussão acerca da violência obstétrica enquanto expressão da violência de gênero. Entendemos gênero como uma categoria analítica, “uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado” (SCOTT, 1986, p.7). A violência também deve ser entendida enquanto um fenômeno sócio-histórico. No que tange a violência de gênero, podemos perceber que se trata de uma manifestação que se origina das relações de poder, historicamente desiguais, estabelecidas entre homens e mulheres. Uma vez que a temática deste texto é a violência obstétrica temos clareza que se trata de uma violência de gênero que atinge as mulheres e que é vista de forma naturalizada na sociedade. Entendemos violência obstétrica como qualquer ato que envolve abuso, desrespeito aos direitos garantidos por lei e maus tratos conferidos às gestantes e parturientes. Assim, esse trabalho trará algumas reflexões acerca do tema.

Palavras- chave: Violência. Gênero. Violência Obstétrica. Poder. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This article aims to bring a discussion about obstetric violence as an expression of gender violence. We understand gender as an analytical category, “a social category imposed on the sexed body” (SCOTT, 1986, p.7). Violence must also be understood as a socio-historical phenomenon, since it follows the trajectory of humanity. With regard to gender violence, we can see that it is a manifestation that originates from historically unequal power relations established between men and women. Since the theme of this text is obstetric violence we have clarity that it is a gender violence that affects women and is seen in a naturalized way in society. We understand obstetric violence as any act involving abuse, disrespect for the rights guaranteed by law and mistreatment of pregnant women and parturients. Thus, this work will bring some reflections about the theme.

Keywords: Violence. Genre. Obstetric Violence. Power. Intersectionality.

INTRODUÇÃO:

Neste artigo, partimos da hipótese de que a violência obstétrica deve ser compreendida enquanto expressão da violência de gênero. Entendemos gênero como uma categoria analítica, “uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado” (SCOTT, 1986, p. 7). Gênero não é sinônimo de sexo, mas aponta para sua construção social e o fato de que carrega em si uma distribuição desigual de poder.

Inegavelmente, é uma categoria que envolve dominação entre os sexos – podendo articular-se com a questão da “dominação masculina”. Butler (2002) afirma que é indispensável que se inclua, no entendimento de gênero, a compreensão de que o corpo e o sexo também são perpassados por construções sociais. Isso pode ser percebido no modo como papéis sociais são construídos, e impostos aos sujeitos sociais. No que se refere às mulheres, neste texto destacamos o papel, socialmente irrecusável, de ser mãe.

O que estamos querendo dizer que é que, em nossa sociedade, se tornar mãe é mais do que uma escolha para as mulheres; é um dever. Um dever que esta deve cumprir sem hesitar ou pestanejar. Nessa imposição, percebemos que há inúmeros rebatimentos naturalizados – aqui destacamos a violência obstétrica. A violência obstétrica é qualquer ato que envolve abuso, desrespeito aos direitos garantidos por lei e maus tratos conferidos às gestantes e parturientes. Também está relacionada à negação de atendimento a qualquer unidade de saúde, humilhar, ofender a mulher e seus familiares.

Defendemos a tese de que essa violência contra grávidas e parturientes é uma expressão da violência de gênero, pois acreditamos que se trata de uma manifestação que se origina das relações de poder, historicamente desiguais, estabelecidas entre homens e mulheres. Considerado, por Saffioti (1994, p. 460), como fenômeno caracterizado por ser “um verdadeiro flagelo mundial”, a violência perpetrada, sobretudo, contra as mulheres é naturalizada. A violência de gênero não é sinônimo de violência intrafamiliar e doméstica, embora também ocupe esses espaços; e também não se confunde com a violência contra as mulheres, pois não atinge somente estas, mas também a população LGBT.

Em suma, temos clareza que se trata de uma violência de gênero que atinge as mulheres grávidas e que é vista de forma naturalizada na sociedade e em especial nas instituições – Afinal, vivemos em uma sociedade machista e patriarcal, onde essa naturalização se dá porque é uma prática socialmente legítima.

GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: DUAS IMPORTANTES CATEGORIAS DE ANÁLISE

Falar em construções sociais, para alguns, pode soar como algo esotérico – diríamos que beira às teorias da conspiração, para tanto outros. Acreditamos que isso ocorra porque é fato que, quando falamos dos estudos de gênero, falamos de uma temática que ainda não é da ciência de todos. Gênero, para muitos, é sinônimo de sexo; algo que socialmente se considera dado, natural. Neste trabalho, nada obstante, acreditamos que essa é uma categoria histórica de análise; assim como Scott afirmara na década de 1980. Nessa acepção, pensamos caber indagar: Qual a importância de se utilizar “gênero” enquanto categoria de análise?

De acordo com Saffioti (2004, p. 136), definir o conceito de gênero não é algo tão simples, pois esse é um estudo que pode carregar um número considerável de significados contrastantes, além de agregar “uma dose apreciável de ideologia”. É possível perceber que sua criação remete aos anos de 1980, enquanto objeto de estudo feminista, rompendo com o determinismo biológico – aquela crença social de que nossas genitálias têm o poder de definir quem e como

seremos no decorrer de toda a nossa vida. O conceito de gênero, assim, implica a sócio-historicidade das relações construídas.

Veja bem, nesse ponto, gostaríamos de atentar que ainda que a grande maioria dos estudos de gênero focalize no estudo das mulheres – como aqui fazemos –, esse não é uma categoria analítica que se limita a esse “recorte”. Como diz Louro (1996, p. 10), gênero não pretende “focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos”.

Falar das construções de feminilidade e masculinidade é falar de inúmeras imposições que são despejadas sobre nós desde antes mesmo do nosso nascimento. Essa afirmação pode parecer um pouco dramática, mas o que estamos querendo dizer é que até mesmo o sistema de cores “rosa para meninas e azul para meninos” é uma dessas construções. Nas construções da feminilidade, podemos encontrar padrões de belezas extremamente inalcançáveis – que desconsideram a pluralidade dos corpos –; o comportamento “domesticado” das mulheres, que nos empurra à interpretação de papéis de coadjuvantes de nossas próprias vidas e legitima a violência por nós sofrida, dentre outros.

Quando falamos de masculinidade, estamos falando de um arquétipo de homem dominante – um homem que, naturalmente, tem o poder de subjugar as mulheres, pois essa construção pressupõe a crença de que os homens são fortes, independentes, violentos, superiores às mulheres que os cercam, etc. Destacamos ainda que, nessa compreensão, os homens são seres com a sexualidade demasiadamente afluída; nós, mulheres, temos a nossa sexualidade negada. Em suma, “gênero está ligado à construção social como sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 1996, p. 9), uma construção social que rompe com a legitimação de que, biologicamente, a subordinação das mulheres aos homens pode ser justificada.

Assim, ao tratar das construções sociais de gênero, estamos lidando com construções de relações desiguais de poder. Note, quando fazemos essa afirmação, nos remetemos ao fato de que essas construções não nos são palpáveis – elas se (re)produzem através de discursos que são repassados através das gerações, discursos que de tão reditos instituem o que é real. Romper com as concepções dominantes de que as ideias de masculinidade e feminilidade reiteram, bem como ratificam, as desigualdades de gênero é um desafio – um desafio que nos empenhamos a superar.

Neste trabalho, como se sabe, tratamos da violência obstétrica – uma violência que atinge de forma sorrateira inúmeras mulheres – e, nesse sentido, acreditamos que há a necessidade de apresentarmos uma outra categoria de análise: a interseccionalidade. À grosso modo, podemos dizer que a interseccionalidade é um termo que considera as intersecções das identidades de um mesmo sujeito, como o seu gênero, raça e classe. Ou seja, conseqüentemente, identifica os sistemas de opressão que esse se encontra subordinado. Em um país em que “mulheres negras morrem duas vezes mais por causas relacionadas à gravidez”¹, é impossível não notar que, para além da desigualdade de gênero, estamos falando de um racismo ainda latente. Em síntese, é uma violência sofrida porque são mulheres e negras.

Acreditamos que a relevância da ótica interseccional está na sua capacidade de nos proporcionar a noção de que cada sujeito social é formado através de processos que são estabelecidos em diferentes contextos. Ou seja, as diferenças são, também, experiências. Nessa perspectiva, nossa identidade e subjetividade se estabelecem através de nossas vivências. Talvez esse exemplo não seja um dos melhores, mas quando dizemos que as mulheres estão submetidas à padrões

1 <https://www.geledes.org.br/sermaenegra-enquanto-fingimos-que-o-racismo-nao-existe-essas-mulheres-estao-morrendo/> (acessado em 10/10/18)

de belezas inalcançáveis, quando nos referimos ao caso de uma mulher negra, tomando por ilustração, isso pressupõe que esta tem a obrigação social de negar o seu cabelo crespo – seu cabelo, socialmente, é adjetivado enquanto “ruim”, esta deve alisá-lo, torná-lo mais próximo ao cabelo de uma mulher branca.

Com esse exemplo, queremos mostrar que o viés interseccional nos revela uma convergência que opressões, que derivam de fontes diferentes. O cuidado com a beleza deriva do gênero, já a crítica ao seu cabelo emerge do racismo – que sobrevive na nossa sociedade como uma herança escravocrata. Nas palavras da autora que cunhou este conceito, Kimberlé Crenshaw:

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas estas vias (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Em suma, aqui falamos de mulheres – uma categoria nada homogênea – e, deste modo, devemos nos atentar para as particularidades vivenciadas por cada uma delas. Fazemos essa afirmação porque reconhecemos que análises que se apoiam teoricamente no caráter interseccional possibilitam compreender que as relações construídas entre os sujeitos são mais complexas do que, ingenuamente, tendemos a acreditar. Ainda que todas as mulheres estejam passíveis a sofrer com a violência obstétrica, há aquelas cujo o risco é ainda maior – por serem pobres, por serem negras, por não reconhecerem os seus direitos, etc.

No título deste trabalho, afirmamos que a violência obstétrica é expressão da violência de gênero. Afinal, do que se trata a violência de gênero?

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA EXPRESSÃO INVISÍVEL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência, assim como as construções sociais de gênero, deve ser entendida enquanto um fenômeno sócio-histórico, uma vez que acompanha a trajetória da humanidade. Nessa acepção, Minayo (1994, p. 8) a compreende como uma “uma manifestação causada por outros processos e também causadora desses processos” – o que pode nos levar a crer que esta é uma prática capaz de reproduzir-se, tendo a si mesma como o seu fim. Para a filósofa política Hannah Arendt (1994), a violência anda de “mãos dadas” com o poder, uma vez que se caracteriza como um conceito excludente, compreendido como recurso instrumental que sobrevém no momento em que o poder perde a sua capacidade hegemônica.

Considerada mundialmente como uma violação dos direitos humanos, a violência, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) é um fenômeno que pode se manifestar de diversas formas, na sociedade. Dentre estas, podemos tomar como exemplos a violência psicológica, sexual, física, a negligência, o assédio, entre outras, bem como se estabelece em diversos espaços, no trabalho, na rua, nas casas. Nesse aspecto, acreditamos que a “violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror” (CHAUÍ, 1998, p. 2).

A violência que neste trabalho destacamos é a violência de gênero: um fenômeno de caráter relacional e societal, que se relaciona com toda a discussão de desigualdade de gênero que se estabelece na sociedade. A violência de gênero é frequentemente confundida com outras violências; como a violência intrafamiliar e doméstica, entretanto, atentamos esse é um fenômeno mais complexo, pois atinge a população LGBT, além de atingir as mulheres. É inevitável afirmarmos, todavia, que as vítimas mais frequentes são as mulheres.

Quando fazemos essa afirmação, nos lançamos ao fato de que a violência de gênero se apoia sobremaneira na naturalização das relações de poder desiguais, bem como nas hierarquias de gênero, enraizadas na sociedade. A violência de gênero seria uma espécie de mecanismo hegemônico para que os sujeitos sociais não rompam com os padrões que lhes foram impostos, que permaneçam em seus cotidianos de gênero. É uma violência, muitas vezes, invisível – que não se deixa ver. Nesse ponto, citamos o conceito de “violência simbólica”, trazido por Bourdieu (2002). De acordo com o autor,

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária. (BOURDIEU, 1999, p. 45-46)

Ou seja, o que ocorre, muitas vezes, é que o violentador, tampouco o violentado, reconhece que está sendo atravessado por esse fenômeno. Como isso é possível? É dificultoso apontar uma resposta ideal, mas afirmamos que acreditamos estar, sobretudo, em nossa cultura – uma cultura que, como vimos, naturaliza papéis a serem interpretados por sujeitos sociais só por apresentarem genitália X ou Y. A cultura hegemônica – cultura dominante – fornece o respaldo para a naturalização dessa violência.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: E AS CONTRA(DI)ÇÕES DE UM DIREITO

A violência obstétrica é um tema de grande relevância e seu debate tem se ampliado consideravelmente na atualidade e nos mecanismos de comunicação. Os descasos à lei que prevê assistência as gestantes no trabalho de parto, parto e pós-parto são comuns, principalmente em instituições públicas.

A princípio, faz-se necessário esclarecer o que tipifica violência obstétrica, um termo não muito conhecido no Brasil e pouco divulgado nas mídias, jornais, redes sociais, etc. Nesse sentido, a violência obstétrica é qualquer ato que envolve abuso, desrespeito aos direitos garantidos por lei e maus tratos conferidos às gestantes e parturientes. Também está relacionada à negação de atendimento a qualquer unidade de saúde, humilhar, ofender a mulher e seus familiares.²

Desde 2007, as leis Venezuelanas, por meio da *Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia*, passaram a reconhecer a existência de uma violência contra mulher, chamada de violência obstétrica, silenciosa e institucional, que tem como característica a apropriação do corpo da mulher em tratamentos desumanos, constrangedor, expressada por intermédio de violência verbal, social, física e até mesmo sexual, transformando o período de gestação em patologia, retirando da mesma o poder de decisão no processo de pré-parto, parto e pós-parto.³

Apresentando alguns dados iniciais sobre violência Obstétrica no Brasil, uma pesquisa realizada pela FIOCRUZ (2014) aponta que cerca de 52% dos partos realizados pelo SUS é de cesariana; na rede privada esse número chega a 88%, ultrapassando os 15% recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Embora dados mostrem que a maioria das mulheres brasileiras optam por parto normal, o número de cesáreas no Brasil não para de crescer.

2 Maiores informações podem ser encontradas em: Aguiar (2013), D'Oliveira, Diniz e Schraiber (2002) e na cartilha Violência Obstétrica: você sabe o que é? (Defensoria Pública do Estado de São Paulo).

3 A este respeito consultar o site oficial: http://venezuela.unfpa.org/documentos/Ley_mujer.pdf. Último acesso em 20/10/2018.

Ressaltamos que gênero deve ser visto de forma interseccional (CRENSHAW, 2002; HIRATA, 2014). A violência obstétrica também carrega essa característica: são as mulheres negras, pobres, menos instruídas os maiores alvos de maus tratos, discriminação nas unidades de saúde. Diante do poder absoluto do médico, o corpo da mulher é visto como objeto que necessita ser controlado pela medicina, explicitando seu papel social de reprodutora, que deve ser punida pelo prazer sexual (AGUIAR; D'OLIVEIRA, 2011). Essa relação hierárquica tem como consequência maior insegurança em relação ao parto, traumas, grande probabilidade de depressão pós-parto, rejeição à criança, etc.

No final do século XIX, início do século XX, há por parte dos obstetras uma articulação no sentido de transformar o parto em um processo dominado pelos médicos, no interior das maternidades. Assim, pautados em questões financeiras, o parto passou a fazer parte de um mercado promissor. A implantação da presença do médico na realização do parto está diretamente relacionada à criação de instrumentos (fórceps, sondas, agulhas, cefalotribos, etc.), que colaboraram para maior intervenção médica no processo de parir, em contraponto, as ações das parteiras, que tinham como único instrumento de trabalho suas mãos (CARNEIRO, 2015).

O “trabalho de parteira havia, há muito, tornado as parteiras “especialistas” na saúde da mulher” (SCHIENBINGER, 2001, p.209). As parteiras praticavam medicina; raramente escreviam sobre isto. Uma vez que tratavam basicamente de mulheres, podem não ter desenvolvido teorias acerca das diferenças dos sexos. Sabemos que quando a assistência à saúde da mulher foi controlada pela medicina profissional nos séculos XVIII e XIX, a experiência de dar à luz mudou notavelmente para as mulheres. Sem romantizar as parteiras, é possível ressaltar certas diferenças entre suas práticas e aquelas dos homens parteiros e seus sucessores, os obstetras. Enquanto, por exemplo, as primeiras parteiras modernas haviam prestado assistência às mães, não apenas em relação ao nascimento, mas também a outros aspectos de sua vida diária (por exemplo, cozinhando e cuidando das outras crianças enquanto a mãe se recuperava), os homens parteiros davam assistência à mãe apenas durante as horas do parto, e finalmente exigiram que as mulheres dessem à luz em hospitais - um processo que afastou as mulheres de seus sistemas de apoio (SCHIENBINGER, 2001, p. 209).

A relação verticalizada no trato à saúde da mulher tem como consequência o rompimento do vínculo de confiança que deve ser construído entre a usuária e o profissional, na qual a usuária no âmbito de seus direitos confere ao processo autonomia e liberdade de decisão sobre seu corpo, seu momento, sua forma de se alcançar o fim desejado, ou seja, é uma construção conjunta, sobre qual a melhor forma de se chegar a “luz”.

No âmbito das práticas de saúde, o poder é exercido numa relação hierárquica por definição, a relação profissional/paciente. No topo dessa hierarquia está o médico como aquele que detém a maior autoridade técnico-científica sobre o corpo. Autoridade que legitimamente é estendida somente a esse plano - técnico-científico uma vez que no plano moral, ambos os sujeitos, profissional e paciente, encontram-se em situação de igualdade (AGUIAR JM et al., 2013, p.13).

O processo de institucionalização do parto transformou o mesmo em uma especialidade clínica e cirúrgica. Os procedimentos realizados no parto não eram considerados procedimentos médicos, o trabalho das parteiras, intervenções primordiais, eram entendidos como um “ritual de mulheres”, que necessitavam apenas de intervenção médica, quando havia complicações no parto, o que se caracterizava em uma atenção precarizada, que em muitos casos, servia apenas para a retirada do bebê de dentro de uma mulher morta. Os “salvamentos” eram realizados pelos chamados de cirurgião-parteiro.

Mas, adentrando em um campo ocupado por mulheres e investindo em corpos femininos, de cujas dinâmicas tinha pouco conhecimento, a medicina incorreu em inúmeros equívocos, em muitos casos contribuindo para a elevação das taxas de mortalidade de mulheres e de bebês (TORNQUIST, 2004). Caso clássico é o das altas taxas de mortalidade materna relacionadas a partos hospitalares, na década de 1870, em função da infecção puerperal. Por isso, as primeiras mulheres a recorrerem às maternidades eram pobres e/ou solteiras, e o faziam como último recurso. O que se desprende da história em torno da febre puerperal é que a relutância dos médicos em reconhecerem o potencial iatrogênico de sua prática atrasou o combate à infecção em mais de cem anos, apesar da classe médica estar profundamente sensibilizada para o problema (NULAND, 2005 *Apud* MAIA, 2010, p.32).

A institucionalização do parto retira da mulher sua autonomia, sua capacidade de decidir sobre seu corpo e seu momento. “É digno de nota que as mulheres perderam o controle sobre sua fertilidade” (SCHIENBINGER, 2001, p.210). Separado da vida familiar e comunitária a institucionalização é vista como um procedimento “moderno”, que traz consigo várias inovações tecnológicas, que vêm para reforçar a lógica mercadológica atribuído as ações voltadas para pré- parto, parto e pós parto imediato no país, como também, reforça o poder e o saber dos homens.

A evolução tecnológica trouxe benefícios que são inegáveis, que deveria significar uma aliada à saúde da mulher e do recém-nato, mas tornou-se um instrumento potencializador dos médicos, no sentido de agilizar, mecanizar, institucionalizar o processo de parto no país. Dessa forma, realizam práticas interventivas desnecessárias, baseadas em conhecimentos empíricos, que não beneficiam a mulher e, muito menos, o recém-nascido, prevalecendo apenas a conveniência médica.

Diante disso, a mulher passa a ser vista como seu único papel social de reprodutora⁴ que deve ser punida pelo prazer do ato sexual. Assim, o médico passa ser o protagonista do parto, desconsiderando o caráter familiar, social e emocional envolvido. Dessa forma, o mesmo não reconhece a necessidade de um acompanhante no período de pré-parto, parto e pós-parto imediato. Vale ressaltar que o lugar do médico é ocupado, geralmente, por homens.

Em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a saúde reprodutiva foi definida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não apenas mera ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo” (CIPD, 1994, *apud* Ministério da saúde, 2004. p. 11).

Diante do exposto, pode-se apontar que não há objeções aos avanços tecnológicos, desde que estes trabalhem em favor da preservação da vida, do fortalecimento da autonomia da mulher, não apenas como facilitador de ações médicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de “parir e nascer no Brasil” apresenta-se imbricado nas relações sociais e culturais que envolvem indivíduos, grupos sociais e organizações (hospitais e maternidades) que exercem influências sobre a mulher (MAIA, 2010).

A predominância no modelo curativo de saúde e hospitalocêntrico tem rebatimento direto no modo de se prestar assistência ao parto no Brasil. Dessa forma, se o modelo de saúde está

⁴ O papel social da mulher como única e específica função reprodutora é tratada por Maia (2010) como a mulher útero. Sendo a saúde da mulher alvo de preocupação apenas no período, exclusivo, da maternidade.

centrado no sistema curativo, o período gestacional, passa ser tratado como doença, patologia que deve ser controlada pelo poder médico, e que para isso poderá se utilizar de meios necessários, que lhe for conveniente para solucionar/curar a patologia em questão. Nesse sentido, “os fins justificam os meios”.

É uma violência sofrida porque são mulheres e negras. Estas devem sofrer pelo prazer sexual que lhe foi proporcionado no momento da concepção e devem carregar consigo as marcas, na mente e no corpo, do “parirás com dor”. A Gestante negra então, essa “aguenta”, “ela é forte”, não necessita de medicamentos para aliviar a dor. São tantas expressões que surgem, heranças de um processo histórico repressivo, misógeno, racista, mutilador de vida e sonhos. Heranças estas que as “minorias” carregam até o presente século “moderno”, disseminador de uma naturalização das desigualdades de classes, raças/etnia e de gênero. A violência obstétrica é uma violência contra mulheres, uma violência de gênero, resultante de uma sociedade machista que mata, viola e oprime todos os dias.

A violação dos direitos das gestantes existe e é conhecida por todos, naturalizada por muitos e camuflada por diversas autoridades. A violência obstétrica é uma violência contra mulher, é uma violência de gênero, e faz parte de um processo mais amplo. Quando atentamos para a história da mulher na sociedade, nos deparamos com o reinado patriarcal, com a subordinação feminina ao masculino, que transita entre o marido, o médico, o patrão, ou seja, nessa sociedade machista a mulher sempre “deve” estar subjugada a alguém, ou a algo. Romper com as amarras históricas não é fácil, porém realizável.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Janaina Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde.in:Caderno Saúde pública Rio de Janeiro.29 (11): 2287-2296, Nov.2013. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n11/15.pdf>. Acessado em: 30 de maio de 2016.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'*. New York and London: Routledge, 1993.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. *Cenas de parto e política do corpo* ./ Rosamaria Giatti Carneiro:Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2015.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, (CIPD), 1994, Cairo, Egito. Relatório final. [S.l.]: CNPD; FNUAP, 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acessado em 04/06/2018.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*. Estudos Feministas, n. 10, p. 171-188, 2002.

LOURO, Lopes Guacira. *Nas redes do Conceito de gênero*. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

MAIA, Mônica Bara. *Humanização do parto: Política Pública, comportamento organizacional e ethos profissional*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

MINAYO, M. C. S. *Social Violence from a Public Health Perspective*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. *Violência de gênero no Brasil atual*. Estudos Feministas. Ano 2. 2º Semestre de 1994.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* / Londa Schiebinger; tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Rio Grande do Sul: Ed. Educação e Realidade, 1986.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAL E SEUS MECANISMOS DE PERMANÊNCIA

José da Cruz Bispo de Miranda
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
nupecso.uespi@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a violência e os homicídios que envolvem negras e mulheres brancas, no Piauí, para compreender os mecanismos culturais e institucionais de permanência do contexto da violência causada e sua correlação com a raça e o gênero em Teresina, Piauí, no período de 2015 e 2017. A abordagem praxeológica, afirma que a sociedade produz condicionamentos que se impõem sobre a realidade dos agentes. A pesquisa bibliográfica é uma atividade indispensável na forma de fazer a pesquisa. Esta serve para compreensão do objeto, a busca de suas relações tangenciais e a captura de conhecimentos produzidos em teses, dissertações, artigos e livros. O *habitus* patriarcal e racista incorporados por mulheres brancas e negras tende a ser rompido com o desvelamento das possibilidades subjetivas e institucionais através das novas formas de pensar as relações humanas e de ressocializar o masculino e o feminino através de novas práticas.

Palavras-chaves: Gênero. Étnico-racial. Patriarcal. Violência. Feminicídio

ABSTRACT

The article analyzes violence and homicides that involve black and white women in Piauí State to understand cultural and institutional mechanisms of permanence in the context of violence caused and their correlation with race and gender in Teresina city, Piauí, from 2015 to 2017. The praxeological approach states that society produces constraints that impose on the reality of agents. Bibliographic research is a needful activity in the way of doing the research. It is used to understand the object, the search for their tangential relations e the capture of knowledge produced in thesis, dissertations, articles and books. The patriarchal and racist *habitus* incorporated by white and black women tends to be broken with the unveiling of subjective and institutional possibilities through the new ways of thinking human relations and re-socialize the masculine and feminine through new practices.

Key-words: Gender. Ethnic-racial. Patriarchal. Violence. Femicide.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de analisar os dados sobre os homicídios que envolvem negras e mulheres brancas para compreender os mecanismos culturais e institucionais de permanência do contexto e da motivação da violência causada e sua correlação com a raça e o gênero em Teresina, Piauí, no período de 2015 e 2017.

A hipótese deste trabalho é que a morte de negras e a violência contra a mulher branca não ocorre por sua condição social apenas, mas por ausência de mecanismos institucionais de enfrentamento do racismo e da cultura do patriarcado na periferia e, que consequentemente possibilitem a redução de homicídios entre as negras e da violência contra as mulheres brancas.

Ser negro no Brasil condiciona a situação social. Dados da Revista Exame (2014), no estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que em cada 10 casas, 7 são chefiadas por negros. O desemprego é maior entre os negros, sendo 6,6% entre estes últimos, enquanto entre os brancos 5,3%. No tocante as mulheres, a diferença não é menos gritante, o desemprego é de 9,2% entre as brancas, no caso das negras ultrapassa 12%.

No Mapa da Violência/2016 (WAISELFISZ, 2016), a taxa de homicídios no Piauí nos anos de 2013 e 2014 era de 19,1 e 22,4 mortes por 100 mil habitantes, respectivamente. Em dados consolidados da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Piauí, esses dados apontam para 671 e 702 homicídios em 2015 e 2016, respectivamente. Deste quadro, o Território Entre Rios (PIAUI, 2018) corresponde 60% dos homicídios em todo o Estado, sendo 96,5% destes de negros.

2 O TROPÊGO CAMINHO DE UM OLHAR PARA DIMENSÕES MULTIPLAS

Ao adentrar a temática da violência na população negra é inevitável não esbarrar com fatores que envolvem a violência de gênero, notadamente no grupo das mulheres negras. Dados da Secretaria Estadual da segurança Pública do Estado do Piauí apontam que 4,3% dos homicídios ocorreram contra a mulher, nos dados sobre o número de ocorrências criminais chegam a 20%.

O desvelar da natureza da violência contra a mulher, especialmente a negra motiva este trabalho. Da mesma forma que pensar nas estruturas de uma sociedade originada de um sistema patriarcal, a qual mantém a desigualdade entre os gêneros na sociedade atual (SAFFIOTI, 2004).

O estudo sobre raça e gênero se justificam, uma vez que os dados comprovam que a desigualdade social afeta de forma significativa a mulher (PINTO, 2008) principalmente o grupo de ascendência africana, como diz Bento (p. 295-296) “Estudos clássicos das relações raciais tem revelado que o problema se agrava no caso da mulher negra, uma vez que a interseção raça e gênero tem efeito perverso, fazendo com que este segmento constitua a base da pirâmide social”

A relação de dominação masculina funciona como mecanismo que

[...] constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser percebido (*percipi*) tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica[...] (BOURDIEU, 1999, p. 82)

Ao contrário do que pensava Gilberto Freyre (1990), nunca foi possível construir um projeto nacional, no qual negros e negras se submetessem de forma passiva, mesmo que recitando poesia, lendo literatura, porém excluído da distribuição de riqueza que produziram. O processo de construção da sociedade brasileira tem sido violento e excludente das populações negras e pobres, com determinado gradiente quanto ao gênero nestes grupos. Como dizem Schwarcz e Starling (2015, p. 14), elas afirmam que a violência se constituiu um “nó nacional”:

Mas vale a pena anotar outro traço que, se não é natural, pois tratamos aqui de construções sociais e não biológicas, é escandalosamente resistente e tem lugar cativo na história brasileira. Certa lógica e certa linguagem da violência trazem consigo uma determinação cultural profunda. Como se fosse um verdadeiro nó nacional, a violência está encravada na mais remota história do Brasil [...].

Essa “determinação cultural profunda” é caracterizada na sociedade brasileira pela permanência dos traços de preconceito e de discriminação originados no processo de escravização dos negros/negras. O resultado dessa determinação é a situação cultural e econômica das mulheres e homens negros pobres. Como diz Hasenbalg (2005, p. 80) comentando as ideias de Florestan Fernandes: “a degradação pela escravização, anomia social, pobreza e uma integração deficiente à estrutura de classe combinaram-se, de forma a produzir um padrão de isolamento econômico e sociocultural de negros e mulatos”.

Os vários autores (BENTO, 1999; MUNANGA e GOMES, 2006) que trazem luzes sobre as relações raciais, de gênero e de violência. Nesta pesquisa o enquadramento de uma abordagem praxeológica, tal como descreve Wacquant (1992, p. 07):

[...] envolve conjuntamente **uma abordagem estruturalista e outra construtivista**. Num primeiro momento, ela separa as representações do senso comum de modo a construir as estruturas objetivas (espaço posições), a distribuição dos recursos socialmente eficiente que definem as pressões exteriores que têm peso nas interações e nas representações. Num segundo momento, esta praxeologia reintroduz a experiência imediata dos agentes de modo a explicitar as categorias de percepção e apreciação (disposições) [...] (grifo nosso).

A abordagem estruturalista afirma que a sociedade produz condicionamentos que se impõem sobre a realidade dos agentes, de tal forma que os elementos exteriores ou objetivos são fatores causadores da natureza das ações desses agentes.

Neste sentido, o agente ou grupo com menos capital acumulado está em desvantagem no interior da sociedade. Em se tratando da dessimetria entre negros e brancos, Florestan Fernandes (2007, p.33) afirma:

O argumento segundo o qual muitos brancos ficaram à margem do mundo social que se criou pelo branco e para o branco – com a exploração sistemática das outras raças e dos mestiços, que se classificavam (ou se desclassificavam) através delas – possui pouco valor [...].

O grupo masculino e branco construiu dispositivos de poder de exclusão do grupo negro na sociedade capitalista brasileira a partir da reprodução das ideias da sociedade escravagista, ou seja, no preconceito e discriminação racial.

3 ANAMNESE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAL

Como se deu o processo de sujeição desses grupos? Que representações foram construídas sobre os corpos desses segmentos para legitimar a situação de sujeição? Que práticas sobre esses corpos se tornaram ‘toleráveis’ no interior de uma sociedade conservadora? Por outro lado, que ideias e ações estão em movimento para alterar a realidade de dominação, sujeição e violência contra mulheres e negros na sociedade piauiense e brasileira?

Na construção do pensamento antropológico pode-se afirmar que Engels (1985, p. 359) é um dos primeiros cientistas sociais a desvelar o primórdio do processo de produção do masculino sobre o feminino.

Com a dominação efetiva do homem na casa, tinha caído a última barreira à dominação exclusiva dele. Esta dominação exclusiva foi confirmada e eternizada por meio do

derrubamento do direito paterno e da transição gradual do casamento acasalado para a monogamia. Com isso, porém, abriu-se a uma brecha na velha ordem gentílica: a família singular.

Os tempos de matrilinearidade foram interrompidos com a preocupação do homem sobre o seu poder econômico, político e cultural. Ainda hoje, várias sociedades funcionam pela matrilinearidade, embora o poder masculino tenha conseguido reorganizar sua dominação nesse contexto. O povo Cabila berbere organiza os seus princípios por uma visão masculina. Esse povo é citado por Bourdieu (1999, p. 18) como uma nação androcêntrica¹, sendo um povo nômade espalhado por área mediterrânea, dissemina sua forma de pensar e agir pela Europa, especialmente as nações ibéricas.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discurso que visem a legitimá-la. [...]. O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizante. Este programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho na realidade da ordem social. (destaque do autor).

Não há razões intrínsecas ao corpo que justifiquem as representações fabricadas pelo poder masculino sobre o corpo feminino. O poder masculino não existe por causa do falo/pênis, mas em razão das construções sociais erguidas sobre o feminino. O contexto da sociedade androcêntrica é de produção da invisibilidade feminina. Na sociedade cabília, quando ocorre inversões nos papéis tradicionais do masculino e do feminino, um ocupando o lugar do outro, existe a desonra e a vergonha para ambos (BOURDIEU, 1999).

A violência simbólica, o qual denominamos esse processo de imposição, antecede, muitas vezes, a violência física e provoca danos iguais ou mais gravesos.

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um *macaco mecânico*, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêem por elas capturados. (BOURDIEU, 1999, p. 50) (destaque do autor).

A sujeição feminina pode ser revestida por mudanças nos *habitus* na sociedade contemporânea. Contudo, a relação somatizada e convertida em lei impõe um conjunto de ações e programas de libertação do pensamento feminino da lógica e das relações androcêntrica.

Ao definir um corpo como feminino ou masculino escolheu-se para ele um conjunto de símbolos e funções adequados ao seu gênero. Então, o que é gênero? Para Butler (2018, p. 39): “[...] a reprodução do gênero é sempre uma negociação com o poder; e, por fim, não existe gênero sem essa reprodução das normas que no curso de suas repetidas representações corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade de reconstruir a realidade de gênero [...]”.

1 Vale destacar que a visão androcêntrica é constituída por um ‘inconsciente’ que transmite valores masculinos e produz representações de desvalorização e sujeição do feminino. Essas representações são fortalecidas por rituais institucionais e, conseqüentemente impregnam nas estruturas cognitivas e sociais (BOURDIEU, 1999).

O primeiro enfrentamento ocorre, como vimos acima através da força simbólica ou violência simbólica e através das exclusões do feminino dos espaços públicos, um deles o mercado de trabalho (SILVA, GOMES *et all*, 2014; NEVES, 2013). Essa visão androcêntrica é desconstruída por Davis:

É verdade que a vida doméstica teve uma exagerada importância na vida social dos escravos, porque lhes deu o único espaço onde podiam verdadeiramente experienciar-se como seres humanos. *As mulheres negras, por esta razão – e também porque eram trabalhadoras tal como os homens* – não estavam rebaixadas nas suas funções domésticas do mesmo modo que as mulheres brancas se tornaram. De forma desigual às suas parceiras, elas não podiam nunca ser tratadas como meras “donas-de-casa”. Mas ir mais longe e manter que elas conseqüentemente dominavam os seus homens é fundamentalmente distorcer a realidade da vida da escravatura (DAVIS, 2013, p.19) (Destaques nosso).

Na sociedade escravocrata americana, as mulheres negras tinham uma dupla condição de ser (mulher e negra), dupla jornada de trabalho (lavoura e casa) e dupla exploração sexual (parceiros negros e seus proprietários)(tripla barreira simbólica). A dignidade dessas mulheres descrita por Davis (2013) não está na conformidade com essa situação, mas de ressignificar cada dia como aquele no qual podia-se lutar e transformar seus destinos.

As transformações no mundo do trabalho impactaram o sexo feminino e, conseqüentemente, o masculino. A casa era o espaço do trabalho e nele toda a família era contratada para produzir. Nessa fase, tanto homens e mulheres adultos, quanto seus filhos trabalhavam aos lados de seus parceiros e filhos (GIDDENS, 2001). Com a distinção das esferas, ou seja, com a criação do espaço da fábrica e a consolidação do espaço da separação entre casa e o local de trabalho, os homens passaram a ocupar o espaço público e as mulheres ficaram no espaço da casa. Contudo, como descrito acima, as mulheres transformam o mundo do trabalho com sua inserção, mas com alguns fenômenos relacionados ao gênero persistem; 1) segregação ocupacional; 2) concentração nos empregos de meio turno e; disparidade salarial.

O processo de exclusão da mulher ou do feminino dos espaços públicos não se encerra na dimensão do trabalho e, destaca-se um ciclo de violência caracterizado por acúmulo de fatores de desigualdades que resulta na morte da mulher e daquilo que representa o feminino na sociedade piauiense e brasileira².

Contudo, precisa-se pensar a seguinte questão: nos últimos dez anos, a taxa de letalidade das mulheres foi reduzida enquanto as das mulheres negras fez o caminho inverso, então, que razões não permitem a redução de feminicídio ou de homicídios das mulheres negras?³

Em documento de 2016, Diretrizes Nacionais do Feminicídio, são apontadas razões de desigualdade de gênero na prática das mortes violentas das mulheres: 1) sentimento de posse sobre a mulher; 2) controle sobre o corpo, desejo e autonomia da mulher; 3) limitação da emancipação profissional, econômica e social ou intelectual da mulher; 4) tratamento da mulher como objeto sexual; 5) Manifestação de desprezo pelo mulher e pelo feminino (PRADO & SENEMATSU, 2017).

2 Os casos de feminicídio no Estado do Piauí até junho de 2018 representavam uma taxa de 30% a mais em comparação ao mesmo período de 2017, sendo que no ano de 2018, 12 mulheres foram mortas em razão do gênero, sendo 7 em Teresina, Piauí.

3 O número de mortes violentas de mulheres negras aumentou em 54% nos últimos dez anos (2003-2013), enquanto no mesmo período a quantidade de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8% (PRADO & SENEMATSU, 2017). Dados do Fórum Brasileiro da Segurança Pública (FBSP) referente ao ano de 2016 retratam o aumento de 6,1% do número de homicídios de mulheres, sendo em 2017, 4.539 mulheres vítimas de homicídio, sendo desses casos, 1.133 caracterizado como feminicídio (FBSP, 2018).

Os dados informados dos quadros a seguir foram coletados através do sistema iPenha⁴.

Os dois primeiros quadros apresentados a seguir foram levantados com base na análise de 6 mil processos no Ministério Público Estadual (Lei 11.340/2006). No intervalo, de 2007 a outubro de 2017, houve 11 mil processos de vítimas que denunciaram violência.

Do total de denúncias de violência contra a mulher, mais de 80% estão na periferia da cidade (quadro 1). No Quadro 2 indica os fatores de risco para causar a violência doméstica.

Quadro 1. Violência contra a mulher por regiões de teresina(pi) - 2007 a 2017.

ZONA	PORCENTAGEM
Sudeste	26%
Norte	22%
Sul	21%
Leste	20%
Centro	11%
Total de denúncias	6.000 processos

Fonte: Ministério Público do Estado do Piauí / NUPEVID

De acordo com os dados alimentados no “iPenha” o Ministério Público Estadual traçou um Mapa da Violência Contra a mulher no Piauí apresentado em janeiro de 2018 e destacamos alguns pontos a seguir.

A Lei Maria da Penha em seu artigo 7º cita cinco formas de violência doméstica contra a mulher, física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e temos a Lei 13.104/2015⁵ tratando sobre o feminicídio, o que demonstra que o dominante não aceita a rebeldia da sujeitada.

A constatação dos sintomas que antecedem a violência física contra a mulher. Ameaça, injúria, difamação e calúnia são atos no campo das palavras que inicia um ciclo que se não for rompido pode terminar no feminicídio, crime que os dados do Fórum Brasileiro da Segurança Pública (FBSP) apontam um crescimento de 6.1% de 2016 para 2017 e, no Estado do Piauí, os dados constatarem 80 feminicídios no período de 2015 a 2017.

4 A lei 13.104/2015, denominada Lei do Feminicídio incorpora ao Direito Penal Brasileiro, o homicídio de mulheres com a tipificação da motivação do gênero, tendo pena de 12 a 30 anos de prisão. Muitos especialistas discordam que haja inovação, ao contrário, afirmam que o crime e a tipificação constam no Direito Penal Brasileiro e, conseqüentemente, a lei não tem efeito punitivo, mas simbólico (MELO et al, 2017). Por outro lado, os defensores trazem à tona questões que apontam a relevância dessa lei, uma vez que ela traz à visibilidade a discriminação e desigualdade, o ciclo da violência e a reponsabilidade do Estado (PRADO & SENEMATSU, 2017). A mesma lei amplia a ideia de mulher ao se adequar à concepção de gênero, sendo a vítima do feminino e, neste caso, pode não ser uma mulher, biologicamente identificada, mas social.

5 No ano de 2017, conforme o Fórum Brasileiro da Segurança Pública (FBSP) houve no Brasil 60.018 estupros, crescimento de 8.4% em relação a 2016 e, 221.238 casos de violência doméstica (CP, art. 129, §9 e Lei Maria da Penha).

Quadro 2. Fatores de risco para causar a violência contra a mulher.

FATOR	PORCENTAGEM
Álcool	14,2%
Drogas	11,8%
Traição	7,6%
Ciúmes	10,3%
Não informado	56,1%
Total de processos	11.000

Fonte: Ministério Público do Estado do Piauí / NUPEVID

Como identificar motivação? Os crimes de gênero têm suas características, conforme (PRADO & SENEMATSU, 2017, p. 55).

[...] os feminicídios podem envolver violência doméstica e familiar, violência sexual, tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e a exploração sexual de meninas e adolescentes. Também podem acontecer em circunstâncias associadas ao crime organizado, como a disputa de territórios e os confrontos entre quadrilhas.

Os fatores indicados no quadro 2 não se constituem em si em razão para a violência doméstica, mas propiciam o descontrole emocional do parceiro no ambiente doméstico.

De acordo com Peçanha (1999), as famílias tendem a ocultar a agressividade e a negar seus conflitos a fim de preservar o mito da coesão e harmonia familiar.

Quadro 3. Violência doméstica e relação de parentesco.

Parentesco	Porcentagem
Ex Companheira	22,7%
Companheira	14,3%
Esposa	8,1%
Mãe	5%
Ex Namorada	4,6%
Filha	3,7%
Empregada doméstica	2,3 %
Namorada	1,9%
Não informado	38,67%

Fonte: Ministério Público do Estado do Piauí / NUPEVID.

O quadro 3 demonstra que a mulher na maioria das vezes sofre violência por parte de alguém com quem tem convivência o que dificulta a ocorrência de denúncias e o seguimento dos processos na justiça, pois grande parte das mulheres que denunciam se arrepende.

Quadro 4. Violência doméstica e distribuição por raça/cor (2015-2017).

Raça/Cor	Porcentagem
Branca	12,05
Negra	27,69
Indígena	5,3
Parda	54,96

Fonte: Ministério Público do Estado do Piauí / NUPEVID

A questão da raça/etnia não é menos importante enquanto variável condicionadora da violência doméstica, considerando que as desigualdades se acumulam nos grupos negro, pardo e indígena. Na medida em que um grupo é acumulador de desigualdade ele se torna mais vulnerável à violência de uma forma geral.

O quadro 6 está neste contexto de abandono da população negra pelo Estado brasileiro. Para consolidar a vulnerabilidade desse grupo, o quadro 7 aponta os índices de homicídios entre as mulheres, no qual pardo e negro chegam a 84.57%.

Quadro 5. Homicídio de mulheres e distribuição por raça/cor (2015-2017)

Raça/Cor	Frequência	Porcentagem
Amarela	1	0,59
Branca	24	14.02
Parda	126	74.55
Indígena	1	0.59
Negra	17	10.0
Total	169	100
Sem Registro	14	
	183	

Fonte: Secretaria da Segurança Pública

A violência doméstica contra a mulher, assim como qualquer outro tipo de violência recai em sua maioria sobre as pessoas negras. A idade média dos agressores é 32 anos enquanto que a idade média das vítimas é 28 anos.

Quadro 6. Homicídios de mulheres e feminicídios no piauí e em teresina (2015-2017)

ANO/ REGIÃO	2015		2016		2017	
	HOM	FEM	HOM	FEM	HOM	FEM
TERESINA	25	06	13	04	23	06
PIAUI	41	20	42	27	39	17
TOTAL/PI	66	26	55	31	62	23

Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado do Piauí/2018

No Estado do Piauí, os dados mais consolidados sobre mortes de mulheres e sua tipificação como feminicídio são fornecidos pela Segurança Pública. De acordo com a quadro 6, nos últimos três anos (2015-2017) houve 183 mortes de mulheres e 80 feminicídios, sendo que em Teresina houve 16 feminicídios.

4 CONCLUSÃO

O trabalho exposto não pôde se contentar em trazer à tona os dados das estatísticas criminais referente à violências doméstica, aos homicídios de mulheres, aos de mulheres negras e dos feminicídios. Os abusos que ocorrem contra o corpo feminino e negro em decorrência de processos sociais construídos na trajetória humana: o patriarcado e o racismo.

A socialização humana europeia e ocidental, especialmente, parece ser dominada por um inconsciente androcêntrico, que uma vez ativado produz sujeitos e corpos dóceis. Esse contexto se traduz na medida em que a supremacia masculina prefere o prejuízo do salário a menor da mulher/esposa, do a ter igual ao dela. A ideia de superioridade étnico-racial é transposta dos equívocos da biologia para o campo da cultura, a qual se traduz na produção de uma hierarquia entre negros e brancos.

Esses processos de produção do humano inferiorizado, subalternizado e sujeitado capitaneado pela visão androcêntrica e pela perspectiva racial afetam as legislações e ações produzidas tornando-as ineficazes na maioria das vezes. Contudo, alguns esforços precisam ser conhecidos no enfrentamento para mudança da cultura do macho e do branco na sociedade brasileira.

Neste sentido, as leis 11.340/2006 e a 13.104/2015 aparentemente tiveram os seguintes impactos:

I Maior visibilidade dos crimes contra a mulher;

II Denúncia da desigualdade da discriminação de gênero, racial e social;

III A responsabilização por parte do Estado pelas mortes evitáveis por falta de ações e programas específicos no enfrentamento da violência doméstica;

IV O reconhecimento que uma sociedade androcêntrica é produtora da desigualdade de gênero e potencialmente exclui o feminino dos espaços públicos, muitas com a morte.

Por outro lado, a Lei 13.104/2015 não impactou o contexto de mortes de mulheres, alguns analistas consideram que sua tipificação se encontra incorporado ao Direito Penal Brasileiro pela Lei 8.97/90, art. 1º, I, quando afirma que o homicídio contra a mulher em razão de ódio de gênero já era um crime qualificado (motivo torpe) e hediondo. Partindo do princípio da igualdade, o mesmo crime ocorrido contra o homem é processado com a mesma causa, de acordo com o Código Penal, em seu artigo 121, §2.

5 REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida Silva. Raça e Gênero no mercado de trabalho. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú / MG -Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_116.pdf-Acesso em 29/05/2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001
- _____. *Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARVALHO, Marília Pinto. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. Antonio Flávio Moreira & Vera Maria Candau (Orgs). *Multiculturalismo*. Diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis (RJ): Vozes. 2008.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Lisboa, Portugal: Edições Avante: Moscovo: Edições Progresso, 1985 (Obras Completas, Tomo III).
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Global, 2007.
- FLICK, Uwe. *Uma introdução a Pesquisa Qualitativa*. São Paulo: Ed. Artmed, 2004.
- FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. Maria Cecília de Sousa Minayo(Org.). *Pesquisa Social*. 21ª ed. Petrópolis(RJ): Ed. Vozes, 2002. P. 67-80.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Raça e História." In LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976
- LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MELO, Hedasmilly da Cruz *et all*. Feminicídio como lei simbólica no Brasil em comparação com outros ordenamentos jurídicos. *VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas*. 22 a 25 de agosto de 2017, UFMA, São Luiz, 2017
- MIRANDA, José da Cruz B. de & SILVA, Robson Carlos da (Orgs). *Entre o derreter e o enferrujar*. Os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza (CE): Ed. UECE, 2015.
- MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Ed. Global/ Ação Educativa, 2006.
- PIAUI. Secretaria da Segurança Pública do Estado do Piauí. *Estatísticas Criminais*. Disponível em <http://www.ssp.pi.gov.br/estatisticas/>. Acesso em 19.05.2018
- PRADO, Debora & SANEMATSU, Marisa (Coordenadores). *Feminicídio. #invisibilidademata*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Instituto Patrícia Galvão, 2017.
- WACQUANT, Lïc J.D. *Resposés*. Pour une anthropologie reflexive. Paris: Ed.Seuil, 1992.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016. homicídios por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: FLASCO/BRASIL, 2016. (Versão corrigida de 2015).

OLIVEIRA, Maria Marly. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SILVA, Manuel Carlos & SOBRAL, José Manuel (Orgs). *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 1997

HIPERSEXUALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA: UMA HISTÓRIA SOBRE VIOLÊNCIAS, RACISMO E SEXISMO ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE

OLIVEIRA, Claudilane Soares

Graduanda em Serviço Social pela
Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES
claudilanelane1212@gmail.com

RUAS, Maria Gabriela Soares dos Santos

Graduanda em Serviço Social pela
Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES
gabiruascontato@gmail.com

JESUS, Fabíola Francielle de

Doutoranda em Desenvolvimento Social pelo
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da
Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES
fabíola_francielle@yahoo.com.br

RESUMO

Nesta sumula pretende-se discorrer sobre o impacto da hipersexualização da mulher negra e como contribuir para a disseminação do racismo e decorrentes formas de preconceito estabelecidas moralmente na sociedade em que vivemos. Ainda existem grupos que defendem que o racismo não existe, contudo não é o que presenciamos constantemente, principalmente quando se tratando da violência sofrida por mulheres. A violência direcionada à mulher consiste em todo ato de violência de gênero que resulte em qualquer ação física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, incluindo a ameaça. Objetiva-se então discutir acerca do racismo, violência e a hipersexualização da mulher negra, sofrida desde os primórdios.

Palavra-chave: Hipersexualização, violência, preconceito, mulher, moral.

ABSTRACT

This summary is intended to discuss the impact of black women's hypersexualization and how to contribute to the spread of racism and resulting forms of prejudice established morally in the society in which we live. There are still groups that argue that racism does not exist, but it is not what we are constantly witnessing, especially when it comes to violence suffered by women. Violence directed at women consists of any act of gender violence that results in any physical, sexual, psychological, patrimonial or moral action, including the threat. The aim is to discuss racism, violence and the hypersexualization of black women, suffered from the earliest days.

Key-words: Hypersexualization, violence, preconception, woman, moral.

1- INTRODUÇÃO

Historicamente, têm-se indicativos de que o corpo feminino fora (e ainda é) representado e idealizado como objeto de prazer para o sexo oposto sendo colocado, reiteradamente, em diferentes sociedades e contextos, sob juízos inquisitórios. Mulheres foram, e ainda são, constantemente objetificadas. Em tempos de mundialização do capital, de mudanças e inferências tecnológicas, que socializam de forma cada vez mais rápida certas informações, disseminam-se e massificam-se determinadas formas de pensar, de agir e analisar a realidade e as relações socialmente estabelecidas. É sob tais bases que o racismo e o sexismo, dentre outras violências e práticas são legitimadas, e isso fere direitos humanos e viola direitos indispensáveis para o “viver” em sociedade.

Frente a uma histórica cultura patriarcal, machista, racista e sexista é que se analisa, a partir de estudos bibliográficos, a hipersexualização da mulher negra e seu processo de constituição social. Parte dos estudos de gênero para fundamentar as análises sobre a desnaturalização e deslegitimação de “práticas de violência e de opressão que constituíram a vida das mulheres (...)” (SILVEIRA&NARDI,2014, p.15).

Ao realizar estudos sobre esse assunto é que se situa o Movimento Feminista, seus direcionamentos e formas de resistência existentes desde suas primeiras expressões no século XIX, em defesa de direitos e da autonomia da mulher. Com base nisso foi verificado que as pressões sociais sobre a sexualidade feminina advêm da interseccionalidade que diz respeito a um jogo de forças, a relações de dominação-exploração protagonizadas por pessoas, organizações e instituições que legitimam preconceitos e formas históricas de discriminação (SILVEIRA&NARDI,2014, p.15).

Entende-se então que estas variações são reflexos de imposições culturais e sociais e é a partir, e por tal motivo que a mulher negra sofre duramente com os efeitos intrínsecos do machismo.

Nesta sumula pretende-se discorrer sobre o impacto da hipersexualização¹ da mulher negra e como contribuir para a disseminação do racismo² e decorrentes formas de preconceito moralmente enraizadas na sociedade. Ainda existem grupos que defendem a não existência do racismo, contudo não é o que presenciamos constantemente, principalmente quando se tratando da violência³ sofrida por mulheres. A violência direcionada à mulher consiste em todo ato violento que resulte em qualquer ação física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, incluindo a ameaça.

A mulher sempre sofre com o peso e imposição do patriarcado, não somente no sentido de partilhar bens, mas também na privação dos seus desejos sexuais. A mulher demora em se descobrir sexualmente, pois desde muito cedo é privada de conhecer e saciar suas vontades. Ao longo dos anos as mulheres apenas existiam, mas não ocupavam lugar de relevância na sociedade. Mulheres negras então eram postas às margens pelas mulheres brancas que mesmo depois do período de escravidão ainda viam a mulher negra como escrava e nada, além disso, é vista como alguém insignificante com uma única função: servir e servir calada. Em virtude desta cultura o preconceito toma proporções quase impossíveis de serem controladas.

1 Desejo sexual muito elevado, chegando a ser incontrolável.

2 Segundo o dicionário Aurélio: Racismo é o sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre os outros, preconizando, particularmente, a separação destes dentro de um país (segregação racial) ou mesmo visando o extermínio de uma minoria (racismo antissemita dos nazistas).

3 A violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis por que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime (CHAUI, Marilena, 2000, p.433).

Mulheres sofrem abusos constantemente, sejam eles sexuais, físicos, psicológicos, morais ou outros, contudo na grande maioria das vezes as vítimas são mulheres negras que sofrem e lutam para além do direito de se expressarem e do direito de ir e vir lutam sobre tudo pelo direito de serem mulheres, logo que, sua cor de pele e características físicas ditam a forma com que serão tratadas em sociedade. Nem sempre a mídia mostra os fatos como realmente acontecem, muitas vezes usa-se de juízo de valor⁴ para noticiar acontecimentos que deveriam ser vistos com um olhar crítico e investigativo, isto é, com juízo de fato⁵. Quando destacada pela mídia a mulher negra sempre é colocada em um contexto de exploração e/ou exposição, onde seu corpo de uma forma extremamente sexualizada é posto sob julgamento e valoração como vemos no carnaval, com o exemplo da glocabeza e/ou passistas de escola de samba, sempre diminuídas ou exaltadas de maneira objetificada, não deixando então de ser uma forma de violência, logo que, partimos do conceito de que violência é tudo aquilo que transforma o ser humano em coisa/objeto.

2- MATERIAL E METÓDO

As literaturas estudadas sinalizam a perpetuação de ciclos de violências que, inclusive moralmente, tem legitimado variadas formas de opressão e imposição construídas socialmente. Entende-se que estas variações são reflexos de imposições culturais e sociais. Nesse debate situa-se a realidade da mulher negra que, de forma ainda mais intensa, sofre duramente os efeitos de um pensamento social preconceituoso, machista, racista e sexista.

Sustentados na revisão de literatura, que traz apontamentos de autores clássicos e contemporâneos sobre o tema proposto, busca-se o embasamento teórico-metodológico para o estudo do tema proposto. Neste sentido pretende-se discorrer sobre o impacto da hipersexualização da mulher negra e a contribuição desta para a disseminação do racismo e decorrentes formas de preconceitos enraizados na sociedade.

3- DESENVOLVIMENTO

A hipersexualização e violência contra a mulher não está restrita a certo meio, não escolhe raça, idade ou condição social, entretanto no presente artigo destacam-se os abusos sofridos por mulheres negras. Partindo dos princípios fundamentais do código de Ética do/a Assistente Social/1993 que enuncia no princípio XI acerca de o:

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Tanto os profissionais de Serviço Social, quanto o usuário são respaldados pelo código de ética profissional em relação ao respeito às diferentes etnias, raças, religião e outros.

Entre as pessoas de maior poder financeiro, as mulheres, acabam se calando contra a violência recebida, talvez por medo, vergonha ou até mesmo por dependência financeira. Mas nem todos deixam marcas físicas, existem as ofensas verbais e morais, que causam dores, que superam a dor física. Humilhações, torturas, abandono, etc., são considerados pequenos assassinatos diários, difíceis de superar e praticamente impossíveis de prevenir, fazendo com que as mulheres percam a referência de cidadania. Entre mulheres negras, os tipos de violências citadas ocorrem com maior frequência, pois, além de seu gênero existe o preconceito quanto a sua cor, ocasionando muitas vezes a objetificação das mesmas, por conta de seu

4 Juízos de valor avaliam coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis (CHAUI, Marilena, 2000, p.431).

5 Juízos de fato são aqueles que dizem o que as coisas são, como são e por que são. Em nossa vida cotidiana, mas também na metafísica e nas ciências, os juízos de fato estão presentes indesejáveis (CHAUI, Marilena, 2000, p.431).

legado histórico, pois desde o início dos tempos as mulheres negras são tratadas como objeto de satisfação pessoal do homem.

Oracismo e o sexismo influenciaram as relações que determinaram a sociedade brasileira no seu momento fundador. Isso está no DNA de nossa sociedade, é estruturante. “E hoje, mesmo considerando tudo o que já mudou em relação ao que consideramos violência, não há como discutir violência contra as mulheres sem discutir racismo e sexismo no Brasil” (Luiza Bairros, socióloga e ex-ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)).

Se analisado o período de escravidão no Brasil pode-se perceber que além de escravizada no sentido de trabalho, estas mulheres eram obrigadas a manter relações sexuais com seus “senhores” para saciar seus desejos carnis. “A questão de classe nunca foi questionada como um produtor de hierarquia no Brasil, o que é questionado é a capacidade de racismo e sexismo estruturarem a sociedade brasileira” (Luiza Bairros, socióloga e ex-ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)).

Contraditoriamente, no século XXI, verifica-se a existência de grupos que defendem a inexistência do racismo, contradizendo a realidade das mulheres negras do Brasil. A violência direcionada a essa mulher, especificamente, é também um grave ato de violência de gênero que resulta em qualquer ação física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, incluindo a ameaça. Mulheres sofrem abusos constantemente, e em sua maioria, as vítimas são negras. É com base nessa realidade que determinados movimentos sociais emergem com o objetivo de resistir, lutar e mobilizar em defesa do direito de serem reconhecidas mulheres, independente de quaisquer circunstâncias e/ou características tais como cor de pele e características físicas que ditam a forma como serão tratadas em sociedade.

O corpo da mulher nunca foi tratado com o respeito devido, sempre foi visto como um objeto para o homem, moldado em cima de discursos patriarcais, machistas e disciplinadores, desde as vestimentas até o lugar onde as mulheres frequentavam. No caso da mulher negra isto se torna ainda mais triste, preocupante e revoltante, pois desde os primórdios estas são tratadas como lixo, mantidas as margens da sociedade branca e elitizada, desenvolvendo então desde a infância a tão conhecida, porém pouco discutida “solidão da mulher negra” que diferente do que se é falado não se desenvolve do dia para a noite, no entanto é o constructo das agressões sofridas desde o princípio.

Sem qualquer respeito, como se não fizessem parte da sociedade, ainda nos dias atuais caça-se o direito de fala das mulheres reprimido-as e diminuindo-as. No período da escravidão no Brasil estas eram reduzidas a aceitação caladas, a um “SIM” para os exemplares pais de família que buscavam em suas mucamas um prazer que julgavam carnis demais para suas adoradas esposas e aqui mais uma vez percebe-se o quanto a moral reflete nas atitudes das pessoas. Estas escravas silenciadas eram violentadas por seus “senhores” como forma de punição por qualquer que seja o motivo, visto no livro *Mulheres Raça e Classe* da autora Ângela Davis que:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (DAVIS, Angela, 1994, p. 20).

Como consequência destes abusos as escravas engravidavam e se o bebê fosse homem era mais um para sofrer com a força gratuita e desvalorizada de seu trabalho, se fosse mulher seria

outra que além de cumprir com todos os deveres impostos, ainda tinha que servir de corpo aberto para dar prazer aqueles que ocupavam os lugares mais bem vistos em toda a sociedade.

Ao trazer o debate sobre a hipersexualização da mulher negra situam-se os múltiplos espaços da sociedade que naturalizam tais práticas violentas e preconceituosas. A mulher tende a sofrer muito mais com as imposições do patriarcado, não somente no sentido de partilhar bens, mas também na privação dos seus desejos sexuais. A mulher demora a se descobrir sexualmente, pois desde muito cedo é privada do conhecimento de seu corpo. Mesmo após o período escravista, a partir do século XIX, as mulheres negras ainda são postas às margens pelas mulheres brancas, e subjugadas a trabalhos de subserviência. Em virtude desta cultura o preconceito toma proporções quase impossíveis de serem controladas.

Mas não pense que o abuso era causado apenas pelos homens, suas mulheres para não ter que se deitar com os mesmos colocavam então as escravas para fazer este papel, por outro lado as mulheres brancas quando tinham seus filhos os colocavam para serem amamentados pelas servas que viviam na senzala, aos fundos. Segundo Davis 1994 “embora as mulheres negras usufríssem de poucos dos dúbios benefícios da ideologia da condição das mulheres, é algumas vezes assumido que a típica mulher escrava era serva de casa - cozinheira, criada ou mãe das crianças da “casa grande””.

Ainda hoje em pleno século XXI querem calar a voz da mulher, principalmente das negras que não se escondem mais, que cansaram de viver uma vida de reclusão como se ainda estivessem em um período de escravidão, entretanto estas mulheres hoje tomaram fôlego e compraram a briga de frente mesmo com todas as dificuldades diárias, mesmo com a ligação de seus corpos a imagens totalmente hipersexualizadas. Estão ocupando todos os lugares de fala possíveis, seja televisão, jornais, rádios, internet ou cinema. Lutando pela liberdade do coletivo, partindo do conceito de liberdade usado pela autora Marilena Chauí que diz que:

ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constriam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta (CHAUÍ, Marilena, 2000, p.434).

A violência contra a mulher é o preconceito e a intolerância que devasta a humanidade desde seus primórdios até os dias atuais. Problema este que a mulher enfrenta em ambientes de trabalho, estudo, lazer e até mesmo no próprio ambiente familiar, vista como alvo cultural de uma sociedade machista na qual a mulher já foi considerada objeto para fins domésticos, sexuais e para a procriação. São agressões que acontecem em todo lugar independentemente da classe social, raça ou cor. Violência que faz mais de duas mil vítimas por dia. Porém acredita-se que esse número é maior já que muitas vezes amedrontadas e oprimidas pela sociedade machista e preconceituosa, não denunciam seus agressores.

Sob uma nova ótica a lei nº 11.340/2006 define a violência e estipula suas formas, deixando para trás o paradigma de que violência é apenas a agressão física. Tem-se, também, a violência psicológica, sexual, patrimonial e moral. As ações governamentais como a Central de Atendimento à Mulher e outros programas que visam amparar a mesma, para que haja a conscientização da população em geral, são ações que trazem aspectos conceituais e educativos, que unidos a uma legislação qualificam uma avançada e inovadora luta contra a violência direcionada à mulher. O papel da mulher no combate a agressão é de fundamental importância, pois ela melhor que ninguém sabe relatar o que vive.

Partindo do pressuposto que o ato de violência e preconceito contra a mulher é baseado nas relações sociais de gênero, principalmente quando se trata da mulher negra, a violência contra as mesmas em suas várias formas, vem assumindo proporções alarmantes em nossa sociedade. Considerada pela sociedade como sexo frágil, que na verdade, muitas vezes foi vítima de graves lesões, ameaças, preconceito, racismo, abusos sexuais e tornou-se frágil para enfrentar tal situação, vem hoje de forma brilhante mostrando sua força e determinação para lutar por seus direitos, tornando-se exemplo para outras mulheres.

Privilegiada por acessar amplos espaços da vida, a mídia constantemente realiza juízo de valor para noticiar acontecimentos que deveriam ser vistos a partir de um olhar crítico e investigativo, partindo de um juízo de fato. Quando destacada pela mídia, a mulher negra sempre é colocada em um contexto de exploração e/ou exposição, no qual seu corpo é posto sob julgamento e valoração de uma forma extremamente sexualizadas. A exemplo disso cita-se a midiaticização do carnaval que objetifica as mulheres, grande parte negras, como símbolo sexual, o que expressa uma violência que transforma o ser humano em coisa/objeto.

Entende-se o quanto é importante para uma criança, uma menina negra, a representatividade de outras mulheres em lugares improváveis. Atualmente presenciamos o orgulho destas crianças ao verem heroínas de pele escura como a noite. Recentemente tivemos o exemplo do filme Pantera Negra, que arrebatou as grandes telas, saltando para fora das margens da sociedade excluída e indo para Hollywood ganhar o coração de toda uma população negra, principalmente meninas e mulheres que já não se limitam a empregadas domésticas, entendem que podem e devem com força e garra como da princesa Shuri ocupar todos os espaços. Há quem diga que representatividade não importa e seria no mínimo hipocrisia dizer que concordamos, pois acreditamos na representatividade. Acreditamos que as meninas negras que estão crescendo merecem alguém para representá-las dignamente, merecem mais que seios de fora e corpo a mostra para conquistar o seu lugar, merecem mais que globelezas, passistas de escolas de samba, ou seja o que for, merecem estar onde elas quiserem estar.

Durante toda a infância de uma criança negra do sexo feminino, que nasceu no Brasil, a mídia vendia a imagem de mulheres da mesma raça delas como objeto do carnaval, quando cresciam ou alimentavam o pensamento de que para serem bonitas deviam se adequar a esses padrões ou se distanciavam o máximo possível deste estereótipo, se fechando para o descobrimento de sua sexualidade e se trancafiando mais uma vez na senzala, se prendendo ao pelourinho, usando mordanças, levando chicotadas, só que desta vez o agressor não era mais o capataz e sim elas mesmas. A menina negra cresce ouvindo que o que é bonito é o corpo branco, que as genitálias negras não agradam aos olhos, que os mamilos escuros não são agradáveis, o que faz com que elas percam a sua identidade e comecem a se odiar, sem perceber que foram obrigadas a isso.

O que torna ainda mais triste esta realidade, quando dentro de um relacionamento estas mulheres que são inibidas de sua sexualidade acabam sofrendo violência e abuso por parte de seus parceiros que, por muitas vezes não entendem a dificuldade de aceitação que estas mulheres sofrem.

A taxa de homicídio de mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas, isto na média nacional, pois existem estados onde a desigualdade racial é maior. Além da questão da mulher indígena que muitas vezes é ignorada na elaboração destes índices, com justificativa no baixo volume das mortes desta população. Quando calculamos a proporção destas mortes para mulheres indígenas observamos que o índice vem aumentando, aproximando-se do das mulheres negras, demonstrando que ser vítima de homicídios tem relação com as desigualdades étnico/raciais (Jackeline Aparecida Ferreira Romio, mestre e doutoranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp)).

Vivemos em uma sociedade racista que objetifica tudo o que pode alcançar, porém mulheres são fortes, são garra, são luta. Não se pode achar normal viver em uma sociedade que te exclui e te lança às margens da sociedade. Existem os que dizem que racismo não existe, os que dizem que as “negrinhas são fogosas” e existem as mulheres resistentes que não se calam diante de atos machistas, de assédios, de elogios que excedem o normal e passam a ser agressão. *É necessário não se conformar com o lugar onde se vive e ser realmente uma geração inconformada que vai a luta, que permanece na luta até que todas sejam livres.*

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer o debate sobre a hipersexualização da mulher negra situam-se os múltiplos espaços da sociedade que naturalizam tais práticas violentas e preconceituosas. A mulher tende a sofrer muito mais com as imposições do patriarcado, não somente no sentido de partilhar bens, mas também na privação dos seus desejos sexuais. A mulher demora a se descobrir sexualmente, pois desde muito cedo é privada do conhecimento de seu corpo. Mesmo após o período escravista, a partir do século XIX, as mulheres negras ainda são postas às margens pelas mulheres brancas, e subjugadas a trabalhos de subserviência. Em virtude desta cultura o preconceito toma proporções quase impossíveis de serem controladas.

A própria sociedade racista e machista, sexualiza a mulher negra para depois discriminá-la. E o preço que elas pagam por isso é altíssimo, pois são excluídas do seio da sociedade e jogadas às margens como se fossem meros objetos. *São privadas de um bom emprego, por exemplo, em uma loja, pois acham que a imagem de uma mulher branca seria mais lucrativa para o estabelecimento.*

A sexualidade da mulher negra vem sendo cada vez mais, colocada sob uma *ótica* repressora que é passada para a sociedade em geral através de uma *mídia injusta*, que vê na mulher branca direitos de se expressar sexualmente como ela quiser, já a mulher negra quando se expressa é vista como uma mulher que precisa ser policiada e controlada. Essa é uma prática preocupante, visto que está arraigada através dos valores morais adquiridos a partir do meio em que se vive, quando paramos para analisar, como os movimentos negros e feministas vão ganhar voz?! Sendo que, o maior meio de comunicação *não* apóia esse tipo de movimento, pelo contrário, só passam para a sociedade como uma imagem ruim, o que gera muitas vezes, críticas destrutivas que enfraquecem o movimento. O que se deve compreender é que a mulher negra é uma pessoa sexual (humanamente falando) como qualquer outra pessoa, independentemente da sua raça, cor ou cultura, *são todas iguais.*

Assim sendo, diante das mudanças, determinações e intensidade das relações capitalistas é importante sinalizar que a questão racial é inseparável das relações de classe e gênero, e não se pode passar por ela sem refleti-la e sintonizá-la no tempo e na história. As mulheres, em especial, as negras suportam as intempéries da sociabilidade machista e racista desde os tempos da escravidão explícita e, nesse sentido, é inegável a importância de estudar e debater os diversos aspectos da violência que as mesmas enfrentam cotidianamente.

A partir desse debate, percebe-se que nenhuma mulher está livre das imposições culturais machistas. Há necessidade de se fazer enxergar a objetificação, exploração e violência cometidas contra qualquer mulher, mas acima de tudo a grande necessidade é de saber que há diversidade nos contextos e que é preciso lidar diretamente com as especificidades de cada grupo, promover discussões mais abrangentes, expondo os valores racistas e machistas já enraizados na sociedade desde muito cedo e estabelecer um ambiente onde as mulheres negras possam empoderar-se.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.”

Nelson Mandela

BIBLIOGRAFIA

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência e racismo**. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/>>. Acesso em: 22 janeiro 2018.

VELLOSO, Renato Ribeiro. **Violência contra a mulher**. Disponível em: <www.portaldafamilia.org/artigos/artigo323.shtml>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

SANTOS, Amanda Freire, et all Violência doméstica contra mulher. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**. Unit/Aracaju/v.1/n.2/p.71-78/Março.2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/984/705>>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

SILVEIRA, R. S. & NARDI, H. C. (2014). **Interseccionalidade** gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 14-24.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

O SILENCIAMENTO INSTITUCIONAL DA MULHER-VÍTIMA NOS CRIMES DE ESTUPRO EM SÃO LUÍS - MA

Kenny Regyna Mesquita Passos
UNIVERSIDADE CEUMA

RESUMO:

O presente artigo se volta ao tratamento dispensado à vítima de estupro em São Luís - MA, quando de sua passagem pelo Sistema de Justiça Criminal, buscando, através dos aportes teórico-metodológicos da análise de discurso de linha francesa, tomada sob uma perspectiva foucaultiana, identificar as práticas discursivas que constituem sujeitos e sentidos a partir da atuação do Poder Judiciário. Em sede de crimes sexuais, como é o caso do estupro, o discurso oficial da produção de provas determina que a palavra a vítima tem especial relevância, sobretudo em razão da ausência de testemunhas, fato inerente à natureza dessa espécie de violência. Entretanto, aponta-se no presente estudo, de viés arqueológico, um processo de silenciamento institucional da vítima, que irrompe tanto da falta de acesso ao poder judiciário, o que corresponde à própria ausência de discurso, bem como do discurso não considerado, cujas condições de possibilidade repousam em uma memória discursiva permeada de assimetrias de gênero e que, por sua vez, produzem saberes e instituem sujeitos.

PLAVRAS-CHAVE: Mulher-vítima; Processo; Estupro; Palavra; Prova

1 - Introdução

No processo penal brasileiro vigora o princípio do livre convencimento motivado do juiz, que garante ao magistrado liberdade na apreciação das provas produzidas, não estando submetido a um critério objetivo para sua valoração.

Entretanto, tal liberdade não o exime de explicitar qual ou quais provas lhe pareceram mais convenientes, isto é, dotadas de maior credibilidade. Por esta razão, na sentença penal, que se divide em partes (relatório, motivação e dispositivo), seja condenatória ou absolutória, o juiz é obrigado a explicitar racionalmente como formou o seu convencimento acerca da existência dos fatos e de sua respectiva autoria, isto é, deverá expor os argumentos que o levaram a valorar uma ou um conjunto de provas e que resultaram em uma determinada decisão (PACELLI, 2017).

Nesse campo, as atenções se voltam à necessidade de analisar a atividade de julgar, buscando afastar ou “controlar”, o máximo possível, o subjetivismo judicante, com o objetivo de evitar arbitrariedades, bem como analisar os efeitos de sentido que emanam de tal valoração, materializada na sentença penal, considerando que o discurso e, sobretudo o discurso judicial, tem inegável efeito de regulação social, articulando-se como dispositivo de saber-poder. (GREGOLIM, 2004)

Entre os sujeitos cujas “falas” podem servir de prova no processo penal, estão o acusado, as testemunhas e a vítima. Enquanto no interrogatório do acusado admite-se que este venha a mentir, sem que tal fato lhe seja sancionado - posto que além de um meio de prova, o interrogatório é também um ato de defesa, que deve ser amplo a ponto de permitir a apresentação de nova versão sobre os fatos imputados - as testemunhas estão obrigadas a falar, e falar a verdade sobre o que sabem, sob pena de praticarem “crime contra a administração da

justiça”, razão pela qual estão obrigadas a prestar um compromisso, salvo algumas exceções, quando estas serão ouvidas na condição de meros informantes.

No que diz respeito à vítima, a doutrina processual penal tradicionalmente entende que esta não pode ser considerada “testemunha”, à medida que sua isenção estaria comprometida pelo envolvimento no fato, razão pela qual a valoração deste meio de prova não deve ser o mesmo que o depoimento de uma testemunha. (TORNAGHI, 1991)

Sendo assim, o valor probatório da palavra da vítima sempre representou uma questão sensível e problemática para o processo penal, sobretudo em crimes que, por sua natureza, costumam ocorrer em lugares isolados e longe da vista de terceiros, quando a vítima é a única pessoa a presenciar os fatos.

Some-se a isto, o fato de que, historicamente, no que diz respeito aos crimes “contra os costumes”, entre os quais era tipificado o crime de estupro na legislação brasileira até o ano de 2009, a palavra da mulher-vítima, ao ser valorada enquanto elemento de prova, era tomada com redobradas reservas, a fim de se investigar, antes, “quem” era essa mulher, para que se pudesse ventilar a possibilidade de que o ato contra ela praticado se constituísse em um crime – revelando subalternização social feminina, reproduzida institucionalmente através da seletividade do Sistema de Justiça Criminal. (ANDRADE, 2005).

Contudo, considerando que as posições sujeito não são imutáveis e que comportam agências e estratégias buscando rupturas ou deslocamentos nas relações de poder (FOUCAULT, 2005), o discurso judicial tem passado por rupturas acerca da posição ocupada por esta mulher-vítima, no que diz respeito aos atuais “crimes contra a liberdade sexual”. A jurisprudência, destacadamente aquela produzida pelo Superior Tribunal de Justiça, consolidou o entendimento de que a palavra da vítima deve ter “especial relevância”, tendo inclusive, em razão desse deslocamento, lançando em 2016, em sua ferramenta de consultas *on line*, 114 acórdãos tratando do tema.

É nesse contexto que a presente pesquisa se apresenta, tendo por objetivo, analisar, a partir de um estudo de caso, a valoração da palavra da vítima mulher, enquanto elemento de prova no crime de estupro, na comarca de São Luís – MA.

Trata-se de pesquisa qualitativa, que, utilizando-se do arcabouço teórico metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, busca os efeitos de sentido da sentença judicial, à medida em que esta se utiliza da narrativa da vítima como fundamentação para decisão condenatória ou absolutória, valorando-a de forma positiva ou negativa, ao instituir discursivamente as verdades no processo penal.

Em que pese discurso oficial manifestado na jurisprudência, o “caldo cultural brasileiro”, no qual se insere conseqüentemente a cultura jurídica, permanece marcadamente machista e sexista, atravessado por assimetrias de gênero que se refletem em tolerância e invisibilização de diversas práticas violadoras de direitos humanos das mulheres, notadamente violadoras de sua dignidade sexual – fatores que permeiam toda uma memória discursiva que atravessam a “livre” apreciação das provas produzidas no processo penal, sobretudo quando o crime não deixa vestígios, e a existência da conjunção carnal ou de outros atos libidinosos, assim como o dissenso nessas práticas, recaem exclusivamente sobre as palavras da vítima e do autor.

A pesquisa apresenta um estudo de caso, envolvendo uma ação penal por tentativa de estupro, que tramitou perante a 4ª Vara Criminal da Comarca de São Luís – MA, da qual foi extraída, como *corpus* de análise, a sentença de primeira instância, a fim de identificar seus efeitos de sentido, as memórias discursivas que a atravessam, e as condições de possibilidade do dizer jurisdicional, quando da valoração da narrativa da vítima para produzir a “verdade dos autos”.

2 - A VERDADE E O PROCESSO OU O PROCESSO DA VERDADE

Ao discorrer sobre os legados do Estado burguês, FOUCAULT (2004) apresenta como principal alicerce legitimador do Poder Judiciário, a crença na sua possibilidade de solucionar racionalmente os conflitos em lugar dos particulares, assumindo uma posição de imparcialidade, apresentando-se como autoridade neutra e universal, responsável pela garantia da ordem pública. Desse modo, o “tribunal” se estabeleceu como um local isento de forças antagônicas, produzindo decisões não a partir do embate, mas sim da atuação de um poder que lhes é alheio e superior, capaz de identificar de qual lado está a justiça.

Essa noção de neutralidade e universalidade também pode ser observada a partir da linguagem utilizada no campo jurídico e sua “retórica da impessoalidade”, que confere uma aparência transcendental ao que é dito, a partir da utilização de formas em que predominam construções passivas ou afirmações categóricas (“aceita”, “confessa”, “compromete-se”, “declarou”, etc.), provenientes de um enunciador imparcial e objetivo, amparado em uma norma generalizante, que busca a tutela de valores transubjetivos, sobre os quais se pressupõe a existência de um consenso ético. (BOURDIEU, 2002)

Destaca-se ainda, a permanência, na esfera penal, do “mito da verdade real”, isto é, a crença de que a “verdade substancial” estaria ao alcance do Estado através do processo.

Entretanto, por se tratar de uma atividade “recognitiva”, isto é, que visa dar a conhecer um fato já passado, através da produção de provas, o máximo que se pode alcançar utilizando-se da instrução judicial, é uma “verdade processual”, ou em outras palavras, uma verdade “fabricada” pela participação das partes, levando o juiz, na sentença, a externalizar a versão do fato mais crível para si.

Nesse sentido, o processo penal e as provas que nele se admitem constituem-se não como uma forma de alcançar a verdade, mas como um “modo de construção do convencimento do juiz”, forjando assim sua convicção sobre a “verdade” que será estabelecida na sentença (LOPES JR, 2018).

Desse modo, a sentença penal converte-se no que Bourdieu (2002) chama de “ato de nomeação” ou “ato de instituição”, ou seja, o poder de proclamar publicamente o que as coisas são, cuja eficácia simbólica ultrapassa o interesse dos envolvidos, por ser expressão da palavra “autorizada”, “oficial”:

[...] estes enunciados performativos, enquanto juízos de atribuição formulados publicamente por agentes que atuam como mandatários autorizados de uma coletividade [...] são atos mágicos que são bem sucedidos porque estão à altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar o ponto de vista, a visão, que eles impõem. (2002, p.216)

LOPES JR (2018) também destaca que a função de julgar, na seara penal, é permeada por uma evidente aproximação com um simbolismo sagrado, o que contribui para que a “verdade processual” seja tomada como “verdade real”.

Para o autor, o rebuscamento da linguagem jurídica e seu tradicional uso de expressões em latim, o uso das togas pretas, a arquitetura suntuosa dos tribunais e seus ornamentos que fazem referência à divindades relacionadas à justiça e símbolos do cristianismo, como os crucifixos comumente presentes nas salas de audiência “pendendo sobre as cabeças dos juízes”, demonstra o entrelaçamento ainda não superado entre crime e pecado associado à ritualística processual, o que reafirma o status de “autoridade” do discurso judicial elevando-o a patamar transcendente.

O momento de “dizer o direito” é assim a articulação de diversos elementos que produzem um saber chancelado pelo Estado, com o poder de criar, findar, modificar, legitimar e ratificar práticas e crenças, destinando-se não somente às partes envolvidas no processo, mas à toda sociedade.

De tal articulação entre discurso e verdade, engendram-se saberes socialmente legitimados, não apenas sobre os fatos levados ao conhecimento do poder judiciário. Isto porque, os discursos são práticas da linguagem que constituem historicamente sentidos e sujeitos de acordo com suas condições de produção, estabelecidas em múltiplas e difusas relações de poder (ORLANDI, 2013).

Nesse sentido, o discurso produzido através do processo penal tem inegável função disciplinar, instituidora e produtiva no campo social, à medida que, lançando o olhar sobre os comportamentos sociais, estabelece os aspectos de normalidade e desvio, avalia os indivíduos, classifica-os e organiza-os em culpados e inocentes, honestos e perigosos, autores e vítimas, projetando-se a partir de lugares de poder e em nome de um saber que é supostamente neutro, mas permeado por relações de força (GREGOLIN, 2004).

Por outro lado, o discurso não possui um sentido unívoco e essencializado, haja vista que os sentidos são produzidos na história, entrelaçando relações de saber-poder, relacionando-se a outros enunciados, a ditos e não-ditos (FOUCAULT, 2005). Para que se produza discurso, faz-se necessário a retomada de “já-ditos”, de sentidos anteriormente existentes que compõem o interdiscurso e que farão parte da base do que é dizível sobre um determinado objeto (ORLANDI, 2013).

É sob esse escopo, fundado na arqueologia foucaultiana, que se pretende analisar a decisão judicial que valoriza a palavra da mulher-vítima no crime de estupro, a fim de tecer considerações acerca das memórias que compõem o interdiscurso, das relações de poder que permeiam esse dizer valorativo e suas filiações de sentido – uma vez que a proposta arqueológica faz inserir os discursos num jogo de práticas, discursivas e não discursivas, que se articulam entre si, entre as quais estão condições econômicas, sociais, culturais, e que obedecem a regras de regularidade e dispersão.

Sendo assim, não se busca desvelar pensamentos que se manifestam ou se ocultam no discurso judicial, posto que não se trata de um método interpretativo, e sim de tratar o discurso como objeto, ou nas palavras de Foucault (2005), como “monumento”, buscando-se as condições de irrupção do dizer, a origem dos enunciados que formam o discurso e que por sua vez instituem objetos e subjetividades, uma vez que produzem um saber sobre eles.

3 - APRESENTANDO “O CASO”

Inicialmente, a fim de contextualizar o objeto do presente estudo, faz-se necessário estabelecer um breve panorama acerca dos crimes de estupro na cidade de São Luís – MA.

Segundo dados do 10º Anuário brasileiro de segurança pública, entre os anos de 2013 e 2015 foram registrados 829 crimes de estupro consumados na Capital do Estado do Maranhão, não havendo a sistematização de dados acerca dos crimes tentados, razão pela qual este quantitativo é presumivelmente maior (sem contar o elevado índice de subnotificação deste crime, dos quais apenas 10% chegam a ser registrados nas delegacias)¹.

Nesse mesmo período, apenas 554 Ações Penais foram distribuídas nas Varas da Criminais de São Luís, por crimes de estupro tentados e consumados, o que revela o gigantesco

¹ Mais informações disponíveis em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf>

afunilamento dos casos que chegam a ser conhecidos pelo Poder Judiciário², correspondendo a um silenciamento inicial pela própria ausência de discurso.

Dessas ações penais, 65% foram distribuídas para a Vara especializada em crimes praticados contra crianças e adolescentes – indicando o marcador geracional como elemento que contribui para um maior acesso ao Poder Judiciário em São Luís. Nesse sentido, uma das hipóteses possíveis para explicar tal fenômeno, estaria na maior facilidade na constituição de provas quando a vítima é criança ou adolescente, haja vista que o estupro praticado nesses casos tem maior tendência a deixar vestígios detectáveis por exames de conjunção carnal, em razão da constituição corporal das *vítimas* menores de 14 anos, o que nem sempre é possível quando se trata de vítimas adultas.

O caso em estudo está documentado nos autos do processo nº 27077-40.2014.8.10.0001. Esta ação penal pertence ao conjunto de 17 processos que tramitaram na comarca de São Luís – MA, correspondente ao número absoluto de casos distribuídos entre 2010 e 2015 com trânsito em julgado até 2017, nos quais o estupro fora o único crime praticado, contra *vítimas mulheres, fora da condição de vulnerabilidade, tendo sido selecionado por ser o único no qual houve recurso de apelação do Ministério Público, inconformado com a absolvição do acusado em primeira instância.*

Sobre os envolvidos, identificou-se que a vítima L.R.P., tinha 33 anos na data do fato, é parda, e trabalhava como auxiliar de cozinha. O acusado M.P.F.B tinha 23 anos na data do fato, é branco, não tinha profissão definida e possuía antecedentes criminais. Autor e vítima não se conheciam. O instrumento utilizado no crime foi uma faca, portada pelo acusado e apreendida quando de sua prisão em flagrante, escondida em suas “partes íntimas”. O crime aconteceu em um bairro da periferia da cidade de São Luís, por volta das 5 horas da manhã.

As declarações da vítima foram tomadas no dia 16 de outubro de 2014, gravadas em áudio e imagem, estando o CD com os arquivos digitais anexado aos autos do processo. Na gravação, a vítima aparece vestindo um capuz preto cobrindo todo o seu rosto e óculos escuros. Em sua narrativa, ela conta o momento em foi abordada pelo acusado, depois de descer de um ônibus:

[...] ele pegou meu braço e disse que era pra mim ir com ele, nem gritar e nem reagir que ele estava armado [...] ele puxou a faca, botou na minha barriga e puxou meu braço e me levou pra uma ruazinha bem estreitinha que tinha muito mato e no final era um campo e ele viu [...] onde tinha um matagal e um campo de futebol [...] ele me deu uma rasteira, eu caí, ainda tenho as marcas no corpo, tenho no braço, tenho no joelho e tenho no pé. Aí ele subiu em cima de mim, eu já no chão, tentou tirar a minha farda de serviço. Aí como a faca atrapalhava ele, que ele não deixava a faca em momento algum. (Processo nº 27077-40.2014.8.10.0001, Declarações da vítima, 1:13’)

Interrompida em sua narrativa pelo juiz, que perguntou se ela havia chegado a ficar deitada no chão, respondeu:

Ele em cima de mim, assim, de joelho, entre uma perna e outra minha, tentando arrancar a farda do serviço, aí como a faca atrapalhava ele, ele ficou com medo das pessoas passarem por lá, porque foi no começo da rua, aí ele foi logo pro botão da calça, a calça social do trabalho [...] (Processo nº 27077-40.2014.8.10.0001, Declarações da vítima, 1:43’)

Questionada pela representante do Ministério Público se em algum momento teve dúvida se o objetivo do acusado era rouba-la ou estupra-la, ela respondeu:

Jamais era roubar. Uma pessoa que quer roubar, ela não joga você no chão, tenta tirar sua roupa e leva você pra você não gritar e não reagir. Quando ele me deu a rasteira e

2 Dados da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

que caí, ele ficou ajoelhado em cima de mim com a faca na mão tentando tirar a blusa. Primeiro foi a blusa. Aí como a faca atrapalhava ele, ele foi no botão da calça. Eu vi que ele ia me estuprar, que ele ia tirar minha roupa. (Processo nº 27077-40.2014.8.10.0001, Declarações da vítima, 6':34'')

Finalmente, perguntada pela Defensora Pública se a vítima estava na posse de algum bem material como bolsa e celular e como conseguia reconhecer o acusado, afirma:

Tava com bolsa, a bolsa ficou no chão, ele jamais... ele jamais quis bolsa... quem dera... eu não tava aqui passado por essa [...] Era a mesma pessoa, era a mesma faca. Uma pessoa que atraca no seu braço, lhe joga no chão, você não vai conhecer ele? (Processo nº 27077-40.2014.8.10.0001, Declarações da vítima, 7':53'' - 8':28'')

Além da declarante, foram ouvidas 3 testemunhas, todas arroladas pelo Ministério Público, as quais não presenciaram os fatos, limitando-se a descrever como socorreram a vítima no local e como se deu a prisão do acusado.

O acusado, em seu interrogatório, negou a tentativa de estupro, afirmando que seu intento era roubar o celular da vítima.

O exame de corpo de delito, realizado logo após o fato, só foi juntado aos autos do processo depois da audiência de instrução e julgamento, tendo identificado escoriações e marcas de arrasto no corpo da vítima.

Em suas alegações finais, o Ministério Público postulou a condenação do acusado pelo crime de estupro, na modalidade tentada, enquanto a defesa pugnou pela desclassificação do estupro para o crime de roubo, na modalidade tentada, e ainda, subsidiariamente, suscitou a desclassificação para a contravenção penal de perturbação da tranquilidade, na modalidade perturbação ofensiva ao pudor (art. 61 do Decreto lei nº. 3.688/41), ou ainda, o reconhecimento da desistência voluntária (art. 15 do CP), para que o acusado só respondesse pelos atos que causaram lesões corporais leves à vítima.

A sentença de primeira instância, que constitui o *corpus* da presente pesquisa, foi proferida em fevereiro de 2015, julgando improcedente a Ação Penal e conseqüentemente absolvendo o acusado.

4 - A o livre convencimento motivado e a construção do silenciamento

Apresente análise está centrada na atuação do Sistema de Justiça Criminal através da decisão judicial que valora a palavra da mulher-vítima, enquanto elemento de prova nos crimes de estupro, em São Luís - MA. Embora não se possa ignorar que nas tramas dos sentidos forjados na decisão penal se entrelacem outros dizeres, emanados por outros sujeitos, como promotores e advogados, busca-se na sentença, onde se materializa o discurso, as suas relações com a memória discursiva acerca do crime de estupro e suas vítimas, isto é, os "já ditos" que permitem a produção desses enunciados, bem como os silêncios que atravessam os dizeres, e que também são produtores de sentidos (ORLANDI, 2007).

Utiliza-se assim, como dispositivo de análise, a valoração da narrativa da "mulher-vítima" como elemento de prova, num esforço para identificar a participação do discurso judicial nas formações discursivas que constituem a mulher como sujeito na cultura e na história, filiando-se a redes de significações engendradas em relações de saber e poder.

Nesse sentido, Butler (2003) afirma que: "[...] as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo de poder", engendrando e naturalizando identidades, num processo silencioso de legitimação e exclusão de possibilidades, com conseqüências coercitivas e reguladoras.

Identifica-se um controle que incide tanto sobre os corpos individualizados quanto sobre a população, entrelaçando dispositivos que disciplinam, vigiam e regulamentam, produzindo identidades, estabelecendo performances, atribuindo papéis e espaços sociais.

Um tal controle deve necessariamente compreender o corpo e o sexo enquanto objetos de disciplina e regulamentação, razão pela qual sobre esses elementos disseminaram-se saberes formais. No que diz respeito à mulher, identifica-se desde os textos aristotélicos o estabelecimento de uma noção de inferioridade e incompletude, embrião de um controle que se aperfeiçoa durante o século XIX, exercido sobre seus corpos e sexualidade (FOUCAULT, 2010).

Utilizando-se da genealogia foucaultiana como ferramenta teórica, pode-se observar então como indivíduos não são apenas objetos das relações de poder, mas um de seus principais efeitos. Desse modo, a forma como as mulheres foram concebidas nas tramas históricas de relações assimétricas de saber-poder, demarcou as performances tidas como “femininas”, associadas à fragilidade, sensibilidade em níveis patológicos, inferioridade moral e à incapacidade de gerir a própria vida. Nessa trama, discursos médicos, jurídicos e religiosos convergem para normatizar a identidade feminina atrelada à uma dupla imagem:

“De um lado, colocam a mulher como um ser frágil, sensível e dependente, construindo um modelo de mulher passiva e assexuada; por outro, verifica-se o surgimento de uma representação de mulher como portadora de uma organização física e moral facilmente degenerável”, cuja consequência era “[...] patologizar qualquer comportamento feminino que não correspondesse ao ideal de esposa e mãe, tratando-o como ‘antinatural’ e ‘anti-social’”. (NUNES, 2000, p.12)

Essa imagem da mulher, associada à fragilidade física e moral e à constante ameaça de desregramento, remonta às concepções dos primórdios do cristianismo, intensificada durante a idade média, e que se estende até o Renascimento, segundo as quais a “natureza” feminina padece de uma inerente debilidade, em razão da qual justifica-se o tratamento infantilizado, subalterno e controlado, enquanto, por outro lado, as novas funções atribuídas à maternidade pela organização da sociedade burguesa, como o cuidado da família e da educação das crianças, vai forjar como aspectos positivos associados ao feminino os ideais de fragilidade e sensibilidade. (NUNES, 2000)

Tal projeto pedagógico, engendrado formalmente a partir do século XVIII, encontra ecos nos dias atuais, marcando a subjetivação da mulher através da produção de feminilidades pelos mais diversos dispositivos de saber-poder que compõem as condições de possibilidade do discurso em análise.

Uma vez estabelecido o *corpus* na sentença absolutória de primeira instância, passa-se à seleção do enunciado, extraído da “motivação” da decisão judicial que analisa a relevância da palavra da vítima para o estabelecimento da “verdade” construída nos autos:

Analisando os autos, entendo que não cabe prosperar a tese acusatória de estupro, vez que não ficou comprovado que o autor tenha tentado contra a vítima para cometer tal crime. Explico: a vítima talvez pela inquietação achou em seu íntimo que talvez o réu queria estupra-la, porém todas as circunstâncias, ao meu alvitre, confirmam que não era esta a intenção do réu. É que o réu confessou que a sua intenção era roubá-la, além disso as testemunhas que moram no local não presenciaram o delito, porém deixaram claro que a rua era grande e que pode ser visivelmente vista qualquer atitude como esta. A própria vítima declarou que não era para o acusado intentar algo contra ela naquele local, pois poderia passar muita gente ali. Ora, quem em seu íntimo tentaria estuprar alguém em local em que facilmente é visto, apesar de ser madrugada? [...] Como se vê,

a instrução não restou demonstrada como ocorreu o delito como descrito na exordial acusatória, ademais, inexistindo elementos convincentes para embasar a condenação, uma vez que os elementos de prova são frágeis e inconsistentes (Processo nº 27077-40.2014.8.10.000, sentença, fls.133)

Verifica-se como a memória sobre a “mulher-vítima”, frágil e nervosa, cuja natureza sensível pode facilmente levá-la a uma compreensão fantasiosa da realidade, é retomada no discurso judicial, a fim de afastar a credibilidade da versão por ela apresentada.

Sua condição de sujeito tão profundamente influenciável pela “inquietação” de sentidos resultou em um tratamento infantilizado da sua narrativa, incapaz de provocar o convencimento judicial sobre a existência de qualquer dos detalhes ali expostos, sobretudo a forma de como acusado tentou despi-la, versão que na sentença não foi mencionada se quer para ser refutada, silenciando a palavra vítima de modo absoluto quando da valoração das provas.

Desse modo, embora a jurisprudência nos crimes contra a dignidade sexual venha representando uma ruptura de sentidos no que tange à valoração da palavra da vítima como instrumento de prova, o enunciado em análise filia-se a uma rede de sentidos mais ou menos estabilizados, cuja memória discursiva atrela facilmente a posição-sujeito vítima à inferioridade e descredibilidade do sujeito “mulher”.

Por outro lado, a racionalidade “fria” atribuída à subjetividade masculina também é uma memória evocada, haja vista que nem o temor do acusado pelas nefastas consequências de uma condenação penal, nem a possibilidade de falsear a verdade como instrumento de defesa, retiram a credibilidade de sua narrativa, valorada na motivação da sentença como prova que influenciou o convencimento do juiz. Em outras palavras, não se trata de dúvida quanto à existência da tentativa de estupro motivada pela “inquietação” da vítima, mas de certeza de que os fatos ocorreram como contou o réu.

Note-se a palavra da vítima não foi valorada se quer em conjunto com o exame pericial, nem com os depoimentos das testemunhas, haja vista que estas não presenciaram o fato, de onde se percebe que como elemento de prova, nada valeu, revelando que o silenciamento da mulher-vítima, sob o aparente tecnicismo judicial, reflete no discurso jurídico as dinâmicas de relações de força e assimetrias de poder que se estabelecem no meio social, estabelecendo continuidades de sentido e conseqüentemente desigualdades, enquanto dispositivo de saber-poder.

5 - Considerações finais

A análise do discurso jurídico nos crimes de estupro apresentada no presente estudo se deu na perspectiva de compreender os efeitos de sentido da atuação do Sistema de Justiça Criminal enquanto dispositivo que produz saber não somente a respeito do crime e do criminoso, mas também sobre suas vítimas, exercendo um poder que se manifesta para além dos envolvidos, intervindo diretamente nas relações sociais.

Isto porque o Sistema de Justiça Penal integra uma rede que age sobre os indivíduos tanto de forma disciplinar, individualizando, classificando e separando-os, quanto sobre as massas, regulamentando a vida e os comportamentos, e produzindo identidades.

Longe de esgotar as discussões acerca do tratamento dispensado à vítima de estupro pelo poder judiciário, revela-se, diante do discurso tomado como acontecimento que se materializa num texto, um dado relevante acerca dos efeitos de sentido produzidos a partir da valoração da palavra da mulher-vítima, como elemento de prova capaz de concorrer para o convencimento do juiz.

Embora as relações de força e resistência tenham engendrado novos papéis que integram o processo de subjetivação feminina, conseqüentemente forjando rupturas discursivas, inclusive no próprio discurso judicial – como sobre a credibilidade das narrativas de vítimas nos crimes sexuais – observou-se que a voz da mulher-vítima, nos crimes de estupro, quando chega a ser ouvida pelo Poder Judiciário, tende a ser desacreditada e conseqüentemente silenciada nos autos.

Verifica-se que a recongnição processual ainda é capaz de perpetuar padrões assimétricos de valoração sobre as narrativas de vítimas e autores, pautados em memórias discursivas que instituem sujeitos generificados e marcados por desigualdades de poder.

Tal movimento, ao contrário de estabelecer rupturas e promover a igualdade material entre os sujeitos de direito, fomenta continuidades de saberes sobre uma natureza feminina essencializada, associada à noção de fragilidade e inferioridade, legitimando práticas de desconfiança e infantilização sobre o comportamento das mulheres.

Desse modo, o silenciamento da mulher-vítima também produz efeitos de sentido, que por sua vez, concorrem para na manutenção de uma ordem social marcadamente machista e sexista.

Faz-se necessário garantir que a busca pela verdade processual possa fazer emergir novas formações identitárias, numa perspectiva aberta e inclusiva, a partir da produção de novos dizeres e práticas sobre o valor da palavra da mulher-vítima, enquanto elemento probatório, que considera seu caráter histórico e as relações de poder que lhe atravessam.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Soberania Patriarcal: O Sistema De Justiça Criminal No Tratamento Da Violência Sexual Contra A Mulher**. Revista Sequência, n. 50, p. 71-102, jul. 2005. p. 73. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/4f33baebd636cb77eb9a4bdc2036292c.pdf>>. Acesso em: 29jul. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**; 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010

_____. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: Diálogos e Duetos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018

NUNES, Sílvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de processo penal**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2017

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2013.

TORNAGHI, Hélio Bastos. **Curso de Processo Penal**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

QUAL DEUS OLHA POR ELAS? A FALSA LAICIDADE DO ESTADO E A VIDA DA MULHER NEGRA E POBRE

Letícia Sabbatini Malta Amaral da Silva
(UFRRJ)

leticiasabbatinimalta@gmail.com

Luciana Aparecida Carlos Ribeiro
(UFF)

lacrelowe@gmail.com

Resumo:

Ainda que constitua um Estado Laico, o Brasil possui muitas características de uma sociedade repleta de ordem religiosa. Fruto de um passado majoritariamente cristão, o país, que é institucionalmente separado da Igreja desde a promulgação da constituição da república em 1891, ainda encontra obstáculos para colocar a laicidade em prática. Nesse sentido, católicos e sobretudo evangélicos, amparados pelo direito à liberdade religiosa e de expressão, fazem-se cada vez mais presentes na vida pública, assumindo cargos no Legislativo e Executivo. Esses políticos, que em sua maioria carregam traços de fundamentalismo, têm assumidamente a “missão” de impedir a descriminalização do aborto, entre outras pautas, sob a justificativa de manter uma moralidade cristã estrita. Nesse contexto, o presente artigo analisará como o fundamentalismo religioso na esfera pública afeta a vida das mulheres, sobretudo negras e de classes mais populares, utilizando como objetos de análise a PEC 181/2015, o PL 5.069/2013 e o PL 470/2007.

Palavras-chave: Laicidade; Aborto; Interseccionalidade.

Introdução

Desde a sua descoberta, o Brasil vive um intenso processo: a formação da legitimidade religiosa e política da Igreja Católica. Durante o período colonial, por exemplo, a igreja era subordinada ao Estado e a religião era utilizada como instrumento de dominação cultural, social e política dos colonizadores sobre o povo nativo. Nesse cenário, no qual a colonização foi uma grande empresa comercial, a fé católica, além de instrumento de dominação, estabeleceu uma solidariedade social (FREIRE e SANTOS, 2016), a qual manteve a sociedade unida contra qualquer outra fé religiosa, como os protestantes ingleses e os reformadores holandeses.

Durante as diversas fases que o Brasil passou desde a sua colonização, a legitimidade da Igreja Católica sempre esteve presente e ativa. A constituição de 1934, por exemplo, deixa explícita a importância do catolicismo por meio de pontos como a instituição do ensino religioso nas escolas públicas e a subvenção estatal para atividades assistenciais ligadas à Igreja. Assim, podemos concordar com Sanchis (1994, p.146) ao afirmar que é “impensável um Brasil que não se defina, entre outros traços, pelo catolicismo”.

No decorrer do século XX, porém, o campo religioso brasileiro sofreu modificações, caracterizando-se pelo vertiginoso aumento das matizes evangélicas, sobretudo os pentecostais, e diminuição dos autodeclarados católicos. Em 1970, os católicos eram 91,8% da população, enquanto que os evangélicos correspondiam a 5,2%. Já em 2010, o número de católicos caiu

para 64,6% e o de evangélicos subiu para 22,2%, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2014). Nesse sentido, é necessário analisar o crescimento principalmente dos evangélicos pentecostais, considerado por Campos (2005, p.102) como um dos fenômenos religiosos mais importantes do século XX.

Desenvolvendo-se a partir das décadas de 1910 e 1920, os pentecostais iniciaram, a partir da década de 1950 um crescimento incomum. Mariano (2004) afirma, que os pentecostais souberam aproveitar o contexto socioeconômico e político do país. O aumento do desemprego e da violência junto do enfraquecimento da igreja católica e da redemocratização do Brasil criou um terreno fértil para essas igrejas, que atuam majoritariamente sobre o estrato mais pobre da população, através dos meios de comunicação em massa. A Igreja Universal do Reino de Deus (1977-RJ) constitui um exemplo prático dessa expansão. De 1980 a 1989, a IURD aumentou o número de seus templos em 2.600% e já em 1990, ano que negociou a compra da Rede Record por 45 milhões de dólares, passou a cobrir todo o território brasileiro, expandindo-se para mais de 80 países¹.

É importante ressaltar que o crescimento pentecostal não se limitou aos campos religioso, demográfico e midiático, expandindo-se também pelo campo político partidário. A partir da década de 1980, com o início do pluripartidarismo e as discussões acerca da nova Constituição Federal, é observada uma mudança no posicionamento do grupo em questão. Ainda que tenham apoiado a ditadura militar, até então, difundiam o slogan “crente não se mete em política” (SYLVESTRE, 1986 e FRESTON, 1994). Entretanto, a partir da década citada, um novo slogan foi propagado: irmão vota em irmão (SYLVESTRE, 1986). De acordo com Freston (1994), uma das motivações para essa mudança de atitude das lideranças pentecostais está relacionada ao crescimento demográfico de seus adeptos junto ao desejo de ampliação de seus direitos enquanto comunidade.

Em 1986, são eleitos 32 deputados federais evangélicos, formando a primeira “bancada evangélica”, sendo só a partir de 2002 que a sua participação na política pública tem como característica um nível maior de organização interna. (FREIRE e SANTOS, 2016). Hoje, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional representa 16% do congresso², possuindo nomes importantes e polêmicos como Jair Bolsonaro, Eduardo Cunha³ e Pr. Marco Feliciano.

Ainda que o número de católicos no país esteja decrescendo, a representação católica na política é forte e estável. Em 1990, o número de candidaturas de religiosos católicos a cargos públicos no Brasil com o apoio de instituições católicas aumentou. Nesse contexto, a identidade religiosa era convenientemente utilizada para atrair o voto da população também religiosa. Assim surgiu o slogan “católico vota em católico”. Hoje, a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana conta com 215 deputados e 5 senadores⁴, dentre os quais muitos fazem parte também da FPE. Essa convergência nos mostra que apesar de religiosos católicos e evangélicos competirem externamente em busca de maior legitimidade no contexto social, unem-se dentro da política por bandeiras comuns, tais como a não descriminalização do aborto.

É nesse contexto de crescimento religioso, sobretudo pentecostal, na política, que o presente artigo está situado. A partir de dados, pronunciamentos, Projetos de Lei e Propostas de Emenda Constitucional, é possível analisar a atuação de parlamentares religiosos no que diz respeito a temática dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Considerando o gênero, a raça e a classe como os três principais eixos de subordinação, partiremos, portanto, de uma análise interseccional para avaliar como tal influência atua na vida da mulher pobre e negra.

1 Sobre sua implantação, presença e formação ver Mariano, 2004.

2 https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html Acesso: 15/10/2018

3 Eduardo Cunha encontra-se preso em um complexo médico penal em Curitiba (PR).

4 <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalle.asp?id=53496> Acesso: 28/08/2018

Desenvolvimento

Concordando com Carvalho (1999) e Mariano (2011), os parlamentares católicos e evangélicos, em sua maioria, não estão interessados em laicizar o espaço público, mas em legitimar a atuação religiosa, tentando estender a moralidade cristã tradicional ao conjunto da sociedade, por meio de políticas públicas. Assim, é necessário estar atento ao conceito de laicidade e sua polissemia, que acaba abrindo brechas para diversas interpretações e deturpações, ainda dentro da lei. Para os religiosos, a noção de laicidade está convenientemente conectada à liberdade religiosa, o que significa dizer que a censura sobre os seus discursos religiosos seja no púlpito ou no plenário não é permitida. Por outro lado, defensores da laicidade desejam a privatização da religião, utilizando também o argumento da laicidade como uma defesa ao Estado neutro e direcionado a “cidadãos e não a fiéis” (TREVISAN, 2013).

Nesse caminho de respaldo pelo direito à liberdade religiosa e de expressão, políticos fundamentalistas misturam cada vez mais as esferas pública e privada. Segundo Roberto Blancarte (2008, p.28), “um dos maiores riscos da sociedade moderna é confundir liderança religiosa com liderança política”. Assim, podemos citar a PEC 181/2015, o PL 5.069/2013 e o PL 470/2007, os quais todos dizem respeito direta ou indiretamente a criminalização do aborto e possuem traços de fundamentalismo religioso.

Inicialmente, a Proposta de Emenda Constitucional 181/2015 tratava da mudança do artigo 7º, que aborda a questão da licença-maternidade. De autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), o texto original da proposta objetivava ampliar o direito à licença-maternidade da mãe caso o bebê nascesse prematuro. Assim, o período de 120 dias poderia se estender até o limite de 240 dias. Porém, o texto sofreu duas modificações realizadas pelo deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), membro da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. Como as modificações não estão relacionadas ao artigo 7º, como propunha o texto original, a proposta é também conhecida como PEC Cavalinho de Tróia. No inciso 3 do artigo 1º da Constituição, que aborda os princípios fundamentais da República, seria inserida a expressão “dignidade da pessoa humana desde a concepção” e no capt. do artigo 5º, que garante a igualdade de todos perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, alterar-se-ia a frase para “inviolabilidade do direito à vida desde à concepção”. A mudança no texto da proposta foi votada por uma comissão majoritariamente formada por deputados homens que comemoraram a alteração em coro “vida sim, aborto não”⁵.

O deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), relator e responsável pelas modificações na PEC 181/2015, é ligado à Igreja Internacional da Graça. Além de possuir um histórico de defesa à privilégios ligados a Igrejas evangélicas, como a solicitação de remissão de débito tributário dessas instituições, o parlamentar tem como uma de suas pautas principais a não descriminalização do aborto. Em 2008, quando a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados rejeitou o PL 1.135/91, que descriminaliza o aborto induzido pela gestante ou com sua autorização, o deputado comemorou: “a vida acaba de vencer aqui, agora e democraticamente”⁶. O que não parece coerente, haja vista que o aborto inseguro ocupa o quinto lugar entre as causas de mortalidade materna, segundo o Ministério da Saúde.

É válido lembrar que hoje no Brasil, o aborto induzido é permitido em casos de estupro, nos que a vida da mãe corre perigo e nos casos de fetos com anencefalia. Portanto, se aprovada, a PEC Cavalinho de Tróia abrirá uma brecha legal para condenar as mulheres que realizam o aborto, ainda que em casos permitidos pelo Código Penal, haja vista que a Constituição está

5 <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/10/O-que-diz-a-PEC-181.-E-qual-seu-impacto-sobre-o-aborto-legal> Acesso: 20/09/2018

6 https://www.conjur.com.br/2008-mai-08/comissao_camara_rejeita_descriminalizacao_aborto Acessado: 15/09/2018.

acima de qualquer outra lei. Com tal alteração, mulheres em risco de vida; vítimas de estupro e grávidas de fetos sem chances de sobrevivência seriam forçadas por lei a seguir com a gestação. A criminalização do aborto em todas as situações abre brechas para outra questão: a investigação policial de mulheres que sofreram aborto espontâneo, algo comum em 20% das gestações até a 22ª semana⁷.

A aprovação da PEC 181/2015 prejudicaria também pesquisas com células-tronco e procedimentos médicos como a fertilização *in-vitro*. Isto porque em ambos casos ocorre o descarte de óvulos fecundados e ao reconhecer por lei a “vida desde a concepção” esse descarte seria crime. Além disso, a proposta dificultaria o acesso à anticoncepção de emergência, em função do trecho da proposta que assegura a “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”, haja vista que a pílula do dia seguinte pode ser considerada um método abortivo.

Surgindo como um novo meio de chegar ao mesmo fim, o PL 5.069/2013 trata da atenção a vítimas de abuso sexual e apresenta brechas que também podem dificultar o acesso à pílula do dia seguinte. Apresentado pelo então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presente em diversas polêmicas envolvendo religião, o projeto tinha como objetivo inicial modificar o artigo 127 do Código Penal sobre aborto praticado por terceiros, transformando em crime qualificado o “anúncio de meio abortivo ou induzimento ao aborto”. Durante a tramitação na comissão, o deputado Evandro Gussi (PV-SP), membro das Frentes Parlamentares Evangélica, em Defesa da Vida e da Família e Mista Católica Apostólica Romana, acrescentou outros artigos ao PL. O parlamentar também é ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a organização mais importante da Igreja Católica no país.

Eduardo Cunha, autor do PL 5.069/2013 e atualmente preso por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de dívidas, é membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. A Igreja, segundo o sociólogo da religião Leonildo Campos (2005) criou uma comissão para a elaboração de um plano político. O documento, finalizado em 2005, contém diretrizes que todos os membros da corrente religiosa em questão devem seguir na vida pública:

Posicionar-se intransigentemente contra a prática do aborto; a legalização de união conjugal entre pessoas do mesmo sexo (...) defender a Igreja e os evangélicos, prioritariamente, tendo em mente a discriminação com que sempre foram tratados pelos governantes (...) lutar pela moralização do país, posicionando-se contra os agentes que deterioram os costumes (CAMPOS, 2005, p.163).

Na prática, o PL 5.069/2013 endurece a criminalização do ato de induzir a gestante a praticar o aborto, mesmo em casos de estupro, desqualificando a palavra da mulher abusada. Dessa forma, toda mulher vítima de violência sexual deverá fazer exame de corpo de delito e boletim de ocorrência (BO) para ter o direito de realizar o aborto legal e seguro. Porém, essa condição parece não considerar a realidade brasileira. Em 2015, 45.460 casos de estupro foram registrados no Brasil, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2016, mas especialistas afirmam que esse número representa apenas entre 10% e 15% do total⁸.

Em uma sociedade patriarcal que responsabiliza a vítima de estupro pelo crime sofrido, prestar queixa em um ambiente policial, muitas vezes, majoritariamente masculino, pode se transformar em uma nova violência. De acordo com o relatório citado, no ano de 2016, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil. Dos 4.657 homicídios de mulheres

7 <https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.382671338573205.1073741828.313545132152493/888787604628240/?type=3&theater> Acesso: 25/04/2018.

8 <http://www.compromissoeatitude.org.br/11-motivos-que-levam-as-mulheres-deixar-de-denunciar-casos-de-assedio-e-violencia-sexual-bbc-brasil-13102017/> Acesso: 28/08/2018

registrados apenas 533 foram classificados como feminicídio⁹. Segundo Andrea Nye, a legislação proibitiva do aborto é um exemplo de como a mulher pode ser subjugada de diferentes formas pela sociedade:

As mulheres nem sempre são governadas pela força. A vontade masculina de que a mulher assuma um papel subordinado é mascarada nas teorias de uma “natureza” feminina. Instituições de socialização, sobretudo a família, garantem que essa “natureza” reapareça em cada geração pela mediação entre estrutura individual e social. Por vezes, no entanto, é empregada força bruta — mediante leis que tornam o aborto ilegal, ou os maus-tratos e violência à esposa. Descrições jocosas da violência contra as mulheres nos meios de massa, pornografia, e anedotas misóginas, tudo isso são meios de utilizar a violência para afirmar o poder masculino. (NYE, 1995, p. 121)

Além disso, de acordo com a cláusula adicionada pelo deputado Evandro Gussi (PV-SP), o profissional de saúde pode se recusar a dar à paciente qualquer substância que “considere abortiva”, segundo os seus princípios morais. Como vários grupos defendem que a pílula do dia seguinte pode ser vista como um meio abortivo, a cláusula abre precedentes para que a informação sobre como evitar uma gravidez no dia seguinte a uma relação sexual seja omitida.

O argumento que fundamenta o PL, de autoria de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirma ainda que a tentativa de legalizar o aborto é um movimento dos países capitalistas, sobretudo os Estados Unidos, para controlar numericamente a população. Reforça também a ideia de que as feministas estão sendo “enganadas” por argumentos que fingem valorizar a autonomia feminina:

Em 1974, a direção das organizações Rockefeller, em conjunto com sociólogos da Fundação Ford, formularam uma nova tática na estratégia para o controle da população mundial. Os meios para a redução do crescimento populacional, entre os quais o aborto, passariam a ser apresentados na perspectiva da emancipação da mulher, e a ser exigidos não mais por especialistas em demografia, mas por movimentos feministas organizados em redes internacionais de ONG's sob o rótulo de “direitos sexuais e reprodutivos”. Neste sentido, as grandes fundações enganaram também as feministas, que se prestaram a esse jogo sujo pensando que aquelas entidades estavam realmente preocupadas com a condição da mulher. (Justificativa do Projeto de Lei Nº 5.069/2013, p.5)

O trecho acima apresenta a forma como o autor visualiza as mulheres: infantilizadas, manipuláveis e inocentes. Desqualificando não apenas as feministas, o PL 5.069/2013 faz o direito de um indivíduo com princípios morais e totalmente pessoais se valer sobre o direito público à vida e à autonomia sobre o próprio corpo. O estudo “Unconscionable-When Providers Deny Abortion Care”¹⁰ (Inconcebível- Quando os prestadores negam direito ao aborto¹¹) traz um ótimo exemplo acerca da não separação entre princípios individuais e direitos públicos. Apontando, assim, para o despreparo médico e hospitalar nos casos que o aborto é assegurado por lei. De acordo com a publicação, em 2015, uma jovem brasileira com gravidez decorrente de estupro foi a um centro especializado para receber vítimas de violência. No hospital, ela ouviu de médicos, farmacêuticos, enfermeiros e outros membros da equipe, frases como “essas mulheres não tem cuidado quando transam e depois vêm aqui abortar”.

9 “O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.” **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher - Relatório Final, CPMI-VCM, 2013. Disponível em http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/CPMI-RelatorioFinal_julho2013.pdf Acesso: 26/04/2018.**

10 https://iwhc.org/wp-content/uploads/2018/06/IWHC_CO_Report-Web_single_pg.pdf Acesso: 11/10/2018.

11 Tradução livre.

Fazendo uso da reflexão feita por Émile Durkheim sobre os chamados “períodos frios”, conseguimos analisar ainda mais esse contexto. Segundo a concepção de Durkheim, em períodos que o tradicional pode ser afetado, diferentes grupos conservadores podem se sentir ameaçados. Essa sensação estimula a tentativa de manipulação, visando controlar o processo. Nesse caso, freando a garantia de direitos de minorias, por considerá-las uma afronta aos valores tradicionais. É possível, a partir dessa análise, compreender os objetivos de projetos como o PL 5.069/2013 e a PEC 181/2015.

Concordando com Durkheim e resgatando o conceito de pânico moral, esses parlamentares enfatizam que a igualdade de gêneros pode trazer graves consequências a sociedade. O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) explicita esse conceito nas palavras:

“As feministas lutam pelo direito delas, o que é legítimo, o que a democracia permite, mas o que vem por trás de tudo isso, de maneira subliminar, é o que me assusta, porque quando você estimula uma mulher ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como ser mãe começa a ficar anulada, e pra que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, e você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos.” (Brasília, 13 de junho de 2012)¹².

Segundo Maria Lúcia Silveira (2006), “o Estado sempre legislou em torno da família e por meio da família, controlou a sexualidade das mulheres, exemplificando interesses conjunturais e estratégicos”. Assim como o PL 5.069/2013 e a PEC Cavalari de Tróia, o PL 470/2007, conhecido como Estatuto do Nascituro, foi criado com o mesmo objetivo de barrar os direitos sexuais e reprodutivos femininos e assim, controlar as mulheres.

O PL 470/2007 foi elaborado pelos deputados Osmânio Pereira (PTB-MG) e Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP) e estabelece uma série de direitos civis e crimes relacionados à proteção integral do nascituro, entendido como “o ser humano concebido, mas ainda não nascido” (art 2º). O PL aumenta as penas para a prática de aborto, incluindo o ato como crime hediondo e criminalizando quem “causar culposamente a morte de nascituro”, “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto”, “fazer publicamente apologia do aborto ou de quem o praticou, ou incitar publicamente a sua prática”, “induzir mulher grávida a praticar aborto ou oferecer-lhe ocasião para que o pratique”. Nas disposições preliminares art. 4º consta que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao nascituro, com absoluta prioridade, a expectativa do direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Além disso, ao Estatuto do Nascituro está apensado um projeto de lei que concede pensão à mãe que mantenha a gestação decorrente de estupro (PL 3.748/2008), popularmente conhecido como “bolsa-estupro”.

A conclusão do texto de justificativa do PL reflete a natureza religiosa dos argumentos apresentados:

a pena para o aborto será cadeia de verdade! Parece até um sonho diante da impunidade reinante neste país para quem mata criancinhas [...] Queria Deus que esta casa de leis se empenhe o quanto antes em aprovar este Estatuto, para alegria das crianças por nascer e para o orgulho desta pátria (Justificativa do PL 470/2007).

¹² Trecho retirado de Vital e Lopes, 2013.

A proposta, arquivada em 2007, foi reapresentada ainda no mesmo ano pelos deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG). Nessa, entretanto, foram retirados os trechos acima com a menção a Deus. O PL, que depois de alterado e reapresentado transformou-se em PL 478/2007, continua em tramitação.

Assim, observando como alguns grupos parlamentares atuam na esfera pública, é possível enxergar falhas na laicidade do Estado brasileiro. Os PLs 5.069/2013 e 470/2007 e a PEC 181/2015 exemplificam a presença da moral religiosa em argumentos legislativos, visando o impedimento da autonomia feminina. Essa política proibitiva impregnada de argumentos religiosos condenou cerca de 203 mulheres a morte, em 2016, o que representa uma morte a cada dois dias, segundo o Ministério da Saúde. Ainda de acordo com o órgão, o aborto inseguro leva mais de 250 mil mulheres à hospitalização por complicações todos os anos. Segundo a Dr. Maria de Fátima Marinho, diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde, o número de abortos ilegais induzidos não está relacionado à classe social, porém a quantidade de casos graves e óbitos é maior entre mulheres negras e pertencentes às classes mais populares. Ou seja, “quem mais morre no Brasil são mulheres negras, jovens, solteiras e com até o Ensino Fundamental”¹³.

Como destaca Pimentel (2006), “A repressão sexual e o controle da reprodução também são campos da miséria humana. Considerando-se que a sexualidade e a reprodução são dimensões que integram nossa natureza, limitações ao seu pleno exercício representam uma violência”. Reconhecendo a existência das diversas opressões, essa violência pode ser potencializada por alguns fatores históricos, econômicos e sociais. Apesar das relações sexistas, classistas e racistas possuírem trajetórias distintas, os sujeitos sofrem com a imbricação entre elas. Assim, podemos pensar a interseccionalidade como Djamilia Ribeiro (2016), analisando raça, classe e gênero de maneira indissociável.

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989) e segundo Silma Birge (2009, p.70 apud HIRATA, 2014) “remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado”. De acordo com Angela Davis (2016), “é preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça também informa a classe. E gênero informa a classe”. Levando Ribeiro (2016), Crenshaw (1989), Birge (xxxx) e Davis (2016) em consideração, no Brasil, as mulheres negras e pertencentes às classes mais populares ocupam a base da pirâmide hierárquica e conseqüentemente, estão em situação de maior vulnerabilidade perante a “falsa” laicidade do Estado.

Provenientes, em sua maioria, de classes sociais mais pobres, as mulheres negras geralmente não conseguem suporte financeiro para pagar um procedimento mais seguro e recorrem à métodos caseiros e clínicas amadoras para interromperem a gravidez. Essas mulheres majoritariamente periféricas são também as que mais precisam do apoio estatal, haja vista que, segundo o “Dossiê Mulher 2015” do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 56,8% das vítimas de estupro registrados no Estado, em 2014, eram mulheres negras. Nesse sentido, dentre as conseqüências da violência sexual, a gravidez se destaca por ser possivelmente uma perpetuação da agressão sofrida. Diante das possíveis complicações e na realidade na qual elas estão inseridas, o acesso ao cuidado médico no pós-aborto também é mais difícil. Dados do Sistema de Morbidade Hospitalar do Ministério da Saúde revelam que, em 2016, 62,4% das mulheres internadas por complicações pós-aborto eram negras e pobres. De acordo com a Dr. Maria de Fátima Marinho, do Ministério da Saúde, em audiência pública na câmara, em 2016,

13 http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-cao-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html Acesso: 04/08/2018.

“foram registradas 559 mortes [por aborto inseguro] de mulheres brancas e 1.079 de mulheres negras, uma quantidade muito maior”. Assim a PEC 181/2015 e os PLs 5.069/2011 e 470/2007 dificultariam ainda mais a realidade dessas mulheres que são as mais estupradas, as que mais abortam e as que mais morrem. Segundo Kilomba (2012):

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de “o outro” do outro. (KILOMBA, 2012, p.124)

Ainda no debate sobre direitos reprodutivos das mulheres negras, é possível observar a lógica racista e classista na qual elas estiveram historicamente submetidas, no que tange o controle de sua capacidade reprodutiva. Essa lógica foi expressada, por exemplo, em políticas de esterilização de mulheres negras e pobres patrocinadas pelo Estado. Um dos maiores escândalos relacionados ao tema foi o documento “O Censo de 1980 no Brasil e no Estado de São Paulo e suas curiosidades e preocupações”, publicado em 8 de junho de 1982 e de autoria do economista Benedito Pio da Silva. O documento tratava do controle da população negra:

De 1970 para 1980 a população branca reduziu-se de 61% para 55% e a parda aumentou de 29% para 38% (...). Enquanto a população branca praticamente já se conscientizou da necessidade de controlar a natalidade, principalmente nas classes médias e altas, a negra e a parda elevaram seus índices de expansão em 10 anos, de 29 para 38%. Assim temos, 65 milhões de brancos, 45 milhões de pardos e um milhão de negros. A manter essa tendência no ano 2000 a população parda e negra será de ordem de 60%, portanto muito superior à branca, e eleitoralmente poderá mandar na política e dominar postos-chaves. A não ser que façamos como em Washington, capital dos Estados Unidos, que devido ao fato da população negra ser da ordem de 63%, não há eleições.¹⁴

Nesse contexto, é válido resgatar a decisão do Comitê das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação Contra Mulheres (CEDAW- 49º sessão, julho/2011) que considerou o estado brasileiro como responsável pela morte de Alyne da Silva Pimentel Teixeira, de 28 anos e grávida de seis meses. Ela chegou à óbito devido à negligência e à demora no atendimento hospitalar durante complicações de sua gravidez. Concluiu-se que se tratou de um caso de violação dos direitos da mulher, no qual a discriminação racial e econômica contribuiu para a morte da paciente, haja vista que ela era negra e pobre. Segundo Maria Jesus de Moura (2009), ainda que exista a coleta de informações sobre a questão racial e classista nos protocolos de atendimento da saúde, os profissionais ainda não reconhecem a relevância dessa informação.

Conclusão

A partir da análise apresentada, consideramos que a intrínseca relação entre fundamentalismo religioso e poder legislativo contribui para a permanência e desenvolvimento de leis baseadas na “moral” individual religiosa. Essa crescente proximidade entre religião e Estado influencia diretamente os direitos da mulher, especialmente no que diz respeito à autonomia sobre o próprio corpo. Ao permitir que a legislação seja construída majoritariamente por homens, brancos, héteros e religiosos, a sociedade aprova a exclusão de direitos fundamentais de grupos não normativos.

¹⁴ Pronunciamento do deputado Luiz Carlos Santos, São Paulo, em 5 de agosto de 1982.

Sendo assim, é possível observar que parlamentares evangélicos e católicos se unem muitas vezes dentro da vida pública para defender ou atacar bandeiras em comum, tais como o combate a descriminalização do aborto. Ao colocarmos em análise os PLs 5.069/2011 e 470/2007 e a PEC 181/2015, todos relacionados à criminalização do aborto, conseguimos observar argumentos, justificativas e pronunciamentos, realizados por seus respectivos autores e apoiadores, impregnados pela moral religiosa. Escancarando, assim, a influência da “falsa” laicidade na vida da mulher.

Ademais, observamos que dentre as mulheres, as negras e pobres estão em maior grau de vulnerabilidade e portanto, são as mais afetadas pela falta de laicidade no Estado brasileiro. Essas mulheres, situadas na base da pirâmide hierárquica por serem atravessadas por diversos eixos de subordinação, são historicamente submetidas a um processo de desprezo social e público, no que diz respeito à habitação, segurança, saúde e educação. São, portanto, negras e pobres as que mais morrem, dentro da lógica de controle dos direitos sexuais e reprodutivos femininos.

Para que a sociedade consiga, assim, caminhar rumo a um cenário tolerante e democrático, o respeito à autonomia é condição essencial. É preciso diferenciar os espaços da espiritualidade e da cidadania, respeitando a fronteira entre o público e o privado. Nesse contexto, a laicidade do Estado pode ser construída a partir da destruição do sistema patriarcal e racista, que não reconhece principalmente a mulher negra e pobre como um sujeito pleno de direitos.

Referências Bibliográficas

BLANCARTE, Roberto. **O porquê de um Estado Laico**. In: LOREA, Roberto (org). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

CAMPOS, Leonildo. **De “Políticos Evangélicos” a “Políticos de Cristo”: la trayectoria de las acciones y mentalidade política de los evangélicos brasileños em el passo del siglo XX al siglo XXI**. Ciências sociais e religião, ano 7, n.7, p. 157-186. Porto Alegre, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. **Um espaço público encantado: pluralidade religiosa e modernidade no Brasil**. Brasília: UnB, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, José Carlos; SANTOS, Dayse Amaral dos. **Religião e política no Brasil: do catolicismo colonial ao pentecostalismo**. In: Revista Científica Vozes dos Vales. – Nº 10 – Ano V. Minas Gerais, 2016.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Tese Doutorado em Sociologia. Campinas, UNICAMP, 1993.

FRESTON, Paul. **Breve história do pentecostalismo brasileiro**. In: VALLE, R.; SARTI, I. *Nem Anjos Nem Demônios*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social, São Paulo, v.26, n.1, p.61-73,2014.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. Munster: Unrast,2012.

MARIANO, Ricardo. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal**. In: Estudos avançados 18 (52). Rio Grande do Sul, 2004.

MARIANO, Ricardo. **Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. Revista Civitas, v. 11, n. 2. Porto Alegre, 2011.

MOURA, Maria de Jesus. **A produção de sentidos sobre a violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero**. Tese de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PIMENTEL, Silvia. **A articulação latino Americana em Defesa dos Direitos Humanos**. In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). *Estado laico e liberdades democráticas*. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/ Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

RIBEIRO, Djamilia. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/>> Acesso em 20/07/2018

SANCHIS, Pierre. **O repto pentecostal à cultura católico-brasileira**. In: Revista de Antropologia. São Paulo, USP. Vol 37, p.145-181, 1994.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **A luta pelo direito ao aborto: um caso emblemático**. In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). *Estado laico e liberdades democráticas*. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/ Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. São Paulo: Editora Pergaminho, 1986.

TREVISAN, Janine. **Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010**. In: Revista brasileira de história das religiões- v. V, n. 15. Maringá (PR), 2013.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

A MULHER BRASILEIRA: TENSÃO ENTRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

BORGES, Luciana Pimenta

Mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS
da Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
luc.cpa@gmail.com

FERREIRA, Maria da Luz Alves

Professora do PPGDS da
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
mariadaluz@oi.com.br

CARDOSO, Natany Lima

Formada em Psicologia pelas
Faculdades Pitágoras de Montes Claros, Brasil
limacardoso@gmail.com

RESUMO

A tentativa de relatar a história das mulheres é um empreendimento desafiador, que demanda profundo estudo, cabendo um novo trabalho de extensão muito maior do que um artigo. Posto isso, vale esclarecer que o objetivo aqui é apresentar elementos da história das mulheres que fortaleçam a discussão sobre a mulher brasileira e a tensão entre os espaços públicos e privados. Reporta-se ao passado é fundamental e necessário para melhor compreendermos a realidade atual, seus desdobramentos e contradições, haja vista que nenhum fenômeno encontra-se isolado, desvinculado de quaisquer outras questões histórico-sociais. Não obstante, a vida privada nos parece aqui como campo problemático de ser explorado. Eis aqui uma das grandes iniciativas que este trabalho se propõe a realizar: abordar o espaço privado, com foco nas mulheres e suas relações, confrontando-a com o espaço público.

Palavras-chave: Mulher. Tensões. Subordinação. Público. Privado.

ABSTRACT

The attempt to report on the history of women is a challenging undertaking, which demands profound study, fitting a new extension work much larger than an article. Having said that, it is worth clarifying that the objective here is to present elements of women's history that strengthen the discussion about Brazilian women and the tension between public and private spaces. It refers to the past is fundamental and necessary to better understand the current reality, its unfolding and contradictions, given that no phenomenon is isolated, unrelated to any other historical-social issues. Nonetheless, private life seems to us here as a problematic field to be explored. Here is one of the great initiatives that this work intends to accomplish: to approach the private space, focusing on women and their relationships, confronting it with the public space.

Key-words: Woman. Tensions. Subordination. Public. Private.

INTRODUÇÃO

A tentativa de relatar a história das mulheres é um empreendimento desafiador, que demanda profundo estudo, cabendo um novo trabalho de extensão muito maior do que um artigo. Posto isso, vale esclarecer que o objetivo aqui é apresentar elementos da história das mulheres que fortaleçam a discussão sobre a mulher brasileira e a tensão entre os espaços públicos e privados.

Ao analisar a história das mulheres, podemos destacar estreitos laços com as relações entre os sexos. Significa dizer, em linhas gerais, que historicizar sobre as mulheres ultrapassa o relato descritivo de seu cotidiano, é, de maneira inevitável, também teorizar sobre as relações de poder entre homens e mulheres, abarcando situações subjetivas, veladas e obscuras, circulando, concomitantemente, entre os espaços públicos e privados, sendo este último, observado como um ambiente mais espinhoso de se adentrar.

Não obstante, a vida privada nos parece aqui como campo problemático de ser explorado, tratar o íntimo da casa, da família, do indivíduo, é tão desafiador quanto discutir sobre essa estreita relação de poder entre homens e mulheres no campo afetivo e sexual. Eis aqui uma das grandes iniciativas que este trabalho se propõe a realizar: abordar o espaço privado, com foco nas mulheres e suas relações, confrontando-a com o espaço público.

A questão da fidelidade, por exemplo, sempre fora imposta restritamente à figura da mulher, assim explica Soibet (2010, p. 397) “a infidelidade feminina era, em geral, punida com a morte no Brasil, de acordo com o código penal de 1890, só a mulher era penalizada por adultério”.

Nos estudos de Priore (2010), a mulher brasileira esteve, a todo o momento, condicionada aos ditames masculinos, sendo por maioria das vezes anulada perante a sociedade. Esta superioridade que o homem exercia sobre a mulher era reafirmada por todos os seguimentos da sociedade. O catolicismo nesse país, religião dominante, justificava o poderio masculino como algo determinado por Deus, e que, portanto, as mulheres deveriam estar sujeitas aos seus maridos, porque o homem é considerado a cabeça da mulher.

De maneira geral, o pensamento que se tinha a despeito da figura feminina é que essa não passava de uma mera projeção à grande e perfeita obra: o homem. Esse pensamento era evidenciado por inúmeras obras literárias da época, como o caso da *Malleusmeleficarum*, escrita pelos dominicanos alemães Heinrich Kramer e Jakob Sprenger, publicada em 1486 apud Priore (2010, p. 46) na qual explicitam:

Houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária a retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepiona a mente.

Ao considerar o contexto histórico da mulher, sobretudo, o contexto da mulher brasileira, salta-se aos olhos as diferenciações e comparações feitas desta para com o homem. É irrefutável a constatação de que essa ocupa sempre um lugar diferente, no sentido de ser inferiorizada e discriminada. A ideia veiculada a figura feminina encontra-se intimamente ligada ao ser doméstico, frágil, e, concomitantemente, de posse sexual por parte do homem. E assim, tem-se a defesa de que o homem é superior à mulher, e por isso, deve dominar.

A dicotomia entre mulher e razão é outro elemento marcante no campo da filosofia e da história, e aponta para um cenário evidente de discriminação, em que ao homem reserva-se o direito do pensamento, da palavra e do conhecimento, e à mulher, destina-se o campo da subserviência e do silêncio. E esse silêncio, por muitas vezes, pode revelar situações de violência e agravos à

própria saúde da mulher. O silêncio que tenta esconder a violência física, psicológica e sexual sofrida em casa pelo parceiro e, ou companheiro, o mesmo silêncio que mascara a dependência econômica e amorosa.

Por oportuno, Perrot (2015) assevera que o silêncio é o lugar comum das mulheres, e que a história, convencionalmente, deu a elas a posição secundária e inferior, cuja qual tem sido legitimada pelos vários segmentos societários que emergiram e sublimaram o patriarcado. Nas palavras da autora, “o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento.” (PERROT, 2015, p. 16).

Se desde os primórdios destinou-se à mulher a esfera do silêncio, não obstante podemos compreender os medos que rodeiam tantas mulheres a expressar denúncias sobre os sofrimentos que as cercam. Não obstante também compreender a inibição de se imporem em suas relações afetivas e sexuais. “O modo de existir do feminino é de se esconder, e o fato de se esconder é precisamente o pudor [...]. A mulher é a condição do recolhimento, do interior da casa e da habitação (...).” (PERROT, 2011, p. 132). Tudo que denota a exposição desse ambiente vai ao desencontro do que muitos consideram, erroneamente, ser a essência da mulher.

Perrot (2015) emite a assertiva de que a história das mulheres perpassa por um profundo silêncio, e justifica que isso se deve, preponderantemente, por estas estarem enclausuradas e relegadas ao âmbito privado, lugar considerado de pouca proeminência por centenas de anos. Os primeiros historiadores se ativeram ao relato do espaço público: as guerras, os reinados, os homens, ora ilustres, ora homens públicos. Somente a partir do século XVIII, é que se observa um espaço pouco maior às mulheres e para as relações entre os sexos.

Assim como Veyne (1999), o presente estudo parte da pressuposição que existe um contraste manifesto, aparentemente detectado pelo senso comum, que colocam em lados opostos o privado e o público. O primeiro, nitidamente delimitado como espaço do recolhimento, que oferece imunidade quanto aos perigos ressaltantes no público, é o lugar no qual se abandonam as armas e as defesas contra as investidas do que está externo, é caracterizado pela domesticidade, pela familiaridade e intimidade.

No privado estão os pertences preciosos dos indivíduos, os segredos que pertencem somente a eles, e que não dizem respeito a mais ninguém, e que, portanto, não precisam ser divulgados ou expostos. Nele, desfazem-se as máscaras e as aparências assumidas no público, dá-se lugar ao relaxamento e ao prazer de colocar-se à vontade. Embora esse ambiente demonstre ser o refúgio diário, nele também se observam cenários contraditórios, regidos predominantemente pela desigualdade, força, opressão, dominação e poder.

Naturalmente inscrita no interior da casa, da morada, encerrada sob fechaduras, entre muros, a vida privada parece, portanto, enclausurada. No entanto, por dentro e por fora dessa “clausura”, cuja integridade as burguesias do século XIX entenderam defender a todo custo, constantemente se travam combates. Voltado para o exterior, o poder privado deve sustentar os assaltos do poder público. Deve também, do outro lado da barreira, conter as aspirações dos indivíduos à independência, pois o recinto abriga um grupo, uma formação social complexa, na qual as desigualdades, as contradições parecem atingir o ápice, o poder dos homens se choca mais intensamente do que fora com o poder das mulheres, o dos velhos com o dos jovens, o poder dos amos com a indocilidade dos criados. (VEYNE, 1999, p. 10)

E foi a esse espaço enclausurador, o qual a mulher manteve-se relegada ao longo de muitos anos. Coube a mulher acoplar-se a esfera privada, ambiente assinalado não somente pelo ambiente da casa, da cozinha, do quarto, do oratório, do cuidar dos filhos e marido, mas

principalmente, por concentrar embates velados, marcados, como bem referenciou Veyne (1999), por desigualdades complexas, no qual o escopo é a opressão e dominação do outro - o marido que domina a esposa, os pais que dominam os filhos, os senhores que dominam os criados. O homem é destinado ao público, à mulher, ao privado, ao homem cabe à palavra, à mulher, o silêncio, ao homem compete dominar, à mulher adjudica-se o direito de ser dominada.

Valendo-se de uma autoridade pública, dada ao homem quase como que um direito natural, a sociedade se impetrou de discursos viris e patriarcais, estratificando a mulher a um lócus de menor, ou quase nenhuma protuberância. E tais discursos foram representados na ciência, no corpo, no trabalho, na religião, na educação, na arte, na música, na sexualidade. Tabus e medos criados com intuito de frearem o ímpeto das mulheres, de as manterem num silêncio coercitivo. No privado, o discurso forte e imutável, mantido com rédeas curtas, e se este não fosse suficiente, a força por meio da violência e maus tratos, em todos os seus níveis de alcance, indiscutivelmente, ainda que trabalhemos no campo da suposição, devem ter sido utilizados.

Veyne (1999) apresenta com muita agudez as relações intrínsecas do âmbito privado, elucidando, por vez, as lutas que não só as mulheres, mas as minorias vêm travando na busca pela emancipação. Pertinente o esclarecimento de que o privado sustenta os assaltos do poder público. Ora, se ao homem é dado o poder de dominar o público, é o privado quem o sustenta nesse status. Dominando o privado, o homem domina o público por sequela, e esse empreendimento de fato ocorreu, e muitas mulheres foram convencidas a viverem enclausuradas, reféns do silêncio, submissas a contento de seus maridos, filhos e sociedade em geral. Adverte que a cultura vivencia, desde a idade média, um movimento que cuidou de tornar mais agudo o conflito entre o público e o privado. E se intensificou o conflito público e privado, não teria também intensificado os conflitos entre homens e mulheres?

Os discursos que se fizeram a partir de então se incumbiram de tratar à mulher, em seus vários aspectos, como um ser a parte ou diminuído, num jogo de representações que a coloca a margem da sociedade. Intua as palavras de Perrot (2015, p. 42), como um dos discursos que fortalecem o lugar máster do homem:

“É um menino” é mais glorioso do que dizer: “É uma menina”, em razão do valor diferente atribuído aos sexos, o que Françoise Héritier chama de “valência diferencial dos sexos”. Nos campos da antiguidade, os sinos soavam por menos tempo para o batismo de uma menina, como também soavam menos para o enterro de uma mulher. O mundo sonoro é sexuado.

Os discursos já começam no nascimento, a menina é menos desejada. Esse desejo e preferência pelo menino, aparentemente inocentes, expõem a sociedade sexista em que se vive. O mais estranho é perceber que isso comumente acontece nos dias atuais, como algo rotineiro.

A puberdade da mulher e a menstruação, ciclos de passagem para a adolescência e vida adulta, são geralmente tratadas com certo pudor, silêncio, e até vergonha. O sangue da mulher é considerado como impuro, um tipo de perda, um sinal de morte, que deve ser escondido, amenizado. O sangue do homem, todavia, vem para irrigar os sulcos da terra, com sua honra e glória. (PERROT, 2015)

O esperma é sementeira fecunda. A diferença dos sexos hierarquiza as secreções. “Ver correr seu sangue” ou não vê-lo mais é essencial para as mulheres, mas na intimidade do corpo, no segredo do sexo, e quase sempre no maior desconforto. Somente a partir dos anos 1970 é que as mães falam preventivamente de menstruação com suas filhas, os produtos de higiene levam em conta o “incômodo”, como se dizia antigamente, e a publicidade anuncia as melhores proteções. (PERROT, 2015, p. 45)

A virgindade das moças é outro discurso que circunda a sociedade há muitas décadas e que vai de encontro com o postulado religioso católico, que consagra tal virtude como suprema, tendo Maria como modelo. Importante ressaltar, em consenso com Perrot (2015), que referente valorização religiosa foi sacralizada e sexualizada, ou seja, a mulher deve proteger sua virgindade, guardar-se para o casamento ou para a vida consagrada a Cristo, já o homem, bom, quanto ao homem, à religião tonteia pela omissão, a sociedade, por sua vez, incentiva que o homem seja viril, que desfrute de várias mulheres, como prova de sua masculinidade.

Esses discursos evidenciam os interesses patriarcais de sociedade, em que a mulher deve manter-se resguardada, inclusive, sexualmente, seguindo os preceitos da fidelidade e submissão, elementos motrizes para um bom casamento, que, por conseguinte, fortalecerá o papel do homem enquanto pai e chefe de família, ratificando seu poder sobre todos os seus membros – filhos e esposa, especialmente.

Desde o nascimento, a mulher é encaminhada para se submeter à égide do ambiente privado e da sociedade patriarcal. Através dos discursos, por natureza das vezes, complexos de se desvendar, engendraram uma sociedade sexista, em que a mulher não tem voz e nem vez, num ambiente que deve prestar contas sobre todos os seus atos e comportamentos.

Assim, até meados do século XX, as mulheres eram, por natureza e por essência, destinadas ao casamento e à maternidade. Através de normas, as mulheres eram enquadradas nos papéis de donas de casa, sendo-lhes atribuídas características de frágil e dependente, tinham como desígnio natural cuidar das questões privadas, quais sejam da casa, dos criados, dos filhos, do marido.

Embora tenhamos um cenário histórico e cultural em que homens e mulheres estão estritamente divididos entre o público e privado, respectivamente, não nos parece inocente dizer que existe lutas entre essas esferas, e mais, que essas lutas estão em consonância com a própria luta que se vivencia no interior das relações privadas.

Como apontou Veyne (1999), o espaço privado também é o espaço das contradições, das desigualdades e de intensas batalhas. Sendo assim, o ideário de que cabe à mulher viver limitada ao âmbito da casa e ser submissa ao marido não é de todo unânime. As contradições latentes no âmbito privado suscitaram vários movimentos em que a mulher se opõe ao fascismo da dominação masculina. Não cabendo tratá-los de forma abrangente nesse estudo, dado especialmente pela amplitude que o assunto exige, pontuar-se-ão aqui os movimentos expressivos que se deram a partir dos anos de 1950, salientando que muitos outros movimentos, de distintas épocas, também contribuíram para alavancar as mulheres na luta pelo reconhecimento, com igual ou maior importância dos que serão abordados a seguir.

A introdução sobre os contra movimentos ao patriarcalismo se fazem necessários nessa discussão, pois servem de orientação quanto às conquistas das mulheres no espaço público. Pois bem, verificam-se dois grandes movimentos que propiciaram maior abertura da mulher aos espaços públicos, em que um pese igual ao outro: a Revolução Social e a Revolução Cultural. Podemos destacar, inicialmente, que a família foi um dos principais, senão o segmento social que mais sentiu as transformações advindas dessas revoluções.

Simone de Beauvoir em seus escritos, sabiamente advertia que não se nasce mulher, torna-se mulher. Sua abordagem veio desafiar a ideia de que os papéis tradicionalmente e inevitavelmente atribuídos à mulher faziam parte de um desígnio natural e até divino. Contraopondo-se ao naturalismo fincado, defendia o caráter cultural das definições de feminino, e tão logo, a sua mutabilidade. E foi justamente uma mudança cultural que essas revoluções promoveram na estrutura familiar e nas relações entre os sexos. (PINSKY, 2013).

De acordo com Hobsbawm (1995, p. 284) a mudança mais impressionante e impactante na metade do século XX foi a industrialização e a nova estrutura capitalista de produção que por sequela, trouxe a morte do campesinato. Lembrando que esta foi uma previsão de Marx que se realizou. Pinsky (2013) entende que a partir da decadência do campesinato, as cidades iam sendo densamente povoadas, o que aproximou estilos de vidas e pessoas, favorecendo céleres transformações de comportamento.

Com o advento do capitalismo, houve um crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior. Não obstante a isso, as famílias preocupavam-se em oferecer aos filhos uma boa educação, conforme as exigências do mercado, sempre que tinham condição e oportunidade. Além disso, isso lhes servia como chance para conquistar aumento na renda, e principalmente, um status social superior. (HOBSBAWM, 1995). A exigência educacional fez com que se aumentassem os níveis de escolaridade das mulheres, tangencialmente.

A dinâmica da nova ordem econômica incumbiu de emergir uma grande mudança entre a classe operária, trazendo impactos sem precedentes a toda a sociedade: o papel desempenhado pelas mulheres. Conforme endossa Hobsbawm (1995), a mudança foi de fato impressionante, sobretudo, porque abarcou as mulheres casadas. Dados apontados por esse autor retratam que entre os anos de 1950 e 1970 a porcentagem de mulheres casadas que trabalhavam por salário duplicou.

Tendo a expansão do capitalismo como pano de fundo, acura-se que houve um maior acesso das mulheres à educação e aos empregos remunerados e qualificados, o que proporcionou para esta classe maior independência econômica, segurança, com um sobressalto, tímido, mas importante, no seu status societário e familiar.

Pinsky (2013, p. 514) esclarece que referente processo veio acompanhado pelo “desenvolvimento de uma consciência crítica das desigualdades sociais com base no sexo e pela vontade de voar mais alto”.

Embora observados mudanças relevantes na mulher quanto à sua entrada nos espaços outrora considerados sê-los do homem, os preconceitos nitidamente circundavam (e ainda circundam) o trabalho feminino. Prioritariamente vinculadas às atividades de mãe e donas de casa, o imaginário social se encheu de argumentos que desfavoreciam a vida profissional das mulheres. Teses sobre a impossibilidade de conciliação entre casamento, filhos e vida profissional eram assumidas, ressalvas de que ao trabalhar, a mulher prejudicaria os afazeres de casa, deixando-os de lado, bem como deixaria a desejar nos cuidados para com os filhos e marido. Com isso, a estrutura do próprio matrimônio estaria ameaçada.

Apesar dos movimentos opositores à ascensão das mulheres no mercado de trabalho, é inegável que essas mudanças repercutiram de maneira significativa e revolucionária na sociedade, fomentando nas mulheres novas expectativas e consciência sobre o seu lugar na esfera societária e no mundo.

Vale destacar que as mudanças não se deram somente nas questões voltadas para as atividades da mulher, mas, sobretudo, no quesito dos papéis desempenhados por elas. As transformações abrangeram “as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições sobre os papéis públicos das mulheres, e sua proeminência pública.” (HOBSBAWM, 1995, p. 308).

A nova conjuntura observada também propiciou significativas mudanças no campo da sexualidade. A partir dos anos 60, a pílula anticoncepcional chegou ao mercado, e com ela a mulher pôde planejar-se melhor, inclusive, dando prioridade à vida profissional. Não

obstante, assumiu maior poder frente às relações sexuais. Com a gradual queda no número de filhos, declinando ainda mais o tamanho das famílias, a mulher contemplou a sua ampliação no tocante à participação econômica, o que lhe proporcionou estender seu leque de escolhas sobre o que fazer com a sua vida. (Pinsky, 2013).

Nota-se que a introdução do método anticonceptivo e a revolução dos costumes dada pela inserção nas mulheres na esfera pública, evidenciaram mudanças inclusive nas imagens que se tinham da mulher. Antigos paradigmas e valores começam a ser questionados, tais como a castidade feminina e a exigência da virgindade da moça antes do casamento. Sobre a imagem da mulher, Pinsky (2013), intua que na nova realidade que se instaurava, fazer sexo antes, e mesmo sem o casamento não seria mais situação suficiente para comprometer a reputação das mulheres. Conclui que, aos poucos, o acesso da informação e a busca pelo prazer passariam a ser considerados como direitos da mulher.

Destaque nesse período para os movimentos feministas, que colocaram em evidência não só a luta pela liberdade sexual da mulher, mas reivindicações em que se intentava dirimir as diferenças discriminatórias entre homens e mulheres. Quanto a isso, Hobsbawm (1995, p. 305) declara que:

A entrada em massa de mulheres casadas – ou seja, em grande parte mães – no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o impressionante reflorescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960. Na verdade, os movimentos de mulheres são inexplicáveis sem esses acontecimentos. (HOBSBAWM, 1995, p. 305).

Por volta dos anos 70, as mulheres deflagravam movimentos de denúncia sobre as desigualdades de gênero entre homens e mulheres, construídas histórica e socialmente, com fortes críticas à sociedade capitalista e patriarcal. Viana (2015) argumenta que o Estado é visto pelo feminismo como uma das principais instituições responsáveis por manterem essas desigualdades, tendo em vista que se mantinha passivo frente à situação, ou emitia ações incapazes de alterá-las, e que por isso mesmo recebeu duras críticas e cobranças. O movimento das mulheres tratou ainda de defender o direito a igualdade, de serem donas de seu próprio corpo, de serem reconhecidas tanto no nível social, quanto no político e cultural. Lutavam pelo direito ao prazer e ao orgasmo, na tentativa de quebrar os tabus que se criaram em torno da sexualidade feminina.

O acesso à contracepção e o direito de interromper voluntariamente a gravidez eram reivindicações decorrentes do feminismo que propunha a dissolução da hierarquia entre masculino e feminino e a transformação do caráter dos relacionamentos entre homens e mulheres num sentido igualitário. Eram projetos verdadeiramente revolucionários que, se não obtiveram naquele momento o sucesso desejado, ajudaram a abalar os tradicionais modelos de mulher. (PINSKY, 2013, p. 520).

Obviamente tais mudanças também afetariam, por ordem, a estrutura conjugal. A tradicional estrutura de família ganharia novos formatos no cenário em que a mulher conquista maior emancipação. Conforme destaca Pinsky (2013), a mulher passou a ser mais exigente em suas escolhas, já que agora se permite fazê-las. O casamento por toda vida, atrelada a um relacionamento sem amor e infeliz passa a ser arguido.

Poderíamos supor que o casamento deixou de ser importante, mas não. Apesar de a mulher auferir novos espaços e status na sociedade, o desejo de unir-se a alguém e construir família permanece. Segundo Pinsky (2013) o que mudou, de fato, foram os formatos tradicionais de

relacionamento conjugal. Não havia mais necessidade prioritária de oficialização de caráter civil ou religioso, abrindo-se caminhos para a coabitação, uma forma livre de união, em que se têm vínculos afetivos e sexuais baseados no companheirismo e compatibilidades. O divórcio também passa ser prática legítima, com gradativo e significativo aumento.

Embora as mulheres tenham históricas conquistas no mundo do trabalho, na esfera política onde obteve o direito a participação e voto, na educação com o livre acesso, na autonomia do uso de seu corpo e de sua sexualidade, os estudos e a própria realidade comum a todos nós, demonstram que as mulheres ainda permanecessem sob o jugo da exclusão e desigualdade. É proeminente a inserção desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho, sem mencionar as diferenças salariais que são gritantes. A divisão sexual e desigual do trabalho é outra problemática, já que a mulher enfrenta dupla jornada de serviço.

E, apesar de trabalharem mais, as mulheres têm renda inferior ao homem, tanto pelo não reconhecimento de suas atividades como também pela baixa remuneração no mercado formal. Todavia, é válido ressaltar que não são apenas o nível de desenvolvimento econômico nem tão pouco os sistemas políticos que definem a desigualdade de gênero. A discriminação do trabalho feminino surge primeiramente na família e vai sendo reforçada pelas demais instituições sociais que vão atribuindo papéis diferenciados a cada gênero. São estereótipos que vão sendo criados e reafirmados a todo instante pelas várias representações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que a questão da subalternidade, inferioridade e discriminação da mulher encontra raízes profundas na sociedade, que perpassam por diversos ângulos de análises. Ao traçarmos esse panorama histórico, identificamos vários momentos e dinâmicas em que a mulher, se depara com a discriminação, exclusão e situações de subalternidade e inferioridade. A mulher, dentro dessa perspectiva, é alvo de concretas formas de discriminação, que ultrapassam a relação homem x mulher, atingindo aspectos religiosos, culturais, morais, jurídicos, trabalhistas, dentre outros.

O fato é que tais contradições de avanços e não avanços, de passado e presente, trazem consequências preocupantes tanto para a vida pública quanto para a privada, entre as quais, salienta Viana (2015, p. 382) “comprometem sobremaneira a possibilidade do exercício pleno de sua cidadania, de sua autonomia política e pessoal, do acesso ao trabalho com igualdade, à saúde com qualidade e à vida sem discriminação e violência”.

Se as desigualdades ainda persistem entre homens e mulheres, é porque, indubitavelmente, como no passado, as relações de gênero e poder as tornam legítimas. Se tratando do processo de feminização da aids, ousamos dizer que as relações de gênero e poder impetradas também na sexualidade, imbuídos de discursos patriarcais e tabus, reproduzem nada mais nada menos que um cenário de agravos à saúde da mulher, tornando-a um sujeito vulnerável da aids.

Nesse diapasão teórico, entendemos que as construções sociais e históricas a despeito da feminilidade estão vinculadas ao ideário de submissão das mulheres aos homens, inclusive no âmbito sexual. Não obstante, as desigualdades de gênero, em suas diversas formas, se configuram atualmente como barreiras no campo da prevenção contra a aids, tendo em vista as dificuldades e empecilhos na negociação do uso de preservativo em relações sexuais hierarquizadas.

Por oportuno, a discussão até aqui nos apresenta os meandros e reflexos do modelo patriarcal de sociedade, que objetivou engendrar em termos teóricos e práticos uma cultura de submissão das mulheres em favor da dominação masculina, tratando de legitimar as relações desiguais

de poder nos mais diversos espaços societários, que abrangem não só a esfera pública, mas, sobretudo a esfera privada, dando aqui maior ênfase ao campo da sexualidade, resultando em conflitos difíceis de serem mitigados.

Escusado dizer, que nas relações sexuais entre héteros observam-se os mesmos movimentos de discriminação contra as mulheres, outrora mencionados, o que denota uma situação preocupante, já que implica fatores relacionados à própria saúde da mulher. Nesse sentido é que as desigualdades nas relações socioculturais entre os sexos são consideradas neste estudo como um dos fatores que colaboram para o processo de feminização da aids, sendo, portanto, imprescindível o desdobramento acerca da categoria gênero e suas implicações no âmbito das relações sociais e sexuais entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Pág. 223 a 362.
- MACEDO, José Rivair. **A mulher na idade média**. 5. ed. São Paulo: Contexto: 2015.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**; tradução Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- PINSK, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Pág. 607 a 639.
- PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- PRIORE, Mary Del. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- SOIBET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Pág. 362 a 400.
- VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In:
- VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. (Orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc SP, 2013. Pág. 377 a 403.
- VEYNE, Paul. **História da vida privada**. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

O PAPEL FISCALIZATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E GARANTIA DE DIREITOS DE IDOSOS ABRIGADOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE ALMEIDA

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
daniluca98@gmail.com*

ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
rosaleeistoe@gmail.com*

FERNANDA GONÇALVES FERNANDES

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
fernandagfernandes1@hotmail.com*

RESUMO

O envelhecimento populacional gera dentre vários efeitos a elevação do número de pessoas idosas com perda de autonomia e independência que ingressam em instituições de longa permanência. Muito embora não possuam um perfil único, tais entidades submetem-se a um catálogo de obrigações legais que visam a promover os direitos das pessoas idosas abrigadas no intuito de coibir restrições a liberdade e a garantir o fomento a manutenção de vínculos familiares e comunitários. Nesse contexto, mostra-se relevante o papel do Ministério Público na fiscalização das instituições de longa permanência para idosos, atividade que se encontra regulada pela Resolução nº 154/16, do Conselho Nacional do Ministério Público. A presente pesquisa busca identificar se as inspeções periódicas realizadas têm sido relevantes no sentido de identificar violações de direitos da população idosa abrigada e se tem tido o condão de produzir efeito positivo na qualidade de vida dos moradores das entidades.

Palavras-Chave: Direitos humanos. Idoso. Instituições de longa permanência. Ministério Público

ABSTRACT

Population aging generates among several effects the increase in the number of elderly people with loss of autonomy and independence who enter long-term institutions. Although these institutions do not have a single profile, they are subject to a catalog of legal obligations aimed at promoting the rights of the elderly in order to prevent restrictions on their freedom and to ensure the maintenance of family and community ties. In this context, the role of the Brazilian Public Ministry in the supervision of long-term care institutions for the elderly is relevant, an activity regulated by Resolution n. 154/16 of the *Conselho Nacional do Ministério Público*. The present research seeks to identify whether the periodic inspections carried out have been relevant in the sense of identifying violations of the protected elderly population and have had a positive effect on the life quality of entities' residents.

Key-words: Human rights. Elderly population. Long-term institutions. Public Ministry

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento crescente da população tem sido um fenômeno amplamente debatido em razão de suas repercussões sociais e econômicas.

Segundo MINAYO (2016, p. 18):

“É importante saber também que o envelhecimento populacional não é só um fenômeno brasileiro. Globalmente isso também está acontecendo: há uma estimativa das Nações Unidas de que, no momento presente, cerca de um milhão de pessoas cruza a barreira dos 60 anos de idade a cada mês no mundo. Na América Latina, entre 1980 e 2025, o aumento o que deverá ser de 217%. Mas nós brasileiros ganhamos dos nossos coirmãos, pois se comparamos os anos 1980 com 2025, o aumento será, no mínimo, da ordem de 412%, quando então o país deverá ter a 6ª maior população idosa do planeta, em termos absolutos. Por ano, mais 600.000 pessoas acima de 60 anos passam a fazer parte desse contingente. Por isso, o total aqui apresentado de 24.800 milhões que correspondia aos dados de 2012 já deve ter aumentado muito mais”.

O presente trabalho foca na questão do asilamento das pessoas idosas e de como o direito das mesmas é garantido em tais ambientes, destacando o papel do Ministério Público na fiscalização das instituições de longa permanência e os efeitos dessas fiscalizações na melhoria das condições de vida dos moradores.

Calcado na análise dos dados colhidos nas inspeções realizadas periodicamente, pretende-se identificar dados a partir dos quais seja possível verificar a qualidade dos serviços prestados pelas entidades e ser mensurados como elementos identificadores da efetividade dos direitos garantidos pela legislação de regência da matéria.

2. O QUE SÃO INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS?

Antes de tudo é preciso estabelecer o que se entende por instituições de longa permanência para idosos (ILPI). Sua definição encontra-se no item 3.6, da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC), da ANVISA, n. 283, de 26 de setembro de 2005, que as conceitua como “instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania”.

O conceito é bastante amplo, abarcando uma série de estruturas com características variadas, desde aquelas assemelhadas a condomínios residenciais até outras análogas a enfermarias.

Essa falta de uniformidade é identificada por CAMARANO e BARBOSA (2016, p. 481):

“No Brasil e no resto do mundo, embora os asilos constituam a modalidade mais antiga de atendimento ao idoso fora do convívio familiar, ainda não há um consenso sobre o que seja uma Ilpi. Inicialmente, estas instituições eram dirigidas à população carente, que necessitava de abrigo. Por esta razão, muitas instituições brasileiras se autodenominam abrigos. É o caso, por exemplo, de 6,3% das instituições identificadas pela Pesquisa Ipea. Isso justifica o fato de a carência financeira e a falta de moradia serem alguns dos motivos mais importantes para a busca de uma instituição, e explica por que 65,2% das instituições identificadas pela referida pesquisa serem filantrópicas. Também serve para esclarecer o porquê de estas instituições fazerem parte da rede de serviços da assistência social (Camarano et al., 2010). Em geral, as Ilpis surgem espontaneamente, para atender às necessidades da comunidade. Contudo, dada a ausência de políticas públicas, elas podem apresentar problemas na qualidade dos serviços oferecidos, o que afeta as condições de vida dos residentes (Born e Boechat, 2006)”.

Esse espectro diversificado de entidades dificulta a aplicação de um modelo único de serviços tendentes a garantir a efetividade dos direitos dos residentes e, via de consequência, exige mais da fiscalização que deve estar atenta às peculiaridades de cada instituição inspecionada.

É interessante observar que tampouco a Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), se preocupou em fazer qualquer distinção entre os diversos tipos de instituições de acolhimento para idosos, sendo certo que sequer se utiliza de nomenclatura semelhante à popularizada pela RDC ANVISA 283/05, preferindo o termo entidade de atendimento para idosos.

Dentre as obrigações impostas a essas instituições e que interessam mais fortemente ao presente estudo destaca-se o previsto pelos arts. 49 e 50, do Estatuto do Idoso.

Por outro lado, ao regulamentar a Lei nº 8.842/94, o Decreto nº 1.948, de 03 de julho de 1996, lança luzes na questão ao classificar os serviços de atendimento à pessoa idosa em dois grupos: a) asilares; e b) não asilares. Nesta última modalidade estariam inseridos o Centro de Convivência, o Centro-Dia e a Casa-Lar, por exemplo (conforme art. 4º, do Decreto nº 1.948/96).

O Decreto 1.948/96 define como serviço asilar aquele prestado “em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social” (art. 3º).

O serviço de acolhimento é arrolado pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n. 109, de 11 de novembro de 2009, como serviço de proteção social de alta complexidade típico, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definindo-o da seguinte maneira:

“Acolhimento para idosos (as) com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de auto-sustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos (as) que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Idosos (as) com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos etc. – devem ser atendidos na mesma unidade. Preferencialmente, deve ser ofertado aos casais de idosos o compartilhamento do mesmo quarto. Idosos (as) com deficiência devem ser incluídos (as) nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento”.

3. DIREITO DA PESSOA IDOSA EM CONDIÇÃO DE ABRIGAMENTO

A mudança do idoso de sua residência para uma instituição de longa permanência, seja ela voluntária e consciente ou não, já é por si só, um evento estressante, na medida em que implica a alteração do local de moradia e a adaptação a um novo ambiente com novas regras de convívio.

Claro que dependendo da personalidade do idoso essa mudança dar-se-á de forma mais ou menos traumática, conforme o caso.

Contudo, a vida em uma instituição de longa permanência deve ser encarada como uma forma de viver em que muitas potencialidades dos idosos podem ainda ser exploradas, garantindo-lhe uma vida plena e repleta de possibilidades.

Ou seja, é preciso retirar das unidades de atendimento o estigma de um lugar de isolamento e de tristeza para uma espera pelo fim da vida. Na verdade, tais estruturas são essenciais à

implementação de uma política pública para pessoa idosa, uma vez que se apresentam como suporte para idosos com perda de autonomia e independência cuja família não tenha condições para oferecer o cuidado e assistência necessários.

Ao analisar o Estatuto do Idoso percebe-se a preocupação do legislador com a garantia de direitos das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência. Para tal conclusão basta a leitura dos arts. 49 e 50, bem como das referências à fiscalização, destacando-se a indicação do Ministério Público, do Conselho do Idoso e da Vigilância Sanitária como responsáveis por tal trabalho (conforme art. 52, do Estatuto do Idoso).

Dentre os direitos garantidos ao idoso, destaca-se o direito a contrato escrito e à manutenção de vínculos familiares e comunitários.

No que tange ao contrato escrito, é preciso reconhecer sua importância no sistema de garantias criado pelo Estatuto do Idoso. Tal documento se presta não só a garantir a voluntariedade do abrigamento como a dar transparência de suas condições. E note-se que a assinatura de contrato não se resume a entidades de acolhimento privadas com finalidade lucrativa, mas a todas as entidades (assim se depreende da leitura do texto do art. 35).

Nesse sentido, vale transcrever o comentário de FREITAS JR. (2017, p. 457):

“no caso do idoso lúcido, que consente em ir para o abrigo, a escolha da entidade deve observar sua vontade, sendo vedada a qualquer pessoa, sob qualquer argumento, mantê-lo em instituição de longa permanência contra sua vontade expressa, sob pena de violação ao direito de ir e vir do ancião, podendo caracterizar, conforme o caso, constrangimento ilegal, abandono do idoso em casa de abrigo, ou até mesmo o crime de sequestro ou cárcere privado”.

Esse é um ponto importante para se definir se o idoso está ciente e concorda com a mudança para o novo local de moradia. Havendo comprometimento cognitivo, haverá a necessidade de prévia nomeação de curador para que o requisito formal possa ser atendido.

O déficit cognitivo é um fator potencializador da vulnerabilidade do idoso, reclamando atenção do agente fiscalizador no que concerne aos direitos desse segmento específico no universo da população idosa abrigada, nunca sendo demais lembrar que o advento da Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão) trouxe consigo inovações tendentes a resguardar direitos de pessoas submetidas ao regime de curatela (vide os artigos 84 a 87).

Uma vez abrigado o idoso, a instituição deverá fomentar a manutenção dos vínculos familiares e comunitários, eis que há grande risco de rompimento de tais vínculos com o abrigamento, o que geraria isolamento social em detrimento do bem-estar da pessoa idosa residente.

Aliás, o direito à participação e integração comunitária é previsto pelo art. 8º, da Convenção Interamericana Sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

Além disso, é necessário registrar que o abrigamento do idoso sem a garantia de seu direito à manutenção de vínculos familiares e comunitários pode constituir violência, definida pelo estatuto do idoso como “qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico” (art. 19, § 1º).

Como bem acentua MINAYO (2014, p. 38), o Estatuto conceitua a violência como o contrário dos direitos, acentuando os que estão previstos no art. 10, §§ 2º e 3º, os quais preceituam que

“o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais”, bem como que “é dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

MINAYO (2014, p. 41/42) ilustra ainda o tema da violência em instituições de longa permanência com o tristemente notório caso da Clínica Santa Geneveva:

“Os casos mais comuns são de inadequação das instalações, do isolamento das pessoas idosas em seus aposentos, da falta ou precariedade de assistência à sua saúde. Se não houvesse tanta omissão dos que são responsáveis, tragédias como a que aconteceu no Rio de Janeiro, na Casa de Saúde Santa Geneveva e acabou virando símbolo da sinergia de vários tipos de negligência poderiam ser evitadas. Embora este caso tenha ocorrido em 1996, ele continua atual como exemplo dos órgãos públicos que não fiscalizam como deveriam; das instituições que fazem desse serviço um negócio; e de muitas famílias para quem é muito cômodo acreditar que tudo ficará bem com seu idoso quando o entrega num desses locais. No citado caso, depois do acontecido, pesquisadores e fiscais verificaram que aquela situação vinha se repetindo há quase 10 anos e só se tornou escândalo quando foram constatadas mortes de mais de 100 velhos e velhas num curto espaço de tempo. Os que sobreviveram ofereceram à sociedade um espetáculo triste e cruel de desnutrição, magreza, tristeza, solidão e abandono por parte dos familiares”.

Há, portanto, uma inegável preocupação do legislador com a garantia de direitos das pessoas idosas dentro do ambiente institucional.

Ao analisar instituições para pessoas com deficiência KANTER (2017, p. 66) aponta para o risco identificado nessas unidades de uma vida desprovida de dignidade e sem propósito algum, quadro que pode ser replicado igualmente em entidades de atendimento à pessoa idosa.

Segundo a autora,

“in the past decades, research has found that institutional settings have long-term serious consequences on people with disabilities, and that quality of life, adaptive behavior, and choice-making of people who live in institutions become seriously impaired”

4. O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO

O Estatuto do Idoso atribui ao Ministério Público o dever de fiscalizar as instituições de longa permanência para idosos (vide art. 52 e art. 74, inciso VIII) no intuito de zelar pelo cumprimento da legislação e consequentemente garantir aos moradores a efetividade dos direitos previstos.

Trata-se de atribuição compatível com a vocação constitucional da instituição em referência a qual a Constituição Federal de 1988 confere a missão da “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127).

Conforme bem observa MAIO (2016, p. 23),

“o MP tem o dever constitucional de atuar na fiscalização e de auxiliar na construção de políticas públicas eficientes na estruturação de rede de apoio à pessoa idosa com o fim de transformar para melhor a realidade social, buscando erradicar formas de discriminação e violência”.

Mais recentemente foi editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a Resolução n. 154, de 13 de dezembro de 2016, que determina ao membro do MP o dever de inspecionar anualmente todas as instituições de longa permanência que estejam na

área territorial de abrangência de seu órgão de execução, com a finalidade de: 1) zelar pela efetividade e qualidade do serviço prestado; 2) zelar pela observância das normas relativas à política de assistência à pessoa idosa; 3) identificar eventuais situações de violação dos direitos humanos (art. 3º).

Atento ao desempenho dessa tarefa o Conselho Nacional do Ministério Público editou o “Manual de Atuação Funcional: o Ministério Público na fiscalização das instituições de longa permanência para idosos”¹. Por sua vez, uma das referências da publicação em tela, conforme expressamente mencionado em sua introdução foi o “Roteiro de Atuação: o Ministério Público e a fiscalização do serviço de acolhimento institucional de longa permanência para idosos”, lançado um ano antes.

Na esteira do dever de fiscalização o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro editou a Resolução nº GPGJ nº 2.060, de 04 de agosto de 2016, por meio da qual criou o sistema eletrônico denominado Módulo do Idoso (MID), com a finalidade de permitir o armazenamento dos dados obtidos nas inspeções realizadas tanto por Promotores de Justiça como pelas equipes técnicas que os acompanham.

Tais dados apresentam-se como indicadores de qualidade das instituições, sendo que nas inspeções são verificados itens ligados à constituição formal da instituição, a suas condições estruturais e à qualidade do serviço prestado.

Um dos aspectos importantes desse trabalho é a organização de um banco de dados confiável a respeito das inspeções realizadas pelas equipes técnicas do Ministério Público do Rio de Janeiro, o que consubstancia ferramenta importante de diagnóstico da qualidade das instituições de longa permanência para idosos.

Os dados preliminares da pesquisa referem-se a quatro pontos, cujos relatórios são gerados automaticamente pelo sistema, que são: 1. ILPIs que utilizam contrato escrito na forma prevista pelo art. 35 e 50, inciso I, do Estatuto do Idoso; 2. ILPIs que utilizam plano de trabalho, conforme previsão do art. 48, inciso II, do Estatuto do Idoso e item 5.1.1, da RDC/ANVISA n. 283/05; 3. ILPIs que utilizam plano de atenção integral à saúde, previsto nos itens 5.2.1 a 5.2.3 da RDC/ANVISA n. 283/05; 4. ILPIs que utilizam plano de atendimento individualizado, previsto pelo art. 50, inciso V, do Estatuto do Idoso.

Tais documentos são importantes porque indicam a qualidade ou não da proposta de trabalho da instituição, bem como a forma como a equipe técnica desenvolve suas atividades, as quais devem ser integradas pela sua atuação dialogada num contexto multidisciplinar e atenta as peculiaridades de cada indivíduo.

A título de exemplo, no trabalho desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (2015, p. 34) extrai-se o conceito de plano de trabalho que permite inferir sua função como documento apropriado de aferição da qualidade do trabalho desenvolvido na entidade:

“O Plano de Trabalho é um documento institucional que sintetiza a rotina da ILPI descrevendo de modo organizado o que a instituição faz cotidianamente, porque e como faz, servindo de orientador para os profissionais e de referência para os órgãos de controle e fiscalização. Ele deve descrever todas as atividades desenvolvidas pela ILPI, demonstrando de que forma a instituição pretende efetivar os princípios e premissas que norteiam a atenção ao idoso, conforme prevê o artigo 48, inciso II do Estatuto do Idoso e o item 5.1.1 da ANVISA/RDC nº 283/05”.

1 Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/245-cartilhas-e-manuais/9984-manual-de-atuacao-funcional-o-ministerio-publico-na-fiscalizacao-das-instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>.

Para fins de pesquisa, optou-se por sua delimitação territorial dos municípios abarcados pela área de atuação da Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Núcleo Campos dos Goytacazes, órgão de execução criado pela Resolução GPGJ nº 1.418, de 27 de março de 2008, com atribuição para tutela de direitos coletivos de idosos e pessoas com deficiência e direitos individuais indisponíveis de pessoas idosas, nas Comarcas de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana. A área em questão congrega ao todo 6 instituições, sendo duas em cada município, à exceção do último onde não há registro de nenhuma ILPI em funcionamento.

Segundo os relatórios extraídos do MID, todas as instituições situadas na área de abrangência da pesquisa utilizam contrato escrito para formalizar a relação jurídica com os idosos residentes, sendo certo que tal sistemática foi implementada em função da assinatura de compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o que denota influência direta da atuação fiscalizatória na garantia de direitos para os idosos abrigados.

Quanto ao plano de atenção integral à saúde do idoso, apenas as duas instituições sediadas no município de São Fidélis o possuem, o que indicia despreparo das equipes técnicas das demais entidades ou desconhecimento sobre a necessidade e o a forma de elaboração do referido documento.

Aliás, as entidades sediadas no município de São Fidélis foram as que revelaram o melhor desempenho, sendo as únicas que possuem todos os documentos referidos como referência de qualidade nos relatórios produzidos pelo Módulo do Idoso (MID). Daí não se permite inferir o cumprimento de todas as normas, uma vez que o banco de dados, ao menos por ora, só produz relatórios de poucos itens verificados na inspeção. No entanto, nesse contexto, a amostragem é positiva.

Considerando que as instituições de São Fidélis vêm recebendo inspeções do Ministério Público mesmo antes do advento da Resolução CNMP 154/16, permite-se inferir a influência positiva dessa atividade fiscalizatória na melhoria do serviço.

Por outro lado, as instituições situadas no Município de Campos dos Goytacazes, justamente as localizadas na sede da Promotoria de Justiça em destaque, são as que apresentam o pior desempenho, não possuindo, pelo menos, dois dos documentos obrigatórios constantes do relatório do MID.

Tal constatação levanta ilações quanto a efetividade da fiscalização por si só. Uma das possibilidades que a pesquisa aponta é no sentido de que outros elementos se fazem necessários para que o serviço prestado pela entidade melhore além da simples presença periódica do Ministério Público como órgão fiscalizador. Tal variável pode ser o empenho e a dedicação da equipe técnica de cada instituição ou a capacidade econômica das entidades para promover as mudanças necessárias ao cumprimento da norma. Há ainda a possibilidade desses dois fatores estarem interligados na medida em que a capacidade econômica leva a contratação de profissionais mais qualificados.

Contudo, têm-se, ao menos no presente ponto da pesquisa, algumas hipóteses que apontam os caminhos para a o prosseguimento do trabalho.

5. CONCLUSÃO

Diante dos primeiros dados coletados é possível apontar para a presença de efetiva influência das fiscalizações realizadas pelo Ministério Público nas instituições de longa permanência situadas na área delimitada para análise.

Contudo, identifica-se como hipótese que tal influência traduz-se em efetiva melhoria na qualidade dos serviços prestados e conseqüentemente na garantia de direitos dos idosos moradores conforme estejam presentes outros fatores independentes da fiscalização, tais como o empenho e qualificação da equipe técnica ou a capacidade econômica da entidade.

Tal hipótese aponta para a necessidade de aprofundamento da pesquisa no intuito de identificar com maior clareza quais variáveis de fato interagem com a fiscalização do Ministério Público desempenhando o papel de elemento potencializador dos efeitos positivos das inspeções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. Da Política Nacional do Idoso ao Estatuto do Idoso: A Díficil Construção de um Sistema de Garantias de Direitos da Pessoa Idosa. In ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira, CAMARANO, Ana Amélia e GIACOMIN, Karla Cristina (Org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Manual de Atuação Funcional: o Ministério Público na fiscalização das instituições de longa permanência para idosos**. Brasília: CNMP, 2016.

BRASIL. **Estatuto do Idoso. Lei n. 10.741 de 1 de outubro de 2003**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em Mar/2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. É possível prevenir. É necessário superar.** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Texto de Maria Cecília de Souza Minayo. – Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia e BARBOSA, Pamela. Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: do que se está falando? In ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira, CAMARANO, Ana Amélia e GIACOMIN, Karla Cristina (Org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

FREITAS JUNIOR, Roberto Mendes de. Das Entidades de Atendimento à Pessoa Idosa. In MENDES, Gilmar Ferreira *et alli* (Coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa Idosa**. São Paulo: Saraiva, 2017.

KANTER, Arlene S. **The Development of Disability Rights Under International Law: from charity to human rights**. New York: Routledge. 2017.

MAIO, Iadya Gama. **Pessoa Idosa Dependente: políticas públicas de cuidados intermediários ao idoso no Brasil e a atuação do Ministério Público**. Curitiba: Juruá. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. Importância da Política Nacional do Idoso no Enfrentamento da Violência. In ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira, CAMARANO, Ana Amélia e GIACOMIN, Karla Cristina (Org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

PINHEIRO, Naide Maria (Coord.). **Estatuto do Idoso Comentado**. Campinas: LZN. 2006.

RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **Roteiro de Atuação: o Ministério Público e a fiscalização do serviço de acolhimento institucional de longa permanência para idosos/ Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, Grupo de Apoio Técnico Especializado. – Rio de Janeiro, 2015.

MULHER, MEMÓRIA E CÁRCERE: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES PRESAS POR TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

NAYARA GOMES DE OLIVEIRA

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social – PPGMS/UNIRIO
nay.g.oliveira@hotmail.com*

ISADORA BARBOSA VARELLA

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social – PPGMS/UNIRIO
isadora.varellaa@gmail.com*

LOBELIA DA SILVA FACEIRA

*Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social – PPGMS/UNIRIO
lobelia.faceira@unirio.br*

RESUMO

Este artigo pretende problematizar o fenômeno tráfico de droga, trazendo a mulher como eixo de análise principal, uma vez que sua inserção no “mundo do tráfico” é um fenômeno cada vez mais presente. Pretende-se também compreender o contexto social em que essas mulheres estão inseridas, como se dá o seu envolvimento com o tráfico, assim como os fatores que exercem influência na inserção delas nesse delito.

Palavras chave: Tráfico de drogas. Prisão. Mulher.

ABSTRACT

This article aims to unveil the phenomenon of drug trafficking, bringing the woman as the main axis of analysis, since its insertion in the “world of the traffic” is an phenomenon more and more present. It is also intended to understand the social context in which these women are inserted, how their involvement with trafficking occurs, as well as the factors that influence their insertion in this crime.

Keywords: Drug trafficking. Prison. Woman.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil conta com a quarta maior população penitenciária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos (2.217.000), China (1.657.812) e Rússia (644.237). O Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN revelou que a população carcerária brasileira chegou a 622.202 pessoas em dezembro de 2014. No entanto, o que mais chama atenção, é o crescimento do número de mulheres encarceradas. De acordo com a mesma pesquisa, a proporção da população carcerária feminina cresceu mais que o dobro da masculina. O DEPEN também aponta que o tráfico de drogas é o crime que mais prende mulheres não só no estado do Rio de Janeiro, mas em todo território nacional.

Desta forma, as mulheres que antes eram presas por crimes como: infanticídio, aborto, homicídio. Hoje os altos números de prisões estão relacionados à participação em roubos e principalmente ao tráfico de drogas. Entretanto, ao estudar sobre esta realidade é possível que se perceba que a inserção das mulheres nesta atividade ilícita vai além de uma infração penal,

consistindo, muitas das vezes, em uma oportunidade de trabalhar, ou, até mesmo, em busca de poder. Nesse sentido, o presente artigo apresenta os resultados da monografia intitulada “Mulheres encarceradas: A inserção da mulher no tráfico de drogas” pretende problematizar a inserção das mulheres nesse cenário, buscando entender como se dá o envolvimento com o tráfico de drogas, assim como os fatores que exercem influência na inserção delas nesse delito.

O debate acerca do tráfico de drogas, assim como os discursos construídos sobre os “criminosos do tráfico” são apresentados muitas das vezes de modo genérico, universal, estereotipado e a-históricos, encobrendo as relações políticas, sociais e econômicas que fazem parte deste fenômeno. Desta forma, de modo a traçar um conhecimento objetivo, como metodologia utilizada, será realizada uma análise de pesquisa qualitativa realizada com dezoito mulheres presas por tráfico de drogas que são ingressas na Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, localizada no Complexo de Gericinó, no Rio de Janeiro.

Para se dedicar a análise dessa realidade, o presente artigo encontra-se dividido em dois momentos. O primeiro apresentará uma breve discussão da questão da mulher no tráfico de drogas. Posteriormente, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas na Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza. Compreende-se que é a partir destes relatos que é possível que se reconstrua uma visão mais concreta da dinâmica da prática do tráfico de drogas por parte dessas mulheres.

2. AS MULHERES TRAFICANTES

De acordo com os dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, a população carcerária feminina aumentou 567% entre os anos 2000 e 2014, taxa consideravelmente superior que a do encarceramento masculino no mesmo período, que é de aproximadamente 220%. Atualmente no Brasil, 8% de todos os presos são mulheres, algo em torno de 36 mil detentas, 2.400 só no estado do Rio de Janeiro.

Espinoza (2004) aponta que ao longo da história houve intensas transformações nos atos delitivos praticados pelas mulheres. Os mesmos não se encaixam mais nos ditos crimes considerados femininos, aqueles como: aborto, infanticídio, homicídio passional, entre outros. Atualmente, os altos números de prisões e condenações estão relacionados à participação em roubos, sequestros, homicídios, e, principalmente, no tráfico de drogas.

Contudo, ao se pesquisar sobre esta realidade é possível que se perceba que a inserção das mulheres no tráfico de drogas vai além de uma infração penal, consistindo, muitas das vezes, em uma oportunidade de trabalhar, para auxiliar o companheiro ou, até mesmo, em busca de poder.

Para compreender essa inserção das mulheres no mundo do tráfico, se faz necessário descaracterizar que o envolvimento com o tráfico é uma ação doentia, entendendo que a razão da participação com a referida atividade ilícitas se apresenta num contexto muito maior. Para Oliveira (2016) “deve-se entender que a inserção das mulheres no tráfico é fundamentada em diversos fatores – social, econômico –, e alicerçado sempre com o contexto sócio-histórico.” (p.63)

Carneiro (2002) salienta que a sociedade encontra-se cada vez mais imersa na problemática do tráfico de drogas, e em diversos momentos falta um olhar crítico acerca do envolvimento com o tráfico já que esse debate é esvaziado de seu verdadeiro sentido pela indústria cultural, onde é ‘criado’ discursos sobre os “criminosos do tráfico” tornando-os estereotipados e a-históricos, encobrendo as relações políticas e socioeconômicas que fazem parte deste fenômeno.

Desta forma, os estereótipos que se criam em torno da droga servem para organizar e dar sentido aos interesses das ideologias dominantes. Notamos assim que o discurso que se produz

de forma majoritária pelos meios de comunicação, pelo Estado, pelas concepções e debates em torno da segurança pública, violência e drogas estão impregnados de interesses particulares e de classes.

Feffermann (2013) aponta que a ordem neoliberal marcada pela ideologia consumista fortifica-se diante da ausência de prazer e satisfação e, com isso, motiva a busca pelo “lucro fácil”, assim, os crimes contra o patrimônio e o tráfico surgem como uma resposta imediata para se inserir nesse contexto social e ‘suprir’ a necessidade de consumir.

Diante disso Oliveira (2009) aponta que

[...] apesar de o tráfico ser uma atividade extremamente marginalizada e estigmatizada (e até mesmo ilícita), é a partir dela que esses sujeitos tentam fazer parte de uma estrutura societária, ou seja, a busca de inserção e expressão no modelo social vigente (que é o do consumo) contribui para essa inserção laboral marginal. No entanto, essa inserção parece acontecer em nível do consumo por um lado, mas permanece limitada a algumas esferas de suas vidas. [...] tal ocupação possibilita (devido ao valor ganho) o acesso ao consumo, para além de um reconhecimento social, o que não seria possível adquirir através do mercado formal, diante da restrição de oportunidades que este oferece (OLIVEIRA, 2009, p. 47).

Desta forma, o surge como uma possibilidade de diminuir as disparidades que privam os sujeitos e os erradicam do contexto social. E atualmente, o comércio das drogas tem demonstrado que deixou de ser uma atividade tipicamente masculina, explicitando o aumento da inserção das mulheres.

A mulher, há séculos, é ‘educada’ a seguir um comportamento específico a partir do desempenho de determinado papel, sendo assim, é educada para ser mãe, esposa, exercendo um papel que se baseia na dedicação ao lar, ao marido e na criação dos filhos, solidificando o papel da mulher como responsável pela conservação e manutenção de determinados valores sociais.

Para Louro (1997) os valores atribuídos pela cultura interferem na realidade, já que produzem rótulos, influenciando na concepção do papel dos sujeitos e nas funções conferidas a cada um. Com a reprodução desses valores, criou-se uma imagem discriminatória a respeito da mulher, reforçando ou censurando determinadas condutas, com o intuito de modelar os indivíduos às condições julgadas adequadas.

No entanto, as mulheres foram conquistando direitos políticos e adquirindo acesso à educação, passando a alcançar um espaço no mercado de trabalho, fazendo parte da esfera pública, possibilitando a transição do status ‘esposa’ e de ‘mãe’, para o de ‘trabalhadora’. Cisne (2015) ressalta que a mercantilização da força-de-trabalho feminina ocorre em um primeiro momento como uma necessidade oriunda do capital a partir da Revolução Industrial, onde caracterizou-se pela superexploração e remuneração abaixo à da masculina.

A inserção da mulher ocorreu em diversos segmentos da atividade humana, mas principalmente no mercado de trabalho. O processo de emancipação feminina de forma avançada trouxe consequências significativas: menor tempo no lar, menor tempo para educar os filhos; maior competitividade e integração nas relações sociais, o que se reflete na vida privada e nos modelos de comportamento individual, em mais conquistas de direitos sociais, embora muitos de difícil concretização.

Moura (2005) salienta que a “entrada” de mulheres no tráfico de drogas não é somente uma transgressão penal, mas, além disso, constitui uma oportunidade de trabalho, que possa vir

a superar a difícil situação financeira que atinge não somente a si própria, mas também sua família.

Sendo assim, a inserção de mulheres no tráfico de drogas constitui uma oportunidade de trabalho, que pode levá-la a superar uma determinada situação financeira que atinge sua vida e a vida da sua família. Sendo assim, em meio a uma economia que intensifica o desemprego, o tráfico aparece como uma alternativa. Porém, se por um lado, o tráfico abre as portas, é através dele que elas se fecham, já que é o motivo principal de se aprisionar.

No momento subsequente pretende se compreender a participação das mulheres no tráfico de drogas, tendo como universo de estudo as internas da Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza - SEAP/JFS.

3. A INSERÇÃO DA MULHER NO TRÁFICO DE DROGAS.

Segundo os dados¹ do Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional, o Brasil conta com uma população de 579.7811 pessoas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens.

Em números absolutos, o Brasil tem a quarta maior população prisional, atrás apenas dos Estados Unidos (2.228.424 presos), China (1.657.812 presos) e Rússia (673.818). Assim, a evolução da taxa de aprisionamento de homens e mulheres em relação à população nacional, é possível afirmar que, o crescimento da população prisional total no Brasil é acelerado e contrapõe as tendências mais recentes dos países que historicamente investiram em políticas de encarceramento em massa², e caso essa realidade não se modifique, em 2018, o Brasil ultrapassará a Rússia, e será o terceiro país com o maior número de pessoas presas.

A situação é ainda mais alarmante quando olhamos especificamente para a evolução da população de mulheres no sistema prisional. Embora o número de mulheres presas ainda seja bem inferior ao dos homens, entre os anos de 2000 a 2014 o aumento do número de mulheres em situação de privação de liberdade deu um salto e atingiu a marca de 567%, chegando a 37.380 pessoas.

O percentual de mulheres em proporção ao total da população carcerária brasileira dobrou entre os anos 2000 e 2014, sendo o tráfico de entorpecentes o responsável por 68% do encarceramento feminino no ano de 2014. Segundo o relatório³ “o número de mulheres presas aumentou 111% nos últimos sete anos. Entre 2005 e 2013, o número de detentas que respondem por crimes relacionados às drogas cresceu 290%”.

Grande parte desse quantitativo se deve à aprovação, em 2006, da nova Lei de Drogas⁴, que aumenta desproporcionalmente as penas mínimas de crimes relacionados ao comércio de entorpecentes. Nesse sentido, o Brasil procurou, através da punição, diminuir o problema das drogas. Tentativa frustrada, que desconsiderou a situação feminina trazendo novas mazelas para a realidade dessas mulheres.

1 Dados disponíveis em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf> (Acesso em 05 de junho de 2016)

2 O Brasil, que ocupa o quarto lugar no trágico ranking dos países com maior população prisional, segue ampliando sua taxa de encarceramento a um ritmo de 7% ao ano (o segundo maior ritmo de encarceramento do mundo) - enquanto EUA, China e Rússia, os três países com maior número de pessoas presas, passam por processo de revisão de sua política penal e estão reduzindo sua população prisional.

3 Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/28793-mulheres-e-encarceradas-dupla-punicao>. (Acesso em 10 de março de 2016)

4 Lei n. 11.343/06.

Atualmente, na cidade do Rio de Janeiro há cinco unidades prisionais destinadas à mulheres – Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, Penitenciária Talavera Bruce, Creche Unidade Materno Infantil, Presídio Nelson Hungria, Instituto penal Oscar Stevenson sendo todos estes administrados pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária - SEAP).

Diante das explanações feitas acima, o foco de análise será a Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza – espaço este em que se desenvolveu o meu estágio supervisionado em Serviço Social. Vale lembrar que apesar dessa unidade ser uma “porta de entrada” feminina no sistema prisional da cidade do Rio de Janeiro, o Serviço Social não consegue realizar o atendimento de “Porta de Entrada”⁵ a todas as ingressas desta unidade. Assim, para a realização das entrevistas para esta pesquisa, selecionei 18 (dezoito) mulheres que estão respondendo criminalmente por tráfico de drogas⁶ das 64 (sessenta e quatro) que passaram pelo atendimento do Serviço Social no período de 22/03/2016 – 18/05/2016.

No primeiro eixo de análise traçaremos o perfil das entrevistadas, no levantamento feito, obtivemos os seguintes dados:

Em relação à idade das entrevistadas: 50% tinham entre 18 a 26 anos de idade; 28% tinham entre 27 e 35 anos; 17 % tinham entre 36 e 50 anos e 5% tinham mais que 50 anos. Analisando-se o perfil etário das entrevistadas, percebe-se que o padrão nacional se repete já que a grande maioria das mulheres privadas de liberdade se encontram abaixo dos 35 anos de idade, ou seja, em pleno período economicamente ativo da vida.

No que tange à escolaridade das entrevistadas, chegou-se ao seguinte resultado: 67% não completaram o ensino fundamental; 17% tinham o fundamental completo; 11% tinham ensino médio incompleto, enquanto apenas 5% tinham concluído o ensino médio. Vale ressaltar que nenhuma das entrevistadas tinham ensino superior.

Percebe-se que o nível de escolaridade das entrevistadas é baixo, onde em sua grande maioria não se concluiu o ensino fundamental. Esses dados não são apenas uma realidade da cidade do Rio de Janeiro ou das internas entrevistadas, pois de acordo com dados⁷ do DEPEN de 2014, o grau de escolaridade da população prisional brasileira é extremamente baixo.

Segundo os mesmos dados, aproximadamente seis em cada dez mulheres presas estudaram, no máximo, até o ensino fundamental, enquanto a média nacional de mulheres que não frequentaram o ensino fundamental ou o têm incompleto é de 50%, deste modo os índices gerais de escolaridade das mulheres presas em escala nacional é baixa e não difere da realidade mostrada pelas mulheres entrevistadas.

Outra questão relevante das entrevistadas é que ao se tratar da localidade, 89% delas residiam fora da cidade do Rio de Janeiro, 11% fora até mesmo do Estado. Isto ocorre devido à existência de poucas prisões destinadas às mulheres. No estado do Rio de Janeiro existem seis unidades prisionais femininas⁸, a maioria no município do Rio de Janeiro com exceção do Presídio Nilza da Silva Santos - SEAP/NS, que é localizado no município de Campos dos Goytacazes.

5 Tal atividade consiste no primeiro atendimento a presa, onde se elabora o seu prontuário social com nome, filiação, data de nascimento, RG, estado civil, profissão. Neste primeiro atendimento informam-se também os direitos da apenada, e é realizado um contato com a família, onde esta é orientada sobre o credenciamento, o endereço da unidade e assistência material (caso seja solicitado pela presa). Ao final do atendimento, indaga-se a presa se a mesma apresenta alguma dúvida, para que possa neste primeiro momento ser esclarecida. Assim, com a saída da interna, é transcrito para na folha de evolução do seu prontuário todo o atendimento. Este prontuário é necessário para ter conhecimento das solicitações da presa, ao longo do período de reclusão, mas também para saber as respostas dadas a essas solicitações.

6 Artigo 33, 35 e 40 da Lei 11.343/06.

7 Dados disponíveis em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos> (Acesso em 08 de maio de 2016)

8 SEAP/JFS: Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza; SEAP/TB: Penitenciária Talavera Bruce; UMI: Creche Unidade Materno Infantil; SEAP/NH: Presídio Nelson Hungria, SEAP/OS: Instituto Penal Oscar Stevenson e SEAP/NS: Presídio Nilza da Silva Santos.

A separação de estabelecimentos prisionais em masculinos e femininos é prevista pela Lei de Execução Penal – LEP⁹. Assim, a separação dos estabelecimentos penais segundo o gênero, é um dever do Estado. Vale ressaltar que não obstante da realidade das unidades masculinas, as unidades femininas se encontram superlotadas, com graves condições de ventilação, iluminação, higiene e diversos outros problemas, que perpassam da estrutura física a violação de direitos.

No que se trata da profissão, de acordo com o que foi relatado em entrevista, 39% das entrevistadas estavam sem exercer atividade remunerada anterior ao cárcere. E 44% deste total, nunca tiveram vínculo empregatício formal, e também não contribuíam com a previdência social autonomamente. Entre as profissões declaradas constavam: estudante, manicure, cozinheira, massoterapeuta, auxiliar de serviços gerais, dona de casa e empregada doméstica.

Foi possível notar durante as entrevistas que grande parte destas mulheres trabalhava com ‘biscates’ para custear as próprias despesas e as despesas do lar. Isto pode estar relacionado à baixa escolaridade e à ausência de qualificação profissional que é transversal à realidade destas mulheres.

No caso das desempregadas, o principal motivo que as levam a cometer o crime é a situação econômica. Geralmente estas mulheres são as únicas que ajudam financeiramente em casa, onde a manutenção da mesma só depende dela e, com a demissão, acarreta também a falta de estrutura da vida familiar, a inserção no tráfico surge como uma solução em meio aos caos.

No que tange ao segundo eixo de análise, apontaremos as concepções destas mulheres em relação ao tráfico de drogas, onde foram indagadas sobre as suas concepções do que significava o “tráfico de drogas”. Diante disso, surgiram categorias distintas, a primeira observada foi a percepção do tráfico como um trabalho, trazendo o tráfico como complementação da renda ou até mesmo sua obtenção, face ao alto nível de desemprego na classe em que estas se inserem.

Este grupo expõe também que mesmo sendo o tráfico um trabalho lucrativo, ele é permeado de danos, como a prisão ou até mesmo a morte. Ferffermann (2013) afirma

que os jovens ‘vendedores’ – ‘trabalhadores’ da indústria do tráfico, têm obrigações e seguem regras de trabalho. O contrato existente nas relações de trabalho é verbal. A punição para o desrespeito de uma regra pode ser a morte. Estes jovens são o elo entre o dono do pontos-de-venda e os consumidores, os fregueses da droga, garantindo sua circulação. No contrato, uma das condições implícitas é a ‘lealdade’ ao patrão, o silêncio em relação à identidade do dono do ponto-de-venda. Os jovens vendem a sua força de trabalho que envolve o risco, no enfrentamento com a polícia e com os ‘concorrentes’. Vivem a ilegalidade, o sigilo e a necessidade de estar em constante estado de alerta. (FERFFERMANN, 2013, p.59)

Sendo assim, os jovens envolvidos no tráfico mantêm as suas vidas em constante perigo, e algumas mulheres apontam isso nas suas falas.

Trabalhar, perder noites de sono e ganhar muito dinheiro, mas não vou mentir, o tráfico foi a solução da minha vida, hoje vejo como meu fundo do poço! **Entrevistada 6**

Ter o seu sustento e arriscar sua vida por isso. Poder ser presa, poder morrer. **Entrevistada 9**

Desta maneira, apesar do tráfico se apresentar como oportunidade de sustento para essas mulheres, já que através dele é possível conseguir dinheiro para manter as próprias despesas e da família. As mulheres apresentam também um temor grande com relação ao futuro, já que a prisão e a morte é uma realidade presente.

9 Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Outra categoria, observada neste eixo de análise, foi aquela que entende o tráfico como um comércio ilegal, que dá condições de custear as despesas do lar e comprar os bens e produtos, baseada no consumo, no dinheiro e no poder. Nesta posição, o comércio ilícito de drogas é um espaço que promove a vaidade e o poder de quem trafica.

Vender droga e ganhar dinheiro com isso. O que eu ganhava em um dia, você não ganha em um mês! **Entrevistada 15**

Fechar com facção, ter um ponto de hierarquia no tráfico, demonstrar poder. **Entrevistada 18**

Curcio (2013) apud Feffermann (2006) apresenta essa relação do tráfico e o consumo, apontando que:

[...] Os jovens pobres, estando fora do mercado de trabalho formal, não podem suprir às necessidades criadas pelo mundo do consumo, de maneira lícita. Assim, eles respondem a esse apelo, não se incomodando com os meios ilegais que o fazem ter aquilo que desejam. (CURCIO, 2013, p.58)

Devido ao constante apelo pelo consumo que a atual sociedade nos impõe, muitas pessoas, na maioria jovens, em busca de satisfação, se inserem em atividades ilícitas, não se importando com os meios para conseguir o que “desejam”.

Apesar da busca por emprego, grande parte desses jovens não conseguem se inserir no mercado de trabalho, não conseguindo assim satisfazer as necessidades criadas, tornando-se parte de um exército de mão-de-obra reserva, fazendo com que muitos deles “optem”, ou sejam “empurrados” para o mundo do tráfico de drogas.

“Ao utilizarem o dinheiro recebido como pagamento de trabalho realizado no tráfico de drogas, para comprar objetos no mercado legal, ‘lavam’ parte do dinheiro do tráfico e o incorporam à economia formal” (FERFFERMANN, 2013, p. 60) Assim, esses jovens passam a consumir, se inserindo na sociedade e na economia, se igualando a qualquer outra pessoa.

Desta maneira, estes jovens são parte constitutiva da economia do tráfico que, funciona à semelhança da economia formal, visto que as relações são caracterizadas pela organização do capital, fazendo com que os ‘traficantes’ se tornem peças da engrenagem que movimenta a sociedade capitalista.

No terceiro eixo de análise, foi questionado as entrevistadas com que idade, como se deu o envolvimento com o tráfico e quais os fatores pertinentes para a inserção das mulheres no tráfico de drogas.

No que se refere à idade, 61% das entrevistadas se envolveram no tráfico antes dos 27 anos de idade, 33% antes mesmos de completar 18 anos; 22% se envolveram entre os 27 e 35 anos; 11% dos 36 aos 50 anos e apenas 6% se envolveram com mais de 50 anos.

Quando questionadas sobre os fatores pertinentes para inserção delas e demais mulheres no tráfico, apesar de todas as declarações e a questão da ausência de recursos financeiros ser algo recorrente foram apresentadas as seguintes categorias:

A primeira é aquela em que as entrevistadas relatam que o envolvimento com o tráfico de entorpecentes ocorreu a pedido/ devido ao envolvimento com o companheiro, já que este por estar preso ou com dívidas convenceu essas mulheres de participarem neste ato ilícito.

Visitava o meu companheiro que está recluso e fui pega no scanner! Não me considero traficante, eu fui abordada na entrada do complexo, por outra visitante que disse que meu marido estava endividado dentro da cadeia, que se eu entrasse com a droga

ela pagaria a dívida dele, por medo do que poderia acontecer eu aceitei a proposta.

Entrevistada 11

Não me considero traficante. Levei droga para o marido, pois ele estava com dívidas no presídio onde se encontra recluso, fui abordada por uma senhora que me 'obrigou' a entrar com droga na cadeia e deixá-la no banheiro do pátio de visita, porém fui pega no scanner. **Entrevistada 5**

É importante ressaltar, neste momento, que apesar do senso comum perpetuar a ideia de que as mulheres entram no tráfico pela influência do parceiro, fazendo que elas fiquem numa posição de subordinação, perpetuando os papéis históricos e culturalmente prescritos para o homem e para a mulher, nota-se neste trabalho que os fatores para a inserção neste mundo são vastos.

Curcio (2013) apud Barcinski (2009), por exemplo, salienta que diversos fatores favorecem a inserção das mulheres no tráfico, destacando alguns como: as precárias oportunidades de trabalho formal, a alternativa de pertencer a uma forte rede de sociabilidade e o anseio de conquistar poder e status, numa cultura fortemente masculinizada. Assim, negar esses fatos, e culpabilizar "o homem" só faz naturalizar e afirmar a ideia estereotipada de que as mulheres são frágeis e sensíveis.

Outro fator apontado pelas entrevistadas foram às necessidades econômicas como motivador:

Estava com uma dívida na empresa NET e queria quitá-la, meu amigo ofereceu uma solução, me daria dois mil para levar uma encomenda do Espírito Santo para São Paulo, acabou que fui pega em Pirai! Não só não paguei a dívida, como fiz mais uma para a minha família. **Entrevistada 1**

Fiquei desempregada, não conseguia emprego em lugar nenhum, a necessidade faz o ladrão, já ouviu falar? Precisava sustentar meus filhos. Precisei entrar pro tráfico. **Entrevistada 9**

Dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, revelam que cerca de 40,9% das mulheres contribuem para a renda das famílias. E segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, em mais de 42% destes lares, a mulher vive com os filhos, sem marido ou companheiro, fazendo com que ela seja única fonte de renda familiar.

Moki (2005) relaciona a entrada da mulher no tráfico com o desemprego feminino, baixos salários quando comparados aos salários dos homens e o aumento de mulheres responsáveis financeiramente por suas famílias.

Del Olmo (1996), por sua vez, relata que a dificuldade da mulher ingressar no mercado de trabalho faz surgir o que a autora denomina 'economia informal', encabeçada na maioria das vezes por mulheres. A autora defende que essa economia também envolve o mercado ilegal, como o caso do tráfico.

Diante esse cenário. Não é de se estranhar que a mulher insira em seus modos de sobrevivência um tipo de trabalho ilegal, pois em momentos de crise e necessidade econômicas mostra ainda maior para mulheres do que para homens e faltam de perspectiva que danos imediatos parecem proveitosos. (DEL OLMO, 1996. P.49)

Como dito anteriormente grande parte das entrevistadas, se encontravam desempregadas ou exercendo atividades sem vínculo empregatício, assim, o tráfico representa, portanto, uma oportunidade. Não só pelo retorno financeiro imediato, mas também por representar um mercado predominante informal onde as mulheres já estão inseridas, ou não encontram barreiras para sua inserção.

Outro fator mencionado como motivador para a inserção da mulher no tráfico é o 'poder'/'status' experimentados por quem trafica.

No início me envolvi para mostrar que era capaz, depois foi por necessidade, não conseguia manter o estilo de vida que o tráfico me proporcionava. Aos 24 anos me tornei vapor, vendia noite e dia, tirava 800 reais por dia, aos 26 me tornei gerente, mas saí logo depois porque não aguentei a pressão, é muita gente querendo te derrubar. O poder e status que o tráfico te dá é compensador, apesar de ter sido presa três vezes. Ao todo trabalhei 12 anos no tráfico e uma coisa que aprendi é que homem não gosta de ser mandando por mulher. Crime é atitude, não é qualquer um que permanece!
Entrevistada 4

Queria me separar do meu marido, entrei pra boca de fumo pra contrariá-lo e demonstrar poder, foi a única maneira de me 'livrar dele'. Comecei de baixo, como vapor e depois de dois anos gerenciava um dos pontos de venda da minha comunidade. **Entrevistada 2**

Pimentel (2008) defende que a dominação do masculino sobre o feminino é um efeito da aceitação das próprias mulheres, compreendendo-se, claro, que esta aceitação advém de uma cultura fortemente masculinizada, que traz a tona ideologias que mantêm essas mulheres um papel de subordinação aos homens.

Desta maneira, o reconhecimento por parte dos homens e o respeito adquirido em face das demais mulheres também é motivo para levá-las ao crime, o que, por sua vez, representa uma forma de obtenção de poder e de ascensão social. O tráfico de drogas é a maneira que essas mulheres acham para se equipararem-se à maioria hegemônica masculina.

Além do tráfico como busca de poder, do tráfico como subsistência, encontrado como opção viável para manter-se, foi observado também o tráfico como 'manutenção/sustento' do vício. Desta forma, outra categoria explicitada por algumas entrevistadas é o uso de droga/vício, já que usuários são presos como traficantes.

Antes eu só era usuária, mas estava desempregada e precisava de dinheiro, para sustentar meu vício recebia 50 reais por um período de 12 horas, fazia 'radinho'¹⁰ e às vezes eu nem pegava o dinheiro, eu trocava por cocaína mesmo! **Entrevistada 10**

Minha prisão foi uma limpeza que fizeram, não sou traficante! Sou usuária, me pegaram com duas pedras de crack para meu próprio consumo, sou usuária há 12 anos e nunca vendi. **Entrevistada 7**

A presença do usuário como dependente e do traficante como delinquente frente à sociedade, acaba por desprezar as expressões da questão social e a verdadeira problemática. Ocorre que o tráfico de drogas, para algumas usuárias acabam se tornando uma maneira de sustentar/"bancar" seu próprio vício.

Desta forma, muitas mulheres apenas por serem usuárias, acabam sendo condenadas como traficantes, por um uso que, ao invés de prisão deveria suscitar ação terapêutica por parte do Estado.

E a última categoria, refere-se à entrevistada que foi presa como traficantes, porém, se considera inocente.

Sou bucha¹¹! Acabei de voltar pro meu namorado, os 'polícia' bateram lá em casa e saíram revirando tudo. Nunca trafiquei, nem usei, só sabia que ele mexia. Não me considero inocente, pois eu sabia o que ele fazia, mas não sou traficante! **Entrevistada 3**

¹⁰ Conhecidos também como fogueteiro. Tem a função de vigilância, precisando avisar sobre a chegada da polícia ou de traficantes rivais na comunidade.

¹¹ Bucha é a pessoa que é presa por estar presente na cena em que são efetuadas outras prisões.

Esta mulher, dentre dezenas de outras na mesma situação, foi presa porque estava em casa quando a polícia prendeu o namorado, com quem tinha acabado de reatar um relacionamento. Apesar do envolvimento que seu companheiro tinha com o tráfico, ela se considera inocente, já que nunca usou, nem vendeu nenhum tipo de droga.

É recorrente, mulheres relatarem que foram presas injustamente, devido ao fato de ter algum familiar envolvido no tráfico, sendo enquadradas, julgadas e sentenciadas como traficantes. Diante disso, percebe-se que a prisão não é apenas um espaço de violação de direitos, mas também um lugar onde as injustiças são muitas das vezes alarmantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte dos encarcerados pertencem as camadas mais vulneráveis da sociedade, desta forma o cárcere é um espelho da sociedade contemporânea, onde se manifestam diferentes expressões da Questão Social.

Diante do que foi exposto, é possível demonstrar que a expansão do tráfico de drogas foi fomentado pela estrutura social e econômica vigente, onde os fenômenos como a globalização, reestruturação produtiva, desemprego estrutural e capitalismo financeiro, alavancou tal atividade para a segunda mais lucrativa do mundo.

A má distribuição de renda, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, emprego precário, baixa escolaridade e pouca qualificação contribuem para que o mercado do tráfico de drogas tenha crescido de forma tão significativa, absorvendo a mão-de-obra feminina.

Desta maneira, o tráfico de drogas acompanha a abertura dos mercados, constituindo-se como um 'grande negócio', que oferece a oportunidade que o mercado de trabalho formal não proporciona, fornecendo um posicionamento dentro do "mercado", ainda que sob baixa remuneração, aquelas pessoas que são consideradas desqualificadas ao capital.

Desta forma, diante dos levantamentos feitos por este trabalho, pôde-se constatar que o tráfico de drogas foi a atividade ilícita que mais fez ingressar mulheres no sistema prisional brasileiro. As situações apresentadas são variadas: algumas, sendo presas enquanto traficavam na rua, outras transportando drogas de uma cidade a outra. Há também as que foram presas junto aos companheiros traficantes; e aquelas que foram autuadas em flagrante, enquanto tentavam entrar nas Unidades Prisionais com drogas.

Nas entrevistas realizadas na Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza – SEAP/JFS chegou-se aos seguintes resultados: a maioria dessas mulheres possuía baixa escolaridade, jovens, quase todas mães, responsáveis pelo sustento familiar. Mulheres economicamente desfavorecidas que exerciam atividades de trabalho informal anterior ao cárcere, mas quase todas sem vínculo empregatício formal.

Outro ponto observado foi que a maioria dessas mulheres ocupa uma posição secundária no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico.

Concluiu-se, portanto que a forma como as mulheres compreendem os seus papéis nas relações, a satisfação das necessidades para a sua sobrevivência ou até mesmo busca desenfreada de poder, consumo e status, podem ser fatores motivadores para a inserção no tráfico de drogas. Muitas vezes, elas não reconhecem como crime traficar, pois percebem neste um trabalho, uma vez que extrai dele a renda que custeia as despesas do lar, ou uma forma de conseguir algo que não conseguiriam em um trabalho formal.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Z. **Por uma nova imagem**. Educação e cultura. Diário Comercial, ano II, nº 48.
- BRASIL, Ministério da Justiça. **Infopen**, 2014. Disponível em: <<http://www.infopen.gov.br/>>. Acesso em 05 de junho de 2016
- _____. **Lei. n. 7.210**, de 11 de Julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Senado Federal, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>. Acesso em: Acesso em 05 de junho de 2016
- BOITEUX, L. **A nova lei antidrogas e aumento da pena do delito de tráfico de entorpecentes**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v.14, n.167, p. 8-9, out. 2006.
- _____. **O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo**. Revista Adusp. São Paulo. 1996.
- CARNEIRO, H. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. São Paulo. 2002.
- _____. **O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo**. Revista Adusp. São Paulo. 1996.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo. Outras expressões. 2015.
- CURCIO, F. S. **Mulher e tráfico de drogas: "inclusão perversa"**. 94 f. Trabalho de conclusão de curso - Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2013.
- DEL OLMO, R. **A Face Oculta das Drogas**. Tradução Teresa Ottoni. Editora Revan, 1990.
- FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- _____. **Reflexões sobre os jovens inseridos no tráfico de drogas: uma malha que os enreda Saúde & Transformação Social**. Health & Social Change, vol. 4, núm. 2, abril-junho. pp. 55-65. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. Brasil. 2013
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 de junho de 2016
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ. Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes. 1997.
- MOURA, M. **Porta fechada, vida dilacerada - mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará**. Fortaleza, 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.
- OBERLING, A. **Maconheiro, dependente, viciado ou traficante?** Representações e práticas da Polícia Militar sobre o consumo e o comércio de drogas na Cidade do Rio de Janeiro. INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA. Niterói. 2011.
- OLIVEIRA, N. G. **Mulheres encarceradas: A inserção da mulher no tráfico de drogas**. Trabalho de conclusão de curso - Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- OLIVEIRA, J. **Novas fronteiras do trabalho: vivências 'à margem' dos trabalhadores do tráfico de drogas**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. 2009.
- OLMO, R. D. **A face oculta da droga**. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE NITERÓI

RAFAELLA MUSMANNO GONÇALVES

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social - ESS/UFF
rmusmanno@id.uff.br*

RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

*Professora Associada do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da ESS/UFF
ritacsfreitas@uol.com.br*

ANA BEATRIZ QUIROGA FURTADO

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social - ESS/UFF
biaquioga@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre o processo de construção da intervenção de trabalho da Equipe Técnica do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, situado na Comarca de Niterói do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Propõe uma avaliação da sistematização de trabalho, a partir do momento de construção do processo de trabalho e dinâmica de intervenção da Equipe Técnica através da análise dos documentos e pesquisa de campo. Bem como, traça breves considerações sobre os conceitos de gênero, como papéis de gênero sócio-historicamente; a violência de gênero; e consequentemente a violência doméstica como uma das variadas formas de desigualdade social baseada nas relações de poder. Tal análise tem como ênfase a Lei 11.340/2006, a qual proporcionou a criação dos Juizados.

Palavras-chave: Gênero. Violência de Gênero. Violência Doméstica. Lei Maria da Penha. Processo de Trabalho.

ABSTRACT

This article's purpose intends to think over the process surrounding the 'Equipe Técnica do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher' (Familial and Domestic Violence against Women Technical Court Team) work. Situated at the 'Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro' (Rio de Janeiro State Court of Law) at "Comarca de Niterói". It is proposed an evaluation of the work system, gathering information from the work process to the intervention approach of the Technical team through the documentation analysis and field research. Furthermore, this article will concisely highlight hypothesis surrounding gender conception, as of data about social-historical gender roles; gender violence; consequently the domestic violence as one of the forms of the social inequality based upon power relations. The analysis stress the Law 11.340/2006 of which deployed the creation of such Court.

Key-words: Gender. Gender Violence. Domestic Violence. Maria da Penha Law. Work Process.

INTRODUÇÃO

A relevância do tema para criação deste artigo foi definida a partir do interesse e da necessidade de analisar a construção do processo de trabalho da Equipe Técnica do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – JVD FM, situado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro da Comarca de Niterói, cenário de experiência em pesquisa de campo no período de 2015 a 2017. Experiência esta, que propiciou respaldo para uma análise sobre o momento de construção do processo de trabalho e dinâmica de intervenção da Equipe Técnica, procurando através da memória, análise documental, Análise Institucional e diário de campo, resgatar a sistematização da prática das profissionais em questão.

A difícil missão de obter referências e materiais sobre a atuação das Equipes Técnicas nos Juizados, principalmente sobre este espaço específico de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, também foi responsável pela escolha da temática. Foi por isso que, ao pensar sobre o assunto, foi de máxima importância reportar ao diário de campo redigido na época da pesquisa de campo. Para Lima (2007), o diário não é apenas uma burocracia a ser preenchida por exigência das instituições, mas deve servir como “arcabouço teórico e ético-político do profissional”. (LIMA, 2007, p.96), pois:

O diário de campo consiste em uma forma de registro de observações, comentários e reflexões para uso individual do profissional e do aluno (Falkembac, s.d.). Pode ser utilizado para registros de atividades de pesquisas e/ou registro do processo de trabalho. (LIMA, 2007, p.97)

Tornar público o processo de trabalho das Equipes Técnicas é reconhecer a construção de todo um processo de construção de uma prática profissional exitosa, e o compromisso profissional de abordar a violência doméstica contra a mulher, através da realidade dos profissionais que atendem as usuárias em questão.

A violência pode ser expressada de diferentes maneiras e em diferentes esferas das relações sociais, históricas, políticas e econômicas. Esta pode limitar uma pessoa de diferentes formas, causar danos físicos e psicológicos, submeter e constranger. A violência doméstica – principal tema abordado neste artigo – tem particularidades que a diferencia das outras violências (institucional, policial, entre outras), pois está permeada no interior das relações sociais de uma sociedade machista baseada na ideologia patriarcal. Procura-se assim, refletir ao decorrer desta pesquisa, quais as especificidades da intervenção profissional neste cenário. Bem como fazer uma breve conceituação sobre as redes de atendimento à mulher em situação de violência e evidenciar a relevância da Lei 11.340, a Lei Maria da Penha.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO CONSEQUÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

As atuais desigualdades e injustiças vividas nas relações entre homens e mulheres, são fragmentos do conceito de patriarcado historicamente construído (SAFFIOTI, 2015), isso porque, nos primórdios, existia uma concepção, notadamente passado através do senso comum até os dias atuais, de que haveria uma “superioridade” masculina. E como retrata Scott (1990), ao refletir acerca do conceito de gênero, deve-se relativizar a construção social das relações de gênero em determinadas sociedades, em suas palavras:

Eu acho que não podemos fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido. (SCOTT, 1990, p.15)

Seguindo a linha de Scott (1990), gênero é um princípio das relações sociais determinadas historicamente e socialmente, baseado nas diferenças entre as “ideias construídas de masculino e feminino” – “que não são fixas, pois variam de contexto” – utilizando a noção de transversalidade, relacionando o gênero com a classe, geração, raça e etc. Por isso, gênero precisa ser pensado como um fenômeno social, isto é, uma das expressões da desigualdade social que abarca as relações sociais de uma sociedade.

Em sua definição, também identifica o gênero como relação de poder, a ideologia do poder dominante torna-se “posição normativa do consenso social sem conflitos”, pois “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder” (SCOTT, 1990, p.21). A desigualdade de gênero fincada pela divisão sexual do trabalho e relações de poder associadas a divisão dos papéis sociais, legitima o machismo e o patriarcado (e consequentemente o sistema capitalista), ocasionando na violência baseada na dominação e inferioridade (SCOTT, 1990).

Esta violência, por vezes não explícita, atravessa esferas distintas e mesmo com a ausência recorrente de agressividade, têm um simbolismo que regula as relações sociais, a cultura, a educação, e como as mulheres podem acessar seus direitos: “Do mesmo modo como as relações patriarcais, as hierárquicas sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas também impregna o Estado.” (SAFFIOTI, 2015, p.57).

Saffioti também vê o sexismo para além de apenas uma ideologia, trata-se de “uma estrutura de poder” que mantém a extrema desigualdade em relação as mulheres, mas também prejudica todos que estão presos em relações sociais sexistas: “As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores” (SAFFIOTI, 2015, p.37).

Tal construção (de)limita não só os papéis divididos pelo sexo, mas também determina o ambiente e as relações sociais em contextos sociais diferentes que cada indivíduo irá perpassar. Às mulheres, cabem o âmbito privado e aos homens o público, isto é, tudo que é relacionado à mulher (inclusive a violência) tende a ser contido no âmbito doméstico, quase não é revelado e por isso foi tão difícil e demorada a tarefa de criar políticas públicas de enfrentamento e atendimento, por causa da necessidade de rompimento das barreiras historicamente constituídas.

O conceito de violência de gênero destaca o aspecto relacional, mas não se refere unicamente à violência contra a mulher, pois envolve também a violência contra outros homens e homossexuais. Freitas (2013) relata que a violência de gênero é aquela praticada por homens e mulheres contra homens e mulheres a partir de uma percepção de gênero:

Entendo que é necessário analisar a violência de gênero sendo coerente com a noção de gênero, ou seja, enfatizando a historicidade, a perspectiva relacional, seu entendimento enquanto uma relação de poder, a ênfase nos sujeitos sociais e sua necessária clivagem com outras dimensões, como raça/etnia, classe, geração, etc. (FREITAS, 2013, p. 16)

Para compreender melhor a de violência doméstica, é necessário o entendimento de violência antes, por este motivo, destaca-se a definição de violência retirada do Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde, lançado em 2002, em Bruxelas:

Violência é o uso intencional da força física ou o poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que possa resultar em ou tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação. (Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde, 2002)

Para dar mais escopo na definição de violência, e para que se entenda a real dimensão da violência doméstica, acrescenta-se aqui os conceitos de violência utilizados por Chauí (1999):

1- tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. (CHAUÍ, 1999, p. 3)

A violência doméstica é considerada violação dos direitos humanos, pois desrespeitam a integridade humana. A violência doméstica está presente em todo o mundo, e como já relatado não faz distinção econômica, classista, de raça, étnica, geracional, religiosa, cultural, orientação sexual, do grau de instrução dos envolvidos ou nível educacional, do uso ou não de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas.

Já a violência doméstica contra a mulher implica em uma das consequências da violência de gênero (ou da expressão gênero que pressupõe relações de poder), assim como a violência intrafamiliar, que estão marcadas nas relações sociais entre homens e mulheres através de uma construção histórica-cultural. O artigo 5º da Lei 11.340/06, define violência doméstica e familiar contra a mulher como:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015). (Lei 11.340/2006. Título II. Capítulo I. Artigo 5º)

Observa-se que a violência doméstica especificamente contra a mulher, acarreta uma invisibilidade em decorrência dos papéis sociais construídos sócio-historicamente acerca dos comportamentos de homens e mulheres, baseado na cultura machista e patriarcal da dominação masculina sobre a mulher que doutrina os corpos (BOURDIEU, 1999). A invisibilidade limitou a análise teórica e criação de movimentos que focassem neste tema, e por fim retardou o reconhecimento do Estado perante à violação dos direitos das mulheres – a violência doméstica está prevista na ONU – Organizações das Nações Unidas como violação dos direitos humanos.

As mudanças no processo do modo de produção capitalista e o reconhecimento da entrada efetiva das mulheres no mercado de trabalho, novos papéis, arranjos familiares e possibilidades sociais efervescendo, a luta das mulheres por melhores condições de vida, trabalho e direitos iguais promoveram a visibilidade da desigualdade no cenário global. Os movimentos feministas tiveram suma importância para o mundo atual, não só com a construção de políticas sociais para aquelas que necessitam, mas também para a busca pela mulher que consegue sua autonomia e liberdade, seja ela estudante, profissional qualificada, dona de casa por opção e muito mais, em outras palavras, a luta dos movimentos serviu – e serve – para que as mulheres possam trilhar seus caminhos.

PROTEÇÃO SOCIAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Anteriormente, quando ainda não haviam políticas públicas e jurisdições específicas para os casos de violência doméstica, o julgamento dos agressores sofria total influência do machismo e patriarcado, e por muitas vezes, a culpabilização da mulher levava o réu a ser absolvido com o argumento de “legítima defesa da honra”.

O movimento feminista teve grande importância para a criação das primeiras redes de apoio às mulheres e para proteção daquelas que sofrem violência doméstica. Acerca da problematização sobre a violência doméstica contra a mulher, Freitas (2013) descreve que o debate propicia a intervenção do Estado, através da criação de políticas públicas.

No Brasil, após um longo retrocesso durante a ditadura civil militar, a redemocratização, e a ampliação dos movimentos sociais feministas permitiram visibilidade do enfrentamento da violência doméstica. Através de muita luta do movimento feminista, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, que tinha função de formular políticas públicas para o atendimento integral às mulheres (HERMANN, 2012). A partir desta iniciativa foi inaugurada em 1985 em São Paulo a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, através do Decreto Estadual nº 23.769/85.

A Constituição Brasileira de 1988 incorporou os direitos das mulheres no seu Artigo 226º, devido à assinatura de tratados internacionais: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (§ 8º do art. 226, Constituição Federal de 1988).

Nos anos 1990, a violência de gênero tornou-se pauta das discussões e lutas, principalmente no que dizia respeito a violência doméstica cometida contra as mulheres, foram promovidas políticas públicas e programas, bem como a criação de ONGs e debates sobre o assunto que efervesceram o cenário daquela época. Em 1994 foi realizada a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir e Erradicar Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e ratificada no ano seguinte pelo Estado brasileiro como instrumento internacional para tratar a violência doméstica contra a mulher como violência de gênero.

Entretanto, é apenas em 2006 que o Brasil de fato criou uma lei de enfrentamento e punição contra os indivíduos que realizam violência doméstica contra a mulher. O país precisou ser condenado por órgãos internacionais por negligência e omissão em relação à violência doméstica.

A Lei 11.340, a Lei Maria da Penha, criada dia 07 de Agosto de 2006 foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entrando em vigor em 22 de setembro do mesmo ano. A Lei é um dispositivo legal brasileiro que permite proteger de forma jurídica-penal os direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Esta, inovou ao interpretar legalmente 5 tipos de violências domésticas de acordo com o seu Artigo 7º: Física, Sexual, Psicológica, Patrimonial e Moral, ampliando a Lei para várias situações e consequências destas.

Em sua maioria, a violência doméstica contra a mulher é praticada por uma pessoa que faz parte das suas relações sociais, muitas vezes de forma íntima, o agressor(a) pode ser homem ou mulher, namorado(a), companheiro(a) ou alguém que tenha mantido relação afetiva ou de convívio, o vínculo pode inclusive ter sido esporádico.

O JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE NITERÓI

Os Tribunais de Justiça dos Estados têm como política setorial o Poder Sociojurídico com competência Cível e Criminal (CFESS-CRESS, 2014), são organizados de acordo com os princípios e normas da constituição de cada Estado, e são responsáveis por analisar e julgar as decisões de primeira instância. O Fórum Desembargador Enéas Manzano, a Comarca de Niterói do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é uma instituição pública que

foi inaugurada em 2007. O público usuário da Comarca de Niterói consiste em pessoas que necessitem de atendimento judiciário no município de Niterói.

Em 1995 foi promulgada a Lei 9.099/95 que criou os Juizados Especiais Criminais - JECRIM, com objetivo de julgar delitos de menor poder ofensivo, bem como reduzir as demandas do sistema judiciário e agilizar os processos (MIRANDA, 2012). Entretanto a grande maioria dos casos relacionados eram de violência doméstica contra a mulher (na época identificado como delitos de menor potencial ofensivo), e como não seguiam as medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, como era recomendado pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), essa Lei tinha apenas um caráter imediato, e a pena não passava de fornecimento de uma cesta básica às instituições ou de prestações de serviços comunitários (FREITAS, 2013).

A partir da ineficiência da Lei 9.099/95 especificamente nos casos de violência doméstica contra a mulher, em conjunto com a efervescência dos movimentos feministas, sobretudo com foco no reconhecimento dos direitos das mulheres e da violência de gênero, possibilitou a promoção de um Projeto de Lei que construísse uma política nacional de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo uma das medidas os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (MIRANDA, 2012).

Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - JVD FM, são órgãos da Justiça disponibilizados pelos Tribunais de Justiça do Estados, criados por recomendação da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, desde 2006 quando a Lei entrou em vigor:

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgão da Justiça ordinária, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. (Lei 11.340/2006. Título IV. Capítulo I. Artigo 14º)

Os JVD FMs possibilitam a promoção dos direitos humanos das mulheres e a aplicação da Lei Maria da Penha, visando afastar a violência doméstica e familiar, assegurando de forma imediata o acesso à justiça e informação às mulheres que se encontram em situação de violência.

A Equipe Técnica do Juizado De Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Niterói, durante a pesquisa, era formada por uma equipe multidisciplinar composta por Assistentes Sociais e Psicólogas, todas concursadas, estagiárias e voluntárias. É de suma importância ressaltar que cada Equipe Técnica de cada comarca sistematiza o seu processo de trabalho de um modo específico, com metodologias diferentes. Existe, obviamente, diretrizes do Tribunal de Justiça, mas o *modus operandi* decidido, dependerá da organização da equipe multidisciplinar.

A equipe multidisciplinar do JVD FM de Niterói, orienta, encaminha, escuta e informa a mulher que sofreu violência doméstica, seus parentes e os indivíduos que praticam violência doméstica, prevenindo inclusive que a agressão avance, assim como fornece informações ao Juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, participação de reuniões semanais com toda a equipe, reflexões de casos quando havia necessidade, elaboração e orientação em conjunto com a equipe do Grupo Reflexivo para Homens e o GAO - Grupo de Acolhimento e Orientação (mulheres), que funcionam como grupos de reflexão sobre a violência doméstica e outros temas, para homens e mulheres separadamente.

Durante o processo de trabalho, cabia a Equipe Técnica em sua rotina: Registros dos processos demandados para a equipe, no Cartório - cada dia uma profissional é designada; comunicação e convocação por contato telefônico para as partes do processo; entrevistas sociais; produção

de relatórios, informações e pedidos de intimação⁹ caso uma das partes não compareça; encaminhamento psicológico ou para aqueles que desejam largar a dependência para a rede; Reuniões de equipe semanais; reuniões com as instituições da rede quando necessário; supervisão de estágio para aquelas que eram supervisoras.

A organização do serviço no Setor Técnico se dá a partir da demanda de processos conferidos às profissionais, que ao distribuírem os casos, de forma igualitária, não fazem preferência e não há estudos anteriores para saber quais são os casos que competem às psicólogas ou assistentes sociais, já que todas possibilitam a intervenção nas situações de violência doméstica com os usuários. No decorrer das entrevistas, caso uma profissional sentisse a necessidade de ajuda da equipe ou apenas de uma outra técnica, esta parceria era realizada.

A respeito do processo de trabalho, especificamente sobre a atuação das técnicas na metodologia de trabalho: Os processos eram demandados pelo Juiz através do Cartório do JVDPM, que eram registrados e distribuídos entre a Equipe Técnica de forma igualitária, e logo em seguida as mesmas entravam em contato com ambas as partes, agendando em horários e dias diferentes para o atendimento individual. Caso estas pessoas comparecessem ao Setor, eram feitas entrevistas psicossocial ou social (dependendo da formação das profissionais), tudo era anotado, orientado e se necessário eram elaborados encaminhamentos para determinados casos. Deste atendimento, eram elaborados Relatórios Sociais para serem anexados ao processo e lidos pelo Juiz, em algumas situações, havia necessidade de uma das partes ou as duas retornarem para relatar o que não ficou explícito ou para uma segunda orientação, até mesmo os familiares poderiam ser ouvidos.

A equipe técnica tinha o exaustivo trabalho de telefonar para ambas as partes, agendando-as, caso não entrassem em contato anteriormente. Muitos deles não compareciam às entrevistas e cabiam as profissionais retornarem para entenderem o motivo da ausência e caso pudesse ser remarcado o agendamento. Tal situação demandava tempo, já que uma grande parte não compreendia a gravidade do cenário, e por muitas vezes ignoravam as intimações, ou dependendo do contexto, não poderiam faltar o trabalho ou outros motivos que levam as pessoas a faltar.

Dependia de cada técnica a quantidade de vezes que elas retornariam para reagendar, e em 2016, em reunião foi decidido que todas elas só ligariam para cada parte duas vezes para novo agendamento, caso não houvesse efeito, seria enviada uma intimação através do Juiz convocando a parte a ir ao JVDPM a partir de um documento oficial.

Durante este processo de construção, em reunião realizada, foi decidido que, caso a mulher (vítima) não comparecesse após duas tentativas, seria elaborada uma informação de “não comparecimento da parte” ao Juiz para ser anexado ao processo, e que este caso não seria mais acompanhado pela equipe e nem haveria um relatório, caso o próprio Juiz não demandasse. Esta decisão foi tomada pois, além de demandar tempo, não havia necessidade de só ao(a) agressor(a), quem pratica violência doméstica, ser atendido, visto que ele(a) já teria sua parte da história relatada através da Defensoria Pública ou advogado particular.

Também em reunião, foi estabelecido que todos os dias, uma das técnicas ficaria em regime de plantão, isto é, não agendar nenhuma parte e ficar à espera de algum processo emergencial que surgisse – lembrando que as técnicas, durante o plantão, poderiam redigir seus relatórios ou realizar outras atividades que não demandassem exclusividade. Tal decisão foi necessária pois todas reconheceram que era cada vez maior o número de vezes que o próprio Juiz Felipe encaminhava casos emergenciais, muitas vezes graves para serem atendidos imediatamente.

Compreende-se que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro esperava que a equipe técnica orientasse, encaminhasse e retirasse imediatamente as mulheres da situação de risco e violência eminentes na qual estão inseridas. A orientação e encaminhamento das mulheres é de fato realizado pela equipe técnica, que ao ouvi-las e compreender a situação na qual se encontram, as orientam sobre o processo, filhos e o relacionamento e suas opções. Mas entende-se que o trabalho profissional torna-se um conjunto das demandas explícitas que devem ser respondidas à mando da instituição, mas também de demandas implícitas que são reconhecidas nos atendimentos, na interpretação das necessidades dos usuários, entre outros. Uma demanda implícita observada pela equipe técnica sempre fora a falta de informação das mulheres, por não saberem que poderiam fazer uma denúncia contra seus companheiros ou não entenderem que a denúncia feita na DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento À Mulher, ou em qualquer outra delegacia, gera um processo criminal e o futuro e as consequências deste.

CONCLUSÃO

As assistentes sociais e psicólogas realizavam um trabalho de reflexão com essas mulheres e construção da possibilidade de ruptura deste ciclo de violência e dependência, e um possível término da relação ou um recomeço diferente e respeitoso, com mulheres mais informadas da Lei Maria da Penha e de seus direitos.

Durante o período de pesquisa de campo, e a partir do acúmulo teórico e prático, foi possível compreender o trabalho da Equipe Técnica do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sua relação com os usuários e com os instrumentos técnicos, refletir sobre o espaço sociojurídico, acompanhar os casos de violência doméstica que estão arraigados na sociedade patriarcal e machista atual, assim como entender as relações sociais e as expressões da “questão social” nela expostas.

Espera-se que este artigo possa ser um documento que auxilie as profissionais da Equipe Técnica, e conseqüentemente a promoção de direitos civis para as mulheres atendidas no Juizado. Isto é, uma reflexão sobre um momento de máxima importância que fique na instituição para as gerações futuras de profissionais e de pesquisa. Acredito também que esse pequeno relato possa incentivar outros estudantes e profissionais a utilizarem o diário de campo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Presidência da República. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.** Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

BRASIL. Presidência da República. **LEI MARIA DA PENHA.** Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BOURDIEU, Pierre (1999). **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão.** Brasília, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Uma Ideologia Perversa.** São Paulo: Folha de São Paulo. Caderno Mais!, 1999.

FREITAS, Rita. **Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social – desenhando uma proposta de estudos.** IN: Indagatio Didactica. Aveiro: vol. 5, 2013

GONÇALVES, Rafaella Musmanno. **Reflexões sobre a experiência de estágio no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Niterói.** Trabalho de Conclusão de Curso. 2017. Escola de Serviço Social. Niterói.

HERMANN, Leda Maria. **Maria da Penha – Lei Com Nome de Mulher - Violência Doméstica e Familiar.** 3º edição. Campinas, Servanda, 2012.

KRUGEG et al., eds. **World report on violence and health.** Geneva, World Health Organization, 2002.

LIMA, T. C. S. et al. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo.** Revista Textos & Contextos: Porto Alegre. V. 6, n. 1, 2007.

MIRANDA, Aline Salandra de. **A difícil percepção da violência psicológica contra a mulher na relação afetivo-amorosa:** Trabalho de Conclusão de Curso. 2012. Escola de Serviço Social. Niterói.

ONU MULHERES. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2º edição. 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** IN: Cadernos SOS Mulher. Recife. 1990.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Nós vamos acabar com ela!** Rio de Janeiro: TJERJ, 3º edição. 2014.

TRABALHO SEXUAL E NORMATIVIDADE DE GÊNERO: UM DESAFIO PARA O TRATAMENTO SOCIOJURÍICO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

DENIS FRANCO SILVA

*Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Direito e Inovação da UFJF
denisfrancosilva@yahoo.com.br*

RAMON SILVA COSTA

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito e Inovação da UFJF
ramoncostta@outlook.com*

RESUMO

O presente artigo aborda o tratamento sociojurídico dado a prostituição no Brasil e o desafio de garantir direitos para os trabalhadores sexuais, levando-se em conta as normatividades de gênero e sexualidade impostas socialmente. Assim, o trabalho pretende refletir sobre o modelo abolicionista empregado no Brasil e sobre a regulamentação da prostituição no país, por meio de uma ampla revisão bibliográfica do tema, com a proposta final de desconstrução de padrões para um alcance plural de direitos e combate à discriminação desses sujeitos.

Palavras-chave: Prostituição. Gênero. Normatividade. Tratamento Sociojurídico. Sexualidade.

ABSTRACT

This article analyzes the socio-legal treatment given to prostitution in Brazil and the challenge of guaranteeing rights for sex workers, taking into account socially imposed norms of gender and sexuality. Thus, the paper intends to reflect about the abolitionist model used in Brazil and about the regulation of prostitution in the country, through a bibliographical revision of the theme, with the final proposal of deconstruction of gender norms for a plural guarantees of rights and against discrimination of these subjects.

Key-words: Prostitution. Gender. Normativity. Socio-juridical Treatment. Sexuality.

INTRODUÇÃO

As concepções, abordagens e controvérsias acerca da prostituição são inúmeras, mas é consensual compreendê-la à luz dos contextos socioeconômicos, políticos, culturais e ideológicos de um dado momento histórico, pois as mudanças nos costumes e valores nos últimos séculos são intensas e nos revelam uma nova interpretação dos aspectos sexuais e morais vigentes em sociedade. No entanto, a heterossexualidade ainda determina o referencial normativo e naturalizador das relações sociais e sexuais (GUIRADELLI E SOUZA, 2013).

A cultura patriarcal é estabelecida como uma fonte para o extrato sociocultural ocidental. A cultura é entendida, de acordo com Geertz (1989), como um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, configurando-se como um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. A prostituição é concebida na perspectiva patriarcal como uma esfera determinada pela figura masculina (CECCARELLI, 2008). Partindo-se desta premissa, há a necessidade de estruturar um debate acerca da prostituição que saliente as relações entre homens e mulheres, o que não pode ser feito sem excluir as questões ligadas à posição subjetiva da mulher na sociedade, em particular a da prostituta, e a hegemonia do discurso masculino dominante.

Nesse sentido, ao considerarmos a complexidade de relações e formas que a prostituição assume entre homens e mulheres e seus clientes, este trabalho assume como objetivo o desafio de uma abordagem crítica que leve em conta os estudos de gênero e sexualidade no intuito de uma resposta acerca da seguinte questão: como o direito pode ser utilizado na promoção de uma atuação estatal que de fato contribua com a efetividade dos direitos de trabalhadores sexuais?

A metodologia constitui-se por uma exploração teórica por meio de livros, artigos, periódicos, sites, dentre outros meios de revisão bibliográfica, além de abarcar uma análise acerca do projeto de lei mais recente que pretende regulamentar a prostituição no Brasil, o PL 4.211/2012.

Dessa forma o desenvolvimento do artigo estrutura-se em três tópicos. Inicialmente aborda as subjetividades e normatividades de gênero na prostituição, seguido de um tópico que objetiva apontar diferenças entre as práticas masculinas e femininas na prostituição, centralizando o papel do gênero na atividade, já o terceiro tópico contextualiza os tratamento sociojurídico abolicionista da prostituição no Brasil e o Projeto de Lei Gabriela Lei para a regulamentação do trabalho sexual no país. Por fim, as considerações finais expõem criticamente todo o conteúdo exposto e propõe reflexões sobre o tratamento sociojurídico da prostituição no Brasil.

PROSTITUIÇÃO, SUBJETIVIDADES E NORMATIVIDADES

Embora não se tenha uma análise que englobe todas as razões que levam uma pessoa a prostituir-se, há fatores comuns como, a excitação provocada pela situação nova, imprevisível e totalmente desconhecida que pode revelar-se potencialmente perigosa: “o que ele/ela quer de mim?” “para onde serei levado?” “o que acontecerá comigo?”; o fato de “entregar-se” a alguém sobre quem nada se sabe; o prazer de ter o corpo admirado, olhado, fetichizado; o prazer em dar prazer ao outro; a excitação de ser objeto de alguém, pois, afinal, “é você que está pagando”; o jogo erótico que se expressa na negociação do preço em função de um serviço mais personalizado, dentre outras motivações. Da mesma forma ocorre nos casos em que a prostituição é utilizada como uma “desculpa”, dita como “apenas um trabalho”, para viver-se uma forma de relação - homossexual - que, de outra forma, seria intolerável (CECCARELLI, 2008).

A prostituição, em geral, não consiste em uma escolha despropositada, mas como um efeito da expressão particular da existência, ou seja, uma forma que o indivíduo assume, afim de, relacionar-se com o meio em que está inserido. A vida constrói-se por meio de grupos e espaços irrigados de subjetividades. A construção do sujeito não é feita inteiramente por ele, gestos e rostos o inventam e moldam sua história. Desse processo de subjetivação surge um sujeito - controverso, obtuso, contraditório - mas, acima de tudo, um sujeito possível (CARVALHO, 2000).

O meio social é permeado por discursos, imagens, signos e símbolos, de forma que são incorporados na vida social dos sujeitos, afetando o processo de constituição subjetiva destes. Dessa forma, como salienta Carvalho (2009), há uma produção coletiva dos sujeitos, na qual incide diversas instâncias do social. Sendo assim, a subjetividade é construída a partir de uma produção complexa e compartilhada, por meio da junção dos diversos fluxos de determinações coletivas, o que caracteriza a complexidade da vida contemporânea. (GUATTARI e ROLNIK 2005).

A participação da sexualidade na construção das subjetividades está vinculada ao que Foucault (1993) trata no primeiro volume de sua História da Sexualidade, ao dizer que em sociedade, as práticas sexuais são aspecto quase central na definição e identificação dos sujeitos, pois é no sexo que se encontra as verdades mais íntimas e obducatas dos indivíduos. Portanto, a prostituição configura um conjunto de ações e representações eróticas que traduzem as subjetividades dos envolvidos, que são construídas segundo Carvalho (2009), a partir da constituição do sujeito individual por meio das múltiplas determinações sociais, de forma que, esse processo varia entre os sujeitos de acordo com as inserções em diferentes contextos, culturas ou segmentos sociais, o que evidencia a produção social dos sujeitos individuais no plano da subjetividade contemporânea. Nesse contexto, existem muitas individualizações variantes e unívocas que incidem sobre a sexualidade dos sujeitos e por conseguinte, na prática da prostituição.

Foucault (1993) ao abordar a institucionalização de uma “ciência sexual” nas sociedades ocidentais destaca que, há uma organização social do sexo, o que, contraria a ideia estabelecida por um saber científico no decorrer do século XIX, de que os desejos sexuais são reflexos de uma pré-disposição biológica. O autor diz que os desejos são constituídos a partir de sociabilidades específicas. Dessa forma, com o elevado aumento dos discursos acerca das práticas sexuais cria-se o que ele chama de “dispositivo da sexualidade”, que passa a controlar as sociabilidades sexuais, dentre elas, a prostituição, que tende a absorver reflexos do extrato sociocultural no qual é exercida.

De acordo com Butler (2003), o gênero é construído no decorrer do tempo por meio de uma reiteração de gestos movimentos e estilos que definem padrões masculinos e femininos sobre corpos e comportamentos. Contudo, se os atributos de gênero são performativos e não uma identidade pré-existente, a postulação de um “verdadeiro sexo” (Foucault, 1994) ou de uma “verdade sobre o gênero” revela antes uma ficção reguladora. Além disso, se para que essa ficção permaneça é necessário uma repetição desses padrões de gênero, podemos pensar que a aproximação de um ideal de gênero – masculino ou feminino – nunca é de fato completa, e que os corpos nunca obedecem integralmente às normas pelas quais sua materialização é fabricada.

Nesse sentido, é possível pensar na prostituição como uma prática permeada por uma extensa complexidade de subjetividades e expectativas de cumprimento de normas sociais que se interpelam e desembocam em relações variadas, que são afetadas diretamente pelas construções de gênero e sexualidade. Assim, é preciso refletir sobre as especificidades de homens e mulheres trabalhadores sexuais, pois, mesmo não sendo possível alcançar um entendimento consensual acerca da prostituição, o debate sobre normatividades e subjetividades contribui

para pensarmos em uma reconfiguração dessas realidades estigmatizadas e marginalizadas, que permita novos lugares para esses sujeitos, novos protagonismos e novos olhares, para a promoção de um debate amplo e plural acerca de garantia de direitos e dignidade.

PROSTITUIÇÃO DICOTÔMICA: O FEMININO E O MASCULINO

A prostituição é concebida na perspectiva patriarcal como uma esfera determinada pela figura masculina, viabilizada como um negócio dos homens e do Estado, os quais mantiveram o controle da situação geradora de recursos econômicos a custa da exploração das mulheres, seja na figura da proxeneta, nas taxas, leis ou extorsões que as prostitutas são obrigadas a se submeter. Juntamente com a violência conjugal, o estupro e outras tantas formas de dominação masculina, a prostituição constitui mais uma manifestação da cultura machista, pois em certa medida, a sexualidade feminina continua sendo gerenciada pelos homens (CECCARELLI, 2008).

Gaspar (1985) aponta que existe um procedimento generalizado na prostituição, no que tange a imposição de limites por prostitutas e michês, visto que, ambos determinam barreiras simbólicas nos programas e para clientes em geral. A autora destaca a preocupação de mulheres prostitutas em preservar alguma parte do corpo, em especial a boca, pois há uma conotação negativa no beijar durante os programas. Já entre os homens que se prostituem, percebe-se um movimento nesse sentido, principalmente de defesa ante a imputação de homossexualidade. O dilema nas relações de poder estabelecidas na prostituição masculina, encontra-se centrado no ânus, no caso, a posição de passivo na relação sexual entre homens, ou quaisquer práticas que envolvam a penetração anal. Assim a diferença relevante na sistemática não está nos gêneros e sim entre o penetrar e ser penetrado (BARRETO, 2012).

De acordo com Barreto (2012), os homens que vendem sexo em geral tendem a menosprezar, evitar e até ridicularizar por meio de brincadeiras qualquer atividade sexual passiva, que os aproxime da homossexualidade, ou prazer anal, sendo a passividade atrelada ao feminino. Assim, há um fortalecimento da ideia de sexualidade por um efeito de discursos que naturalizam e criam caracterizações que confundem a distinção entre sexo e gênero.

Butler (2003) esclarece esse contexto por meio da teoria da performatividade, na qual estabelece que o gênero existe na prática, na experiência e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações acerca do feminino e do masculino, tutelado pela normatividade. Sendo assim, o conjunto de atos cotidianos e atrelados à personalidade dos indivíduos como as vestimentas, cabelo, trejeitos, a estética e corporalidade das pessoas, é o que determina o gênero e homens e mulheres biológicos tendem a reproduzir a normatividade que controla e determina os atos como masculinos ou femininos. A autora indica que a própria definição da orientação sexual, está vinculada à performance, que sustenta-se na ideia de uma suposta heterossexualidade natural do corpo, funcionando como uma matriz que confere sentido às diferenças entre os sexos.

Portanto, é possível notar que a performance de gênero e a normatividade acerca do sexo e sexualidade dos indivíduos está presente na esfera da prostituição, sendo a posição concebida como feminina retaliada pelos homens que se prostituem e as prostitutas severamente afetadas pela violência de gênero, ocupando uma posição de subordinação dada a a mulher. No entanto isso não impede a ocorrência de comportamentos subversivos, pois como indica Butler (2003), nunca há uma total aderência aos padrões de gênero.

Ceccarelli (2008), ao falar da prostituição feminina, destaca que o estigma contido na prostituição, relacionado aos comportamentos e práticas sexuais marginais, é o que fortalece

o meretrício, pois o território de prazeres ilegítimos, o espaço marginal da prostituição, conta com a cumplicidade e sigilo entre aqueles que o frequentam, o que permite ao homem viver fantasias sexuais inconfessáveis, sem se sentir ameaçado em sua identidade social. Além disso, os eventuais e inevitáveis fracassos sexuais são igualmente preservados neste espaço. Existem também aqueles para quem o pagar representa uma forma de afirmação de poder, virilidade, especialmente em casos de performance sexual insatisfatória, uma maneira de compensar uma insegurança ou frustrações afetivo-sexuais, que acaba por reafirmar a subordinação das mulheres. Porém, existem pessoas que sentem prazer nessa forma de viver a sexualidade sem maiores problemas. O autor ainda destaca a problemática acerca dos motivos da inserção de mulheres na prostituição:

Evidentemente, não se pode negar que, no Brasil, a miséria seja um dos maiores fatores que leva as mulheres à prostituição. Entretanto, atribuir a entrada e a permanência nessa prática unicamente a questões financeiras é um argumento redutor, além de misógeno, pois nega, mais uma vez, o direito à mulher de escolher livremente como quer viver sua sexualidade. Ou seja, se posicionar como sujeito desejante e histórico, fazendo da prostituição uma escolha como qualquer outra (CECCARELLI, 2008).

No entanto, não se pode olvidar que a prostituição feminina se concebe de forma distinta das demais prostituições, embora os homens e os transgêneros vendam o sexo praticamente em todos os lugares, e há alguns lugares onde mais homens do que mulheres vendem sexo, o foco convencional é sobre mulheres e meninas que vendem sexo para homens. A prostituta é mais facilmente explorada e desprovida de autonomia e poder do que os michês. Isso ocorre em parte porque aos homens é dado maior poder nas relações sociais, o que lhe garante maior autonomia sexual. Os homens que vendem sexo não parecem se encaixar nesse script, mas são menos forçados a vender sexo do que mulheres. Embora a venda de sexo seja considerada efeminada, ainda há um estigma no sexo comercial que o delimita a um modelo de exploradores masculinos e vítimas inocentes femininas (OVERS, 2011).

Segundo Overs (2011), os profissionais do sexo masculino são um desafio para a análise de gênero do trabalho sexual. A autora indica que existem poucos projetos financiados que ofereçam ajuda aos trabalhadores do sexo masculino, tendo a USAID (Agências dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e a ONUSIDA (Programa em conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA), retirado os profissionais do sexo masculino das listas de populações de maior risco. Até mesmo as referências aos profissionais do sexo masculino em documentos políticos e estudos epidemiológicos tornaram-se escassas. Todo esse contexto gera uma barreira para os direitos dos homens trabalhadores do sexo e reforça a concepção do trabalho sexual como uma atividade exclusivamente feminina, concordante com uma visão binária, do gênero patriarcal opressor, o que invisibiliza homens que vendem sexo e suas clientes femininas.

O tráfico e escravidão sexuais são enquadrados exclusivamente em torno do trabalhador sexual do sexo feminino. A venda de sexo é atrelada ao feminino, enquanto a figura do proxeneta ou explorador é masculina, independentemente do gênero de perpetrador real. Porém, o sexo também é vendido por homens e a invisibilidade da prostituição masculina é um elemento substancial na concepção do trabalho sexual como uma ferramenta para a violência de gênero. O proxenetismo, por exemplo, geralmente é considerado uma atividade masculina, uma função da masculinidade ligada à dominação das mulheres e alinha-se a um contexto social afetado pelo uso de drogas, discriminação estrutural nos mercados de trabalho e vida doméstica, violência, pobreza, baixos salários, corrupção, negligência dos direitos humanos por estados e violência estatal (OVERS, 2011).

Assim, observar a prostituição por meio de uma perspectiva de gênero exige a superação de uma heteronormativa binária, estagnada em concepções rígidas sobre o masculino e o feminino. Nesse sentido, Raewyn Connell (1995) fala na existência de múltiplas masculinidades e não apenas uma masculinidade hegemônica determinada por padrões socioculturais. Tal multiplicidade é vista também entre as mulheres, não sendo possível a determinação de um padrão hegemônico sobre as masculinidades e feminilidades encontradas nas economias sexuais, pois profissionais do sexo estão inseridos em distintas esferas sociais, possuem aspectos identitários diversificados e múltiplas práticas e interações sexuais. Portanto, a dicotomia masculino/feminino no trabalho sexual é caracterizada pela complexidade inerente à realidade de homens e mulheres e as formas como vivem e compreendem suas sexualidades.

MODELO DE TRATAMENTO ABOLICIONISTA DA PROSTITUIÇÃO E PROJETO DE LEI GABRIELA LEITE NO BRASIL

O sistema abolicionista considera que a prostituição é uma forma de violência exercida sobre as mulheres, que restringe as suas liberdades e cidadania. Desta forma, considera as prostitutas vítimas desse sistema de exploração, procura reintegrá-las socialmente e condena o proxenetismo, sendo o sistema adotado no Brasil e na maioria dos países (TAVARES, 2006).

O Brasil ao adotar o antigo sistema abolicionista, depara-se com um tratamento penal repressivo ao lenão, sendo este visto como o sujeito ativo criminoso na prostituição, enquanto os prostitutos são encarados como vítimas, sujeitos passivos e os clientes não recebem qualquer tratativa legal. Nesse sentido, salienta-se as palavras de Tavares acerca do abolicionismo:

o movimento abolicionista considerava (e considera) a prostituição como uma escravatura incompatível com a dignidade das pessoas, colocando a prostituta na situação de vítima que não deve ser punida, mas sim incentivada a deixar a prostituição e a inserir-se socialmente. A prostituta não é punida, mas sim a exploração comercial da prostituição ou a atividade de proxenetismo (TAVARES, 2006).

Portanto, depreende-se de tal modelo, a procura por um redirecionamento social dos trabalhadores sexuais, o que não é condizente com um ideal democrático de liberdade individual. O Brasil por adotar formalmente o abolicionismo, evidencia uma contradição entre a realidade e a legislação penal, pois a tipificação da atividade de agenciamento da prostituição e a manutenção de estabelecimentos contrasta-se com espaços nos quais a prostituição é desempenhada de forma explícita, com o pleno conhecimento e até mesmo conveniência das autoridades públicas. A incoerência torna-se maior ainda pela forma insatisfatória que o Estado brasileiro trata a questão, sem a efetividade das próprias leis e total ausência de medidas substanciais que promovam avanços nas condições sociais dos trabalhadores sexuais, ou seja, não há uma regulamentação da atividade e nem há reais perspectivas abolicionistas acerca da prostituição. (NUCCI, 2014).

Em 2012 foi protocolado pelo deputado federal do Partido Socialismo e Liberdade PSOL – RJ, Jean Wyllys, o PL 4.211, intitulado de Projeto de Lei Gabriela Leite, em homenagem a prostituta que foi ativa na luta dos direitos das prostitutas no Brasil. O PL visa regulamentar as atividades dos profissionais do sexo. De acordo com o deputado, o texto foi escrito em conjunto com a Rede de prostitutas, como uma forma de levar as reais reivindicações da categoria ao Plenário.

O projeto de Wyllys foi apresentado no dia 12 de julho de 2012 e busca regulamentar a atividade dos profissionais do sexo; tirá-los do submundo, caracterizado pela discriminação e segregação social e inseri-los no campo da licitude, garantindo-lhes a dignidade inerente a todos os seres humanos, por meio da tutela efetiva de seus direitos. Logo em seu primeiro artigo, o PL estabelece em seu artigo 01º quem pode ser considerado profissional do sexo, caracterizando

este como pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração (BRASIL. PL. 4.211 de 12/07/2012).

Sendo assim, ao determinar o profissional do sexo como maior de 18 anos, o PL exclui qualquer tipo de aceitação a chamada “prostituição de menores”, sendo tal prática enquadrada como pedofilia. O texto deixa clara a conotação voluntária do trabalho sexual, não sendo tuteladas práticas viabilizadas por obrigação, violação ou repressão de terceiros. Se aprovada a lei autorizaria a cobrança de valores na justiça em caso de clientes não pagarem o combinado previamente pelo programa e descriminaliza as casas de prostituição, ao passo em que proíbe a exploração sexual em seu artigo segundo:

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual. Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

- I. apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;
- II. o não pagamento pelo serviço sexual contratado;
- III. forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência (BRASIL. PL. 4.211 de 12/07/2012).

O projeto concede ainda aos profissionais do sexo o direito a aposentadoria após 25 anos de contribuição previdenciária, assim como ocorre com outras profissões em que há a incidência de alta periculosidade e insalubridade. O PL 4211/2012, foi em primeiro momento votado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em junho de 2013, tendo sido rejeitado pelo relator, o deputado Pastor Eurico do Partido Socialista Brasileiro (PSB/PE), que em sua justificativa afirma que a legalização da prostituição beneficia o rufianismo e promove a expansão da indústria do sexo.

Em setembro de 2013, a presidência da Câmara, criou uma Comissão Especial composta por vinte membros titulares e vinte suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, para votar o PL 4211/2012. Houve a tentativa de fazer com que o projeto fosse votado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e pela Comissão de Seguridade Social e Família, o que é justificado, pois a categoria em questão, sempre sofreu exclusão social e violação de direitos na nossa sociedade, constituindo assim, uma comunidade de minoria, não só em termos numéricos, mas principalmente em termos jurídicos, por não terem seus direitos devidamente tutelados. Além disso, a votação nessas comissões serviriam para qualificar a discussão e possibilitar um debate relacionado à saúde, assistência social e direitos da Criança, do Adolescente e das Mulheres.

No entanto, o projeto foi arquivado em janeiro de 2015 e desarquivado em fevereiro com a reeleição de Jean Wyllys pelo PSOL/RJ. Sendo assim, o projeto segue em trâmite sem grandes expectativas por parte das minorias, já que o atual Congresso Nacional tem se mostrado extremamente conservador. Enquanto isso, após quase quatro anos que foi desarquivado, o PL 4211/2012 continua aguardando a constituição de comissão temporária pela mesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de pensar a relação entre normatividade de gênero e prostituição como um desafio imputa um estímulo para a mudança. Assim, refletir sobre as normatividades que incidem sobre os corpos e desconstruir os padrões de gênero e sexualidade para repensar o tratamento sociojurídico da prostituição no Brasil é uma tarefa complexa, porém necessária. Homens e mulheres trabalhadores sexuais encontram-se progressivamente marginalizados e invisibilizados no meio social, o que os distanciam de direitos e os tornam corpos vulneráveis a um amplo conjunto de violações. Nesse cenário, o gênero ocupa protagonismo em um

processo de abandono institucional, seja pela violação e inexistência de direitos e/ou até mesmo pela ausência de políticas públicas em áreas como saúde e educação, pois a sociedade concebe formas inteligíveis de viver a sexualidade e o gênero, determinadas por uma heteronormatividade compulsória.

Portanto, os corpos em prostituição desviam-se da normatividade ao ponto em que não abarcam as práticas de uma moral higienizadora, mas, por outro lado, carregam consigo às opressões de gênero, já que em um sistema abolicionista, a vitimização, principalmente da figura da prostituta, não contempla a garantia de direitos e acaba por restringir a liberdade desses sujeitos, reafirmando o controle estatal sobre a sexualidade e acentuando a marginalização.

Nesse sentido, a regulação da prostituição por si só não é uma certeza de melhorias para trabalhadores sexuais, visto que a entrada da regulação estatal por meio de uma lei pode aumentar o nível de repressão e controle abusivo da atividade. No entanto, é preciso discutir direitos e garantias, tanto na seara do trabalho, como na previdência ou na saúde. Contudo, a configuração política atual ecoa conservadorismos e opressões de forma expressiva. Assim, torna-se necessário reestabelecer o papel central do Direito na defesa das populações vulneráveis, com o objetivo de fortalecimento de ideais democráticos no combate às desigualdades sociais, o que não é possível sem uma reflexão sobre o papel das construções de gênero nas violações perpetradas contra os sujeitos mais frágeis e estigmatizados por suas práticas e comportamentos sexuais.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Victor Hugo de Souza. *Vamos fazer uma sacanagem gostosa? :Uma etnografia do desejo e das práticas da prostituição masculina carioca*. Niterói, Eduff, 2017.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei PL 4.211/2012. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1019532.pdf> Acesso em: 10/2018. Texto original.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.

_____. Tramitação do Projeto de Lei 4211/2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899> Acesso em: 10/2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. 2009. Rio de Janeiro, vol. 40, nº 2. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 10/2018.

CARVALHO, Silvia Barbosa. *As virtudes do pecado: narrativas de mulheres a "fazer a vida no centro da Cidade"*. 2000. 89f. Dissertação (Mestrado Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

CECCARELLI, Paulo Roberto. *Corpo como mercadoria*. In: *Sexos a trama da vida: Rev. Mente e Cérebro*; Vol. IV, São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993a.

_____. *História da sexualidade 2*: 7. ed. Rio de Janeiro Graal, 1994.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. J. Zahar, Rio de Janeiro, 1985.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIRALDELLI E SOUZA. Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 24, n.2, 2013.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Rj. Vozes, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas. Aspectos Constitucionais e Penais*. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2014.

OVERS, Cheryl. *The Good, the bad and the ugly: Constructions of Masculinity and Contemporary Understandings of Sex Work*. In *Men and Development: Policising Masculinities*, Ed(s): Andrea Cornwall, Jerker Edstrom and Alan Greig, Londres, Zedbooks, 2011.

TAVARES, Manuela. *Prostituição, diferentes posicionamentos no movimento feminista*. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>>. Acesso em: 10/2018.

O IMPACTO DO CONTEÚDO DOS FILMES PORNOGRÁFICOS NA VIDA DAS PROFISSIONAIS QUE NELES ATUAM E A RECORRENTE VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

OLIVEIRA, Stefanie Alves De

Graduanda do Curso de Direito – CUSC

stefanele_9@hotmail.com

RESUMO:

Com todos os malefícios causados pela pornografia, principalmente no tocante a cinematográfica, há maior dedicação científica para os prejuízos sofridos pelos consumidores de seus produtos e pouco de fala em pesquisas que almejam averiguar e demonstrar aos reflexos que podem ser gerados na vida das profissionais que neles atuam. O presente trabalho enfatizou as ofensas sofridas pelas mulheres que integram o mundo da indústria pornográfica, inclusive a propagação da desigualdade de gênero, na qual a mulher figura como instrumento para a plenitude do prazer masculino, e as frequentes agressões físicas que são mascaradas como simples cena de filme que não traz nenhum tipo de prejuízo a saúde mental e a corporal. Portanto, em considerável parte dos materiais produzidos há violação a direitos inerentes a todo ser humano, inclusive aos que configuram metas governamentais da República Federativa do Brasil definidas na Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: pornografia – cinematográfica – desigualdade de gênero – violação – direitos humanos

ABSTRACT:

With all of the harms caused by the pornography, mainly concerning cinematographic, there is adult scientific dedication for the suffered damages for the consumers of their products and little of speech in researches that long for to discover and to demonstrate to the reflexes that can be generated in the professionals' life that you/they act in them. The present work emphasized the suffered offenses for the women that integrate the world of the pornographic industry, besides the propagation of the gender inequality, in the which the woman represents as instrument for the fullness of the masculine pleasure, and the frequent physical aggressions that are masked as simple film scene that doesn't bring any damage type the mental health and the corporal. Therefore, in considerable part of the produced materials there is violation to inherent rights to every human being, besides to the that configure government goals of the Federal Republic of Brazil defined in the Federal Constitution of 1988.

Key-words: pornography – cinematographic – gender inequality – violation – human rights

INTRODUÇÃO

O surgimento da palavra pornografia se deu para conceituar narrativas cujo objeto principal é a vida que as prostitutas incluindo suas práticas habituais. Entretanto, ao longo dos anos, a palavra passou a ser empregada no sentido de conceituar atos sexuais realizados sem amor, apenas para satisfação dos desejos carnis. Atualmente o termo engloba, em seus significados, tudo que tem caráter sexual, obsceno e imoral, que pode ser encontrado na literatura, vídeos, pinturas, gravuras, entre outros.

Assim como houve evolução na expressão supramencionada, pode-se afirmar que os instrumentos e as formas pelas quais os atos obscenos são apresentados perante a sociedade também sofreram transformações. No início, conteúdos eróticos eram transmitidos através da literatura, peças teatrais e pinturas, mas com o desenvolvimento da tecnologia, nos meados do século XIX, passou-se a registrar fotos de pessoas nuas e publicar livros com gravuras nesse mesmo sentido.

Quase no início do século XX, com o surgimento da cinematografia e, conseqüentemente, a gravação de filmes adultos, a indústria pornográfica alcançou significativo crescimento por boa parte do globo terrestre visto que essa exposição das fantasias sexuais mais obscenas e imorais do ser humano resultou em choque para a sociedade o que contribuiu para rompimento da quebra de tabus que envolvia as libertinagens.

Com o mundo globalizado deste século não existem tantas barreiras que inviabilizem a circulação de informações o que proporciona aos indivíduos grande absorção de diversos conteúdos sem a devida análise e seleção do que pode ser bom e o que apresenta ser poluição mental. Em razão disto, com a acessibilidade dos filmes adultos até mesmo para menores de idade, deve ser questionado sobre que tipo de mensagem está sendo passada aos milhões de consumidores da pornografia cinematográfica.

Além disso, deve ser examinado o impacto que a realização de cenas obscenas pode acarretar na vida dos atores, pois ainda há certa obscuridade no tocante ao que ocorre nos bastidores das gravações, principalmente quando se trata de agressão sexual e práticas humilhantes as quais as mulheres são diariamente sujeitadas.

SEMEIÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

Considerável parcela dos materiais pornográficos, ao longo dos anos, tem explorado de forma minuciosa as fantasias mais sórdidas que podem ser objeto de prazer de um ser humano e, como a maioria das sociedades são patriarcais, vislumbra-se que, em geral, os filmes produzidos são voltados para o público masculino e para estimulação de seu prazer.

O foco principal das gravações se dá no clímax do homem e em todos os atos que cooperaram para ele seja efetivamente atingido. Note-se que as atrizes desempenham mero papel de auxiliar em cena, sendo mal comparadas a um instrumento utilizado para o alcance de determinado resultado.

Cabe ressaltar que, como bem relata Marco Antônio Lopes (2016) na revista "Super Interessante", os livros eróticos também eram habitualmente chamados de romance para rapazes e, ainda, os filmes que antes expunham mulheres dançando e fazendo striptease passando a exibir cenas de sexo explícito ficando conhecidos como "stags films", ou seja, filmes para rapazes.

De pronto, observa-se uma das graves ofensas aos direitos humanos que ocorre com bastante frequência nesse meio: a violação ao direito de igualdade, especificamente no tocante aos

gêneros, isso porque as componentes do gênero feminino, em boa parte dos filmes, são colocadas em posição de extrema submissão.

Desde as palavras empregadas no momento das gravações do ato, até gestos utilizados enfatizam essa desigualdade, demonstrando que o homem é o superior da relação. Outros elementos também contribuem para essa perspectiva, pois, nas palavras de Cowan (1988, apud D'ABREU, 2013, p. 593)

[...] na análise de 282 personagens de 45 filmes com conteúdo de pornografia, os personagens masculinos eram, em 62% dos casos, profissionais ou homens de negócio, enquanto a subserviência feminina era figurada em profissões como assistentes, secretárias e donas de casa em 58% dos casos. Além disso, a figura feminina aparece muitas vezes infantilizada, trajando uniformes escolares, meias, laços e presilhas, voz pueril e ausência de pêlo pubiano, reafirmando a figura de autoridade e poder do homem sobre “adolescentes”, ingênuas e frágeis.

A Constituição Federal de 1988 ressalta, em diversas partes de seu texto, a garantia de igualdade a todos os brasileiros e a rejeição a qualquer tipo de distinção em relação a qualquer indivíduo. No artigo 3º, no qual consta o rol de objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especificamente no inciso IV há a previsão de que o Estado deve promover o bem a todos com o olhar da igualdade independente de suas características. E, ainda, o artigo 5º, inciso I, da referida Carta Magna, salienta acerca da igualdade de gênero devendo homem e mulher serem tratados de forma semelhante sem nenhum tipo de distinção.

Os conteúdos reproduzidos nos filmes adultos não se amoldam ao texto constitucional violando os direitos e garantias fundamentais, propagando para os seus consumidores a inferioridade de um gênero em relação ao outro o que representa perigo para a sociedade, principalmente no que tange a facilidade de acesso a qualquer tipo de informação.

Atualmente, com os avanços das tecnologias de informática e comunicação, tornou-se possível o livre acesso a diversos conteúdos e informações. Dados auferidos no ano de 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontaram que cerca de 81,8% dos usuários da internet são jovens entre a idade de 15 a 17 anos. Como é de conhecimento geral, a fase da adolescência consiste naquela em que o pensamento do indivíduo está sendo formado através de suas experiências próprias, como também, através de todo conteúdo acessado e armazenado no seu consciente.

Para a professora e socióloga americana Gail Dines, a pornografia e o descaso contra as mulheres estão intrinsecamente ligados visto que:

É uma combinação muito ruim, especialmente quando pensamos que os meninos veem pornografia pela primeira vez por volta dos 13 anos. O que significa para um menino que ainda está desenvolvendo sua sexualidade ver pornografia? Quanto mais erotizamos essas imagens, mais dizemos aos homens que é dessa maneira que eles devem tratar as mulheres, que eles devem achar isso excitante. E os garotos vão construir sua identidade sexual em torno dessas imagens.” (apud, BORGES Michelson, 2015, p.10 e 11)

Por mais absurdo que pareça, nessa era de tantos avanços tecnológicos e descobertas científicas, não há nenhuma restrição na rede mundial de computadores que impossibilite ou no mínimo dificulte o acesso de crianças e adolescentes aos vídeos pornô. Basta que pesquisem pela palavra sexo e como resultado aparecerá um rol imenso com variadas filmagens e contendo as cenas mais absurdas e agressivas que poderiam afetar a mente de uma criança drasticamente.

Portanto, a disponibilidade de filmes pornô na internet, podendo ser acessados por indivíduos que estão na fase de estruturação do pensamento, gera grave interferência nas metas do Estado para efetivar a garantia ao direito a igualdade de todo ser humano, pois ao passo que são criados programas para semear a igualdade a pornografia constantemente provoca a disseminação do oposto: a desigualdade de gênero.

VIOLAÇÕES COM RELAÇÃO A MENTE E AO CORPO FEMININO

Como foi acima discorrido, é perceptível nos filmes eróticos a recorrente utilização de palavras de cunho ofensivo proferidas contra as atrizes pornô com o fim de satisfazer, na maioria dos casos, as fantasias sexuais masculinas. Todavia, este não é o único tipo de violação que ocorre em cena.

O corpo feminino, para os fins da sexualidade masculina, atua como um objeto de prazer, no qual, para atrair extraordinário quantitativo de consumidores, é submetido a diversas práticas dotadas de agressividade podendo contar ou não com o uso de variados objetos e apetrechos com a finalidade de incrementar a cena.

Em que pese, as práticas sexuais agressivas são apresentadas de forma sutil produzindo a ideia de que a mulher que está contracenando anseia por essa brutalidade desenfreada pois nela está o seu prazer. Vislumbra-se que o filme implanta o entendimento de que apesar das possíveis lesões sofridas pelas atrizes, todos os envolvidos no ato sexual têm suas fantasias e seus desejos reciprocamente satisfeitos.

Desse modo, surge uma expressão conhecida como “resistência simbólica” que consiste em “[...] cenas em que a mulher é submetida a atos sexuais coercivos, ela raramente vocaliza desconforto, mas ao final responde com aceitação e deleite” (MALAMUTH e CHECK, 1980, *apud* D’ABREU, 2013, p. 593). A transmissão desse tipo de conteúdo fomenta a concepção ilusória de que quando a mulher recusa troca de carícias com o homem é válido que este force uma situação em razão de no final do ato ela demonstrará expressão de satisfação e prazer com a agressão sofrida.

O fato de todos os dias serem publicados vídeos que explicitam esse absurdo e, ainda, o apontam como sendo a realidade do cotidiano de muitos indivíduos é alarmante, pois cria-se, nos consumidores da pornografia, a visão de que violar, desrespeitar a vontade do outro gera consequências boas, agradáveis e prazerosas a todos os envolvidos.

No contexto social em que o Brasil se encontra marcado por um lamentável cenário em que dados divulgados no site O Globo por Elisa Martins (2018) indicam aumento de 6,1% nos casos de violência contra mulher e de 8,4% com relação as ocorrências de estupros, o que, portanto, esclarece ser repugnante a propagação, por meio desse canal influenciador, de que agressões sexuais podem esquentar o ato sexual em razão de que o próprio corpo feminino se excita através de sua violação.

Com efeito, estudos apontam as preocupantes taxas de violência sexual nas mídias pornográficas mais populares, com base na averiguação de 304 cenas, e “os resultados indicam que 88% das cenas apresentavam agressão física e 49% agressão verbal” e, ainda, “as formas de violência mais comumente observadas foram espancamento (75%), engasgos durante prática de sexo oral no homem (54%), insultos (49%), tapas (41%), puxões de cabelo (37%) e sufocamento (28%). [...] em 94% dos casos, as mulheres eram o alvo da agressão” (Bridges, Wosnitzer, Scharrer, Sun e Liberman 2010, *apud* D’ABREU, 2013, p. 593).

No livro *“Pornland”* (Terra do Pornô), a socióloga Gail Dines discorre fazendo uma ligação entre a pornografia e as violências sexuais que tem aumentado cada vez mais na contemporaneidade. Em suas palavras: “As imagens têm um impacto profundo sobre nós. [...] no caso de homens inclinados a praticar violência sexual, quanto mais pornografia eles assistirem, maior será a chance de eles cometerem crimes”. (apud, BORGES Michelson, 2015, p.10)

Os abusos e as agressões não se restringem as cenas divulgadas uma vez que por traz das câmeras, nos bastidores, a coação e a violência que são submetidas as profissionais são muito maiores. Há relatos, de antigas integrantes dessa indústria, que revelam a presença de constrangimento nos momentos anteriores as gravações das cenas a fim de força-las a participarem das cenas de agressões sexuais.

Em seu livro, *“Truth Behind the Fantasy of Porn”*, a ex-atriz pornô Shelley Lubben relatou que “as mulheres têm uma dor indizível por ser espancadas, cuspidas e xingadas. [...] Pornografia é nada mais do que sexo falso, contusões e mentiras em vídeo[...]”. Na mesma obra a autora discorre acerca das experiências de outras companheiras de trabalho como é o caso de Michelle Avanti, que ao se deparar com sua primeira gravação quis recuar, entretanto “Um ator disse que eu não poderia voltar atrás porque havia assinado um contrato. Fui ameaçada de que, se não fizesse a cena, seria processada em uma enorme quantia em dinheiro. Acabei tomando doses de vodca para fazer a cena”. (apud, BORGES Michelson, 2015, p.08)

Um dos casos mais marcantes da história se deu nos bastidores de um dos filmes pornôs de maior sucesso da década de 70 que faturou cerca de 600 milhões de dólares: *Garganta Profunda*. Linda Susan Boreman, popularmente conhecida como Linda Lovelace, foi a estrela dessa obra cinematográfica que narra a história de uma mulher que tem o clitóris na garganta e com isso, para que sinta prazer, é necessária a penetração profunda da genitália masculina em sua garganta.

Anos mais tarde ao lançamento e sucesso da mídia, Linda abandonou a pornografia e escreveu uma autobiografia revelando os motivos pelos quais consentiu em participar das gravações. A atriz estava em um relacionamento abusivo com Chuck Traynor que a surrava com frequência nos bastidores e ameaçava tirar-lhe a vida se não concordasse em participar do filme, o que para Linda, fez com que as gravações das cenas se equiparassem a um estupro.

Além disso, apesar de todo o sucesso de bilheteria e dos milhões de dólares arrecadados pelos produtores, o valor recebido pela protagonista do filme por todo trabalho e constrangimento foi de apenas US\$ 1.250. Entretanto, Linda não configura uma exceção no universo da pornográfica, já que, várias atrizes pornôs já relataram suas experiências, sendo elas nesse mesmo sentido.

As coações podem ocorrer de formas distintas e, como regra, são realizadas pelos produtores das filmagens. Algumas vítimas contam que acontecia, com frequência, de serem chamadas para participar das gravações e não serem informadas integralmente de quais papéis deveriam desempenhar e descobriam apenas no momento de contracenar não tendo a liberdade de recusar dado que eram alertadas de que se não colaborassem não seriam contratadas para nenhum trabalho.

Uma das práticas que consiste em violência sexual e contribui para a objeção das atrizes é a penetração profunda da genitália masculina na garganta até que o indivíduo venha a ter intensa vermelhidão nos olhos e náuseas profundas ao ponto de expelir todos os alimentos anteriormente ingeridos.

O chefe de redação da revista quebrando o silêncio Michelson Borges contou que, em uma entrevista para o site "*The Porn Effect*", a ex-integrante do universo dos filmes pornôs Jennifer Case relatou que contraiu doenças e "que ficou traumatizada, oprimida e se sentindo abusada. Assim como outras atrizes desse segmento, ela também se tornou viciada em drogas e precisava do dinheiro da pornografia para continuar alimentando o vício". (2015, p. 08)

Para além de todo esse transtorno psicológico e desgaste físico, a prática sexual habitual sem assistência médica e uso de medicamentos adequados para prevenção de enfermidades, como por exemplo o ato de realizar garganta profunda sem proteção de preservativo, configura gravíssimo risco para a saúde das atrizes.

Dessa maneira, não restam dúvidas dos estragos causados pelos filmes eróticos, uma vez que os relatos pessoais apontam todos para o mesmo sentido fortalecendo a tese de que a pornografia contribui para doenças psicológicas, físicas, lesões corporais e, também, para o consumo em excesso de bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes.

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Observa-se que, os conteúdos dos filmes eróticos não só promovem a desigualdade de gênero como também colaboram para transgressão da mente e do corpo das profissionais que neles atuam prejudicando, assim, o bem estar pessoal conforme os relatos expostos anteriormente.

Verifica-se que, com a exposição das mulheres as expressões de caráter ofensivo, bem como as práticas de violência sexual com grave vício consensual, uma vez que são forçadas a todo tipo de situação sem direito a recusa, reduzem a condição de humanidade dessas atrizes atingindo a sua moral e o olhar da sociedade a tal ponto que, o preconceito predomina o pensamento da população reduzindo ainda mais a dignidade em razão da rejeição coletiva.

Para mais, os acontecimentos narrados nos filmes adultos influenciam os indivíduos a reproduzi-los na expectativa de que sintam o mesmo prazer trespassado pelas cenas, ainda que configurem satisfação sexual fictícia. Por esse motivo, é comum que os homens façam o uso de termos denotativos no ato libidinoso, tal como optem por empregar atitudes agressivas contra as suas parceiras. Ou seja, constantemente as mulheres vêm sendo menosprezadas nas práticas sexuais e no dia a dia em decorrência, parcial, das mensagens transmitidas pela pornografia.

Em razão disso, vislumbra-se a violação de outro direito humano consagrado pela Constituição Federal de 1988 como princípio fundamental: o direito a dignidade da pessoa humana. Este, mesmo que não tenha uma conceituação precisa e bem definida, entende-se, amplamente, que consiste em qualidades intrínsecas a todo ser humano, sem qualquer distinção, que são utilizadas como meio de identificá-los e atribuir-lhes valor. (SARLET, Ingo Wolfgang, 2016)

Com base no teor da Declaração Universal de Direitos Humanos, o Tribunal Constitucional da Espanha se pronunciou no sentido de que "a dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que leva consigo a pretensão ao respeito por parte dos demais" (apud, SARLET, Ingo Wolfgang, 2016). Para reiterar esta definição, Günter Dürig afirma que "cada ser humano é humano por força de seu espírito, que o distingue da natureza impessoal e que o capacita para, com base em sua própria decisão, tornar-se consciente de si mesmo, de autodeterminar sua conduta, bem como de formatar a sua existência e o meio que o circunda". (1956, apud, SARLET, Ingo Wolfgang, 2016).

No que tange a conceituação do direito em questão como sendo características inerentes aos indivíduos, Sarlet (2016) ainda salienta que a dignidade humana “é irrenunciável e inalienável [...] pode (e deve) ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida, não podendo, contudo [...] ser concedida ou retirada [...]”.

O artigo 1º e seus incisos, da Constituição Federal brasileira, retratam acerca dos fundamentos da República Federativa do Brasil estando elencado entre eles a dignidade da pessoa humana. Esse texto, ao se reportar a palavra fundamentos, indica que as expressões ali especificadas configuram objetivos estabelecidos a serem alcançados pelo Estado, bem como são tomados com o propósito de eficaz orientação governamental.

Portanto, vislumbra-se que a pornografia com suas performances figura como um fator diário contribuinte para a violação dos direitos básicos intrínsecos a moral de todo ser humano. Essa má atuação se locomove na contramão das ações articuladas pelos governantes do Estado, dificultando a construção de um pensamento social pautado no respeito mútuo e na dignidade de todos.

AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GOVERNAMENTAL

Como já fora dito no presente artigo, as atrizes pornôs são submetidas a executarem atos de cunho sexual que podem oferecer riscos à saúde das mesmas e, ainda, mesmo trocando por diversas vezes de parceiro sexual, em razão da grande rotatividade de cenas, são vedadas de fazer o uso de preservativos durante as gravações. Assim sendo, toda vez que desempenham seus papéis são expostas ao contágio de doenças.

Ademais, como se não se bastasse a problemática com a possibilidade de contrair doenças sexualmente transmissíveis, ainda tem a coação exercida com obscuridade nos bastidores das filmagens com o triste propósito de envolver as profissionais em cenas de agressão sexual que, conseqüentemente, resultará em lesões corporais de toda espécie e, também, em traumas gerados devido a reincidência das ofensas ao corpo.

Esses reiterados acontecimentos se dão por causa da liberdade desenfreada que os filmes adultos e seus autores possuem para exibir qualquer tipo de cena não importando o quão violadora de direitos humanos ela possa ser, ou quanto impacto negativo pode acarretar na vida dos envolvidos nesse meio, nem mesmo se os seus conteúdos transmitem e propagam a ideia da desigualdade gênero. Cabe ressaltar que, no Brasil, com relação a pornografia infantil, tem sido dedicada a atenção necessária na tentativa de extingui-la da sociedade brasileira.

Ocorre que, a interferência Estatal, com a observância de alguns limites, se faz necessária para controlar o funcionamento das produções cinematográficas e das mídias em geral visto que, atualmente não tem regramento vigente que regulamente o exercício da atividade pornográfica e que garanta direitos básicos e indispensáveis para o seu andamento respeitando os direitos fundamentais.

O Estado, na posição de principal garantidor de direitos fundamentais da vida humana, precisa sair dessa inércia na qual se encontra e procurar ordenar e controlar todo o poder que aos longos dos anos foram concedidos às produções de mídia erótica. Como já restou demonstrado, a ausência de posicionamento estatal tem ocasionado o acontecimento de abusos e explorações em face daquelas que, comparadas com a dimensão da indústria pornô, figuram o polo mais frágil.

Apesar das evoluções sociais e da era da modernidade, é sabido que os atores pornôs, sendo o alvo maior as intérpretes femininas em razão do pensamento advindo da sociedade patriarcal,

sofrem com julgamentos da coletividade sendo, em muitos casos, rejeitados por eles. Mediante a isso, presume-se que dificilmente a população em conjunto tomará a iniciativa para lutar pelos direitos de igualdade e de dignidade dessas profissionais, cabendo ao Estado se apoderar da situação narrada e buscar urgentemente as providências adequadas.

Verifica-se, de pronto, a real carência da intervenção do Estado para regularizar o exercício das gravações e a exposição de determinadas mídias eróticas, não podendo o mesmo se ausentar de suas garantias constitucionais como a assumida na Carta Magna de 1988, em seu artigo 3º caput e inciso IV, em que diz “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a tudo que fora exposto, entende-se que atualmente os vídeos adultos são extremamente nocivos para a coletividade por divulgar ideias contrárias as lutas sociais por igualdade de gênero, bem como por fomentar as agressões sexuais entre os consumidores de seus produtos, que em grande parte é composto pelo público masculino, distorcendo a realidade das relações sexuais.

A criação de uma lei proporcionaria a extinção de todo tipo de agressão sexual, bem como estabeleceria que, para as filmagens serem realizadas e postadas, deveria haver rigorosa fiscalização com relação ao que ocorre por trás das câmeras e exame pormenorizado do conteúdo a ser exibido para evitar a propagação de ideias negativas e errôneas acerca da sexualidade dos indivíduos, assim como para investigar se as mulheres convidadas a participar dos atos estão em plena concordância com eles.

Além do mais, com a investigação integral de todos os atos praticados, seria possível proporcionar as atrizes um pouco mais de vida digna, posto que, ocorreria a vedação dos excessos praticados. Observa-se, ainda, maior garantia de qualidade de vida, uma vez que poderia ser cobrada maior prudência por parte dos produtores com a saúde dos participantes dos atos, cessando parte da violação do direito de dignidade da pessoa humana.

Em vista disso, não há outra alternativa para modificar a visão global no que tange as aos filmes pornô se não por meio da imposição de limites aos gerenciadores desse mercado, incluindo o clareamento da visão da sociedade para a compreensão de todo veneno destilado pela pornografia, tanto em quem encena como em quem assiste, bem como para a garantia efetiva de direitos fundamentais que, por tantos anos, de algumas mulheres foram suprimidos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Michelson. **A ilusão da pornografia**. Revista-Adulto, 2015. Disponível em: < <http://quebrandoosilencio.org.s3.amazonaws.com/campanha2015/revista-adulto.pdf> >. Acesso em: 06 nov. 2018, 20:35:30.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 29 out. 2018

D'ABREU, L. C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 592-601. 2013.

GUERRA, Flavia. Profunda Contradição. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2013. Disponível em: < <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,profunda-contradicao-imp-,1061810>>. Acesso em: 29 out. 2018.

LOPES, Marco Antônio. **A (indiscreta) história da pornografia**. Super Abril, 2016. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/historia/a-indiscreta-historia-da-pornografia/>>. Acesso em: 01 nov. 2018, 19:23:00.

SARAIVA, Alessandra. **Mais da metade da população brasileira acessa a internet, aponta IBGE**. Valor, 2016. Disponível em: < www.valor.com.br/brasil/4513070/mais-da-metade-da-populacao-brasileira-acessa-internet-aponta-ibge>. Acesso em: 05 nov. 2018, 18:00:00.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

REDE DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE NITERÓI: PENSANDO A RELAÇÃO CIDADE E UNIVERSIDADE

RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

*Professora Associada do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social da ESS/UFF
ritacsfreitas@uol.com.br*

TAÍSA ALEXIA CAMPELO DOS SANTOS

*Mestranda no Programa de
Pós-Graduação em Política Social - ESS/UFF
taisa.acs@hotmail.com*

RAFAELLA MUSMANNO GONÇALVES

*Mestranda no Programa de
Pós-Graduação em Política Social - ESS/UFF
rmusmanno@id.uff.br*

RESUMO

O presente artigo apresenta um projeto que ainda está em andamento, na Universidade Federal Fluminense – UFF. O objeto de estudo é a relação entre a universidade e a sociedade, no que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência e apresenta, inclusive, a prática dos profissionais que trabalham com a violência de gênero ressaltando o agravamento das condições de trabalho, na conjuntura capitalista. Considera a violência de gênero como característica forjada historicamente, que atinge as relações sociais entre mulheres, LGBTQIs e homens. Oferece um panorama sobre os serviços não-especializados e especializados da política de combate a violência de gênero e contra a mulher em Niterói, a partir de entrevistas realizadas com alunas e profissionais da rede, reconhecendo uma pluralidade do conhecimento. Enfatiza a participação da UFF na criação de diálogo e trabalho integrado com a rede, promovendo a troca de saberes e consolidação de uma pesquisa ativista.

Palavras-chave: Universidade. Sociedade. Violência de Gênero. Violência Contra a Mulher. Rede.

ABSTRACT

This article reflects a project that is still underway and developed at the Universidade Federal Fluminense – UFF. The object of study is the relation between the university and society, regarding the service to women in violence situations, especially the practice of professionals working with gender violence, highlighting the worsening of working conditions, in the capitalist conjuncture. It considers gender violence as a historically given trait that affects social relations between women, LGBTQs and men. It proposes an overview of the non-specialized and specialized services of the policy to combat gender violence and violence against women in Niterói, based on interviews with students and professionals of the network, recognizing a plurality of knowledge. This emphasizes the participation of UFF in the creation of dialogue and integrated work with the network, promoting the exchange of knowledge and consolidation of an activist research.

Key-words: University. Society. Gender Violence. Violence Against Women. Network.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um projeto em andamento, que tem como objetivo central refletir acerca da relação entre universidade e sociedade no atendimento às mulheres em situação de violência. Especificamente, nosso olhar está voltado para a participação da Universidade Federal Fluminense – UFF – a partir das pesquisas desenvolvidas dentro do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD) e do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania (NUDHESC), ambos da Escola de Serviço Social da UFF – no processo de revitalização da rede de proteção às mulheres no município de Niterói, Rio de Janeiro.

Compreendemos que, é também, papel da universidade estabelecer relações horizontais mais amplas com a comunidade. Assim, a utilização da perspectiva etnográfica e as reflexões realizadas por uma pesquisa participante se fez útil e necessária. Serão apresentadas algumas das categorias que são estudadas nos núcleos de pesquisa e que são fundamentais para realizar uma análise completa. Essas são: a noção de Ecologia dos Saberes; a categoria gênero; e a perspectiva interseccional.

Para intuito de contextualização, os profissionais que atuam no atendimento à mulher em situação de violência, também estão sujeitos à precarização dos salários, insatisfatórias condições de trabalho e a desregulamentação das relações de trabalho que os atinge e acarreta também numa má qualidade dos serviços para os usuários, numa sociedade capitalista. Entende-se que as relações de gênero e o capitalismo se articulam, pois, as particularidades do ser mulher e do ser homem permeiam este contexto de exploração e de opressão a que são subordinados socialmente.

A rede de atendimento às mulheres em situação de violência, formada por serviços não-especializados e especializados, será apresentado uma breve reconstituição do surgimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, ampliada a partir da Constituição de 1988, com foco no município de Niterói e suas especificidades, destacando o protagonismo da luta de mulheres para a existência dessa rede.

As questões historicamente pertinentes no plano macrossocial, contextualizaram as dimensões sociais, econômicas e históricas que incitaram situações como violência, violência de gênero e violência contra a mulher, que por fim culminaram na necessidade da criação de uma rede de atendimento especializada nas mulheres que sofreram violência doméstica no Brasil. Freitas (2013) enfatiza a importância da intervenção do Estado, através da criação de políticas públicas.

Por fim, o artigo irá apresentar, a partir das entrevistas, as narrativas de diversos sujeitos envolvidos nesse processo: ativistas, gestores, funcionários, alunas e professoras no sentido de avaliar como esse diálogo e essa parceria está se desenvolvendo.

NOÇÃO DE ECOLOGIA DOS SABERES

Para pensarmos nessa relação entre a universidade e a sociedade, tivemos como referência a noção de Ecologia dos Saberes, no sentido descrito por Boaventura Santos (2007). A originalidade que vemos neste conceito é o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos – e práticas sociais – existentes.

A ecologia dos saberes pressupõe reconhecer o conhecimento que estabelece diálogos entre diferentes saberes e sujeitos. Assim, a proposta do autor é contestar uma “monocultura do saber”. Esta se refere a uma produção da não-existência, que reconhece apenas aquilo que está dentro dos critérios de verdade da ciência moderna.

CATEGORIA GÊNERO

Conforme Scott (1990), gênero é um princípio característico das relações sociais, determinado histórica-socialmente, que se baseia nas diferenças entre as “ideias construídas de masculino e feminino”. Trazem em si uma divisão de poderes que fortalece a dominação masculina (BORDIEU, 1999).

Ressalta-se ainda, como diz Piscitelli (2002), o quanto o conceito do gênero foi um progresso, com relação ao conceito utilizado anteriormente, a categoria mulher, para se pensar a relação dos sujeitos, inclusive por pressupor a distinção entre sexo e gênero. Gênero, portanto, “[...] não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino”. (LOURO, 1996, p. 9).

Dessa forma, o objetivo não era mais “focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos”. (LOURO, 1996, p. 10). Em outras palavras, o emprego que o conceito possui serve tanto para explicar como que as noções de masculino e de feminino se constroem quanto serve para estabelecer-se como um modo mediante o qual estes termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados.

É preciso compreender que não existe um modelo a ser entendido enquanto masculino ou feminino. E justamente por essa razão, outra contribuição importante para essa análise é a constatação de que a sociedade se constrói a partir de uma heteronormatividade compulsória. Essa heteronormatividade regula o corpo e a sexualidade em apenas duas possibilidades, utilizando-se de uma perspectiva biologista, onde o que determina o modo de ser e viver de cada um relaciona-se a sua anatomia sexual, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (PETRY E MEYER, 2011).

Quer dizer, o sujeito em seu processo de formação e de reconhecimento de si enfrenta a definição de um padrão estabelecido, padrão este entendido enquanto o único a ser valorizado e respeitado socialmente. Qualquer desvio desse padrão é encarado de forma pejorativa, não permitindo a expressão das mais diversas formas de reconhecimento de si no mundo.

Apesar de gênero identificar um complexo sistema de opressão que atinge diversos sujeitos, que em sua maioria são mulheres e homossexuais, não é possível utilizá-lo como a única ferramenta de análise. Este contribui apenas para entender um dos marcadores sociais da diferença, dentre todos os demais processos de opressão que o sujeito pode sofrer.

PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Entendemos, portanto, gênero de forma interseccional, sempre articulado às noções de classe, geração, raça, sexualidade e etc., isso significa dizer que a identidade e a subjetividade são estabelecidas a partir das diversas especificidades de cada sujeito, os lugares sociais, sejam de privilégio ou de opressão.

Segundo Crenshaw (2002), a utilização do termo é importante pois destaca as desvantagens e vulnerabilidades em que o sujeito está disposto, numa convergência de opressões recebendo impactos advindos de diferentes direções. A autora evidencia o quanto esta é a realidade das mulheres negras.

Assim, essas análises emergidas da compreensão da interseccionalidade evidenciam como é composta as relações de poder. Entender essas diversas relações e dinâmicas permite verificar,

mais profundamente, os indivíduos em suas relações coletivas e sociais e apresentam formas de ser, viver e conhecer que são inerentes de suas experiências e subjetividades pessoais e podem apontar novas relações sociais, novas formas de interpretar o mundo e de modelar o poder.

A VIOLÊNCIA

Estudar a violência não é uma tarefa simples. É fato de que a própria formação da sociedade ocidental foi atravessada por guerras e as mais variadas formas de violência. Portanto para se conceituar a violência deve-se atentar e analisar diversas condicionantes, já que este é um fenômeno bastante complexo que envolve a relação entre sujeitos, e entre sujeitos e instituições, a política, a cultura, ou seja, se faz presente nessas mediações sociais se desenvolvendo em nível societal e interpessoal. Dessa forma, é uma ação que atinge a inúmeras pessoas, as afetam em diferentes aspectos, podendo ser fisicamente, emocionalmente, economicamente, etc.

A importância de compreender e conceituar o fenômeno da violência advém da necessidade de pensar em políticas para o seu enfrentamento. Diferentes expressões são utilizadas tanto no meio acadêmico, quanto nas políticas públicas para significar ações violentas correspondentes, no entanto, resultando em distintas significações teóricas e implicando em uma diferenciação também na prática social.

Para dar escopo a reflexão, salientamos que, segundo o Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde, lançado em 3 de Outubro de 2002 na cidade Bruxelas, na Bélgica, a definição de violência é “Violência é o uso intencional da força física ou o poder, real ou por ameaça” deferida “contra a própria pessoa, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade (...)” (Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde, 2002).

A violência de gênero é um conceito ampliado que engloba tanto a violência contra mulheres, como a violência homofóbica. Ela pode acontecer no ambiente doméstico, mas também nos espaços públicos. Desde os anos 1980, muito se tem avançado na construção da rede de atendimento e enfrentamento à violência de gênero – principalmente no que se refere ao atendimento à mulheres (FREITAS, 2013), estando mais incipiente no que diz respeito à população LGBT (Santos, 2016).

Como aponta Saffioti (2015), uma política de combate à violência (especialmente a doméstica) deve se articular e operar em rede, envolvendo diferentes áreas para ser eficaz. Freitas (2013) enfatiza a importância da intervenção do Estado, através da criação de políticas públicas.

Por isso, é importante para que um sistema de políticas possa garantir efetivamente a cidadania plena de homens e mulheres o aprimoramento na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas. Portanto é fundamental que a universidade possa estar presente nos espaços onde as políticas públicas se desenvolvem e nos reconhecer também parte destas, sujeitos participantes dessa realidade.

APRESENTAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Sabendo que há uma rede de proteção proveniente do poder público, que pode ser considerada a rede secundária¹ percebe-se também que o papel da família, vizinhos e amigos tem extrema influência na mulher e na sua decisão de denunciar a violência. Na falta de rede

1 Freitas (2013) utiliza Castel (1998) para diferenciar a rede primária e secundária: “Robert Castel (1998) é outro autor que entende a proteção social como um sistema historicamente construído e que nas diversas sociedades, assumiu formas específicas. Para o autor, o sistema de proteção social poderia ser caracterizado em duas dimensões: uma baseada no que o autor intitula de “sociabilidade primária” (exercida pelas pessoas mais próximas) e outra de “sociabilidade secundária” – que representa o momento em que se institucionaliza a proteção social.” (FREITAS, 2013, p. 17).

ou descumprimento da proteção, essas pessoas podem servir como a rede protetora, que dá suporte, assim como podem usar desse poder para fragilizá-la e contribuir para a violência de gênero. As relações sociais que esta mulher está inserida tendem inclusive a determinar se haverá o rompimento ou não do relacionamento violento:

Nesse momento, surge a importância do fortalecimento da rede de proteção secundária; uma rede formada a partir das instituições e que são responsáveis pela manutenção do bem comum, para que homens e mulheres tenham uma vida digna e sem violência. (FREITAS, 2013, p.18)

Para se obter uma proteção social concreta e efetiva é necessária a articulação das redes sociais, criadas e caracterizadas pelos sujeitos sociais que nela vivem, nas quais as características atuais são frutos de um longo processo histórico, e que suas particularidades vão depender "(...) do ambiente onde se forma e atua, da cultura política dos membros e, em especial, da cultura política dos facilitadores, dos objetivos compartilhados." (FREITAS, 2013, p.18).

A rede secundária, é formada por serviços não-especializados e especializados. Os serviços não-especializados, em geral, se constituem como porta de entrada: serviços de atenção primária, hospitais, Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, entre outros. Já os serviços especializados, destinam-se exclusivamente às mulheres em situação de violência. Em Niterói temos: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Promotorias Especializadas, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres e o Programa SOS Mulher do Hospital Universitário Antônio Pedro em Niterói.

Niterói é uma cidade que sustenta contradições e desigualdades em sua composição. Ao mesmo tempo em que possui uma população de classes privilegiadas, lida com uma população de desfavorecidos. Historicamente é uma cidade com demasiada mobilização popular, tanto no caráter conservador quanto no de vanguarda política.

Com relação a mobilização de vanguarda desde a década de 1950, a cidade dispôs de movimentos em defesa das demandas das mulheres. Em 1955, por exemplo, formou-se a Associação Feminina Fluminense e durante a década de 1960 fortaleceu-se a organização de mulheres que, marcando este momento de passagem do sufrágio, foram porta-vozes comprometidas com as discussões em torno da situação social, politicamente com posições à esquerda, em geral socialista.

Já se tratando de aspectos de estrutura institucional, no que diz respeito ao enfrentamento da violência de gênero - especificamente a violência contra as mulheres - é importante apontar que a Niterói foi uma das primeiras cidades no Brasil a possuir uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), em 1986, sendo a segunda delegacia especializada do estado, já que a primeira foi na capital, Rio de Janeiro. Em 1991, após a promulgação da Constituição Federal em 1988, a DEAM/Niterói pode contar também com a primeira delegada mulher, a Dra. Tânia Maria Menezes do Nascimento (ARRUDA, 2005).

A criação das DEAMs, de acordo com Soares (1999) se mostra como uma experiência pioneira no Brasil que resultou em mudanças legislativas que favorecem à igualdade entre homens e mulheres na esfera da vida privada, seguindo o preconizado pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Dessa forma evidencia-se como que a significativa mobilização feminina influenciou a constituição de políticas públicas para a cidade. Como nos afirma Arruda:

As ações que desencadearam na criação da DEAM/Niterói tiveram fundamentalmente, a “mão” de várias mulheres, revelando a força dos movimentos, sobretudo a pluralidade feminina e as contradições que permearam a própria luta por políticas de proteção social, bem como a ocultação que tradicionalmente marca a história das mulheres na história oficial (ARRUDA, 2005, p. 63).

Outro importante aparato no que se refere aos direitos das mulheres foi em 2003, a criação da Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (CODIM). O objetivo central dessa coordenação é promover políticas públicas de atenção às mulheres que sofreram qualquer tipo de violência e maus tratos. Assim, a CODIM busca sensibilizar os gestores a fim de garantir programas e projetos, que considere as relações de gênero, e ações que propiciem o fortalecimento da Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Intrafamiliar. Os serviços disponibilizados pela CODIM para essas mulheres são: atendimento jurídico, psicológico e de serviço social, na tentativa de buscar romper com o ciclo da violência.

Niterói também dispõe de um conselho municipal para as demandas das mulheres. O conselho tem a finalidade de pensar e propor políticas e programas no âmbito da administração municipal que busque superar todas as formas de discriminação das mulheres, propiciando melhores condições de vida, justiça, igualdade de direitos, liberdade e participação nas atividades econômicas, políticas, culturais e sociais.

APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Como ocorre nas pesquisas de inspiração etnográfica, a observação e uma escuta sensível foram norteadores para a realização das entrevistas. Conforme nos diz Roberto Cardoso de Oliveira, a importância das faculdades de entendimento e dos ‘atos cognitivos’ decorrente delas - olhar, ouvir e escrever - mostram-se enquanto inerentes à construção de conhecimento nas ciências sociais. O autor discute, assim, “o caráter constitutivo do olhar, do ouvir e do escrever na elaboração do conhecimento próprio das disciplinas sociais” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p.18). Pretendeu-se ainda, através das entrevistas, realizar um exercício espiritual, como aponta Bourdieu, que é “obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida” (BOURDIEU, 1998).

Dessa forma, podemos compreender que a entrevista é uma técnica de coleta de informações que implica necessariamente na construção de uma relação. E para compreender bem o que as entrevistadas nos retornam de informações, é necessário conhecer como os sujeitos que fazem partes dessas instituições pensam, e tangencialmente compreendemos como essas redes são constituídas. É portanto, como Isabel Dias (2004) nos aponta, necessário o “olhar de dentro”, a compreensão de quem é parte dessa rede.

Foram realizadas entrevistas com as alunas e as profissionais da rede. As entrevistas foram gravadas e contaram com um termo de consentimento assinado por todas as participantes. As entrevistas envolvendo as alunas foram todas realizadas pelas próprias alunas e não são identificadas. Optamos também por manter sigilo em relação às profissionais ouvidas. Nesse momento será destacada uma das dimensões dessa entrevista, onde o esforço é para refletir acerca do papel da universidade junto à rede.

A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Em relação ao papel da universidade, é importante a fala de uma técnica: “acho que a universidade precisa sair um pouquinho dos muros dela. Acho que a universidade tem que chegar até as pessoas, a universidade tá muito na zona de conforto dela, ela precisa “pular

o muro” “(...) acredito que as discussões” “(...) tem que ir pra rua, tem que ir pro povo, não adianta ficar ali só pensando” (Técnica1).

A ideia de que a universidade precisa “sair” de dentro dos seus muros e se aproximar dos sujeitos de nossa intervenção aparece com força na fala de técnicas, militantes e alunas. Reconhece-se o valor e a importância de uma instituição do porte de uma universidade, mas não deixam de enfatizar que nosso papel não pode ser apenas o de fazer livros. Uma aluna nos diz que o papel da universidade seria o de “divulgar e trazer informação” e, quando for o caso, “encaminhar”.

O encaminhar aqui, significa possibilitar o acesso à rede. E esse acesso só é possível se conhecemos efetivamente essa rede. Ou seja, não se trata de um atendimento, no entanto a universidade também possuiria um papel nessa rede com a divulgação e conhecimento dos equipamentos de atendimento:

Eu acho que é importante pra difundir informações mesmo. Para que essa informação caia “na boca do povo”, para que ela se torne popular, para que seja uma informação que todos tenham. Então acho que difundir é um dos principais papéis. E claro, se aquela pessoa já sofreu, aí a gente pode encaminhar, aí a gente tem informação sobre isso (Aluna 2).

Tal pensamento também aparece na fala de outra entrevistada, ao afirmar que a universidade tem o papel de realizar capacitações. Contudo, é importante destacar que essa relação pressupõe uma troca. Para a aluna, o papel da universidade é forma relacional: “a universidade vai levar conhecimento e vai buscar informações de que está acontecendo no município” (Aluna3). Aprender com o outro é uma dimensão importante e aponta exatamente para a perspectiva que o saber acadêmico não é o único válido.

Mas pensar o “como” é ainda uma tarefa não definida: “o espaço acadêmico ele inibe... imagina, se eu não sei ler, como vou me sentir dentro desse espaço?”. Segundo essa entrevistada, esse é o mesmo desafio posto às demais instituições: como chegar nesses sujeitos? O desafio também é trazer a sociedade para dentro desses muros. Reconhecemos que a crítica tenha razão de ser e que deve partir da universidade as estratégias para alcançar a população.

Por outro lado, o momento de crise que estamos vivenciando faz com que muitas vezes a universidade seja vista como um parceiro que teria contribuições a dar também no aspecto econômico, como na consecução de cartazes, cartilhas, etc.

Entretanto, a realidade universitária está longe de ser esse espaço. Além disso, no Brasil, vivenciamos um processo de desmonte da coisa pública e a universidade vem sofrendo ataques constantes. Na verdade, mesmo para a realização das atividades que seriam vistas como de nossa *expertise* (como as capacitações) normalmente temos que contar com nossa disponibilidade e a “boa vontade” dos amigos de diferentes instituições que vem falar de graça nos eventos.

A participação da UFF nesses caminhos, a partir do cotidiano que vivenciamos pode proporcionar o diálogo e o trabalho conjunto, bem como a construção de resultados integrados, promovendo a troca entre os diferentes tipos de saberes e a consolidação de uma pesquisa ativista (SANTOS, 2006). Para isso, precisamos sair dos muros da universidade e conhecer essa realidade, onde nós próprios também somos sujeitos.

Ainda que estejamos aquém de atender a todas as demandas existentes quando se faz parte dessa rede, não se pode deixar de assinalar um aspecto positivo da realidade de Niterói que é justamente o fato de, a universidade, seus pesquisadores, conseguem discutir, participar

dos espaços decisórios, como os conselhos e em algum medida retornar para a sociedade informações e conhecimentos importantes através de cursos e capacitações construídos em conjunto com essa rede. Claro, há que se fazer uma autocrítica quanto a participação da universidade nessa rede já que não conseguimos estar em todos os momentos junto a essa. Os compromissos da academia também impõe limites. A contribuição maior vem da qualidade com que participamos da rede, já que o que nos diferencia é o saber que acumulamos a partir da construção de pesquisas que venham dar visibilidade a esses sujeitos.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Aparecida Nátia Pinto de. "Mulheres e Violências – memórias e lutas na cidade de Niterói". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, Niterói, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191

CARDOSO OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do antropólogo. Brasília: Ed. Paralelo; São Paulo: UNESP, 2000. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. p. 17 a 36.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Estudos Feministas, n. 10, p. 171-188, 2002.

DIAS, I. *Violência na família: uma abordagem sociológica*. Porto: Ed. Afrontamentos. 2004.

FREITAS, Rita. Relatório Final do Projeto de Pesquisa "Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social", Centro de Estudos Sociais, UC, 2013.

FREITAS, Rita. Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social – desenhando uma proposta de estudos. IN: Indagatio Didactica. Aveiro: vol. 5, 2013

GONÇALVES, Rafaella Musmanno. Reflexões sobre a experiência de estágio no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Niterói. Trabalho de Conclusão de Curso. 2017. Escola de Serviço Social. Niterói.

KRUG EG et al., eds. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

LOURO, L. Guacira. Nas redes do Conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. "Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa." Textos & Contextos: Porto Alegre, v.10, n. 1, p. 193-198, jan./jul. 2011.

PISCITELLI. A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, p. 263 a 274, jul/dez. 2008

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo, Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, A. C. (2006). Entre a academia e o ativismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76, pp. 91-108.

SANTOS, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, *Revista Novos Estudos*, n. 79, pp. 71-94.

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro dos. "A rede de atendimento às mulheres vítimas de violência em Niterói: perspectivas para o enfrentamento da violência conjugal lésbica". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF em 2016.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 16 (2), jul./dez, 1990.

SOARES, Bárbara Musumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Flávia Leite de Lucena

Servidora Pública da Justiça Federal – Seção Judiciária da Bahia
Graduada em Direito (Faculdade Ruy Barbosa)
Graduada em Administração de Empresas (UCSal)
faulucena@hotmail.com

Teresa Cristina Ferreira de Oliveira

Advogada/OAB-BA
Professora do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa
Doutoranda em família pela Ucsal
Mestra em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL)
Especialista em Direito Civil (UFBA)
Especialista em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSal)
teresacristinadeoliveira16@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a aplicação da Justiça Restaurativa, buscando seu conceito, origem, técnicas utilizadas, formas de aplicação e desenvolvimento de programas restaurativos no Brasil, bem como em diversos países. A Justiça Restaurativa consiste numa prática autônoma de resolução de conflitos, cujo principal objetivo é a reparação de danos decorrentes de delitos. Estes, por sua vez, atingem a vítima, seus familiares e até mesmo uma comunidade. Trata-se de uma prática alternativa ou concomitante ao sistema criminal tradicional. Na aplicação do processo restaurativo, são utilizados como técnicas os círculos, as conferências ou reuniões, a fim de se obter a construção de uma cultura de paz. A Justiça Restaurativa não é a solução de todos os problemas, não substitui o processo penal, nem tampouco seria uma alternativa ao aprisionamento. Visa a um equilíbrio na maneira como se vivencia a justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Restaurativa. Solução de conflitos. Justiça retributiva. Construção da paz. Reparação de danos.

ABSTRACT: The main objective of this work is the application of justice, as its concept, origin, techniques used, forms of application and development of restorative programs in Brazil, as well as in the countries. The Restorative Justice is an autonomous practice of conflict resolution, whose main objective is the reparation of damages caused by crimes. These, in turn, strike the victim, their family members and even a community. It is an alternative or concomitant practice to the traditional criminal system. In the application of the restorative process, the technologies of the circles are used, such as workshops or meetings, to obtain a culture of peace. Restorative Justice is not a solution to all problems, it is not replaceable by criminal procedure, nor is it an alternative to imprisonment. It aims at a balance in the way justice is experienced.

KEYWORDS : Restorative Justice. Conflict resolution. Retributive justice. Peace building. Damage repair.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo investigar as técnicas utilizadas no processo restaurativo, desde a sua efetivação no âmbito do Direito, na década de 70 até os dias atuais, examinando sua aplicação em sistemas jurídicos pelo mundo.

No Brasil foi possível examinar projetos desenvolvidos em alguns Estados, a exemplo de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e ainda no Distrito Federal.

A pesquisa realizada foi de natureza teórico-bibliográfica, de acordo com o método descritivo-analítico, instruída pela análise de legislações e da doutrina sobre o tema.

Verificou-se que a Organização das Nações Unidas exerceu papel fundamental para difusão das práticas restaurativas em seus Estados Membros.

E assim, o Brasil, seguindo orientação da ONU, aprovou a Resolução n. 225/2016, através do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário.

2 JUSTIÇA RESTAURATIVA

2.1 Conceito de Justiça Restaurativa

Para Aguiar (2009), a Justiça Restaurativa é uma reformulação do conceito de Justiça, que busca durante a sua aplicação o comprometimento dos envolvidos com a resolução do conflito, através da compreensão e identificação das necessidades causadas pelo conflito ou crime.

Carvalho (2014), compreende que a Justiça Restaurativa é um conjunto de práticas que buscam uma teoria, através da reparação do dano causado pelo crime, que promova a solidariedade.

O objetivo principal da Justiça Restaurativa não é o perdão, nem tão pouco a reconciliação, apenas oferece um contexto propício para que um ou outro ocorra.

Conforme ainda análise do autor, a abordagem restaurativa não é mediação, uma vez que as partes num conflito mediado atuam num mesmo nível ético, compartilhando responsabilidades e na maioria dos crimes isso não ocorre.

A redução da reincidência também não é o propósito da Justiça Restaurativa, embora segundo Zehr (2012), suas pesquisas demonstram que ocorre uma redução na criminalidade após a sua aplicação.

O objetivo principal da Justiça Restaurativa é o restabelecimento dos laços desfeitos pelo delito praticado, através da promoção da participação igualitária das partes. A resolução de conflitos é feita de maneira democrática, com ações que venham a beneficiar todos os envolvidos, a fim de resgatar a convivência pacífica no local afetado pelo crime. (JESUS; NOGUEIRA; MIRANDA, 2016).

Neste contexto, Pallamolla (2009) informa que o objetivo dos processos restaurativos é proporcionar que as partes afetadas pelo delito conversem sobre a responsabilização do ofensor e o impacto sofrido pela vítima e pela comunidade.

Segundo a autora, os processos restaurativos podem se adaptar às circunstâncias de cada evento, dependendo do contexto sociocultural, no entanto o ponto principal é o diálogo, que é a forma mais respeitosa e digna de encontrar soluções para tais conflitos.

O Conselho Econômico Social da ONU (ECOSOC) define Justiça Restaurativa como todo programa que utiliza processos restaurativos, atingindo resultados restaurativos. (VASCONCELOS, 2017).

Por sua vez, os processos restaurativos são aqueles nos quais vítimas, ofensores ou membros da comunidade, afetados pelo crime, participam em conjunto e ativamente na resolução das questões provocadas pelo crime. (VASCONCELOS, 2017).

Os resultados restaurativos são os acordos decorrentes desses processos, como por exemplo, a reparação do dano, a restituição de algum bem e a prestação de serviços à comunidade. (VASCONCELOS, 2017).

As estratégias utilizadas pela prática restaurativa, implicam em colocar o ofensor frente aos atos praticados, evocando sua real responsabilidade. Há um estímulo à compreensão do impacto e dos danos causados, tanto à vítima quanto à sociedade. (ZEHR, 2012).

2.2 Histórico da Justiça Restaurativa

A Nova Zelândia foi o país pioneiro na implantação das práticas restaurativas, tendo como inspiração os costumes dos aborígenes Maoris. Em 1989, reformulou o Sistema de Justiça da Infância e Juventude, com a finalidade de prevenir e diminuir a reincidência de infratores. (AGUIAR, 2009).

Zehr (2008) sinaliza que, desde os anos 70 são implantados programas alternativos no âmbito do sistema jurídico de várias comunidades em países diversos. Um exemplo, seria a Nova Zelândia, que a partir do ano de 1989 implantou a Justiça Restaurativa como ponto central no sistema penal para a infância e juventude.

Nos Estados Unidos, nos anos 70, ocorreram experiências em comunidades norte-americanas menonitas, que aplicavam sua fé e visão da paz ao campo da Justiça Criminal, realizando encontros entre ofensor e vítima. Seus precedentes são esforços de tradições culturais e religiosas oriundas dos povos nativos da América do Norte e Nova Zelândia. (ZEHR, 2012).

Segundo Pallamolla (2009), foi na década de 90 que o tema voltou a atrair o interesse de pesquisadores como uma forma de reversão de uma situação de ineficiência e altos custos do sistema de justiça tradicional, bem como o seu fracasso na responsabilização dos infratores e na atenção às necessidades das vítimas.

No final da década de 90, a Organização das Nações Unidas começou a sugerir a adoção da Justiça Restaurativa pelos Estados Membros através da Resolução 1999/26, de 28 de julho de 1999, que dispõe sobre o “Desenvolvimento e Implementação de Medidas de Mediação e de Justiça Restaurativa na Justiça Criminal”. (AGUIAR, 2009).

A prática da Justiça Restaurativa também conhecida como uma técnica de solução de conflitos se distingue pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014).

2.2 Técnicas utilizadas na Justiça Restaurativa

Antes do encontro formal entre vítima e ofensor, estes passam por conferências separadas com um mediador treinado para que se faça uma avaliação de ambos e assim verificar se estão preparados para o processo restaurativo. (PALLAMOLLA, 2009).

Após essa avaliação, ocorre o encontro entre vítima e ofensor, com participação do mediador, o qual é responsável por comunicar ao ofensor os impactos causados pelo delito à vítima, sejam eles físicos, emocionais ou financeiros. (PALLAMOLLA, 2009).

Por sua vez, a vítima poderá ouvir do ofensor sobre o porquê e as circunstâncias em que o delito ocorreu, bem como a possibilidade de que assuma a responsabilidade pelo dano causado. Por fim, poderão chegar a um acordo sobre a maneira de reparação dos danos, seja materialmente ou de forma simbólica. (PALLAMOLLA, 2009).

Para dar início a uma prática restaurativa, um dos requisitos é a concordância das partes em participar do processo, o autor deverá ter assumido a autoria do ato, quando se tratar de ato criminoso, mas com a cautela de não haver o risco de revitimização. (AGUIAR, 2009).

Vasconcelos (2017), identifica como início da prática restaurativa uma pré-mediação ou o pré-círculo, que seria um preparatório das situações que indicam maior potencial de restauratividade.

O referido autor define os critérios a serem avaliados, quais sejam:

- a) a gravidade ou implicação comunitária do ato infracional;*
 - b) o indício de que o autor do fato estaria disposto a assumir essa condição do autor;*
 - c) a inexistência de antecedentes;*
 - d) a sanidade mental de vítima e ofensor;*
 - e) a livre manifestação de vontade dos candidatos;*
 - f) a apreciação individualizada da experiência de sofrimento manifesta por vítima(s) e ofensor(es)."*
- (VASCONCELOS, 2017)

Segundo o autor, há os círculos de diálogo, ou de pacificação, encontros entre os principais interessados e a participação voluntária de membros da comunidade envolvida, bem como os círculos decisórios, em que a autoridade judicial e representante do Ministério Público podem participar como membros da comunidade.

Os denominados "círculos" surgiram em comunidades indígenas canadenses, utilizados para resolver conflitos em geral. Já as "conferências de grupos familiares" eram encontros entre vítima e ofensor oriundos da Nova Zelândia e da Austrália. Eram utilizados como forma de saneamento e resolução desses conflitos. (ZEHR, 2012)

Essas conferências de família tratadas pelo autor acima, foram adotadas pela legislação neozelandesa em 1989, para casos de jovens infratores.

Por sua vez, os círculos começaram a ser aplicados por juízes no Canadá em 1991 e nos Estados Unidos em 1995, abrangendo delitos graves, disputas em comunidades ou escolas e casos em que envolviam o bem-estar e proteção à criança. (PALLAMOLLA, 2009).

Deste modo, reafirma Lara (2013), que os círculos são oriundos dos tradicionais "Círculos de Diálogo" dos povos indígenas da América do Norte, que consistiam em reuniões num formato de roda com a finalidade de discutir questões comunitárias.

Para Pranis (2010), os círculos de construção da paz servem para reunir pessoas de maneira em que todos sejam respeitados, tenham oportunidade de falar, contando histórias e sem interrupção.

As finalidades dos círculos são alcançar um resultado restaurador, resolver problemas de uma comunidade, promover suporte a vítimas e aos ofensores, assim como verificar a melhor forma de acolher os ofensores presos em comunidades. Destarte, há uma perspectiva holística e reintegradora do processo restaurativo. (PALLAMOLLA, 2009).

A Resolução n. 225/2016, artigo 1º do CNJ determina que a Justiça Restaurativa seja realizada de modo estruturado, tal qual: participação do ofensor, da vítima e suas famílias, bem como dos envolvidos no fato e do(s) facilitador(es) restaurativo(s), com a presença dos representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato.

Seguindo ainda os ditames da supracitada resolução, os facilitadores restaurativos deverão ser capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa e poderão ser um servidor do tribunal, agente público, voluntário ou alguém indicado por entidades parceiras.

2.3 Aplicação da Justiça Restaurativa

Pallamolla (2009) afirma que a Justiça Restaurativa entrelaça-se com aspectos da mediação, uma vez que não mais se restringe apenas à esfera criminal, vê-se utilizada no ambiente escolar e empresarial.

As práticas restaurativas são utilizadas em escolas, locais de trabalho, bem como em instituições religiosas. (ZEHR, 2012).

Na visão de Vasconcelos (2017), a mediação vítima-ofensor, aplicada como prática restaurativa, teria como finalidade a prevenção da criminalização, em comunidades, escolas e em varas de infância e juventude.

Na mesma esteira do raciocínio do autor, a participação do suposto ofensor e a vítima, de forma voluntária e acompanhadas de pessoas da comunidade envolvida no conflito, proporcionará uma possível reparação dos danos e restauração das respectivas relações interpessoais, com a colaboração de facilitador. Este, por sua vez, as escuta e contribui para o restabelecimento do diálogo.

Neste sentido, segundo o autor, há uma tendência universal pela adoção das mediações vítima-ofensor e dos círculos restaurativos, direcionado à relação, para prevenir a criminalização, inclusive na fase inicial dos processos perante Juizados Criminais.

E, nessas aplicações formais, como atividade complementar e voluntária, objetiva-se a reparação civil e moral do dano, na fase antecedente da transação penal conduzida pelo Ministério Público.

Recomenda-se essas práticas restaurativas em casos de abuso de autoridade, lesão corporal leve, ameaça, injúria, calúnia, difamação e outras infrações.(VASCONCELOS, 2017).

Continua analisando o autor que, a utilização da prática restaurativa é vista em presídios, em programas coordenados pela autoridade judiciária competente, com a prévia anuência e preparação das vítimas e ofensores. O fundamento para sua aplicação se encontra no princípio da pacificação social.

Na prática restaurativa, os prejuízos emocionais, morais e materiais causados, bem como as necessidades da vítima e as hipóteses do ofensor serão expostos numa sessão restaurativa, presentes os envolvidos e um ou mais mediadores. (JESUS; NOGUEIRA; MIRANDA, 2016).

Nessas sessões são estabelecidas maneiras de reparação de uma dor, traumas, da autoestima da vítima e dos danos materiais causados. (JESUS; NOGUEIRA; MIRANDA, 2016).

Esse encontro visa à construção de um acordo, que atenda às necessidades surgidas pelo conflito tanto para as pessoas envolvidas diretamente, quanto para a comunidade, com garantia de sigilo e respeitando-se os limites da lei. (JESUS; NOGUEIRA; MIRANDA, 2016).

Preleciona o § 2º do artigo 1º da Resolução n. 225/2016 que a aplicação de procedimento restaurativo pode ocorrer de forma alternativa ou concorrente com o processo convencional e as suas inferências serão consideradas, caso a caso, objetivando sempre os melhores resultados para as partes envolvidas e a comunidade. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Nos termos do artigo 8º da Resolução 225/2016, do Conselho Nacional de Justiça (2016), os procedimentos restaurativos consistem em sessões coordenadas, realizadas com a participação dos envolvidos, das famílias, imprescindível ser de forma voluntária, conjuntamente a uma Garantia de Direito local e a comunidade. Isso seria fundamental para que a solução obtida seja a prevenção de recidiva do fato danoso.

O Conselho Nacional de Justiça (2016), veda ainda, qualquer forma de coação ou a emissão de intimação judicial para as sessões.

Retoma-se, mais uma vez, o posicionamento dos autores supracitados, através da referida resolução, em seu § 1º. do artigo 8º, que a presença de um facilitador restaurativo, coordenando o processo, escutando e dialogando com os envolvidos seja por meio de métodos consensuais próprios da Justiça Restaurativa.

Ressalta o Conselho Nacional de Justiça (BRASIL. Resolução N° 225 de 31/05/2016 do Conselho Nacional de Justiça) que durante os procedimentos restaurativos será obrigatório:

- I - o sigilo, a confidencialidade e a voluntariedade da sessão;
- II - o entendimento das causas que contribuíram para o conflito;
- III - as consequências que o conflito gerou e ainda poderá gerar;
- IV - o valor social da norma violada pelo conflito."

Pressupondo que a Justiça Restaurativa seja complementar a um sistema criminal, os programas restaurativos podem ocorrer em quatro estágios do procedimento tradicional de justiça criminal, na fase policial, encaminhando infratores ao encontro restaurativo. (PALLAMOLLA, 2009).

Também, segundo a autora, pode ser realizado antes de iniciar uma ação penal, pelo Ministério Público, após o recebimento da *notitia criminis*, fase pós-acusação, bem como antes do julgamento, feito este encaminhamento pelo Tribunal. E alternativamente, antes da sentença, ou seja, durante a instrução processual, ou ainda na fase de punição, pós-sentença e após o cumprimento de parte da pena.

3 PROGRAMAS RESTAURATIVOS DESENVOLVIDOS NO BRASIL

A partir de 2005, foram implementados no Brasil três projetos-piloto de justiça restaurativa, nas cidades de São Caetano do Sul/SP, Porto Alegre/RS e em Brasília, Distrito Federal, através de uma parceria firmada entre o Ministério da Justiça e o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (ACHUTTI, 2016).

Em São Paulo, na cidade de São Caetano do Sul, o programa de Justiça Restaurativa é desenvolvido na Vara da Infância e da Juventude, tendo como público-alvo adolescentes que cometeram atos infracionais. (PALLAMOLLA, 2009).

O objetivo desse Projeto é o atendimento de conflitos de violência familiar e de vizinhança sujeitos a representação penal e ou transação penal, como forma de atender a comunidade e encontrar soluções preventivas. (AGUIAR, 2009).

Consoante Achutti (2016), o projeto de São Caetano do Sul adotou, a priori, o modelo do círculo restaurativo na promoção dos encontros. Após um ano do projeto, em 2006, verificou-se que os círculos não se adequavam a todos os casos, então, dessa forma, foi implantado o modelo

denominado Zwelethemba, oriundo da África do Sul e conhecido pela inclusão de membros da comunidade nesses encontros.

Em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, existe um projeto intitulado “Projeto Justiça para o Século 21”, que conforme Pallamolla (2009), atua de forma complementar ao sistema tradicional de justiça, na pacificação de violências que envolvam crianças e adolescentes, assim como de forma alternativa na prevenção e solução de conflitos escolares e comunitários.

A prática utilizada em Porto Alegre é o círculo restaurativo, que poderá ser utilizado antes da medida socioeducativa aplicada ou conjuntamente, durante sua execução. Se o programa restaurativo for considerado suficiente, não aplica-se a medida. (PALLAMOLLA, 2009).

Os critérios para identificação e encaminhamento dos casos selecionados são feitos por exclusão, ou seja, não podem ser realizados círculos restaurativos em eventos de latrocínio, homicídio, estupro e conflitos familiares. (ACHUTTI, 2016).

Em Brasília, capital federal, conforme Pallamolla (2009), o programa restaurativo é desenvolvido junto aos 1º e 2º Juizados Especiais de Competência Geral do Núcleo Bandeirantes. Utiliza-se a prática restaurativa de mediação vítima-ofensor, cabendo ao Juiz do Juizado Especial do Estado a coordenação desse programa.

Os casos de violência doméstica e de uso de substância entorpecente ficam de fora do programa realizado, devem envolver conflitos entre indivíduos que possuam vínculo ou relacionamentos futuros e que não necessitem da reparação emocional ou patrimonial. (PALLAMOLLA, 2009).

O procedimento adotado no Projeto de Brasília é a mediação vítima-ofensor e o trabalho desenvolvido é apenas com delitos de menor potencial ofensivo, que não envolvam casos de violência doméstica e uso de drogas. A seleção dos casos é feita por uma equipe de facilitadores e deverão envolver conflitos reais ou aparentes, envolvendo vínculo ou relacionamento que se projete para o futuro. (ACHUTTI, 2016)

Os acordos firmados pelas partes são relatados pelos facilitadores que o enviam ao Juizado e passa por uma análise de legalidade pelo juiz e promotor de justiça. Após essa avaliação, o acordo é homologado e o caso encerrado. Todavia, se não houver esse acordo, o processo é retomado perante o Juizado e nos ditames da Lei n. 9.099/99. (ACHUTTI, 2016).

Na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, as 5ª e 6ª Varas do Sistema de Juizados Especiais Criminais aplicam as práticas restaurativas nos casos em que envolvam conflitos que causaram traumas às partes em suas relações pessoais e existenciais. (JESUS; NOGUEIRA; MIRANDA, 2016).

O Núcleo de justiça Restaurativa criado por este Tribunal baiano tem como missão neutralizar a intervenção penal formal do Estado; possibilitar vias adequadas de resolução de conflitos, através de uma metodologia pluridisciplinar. (JESUS; NOGUEIRA; MIRANDA, 2016).

Tem ainda o dever de atuar por meio da escuta compassiva, da mediação vítima-ofensor e dos círculos restaurativos de consenso, bem como facilitar o entendimento entre os envolvidos e prestar apoio à vítima. (JESUS; NOGUEIRA; MIRANDA, 2016).

O Núcleo deverá promover a restauração e reparação da vítima, bem como a inclusão social do ofensor, responsabilizar o ofensor pelos seus atos em relação à vítima e à própria comunidade, dar apoio e controlar o cumprimento do acordo restaurativo firmado pelas partes. (JESUS; NOGUEIRA; MIRANDA, 2016).

4 POSICIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A partir de agosto de 2014, a Justiça Restaurativa encontra-se na pauta do Judiciário, período em que o Conselho assinou um termo de cooperação com a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e outras instituições, visando à divulgação e aplicação dessa modalidade de solução de conflitos em todo o país. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Em maio de 2016, considerando as recomendações da Organização das Nações Unidas para fins de implantação da Justiça Restaurativa nos estados membros, O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução 225/2016, que contém diretrizes para implementação e difusão da prática da Justiça Restaurativa no Poder Judiciário Brasileiro. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

A referida Resolução foi criada por conta da necessidade de buscar uniformidade, no âmbito nacional, do conceito de Justiça Restaurativa, e assim evitar disparidades de orientação e ação.

Nos termos da Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (2016), a Justiça Restaurativa é um conjunto ordenado e sistemático de princípios, métodos, técnicas e atividades.

O objetivo central da Justiça Restaurativa é destacar os fatores relacionais, institucionais e sociais que impulsionam os conflitos e violências, e assim solucionar esses os conflitos que geraram dano de forma ordenada e estruturada. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Instrui a Resolução 225/2016 que a participação do ofensor faz-se necessária, e, quando houver, a da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos na ocorrência danosa, contando com a presença dos representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida e de um ou mais facilitadores restaurativos.

Deve-se utilizar técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo o facilitador ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras.

O foco das práticas restaurativas, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (2016), será a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa dos que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade.

Destacando, ainda, a necessidade da reparação do dano e da recomposição da ruptura social causada pelo conflito e as suas conseqüências para o futuro. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Instrui o CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2016) que a aplicação de procedimento restaurativo pode acontecer alternativamente ou concorrentemente com o processo convencional, e assim verificam-se as melhores soluções do conflito para as partes envolvidas e a comunidade.

Uma condição fundamental para que aconteça a prática restaurativa, segundo o Conselho Nacional de Justiça (2016) é o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes.

5 DIREITO COMPARADO

A Nova Zelândia foi o primeiro país a utilizar a justiça restaurativa oficialmente em delitos cometidos por menores, no ano de 1989. Posteriormente, outros países como Canadá e Estados Unidos também adotaram essa prática. (PALLAMOLLA, 2009).

Pallamolla (2009), preleciona que existem dois modelos básicos utilizados na prática restaurativa. Na Nova Zelândia, *court-referred*, modelo que consiste em afastar os casos, sempre que possível, do sistema judicial. Entretanto, em países como Austrália e parte dos Estados norte-americanos, *police-based*, modelo em que a polícia ou a escola promovem o encontro entre as partes e familiares.

Nestes países, a prática restaurativa iniciou como uma “conferência familiar” e de maneira paralela, com a ideia de círculos, um resgate das tradições aborígenes. Os encontros podem envolver familiares, amigos ou pessoas da comunidade, respeitadas pelas vítimas e pelos infratores. (AGUIAR, 2009).

Na Austrália, as conferências de família são utilizadas em casos de jovens infratores e de adultos, este último, encaminhados pelo sistema judicial. Aplica-se em delitos de pouca gravidade como furto, roubo, incêndio premeditado, delitos ligados às drogas e contra bem-estar das crianças. Por sua vez, a Nova Zelândia aplica as conferências em crimes mais severos e reiterados. (PALLAMOLLA, 2009).

No processo neozelandês, leva-se em consideração os interesses da vítima, encoraja-se o jovem infrator a assumir responsabilidade e corrigi-los através dos acordos que podem ser um pedido de desculpas, trabalho comunitário, reparação ou participação em programas voltados a menores infratores. (PALLAMOLLA, 2009).

Na França, as práticas restaurativas foram regulamentadas em 1992 e 1993, conhecidas como “mediação de terceira via”, ocorrem sempre com o consentimento das partes, entre o processo e o seu arquivamento. Os casos trabalhados envolvem delitos de violência física, violência moral, crime de dano, delito por não cumprimento de pensão alimentícia e situações em que réu primário tem alguma relação com a vítima. (CARVALHO, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um novo paradigma surge da aplicação desses processos restaurativos no processo penal. A vítima, a comunidade, os familiares e pessoas envolvidas no conflito passam a ter uma participação mais ativa, deixando de ser meros espectadores.

Verifica-se que o modelo restaurativo poderá se tornar um instrumento importante na promoção da paz social. Trata-se de uma oportunidade para o ofensor reconhecer os danos causados à vítima, à comunidade, bem como a outras pessoas envolvidas no conflito.

As práticas restaurativas oportunizam a participação da vítima, seja para falar sobre sua dor, perdas e sentimentos, seja em função da obtenção da reparação dos prejuízos sofridos, materiais ou emocionais, sempre que possível.

Vale considerar que não há pretensão de esgotamento do tema, pois é possível compreender que a aplicação da Justiça Restaurativa não se limita à pesquisa aqui descrita. Os processos restaurativos são aplicados de acordo com cada caso e diante de diversos contextos. Este estudo é apenas um ponto de partida para aprofundamento futuro do tema.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, Daniel Silva, **Justiça restaurativa e abolicionismo penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil** – 2 ed. – São Paulo: Saraiva, 2016

AGUIAR, Carla Zamith Boin, **Mediação e Justiça Restaurativa: A Humanização do Sistema Processual como forma de Realização dos Princípios Constitucionais**. São Paulo: Quartier Latin, 2009

BRASIL. Resolução Nº 225 de 31/05/2016 do Conselho Nacional de Justiça, **ementa**: dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

CÂMARA DOS DEPUTADOS Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=323785>. Acessado em 19.04.2017

CARVALHO, Camilo de Oliveira, **Mediação penal não paralela e integrada à justiça restaurativa: uma proposta de efetivação do acesso à justiça no Brasil**. Orientadora: Professora Doutora Selma Pereira de Santana. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62272-justica-restaurativa-o-que-e-e-como-funciona>. Acessado em 10.03.2017

JESUS, Joalice; NOGUEIRA, Maria; MIRANDA, Andréa, **Cartilha do Núcleo de Justiça Restaurativa - Extensão do 2º Juizado Especial Criminal - Largo do Tanque** - 3ª Edição - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 2016

LARA, Caio Augusto Souza. **A justiça restaurativa como via de acesso à justiça, 2013**. Orientadora: Adriana Goulart de Sena Orsini Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

JUNQUEIRA, Gustavo, VANZOLINI, Patrícia; **Manual de direito penal** - São Paulo: Saraiva, 2013

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de, **Mediação de Conflitos e práticas restaurativas** - 5ª Ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017

PALLAMOLA, Raffaella da Porciuncula, **Justiça restaurativa : da teoria à prática**, 1.ed. - São Paulo : IBCCRIM, 2009.

PRANIS, Kay, **Processos Circulares de construção de paz**, tradução de Tônia Van Acker. -- São Paulo: Palas Athena, 2010.

ZEHR, Howard, **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**, tradução de Tônia Van Acker. -- São Paulo: Palas Athena, 2012.

APONTAMENTOS SOBRE A NECESSIDADE DE POSIÇÕES NÃO PATRIARCAIS DE ENFRENTAMENTO

Glauber Lucas Ceara-Silva

Doutorando em Política SocialUFF (Bolsista -CAPES)

gllucesi@gmail.com

Rita de Cássia Santos Freitas

Professora Titular da Escola de Serviço Social UFF

ritacsfreitas@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo visa considerações teóricas acerca da violência de gênero praticada por homens e seus desdobramentos. Temos como foco principal a violência contra as mulheres no tocante a sua autonomia e dignidade sexual. Compreendemos que o estupro não é meramente uma questão sexual, mas uma questão de poder. Direcionamos nossos esforços para entender a formação do *habitus* patriarcal, principalmente na formação das mentalidades para o entendimento próprio dos sujeitos em relação ao seu estatuto sexual, nas suas demandas para performance de gênero e, quando nas violências, na atuação e formas de repressão-criação-reafirmação dos excessos. Como conclusão percebemos que há uma contradição nos discursos; ao invés do patriarcado ser combatido as formas de punição o afirmam.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Masculinidades; Patriarcado, Feminismo, Violência.

ABSTRACT

The present article aims considerations about gender violence practiced by men and their consequences. We focus on violence against women in terms of their autonomy and sexual dignity. We understand that rape is not just a sexual issue, but a matter of power. We direct our efforts to understand the formation of the patriarchal habitus, mainly in the formation of mentalities for the subjects' own understanding of their sexual status, their demands for gender performance, and when in violence, acting and forms of repression-creation-reaffirmation of excesses. As a conclusion we realize that there is a contradiction in the discourses, instead of the patriarchy being fought the forms of punishment affirm it.

KEY WORDS: Gender; Masculinities; Patriarchy, Feminism; Violence.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação parte das considerações da dissertação de mestrado em política social (CEARÁ-SILVA, 2017), pela Universidade Federal Fluminense. Porém, seus questionamentos antecedem esse período. Já acompanham os autores há tempos, pois estamos inseridos em estudos sobre a proteção social e de gênero muito antes. Penso nesse momento apontar tal lembrança para sinalizar a pertinência dos estudos sociais feministas e de gênero críticos nas universidades. A seriedade e pertinência dos estudos de gênero deve ser colocada. Esta comunicação ganha substância por esta fração do saber acadêmico. Também, é importante apontar que a proximidade com a extensão e ações como palestras e rodas de conversa junto a ativistas e militantes configuraram base fundamental de relação com a realidade. Este escrito afirma o compromisso entre ensino-pesquisa-extensão, tripé imprescindível da universidade pública.

Com isso em mente, dentre outras coisas, percebemos na época da construção do estudo os discursos impostos sobre a maneira como os homens são tratados e os protocolos que regimentam o campo simbólico, no não dito e nos meios de punição, revelam não uma maneira de lutar contra a dominação masculina, paradoxalmente, se percebeu confluyente a uma política patriarcal.

O nosso desejo aqui é exercer uma crítica do *habitus* patriarcal que não está apenas escrito nas atitudes cotidianas e individuais, mas nas instituições e procedimentos de responsabilização. Como Bourdieu (2014) escreve: “o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, uma fantasia (“ideias na cabeça”), uma “ideologia”, e sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (p.64). No fundo, o que percebemos é um traçar múltiplo e distribuído de formas sutis de organização de maneiras específicas de violência para validação dos poderes estabelecidos de gênero. A perversidade desse sistema é ensinar 1) que existem espaços para “realizar” a violência e 2) a revalidação das violências por meio das instituições. O que vamos desenvolver brevemente nas seções seguintes é que as relações de poder patriarcais estão presentes até para a correção de seus excessos.

Os dados levantados nos últimos anos, por inúmeras agências de pesquisa que tem se preocupado em enfrentar as formas de negação de direitos humanos a mulheres, revelam uma triste constante no campo das relações de gênero entre os homens e as mulheres no contexto brasileiro: a violência tipificada como sexual¹.

Desde a implantação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em 2009 os dados se apresentam de forma mais sistematizada, porém, estima-se que não comportam a dura realidade.

Entendemos que nossa inserção no atual modo de produção e as relações próprias que configuram nossa história apresentam peculiaridades. Até a violência no modo de resolução dos conflitos estrutura a maneira como lidamos na esfera pública. Nossa constituição nacional se desenrola por ímpetus de violência, objetivos e subjetivos contra a população nativa, contra uma população que foi traficada e contra “pequenas existências” - mães solas, negros não mais escravizados, putas, etc.- numa longa jornada de negação de garantias institucionais, formando uma “ralé”, sujeitos de “segunda categoria” (SOUZA, 2003). Esses fenômenos de negação não desaparecem no decorrer da história: vão sendo refuncionalizados, ou melhor, modificados de acordo com as demandas de determinado modo de produção e incorporados

¹ Mundialmente os dados também se apresentam exorbitantes, contudo, olharemos nossa organização social devido ao escopo de nossas indagações.

na sociabilidade cotidiana. Confirmando aquilo que Marx e Engels (2007) apontam: que a sociedade precedente dá aportes societários para a que lhe sucede.

Apontar tais resoluções que fomentam empiricamente a presença de uma banalidade da violência nos leva a ter uma visão que considera os fenômenos sociais não como epifenômenos de um espírito histórico, mas como uma experiência material. O que afirmamos com isso: são os processos históricos que realizam a construção de um fenômeno. Assim, como o entendimento do que é um homem e uma mulher, os modos como se articulam a relação entre as identidades de gênero, entre o reconhecimento do gênero e as relações entre o gênero e o sexo são construções sociais (SCOTT, 1986; BUTLER, 2014)

Partir desse olhar reconfigura o modo como fazemos as nossas indagações. Traz, acima de tudo, para analisarmos não somente o macro, mas, também, o micro. Não estamos aqui clamando para que sejamos frios diante de uma violência que é brutal, mas chamamos a atenção para percebe-lo não como uma constante desconectada na e da história da civilização. Queremos possibilitar o encontro de visões que nos levem a apontar quais são os fatores que permitem a pertinência de uma violência e como ela se articula com o nosso tempo. *O habitus* não é a-histórico (BOURDIEU, 2014). Sua expressão é própria de uma inserção temporal, que sofre processos de cristalização.

Com isso há a necessidade de caminhos de enfrentamentos que sejam efetivos, contudo, não signatários das práticas que se desejam extinguir. Mais diretamente: as formas de violências patriarcais não devem ser respondidas de modo patriarcal. É preciso superar o *habitus* através das estratégias para a sua própria superação. Como não escapamos do nosso lugar no tempo e espaço, essas formas – as que combatemos – serão em um primeiro momento as ferramentas que usaremos, porque compõem o conjunto de pré-disposições subjetivas e objetivas do viver, mas as devemos olhar criticamente. A tomada a priori arregimenta a validação daquilo que queremos encerrar. A armadilha é bem azeitada, constatamos. A ponto de fazer com que certas posições problemáticas sejam naturalizadas e aceitas como forma de corretivo. Por exemplo, uma fala bem “aceita” é que aquele que estupra deve ser estuprado!

Outro ponto importante é não cairmos em conclusões de “essencialismo” maligno dos homens, desviando o olhar das estruturas que solidificam o caminho para que tal ação – a violência – ocorra de forma “espontânea” na sociedade. Antes, é preciso desenvolver uma crítica que apresente as construções simbólicas (BOURDIEU, 2014; WELZER-LANG, 2001; VIVEROS VIGOYA, 2018; VALE DE ALMEIDA, 1995) que exercem uma força de reconhecimento nas quais os sujeitos masculinizados se entendam como “verdadeiros homens”. Pois “a masculinidade não é um atributo dos “homens”, mas sim uma noção relacional e que não há uma masculinidade, mas muitas” (VIVEROS VIGOYA, idem, p.24); devemos instar, então, entender porque há essa junção entre masculinidade e homens.

Como um problema social, de saúde pública, direitos humanos e equidade de gênero a violência sexual se coloca como um parâmetro de destruição da autodeterminação das mulheres, e até de outros homens, porque o estupro também é uma arma usada por homens contra outros homens, entretanto, a força de violência de gênero contra as mulheres se inscreve de forma histórica, e não negamos sua presença mais reafirmada na estrutura, pois, até os homens que sofrem tal violência muitas vezes são ligados à feminilidade e à submissão, reforçando o status patriarcal.

Por isso cremos ser de suma importância a realização de estudos que articulem de forma crítica as junções e disjunções entre masculinidades, homens e violências.

A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE PATRIARCAL

Compreender que há uma masculinidade que é patriarcal embasa nossa percepção de que há outros devires. Isso quer dizer que se não há uma essência ou natureza masculina, a violência não está vinculada a esse modo de ser. Existem modos de masculinidade que não estão vinculados ao patriarcado, e, também, que não estão vinculados aos corpos designados como de homens. Diversos estudos, em múltiplos pontos do mundo, têm colocado no campo crítico a produção das masculinidades (VIVEROS VIGOYA, 2018), vinculando-os aos processos de inserção na globalização e tirando a essencialidade entre homens e masculinidades. Assim

Estudar as masculinidades...é investigar teórica e empiricamente a lógica e as complexidades internas das masculinidades, no interior da estrutura de gênero e na sua relação com outras estruturas sociais como a origem étnica, a raça e a classe. Isso permite romper com o pressuposto de que a masculinidade é uma qualidade essencial e estática e entender que é, pelo contrário, uma manifestação histórica, uma construção social e uma criação cultural cujos significados variam segundo as pessoas, as sociedades e as épocas. (IDEM, p.43)

O estudo sobre a dominação masculina de Bourdieu (2014), mesmo que este hoje sofra um processo crítico muito mais potente de revisão (DREVEUX, 2014), trouxe uma contribuição para entender o habitus sexuado que “justifica” a divisão social entre os sexos. Essa lógica se imbrica com uma formação simbólica instituindo processos de cristalização de atuações que passam a ser naturalizados e se exercem como modelos estruturais que são incorporados pelos mais diversos seguimentos da sociedade. Para Bourdieu, os processos educacionais presentes na família, Estado, religiões, esportes passam, então, a funcionar como aparelhos de transmissão de conhecimentos.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. (BOURDIEU, 2014, p.24)

Incorporar tal perspectiva nos leva a procurar quais foram as condições usadas para fazer emergir determinado modo de produção social de gênero. Pensamos ser de importância o uso da categoria de gênero (SCOTT, 1986) em sua perspectiva interseccional, crítica, relacional e de relações de poder. Outro conceito, que assumimos como necessário é o de patriarcado, pois colocá-lo “na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração” (SAFFIOTTI, 2004, p.56).

Congregar tais pistas nos leva a um quebra-cabeça complexo, mas possível de ser visto. As relações entre a masculinidade e a violência são contíguas porque a sua construção, sobretudo na modernidade, foi violenta. Laqueur (1992) salienta que as perspectivas de relação entre sexo e gênero são apenas construções do século XVIII em diante. Como ele aponta as formas de expressar o gênero eram precedentes ao sexo, e não o contrário. Para se construir o homem e a mulher, agora como sujeitos diferenciados, foi necessária uma nova epistemologia. Isso não ameniza a relação desigual entre homens e mulheres nos períodos pré-modernos. Porém, atença nossa investigação para ligar as formas de violência a modelos bem específicos. Como o autor supracitado também sinaliza em seus estudos, houve uma inversão nas disposições libidinais das expressões de gênero. As mulheres passaram, a partir do século XVIII, a ser consideradas sujeitos passíveis; nulas em atividade, biologicamente anabólicas os homens, o

contrário. Modelo de pensamento que fomentou uma série de práticas de controle expressivo dos corpos femininos, que ainda se perduram em parte considerável de nossa sociedade.

Também, Almeida (1995) aponta:

As grandes mudanças que se verificam com a sociedade moderna no campo da sexualidade e dos gêneros formam igualmente mudanças na interpretação do corpo, do sexo e da reprodução, da identidade individual e das emoções. (p.73)

Nobert Elias (1994) e Foucault (1999; 2010) em seus escritos contribuem de forma precisa a captação do alcance dos modelos de dominação, principalmente no corpo e na sexualidade, que se desenvolvem no decorrer da modernidade. Nobert Elias (idem) teoriza sobre o desenvolvimento do conceito de *civilité* na construção do pudor, da vergonha e da intimidade. Em suas palavras

Só aos poucos, em mais tarde, é que uma associação mais forte de sexualidade com vergonha e embaraço, e a correspondente restrição ao comportamento, se espalha mais ou menos uniformemente por toda a sociedade. É só quando cresce a distância entre adultos e crianças é que o “esclarecimento de questões sexuais” se torna um “problema agudo [...] No processo civilizador, a sexualidade, também, é cada vez mais transferida para trás da cena da vida social e isolada em um enclave particular, a família nuclear. (Ibidem, p. 172-173)

Os estudos bipolíticos de Foucault nos mostram a construção de uma sociedade baseada na relação saber-poder. Ao captar a formação da mentalidade burguesa e sua forma de exploração das nações colonizadas e o modo violento como foi imposta sabemos as possibilidades efetivas de modelos simbólicos e afirmação. A longa construção epistemológica da diferenciação sexual, sua afirmação de disposição inatas, antagônicas e complementares, a ligação das expressões de gênero e sua distribuição violenta em torno do mundo une de forma perversa o modo de construção e gênero.

Reputar tais direcionamentos nos levam aos apontamentos do sociólogo Welzer-lang (2001). Ele nos apresenta que a construção das masculinidades buscar estar calcada em um caminho bifurcado e paralelo: homofobia e heterossexismo. A homofobia ensinada aos homens os constrói, antes de tudo, para rejeitar todo o aspecto de feminilidade em seu ser. Como apresentado nas seções anteriores, essa rejeição da feminilidade é um projeto historicamente recente; pois, é no corpo considerado de homem que toda a feminilidade deve ser rejeitada. Nesse caminho heterossexismo se coloca como uma maneira de compreender o mundo em formas duais, complementares na sua exclusão, entre subordinado e subordinador. Essa aprendizagem se vincula em espaços por ele nomeado como “a casa dos homens”. Tal casa dos homens possui muitos “quartos” que guardam segredos e códigos, que se baseiam numa promoção da homosociabilidade. A casa dos homens podem ser estádios de futebol, bares, clubes que se regulam pela homofobia (negação de ideias ligados à feminilidade do molde patriarcal – ou tudo que se assemelhe à passividade) e pelo heterossexismo (necessário para divisão da sociedade entre homens e mulheres num padrão jurídico de relação). Tal divisão arbitrária ocorre com erros de percepção da existência grotescos; como pensar que toda relação homoafetiva é sinônimo de passividade, ou, como se a passividade fosse um aspecto inerentemente feminino.

A construção desse tipo de sociabilidade consegue azeitar os mais contraditórios espaços e refuncionalizar questões polarizadas. Reforça nos homens desde a mais jovem idade a objetificação das mulheres, e ensina a política do macho. Faz com que nas estruturas de atuação sejam impostas formas de alinhamento com esse ideário. A masculinidade, neste campo, é

apenas manifestada pela virilidade penetrante. Ser homem se resume a ter um pênis que fique ereto. Tanto que a falta e poder sexual entre homens os substantiva como impotentes. A ideia é de que o homem incapacitado de ter uma ereção é sem poder. Outro erro, pois, pensa-se que a masculinidade só é incorporada por aqueles que possuem um pênis. Aqui vemos a reverberação dos modelos construídos no século XVIII de diferenciação sexual e atividade e passividade. Se insta nos corpos então a forma de expressão compulsória.

No campo simbólico isso indica algo muito preocupante: que os homens são estimulados e aqueles que são poderosos tem o pênis como vontade. Depois de iniciado, o poder não pode ser interrompido. O ecoar da lógica masoquista do corpo feminino do século XVIII e XIX é chamado como uma forma de um oximoro que chamaria de arcaísmo sincronizado. "Estimular" o poder do homem é responsabilidade do estimulador, ou melhor, da estimuladora. A ideia que a mulher é a responsável embasa o ideário que ela foi que procurou; se não o tivesse estimulado, nada ocorreria. Se estivesse com uma roupa mais recatada, se estivesse no lar não teria "provocado" o homem. Assim, os absurdos são justificados por loucas razões.

Ainda com Welzer-Lang (2001) podemos absorver os "protocolos" do mimetismo da violência dentro das masculinidades. A construção da mulher como dona de casa, esposa e frágil relegou a elas o acesso ralo aos bens materiais. O aposto ocorreu com os homens. Dispensados do lar e com acesso aos bens materiais e ao tempo livre aos homens foi ensinado práticas para dominar. E essa dominação se dá por práticas, já apontadas, de homofobia e heterossexismo. Mas como ela é operacionalizada? Pela violência. Welzer-Lang (idem) diz

...o saber ser homem ... é também aprender a respeitar os códigos, os ritos que se tornam então operadores hierárquicos ... é que essa aprendizagem se faz no sofrimento...com a dor...nesses grupos monossexuados se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem... ora o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências. De violência inicialmente contra si mesmo. A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros. (Ibdem, p.463)

Como as relações são violentas e violentadoras; como a objetificação dos corpos é a base de afirmação masculina; como ser homem se resume em meter e não se metido; a violência sexual, desse modo, se manifesta não por ser natural, mas ensinada.

Um duplo movimento se reforça pela punição do estupro: não se é preso por estuprar mulheres, mas por estuprar certos "tipos" de mulheres, ou, de feminilidade. Devemos lembrar que as travestis, as gays afeminadas também são alvos da violência do "verdadeiro macho".

Advogamos a necessidade de manutenção do estatuto patriarcal, que subordina as mulheres e a feminilidade transformando-as em propriedades de uso e abuso. Profissionais do sexo, mulheres que "se parecem com profissionais do sexo" ("putas", "piranhas", "vadias", "dadas"), mulheres independentes, as travestis e transexuais e os demais sujeitos desviantes da normaheterossexuada são uma ameaça a lógica patriarcal. Mulheres que saem sozinhas, que tem parceiros sexuais livres, que não estão casadas, são todas alvos dessa violência. Tanto que não é incomum ouvirmos o relato de mulheres que ao prestarem queixas são indagadas sobre sua vida íntima. O que se busca é retirar a culpa do agressor, buscando encontrar a menor brecha possível para que se torne dúbia a versão da vítima. Os estupros que ocorrem em estado de embriaguez, em festas, e, o mais "sutil", o estupro marital na maioria das vezes não são considerados violências. Segundo reportagem do jornal Globonews, menos de 20% dos homens que cometeram o estupro são punidos. Devemos pensar: seria apenas impunidade ou, segundo a lógica patriarcal, formas de controle dos "excessos inaceitáveis".

Na lógica patriarcal não é o estupro em si que é punido, mas a sua comprovação pública. O homem não é preso por estuprar, é preso por falhar em deixar claro que foi ele que forçou. São inúmeros os casos de mulheres que tiveram sua dignidade sexual rompida, mas que pelo argumento da “consensualidade” não conseguem comprovar. O homem, então, é preso por errar em não deixar claro a dubiedade do ato. E romper esse acordo que está na construção da masculinidade patriarcal é um ato de traição.

Quando presos pensa-se que a situação já foi resolvida. O problema é colocado em seu entendimento não pela a estrutura, mas unicamente pelo indivíduo. Não estamos aqui eximindo o sujeito de seu crime. Concordamos com modos de responsabilização correspondentes à gravidade do ato. Porém, percebe-se que a prisão serve apenas para esconder a situação; se necessidade investimento na área de saúde, educação, segurança, renda etc., para combater a violência contra a dignidade sexual. A prisão se coloca como um espaço de educação, porém, não do jeito que desejamos; Como? A ideia que se passa é: um homem de verdade não se deixaria pegar. Sua imprecisão e falta de “planejamento” o configuram como instável. Quando se liga o homem que cometeu a violência sexual ao campo da emoção, do desejo incontrolável, ele é localizado no campo oposto da razão, e por isso, não é estranho que ele tenha como castigo ser, também, estuprado. Tornar-se passivo, ser sub-metido.

Ainda que não ocorra de modo generalizado, o ideário social de que isso venha se efetivar na prisão valida o patriarcado de forma bizarra: 1) positiva o estupro 2) afirma a feminilidade como status inferior e 3) afirma a penetração e o macho metedor - o pênis se reafirma como poder. A prisão, como uma casa dos homens, funciona como modelo pedagógico patriarcal.

A configuração da casa dos homens sinaliza que o penetrador desse “castigo” não perderá sua masculinidade, porque ele o faz “racionalmente” como punição, não jogado ao desejo. E o homem que cometeu a violência sexual contra mulher, que recebe a punição, é jogado para o campo da feminilidade-passividade. O não querer é desconsiderado, o meter a força é validade e o Estado em si não faz nada contra isso, porque ele aprova. Porque o patriarcado não é ausência de relações entre homens, mas uma relação de poder, e assim, ele consegue se manter e se afirmar nesses espaços de contradição. Vemos assim, que a quando se pensa que a situação foi superada, na verdade foi apenas posta em outra perspectiva, mas ainda dentro no mesmo lugar. Mudam-se as estações, mas nada muda de lugar.

No Estado do Rio de Janeiro, na época dos estudos, não havia nenhuma ação de grupos de estudos, grupos de reflexão ou de acompanhamento com esses sujeitos. Talvez, realizar isso indicaria assumir tal violência como um problema estrutural, que forçasse ações além das prisões, não apenas punitivas, mas preventivas. No fundo, o patriarcado ri de nossa cara, pois joga-nos a todo instante evidências de seu funcionamento.

CONCLUSÃO

Vemos que há uma construção da violência sexual, sua manifestação e seu gerenciamento sob a arquitetura patriarcal, num quadro estrutural que precisa ser mudado. Sua manifestação assim não é essencialista, mas social. Aqui, não queremos insinuar o declinar da responsabilização, no entanto, apontamos a mudança em construir uma nova via. É preciso uma construção de perspectiva de responsabilização de gênero que negue ao patriarcado.

Primordialmente, assumir uma ética feminista é imprescindível para a construção de modelos não patriarcais. Pois, “a prisão atua como uma instituição que consolida a inabilidade e a recusa do Estado em enfrentar os problemas sociais mais prementes da atualidade” (DAVIS, 2018, p.39) e como Saffioti (2004) indica o patriarcado é uma estrutura que integra as esferas

privadas e públicas. Uma postura feminista como posição societária e estratégica de combate ao patriarcado -entendendo-o como um modelo societário - é importante para centralizarmos as lutas. O entendimento das interseccionalidades do pensamento feminista embasa a perspectiva de que não apenas as relações entre homens e mulheres precisam de transformação, mas as questões raciais, de classe, etc. Pensamos que o antônimo de feminismo não é machismo, mas patriarcado. Considerando isso organizar as lutas que tornem inoperosas as forças patriarcais é importante.

Frisamos que enquanto acharmos que nada tem sido feito durante a prisão estaremos reforçando o patriarcado. Porque essa tem sido a força do patriarcado: se esconder onde aparece. Muita coisa tem sido feita, mas pela agenda da dominação masculina: a validação da violência, da falocracia, etc. É preciso que se proponham outros caminhos que já estão sendo construídos, porque:

Os movimentos feministas e outros, são mais poderosos quando começam a afetar a visão e a perspectiva daquelas pessoas que não necessariamente se associam a eles...nós não podemos pressupor que é possível ter vitórias em qualquer movimento antirracista enquanto não considerarmos como o gênero aparece, como o gênero, a sexualidade e a nacionalidade aparecem nessas lutas...E acho que o feminismo não é uma abordagem que seja ou deva ser adotada apenas por mulheres, mas deve ser cada vez mais uma abordagem adotada por pessoas de todos os gêneros. (DAVIS, 2018, p.55)

Captar que práticas contrárias a perspectivas transformadoras estão sendo feitas é um caminho importante para se organizar. Saber nomear e perceber a presença daquilo que lutamos é fundamental para canalizarmos esforços de combate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEARÁ-SILVA, Glauber Lucas. *Corpos penetrantes e masculinidades : um estudo crítico às práticas patri(viri)arcais* Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Best-Bolso, 2014. p17-115

BUTLER, Judith O. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar- 7ª Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014
DEVREUX, Anne-Marie. Pierre Bourdieu e as relações entre os sexos: uma lucidez obstruída in *O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Org. Danielle Chabaud-Rychter et al. Tradução Lineimar Pereira Martins. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*, org. Michael Schröter, tradução Vera Ribeiro; revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*; Tradução Maria Thereza da Costa Alburquerque e J.A. GuilhaonAlburquerque, Rio de Janeiro, Graal, 1999

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão - 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Coleção obras de Michel Foucault.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*; org. Frank Barat; 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Making Sex: bodyandgenderfromGreeksto Freud*. Harvard University Press, 1992.

MARX, Karl e **ENGELS**, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)/Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano CaviniMartono. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth, I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W.. "Gender: A useful category of historical analysis." *The American historicalreview* Vol.91 No.5, 1986: 1053-1075.

SOUZA, Jesse de. A construção social da subcidadania. Belo Horizonte, UFMG. 2003.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade. Lisboa: Fim de Século. 1995

VIVEROS VIGOYA, Mara. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Rev. Estud. Fem.* Vol.9,no.2:Florianópolis, 2001.

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UFF: RESULTADOS PRELIMINARES

FREITAS, RITA DE CÁSSIA SANTOS

Professora do Programa de Pós-graduação em Política Social/UFF
ritacsfreitas@uol.com.br

SANTOS, TAÍSA ALEXIA CAMPELO DOS

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social/UFF
taisa.acs@hotmail.com

BASTOS, MIKAEL VIEGAS GORINI

Graduando da Escola de Serviço Social/UFF
mikael_viegas@id.uff.br

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo verificar a existência das violências de gênero na Universidade Federal Fluminense e suas respectivas configurações. Nesse sentido, a partir de análises realizadas pela perspectiva de gênero e interseccionalidade e utilizando como ferramenta e pesquisa um questionário online como ferramenta da pesquisa, pretende-se a aproximação de tal realidade. Os resultados apontam que, de fato, há violências de gênero e que se apresentam tanto no aspecto físico quanto simbólico. As conclusões reafirmam a importância do reconhecimento de tais relações, pois é um progresso para o devido enfrentamento em diversos espaços e esferas. Eles, portanto, contribuem na superação deste panorama, pois objetivam o estreitamento dos vínculos entre os sujeitos e as redes de enfrentamento e atendimento.

Palavras-chave: violências; gênero; universidade; interseccionalidade; direitos humanos.

Abstract: The present article aims to verify the existence of gender violence on Universidade Federal Fluminense and on it's respective configurations. Towards that and by a theoretical background based on bibliography; gathered with the intersectional perspective of analysis and using a survey as research tool, it intends to, qualitatively and quantitatively get close to that reality. Results point to the fact that there is, indeedly, gender violence and it takes place both on a physical aspect, and on a symbolical one. Conclusion reaffirms the importance of recognizing those relations, because it's an improvement for standing up against them in multiple spheres and spaces. Contributing, thus, to the overcoming of that landscape as long as attempting the narrowing of the relations between the subjects and the withstanding and supporting network.

Key-words: violence, gender, university, intersectionality, human rights.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES

O fenômeno da violência, mundialmente considerado uma violação dos direitos humanos, está presente nos mais diversos contextos societários, atravessando todos os tipos de relações sociais. É, portanto, um fenômeno complexo, principalmente quando aliado às desigualdades de gênero, e que se manifesta de forma multifacetada – tais como a violência física, psicológica, sexual, etc.

A proposta deste trabalho é discutir e analisar os resultados preliminares do projeto de pesquisa intitulado “Observatório de Violência de Gênero da UFF”, que versa sobre a violência de gênero no âmbito acadêmico. O objetivo central da pesquisa é compreender a violência de gênero praticada dentro da Universidade Federal Fluminense e apresentar o que estudantes, professores e demais funcionários conhecem sobre violência contra mulheres e contra LGBTQIs.

Entendemos “gênero” como categoria analítica que, para Scott (1995), é compreendida enquanto elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Ainda que não envolva somente as relações existentes entre homens e mulheres, percebemos que, nesse processo, se legitima uma “dominação masculina” – caracterizada por uma relação desigual de poder entre homens e mulheres. Por isso, mesmo que hajam críticas ao conceito, na medida em que este também acaba por realizar uma dicotomia implícita entre sexo e gênero, como atesta Freitas (2017) é útil sua contribuição para desconstruir como se dá a relação entre homens e mulheres, desmistificando que seja de dominação e complementaridade. E, evidentemente, é cabível desta dicotomia estar sujeita a ser desconstruída.

Ainda segundo Scott, a relação na qual os gêneros são construídos é uma relação desigual de poder. Portanto, para a autora, gênero é a condição primeira da significação das relações de poder. O poder circula, isto é, numa relação os sujeitos envolvidos podem vir a ter um certo poder, em algum momento.

A autora utiliza-se do conceito de poder de Foucault para entender como estas relações são formadas a partir do discurso nos diferentes campos sociais. Nestes campos, entendidos enquanto processos e estruturas, é que se verifica a capacidade de cada sujeito em gerenciar-se segundo as circunstâncias da vida.

É necessário atentarmos para a construção histórica dessa subalternização, o que pressupõe pensarmos no processo, no que pretende significar a organização de estruturas e instituições, em como o discurso é disposto. Não se trata de pensarmos em origem ou causa única. É necessário entender qual o discurso produzido, não somente os atores e a estrutura social. Para a autora, a estrutura discursiva tem a capacidade de instituir o real, de forma a superar as barreiras das determinações culturais.

A matriz hegemônica de gênero, ou seja, as concepções dominantes sobre masculinidade e feminilidade ratificam e reiteram as desigualdades de gênero. Essas concepções dominantes são construídas a partir de disputas simbólicas e materiais nos mais variados espaços e instituições - como a família, a escola, a igreja, dentre outros - e reafirmadas na organização social, seja nas relações de trabalho, no quadro político, etc. E assim resultam em estruturas hierárquicas, que se referem a cada possibilidade para cada gênero baseando-se numa suposta condição natural da relação entre o masculino e o feminino. Isso implica numa disposição onde as significações de gênero e o poder constroem-se de maneira mútua. Por essa razão é tão custoso superar essa relação desigual.

Para Almeida (2007), a violência de gênero está associada à grande desigualdade social de gênero que se percebe na sociedade. É também uma ação de disputa de poder, sendo assim cometida a fim de preservar a organização social de gênero existente, ou seja, a ação violenta é exercida para a manutenção da dominação masculina, em qualquer momento que esta é ameaçada.

Neste trabalho, utilizamos da perspectiva interseccional, na medida em que acreditamos ser possível perceber o modo como a violência de gênero perpassa diferentes classes sociais, grupos étnicos raciais, gerações e territórios. A partir da perspectiva interseccional é possível analisar quais as consequências estruturais e dinâmicas resultantes dos complexos eixos de subordinação (como as desigualdades de raça, classe e gênero), viabilizar uma conceituação melhor dos problemas sociais e como estes se entrecruzam e se potencializam (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade não apenas identifica quais sistemas de opressão operam no sujeito como também evidencia sua influência na produção e reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009).

Uma contribuição teórica fundamental desta perspectiva é a capacidade de encarar a diferença enquanto uma experiência, e a formação dos sujeitos a partir de processos estabelecidos em diferentes contextos. Isso permite reformular a noção de agência e questionar como se dão as desigualdades de poder em aspecto global, nacional e regional.

Ainda que pouco discutida, a violência de gênero dentro do espaço acadêmico é recorrente. Na pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” realizada pelo Instituto Avon (2015), por exemplo, aponta que 2 em cada 3 universitárias brasileiras já sofreram algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário. Nesse mesmo estudo, foi verificado que 42% das mulheres entrevistadas já sentiram medo de sofrer violência no espaço universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência.

Resultados como esses revelam a urgência de discutir esse tipo de violência dentro da academia, uma vez que “a universidade, como qualquer instituição, também é perpassada por relações de poder e convive, em seu interior, diferentes sujeitos sociais. As relações de violência não poderiam estar distantes desse cenário.” (FREITAS, 2017, p. 1) Tratando-se de um conceito relacional, envolvendo homens e mulheres, a violência de gênero implica em contestar os processos da(s) masculinidade(s) e da(s) feminilidade(s), abrangendo também a(s) homossexualidade(s). Por isso, ao discutir gênero, dois tipos de violência estão bem presentes: a violência contra mulheres e a violência baseada na “orientação sexual e identidade de gênero” (CARRARA, 2010).

A violência de gênero pode ser encarada enquanto uma estratégia de hegemonia para que os sujeitos permaneçam nos lugares socialmente aceitos fazendo com que as diferenças de gênero sejam ressignificadas em desigualdades. Esta violência não se dirige a sujeitos passivos, no entanto, sua reiterada ação pode trazer enormes prejuízos a quem é destinada. Estes podem sentir sua autonomia afetada, sua autoestima, sua integridade física, dentre tantos outros problemas. Logo, a violência precisa ter um entendimento amplo, não se limitando a sua compreensão apenas como a violência física.

Essa violência é impulsionada em razão de uma violência “invisível”, naturalizada nas relações sociais. Esta é definida por Bourdieu (2007) como violência simbólica. A violência simbólica consiste na naturalização das relações de poder e da hierarquia de gênero existente, e está presente em símbolos e estruturas da sociedade. Isso impacta a interpretação da realidade e permite a manutenção da reprodução da dominação.

Ressalta-se que essa violência é naturalizada a tal ponto que não há um reconhecimento do dominante enquanto dominador, nem do dominado enquanto dominado, quicá as categorias e estratégias são reconhecidas por ambos. Isso implica ao dominado - e ao dominante - não se reconhecer enquanto violentado - ou violador. (BOURDIEU, 2007) Assim, não cabe pensar em papéis de vítimas e algozes - dessa forma, evitando criar estereótipos do homem como agressor e das mulheres (bem como dos homossexuais de ambos os sexos) como vítimas e, consequentemente, submetidas completamente ao poder e controle do seu agressor.

O efeito e manutenção dessa violência se dá na medida que esses sujeitos incorporam essa valoração negativa, reconhecendo-se como marginalizados, incapazes, inferiores, dentre outros, e fazendo desta realidade social legítima.

Para Bourdieu, a violência simbólica é proveniente da dominação masculina - tanto de maneira física ou psicológica - e é reproduzida por gerações de forma naturalizada, com diferentes estratégias em cada época. Assim, essa dominação se impõe como uma suposta neutralidade, sendo incorporada nos discursos de instituições que a legitimam como a religião, dentre outras. Isso faz com que dificulte a capacidade de resposta de mulheres e homens, já que estes são forçados a partir do modo de ser hegemônicos do feminino e do masculino.

É possível compreender como os sujeitos, portanto, não estão dispostos em condições equivalentes na sociedade. Carregam em si mesmo, uma bagagem cultural e social que em certa medida os classificam dentro da sociedade. É indispensável, desse modo, constatar o quanto esses processos são construídos historicamente e a maneira como estão sujeitos a uma constante transformação, possibilitando a reconstrução a partir de resistências e lutas. E, da mesma forma, reconhecer que os mais diversos tipos de violência podem estar presentes não só no espaço privado, doméstico, mas em todos os espaços, inclusive espaços vistos enquanto privilegiados, como é o caso da universidade. A universidade é um espaço atravessado por relações de poder, disputas e onde encontram-se sujeitos pertencentes a diferentes dimensões como raça, sexualidade, classe social, gênero.

Os dados apresentados no trabalho são fruto desta pesquisa desenvolvida em equipe, com bolsistas e voluntários do projeto Observatório de Violência de Gênero da UFF. O projeto iniciou-se a partir da capacitação da equipe - que conta com estudantes de graduação, de pós-graduação, professoras e demais parceiros - buscando o domínio teórico e crítico dessa discussão. Isso foi possível a partir de um aprofundamento bibliográfico - que se estende durante todo o percurso - e com o preparo da equipe através de oficinas de trabalho.

A metodologia adotada abarcou um questionário *on-line* encaminhado a toda comunidade universitária, ou seja, para os estudantes, professores e funcionários. O formulário compreende as respostas tanto de homens quanto de mulheres indistintamente. Isso possibilitou traçar um grande perfil da universidade, a partir dos dados coletados. Realizou-se um pré-teste depois do formulário pronto. Com o questionário foi possível identificar a existência da violência de gênero no interior da universidade, caracterizando os tipos existentes, os supostos perpetradores, o perfil dos sujeitos e os locais onde acontecem.

EVIDENCIANDO AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

A análise preliminar desta pesquisa apontou o grau de conhecimento das pessoas sobre a temática e demonstrou as barreiras existentes para se enfrentar a violência no contexto acadêmico. É possível reconhecer as violências sofridas, contudo, a denúncia destas é dificultada na medida em que os sujeitos se sentem inseguros quanto a eficácia da denúncia e quanto aos reflexos que esta poderá trazer para o seu cotidiano acadêmico.

Dentre os resultados, que contam com a participação de 742 pessoas – sendo 60,7% mulheres e 39,3% homens, estudantes de graduação heterossexuais – destacamos que 43,6%, cerca de 324 pessoas, afirmam já ter sofrido violência de gênero, sendo que 29,9% dos casos ocorreram dentro da universidade. Preocupantemente, em 89,2% dos casos, as vítimas não recorreram à nenhuma rede de apoio. Nesse sentido, a pesquisa cumpre seu papel ao comprovar a existência da violência dentro da universidade, e ao levantar a discussão do tema, das mais diferentes formas e ações, informando os impactos que a mesma pode ocasionar. Ademais, a urgência de seu aprofundamento é revelada. Evidenciaremos no decorrer deste trabalho, para tanto, os diferentes discursos colhidos pelos entrevistados ao longo do processo.

Como supracitado, os resultados aqui apresentados contaram com a participação de 742 pessoas, que responderam o questionário sendo preservadas suas identidades. Foram feitas 40 perguntas no total, sendo algumas facultativas e outras de preenchimento obrigatório, e ao final do questionário foi reservado um espaço para que cada pessoa pudesse fazer um comentário a respeito da pesquisa.

Destas que responderam o questionário, 452 se declaram do sexo feminino e 289 do sexo masculino. Quanto a expressão de gênero, 733 se declaram “cisgênero” (que se identificam com o sexo biológico); 5 como “gênero fluido” (androgínia ou não binarismo); 1 “gênero contextual”; 2 “transgênero” e 1 “travesti”. Com relação a orientação sexual, 544 pessoas se declaram “heterossexual”, 111 “bissexual”; 81 “homossexual” dentre estes 59 gays e 24 lésbicas; 3 “assexual”; 1 “pansexual”; 1 “demissexual” e 1 que se declarou como “em algum ponto entre bissexual e homossexual”.

No que diz respeito ao perfil etário, é possível perceber que a pesquisa atingiu a um perfil de jovens adultos, que estão entre 21 a 30 anos, sendo responsáveis por 43% das respostas. Apresentando em números, 318 pessoas têm idade entre “21 a 30 anos”; 210 entre “17 a 20 anos”; 116 entre “31 e 40 anos”; 53 entre “41 e 50 anos”; 42 entre “51 a 60 anos” e apenas 3 com “mais de 61 anos”.

Quanto a traçar o perfil étnico dos pesquisados, a equipe da construção do questionário optou por utilizar a nomenclatura adotada pelo IBGE para identificar a declaração de cor. Assim mais da metade das pessoas se declaram de cor “branca”, correspondendo a 67%. Foram 494 pessoas que declaram cor “branca”; 172 “parda”; 70 “preto”; 5 “amarelo”; 1 “indígena”. Infelizmente, a cor é um marcador social da diferença relevante a ser considerado na pesquisa. Tanto o é, que aliás, uma das participantes da pesquisa nos reiterou essa condição no seguinte comentário: “Nunca sofri violência, mas já senti a insegurança por ser mulher negra”.

A maior parte das respostas obtidas foram de estudantes da graduação, correspondentes aos 74%. Foram 550 estudantes de graduação; 123 servidores; 65 estudantes de pós-graduação; e 4 funcionários terceirizados. O vínculo institucional também é um importante dado pois nos orienta sobre possíveis relações hierárquicas neste contexto, e em como essas podem ou não afetar o pleno convívio de todos.

Foi possível perceber também com a pesquisa que a temática da violência tem sido mais debatida dentro da universidade, e muitos dos que participaram da entrevista apontam para as diversas formas que esse tipo de violência assume. Conforme uma dessas pessoas nos afirmou, “a violência não se manifesta apenas num ato de agressividade, mas restringir as oportunidades por questões de gêneros, também é violência, e desse tipo, poucos tem discernimento quanto a violência que sofrem”. (sic. SANTOS, 2018) Há também relatos que nos mostram que, alguns tipos de violência são reconhecidos como “menos prejudiciais”, e encarados enquanto agressões corriqueiras, como é o caso desse depoimento: “não sei se posso

dizer que já sofri violência (apanhar, estupro – nunca ocorreu comigo). Porém já sofri micro agressões, escutar que não posso fazer algo, ser subestimada pelo gênero, e assédios na rua”. (sic. SANTOS, 2018)

Não à toa, a universidade tem o dever em evidenciar este debate e fortalecer ações que busquem tirar a invisibilidade das violências entendidas como corriqueiras. Concordamos com o depoimento de outro participante, que nos atesta que as “discussões sobre violência de gênero precisam e devem ser aplicadas em nossa sociedade para ensinar valores de igualdade de gênero e respeito ao próximo e também para orientar vítimas desta violência”. (sic. SANTOS, 2018) A violência, portanto, pode ser cometida e sofrida sem que seja percebida. Outra pessoa nos confirma essa situação quando relata que “apenas hoje sei que certos fatos eram violência”. (sic. SANTOS, 2018)

Dessa maneira, os dados apontam o número de quase metade das pessoas que participaram da pesquisa indicando já terem sofrido violência de gênero, o que corresponde a 324 respostas afirmativas.

É incontestável que esse seja um número expressivo de pessoas que sofreram violência. E as causas e origens dessa violência estão naturalizadas, nos meios de comunicação, nas formas como nos relacionamos, em todos os lugares. Inclusive essa disposição foi destacada em um dos comentários da pesquisa, ao mostrar que é “muito comum a violência contra a comunidade LGBT feita pelos próprios meios de comunicação”. (sic. SANTOS, 2018) Assim também como reconhecem que “a intolerância e a falta de respeito provocam todo tipo de violência”. (sic. SANTOS, 2018)

Podemos observar também que há o entendimento de que nem sempre o alvo ao qual a violência é dirigida percebe que está sofrendo esse tipo de violência. Percebemos isso no seguinte relato, onde a pessoa afirma “que estas questões ainda são pertinentes e muitas das vezes não percebidas pelas próprias pessoas que sofrem a violência”. É possível observar ainda que, para algumas pessoas que participaram da pesquisa, “a discussão do tema [...] é fundamental para que todos se atentem para a importância de relatar o ocorrido e lutar contra este mal que ainda assola esta sociedade sexista e patriarcal”. (sic. SANTOS, 2018)

Os relatos nos apontam como que a violência é recorrente e em como algumas pessoas não estão em segurança, são xingadas e agredidas apenas por se expressarem de forma divergente do que é considerado o padrão. “Ser gay - e assumido - é bem complicado. Na escola, sofri muito por causa dos ‘valentões’ hétero. Inclusive, fui difamado [...], fui ameaçado. Até que um dia, valentões ‘me pegaram do lado de fora da escola’”. (sic. SANTOS, 2018)

É necessário, portanto se posicionar sempre que possível diante das situações em que se presenciaram a violência. Pudemos observar que algumas das pessoas reconhecem a violência, ainda que não a tenham sofrido e se mostram empáticas e revoltadas com a manutenção desse tipo de ação e cultura violenta, como é o caso do seguinte relato:

“Embora eu não tenha sofrido violência de gênero, percebo situações em que pessoas, incluindo colegas de trabalho, manifestam preconceito ou fazem piadas/comentários relacionadas aos LGBTs com teor discriminatório. Na maioria das vezes essas piadas/comentários não são direcionadas a mim ou a alguma pessoa específica, mas sinto que são ofensivos pois são direcionados aos indivíduos que se ‘enquadram’ no grupo LGBT, reforçando a ideia que são indivíduos que merecem menos ou nenhum respeito.” (sic. SANTOS, 2018)

O fenômeno da violência perpassa todos os lugares. Na pergunta referente aos locais em que a violência foi cometida (fora do espaço acadêmico), foi possível marcar mais de uma opção, e dessa forma, evidenciou-se a prevalência da violência sofrida pela pessoa em diversos espaços. Os dados apontam que 44% das pessoas sofreram violência na “rua”; 19% na “rua e em casa”; 15% na “rua, em casa e no trabalho”; 9% na “rua e no trabalho”; 7% em “casa”; 4% no “trabalho”; e 2% em “casa e no trabalho”.

Aliás, a violência também atravessa o espaço universitário. Ainda que esse espaço deve se proponha a ser um lugar da formação de novos patamares civilizacionais, os resultados dessa pesquisa indicam a contradição existente, já que as relações entre os sujeitos são permeadas por disputas e relações de poder. Cerca de 29,9% das pessoas já sofreram algum tipo de violência de gênero nesse espaço.

Quando perguntados sobre quem cometeu a violência, as respostas nos indicam que diferentes sujeitos, não importando o vínculo que possuem com a universidade, já foram responsáveis por praticar algum ato de violência. Os comentários mais recorrentes mostram a prepotência de alguns professores que assumem uma postura não condizente com seu papel de educador, manifestando comentários misóginos e inapropriados em sala de aula como nesses casos: “vários professores fazem ‘piada’ com mulher, e isso já constrange bastante. Mal consigo imaginar o que sofre uma pessoa transexual”, e “os professores [...] faziam comentários e tinham atitudes machistas e deploráveis para com as alunas”. (sic. SANTOS, 2018)

Fica claro que esse tipo de atitude está ligado a um pensamento discriminatório, já que os comentários são direcionados a determinados sujeitos:

“Alguns professores [...], aqueles que exercem cargos funcionais como coordenação de cursos, abusam da autoridade em especial com as mulheres, através de tratamentos rudes, grosseiros e abusivos, que não se repetem em frequência e gravidade com homens”. (sic. SANTOS, 2018)

No entanto, não apenas os sujeitos que hipoteticamente dispõe de mais poder nas relações dentro deste espaço que são os únicos perpetradores da violência. Os relatos evidenciam que os estudantes também cometem a violência, como neste caso: “infelizmente estas pessoas estudam comigo e cometeram estes atos em sala de aula e na frente dos professores e em eventos acadêmicos”. (sic. SANTOS, 2018)

Verificou-se também ações de assédio cometidas por parte dos funcionários, conforme o seguinte relato:

“Penso que a UFF dispõe de serviços terceirizados e funcionários que deveriam ser informados sobre o comportamento de urbanidade, respeito e educação no local de trabalho. Não é porque a UFF é uma instituição pública que dentro do campus podem agir como querem. Há muitos homens, principalmente na segurança, que são debochados e assediam mulheres e estudantes. Não é a maioria mesmo assim, penso que de vem apresentar comportamento de acordo com sua função, educação, discrição e respeito, pois é o que recebem de todos”. (sic. SANTOS, 2018)

É necessário demonstrar, sobretudo, que embora as violências mais relatadas tenham sido os assédios de forma verbal, a pesquisa esclarece que esse é apenas um dos tipos que a violência se manifesta. As reiteradas ocorrências das violências possibilitam a violência psicológica e as violências de cunho sexual também aparecem na pesquisa.

Ainda que os sujeitos reconheçam que sofrem ou já sofreram violência de gênero nesse espaço, muitas dessas violências não são denunciadas, tanto por falta de informação sobre apoio e suporte institucional, quanto por medo de sofrer algum tipo de retaliação. A UFF disponibiliza

um serviço de ouvidoria que é acessada através do endereço eletrônico <<https://sistema.ouvidorias.gov.br>>. Essa informação é fornecida no site da universidade, entretanto a falta de divulgação dessa ferramenta é uma das reclamações, conforme nos ratifica esse comentário:

“A UFF não divulga seus canais de atendimento e alunos, professores e servidores não sabem como lidar sobre as violências sofridas. Não tem que ser um e-mail de vez em quando, tem que ser um lembrete diário, um telefone que fique exposto de forma acessível e inclusiva para todas e todos, tem que ser um atendimento face a face, tem que ser algo real e imediato, não superficial.” (sic. SANTOS, 2018)

A Ouvidoria, todavia, não é o único procedimento possível para se realizar a denúncia. A pesquisa verificou que a busca por apoio ultrapassa também o espaço onde a violência aconteceu, apontando para outras formas, tanto dentro da universidade quanto fora. Em alguns casos, a denúncia realizada dentro dos espaços acadêmicos pode não ser levada adiante já que a vida acadêmica da pessoa pode ser prejudicada. É o caso do relato a seguir:

“Falta na universidade um maior preparo em relação a essas questões, especialmente quando não é uma situação pontual. Não é pouco comum alunas relatarem assédio de professores, e elas terem procurado o Departamento e terem sido recebidas com pouco caso. O medo ou a sensação de impunidade são duas grandes causas que inibem as denúncias.” (sic. SANTOS, 2018)

Mesmo quando se realiza a denúncia, a sensação de impunidade e impotência diante dos casos atinge não somente quem sofre, mas quem também presencia ou sabe da situação. Inclusive, os casos que envolvem os assédios morais são os menos debatidos e denunciados.

O medo da retaliação e das possíveis consequências resultantes da denúncia são umas das maiores barreiras para que essa violência seja visibilizada, como neste caso: “tive que insistir para abrir uma sindicância dentro da universidade, mas em momento algum me senti encorajada a denunciar pelas instâncias superiores”. (sic. SANTOS, 2018) Ou neste:

“Eu vinha sofrendo assédio moral e perseguição no ambiente de trabalho, tentei mudar de setor, a CPTA conduziu com extremo despreparo o meu caso, contaram para a chefia do departamento que eu havia pedido remoção, o que piorou a minha situação. Fui atacado com homofobia e gritos, entrei em depressão, que foi 2 anos afastado e, mesmo agora, 3 anos depois do episódio eu ainda carrego as cicatrizes psicológicas e choro sempre que lembro disso.” (sic. SANTOS, 2018)

Os resultados dessa pesquisa não se esgotam neste trabalho. Foram colhidos 126 relatos no questionário dessa pesquisa, que nos apontam o quanto é necessária a discussão desse tema para a sociabilidade dentro e fora do espaço universitário. Estes foram os primeiros resultados, o questionário da pesquisa ainda estará disponível para ampliar o alcance da pesquisa.

Abordar a temática da violência não é uma tarefa simples, pelo contrário, a violência de gênero tem um caráter complexo uma vez que está em todas as estruturas e símbolos em nossa sociedade, e enfrentá-la se torna uma tarefa árdua. Entretanto perceber a gravidade e a recorrência dessa forma de violência no contexto universitário é urgente. Assim, o propósito desse trabalho foi o de atestar a existência da violência de gênero nesse espaço e a necessidade da construção de estratégias para o enfrentamento desta, ou ao menos, justificar a relevância de uma reflexão mais aprofundada.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Suely de S. Essa Violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely de S. (Org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

BILGE, Sirma. (2009), "Théorisations féministes de l'intersectionnalité". *Diogenes*, 1 (225): 70-88.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Bagoas: Revista de Estudos Gays, v.4, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Estudos Feministas, n. 10, p. 171-188, 2002.

FREITAS, Rita. Proposta de Estudos - Observatório de Violência de Gênero - Analisando a Universidade Federal Fluminense; Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social e Centro de Referência Documental (NPHPS /CRD); UFF - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Pesquisa Instituto Avon/Data Popular. Violência contra a mulher no ambiente universitário. Disponível em: <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf> Acesso em: 09/07/2018.

SANTOS, Taísa Alexia Campelo dos. Observatório de Violência de Gênero da UFF: resultados preliminares. Trabalho de Conclusão de Curso, ESS/ UFF, Niterói, 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

“AQUI JAZ A AMÉLIA”: (DES)CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL FEMININO NO MUNDO DO CRIME

MARIA HELENA AMARAL MARTINS DANTAS DA CRUZ

Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRB

malenas@ufrb.edu.br

HERBERT TOLEDO MARTINS

Professor do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da UFSB

herbert@ufsb.edu.br

RESUMO

O trabalho analisa o papel da mulher no tráfico de drogas sentenciadas sob os art. 33 e 35 da Lei 11.343/2006. Os estudos feministas possibilitaram a (re)contextualização da criminalidade feminina evidenciando o envolvimento de mulheres em ações violentas, e identificando maior variedade de papéis assumidos por elas no mundo do crime. Nesse sentido, o estudo desmistifica o papel secundário relegado às mulheres na criminalidade a partir da (des) construção do discurso atribuído ao sexo feminino como frágil e, assim, desvela como o gênero e as relações de poder dele decorrentes estão entrelaçados na construção da realidade criminal. Por intermédio de entrevistas semiestruturada, dialogou-se com 13 presidiárias do Conjunto Penal de Feira de Santana. A pesquisa revela que as mulheres estão assumindo papéis de comando em atividades ilícitas e ocupando espaços que majoritariamente eram tidos como masculinos a despeito da manutenção dos discursos dominantes, que não vislumbram a possibilidade da transgressão feminina.

Palavras-chave: Gênero. Criminalidade-feminina. Mulher. Tráfico de drogas. Feira de Santana/BA.

ABSTRACT

The paper analyzes the role of women in drug trafficking sentenced under art. 33 and 35 of Law 11.343/2006. Feminist studies have made it possible to (re) contextualize female crime by highlighting the involvement of women in violent actions, and by identifying a greater variety of roles assumed by women in the world of crime. In this sense, the study demystifies the secondary role relegated to women in criminality from the (de) construction of the discourse attributed to the female sex as fragile and, thus, reveals how gender and the relations of power derived from it are intertwined in the construction of reality criminal. Through semi-structured interviews, a dialogue was held with 13 prisoners from the Feira de Santana Criminal Complex. The research reveals that women are assuming commanding roles in illicit activities and occupying spaces that were mostly considered masculine despite the maintenance of dominant discourses that do not envisage the possibility of female transgression.

Keywords: Gender. Criminality. Woman. Drug trafficking. Feira de Santana/BA.

Introdução

A mulher tem marcado as últimas décadas mostrando sua competência ao desdobrar-se entre os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e a ocupação no mercado de trabalho, e nestes espaços a mulher assume as mesmas condições dos homens, embora muitas vezes com salários inferiores e em meio à discriminação constante sendo taxada ainda por vezes como sexo frágil.

Porém, as mulheres têm se apresentado em vários espaços da sociedade, e procurando encarar ativamente os desafios propostos com disposição e convicção de que o comportamento de outrora em relação aos homens, não pode mais ser generalizado como submisso e dedicado totalmente ao lar e ao sexo masculino; muito embora existam mulheres que realizam ainda tais funções. Cada vez mais as mulheres desafiam os padrões pré-estabelecidos em nossa sociedade de modo a desvencilhar dos estigmas atribuídos a elas ao longo da História e, nesse contexto foi gestando a pesquisa “Aqui jaz a Amélia”, para evidenciar o crescente rompimento das mulheres com os grilhões da dominação masculina, por intermédio de suas lutas diárias e conquistas, pelo qual apontamos neste trabalho o seu engajamento no tráfico de drogas através de experiências únicas e vividas apenas por mulheres.

Nesta perspectiva, de acordo com Heidensohn (1996), a criminalidade feminina nos seus primórdios era analisada e interpretada apenas sob o viés da corrente teórica funcionalista, pelo qual as mulheres eram posicionadas sem nenhum agenciamento de ações, e ainda estigmatizadas como “débeis” e “tolas”, trazendo ainda consigo as experiências masculinas para o entendimento e compreensão das suas especificidades na criminalidade. Todavia, essa postura na maioria das vezes era tomada por pessoas conservadoras, e que detinham o poder no meio jurídico, pelo qual negavam as atitudes e agenciamentos de mulheres em ações delituosas. Por conseguinte, esta pesquisa propôs analisar as mulheres presidiárias do Conjunto Penal de Feira de Santana-Ba, que cometeram o delito praticado através dos art. 33 e 35 da Lei 11.343/2006, tráfico de drogas, praticando ações violentas e agenciamentos, pelo qual assumiram riscos e exerceram um papel ativo e de comando que, majoritariamente, são tidos como masculinos. Destaca-se que das 83 mulheres presas no referido Conjunto Penal, 25%, são condenadas por tráfico de drogas. Buscou-se desmistificar o papel secundário relegado à mulher na criminalidade com o propósito de promover a discussão e compreensão a respeito da nossa sociedade frente à figura feminina, pelo qual, muitas mulheres atualmente se encontram em luta permanente contra a dominação masculina e, as relações de poder dele decorrentes, demonstrando que as mulheres vêm, paulatinamente, ocupando os mais variados espaços na sociedade, como também as mais variadas atribuições no tráfico de drogas.

Desse modo, o artigo encontra-se dividido em três seções além dessa introdução. Na primeira seção, discutimos a literatura que analisa as mudanças no *status* das mulheres no mundo do crime, com ênfase no fato de que a mulher deixa de ser vítima e passa a ser analisada como agente que comete crimes. Na segunda seção, analisamos o envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas onde são discutidas e examinadas as entrevistas das depoentes. Finalmente, na terceira seção são apresentadas as conclusões do artigo.

1. Da mulher como vítima à mulher como sujeito ativo no tráfico de drogas

Segundo Priore (1993), as mulheres eram vistas sendo um poço de pecado, sedução e perversão para os homens, e para que esse mal não afetasse a vida social e moral era necessário dominá-las, domesticá-las e adestrá-las. Por muitas vezes, as mulheres eram vítimas de várias atrocidades praticadas pelos homens, não tendo como denunciá-las. Afirma ainda Priore.

É importante destacar que parte do contingente feminino, a quem tanto o Estado quanto a Igreja ultramarina se dirigiram, recomendando que se casasse e constituísse famílias, chegava aos homens pelo caminho da exploração ou da escravização, acentuando, assim, nas suas desigualdades, as relações de gênero. Tais diferenças foram importantes na constituição dos papéis femininos e serviram para a fabricação de estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial (PRIORE, 1993, p. 25).

Esse período registra e marca a diferenciação entre as classes sociais no Brasil, no qual as instituições em defesa da honra e dos bons costumes contribuíram para a reprodução das desigualdades e disparidades entre os gêneros, acirrando-se ao longo de décadas a luta das mulheres pela liberdade política, intelectual e social. Ao desviar-se da “moral” e dos “bons costumes”, as mulheres eram condenadas duas vezes pela sociedade, pelo desvio cometido e por atentar contra a manutenção do tecido social, ressaltando a honra desta como extensão da honra masculina. Nesta época o crime tipicamente feminino estaria ligado ao infanticídio, ao abandono de incapaz e ao envenenamento (MAGALHÃES, 2004). Entretanto as mulheres ainda eram diferenciadas conforme a cor e a classe social de que eram provenientes, enfrentando os preconceitos e os tabus trazidos pelos colonizadores portugueses. Não era nada fácil ser mulher no Brasil colonial, como não continua sendo fácil ser mulher nos dias atuais.

Segundo Soares e Ilgenfritz (2002), as atividades criminais das mulheres começaram a ser vistas a partir da importância do papel social da mulher. Por esse papel, entendeu-se que os delitos cometidos por elas eram dificilmente detectáveis, não só pela natureza das infrações, mas também pelas características de suas vítimas - crianças e velhos. Esses delitos ocorriam com maior frequência em espaços privados, pois sendo a mulher encarregada das tarefas domésticas e do cuidado aos filhos, grande parte de seus crimes, tipicamente femininos, permaneceriam ocultos, invisíveis e difíceis de serem detectados e punidos. Todavia, atualmente esse discurso vem sendo desconstruído, como apontam Matos & Machado.

Especificamente no caso da mulher ofensora, as feministas têm criticado a conceptualização da criminalidade feminina com base, por exemplo, em fatores biológicos ou em estereótipos de gênero (Brown, 1998). Diversas características que nos discursos convencionais são atribuídas à mulher que transgride (e.g., irracionalidade) e aos seus crimes (e.g., especificidade) têm sido criticadas pelas feministas, que propõem a desconstrução e reconstrução desses discursos. (MATOS & MACHADO, 2012, p. 37).

As contribuições iniciais do movimento feminista na criminologia crítica abrem caminhos para uma explosão de estudos posteriores, numa fase que (HEIDENSOHN, 1997, p. 774) refere-se como “de consolidação, após a publicação, em 1976, da obra de Carol Smart, intitulada *“Women, crime and criminology: A feminist critique”*, na qual inúmeras investigações em diversas áreas de intersecção entre gênero e crime” foram contempladas. Alargaram o foco da mulher vítima para a inclusão da mulher que comete crimes. Portanto os estudos feministas trouxeram, e continuam trazendo, grandes contribuições no plano da epistemologia dos paradigmas criminológicos, visto que facilitaram a redefinição de conceitos sobre gênero ao questioná-los, e estes questionamentos surgiram ao se constatar que o que conta como conhecimento deve basear-se na experiência, e que a experiência das mulheres difere, substancialmente, da experiência dos homens. No Brasil temos ainda poucos pesquisadores e pesquisadoras, como Lengruber (1983); Almeida (2001); Soares & Ilgenfritz (2002); Barcinski, (2008); Magalhães (2008), que se debruçam para a compreensão da criminalidade feminina, pois até pouco tempo não era observado tal fenômeno.

O tráfico de drogas, até então espaço hegemonicamente masculino, abre-se à participação das mulheres, pelo qual esse comércio ilegal passa a constituir facilmente estratégia de sobrevivência como um vetor de oportunidades financeiras no curto prazo, dando visibilidade,

ao se inserirem nas mais variadas atribuições e distribuição de papéis. Assim, é possível perceber que, cada vez mais, amplia-se a quantidade de mulheres nesse cenário. Todavia, a sua participação inicialmente como “mulas”, “aviãozinho” e “vapor”, vem atualmente sofrendo uma alternância na construção de papéis e atribuições desempenhadas por elas, forma pela qual algumas mulheres vêm desafiando as convenções pré-estabelecidas vigentes ainda em nossa sociedade. Como vemos em algumas falas: “Eu era gerente” (Maria das Dores, 27 anos); “Liderava o tráfico” (Maria Flor, 30 anos); “Eu preferia vender sozinha mesmo, sem me misturar, sem envolvimento de ninguém” (Maria Rosa, 42 anos). Embora já dito, anteriormente por Zaluar (1993), que o engajamento das mulheres em atividades criminosas, notadamente no tráfico de drogas, é descrito de maneira geral como subordinado à participação dos homens. Não se pode mais ignorar os crimes cometidos por elas, e a sua participação ativa na criminalidade, rompendo definitivamente com a criminologia tradicional de que as mulheres são irracionais para o crime.

Todavia, algumas literaturas ainda insistem em apontar para a invisibilidade feminina no que se refere aos fenômenos sociais da criminalidade e da transgressão. Porém, este estudo tenta desmistificar o papel secundário relegado às mulheres no tráfico de drogas, pelo qual procura (des)construir esse imaginário social que invisibiliza historicamente as mulheres, o qual ainda permeia por toda a sociedade, e pressupõe que se faz necessário um esforço para o entendimento de que as mulheres não são sexo frágil, e que sempre atuaram na criminalidade de forma ativa, pois o discurso que foi introjetado na sociedade era o de não reconhecer a mulher como uma possível criminosa, e que a mesma não teria a capacidade e inteligência de gerir algo rentável.

Contudo, existem sim, mulheres que vêm contrapondo essa lógica, e ocupando todos os espaços e papéis na sociedade, os quais, tradicionalmente, seriam os homens a desempenhar, e na criminalidade não seria também diferente, haja vista as transformações que vêm ocorrendo no mundo e no Brasil, onde as mulheres têm exercido variados papéis e atribuições. Nesse contexto o tráfico de drogas, vem atualmente se deparando com a entrada do gênero feminino em atribuições não mais de “mulas do tráfico”, mas sim atuando em novas funções de comercialização e gerenciamento.

2. O envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas

O recrutamento de pessoas para o tráfico não é tarefa difícil, este tem como marketing o poder de sedução do lucro fácil e rápido, e com esse apelo a organização criminosa tem absorvido muitas mulheres para a comercialização de sua matéria prima. Considerando que atualmente no Brasil existe uma crise política que vem ameaçando o mercado de trabalho com a falta de empregos formais, e que de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada no 4º trimestre de 2017, e divulgada no dia 23/02/2018 pelo IBGE¹, apontou a falta de trabalho para 26,4 milhões de brasileiros, tendo estes o seguinte perfil: 54,2% são mulheres; 55,8% são pretos e pardos; 26,5% têm entre 18 e 24 anos, 39,1% não têm ensino médio. Notadamente percebe que essas pessoas são iscas perfeitas para serem recrutadas pelo tráfico.

Por conseguinte, quando questionadas sobre as motivações que as fizeram participar do tráfico de drogas, a maior parte das entrevistadas (7 presas), responderam a “necessidade financeira”, o que não corresponde algumas pesquisas, que apontam às mulheres por ter um relacionamento com homens envolvidos com a delinquência, como sendo a porta de entrada principal para a sua participação (COSTA, 2008). Sendo que 4 presas responderam ser por influência do companheiro e/ou namorado.

1 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/falta-trabalho-para-263-milhoes-de-brasileiros-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 26/02.2018.

Observamos a seguir nas falas das depoentes essa influência, mas que não unânime.

Cumplicidade. (Maria Perpétua, 26 anos).

Cumplicidade ao companheiro, eu era amigada com ele, fiquei 7 anos com ele e 7 anos praticando o tráfico de drogas. (Maria Inês, 26 anos).

[...]. Eu só culpo a ele, meu ex-marido. Porque era uma pessoa que praticamente como eu digo hoje em dia, foi o que me formou o que eu sou, porque acho que se não tivesse me envolvido com ele, e se não tivesse passado o que eu passei com ele não teria tanta revolta. (Maria do Carmo, 36 anos).

Caso que meu companheiro, que ele se envolvia aí eu acabei pagando por ele. (Maria Betania, 26 anos).

No cenário atual com poucas perspectivas econômicas, pode-se imaginar que existe uma linha tênue entre a vida social e o mundo do crime, pelo qual o tráfico de drogas desperta nas mulheres a obtenção do dinheiro e lucro rápido, para manter e prover as suas necessidades. Como podemos observar nas falas das depoentes:

Prá dá vida boa a minha filha, eu só entrei por esse motivo, foi só por isso não foi prá mim viver no luxo não. Não comprava nada prá mim, eu andava de qualquer jeito, mas queria que minha filha andasse bem arrumada, eu dava tudo que ela queria. Se dissesse assim mainha eu quero isso eu ia na loja e comprava pra ela. Aí eu enchia a casa só de coisas boas pra ela, tudo coisa prá ela. Acabou que eu vim presa ela não ficou com nada e nem eu, porque minha ex-cunhada deixou a casa por conta aí os usuários de droga foi arrombou e roubou tudo. Aí nem eu nem a minha filha e nem nada. Aí depois que eu vim cair em si, é verdade senhor tudo que é dado pelo que não presta ele leva de volta. (Maria Rosa, 42 anos).

Ah! o dinheiro era a maior motivação, porque eu ganhava no Salão suficiente, mas só que quando a gente é novo a gente quer mais, mais né, quer balada, quer festa, quer farra, quer gastar. (Maria das Dores, 27 anos).

A precisão do dinheiro que eu mantinha a casa sozinha, eu tenho dois filhos o pai dele não tava fazendo nada, não me dava nada. (Maria do Rosário, 34 anos).

É uma coisa, né que deixa você muito deslumbrada, dinheiro rápido, tem dinheiro qualquer hora, então, nem sei explicar isso. (Maria de Fátima, 34 anos).

Todas as entrevistadas, de alguma maneira, consideraram que a dificuldade financeira em que se encontravam foi um elemento central para que aderissem ao tráfico de drogas, pois esperavam, através desta atividade, superar a condição vivida. Sobre isso, Souza (2005) argumenta:

Não queremos dizer com isso que a motivação das mulheres para praticar um crime se encerre apenas nas privações socioeconômicas, nem vincular mecanicamente a pobreza à violência. O que queremos é chamar a atenção para o grau maior de vulnerabilidade das mulheres, sua exposição maior ao atrativo de ganho fácil exercido pelo mundo do crime. Nesse sentido, pesariam tanto a necessidade da mulher em prover seu próprio sustento como sua crescente responsabilidade na manutenção da família, fazendo com que a busca por alguma forma de rendimento se torne premente. Com a necessidade de se garantir o presente, limitam-se as expectativas para o futuro e prioriza-se o imediato – o que pode facilitar, sobretudo no caso das mais pobres e desamparadas, o envolvimento em atividades criminosas e lucrativas no curto prazo. (SOUZA, 2005, p. 13).

A entrada no mundo do crime, no tráfico de drogas, requer a aceitação do próprio indivíduo, de sua crença, códigos e de sua pertença, pelo qual se verifica através das falas a seguir, o sentimento de pertença por estarem atuando no tráfico e serem reconhecidas.

Ser respeitada. porque assim no bairro que a gente mora tem um mucado de roubo essas coisas, ta entendendo? e onde eu moro não deixava isso acontecer, isso não acontecia lá, não existia roubo, oprimissão, negócio de coação na casa dos idoso, isso não. (Maria das Dores, 27 anos).

Digamos ser respeitada pelo grupo, que ninguém lhe mexe, porque alguns consideram é fulano de tal não mexe não. (Maria da Esperança, 22 anos).

Esse suposto respeito e reconhecimento adquirido pelas participantes desse estudo que atuavam no tráfico e se sentiam pertencentes ao contexto social, denota uma inclusão que até pouco tempo atrás era desconsiderado, pois as mulheres não tinham esse espaço e, nem se sentiam com pertencimento a tal ponto de tomar decisões. Isso nos leva a crer que as teorias criminológicas tradicionais, simplesmente não revelaram tal situação.

O tráfico é, indiscutivelmente, uma atividade masculina, porém, as mulheres traficantes que participam desse ambiente têm a possibilidade de se diferenciar de outras mulheres, ao desempenharem tarefas reconhecidas como masculinas, e demonstrar que também podem ocupar as mesmas atribuições que os homens. Observa-se na fala da depoente quando questionada sobre exercer uma função dentro do tráfico.

“[...] Aonde eles estão hoje nós estamos juntos, porque antes a mulher não votava, a mulher não era polícia, hoje a mulher é polícia, a mulher roba, a mulher mata que nem home, faz tudo, tudo que nem home. Abaixo do momento e ação depende da hora e reação. Hoje nós mulheres temos o mesmo direito, não é porque nós é mulher nós tem que sofrer o que eles acha que deve, mas não é assim. Aí acha que porque nós é mulher nós não tem o direito de exercer um cargo que eles exerce”. (Maria das Dores, 27 anos).

O tráfico de drogas, até então espaço hegemonicamente masculino, abre-se à participação das mulheres, dando visibilidade e oportunidade, ao se inserirem atualmente nos mais variados papéis. Sendo possível perceber que, cada vez mais, amplia-se a quantidade de mulheres nesse comércio ilegal, tendo sua participação inicialmente como “mulas”, porém já existe uma alternância de denominações de papéis desempenhados por mulheres no tráfico.

Quando questionadas como atuavam no tráfico de drogas, no comando ou como subalternas. Observamos as seguintes falas:

No comando. (Maria das Dores, 27 anos).

Me explique como é atuar como subalterna? Subalterna eu não entendi essa palavra dessa forma, é porque eu não acostumava a mandar, então obedecer também, eu nunca fui boa de obedecer, que eu nunca tive chefe, e quem tem chefe é índio sempre disse isso, então eu sempre tinha minhas coisas, tentava, fazia, bolava e chegava nos companheiros e passava, aí chegava num entendimento e todo mundo ia junto cada qual fazia seu papel, seu trabalho, pronto [...]. (Maria do Carmo, 36 anos).

[...] não fazia nada, eu só era “parada de escudo” eu não entrava em nada, não fazia nada, eu fui presa porque eu namorava com ele. (Maria das Virgens, 23 anos).

Eu atuava passivamente. (Maria Perpétua, 26 anos).

Eu só vim fazer uma entrega tipo “mula”. (Maria Esplendor, 23 anos).

Eu sou submissa, fiz papel de mula do tráfico. (Maria Esperança, 22 anos).

Vendia, já uns 3 anos, eu procurava alguém prá vender pra outras pessoas, percebia que as mulheres que estavam ali eram por precisão. (Maria Madalena, 28 anos).

Recebendo ordens. (Maria de Fátima, 34 anos).

Passava a droga. (Maria Flor, 30 anos).

Percebe-se nos depoimentos que há um mosaico criminal construído nas relações sociais do grupo, e na distribuição de atribuições, onde as mulheres atuam, ou seja, levando a mercadoria, sendo “parada de escudo”, comercializando, recebendo ordens, arquitetando e comandando. Portanto devemos ter cuidado ao afirmar que as mulheres estão no tráfico sendo apenas “mulas”, submissas ou coadjuvantes do sexo oposto. Como já dito anteriormente por Zaluar (1993) que o engajamento das mulheres em atividades criminosas, notadamente no tráfico de drogas, é descrito de maneira geral como subordinado à participação dos homens nessa mesma atividade. Ao ignorar as especificidades dos crimes cometidos por mulheres, a própria literatura atesta ou reforça a invisibilidade feminina no que se refere aos fenômenos sociais da criminalidade e da transgressão. A questão aqui é desvelar que as mulheres sempre atuaram na criminalidade, e de forma ativa como aponta Almeida (2001) desconstruir esse imaginário social que permeia por toda a sociedade, é um esforço para o entendimento de que as mulheres cometem e agenciam crimes.

3. Conclusões

Durante o percurso de investigação alguns pontos se tornaram relevantes para a compreensão e entendimento de as mulheres presidiárias terem assumido posições de comando no tráfico de drogas. Primeiramente, o processo de emancipação feminina, este visto como um marco, em que as mulheres começam a refletir, e serem mais críticas sobre os seus direitos, lutando e resistindo até os dias de hoje, pelo qual seguem defendendo a bandeira de luta contra o machismo, o feminicídio e a favor da equidade de gênero, do respeito e igualdade de oportunidades, sem esse processo não teríamos possibilitado as mudanças que vêm ocorrendo nas relações de gênero.

Outro ponto a considerar foi a mudança na estrutura familiar, que atualmente no Brasil conforme dados do IBGE (2010) 38,7% das mulheres pretas e/ou pardas assumem a chefia das famílias, enquanto que 35,6% são de mulheres brancas, o que vem demonstrar os novos arranjos familiares com a “família monoparental”, formada pelo responsável sem cônjuge e com filhos, geralmente mulheres sem o auxílio dos homens, em que as mesmas financeiramente sustentam a sua casa, deixando de serem vistas pela sociedade numa posição secundária. Entretanto, essas mulheres em sua maioria têm criado filhos e filhas sozinhas e de forma independente. As mulheres não estão dissociadas da condição de gênero e do papel ensejado socialmente, que é de mãe e dona de casa. Porém, essas transformações refletem na composição da renda familiar, uma vez que houve o aumento substancial da participação da renda feminina na família.

Tal aspecto foi observado pelas falas das entrevistadas, onde a maioria eram quem proviam a casa e os filhos. Notou-se também, que ao assumirem o comando e/ou a gerência, as mulheres o fizeram em oposição ao determinismo biológico, por não aceitarem a condição pré-estabelecida socialmente em determinar os papéis de gênero, pois as mulheres cada vez mais têm se mostrado independentes.

Todavia, ainda temos dificuldade em enxergar a mulher como protagonista no mundo do crime, mas já é uma realidade, fator este que conduz à percepção de que o que faz realmente a diferença são as oportunidades concedidas a um e a outro. Nessa perspectiva, a mulher tem encontrado no tráfico de drogas, também, um espaço de atuação que até então,

hegemonicamente masculino, vem dando visibilidade e oportunidade, como qualquer outra organização multinacional, o que dá a possibilidade de as mulheres também conquistar o cargo de “gerente de boca de fumo”, num patamar em igualdade de status e poder ao sexo masculino.

Sendo assim as mulheres presidiárias procuraram destacar uma representação social de mulher que se centra em uma característica pós-moderna, forte, guerreira, lutadora, que faz as suas escolhas, na tentativa de construir uma subjetividade autônoma, e se afastar cada vez mais da figura representativa da mulher submissa e subjugada denominada “Amélia”, pelo qual foi sedimentada por uma sociedade patriarcal e conservadora, no qual cada vez mais as mulheres lutam e resistem pela sua liberdade.

Por fim, as diferenciações socialmente estabelecidas entre homens e mulheres são percebidas como relações de poder e dominação, que atuam ativa e decisivamente no funcionamento da realidade social e, conseqüentemente, no mundo do crime e em todo o sistema de justiça criminal. Isso é posto a partir da concepção de que o fenômeno da criminalidade não pode ser compreendido em sua plenitude sem passar pela análise sociológica do sujeito feminino e dos discursos normativos e culturais que estabeleceram as diferenças entre os sexos em vários momentos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam: Universo imaginário do crime feminino**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

BARCINSKI, Mariana. **Women in drug trafficking: the identity construction of Brazilian reformed criminals**. Saarbrücken: VDM, 2008.

BRASIL, Estatísticas de Gênero/ Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2010). Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=51,52,-16,-17,-18,128&ind=4704>>. Acesso em 15/03/2017.

COSTA, E. C. **Amor Bandido: As teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas**. Maceió: EdUFAL. 2008.

HEIDENSOHN Frances. **Women and Crime. Women in Society**. Second edition. London, 1996. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-349-24445-4_2. Acesso em 13/04/2017.

HEIDENSOHN, Frances. (1997). **Gender and crime**. In: M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.). *The Oxford handbook of criminology* (p. 761-796). Oxford: Clarendon Press.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **Crime, sociologia e políticas públicas**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **Criminalidade Feminina: um estudo sobre as particularidades do crime praticado por mulheres**. n. 11, p. 117-143, jul/dez. 2008. De jure – Revista Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais. Biblioteca virtual do Ministério Público de Minas Gerais. Disponível em: https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/101/Criminalidade%20feminina_Magalhaes%5d.pdf?sequence=1. Acesso em: 15/08/2017.

MATOS, Raquel; MACHADO, Carla. **Criminalidade feminina e construção do gênero: Emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia**. Aná. Psicológica. Lisboa, v. 30, n. 1-2, p. 33-47, jan.2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870_82312012000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14/09/2017.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.

SOARES, Bárbara M.; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, S. B. **Criminalidade Feminina**. Revista Democracia Viva nº 33, 10-16. 2005.

ZALUAR, Alba. 1993. **Women of gangsters: Chronicle of a less-than-musical city. Estudos Feministas**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16005/14505>. Acesso em 14/12/2017.

**PROJETO MUITO ALÉM DO OCEANO BRASIL/PORTUGAL: BREVES
CONSIDERAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÕES, POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PROTEÇÃO
SOCIAL PARA O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS, NO
BRASIL E EM PORTUGAL**

Dr^a NIVIA VALENÇA BARROS

*Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social - UFF
barros.nivia@gmail.com*

Ma. JOICE DA SILVA BRUM

*Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social- UFF
joicebrum@id.uff.br*

O presente trabalho é destinado a apresentar o projeto de pesquisa intitulado “Muito além do oceano: legislações, políticas e práticas de proteção social para o enfrentamento a violência contra meninas, no Brasil e em Portugal, de 2010-2015”. O projeto em questão, busca analisar como o processo de violência contra meninas ocorre no Brasil e em Portugal, se propondo através de um estudo comparativo, de natureza investigativa teórico-documental, a refletir sobre o fenômeno e suas repercussões na sociedade, como também, sobre as legislações, as práticas e as políticas de proteção social estabelecidas para o enfrentamento desta violência em ambos os países. O estudo constitui um esforço de gerar visibilidade a violência contra meninas. Este, tem como base epistemológica as relações gênero para a análise da violência. Apresentaremos os resultados encontrados até agora, sendo válido lembrar que não correspondem a resultados definitivos, uma vez que o projeto continua em andamento.

Palavras-chave: Violência. Menina. Adolescente. Brasil. Portugal

The present work is intended to present the research project entitled “Far Beyond the Ocean: Laws, Policies and Practices of Social Protection for Coping with Violence against Girls in Brazil and Portugal, 2010-2015”. The project in question, seeks to analyze how the process of violence against girls occurs in Brazil and Portugal, proposing through a comparative study, theoretical-documentary research, to reflect on the phenomenon and its repercussions in society, as well as, on the laws, practices and policies of social protection established to confront this violence in both countries. The study is an effort to generate visibility into violence against girls. This is based on epistemological gender relations for the analysis of violence. We will present the results found so far, and it is worth remembering that they do not correspond to definitive results, once the project is still in progress.

Keywords: Violence. Girl. Teenager. Brazil. Portugal

Introdução

O projeto “Muito além do oceano: legislações, políticas e práticas de proteção social para o enfrentamento a violência contra meninas, no Brasil e em Portugal, de 2010-2015” trata-se de uma forma de continuidade dos estudos desenvolvidos no pós-doutoramento da coordenadora¹ do projeto, realizado na Universidade de Coimbra, durante o ano de 2015.

Hoje, com o apoio do CNPq, o projeto é desenvolvido dentro da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, nos núcleos de pesquisa sobre “Direitos Humanos, Sociais e Cidadania” (NUDHESC/UFF), e de “Pesquisa Histórica sobre Proteção Social” (NPHPS/CRD). Conta com uma aluna de iniciação científica, alguns alunos voluntários de graduação e pós-graduação, para além da coordenadora do projeto, e professoras dos núcleos de pesquisa mencionados.

A temática que desenvolvemos no projeto, mostra-se relevante devido ao fato da violência contra as mulheres e, no caso de nosso estudo, de meninas, ter sido trazida constantemente à esfera pública, fenômeno que durante longo período histórico manteve-se restrito a esfera privada.

A quebra de um silenciamento “naturalizado” ainda impregnado e reproduzido em nossa sociedade, tem sido algo construído ainda lentamente. Tais fatos reafirmam a importância de se ter um olhar mais atento para essa realidade.

Neste sentido, nosso estudo constitui um esforço de gerar visibilidade a violência contra meninas. Este, tem como base epistemológica as relações gênero para a análise da violência, fenômeno que perpassa o universo feminino, visando analisar as práticas e políticas de proteção social, além da legislação presente e implementadas, por parte do Estado, voltadas para este segmento.

Nossa hipótese é que o debate acerca da problemática da violência contra meninas, no Brasil e também em Portugal, é muitas vezes, atravessado por abordagens econômicas e culturais que podem contribuir para sua “naturalização”. Por isso mesmo, demanda pesquisas e iniciativas de políticas e práticas de proteção social, para seu enfrentamento enquanto construção histórico-social, e para a ampliação do debate da temática.

Tendo por base esta hipótese, propomos, além da realização de uma pesquisa documental sobre a produção bibliográfica acerca da temática, também, identificar os aparatos políticos e de proteção social implementados para o enfrentamento desta problemática em Brasil e Portugal na atualidade.

Procuramos desenvolver estudos em parceria com diversas instituições portuguesas (que atuem no enfrentamento a violência, especificamente a violência contra meninas), pois acreditamos que esse esforço conjunto, nos possibilita o acesso a fontes de pesquisa substantivas sobre a temática em foco. E evidentemente, poderá contribuir para o estudo comparativo sobre as semelhanças e diferenças existentes entre as realidades ambos os países no que se refere à violência contra meninas.

1 Dr.ª Nivia Valença Barros. Atua na Docência na Graduação do Departamento de Serviço Social da Escola de Serviço Social - UFF e na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. É coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Cidadania -UFF, membro do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social e do Núcleo de Pesquisas Proteção Social, Gênero, Famílias e Gerações - UFF. Membro da Rede de Pesquisa sobre Famílias e Política Social - REFAPS; Desenvolve pesquisas na área dos estudos de gênero, famílias, criança e adolescência, violência, geração, sujeitos sociais, direitos humanos, políticas sociais, infância, adolescência e juventude e população LGBTTI. Membro Titular do Conselho dos Direitos da População LGBT de Niterói.

É importante ressaltar que apesar dos inquestionáveis avanços alcançados pelas mulheres, ainda permanecem muitas disparidades, principalmente no que se refere à dialética violência-sexualidade-educação como elementos definidores do lugar que as mulheres e as meninas ocupam na sociedade. Tais diferenciações repercutem nas mais variadas inserções sociais, que passa composição de conteúdos diferenciados nas atividades produtivas, pelas constituições de relações assimétricas, pela condição de hierarquia e sociabilidade e pela multiplicidade de tipologia da violência (física, psicológica, sexual, de negligência, entre outras).

Logo, acreditamos que propostas como a nossa, que irão propiciar estudos e avaliações sobre o tema, são capazes de possibilitar a construção de políticas públicas para o combate à violência contra meninas, como também para a violência de gênero.

Breve discussão sobre o tema

Para Azevedo & Guerra (1989), a violência contra crianças e adolescentes atinge todas as raças, todos os países e todas as classes sociais. Contudo, a violência contra meninas, como as demais violências, manifesta-se sob formas complexas e possui características que a fazem peculiar.

Atualmente podemos verificar um esforço por parte dos mais diversos atores, para que a violência contra as mulheres e, no caso deste estudo, de meninas sejam trazidas constantemente à esfera pública. Contudo, ainda persiste uma certa invisibilidade que apresenta como base um manto de naturalização das violações de direitos contra o público feminino. A quebra do padrão do “complô do silêncio” tem sido algo construído ainda lentamente. Tais fatos reafirmam a importância de se ter um olhar atento para essa realidade.

A violência para nós é entendida como:

(...) uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p. 5)

Visto isso, nossa hipótese é que o debate acerca da problemática da violência contra meninas, no Brasil e também em Portugal, é muitas vezes, atravessado por abordagens econômicas e culturais que podem contribuir para sua “naturalização”. Por isso mesmo, demanda pesquisas e iniciativas de políticas e práticas de proteção social, para seu enfrentamento enquanto construção histórico-social, e para a ampliação do debate da temática.

A violência contra meninas não segue desvinculada das demais questões sociais, especialmente da violência de gênero. As relações societárias são fundadas em bases em que se entrelaçam fundamentos objetivos e subjetivos onde os sujeitos sociais se constituem em sua realidade social e histórica, sendo esta anterior e exterior à história. Neste sentido, afirmamos que a violência contra meninas é uma construção histórica, social e cultural e pode manifestar-se através da violência física, sexual, simbólica, psicológica, abandono, negligência, exploração sexual, podendo atingir indistintamente qualquer classe social e faixa etária.

Violência tem sido entendida em nosso projeto tal como as definições da Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo este órgão, a violência é dividida “em três grandes categorias, conforme a característica de quem comete o ato de violência: violência dirigida a si mesmo (autoinfligida); violência interpessoal e a violência coletiva” (OMS 2002. p. 6). A violência intrafamiliar está inserida na tipologia de violência interpessoal, que é dividida em duas subcategorias: “violência da família e de parceiro (a) íntimo (a), ou seja, violência que ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não

exclusivamente, dentro de casa e a violência comunitária que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco (consangüíneos ou não) e que podem conhecer-se (conhecidos ou não (estranhos), geralmente fora de casa” (OMS 2002. p. 6).

Em nossas análises, ao pensar a violência contra meninas, tal como sugere Barros (2017.p.135) são consideradas as diversas dimensões da interseccionalidade. Uma vez que só assim conseguimos nos aproximar da realidade que estamos a pesquisar. Isto é, de uma forma não fragmentada, mas como um processo único.

Quando se trata do entendimento das questões implicadas ao fenômeno da violência contra meninas (criança e adolescente) exige-se compreender as dimensões engendradas na interseccionalidade entre classe, raça, gênero e geração e, assim, as questões de gênero, como a articulação dessas dimensões presente nas relações sociais. A percepção desta interseccionalidade - entendida como a unidade das instâncias envolvidas, com pontos de confluências e de estreita interligação -, nos permite olhar todo o processo não de forma mecânica. Assim, classe, raça, etnia, orientação sexual ou idade, por exemplo (fatores de diferenciação discriminatória), não se fragmentam, mas passam a ser vistos como um só processo. (BARROS, 2017.p.135)

E apesar de Brasil e Portugal consistirem em países distintos, com suas próprias especificidades locais, seguem ligados, dentre outros, por questões culturais, históricas, de idioma. O que os torna, em espaços de excelência para a promoção de nosso estudo comparativo.

Metodologia

Trata-se de um estudo comparativo sobre a questão da violência contra meninas no Brasil e em Portugal. Assim, desde 2016, quando o projeto de pesquisa foi aceito pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), temos realizado uma pesquisa documental sobre a produção bibliográfica acerca da temática, e nessa trajetória, também estamos a nos dedicar à identificação dos aparatos políticos e de proteção social implementados em ambos os países para o enfrentamento desta problemática. Tendo como período chave os anos entre 2010 a 2015.

Para tanto, desenvolvemos estudos em parceria com diversas instituições portuguesas - em especial com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Onde foi realizado o pós-doutorado da coordenadora principal do presente trabalho - que atuem no enfrentamento a violência, especificamente a violência contra meninas.

O número de bolsistas participantes do projeto teve uma grande oscilação nos últimos meses. Devido a cortes de bolsas, hoje estamos operando com um quantitativo menor de pessoas. Sendo assim, estamos funcionando com uma aluna de iniciação científica, alguns alunos voluntários de graduação e de pós-graduação, para além da coordenadora do projeto, e professoras dos NPHPS e NUDHESC.

Para além da participação em discussões sobre a temática desenvolvida no projeto nos mais diversos espaços de discussão, nossa pesquisa bibliográfica tem utilizado livros, teses, dissertações, e artigos científicos como principal fonte de dados. A busca na internet em sites confiáveis tem se mostrado também, um forte elemento de captação de dados, em especial ao que remete a Portugal.

Enquanto fontes de dados, a pesquisa também pretende realizar futuramente, incursões no arquivo bibliográfico Português vinculados à Universidade de Coimbra que se constituem como polos de referência pluridisciplinar de ensino e pesquisas sobre gênero, relações sociais de sexo e feminismo, política e proteção social.

Acreditamos que esse esforço conjunto, com a abordagem do debate português, nos possibilitará o acesso a fontes de pesquisa substantivas sobre a temática em foco. E evidentemente, poderá contribuir para o estudo comparativo sobre as semelhanças e diferenças existentes entre as realidades de ambos os países no que se refere à violência contra meninas.

Dentre as várias proposições que elencamos como essenciais para analisar os dados que estamos a levantar, nossas discussões centram-se a focar nas questões relativas à proteção social², em termos históricos processuais; e, neste movimento de circularidade, serão desenvolvidos debates sobre questões contextuais e subjetivas que já foram fundamentados e percebidos em seu processo constitutivo ao qual a pesquisa de campo se enraiza.

Outro elemento a ser de extrema relevância para nossas análises é a questão da territorialidade aqui entendida como não apenas como local geográfico estabelecido, apesar de sua configuração material e jurídica, mas também como *locus* de movimentação que inclui o delineamento das produções e reproduções das relações sociais.

Afinal, uma cidade não pode é definida apenas por sua dimensão, mas também pelos atores que vivem, discutem e alteram a realidade de seu cenário todo o tempo. Para Barros (2005. p.151), “a cidade, neste sentido, não é vista somente como local geográfico estabelecido, apesar de sua configuração material e jurídica, mas também como lócus de movimentação que inclui o delineamento das produções e reproduções das relações sociais” (BRUM, 2014. p.58-59)

Dessa forma, explicitamos que o estudo se caracteriza por ser de natureza investigativa teórico-documental sobre as categorias mencionadas. Estamos a realizar um estudo comparativo sobre o “estado das artes” no que se refere à: legislação, as políticas e as práticas de proteção às meninas vítimas de violência no Brasil e em Portugal.

Nesta perspectiva, estamos a realizar também, uma aproximação do estudo dessas categorias destacando-se a sua contribuição na formulação, gestão e execução de legislações, de políticas e de práticas de proteção social, para a prevenção e combate às violências contra criança e adolescente -meninas.

A partir desta proposta, gostaríamos de demarcar que através da nossa pesquisa, aceitamos o desafio de escrever sobre um tema que muitas vezes ainda é tratado como tabu por boa parte da população em todo o mundo nos dias atuais, habitando a invisibilidade.

Apresentando brevemente os resultados

Até o momento, o banco de dados tem reunido maior quantidade de material a respeito do Brasil, isto se dá pela maior facilidade de acesso por parte dos alunos as informações em território nacional. Este contato não se dá apenas através da internet, mas também de um maior contato com discussões envolvendo casos reais de violação de direitos, campanhas e legislação infanto-juvenis nos mais diversos canais de mídia, eventos científicos e reuniões de pesquisa e material bibliográfico.

Os trabalhos de conclusão de curso, em especial dissertações de mestrado e teses de doutorado somados a buscas na internet através e ferramentas de pesquisa globais como o “google”, ganham destaque quando a pesquisa se remete a Portugal. Tendo como base os elementos

2 (...) chamo de sistemas de proteção social as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou um conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte das coletividades. (DI GIOVANNI, 1998, p. 10)

citados e o relatório elaborado pela coordenadora da pesquisa, junto a sua longa experiência de profissional envolvida com o enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes, o material de Portugal tem sido levantado.

Atualmente quando se trata de enfrentamento a violência contra o público feminino, foram inseridas no banco de dados nas respectivas abas: Legislação: 43 leis brasileiras (entre regionais e nacionais) e 19 leis portuguesas; Planos: 18 brasileiros e 7 portugueses; Campanhas: 34 campanhas brasileiras (envolvendo também as que possuem parcerias com a ONU), e 40 campanhas portuguesas (envolvendo também as que possuem parcerias com a ONU); e finalmente quando o assunto é Políticas e Órgãos: no Brasil foram encontrados 7 políticas e 2 órgãos, e em Portugal 2 políticas e 1 órgão.

A respeito do período traçado na metodologia, as análises irão se prender aos cinco anos estipulados, porém, tendo em vista por exemplo, que algumas importantes leis, campanhas e afins que tratam sobre a violação de direitos femininos terem sido criadas antes do período determinado na pesquisa, a mesma poderia correr o risco de não abarcar a amplitude que deseja alcançar caso o levantamento se prenda apenas os cinco anos estabelecidos. Fora que, para que possamos entender a dinâmica política e de poder que envolveu a criação de determinadas campanhas, ações, e promulgação de algumas legislações, precisamos ter claro toda a trajetória que a violência contra menina percorreu na contemporaneidade. Olhar o passado e as “peripécias” que o tema transcorreu até o presente momento, nos ajuda a promover análises críticas mais aprofundadas a seu respeito.

Compreendendo o prejuízo que seria reunir dados restritos apenas cinco anos, os dados recolhidos têm alcançado um período temporal mais amplo começando a partir da década de 1980.

Em 1995, o Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves/Ensp/Fiocruz) levantou a produção nacional sobre o tema no país [violência]. Numa revisão bibliográfica quase exaustiva, encontrou que 85% de todo o acervo intelectual sobre o assunto no Brasil havia sido escrito a partir da década de 80, intensificando-se no final da mesma, evidenciando o fato de que a violência havia se tornado um tema relevante para a consciência nacional. (MINAYO, 1999. p. 7)

Período histórico que se destaca por reconhecer a violência como problema real de saúde pública em todo o mundo. Fenômeno este, com potencialidade para gerar graves lesões físicas, estruturais e psicológicas que podem acompanhar um determinado sujeito por toda a vida caso medidas de enfrentamento e tratamento não sejam adotadas por parte do próprio sujeito, da sociedade ou pelo Estado.

Conclusão

Com os breves dados até então recolhidos já podemos notar que tanto o Brasil como Portugal fazem grandes investimentos em programas, ações e políticas de enfrentamento a violência contra a mulher (o que fornece respaldo à meninas e adolescentes).

Apesar do Brasil ocupar um número preocupante no ranking mundial de violência contra mulheres, estando na quinta³ posição em homicídios de mulheres no mundo, temos também, fruto de grupos engajados com o tema, ferramentas importantes para o enfrentamento do fenômeno em questão. Ainda que estas ferramentas não sejam implementadas em sua concretude, sua existência representa um ganho, pois a noção de possibilidade que gira a seu redor, cria a um espaço onde lutas são possíveis de serem travadas. Existe o reconhecimento de que algo não está certo, que algo precisa e pode ser feito.

³ De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Brasil ocupa a quinta posição em um **ranking** de 83 nações.

Ao levarmos em consideração, por exemplo, que para criar uma política há primeiramente a exigência da identificação de uma demanda recorrente na sociedade, se reconhece a existência do problema. Isso motiva para além da criação da política de enfrentamento uma possibilidade de mudança de paradigma no imaginário social.

Ao pensar o imaginário social, temos que lembrar que existirão violências que serão toleradas e não toleradas em determinados espaços de tempo, afinal, violência é uma construção histórica que permeia a trajetória da humanidade.

Dizer que a violência é historicamente construída é destacar que suas manifestações são submetidas às normas sociais predominantes na conjuntura histórica, cultural, política e econômica vigente no momento da análise. Há peculiaridades que variam de país para país, de modelo político para modelo político, de economia para economia, de cultura para cultura, logo, caso a caso. Portanto, dependendo do período histórico, das leis vigentes, da concepção moral sobre os deveres e direitos do cidadão e demais circunstâncias condicionantes, haverá 'violências toleradas' e 'violências condenadas'. (BRUM, 2014, p.6-7)

Conseguir promover ações que consigam propiciar uma subversão na consciência social sobre o conceito de violências toleradas e condenadas, representa mais um ganho, uma vez que a sociedade pode identificar por si só, o que de fato viola seus direitos. Tendo consciência deste fato, o número de denúncias tende a aumentar e conseqüentemente de possíveis ações para barrar a revitimização dos sujeitos acometidos pelo fenômeno.

Ao avançarmos para Portugal, o país não fica atrás quando o assunto é enfrentamento a violência contra a mulher. Nos últimos anos para o "Instituto Europeu de Igualdade de Género", Portugal é um dos membros que menos vem sendo afetado pela violência contra a mulher.

Porém este dado segundo Fernandes (2017, apud PEREIRA, 2017) deve ser visto com cautela, pois os mesmos foram coletados através de entrevistas feitas à população pela "Agência dos Direitos Fundamentais em 2012. Significando que se levou em conta, a percepção sobre o que cada mulher entrevistada possuía sobre o que é ou não violência. Mais uma vez então, "tem a ver com a consciência social".

Não restringiremos, no entanto, a subnotificação de casos de violência contra a mulher somente a desconhecimento do que deve ser considerado como violência. Não é a toa que a violência é tratada como um fenômeno complexo, pois suas manifestações não são restritas a determinados grupos sociais, podem acometer a todos indivíduos indiferente de sua classe social, idade, sexo, cor e orientação sexual. As motivações para seus atos, serão diversas. E para além da consciência social do que já foi naturalizado como "normal", haverá também, uma gama de motivos que farão os indivíduos não fazerem denúncias.

Pereira (2017) ao retomar análises de pesquisas portuguesas, aponta que uma em cada quatro mulheres de seu país (Portugal), admitem terem sofrido algum tipo de violência e/ou sexual desde que completaram 15 anos sendo perpetrada por parceiros íntimos, ex parceiros e desconhecidos. Sendo que, uma mulher em cada cinco alegou que nunca relatou a ninguém as violações que sofreu.

Olhando para o espaço comunitário, um terço das mulheres revelaram já terem sido vítimas de algum tipo de violência física/e ou sexual desde que fizeram 15 anos. Mais de dois terços (68,9) das vítimas disseram que isso teve conseqüências na sua saúde/bem-estar. E 13,4% nunca contaram (PEREIRA, 2017)

Como mencionado, as motivações para que as denúncias não ocorram são diversas e estarão vinculados a uma série de eventos e passarão o âmbito político, econômico e cultural, sobre os quais não buscaremos nos focar neste momento, mesmo porque este não é o foco do presente trabalho.

No entanto, aproveitamos para destacar algo que Virginija Langbakk (2017, apud PEREIRA, 2017) julga como essencial ao se tratar de o silenciamento de denúncias – circunstância esta, que pode colaborar para produção de dados que não refletem a realidade de um determinado local – e a cultura de culpabilização das vítimas. Seria então, o fato de que sociedades que costumam culturalmente tolerar as violências, tendem a falar menos sobre o assunto. Sendo necessário então, uma “resposta mais forte dos governos, da polícia e da justiça. As mulheres devem saber que as suas queixas serão levadas a sério e a justiça será feita para que possam recuperar as suas vidas”.

Neste sentido, falar sobre, ouvir sobre, ter ações eficazes de combate a violência e de amplitude capaz promover uma desnaturalização social dos atos violentos, constituem o quadro de ferramentas necessários quando o assunto é violência contra meninas.

Para finalizar, ressaltamos que por se tratar de um projeto que ainda está em uma fase crítica de recolhimento de dados, não podemos fomentar discussões densas a seu respeito. É interessante demarcar que nosso intuito final não é promover conclusões sobre o assunto, apenas servir de base para aprofundamento do tema para os diversos atores que se interessarem pelo assunto tratado na pesquisa. Ajudando também, a fomentar políticas públicas na área.

Para isso, reafirmamos nosso compromisso em publicizar nos mais diversos espaços os resultados encontrados por nós, sejam apresentações em eventos científicos como o que estamos fazendo agora, como também nos dedicar a publicação de artigos e em livros.

Bibliografia

BARROS, N. V. **Violência contra Criança e Adolescente. Trajetória histórica, Política e Prática de Proteção Social.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, PUC-RIO, 2005.

BARROS, N. V. **Violência contra meninas: retratando as legislações, as políticas e as práticas de proteção social no Brasil e em Portugal de 2010 – 2015.** O Social em Questão - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago/2017. pp.135-

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente,** Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRUM, J. S. **Práticas de proteção social e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em Niterói na atualidade.** Dissertação de Mestrado. Escola de Serviço Social. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social – UFF, 2014.

DI GIOVANNI, G. **Sistemas de proteção social: Uma introdução conceitual.** In: Oliveira, M.A.(org.). Reformas do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, São Paulo: UNICAMP, IE, 1998.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA E. R. **É possível prevenir a violência?** Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*, 1999. p. 7-23.

PEREIRA, A. C. **Há um novo indicador de violência contra as mulheres e Portugal não está tão mal**. Publico.pt.com. Portugal, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/11/21/sociedade/noticia/ha-um-novo-indicador-de-violencia-contra-as-mulheres-e-portugal-nao-esta-mal-1793267>. Acesso em: 11 nov. 2018.

OMS. **Violência um problema de saúde pública**. In: KRUG, E. et al. (Eds.). Relatório Mundial sobre violência e saúde. Genebra: World report on violence and health/Organização Mundial de Saúde. 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil (versão preliminar)**. Rio de Janeiro: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO, 2015 a.

_____. **Mapa da Violência 2015: mortes matadas por arma de fogo**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015 b.

A TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA LEI 11.340/2006 – LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS

NÁGILA COUTINHO GOMES PAIVA

*Mestranda do Programa de Pós- Graduação de Políticas Sociais da UENF
nagilacoutinho.psi@gmail.com*

SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL

*Professora dos Programas de Pós- Graduação de
Políticas Sociais e Cognição e Linguagem da UENF
shirlenacsa@gmail.com*

RESUMO

A Lei nº 11.340 foi instituída legalmente no Brasil no dia 07 de agosto de 2006. Comumente conhecida como “Lei Maria da Penha”, possui o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, fenômeno social que ainda persiste e retira de maneira inaceitável os Direitos Humanos Fundamentais das mulheres. O advento desta Lei não surgiu ao acaso, mas mediante intensa luta de Movimentos Feministas que pressionaram o Estado em prol da elaboração de políticas públicas com viés afirmativo. Sendo assim, propõe-se promover reflexões sobre a problemática da violência doméstica contra a mulher, enfatizando a tipificação da violência psicológica na “Lei Maria da Penha”, destacando avanços e desafios colocados frente ao reconhecimento desta forma de violência. Para tal, será realizada uma revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Políticas sociais. Ações afirmativas. Violência doméstica contra a mulher. Lei Maria da Penha. Violência Psicológica.

ABSTRACT

Law No. 11,340 was legally instituted in Brazil on August 7, 2006. Commonly known as the “Maria da Penha Law”, it has the purpose of curbing and preventing domestic and family violence against women, a social phenomenon that still persists and withdraws in an unacceptable way, the Fundamental Human Rights of women. The advent of this Law did not come at random, but through the intense struggle of Feminist Movements that pressed the State for the elaboration of public policies with an affirmative bias. Therefore, it is proposed to promote reflections on the problem of domestic violence against women, emphasizing the typification of psychological violence in the “Maria da Penha Law”, highlighting the advances and challenges posed in recognition of this form of violence. For this, a bibliographic review will be carried out.

Key-words: Social politics. Affirmative actions. Domestic violence against women. Maria da Penha Law. Psychological violence.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) ratifica a igualdade entre gêneros, bem como a garantia de mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares. Contudo, tais preceitos constitucionais não se revelaram suficientes para combater a violência doméstica contra a mulher, demandando, desta forma, a necessidade de criação de uma legislação específica em que tal problemática fosse admitida e tratada como uma questão de Estado.

A garantia de políticas públicas integradas para o enfrentamento da violência contra a mulher, bem como a criminalização e penalização dessas violências, via legislação, ocorreu somente no dia 07 de agosto de 2006, quando foi publicada a Lei n.º 11.340, popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”.

A “Lei Maria da Penha” é reconhecida como um marco na história de luta de movimentos sociais feministas para o enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres o reconhecimento de seus direitos. Traduz-se em uma importante ação afirmativa no Estado brasileiro, voltada para anular os efeitos da dominação-exploração da mulher e estabelecer um tratamento diferenciado com medidas de compensação e igualdade de oportunidades em relação ao gênero masculino.

Considerando o 7º artigo da Lei 11.340/2006, são reconhecidas como formas de violência doméstica contra a mulher: a violência física, a violência moral, a violência psicológica, a violência patrimonial e a violência sexual.

A violência psicológica é caracterizada como qualquer ato que cause dano emocional, prejudique a autoestima e impeça o pleno desenvolvimento psicológico da mulher. São agressões gestuais ou verbais com o objetivo de aterrorizar, humilhar, rejeitar, limitar a liberdade ou também, isolar a vítima do meio social.

Sendo assim, propõe-se promover reflexões sobre a problemática da violência doméstica contra a mulher, enfatizando a tipificação da violência psicológica na “Lei Maria da Penha”, destacando avanços e desafios colocados frente ao reconhecimento desta forma de violência.

A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O feminismo, enquanto movimento coletivo de luta de mulheres, surgiu na segunda metade do século XIX e no início do século XX, na América do Norte e na Europa. Essas lutas advêm do reconhecimento das mulheres como sistematicamente oprimidas, da discordância entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e das realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

A luta das mulheres pelos direitos inerentes à cidadania no Brasil é antiga. No país, os movimentos feministas surgiram a partir da reivindicação do direito das mulheres votarem e serem votadas, sendo tal conquista efetivada somente no ano de 1932 (WOLFF & SALDANHA, 2015).

O movimento feminista “chamou a atenção para as mulheres como sujeitos sociais” (WOLFF & SALDANHA, 2015, p. 31). É um movimento político, ideológico e social, que luta contra dominação-exploração das mulheres e também pela igualdade de direitos em relação aos homens. De acordo com Costa (2013):

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e

políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (COSTA 2013, p. 02 apud ÁLVAREZ, 1990, p. 23).

Na primeira onda do feminismo no Brasil, destaca-se o movimento das operárias de ideologia anarquista reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”, que lutavam por melhores condições de trabalho das mulheres. Este feminismo inicial perdeu força a partir da década de 1930 ressurgindo, com importância, na década de 1960 (PINTO, 2010).

Como os demais movimentos sociais, os movimentos feministas aumentaram na década de 1960 mediante a ditadura militar, entretanto, juntamente com os demais movimentos populares foram silenciados e massacrados por grande repressão (COSTA, 2013).

No final da década de 1960, surge um novo feminismo, reconhecido como feminismo de segunda onda, trazendo novas formas de reivindicações e organização, bem como as novas palavras de ordem “o privado é político”, referindo-se a questões relacionadas ao âmbito privado que devem ser objeto de políticas de Estado, como a violência doméstica (WOLFF & SALDANHA, 2015).

Neste contexto, Paulilo (2004, p. 236) destaca que “os movimentos feministas na América Latina, nos últimos anos, têm dado mais importância às questões de identidade e reconhecimento, com ênfase nos direitos reprodutivos e fim da violência contra as mulheres”.

O reconhecimento da violência doméstica e familiar contra a mulher é recente no país, sendo reconhecida como pauta de destaque no cenário público nacional, somente nos últimos trinta anos. Neste período, a problemática da violência contra as mulheres tornou-se objeto de interesse das ciências sociais, especialmente, na interface das teorias feministas (PASINATO, 2015).

O período de redemocratização nos anos de 1980 provocou novo fôlego às lutas sociais e o Estado viu-se pressionado a viabilizar políticas públicas voltadas para as mulheres, culminou na garantia de direitos para a mulher na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Embora o avanço legal tenha sido reconhecido, sendo afirmada na Carta Magna em seu inciso 1º que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” e preconizado no artigo 226, parágrafo 8º “a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988). Na prática, foram verificadas sistemáticas violações a tais princípios.

Na década de 1990, o movimento de mulheres alertava para a necessidade de leis e políticas especializadas no enfrentamento da violência doméstica e familiar, todavia, somente nos anos 2000 o contexto político e social permitiu maior avanço e a formulação de uma lei específica para punir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (PASINATO, 2015).

A LEI MARIA DA PENHA E A GARANTIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, conceitua a garantia da proteção dos Direitos Humanos, alicerçados na ideia de dignidade, valor da pessoa humana, bem como na igualdade de direitos entre homens e mulheres. Sendo assim, a violência contra a mulher consiste em uma violação de direitos, limitando as liberdades fundamentais e a igualdade, tornando-se uma afronta à dignidade humana e à vida.

Segundo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), em seu artigo 1º, a violência contra mulher é caracterizada por “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. A mesma Convenção enfatiza que tais violências consistem em violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais, traduzindo-se em fortes obstáculos ao princípio da isonomia, ao exercício pleno da cidadania, ao desenvolvimento socioeconômico e à paz social.

Nesse sentido, Cunha & Pinto (2007) conceituam a violência contra a mulher como:

Qualquer ato, omissão ou conduta que serve para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, direta ou indiretamente, por meios de enganos, ameaças, coações ou qualquer outro meio, a qualquer mulher e tendo por objetivo e como efeito intimidá-la, puni-la ou humilhá-la, ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, moral, ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais (CUNHA & PINTO, 2007, p. 24).

Para Safiotti (2004) a violência é entendida popularmente como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, psíquica, sexual e moral. Entretanto, é preferível usar o conceito de violação de direitos humanos, haja vista, a naturalização da violência.

A violência doméstica e familiar contra a mulher tratou-se durante longos anos de um fenômeno social relativamente oculto, por ser uma prática violenta ocorrida no seio familiar, instituição social vista como sagrada. Sendo assim, era considerada como um ato isolado e não um problema social, porém, o fato da violência ocorrer no interior dos lares não nega sua natureza pública (SAFIOTTI, 2004).

Por intermédio de ações do movimento feminista e seu protagonismo ao revelar este problema social de graves consequências na cidadania das mulheres, a questão da violência doméstica contra a mulher veio à tona, passando a demandar da agenda governamental brasileira políticas públicas de combate a esta grave violação de direitos humanos, culminando na criação da Lei nº 11.340/2006, a “Lei Maria da Penha”.

Pasinato (2015) destaca que:

A entrada em vigor dessa legislação representa um marco político nas lutas pelos direitos das mulheres no Brasil e no reconhecimento da violência contra as mulheres como problema de políticas públicas. É também um importante divisor de águas na abordagem jurídica da violência baseada no gênero, uma vez que estabelece novos patamares para o enfrentamento da violência contra as mulheres no país (PASINATO, 2015, p. 534).

O caso brasileiro é conhecido por ter uma das legislações mais avançadas do mundo (ALVES, 2016). A “Lei Maria da Penha” é classificada como uma legislação de “segunda geração” que contempla às recomendações das Nações Unidas para a adoção de medidas de proteção e promoção dos direitos das mulheres de viver sem violência (PASINATO, 2015).

O objetivo da Lei Maria da Penha, conforme seu artigo 1º é criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres (BRASIL, 2006).

De acordo com o artigo 5º, configura-se como violência doméstica e familiar contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006), praticada dentro do lar,

onde o violador mantém ou manteve vínculos de amizade ou parentesco, compartilhando ou não o mesmo espaço de moradia. Evidencia-se que tais relações pessoais independem de orientação sexual.

A “Lei Maria da Penha” é inovadora em quase todos os seus dispositivos, produzindo uma verdadeira revolução na forma de coibir a violência doméstica contra a mulher, com a conjugação de ações de proteção, punição e prevenção. Não possui pretensão de atuar apenas no âmbito jurídico, mas integrá-lo na formulação de políticas públicas de gênero, que envolvam também a segurança pública, a saúde, o trabalho, a assistência social e a educação, necessitando da ação articulada dos três poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo – nos três níveis de governo – Federal, Estadual e Municipal – (PASINATO, 2015).

Nesta vertente, Alves (2016) destaca que:

“O desenho das políticas públicas deve levar em conta os estereótipos e a violência de gênero, buscando reduzir os riscos que afetam as populações não masculinas. Os serviços sociais – como educação, saúde, moradia, água e saneamento básico – devem considerar as necessidades específicas das mulheres [...] além de garantir o poder de ação, de voz e de participação das mulheres na elaboração e execução das políticas públicas” (ALVES, 2016, p. 634).

Destaca-se, ainda, a preocupação com a proteção às vítimas resguardadas por uma gama de medidas que visam à prevenção e erradicação deste tipo de violência, a saber: a criação de delegacias e varas especializadas; promoção de procedimentos policiais e judiciais humanizados para as vítimas; aplicação de medidas protetivas; prevenção de ocorrência de violências por meio de processos educativos e assistência às mulheres com proposta de uma rede de atendimento integrada.

A TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS

A violência doméstica contra a mulher pode ocasionar, à vitimada, graves prejuízos para a saúde física, psicológica e reprodutiva, além de afetar o desempenho nas esferas sociais e ocupacionais, podendo permanecer mesmo mediante cessação da violência, comprometendo, desta forma, o exercício da cidadania garantido através dos direitos humanos fundamentais.

A “Lei Maria da Penha” ampliou a definição de violência para abarcar a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, conforme o artigo 7º, considerando que, cada uma dessas categorias abarca um conjunto grandioso de comportamentos e ações que vão além do que se encontra previsto no Código Penal, alertando para a complexidade da violência baseada no gênero (PASINATO, 2015).

A violência contra a mulher acontece de formas variadas, sendo explícita ou velada, indo para além dos danos visíveis, causando marcas traumáticas na mulher. O presente trabalho almeja focar a violência psicológica, que, de acordo com o artigo 7º, parágrafo II, da “Lei Maria da Penha” é:

“... entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação” (BRASIL, 2006).

Para Yamamoto, Ribeiro & Colares (2015) são exemplos de violência emocional ou psicológica:

“Xingar e humilhar; ameaçar, intimidar e amedrontar; criticar continuamente, desvalorizar os atos e desconsiderar a opinião ou decisão da mulher, debochar publicamente, diminuir a autoestima; tirar a liberdade de ação, crença e decisão; tentar fazer a mulher ficar confusa ou achar que está ficando louca; atormentar a mulher, não deixá-la dormir ou fazê-la se sentir culpada; controlar tudo o que ela faz, quando sai, com quem e onde vai; impedir que ela trabalhe, estude, saia de casa, vá à igreja ou viaje; procurar mensagens no celular ou e-mail; usar as/os filhas/os para fazer chantagem; isolar a mulher de amigos e parentes.” (YAMAMOTO, RIBEIRO & COLARES, 2015, p. 20-21).

Segundo Gomes (2012, p. 673) “a agressão psicológica se inicia de forma lenta e silenciosa, progride em intensidade e consequências.” Por tratar-se de uma forma de agressão que ocorre por intermédio de palavras, gestos e até olhares, sem necessariamente ocorrer o contato físico, comumente não é identificada pela vítima. Sendo, desta forma, disfarçada por sua prática naturalizada ou associada a demais formas de violência.

A definição de violência psicológica é variável, acarretando dificuldades em sua definição e consequente mensuração. Nesta perspectiva, De Souza & Cassab (2010) pontuam que:

Muitas pessoas nem sequer conhecem as expressões da violência psicológica. Tal condição é resultado da ideologia romântica que possuem sobre família, ou seja, a família deve viver em harmonia e, os que não se enquadram a esse padrão são considerados “desestruturados”. Na efetivação da harmonia familiar, muitas vezes, há um processo de naturalização da ofensa verbal, ou seja, para muitos homens “é normal” ofender verbalmente a mulher (DE SOUZA & CASSAB, 2010, p. 41).

Analisando as diversas categorias de violência perpetradas contra a mulher, observa-se que a violência psicológica dilui-se ante as demais, visto que, normalmente, precede e acompanha todas as manifestações da violência intrafamiliar (COSTA; ZUCATTI & DELL’AGLIO, 2011).

Segundo Costa; Zucatti & Dell’aglio (2011, p. 221) a violência psicológica “é a modalidade mais difícil de ser identificada”. Considerando que a população em geral desconhece as distintas tipologias de violência doméstica contra a mulher, faz-se necessário a promoção de acesso a informação “sobre a lei e sobre seus direitos, sobre a violência e suas características, sobre onde buscar apoio e qual ajuda demandar” (PASINATO, 2015, p. 238).

Quando identificada, por tratar-se de uma violência que ocorre no âmbito familiar, com presença de vínculos afetivos, são verificados “obstáculos subjetivos, relacionados à natureza afetiva das relações violentas” (PASINATO, 2015, p. 538). A dependência emocional traduz-se em um grande complicador para o rompimento do ciclo de violência.

É destacado por Costa; Zucatti & Dell’aglio (2011, p. 223) que: “o fato desta forma de violência ser menos enfatizada deve-se à prioridade que é dada às consequências físicas em detrimento das psicológicas, que são igualmente graves”. Ou seja, somente quando a violência manifesta-se de maneira aguda, mediante danos físicos.

A exposição a tal violência provoca intenso sofrimento e medo, acarretando “vários prejuízos emocionais são instalados na vida da mulher [...], incluindo depressão, aumento do uso de álcool e drogas, transtorno de estresse pós-traumático e mudança no sistema endócrino” (GOMES, 2012, p. 673).

O fato da violência psicológica, finalmente, ser reconhecida por meio da “Lei Maria da Penha”, constitui-se um importante avanço no combate a violência doméstica contra a mulher. Em

contrapartida, a violência psicológica ainda está distante de ser considerada pelos serviços públicos especializados e instituições policiais como uma problemática social grave (DE SOUZA & CASSAB, 2010).

Por se tratar de uma violência que não deixa marcas físicas, ou seja, não gera materialidade de provas, torna-se difícil de ser analisada e penalizada. Considerando que a lei é ampla, entende-se que há necessidade de padronizar sua aplicação, de forma que não ocorram distorções na interpretação nos diferentes âmbitos em que ela é aplicada (COSTA; ZUCATTI & DELL'AGLIO, 2011).

Porto & Costa (2010) salientam que:

Mais difíceis de serem provados são os casos de agressão psicológica, que exigem pedido de investigação acerca de suas consequências. No entanto, não há solicitação de exames para comprovar a existência ou não de consequência desse tipo de agressão [...], de modo que não há como produzir prova material que sustente uma condenação em juízo (PORTO & COSTA, 2010, p. 486).

Pesquisas recentes sobre a aplicação da “Lei Maria da Penha” descrevem problemas relativos à composição, tamanho e especialização das equipes de profissionais. Torna-se necessário refletir sobre a compreensão de profissionais sobre a problemática da violência contra as mulheres e questionar posturas baseadas em crenças e valores pessoais (PASINATO, 2015).

Neste contexto, Porto & Costa (2010) enfatizam o fato de as sentenças judiciais referentes à “Lei Maria da Penha” serem baseadas em valores e crenças do senso comum dos magistrados, com influência da sociedade patriarcal.

Pode-se conjecturar que a violência psicológica é uma das categorias de violência doméstica contra a mulher das mais negligenciadas. Embora seja, das formas de violência, a mais recorrente, apresenta-se menos denunciada. Haja vista que, a problemática da violência doméstica somente ganha notoriedade quando se manifesta de forma intensa, ou seja, quando ocorrem agressões físicas e na sua forma mais grave de manifestação, a morte da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra a mulher constitui-se um exemplo flagrante de violação aos direitos humanos. Quanto à implementação de políticas públicas de enfrentamento a tal problemática, no Brasil, um marco no histórico de proteção dos direitos humanos do gênero feminino foi a promulgação da “Lei Maria da Penha”.

Uma grande inovação é o fato de a lei tratar de forma integral a problemática da violência doméstica contra a mulher, abordando questões de caráter multidimensional, com vieses político, cultural, educacional e jurídico. Evidenciando, desta forma, a importância da implementação de políticas públicas intersetoriais.

No que diz respeito à violência psicológica, um dos maiores desafios traduz-se na dificuldade de identificação desta forma de agressão. Quando identificada, acaba sendo menos enfatizada devido à prioridade que é dada às agressões físicas em detrimento das psicológicas. Vale salientar que a exposição a qualquer tipologia de violência ocasiona elevados prejuízos à saúde física e mental da vítima.

O fato da violência psicológica ser reconhecida através da “Lei Maria da Penha”, traduz-se em um grande avanço no combate a violência doméstica contra a mulher. Todavia, observa-se que a tipificação desta forma de violência ainda está distante de ser devidamente considerada,

por não gerar materialidade de provas, o que torna difícil de ser analisada e penalizada. Vale enfatizar que pode haver interpretação equivocada por parte dos operadores do direito baseados em crenças, valores pessoais e influência da sociedade patriarcal.

Certamente o avanço almejado não virá apenas com a lei, mas com a efetivação das políticas públicas nela contida. Práticas, atitudes e comportamentos não se transformam automaticamente, entretanto, a mudança do pensamento cultural e social tornar-se-á viável por intermédio da introjeção de ideias de direitos humanos e de cidadania, como partes inerentes de uma vida social com maior equidade e justiça.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, 2016.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 mai. 2018.

_____, **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**, “Convenção de Belém do Pará”, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>>. Acesso em: 05 jan 2018.

COSTA, Lila Maria Gadoni; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL’AGLIO, Debora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estudos de psicologia (Campinas)**. v. 28, n. 2 (abr./jun. 2011), p. 219-227., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/09.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006): comentada artigo por artigo**. Editora Revista dos Tribunais, 2008.

DE SOUZA, Hugo Leonardo; CASSAB, Latif Antônia. Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. In: Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 1, 2010, Londrina. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**: Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 38-46. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.HugoLeonardo.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2018.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, p. 144-149, 2009.

GOMES, Rilzeli Maria. Mulheres vítimas de violência doméstica e transtorno de estresse pós-traumático: um enfoque cognitivo comportamental. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 4, n. 2, p. 672-680, 2013. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/172>> Acesso em: 23 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em: 16 jun. 2018.

PASINATO, Wânia. Oito anos da Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 533-545, 2015. ISSN 1806-9584.

PAULILO, Maria Ignez S.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminism, history and power. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PORTO, Madge; COSTA, Francisco Pereira. Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 4, p. 479-489, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n4/06>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

YAMAMOTO, Aline; RIBEIRO, Ana Carolina Vieira; COLARES, Elisa Sardão. Viver sem violência: É direito de toda mulher. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. **Revista Retratos da Escola**, v. 9, n. 16, p. 29-46, 2015.

REFLEXÕES ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS TRANS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL

VALESCA LIDIANE DOS SANTOS

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas no Centro
Universitário Tiradentes – UNIT e bolsista CAPES
valescalds.psicologia@gmail.com*

PEDRO SIMONARD

*Professor do Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas no
Centro Universitário Tiradentes – UNIT
pedrosimonard@gmail.com*

RESUMO

A Política Nacional de Saúde Integral de LBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença dessa população (BRASIL, 2013). Suas diretrizes e objetivos estão voltados para mudanças na determinação social da saúde, vislumbrando a redução das desigualdades. Segundo a Organização Pan Americana de Saúde (2016), o que se inclui no direito à saúde é a disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade. A vida de mulheres e homens trans – transexuais, travestis e transgêneros – está ligada a transformação do corpo, que pode ser realizada utilizando-se de vários recursos, cujo objetivo final é a obtenção de um corpo que de fato os represente e que possa garantir bem-estar físico, psíquico e social. O texto objetiva refletir acerca do atendimento às pessoas trans nos serviços de saúde no Brasil, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chaves: direitos humanos, políticas públicas, saúde LBTT, pessoas trans.

ABSTRACT

The National Policy of Integral Health of LBTT (lesbian, gay, bisexual, transvestite and transexual) has recognised the effect of discrimination and exclusion on the health-disease of the LBTT population (BRAZIL, 2013). Its guidelines and goals are based on changes in the model of social health, with a purpose of reducing inequalities. According to the Pan American Health Organization (2016), what should be included in the right of health is availability, accessibility, acceptability and quality. The life of transexual and transgender women and men - is linked to the transformation of the body, which can be accomplished using various resources, whose ultimate goal is to obtain a body that actually represents them and that can guarantee physical, psychic and social well-being. This text aims to reflect on the care of trans people in the health services in Brazil, using literature review and documentary research.

Key-words: human rights, public policies, LBTT health, trans people.

INTRODUÇÃO

A liberdade, a igualdade e a não discriminação sexual deveriam estar presentes no contexto social e ser efetivamente lembradas por todos os sujeitos, ressaltando desta forma que todos nascem livres e são iguais em dignidade e em direitos, ainda que diferentes na orientação sexual.

A luta e o reconhecimento dos Direitos Sexuais/Humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBTT possuem relevância na medida em que garante a construção do projeto individual de vida para essas pessoas através do resgate da cidadania.

Alguns dos Direitos Humanos presentes na proteção da população LGBTT em face da homofobia e do heterossexismo são: o direito à privacidade e o direito à igualdade e à diferença. A liberdade sexual faz-se necessária e está presente no direito humano à liberdade. Não ser discriminado em virtude de orientação sexual é um Direito Humano.

A Constituição Federal de 1988 definiu, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Para atingir este objetivo, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação popular, respeitando os princípios de universalidade, integralidade e igualdade firmados na própria Constituição, resultando na lei nº 8.080/90 conhecida como Lei Orgânica de Saúde (BRASIL, 2006). Esta lei trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências para garanti-las. No artigo 3º, o qual foi atualizado em 2013, apresenta um conceito amplo de saúde que diz:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, atendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990).

Os debates e reivindicações de direitos no campo da saúde ligados à homossexualidade surgem no contexto brasileiro entre o final do século XX e o início do XXI (BARBOSA; FACCHINI, 2009). No Brasil, no final dos anos 1970, a partir do processo de redemocratização surgiram os movimentos sociais em defesa de grupos específicos e de liberdades sexuais (BRASIL, 2013), além das transformações nas relações entre Estado e sociedade (FARAH, 2004), estas que possibilitaram um espaço de reivindicações e participação política dos diversos movimentos sociais que surgem nesta época.

Na década de 1980, os movimentos sociais em defesa dos direitos da população LGBTT pressionam o Ministério da Saúde a tomar providências para enfrentar a epidemia do HIV/AIDS. A partir disso, o grupo se fortalece na luta pelo direito à saúde (BRASIL, 2010a).

Em 2004, foi instituído o Comitê Técnico Saúde da População LGBTT no âmbito do Ministério da Saúde, através da Portaria 2.227/GM - D.O.U. 14/11/2004 (BRASIL, 2004a). A principal atribuição deste comitê é sistematizar a proposta de política nacional da saúde desta população e garantir a equidade na atenção à saúde.

O compromisso do Ministério da Saúde com a redução das desigualdades constitui uma das bases do Programa Mais Saúde – Direito de Todos, que foi lançado em 2008. Este programa visa ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com destaques para grupos populacionais de negros, quilombolas, LGBTT, ciganos, prostitutas, população em situação de rua, entre outros (BRASIL, 2013).

Em 2012, o Brasil oficializou a Política Nacional de Saúde Integral LGBTTT com orientações e diretrizes para guiar o SUS no atendimento a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

A partir de uma revisão bibliográfica e documental, pretende-se fomentar reflexões sobre a Política Nacional de Saúde Integral à População LGBTTT, além de seus avanços, desafios e limitações.

COMO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INFLUENCIA A VIDA DAS PESSOAS TRANS?

Falar de políticas públicas, seus conceitos e os processos, não é uma tarefa fácil, pois exige toda uma compreensão do processo que por si só é complexo. Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública (SOUZA, 2006).

Segundo Salisbury (1995, p. 34), o conceito de política pública “refere-se à substância do que o governo faz”. De uma forma mais ampla, a política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses (REIS, 1989; SALISBURY, 1995 *apud* FARAH, 2004) e um programa governamental consiste em uma ação de menor abrangência que está fundamentado numa política pública (DRAIBE, 1991 *apud* FARAH, 2004).

A teoria do ciclo de políticas públicas, *policy cycle*, é um esquema que facilita o entendimento dos fluxos de organização de uma política pública. Esta teoria explica a interação entre intenções e ações, ao mesmo tempo em que desvenda a relação entre o ambiente social, político e econômico, de um lado, e o governo, de outro. As ações no campo da política pública e os saberes técnicos a ela associados definem-se a partir de inúmeras decisões que são tomadas e que estão permeadas por paradoxos (STONES, 1988 *apud* PINTO, 2008).

É importante salientar que são os autores públicos que são os tomadores de decisões no processo de implementação das políticas públicas. Os atores políticos podem ser atores individuais ou coletivos (pessoas, movimentos sociais, ONG's), e atores públicos (burocratas, gestores, juízes) ou privados (consumidores, empresários, terceiro setor, mídia, ONG's) (RODRIGUES, 2010).

A construção de políticas públicas no Brasil vem se reformulando desde a década de 1980, com a transição da ditadura para democracia, embora ainda apresente alguns problemas na efetivação das políticas públicas. As políticas são elaboradas por burocratas de alto escalão, que em sua maioria, não conhecem as reais necessidades e realidades do público-alvo para qual se destina a política, tornando-as, muitas vezes, ineficazes. Os burocratas de nível de rua são os mais adequados para mediar este processo de decisão das políticas, pois eles conhecem as demandas cotidianas dos usuários e usuárias (LOTTA, 2014).

O processo de decisão é a parte mais importante do planejamento e não pode ser deixado de lado em hipótese alguma, pois pode reverberar em vários problemas. O processo de decisão, é uma construção social e política (OLIVEIRA, 2006). Segundo o autor, as falhas nas políticas públicas no Brasil começam no planejamento e pela ênfase no controle da economia e da sociedade, ao invés de percebê-lo como um processo de decisão construído política e socialmente com os autores implicados, afetados e atravessados pelas políticas públicas em questão. É importante não cair no *participativismo* populista e demagógico presente neste contexto, lembrando que o planejamento é uma fase importante da implementação das políticas (OLIVEIRA, 2006).

Os caminhos que perpassam até a construção das políticas públicas podem influenciar diretamente a vida de vários grupos para os quais estas políticas são desenvolvidas. No caso das pessoas Trans e decorrente as suas demandas específicas que emergiram na sociedade, surgem

várias políticas e até adequações das mesmas com intuito de garantir que estas pessoas sejam contempladas com seus direitos e cidadania. Muitas pesquisas apontam dados alarmantes sobre a qualidade de vida das pessoas trans – transexuais, travestis e transgêneros – no Brasil. A concretização do direito à saúde dessas pessoas, é a garantia da não-violação de um direito humano.

DO DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTT*

O direito à saúde no Brasil é fruto da luta do Movimento da Reforma Sanitária e foi garantido na Constituição de 1988. No texto constitucional, a saúde é entendida de maneira ampliada e não apenas como assistência médico-sanitária. Nessa concepção, saúde é decorrente do acesso das pessoas e das coletividades aos bens e aos serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais. A Saúde, a Previdência e a Assistência Social integram o Sistema de Seguridade Social e essa conquista representa o compromisso e a responsabilidade do Estado com o bem-estar da população (BRASIL, 1988; BRASIL, 2006).

Pensando a partir do princípio da universalidade do direito à saúde presente na constituição do SUS, é de total importância que os usuários e usuárias do sistema sejam acolhidos e recebam a devida atenção em relação às suas demandas e especificidades, respeitando a individualidade e integridade dos sujeitos que buscam estes serviços. Para que isso ocorra, é necessário que os profissionais e os gestores da saúde estejam cientes de que a orientação sexual e a identidade de gênero estão entre os fatores que determinam ou podem determinar o processo saúde-doença, e que para além desses, estão diretamente articulados a outros determinantes do adoecimento e da mortalidade, tais como classe social, nível de escolaridade, condições socioculturais (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007). O objetivo do acolhimento na unidade de saúde é receber seus usuários e usuárias com a finalidade de escutá-los(as) e ajudá-los(as) em suas demandas, tendo uma postura ética diante da diversidade e particularidades dos casos que chegam em busca de assistência, garantindo um fortalecimento da cidadania (CAMPOS, 1997). Campos (1997) afirma que a principal função do acolhimento é garantir o acesso dos usuários e usuárias ao sistema de saúde e quando necessário referenciá-los a unidades especializadas, fortalecendo o vínculo entre os servidores e a população LGBTT, a fim de promover saúde.

Ao longo dos anos, com o reconhecimento da complexidade da saúde LGBTT, suscitou a elaboração de políticas públicas de saúde para atender às demandas específicas desta população (BRASIL, 2010). Esta política fundamenta-se nos três princípios básicos do SUS: integralidade, equidade e a universalidade, que significa que todo e qualquer cidadão(ã) brasileiro(a) tem direito e acesso gratuito aos serviços de saúde oferecidos pelo SUS, independente de orientação sexual, gênero, religião, etnia, idade e identidade.

A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL À POPULAÇÃO LGBTT: AVANÇOS, DESAFIOS E LIMITAÇÕES.

A Política Nacional de Saúde Integral de LGBTT tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença desta população (BRASIL, 2013). Suas diretrizes e seus objetivos estão voltados para mudanças na determinação social da saúde, vislumbrando a redução das desigualdades.

Uma política de enfrentamento das iniquidades da população LGBTT requer iniciativas estratégicas, incluindo a capacitação dos profissionais de saúde no que concerne às práticas sexuais e sociais desse grupo. Esta questão é fundamental para que o cuidado seja condizente com suas reais necessidades em saúde, superando a tênue associação da saúde da população em questão com a epidemia de HIV/AIDS (BRASIL, 2010a; BRASIL, 2013).

Pesquisa realizada no sistema de saúde do Distrito Federal sobre a percepção de LGBTT em relação aos serviços de saúde (CARVALHO; PHILIPPI, 2013) demarca que uma parte dos participantes (41,67%) desconhece seus direitos em relação ao acesso aos serviços de saúde ou conhece apenas alguns direitos (40%). Além disso, 91,67% dos participantes afirmam que desconhecem ou apenas já ouviram sobre os programas de saúde, mas não tiveram acesso a esses programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde. Os resultados elucidados da pesquisa em questão evidenciaram que a população LGBTT necessita de um melhor acolhimento e de profissionais capacitados adequadamente, capazes de referenciá-los(as) aos serviços de saúde conforme necessidade específica demandada, sugerindo a educação permanente dos trabalhadores da área de saúde. Profissionais de saúde que não estejam atentos às necessidades de saúde da população terão dificuldades em oferecer uma atenção humanizada e de qualidade. O não-acolhimento ou o acolhimento incorreto refletem diretamente na insatisfação da população LGBTT em relação aos serviços de saúde oferecidos tanto na rede pública de saúde quanto na rede privada (CARVALHO; PHILIPPI, 2013).

O desafio da promoção da equidade para a população LGBTT deve ser compreendido a partir das vulnerabilidades do grupo (como o próprio preconceito e/ou discriminação vivenciados cotidianamente pela a população), demandando iniciativas políticas e operacionais que propõe a proteção dos direitos humanos e sociais dessas e de outras populações que estão em condições similares no tocante aos seus direitos. Há uma pertinência ao se falar de saúde, no tocante à necessidade de combate à homofobia no SUS, tendo como base o conceito de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), que entende que a proteção do direito à livre orientação sexual e identidade de gênero não é apenas uma questão de segurança pública, mas envolve também questões pertinentes à saúde mental e a atenção a outras vulnerabilidades pertinentes a esses grupos.

A noção de equidade surge como um conceito-chave para problematizar os entraves que inviabilizam ou retardam o alcance da universalidade e da integralidade, pretendendo-se superar as desigualdades no acesso e no cuidado que, longe do ideal, configuram a realidade do sistema (COSTA e LIONÇO, 2006).

Segundo a Organização Pan Americana de Saúde (2016), o que se inclui no direito à saúde é a disponibilidade, a acessibilidade, a aceitabilidade e a qualidade nos serviços de saúde. Portanto o que as pesquisas apontam é que a falta de acolhimento adequado no âmbito dos serviços da Saúde configura um dos principais problemas enfrentados pela população LGBTT. Assim como verificou o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que realizou uma pesquisa durante a Parada Gay do Recife de 2012, cerca de 12,8% dos entrevistados relataram ter sofrido discriminação dentro dos serviços de saúde (LYRA, 2014). Dados do Ministério da saúde apontam para mesma direção, onde 14,5% dos participantes do estudo feito na Parada Gay de São Paulo mencionaram já terem sofrido algum tipo de preconceito nos serviços da rede de saúde (BRASIL, 2008a).

SAÚDE TRANS PARA ALÉM DA CIRURGIA: A POLÍTICA DO SUS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO T

A vida de mulheres e homens trans está ligada à transformação do corpo, que pode ser realizada utilizando-se de vários recursos, cujo objetivo final é a obtenção de um corpo que de fato os represente e que possa garantir bem-estar físico, psíquico e social. São utilizadas várias estratégias para que esta transformação ocorra, e variam entre o uso de hormônios sem acompanhamento médico, aplicações de silicone industrial nas várias partes do corpo, além dos vários processos cirúrgicos que perpassam e implicam nessas vidas significativamente e a qualidade desses procedimentos depende das condições econômicas que estas pessoas

possuem. As questões específicas que demandam a vida trans, solicita do Estado e dos serviços públicos de saúde um tratamento adequado, com atendimentos especializados que entendam as demandas de transformação corporal como necessidade em saúde, além dos desdobramentos políticos, estéticos, sociais, econômicos e culturais de seus processos de transição no gênero como componentes de seus processos de saúde e doença (BENTO, 2006; ROCON et al., 2016).

É importante salientar que o Processo Transexualizador do SUS foi inicialmente regulamentado pela portaria GM nº. 1.707, de 18 de agosto de 2008, compreende textualmente um aparato de procedimentos voltados para atenção à saúde, ligadas ao processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam os/as transexuais em algum momento de suas vidas (BRASIL, 2008c). Percebe-se que embora o momento da regulamentação da portaria apontasse um avanço ao reconhecimento da diversidade da identidade de gênero, ainda assim o processo de normatização gera parâmetros para a garantia de direitos, enquanto gera também novas demarcações de exclusão (LIONÇO, 2009). Em 2013, esta portaria foi revogada pela PRT GM/MS, dando lugar a portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 que visa redefinir e ampliar o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Este garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso à hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social (BRASIL, 2013a). O acesso da população Trans aos serviços de saúde do SUS passa pelo respeito ao nome social e pelo enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. A identificação pelo nome social é um direito garantido no SUS desde 2009 pela Carta de Direitos dos Usuários do SUS (Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009). É direito do(a) usuário(a) do SUS ser identificado(a) e atendido(a) nas unidades de saúde pelo nome de sua preferência. Desde 2012, o Sistema de Cadastramento de Usuários do SUS permite a impressão do Cartão SUS somente com o nome social do(a) usuário(a) (BRASIL, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as políticas públicas e em especial a política de saúde LGBTT voltados às pessoas trans, é almejar não só melhorias para os serviços de saúde e o atendimento à população em questão, mas perceber como os discursos discriminatórios estão cristalizados na nossa cultura e o como isso repercute significativamente na vida de todos.

Em geral, de acordo com os poucos dados levantados sobre esse tema em diversas áreas do Brasil, especialmente a precarização e a falta de capacitação dos profissionais são apontados como fatores prejudiciais ao funcionamento desses programas e também para a concretização dos direitos nas práticas de saúde (CARVALHO; PHILIPPI, 2013; LYRA, 2014). Alguns estudos apontem que a falta de acessibilidade aos serviços de saúde tem sido um dos grandes obstáculos para o tratamento que atende LGBTT e, por isso, os problemas e necessidades de saúde de populações com diferentes orientações sexuais terminam não sendo conhecidos pelos profissionais de saúde (FULLER, 2001 *apud* TERTO JR., 2002).

Mesmo com a regulamentação da portaria GM nº. 1.707, de 18 de agosto de 2008, que dispõe sobre o Processo Transexualizador no SUS, e que na letra garante um aparato de procedimentos voltados para atenção à saúde, ligadas ao processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam os/as transexuais em algum momento de suas vidas (BRASIL, 2008c) e mesmo sendo esta portaria revogada pela PRT GM/MS dando lugar a portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, nota-se que há um déficit no tocante ao que a lei propõe. Na prática a política é ainda imperfeita, além das várias questões estruturais que perpassam o atendimento da política de saúde do SUS à população T - inclusive no tocante ao despreparo

dos profissionais da ponta para lidar com as especificidades do grupo em questão -e, sobretudo, na quantidade insuficiente de centros e hospitais equipados para a realização dos processos transexualizadores. A insuficiência ante a demanda é enorme e em alguns casos, a espera pela realização da cirurgia de transgenitalização pode chegar a vinte anos.

Quando se fala da saúde das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans é comum que venham à mente questões relacionadas às práticas sexuais, tais como as doenças sexualmente transmissíveis(DSTs) e HIV/AIDS/Hepatites Virais. No entanto, a sexualidade é apenas um dos aspectos da vida e da saúde dessa população. É importante desconstruir esta associação automática com as DSTs, pois estas pessoas são também acometidas por outras enfermidades como viroses, diabetes, hipertensão, entre outras.

A luta para que as políticas públicas se efetivem é uma das principais reivindicações do movimento LGBTT no Brasil, pois apesar dos avanços e conquistas já obtidos pela população LGBTT, ainda há um caminho longo a ser percorrido. A população T parece sofrer quanto ao acesso aos serviços de saúde. Vale ressaltar que apesar dos avanços desde implantação do SUS, há problemas estruturais que precisam ser resolvidos para que se possa garantir a universalidade quanto aos serviços de saúde de qualidade para a população T e toda a população brasileira.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. M.; FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. s291-s300, dez. 2009. Doi: 10.1590/S0102-311X2009001400011.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, abr. 2007. Doi: 10.1590/S0103-73312007000100006.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004b.
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Coletânea de Normas para o Controle Social no Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde**, 2. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006, 208 p. ISBN 85-334-1175-8.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **.Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, 1990.

BRASIL.Ministério de Saúde. **Cartilha de atenção integral à saúde da população trans: Conteúdo para os profissionais da saúde/ trabalhadores do SUS, 2016**. Disponível em : < <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf> >. Acesso em: 20 de Setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de Indicadores do SUS nº5 - Prevenção de Violências e Cultura de Paz**. Brasília, DF: Autor, 2008b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.227/GM, de 14 de outubro de 2004. Dispõe sobre a criação do Comitê Técnico para a formulação de proposta da política nacional de saúde da população de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - GLTB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 out. 2004 a. Seção II, p. 24.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707/GM, de 18 de agosto de 2008. Dispõe sobre o Processo Transexualizador no Sistema único de Saúde, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão, **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 2008 c. Disponível em :<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegisl/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Dispõe sobre a Redefinição e ampliação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), **Diário Oficial da União**, Brasília:DF, 2013a. Disponível em :<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegisl/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. Ed., 1. Reimp. Ministério da Saúde, 2013. ISBN 978-85-334-144-5.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. **Rev. Saúde Pública**, 42(3), 570-573, 2008 a.

BENTO B. A **(re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.

CAMPOS, G. W. S. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança: revolução das coisas e reforma das pessoas. O caso da saúde. In: CECÍLIO, L. C. O. (Org.) **Inventando a mudança na saúde**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

CARVALHO, L. S; PHILIPPI, M. M. Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 83-92, jul./dez. 2013. Doi: 10.5102/ ucs.v11i2.1837.

COSTA, A. M.; LIONÇO, T. Democracia e gestão participativa: uma estratégia para a equidade em saúde? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n 2, p. 47-55, 2006.

GGB. **Relatório anual**. Salvador: Bahia, 2013/2014.

GGB. **Relatório anual**. Salvador: Bahia, 2016.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas, **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360 janeiro-abril/2004, p. 47-71. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>

FIOCRUZ, Pense Sus. Reforma Sanitária. Disponível em <https://pensesus.fiocruz.br/reforma-sanitaria>

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [1]: 43-63, 2009.

LYRA M. Política Nacional de Saúde LGBT traz avanços, mas muda pouco a realidade dessa parcela da população [entrevista na internet]. Recife (PE): **Portal DSS Nordeste**; 2014. Entrevista concedida a Maira Baracho. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/entrevistas/politica-nacional-de-saude-lgbt-traz-avancos-mas-muda-pouco-a-realidade-dessa-parcela-da-populacao/>>. Acesso em: 09 de nov. 2017.

LOTTA, G. S. Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas, **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 65, Jul./Dez. 2014, p. 186-206. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/10870/40890>

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 40(1): pp.273-288, 2006.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **The Right of Young People to Health and Gender Identities: Findings, Trends, and Targets for Public Health Action**. Washington: PAHO, 2011. Disponível em: < <http://www.paho.org/hq/dmdocuments/trends-final-eng.pdf> >. Acesso em: 17 de Maio de 2018.

PINTO, I. Mudanças nas políticas públicas: A perspectiva do ciclo da política. **Revista Políticas Públicas**, v.12, jan/jun, 2008.

ROCON PC, RODRIGUES A, ZAMBONI J, PEDRINI MP. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Cienc. Saude Colet**. 2016; 21(8):2517-25.

RODRIGUES, M. M. A. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 16, p. 20-45, dez. 2006.

TERTO JÚNIOR, V. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 147-158, jun. 2002. doi: 10.1590/S0104-71832002000100008.

TRANSGENDER EUROPE. 2,190 murders are only the tip of the iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring Project. **TMM annual report 2016**, October, 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>. Acesso: 15 de Maio de 2018.

GT: 11 - Interdisciplinaridade, educação, inclusão social e tecnologias assistivas

Coordenadores: Haydéa Maria Marino de Sant'Anna
Reis e Edicléa Mascarenhas Fernandes

A INSERÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA NO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL

ANA BEATRIZ PIRES DOS SANTOS

*Mestranda do Programa de Sociologia Política
da Universidade Estadual Darcy Ribeiro
anabeatrizc.s@hotmail.com*

FERMÍN ALFREDO TANG MONTANÉ

*Professor do Programa de Cognição e Linguagem
da Universidade Estadual Darcy Ribeiro
alfredot71@gmail.com*

ANDREZA DE SOUZA ALMEIDA

*Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem
da Universidade Estadual Darcy Ribeiro
andreza_com@yahoo.com.br*

Resumo

O surgimento da Educação a distância (EAD) concedeu a oportunidade para pessoas que não podiam estar presencialmente em sala de aula por algum motivo, possibilitando-as de estudar e alcançar os seus sonhos profissionais. Tal iniciativa tem contribuído para que aumente o número de alunos na modalidade a distância e diminua o número de evasão escolar. A escolarização da maioria dos jovens é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas, em que a predominância de trajetórias, interrompida pela desistência e pelo abandono, caracteriza um percurso educacional irregular. Partindo da premissa de que a qualificação, atualmente, é um dos meios mais significativos para se obter uma profissão, o pré-vestibular social contribui para que os indivíduos possam ingressar em um ensino superior, dando-lhes base para isso. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é mostrar como a aplicação da EAD no pré-vestibular social pode contribuir para um melhor desenvolvimento acadêmico dos alunos.

Palavras-chave: Educação a distância. Pré-vestibular social. Ensino superior. Ambiente virtual. Alunos

ABSTRACT

The emergence of Distance Education (EAD) provided the opportunity for people who could not be in person in the classroom for some reason, enabling them to study and achieve their professional dreams. This initiative has contributed to an increase in the number of distance students and a decrease in school dropout rates. The schooling of the majority of young people is marked by inequalities and limited opportunities, in which the predominance of trajectories, interrupted by withdrawal and abandonment, characterizes an irregular educational path. Starting from the premise that qualification is currently one of the most significant means to obtain a profession, the social pre-university entrance exam contributes to individuals being able to enter higher education, giving them the basis for this. Thus, the objective of this work is to show how the application of EAD in the social pre-university entrance examination can contribute to a better academic development of students.

Keywords: Distance education. Social preschool. Higher education. Virtual environment. Students

INTRODUÇÃO

Segundo Manoel Bastos (2017), a Educação a distância (EAD) tem suprido carências de indivíduos que não tiveram a oportunidade de cursar uma universidade presencial. Cada vez mais tem aumentado o número de alunos na modalidade a distância devido alguns fatores como a impossibilidade de estarem presencialmente nas aulas ou até mesmo por causa da condição financeira, visto que o ensino a distância, atualmente no Brasil, tem um valor econômico menor do que o presencial.

Entretanto, assim como em qualquer outro curso, existe evasão por parte dos alunos e um dos motivos é que muitas vezes, estes se sentem desmotivados por não saberem manusear a plataforma adequadamente. No entanto, Bastos afirma que, a EAD além de oferecer aporte pela internet, proporciona encontros para realização de seminários e provas quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com a instituição de ensino e o curso oferecido.

Bastos ainda diz que uma boa formação através da educação a distância vai proceder de um conjunto de fatores, mas dependerá mais do cursando que deve buscar informações essenciais à sua formação. Como se vê a tecnologia tem contribuindo em grande proporção no crescimento da EAD no Brasil, auxiliando pessoas de diferentes faixas etária na construção do conhecimento.

O pré-vestibular social tem sido uma ferramenta que contribui com pessoas de várias faixas etárias a realizarem seus sonhos em relação ao ingresso no ensino superior. Segundo Viana (2016), os pré-vestibulares são ações sem fins lucrativos realizados por diversos agentes que possuem como característica o ensino de suplência em educação básica e o caráter preparatório de estudantes excedentes da educação superior para a disputa das vagas das universidades públicas.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo mostrar como a inserção da EAD nos pré-vestibulares sociais pode contribuir para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Em termos metodológicos, o estudo aconteceu durante o início de abril de 2018 até junho do mesmo ano, com o método de observação participante e entrevista por meio de um questionário, respondido por 17 alunos do pré-vestibular Teorema, localizado na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, a fim de obter informações a respeito da educação a distância no pré-vestibular. Também foi realizada uma breve pesquisa literária entre autores que falam a respeito do tema proposto.

No primeiro tópico escrevemos sobre a trajetória da educação a distância e o ambiente virtual de aprendizagem, visando a importância da EAD nos dias atuais em relação ao desenvolvimento do aluno.

No segundo tópico versamos a respeito do pré-vestibular social como uma política de acesso ao ensino superior, visto que a educação tem sido um meio para que o indivíduo consiga se inserir no campo profissional.

No terceiro tópico discutimos acerca dos questionários aplicados para os alunos do pré-vestibular Teorema, assim como apresentamos os resultados. Por fim, articulamos a respeito da EAD presente no Teorema.

1. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Segundo Moreira (2002) a primeira experiência de educação a distância no Brasil foi realizada por via impressa. Porém foi em 1923 que a Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro transmitiu programas de literatura, radiotelegrafia e telefonia, línguas e outros. Em 1939 foi criado o Instituto Rádio Monitor, com o objetivo de usar o rádio para ensinar. A partir de 1997, Moreira diz que, o Fundo de Fortalecimento da Escola, (Fundescola), programa do Ministério da Educação desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, apresenta o programa Escola Brasil, levando informações via rádio para professores e alunos.

Moreira também destaca que foi na década de 70 que o suporte televisivo começou a ser utilizado para a educação a distância, através do projeto Saci (Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares), que objetivava obter um sistema de tele-educação nacional. Nos anos 80 a EAD foi utilizada por meio de recursos radiofônicos, televisivos e impressos, com o objetivo de formar e capacitar professores para o desenvolvimento de ensino presencial e a distância. Foi criada uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 sobre a iniciativa em EAD no Brasil. Mas, somente em fevereiro de 1998 que as iniciativas de educação a distância são normatizadas, segundo Moreira (2002, p.4) pelo artigo 2º do Decreto 2494/98 que diz:

os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim [...].

Em 2005, segundo Mugnol (2009), o decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabeleceu o reconhecimento no sistema oficial de ensino dos cursos ofertados na modalidade por instituições credenciadas pelo MEC. Desse modo, a EAD se torna mais conhecida e novos cursos passam a ser desenvolvidos nessa modalidade. Mugnol (2009) diz que o surgimento do computador mudou o meio de distribuição do ensino, assim como a forma de mediação, pois a multimídia amplia as possibilidades de ensino-aprendizagem porque trabalha com múltiplas linguagens, facilitando o ensino.

Mas como podemos definir o que é a educação a distância? Segundo Maia e Mattar (2007), a EAD teve denominações diferentes em vários países. Eles dizem que:

Em primeiro lugar, é importante notar que a EAD acabou recebendo denominações diversas em diferentes países, como estudo ou educação por correspondência (Reino Unido); estudo em casa e estudo independente (Estados Unidos); estudos externos (Austrália); telensino ou ensino a distância (França); estudo ou ensino a distância (Alemanha); educação a distância (Espanha); teleducação (Portugal) etc. (MAIA; MATTAR, 2007, p.5).

A EAD, como dizem Maia e Mattar (2007), é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, é planejada por instituições e utiliza diversas tecnologias de comunicação. Os alunos controlam o seu tempo de aula, diferentemente das aulas presenciais, assim como podem escolher onde e quando irão estudar através do seu auto planejamento

Além disso, como já foi dito, a EAD utiliza diversos tipos de comunicação. Os autores mencionados acima dizem que:

Os projetos de EAD apostam nas mídias que vão além do giz, do quadro-negro e da própria apostila impressa para efetivar a aprendizagem. Com isso, podem-se desenvolver projetos de EAD com vários suportes, por exemplo telefone, rádio, áudio, vídeo, CD, televisão, e-mail, tecnologias de telecomunicações interativas, grupos de

discussão na Internet etc. O que mudou com as novas mídias é que alunos e professores têm a possibilidade de interação, e não apenas de recepção de conteúdo. Além disso, o aluno e o professor on-line aprendem a trabalhar com essas ferramentas, o que se constitui em uma vantagem competitiva no mercado de trabalho atual. (MAIA; MATTAR, 2007, p.8).

Sendo assim, por meio da utilização dos recursos tecnológicos na educação, mais projetos de EAD são desenvolvidos, e assim tanto o professor como o aluno, ao mesmo tempo que interagem, se tornam mais aptos para atuarem no mercado de trabalho.

No que diz respeito ao público alvo, a EAD não se limita apenas a um grupo de pessoas, mas há indivíduos que se beneficiam mais desse recurso devido a várias necessidades e condições financeiras. Alguns moram em lugares isolados e isso os impede de terem acesso às aulas presenciais; outros não possuem condições financeiras para arcar com todas as despesas que uma aula presencial acarreta, como por exemplo, a passagem do transporte para chegar ao local e a alimentação; ainda há aqueles que por terem alguma deficiência física ou mental necessitam da educação a distância, dentre outros fatores.

2. O PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL CONTRIBUINDO PARA INSERÇÃO DO JÓVEM NO ENSINO SUPERIOR

Atualmente um dos meios mais significativos para se obter uma profissão é a qualificação. A escola como instituição secundária¹ passa a ser o ponto de refúgio para os alunos que nelas estão, assim como a esperança para conseguir transformar seus sonhos em realidade. Porém, a mesma não os prepara adequadamente para a rigorosa seleção que eles enfrentarão para conseguirem ingressar em uma Universidade Pública.

A escolarização da maioria dos jovens é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas, em que a predominância de trajetórias, interrompida pela desistência e pelo abandono, caracteriza um percurso educacional irregular. Muitos jovens de famílias de classe baixa se vêm obrigados a entrarem no mercado de trabalho precocemente devido às necessidades econômicas², interrompendo, em sua maioria, os estudos. Conseqüentemente, isso contribui para que possuam menor escolaridade, o que dificulta seu crescimento profissional já que, segundo Bourdieu e Passeron (1975), a educação assume uma importância capital na entrada para o campo do trabalho. Dentre esses jovens, nem todos conseguem alcançar seus objetivos devido a alguns fatores. Um deles é caracterizado por estes mesmos autores, no livro "*A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*", como violência simbólica, no que diz respeito a imposição do patrimônio cultural da classe superior sobre as classes populares, promovendo-as uma desvantagem na seleção, que influencia no futuro e escolha profissional:

Sabendo que a vantagem dos estudantes originários das classes superiores é cada vez mais marcada à medida em que se afasta dos domínios da cultura diretamente ensinada e totalmente controlada pela escola e que se passa por exemplo do teatro clássico ao teatro de vanguarda ou ainda da literatura escolar ao jazz, compreende-se que, no caso de um comportamento como o uso escolar da língua escolar, as diferenças tendem a se atenuar ao máximo e mesmo a se inverter: de fato, os estudantes altamente selecionados das classes populares obtêm nesse domínio resultados ao menos equivalentes aos dos estudantes das altas classes, menos fortemente selecionados, e superiores aos estudantes das classes médias, tão desprovidos quanto eles de capital linguístico ou cultural, porém menos fortemente selecionados. (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 98).

1 BERGUER ; LUCKMANN, 1985

2 NARCISO; NEVES, 2011

Devido a esse quadro social, torna-se importante haver uma política pública com o objetivo de ajudar esses jovens na inserção ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Nesse sentido, Duarte (2005) afirma que as universidades vêm desenvolvendo uma série de estratégias, no sentido de ampliar o acesso e garantir a permanência na universidade de uma parcela significativa de estudantes, oriundos de estratos sociais desprivilegiados. Um exemplo disso é o Pré-Vestibular Popular.

Segundo Viana (2016), os Pré-Vestibulares Populares são ações sem fins lucrativos, realizados por diferentes agentes organizadores, que possuem como característica o ensino de suplência em educação básica e o caráter preparatório de estudantes excedentes da educação superior para a disputa das vagas das universidades públicas.

Castro (2005) estudando sobre os pré-vestibulares populares, diz que essa instituição surge no Brasil por volta de 1940, em um momento marcado por pressões sobre as universidades, diante da carência de vagas para satisfazer à demanda existente para o ensino superior público. O autor menciona quatro momentos históricos diferentes na origem dos cursinhos populares. No primeiro momento são agregados os Cursinhos do Grêmio da Faculdade Politécnica da USP e do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira, o CAASO, na USP de São Carlos, que surgiram na década de 1950, quando o país vivia a discussão sobre qual projeto de desenvolvimento deveria seguir. O segundo momento foi o período de vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (1964-85). O terceiro momento está expresso no período que vai do final dos anos de 1980 até os dias de hoje, marcado pela hiperinflação. O quarto momento é a junção dos três momentos anteriores e, ao mesmo tempo, um retorno à prática e ao método da educação popular no Brasil.

Para Zago (2008), os pré-vestibulares populares surgem no Brasil na segunda metade da década de 80 e tem como o principal objetivo a democratização do ensino. Segundo a autora, os participantes tradicionalmente excluídos do ensino superior (negros, moradores de bairros populares, egressos de escolas públicas) organizaram um movimento social que reivindicava seu acesso e o fortalecimento da universidade pública.

3. ENTREVISTA COM OS ALUNOS DO PRÉ-VESTIBULAR TEOREMA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de observação participante no pré-vestibular Teorema, localizado na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

A observação participante é um processo extenso em que, por não saber o que irá enfrentar e nem a relação existente entre os indivíduos do determinado grupo, o pesquisador passa um longo tempo observando o comportamento das pessoas envolvidas no trabalho. Por praticamente conviver com os pesquisados, o pesquisador tem mais interação, na qual a mesma irá ajudá-lo a obter as informações e respostas necessárias para sua pesquisa.

O pesquisador não estará somente observando, mas também estará sendo observado pelos membros da população local³, o que pode resultar na confiança da mesma, que irá contribuir para a pesquisa. Não somente a observação, mas a organização da rotina de trabalho é essencial para que não ocorra a impressão de repetição do cotidiano, levando a perda de detalhes que poderão somar nos resultados finais.

Para além disso, o pesquisador deve mostrar o resultado de seu trabalho, abordando a relevância do mesmo. Isso foi o que a primeira autora desse artigo propôs, quando aplicou um questionário aos dezessete alunos do pré-vestibular Teorema, onde ministra aula de história

3 VALLADARES, 2007.

geral. O fato de ser professora não atrapalhou a observação, visto que leciona nesse local apenas três meses. Isso contribuiu para que não houvesse ainda uma familiarização com os alunos.

O questionário contém perguntas como:

1. Nome, idade, cor, sexo, cidade em que mora e se frequentou/frequenta escola pública ou particular no ensino médio.
2. Qual a importância do pré-vestibular para você?
3. Você conhece algum pré-vestibular social que tenha a modalidade a distância? Se sim, qual?
4. O que você pensa a respeito de haver um pré-vestibular com modalidade a distância?
5. O uso da tecnologia ajuda no seu desenvolvimento acadêmico? Se sim, explique como?
6. Ao seu ver, quais são os benefícios e malefícios que a tecnologia pode acarretar no desenvolvimento acadêmico?
7. Você tem acesso à internet? Se sim, onde e com que frequência?

Foram entrevistados 17 alunos, sendo 12 do sexo feminino e 5 do masculino. As idades variam entre 16 e 23 anos. Referente a cor, 4 alunos se denominaram pretos, 5 pardos e 8 brancos. Dos 17 alunos, 16 estudaram/estudam em escola pública e 1 em escola particular. No que diz respeito a cidade em que moram, 16 são de Campos dos Goytacazes e 1 de São Francisco de Itabapoana.

Quando lhes foi perguntado sobre a importância do pré-vestibular, obtivemos como resposta, em sua maioria, que o curso ajuda a recordar e estudar matérias que irão “cair” no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), possibilitando-os de conseguirem ingressar em uma universidade, especialmente a pública. No entanto, houve alunos que falaram a respeito de conseguirem igualdade na seleção de vestibulares, se comparando a estudantes oriundos de escolas privadas, pois como eles mencionaram, as escolas públicas das quais pertencem, não suprem as necessidades existentes para prepará-los para o Enem. Deste modo, a resposta de uma aluna me chamou atenção. Ela disse o seguinte:

“O pré-vestibular é como uma porta de entrada para a chance de estar no ensino superior. É a chance de conhecer coisas que foram defasadas no ensino público, e de relembrar ou reforçar matérias mal entendidas ou esquecidas pela falta do contato com a escola.” (Entrevistada 6).

Sobre o acesso à internet, todos afirmaram ter em casa e diariamente. Já em relação a ajuda da tecnologia no desenvolvimento acadêmico, a maioria dos alunos disseram que a mesma tem grande importância, pois ajuda a tirar dúvidas e estudar conteúdos através de videoaulas. Além disso, houve a afirmação de uma aluna ao declarar que a tecnologia favorece as pessoas que não podem comparecer presencialmente a assistir as aulas *online*:

“Eu acho ajudar muito pessoas que não podem comparecer presencialmente ou até algum aluno que teve que faltar a aula, mas pode assisti-la *online*” (Entrevistada 1).

Ainda sobre a tecnologia, os benefícios encontrados são a proporção a rápida informação e a ajuda no desenvolvimento acadêmico, pois possibilita que os alunos tenham acesso aos conteúdos que não foram explicados em sala de aula, podendo até mesmo se aprofundarem neles. Os malefícios encontrados, segundo os alunos entrevistados, são a existência de fontes errôneas de conteúdo, além do uso excessivo das redes sociais, como por exemplo, o *facebook* e o *instagram*, que também fazem parte dos malefícios que a tecnologia os proporciona.

“Os benefícios são que conseguimos acessar o conteúdo a ser estudado com mais facilidade, podendo tirar todas as dúvidas, sem estar em sala de aula com um professor.

Os malefícios é que se a pessoa não souber usar ao seu benefício, ela pode não conseguir se concentrar diante de tantas coisas que existem na internet.” (Entrevistado 17).

A respeito de terem conhecimento sobre a existência de algum pré-vestibular social com modalidade a distância, 12 responderam que conhecem, e 5 que não conhecem. Todos esses 12 alunos disseram que no pré-vestibular Teorema, localizado na UENF, existe a modalidade a distância. E sobre o que pensam acerca de um pré-vestibular a distância, a maioria dos alunos disseram que é benéfico, pois ajuda as pessoas que não podem estudar presencialmente, principalmente aqueles que moram longe do centro urbano.

“O ensino a distância do pré-vestibular exige disciplina, pois o fato de estar em casa pode trazer comodismo em excesso. Por outro lado, facilita a quem não tem tempo para estudar presencialmente. É uma forma de levar o ensino além das paredes de uma instituição” (Entrevistada 6).

O pré-vestibular Teorema na modalidade a distância citado pelos alunos, segundo Souza⁴ passou a funcionar a partir de 2013. Sendo que, desde 2004 já existiam aulas presenciais. Este pré-vestibular tem como objetivo contribuir para um melhor acesso daqueles que não podem estudar no horário e no local onde as aulas presenciais são ministradas, além de favorecer estudantes de baixa renda, que não tem condições financeiras para custear com o ensino privado. O público alvo, segundo Souza et al., são alunos oriundos da rede pública que pretendem ingressar em uma universidade principalmente através do ENEM. Os recursos para que o Teorema funcione vem da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), administrados pela UENF. A aplicação da EAD no Pré-vestibular Teorema veio devido a algumas dificuldades que existiam por parte dos alunos. Os autores dizem que:

A implementação do curso a distância veio como solução para superarmos algumas dificuldades, como: distância da universidade, transporte adequado, insegurança na localidade e a disponibilidade de tempo dos discentes. A educação a distância consiste em uma modalidade de ensino em que o uso das tecnologias de informação e comunicação é altamente explorado, podendo ocorrer encontros presenciais ou não. Nesse sentido, o curso disponibilizou um universo adequado aos estudos autônomos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, ferramenta para gestão da aprendizagem que proporciona a comunicação e interação dos professores e alunos a distância, assim como, a inclusão educacional daqueles que não podem cursar pré-vestibulares presencialmente. (SOUZA et al., 2017, p.52).

Segundo Vasconcelos et al. (2015)⁵ o ensino preparatório para o vestibular no Teorema é por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) MOODLE e tem como filosofia educacional o construtivismo:

A filosofia educacional sobre a qual se baseia o MOODLE é a do construcionismo, que afirma que o conhecimento é construído na mente do discente em vez de ser transmitido sem mudanças a partir de livros, aulas expositivas ou outros recursos tradicionais de instrução. Deste ponto de vista, os cursos desenvolvidos no MOODLE são criados em um ambiente centrado no discente e não no docente. (VASCONCELOS et al., 2015, p.2).

Para ter acesso ao pré-vestibular Teorema, na modalidade a distância, o aluno deve entrar no site⁶ oferecido pela coordenação do curso e fazer o cadastro. Nesse site se encontram perguntas acerca do discente e sobre os seus objetivos frente ao pré-vestibular.

4 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, atual coordenadora e tutora da disciplina de ciências humanas na modalidade a distância. Escreveu um artigo sobre o pré-vestibular Teorema na modalidade a distância juntamente com outros professores.

5 Juntamente com outros professores do Teorema, escreveu um artigo sobre o perfil dos discentes na primeira turma do pré-vestibular social teorema na modalidade a distância.

6 Site de cadastramento disponível em: < <http://moodle.preteorema.com/login/signup.php?>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante anos as instituições educacionais brasileiras vêm passando por grandes transformações, visando a qualidade do ensino a fim de proporcioná-lo a diferentes tipos de pessoas. A educação a distância também alcançou mudanças significativas em seu processo, principalmente com o avanço da tecnologia, que possibilitou aos alunos terem acesso ao ensino com mais facilidade e disponibilidade. Entretanto, existem aqueles que ainda não conseguem usufruir do acesso à internet, fazendo com que esse quadro seja uma problemática a ser pensada, já que esse aluno muitas vezes também não tem a possibilidade de estar em uma sala de aula presencialmente.

Visando a democratização do acesso às universidades públicas, o pré-vestibular social, em sua maioria, objetiva servir como uma política pública às pessoas que não possuem um capital financeiro suficiente para arcar com as despesas oriundas de um pré-vestibular particular e uma faculdade privada.

Como visto no decorrer do trabalho, há alunos que apresentam dificuldades de estudarem no ambiente escolar presencial, por isso a inserção do ambiente virtual de aprendizagem a distância nos pré-vestibulares sociais tem grande importância, pois supre as necessidades que alguns estudantes apresentam.

Sendo assim, com a inserção da EAD nos pré-vestibulares sociais poderá existir maior contribuição para que mais indivíduos ingressem em uma universidade pública, como é o objetivo de todos os alunos entrevistados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro Viana. **Pré-vestibulares populares: estratégia de acesso dos excedentes à educação superior**. Dissertação. (Mestrado em educação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BASTOS, Manoel de Jesus. **A Importância da EAD na Formação do Sujeito**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 14. pp 71-81 ISSN: 2448-0959, janeiro de 2017. Disponível em < <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ead-formacao>>. Acesso em: 23 de junho de 2018.

BERGUER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. (trad.) Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Cursinhos alternativos populares: Movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino superior público no Brasil**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

DUARTE FILHO, Oswaldo, B. **Inclusão social na universidade brasileira: princípios e alternativas**. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/oswaldoduarte.htm> Acesso em: 21 junho de 2018.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EAD: A educação a distância hoje**. 1.Ed. São Paulo: Person Prentice Hall. 2007.

MOREIRA, Vania. **O desafio da educação a distância no Brasil**. São Paulo. 2002. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf>. Acesso: 19 junho de 2018.

MUGNOL, Marcio. **A educação a distância no Brasil: Conceitos e fundamentos**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3589/3505> Acesso: 22 junho de 2018.

NARCISO, Roseane A. L.; NEVES, Magda A. Qualificação: ponte de inserção do jovem no mercado de trabalho? XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba (PR) 26 a 29 de julho de 2011.

SOUZA, R. Suelen. et al. O Pré-Vestibular Social Teorema na Modalidade a Distância: Forma de Democratização de Acesso ao Ensino Superior. Disponível em: < <http://www.uenf.br/publicacoes/revista-de-extensao/wp-content/uploads/sites/4/2017/12/REVEXT-v.-3.-n.-2.-dezembro-2017.pdf>>. Acesso: 20 junho de 2018.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012> Acesso em: 21 junho de 2018.

VASCONCELOS, Raíza. et al. Perfil dos discentes da primeira turma do curso pré-vestibular social teorema na modalidade a distância. Revista Philologus, Ano 21, Nº 63 – Supl.: Anais da X CNLF. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set. /dez.2015. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/0124.pdf>. Acesso: 20 junho de 2018.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas**. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10298/9569>>. Acesso em: 22 junho de 2018.

DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS QUE VERSAM SOBRE EVASÃO ESCOLAR E NO ENSINO MÉDIO: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

CRISTIANA BARCELOS DA SILVA

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
cristianabarcelos@gmail.com*

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

*Professor do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
chmsouza@gmail.com*

FERNANDA CASTRO MANHÃES

*Professora do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
castromanhaes@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho é um reconto de uma pesquisa de doutoramento desenvolvida no âmbito da educação que tem como foco principal discutir a Evasão Escolar no Ensino Médio da rede pública estadual do Rio de Janeiro. Objetiva analisar de forma conceitual tanto a Evasão como a Evasão Escolar e descrever a forma como as pesquisas, divulgadas em formato de artigo tratam da Evasão Escolar no Ensino Médio. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa básica pura, descritiva e qualitativa que se utiliza da revisão bibliográfica sistemática como procedimento de coleta e análise dos dados. A princípio, busca na primeira seção compreender o conceitos (Evasão e Evasão Escolar), em seguida. Na seção seguinte, considera as tendências investigativas sobre Evasão Escolar no Ensino Médio e na última parte, exibe uma breve análise da revisão bibliográfica sistemática decorrente do levantamento de artigos científicos publicados nos últimos 5 anos e indexados na base dados *Scopus Elsevier*. Em termos conclusivos, após a organização e categorização das 67 publicações encontradas, percebeu-se que há uma ênfase na abordagem descritiva das causas da Evasão Escolar no Ensino Médio, embora de forma tímida, alguns pesquisadores evidenciem um enfoque propositivo para a questão.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Ensino Médio; Revisão Bibliográfica Sistemática.

ABSTRACT

The present work is a retelling of a doctoral research developed in the scope of education that has as main focus to discuss the School Evasion in the High School of the state public network of Rio de Janeiro. It aims to analyze in a conceptual way both Evasion and School Evasion and to describe the way the researches, published in article format, deal with School Evasion in Secondary School. From the methodological point of view, it is a pure, descriptive and qualitative basic research that is used of the systematic bibliographical revision as procedure of collection and analysis of the data. At first, search in the first section to understand the concepts (Evasion and School Evasion), next. In the following section, it considers the investigative tendencies on School Evasion in Secondary School and in the last part, it presents a brief analysis of the systematic bibliographic review resulting from the survey of scientific articles published in the last 5 years and indexed in the database *Scopus Elsevier*. In conclusion, after the organization and categorization of the 67 publications found, there is an emphasis on the descriptive approach to the causes of School Evasion in High School, although in a timid way, some researchers show a proactive approach to the issue.

Key-words: School Evasion; High school; Systematic Bibliographic Review.

INTRODUÇÃO

Se em uma perspectiva contextual e prática, na condição de discente atuante no Ensino Médio há pouco mais de uma década, a questão da Evasão Escolar parece um assunto instigante e desafiador, do ponto de vista teórico, enquanto pesquisadora iniciante na pós-graduação, a questão se torna um objeto de pesquisa em potencial.

Em termos gerais, o mote de pesquisa demonstra sua relevância ao levar em consideração o papel das instituições que produzem ciência, sobretudo o da universidade pública, em cumprir com uma de suas funções sociais que seria a de discutir e compreender os problemas educacionais identificados nos diferentes níveis e modalidades, dentre eles, a Evasão Escolar enquanto uma esfinge a ser diariamente enfrentada.

Assim, inserida em um desenho metodológico constituído por fases, o recorte da proposta investigativa de tese de doutoramento pretende discutir, a princípio, os conceitos de Evasão e Evasão Escolar levando em consideração a etimologia da palavra. Em seguida, a proposta seria compreender as formas como as pesquisas científicas têm tomado o tema Evasão Escolar no Ensino Médio nos artigos indexados na base de dados *Scopus Elsevier* nos últimos 5 anos a partir do método de revisão bibliográfica sistemática.

1 DO CONCEITO DE EVASÃO AO OBJETO EVASÃO ESCOLAR

Como na presente seção objetiva-se compreender o conceito de Evasão e de Evasão Escolar, esta parte (e as duas posteriores) classificam-se metodologicamente como pesquisa básica pura porque o tipo de contribuição é teórica. Quanto aos objetivos é explicativa por que procura encontrar os fundamentos da Evasão Escolar enquanto fenômeno. No que se refere à abordagem, classifica-se como qualitativa por que a principal ferramenta de análise foram os pesquisadores que trabalharam o conceito. O procedimento de coleta de dados é a pesquisa bibliográfica por que relaciona ideias e características da Evasão Escolar como objeto de pesquisa trabalhado pelos autores.

De maneira geral, na Língua Portuguesa, o vocábulo *evasão* diz respeito a um substantivo feminino que nomeia o ato de evadir, fugir, escapar ou de sumir. Atrela-se a ação de abandonar algo, de afastar-se do ponto em que se encontra. De origem latina, do ponto de vista denotativo, o termo carrega junto de si, significados próximos aos trazidos por verbos como desviar, evitar, iludir, furtar (com habilidade ou astúcia), mudar (uma direção) ou alterar (um objetivo). Aparece como “*Evadere*” significando “sair, atira-se para fora, escapar-se, salvar-se, esquivar-se” (SARAIVA, 1993, p. 438)..

Ainda no sentido denotativo, o Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro (LELLO e LELLO, 1991, p.940) apresenta etimologicamente o elemento discursivo *evasão* tomando como referência o termo latino *evasio*. Apresentando seu significado do seguinte modo: “acto de evadir-se, de escapar da prisão: planejar uma *evasão*”.

Ampliando a busca por significação, em se tratando de Evasão Escolar, fora definido por Gaioso (2005) como sendo a interrupção no ciclo de estudos e por Kira (1998) como a fuga de alunos. Outras definições mais complexas foram apresentadas por Polydoro (1995, 2000) e Cardoso (2008) que de maneira comum, identificaram a existência de várias interpretações. O último pesquisador, expôs duas questões principais: i) não aparece de modo consensual nas investigações realizadas pela comunidade acadêmica; e ii) considerada em diversas pesquisas como similar aos termos abandono, trancamento (de matrícula), transferência (externa ou interna), jubramento, desligamento, perda (de vaga), cancelamento (de matrícula), etc.

Sobre os estudos a respeito da evasão fora do Brasil, uma das referências formam as investigações de Vincent Tinto. Largamente utilizado nas pesquisas sobre evasão, um de seus estudos que mais recebeu destaque foi o Modelo Teórico de Evasão na universidade, criado pelo sociólogo em 1975. Buscando prever os determinantes da evasão dos estudantes nas instituições estudantes nos Estados Unidos, explicou o fenômeno como sendo um processo interativo entre o indivíduo e a instituição. A proposta teórica de Tinto (1971, 1973, 1975) pautava-se em três princípios básicos: i) na concepção de Émile Durkheim sobre suicídio (concebido como um fato que poderia ser tratado sociologicamente, e não por questões motivacionais individuais dos atos de autodestruição, uma vez que a unidade de análise seria a sociedade e não o indivíduo); e ii) na ideia de rito de passagem do antropólogo francês Arnold Van Gennep que ao estudar os cerimoniais que ocorriam em diversas sociedades, percebeu que elas eram marcadas pela transição dos indivíduos de um *status* para outro – o que contribuiu para que Tinto sistematizasse uma sequência similar com base nos ritos: “separação”, “transição” e “agregação”; e iii) na relação custo-benefício do valores aplicáveis à educação. Para sua construção teórica, os postulados foram suficientes para sustentar a hipótese de que a postura do estudante quanto à sua decisão de evadir, ocorreria a partir de um processo longitudinal, marcado por fases e influenciado na interação entre indivíduo e instituição, de modo que esse processo seria influenciado por ambos os elementos, conforme demonstrou no trecho abaixo:

The theoretical model developed here suggests then that dropout this multidimensional process which results from the interaction between the individual, and the institution and which is influenced by the characteristics of both elements. The basic elements of this model are diagrammed (...) in a manner which suggests that there exists a longitudinal dimension to the process of dropout (TINTO, 1975, p.41).

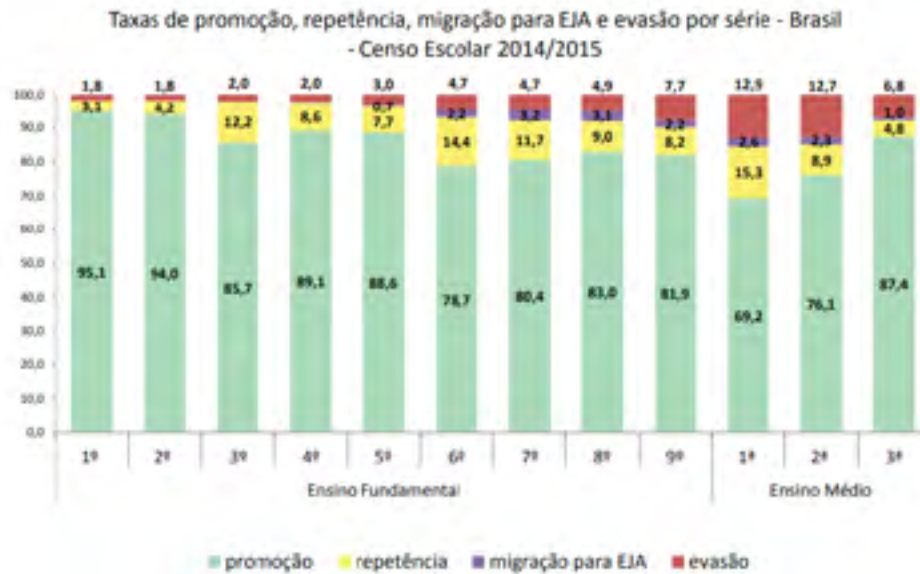
Quanto à incidência e razões que desencadeavam o processo de evasão, Tinto (1988, p.448) inspirado na Antropologia Social traçou três estágios que antecederiam a decisão de evadir. Seriam eles: i) o estágio de separação; ii) o estágio de transição e; iii) o estágio de incorporação. Ele reforçou o seguinte:

In employing the stages of separation, transition, and incorporation in our analysis of student departure, we do not mean to oversimplify what is a very complex and quite fluid situation. The stages of passage we have described are abstractions that necessarily simplify for purposes of analysis the more complex phenomena we understand as student departure.

Ao empregar os estágios em suas explicações, inferiu-os como abstrações que simplificariam para fins de análises, uma possível explicação do fenômeno da evasão dos estudantes.

2 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS

Dados oficiais recentes demonstram que a chamada Evasão Escolar no Brasil parece ser uma questão educacional real no ensino do país em diferentes níveis e modalidades. No Ensino Médio em especial, segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes aos anos de 2014 e 2015 (publicados no ano seguinte) as duas maiores taxas de evasão dos estudantes matriculados no Ensino Médio se concentraram nas duas primeiras séries (1º e 2º anos), conforme tabela a seguir:

Tabela 1: Taxa de Evasão no Ensino Médio

Fonte: Inep, 2016.

Vale ressaltar que em 2015 nas 28,3 mil escolas no Brasil (68,1% delas da rede estadual e 29,2% da rede privada) que ofertavam o Ensino Médio havia aproximadamente 8.131.988 de estudantes matriculados. Portanto, em números absolutos dos 3.175.848 estudantes matriculados na 1ª aproximadamente 410.000 evadiram, fato que também ocorreu com cerca de 326.721 dos 2.572.609 matriculados na 2ª.

Os primeiros estudos realizados sobre a evasão nas instituições públicas brasileiras (BRASIL, 1996), a evasão escolar seria a saída definitiva do aluno sem a conclusão do mesmo ou a diferença de tempo entre o ingresso e a conclusão, após uma geração completa. Se tratando do Ensino Médio, as autoras Dore e Lüscher (2008) ressaltaram que as pesquisas sobre evasão no Ensino Médio são praticamente inexistentes no território brasileiro.

Tendo em vista a diversidade de questões envolvidas ao longo da formação dos estudantes, Silva (2016) sugere que o pesquisador que pretende estudar o fenômeno da evasão escolar, deve levar em consideração três diferentes dimensões conceituais: i) o nível de escolaridade a ser analisado; ii) o tipo de descontinuidade nos estudos que levou a não conclusão e, iii) as razões que motivaram a evasão escolar. Acrescentou ainda que um elemento de extrema importância é ainda a definição da perspectiva quanto ao recorte dado à investigação: 1) se o ponto de partida é o indivíduo; 2) se o olhar parte do papel da escola; ou 3) se a referência é o sistema social em que o aluno se insere. Contudo, se tratando da Evasão Escolar no Ensino Médio além de não haver um sistema oficial para calculá-la no país, os estudos sobre a temática se concentram na etapa seguinte e não obrigatória (Ensino Superior).

3 ANÁLISES DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA SOBRE AS PESQUISAS SOBRE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INDEXADOS NA SCOPUS

Como de praxe nas investigações pautadas na construção de Revisão Sistemática e Bibliométrica, do ponto de vista metodológico, buscou-se definir um protocolo investigativo. Determinou-se normas, regras e parâmetros de configuração para as buscas e, portanto, construção da pesquisa (Cordeiro, Oliveira e Renteria, 2007).

A opção pela base de dados *Scopus Elsevier* se deu por ser considerada a maior em termo de banco de dados de resumos e citações, de literatura revisada por pares que indexa revistas científicas, livros e trabalhos de conferência (Dantas, 2004). A base oferece a visão mais abrangente sobre a produção de pesquisa do mundo nas áreas de Ciência, Tecnologia, Medicina, Ciências Sociais, Artes e Humanidades. Inclui de 2015 mais de 50 milhões de registros, 21.000 títulos e 5.000 editores em que tinham acesso restrito, ou acesso apenas ao resumo ou mediante assinatura (Elsevier, 2017).

Na visão de Rocha (2015), outra característica da *Scopus Elsevier* seria o fato de possuir uma cobertura geográfica global, garantindo uma representação mais eficiente da produção científica atual, principalmente dos países emergentes como (China, Índia e Brasil) mesmo sendo cerca de 60% das publicações, de origem europeia.

Uma tentativa realizada em 12 de julho de 2018 as 16:11h quando estabeleceu-se como estratégia de busca 4 expressões ou *query string* ("corda de consulta" ou, tentando uma tradução para o português brasileiro seria palavras-chave), a saber: i) "*droup out high school*", ii) "*dropping out high school*", iii) "*high school evasion*" e iv) "*high school dropout*". A princípio, base gerou 669 publicações que após alguns filtros. Dando prosseguimento a pesquisa, estabeleceram-se outros critérios de buscas e tomaram-se algumas decisões metodológicas conforme (Botelho, Cunha e Macedo, 2011). A primeira delas foi estabelecer alguns refinamentos de busca dos resultados: i) por ano (de modo a verificar as publicações mais recentes, a saber, últimos 5 anos, de 2014 a 2018); ii) áreas de conhecimento mais próximas da educação (Ciências Sociais e Artes e Humanidades); e tipo de documento mais adequado para a pesquisa em questão (artigo). Feito os devidos refinamentos encontrou-se por fim, no dia 02/10/2017 um total de 81 trabalhos que após alguns filtros 67 se tornou a amostra final, conforme gráfico a seguir:

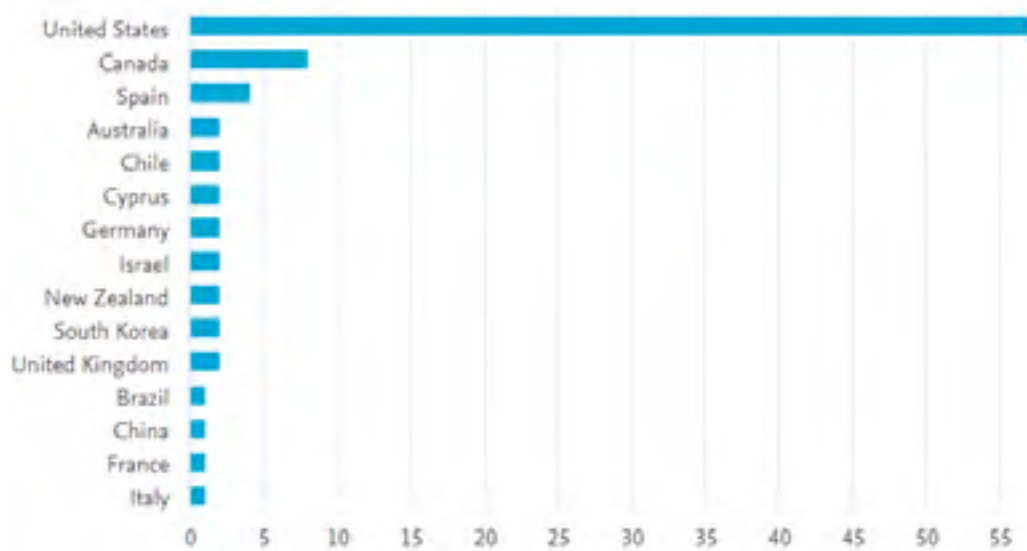
Gráfico 1: Quantidade de artigos por ano (de 2014 ao primeiro semestre de 2018).



Fonte: *Scopus Elsevier*, 2018.

Levando em consideração aos 4 anos completos e a proporção entre o ano de maior quantidade de trabalhos publicados (2014) e o de menor (2017) foi possível inferir que o decréscimo foi de aproximadamente 59%.

Ainda explorando os dados quantitativos de busca, quanto aos lugares de origem das pesquisas, foi possível descobrir no período analisado a "geografia da evasão no ensino médio" conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Publicação dos artigos por cidade/território

Fonte: *Scopus Elsevier*, 2018.

Mesmo não aparecendo na gráfico México, Holanda, Paquistão, Taiwan e Peru se juntam aos últimos da lista com 1 publicação para o período pesquisado. Diante dos dados coletados e organizados no portfólio, a tarefa seguinte envolveu a leitura dos documentos e classificados, de acordo com sua abordagem em 3 categorias: i) somente descritivo; ii) somente propositivo; e iii) parte descritivo e parte propositivo.

i) Descritivos:

Seguindo uma tendência histórica que marcam as investigações brasileiras sobre evasão que se propuseram a encontrar as causas para o fenômeno, o primeiro grupo, maioria dos trabalhos (aproximadamente 73%) se caracterizou por apresentar os fatores considerados causadores da Evasão Escolar no Ensino Médio, conforme tabela a seguir:

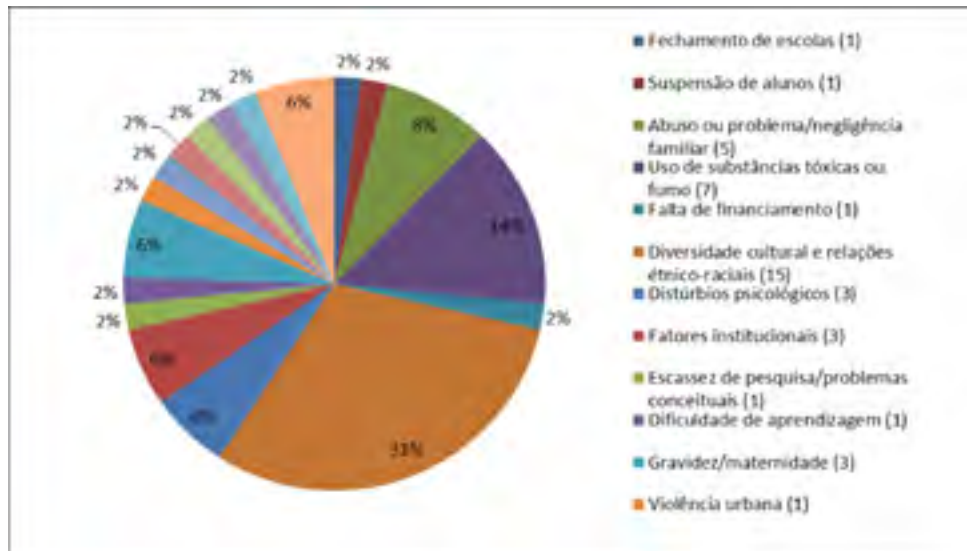
Tabela 2: Classificação analítica dos trabalhos sobre Evasão Escolar no Ensino Médio indexados na *Scopus Elsevier* (2014/2018)

TIPOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	NÚMERO DE TRABALHOS
Descritivos	49
Propositivos	7
Descritivos e Propositivos	11

Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Além de serem quase que unânimes ao indicar um único fator como responsável pela evasão dos estudantes (46 artigos), outra questão que chamou a atenção foi o número de artigos que apontaram o indivíduo-estudante (41 artigos) como responsável pela Evasão Escolar no Ensino Médio, seguidos da estrutura social (10 artigos), das instituições educativas (12 artigos) e de determinantes familiares (4 artigos). Se tratando dos descritores, os que em síntese surgiram como categorias responsáveis pelo fenômeno educacional foram as seguintes:

Gráfico 3: Categorias descritivas que nos artigos indexados na *Scopus* explicaram a causa da Evasão Escolar no Ensino Médio (percentual e números absolutos).



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Os estudos buscaram compreender quais os fatores mais influenciava na decisão da Evasão Escolar no Ensino Médio como objeto de pesquisa e no presente levantamento, o primeiro fator que em números absolutos ficou mais evidente foi o que categorizamos como “diversidade cultural e as relações étnico-raciais”. Um exemplo de tal constatação pode ser encontrado no artigo de Achambault *et. all.*(2017) quando afirmou que na maioria dos países ocidentais, as características individuais, sociais e familiares estão intimamente associadas à evasão dos estudantes na população em geral.

Pesquisas relatam que outro motivo que pode afastar os estudantes das instituições escolares é o vício. A dependência de substâncias tóxicas e que podem gerar uma dependência psicológica e/ou emocional às pessoas podem afastá-las dos bancos escolares. (Gilhooly *et.all*, 2008).

O terceiro fator preponderante nas análises foram os que de algum modo estabeleciam relação com a família (Symeou, Martínez-Gonzalez, Álvarez-Blanco, 2014). Parte das pesquisas que descreviam as razões que levavam à evasão dos estudantes no Ensino Médio explicavam que eles o faziam por questões como algum tipo de abuso ocorrido na família, negligência ou problemas de outras ordens provenientes de suas famílias.

Seguindo na análise bibliométrica, os fatores que apareceram quarto lugar foram múltiplos. Dentre eles estavam: distúrbios psicológicos (Fergusson, Mcleod e Horwood, 2015), fatores institucionais (Jia, Konold e Cornell, 2016) e a questão da gravidez/maternidade na adolescência (Berg e Nelson, 2016; Augustine, 2016).

Do ponto de vista numérico, outros princípios que surgiram (em menor quantidade na amostra) como impactantes na Evasão Escolar no Ensino Médio dos alunos foram: fechamento de escolas, suspensão de alunos, falta de financiamento, violência urbana, escassez de pesquisas na área e questões relativas ao conceito de evasão.

EXERCÍCIO DE SÍNTESE

Diante da amostra de artigos, apareceram com relevâncias similares os elementos referentes às questões de ordem extraescolar (fatores referentes a questões não institucionais) e intraescolares (questões ligadas às instituições educacionais).

Do ponto de vista numérico, outros princípios que surgiram (em menor quantidade na amostra) como impactantes na Evasão Escolar no Ensino Médio dos alunos foram: fechamento de escolas, suspensão de alunos, falta de financiamento, violência urbana, escassez de pesquisas na área e questões relativas ao conceito de evasão.

Percebeu-se que as dimensões conceituais prevalentes nas pesquisas sobre Evasão Escolar no Ensino Médio indexadas na base de dados *Scopus Elsevier* focaram nas razões que motivaram a evasão, cuja perspectiva quanto ao recorte dado à investigação, teve como ponto de partida o indivíduo e de maneira muito tímida, o papel da instituição escolares e das ações que poderiam ser desenvolvidas para diminuir o índice de evasão entre os estudantes.

Referência:

ARCHAMBAULT, Isabell; JANOSZ, Michel; DUPÉRE, Véronique; BRAULT, Marie-Christine; ANDREW, Marie Mc. Individual, social, and family factors associated with high school dropout among low-SES youth: Differential effects as a function of immigrant status. *British Journal of Educational Psychology*, v. 87, n. 3, p. 456-477, 2017.

AUGUSTINE, Jennifer March. Exploring new life course patterns of mother's continuing secondary and college education. *Population research and policy review*, v. 35, n. 6, p. 727-755, 2016.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 16, n. 2, 2011.

BERG, Nathan; NELSON, Teresa. Pregnancy and dropout: Effects of family, neighborhood, and high school characteristics on girls' fertility and dropout status. *Population Research and Policy Review*, v. 35, n. 6, p. 757-789, 2016.

BIAZUS, Cleber Augusto. *Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis*. 190 f. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136 · maio-ago. 2011 · ISSN 1980-5756. Disponível em: <<http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>>. Acesso em: 27 set. 2017.

BRASIL. MEC. *Relatório da Comissão Especial para Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Diplomação, Retenção e evasão nos cursos de graduação em IES públicas*. Brasília, outubro de 1996. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf

BRASIL, Senado Federal. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, SL DA. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto. Anais do 8º CBGDP*, 2011.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERIA, Juan Miguel. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Rev. Col. Bras. Cir.*, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

CARDOSO, Claudete Batista. *Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão*. 2008. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DANTAS, Paulo Elias C.. Indexação bibliográfica em bases de dados: O que é? Para que serve? Onde estamos?. *Arq. Bras. Oftalmol.*, São Paulo, v. 67, n. 4, p. 569-570, Aug. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492004000400001&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27492004000400001>.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, A. Educação profissional e evasão escolar. *ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS*, v. 3, p. 197-203, 2008.

ELSEVIER. Scopus: Missão em 2017 a. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/solutions/scopus>>. Acesso em: 26.out.2017.

FERGUSON, David.; MCLEOD, Geraldine ; HORWOOD, John. Leaving school without qualifications and mental health problems to age 30. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, v. 50, n. 3, p. 469-478, 2015.

FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF. *Revista ACB*, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

FLETCHER, Philip; RIBEIRO, Sérgio Costa. O ensino de primeiro grau no Brasil de hoje. *Em Aberto*, v. 33, n. 6, p. 1-10, 1987.

GILHOLLY, Tara; BERGMAN, Andrea; STIEBER, Joshua; BROWN, Elissa. Posttraumatic Stress Disorder Symptoms, Family Environment, and Substance Abuse Symptoms in Emerging Adults. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, v. 27, n. 3, p. 196-209, 2018.

FREITAS, Kátia Siqueira de. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. *EccoS*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 247-264, jun. 2009.

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. *O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil*. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GISI, Maria Lourdes. Políticas educacionais para a Educação Superior: acesso, permanência e formação. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 4, n. 11, p. 43-52, jan/abr. 2004. Artigo. Online. Disponível em: Acesso em: 10 Dez. 2006.

GONÇALVES, Ernesto Lima. Evasão no ensino universitário: a escola médica em questão. Universidade de São Paulo. *Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior*, 1997. <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9703.pdf>

GUSMÃO, Joana Borges Buarque de. *Qualidade de educação no Brasil: consenso e diversidade de significados*. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INEP.Censo Escolar. Brasília, DF: INEP, 2016. , v. 16, 2017. Acesso em 31 de out./2018. Disponível em:http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206

JIA, Yuane; KONOLD, Timothy R.; CORNELL, Dewey. Authoritative school climate and high school dropout rates. *School Psychology Quarterly*, v. 31, n. 2, p. 289, 2016.

KLEIN, Ruben. Uma análise do sistema educacional do Estado de São Paulo. **BID**, 1999.

KLEIN, Ruben; RIBEIRO, Sérgio Costa. O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 52, n. 197/198, p. 5-45, 1991.

KIRA, Luci Frare. *A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992-1996)*,1998. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1998.

LELLO, José; LELLO, Edgar. *Lello universal: dicionário enciclopédico luso-brasileiro em 2 volumes*, 1991.

LENSKIJ, Tatiane. *Direito à permanência na escola: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares*, 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande Sul, Faculdade de Educação, programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS.

NORO, Margarete Maria Chiapinotto. *Gestão de processos pedagógicos no PROEJA: razão de acesso e permanência*. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

PASSADES, Bianca Denise. Expansão e evasão no ensino médio e técnico no Brasil e Argentina. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Org.).*Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília, DF: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014

PEREIRA, José Tomaz Vieira. Uma contribuição para o entendimento da evasão um estudo de caso: Unicamp. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*,[SI], v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/733>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. *O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário: condições de saída e de retorno à instituição*. 2000. 167 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. *Evasão em uma instituição de ensino superior: desafios para a psicologia escolar*. 1995. 145 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1995.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. *Estudos avançados*, v. 5, n. 12, p. 07-21, 1991.

_____. Princípios do programa de avaliação institucional. *Avaliação*, Campinas, Ano 1, n.1, p.47-53, 1996.

ROCHA, Mônica Andrea Brogliatti. *Recursos Educacionais Abertos: Publicações Ibero Americanas indexadas na Redalyc, Scopus e Web of Science*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Graduação em Biblioteconomia. Florianópolis, Santa Catarina, 70 p., 2015.

SARAIVA, Francisco dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc*, v. 10, 1993.

SARKIS, Paulo Jorge. *Eqüidade de acesso à educação Superior: o caso da UFSC*. In: PEIXOTO, Maria do C. de Lacerda (org). *Universidade e Democracia: experiências e alternativas para ampliação do acesso à Universidade pública brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SILVA, Vander Augusto. *Evasão Escolar no Ensino Médio no Brasil*. *Educação em foco.*, v. 19, n. 29, p. 13-34, 2016.

SOUZA, André Portela de. PONCZEK, Vladimir Pinheiro. OLIVA, Bruno Teodoro. TAVARES, Priscilla Albuquerque. *Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do ensino médio no Brasil*. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.42, n.1, abr.2012.

SYMEOU, Loizos; MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, Raquel Amaya; ÁLVAREZ-BLANCO, Lucía. *Dropping out of high school in Cyprus: do parents and the family matter?*. *International Journal of Adolescence and Youth*, v. 19, n. 1, p. 113-131, 2014.

TINTO, Vicent. *Stages of student departure: Reflections on the longitudinal character of student leaving*. *The Journal of Higher Education*, v. 59, n. 4, p. 438-455, 1988.

_____. *research, Review of Education Research*, 44p, 1975. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.3102/00346543045001089>>. Acesso em 31/03/2017.

_____. *Dropout in Higher Education: A Review of Recent Research. A Report prepared for the Office of Planning, Budgeting and Evaluation, U.S. Office of Education, Washington, D.C*, 1971. Disponível em: < <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED078802.pdf>> Acesso em 28/06/2017.

TINTO, Vincent. CULLEN, John. *Dropout in Higher Education: A Review and Theoretical Synthesis of Recent Research. Office of Education (DHEW), Washington, D.C. Office of Planning, Budgeting, and Evaluation, 1973, 99 p*. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=ED078802>>. Acesso em: 13/07/17.

VIANA, Maria José Braga. *Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidade*. 1998. 267 f. 1998. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A VIGILÂNCIA DIGITAL NA REALIDADE HIPERCONECTADA: RAMIFICAÇÕES PANÓPTICAS NA CONTEMPORANEIDADE

SOFIA DÉBORA LEVY

*Professora do Programa de
Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO*
Bolsista CAPES/PNPD
sofiadebora@hotmail.com

EDUARDO DA SILVA ROCHA

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO
PPGMS/UNIRIO
Bolsista CAPES
eduardo.sroc@gmail.com

RESUMO

Com vistas a analisar um tipo de supervisão permanente e imperceptível, atrelada ao funcionamento adequado de um sistema, propomos reflexões em torno das ramificações contemporâneas do panóptico a partir do paradoxal posicionamento central da torre de vigilância revestida de invisibilidade, conforme postulado por Bentham. No cotidiano virtual, tecnologicamente atravessado pela hiperconectividade, a observação categorizante, à qual os usuários estão sujeitos ao aceitarem os termos das políticas de privacidade, indica o emprego de máquinas de classificação na constituição de bases de dados. Esses dados são utilizados pela publicidade digital, operando em âmbitos de consumo e influenciando o comportamento daqueles que estão sob o seu campo de visão. Ademais, em nossa revisão de literatura, verificamos que os usos de instrumentos de vigilância digital não são exclusivos das grandes corporações, conforme ilustrado com exemplos de diferentes campos de aplicação desse mecanismo.

Palavras-chave: Panóptico. Vigilância Digital. Hiperconectividade. Política de Privacidade. Classificação

ABSTRACT

In order to analyze a kind of permanent and imperceptible supervision, coupled with the proper functioning of a system, we propose reflections upon the contemporary ramifications of the panopticon from the paradoxical central positioning of guarded tower coated in invisibility, as postulated by Bentham. In the virtual daily life, technologically crossed by hyperconnectivity, the categorizing observation, to which the users are subject as they accept the terms of the privacy policies, indicates the use of classification machines in the constitution of databases. These data are used by digital advertising, operating in consumer spheres and influencing the behavior of those who are under its sight. Moreover, in our literature review, we verified that the uses of digital surveillance instruments are not exclusive to large corporations, as illustrated with examples of different fields of application of this mechanism.

Keywords: Panoptic. Digital Surveillance. Hyperconnectivity. Privacy Policy. Classification

Havia um olho na Torre Escura que nunca dormia
J. R. R. Tolkien

A vigilância é assinalada por Bauman (2014) como uma dimensão-chave no mundo moderno. Tanto o vertiginoso aumento das câmeras pessoais quanto daquelas utilizadas para fins de segurança parecem representar uma parcela ínfima do conjunto que nos observa. Desde as pequenas janelas tradicionalmente embutidas nas portas de salas de aula até os vidros escuros – as janelas proporcionando ao inspetor um panorama estratégico, e os vidros anulando parcial ou completamente o caráter de mão dupla da visão – alguns traços da vida cotidiana demonstram de forma banal a existência de uma mesma cláusula, que por vezes permanece implícita, já em outras, nem tanto: alinhe-se a um comportamento que esteja em conformidade com a vigilância à qual é submetido.

Tal condição parece endossar os traços provenientes de uma disciplinaridade que permeou o tecido social do mundo ocidental, fabricando, como definido por Foucault (2008), corpos dóceis e submissos. Se fôssemos capazes de sovar, esticar e trazer diretamente aos dias atuais a antiga premissa de uma vigilância imperceptível, permanente e individualizante, que se fazia necessária para o funcionamento adequado de um sistema, tal movimento viria ao encontro do objetivo deste trabalho: problematizar as ramificações e aprimoramentos contemporâneos que remetem ao princípio da máquina panóptica cunhada por Jeremy Bentham, conjugando o posicionamento central da vigilância revestida de invisibilidade – um postulado de unidades espaciais que delimitou a dicotomia estratégica baseada em “ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 2008, p. 224). Para tanto, metodologicamente, a revisão de literatura conduz às articulações pertinentes ao tema.

A vigilância imperceptível é, ao mesmo tempo, passível de perceptibilidade, o que elucida a lógica dessa modalidade estratégica de vigilância. A máquina panóptica, materializada através dos faróis intensos das torres centrais de vigilância, impunha o controle por meio da dicotomia entre a presença das torres de observação e da dúvida constante por parte dos vigiados acerca da assiduidade de sentinelas nelas inseridos, encarregados de promover a observação e a coleta de informações. Dessa forma, uma vigilância que se caracteriza por uma invisibilidade propositalmente anunciada seria capaz de despertar entre os internos uma espécie de autovigilância incessante, que se desenvolveria independente da patrulha de um ou mais guardas efetivamente presentes na torre.

Com isso, busquemos uma elucidação do panóptico partindo dos escritos de Bentham, sob a forma de uma série de cartas datadas de 1787, em Crecheff, Rússia. Os escritos descrevem uma casa de inspeção “contendo a ideia de um novo princípio de construção aplicável a qualquer sorte de estabelecimento, no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção [...]” (BENTHAM, 2008, p. 15). Conforme salientado por Foucault (1979), tal preocupação não foi inédita, já que, décadas antes da formulação de Bentham, modelos semelhantes de visibilidade já eram postos em prática no regime da Escola Militar de Paris.

Direcionando seu olhar para o recorte temporal em que as cartas de Bentham se inserem, Foucault (2008, p. 238) assinala que, no século XVIII, a organização de um aparelho policial já sancionava uma generalização das disciplinas, alcançando as dimensões do Estado. Apesar de sintetizar um conceito potencialmente harmônico em relação às características disciplinares de seu tempo, *O Panóptico* de Bentham pareceu não exercer imediatamente largas influências, seguindo desconhecido (2008, p. 115) por um certo intervalo de tempo, até que a aplicação de suas dinâmicas fosse melhor identificada:

Examinando os diferentes projetos arquitetônicos elaborados depois do segundo incêndio do *Hôtel-Dieu*, em 1772, percebi até que ponto o problema da visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado havia sido um dos princípios diretores mais constantes [...]. Durante muito tempo acreditei que estes eram problemas específicos da medicina do século XVIII e de suas crenças [...]. Estudando os problemas da penalidade, me dei conta de que todos os grandes projetos de reorganização das prisões (que, além disso, datam de um pouco mais tarde, da primeira metade do século XIX) retomavam o mesmo tema, mas já sob a influência, quase sempre explicitada, de Bentham. Eram poucos os textos, os projetos referentes às prisões em que o “troço” de Bentham não se encontrasse. Ou seja, o “panopticon”. (FOUCAULT, 1979, p. 115, grifos do autor).

Contudo, é especificamente no ano de 1975 que o fascínio pelo panóptico é revigorado por Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, ao direcionar seu olhar para aquele antigo modelo do “princípio geral de construção, o dispositivo polivalente da vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas” (BENTHAM, 2008, p. 89). Utilizando-se do princípio do panóptico para compor a sua análise, Foucault (2008) se volta para as habilidades que as sociedades disciplinares desenvolveram tendo como finalidade a produção e consequente enquadramento de seus indivíduos docilizados. O raciocínio simbólico inerente à engenhosidade da máquina panóptica atravessou o tempo, sendo amplamente demandado e apropriado ao prazer das tendências de vigilância, processo que se deu sob convincente justificativa:

O panoptismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor o foi na ordem da produção. Esta invenção tem de particular o fato de ter sido utilizada em níveis inicialmente locais: escolas, casernas, hospitais. Fez-se nesses lugares a experimentação da vigilância integral. Aprendeu-se a preparar os dossiês, a estabelecer as notações e a classificações, a fazer a contabilidade integrativa desses dados individuais. [...] esses métodos foram, a partir de determinado momento, generalizados. (FOUCAULT, 1979, p. 91).

As análises de Foucault subsidiam uma diversidade de formas e de interpretações do panóptico enquanto uma metáfora de vigilância que se ramificou por diversos setores das sociedades disciplinares. Logo, não há espanto diante do fato de que não seriam necessários grandes esforços para a formulação de uma gama de exemplos aplicáveis ao passado, ao tempo presente, ou até mesmo ao futuro, que carregassem consigo certas derivações nítidas do panóptico, “a arquiteceta do poder moderno” (BAUMAN, 2014, p. 12).

O entendimento acerca do caminhar de tal arquiteceta pelo curso da história é elucidado por Deleuze (1992) ao assinalar o apogeu disciplinar atingido no século XX como antecedente a uma crise dos meios de confinamento, onde um conjunto de novas forças anunciou o defasamento das sociedades disciplinares: as sociedades de controle, com recentes e ultrarrápidas formas de configuração do poderio, substituiriam as “antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado” (DELEUZE, 1992, p. 221). Assim, reforça-se ainda mais a possibilidade de identificação de novos modos que inspirem semelhança às formas panópticas de vigilância que, apesar de desmembradas do perímetro das torres de observação das instituições totais, estimulam reflexões acerca de caracteres potencialmente análogos – ou, até mesmo, descendentes – da metáfora panóptica no tempo presente.

Essas reflexões inscrevem-se, especificamente, num dado recorte do cotidiano contemporâneo tecnologicamente atravessado por uma realidade hiperconectada, que se define pela disponibilidade de comunicação interpessoal a todo momento e em qualquer lugar (QUAN-HAASE; WELLMAN, 2006). As proposições de Bauman (2014) aproximam-se de trilhar caminhos dessa natureza, ao mesmo tempo em que reiteram o caráter que desmembra aquele panóptico original dos panoptismos da contemporaneidade:

Tal como eu vejo, o pan-óptico está vivo e bem de saúde, na verdade, armado de músculos (eletronicamente reforçados, “ciborguizados”) tão poderosos que Bentham, ou mesmo Foucault, não conseguiria nem tentaria imaginá-lo; mas ele claramente deixou de ser o padrão ou a estratégia universal de dominação na qual esses dois autores acreditavam em suas respectivas épocas; nem continua a ser o padrão ou a estratégia mais comumente praticados. (BAUMAN, 2014, p. 42).

Adicionalmente, Bruno (2006) contribui para a delimitação dessas diferenças ao referenciar novos dispositivos de vigilância – do tipo digital, que não mais necessariamente isola e observa indivíduos em espaços físicos de confinamento. Trata-se de uma vigilância com menos prioridade atribuída àquele olhar exato de outrora sobre os corpos, motivado pelo propósito da correção, e com uma maior vigilância exercida sobre os rastros deixados no ciberespaço, motivada pela projeção de tendências, preferências e interesses (BRUNO, 2006, p. 153). No entanto, em contrapartida, Bruno assinala que alguns aspectos se mantiveram, de certa forma, intactos:

[...] há muitos outros exemplos de um novo dispositivo de vigilância e controle cuja morada é o ciberespaço. Se tomarmos como referência as análises de Foucault sobre os dispositivos de vigilância na Modernidade, identificamos dois elementos centrais: o olhar (as táticas do ver e do ser visto) e as técnicas de coleta, registro e classificação da informação sobre os indivíduos. Tais dispositivos instauram um regime de visibilidade que é inseparável da própria constituição da subjetividade e do indivíduo moderno. (BRUNO, 2006, p. 154).

Diante das diferenças e interseções desses modos de vigilância empregados em tempos e conforme necessidades distintas, a mais atual é demarcada, também, por um aspecto particular onde “se aproxima ou mesmo se confunde com o fluxo cotidiano de trocas informacionais e comunicacionais” (BRUNO, 2006, p. 153). Sendo assim, ao voltarmos as nossas indagações para os dispositivos de vigilância da contemporaneidade, especificamente para a vigilância digital, iremos ao encontro de uma “enorme ampliação das capacidades de coleta, registro e processamento de informações sobre indivíduos” (BRUNO, 2006, p. 154), além da própria produção de indivíduos desavisados quanto a essa coletagem.

Conceitualmente, a interpretação de uma forma atual do panóptico – ou de um pós-pan-óptico, nos termos de Bauman (2014) – viabiliza-se, ademais, a partir da comunhão com contribuições advindas de Deleuze e Guattari em torno da ideia de que um conceito é uma questão de articulação, corte e superposição.

O conceito é, portanto, ao mesmo tempo absoluto e relativo: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 33-34).

Desse modo, seguimos analisando as novas formas e aplicações da vigilância digital, articulados em bases benthaminianas.

“Eles podem acessar a sua *webcam* e o seu microfone a qualquer momento” (CURRAN, 2018). Caso houvesse sido proferida há algumas décadas, esta afirmação poderia estar facilmente sujeita ao enquadramento no cerne dos discursos conspiratórios. No entanto, ao nos aproximarmos do fim dos dois primeiros decênios do século XXI, ela compõe um artigo do jornal britânico *The Guardian* em sua edição internacional. A publicação especifica alguns detalhes do processo de coleta de dados ao qual os usuários de serviços de empresas como o *Google* e o *Facebook* estão, de forma consentida, submetidos. Os dados são utilizados pelas

companhias visando enquadrar os usuários em perfis e, com isso, estabelecer indicadores que possam ser aplicados na criação de filtros de propaganda digital, um processo explorado pela publicidade *online* (MARX, 2002).

Antes de inscrevermos quaisquer tentativas de mensurar as dimensões do fenômeno da vigilância digital, percebamos sua inscrição gradual no âmbito das linhas das próprias políticas de privacidade dos serviços.

No ano de 2014, o *Google* atualizou suas diretrizes: explicitava que, mesmo se um não usuário dos seus serviços enviasse uma mensagem eletrônica para um destinatário hospedado nos servidores do *gmail*, este seria prontamente escaneado pela busca-que-tudo-vê, assim como por suas máquinas de publicidade cada vez mais inteligentes (GILLMOR, 2014).

Tais diretrizes demonstram que, há alguns anos, a condição de vigilância digital no ciberespaço institucionaliza-se e legitima-se a partir das políticas de uso, representando, a partir da observação categorizante, uma forma de controle passível de interpretação panóptica. Em sua atualização dos termos de uso, o *Google* busca despertar confiabilidade argumentando que não há manipulação humana dos dados recolhidos. No entanto, considerando um desconhecimento acerca dos processos e transações exatos aos quais as informações pessoais são submetidas após a captação, as garantias de segurança desses dados se mostram fragilizadas à medida que em que os usuários, subitamente, se dão conta de tais apropriações por eles mesmos consentidas.

Ainda, dentro das perspectivas de discussão do panoptismo em contextos pós-disciplinares acima apresentadas, Bauman (2014) discorre sobre um metamorfoseamento do panóptico no âmbito das linhas dos contratos de trabalho, resultando em subordinados “tão preparados para o papel de autovigilantes que se tornam redundantes em relação às torres de vigilância do esquema de Bentham e Foucault” (BAUMAN, 2014, p. 44). Se avançarmos na direção de um recorte dos dispositivos de vigilância contemporâneos, particularmente daqueles pensados conforme as necessidades da vigilância digital, nos deparamos com autores que identificam “uma espécie de superpanóptico, que não mais se restringe aos espaços fechados das instituições, mas se estende tanto sobre dimensões alargadas do espaço físico quanto sobre o ciberespaço, ampliando enormemente o número de indivíduos sujeitos à vigilância” (BRUNO, 2006, p. 154).

Segundo Poster (apud Lyon, 1994), o fenômeno da vigilância digital do consumidor configura um superpanóptico – ou seja, uma resultante do panóptico original aliado à falta de limitações técnicas. O panóptico fora proposto por Bentham para atender às demandas de uma nova sociedade capitalista industrial, impondo, concretamente, vigilância, disciplina e punição aos indivíduos que infringissem as leis e normas sociais. Já na sociedade contemporânea, o superpanóptico tem o poder de levar os seus alvos a retroalimentar, na maioria das vezes inadvertidamente, a vigilância sobre si, ao condicionar as possibilidades de uso de diversas plataformas digitais à concordância para com suas normas, que levam à obtenção de dados pessoais - como ao preencher formulários ou usar cartões de crédito. Com essas informações, o superpanóptico vai constituindo perfis dos sujeitos, que se configurariam, segundo Poster, como *selves* complementares, constituídos por meio de suas próprias transações no ciberespaço. Com a representação desses *selves* complementares, um usuário é multiplicado pelo número dos seus perfis constituídos artificialmente na *web* a partir de seus dados combinados. Por mais artificiais que sejam esses perfis, eles desempenham um papel ao influenciar nas escolhas de seus homônimos humanos a partir dos dados que lhe são ofertados.

De acordo com os estudos sobre vigilância do consumidor cunhados por Gandy (1993 apud BAUMAN, 2014, p. 49), é patente o emprego de uma máquina de classificação geral sobre

as bases de dados do marketing e da geodemografia. Com isso, o uso que Gandy faz do panóptico consiste em investigar como este opera em âmbitos de consumo e como influencia o comportamento daqueles que estão sob o seu campo de visão – uma configuração cada vez mais presente na vida moderna.

As novas políticas de uso dos dados do consumidor tangem não somente sentidos de vigilância, como coexistem com uma hiperconectividade a ser considerada. Dotada de trocas em fluxo contínuo e intenso de informações, ela foi favorecida tanto por avanços tecnológicos quanto pelo advento das redes móveis, anunciando uma maior portabilidade no acesso à *internet* e possibilitando o estabelecimento de relações interpessoais densamente conectadas, mesmo que em espaços fisicamente compactos (QUAN-HAASE; WELLMAN, 2006). Como característica notável, é também possível elencar a ascensão das mídias sociais e o primado dos compartilhamentos ultrarrápidos. O advento da hiperconectividade traz, assim, fatores relevantes à análise da vigilância no mundo contemporâneo.

Não estamos mais distantes, conforme o exemplo descrito por Curran (2018) da ideia de que um diálogo cotidiano é passível de ser captado, decodificado e indexado à uma base de dados a partir da captação dos microfones integrados aos *smartphones, tablets, notebooks, smartwatches* e uma crescente gama de dispositivos carregados com aplicativos que, através das redes móveis, formam canais para o envio de informações pessoais.

Os últimos aprimoramentos técnicos da vigilância ciborguizada avançam, desse modo, a um passo além de um processo já conhecido e problematizado por Bruno (2006), no qual são identificados potenciais compradores que receberão *inputs* daquela propaganda que esteja em conformidade com os dados coletados a partir de seus *e-mails* e pesquisas na *web*. Com o consentimento dos usuários assegurado pela concordância perante os termos de uso dos serviços digitais (GLANCY, 2014), as empresas emitem sinais de um capital que se reproduz apropriando-se de uma quantidade crescente de dados pessoais – enquanto unidades rentáveis – de forma cada vez mais sofisticada. O acesso pelos microfones possibilita uma coleta de dados que se dá em tempo real, a partir do som da voz humana, aditando novos contornos às configurações da vigilância digital.

Apesar do fenômeno propiciar o florescimento de inúmeras indagações, Bauman (op.cit.) alerta para a margem reducionista que pode ser alcançada pela interpretação da vigilância enquanto mero fenômeno tecnológico de controle social. O equívoco seria demarcado por limitar-se à análise dos instrumentos, deixando de ver “o espírito que anima a vigilância; as ideologias que a impulsionam; os eventos que a possibilitam; as pessoas comuns que concordam com ela, a questionam ou decidem que, se não podem vencê-la, é melhor juntarem-se a ela” (BAUMAN, 2014, p. 11).

Sabemos que, desde a revolução industrial, as máquinas e os instrumentos são operados por homens, tendo sido esse aspecto, a partir do surgimento da era computacional, colocado em xeque pela relação homem-máquinas-que-pensam. Claro está que, até o momento de nossa evolução tecnológica, as máquinas digitais continuam dependendo de programadores que as conformizam de acordo com os seus interesses, ideologias, visão de mundo e necessidade pragmática de mercado. Em assim sendo, ainda estamos longe de uma eventual equiparação cognitiva homem-máquina, uma vez que estas não são dotadas de autoconsciência criativa. Portanto, nenhum sistema de vigilância digital está isento das intenções de seus criadores e mantenedores.

Diante dessas diretrizes, analisemos alguns breves exemplos que sejam capazes de auxiliar num delineamento do atual problema da vigilância digital, e de como ela tem permeado diversos aspectos da vida cotidiana.

Bolle (2018) descreve o exemplo da campanha publicitária australiana do chocolate *Snickers*, lançada em 2016, após aproximadamente um ano de planejamento da marca em parceria com pesquisadores do MIT e o *Google*. Neste caso, construiu-se um algoritmo sob medida que fosse capaz de analisar milhares de postagens de usuários das redes sociais *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*. Tal algoritmo rastreava os usuários durante momentos específicos, tais como engarrafamentos, discussões políticas ou após algum evento que trouxesse algum destempero em potencial, além de sentimentos negativos relacionados a estar com fome num determinado momento. Enquadrados os usuários de interesse, a eles eram enviados, via *smartphone*, cupons de desconto para a aquisição do chocolate no estabelecimento mais próximo – facilmente selecionado a partir da geolocalização do aparelho – o que elevou as vendas do produto em até 70% durante o período em que a campanha publicitária esteve em vigor.

No caso acima, a sofisticação relacionada à observação individualizante programada pelo código do algoritmo alcançou o patamar de uma indução praticamente imperceptível ao consumo. No entanto, a engenhosidade dos instrumentos não demonstra ser fundamental dentre os exemplos de vigilância pós-panóptica. Sbarai (2010) indica que a expansão das redes sociais e a possibilidade de comunicação instantânea fez com que empresas contratassem consultorias com o objetivo de rastrear os passos de seus funcionários no ciberespaço, estratégia de monitoramento que esteve em ascensão nos Estados Unidos e foi também adotada no Brasil, sob o véu da normatização do uso das redes sociais pelos funcionários.

As redes sociais nos proporcionam, ainda, outros tipos de casos pertinentes à vigilância. A facilidade de comunicação instantânea atrelada à busca por segurança no mundo atual catalisou a eclosão de uma multiplicidade de grupos de bairros e vizinhanças no *Facebook*, criados com o intuito de trocar informações sobre delitos e informações relevantes ocorridas nas redondezas (DONATO, 2015). Nesses grupos, são publicadas, com frequência, fotografias de indivíduos que tenham sido avistados por moradores no perímetro e considerados suspeitos. Os fotografados e enquadrados não necessariamente tomam conhecimento do registro, tampouco de sua livre circulação nos grupos fechados da rede social; muito menos de sua sujeição a potenciais linchamentos provenientes de uma justiça paralela.

A título de discussão, percebemos que os usos de instrumentos de vigilância digital não estão circunscritos a empresas e que, sobretudo, por trás de toda e qualquer instrumentalidade, há o sustento de uma ideologia que a possibilita, impulsiona e aplica. Vemos, ainda, que desde o contexto disciplinar em que o panóptico desenhado por Bentham havia sido largamente difundido e levado à prática, ele se manteve, em certo plano, como simples forma arquitetural de vigilância, como uma mera ferramenta que, em meio à demanda ausente, nada seria. No entanto, o panóptico prototípico atravessou limites e foi apropriado por diversos autores que pensam o avanço das formas de vigilância em conformidade com o desenvolvimento tecnológico, acompanhando as revoluções que requisitaram suas metáforas; e, não menos importante, houveram pessoas comuns que promoveram, conscientemente ou não, a sua manutenção.

Se voltarmos a nos ater – sob condições foucaultianas – à vigilância exercida sobre os usuários dos serviços digitais e às frequentemente ignoradas páginas de seus termos de uso, a opção *aceitar* parece ter adentrado o grupo das mais novas e bem-acabadas formas de submeter-se a um campo de visibilidade. Ao aceitar esses termos, o usuário retroalimenta as condições de enquadramento, fazendo-as funcionar espontaneamente sobre a sua existência dentro e fora do ciberespaço, tornando-se, assim, “o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 2008, p. 226).

Qualquer análise do poder atribuído à vigilância digital que seja capaz de contemplar as respostas dos usuários a esse estímulo deverá procurar considerar que, para além dos dispositivos

eletrônicos como hoje conhecemos, os nossos corpos estão prestes a serem adicionados à discussão, conforme elucida McMullan (2015) acerca da crescente interconectividade entre os objetos presentes nos lares, carros e cidades, trazendo um outro modo de vigilância digital.

Com a chegada de sistemas operacionais mais amplos e interligados entre si, como o Brillo, do *Google*, e o HomeKit, da *Apple*, os aparelhos eletrônicos domésticos poderão se comunicar e ter suas funções controladas ou automatizadas pelo *smartphone* do usuário (MÜLLER, 2015). Diante disso, haverá uma multiplicidade de objetos que estarão aptos à comunicação, estabelecendo uma vasta e inédita biblioteca de dados pessoais. O ponto em que McMullan quer chegar é simples: nesse cenário, a luz brilhante da torre central será novamente direcionada sobre os nossos corpos – isso se pudermos afirmar, com convicção, que em algum momento ela tenha deixado de ser.

Dessarte, concluímos que, num futuro de viabilidade tecnológica e interconectividade em padrões sem precedentes, provavelmente não nos sentiremos mais expostos - tamanha já terá sido a introjeção irrefletida e naturalizada desses processos de vigilância, aos quais cedemos em troca de outras benesses do mundo hiperconectado. Porém, com hábitos ou atribuições físicas que fujam à norma em vigor, estaremos nós submetidos, certamente, à inspeção.

Bentham não testemunhou em vida o êxito estrondoso de sua arquimetáfora. Atualmente, dentro de sua tumba, localizada na *University College* em Londres, há uma câmera anexada ao seu esqueleto preservado que registra todos os movimentos dos espectadores que transitam pelo local, transmitindo as imagens *online* e em tempo real. Ainda que a instalação da câmera carregue consigo a proposta simbólica da disciplina e do controle, ela também serve de alimento para um banco de dados que testa, entre outras operações, algoritmos de vigilância.

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 2014.
- BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOLLE, Monica. Os algoritmos que mandam em você. **Revista Época**, São Paulo, 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/monica-de-bolle/os-algoritmos-que-mandam-em-voce-22878949>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- BRUNO, Fernanda. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. **Fronteiras-estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 152-159, maio-ago. 2006.
- CURRAN, Dylan. Are you ready? Here is all the data Facebook and Google have on you. **The Guardian**, Reino Unido, 30 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/28/all-the-data-facebook-google-has-on-you-privacy>>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- DONATO, Mauro. O fenômeno dos grupos fascistas fechados no Facebook. **Diário Centro do Mundo**, [S.l.], 03 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-fenomeno-dos-grupos-fascistas-fechados-no-facebook-por-mauro-donato/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Editora 34, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GANDY, Oscar. **The panoptic sort**. Boulder: Westview, 1993.

GILLMOR, Dan. As we sweat government surveillance, companies like Google collect our data. **The Guardian**, Reino Unido, 18 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/apr/18/corporations-google-should-not-sell-customer-data>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

GLANCY, Robert. Will you read this article about terms and conditions? You really should do. **The Guardian**, Reino Unido, 24 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/apr/24/terms-and-conditions-online-small-print-information>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

LYON, David. From big brother to electronic panopticon. **The electronic eye: the rise of surveillance society**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994, p. 57-80.

MARX, Gary T. What's new about the "new surveillance"? Classifying for change and continuity. **Surveillance & Society**, Londres, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2002.

MCMULLAN, Thomas. What does the panopticon mean in the age of digital surveillance? **The Guardian**, Reino Unido, 23 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2015/jul/23/panopticon-digital-surveillance-jeremy-bentham>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MÜLLER, Leonardo. Brillo: o novo sistema operacional da Google para a "internet das coisas". **Tecmundo**, [S.l.], 28 maio 2015. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/google-i-o-2015/80685-brillo-novo-sistema-operacional-google-internet-coisas.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

QUAN-HAASE, Anabel; WELLMAN, Barry. Hyperconnected Network: computer-mediated community in a high-tech organization. In: HECKSCHER, Charles; ADLER, Paul (Ed.). **The Firm as a Collaborative Community: reconstructing trust in the knowledge economy**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006. p. 281-333. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/238680860_Computer-Mediated_Community_in_a_High-Tech_Organization>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SBARAI, Rafael. Empresas seguem funcionários nas redes sociais. **Veja**, [S.l.], 2 jul. 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tecnologia/empresas-seguem-funcionarios-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

UM ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA ESCOLAR À LUZ DA REVISÃO DE LITERATURA

EDYALA OLIVEIRA BRANDÃO VEIGA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem (PPGCL)
edyalabrandao@hotmail.com*

ROBERTA DA SILVA NASCIMENTO PEREIRA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem (PPGCL)
robertasnascimento14@hotmail.com*

BIANKA PIRES ANDRÉ

*Professora do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem (PPGCL)
biankapires@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a permanência escolar à luz da revisão de literatura acerca da permanência escolar no âmbito da educação básica. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica nº 9394/ 96 preconizar a garantia de acesso e permanência o Brasil ainda enfrenta um grande problema quanto a essa questão. Considerando a democratização do acesso à educação como um direito já garantido no âmbito das políticas públicas embora não efetivado totalmente na prática e a permanência como uma meta a ser alcançada (SILVA, 2009, p 224). O Programa Nacional de Alimentação Escolar oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da educação básica pública. A metodologia empregada foi de pesquisa bibliográfica. Os resultados das pesquisas bibliográficas irão revelar qual o cenário vivenciado atualmente sobre a permanência escolar na sociedade pós-moderna e contribuir como referencial teórico.

Palavras-chave: Permanência. Revisão de Literatura. Educação Básica. Assistencialismo. Direito

ABSTRACT

The present study aims to present a study about school permanence in the light of the review of the literature about school stay in basic education. Although the Law of Basic Education Guidelines and Bases 9394/96 recommends the guarantee of access and permanence, Brazil still faces a major problem regarding this issue. Considering the democratization of access to education as a right already guaranteed in the scope of public policies although not fully implemented in practice and permanence as a goal to be achieved (SILVA, 2009, p. 224). The National School Feeding Program offers school feeding and food and nutrition education to students of public basic education. The methodology used was a bibliographical research. The results of the bibliographical research will reveal what the current scenario is about school permanence in postmodern society and contribute as a theoretical reference.

Key-words: Permanence. Literature Review. Basic Education. Assistencialism. Law

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, aos estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica nº 9394/ 96 e do novo Plano Nacional de Educação 2011-2020 preconizar a garantia de acesso, permanência e sucesso escolar, o Brasil ainda enfrenta um grande problema quanto a essa questão.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre a permanência escolar à luz da revisão de literatura sob diferentes óticas, a partir dos materiais disponíveis na internet. A metodologia empregada foi de pesquisa bibliográfica realizada entre janeiro de 2017 e junho de 2018 no qual realizou-se uma consulta a livros e artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do scielo e demais bases. A pesquisa dos artigos foi realizada entre abril e maio de 2018. Por meio da estruturação e do desenvolvimento da pesquisa, que visa uma ampla revisão de literatura.

EDUCAÇÃO

A atual configuração da educação básica no Brasil reflete, em grande medida, as mudanças desencadeadas pelas reformas da década de 90. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), uma série de alterações aconteceu. Novas propostas de gestão da educação, de financiamento, de programas de avaliação educacional, de políticas de formação de professores, dentre outras medidas, foram implementadas com a intenção de melhorar a qualidade da educação brasileira.

Com a promulgação da LDB, observou-se a ampliação da obrigatoriedade da educação básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a maior responsabilização do Estado pela educação pública. Após mais de duas décadas da aprovação desta Lei, verifica-se a quase universalização deste nível de ensino.

Todavia, este aumento quantitativo em termos de acesso não implicaria em uma melhora automática na qualidade do sistema.

Assim, a temática da qualidade da educação tem suscitado um intenso debate entre os pesquisadores e gestores políticos acerca das dimensões definidoras de uma educação de qualidade. Entretanto, como aponta Enguita (1997), deve-se considerar que se trata de um tema polissêmico, dinâmico e mobilizador de diferentes interesses.

O estudo realizado por Oliveira, Dourado e Santo (2007), buscou identificar as condições, dimensões e fatores fundamentais de uma educação de qualidade. Analisando relatórios e documentos elaborados por países membros da Cúpula das Américas e de organismos internacionais (Unesco e Banco Mundial), os autores buscaram evidenciar a concepção destes sobre as dimensões definidoras de uma educação de qualidade. O estudo mostrou que a qualidade da educação envolve dimensões extra e intra-escolares.

As dimensões extra-escolares que afetariam os processos educativos e os resultados escolares envolvem dois níveis:

- 1) a dimensão socioeconômica e cultural dos entes envolvidos - concerne à influência do acúmulo de capital econômico, social e cultural das famílias e dos estudantes no processo

de ensino-aprendizagem e, ainda, a necessidade do estabelecimento de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como fome, drogas, violência etc.;

2) a dimensão dos direitos dos cidadãos e das obrigações do Estado – que faz referência à ampliação da obrigatoriedade da educação básica; à definição e garantia de padrões de qualidade, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; à definição e efetivação de diretrizes nacionais para os diferentes níveis etc.

No que se refere às dimensões intra-escolares, sua importância se deve à sua influência direta nos processos de organização e gestão, nas práticas curriculares, nos processos formativos, dentre outros. Ainda segundo os autores Oliveira, Dourados e Santos (2007), estas dimensões são apresentadas em quatro níveis: do sistema, da escola, do professor e do aluno.

1) Nível do sistema: condições de oferta de ensino. Refere-se, dentre outros aspectos, à garantia de instalações gerais adequadas aos padrões de qualidade definidos pelo sistema nacional de educação.

2) Nível da escola: gestão e organização do trabalho escolar. Trata da estrutura organizacional.

3) Nível do professor: formação, profissionalização e ação pedagógica. Relaciona-se ao perfil docente (titulação/qualificação adequada ao exercício profissional), às formas de ingresso e condições de trabalho adequadas e às políticas de formação e valorização.

4) Nível do aluno: acesso, permanência e desempenho escolar. Refere-se ao acesso e às condições de permanência adequadas à diversidade socioeconômica e cultural, e à garantia de desempenho satisfatório dos estudantes.

Segundo Oliveira, Dourado e Santo (2007), as dimensões intra e extra-escolares afetariam de forma significativa a aprendizagem dos alunos, o que exigiria a consideração dessas dimensões, de forma articulada, para o estabelecimento de políticas educativas, programas de formação e gestão pedagógica. Conforme os pesquisadores, tais medidas seriam imprescindíveis para a garantia do sucesso dos estudantes e de uma educação de qualidade para todos.

De acordo com Horta (1998), o direito à educação se diferencia dos outros direitos sociais como a assistência médica gratuita, a moradia, a alimentação, porque os cidadãos podem escolher pela utilização ou não desses serviços. O mesmo não acontece com a educação, pois, paradoxalmente, ela é um direito, mas também uma obrigação. Nesse sentido, não há família que possa decidir por não enviar suas crianças à escola. A compreensão de que é responsabilidade do Estado a garantia de meios para que esse direito alcance a todos é um passo importante para a consolidação do acesso e da permanência nas instituições escolares, principalmente ao se considerarem as profundas marcas da desigualdade e da exclusão na sociedade atual, especialmente em nosso país.

PERMANÊNCIA ESCOLAR

A mudança de uma escola hegemônica, elitista, para uma escola cujo acesso é para todos é explicitada nas políticas nacionais a partir de 1992, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), ambas alicerçadas na Constituição Federal (1988). Tais políticas podem ser consideradas como políticas estruturais, pois se baseiam na ideia de proporcionar uma capacidade permanente de geração de renda (POSSOLLI; EYNG, 2007, p. 3). Essas decisões políticas chegaram ao cotidiano das escolas ainda fundamentadas nas metas narrativas da cosmo visão moderna.

Tais processos, expressos nos discursos e nas práticas escolares, não dialogam com as diferentes culturas agora incluídas na escola. Dessa forma, o choque entre a lógica escolar e os múltiplos traços dos sujeitos do público que a instituição passa a receber é evidenciado pelas dificuldades encontradas na efetivação de práticas didático-pedagógicas consolidadas e tradicionalmente consideradas eficazes para o processo ensino-aprendizagem. Tais aspectos, somados aos problemas historicamente enfrentados na educação brasileira, resultaram na ampliação da crise da escola, sobretudo na escola pública.

Considerando a democratização do acesso à educação como um direito já garantido no âmbito das políticas públicas embora não efetivado totalmente na prática e a permanência como uma meta a ser alcançada, mas em um processo já em curso, pode-se observar que o próximo passo seja garantir o direito à qualidade na educação. Mas não qualquer qualidade. O que se almeja é a qualidade social da educação, por se entender que essa concepção abrange os diferentes aspectos determinantes da qualidade da educação pública na sociedade contemporânea. A qualidade social da educação tem relação e sofre influência de fatores internos e externos à instituição escolar (SILVA, 2009, p 224).

A garantia do direito à educação via políticas de universalização do acesso à escola básica e programas que investem na permanência de crianças e adolescentes na escola são recentes. Diferente do que ocorria há décadas, atualmente a escolarização é regra, e a não escolarização, exceção, sobretudo, no que diz respeito ao Ensino Fundamental (EYNG e PACIEVITCH, 2012).

A quase universalização do acesso ao Ensino Fundamental pode ser verificada a partir da visualização dos índices de escolarização divulgados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em publicação intitulada “Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010”, que faz parte da Série Estudos e Pesquisas. Segundo essa publicação, é possível afirmar que “na faixa etária de 6 a 14 anos, desde meados da década de 1990, praticamente todas as crianças brasileiras já estavam frequentando a escola” (BRASIL, 2010, p. 46). Nessa faixa etária, 94,2% da população frequentava a escola em 1999. Esse índice subiu para 96,1% em 2004, e para 97,6% em 2010. De acordo com os indicadores sociais de 2016, o acesso ao ensino fundamental se aproximou da universalização na década de 1990, quando ocorreu a intensificação da expansão educacional na educação básica. Em 2015, a taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade atingiu 98,6%. Por sua vez, a inserção dos jovens de 15 a 17 anos de idade avançou lentamente, evidenciando a dificuldade de garantia do direito à educação básica obrigatória para esse grupo etário que deveria estar frequentando o ensino médio. A proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola cresceu somente 3,4 pontos percentuais, passando de 81,6%, em 2005, para 85,0% em 2015, foi verificado um aumento de frequência escolar para todas as faixas etárias analisadas da educação básica, mesmo que a universalização dos níveis recentemente incluídos no ensino obrigatório ainda não tenha sido alcançada. Houve democratização do perfil dos estudantes no ensino superior nas redes pública e privada, além de aumento da população com ensino superior completo. Contudo, observou-se que a dívida educacional brasileira é histórica e que sua alteração é necessariamente lenta, levando em conta o tempo requerido para a formação de cada nova geração, (IBGE, 2016).

Segundo dados do Censo Escolar, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, por meio de um resumo técnico em 2010 foram matriculados 51.549.889 alunos nas escolas do país, sendo que destes, 43.989.507 foram matriculados em instituições públicas de ensino (municipais estaduais ou federais). De acordo com o INEP (2016), as matrículas dos anos finais do ensino fundamental são de 12,2 milhões matrículas nos anos finais do ensino fundamental, e 99,2% dos matriculados estudam no turno diurno; 88,2%

dos matriculados frequentam escolas urbanas; 14,8% das matrículas são de escolas privadas. A rede privada cresceu 15,3% em oito anos, com 5,3 milhões de matrículas, a rede estadual tem uma participação de 43,1%, dividindo a responsabilidade do poder público nesta etapa de ensino com os municípios, que possuem 5,1 milhões de matrículas (41,9%); quase todos os matriculados nessa etapa de ensino estudam em escolas com esgoto sanitário (99,2%), abastecimento de água (99,2%) e energia elétrica (99,8%); estabelecimentos com quadra de esportes coberta o percentual cai para 57,2%; 85,9% dos matriculados estudam em escolas com biblioteca ou sala de leitura. Os percentuais de matriculados na rede privada com acesso a esses itens são de 61,9% e 52%, respectivamente; 96,5% dos matriculados estudam em escolas com banheiro dentro do prédio. Na zona rural, esse percentual cai para 89,7%; 94% dos matriculados estudam em escolas em que há computadores para uso administrativo; 86,4% dos matriculados estudam em escolas em que há computadores para uso dos alunos (INEP, 2016).

Segundo o INEP (2017), a taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) por séries do ensino fundamental e médio segundo rede de ensino no Brasil no ano de 2015, observa-se que apesar dos alunos das redes pública e privada apresentarem um risco similar de insucesso no primeiro ano do ensino fundamental, nas séries subsequentes o risco de insucesso dos alunos matriculados na rede pública é consideravelmente superior.

Assim, pode-se perceber que as políticas que visam à universalização do acesso à Educação Básica tem tido relativo sucesso. Inicia-se então o desafio de garantir a permanência dessas crianças e adolescentes nas escolas, isso porque, a partir da democratização do acesso ao Ensino Fundamental, efetivada na década de 90, a escola até então elitista, abriu suas portas para alunos advindos de realidades contingentes, antes excluídas. A desigualdade adentrou a escola e com ela ampliou a diversidade de culturas, saberes, valores e lógicas diferentes daquelas às quais a instituição foi concebida para receber (EYNG e PACIEVITCH, 2012).

Como consequência, a instituição escolar amplia sua crise. No esforço de manter sua estrutura, suas normas e regras, pautadas na visão hegemônica, na padronização de saberes, práticas e comportamentos, a escola inclui apenas trazendo os estudantes para o seu interior, e no interior os exclui. Dessa forma, a instituição escolar atua na reprodução e legitimação das desigualdades sociais e culturais, tão bem descritas por Pierre Bourdieu (1992), a partir da realidade francesa. A capacidade de excluir os recém incluídos, de segregar as diferentes estratégias de exclusão e de homogeneizar estratégias de assimilação é exercida por meio do currículo, das experiências e inclusive dos discursos presentes nas escolas.

Tais estratégias de assimilação e de exclusão são chamadas por Bauman (1998), de estratégias antropofágica ou antropômica. A estratégia de assimilação, ou antropofágica, consiste em “tornar a diferença semelhante; abafar as distinções culturais ou linguísticas; proibir todas as tradições e lealdades, exceto as destinadas a alimentar a conformidade com a ordem nova e que tudo abarca” (BAUMAN, 1998, p. 28-29). A estratégia antropômica, que complementa a estratégia antropofágica quando esta não é eficiente, consiste em: “Vomitare os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda a comunicação com os do lado de dentro. [...] confinar os estranhos dentro das paredes visíveis dos guetos, ou atrás das invisíveis, mas não menos tangíveis [...]” (BAUMAN, 1998, p. 28).

Assim, enquanto parte dessa diversidade é enquadrada na escola, e nela permanece, ainda que sem entender por que, outra parte não se ajusta, não reconhecem saberes, linguagens, práticas, comportamentos e lógicas da instituição escolar. Não reconhece o conjunto de normas e regras historicamente construído por outros sujeitos, em outras condições e tempos, enfim,

com outras lógicas. Esse não reconhecimento eleva os índices de abandono e evasão (EYNG e PACIEVITCH, 2012).

Por esses motivos intra escolares e outros motivos extra-escolares, garantir o acesso à escola não basta. Faz-se necessária a análise da eficácia das políticas públicas para garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola. As dificuldades em efetivar as mudanças estruturais necessárias para modificar a lógica escolar, que perpassariam as políticas sociais de forma geral, mas que seriam mais profundas nas políticas educacionais desde a questão do financiamento, até as políticas de currículo, avaliação e, sobretudo, formação de professores faz com que o Estado invista em políticas compensatórias, que se baseiam em transferências de renda por meio de diferentes mecanismos, como a distribuição de cestas básicas, programas de renda mínima universal e instituição de bolsas condicionadas [...] (BRASIL, 2005, p. 15). Nesse contexto, foram criados programas, como o Bolsa Escola depois transformado em Bolsa Família e o Projovem, entre outros. Tais políticas, do tipo compensatório, exigem como contrapartida, a permanência de crianças e adolescentes na escola (EYNG e PACIEVITCH, 2012).

A efetividade de tais políticas, considerando um de seus objetivos, que é o de garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola, embora se possa inferir, sem uma análise profunda, que tais programas tenham, sim, algum impacto positivo e sejam, sem sombra de dúvida, melhor do que nada. No entanto, a falta de políticas estruturais para adequar os sistemas e as instituições escolares às novas demandas advindas da democratização do acesso à escola reflete na baixa qualidade da educação escolar pública.

Não se trata somente da diminuição da qualidade mensurável por meio de provas e testes, divulgada em forma de índices como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Programme for International Student Assessment (PISA). A qualidade aqui referida é a qualidade social, que, para além de mensurar resultados por meio de provas e índices, tem como intencionalidade o desenvolvimento humano integral em instituições e sistemas educacionais de qualidade.

Destarte, com o passar dos anos a permanência escolar evoluiu bastante, porém precisa ser analisado se essa evolução está associada aos programas oferecidos pelo governo como a bolsa família que visa a permanência escolar e não a aprendizagem.

PROGRAMA DE ASSISTENCIALISMO

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao, então, Ministério da Educação e Cultura. Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Bezerra (2003, p.452), destaca que essa mudança de nomenclatura intencionava, uma vez que estava longe de ser praticado, abranger todo o território nacional e, por outro lado, evidenciava a adesão ao otimismo da ideologia desenvolvimentista (MELLO; NOVAIS, 1998, p.560), do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

A preocupação com o fornecimento de um aporte energético e protéico pela merenda escolar apresenta-se constante desde o início. Ressalta-se que este aspecto parece estar ligado ao fato da constância nos objetivos das leis ao longo do tempo, em mencionar sempre que a merenda escolar desempenharia o papel de contribuir com o crescimento e desenvolvimento infantil. Este interesse pode ser observado no atual objetivo declarado na Lei 11.947/2009:

Art. 4o O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O PNAE pode ser considerado também um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes que o aluno necessita diariamente, mas também por se constituir em espaço educativo melhor utilizado, quando, por exemplo, estimula a integração de temas relativos à nutrição ao currículo escolar.

Os atores envolvidos no desenvolvimento do PNAE, principalmente nutricionistas e merendeiras, têm sob sua responsabilidade o compromisso de compreender todo o processo de produção da merenda, entendendo que esse Programa de Alimentação, faz parte de uma política social inserida em determinado contexto político e econômico, sofrendo, portanto, as influências do momento histórico em que se encontra.

O Programa de Alimentação Escolar se revela, como um espaço propício para desenvolver atividades de promoção da saúde, produção de conhecimentos e de aprendizagem na escola. O Programa de Alimentação Escolar promove a saúde da comunidade escolar e de seus familiares. O nutricionista tem a oportunidade de desenvolver outros papéis além daquele de administrador de refeições que suavizam o efeito da pobreza sobre a população carente, como se fosse essa a única função dos programas de suplementação alimentar (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação possui um papel fundamental para a mudança de comportamento e aprendizagem para o decorrer da vida do alunado.

A garantia do direito à educação via políticas de universalização do acesso à escola básica e programas que investem na permanência de crianças e adolescentes na escola são recentes. Diferente do que ocorria há décadas, atualmente a escolarização é regra, e a não escolarização, exceção, sobretudo, no que diz respeito ao Ensino Fundamental, mas infelizmente o acesso acaba sendo aberto mais a permanência fica dificultada. O Programa de Alimentação vem como um aliado para a permanência escolar.

Destarte o acesso está sendo oferecido em larga escala, mas a permanência ainda é algo que precisa ser revisado e analisado.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zigmund. **O mal estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo. **Alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas**. Brasília: DF, 2005.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. MEC. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: 2009. Acessado em 11 de julho de 2012.
- COSTA, E.Q.; RIBEIRO, V.M.B.; RIBEIRO, E.C.O. **Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento**. Rev. Nutr., Campinas, 14(3): 225-229, set./dez., 2001.
- ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 93-110.
- Eyng, A. M.; Pacievitch, T. **Do direito de acesso e permanência na escola ao direito à educação de qualidade social**. Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012 Livro 1 - p.002347 XVI ENDIPE. inep.gov.br/arquivos>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Rio de Janeiro 2016.
- HORTA, José Silvério Bahia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, s/v. n. 104, p. 5-34, abril/ jul. 1998.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estimativas de fluxo escolar a partir do acompanhamento longitudinal dos registros de aluno do Censo Escolar do período 2007-2016**. NOTA TÉCNICA Nº 8/2017/CGCQTI/DEED Brasília, 27 de junho de 2017.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. **Censo Escolar 2016 notas estatísticas**. Brasília-DF. Fevereiro de 2017.

MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In* NOVAIS, F (org.); SCHWARCZ, L.M. (org. vol.) **Historia da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560-658.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em: <<http://www.publicacoes.gov.br>>.

POSSOLLI, Gabriela Eyng; EYNG, Ana Maria. **As políticas educacionais em um contexto complexo de múltiplos agentes definidores**. In: Anais XV Colóquio Afirse, 2007, Lisboa. Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação. Lisboa: Porto Editora, 2007. v. 1.

SILVA, Maria Abadia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. Cedec**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SILVA, Maria Abadia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. Cedec**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

TECNOLOGIA, REMODELAÇÃO COGNITIVA E AUTISMO: UMA ABORDAGEM NEUROPSICOPEDAGÓGICA

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF
chmsouza@uenf.br

FABRÍZIA MIRANDA DE ALVARENGA DIAS

Aluna Especial do Mestrado em Cognição e Linguagem - UENF
fabriziadias@hotmail.com

ANA PAULA SILVA ANDRADE JORGE

Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem da UENF
paula_andrade_bio@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma as ferramentas tecnológicas podem contribuir para a remodelação cognitiva de crianças com o Transtorno do Espectro Autista, definindo o transtorno e suas manifestações, identificando como o uso de tecnologias otimiza a cognição destes indivíduos, à sua capacidade de aprendizagem e participação social. Pretende-se também apresentar alguns sistemas atualmente utilizados para este propósito. Para fundamentação de todo o trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica em livros de autores referência no tema, tais como: Prensky, Cunha, Assumpção e artigos científicos sobre o tema abordado neste estudo, procurando dar suporte ao objetivo da pesquisa. Desta forma, a bibliografia sugere que a associação do uso de tecnologias às estratégias de treinamento, podem tornar-se mais atrativas aos pacientes com TEA, através de intervenções com o uso dos mais diversos sistemas tecnológicos disponíveis, trazendo ganhos cognitivos e contribuindo para um comportamento mais funcional e autônomo.

Palavras-chave: Autismo. Cognição. Intervenções Neuropsicopedagógicas. Tecnologia.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze how the technological tools can contribute to the cognitive remodeling of children with Autism Spectrum Disorder, defining the disorder and its manifestations, identifying if the use of technologies optimizes the cognition of these individuals, their ability to learning and social participation. It is also intended to present some systems currently used for this purpose. In order to justify all the work, we used bibliographic research in reference books on the theme, such as Prensky, Cunha, Assumpção and scientific articles on the subject addressed in this study, seeking to support the research objective. Thus, the literature suggests that the association of the use of technologies with training strategies may become more attractive to patients with ASD, through interventions using the most diverse technological systems available, bringing cognitive gains and contributing to behavior more functional and autonomous.

Keywords: Autism. Cognition. Neuropsychopedagogy Interventions. Technology.

I - INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), atualmente, tem sido muito estudado, tanto na área da educação quanto da saúde. A lei no 12.764/12, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoas com TEA, considera as seguintes características para o transtorno: “ciência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades” (BRASIL, 2012, Art 1o, § 1o). A medicina define como complexo o diagnóstico do TEA, pois há diversas etiologias e níveis variáveis (CUNHA, 2017). De acordo com cada nível, a criança pode apresentar sinais de dificuldades mais leves, moderadas ou mais severas (DSM-V, 2014). Neste último caso, a linguagem e o aprendizado são extremamente prejudicados, o que torna necessário a atuação de equipe multiprofissional.

O profissional da Neuropsicopedagogia possui conhecimentos das funções e estruturas do sistema nervoso central, que são importantes para o desenvolvimento e aprendizagem de um indivíduo (RUSSO, 2015). Desta forma, estas competências permitem ao profissional avaliar e intervir nos casos de indivíduos autistas ou com distúrbios no neurodesenvolvimento, auxiliando-os através de intervenções planejadas, baseadas nos conhecimentos acerca do funcionamento e desenvolvimento do sistema nervoso central (PEDRO, 2017). Mas, não basta somente o entendimento do funcionamento do sistema nervoso, é necessário que se conheça as teorias que fundamentam a aprendizagem deste sujeito e as estratégias que podem ser mais eficazes no atendimento a estas crianças, de forma que tenham a possibilidade de desenvolverem um comportamento funcional, autônomo, mais adaptado ao meio em que vivem (CUNHA, 2017). Ultimamente, tem-se visto a utilização de alguns modelos de recursos tecnológicos aplicados na tentativa de melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA.

Partindo do pressuposto que estas crianças têm um grande interesse pela tecnologia, torna-se necessário o reconhecimento e o modo como esses recursos podem auxiliá-los. O estudo acerca do assunto também possibilita esclarecer aos familiares, educadores e aos que lidam com sujeitos autistas, sobre como o uso ou aplicação de softwares, vídeos e games podem modificar ou remodelar a cognição destas crianças. Desse modo, é possível ganhos cognitivos-sociais e conseqüentemente sua interação social, seu desenvolvimento e desempenho na sociedade, de modo a colaborar positivamente para uma melhor qualidade de vida. Dentro desse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar os ganhos cognitivos após implementação de ferramentas tecnológicas como instrumentos de intervenções neuropsicopedagógicas com crianças autistas.

II - DISCUSSÃO

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Sucintamente, em uma visão piagetiana, podemos descrever que o desenvolvimento cognitivo é um processo a ser construído pela interação entre o organismo e o meio. O estímulo advindo do meio deve estimular a aquisição de funções cognitivas, que se apresentam como pré-requisitos para a aprendizagem do sujeito. Deste modo, indivíduos que demonstram limitações nas habilidades sociais ou na interação com o meio, podem apresentar quadros de transtornos neurológicos, que impactarão diretamente em seu processo de aprendizagem. O TEA tem sido um dos transtornos mais frequentes e estudados tanto na área da saúde quanto da educação, devido à sua alta incidência e desconhecimento das reais causas.

A Organização Mundial da Saúde, OMS, calcula que o autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. É alta a incidência do autismo em todas as regiões do mundo, enquanto a falta de entendimento sobre o transtorno tem forte impacto nos indivíduos,

suas famílias e comunidades. A agência da ONU diz que várias pesquisas científicas sugerem a existência de muitos fatores que podem deixar a criança mais propensa ao autismo, incluindo questões ambientais e genéticas (Edgard Júnior, ONU News-NY, 2017, p.1).

O termo “Autismo” foi utilizado pela primeira vez, em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler. O pesquisador usou a palavra “Autismo” referindo-se aos seus pacientes acometidos de Esquizofrenia, buscando explicitar os sinais de fuga da realidade e um comportamento intrínseco exacerbado. A etiologia da palavra “Autismo” vem do grego “autós”, que quer dizer “de si mesmo” (AJURIAGUERRA, 1977). O termo indicava perda de contato com a realidade, ou aqueles que viviam em seu próprio mundo. Posteriormente, Leo Kanner, no ano de 1943, publica artigos revelando a questão do “autismo” presente em 11 crianças diagnosticadas com Esquizofrenia, usando a expressão “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” (CUNHA, 2017). Hans Asperger, no ano subsequente, publica estudos com crianças, expondo sinais similares aos descritos por Kanner, demonstrando que as crianças com autismo apresentavam certa desenvoltura cognitiva, com habilidades para lógica e abstração, inteligência superior, demonstrando interesses excêntricos. Ambas as descrições foram comparadas, em 1981, quando Lorna Wing traduziu o artigo de Hans Asperger e o publicou em revista de língua inglesa, utilizando o termo “Autismo” (ASSUMPCÃO, 2015).

De acordo com o DSM-V (2014), a terminologia utilizada para caracterizar o indivíduo autista é Transtorno do Espectro Autista. Segundo Cunha (2017), o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento infantil que apresenta dificuldades na interação social, na comunicação não-verbal e verbal, prejudicada pelo atraso no desenvolvimento da linguagem, dificuldade em iniciar e manter uma conversa, ecolalia antecipada ou tardia, podendo apresentar também sensibilidades sensoriais incomuns. A Lei número 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, ressalta o tripé para diagnóstico do transtorno: dificuldade na interação social, na comunicação e a incidência de padrões repetitivos e restritivos no comportamento, manifestados por movimentos motores e verbais estereotipados. Sendo assim, descrito na lei:

“ciência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades” (BRASIL, 2012, Art 1o, § 1o).

O indivíduo com TEA apresenta grande resistência a quebra de rotinas, demonstrando interesses restritos e fixos, de forma exarcebada. A medicina define como complexo o diagnóstico de TEA, pois há diversas etiologias e níveis variáveis. O TEA é classificado, de acordo com o CID-10, como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, que pode se apresentar em três níveis diferentes, denotando sinais de um quadro leve, moderado ou mais severo, neste último caso a linguagem e o aprendizado são extremamente prejudicados (DSM-V, 2014). Desta forma, o diagnóstico envolve equipe multidisciplinar, dentre a qual se enquadra a Neuropsicopedagogia Clínica, que utiliza instrumentos avaliativos para análise de cada caso, a partir de dados coletados em anamnese com a família, gerando um planejamento de intervenções que pode propiciar melhorias no desenvolvimento cognitivo-acadêmico do sujeito autista.

Autismo e Tecnologia

Na tentativa de melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA, tem-se visto, o desenvolvimento de recursos tecnológicos que podem ser aplicados em intervenções clínica com estas crianças. Neste sentido, a problemática desenvolve-se através das seguintes questões: de que forma o uso da tecnologia existente pode auxiliar ou contribuir na melhoria da interação

entre autista, pais, educadores e pessoas que convivem com estes indivíduos? Como a utilização de recursos tecnológicos podem auxiliar na remodelação cognitiva destas crianças?

Segundo Caminha (2016), “as crianças autistas encontram-se inseridas na era da tecnologia, com grande interesse em jogos e aplicativos”. A hipótese deste estudo é que a partir da utilização de softwares pedagógicos, vídeos e games, possam haver ganhos cognitivos nos atendimentos ou intervenções neuropsicopedagógicas à crianças com TEA. Prensny (2001), realça que “a sociedade está se transformando numa sociedade digital, com os nativos digitais, sendo portanto, crescente a influência da tecnologia em nosso cotidiano”. Com os avanços tecnológicos, a utilização de recursos digitais tem crescido, na tentativa de melhorar a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais, dentre as quais encontram-se os indivíduos com TEA.

Contudo, é preciso saber utilizar a tecnologia de forma prudente, de forma que não sejam negligenciadas as capacidades naturais e cognitivas do homem, que vão além das naturais, no uso e no desenvolvimento de novas tecnologias. Trata-se da sabedoria digital, sobre a qual Prensky (2009), ressalta:

A forma em que utilizamos estes recursos, a maneira em que os filtramos para encontrar o que precisamos, depende de nós, que devemos estar conscientes de que a tecnologia é, e será um meio de ajuda muito importante para a formação de nossa sabedoria, e assim, poder tomar decisões e avaliações mais acertadas [...] num futuro inimaginavelmente complexo, a pessoa intensificará suas capacidades graças à tecnologia digital, incrementando assim, sua sabedoria.

O ser humano tem a capacidade de criar e interagir com os recursos tecnológicos, desenvolvendo novas ferramentas que possibilitem auxiliar a humanidade em suas necessidades. Nesta perspectiva, torna-se sábio. Não obstante aos perigos da mente humana no uso inadequado dos meios tecnológicos, há de se buscar a evolução digital e seus benefícios, visando a melhoria na qualidade de vida das pessoas e o bem da humanidade.

Segundo Schlunzen (2005), “as tecnologias podem constituir um recurso fundamental para possibilitar a comunicação das pessoas com necessidades educativas especiais, permitindo uma manipulação do meio e um melhor desenvolvimento cognitivo”. Desta forma, a tecnologia vem sendo utilizada, em intervenções com crianças autistas, com o objetivo de melhoria das competências e habilidades prejudicadas pelo transtorno. No entanto, o tempo de uma sessão terapêutica pode ser limitado para a repetição de atividades necessárias à melhoria da qualidade de vida destas crianças. Neste aspecto, os recursos tecnológicos possibilitam o benefício da repetição da atividade em casa ou em qualquer outro meio no qual a criança tenha acesso a um sistema, com a mediação dos familiares, provocando assim um nível maior de interação com os pais e pessoas de seu convívio.

Sendo assim, com a utilização de aplicativos móveis, o paciente com diagnóstico de TEA será estimulado a ter mais independência pessoal. Com o uso destas ferramentas em seu cotidiano, alguns pesquisadores acreditam que estes indivíduos possam desenvolver as suas habilidades de comunicação, com aquisição de novas palavras, ampliando o seu vocabulário, através de jogos e outras atividades disponíveis nestes aplicativos (MELLO & SGANZERLA, 2013).

Os estudos apontam que o uso de tecnologias digitais, tais como: *tablets*, *smartphones* e outros dispositivos, pode promover uma qualidade de vida melhor aos pacientes com TEA, especialmente na interação social, nos desafios e superação de suas dificuldades, que tornam a vida destes pacientes mais complexa em seu cotidiano (CAMINHA *et al*, 2006; SANTOS *et al*, 2014; KRAUSE *et al*, 2016).

As pesquisas demonstram ainda que, o uso destas ferramentas de maneira planejada e adaptada, em ambiente de aprendizagem, são importantes no desenvolvimento destas pessoas. A tecnologia assistiva tem auxiliado aos pacientes com autismo, em seu desenvolvimento cognitivo e habilidades sociais (MELLO & SGANZERLA, 2013).

Neste contexto, as primeiras aplicações de recursos tecnológicos voltados para auxiliar indivíduos com o TEA surgiram com John Lesieur proprietário da People CD, empresa de desenvolvimento de *software*. Lesieur, em 2006, criou e lançou o *browser* KidCD e em 2008 o KidCD 2.0 com atualizações. Contudo, as crianças autistas ainda apresentavam dificuldades na utilização do software. Desta forma, o mesmo autor, em 2008, criou o *ZAC Browser - Zone for Autistic Children*, como um navegador que possuía uma *interface* agradável, de navegação simples, que funcionava de acordo com as necessidades dos indivíduos autistas. Ressaltamos que John Lesieur, motivou-se a este projeto por ter um neto autista que “ficava confuso ao lidar com o computador e que chegava a lançar o mouse à distância, em sinal de frustração”. Usar a *Internet* é uma tarefa usual, que ficou mais acessível às crianças autistas, a partir da criação deste software e a sua disponibilização, em 2008, nas línguas inglesa, francesa e espanhola. Pode-se afirmar que o *ZAC Browser* é o primeiro navegador específico criado para crianças autistas, de acordo com o descrito na página do programa: “*ZAC is the first web browser developed specifically for children with autism, and autism spectrum disorders such as Asperger syndrome and others*” (BARBOSA, 2009).

Doidge (2017), fala sobre remodelação cognitiva através da tecnologia, quando cita a história de Merzenich e seu programa *Fast ForWord*, desenvolvido para auxiliar indivíduos com distúrbios de aprendizagem.

[...] seu trabalho atual em plasticidade, ajuda estudantes com distúrbios de aprendizagem a melhorar a cognição e a percepção. [...] O *Fast ForWord* se parece com um jogo para crianças. O incrível nele é a rapidez com que ocorre a mudança. Em alguns casos, pessoas que tiveram uma vida inteira de dificuldades cognitivas melhoraram depois de apenas 30 ou 60 horas de tratamento. Inesperadamente, o programa também ajudou várias crianças autistas (DOIDGE, 2017, p.61).

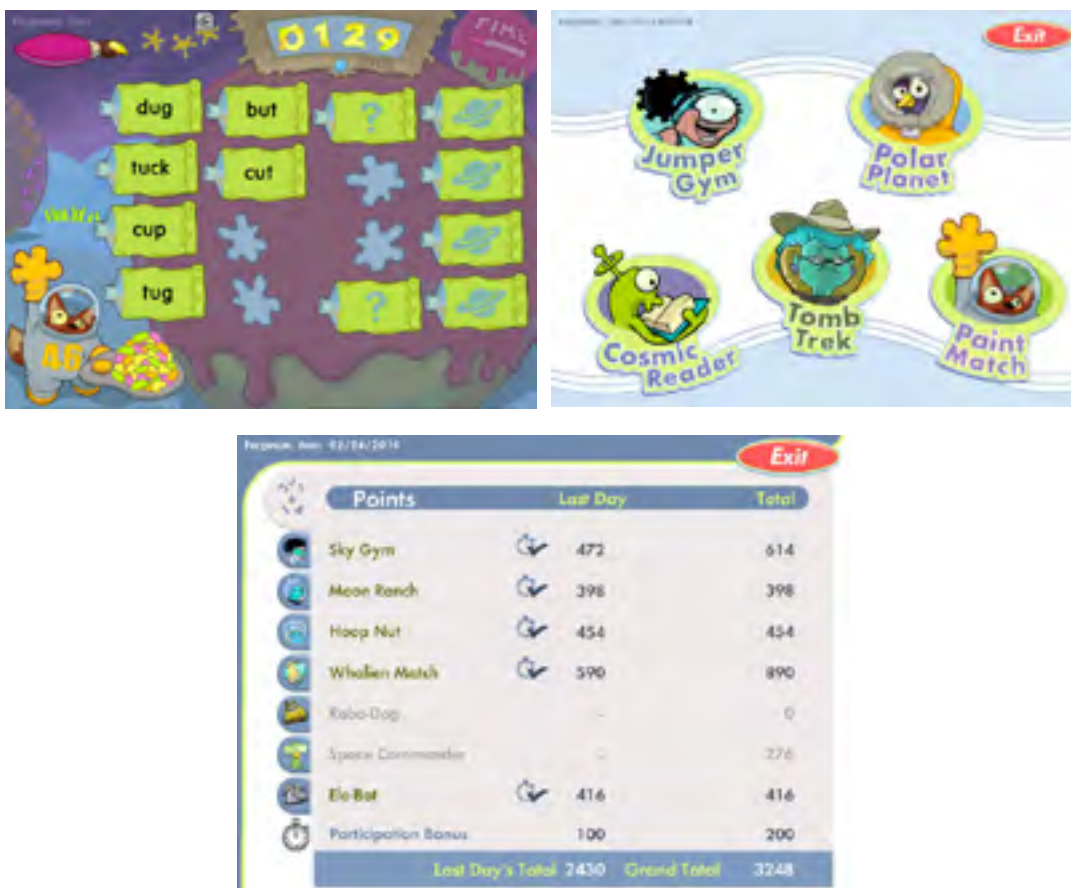
O autor ressalta os estudos de Merzenich sobre a existência de plasticidade cerebral frente à utilização da tecnologia como forma de intervenção, na aplicação com sujeitos que apresentavam transtornos de aprendizagem, incluindo indivíduos autistas.

O *Fast ForWord*, criado por Merzenich e sua equipe, é um programa de treinamento desenvolvido para sujeitos com disfunção de linguagem e déficit no aprendizado. Doidge (2017, p.85), explica:

O programa exercita cada função cerebral básica envolvida na linguagem de decodificação de sons à compreensão, uma espécie de treinamento multidisciplinar cerebral. O programa propõe sete exercícios para o cérebro. Um deles ensina a criança a melhorar a sua capacidade de distinguir sons curtos de longos [...] Em outro jogo, a criança aprende a identificar combinações de consoante e vogal facilmente confundidas, como “ba” e “da”, primeiro em velocidades mais curtas, depois na mesma velocidade da linguagem normal, em seguida em velocidades cada vez maiores.

Os jogos também ensinam a ouvir sons em frequências cada vez mais altas e a lembrar e combinar sons. Merzenich preocupou-se ainda com sistema de recompensa, que está presente no programa a cada vez que o objetivo é alcançado, apresentando na tela algo divertido, que por ser inesperado, prende a atenção da criança. A recompensa é importante, já que quando o indivíduo é recompensado, o cérebro secreta substâncias neuroquímicas como dopamina (reforça a recompensa) e acetilcolina (ajuda a sintonizar e aguçar a memória), que auxiliam na

consolidação das alterações ocorridas nas áreas do córtex recrutadas pelas atividades propostas pelos jogos. Sendo assim, os estudos de Merzenich demonstraram que com a utilização do *Fast ForWord*, as crianças tiveram ganhos significativos na fala, linguagem, processamento visual e auditivo, aumento do Quociente Intelectual (QI), enfim, o programa promovia uma melhora geral do processamento mental, melhorando assim as possibilidades de comunicação (DOIDGE, 2017, p.89).



Imagens retiradas do site da Apple Store

Na website da Apple Store, pode-se obter informações mais detalhadas do Fast ForWord:

Fast ForWord® é uma intervenção de idioma e alfabetização que utiliza os princípios da neuroplasticidade - a capacidade do cérebro de reprogramar e aprimorar - para melhorar a leitura e habilidades linguísticas que podem levar ao sucesso acadêmico, e para melhorar a proficiência no inglês para estudantes de segundo idioma. (<https://itunes.apple.com/br/app/fast-forword-language>)

O Fast ForWord foi criado por neurocientistas para desenvolvimento das habilidades linguísticas e de alfabetização, juntamente com as habilidades de memória, atenção, processamento e sequenciamento. E segundo consta em sua website, “é a única intervenção de leitura substanciada pela pesquisa na Rutgers, Stanford, Harvard, MIT, Cornell, etc. Há mais de 55 patentes em neurociência e educação e mais de 250 estudos de pesquisa.”

Desta forma, o Fast ForWord foi desenvolvido e estruturado com base em pesquisas neurocientíficas, sendo utilizado mundialmente em clínicas e instituições de ensino. É um

sistema disponível somente no idioma inglês e para acessá-lo no Brasil, é necessário adquiri-lo com o um distribuidor exclusivo, através do qual será fornecida uma senha para uso gratuito em tablets com sistema IOs. O sistema tem demonstrado bons resultados com estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, podendo apresentar ganhos, em tempo significativo, nas habilidades de leitura (DOIDGE, 85-89, 2017).

Atualmente, existem muitos aplicativos para download nas plataformas *Google Play* e *App Store* desenvolvidos para autistas. Em 12/09/2018, realizamos uma busca na plataforma *Google Play* (<https://play.google.com/store/apps>), utilizando o termo “autismo” e encontramos 138 aplicativos disponíveis para o sistema *Android* com download gratuito, em português, inglês, espanhol e outros idiomas. Os aplicativos apresentavam auxílio nos desenvolvimentos cognitivo e comportamental, assim como, propostas educacionais e de interação social. Podemos citar o ABC do Autismo, que é um jogo criado a partir do sistema TEACCH, que objetiva auxiliar o processo de aprendizagem do sujeito com TEA, por meio de atividades interativas, encontrado em 3 idiomas (português, inglês e espanhol); encontramos também OTO (Olhar Tocar Ouvir), que ajuda as crianças em diferentes níveis do espectro a aprender o alfabeto através de imagens e sons; existe o ABA DrOmnibus.HOME, que possibilita o trabalho com cores, formas, alimentos, números, emoções, ocupações, natureza, fotografia, propiciando o entendimento de conceitos de frio e quente, macio e duro, seco e molhado, luz e escuro, rápido e lento; e o TEO-autismo, que apresenta um conjunto de jogos que estimulam a comunicação, socialização e o comportamento adaptativo da criança; entre outros não citados aqui, mas com funcionalidades diversificada (GOOGLE PLAY, 2018).

Existem outros aplicativos criados para auxiliar o desenvolvimento intelectual e cognitivo de pessoas com TEA ou que tenham necessidades especiais, tais quais: Autismo, criado pela Expert Health Studio; Que-fala!, criado pelo Métodos Soluções Inteligentes; AutApp-Autismo, criado por Gabriel Hahn Schaeffer e o Livox, criado por Carlos Edmar Pereira (MELLO & SGANZERLA, 2013; FARIAS; SILVA; CUNHA, 2014).

O LIVOX (Liberdade de Voz Alta), foi criado por um brasileiro, em 2011, com objetivo de auxiliar a sua filha, que tem paralisia cerebral, a se comunicar com o mundo, mas que pode ser utilizado com autistas, devido aos seus benefícios na aprendizagem e na comunicação. O pai negou-se a limitar a sua filha somente a apontar para pedir o que desejava. Queria mais para ela, queria saber o que ela pensava do mundo e de tudo a sua volta. Através do sistema desenvolvido, o pai pôde conhecer como e em que a sua filha pensava, os seus saberes e as suas preferências mais simples. O aplicativo tem sido usado no mundo inteiro, em escolas e outras instituições e por profissionais terapeutas que lidam com crianças autistas, pela facilidade de manuseio deste sistema. Este programa possui um algoritmo inteligente, que quando a pessoa toca a tela do tablet, o algoritmo calcula quantos dedos estão teclando, por quanto tempo, se eles estão sendo arrastados ou não, corrigindo o toque e lendo o comando. Em 2015, o sistema recebeu um prêmio da ONU, como melhor aplicativo de inclusão do mundo. Neste ano, o LIVOX recebeu um importante prêmio nos EUA, o MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) SOLVE, que busca acelerar soluções de empresários de tecnologia para resolver os problemas mais urgentes do mundo. Estes dados, assim como as informações abaixo, foram retirados do site www.livox.com.br.



Como funciona? Colocando mais ou menos quantidade de Colunas e de Linhas, resulta em aumentar ou diminuir o tamanho e quantidade dos itens na tela do usuário.

Cognição: Colocar mais ou menos itens na tela para facilitar o entendimento, aprendizado e retenção de conteúdo.

Visão: Alterar a quantidade de itens na tela influencia diretamente no tamanho que os itens serão exibidos, facilitando sua visualização.

Motor: O tamanho dos itens na tela influencia o esforço físico necessário para escolhê-los. Itens maiores são mais fáceis de serem acessados por pessoas com deficiência motora. Itens menores podem ser utilizados por quem tem uma boa coordenação motora fina.

O LIVOX, em sua website, descreve os principais benefícios do sistema, para crianças com dificuldades de aprendizagem e que apresentam os mais diferentes transtornos, inclusive o TEA.

Benefícios na Aprendizagem

Aumenta a capacidade de atenção e concentração, permite adaptar o conteúdo pedagógico, suporta a compreensão das perguntas, instruções e informações gerais, facilita a identificação da imagem de si mesmo e membros de sua família, fortalece a memória, recordando imagens de situações da vida diária, fortalece as funções executivas do cérebro (a memória, planejamento, resolução de problemas, exercita a memória de curto e médio prazo), fortalece a compreensão semântica, ou seja, entende o que cada palavra significa e estrutura frases completas.

Benefícios na Comunicação

Promove a independência, melhorando a autoestima, promove e incentiva a intenção comunicativa, facilita a intenção das necessidades e sentimentos, promove o desenvolvimento da comunicação através de imagens e som por associação, promove a comunicação por meio de frases, usando palavras de diferentes categorias semânticas, articulação, fluência e clareza na linguagem, reforço oral para ser capaz de ouvir as vozes e praticar pronúncia.

Portanto, a implementação de sistemas que podem auxiliar nas intervenções com indivíduos autistas, tem crescido e se mostrado cada vez mais aprimorados, podendo-se inferir que os resultados apresentam-se positivos no que tange às habilidades sociais e cognitivas, segundo à literatura. Deste modo, tornando-se ainda mais eficaz quando há o envolvimento e valorização da família nas estratégias de intervenção, que deve ter planejamento individualizado e

adaptado a cada indivíduo, de acordo com a sua disponibilidade de recursos, seus interesses e motivações.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre o uso da tecnologia e os ganhos cognitivos em intervenções com autistas, apontando ferramentas digitais que podem ser utilizadas com estes pacientes. É nítido que o desenvolvimento de recursos tecnológicos vem claramente crescendo. Deste modo, ressalta-se a importância da sua ressignificação e adequada utilização na remodelação cognitiva de crianças autistas. A relevância está em expor as mais diversas ferramentas digitais disponíveis para intervenções com sujeitos autistas, esclarecendo aos familiares, educadores e aos que lidam com estes indivíduos, sobre como o uso da tecnologia pode modificar ou remodelar a cognição destas crianças, propiciando-lhes um melhor desenvolvimento das suas habilidades sociais e no desempenho escolar, tornando-os sujeitos mais autônomos frente às suas dificuldades.

Na revisão bibliográfica, foi realçada a importância do envolvimento familiar nas estratégias de intervenção com o uso da tecnologia e, ainda, que as ferramentas possam ser utilizadas de forma planejada e individualizada, visando a obtenção de ganhos cognitivos. Abordou-se também sobre como estas ferramentas são atrativas para os indivíduos com TEA e a facilidade que oferecem de manuseio e armazenamento de informações, possibilitando o treinamento nos mais diversos ambientes, tornando o aprendizado mais efetivo e estruturado. Logo, pode-se dizer que a associação do uso de tecnologias às estratégias de treinamento, tornam as intervenções mais atrativas aos pacientes com TEA, propiciando ganhos cognitivos e contribuindo para um comportamento mais funcional e autônomo.

IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJURIAGUERRA, J.; *Manual de Psiquiatria Infantil*; 2ª ed.; Barcelona: Toray-Masson, 1983.

APPLE STORE. Disponível em: <https://itunes.apple.com/br/app/fast-forward-language>.

ASSUMPCÃO F.B.J.; *Autismo infantil: novas tendências e perspectivas*. 2ª ed.; São Paulo: Ed. Atheneu, 2015.

BARBOSA, H.F.A.; CASTRO, A.A.V.C.E. Análise do recurso a novas tecnologias no ensino de autistas. Engenharia Informática. Instituto Politécnico do Porto. *Instituto Superior de Engenharia do Porto.*, Portugal, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2DbpBCm>. Acesso em 17 de set. 2018.

BRASIL, Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <https://bit.ly/2AytGhm>. Acesso em 17 de set. 2018.

CAMARGO, A. R. M., MACHADO A. P.; Universidade Federal de Santa Catarina, “Desenvolvimento de aplicativo para pacientes com Transtorno do Espectro do Autismo História Social: Indo ao Dentista”, <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187350>, Acesso em 17 out.2018

CAMINHA, V.L.P.S.; [et al]. *Autismo: vivências e caminhos*. São Paulo: Blucher, 2016. [livro eletrônico].

CUNHA, E. *Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

DENNISON, L. *et al.* Opportunities and challenges for smartphone applications in supporting health behavior change: qualitative study. *Journal of medical Internet research*, v. 15, n. 4, p. 1-12, 2013.

DIAS, F. M.A.; BRAGA R.P.; "A inter-relação entre memória e aprendizagem"; *Revista Perspectiva Online*, 2017.

DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V (American Psychiatric Association – M.I.C. Nascimento et al., Trad); 5ª ed.; Porto Alegre: ArtMed, 2014.

EDGARD JÚNIOR. OMS afirma que autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. *ONU News*. Disponível em: <https://bit.ly/2yJFrjr>. Acesso em: 17 set. 2018.

FARIAS, E. B.; SILVA, L. W. C.; CUNHA, M. X. C. ABC AUTISMO: *Um aplicativo móvel para auxiliar na alfabetização de crianças com autismo baseado no Programa TEACCH*. p. 458-469, 2014.

FAST ForWord. Disponível em: <http://www.fastforword.com/who-it-is-for/autism>

GOMES, A. N.; SILVA, C. B. (2007) *Software Educativo para Crianças Autistas de Nível Severo*. In: 4th International Conference on Design Research.

LIVOX. *Livox: Liberdade em voz alta*. 2015. Disponível em <www.livox.com.br>. Acesso em 19 Set 2016.

LUPTON, D.; JUTEL, A. Social Science & Medicine "It's like having a physician in your pocket!" A critical analysis of self-diagnosis smartphone apps. *Social Science & Medicine*, v. 133, n. January 2014, p. 128-135, 2015.

MELLO, C. M. C.; SGANZERLA, M. A. R. *Aplicativo android para auxiliar no que?* p. 231-239, 2013.

OMS: Organização Mundial de Saúde. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento – CID-10 (versão em português da sigla ICD, do inglês International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems); Porto Alegre: ArtMed, 1993.

PASSERINO, L. M.; SANTAROSA, L. C. M. Interação social no autismo em ambientes digitais de aprendizagem. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2007. Disponível em <https://bit.ly/2P0wvRc>. Acesso em: 17 de set. 2018.

PEDRO W. (Org.). *Guia Prático de Neuroeducação: Neuropsicopedagogia, Neuropsicologia e Neurociência*. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

PRENSKY, Marc (2009) "H. Sapiens Digital: From Digital Immigrants and Digital Natives to Digital Wisdom," *Innovate: Journal of Online Education*: Vol. 5 : Iss. 3, Article 1. Available at: <https://nsuworks.nova.edu/innovate/vol5/iss3/1>

RODRIGUES, Jeshel Heliel; ABILHOA Ana Carolina Espirito Santo Lima. *OTO: Um Aplicativo Android para Auxílio da Aprendizagem de Crianças Portadoras de Transtorno do Espectro Autista*. Faculdade Guairacá. Guarapuava, PR. 2015.

SBNPp. Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia. Disponível em: <https://bit.ly/2qkqhgb>

SCHULER, A. L.; WOLFBERG, P.J. Promoting peer play and socialization: the art of scaffolding. In A. M. Wetherby, & B. M. Prizant, (Org.), *Autism spectrum disorders. A transactional developmental perspective*. Baltimore: Paul H. Brookes, 2000. p 252-277.

SCHLUNZEN, E. T. M; SCHLUNZEN JUNIOR, K. Tecnologias, desenvolvimento de projetos e inclusão de pessoas com deficiência. *Inclusão: Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial*. v.1, n.1 (out. 2005). - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005 - Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf> acesso em: 20 de setembro, 2016.

SILVA, M. M. DA; SANTOS, M. T. P. Os Paradigmas de Desenvolvimento de Aplicativos para Aparelhos Celulares. *T.I.S - Tecnologias, Infraestrutura e Software - UFSCar*, v. 3, n. 2, p. 162-170, 2014.

TEMPLE, G; PANEK, Richard. *O cérebro autista*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE UMA FERRAMENTA INOVADORA DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM PARA AUXILIAR NA GESTÃO DE PERMANÊNCIA DE ALUNOS EM UMA IES DO NOROESTE FLUMINENSE

FERNANDA RANGEL DE AZEVEDO DE PAULA

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF
fernandarangel@redentor.edu.br*

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF
chmsouza@uenf.br*

MURIEL BATISTA DE OLIVEIRA

*Doutora em Ciências da Educação
muriel@redentor.edu.br*

RESUMO

O presente artigo apresenta a análise realizada para a implantação de uma ferramenta inovadora de recuperação de aprendizagem utilizando o suporte e a oferta de disciplinas de cursos que ocorrem em sua totalidade na modalidade Ensino a Distância (EaD) aos alunos dos cursos presenciais de uma IES do Noroeste Fluminense. Este trabalho faz parte de um projeto mais amplo e relata a análise referente às disciplinas de Física Geral e Experimental I, II e III que além de apresentarem um quantitativo maior de alunos inscritos na modalidade EaD, são comuns aos cursos de Engenharia Civil, de Produção, Mecânica e Elétrica. Os resultados desta confirmam que a oferta de disciplinas de dependência em EaD é um aspecto inovador e eficiente em se tratando de propostas para viabilizar a manutenção do aluno no ensino superior, e também permitiu observar que garante a gestão da permanência, bem como garante a recuperação da aprendizagem.

Palavras-chave: Implantação; Método inovador e eficiente; EaD; Recuperação de aprendizagem; Disciplinas compartilhadas.

ABSTRACT

The present article presents the analysis fulfilled out for the implementation of an innovative learning recovery tool using the support and the offer of course disciplines that occur in its fully e-learning, to the students from presential courses of an teaching institution from state interior from Rio de Janeiro. This work is part of a larger project and reports the analysis of General and Experimental Physics I, II and III, which, in addition to presenting a larger number of students enrolled in the e-learning are common to the Civil Engineering, Production, Mechanical and Electrical. The results of this study confirm that the offer of courses dependency in e-learning is an innovative and efficient aspect in dealing with proposals to enable student maintenance in higher education, and also allowed to observe that guarantees the management of permanence, as well as ensures recovery learning.

Key-words: Implantation; Innovative and efficient method; e-learning; Learning recovery; Shared Disciplines.

INTRODUÇÃO

A partir da transição do perfil da sociedade antes industrial para uma sociedade do conhecimento e informação, a educação ganhou destaque tornando essencial a qualificação profissional. (BRENNER, 2014)

Nos dias atuais, os cenários educacionais do mundo inteiro vivenciam a era das tecnologias, que se apresentam como possíveis soluções para situações que ainda assolam o ambiente acadêmico, como o acesso e a permanência ao ensino superior. Neste ínterim a Educação a Distância vem ganhando adeptos, bem como tem se difundido nacionalmente e internacionalmente.

Conforme Moran (2014) “educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”.

No Brasil a Educação a Distância se desenvolveu durante a década de 70, mas estagnou durante um longo período, tendo retornado a crescer a partir do final do século XX (ALVES, 2011) continuando seu crescimento de forma exponencial associada a novas tecnologias.

O Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 caracteriza a educação a distância como sendo a:

(...) modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

A Educação a Distância vem se constituindo como uma ferramenta de fundamental importância no desenvolvimento da educação (BRENNER, 2014), possibilitando o acesso à informação e garantindo a formação profissional e complementar de diversas pessoas.

No Brasil o Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017 regulamentou as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior (IES) e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, ou seja, todos os cursos, inclusive os ofertados na modalidade EaD, garantindo ainda a vedação na identificação da modalidade de ensino na emissão e nos registros de diplomas, perpetuando assim equidade nas modalidades de ensino. (BRASIL, 2017)

Considerando o processo ensino-aprendizagem é importante diferenciar o ato de ensinar do ato de aprender. O primeiro remete ao ato de passar informação, de colocar signos, já o segundo evidencia o ato de construir o conhecimento. (BRASILEIRO, 2017)

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Artigo 12 determina que os estabelecimentos de ensino têm a incumbência: de elaborar e executar sua proposta pedagógica; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente, bem como promover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento. Também determina que os docentes deverão estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. (BRASIL, 1996)

Diante desta demanda e necessidade as IES, por meio dos Projetos Pedagógicos de Curso e mediante as legislações pertinentes, estabelecem os perfis dos egressos a serem formados, organizam suas grades curriculares baseadas em unidades curriculares que contemplarão o alcance das habilidades e competências a serem conquistadas, bem como devem estabelecer meios e métodos de recuperação de aprendizagem.

Sendo assim este trabalho apresenta uma pesquisa realizada em uma IES localizada no noroeste fluminense e que conta hoje com vinte e dois cursos de graduação. Os cursos de Engenharia Civil e Mecânica foram os primeiros a serem ofertados em 2002. Em 2009 o curso

de Engenharia de Produção foi aberto e em 2014 o de Engenharia Elétrica formou sua primeira turma. No ano seguinte os cursos de Engenharia Civil e de Produção também inauguraram a modalidade EaD.

Os cursos desta modalidade ocorrem num ambiente virtual de aprendizagem denominado de Plataforma Blackboard. Vale ressaltar que esta mesma plataforma é também disponibilizada aos alunos do ensino presencial. Pela plataforma é possível organizar uma pasta para cada disciplina, propor atividades *online*, *upload* e *download* de arquivos, disponibilizar vídeos de aula, bem como materiais complementares e de apoio, além do caderno da disciplina.

Os cursos de engenharia apresentam disciplinas comuns em suas grades curriculares possibilitando seu compartilhamento nos períodos que são ofertadas, de forma que os alunos podem optar por cumprir o requisito acadêmico no horário que melhor se adequar às suas necessidades.

Com a oferta das demais engenharias esta prática se tornou mais constante, de forma que oficializou se o chamado compartilhamento de disciplinas, ocorrendo, para tal situação, uma melhor organização dos horários com atenção à manutenção, quando possível, do mesmo professor e ainda dos mesmos métodos de avaliação.

Com a Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004 as instituições de ensino superior puderam ofertar parte da carga horária do curso (até 20%) total ou parcialmente a distância, tanto que alguns cursos tiveram disciplinas como Português Instrumental, Introdução à Informática e Religião, e Cultura, ofertadas no EaD. (BRASIL, 2004)

É fato que o perfil do ingressante no ensino superior traz algumas dificuldades pré-universitárias que faz com que o estudante apresente lacunas em algumas áreas do conhecimento. Essa situação se agrava quando o estudante se depara com disciplinas do ciclo básico, pois as dificuldades se manifestam e muitas vezes direcionam o aluno para uma possível desistência, se tornando este, um dos motivos significantes da evasão no ensino superior.

A IES em questão possui programas e projetos para diminuir a evasão, e por meio da Equipe de Gestão da Permanência, monitora, pesquisa e discute os motivos que orientam a tomada de decisões para proporcionar a permanência do acadêmico no ensino superior.

Conforme Sordi (2005) a recuperação da aprendizagem dos alunos é condição imprescindível para construção de suas competências e colocá-los a serviço da sociedade em geral, e por isso faz se necessário garantir condições para que ocorra a aprendizagem.

Também é necessário, reavaliar o papel da avaliação no ensino superior e propor caminhos para reflexões e consequente busca pela construção do conhecimento de forma efetiva e duradoura, garantindo o resgate e a ampliação do conhecimento (MACHADO, 2014).

A transmissão do conhecimento ocorre de diversas e variadas formas, e a aplicação da metodologia EaD torna o aprendizado ativo, passando o foco para o aluno, ao invés do professor. (VILELA, 2016).

A modalidade a distância em cursos de Engenharia pode ser considerada como possibilidade que favorece a aprendizagem e o desenvolvimento de estudantes mais autônomos. (COUTO, 2015)

Por meio de sua Gestão da Permanência, esta IES busca continuamente avaliar suas ações garantindo a qualidade no ensino, vislumbrando e criando possibilidades de se utilizar todos os recursos que possui, como forma de ampliar sua missão e disponibilizar oportunidades aos discentes que, ao ingressarem no ensino superior, por diversas razões optam muitas vezes por abandonar o curso, bem como se mostram desmotivados a dar continuidade a uma ação que se apresenta como de longo prazo.

Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa é analisar a implantação de uma ferramenta inovadora de recuperação de aprendizagem aplicada a disciplinas compartilhadas pelos cursos de engenharia e o aproveitamento em função das aprovações, bem como avaliar como a aplicação deste método favorece a permanência dos estudantes nos cursos estudados.

METODOLOGIA

O método consiste em ofertar a disciplina de dependência, na modalidade EaD, aos alunos do formato de curso presencial, proporcionando o acesso online a conteúdos, garantindo a flexibilidade no cumprimento de atividades acadêmicas, possibilitando a recuperação da aprendizagem.

Em se tratando de acesso online, está incluído neste processo os seguintes pontos: o aluno é matriculado na modalidade EaD e obtém acesso direto à disciplina online. O aluno então tem acesso ao PEA (Plano de Ensino e Aprendizagem) da disciplina que está matriculado e a partir da primeira semana de aula é apresentado ao ambiente e aos tipos de atividades e tarefas que serão disponibilizadas. Todas estas informações também estão contidas no PEA que ficará disponível na página da disciplina na plataforma.

A partir da primeira semana de aula os conteúdos do semestre são liberados e o aluno organiza seu tempo para os estudos, tendo em média a cada 3 ou 4 aulas uma APS (Atividade Prática Supervisionada) com data de entrega e de liberação do gabarito quando é o caso. Assim fica disponível na página da disciplina o caderno da disciplina, bem como as vídeo-aulas gravadas para o aluno assistir no seu tempo.

As provas são marcadas geralmente em dois finais de semana conforme o cronograma presencial. O aluno também conta com serviço de tutoria e monitoria em relação às disciplinas, sempre tendo professores à disposição, em horários pré-determinados para o acolhimento de dúvidas e demandas dos alunos.

Os dados aqui utilizados foram fornecidos pela Secretaria Acadêmica da IES e estão baseados no comparativo de 120 avaliações de alunos que cursaram disciplinas na modalidade EaD como dependência. Assim a média das avaliações (nota mínima para aprovação 7,0) foi escolhida como parâmetro estatístico, uma vez que melhor se adaptava e traduzia os dados avaliados na pesquisa.

Foram observadas inicialmente as disciplinas que foram ofertadas no ano de 2017 (1º e 2º semestres) no curso de Engenharia Civil modalidade EaD. Após esta análise foi feito o levantamento de todas as disciplinas que pertenciam às grades dos cursos de engenharia (Civil, de Produção, Mecânica e Elétrica) da IES estudada.

Diante das disciplinas observadas, optou-se pelas disciplinas de Física Geral e Experimental I, II e III, visto que estas tiveram o maior número de alunos inscritos na condição de dependência e que as mesmas são comuns a todos os cursos de engenharia da IES.

Durante a análise dos dados colhidos observou-se alguns perfis. Por se tratarem de alunos de dependência, todos já haviam sido reprovados pelo menos uma vez nas disciplinas, requisito que foi utilizado para liberação dos alunos do presencial se inscreverem nestas disciplinas na modalidade EaD como dependência.

Estes alunos ao se inscreverem na modalidade EaD no ano de 2017 tiveram a oportunidade de cursarem as disciplinas até duas vezes e assim podem ter sido aprovados na primeira oportunidade (aprovados de primeira), ou aprovados na segunda possibilidade de cursar a disciplina (aprovados de segunda), contudo também poderiam ter sido reprovados em

ambas as tentativas (reprovados de primeira ou reprovados de segunda), além também da possibilidade de terem abandonado a disciplina após sua inscrição.

Após esta análise fez-se o levantamento do quantitativo de alunos para cada um destes perfis, sendo estes dados tabulados e analisados com o auxílio de ferramentas visuais apresentadas nos resultados.

É importante observar que as provas realizadas pelos alunos da modalidade EaD são presenciais e seguem um cronograma específico, que difere em alguns aspectos do cronograma do presencial, como por exemplo, a sobreposição de avaliações num mesmo dia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta o número de alunos que se inscreveram em cada disciplina aqui estudada na modalidade EaD.

Tabela 1. Número de alunos inscritos nas disciplinas na modalidade EaD como dependência em 2017.

Disciplinas	Número de alunos
Física Geral e Experimental I	23
Física Geral e Experimental II	13
Física Geral e Experimental III	84
Total	120

Fonte: Autores, 2018.

A disciplina de Física Geral e Experimental III foi a que apresentou maior número de alunos inscritos na modalidade EaD. E a que apresentou menor número de alunos foi a disciplina de Física Geral e Experimental II. No total 120 (cento e vinte) alunos do presencial se inscreveram nas disciplinas estudadas no ano de 2017.

Tabela 2. Número de aprovados, reprovados e de abandonos nas disciplinas estudadas.

Situação	Física I	Física II	Física III	Total
Aprovados ($\geq 7,0$)	43,5%	76,9%	29,8%	37,5%
Reprovados ($0 < x < 7,0$)	43,5%	0%	48,8%	42,5%
Abandonos	13,0%	23,1%	21,4%	20,0%
Total (%)	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autores, 2018.

A Tabela 2 apresenta as porcentagens de aprovações, reprovações e abandonos nas disciplinas de Física Geral e Experimental I, II e III cursadas no EaD pelos alunos dos cursos presenciais. Verifica-se que o quantitativo de aprovações é igual ao quantitativo de reprovações na disciplina Física I.

Por ser uma disciplina que é ofertada apenas no segundo período, estes valores podem ser justificados, pelo fato de o aluno não ter feito, ainda, nenhuma disciplina nesta modalidade, encontrando dificuldades relacionadas à administração do tempo para o estudo, bem como a adaptação ao método.

Na disciplina de Física II o número de aprovados foi de aproximadamente 77% dos alunos inscritos, tendo ainda 23% de abandonos. Nesta disciplina não ocorreu reprovações.

A disciplina Física Geral e Experimental II está localizada no 3º período dos cursos de engenharia e geralmente o aluno que cursa esta disciplina como dependência na modalidade EAD já passou pelos primeiro e segundo períodos, tendo já se acostumado ao perfil institucional. Ao mesmo tempo o aluno já tomou conhecimento desta possibilidade de recuperação de aprendizagem e provavelmente já experimentou a recuperação tradicional, tendo cursado alguma dependência na modalidade presencial e até mesmo alguma na modalidade EaD.

Nesta disciplina especificamente, os docentes não foram os mesmos para todos os alunos quando cursaram a disciplina na modalidade presencial, mas em se tratando da estrutura da disciplina, ressalta-se que a autoria do caderno, as aulas gravadas e os exercícios e provas foram confeccionados pelo mesmo profissional, que também assumiu a disciplina como docente do EaD, garantindo uma equidade em relação aos conteúdos e avaliações. Para esta disciplina, este método se mostrou eficaz na recuperação de aprendizagem dos alunos.

Na disciplina Física III nota-se a maior porcentagem de reprovados, situação semelhante na disciplina cursada na modalidade presencial.

A disciplina de Física III tem um perfil alto de reprovação na modalidade presencial e isto se manteve na modalidade EaD. Muitos alunos optam por cursar esta disciplina como dependência EaD, mas acabam não dando prosseguimento aos estudos e por isso a alta taxa de reprovação. É importante ressaltar que nesta disciplina o docente que preparou o caderno e assumiu a disciplina não é o mesmo que gravou as aulas.

Alguns relatos de alunos observaram a diferença na forma de resolver exercícios e questões propostas durante o decorrer do semestre pelos docentes envolvidos. Pelas características da disciplina, muitos acabam voltando a cursar novamente como dependência na modalidade presencial, por isso o baixo número de alunos que cursam novamente no EaD que obtêm aprovação. Contudo, apesar destes pontos levantados, 24,1% dos alunos obtêm aprovação na primeira oportunidade que cursam a disciplina no EaD, de forma que este pode ser considerado um método efetivo para recuperação de aprendizagem.

De forma geral constata-se que, na modalidade EaD, aproximadamente 38% dos alunos que se inscreveram foram aprovados nas disciplinas, representando este quantitativo um valor considerável em relação às aprovações nas mesmas disciplinas na modalidade presencial, que é em torno de 49,1%, como é mostrado na Tabela 3.

Tabela 3. Número de aprovados e reprovados nas disciplinas estudadas nos anos de 2016 e 2017 na modalidade presencial.

Situação/Disciplina	Física I	Física II	Física III	Total
Aprovados ($\geq 7,0$)	44,4%	51,0%	52,7%	49,1%
Reprovados ($0 < x < 7,0$)	56,6%	49,0%	47,3%	50,9%
Total (%)	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autores, 2018.

Ao se comparar a Tabela 2 com a Tabela 3 percebe-se que a porcentagem de aprovações em Física I se manteve praticamente a mesma. Nesta mesma linha de comparação, percebe-se que as aprovações em Física II foram maiores na modalidade EaD, alcançando um valor de 76,9%, enquanto que na modalidade presencial taxa de aprovação foi de 51%. Na disciplina de Física III, apesar de a taxa de aprovação ser de aproximadamente 30% na modalidade EaD, na modalidade presencial este valor chega a aproximadamente 53%, sendo, portanto, o primeiro, significativo.

Muitos alunos ao se depararem com a metodologia se sentem perdidos quando percebem que o andamento do curso depende prioritariamente da organização de seu tempo para dar continuidade às disciplinas EaD. Observa-se que conforme a Tabela 2 o número de reprovações é algo tendo sido maior a observação na disciplina de Física III. A disciplina Física I apresentou o menor número de abandono e na disciplina de Física II esse foi o maior de todos.

Vale ressaltar que as disciplinas de Física sempre tiveram um número considerável de reprovações na modalidade presencial (Tabela 3). Estas disciplinas também possuem uma carga horária extensa, uma vez que possui quatro tempos de aula que na composição da grade ocupa uma noite inteira de aula. Assim muitos alunos optam por cursá-las no EaD para desafogar a grade curricular e assim conseguirem se inscrever nas disciplinas dos seus períodos correntes. Isto se apresenta como grande vantagem acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/ CONCLUSÃO

Com a presente pesquisa foi possível observar que as disciplinas cursadas a distância proporcionaram, aos aprovados, conhecimento suficiente para a aprovação, bem como a conclusão da disciplina sem prejudicar seu tempo para cursar outras disciplinas.

Outro ponto que merece atenção é que as ofertas acompanham as disponibilizações dos períodos do curso de Engenharia Civil EaD, não necessitando, conseqüentemente, a abertura de mais de uma turma de cada disciplina, o que acarretaria, naturalmente, em custos à IES.

Esta metodologia implantada proporciona aos alunos dos cursos presenciais vivência no ensino EaD oportunizando a experimentação do controle do seu próprio tempo para cumprimento das atividades e avaliações propostas.

Destaca-se, neste contexto, que a oferta de disciplinas de dependência na modalidade EaD garante sustentabilidade financeira à IES, visto que diminui o número de alunos em turmas

presenciais, diminuindo, também a necessidade da abertura de outras turmas devido às dependências.

É importante ressaltar que o setor de EaD da IES em questão vem passando por uma reestruturação que garantirá maior controle do processo ensino/aprendizagem, bem como já vem propondo revisões de conteúdos e de cadernos, além de um maior acompanhamento dos métodos utilizados individualmente por cada professor.

Outro detalhe que se torna fundamental nesta análise é que os NDEs (Núcleo Docente Estruturante) dos cursos de engenharia civil EaD e presencial são compostos pelos mesmos membros docentes, o que também gera um maior controle e equiparação considerando as avaliações de ementas e planos de ensino, atividades práticas supervisionadas (aps) propostas, bem como as próprias avaliações somativas examinadas em cada ciclo avaliativo do semestre.

O que poderia reforçar este ponto é a inserção, em uma futura pesquisa, dos dados referentes a 2018 e os resultados alcançados.

Apesar de não ser o cerne da questão no presente artigo, vale ressaltar que muitos são os relatos de alunos do presencial que optam por assistir as aulas pelos vídeos disponibilizados, bem como acompanhar as aulas pelos cadernos e realizar os exercícios propostos pelos professores EaD, o que de certa forma se torna um reforço para o estudo presencial, garantindo maior contato do aluno com o conteúdo da disciplina, tornando possível rever a aula diversas vezes, o que favorece o aprendizado e conseqüentemente, a garantia da obtenção de melhores resultados nas avaliações de uma maneira geral.

Percebe-se ainda a diferença entre o aluno EaD e o presencial. Este último ainda é muito dependente do professor como forma de aprender, enquanto o outro, diante do meio em que aprende, percebe a presença do professor de forma mais distante, possuindo assim mais autonomia no processo de aprendizagem.

Acrescenta-se ainda que outras análises podem ser feitas considerando as demais disciplinas que são ofertadas, bem como com a possibilidade da continuidade deste método, uma vez que os cursos de engenharia civil e de produção EaD da IES estudada avançam para o nono período, já garantindo um grande número de aulas gravadas e cadernos que em breve estarão disponíveis para todos os alunos.

Cabe observar que esta metodologia vem sendo praticada desde o ano de 2016 e a procura pela dependência EaD vem crescendo nos últimos dois semestres, dessa forma o NDE dos cursos em questão estão em fase de reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos, considerando esta metodologia uma nova forma de recuperação de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, São Paulo, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005.

BRASILEIRO, C.; A. A. BRASILEIRO. Tecnologias e Educação: relações renovadas. Aula 3 – Curso de Extensão Tutoria: Teoria e Prática. LANTE – UFF, 2017.

BRENNER, F. et al Revisão sistemática da Educação a Distância: Um estudo de caso da EaD no Brasil. ESUD – XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Florianópolis/SC, 2014.

COUTO, B. R. G. M. et al Desafios da Educação em Engenharia: Formação em engenharia, Abordagens Pedagógicas, Multidisciplinares, Aprendizagem Baseada em Problemas e Proposições. In: XLII Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, 2014, Juiz de Fora/MG. Brasília: ABENGE, 2015.

MACHADO, A. A., BAGNI, G., ZANETTI, M. C. Utilização da Plataforma Moodle como recurso didático na promoção da recuperação da aprendizagem. In: Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación. Buenos Aires, Argentina, 2014.

MENDES, F. G. S. Recuperação de estudos: Uma busca pela educação de qualidade. Caderno de Gestão e Empreendedorismo, v.02, n.2, p. 1-22, 2014.

MORAN, J. M. O que é Educação a Distância. Universidade de São Paulo. Disponível em: < www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

SORDI, M. R. L. Recuperação da nota, do conteúdo, do conhecimento, do aluno, do homem? Escolhas que fazem a diferença. Educ@ção – Rev. Ped. UniPinhal, São Paulo, v.01, n.3, p. 21-29, 2005.

VILELA, A. L. M., VILELA, G. L. S., LIMA, E. O. Ensino a distância para cursos presenciais de engenharia: o caso da Escola Politécnica de Pernambuco. Revista do Ensino de Engenharia, Brasília, v.35, n.1, p. 45.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2017.

UTILIZAÇÃO DE NOVAS METODOLOGIAS DE ENSINO COMO FATOR MOTIVACIONAL PARA UMA VISÃO GERAL DO CURSO NAS DISCIPLINAS DE INTRODUÇÃO À ENGENHARIA DE UMA IES DO NOROESTE FLUMINENSE

FERNANDA RANGEL DE AZEVEDO DE PAULA

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem da UENF
fernandarangel@redentor.edu.br*

MURIEL BATISTA DE OLIVEIRA

*Doutora em Ciências da Educação - UNIRENTOR
muriel@redentor.edu.br*

RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO

*Mestrando em Ensino - UFF/INFES
raphaeldeandrade@bol.com.br*

RESUMO

Este artigo apresenta as metodologias utilizadas nas disciplinas de Introdução à Engenharia e uma IES, nas quais alguns assuntos da ementa são abordados por meio de metodologias ativas de ensino e aprendizagem com o intuito de proporcionar motivação para a aprendizagem em sala de aula (presencial ou virtual), bem como aproximação entre os estudantes e a facilitação da comunicação entre eles. Dessa forma os temas Ética, Mercado de Trabalho, Habilidades e Competências, Carreiras, Segurança do Trabalho, Valoração Profissional, bem como um tópico específico de cada curso de engenharia foram abordados e avaliados de maneira somativa e formativa conforme cada metodologia proposta. A aplicação destas metodologias propiciou a experimentação de diversas oportunidades de formas de ensino e disponibilização de conhecimento, que em conjunto favoreceram o ganho em aprendizagem e melhor aproveitamento da formação acadêmica, aumentando a visão do aluno com relação ao curso.

Palavras-chave: Metodologias ativas; Ensino de engenharia; Aprendizagem; Motivação; Conhecimento do curso.

ABSTRACT

This article presents the methodologies used in the Introduction to Engineering disciplines and an educational institution, in which some subjects of the menu are approached through active teaching and learning methodologies with the purpose of providing motivation for classroom learning (classroom or virtual), as well as the approximation between students and the facilitation of communication between them. In this way the subjects Ethics, Labor Market, Skills and Competences, Careers, Work Safety, Professional Valuation, as well as a specific topic of each engineering course were approached and evaluated in a summative and formative way according to each methodology proposed. The application of these methodologies allowed the experimentation of several opportunities for teaching and providing knowledge, which together favored the gain in learning and better use of the academic training, increasing the student's view of the course.

Key-words: Active methodologies; Engineering teaching; Learning; Motivation; Knowledge of the course.

INTRODUÇÃO

Segundo Piaget (1974) “o desenvolvimento psíquico começa quando nascemos e segue até a maturidade”.

Sob esta ótica, pode se compreender que a educação ocorre de forma permanente ao longo da vida e deve ser como mola propulsora de possibilidades para os cidadãos e para a sociedade (DELORS, 2012), garantindo o crescimento pessoal e o desenvolvimento social e econômico de uma nação.

Sendo o processo de aprendizagem contínuo, passará por etapas desde as mais simples às mais complexas conforme os desafios tanto na vida pessoal, profissional e social. (BACICH & MORAN, 2018)

Segundo Delors (2012) a educação ao longo da vida se baseia em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

O aprender a conhecer representa a possibilidade de se aprofundar em determinado número de assuntos para que seja possível adquirir instrumentos de compreensão, ampliando as oportunidades que poderão surgir ao longo da vida. O aprender a fazer traduz a necessidade de adquirirmos habilidades e nos tornarmos competentes para a resolução de situações simples e complexas, bem como trabalhar em equipe. O aprender a conviver envolve as relações interpessoais, bem como a inteligência emocional, tão importante para a resolução de conflitos e para a convivência e compreensão do outro. Por fim o aprender a ser que proporcionará ao indivíduo o desenvolvimento da personalidade e da capacidade de agir com autonomia, discernimento e responsabilidade proporcionando ainda a potencialização da memória, do raciocínio, das capacidades físicas e da comunicação. (DELORS, 2012)

A aprendizagem pode ocorrer por transmissão, mas será mais significativa se ocorrer por questionamento e experimentação, uma vez que depende diretamente de cada ser humano e suas particularidades como conexões cognitivas e emocionais. (BACICH & MORAN, 2018)

Figura 1. Pirâmide de William Glasser - Esquemática da pirâmide do aprendizado contendo as formas de assimilação de conteúdo de forma ordenada.



Fonte: Medium Corporation, 2018.

De acordo com a Pirâmide do Aprendizado de William Glasser, se aprende apenas 10% com a leitura. A escuta já propicia 20% de aprendizagem enquanto que ver proporciona 30%. A junção do ver e escutar gera um aprendizado de 50%. Já conversar, perguntar, repetir, numerar, reproduzir, definir e debater gera um aprendizado de 70%. Sendo possível adquirir 80% do conhecimento quando se escreve, interpreta, expressa, revisa, identifica, comunica, amplia, demonstra, pratica e diferencia. (MEDIUM CORPORATION, 2018)

Ou seja, o aluno aprende mais quando escreve, interpreta, quando se comunica e pratica, quando realiza uma explicação ou quando é possível fazer uma ilustração do que quando apenas é realizada uma leitura ou escuta, permanecendo se, dessa forma, como passivo no processo de aprendizagem.

Considerando a Pirâmide do Conhecimento, importante se faz a utilização de métodos e meios para tornar mais proveitoso e significativo o processo de aprendizagem, garantindo o alcance dos objetivos propostos pelas unidades curriculares e naturalmente os objetivos de formação propostos pelos projetos pedagógicos de cursos em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada formação, bem como os Conselhos de Classe.

Segundo Bacich e Moran (2018), a aprendizagem ativa é um dos meios de poderosos para a garantia da efetivação da aprendizagem, pois tornam o aluno protagonista no processo, bem como o envolve em todas as etapas impondo uma atitude reflexiva e participativa.

Conforme Svinicki e McKeachie (2012) fazer algo geralmente é mais motivador e interessante do que apenas tomar notas. Dessa forma se a elaboração do aprendizado ocorrer de forma relacionada a informações pré-existentes ou como resultado de uma explicação ou questionamento maior será a probabilidade de ocorrer o armazenamento da informação e esta poder ser lembrada mais tarde.

É importante destacar que a aplicação de uma metodologia ativa requer estudo, cuidado e dedicação para melhor aproveitamento e alcance dos objetivos da aula, exigindo uma postura diferenciada dos professores.

De acordo com Ferraz e Belhot (2010) na educação, decidir e definir os objetivos de aprendizagem significa estruturar, de forma consciente, o processo educacional de modo a oportunizar mudanças de pensamentos, ações e condutas.

A Taxonomia de Bloom, conforme figura 2, relaciona o desenvolvimento cognitivo com etapas do processo de aprendizagem, iniciando no conhecimento, passando pela compreensão, aplicação e análise, chegando na síntese e avaliação.

Figura 2. Categorias do domínio cognitivo proposto por Bloom, Englehart, Furst, Hill e Krathwolh que ficou conhecido como Taxonomia de Bloom.



Fonte: FERRAZ E BELHOT, 2010.

Segundo Mazur (2015) outro ponto a ser considerado é que é muito importante assegurar que as expectativas dos alunos estejam de acordo com o que realmente acontecerá em aula, bem como propiciar um clima de cooperação em sala de aula.

Conforme Perrenoud (2015) existem 3 categorias de como o aprendizado pode ocorrer:

- em uma situação que não ameace a identidade, a segurança, a solidariedade dos que aprendem;
- em uma situação mobilizadora, que tenha sentido e que provoque uma atividade na qual o aprendiz se envolva pessoal e duradouramente;
- em uma situação que solicite o sujeito em sua zona próxima de aprendizagem (menor desequilíbrio possível, obstáculo transponível). (PERRENOUD, 2015)

Considerando as categorias de como ocorre o aprendizado (PERRENOUD, 2015), bem como os quatro pilares da educação propostos por Delors (2012) e partindo do pressuposto que “não se pode tornar o ensino mais eficaz sem saber exatamente a que aprendizagens se visa” (PALAGANA, 2015) foi estruturado um Plano de Ensino e Aprendizagem, o qual, em conformidade com a ementa, foram traçados os objetivos de ensino, os conteúdos a serem abordados, os métodos a serem utilizados e a forma de avaliação.

Os objetivos de acordo com a ementa delimitam os conteúdos que por suas características intrínsecas se adequam a um método, no qual ao final ou durante o processo exigirá uma avaliação coerente com o que se pretende ensinar, como apresentado na figura 3. (SORDI, 2005)

Figura 3. Forma de organização da unidade curricular.



Fonte: SORDI, 2005.

A ementa da disciplina de Introdução à Engenharia propõe:

Apresentação introdutória de aspectos sociais, funcionais e de campos de atuação da Engenharia Civil. Estimular o aluno a visualizar para além do Ciclo Básico, antecipando, sinteticamente, o que as disciplinas do Ciclo Profissional representarão para o efetivo exercício da profissão nas diversas áreas de especialidade dentro da Engenharia Civil. (UNIRENTE, 2018)

Assim sendo, no plano de ensino e aprendizagem da disciplina foram delimitados os objetivos de ensino, quais sejam: apresentação introdutória de aspectos sociais, funcionais e de campos de atuação da Engenharia Civil; estimular o aluno a visualizar para além do Ciclo Básico, antecipando, sinteticamente, o que as disciplinas do Ciclo Profissional representarão para o efetivo exercício da profissão nas diversas áreas de especialidade dentro da Engenharia Civil.

Além disso, as aulas desta disciplina visam melhorar a adaptação do aluno no curso e identificar pontos de conflito. Diversas informações são passadas, sobre a universidade, o curso, a profissão, o mercado, dentre outras, buscando-se sempre motivá-los e que tenham a certeza de estar no curso certo.

Portanto, essa disciplina procura, de forma geral, apresentar um panorama relativo à profissão, mostrando, preferencialmente através de exemplos práticos, mercado de trabalho, carreira, estudos de caso, ética, e os possíveis campos de atuação de um Engenheiro, bem como mostrar quais conhecimentos estão relacionados ao curso e qual o estado-da-arte de tais conhecimentos, de modo a despertar no aluno também o interesse pela pesquisa.

Dessa forma a utilização de metodologias ativas na disciplina de Introdução à engenharia é condição fundamental para o alcance dos objetivos de ensino e aprendizagem e aquisição de habilidades e competências exigidas na profissão.

Considerando o processo avaliativo da metodologia proposta, é importante considerar que foram realizadas avaliações formativas, cujo o foco foi a participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, assim como avaliações somativas, com a atribuição de notas e realização de *feedback* aos alunos em conformidade com os objetivos de aprendizagem propostos pelo plano de ensino e aprendizagem e a constatação do alcance dos mesmos.

As discussões e reflexões propostas neste trabalho procuram estabelecer o contexto teórico pedagógico no qual se inserem as práticas de metodologias ativas na disciplina de Introdução a Engenharia, definindo alguns princípios norteadores que possibilitem sistematizar a adoção das práticas propostas.

Dessa forma o objetivo deste trabalho é apresentar as metodologias utilizadas nas disciplinas de Introdução à Engenharia de uma IES, com o intuito de tornar o aluno mais motivado, bem como facilitar o aprendizado e identificação do aluno com o curso escolhido.

METODOLOGIA

Na disciplina de Introdução à Engenharia, aqui apresentada, os alunos realizam tarefas e trabalhos para cumprimento dos requisitos acadêmicos que são distribuídos durante o período acadêmico conforme cronograma apresentado no início do semestre. Estas atividades baseiam-se nos seguintes temas: Ética, Mercado de Trabalho, Habilidades e Competências, Carreiras, Segurança do Trabalho, Valoração Profissional, bem como o Trabalho final da disciplina que aborda tópicos específicos de cada engenharia como obras, projetos, produtos.

É importante ressaltar que nas primeiras semanas de aula, durante a apresentação da disciplina, o professor explica as metodologias que serão abordadas como forma de garantir a compreensão dos métodos a serem utilizados, bem como de assegurar a adesão dos estudantes às tarefas propostas.

A Ética foi trabalhada com a utilização de exemplos nacionais ou internacionais que resultaram em problemas relacionados às ações de engenheiros. Estes exemplos foram encontrados em revistas, sites ou outros meios físicos ou digitais e os alunos escolheram um exemplo específico para ser apresentado em sala presencial ou virtual. O docente disponibilizou o Código de Ética para leitura preliminar e no dia da exposição do que foi pesquisado ocorreu a apresentação dos exemplos e sua discussão.

O tema Mercado de Trabalho foi articulado da seguinte maneira: os alunos receberam orientações sobre periódicos, de acesso virtual ou físico, disponíveis na biblioteca da IES, e foram instruídos a realizarem uma busca referente a notícias e informações relacionadas ao mercado de trabalho da engenharia na atualidade e as características necessárias do profissional para uma boa adaptação e articulação na sua profissão. Os alunos então realizaram uma resenha para registro das informações coletadas e posteriormente realizaram uma apresentação oral em sala de aula (presencial ou virtual).

Carreiras foi um dos temas abordados e o artifício utilizado foi uma pesquisa em sites, revistas específicas e profissionais das áreas sobre as possíveis carreiras de cada curso de engenharia. Após a pesquisa e na data combinada os alunos defenderam a carreira escolhida necessitando para isso de terem informações que agregassem valor à carreira como cursos de aperfeiçoamento, valor de salário, profissionais com os quais se trabalha, campos de atuação, entre outros, fazendo com que a carreira escolhida fosse também avaliada pelos demais alunos da turma, dando a esta tarefa um toque de competição.

Para trabalhar com Habilidades e Competências o docente apresentou aos discentes as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Engenharia e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ressaltando a sua importância e o direcionamento para cada formação. Foi abordada também nesta etapa a distribuição das unidades curriculares nos cursos como forma de garantir o conhecimento prévio da grade curricular e identificação de pré-requisitos. Após esta abordagem inicial o docente apresentou de forma breve as unidades do ciclo básico e apresentou de forma enfática as unidades dos ciclos profissionalizante e específico. Esta etapa foi muito importante na proposta geral da disciplina, pois ao apresentar cada unidade curricular do curso o docente familiarizou os alunos com exemplos que enriqueceram o aprendizado e a associação aos conceitos. Esta etapa foi fundamental para a realização do Trabalho final da disciplina.

O tema Segurança do Trabalho foi abordado apresentando estudos de caso para análise e discussão em sala de aula. Esta tarefa foi realizada em grupo e os alunos precisaram estabelecer um diálogo sobre o caso apresentado para posterior apresentação em sala.

A Valorização Profissional é um assunto também muito importante para o profissional de engenharia. Para isto o aluno neste tema fez uma autoavaliação como pessoa e futuro profissional e teve que propor objetivos pessoais de curto, médio e longo prazos que o ajudarão na construção de sua carreira acadêmica. O aluno então foi posto a realizar uma curta dissertação para que pudesse propor seus objetivos. Após a realização desta tarefa, os alunos foram organizados em um semicírculo e a partir deste momento foi realizada uma conversa sobre suas expectativas com relação ao futuro profissional e de que forma uns poderiam ajudar aos outros, visto que vivenciariam as mesmas situações durante toda a graduação.

Como última tarefa tem se o Trabalho final da disciplina. Nesta etapa o aluno escolheu um assunto baseando-se nas áreas da engenharia que está matriculado e a partir desta escolha realizou uma pesquisa sobre obras, projetos, produtos entre outros. Após a pesquisa o aluno precisou confeccionar um texto que fundamentou uma apresentação oral e a confecção de uma maquete física sobre o tópico que escolheu estudar.

Importante observar a variação na complexidade das tarefas propostas, exigindo escritas menos e mais complexas, assim como grau de aprofundamento maior ou menor, o que garante diferentes graus de aprendizagem e experimentação por parte do estudante.

Outro ponto importante a ser ressaltado, é que cada tarefa foi acompanhada pelo docente em todas as etapas, mas possibilitando a existência da autonomia dos discentes e o fortalecimento da convivência durante todo o decorrer da disciplina.

Vale ressaltar que todos os temas possuem valores específicos como avaliação somativa, mas todos são avaliados também de forma formativa, com base nos verbos de elocução que estão baseados nas habilidades e competências necessárias a este profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de Engenharia (Quadro 1). (BRASIL, 2002)

Quadro 1. Atividades realizadas nas disciplinas de Introdução à Engenharia e respectivas avaliações.

Temas	Avaliações	
	Formativa (Verbos de Elocução)	Somativa
Ética	Analisar, Criticar	10%
Mercado de Trabalho	Sintetizar, Interpretar e Explicar	10%
Carreiras	Interpretar, Comparar, Argumentar, Avaliar	10%
Habilidades e Competências	Comparar, Avaliar, Interpretar	10%
Segurança do Trabalho	Analisar, Discutir, Explicar	10%
Valoração Profissional	Criticar, Comparar	10%
Trabalho final da disciplina	Descrever, Interpretar, Definir, Exemplificar	40%
	Total (%)	100%

Fonte: Autores, 2018.

Observa-se que conforme o Quadro 1, os temas tratados foram executados por meio de metodologias diferentes, mas todas com caráter de metodologias ativas e com graus de dificuldade diferenciados, acarretando em escritas, mais simples até mais complexas, bem como em tarefas realizadas em equipes e sozinho.

Destaca-se também que as avaliações formativas se basearam no alcance das ações propostas pelos verbos de elocução como a análise, a crítica, a interpretação, a explicação a comparação, a avaliação, a condição de descrever e definir, todas observadas durante a realização das tarefas e as avaliações somativas se direcionaram para o material apresentado na forma escrita e em *feedback* realizado em grupo ou individualmente.

Outros assuntos que compõem a ementa são abordados durante o semestre, e para tal são utilizadas aulas expositivas com possibilidade de utilização de ferramentas virtuais bem como as metodologias do ensino presencial convencional.

RESULTADOS

A aplicação destas metodologias propiciou diversas experiências e vivências, como seguem apresentadas nesta seção.

Na tarefa que tratou da Ética foi possível observar que os alunos, para apresentarem o caso, inicialmente, realizaram uma análise e um relato dos fatos e ao final tiveram que apresentar uma crítica com base no código de ética. Nesta tarefa foi abordada a possibilidade de erros serem cometidos durante a carreira profissional, mas foi enfatizada a importância de se estabelecer um padrão de atuação e conduta para que estes possam ser evitados e combatidos.

Ao tratarem do tema Mercado de Trabalho foi possível observar que com a leitura do material indicado os alunos tiveram que sintetizar as informações, bem como interpretar e explicar o

panorama encontrado. Com a realização da resenha foi possível também exercitar a escrita e a coesão textual.

Ao tratar do tema Carreira foi possível contemplar a realização de interpretação das informações coletadas, bem como a argumentação das características apresentadas pelos alunos em cada carreira. Também foi necessário compararem os atributos por todos apresentados e avaliarem os dados disponibilizados para identificarem a carreira com melhores condições de trabalho, salário, entre outros aspectos, oportunizando a classificação das melhores. Com esta tarefa foi possível ampliar a visão dos alunos com relação às engenharias e vislumbrarem possibilidades de atuação.

As Habilidades e Competências a serem adquiridas pelos alunos uma vez formados devem ser apresentadas no início do curso para que estes possam ter ciência do que deverão construir durante a graduação, bem como compreender o seu papel na formação e aquisição desses atributos.

Nesta tarefa foi possível interpretar cada habilidade e competência apresentada, assim como avaliar e comparar cada unidade curricular compreendendo seu papel na formação geral e nas linhas de conhecimento de que fazem parte, além de estabelecer conexão do aprendizado proposto por cada uma.

Com a abordagem realizada no tema Segurança do Trabalho os alunos tiveram a oportunidade de analisar, discutir e explicar os casos designados a cada um. Nesta etapa a discussão gerada estabeleceu um contato maior entre os estudantes, sendo possível observar que já estavam mais a vontade para falar em público. Além disso foi propiciado a ciência da existência de normas e situações de risco vinculadas à atuação da engenharia.

Na fase da Valoração Profissional os alunos tiveram que realizar uma autoanálise, já com base nos conhecimentos adquiridos até o momento. Com esta tarefa tiveram que avaliar suas atitudes como estudantes que refletirá nas atitudes como profissionais. Neste momento puderam pensar em suas carreiras a curto, médio e longo prazos e traçarem metas como estudantes e como futuros profissionais. Assim puderam exercer sua autocrítica, bem como compararem comportamentos e seus esforços pessoais. Fazendo isso poderão, no futuro perceberem seus valores e identificar pontos de melhoria e garantir, através da autocrítica meios de se aperfeiçoarem. A conversa realizada após a tarefa foi fundamental para identificarem objetivos comuns e meios de os conquistar e realizar, gerando no grupo um espírito de equipe.

A última etapa, composta pelo Trabalho final da disciplina, possibilitou aos alunos a prática da interpretação, da definição e descoberta de conceitos, bem como a necessidade de descreverem as obras/projetos e por fim exemplificarem os conhecimentos adquiridos. Além disso, pela forma com que foi apresentada a pesquisa, também tiveram que trabalhar em equipes, bem como usar e exercitar a criatividade para a confecção da maquete física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a inserção destas metodologias aqui apresentadas a capacidade de comunicação e de argumentação foram as habilidades que mais se destacaram, sendo possível notar nos grupos de alunos das disciplinas maior autoconfiança.

O docente, por sua vez, para a realização das tarefas propostas, precisou mudar de postura, passando a ser um articulador no processo de aprendizagem, se tornando parte ativa do processo de construção do conhecimento.

Observa-se também que os assuntos tratados e a forma com que foram avaliados, remetem o estudante a situações próximas com as que experimentará no futuro, no mercado de trabalho, como a necessidade de argumentação, análise e crítica, bem como conhecimentos específicos propiciados pelas pesquisas realizadas.

Diante dos conhecimentos adquiridos e da vivência proposta na disciplina o aluno estabelece um vínculo tanto com o docente, que neste caso em especial é o próprio coordenador do curso, e também com a turma, tornando-se, naturalmente, mais seguro sobre suas escolhas pessoais quanto ao curso de engenharia e dessa forma a evasão tende, conseqüentemente, a diminuir nos períodos iniciais.

Além disso essas práticas promovem a articulação do aluno uma vez que é avaliado em diversos quesitos, garantido uma diversidade de atitudes e habilidades que são construídas por cada tarefa proposta.

Assim, a aplicação destas metodologias propiciou a experimentação de diversas oportunidades de formas de ensino e disponibilização de conhecimento, que em conjunto favoreceram o ganho em aprendizagem e melhor aproveitamento da formação acadêmica.

Destaca-se o fato de que em se aplicando metodologias que envolviam os alunos diretamente na realização das pesquisas e atividades, bem como a necessidade de leitura, apresentação de informações, argumentação, análise crítica, o aproveitamento na disciplina foi maior do que 50%, levando-se em consideração a Pirâmide de William Glasser.

Com este trabalho foi possível constatar que a formação da engenharia se trata de um processo, que envolve não somente conceitos técnicos, mas que diante das demandas da sociedade, exige dos futuros engenheiros comportamento humanista, atitudes reflexiva e criativa e interesse pela transformação consciente e constante do meio.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, H. N. Ensino com pesquisa na disciplina de introdução à engenharia civil. Anais do XXXIV COBENGE. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. Setembro de 2006.
- BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora. Penso, 2018.
- BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Engenharia. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Brasília, 2002.
- COUTO, B. R. G. M. et al Desafios da Educação em Engenharia: Formação em engenharia, Abordagens Pedagógicas, Multidisciplinares, Aprendizagem Baseada em Problemas e Proposições. In: XLII Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, 2014, Juiz de Fora/MG. Brasília: ABENGE, 2015.
- DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 7ª edição. Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI - UNESCO, 2012.
- FERRAZ, A. P. C. M; BELHOT, R. V., Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. São Carlos, 2010.
- MAZUR, E. Peer instruction: a revolução da aprendizagem ativa. Porto Alegre: Penso, 2015.
- MENDES, F. G. S. Recuperação de estudos: Uma busca pela educação de qualidade. Caderno de Gestão e Empreendedorismo, v.02, n.2, p. 1-22, 2014.

MEDIUM CORPORATION, Pirâmide de William Glasser ou “Cone da Aprendizagem”. Disponível em: <<https://medium.com/@renatho/pir%C3%A2mide-de-william-glasser-ou-cone-da-aprendizagem-49a4670afc9a>> Acesso em 09 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, M. B. Panorama do ensino da engenharia no Brasil. Congresso de Iniciação Científica - Faculdade Redentor 2011.

OLIVEIRA, M. B.. Situação atual do ensino da engenharia no Brasil. 2007.

PALANGANA, I. C. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski - São Paulo. Summus, 2015.

PERRENOUD, Philippe. Os Ciclos de Aprendizagem. ArtMed, 2015.

PIAGET, J.. Aprendizagem e conhecimento. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

SORDI, M. R. L. Recuperação da nota, do conteúdo, do conhecimento, do aluno, do homem? Escolhas que fazem a diferença. Educ@ção - Rev. Ped. UniPinhal, São Paulo, v.01, n.3, p. 21-29, 2005.

SVINICKI, M.; MCKEACHIE, W. J. Dicas de ensino - Estratégias, pesquisa e teoria para professores universitários. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

UNIREDENTOR, Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil. Itaperuna, 2018.

A AULA DE PORTUGUÊS NA ENGENHARIA: UMA SUGESTÃO DE ABORDAGEM ATIVA DOS MÉTODOS DE ENSINO E DE AVALIAÇÃO

JOANE MARIELI PEREIRA CAETANO

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Metodologias do Ensino de Língua (NEMEL)
joaneiff@gmail.com*

ADRIENE FERREIRA DE MELLO

*Graduanda em Letras, pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ)
Bolsista do Núcleo de Estudos sobre Metodologias do Ensino de Língua (NEMEL)
adriene.mello@hotmail.com*

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

*Doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ)
Professor Associado e Coordenador do Programa de
Pós-graduação Stricto Sensu em Cognição e Linguagem (UENF)
chmsouza@gmail.com*

RESUMO

Os cursos de engenharia no Brasil devem implementar disciplinas para as cadeiras relacionadas aos conteúdos de língua portuguesa, responsáveis por desenvolver competências orais e escritas para a atuação do engenheiro. Todavia, este domínio de estudo encontra bastante resistência no contexto da área de exatas, pois nas atividades desenvolvidas por essas disciplinas são comuns práticas pouco significativas para este público-alvo, havendo, supervalorização de abordagens exclusivamente metalinguísticas, com recorrência ao texto como pretexto para o ensino gramatical e pouco protagonismo do aluno. Na tentativa de resolução da problemática, este estudo objetiva sugerir uma abordagem ativa nos métodos de ensino e de avaliação nas aulas de português dos cursos de Engenharia. Pretende-se realizar contextualizações sobre a disciplina de português no referido curso e seus diálogos ou afastamentos em relação à perspectiva do letramento acadêmico; e retomar as orientações teórico-metodológicas da concepção de aprendizagem ativa como suporte para a elaboração da proposta supracitada.

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Português. Engenharia. Ensino Superior. Métodos avaliativos.

ABSTRACT

The engineering courses in Brazil must implement disciplines for the chairs related to the Portuguese language contents, responsible for developing of oral and written skills for the engineer's performance. However, this field of study finds a lot of resistance in the context of the exact area, because in the activities developed by these disciplines, practices that are not very significant for this target audience are common, and there is an overvaluation of exclusively metalinguistic approaches, with a recurrence of the text as a pretext for grammatical teaching and little protagonism of the student. In an attempt to solve the problem, this study aims to approach the methods of teaching and evaluation in the Portuguese classes of the Engineering courses. It is intended to make contextualizations about the discipline of Portuguese in its course and its dialogues or exercises in relation to the perspective of academic literacy; The theoretical and methodological guidelines were developed to assist in the preparation of the aforementioned proposal.

Key-words: Active Methodologies. Portuguese. Engineering. Higher education. Evaluation methods.

INTRODUÇÃO

Por instituição do Parecer CNE/CES 1.362/2001, os cursos de engenharia no Brasil devem destinar, na composição de seus conteúdos básicos, os quais correspondem 30% da carga horária mínima, tópicos relacionados à Comunicação e Expressão. As matrizes passam a incluir, a partir desse marco legal, disciplinas como Português Instrumental, Redação, Português Técnico, dentre outras nomenclaturas para as cadeiras relacionadas aos conteúdos de língua portuguesa, responsáveis por desenvolver competências orais e escritas para a atuação do engenheiro.

Todavia, este domínio de estudo encontra bastante resistência no contexto da área de exatas, pairando, nesta seara, discursos que caminham na contramão das recomendações oficiais justamente por inviabilizar o diálogo profícuo entre os conhecimentos técnicos e as possibilidades de aprendizagem provenientes do domínio da Comunicação e Expressão. Além disso, nas atividades desenvolvidas pela disciplina são comuns práticas pouco significativas para este público-alvo, havendo, supervalorização de abordagens exclusivamente metalinguísticas, com recorrência ao texto como pretexto para o ensino gramatical e pouco protagonismo do aluno, uma vez que lhe basta a condição de repositório de regras para reprodução de modelos linguísticos ideais.

Tal cenário justifica a necessidade de estudos que considerem e atendam as demandas de leitura e escrita do campo acadêmico em questão, de modo a tornar a participação discente efetiva ao longo de todo o processo de aprendizagem. Na tentativa de resolução da problemática destacada, este estudo objetiva sugerir uma abordagem ativa nos métodos de ensino e de avaliação nas aulas de português dos cursos de Engenharia.

Para tanto, especificamente, pretende-se, mediante revisão de literatura, realizar contextualizações sobre a disciplina de português no referido curso e seus diálogos ou afastamentos em relação à perspectiva do letramento acadêmico; e retomar as orientações teórico-metodológicas da concepção de aprendizagem ativa como suporte para a elaboração da proposta supracitada.

A finalidade do português na formação de engenheiros: letramento acadêmico ou profissional?

As reformulações realizadas nos documentos regulamentadores do ensino nos cursos de graduação, em especial na área de exatas, promoveram diversidade na organização curricular e no perfil de egresso almejado, na medida em que, como o próprio texto legal do Parecer CNE/CES 1.362/2001 sugere, há destaque para abordagens ativas de aprendizagem. Neste parecer, sinaliza-se a alteração do currículo em nova proposta guiada por três aspectos fundamentais: (i) ênfase ao conjunto de experiências de aprendizado; (ii) programa de estudos coerentemente integrado; (iii) concepção da educação enquanto processo participativo.

O conjunto de experiências de aprendizado compreende, além das atividades convencionais em sala de aula, as atividades complementares, provenientes, por exemplo, das ações de iniciação científica e extensão. Já um programa de estudos coerentemente integrado prevê novas formas de estruturação curricular do curso, através “da implantação de experiências inovadoras de organização curricular, como por exemplo, o sistema modular, as quais permitirão a renovação do sistema nacional de ensino” (BRASIL, 2002). Por último, mas não menos importante, o elemento fundamental que entende a educação como processo participativo trata de sinalização evidente das possibilidades de aplicação de métodos ativos, haja vista que a descrição apresentada para esse tópico dialoga com a perspectiva das Metodologias Ativas

(MA): “entende -se que o aprendizado só se consolida se o estudante desempenhar um papel ativo de construir o seu próprio conhecimento e experiência, com orientação e participação do professor” (BRASIL, 2002). Logo, assim como destaca Moran (2018) ao definir MA, foca-se “na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida” (MORAN, 2018, p. 4). Diante das orientações desse respaldo legal, é importante repensar as alternativas de inserção dessa abordagem no contexto das aulas de português em cursos das áreas técnicas.

Contudo, torna-se necessário, antes de qualquer consideração sobre as MA, definir um ramo de estudo de grande relevância para este trabalho: o Letramento Acadêmico (doravante LA). Segundo Kleiman (2010), seguindo as concepções de letramento que permeiam o processo de alfabetização e os demais ciclos do ensino básico, mantém-se nas universidades a ideia de que as práticas de letramento podem acarretar uma compreensão mais ampla “da língua escrita, de modo a incluir as práticas de ler e escrever da vida social” (p. 379). Nesse sentido, o conceito de LA surge para suprir a necessidade de proporcionar ao universitário o domínio da escrita e da leitura acadêmica, uma vez que “há diferentes usos sociais da linguagem e que os significados atribuídos à escrita e à leitura são dependentes dos contextos sociais. Conseqüentemente, não há um letramento, mas múltiplos letramentos, a depender dos significados atribuídos por diferentes grupos sociais” (FIAD, 2015, p. 26).

Dessa forma, as disciplinas responsáveis por desenvolver as habilidades previstas ao domínio Comunicação e Expressão, a fim de atingir os objetivos propostos para o perfil do novo engenheiro, passaram implementar práticas de LA, com intuito de promover o desenvolvimento pleno da leitura e da escrita, bem como fazer com que os graduandos saibam produzir gêneros acadêmicos e gêneros que permeiam “o mundo do trabalho do engenheiro, pois a relação entre a atuação no campo das Engenharias e leitura/escrita está cada vez mais acentuada” (MARTINS, 2016, p. 2).

Essas práticas podem ser benéficas, na medida em que os alunos, ao ingressarem nas universidades, muitas vezes, não possuem as habilidades discursivas que são necessárias para o contexto de produção acadêmica. No que tange aos cursos de Engenharia, essa problemática é ainda mais acentuada, uma vez que os discentes desses cursos possuem um perfil intelectual voltado para a área de exatas, com muita habilidade para os números, mas geralmente pouca desenvoltura no âmbito da leitura e da escrita. Pesquisas, como a de Ribeiro, Guimarães e Silva (2012), demonstram que os próprios graduandos de engenharia, em sua maioria, afirmam não gostar de “português” ou de ler e escrever. Sobre isso, pode-se afirmar que toda essa aversão está intimamente ligada ao ensino de português na graduação com base em uma perspectiva gramatical, desvinculada do contexto de uso daqueles alunos e que não permite que estes reconheçam uma finalidade prática para as disciplinas de português para fins específicos na universidade.

Nessa seara, Ribeiro, Guimarães e Silva (2012, p. 119) destacam que “ao entrar no contexto das instituições de ensino superior, o aluno aprende formas de falar, ouvir, escrever, ler, etc. específicas do contexto acadêmico, o que não acontece de forma imediata, mas ao longo do percurso estudantil”. Assim, não se pode dizer que o aluno é iletrado ou que não é capaz de desenvolver a escrita acadêmica, mas é preciso que o docente esteja atento a métodos que possam promover essa competência comunicativa tão crucial às atividades acadêmicas atualmente.

Ainda de acordo com a pesquisa de Ribeiro, Guimarães e Silva (2012), pode-se observar que muitos graduandos de Engenharia buscam uma abordagem metódica para o ensino de Português Instrumental, ou seja, uma abordagem que os capacite na construção de gêneros

textuais específicos do meio científico, como relatórios, estudos de caso e artigos científicos. Tal pesquisa demonstrou, também, que os alunos reconhecem que no âmbito profissional é de suma importância saber se comunicar, tendo em vista que “só necessidades ligadas ao mercado de trabalho podem justificar a discussão de determinados gêneros de texto em sala de aula” (RIBEIRO; GUIMARÃES; SILVA, 2012, p. 126).

Nessa perspectiva, emerge-se um questionamento importante: o letramento realizado nas disciplinas de graduação em Engenharia deve preparar o aluno para o contexto acadêmico ou para o contexto profissional?

Esse questionamento não possui uma resposta concreta, já que não é possível distanciar ou dividir o LA do letramento profissional (LP) em alguns aspectos, como a necessidade de uma boa comunicação, para o estabelecimento de relações interpessoais ou a produção de gêneros que fazem parte do dia a dia de um engenheiro. No entanto, é preciso evidenciar que o LA deve se desenvolver no âmbito da universidade, com intuito de preparar o aluno para os desafios que a sua graduação exigirá, enquanto o LP se desenvolve no momento da atuação desse engenheiro, no exercício diário de sua profissão, o que não anula a possibilidade de haver, no percurso de sua formação universitária, preparação para lidar com o futuro contexto laboral.

De acordo com Martins (2016 apud KLEIMAN; SILVA), o LA está intimamente ligado à questão da empregabilidade e, por isso, os próprios alunos evidenciam o anseio de que as aulas de português possam prepará-los para o exercício profissional. Nessa ótica, Ribeiro, Guimarães e Silva (2012) destacam que há um conflito entre o LA e o LP nas universidades, pois “quer-se que o curso de Português supra necessidades mais voltadas ao mercado de trabalho do que à produção acadêmica” (p. 130).

Nessa lógica, demonstra-se a importância de que os objetivos para o ensino de português nas universidades sejam bem delimitados e que os docentes estejam preparados para enfrentar o desafio de capacitar o graduando para a vida acadêmica e, conseqüentemente, para seu exercício profissional. Assim, a próxima seção apresentará uma sugestão metodológica, que evidencia como as MA podem tornar esse diálogo entre LA e LP possível, atingindo os objetivos propostos para as disciplinas de português nos cursos de engenharia.

Língua Portuguesa na Engenharia: uma sugestão

Nesse sentido, conforme a Resolução CNE/CES Nº 11, de 2002, por meio da qual se instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, espera-se, dentre os objetivos, que a formação do engenheiro prepare-o para “comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica” (BRASIL, 2002). O primeiro aspecto a se discutir, antes de delineamento metodológico mais específico, refere-se à qual concepção de linguagem será eleita. Tendo em vista a necessidade social do ensino de língua portuguesa, como bem salienta Antunes (2009), em preparar o sujeito para transitar em diversas esferas da sociedade enquanto cidadão ativo e participativo, é recomendável, na visão de Passarelli (2018), conceber a língua como forma de interação, mas também como processo interativo entre sujeitos em situações diversificadas de uso linguístico, cotidianamente presentes na vida do acadêmico.

Em suma, as técnicas de ensino empregadas correspondem a atividades de sondagem do perfil discente (estratégia de elaboração de *Mapas Conceituais*), formulação de conceitos pelo discente (atividade *Mapa Semântico*), emprego de Sala de Aula Invertida (dinâmica *Semáforo do Conhecimento*) e Aprendizagem baseada em Problemas (*Protocolos de Análise Textual*). Já os métodos de avaliação previstos são: a *Avaliação Diagnóstica*, a *Avaliação por Pares* e a *Autoavaliação*. Apresenta-se, a seguir, infográfico representativo da sequência proposta:



Fonte: criado pelos autores.

Dando prosseguimento, explica-se cada estratégia de ensino e de avaliação empregadas, de modo a destacar seu objetivo, sua metodologia e suas contribuições para a efetividade de uma abordagem ativa nas aulas de português em cursos de Engenharia.

Mapas Conceituais

Nessa seara, a primeira estratégia utilizada em nossa sugestão, leva em consideração a importância de se construir o conhecimento, em detrimento de apenas transmiti-lo. Com base na proposta dos autores Trentin, Ching e Gerab (2016), a produção de *Mapas Conceituais* é uma atividade relevante para a promoção da personalização do ensino e, conseqüentemente, para a formação de um aluno autônomo.

Dentre os benefícios do trabalho com *Mapas Conceituais*, destacam-se alguns que podem ser relevantes à sugestão aqui elucidada. O primeiro deles seria a instrução que os alunos recebem com relação aos conteúdos ensinados, desconstruindo a ideia de Educação Bancária fortemente criticada por Freire (1996). Em segundo lugar, encontra-se a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, que podem ser organizados e sistematizados através dos mapas, de modo que professor e aluno saibam quais os pontos devem ser resgatados para a compreensão do conteúdo em estudo naquele momento, o que justifica o caráter diagnóstico dessa atividade, sendo o primeiro passo a ser desenvolvido na implementação de uma sequência de estratégias ativas.

Os *Mapas Conceituais* também possibilitam o desenvolvimento do raciocínio, na medida em que são construídos logo que um assunto ou tema é apresentado, mas devem ser revisados, repensados e reelaborados sempre que novas informações forem adquiridas com o decorrer das aulas. Ressalta-se, ainda, a possibilidade de fazer uma “síntese dos conteúdos trabalhados, em que, ao final da aula ou de um curso, os *Mapas Conceituais* possam representar um resumo esquemático do que foi aprendido, composto pelo conjunto de conceitos importantes de uma área do conhecimento” (TRENTIN; CHING; GERAB, 2016, p. 216).

Desse modo, demonstra-se que o desenvolvimento de *Mapas Conceituais* pode ser extremamente relevante para os cursos de ES, uma vez que “não é apenas uma ferramenta para capturar, representar e arquivar o conhecimento, é uma alternativa para que o conhecer possa ser enriquecido e repleto de significados” (TRENTIN; CHING; GERAB, 2016, p. 216).

Assim, nesta sugestão, o *Mapa Conceitual* desenvolvido terá como objetivo desenvolver coletivamente um conceito de disciplina de português na graduação. Para tanto, partirá do

seguinte questionamento ou, como Trentin, Ching e Gerab (2016) consideram, da seguinte pergunta focal: *O que se precisa estudar de Português na Engenharia?*

Mapa Semântico

Tendo em vista a importância de que os graduandos em Engenharia compreendam o que se deve aprender nas aulas de Português desses cursos, a segunda atividade realizada é o *Mapa Semântico*, que oportuniza aos alunos um momento de estabelecer definições acerca do conceito central de tal disciplina. Essa atividade é motivada por um termo-gerador, que mobiliza os conhecimentos do aluno sobre determinada palavra e, por associação, ele consegue citar outros termos relacionados. Neste caso, escolheu-se como termo-gerador a palavra *Texto*, para que a partir dela, os acadêmicos pudessem escolher quatro palavras-chave que seriam fundamentais para a construção do conceito. Tendo como base esses termos escolhidos, deve-se pedir aos alunos que elaborem uma frase conceituando o termo gerador. Em um trabalho anterior, mencionamos que

Essa abordagem se mostra eficiente, na medida em que os alunos precisam chegar a um consenso sobre quais palavras devem ser selecionadas, já que, dependendo das palavras apontadas, o conceito poderia ficar vago ou, até mesmo, truncado, não atingindo o objetivo de formar uma ideia sobre o termo gerador. Assim, demonstra-se que é preciso que haja um compartilhamento de ideias [...], o que já mobiliza várias instâncias do conhecimento prévio que tais alunos possuem (MELLO, CAETANO e SOUZA, 2018, no prelo).

Semáforo do Conhecimento

Por outro lado, uma estratégia ativa que se mostra muito eficaz para o desenvolvimento de leituras complexas nas aulas de Português da Engenharia é o *Semáforo do Conhecimento*. Baseada nos princípios da Sala de Aula Invertida (BERGMANN; SAMS, 2018), tal atividade foi apresentada pelo professor Neudson Johnson Martinho, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por ocasião do IX Fórum Nacional de Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem na Formação em Saúde, durante a oficina “O uso de Metodologias Ativas em programas de formação docente”. A ideia é que os alunos, tendo como base um texto complexo, possam fazer a leitura em casa e dividir os pontos essenciais do texto em níveis de dificuldade, registrando a compreensão efetiva do texto, as dúvidas e o que não compreenderam definitivamente. No momento da aula, o professor orienta o encaixe dessas percepções de leitura em cores, respectivamente, verde, amarela e vermelha, assim como um Semáforo.

No caso da estratégia aqui elucidada, o texto base para a atividade é o artigo “Aulas de Português na formação de engenheiros: expectativas e concepções de alunos e professores de instituição pública em Minas Gerais”, de Ribeiro, Guimarães e Silva (2012), por apresentar discussões contextualizadas sobre a abordagem destinada ao estudo de língua nos cursos de graduação em Engenharia, em evidência da percepção discente envolvida em anseios, dificuldades e dúvidas. Sua leitura pode mobilizar, desse modo, identificações por parte dos acadêmicos e inspirar diálogos bastante reflexivos e significativos ao longo da interação pretendida pela atividade.

Aprendizagem baseada em problemas

O principal objetivo das práticas ativas de aprendizagem é tornar o ensino mais significativo para o aluno. Nesse sentido, problematizar o ensino implica fomentar a capacidade dos alunos de identificar possíveis causas para um problema que, aparentemente, não possui uma

solução definida, mas que pode ter uma solução satisfatória caso os alunos acionem o senso crítico, a criatividade e a iniciativa (MUNHOZ, 2015). Assim, surge a noção de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), proposta por Munhoz (2015), uma vez que estratégias que promovam a problematização do ensino são vistas como alternativas importantes, pois “o que constatamos, cada vez mais, é que a aprendizagem por meio da transmissão é importante, mas a aprendizagem por questionamento e experimentação é mais relevante para uma compreensão mais ampla e profunda” (MORAN, 2018, p. 2).

Para o trabalho nas aulas de português dos cursos de engenharia, essa técnica de aprendizagem pode ser utilizada com o objetivo de desenvolver práticas de Análise Textual. Como atividade que estimule habilidades iniciais de interpretação textual, pode-se problematizar o texto a partir de abordagens que desbravem a potencialidade de investigações em nível pragmático, como a sugerida por Antunes (2010) ao propor um protocolo de análise baseado em três aspectos fundamentais: Análise de aspectos globais; Análise de aspectos de construção; e Análise de Aspectos de Adequação Vocabular.

De acordo com a autora, o foco em aspectos globais relaciona-se à compreensão da dimensão global do texto. Em uma visão integral, portanto, compreende a percepção de elementos fundamentais da textualidade, tais como: o universo de referência; a unidade semântica; a progressão temática; o propósito comunicativo; os esquemas de composição (tipos e gêneros); a relevância informativa e as relações com outros textos (intertextualidades).

Já o estudo dos aspectos de construção exige um olhar mais atencioso à arquitetura textual, em retomada às noções de coesão e coerência empregadas no constructo em análise. Direcionam-se, assim, aos nexos textuais responsáveis pelo encadeamento interligado do texto, o que possibilita discussões sobre os usos linguísticos estilisticamente selecionados para o texto no estabelecimento das relações de sequenciação, associação, contiguidade e equivalência, bem como na utilização de mecanismos de coesão, a saber a substituição e a referenciação (ANTUNES, 2010; 2005).

Outra possibilidade de análise corresponde aos aspectos de adequação vocabular existentes no texto em estudo. A seleção das palavras empregadas permite captar a intencionalidade comunicativa e os possíveis desdobramentos de seu impacto em nível textual-discursivo no jogo de negociação entre os interlocutores.

Para a atividade, o professor pode eleger o gênero que se adapte ao conteúdo programático disposto para a disciplina e seguir o protocolo de Antunes (2010), porém, com muita atenção para não recair em atividades de mera identificação de aspectos. Importa resgatar a participação discente mediante questões problematizadoras dos recursos linguístico-textuais contemplados pelo texto, os quais não se encontram ali sem filiação com propósitos comunicativos previamente estabelecidos. Assim, as motivações pragmáticas precisam ser o cerne da abordagem baseada em problemas, que precisam ser resolvidos pelos alunos, cujas interpretações não devem ser passivamente disponibilizadas pelo professor.

Avaliação por pares e Autoavaliação

A avaliação por pares é uma estratégia que possibilita maior interação entre os alunos. Intitula-se *por pares* justamente por motivar o diálogo entre duas percepções. Nesta sugestão, prevê que os pares, mediante a leitura de textos-base e produção de perguntas sobre ele, avaliem a qualidade das respostas dos outros. Descentraliza-se a função do professor como único agente verificador da validade das atividades discentes. Os colegas podem, assim, tecer considerações sobre o desempenho dos demais acadêmicos, bem como, em retorno, receber feedbacks sobre

o seu, estimulando, a partir disso, uma autoavaliação, isto é, uma reflexão dos estudantes sobre os resultados de suas próprias ações.

Sobre a atividade, duas observações são analogamente válidas: o potencial da atividade de reorganizar o preparo discente para execução da tarefa e a indispensabilidade da atuação do professor.

Importa observar que a técnica estipula a aprendizagem ativa, uma vez que é essencial que os acadêmicos-avaliadores preparem-se previamente para mobilizar conhecimentos prévios e conseguir avaliar seus pares, contribuindo significativamente. Ocorre, desse modo, uma organização discente de suas rotinas de estudo, bem como confere-se a ele maior responsabilidade na dinâmica da aprendizagem.

Vale considerar, ainda, que a atuação docente não é dispensável. Pelo contrário, sua mediação é fundamental para que a atividade não fuja do controle e para que os alunos não compreendam a avaliação como um ringue de críticas desconstrutivas. Ademais, problemas metodológicos na elaboração das questões (tais como, perguntas que se limitem a aspectos pontuais do texto, em desconsideração de abordagens mais aprofundadas) podem ser discutidos pelo professor, auxiliando ao aluno a aprender como avaliar.

Cria-se um ambiente de aprendizado formativo diversificado, pois coloca-se o aluno na condição de entender como funciona a avaliação e como promover critérios avaliativos que resgatem aquilo que seja primordial para sua preparação acadêmico-profissional. O acadêmico participa, portanto, ativamente, inclusive, da concepção de avaliação da aprendizagem.

CONCLUSÃO

Este trabalho dedicou-se a sugerir uma abordagem ativa nos métodos de ensino e de avaliação nas aulas de português dos cursos de Engenharia. Cumpriu-se o objetivo pretendido ao propor uma alternativa que contemplou estratégias ativas como Mapas Conceituais, Mapas Semânticos, Semáforo do Conhecimento, Aprendizagem Baseada em Problemas, Avaliação por pares e Autoavaliação.

Em um contexto de transformações em nível universitário, em específico nos cursos de Engenharia, as aulas de português podem receber grandes contribuições de metodologias valorizadoras da atuação discente efetiva e constante ao longo do processo: desde as atividades de ensino até às avaliações. Afinal, de nada adianta dedicar esforços para as técnicas de ensino serem ativas se a avaliação ainda residir em uma participação passiva do aluno.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010

_____. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. ANTUNES, Irandé. A coesão e a coerência. In: _____. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 174-186.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. *Sala de Aula Invertida: Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem*. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Conselho Nacional de Educação - CNE. Parecer CNE/CES 1.362/2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia*. Brasília, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). *Resolução CNE CES 11*, de 11 de março de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Brasília, DF, 2002.

FIAD, Raquel Salek. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LETRAMENTOS ACADÊMICOS NO CONTEXTO BRASILEIRO. *Pensares em Revista*, São Gonçalo-RJ, n. 6, pág. 23-34, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/18424/13732>. Acesso em 11 out. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLEIMAN, Angela B. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 2, 375-400, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n2p375/18442>. Acesso em 11 out. 2018.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José. (Org.) *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.

PASSARELLI, Lílian Maria Ghiuro. A meta-avaliação de disciplina ministrada em pós-graduação stricto sensu. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 245-262, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2130>. Acesso em 15 ago. 2018.

RIBEIRO, Ana Elisa; GUIMARÃES, Izabella F.; SILVA, Suelen E. Costa da. Aulas de Português na formação de engenheiros: expectativas e concepções de alunos e professores de instituição pública em Minas Gerais. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 16, n. 30, p. 117-136, 1º sem. 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4243/4396>. Acesso em 11 out. 2018.

MARTINS, Francimary Macêdo. LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ENGENHARIA: UMA EXPERIÊNCIA NO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA DA UFMA. *Anais VIII FIPED*, V. 1, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA24_ID4553_28092016120508.pdf. Acesso em 11 out. 2018.

MELLO, Adriene Ferreira; CAETANO, Joane Marieli Pereira; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. Aprendizagens Ativas na Formação em Letras: uma abordagem metodológica para a disciplina de Linguística Textual. *Link Science Place*, Campos dos Goytacazes, 2018 [no prelo].

MUNHOZ, Antonio Siemsen. *ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem*. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

TRENTIN, Paulo H.; CHING, Hong Y.; GERAB, Fábio. A importância dos mapas conceituais para o desenvolvimento de um projeto pedagógico. In: CARVALHO, Fátima Franco Oliveira; CHING, Hong Yuh. *Práticas de ensino-aprendizagem no ensino superior: experiências em sala de aula*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

O USO DE TECNOLOGIA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DO DIREITO E A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR

ALESSANDRA DALE GIACOMIN TERRA

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) e bolsista CAPES
alessandragterra@gmail.com*

LÍLIAN CAZORLA DO ESPÍRITO SANTO NUNES

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF)
e Professora do curso de Direito da UNICARIOCA
liliancazorla@gmail.com*

THIAGO GUERREIRO BASTOS

*Doutorando em Finanças Públicas e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UERJ), Professor do curso de Direito da UNICARIOCA
e Professor do curso de Direito da Universidade Estácio de Sá
thiagoguerreirobastos@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre a utilização de tecnologia como ferramenta de aprendizagem no ensino superior, em especial no ensino do Direito. Ademais, pretende-se refletir a importância do professor no processo de ensino-aprendizagem, compreendendo a educação não apenas no aspecto de formação profissional e acumulação de conhecimento técnico, mas também como forma de desenvolvimento pessoal e de formação crítica do aluno, enquanto indivíduo e do cidadão. A presente pesquisa se deu a partir de uma investigação qualitativa, de caráter empírica, mediante análise bibliográfica e buscando refletir sobre métodos utilizados em sala de aula pelos professores-autores, incitados pela política da instituição de ensino em que lecionam. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de se refletir pelas profundas mudanças sociais e comportamentais resultantes do avanço tecnológico e da necessidade de se aperfeiçoar a ambiente de ensino se utilizando destes avanços. Por fim, cumpre ainda refletir sobre o papel do professor no ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem; docência; Tecnologia de ensino

ABSTRACT

This article aims to reflect on the use of technology as a learning tool in higher education, especially in the teaching of Law. In addition, it is intended to reflect the importance of the teacher in the teaching-learning process, including education not only in the aspect of professional training and accumulation of technical knowledge, but also as a form of personal development and critical formation of the student, as an individual and of the citizen. The present research was based on a qualitative research, of an empirical nature, through bibliographical analysis and seeking to reflect on methods used in the classroom by the teacher-authors, incited by the policy of the teaching institution in which they teach. This research is justified by the need to be reflected by the profound social and behavioral changes resulting from the technological advance and the need to improve the teaching environment if using these advances. Finally, it is still necessary to reflect on the role of the teacher in teaching-learning.

Keywords: Teaching-learning; teaching; Teaching technology

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende refletir sobre o papel da tecnologia no ensino e aprendizagem do aluno do curso de Direito. Objetiva-se com este trabalho apontar a importância do professor no processo educacional, mas sem perder de vista que cada geração tem uma necessidade e expectativa diferentes a respeito do que se espera de um professor.

O ensino ocidental tem como base uma fórmula quase inoxidável: ambiente, quadro, carteiras enfileiradas e um expositor do saber. O modelo de escola não sofreu grandes revoluções. Sua origem remonta à Grécia Antiga com os ensinamentos de Platão e Aristóteles. O modelo educacional desse período, contudo, era bastante elitista e não se propunha ser aquilo o que a escola se tornou ao longo dos séculos. Contudo, a transmissão do saber ainda era rarefeita e custosa em razão da tecnologia rudimentar. Livro, por exemplo, era algo raro e caro. Por isso, Gutenberg foi um grande incentivador da primeira revolução escolar ao criar a imprensa. O acesso ao livro com o passar dos anos, então, foi sendo barateado. Desde esse momento, contudo, a configuração da sala de aula não sofreu alterações substanciais. Assim, pode-se dizer que, caso um professor do século XVIII se teletransportasse para o século XXI, ele poderia se espantar com o imenso avanço tecnológico obtido pela civilização, mas sentiria certo conforto e intimidade com as atuais salas de aula em virtude da pouca alteração de seu espaço físico ou seu método de ensino.

O papel do professor, diante desta realidade, relaciona-se a um profissional apto a se adaptar a novas realidades. Exige-se que o docente compreenda que a educação não é apenas um aspecto de formação profissional, mas ambiente de revolução social para muitos daqueles que ingressam no ensino superior e que apenas com o despertar do pensamento crítico é que se pode ter educação realmente transformadora-libertadora (FREIRE, 2002, p.12).

O presente trabalho teve como inspiração a vivência individual de cada um dos autores a respeito do seu papel de docente, buscando construir uma análise deste cenário atual e possíveis proposições para o futuro. Desse modo, utilizou-se o Centro Universitário Carioca - UniCarioca, sediado no Município do Rio de Janeiro, como campo de pesquisa para tentar compreender o entrelaçamento necessário entre educação, tecnologia e metodologias ativas de ensino. Tais experiências serviram de ponto de partida para uma investigação qualitativa, de caráter empírico e com apoio bibliográfico, para a reflexão sobre o emprego de novos métodos em sala de aula, sobre o papel do docente e o processo de aprendizagem.

Acredita-se que esta pesquisa é relevante por dois aspectos: primeiro pois estarmos em um contexto de constantes e céleres avanços tecnológicos; segundo pela necessidade de refletir sobre o ensino-aprendizagem diante de uma nova geração que surge envolta em tecnologia.

A geração *alpha* demandará uma reinvenção da sala de aula e dos métodos de aprendizagem em razão da mudança de era que se vislumbra ao longo das próximas décadas para a educação. É certo que a geração amplamente conectada à internet e aos constantes avanços cibernéticos não se sentirá instigada a ficar sentada em uma sala, de forma passiva, sendo “iluminados” por um professor que transmite todo o conhecimento. Os desafios que se impõem à educação vão muito além de uma metodologia ativa de aprendizagem; demandarão uma revolução completa da sala de aula e da própria figura do professor.

PROCESSO DE APRENDIZAGEM E CONFLITO GERACIONAL: O QUE ESPERAR DOS ALPHAS?

Os últimos sessenta anos foram marcados por intensas e sucessivas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Nesse sentido, diversas gerações experimentaram o processo de aprendizagem sob diferentes perspectivas. Cada geração tem uma demanda e necessidade distinta daquele que antecedeu. Nesse sentido, há geração *baby boomer* (1945 a 1960), geração X (1961 a 1982), geração Y (1983 a 2000), geração Z (2001 a 2009) e geração Alpha (2010 em diante). Nesse sentido, o ensino superior, atualmente, tem maior presença das gerações Y e Z. Futuramente, ingressará uma nova leva, a geração Alpha (INDALÉCIO e RIBEIRO, 2017).

Cada geração impõe um desafio à abordagem do ensino tradicional. Impor o mesmo método educacional para os nascidos em momentos tecnológicos e informacionais tão díspares soa contraproducente. Desse modo, é papel do docente e das instituições de ensino encontrar uma nova forma de pensar a educação. A tecnologia passou a ser um elemento central no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, se a geração Y se desenvolveu vendo o avanço tecnológico, a geração Z cresceu em um ambiente de informação rápida e instantânea. Internet, *gadgets*, dispositivos sensíveis ao toque, entre outras formas de interação entre homem e máquina, são uma realidade em seu desenvolvimento como indivíduo e cidadão. A geração Alpha, por sua vez, é um nativo digital. A nova geração, será, especula-se, pautada na multitarefa e no dinamismo (FAVA, *apud* INDALÉCIO e RIBEIRO, 2017). A geração atual que começa a se inserir nas escolas e em cerca de algumas décadas estarão espalhadas pelo centros de ensino superior terão a tecnologia como algo inerente e banal. As necessidades serão *online* e *on time*.

Todavia, a sala de aula, em geral, não está pronta para absorver essas necessidades. Vivenciamos, atualmente, uma mudança de era educacional. A fórmula inoxidável começa a apresentar problemas. Portanto, é essencial repensar o papel do professor e da sala de aula para atrair uma nova gama de alunos que não estão dispostos a serem iluminados pelo professor. A geração Z e, com maior intensidade, a geração Alpha, demandarão novas formas de estudos que estarão longe do padrão existente há séculos.

O século XXI impôs ao sistema educacional clássico uma refundação. O aluno passa a ser o centro do processo de aprendizagem e o professor um coadjuvante na construção do seu conhecimento. O ambiente escolar pautado na hierarquia e na autoridade máxima do professor em sala de aula abre espaço para um ambiente horizontalizado e dialógico. Tal cenário se impõe porque a informação deixou de ser monopólio do professor, pois está amplamente difundida na internet. Os atuais educandos, em sala de aula, já confrontam informações porque quando não concordam com algo dito pesquisam imediatamente num dispositivo eletrônico móvel celular os dados desejados. Há um dinamismo inexistente até então que afeta e altera a relação de poder em sala de aula. Dessa forma, ou o professor e as instituições se adaptam e compreendem seu novo papel no processo de aprendizagem, qual seja, formação crítica visto que a informação hoje é banalizada na internet, ou estarão fadados a serem substituídos por serem obsoletos.

A partir da emersão deste “novo paradigma” mostra-se imprescindível que o campo da educação e o papel do professor se adaptem, mediante a implementação de novas concepções de ensino-aprendizagem, com destaque para a utilização de ferramentas da modalidade da educação a distância que permitam a autonomia dos discentes na construção do conhecimento, bem como reconhecendo as necessidades e especificidades do alunado enquanto nativo digital (MONTEIRO e PEREIRA, 2018).

A UNICARIOCA E O AMBIENTE FAVORÁVEL ÀS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Estas mudanças sociais decorrentes do avanço tecnológico já na década de 1990 eram objeto de preocupação da Instituição educacional a partir da qual são feitas as reflexões neste estudo, que, conforme de autores como BERNADI e RITTO, a instituição via como necessário compatibilizar o processo de ensino com “as mudanças no ambiente das organizações, no mercado, nas profissões e nas pessoas” uma vez que ‘a pessoa a ser formada hoje, viverá num mundo exigente onde tecnologia, globalização, serviços e conhecimentos serão a palavra-chave’ (RITTO e MACHADO FILHO, 1995, p. 29). Acredita-se que esta preocupação e o histórico da Instituição entrelaçado ao seu viés tecnológico resultaram em um ambiente favorável às vivências experimentadas por estes professores-autores, de implementação de novas tecnologias ao ensino do Direito.

O Centro Universitário Carioca - UniCarioca foi o ambiente empírico de coleta de informações apresentadas neste trabalho. A Instituição foi criada em 1990 quando surgiu como Faculdade Carioca de Informática, sediada no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.

Com passar dos anos, ampliou sua oferta de cursos em razão da demanda social. Em razão disso, transferiu sua sede para o bairro do Rio Comprido, onde fica a sua principal unidade, e implementou o uso de recursos tecnológicos em seu novo campus. Dessa forma, em 1994, ofertou-se o primeiro curso por meio da internet por uma IES no país. A UniVir – Universidade Virtual do Brasil foi um projeto acadêmico desenvolvido por professores e alunos da Faculdade Carioca de Informática. Neste ano, a Instituição ampliou sua oferta de cursos e passou a oferecer Administração, Comunicação Social, Desenho Industrial e Marketing. Em 1998, objetivando se firmar na área de informática, ofereceu o curso de Ciência da Computação. A partir de então, novos cursos passaram a ser oferecidos, incluindo os então chamados sequenciais, posteriormente denominados cursos superiores de tecnologia.

Em 2000, a Faculdade Carioca foi credenciada como Centro Universitário UniCarioca pelo Decreto de 20 de junho de 2000 (DOU de 21/6/2000). A UniVir, a partir de então, deixou de ser meramente um projeto acadêmico e se posicionou como unidade no corpo da organização. Dando continuidade ao processo de expansão, foi inaugurada em 2001 a Unidade Méier, com cursos de graduação e cursos superiores de tecnologia. Neste mesmo ano, no Campus Rio Comprido, foi criado o Núcleo de Projetos Especiais (Nupec) e o Laboratório UniCarioca de Pesquisas Aplicadas (Lupa), o primeiro destinado a oferecer projetos para instituições públicas e privadas nas áreas de gestão, tecnologia e educação, e o segundo, com o objetivo de realizar trabalhos de iniciação científica e de pesquisa, no contexto da proposta pedagógica da Instituição. Em 2002 foi criada a primeira Incubadora Virtual de Empresas do país, a IVE, com apoio do Sebrae e da Rede de Tecnologia. Várias iniciativas foram apoiadas entre 2002 e 2006, o ano de sua desativação.

Estando há mais de vinte e oito anos no mercado, a UniCarioca consolidou-se como uma instituição preocupada com a qualidade da educação, empregabilidade e acessibilidade ao Ensino Superior, oferecendo serviços de qualidade, com preços acessíveis. O empenho e esforço garantiu excelentes avaliações pelo Ministério da Educação (MEC) ao ponto de ser considerada pelo quinto ano consecutivo o melhor Centro Universitário do Rio de Janeiro, conforme IGC 2016. Mais recentemente, a UniCarioca se credenciou a ofertar cursos superiores à distância, conforme portaria publicada no DOU de 30/11/2015. Em 2017, iniciou seu primeiro curso pós graduação *stricto sensu*, o Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação, alinhado com a sua identidade de tecnologia e inovação em educação.

Foi neste ambiente que foi implantado o curso de Direito. Em 2013, a UniCarioca decidiu expandir-se na direção das humanidades e Ciências Sociais Aplicadas e estruturou-se para ofertar o Bacharelado em Direito. Tendo cumprido todos os requisitos legais e passado pelas etapas de avaliação do Projeto Pedagógico conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Instituição obteve autorização para funcionamento do novo curso. Em fevereiro de 2016, teve início a Graduação em Direito na unidade sede da UniCarioca, no Rio Comprido.

Tal curso foi concebido e trabalhado de maneira a promover ensino jurídico de densidade teórica e viés crítico, aliado à atualização cada vez mais exigida dos novos profissionais do campo (UNICARIOCA, 2018). Para isto, a metodologia de trabalho precisou ser adequada ao atendimento dos objetivos, assim como a nova escola jurídica necessariamente passaria a incorporar alguns dos elementos que já eram bandeira da UniCarioca, como o emprego de plataforma virtual para interação de alunos e professores.

O curso incorporou os cinco princípios educacionais filosóficos da UniCarioca em sua estruturação, quais sejam: i) todo indivíduo é único em seu potencial de aprender; ii) a aprendizagem deve ocorrer em ambientes que sejam ricos, motivadores e desafiadores; iii) o professor deve atuar como o principal agente facilitador da aprendizagem; iv) o aluno deve participar ativamente do processo de aprendizagem, assumindo e dirigindo a própria transformação; v) a aprendizagem está centrada na aquisição de competências e deve proporcionar o desenvolvimento integral do aluno (UNICARIOCA, 2018). O foco no aluno e em seu processo de aprendizagem, portanto, é o guia das práticas institucionais e do curso de Direito investigado.

De acordo com esta concepção, a sala de aula deixa de se constituir em ponto único de convergência do ensino jurídico, transformando-se em ponto de partida de um processo qualificado de aprendizagem, num espaço democrático, dialógico e privilegiado para a implementação da racionalidade reflexiva. As tradicionais aulas expositivas devem ceder lugar a debates críticos com participação ativa do aluno. A figura do professor, tradicionalmente um catedrático distante do corpo discente, não se compatibiliza com tal modelo. O docente deve atuar de forma a intermediar o processo de construção do conhecimento, que não ocorre sem a participação efetiva do principal destinatário, o aluno. O discente é quem precisa ser estimulado em suas particularidades e vivências pretéritas e enxergar-se na condição de principal agente responsável pelo próprio conhecimento. Além disso, novas metodologias e técnicas didático-pedagógicas, incrementadas por tecnologias (especialmente digitais), servem a permitir o desenvolvimento de um ensino participativo.

DO USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DO DIREITO

Quadro, giz e caderno são substantivos que tradicionalmente remetem à ideia de escola/ ensino. Porém, cada vez mais o espaço de ensino-aprendizagem vem se desassociando destes elementos. No contexto pós-moderno, o avanço tecnológico vem alterando profundamente nossa sociedade, nossas relações sociais, nossa dinâmica de vida, nossos comportamentos e também nossos cérebros (HAN, 2015), não sendo por isso viável conservar modelos tradicionais de ensino e manter as tecnologias fora da sala de aula. O espaço acadêmico não pode se fechar ao levantar das novas demandas e necessidades das gerações (Y, Z e futuramente Alpha) que estão/estarão em seus bancos.

A absorção de tecnologia no processo de ensino é preocupação institucional da UniCarioca há mais de duas décadas. Verifica-se que a inserção de recursos de informática vem sendo

implementada a fim de maximizar a relação ensino-aprendizagem, compreendendo o aluno como sujeito protagonista deste processo:

Os processos buscados se apoiam em consagradas técnicas de ensino a distância, em informática educacional, nas redes de computadores e nas telecomunicações. A utilização conjunta destas tecnologias, técnicas e métodos, permite a prática de pedagogias, que precisam ser buscadas e formalizadas, que coloquem o estudante como agente-ativo da relação ensino-aprendizagem, dirigindo ele mesmo o processo em muitas situações, intensificando a capacitação, respeitando características pessoais, propagando benefícios e levando qualidade a locais e estudantes distantes geograficamente e agora aproximados das fontes de conhecimento pelos processos de ensino na universidade virtual” (RITTO e MACHADO FILHO, 1995, p.66)

A internet possibilita acessar a informação de forma instantânea em qualquer ambiente, inclusive na sala de aula. Por isso, lutar contra dispositivos móveis no espaço acadêmico, tal como feito na França, não se mostra a saída mais acertada¹. É, na verdade, a saída mais fácil. É a reação de uma geração (a dos professores e diretores) que não sabe compreender e entender as exigências das novas gerações. Importante apontar, também, que é papel do ensino superior moldar o perfil profissional do aluno. O mercado desejará profissionais dinâmicos e que sejam proativos na busca das soluções. Portanto, se uma instituição educacional não se adapta ou resiste a refundar-se, estará cumprindo não satisfatoriamente sua tarefa de formar futuros profissionais.

Atualmente no universo jurídico, não basta somente aprender a legislação, pois uma simples busca no portal Google é capaz de fornecer as informações “letra de lei”. Não é suficiente que o aluno decore peças processuais, pois há milhares de modelos ao alcance de um clique. Compreender os conceitos, desenvolver raciocínio jurídico, linguagem, capacidade de interpretação e habilidades e competências torna-se central para o graduando, assim como um grande desafio para os professores e para as instituições de ensino superior. Articular essa compreensão com os avanços tecnológicos e a nova missão da educação para ao longo do século XXI.

A universalização do “acesso à informação” banalizou, de certa forma, o próprio conhecimento. Vivencia-se com intensidade a redução da atividade de leitura, de imagens, memes, #hashtags, Control+C / Control+ V, de “distrações” no ciberespaço ou em canais de *streaming* e do aumento de doenças psíquicas. Estamos conectados vinte e quatro horas por dia, mas dispersos em comunicação de poucos caracteres. Essa é dinâmica e realidade da geração Z. Excesso de informação, mas pouca absorção. Isso, como dito, é um desafio ao professor, especialmente ao docente do Direito, considerando que há certos dogmas da formação jurídica que não se coadunam com as novas posturas educacionais, a partir da perspectiva de que ensinar “não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p. 12).

Neste contexto de profundas mudanças sociais e comportamentais, torna-se imprescindível que o processo de ensino-aprendizagem seja aprimorado, a partir da inserção de novas tecnologias, do reposicionamento do aluno na relação de ensino, que passa a ser enxergado como sujeito-ativo da aprendizagem, e na reorientação do papel do professor, que suporta menos o ônus de entregar o conhecimento, mas passa a ser um facilitador do processo de aprendizagem, considerando o aluno não como um objeto a ser formado, um paciente que recebe os conhecimentos acumulados e que lhes são transferidos, mas um sujeito ativo do processo de ensino aprendizagem (FREIRE, 2002, p. 13).

E aplicar isso ao estudo do Direito é um desafio, ante ao tradicionalismo deste campo do saber. Cada vez mais, o ensino está centrado na formação técnico-profissional, deixando em segundo plano a formação do indivíduo e do cidadão. O ensino superior do Direito é guiado pela lógica instrumentalista, valorizando matérias dogmáticas (WARAT, 1996) e comumente tende a uma abordagem centrada na “transferência” do conhecimento jurídico.

Prepondera ainda no Direito o ensino pautado na “concepção bancária”, que segundo FREIRE consubstancia-se na “narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade” (FREIRE, 1994, p. 33). Esta compreensão do Direito como algo estático, não se coaduna com as constantes mudanças legislativas e jurisprudenciais que vivemos, sendo imperioso que o alunado, mas do que retenha conceitos e prescrições legais, compreenda a principiologia e a lógica que guiam nosso ordenamento, para que no dia a dia da profissão, possam inovar frente aos desafios a serem experimentados, ao invés de serem mero reprodutores das práticas e teorias existentes.

O ensino estruturado na “narração ou dissertação” implica numa lógica de educação “bancária” do professor enquanto “sujeito - o narrador” e dos alunos como “objetos pacientes, ouvintes” a quem cabe à memorização mecânica do conteúdo narrado como se fossem “vasilhas”, ou seja “recipientes a serem enchidos pelo educador” consubstanciando a educação em “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 1994, p. 33). Assim na prática “bancária” os educandos figuram como passivos (FREIRE, 1994, p. 39).

Diversas disciplinas ainda hoje são ministradas a partir da leitura e comentários a leis. Empreender didáticas que rompam com esta lógica de depósito de conteúdo no aluno (poupança) não é desafiador apenas pela necessidade de criatividade para a idealização das atividades, mas também de despertar no alunado o interesse de sair da condição passiva.

A UniCarioca estimula que os docentes proponham atividades que possam ser realizadas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Neste espaço, o professor deve carregar material para estudo complementar por cada aluno, de modo a permitir que este aja de forma ativa no processo de ensino-aprendizagem. Nesta plataforma, é possível disponibilizar materiais didáticos como textos, vídeos e artigos, além de propor tarefas, questionários, fóruns de discussão e outras atividades. Além disso, sugere que os *slides* utilizados em sala de aula (existem computadores e projetores em todas as salas, incentivando-se o uso destes por parte dos professores na apresentação dos conteúdos), assim como toda informação institucional e documentos oficiais das disciplinas, como os planos de ensino e de estudos, sejam disponibilizados aos alunos no AVA. O acesso a este material, possibilita que o aluno tenha antecipadamente uma noção do que irá aprender na disciplina durante o período e aprenda a organizar seus próprios estudos.

A Instituição conta ainda com aplicativo que permite acesso remoto ao portal acadêmico, em que além do acompanhamento de sua frequência e notas, o aluno consegue, pelo celular, ter acesso à programação dos conteúdos que serão ministrados nas aulas.

Além disso, o curso de Direito adota como diretriz a realização de aulas invertidas, em que os professores antecipadamente divulgam o tema das aulas de modo que os alunos aprendam previamente o conteúdo, direcionando o estudo dos alunos por meio da sugestão de textos ou atividades. Cada professor organiza sua aula-debate do modo que melhor lhe aprouver considerando as especificidades da sua disciplina, mas a diretriz geral é que ao menos duas aulas por semestre contem com esta metodologia. Em geral, realizam sorteio de alunos ou de grupos e fazem inquirições. As perguntas são sempre divulgadas previamente, de modo que o aluno conhece de antemão os principais objetivos da aula e aspectos a serem discutidos.

Assim substitui-se a tradicional aula expositiva por uma aula invertida, conduzida pelo professor conforme o ritmo ditado pelos alunos. Tratam-se de aulas estruturadas a partir da autoaprendizagem e mediante o recurso do AVA.

Outra experiência interessante relaciona-se ao uso do aplicativo *plickers*¹, em que o professor cadastra perguntas, gerando-se um código que, ao ser encaminhado aos alunos, permite que eles respondam às questões pelo próprio celular, retirando o aluno da passividade e criando um ambiente pedagógico que inseriu o celular como auxiliar acadêmico e não como vilão do estudos.

Ainda, os estudantes de Direito da UniCaroca contam com material que é elaborado coletivamente no âmbito do próprio curso, utilizando-se da estrutura do Núcleo de Comunicação e Novas Mídias - NUCOM da UniCarioca, que conta com equipamentos de rádio e TV e serve de espaço ao desenvolvimento do Projeto Debates Virtuais, apoiado pela Coordenação do curso de Direito. O Projeto visa a produzir conteúdo jurídico através de entrevistas a acadêmicos que abordam suas pesquisas e temas recentes e relevantes para o Direito, cujos vídeos são, ao final, disponibilizados aos alunos como mais uma ferramenta dinâmica de estudos.

PLATAFORMA EAD E RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Conforme dito, o século XXI exige do ensino uma postura mais versátil. Como atrair a atenção de uma geração que se desenvolve tendo o aparelho celular ou tablet como uma extensão de si? As novas gerações têm como hábito olhar para uma tela, tocá-la, pausar o que se está vendo para buscar maiores dados, acessar diversos conteúdos ao mesmo tempo, etc. É uma geração multitarefa. Os docentes atuais têm como principal reclamação a dificuldade de conseguir a atenção da geração que está hoje na sala de aula porque ela se distrai e se dispersa com facilidade por causa do celular. Esse fenômeno tende a aumentar conforme novas gerações ingressam nos bancos escolares.

Nesse sentido, é natural vislumbrar uma reformulação do ensino tradicional. A instituição de disciplinas híbridas, por exemplo, por meio do qual parte da carga horária é feita em ambiente *online* e *on demand* para que o aluno acesso onde quiser e hora que estiver com vontade. A tendência, talvez, seja que os cursos totalmente presenciais deixem de ser uma realidade e passem a ter parte de seus conteúdos apresentados por meio de plataformas digitais acessadas por meio de um clique.

Outra perspectiva, contudo, é a existência de cursos oferecidos totalmente à distância. Essa é a reestruturação mais drástica da relação de ensino-aprendizagem, pois de uma única vez elimina a estrutura tradicional de uma sala de aula (espaço físico, quadro e carteiras) e flexibiliza o papel do docente. O professor no método à distância é apenas um elemento do processo de ensino. Compete ao aluno criar hábito do estudo e aprofundar seu conhecimento por meio da pesquisa daquilo que acabou de estudar.

Entretanto, é preciso denunciar que os novos métodos de ensino podem propiciar uma nova dinâmica de exploração do professor como profissional. A estrutura *online*, caso não seja regulamentada, tende a precarizar a figura do docente. A aula gravada e reproduzida online não tem “prazo de validade” e pode ser usada exaustivamente. O professor se torna refém da própria remodelação do ensino o qual ele ajuda a propagar. Dessa forma, ensino e novas tecnologias vão muito além do mero reposicionamento do aluno no processo de aprendizagem; ele remodela o papel do professor como mão de obra no mercado. Achar o equilíbrio na refundação do que é a escola no século XXI é o principal desafio que se impõe.

1 Disponível em <https://get.plickers.com/>

Pensar em novas metodologias didáticas e agregar a tecnologia ao ensino aprendizagem, além de colaborar para o desenvolvimentismo de habilidade dos alunos, também é importante para despertar o interesse das novas gerações.

Acreditamos, na perspectiva da pedagogia da autonomia de que o aluno enquanto sujeito do processo de ensino aprendizagem tem um papel ativo e não passivo de mero aluno-poupança. O uso de tecnologias de comunicação tem se mostrado uma importante ferramenta de estímulo à autonomia do aluno e à autoaprendizagem. Porém, mostra-se imperioso reafirmar a importância do professor neste processo. O ensino não se consubstancia apenas na absorção de conteúdos e o docente, além de facilitador da aprendizagem, colabora com a formação do aluno.

Assim é importante atentar que a sala de aula é um lugar de relação, ou seja, um espaço em que professor e aluno se relacionam de forma profissional. Este encontro presencial é de elevada importância ao desenvolvimento discente, tendo em vista que a relação professor-aluno potencializa o aprendizado de forma integral e não apenas a mera transmissão de conteúdos. Isso uma vez que existem resultados não-intencionais, que ele também denomina de ensino implícito, ou seja, em sala de aula muitas vezes se ensinam coisas sem a intenção de ensinar. Morales ressalva que “muitas coisas inconscientes na vida se aprendem quase inconscientemente, por imitação de modelos” (MORALES, 2006, p.22).

No caso em análise, acreditamos que, por exemplo, mediante o contato com nós professores de Direito, os alunos acabam absorvendo a linguagem jurídica e certos trejeitos. Também incorporam, aos poucos, os signos das profissões jurídicas, como os jargões, as vestimentas, bem como nutrem sonhos e expectativas a partir do “modelo” representado pelo professor. Assim, “os conhecimentos serão esquecidos, mas ficaram outras coisas que, por sua vez, condicionarão atitudes e condutas futuras (MORALES, 2006, p.24).

Além disso, uma boa relação com o aluno é importante porque a aceitação afetiva é essencial para que a mensagem - tudo aquilo que lhe é transmitido - chegue ao aluno (ou melhor dizendo que ele esteja aberto a recebê-la). A relação professor-aluno também pode instrumentalizar motivação ao alunado. Cumpre lembrar, por fim, que os alunos relacionam-se entre si, de modo que o professor deve colaborar para tais relações, ensinar habilidades sociais e estratégias de aprendizado cooperativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o uso de tecnologias no ensino do Direito permite uma maior interação no processo ensino-aprendizagem ao possibilitar um espaço alternativo de contato e disponibilização de ferramentas de conteúdo, orientando o aluno na autoaprendizagem.

O atual panorama da educação não pode prescindir do uso dos recursos tecnológicos, por motivos de acabar incorrendo em obsolescência e ainda não desempenhar adequadamente a tarefa de preparar futuros profissionais para um mercado que lhes cobrará domínio da tecnologia e constante atualização.

Neste sentido, de fato vislumbra-se a necessidade de reposicionamento do aluno na relação de ensino, enxergando como o principal interessado no processo de aprendizagem. Do mesmo modo, a configuração da sala de aula sofre alterações substanciais e o papel do professor deve ser repensado para que se encaixe nesta nova dinâmica. O professor age como principal agente facilitador da aprendizagem, o que não significa que sua atuação é menos relevante ou sua presença dispensável. Ao contrário. O docente (e a instituições de educação) assume (m) a árdua tarefa de se reinventar, uma investida pessoal e também do ambiente acadêmico como

um todo. Manter-se sempre atualizado - em conteúdos e tecnologia -, atuar de modo sensível para com seus alunos, de modo a reconhecer as individualidades, respeitando as “bagagens” individuais de cada um (FREIRE, 1994) e estimulando cada discente em suas potencialidades, romper a barreira da sala de aula na difusão do conhecimento, são desafios cotidianos para o professor dos tempos atuais.

Acredita-se que esta interação professor-aluno é essencial e não pode ser suprimida, pois é essencial para o desenvolvimento amplo do aluno (MORALES; 2008). O processo de ensino-aprendizagem não pode ser compreendido apenas como a transferência de conteúdo, mas corresponde ao desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas, sendo certo que a formação do profissional do Direito não se resume mais a mera compreensão das leis e dos institutos jurídicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994
FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*, Editora Vozes, 2015.

INDALÉCIO, Anderson Bençal; RIBEIRO, Maria da Graça Martins. GERAÇÕES ZE ALFA: OS NOVOS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA. *Revista UNIFEV: Ciência & Tecnologia*, v. 2, p. 137-148, 2017.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. PEREIRA, Kelly Ticiano Azevedo. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA ERA DIGITAL: PERSPECTIVAS PARA PENSAR OS NOVOS ATORES VIRTUAIS - NATIVOS E IMIGRANTES DIGITAIS. Congresso Internacional de Educação e Tecnologias (CIET). 2018

MORALES, Pedro. **Relação professor-aluno**. Edicoes Loyola, 2008

RITTO, Antonio Carlos de Azevedo. MACHADO FILHO, Nery. *A caminho da escola Virtual: um ensaio Carioca*. Rio de Janeiro, Faculdade Carioca, 1995

SILVA, Mozart Linhares da *et al.* *Novas tecnologias: educação e sociedade na era da informação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

UNICARIOCA. *Projeto Pedagógico Curricular do curso de Bacharelado em Direito*. 2018

WARAT, Luis Alberto; PÊPE, Albano Marcos Bastos. *Filosofia do Direito: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

WARAT, Luis Alberto; DA CUNHA, Rosa Maria Cardoso. **Ensino e saber jurídico**. Eldorado, 1977.

Sites consultados:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/07/31/parlamento-frances-aprova-proibicao-dos-celulares-em-escolas-na-franca.ghtml>. Acessado em 09 de novembro de 2018.

<https://www.unicarioca.edu.br/> Acesso em 08 de novembro de 2018.

<https://get.plickers.com/> Acesso em 20 de outubro de 2018.

ANÁLISE DAS FERRAMENTAS DIGITAIS DE INTERAÇÃO EM UM AMBIENTE VIRTUAL EAD SOB O OLHAR DISCENTE

ANA PAULA SILVA ANDRADE JORGE

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem//UENF
paula_andrade_bio@yahoo.com.br*

ALINE MARCELINO DOS SANTOS SILVA

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem//UENF
marcelinoaline21@gmail.com*

BIANKA PIRES ANDRÉ

*Professora do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem//UENF
biankapires@gmail.com*

FERMÍN ALFREDO TANG MONTANÉ

*Professor do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem//UENF
alfredot71@gmail.com*

RESUMO

O número de alunos na modalidade de Educação a Distância cresceu consideravelmente na última década e isso aponta para a necessidade de materiais pedagógicos, ambientes virtuais e professores preparados para atender as novas demandas educacionais deste setor. A proposta deste artigo é analisar sob o ponto de vista do aluno quais suas motivações e expectativas referentes às interações propostas por um curso superior na modalidade de Educação a Distância. Os procedimentos metodológicos foram de natureza qualitativa. Os resultados apontam uma controvérsia, entre a importância e o uso efetivo das ferramentas de interação, apesar de julgarem importante que aconteça a interação, não fazem o uso efetivo das ferramentas digitais disponível em ambiente virtual de uma determinada instituição, a ponto de comprometer a usabilidade das ferramentas que promovem a interação desejada.

Palavras-chave: Educação a Distância. Ferramentas Digitais. Experiência discente.

ABSTRACT

The number of students in Distance Education has grown considerably in the last decade and this points to the need for pedagogical materials, virtual environments and teachers prepared to meet the new educational demands of this sector. The purpose of this article is to analyze the point of view of the student, motivations and expectations regarding the interactions proposed by a superior course in the modality of Distance Education. The methodological procedures were qualitative in nature. The results point to a controversy between the importance and effective use of interaction tools, although they believe that interaction is important, they do not make effective use of digital tools available in a virtual environment of a given institution, compromising usability the tools that promote the desired interaction.

Key-words: Distance Learning. Digital Tools. Student Analysis.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas participamos do processo de transformação da sociedade por meio da informatização, gerando grandes repercussões espaciais de uma revolução tecnológica caracterizada como meio técnico-científico-informacional, em consequência espacial do período marcado pela globalização da produção e de um enorme consumo da sociedade. Negroponte (1995) caracterizou a presença maciça dos aparatos tecnológicos, em todas as esferas da vida em sociedade, como tendência à virtualização das experiências humanas, ou transposição dos átomos para *bytes*, originando novas formas de inserção do sujeito em uma realidade cada vez mais fragmentada, múltipla e hipermediatizada.

Com a educação não tem sido diferente, a mesma vem sendo reformulada pela sociedade, contando com a presença definitiva das tecnologias em seu cotidiano. As Tecnologias Digitais (TD) têm impulsionado mudanças metodológicas no ensino, assim como novas teorias que ampliam a compreensão sobre como se dá a aprendizagem. Neste contexto a modalidade de Ensino EAD (Educação a Distância), tem apresentado um crescimento significativo nas últimas décadas, uma vez, que os modelos tradicionais de ensino já não atendem mais as necessidades, as relações e não correspondem aos desafios sociais. O modelo de ensino até então vigente na sociedade Industrial privilegia o ensino tecnicista, preparando o indivíduo para desempenhar determinada função, sem apresentar relação com o cotidiano do aluno, portanto, não desperta nele curiosidade e o interesse pela busca do conhecimento.

Essas novas metodologias de ensino têm ajudado os educadores a compreender que este processo não ocorre simplesmente pela transmissão de informações, mas, sim como resultado de um processo de construção interna, a partir da interação com o meio, seja ele, físico, virtual ou social. Assim, cada vez mais, se torna importante avaliar a metodologia EAD (Educação a Distância) como uma oportunidade de modernização dentro dos modelos educacionais.

Neste contexto, os nativos digitais (PRENSKI, 2001), sujeitos pertencentes a “geração homo zappiens” (VEEN & VRAKING, 2009), constituem hoje grande parte dos alunos em diferentes níveis do ensino. Os ditos nativos digitais aprendem inconscientemente por meio de cliques, toques, telas, ícones, sons, jogos, simulações, entre outros, num emaranhado de ações e interações que os envolvam.

Prensky (2001) ressalta que o modelo de ensino tradicional não atende mais os alunos. Para estes, as metodologias de ensino são cansativas e sem propósito. Essa metodologia centenária que não corresponde à expectativa do aluno torna-se cada vez mais distante o êxito no processo de ensino e aprendizagem. Nas palavras de Prensky:

Nossos alunos mudaram radicalmente. Os alunos de hoje não são os mesmos para os quais o nosso sistema educacional foi criado. [...] Aconteceu uma grande descontinuidade. Alguém pode até chamá-la de apenas uma “singularidade” – um evento no qual as coisas são tão mudadas que não há volta. Esta então chamada de “singularidade” é a chegada e a rápida difusão da tecnologia digital nas últimas décadas do século XX. (PRENSKY, 2001, p.1).

Vê-se neste cenário uma grande oportunidade de utilizar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como ferramentas pedagógicas; o proposto pela grande maioria dos cursos EAD, apesar de existirem modalidades de Educação a Distância que não utilizam as tecnologias, consideramos neste artigo, propostas de ensino EAD que fazem o uso das tecnologias em seus modelos pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem.

A educação a distância mesmo recebendo diferentes denominações em diversos países, propõem pontos comuns, são eles: separação no espaço, separação no tempo, planejamento, tecnologias de comunicação, autonomia versus interação e o público que atende ou esta direcionado.

O modelo de educação a distância vem democratizando o ensino, uma vez que tem seu público ilimitado, beneficiando setores que não teriam acesso a educação nos modelos tradicionais, permite que pessoas de localidades isoladas tenham acesso ao ensino, é inclusiva por abranger deficientes físicos ou mentais, neste contexto a EAD democratiza e simplifica o acesso ao conhecimento.

Com base no cenário atual, este projeto busca investigar a percepção do aluno EAD em relação ao ambiente virtual de aprendizagem. Por meio de um questionário digital, onde o educando expõem sua visão em relação à plataforma de ensino disponibilizada pela sua respectiva instituição e suas expectativas em relação à educação EAD.

Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo levantar aspectos positivos e/ou negativos dos ambientes virtuais de aprendizagem disponíveis na formação EAD, sob o olhar do aluno. A análise foi baseada no ambiente virtual oferecido por uma instituição de ensino e acessado por alunos de diferentes cursos, podendo estes estarem matriculados em diferentes níveis da educação a distância, sendo elas: complementação pedagógica, graduação e pós- graduação, a fim de relatar se há e como se estabelece a interatividade e a interação aluno/professor nestas plataformas, avaliando se a comunicação e interação estabelecida entre eles ultrapassam os limites da escola, tornando-se um produto social capaz de agregar conceitos para a vida do indivíduo.

1. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As tecnologias de comunicação e informação se expandiram pela sociedade, e modificaram as maneiras de ensinar e aprender. “Um programa de TV, a notícia do telejornal, a campanha feita pelo rádio, mensagens trocadas na internet, jogos interativos de todos os tipos são fontes de informações e de exemplos que ajudam a compreensão de conteúdos e a aprendizagem” (KENSKI, 2007, p. 85). De acordo com este autor as tecnologias de comunicação (TIC), como a televisão e o computador, trouxeram mudanças positivas para a educação. “Vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais, softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional, dinamizam o espaço de ensino-aprendizagem, onde, anteriormente, predominava a lousa, o giz, o livro e a voz do professor” (KENSKI, 2007, p. 46).

Assim, estes fatos nos levam a entender que é muito difícil pensar que as atividades de ensino-aprendizagem possam ocorrer somente em ambientes presenciais (KENSKI, 2007, p. 86).

O termo virtual, segundo Oliveira (2008b, p. 193) é atribuído a uma realidade que não existe fisicamente, pois não pode ser percebida pelos órgãos dos sentidos, porém em pedagogia, o termo virtual é usado para “designar qualquer relacionamento mediado ou potencializado pela tecnologia como produto da externalização de construções mentais no ciberespaço” (OLIVEIRA, 2008b, p. 194). Desta forma, é chamado de mundo virtual, o ambiente de comunicação via internet, como por exemplo, os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) (OLIVEIRA, 2008b).

2. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Segundo Kenski (2007, p. 95), os ambientes virtuais de aprendizagem caracterizam-se pela interatividade entre os usuários, pela hipertextualidade (que funciona como seqüências de textos interligados, entre si e com outras mídias) que facilita o desenvolvimento de atitudes de cooperação entre os participantes para fins de aprendizagem, e por último, é caracterizado pela conectividade, garantindo o acesso rápido à informação e à comunicação interpessoal.

De acordo com Campos *et al.* (2007), os ambientes virtuais de aprendizagem ou plataformas de Educação a Distância (EAD) fornecem as ferramentas que viabilizam a comunicação entre todos os atores e trouxeram a expansão e acessibilidade do conhecimento. Alguns ambientes virtuais são utilizados em sistemas de ensino não presenciais. Os inúmeros recursos disponíveis na Internet permitem a criação de ambientes virtuais ricos em estímulos para a aprendizagem.

Dillenbourg (2003) *apud* Reis (2008) evidencia o papel ativo que os estudantes assumem nos ambientes virtuais de aprendizagem: “uma característica particular de ambientes virtuais de aprendizagem, em função das particularidades da Internet, é que os estudantes não estão restritos a consultar as informações da Rede, eles se tornam produtores da informação, participantes do jogo de aprender”.

O papel do discente já não está reduzido a olhar, ouvir, copiar, memorizar e comprovar a absorção de informações transmitidas. “Ele cria, modifica, constrói, resolve problemas, aprende fazendo e é incentivado a pesquisar, individualmente e no contexto de um grupo, desenvolvendo o pensamento emergente e autônomo” (OLIVEIRA, 2008b, p. 197).

Segundo Oliveira (2008b, p. 197), o papel do docente também se modifica:

No ambiente virtual de aprendizagem, o professor deixa de ser o centro das atenções e um mero detentor do saber para se tornar o mediador da ação educativa, que ocorre no contexto estudante-conhecimento-tecnologia, redimensionando e ampliando, cada vez mais, sua função de facilitador, supervisor, animador, incentivador, conselheiro de aprendizes, na instigante aventura do conhecimento. Ele se converte em formulador de problemas, provocador de interrogações, coordenador de equipes de trabalho e sistematizador de experiências (OLIVEIRA, 2008b, p. 197).

Diante disso, a formação de professores deve-se atentar para estas mudanças, como o uso do computador e da internet. Para Vianna e Araújo (2006), os professores precisam preocupar-se não somente com o conteúdo que devem ensinar, mas também com as novas propostas pedagógicas que poderão ajudá-los em suas práticas docentes.

Moran (2002) *apud* (Oliveira, 2008b, p. 190) alerta para ampliação do papel do professor, segundo o autor, ele não é mais visto como transmissor do conhecimento e sim, como mediador do processo de construção do conhecimento pelo aprendiz, integrando momentos presenciais e virtuais:

[...] o professor continuará “dando aula”, e enriquecerá esse processo com as possibilidades que as tecnologias interativas proporcionam para receber e responder mensagens dos alunos, criar listas de discussão e alimentar continuamente os debates e pesquisas com textos, páginas da internet, até mesmo fora do horário específico da aula (MORAN, 2002).

Porém, segundo Moran (2002) *apud* (OLIVEIRA, 2008b, p. 191), existem dificuldades na aceitação da educação *on line*, já que os professores estão acostumados a reproduzir seus antigos professores e os alunos, a ficar ouvindo o que os professores falam, esperando receber as informações prontas.

Villas Boas (2001, p. 203) *apud* Oliveira (2008b, p. 192) explica que “o trabalho pedagógico resulta da interação do professor com seus alunos, em sala de aula convencional ou em outro espaços. Nesse caso, é o trabalho realizado pelo professor com o grupo de alunos, composto por tarefas docentes e discentes”.

Segundo Romanovski e Martins (2008, p. 188), a aprendizagem através do ambiente virtual de aprendizagem pode potencializar a aula tradicional/presencial, desde que aproxime os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, crie oportunidades para construção do conhecimento e democratize o direito à informação, ao conhecimento e à cultura.

É tarefa urgente de educadores, educandos e instituições de ensino, em todos os níveis, repensar seus modelos pedagógicos, suscitando um processo de reflexão, pesquisa e, conseqüentemente, de revisão da prática pedagógica, num contexto permeado por inovações tecnológicas e carente de transformações significativa (OLIVEIRA, 2008b, p. 189).

De acordo com Oliveira (2008b, p. 189) os ambientes virtuais e presenciais não são rivais. Articular o virtual e o presencial é usar a tecnologia a serviço da educação, pois esta deve acompanhar a velocidade do mundo, rever sua função social e a forma de organizar o processo pedagógico a fim de promover uma educação de qualidade para todos.

3. METODOLOGIA

O presente artigo teve como fito analisar e refletir sob a percepção do aluno algumas questões referentes aos ambientes virtuais de aprendizagem, ou seja, as ferramentas disponibilizadas em plataformas para modalidades de curso EAD, todos devidamente registrados e reconhecidos pelo MEC. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de um questionário virtual, utilizando a ferramenta “GoogleForms”, disponibilizado para alunos matriculados nesta modalidade, por meio do “Link” e respondido “online”, por 20 alunos de diferentes níveis e cursos, afim de levantar suas motivações e expectativas em relação ao seu ambiente de aprendizagem, que não é mais uma sala de aula convencional.

O questionário foi construído de acordo com Nogueira (2002) e buscou responder questões relacionadas a expectativas do aluno ao ingressar em um curso EAD. As perguntas foram: A interação é proposta pela plataforma? O curso se dá de maneira 100% on-line? O acesso ao ambiente virtual de aprendizagem apresenta certo grau de dificuldade? O material pedagógico disponível é de fácil compreensão? Caso a plataforma ofereça ferramentas de interatividade, com qual frequência o aluno desfruta deste recurso?

O artigo adotou uma abordagem metodológica qualitativa, ao se propor “[...] a estudar relações complexas, sem o isolamento de variáveis buscando, compreender e interpretar o fenômeno em seu contexto natural” (OLIVEIRA, 2008a, p. 10) esta abordagem prevê, entre outras demandas, a imersão do pesquisador no cotidiano de grupos sociais específicos.

Esta complexidade está na base do tema de pesquisa, devido à reduzida gama de trabalhos científicos que se propõem refletir sobre o ambiente virtual a partir da visão do educando, abrindo novos rumos de mediação tecnológica e pedagógica a serem exploradas. Segundo Moran (2009) estamos numa fase de consolidação da EAD no Brasil, principalmente no ensino superior com crescimento expressivo e sustentado. Apesar dos cursos em modalidade EAD serem bastante diversificados, tratamos neste artigo do modelo de Educação a Distancia on-line, onde são usados os ambientes virtuais para a maioria das atividades afins.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

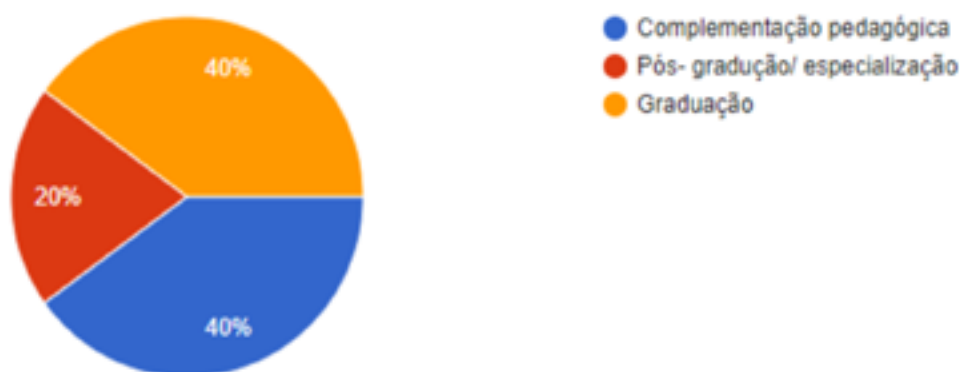
Os procedimentos para este estudo foram desenvolvidos na seguinte ordem: em um primeiro momento, leitura e levantamento bibliográfico, estudo do livro Modelos Pedagógicos para Educação a Distância, posteriormente a elaboração, montagem e disponibilização dos questionários em ambientes virtuais para que os alunos pudessem responder. Em um segundo momento, análise e tabulação dos dados obtidos. Como apresentado na Tabela 1, onde “P” representa os ambientes virtuais de aprendizagem disponibilizados por diferentes instituições de ensino EAD e as siglas a caracterizam o tipo de formação em que o aluno está matriculado, sendo elas: G (graduação), CP (Complementação Pedagógica) e PG (Pós-Graduação). No entanto ao analisarmos os dados fomos surpreendidos pelas mostras da P4 que se destacaram por obterem um número maior de participação dos discentes no preenchimento dos questionários, portanto, optamos, apesar de apresentarmos os dados obtidos que corresponde a EAD de maneira geral, consideramos apenas os questionários referentes ao ambiente de aprendizagem disponível por P4 para discussão.

Tabela1. Representação das diferentes instituições de EAD envolvidas na pesquisa, quantitativo de alunos participantes e modalidade que se encontra matriculado. P- Instituições EAD.G- Graduação, CP- Complementação Pedagógica, PG- Pós- Graduação.

Instituições EAD	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Nº de questionário válidos	1	2	1	9	1	1	1	2	2
Modalidade EAD	G	G	PG	CP/PG	PG	CP	CP	G	G

Gráfico 1. Alunos matriculados em diferentes modalidades EAD.

Modalidade EaD



No Gráfico 1 verificamos que há uma procura crescente para as diferentes modalidades EAD, o que corrobora com os levantamentos feito por Gomes (2012) que associa o aumento da procura pelo ensino superior ao aumento do poder aquisitivo da população, que emerge de uma determinada classe social por meio da educação. O artigo 80 da LBD (Lei 9.394 de 1996) ressalta que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Desde então vem sendo registrada expansão nesta modalidade Educacional, nos setores públicos e privados.

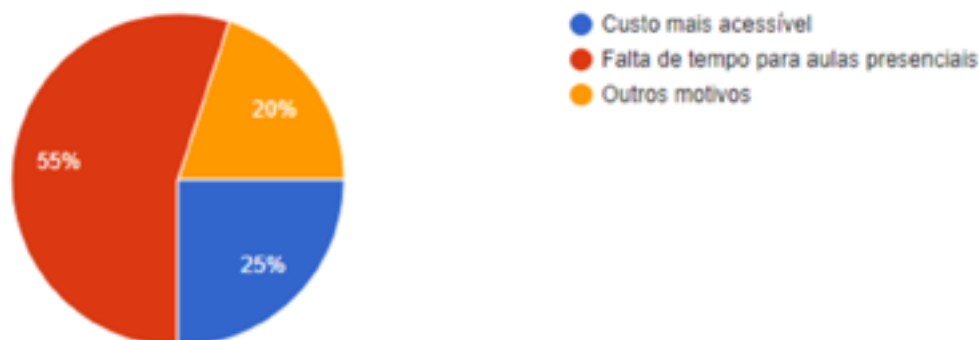
Como observado por RICARDO (2017), o Estado visou à expansão e, por outro, estabelecer critérios de qualidade para essa modalidade de ensino por meio de regras para credenciamento, supervisão e avaliação. Viu-se, também, que essa expansão está fortemente alicerçada em Instituições Privadas, segundo o Sindicato dos Mantenedores do Ensino Superior, SMES (2016).

A evolução das matrículas de nível superior a distância registrou, de 2009 a 2014, um crescimento de 60% - sendo um aumento de 80% na rede privada e uma queda de 19% na pública. No período de 2013 a 2014 o crescimento na rede privada alcançou 20% (999 mil matrículas para 1,2 milhão). No entanto, na rede pública ocorreu uma queda de 10% nas matrículas (eram 155 mil em 2013 e chegou a 139 mil em 2014).

Percebe-se ao analisar o Gráfico 2 que para 55% dos avaliados, o fator determinante para optarem por uma Educação a Distância é a falta de tempo para aulas presenciais, ainda segundo Gomes (2012), o perfil destes alunos entre outras características se destacam a dedicação parcial ou integral ao trabalho, independência financeira, participação expressiva na renda familiar e a existência de esposos/as e filhos/as, o que nos leva a acreditar que a oportunidade de ingressar em um curso superior onde o tempo seja um fator assíncrono, torna bastante atraente a modalidade EAD.

Gráfico 2. Fatores que influenciaram os alunos a optarem por EAD.

Fator determinante para optar por EAD



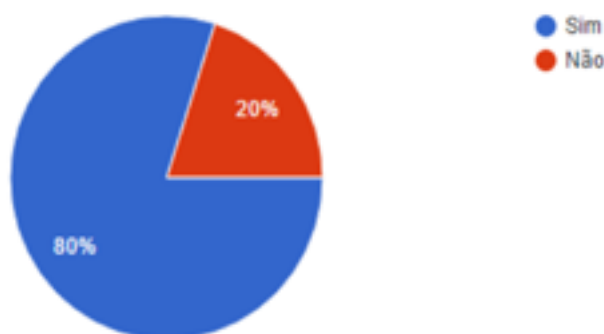
É possível observar no Gráfico 3, que 80% dos cursos EAD analisados oferecem aulas presenciais, um curso de modalidade EAD tem como principais atributos processos de aprendizagem que ocorram com uma separação física dos alunos e professores e entre alunos e alunos, a proposta é que o aprendizado não deve ocorrer apenas na sala de aula, afinal, no mundo de tantas tecnologias e fácil acesso a informação uma sala de aula tradicional talvez seria o lugar menos propício a educação. Conforme, os autores do livro “ABC da EaD: A educação a Distância Hoje”, esta modalidade de educação se define com a seguinte proposta: “A EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação.”

Porém, alguns autores como (NOBLE, 2004) relatam que as aulas presenciais passaram a acontecer para que o aluno pudesse se integrar ao grupo e sentir parte dele, criando uma identidade como participante de um processo educacional. (BELLONI, 2002) Relata que os primeiros encontros presenciais no Brasil aconteceram em São Paulo, ainda pelo Instituto Monitor, e ajudaram a desmistificar o preconceito com relação à modalidade EAD.

Vale ressaltar que para discussão dos dados referentes aos Recursos Digitais propostos por Behar (2009) consideramos apenas os questionários referentes à Instituição de Ensino EAD caracterizada neste artigo como P4, a mesma trata-se de uma instituição privada, que oferece cursos em diferentes níveis, como: graduação, complementação pedagógica e pós-graduação, oferecendo suporte online para os alunos e seis encontros presenciais durante o curso, com duração de seis horas cada.

Gráfico 3. Aulas presenciais oferecidas para o curso em questão pela Instituição de Ensino.

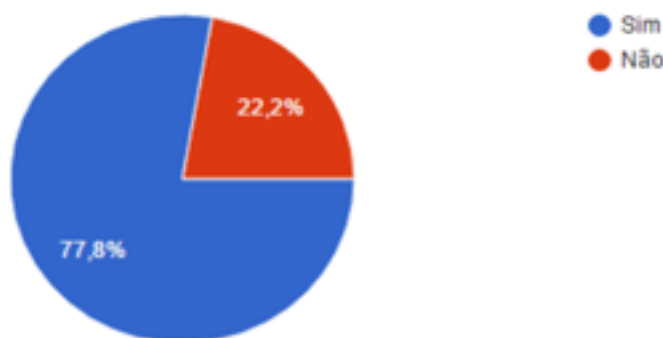
Aulas Presenciais



Considerando que na modalidade EAD o aluno é o autor do seu conhecimento é necessário que o material pedagógico disponível seja cativante, a fim de facilitar o processo de aprendizagem do educando. Para os autores de Modelos pedagógicos em Educação a Distância; o “Design Pedagógico” consiste em projetar e compor visualmente um plano intencional. Tendo como objetivo o ato de gerar informação como ferramenta para projetar conceitos (Paz, 2002). Deve-se portanto, preocupar-se com a usabilidade do produto, ou seja, o material disponível para o aluno precisa estar contextualizado, seguir uma lógica na organização e ser interativo. Nas palavras de Behar & Cols: “O aluno deve ter a oportunidade de percorrer livremente os Materiais Educacionais Digitais de uma maneira não-linear, ou seja, conforme a lógica que estiver construindo em cada momento”. Neste contexto o gráfico 4, nos permite observar sob o olhar discente, que o material disponível em P4 tem sido um facilitador no processo de educação a distância, onde o aprendizado é construído de maneira autônoma pelo aluno.

Gráfico 4. Material pedagógico contextualizado, lógico e interativo.

Material Pedagógico



Para análise dos Gráficos 5 e 6, nos baseamos na definição de Piaget (1974), considerando interação a relação estabelecida entre indivíduos. O presente trabalho analisou se P4 por meio das ferramentas disponíveis em seu ambiente virtual de aprendizagem promove a interação entre professor/ aluno e aluno/aluno por meio de chats, fóruns e conferências, visto que segundo o livro “Modelos pedagógicos em educação a distância” o autor define o termo como um processo complexo de trocas e significações, podendo ser interpretado como “inter-ação” ou seja, uma ação “entre”. É possível observar no Gráfico 5, que 100% dos alunos consideram a interação com os colegas e professores importante para um bom desempenho do curso, apesar de nem todos concordarem que as ferramentas disponíveis no ambiente virtual de P4 promovam de fato esta interação, conforme demonstrado no Gráfico 6.

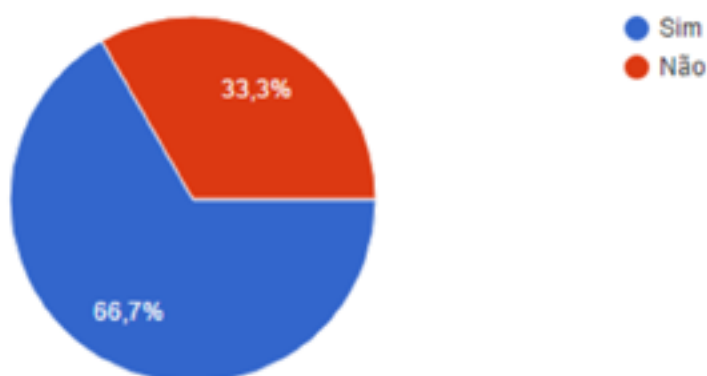
Gráfico 5. A importância dos ambientes de interação para a aprendizagem em EAD.

Interação



Gráfico 6. Ferramentas disponíveis no ambiente de aprendizagem e eficácia em promover a interação.

Interação em P4



Quando argumentados por que consideram importantes esses ambientes virtuais que promovem a interação, os alunos fizeram relatos como estes relatos de alunos EAD da complementação pedagógica:

“As vezes tenho dúvida e não consigo saná-las com o professor, demanda fazer novas pesquisas.”

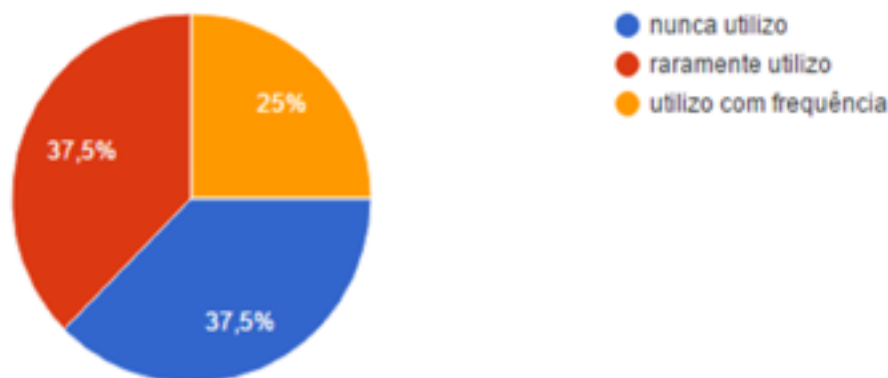
“São ambientes interativos que elucidam as duvidas do aluno de forma celere e eficaz.”

“Porque é uma oportunidade para o aluno sanar suas dúvidas e expor suas experiências e conclusões acerca de seus estudos.”

Em contrapartida apenas uma pequena porcentagem dos alunos de P4 utilizam as ferramentas disponíveis para interação com frequência. Como registrado no Gráfico 7, acredita-se que este dado esteja estritamente ligado a falta de eficiência das ferramentas virtuais disponíveis para inserção, segundo a percepção do educando, que ao negar sua eficácia, opta por não fazer o uso de tais ferramentas digitais.

Gráfico 7. Frequência de acesso aos ambientes de interação dos cursos EAD.

Ambientes virtuais de interação



Behar (2009) explicita que a construção do conhecimento acontece por meio da interação com os colegas e a interatividade estabelecida com o material. Lemos (2002) conceitua interatividade como relação do indivíduo com a máquina. Norteados pelos conceitos destes autores percebemos que os alunos da modalidade EAD de P4, apesar de considerarem importante a interação para o êxito no processo de ensino e aprendizagem, apenas 25% utilizam estes ambientes com frequência, enquanto 37,5% nunca utilizam ou fazem o uso raramente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados obtidos neste trabalho, percebe-se a necessidade de aprimorar as ferramentas de interação nestes ambientes, uma vez que os discentes quando questionados sobre um ambiente virtual que promova a interação, reconhecem a importância desta troca com os colegas e professores como sendo primordial para o processo de aprendizagem, mas, não são cativados ou criam rotinas de uso destas ferramentas. Apesar de o material pedagógico disponibilizado atender a necessidade do aluno, propõe-se que as instituições estejam atentas a construção dos ambientes virtuais de aprendizagem para garantir que a interatividade seja oferecida pelas ferramentas digitais propostas; uma vez que mesmo julgando importante que a interação aconteça os alunos não fazem o uso efetivo destas ferramentas de interação disponíveis na P4, percebe-se por meio dos relatos obtidos nesta pesquisa a necessidade de serem revistas as usabilidades de tais ferramentas pela instituição de ensino EAD em questão.

Este trabalho apresentou o “olhar” do aluno sob o uso de algumas ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem. É possível perceber de fato a modalidade EAD ganhar sentido por ser facilmente adequada à realidade de tempo do educando.

6. REFERÊNCIAS

- BEHAR, L. M.; PASSERINO, M.; Bernardi. Modelos Pedagógicos para Educação a Distância: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem. **Revista novas tecnologias na educação**. Porto, PA 2007. 55, 2007.
- BELLONI, Maria Luisa. **Educação a distância**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- BRASIL (1996), **Ministério da Educação, Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB” (online), consultado em 15.12.2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.
- CAMPOS, F. C. A; COSTA, R. M. E.; SANTOS, N. **Fundamentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais**. Juiz de Fora: Editar, 2007. 76 p.
- GOMES, Silvano G. Silva; Estela da Silva Leonardo e João Batista Mota (2014), “**Reflexão sobre o perfil do aluno como determinante para a motivação e aprendizagem curso de Ead**”, Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade (online), 7, Disponível em: <<http://cadernosets.inhumas.ifg.edu.br/index.php/cadernosets/article/view/214>>.
- KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007, Coleção Papirus Educação.
- LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008
- MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.
- NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NOBLE, David F. **Le lourd passé de l’enseignement à distance**. In: <http://www.mondediplomatique.fr/2000/04/NOBLE/13691_2004>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- NOBLE, David F. **Le lourd passé de l’enseignement à distance**. In: http://www.mondediplomatique.fr/2000/04/NOBLE/13691_2004. Acesso em 20/05/2018
- NOGUEIRA, R. Elaboração e Análise de Questionário: **Uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro. UFRJ/ COPPEAD. 2002. ROZEK
- OLIVEIRA, V. R. de. **Desmistificando a pesquisa científica**. Belém: EDUFPA, 2008a.
- OLIVEIRA, E. G. Aula virtual e presencial: são rivais? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008b, Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico.
- PIAGET, J. (1974). **La Prise de Conscience**. Paris: PressesUniversitaires de France.
- PRENSKY, Mark. **Nativos digitais, imigrantes digitais, part I**. Lincoln: NCB University Press, v. 9, nº 5, 2001. Trad. De Roberta de Moraes Jesus de Souza. Goiás: Pontífica Universidade Católica de Goiás. Disponível em: http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf. Acessado em: 01 de novembro de 2016.

REIS, E. M. **Limites e possibilidades de um espaço virtual de aprendizagem no ensino e na formação de professores de Física.** 2008. 354f. Tese (Doutorado em Ciências Naturais), PPGCN/UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.

ROMANOVSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O. A aula como expressão da prática pedagógica. In: **Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas.** VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Campinas, São Paulo: Papirus, 2008, Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico.

VEEN, Win.; VRAKKING, Ben. **Homo Zappiens: educando na era digital.** Trad. De Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2009. 130 -141 p.

VIANNA, Deise Miranda; ARAÚJO, Renato Santos. Critérios estruturantes para o ensino de ciências. In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MORTE DIGNA E O CONCEITO DE CUIDADO GLOBAL DA PESSOA ENFERMA**HILDELIZA LACERDA TINOCO BOECHAT CABRAL**

*Doutoranda no Programa de Pós-graduação
em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
hildeboechat@gmail.com*

ARI GONÇALVES NETO

*Mestrando no Programa de Pós-graduação
em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
arigneto@gmail.com*

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

*Coordenador e Docente do Programa de Pós-graduação
em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
chmsouza@gmail.com*

RESUMO:

Os denominados cuidados de fim de vida devem ser implementados sempre que a medicina curativa já não responder mais aos tratamentos e procedimentos, devendo a própria pessoa enferma optar por eles a fim de passar seus últimos dias com qualidade e tranquilidade, a fim de que sua morte ocorra em condições dignas. O presente artigo visa abordar a importância dos cuidados paliativos para a pessoa enferma e sua família, uma vez reconhecida a relevância da atuação da equipe multidisciplinar no atendimento à pessoa em seus diferentes aspectos: físico, psicoemocional, social e espiritual. A questão-problema da pesquisa é: de que forma os cuidados paliativos concorrem para o atendimento global à pessoa enferma, proporcionando-lhe morte digna? Visa-se demonstrar a importância da atuação da equipe multidisciplinar no atendimento global à pessoa (em seus diferentes aspectos), de forma a promover seu bem-estar e conforto para que então possa morrer com serenidade. Justifica-se essa abordagem pela importância de se refletir sobre a adoção dos cuidados paliativos para a preservação da dignidade da pessoa enferma, buscando formas de auxiliá-la, dando-lhe suporte e à sua família para atravessarem a despedida de forma mais leve por meio da atuação conjunta de diferentes profissionais que formam a equipe multidisciplinar. Conclui-se que a adoção da terapêutica paliativa é apta a atender de forma global a pessoa enferma e a proteger-lhe a dignidade, proporcionando-lhe conforto e bem-estar no momento derradeiro da existência.

Palavras-chave: cuidados de fim de vida; dignidade da pessoa enferma; equipe multidisciplinar.

ABSTRACT:

The so-called "life's end care" should be implemented whenever curative medicine no longer responds to treatments and procedures, and the diseased himself should choose them in order to spend his last days with quality and tranquility, so that his death occurs in dignified conditions. This article aims to address the importance of palliative care for the diseased and his family, acknowledging the multidisciplinary team's performance in the diseased's care in their different aspects: physical, psychoemotional, social and spiritual. The problem question of the research is: in what way palliative care contributes to the sick person's global care,

giving him a dignified death? It aims to demonstrate the importance of the multidisciplinary team's action in the global care of the person (in its different aspects), so as to promote their well-being and comfort so that they can die with serenity. This approach is justified by the importance of reflection over the adoption of palliative care for the preservation of the dignity of the sick person, seeking ways to help her, supporting herself and her family to cross the "farewell" more gently through of the combined action of different professionals who form the multidisciplinary team. It is concluded that the adoption of palliative therapy is able to treat the sick person in a global way and to protect his dignity, providing him with comfort and well-being at the last moment of existence.

Keywords: end-of-life care; dignity of the sick person; multidisciplinary team.

Considerações iniciais

Nos cuidados paliativos, entendidos como cuidados voltados para pacientes fora de possibilidades terapêuticas, um quadro em que já não mais existe a viabilidade da cura, o cuidar torna-se imprescindível. Deste modo, o foco da medicina paliativa é o cuidado, que passa a ter prioridade sobre a cura, pois não existe a certeza de que as doenças possam ser curadas ou de que a morte possa ser evitada. Analisando esta concepção, pode-se dizer que o cuidado deve ser independente da cura. Os profissionais, por muitas vezes, priorizam a cura, e quando essa não é alcançada se sentem impotentes e se esquecem do cuidado.

Ser facilitador para a resolução dos problemas do paciente é dever e responsabilidade do médico e da equipe multidisciplinar.

A pessoa atravessa as fases do ciclo vital, experienciando o que cada uma delas oferece e suas especificidades, notadamente a daquela última etapa, os momentos que antecedem a morte, quando já se encontra vulnerável, fragilizada e sensível, pois nessa hora é que a vida passa a ter maior sentido e importância.

Os profissionais, por muitas vezes, priorizam a cura, e quando ela não é alcançada se sentem impotentes e se esquecem do cuidado, que é extremamente relevante, pois não se pode viver sem cuidado – que é a pedra angular do respeito e da valorização da dignidade da pessoa humana, base sobre a qual todas as demais condutas devem ser construídas.

É importante destacar que qualidade de vida e bem-estar implicam a observância de vários aspectos da vida, tais como: problemas sociais, dificuldades de acesso a serviços, medicamentos e outros recursos podem ser também motivos de sofrimento e devem ser incluídos entre os aspectos a serem abordados pela equipe multiprofissional. Viver ativamente, e não simplesmente viver, impõe rechaçar a sobrevida "a qualquer custo" para prestigiar a qualidade de vida do paciente e a sua dignidade. Serem facilitadores para a resolução dos problemas do paciente é dever e responsabilidade do médico e da equipe multidisciplinar. Assim, pretende-se demonstrar a importância da equipe multiprofissional, que articula condutas sobre diferentes aspectos do corpo, mente e espírito da pessoa, buscando oferecer conforto e qualidade de vida para atravessar seus derradeiros dias e para que sua família e amigos vivenciem a perda de forma mais leve, segura e confortável.

O presente artigo visa refletir sobre a importância dos cuidados paliativos, numa abordagem interdisciplinar dos cuidados de fim de vida e a atuação conjunta de diferentes profissionais com o objetivo comum de proporcionar bem-estar e apoiar a pessoa enferma e sua família e amigos no momento da morte e do luto. Além disso, há necessidade de se conscientizar a academia,

a família e a sociedade para a importância da adoção dos cuidados de fim de vida no apoio global ao enfermo para que ele se sinta confortável nos dias finais da existência. A metodologia empregada é qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica em obras e artigos científicos de estudiosos do tema como Leo Pessini (2007), Leo Pessini e Christian Barchifontaine (2014), Luciano de Freitas Santoro (2012), Luciana Dadalto (2015), dentre outros.

Conceituando cuidados paliativos

Os cuidados paliativos se constituem em modalidade de tratamento global do doente que se encontra fora de possibilidades terapêuticas, apresentando quadro em que já não mais existe a viabilidade da cura, tornando-se imprescindível o cuidado. Assim, o foco da medicina paliativa é o cuidado, que tem prioridade sobre a cura, pois nessa fase, já não existe a possibilidade de a doença ser curada ou de a morte ser evitada. Analisando esta concepção, pode-se dizer que o cuidado deve ser implementado independentemente da expectativa de cura.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) trazia o seguinte conceito:

Cuidados paliativos é uma abordagem que aprimora a qualidade de vida dos pacientes e famílias que enfrentam problemas associados com doenças ameaçadoras de vida, através da prevenção e alívio do sofrimento, por meios de identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual (WHO, 2002).

“Todavia o conceito ainda sofria críticas, pois não abarcava as crianças, o cuidado multiprofissional e o cuidado paliativo na casa do paciente (MARLIN et al., 2002). Assim, em agosto de 2017, a OMS alterou novamente o conceito (DADALTO, SANTOS, 2017, p. 33) a fim de trazer:

[...] uma abordagem de melhora a qualidade de vida dos pacientes (adultos ou crianças) e de seus familiares que enfrentam problemas associados a doenças que ameaçam a vida. Previne e alivia sofrimento por meio da investigação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e de outros problemas físicos, psicossociais ou espirituais (WHO apud DADALTO, SANTOS, 2017, p. 33).

O tratamento paliativo tem por objetivo proporcionar ao doente e à sua família a melhor qualidade de vida possível, reafirmando a importância da vida, considerando a morte como um processo natural. Sendo assim, os serviços de cuidados paliativos têm como foco atingir a melhor qualidade de vida possível para cada paciente e sua família, o que envolve atenção específica em relação ao controle dos sintomas e a adoção de abordagem holística que leve em conta as experiências de vida da pessoa e a situação atual. Trata-se de um cuidado que abarca tanto a pessoa que está morrendo como as que lhe são próximas, familiares e amigos, exigindo uma especial atenção na prática de uma comunicação aberta e sensível junto aos pacientes, familiares e cuidadores (PESSINI, 2005).

Os cuidados paliativos podem e devem ser oferecidos o mais cedo possível, no curso de qualquer doença crônica potencialmente fatal, desde o momento do diagnóstico, para que ela não se torne difícil de cuidar nos últimos dias de vida.

Interdisciplinaridade no cuidado de fim de vida

Tem-se estudado a interdisciplinaridade como um diálogo entre diferentes campos da ciência que por meio dessa interação favoreçam atender a pessoa em seus diferentes aspectos, que chega ao Brasil a partir de 1960, buscando respostas às dicotomias da ciência moderna ou clássica, apresentando-se como um modo inovador de produção de conhecimento, ao mesmo

tempo como alternativa e complemento do modo disciplinar do pensamento (ALVARENGA, 2011, p. 20). No mesmo sentido, salienta Japiassu que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste em criar uma ponte para ligar as fronteiras antes delimitadas entre as disciplinas, visando precisamente assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos peculiares e com resultados específicos (JAPIASSU, 1976, p. 75).

A interdisciplinaridade visa “integrar o conhecimento e humanizar a ciência, tendo como princípio básico considerar o homem como ponto de partida e ponto de chegada do conhecimento científico” (GUSDORF apud ALVARENGA, 2011, p. 20).

Trazendo o conceito de interdisciplinaridade e sua aplicação para o âmbito dos cuidados paliativos, é possível observar que a temática envolve profissionais de várias áreas, uma vez que procura abranger o cuidado global do paciente, sem limitações aos transtornos físicos restritos à enfermidade que o acomete, mas de forma ampla, a tratá-lo levando em conta toda a sua complexidade enquanto pessoa humana, visando atendimento a todos os aspectos inerentes à sua dignidade.

Muitos são os matizes interdisciplinares que envolvem a temática dos cuidados de fim de vida, sendo fundamental o reconhecimento da pessoa considerada em sua complexidade corpo, alma e espírito, que são diferentes aspectos a serem tratados e cuidados por cada um dos profissionais que assistem o doente.

O procedimento dos cuidados paliativos se sedimenta na medida em que Direito e Medicina passam a promover a dignidade humana e a estabelecer regras éticas de condutas em relação ao trato para com as pessoas, pois o cuidado global proposto no âmbito desta espécie de tratamento vem unir a noção de cuidado como valor jurídico ao cuidado como espinha dorsal na medicina paliativa – o que demonstra a convergência de ambas as ciências, cujo fim último é a promoção da dignidade da pessoa humana (CABRAL et.al, 2017, p. 46).

Devem ser considerados além desses aspectos, a dimensão física, e para além dela, o tratamento da dor, da progressão da doença, dos sintomas, bem como as questões psicoemocionais como sofrimento, mal-estar, angústia, possível estado depressivo, alcançando as questões espirituais, que devem ser consideradas que ganham relevância nesse momento em que a pessoa se prepara para morrer, devendo ter a oportunidade de ser visitada pelas pessoas a quem ama, inclusive a autoridade espiritual da fé que professa.

Par e passo desse processo, a Medicina vem passando por uma revisão de posturas que leva à adoção da alteridade e da intersubjetividade, que passam pela noção de solidariedade, dedicando ao outro (no caso, ao enfermo) todos os cuidados necessários para a confortável travessia dessa fase do ciclo vital. Esse fato se confirma pela visão humanizada assumida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) que influenciou várias Resoluções, como a de nº 1.805 de 2006, que disciplina a ortotanásia no âmbito da deontologia médica; o Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.932, de 2009), que adota uma perspectiva de proteção à pessoa e sua dignidade, valorizando a vontade e a autodeterminação da pessoa de forma especial; além de outras Resoluções igualmente importantes como a referente à Medicina Paliativa (Resolução CFM 1.973/12); e ainda a Resolução CFM 1.995/12, sobre as Diretivas Antecipadas de Vontade. Todas elas voltadas para a proteção da pessoa em suas diversas manifestações (CABRAL et.al, 2017, p. 48).

A concepção de uma abordagem inter e multidisciplinar à pessoa enferma e sua família denota um aspecto imprescindível na filosofia dos cuidados paliativos, pois são cuidados direcionados para os sintomas físicos, psicológicos, espirituais e sociais, necessitando de

diferentes profissionais para cuidar cada um desses aspectos, ao mesmo tempo, como um todo harmônico, em interação, em intercomplementaridade, de forma que os profissionais falem a mesma linguagem e ajam em cooperação para atingirem um objetivo que lhes é comum: o bem-estar e conforto do paciente.

Os profissionais que compõem a equipe interdisciplinar são: médicos de diferentes especialidades, enfermeiros, farmacêutico, fisioterapeutas, fonoaudiólogo, nutricionista, psicólogo, terapeuta ocupacional, voluntários e religiosos. Um dos grandes objetivos dessa abordagem é acrescentar qualidade de vida aos dias e não dias à vida, o que representa um grande desafio para a equipe diretamente presente nessa situação; uma vez que o objetivo de curar dá lugar às habilidades do cuidar, relacionados a sofrimento, dignidade e apoio (TWYXCROSS R., 2003).

Um dos princípios básicos do Sistema Único de Saúde (BRASIL. LEI FEDERAL Nº 8080/90) é a integralidade da assistência, o que significa considerar a integralidade do sujeito, dos serviços e dos cuidados – que deveria incluir necessariamente os cuidados no final da vida. No mesmo sentido e em consonância com o SUS, a Atenção Primária orienta-se pelos princípios da “coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social” (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Ainda como marco legal, a Política Nacional de Humanização defende a identificação das necessidades sociais de saúde (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009). Portanto, a aplicação desses princípios e definições demanda incorporar os Cuidados Paliativos na Atenção Primária.

Nesse sentido, os programas de Cuidados Paliativos podem incluir: assistência domiciliar, assistência ambulatorial, emergência, internação hospitalar, além de treinamento, pesquisa e ensino, serviços de consultoria e suporte para o luto (MAGANTO, 2008).

A indicação de cada modalidade (assistência domiciliar, ambulatorial, emergência, internação hospitalar) depende das condições clínicas e sociais dos pacientes, sendo essas condições também vinculadas às características de cada doença (TEIXEIRA, 2006).

Na prática do cuidado ao paciente, frequentemente se irá deparar com inúmeros fatores que atuarão concomitantemente na modificação da resposta terapêutica medicamentosa, na evolução da própria doença e na relação com o paciente e a família. A integração sugerida pelo Cuidado Paliativo é uma forma de se observar o paciente sob todas as suas dimensões e a importância de todos estes aspectos na composição do seu perfil para se elaborar uma proposta de abordagem. Ignorar qualquer dessas dimensões significará uma avaliação incompleta e consequentemente uma abordagem menos efetiva e eficaz dos sintomas. O sujeito da ação é sempre o enfermo, respeitado na sua autonomia. Incluir a família no processo do cuidar compreende estender o cuidado no luto, que pode e deve ser realizado por toda a equipe e não somente pelo psicólogo. A equipe multiprofissional com seus múltiplos “olhares” e percepção individual pode realizar este trabalho de forma abrangente (ANCP, 2012). O luto é marcado como um momento, uma experiência de resposta ao rompimento do vínculo (BREITBART W, 2003). É a tomada de consciência a respeito das perdas, da quebra da relação afetiva, constituindo-se em um momento extremamente doloroso. Por esse aspecto é que o luto assume importância na filosofia de cuidados paliativos e se constitui objeto de sua ação.

A intervenção da equipe de saúde responsável pelos cuidados pós-morte com a família sobrevivente poderá ser um telefonema de condolências, aproveitando para oferecer um momento de acolhida, podendo ser dentro ou fora do ambiente hospitalar. Para as famílias, esse é um momento que favorece o fechamento de um ciclo, composto muitas vezes por desgaste

de energia psíquica e de longo tempo de suas vidas, carecendo de um ritual de passagem para o retorno à vida social. Um telefonema na primeira semana, ou o envio de uma carta de condolências em torno de 15 dias após a morte também costuma ser bem recebido pelos familiares (ANCP, 2012).

Os objetivos específicos do trabalho do profissional no processo de luto familiar são correspondentes às quatro tarefas descritas por Worden: aumentar a realidade da perda; ajudar a pessoa a lidar com afetos manifestos e latentes; ajudar a pessoa a superar obstáculos para se reajustar depois da morte e encorajar a pessoa a dizer “adeus” adequado e sentir conforto ao reinvestir novamente na vida sem se esquecer da pessoa (WORDEN, 1988).

Cuidados globais na terminalidade da doença

As questões éticas envolvidas em cuidados paliativos baseiam-se no reconhecimento do fato de que o paciente incurável ou em fase terminal não é um resíduo biológico por quem nada mais pode ser feito, um ser necessitado de anestesia, cuja vida não deve ser prolongada desnecessariamente. Está-se diante de uma pessoa e, como tal, capaz – até o momento final – de relacionamento, de tornar a vida uma experiência de crescimento e de plenitude (PESSINI, 2005).

Quando do acompanhamento de doentes terminais é importante lembrar que alguns problemas psicossociais podem-se apresentar inicialmente como controle insuficiente dos sintomas físicos, como a dor total, a agitação terminal, o cansaço, o medo e a desesperança. Também outros fatores como personalidade e relacionamentos devem ser considerados. O doente terminal pode experimentar vários sentimentos, como o medo (do diagnóstico, da maneira como vai morrer ou dos efeitos dos medicamentos); culpa (por se tornar um peso para a família ou por experiências passadas); raiva (pela perda da dignidade, perda da independência ou falta de oportunidade); incerteza (por questões espirituais, prognóstico e futuro da família); depressão (como consequência de todas as questões acima e mesmo de seus sintomas).

Um nível elevado de cuidado físico é certamente de vital importância, mas não suficiente em si mesmo. A pessoa humana não deve ser reduzida a uma mera entidade biológica (PESSINI, 2005). A complexidade do sofrimento e a combinação de fatores físicos, sociais, psicológicos e espirituais na fase final da vida, bem como o envolvimento direto das famílias, obrigam a uma abordagem multiprofissional, congregando a família da pessoa doente, os profissionais de saúde com formação e treinos diferenciados, os voluntários preparados e a sociedade civil. Por essa razão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera os cuidados paliativos “uma prioridade da política de saúde, recomendando sua abordagem de maneira programada e planejada, numa perspectiva de apoio global aos múltiplos problemas das pessoas doentes que se encontram em fase avançada da doença e no final da vida” (MACIEL et al., 2006).

É importante considerar os desejos do doente, como por exemplo, onde ele prefere morrer? E isso pode ser garantido? Para esta e outras questões é preciso que o doente esteja envolvido com as decisões relativas ao seu tratamento. E para melhor envolvimento com seu próprio tratamento é preciso que haja uma boa comunicação com o médico, bem como com a equipe de saúde e a família. As suas necessidades espirituais também devem ser consideradas. Sempre respeitando as diferenças culturais e religiosas. Muitas pessoas encontram em sua fé religiosa, segurança e força inestimáveis. Para um atendimento adequado ao doente terminal é preciso que a família e a equipe de saúde mantenham uma boa comunicação, e essa só é possível quando a família entende o que está acontecendo a um de seus membros. A participação da família no processo de morte é fundamental para que o enfermo terminal se sinta protegido e amparado. Entretanto, quando um membro da família contrai uma doença toda a família é afetada (TAKITO, 2014).

Considerações finais

Analisando as questões relativas aos cuidados de fim de vida, pode-se dizer que os cuidados paliativos buscam promover a humanização no momento final da vida, através de uma abordagem que proporcione o morrer com dignidade, guiado pelos princípios éticos de respeito à vida humana.

No contexto dos cuidados paliativos a equipe multiprofissional ganha papel relevante, pois os diferentes olhares de cada um desses profissionais possibilita uma melhor compreensão global da pessoa enferma e dos problemas que ela atravessa, além da atenção à sua família, que é um fator importante para o equilíbrio das relações entre a família e a pessoa que está prestes a partir.

É importante que além dos cuidados implementados à pessoa enferma, sejam adotadas condutas de apoio à sua família para que possa atravessar os momentos finais, a perda do ente querido e o luto com menos dor. Os cuidados paliativos representam, nesse sentido, o resgate do valioso cuidar, abrindo espaço para o viver e o morrer com máximo apoio ao paciente e aos seus familiares, considerados agentes ativos no processo junto à equipe de saúde. Nesse cenário, é possível legitimar os desafios inerentes à fase final de vida, à morte e ao luto. É importante lembrar que a morte do paciente não cessa o vínculo imediatamente, há ainda o telefonema e/ou a carta de condolências, que deixam o canal aberto para diálogos posteriores, estando a equipe multiprofissional aberta a possíveis necessidades de diálogo por parte de parentes e/ou amigos do falecido paciente.

Referências

ALVARENGA, A. et al. "Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade", in A. Philippi & A. Silva Neto (ed.) **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Editora Manole, com apoio da Capes, 2011.

BRASIL. ANCP - **Academia Nacional de Cuidados Paliativos**: Manual de Cuidados Paliativos ANCP - Ampliado e atualizado 2ª edição, 2012.

_____. **Lei Federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 10 nov. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 10 nov. 2018.

_____. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. 68p. (Série Pactos pela Saúde, v. 4).

_____. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. O Humaniza SUS na Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. 40p.

Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humaniza_sus_atencao_basica.pdf. Acesso em 10 nov. 2018.

BREITBART, W. Spirituality and meaning in palliative care. **Mundo Saúde** (1995). 2003; 27(1):33-44.

CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; RIBEIRO, Leila Maria Tinoco Boechat; CABRAL, Rachel Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. A bioética deste milênio: cuidado e humanização no ocaso da existência humana. In CABRAL, Hildeliza Boechat; Von-Held, Andréa Rodrigues; Dadalto, Luciana. **Cuidados paliativos: estudos acadêmicos transdisciplinares**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.

DADALTO, Luciana; SANTOS, Sarah Carvalho dos. Cuidados paliativos e testamento vital: uma relação íntima. In: Cabral, Hildeliza Boechat; Von-Held, Andréa Rodrigues; Dadalto, Luciana. **Cuidados paliativos: estudos acadêmicos transdisciplinares**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.

FIRMINO, F. Pacientes portadores de feridas neoplásicas em serviços de cuidados paliativos: contribuições para a elaboração de protocolos de intervenção de enfermagem. **Revista Brasileira Cancerologia**. 2005; 51(4); 347-59.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Interdisciplinaridade**. Alea, volume 10, número 1, janeiro-junho, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/alea/v10n1/v10n1a03.pdf> acesso em 07.set.2014. JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FLORIANI, C.A., SCHRAMM, F.R. Desafios morais e operacionais da inclusão dos cuidados paliativos na rede de atenção básica. **Caderno Saúde Pública**. 2007; 23(9):2072-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n9/08.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.

MACIEL M. et al. **Critérios de qualidade para os cuidados paliativos no Brasil / documento elaborado pela Academia Nacional de Cuidados Paliativos** ; Maria Goretti Sales Maciel... [et al.]. - Rio de Janeiro : Diagraphic, 2006 60p.

MAGANTOV.V.;GONZÁLEZ,M.M.;PASCUAL,D.R.;CAYUELA,P.P.Cuidadoscontínuos.Un modelo de atención integral. **Revista Administración Sanitaria**. 2005;3(4):647-68. Disponível em: http://apps.elsevier.es/watermark/ctl_servlet?_f=10&pident_articulo=13085591&pident_usuario=0&pcontactid=&pident_revista=261&ty=158&accion=L&origen=elsevier&web=www.elsevier.es&lan=es&fichero=261v3n4a13085591pdf001.pdf. Acesso em 10 nov. 2018.

MENEZES, R.A. **Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz: Garamond; 2004.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: introdução ao Direito Civil Constitucional / Pietro Perlingieri; tradução de: Maria Cristina de Cicco**. 3ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2007

PESSINI, Leo. **Novas perspectivas em cuidados paliativos: ética, geriatria, gerontologia, comunicação e espiritualidade**. O mundo da saúde — São Paulo, ano 29 v. 29 n. 4 out./dez. 2005.

PESSINI, Leocir; BARCHIFONTAINE, Christian de P. de. **Problemas atuais de Bioética**. São Paulo: Loyola, 2014.

SANTORO, Luciano de Freitas. **Morte Digna: o direito do paciente terminal**. Curitiba: Juruá, 2012.

TAKITO, D. **Cuidados com o doente terminal: Considerações técnico-científico,ética e humanitária**. Rev. Bras. Oncologia Clínica, 2004 Vol. 1 . N.º 1 (Jan/Abr) 23-32

TEIXEIRA, M; LAVOR, M. **Assistência no modelo hospice**: a experiência do INCA. In: Pimenta CAM, Mota DDCF, Cruz DALM, organizadores. *Dor e cuidados paliativos: enfermagem, medicina e psicologia*. Barueri: Manole; 2006. p. 360-83.

TWYXCROSS, R. **Cuidados Paliativos**. 2ª ed. Lisboa: Climepsi; 2003.

UDHR. **Declaração Universal de Direitos Humanos**, 1988. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em . Acesso em 10 nov. 2018.

WORDEN, W. W. **Terapia do luto**: um manual para o profissional de saúde mental. 2. ed. Porto Alegre; Artes Médicas, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO Expert Committee on Cancer Pain Relief and Active Supportive Care. *Cancer pain relief and palliative care: Report of a WHO Expert Committee*. Geneva: World Health Organization; 2002.

EMPIRIA E METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINAGEM: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO “PREVENÇÃO E DETECÇÃO DO DIABETES MELITTUS E DA HIPERTENSÃO ARTERIAL” NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE DE MEDICINA

RENATA GUARÇONI BERTOLDI

*Graduanda do Curso de Bacharelado em Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC
renatabertoldi@hotmail.com*

BIANCA MAGNELLI MANGIAVACCHI

*Professora do Curso de Bacharelado em Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC
bmagnelli@gmail.com*

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

*Professor do Curso de Bacharelado em Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC
taua_verdan2@hotmail.com*

RESUMO

Evidências suportam os aspectos cognitivos do uso das metodologias ativas para melhorar o rendimento acadêmico tornando o estudante atuante no desenvolvimento do próprio aprendizado. Acadêmicos de medicina ao utilizar da metodologia ativa em um projeto de extensão se oportunizaram a assuntos inovadores com análises críticas e como diferencial a empatia no atendimento, a fim de modernizar o processo de aprendizado. Essa concepção está diretamente ligada a inovação na área da saúde, tendo como foco principal uma transição progressiva de informações. Contudo, essas alterações no ensino-aprendizado na área médica são essenciais para a restauração de um nova abordagem educacional voltada ao conhecimento técnico científico e ao individualismo, com diversos pensamentos e abordagens críticas. É notório a busca da essência da inovação na área da saúde, com finalidade de aperfeiçoar a sabedoria do profissional, priorizando valores diretamente vinculado a abordagem dos princípios contemporâneos, pertencentes a inovação e a reinvenção acadêmica.

ABSTRACT

Evidence supports the cognitive aspects of the use of active methodologies to improve the academic performance, making the student active in the development of his / her own learning. Medical students using the active methodology in an extension project have opted for innovative subjects with critical analysis and as a differential the empathy in care, in order to modernize the learning process. This conception is directly linked to innovation in the health area, having as main focus a progressive transition of information. However, these changes in teaching-learning in the medical field are essential for the restoration of a new educational approach focused on scientific technical knowledge and individualism with several critical thoughts and approaches. The pursuit of the essence of innovation in the area of health is notable, with the purpose of improving the professional's wisdom, prioritizing values directly linked to the approach of contemporary principles pertaining to innovation and academic reinvention.

INTRODUÇÃO

A Graduação em Medicina tem sofrido transformações nas últimas décadas decorrentes a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Medicina no Brasil, propondo a formação de profissionais mais críticos, humanos e reflexivos, sobre a sua prática. Com isso, novas metodologias de ensino têm sido aplicadas na formação médica com intuito promover maior integração entre o ensino e a aprendizagem.

A adoção de metodologias ativas de ensino tem crescido significativamente nos cursos superiores, inclusive, dentro do curso de medicina, para atender às novas demandas sociais. A metodologia ativa é uma concepção que tem como finalidade ampliar o conhecimento científico. Esta abordagem influencia na liberdade individual do estudante, o que o torna atuante no desenvolvimento do próprio aprendizado. Evidências suportam o melhor desempenho de aspectos cognitivos ao utilizar-se dessa abordagem em forma proativa, ao resultar em melhor rendimento acadêmico. Dentre as diversas metodologias utilizadas atualmente está a problematização de situações onde o estudante, mediante problemas reais, tem a possibilidade de examinar e se posicionar de forma crítica e reflexiva sobre tais fatos.

Projetos extensionistas oportunizam experiências práticas diferenciadas para acadêmicos nos cursos de graduação. O projeto “prevenção e detecção do Diabetes Mellitus e da Hipertensão Arterial” constitui-se no cuidado à saúde da comunidade externa do município onde se localiza a Instituição de Ensino, levando informação e acompanhamento médico. Ele envolve acadêmicos de graduação de medicina, orientados por preceptores e inseridos em importantes espaços de atuação da linha de cuidado.

No Brasil são cerca de 17 milhões de indivíduos são portadores de hipertensão arterial e 10 milhões são portadores de Diabetes Mellitus. Essas doenças crônicas não transmissíveis apresentam incidência e prevalência crescentes sendo consideradas um importante problema grave de saúde pública no Brasil e no mundo. Por serem na maior parte do seu curso assintomática, o diagnóstico e tratamento da hipertensão e da diabetes são frequentemente negligenciados pela população, principalmente determinados grupos socialmente vulneráveis.

Com isso o objetivo desse estudo foi relatar a experiência da aprendizagem ativa na prática extensionista de acadêmicos de medicina, com finalidade de intensificar perspectivas sobre diferentes assuntos, fazendo o acadêmico refletir sobre seu papel social mediante o contato com a realidade. A partir do relato objetiva-se refletir sobre a prática extensionista como metodologia ativa no processo de formação dos acadêmicos de medicina visto as experiências vivenciadas.

METODOLOGIA

O projeto “Prevenção e detecção da Diabetes Mellitus e da Hipertensão Arterial” foi elaborado com intuito de promover ações locais voltadas às demandas locais mediante o acompanhamento da população. O projeto envolve estudo abrangente sobre as bases de dados do ministério da saúde e da secretaria estadual de saúde levando ao planejamento de ações de educação e promoção de saúde.

Alunos de medicina do segundo período do curso durante o curso do componente curricular de Atenção Primária, pertencente ao Eixo temático de Integração Ensino-Trabalho-Cidadania, utilizando da metodologia ativa em um projeto de campo, se dividiram em pequenos grupos para que se apoderassem de referencial teórico sobre as doenças em questão e planejassem uma atividade que tinha como principal objetivo a aferição da pressão arterial e medição de glicose da comunidade local, bem como a educação em saúde através da comunicação direta com a população (figura 1).



Figura 1: Prática Extensionista realizada por alunos do curso de Bacharelado em Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos em maio de 2018 na cidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ. **Fonte:** Autores, 2018

DESENVOLVIMENTO

O PROCESSO DE ENSINAGEM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O termo “Ensinação” descrito por Anastasiou se refere a uma prática educativa, “englobando tanto a ação de ensinar quanto a de apreender” (ANASTASIOU e ALVES, 2004, p. 15), mediante a relação entre aluno-professor dentro ou fora da sala de aula consistindo num processo interativo e participativo, enquanto campo propício as metodologias ativas ancorada na proposta de educação de Paulo Freire (SILVEIRA e RIBEIRO, 2005).

Estratégias para a aproximação de conteúdos contextualizados na realidade social na qual os acadêmicos estão inseridos permite a produção do conhecimento engajado e híbrido, entre o acadêmico e o cotidiano. Com a tecnologia é cada vez maior o acesso a informação e nesse sentido as metodologias ativas que visem a problematização, como já afirmava Freire (2011), aproxima à realidade gerando conhecimentos significativos.

Os métodos tradicionais com o professor assumindo a figura de conteudista e detentor do saber, onde sua função consistia em transmitir a informação do conteúdo, seguidas de questionamentos e exercícios, sem necessariamente compreender de que modo isso se refletia na realidade do estudante (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 68). O professor deve fornecer condições favoráveis da realidade, visando a apreensão de conteúdos sustentados pelos valores e especificidades dos conteúdos nos contextos em que estes estão inseridos (KASTRUP, 2013).

Para a autora, uma “formação baseada na experiência” (KASTRUP, 2013, p.152) é aquela que permite que os sujeitos envolvidos pelas atividades da realidade mergulhem nas conexões afetivas, nas expressões dos tecidos sociais, na semiótica de suas questões, nos modos de organizar e projetar a vida (KASTRUP, 2013).

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DA MEDICINA

As metodologias ativas se constituem nas diversas formas de promover o processo de aprendizagem em que situações reais ou simuladas, com intuito de solucionar, atividades relacionadas com a prática social, em diferentes contextos do cotidiano, podem ser implementadas (BERBEL, 2011). O estudante não está preparado a vivenciar problemas reais. Paulo Freire (1996) em seu trabalho defende o uso das novas metodologias para que se possa promover a solução de problemas, levando a novos conhecimentos, a partir de situações que são necessárias para a aprendizagem significativa nos educandos.

Para Bastos (2006, p.10):

o conceito de metodologias ativas se define como um “processo interativo de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema.” Ainda segundo o autor docente deve atuar como um facilitador, para que o estudante faça pesquisa, reflita e decida por ele mesmo o que fazer para alcançar os objetivos.

A situação-problema trabalhada por meio de metodologias ativas leva o acadêmico de medicina a refletir, contextualizar, revisitando suas descobertas, tornando esse recurso didático importante, podendo favorecer de forma significativa e eficaz de metodologia (MITRE et al., 2008). Para tal existem possibilidades diversas de Metodologias em potencial para tornar os acadêmicos autônomos no seu processo de aprendizagem.

No dizer de Schön (2000):

Quando um profissional define um problema, ele escolhe e nomeia os aspectos que irá observar [...]. Através dos atos complementares de designação e concepção, o profissional seleciona os fatos aos quais se ater e os organiza, guiado por uma apreciação da situação que dá a ela coerência e estabelece uma direção para a ação. Assim sendo, a definição de problemas é um processo ontológico [...] uma maneira de apresentar uma visão de mundo (p. 16).

Diante disso, há um busca pelo conhecimento sobre as formas de uma melhor atuação sobre a prática em sala de aula com o uso das metodologias ativas, de forma que se contribua para a formação crítica do estudante, e que corroborem com às necessidades do ponto de vista dos parâmetros educacionais atuais.

AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

As doenças cardiovasculares são as mais preocupantes morbidades associadas a um crescente índice de mortalidade na população brasileira e mundial. No Brasil as doenças cardiovasculares figurando desde da década de 80 como a principal causa da morte da população, representando cerca de 3,9% das mortes ocorridas no país (FERREIRA; AYDOS 2008, p. 2). A hipertensão arterial sistêmica (HAS) se apresenta com um índice maior em indivíduos com um sobrepeso, no entanto pode ser entendida como uma doença multifatorial, caracterizada por alterações metabólicas, hormonais associadas a fenômenos tróficos, como hipertrofia cardíaca e vascular.

A HAS é classificada em dois tipos: primária ou secundária (FERREIRA; AYDOS 2008, p. 3). A HAS primária é forma mais comum de hipertensão caracterizada pelo aumento da pressão que se dá com o envelhecimento vascular, principalmente se relacionado com o aumento da rigidez da parede arterial. Ela pode ser antecipada com maus hábitos de vida, como o estresse, má alimentação, consumo elevado do sal, cafeína, tabagismo e com o sedentarismo. Já a HAS secundária é consequência de uma causa identificável associada, como um quadro de doença renal, ou obesidade, que se apresenta como uma das causas mais comuns.

A Diabetes Mellitus (DM) é uma doença caracterizada pela elevação da glicose na corrente sanguínea. Tal patologia decorre de alterações no processo de secreção ou ação do hormônio insulina pelas células denominadas “beta” do pâncreas. A função principal da insulina é promover a entrada de glicose nas células de forma que ela possa ser aproveitada para as atividades celulares. A falta da insulina resulta em acúmulo de glicose no sangue, o que chamamos de hiperglicemia (SBEM, 2016).

A DM se apresenta de duas formas: Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1) e Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2). A DM2 é uma doença autoimune de elevada morbidade caracterizada por destruição das células “beta” pancreáticas responsáveis pela produção de insulina. (NEVES, C. et.al, 2017). Já na DM1 ocorre a inibição da produção de insulina ou sua pouca produção, acarretando no acúmulo de glicose, desencadeando um quadro de hiperglicemia. Este quadro pode ser revertido com a administração de insulina (NEVES, et.al (2017).

Fatores genéticos e fatores ambientais estão envolvidos na evolução do DM2 (REIS; VELHO, 2002). É fundamental a reeducação alimentar e a prática regular de exercícios físicos, tanto para prevenção de ambas doenças, quanto para o tratamento destas. A atividade física proporciona variadas mudanças metabólicas, que influencia em diversas doenças. Na DM1 é necessária a intervenção medicamentosa em conjunto as atividades físicas a fim de evitar a hipoglicemia, como também a autovigilância da glicemia. Já na DM2, devida tarefa é, portanto, mais necessária por se tratar de uma patologia sem tratamento farmacológico (ARAÚJO; BRITTO; CRUZ, 2000).

Como já foi citado, cada uma das patologias descritas tem seu tratamento específico, contudo, há resistência, principalmente entre alguns grupos, para a adesão terapêutica. São muitos os fatores que contribuem para com isso, tais como o medo da doença, característica desta e do tratamento, negação, depressão, ansiedade, relação profissional de médico-paciente, apoio social, acesso aos medicamentos, idade avançada, baixo poder aquisitivo, analfabetismo e crenças relativas à saúde (BORBA et.al, 2018).

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

De forma a criar o acompanhamento constante, e devido ao aumento dos agravos em pacientes portadores de doenças cardiovasculares juntamente com o propósito de reduzir a morbimortalidade tanto associada à Diabetes mellitus quanto a hipertensão arterial, foi criado no ano de 2002, o “Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e Diabetes mellitus” (Brasil, 2002). Este programa iniciou com o objetivo de estabelecer metas e diretrizes na ampliação de ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e controle dessas patologias, através da reorganização do trabalho de atenção à saúde, das unidades da rede básica dos Serviços de Saúde/Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2002).

No entanto, para alcançar esses objetivos o plano foi composto por ações que compreendiam a capacitação de multiplicadores para atualização dos profissionais de saúde, efetivação de campanhas de rastreamento dessas doenças e promoção de hábitos saudáveis, confirmações diagnósticas e iniciação terapêutica, cadastramento dos portadores as unidades básicas de saúde para o acompanhamento e tratamento (Brasil, 2002).

Com isso, foi implantado o Programa Nacional de Assistência Farmacêutica para a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, que fornece os medicamentos para os portadores dessas doenças, e o “HIPERDIA” (Brasil, 2009), que consistia em um sistema informatizado de cadastramento e acompanhamento de hipertensos e diabéticos captados no programa em todas as unidades ambulatoriais do SUS.

Esse sistema de cadastramento acaba por gerar informações para os gerentes locais, gestores das secretarias municipais, estaduais e Ministério da Saúde (MS) com intuito de permitir o acompanhamento, a garantia do recebimento dos medicamentos prescritos, ao mesmo tempo em que poderia ser definido o perfil epidemiológico desta população, e o consequente desencadeamento de estratégias de saúde pública que levarão à modificação do quadro atual, a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e a redução do custo social.

Além disso, soma-se a este fator a possibilidade de identificação precoce dos casos e o estabelecimento do vínculo entre os portadores de HA e as unidades básicas de saúde, fazendo com que haja diminuição na progressão das complicações, reduzindo assim o número de internações bem com a mortalidade devido a esses agravos (Brasil, 2002).

A realização de inquéritos periódicos de saúde é reconhecida como essencial para o monitoramento da tendência do estado de saúde, dos comportamentos a ela relacionados e do acesso e uso de serviços pela população (Viacava, 2002). No entanto ainda existem poucos estudos que avaliam o impacto dos programas de HA implantados nos municípios principalmente nos estados do Norte e Nordeste do país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As vivências decorridas por meio do contato com a população através da prática extensionista serão descritas aqui. Os vinte acadêmicos relataram ter sido estimulados a assuntos inovadores ao entrar em contato com a educação médica. Os acadêmicos puderam fazer reflexões acerca da prática na linha da educação em saúde, permitindo que os acadêmicos visualizassem as potencialidades e as fragilidades da atenção em saúde da população local. Sabe-se ainda que o acompanhamento de grupos de risco é fundamental para um diagnóstico precoce das patologias crônicas, além da necessidade de conscientização da população sobre os riscos e cuidados referentes a estas patologias.

A liberdade de escolha de qual assunto levar para a prática extensionista, estimulou os acadêmicos de Medicina construir inúmeras interpretações referentes a uma única temática, com análises críticas e como diferencial a empatia no atendimento, a fim de modernizar o processo de aprendizado aprimorando uma constante reinvenção.

O acolhimento e humanização na assistência em muitos momentos sobressaiu a própria atenção e cuidado à patologia relacionada levando os acadêmicos a escuta dos sujeitos, criando um vínculo natural e inerente ao cuidado humano. Além dos aprendizados práticos acerca da linha de cuidado, é importante salientar que o projeto propiciou aos acadêmicos a oportunidade de desvelar o objeto de trabalho e refletir a importância do trabalho em equipe no cotidiano do sistema de saúde.

Os acadêmicos relataram sobre a “tomada de decisões”, sendo essa uma competência preconizada nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação dos profissionais na área da saúde, bem como especificamente na Diretrizes para a formação médica (BRASIL, 2001; BRASIL, 2014). Segundo, Paulo Freire, o processo de tomada de decisão, a partir da reflexão crítica da prática, construída com o outro, se torna possível a construção da autonomia crítica, reconhecendo a história como um tempo de possibilidades e, portanto, possível de intervenção e mudança (FREIRE, 1996). Para atingir esta competência não existe uma fórmula, porém alguns fatores podem ajudar como o domínio do assunto conjuntamente associado a uma formação de vida com situações semelhantes.

Teixeira (2003, p. 7) comenta que ao

[...] indicar a inserção dos estudantes em múltiplos cenários de práticas, as novas diretrizes curriculares ampliam consideravelmente as possibilidades de problematização da realidade de saúde onde os estudantes irão atuar, do ponto de vista da identificação tanto dos problemas dos serviços de saúde e das condições de vida da população, quanto dos problemas dos serviços de saúde e os limites e possibilidades dos processos de mudança em curso.

A prática comunitária está em consonância com as recomendações do Ministério da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009), que ressalta a necessidade dos profissionais do SUS estimularem movimentos sociais e a organização comunitária, fortalecendo a participação popular, promovendo autonomia e empoderamento das comunidades na tomada de decisões sobre sua saúde. Nota-se que a metodologia ativa é ferramenta primordial na promoção de debates, ensino e pesquisas, já que exige uma dedicação voltada a coleta de dados e referências concretas de um dado assunto. Essa concepção está diretamente ligada a inovação na área da saúde, tendo como foco principal uma transição progressiva de informações. Contudo, essas alterações no ensino-aprendizado do acadêmico na área médica são essenciais para a restauração de uma nova abordagem educacional voltada ao conhecimento técnico científico e ao individualismo, com diversos pensamentos e abordagens críticas.

Os agentes envolvidos em um dado contexto social compartilham estratégias, ferramentas e técnicas advindas de suas experiências pessoais, suas histórias individuais e técnico-científicas, em um campo de educação formal e não formal. O exercício de este compartilhar estratégias e coexistir saberes forma um campo de comunicação ativa, em que a participação se fortalece ao passo que a própria comunicação é exercida em suas convergências e conflitos.

Segundo Feuerwerker et al. (2000, p. 42):

[...] essas práticas nos “Cenários de Aprendizagem” enfatizam a promoção e a proteção da saúde, considerando processos sociais vinculados à saúde, os modos de viver e de trabalhar peculiares aos territórios, bem como a atuação sobre os problemas concretos de saúde – tais como danos, riscos, ameaças de risco e seus fatores condicionantes e determinantes – e sobre os modos como a sociedade os enfrenta.

Uma prática educativa de participação, como já exposto é um exercício de poder, distribuição de poder, e para tanto, como descrito por Souza (1987) possui pressupostos e algumas formas possíveis de organização. Não existe uma forma dada para que a participação aconteça, mas sim, incontáveis formas existentes e dinâmicas singulares de provocação, sensibilização e organização que determinam a distribuição e uso do poder participativo.

CONCLUSÃO

Toda essa mudança no paradigma médico promove resultados positivos e potencializa o futuro dos profissionais, proporcionando a liberdade de escolha, como também a humanização na prática do atendimento, ampliando o campo comunicativo, visando principalmente a compreensão no atendimento médico-paciente, além disso intensifica relações interpessoais. Projetos como o apresentado neste artigo além de repercutir no modelo de formação dos acadêmicos, consideram as necessidades em saúde da população. Foi possível vivenciar potencialidades e fragilidades sobre a linha de cuidado e refletir a importância do trabalho em equipe.

Partindo desse princípio é notório a busca da essência da inovação na área da saúde, com finalidade de aperfeiçoar a sabedoria do profissional, priorizando valores substanciais

diretamente vinculado a abordagem dos princípios contemporâneos, pertencentes a inovação e a reinvenção acadêmica. Acredita-se que experiências como esta precisam multiplicar-se no contexto universitário. Aliadas às atividades de ensino e pesquisa, projetos de extensão possuem capacidade singular para constituir um modelo de formação desejado e congruente com os princípios e diretrizes do SUS.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. das GC; ALVES, L. P. Processos de Ensino na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3ª edição, editora Univille, Joenville: Santa Catarina, 2004.

ARAÚJO, Leila Maria Batista; BRITTO, Maria M. dos Santos; CRUZ, Thomas R. Porto da. Tratamento do Diabetes Mellitus do Tipo 2: Novas Opções. In: **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & metabologia**, São Paulo, v. 44, n. 6, p. 509-518, dez, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302000000600011&lang=pt>. Acesso em 06 jun. 2018

BASTOS, C. C. Metodologias Ativas. 2006. Disponível em: <http://educacaoemedicina.blogspot.com.br/2006/02/metodologias-ativas.html>>, Acesso em: 10 de novembro de 2018.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326>>. Acessado em 10 de novembro de 2018.

BORBA, Anna Karla de Oliveira Tito et al. Fatores associados à adesão terapêutica em idosos diabéticos assistidos na atenção primária de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p. 953-961, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000300953&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 06 jun. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 1133, de 7 de agosto de 2001. Institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e nutrição. Diário Oficial da União, 03 Out 2001.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano de reorganização da atenção a hipertensão arterial e ao diabetes mellitus: manual de hipertensão arterial e diabetes. Brasília (DF); 2002.

_____. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina e dá outras providências. Diário Oficial da União, 23 Jun 2014.

FERREIRA, Joel Saraiva; AYDOS, Ricardo Dutra. Prevalência de hipertensão arterial em crianças e adolescentes obesos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 97-104, 2010. Disponível em: < https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232010000100015&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 10 de novembro de 2018

FERREIRA, Joel Saraiva; AYDOS, Ricardo Dutra. Prevalência de hipertensão arterial em crianças e adolescentes obesos, 2008. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 15, v. 1, p. 97-104, 2010. Disponível em:<https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v15n1/a15v15n1.pdf> Acesso em: 24 abr. 2018.

FEUERWERKER, Laura; COSTA, Heloniza; RANGEL, Maria Ligia. Diversificação de cenários de ensino e trabalho sobre necessidade/problemas da comunidade. **Divulg. saúde debate**, p. 36-48, 2000.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Paz e Terra. Ed.15, São Paulo, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.

KASTRUP, V. Um mergulho na experiência: uma política para a formação dos profissionais em saúde. **Clínica comum: itinerários de uma formação em saúde**. São Paulo: Hucitec, p. 151-162, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Política nacional de humanização da atenção e gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.

MITRE, S. M.I et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/630/63009618.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

NEVES, C et al. Diabetes Mellitus Tipo 1. In: **Revista Portuguesa de Diabetes**, Portugal, v. 12, n. 4, p. 159-167, dez, 2017. Disponível em: <<http://www.revportdiabetes.com/wp-content/uploads/2018/02/RPD-Vol-12-n%C2%BA-4-Dezembro-2017-Artigo-Revis%C3%A3o-p%C3%A1g-159-167.pdf.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2018

REIS, André F.; VELHO, Gilberto. Bases Genéticas do Diabetes Mellitus Tipo 2. In: **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & metabologia**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 426-432, ago. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302002000400014&lang=pt>. Acesso em 06 jun. 2018

SBEM, Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabolia. Disponível em:<https://www.endocrino.org.br/>

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Penso Editora, 2009.

SILVEIRA, LMC. RIBEIRO, VMB. Grupo de adesão ao tratamento: espaço de “ensinagem” para profissionais de saúde e pacientes. **Interface: Comunic, Saúde, Educ**, v9 (16), p. 91-104: 2005.

TEIXEIRA, Carmen Fontes. Ensino da saúde coletiva na graduação. **Cadernos ABEM**, v. 1, p. 20-2, 2004.

VIACAVA, F. et al. Informações em saúde: a importância dos inquéritos populacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**; n.7(4): p. 607-621, 2002.

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA X TELETRABALHO: MUDANÇA DE PARADIGMA NO SERVIÇO PÚBLICO

DAIANA ATAIDE DA SILVA

*Mestranda no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
daianaataide14@gmail.com*

LETÍCIA SANZ BARRETO

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
Professora dos Programas de Pós Graduação em Políticas Sociais e
Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
Professora dos Programas de Pós Graduação em Políticas Sociais e
Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminens
leticiasanz07@gmail.com*

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição
e Linguagem da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
chmsouza@uenf.br*

RESUMO

O presente estudo promove uma análise acerca da evolução tecnológica a partir do desenvolvimento e conseqüente disseminação da internet, considerando a expansão da rede mundial de computadores como fator exponencial à mudança de comportamento da sociedade sob vários aspectos.

Diante da revolução tecnológica perpassada, uma das esferas sociais que sofreu profunda transformação foi a do mercado de trabalho, reverberando-se os efeitos da mudança tanto na esfera pública quanto privada. Nessa tônica, surge um modelo alternativo ao tradicional corporativo no que se refere ao local de trabalho, denominando-se de teletrabalho, o qual é compreendido a partir da possibilidade de desempenho das atribuições do funcionário de forma externa a do convencional ambiente de trabalho.

Nessa perspectiva, a pesquisa incita à reflexão quanto à possibilidade de implementação do teletrabalho junto ao Serviço Público, no âmbito do Poder Judiciário nacional, sob a justificativa de implementação do Princípio da Eficiência, preceito constitucional, para o alcance de melhores resultados na prestação do serviço público.

Palavras-chave: Evolução Tecnológica; Teletrabalho; Serviço Público, Princípio da Eficiência.

ABSTRACT

The present study promotes an analysis of the technological evolution from the development and consequent dissemination of the internet, considering the expansion of the world computer network as an exponential factor to the behavior change of society in several aspects. Faced with the technological revolution, one of the social spheres that underwent a profound transformation was that of the labor market, reverberating the effects of change in both the public and private spheres. In this thesis, an alternative model to the traditional corporate one

with regard to the work place, denominating of telework, appears that is understood from the possibility of performance of the duties of the employee of form outside of the conventional work environment. In this perspective, the research encourages reflection on the possibility of implementing telework with the Public Service within the scope of the national Judiciary, under the justification of implementing the Efficiency Principle, constitutional precept, to achieve better results in the provision of the service public.

Key words: Technological evolution; Telework; Public Service, Principle of Efficiency.

INTRODUÇÃO

Atualmente, não se pode negar que as revoluções tecnológicas ocorridas a partir da criação e disseminação da Internet, tem motivado intensas mudanças em diversas áreas da vida em sociedade, como nas relações sociais, na economia, na política e até mesmo criando novos parâmetros em determinadas áreas do direito. No âmbito do trabalho, a grande evidência de tais avanços tecnológicos, se deu com o surgimento do teletrabalho. Este recente termo, é empregado para definir essa nova modalidade de ofício realizado longe do estabelecimento empresarial, possibilitado pela ascensão do uso de tecnologias da informação e comunicação. Sendo assim, pode ser considerada uma modalidade de trabalho a distância, na qual não há uma supervisão direta do empregador.

Nesse contexto, percebe-se que a discussão em torno do teletrabalho tem crescido, devido a sua importância no mundo contemporâneo e com o crescente número de pesquisas acadêmicas relacionadas a temática. Dessa forma, o presente artigo visa investigar como o teletrabalho vem se desenvolvendo no Brasil, tendo como enfoque o poder judiciário.

Assim sendo, buscou-se na próxima seção trazer um sucinto panorama histórico da criação e desenvolvimento da Internet que culminaram nos avanços tecnológicos nas áreas da informação e comunicação. Em seguida, visou-se mostrar as mudanças ocorridas na sociedade por conta da propagação dessas novas tecnologias. No terceiro tópico, objetivou-se trazer uma introdução ao tema Teletrabalho, com o intuito de oferecer um melhor entendimento dessa moderna forma de trabalho. O quarto tópico dedica-se à explicitação da pesquisa realizada, apresentando seus resultados e discussões e, por fim, a última seção traz as considerações finais obtidas através da pesquisa. Cabendo destacar que a proposta deste trabalho é de suscitar reflexões sobre a temática, porém sem nenhuma pretensão de esgotá-la.

BREVE HISTÓRICO ACERCA DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA INTERNET

A concepção e o desenvolvimento da Internet se deram a partir da união das investigações científicas financiadas pelo governo dos EUA, da pesquisa militar e pela busca por uma cultura de liberdade. Dessa forma, segundo CASTELLS (1999), ela se originou na ARPA – Agência de Projetos de Pesquisa Avançada – formada em 1958, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, que reunia tanto pesquisadores universitários, quanto militares, com o objetivo de superar a tecnologia militar da União Soviética, na ocasião da Segunda Guerra Mundial.

Em 1969, a agência de pesquisa citada criou a primeira rede de computadores denominada de ARPANET, com a finalidade de promover a interatividade entre os centros acadêmicos de pesquisas e o Departamento de defesa americano, porém os cientistas começaram a utilizá-la para realizar comunicações entre si.

A partir de então, os cientistas trabalhavam visando possibilitar a conexão da Arpanet com outras redes de computadores e ao alcançarem tal objetivo, formou-se então, uma rede de redes, na década de 1980. Essa conexão só foi possível, com a criação de um protocolo que padronizou a comunicação entre os diversos centros de computação, o TCP/IP (Protocolo de Controle de Transmissão) e o IP (Protocolo de Internet).

Essa rede das redes que tinha como espinha dorsal o programa Arpanet e utilizava como padrão de comunicação o protocolo TCP/IP, chamava-se, à época de ARPA-INTERNET, mas após, foi denominada Internet. Na década de 1990, ela se desvinculou da pesquisa militar, devido ao fato de a Arpanet ter se tornado uma tecnologia ultrapassada e encerrar sua operação, passando assim a ser administrada pela NSF (National Science Foundation). No entanto, como a NSF, operada pelo governo, não conseguiu controlar de forma eficaz a Internet, além de estar sofrendo com pressões comerciais, acabou se rendendo a privatização desta.

Nesse contexto, nos anos 1990, a Internet começou a ser controlada por diversos provedores e a partir de então, cresceu de forma acelerada formando uma rede mundial de computadores interligados. Apesar de sua expansão, a maioria das pessoas tinham muita dificuldade em usar a Internet. O que promoveu tal ascensão e difusão dessa rede das redes mundialmente foi a elaboração de uma nova aplicação: a WWW (world wide web). Ela foi desenvolvida por um conjunto de pesquisadores encabeçados por Tim Berners Lee e Robert Cailliau, em 1990, com a finalidade de organizar o conteúdo dos sites da Internet por informação, isto é, não mais por localização, proporcionando aos usuários um sistema de pesquisa de fácil utilização.

A mesma equipe de pesquisadores europeus que atuavam no CERN, o Laboratório Europeu para a Física de Partículas, também criou o HTML (Linguagem de Marcação de Hipertexto), um formato para os documentos em hipertexto, assim como configuraram um protocolo de transferência de hipertexto (HTTP), para transmitir e acessar informações que podem conter: vídeos, gráficos, texto e sons, além de terem desenvolvido o URL (Localizador Uniforme de Recursos), que nada mais é que um endereço web, ou seja, o nome de um site. O software WWW foi distribuído de forma gratuita na Internet, por essa razão se difundiu rapidamente, gerando o que Castells denomina de “revolução da tecnologia da informação” em todo o mundo, promovendo, portanto, a criação de uma teia mundial (CASTELLS, 1999, p.89).

A partir da explicitação dessa “revolução tecnológica”, iniciada nos anos 1970, surge a seguinte indagação: quais são os principais efeitos e consequências da difusão das novas tecnologias da informação e comunicação na sociedade contemporânea, principalmente no mercado de trabalho? É a esse questionamento que se pretende responder no tópico a seguir.

SOCIEDADE EM REDE

Diversos estudos apontam que o conceito de rede existe desde a Antiguidade Clássica e se perpetua até os dias atuais, para explicar a maneira como a sociedade se organiza, ou seja, ao redor das redes sociais. Sociedade em rede, segundo Castells (1999), é um sistema de nós (pessoas) interligados, ou seja, são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objetivos de desempenho para a rede.

Ainda em busca da compreensão da forma de estrutura organizacional da sociedade, a Sociedade em rede, ressalta-se o entendimento de Michel Maffesoli (1998), em que a associa com sua metáfora de tribos, a rede das redes. Ele admite que as redes também são pessoas, já que essas estão ligadas socialmente entre elas. Essa estrutura organizacional em rede se assemelha ao conceito de rizoma proposto por Deleuze e Guattari (1995). De acordo com os autores, a

característica fundamental do rizoma é conectar pontos, pois o rizoma tem formatos diversos e em que qualquer ponto pode ser conectado a outro ponto qualquer, independentemente de sua posição.

Nesse sentido, entende-se segundo Castells e Cardoso (2005), que anteriormente a ascensão das novas tecnologias da informação e comunicação, as redes eram:

algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos pólos de recursos com um objetivo definido por uma autoridade central (CASTELLS E CARDOSO, 2005, p.17-18).

Assim, percebe-se que na realidade, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) modificaram somente a maneira como são realizadas as relações sociais que sempre existiram na sociedade. E é essa nova forma de se comunicar, que dá origem ao que Lévy chama de cultura do ciberespaço, isto é, a "cibercultura":

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p.17).

Castells e Cardoso (2005) corroboram com o pensamento de Lévy, quando apontam que a comunicação em rede, transcende fronteiras, isto é, a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais.

Diante desse contexto, compreende-se que apesar da emergência das novas tecnologias da informação e da comunicação não ser o único motivo para o surgimento de uma nova forma de organização da sociedade, ela é necessária e fundamental. Porém, quais são os efeitos desses avanços tecnológicos no contexto atual?

Segundo Castells (2003), a transformação tecnológica influenciou e influencia mudanças drásticas em diversos âmbitos, como: na sociabilidade, na economia, na política, como também na cultura.

Buscando responder à pergunta proposta no tópico anterior, analisar-se-á às mudanças ocorridas na economia, ou seja, no sistema capitalista, com o objetivo de compreender como essas mudanças afetaram o âmbito do trabalho. Segundo Castells (1999), tais mudanças deram origem a nova economia, denominada economia em rede, que ele afirma ser uma nova e eficiente maneira de organizar a distribuição, produção e gestão, em que se baseia o vasto aumento do índice de crescimento da produtividade nos Estados Unidos da América, assim como em outras economias que aderiram estes novos estilos de organização.

TELETRABALHO

Segundo Mello (2000), é o processo de levar o trabalho aos funcionários em vez de levar estes ao trabalho, sendo uma atividade realizada fora da empresa um ou mais dias por semana, seja em casa, seja em outra área intermediária de trabalho, substituindo de forma parcial ou total as viagens diárias do trabalho por tecnologia de telecomunicação, possivelmente com o auxílio de computadores e outros recursos de apoio.

Diante de um mundo globalizado, que desafia as empresas a buscar novas formas de ampliar receitas e reduzir custos, o teletrabalho apresenta-se como uma medida adequada a atender essa demanda. Em razão disso, é possível identificar inúmeras vantagens direcionadas às empresas, aos trabalhadores, bem como à sociedade mediante implementação do teletrabalho.

TELETRABALHO X LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Com a publicação da Lei 13.467, em 11.11.2017, denominada de Reforma Trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sofreu inúmeras mudanças, incluindo em seu “Capítulo II-A” o título “Do Teletrabalho”, extinguindo-se impasses outrora existentes quanto ao tema em discussão. A nova lei incluiu os Artigos 75-A, 75-B, 75-C, 75-D e 75-E, os quais estabeleceram as condições do contrato de trabalho que vier a ser formulado sob tal modalidade.

Em razão da inclusão da norma no ordenamento jurídico, o teletrabalho suplanta a natureza de “informal” para assumir o status de legal. Dessa forma, assumindo contornos mais claros e objetivos, assim como resguardando direitos e obrigações das Partes que aderirem ao sistema nos contratos de trabalho.

PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Hely Lopes Meirelles (2003) o Princípio da Eficiência é definido como

o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros (p. 102).

Objetivamente, pode-se dizer que eficiência é produzir bem, com qualidade e com menos gastos. Transferindo-se esse conceito para atividade administrativa, é possível afirmar que uma atuação eficiente é aquela realizada com presteza, e acima de tudo, um bom desempenho funcional, buscando-se sempre melhores resultados práticos e menos desperdício, tendo em vista que toda a coletividade se beneficia disso.

REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Inicialmente, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), órgão da Justiça do Trabalho, lançou mão de alguns fundamentos como: o avanço tecnológico, notadamente com a implantação do sistema de processo eletrônico, o que possibilitou o trabalho remoto ou à distância, bem como as vantagens e benefícios diretos e indiretos advindos do teletrabalho para a administração, para o servidor e para a sociedade para editar a Resolução Administrativa de nº 1499/2012 de 01.02.2012, regulamentando o teletrabalho no âmbito do Colendo TST, de forma pioneira.

Em seguida, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou a Resolução Administrativa de nº 109/2012 de 29.06.2012, dispondo sobre a realização do teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, em caráter experimental.

Posteriormente, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) editou a Resolução Administrativa de nº 92/2013 de 28.05.2013, para fins de regulamentação do teletrabalho no âmbito do seu regional.

Devidamente implementado o teletrabalho junto ao TST, CSJT e TRF4, com resultados satisfatórios, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considerou como alguns dos fundamentos justificáveis à implementação da modalidade de teletrabalho a experiência bem-sucedida dos

órgãos mencionados, bem como o avanço tecnológico, principalmente após a implementação do processo judicial eletrônico, que viabiliza trabalho remoto ou a distância, e o princípio da eficiência, editando a Resolução de nº 227/2016 de 15.06.2016, dispondo sobre regulamentação do teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário nacional e dando outras providências.

TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO X PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

Devidamente identificada a norma jurídica vigente para fins de adoção do teletrabalho no Poder Judiciário nacional (Resolução 227/2016, CNJ), bem como compreendido o princípio da eficiência sob a ótica constitucional, qualificando-se como eficiente a atuação que é executada com presteza, e acima de tudo, um bom desempenho funcional, buscando-se sempre melhores resultados práticos e menos desperdício, seguem abaixo alguns artigos da Resolução que traduzem objetivamente o princípio da eficiência em decorrência do teletrabalho.

Art. 3º São objetivos do teletrabalho:

I - aumentar a produtividade e a qualidade de trabalho dos servidores;

III - economizar tempo e reduzir custo de deslocamento dos servidores até o local de trabalho;

IV - contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos do Poder Judiciário.

Art. 6º A estipulação de metas de desempenho (diárias, semanais e/ou mensais) no âmbito da unidade, alinhadas ao Plano Estratégico da instituição, e a elaboração de plano de trabalho individualizado para cada servidor são requisitos para início do teletrabalho.

§ 2º A meta de desempenho estipulada aos servidores em regime de teletrabalho será superior à dos servidores que executam mesma atividade nas dependências do órgão.

Art. 13. O servidor é responsável por providenciar e manter estruturas física e tecnológica necessárias e adequadas à realização do teletrabalho (BRASIL, 2016, p. 3).

De acordo com a Resolução é possível verificar que o teletrabalho cuida-se de medida interessante ao setor público, diante da possibilidade de maior produtividade associada à qualidade do trabalho executado, bem como a redução de custos tanto relacionada ao Servidor quanto à aquisição de bens, como mobiliário e computadores, e despesas recorrentes, como energia elétrica, internet, etc.

METODOLOGIA

Para a realização da investigação proposta, foi feito o levantamento dos dados quantitativos de cargos e funções de servidores ativos dos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o Brasil no mês de junho de 2018, junto aos sites dos mesmos, onde foram encontrados os dados referentes ao mês de abril, pois os números do mês de maio ainda não haviam sido divulgados. Dessa maneira buscou-se a partir desses resultados, verificar o número de servidores que se encontram em regime de Teletrabalho e analisar como está sendo implantada e implementada essa nova modalidade de trabalho na administração pública brasileira.

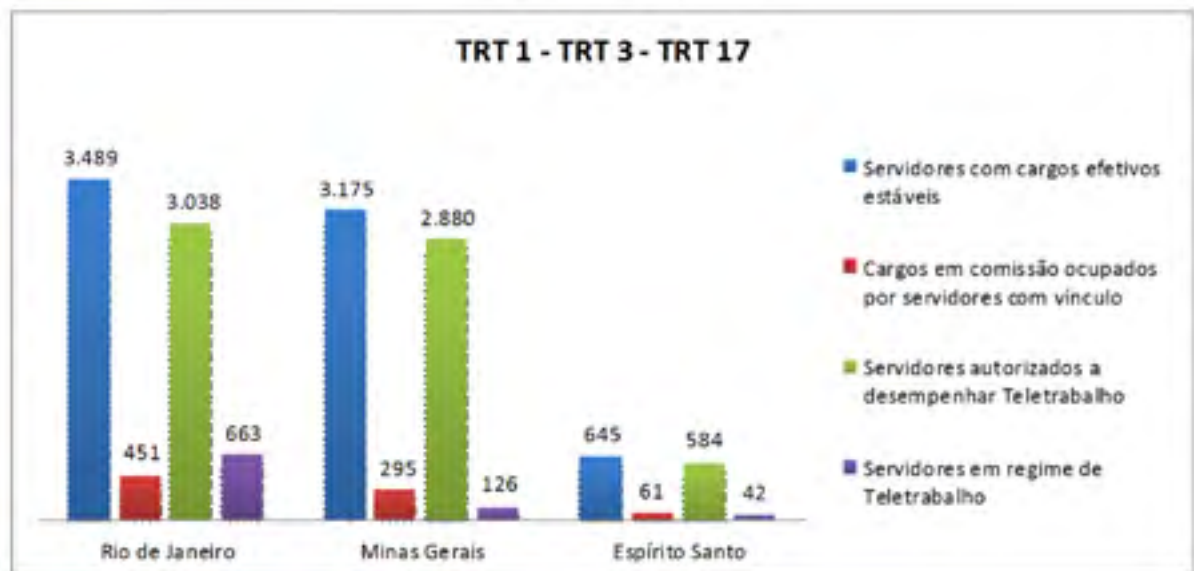
Precedeu e perpassou ao processo de coleta de dados a revisão bibliográfica referida ao tema de pesquisa. Para tanto, recorreu-se a fontes bibliográficas e não bibliográficas relativas aos estudos que envolvem o tema de forma interdisciplinar.

Quanto à estruturação dos dados, foram elaborados gráficos para melhor elucidação dos resultados encontrados, e o tratamento destes foi realizado por meio de estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da pesquisa realizada, destacam-se os resultados encontrados referentes aos números de servidores dos Tribunais Regionais do Trabalho da Região Sudeste que se encontram praticando o teletrabalho, conforme explicitado no **Gráfico 1** abaixo:

Gráfico 1. Quantitativo de cargos e funções de servidores dos Tribunais dos Estados que compõem a Região Sudeste.

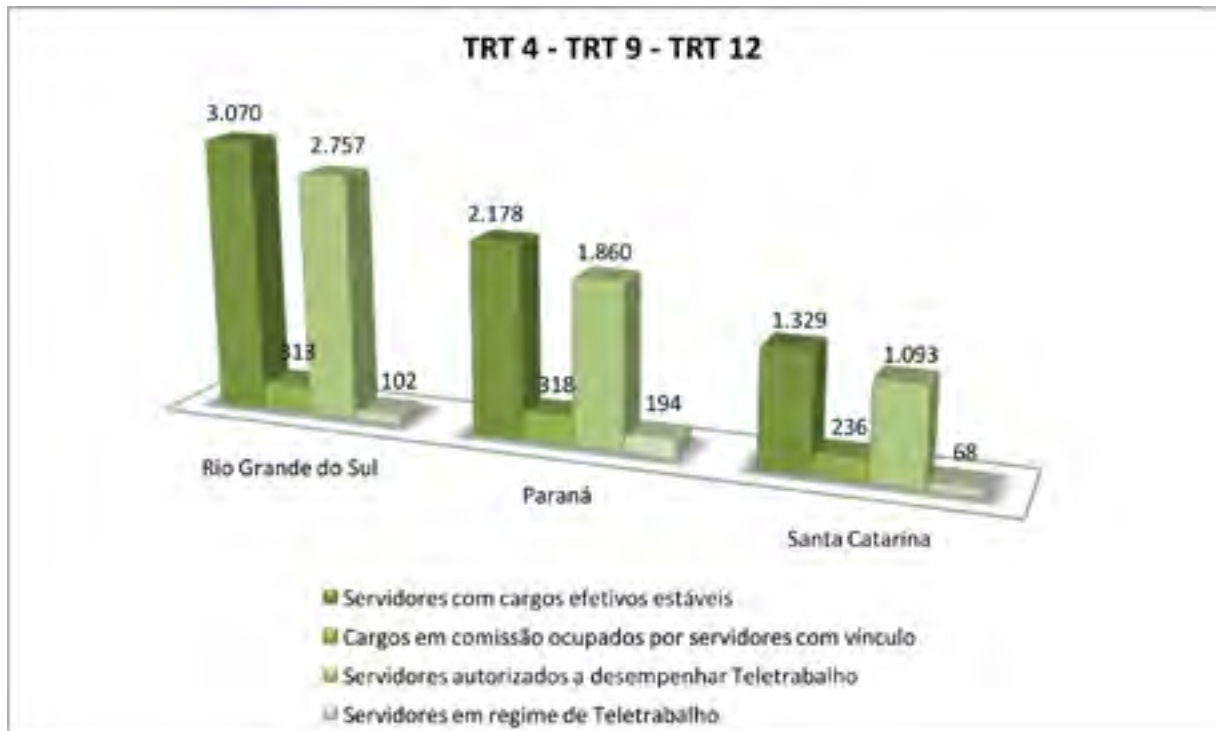


Fonte: TRT da 1ª Região, TRT da 3ª Região, TRT da 17ª Região. Org. Autoras.

Observam-se nos dados obtidos que nos Tribunais da Região Sudeste, o estado brasileiro que possui maior número de servidores em regime de teletrabalho é o estado do Rio de Janeiro, pois dos 3.038 servidores que podem desempenhar tal modalidade, 663 deles o estão praticando, 21,82% em termos percentuais. Ao passo que, a participação de servidores nessa forma de trabalho é pequena, em Minas Gerais, onde têm-se 4,37% dos servidores, à medida que no estado do Espírito Santo 7,19% dos servidores estão trabalhando a distância.

Ressalte-se que os Tribunais Regionais do Trabalho do Estado de São Paulo, quais sejam o TRT2 e o TRT15, não foram incluídos no gráfico acima, pois a comissão para o acompanhamento do regime de teletrabalho foi formada recentemente, logo, não há servidores nessas Regionais sob esta condição.

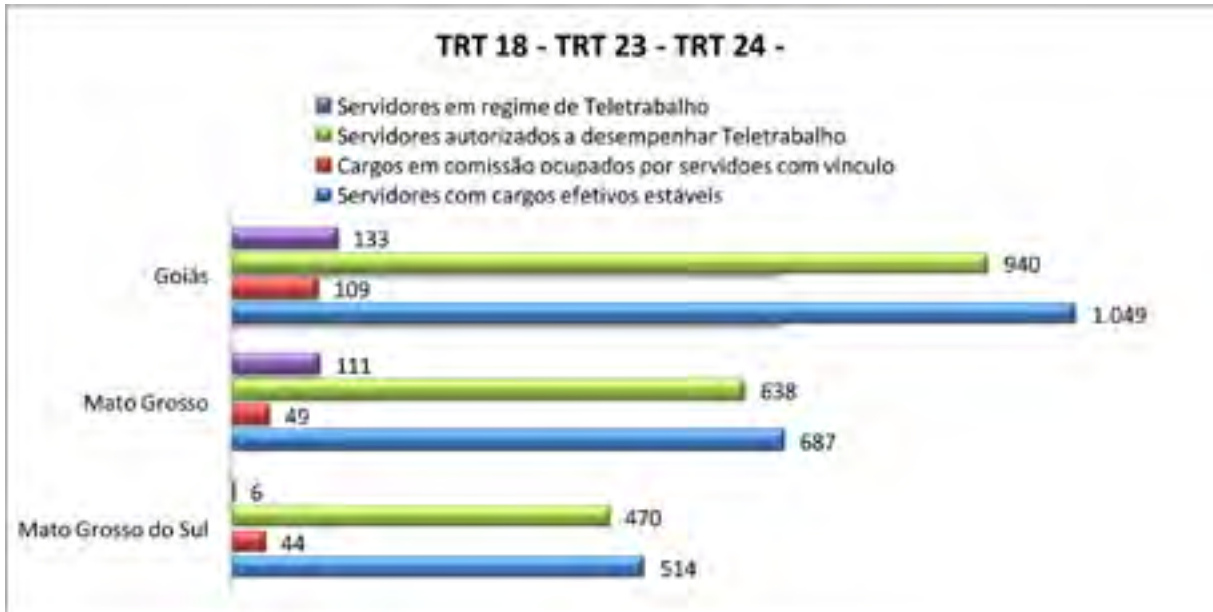
Gráfico 2. Quantitativo de cargos e funções de servidores dos Tribunais dos Estados que compõem a Região Sul.



Fonte: TRT da 4ª Região, TRT da 9ª Região, TRT da 12ª Região. Org. Autoras

Os dados referentes ao número de servidores dos Tribunais Regionais do Trabalho da região Sul, obteve-se os resultados apresentados no **Gráfico 2** acima. Dessa maneira, pode-se observar que no TRT da 4ª região (Rio Grande do Sul), dos 2.757 servidores de que não estaria vedado o desempenho de teletrabalho, 102 deles estão atuando em teletrabalho, isto é 3,70%. Com relação ao TRT da 9ª região (Paraná), observa-se que na região Sul brasileira, essa região é a que possui o maior número proporcional de servidores em regime de teletrabalho, ou seja, 10,43% dos servidores estão incluídos nessa modalidade de trabalho. Por fim, o TRT da 12ª região (Santa Catarina), possui um quantitativo percentual de 6,22 de servidores que estão trabalhando na modalidade à distância.

Gráfico 3. Quantitativo de cargos e funções de servidores dos Tribunais dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste.



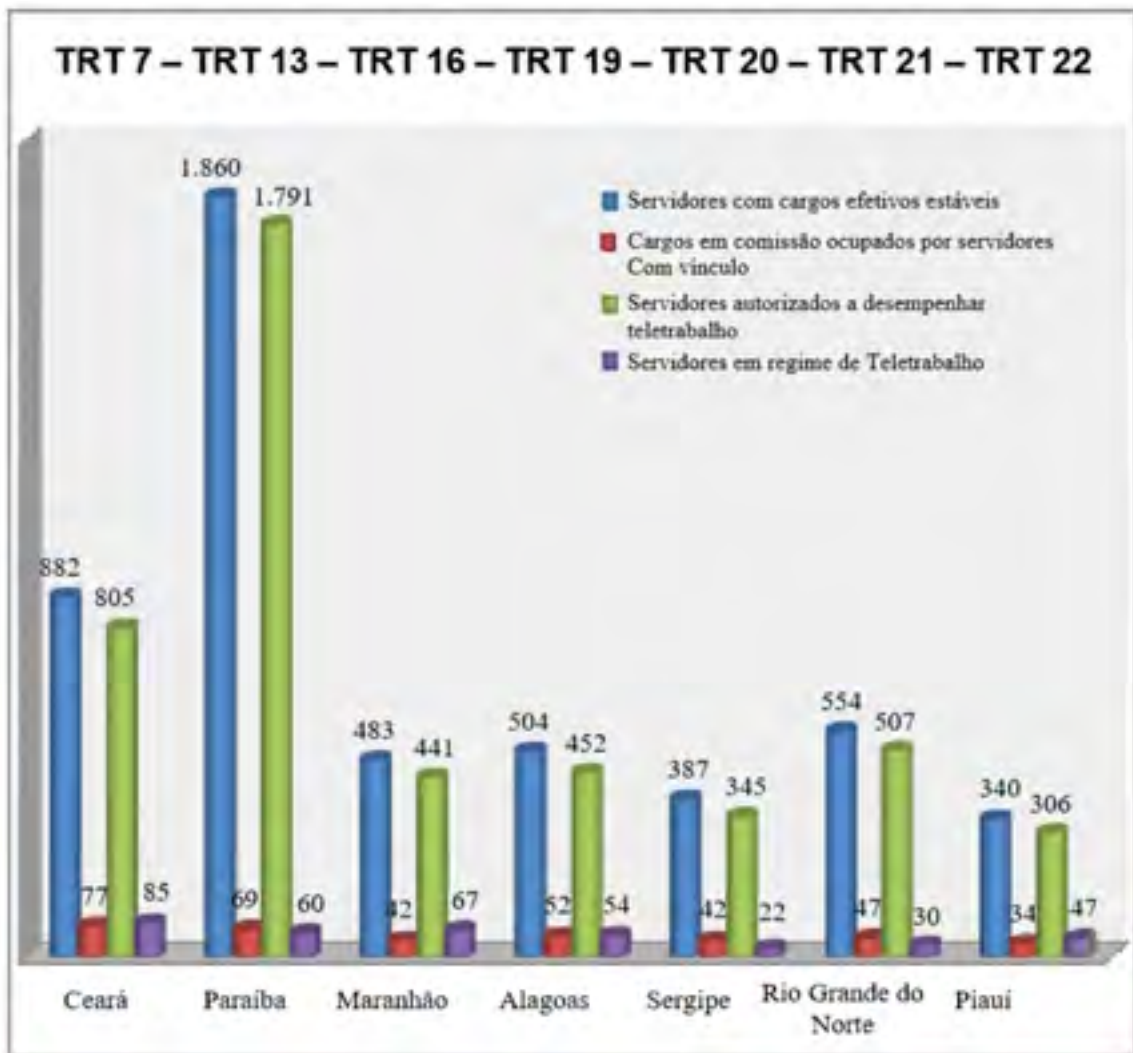
Fontes: TRT da 18ª Região, TRT da 23ª Região, TRT da 24ª Região. Org. Autoras.

O **Gráfico 3** indica o quantitativo de servidores dos Tribunais Regionais do Trabalho concentrados na região Centro-Oeste brasileira. Percebe-se que no TRT da 18ª região (Goiás), existem em números absolutos 133 servidores em regime de teletrabalho (14,15%). Em seguida, no TRT da 23ª região (Mato Grosso), possui o maior número de servidores atuando nessa modalidade de emprego, sendo 17,40%. No estado do Mato Grosso do Sul, o TRT da 24ª região, tem menor número de servidores atuando em teletrabalho 1,28%.

É importante destacar que o TRT do DF não foi citado entre os Tribunais da Região Centro-Oeste em razão deste Tribunal ser associado ao TRT do Estado do Tocantins. Assim, tal Tribunal será analisado de forma independente.

A análise dos Tribunais localizados na região norte do país está exposta no Gráfico 4, que se segue. Ao observar o gráfico percebe-se que a região nordeste é a região que possui o maior número de Tribunais Regionais do Trabalho. Ressalta-se que o TRT da 5ª (Bahia) e da 6ª região (Pernambuco) não possuem em seus respectivos sites as informações atualizadas sobre os servidores que estão em regime de teletrabalho, por esse motivo não foram incluídos no gráfico.

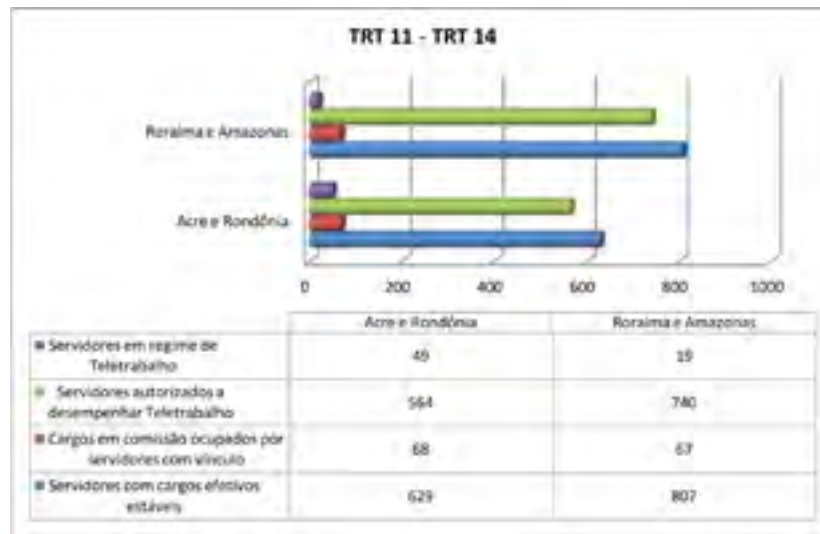
Gráfico 4. Quantitativo de cargos e funções de servidores dos Tribunais dos Estados que compõem a Região Nordeste.



Fonte: TRT da 5ª Região, TRT da 6ª Região, TRT da 7ª Região, TRT da 13ª Região, TRT da 16ª Região, TRT da 19ª Região, TRT da 20ª Região, TRT da 21ª Região, TRT da 22ª Região. Org. Autoras.

Seguindo a análise, têm-se no TRT da 7ª região (Ceará), 10,56% de servidores em regime de tele trabalho. Já o TRT da 13ª região (Paraíba), possui 3,35% de servidores atuando na modalidade de trabalho a distância. No TRT da 16ª região (Maranhão), havia no mês de abril 15,19% de servidores nesse regime de trabalho. No estado do Alagoas, o TRT da 19ª região, possui 11,95% de seus servidores nessa forma de trabalho. Em Sergipe, têm-se no TRT da 20ª região 6,38% de seus servidores atuando em teletrabalho. Seguindo, os dados do TRT da 21ª regional (Rio Grande do Norte), demonstram que 5,92% de seus servidores estão trabalhando a distância. Por fim, é no estado do Piauí que se encontra o maior número proporcional de servidores do TRT da 22ª região que estão em regime de teletrabalho, isto é, 15,36%.

Gráfico 5. Quantitativo de cargos e funções de servidores dos Tribunais dos Estados que compõem a Região Norte.



Fonte: TRT da 8ª Região, TRT da 11ª Região, TRT da 14ª Região. Org. Autoras.

No **Gráfico 5** acima, averiguou-se os dados referentes aos estados que compõem a região norte do Brasil. Ao realizar a investigação no site do TRT da 8ª região que engloba os estados Pará e Amapá, não possuía o quantitativo de servidores que estão no regime de teletrabalho. Por conseguinte, no TRT da 11ª regional, que é composto pelos estados Roraima e Amazonas, existem 2,57% de servidores nesse regime de trabalho. E, no TRT da 14ª região, constituído pelos estados Acre e Rondônia, possuía no mês estudado, 8,69% de seus funcionários públicos em teletrabalho.

Por fim, analisou-se de forma autônoma o TRT da 10ª região, por ser formado por dois estados de regiões geográficas distintas, o estado do Tocantins e o Distrito Federal.

Gráfico 6. Quantitativo de cargos e funções de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região.



Fonte: TRT da 10ª Região.

Neste tribunal, o quantitativo de servidores efetivos em regime de teletrabalho é pequeno, pois, em números absolutos apenas 3 dos 735 servidores que podem atuar nessa forma de trabalho, estão desempenhando tal função. E em números percentuais, isso significa que 0,41% dos servidores estão incluídos na modalidade de trabalho à distância.

CONSIDERAIS FINAIS

A evolução tecnológica tem desempenhando papel fundamental para mudança de comportamento no mercado de trabalho, uma vez que este depara-se com desafios diários em busca de redução de custos e aumento de produtividade, a tecnologia tem proporcionado novas possibilidades de execução do trabalho, como a de tarefas a serem desenvolvidas remotamente ou a distância, denominadas de teletrabalho.

Diante do avanço tecnológico e da possibilidade do teletrabalho, criou-se a necessidade de alterações legislativas para fins de resguardar direitos e obrigações inerentes aos contratos de trabalho.

Em busca de se proporcionar a prestação de um serviço público mais eficiente, a administração pública, representada pelo Poder Judiciário, em vanguarda, editou normas direcionadas aos seus Servidores dispondo sobre as regras do teletrabalho, a fim de melhor atender ao Princípio da Eficiência consagrado na CF/88.

Ante o exposto, é salutar registrar que a evolução tecnológica tem possibilitado à sociedade contemporânea novas formas de prestação de trabalho, deixando-se à margem qualquer distinção, outrora, existente entre setores públicos ou privados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 54ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. 21ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

_____. **Resolução Administrativa nº 1499, de 01 de fevereiro de 2012**. Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 912, 3 fev. 2012, Caderno Jurídico do Tribunal Superior do Trabalho, p. 2-5.

_____. **Resolução nº 109, de 29 de junho de 2012**. Dispõe sobre a realização de teletrabalho, a título de experiência, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 1013, 4 jul 2012. Caderno Jurídico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, p. 1-4.

_____. **Resolução nº 92, de 28 de maio de 2013**. Regulamenta o teletrabalho no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 4ª Região e dá outras providências. Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região. Ano VIII - nº 130 - Porto Alegre, sexta-feira, 31 de maio de 2013.

_____. **Resolução nº 227, de 15 de junho de 2016**. Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Diário de Justiça eletrônico do CNJ, nº 102, de 17 de junho de 2016, p. 2-4.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo; **A Sociedade Rede em Portugal**, Porto, Campo das Letras, 2005.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo na sociedade de massa**. Coleção Ensaio & Teoria. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª Edição, 1998.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Álvaro. **Teletrabalho (telework): trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora**. Rio de Janeiro: Qualitymark/ABRH-Nacional, 1999.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO HUMANA INTEGRAL EM TEMPOS DE LIQUIDEZ

EDINA MARIA BURDZINSKI

*Professora de Sociologia do Magistério Público de Santa Catarina
edina.mariacs@hotmail.com*

RESUMO

Este trabalho procura mostrar que a consolidação do projeto moderno passava pelo constante aperfeiçoamento humano, sua evolução e sua contribuição para o progresso e que coube a escola exercer um papel fundamental nesta dinâmica, pois sua missão passa também por colaborar no processo de civilizar, disciplinar e instruir, através do método disciplinar e fragmentado nas especializações. Mas os desafios hodiernos com que a escola se depara hoje mostram a complexidade de um mundo globalizado, com suas fronteiras estreitadas pelas tecnologias da informação e comunicação, marcado pelo aumento das desigualdades sociais, da violência e pela eminente escassez de recursos ambientais. Se coube também à escola participação destes dilemas que vive e resulta a contemporaneidade, caberá também a ela participar da ressignificação de seu papel frente a estes dilemas. Significa enfrentar o desafio de sair de uma educação fragmentada com disciplinas isoladas, para uma visão e ação interdisciplinar e mais ampla.

Palavras-chave: Educação. Modernidade. Desafios. Liquidez.

ABSTRACT

This work tries to show that the consolidation of the modern project passed for the constant human improvement, its evolution and its contribution to the progress and that the school had to played a key role in this dynamic, since its mission also collaborates in the process of civilizing, disciplining and through the disciplinary method and fragmented in specializations. But the current challenges facing the school today show the complexity of a globalized world, with its borders narrowed by information and communication technologies, marked by increasing social inequalities, violence and the imminent scarcity of environmental resources. If the participation of these quandaries that lives and results in contemporaneity is also part of the school, it will also be up to the school to participate in the re-signification of its role in the face of these quandaries. It means to face the challenge of leaving an education fragmented with isolated disciplines, for a vision and interdisciplinary action

Keywords: Education. Modernity. Challenges. Liquidity

Introdução

A educação hoje se depara com dilemas que diferem daqueles que a constituíram ao longo dos últimos séculos e mais precisamente, a partir do século XX. A escola do modo como a conhecemos hoje foi uma instituição concebida com objetivo de atender demandas específicas do projeto moderno.

Se a consolidação deste projeto passava pelo constante aperfeiçoamento humano, sua evolução, e assim, sua contribuição para o progresso, a escola passa a exercer um papel fundamental nesta dinâmica. Sua missão passa por também colaborar no processo de civilizar, disciplinar e instruir. A partir do iluminismo, as “luzes da razão” deveriam chegar a todos.

O homem passa a servir-se apenas de sua razão na busca não apenas por conhecer a si mesmo, mas principalmente para utilizar-se do conhecimento adquirido para transformar sua relação com o meio em que vive. Descartes inaugura o método, era preciso conhecer todas as partes de forma sistematizada para saber do todo. O caminho que a educação humana percorre desde então, se conjuga com este método.

Dois aspectos significativos marcam aquilo que constituiu a consolidação do projeto moderno ao longo da história: a relação do ser humano com o tempo e com o trabalho. O tempo deixa de ser ditado apenas pela natureza e o trabalho assume a condição de existência humana e não apenas mais de sobrevivência. Ambos, tempo e trabalho, passam a sofrer o controle das máquinas e técnicas modernas.

O século XX, portanto, mostra que a educação deveria exercer papel fundamental na tarefa de disciplinar a todos no sentido de compreender essa nova relação com o tempo e o trabalho. Gradativamente, todos deveriam estar na escola para instruir-se acerca do mundo em que vivemos e preparar-nos para agir nas relações sociais e de trabalho. Todos deveriam dominar as técnicas e serem disciplinados a fim de chegar aos resultados propostos. Foucault (2012) já nos disse que, assim como em uma fábrica, na instituição escolar cada corpo se constitui como peça de uma máquina. As últimas décadas deste mesmo século XX apontaram para uma escola que deveria ser democrática, mas, muito mais por uma imposição e uma preparação para o mercado de trabalho do que uma possibilidade de universalização do saber para a emancipação.

Se a escola atenderia as demandas específicas do projeto moderno, se uma analogia a uma engrenagem mecânica passa a ser adotada como princípio, a educação na modernidade não poderia ter sido instituída em outras bases se não aquelas que fundamentaram este projeto: a racionalidade científica. Mas onde estaria o erro ou possível fracasso da educação neste processo?

A questão que se torna relevante quando falamos em educação na contemporaneidade talvez não seja a avaliação se ela cumpriu seu papel institucional interferindo, e até mesmo moldando, impondo ou mantendo padrões nas relações sociais em seus âmbitos cultural, social e econômico a partir da modernidade. O que parece ser oportuno e necessário, talvez seja a possibilidade de pôr o tempo presente em questão. Qual é o contexto de mundo que se apresenta hoje a partir do “fim das grandes narrativas”, como aponta Lyotard (1979) descrevendo um certo desapontamento acerca daquilo que prometia positivamente a razão ocidental moderna? Como fica a escola em sua orgulhosa missão civilizadora em seu entorno sociocultural, econômico e político diante das velozes mudanças e do novo a cada dia? Velhos métodos não respondem mais às novas demandas. A escola estaria em crise ou em transição?

O saber fragmentado da escola tradicional respondia a uma necessidade disciplinar aliado ao método científico. Diante da complexidade de um mundo globalizado, com suas fronteiras estreitadas pelas tecnologias da informação e comunicação, marcado pelo aumento das desigualdades sociais, da violência e pela eminente escassez de recursos ambientais, a hipótese cada vez mais identificada no ambiente escolar hoje é que a educação deve ir além daquilo que apresenta. Se coube também à escola, enquanto instituição, participação destes dilemas que vive e resulta a contemporaneidade, caberá também a ela participar da ressignificação de seu papel frente a estes dilemas.

Se a existência humana é formada pelas particularidades, também é evidente que fazemos parte de um todo. Enquanto a educação tradicional, em suas bases sólidas, procurava dissecar cada parte para que o sujeito encontrasse o “fio norteador” que o levaria a descobrir suas competências e exercitar suas habilidades num futuro projeto de vida, a escola hoje parece claramente não oferecer mais essa garantia. O jovem de hoje cada vez mais percebe a dissonância entre aquilo que oferta a escola e a complexidade e multiplicidade com que se depara em seu cotidiano fora dela. Outro fator de extrema relevância a ser considerado encontra-se naquilo que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), aponta como passagem de uma modernidade que formulava um ordenamento de mundo sólido, seguro e previsível através de uma razão legislativa, para uma “Modernidade Líquida” (2001). Bauman utiliza-se do termo liquidez para evidenciar que, embora o projeto moderno buscasse uma ordem, cada vez mais nos deparamos com a ambivalência.

A vida pós-moderna apresenta assim o seu fio condutor, ligando episódios a episódios, fragmentos a fragmentos e nos faz manter o curso ininterrupto em busca daquilo que ainda não temos, que ainda não compramos, que ainda não acessamos, que ainda não consumimos. Mas, sem que esse fio condutor aponte um objetivo final, uma saciedade, um projeto de vida que possa ser um dia finalmente alcançado. Para tanto, resta ao indivíduo adequar-se ao mundo que se torna novo a cada dia e obsoleto no dia seguinte, que se torna “líquido”, maleável, efêmero.

Diante deste quadro evidenciam-se cada vez mais as dificuldades de encontrar sintonia entre a educação nos moldes tradicionais com o mundo fora dela.

1. Os dilemas sociais hodiernos e os caminhos da educação

Que competência os estudantes deverão adquirir para os desafios que se apresentam na contemporaneidade? Para onde caminharão os avanços tecnológicos e científicos? Qual será o caminho que a educação terá que trilhar diante de questões cruciais como intolerância, desigualdades, xenofobia e violência que a humanidade se depara neste veloz início de século XXI?

Estas questões acima podem ser classificadas como dilemas específicos hodiernos, mas isto não significa que a educação tenha se mostrado como algo constituído e pronto enquanto *locus* e estrutura oficial para disseminação dos saberes tendo em vista a manipulação e ordenamento da *práxis* social moderna.

Inúmeros pensadores, pesquisadores e correntes ideológicas tomaram a educação como objeto de estudos e análises. Algumas destas teorias tiveram grande influência sobre as práticas educadoras e tiveram importância relevante na discussão direta dos processos de ensino-aprendizagem. Dois grandes pensadores da educação se destacam neste sentido no cenário mundial. Jean Piaget (1896-1980), a partir de observações e análises, formula a sua Teoria Cognitiva, onde propõe a existência de estágios de desenvolvimento cognitivo no ser

humano. Nesta esteira, o russo Lev Vygotsky (1896-1934), foi o pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. Na América Latina, destacasse a atuação do Educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

Embora que no âmbito da teoria do conhecimento, a educação nunca tenha deixado de se autossugestionar em busca de uma pedagogia que indicasse a melhor apropriação das capacidades cognitivas e apontasse o caminho para uma formação humana ideal, isto não significou uma desvinculação do caráter instrumental e da racionalidade científica em que a educação esteve e se mantém inserida. Saberes específicos, áreas do conhecimento separadas e estabelecidas, currículos específicos relacionadas com estas áreas. “Caixinhas de saberes”, planos e projetos pedagógicos, Leis, Diretrizes, Propostas e Parâmetros Curriculares voltados para organização, distribuição e aplicação destes currículos. Como aponta Bauman, a educação a partir da modernidade nunca se mostrou um projeto pronto e acabado, assim como estar em crise não seria algo único da contemporaneidade, mas segundo o sociólogo, a crise atual é diferente,

Os desafios do nosso tempo impõe um duro golpe à própria essência da ideia de educação formada ainda nos albos da longa história da civilização. Eles põe em cheque os ‘invariantes’ da ideia pedagógica: suas características constitutivas, que resistiram incólumes a todas as crises do passado, seus pressupostos nunca antes criticados ou examinados, muito menos condenados por terem seguido seu curso e precisarem de substituição. (BAUMAN, 2011, p. 112).

Bauman parece nos alertar claramente que o curso da educação como se apresenta hoje precisa ser corrigido. As perguntas com as quais se depara a educação hoje, as estatísticas que avaliam a quantidade e a qualidade da educação ofertada nos mais diferentes países e continentes, avaliam se a escola tem cumprido seu papel de contribuir para o desenvolvimento humano.

Estes índices apontam para um descompasso ainda maior entre a universalização e a qualidade da educação nos países com economia emergente.¹ O paradoxo quando falamos em educação no século XXI pode se mostrar ainda maior. Se adotarmos uma postura otimista quanto à aposta num ideal ainda moderno de desenvolvimento humano, apostaremos ainda em métodos educacionais que possam elevar países e nações ainda em desenvolvimento aos índices alcançados hoje por aqueles que já consideramos desenvolvidos. Por outro lado, se adotarmos uma postura mais cética quanto ao projeto racional moderno, identificaremos indícios de um esgotamento e de expectativas cada vez menos concretas que este modelo social e econômico de civilização ocidental possa tornar esta que hoje, já é uma aldeia global, plenamente desenvolvida.

Sendo assim, que modelo de educação carece esta, que pode ser caracterizada como “A era da incerteza” (GALBRAITH, 1986). Ou, “A era dos extremos” (HOBSBAWM, 2010). Ou que ajude a encontrar-nos no Mundo Fragmentado nas Encruzilhadas do Labirinto (CASTORIADIS, 1992). Que prometia Ordem, mas revelou Ambivalência (BAUMAN, 1999), em que toda solidez reverteu-se em uma Vida Líquida (BAUMAN, 2001). E que inevitavelmente também contribui para aquilo que sentimos como o “Mal estar da Civilização” (FREUD, 2010).

Os desafios não param por aí. Que educação poderemos propor a uma era que carece ainda, de uma definição “nominal”, semântica. Ainda somos modernos? Somos ‘pós-modernos’ e “pós-industrial”? A respeito dos últimos dois termos, nos diz Castoriadis:

¹ Ranking global de qualidade da educação. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. In: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-fica-em-60-em-ranking-mundial-da-educacao-16141679>. Acesso em 13 de maio de 2015.

Ambos fornecem perfeita caracterização da nossa época, pateticamente incapaz de se pensar como algo positivo, ou tão-só e simplesmente alguma coisa. Assim, ela é levada não somente a definir-se apenas como 'pós-alguma coisa', por referência ao que foi e todavia não é mais; mas também a autoglorificar-se pela afirmação extravagante de que seu sentido é o sem-sentido, e seu estilo, a falta de estilo. (1992, p. 13)

Em seus estudos, o sociólogo Zygmunt Bauman constata que cada vez mais nos deparamos com a ambivalência, mesmo quando a razão calculista moderna prometia ser ordeira em uma poderosa vontade de planejar, projetar, prever, ordenar, controlar o futuro, eliminar a contingência, os imprevistos, os desencontros e incerteza. O sociólogo também sugere que o espírito pós-moderno mostra-se mais fraco e mais tolerante, menos propenso a encarar a combativa convocação de buscar definições e procurar axiomas. Que o "espírito pós-moderno é bastante humilde para proibir e bastante fraco para banir os excessos da ambição do espírito moderno. Ele apenas os coloca em perspectiva- expõe suas nascentes interiores". (BAUMAN, 1998, p. 205-206). E segue dizendo que,

A pós-modernidade é a modernidade que atinge a maioria, a modernidade olhando-se a distância e não de dentro, fazendo um inventário completo de ganhos e perdas, psicanalisando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam. A pós-modernidade é a modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade, uma modernidade que se auto monitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente. (Bauman, 1999, p. 288)

Ou seja, continuamos modernos do ponto de vista "Iluminista" e operando com uma concepção antropológica otimista. O "espírito pós-moderno" talvez se caracterize pela estranha forma antagônica de conviver com seu tempo: por um lado, continua a apostar no desenvolvimento da ciência, no conhecimento científico caracterizado principalmente nas novas tecnologias de acesso rápido a informação. Por outro lado, não consegue separar e colocar em debate o fato de que com todo o desenvolvimento científico, tecnológico que a modernidade alcançou, em pleno século XX, os seres humanos cometeram as maiores barbaridades e atrocidades que as sociedades humanas já haviam presenciado. "A liberdade sem precedentes que nossa sociedade oferece a seus membros chegou (...) e com ela também uma impotência sem precedentes" (BAUMAN, 2001, p. 31).

A aldeia pós-moderna é global, mas as fronteiras continuam ainda demarcadas: os muros, câmeras e grades marcam as fronteiras da liberdade e da segurança individual. Acordos comerciais uni/bilaterais marcam as fronteiras entre a produção e a distribuição de riquezas mundiais. O tempo ditado pela ordem de trabalho define a democracia contemporânea em detrimento da discussão do espaço público na Pólis. A autonomia individual opera apenas até a fronteira em que se inicia o ritmo de vida imposto pela economia de mercado e um Estado moderno centralizador.

Parece ser este o cenário mais próximo do qual a educação se depara hoje. A formação humana coincide com a capacidade do ser humano transformar a realidade e, por consequência a si próprio. Por sua vez, a educação integral no ambiente escolar parte do princípio de que a escola deve voltar-se para a formação dos cidadãos e cidadãs, e que a prática pedagógica priorize a construção de valores e possibilite a convivência em uma sociedade democrática (ARAÚJO; KLEIN, 2006).

Hoje, qualquer debate ou análise que seja realizada em torno dos pressupostos, rumos, crise, mudança ou transição com relação à educação, torna-se imprescindível que a abordagem considere a relação com o trabalho nas sociedades contemporâneas. Tonet, falando sobre a

formação da sociedade de classes a partir do capitalismo, e do direito de todos a uma formação humana integral, alerta:

Curiosamente, mas não por acaso, na sociedade burguesa, essa formação integral também inclui a preparação para o trabalho. Quando, porém, essa formação é desnudada dos seus elementos superficiais e ideológicos, deixa ver que ela nada mais é do que a formação de mão-de-obra para o capital. Como o caráter de mercadoria da força de trabalho não é questionado, antes é tomado como algo natural, então essa parte da preparação “integral” nada mais é do que a transformação do ser humano em mercadoria apta a atender os interesses da reprodução do capital. (TONET, 2006, p. 04)

A ordem global é econômica. “Tempo é dinheiro”, nos aconselhou Benjamin Franklin em 1736. O sistema capitalista crescente nos sugeria que parte do nosso tempo deveria ser empregado para o aprendizado e parte dele reservado para pôr em prática no mundo do trabalho, as técnicas aprendidas. Esta mudança gradual, que associa o trabalho a uma vocação, pode ser melhor compreendida na análise que o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) realiza sobre a “Ética protestante e o espírito do Capitalismo” (1904-1905). “Espírito” este, que com passar do tempo não se restringiu apenas aos que receberam a influência religiosa protestante, mas se estendeu em maior ou menor medida como *modus operandi* da sociedade moderna globalizada.

Pensar a educação humana de forma integral significa remontar ao ideal grego da Paideia, onde corpo e espírito deveriam ser trabalhados integralmente. Mas significa também saber dos limites em transpor este ideal diante do contexto de mundo que se apresentava na Grécia clássica e o contexto social que se apresenta hoje.

Aos países que ainda hoje não podem ser considerados desenvolvidos segundo os critérios de educação, renda e longevidade atribuídos a eles; resta a dupla e difícil tarefa de, além de enfatizar a importância da escola para atingir estes rankings, lidar com os sinais cada vez mais evidente do esgotamento do modelo de educação fragmentado como encontramos hoje frente a instabilidade do mundo atual, “consumista e em contínua mudança”. Líquido, como define Bauman. Que tempos temos e que escola se apresenta a este tempo? A escola colaborará em moldar este tempo? Ou o tempo irá exercer sua influência sobre a escola? Seguindo com Bauman, ele nos diz que,

O conhecimento sempre foi valorizado por sua fiel representação do mundo; mas, e se o mundo se transformar de maneira tal que desafie continuamente a verdade do conhecimento existente até então e pegue de surpresa mesmo as pessoas ‘mais bem informadas’? (BAUMAN, 2011, p. 114).

Ao estudante do século XXI e aos dilemas da escola, agregam-se ainda dois outros fatores. O primeiro deles diz respeito a uma cultura narcisista, “[...] que enaltece a busca da celebridade e do sucesso imediato, combinando nesse projeto a realização pessoal e a satisfação instantânea, exaltando valores como a autoestima, a aparência juvenil e o gozo constante”. (SIBILIA, 2012, p. 48).

O segundo e talvez mais emblemático, incide na exposição e contato que esses estudantes têm hoje, diante das tecnologias e das mídias. Os “nativos digitais”, como vêm sendo chamados este jovens, estão diariamente submetidos a um turbilhão de informações, simultaneamente conectados numa busca caracterizada prioritariamente pelo entretenimento. Esta prática costuma levar muito mais a dispersão do que a assimilação dos saberes, e ao conhecimento. “É o mundo de fora dos prédios escolares que se tornou muito diferente do tipo de ambiente para o qual as escolas clássicas preparavam seus alunos”. (BAUMAN, 2011, p. 118).

Outro aspecto de grande relevância que deve ser mencionado quando falamos do desafio de uma formação humana integral é a figura do professor. Na segunda metade do século XX, a filósofa Hannah Arendt já analisava os dilemas da modernidade e entre eles, a educação. Em seu livro, *Entre o Passado e o Futuro*, Arendt aponta um dos argumentos mais relevantes quando falamos em educação: a responsabilidade do professor,

No caso da educação, a responsabilidade pelo mundo toma a forma da autoridade. A autoridade do educador e as competências do professor não são a mesma coisa. Ainda que não haja autoridade sem uma certa competência, esta, por mais elevada que seja, não poderá jamais, por si só, engendrar a autoridade. A competência do professor consiste em conhecer o mundo e em ser capaz de transmitir esse conhecimento aos outros. Mas a sua autoridade funda-se no seu papel de responsável pelo mundo. Face à criança, é um pouco como se ele fosse um representante dos habitantes adultos do mundo que lhe apontaria as coisas dizendo: «Eis aqui o nosso mundo!». (ARENDR, 2000, p. 43)

Se até a contemporaneidade tanto a competência quanto a autoridade do professor e sua responsabilidade de repassar o “velho mundo aos recém chegados por nascimento, isto é, as crianças” (ARENDR, 2000, p. 223) estiveram pautadas em pedagogias disciplinares, especializações e fragmentação dos saberes, para que seja possível uma abordagem na educação que considere uma formação humana integral, é fundamental que a formação do professor também tenha sido integral. Saber transitar por entre as áreas do conhecimento humano, dominar os “conhecimentos do mundo”, atuar de forma interdisciplinar, pode se tornar pré-requisito para um sistema educacional que se vê na eminente condição de apresentar currículos e métodos que, primeiramente, façam a reflexão “do mundo” que apresentam às crianças. E que também possam contextualizar o conhecimento acerca deste mundo com as contingências que se apresentam à essas crianças da escola para fora.

Não há ainda respostas concretas ou modelos que apresentem um plano de educação humana integral. O que se apresenta evidente é o esgotamento de um modelo de educação dividido por “disciplinas”, racional e instrumental, descontextualizado com as novas formas de ser e estar no mundo que apresenta os tempos de liquidez. O caminho natural é que a história aponte alternativas a este processo de formação. E que a educação passe cada vez mais a formular suas bases em um modo holístico de compreender e conduzir a relação do homem com a natureza e destes entre si. Para tanto, a escola deverá oferecer em seus espaços, novas dinâmicas, de forma que o estudante encontre dentro de sua estrutura e dentro de seus planejamentos uma relação mais próxima com a interdisciplinaridade como a que inevitavelmente se relaciona na sociedade. Mas que para além disso, talvez ao homem contemporâneo tenha chegado o momento de pensar uma nova relação com a natureza, e essa nossa forma de pensar, enquanto teoria, deva ser ensinada e deva ser este o papel da educação. Uma nova visão, uma visão holística, de interiorização, introspecção, de relação mais afetiva, de respeito e valorização do outro e pelo outro e de todos, com o mundo.

Considerações finais

Bauman quando se refere a desordem nos diz que, “O principal sintoma da desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas”. (1999. p. 09). Sim, “o agudo desconforto” que nos diz Bauman e sentido cada vez mais quando falamos de educação. Assim como é verdadeira a resistência que encontramos cada vez que nos é apresentada uma mudança. Falar de uma educação humana integral significa superar barreiras culturais e relações de poder no caráter organizacional da escola, significa deixar para trás métodos e heranças tecnicistas e burocráticas. Para o professor

Mozart Neves Ramos, "O Brasil tem ainda uma escola do século 19, um professor do século 20, mas um aluno do século 21."

A escola de hoje apresenta-se descontextualizada. Estar "fora do contexto" significa declarar que os velhos métodos de dentro da escola destoam da realidade que os estudantes trazem de fora dela. A educação da maneira fragmentada como se apresenta hoje, também não apresenta uma resposta ou nenhuma forma de colaboração que ajude estes estudantes a encararem os inúmeros desafios que a vida contemporânea apresenta.

Enquanto até hoje, a educação contribui na tarefa de elevar o sujeito pela racionalidade instrumental para que contribuísse para o progresso e elevação humana, novas percepções dizem que apenas a razão e a técnica não efetivaram essa teleologia humana perfeita. Que é preciso pensar urgentemente na integralidade do sujeito, ou seja, trabalhar com o ser humano de uma forma mais ampla. Que é preciso olhar para as artes, para a música, para a estética, que é preciso desenvolver as dimensões afetivas, espirituais, os valores, o corpo e a saúde. Significa enfrentar o desafio de sair de uma educação fragmentada com disciplinas isoladas, para uma visão e ação interdisciplinar e mais ampla.

Talvez a escola do século XXI deva apresentar, se não as respostas, ao menos possibilidades de debater duas questões: como as futuras gerações lidarão com a questão da sustentabilidade, e isto significa uma nova relação com o mundo natural e, a segunda, o que precisa ser mudado, ensinado e/ou aprendido acerca de uma convivência social mais harmônica. A essas duas questões relacionam-se diretamente uma nova relação com o tempo e com o trabalho, respectivamente. Desta forma, torna-se imprescindível o debate acerca de uma formação humana integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Felipe Quintão de. **Bauman & a educação/** Felipe Quintão de Almeida, Ivan Marcelos Gomes, Valter Bracht. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. - Coleção Pensadores & Educação.

ARAÚJO, U.; KLEIN, A. M. **Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral.** In: CENPEC. Educação integral. São Paulo, 2006. p. 119-125. (Cadernos Cenpec, n. 2).

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro.** 5ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000;

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade,** tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luis Carlos Fridman. - Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e ambivalência;** tradução, Marcus Penchel. - Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade Líquida;** tradução, Plínio Dentzien. - Rio de Janeiro; Zahar, 2001.

_____. **44 cartas do mundo líquido moderno;** tradução Vera Pereira. - Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna.** Tradução Alexandre Werneck. - Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado;** tradução Rosa Maria Boaventura. - Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987-1992.

GALBRAITH, John Kenneth. **A era da incerteza.**; tradução F. R. Nickelsen Pellegrini. – 7. Ed. – São Paulo: Pioneira, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 6.ed. – 4. Reimpr, - São Paulo: Atlas, 2011.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago – 6. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. Título original: La condition postmoderne. (1979).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 40. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização.** Tradução Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução Marcos Santamarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RAMOS, Mozart Neves. Os desafios da formação de professores. *In*: Anuário Brasileiro da Educação Básica. Editora Moderna. São Paulo, 2013. Disponível em: http://educacaoec21.org.br/wp-content/uploads/2013/07/anuario_educacao_2013.pdf. Acesso em 07 de maio de 2015.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão.** Tradução: Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

TONET, Ivo. **Educação e Formação Humana.** **IN:** Ideação, n.8/2006. **IN:** Marxismo, educação e luta de classes. JIMENEZ, Susana e outros (orgs). Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. p. 83-96. **IN:** Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsány, Tamás J. M. K Szmrecsány. 2. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

UM ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA ESCOLAR À LUZ DA REVISÃO DE LITERATURA

EDYALA OLIVEIRA BRANDÃO VEIGA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem (PPGCL)
edyalabrandao@hotmail.com*

ROBERTA DA SILVA NASCIMENTO PEREIRA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem (PPGCL)
robertasnascimento14@hotmail.com*

BIANKA PIRES ANDRÉ

*Professora do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem (PPGCL)
biankapires@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a permanência escolar à luz da revisão de literatura acerca da permanência escolar no âmbito da educação básica. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica nº 9394/ 96 preconizar a garantia de acesso e permanência o Brasil ainda enfrenta um grande problema quanto a essa questão. Considerando a democratização do acesso à educação como um direito já garantido no âmbito das políticas públicas embora não efetivado totalmente na prática e a permanência como uma meta a ser alcançada (SILVA, 2009, p 224). O Programa Nacional de Alimentação Escolar oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da educação básica pública. A metodologia empregada foi de pesquisa bibliográfica. Os resultados das pesquisas bibliográficas irão revelar qual o cenário vivenciado atualmente sobre a permanência escolar na sociedade pós-moderna e contribuir como referencial teórico.

Palavras-chave: Permanência. Revisão de Literatura. Educação Básica. Assistencialismo. Direito

ABSTRACT

The present study aims to present a study about school permanence in the light of the review of the literature about school stay in basic education. Although the Law of Basic Education Guidelines and Bases 9394/96 recommends the guarantee of access and permanence, Brazil still faces a major problem regarding this issue. Considering the democratization of access to education as a right already guaranteed in the scope of public policies although not fully implemented in practice and permanence as a goal to be achieved (SILVA, 2009, p. 224). The National School Feeding Program offers school feeding and food and nutrition education to students of public basic education. The methodology used was a bibliographical research. The results of the bibliographical research will reveal what the current scenario is about school permanence in postmodern society and contribute as a theoretical reference.

Key-words: Permanence. Literature Review. Basic Education. Assistencialism. Law

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, aos estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica nº 9394/ 96 e do novo Plano Nacional de Educação 2011-2020 preconizar a garantia de acesso, permanência e sucesso escolar, o Brasil ainda enfrenta um grande problema quanto a essa questão.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre a permanência escolar à luz da revisão de literatura sob diferentes óticas, a partir dos materiais disponíveis na internet. A metodologia empregada foi de pesquisa bibliográfica realizada entre janeiro de 2017 e junho de 2018 no qual realizou-se uma consulta a livros e artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do scielo e demais bases. A pesquisa dos artigos foi realizada entre abril e maio de 2018. Por meio da estruturação e do desenvolvimento da pesquisa, que visa uma ampla revisão de literatura.

EDUCAÇÃO

A atual configuração da educação básica no Brasil reflete, em grande medida, as mudanças desencadeadas pelas reformas da década de 90. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), uma série de alterações aconteceu. Novas propostas de gestão da educação, de financiamento, de programas de avaliação educacional, de políticas de formação de professores, dentre outras medidas, foram implementadas com a intenção de melhorar a qualidade da educação brasileira.

Com a promulgação da LDB, observou-se a ampliação da obrigatoriedade da educação básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a maior responsabilização do Estado pela educação pública. Após mais de duas décadas da aprovação desta Lei, verifica-se a quase universalização deste nível de ensino.

Todavia, este aumento quantitativo em termos de acesso não implicaria em uma melhora automática na qualidade do sistema.

Assim, a temática da qualidade da educação tem suscitado um intenso debate entre os pesquisadores e gestores políticos acerca das dimensões definidoras de uma educação de qualidade. Entretanto, como aponta Enguita (1997), deve-se considerar que se trata de um tema polissêmico, dinâmico e mobilizador de diferentes interesses.

O estudo realizado por Oliveira, Dourado e Santo (2007), buscou identificar as condições, dimensões e fatores fundamentais de uma educação de qualidade. Analisando relatórios e documentos elaborados por países membros da Cúpula das Américas e de organismos internacionais (Unesco e Banco Mundial), os autores buscaram evidenciar a concepção destes sobre as dimensões definidoras de uma educação de qualidade. O estudo mostrou que a qualidade da educação envolve dimensões extra e intra-escolares.

As dimensões extra-escolares que afetariam os processos educativos e os resultados escolares envolvem dois níveis:

- 1) a dimensão socioeconômica e cultural dos entes envolvidos - concerne à influência do acúmulo de capital econômico, social e cultural das famílias e dos estudantes no processo

de ensino-aprendizagem e, ainda, a necessidade do estabelecimento de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como fome, drogas, violência etc.;

2) a dimensão dos direitos dos cidadãos e das obrigações do Estado – que faz referência à ampliação da obrigatoriedade da educação básica; à definição e garantia de padrões de qualidade, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; à definição e efetivação de diretrizes nacionais para os diferentes níveis etc.

No que se refere às dimensões intra-escolares, sua importância se deve à sua influência direta nos processos de organização e gestão, nas práticas curriculares, nos processos formativos, dentre outros. Ainda segundo os autores Oliveira, Dourados e Santos (2007), estas dimensões são apresentadas em quatro níveis: do sistema, da escola, do professor e do aluno.

1) Nível do sistema: condições de oferta de ensino. Refere-se, dentre outros aspectos, à garantia de instalações gerais adequadas aos padrões de qualidade definidos pelo sistema nacional de educação.

2) Nível da escola: gestão e organização do trabalho escolar. Trata da estrutura organizacional.

3) Nível do professor: formação, profissionalização e ação pedagógica. Relaciona-se ao perfil docente (titulação/qualificação adequada ao exercício profissional), às formas de ingresso e condições de trabalho adequadas e às políticas de formação e valorização.

4) Nível do aluno: acesso, permanência e desempenho escolar. Refere-se ao acesso e às condições de permanência adequadas à diversidade socioeconômica e cultural, e à garantia de desempenho satisfatório dos estudantes.

Segundo Oliveira, Dourado e Santo (2007), as dimensões intra e extra-escolares afetariam de forma significativa a aprendizagem dos alunos, o que exigiria a consideração dessas dimensões, de forma articulada, para o estabelecimento de políticas educativas, programas de formação e gestão pedagógica. Conforme os pesquisadores, tais medidas seriam imprescindíveis para a garantia do sucesso dos estudantes e de uma educação de qualidade para todos.

De acordo com Horta (1998), o direito à educação se diferencia dos outros direitos sociais como a assistência médica gratuita, a moradia, a alimentação, porque os cidadãos podem escolher pela utilização ou não desses serviços. O mesmo não acontece com a educação, pois, paradoxalmente, ela é um direito, mas também uma obrigação. Nesse sentido, não há família que possa decidir por não enviar suas crianças à escola. A compreensão de que é responsabilidade do Estado a garantia de meios para que esse direito alcance a todos é um passo importante para a consolidação do acesso e da permanência nas instituições escolares, principalmente ao se considerarem as profundas marcas da desigualdade e da exclusão na sociedade atual, especialmente em nosso país.

PERMANÊNCIA ESCOLAR

A mudança de uma escola hegemônica, elitista, para uma escola cujo acesso é para todos é explicitada nas políticas nacionais a partir de 1992, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), ambas alicerçadas na Constituição Federal (1988). Tais políticas podem ser consideradas como políticas estruturais, pois se baseiam na ideia de proporcionar uma capacidade permanente de geração de renda (POSSOLLI; EYNG, 2007, p. 3). Essas decisões políticas chegaram ao cotidiano das escolas ainda fundamentadas nas metas narrativas da cosmo visão moderna.

Tais processos, expressos nos discursos e nas práticas escolares, não dialogam com as diferentes culturas agora incluídas na escola. Dessa forma, o choque entre a lógica escolar e os múltiplos traços dos sujeitos do público que a instituição passa a receber é evidenciado pelas dificuldades encontradas na efetivação de práticas didático-pedagógicas consolidadas e tradicionalmente consideradas eficazes para o processo ensino-aprendizagem. Tais aspectos, somados aos problemas historicamente enfrentados na educação brasileira, resultaram na ampliação da crise da escola, sobretudo na escola pública.

Considerando a democratização do acesso à educação como um direito já garantido no âmbito das políticas públicas embora não efetivado totalmente na prática e a permanência como uma meta a ser alcançada, mas em um processo já em curso, pode-se observar que o próximo passo seja garantir o direito à qualidade na educação. Mas não qualquer qualidade. O que se almeja é a qualidade social da educação, por se entender que essa concepção abrange os diferentes aspectos determinantes da qualidade da educação pública na sociedade contemporânea. A qualidade social da educação tem relação e sofre influência de fatores internos e externos à instituição escolar (SILVA, 2009, p 224).

A garantia do direito à educação via políticas de universalização do acesso à escola básica e programas que investem na permanência de crianças e adolescentes na escola são recentes. Diferente do que ocorria há décadas, atualmente a escolarização é regra, e a não escolarização, exceção, sobretudo, no que diz respeito ao Ensino Fundamental (EYNG e PACIEVITCH, 2012).

A quase universalização do acesso ao Ensino Fundamental pode ser verificada a partir da visualização dos índices de escolarização divulgados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em publicação intitulada “Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010”, que faz parte da Série Estudos e Pesquisas. Segundo essa publicação, é possível afirmar que “na faixa etária de 6 a 14 anos, desde meados da década de 1990, praticamente todas as crianças brasileiras já estavam frequentando a escola” (BRASIL, 2010, p. 46). Nessa faixa etária, 94,2% da população frequentava a escola em 1999. Esse índice subiu para 96,1% em 2004, e para 97,6% em 2010. De acordo com os indicadores sociais de 2016, o acesso ao ensino fundamental se aproximou da universalização na década de 1990, quando ocorreu a intensificação da expansão educacional na educação básica. Em 2015, a taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade atingiu 98,6%. Por sua vez, a inserção dos jovens de 15 a 17 anos de idade avançou lentamente, evidenciando a dificuldade de garantia do direito à educação básica obrigatória para esse grupo etário que deveria estar frequentando o ensino médio. A proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola cresceu somente 3,4 pontos percentuais, passando de 81,6%, em 2005, para 85,0% em 2015, foi verificado um aumento de frequência escolar para todas as faixas etárias analisadas da educação básica, mesmo que a universalização dos níveis recentemente incluídos no ensino obrigatório ainda não tenha sido alcançada. Houve democratização do perfil dos estudantes no ensino superior nas redes pública e privada, além de aumento da população com ensino superior completo. Contudo, observou-se que a dívida educacional brasileira é histórica e que sua alteração é necessariamente lenta, levando em conta o tempo requerido para a formação de cada nova geração, (IBGE, 2016).

Segundo dados do Censo Escolar, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, por meio de um resumo técnico em 2010 foram matriculados 51.549.889 alunos nas escolas do país, sendo que destes, 43.989.507 foram matriculados em instituições públicas de ensino (municipais estaduais ou federais). De acordo com o INEP (2016), as matrículas dos anos finais do ensino fundamental são de 12,2 milhões matrículas nos anos finais do ensino fundamental, e 99,2% dos matriculados estudam no turno diurno; 88,2%

dos matriculados frequentam escolas urbanas; 14,8% das matrículas são de escolas privadas. A rede privada cresceu 15,3% em oito anos, com 5,3 milhões de matrículas, a rede estadual tem uma participação de 43,1%, dividindo a responsabilidade do poder público nesta etapa de ensino com os municípios, que possuem 5,1 milhões de matrículas (41,9%); quase todos os matriculados nessa etapa de ensino estudam em escolas com esgoto sanitário (99,2%), abastecimento de água (99,2%) e energia elétrica (99,8%); estabelecimentos com quadra de esportes coberta o percentual cai para 57,2%; 85,9% dos matriculados estudam em escolas com biblioteca ou sala de leitura. Os percentuais de matriculados na rede privada com acesso a esses itens são de 61,9% e 52%, respectivamente; 96,5% dos matriculados estudam em escolas com banheiro dentro do prédio. Na zona rural, esse percentual cai para 89,7%; 94% dos matriculados estudam em escolas em que há computadores para uso administrativo; 86,4% dos matriculados estudam em escolas em que há computadores para uso dos alunos (INEP, 2016).

Segundo o INEP (2017), a taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) por séries do ensino fundamental e médio segundo rede de ensino no Brasil no ano de 2015, observa-se que apesar dos alunos das redes pública e privada apresentarem um risco similar de insucesso no primeiro ano do ensino fundamental, nas séries subsequentes o risco de insucesso dos alunos matriculados na rede pública é consideravelmente superior.

Assim, pode-se perceber que as políticas que visam à universalização do acesso à Educação Básica tem tido relativo sucesso. Inicia-se então o desafio de garantir a permanência dessas crianças e adolescentes nas escolas, isso porque, a partir da democratização do acesso ao Ensino Fundamental, efetivada na década de 90, a escola até então elitista, abriu suas portas para alunos advindos de realidades contingentes, antes excluídas. A desigualdade adentrou a escola e com ela ampliou a diversidade de culturas, saberes, valores e lógicas diferentes daquelas às quais a instituição foi concebida para receber (EYNG e PACIEVITCH, 2012).

Como consequência, a instituição escolar amplia sua crise. No esforço de manter sua estrutura, suas normas e regras, pautadas na visão hegemônica, na padronização de saberes, práticas e comportamentos, a escola inclui apenas trazendo os estudantes para o seu interior, e no interior os exclui. Dessa forma, a instituição escolar atua na reprodução e legitimação das desigualdades sociais e culturais, tão bem descritas por Pierre Bourdieu (1992), a partir da realidade francesa. A capacidade de excluir os recém incluídos, de segregar as diferentes estratégias de exclusão e de homogeneizar estratégias de assimilação é exercida por meio do currículo, das experiências e inclusive dos discursos presentes nas escolas.

Tais estratégias de assimilação e de exclusão são chamada por Bauman (1998), de estratégias antropofágica ou antropômica. A estratégia de assimilação, ou antropofágica, consiste em “tornar a diferença semelhante; abafar as distinções culturais ou linguísticas; proibir todas as tradições e lealdades, exceto as destinadas a alimentar a conformidade com a ordem nova e que tudo abarca” (BAUMAN, 1998, p. 28-29). A estratégia antropômica, que complementa a estratégia antropofágica quando esta não é eficiente, consiste em: “Vomitando os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda a comunicação com os do lado de dentro. [...] confinar os estranhos dentro das paredes visíveis dos guetos, ou atrás das invisíveis, mas não menos tangíveis [...]” (BAUMAN, 1998, p. 28).

Assim, enquanto parte dessa diversidade é enquadrada na escola, e nela permanece, ainda que sem entender por que, outra parte não se ajusta, não reconhecem saberes, linguagens, práticas, comportamentos e lógicas da instituição escolar. Não reconhece o conjunto de normas e regras historicamente construído por outros sujeitos, em outras condições e tempos, enfim, com outras lógicas. Esse não reconhecimento eleva os índices de abandono e evasão (EYNG e PACIEVITCH, 2012).

Por esses motivos intra escolares e outros motivos extra-escolares, garantir o acesso à escola não basta. Faz-se necessária a análise da eficácia das políticas públicas para garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola. As dificuldades em efetivar as mudanças estruturais necessárias para modificar a lógica escolar, que perpassariam as políticas sociais de forma geral, mas que seriam mais profundas nas políticas educacionais desde a questão do financiamento, até as políticas de currículo, avaliação e, sobretudo, formação de professores faz com que o Estado invista em políticas compensatórias, que se baseiam em transferências de renda por meio de diferentes mecanismos, como a distribuição de cestas básicas, programas de renda mínima universal e instituição de bolsas condicionadas [...] (BRASIL, 2005, p. 15). Nesse contexto, foram criados programas, como o Bolsa Escola depois transformado em Bolsa Família e o Projovem, entre outros. Tais políticas, do tipo compensatório, exigem como contrapartida, a permanência de crianças e adolescentes na escola (EYNG e PACIEVITCH, 2012).

A efetividade de tais políticas, considerando um de seus objetivos, que é o de garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola, embora se possa inferir, sem uma análise profunda, que tais programas tenham, sim, algum impacto positivo e sejam, sem sombra de dúvida, melhor do que nada. No entanto, a falta de políticas estruturais para adequar os sistemas e as instituições escolares às novas demandas advindas da democratização do acesso à escola reflete na baixa qualidade da educação escolar pública.

Não se trata somente da diminuição da qualidade mensurável por meio de provas e testes, divulgada em forma de índices como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Programme for International Student Assessment (PISA). A qualidade aqui referida é a qualidade social, que, para além de mensurar resultados por meio de provas e índices, tem como intencionalidade o desenvolvimento humano integral em instituições e sistemas educacionais de qualidade.

Destarte, com o passar dos anos a permanência escolar evoluiu bastante, porém precisa ser analisado se essa evolução está associada aos programas oferecidos pelo governo como a bolsa família que visa a permanência escolar e não a aprendizagem.

PROGRAMA DE ASSISTENCIALISMO

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao, então, Ministério da Educação e Cultura. Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Bezerra (2003, p.452), destaca que essa mudança de nomenclatura intencionava, uma vez que estava longe de ser praticado, abranger todo o território nacional e, por outro lado, evidenciava a adesão ao otimismo da ideologia desenvolvimentista (MELLO; NOVAIS, 1998, p.560), do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

A preocupação com o fornecimento de um aporte energético e protéico pela merenda escolar apresenta-se constante desde o início. Ressalta-se que este aspecto parece estar ligado ao fato da constância nos objetivos das leis ao longo do tempo, em mencionar sempre que a merenda escolar desempenharia o papel de contribuir com o crescimento e desenvolvimento infantil. Este interesse pode ser observado no atual objetivo declarado na Lei 11.947/2009:

Art. 4o O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O PNAE pode ser considerado também um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes que o aluno necessita diariamente, mas também por se constituir em espaço educativo melhor utilizado, quando, por exemplo, estimula a integração de temas relativos à nutrição ao currículo escolar.

Os atores envolvidos no desenvolvimento do PNAE, principalmente nutricionistas e merendeiras, têm sob sua responsabilidade o compromisso de compreender todo o processo de produção da merenda, entendendo que esse Programa de Alimentação, faz parte de uma política social inserida em determinado contexto político e econômico, sofrendo, portanto, as influências do momento histórico em que se encontra.

O Programa de Alimentação Escolar se revela, como um espaço propício para desenvolver atividades de promoção da saúde, produção de conhecimentos e de aprendizagem na escola. O Programa de Alimentação Escolar promove a saúde da comunidade escolar e de seus familiares. O nutricionista tem a oportunidade de desenvolver outros papéis além daquele de administrador de refeições que suavizam o efeito da pobreza sobre a população carente, como se fosse essa a única função dos programas de suplementação alimentar (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação possui um papel fundamental para a mudança de comportamento e aprendizagem para o decorrer da vida do alunado.

A garantia do direito à educação via políticas de universalização do acesso à escola básica e programas que investem na permanência de crianças e adolescentes na escola são recentes. Diferente do que ocorria há décadas, atualmente a escolarização é regra, e a não escolarização, exceção, sobretudo, no que diz respeito ao Ensino Fundamental, mas infelizmente o acesso acaba sendo aberto mais a permanência fica dificultada. O Programa de Alimentação vem como um aliado para a permanência escolar.

Destarte o acesso está sendo oferecido em larga escala, mas a permanência ainda é algo que precisar ser revisado e analisado.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmund. **O mal estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992.

BRASIL, Ministério do Turismo. Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo. **Alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas**. Brasília: DF, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. MEC. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: 2009. Acessado em 11 de julho de 2012.

COSTA, E.Q.; RIBEIRO, V.M.B.; RIBEIRO, E.C.O. **Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento**. Rev. Nutr., Campinas, 14(3): 225-229, set./dez., 2001.

ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 93-110.

Eyng, A. M.; Pacievitch, T. **Do direito de acesso e permanência na escola ao direito à educação de qualidade social**. Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012 Livro 1 - p.002347 XVI ENDIPE. inep.gov.br/arquivos>. Acesso em: 20 ago. 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Rio de Janeiro 2016.

HORTA, José Silvério Bahia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, s/v. n. 104, p. 5-34, abril/ jul. 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estimativas de fluxo escolar a partir do acompanhamento longitudinal dos registros de aluno do Censo Escolar do período 2007-2016**. NOTA TÉCNICA Nº 8/2017/CGCQTI/DEED Brasília, 27 de junho de 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. **Censo Escolar 2016 notas estatísticas**. Brasília-DF. Fevereiro de 2017.

MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In NOVAIS, F (org.); SCHWARCZ, L.M. (org. vol.) **Historia da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560-658.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em: <<http://www.publicacoes>>.

POSSOLLI, Gabriela Eyng; EYNG, Ana Maria. **As políticas educacionais em um contexto complexo de múltiplos agentes definidores**. In: Anais XV Colóquio Afirse, 2007, Lisboa. Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação. Lisboa: Porto Editora, 2007. v. 1.

SILVA, Maria Abadia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SILVA, Maria Abadia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

TEXTUALIDADE POÉTICA DO INSTAGRAM: RELAÇÕES ENTRE AUTORIA E LEITURA¹

ANALICE DE OLIVEIRA MARTINS

*Professora do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem - UENF
analice.martins@terra.com.br*

PENHA ÉLIDA GHIOTTO TUÃO RAMOS

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem - UENF
elidatuao@hotmail.com*

RESUMO

A fim de refletir sobre experiências poéticas advindas da cibercultura e sobre a relação entre autor e leitor, especialmente em redes sociais digitais, esta pesquisa apresenta o Instagram como objeto de estudo, em particular, dois perfis de autores brasileiros, denominados instapoetas, quais sejam: @akapoeta, de João Doederlein, e @ondejazzmeucoracao, de Ryane Leão. No ciberespaço, relações sociais e culturais são reorganizadas, reformulando contextos, entre os quais, encontra-se o artístico. Como exemplo, tem-se a poesia, que, sob matizes da cibercultura, (des) territorializa-se no ambiente digital, tomando fluidez em redes sociais. Para este estudo, recorreu-se a contribuições teóricas de Pierre Lévy (1996), Maingueneau (2016), Fávero e Koch (2000). Notou-se que o Instagram perfaz objetivos utilitários de arquivamento e compartilhamento, expandindo-se para a circulação de novas textualidades poéticas e para a promoção do sujeito enquanto autor.

Palavras-chave: Cibercultura. Rede social. Experiência poética. Autor.

ABSTRACT

The objective of this research is to reflect on poetic experiences derived from cyberculture and on the relationship between authorship and reader, especially in social media. Our object of study is the Instagram, in particular, two profiles of Brazilian authorship, denominated instapoets: @akapoeta, de João Doederlein, e @ondejazzmeucoracao, de Ryane Leão. In cyberspace, social and cultural relations are reorganized, reformulating contexts, among which there is the artistic one. An example is poetry, because it is influenced by cyberculture, (dis) territorialized in the digital environment, becoming fluid in social media. The theoretical contribution of Pierre Lévy (1996), Maingueneau (2016), Fávero e Koch (2000). We can see that the sharing of texts by the instagram contributes to the circulation of new poetic pextualities and to the consolidation of the authorship.

Key-words: Cyberculture. Social media. Poetic experience. Authorship.

¹ Agradecimentos à CAPES pelo apoio financeiro ao desenvolvimento desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No âmbito artístico, especificamente no da literatura, as conexões entre virtual e físico são frequentes. Autores e obras já consagrados pela crítica tradicional migram para o ciberespaço, instalando-se em sites e redes sociais digitais, como Blog, YouTube, Facebook, Twitter, Instagram, entre outras. Também nesses espaços, usuários comuns são reconhecidos como escritores e publicam suas primeiras obras – virtuais e físicas. Em vez de críticos literários reconhecidos academicamente, aquele que escreve tem o próprio público como chancela para suas produções. As distâncias entre escritor – ou autor – e leitores são encurtadas pela comunicação instantânea e interativa trazida pelas tecnologias de informação e comunicação. E mais: hierarquias são desfeitas, ou, no mínimo, perdem privilégio, de modo que o mesmo indivíduo que escreve também edita, divulga e publica seus textos.

O texto tem sua materialidade modificada para se ajustar à nova mídia e aos interesses contemporâneos: menos palavras, acréscimo de imagens explícitas – que acompanham materialmente o texto –, tela em vez de página, fluidez em vez de fixação, celulose substituída pelos algoritmos. É assim que redes sociais digitais têm se constituído como ferramenta para sujeitos comuns passarem à condição de autores/escritores e, mais que um aplicativo de armazenamento de informações e meio de comunicação, a rede tem se tornado uma plataforma de publicação, compartilhamento e leitura de conteúdos poéticos. Dessa prática, forma-se um público de leitores e a chancela da figura do autor. O texto passa por um processo que faz dele uma página solta no espaço virtual, de modo que a circulação textual e a interação de usuários passam a ser potencializadas. Seguindo essas características, destaca-se o Instagram, no qual surgem os instapoetas, ou seja, poetas do Instagram, como ocorre com João Doederlein e Ryane Leão.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão foi norteadada por um enfoque qualitativo, com vistas para a interpretação e atribuição de significados para o uso da rede social digital Instagram enquanto mídia imbricada na consolidação da autoria no ciberespaço. A investigação seguiu um caráter exploratório, fundamentado na revisão de literatura e estudo de caso. Para tanto, o estudo teórico atribuiu ênfase às contribuições de Fávero e Koch (2000), de Lévy (1996) e Maingueneau (2016), entre outras. Do mesmo modo, foram tomados como referência os perfis de Instagram @akapoeta e @ondejazzmeucoracao, os quais pertencem a instapoetas brasileiros.

CONHECENDO O OBJETO DE ESTUDO REDES SOCIAIS DIGITAIS

Assim como outras redes sociais digitais, o Instagram caracteriza-se pela instantaneidade de seus recursos de compartilhamento e pela mobilidade do principal dispositivo eletrônico que o hospeda, o smartphone, no qual a relação entre usuário e aplicativo tem se tornado cada vez mais intuitiva. Como já propunha Pierre Lévy (1996, p. 42), “o leitor estabelece uma relação muito mais intensa com um programa de leitura e de navegação que com a tela”. Pode-se dizer que é nessa perspectiva que o Instagram se encaixa; o novo, entretanto, é que a intensidade das relações lucidada por Lévy hoje também atua sobre o contato com a tela, pois esta já é sensível ao toque. Do mesmo modo, o hipertexto funciona como sistema de navegação e permite que autores e leitores transitem em um mesmo espaço e tenham em comum um determinado texto – aquele produzido, editado e divulgado pelo próprio autor.

Enfim, o suporte digital permite novos tipos de leituras (e de escritas) coletivas. Um *continuum* variado se estende assim entre a leitura individual de um texto preciso e a navegação em vastas redes digitais no interior das quais um grande número de pessoas anota, aumenta, conecta os textos uns aos outros por meio de ligações hipertextuais.

Um pensamento se atualiza num texto e um texto numa leitura (numa interpretação). Ao remontar essa encosta da atualização, a passagem ao hipertexto é uma virtualização. Não para retornar ao pensamento do autor, mas para fazer do texto atual uma das figuras possíveis de um campo textual disponível, móvel, reconfigurável à vontade, e até para conectá-lo e fazê-lo entrar em composição com outros *corpus* textuais e diversos instrumentos de auxílio à interpretação. Com isso, a hipertextualização multiplica as ocasiões de produção de sentido e permite enriquecer consideravelmente a leitura (LÉVY, 1996, p. 43).

Isso particulariza o dispositivo eletrônico, pois traz ao usuário a sensação — ou uma quase certeza — de que tal dispositivo é uma extensão de seu corpo. A conexão entre humano e máquina se torna mais constante e, por isso, íntima. No aparelho, aspectos cognitivos do ser humano são depositados, especialmente, a memória. Até mesmo memórias emotivas passam por essa tentativa: há uma necessidade cada vez maior de captar e guardar cenas subjetivas, como é feito por meio das fotografias. Inúmeras informações são registradas em hardware, criando uma dependência entre o concreto e o virtual.

Nesse ritmo, o computador, mais que uma máquina, é uma ferramenta potencialmente intelectual, textual e interacional. Assim pode ser definido o perfil @ondejazzmeucoração, da *instapoeta* Ryane Leão. Com 188 mil seguidores, Ryane publica poesias de empoderamento e ancestralidade. A autora, que também distribui poesia em *lambe-lambe*, na cidade de São Paulo, e no Facebook — com aproximadamente 138.073 seguidores, à época desta pesquisa —, compila no Instagram textos poéticos, que são frequentemente curtidos, comentados e compartilhados por seu público de *seguidores-leitores*. Seu caráter autoral fica visível em vários elementos que compõem o perfil e pode ser notado na escolha de cores, traços e coleção de textos de própria autoria — *instapoemas* — que Ryane manifesta em seu perfil. O reconhecimento do autor por um público leitor que se manifesta diante dos textos postados e contribui para sua circulação se torna outro elemento característico da rede que se forma. É um reconhecimento viabilizado pelas tecnologias digitais, mais especificamente, por redes sociais, e, neste caso, pelo Instagram.

Do mesmo modo, João Doederlein, @akapoeta, reúne cerca de 1020 publicações e 893 mil seguidores no Instagram². Com elementos verbais e visuais, os *instapoemas* de João Doederlein alcançam um público leitor expressivo: em dois dias, uma de suas postagens, *saudade*, atingiu 47,7 mil curtidas e 624 comentários no Instagram. Nos comentários para essa postagem de @akapoeta, outros perfis são citados ou marcados, formando links de compartilhamento e, por conseguinte, hipertextos, formando essa matriz de textos potenciais, realizáveis sob o efeito da interação com um usuário, o hipertexto, como antecipou Pierre Lévy (1996, p. 40). Ao ser lido, interlocutores trazem atualizações ao texto, garantindo-lhe a manutenção da autoralidade; fazer o texto circular — propriedade dos compartilhamentos — garante seu acesso por interlocutores, o que autoriza sua apropriação por terceiros.

A QUESTÃO DA AUTORIA

Em redes sociais, como Instagram e Facebook, ao criar um perfil, o usuário está condicionado a uma construção autobiográfica, delineada pelos arquivamentos que realiza, seja de fotografias, de vídeos, de links ou de textos verbais. É produzida uma escrita indiretamente colaborativa, pautada em múltiplas semioses, que se cruzam hiper- e intertextualmente, em constante coautoria com seus seguidores, por meio de *comentários* e *curtidas* ou de publicação de conteúdos de outros perfis. Esse procedimento sugere um rastro de leituras e escritas do outro e, portanto, vestígios de atualização. Concomitantemente, tem-se a consolidação da própria

² Cabe ressaltar que, por se tratar de uma rede social digital, o número de seguidores está em constante atualização e o número apresentado, provavelmente, já sofreu alteração.

autoria dessas textualidades (fotos, vídeos, mensagens verbais): o texto é escrito e publicado por determinado dono do perfil, o seu autor; posteriormente, *seguidores-leitores* sinalizam sua leitura, marcando-as com *curtidas* e/ou *comentários*. Cada autor publica, assim, seus conteúdos, que, virtualmente, ficam encapsulados na materialidade textual compartilhada, atualizando-se, no ato da leitura, na interação com seus receptores. Por conseguinte, subjetividades se entrelaçam:

O virtual só eclode com a entrada da subjetividade humana no circuito, quando num mesmo movimento surgem a indeterminação do sentido e a propensão do texto a significar, tensão que uma atualização, ou seja, uma interpretação, resolverá na leitura. Uma vez claramente distinguidos esses dois planos, o do par potencial-real e o do par virtual-atual, convém imediatamente sublinhar seu envolvimento recíproco: a digitalização e as novas formas de apresentação do texto só nos interessam porque dão acesso a outras maneiras de ler e de compreender (LÉVY, 1996, p. 40).

Relações entre aquele que escreve e aquele que lê são estabelecidas, criando uma noção de autoria. Sobre esse aspecto, consideram-se três designações dadas por Maingueneau (2016) a respeito dos valores que podem ser atribuídos à figura do autor: autor como correlato de um texto que existe previamente, enquanto instância *responsável* pelo texto; autor como produtor de livros; autor como correlato de uma obra, com terceiros que o instituem como tal, conferindo-lhe a imagem de *autor*. Destas, a terceira pode ser associada à noção de autoria que relacionamos às publicações do Instagram:

A produção literária se distingue de outras zonas da produção discursiva, como o jornalismo ou a política, pelo fato de que qualquer pessoa que publica nesse espaço é um “auctor” em potencial. Mas, para que um indivíduo seja “auctor” em ato, é preciso que terceiros o instituem como tal, produzindo enunciados sobre ele e sobre sua obra, em suma, conferindo-lhe uma “imagem de autor” (MAINGUENEAU, 2016, p. 105).

Compreende-se, portanto, que a autoralidade se constrói mediante a apreciação de terceiros, os leitores, que tecem uma chancela para a figura do autor.

A consideração desta problemática do autor me obriga a algumas retificações de meus próprios conceitos. Em *O discurso literário*, para contestar a divisão tradicional do escritor em duas faces – uma que seria criadora de uma obra, outra que levaria uma existência social –, distingi três instâncias: a “pessoa” (o indivíduo fora da criação literária), “o escritor” (o ator no campo literário), “o inscritor” (ao mesmo tempo o que enuncia o texto e um ministro da instituição literária). Essas três instâncias não se dispõem em sequência, em termos cronológicos ou de estratos, mas se atravessam mutuamente em uma estrutura paradoxal de nó Borromeu. Não há, pois, antes, “a pessoa”, que seria passível de uma biografia, depois “o escritor”, que agiria no espaço literário, depois “o inscritor”, que assumiria a enunciação: nenhum dos três é fundamento ou pivô (MAINGUENEAU, 2016, p. 106).

A autoralidade também se constrói mediante a relação com terceiros – a exemplo, os leitores –, os quais tecem uma chancela para a figura do autor como tal. Ser lido e comentado também constitui quesito para a autoralidade, promovendo-a, tornando-a concreta, atribuindo-lhe importância e realização, afinal, “o anonimato literário não é suportável para nós; só o aceitamos na qualidade de enigma” (FOUCAULT, 1969, p. 276).

Ao relacionar autor e obra, Maingueneau (2016) fundamenta-se no exposto por Foucault (1969), em *O que é um autor?*, segundo o qual, “o nome do autor não é, pois, um nome próprio como os outros” (FOUCAULT, 1969, p. 274), mas um nome que permite reagrupar e delimitar certo número de textos em um discurso,

[...] uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status. [...] O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. [...] A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 1969, p. 276).

Ser lido constitui um quesito para a autoridade, promovendo-a, tornando-a concreta, atribuindo-lhe importância e realização — eis um efeito da circulação do texto poético nas redes sociais digitais. Nessas redes, poetas anônimos e digitalmente hábeis alcançam popularidade e sucesso que atraem a atenção de editoras e, graças a seguidores fiéis, são projetados para as listas de livros mais vendidos. Em uma observação superficial e à parte do que se propõe nesta análise, nota-se que esse fenômeno está muito mais vinculado à aceitação da produção poética por um público do que ao julgamento de sua qualidade estética. Constrói-se um jogo entre postagens, seguidores e celebridade — ou, em outros termos, entre poesias, leitores e autor —, que impulsiona a vendagem de poesia, conferindo-lhe popularidade. No Brasil, por exemplo, em 2017, o crescimento do volume de vendas de poesia foi de 52% (FINCO, 2018). Poesia essa, em grande parte, oriundas de autores/escritores das redes sociais digitais.

Nas redes sociais digitais, o texto ganha *status* de imagem, enquanto um *texto-imagem*, e torna-se um cartão, uma folha solta, passível de ser captada a um olhar e mobilizar a atenção de potenciais receptores. Configurando-se como *texto-imagem*, crivado pela hipertextualidade, a poesia encontra uma mídia apropriada para o ciberespaço, o que beneficia o seu compartilhamento e circulação:

Ora, um texto em particular passa a apresentar-se como a atualização de um hipertexto de um suporte informático. Este último ocupa “virtualmente” todos os pontos da rede ao qual está conectada a memória digital onde se inscreve seu código? Ele se estende até cada instalação de onde poderia ser copiado em alguns segundos? Claro que é possível atribuir um endereço a um arquivo digital. Mas, nessa era de informações on line, esse endereço seria de qualquer modo transitório e de pouca importância. Desterritorializado, presente por inteiro em cada uma de suas versões, de suas cópias e de suas projeções, desprovido de inércia, habitante ubíquo do ciberespaço, o hipertexto contribui para produzir aqui e acolá acontecimentos de atualização textual, de navegação e de leitura. [...] o imponderável hipertexto não possui um lugar (LÉVY, 1996, p. 19-20).

Nas relações de construção da textualidade do Instagram, circulam textos imagéticos e verbais entre distintos contextos e perfis, o que, pela visualização, encaminha para a própria leitura. Tem-se, assim, textos de diferentes semioses compondo textualidades:

Os textos empíricos individuais podem ser considerados como realizações verbais (“textualizações”) de sua textualidade. Estas noções permitem adotar a posição de que os mídias da textualização podem adquirir formas variadas, de tal modo que não só os textos verbais, mas também pictóricos, filmicos ou quaisquer outros podem ser concebidos como “textos”, isto é, manifestações de uma textualidade (FÁVERO; KOCH, 2000, p. 20-21).

Para esta pesquisa, compreendemos texto como manifestações verbais ou não verbais, dotadas de sentido, de coesão e coerência, materializadas textualmente, configurando uma superfície perceptível e captável por possíveis leitores. Conforme a acepção adotada, texto pode assumir um sentido *lato* ou *estrito*, conforme destaca Fávero e Koch (2000):

[...] *texto*, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um

sistema de signos. [...] O discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido *estrito*). Nesse sentido, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações possíveis pela *tessitura* do texto — os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência (FÁVERO; KOCH, 2000, p. 25).

As textualidades que se formam no Instagram — e em outras redes sociais digitais — a partir das postagens realizadas pelos usuários e dos traços de subjetividade que contêm, sendo marcada pelas escolhas de quem cria o perfil, que, ao registrar seus *momentos*, também se posiciona como autor, colecionando escritas de si e de outros usuários. Autoria essa construída em uma parceria natural ou involuntária, instaurada a partir do acesso a diferentes perfis — dos *instapoetas*, por exemplo — e do compartilhamento de seus conteúdos. Assim, a teia autoral no Instagram se constrói por meio de cooperações de origens diversas, tanto no que se refere ao seu processo de criação, quanto à sua semiose.

Nessa rede social, unem-se elementos verbais, visuais, sonoros, cinéticos e hipertextuais, em uma linguagem híbrida e digital, que, para ser acessada, requer de seu *leitor-seguidor* um mergulho pelos *links*, de toque em toque. Em uma superfície luminosa e multimídia, linguagens e vozes se atravessam pelos *hiperlinks*, fazendo da textualidade do Instagram uma construção forjada na hipermídia, na intertextualidade, na polifonia.

Desde suas origens mesopotâmicas, o texto é um objeto virtual, abstrato, independente de suporte específico. Essa entidade virtual atualiza-se em múltiplas versões, traduções, edições, exemplares e cópias. Ao interpretar, ao dar sentido ao texto aqui e agora, o leitor leva adiante essa cascata de atualizações (LÉVY, 1996, p. 35).

Tanto no perfil @akpoeta quanto @ondejazzmeucoração, fica perceptível a adoção de um caráter autoral e autobiográfico, o qual é evidenciado pelas fotos, pelas cores, pelos traços e pela descrição que Ryane faz de si, em palavras e imagens, bem como pelas postagens que constituem seu mosaico (inter) textual, os *instapoemas*, ilustrando bem as discussões sobre textualização. Tal característica faz do Instagram — e conseqüentemente, do perfil de Ryane — um gênero discursivo híbrido.

Também no perfil de Ryane Leão, um *link* para compra do livro de sua autoria, *Tudo ela brilha e queima*, está em destaque e encaminha para o *Efeito Moebius*, descrito por Pierre Lévy (1996): direcionando o seguidor do Instagram para o texto impresso, ou seja, da virtualização informática do ciberespaço para o espaço concreto. No perfil de Ryane, a diversidade de mídias e de matrizes da linguagem também é elemento constitutivo de sua textualidade, como é observável nas postagens verbais, visuais e sonoras, como o vídeo-poema produzido por @sirlanney com um dos poemas do livro *Tudo nela brilha e queima*. Trata-se de o que Lúcia Santaella (2014) chama de gênero discursivo híbrido:

[...] nas redes, a discursividade estritamente verbal vaza as fronteiras não só da linearidade típica do verbo, no hipertexto, quanto também da exclusividade do discurso verbal nas misturas que este estabelece com todas as formas das imagens fixas e em movimento e com as linguagens sonoras, do ruído, à oralidade e à música, a multimídia (SANTAELLA, 2014, p. 209).

Propomos, então, a observação de que ao fazer a postagem de *instapoemas*, acontece uma apropriação autorizada, intertextualmente construída. Se (apropriadas e) atualizadas — ou reinventadas criativamente — por quem as lê, compartilha ou reescreve, inscrever-se-á também a autoria, a criação; se apenas compartilhadas, impulsionadas à circulação

no ciberespaço, instaurar-se-á uma apropriação autorizada. Em comum, um elemento: a manutenção da autoralidade. O ato de ser produzido — e possuir interlocutores — traz atualizações ao texto, garantindo-lhe a manutenção da autoralidade; fazer o texto circular — propriedade dos compartilhamentos — garante seu acesso aos interlocutores, o que autoriza sua apropriação por terceiros. Apropriar não equivale nesta discussão a plagiar, mas a tomar posse do texto e circulá-lo pelas redes, como *posts*. Ao trazer o texto de outrem para o seu *perfil*, intertextualmente, o usuário constrói seu próprio *perfil*, sua própria textualidade, em uma combinação também polifônica. Implicitamente, uma coautoria é negociada e instaurada:

Na intertextualidade, a alteridade é necessariamente atestada pela presença do intertexto: ou a fonte é explicitamente mencionada no texto que o incorpora ou o seu produtor está presente, em situações de comunicação oral; ou, ainda, trata-se de textos anteriormente produzidos [...] Em se tratando de polifonia, basta que a alteridade seja encenada, isto é, incorporam-se ao texto vozes de enunciadores reais ou virtuais, que representam perspectivas, pontos de vista diversos, ou põem em jogo “topoi” diferentes, com os quais o locutor se identifica ou não [...] (KOCH, 1999, p. 73).

Nas redes, a escrita e a leitura ganham novas construções e configurações, realocando funções importantes da cena literária, quais sejam, o autor e o leitor. Desse modo, a autoria é redefinida e está cada vez mais conectada à participação do leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na seara da cibercultura, autores jovens e amplamente letrados para as tecnologias digitais e suas redes sociais apropriam-se de ferramentas que impulsionam a circulação de seus textos, alcançando um público de seguidores, que, por conseguinte, coexiste enquanto leitores. Com as redes sociais e sua dinamicidade, os *instapoemas* mimetizam páginas soltas e postáveis, potencialmente distribuíveis em territorialidades não definidas — nem pelo autor, nem pelo leitor. Como resposta, um público se forma e a figura do autor emerge, seja no contexto virtual, seja no contexto concreto.

As publicações virtuais frequentemente possibilitam publicações concretas, de livros impressos, visto que editoras identificam nestes a possibilidade — ou a certeza — de vendas. Não se pretendeu, nesta pesquisa, realizar um ajuizamento de valor dos textos distribuídos e compartilhados nas redes, mas identificar a sua aceitação por um grupo de leitores que contribui para a atualização dessas textualidades distribuídas no ciberespaço e a consolidação da figura do autor enquanto sujeito do campo literário e assim denominado por leitores que lhes conferem a imagem de autor. Foi possível perceber que autores podem, sim, ser constituídos nas redes digitais e a interação com leitores lhes permite essa condição.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. J. Guinsburg (Trad.). São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. Autor e autoria. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 151-165.2011.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Laura Taddei Brandini (Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Dicionário prático de informática. Portugal, 2000. Disponível em: <http://www2.contilnet.com.br/~Curso_Tecnico/Turma133/ingl%EAs/Dicion%E1rio%20de%20Inform%E1tica.pdf>. Acesso em 02 Ago. 2018.

DOEDERLEIN, João. @akapoeta. Disponível em: <<https://www.instagram.com/akapoeta/>>. Acesso em 02 jul. 2018.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística textual**: uma introdução. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FINCO, Nina. O Instagram tornou-se a plataforma dos poetas contemporâneos: O Instagram, a rede social das fotografias, se tornou ninho de novos poetas inspirados. *Época*, 28 fev. 2018. Cultura. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2018/02/o-instagram-tornou-se-plataforma-dos-poetas-contemporaneos.html>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FIORIN, José Luiz. *Em busca do sentido*: estudos discursivos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2009. p. 264-298.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro e MEDEIROS, Carlos Henrique. *Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a compreensão dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Villaça; BENTES, Ana Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

LEÃO, Ryane. @ondejazzmeucoração. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ondejazzmeucoracao/>>. Acesso em 30 jun. 2018.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANGUENEAU, Dominique. Autoralidade e pseudonímia. *Revista ABRALIN*, v. 15, n. 2, p. 101-117, jul./dez. 2016.

SANTAELLA, Lúcia. *Gêneros discursivos híbridos na rede na era da hipermídia*. *Bakhtiniana*, vol. 9, n. 2, São Paulo. Ago./Dez. 2014. p. 206-216.

VILLAÇA, Nízia. *Impresso ou eletrônico: um trajeto de leitura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE MAPAS CONCEITUAIS COMO INSTRUMENTALIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO COMPLEXO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

ELIZANGELA TONELLI

Doutoranda do PPGCL/UENF/FAPERJ
eliztonelli@gmail.com

ANDRE FERNANDO UEBE MANSUR

Professor do IFF/UENF
auebe@iff.edu.br

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

Professor do PPGCL/UENF
chmsouza@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva relatar a experiência da criação colaborativa de um Mapa Conceitual de pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL), da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), à luz da Complexidade. A construção do mapa foi sugerido como atividade na disciplina de Complexidade, Redes Digitais e Educação tendo uma dimensão metalinguística, sistêmica e recursiva de construção de saberes. O estudo, de caráter qualitativo e exploratório, buscou evidências se a construção do Mapa Conceitual Colaborativo, com o uso do Cmap Cloud, tem relação com os princípios da Complexidade, bem como sua potencialidade enquanto indicador do instrumentalização do pensamento complexo em contextos acadêmicos. Os achados apontaram evidências positivas dessa relação assim como, foram apontados uma gama de contribuições do *Cmap Cloud* para a instrumentalização do pensamento complexo, por exemplo, promover a aprendizagem colaborativa

Palavras-Chave: Aprendizagem colaborativa, Mapas Conceituais; *Cmap Cloud*; Recurso didático; Pensamento Complexo.

ABSTRACT

This paper aims to report on the experience of the collaborative creation of a Conceptual Map of postgraduate students of the Postgraduate Program in Cognition and Language (PPGCL), from the Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), in the light of Complexity. The construction of the map was suggested as an activity in the subject of Complexity, Digital Networks and Education and having a metalinguistic, systemic and recursive dimension of knowledge construction. The qualitative and exploratory study sought to establish whether the construction of the Collaborative Conceptual Map using the Cmap Cloud is related to the principles of complexity and its potential as an indicator of the instrumentalisation of complex thinking in academic contexts. The findings pointed to positive evidences of this relationship as well as a range of Cmap Cloud contributions were pointed out for the instrumentalization of complex thinking, for example, to promote collaborative learning

Keywords: Collaborative Learning, Conceptual Maps; Cmap Cloud; Teaching Tools; Complex Thinking.

1 INTRODUÇÃO

A teoria da complexidade tem sido uma base sólida para estudos que abordam a construção do conhecimento a partir de uma visão holística que considera o mundo como um conjunto de sistemas indissociável, no qual todos os indivíduos e os fenômenos estão encaixados e são interdependentes (CAPRA, 1996). Para Morin (2005), o conhecimento fundamenta-se em princípios que conduzem o pensamento complexo sobre o mundo, ou seja, um pensamento capaz de lidar com o mundo real, com ele dialogar e negociar (MORIN, 2005).

Durante os encontros da disciplina “complexidade, redes digitais e educação” do PPGCL-UENF, as discussões sobre os estudos de Edgar Morin e de pesquisas na área nos permitiram um aprofundamento sobre os paradigmas educacionais atuais e seus reflexos na sala de aula. Esses debates trouxeram à tona novas maneiras de pensar metodologias e possíveis mudanças de atitudes e hábitos que possam tornar mais compreensível a construção do conhecimento sob o enfoque do Pensamento Complexo.

Assim, ao pensar a (re)construção do conhecimento no âmbito acadêmico a partir dos princípios da complexidade, em um dos encontros foi proposto a construção colaborativa de um Mapa Conceitual no qual pudéssemos adicionar conceitos e preposições, de forma a ampliar o universo de possibilidades e interdependência entre as teorias abordadas.

Durante a construção do mapa, por meio da utilização da ferramenta Cmap Cloud, percebemos, algumas ações que convergiam para os pressupostos da complexidade, como a recursividade dos conceitos elencados e a forma sistemática de visualizar o todo nas partes. Essas observações levaram-nos ao seguinte questionamento: Que possíveis relações existem entre a construção coletiva de um mapa conceitual e os princípios da complexidade? Quais suas potencialidades para a instrumentalização e visualização do pensamento complexo em contextos acadêmicos?

Essas indagações resultaram em uma análise exploratória que buscou identificar as relações entre o mapa conceitual colaborativo e os princípios da complexidade a partir da percepção dos construtores (alunos) e ainda descrever, a partir dos seus relatos, como eles experienciaram as potencialidades da ferramenta, para a inserção do pensamento complexo na construção do conhecimento.

Considerando que o Mapa Conceitual (MC) é notoriamente conhecido como um recurso didático que facilita a organização do conhecimento, tendo seus fins na aprendizagem (NOVAK, 1984; MOREIRA, 2010; LIMA, 2004; OKADA, 2006), e por suas características hierárquicas ou rizomáticas, vê-se na CCMC como uma metodologia capaz de introduzir e instrumentalizar o pensamento complexo no contexto das aprendizagens e romper com tratamento mecânico e fragmentado do conhecimento em prol de uma aprendizagem significativa e colaborativa.

2 OS PRINCÍPIOS DA COMPLEXIDADE EM MORIN

Morin conceitua a complexidade como um pensamento que reúne o *complexus*, ou seja, aquilo que é tecido em conjunto, que contextualiza e globaliza, reconhecendo o singular como uma parte essencial do todo (MORIN, LE MOGNÉ, 2000). A aprendizagem a partir do olhar da complexidade reflete que o conhecimento é construído a partir do acúmulo de dados ou de informação, e de sua organização e interrelação entre os saberes individuais e coletivos. (MORIN, 2005).

Para entender a complexidade Morin (1999; 2005) apresenta sete princípios que, de forma complementar e interdependentes, desenham o arcabouço do pensamento complexo. Esses princípios também são discutidos por outros autores que desenvolveram suas pesquisas sob essa perspectiva (MORAES; LA TORRE, 2006; WAQUIL, 2008; UEBE MANSUR, 2011).

O primeiro é o **sistêmico organizacional** que concebe o conhecimento a partir da compreensão do todo, nas quais as partes estão ligadas, e possuem qualidades e propriedades que deixam de existir quando estão isoladas. Assim, a sinergia entre as partes torna a soma do todo mais do que a soma das suas partes (UEBE MANSUR, 2011).

Porém as partes desse todo não são fragmentadas, conforme rege o **princípio holográfico**, cada parte ou ponto contém a quase totalidade da informação do todo. Isso significa que não apenas “a parte está no todo, mas que o todo está inscrito, de certa maneira, na parte” (MORIN, 2005, p. 302).

Nesse processo dinâmico, das relações entre as partes e o todo, o **princípio da retroatividade** rompe com o princípio da causalidade linear: a causa age sobre o efeito e sobre a causa. Dessa forma, a partir do *feedback* é possível estabilizar o sistema por meio de ajustes de efeitos anteriores às causas geradoras e amplificar os fenômenos positivos. É como se o efeito retornasse sobre a causa em um ciclo auto-organizador e produtor (MORIN; LE MOGNÉ, 2000).

Já o **princípio de recursividade** é “um processo em que os produtos e os efeitos são, ao mesmo tempo, causas e produtores daquilo que os produziu.” (MORIN, 1999, p. 108). É uma ideia de ruptura com a ideia linear de causa/efeito. Ao situar a organização do conhecimento coletivo no âmbito da complexidade, os indivíduos interagem e a partir de daí “tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz num ciclo autoconstitutivo, auto-organizador e autoprodutor” (MORAN, 2002, p. 231).

Já o **princípio autoeco organização** impacta na noção do sujeito e da autonomia. O conhecimento é um processo autoeco-organizador, pois é a partir da dimensão cognitiva estrutural que se chega a uma consciência da realidade que se tem ao redor, transformando-a e reorganizando-a sempre. Nesse processo o sujeito também se transforma, constrói sua identidade e está sempre num movimento de aprendizagem. Nesse sentido a autonomia não pode ser entendida como uma dependência e nem o oposto a ela, mas de complementaridade (MORIN, 1999). A ideia de autoeco organização pressupõe que uma das partes se regenere a partir da perda de outras partes (renovação), estabelecendo uma complementariedade (dialogia) em lugar de antagonismo (dialética) no conceito de morte e vida (UEBE MANSUR, 2011).

Esse processo torna-se possível devido ao fato de que o **Princípio dialógico** permite tornar possível associar, racionalmente, noções contraditórias para a concepção de um mesmo fenômeno complexo. Morin (2005) chama a atenção para o fato de que a dialógica da ordem e da desordem mostra que o conhecimento deve tentar negociar com a incerteza. Assim não se tem a concepção de um conhecimento certo, mas daquele que dialoga com outros conhecimentos e com o mundo.

Por fim o **princípio da reintrodução** explica que todo conhecimento reintroduz outro conhecimento, ou seja, todo conhecimento é uma reconstrução de outros conhecimentos, tendo como diferencial a cultura e a época em que é produzido. Essa reconstrução ou tradução, em espiral, baseia-se nos aspectos de junção dos contrários, de consolidação dos conhecimentos antagônicos e o sujeito cognoscente, o qual reflete e age sobre esses saberes (reconstruídos) e favorece os atos de responsabilidade e cidadania dentro de uma sociedade (UEBE MANSUR, 2011).

Assim, ao pensarmos o conhecimento a partir da teoria da complexidade o veremos sempre como em processo, como um de vir a ser que, a partir de um único movimento produtor, integra os diferentes modos de pensar, considerando todas as influências recebidas, seja interna e externa. Walquil (2008) explica que é nesse diálogo que, conjuntamente, se pensa as

noções de ordem/desordem, interação/organização, incitando a crítica ao saber estabelecido, ao autoexame e a autocrítica.

Essa concepção de construção do conhecimento instrumentalizado pela complexidade nos faz compreender que há uma interdependência de completude e que se faz necessário substituir um pensamento que está separado por outro que esteja ligado. Esse processo exige que a causalidade unilinear e unidirecional seja substituída por uma causalidade circular e multirreferencial.

3 OS MAPAS CONCEITUAIS E A COMPLEXIDADE

O fazer pedagógico instrumentalizado pela complexidade possibilita compreender que tudo está ligado a tudo, e que há uma interdependência entre todos os fenômenos. Essa dinâmica de pensamento muito se assemelha a elaboração de um Mapa Conceitual (MC) que ilustra estrutura conceitual do conhecimento de um indivíduo ou de um grupo sobre um determinado tema .

O mapa conceitual (MC) foi criado em 1972, pelo psicólogo Joseph Novak, como uma ferramenta técnica ou recurso didático para acompanhar o desenvolvimento cognitivo de crianças, nos processos de aprendizagem do ensino fundamental.

Baseando-se na Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS), o autor vê os mapas conceituais como “representações significativas para relacionar conceitos em forma de proposições” (NOVAK; GOWIN 1984, p. 15) A aprendizagem significativa ocorre quando modificamos ideias já existentes a partir de novas ideias, fazendo a relação entre elas (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980).

Em sentido amplo, os MC's são diagramas indicando relações entre duas ou mais dimensões de um conjunto de conceitos que, de tal forma, suas relações estejam evidentes. Os conceitos aparecem dentro de caixas enquanto que a relação entre eles é feita por frases de ligação. Essas frases são chamadas de “proposições” (ou *links*) e possuem funções estruturantes, nas relações entre dois conceitos ou mais (MOREIRA, 2010).

Ao conectar uma ideia a outra, o MC muito se assemelha à ideia de rizoma proposta por Deleuze e Guattari (1995). Por suas formas diversas e ramificadas, na visão dos autores “[...] qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e pode ser lido de qualquer posição” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.15).

O MC também pode ser visto como um retrato hipertextual da mente (OKADA, 2002), pois os seus *links* funcionam como um hipertexto o qual uma ideia, ancorada em um conceito preexistente, se conecta a outras dimensões de conhecimento. O autor diz que o pensamento humano não é linear, ele é construído por redes e associações no qual um novo saber se conecta com um saber já construído podendo atualizá-lo e até mesmo refutá-lo. Assim é o pensamento sistêmico que a partir da articulação entre as partes pode produzir novas ideias, o que seria menos possível a partir do pensamento linear (CAPRA, 1996). Ao discutir sobre a máquina hipercomplexa que é o cérebro, Morin (2008) faz observações quanto à construção do conhecimento interligando-o com as construções cerebrais, que são relevantes para pensar como o indivíduo.

O objetivo do MC é deixar claro as relações entre os conceitos contextualmente mais importantes e os conceitos secundários, envolvendo o cognitivo de quem o constrói e mantendo sua autenticidade sem limitar seu conhecimento. Quanto mais amplo for o conhecimento que o indivíduo (ou grupo) possui sobre o assunto, maior será a extensão (teia, rede, rizoma) de

4 A PESQUISA - CARACTERIZAÇÃO E PROCESSOS METODOLÓGICOS

Esse estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios, com 8 alunos pós-graduando, sendo 6 mestrados e 2 doutorandos, do PPGCL/UENF, matriculados na disciplina de Complexidade, Redes Digitais e Educação, ofertada no semestre 2018/1, com os quais se desejou verificar e tornar mais explícita as potencialidades do CCMC para a instrumentalização e visualização do pensamento complexo no contexto acadêmico, bem como evidenciar suas relações com a Complexidade, a partir da percepção do grupo de alunos construtores do mapa.

A coleta dos dados ocorreu por meio de duas ferramentas *online*: *Cmap Cloud* e *Google Forms*. A primeira diz respeito ao ambiente onde ocorreu a interação e construção do mapa, e a segunda foi utilizada para a obtenção dos dados. O texto base utilizado para a construção do CCMC é de Moraes e La Torre (2006), "Pesquisando a partir do pensamento complexo - elementos para uma metodologia de desenvolvimento ecossistêmico".

A proposta da atividade objetivou consolidar a teoria da complexidade aos paradigmas tradicionais e aos revolucionários ocorridos na trajetória histórica da pesquisa científica, bem como suas relações com pesquisas aplicadas, que nesse estudo foi a pesquisa de Uebe Mansur (2011) por meio da construção colaborativa de um Mapa Conceitual.

Como instrumento foi utilizado um questionário dividido em duas partes: a primeira com 20 questões estruturadas, usando a escala de Likert, relacionadas aos sete princípios da complexidade (MORIN, 2005) e os propósitos e as funcionalidades do mapa conceitual, no contexto da construção do conhecimento coletivo e colaborativo.

A segunda parte do questionário foi elaborada por questões não estruturadas que permitiram respostas espontâneas dos alunos sobre suas experiências com o software *Cmap Cloud*, relacionadas à utilização das ferramentas na construção do mapa, contribuições coletivas, contribuições para a instrumentalização e visualização do conhecimento construído na disciplina e para o pensamento complexo. Os entrevistados foram identificados como AL1, AL2, AL3, sucessivamente.

De cunho qualitativo, essa pesquisa não se preocupou em tratar os dados estatisticamente. Como critério de evidência da relação entre o CCMC e a complexidade considerou-se as respostas maiores que 3 (5-*concordo totalmente* e 4-*concordo*) como "relação positiva", e menores que 3 (2-*discordo* e 1-*discordo totalmente*) "relação negativa". As respostas marcadas como 3 e 0 (3-*nem concordo e nem discordo* e 0-*não observei esse aspecto*) foram consideradas "nulas".

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 RESULTADO DA EVIDÊNCIA DAS RELAÇÕES ENTRE O CCMC E A COMPLEXIDADE

Essa primeira parte análise, buscou identificar as relações entre o CCMC e os sete princípios da complexidade, elencados pela teoria especializada, percebidos pelos alunos durante e ao final da construção do mapa. A saber: Sistêmico Organizacional, Hologramático, Retroatividade, Recursividade, Autoeco organização, Dialógico e Reintrodução. Em relação aos níveis de concordância, conforme descrito na metodologia.

Conforme mostra a tabela 1, a maioria dos alunos "concorda totalmente" e "concorda" em relação as semelhanças entre CCMC e os princípios da complexidade. De acordo com o referencial teórico, as relações positivas se evidenciam devido aos aspectos semelhantes entre as características do mapa conceitual, desenvolvido no *Cmap Cloud* (Fig. 1), e o que preconiza a construção do conhecimento a partir do pensamento complexo.

As relações com o *princípio sistêmico organizacional* se encontram no fato de que a CCMC contribuiu para a qualidade do todo porque suas ramificações (conceitos e preposições) se expandiram em virtude da troca de conhecimentos entre o individual (partes) com o grupo (todo), conforme mostra a figura 1. Segundo Morin (2005) certas qualidades das partes surgem a partir da sinergia entre elas e que são reconhecidas quando são vistas dentro do conjunto.

Tabela 1: Relações entre a construção colaborativa do mapa conceitual com os princípios da complexidade na percepção dos alunos/construtores.

Princípio da Complexidade	Nível de concordância					
	5	4	3	2	1	0
1. Sistêmico Organizacional						
- A ideia geral do mapa conceitual é que suas partes, os conceitos intermediários e específicos, estejam ligados ao todo que é o conceito geral.	4	4	-	-	-	-
- Os conceitos que eu adicionei ligavam-se diretamente ao conceito geral.	4	3	1	-	-	-
- Cada conceito adicionado (por mim e pelos demais colaboradores) só teve sentido porque estava interligado a um outro conceito.	6	2	-	-	-	-
2. Hologramático						
- A partir de um conceito menos amplo eu consegui reconhecer o "todo".	2	4	1	-	-	-
3. Retroatividade						
- Os conceitos dos outros colaboradores me fizeram observar o tema de um outro ponto de vista.	3	4	1	-	-	-
- Minha contribuição ampliou os conceitos colocados anteriormente.	2	5	1	-	-	-
4. Recursividade						
- Minha contribuição foi motivada pelos conceitos colocados anteriormente por outros colegas.	4	2	2	-	-	-
- Eu investi mais esforços para contribuir com o mapa a fim de que todos obtivessem êxito.	6	2	1	-	-	-
- Algumas partes do mapa precisaram ser refeitas ou retiradas para que os conceitos adicionados por mim fizessem sentido.	6	2	1	-	-	-
5. Autoeco organização						
- Eu reorganizei o(s) conceito(s) de outro(s) colaboradores de forma a manter ou aumentar a qualidade das relações entre os conceitos.	5	2	1	-	-	-
- Minha contribuição gerou outras redes de assimilações no mapa.	6	1	-	-	1	-
- A construção do mapa me proporcionou autonomia na escolha dos conceitos e proposições.	5	1	1	-	-	1
6. Dialógico						
- O mapa me proporcionou pensar nos conceitos opostos recriando uma nova realidade.	3	1	1	-	1	2
- O mapa me proporcionou pensar nos conceitos opostos (contrários) de forma interligada.	5	2	1	-	-	-
- O mapa me permitiu associar os termos antagônicos de forma complementar.	4	3	1	-	-	-
- De forma geral, os conceitos opostos se colaboraram e produziram uma organização que me fez entender melhor o todo.	5	2	1	-	-	-
7. Reintrodução						
- O mapa proporcionou a construção do conhecimento em espiral na qual todos elementos estavam relacionados e interligados aos mais gerais e centrais.	4	4	-	-	-	-
- Ao final, o mapa conceitual me proporcionou uma visão de incompletude, ou seja, se continuássemos a construção poderíamos acrescentar mais informações	4	3	-	1	-	-
A partir da utilização das setas (vai-e-vem) foi possível visualizar um movimento cíclico dos conceitos e de suas proposições, quebrando a linearidade sequencial.	6	2	-	-	-	-
A cada novo conceito introduzido iniciava-se uma nova análise (revisão) do todo.	4	1	2	-	-	-

Fonte: dos autores

De forma semelhante, tem-se ainda o *princípio hologramático*, se encontra na CCMC porque todos os conceitos estão interligados, de forma que, rizomaticamente, de qualquer ponto é possível identificar aspectos intermediários e específicos relacionados ao conceito geral, conforme mostra a figura 1.

Os alunos concordam que os conceitos escritos pelos colegas permitiram-lhes observar o tema de um outro ponto de ângulo, o que possibilitou ampliar o mapa. Esse aspecto colaborativo do mapa realça o *princípio de retroatividade* em que cada contribuição amplia o conhecimento devido ao fato de que, o efeito retorna sobre a causa, em um ciclo auto-organizador e produtor, corrigindo-lhes as falhas e aplicando-lhes os fenômenos positivos (MORIN, 2000).

Na opinião dos alunos a CCMC também se relaciona positivamente com a *recursividade* porque a partir dos conceitos e preposições colocados pelos colegas eles se sentiram mais motivados a contribuir e investir esforços em prol do êxito do grupo na tarefa, assim como refazer partes do mapa que não faziam sentido. Assim é o *complexus* haja vista que, os indivíduos interagem e tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz (MORIN, 1999).

Quanto ao *princípio de autoeco organização* os alunos também concordam que há relação positiva com a CCMC, uma vez que, nesse estudo esse princípio foi investigado a partir da autonomia dos colaboradores de escolher os conceitos e na qualidade das relações destes conceitos com os já existentes no mapa dando um sentido de completude (MORIN, 1999; MANSUR UEBE, 2011), pois é da interação entre os indivíduos que as contribuições passam a gerar outras redes de assimilação e um novo conhecimento (MOREIRA, 2010).

No *princípio dialógico* os alunos concordam que a atividade proporcionou pensar nos conceitos antagônicos de forma interligada e complementar, a fim de recriar novas concepções e conceitos. Segundo Morin (2005), o aspecto dialógico encontra-se na incerteza, na ordem e desordem, com os quais o conhecimento precisa tentar negociar em prol do todo.

Finalmente, o *princípio da reintrodução* também teve relação positiva com a CCMP pois a função “vaivém” das setas e os *links* cruzados promoveram um movimento cíclico no mapa, quebrando a linearidade entre os conceitos. Essa funcionalidade favoreceu ainda que a cada novo conceito introduzido iniciasse uma nova análise (revisão) do todo, na qual “todo conhecimento reintroduz outro conhecimento”, que com o movimento não linear, reconstrói, traduz e religa os saberes (MORIN, 2005).

Na elaboração de um conhecimento novo, os *links* cruzados muitas vezes representam momentos criativos por parte do produtor do conhecimento. Isso é possível devido ao fato do MC possuir duas características importantes: estrutura quase sempre hierárquica, semelhante à nossa estrutura cognitiva, (Ausubel, 1980, MOREIRA, 2010) e hipertextualidade das informações (OKADA, 2003).

5.2 POTENCIALIDADES DA CCMC PARA A INSTRUMENTAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO COMPLEXO NO CONTEXTO ACADÊMICO

Essa segunda parte da análise atenta-se em descrever, a partir dos apontamentos dos alunos, as potencialidades da CCMC para a compreensão dos temas abordados em sala de aula e para a visualização do pensamento complexo.

A forma não linear em que se manifesta o pensamento dentro da estrutura do mapa conceitual é ressaltada como um aspecto relevante para o entendimento do pensamento complexo, devido ao fato de “exigir que se crie associações, hierarquizando e desierarquizando, nas quais o conhecimento ganha uma plasticidade que dificilmente se vê na ciência” (AL1, 2018).

A visibilidade do todo e flexibilidade do pensamento também foram indicadores da instrumentalização do pensamento complexo no qual

O Cmap Cloud contribui para o conhecimento do todo e permite uma visibilidade desse todo que foi construído pelas partes. Vejo o cmap tools como uma forma de visualizar o pensamento complexo pois permite acrescentar uma nova informação ou até mesmo mudança de pensamento em relação ao que já foi colocado. Me faz pensar novas formas e perspectivas acerca do fenômeno proposto (AL8, 2018).

O aspecto colaborativo proporcionado pela ferramenta *Cmap Cloud*, é um dos fatores mais ressaltados pelos alunos e de maior relevância para a mudança de pensamento, entendimento da teoria da complexidade e aproveitamento da disciplina.

Não conhecia a teoria da Complexidade de Morin e a partir do mapa foi possível conhecer os temas propostos por ele de forma simplificada pelos colegas. Cada pessoa tem uma forma diferente de fazer interpretações e foi exatamente um pouco de cada aluno que fez o mapa colaborativo e o tornou mais acessível a quem não tem conhecimento ao tema (AL3, 2018).

“O fato da colaboração fazer parte do processo, leva a uma ampliação do pensamento que dificilmente seria alcançada se o processo fosse individual. Assim sendo, o conceito fica mais próximo do que deve ser realmente (AL1, 2018)

Enquanto recurso didático os alunos ressaltam que a ferramenta *Cmap cloud*, promove “a interação coletiva, o respeito pelo ponto de vista do outro e a visão do pensamento complexo” (AL5, 2018), e ainda favorece o conhecimento dos múltiplos conceitos que perpassam a teoria da complexidade” (AL6, 2018). Acrescenta-se que a CCMC “permitiu-nos pensar e construir o mapa complexamente, ou seja, conjuntamente (AL7, 2018), no qual “a cooperação dos colegas na montagem do mapa, exemplifica a cooperação de outros saberes (AL4, 2018).

De forma geral, a maioria dos alunos “concorda totalmente” (R=6), que a CCMC possibilita visualizar o pensamento complexo na construção do conhecimento. Sobre as funcionalidades do software *Cmap Cloud*, os alunos ressaltam que, apesar do desenvolvimento do aplicativo parecer estagnado, cumpre sua função pois traz a construção do pensamento complexo na prática, sendo de fato possível ver alguns dos princípios do pensamento complexo agindo (AL1, 2018; AL4, 2018).

Como pontos negativos da ferramenta, alguns alunos sugerem que “o software poderia permitir mais interação, como chat dentro do app” e “identificar as contribuições feitas pelos usuários”, ou seja, as contribuições não visualizadas no mapa, isso dificulta ‘acompanhar as produções feitas pelos alunos e uma possível avaliação”, caso o professor prefira utilizar a ferramenta também para esse fim (AL1, 2018; AL5, 2018; AL7, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi exposto nesse artigo, podemos depreender algumas ideias imprescindíveis para a instrumentalização e desenvolvimento do conhecimento sob a ótica do pensamento complexo: um novo saber parte da releitura de outros saberes e por traz de todo conhecimento há sempre um paradigma determinando a promoção/seleção de conceitos-chaves que, sucessivamente, se interligam. São esses aspectos que comandam as estruturas do pensamento e seu modo de conhecer e pensar.

Nesse estudo, abordagem da CCMC na percepção dos alunos se mostra potencialmente relevante para o pensamento complexo, pois a partir da dinâmica das relações entre os colaboradores e as funcionalidades da ferramenta, tornou-se possível identificar e simplificar

o entendimento de teorias e conceitos abordados de forma a externalizá-los, modificá-los e internalizá-lo. Assim, nesse processo, observa-se que cada um dos envolvidos assume sua parcela de responsabilidade na construção do saber e entendem como o processamento das informações se desdobraram. Isso significa que o Cmap Cloud se mostra como uma ferramenta que pode ser usada por professores e alunos para sistematizar e organizar o aprendizado, sob uma perspectiva que não reduza o conhecimento a uma das partes, a um saber fragmentado que oculta o imprevisto, o novo e a criatividade.

Considerando que o foco desse estudo foi um grupo de alunos pós-graduandos, sugere-se para futuras pesquisas, avaliar a eficácia da CCMC, com o mesmo ou outros propósitos, em diferentes níveis de escolaridade. Enfim, espera-se que os achados dessa experiência possam ser usados como uma forma prática de viabilizar a complexidade e romper com a mecanização a fragmentação do conhecimento.

REFERENCIAS

AUSUBEL, David Paul, NOVAK, Joseph. D.; HANESIAN, Hellen. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BORGES, Marcos. **Conhecimento Coletivo**. In: Pimentel, Mariano, Fuks, Hugo. *Sistemas Colaborativos*. Elsevier. Rio de Janeiro: 2011.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. Em: Pena-Veja, A. & Nascimento, E. P. do. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005

_____. **A ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

_____. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Sulinas. Porto Alegre: 2008.

_____; LE MOGNÉ, Jean Louis. **A Inteligência da Complexidade**. SP: Petrópolis, 2000.

MOREIRA, Marco Antonio. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

MORAES, Maria Cândida; LA TORRE, Saturnino. **Pesquisando a partir do pensamento complexo: elementos para uma metodologia de desenvolvimento eco-sistêmico**. In: Revista Educação. N. 1, V. 58, p. 145-172, Jan./Abr. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/440/336&sa=U>> Acesso em: 10 de jul. 2018.

NOVAK, Joseph D.;GOWIN, Bob. **Learning how to learn**. New York: Cambridge University Press, 1984.

OKADA, Alexandra Lilavati Pereira. **Web Maps: um Guia para Construção do Conhecimento em Ambientes Virtuais de Aprendizagem**, 2002. Disponível em: <www.nuted.ufrgs.br/oficinas/criacao/webmaps.pdf> Acessado em 20 maio de 2018.

PAUL, Waquil, Marcia. **Princípios da pesquisa científica em ambientes virtuais: um olhar fundamentado no paradigma do pensamento complexo.** 2008. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Rio Grande do Sul.

UEBE MANSUR, Andre Fernando. **Percorso metodológico a complexidade em ambientes de aprendizagem em rede: uma proposta em redes de saberes coletivos (resa) em curso de administração.** 2011. Tese (doutorado em programa de pós-graduação em informática na educação.) - Universidade Dederal do Rio Grande do Sul.

WIERSEMA, Norman. **How does collaborative learning actually work in aclassroom and how do students react to it? A brief reflection.** 2002. Disponível em: <[http://www.lgu.ac.uk/deliberations/collab.learning/wiersema. Html](http://www.lgu.ac.uk/deliberations/collab.learning/wiersema.Html)>. Acessado em 28 de maio de 2018.

MOBILE LEARNING: PERSPECTIVAS PARA A INOVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

EZEQUIEL GONÇALVES DE PAULA

*Mestrando do Programa de Pós-graduação
em Cognição e Linguagem - PGCL - Uenf
depaula_ezequiel@yahoo.com.br*

FERMÍN ALFREDO TANG MONTANÉ

*Professor do Programa de Pós-graduação
em Cognição e Linguagem - PGCL - Uenf
tang@uenf.br*

POLIANA DA SILVA CARVALHO

*Mestranda do Programa de Pós-graduação
em Cognição e Linguagem - PGCL - Uenf
polianasilva.carvalho@gmail.com*

RESUMO

A sociedade avança e passa por transformações, seja na indústria, no mercado de trabalho, tal como na educação que se vê em grande parte vinculada às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos dias de hoje. O ensino-aprendizagem de língua inglesa (LI) antes pautado por ferramentas tradicionais começa a ser veiculado pelo uso de dispositivos móveis, como *smartphones* e *tablets*, entre outras ferramentas portáteis em qualquer lugar e a qualquer hora, promovendo assim uma nova área de estudos denominada *Mobile Learning* (*m-learning*), em português, (Aprendizagem Móvel). Desse modo, o presente artigo tem por objetivo estabelecer estudo sobre o *m-learning* e o ensino-aprendizagem de LI com base em autores da área, bem como apresentar os dispositivos móveis, suas especificidades, tal como as qualidades e desafios sobre seu uso no contexto e na prática educacional não somente de LI, mas também das diversas disciplinas que compõem o currículo escolar.

Palavras-chave: *Mobile learning*. Ensino-aprendizagem. Língua inglesa. Dispositivos móveis. Educação

ABSTRACT

Society moves forward and undergoes transformations, whether in industry, in the labor market, as in the education that is largely seen served to Information and Communication Technologies (ICT) in the present day. English language teaching and learning once guided by traditional tools begins to be linked using mobile devices, such as smartphones and tablets, among other portable tools anywhere and anytime, thus promoting a new area of study called Mobile Learning (*m-learning*), in Portuguese (Aprendizagem Móvel). Thus, the present article aims to establish a study on mobile learning and English language teaching and learning based on authors of the area, as well as presenting the mobile devices, their specificities, as well as the qualities and challenges on their use in the context and educational practice not only in English language but also in the various disciplines that make up the school curriculum.

Key-words: Mobile learning. Teaching and learning. English language. Mobile devices. Education

INTRODUÇÃO

O progresso tecnológico tem conduzido a sociedade por diversas transformações. Essas transformações estão presentes na indústria, no mercado de trabalho, assim como na educação que hoje se vê em grande parte vinculada às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Ferramentas como lousas eletrônicas, computadores, tal como os dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones* fazem cada vez mais parte do cenário educacional e são vistas como alternativas possíveis para apoiar a prática docente das diversas disciplinas que compõem o currículo escolar, dentre elas o ensino de língua inglesa (LI), foco deste estudo, tornando o fazer pedagógico diferenciado e mais atraente ao aluno de hoje.

Sabe-se que o fazer pedagógico de LI é muitas vezes pautado por obstáculos, métodos tradicionais e formais como o uso de ferramentas básicas que pouco incentivam o aluno e que não permitem que o docente vá além de conteúdos gramaticais. A falta de investimento do governo em laboratórios de idiomas e instituições que se encontram ainda desprovidas de salas de informática, aparelhos tecnológicos eficientes e docentes despreparados, quando da existência de tais recursos, o que faz com que tudo isso dificulte ainda mais o desenvolvimento e a aquisição de uma língua estrangeira (LE).

Neste sentido, diante dos obstáculos, vê-se nas TIC, como os dispositivos móveis, uma nova oportunidade para se realizar o ensino-aprendizagem de LI, diante assim, de uma perspectiva moderna e atual. Essa prática é conhecida como *Mobile Learning (m-learning)*, em português Aprendizagem Móvel, à qual dentre inúmeras definições, O' Malley et al. (2003) conceituam como qualquer tipo de aprendizado que ocorre quando o estudante não está em um local fixo, pré-determinado, ou quando o aprendiz aproveita as oportunidades oferecidas pelas tecnologias móveis para adquirir conhecimento.

Justifica-se a escolha desta temática, ao sentido que o *m-learning* chega à educação como um novo método para se ensinar e aprender, no qual o professor e o aluno poderão dialogar, trocar informações e conteúdos, por meio ainda dos inúmeros aplicativos educacionais presentes nos dispositivos móveis, em qualquer lugar e momento. Voltados para o ensino escolar, os aplicativos podem propor e complementar a aprendizagem, despertando o interesse do aluno através de uma prática além de tudo, inovadora. Assim, parte-se da seguinte questão-problema: o *mobile-learning* através de seus aplicativos digitais, pode apoiar de maneira eficiente o processo de ensino, tal como a prática de LI?

Assim, parte-se da hipótese de que tal área de estudos pode aprimorar a prática docente da LI por meio da mobilidade tão valorizada nos dias de hoje, tal como a velocidade da troca de informações, não mais presa a um ambiente fixo, atendendo ainda ao aluno envolvido pela tecnologia que se reinventa ao passo que a sociedade avança.

Este trabalho é dividido em duas seções. A primeira discute o *Mobile Learning* no ensino-aprendizagem de LI. Busca-se compreender os benefícios de tal prática, assim como o fazer educacional em qualquer lugar e qualquer hora, por meio dos dispositivos móveis. A segunda seção do trabalho busca salientar as funcionalidades dos aparelhos portáteis no setor educacional, tal como suas vantagens na prática pedagógica de LI e das demais disciplinas escolares, além disso compreender alguns pontos críticos que os dispositivos podem apresentar neste sentido.

Como objetivo, o presente trabalho visa estabelecer um estudo sobre o *m-learning* e o ensino de LI com base em autores da área, bem como apresentar os dispositivos móveis, suas especificidades, tal como as qualidades e desafios sobre seu uso no contexto e na prática

educacional de LI. Para a composição deste artigo, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico em diversos autores da área, tais como O' Malley et al (2013), Gautam (2014), Knittel (2014), entre outros.

1. MOBILE LEARNING E O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA

Segundo Sharples (2013), o conceito de *Mobile Learning* (*m-learning*) mudou ao longo dos anos, e compreende o uso de dispositivos móveis em sala de aula, passando pela tecnologia que apoia a aprendizagem contextualizada e em movimento, buscando assim uma compreensão mais ampla da aprendizagem em uma sociedade móvel. O conceito de *m-learning*, assume ainda diversas definições. De acordo com Geddes (2004), é a aprendizagem que se dá por meio de dispositivos digitais móveis em qualquer lugar e em qualquer instante. Já Wexler et al. (2008), o conceitua como uma atividade que permite ao usuário ser mais produtivo ao consumir, mediar, criar informações utilizando dispositivos digitais portáteis que possuem conexão eficiente com a internet. Guy (2009), por sua vez, ressalta que é uma forma de aprendizagem através de dispositivos eletrônicos (*Electronic Learning, e-learning*), ou seja, aquela pautada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que pode ser realizada em qualquer lugar e instante, por meio de aparatos, instrumentos móveis digitais como *smartphones, iPods*, entre outros. Batista, Behar e Passerino (2011, p. 227), definem o termo como “o campo de pesquisa que busca analisar como os dispositivos móveis podem colaborar para a aprendizagem”.

Sharples et al. (2009) apud Costa (2013), definem o *m-learning* a partir de dois componentes. O primeiro *mobile* (mobilidade), e o segundo *learning* (aprendizagem). Segundo os autores, o termo *learning* não deixa dúvidas quanto ao seu significado, já o vocábulo *mobile* permite mais de uma interpretação, estando atrelado às tecnologias móveis, tais como os dispositivos móveis, assim como à mobilidade do estudante, o ato de se locomover de um lugar a outro, bem como a flexibilidade dos conteúdos. Por fim, complementam que a “mobilidade não deve ser apenas entendida em termos do movimento espacial, mas também em termos de transformações temporais e diminuição de fronteiras, aumentando os horizontes da aprendizagem e do acesso à informação” (SHARPLES et al. 2009, p. 39 apud COSTA, 2013, p. 69).

Neste sentido, o termo *Mobile Learning* assume diferentes significados, entre eles a ideia principal neste trabalho, tal como elaborar e realizar diversas atividades, trocar informações e conteúdos em qualquer lugar e momento, por meio da tecnologia móvel e dos mais variados aplicativos digitais. A praticidade de levar o conhecimento além de um espaço físico e fixo como a sala de aula, e a oportunidade de estudar e aprender conteúdo da disciplina de LI no contexto escolar.

Muitas são as maneiras de se aprender e praticar uma LE. Neste sentido, acredita-se que o *m-learning*, pautado pelos dispositivos digitais móveis, representa uma abordagem bastante relevante e inovadora que visa o aproveitamento do tempo improdutivo dos alunos para estudos e práticas fora da sala de aula.

No que tange ao fazer pedagógico de LI, segundo Tayebinik e Puteh (2012) o *m-learning* pode proporcionar muitas inovações. Oferece ainda recursos que vão além da sala de aula e práticas necessárias ao estudante de idiomas como “novas formas de dividir o tempo e ultrapassar os limites” (KUKULSKA-HULME, 2009, p. 160). Desse modo, é permitido interpretar mais uma vez que o discente pode ir além do espaço físico escolar e de metodologias comuns e tradicionais de aprendizagem que as escolas oferecem, como por exemplo, o quadro, o livro e o caderno, estabelecendo assim novos caminhos para prática educacional e o sucesso na aquisição de uma LE, como a LI.

Para Barcelos e Tarouco (2011), o *m-learning* pode ser utilizado de forma a melhorar a eficiência e servir de suporte ao ensino presencial. Os autores enfatizam como benefícios a otimização do tempo, ou seja, o estudante encontra oportunidades em aprender, seja na escola ou fora dela (p.e. na fila do lanche, no interior do ônibus, entre outros). Neste sentido, Barcelos e Tarouco, (2011, p. 228) sugerem diversas atividades dentro da proposta do *m-learning*, permitindo aos alunos de LE contato com os conteúdos a todo instante, tais como:

participação em fóruns de discussão, consulta a glossários, envio de vídeos para professores, alunos e ambientes de aprendizagem, acesso a material didático, possibilidade de realizar testes e avaliações, acesso a *podcasts*, vídeos e conteúdos interativos.

Em relação às habilidades linguísticas, Gautam (2014) lista algumas competências que envolvem a LI, tais como a leitura, compreensão auditiva, aprimoramento da pronúncia e vocabulário relacionados à oralidade, entre outras que podem ser desenvolvidas por meio do *m-learning* e consequentemente os dispositivos móveis.

- Leitura

O autor afirma que a leitura é uma habilidade que precisa ser desenvolvida, colocada em prática a todo instante, a tecnologia móvel pode ser uma alternativa pela qual professores e alunos estabelecem contato em qualquer lugar e a qualquer hora, por meio de textos enviados via internet (GAUTAM, 2014).

- Compreensão auditiva

Segundo o autor supracitado, a aprendizagem de línguas depende da compreensão auditiva, tal habilidade é a mais importante neste processo. Assim, com os dispositivos móveis, o aprendiz poderá levar suas atividades de inglês, entre outros projetos para qualquer lugar, além de assistir a vídeos, com o intuito de praticar o idioma pretendido.

- Pronúncia

Gautam (2014, p. 51) define como “a capacidade da pessoa de usar a apropriada força e entonação de uma palavra”. O autor ainda complementa que é difícil buscar a pronúncia correta de uma língua estrangeira e que uma palavra pode ser dita de diferentes maneiras por diversas pessoas. O papel do *mobile learning*, prevalece aqui, por meio dos dispositivos portáteis como os *smartphones*, que segundo Gautam permitem ao usuário reproduzir áudios, canções, podendo cantá-las, de maneira atenciosa, buscando assim a pronúncia perfeita (GAUTAM, 2014).

- Vocabulário

Gautam destaca o vocabulário como parte fundamental na construção do processo de ensino-aprendizagem de LI. Segundo o autor “o domínio do vocabulário é necessário para entender e responder os pensamentos em inglês”, (GAUTAM, 2014, P. 51). Com o *m-learning* e consequentemente os dispositivos móveis, os alunos podem praticar o vocabulário, não apenas em um ambiente fixo como as salas de aula, mas além delas, em qualquer lugar e instante. A tecnologia móvel aumenta a aprendizagem independente e pode ajudar os alunos a adquirirem vocabulário informalmente, fato este significativo ao aprender inglês ou qualquer outra língua, (GAUTAM, 2014).

O autor aborda ainda muitas vantagens quanto a prática do *mobile learning* em contexto educacional, tais como desenvolvimento da habilidade comunicativa, na qual alunos e

professores trocam informações a todo instante por meio de mensagens, aumentando neste sentido a relação entre ambas as partes, proporcionando assim outros benefícios como a chance de manter contato além dos muros da escola. Enfatiza mais uma vez que a presença dos inúmeros aplicativos pode tornar a prática pedagógica fácil e eficaz.

O *Mobile Learning*, pode ser ainda uma alternativa para suprir a ausência de laboratórios de idiomas e informática e conseqüentemente os computadores, entre outras ferramentas como, televisores, aparelhos *data-shows*, em escolas públicas e até mesmo privadas. Tais tecnologias podem ser hoje substituídas pelos dispositivos móveis que estão presentes na vida da maioria dos educandos.

Ainda de acordo com Gautam, (2014, p. 50)

mobile learning é a nova onda de aprendizagem. É usado para aumentar a capacidade de aprendizagem de alunos, por meio de quizzes, assim professores podem providenciar respostas e ter *feedback* instantaneamente. Alunos podem ainda receber informações acadêmicas e respondê-las facilmente.

Atribuindo essa perspectiva ao ensino-aprendizagem de LI, professores e alunos podem encontrar caminhos e estratégias para uma prática pedagógica moderna, diferente e atraente ao aluno atual. “As novas tecnologias fazem com que o compromisso com a aprendizagem ao longo da vida seja muito mais viável e atraente do que no passado” (KUKULSKA-HULME, LEE e NORRIS, 2017, p. 2).

Muito se discute sobre o *mobile learning* e outras práticas que envolvem as tecnologias para se atingir o sucesso educacional não somente de LI, mas das demais disciplinas que compõem o currículo escolar. Porém, sua inserção na prática educacional de LI ainda é incipiente em alguns países, como o Brasil, mesmo sendo uma metodologia ativa e contemporânea. Desse modo, é preciso destacar as grandes possibilidades da aprendizagem móvel no processo de ensino-aprendizagem de línguas.

Neste sentido, a próxima seção pretende abordar as vantagens dos recursos tecnológicos, especificamente os dispositivos digitais móveis no fazer pedagógico, compreendendo as suas características e funcionalidades, bem como os desafios para seu uso no ambiente escolar. *Tablets, smartphones, iPods*, entre outras ferramentas fazem cada vez mais parte da vida dos educandos, assim, busca-se compreender o papel que podem desempenhar no cenário educacional.

2. OS DISPOSITIVOS MÓVEIS NO CONTEXTO PEDAGÓGICO

Os dispositivos móveis podem se tornar grandes aliados quando aplicados em contexto pedagógico, tal como no ensino-aprendizagem de línguas, e de outras diversas disciplinas. Suas especificidades, alinhadas ainda aos inúmeros aplicativos digitais podem contribuir para o cenário educacional, propondo uma educação mais moderna e atraente ao aluno de hoje. Estas ferramentas se tornam naturais na vida de muitos educandos, neste sentido ao realizar o fazer pedagógico nestes aparatos, educandos podem se sentir mais atraídos, motivados, encontrando dessa maneira o sucesso.

Barcelos e Tarouco (2011) os classificam como: **telefones celulares**, dispositivos de comunicação portátil, utilizados para a fala, troca de mensagens de texto, entre outras funções como tirar fotos, gravar vídeos, etc.; **smartphones**, celulares com funcionalidades específicas como a conexão com a internet, câmera, GPS e teclado; **assistentes digitais pessoais** (PDAs), ferramentas conhecidas como dispositivos de bolso, por meio das quais o usuário pode checar e-mails, compromissos e atividades em progresso; **leitores portáteis de multimídia** (PMPs),

ferramentas pessoais, cujas telas costumam ser maiores que os *smartphones*, são capazes de armazenar e reproduzir imagens, vídeos e dispõe de acesso à internet; **MP3 players**, dispositivos que reproduzem arquivos de áudio, vinculando além disso outros meios de comunicação; **jogos por meio de consoles portáteis**, aos quais é possível acessar músicas, vídeos, fotos; *netbooks*, computadores portáteis e leves que oferecem os mesmos recursos de um computador *desktop*; **gravadores de voz e vídeos**, utilizados como gravadores de voz e vídeos digitais; *tablet PCs*; *i-Pods*, dispositivos que gravam e reproduzem vídeos e *pocket PCs*.

Por meio destes aparatos, alunos conversam e trocam mensagens com outras pessoas, podem fazer pesquisas sobre diversos assuntos e conteúdos escolares quando necessário, gravam vídeos, postam fotos e acessam inúmeros sites, em diferentes instantes e lugares, permitindo assim uma mobilidade que pode ser utilizada em favor do processo pedagógico. Assim, “a inserção dos dispositivos móveis na sociedade e em todas as classes sociais possibilitou o surgimento de uma aprendizagem através desses dispositivos”, (BARCELOS E TAROUCO, 2011, P.169). Desse modo, enxerga-se a oportunidade de se realizar o processo de ensino-aprendizagem de maneira presencial ou a distância, *online*, e ou *offline*. Não precisando estar no mesmo espaço físico para que professores e alunos estejam em contato, seja por meio dos aplicativos educacionais disponíveis para *download* na internet ou nas redes sociais digitais que surgem a cada dia no ambiente virtual.

Knittel (2014) enfatiza que os dispositivos móveis se tornam ferramentas cada vez mais naturais no dia a dia das pessoas. O grande acervo de informações e funcionalidades presentes nesses aparelhos torna-os cada vez mais atraentes e não há razão para não utilizá-los em contextos educacionais. Nesta perspectiva, Barcelos e Tarouco (2011, p. 172) afirmam que “a aprendizagem utilizando dispositivos móveis pode favorecer aos alunos maior acesso à informação relevante e a recursos educacionais [...]”

Os dispositivos móveis dão ainda autonomia aos alunos, o controle sobre sua aprendizagem torna-os responsáveis pelos conteúdos que adquirem, a mobilidade permite ainda realizar tarefas no momento que quiserem, no local que jugarem conveniente, utilizando o acervo tecnológico que acharem necessário. A autonomia é proporcionada aos discentes quando fazem uso dos dispositivos móveis, através de aplicativos voltados para a aprendizagem (SABOTA e PEIXOTO, 2015).

Neste sentido, todos os dias são disponibilizados aplicativos para o fazer pedagógico de Matemática, Português, Línguas Estrangeiras como Inglês e Espanhol, entre outras disciplinas que compõem o currículo escolar, de maneira lúdica, e entre outras vertentes, com o intuito de proporcionar aos alunos um ensino diferente do que estão habituados em sala de aula.

Esta prática dinâmica atrai o aluno de hoje, permite que o fazer educacional seja flexível. Ainda quanto aos dispositivos móveis, eles colaboram com a educação no sentido que a troca de saberes entre educador e educando pode acontecer em qualquer ambiente e momento, sem que haja a necessidade de deslocamento físico, alcançando assim um grande quantitativo de pessoas (Batista, Behar e Passerino, 2011).

Knight (2005) relata que o uso dos dispositivos móveis na educação introduz novas qualidades ao ensino, tais como mobilidade, flexibilidade, rápida comunicação, motivação dos aprendizes e o estabelecimento de aprendizagens ativas. Acreditando no potencial das tecnologias móveis, a UNESCO (2014) revelou as Diretrizes de Políticas para a Aprendizagem Móvel, em que exhibe recomendações para o êxito ao ensinar e aprender com o uso das tecnologias móveis e destaca que os dispositivos portáteis

[...] podem auxiliar os instrutores a usar o tempo de aula de forma mais efetiva. Quando os estudantes utilizam as tecnologias móveis para completar tarefas passivas ou de memória, como ouvir uma aula expositiva ou decorar informações em casa, eles têm mais tempo para discutir ideias, compartilhar interpretações alternativas, trabalhar em grupo e participar de atividades de laboratório, na escola ou em outros centros de aprendizagem (UNESCO, 2014, p. 18).

Especificamente, em relação aos celulares Moura (2009, p.67), destaca algumas qualidades do uso deste dispositivo móvel dentro e fora da sala de aula, para qualquer disciplina, sendo as seguintes:

- 1) Calculadora (operações básicas de matemática);
- 2) Calendário (recordar temas de estudo, trabalhos de casa, datas de testes, entrega de trabalhos, ...);
- 3) Câmara fotográfica: recolhimento de dados ou documentação, jornalismo visual, ...;
- 4) Videoclipes: criar vídeos, ver vídeos educacionais, gravar experiências na aula de Ciências ou Química, ...;
- 5) Leitor mp3: ouvir ficheiros áudio (*podcasts*), fazer gravações de leituras, entrevistas, ...;
- 6) Bloco notas: estímulo à escrita criativa, tirar notas em diferentes contextos e ocasiões (quando estão vendo um filme ou durante uma visita de estudo).
- 7) Acesso à internet móvel (celulares 3G): ver páginas *Web* móvel, página da turma, e-mail,;

Moura (2009) observou a necessidade de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem via dispositivos móveis. Destacou a importância para o uso eficiente de atividades com recursos de áudio, voz, gravação e reprodução de vídeos para desenvolvimento de habilidades como escrita, leitura, memorização de conteúdos, entre outras competências. Tais funcionalidades podem ser fundamentais para o desenvolvimento no ensino-aprendizagem de LE.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, Hartnell-Young e Heyn (2008) destacam que quando a escola permite que seus alunos utilizem os dispositivos móveis na prática discente, reconhece a efetividade desta tecnologia como recurso educativo, sendo válidas as aprendizagens fora do campo escolar. Segundo Santos (2016), a presença dos dispositivos móveis em sala de aula, faz com que aluno se transforme em agente construtor de sua aprendizagem, exigindo também do professor novas habilidades e proposições didáticas. “No entanto, essa premissa ainda parece se apresentar como um dos maiores desafios, que é o de alunos/as e professores/as se integrarem” (SANTOS, 2016, p. 23).

Como desafios e desvantagens dos dispositivos móveis, especificamente no que se refere a celulares e *tablets*, Moura (2010) e Carvalho (2015) destacam:

- Dificuldades quanto à visualização de alguns conteúdos, devido a não compatibilidade do dispositivo;
- Limitações de processamento, memória e armazenamento;
- Tamanho de tela insuficiente;
- Duração insuficiente da bateria;
- Necessidade de conexão com a internet através da rede de dados, nos casos em que a rede sem fio (*Wifi*) estiver indisponível.

Knittel (2014, p. 45) alerta ainda outro ponto negativo quanto ao celular, segundo a autora, “[...] são poucos os sites e recursos preparados exclusivamente para dispositivos. Para que se possa ver com qualidade as imagens, bem como realizar a leitura dos textos é necessário aplicar o zoom de aproximação.”

Sharples (2006) chama atenção além disso para algumas problemáticas quanto aos dispositivos móveis, de maneira geral, tais como questões éticas, uma vez que por meio destes aparatos, alunos podem copiar em exames, praticar *bullying* entre outras condutas antiéticas. Prejuízos para a saúde podem ocorrer também, tais como radiações emitidas pelos celulares ou queimaduras produzidas que aquecimento excessivo das baterias. De acordo com a UNESCO (2014), os alunos ainda podem acessar materiais indevidos, trocar mensagens violentas ou sexualmente explícitas, além do contato com pessoas potencialmente perigosas. Portanto, cabe aos professores e gestores a conscientização aos alunos. O uso responsável dos dispositivos móveis, tal como seus variados aplicativos e *softwares* podem propor o ensino-aprendizagem sob uma ótica moderna e inovadora, aproximando assim o contexto pedagógico destes aparatos que já se fazem hoje, presentes na vida da maioria dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo de cunho bibliográfico teve por objetivo, discutir o ensino-aprendizagem de língua inglesa no contexto do *Mobile Learning*. Propôs-se uma reflexão sobre o uso dos dispositivos móveis no cenário educacional, destacando seus aspectos positivos e negativos.

Sabe-se que a sociedade avança, e neste sentido os recursos tecnológicos mudam de forma a acompanhá-la. Televisores, rádios, computadores, celulares, se desenvolvem para atender às transformações da vida humana e à velocidade com qual a troca de informações é veiculada, dessa maneira, cenário educacional não pode ignorar a forte presença da tecnologia no cotidiano das pessoas.

A busca por metodologias e ferramentas que se aproximem cada vez mais dos alunos de hoje, faz com que docentes compreendam que os recursos tecnológicos como os dispositivos móveis podem promover a prática pedagógica de línguas no ambiente escolar, por meio ainda da perspectiva da mobilidade presente nestes aparatos, permitindo assim, que alunos e professores estejam em contato com os conteúdos em qualquer lugar e a qualquer hora. No caso da LI, este pode ser um artefato perfeito, já que para sua compreensão, o contato com o ambiente externo contextualizado é fundamental.

Assim, conclui-se com este trabalho que o *m-learning* compreendido pelo uso dos dispositivos móveis e seus aplicativos pode propor um ensino-aprendizagem sob um viés diferente, moderno e atraente aos alunos de línguas. As funcionalidades presentes nestes aparatos, podem ser utilizadas ao favor do processo educacional, garantindo assim o desenvolvimento de habilidades linguísticas da LI.

Professores e pesquisadores devem realizar cada mais estudos sobre esta temática do *m-learning* na busca por caminhos e metodologias. É importante ressaltar, que isso não significa que se deva substituir os materiais tradicionais, nem mesmo os professores, pelos dispositivos móveis. A junção de todos os recursos educacionais, inclusive os aparatos tecnológicos e a disposição dos docentes para inovar suas práticas, pode ser a chave para uma melhoria na qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, R. J. S.; TAROUÇO, L. M. R. Educação e mobile learning: novas oportunidades. In: CARVALHO, A.S.; BASTOS, H.P.P.; LEITE, M.L.F.T.T.; COSTA, R.G. (Orgs.). **Educação e tecnologia**. Um percurso interinstitucional. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2011. p.169-183.
- BATISTA, S. C. F.; BEHAR, P. A.; PASSERINO, L. M. Modelo pedagógico m-learnmat: planejando atividades de m-learning em matemática. In: CARVALHO, A.S.; BASTOS, H.P.P.; LEITE, M.L.F.T.T.; COSTA, R.G. (Orgs.). **Educação e tecnologia**. Um percurso interinstitucional. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2011. p.227-245.
- CARVALHO, L. F. de S. **Utilização de dispositivos móveis na aprendizagem de matemática no 3º ciclo**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação) – Departamento de Inovação, Ciência e Tecnologia, Universidade Portucalense, Samora Correia, 2015.
- COSTA, G. S. **Mobile learning**: explorando potencialidades com o uso do celular no ensino-aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira com alunos da escola pública. 2013. 182 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- GAUTAM, A. Mobile Learning; An Effective Way of Teaching and Learning English Language. **International Journal on Studies in English Language and Literature**, v. 2, p. 50-52, 2014. Disponível em: <<https://www.arcjournals.org/pdfs/ijSELL/v2-i5/7.pdf>>. Acesso em 27 out. 2018.
- GEDDES, S.J. **Mobile learning in the 21st century**: benefit to learners. 2004. Disponível em: <<http://knowledgetree.flexiblelearning.net.au/edition06/download/geddes.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- GUY, R. **The Evolution of Mobile Teaching and Learning**. Informing Science Press, 2009.
- HARTNELL-Young, E.; HEYN, N. **How mobile phones help learning in secondary schools**. Nottingham: Learning Sciences Research Institute, 2008.
- KNIGHT, S. **Innovative practice with e-learning**. Bristol: Higher Education Funding Council for England, 2005.
- KNITTEL, T.F. **A utilização dos dispositivos móveis como ferramenta de ensino-aprendizagem em sala de aula**. 2014. Dissertação de Mestrado em Tecnologias da Inteligência e do Design Digital, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- KUKULSKA-HULME, A. **Will mobile learning change language learning?** ReCALL, 2009. pp.157-165.
- KUKULSKA-HULME, A.; LEE, H.; NORRIS, L. Mobile learning revolution: implications for language pedagogy. In: Chapelle, Carol A. and Sauro, Shannon eds. **The Handbook of Technology and Second Language Teaching and Learning**. Oxford: Wiley & Sons, pp. 217-233, 2017. Disponível em: <<http://oro.open.ac.uk/50366/7/50366.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MOURA, A. Geração móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a “geração polegar”. In: **Actas da VI Conferência Internacional de TIC na Educação – Desafios 2009**. Braga: Universidade do Minho, 2009. P. 49-77. Disponível em: <<http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/472/1/Gera%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%B3vel%282009%29.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MOURA, A. M. C. **Apropriação do telemóvel como ferramenta de mediação em Mobile Learning**: Estudos de Caso em Contexto Educativo. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação na Especialidade de Tecnologia Educativa. Universidade do Minho, Instituto de Educação. Braga, 2010.

O’MALLEY, C. et al. Guidelines for learning/teaching/tutoring in a mobile environment. **MOBilearn deliverable D**, v. 4, 2003.

SABOTA, B.; PEIXOTO, S, M. Busuu e Babel: reflexões acerca do potencial de contribuição de aplicativos para o processo de ensino e aprendizagem de inglês como língua estrangeira. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 14, p. 167-189, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/14930/13618>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SANTOS, T. S. dos. **Tecnologia e educação: o uso de dispositivos móveis em sala de aula**. 2016. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino e Tecnologia) – Departamento Acadêmico de Ciências Humanas – DACHS, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Londrina, 2016.

SHARPLES, M. (Ed.). **Big issues in mobile learning**: Report of a Workshop by the Kaleidoscope Network of Excellence Mobile Learning Initiative. LSRI, University of Nottingham, 2006.

_____. **Mobile Learning**: research, practice and challenges. Open Research Online. Distance Education in China, 3 (5), pp. 5-11, 2013. Disponível em: <oro.open.ac.uk>. Acesso em: 22 out. 2018.

TAYEBINIK, M.; PUTEH, M. Mobile Learning to Support Teaching English as a Second Language. **Journal of Education and Practice**, v. 3, p. 56-62, 2012. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/c8a9/9daf4030941acae9599d9a675d9624e59b70.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

UNESCO. **Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel**. 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770por.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

WEXLER, S. et al. **Mobile learning**: what it is, why it matters, and how to incorporate it into your learning strategy. Guild Research. 2008. Disponível em: [http://www.cedma-europe.org/newsletter%20articles/eLearning%20Guild/360%20Report%20on%20Mobile%20Learning%20\(Jul%2008\).pdf](http://www.cedma-europe.org/newsletter%20articles/eLearning%20Guild/360%20Report%20on%20Mobile%20Learning%20(Jul%2008).pdf)>. Acesso em: 23 out. 2018.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001”

MECANISMOS DE BUSCA NA DEEP WEB

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

*Professor do Programa de Cognição e Linguagem, PGCL-UENF
chmsouza@gmail.com*

FABIO MACHADO DE OLIVEIRA

*Doutorando do Programa de Cognição e Linguagem, PGCL-UENF
fabiomac@gmail.com*

RESUMO

A consolidação da World Wide Web, na década de 1990, também formalizou protocolos e ferramentas que construíram e sustentam o que chamamos de Web Visível, que reconhecemos em tarefas do cotidiano. A Deep Web ou Web Invisível é a parte do ciberespaço que o público em geral da internet não tem acesso, por diversos motivos, destacando a ausência de mecanismo de busca simulareas da internet convencional, ou simplesmente pelo desconhecimento desse território. Esse estudo apresenta uma rápida imersão nos conceitos da Web Invisível e apresenta alguns mecanismos de busca, baseado em pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo através de formas diretas de acesso nesse território, revelando seus aspectos tecnológicos e sociais, bem como, suas particularidades, curiosidades e uma breve reflexão epistemológica. Por fim, nesse vasto campo de investigação do ciberespaço, esse estudo contribui para um mapeamento de ferramentas que auxiliam os usuário, em uma experiênciade navegação anônima na Deep Web.

Palavras-chave: Deep Web. Novas Tecnologias. Ciberespaço. Internet. Mecanismos de Busca

ABSTRACT

The consolidation of the World Wide Web in the 1990s also formalized protocols and tools that built and sustain what we call Visible Web, which we recognize in everyday tasks. The Deep Web or the Invisible Web is the part of the cyberspace that the general public of the internet does not have access, for several reasons, highlighting the absence of a search engine simulated by the conventional Internet, or simply by the ignorance of that territory. This study presents a rapid immersion in the concepts of the Invisible Web and presents some search mechanisms, based on bibliographical research and field research through direct forms of access in this territory, revealing its technological and social aspects, as well as its peculiarities, curiosities and a brief epistemological reflection. Finally, in this vast field of investigation of cyberspace, this study contributes to a mapping of tools that assist the users, in an anonymous browsing experience in Deep Web.

Key-words: Deep Web. New Technologies. Cyberspace. Internet. Search Engines

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O surgimento da internet pode ser observado considerando seus elementos tecnológicos fundantes, nesse estudo foram abordados os principais interesses institucionais que levaram a construção dos recursos tecnológicos que impulsionaram a expansão da rede mundial de computadores, que para alguns autores representa parte do ciberespaço.

Retomando fatos históricos, Oliveira, Totti e Souza (2013), lembrando que “... as primeiras conexões entre computadores datam de 1969, quando a Agência de Pesquisas em Projetos Avançados norte americana, no auge da guerra fria e motivada por um período de intensa corrida tecnológica cria uma rede chamada ARPANET.”

O autores citados acima destacam que “de imediato isso permitiu o compartilhamento de recursos computacionais e redundância para prover comunicação contínua, mesmo diante de um ataque nuclear.”

Na história do desenvolvimento da rede mundial de computadores, Oliveira, Totti e Souza (2013), citam que,

[...] Em sua clássica obra sobre redes de computadores, Tanenbaum (1994) destaca que a expansão dessa rede conectou diversas universidades e repartições públicas americanas, usando linhas telefônicas dedicadas, isto é, conexões reservadas que utilizavam linhas telefônicas convencionais, entretanto com a criação das redes de rádio e satélite, surgiram problemas operacionais nos protocolos estabelecidos para o funcionamento da rede, desqualificando um dos princípios que a concebia, que era a possibilidade de conectar várias redes mantendo uniformidade e estabilidade. Segundo o mesmo autor o Modelo de Referência TCP/IP, proposto por Cerf e Kahn (1974) foi quem garantiu essas características graças aos seus dois principais protocolos, o Transfer Control Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão) que verificava se os dados são transmitidos de forma correta, na sequencia apropriada e sem erros pela rede, bem como o Internet Protocol (Protocolo de Internet) que marcava cada dispositivo conectado à rede com um endereço único. (OLIVEIRA, TOTTI, SOUZA, 2013, p.3)

Lançando as bases tecnológicas para o surgimento de muitas pesquisas e despertando o interesse de muitos centros de pesquisa, pois,

[...] Foi uma questão de tempo para que a Fundação Nacional para Ciência (NSF) norte americana percebesse o impacto positivo que a ARPANET imprimiu nas pesquisas universitárias, porém para entrar na ARPANET era preciso um contrato de pesquisa entre Universidade e Departamento de Defesa dos EUA. Então a NSF começou a construir uma rede que iria substituir a ARPANET e seria aberta a todos os grupos de pesquisa universitários. “Para ter algo concreto com que começar, a NSF decidiu construir uma rede de backbone¹ para conectar seus seis centros de supercomputadores” (TANENBAUM, 1994, p.57). Logo as empresas se juntaram a ARPANET e a NSF, pois o governo não conseguia mais financiar a rede e as bases técnicas estavam bem estabelecidas, contudo a navegação, de acordo com Vieira (2003) era limitada à formatação de texto com letrinhas verdes e estáticas. Esse mesmo autor destaca o ano de 1990 quando o físico inglês Tim Berners-Lee cria o Protocolo de Transferência de Hipertexto (HTTP) possibilitando diferentes formatações de texto e incluindo em seu conteúdo: imagem, som, vídeo e etc... (OLIVEIRA, TOTTI, SOUZA, 2013, p.4)

A gênese da idéia de junção de informação e seres vivos biológicos está posta no livro, “Cibernética do matemático norte americano Wiener (1948), isto é, seres que podiam ter partes mecânicas e orgânicas sendo controlados remotamente. Essa proposta estava embasada em

¹ Backbone - Espinha dorsal da rede, ou seja, as principais linhas e cabos que interligam a internet geralmente com altas taxas de transmissão de dados.

seus trabalhos na área de direcionamento de mísseis e pilotagem automática de aviões.” (OLIVEIRA, TOTTI, SOUZA, 2013, p.4)

Colocadas as bases técnicas e científica para o desenvolvimento e expansão das redes, esses autores lembram que Gibson (1984), em sua obra *Neuromancer*, define o ciberespaço como uma forma de observação do universo abstrato da informação por meio de elementos físicos e multidimensionais. “Um lugar pra onde se vai com a mente, catapultada pela tecnologia, enquanto o corpo fica pra trás”. (GIBSON, 2003, p.5-6).

Dentre os autores que contribuem para o entendimento do ciberespaço, o romancista Gibson (1984) foi o primeiro a usar esse termo, que segundo Oliveira, Totti e Souza (2013), “pensando em um universo abstrato de representações do mundo real onde a mente impulsiona suas potencialidades apoiada por aparatos tecnológicos computacionais”. Vale complementar através de Monteiro (2007), que destaca sua natureza de constante expansão, desdobrando em locais que ainda não foram explorados ou são desconhecidos nesse mundo virtual, consequências de suas características técnicas ou uso social.

Na visão de Koepsell (2004), podemos constatar uma tentativa de explicação pelos meios técnicos, elementos físicos e recursos computacionais que são as bases de sustentação do que conhecemos como ciberespaço, isto é, o conjunto de roteadores, cabeamento, backbones, root server, dispositivos (hosts) e provedores de acesso, compondo o contexto de hardware. Contrapondo a essa interpretação, Lévy (2000), traz um olhar mais filosófico e humanístico, destacando as características de ligação da mente nesse espaço, bem como suas formas de interação e conexão entre os usuários desse espaço, permitindo a mente, uma sensação de fluidez que expande os pensamentos e redefine os limites físicos do mundo real, fornecendo outro conceito de ciberespaço.

Na conceituação de ciberespaço por Lévy (1998), olhando a obra de Gibson, o ciberespaço explora e revela os modos originais de criação de informação, de trânsito livre na descoberta e interligação das relações sociais, fato observado em suas palavras: “...O ciberespaço designa menos os suportes de informação do que os modos originais de criação, de navegação no conhecimento e de relação sociais por eles propiciados”. (LEVY, 1998a, p104).

Em uma proposta dialética, Koepsell (2004), diz que o ciberespaço é formado fisicamente por componentes, e que não há nada de estranho ou especial pensar assim porque nada mais é que: “...um meio composto de chips de silício, fios de cobre, fitas e discos magnéticos, cabos de fibra ótica e de todos os outros componentes de computadores, meios de armazenamento e redes que armazenam, transmitem e manipulam bits”. O autor solidifica seu raciocínio afirmando que assim como existe o texto no papel, uma escultura em uma pedra, o software existe no ciberespaço. (KOEPESELL, 2004, p125).

Ampliando Lévy (2000), o ciberespaço pode ser visto como um espaço de comunicação estruturado pela interconexão mundial de computadores e :

[...] Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século. (Lévy, 2000, p. 92-93).

Outros autores como Monteiro (2007), destacam a natureza de constante expansão do ciberespaço implusionado por aparatos tecnológicos, associados as intensões e buscas sociais, construindo um mundo virtual com enorme potencial de desenvolvimento de novas formas de trabalho, estudo e lazer. Aparece então a Web Invisível, constituindo essa parte do ciberespaço muito obscura e intrigante, que Bergman (2001), diz ter um tamanho duas mil vezes maior em proporção de conteúdo, se olharmos para a Web Visível, utilizada em nosso cotidiano, no que chamamos de internet.

Nessa linha de raciocínio, de acordo com, Oliveira, Totti e Souza (2013), “a Web Invisível se materializa parte do ciberespaço”, que segundo Bergman (2001), pode ter um tamanho duas mil vezes maior em proporção de conteúdo em comparação com a Web Visível, que temos acesso tradicionalmente.

A pesquisa de campo trouxe uma relação de mecanismos de busca que já realizam um esforço de indexação de conteúdo na Deep Web, bem como, revelar algumas funcionalidades presentes em cada projeto de máquina de busca. Com isso, esse trabalho auxilia indivíduos que ainda são usuários inexperientes, a se orientarem em um processo de navegação que exige mais habilidades do internauta.

Os aspectos técnicos, filosóficos e humanos presentes na Deep Web, fomentam o interesse sobre o assunto e justifica um trabalho que apresenta maior profundidade na busca pela verdade, mesmo que provisória, de um território pouco explorado do ciberespaço, que paulatinamente ganha a atenção e adesão de mais usuários, interessados na liberdade de expressão, anonimato, proteção de seus dados, bem como, outros elementos valorosos no contexto da sociedade da informação.

Por fim, vale lembrar os aspectos negativos que assombram a Deep Web, que como ocorre com toda tecnologia, pode ser usada para o bem ou para o mal. Nessa caso específico, podemos listar rápidos exemplos como: lavagem de dinheiro, pedofilia, parafilia, venda de drogas e “coisas bizarras”, presentes no fator humano, que estão potencializadas em um território anônimo.

CONHECENDO A DEEP WEB OU WEB INVISÍVEL

Apresentar a Deep Web seguindo os principais autores e pesquisadores desse objeto, se mostra um desafio, frente a pluralidade de entendimento e falta de consenso. Então, na visão dessa pesquisa, será colocada diversas definições.

Inicialmente, merece destaque a gênese do termo, onde Bergman (2001, citado por, OLIVEIRA, TOTTI, SOUZA, 2013), explica que na obra “Planeta Brilhante”, “a primazia do termo “Web Invisível” é atribuída a Jill Ellsworth que em 1994 fez uso deste para indicar os conteúdos que não eram indexados e ou exibidos pelos diferentes motores de buscas de conteúdos convencionais da web.”

Outra definição encontrada em Sherman e Price(2001), diz que a Deep Web é,

[...] tudo que está na World Wide Web e os motores de busca gerais não conseguem encontrar, devido a dois fatores: por uma escolha deliberada do conteúdo seja lá qual for seu tipo ou natureza, de não ser encontrado, ou por limitações técnicas que serão esclarecidas posteriormente. (OLIVEIRA, TOTTI, SOUZA, 2013, p.5)

Para Monteiro (2013, citado por OLIVEIRA, TOTTI, SOUZA, 2013), “o surgimento das tecnologias de banco de dados, depois o e-commerce e finalmente a adequação dos computadores servidores a geração e visualização de informações no ciberespaço por meio de páginas dinâmicas está atrelado ao nascimento da Web Invisível.”

Na concepção de Monteiro (2013), a definição de Deep Web, traduzindo para Web Invisível, precisar ser mais pragmática, pois para a autora sua principal característica está ligada ao fato de estar inacessível. Contudo um olhar mais apurado revela que a não conformidade com os padrões convencionais de busca na Web que ocultam esses conteúdos, porém com as ferramentas tecnológicas corretas, esse conteúdo pode ser acessado, então seria mais correto chamá-la de Web Oculta.

Para Bergman(2001), devido ao seu tamanho imensurável, e constante expansão desse território do ciberespaço, a melhor denominação para essa área seria de “Web Profunda”. Enfim, como dito anteriormente, não existe um consenso entre os pesquisadores desse objeto.

Um forma bem tradicional que os pesquisadores desse tema, usam para explicar visualmente a Deep Web é utilizando a analogia do iceberg, onde a superfície não revela a real dimensão da parte submersa, fato esse que pode ser visto na Figura 1, respectivamente.



Figura 1. Analogia do Iceberg. Fonte: Google Imagens.

Por meio dessa analogia pode-se revelar o dimensão de conteúdo que não explorado por ferramentas tecnológicas convencionais, bem como, por indivíduos que não possuem sólidos conhecimentos técnicos que norteiam esse universo.

Para Sherman e Price (2001, citado por OLIVEIRA, TOTTI, SOUZA, 2013), está posto um paradoxo em relação à Web Invisível, em tradução nossa,

[...] pois é fácil entender sua existência, porém é muito complexo sua abstração ou até mesmo um consenso quanto à sua nomenclatura. Se definir a Web Visível é fácil devido sua natureza tecnológica que envolve a construção de páginas da Web em HyperText Markup Language (HTML) e confecção de Spiders, Crawlers e Robots que são robôs que efetuam varreduras para indexar novas páginas da Web em seus motores de buscas respectivos, o mesmo não pode ser dito em relação a Web Invisível que é mais complexa, difícil de definir e classificar por diversos motivos tecnológicos, políticos ou operacionais que são apresentados na sequencia desse trabalho. (SHERMAN, PRICE, 2001, p.297)

Considerando os aspectos humanos, Oliveira, Totti e Souza (2013), dizem que:

[...] Os desdobramentos sociais levantam temas polêmicos como: os direitos civis na internet, liberdade de expressão e pensamento, o direito de imprensa livre e a privacidade na rede. As ações de governos e corporações voltadas para o controle da internet, justificadas na promoção da segurança reforçam iniciativas para consolidar esses ideais no ciberespaço. Entretanto foi revelado um lado obscuro que reflete aspectos negativos da humanidade, porque nessa Web Invisível encontramos: criminosos, tráfico de drogas, pedofilia, grupos neonazistas, canibalismo e seitas religiosas que praticam sacrifício humano, bem como, uma infinidade de bons conteúdos de reconhecido valor. (OLIVEIRA, TOTTI, SOUZA, 2013, p.3)

A contribuição de Oliveira, Totti e Souza (2013), se refere a uma perspectiva de entedimento que visa nomenclaturar diversas partes específicas da Deep Web, aproveitando a diversidade de definições que se apresentaram anteriormente pelos autores citados, bem como, outros que não foram contemplados, por força da dinâmica desse estudo. Assim na Figura 2, é possível observar o proposta de denominação desses territórios na Deep Web, concebida por eles.

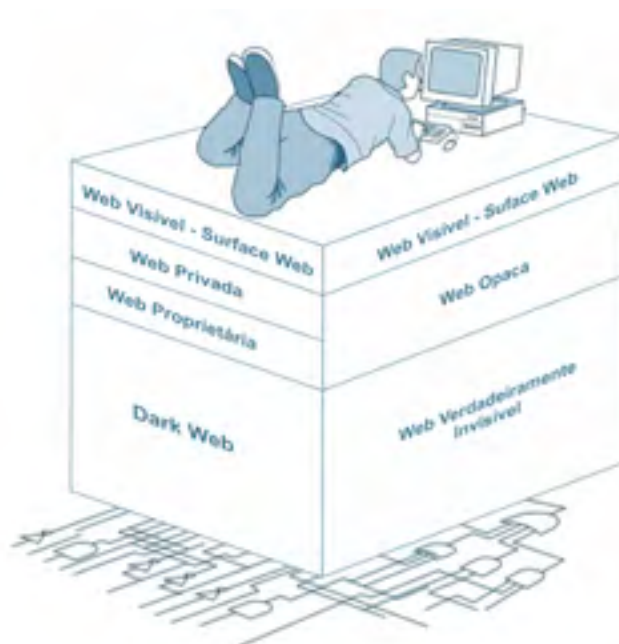


Figura 2. As camadas da Web. Fonte: Adptado de Ford e Mansourian (2006, p.585).

Todos os elementos teóricos e reflexões apresentadas anteriormente, sucinta uma linha de investigação dentro do ciberespaço que se mostra ainda muito incipiente, onde o olhar desse objeto de estudo científico pode avançar no entendimento de questões mal compreendidos, bem como ampliar o interesse de novas discussões e captar novos pesquisadores interessador nos fenômenos que norteiam a sociedade em rede.

A próxima secção buscou contribuir com uma parte do crescimento do conhecimento à respeito da Deep Web, no tocando a sua gênese de mecanismos de busca.

UTILIZANDO MECANISMOS DE BUSCA DA DEEP WEB

Os próximos parágrafos irão dar conta do principal objetivo desse trabalho que é apresentar alguns dos mecanismos de busca presentes na Deep Web. Essa secção se mostra relevante no tocante a demonstração prática de iniciativas de indexação e recuperação de informação em um ambiente, intrinsecamente, concebido para o anonimato e acesso restrito.

Na classificação de acordo com Sherman e Price (2001), a constante evolução dos algoritmos dos mecanismos de busca da Web Visível, quatro fatores são marcantes na Web Invisível, referente a busca de conteúdo e usabilidade semelhante a desenvolvida por usuários que não possuem elevado conhecimento técnico em computação:

- Informações armazenadas em banco de dados;
- Política de exclusão dos mecanismos de busca;
- Páginas dinâmicas que são geradas durante uma requisição ou consulta;
- Arquivos em formatos que os mecanismos de busca não conseguem indexar;

Assim nos próximos parágrafos, serão apresentadas algumas máquinas de busca na Web Invisível que já contemplam e superaram os quatro fatores citados anteriormente.

Na Figura 3, podemos notar o “not Evil”, em tradução nossa, “Não é mal”, onde sua tela principal se mostra muito parecida com os mecanismos de busca tradicionais.



Figura 3. Página Inicial do “not Evil”. Fonte: O próprio autor.

O resultado de uma busca pode ser observado na Figura 4, respectivamente.



Figura 4. Retorno de busca no “not Evil”. Fonte: O próprio autor.

A página de retorno da busca, também é similar aos buscadores tradicionais da Web Visível, no nosso entendimento, visando aproveitar a experiência do usuário.

Na Figura 5, temos o “Fresh Onions”, traduzindo como, “Cebolas Frescas”, já oferece uma variedade de configurações preliminares de parâmetros de busca, bem como uma barra de busca tradicional para inserir texto.

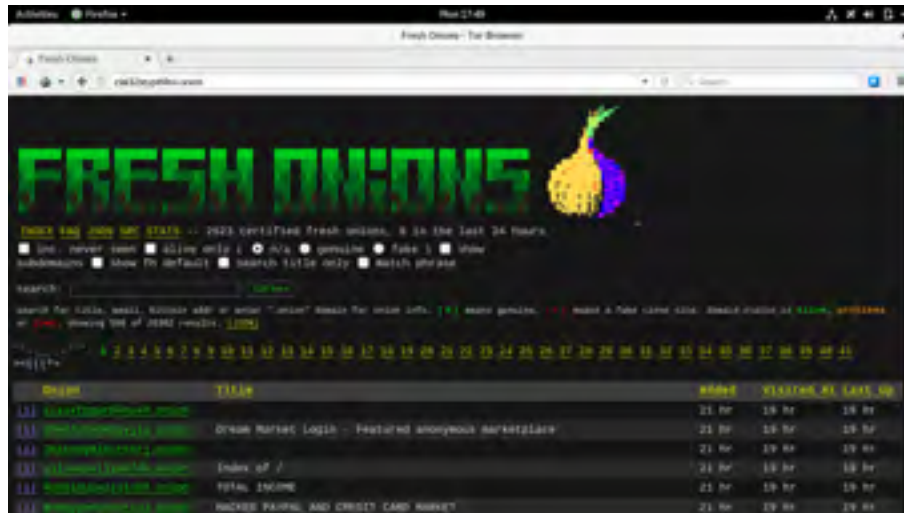


Figura 5. Página inicial do buscador Fresh Onions. Fonte: O próprio autor.

Após a realização de uma busca, via barra de busca, podemos observar na Figura 6, o retorno de informações em um formato diferenciado dos buscadores tradicionais da web



Figura 6. Retorno de uma busca no Fresh Onions. Fonte: O próprio autor.

Vale destacar o grande número de páginas no retorno da pesquisa e a estrutura de apresentação dos dados retornados, com uma apresentação inicial do endereço, depois a descrição das informações com destaque para a palavra pesquisada, bem como o registro temporal do link nos três últimos campos.

A próxima máquina de busca contemplada na pesquisa é o Torch, onde sua página inicial pode ser vista na Figura 7, logo abaixo.



Figura 7. Página inicial do Torch. Fonte: O próprio autor.

O Torch se mostrou com um layout mais parecido com o Google, levando a um consenso que visa aproximar a experiência dos usuários com o Google. O retorno de uma pesquisa, também se assemelha muito com o Google, e pode ser visto na Figura 8 abaixo.



Figura 8. Retorno de uma busca no Torch. Fonte: O próprio autor.

Outra máquina de busca muito conhecida e utilizada por usuários ambientados com a Deep Web é a AHMIA, que possui um diferencial oferecendo acesso na Web, isto é, pode ser acessado em um navegador convencional da internet, pelo endereço <https://ahmia.fi/>, como mostra a Figura 9, logo abaixo.

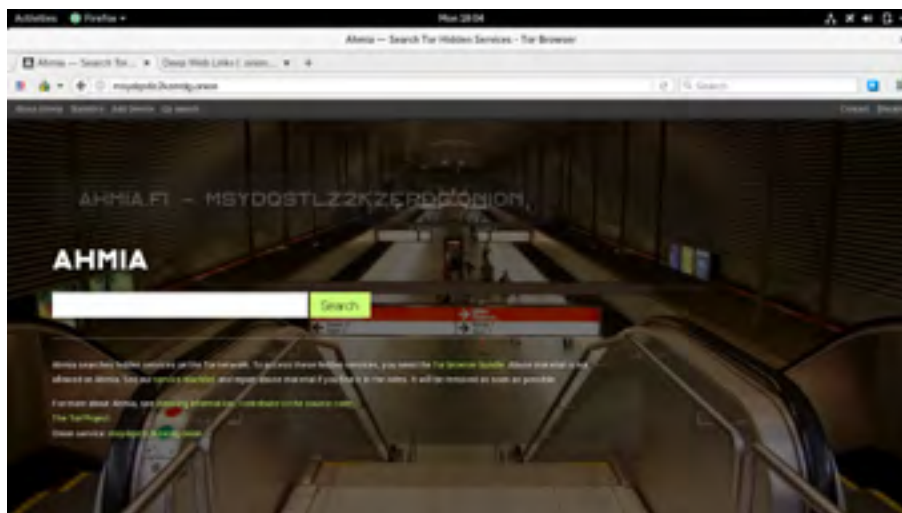


Figura 9. Retorno de uma busca no AHMIA. Fonte: O próprio autor.

Na sequência é exibido uma página com o resultado de busca simples nesse serviço de busca de conteúdo na Deep Web ou Web Visível.



Figura 10. Retorno de uma busca no AHMIA. Fonte: O próprio autor.

O retorno de uma consulta oferece muitos links com conteúdo referente a palavra pesquisada, contudo, a maioria desses endereços estão encapsulados pelo protocolo .onion, que possuem endereços opacos do tipo TLD (Top-level domain), traduzindo para, domínio de nível superior. Sua formação é composta por hashes de 16 caracteres alfa-semi-numéricos, que são gerados automaticamente via chave pública, através de um navegador Tor, por configuração de serviços ocultos. Então se faz necessário a utilização de um navegador que implemente o protocolo de comunicação .onion, todavia o AHMIA já revela um pouco de informação da Deep Web diretamente da Web Visível.

A última máquina de busca levantada nessa pesquisa foi a Candle, que também busca aproveitar a experiência de usuários do Google, emulando até suas cores, como pode ser observado na Figura 11.



Figura 11. Retorno de uma busca no Candle. Fonte: O próprio autor.

Seu retorno de busca também oferece muitos links e representa mais uma ferramenta de orientação e consulta na Deep Web. A Figura 12, apresenta um exemplo de retorno de consulta no Candle.



Figura 12. Retorno de uma busca no Candle. Fonte: O próprio autor.

Todos os mecanismos de busca mostrados anteriormente, representam um esforço empírico de tornar a Deep Web mais usual e acessível aos indivíduos que possuem conhecimento aprofundado em computação ou não dominam as tecnologias de informação. Vale sempre lembrar que esse esforço vai contra a concepção desse território, que prioriza o anonimato como premissa fundante.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Essa pesquisa buscou trazer a luz, a uma parte do ciberespaço que passa desconhecida ou despercebida na sociedade da informação. Revelando-se como um gigantesco gueto de indivíduos dos mais diversos tipos e com os mais diversos interesses.

Os parágrafos iniciais apresentaram esse ambiente curioso e diferente do é visto e utilizado na Web comum, despertando a curiosidade de iniciantes e trazendo novas reflexões para

indivíduos que já se utilizam da Deep Web. Talvez os conceitos de liberdade e anonimato da Deep Web sejam seus grandes atrativos, e certamente justifica o magnetismo pelo conhecimento de todas suas potencialidades.

Também vale destacar a contribuição de uma iniciativa de mapeamento e subdivisão da Deep Web, no tocante as particularidades em cada nível de obscuridade, pois assim podemos ajudar na compreensão do funcionamento desse ambiente inóspito à usuários iniciantes.

A parte principal do trabalho mostrou as diversas iniciativas de máquinas de busca na Deep Web, relembrando os primórdios desses artefatos na internet. Foi possível observar que essas iniciativas estão de certa forma ajudando na indexação de uma massa de conteúdo, concebida para ter acesso restrito, popularizando esse acesso, agregado a um crescente fomento para que novos usuários incluam a Deep Web em suas experiência diária de conexão no ciberespaço.

Por fim, o levado dessa pesquisa deixa o registro de um breve catálogo dessas máquinas de busca, e ajuda na compreensão de evolução e desenvolvimento tecnológico dentro da Deep Web. Assim todos podem refletir sobre os aspectos positivos, vistos no anonimato e liberdade, onde coberturas jornalísticas tem suas garantias, bem como revoluções e dissidências políticas são garantidas. Contudo sem nos esquecer dos aspectos negativos como tráfico de drogas, parafilias, pedofilia e outros, pois como toda tecnologia, pode ser usada para o bem ou para o mal.

REFERÊNCIAS

- BECKETT, A. 2009. The dark side of the internet.[Online] Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/technology/2009/nov/26/dark-side-internet-freenet> [Acesso em: 27 jul 2013].
- BERGMAN, M.K. 2001. White paper: the deep we surfacing hidden value. Journal of Electronic Publishing[Online], v.7, n.1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0007.104> [Acesso em: 05 jul 2013].
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. v.1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. in A era da informação: Economia, sociedade e cultura.
- CERF, V. G.;KAHN R. E., "A protocol for packet network interconnection", IEEE Trans. Comm. Tech., vol. COM-22, V5, pp. 627-641, May 1974.
- GIBSON, Willian. Neuromancer. São Paulo: Aleph, 2003.
- KOEPSELL, David R. A ontologia do ciberespaço: a Filosofia, a lei e o futuro da propriedade intelectual. São Paulo: Madras, 2004.
- LÉVY, Pierre. A Inteligência Coletiva. São Paulo: Ed.34, 2000.
- _____. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.
- NULL, L.; LOBUR, J. Os Princípios Básicos de Arquitetura e Organização de Computadores. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006. 795 p.

MONTEIRO, S. D. 2013. As dobrassemióticas da web visível à invisível. *TransInformação* [Online], 25, n.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n1/a04v25n1.pdf> [Acesso em: 03 fev 2013].

MONTEIRO, S. D. 2007. O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. *DataGramaZero* [Online], v.8, n.3. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun07/Art_03.htm [Acesso em: 28 abr 2013].

OLIVEIRA, F. M, TOTTI, M. E, SOUZA, C. H. M, 2013. A Web Invisível e seus aspectos tecnológicos e sociais. *Anais de II CONINTER*, Disponível em: <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/280.pdf> [Acesso em: 09 nov 2018].

SHERMAN, C.; PRICE, G. *The invisible web: uncovering information sources: search engines can't see*. Medford: Cyberage Books, 2001.

TANENBAUM, A. S. *Redes de Computadores*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1994. 786 p.

VIEIRA, E. *Os bastidores da Internet no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2003.

WIENER, N. *Cybernetics (or the control and communication in the animal and the machine)*. New York, The Technological Press Wiley & Sons, 1948, 212 p.

DO SILÊNCIO DA MEMÓRIA DO PASSADO À EFEMERIDADE DO DISCURSO NA CONTEMPORANEIDADE¹

EVELYN GOYANNES DILL ORRICO²

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
evelyn.orrico@unirio.br*

FRANCISCO DANIEL DA SILVA MONTEIRO

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
fdanielmonteiro@gmail.com*

RESUMO

A proposta do presente trabalho é a partir de uma cultura de memória firmada no fim do século XX, que procura no revisionismo do passado uma estabilidade para memória no presente. Estabelecer uma relação com discurso contemporâneo, caracterizado pela falta de exatidão, efemeridade e esquecimento. Com isso, pretende-se fazer um levantamento de conceitos da Análise do Discurso de vertente Francesa afim de entender como os mecanismos discursivos compreendem o discurso na contemporaneidade. Dos conceitos discursivos, destacam-se: os silênciamentos e não-ditos presentes em todo discurso e que caracterizam o interdiscurso, os aparelhos ideológicos do estado e os procedimentos de interdição e separação do discurso. Desta forma, procura-se, compreender em que eles afetam a memória do passado, do presente e do futuro.

PALAVRAS-CHAVE: cultura de memória, revolução tecnológica, informação, redes sociais, análise do discurso

ABSTRACT

The purpose of the present work is based on a culture of memory signed at the end of the 20th century, which seeks in the revisionism of the past a stability for memory in the present. Establish a relationship with contemporary discourse, characterized by lack of accuracy, ephemerality and forgetfulness. With this, it intends to make a survey of concepts of Discourse Analysis of French slope in order to see how the discursive mechanisms understand the discourse in the contemporaneity. Of the discursive concepts, the following stand out: the silences and non-sayings present in every discourse and that characterize the interdiscourse, the ideological apparatuses of the state and the procedures of interdiction and separation of discourse. In this way, one seeks, to understand in what they affect the memory of the past, the present and the future.

KEYWORDS: culture of memory, technological revolution, information, social networks, discourse analysis

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Bolsista CNPq, PQ2 processo 305755/20153.

INTRODUÇÃO

Apesar do campo de estudos da memória social existir desde o início do século XX, apenas na década de 1990 foi “alçada a um lugar importante nas pesquisas acadêmicas, a partir da valorização das relações com o passado que passou a habitar a vida social e cultural” (DODEBEI; FARIAS; GONDAR, 2016, p.11). Esse impulso é oriundo de uma cultura de memória que emerge no fim do século XX com um desejo de consumo frenético pelo passado, articulando e relacionando esse tempo passado com o tempo futuro (DODEBEI; FARIAS; GONDAR, 2016, p.11). Essa relação de revisionismo da memória abre novas possibilidades de interpretação e experimentação desse passado, favorecendo o compartilhamento de novas experiências a partir dessas novas interpretações, o que irá influenciar as expectativas para o futuro.

A obsessão por memória e acúmulo de passado vêm sendo estimulados pela comercialização crescente promovida por uma indústria cultural ocidental disseminada a partir dos últimos anos da década de 1970. Huyssen (2000, p. 15) descreve esse processo como uma “cultura de memória”. Deve-se salientar que, igualmente ao crescimento da importância da memória, aumenta também a do esquecimento, conforme apontado por Huyssen (2000, p.18). Para ele, essa obrigatoriedade de memorar, assim como o medo do esquecer, surgiu com a revolução da informação, viabilizando forte representação midiática da memória.

Essa referência ao passado, segundo Pollak (1989, p.9), “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade”, fornecendo um quadro de referências e de pontos de referência, ao reinterpretar o passado a partir dos embates do presente. Esse embate pode se dar também para o que se pretende apontar para o futuro, produzindo o que denomino aqui de passados presentes.

A proposta do presente trabalho é observar as estratégias discursivas que se manifestam de diversas maneiras, inclusive pelas interdições que atuam sobre elas, a fim de compreender o discurso produzido na contemporaneidade, sobretudo aquele circulante nas redes sociais. Que é onde se expressam as tentativas do homem contemporâneo de conservar o momento vivido, a fim de reproduzi-lo em momentos vindouros, na tentativa de permitir a continuidade da memória.

OS NÃO-DITOS E O SILÊNCIO QUE FALA: UMA INTRODUÇÃO AO INTERDISCURSO E A ANÁLISE DE DISCURSO (AD) FRANCESA

Tendo em vista as relações de poder e censura produzidas nas sociedades, seja pelos governos e suas instituições como também pelas relações individuais e, considerando as questões culturais, étnicas e hábitos, haverá sempre um silenciamento do dizer, mas não dos significados dessa fala omitida. Diferentes formas de não-dizer tem sido objeto de reflexão no campo da análise do discurso de vertente francesa, como um dispositivo de interpretação a fim de desenvolver novas práticas de leitura que consistem “[...]como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 1990, p. 44). Entre o dizer e o não dizer há um espaço de interpretação por onde o sujeito se move. Nesse movimento, utilizam-se os implícitos e os silenciamentos como fios condutores da compreensão do processo discursivo.

Ducrot (1972, apud ORLANDI, 2012) aborda as questões implícitas do não-dizer distinguindo-o sob dois aspectos: o pressuposto e o subentendido. O primeiro deriva propriamente da instância da linguagem e o enunciado traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito, mas presente). Um exemplo dessa manifestação implícita seria o seguinte enunciado:

O homem parou de fumar. O pressuposto é que esse homem fumava. Se ele parou, é porque fumava antes. O subentendido, por sua vez, caracteriza o silêncio e deriva do contexto, desta forma, não pode ser relacionado ao que foi enunciado. Um exemplo dessa manifestação pode ser visto na seguinte situação enunciativa: Em uma sala com diversas pessoas, um dos presentes afirma que está calor. Alguém interpreta que seria oportuno abrir a janela.

No ato de dizer, defende Orlandi (2012, p.82), há uma margem de não-ditos que também significam. Além disso, acrescenta, “o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Em outras palavras, o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva”. Nesse sentido, o intradiscurso é a materialidade do interdiscurso, onde se encontram as marcas (evidências) que o caracterizam. Por exemplo, ao ler um texto de propaganda política escrito “vote em Maria do Vaguiño”, podem-se analisar evidências de um pensamento patriarcal, ao estabelecer relação de importância àquela mulher pelo fato de ser casada com aquele homem. Esse sentido patriarcal por sua vez, foi produzido e naturalizado socio-historicamente. Em síntese, a elaboração desse texto é o intradiscurso, que carrega marcas (evidências) de elementos (não ditos) do interdiscurso, neste caso, elementos que indicam um pensamento patriarcal. Ao formulá-lo, o autor tem a ilusão, efeito de sentido, de controle da língua, das palavras e do dizer, porém, ao analisar as evidências marcadas no intradiscurso do texto, percebe-se algo que está além da sintaxe e, algo que já estava lá antes de ser dito e que por isso, provavelmente, determinou o que poderia ou deveria ser dito, isso é o interdiscurso.

Em outras palavras, o interdiscurso é essa coletânea de já ditos anteriormente, e que são acionados pela memória e retomados em novos dizeres. É o senso comum das coisas que fazem sentido. Esse sentido se constrói pelo reconhecimento que o sujeito faz de si mesmo e do outro, construindo - e sendo também construído por - um conjunto de sentidos que se denomina **formação discursiva** (Pechêux, 1995, p.162). Esses já ditos, contudo, são da ordem do inconsciente, tendo sua origem sido esquecidas, embora continuem fazendo sentido dentro de um “imaginário” discursivo que são os “pré-construídos”. Esse termo, segundo Pechêux (1995, p.99) foi proposto por P. Henry “para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado”. É dessa forma que ocorre o *efeito de sentido*, que permite que aconteça o subentendido como já explicado, da mesma forma que acontece a antecipação do discurso entre indivíduos. Quando, por exemplo, o sujeito A fala ao sujeito B, ele tenta antecipar as possíveis respostas do sujeito B. Da mesma forma, o sujeito B, ao ouvir do sujeito A, tenta antecipar o que ele espera que o sujeito A vá dar como resposta. Segundo, Pêcheux (1997, p.77):

Isso implica que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o “espera”. Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso.

Essa dinâmica discursiva trata tanto o subentendido quanto a antecipação de sentido como efeito de sentido, uma ilusão, efeito de pré-construídos anteriores que são retomados no discurso presente.

Pré-construídos, contudo, não são palavras, expressões ou proposições que se repetem, mas os sentidos que são conhecidos e retomados ideologicamente. Esses sentidos, inclusive, podem mudar de acordo com as posições sustentadas por aqueles que a empregam, utilizando-se para isso das mesmas palavras, inclusive. Esses sentidos são determinados dentro de uma formação discursiva que é, segundo Pêcheux (1995, p.160), “aquilo que, dentro de uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada,

determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. ” Com isso, pode-se concluir que, para uma palavra, expressão ou proposição mudarem de sentido, necessariamente deverá acontecer uma nova formação discursiva. É dentro dessas formações discursivas que o sujeito, de forma inconsciente, se identifica com uma posição ideológica e se posiciona no discurso.

É importante ressaltar que as formações discursivas e os “efeitos de sentido” acontecem dentro de uma espécie de “imaginário”, que é uma região de “domínios de pensamento” e que segundo Pecheux (1995,p.161),

se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. É por essa via, [...]que todo sujeito “reconhece” a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a condição (e não efeito) do famoso “consenso” intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, dos não ditos e do interdiscurso, entende-se que o silêncio precisa ser interpretado, e para isso, revisitamos o passado dando-lhe novos significados. Os ditos e os não-ditos são condutores de novos discursos que buscam no passado e no presente seu sentido. Esse sentido se dará sempre ideologicamente, a partir tanto da posição que o sujeito se insere ou se identifica dentro de formações discursivas, quanto das condições de produção sócio históricas do discurso.

FORMA SUJEITO E IDEOLOGIA

A partir do que já foi apresentado, vê-se que o discurso possui a característica de comunicar, mas também pode servir para não comunicar. Isso porque em todo discurso, há uma ideologia trabalhando para produzir os seus efeitos. Essa ideologia é concebida como um sistema de representações, responsável por fornecer ao sujeito um efeito, ilusão de realidade, que se materializa nos aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Desta forma, Althusser (1970, p.43) designa Aparelho Ideológico de Estado como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” a exemplo de: Igrejas, família, escolas, Judiciário, Sistema político, imprensa e cultura. Esses Aparelhos são responsáveis por fazer circular e naturalizar os sentidos ditados ou formações ideológicas vigentes, enquanto outros sentidos são esquecidos. Esses conceitos farão toda a diferença para a compreensão dos hábitos e estratégias discursivas propagadas nas redes sociais, objeto de estudo desse trabalho e também do universo simbólico de onde o sujeito produz seu discurso.

Primeiramente, precisa-se entender este sujeito do qual falamos, que precisa da língua para se comunicar e produzir seu discurso. Nesse sentido, Orlandi (2012, p.47) diz que “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história.” Este sujeito que também é afetado pela ideologia, que tem o efeito elementar de constituição do sujeito. Desta forma afirma Orlandi (2012, p.48), – “Pela interpretação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade” É possível com isso dizer que temos um sujeito que é **efeito de linguagem**. Um sujeito, que pela interpelação ideológica, de alguma forma se identifica em um universo simbólico de discurso. Orlandi (2012) detalha assim esse sujeito:

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou

seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.(ORLANDI, 2012, p.48)

A partir dessa identificação do sujeito submetido à língua e à história e inscrito dentro de uma formação discursiva, que este, de alguma forma, se posiciona em uma **posição de sujeito**. Por exemplo, posição de pai, mãe, estudante etc. Este sujeito discursivo, diz Orlandi (2012, p.49), “é pensado como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz.”

Temos então uma forma-sujeito, quando o sujeito é interpelado ideologicamente, algo que acontece desde antes do nascimento. Quando os pais designam um nome a este sujeito, acontece aí uma interpelação ideológica. O sujeito é então interpelado à uma forma-sujeito, ou seja, à um sujeito universal, um sujeito do saber. Um exemplo de sujeito universal seria a forma-sujeito capitalista. Trata-se da forma como vivemos e pela qual, de alguma forma, nos identificamos. Esse processo acontece de forma inconsciente. O sujeito se utiliza de palavras, frases e expressões que circulam dentro de um universo simbólico, cujo sentidos já estão lá, já ditos, já conhecidos (interdiscurso). Este sujeito interpelado, desde antes do nascimento, produz então seu discurso, dentro dessa zona de sentidos para qual ele se identifica e se reconhece como sujeito que é.

A VONTADE DE VERDADE DE FOUCAULT

No item anterior, verificou-se que a forma do sujeito só existe por meio da interpelação ideológica. Esta, por sua vez, é exercida pelos aparelhos ideológicos do Estado. Analisamos também que o sujeito do discurso é formado ideologicamente. Ele se identifica com o universo simbólico discursivo pré-existente – são as formações discursivas.

A partir desses conceitos, pode-se questionar que uma sociedade costuma ser controlada e organizada por discursos dominantes com função de afirmar seus poderes e obter controle sobre a aleatoriedade dos acontecimentos desviando-se assim de suas pesadas consequências e de sua materialidade. (FOUCAULT, 2005, p.8). Essa abordagem é importante, com consequências ao interdiscurso e a interpelação ideológica do sujeito.

Foucault (2005) nos apresenta três grandes procedimentos de exclusão externos do discurso, que põem em jogo o poder e o desejo. A interdição, a rejeição e por último a vontade de verdade. A primeira, diz respeito ao “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam.” (FOUCAULT, 2005, p.9) Essa interdição mantém forte ligação com o desejo e com o poder que são mais sensíveis nos campos da sexualidade e da política. O segundo procedimento, da rejeição ou segregação, é o que diz que um discurso não pode circular com os demais – o psicanalista e seu poder institucional de classificar o discurso de seu paciente como loucura – o discurso do louco é completamente desqualificado. Outro exemplo aparece nos sistemas de diplomação que visam definir se aquele sujeito é apto ou não a exercer determinado discurso.

Mas de todos os procedimentos de exclusão, o terceiro, que é a vontade de verdade histórica, é o mais difícil de se reconhecer. Ao contrário dos demais sistemas de exclusão, que costumam caracterizar-se pela arbitrariedade e pela violência exercida pelas instituições que os sustentam. Para essa vontade de verdade histórica, que age diretamente no “no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta.” (FOUCAULT, 2005, p.14). Em outras palavras, trata-se de um sistema de separação historicamente e institucionalmente constituído que rege nossa vontade

de saber. Essa vontade de saber (ideologia dominante) é então naturalizada na sociedade e tende a exercer pressão e, porque não dizer, um certo poder de coerção sobre os demais saberes (discursos), como detalhado por Foucault (2005):

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. (FOUCAULT, 2005, p.17)

Essa abordagem nos indica a tentativa de formação de um discurso verdadeiro e universal (a busca do sujeito universal), que parece amparar-se em conceitos como moral, sinceridade, nas ciências e naquilo que é verossímil e não responderia ao desejo ou ao que exerce o poder – um discurso verdadeiro e libertador que parece justificar a sua interdição, torná-la necessária. Assim, ignoramos ao que parece essa vontade de verdade que se impõe e atravessa o discurso verdadeiro que é incapaz de reconhecê-la.

A partir dos conceitos levantados até aqui, pretende-se, a seguir, analisar o discurso da contemporaneidade, que com a revolução tecnológica, proporcionou novos lugares de fala ao sujeito. Assim, tentar, determinar, que influências esses lugares de fala terão sobre o sujeito e seu discurso.

NOVOS LUGARES DE FALA: O PRESENTE SE CONTRAI

No que se refere às relações sociais, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. (FOUCAULT, 2005, p. 9). O surgimento das redes sociais, entretanto, parece sugerir uma transgressão a esse cânone, já que disponibiliza aos indivíduos comuns um novo lugar de fala, onde o sujeito tem a ilusão de acesso ilimitado, autônomo e horizontal e, dessa forma, podem confrontar os sistemas de exclusão institucionais que interditam o direito de fala do sujeito. Contudo, essa percepção democrática de comunicação, deve ser contestada em seu caráter político-ideológico que, e considerar o conjunto de forças que a controlam e exercem influência. Esse fenômeno é assim descrito por Britto (2003, p. 52):

Conectado ao mundo e tendo disponível uma enorme diversidade de informação e de formas de aprender e de informar-se, qualquer cidadão teria garantida a oportunidade de participação e de intervenção na sociedade, interagindo com múltiplos agentes em todo o mundo, tornando conhecidas suas ideias. Em última análise, ele estaria fazendo política – a forma mais eloquente de democracia e de cidadania.

Esta forma de perceber o fenômeno da comunicação eletrônica, contudo, apenas mascara as desigualdades antigas e novas, através da ilusão do acesso ilimitado. Ela se apoia em uma concepção de política e de participação social centrada na imagem de sujeitos individuais, considerados como unidades sociológicas plenas e de mesmo valor, ignorando as condições históricas objetivas de exercício do poder e de reprodução da organização social que o sustenta.

Assim, Britto nos exorta sobre os perigos que corremos ao ignorar as condições de produção em que se manifesta o discurso e a disputa pelo poder, nos meios de comunicação eletrônica, sobretudo das redes sociais. Estas, são lugares de fala e de formação de discurso, calcadas nos mesmos princípios ideológicos já discutidos, que são próprios das formações discursivas. Desta forma, Por mais que esses novos lugares de fala nos pareçam autônomos e ilimitados, o fato de serem controlados por algumas poucas empresas como Google e Facebook põe em contradição essa hipótese.

Nesse sentido, um grupo ou organização pode obter controle sobre perfis psicológicos detalhados dos indivíduos. Tais perfis poderiam então ser utilizados para verificar quais indivíduos estariam mais predispostos a receber determinadas mensagens – sobre o governo ou contrariedade no cenário político por exemplo. Desta forma, traçar uma estratégia para mudar o comportamento desses indivíduos. Agindo assim, como uma espécie de Aparelho Ideológico do Estado, esses grupos têm a possibilidade de agir diretamente no interdiscurso, mudando a percepção de consenso e do comum.

Além disso, a rápida evolução tecnológica e a grande quantidade de informação produzida na grande rede, causa um efeito de redução do tempo presente. Segundo Huyssen:

A velocidade sempre crescente das inovações técnicas, científicas e culturais gera quantidades cada vez maiores de produtos que já nascem praticamente obsoletos contraindo objetivamente a expansão cronológica do que pode ser considerado o presente de uma dada época (HUYSSSEN, 2000, p. 27).

Assim, o autor nos explica acerca dessa contração temporal do presente:

O tempo de permanência dos objetos de consumo nas prateleiras tem obviamente encurtado de uma maneira muito radical, e com ele a extensão do presente que, no sentido de Lubbe, foi se contraindo simultaneamente à expansão da memória do computador e dos discursos sobre a memória pública (HUYSSSEN, 2000, p. 28).

Retomamos aqui a ideia inicial do trabalho, a estabilidade e expansão da memória que chamamos de passado-presente, dão lugar a uma memória encolhida e imediata, designada aqui por presente-presente. Uma memória produzida e logo esquecida, por uma amnésia de memória do passado, substituída por uma memória construída e usada ao seu máximo. Huyssen (2000) nos adverte dessa possibilidade de esquecimento:

Se todo o passado pode acabar, não estamos apenas criando nossas próprias ilusões de passado, na medida em que somos marcados por um presente que se encolhe cada vez mais – o presente da reciclagem a curto prazo, para o lucro, o presente da produção na hora, do entretenimento instantâneo e dos paliativos para a nossa sensação de ameaça e insegurança, imediatamente subjacente à superfície desta nova era dourada (HUYSSSEN, 2000, p. 24)

O referencial de coesão proporcionado pela memória do passado é substituído por um referencial de memória de entretenimento, imediata e esquecível. O excesso de informação e a impossibilidade de assimilá-la, causa um esquecimento. Este parece então produzir um tipo de interdição no sujeito, afetando o interdiscurso e a produção de sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo assim, da apresentação de mecanismos que promovem o silenciamento do discurso, observamos primeiramente, o surgimento de um paradoxo no que diz respeito ao aumento da produção de memória seguido do aumento no esquecimento, visto que este parece se relacionar diretamente com o aumento do primeiro (HUYSSSEN, 2000). Essas memórias, ao passo que flertam com o esquecimento definitivo, se mantêm pelas várias formas de não-ditos contidas no dito de qualquer discurso. Para Farias (2011, p.23) “O Silêncio que concerne às experiências vividas funciona paradoxalmente como um tipo de esquecimento e também como um tipo de resistência contra os movimentos de apagamento”, Entretanto, segundo Ferreira (2016, p.147) “Não se pode ter a ilusão de que seja possível recuperar, ou mesmo reparar, os danos decorrentes dos silenciamentos e apagamentos produzidos historicamente.” Desta maneira, o silêncio carregado de significado precisa ser tratado e interpretado pelo analista, como um produto da história e do discurso.

Destaca-se, ainda, que os sistemas de interdição e separação do discurso, como sistemas de poder e controle exercidos nas sociedades. Desses, a “vontade de verdade” se apresenta com um poderoso sistema de interdição, que age silenciosamente no interdiscurso do sujeito. Difícil de ser percebido e por isso, também de ser contestado. Isso por que não se apresenta, de forma coercitiva nem violenta; ao contrário, se disfarça no interior do próprio discurso do sujeito, que busca por uma verdade a partir de parâmetros pré-condicionados. Vale perguntar se essa vontade de verdade seria a grande responsável pela cultura de memória e consumo de passado? Se sim, então essa memória trazida de volta, que em parte é imaginada e em parte vivida, corre o risco de ser reinterpretada baseada em novos parâmetros de interdição, agora diferentes daqueles que as silenciaram.

Com o encolhimento do presente no que diz respeito a sua temporalidade. A indústria da cultura do passado então, parece dar lugar a uma cultura do presente, de informação imediata, despreocupada com fontes, autorias, qualidade ou veracidade. Além disso vê-se que estamos diante de uma nova cultura, de armazenamento em massa de imagens, vídeos, áudios e todo tipo de mídia informacional, como uma tentativa de preservar o momento e “os fatos vividos que adquirem seus sentidos na medida em que são alçados à condição de memória” (FARIAS,2011, p.8). Assim, da mesma forma que já acontece com a multiplicação de museus e monumentos, acontece também com as redes sociais. O que parece sugerir um paradoxo à memória contemporânea que segundo Farias (2011,p.7) mostra-se “evanescente, fragmentária e ausente” e indaga: “Seria essa uma tentativa de recompensar esse caráter fragmentário, efêmero e fugidio da memória diante da multiplicidade de sentidos e das distintas formas de representações?”

Por último, vale destacar algumas questões que ainda precisam ser analisadas com mais profundidade. Desta forma, questiona-se se o excesso de informação seria o grande sistema de interdição contemporâneo e, além disso, que tipo de memória surgirá a partir da aparente amnésia do passado e da efemeridade do presente? Quais sistemas de interdição influenciarão os discursos e as memórias a partir de agora?

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1970
- BRITTO, L. *Contra o consenso: Cultura escrita, educação e participação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003
- DODEBEL, V; FARIAS, F; GONDAR, J. Apresentação. *Morpheus*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, 2016.
- FARIAS, F. Introdução In: ____ [Org.]. *Apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- FERREIRA, L. *Memória e esquecimento na língua*. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. p.137-148.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005
- HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. *Uma análise automática do discurso*. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997)

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989.

AS MÍDIAS DIGITAIS E A COMPOSIÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES: A NECESSIDADE DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA NAS PESQUISAS INTERDISCIPLINARES

Ieda Tinoco Boechat

Doutoranda da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)

Bolsista Capes

iedatboechat@hotmail.com

Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (Uenf)

Bolsista FAPERJ

hildeboechat@gmail.com

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Professor Associado e Coordenador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cognição e

Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)

chmsouza@gmail.com

RESUMO

A fim de estudar os novos comportamentos que emergem em função da constituição mediada de família, este artigo, que não prescinde da pesquisa científica interdisciplinar, problematiza a seguinte questão: Qual a pertinência da pesquisa bibliométrica para os estudos interdisciplinares que visam analisar a constituição de famílias por meio do uso das novas mídias digitais? Sendo assim, esta pesquisa objetiva analisar a pertinência da análise bibliométrica para a produção científica interdisciplinar relativa à constituição mediada de família pela comunidade acadêmico-científica na última década. Para tanto, este estudo apresenta como objetivos específicos: dissertar sobre a influência das tecnologias na constituição das famílias nas redes sociais e nas redes sociais digitais a partir do século XX, e proceder a uma investigação prévia acerca da relevância da análise bibliométrica nessa proposta interdisciplinar, consultando as seguintes bases de dados, no período de 2009 a 2018: Scopus, Portal de Periódicos CAPES/MEC e Google Acadêmico. Assim sendo, tem-se uma metodologia qualitativa quanto ao problema, exploratória quanto aos objetivos, e pesquisa bibliográfica, quanto aos procedimentos técnicos. O estudo demonstra não apenas a pertinência da pesquisa bibliométrica para os estudos interdisciplinares em questão, mas também sua necessidade.

Palavras-chave: Modo mediado de constituir família. Metodologia. Tecnologias digitais

ABSTRACT

To study the new behaviors that emerge as a function of the mediated family constitution, this article, which does not ignore interdisciplinary scientific research, questions the following question: What is the relevance of bibliometric research for interdisciplinary studies that aim to analyze the constitution of families through use of new digital media? Thus, this research aims to analyze the relevance of the bibliometric analysis for the interdisciplinary scientific production regarding the mediated family constitution by the academic-scientific community in the last decade. In order to do so, this study has as specific objectives: to discuss the influence of technologies on the constitution of families in social networks and digital social networks

from the twentieth century, and to carry out a previous investigation about the relevance of bibliometric analysis in this interdisciplinary proposal, referring to the following databases, from 2009 to 2018: Scopus, Portal of Periodicals CAPES / MEC and Google Scholar. Thus, there is a qualitative methodology regarding the problem, exploratory regarding the objectives, and bibliographic research, regarding the technical procedures. The study demonstrates not only the relevance of bibliometric research to the interdisciplinary studies in question, but also their necessity.

Key-words: Mediated way of forming a family. Methodology. Digital technologies

Introdução

A participação das tecnologias digitais – computadores, celulares, smartphones, tablets, iPeds, iPhones, entre outros – tem sido tão expressiva no dia a dia das pessoas e, por conseguinte, no cotidiano das famílias, que o desenvolvimento tecnológico vem se destacando também nesse âmbito e passa a chamar à atenção para suas implicações no contexto interacional familiar, uma vez que elas têm sido usadas para estabelecer relacionamentos amorosos e para constituir famílias.

Assim, novos comportamentos emergem em função de uma nova possibilidade para o uso das tecnologias digitais: a constituição midiaticizada de famílias. Essa temática contempla um complexo fenômeno emergente no cenário sociocultural contemporâneo que requer o estabelecimento do diálogo entre duas áreas do conhecimento – a Evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação e a Concepção Sistêmica de Família –, portanto, seu estudo não pode prescindir do uso de metodologias que efetivamente colaborem para subsidiar a pesquisa científica interdisciplinar. Desse modo, a pesquisa problematiza a seguinte questão: Qual a pertinência da pesquisa bibliométrica para os estudos interdisciplinares que visam analisar a constituição de famílias por meio do uso das novas mídias digitais?

Sendo assim, este artigo objetiva analisar a pertinência da análise bibliométrica para a produção científica interdisciplinar relativa à constituição midiaticizada de família pela comunidade acadêmico-científica na última década. Para tanto, este estudo apresenta como objetivos específicos: dissertar sobre a influência das tecnologias na constituição das famílias nas redes sociais e nas redes sociais digitais a partir do século XX, na perspectiva interdisciplinar, e proceder a uma investigação prévia acerca da relevância da análise bibliométrica, consultando as seguintes bases de dados, no período de 2009 a 2018: Scopus, a partir das palavras-chave “family constitution” e “digital medias”; Portal de Periódicos CAPES/MEC, a partir das palavras-chave “constituição de família” e “mídias digitais”; Google Acadêmico, a partir das palavras-chave “constituição de família” e “mídias digitais”.

Nesse sentido, esta pesquisa estudo evidencia sua relevância social e acadêmica quando identifica o cenário de transformação social que se apresenta com o surgimento das redes sociais digitais, modificando os modos de constituir família influenciados, agora, pelas novas mídias digitais, e se propõe a dar prosseguimento às pesquisas científicas interdisciplinares que se dedicam a compreender melhor a composição de famílias a partir da mediação tecnológica no presente momento histórico. Caso se considere pertinente proceder à pesquisa bibliométrica, a pesquisa fornecerá elementos para o levantamento de consistente aporte teórico que caracterize com mais propriedade as famílias que se constituem via mídias digitais, e poderá avançar, em momento posterior, promovendo a sistematização dos subsídios teóricos encontrados, a partir da revisão integrativa de literatura.

Assim sendo, tem-se uma metodologia qualitativa quanto ao problema, exploratória quanto aos objetivos, e pesquisa bibliográfica, quanto aos procedimentos técnicos.

1 A influência das tecnologias na constituição das famílias: uma perspectiva interdisciplinar

Conectados em rede, os computadores promovem uma revolução na história das tecnologias da informação e comunicação. Segundo Souza (2003), desde 1969, percebem-se os prenúncios da maior rede de computadores do mundo, ou seja, uma rede de computadores interligados entre si, por meio de servidores, cuja utilização é viabilizada por *modem*, telefone e uma conta de acesso à rede. Entretanto, a internet, a potente “ferramenta hipermídia”, torna-se popular somente no início dos anos 90. Em sentido amplo, “A palavra *Internet* é, frequentemente, utilizada para descrever tudo o que se relaciona com nosso universo *on-line*, incluindo computadores, roteadores, cabos ópticos e até a *Web*” (BARABÁSI, 2009, p. 132, grifos do autor).

Com a franca expansão da internet, a sociedade vai se tornando cada vez mais tecnológica e uma nova cultura começa a se estabelecer, emergindo a interconexão, a criação de comunidade ou vínculo social e a propensão à inteligência coletiva como tendências que, na opinião de Lemos e Lévy (2014), firmaram-se na “evolução da memória digital”. Interconectada, criando vínculos sociais e fomentando a inteligência coletiva, a humanidade segue se utilizando das tecnologias e das tecnologias digitais.

Historicamente, Souza (2003) permite constatar a expressiva distinção entre as tecnologias da informação e comunicação, pois delinea a evolução das tecnologias midiáticas da seguinte forma: as tecnologias – rádio, televisão, jornal, entre outros –, as tecnologias digitais – aquelas oriundas da criação e utilização dos computadores – e as novas tecnologias digitais – aquelas nascidas e utilizadas em larga escala a partir do advento da internet, disseminando a informação, expandindo a comunicação e alterando o modo de as pessoas se relacionarem. Consoante o autor, ao longo do tempo, não acontece uma completa substituição das antigas mídias pelas novas, mas, no cenário sociocultural, todas elas coexistem, promovendo modificação no modo de vida das pessoas, uma vez que a internet propicia o desenvolvimento de relações virtuais, colocando-se como um “agente de mudanças comportamentais”.

O uso das mídias digitais promove expressivas modificações também no comportamento das famílias. As famílias, aqui, são entendidas a partir da perspectiva sistêmica: no sistema familiar, toda novidade que um membro experimenta alcança a todos de algum modo e aquilo que todos fazem interfere na vida de cada um individualmente. Essa é a noção basilar da concepção sistêmica de família. As “ciências da família”, conforme propõe Day (2010) concebem a família como um conjunto de pessoas conectadas geracionalmente, que proveem reciprocamente contato íntimo por meio de compromisso, verdade, respeito e obrigação a longo prazo, empenhadas em atingir metas comuns, gerenciando recursos; nesse grupo, pressupõe-se a intimidade sexual entre o casal.

Na concepção de Carter e McGoldrick (2007), quando duas pessoas se casam, colocam em interação dois sistemas inteiros para formar um novo sistema, na medida em que elas decidem se empenhar para formar um núcleo familiar com identidade própria, passando de casal à família com o nascimento do primeiro filho. Esses cônjuges, que eram e continuarão sendo membros de sistemas que já possuíam idiossincrasias e expectativas baseadas em suas crenças e tradições, suas leis e regras familiares, aliam tais expectativas familiares às suas pessoais em relação a muitos aspectos, inclusive à sua descendência. “Uma família é a viva expressão do encontro de famílias ao longo das gerações” (BOECHAT, 2017, p. 131).

Com a ampla utilização da internet, as famílias que transitavam e se constituíam apenas nas redes sociais, nesta sociedade altamente midiaticizada, transitam e se constituem nas redes sociais digitais também, relacionando-se no espaço e no ciberespaço. O espaço virtual tem oportunizado, assim, a constituição de famílias. Segundo Lemos e Lévy (2014), o ciberespaço refere-se a um espaço de significação comum entre os indivíduos que o utilizam e diz respeito a uma atualização do espaço virtual, da linguagem de comunicação e da cultura, não havendo aí distância física, uma vez que se encontra arraigado em estruturas arcaicas, imaginárias e simbólicas de toda a vida social.

Nesse contexto, Castells (2011) define “redes sociais” como um conjunto de nós interconectados, como estruturas abertas capazes de se ampliar de modo ilimitado pela integração de novos nós, sob a condição de compartilharem os mesmos códigos comunicacionais. De acordo com Recuero (2009, p. 24, grifos da autora), fundamentando-se em Wasserman e Faust (1994) e Degenne e Forse (1999), “Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais)”. Sendo os nós da rede social pessoas, grupos ou instituições, busca-se conhecer, nessa estrutura, como se comportam socialmente estes atores para estabelecerem suas conexões, ou seja, seus laços e interações.

Assim, Castells (2011) exemplifica redes sociais e redes sociais digitais ao aludir aos mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares; aos conselhos nacionais de ministros e comissários de uma rede política; aos campos de coca e papoula, com todo o aparato – laboratórios, pistas de pouso, gangues, instituições financeiras – que requer o tráfico de drogas que atinge a economia e as sociedades no mundo; aos sistemas de televisão, com seus estúdios, computação gráfica, equipes, equipamentos, que transmitem e recebem as informações na rede global midiática.

Uma sociedade assim, na concepção de Castells (2011), ganha uma nova morfologia. Na “sociedade em rede”, as tecnologias da informação e comunicação incrementam a construção de redes sociais e, nessa sociedade midiática do “tempo intemporal” e dos “espaços dos fluxos”, as tecnologias da informação e comunicação digitais tecem redes sociais digitais no ciberespaço. Desse modo, conforme Lemos e Lévy (2014), há um “hibridismo” entre o espaço virtual e o não virtual.

Logo, se a sociedade está em rede, as famílias, também, estão em rede. Elas se conectam nas redes sociais com outras famílias em suas relações nas escolas, nos clubes, nas igrejas, na comunidade, nas academias de ginástica, enfim, na sociedade. Elas também se conectam nas redes sociais digitais, na medida em que se utilizam das mídias digitais para se comunicar e interagir nessa sociedade cada vez mais midiaticizada.

O impacto midiático sobre a comunicação no contexto interacional familiar tem sido apresentado por Boechat (2017). O estudo aponta que, além dos fatores tecnológicos e relacionais familiares, historicamente, podem-se constatar vetores sociais, culturais, políticos e econômicos inter-retroagindo no cenário sociocultural mais amplo para produzir muitas mudanças em âmbito familiar, em relação às identidades de seus membros/atores sociais, aos padrões de comunicação, às gerações familiares, às constantes reconfigurações que experimentam as famílias, além de riscos e oportunidades oferecidos aos membros dessas famílias que, participando das redes sociais, experimentam, também, as interações nas redes sociais digitais. Seria diferente quanto ao modo de os enamorados se encontrarem?

Se no presente momento histórico a sociedade atua a cultura digital, os relacionamentos amorosos se tecem também na virtualidade do ciberespaço. A crescente popularização

das mídias digitais permite que a comunicação mediada por tais tecnologias aconteça entre casais também. Eles podem se conhecer em encontros presenciais e/ou virtuais e podem se relacionar fisicamente e/ou por meio das mídias digitais – inovações culturais da sociedade contemporânea. (BOECHAT; CABRAL; SOUZA, 2017, p. 149-150).

Não seria diferente, então. As mídias e as mídias digitais, em alguns casos, extrapolam os fins para que foram criadas e alcançam as famílias em sua forma de se constituir.

Desse modo, as mídias do passado – as cartas de amor, os pombos-correio, os telefonemas, os telegramas – estabeleciam laços de enamoramento e alimentavam as relações amorosas ou mesmo as relações conjugais a distância. Atualmente, essas mídias estão sendo substituídas ou estão coexistindo com os e-mails, o Facebook, o Instagram, o Tinder e o WhatsApp, por exemplo. (BOECHAT; SOUZA, 2018, p. 453).

Nesse sentido, Alberoni (1988) situa o enamoramento entre os fenômenos coletivos e o considera um caso especial de movimento coletivo, assim definindo-o: “*Que é o enamoramento? É o estado nascente de um movimento coletivo a dois*” (ALBERONI, 1988, p. 5, grifos do autor). Para o autor, o enamoramento se encontra no plano do extraordinário e constitui-se em contraposição aos costumes e interesses das instituições, pois desafia seus valores fundamentais, já que se trata de um movimento portador de projetos e criador de instituições.

Mesmo que haja questionamentos quanto a ser uma possibilidade factual o que se vive no ciberespaço, mesmo que alguns considerem que as relações estabelecidas na internet geram um distanciamento, há casais que se encontram e constituem família a partir de relacionamentos virtuais, implantando inovações nas manifestações culturais relativas ao namoro e ao enlace matrimonial. (BOECHAT; CABRAL; SOUZA, 2017, p. 150).

Assim sendo, criando por novos meios a instituição família, o enamoramento, neste tempo histórico, se estabelece nas redes sociais e nas redes sociais digitais e se coloca como um “movimento a dois” que parece estar deflagrando um amplo movimento coletivo que tem posto em questão costumes, valores e interesses no âmbito da referida instituição.

2 A constituição das famílias nas redes sociais e nas redes sociais digitais a partir do século XX

A família patriarcal, que predominou por muito tempo, vem cedendo lugar a outras configurações de família. Nessa perspectiva, Castells (2010) menciona a “coabitação sem união legal”, os “casamentos precedidos de coabitação”, os “lares com apenas um genitor” e os “lares não habitados por famílias”, Bauman (2004) alude aos relacionamentos no estilo “viver juntos” e aos “casais semiseparados” e Boechat (2017) apresenta as configurações de família que habitam a sociedade contemporânea e continuam transformando-a, enquanto são por ela transformadas – a família tradicional, a monoparental, a recasada, a anaparental, a homoafetiva, a transexual, a *e-family*, a poliafetiva e a coparental –, enfatizando que a concepção sistêmica de família contempla indiferentemente essas diversas configurações de família.

As famílias que, antigamente, se constituíam nas redes sociais, atualmente, recebendo a influência midiática, constituem-se nas redes sociais também. Desse modo, no cenário sociocultural contemporâneo, as pessoas estabelecem laços de família, utilizando-se das novas tecnologias da informação e comunicação. A família Chagas Bélanger exemplifica as famílias que se constituem nas redes sociais. Salomone (2015) apresenta a família do taxista brasileiro Adriano Chagas que conheceu a canadense Eve Bélanger na Quadra da Mangueira. Eles se casaram em 2010 e dois anos depois nasceu sua filha Yanes.

As famílias que se constituem a partir do uso das mídias digitais podem ser exemplificadas por meio da família constituída pelo empresário M.R.J., de 40 anos, nascido em Beirute, no Líbano, e pela médica veterinária P.C.J., de 34 anos, nascida em Vitória (ES), no Brasil. Segundo

Boechat, Cabral e Souza (2017), ambos se cadastraram no *Viber*, em junho de 2014, “com o objetivo de aprendizado”. Ela tinha o “objetivo de aperfeiçoar o inglês” e ele de “aprender português”, já que trabalhava em Angola. O aplicativo *Viber* cruzou os dados e os colocou em contato para conversação em inglês pelo serviço *Hello Talk*. Em junho de 2015, eles estavam se casando. O casamento foi transmitido via *Skype* para o Egito, onde mora a irmã dele, para a Síria, onde reside outra irmã dele, e para o Líbano, para os seus pais e a irmã caçula, uma vez que a família de M.R.J., embora estivesse empenhada em chegar ao Brasil para a cerimônia, não obteve o visto em tempo hábil.

Houve um tempo em que era inimaginável a união de casais e a constituição de famílias mediada por tecnologias digitais, simplesmente porque tais mídias eram inimaginadas. Assim como no espaço não virtual cada pessoa escolhe o modo pelo qual vai se relacionar, no espaço virtual isso também ocorre. As pessoas podem escolher namorar conectadas nas redes sociais digitais pela internet, inclusive constituir família, passando o ciberespaço a ser uma dessas possibilidades. Mesmo que uma ferramenta em sua criação tenha sido idealizada para atender a um determinado propósito ou para atingir um público específico, é seu próprio uso que vai definir sua utilização, ou seja, é o cibernauta que lhe estabelece a finalidade e aplicabilidade.

Baseando-se em Boyd e Ellison (2007), Recuero (2009) menciona que o *Facebook* foi criado por um acadêmico de Harvard para estabelecer uma rede de contatos que pudesse favorecer o jovem universitário em um momento delicado de sua vida, quando deixa sua cidade para se lançar em novas relações sociais no contexto da academia. O aplicativo *Tinder*, por sua vez, criado em 2012, com o propósito de possibilitar que as pessoas se localizem e marquem encontros, pode ser usado por muitas pessoas não como um cupido, como afirma Souza (2016, p. 188), quando, baseando-se em Tagiaroli (2014), menciona o ponto de vista de Justin Mateen, seu cofundador:

Essencialmente, promovemos uma apresentação entre duas pessoas [...]. Pode ser para um relacionamento amoroso, amizade ou para fazer negócios. Quando você vai a uma festa ou a um café, ninguém chega para você e diz: “Estou aqui para achar uma mulher” ou “estou aqui apenas para fazer amigos”. São os usuários que definem como usar a ferramenta.

Entretanto, muitos casais começam a namorar usando essas ferramentas, fazendo surgir o namoro on-line, conforme Bauman (2004), e os relacionamentos virtuais, nas palavras de Lins (2007). Casais se deixam enamorar e vêm a se casar a partir de relacionamentos estabelecidos nas redes sociais digitais. No *site* <g1.globo.com.br>, Raimundi (2017) relata a história de um casal que se conheceu no *Tinder*; eles se casaram e já têm um filho, embora seus propósitos iniciais fossem completamente diferentes. Ele acabava de sair de um casamento longo e queria aproveitar a vida de solteiro sem se envolver seriamente com alguém; ela, por sua vez, estava solteira e à procura de um homem que quisesse se casar.

Vão surgindo assim, as famílias virtuais ou famílias eletrônicas. Cabral *et al.* (2016), baseando-se em uma situação fática, qual seja, a história de Sheila e Clovis, nomeiam *e-family* a família que se constituiu por meio de casamento e adoção de filhos por procuração e se manteve por treze anos unida por meio do relacionamento virtual.

As famílias coparentais se valem, também, do ciberespaço para se constituir. De acordo com Canellas (2017), a jornalista Taline Schneider (35), à procura de um pai parceiro, ou seja, presente e participativo na criação do filho que deseja ter, cria a primeira *fanpage* brasileira com a finalidade de ajudar outras pessoas que têm o mesmo intento e favorecer, assim, a constituição de famílias coparentais. Conhecido como “cupido da concepção”, o *site* promove

encontros de pessoas que não se encontrariam de outro modo, também por meio de um *site* recém-criado, semelhante a um classificado, onde as pessoas informam quem são, o que fazem, porque optaram por esse modo de constituir família e o tipo de parceiro pretendido, estabelecendo rígidas regras de participação e convivência.

Mencionando casais que tiveram um relacionamento nas redes sociais no passado e se reencontraram nas redes sociais digitais no presente, Boechat e Souza (2018) nomeiam “modo não mediados de constituir família” a conformação de famílias sem a interferência das mídias não digitais ou das novas mídias digitais e “modo mediados de constituir família” a composição de famílias mediada, de algum modo, pelas tecnologias não digitais e/ou pelas novas tecnologias digitais.

A partir do exposto, ante a complexidade e a atualidade da temática em estudo, buscam-se novos caminhos para se expandir os referenciais teóricos relacionados à constituição de família mediada pelas novas tecnologias digitais, investigando-se, neste texto, a pertinência dos estudos bibliométricos para a referida proposta interdisciplinar.

3 Os estudos bibliométricos na pesquisa científica interdisciplinar

Alvarenga *et al.* (2011), referindo-se à interdisciplinaridade, afirma que os conhecimentos se comunicam para produzir novos conceitos, teorias, tecnologias de pesquisa e conhecimentos inovadores por meio de arranjos teórico-metodológicos, permitindo alargar a compreensão de fenômenos complexos em estudo, a partir da visão dialética e dialógica que se pode ter deles. Segundo Boechat (2017, p. 174),

Os estudos interdisciplinares oferecem uma possibilidade de avançar para além de um paradigma pautado na “inteligência cega” de que fala Morin (2015), que desintegra as realidades-chave que atravessam as fendas distintivas das disciplinas, para fazer ver o óbvio: “Precisamos enfrentar a complexidade antropossocial, e não dissolvê-la ou ocultá-la” (MORIN, 2015, p. 14).

Boechat (2017), então, utiliza o pensamento complexo de Edgar Morin como suporte epistemológico para a pesquisa científica interdisciplinar que alia os pressupostos da Concepção Sistêmica de Família aos da Evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação, para analisar a relação entre o uso das mídias digitais e o contexto das famílias, dada a complexidade de tal fenômeno, o que permite constatar a inter-retroação de fatores não apenas relacionais familiares e tecnológicos, mas também de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos no cenário da sociedade contemporânea produzindo impactos no contexto interacional familiar e vice-versa.

O avanço das pesquisas na proposta interdisciplinar e a atualidade do tema convidam à busca de metodologias que favoreçam o seu estudo. Além da pesquisa bibliográfica, que, segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), utiliza-se de material publicado em livros e artigos de periódicos, além daquele disponibilizado na internet, desenvolve-se, neste artigo, uma investigação prévia para avaliar a pertinência da análise bibliométrica para produção científica interdisciplinar relativa à temática em questão. Conforme Araújo e Alvarenga (2011, p. 54),

Encontram-se na literatura algumas definições para bibliometria, tais como a proposta por Tague-Sutcliffe (1992 apud MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134), “[...] o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada” ou a definição de Foresti (1989, p. 7), “[...] uma área extensa da Ciência da Informação que abrange todos os estudos que procuram quantificar os processos de comunicação escrita, aplicando métodos numéricos específicos”.

“A bibliometria, como área de estudo da Ciência da Informação, tem um papel relevante na análise da produção científica de um país, uma vez que seus indicadores podem retratar o comportamento e desenvolvimento de uma área do conhecimento” (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011, p. 52). A análise bibliométrica requer a aplicação do método quantitativo-descritivo, e segue o direcionamento de Chueke e Amatucci (2015, p. 2):

Particularmente, no campo das ciências sociais aplicadas os estudos bibliométricos se concentram em examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber, mapear as comunidades acadêmicas e identificar as redes de pesquisadores e suas motivações. Tais objetivos são tangibilizados por meio da criação de indicadores que buscam sumarizar as instituições e os autores mais prolíferos, os acadêmicos mais citados e as redes de coautorias (Okubo, 1997).

De acordo com os autores supramencionados, devem-se observar as leis (Figura 1) que regem os estudos bibliométricos:

Leis	Medida	Critério	Objetivo principal
Lei de Bradford	Grau de atração do periódico	Reputação do periódico	Identificar os periódicos mais relevantes e que dão maior vazão a um tema em específico
Lei de Zipf	Frequência de palavras-chave	Lista ordenada de temas	Estimar os temas mais recorrentes relacionados a um campo de conhecimento
Lei de Lotka	Produtividade autor	Tamanho-frequência	Levantar o impacto da produção de um autor numa área de conhecimento

Figura 1. Leis que regem os estudos bibliométricos. Fonte: Chueke e Amatucci (2015)

Para Chueke e Amatucci (2015), definida a questão-problema e o método, o pesquisador define as bases de artigos adotadas, justificando sua escolha; o período de tempo que os periódicos estão disponíveis nas bases; os critérios de inclusão e exclusão de artigos. Tais critérios devem se basear na busca por palavras-chave, na leitura exploratória do resumo, título do artigo, autores e suas filiações, visando embasar a criação de categorias de análise e/ou códigos que nortearão posterior análise.

Assim sendo, as primeiras investigações acerca da pesquisa bibliométrica realizadas neste estudo propõem-se, então, a quantificar os artigos científicos publicados nos últimos 10 anos, ou seja, no período entre 2009 e 2018:

- a) na base de dados *Scopus*, a partir das palavras-chave “*family constitution*” e “*digital medias*”.
- b) na base de dados *Portal de Periódicos CAPES/MEC*, a partir das palavras-chave “constituição de família” e “mídias digitais”.
- c) na base de dados *Google Acadêmico*, a partir das palavras-chave “constituição de família” e “mídias digitais”.

A primeira base de dados interessa ao estudo por tratar-se de uma base de dados de citações e resumo de literatura revisada por pares (revistas científicas, livros e conferências), fornecendo uma visão abrangente da produção mundial de pesquisa nas áreas da tecnologia e ciências humanas, entre outras. Conforme Mugnaini e Strehl (2008), ela apresenta uma cobertura maior de publicações em termos quantitativos, inclusive, no que diz respeito à produção dos países em desenvolvimento.

A segunda base de dados de que se vale esta pesquisa procura disponibilizar apenas os *links* dos documentos indexados em sua própria base de dados. De acordo com o site <www.periodicos.capes.gov.br>, ela oferece acesso a fontes científicas e acadêmicas disponíveis em mais de 38 mil publicações periódicas, nacionais e internacionais, e a outras bases de dados que reúnem referências, resumos de trabalhos acadêmicos e científicos, normas técnicas, patentes, teses e dissertações, alcançando todas as áreas do conhecimento.

A terceira base de dados é tomada aqui por apresentar, segundo Mugnaini e Strehl (2008), resultados em ordem de relevância, considerando o artigo, o autor e o periódico em que se encontra, além da frequência com que foi citado em outras publicações científicas e acadêmicas. Recuperam-se, assim, publicações científicas pelo nível de abrangência das pesquisas, realizando busca dos dados indexados a partir da redução do universo de documentos, garantindo resultados com um “nível menor de revocação”.

A pesquisa na base de dados *Scopus* resultou: “Nenhum documento foi encontrado” (“*No documents were found*”); na base de dados *Portal de Periódicos CAPES/MEC*, 2 artigos foram encontrados; na base de dados *Google Acadêmico*, foram encontrados 21 trabalhos acadêmicos, sendo 5 artigos, 3 trabalhos de conclusão de curso, 5 dissertações, 6 teses, 1 capítulo de livro e 1 livro. Os resultados obtidos a partir do primeiro momento da pesquisa bibliométrica demonstram, então, que a referida metodologia pode contribuir muito com os estudos interdisciplinares em questão.

Conclusão

A pequena amostra encontrada a partir de uma análise prévia realizada para avaliar a pertinência da pesquisa bibliométrica para os estudos interdisciplinares sugere não apenas que os estudos bibliométricos são pertinentes à análise da constituição de famílias por meio do uso das novas mídias digitais, mas também necessária, uma vez que a temática aponta para o ineditismo, requerendo aprofundamento de estudos e exaustiva investigação para essa produção científica interdisciplinar.

Portanto, esta pesquisa se propõe a avançar, realizando a quantificação-descrição dos trabalhos encontrados própria da análise bibliométrica, para, em seguida, utilizar-se de outro método de investigação – a revisão integrativa de literatura – para realizar a análise qualitativa dos dados alcançados pela bibliometria, a fim de construir consistente aporte teórico que caracterize com propriedade a composição de famílias por meio das mídias digitais.

Referências

- ALBERONI, F. **Enamoramento e amor**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- ALVARENGA, A. T.; PHILIPPI JR, A.; SOMMERMAN, A.; ALVAREZ, A. M. de S.; FERNANDES, V. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. (ed.) **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri, SP: Manole, com apoio da Capes, 2011.
- ARAÚJO, F. R.; ALVARENGA, L. **A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p51>. Acesso em: 04 mar. 2018.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BARABÁSI, A-L. **Linked: a nova ciência dos networks**. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.

BOECHAT, I. T. **As famílias e as tecnologias digitais: a comunicação pela articulação de vieses não antes explorados.** Curitiba: Editora Appris, 2017.

BOECHAT, I. T.; CABRAL, H. L. T. B.; SOUZA, C. H. M. Relacionamentos virtuais e família: enlces interculturais. **Revista Internacional de Folkcomunicação.** Ponta Grossa/ PR Volume 15, Número 35, p.141-164, Julho/Dezembro 2017. Disponível em: http://www.academia.edu/35715401/Relacionamentos_Virtuais_e_Fam%C3%ADlia_Enlaces_Interculturais. Acesso em: 11 mar. 2018.

BOECHAT, I. T. ; SOUZA, C. H. M. de Entre *links* e *likes*: a composição midiaticizada de famílias. **Revista Altus Ciência.** Ano VI, vol. 07 - Jan-Dez 2018. Disponível em: http://www.academia.edu/37540117/ALTUS_CI%C3%84NCIAS_2018_Segundo_Volume.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

CABRAL, H. L. T. B.; SOUZA, C. H. M. de; BOECHAT, I. T.; MANHÃES, F. C. **AS TECNOLOGIAS (DIGITAIS) PARTICIPANDO DA CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS: uma abordagem sócio-histórica.** Disponível em: http://www.lex.com.br/doutrina_27207969_AS_TECNOLOGIAS_DIGITAIS_PARTICIPANDO_DA_CONSTITUICAO_DAS_FAMILIAS_UMA_ABORDAGEM_SOCIO_HISTORICA_1.aspx. Acesso em: 27 ago. 2018.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar. *In*: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (cols) **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1) 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **O poder da identidade.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2) São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. **O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum.** Revista Internext. São Paulo, v.10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015. Disponível em: <http://internext.espm.br/index.php/internext/article/download/330/233>. Acesso em: 04 mar. 2018.

DAY, R. D. **Introduction to family processes.** 5th ed New York: Routledge, 2010.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; SOUZA, C. H. M de. **Metodologia da Pesquisa: um guia prático.** Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia.** 1. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Paulus, 2014.

LINS, R. N. **A cama da varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo.** Rio de Janeiro: Best Seller, 2007.

MUGNAINI, R.; STREHL, L. Recuperação e impacto da Produção Científica na Era Google: Uma análise comparativa entre Google Acadêmico e a Web of Science. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Florianópolis, n. esp. 1º semestre. p. 92 - 105. 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13nesp1p92/1570>. Acesso em: 11 mar. 2018.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Comunidade virtual une gente que está atrás de parceiro para ter filho.** Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/07/comunidade-virtual-une-gente-que-esta-atras-de-parceiro-para-ter-filho.html>. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. **Na véspera do dia dos namorados, siga dois novatos na paquera virtual.** Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/edicoes/2017/06/11.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RECUERO, R. **As redes sociais na Internet.** Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SALOMONE, R. A vida como ela é. **Revista O Globo.** Ano 11 - nº 557. São Paulo: Editora Globo, 29 mar. 2015.

SOUZA, A. L. de F. Mas, afinal, o que é o Tinder? – Um estudo sobre a percepção que os usuários têm do aplicativo. **Revista Verso e Reverso.** 30 (75) : 186-195, setembro-dezembro 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/ver.2016.30.75.03/5591>. Acesso em: 4 mar. 2018.

SOUZA, C. H. M. de **Comunicação, educação e novas tecnologias.** Campos dos Goytacazes, RJ: Editora FAFIC, 2003.

SOUZA, C. H. M. de; CARDOSO, C. As Redes Sociais Digitais: Um mundo em transformação. **Revista Agenda Social.** v.5, nº1, jan-abr/2011. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_8427_1312371250.pdf. Acesso em: 11 mar. 2018.

BENEFÍCIOS DO USO DE JOGOS ELETRÔNICOS NOS TREINOS COGNITIVOS EM IDOSOS - INTERVENÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL

Vanessa Veloso da Silva

UENF

kriptonessa@hotmail.com

Ivana Ferreira de Andrade

UENF

andradeivana@yahoo.com.br

Carlos Henrique de Souza Medeiros

UENF

chmsouza@uenf.br

RESUMO

As dificuldades observadas no processo de envelhecimento são inúmeras, e uma das principais queixas está relacionada à memória. Com avançar da idade, o cérebro se modifica e essas alterações fisiológicas, podem acarretar em prejuízos funcionais. Sabe-se que a manutenção de uma boa memória auxilia na independência e autonomia do idoso. A Terapia Ocupacional é uma profissão que identifica as áreas de disfunção e através de atividades significativas e, específicas para cada caso, auxilia os indivíduos a alcançarem seu nível máximo de função e independência. Nessa perspectiva, os aplicativos e jogos eletrônicos tem sido um recurso viável, sendo utilizados em intervenções terapêuticas e na reabilitação de sequelas (cognitivas, físicas). Muitos profissionais de saúde utilizam jogos eletrônicos nas intervenções com idosos. Entretanto, existem poucos estudos e opções de jogos voltados para essa população em particular. Esta proposta de estudo, busca verificar as implicações dos jogos eletrônicos, destinados ao treino cognitivo em idosos.

PALAVRAS CHAVES: jogos eletrônicos, idosos, memória, terapia ocupacional, reabilitação

ABSTRACT

The difficulties observed in the aging process are numerous, and one of the main complaints is related to memory. With advancing age, the brain changes and these physiological changes can lead to functional impairments. It is known that the maintenance of a good memory assists in the independence and autonomy of the elderly. Occupational Therapy is a profession that identifies areas of dysfunction and through meaningful, case-specific activities helps individuals achieve their maximum level of function and independence. In this perspective, the applications and electronic games have been a viable resource, being used in therapeutic interventions and in the rehabilitation of sequels (cognitive, physical). Many health professionals use electronic games in interventions with the elderly. However, there are few studies and gaming options geared toward that particular population. This study proposal seeks to verify the implications of electronic games, intended for cognitive training in the elderly.

KEYWORDS: electronic games, elderly, memory, occupational therapy, rehabilitation

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global. Esse aumento acentuado do número de idosos no Brasil e no mundo tornou-se um desafio, trazendo consigo as preocupações com o processo de envelhecimento e suas consequências naturais. As dificuldades observadas no processo de envelhecimento são inúmeras, e uma das principais queixas está relacionada à memória. Percebe-se que com o avançar da idade, o cérebro se modifica e essas alterações fisiológicas, podem acarretar em prejuízos funcionais. Com isso, os pesquisadores interessados por temáticas relativas ao envelhecimento têm se voltado cada vez mais aos estudos sobre as funções cognitivas e sobre a interferência delas na qualidade de vida dos idosos. De fato, sabe-se que a manutenção de uma boa memória auxilia na independência e autonomia do idoso, estando relacionada a todas as atividades cotidianas.

A Terapia Ocupacional (TO) é uma profissão devidamente reconhecida e regulamentada, que visa prevenir, tratar e reabilitar os sujeitos, em suas condições físicas, mentais ou sociais. O Terapeuta Ocupacional identifica as áreas de disfunção e através de atividades significativas e, específicas para cada caso, auxilia para que os indivíduos alcancem seu nível máximo de função e independência, superando sua incapacidade. Sendo assim, o Terapeuta Ocupacional, utiliza-se de atividades com fins terapêuticos, fazendo uma interface entre os aspectos cognitivos, motores e sociais. Nessa perspectiva, a utilização de aplicativos e de jogos eletrônicos tem sido um recurso bastante viável nas intervenções clínicas desse profissional, principalmente com indivíduos idosos.

Os aplicativos e os jogos eletrônicos vêm sendo bastante utilizados como ferramenta para a intervenção terapêutica, com aplicações na reabilitação de pacientes com sequelas, tanto na parte cognitiva, quanto na física. O aumento no número de profissionais de saúde que utilizam os jogos eletrônicos para estimulação cognitiva em idosos tem sido crescente. Entretanto, existem poucos estudos específicos e poucas opções de jogos e aplicativos voltados especificamente para essa população em particular. Diante do exposto supracitado, observa-se a relevância do desenvolvimento de pesquisas que possibilitem melhorias nas condições de vida das pessoas idosas. Esta proposta de estudo, através de uma revisão bibliográfica, busca verificar as implicações dos jogos eletrônicos, destinados ao treino cognitivo em idosos. Espera-se que este estudo possa oferecer subsídios para novas investigações, bem como contribuir para o desenvolvimento de ações que possam intervir para a qualidade de vida das pessoas.

REVISÃO DA LITERATURA/MARCO TEÓRICO

Os problemas do envelhecimento e da incapacidade funcional do idoso, tem sido motivo de preocupação e merecem muita atenção. Sabe-se que no processo de envelhecimento normal, ocorrem alterações funcionais e estruturais no organismo, trazendo declínios em diversas áreas. Segundo Netto (2007), esses declínios podem variar em diferentes órgãos ou funções, bem como em idosos de mesma idade. Justificando a afirmativa de que o envelhecimento é diferente, de um indivíduo para outro. Ainda segundo o mesmo autor, a definição que melhor abarca os aspectos que caracterizam o envelhecimento seria:

“... um processo dinâmico e progressivo, no qual ocorrem alterações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas. Tais mudanças determinam perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por conduzir à morte” (NETTO, 2007).

Para Yassuda (2011), as alterações cognitivas decorrentes da idade são altamente específicas, podendo ter início e progressão distintos para cada idoso. Essas mudanças podem estar

associadas a fatores como a genética, gênero, raça, nível educacional, condições socioeconômicas, estado de saúde, nível intelectual global, hábitos de vida, entre outros. Ou seja, pode-se definir que o perfil cognitivo dos idosos é heterogêneo e que as habilidades cognitivas podem determinar o engajamento em atividades, assim como o envolvimento com atividades pode influenciar o desempenho cognitivo. Destaca-se que diferentes tipos de atividades físicas e mentais podem contribuir para a manutenção da cognição.

No envelhecimento cognitivo normal, observa-se um declínio nas funções como atenção, memória e funções executivas (YASSUDA e ABREU, 2011). Para Neri e Neri (2011), as funções que mais sofrem declínios e que mais impactam a vida do idoso são as relacionadas com a atenção seletiva, à fluência verbal, à nomeação de objetos, a habilidades visuoespaciais, à memória episódica e operacional, ao raciocínio abstrato, a aprendizagem de novas informações e à velocidade no processamento das informações (NERI e NERI, 2011). Porém, algumas estratégias e mudanças de comportamentos podem beneficiar os idosos, diminuindo os déficits funcionais e superando as incapacidades observadas. Do ponto de vista cognitivo, pesquisas recentes apontam que a adoção de um estilo de vida saudável, com a prática de atividades físicas e mentais, com alimentação equilibrada e envolvimento social pode favorecer a neuroproteção e levar ao envelhecimento saudável (YASSUDA, 2011). Outros estudos apontam para o treino cognitivo como importante ferramenta para melhorar ou manter o funcionamento cognitivo na velhice. As áreas mais abordadas são a memória, a velocidade do processamento da informação e o raciocínio (NERI e NERI, 2011).

Segundo Yassuda (2011):

“Estudos recentes indicaram que a estimulação cognitiva, decorrente da participação em grupos estruturados, como oficinas de treino cognitivo, ou a que decorre de atividades realizadas continuamente por idosos, como ler livros, fazer palavras cruzadas e jogos podem ter efeitos benéficos para a cognição e promover o envelhecimento cognitivo saudável, diminuindo o ritmo do declínio cognitivo normativo. Pesquisas também apontam que o envolvimento social pode trazer efeitos semelhantes” (YASSUDA, et al. 2007).

Diante disso, faz-se necessário estudos e propostas de trabalho que auxiliem os idosos a superarem essas incapacidades, utilizando dos diversos recursos disponíveis para esses fins.

Cognição e Terapia Ocupacional

A cognição abrange diversas funções mentais que incluem atenção, percepção, compreensão, aprendizagem, memória, resolução de problemas e raciocínio, entre outras, e que permitem que o homem compreenda e relacione-se com o mundo e seus elementos. Essas funções cognitivas são interdependentes entre si e com delimitações bem tênues (COSTA, 2003). Já memória é a capacidade de registrar e reter novas informações e acessá-las ou recuperá-las quando preciso. Essas informações são aprendidas, vividas e sentidas através dos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar). Izquierdo (2005) denomina a memória como a aprendizagem, a formação, a conservação e a evocação de informações e considera que suas classificações se dão de acordo com sua função, pelo tempo que duram e por seu conteúdo. Ainda segundo o autor, a memória é modulada pelas emoções, pelo nível de consciência e pelos estados de ânimo. Diante disso, a memorização ocorre com mais facilidade quando as pessoas se encontram em estado de alerta e com bom ânimo. Em oposição, torna-se difícil aprender ou recordar informações diante de estados depressivos, estressantes ou com baixo nível de alerta (IZQUIERDO, 2005). Para Baddeley (2011) a memória humana é tão espaçosa quanto as memórias de um computador, porém mais flexível e menos confiável. O psicólogo ainda a define como sendo; extraordinariamente boa, porém passível de falhas.

No campo da neuropsicologia, ao longo dos anos, foram empregadas diferentes técnicas e abordagens para investigar a função cerebral, contribuindo para uma melhor compreensão do cérebro humano e os efeitos das lesões cerebrais (GRIEVE, 2010). Sistemas neurológicos deficientes ocorrem quando um indivíduo se expõe ou adquire algum dano cerebral, e perde uma ou algumas destas funções neurológicas, comprometendo o processo cognitivo. Essas pessoas incapacitadas por lesão ou doença, podem se beneficiar de um processo de reabilitação da memória, que englobam tentativas de restauração das funções perdidas e auxílio na aprendizagem com mais eficiência (WILSON, 2011). Diante disso, a Reabilitação Cognitiva se propõe a recuperar ou estimular as habilidades funcionais e cognitivas do homem, reconstruindo seus instrumentos cognitivos, durante um processo terapêutico (COSTA, 2003). Segundo Cardial (2014) no processo de Reabilitação Cognitiva o foco da intervenção se dá na melhora das funções cognitivas, por meio de treinos cognitivos, com variadas tarefas envolvendo as funções cerebrais e que podem ser feitas de diversos formatos e configurações. As funções cognitivas podem ser melhoradas ou até mesmo, remediadas. No processo de treinamento dos déficits cognitivos, a utilização de estratégias metacognitivas para fortalecer a capacidade de atenção e inibir fatores de distração, bem como, o entendimento de como funciona a memória e como usar de estratégias compensatórias, pode auxiliar no tratamento dos indivíduos (KATZ, 2014).

A Terapia Ocupacional segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO):

“É uma área do conhecimento, voltada aos estudos, à prevenção e ao tratamento de indivíduos portadores de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos e/ou de doenças adquiridas, através da sistematização e utilização da atividade humana como base de desenvolvimento de projetos terapêuticas específicos” (CAZEIRO, 2011).

Portanto, é uma profissão que utiliza-se da Reabilitação Cognitiva em seus métodos de intervenção, já que faz uma interface entre os aspectos cognitivos, motores e sociais. Considerando que a cognição tem um papel central no desempenho ocupacional dos indivíduos, o Terapeuta Ocupacional, interagindo entre os diversos conhecimentos, propõe-se a identificar as habilidades cognitivas comprometidas, que interferem nesse desempenho ocupacional, em seus diferentes contextos, seja na realização de atividades relacionadas ao trabalho, lazer e automanutenção (MURAGAKY, 2006).

No atendimento voltado ao idoso, independência, saúde, segurança e integração social são fatores primordiais para manutenção da qualidade de vida. O foco principal da TO nessa população, é promover o desempenho nas atividades de vida diária (cuidados pessoais, alimentação, banho, vestir-se, mobilidade, comunicação funcional), nas atividades instrumentais de vida diária (comprar e preparar alimentos, administrar uso de medicação, administrar finanças, sair de casa para atividades diversas), nas atividades de trabalho e produtivas (contribuição econômica para a sociedade, incluindo atividades de trabalho formal e voluntário) e nas atividades de lazer. A intervenção terapêutica ocupacional é a marcada pela utilização de exercícios e de atividades terapêuticas e em seus processos de adaptação (TIRADO et al, 2013).

Entre as técnicas utilizadas no plano terapêutico ocupacional, Muragaky (2006) sugere a estimulação cognitiva, através das diferentes modalidades de jogos. É válido ressaltar, que no processo terapêutico, para uma utilização apropriada dos jogos é necessário que o profissional analise os mesmos, para posteriormente indicar as situações terapêuticas adequadas em consonância com as necessidades e realidade da clientela. O jogo por si só, como uma simples

ocupação para entretenimento, não deve ser considerado terapêutico, pois pode-se tornar uma atividade esvaziada de significados e distante das reais necessidades dos pacientes. Em cada atividade prescrita, o Terapeuta Ocupacional planeja a melhor intervenção de acordo com cada caso, devido sua capacidade para definir objetivos e técnicas terapêuticas ocupacionais diferenciadas segundo a patologia do paciente, avaliando tanto a atividade quanto o indivíduo assistido (MURAGAKY, 2006).

Jogos eletrônicos

Nas últimas décadas, notamos um grande avanço na área da tecnologia e seu uso se intensifica cada vez mais, em decorrência da necessidade que a própria sociedade atribui a mesma e da facilidade de acesso a esses recursos. Diante dos mais diversos avanços, a tecnologia é uma das determinantes no processo de mudança social, fazendo-se surgir uma nova sociedade, na qual os recursos tecnológicos passaram a fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas.

Os jogos estimulam a criatividade, a atenção, a concentração, a memória e a aquisição de novos conhecimentos, ao mesmo tempo em que proporcionam divertimento. O processo de aprendizagem pode ser mais interessante com o uso do jogo, já que o cérebro libera endorfina em nosso sistema, quando é exposto a alguma situação prazerosa (CABRAL, 2016).

Segundo Muragaky (2006), os jogos demandam da utilização da capacidade de planejamento e da habilidade organizacional, para que seja iniciado, continuado e atinja o objetivo final do jogo. Pode-se proporcionar a socialização, com jogos coletivos ou em dupla, estimulando a capacidade do indivíduo de se relacionar com outras pessoas, ao mesmo tempo, que pode propiciar um contato direto com seus sentimentos, como frustrações ao perder o jogo e a tentativa de solucionar seus problemas e tomar uma decisão frente a estes.

No mercado de jogos eletrônicos, existem novas formas de jogos e novas plataformas, sendo as principais: os computadores, que somam a maioria dos adeptos a tais soluções, por ser mais acessíveis e de fácil desenvolvimento, e as plataformas móveis (tablets e smartphones), que além de acessíveis e de simples manuseio, são populares e rentáveis (CABRAL, 2016). Os benefícios dos jogos computadorizados dá-se pela mobilização da atenção e do pensamento através da atividade lúdica, simulação de vivências reais que possibilitem análise e a visualização dos problemas propostos, observar erros através de postura crítica, observar experiências nos jogos e transportá-las para a realidade do cotidiano (MURAGAKY, 2006).

Acerca do uso terapêutico dos jogos, Cabral faz uma colocação importante:

“Antigamente, os jogos eletrônicos eram associados ao sedentarismo, pois os jogadores passavam muito tempo sentados e muitas vezes com postura incorreta. O surgimento de consoles que utilizam sensores de movimento para alguns tipos de jogos, por exemplo, Kinect1, mudou radicalmente o conceito de games e tornou mais interativa a relação jogador e jogo. Jogos como Wii Fit Plus do Nintendo Wii e Your Shape Fitness Evolved do X-Box 360, vieram para revolucionar o mundo dos jogos, pois unem entretenimento e o movimento humano como forma de interação. Com base nessas informações é possível estender o uso destes jogos para intervenções em diversas áreas da saúde, que já utiliza equipamentos tecnológicos para aprimorar a qualidade de suas intervenções. A fisioterapia e a terapia ocupacional são duas áreas beneficiadas neste contexto” (CABRAL, 2016).

Partindo dos pressupostos da Reabilitação Cognitiva e do treino cognitivo, há uma distinção entre os jogos eletrônicos, podendo ser classificados entre jogos de treinamento cognitivo (JTC) e jogos para o entretenimento (JDE). Os jogos de treinamento cognitivos se refere aos jogos desenvolvidos por neurocientistas para o treinamento e aprimoramento das funções

cognitivas, como o jogo Lumosity ®. Já os jogos desenvolvidos para o entretenimento são desenvolvidos originalmente para o entretenimento, mas que também podem ser utilizados como ferramentas auxiliares em treinamentos específicos (CABRAL, 2016).

Diante disso, observou-se que nos últimos anos houve um aumento do número de profissionais de saúde que utilizam jogos computacionais para estimulação cognitiva e motora em idosos.

Jogos eletrônicos e treino cognitivo no idoso

Diversos estudos apontam que treinos cognitivos aliados com tecnologias, provocam mudanças positivas na memória dos indivíduos. Baddeley (2011) ainda afirma que a memória pode ser melhorada através de treinamentos específicos e que diversos estudos abordam programas e técnicas de treinamento da memória. Em paralelo, sabe-se que os jogos personalizados de computador tem demonstrado proporcionar melhoria nas habilidades cognitivas a partir de seu uso no treino cognitivo.

Na última década, investiga-se o uso de jogos eletrônicos para avaliação, prevenção e treinamento da cognição. No processo de reabilitação cognitiva, os jogos podem facilitar a identificação e análise dos déficits cognitivos e, em contrapartida, podem proporcionar momentos de prazer, proporcionando bem estar e entusiasmo para dar continuidade às outras ações e atividades cotidianas. Através da experimentação dos jogos, o indivíduo poderá ter uma melhor compreensão de sua limitação cognitiva e maior propensão de novas conexões neurais, após novas aprendizagens (MURAGAKY, 2006). Atualmente, há um grande interesse no uso de jogos eletrônicos para treino de habilidades cognitivas. Esses jogos podem atingir níveis mais complexos e apresentar atividades flexíveis, utilizando de várias habilidades cognitivas e que possam oferecer recompensas motivacionais (CARDIAL, 2014).

“Tem se tornado comum, pelo menos nos países desenvolvidos, a preocupação em manter a aptidão cerebral (*brain fitness*) em um paralelo com a aptidão física. Multiplicam-se as ofertas de *softwares* que prometem a manutenção da atividade cognitiva nos idosos. Sua convicção seria a de que a intervenção cognitiva não só melhoraria a qualidade de vida dessas pessoas, mas também poderia postergar o aparecimento de demências como a Doença de Alzheimer” (COSENZA e MALLOY-DINIZ, 2013).

Costa (2003) ressalta que hoje, o computador, dotado de meios auxiliares de interface de vídeo, áudio, animação, torna-se um instrumento fundamental no apoio a programas de reabilitação cognitiva. Com a utilização de softwares especialmente projetado para este fim, podem ser vivenciadas diversas situações do cotidiano (podendo reduzir o nível de ansiedade do paciente no trato de eventos novos), exercícios de raciocínio podem ser repetidos exaustivamente (auxiliando-o na tomada de decisões), reações emocionais podem ser estimuladas (aumentando a autoconfiança) e problemas serem propostos de maneira variada (ampliando sua capacidade de concentração e memória).

A utilização dos jogos eletrônicos pode ser estendida para contextos clínicos e para a reabilitação cognitiva, uma vez que seus benefícios na cognição, aliado ao maior engajamento e motivação dos pacientes, reforçam essa hipótese (CARDOSO, 2017). Zimmer et al. (2017) durante um estudo utilizando o tablet para treino de memória, também observaram entre os idosos, demonstrações como atenção, engajamento na realização do treino e o desejo de melhorar o desempenho individual da memória. Um dos achados mais importantes foi que, o grupo manifestou entusiasmo na utilização da ferramenta tecnológica.

Recentemente, entre as abordagens utilizadas com idosos, destaca-se o uso de videogames na melhoria de desempenho em várias tarefas, e o mais importante, transferindo para as atividades

cotidianas. A utilização dessa técnica multimodal, ou seja, que envolvem a estimulação de mais de uma habilidade cognitiva, tem demonstrado discretas melhoras em mais de uma área cognitiva (COSENZA e MALLOY-DINIZ, 2013). Porém, Cardial (2014) salienta que:

“Jogos de computadores são recursos ainda pouco estudados, mas vem mostrando na maioria dos estudos, que tem potencial terapêutico importante no desempenho das funções cognitivas para idosos com declínio cognitivo. Foi constatado que jogos personalizados de computador podem proporcionar melhoria nas habilidades cognitivas a partir do treino cognitivo, porém o objetivo dessas intervenções devem ser mostrar benefícios mais generalizados, ou seja, melhorias para mais do que uma função cognitiva específica. Por isso, é recomendado mais estudos a respeito, para que em programas de treinamento cognitivo esses benefícios sejam transferidos para além do bom desempenho em testes, mas que esses ganhos melhorem as capacidades nas atividades diárias e na qualidade de vida dos idosos” (CARDIAL, 2014).

Essas tecnologias voltadas aos programas de treinamento cognitivo e físico, desenvolvidas para prevenir ou melhorar as perdas do envelhecimento, fazem parte de um novo campo, chamado Gerontotecnologia. Um campo emergente, interdisciplinar, com pesquisas e aplicações envolvendo a tecnologia e na área da gerontologia. Para Santana (2018), esse conceito envolve o estudo científico do desenvolvimento de técnicas, produtos e serviços baseados no conhecimento do processo de envelhecimento, beneficiando a qualidade de vida dos idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O processo de Reabilitação Cognitiva exige um tempo de tratamento extenso e com a persistência das pessoas envolvidas. Como a utilização dos computadores nesta área ainda é relativamente recente, a maioria das experiências ainda não geraram resultados clínicos realmente conclusivos sobre a eficácia das estratégias e metodologias aplicadas. Neste contexto, percebe-se que dentre os diferentes distúrbios cerebrais, existe uma efetiva necessidade de ferramentas eficientes para avaliação e reabilitação, que estimulem o processo de recuperação do sistema cognitivo das pessoas atingidas. Neste sentido, a busca de meios que possibilitem obter resultados mais positivos para a reabilitação de funções cognitivas se faz necessária (COSTA, 2003).

No entanto, esta é uma área recente de investigação, com desafios metodológicos ainda a serem superados, sendo necessárias pesquisas para a validação do uso de jogos eletrônicos como intervenção para a reabilitação da cognição. Ressalta-se a importância de pesquisas sobre o treino cognitivo aliado ao uso de jogos eletrônicos, que investiguem a correlação entre seu uso e a melhoria nas funções cognitivas nas atividades cotidianas. Faz-se necessário averiguar se, de fato, existe uma relação benéfica entre a utilização desses jogos eletrônicos e o bom desempenho dos indivíduos em suas atividades de vida diária, para que desse modo, os resultados possam nortear treinos e intervenções desenvolvidas por profissionais da saúde e da educação, que atuam junto às demandas de indivíduos com déficits cognitivos na população brasileira.

REFERÊNCIAS

- BADDELEY, A; ANDERSON, M.C.; EYSENCK, M.W. **Memória**. Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2011
- CABRAL, V. H. G., ALBUQUERQUE, B. L., MILANESI, C. V., OLIVEIRA, A. P. de, ROCHA, A. N. D. C. **Jogos Interativos para o Incentivo Cognitivo**. XV SBGames – São Paulo, SP – Brazil, September 8th - 10th, 2016 222 225

CARDIAL, C. I. S., MENESES, K. V. P. **Jogos de computador utilizados em treino cognitivo com idosos: uma revisão bibliográfica.** Brasília – DF 2014

CARDOSO, N. de O., LANDENBERGER, T., ARGIMON, I. I. de L. **Jogos Eletrônicos como Instrumentos de Intervenção no Declínio Cognitivo – Uma Revisão Sistemática.** Revista de Psicologia da IMED, 2017, v. 9, n. 1

COSTA, R. M. E. M., CARVALHO, L. A. V. & ARAGON, D. F. **Novas Tecnologias Computacionais na Reabilitação Cognitiva.** 3er. Simposio Argentino de Informática y Salud – SADIO, p. 107-115. 2003

COUSSINOX, S. et al. **Você tem boa memória? Testes e exercícios para desenvolver a capacidade de memorização.** Campinas, SP: Ed. Verus, 2009.

GRIEVE, J. & GNANASEKARAN, L. **Neuropsicologia para Terapeutas Ocupacionais: Cognição no desempenho ocupacional.** 3. ed. São Paulo, SP: Ed. Santos, 2010

IZQUIERDO, I. **Memória.** Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2002.

KATZ, N. **Neurociência, Reabilitação Cognitiva E Modelos De Intervenção Em Terapia Ocupacional.** 3. ed. São Paulo, SP: Ed. Santos, 2014.

MURAGAKI, C.S., OKAMOTO, K. H., FURLAN, L., TOLDRÁ, R. C. **A Utilização De Jogos Pela Terapia Ocupacional: Contribuição Para A Reabilitação Cognitiva.** X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, p. 2524-2527. 2006

NERI, A.L; NERI, M.L. **Envelhecimento Cognitivo.** In: Tratado de Geriatria. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.

NETTO, M.P. **Processo de envelhecimento e longevidade.** In: NETTO, M.P. Tratado de Gerontologia. 2 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

SANTANA, C. S. **Gerontotecnologia: Desafios e oportunidades do envelhecimento para os terapeutas ocupacionais.** In: BERNARDO, Lilian D., RAYMUNDO, Taiuani Marquine. Terapia Ocupacional e gerontologia: Interloquções práticas. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

TIRADO, M. G. A. et al. **Terapia Ocupacional em Gerontologia.** In: PY, Ligia e FREITAS, Elizabete Viana de. In: Tratado de Geriatria. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.

WILSON, B. A. **Reabilitação Da Memória: Integrando Teoria E Prática.** Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2011.

YASSUDA, M. S.; ABREU, V. P. S. **Avaliação cognitiva do idoso.** In: FREITAS, E. V.; PY, L.; CANÇADO, F. A. X.; GORZONI, M. L.; DOLL, J. *Tratado de geriatria e gerontologia.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

YASSUDA, M. S. et. Al. **Memória e envelhecimento: aspectos cognitivos e biológicos.** In: FREITAS, E. V.; PY, L.; CANÇADO, F. A. X.; GORZONI, M. L.; DOLL, J. *Tratado de geriatria e gerontologia.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ZIMMER, M.; BERTOLETTI De Marchi, A. C.; COLUSSI, E. L. **Treino de memória em idosos: o tablet como ferramenta de intervenção** In: Revista Psicologia, Saúde e Doenças, vol. 18, núm. 2, 2017, pp. 360-373 Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde Lisboa, Portugal.

INTERDISCIPLINARIDADE, ENSINO E TECNOLOGIA POR MEIO DE *MOBILE GAMES*: UMA EXPERIÊNCIA HÍBRIDA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

RUIS, Larissa Salarolli¹

Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem (PGCL)
da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
larissa.salarolli@pq.uenf.br

TAMARIZ, Annabell Del Real

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Cognição e Linguagem (PGCL) da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
annabell_pos@pq.uenf.br

BATISTA, Silvia Cristina Freitas

Professora do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)
silviac@iff.edu.br

Resumo: Este trabalho visa apresentar o desenvolvimento de um curso de capacitação híbrido destinado a licenciandos de Geografia e Matemática de uma Instituição Federal de Educação, visando potencializar os conhecimentos teórico-práticos sobre tecnologias digitais, metodologias de ensino, *games* na educação e aprendizagem móvel. A pesquisa de abordagem qualitativa, utilizou como método a pesquisa-formação para a execução de um curso de capacitação com momentos presenciais e a distância, tendo como instrumento de análise a interação dos licenciandos – participantes do curso – durante as oficinas presenciais, bem como por meio das redes sociais virtuais, Facebook e WhatsApp, do curso em questão, utilizados principalmente na etapa a distância. Os resultados evidenciam a importância de metodologias e práticas que utilizem as tecnologias digitais na formação inicial de professores, a fim de preparar os futuros docentes para as exigências da profissão no século XXI.

Palavras-chave: Formação Inicial Docente; Tecnologias Digitais; Metodologias de Ensino.

Abstract: This work aims to present the development of a hybrid training course for Geography and Mathematics graduates of a Federal Education Institution, aiming at enhancing theoretical and practical knowledge about digital technologies, teaching methodologies, games in education and mobile learning. The qualitative research used as a method the research-training for the execution of a training course with face-to-face and distance moments, having as an analysis instrument the interaction of the graduates - participants of the course - during the face-to-face workshops, as well as through the virtual social networks, Facebook and WhatsApp, of the course in question, mainly used in the distance stage. The results highlight the importance of methodologies and practices that use digital technologies in initial teacher training, in order to prepare future teachers for the demands of the profession in the 21st century.

Keywords: Initial Teacher Training; Digital Technologies; Teaching Methodologies.

1 Os autores agradecem o apoio da CAPES no desenvolvimento deste trabalho, através do incentivo à pesquisa

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos e a onipresença das tecnologias digitais em todos os seguimentos que tangem a vivência contemporânea têm sido fortemente debatidos devido as novas formas de organização, comunicação e sociabilidade desse emergente contexto cultural. Na educação, direcionamentos mais recentes como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) apontam habilidades e competências necessárias para a Educação Básica no cenário nacional. Entre estes quesitos, destaca-se a promoção do protagonismo estudantil com apoio das novas tecnologias, bem como a necessidade de efetivação de práticas pedagógicas interdisciplinares (BRASIL, 2017). Desta forma, verifica-se que os professores que atuam e os que atuarão na Educação Básica serão fortemente impactados por este documento, visto que necessitarão de uma nova postura frente às novas competências e habilidades da educação contemporânea.

Em meio a tantas possibilidades, como o uso de dispositivos móveis, adoção de jogos na educação, utilização de Metodologias Ativas², entre outros, é possível questionar se os cursos de nível superior de formação de professores estão, de fato, formando docentes que saibam promover e reconhecer a utilização adequada dos mais variados artefatos digitais aliados às metodologias ativas de ensino que considerem os distintos espaços, tempos e contextos de aprendizagem interdisciplinar. Segundo o portal digital do Governo Federal (BRASIL, 2014), um dos maiores enfrentamentos na formação de futuros professores é integrar as tecnologias à educação, principalmente unindo os conhecimentos técnico-pedagógicos de forma interdisciplinar. Dessa forma, será preciso repensar as diretrizes curriculares das licenciaturas para que possam atuar de forma eficaz e eficiente frente às novas exigências, pois sem a devida formação, os investimentos em tecnologia, bem como direcionamentos nacionais a serem seguidos, tornam-se inúteis quando o professor não se sente seguro para utilizar novos métodos e TDICs de forma planejada e eficaz; quando se sente excluído do processo de tomada de decisões ou quando sua realidade não contempla o necessário para o seu uso efetivo.

Diante disso, como forma de contribuir paralelamente com a formação inicial de professores de Geografia e Matemática de uma Instituição Federal de Educação apresenta-se este trabalho, contendo resultados parciais de uma pesquisa em andamento, pertencente ao curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem, sob a linha de pesquisas interdisciplinares em educação, comunicação e novas tecnologias da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Assim, este artigo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um curso de capacitação híbrido, destinado a licenciandos de Geografia e Matemática de uma Instituição Federal de Educação, visando potencializar os conhecimentos teórico-práticos sobre tecnologias digitais, metodologias de ensino, *games* na educação e aprendizagem móvel.

A pesquisa foi desenvolvida nos moldes da pesquisa-formação, considerada como método profícuo à interseção teoria-prática-pesquisa. Desenvolveu-se uma prática híbrida de ensino interdisciplinar, de forma a explorar diversos recursos digitais gratuitos, tendo como ênfase a adoção de *mobile games* de entretenimento de gestão e construção de cidades virtuais aliados à aprendizagem móvel. Cabe ressaltar, que para a execução desta pesquisa as coordenações dos respectivos cursos de Licenciatura e os licenciandos participantes do curso de capacitação assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como um Termo de Uso de Imagens e afins, respaldando a utilização de quaisquer materiais e registros originados nas práticas formativas do curso 'Interdisciplinaridade, Ensino e Tecnologia por Meio de *Mobile Games* de Entretenimento'.

2 Por Metodologia Ativa entende-se "todo o processo de organização da aprendizagem (estratégias didáticas) cuja centralidade do processo esteja, efetivamente, no estudante" (PEREIRA, 2012, p. 6).

Dessa forma, os licenciandos de Geografia e Matemática participantes da pesquisa, refletiram por meio das redes sociais virtuais, Facebook e WhatsApp, sobre as práticas vivenciadas por meio do curso de capacitação, destacando-se neste trabalho as experiências e percepções dos futuros docentes sobre o uso das TDICs, *mobile games* e interdisciplinaridade em sua formação inicial, ao mesmo tempo em que se procurou evidenciar o exercício da práxis da pesquisadora-formadora desta ação.

METODOLOGIA

A metodologia do presente artigo, busca respaldo na abordagem qualitativa e é classificada como pesquisa-formação. Esta, considera sujeitos ainda em formação, seja inicial ou continuada, e não apenas professores já atuantes que visam aprimorar seu ensino (JOSSO, 2004). De acordo com Josso (2004), na pesquisa-formação, o pesquisador-formador, ao invés de distanciar-se para tentar controlar e explicar fenômenos, procura construir significados e sentidos, formar e transformar-se durante a ação da pesquisa. Trata-se de “uma experiência a ser elaborada para que quem nela estiver empenhado possa participar de uma reflexão teórica sobre a formação e os processos por meio dos quais ela se dá a conhecer” (JOSSO, 2004, p. 113).

Diante disso, foram desenvolvidos um conjunto de práticas formativas híbridas para a integração de conhecimentos teórico-práticos sobre TDICs, com ênfase nos *mobile games* de entretenimento. Para isto, foi considerada o tema gerador cidade, escolhido com base em estudos anteriores da pesquisadora sobre jogos digitais de construção e gestão de cidades virtuais no ensino de Geografia. Além disso, tal temática abrange as mais variadas disciplinas, pois envolve aspectos econômicos, sociais, políticos, urbanos e naturais.

Já a escolha do público alvo, futuros professores de Geografia e Matemática, está condicionada a inquietações particulares da pesquisadora durante sua trajetória acadêmica. Egressa do mesmo curso de Licenciatura em Geografia dos participantes da pesquisa, a pesquisadora questionava-se sobre a ausência de disciplinas formativas teórico-práticas sobre ensino e tecnologia na grade curricular do curso. Em contrapartida, a pesquisadora, em sua formação inicial, observou por meio de um projeto do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) que a Licenciatura em Matemática da mesma Instituição, possui em sua matriz curricular disciplinas específicas que buscam instrumentalizar³ os futuros professores para o uso pedagógico de tecnologias digitais. Essas duas realidades antagônicas, na mesma instituição de ensino, formam docentes para atuar nos mesmos campos educacionais, porém com conhecimentos intrínsecos diferenciados.

Além disso, outros aspectos foram considerados na escolha das licenciaturas participantes da pesquisa, como a associação de conteúdos a serem melhor elucidados por meio dos *mobile games* de gestão e construção de cidades e a disponibilidade de mais de um turno livre por parte dos licenciandos, ou seja, não sendo permitidos cursos com grade curricular integral.

Foram disponibilizadas 30 vagas para participação do curso de capacitação híbrido, denominado: Interdisciplinaridade, Ensino e Tecnologia por meio de *Mobile Games* de Entretenimento. Dentre as 30 vagas, 15 foram destinadas aos licenciandos em Geografia e as outras 15 para licenciandos em Matemática. As inscrições foram realizadas por meio de um formulário digital amplamente divulgado. Os licenciandos foram selecionados conforme

3 Assim como na Geografia, a disciplina teórica “Contexto social: Educação, Trabalho e Tecnologias” está presente na matriz curricular da licenciatura em Matemática. Entretanto, o curso de Matemática disponibiliza disciplinas práticas sobre tecnologias, como: “Educação Matemática e Tecnologias I e II”, que discutem: “Tecnologias de Informação e Comunicação na educação. Políticas públicas para Informática Educativa. Práticas com Softwares Educacionais para auxiliar a construção de conhecimentos matemáticos. Avaliação de Softwares Educacionais. A Internet como tecnologia para construção de conhecimentos”. (DIRLIC, 2016).

ordem de inscrição, preenchimento dos pré-requisitos estabelecidos e disponibilidade de turno compatível com a maioria dos inscritos no curso. O curso teve grande aceitação entre o público-alvo, possuindo o total de 91 inscritos.

Destaca-se que o curso proposto possui o consentimento das coordenações das Licenciaturas de Geografia e Matemática, previamente notificadas sobre a proposta e autorizada a execução do curso por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Já os participantes do curso em questão também assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além do Termo de Uso de Imagens e Afins, considerando a utilização para fins científicos e de estudos quaisquer imagens, vídeos, depoimentos, diálogos em redes sociais virtuais e trabalhos desenvolvidos, vinculados ao curso de capacitação em questão.

Em relação as etapas do curso, na etapa formativa presencial, foram realizadas três oficinas com temáticas diferenciadas, as quais serão apresentadas no próximo tópico. As oficinas presenciais serviram como fundamento para a execução da etapa a distância. Já as práticas a distância se constituem em: i) **Jogabilidade interdisciplinar** - relacionada a execução prática dos licenciandos no ato de jogar o *mobile game* de gestão e construção de cidades escolhido na terceira oficina presencial; ii) **Interação nas redes sociais digitais** - Ao jogarem o *mobile game* escolhido, os participantes interagiram por meio dos grupos nos ambientes sociais virtuais (Facebook e WhatsApp), criados pela pesquisadora. Por meio desses grupos os participantes compartilharam suas dúvidas e trocaram informações e materiais referentes aos jogos, além de compartilharem conquistas e progressos; iii) **Preenchimento dos diários virtuais de campo** - Os diários virtuais de campo foram criados na segunda oficina presencial e preenchidos conforme a jogabilidade na etapa a distância. Os diários foram montados em dupla, sendo esta, constituída por um integrante de cada licenciatura. A dupla interdisciplinar necessitou dialogar e realizar os registros no diário virtual de campo destacando os avanços individuais no jogo, as possibilidades pedagógicas interdisciplinares vislumbradas em cada momento e a concepção da dupla sobre a aprendizagem móvel adotada na etapa a distância do curso.

2. CURSO HÍBRIDO: INTERDISCIPLINARIDADE, ENSINO E TECNOLOGIA POR MEIO DE MOBILE GAMES DE ENTRETENIMENTO

2.1 Etapa Formativa Presencial

2.1.1 Oficina 1: Ferramentas sociais de interação virtual e suas potencialidades educativas.

A etapa formativa presencial foi desenvolvida a fim de contribuir para a capacitação dos licenciandos de Geografia e Matemática no que se refere aos conhecimentos teóricos e práticos sobre tecnologias digitais, metodologias ativas e *mobile games* na educação, visando prepará-los para a execução da etapa a distância do curso híbrido em questão. Os três encontros da etapa presencial, foram realizados por um laboratório de informática cedido pela Instituição dos participantes da pesquisa, com carga horária de 4 horas por oficina. Os licenciandos foram divididos em duplas interdisciplinares, ou seja, cada dupla foi formada por um integrante da Geografia e um integrante da Matemática. Cabe ressaltar que em todas as oficinas, buscou-se enfatizar a interdisciplinaridade entre Geografia e Matemática, além de possibilidades de ensino a partir do uso crítico de diferentes ferramentas e estratégias metodológicas.

A primeira oficina, denominada 'Ferramentas Digitais de Interação Social e suas Potencialidades Educativas', teve como finalidade promover a discussão sobre as redes sociais virtuais e não virtuais, potencializando as possibilidades pedagógicas interdisciplinares das ferramentas digitais de interação social, Facebook e WhatsApp, além de propiciar o conhecimento prático de outras tecnologias digitais. O conhecimento teórico e prático das ferramentas digitais de

interação social e suas potencialidades educativas, constituem-se como incrementos necessários para a execução da interatividade e colaboração entre os licenciandos ao decorrer do curso e, principalmente, na etapa a distância.

A fim de incitar a discussão sobre redes sociais, alguns questionamentos foram lançados por meio da ferramenta digital PollEveywhere⁴. Esta, trata-se de uma plataforma *online* de pesquisa de opinião, possuindo também uma versão em aplicativo para dispositivos móveis. Este recurso possibilita criar questões de múltipla-escolha, verdadeiro ou falso, abertas, nuvem de palavras, entre outros, podendo ser utilizadas em sessões de exposição oral, como aulas, apresentações em congressos, palestras, seminários e simpósios, a fim de tornar a abordagem teórica mais interativa. Desta forma, os participantes respondem às questões que vão sendo colocadas e os resultados são coletados e apresentados em tempo real. Além disso, os resultados são salvos automaticamente, podendo ser consultados posteriormente para possíveis avaliações e análises. As perguntas indagadas por meio do PollEveywhere, foram: Para você o que é rede social? O que faz parte de uma rede social?

A partir das respostas dos licenciandos a pesquisadora-formadora foi aprofundando a teoria por trás da prática. Por meio dessa interação, os licenciandos foram se sentindo mais confortáveis para expor seus pensamentos e, conseqüentemente, para participar mais ativamente da aula. Em seguida, foram aprofundadas as discussões sobre as redes sociais virtuais, dando destaque ao Facebook e WhatsApp. Estas redes foram escolhidas devido à grande popularidade das mesmas, além de serem de uso comum entre todos os participantes do curso. O objetivo principal da adoção destas duas redes sociais digitais foi facilitar a comunicação e a interação entre os participantes nas duas etapas do curso, principalmente, na etapa a distância, além de possibilitar a criação de comunidades de aprendizado e partilha de informações.

Neste momento, a pesquisadora-formadora solicitou que todos os participantes entrassem no grupo da rede social virtual Facebook para a realização de uma atividade. Após ingressarem individualmente no grupo, seja por meio do computador ou por smartphones com acesso aos dados móveis, foi solicitado que as duplas criassem um mural digital com alguns exemplos de uso pedagógico de redes sociais virtuais no ensino de Geografia e no ensino de Matemática. Para a construção do mural, foi adotada a ferramenta *Padlet*⁵, que foi apresentada pela pesquisadora-formadora do curso.

Após a pesquisa e montagem do mural, os licenciandos tiveram que compartilhar no grupo do Facebook, o mural criado, além de comentarem na publicação dos demais colegas. Com isso, foi possível propiciar um espaço de discussão *on-line*, promovendo a interação entre os participantes, compartilhamento de ideias e integração de conhecimentos.

Apesar da primeira oficina não se concentrar sobre o uso de *games* na educação, ao término do primeiro encontro foi utilizada a plataforma *on-line*, *Kahoot*, também disponível na versão *mobile*. Este recurso foi adotado a fim de avaliar os conhecimentos adquiridos na oficina: Ferramentas

4 Cabe ressaltar que nas primeiras duas oficinas a rede Wi-Fi ainda não tinha sido liberada pelo setor responsável, conforme solicitado para a execução da etapa presencial. A rede Wi-Fi foi utilizada apenas na terceira oficina, na qual foram ressaltados os aspectos e as potencialidades da aprendizagem móvel. Porém, por meio do grupo no WhatsApp, foram disseminadas algumas orientações prévias para a execução da primeira oficina. Dessa forma, foi solicitada aos participantes a instalação de dois aplicativos em seus dispositivos: PollEveywhere e Kahoot. Este último, será detalhado ao final deste subitem.

5 "O Padlet é um recurso para construção de mural virtual, on-line, colaborativo e gratuito. O recurso possibilita aos usuários curtir, comentar e avaliar as postagens de materiais publicados no mural, além de compartilhar com demais usuários para visualização ou edição do mesmo" (SILVA; LIMA, 2018, p.3).

Digitais de Interação Social e suas Potencialidades Educativas. O *Kahoot*⁶ é indicado para a utilização em sala de aula por se caracterizar como um *gameplay* que propicia um ambiente interativo e animado. Esse tipo de tecnologia digital apresenta uma proposta de gamificação que permite a autonomia e a motivação dos alunos, propondo a resolução de problemas. Contudo, os dispositivos precisam estar conectados à internet para que a brincadeira possa ser realizada (COELHO, 2013).

A partir da observação do comportamento⁷ dos participantes no ato do jogo, foi possível perceber o empenho e o entusiasmo dos mesmos ao responderem cada pergunta e ao visualizarem o ranking computado em cada item. Ao final do jogo, o vencedor ganhou um livro sobre o tema abordado na oficina. Esta estratégia foi utilizada por se tratar de um dos pilares da gamificação, destacando justamente a noção de competição (saudável), premiação/reconhecimento e desafio (DETERDING, 2011).

Por fim, foi solicitado aos participantes que, por meio do grupo do curso no WhatsApp, escrevessem um breve relato sobre a primeira experiência propiciada pelo curso Interdisciplinaridade, Ensino e Tecnologia por meio de *Mobile Games*. Dessa forma, utilizando esse recurso, foi possível ter um 'termômetro' de satisfação dos licenciandos sobre a teoria e práticas realizadas na primeira oficina, assim como as expectativas dos participantes para os próximos encontros.

2.1.2 Oficina 2: A construção de diários virtuais de campo como instrumento de registro e reflexão no processo de ensino-aprendizagem.

A segunda oficina teve o intuito de criar um portfólio digital por meio do Google Sites. Este portfólio, de acordo com a proposta desta pesquisa, constitui-se como diário virtual, a fim de registrar as percepções, as observações, os comentários e as reflexões que serão identificados durante a etapa a distância no que se refere à jogabilidade dos *mobile games* escolhidos pelos licenciandos, além das possibilidades pedagógicas interdisciplinares e opinião da dupla sobre a aprendizagem móvel.

Introduzindo sua abordagem, a pesquisadora-formadora fez uma explanação geral sobre aspectos do Ensino Híbrido, entendido como um conjunto de estratégias enraizadas na ideia de que não existe uma única forma de aprender e que a aprendizagem é um processo contínuo que necessita considerar as particularidades de cada sujeito, assim como a colaboração entre eles. Em seguida, como uma possibilidade de instrumento digital, podendo ser adotado no Ensino Híbrido, foram apresentados os diários virtuais de campo, interpretado como um: "[...] documento que apresenta tanto um 'caráter descritivo analítico', como também um caráter investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas" (LEWGOY; ARRUDA, 2004, p. 123-124). Para a construção desses diários virtuais, adotou-se o Google Sites. Trata-se de uma ferramenta da digital que permite a criação e edição de sites sem a necessidade de conhecimentos em programação. O Google Sites oferece um conjunto de temas/*layouts*, cores e ferramentas pré-definidas, sendo possível inserir vídeos, imagens, músicas, mapas, documentos, jogos, hiperlinks, tabelas, calendários, apresentações, entre outros. Entre suas funcionalidades, também é possível compartilhar a gestão do site com outros usuários,

6 O Kahoot é uma plataforma de aprendizado baseada em jogos de diferentes modalidades, incluindo um quiz game – modalidade utilizada na primeira oficina do curso em questão - no qual podem ser adicionadas perguntas pelo professor e, estas, serão convertidas em um jogo com pontuação, interação e ranqueamento (COELHO, 2013). Essa ferramenta permite avaliar o desempenho do aluno por meio da metodologia ativa 'Aprendizagem Baseada em Jogos Digitais', a partir do conteúdo de uma ou mais disciplinas.

7 A pesquisadora-formadora da oficina realizou uma transmissão ao vivo por meio do Instagram, a fim de registrar a prática do *gameplay*. O vídeo encontra-se disponível por meio do endereço: <https://youtu.be/9Sx5WANwN0A>

redefinir o layout das cores, o título do site e de suas páginas, personalizar fundos e padrões, entre outros.

Após demonstrar como funciona o instrumento, foi solicitada a criação de um site, por meio do Google Sites, para cada dupla interdisciplinar. Foi explicado que este instrumento iria servir como ferramenta de registro de percepções, observações e reflexões sobre a jogabilidade do *mobile game* a ser escolhido na terceira e última oficina presencial e jogado na etapa a distância do curso, dando visibilidade a possíveis práticas pedagógicas interdisciplinares por meio de *mobile games* de gestão e construção de cidades virtuais, aliados à perspectiva BYOD, como estratégia de *m-learning*⁸.

A pesquisadora-formadora orientou a construção do diário virtual com as seguintes seções: **i) Página inicial:** apresentação pessoal de cada integrante da dupla e um breve relato sobre o interesse na proposta do curso; **ii) Geografia/Matemática:** o licenciando de sua respectiva ciência irá descrever as dificuldades, avanços, sugestões, conteúdos e possíveis práticas para o ensino de Geografia e para o ensino de Matemática por meio do *mobile game* escolhido e jogado na etapa a distância; **iii) Propostas Interdisciplinares:** idealização de possíveis práticas interdisciplinares entre Geografia e Matemática por meio do *mobile game* a ser escolhido pela dupla na terceira oficina e jogado na etapa a distância; **iv) Aprendizagem móvel:** descrição da opinião da dupla a respeito da aprendizagem móvel adotada na prática a distância do curso. Além disso, deveriam inserir a percepção que tiveram sobre a experiência com a perspectiva *Bring Your Own Device*⁹ e *Mobile Games* de Entretenimento, assim como a opinião geral sobre o curso ministrado.

O Quadro 1, apresenta os diários virtuais de cada dupla interdisciplinar do curso de capacitação em questão, contendo as seções destacadas anteriormente.

Quadro 1. Acesso aos diários virtuais das duplas.

Dupla	Acesso ao diário virtual de campo
D1	https://sites.google.com/view/brunaeranna/p%C3%A1gina-inicial
D2	https://sites.google.com/view/letciaegabriel/p%C3%A1gina-inicial
D3	https://sites.google.com/view/cursodeextensaogabielu/p%C3%A1gina-inicial
D4	https://sites.google.com/view/andreiaehanna/p%C3%A1gina-inicial
D5	https://sites.google.com/view/cursodeextensaojessicallessiany/p%C3%A1gina-inicial
D6	https://sites.google.com/view/o-aprendiz/p%C3%A1gina-inicial
D7	https://sites.google.com/view/renataeramon/p%C3%A1gina-inicial
D8	https://sites.google.com/view/cursocristianeepyetra/p%C3%A1gina-inicial
D9	https://sites.google.com/view/cursokaioexayenne/p%C3%A1gina-inicial
D10	https://sites.google.com/view/matgeomacielp%C3%A1gina-inicial
D11	https://sites.google.com/view/cursodeextensaoilianeucas/home
D12	https://sites.google.com/view/cursodeextensaojoaoetany/p%C3%A1gina-inicial
D13	https://sites.google.com/view/nathaliaevalmir/p%C3%A1gina-inicial
D14	https://sites.google.com/view/oficina2suellenhiary/p%C3%A1gina-inicial
D15	https://sites.google.com/view/talesecalili/p%C3%A1gina-inicial

Fonte. Elaboração Própria.

8 A aprendizagem móvel e suas variáveis foram aprofundadas na terceira oficina presencial do curso em questão.

9 A perspectiva Bring Your Own Device (BYOD), em português, Traga o seu Próprio Dispositivo, é adotada nesta pesquisa como uma estratégia de *m-learning*.

Ao final da oficina, a fim de apresentar um novo instrumento de avaliação, a pesquisadora-formadora ensinou e testou o Plickers¹⁰, uma ferramenta disponível na versão *web* e em aplicativo para dispositivos móveis. O aplicativo - versão adotada pela ministrante da oficina - permite ao professor cadastrar diversas turmas no ambiente virtual da aplicação, cada aluno possui um número associado a ele, esse número auxiliará, posteriormente, na leitura das respostas dos alunos por meio de cartões semelhantes a QR Codes¹¹, os quais são produzidos pelo próprio aplicativo e impressos pelo professor para distribuição na turma. Os licenciandos aprovaram a ferramenta e a consideraram útil, principalmente, para o ensino público, devido ao fato de não depender da aquisição de dispositivos móveis com acesso à internet para cada aluno, ou a utilização de um laboratório de informática devidamente equipado e em bom funcionamento.

2.1.3 Oficina 3: *Mobile Games* e aprendizagem móvel: construindo cidades na tela do seu dispositivo móvel.

Após a realização das duas últimas oficinas, fundamentais para a construção dos conhecimentos básicos que irão sustentar a execução da etapa a distância, o terceiro e último encontro presencial teve como fito apresentar a perspectiva BYOD como estratégia do *m-learning*. Nesta oficina, também foram discutidos aspectos interdisciplinares da cidade e, como esta pode ser inserida como temática geradora para possíveis aplicações críticas em diferentes áreas do conhecimento por meio de *mobile games* de gestão e construção de cidades virtuais. A parte prática da oficina, por sua vez, centrou-se em testar e selecionar, por meio dos dispositivos móveis dos próprios participantes, um *mobile game* de gestão e construção de cidades com potencial interdisciplinar entre Geografia e Matemática.

Após a explanação teórica da oficina, os licenciandos seguiram os seguintes critérios para a escolha do *mobile game*: a) ser um jogo de entretenimento com foco na gestão e construção de cidades virtuais; b) ser um jogo gratuito; c) ser um jogo com potencial interdisciplinar, contemplando principalmente áreas relacionadas a Geografia e a Matemática; d) Possuir compatibilidade com os sistemas operacionais dos dispositivos móveis de todos os licenciandos participantes do curso, ou seja, Android e iOS.

Os *mobile games* de entretenimento de gestão e construção de cidades escolhidos, são representados no Quadro 2:

Quadro 2. Mobile game escolhido por dupla.

Dupla	<i>Mobile game</i> escolhido
D1; D3; D6 e D7	Megapolis
D2; D11; D12 e D15	Little Big City 2
D4; D9 e D13	SimCity Buildit
D5 e D8	2020: Meu País
D10	City Mania
D14	Space City

Fonte. Elaboração Própria.

10 Trata-se de um recurso digital que permite a elaboração de questionários de múltipla escolha, sendo usado para feedback individual dos estudantes, além de permitir aos professores a visualização imediata das respostas individuais dos alunos (PAULA; SOARES, 2016).

11 Termo derivado de Quick Response, que significa resposta rápida. Este, consiste em um código de barras 2D facilmente detectado e traduzido por dispositivos móveis que contenham câmera e aplicativos capazes de fazer sua leitura (PAULA; SOARES, 2016).

Concluindo a terceira oficina, foram esclarecidas as dúvidas sobre a etapa a distância - a qual será aprofundada no próximo tópico.

2.2 Etapa a Distância

Após todos os conhecimentos construídos na etapa formativa presencial, foi iniciada a etapa a distância do curso híbrido. Nesta, os participantes tiveram como missão a realização das seguintes ações: i) jogar individualmente o *mobile game* escolhido pela dupla; ii) interagir sobre a jogabilidade do *game* por meio das ferramentas sociais virtuais (Facebook e WhatsApp) com os demais colegas; iii) registrar no diário virtual de campo, dificuldades, barreiras, progressos e possíveis práticas pedagógicas disciplinares e interdisciplinares idealizadas por meio do *mobile game* adotado; iv) avaliar a perspectiva *Bring Your Own Device* (BYOD) - traga o seu próprio dispositivo - como estratégia de *m-learning*.

O período de jogabilidade a distância foi acompanhado a partir das interações no grupo do WhatsApp. Dessa forma, constatou-se que ao jogar e ao refletir, socializando as práticas e reflexões no ato do jogar, os licenciandos conseguem ir além das concepções de um usuário funcional, começando a compreender os diferentes sentidos sobre o uso de *games* na educação, bem como começam a entender e a pensar novos usos e possibilidades, tornando-se uma espécie de analistas críticos sobre o entretenimento e funcionalidades proporcionadas pela virtualidade do jogo, associadas a possíveis contribuições pedagógicas, estas, podem ser conferidas dos diários virtuais disponibilizados no Quadro 1.

A cooperação entre os licenciandos foi nítida durante o período de jogabilidade a distância, como identificado na Figura 1. Contudo, alguns licenciandos se sentiram mais a vontade em estabelecer o diálogo apenas com a dupla em conversas privadas por meio das redes sociais virtuais, porém acompanharam a discussão entre os demais colegas nos grupos virtuais do curso.

Figura 1. Cooperação entre os licenciandos.



Fonte. Print Screen do grupo no Whatsapp.

Ao final da etapa a distância, após vivenciarem as situações propiciadas pelos *games* e alimentarem por completo os diários virtuais, os licenciandos postaram o link de acesso no grupo do Facebook. A pesquisadora-formadora, por sua vez, elaborou *feedbacks* por dupla, como desfecho do curso e verificação do desempenho de cada dupla a partir das atividades propostas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre as contribuições do curso de capacitação em questão, os futuros professores poderão oferecer aos alunos experiências educacionais diferenciadas que potencializam a aprendizagem ativa do aluno. Além das tecnologias digitais aqui apresentadas, apresentou-se a interdisciplinaridade como meio de aprendizagem colaborativa, crítica e significativa para a construção do conhecimento, tendo como auxílio as redes sociais virtuais, os diários virtuais de campo e os *mobile games* de entretenimento de gestão e construção de cidades virtuais.

Os resultados baseados na interação dos licenciandos por meio das redes sociais virtuais do curso oferecido, evidenciam que a capacitação híbrida atingiu seu objetivo em proporcionar aos futuros professores uma experiência interdisciplinar. Percebeu-se que o ensinar e o aprender ocorre numa interligação profunda e constante entre o mundo real e digital, não sendo dois mundos distintos, mas sim um espaço estendido, uma ampliação da teoria vista em sala de aula a partir de instrumentos e métodos que ultrapassam os muros da escola, permitindo uma maior flexibilidade e autonomia da aprendizagem. Por meio das interações no Facebook e WhatsApp, os futuros professores refletiram sobre as práticas vivenciadas ao longo curso híbrido e, principalmente, sobre a sua formação inicial, destacando a ausência de uso das tecnologias, de práticas mais dinâmicas e de metodologias eficientes, o que culmina em insegurança em relação aos desafios futuros.

Cabe ressaltar que esta pesquisa encontra-se em andamento e em trabalhos futuros serão analisados outros instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa. Entretanto, a partir do comportamento e interação entre licenciandos na etapa presencial e a distância no curso de formação híbrido, é possível considerar a importância das instituições de nível superior investirem na discussão e exploração nos cursos de licenciatura, questões provenientes a novas formas de ensino, bem como instrumentos e possibilidades pedagógicas que ultrapassem as fronteiras disciplinares e que sejam significativas para a formação desses futuros professores.

Para tanto, torna-se necessário incorporar as tecnologias digitais e metodologias ativas de ensino no currículo das licenciaturas e que isso se reflita na prática dos professores atuantes nas licenciaturas, não se restringindo apenas a discussão teórica, mas sim, visando a exploração de técnicas, recursos e metodologias variadas de forma didática e prazerosa, de forma que estas façam parte natural da prática do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**: educação é a base. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acesso em: 03 jan. 2018.

_____. **Novas tecnologias facilitam a aprendizagem escolar**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/07/novas-tecnologias-facilitam-aprendizagem-escolar>> Acesso em: 20 jan. 2018.

COELHO, Patricia Margarida Farias; COSTA, Marcos Rogerio Martins. Entre o game educativo e a obra literaria: a educacao inserida nas novas midias. **Revista Educaonline**, v.7, p. 91-111, 2013. Disponível em: <http://www.latec.ufrj.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article&op=view&path%5B%5D=548&path%5B%5D=593> . Acesso em: 20 de out. 2018.

DETERDING, Sebastian. Situated motivational affordances of game elements: a conceptual model. In: WORKSHOP ON GAMIFICATION: USING GAME DESIGN ELEMENTS IN NONGAMING CONTEXTS, 2011, Vancouver, Canadá. **Proceedings...** Vancouver, 2011. p. 1-4 Disponível em: <<http://gamification-research.org/wp-content/uploads/2011/04/09-Deterding.pdf>>. Acesso em: 21 de out. 2018

DIRLIC. **Cursos de Licenciatura**. 2016. Disponível em: <<http://licenciaturas.centro.iff.edu.br/cursoslicenciatura>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Trad. José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ARRUDA, Marina Patrício. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. **Revista Textos e Contextos**: coletâneas em Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, n.2. 2004, p.115-130.

PAULA, Marília Rios de.; SOARES, Gisele Americo. A utilização de algumas ferramentas das metodologias ativas de aprendizagem para as aulas de cálculo diferencial. In: EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA CONTEMPORÂNEIDADE: desafios e possibilidades. São Paulo – SP, 13 a 16 de julho de 2016. **Anais**. Disponível em: < http://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/8266_3921_ID.pdf> Acesso em: 01 de nov. 2018

PEREIRA, Rodrigo. Método Ativo: Técnicas de Problematização da Realidade aplicada à Educação Básica e ao Ensino Superior. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2012. São Cristóvão, SE. **Anais**. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_17/PDF/46.pdf> Acesso em: 10 fev. 2018.

SILVA, Patrícia Grasel da; LIMA, Dione Sousa de. Padlet como ambiente virtual de aprendizagem na formação de profissionais da educação. **Revista Renote Novas Tecnologias da Informação**, v.16, n.1, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/86051/49407>. Acesso em: 08 de nov. 2018.

ESTUDO DA EFICÁCIA DO SUPORTE TECNOLÓGICO NA DINÂMICA DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS IDOSAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Heloisa Landim Gomes

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem
landim.hl08@gmail.com*

Márcia Regina Pacheco Soares

*Doutorando do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem
mpachecosoares@gmail.com*

Rosalee Santos Crespo Istoe

*Professora do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem
rosaleeistoe@gmail.com*

RESUMO

Este estudo tem a proposta de investigar a eficácia do sistema tecnológico com suporte para alimentação de dados e informações comparativas, utilizada no gerenciamento de políticas públicas para idosos, implementado no Programa de Responsabilidade Social, rede de proteção ao idoso sob a Superintendência do Envelhecimento Saudável e Ativo da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ. Esta pesquisa se classifica como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva e se apresenta como um estudo de caso. A amostra da pesquisa foi o Centro de Convivências, localizado no Parque Tamandaré, no centro da cidade. A coleta de dados ocorreu através da planilha Excel, Office 2010, disponibilizada pela Superintendência de Envelhecimento Ativo e Saudável do município. Os resultados obtidos demonstraram que a ferramenta implementada facilita o diálogo entre as diferentes áreas do Programa, possibilita maior envolvimento dos profissionais, disponibiliza informações mais completas sobre os usuários, identifica demandas e facilita no planejamento das ações.

Palavras-chave: Tecnologias. Envelhecimento. Gestão Pública. Gerenciamento. Eficácia

ABSTRACT

This study has the proposal to investigate the effectiveness of the technological system with support for comparative data and information used in the management of public policies for the elderly, implemented in the Social responsibility program, network elderly protection under the supervision of the healthy aging and active in the city of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. This research qualifies as a qualitative research, exploratory and descriptive and is presented as a case study. The sample of this research was the proper Learning Center, located in the Tamandaré, in the city centre. Data collection occurred through the Excel spreadsheet, Office 2010, made available by the supervision of Active and Healthy Ageing. The obtained results demonstrated that the tool implemented facilitates dialogue between the different areas of the program, allows greater involvement of professionals, provides more complete information about users, identifies and demands facilitates the planning of actions.

Key-words: Technologies. Aging. Public Management. Management. Effectiveness

1. INTRODUÇÃO

A população mundial envelhece de modo acelerado em função da redução no número de nascimentos e da longevidade de pessoas com mais de 60 anos de idade. No Brasil, as projeções indicam que o fenômeno do envelhecimento da população brasileira deve ocorrer de modo ainda mais acelerado nas próximas décadas, o que, conseqüentemente, faz emergir novas demandas e desafios à gestão de políticas públicas por ações governamentais a fim de contribuir para que a população tenha uma velhice com maior qualidade de vida.

Esse impacto demográfico, diante do envelhecimento populacional, se tornou uma agenda prioritária, reunindo instituições e organismos internacionais, como: a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial de Saúde (OMS) com o foco na demanda da elaboração de diretrizes de políticas públicas direcionadas à população idosa.

A ONU, em sua Resolução 46^o da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1991, explicita cinco princípios: da Independência; da Participação, da Assistência; da Realização Pessoal; e da Dignidade. Esses princípios são os pilares de uma rede de coesão social, voltadas para aqueles que envelhecem, preservando sua funcionalidade e saúde, protegendo sua autonomia e principalmente garantindo seus direitos a dignidade humana e inclusão na sociedade, por meio de programas de políticas públicas que venham a proporcionar esse acesso.

Diante desse cenário, apontando para o aumento cada vez maior da população idosa no Brasil, é necessária e urgente a implantação de uma rede de proteção social municipalista, que desenvolva ações para a pessoa idosa através de programas e projetos com o foco e objetivo de proporcionar o envelhecimento saudável e ativo.

A partir desse contexto, este estudo se classifica como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva e se apresenta como um estudo de caso. A pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: de que forma a utilização de tecnologia da informação favorece no processo de gestão das ações sociais públicas voltadas para idosos? Para responder a esse questionamento o presente estudo teve como objetivo investigar a eficácia do sistema tecnológico como suporte para alimentação de dados e informações comparativas, utilizada na dinâmica do processo de gerenciamento de políticas públicas para pessoas idosas, implementado no Programa Municipal de Responsabilidade Social da rede de proteção ao idoso, pela Superintendência do Envelhecimento Saudável e Ativo da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ,

A tecnologia da informação implantada foi uma planilha Excel, produto Office 2010, desenvolvida e implantada, em março de 2017, com suporte técnico do CIDAC (Centro de Informações de Dados de Campos dos Goytacazes), nela os profissionais envolvidos alimentam com dados dos usuários, dados pertinentes as suas competências diárias e, disponibilizam para os gestores da Superintendência do Idoso. A implantação dessa ferramenta teve como objetivo dinamizar o processo de gestão.

A hipótese levantada é de que o uso dessa ferramenta pode possibilitar maior monitoramento do quantitativo e perfil dos participantes e, identificação das demandas, o que, conseqüentemente, favoreceria no direcionamento de ofertas das atividades, além de permitir maior envolvimento dos profissionais através compartilhamentos de informações, o que beneficiaria qualitativamente as ações desenvolvidas.

A presente pesquisa parte do pressuposto de que as conseqüências do novo desenho demográfico não são poucas e demandam de várias ações das políticas públicas sociais. No Brasil, é considerado idoso, de acordo com o Estatuto do Idoso (2003), o indivíduo com 60 anos ou mais

de idade. Esse critério, também utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) para países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, serve como referência à proteção de direitos especiais e para analisar o fenômeno do envelhecimento populacional, com ressalva para os países desenvolvidos onde o limite etário caracterizador da velhice é 65 anos.

No município de Campos dos Goytacazes, localizado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com todo o país, tem apresentado, nas últimas décadas, um considerável crescimento da população idosa. De acordo com o último censo do IBGE, a população idosa do município, contabilizou em 2010, aproximadamente 55 mil pessoas com mais de 60 anos e as perspectivas apontam previsões dessa população alcançar 69 mil indivíduos em 2025, chegando há 140 mil em 2050. Esses dados retratam o alto impacto que a rede de serviços públicos irá sofrer caso o município não se planeje com uma forte política pública para o envelhecimento, que contemple não só a remediação do idoso doente, mas, sobretudo, seja com uma política pública afirmativa dos direitos conquistados por aqueles que têm mais de 60 anos, proporcionando uma velhice com dignidade e acesso aos bens de cultura, esporte, lazer, acessibilidade digital, inserção na sociedade, traduzidos por sua autonomia funcional. Nesse sentido, o poder público municipal vem desenvolvendo ações a fim de otimizar as oportunidades de saúde, participação e inclusão, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Nesse sentido, há, conseqüentemente, a necessidade de dinamizar o processo de gestão, que devido à falta de um planejamento estratégico anterior a implantação do novo sistema nos processos de gestão, apresentava limitações na avaliação dos serviços prestados aos idosos e dificultavam a geração de indicadores que possibilitassem a execução efetivas de um plano de ação de políticas públicas para o envelhecimento saudável e ativo.

2. A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

A aceleração do envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, que reflete avanços técnicos nos mais diversos campos da gestão pública, na saúde com a criação de medicamentos e avanços tecnológicos. Lucchesi (2017) confirma esse novo quadro mundial, quando afirma que a explosão demográfica que promove profundas mudanças nas condições de vida da sociedade gera uma expectativa de vida maior em virtude, por exemplo, da queda da taxa de mortalidade infantil e da mortalidade em geral, como também avanço dos procedimentos de saúde. O Aumento populacional que vem acontecendo no mundo e no Brasil, e provoca uma explosão demográfica dessa ordem é percebido na inversão da pirâmide etária.

Esse impacto demográfico passou a fazer parte da agenda mundial prioritária, reunindo instituições e organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial de Saúde (OMS) com o foco nas demandas e elaboração de diretrizes de políticas públicas que venham a contribuir para a longevidade e qualidade de vida dos que envelhecem. Nesse sentido, Camarano (2012) defende que envelhecer é mais que um risco de vida, caracteriza-se por ser uma ameaça à funcionalidade e autonomia dos indivíduos. Lucchesi (2017) após avaliar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), declara que a população de idosos brasileiros tende a ser uma das mais populosas do planeta, pois cresce vertiginosamente no ranking dos países desenvolvidos, e que em 2030 o grupo de idosos com 60 anos ou mais será maior que o de adolescentes com 14 anos. A tendência é que em 2055 a população de crianças e jovens de até 29 anos seja menor do que a de idosos.

A transição demográfica é um dos mais extraordinários processos já ocorridos no mundo, com profundas mudanças no tamanho e na composição das famílias, segundo Reher (2011), essas mudanças demográficas ocorrem paralelamente a outras transformações, que também estão inter-relacionadas, como por exemplo, ao aumento generalizado da escolaridade da população brasileira, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nos arranjos familiares, especialmente nos casamentos, formações familiares diferenciadas como, por exemplo, nos contratos tradicionais de gênero.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO

Mundialmente os movimentos voltados para implantação de políticas públicas e diretrizes mundiais para o envelhecimento tiveram início em 1982 com a realização da primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, pela ONU. O ano de 1999 seria o Ano Internacional do Idoso, fato que, colocava em evidência, naquela ocasião, a importância social de lançamento das políticas públicas de saúde, educação social, e tecnologia que favorecem ao envelhecimento saudável inserindo a pessoa idosa na sociedade.

A ONU avançava com a realização em 2002 da Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, nesse encontro é definido um ampliado olhar para os Desafios e oportunidades do envelhecimento, é então aprovado pelos países participantes da Assembleia, o Plano de Ação e a Declaração Política para o envelhecimento, no qual os governos afirmam o conceito de “Sociedade para todas as idades”. A Carta de Madrid, documento final da ONU nessa Assembleia, reforça a importância para um esforço mundial com objetivo de enfrentar a revolução demográfica debruçando-se sobre o peso global do envelhecimento e suas consequências prevendo inclusive que em 2050 a população mundial idosa quadruple (BRASIL 2012). O Plano instituído pela Carta de Madrid (2002) tem como objetivo a garantia de que as pessoas idosas gozem dos seus direitos humanos, envelheçam com segurança e sem estarem sujeitas à pobreza, tenham participação plena na vida econômica, política e social e oportunidades de desenvolvimento nas mais diversas dimensões, nos últimos anos da sua existência. Também aborda a eliminação da violência e da discriminação de que são alvos, a equidade de gêneros, a importância do fortalecimento do vínculo familiar, os cuidados de saúde preventiva e a proteção social das pessoas idosas.

Mediante as mudanças provocadas pela explosão demográfica e a necessidade de ações que gerassem na sociedade o impacto de respeito pela pessoa idosa e, as diretrizes lançadas e implementadas mundialmente pela ONU, nacionalmente em 2003 era implantado o Estatuto do Idoso, LEI No 10.741, que se propõe a garantir os direitos da pessoa idosa nas mais diversas áreas do desenvolvimento humano e social.

Em 2006, a PORTARIA Nº 2.528 do Ministério da Saúde (MS) aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) e estabelece que o processo de envelhecimento deva ser responsabilidade da sociedade tendo o Estado como propulsor das políticas públicas e a família com a responsabilidade do fortalecimento de vínculos.

A PNSPI é pautada por quatro pilares: Promoção do processo de envelhecimento de modo que a priorizar a longevidade por meio de ações que prevaleçam as boas práticas para o envelhecimento saudável e ativo; a permanência da pessoa idosa no seio de sua família em detrimento ao tratamento asilar; desenvolvimento da política de atenção básica a saúde do idoso, promovendo saúde preventiva, disponibilizando na rede pública de saúde atendimento prioritário e especializado para a pessoa idosa; e por último, adaptação de espaços e ambientes usados por idosos; no contexto social, o vetor é contextualizado pela necessária participação e garantia das temáticas da saúde do idoso nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de saúde, das Conferências de saúde nas três esferas citadas, garantindo assim, que do ponto de vista das organizações sociais sejam estabelecidas e deliberadas nessas conferências o direito da pessoa idosa ao acesso a saúde pública especializada e gerando identidade ao processo decisório dessa política pública tão necessária para um envelhecer com qualidade de vida e saúde (PNSPI, 2006).

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENVELHECIMENTO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Segundo o IBGE, (2017), Campos dos Goytacazes possui uma população estimada em 490.288 mil habitantes, considerando que o último fator censitário, realizado em 2010 apontava para o número de 463.731 mil habitantes, observando-se um crescimento de 5,7% no aumento da população absoluta. O número do contingente populacional acima de 60 anos é estimado em 55.414 mil habitantes, o que significa 11,3% da população absoluta, porém, a projeção para a população que chegará dentro de dez anos a casa dos sessenta anos, sendo considerada idosa, é da ordem de 97.906 mil habitantes, o que retrata o alto impacto que a rede de serviços públicos irá sofrer caso o município não se planeje com políticas públicas para o envelhecimento saudável e ativo que contemple não só a remediação do idoso doente, mas, sobretudo, seja uma política pública afirmativa dos direitos conquistados por aqueles que têm mais de 60 anos, proporcionando uma velhice com dignidade e acesso aos bens de cultura, esporte, lazer, acessibilidade digital, inserção na sociedade, traduzidos por sua autonomia funcional e social.

Mediante as necessidades emergentes da implantação de uma política pública de fortalecimento de vínculos, empoderamento e, inclusão da população idosa do município, que, em sua grande maioria, vive em situação de vulnerabilidade social e a margem da sociedade tecnológica e, diante da importância que a pessoa que envelhece passou a ter para o poder público municipal, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes conta com quatro Casas de Convivências, um Centro Dia e uma Colônia de Férias para atender aos idosos do Município. Em 2017, através da Superintendência Municipal do Envelhecimento Saudável e Ativo, a Prefeitura instituiu uma política pública baseada no Programa Municipal de Rede de Proteção Social para o envelhecimento ativo e saudável executando programas e projetos multidisciplinares, abrangendo diversas áreas do conhecimento, para aqueles que envelhecem terem acesso a diversas propostas de vida saudável após os 60 anos.

O Programa Municipal de Rede de Proteção Social contempla diversos projetos ligados a cultura, esporte, lazer e educação continuada, oferecendo diversas oficinas, como por exemplo: letramento, segundo idioma, inclusão digital com oficinas de *smartphones* e informática com foco nas redes sociais, workshops de artesanato, oficinas de cordas com ensino de violão, de voz, com a criação de um coro que se apresenta na cidade, além do projeto 60 + saúde que consiste em aulas de hidroginástica, alongamento, dança livre, caminhadas, turismo social, uma companhia de teatro fruto das oficinas de dramaturgia, com o foco no envelhecimento saudável e ativo.

Em março de 2017 a Prefeitura implantou em todas as casas da rede de proteção e assistência ao idoso do município, através do Programa Municipal de Rede de Proteção Social, um sistema tecnológico como suporte para alimentação de dados e informações comparativas, disponível ao gerenciamento de políticas públicas para idosos. A tecnologia da informação implantada foi uma planilha de Excel, produto Office 2010, disponibilizado *on line* na plataforma Google Drive, a fim de dinamizar o processo de gestão. O sistema foi programado e implantado pelo suporte técnico do CIDAC (Centro de Informação de Dados de Campos dos Goytacazes, da Prefeitura de Campos).

5. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos à realização da pesquisa partiram de uma abordagem qualitativa. Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Em relação aos procedimentos técnicos se apresenta como um estudo de caso, que segundo Gil (2002) é utilizado para investigação de situações reais e explicar as possíveis causas de um fenômeno em situações deveras complexas para a utilização de outros procedimentos técnicos.

A presente pesquisa teve como universo o Programa Municipal de Responsabilidade Social da rede de proteção ao idoso, sob a Superintendência do Envelhecimento Saudável e Ativo do município de Campos dos Goytacazes/RJ. A amostra da pesquisa foi o Centro de Convivências, localizado no Parque Tamandaré. A coleta de dados ocorreu através da planilha Excel, Office 2010, referente aos meses de março a julho de 2017, disponibilizada pela Superintendência de Envelhecimento Ativo e Saudável do município.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. Quantitativo de Participantes do Programa

Os dados apurados apontam a evolução no número de participantes, ente o período de março a julho de 2017. No mês de março, quando foi implantado o sistema informatizado no Programa Municipal de Responsabilidade Social da rede de proteção ao idoso, no Centro de Convivência, foi registrado um quantitativo de 60 participantes, já no final do mês de julho esse quantitativo evoluiu para 181 idosos participantes do Programa.

6.2. Perfil dos idosos Participantes no Final do Mês de Julho

É predominante a presença do sexo feminino entre os idosos participantes, apresentando um percentual de 89% contra 11% do sexo masculino. Em relação à idade 75% dos idosos que frequentam o Programa possuem idade entre 60 e 70 anos. Os dados apontam que 45% dos frequentadores são casados ou têm uma união estável, 55% são viúvos ou solteiros e 30% destes vivem sozinhos. Entre os participantes 15% não sabem ler e escrever e 29% cursaram apenas algumas séries do ensino fundamental. Em relação ao consumo de medicamentos, 95% dos idosos fazem uso contínuo. A maior prevalência entre as patologias se destacam a hipertensão e o diabetes. A grande maioria dos participantes não apresenta limitações para atividades diárias (97%), porém 03% deles apresentam algum tipo de limitação física e fazem uso de instrumentos para facilitar a sua mobilidade, tais como: cadeira de rodas, bengala, etc. e necessitam de acompanhante. No que diz respeito a renda, a grande maioria (97%) é aposentada ou pensionista, com rendimento mensal de um salário mínimo pago pela Previdência Social.

6.3. Oferta de Atividades

Antes da implantação do Projeto eram desenvolvidas apenas 4 oficinas com foco em atividades aeróbicas. Entre o mês de março e o final do mês de julho a oferta de atividades foi ampliada para um total de 15 atividades, sendo disponibilizadas, além das atividades de modalidade físico-aeróbica, foram incluídas atividades culturais, artísticas, recreativas, esportivas e educacionais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados do estudo foi possível identificar que a implantação do sistema de informatização no Programa Municipal de Responsabilidade Social da rede de proteção ao idoso, no Centro de Convivência sob a coordenação da Superintendência do Envelhecimento Saudável e Ativo da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ, favoreceu a dinâmica do processo de gerenciamento de políticas públicas direcionadas às pessoas idosas no que tange a identificação e panorama do perfil do idoso frequentador do Programa. Entre outras coisas, o registro organizado das informações dos usuários possibilitou o reconhecimento da heterogeneidade do grupo de idosos e daqueles que fazem parte das estatísticas municipais em situação de vulnerabilidade social, o que, conseqüentemente, facilitou no planejamento de ações de curto, médio e longo prazo, além de possibilitar agilidade em ações com necessidade imediatas de intervenções, tanto nas formas preventivas como socioassistenciais.

Além disso, no período investigado, foi constatado que houve consideráveis evoluções tanto no quantitativo como no qualitativo das atividades oferecidas, com novas modalidades de oficinas disponibilizadas. A oferta dessas novas atividades ocorreu mediante a identificação de demandas, através de consultas dos profissionais envolvidos na planilha e cruzamento de dados.

Outro dado importante levantado foi o aumento do número de participantes. Esse dado, possivelmente, está relacionado com o aumento e variedade das atividades oferecidas. Por outro lado, esse fato reflete a satisfação dos usuários, uma vez que, a principal divulgação do Centro de Convivência ocorre através de “boca a boca” pelos próprios idosos.

Os resultados obtidos demonstraram que a ferramenta implementada facilita o diálogo entre as diferentes áreas do Programa, possibilita maior envolvimento dos profissionais, disponibiliza informações mais completas sobre os usuários, identifica demandas e facilita no planejamento das ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei n. 10.741 de 1 de outubro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/110.741.htm. Acesso: 15/04/2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14/02/2018.

BRASIL. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso: 20/06/18.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. 1ª edição. Brasília, Reimpresso em maio de 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde - Resumo**, 2015.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Testos para Discussão nº 858. Rio de Janeiro: IPEA, jan.2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2091/1/TD_858.pdf. Acesso: 17/06/2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **O Brasil em síntese**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso: 21/06/2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Comunicado de imprensa do Departamento de Informação Pública da ONU**. Centro de Informações das Nações Unidas em Portugal, 2002. Disponível em: www.onuportugal.pt <http://unirc.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/idosos-final.pdf> . Acesso: 20/03/2018.

LUCCHESI, Geraldo. Envelhecimento Populacional Perspectivas para o SUS. In **BRASIL 2050 Desafios de Uma Nação que Envelhece**. Centro de Estudos e Debates Estratégicos Consultoria Legislativa - Câmara dos Deputados Centro de Estudos e Debates Estratégicos; Estudos Estratégicos. Brasília, 2017.

REHER, D. S. **Economic and Social Implications of the Demographic Transition Population and develop Pment review (SuPPlement)**: 11-33, 2011.

RELAÇÕES DIALÓGICOS DO AMBIENTE DIGITAL: CONFLITOS ENTRE DOIS MUNDOS

Jefferson Cabral Azevedo

Doutor e Mestre pelo programa de Cognição e Linguagem pela
Universidade Estadual Norte Fluminense, e professor
da disciplina bases Epistemológicas da cognição e linguagem
jefpsi@gmail.com

Giovane do Nascimento

Professor associado da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Doutorado em Políticas Públicas e
Formação Humana pela UERJ e professor da
disciplina bases epistemológicas da cognição e
Linguagem do programa de Mestrado em Cognição e Linguagem
giovanedonascimento@gmail.com

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Doutor em Comunicação pela UFRJ, Professor da
Universidade Estadual Darcy Ribeiro - UENF;
Coordenador do programa de Mestrado em
Cognição e Linguagem e professor da disciplina
Linguagem e novas tecnologias da comunicação
chmsouza@gmail.com

Resumo: O presente artigo procura vislumbrar os processos de formação de novos paradigmas relativos aos aspectos dialógicos nas relações afetivas, seus impactos na comunicação interpessoal e nas formações identitárias. O estudo contempla conceitos interdisciplinares, proporcionando uma perspectiva multicausal e dialógica. A população pesquisada é de universitários da região de Macaé no estado do Rio de Janeiro. Foram utilizados 50 questionários válidos. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo e quantitativo, pois abrange tanto os fatores conceituais obtidos através de revisão bibliográfica como desenvolvimento de resultados estatísticos através das análises dos resultados dos questionários baseados na escala Likert.

Palavras-chave: Formação de identidades, estruturas psicológicas, comunicação interpessoal, relações afetivas e tecnologias digitais.

Abstract: This article glimpse the processes of formation of new paradigms related to the dialogical aspects in the affective relations, its impacts in the interpersonal communication and in the formations of the identity. The study contemplates interdisciplinary concepts, providing a multicausal and dialogic perspective. The population studied was of university students from the region of Macaé state of Rio de Janeiro, 50 valid questionnaires were used. The methodology used is qualitative and quantitative, as it covers both the conceptual factors obtained through bibliographic review and the development of statistical results through the analysis of the results of the questionnaires based on the Likert scale.

Keywords: Identity formation, psychological structures, interpersonal communication, affective relations and digital technologies.

1 - Apresentação

As construções identitárias vêm sofrendo enorme influência da aceleração tecnológica, desorientando seus processos formadores de identificação. Estar conectado não é o que define e caracteriza necessariamente o sujeito. A capacidade de dar significado e significância ao processo de construção do sujeito é ser produto e produtor da própria existência, é tornar-se Eu e não objeto; a interatividade passa a propiciar e auxiliar a definição deste novo homem. Neste emaranhado de possibilidades o sujeito pode assumir identidades contraditórias, dependendo do momento e da situação. Hall (2005) afirma que existe um deslizamento no conceito de identidade, e o sujeito apresenta uma diversidade de identidades, mesmo que fragmentadas e inconsistentes. Nesse sentido, Hall (2005) propõe falar de identificação e não identidade, pois o sujeito fragmentado deixa de ser coeso, apresenta uma multiplicidade de “EUS” e, por meio do processo linguístico, tenta fechar um enredo sobre estes diversos sujeitos. Dentro deste contexto, é importante salientar determinados aspectos, como o conjunto de atributos culturais e seus inter-relacionamentos e, acima de tudo, a construção simbólica. Esta fluidez modifica diretamente o constructo psíquico, afetando o processo dialógico entre sujeito e instituição, tão importante para a formação psíquica. Quem exerce o poder moralizador dentro desta complexa rede rizomática de conexões?

As identidades vivenciadas no ciberespaço são máscaras passíveis de troca a todo o momento. Azevedo(2017) afirma que os espaços de relacionamento protegem a identidade do indivíduo e permitem sem pudor expor as ideias e desejos que o sujeito, no mundo real, não poderia expor, pois no mundo virtual o poder de censura é menor. Isso traz inúmeras possibilidades de adotar identidades diversas. Para Azevedo(2017) existe uma reformulação do próprio Eu por parte dos usuários das redes digitais, mudando constantemente sua identidade ou seus atributos, seja no aspecto substantivo (do nome) ou no aspecto adjetivo (de suas qualidades), fazendo assim um sujeito fragmentando entre o que é e o que gostaria de ser. Esta dicotomia entre o Eu e o que gostaria de Ser possibilita a existência dos Fakes - descrições falsas. Apresentar de que forma as tecnologias digitais interfere nos processos de comunicação verbal e não verbal e modifica as relações interpessoais.

A realidade virtual que se apresenta no ciberespaço não é somente fruto de contemplação sensorial das imagens e troca de informações, mas uma forma objetiva de ser da nova materialidade do arranjo social em redes de comunicação e, por assim dizer, de uma nova variável na estruturação psíquica. Estas formas de se personificar na realidade virtual caracterizam novos arranjos de se organizar afetivamente, o que poderíamos denominar de relações líquidas, ou “amor líquido”.

Sob a ótica psicanalítica, o desenvolvimento do sujeito é similar e correlativo ao desenvolvimento da civilização, ou seja, se a estrutura psíquica individual é similar e correlativa à estrutura da civilização, temos, nesse sentido, uma ampliação da perspectiva de uma constituição psíquica, deixando seu caráter hermeticamente fechado no puro subjetivismo, para um caráter no qual o homem passa a ser definido como o resultado das relações dos sistemas que o integram.

Estabelecer novos parâmetros de funcionamento deste sujeito contemporâneo é poder compreender suas relações inter e intrapsíquica e fornecer um olhar mais atento às influências das tecnologias digitais sobre o comportamento humano.

Nos processos sociais e psicológicos, não se podem reduzir os processos a um simples sistema baseado em causa e efeito, pois, primeiramente, é complexo definir o que é causa e efeito.

Nesse âmbito, o constructo metodológico poder ser definido como multicausal, dando ênfase sobre o efeito e o processo relacional. Esse processo esvazia a causa, pois, sendo muitifatorial,

a relação entre as causas é mais que sua simples soma, constituindo-se nas investigações relacionais dos processos manifestados sobre o efeito.

2 - A virtualização das relações

Basta olharmos ao redor, nos ônibus, restaurantes, nas ruas, entre outros e veremos diversas pessoas cabisbaixas, absorvidas pelo smartphone. As relações mediadas pela virtualização vêm ganhando espaço na sociedade pós-moderna e são atravessadas pelos aplicativos. Os diversos aplicativos oferecidos para mediar a comunicação estabelecem novos parâmetros nas relações sociais, entre elas afetivas. Relacionar-se na pós-modernidade requer antes de tudo estar apto a usar com fluência o ambiente digital. São diversos grupos a que estamos conectados e as exigências para darmos conta de uma gama quase infinita de informações é crescente.

Dar atenção constante a nossas relações afetivas exige muito do nosso aparato cognitivo, além, é claro, de uma ampliação dos contatos interpessoais. As normas e regras para nos relacionarmos no ambiente virtual são construídas de acordo com as normas sociais e as subjetividades dos usuários. Esta realidade vem ganhando ênfase e trazendo novos arranjos nos relacionamentos afetivos.

As relações ganham uma transitoriedade, uma fluidez e, por assim dizer, uma liquidez, de acordo com Bauman(2005). A incorporação através do social se dá pela linguagem, permitindo uma estruturação das identidades. Bauman (2005, p.06) afirma que a "(...) liquidez das identidades" está diretamente ligada à liquidez das línguas falada ou escrita e, no atual momento histórico, à escrita online." Nunca escrevemos tanto na história da humanidade. Entretanto, a escrita online é fragmentada em suas inúmeras informações, o que gera ruídos para o entendimento das mensagens. Os nativos e imigrantes digitais são exigidos ao máximo pela quantidade de informações disponibilizadas.

O termo nativo significa próprio do lugar onde nasce; nato, peculiar, ou seja, observa-se a origem. O termo imigrante tem como concepção aquele que imigra; que ou quem vem estabelecer-se em outro lugar.

O especialista em tecnologia Marc Prensky (2001), ao publicar um artigo intitulado "Digital natives, Digital immigrants", apresenta os termos Nativos Digitais e Imigrantes Digitais, dividindo duas gerações com diferenças culturais, pontuando uma discriminação pejorativa formada pelos sujeitos que nasceram antes da potencialização das NTIC's e da Internet. Prensky (2001) exemplifica que os Nativos digitais estão

(...) acostumados a receber informações muito rapidamente. Eles gostam de processar mais de uma coisa por vez e realizar múltiplas tarefas. Eles preferem os seus gráficos antes do texto ao invés do oposto. Eles preferem acesso aleatório (como hipertexto). Eles trabalham melhor quando ligados a uma rede de contatos. Eles têm sucesso com gratificações instantâneas e recompensas frequentes. Eles preferem jogos a trabalho "sério". (p. 03).

A dinâmica desse processo oferece uma enorme mudança em relação aos processos anteriores devido a sua velocidade, quantidade de informações e acessibilidade, além, é claro, da interatividade. O sujeito não é um mero telespectador, ouvinte ou leitor; ele sai de uma figura passiva de receptor e passa a ser emissor-receptor.

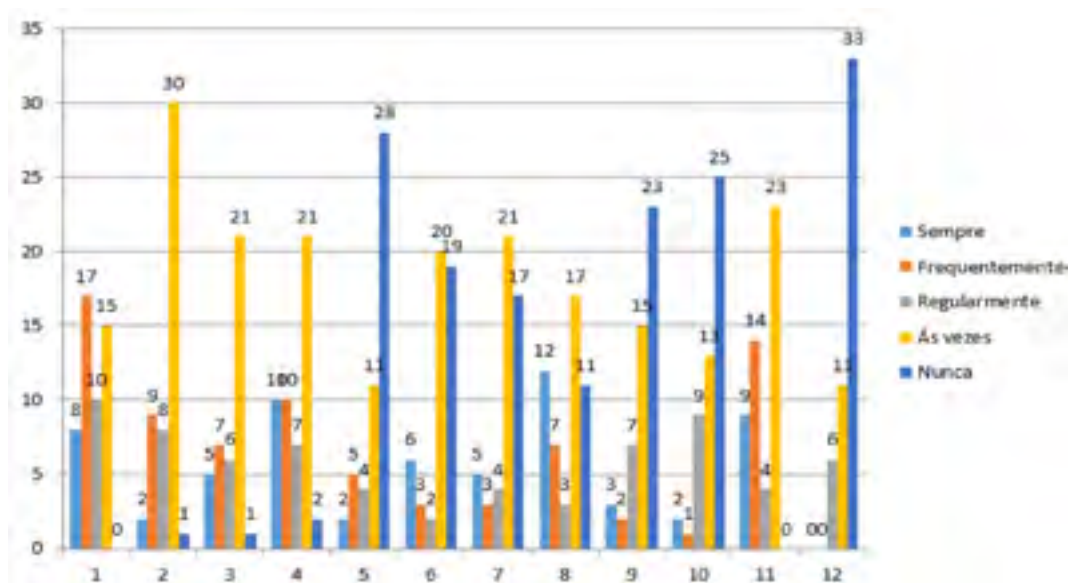
Para averiguar o quanto as novas tecnologias digitais impactam nas relações, neste caso as afetivas, foi desenvolvido um questionário baseado na Escala Likert e aplicado em 50 alunos do ensino superior de uma universidade privada, com média de idade de 22 anos de ambos os sexos. O questionário também averiguou os aplicativos mais usados que, neste caso, em ordem de utilização, foram WhatsApp, Facebook e Instagram.

Os itens foram elaborados para averiguarem se as redes sociais digitais trazem mudanças significativas nos relacionamentos afetivos. Os itens são os seguintes:

- 1 - As redes sociais digitais são uma ferramenta de aproximação?
- 2 - As redes sociais digitais dificultam as relações entre as pessoas?
- 3 - Com relação ao uso das redes sociais digitais, você considera que elas promovam uma perda da conexão fora do ambiente virtual (real)?
- 4 - Com relação ao seu companheiro ou companheira, você se incomoda quando os dois estão online e não se comunicam?
- 5 - Você se irrita com seu companheiro ou companheira quando ele(a) não posta os momentos felizes na rede?
- 6 - Você investiga seu companheiro ou companheira nas redes sociais digitais?
- 7 - Você já brigou com seu companheiro ou companheira por causas das redes sociais digitais?
- 8 - Em relação ao público e privado, você considera que o casal deva disponibilizar o mesmo status público sobre o relacionamento?
- 9 - Você costuma verificar os recém-amigos adicionados do seu companheiro ou companheira?
- 10 - Você invade a privacidade de seu companheiro ou companheira verificando o smartphone, tablet ou computador?
- 11 - As redes sociais digitais podem ser uma grande armadilha para os relacionamentos?
- 12 - Você costuma terminar seus relacionamentos através da rede social?

Após a aplicação, os resultados oriundos foram tabulados e apresentados conforme tabela abaixo:

Gráfico 1. Fonte Pesquisa do autor: A influência das redes sociais digitais sobre os relacionamentos afetivos.



Os resultados apresentados demonstram os impactos das tecnologias digitais sobre o comportamento humano e sua influência nas relações humanas. As alterações na comunicação afetam a forma de nos comportarmos e de nos relacionarmos no ambiente virtual, criando uma nova realidade dos constructos sociais. Esta traz consequências e estabelecem novos processos nas relações interpessoais, produzindo mudanças. De forma geral, o questionário, sem levantar juízo de valor, demonstra claramente que as relações vêm sofrendo adaptação para se adequar às tecnologias digitais.

No atual momento histórico, seria considerado anormal não se adaptar às novas práticas tecnológicas, inclusive servindo como mecanismo de segregação social, pois não estar conectado seria uma depreciação.

Mais do que encantar, as tecnologias digitais interferem nos processos de comunicação face a face e se verifica diferenças peculiares na comunicação interpessoal presencial, onde os interlocutores podem se observar diretamente no decorrer da comunicação, o que não ocorre na comunicação interpessoal mediada pelas tecnologias digitais. Os indivíduos, usando a interface das tecnologias digitais, diminuem a exposição a estímulos não verbais da comunicação, sendo filtrada a expressão emocional, eliminando aspectos importantes como a variação de: expressão facial, postura corporal, entonação vocal, dilatação e contração da pupila, sudorese cutânea, batimento cardíaco, entre outros. A comunicação não verbal é importante para o estabelecimento e manutenção das relações interpessoais e do sucesso e manutenção destas.

Turner (2003) aponta que o desenvolvimento de um padrão de reconhecimento facial se estende para a história da espécie no âmbito filogenético e seria moldada por um processo de seleção natural no decorrer de milhares de gerações. O autor afirma que

A reestruturação do cérebro hominídeo de forma a que pudesse ganhar controle sobre as emoções, poder-se-ia transformar numa pré-adaptação para laços emocionais mais fortes, que por sua vez, permitiriam àqueles primeiros hominídeos na linha humana, construir níveis mais elevados de solidariedade social. (p 49)

Neste caso, de acordo com Turner (2003), o processo evolutivo de adaptação propiciaria uma gama maior de possibilidades de ação a uma zona ecológica aberta, na qual os estímulos visuais e as reconfigurações do sistema límbico primitivo poderiam gerar uma resposta mais específica ligada ao medo, aversão, segurança entre outros. Ele ainda afirma que, no processo evolutivo dos sentidos, a visão e o tato são fatores de extrema importância para o processo de comunicação e que o desenvolvimento posterior de sons específicos e a própria linguagem falada apenas refinam as pistas visuais e que nosso cérebro está programado para subordinar os sons aos processos visuais.

Neste âmbito, os processos de comunicação não verbal exercem influência direta e primordial no processo de adaptação e a cognição social tem papel sine qua non no desenvolvimento da espécie homo.

De acordo com Neves (2012),

Cognição social se refere ao conjunto de processos cognitivos relacionados ao comportamento social extremamente diverso e flexível visto em primatas. Um aspecto da cognição social essencial para os relacionamentos interpessoais é a compreensão de como as pessoas estão se sentindo durante as interações sociais. Uma das maneiras de mensurar tais comportamentos são as tarefas que avaliam o reconhecimento de emoções faciais (p.16)

Knapp e Hall (1999) em “Comunicação não verbal na interação Humana” enfatiza que em diversos momentos atribuímos rótulos verbais em comportamentos não verbais, embora em muitos casos, não haja necessidades de verbalização para expressarmos nossas emoções ou pensamentos.

Nas pesquisas realizados por Knapp e Hall (1999), evidenciou-se que diversos pesquisadores do cérebro desenvolveram estudos sobre os processos de cognição e linguagem e como os hemisférios processam informações. Para os autores, os hemisférios agem de forma conjunta no processamento das informações, entretanto, o hemisfério esquerdo processe informações digitais, linguísticas, enquanto, que o hemisfério direito processa informações analógicas relativas a linguagem não-verbal, ou seja, informação Gestalt. Desta forma, o hemisfério direito realiza o processamento de informações visio/espaciais, no entanto, estão presentes também na comunicação linguística responsável pela entonação, altura, ritmo e emoção.

Na comunicação online, alguns fatores não estão presentes ou estão diminuídos, o que dificulta por exemplo a compreensão da comunicação.

3 - Linguagem e processos cognitivos na formação da comunicação interpessoal

No senso comum, os aspectos e conceitos relativos à emoção são cristalizados e não realizam uma distinção objetiva entre experiência emocional e suas expressões.

Darwin (1872) publicou o livro denominado “Expressão das emoções nos homens e nos animais”, relatando um estudo comparativo entre a manifestação de expressões emocionais primárias em diversas espécies, estabelecendo um padrão desenvolvido pelo processo de seleção. Nele, afirma que as manifestações faciais e vocais das emoções são fatores que refinam a capacidade comunicativa relacionadas a atração, união e comportamentos relacionados a integração e sobrevivência.

Posteriormente a Darwin, diversos autores desenvolveram teorias preconizando os aspectos inatos relativos aos processos emocionais primários.

Neves (2012), em seu estudo intitulado “Investigação dos sistemas neurais relacionados ao reconhecimento de emoções faciais em pacientes com transtorno bipolar: um estudo de morfometria baseada no voxel”, afirma que a percepção visual da face humana tem importância adaptativa nas relações sociais e que permitem acesso a uma diversidade de informações inerentes ao processo de comunicação. A autora ainda afirma que há uma ampla rede neural envolvida no processamento emocional da comunicação não-verbal, como o córtex pré-frontal, cíngulo, amígdala, tálamo entre outros, ou seja, o sistema límbico, como podemos inferir na figura abaixo:

Figura 1. Modelo simplificado das redes neurais envolvidas no processamento emocional. Fonte - R. Palermo, G. Rhodes / *Neuropsychologia* 45 (2007) 75-92



Damáσιο (2012) descreve que as emoções primárias de caráter inato dependem do circuito do sistema límbico e, em particular, estabelece um papel central por parte da amígdala e do cíngulo. Entretanto, deve-se ampliar estes circuitos em se tratando das emoções secundárias apreendidas em contato com o meio, em que a rede neuronal se estende nos córtex pré-frontal e somatossensorial.

Para explicitar melhor o papel das emoções nos processos de tomadas de decisões, Damásio (2009) desenvolveu o conceito de marcador somático (MS), que pode ser entendido como uma antecipação emocional de um evento desenvolvido ontogeneticamente a partir de experiências passadas. Este processo simula uma emoção futura, mobilizando reações corporais, tais como alterações da frequência cardíaca, sudorese, contração da musculatura facial, entre outros. Entretanto, o fator preponderante neste aspecto é a ativação das áreas cerebrais responsáveis pelas reações somáticas.

Neste caso, o marcador somático refere-se a uma mudança fisiológica positiva ou negativa que influencia as tomadas de decisões, resultando, assim, em uma reação emocional subjetiva que tem como propósito auxiliar o processo de raciocínio, produzindo alterações musculares, neuroendócrinas e neurofisiológicas.

O marcador somático é da ordem das emoções secundárias e, por isso, sofre ações dos processos oriundos do córtex pré-frontal. Porém, utiliza-se da maquinaria das emoções primárias (medo, raiva, alegria, surpresa, tristeza e aversão) e está estreitamente ligado ao sistema límbico e o cíngulo.

Os aspectos emocionais têm ampla influência sobre os processos linguísticos e de comunicação.

A internet e as redes sociais digitais utilizam-se de mecanismos que estimulam nosso aparato sensorial e cognitivo e, também, o sistema límbico, parte mais primitiva do cérebro, onde se

originam sentimentos primários e instintivos básicos responsáveis pela autopreservação, como lutar ou fugir e perpetuação da espécie. Já a amígdala, reage processando reações advindas dos aparatos sensoriais e provocando reações originalmente emocionais. Contudo, há um lapso de tempo relativo à conexão neural com a parte racional do cérebro denominada córtex pré-frontal, que é responsável por analisar as informações oriundas do meio de forma mais criteriosa e analítica, diminuindo, assim, as reações impulsivas.

A Internet, as redes sociais digitais, por sua forma de apresentação linguística, dificultam o processamento de informações do córtex, pois a dinâmica e a rapidez dos estímulos recebidos pelo aparato sensorial, além da multifragmentação causada pelas várias janelas abertas ao mesmo tempo, dificultam o processamento das informações e a entrada e saída destas, pois os sinais dispostos no meio eletrônico propiciam uma superexposição, provocando um maior desgaste cognitivo e alterando o nível de atenção..

Nosso cérebro tem por necessidade fechar um processamento e dar significância às informações, mesmo que inadequadas, sejam elas imagens, textos ou falas. Este processo diminui o esforço cognitivo e a angústia produzida. Como as informações são fragmentadas, o processamento de fechamento (oriundo do conceito da Gestalt) propicia um preenchimento destes estímulos parciais, prejudicando a elaboração e o processamento das informações, o que gera uma saída inadequada dessas informações.

Esses processos perceptuais proporcionam ao usuário da Internet e Redes Sociais Digitais a não perceber a fragmentação das informações originadas na interação entre o usuário e os processos digitais tecnológicos, pois a mente por excelência tende a processar e ordenar dando sentido ao mundo caótico em que vivemos. Nesse sentido, o papel das emoções tem uma importância significativa para o processamento dos estímulos e formação das percepções.

Goleman (2001, p. 29), ao citar Joseph LeDoux, neurocientista do Centro de Ciência Neural da Universidade de Nova Iorque, encontrou bases fundamentais para descrever a importância da amígdala no cérebro emocional.

O estímulo oriundo do sistema sensorial possibilita que a amígdala reaja antes do córtex pré-frontal e que a arquitetura anatômica do encéfalo forneça a ela uma posição privilegiada no sistema emocional. Os estímulos sensoriais, principalmente do olho e do ouvido, seguem por um único caminho sináptico e, assim, atingem o tálamo e, por conseguinte, a própria amígdala. Nesse processo, um segundo estímulo é enviado do tálamo ao neocórtex ou córtex pré-frontal, a parte racional do cérebro. Isso permite que os sujeitos respondam emocionalmente e por impulsos instintuais, desenvolvidos durante a evolução da espécie homo, antes do neocórtex ser informado.

Assim, a amígdala proporciona uma resposta antecipada e pode correr o risco de não ser a resposta correta, pois as mudanças estruturais sociais, em muitos casos, não são mais as mesmas de quando nossos ancestrais a utilizavam para prevenir os perigos que a natureza oferecia.

A grande diferença no complexo sistema de tomada de decisões é que a amígdala é programada para uma reação ansiosa e impulsiva, enquanto o neocórtex possibilita uma resposta mais adequada ao contexto por ser reflexiva. Entretanto, a resposta do córtex pré-frontal, sendo criteriosa e analítica, é mais lenta para proporcionar uma resposta em tempo cerebral se comparada à resposta emocional direcionada pela amígdala.

De acordo com Goleman (2001, p.30), “a memória emocional pode ser um repositório de impressões emocionais e lembranças que jamais conhecemos em plena consciência.”

De acordo com Goleman (2001), existe uma contradição em relação aos circuitos neurais que ligam o sistema límbico aos lobos pré-frontais, gerando, assim, respostas que trazem impacto relevante à vida do sujeito, produzindo ansiedade, ira e outras reações emocionais mais primitivas, podendo produzir uma estática neural, inibindo a capacidade do lobo pré-frontal de manter a memória funcional. Essa perturbação emocional cria deficiências nas aptidões intelectuais e podem modificar a capacidade de aprendizagem.

As emoções regulam o comportamento humano e têm papel fundamental nas ações e manifestações corpóreas.

O leitor da era digital pode fazer várias atividades e abrir várias janelas ao mesmo tempo, tornando a leitura fragmentada. Os olhos não seguem mais um fluxo contínuo e o cérebro muito menos, pois realizam uma varredura na tela, visualizando o todo, com seus múltiplos aplicativos, links e propagandas. A escrita também se altera com as simplificações ortográficas e gramaticais exigidas pela velocidade da comunicação em rede e as muitas ferramentas que a incrementam, como “emoticons” e “emojis”, “ding tones” e a vasta gama de alternativas entre imagens e sons que são disponibilizados para os internautas. Essa multifacetada característica da comunicação on-line produz novos arranjos neuronais tanto na área da leitura e escrita quanto da fala. Os processos que mudaram anatomicamente os centros responsáveis pela linguagem humana no decorrer da história da espécie agora sofrem um novo reordenamento, modificando a funcionalidade e as exigências, criando configurações sinápticas e alterando morfológicamente suas estruturas, seja de forma a incrementar novos processos mentais e comportamentais ou que venham a desenvolver novas habilidades essenciais a aprendizagem, como, também, desconectar circuitos neurais que mantinham habilidades e competências anteriormente fundamentais para o raciocínio lógico.

É exatamente sobre este processo de comunicação que a mídia e, mais especificamente as Redes Sociais Digitais e a Internet de um modo geral, tem mais impacto que qualquer outra instância. A comunicação nas redes digitais é aceita de forma crua, sem preocupação de análise ou senso crítico, onde as pessoas apenas a absorvem simplesmente. Neste emaranhado de nomes, de pseudônimos e falsos perfis, a única certeza é de não ter certeza, onde o referencial se baseia apenas no discurso e na aceitação ou não aceitação do que é compartilhado nas redes digitais.

4 - Considerações finais

Os processos cognitivos e linguísticos são essenciais para nossa constituição como ser social e psíquico e, neste âmbito, é onipresente na nossa construção como indivíduos e sociedade. A linguagem nos constitui como seres sociais e, por assim dizer, estabelece a clivagem de nossa estrutura psíquica e identitária. A cognição, por sua vez, determina através da percepção a maneira pela qual a linguagem influencia nossa subjetivação, nos tornando singulares no que tange a nossa formação de personalidade. As atuais tecnologias digitais e suas aplicações possibilitam novos arranjos sociais e psíquicos, mudando gradativamente o comportamento individual e coletivo. O uso de tecnologias digitais propicia mais que uma simples ferramenta, convertendo-se em um prolongamento de nossas relações sociais e gerando enorme fascínio sobre o processo psíquico, estabelecendo uma relação de possibilidades. As relações interpessoais vem sendo norteadas pelas tecnologias digitais, alterando assim, gradativamente o comportamento humano e seus processos de comunicação. Mais do que encantar, as tecnologias digitais interferem nos processos de comunicação face a face e se verifica diferenças peculiares na comunicação interpessoal presencial, onde os interlocutores podem se observar diretamente no decorrer da comunicação, o que não ocorre na comunicação interpessoal mediada pelas tecnologias digitais. Os indivíduos, usando a interface das tecnologias digitais,

diminuem a exposição a estímulos não verbais da comunicação, sendo filtrada a expressão emocional, eliminando aspectos importantes como a variação de: expressão facial, postura corporal, entonação vocal, dilatação e contração da pupila, sudação cutânea, batimento cardíaco, entre outros. A comunicação não verbal é importante para o estabelecimento e manutenção das relações interpessoais e do sucesso e manutenção destas.

5 - Referências;

AZEVEDO, Jefferson Cabral. **Dependência Digital**. Brasil Multicultural. 2º Edição Campos dos Goytacazes, 2017.

AZEVEDO, Jefferson Cabral, Nascimento Giovane, SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. **Aspectos e processos dialógicos na estruturação de identidades e suas influencias na dependência de tecnologias digitais**. Sevilha - Espanha. Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad, 2015.

AZEVEDO, Jefferson Cabral. **A coisificação do "EU" e a personificação da "COISA" na Sociedade em Rede: Do normal ao patológico - Dependência psíquica e estruturas de identidades**. Rio de Janeiro Universidade estadual Darcy Ribeiro, 2013

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARR, Nicholas. **O que a internet está fazendo com os nossos cérebros: A geração superficial**. Rio de Janeiro. Agir 2011

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. v.2. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. *in* A era da informação: Economia, sociedade e cultura.

DAMASIO, Antônio R. **E o Cérebro Criou o Homem**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2013

DARWIN,, **A expressão das Emoções no homem e nos Animais**. São Paulo. Ed. Companhia do Bolso, 2013.

DEL NERO, H. S. **O sítio da mente: pensamento, emoção e vontade no cérebro humano**. São Paulo: Collegium Cognitio. 1997

EKMAN, Paul. **A Linguagem das Emoções**. São Paulo. Ed. Lua de Papel, 2011.

FUENTES, DANIEL **NEUROPSICOLOGIA: TEORIA E PRÁTICA PORTO ALEGRE ARTMED 2008**

FREUD, Sigmund. (1912) **Totem e Tabu e outros trabalhos**. In: E.S.B., vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GOLEMAN, Daniel **Inteligência Emocional** - Rio de Janeiro OBJETIVA 2001

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

KNAPP, MARK L. e Hall, Judith A. **Comunicação não verbal na interação humana**. São Paulo. JSN, 1999

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999;

_____. **As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática**. 13ª ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **O Que é o Virtual?**. Trad. Paulo Neves. 7ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

LURIA, Alexander, LEONTIEV, Alexei, VYGOTSKY, Lev Semmenovich. e outros **Psicologia e pedagogia. I - Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

MACHADO, Angelo **Neuroanatomia Funcional** Editora Atheneu 2ª Edição São Paulo 2004.

MIKOLAJCZAK, Moira e DESSEILLES. **Tratado de Regulação das Emoções**. Editora. Piaget Lisboa. 2014

MORIN, Edgar. **A noção de sujeito**. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.45-58.

_____. **Cultura de massas no século XX: neurose**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NEVES, Maila de Castro Lourenço. **Investigação dos sistemas neurais relacionados ao reconhecimento de emoções faciais em pacientes com transtorno bipolar: um estudo de morfometria baseada no voxel**. UFMG, 2012. Disponível em [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-97CK45/maila_de_castro_l_neves.pdf?sequence=1)

[BUOS-97CK45/maila_de_castro_l_neves.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-97CK45/maila_de_castro_l_neves.pdf?sequence=1) Acesso em setembro de 2016.

SMALL, Gary e VORGAN, Gigi. **IBrain: Surviving the Technological Alteration of the Modern Mind**. New York. Gollins Living, 2008.

SOUZA, C.H.M. e COSTA, M.A.B. **Abordagens antropológicas do ciberespaço e da cibercultura**. In: Revista TB, Rio de Janeiro, 163: 85/94, out-dez, 2005.

SOUZA, Carlos H.M. **Comunicação, Linguagem e Identidade**. Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0240-2.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2010

TRIVINHO, Eugênio. **A Dromocracia Cibercultural - Lógica da Vida Humana na Civilização Mediática Avançada**. São Paulo. Paulus, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem** São Paulo, Editora: Martins 2001.

_____, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Editora: Martins 1998.

VOLCHAN, Eliane, PEREIRA, Mirtes Garcia, OLIVEIRA, Leticia. **Neurociência da Mente e do Comportamento: Processamento Emocional no Cérebro Humano**. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan. 2015

WINNICOTT, D.W. **Distorções do ego em termos de falso e verdadeiro self. O Ambiente e os Processos de Maturação**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEMPORÂNEO: LETRAMENTO DIGITAL COMO PRECONDIÇÃO PARA O ACESSO ÀS BIBLIOTECAS DIGITAIS

JORDAN ANTONIO DE SOUZA

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, UFMT
jordanbiblio@gmail.com*

JULIANO BATISTA DOS SANTOS

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, UFMT
julianojbs@gmail.com*

LUDMILA DE LIMA BRANDÃO

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, UFMT
ludbran@terra.com.br*

RESUMO

Busca-se com este trabalho refletir brevemente sobre as possíveis contribuições que as habilidades de letramento digital e informacional podem promover para que os alunos possam utilizar adequadamente as plataformas e bibliotecas digitais. Descreve a influência das tecnologias nas práticas de letramento digital, as transformações sofridas pelas bibliotecas e o surgimento das bibliotecas digitais, discutindo ainda sobre a necessidade dos profissionais da educação e bibliotecários promoverem o letramento informacional/digital. A elaboração deste artigo se deu a partir de levantamento bibliográfico de documentos que tratavam das temáticas: letramento digital e informacional, educação a distância, bibliotecas digitais entre outros também relevantes. O que permitiu a contextualização de discussões pertinentes ao tema. O trabalho busca também demonstrar os benefícios do emprego do letramento digital e informacional no uso das tecnologias que envolvem o setor educacional principalmente no que tange o uso de bibliotecas e repositórios digitais para recuperação e acesso a informações.

Palavras-chave: Letramento digital. Letramento informacional. Bibliotecas digitais. Repositórios digitais. Educação a Distância.

ABSTRACT

It is looked for with this work to contemplate shortly about the possible contributions that the abilities of digital literacy and information can promote so that the students to use the platforms and digital libraries appropriately. It describes the influence of the technologies in the practices of digital literacy, the suffered transformations for the libraries and the appearance of the digital libraries, discussing the need for education professionals and librarians to promote information/digital literacy. The elaboration of this article felt starting from bibliographical rising of documents that treated of the themes: digital literacy and information, education the distance, digital libraries among other also relevant. What allowed the contextualization of pertinent discussions the theme. The work also looks for to demonstrate the benefits of the job of the digital literacy and information mainly in the use of the technologies that involve the education section in what plays the use of libraries and digital repositories for recovery and access to information.

Key-words: Digital literacy. Information literacy. Digital library. Digital repository. Education the Distance.

1 Introdução

Tanto no contexto da biblioteca, quanto do letramento nas unidades de ensino, espera-se que a leitura seja significativa para o leitor, que faça sentido, proporcionando-lhe novas experiências, compreensão e ideias, de forma que possa aprender a aprender. O leitor deve ir além da condição de alfabetizado, pois o importante não é apenas saber ler e escrever, mas sim ser letrado de forma a corresponder às exigências impostas pela sociedade.

Novas tecnologias surgem e se atualizam constantemente, principalmente as que estão relacionadas com a informática, seja no quesito *software*, com o desenvolvimento de programas para diversas finalidades, sistemas operacionais e aplicativos, seja no quesito *hardware*, que apresenta melhorias consideráveis em relação a desempenho, tamanho, peso e as multifuncionalidades dos equipamentos, justificando os avanços relacionados a informatização de diversos produtos e serviços, em diversos seguimentos.

Exigências e incentivos do governo referentes área de informática têm proporcionado melhorias na infraestrutura e maior agilidade nas atividades desenvolvidas em entidades públicas e privadas. A diminuição dos impostos agregados ao valor de computadores e *softwares*, e salientando também o incentivo para criação e uso de *softwares* livres (*open source*) beneficiou, não apenas, as instituições públicas e privadas, como também grande parte da sociedade, que agora contam com maior facilidade na aquisição destas ferramentas digitais.

Tamanho é o esforço para aprimorar produtos e serviços digitais que, empresas de diversos ramos, de olho nas novas tendências tecnológicas, se preocupam cada vez mais com a adaptação de seus produtos para os ambientes digitais e principalmente com a garantia de compatibilidade de *softwares* e aplicativos para os diversos dispositivos utilizados pelos usuários hiperconectados. O setor educacional não está isento dessas preocupações, ele também oferece nas redes diversas ferramentas digitais voltadas para auxílio das práticas de ensino-aprendizagem.

Apenas o empenho dos desenvolvedores de *softwares* e aplicativos não basta, é necessário que os consumidores das tecnologias digitais tenham conhecimento suficiente para utilizar e compreender as funcionalidades e aplicações destes produtos digitais. E o preparo para atingir tal conhecimento perpassa pelo letramento digital.

Nas seções seguintes apresentam-se algumas reflexões sobre a importância - individual ou coletiva - das práticas de letramento digital necessárias para que usuários consigam utilizar adequadamente as ferramentas aplicadas às plataformas de ensino disponíveis, bem como as bibliotecas digitais. Para tanto, apresenta-se, de forma breve, o conceito de letramento e letramento digital, o ensino a distância e as transformações sofridas pelas bibliotecas desde seu surgimento até os dias atuais.

2 As Tecnologias e o Letramento Digital

Discussões sobre o termo letramento, tradução do termo em inglês *literacy*, nas áreas de educação e linguagens, foram fomentadas no Brasil no século XX. Estudiosos como Magda Soares (2003 apud BECKER; GROSCHE, 2008), explicam que letramento é o “estado ou condição” adquirido pela pessoa que aprende a ler e a escrever, indo muito além de ser simplesmente alfabetizado mecanicamente.

O indivíduo ou grupo social que passou por um processo de letramento e aprendeu a utilizar corretamente a leitura e a escrita tem consciência de que a técnica envolve consequências sociais, políticas, culturais e também linguísticas. Desta forma é capaz de compreender as

leituras realizadas, avaliar criticamente as informações respaldado pelo letramento crítico, podendo ainda de forma independente desenvolver novas formas de aprendizagem.

Ainda sobre a questão das diferenças entre alfabetização e letramento, em outro momento Magda Soares (1998 apud ARAÚJO, 2007, p. 80) explica que: “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas inseparáveis, [pois] o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”.

Tais questões podem incluir também o ensino da escrita associada a utilização de computadores preferencialmente conectados à internet, com relação as suas implicações na vida das pessoas, uma vez que, para o indivíduo do século XXI, já não basta apenas conhecer o código alfabético, ele precisa ter acesso a computadores, tabletes, celulares e outros dispositivos conectados à internet, e dessa forma, julga-se necessário que este sujeito seja letrado digitalmente para lidar com as tecnologias.

O letramento digital está relacionado à assimilação de uma tecnologia e quanto ao uso efetivo das práticas de escrita que cercam o ciberespaço. Sobre esta questão Xavier (2005, apud VELLOSO, 2010, p. 34), descreve que:

[...] o letramento digital implica realizar práticas de leitura e escrita diferentes das formas tradicionais de letramento e alfabetização. Ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens e desenhos, se compararmos às formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital.

Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação e seu frequente emprego, principalmente da internet, na área da educação (no processo de ensino aprendizagem e também de educação a distância), o desafio do letramento se torna ainda maior, pois não basta ser apenas letrado, agora é necessário ser letrado digitalmente. Os alunos devem ser preparados para utilizarem de forma adequada a internet, os AVAs (Ambientes Virtuais de Aprendizagem), os repositórios e as bibliotecas digitais, os blogs, os fóruns, os chats, entre outras ferramentas que disponibilizam informações úteis no ciberespaço.

Descrevendo a importância da internet Lankshear e Knobel (2003 apud TAGATA, 2012, p. 44, grifo do autor), citam que:

Mais do que provedora de informações, a internet possibilitou uma ‘revolução nos relacionamentos’ que tem exercido efeitos profundos em todas as esferas de nossas vidas, principalmente no âmbito da educação. Na visão dos autores, o aprendizado tende a ficar cada vez menos restrito à sala de aula, e ocorrer mais frequentemente em espaços virtuais, tornando-se mais móvel. Tal mobilidade já acontece atualmente em termos de espaço físico (aprende-se em casa, no trabalho, na escola, etc.), em termos de tempo e também entre diferentes esferas de nossa vida (lazer, trabalho, relacionamentos, etc.).

Diante dessa preocupação com o uso adequado e proveitoso da internet na educação, Araújo (2007), em um de seus trabalhos, evoca discussões sobre “os desafios de alfabetizar crianças letrando-as digitalmente”, descrevendo em sua pesquisa o caso de algumas crianças que apresentavam sérias dificuldades para ler e escrever, e demonstrando com os resultados obtidos que o letramento digital na fase de alfabetização pode ser eficaz e, além disso, tornar a criança “letrada digitalmente”.

A necessidade de letramento digital não deve ser uma preocupação voltada apenas às crianças. Na pós-modernidade muitas delas, já nos primeiros anos de vida, têm acesso a computadores, tabletes, celulares e outros dispositivos conectados à internet, na maioria das vezes sendo

utilizados exclusivamente ao entretenimento: redes sociais, jogos, chats e outros, enquanto muitos adultos passaram a utilizar as tecnologias da informação tardiamente, e muitas das vezes apresentam maior dificuldade para lidar com as tecnologias.

Neste contexto os desafios do letramento digital precisam refletir as preocupações com o nível de conhecimento dos educadores e demais profissionais da educação em relação as tecnologias digitais, à medida que o domínio das práticas digitais são indispensáveis para promover um letramento eficaz.

Muitos jovens e adultos que só recentemente tiveram contato com esta tecnologia, mesmo apresentando dificuldades na utilização de alguns recursos, aderiram aos cursos à distância e virtuais, tais como: cursos de idiomas, preparatórios para concursos, graduação, pós-graduação e outros de natureza *on-line*. Para estes novos usuários das tecnologias digitais, ser letrado digitalmente poderá ser o diferencial na utilização com eficácia das ferramentas disponíveis nestes ambientes virtuais.

Nesta perspectiva do letramento digital os educadores e outros profissionais da educação, os bibliotecários e agentes de outras áreas devem repensar seus papéis na formação de leitores letrados digitalmente, buscando meios de aprimorar seus conhecimentos em relação ao uso e aplicação das tecnologias digitais nas práticas de ensino.

3 Emprego das Tecnologias Digitais em Cursos de Ensino a Distância

Seguindo esta tendência de informatização, verifica-se que o emprego das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se apresenta cada vez mais frequente no campo da educação e, conseqüentemente, surgem novos desafios para o uso correto destas ferramentas nas práticas de ensino, uma vez que o uso da tecnologia digital não se resume apenas na mudança de suporte (quadro negro, retroprojektor, *datashow*) para apresentação de uma aula, mas também em novas práticas e métodos de ensino que propiciem melhores resultados na aprendizagem, exigindo que o educador também seja um letrado digital.

A aplicação das TIC nas práticas de ensino é mais evidente em cursos de Educação a Distância (EaD), a qual consiste em uma modalidade de ensino mediada por tecnologias, apresentando-se principalmente em cursos de graduação, pós-graduação, cursos de línguas e diversos cursos técnicos, que podem ser cursados de forma semipresenciais ou totalmente *on-line*, dependendo do plano de ensino estabelecido.

De acordo com Barros (2003 apud LOPES et al., 2007, p. 1-2), “os primeiros indícios de utilização da Educação a Distância remontam ao século XVIII, quando um curso por correspondência foi oferecido por uma instituição de Boston (EUA). A partir de então, é possível estabelecermos uma cronologia da evolução da EAD no mundo”.

No século XIX, as experiências com a Educação a Distância se apresentaram principalmente na Europa. No século XX países como Austrália, Alemanha, Canadá entre outros, também iniciaram experiências de prática de ensino à distância. Todavia é apenas na segunda metade do século XX que se reconhece a importância desta modalidade de ensino.

A autorização de abertura da *British Open University*, em 1969, na Inglaterra, é considerada um dos importantes eventos que proporcionaram a evolução da EAD, por conta de suas inovações relacionadas ao uso de instrumentos para comunicação entre professores e alunos. No Brasil a EAD se desenvolveu no século XX, em consequência do processo de industrialização, o que demandou o surgimento de políticas educacionais com a finalidade de formar trabalhadores para a ocupação industrial (LOPES et al., 2007, p. 2).

Atualmente a maior parte dos cursos de EaD, tanto no exterior quanto no Brasil, utilizam a internet como meio para aplicação das plataformas de ensino digitais. Essas práticas de ensino *on-line* também são conhecidas como e-Learning.

Observa-se no exterior várias parcerias de instituições buscando promover e fortalecer o ensino *on-line*. A exemplo, cita-se o caso de renomadas instituições de ensino como MIT e Harvard, a quais já possuíam suas próprias plataformas digitais para cursos *on-line*, e que anunciaram em 2012 uma parceria para lançar a plataforma de ensino *on-line* "Edex", com a missão de disseminar o conhecimento qualificado pelo mundo, prometendo ainda, possibilitar as instituições a compreensão da forma como os alunos aprendem (FONSECA; GOMES, 2012).

No cenário educacional brasileiro é possível verificar a adesão de diversas Instituições de Ensino Superior (IES), sejam elas públicas¹ ou privadas², no uso de tecnologias digitais para oferecer cursos a distâncias. Para as instituições de ensino privadas este campo é um mercado onde o marketing principal para atrair alunos é a possibilidade de eles conseguirem fazer um curso de acordo com o tempo e locais que lhes são disponíveis, enquanto para as instituições públicas, não há necessariamente um marketing e sim o objetivo de oportunizar ensino para alunos que não têm recursos para estudarem nos locais onde os campi universitários estão alojados.

Para o público que busca esta modalidade de ensino, a depender da escolha da IES, estão disponíveis diversas ferramentas criadas para auxiliar nos processos de estudos, os quais são denominados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), que apresentam *softwares* como o Moodle, eProInfo, TelEduc, Amadeus, entre outros, que em geral disponibilizam em suas plataformas muitos livros digitais, vídeo aulas, fóruns e chats para tirar dúvidas. Entre estas ferramentas presentes no ciberespaço que auxiliam no desenvolvimento dos cursos de EaD, cita-se também as bibliotecas digitais, que não foram desenvolvidas exclusivamente para este público, mas que podem lhes proporcionar uma contribuição significativa para acesso ao conhecimento.

Conforme explica Schons e Valentini (2012, p. 5) o emprego das tecnologias da informática na educação permite aos usuários acesso a diversas informações, "[...] produções e publicações de diferentes áreas em bibliotecas virtuais, portais e inúmeros sites, que disponibilizam artigos, textos, teses e até alguns livros. As informações passam a estar disponíveis e de fácil acesso a todos [...]"

Desta forma é necessário que o leitor/estudante seja letrado digitalmente para lidar de forma fácil e adequada com a cultural digital na qual ele se encontra imerso, seja para cursar de forma plena e proveitosa os cursos em ambientes virtuais, seja para fazer qualquer pesquisa por busca de conhecimento ou mesmo lazer.

4 Mudanças em Bibliotecas em Função da Cultura Digital

Tradicionalmente as bibliotecas são categorizadas por estudiosos, como Jocab (2000) e outros, enquanto espaços de memória, guarda e conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico da humanidade, com a finalidade de disseminação da cultura e do conhecimento. Apesar de geralmente estarem presentes em escolas, universidades e comunidades, nem sempre estão integradas a ações pedagógicas, e mesmo que seu papel seja considerado uma extensão da sala de aula em determinadas situações são mal utilizadas, seja pela falta de recursos ou pela falta de profissionais bem preparados para fomentar seu uso.

1 Exemplo de IES públicas que ofertam cursos EaD - UFMT, UFLA, UFF, UFV, UFSCar.

2 Exemplo de IES privadas que ofertam cursos EaD - UNOPAR, UNISUL Virtual, UNIP.

Sobre a presença de bibliotecas em escolas, observa-se que mesmo com a promulgação da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país, o cumprimento da lei caminha a passos lentos. Na reportagem de Vieira e Lins (2014) publicada no site “O Globo – Sociedade – Educação” a respeito do Censo, é possível verificar que em meados de 2014 com 3 anos da promulgação da lei que o crescimento de bibliotecas no país havia avançado apenas 1,5%, ou seja, havendo passado dos 33,5 para 35% e desta forma ainda restavam um “[...] grupo de 65% de unidades de ensino, públicas e privadas, sem bibliotecas no Brasil”.

A referida lei determina que os gestores das unidades de ensino providenciem a implantação das bibliotecas escolares até 2020, meta que dificilmente será cumprida, pois verifica-se que mesmo com o passar dos anos a situação não mudou muito e conforme relato de Daniele Pechi (2017), “Faltando pouco mais de dois anos para encerrar o prazo de universalização das bibliotecas escolares, a meta está longe de ser alcançada”, sendo esta fala proferida em novembro de 2017 em um programa na Rádio Câmara onde se abordou a temática “Universalização das Bibliotecas em Debate”.

Desde seu surgimento até os dias atuais, a biblioteca tem sofrido diversas transformações, tanto no que tange a suas características físicas, infraestrutura relacionada ao seu acesso, quanto as suas práticas, serviços oferecidos e os suportes de informações que passam a surgir com o avanço das tecnologias, como no caso das bibliotecas digitais.

Ao tratar do surgimento e transformações sofridas pelas bibliotecas, mesmo que pareça paradoxal, pode-se dizer que elas surgiram antes mesmo dos livros e até dos manuscritos que se tem conhecimento, salientando que entre as bibliotecas antigas e medievais haviam poucas diferenças. As diferenças se davam no material/ suporte de informação havendo as bibliotecas minerais, constituída de tabletes de argila, as bibliotecas vegetais e animais, compostas de papiros ou pergaminhos (MARTINS, 2002). Passando pela invenção do papel, e da imprensa para possibilitar o surgimento de bibliotecas físicas que se tem conhecimento hoje.

De forma geral é possível dizer que as transições que passaram as bibliotecas podem ser classificadas em Antigas, Medievais e Modernas. Estas sofreram diversas mudanças, tanto em relação aos materiais que armazenavam quanto as formas de acesso, que antes se davam a públicos restritos como no caso de bibliotecas de mosteiros ou de particulares onde apenas nobres poderiam ter acesso. Hoje são em grande maioria de acesso público, buscando não mais restringir o acesso a informação, mas sim promover a sua disseminação.

Não bastando todas estas transformações e variações sofridas pelas bibliotecas, motivadas pela evolução tecnológica e científica, nos últimos anos surgiram as ditas bibliotecas do futuro, que foram designadas como Bibliotecas Polimídias, Bibliotecas Digitais, Bibliotecas Virtuais, Bibliotecas Eletrônicas e Bibliotecas Híbridas. A terminologia adequada ainda não está consolidada, pois enquanto alguns pesquisadores até se atrevem a descrever as diferenças e designações de cada uma delas, preocupados em tentar conceituá-las, outros tentam resumir suas classificações apenas em digitais e virtuais. Nestas bibliotecas o produto principal não é mais o documento impresso, e sim as informações tratadas em meio/formato digital.

Em geral, a maior parte das discussões dos autores se dá sobre as bibliotecas virtuais e digitais. Krzanowski (1997 apud OHIRA; PRADO, 2002, p. 63) sugere que essa biblioteca “não vem substituir as bibliotecas tradicionais, mas acrescentar aos usuários outras opções de acesso às informações registradas”.

As bibliotecas virtuais e digitais costumam ofertar aos seus usuários informações no formato digital em ambientes virtuais, que dependem da tecnologia de realidade virtual para seu acesso, por meio de redes e recursos de informação em sistemas de base computadorizada remota. Podendo ainda, no caso das bibliotecas digitais, serem informações digitalizadas em outras mídias, como *Pen drive*, CD-ROMs, disco rígido, e outrora disquetes, fita magnética, etc.

Pereira e Rutina (1999 apud OHIRA; PRADO, 2002, p. 64), dizem que “a biblioteca digital seria aquela que teria, além de seu catálogo, os textos dos documentos de seu acervo armazenados de forma digital, permitindo sua leitura na tela do monitor ou sua importação (*download*) para o disco rígido do computador [...]”.

Partilhando do mesmo conceito Tammaro e Salarelli (2008, p. 157), dizem que:

A biblioteca digital tem, por tanto, o potencial de desestabilizar processos e padrões de criação de conhecimento e romper as atuais hierarquias de credibilidade. Não se pode, portanto, considerar a biblioteca digital como um continente passivo de textos, mas como um instrumento potencial que desestabiliza o atual sistema de relações. Pode-se dizer que a biblioteca digital participa ativamente do processo de criação de conhecimentos e da construção de credibilidade.

Assim, considerando as transformações mencionadas, se faz necessário que os profissionais da informação que atuam em bibliotecas tradicionais e se aventuram na criação e suporte de bibliotecas digitais e virtuais, estejam preparados para auxiliar e fomentar o uso destas bibliotecas de forma que os usuários alcancem o letramento informacional, crítico e o digital, de forma que tenham plena liberdade na busca de informações em redes virtuais.

5 Bibliotecas e o Letramento Informacional

Alguns autores descrevem as bibliotecas como Centros de Recursos de Aprendizagem (CRA), relatando que elas estão relacionadas direta e intimamente com a aprendizagem, e que demonstram ser um componente imprescindível para uma pedagogia integradora. Ademais, eles ainda reconhecem a importância do trabalho integrado dos bibliotecários, professores, diretores, coordenadores e técnicos de TICs como infoeducadores, na mediação da aprendizagem.

De acordo com Gasque (2012, p. 153):

O uso das bibliotecas pelos aprendizes devem se iniciar desde a educação infantil, por isso a biblioteca escolar tem papel preponderante no que diz respeito a fomentar nos aprendizes a curiosidade, a vontade de aprender, o gosto pela leitura. Para tanto, as bibliotecas precisam estar integradas pedagogicamente ao sistema educacional, em especial as escolares.

Seja em sala de aula, seja na biblioteca, o primeiro passo para se promover o ensino-aprendizagem está no acesso à informação. Neste contexto, o papel da biblioteca é potencializar o conhecimento, pois ao proporcionar acesso e disseminação da informação fomenta-se o pensamento e a criatividade de seus usuários ampliando seus conhecimentos.

Gasque (2012, p. 55) relata que

[...] mais do que a disponibilização de material, é necessário envolver a comunidade educativa em programas que possibilitem buscar, decodificar, interpretar e transformar as informações em conhecimento a favor da vida. Para tanto, é necessário que haja pessoas qualificadas e trabalho conjunto dos membros da instituição educacional. Ao contrário disso, verifica-se a inexistência de bacharéis em Biblioteconomia, ausência de cursos de formação e pouca valorização do livro, da pesquisa e da biblioteca. [...] As

bibliotecas trazem em seu bojo a ideia de espaço dinâmico e interativo com a produção intelectual humana que visa à criação de conhecimento e à inovação em benefício da coletividade. Nesse lugar de aprendizagem, a leitura possibilita dialogar com todas as formas de pensamento, superando os limites de cada leitor e ampliando a visão de mundo.

Para que a biblioteca atue como Centro de Recurso de Aprendizagem é preciso que ela tenha uma infraestrutura adequada de informação, possuindo acervo atualizado e informatizado, acesso à internet e bancos de dados para seus usuários, além de políticas de uso dos recursos e dos espaços para proporcionar a aprendizagem colaborativa. O ideal seria que todos os tipos de bibliotecas atuem como Centro de Recurso de Aprendizagem. Desse modo, bibliotecários devem ser mediadores nos processos de aprendizagem dos usuários, não se preocupando apenas com as práticas de organização da informação, como também com o auxílio a sua busca e utilização.

Neste contexto, surge o letramento informacional que se refere ao processo de desenvolvimento de competências, na localização, seleção, acesso, organização, uso das informações e na geração do conhecimento, permitindo a adequada tomada de decisão para resolução de problemas.

Na década de 70, a expressão *information literacy* surgiu no Estados Unidos da América, mas os estudos sobre este tema no Brasil se iniciaram a partir do ano 2000. Além do uso do termo original, ainda são usados no Brasil as expressões Letramento informacional, alfabetização informacional, habilidade informacional e competência informacional, sendo esta última a mais utilizada como tradução de *information literacy*, porém todas estas geralmente expressam a mesma ideia (GASQUE, 2012).

Com o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, a informação surge e é difundida cada vez mais rapidamente e com maior facilidade. Em alguns casos, os acontecimentos, fenômenos e eventos chegam a ser divulgados de forma simultânea, quando não, são noticiados após um curto tempo, em sites de notícias, blogs e redes sociais. Para ter acesso a estas informações é necessário apenas que o indivíduo tenha em mãos algum dispositivo, fixo ou móvel, conectado a uma rede de internet. E em tempos atuais, grande parte da sociedade possui telefones celulares, *smartphones*, *iphone* e *tablets* conectados a redes *wireless*, *wifi* ou redes móveis que possibilitam o acesso as informações.

O ensino tradicional, em que os aprendizes decoram os conteúdos sem compreendê-los e no qual o professor é o detentor do saber e responsável por transmitir conhecimentos, entra em crise. Os professores reclamam da dificuldade de disciplinarem os aprendizes, que estão a um toque das informações e de um mundo virtual mais interativo e dinâmico. Diante dessa realidade vibrante, com acesso à tecnologia de qualidade a custos relativamente baixos, as escolas deixam de ser locais privilegiados do conhecimento, pois as pessoas passaram a ter no cotidiano mais oportunidades de aprendizagem do que no âmbito escolar, mediante interação com outras pessoas e com a mídia existente (GASQUE, 2012, p. 26).

Desta forma, a aplicação das tecnologias na educação implica também nas práticas de ensino, e obriga os educadores a repensarem suas formas de atuação, e sobre a necessidade de se preocuparem em desenvolver técnicas necessárias para melhor aproveitar estas ferramentas em suas aulas e despertar o interesse dos alunos.

6 Considerações Finais

Verificando que a sociedade está cada vez mais conectada, que mesmo com dificuldade muitas pessoas querem e tentam utilizar os recursos oferecidos pelos aparatos tecnológicos,

é perfeitamente compreensível, entender o porquê de tantos investimentos empregados por instituições de ensino e empresas de diversos seguimentos, para atrair e conquistar o público adepto as tecnologias do mundo digital.

Em virtude das potencialidades das Tecnologias da Informação e Comunicação, apresentados nos últimos anos quanto à preservação e acesso a repositórios informacionais, torna-se cada vez relevante a criação e utilização de bibliotecas digitais e virtuais no meio educacional. Estas bibliotecas proporcionam apoio ao processo de ensino-aprendizagem por meio de seus acervos digitais, uma vez que um número ilimitado de usuários pode acessar simultaneamente as informações ali disponibilizadas, dependendo do tipo de licença para uso do material.

A existência de uma biblioteca digital na internet por si só, não representa um acesso livre a seu acervo, o que demonstra certa similaridade com as bibliotecas tradicionais, principalmente as universitárias que restringem o empréstimo domiciliar a usuários com vínculo institucional, permitindo aos outros usuários apenas a consulta das obras nas dependências da instituição. Esta restrição se dá por conta do controle imposto por muitas editoras que já praticam a venda de livros digitais (*e-books*). O portal “Domínio Público”, as BDTD e o SciELO são exemplos de bibliotecas digitais e eletrônicas de acesso totalmente livre.

Os profissionais bibliotecários também precisam ser letrados digitalmente, pois para trabalhar com as novas tecnologias devem buscar formas de se aperfeiçoarem e especializarem no fomento, uso e manutenção das bibliotecas digitais, virtuais e repositórios, ganhando experiência para oferecer novos produtos e serviços para os usuários, e transmitir a eles os conhecimentos em letramento digital para uso destas ferramentas.

As preocupações em ter habilidades para atuar neste novo campo de trabalho devem surgir nos cursos de graduação em “Biblioteconomia e de Ciência da Informação”, sendo dever dos professores possibilitarem aos futuros profissionais bibliotecários, conhecimento prévio para utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, pois caso contrário, estes profissionais da informação terão que trilhar um caminho muito mais árduo para promover o letramento informacional a seus leitores/usuários.

Salienta-se que por mais que se tenham disponíveis um leque de ferramentas e recursos, para alcançar os objetivos voltados à aprendizagem é necessário que o docente saiba adequar suas informações de acordo com a realidade de seus alunos. As TIC por si só, nos dias atuais não se caracterizam como meio único para formação e fonte de conhecimento, sendo importante que os docentes não se preocupem apenas em utilizar as TIC nas práticas de ensino, mas também em trabalhá-las em conjunto com as ferramentas tradicionais, buscando resultados de aprendizagem significativa.

Portanto, entende-se que o simples uso das Tecnologias para fins de ensino-aprendizagem, pode não surtir o efeito esperado. Para alcançar o efetivo “letramento digital”, professores, bibliotecários, tutores e mediadores devem estar atentos para não se depararem com mais um caso de práticas de ensino tradicionais com utilização de novos suportes. O uso cuidadoso e efetivo de recursos tecnológicos como as bibliotecas digitais pode promover uma melhoria na qualidade do processo educacional, bem como ótimos resultados em relação as práticas de letramento.

Referências

- ARAÚJO, Júlio César. Os gêneros digitais e os desafios de alfabetizar letrando. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 46, n. 1, p. 79-92, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639444/7038>>. Acesso em: 6 out. 2018.
- BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; GROSCHE, Maria Selma. A formação do leitor através das bibliotecas: o letramento e a ciência da informação como pressupostos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/59>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- FONSECA, Mariana; GOMES, Patrícia. MIT e Harvard se unem para oferecer cursos on-line. **Porvir**, São Paulo, 2 maio 2012. Disponível em: <<http://porvir.org/porfazer/mit-e-harvard-lancam-plataforma-para-aulas-on-line/20120502>>. Acesso em: 12 out. 2018.
- GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: FCI, UnB, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13025>>. Acesso em: 18 set. 2018.
- LOPES, Maria Cristina L. P. et al. O processo histórico da educação a distância e suas implicações: desafios e possibilidades. In: JORNADA DO HISTEDBR, 7., 2007, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: HISTEDBR, 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/O%20PROCESSO%20HIST%20RICO%20DA%20EDUCA%20C%20O%20A%20DIST%20NCIA%20E%20SUAS%20IMPLICA%20C%20DES.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca com um capítulo referente à propriedade literária**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- OHIRA, Maria Lourdes Blatt; PRADO, Noêmia Schoffen. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 61-74, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a07v31n1.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- PECHI, Daniele. Universalização das bibliotecas em debate. **Plataforma Pró-Livro - Notícias**, São Paulo, 08 nov. 2017. Disponível em: <<http://plataforma.prolivro.org.br/universalizacao-das-bibliotecas-em-debate/>>. Acesso em: 06 out. 2018.
- SCHONS, Mariane Maria, VALENTINI, Carla Beatriz. Movimentos de letramento digital nas práticas de leitura e escrita: um estudo de caso de uma criança do ensino fundamental. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3289/943>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- TAGATA, William Mineo. O mesmo vinho em novas garrafas?: aprendendo inglês com o Moodle. **Polifonia**, Cuiabá, v. 19, n. 25, p. 43-58, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/566/494>>. Acesso em: 4 jun. 2018.
- TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- VELLOSO, Maria Jacy Maia. **Letramento digital na escola: um estudo sobre a apropriação das interfaces da Web 2.0**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- VIERA, Leonardo; LINS, Letícia. Censo: 65% das escolas brasileiras não têm biblioteca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 maio 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/censo-65-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-12594751>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

EDUCAÇÃO POPULAR E O CENTRO DE TRABALHO E CULTURA DE RECIFE (CTC): O USO DA METODOLOGIA DA PERGUNTA COMO PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE.

GERSON TAVARES DO CARMO

*Professor do Programa de Cognição e Linguagem-UENF
gtavares33@gmail.com*

JORGE LUIZ CLEMENTE GOMES

*Doutorando do Programa de Cognição e Linguagem-UENF
jorge.gomes@iff.edu.br*

RESUMO: A Educação popular surge dos movimentos de organizações populares. Nesse contexto, o Centro de Trabalho e Cultura (CTC), é uma escola de trabalhadores que desde a década de 60 sistematizou uma metodologia denominada “Criação do Saber”, na qual, por meio da pergunta, almeja uma construção de forma coletiva do aprendizado. Nesse sentido, o que se pretende é uma transferência de tecnologia pedagógica ao se implantar um curso de extensão no IFFluminense aplicando a pergunta como elemento catalisador no processo de ensino. Portanto, está pesquisa é qualitativa e aplicada, porque objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Contudo, o método da pergunta vem ao encontro de uma nova visão de educação para o trabalhador, pois a construção do conhecimento técnico ocorre de forma coletiva e de maneira gradual, com “insights” individuais ou em grupo.

Palavras-chave: Educação Popular. Centro de Trabalho e Cultura. Pergunta.

ABSTRACT: Popular education comes from the movements of popular organizations. In this context, the Center for Work and Culture (CTC) is a workers' school that since the 1960s has systematized a methodology called “Creation of Knowledge”, in which, through the question, it seeks a collective construction of learning. In this sense, what is wanted is a transfer of pedagogical technology when implementing an extension course in IFFluminense applying the question as a catalyzing element in the teaching process. Therefore, this research is qualitative and applied, because it aims to generate knowledge for practical application, aimed at solving specific problems. However, the question method meets a new vision of education for the worker, since the construction of technical knowledge occurs collectively and gradually, with individual or group insights.

Key-words: Popular Education. Center of Work and Culture. Question.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Emergente do ambiente externo à escola, a Educação popular surge dos movimentos de organizações populares. Contudo, sua metodologia de cunho emancipatório vai adentrar os espaços escolares e, dessa maneira, influenciar as práticas educativas, tanto internamente como aquelas práticas que ocorrem nos demais centros de aprendizagem, como sindicatos, ONG's, Associações de Moradores, Reuniões do Orçamento Participativo e nos conselhos populares.

Assim sendo, ao dialogar com essa área, a da Educação popular, mergulha-se em um espaço de correlações de força de poder e de disputas hegemônicas. Nesse sentido, destaca-se a perversidade do modelo capitalista no trato das questões sociais e humanas. Portanto, o que se pretende com esse embate, por meio de uma Educação popular, é dotar o trabalhador de plenos poderes, ou seja, dar-lhe entendimento e compreensão da realidade e do seu papel social nessa estrutura dominante de mundo. Sobre essa questão, Bezerra e Brandão (1986, p. 80) descrevem:

a educação popular, definida como aquela que atende aos interesses das classes populares, é uma educação que se passa fora do sistema formal de ensino, sendo, portanto, basicamente educação de adultos (seja aquela que visa à aprendizagem de conteúdos específicos diversos, vinculados aos anseios e iniciativas da população e à sua educação política, seja a que se realiza através de diferentes formas de luta social: luta pela terra, pelos terrenos urbanos para habitação, luta sindical, etc.). [...] Isto, porém, não nos deve impedir de ver que a educação popular não se restringe a ela, mas engloba toda a educação que se destina às classes populares: a que se vincula ao movimento popular de forma direta, mas também a que é organizada pelo Estado, incluindo-se aí o ensino através do sistema de educação formal destinado aos adultos e também à população em idade escolar.

De forma histórica, essa noção atual de Educação popular, tem sua gênese nos anos de 1960 e 1970, quando a multiplicidade dos movimentos de educação popular surge como oposição e resistência ao modelo de educação vigente da época. Assim, dentro desse contexto, nasce o Centro de Trabalho e Cultura (CTC) que teve como antecessor o Movimento de Educação de Base (MEB). Portanto, em processo contínuo de pesquisa, apresenta-se a análise mais aprofundada do CTC, primeiramente por tratar de uma escola de trabalhadores para trabalhadores e depois por ser uma das vertentes de transferência de tecnologia pedagógica que estamos propondo nesse trabalho. Localizado na região metropolitana de Recife/PE, está em atividade desde a década de 60. Sua sistematização metodológica é denominada "Criação do Saber", na qual, por meio da **pergunta** [*grifo nosso*], almeja uma construção de forma coletiva do aprendizado. Segundo Spinelli (2010, p. 13):

o CTC se sustenta em um projeto pedagógico onde a conscientização política e o aprendizado do fazer técnico são procedimentos basilares para se formar cidadãos atuantes nos processos político e tecnológico instalado nas estruturas organizacionais do país.

Com isso, a proposta política-pedagógica do CTC está respaldada em um tripé organizacional composto por, segundo Spinelli (2010, p. 57), "programa de Educação Política (informação), Cotidiano (exercício do poder compartilhado) e sala de aula (Criação do Saber)". Assim sendo, os encontros para discutir políticas no CTC são semanais, todavia esses momentos não acontecem somente com essa periodicidade, ocorrem também de forma intercaladas com outras esferas do processo de assimilação do conteúdo, ou seja, nas discussões técnicas, nas políticas e nas sociais. A gerência compartilhada dos trabalhos no CTC perpassam os muros do Centro. Essa Gestão de compartilhamento recebe o nome de Cotidiano e pode ser traduzida em uma reorganização das atividades externas a sala de aula. Desde a arrumação do refeitório até

a distribuição e controle do lanche, passando por um gerenciamento dos recursos financeiros oriundos das festas realizados nas dependências do local e nas vendas do lanche, tudo está, de forma compartilhada, sob a responsabilidade dos alunos.

Na “Criação do Saber” (CTC, 1997, p.41), em sala de aula, o monitor “nunca” passa a resposta “pronta” para os alunos:

Com o tempo os alunos vão participando e assumindo o método de ensino do Centro. Quando um aluno quer que o monitor dê a resposta de uma dúvida os outros alunos reagem dizendo que o cara está com preguiça de raciocinar, ou quando algum aluno responde de imediato a uma dúvida perguntada por outro aluno, a turma reage mandando ele calar-se e retomam o processo de fazer pergunta para ajudar o aluno que está com dúvida a descobrir ele mesmo a resposta.

Além disso, o que o CTC chama de “Criação do Saber” está centrado em uma metodologia, que as suas bases se encontram na Proposta político-pedagógica do Conselho de Escolas de Trabalhadores - CET¹ - onde a gestão de forças está compartilhada e o aluno tem totais responsabilidades em seu aprendizado e no da classe em geral (SALLES, 2002). Portanto, Criação do Saber (CET, 1997) é:

encadeamento de **perguntas** [grifo meu] que motivam o grupo de aprendizes a construir em conjunto seu conhecimento, aprendendo a pensar e a juntos encontrar soluções técnicas relativas a seu fazer profissional e encaminhamentos políticos em relação a seu pertencimento de classe.

A partir do contato com esses saberes, oportunizados aos participantes dos dois cursos de extensão no CTC², foi possível idealizar um projeto piloto para formação básica profissional nas dependências do IFF. Assim, de acordo com o Programa de Bolsas de Extensão do

1 Em seu ciclo inicial, as Escolas de Trabalhadores tiveram início ainda no período da ditadura militar implantada no país em 1964. [...] Surgiram no campo da resistência à ditadura, como uma forma concreta de ação política na educação dos trabalhadores. [...] Elas atuavam em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife, nos campos da serralheria, solda, mecânica industrial, tornearia, ajustagem, caldeiraria, estruturas metálicas, instalações elétricas residenciais e industriais, comandos elétricos, desenho técnico, entre outros. [...] Após esse primeiro ciclo, as discussões mais sistemáticas foram retomadas em 1989, por algumas escolas que conseguiram ultrapassar aqueles tempos difíceis e se consolidaram enquanto escolas operárias. Foram elas: AST - Ação Social Técnica (Belo Horizonte/MG); CADTS - Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico Social (São João de Meriti/RJ); CAT - Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador (Betim/MG); CTC - Centro de Trabalho e Cultura (Recife/PE) e Escola Nova Piratininga (São Paulo/SP). [...] Por fim, em seu ciclo final, o Conselho se consolida e se expande durante os anos de 1990. E novas escolas vêm se juntar a ele: Escola José César de Mesquita, dos Metalúrgicos de Porto Alegre/RS; Colégio Graham Bell, dos Telefônicos do Rio de Janeiro/RJ; Colégio Metalúrgico, dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro/RJ; CPA - Centro de Profissionalização de Adolescentes, de São Paulo/SP; Centro Comunitário São Paulo Apóstolo, de São Paulo/SP; Centro de Capacitação Profissional Henry Ford, de São Paulo/SP; CEDISP - Centro de Educação e Democratização da Informática de São Paulo/SP e Associação dos Trapeiros de Emaús, de Recife/PE. [...] Com o final dos financiamentos internacionais e as mudanças nas relações sociopolíticas internas, com exceção do CTC, essas escolas encerraram suas atividades em meados dos anos 2000. <Disponível em: < <http://forumeja.org.br/br/book/export/html/2918>> Acesso em: 01/11/2018.

2 Os dois cursos de extensão financiados pela CAPES (projeto de pesquisa Observatório da Educação nº 16778) com fomentos oriundos do Edital: CAPES/OBEDUC - 049/2012 foram: “Diagnóstico da qualidade de ensino no PROEJA: um estudo na Região Norte e Noroeste Fluminense com foco nos aspectos formativos e metodológicos” e “Uma proposta de formação técnica para trabalhadores na perspectiva da Educação Popular: seleção, estrutura e prática pedagógica”. O primeiro, ocorrido em um período de 06 a 10 de junho de 2016, relata experiência vivenciada pelos profissionais de educação que compõem o Núcleo de Estudos sobre Acesso e permanência na Educação IFFluminense/UENF (NUCLEAPE). A prática pedagógica adotada no CTC, com raízes na educação popular e chamada de Criação do Saber é baseada na valorização das experiências dos estudantes, na desmistificação do conhecimento e da carga de poder a este associada, na construção conjunta de habilidades, conhecimentos e condutas e na gestão democrática do processo educativo. O curso possibilitou a transferência desta tecnologia pedagógica e fez parte do processo formativo dos pesquisadores, estudantes e professores que atuam no NUCLEAPE, tendo como objetivo oportunizar, aos participantes, momentos de investigação, participação e discussão sobre a metodologia de ensino destinada aos alunos-trabalhadores, desenvolvida no CTC. Tal metodologia tem na pergunta, o ponto de partida para a construção do conhecimento. O segundo, ocorrido entre 16 a 18 de novembro de 2016, destinado a docentes da área técnica que atuam no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Pretende estimular o diálogo sobre as especificidades do modelo de Educação Popular vivenciado no CTC do Recife. Tem como ênfase a Formação técnica e Educação Popular nesse Centro. Observam-se os critérios utilizados no processo seletivo para matrícula de novos jovens e adultos trabalhadores, a estrutura organizacional do CTC e a criação do saber como princípio para a prática pedagógica, nessa última, pontua-se: a ação ligada à reflexão e a intervenção social, o processo criativo de atualização do saber técnico e a meta pergunta com temas complexos.

IFFluminense, as Resoluções do Conselho Superior N.º 25/2016 e N.º 36/2016, e a Portaria IFFluminense N.º 340/2017³, foi implantado o curso de extensão “Eletricidade Básica: reflexões iniciais da aplicação da metodologia do Centro de Trabalho e Cultura (CTC) Recife/PE, no qual buscou-se, inicialmente, uma “**transferência de tecnologia pedagógica**” daquela escola para uma turma com perfil de jovens e adultos locada no *Campus* Campos Centro desse Instituto.

2. METODOLOGIA

Portanto, a pesquisa apresentada, quanto à abordagem, é qualitativa, pois tenta compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos, enfatiza o subjetivo como meio de compreender e interpretar as experiências e analisar as informações narradas de uma forma organizada, mas intuitiva e quanto à natureza, pode ser considerada aplicada, porque objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Dessa maneira, o curso teve carga horária total de 120h, tendo como disciplinas técnicas Eletricidade (30h), Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade (20h), Instalações Elétricas Prediais (30h), Noções Básicas de Manutenção Elétrica de Equipamentos Residenciais (20h), além da disciplina de Educação Política (20h). O total de inscritos foi de 45 alunos, selecionados por meio de preenchimento de questionário e avaliação de provas (matemática e português).

Decide-se por usar os meios de divulgação online. Assim, por meio do aplicativo WhatsApp, faz-se uma nova divulgação com envio de folders do curso para os grupos de pesquisa e de trabalho dos professores envolvidos no projeto, além de, também enviar ao endereço particular de algumas pessoas. Contudo, mesmo assim, obtivemos um total de 45 inscritos.

No momento de seleção, foi solicitado o preenchimento de uma ficha de inscrição com informações pessoais básicas como: se já desenvolveu trabalho voluntário, meio de informação mais utilizado, assuntos que mais o interessa, como ficou sabendo do curso, se prefere trabalhar em grupo ou sozinho, porque escolheu participar do curso e qual sua perspectiva após o curso. Essas informações serviram para compor o perfil da turma.

Paralelamente a etapa anterior, foi aplicada duas avaliações, uma de português e outra de matemática. A avaliação de português é composta por um poema de Bertold Brecht que faz uma crítica a ditadura militar da época. Nessa avaliação, além da parte gramatical, o que se pretende é identificar a capacidade de interpretação do candidato e sua forma de expressar por meio da escrita o que foi compreendido. Na avaliação de matemática, é cobrado do aluno noções das quatro operações básicas, adição, subtração, multiplicação, divisão e também se busca uma demonstração espacial dos conceitos matemáticos necessários para resolução de problemas práticos da área industrial.

As aulas ficaram agendadas para dois dias da semana, terças e quintas-feiras. O primeiro dia letivo aconteceu em 05 de setembro de 2017. Nesse encontro, somente dez alunos compareceram. Esse primeiro encontro contou com uma apresentação da “metodologia da pergunta” empregada no curso e como seria o formato da sala de aula (alunos em círculo). Logo a seguir, houve um momento para os alunos se apresentarem e dizerem, de forma resumida, como era o seu dia a dia no trabalho. Nesse mesmo dia, esse pequeno grupo, realizou as provas de Português e Matemática, sendo liberado logo o término das avaliações.

3 Respaldo e aprovado no Edital EDITAL Nº 39 – Instituto Federal Fluminense, de 17 de março de 2017 da PróReitoria de Pesquisa e Inovação Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas.

No segundo encontro, dia 12/09/17, compareceram trinta e um alunos e aqueles, um total de vinte e um, que ainda não tinham realizado as provas de Português e Matemática, tiveram a oportunidade de fazê-las. O restante da turma, nesse dia, foi liberado. A próxima etapa será o início das aulas efetivamente. Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade ficou para ser a primeira, porque existe a necessidade dos profissionais, não somente da área elétrica, terem ciência dos riscos em que estão inseridos de acordo com o seu ambiente de trabalho, evitando assim, dessa forma, a ocorrência de acidentes.

1.1 APLICAÇÃO PRÁTICA

Como observação, pontua-se que, no desenvolvimento descrito a seguir, os questionamentos e as perguntas do professor estão destacados em “*itálico*” e entre aspas, já as respostas dadas pelos alunos estão entre colchetes.

A primeira pergunta questionadora feita aos alunos foi “*o que é eletricidade?*”. Como respostas surgem: [Condução de energia]; [luz]; [condução de elétrons]; [energia concentrada]; [calor]; [condutor]; [movimento]; [movimento dos elétrons]; [movimento da força dos elétrons]; [os elétrons são os condutores de energia]; [... produzir eletricidade que se transforma em energia e calor] entre outras.

Ao se observar entre as respostas que a palavra “elétrons” é citada muitas vezes opta-se por fazer uma segunda pergunta questionadora: “*quem é esse tal de elétron?*”. Dentre as respostas, surgem: [... seriam moléculas?]; [que é carga negativa...]; [tem a positiva e a negativa... só uma não existe, tem que duas coisas...]; [ânion, cátion...]. Ao notar que eles estão, de forma intuitiva, fugindo da ideia, busca-se trazê-los para uma sequência de pensamento que os levem ao conceito correto. Assim, chama-se a atenção dos alunos com a seguinte frase: “*vamos voltar para a nossa ideia...*”. Dessa forma eles continuam respondendo: [... condutor conduz energia], e volta-se a perguntar “*se o elétron é negativo, o que você deduz disso?... se ele é o negativo, porque existe o positivo, quem é o positivo?*” e têm-se as respostas: [positivo passa energia...]; [neutro].

No entanto, ao notar o percurso das respostas, percebe-se que ainda não se chegou, de forma coletiva, a um conceito correto do termo “eletricidade” e aproveitando a citação da palavra “neutro”, é feita outra pergunta “*se eu estou neutro, dá ideia de quê?*”. Como resposta a esse questionamento tem-se: [o Senhor tá neutro, tá sem nada...]; [fluxo móvel que gera eletricidade]; [partícula]; [pensa, eletricidade... pensa em movimentos de elétrons que estão no átomo...]. Como o átomo foi citado em uma das respostas, faz-se uma próxima pergunta para continuar o debate: “*o átomo só tem elétron?*” Resposta: [prótons]; “*então desenhe um átomo*”: nesse momento é feito, por um aluno e uma aluna, o desenho padronizado de um átomo.

Mas ainda continua uma lacuna para que se responda à pergunta inicial: “*o que é eletricidade?*”. Mediante a citação “... pensa em movimentos de elétrons que estão no átomo...” anterior, faz-se outra pergunta: “*esse movimento de elétrons, ele produz uma coisa dentro da eletricidade, que tem um nome*”... [corrente...]; portanto, “*o que é corrente...?*” Respostas: [é a força]; [energia]; [movimento]; [queda de tensão]; [... para ter uma força, tem que ter uma ação]; [... **eletricidade é o movimento de elétrons**]⁴.

Portanto, com as respostas “eletricidade é o movimento de elétrons” e “movimento ordenado”, os alunos conseguiram responder de forma correta a pergunta inicial “o que é eletricidade”, ou seja, eletricidade é o movimento dos elétrons de forma ordenada em um condutor. Assim tem-se a conclusão desse primeiro questionamento.

4 Os autores grifaram essa resposta para dar destaque ao momento (insight) em que a turma consegue chegar à definição correta da questão inicial geradora da discussão: “o que é eletricidade?”.

3. POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

O estudo em questão não está buscando finalizar uma temática para análise, nem apresentar soluções acabadas. A pesquisa em si trata de um campo específico, mas com um leque enorme de caminhos e contradições que seria impossível descrever uma definição fechada para os problemas existentes nessa relação social em que a educação está imersa. Portanto o que se pretende é tentar minimizar a quantidade e a “pressão” exercida sobre os alunos no momento em que são ministrados os conteúdos técnicos do curso de Eletrotécnica. Assim, com base nas observações feitas da turma, sugere-se aos gestores locais, uma maior profundidade nos estudos da metodologia da pergunta como forma de se trabalhar as disciplinas da área.

O método da pergunta, aplicado no curso, quando direcionado a um objetivo específico, no caso em questão fazer com que os alunos de forma coletiva produzam o próprio conhecimento, vem ao encontro de uma nova visão de educação para o trabalhador. Ao se considerar as trocas de perguntas feitas aos alunos, observa-se que a construção do conhecimento técnico ocorre de forma coletiva e acontece de maneira gradual, com “*insights*” individuais ou em grupo.

No início do curso observa-se certa aflição nos olhares dos alunos. Isso reflete as expectativas interiorizadas esperando, como se fossem dinamites, para explodirem. Nesse sentido, a percepção dos professores (nesse caso específico do curso, monitores), será um fator principal no que tange entender que esses alunos já possuem um conhecimento prévio estabelecido (tácito) e a partir dessa constatação provocar, fazendo uso de perguntas, questionamentos e reflexões, uma efervescência que conduzirá ele (o aluno) a construção da sua própria aprendizagem.

Portanto, nesse percurso metodológico, observa-se que todos são capazes de produzir conhecimentos. Durante os encontros semanais com a turma, a desmistificação da personalidade do professor como o único detentor do conhecimento dentro da sala de aula foi trabalhada. Isso na prática se constrói com formulações de perguntas, questionamentos e problemas da área técnica que a turma, ao conseguir responder/resolver-los, terão mesmo que muitos não percebiam, um sentimento de empoderamento, pois estarão de forma coletiva trabalhando para um todo social comum e construindo sua própria história como detentor e criador de habilidades e conhecimentos.

Deve-se considerar também que esse processo de empoderamento, fica mais fortalecido com as aulas de educação política ministrada por uma professora de história do *Campus*. O que se observa na turma é uma profunda discussão sobre os temas que a professora levou para debate em sala de aula. Assuntos como mais valia, exploração do trabalhador, processo histórico da escravidão no Brasil, dando ênfase ao período escravocrata da cidade de Campos dos Goitacazes e a atual história política do País, foram debatidos exaustivamente. Pontua-se que esses embates não foram discussões partidárias ou ideológicas, mas sim um momento de todos transmitirem suas opiniões favoráveis ou contrárias aos temas levantados. Assim, como no CTC/ Recife, entende-se que a formação não passa somente pelos conteúdos técnicos, mas por uma conscientização do papel social de cada um, entendendo o porquê e para que está no mundo inserido em um sistema complexo onde as lutas de classes e de ideologias estarão sempre em conflito.

4. DIMENSÃO DA PERGUNTA: propostas futuras

Visto que esse artigo é oriundo das discussões embrionárias da pesquisa de um projeto de tese de doutoramento da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), algumas propostas de categorização dessas perguntas serão listadas abaixo. Primeiramente

tem-se a pergunta como elemento provocador da inquietação do aluno, entendendo que, tal sentimento, resultará em vontade própria de construção de sua pergunta/resposta. Logo a seguir, tem-se a pergunta como fator de dúvida. A provocação da dúvida coexiste com uma proposta de cunho irônico, onde com bases na metodologia Socrática, redirecionam-se os pensamentos equivocados do aluno para uma direção que vai leva-lo ao entendimento das questões provocadoras dos debates. Por fim, a pergunta como elemento de reconhecimento do saber coletivo. Nessa fase, por meios de perguntas que serão introduzidas nas discussões dos temas gerados em sala de aula, o professor vai contribuir de forma direta para que esses saberes adquiridos não sejam assimilados monocraticamente, e sim de forma coletiva.

1.1 A pergunta como elemento provocador (dimensão direta)

De uma forma em geral, toda pergunta tem um princípio de provocar, nem que seja apenas um simples arranjo de palavras e frases para dar uma resposta. Todavia podem-se separar aquelas que, de maneira direta ou indireta, objetiva causar uma inquietação positiva, efeito tal que, aos perguntados, suscita uma vocação para a resposta. No entanto, ao se deparar com um público de jovens e adultos trabalhadores, público alvo dessa pesquisa, adentra-se em uma problemática conceitual, ou seja, como fazer da metodologia da pergunta nas aulas das disciplinas técnicas, uma prática provocadora, impactante, causadora de transformações internas que levará o aluno ao desejo de resposta?

Assim sendo, adota-se nessa parte inicial, uma forma de se perguntar que leve ao aluno esse sentimento de inquietação. Nesse percurso, uma pergunta deve, sempre quanto possível, ser iniciada por “**O que...?**”; “**Para que...?**”; “**Onde...?**”; “**Como...?**”; “**Por que...?**” e “**Quem é...?**”. Dessa forma direta, a pergunta como elemento provocador se apresenta como sendo um questionamento que irá levar o aluno a se sentir incomodado e assim responder aquilo que lhe está sendo perguntado. Portanto, como modelo de aplicação da pergunta sendo um elemento provocador, utiliza-se um momento da aula do curso de extensão que serviu como trabalho de campo para essa pesquisa: “*todos entenderam isso? Força para os elétrons caminharem, força da ideia de...?*” E como respostas: [melhorado]; [potência]; [força, potencial, diferença de potencial]... E volta-se a perguntar: “*onde nos encontramos o positivo e o negativo?*” E eles responderam: [tomadas]; e continua-se “*o que essa corrente elétrica faz?*” [conduz]; [gera força]; [movimento ordenado]; [acende a lâmpada]; [se transforma em trabalho útil]. Portanto, com as respostas “eletricidade é o movimento de elétrons” e “movimento ordenado”, os alunos conseguiram responder de forma correta a pergunta provocadora da origem das discussões: “o que é eletricidade?”, ou seja, eletricidade é o movimento dos elétrons de forma ordenada em um condutor.

1.2 A pergunta como fator de dúvida (dimensão da ironia)

O uso da ironia como um elemento que vai provocar no aluno um desejo de (re) pensar sua resposta, questionar sobre o que foi perguntado e correlacionar com a sua capacidade de aprendizagem cognitiva, já era utilizado pelo filósofo grego Sócrates de Atenas na Grécia antiga (469 – 399 a.C.). Segundo ele, Sócrates, esse processo metodológico, perpassava por um questionamento sobre algum tema/assunto em discussão e por uma delimitação conceitual, para logo em seguida contrapor o que foi respondido e assim (re) direcionar o pensamento cognitivo do aluno para uma linha de raciocínio lógico que irá conduzi-lo ao entendimento do que lhe foi questionado.

No ambiente escolar, especificamente na sala de aula, muitas vezes o professor, de forma ciente ou não, faz uso do recurso da “ironia” com o objetivo de buscar a atenção de seus alunos. No momento em que se tem uma resposta a determinada pergunta sobre um tema/

questão de um conteúdo específico, o professor, para provocar uma reflexão no grupo, ironiza ao rebater a resposta obtida. Portanto o uso de (re) suposições como: “Será que o que você disse é o correto segundo um conceito formal? Talvez sim... ou talvez não...”, “Você tem completa certeza em sua resposta... será que todos estão de acordo? Eu acho que não...”, “Porventura será que essa resposta é a correta?... nem eu sei mais qual é a opção certa.”.

A ironia nas perguntas da segunda dimensão pode ser interpretada como uma forma de dar continuidade às perguntas da primeira (direta). O que se pretende é que o aluno dê legitimidade a sua resposta. Acredita-se que, quando confrontado de forma irônica a tendência do aluno é de reavaliar o que respondeu e validar ou não o que disse.

Sendo assim, para dar continuidade ao desenvolvimento do modelo metodológico proposto, acrescenta-se, a segunda dimensão, pergunta mais extensa, exatamente para incluir o tom irônico que vai lhe dar uma caracterização. Nessa fase pretende-se usar perguntas do tipo: “Será que eletricidade é condução de energia?... mas... quem conduz é chamado de **ônibus**... o que a eletricidade tem a ver com um meio de transporte?”, “Seria uma carga positiva ou negativa ou as duas coisas juntas ou nenhuma das duas?... esse tal de elétron é um **fake News**.”... “Então quer dizer que a passagem de elétrons por um condutor é chamada de corrente elétrica?... dessa forma ela serve para **amarrar** um motor?” ...

1.3 A pergunta como elemento de reconhecimento do saber coletivo (dimensão da validação)

No modelo educacional vigente o processo de aprendizagem acontece, em sua maioria, de forma individualizada. Nessa dimensão (a da validação), nos interessa, por meio de um modelo de perguntas, mas agora com foco no professor, (re) direcionar esse momento para um acontecimento coletivo.

Em um contexto perene, são produzidas perguntas com o objetivo de validar/reconhecer que, de forma coletiva, a aprendizagem aconteceu. Assim, perguntas como “você tem certeza de que a eletricidade é o movimento de forma ordenada dos elétrons dentro de um condutor? (Sim/não). Explique:”, “Alguém pode discordar ou não de que os elétrons são cargas negativas? (Sim/não). Por quê?”, “Aterramento, podemos assim dizer, é um ponto de menor resistência para a corrente. Quem poderia explicar o conceito de aterramento elétrico para a turma?”.

Essas perguntas tem o propósito de demonstrar a validação da aprendizagem por parte dos alunos. Quando se pergunta de forma mais afirmativa, tem-se um redirecionamento, com base nas respostas dadas, de até que parte do conteúdo aconteceu uma aprendizagem significativa. Como exemplo pode citar um momento de uma aula do curso já referenciado aqui nesse trabalho: em uma segunda etapa da aula, propõem-se chegar a uma explicação técnica do porquê de um circuito elétrico não ter em sua saída o mesmo valor de corrente da entrada. Assim tem-se a seguinte pergunta: “*alguém consegue explicar isso aqui?*”, essa pergunta faz alusão ao desenho de um circuito elétrico simples desenhado no quadro, composto de uma lâmpada, um interruptor e os condutores. Recebe-se como respostas: [positivo e negativo]; [circuito]; [fechamento de fase]; [fechamento negativo com o positivo]; [para o funcionamento da energia precisa ter duas correntes, negativo e positivo, caso corte uma das duas, interrompe a corrente]. Como essa última resposta veio de uma aluna, pergunta-se ao grupo: “ *você entendeu o que ela falou? Ela falou o que?... se no circuito entra 80A tem que sair 80A e se isso não acontecer?*”. Nesse momento abre-se um tempo para que eles discutam o “porquê” e cheguem a uma conclusão... a partir daí tem-se várias respostas como por exemplo: [vai ter queda de fase]; {tempo para turma discutir} e logo depois desse tempo para a discussão entre eles, pergunta-se: “*chegaram a uma explicação? Se ao invés de chegar no final do circuito 80A, chegassem 78A? O que houve?*” [uma

queda de força]; [queda de energia]; [queda de corrente]; [interferência]; [perda de corrente]; [um fio desencapado, encostou em alguma coisa]; [fazendo aterramento].

Assim, a partir do termo “aterramento”, percebe-se que os alunos estão indo na direção correta para chegar à explicação certa, e faz-se mais uma pergunta: “*aterramento na verdade é um caminho para...?*” [para fuga de energia]; “*fuga de que?*” [corrente], portanto, “*essa é a palavra, aconteceu uma fuga de corrente; está tendo choque, está tendo o que?*” [contato]; “*contato com que?*” [**tinha uma fuga de corrente**]⁵; fio desencapado]. Dessa maneira, com essa resposta “*tinha uma fuga de corrente*”, tem-se a resposta correta do questionamento inicial, o porquê da diferença de corrente de entrada e saída do circuito desenhado no quadro.

1. REFERÊNCIAS

BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos R. (Orgs.). **A Questão Política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense. 6ª ed., 1986.

BRASIL. Portaria Nº 340/2017. Aprova a concessão de Bolsa para Extensionista (Bext), “ofertada a servidor responsável pelo suporte técnico à elaboração do projeto, pelo planejamento e execução do projeto de extensão, pela coordenação e orientação da equipe e pela apresentação de resultados aos parceiros, juntamente com o Gestor de Projetos, devendo ter conhecimento específico sobre o tema do projeto de extensão, além da habilidade de gerenciar equipes de trabalho predominantemente compostas por estudantes”, no âmbito do IFFluminense, em projetos e programas de extensão selecionados por meio de edital institucional, Campos dos Goytacazes, 15 de março de 2017.

_____. Resolução Nº 025/2016. Aprova a Regulamentação das Atividades de Pesquisa do Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 26 de fevereiro de 2016.

_____. Resolução Nº 036/2016. Aprova o Programa de Bolsa de Extensão do Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 11 de março de 2016.

CET (Conselho de Escolas de Trabalhadores). Os temas discutidos pelo Conselho de Escolas de Trabalhadores: antecedentes e atuais. Rio de Janeiro, 1997.

SALES, Ivandro da Costa (Org.). **CTC: 35 Anos Criando os Saberes**. Recife: COMUNIGRAF, 2002.

SPINELLI, Mônica dos Santos. **Que escola é essa? É a escola do trabalhador**. Estudo sobre o Centro de Trabalho e Cultura, Recife/PE. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, MT, 2010.

⁵ Os autores grifaram essa resposta para dar destaque ao momento (insight) em que a turma consegue chegar a definição correta da questão inicial geradora da discussão: Se ao invés de chegar no final do circuito 80A, chegassem 78A? O que houve? ”.

TEXTOS MULTIMODAIS E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NO ENSINO DE INGLÊS

JOYCE VIEIRA FETTERMANN

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
joycejvieira@gmail.com

ANNABELL DEL REAL TAMARIZ

Professora do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
annabell.brasil@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta produções de infográficos de alunos do segundo ano do Ensino Médio em uma instituição federal de ensino no Espírito Santo. No primeiro bimestre de 2018, trabalhando o tema *Making connections* nas aulas de inglês, o livro didático sugeriu a leitura de infográficos, que desencadeou leituras e análises desse gênero textual em aula e, posteriormente, o trabalho aqui realizado. Buscando demonstrar como os textos multimodais podem contribuir para que os aprendizes construam sentido na escola a partir de seus conhecimentos prévios, utiliza-se neste texto a metodologia qualitativa, analisando o material produzido segundo a Gramática Sistemico-Funcional. Verifica-se que o conjunto de escolhas multimodais feitas pelos alunos/ autores determinam os sentidos produzidos em seu texto. Isto permite que sejam ultrapassados os limites do verbal (GUALBERTO, 2016). Concluindo, considera-se que a multimodalidade no ensino de inglês pode trazer benefícios diversos, facilitando a compreensão e a produção de sentido por parte dos aprendizes.

Palavras-chave: Multimodalidade. Construção de sentido. Língua inglesa.

ABSTRACT

This article presents infographic productions of second year high school students at a federal teaching institution in *Espírito Santo*. In the first bimester of 2018, working on the *Making connections* theme in English lessons, the textbook suggested reading infographics, which triggered readings and analyzes of this textual genre in the classroom and, later, the results demonstrated in this work. Seeking to show how multimodal texts can favor the construction of meanings at school from the students' previous knowledges, the qualitative methodology is used, analyzing the material produced according to the Systemic Functional Grammar. As a result, it is verified that the set of multimodal choices made by the students/authors determine the meanings produced in their text. This allows it to go beyond the verbal limits (GUALBERTO, 2016). It is concluded that considering multimodality in English teaching can bring diverse benefits, facilitating the understanding and production of meaning by the learners.

Keywords: Multimodality. Meaning making. English language.

INTRODUÇÃO

Com as transformações vivenciadas pela sociedade nos dias atuais, fica perceptível o quanto o ensino requer abordagens que condigam com as demandas que este tempo traz. Nesse sentido, falar apenas em uso de tecnologias já não contempla as necessidades emergentes na educação, mas torna-se relevante pensar em como elas poderão ser aplicadas aos contextos, para que os alunos produzam sentido a partir de suas escolhas e isso gere aprendizagens.

De modo breve, pode-se afirmar que sentido é algo subjetivo, produzido por meio da relação concreta com o mundo. Assim, determinado objeto produz diferentes sentidos em diferentes sujeitos e contextos. Ora, “[...] chamamos de sentido o que pode ser articulado na interpretação (...) todas as significações sempre têm sentido” (HEIDEGGER, 1996 apud SILVEIRA, 2005, p. 132). Logo, no processo de ensino e aprendizagem, pode-se dizer que o sentido está nas conexões feitas pelos alunos, à medida que interpretam conceitos, relacionam-nos a outros para construir conhecimentos e, assim, tornam sua aprendizagem significativa.

Nessa perspectiva, os textos multimodais, por familiarizarem seus leitores com informações em diversos modos semióticos, tornam-se facilitadores da compreensão de dados, representações cartográficas ou gráficas de narrativas, estatísticas e informações em geral (RIBEIRO, 2016). Assim, importa considerar que não somente a escrita possibilita a construção de sentido em um texto, mas todos os modos nele envolvidos, como as imagens, as cores, a tipografia, a sonoridade, entre outros, que, certamente, são escolhidos para essa composição com propósitos bem específicos. Considerá-los, então, no ensino de língua inglesa pode facilitar a compreensão de informações e a aprendizagem do idioma, tendo em vista que os aprendizes poderão realizar conexões interessantes a partir do idioma.

Portanto, este trabalho busca demonstrar como textos multimodais, neste caso, os infográficos produzidos pelos alunos nas aulas de inglês, podem contribuir para que eles construam sentido na escola a partir de seus conhecimentos prévios. Parte-se da análise de produções de alunos do 2º ano do Ensino Médio no primeiro bimestre de 2018, como pode ser lido na metodologia deste artigo. Antes, porém, faz-se uma leitura e tecem-se considerações sobre os textos multimodais, a seguir.

1 TEXTO, MULTIMODALIDADE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

Quando se fala em texto, a tendência é priorizar a fala e a escrita. Apesar disso, Kress (1997, 2003) *apud* Gualberto (2016, p. 19) adverte que estas representam apenas duas possibilidades entre tantas outras que existem “para comunicar e produzir sentido”. Como se pode observar,

Etimologicamente, a palavra “texto” vem de termos do latim que remetem a “tecido”, tais como *textos*, *texere* e *textum*, derivados do verbo *texo*, o qual significa “entrelaçar, tecer, entrançar”. *Textum*, por exemplo, é definido como “1) tecido, pano; 2) obra formada de várias partes reunidas”. [...] Entender o texto sob tal ponto de vista implica considerar as “várias partes” escolhidas para a sua composição, sejam elas palavras, cores, gestos, sons, entre outras. Além disso, é preciso analisar o entrelaçamento dessas *partes*, o arranjo entre elas, que também são aspectos constitutivos do “tecido”, isto é, do texto (GUALBERTO, 2016, p. 20).

Com base na afirmação acima, evidencia-se que “os textos ultrapassam o verbal” (Op. Cit.), havendo, além das palavras, diversos modos de comunicação que podem constituirlos e devem ser considerados, conforme preconiza a Semiótica Social (SS) (HODGE; KRESS, 1988; VAN LEEUWEN, 2005; KRESS, 2010).

A SS, criada por Hodge e Kress (1988), estuda a comunicação e a semiose humana, importando-se com “o processo de produção de sentido” (BITENCOURT, 2018, p. 53). Por isso, ela

[...] está interessada basicamente no significado em todas as suas formas, surgido tanto dos ambientes sociais, quanto em virtude das interações sociais (KRESS, 2010), que ocorre em determinada situação de interação entre os membros de uma comunidade linguística qualquer, em um dado ambiente comunicacional de uso da língua (BITENCOURT, 2018, p. 33).

No que tange a esses significados que podem surgir a partir das interações em ambientes sociais de uso da língua, nessa abordagem investigam-se as características que são próprias da construção de sentido, considerando, igualmente, o modo de comunicação – que se constitui da fala, da escrita, da imagem, entre outros – e os recursos semióticos – os gestos, o tom de voz, as cores, as texturas, os tamanhos, etc. – que se fazem presentes no texto.

Se, por um lado, a linguística mantém seu foco na forma e no significado, como salienta Kress (2003), observando apenas a linguagem oral e a escrita (dois modos), por outro, a semiótica, como ciência do signo, preocupa-se em utilizar vários modos na produção de sentido. Dessa maneira,

A SS propõe mudança, partindo de uma teoria que aborda a língua, para uma que considere igualmente gestos, imagens, escrita, fala, cores, objetos tridimensionais, música, entre outros. Assim, o verbal – texto oral ou escrito – será tratado a partir de uma abordagem semiótica, pois faz parte de uma gama de possibilidades de modos disponíveis para comunicação (GUALBERTO, 2016, p. 58).

Além disso, diferentemente de outras teorias que tratam da semiótica, na SS os signos são produzidos, não apenas utilizados nas relações sociais. Outro fator relevante é que na SS considera-se o caráter dialógico dos textos, que remete à sua *não-finalização*, ao seu *vir a ser*, à sua *inconclusividade* (BAKHTIN, 1997 [1929]). Partindo desse ponto de vista, o leitor interage com o texto, interpretando e produzindo outros sentidos a partir dele, sendo, portanto, um agente de transformação (GUALBERTO, 2016).

Nessa perspectiva, a multimodalidade, um dos desdobramentos da SS, abarca recursos semióticos diversos compreendidos em todas as formas de comunicação humana, que permitem aos textos novas configurações linguísticas, não importando se eles são orais, escritos ou virtuais (ARAÚJO, 2011 apud BITENCOURT, 2018).

Assim, Kress e Van Leeuwen (1996, 2006) propõem que aspectos visuais dos textos sejam analisados com base na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004), destacando também a importância de fatores como o *layout*, a composição, a relação entre a escrita e a imagem, as margens, as cores, a tipografia e outros, propondo análises de como esses modos e recursos podem ser “orquestrados no texto, projetando um público específico e produzindo sentidos diversos” (GUALBERTO, 2016, p. 20).

Ainda, Halliday (1994; HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004) afirma que as escolhas de linguagem feitas são organizadas por três Metafunções da Linguagem, essenciais na comunicação humana, que estabelecem um tipo de núcleo duro (*main core*). A esse respeito, Lima-Lopes (2015; 2016) destaca que devido à natureza semântico-funcional da linguagem, as escolhas que se fazem com base nessas Metafunções refletem questões ideológicas e sociais do falante e seu contexto imediato, e cultura. O autor as define da seguinte forma:

- Metafunção Interpessoal: engloba as atitudes em relação ao outro e os papéis sociais assumidos.

- Metafunção Textual: organiza o texto.
- Metafunção Ideacional: refere-se à representação de nossa experiência (LIMA-LOPES, 2016, p. 328 *apud* MARTIN; ROSE, 2007, p. 7).

Assim, as escolhas de linguagem são analisadas comparando-se suas relações com as demais escolhas feitas dentro de uma proposição, construindo significados nas Metafunções, simultaneamente.

Esse princípio é de grande importância para a análise multimodal, uma vez que, ao pressupor que todos os modos de linguagem são igualmente importantes (Norris, 2004), estamos admitindo que a linguagem é um sistema multissemiótico, no qual todas as escolhas convergem em termos de uma função social determinada pelo contexto que são produzidas (LIMA-LOPES, 2016, p. 328-329).

Por fim, mas de modo algum esgotando o assunto, partindo da noção de que o produtor de uma mensagem pode recorrer a mais de um modo para representá-la, pode-se afirmar que todo texto é sempre multimodal (GUALBERTO, 2016; BITENCOURT, 2018). Gualberto (2016, p. 62) exemplifica isto referindo-se ao jogo de tabuleiro Imagem e Ação, no qual os jogadores precisam levar seus grupos a adivinhar as palavras utilizando a mímica ou o desenho:

Supondo que a palavra seja “dirigir”, possivelmente, ela seria representada, de forma mais rápida, por meio do gesto; em contrapartida, o desenho provavelmente teria maior potencial para ilustrar uma palavra como “árvore”. [...] Na representação gestual, é comum que o produtor da mensagem utilize sons e expressões faciais para se fazer entendido. Adicionalmente, quando o jogador está desenhando algo para ser adivinhado, ele aponta para determinada parte da imagem, balança a cabeça ou faz sinais com os dedos, indicando “certo”, “errado”, “mais ou menos”, e assim por diante.

Tomando essa ideia dos usos de diferentes modos e estratégias para concretizar a mensagem, demonstrada na exemplificação do jogo acima, torna-se possível confirmar que, de fato, a multimodalidade é algo intrinsecamente ligado ao texto. Tudo isso é fundamental para que os sentidos, significados sejam construídos.

Nesse sentido, os infográficos, inicialmente mais utilizados no meio jornalístico, sendo um gênero textual que contém diversos modos e recursos semióticos, conforme a figura 1, permitem que os assuntos neles veiculados sejam compreendidos de forma rápida e dinâmica, destacando as informações mais relevantes.

Textos	Ícones
Quadros	Fundos
Legendas	Tabelas
Mapas	Ilustrações
Números	Fotografias

Figura 1: Classificação da infografia segundo Tattiana Teixeira. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/genero-textual-infografico.htm>

A professora Ribeiro (2016) afirma que à medida que se experimenta essa leitura, familiariza-se com representações cartográficas ou gráficas de narrativas, estatísticas e informações, o que também facilita a compreensão das informações por parte dos leitores. Ao passo que são

relacionados a escrita, as imagens, gráficos, tabelas, números, cores, *layouts*, texturas e outros elementos, de fato, pode-se ter uma dimensão mais completa de determinada mensagem, remetendo a conhecimentos previamente construídos que contribuirão com as novas significações dos aprendizes.

Portanto, torna-se essencial que os professores explorem esses modos variados em sala de aula, a fim de permitir aos alunos produções de sentido a partir de suas experiências de aprendizagens, dando-lhes a liberdade para expressar o que pensam e construir novos conhecimentos coletivamente.

2 METODOLOGIA

Durante o primeiro bimestre de 2018 - com o segundo ano do Ensino Médio de um instituto federal no Espírito Santo - sobre fazer conexões com o uso de tecnologias, o material didático adotado de inglês trazia o gênero textual infográfico, incentivando a leitura e a interpretação de dados que nele podem ser encontrados. Buscando um aprofundamento do tema, foram levados para as aulas alguns também no formato digital. Após a familiarização com esse tipo de texto, os alunos foram motivados a criar infográficos sobre tópicos de seus interesses, para apresentarem aos colegas da turma. No decorrer desse trabalho, eles tiveram atendimentos individualizados e em grupos para tirarem dúvidas sobre os temas escolhidos, questões que envolviam a língua inglesa, as apresentações (que foram depois feitas em inglês), as ferramentas que poderiam ser utilizadas, entre outras. Diversas plataformas foram apresentadas como opções para os alunos realizarem suas produções, no entanto, pela identificação e facilidade de uso, optaram pelo *Canva*¹.

A partir desse trabalho, adota-se neste artigo a metodologia de natureza qualitativa, relatando a prática realizada com alunos do ensino médio do referido instituto. Realiza-se uma revisão de literatura sobre textos multimodais, assim como a produção de sentido no ensino de inglês. Em seguida, analisam-se três dos trabalhos produzidos segundo alguns pressupostos teóricos da Gramática Sistêmico-Funcional, para, enfim, chegar às considerações finais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ensino Médio é uma etapa escolar de muitas descobertas para os adolescentes. Nesse período, torna-se essencial que o que produzem na escola tenha ligação direta com os desafios que encontram em seu cotidiano. Desde as relações sociais que constroem até as leituras e interpretações que fazem dos textos que normalmente leem e do mundo ao seu redor, tudo deve lhes permitir perceber significados variados que podem contribuir para a sua formação e servir como suportes para que subam degraus rumo à construção de conhecimentos ao longo da vida.

Hoje em dia, os estudantes facilmente possuem contato com variados modos de texto – escrito, oral, visual, etc. – nas mais diversas plataformas. Todos eles certamente possuem detalhes e estratégias para atrair sua atenção, como as cores, os tamanhos, as tipografias, os *layouts*, entre outros e, muitas vezes, vender produtos, séries, filmes; convencer de que tal coisa seja melhor que outra; de que artistas atuem melhor que outros; cursos sejam mais atraentes que outros; enfim, afetando, inclusive, suas escolhas nesse mundo multimodal em que vivem.

Levando em consideração o fato de que os alunos da contemporaneidade estão imersos nessa multimodalidade, optou-se por oportunizar aos participantes deste trabalho a prática com infográficos na aula de inglês, deixando de lado abordagens meramente teóricas, fundamentadas somente na exposição de conteúdo do livro didático (LD), e passando a torná-los produtores, autores de seus próprios infográficos digitais, sob temas de seu interesse.

1 Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/modelos/infografico/

Do trabalho realizado com os alunos (em grupos) resultaram 12 infográficos, que compreendiam temas como: bacias hidrográficas no Espírito Santo, músicas mais ouvidas, esportes favoritos, estilos musicais, vida saudável, tipos de inteligência, entre outros. A seguir, analisam-se três deles à luz da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004; LIMA-LOPES, 2015, 2016).

Na figura 2, exemplifica-se um infográfico em que um grupo trata sobre a importância de comer uma maçã por dia, devido aos benefícios que a fruta traz à saúde.



Figura 2: *Have a healthy life*. Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se nesse trabalho o uso de *imagens* (a maçã grande, bonita e com uma cor forte – sendo a imagem principal, pois a parte escrita é sobre as vitaminas que ela contém e as vantagens que pode fornecer –, as montanhas e o céu azul com a nuvem, em *cores claras* – que carregam o sentido de bem-estar e tranquilidade, algo que uma saúde em bom estado pode proporcionar. Além disso, os alunos utilizaram um *gráfico* com percentuais de nutrientes contidos na fruta, fazendo uso de variados tons da cor azul para diferenciar a quantidade de cada vitamina.

Outro detalhe importante é a escolha da *tipografia*. O título, com uma fonte serifada grande e em negrito, destaca o tema sobre o que trata o infográfico. Há subtítulos também em destaque, com

letras serifadas, que delimitam os espaços para cada tipo de informação (sobre os nutrientes, benefícios contra o diabetes, doenças estomacais e o envelhecimento). Observa-se que tanto nas informações do gráfico quanto nos textos abaixo dos subtítulos os alunos optaram por fontes sem serifas, mais limpas, precisas, com pouco movimento, passando a ideia de funcionalidade e clareza. O *espaçamento* entre as letras é bem pequeno, o que facilita a leitura. Enfim, sobre a maçã vem o convite atraente para que o leitor coma a fruta, com uma tipografia bem destacada pela cor branca sobreposta à vermelha, com serifa, bem ornamentada e grossa, que não deixa dúvidas de que comê-la é uma ótima escolha.

Na figura 3, o infográfico demonstra e compara oito tipos de inteligências. Após leituras sobre o tema, os alunos realizaram uma pesquisa entre os colegas da turma para saberem quais inteligências cada um acredita possuir. Isto lhes permitiu utilizar um *gráfico* em seu texto, ilustrando as informações elencadas no trabalho.

Destaca-se o uso de uma *paleta de cores* em tons escuros e fortes, sem muita variação, que, aparentemente, denotam alguma seriedade. Considerando a quantidade de informação escrita no trabalho, pode ser que isto colabore para que o leitor não se deixe levar pela variedade de cores e se concentre no principal: o texto escrito. Notam-se também os espaços bem definidos, ainda mais do que na figura anterior, para cada informação apresentada. O título do trabalho é escrito em *letras capitulares*, utilizando-se as cores que serão vistas no decorrer do texto, com *espaçamento* maior entre as letras, sem serifa, o que confere certa modernidade à produção. A ausência de serifas no infográfico como um todo faz com que haja um espaço maior entre as letras, deixando a sensação de falta de fluidez entre elas, o que exige do leitor um pouco mais de concentração para ler. Isto pode servir como uma estratégia para levar as pessoas a lerem o texto com mais atenção, já que neste trabalho há mais informações escritas a serem lidas.



Figura 3: *Types of intelligence*. Fonte: Dados da pesquisa.

Além disso, os autores fazem uso de *pictogramas* que facilmente remetem os leitores ao que está escrito. Outro recurso utilizado para ajudar na compreensão das inteligências são os *exemplos* de profissões para cada uma delas, com palavras cognatas, ou seja, parecidas com as equivalentes em língua portuguesa, contribuindo para a compreensão do texto em inglês.

Na figura 4 os alunos expõem diferentes estilos musicais, explicando cada um deles em breves palavras e exemplificando-os com bandas ou cantores conhecidos. Inicialmente, definem o tema com base em um estudioso da área, pautando sua escolha em uma explicação científica. Em seguida, realizam uma pesquisa entre os colegas da turma, buscando identificar quais são seus estilos musicais favoritos, o que torna o texto mais interessante para quem o lê, devido à quantificação dos ouvintes das músicas. Apesar disso, a pesquisa feita não fica muito clara no texto, pois este não diz a quem os números se referem.



Figura 4: *Music Style*. Fonte: Dados da pesquisa.

O título e os subtítulos em itálico, assim como as *cores alegres* e os *pictogramas*, conferem ao infográfico um tom despojado, característica própria das músicas escolhidas. A *clave de sol* entre as porcentagens apresentadas e as notas musicais no fundo das cores já denunciam a quem apenas olhar para o infográfico sem muita atenção que o texto é sobre música. Percebe-se também a *ausência de serifas* nas letras e o *espaçamento* entre as palavras, o que, assim como na figura 2, remete a algo bem contemporâneo.

Realmente, como salienta o professor Lima-Lopes (2015), a escrita manifesta a linguagem visualmente e ao fazer certas escolhas tipográficas, realizam-se também escolhas estético-

visuais que se tornam responsáveis por agregar significados às mensagens veiculadas. Com todos os detalhes revelados na produção dos alunos, cada um escolhido com propósitos definidos por eles – que certamente pensaram nas imagens, cores, fontes, destaques, gráfico que seriam mais adequados à sua produção –, verifica-se que o conjunto de suas escolhas foi o que determinou os sentidos/significados construídos em seu texto.

Percebe-se nas três produções que as capitulares e/ou o negrito indicam o início de cada sessão sobre a qual virão as informações seguintes, o que auxilia na identificação das fronteiras entre os tópicos. Identificam-se nelas:

- *Função textual*, que destaca os elementos textuais que logo são vistos (a escrita, a tipografia etc.);
- *Significados ideacionais*, que constituem impressões sobre os que os infográficos trazem (nos percentuais mostrados nos gráficos das figuras 2 e 3, por exemplo); e
- *Relação interpessoal*, já que o leitor pode, a partir do que leu, construir suas opiniões sobre os temas abordados (LIMA-LOPES, 2016).

Ademais, como sublinha Gualberto (2016), pode-se dizer que os textos ultrapassaram os limites do verbal, indo além das palavras e, permitindo aprendizagens diversas tanto aos autores do infográfico quanto aos seus leitores.

Destaca-se, ainda, a importância dos *layouts* usados, das composições feitas, da relação que se criou entre a escrita e as imagens, das cores, da tipografia escolhida para as três construções, verificando que a maneira como todos esses elementos foram “orquestrados no texto” possibilitou produções de sentidos diversos (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004; GUALBERTO, 2016, p. 20).

Dessa forma, de acordo com Ribeiro (2016, p. 38), a infografia facilita, sim, “a compreensão dos dados pelo leitor”. E nota-se com clareza esse objetivo nas autorias apresentadas, que utilizaram recursos facilitadores do entendimento das mensagens ali expostas. O estudo desse gênero em aula (tanto no LD como, posteriormente, em formato digital) possibilitou que os alunos internalizassem como esse tipo de texto é produzido, como as informações devem ser dispostas ao longo dele, quais recursos podem/devem ser usados para atrair a atenção do leitor. A partir disso, eles tiveram a liberdade para criar, baseando-se em suas preferências e leituras, contando, como mencionado na metodologia, com o suporte docente nessa preparação.

Logo, da prática realizada, obteve-se também os seguintes resultados pedagógicos:

- 1) O trabalho com textos multimodais possibilitou que os alunos atuassem como *autores e produtores* de conteúdo;
- 2) Houve *colaboração* entre eles em seus respectivos grupos e com outros durante as produções;
- 3) Observou-se nos trabalhos a *interdisciplinaridade* com outras áreas de estudo;
- 4) Eles foram *desafiados e motivados* a cumprir as tarefas em inglês;
- 5) Eles *venceram* a timidez e as dificuldades para falar diante de toda a turma em inglês, apesar de limitações existentes quanto ao idioma.
- 6) As atividades realizadas contribuíram para a *aprendizagem da língua inglesa e através dela*.

Os resultados apresentados remetem aos estudos de Kalantzis; Cope (2008) e Cope & Kalantzis (2009b) sobre os multiletramentos, que apontam para a abordagem de uma variabilidade de sentidos construídos em diferentes contextos sociais e culturais. Notou-se que os letramentos multimodal, digital e crítico contribuíram para que os aprendizes trabalhassem com habilidades exigidas deles durante as produções de infográficos. Isto também foi positivo no processo de aprendizagem da língua inglesa, ajudou-lhes a superar as dificuldades encontradas, além de permitir a colaboração dos grupos nas produções e apresentações dos trabalhos.

Assim, verificou-se que os infográficos funcionaram como “[...] caminhos multimodais para produzir sentidos, em que a palavra escrita deixa [deixou] de ser a principal forma de produzir sentidos e passa [passou] a fazer parte de um conjunto que inclui, além de textos verbais, os visuais, sonoros, gestuais, espaciais e os multimodais” (SILVA, 2012 apud LOURENÇO, 2013, p. 7). Por fim, as possibilidades escolhidas pelos alunos em suas autorias tiveram implicações no nível semântico e pragmático de seus textos, contribuindo na construção de significados das mensagens que desejavam passar (LIMA-LOPES, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, os dias atuais requerem habilidades que incentivem o trabalho em grupos, discussões/debates, análises críticas, produção e autoria de conteúdo, em busca de soluções para colaborar com o crescimento da comunidade ao redor. Considerar isto no ensino de inglês pode trazer benefícios diversos, facilitando a compreensão e a produção de sentido por parte dos aprendizes.

Dessa forma, as tecnologias digitais podem ser ferramentas aliadas, por meio das quais os alunos interagem e fazem conexões com a vida real. Os textos multimodais são um exemplo de como tornar essa aplicação possível, uma vez que o professor tem oportunidades de engajá-los em tarefas significativas e interessantes, tornando o processo de ensino e aprendizagem ainda mais prazeroso.

Neste trabalho, apresentou-se uma noção mais ampla de texto e de como a multimodalidade pode contribuir na construção de sentido, abrindo portas para que os alunos se tornem leitores ainda mais competentes, por meio de modos e recursos semióticos que servem de estratégias para a reflexão no processo de autoria e, mesmo, após dele. Aqui, através da língua inglesa, pôde-se produzir significados diversos, desde as escolhas feitas durante as autorias dos infográficos até suas apresentações e exposições em sala de aula.

Dessa forma, conclui-se que, de fato, o texto vai muito além de apenas palavras, compreendendo diversos modos de comunicação, e que isto deve ser mais explorado nas aulas de inglês, levando os aprendizes a ler e interpretar além do que está escrito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. D. Gêneros multimodais: mapeando pesquisas no Brasil. In: ARAÚJO, A. D. (Org.) **Linguagem em foco**. Revista do programa de pós-graduação em linguística aplicada da UECE. v. 3, nº 5, 2011, p. 13-23.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski** (1929). 2ª ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BITENCOURT, A. P. **A multimodalidade na abertura de unidades e de capítulos em um livro didático de língua portuguesa**. 2018. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

COPE, B.; KALANTZIS, M. Introduction: multiliteracies: the beginnings of an idea. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. (Ed.). **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures**. London: Routledge, 2000.

GUALBERTO, C. L. **Multimodalidade em livros didáticos de língua portuguesa: uma análise a partir da semiótica social e da gramática do design visual**. 2016. Tese. (Doutorado em Estudos linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to Functional Grammar**. London: Hodder Education, 2004.

HODGE, R.; KRESS, G. **Social Semiotics**. Cambridge: Polity Press, 1988.

KRESS, G. **Before writing: Rethinking the paths to literacy**. London: Routledge, 1997.

KRESS, G. **Literacy in the new media age**. London and New York: Routledge, 2003.

KRESS, G. **Multimodality: A social semiotic approach to contemporary communication**. USA and Canada: Routledge, 2010.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: The Grammar of Visual Design**. London: Routledge, 1996.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: The Grammar of Visual Design**. London: Routledge, 2006.

LIMA-LOPES, R. E. de. Vídeos Publicitários e o discurso da Tecnologia: Metáforas Verbo-visuais. In: **D.E.L.T.A.** v. 32, 2016, p. 325-354.

LIMA-LOPES, R. E. de. Explorando o Significado Tipográfico em Gêneros Escritos: Potencialidades e Regularidades. In: Lima-Lopes, Rodrigo Esteves de; Fischer, Cynthia Regina; Gazotti-Vallim, Maria Aparecida. (Org.). **Perspectivas em Línguas para Fins Específicos: Festschrift para Rosinda Ramos**. 1ed., 2015, p. 103-140.

LOURENÇO, D. S. Reflexões sobre contribuições da teoria dos multiletramentos em aulas de língua inglesa e as (im)possibilidades de aplicação no ensino público. In: **Anais... (VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica)**, 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-LLA/06-dslourencotrabalhocompleto.pdf>. Acessado em: 31 maio 2018.

RIBEIRO, A. E. **Textos Multimodais: leitura e produção**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

SILVA, S. B. As contribuições da teoria dos multiletramentos na formação do professor de língua inglesa no ensino básico: reflexões iniciais. **Revista X**, v. 1, p. 61-75, 2012.

SILVEIRA, M. R. A. da. **Produção de sentidos e construção de conceitos na relação ensino/aprendizagem da matemática**. 2005. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing Social Semiotics**. London: Routledge, 2005.

NOVAS PERSPECTIVAS DE ABORDAGENS PAUTADAS NAS CONCEPÇÕES DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE INGLÊS TÉCNICO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DE MEDICINA

LAÍS TEIXEIRA LIMA

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
laisbj@gmail.com*

NOME DO AUTOR2

*Professor do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem
chmsouza@gmail.com*

RESUMO

A sala de aula tem assumido uma configuração diferenciada, o professor passa a ser o mediador do processo de ensino-aprendizagem, tal configuração torna-se essencial no ensino superior, principalmente na área da saúde, pois ainda são considerados cursos de cunho significativamente conteudista. Para auxiliar no processo de reestruturação, as metodologias ativas podem ser grandes aliadas, já que, nela, os alunos serão estimulados a uma aprendizagem crítica, reflexiva e autônoma, sendo os agentes construtores de seu próprio conhecimento. Partindo dessa discussão, o presente trabalho busca evidenciar a importância do Inglês Instrumental pautado nas metodologias ativas a fim de oportunizar o desenvolvimento das competências em Língua Inglesa (LI) de alunos do curso de medicina. Para que isso seja possível, o trabalho tem como algumas bases teóricas: Bacich e Moran (2018); Moran (2015) e Staker (2015); Masetto (2012); Wood (2003). Por fim, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina serão avaliadas.

Palavras-chave: Inglês Instrumental, Metodologias Ativas, Graduação de Medicina.

ABSTRACT

The classroom has been assuming a different configuration, the teacher becomes the mediator of the teaching-learning process, this configuration is essential in higher education, especially in the area of health, since they are still considered courses with a significant traditional methodology. To assist in the restructuring process, the active learning methodologies can be great allied, since students will be stimulated to a critical, reflexive and autonomous learning, being the constructor's agents of their own knowledge. Based on this discussion, the present paper seeks to highlight the importance of English for Specific Purposes based on active learning methodologies in order to facilitate the development of English Language Skills of medical students. To make it possible, the work has as some theoretical bases: Bacich and Moran (2018); Moran (2015) and Staker (2015); Masetto (2012); Wood (2003). Finally, the National Curricular Guidelines for the Medical Graduation Course will be evaluated.

Key-words: English for Specific Purposes, Active Learning Methodologies, Medical Graduation.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, a sala de aula tem assumido uma configuração diferenciada da educação tradicional, o professor deixa de ser o agente detentor de todo o conhecimento e passa a ser o mediador e o orientador do processo de ensino-aprendizagem. O aluno deixa de ser sujeito passivo e passa a ser agente e, juntamente com o professor, constrói o seu próprio conhecimento. O educando não deve ser somente um receptor do conhecimento, precisa ser capaz de construir e gerenciar sua aprendizagem, tornando-se, assim, um sujeito autônomo.

Tal configuração torna-se ainda mais necessária no ensino superior, principalmente na área da saúde, pois ainda são considerados cursos extremamente tradicionais e de cunho conteudista por autores da área, tal como Masseto (2001). Para auxiliar nesse processo de reestruturação, as metodologias ativas podem ser grandes aliadas, já que, a partir dessa concepção metodológica, os alunos serão estimulados a uma aprendizagem crítica, reflexiva e autônoma.

Partindo dessa discussão, o presente trabalho busca desenvolver um modelo de abordagem metodológica, a partir das concepções das metodologias ativas, a fim de oportunizar o desenvolvimento das competências dos alunos em Língua Inglesa (LI).

Uma vez que, metodologias ativas podem ser capazes de oportunizar um ensino do Inglês Instrumental no qual o aluno consiga compreender a importância da LI a partir de suas necessidades e possibilidades de aplicação em sua vida profissional e acadêmica; além de construir seu conhecimento atrelando-o a suas vivências e experiências.

1. Metodologias ativas: uma nova concepção de ensino-aprendizagem

Em um mundo globalizado, os alunos têm acesso às informações a um só clique, estão cada vez mais conectados e, conseqüentemente, mais próximos de desenvolverem um processo ensino-aprendizagem autônomo, sendo os principais construtores de seu conhecimento. Esse acesso instantâneo às informações de inúmeras e diversas áreas, muitas vezes, pode se tornar um desafio para o professor em sala de aula.

Para que as expectativas de aprendizagem dessa nova demanda de alunos sejam alcançadas, são necessárias novas perspectivas de práticas metodológicas voltadas para uma aprendizagem mais ativa, significativa e contextualizada. Diante disso, Bacich e Moran (2018, p.2) compreendem que o conhecimento vai além da sala de aula, que “ (...) aprendemos quando alguém mais experiente nos fala e aprendemos quando descobrimos que a partir de um envolvimento mais direto por questionamento e experimentação (a partir de perguntas, pesquisas, atividades, projetos)”. Portanto, o professor precisa compreender que o aluno não chega à escola isento de conhecimento, ele possui um vasto conhecimento prévio a partir de seu contexto social.

Buscando uma aprendizagem mais interativa e aplicada a tais experiências dos alunos, iniciaram-se estudos acerca da autonomia dos educandos, evidenciando seu protagonismo, criatividade e empreendedorismo. Nessa perspectiva, o “ (...) educador e educando aprendem juntos, numa relação dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria, reorienta essa teoria, num processo de constante aperfeiçoamento” (GADOTTI, 2001, p. 253). Para atender essa nova geração de alunos e essas novas percepções do processo ensino-aprendizagem, foram constituídas as concepções de metodologias ativas.

Bacich e Moran (2018, p.2) definem que a “ (...) aprendizagem é ativa e significativa quando avançamos em espiral de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e competência em todas as dimensões da vida”. Isso quer dizer que o aluno deve construir seu

conhecimento de maneira gradual e associada à sua realidade de vida e a seu contexto. Eis que surge um conceito essencial para a concepção de metodologias ativas: a autonomia.

Em seus estudos acerca da autonomia dos educandos, Moita Lopes (1977) acredita que os alunos devem compreender as propostas realizadas durante as aulas e, a partir delas, refletir como o seu conhecimento pode ser adaptado em outros contextos de uso. Para Freire (1996), a autonomia é a capacidade que o aluno possui em construir e reconstruir seu conhecimento, a fim de adaptá-lo a sua realidade e a seu contexto de uso.

Paiva (2005) propõe algumas percepções de autonomia, de que nos apropriamos para estabelecer este conceito em nosso estudo. Ela compreende que:

- Autonomia requer consciência do processo de aprendizagem;
- Autonomia, inevitavelmente, envolve uma mudança nas relações de poder;
- O professor pode ajudar o aprendiz a ser autônomo tanto na sala de aula quanto fora dela;
- Autonomia está intimamente relacionada às estratégias metacognitivas; planejar/tomar decisões, monitorar, e avaliar (PAIVA, 2005, p.89).

Portanto, é possível perceber que, para se tornar autônomo, o aluno precisa tomar ciência de seu processo ensino-aprendizagem e da importância de sua interação neste processo. “Cada estudante, de forma mais direta ou indireta, procura respostas para suas inquietações mais profundas e podem relacioná-las com seu projeto de vida e sua visão de futuro” (BACICH e MORAN, 2018, p.2). Dessa forma, é essencial que ele tenha consciência de seu contexto social, suas capacidades e limitações para, então, adaptar seu conhecimento a suas necessidades individuais, tanto como sujeito ativo na escola como na sociedade.

Para Bacich e Moran (2018, p.2), “Os processos de aprendizagem são múltiplos, contínuos, híbridos, formais e informais, organizados e abertos, intencionais e não intencionais”. O conhecimento passa de algo previamente construído e exposto pelo professor, para algo a ser desenvolvido em um contexto metodológico dinâmico e interacional.

Ainda na perspectiva das metodologias ativas e do aluno como protagonista, Barbosa e Moura (2013) corroboram que a

(...) aprendizagem ativa ocorre quando o aluno interage com o assunto em estudo – ouvindo, falando, perguntando, discutindo, fazendo e ensinando – sendo estimulado a construir o conhecimento ao invés de recebê-lo de forma passiva do professor. Em um ambiente de aprendizagem ativa, o professor atua como orientador, supervisor, facilitador do processo de aprendizagem, e não apenas como fonte única de informação e conhecimento (BARBOSA e MOURA, 2013, p.55).

Dessa maneira, o professor assumirá a função de um orientador ou mentor, ou seja, ele auxiliará o aluno em seu processo de desenvolvimento interno, intermediará as condições externas de seu contexto, criando possibilidade de troca entre os aprendizes, através de discussões, questionamentos, posições, entre outros.

Outro ponto de extrema importância na aprendizagem ativa é desenvolver habilidades mentais a fim de flexibilizar os aspectos cognitivos, como apontam Bacich e Moran (2018):

A aprendizagem ativa aumenta nossa flexibilidade cognitiva, que é a capacidade de alternar e realizar diferentes tarefas, operações mentais ou objetivos e de adaptar-nos a situações inesperadas, superando modelos mentais rígidos e automatismos pouco eficientes (BACICH e MORAN, 2018, p.3).

Com a aprendizagem ativa, os alunos terão um papel mais crítico e reflexivo, eles terão consciência e percepção de como é seu processo ensino-aprendizagem e, dessa maneira, serão capazes de desenvolver técnicas próprias para suprir suas dificuldades, ou seja, “Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida” (BACICH e MORAN, 2018, p.2). Outra questão que deve ser levada em consideração ao discutir as metodologias ativas é o conceito e a aplicabilidade do ensino híbrido.

Para se discutir metodologias ativas, é necessário considerar as metodologias híbridas. De acordo com Moran (2015, p. 27), “Híbrido significa misturado, mesclado, *blended*”. É possível identificar a existência de uma sociedade híbrida, em que os indivíduos – e suas particularidades – são intimamente interconectados; temos uma cultura híbrida, mesclada com as mais diversas influências culturais.

Para que a aprendizagem ativa seja eficaz, é necessário que o professor aplique diversas técnicas para que as aulas não se tornem maçantes e improdutivas. A aplicabilidade de tais técnicas deve ser equilibrada, adaptada às turmas, grupos e individualmente, diversificada no decorrer das aulas. Para Bacich e Moran (2018), é necessário que o professor reflita acerca da temática explicitada acima, uma vez que,

Na educação formal, há muitas combinações possíveis com variações imensas na aplicação e resultados, que vamos experimentando de forma dinâmica e constante, reavaliando-as e reinventando-as de acordo com a conveniência para obter resultados desejados (BACICH e MORAN 2018, p.13).

Para que o professor tivesse um embasamento teórico para desenvolver a metodologia ativa em suas aulas, os autores criaram algumas abordagens. Neste recorte teórico, abordaremos sucintamente as seguintes: sala de aula invertida; aprendizagem por investigação e problemas; aprendizagem por projetos e; aprendizagem por jogos.

O modelo de sala de aula invertida é a abordagem mais conhecida e, possivelmente, mais aplicada durante as aulas. Estudiosos acreditam que após o estudante assumir seu papel de leitor, ele deve ser estimulado a buscar seu próprio conhecimento acerca dos conceitos trabalhados. O professor pode inverter o processo de aprendizagem tradicional – no qual disponibiliza o conteúdo por completo, cabendo ao aluno somente assimilar o que foi explicado – e pedir para que o aluno já chegue com leituras acerca do tema que será trabalhado. A aula, então, começaria a partir do conhecimento levado pelos próprios alunos.

A sala de aula invertida “ (...) é uma estratégia ativa e um modelo híbrido que otimiza o tempo da aprendizagem e do professor. O conhecimento básico fica a cargo do aluno – com curadoria do professor – e os estágios mais avançados têm interferência do professor” (BACICH E MORAN, 2018, p.13).

Nesta abordagem, o educador assume um papel articulador, ele é responsável por mediar todas as etapas do processo de aprendizagem tanto no âmbito individual, quanto no coletivo. O professor precisa estar preparado para seu novo papel, “(...) precisa de uma preparação em competências mais amplas, além do conhecimento do conteúdo, como saber adaptar-se ao grupo e a cada aluno, planejar, acompanhar, e avaliar atividades significativas e diferentes”; e deve ser capaz “(...) de acompanhar, mediar, analisar os processos, resultados, lacunas e necessidades a partir dos percursos realizados pelos alunos” (BACICH E MORAN, 2018, p.13).

A segunda abordagem é compreendida como uma aprendizagem que tem como base a investigação e questões-problema, na qual os alunos devem compreender como evidenciar

questões e problemas e como buscar soluções para tais indagações. Nessa perspectiva, o professor é considerado um orientador, deve encaminhar os alunos à utilização de métodos indutivos e dedutivos a fim de desenvolverem soluções coerentes de acordo com os temas explicitados no decorrer do processo. “O foco na aprendizagem baseada em problemas é a pesquisa de diversas causas possíveis para um problema” (BACICH E MORAN, 2018, p.16).

Para que isso seja possível, é necessário que outras disciplinas estejam inseridas nessa abordagem, dando a ela um caráter interdisciplinar ou transdisciplinar. Para que seja eficaz, deve ser dividida por temáticas gerais e, a partir de tais temáticas, os alunos deverão analisar possíveis soluções – buscando, inclusive, em outras disciplinas – para as questões propostas. Ao mesmo tempo, eles estarão desenvolvendo competências, habilidades e o pensamento crítico e reflexivo.

Bacich e Moran (2018) acrescentam que

Os desafios bem planejados contribuem para mobilizar as competências desejadas, sejam intelectuais, emocionais, pessoais ou comunicacionais. Nas etapas de formação, os alunos precisam do acompanhamento de profissionais experientes para ajudá-los a tornar conscientes alguns processos, a estabelecer conexões não percebidas, a superar etapas mais rapidamente, a confrontar novas possibilidades (BACICH e MORAN, 2018, p.15).

Dessa forma, o aluno será capaz de compreender que a aquisição do conhecimento vai além de o professor explicar o conteúdo e ele assimilar. Ele conseguirá compreender que a aquisição está relacionada a aspectos comunicacionais, emocionais, intelectuais e sociais; ele se enxergará como agente de tal processo.

A terceira abordagem é a baseada em projetos, ao serem questionados acerca de problemas encontrados em seu contexto escolar ou social, os alunos devem ser estimulados a encontrar diferentes formas de solucionar e/ou lidar com tais situações. Ao desenvolver um projeto, os alunos devem realizar conexões com sua realidade fora do ambiente escolar, para que ele consiga refletir sobre o mesmo de maneira contextualizada, crítica, criativa e reflexiva.

Tal abordagem também é considerada interdisciplinar e o aluno deve ser estimulado a tomar decisões individualmente e em grupos, “(...) essa abordagem adota o princípio da aprendizagem colaborativa, baseada no trabalho coletivo” (BACICH e MORAN 2018, p.17).

Em seus estudos, Bachic e Moran (2018) baseiam-se no modelo do Buck Institute for Education (2008, p.18), quando discorrem sobre os atributos essenciais para uma abordagem a partir de projetos.

Os projetos podem ser desenvolvidos de diversas maneiras: podem ser de curta ou longa duração; podem ser desenvolvidos no interior da sala de aula ou fora de tal contexto; pode envolver somente uma disciplina ou várias; pode possuir diferentes níveis de complexidade; entre outros aspectos.

A última abordagem trabalhada nesta pesquisa é a aprendizagem a partir de histórias e jogos. Para Bacchi e Moran (2018)

Contar, criar e compartilhar histórias é muito mais fácil hoje. Podemos fazê-lo a partir de livros, da Internet, de qualquer dispositivo móvel. Crianças e jovens gostam e conseguem produzir vídeos e animações e postá-los imediatamente na rede. Existem aplicativos fáceis de edição nos smartphones. As narrativas são elementos poderosos de motivação e produção de conhecimento (BACICH e MORAN, 2018, p.20).

O ato de contar e/ou ouvir uma história é algo que prende a atenção de qualquer indivíduo, portanto, pode ser uma boa metodologia para ser aplicada em sala de aula. Quando o professor consegue aplicar os conteúdos a histórias compartilhadas e/ou vividas, o aluno conseguirá contextualizar os mesmos de maneira efetiva, o que auxiliará em seu processo de aquisição do conhecimento e de aplicabilidade em situações futuras.

Os jogos também podem ser de extrema importância nessa abordagem, pois os alunos estão inseridos em um contexto de *gameificação*, estão em constante contato com jogos no computador, celular, tablet, entre os mais diversos locais. Diante disso, Bacchi e Moran (2018) acreditam que

Os jogos e as aulas roteirizadas com a linguagem de jogos (gameificação) estão cada vez mais presentes na escola e são estratégias importantes de encantamento e motivação para uma aprendizagem mais rápida e próxima da vida real. Os jogos mais interessantes para a educação ajudam os estudantes a enfrentar desafios, fases dificuldades, a lidar com fracasso e correr riscos com segurança (BACICH e MORAN, 2018, p.21).

Uma vez que o aluno está acostumado com essa realidade de jogos – de criar estratégias, buscar recompensas, cooperar, desafiar e refletir – ao associar a aquisição de conhecimento a jogos, ele conseguirá uma aprendizagem mais significativa.

Como foi possível observar, nas metodologias ativas o professor assume um papel diferenciado. Bacich e Moran (2018) acreditam que o professor “é principalmente design de roteiros personalizados e grupais de aprendizagem e orientador/mentor de projetos profissionais e de vida dos alunos”. Portanto, ele deixa o posto de detentor de todo o saber e de transmissor de conhecimento e assume um papel de design do processo de ensino-aprendizagem.

2. A evolução a partir do conceito da regulação e sua aplicação nos cursos superiores

Nas últimas décadas, o curso de graduação de medicina começaram a desenvolver uma metodologia baseada em conteúdos fragmentados e isolados, além de as disciplinas demonstrarem um cunho unicamente conteudista e estanque. Corroborando com tal perspectiva, Masseto (2001, p.85) afirma que

Tradicionalmente a sala de aula nos cursos de ensino superior tem-se constituído como um espaço físico e um tempo determinado durante o qual o professor transmite conhecimentos e experiências aos seus alunos. Poderíamos dizer que se trata de um tempo e de um espaço privilegiado para uma ação do professor, cabendo ao aluno atividades como “copiar a matéria”, ouvir as preleções do mestre, fazer perguntas e, no mais das vezes, repetir o que o mestre ensinou.

Porém, essa concepção de conteúdos fragmentados já não é mais concebida no campo educacional, é necessário que o conhecimento seja compreendido como uma construção integrada e conectada. Diante disso, o plano de ensino da graduação deve assumir um caráter interdisciplinar, no qual as disciplinas e seus conteúdos estejam em constante relação e interação.

Para que isso fosse possível, o Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior instituíram a Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014, com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (DCNs), para que o processo ensino-aprendizagem do curso fosse repensado e reestruturado.

O Art. 3º das DCNs afirma que o curso deve oferecer ao graduando uma formação que vai além do conteúdo, deve ser formado um profissional nos mais diversos aspectos em sua área de atuação:

O graduado em Medicina terá formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de

promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença.

Assim sendo, são necessárias novas metodologias e abordagens no curso de graduação em medicina a fim de dispor o aluno como sujeito em seu processo de aquisição do conhecimento. Ele precisa ser compreendido como o foco no processo educacional, deve ser proposto um modelo de currículo integrado e coerente para que a formação do médico, como um todo, seja efetiva.

Para tanto, o documento, nos artigos 26 e 27, compreende que

O Curso de Graduação em Medicina terá projeto pedagógico centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo, com vistas à formação integral e adequada do estudante, articulando ensino, pesquisa e extensão, esta última, especialmente por meio da assistência.

Portanto, cabe ao professor reconhecer a aprendizagem como um processo de construção e de troca entre aluno-professor e aluno-aluno. É necessário que ele reflita acerca de abordagens metodológicas que objetivem formar um médico crítico, reflexivo, ético e humanizado. O art. 32 das DCNs afirma que “O Curso de Graduação em Medicina deverá utilizar metodologias ativas e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso (...)”.

Utilizar metodologias ativas no processo de formação do médico pode ser de extrema importância para que esse discente tenha o domínio da construção do seu próprio conhecimento. Ao se pensar no profissional já formado, essas novas abordagens oportunizam que ele tenha habilidades necessárias para solucionar questões a partir de seus conhecimentos prévios, de sua prática profissional e de seu contexto de atuação.

O documento ainda complementa no artigo 27 que

O Projeto Pedagógico que orientará o Curso de Graduação em Medicina deverá contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas e práticas nacionais e regionais, inseridas nos contextos internacionais e históricos, respeitando o pluralismo de concepções e a diversidade cultural. Parágrafo único.

Outra questão muito discutida nas DCNs é a interdisciplinaridade, uma vez que um dos objetivos do documento é acabar com a fragmentação das disciplinas e conteúdos. O Inciso IV do artigo 29 afirma que a estrutura do curso de medicina deve “Promover a integração e a interdisciplinaridade em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, buscando integrar as dimensões biológicas, psicológicas, étnico-raciais, socioeconômicas, culturais, ambientais e educacionais”.

Assim sendo, as abordagens propostas pelo currículo são de integração do conhecimento com foco nas metodologias ativas. O projeto pedagógico é pautado na aprendizagem baseada em problemas, que busca desenvolver a aquisição e estruturação do conhecimento, auxiliando na autonomia e na autoaprendizagem dos alunos. Quando o aluno tem o domínio de sua aprendizagem, ele terá maior desenvoltura na resolução de problemas e aplicação das soluções enquanto profissional.

3. O ensino de Inglês Instrumental no ensino superior na área médica.

A graduação em bacharel em Medicina é um curso que possui uma demanda de interesse significativa, portanto, é possível identificar, a cada dia mais investimentos e a busca pela melhoria e desenvolvimento das instituições e de seus currículos. Porém, quando o assunto é o ensino de Língua Inglesa, identifica-se uma grande falha na formação de tais estudantes, uma vez que muitos deles saem das universidades sem ter o domínio básico da LI.

Um fator que contribui para o não domínio da língua é o currículo proposto pelas universidades; em muitas delas, a disciplina de Inglês Instrumental é oferecida somente como carga horária optativa, não obrigatória, cabendo ao aluno ter interesse ou não pela disciplina.

Outra questão que deve ser abordada é o fato de muitos graduandos terem feito cursos livres de inglês e acharem que o Inglês Instrumental oferecido pelas instituições de ensino é irrelevante para sua vida acadêmica. É necessário que tanto a universidade quanto os graduandos compreendam que existe uma grande diferença entre o inglês aprendido em cursos livres e o Inglês Instrumental.

Inglês Instrumental, também chamado de *English for Specific Purpose* (ESP), é o ensino da Língua Inglesa a partir da necessidade do aluno, ou seja, a língua é ensinada com o intuito comunicacional – de leitura e compreensão de textos, compreensão oral e/ou escrita da língua, entre outras coisas.

Robinson (1981) corrobora que

An ESP course is purposeful and is aimed at the successful performance of occupational or educational roles. It is based on a rigorous analysis of students' needs and should be 'tailor-made'. (...) It is likely to be of limited duration. Students are more often adults and may be at any level of competence (ROBINSON, 1981 p.13).

Para a compreensão do ESP, duas palavras são essenciais: especificidade e necessidade. A expressão especificidade é colocada em foco, uma vez que – diferentemente do inglês geral que trabalha a língua como um todo: *listening, speaking, writing and reading* – o ESP aborda ensinamentos pontuais e específicos, de acordo com a necessidade dos alunos.

A necessidade é o motivo pela qual o aluno precisa aprender a língua para poder empregá-la efetivamente em situações comunicativas, acadêmicas ou profissionais. Para Vilaça (2010, p.8), "(...) as necessidades podem ser identificadas e delimitadas por meio de habilidades linguísticas, competências, funções comunicativas, tópicos lexicais, entre outros fatores".

Um erro significativo na compreensão da função do Inglês Instrumental é que muitos falantes que possuem conhecimento gramatical e lexical de LI pensam que não precisam do ESP. Porém, existe uma grande probabilidade de o curso que ele realizou não ter oferecido o vocabulário específico necessário para sua necessidade acadêmica ou profissional, já que terminologias técnicas e específicas não são contempladas em materiais didáticos para o ensino para um público geral (como cursos livres, por exemplo).

O que assevera ainda mais a necessidade do Inglês Instrumental na formação dos profissionais de diversas áreas de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o processo ensino-aprendizagem vem sofrendo muitas alterações no decorrer dos últimos anos. Isso se deve à inversão de papéis entre professor-aluno, no contexto da sala de aula, proposta por novas perspectivas educacionais. Tal inversão se dá pela necessidade de compreender o aluno como um ser autônomo, capaz de construir seu próprio conhecimento, a partir da orientação do professor, atrelada a sua realidade e suas experiências de vida.

Quando aplicada à graduação, tal perspectiva torna-se ainda mais necessária, uma vez que o ensino superior ainda é compreendido como um curso de cunho conteudista, no qual a teoria é apresentada pelo professor em aulas expositivas, como afirma Masseto (2001). A situação é intensificada quando observamos o curso de graduação em medicina, que, muitas vezes, além das aulas exclusivamente teóricas, exigem a memorização de conteúdos extensos por parte dos alunos.

Diante disso, é de extrema importância que tal abordagem seja repensada e reestruturada; para tanto, o Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior instituíram a Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014, com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (DCNs). O documento visa à formação geral do aluno, que deverá ser um profissional crítico, reflexivo, ético, humanista e capaz de solucionar problemas e aplicar soluções. Dentre outras questões, o documento também propõe mudanças nas abordagens aplicadas no curso; uma delas é o ensino pautado nas metodologias ativas.

Quando desenvolvidas, as metodologias ativas proporcionam um processo ensino-aprendizagem mais completo e dinâmico, uma vez que os conteúdos não são compreendidos como isolados, mas estão interligados com o objetivo de criar o conhecimento como um só. Com isso, o futuro profissional conseguirá refletir, a partir de situações reais, e solucionar problemas com um conhecimento integrado.

Partindo desse pressuposto, o ensino de Inglês Instrumental no curso de graduação de medicina também precisa ser reestruturado, iniciando pela visão equivocada a respeito da importância da disciplina que, muitas vezes, é compreendida pela comunidade escolar como desnecessária e secundária na formação dos médicos.

Outra questão que assevera tal fato é a percepção equivocada por parte dos alunos de que os cursos livres de inglês substituem a disciplina de Inglês Instrumental. Em cursos livres de Língua Inglesa, o aluno estudará em materiais didáticos especializados para um público geral, a fim de abranger o maior número de pessoas possível. Em virtude disso, a presença de vocabulários, terminologias, estruturas gramaticais e estilísticas essenciais para a aplicação na área médica – assim como em outras áreas – será mínima ou inexistente.

Portanto, é essencial que novas abordagens sejam desenvolvidas para quebrar tal tabu criado pela sociedade acadêmica, assim como a conscientização da necessidade do Inglês Instrumental na formação do profissional da área médica.

Portanto, é essencial que novas abordagens sejam desenvolvidas para quebrar tal tabu criado pela sociedade acadêmica, assim como a conscientização da necessidade do Inglês Instrumental na formação do profissional da área médica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, José Ricardo Pinto de. Contexto Atual do Ensino Médico: Metodologias Tradicionais e Ativas -Necessidades Pedagógicas dos Professores e da Estrutura das Escolas. 2011. 105f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- Almeida M. *Diretrizes curriculares para os cursos universitários na área de saúde*. Londrina: Rede Unida; 2003.
- ALVES, Gilberto. *O trabalho didático na escola moderna: formas históricas*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- BACICH, Lilian; Moran, José (Org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo. *Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BARBOSA, Eduardo Fernandes & MOURA, Dácio Guimarães *Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica*. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Os desafios da educação: aprender a caminhar sobre areias movediças*. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago.2009.
- BERBEL, Neuzi Aparecida Navas. *As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes*. Semana: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.
- BORGES, Tiago Silva; ALENCAR Gidélia. *Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior*. Cairu em Revista. Ano 03, n. 04, p. 119-143, Jul/ Ago 2014.
- CECY, Carlos; OLIVEIRA, Geraldo Alécio de; COSTA Eula Maria de Melo Barcelos (Org.). *Metodologias Ativas: Aplicações e Vivências em Educação Farmacêutica*. 2a ed. Brasília/DF: Conselho Federal de Farmácia; 2013.
- CURTIS Jane, Indyk Diene, Taylor Brian. *Successful use of problem-based learning in a third-year pediatric clerkship*. *Ambul Pediatr*. 2001;1(3):132-5.
- DUDLEY-EVANS, Tony; ST. JOHN, Maggie Jo. *Development in ESP: a multi-disciplinary approach*. United Kingdom: Cambrigde University Press, 2012.
- FAUSTO, Camargo; DAROS, Thuinie. *A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo*. Porto Alegre: Penso, 2018.
- FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. *Gestão dos processos de mudança na graduação em medicina*. In: Marins João José Neves, Rego Sérgio, Lampert Jadete Barbosa, Araújo José Guido Corrêa (Org). *Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- FREIRE Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- HORN, Michael; STAKER, Heather. *Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação*. Porto Alegre: Penso, 2015.
- JOHNS, Ann; DUDLEY-EVANS, Tony. English for Specific Purposes: International in Scope, Specific in Purpose. *TESOL Quarterly*: Vol. 40, No. 1. p. 133-156, 2006.
- JONES R.W. *Problem-based learning: description, advantages, disadvantages, scenarios and facilitation*. *Anaesth Intensive Care*. 2006;34(4):485-8.
- JÚNIOR, Antonio Carlos de Castro Toledo; IBIAPINA, Cássio da Cunha; Lopes, Simone Cláudia Facuri; RODRIGUES, Ana Cristina Persichini; SOARES, Sílvia Mamede Studart. *Aprendizagem baseada em problemas: uma nova referência para a construção do currículo médico*. *Revista Médica de Minas Gerais*. 2008;18(2):123-31.
- KRAU, Stephen. *Creating educational objectives for patient education using the new Bloom's Taxonomy*. *Nurs Clin North Am*. 2011;46(3):299-312.
- MASETTO Marcos. Atividades pedagógicas no cotidiano da sala de aula universitária: reflexões e sugestões práticas. In: Castanho S, Castanho ME, organizadores. *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Campinas: Papyrus; 2001.
- _____ (Org). *Inovação no Ensino Superior*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- MORAN, José. Educação Híbrida: Um conceito-chave para a educação, hoje. In: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo. *Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso, 2015.
- NÓVOA, António. Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo. São Paulo: Sindicato dos Professores de São Paulo, janeiro de 2007 (palestra proferida em outubro de 2006).
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Autonomia e Complexidade: uma análise de narrativas de aprendizagem. In: ABRAHÃO, Maria Helena Vieira; BARCELOS, Ana Maria Ferreira (Org.). *Linguística Aplicada e Contemporaneidade*. São Paulo: Pontes Editores, 2005.
- ROBINSON, Pauline. *ESP - English for Specific Purposes*. Pergamon Press, 1980.
- SANTOS Sávio Silva. *A integração do ciclo básico com o profissional no Curso de Graduação em Medicina: uma resistência exemplar*. Rio de Janeiro: Papel & Virtual; Teresópolis: FESO; 2005.
- SOUZA, Cacilda da Silva; IGLESIAS, Alessandro Giraldez; PAZIN-FILHO, Antonio. *Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais – aspectos gerais*. *Medicina*, v. 47, n. 3, p. 284-292, 2014.
- WOOD, Diana. *Problem based learning*. BMJ Publishing Group. 2003;326(7384):328-30.

CURSO ESP: COMPONENTE ESSENCIAL DA FORMAÇÃO ACADÊMICA NO MUNDO GLOBALIZADO**CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA**

Professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)
chmsouza@gmail.com

DOMINGOS CAXINGUE GONGA

Mestre do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)
dominguescg@hotmail.com

LEILA MARIA TINOCO BOECHAT RIBEIRO

Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)
leilaboecat@yahoo.com.br

Resumo:

A sociedade atual caracteriza-se pelos fenômenos da globalização e das crescentes inovações tecnológicas, a exigirem de seus membros, cada vez mais, o desenvolvimento de habilidades de utilização da língua inglesa, como linguagem mundial, nos mais diferentes âmbitos de sua atuação, em especial, acadêmico e profissional. Objetiva-se, por meio desta pesquisa, analisar a relevância do Curso *English for Specific Purposes* (ESP) para o desenvolvimento da competência comunicativa em língua inglesa, por parte dos acadêmicos, no contexto da sociedade atual, em uma perspectiva interdisciplinar Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação, perpassando o conceito e ramificações do ESP, enriquecendo-se a temática com a experiência da Universidade Estadual do Mississippi (UM), nos Estados Unidos da América (EUA), por meio de entrevista realizada com o Coordenador do Programa de Inglês Intensivo daquela Universidade. A metodologia adotada é qualitativa, quanto ao problema; exploratória, quanto aos objetivos; e pesquisa bibliográfica e entrevista, quanto aos procedimentos técnicos.

Palavras-chave: Globalização. NTICs. Inglês com propósitos específicos. Curso. ESP.

Abstract:

Nowadays society is characterized by the globalization phenomenon and the increasing technologic innovations, by demand of its members, more and more, the development of skills to master English, as a worldly language, in the most different spheres of its performance, in particular, academic and professional. The objective of this research is to analyze the relevance of the English for Specific Purposes (ESP) course for the development of English-language communicative competence in current society on a interdisciplinary perspective Information and Communication, tuning by the concept and ramifications of ESP, enriching the subject with the experience of Mississippi State University (UM) in the United States of America (USA), through an interview conducted with the intensive English Program Coordinator of that University. The methodology adopted is qualitative, regarding the problem; objectives; and bibliographic research and interview, regarding technical procedures.

Keywords: Globalization. NTICs. English for specific purposes. Course. ESP.

Considerações iniciais

O processo de globalização da economia e o crescente avanço das tecnologias, frutos do projeto capitalista, estão intensificando as relações entre os países e, por consequência, possibilitando maior troca de informações entre os diferentes povos. Com isso, reforça-se o foco na informação, o que leva à necessidade cada vez maior de comunicação global, valorizando, assim, o ensino de línguas estrangeiras entre os investidores, profissionais e pesquisadores.

Nesse universo, a língua mais utilizada nas diversas situações de comunicação global, quer seja em nível pessoal ou negocial, é a inglesa. Requer-se, portanto, a utilização desse idioma, não raro, de forma bastante especializada, fazendo-se necessário que as universidades brasileiras desenvolvam em seus estudantes habilidades em língua inglesa, não apenas de forma geral, mas específica para sua atuação, seja na própria área acadêmica ou mesmo na área profissional.

Daí a relevância do curso *English for Specific Purposes* (ESP) em âmbito universitário no Brasil e seu constante aprimoramento a fim de preparar os acadêmicos para os crescentes desafios do mundo globalizado e tecnológico, tendo em vista que, essa realidade tem intensificado a necessidade do desenvolvimento da competência comunicativa em língua inglesa.

Mister, portanto, que os acadêmicos brasileiros tenham aprendido efetivo da língua inglesa, por seu caráter de utilidade como elemento facilitador da comunicação, desenvolvendo as habilidades necessárias para interagir no atual contexto mundial em diferentes situações pessoais, acadêmicas e/ou profissionais.

Nesse sentido, problematiza-se a seguinte questão: De que modo o curso ESP pode contribuir para desenvolver, nos acadêmicos, as habilidades em língua inglesa necessárias ao enfrentamento dos crescentes desafios da sociedade globalizada e informatizada? Objetiva, assim, por meio desta pesquisa, analisar a relevância do Curso ESP para o desenvolvimento da competência comunicativa em língua inglesa, por parte dos acadêmicos, no contexto da sociedade atual globalizada e informatizada, em uma perspectiva interdisciplinar Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação, perpassando o conceito e ramificações do ESP, buscando-se enriquecer a temática com a experiência da Universidade Estadual do Mississippi (UM), nos Estados Unidos da América (EUA), por meio de entrevista realizada com o coordenador do Programa de Inglês Intensivo daquela Universidade.

Justifica-se, o presente estudo por sua relevância acadêmica e social manifesta nas contribuições que se pretende trazer visando ao aprimoramento dos Cursos de Inglês oferecidos pelas universidades brasileiras, a fim de que se proporcione competência comunicativa em língua inglesa aos acadêmicos pós-graduandos dessas instituições e consequente desenvolvimento pessoal, acadêmico, profissional e interacional entre povos de diferentes culturas.

A metodologia adotada é, portanto, qualitativa quanto ao problema, exploratória quanto aos objetivos e pesquisa bibliográfica e entrevista, quanto aos procedimentos técnicos.

1 A necessidade de formação em língua inglesa no contexto de globalização e novas tecnologias

Eis o complexo contexto atual que desafia a formação em língua inglesa nas universidades brasileiras: a globalização e as inovações tecnológicas. Fala-se, portanto, do inglês, como a língua do conhecimento, da mídia, da Internet, do mercado e do poder.

Como o inglês, um idioma extremamente hibridizado, ou seja, formado por tantas outras línguas (línguas escandinavas, celta, latim, francês, grego, urdu etc.) é hoje entendido como língua franca, que hibridiza outras (e continua se hibridizando),

possibilitando a comunicação através do globo, como língua do conhecimento, da mídia, da INTERNET, do mercado e do poder? Ao tratar desse fenômeno, quero entender a ideologia lingüística (Kroskirty, 2004) que rege a relação entre inglês e globalização em um mundo no qual ‘... os grupos [de pessoas] não estão mais territorializados, limitados pelo espaço, inconscientes do processo histórico, nem são mais homogêneos do ponto de vista cultural (Appadurai, 1991: 191)’ (MOITA LOPES, 2008, p. 312-313).

Para Berger (2005), o status da língua inglesa como idioma de comunicação global e o papel da Internet e da influência da Indústria Cultural nesse processo, destacam-se, entre outros, nos estudos de importantes teóricos como Adorno e Horkheimer (1997), Warschauer (1999), Ianni (1999), Renato Ortiz (2000), Moraes (2002), Crystall (1997) e Richards e Rodgers (2001), que permitem aprofundar o conhecimento relativo ao papel que a língua inglesa assume hoje em nossa sociedade, “[...] quando sua função comunicativa está elevada a um patamar de língua que possibilita a comunicação em nível mundial devido aos avanços na área das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação - NTICs - e, principalmente, ao processo de globalização” (BERGER, 2005, p. 22).

Mas o que são NTICs? As novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), segundo Marinho (2017), constituem tecnologias e métodos para se comunicar surgidas no contexto da Revolução Informacional, Revolução Telemática ou Terceira Revolução Industrial e, posteriormente, desenvolvidas gradativamente desde a segunda década de 1970, principalmente nos anos 1990. Souza (2003) esclarece que as NTICs referem-se às novas mídias digitais, aqueles meios de comunicação digitais que não prescindem da Internet para sua utilização.

Ianni (1999 citado por BERGER, 2005, p. 63), ao mencionar as NTICs, ressalta que “o idioma dessas tecnologias, tem sido o inglês, compreendendo a produção, a distribuição, a troca e o consumo de mercadorias, serviços, notícias e fantasias de todo tipo. [...] Nesse percurso (...) o inglês adquire todas as características de língua global”.

Como se percebe, o desenvolvimento de habilidades linguísticas em inglês, fundamental para o bom desempenho de atividades pessoais e acadêmicas, assume especial relevo, no âmbito dessa pesquisa, por se tratar da estruturação de curso de ESP para acadêmicos, pois para além da academia, essa competência comunicativa lhe permitirá inserção e permanência no mercado de trabalho, cada vez mais flexível, no contexto da sociedade globalizada e informatizada.

Nesse sentido, Berger (2005) entende ser pertinente a adequação do ensino de línguas estrangeiras a esse quadro de mudanças, levando o indivíduo a desenvolver a competência comunicativa em língua inglesa, o que está em total conformidade com o foco do ensino de línguas estrangeiras que, no momento presente, está na comunicação, na troca de informações em âmbito global, resultado dos efeitos dos fenômenos de internacionalização e globalização da economia em todas as instâncias da sociedade. Pois para a autora,

[...] o ensino língua inglesa deverá desenvolver nos seus aprendizes as quatro habilidades lingüísticas, que são: a fala (*speaking*), a compreensão oral (*listening*), a leitura (*reading*) e a escrita (*writing*); quer dizer, a eficácia no ensino de línguas estrangeiras deve levar, mais do que em outros momentos da história, à competência comunicativa (BERGER, 2005, p. 13, grifos da autora).

Isso, por razões óbvias, pois o ensino focado apenas nas duas primeiras das quatro habilidades linguísticas (leitura, escrita, fala e compreensão oral), não atende às demandas atuais do mundo globalizado, que carrega na rápida troca de informações, a marca do século XXI.

Ortiz (2000 citado por BERGER, 2005) afirma que o inglês é uma “língua mundial”, cuja transversalidade revela e exprime a globalização moderna, preservando outros idiomas à medida que seus usos bem definidos na sociedade não representam ameaça à identidade cultural dos povos, mas se apresentam como ferramentas facilitadoras dos contatos internacionais, por mais que os elementos da cultura norte-americana se façam presentes no cotidiano de pessoas de diversas nacionalidades.

2 Inglês para Fins Específicos (ESP): conceito, ramificações e relevância

English for Specific Purposes (ESP), que faz parte de um movimento mais geral de ensino “Línguas para Fins Específicos” (LSP), foi pioneira nos anos 1950 e 1960, como resultado do desenvolvimento geral na economia mundial nesse período, crescimento da ciência e tecnologia, o aumento do uso do inglês como a língua internacional da ciência, tecnologia e negócios, o aumento do poder econômico de certos países ricos em petróleo e aumento do número de estudantes internacionais que estudam no Reino Unido, EUA e Austrália (DUDLEY-EVANS e ST. JOHN, 1998). Hutchinson e Waters (1987) afirmam que, nesse contexto, o efeito das ocorrências históricas resultou de uma massa de pessoas em todo o mundo que queriam aprender a língua inglesa por causa da linguagem-chave para os campos da ciência, tecnologia e comércio. O surgimento do movimento de ensino de *English for Specific Purposes* (ESP) resultou das necessidades do domínio da língua inglesa para propósitos específicos, de acordo com suas profissões ou descrição do trabalho. De fato, nos anos 70, o ESP tornou-se uma atividade vital e inovadora no ensino do inglês. Os autores sugerem que o fundamento do ESP envolve os aprendizes, a linguagem exigida e o contexto de aprendizagem, que são baseados na primazia da necessidade em ESP.

Stevens (1988) define ESP como ensino da língua inglesa que apresenta as seguintes características:

- 1) absolutas: a) projetado para atender às necessidades específicas dos alunos; b) relacionado em conteúdo (isto é, em seus temas e tópicos) a determinadas disciplinas, ocupações e atividades; c) centrado na linguagem apropriada às atividades em síntese, léxico, discurso, semântica e assim por diante, e análise do discurso; d) em contraste com o “Inglês Geral”;
- 2) variáveis: a) pode ser restrito quanto às habilidades de aprendizagem a serem aprendidas (por exemplo, somente a leitura); b) não pode ser ensinado de acordo com qualquer metodologia pré-ordenada.

Para Robinson (1991), o “ESP é normalmente direcionado a objetivos e os cursos de ESP se desenvolvem a partir de uma análise de necessidades, que visa especificar o mais próximo possível o que exatamente os estudantes têm que fazer através do inglês” (ROBINSON, 1991, p.3). As suas características são que os cursos de ESP são geralmente limitados por um período de tempo em que seus objetivos devem ser alcançados e são ensinados a adultos em classes homogêneas em termos de trabalho ou estudos especializados nos quais os estudantes estão envolvidos. O mencionado autor delinea ESP como uma empresa, que envolve educação, treinamento e prática, e baseia-se em três grandes áreas do conhecimento: a linguagem, a pedagogia e as áreas de interesse dos estudantes.

Dudley-Evans e St. John (1998), por sua vez, elaboram a definição de ESP, à semelhança de Stevens (1977), baseando-se em suas características:

- 1) absolutas: a) projetado para atender as necessidades específicas do aluno; b) utiliza a metodologia e as atividades subjacentes das disciplinas às quais serve; c) centrado na linguagem (gramática, léxico e registro), habilidades, discurso e gêneros apropriados para essas atividades;

2) variáveis: a) pode estar relacionado ou projetado para disciplinas específicas; b) pode utilizar, em situações específicas de ensino, uma metodologia diferente daquela do “inglês geral”; c) susceptível de ser projetado para alunos adultos, seja em uma instituição de nível terciário ou em uma situação de trabalho profissional, podendo ser usado para alunos no ensino secundário; d) geralmente projetado para estudantes intermediários ou avançados. A maioria dos cursos de ESP assume conhecimentos básicos do sistema de idiomas, mas pode ser usado com iniciantes.

A definição que Dudley-Evans e St John (1998) oferecem, como se percebe, é claramente influenciada pela de Strevens (1977), com a inclusão de características variáveis.

ESP tem sido tradicionalmente dividido em dois principais ramos classificados como Inglês para Fins Acadêmicos (EAP) e Inglês para fins ocupacionais (EOP), conforme Dudley-Evans e St John (1998); Hutchinson e Waters (1987); Munby (1978) e Robinson (1991). EAP refere-se a qualquer ensino de inglês relacionado às necessidades de estudos acadêmicos, conforme Dudley-Evans e St. John (1998); Robinson (1991); Hutchinson e Waters (1987). Dudley-Evans e St. John (1998) argumentam que no EAP, o inglês para ciência e tecnologia (EST) tem sido a área principal, mas o inglês para fins médicos (EMP) e o inglês para fins legais (ELP) sempre tiveram o seu lugar. Mais recentemente, Inglês para Gestão, Finanças e Economia (EMFE) tem sido cada vez mais importante para cursos de Mestrado em Administração de Empresas (MBA). De acordo com Robinson (1991), o EOP envolve necessidades relacionadas ao trabalho e treinamento, e inclui propósitos profissionais em administração, medicina, direito e negócios, e finalidades vocacionais para não profissionais em situações de trabalho ou pré-trabalho, conforme Dudley-Evans e St. John (1998).

Segundo Jordan (1997) e Robinson (1991), falar para fins acadêmicos refere-se à participação em tutoriais e seminários, fazendo perguntas em palestras, apresentações orais, verbalizando dados e dando instruções orais em seminários e laboratórios e interação social com outros alunos. Jordan (1997) lista algumas habilidades de fala importantes na apresentação oral, como organizar a informação em estrutura coerente, usando “sinais” para facilitar a tarefa dos ouvintes, falando de notas e alcançando maior precisão fonológica, gramatical e lexical.

Para Strevens (1977), a análise de necessidades é um primeiro passo necessário para fins específicos de ensino de idiomas; ela está mais preocupada com a natureza do discurso científico. A análise das necessidades é a pedra angular da percepção extrassensorial e leva a um curso com foco variável, segundo Dudley Evans e St. John (1998); Jordan (1997); West (1994). Hutchinson e Waters (1987) argumentam que qualquer curso de idiomas deve ser baseado na análise de necessidades. Seria ela fundamental para uma abordagem ESP/EAP para o *design* do curso (HAMP-LYONS, 2001).

Trata-se, portanto, de uma análise prévia à realização do curso ESP, que busca averiguar quem é o estudante que fará uso da língua, para que finalidade o fará e que grau de aprendizagem ou habilidade ele já desenvolveu para uso do idioma. Isso porque o curso de ESP é muito específico, cada aluno tem seu potencial e seu objetivo. Sendo assim, a tentativa dos pesquisadores é aprimorar o ensino e verificar quais técnicas são mais rápidas e eficazes para a abordagem e aprendizagem do conteúdo.

Como se percebe, inegável a relevância do Curso ESP para que os acadêmicos melhor desenvolvam suas habilidades linguísticas em língua inglesa e alcancem a desejada competência comunicativa que os habilite a falar, compreender oralmente, ler e escrever em inglês, o que lhes proporcionará maior qualidade no desempenho das atividades acadêmicas, profissionais e, igualmente, pessoais e sociais nesse universo de globalização e novas tecnologias em que se insere.

3 O Curso ESP na Universidade Estadual do Mississippi

A título de enriquecimento sobre a importância do ESP, nessa seção, traz-se à colação entrevista realizada com o coordenador do Programa de Inglês Intensivo da Universidade do Mississippi (UM), Professor Lance Herrington:

Pergunta 1 - Essa universidade oferece em sua grade curricular o Curso ESP sob quais modalidades? EAP ou EOP? Ou em ambas as modalidades?

LH - O Programa de Inglês Intensivo da Universidade do Mississippi (UM-IEP) oferece cinco cursos que se concentram em Inglês para Fins Específicos: Inglês para Fins Acadêmicos; Inglês nas Ciências; Inglês de Negócios; Literatura Escrita em Inglês; e Inglês para estudantes internacionais.

Pergunta 2 - Por que é importante o curso ESP constar da grade curricular da universidade?

LH - Os cursos de ESP acima mencionados são de natureza preparatória para a faculdade e compreendem um currículo "ponte" que visa fazer a transição de falantes não nativos de inglês para cursos acadêmicos em programas de graduação da Universidade do Mississippi (UM) ou outras instituições de ensino superior de língua inglesa.

Pergunta 3 - Qual o perfil - faixa etária, escolaridade, nacionalidade e demais características que entender relevante ressaltar - dos alunos do Curso ESP?

LH - O UM-IEP não acompanha as idades dos candidatos/inscritos, mas os alunos dos cursos de ESP do UM-IEP têm geralmente entre 18 e 25 anos de idade. Todos têm um diploma do ensino médio (aqueles que desejam um programa de bacharelado em uma instituição de ensino superior de língua inglesa) e/ou um diploma de bacharel de uma universidade estrangeira (aqueles que desejam um programa de mestrado ou doutorado em instituições de ensino superior de língua inglesa). A maioria dos candidatos/inscritos nos cursos de ESP do UM-IEP são tipicamente das seguintes regiões (em ordem de quantidade): Ásia Oriental (China, Japão, Coreia do Sul, Vietnã etc.); América Latina (Brasil, Equador, México etc.); e o Oriente Médio (Egito, Omã, Arábia Saudita etc.).

Pergunta 4 - Qual (is) o(s) principal (is) objetivos do Curso? Se há ambas as modalidades, favor especificar de cada um em separado.

LH - Veja a resposta (acima) à pergunta 2.

Pergunta 5 - O Curso ESP é disciplina obrigatória ou eletiva?

LH - Os cursos de ESP do UM-IEP são obrigatórios apenas para os alunos de curta duração (apenas 1 ou 2 semestres), cuja proficiência em inglês os coloca no nível mais alto do currículo do UM-IEP.

Pergunta 6 - Qual (is) o(s) pré-requisito(s) para se ingressar no Curso ESP?

LH - Conclusão bem sucedida do nível Avançado de curso do UM-IEP (com um GPA de 75% ou superior) ou uma pontuação de 81% ou mais no Teste de Nível de Inglês administrado a todos os alunos que chegam ao UM-IEP.

Pergunta 7 - Qual a formação acadêmica que se exige do professor de ESP?

LH - Todos os instrutores do UM-IEP devem ter concluído um mestrado em TESL/ TESOL, ensino de idiomas, linguística aplicada ou um campo acadêmico estreitamente relacionado.

Qualquer instrutor no UM-IEP pode ensinar os cursos de ESP do UM-IEP.

Pergunta 8 – Qual a metodologia utilizada para o curso? Que recursos são utilizados para a ministração das aulas? Adota-se algum material didático específico para o curso?

LH – UM-IEP utiliza abordagens pós-metodológicas no ensino de todos os seus cursos. Além de um livro aprovado, um instrutor individual também pode incorporar vários textos suplementares e/ou realia.

Pergunta 9 – Qual a duração do curso? Qual a distribuição da carga horária semanal do curso? É suficiente?

LH – Cada um dos cursos de ESP do UM-IEP é de um semestre (isto é, 14 semanas) e requer 3 horas de contato de instrução em sala de aula por semana.

Pergunta 10 – Qual a média exigida para aprovação?

LH – Como os cursos do IEP são para crédito, a política da universidade (60% = ‘aprovação’) se aplica. Os estudantes que desejam usar a conclusão dos nossos cursos de ESP para admissão em programas de graduação da UM devem ganhar um ‘B’ (80% ou mais) em todos os 4 cursos.

Pergunta 11 – Que resultados são esperados dos alunos que o concluem?

LH – Os cursos de ESP do UM-IEP são alinhados em geral com os cursos acadêmicos baseados em conteúdo ministrados na UM, bem como com as expectativas do CEFR para B2 / C1.

Pergunta 12 – Em que aspecto(s) e em que medida você pode afirmar que o Curso de ESP oferecido por essa instituição de ensino tem contribuído para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos que aqui estudam (EAP) e/ou para o seu melhor desempenho profissional (EOP)?

LH – UM aceita a conclusão bem-sucedida (média de 80% ou mais) dos cursos de ESP do UM-IEP (em vez de pontuações do TOEFL/IELTS) para atender aos requisitos de inglês para admissão na universidade.

Pergunta 13 - O que você considera primordial para que um Curso ESP tenha êxito e atinja os objetivos a que se propõe?

LH – A excelência na pedagogia combinada com um currículo forte são fundamentos necessários para o sucesso dos cursos de ESP do UM-IEP.

Pergunta 14 - Para a formulação do Curso ESP na Universidade do Mississippi foi realizada alguma pesquisa prévia relativa à das necessidades dos alunos e da situação presente? Se positiva a resposta, como foi realizada, quais os resultados e o impacto dos resultados na proposta de formulação do curso?

LH – Não, o IEP não realizou nenhuma pesquisa antes do desenvolvimento de nossos cursos de ESP.

Considerações finais

O ensino de línguas estrangeiras no Brasil que, há muito, é realidade, torna-se cada vez mais necessário nos dias atuais. Sob os intensos influxos da globalização e da informatização, muitas têm sido as mudanças no contexto científico, social, político, econômico, no sentido de acentuar a necessidade de que esse ensino da língua inglesa seja efetivo a ponto de desenvolver nos brasileiros as habilidades necessárias para aquisição de competência comunicativa nesse

idioma que, conforme se demonstra, é o idioma global, mundial, a linguagem da Internet, do mundo globalizado.

Assim sendo, considera-se que não apenas o estudo da língua inglesa de forma convencional ou inglês geral seja suficiente para desenvolver as habilidades linguísticas de que, tanto acadêmicos quanto profissionais brasileiros necessitam para enfrentar os desafios da atualidade, sendo necessário um curso de línguas mais especializado, que atenda, principalmente, suas necessidades acadêmicas e profissionais, como um de Inglês com Propósitos Específicos – Curso ESP –, e lhe ofereça, igualmente, melhores condições de interagir nesse desafiador contexto global, tanto pessoal como profissional e socialmente.

Exatamente o que se constata no curso dessa pesquisa que retrata a realidade do Curso ESP da Universidade do Mississippi que, como realça o Coordenador Lance Herrington, apresenta os cursos de Inglês para Fins Acadêmicos; Inglês nas Ciências; Inglês de Negócios; Literatura Escrita em Inglês; e Inglês para estudantes internacionais, constituindo curso de natureza preparatória para a faculdade e compreendendo um currículo “ponte” que visa fazer a transição de falantes não nativos de inglês para cursos acadêmicos em programas de graduação da Universidade do Mississippi (UM) ou outras instituições de ensino superior de língua inglesa. A finalidade do ESP é, portanto, torná-los aptos a interagir nesse contexto acadêmico, que lá coincide, quanto aos desafios linguísticos, com seu contexto social, para o que dependerá necessariamente de desenvolver todas as quatro habilidades linguísticas compreendidas na competência comunicativa – leitura, escrita, fala e compreensão oral – a fim de que possa dar continuidade ao seu curso na Universidade, uma vez que a língua utilizada é inexoravelmente a inglesa.

Note-se que os desafios são bem próximos aos da realidade brasileira, tendo em vista que o perfil dos alunos é de estrangeiros e assim como nossos acadêmicos pós-graduandos, como regra, provavelmente não dominam a língua inglesa.

Assim é que se acredita que se possa, com a presente pesquisa, contribuir significativamente para o aprimoramento do Curso de Inglês desenvolvido nas universidades brasileiras, no sentido de que se reconheça a importância do ESP no tocante ao desenvolvimento das habilidades linguísticas em língua estrangeira inglesa e se promova no ensino superior pátrio um Curso de Inglês com Propósitos Específicos – acadêmicos ou profissionais, em suas mais distintas ramificações – que efetivamente vise desenvolver nos acadêmicos a competência comunicativa em língua inglesa, com todas as habilidades linguísticas nesse conceito compreendidas, por serem essas consideradas fundamentais para o pleno desempenho de suas atividades pessoais, acadêmicas, profissionais e sociais no contexto da sociedade atual.

Referências

BERGER, M. A. F. **O papel da língua inglesa no contexto da globalização da economia e as implicações das NTICs no processo de ensino aprendizagem desse idioma.** São Cristóvão, SE. UFS, 2005. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4627/1/MARIA_AMALIA_FACANHA_BERGER.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

DUDLEY-EVANS, T.; ST JOHN, M. J. **Developments in English for specific purposes.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HAMP-LYONS. **English for academic purposes.** In: R. Carter and D. Nunan (Eds.). *The Cambridge guide to teaching English to speakers of other languages.* Cambridge University Press: Cambridge, 2001.

HUTCHINSON; WATERS. **English for specific purposes**. New York: Cambridge University Press, 1987.

JORDAN, R.R. **English for academic purposes: A guide and resources book for teachers**. London (UK): Cambridge University Press, 1997.

MARINHO, E. 2017. **Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs)**. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABAiMAB/novas-tecnologias-informacao-comunicacao-ntics>>. Acesso em: 30 Mai. 2018.

MOITA LOPES, L.P. **Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos**. Rio de Janeiro: Delta, 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/viewFile/28316/19879>>. Acesso em: 22 Jun. 2018.

MUNBY, J. **Communicative syllabus design: A sociolinguistic model for defining the content of purpose-specific language programmes**. London: Cambridge University Press, 1978.

ROBINSON, P. **ESP today: A practitioner's guide**. New York: Prentice Hall, 1991.

SOUZA, C.H.M. **Comunicação, educação e novas tecnologias**. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora FAFIC, 2003.

STREVENS, P. **New orientations the teaching of English**. London: Oxford University Press, 1977.

WEST, R. **Needs analysis in language teaching**. *Language Teaching* 27(1): 1-19, 1994.

ANÁLISE DO POTENCIAL MEDIADOR DO SOFTWARE POWTOON NA APRENDIZAGEM: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

*Mestranda do Programa de Ensino e suas Tecnologias
lucianablog2@gmail.com*

ROSIVAR MARRA LEITE SANCHES

*Mestranda do Programa de Ensino e suas Tecnologias
rosemarraleite@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o software Powtoon e seu potencial mediador no processo de ensino e aprendizagem, por meio de uma experiência numa escola da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes (RJ), com alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, dentro da perspectiva da aprendizagem colaborativa que, de acordo com Fiorentini (2004), é um trabalho onde todos apoiam-se mutuamente, visando atender objetivos comuns, com a construção de relações não hierarquizadas, com liderança compartilhada, aspectos fundamentais para que os professores enfrentem os desafios frente às demandas do atual contexto social. Com base na pesquisa qualitativa, os dados foram coletados por meio de questionários, pela observação da participação dos alunos, bem como pelas falas destes que foram analisadas pela Análise Textual Discursiva. Os resultados mostraram a percepção dos discentes quanto ao uso da tecnologia como um meio para a construção da aprendizagem, possibilitando-os o papel de agente ativo neste processo.

Palavras-chave: Powtoon. Tecnologia. Aprendizagem Colaborativa. Ensino Fundamental. Tecnologia.

ABSTRACT

The present work intends to analyze the Powtoon software and your potential mediator in the process of teaching and learning, through a public school experience city of Campos dos Goytacazes (RJ), with students in the fourth grade of elementary school, within the perspective of collaborative learning that, according to Fiorentini (2004), is a work where all support each other, in order to meet common goals, with the construction of relationships not prioritised, with shared leadership, fundamental to that teachers face the challenges facing the demands of the current social context. Based on qualitative research, the data were collected through questionnaires, by the observation of student participation, as well as the lines of those that have been analysed by the Textual Discourse Analysis. The results showed the perception of students as to the use of technology as a means for the construction of learning, allowing them the role of active agent in this process.

Keywords: Powtoon. Technology. Collaborative Learning. Elementary School. Technology.

INTRODUÇÃO

Considerando o contexto atual do avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), faz-se necessário repensar as práticas pedagógicas com vistas à adoção destas tecnologias como recursos mediadores, dentro de uma ação pedagógica planejada pelo professor, buscando o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, reconhecendo a colaboração como um dos aspectos essenciais à formação do indivíduo que está imerso e influenciado, em suas formas de se comunicar e interagir, pelo avanço tecnológico.

Desta forma, o presente trabalho descreve uma experiência na qual, inicialmente, foi elaborada uma sequência didática para uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental, utilizando o Powtoon, disponível em www.powtoon.com, por ser uma plataforma gratuita que disponibiliza recursos diversos para criação de apresentações multimídia, sendo possível trabalhar de forma colaborativa.

Para Kenski (2012), na ação de colaboração o sujeito sai da situação de isolamento, formando laços sociais, construindo a interdependência positiva. O conceito de colaboração é essencial dentro do atual contexto do avanço das TDIC, uma vez que o surgimento da Web 2.0 rompeu com o modelo estático inicial da internet, surgindo as redes sociais e os ambientes colaborativos, proporcionando maior interatividade o que, de acordo com Mercado et. Al (2012), desencadeou em um novo paradigma de educação *on-line*.

Moran (2000), afirma que as pessoas desmotivam-se rapidamente, sendo necessárias formas mais inovadoras dentro do processo de ensino e aprendizagem. Com base neste pressuposto, foi elaborada uma proposta de atividade onde os alunos, no laboratório de tecnologias, leram sobre uma história que ressaltava questões sobre a preservação do meio ambiente, sendo solicitados, em seguida, que criassem, de forma colaborativa, no computador, dentro do ambiente do Powtoon, uma apresentação multimídia que ilustrasse a história, utilizando o computador e a web como tecnologias em favor da construção da aprendizagem.

Com base em Valente (2011), dentre as duas formas mencionadas pelo autor para o uso do computador, a instrucionista e a construcionista, pauta-se pela segunda que o utiliza como ferramenta na criação de ambientes de aprendizagem que enfatizam a construção do conhecimento. Partindo deste princípio, visando desenvolver nos estudantes habilidades sociais e cognitivas, as atividades realizadas no laboratório de tecnologias pautam-se na visão de que as ferramentas tecnológicas devem ter a finalidade de criar condições de aprendizagem.

Como resultado desta proposta de ação pedagógica, tem-se a contribuição para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, construção de identidades e respeito mútuo, utilizando a tecnologia digital como um meio para o alcance de uma aprendizagem mais eficaz, dentro de uma didática que oportunizou o compartilhamento dos saberes construídos, por meio das produções dos alunos, tendo na tecnologia um subsídio para integração dos discentes na socialização do conhecimento.

Nos questionários respondidos pelos estudantes, analisados com base na Análise Textual Discursiva, dentro da pesquisa qualitativa, foi possível perceber a satisfação destes em trabalhar de forma colaborativa e seu entusiasmo com a ferramenta Powtoon que os oportunizou explorar a criatividade.

Este artigo está estruturado em duas etapas principais: a primeira de caráter teórico, apresentando o Powtoon sob uma análise construcionista, seguido de algumas concepções sobre a utilização das TDIC na educação; a segunda que descreve os procedimentos metodológicos, resultados e discussões, bem como as conclusões.

O POWTOON SOB UMA ANÁLISE CONSTRUCIONISTA

Valente (1993), explica que, de acordo com a abordagem construcionista, o uso do computador não é um instrumento que ensina o aprendiz, mas é um meio pelo qual o aluno desenvolve algo, num processo de construção do conhecimento. Neste sentido, o recurso Powtoon, apresenta possibilidades educacionais, dentro de situações planejadas pedagogicamente pelo professor, de forma a considerar o discente como agente ativo na produção de conhecimentos.

Valente (1999), ressalta que Piaget constatou a ligação entre a compreensão e a qualidade da interação do sujeito com o objeto, o que, no contexto deste trabalho, possibilita corroborar para o potencial do software Powtoon como um ambiente *on-line* que subsidia criações multimídias, compreendendo a tecnologia como uma aliada no alcance de objetivos dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Em relação às possibilidades de interação, o software analisado dispõe de recursos diversos, vários deles gratuitos, que oportunizam ao usuário criar projetos multimídia, tais como: uso das imagens do arquivo do usuário, por meio de *upload*, e imagens da internet; arquivos de áudio e vídeos; objetos animados disponíveis no próprio Powtoon; fontes em estilos e tamanhos variados; planos de fundos diversos. Desta forma, é possível utilizar o Powtoon como um recurso que torna possível e estimulante a ação do sujeito sobre o objeto.

Reitera-se que, uma vez considerando o sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, o aluno não é um mero receptor de informações ou executor de tarefas, mas é capaz de agir sobre o objeto de aprendizagem, compreendendo-o. Para tal afirmação, encontra-se respaldo em Piaget (1978), quando afirma que: “[...] compreender é conseguir dominar, em pensamento, as mesmas situações até poder resolver os problemas por elas levantadas, em relação ao porquê e ao como das ligações constatadas e, por outro lado, utilizadas na ação” (PIAGET, 1978, p. 176).

Desta forma, o software analisado, sob um viés construcionista, pode ser considerado um recurso que oportuniza, por meio de ferramentas diversas disponibilizadas *on-line* dentro da plataforma Powtoon, o discente agir ativamente dentro do processo de construção do próprio conhecimento ao interagir, por exemplo, com as diversas possibilidades de criação multimídia, fazendo uso da tecnologia digital como um suporte no despontar da criatividade.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

Papert (1993), enfatiza o papel pouco estimulador da escola ao inviabilizar situações que possibilitem o uso criativo dos conteúdos escolares de forma a construir ativamente o conhecimento. Segundo o autor, a escola exige que se aprenda pelo hábito, pela rotina, oferecendo o mesmo currículo a todos, de maneira a transmitir o conhecimento e não a construí-lo.

Também em relação à escola, Kenski (2007), faz uma analogia entre o avanço das tecnologias e as formas de poder onde, segundo a autora, a escola tem a possibilidade de definir a organização curricular, assim como, dentro deste contexto, o professor, em suas ações didáticas, escolhe as tecnologias disponíveis para uso no processo de ensino, exercendo o poder de escolha para o alcance da aprendizagem dos alunos. Essas escolhas são diretamente permeadas pela concepção pedagógica adotada pelo docente.

Em relação ao poder de escolha do professor quanto ao uso das tecnologias, é preciso considerar que: “As tecnologias têm suas especificidades. É preciso saber aliar os objetivos de ensino com os suportes tecnológicos que melhor atendam a esses objetivos” (KENSKI, 2007,

p. 5). É necessário que o docente conheça as possibilidades desses recursos, conhecendo suas especificidades, para utilizar da maneira mais adequada a uma finalidade pedagógica.

Compreende-se, desta forma, partindo do pressuposto do parágrafo anterior, que não basta apenas fazer uso do poder de escolher as ferramentas tecnológicas, mas faz-se essencial a busca pelo conhecimento e domínio das especificidades e potencialidades dos recursos tecnológicos para que se garanta a escolha mais coerente aos objetivos de aprendizagem.

Moran (2001), sinaliza que a internet por si só não dá conta da complexidade que envolve o processo de aprendizagem, ressaltando a importância da figura do professor no processo de ensino e aprendizagem. Com base neste pressuposto, o professor precisa ser capaz de tornar-se um facilitador de aprendizagem, considerando o contexto das tecnologias, refletindo e analisando criteriosamente sobre o que é relevante diante da possibilidade da adoção das tecnologias como um meio para o alcance de objetivos pedagógicos.

Reconhecendo a necessidade de se compreender a internet e o computador como recursos auxiliares ao processo de ensino e aprendizagem, Almeida (2000), analisa o uso do computador, a partir da concepção construcionista, como um fator que evidencia o processo de aprender de cada indivíduo, possibilitando a reflexão sobre esta ferramenta de forma a compreender e dominar suas potencialidades. Neste sentido, Brito e Purificação (2006), afirmam que a internet veio para romper com os paradigmas tradicionais de educação, divergindo com a linearidade de pensamentos que acreditava ser fator preponderante no ato de aprender e com as delimitações de tempo e espaço, diversificando as formas e meios de aprendizagem.

Pautando-se, em Kenski (2012), quanto à utilização das tecnologias digitais nos processos pedagógicos, é importante salientar: “A diferença didática não está no uso ou não das novas tecnologias, mas na compreensão das suas possibilidades.” (KENSKI, 2012, p. 48 e 49). A afirmação da autora corrobora para a premissa de que é fundamental, também, o domínio dos procedimentos técnicos para que se faça a escolha adequada, com maior criticidade e aliada aos objetivos dentro das ações didáticas.

Ainda assim, Kenski (2012), afirma que o conhecimento e o domínio citados anteriormente são apenas um primeiro passo em relação aos demais desafios do cotidiano da educação, salientando que há diversos desafios dentro deste universo de possibilidades oriundas do avanço eminente das tecnologias que vem acelerando e reconfigurando as formas de comunicação e disseminação das informações.

Considerando o sujeito agente ativo no processo de construção do conhecimento, como aponta Vigotsky (2008), quando enfatiza que o sujeito aprende a partir de sua inserção social e suas interações com outros indivíduos, é possível compreender o software Powtoon como uma tecnologia que contribui para uma aprendizagem centrada na capacidade que o indivíduo possui de construir o saber, interagindo com o objeto de conhecimento, de forma a atribuir-lhe significado, construindo e reconstruindo seu próprio conhecimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: UMA PESQUISA QUALITATIVA

Para coleta e a análise dos dados da presente pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa onde, de acordo com Godoy (1995), a escrita ocupa lugar de destaque neste tipo de abordagem. Assim, por meio da escrita e relatos dos alunos participantes, na descrição de suas experiências com o software Powtoon, os dados coletados serão analisados com base na concepção de Análise Textual Discursiva.

A Análise Textual Discursiva é definida por Moares e Gagliazzi (2006), como uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas de análise na pesquisa qualitativa: a análise de conteúdo e a análise de discurso. Segundo os autores, é através da linguagem que o pesquisador pode inserir-se num movimento da compreensão, da construção e reconstrução do conhecimento, assim, em consonância com as ações da presente pesquisa, os dados foram coletados para análise considerando o princípio exposto pelos autores citados.

Para Deslauriers (1991), na pesquisa qualitativa o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, não importa se está grande ou pequena, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações, o pesquisador é desta forma, tanto sujeito quanto objeto de sua pesquisa, preocupando-se com os aspectos da realidade mais subjetivos, que não podem ser quantificados.

A afirmação sobre o objetivo da amostra corrobora para a escolha do tipo de pesquisa do presente trabalho, tendo em vista que os sujeitos participantes que fornecerão os dados para análise são integrantes de uma turma composta por 20 alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, que trabalharam de forma colaborativa, explorando recursos diversos do Powtoon na criação da apresentação multimídia.

Desta forma, a turma foi dividida em grupos de cinco alunos que, com auxílio do professor, realizaram cadastro dos e-mails (criados para esta finalidade) no software analisado, no laboratório de tecnologias digitais de uma escola pública municipal na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). A princípio, foi realizada a leitura de um livro de literatura infantil que abordava temática relacionada à preservação ambiental e às ações do homem sobre a natureza.

Após a leitura do livro, o tema foi amplamente discutido, a seguir foi proposto que os textos fossem disseminados e compartilhados com outras pessoas, gerando uma questão-problema relacionada diretamente às barreiras de tempo e espaço: Como propagar para outras turmas da unidade escolar as informações obtidas a partir da leitura do texto em questão?

A partir da indagação descrita, buscou-se a tecnologia como aliada para solucionar a questão-problema levantada pela turma em conjunto com o professor que, por sua vez, apresentou-lhes como possibilidade de sanar a problemática, o software Powtoon.

Dentro do contexto descrito, foi elaborada uma sequência didática, a partir do que propõem os pesquisadores participantes do grupo da Escola de Genebra que pesquisavam sobre a relação entre linguagem, interação e sociedade, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), que descrevem: “[...] sequência didática é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004, p. 97).

Para os referidos autores, a sequência didática deve favorecer a promoção dos alunos ao domínio dos gêneros textuais e as situações de comunicação, o que, no presente trabalho, pode ser observado a partir da elaboração e desenvolvimento da sequência de ações descrita abaixo, organizadas em quatro momentos didáticos:

1º momento: Apresentação do software Powtoon aos alunos, considerando que, ao entrarem no laboratório de tecnologias, os estudantes têm inicialmente a expectativa de encontrarem inovações no sentido tecnológico, por isso o recurso e cadastro na plataforma multimídia foi a atividade inicial;

2ª momento: Leitura do livro que aborda a temática Meio Ambiente e Preservação, posterior discussão do tema;

3º momento: Formulação da questão-problema pelos alunos, com suporte pedagógico do professor, quanto à necessidade, e de que forma, é possível disseminar as informações obtidas com a leitura e exploração do tema, posterior familiarização com os recursos do Powtoon;

4º momento: Utilização do Powtoon, de forma colaborativa, pelos grupos de alunos, na construção coletiva da animação com recursos multimídia. Nesta etapa, a turma foi dividida em grupos de cinco alunos.

O conjunto de atividades descritas foi desenvolvido durante cinco aulas com a carga horária de 60 minutos cada. As apresentações multimídias foram exportadas para a internet por meio de links criados pelo próprio software, onde podem ser compartilhadas e assistidas por outras pessoas, inclusive pelos demais alunos da unidade escolar onde a experiência aconteceu.

Assim, no primeiro momento, os alunos leram e discutiram um texto acerca do meio ambiente, que enfatizavam a ação humana e suas consequências, realizando a seguir uma atividade escrita, também de forma colaborativa para consolidação e estímulo do desenvolvimento das competências essenciais ao exercício da cidadania, dentro do contexto da educação ambiental.

Em momento posterior, tiveram contato com o Powtoon, onde foram-lhes apresentadas as funcionalidades e recursos, propondo que os estudantes construíssem de modo colaborativo, uma apresentação que ilustrasse a história trabalhada sobre o meio ambiente.

Desta forma, os discentes, no decorrer das atividades propostas, puderam desenvolver competências relacionadas ao trabalho colaborativo, construindo uma forma de aprendizagem onde um depende, de maneira positiva, do outro para o alcance dos objetivos.

Como um dos meios para coleta de dados, foi aplicado um questionário para que os discentes avaliassem o software Powtoon e descrevessem sua experiência com ele. Não pretende-se avaliar a forma ortográfica das palavras e termos utilizados pela turma, pois é preciso considerar que são alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental.

A partir das atividades realizadas, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de diversas habilidades, com base em Kensi (2007), quando expõe que, ao interagir com mídias diversas, o sujeito vivencia novos tipos de interação, onde estão presentes muito mais do que a capacidade de comunicação e de socialização. A autora afirma também que, uma vez assimilada a informação sobre a inovação, nem considera-se mais esta como uma nova tecnologia, já que incorpora-se ao universo dos conhecimentos e habilidades já existentes.

Partindo do pressuposto de que as tecnologias incorporam-se ao campo dos conhecimentos já adquiridos, a partir das contribuições de Kenski (2007), as ações didáticas descritas neste trabalho, objetivaram utilizar a tecnologia digital para o favorecimento das capacidades cognitivas já desenvolvidas nos alunos, associadas à capacidade criativa como mola propulsora no processo de construção do conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os alunos apresentaram grande interesse nas atividades propostas, durante a execução das ações pedagógicas, demonstrando preocupação em atingir o público para o qual se destinava sua produção.

Apresenta-se, nesta seção, um recorte da análise dos dados obtidos por meio dos relatos dos estudantes que participaram desta pesquisa. Embora de forma lúdica, o tema trabalhado retrata problemas ambientais desencadeados pela ação humana que refletem diretamente na qualidade de vida das pessoas em função do uso abusivo e degradante dos recursos naturais.

Desta forma, encontra-se suporte teórico em Zabala e Arnau (2007), que defendem a ideia de que os problemas da realidade são complexos, sendo necessário que os indivíduos desenvolvam competências e habilidades para enfrentar essas problemáticas de modo eficaz, inclusive agindo no meio de forma responsável.

Com relação a tais problemas, mencionados por Zabala e Arnau (2007), inclui-se a necessidade do uso das TDIC como aliada neste processo de enfrentamento dos problemas, de forma que, para Kenski (2007), a tecnologia deve estar presente no decorrer de todo o processo pedagógico, não sendo nem o objeto, nem a substância, nem a finalidade, mas um meio de se atingir objetivos relacionados à aprendizagem. Assim, na afirmativa do Aluno1 descrita a seguir, tem-se a compreensão do software Powtoon como um meio para o compartilhamento de ideias e do conhecimento produzido: “Eu gostei do powtun porque foi possível fazer a historinha ficar animada, divertida e ainda repassar as informações sobre a natureza para mais pessoas. Na internet, todo mundo pode ver” (Sic).

Kenski (2007), afirma que as TDIC movimentaram a educação, provocando novas mediações entre a abordagem docente, a compreensão do aluno e as formas de veiculação das informações. A partir disto, percebe-se, na afirmação do Aluno 2, a satisfação com a forma com que o conteúdo foi abordado pelo professor: “É muito mais legal estudar assim, podendo fazer as coisas, usando a internet e o computador para ter as informações e passar as informações para as outras pessoas”.

O Aluno 3, demonstra sua compreensão com relação à finalidade da tecnologia nos processos comunicativos e de disseminação das informações, ao afirmar: “Com essa experiência foi possível transmitir para mais pessoas o que aprendemos na aula, nossas atividades não vão ficar só aqui na escola, mas vão poder chegar as outras pessoas” (Sic).

A partir do relato do referido aluno, é possível perceber, com base na análise de sua fala, a tecnologia utilizada como um meio, não como um fim em si, e o estudante percebendo-se como agente ativo e responsável na construção do próprio conhecimento, não como mero receptor de informações.

O quadro 1, a seguir, apresenta os relatos dos alunos participantes sobre suas impressões em relação à experiência descrita neste trabalho:

Quadro 1. Respostas dos questionários.

Aluno 4	“Pensei que o computador era mais pra gente jogar e a internet para gente se divertir. Agora aprendi que isso é importante pra gente aprender e ensinar a outras pessoas, até aquelas que a gente não vê”.
Aluno 5	“Foi muito legal. O mas importante é que a gente fez uma coisa que as outras pessoas dos outros lugares, não importa de onde, vão poder saber”.
Aluno 6	“Foi bom um poder ajudar o outro, assim o trabalho fica sempre melhor”.

Fonte: Elaboração própria

Os relatos dos discentes demonstram satisfação em trabalhar de forma colaborativa, o que se destaca na frase do Aluno 6, corroborando com a concepção de Torres, Alcantara e Irala (2004), para a aprendizagem colaborativa como uma estratégia de ensino que encoraja os alunos a participarem do processo de aprendizagem, fazendo deste um processo ativo. Neste sentido, Varela et al (2002), enfatizam que a internet, aliada à aprendizagem colaborativa, potencializa as situações de construção do conhecimento. No entanto, não limita-se a aprendizagem colaborativa apenas às trocas via web, mas, de acordo com Harassim (1995), a aprendizagem colaborativa é toda e qualquer atividade onde duas ou mais pessoas trabalham juntas motivadas por um objetivo em comum.

De uma forma geral, com base também na observação do envolvimento dos participantes, considerando que, na abordagem qualitativa, de acordo com Ludke e Andre (1986), é necessário um planejamento cuidadoso delimitando o foco da investigação por parte do observador, foi possível perceber que a turma compreendeu a função das TDIC dentro de um contexto de responsabilidade social, explorando os aspectos positivos da comunicação e disseminação dos conhecimentos produzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta apresentada coloca o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem, apropriando-se da tecnologia como um meio facilitador neste processo e que viabiliza a relação entre os saberes e as vivências, entrelaçando os conteúdos escolares à visão de mundo.

Com a aprendizagem colaborativa, também possibilitada pelo software Powtoon na execução das atividades propostas, os alunos tornaram-se responsáveis pela própria aprendizagem, de modo a contribuir para o aprendizado dos demais. Estes são aspectos importantes para a formação de sujeitos capazes de lidar, de maneira responsável, com as transformações que vem ocorrendo nas formas de se comunicar e disseminar informações em função do avanço das TDIC.

As TDIC, por sua vez, precisam estar contextualizadas com as ações pedagógicas planejadas pelo professor, de forma a articular os conteúdos escolares às tecnologias que podem tornar as aulas mais atrativas, estimulantes e propiciadoras de uma aprendizagem que atendam às novas demandas da sociedade.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. E. de. **Informática e Formação de Professores**. Secretaria de Educação à Distância. Brasília, DF: Ministério da Educação, SEED, 2000.

BRITO, G. da S.; PURIFICAÇÃO, I. **Educação e Novas Tecnologias: Um re-pensar**. IBPEX. Curitiba, 2006.

DESLAURIERS J. P. **Recherche Qualitative**. Montreal: McGraw Hill, 1991.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências Didáticas para o Oral e para o Escrito: Apresentação de um Procedimento. In.: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. [Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro] Campinas, SP : Mercado de Letras, 2004, p. 95 - 128.

FIORENTINI, D. Pesquisar Práticas Colaborativas ou Pesquisar Colaborativamente? In: GODOY, A.S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, FGV, 1995, p. 57-64.

_____. Pesquisar Práticas Colaborativas ou Pesquisar Colaborativamente? In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 47-76.

HARASIM, L. **Redes de Aprendizagem**. Tradução de Ibraíma da Fonte Tavares. SP: Senac, São Paulo 2005.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Educação**. Campinas, SP.: Papyrus, 2007.

_____. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2012. - (Série Prática Pedagógica).

LUDKE, M. ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MERCADO, L.P.L; VIANA, M.A.P; PIMENTEL, F.S.C; ROCHA, M.L; PINTO, I.B. Internet e suas Interfaces na Formação para a Docência Online. In: SILVA, Marco (Org.). **Formação de Professores para Docência Online**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 111-137.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva: Processo Construído de Múltiplas Faces**. Ciência & Educação, v.12, n.1, p.117-128, 2006.

MORAN, J.M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias**. Porto Alegre: PGIE-UFRGS, 2000.

PAPERT, S. Seymour Papert: "A Escola está a perder a sua legitimidade". **Revista Aprender**, nº 15, Jul. 1993. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre - Portugal. Entrevista concedida a Carlos Afonso e Mário Ceia. Disponível em <http://www.esep.pt/publicacoes/aprender/015.php>. Acesso em: 01 Ag. 2018.

PIAGET, J. **Fazer e Compreender**. São Paulo: Melhoramentos: Editora da USP, 1978.

TORRES, P.L.; ALCANTARA, P.R.; IARALA, E.A.F. **Grupos de Consenso: Uma Proposta de Aprendizagem Colaborativa Para os Processos de Ensino e Aprendizagem**. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.13, p.129-145, set./dez. 2004.

VALENTE, J.A. Diferentes Usos do Computador na Educação. In: **Computadores e Conhecimento: Repensando a Educação**. 1ª ed. Campinas, NIEDUnicamp, 1993.

_____. Por que o Computador na Educação. In: Valente, J. A. (org.) **Computadores e Conhecimento: Repensando a Educação**. Campinas, Gráfica da Unicamp, 1999.

VARELLA, P. G.; VERMELHO, S. C.; HESKETH, C. G.; SILVA, A. C. C. . Aprendizagem Colaborativa em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: A Experiência Inédita da PUC-PR. **Revista Diálogo Educacional**, 3(6), 11-27, (2002).

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZABALA, A.; ARNAU, L. La enseñanza de las competencias. **Revista Aula de innovación educativa**. España. n. 161. p. 40-46, 2007.

MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O ADULTO MADURO

MÔNICA CAMPOS SANTOS MENDES

*Mestranda do Programa de Humanidades, Culturas e Artes
monica.campos@outlook.com.br*

ANGELO SANTOS SIQUEIRA

*Professor do Programa de Humanidades, Culturas e Artes
asiqueira@unigranrio.edu.br*

RESUMO

O envelhecimento da população tem gerado demandas, também, para a educação e o mercado de trabalho. Em tempos de cibercultura onde a velocidade dos acontecimentos é imensurável, pessoas que, embora tenham nascido antes da internet, têm buscado conhecer e utilizar os diversos recursos que esta enorme rede permite. Muitos estão voltando aos bancos escolares, e parte destes tem buscado a educação a distância, modalidade de ensino amparada e conduzida por meio de recursos tecnológicos diversos. Nesta pesquisa, ainda em andamento, analisa-se a motivação do adulto maduro em buscar uma graduação totalmente a distância para qualificar-se e manter-se ou retornar ao mercado de trabalho. Este trabalho, busca-se compreender como o adulto maduro enfrenta desafios, a exemplo da disputa no mercado de trabalho com jovens, e o possível desaparecimento de suas profissões tendo que reconduzir suas carreiras. Será que há uma atenção legítima quanto às oportunidades de trabalho para o adulto maduro?

Palavras-chave: Adulto Maduro. Educação a Distância. Mercado de Trabalho. Cibercultura. Internet.

ABSTRACT

The aging of the population has also generated demands for education and the labor market. In times of cyberculture where the speed of events is immeasurable, people who, although born before the internet, have sought to know and use the various resources that this huge network allows. Many are returning to school benches, and some of them have sought distance education, a mode of education supported and conducted through various technological resources. This research, which is still underway, analyzes the motivation of the mature adult to pursue a full distance graduation in order to qualify and maintain or return to the job market. This work seeks to understand how the mature adult faces challenges, such as the dispute in the job market with young people, and the possible disappearance of their professions having to retrace their careers. Is there legitimate attention to work opportunities for the mature adult?

Key-words: Mature Adult. Distance Education. Job market. Cyberculture. Internet.

INTRODUÇÃO

O trabalho é uma fonte de dignidade humana, e por meio da atividade remunerada o indivíduo atende às suas necessidades fisiológicas, sociais, de estima e autorrealização. A produtividade é fonte de energia vital para o ser humano. Contudo, uma realidade tem produzido mudanças na vida de alguns indivíduos, a longevidade e o afastamento da oportunidade de trabalho. Quantos são os que temem a aposentadoria, o vazio que chega com esta etapa de vida? Alguns passam a ser “o faz tudo” para seus familiares. Filas de bancos, pequenos afazeres domésticos, cuidar dos netos, dentre outros. A imagem do “idoso aposentado” que fica na varanda esperando o tempo passar já não cabe mais para uma boa parcela destes, principalmente nos dias atuais. É bastante comum nos depararmos com pessoas com 60 anos ou mais em plena atividade produtiva, pois os ditos idosos de hoje diferem, em muitos aspectos, dos idosos do século passado, por exemplo. Tudo que se deseja é manter-se líder de sua vida, condutor dos seus próprios caminhos, isto é manter-se autônomos em suas escolhas e senhores do seu destino.

O envelhecimento da população tem gerado novas demandas, dentre elas a educação e o trabalho. Surgem novos olhares para o idoso, havendo, inclusive alteração no Estatuto do Idoso, atualizado em 2017 pela Lei 13.466/17 (BRASIL, 2017) com a inclusão de prioridade especial para os maiores de 80 anos. Embora a expressão ‘idoso’ seja mais recorrente, para efeito deste estudo, será utilizado o termo “adulto maduro” que segundo Balbinotti (2012), refere-se a “etapa de vida, cujos sinais iniciam aos 40 anos” (BALBINOTTI, 2012, p. 21), apesar de reconhecer que o Estatuto do Idoso identifica como tal as pessoas com idade igual ou superior aos sessenta anos. Por acreditar no potencial físico e intelectual e compreender que o entendimento sobre o adulto maduro é mais adequado ao perfil do idoso que se estuda neste trabalho, optou-se por usar a referida expressão em substituição a “idoso”, que tem sido eventualmente utilizado de modo pejorativo, como alguém que não tem mais nada a oferecer ou a receber da vida. Entende-se por “adulto maduro” alguém com plena capacidade de viver novos desafios. Compreende-se que há pessoas com realidades de vida bem distintas, há os que sentem o peso da idade e, os que se mantêm em pleno vigor e, estas especificidades devem ser consideradas.

A Constituição Brasileira de 1988 também utiliza a expressão idoso, contudo, muitas mudanças ocorreram, especialmente a longevidade e a percepção que se tinha de idoso, de velhice. Portanto, sugere-se rever o uso do termo idoso para a faixa etária de 60 a 70 anos. Isto nos leva a supor que o Brasil ainda não está preparado para lidar com a realidade do envelhecimento populacional e suas consequências.

Os termos longevidade e longo tempo tem figurado em muitos debates, o primeiro expressa a extensão da vida, o segundo faz referência ao indivíduo que já alcançou a longevidade, ou seja, já está em idade excessivamente avançada. Há, inclusive instituições que levam a expressão ‘longevidade’ em seu nome. Estes são conceitos que estarão cada vez mais presentes na vida das pessoas e, evidenciam, também, uma tendência a novos produtos, serviços e posturas diante da vida. Considerando, de modo geral, que são questões desconhecidas, na medida em que, viver mais, ter uma expectativa de chegar aos 80 ou 90 anos é algo novo, entende-se haver uma importante falta de conhecimento sobre as questões do envelhecimento para que se possa promover ações efetivamente relevantes para esta população.

Percebe-se que em tempos de cibercultura onde a velocidade dos acontecimentos é imensurável, há profissões que desaparecem e outras que surgem. Embora haja um movimento do mercado de trabalho voltando sua atenção para o adulto maduro, percebe-se que há uma demanda por qualificação para atender aos novos desafios, ainda que estes sejam pessoas que trazem uma

história de vida repleta de experiências. Muitos têm buscado conhecer e utilizar os diversos recursos que a internet permite, e alguns estão voltando aos bancos escolares, buscando a educação a distância, modalidade de ensino amparada e conduzida por meio de recursos tecnológicos diversos. Acaba sendo um desafio a mais para este sujeito que deseja manter-se ativo, afinal, na maioria dos casos são plenamente capazes física e intelectualmente. A longevidade do ser humano é um movimento constatado em estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou: “de 1940 a 2015, a esperança de vida no Brasil para ambos os sexos passou de 45,5 anos para 75,5 anos, um aumento de 30 anos” (BRASIL, 2016).

Neste contexto, o adulto maduro enfrenta desafios peculiares, a disputa no mercado de trabalho com jovens, que em grande parte estão integrados às mais modernas tecnologias; o desaparecimento de suas profissões tendo que reconduzir suas carreiras; o desenvolvimento do letramento digital, ou seja, às “diversas possibilidades da escrita em ambiente digital” (COSCARELLI; RIBEIRO, 2011 p. 9). Consta-se que as TICs e as mídias estão cada vez mais presentes na vida dos indivíduos e, o adulto maduro se vê imerso nesta realidade tendo que adaptar-se para conseguir incluir-se, digital e socialmente, no exercício de uma profissão, pois para estudar e até mesmo no lazer, são inúmeras as possibilidades de atividades oriundas deste imenso universo tecnológico que avança vertiginosamente.

Há, também, uma atenção voltada aos possíveis conflitos intergeracionais nos ambientes organizacionais e educacionais. Ao tempo que, acredita-se que muitas contribuições valiosas podem surgir desta convivência entre gerações, de um lado está o adulto maduro com suas experiências de vida, todas as vivências nas posições que ocupou nas organizações onde trabalhou, e do outro, o jovem e suas habilidades com as novas tecnologias, a facilidade de navegação na grande rede e seus hiperlinks, hipertextos etc., podendo colaborar em diversos aspectos, inclusive na qualificação do adulto maduro no uso destas tecnologias. Para Pereira (2015), um dos aspectos que interferem na harmonia desta relação deve-se ao fato de “trazer em evidência a morte simbólica de um grupo para o sucesso do outro” (PEREIRA, 2015, p. 54). Portanto, são diversos aspectos que devem ser analisados com o propósito de harmonizar a relação intergeracional. A autora afirma ainda que sua pesquisa confirma que o diálogo intergeracional possibilita um “aprendizado mais articulado, além de suprir a necessidade de convivência social” (PEREIRA, 2015, p. 93). Este fato também foi observado em turmas com estes públicos, mediadas pela docente pesquisadora deste trabalho, ressaltando que, nas turmas em que atuou havia uma tendência a harmonia, troca, compartilhamento e ajuda mútua entre alunos de diferentes gerações. Os diversos depoimentos recebidos, por mensagens privadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, trazem relatos que evidenciam dificuldades de várias naturezas, até mesmo entender o que é plágio e como evitá-lo em suas atividades.

O adulto maduro de hoje, com 60 anos em média, nasceu na década de 1960, ou seja, uma época marcadamente diferente do que se vive hoje, com destaque para o aumento real da expectativa de vida. Hoje já há a quarta idade que se inicia aos 75 anos, e não se entende mais a terceira idade como aquela que se deixa de trabalhar tendo a aposentaria como única opção.

A realidade atual, é complexa e repleta de novas exigências que carece de novos modos de pensar e agir para que se possa viver o envelhecimento de forma plena, e com alteridade, além de respeito à singularidade de cada indivíduo, especialmente o adulto maduro.

E porque não pensar em soluções para o adulto maduro, pensadas e idealizadas por eles mesmos? Por que não ouvir estas pessoas e lhes oferecer o que de fato lhes atende?

O ADULTO MADURO E A EDUCAÇÃO

O Estatuto do Idoso em seu Art. 21 diz da obrigação do Poder Público em promover condições adequadas para promover o acesso à educação, incluindo-se adequação de currículo, metodologias e material didático, contudo, percebe-se como uma alternativa à parte e não, uma oportunidade de inserção nos programas regulares de, por exemplo, graduações e pós-graduações, no ensino público e particular. Ao que parece, esta atenção limita-se à EJA – Educação de Jovens e Adultos. É o que se tem percebido na prática docente. Portanto, há então uma demanda de pesquisa e compreensão do que tem sido efetivamente realizado. Será que, o que se tem visto reflete um assistencialismo e não o acesso à educação de alunos que são “adultos maduros”?

Como exemplo, citamos o caso de um aluno do terceiro período do curso Gestão de Recursos Humanos que fez a seguinte postagem no Fórum de Apresentação: “Tenho 67 anos de experiência e espero contar com a colaboração dos colegas e tutores para alcançarmos mais uma vitória”. Outra aluna enviou um e-mail relatando a sua dificuldade com os estudos: [...] tenho cinquenta e sete anos, estou fazendo faculdade tarde, apesar de saber que nunca é tarde para estudar”. Ela relata a sua rotina em cuidar da casa, trabalhar fora e estudar. Em outro trecho da mesma mensagem ela afirma: “[...] finalmente tive agora a oportunidade de realizar meu sonho”. Estes e outros depoimentos são guardados com cuidado e carinho por representar a essência das pessoas com as quais a convivência no ambiente educacional tem sido muito rica.

O aluno de 67 anos, citado acima, após concluir a graduação retornou à Instituição para cursar uma pós-graduação *latu senso*. Em conversa, relatou estar muito feliz por trabalhando na área da formação concluída, motivo pelo qual foi em busca de uma especialização.

Além dos exemplos aqui apresentados, no exercício da docência foi possível identificar outros exemplos tão valiosos de pessoas que estão se reinventando, se reencontrando com seus sonhos e propósitos. Uma senhora de 72 anos, que retomou os estudos por perceber-se cheia de ideias que seriam potencializados com uma qualificação.

A Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), registrou que no primeiro trimestre de 2016 o índice de ocupados com mais de 60 anos com nível superior era de 10,7% e que no mesmo período de 2018 este número passou para 11,7%, que representa uma elevação pequena, mas que merece atenção.

Tabela 1. Escolaridade das pessoas com 60 anos ou mais.

Escolaridade	1º trim. 2016	1º trim. 2017	1º trim. 2018
Fundamental incompleto	68,8	68,2	67
Fundamental completo	7,3	7,2	6,8
Médio incompleto	1,1	1,2	1,5
Médio completo	12,2	12,4	13,1
Superior	10,7	11	11,7

Fonte: Adaptado de IPEA, 2018, p. 8.

As Instituições de Ensino Superior estão preparadas para atender a este adulto maduro que retorna aos bancos escolares para dar continuidade aos seus estudos? Vale lembrar que, em geral, capacidade de aprendizagem permanece por toda a vida, portanto, não é uma exclusividade da juventude. A educação é a porta de entrada para a possibilidade de realização de planos de vida.

O ADULTO MADURO E O MERCADO DE TRABALHO

Em uma breve pesquisa pode-se encontrar matérias sobre a oportunidade de trabalho para o adulto maduro, na prática, identificar efetivamente estas oportunidades é um desafio. A Carta de Conjuntura IPEA, do segundo trimestre de 2018 apresenta informações relevantes, onde afirma-se que “o contingente de trabalhadores mais idosos na força de trabalho vem se elevando de forma mais acentuada (IPEA, 2018, p. 7). No entanto, em grupos que tratam do assunto tem-se outra percepção, preconceito com a contratação deste adulto maduro.

Tabela 2. Situação das pessoas com 60 anos ou mais no mercado de trabalho

Formalidade/Informalidade	1º trim. 2016	1º trim. 2017	1º trim. 2018
Com carteira	27,6	28,2	26,6
Sem carteira	17,0	18,5	18,1
Conta própria	46,6	43,9	46,0
Empregador	8,8	9,4	9,3

Fonte: Adaptado de IPEA, 2018, p. 8

O estudo aponta que o aumento de adultos maduros na força de trabalho tem se dado em função da iniciativa de permanecerem trabalhando, adiando, portanto, a aposentadoria e não por terem a oportunidade desejada, quando desempregados.

O Estatuto do Idoso em seu Capítulo VI que trata da “Profissionalização e do Trabalho”, afirma em seu Art. 26 que deve ser garantido o direito ao exercício da atividade profissional respeitando as condições físicas, intelectuais e psíquicas e, continua em seu Art. 27 que toda forma de discriminação deve ser vetada. Pergunta-se, sendo estes respeitados haveria razões para motivar o projeto de lei que tramita no Senado? Observa-se que as determinações do Estatuto não estão sendo efetivamente cumpridas. E, como mais uma alternativa de inserção do “adulto maduro” no mercado de trabalho, surge o referido Projeto de Lei.

Em tramitação Projeto de Lei do Senado 154/2017 que propõe incentivos para a contratação de idosos. Cujo teor da Ementa é:

O empregador poderá deduzir do valor da contribuição sindical o valor de um salário mínimo para cada semestre de contrato de trabalho vigente de empregado contratado com idade igual ou superior a sessenta anos; ainda poderá também deduzir da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido o total da remuneração para ao empregado com idade igual ou superior a sessenta anos (SENADO, 2017).

Entende-se como relevante que as empresas se atentem para a potencialidade laboral e criativa deste adulto maduro, e que a intergeracionalidade possa ser um potencial gerador de competitividade para seu destaque no mercado em que atua ou atuará. Cada geração tem suas características positivas e as entendidas como negativas, portanto, compreende-se que é importante promover um equilíbrio entre estas, potencializando o que há de positivo e, minimizando o que há de negativo através de ações efetivas de integração entre as gerações. Em tempo de atenção à diversidade, um olhar atento às diversidades advindas de gerações diferentes convivendo juntas releva-se um potencial campo de atuação para as organizações e toda a sociedade.

Outro aspecto relevante é identificar as especificidades deste adulto maduro no contexto do trabalho, uma vez que, seu ritmo é diferente, seus atributos físicos podem não atender da mesma forma, contudo, ainda são capazes de produzir, de pensar e de realizar. Tendem a ser

mais responsáveis e dedicados, empáticos e serenos diante dos desafios, mais cautelosos em suas decisões. Têm uma tendência a compreender melhor a necessidade do outro.

Outro aspecto que merece atenção é buscar compreender que sua relação com os recursos tecnológicos acontece de forma diversa ao jovem que tem facilidades naturais para lidar com a tecnologia. No entanto, tem-se percebido uma significativa procura, por parte dos adultos maduros por qualificar-se no uso das modernas tecnologias. Há cursos voltados especificamente para este público, a exemplo do Conexão Melhor Idade que desenvolve ações com este propósito, e divulga conteúdos relacionados ao meio digital, tecnologias e carreira para este segmento.

A reforma da Previdência prevê mais anos de contribuição, contudo, o mercado de trabalho anda na contramão, deixando de abrir suas portas às pessoas com mais idade. Dar oportunidades ao adulto maduro apenas para posições menores, pode significar o sub aproveitamento de seu potencial. A exemplo de qualquer processo seletivo dos jovens os adultos maduros devem ter suas habilidades e competência identificadas para que possa atuar com pleno aproveitamento de suas competências.

Há uma percepção de que, as vagas destinadas aos adultos maduros são as que demandam menos qualificação e esta é uma situação que os tem deixado insatisfeitos, embora haja, naturalmente, diferentes pessoas e diferentes níveis de qualificação. Questão esta que não afeta, única e exclusivamente o adulto maduro, mas todos, em qualquer idade, podem passar por esta realidade. Surge a pergunta: o quanto as empresas estão interessadas em investir para ter adultos maduros em seus quadros de funcionários? Atualmente, há estudos que objetivam ouvir o adulto maduro, entender suas expectativas e anseios, e no próximo tópico serão apresentadas algumas destas iniciativas.

INICIATIVAS DE RE-INSERÇÃO DO ADULTO MADURO AO MERCADO DE TRABALHO

Mas que um modismo, uma conveniência para as empresas que estão preocupadas apenas com sua imagem no mercado em que atuam, as iniciativas para manter ou reintegrar o adulto aduro no mercado de trabalho, para manter sua empregabilidade devem ser legítimas e genuínas. Algumas vêm de Instituições que nascem com este propósito, de orientar, informar e apoiar o adulto maduro neste novo e importante desafio.

Como iniciativas para acolher este público e o apoiar na permanência ou retorno ao mercado de trabalho, pode-se citar a Startup Maturijobs < <https://www.maturijobs.com/>>, plataforma brasileira que se propõe ao desenvolvimento e capacitação deste público; a ONG Eu Consigo < <http://www.euconsigo.org/>>, que possui um projeto intitulado Talentos 60+ também com o propósito de recolocação e apoio psicológico ao adulto maduro. Esta ONG acredita que com um bom apoio psicológico, o profissional poderá melhorar sua autoestima e sentir-se mais preparado para enfrentar os desafios que a idade impõe quanto à concorrência e ao possível preconceito com pessoas maduras em um processo seletivo, por exemplo. Já o LAB60+ < <http://www.lab60.me/>> um movimento que tem no rol de suas ações algumas propostas voltadas para este fim, de forma ampla e global, incluindo ações de saúde e lazer. Todas as ações são pautadas em três pilares: propositivo, colaborativo e positivo, que o denominaram de PROCOPÓ. Aqui no Rio de Janeiro o grupo reúne-se uma vez por mês para debater iniciativas relativas à longevidade. E destas reuniões, surge agora o Trabalho 60+, que está em construção, tendo ocorrido duas reuniões até o momento da elaboração deste artigo. Cujas perspectivas de ação é a aproximação de pessoas acima dos sessenta anos a oportunidades de

trabalho e renda. Proposta ainda em construção, mas que está atenta às expectativas desta população com muita capacidade de produção e realização.

É importante conscientizar-se que, embora algumas sejam iniciativas sem fins lucrativos, esta não deve ser a única motivação para a contratação do adulto maduro com 60 anos ou mais, e sim, que sejam iniciativas das empresas por compreenderem a realidade que se vive, de uma população mais velha e, sobretudo com capacidade física e intelectual ativa.

Algumas grandes empresas brasileiras divulgaram recentemente matérias na internet sobre a contratação de adultos maduros. No entanto, ao se fazer uma busca de vagas, efetivamente, nada foi encontrado. Surge daí alguns questionamentos: até que ponto há uma preocupação legítima com estes indivíduos ou, tem-se aí alguma ação de marketing embutida? Será que está em moda falar de longevidade ou, de fato, está surgindo uma preocupação autêntica?

O direito do “adulto maduro” ao trabalho, é aqui compreendido como algo recente na medida em que, se está diante de um fenômeno de longevidade sem precedentes, portanto, são inúmeras as questões que devem ser pensadas, analisadas, estudadas e compreendidas em sua essência para ações que efetivamente promovam a oportunidade tão desejada por parte significativa desta população.

Faz-se urgente verificar os resultados concretos, ou seja, dados estatísticos destas iniciativas. Informalmente percebe-se que, a demanda de profissionais neste momento de vida é significativamente superior ao número de oportunidades efetivas e postos de trabalho que estejam de fato interessados em os acolher. Acredita-se que é importante transformar esta relação entre o adulto maduro e o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esta pesquisa é importante ressaltar os dados do IPEA 2018 publicados na Carta de Conjuntura 39, de 2018, que informa que a proporção de ocupados com mais de 60 anos com escolaridade média ou superior avançou de 20% para 25% entre 2012 e 2018 (IPEA, 2018, p. 9). Este mesmo estudo ainda aponta que o segmento de trabalhadores idosos é o que apresenta maior taxa de ocupação, ou seja, em 2018 comparado a 2017, o aumento foi de 8%.

Em vídeo, a pesquisadora do IPEA Maria Andreia Lameiras afirma que a permanência do adulto maduro no mercado de trabalho se dá por duas razões, primeiro pela manutenção da renda e o segundo está diretamente relacionado à expectativa de vida. Afirma ainda: “Essas pessoas querem se manter ativas, pois têm uma maior expectativa de vida maior”.

O crescimento da população tida como envelhecida e com plenas capacidades físicas e mentais deve ser considerado, pois, muitos estão fora do mercado de trabalho e buscam uma oportunidade. Desejam ocupar-se e obter uma renda ou complemento desta, pois quando aposentados não conseguem manter um padrão de vida que os atenda minimamente. Outra questão relevante é, sentir-se plenamente capaz e ter as oportunidades negadas por conta da idade. Deve-se considerar que o adulto maduro conta com uma significativa experiência de vida e que aliado aos seus conhecimentos forma o seu maior ativo, que estará à serviço das organizações e das novas gerações.

Esta é uma pesquisa, ainda em andamento, que por certo trará informações importantes que poderão contribuir para a compreensão deste movimento, e especialmente para a redução do preconceito com o adulto maduro, percebido apenas como um idoso que está à espera da sua partida definitiva da vida. Devemos observar, também, no envelhecimento da população, as demandas que surgem nos seus variados aspectos, além dos aqui mencionados, educação e

trabalho, precisamos estar atentos a questões relacionadas com saúde, segurança, mobilidade e infraestrutura urbanas, dentre outras. Inclusive, aproveitando a experiências destes para desenvolver projetos de melhorias. Vive-se um momento em que, ser idoso deixou de ser sinônimo de incapacidade, improdutividade e dependência, pelo contrário, os “adultos maduros” de hoje são ativos, produtivos, antenados e independentes.

Acredita-se que as oportunidades para pessoas acima dos 50 anos vão atender a uma tendência natural, a longevidade. A população está envelhecendo, portanto, temos que nos adequar, não só produtos e serviços, mas também com oportunidades de trabalho. Fica a pergunta: será que o Brasil está preparado para lidar com as novas demandas e os novos desafios resultantes do envelhecimento populacional?

REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, H. B. F. **A personalidade do adulto maduro: reflexões da clínica psicológica.** São Borja: Conceito, 2012.

BRASIL. Lei no 13.466 de 12 de julho de 2017. Altera os arts. 3º, 15 e 17 da Lei no 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13466-12-julho-2017-785197-publicacaooriginal-153359-pl.html>>. Acesso: 19 set 2018.

BRASIL. Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741compilado.htm>. Acesso: 19 set. 2018.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, 3ª ed.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica.** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. [S.l.]. 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Carta de Conjuntura. Número 39, 2º Trimestre de 2018.** Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180622_cc_39_secao_mercado_trabalho.pdf>. Acesso: 01 set 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os novos idosos brasileiros, muito além do 60 anos?** Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf>. Acesso: 30 ago 2018.

PEREIRA, G. B. B. **O Estudante da EAD (Educação a Distância): Um estudo de Perfil e Interação Geracional.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, p. 54 e p. 93. 2015. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1470/2/GeizaBogado.pdf>>. Acesso em: 31 jul 2018.

SENADO FEDERAL. **Projeto cria incentivos para a contratação de idosos por empresas.** Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129226>>. Acesso: 31 jul 2018.

TEXTO E IMAGEM: O PRIMEIRO PASSO DO IMPEACHMENT VISTO PELA ÓTICA DO DISCURSO

MOZARTH DIAS DE ALMEIDA MIRANDA

*Doutorando do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem – UENF
mozarthdias@hotmail.com*

SERGIO ARRUDA DE MOURA

*Professor do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem – UENF
Arruda.sergio@gmail.com*

RESUMO:

Este trabalho tem o objetivo de analisar o discurso midiático de uma reportagem exibida no Jornal Nacional no dia 21 de outubro de 2015, que aborda a entrega do pedido de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Essa é a primeira reportagem de um conjunto de dez. Elas foram identificadas no decorrer de todo o período de tramitação do pedido de impeachment da presidenta que se estendeu até novembro de 2016. Buscamos autores da área de análise do discurso e teóricos nas áreas do telejornalismo.

Através destes, esclarecemos os princípios do jornalismo para identificar o que é notícia, de que forma ela se comporta, quais critérios são avaliados, valores empregados e os impactos das escolhas editoriais diante dos telespectadores. Além desta abordagem, nos apoiaremos a análise da imagem e texto para fundamentar as abordagens e percepções de um movimento político que influenciou os mecanismos da mídia.

Palavras-chave

Televisão, impeachment, análise do discurso, jornal nacional, produção da notícia

ABSTRACT

This work aims to analyze the mediatic discourse of a report exhibited in the National Journal on October 21, 2015, which addresses the delivery of the request for impeachment of then President Dilma Rousseff. This is the first report of a set of ten. They were identified during the whole period of the impeachment process of the president that lasted until November 2016. We sought authors from the area of discourse analysis and theoreticians in the areas of telejournalism.

Through these, we clarify the principles of journalism to identify what is news, how it behaves, what criteria are evaluated, values employed and the impact of editorial choices on viewers. In addition to this approach, we will support image and text analysis to support the approaches and perceptions of a political movement that has influenced media mechanisms.

Key-words

Television, impeachment, discouuse analysis, nacional journal, news production

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem o objetivo de analisar através das fontes bibliográficas os princípios e limites da reportagem em televisão sob a ótica da análise do discurso

Para possibilitar esse trabalho, consultamos Brasil (2016), Vilella (2008), Cruz Neto (2008), Vizeu (2003) e Wolf (1994), na área do telejornalismo, Charaudeau (2016) na área de análise do discurso.

O conteúdo utilizado nesse projeto é a primeira reportagem: a entrega do pedido de impeachment da presidenta Dilma ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). Os nossos objetivos são: observar como os aspectos da análise do discurso podem ser identificados na manipulação da informação no conteúdo textual; de que forma a veiculação de imagens devem ser usadas para identificar os ideais da empresa jornalística; o equilíbrio entre as fontes consultadas (parlamentares) também será um ponto analisado nesse projeto.

A hipótese vai girar em torno dos entraves do processo de publicação das notícias e deve buscar responder a questão: como as estratégias utilizadas podem modificar a concepção da notícia?

A justificativa para o desenvolvimento desse trabalho é esclarecer como o processo passa por interferências, e como elas estão evidentes nas soluções encontradas pela reportagem.

2 - DISCURSO JORNALÍSTICO E SEU LIMITES

2.1 - Critérios que influenciam a produção da notícia

Poucos decidem o que apurar e produzir, e através desse processo, reportar e editar. Para definir se vale a pena ou não, é necessário que a notícia possua alguns princípios como aponta Cruz Neto (2008, p. 17) e são os seguintes: atualidade, novidade, veracidade, periodicidade, interesse público, proximidade, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências. Vilella (2008, p. 76) define a característica “atualidade” da notícia da seguinte forma: “quanto maior mudança acontecer no presente mais atrativo o fato se torna”.

No que tange à “veracidade”, o consumidor da notícia acredita na apuração e pesquisa desenvolvida pelo veículo de imprensa, ou seja, aquela informação foi construída baseada em dados e relatos reais, verdadeiros. Em relação ao princípio da periodicidade, boa parte dos telejornais é exibida nos dias úteis, e essa relação de presença diária programa o telespectador a acessar aquele periódico. Ele aprende a contar com a determinada programação.

O “interesse público”, segundo Regina Villela (2008, p. 74), faz parte da ideologia do jornalismo porque “divulga acontecimentos ou ações que provocam repercussão muito forte na opinião pública e controla a exposição desses fatos durante mais ou menos tempo, de acordo com a dimensão, intensidade e interesse gerado”. O próximo item a ser descrito é a “proximidade”. “O que está próximo de nós no âmbito doméstico e cotidiano, sempre chama mais nossa atenção. Para o cidadão comum, o buraco na rua onde mora é mais importante do que a crise no Paquistão” (VILLELA, 2008, p. 79).

Outro item também avaliado e ponderado nas reuniões de pauta é a “curiosidade” do fato, que Villela (2008, p. 81) assim define: “Tudo aquilo que se mostra incomum à primeira vista, tanto no aspecto físico quanto na forma conceitual desperta nossa imaginação”.

Quando buscamos o artifício do “suspense”, deixamos no público que acompanha o telejornal a expectativa de uma solução. “É importante saber dosar a descrição do fato para evitar o

espetáculo” (VILLELA, 2008, p.99). Outro ingrediente que está presente nas coberturas é o fator “emoção”, e ele pode ser encontrado em diferentes materiais: nos acidentes de grande repercussão, nos incêndios, nas histórias de vida, ou histórias de vitória no esporte. Depois de entender os formatos que a notícia pode ser gerada, vamos entender a seguir de que forma ela se torna um valor.

2.2 - O valor notícia em debate

Warren Breed (1993) apresentou os mecanismos de controle editorial e política nas redações através da perspectiva do *gatekeeper*. Para Breed, os profissionais se adaptam às normas de publicação das empresas jornalísticas e trabalham com as definições pré-estabelecidas. Para ele são seis os motivos que fazem os profissionais se afinarem com a política editorial:

(...) a autoridade institucional e as sanções, os sentimentos de dever e estima para com os superiores; as aspirações, a mobilidade profissional, a ausência de fidelidade de grupo contrapostas; o caráter agradável do trabalho; o fato de a notícia ser transformada em valor. (BREED, 1993, p. 157).

O crivo dos editores na escolha dos assuntos que devem ir ao ar, ou não, depende de análises corporativas, intuitivas ou até políticas. “É um processo pelo qual as mensagens existentes passam por uma série de decisões, filtros (*gates*) até chegarem ao destinatário ou consumidor” (VIZEU, 2003, p. 78).

O limite rígido do tamanho do telejornal é um dos fatores que dificulta o “aprofundamento de aspectos importantes dos fatos que viram notícia, e que são deixados de lado” (VIZEU, 2003, p. 82). Outro ponto que se modifica com frequência é o valor/notícia que são os critérios de relevância espalhados no decorrer de todo o processo de produção. “O elemento fundamental das rotinas produtivas, isto é, a substancial escassez de tempo e de meios, acentua a importância dos valores/notícia, que se encontram, assim, profundamente enraizados no processo produtivo” (WOLF, 1994, p. 83).

À medida que as mudanças vão acontecendo na forma de cobrir o fato e as variáveis nas abordagens dos conteúdos estão sendo solucionadas acontecem os ajustes dos valores/notícia.

2.3 Reportagem: a tangência entre o processo de impeachment e o valor notícia

De acordo com a reportagem analisada nesse trabalho buscamos entender se o material produzido pela equipe de jornalista atende aos princípios de valor notícia. O primeiro deles, a atualidade, teve como simbolismo marcar a iniciativa de um grupo de parlamentares de entregar o pedido de impeachment ao presidente da Câmara de Deputados. Aquelas imagens do carrinho com os processos (*off1*) é marcado como fato político. Essa imagem também busca evidenciar a novidade da medida que poderia mudar os rumos da presidência brasileira.

No material, a veracidade das imagens, os recortes dela e das entrevistas moldaram o discurso de uma perspectiva. De um lado *pró-impeachment* e do outro contra impeachment. O lado mais forte com os meses foi assumindo a liderança. Não se pode esquecer que as manifestações populares de 2013 contra a corrupção influenciaram no posicionamento de deputados (primeira etapa da análise do processo de impeachment) e senadores (segunda fase do processo).

O interesse público pela tomada de decisão do presidente da casa de leis federal era em relação ao aceite ou recusa do pedido de impeachment. Tal definição poderia, na vontade popular, representar uma penalidade por conta da corrupção nos governos Lula e Dilma desvendados pela Operação Lava-Jato.

A linha editorial do telejornal aproximou os fatos dos telespectadores a partir do acompanhamento das revelações da Operação Lava-Jato deflagrada e dividida em diversas fases. Políticos do PT, empresários, executivos de grandes construtoras foram presos para prestar depoimento sobre os casos de corrupção em diversas estatais, entre elas a Petrobrás. O assunto em voga atraiu a atenção, comoção e envolveu o público-alvo do jornal a apoiar a mudança como forma de penitência dos erros.

3- CONTEXTOS POLÍTICO E ECONÔMICO PRÉ-IMPEACHMENT

A presidente Dilma Rousseff conseguiu se reeleger no cargo nas eleições de 2014. Manteve a linha de governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva nos seus dois mandatos, de 2002 a 2010. Dilma foi executiva da Petrobrás e chefe da Casa Civil no governo Lula. Então, o estilo de governo dela tentou, em parte, seguir a forma Lula de administrar, mas divergiu em alguns itens como as conduções políticas e econômicas.

O ex-presidente Lula nutria melhor habilidade para dialogar com o Congresso e Senado, e assim, facilitava a aprovação dos projetos de lei do Executivo. Ele aproveitou esse canal aberto para gerenciar crises internas como o processo do Mensalão, em 2005. Dilma não possuía a facilidade de negociar com as bancadas parlamentares. Elas, com vícios que devem ser alimentados, negociam o preço da governabilidade. Para mediar essa situação, o governo contou com o apoio do PMDB, a maior bancada do Congresso, e desde a primeira gestão o símbolo representante do partido era o vice-presidente Michel Temer.

Ainda na esfera política, a ex-presidente enfrentou outro desgaste como o das manifestações de junho de 2013 e, ainda, a instauração da Operação Lava-Jato em 2014 contra a corrupção. O foco da operação do MPF, nas primeiras fases, eram os políticos do Partido dos Trabalhadores. As investigações seguiram, após a saída de Dilma do cargo, e atingiram parlamentares de outros partidos.

Além da instabilidade política, a economia também sofria golpes. O cenário mundial mudou, e as exportações de produtos brasileiros, em 2015, sofreram queda como, por exemplo, o preço do barril do petróleo (de 125 dólares em 2011 cai para 49 dólares em 2014); a tonelada do minério de ferro perdeu um terço do valor em apenas 3 anos; e os investimentos estrangeiros reduziram em mais de 30% de 2014 para 2015.

Os rumores de impeachment começaram logo após a vitória nas urnas, e mal o novo governo assumiu, as articulações começaram. As instabilidades, já citadas, ajudaram a fortalecer os argumentos das bancadas desprivilegiadas pela presidente, e só faltava encontrar outro motivo que pesaria na conta: as pedaladas fiscais.

As pedaladas são atrasos de pagamentos a bancos públicos, não informados de forma clara ao Congresso entre 2014 e 2015. Assim, a situação parece melhor do que se imagina e o Governo paga juros a mais impactando o orçamento. Para a oposição, Dilma teria “pedalado” no Plano Safra, que é o crédito subsidiado para agricultores familiares, e atrasado os repasses feitos ao Banco do Brasil. Segundo a perícia do Senado, a presidente não efetuou as pedaladas porque não teria influenciado nem de forma direta ou indireta nesses atos, mas ficou identificado na investigação que ela assinou quatro decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso. O documento dos peritos do Senado ajudou a defesa da presidenta, e também reforçou os argumentos da oposição.

Esse olhar geral que descrevemos nos últimos parágrafos não tem a intenção de justificar ou julgar algum processo político, mas serve para nos auxiliar quanto às análises da reportagem e de que forma cada autor vai colaborar com o olhar mais crítico.

4 - DISCURSO JORNALÍSTICO

4.1 A análise de discurso segundo a ótica de Orlandi

O *corpus* sobre o qual vamos nos debruçar faz parte de um conjunto de dez reportagens veiculadas pelo Jornal Nacional da Rede Globo durante o período de tramitação do impeachment da ex-presidente. No subitem anterior procuramos dar um panorama geral da realidade na qual esse conteúdo foi produzido. “Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo seus recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando conceitos e noções” (ORLANDI, 2010, p. 66). Para Orlandi (2010), a análise de discurso consiste em identificar, também, o que foi dito e o que não foi dito no texto.

Desde o início do texto, a emissora enfoca uma crítica ao presidente da Câmara. Na cabeça lida pela apresentadora, a primeira informação foi o protesto contra o parlamentar, e essa nem era a principal questão do dia, e da reportagem, mas como as denúncias contra Cunha de gastos abusivos, quebra de sigilo bancário de contas na Suíça foram confirmados em reportagem especial veiculado em outro programa da emissora, o Fantástico, no dia 13 de março de 2016. E, isso, fez com ele também fosse alvo de pressão da opinião pública. O trecho ao qual nos referimos é o que se segue: “O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi alvo de um protesto dentro do Congresso, e recebeu da oposição mais um pedido de impeachment da presidente Dilma”. Nesse trecho, já fica evidente o trabalho de oposição entre líderes dos diferentes poderes e envolvidos em polêmicas. Até certo ponto, a relação não pode ser agressiva e cria um clima de tensão no ar.

No decorrer da reportagem, os receptores da informação ficam diante da exposição de uma guerra que saiu dos bastidores e se tornou midiática com a troca de farpas e acusações. O processo de impeachment era uma possibilidade naquele momento, a articulação do PSDB para movimentar o *status quo* político era feita aproveitando a instabilidade do governo, e a insegurança do futuro do país em pleno conflito.

Orlandi (2010) ressalta que a direção argumentativa do autor do texto é um fator relevante para contribuir com a absorção do conteúdo. A estratégia foi trazer a principal realidade com as oposições das opiniões, e procurar não deslizar no envolvimento com as ideologias. Na passagem do repórter, trecho que o jornalista aparece e faz a transição para outro viés do texto, foi constatado um posicionamento para evitar maiores desgastes.

O jornalista balizou o caminho a ser traçado, pois naquele momento era importante que as instâncias se respeitassem e não se desgastassem mais. Naquela época, tanto Cunha quanto Dilma estava com a imagem com tom negativo perante a sociedade.

4.2 A análise do discurso midiático de acordo com Charaudeau

Na abordagem de Charaudeau (2010) sobre as fontes na mídia, elas são utilizadas para identificar status, função, nome e se pertence ou não a um organismo, setor, instituição. Esses fatores influenciam na credibilidade da notícia, verdade, seriedade profissional. Os quatro entrevistados que participaram da reportagem foram identificados e cada um representa um posicionamento ideológico e ali, naqueles dois minutos ou mais de matéria, defenderam cada um o seu quinhão.

Para organizar a hierarquia do material que será exibido, o repórter buscou relatar o acontecimento. Essa estratégia é a mais utilizada para evitar o envolvimento do profissional com o tema abordado.

Enfim espera-se que do autor de uma reportagem que ele esteja o mais próximo possível da suposta realidade do fenômeno, pois esse não faz parte da ficção, e também se espera que demonstre imparcialidade, isto é, que sua maneira de perguntar e de tratar as pessoas não seja influenciada por seu engajamento, por se tratar de um jornalista (isso se daria de outro modo se o autor da reportagem fosse uma personalidade de fora das mídias) (CHARAUDEAU, 2010, p. 222).

Dessa forma, os dados e informações narrados pelo jornalista são os fatos relatados e as opiniões embutidas de outros agentes, os deputados.

Tal acontecimento é constituído por fatos e ações dos atores que se acham implicados: trata-se, nesse caso, de 'fato relatado'; mas também de palavras com declarações e demais reações verbais dos atores da vida pública: é o que chamamos de 'dito relatado' (CHARAUDEAU, 2010, p. 150).

O autor explica que o acontecimento passa por racionalizações (edição) antes de ser divulgado. O processo se inicia na rua com a percepção do repórter, depois segue com a montagem do texto, e logo depois o recorte das sonoras e *offs* pelo editor direciona conteúdo e enquadra as intenções da mídia. "Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo" (CHARAUDEAU, 2010, p. 151).

O caminho percorrido nessa reportagem foi de mostrar o factual do dia, e depois trazer os diferentes pontos de vista "costurando" as intenções e despertando as reações do público. O relato tem um ponto de vista, ele não pondera as opiniões, é um terreno sem regras para desbravar. Nem todos os políticos têm o mesmo espaço, visto que não é uma regra fora do período de propaganda eleitoral. A edição aproveita os melhores personagens mesmo se eles penderem para um lado específico. Vamos observar a seguir:

VÍDEO - edição	ÁUDIO
SONORA: RUBENS BUENO, PPS-PR	"ELA COMETEU CRIME DE RESPONSABILIDADE COM AS PEDALAS FISCAIS QUE ESTÃO AGORA NESSE DOCUMENTO ÚNICO APRESENTADO HOJE PELAS LIDERANÇAS DE OPOSIÇÃO// ENTÃO DEIXO CLARAMENTE QUE A PARTIR DE AGORA CABE AO PRESIDENTE ANALISAR E DIZER PARA O PAÍS SE ACEITA OU NÃO O PEDIDO DE IMPEACHMENT"//

O trecho selecionado da entrevista do deputado paranaense é identificado pela oração direta apontando origem e as provas que embasam a denúncia. Ele disponibiliza a documentação e ainda exige a reação do presidente. Essa estratégia da oposição é para marcar território e se posicionar a favor da mudança de poder.

Como existe um fogo cruzado, e uma possível motivação do PSDB para fortalecer o embate entre as bancadas da base e da oposição fica mais fácil fragilizar a fonte do poder. O representante do governo rebate a pressão atacando a origem do foco.

VÍDEO	ÁUDIO
SONORA: DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - PT-CE	“QUE TAL O NATAL COM DRU? COM CPMF? ESSA IDEIA BRILHANTE QUE O PSDB CRIOU EM DÉCADAS PASSADAS QUE FOI A CRIAÇÃO DA CPMF” //

Daí, se percebe uma discrepância nos tamanhos das explicações dos agentes envolvidos. Fator que não podemos esquecer é a diferença no poder de argumentação e de relevância na abordagem do conteúdo transmitido em cada entrevista editada.

É que pode ser estrategicamente útil jogar com a possibilidade de não fornecer índices do dito relatado, ou de sugerir-los, ou de deixa-los à apreciação do interlocutor. (...) É nesse jogo de marcação-demarkação por um lado, não marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação (CHARAUDEAU, 2010, p.162)

O representante da base governista tenta desviar o foco do assunto com a reversão de atos antigos praticados por outra gestão, mas que serve como um contra-ataque ao PSDB. A narrativa busca não se envolver, porém mostra a alternativa para ganhar tempo com o apoio do governo. “Assim sendo, a reportagem deve adotar um ponto de vista distanciado e global (princípio de objetivação) e deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre o fenômeno tratado (princípio de inteligibilidade)” (CHARAUDEAU, 2010, p.221). É para atender todos esses princípios que existe uma infinidade de roteirizações com diferentes abordagens como encaixes de entrevistas, artes, dados – são artifícios válidos para a explicação do fato. Porém, requer leitura atenta para perceber toques de malícia no discurso.

VÍDEO	ÁUDIO
OFF3- IMAGENS: EDUARDO CUNHA ANDANDO PELOS CORREDORES MOVIMENTADOS DO CONGRESSO COM JORNALISTAS, ASSESSORES, DEPUTADOS// ELE CONVERSA COM A IMPRESA// SONORA: DEP. EDUARDO CUNHA - PRESIDENTE DA CÂMARA (PMDB-RJ)	OFF3: CUNHA NÃO DISSE SIM PARA A OPOSIÇÃO, NEM NÃO PARA O GOVERNO// VAI LEVANDO O IMPEACHMENT EM BANHO MARIA. E IRONIZOU AS PEDALADAS FISCAIS DA PRESIDENTE DILMA. “AS PEDALADAS JÁ ESTÃO VIRANDO MOTOCICLETA/ SAIU DA BICICLETA FOI PARA A MOTOCICLETA” //

Em um primeiro estágio da análise, a estratégia do repórter e do editor consiste em utilizar termos populares para chegar a objetivos específicos como o “sim” e o “não” para estabelecer a polarização dos poderes e o choque entre eles, e o termo “banho maria” para simbolizar o “cozimento” do governo, ganhar tempo. Quem estava monitorando a temperatura da água, mantendo a simbologia, era o presidente da Câmara Federal.

Cunha não deixa de ironizar os atos do governo para se manter no alvo das questões. A finalidade desse discurso irônico é continuar o ataque e manter a ideia de que as “pedaladas” são inadmissíveis e as consequências devem ser tomadas, só que ainda dependia de negociações com o governo para seguir com o caso. A resposta dele teve a finalidade de medir forças, ou

seja, quem pode mais e quem pode menos. Cunha reforça a oposição entre direita e esquerda dentro do congresso.

A reportagem não ficou só na cobertura do primeiro ato. O segundo ponto de vista foi a homenagem ao presidente da Câmara, todavia, parlamentares opositores se manifestaram para estragar a festa.

VÍDEO	ÁUDIO
<p>OFF5-IMAGENS: GRANDE MOVIMENTO DE PARLAMENTARES NA GALERIA DE EX-LÍDERES COM DISCURSOS DE ALGUNS DELES// NA PAREDE TEM AS FOTOS DE ANTIGOS LÍDERES DO PMDB// IMAGEM DA FAIXA DO PSOL “ELOGIO À CORRUPÇÃO, NÃO” - SEGURADO POR DEPUTADOS DO PARTIDO EMANIFESTANTES. O MANIFESTO ACONTECEU NO SALÃO VERDE.</p>	<p>OFF5: E HOJE, ENTROU PARA A GALERIA DE EX-LÍDERES DO PMDB NA CÂMARA SOB ELOGIOS DE DEZENAS DE DEPUTADOS// O PSOL É QUE NÃO DÁ SOSSEGO AO PRESIDENTE DA CÂMARA// COM A AJUDA DE DEPUTADOS DE OUTROS PARTIDOS, PUXOU UMA MANIFESTAÇÃO NO SALÃO VERDE PARA DIZER: NÃO A ELOGIOS À CORRUPÇÃO// DURANTE A MANIFESTAÇÃO, CUNHA DAVA ENTREVISTA. ALGUNS PARLAMENTARES PUXARAM UM CORO PELA RENÚNCIA//</p> <p>///SOBE SOM/// “O SENHOR MENTIU NA CPI DAPETROBRÁS// DECLAROU UM PATRIMÔNIO FORA DO BRASIL 37 VEZES MAIOR QUE DECLAROU A JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA// QUANDO O SENHOR VAI RENUNCIAR?//</p>

O conflito entre Cunha e os parlamentares descontentes ficou em segundo plano na reportagem, mas mostrou a fragilidade do líder que se mantinha no poder. A imagem da manifestante não aparece por completo, mas era a deputada federal Clarissa Garotinho (PR-RJ), filha de Anthony Garotinho (PR) que apoiava o governo PT.

5- CONTEÚDO TELEJORNALÍSTICO DEPENDE DA IMAGEM

O conteúdo só existe com a conexão do texto e da imagem. Dessa forma, o profissional fundamenta as reportagens gravadas para os telejornais nacionais ou regionais. O texto é registrado como “off” e se torna áudio, esse off é gravado pelo repórter ou narrador, com as devidas informações (dados, histórias) expostas dentro de cada um deles. Ainda faz parte do conteúdo da reportagem os entrevistados (fontes agendadas que falam sobre o assunto como especialistas) e/ou os personagens (que expõe as histórias deles) e também o povo-fala (pessoas que são abordadas na rua, através da explicação do objetivo da reportagem, e dessa forma aceitam opinar sobre o tema e expõe o ponto de vista).

Na estrutura de uma reportagem, outros mecanismos podem ser utilizados como artes-gráficas (pesquisas, comparativos) e também os áudios (sobe som) específicos como explosões, tiroteios, discussões, gritaria, câmera escondida e etc, situações que podem ser utilizadas para enriquecer os aspectos reais do material jornalístico.

Para se reconhecer como reportagem telejornalística a imagem é utilizada na cobertura do conteúdo gravado, e até em parte das entrevistas editadas. A participação dela é de relevância para a assimilação da mensagem que está sendo emitida.

É nesse momento que o discurso do telejornal, propriamente dito, se elabora, ou seja, é nesse jogo de montagem em que o texto se vale de seus recursos que se constrói o lugar de onde partem os sentidos. Argumentamos que é precisamente no aparato específico das formas de dizer que se elabora o dito. A maior ou menor ênfase em aspectos do fato noticioso é a estratégia noticiosa em si do discurso, e onde melhor se aparelham ideologia e inconsciente. Ora, todo noticiário político se faz a partir de um conflito nítido muitas vezes percebido. A multidão de vozes aquinhoando suas defesas e ataques no conflito dá vez a uma infiltração de vozes outras não propriamente participante do jogo, como o especialista ou o anônimo entrevistado na rua. É nesses termos que se dá a enunciação do discurso jornalístico e provoca seus enunciados específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Primeiramente buscamos esclarecer os princípios do jornalismo para identificar o que é notícia, de que forma ela se comporta, quais critérios são avaliados e encontramos, através desses mecanismos, os valores empregados e os impactos das escolhas editoriais diante dos telespectadores.

Depois da pesquisa com os autores conseguimos observar a análise do discurso vestígios que comprovam como a narrativa é fundamental para direcionar a compreensão do receptor. Se ela não for articulada de forma correta o retorno para a compreensão do telespectador fica comprometida, manipulada.

Fator preponderante a essa realidade é a utilização da imagem em todo o processo de construção de sentido. Demonstramos como a imagem pode reforçar os discursos, oferecer uma linguagem a parte da estrutura textual e independente, nada amarrada, e autônoma para criar o próprio sentido.

A estratégia de demonstrar que Eduardo Cunha tinha uma “carta na manga” ilustra que o futuro estava na definição de uma pessoa, e um grupo seria beneficiado com essa atitude, e outros não. O que era para oferecer novidade (pedido de impeachment) ao Legislativo federal, se tornou um material que demonstra a polaridade do poder político. Qual é o mais forte? Dilma ou o Congresso?

A linha editorial, ao se posicionar com pontuais entrevistas (profundas, reais ou não), com “sobe som” das manifestações contra o presidente da casa e homenagens a ele deixa claro que, Eduardo Cunha, tinha o poder de voto.

A reportagem atende as premissas básicas da notícia, como interesse público, novidade, personagens, dados, mas o direcionamento da notícia não ponderou os dois lados. O material ilustrou apenas um cenário com personagens principais e coadjuvantes e um conflito.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Antonio. *Telejornalismo imaginário - memórias, estudos e reflexões sobre o papel da imagens nos noticiários de TV*. Florianópolis: Insular, 2012.

BREED, W. O controle social da redação. Uma análise funcional. In:

TRAQUINA, Nelson. Lisboa: Veja, 1993.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.

NETO, José Elias da Cruz. *Reportagem de televisão: como produzir, executar e editar*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2010.

VILELLA, Regina. *Profissão: Jornalista de TV - Jornalismo aplicado na era digital*. Editora Ciência Moderna: Rio de Janeiro: 2008.

VIZEU, Alfredo Eurico Jr. *“Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. 3ª. Ed. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2003.

Wolf 1994

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/19/De-Dilma-a-Temer-o-que-mudou-e-o-que-segue-igual-no-Brasil> - acesso dia 27/06/18

<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/economia-brasileira-21-a-30-de-outubro-de-2-015/91355/> - acesso dia 27/06/18

<https://www.poder360.com.br/economia/leia-uma-comparacao-dos-indicadores-economicos-antes-e-depois-de-temer/> - acesso dia 27/06/18

MERCADO, ISONOMIA E OBSTÁCULOS: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS

Neuza Maria de Siqueira Nunes

Doutoranda em Ciências da Educação pela UAA

Professora de Economia da FAMESC

neuzamsnunes@gmail.com

Maria Margarete Salvate Brasil

Mestra em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora de Língua Portuguesa da FAMESC

margarete_sb@yahoo.com.br

Thatiany Nascimento

Graduação em Administração pela FAMESC

nascimentothatiany@gmail.com

Priscila Laurindo dos Santos

Graduanda em Administração pela FAMESC

pri-santos-96@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar os desafios enfrentados no processo de inclusão do deficiente visual no mercado de trabalho, destacando os motivos que podem levar esses indivíduos a uma situação de exclusão por não atenderem à demanda da competitividade. A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica que teve como suporte diferentes autores. A inserção do deficiente visual é preocupante, levando em conta a falta de oportunidades, já que a maioria dos empregadores considera que a deficiência afeta todas as funções do indivíduo, além de hesitarem a integração com o grupo de trabalho, a preocupação com ocorrência de acidentes e com os custos para adaptações e as aquisições de equipamentos especiais. Como resultado, percebe-se que a inserção, ao mercado de trabalho, dos deficientes visuais é possível com a adaptação ao ambiente do trabalho, com o fornecimento de programas de leitura de telas de computador e com outras tecnologias assistivas.

Palavras-chave: Mercado; Isonomia; Deficientes Visuais.

ABSTRACT

This paper aims to highlight the challenges faced in the process of inclusion of the visually impaired in the labor market, highlighting the reasons that may lead these individuals to a situation of exclusion because they do not meet the demand for competitiveness. The methodology adopted consisted of bibliographical research that was supported by different authors. The insertion of the visually impaired is of concern, taking into account the lack of opportunities, since most employers consider that the disability affects all the functions of the individual, besides hesitating the integration with the work group, the concern with the occurrence of accidents and with the costs for adaptations and acquisitions of special equipment. As a result, it can be seen that the insertion into the labor market of the visually impaired is possible with the adaptation to the work environment, with the provision of computer screen reading programs and other assistive technologies.

Key-words: Marketplace; Isonomy; Visually Impaired.

INTRODUÇÃO

É evidente a dificuldade de inserção profissional no mercado de trabalho enfrentada por uma parcela significativa de brasileiros, podendo-se observar nas elevadas taxas de desemprego e de informalidade. E em relação ao deficiente visual, a situação é mais agravante, levando em conta a falta de oportunidades, e o fato de a maioria dos empregadores considerarem que a deficiência afeta todas as funções do indivíduo, pois além de hesitarem a integração com o grupo de trabalho, há chances ou riscos de ocorrência de acidentes e custos para adaptações e aquisições de equipamentos especiais.

O deficiente visual precisa essencialmente de oportunidade para o desenvolvimento de suas potencialidades e de políticas públicas que visem a uma preparação para o trabalho. A elaboração de ações práticas permitiria ao deficiente visual a busca e a conquista do direito de integrar-se ao mercado de trabalho e, assim, alcançar a independência financeira, a sua autorrealização e a sua integração social.

A metodologia empregada na condução do presente parte do método dedutivo, auxiliado de revisão bibliográfica sobre o formato sistemático e pesquisa empírica, com entrevistas e questionários semiestruturados, como técnicas e instrumentos de pesquisa, respectivamente. Nesse sentido, em um primeiro momento, a pesquisa pauta-se no levantamento de bibliografia e revisão documental especializada apresentando os principais recursos que facilitam o desempenho do deficiente visual, as condições apropriadas de trabalho com adaptações e aquisições de equipamentos, o cumprimento da Lei de Inclusão Social e o atendimento educacional especializado para qualificação profissional.

1. AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS

Muitas empresas encontram dificuldades em empregar os deficientes visuais. Os principais motivos da exclusão desses indivíduos com deficiência visual do mercado de trabalho estão relacionados:

O mercado de trabalho, no passado, pode ser comparado a um campo de batalha: de um lado, as pessoas com deficiência e seus aliados empenhando-se arduamente para conseguir alguns empregos; e de outro, os empregadores, praticamente despreparados e desinformados sobre a questão da deficiência, recebendo ataques furiosos por não preencherem as vagas com candidatos portadores de deficiência tão qualificados quanto os candidatos não-deficientes. Naturalmente, esta comparação é uma caricatura. Mas ela mostra o que sempre tem ocorrido ao longo das fases que vão desde a exclusão, passam pela segregação e chegam a integração. (SASSAKI, 1999, p. 28)

O mercado de trabalho é acessível para todos os cidadãos sendo portador de deficiência ou não, mas o que se verifica na prática é uma realidade diferente. As dificuldades que um candidato portador de deficiência enfrenta são grandes, começando com a ausência de conhecimento dos empresários sobre o grande potencial que as pessoas com deficiência possuem. Pode-se observar que as empresas estão exigindo um novo perfil de candidatos com capacidades técnicas e pessoais e percebe-se também que são poucas as instituições que estão preparadas para a contratação de uma pessoa com esse perfil.

As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social. (BRASIL, 2004, s. p.)

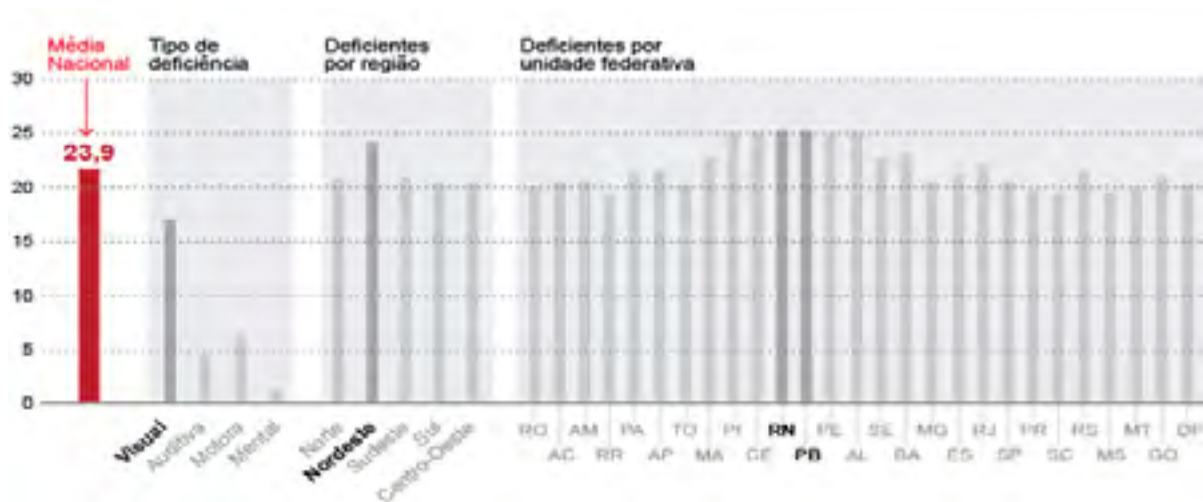
Um novo ponto que vale ressaltar é o tempo de permanência na empresa que esse candidato tem que permanecer, sendo a empresa de qualquer porte. Percebe-se que a maioria das organizações está preocupada apenas em cumprir a Lei nº 8.213/91 de Inclusão Social, em vigor desde janeiro de 2016, que obriga as empresas com mais de cem funcionários a ocupar de 2% a 5% das vagas com deficientes. Porém, de acordo com o Conade (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência Física) esse tipo de inclusão depara-se com alguns impedimentos para o deficiente.

Segundo Alexandre Carvalho, presidente do Conade, o preconceito por parte dos colegas de trabalho, a indispensável adaptação dos locais de trabalho, como rampas e alargamento de portas, e a complexidade na comunicação com pessoas cegas são os maiores obstáculos enfrentados pelos deficientes.

Quando falamos ou pensamos em pessoas cegas imediatamente vem à mente a imagem de uma pessoa sofrida que vive nas “trevas” e em eterna escuridão. Isto porque, para nós, cegueira se identifica como fechar os olhos, acabarem-se as luzes, e com inúmeras dificuldades físicas, motoras, cognitivas e emocionais dessas situações, além da imagem social de cegueira que adquirimos informalmente durante toda a nossa vida. (AMIRALIAN, 1997, p. 22)

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2012, indicou que 45,6 milhões de pessoas são portadoras de pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, auditiva, motora e mental), representando em sua totalidade 23,9% da população brasileira, explicitado no gráfico 1 a seguir. Dos entrevistados 35,7 milhões de pessoas fizeram a declaração de ter deficiência visual, declararam a dificuldade de forma severa mais de 6,5 milhões, os que tinham a visão reduzida foram 6 milhões e informaram serem cegas mais de 506 mil.

Gráfico 1: População com deficiência no Brasil (em porcentagem)



Fonte: (IBGE, 2010)

De acordo com o gráfico 1, dentre os tipos de deficiências, a visual é a que tem maior destaque com grande parte dos deficientes localizados na região nordeste. Em relação à formação acadêmica dos deficientes visuais, percebe-se que esses indivíduos, de um modo geral, são prejudicados por inúmeros fatores, como a adaptação de escolas públicas ou privadas com os meios necessários para que os deficientes possam ter acesso ao aprendizado.

A falta de qualificação profissional dos deficientes visuais, ocasionada pela ausência de ações voltadas para a preparação profissional e pela dificuldade de acesso dos mesmos aos cursos existentes, é um fator de exclusão. Infelizmente a realidade é que os portadores de deficiência, na maioria dos casos, dependem de caridade ou de serviços sociais para sobreviver.

É necessário frisar que o indivíduo portador de deficiência visual é uma pessoa normal que apresenta uma visão reduzida ou que simplesmente não enxerga. Segundo Conde (2012) existe dois grupos de deficiências visuais: a acuidade visual - o que se enxerga a uma determinada distância, refere-se à clareza de visão; e o campo visual - a amplitude da área alcançada pela visão, considerando 180° de normalidade.

2. ACESSIBILIDADE E O PRECONCEITO AO DEFICIENTE VISUAL

De acordo com Bezerra (2015), o tema acessibilidade é bastante amplo visto que não se trata apenas do portador de deficiência ter acesso a determinados lugares, ao uso de produtos, de serviços e de informações, mas também de ter acesso independente e dignamente a esses lugares com as devidas modificações.

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços por pessoa com deficiência. (BRASIL, 2008, p. 08)

As instalações físicas das instituições geralmente não são adaptadas para receber um trabalhador com deficiência e, para se adequar a essas regras de acessibilidade, é imprescindível modificações como rampas, elevadores com inscrições em Braille e sistema de voz, banheiros adaptados, etc., que são essenciais para que uma portador de deficiência possa ter acesso ao local de trabalho.

Galheira *et al.* (2016) citam os principais recursos que facilitam o desempenho do deficiente visual:

- 1. Recursos ópticos:** Telessistemas, Lentes esféricas, Lupas manuais e réguas plano-convexas, Lupas de mesa com iluminação, CCTV (sistema de circuito fechado de televisão).
- 2. Recursos técnicos:** Programa de telecomunicações, que permite ao deficiente visual transmitir informações e/ou arquivos para uma outra pessoa, computador ou fax, através de linha telefônica. Pode-se também ter acesso à Rede Internet gratuitamente através da Rende - Rede Nacional de Deficientes (em acordo com a Rede Nacional de Pesquisas), impressora braille, scanner - periférico que decodifica impressos em escrita comum, permitindo ao deficiente ler textos que tenham sido digitalizados para o disco rígido ou disquete, Braille n'speak - aparelho portátil que funciona como agenda eletrônica, editor de textos e cronômetro, calculadora sonora - anuncia os números, as funções e os resultados das operações efetuadas.
- 3. Recursos complementares:** Reglete, punção, máquina PERKINS, réguas e metros adaptados, soroban; máquina de datilografia com tipo ampliado; caneta de ponta porosa, lápis de escrever 6B, cadernos e papéis com pautas especiais, letras ampliadas e cores contrastantes, etc.

Herculano (2004 *apud* Gama, Parra, Silva, 2016) enfatiza que mesmo que não intencionalmente, a sociedade, as empresas e as próprias pessoas, às vezes, são um pouco preconceituosas. Muitos acreditam que incluir pessoas deficientes principalmente no mercado de trabalho pode vir a gerar muitos problemas, pois consideram esse grupo de pessoas incapaz de trabalhar, desenvolver e pensar direito, portanto, passam a serem consideradas pessoas que não

apresentam um bom rendimento e podem até causar prejuízos. (HERCULANO, 2004 *apud* GAMA, PARRA, SILVA, 2016, p. 02)

Em muitos aspectos, a vida do portador de deficiência não é diferente das demais pessoas, possui momentos de alegria e de tristezas, derrotas e conquistas, em outras palavras, bons e maus momentos, mas se diferenciam em uma particularidade, são vítimas constantes de preconceitos e discriminações. (CAVALCANTE, 1997, p. 01)

Um indivíduo cego ou com baixa visão tem a mesma capacidade para realizar as atividades que uma pessoa sem deficiência, desde que lhes sejam dadas condições apropriadas de trabalho, adaptando um computador, adquirindo uma impressora Braille ou qualquer outra necessidade que venha a ter para realizar a sua atividade e dedicar-se ao trabalho. Claro que alguns equipamentos são caros, mas recusar a um portador de deficiência visual a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho, somente porque as adaptações necessárias para executar seu trabalho de forma plena são onerosos, é uma discriminação.

A compra de equipamentos, programas específicos e outros devem ser encarada como uma forma de investimento no trabalhador deficiente, sendo possível assim desenvolver suas habilidades e conseguir grandes realizações com seu pleno potencial.

O processo de inclusão/integração educacional, segundo Sasaki (1999), passou por quatro fases:

- Fase de Exclusão: período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade;
- Fase da Segregação Institucional: neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação;
- Fase da Integração: algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade;
- Fase de Inclusão: todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades. (SASSAKI, 1999, p. 60)

A fase de inclusão é a mais recente, na qual, um dos fatores de maior relevância é o surgimento da empresa inclusiva.

3. A LEGISLAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência abrange um conjunto de orientações normativas que tem como objetivo garantir o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. No art. 3º considera-se: I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa

receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

A Lei de Inclusão social, também conhecida como Lei de Cotas nº 8.213/91, artigo 93, possui a seguinte definição: a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

Quadro 1: Porcentagem de beneficiários

Quantidade de funcionários	Porcentagem de beneficiários reabilitados
até 200	2%
de 201 a 500	3%
de 501 a 1.000	4%
acima de 1.001	5%

Fonte: (PANTALEÃO, 2016)

Todas as pessoas jurídicas de direito privado como as sociedades empresariais, as associações, as sociedades e as fundações que admitem trabalhadores como empregados são obrigadas a preencher um percentual de seus cargos com pessoas com deficiência (art. 2º, § 1º, da CLT). E o seu descumprimento acarretará em multa aplicada pelo Ministério do Trabalho, não tendo um valor específico, já que é calculada por funcionário com deficiência e não por filial de empresa. Além disso, um empregado só poderá ser dispensado caso tenha um substituto em condição semelhante para a mesma vaga.

Essa lei envolve todos os tipos de deficiência, física, visual, auditiva e intelectual, apesar das empresas ainda terem uma preferência no recrutamento por pessoas com deficiência menos impactantes. Sendo assim, há uma contratação maior de deficientes físicos do que daqueles com deficiência intelectual por exemplo.

A Declaração Universal dos Direitos da Pessoa com Deficiência tornou-se, no Brasil, pelo Decreto nº 6.949/09, estabelecendo no artigo 27, sobre Trabalho e Emprego que os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Este direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros:

- a) Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;
- b) Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho;

- e) Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego;
- h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas;
- i) Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para pessoas com deficiência no local de trabalho;
- j) Promover a aquisição de experiência de trabalho por pessoas com deficiência no mercado aberto de trabalho;
- k) Promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho para pessoas com deficiência. (FERRETTI, 2012, s. p.)

Muitas empresas alegam não conseguir encontrar pessoas com o perfil para as vagas de cotas. Não obstante, na hora do portador de deficiência se especializar para o mercado, o que atrapalha são alguns impedimentos referentes à capacitação profissional que, além do preconceito, enfrentam limitações de acesso ao transporte e vias públicas.

Antes de ser instituída a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência, raras eram as empresas que as empregavam. Portanto, a elas não foram dadas oportunidades para terem em seu currículo experiência profissional. Assim, de uma forma geral, delas não se deve exigir experiência. Quando a experiência for efetivamente necessária ao desempenho da função, a própria empresa deve oportunizar que a pessoa adquira internamente as habilidades, a postura de trabalho e os conhecimentos exigidos para o exercício de certos cargos (art. 36, alínea "c", da Recomendação nº 168 da OIT, c/c item 4.4 do Repertório de Recomendações Práticas da OIT: Gestão de questões relativas à deficiência no local de trabalho). (TRT, 2015, p. 36)

O Brasil possui uma legislação específica sobre acessibilidade, conhecida como Lei de Acessibilidade, Decreto-lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Nela são estipulados prazos e regulamentações relativas ao atendimento das necessidades específicas dos portadores de deficiência, no que se atribui a projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de informação, de transporte, bem como a execução de qualquer tipo de obra pública ou coletiva.

Além do direito à acessibilidade, o deficiente tem direito à educação. O direito à educação:

pertence ao rol dos direitos humanos fundamentais, necessário no processo de construção de uma sociedade igualitária, democrática e justa. Como direito inalienável de todos os seres humanos, ela deve ser ofertada a toda e qualquer pessoa. Por parecer algo tão óbvio, ninguém poderia negar às pessoas com deficiência o direito à educação. No entanto, o direito de exercer esse direito sem discriminação ainda gera muitos debates e embates no que diz respeito ao lugar em que as pessoas com necessidades educacionais especiais deverão estudar. (CAPELLE; LIMA, 2013, p. 05)

No tocante à qualificação, tanto as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência quanto as que não apresentam estão basicamente equiparadas no mesmo padrão. Devido à exclusão histórica, a maior parte dos portadores de deficiência é pouco qualificada, incidindo também na população em geral. "Mas, isto não significa que não existam pessoas com deficiência qualificadas. Por exemplo: no banco de currículos da i.Social mais de 80% dos 30.000 profissionais cadastrados possuem ao menos ensino médio completo, chegando até a mestrado e doutorado". (HABER, 2014, s. p.)

Para obter a qualificação exigida, jovens e adultos que foram impedidos de ter o direito à escolaridade básica ou esta foi oferecida apenas por alguns anos, passaram a procurar instituições educacionais para se capacitarem e adquirir um lugar no mercado de trabalho. Tradicionalmente já são ofertados cursos de Educação Profissional no SENAC (Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial) e no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), instituições que visam atender às demandas de qualificação de cada setor, oferecendo vagas para vários cursos para qualquer pessoa com ou sem deficiência, desde que preencha os quesitos para cada curso. As ONGs (Organizações Não-Governamentais), que são instituições filantrópicas sem fins lucrativos especializadas no atendimento exclusivo de pessoas com deficiência, também passaram a ofertar tais cursos para atender à demanda por qualificação e expandir a oferta de qualificação.

O atendimento educacional especializado é propiciado com o trabalho de profissionais com conhecimentos em Língua Brasileira de Sinais, Sistema Braille, do Soroban, da orientação e da mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, dos programas de enriquecimento curricular, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, utilização de recursos ópticos e não ópticos, tecnologia assistiva e outros. (BRASIL, 2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade para a inserção dos deficientes visuais decorre do baixo nível de escolaridade, somado à falta de qualificação profissional e de adaptações no ambiente do trabalho, além do preconceito, da discriminação e da falta de conhecimento por parte dos empregadores sobre as potencialidades dos trabalhadores. No entanto, através de alguns ajustes, é possível a inserção do deficiente visual em atividades laborais, como a adaptação ao ambiente do trabalho, o fornecimento de programas de leitura de telas de computador e outras tecnologias assistivas. Como resultado, observa-se que, com a adoção de tais medidas, aumentam as chances de inserção desses indivíduos nessas atividades. Por certo, a inclusão ainda é considerada um desafio, com muitos obstáculos, porém não impossível. Só haverá êxito na inclusão do deficiente visual no mercado de trabalho, quando houver um comprometimento da comunidade em geral e das empresas, envolvendo desde a participação familiar até os atos do poder público.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. **Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BEZERRA, Wysley Sampaio. **Deficientes visuais e acessibilidade: estudo sobre os prédios públicos às pessoas com deficiência**. Faculdade Paraíso do Ceará- FAP, 2015. Disponível em: www.jurisway.org.br. Acesso em: 31 out. 2017.

BRASIL. **Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/programas-e-acoas?id=250>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Código Civil e Constituição Federal**. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Norma Brasileira ABNT NBR 15599. **Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro. 1ª ed., 2008. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_21.pdf. Acesso em: 31 out. 2017.

CAVALCANTE, Talita. **Deficientes visuais enfrentam dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho**. Agência Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.portalinclusao.com/noticia/deficientes-visuais-enfrentam-dificuldades-para-ingressarem-no-mercado-de-trabalho> Acesso em: 21 set. 2017.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **O portador de deficiência no mercado formal de trabalho**. São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/o_portador_de_deficiencia_no_mercado_formal_de_trabalho.pdf. Acesso em: 13 nov. 2017.

CONDE, Antônio João Menescal. **Deficiência Visual: a cegueira e a baixa visão**. Instituto Benjamin Constant, 11 mai. 2012. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/cegueira-e-baixa-visao>. Acesso em: 30 out. 2017.

FERRETTI, Amanda Teixeira Silva. **O mercado de trabalho para os deficientes visuais nas empresas privadas a partir da Constituição de 1988**. Revista Jus Navigandi, n. 3339, 2012.

GALHEIRA, Waldemar Gonçalves; MARTINS, Carmen Lucia Alves; MONTEIRO, Margarida Aguiar; NABAIS, Marcia Lopes de Moraes. **O encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho**. Instituto Benjamin Constant, 2016. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/component/content/article?id=264>. Acesso em: 22 set. 2017.

GAMA, Daniela Bassolli; PARRA, Cláudia Regina; SILVA, Irene. **A inserção do deficiente visual no mercado de trabalho**. Psicologia, 2016. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1040.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

HABER, Jaques. **A Inclusão de Profissionais com Deficiência no Mercado de Trabalho**. i.Social, 2012. Disponível em: <http://blog.isocial.com.br/a-inclusao-de-profissionais-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-um-panorama-positivo-para-uma-mudanca-necessaria/>. Acesso em: 16 nov. 2017.

IBGE. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Censo Demográfico, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 19 set. 2017.

LIMA, Michelle Pinto. CAPPELE, Mônica Carvalho Alves. **Educação Profissional de Pessoas com Deficiência: adaptações para a acessibilidade**. Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 3, 1065-1098, set./dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/NEUZA/Downloads/27788-117066-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

PANTALEÃO, Sergio Ferreira. **Contratação de portador de deficiência- obrigação que nem sempre irá gerar multa**. Guia Trabalhista, 2016. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/portador_deficiencia.htm. Acesso em: 30 nov. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, 1999, p. 28.

TRT. **Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT- 17)**. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/96142752/trt-17-judiciario-20-07-2015-pg-36>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CARREIRAS PROFISSIONAIS: DESAFIOS DOS EDUCADORES E ORIENTADORES VOCACIONAIS FRENTE AS NOVAS TENDÊNCIAS ORIUNDAS DA EMERGENTE ERA DIGITAL TECNOLÓGICA

SOUZA, CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE

*Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF
chmsouza@uenf.br*

DUTRA, NATHALIA TOLEDO BARRETO

*Aluna especial do Mestrado em Cognição e Linguagem - UENF
nathalia.toledo.psi@gmail.com*

LUNA, POLIANA CAMPOS CÔRTEZ

*Aluna especial do Mestrado em Cognição e Linguagem - UENF
polianaccortes@hotmail.com*

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre os desafios que se apresentam aos profissionais de educação e orientadores vocacionais da atualidade face às novas demandas que emergem. Os jovens da geração Z, chamados de Nativos Digitais, apresentam como consequência contemporânea, habilidades inéditas devido a uma imensidão de informações e assíduo manejo de aparelhos tecnológicos. Deste modo, surgem novas profissões trazidas pela tecnologia e cotidiano altamente digitais. Observa-se então, de modo geral que, professores e psicólogos precisam recriar padrões de carreiras tradicionais e novas intervenções. Mais do que conhecimentos ou técnicas pedagógicas, um entendimento das emoções e comportamentos desses jovens, para que tenham a sensibilidade de identificar as habilidades e talentos inatos, como também as desenvolvidas oriundas do excessivo acesso aos meios de comunicação e internet.

Palavras-chave: Nativos e Imigrantes Digitais; Tecnologia; Carreira; Vocação; Profissões.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the challenges the education professionals and vocational counselors face nowadays as the new demands emerge. The young people from Generation Z, also called Digital Natives, as a contemporaneous consequence, face new abilities brought from an enormous number of information and common technological appliances use. As a result, new professions emerge due to technology and the digital routine. It is possible to identify that teachers and psychologists in general, need to recreate traditional careers patterns and new interventions. More than knowledge or pedagogical techniques, it is necessary to understand the emotions and behaviour of these young people, so that these professionals can identify their innate abilities and talents, and also the ones that come from the access to the means of communications and the internet.

Key-words: Digital Natives and Immigrants; Technology; Career; Vocation; Professions.

INTRODUÇÃO

Face a exposição digital que hoje se encontram as crianças desde o momento que nascem, inegável se faz a influência que essa tendência tecnológica exprime desde a infância até a vida adulta, ao despertar da necessidade de escolha por uma carreira profissional que seja consequentemente rentosa e prazerosa, agregando valor ao cotidiano daquele que fez tal opção.

Os indivíduos deste século são capazes de desenvolver várias habilidades. É fácil apontar a possibilidade do surgimento de talentos, características e novos olhares face ao desenvolvimento tecnológico.

Verifica-se dessa forma as principais características na diferenciação entre o cérebro dos Nativos Digitais e dos Imigrantes Digitais. Assim, diante das habilidades impostas, os circuitos cerebrais precisaram se modificar para atender a esta demanda, tornando-se mais eficientes entre os Nativos, como afirma Cosenza, em entrevista à Revista Pátio – Educação Infantil em 2011, observando que “é necessário um melhor processamento das informações e da atenção visuais para interagir com os equipamentos eletrônicos, como a televisão e computador” (COSENZA, 2011, p. 16).

Em tempo, o mesmo autor afirma que diante da manipulação de aparelhos eletrônicos desde cedo pelos jovens, a coordenação viso-motora também se altera, tornando-a extremamente hábil.

A memória operacional, também foi mencionada, visto que é aquela a qual mantém as informações na consciência enquanto realizamos uma tarefa. Esta também aponta uma melhora, já que as tarefas múltiplas são constantemente desempenhadas pelos jovens do séc XXI.

Todos os pontos mencionados refletem na maneira de aprender e ensinar dos indivíduos.

Segundo Cosenza (2011), “a aprendizagem ocorre quando se alteram as conexões entre as células nervosas, permitindo uma comunicação mais eficiente em determinados circuitos neuronais” (COSENZA, 2011, p. 17).

Assim, verifica-se que são múltiplas as formas de estimular e promover tais alterações. Portanto, os profissionais que atuam diretamente com esses jovens devem se preparar para lidar com essas demandas da atualidade.

Visando elaborar este artigo observou-se diversas obras de renomados pesquisadores, além de considerar diversas teses de mestrado e dissertações de doutorado para embasamento dos fundamentos que aqui estão apontados.

Objetivando trazer para pais, educadores e orientadores vocacionais a conscientização da importância de recriar padrões de carreiras e profissões tradicionais, à luz da nova tendência dessa era digital tecnológica.

Há diversas abordagens sobre como as novas gerações se associam e interagem com as novas tendências de mercado. Portanto, não se resumem às que são apontadas aqui. Entretanto, entende-se que as versões selecionadas e apresentadas neste documento colaboram para o entendimento dos novos conceitos que se fazem iminentes.

Justifica-se a escolha pelo tema proposto e observa-se sua importância, pois diante da imersão de tecnologia que os jovens se encontram, desafios urgem visando a escolha de uma carreira.

Evidencia-se uma demanda pela automação dos serviços e até das relações humanas com a finalidade de se obter resultados mais rápidos; o domínio de técnicas é imprescindível e é associado à possibilidade de se apresentar soluções com a eficiência exigida pela modernidade (RODRIGUES; RAMOS, 2000).

A escolha de uma profissão se dá prioritariamente na transição escola-trabalho. No entanto, na atualidade, novas demandas e discussões estão ocorrendo, visto que além da adolescência, outros momentos de passagem podem ser enfrentados por profissionais em recolocação no mercado, por exemplo, ou ao longo de seu histórico ocupacional. Nesse ensejo, apresenta-se nesse artigo perspectivas com fim de desmistificar a orientação como um processo mágico e de propor que o autoconhecimento do orientando receba maior atenção.

Inicialmente, a partir das obras de pesquisadores e revisão bibliográfica, serão apresentados conceitos do termo “geração” e como ela pode ser identificada e caracterizada atualmente. Além disso, será abordado o conceito de “Nativos Digitais” e “Imigrantes Digitais” pontuados por Prensky (2001) e a correlação desse entendimento tendo como base a visão dos educadores e orientadores vocacionais face à nova tendência mercadológica que se instala.

AS DIFERENTES GERAÇÕES

Inegável fato se dá quando é mencionado que a sociedade se transformou e ainda vem se transformando ao passar de gerações para gerações.

Viver em uma era na qual as mudanças são extremamente marcadas pelo acesso facilitado às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) é dizer que as gerações se superam.

Sobre o termo geração, afirma Bortolazzo (2012) que:

O termo “**geração**” tem sido nomeado como o período de sucessão entre descendentes em linha reta (pais, filhos, netos). Aproximadamente 25 anos era a média de tempo que se estimava para calcular a idade de formação entre uma geração e outra. Hoje, o intervalo está mais curto e já se pode falar em uma nova geração a cada 10 anos. Isso significa que mais pessoas diferentes estão convivendo – em casa, nas escolas, nas universidades, no mercado de trabalho (p. 4, grifo do autor).

Desta forma, é possível considerar que as gerações são carregadas de suas características, pois refletem a realidade de seu tempo, causando desafios não só para o universo da educação neste recorte histórico, mas também no âmbito social, econômico e cultural.

Considerando a ruptura de fronteiras existentes entre aqueles que estão conectados atualmente, em rede, através dos computadores, da Internet, encontram-se as crianças, as quais estão ainda mais imersas nesse novo desenho. Elas estão sofrendo influências do contexto social vivenciado, atingindo seu comportamento social, conforme afirma Veen e Vrakking (2009, p. 28) “o que as crianças fazem e o que pensam é o resultado da interação com o que está ao seu redor, o mundo externo.”

Assim sendo, as crianças atuais e toda sua geração podem receber diversas nomenclaturas, como “geração instantânea”, “geração digital”, “geração da rede”, “geração Z” ou “nativos digitais”.

Independente do nome que recebam, é imprescindível notar que ao passo que as gerações vão passando, suas características vão se modificando e portanto, as informações recebidas são capazes de nortear e transformar toda a condução do meio que vivem.

Para se avançar, é preciso dar um passo atrás e observar como as gerações anteriores conduziam a vida em sociedade. Estas gerações já fazem parte de um “antigamente”, conforme mencionado no trecho: “Cada vez mais os jovens e crianças dominam as TICs, desse modo eles interagem através de uma cultura comum e de um modo bem diferente de antigamente” (SANTOS; SCARABOTTO; MATOS, 2011, p. 15.844).

Ainda, em Bortolazzo (2012):

[...] esta é uma geração pioneira na história da humanidade, pois é a primeira vez em que as crianças passam a desempenhar papel de professores, ensinando algo aos adultos – geralmente o manejo com as tecnologias, ferramentas nas quais estão imersas desde o seu nascimento. Os mais jovens têm desenvolvido uma capacidade de distribuir atenção sob diversas interfaces. A realização de tarefas simultâneas seria o marcador que os diferenciam dos indivíduos de outras gerações (BORTOLAZZO 2012, p. 8).

Assim, tais realizações de tarefas seria o grande marco que registra a diferenciação entre as gerações atuais e as antigas.

Sabe-se que entre o período de 1945 e 1961, foi possível identificar a geração *Boomer*, explicada por Soares (2000, p. 17) como o “resultado da alta taxa de natalidade no pós-guerra, em um pequeno período durante o qual nasceram filhos e filhas cujo nascimento tinha sido postergado pela Segunda Guerra Mundial”. Assim, identificava-se como padrão de comportamento serem pessoas voltadas para o trabalho, principal prioridade.

Os *Boomers* eram competitivos e buscavam incessantemente resultados, dividindo os alcances em sucesso ou fracasso. Dificuldades em lidar com perdas, comunicação e feedback eram características bem fortes. Além disso, aprenderam a lidar com tecnologias digitais depois de adultos, o que dificultava bastante a manipulação das ferramentas.

Segundo Martins (2011), pode-se afirmar que:

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial (CASTELLS, 2007, apud MARTINS, 2011, p.126)

Já entre o período de 1962 e 1977, foi possível identificar a Geração X. Ela possuía ter foco no resultado e para se manter no mercado, desenvolvia a habilidade de aprender novas tecnologias. Havia ainda a característica de ser um grupo mais individualista, portanto o trabalho em grupo não era amplamente valorizado. A sede por conhecimento era um ponto bem forte, havia ainda a autoconfiança e o espírito empreender como forças.

No período entre 1978 e 1994, foi possível identificar a chamada Geração Y. Como a geração anterior, possuía uma forte autoestima, mas um compromisso muito forte com valores, uma vez que o discurso devia coincidir com a prática. Eles nasceram com equipamentos tecnológicos em suas casas, portanto podiam ser considerados “Nativos Digitais”, viviam conectados à rede e não gostavam de burocracia e nem de controle.

A geração seguinte, conhecida como Geração Z, data do período entre 1990 e 2010. O “Z” vem do início do termo “zappear”, ou melhor, trocar os canais da TV rapidamente e constantemente com um controle remoto, em busca de algo que seja mais interessante, ou mesmo por mero hábito. “Zap”, vem do inglês, significando “fazer algo muito rapidamente”.

Diante do exposto, pode-se observar que atualmente os estudantes são “falantes nativos” da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet (PRENSKY).

Nesta fase, na qual vive-se o mundo virtual, há uma resistência para o modelo educacional vigente, exigindo assim novas ações educacionais. O ambiente escolar não os atrai, o que demanda uma adaptação urgente em relação as suas necessidades.

Ainda sem características precisas, a próxima geração, a partir de 2010, é conhecida como Geração Alfa. Nasceram conectados em rede, poderão ser filhos tanto da geração Y, como da Geração Z. Para esta geração, a relação professor-aluno é essencial para aquisição de conhecimentos, buscando-se alcançar o processo de ensino-aprendizagem que se constituem na transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos, habilidades e competências.

OS SUJEITOS NATIVOS E IMIGRANTES DIGITAIS

Os termos “Nativos Digitais” e “Imigrantes Digitais”, trazidos por Marc Prensky, em 2001, trouxe à tona a separação entre dois momentos bem diferentes vividos.

Os Nativos Digitais nasceram na era dos computadores, da Internet e videogames. Desta forma, possuem a capacidade da fluência internauta, dominando e compreendendo de forma única a vida digital. Esses indivíduos vivem conectados e têm na tecnologia uma extensão de seu corpo, de seu cérebro e muitas vezes de sua própria alma. Inclusive, é possível cogitar o fato de que estes sujeitos passam mais tempo acessando conteúdo pelas vias proporcionadas pela Internet do que lendo.

Em contrapartida, os que nasceram antes dessas tecnologias e tiveram que despender tempo e energia para aprender sobre elas, são considerados Imigrantes Digitais. Estes, muitas vezes por necessidade, precisam se adaptar ao mundo digital embora tragam um “sotaque” do passado, demonstrando assim sua fragilidade. Eles veem o mundo digital com insegurança, desconfiança e receio, fatos que dificultam ainda mais as suas desenvolvimentos face aos que nasceram imersos nesses ambientes e, portanto, sem receios.

Outra característica importante mencionada por Prensky é que os Nativos Digitais gostam de estar aptos a realizar múltiplas tarefas e de receber informações e as processar de forma dinâmica. Diferentemente, os Imigrantes Digitais, precisam executar uma coisa de cada vez, de forma individualizada e vagarosamente.

Ser Nativo Digital significa vir ao mundo em um momento onde a utilização das tecnologias já era fatídico, o que torna um elemento facilitador e influenciador na maneira de pensar dos jovens nascidos nas últimas décadas. Para estes, não foi preciso conhecer inicialmente a tecnologia para em seguida lidar com ela.

Todos esses pontos caminham para as inquietudes levantadas no tocante ao desenvolvimento da educação desses jovens. Será que os Imigrantes Digitais se encontram preparados para lecionar para os Nativos Digitais? Será que estes Imigrantes estão seguros de como devem abordar os conceitos e temas que norteiam uma proposta pedagógica pautada em novas tecnologias? Será que conseguiriam alcançar o interesse de seus pupilos e assim trazer aulas dinâmicas e que façam sentido de modo uniforme a todos?

Em sua obra, Prensky (2001) se manifesta no sentido de que:

Então se os educadores Imigrantes Digitais realmente querem alcançar os Nativos Digitais – quer dizer, todos seus estudantes – eles terão que mudar. Já é hora para pararem de lamentar, e assim como o lema da Nike da geração dos Nativos Digitais

diz “Apenas faça isso! “. Eles terão sucesso a longo prazo – e seus sucessos virão mais rapidamente se seus administradores apoiá-los. ” (PRENSKY, 2001)

Uma alteração de paradigmas urge.

Tori (2010) descrevendo o mencionado por Prensky (2001) sobre Nativos e Imigrantes Digitais relata que os Nativos são ensinados por Imigrantes, estes advindos de uma era pré-internet, sendo que:

O cérebro dos “nativos” se desenvolveu de forma diferente em relação às gerações pré-internet. Eles gostam de jogos, estão acostumados a absorver (e descartar) grande quantidade de informações, a fazer atividades em paralelo, precisam de motivação e recompensas frequentes, gostam de trabalhar em rede e de forma não linear (TORI, 2010 p. 218)

Considerando que essa mudança de paradigmas no contexto da educação se faz iminente, cabe a contribuição de Behrens (2007, p.41) a qual relata que para ocorrer o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem baseado no movimento digital, deve ocorrer uma alteração na visão de mundo, de sociedade, de homem e da própria prática pedagógica desses professores.

Inovação. Essa é a capacidade que mais se requer de um profissional ao adaptar-se à estas complexas demandas educacionais. Segundo Guerreiro (2006, p.99) “inovação é a capacidade de ver de outro modo, com outro olhar, o objeto já observado e descrito por muitos”, exigindo assim criatividade e mudança de paradigmas conforme já mencionado.

Do mesmo modo que as inquietudes são colocadas na educação, são colocadas também em outras áreas, como é o caso da psicologia, também orientadora e norteadora de jovens em seus processos de escolhas de carreiras. Será que estes profissionais serão capazes de apoiar as escolhas certas em se tratando de um Nativo Digital? Será que eles alcançam as expectativas e desejos desses novos formadores de opinião? Indo mais além, será que conseguem identificar que novas oportunidades virão com o surgimento de novas profissões considerando o meio digital? Será que já conseguem identificar as novas profissões?

TENDÊNCIAS PROFISSIONAIS

É possível analisar duas frentes atualmente. Baseando nossa vivência por natureza analógica, não podemos desconsiderar que estamos atravessando cada dia mais, na ponte que nos leva ao digital.

É fácil entender a ida e vinda nesta ponte anteriormente mencionada, visto que se faz inevitável e necessário acompanhar toda a tendência mercadológica e consumidora de uma realidade capitalista. Porém, abrir mão do que já foi aprendido em busca de novas ferramentas, é desafiador e nos leva a pensar sobre onde nos encontramos atualmente.

Qual seria então o real sentido de entender o papel dos educadores, pais, profissionais dentro deste contexto atual?

Esses personagens deveriam recriar padrões para se adaptar e então conseguir manter um diálogo linear para orientar e educar com sucesso.

Em tempos da chamada geração Z, que cabem aos nativos digitais nascidos entre os finais dos anos 90 até 2010, familiarizados com a realidade tecnológica e sempre conectados aos meios audiovisuais, geram-se habilidades criativas inéditas e outras formas de visão de carreira que, especialmente, profissionais de orientação vocacional precisam estar atentos.

Considerando esse cenário, cabe aos profissionais que tem como desafio esse papel, além de trabalhar todo esse contexto de autoconhecimento, estima e eficácia, é preciso estar atualizado e informado frente as profissões que emergem nesse contexto, que vão muito além das ciências biológicas, exatas ou humanas, não se começa mais a partir de tradições como medicina, direito e engenharia. Nesse novo cenário, surgem como uma preferência esmagadora, as chamadas profissões do futuro, dando destaque para algumas áreas promissoras.

- 1-Cientista de dados: utiliza da análise de dados e conhecimentos de software, da gestão comercial e das noções de estatística e matemática para reunir a maior quantidade com informações de big data disponíveis na rede para pensar em soluções e aprimoramentos em empresas, produtos e cadeias de distribuição. É o profissional capacitado para lidar com big data, a enorme quantidade de dados disponíveis na internet, que pode melhorar, tornar mais eficientes ou mais rentáveis processos internos.
- 2-Desenvolvedor de aplicativos e engenheiro de software: cria, desenvolve e aprimora softwares e aplicativos de celular. Cada dia mais pessoas têm smartphones, portanto, seguem valorizados os programadores responsáveis por softwares e aplicativos.
- 3-Marketing digital: atua com a imagem da empresa ou do produto, tendo o objetivo de atrair novos negócios, criar relacionamentos e desenvolver uma identidade de marca. Em momentos de retração do mercado, a construção e manutenção da imagem no ambiente digital torna-se primordial.
- 4-Técnico em drone: controla e comanda drones ou aparelhos com tecnologia semelhante.
- 5-Creators: esses profissionais já estão em alta e prometem ficar nos próximos anos. São aquelas pessoas que vivem de produzir conteúdo para a internet, também conhecidos como digital influencers.
- 6-Assessor de creators: já existem agências/profissionais que cuidam das carreiras de influenciadores digitais e a tendência é que esse número aumente à medida que novos creators vão surgindo.
- 7-Professor online: o ensino EAD tende a se expandir nos próximos anos e os professores começaram a enxergar o modelo de espaço para aula virtual, que possibilita maior alcance de alunos. Essa é uma grande aposta para escalar os ganhos dos profissionais que vivem de transmitir conhecimento. O mercado de criação de cursos online está a cada dia mais especializado e disseminado.
- 8-Analista de Big Data: profissional que analisa todas as informações provenientes de um sistema que circula dentro da internet e que pode influenciar em um negócio/empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que se faz necessário a tecnologia também na escola, de forma direta, planejada e bem executada, visto que desta forma o aprendizado será significativo. É notório o seu papel como facilitadora da vida na sociedade contemporânea e, portanto, essencial sua presença no âmbito escolar visando o fomento de habilidades indispensáveis ao cotidiano dos jovens.

Em tempo, nos deparamos com a função do educador frente às novas TICs, pois este se encontra como ponte do processo de ensino e aprendizagem para a busca do desenvolvimento das habilidades no cenário das tecnologias emergentes.

Assim, não basta ter os melhores e mais avançados recursos tecnológicos, mas sim educadores qualificados para utilizá-los de forma competente. Desta forma, um dos grandes desafios dessa nova geração, na educação, é combater as paredes construídas pelos educadores para utilizar esses novos recursos para a efetivação de uma visão de educação voltada para a atual realidade e conseqüentemente a orientação de futuros jovens na escolha de suas carreiras.

Imprescindível é a formação do educador para esse contexto, assim como todos que lidem de forma direta com o apoio na escolha das profissões do futuro. É necessário que eles se apropriem das competências necessárias na utilização das TICs e se tornem mediadores desse processo na era digital.

Impossível falar em alcançar as profissões do futuro se os educadores e orientadores vocacionais não conseguirem tangibilizar o seu papel neste processo. Essa necessidade urge. É preciso estar preparado para as novas tendências de mercado. Para a orientação profissional cumprir com sua real finalidade, deve ser operacionalizada de maneira coerente, ou seja, além de informar sobre as carreiras profissionais, deve promover o autoconhecimento do indivíduo como meio facilitador para a escolha profissional, ajudando o indivíduo a formar-se cidadão em seu sentido mais pleno, uma vez que, ao apoiá-lo a encontrar uma identidade profissional, auxilia-o a estruturar uma identidade pessoal, favorecendo a construção de um projeto de vida de forma mais responsável e consciente. Muito mais do que escolher uma profissão, a orientação profissional auxilia o jovem a adaptar-se à vida.

Em síntese, entende-se que essa consciência e atualização de padrões é de suma importância pois aborda uma gama de conhecimentos e distintas formas de atuação, favorecendo assim, o melhor entendimento da escolha ou re-escolha profissional em uma era altamente digital.

Diante do exposto, espera-se que este estudo tenha contribuído para esclarecer sobre as inquietações em torno dos desafios dos educadores e orientadores vocacionais face as novas tendências profissionais advindas da emergente era digital tecnológica.

Como sugestão para trabalhos futuros, resta-se pontuada a demanda de um estudo mais aprofundado do crescente acervo de novas profissões e carreiras conectadas com as tendências tecnológicas digitais que são apresentadas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. C., SANTOS, S. E. de B. O grupo e o psicodrama na orientação profissional. **I Jornada Norte- Nordeste de Orientação Profissional/ABOP**, Recife, 2000. (Trabalho apresentado).

BEHRENS, M.A. O paradigma da complexidade na formação e no desenvolvimento profissional de professores universitários, Porto Alegre, **Educação**, vol. XXX, no. 63, 2007, pp. 439-455, set. /dez. 2007.

BORTOLAZZO, S. F. Nascidos na era digital: outros sujeitos, outra geração. **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012**. Disponível em: <https://bit.ly/2DxHQ53> Acesso em: 20 jun. 2018.

COSENZA, R. M. Para atender os nativos digitais. **Revista Pátio-Educação Infantil**. Porto Alegre, Ano IX, n. 28, p. 16-18, Jul./Set. 2011. (Entrevista concedida a Revista Pátio - Educação Infantil).

GUERREIRO, E. P. **Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede**. São Paulo: Editora Senac São Paulo: 2006.

MARTINS, N. S. Inclusão digital: desafios e reflexões teóricas na formação de professores no mundo contemporâneo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 123-140, 2011.

MULLER, M. **Orientação Vocacional: Contribuições clínicas e educacionais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

PRENSKY, M. Nativos Digitais, Imigrantes Digitais. **De On the Horizon**, NCB University Press, v.9, n. 5, out., 2001. (Tradução do artigo "Digital natives, digital immigrants", cedida por Roberta de Moraes Jesus de Souza: professora, tradutora e mestranda em educação pela UCG).

SANTOS, M. dos.; SCARABOTTO, S. do C. dos A.; MATOS, E. L. M. Imigrantes e nativos digitais: um dilema ou desafio na Educação? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10, 2011, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba: Pontifca Universidade Católica do Paraná, 2011, p. 15840-15851. (1º Seminário Internacional de Representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSE).

SILVA L. B. de C. **A escolha da profissão: uma abordagem psicossocial**. São Paulo: Unimarco, 1996.

SOARES, A. D. S. **Homicídios no Brasil: vários factoides em busca de uma teoria**. Apresentando no Encontro Anual da Latin American Studies Association, 2000, Miami, Flórida.

TORI, R. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distância em ensino e aprendizagem**. São Paulo: Senac, 2010.

VEEN, W.; VRAKING, B. **Homo Zappiens: educando na era digital**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IMPLANTAÇÃO DO SISU: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E MIGRAÇÃO ESTUDANTIL.

RENATO CONRADO LOPES

*Mestrando do programa de pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território
fratelorenato@yahoo.com.br*

RENATO CASTRO MARTINS

*Mestrando do programa de pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território
Renatocastro.adm@gmail.com*

EUNICE MARIA NAZARETHE NONATO

*Professora do programa de pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território
eunicenazareth@hotmail.com*

RESUMO

Este artigo discute a política de democratização do ensino superior ocorrida a partir de 2009 no Brasil, por meio da implantação do SISU. O objetivo deste estudo é analisar o significado desta democratização e verificar quais são os aspectos inerentes à migração estudantil decorrente da implantação da política. O referencial teórico adotado utiliza-se das contribuições de Denise (2016) e Desidério (2006). A metodologia utilizada é qualitativa realizada por meio de revisão bibliográfica e análise de dados públicos, disponíveis no portal do Ministério da Educação e Cultura. Buscou-se compreender quais os fatores que motivam a migração estudantil e se a política mencionada possibilitou a democratização do acesso ao nível superior. O estudo aponta que o acesso ao ensino superior público está atrelado à expansão das vagas nas instituições públicas a políticas públicas de ações afirmativas e que o ato de migração por parte dos estudantes, envolve motivações pessoais.

PALAVRAS-CHAVE: SISU, democratização, migração estudantil.

ABSTRACT

This article discusses the policy of democratization of higher education that has taken place since 2009 in Brazil, through the implementation of the SISU. The objective of this study is to analyze the meaning of this democratization and to verify what are the inherent aspects of student migration resulting from the implementation of the policy. The theoretical framework adopted is based on the contributions of Denise (2016) and Desidério (2006). The methodology used is qualitative, carried out through a bibliographical review and analysis of public data, available on the Ministry of Education and Culture website. It was sought to understand the factors that motivate the student migration and if the aforementioned policy made possible the democratization of access to the higher level. The study points out that access to public higher education is linked to the expansion of vacancies in public institutions to affirmative public policies and that the act of student migration involves personal motivations.

KEY WORDS: SISU, democratization, student migration.

1- INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação - MEC, em 2009, apresentou uma reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Essa reformulação possibilitou a utilização da nota alcançada no exame como critério na seleção de candidatos para o ingresso nas instituições públicas de educação superior. Para isto, o MEC implantou o Sistema de Seleção Unificada - SISU, que é o sistema informatizado no qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem. O candidato escolhe até duas opções de curso, é possível alterar suas opções no decorrer do período de inscrições. Os candidatos são selecionados de acordo com a nota obtida no Enem, dentro do número de vagas em cada curso. As principais vantagens da implantação do SISU, apontadas pelo MEC, são: ampliar a democratização do acesso ao ensino superior, e possibilitar uma maior mobilidade acadêmica.

A partir desta inovação quanto a forma de ingresso, agora centralizado, que substitui os vestibulares tradicionais, evidencia-se a geração de possibilidades para aquelas pessoas que não sonhavam em cursar uma universidade pública, o leque se expandiu, inclusive na perspectiva da oportunidade de estudar em outras cidades. Sobre esta temática, Gazzola (2004, p. 07) contribui: que indica “ser razoável esperar da universidade pública uma contribuição efetiva às medidas capazes de estender a camadas mais amplas de nossa população os benefícios decorrentes da educação superior”.

Sobre o aspecto ligado à migração estudantil, Desidério (2006) afirma que o ato de migração por parte dos estudantes, envolve motivações pessoais almejadas pelos mesmos. Entre os principais fatores de migração de estudantes estão a possibilidade de estudarem, e a oportunidade de viverem em outros estados, possibilitando a aquisição de conhecimento, e de vivenciarem novas culturas.

O objetivo deste artigo é analisar o que de fato significa esta democratização do acesso ao ensino superior público, e verificar quais são os aspectos inerentes à mobilidade acadêmica ou migração estudantil.

POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Neste tópico pretende-se analisar como se deu a democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro a partir da implantação do SISU, sendo esta, uma das promessas do MEC ao elaborar e pôr em prática tal política educacional.

A política educacional refere-se aos valores, aos objetivos e às regras sobre educação que são de interesse da sociedade e decididas por ela; diz respeito ao que se vai fazer na educação da população e a como fazê-la. Requer, assim, que se encontrem um sentido e uma forma de organização social que, assegurando o respeito à individualidade de cada um, solucionem divergências, viabilizem um fim comum, ou seja, o bem comum. Abrange-se, pois as questões de direitos e deveres, objetivos, princípios e formas da organização da educação, exigindo que se compreenda e proponha os limites, os atributos e o sentido da organização e da coletividade em educação, reconhecendo a história e os anseios da sociedade brasileira, as relações que são acordadas e os instrumentos de mediação dos interesses. (LUCE, 1986).

Quando se aborda a temática democratização do ensino superior, o fazemos por meio das contribuições de Boaventura, pois ele traz uma contribuição especial sobre o assunto: “A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução colectivas dos problemas sociais, nacionais e globais.” (SANTOS, 1999, p. 57)

A partir do momento em que o MEC implementa o SISU como sendo um passo fundamental para a democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro, ele propõe trazer possibilidades à população de baixa renda de se candidatar em cursos e instituições que talvez seriam inacessíveis pelo alto custo implicado na participação nos vestibulares tradicionais.

O Sistema de Seleção Unificada - SISU foi criado em 2010 pelo Ministério da Educação - MEC, do governo federal, em substituição aos vestibulares tradicionais, até então descentralizados. Trata-se de um sistema informatizado gerenciado pelo próprio MEC, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes, em todo território nacional. Portanto estudantes do país inteiro podem se candidatar às vagas ofertadas por estas instituições.

A Portaria Normativa nº 21, de 05 de novembro de 2012, regulamenta o SISU, na qual estabelece a relação entre este sistema e o ENEM com as seguintes considerações:

Art. 2º, § 1º - O processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação àqueles realizados no âmbito das instituições de ensino superior, e será efetuado exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Art. 13. Somente poderá se inscrever no processo seletivo do Sisu o estudante que tenha participado do Enem, conforme disposto no § 1º do art. 2º desta Portaria, e que atenda às condições estabelecidas no edital do Sisu.

Ainda de acordo com a Portaria supracitada, “o processo seletivo do SISU, compreenderá: I - oferta de vagas pelas instituições; II - inscrição dos estudantes; III - classificação e seleção dos estudantes nas chamadas regulares; IV - classificação e seleção dos estudantes na lista de espera; e V - lançamento, pelas instituições, das vagas ocupadas no Sisu.” Frisando a etapa II, é importante destacar que o estudante deverá realizar sua inscrição especificando: “em ordem de preferência, as suas opções de vaga em instituição, local de oferta, curso, turno; e a modalidade de concorrência, conforme o disposto no art. 15 desta Portaria.” Segue abaixo o texto do Art. 15:

Ao se inscrever no processo seletivo do Sisu, o estudante deverá optar por concorrer: I - às vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 2012, observada a regulamentação em vigor; II - às vagas destinadas às demais políticas de ações afirmativas eventualmente adotadas pela instituição no Termo de Adesão; ou III - às vagas destinadas à ampla concorrência.

A grande diferenciação no sentido de democratizar o acesso, foi à articulação do SISU com a Lei Nº 12.711/2012, conhecida popularmente como a “Lei de Cotas”. A partir de 2016, completada a fase de implementação da referida lei, pelo menos 50% das vagas oferecidas pelo SISU para cada curso, em cada instituição, passou a ser reservada para alunos que fizeram o Ensino Médio em escolas públicas. Assim, metade dessas vagas, que dá 25% do total, deve ser destinada exclusivamente para alunos da rede pública com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo. A lei ainda prevê que seja garantido um percentual de vagas para pretos, pardos e indígenas. (NOGUEIRA et al., 2017)

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012).

Recentemente foi sancionada a Lei 13.409/2016, que altera a lei 12.711/2012. Ela acrescenta as pessoas com deficiência às cotas mencionadas anteriormente, também de acordo com a

proporcionalidade apontada pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na unidade da Federação em que a instituição de ensino se localiza.

Importante destacar que nos primeiros três anos de existência, o SISU teve uma adesão de mais de 80% das universidades federais, ou seja, cerca de 50 das 59 universidades federais existentes à época, utilizaram o sistema em 2014. No primeiro semestre de 2013, 1,9 milhão de estudantes se inscreveram, e foram oferecidas mais de 100 mil vagas em todo o país só em universidades federais (ESTADÃO, 2013).

Em 2010, as 47.913 vagas oferecidas por meio do SISU representaram 10,7% do total de 445.337 vagas oferecidas por vestibular ou outros processos seletivos de todos os cursos presenciais em universidades públicas, segundo os dados do Censo da Educação Superior. Entre 2010 e 2016, as instituições públicas haviam expandido seu número total de vagas oferecidas para 529.239, um aumento de 18,8%. Mas, nesse mesmo período, a expansão de vagas do SISU foi de 376%. Na edição do primeiro semestre de 2016, o SISU reuniu 228.071 vagas, ou seja, 43,1% do total de novas vagas oferecidas no ensino superior público em todo o país. Já em 2018, o SISU do primeiro semestre ofereceu 239.601 vagas em 130 instituições públicas. Do total dessas vagas oferecidas em 2018, 121.266 (ou 50,6%) estão reservadas para alguma modalidade de cota social ou racial. São 103.897 vagas que seguirão a Lei Federal de Cotas, obrigatória para as instituições federais, e 17.369 vagas de outras políticas de ação afirmativa que tanto as instituições federais quanto as estaduais têm liberdade para criar (ANDIFES, 2018).

Portanto, a partir de 2010, com forte influência do SISU, nosso país assistiu uma considerável transformação do perfil do estudante universitário em termos das condições socioeconômicas de suas famílias, com um aumento exponencial da participação de estudantes com menor renda familiar que tiveram acesso ao ensino superior público e gratuito em inúmeras Universidades do país. Podemos mencionar que a democratização do acesso ao ensino superior público está intimamente atrelada à expansão das vagas nas instituições públicas de ensino superior e à implementação de políticas públicas através de ações afirmativas e que foi responsável por um intenso processo migratório de estudantes que será abordado abaixo.

OS FATORES DA IMIGRAÇÃO ESTUDANTIL A PARTIR DAS NOTAS DO SISU

Os estudos relacionados aos aspectos migratórios tem sido alvo pois estão de diversas bases teóricas de estudo, pois estão relacionados aspectos que envolvem a condição humana, como social, Econômica e populacional. além de ter essa conotação, o processo migratório também envolvem situações pessoais, que podem ser diferente dependendo do indivíduo. Oliveira e Jannuzzi (2005) aponta que apesar de ser motivos econômicos que derivam a maioria dos processo migratórios, este processo também pode estar ligado á outras motivações, entre elas, questões educacionais em casos daqueles que migram dentro de seus próprios estados, pais ou até mesmo para outros países.

No Brasil, entre os anos de 2009 a 2017 tem aumentado de forma grandiosa o número de jovens que fazem o processo de migração estudantil, tendo por base as notas do Sistema de Seleção Unificada (SISU) , que abre chances de muitos desses jovens ingressarem em curso superior numa instituição pública. Segundo Denise (2016), A motivação emigrar varia de forma significativa entre os diversos grupos populacionais grupo de estudantes que migram representa um grupo muito interessante e particular e tem uma literatura própria que busca compreender a decisão de migração tanto de forma internacional como entre as regiões do mesmo país.

Segundo Blanco (2000) o movimento migratório estudantil são levados por alguns fatores:

o fator espacial está presente na migração estudantil, já que supõe deixar o local de origem e dirigir-se a um povoado, vila ou centro urbano (cidade) do mesmo ou de outro município, região, território de identidade, estado ou país; 2) os deslocamentos não são esporádicos, mas se trata de um período longo cujo prazo varia em função do nível e modalidade de ensino; 3) social e culturalmente, aos estudantes, supõe mudanças significativas no entorno, já que a sociedade em que os sujeitos vão seguir formando-se apresenta características que a diferencia da anterior. (Blanco 2000)

Neste processo de chegada e de partida de um território, o que fica marcante no cotidiano dos imigrantes estudantis é o processo de territorialização e desterritorialização que também pode ser entendido como um movimento migratório que leva em conta o local de origem de onde o estudante sai e o local de destino que este estudante vai. Nesta perspectiva da territorialização, é levado em conta o processo de adaptação de uma nova cultura que o estudante vai encontrar na seu novo habitat de convivência.

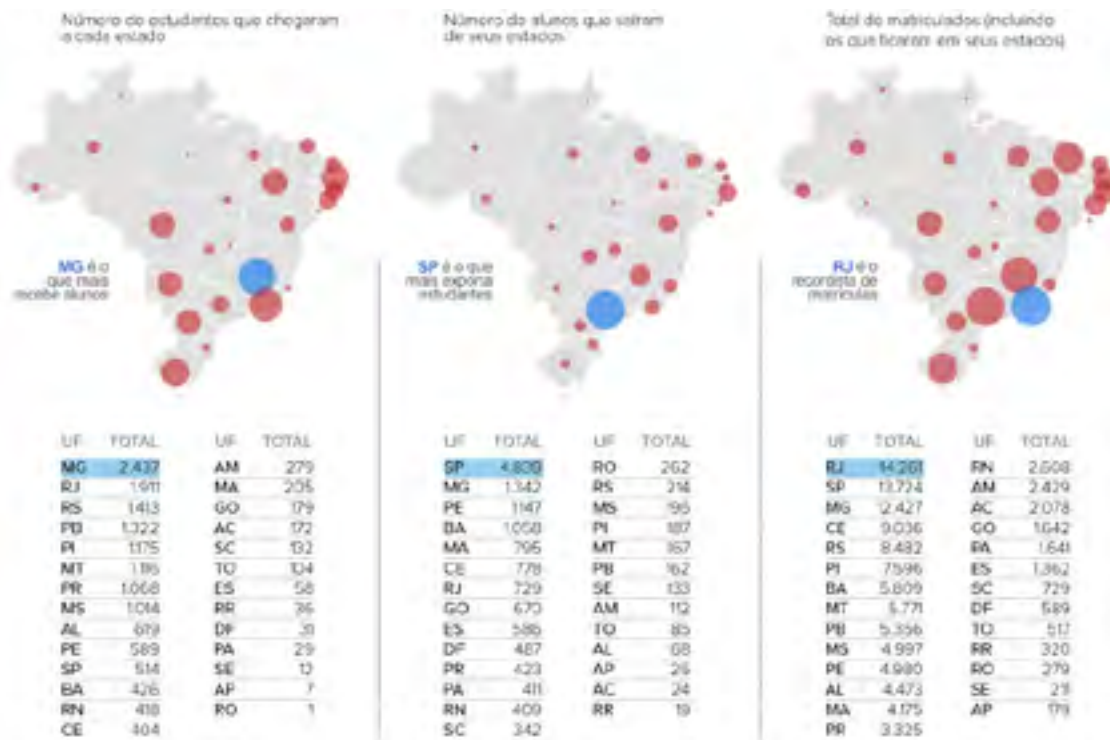
Haesbaert (2001) assim define a territorialização numa uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: apropriação e ordenamento do espaço com forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Assim, associar o controle físico ou a dominação objetiva do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social.

O ato de migrar traz consigo aspectos de angústia e esperança, angústia primeiro por esta deixando uma realidade que é sua e irá confronto algo que não conhece, que precisará descobrir, e a esperança por acreditar que no seu lugar de destino terá a possibilidade de criar uma nova história de lutas, mas acima de tudo de conquistas. (SAHLINS, 1999, apud MENEZES, 2012) , salienta que As teorias de migrações contemporâneas foram as primeiras a salientar este aspecto. O autor considerava vários aspectos da vida do migrante levando em conta que “suas experiências influenciarão naquilo em que as pessoas se tornarão, serão outras pessoas sem deixar de serem elas mesmas” Por estes motivos, o migrar para um estudante é uma decisão difícil, pois estão em jogo decisões que modificaram ou não o restante da sua vida.

Um dos fatores que incentivaram a imigração estudantil desde 2009 até os dias atuais é a implementação de uma nova política que abre vagas ao ensino superior, a jovens que querem ingressar na vida acadêmica. O SISU abriu portas a este tipo de imigração:

1 HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs). Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 169-190.

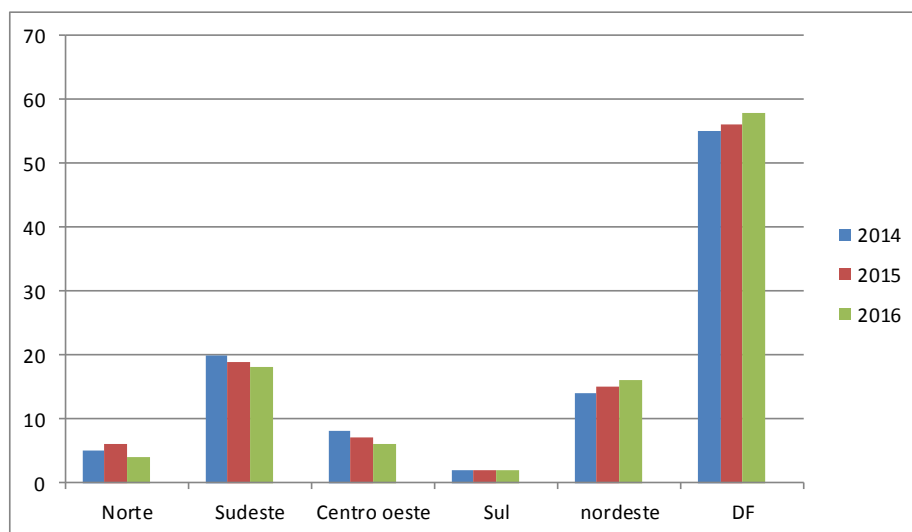
Chegadas e partidas: Mapas mostram origem e destino dos aprovados no SISU (2013)



Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/sisu-mobilidade-2013-infografico/platb/>

Visto que em 2013, os estados do sudeste, precisamente Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro foram os que mais receberam, que mais tiveram saída e o maior número de matrículas. Diante disso a conclusão que podemos tomar é que a região Sudeste ainda é o centro da aglomeração migratória da maioria dos estudantes, justamente por possuir a maior riqueza econômica do Brasil, e onde também se centraliza a grande malha industrial.

- Distribuição de estudantes respondentes do Enem-Sisu por região de origem em percentuais de 2014 a 2016.



Fonte: Observatório da Vida Estudantil: valores das porcentagens aproximados.

Podemos observar que a região sudeste ainda tem um índice de estudantes matriculados pela nota do SISU, mas é perceptível também, um crescimento acentuado dos estados do nordeste e principalmente para a cidade de Brasília, por ser um estado em vasta expansão e econômica e conseqüentemente que recebem alunos de varias outras regiões do Brasil pelos motivos mencionados acima no texto.

Outra decisão que pesa muito na escolha do estudante imigrante a sair para estudar em outros estados é qual a instituições que disponibilizará vagas pelas notas do SISU.

As 05 maiores instituições por regiões que utilizaram a nota do SISU como ingresso nas universidades.

Instituição de ensino (Sigla)	Método utilizado para aceitação
UNB (Universidade de Brasília)	metade das vagas pelo Enem/SiSU e a outra metade pelo PAS no 1º semestre e Vestibular no 2º semestre
UFG (Universidade federal de Goiás)	todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem prova de aptidão (THE)
UFGD (Universidade Federal Grande Dourados)	metade das vagas pelo Enem/SiSu
UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do sul)	30% das vagas pelo Enem/SiSU e o Vestibular usa o Enem como parte da nota
UFBA Universidade Federal da Bahia	todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem prova de aptidão (THE)
UFPB (Universidade federal da Paraíba)	Todas as vagas pelo ENEM/SISU
UFPI (Universidade federal do Piauí)	Todas as vagas pelo ENEM/SISU
UFMA (Universidade Federal do Maranhão)	Todas as vagas pelo ENEM/SISU
UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem prova de aptidão (THE)
UFAC (Universidade Federal do Acre)	todas as vagas pelo Enem/SiSU,
UFAM (Universidade federal do Amazonas)	Todas as vagas pelo ENEM/SISU
UFPA (Universidade federal do Pará)	Todas as vagas pelo ENEM 2107 sendo 20% pelo SISU
UFT (Universidade Federal do Tocantis)	Todas as vagas pelo ENEM/SISU
UFRR (Universidade Federal de Roraima)	parte das vagas pelo Enem/SiSU)
UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)	todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem prova de aptidão (THE)
UFRJ (Universidade federal do Rio de Janeiro)	Todas as vagas pelo ENEM/SISU exceto cursos que exigem prova de aptidão (THE)
UFES (Universidade federal do Espírito Santo)	Todas as vagas pelo ENEM/SISU

USP (Universidade de São Paulo)	21,11% das vagas pelo Enem/SiSU
UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora)	70% das vagas pelo Enem/SiSU; o restante é pelo vestibular seriado (Pism)
UFPR (Universidade Federal do Paraná)	20% das vagas do ENEM/ SISU
UFRGS (Universidade federal do Rio Grande do Sul)	30% das vagas do ENEM/ SISU
UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)	23,75% das vagas pelo Enem/SiSU
UFFS (Universidade Federal Fronteira do Sul)	Todas as vagas pelo ENEM/SISU

Fonte: vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/enem/lista-adesao.htm. Acesso em 16-10-18.

Diante da realidade mostrada através dos gráficos e tabelas, é possível afirmar que a imigração estudantil é um movimento que se expande e é verificada a presença de mais jovens que querem adentrar no ensino superior. O Enem / Sisu contribuiu de forma positiva para aumentar as oportunidades de estudantes de todo o Brasil, fazendo com que aumente também a mobilidade dentro dos estados. Com certeza, este sistema ainda irá favorecer milhares de estudantes com diferentes origens.

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou, a partir da implantação do SISU, o processo de democratização do acesso ao ensino superior, juntamente com o fenômeno da migração estudantil. O tema é proposto num dado momento do país, em que a discussão em torno do acesso ao ensino público e gratuito é posto a prova mediante a ebulição política vivida. Diante do que foi exposto, fica evidente que a intenção das políticas educacionais adotadas, foi de expandir número de vagas nos cursos de ensino superior, paralelo a isto, a modificação na forma de ingresso, ocorrido através do SISU, fez com que aumentasse também o número do fluxo migratório dos estudantes pelo território brasileiro.

Outro detalhe importante que vale ressaltar dentro do processo de migração de estudantes, esta relacionado com a divisão geopolítica dos estados brasileiros, sendo que boa parte destes estudantes, preferem escolher faculdades públicas no eixo sul-sudeste, pelo motivo de serem estados desenvolvidos e por terem a possibilidade de maior chances de emprego depois que se formarem ou até mesmo antes de concluírem o ensino superior. Neste sentido, Gonçalves (2004) acredita que após a qualificação acadêmica, o estudante pode contribuir profissionalmente ao seu lugar de origem caso volte, ou ainda sim será de grande valia para o desenvolvimento econômico de onde estiver inserido.

Podemos concluir que apesar desta nova política educacional alcançar parcelas da população brasileira historicamente excluída, ao viabilizar o acesso ao ensino superior público e gratuito, trazendo aos cidadãos das camadas populares a oportunidade de adquirirem “capital cultural e econômico”, nota-se que o caminho a ser percorrido ainda é longo, diversas ações e situações ainda necessitam de aprimoramento, para assim transformar o Brasil em um país que proporcione uma educação com oportunidades iguais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. **Sisu cresce quatro vezes em sete anos e concentra quase metade das vagas**. Disponível em <http://www.andifes.org.br>. Acesso em: 07 jul. 2018.

Adesão universidades Enem 2017 e SiSU 2018. Disponível em <https://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/enem/lista-adesao.htm>. Acesso em 09/10/18

BLANCO, C. **Las migraciones contemporáneas**. Madrid: Alianza, 2000.

BRASIL. **Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, ano 149, n. 169, seção 1, p. 1-2, 30 ago. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=30/08/2012>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa. **Portaria Normativa nº 21, de 04 de novembro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. Diário Oficial da União. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

COLLARES. Ana Cristina Murta; GOELLNER Isabela de Araujo. **Educação Superior na Sociedade Contemporânea Mobilidade estudantil no Ensino Superior e seus impactos, ou “Quem está migrando para estudar?”**. 18º Congresso de Sociologia UNB. Brasília DF 2017

DESIDÈRIO, Edilma de Jesus. **Migração internacional com fins de estudos: o caso dos africanos do programa estudante-convenio de graduação em três universidades públicas do Rio de Janeiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Rio de Janeiro, 2006.

ESTADÃO online. **Sisu: 80% das universidades federais já aderiram. 19 de maio de 2013**. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sisu-80-das-universidades-federais-ja-aderiram,1033511>. Acesso em 07 jul 2018.

G1. **Mobilidade no SISU**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/sisumobilidade-2013-infografico/platb/>. Acesso em 09/10/18.

HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs). *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 169-190.

LUCE, Maria Beatriz. Definição e gestão da política educacional. In: *Educação e constituinte – Anais. Conferência Brasileira de Educação IV*, Goiânia, 1986. Tomo I. Cortez Editora; ANDE; ANPED; CEDES, 1986, p.139-150.

LI, Levy, Denise; CHAGAS, André Luís. **Efeitos do Sisu sobre a migração e a evasão estudantil**. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ENABER. USP, São Paulo, 2017.

MEC. **Análise Sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Disponível em <https://portal.mec.gov.br>. Acesso em 26 de jul. 2018.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NONATO, Brésia França; RIBEIRO, Gustavo Meirelles; FLONTINO, Sandra Regina Dantas. **Promessas e limites**: o sisu e sua implementação na universidade federal de minas gerais. *Educ. rev.* [online]. 2017, vol.33, e161036.

OJIMA, Ricardo; AGUIRRE, Moisés Alberto Calle; SILVA, Bruno Lopes da; LIMA, William de Mendonça. **Migrações internacionais motivadas por estudo**: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 166-189. jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Kléber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste**: padrões etários, por sexo e origem/destino. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 134/143, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/>>. Acesso em: 25/07/18.

SANTOS, Boaventura Sousa. NAOMAR, Almeida Filho. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

LONGFORM: CONTRADIÇÃO OU REFLEXO DE UMA NOVA LITERACIA DIGITAL?: UM ESTUDO DE CASO DE UMA SÉRIE DE O GLOBO.

TAMARA DE SOUZA CAMPOS

Professor do Dpto. de Comunicação da UNESA

tamara.campos86@gmail.com

RESUMO

O tema do presente artigo¹ é o *longform*, que envolve uma extensão do texto e a profundidade na apuração, se diferenciando da narrativa padrão do online, com fotos, vídeos, infográficos, animações e jogos. O objetivo desse estudo de caso é conceituar esse novo formato à luz das sete características do webjornalismo (CANAVILHAS, 2014), bem como das três frentes analíticas propostas por Baccin (2015). As características mais percebidas foram a interatividade, o hiperlink e a multimedialidade. Outra questão é refletir acerca da contradição entre textos concisos e fragmentados da internet e a proposta *slow* do longform. O gênero iria ao encontro da cognição hodierna, ao promover o *cursus* em vez do percurso apriorístico do texto escrito? Será feito um estudo de caso de uma série sobre água publicada no site de O Globo, em março desse ano, cujo mote foi desconstruir o mito da abundância do recurso no Brasil.

Palavras-chave: Ciberespaço. Interatividade. Longform. Literacia. Comunicação.

ABSTRACT

The theme of this article is the longform, which involves an extension of the text and the depth in the investigative journalism, differing from the standard narrative of the online, with photos, videos, infographics, animations and games. The objective of this case study is to conceptualize this new format in light of the seven characteristics of webjournalism (Canavilhas, 2014), as well as of the three analytical fronts proposed by Baccin (2015). The most perceived characteristics were interactivity, hyperlink and multimedia. Another issue is to reflect on the contradiction between concise and fragmented internet texts and the slow proposal of the longform. Would genre meet today's cognition by promoting *cursus* rather than the a priori path of written text? A case study will be made of a series published on O Globo's website in March of that year, whose motto was to deconstruct the water's myth of abundance in Brazil.

Key-words: Cyberspace. Interactivity. Longform. Literacy. Communication.

1 O presente artigo foi possível graças ao financiamento do Programa Pesquisa Produtividade UNESA ao qual a pesquisadora foi vinculada entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2019.

Introdução

No fim de 2012, a reportagem *Snow fall*² (AMADO, 2013), publicada no site do New York Times, trouxe uma novidade para o webjornalismo, sendo considerada o início do *longform*. A matéria, com 18 mil palavras, muito extensa para o jornalismo online, contou com 3,5 de visualizações apenas nos seis primeiros dias da publicação. No cenário brasileiro, “a Batalha de Belo Monte”, publicada pela Folha de SP, em 2013, é tida como precursora do gênero, tendo envolvido dezenove profissionais e durado dez meses para ser produzida.

O objetivo desse trabalho é conceituar esse novo formato ao analisá-lo à luz das sete características do webjornalismo (CANAVILHAS, 2014), bem como das três frentes de análise presentes no *longform* - dimensão, recursos técnicos e elementos de qualidade - (BACCIN, 2015). Outra questão envolve refletir acerca da contradição gerada pela recorrente associação entre internet e textos concisos e fragmentados presente na literatura que caracteriza o webjornalismo (BARBOSA, 2007; BORGES, 2009) e a proposta do *longform*, cuja finalidade é gerar imersão do leitor a partir de uma fruição de qualidade. O gênero iria ao encontro da cognição dos indivíduos hoje, no sentido de promover uma literacia que propicia a leitura em uma lógica de *cursus*, diferentemente do sentido apriorístico de um texto escrito?

Será feito um estudo de caso de uma série sobre escassez de água publicada pelo site do jornal O Globo, entre os dias 22 e 25 de março de 2018. O *longform* procurou desconstruir o mito da abundância da água no Brasil, a partir de 18 matérias e uma entrevista. Há também a presença de muito conteúdo que enriquece a narrativa, como o documentário “Rezas de São Francisco”, um videográfico água e churrasco, que explica o desperdício de água envolvido nessa confraternização tão comum em nosso país, uma calculadora interativa (usuário pode verificar se consome acima do sugerido pelas Nações unidas), um passeio interativo pelo Rio São Francisco, o diagnóstico interativo “Um século de escassez”, o vídeo “Sarapuí: Rio de Sujeira”, e arquivo resgatado da seção de memória do jornal sobre escassez de água na Rio-92.

Conceituando o Longform

A ideia de *longform* reside na língua inglesa, pois o termo sempre foi utilizado para definir o tratamento mais longo e aprofundado de um tema, tendo sido o conceito adaptado em face da comunicação digital. Essa ressalva é importante para não julgarmos que a concepção de *longform* seja exclusiva do jornalismo online.

É importante lembrarmos que há semelhanças entre o *longform*, que pressupõe um tempo diferenciado na apuração e produção do produto jornalístico, e a ideia da grande reportagem, típica do impresso, mas presente em outras mídias. A preocupação em elaborar materiais jornalísticos diferenciados em termos de qualidade de informação e atrativo estético acompanha o jornalismo há décadas.

A novidade do *longform* é trazer esse nível de profundidade para o ambiente digital, marcado por textos curtos e fragmentados. A disseminação de dispositivos móveis, impulsionada pela invenção dos *smartphones* e *tablets* ajuda a criar um bias propício ao consumo mais demorado, a partir da portabilidade e facilidade de leitura, com agregadores de conteúdo, como o *read it later*. O diferencial do *longform* seria congregar texto bem construído, visual elegante e os recursos multimídia (Sharp, 2013).

Antes de adentrarmos no estudo de caso, cabe, em resumo, ressaltar os parâmetros que utilizo para a definição do que é *longform*:

² Foram 10 meses de trabalho, com a veiculação de diversos dossiês digitais precedendo a grande reportagem. Dezesseis esquiadores de elite norte-americanos sofreram acidente em uma avalanche em Tunnel Creek, resultando em três mortes por soterramento. Foram 2,9 milhões de visitas e 3,5 milhões de page views nos primeiros seis dias de publicação.

1) Recursos multimídia, aliados a texto bem construído (SHARP, 2013). Dessa forma, é necessário ao menos texto, fotos e outro recurso como *slideshow*, games, vídeos, áudios, entre outros. O *longform* costuma envolver recursos técnicos mais sofisticados, como efeito cortina e design responsivo³.

2) Segundo a definição mais recorrente na pouca literatura disponível acerca do *longform*, são matérias com mais de 4 mil palavras (LONGHI, 2014). Pode estar reunido em um único *template*, com várias abas ou seriada, publicada aos poucos, nos moldes de uma grande reportagem.

3) O *longform* “se destaca não apenas pelo formato, mas também pela apuração, contextualização e aprofundamento. [...] Propõem uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar tempo para a mesma” (LONGHI; WINQUES, 2015, p. 3).

Outra conceituação importante para o presente trabalho é a ideia de Literacia digital, tão cara a essa sociedade informacional (CASTELLS, 2009) na qual vivemos. Uma crença presente no senso comum é a de que os ditos nativos digitais - indivíduos que nasceram a partir de meados da década de 90, num mundo no qual a internet já era uma realidade concreta - é a de que os mesmos não necessitam aprender a utilizar os dispositivos digitais, pois essa capacidade seria inata.

Os estudos de literacia são comuns no âmbito europeu⁴ e estão originalmente relacionados ao letramento e alfabetização, envolvendo, portanto, competências de leitura e escrita, que acabam se configurando enquanto condição *sine qua non* para o próprio exercício democrático. Ainda mais quando relacionamos literacia e ciberespaço, o que nos remeteria a uma literacia digital, envolvendo os registros textuais e toda a gama de possibilidades que a multimídia engloba. Para Gilster, criador do conceito de literacia digital, esta se trata da “extensão lógica da própria literacia da mesma forma que o hipertexto é a extensão da experiência de leitura tradicional” (1997, p.230). A literacia permite usar a informação de maneira efetiva e criativa e pressupõe a aplicação da informação para melhor a vida dos indivíduos.

Metodologia

Foi realizado um monitoramento diário do jornal O Globo durante os meses de janeiro a abril de 2018, tendo sido encontrado apenas um produto jornalístico que se enquadrou nos três critérios já sinalizados. Várias matérias tinham recursos multimídia e aprofundamento, chegando perto das quatro mil palavras sem, no entanto, atingi-las⁵.

A partir desse cenário, foi realizada a opção pelo estudo de caso da série sobre água, a partir de análise do *longform* e duas entrevistas: com uma das repórteres que participou do projeto, desde

3 Efeito que envolve a sensação de movimento de texto e foto. Ocorre tanto quando o texto surge sobre a foto e esta vai sumindo, como com a fotografia em relação ao texto. Ajuda a criar um ambiente imersivo. Design que se adapta, que responde de acordo com a tela do leitor, seja smartphone, desktop ou tablet.

4 Vale lembrar o relatório da European Science Foundation elaborado para definir agendas de pesquisa dos estudos dos media na Europa, apontou a literacia dos media como uma discussão central para a próxima década. Apesar do termo ser ainda pouco discutido no Brasil, é comum na área de Educomunicação, corriqueiramente substituído pela ideia de competência.

5 Como exemplo, elenco duas matérias: “Mais alunos e menos verbas: a conta das federais não fecha”, publicada no dia 04 de fevereiro. Matéria com 3.290 palavras. Há um elaborado raio X das universidades federais, que permite, inclusive a interatividade do internauta, que pode escolher a universidade que deseja verificar com mais detalhes em uma caixa. Há uma entrevista e diversas fotos. A segunda matéria era: “1968 e 2018 se unem por Edson Luís e Marielle”, publicado em 25 de março. Matéria com 3.619 palavras, vídeo com 15 minutos no início da matéria. Há 7 fotos, além de um *slideshow* intitulado “O assassinato de Edson Luís”, com fotos históricas acompanhadas de um texto-legenda, contextualizando as imagens. Um infográfico destaca 9 personagens históricos. Cada número corresponde a um texto, explicando a relação do indivíduo com o contexto de 1968, além de 3 hiperlinks para o acervo de O Globo. Esse segundo exemplo, em especial, se aproximou mais do *longform*, devido à riqueza de recursos, mas não atendeu o quantitativo mínimo de texto, tampouco contava com um ambiente especial e/ou com divisão em capítulos ou seriada.

a concepção à pós-produção, Ana Lucia Azevedo, além da editora executiva que coordenou a série, Flavia Barbosa. As entrevistas duraram cerca de 40 minutos cada e foram realizadas por telefone, tendo sido inteiramente gravadas e transcritas. Foram orientadas por um roteiro semi-estruturado, recebido previamente pelas entrevistadas por e-mail.

Ao analisar o *longform*, portanto, procuraremos identificar as sete características do webjornalismo (CANAVILHAS, 2014), as três frentes de análise presentes no *longform*: dimensão, recursos técnicos e elementos de qualidade (BACCIN, 2015). Quando falamos de dimensão nos referimos ao fato de a narrativa ser longa, com um período de produção estendido e a exigência de demorado tempo de leitura. Recursos técnicos subentendem design responsivo, predominância da verticalização e utilização de efeitos. Elementos de qualidade envolvem aprofundamento do tema, contextualização, imersão, humanização da narrativa, hipertextualidade, multimedialidade e interatividade.

O século da escassez: por dentro do *longform*

A série intitulada “O século da escassez⁶”, publicada no fim de março de 2018, e disponível apenas para assinantes, teve como objetivo desmistificar o mito de abundância de água no Brasil. Segundo dados da série, possuímos as maiores reservas de água doce do mundo (12,8%). No entanto, 80% desta está na região amazônica, ou seja, fora do alcance da maior parte da população, que reside em regiões metropolitanas. Esse imaginário de abundância estimulou uma prática de desperdício e a ilusão de que a água nunca poderia cessar. Mas a reportagem demonstra que, além de vivermos num cenário de crise hídrica no Semiárido, no Distrito Federal, no Sistema Cantareira (SP) e Paraíba do Sul (RJ), cerca de 84% dos 39 mil desastres naturais compreendidos no período entre 1991 e 2012 envolvem a questão da seca. De 2013 a 2016 foram registrados 5.154 eventos de seca, atingindo 48 milhões de pessoas.

O *longform* é resultado do trabalho de uma equipe com 24 profissionais, sendo duas jornalistas responsáveis por cerca de 90% do material apurado e que participaram ativamente desde a concepção da série, além outros três jornalistas e um estagiário. Quatro fotojornalistas (dois focados no minidocumentário e dois nas fotografias), duas pessoas da editoria de vídeo (minidocumentário e vídeo especial), nove profissionais de arte encarregados da infografia e três editores executivos coordenando o projeto. Ao compilarmos todos os textos que integram as notícias, excluindo as inúmeras fotos legenda e textos junto a gráficos, excede as 10 mil palavras, o que respeita o parâmetro de quatro mil palavras de Longhi (2014), bem como no sentido de “dimensão” de Baccin (2015), que enfatiza a necessidade da extensão, do longo tempo de leitura e de investimento na feitura do material. Conforme relataram Ana Lucia Azevedo e Flavia Barbosa, fora um trabalho árduo entre novembro de 2017 e março de 2018, o que representa investimento de tempo além do convencional.

A ideia da série foi descrita por Ana Azevedo e Flavia Barbosa como uma vontade antiga, pois, desde 2016, alguns profissionais queriam escrever um especial sobre água. A pauta chegou a integrar a lista dos especiais que seriam produzidos em 2017, mas, devido a integração da redação do Infoglobo com outros veículos, precisou ser adiada. No fim de 2017 a pauta foi retomada.

Quando a gente retomou a conversa, no último trimestre de 2017, já tínhamos noção de que não poderia ser um especial de papel porque o papel não daria conta de tudo o que a gente queria contar, mesmo que fizéssemos tudo em um caderno especial – que foi uma primeira ideia. Acabamos optando por seriar em quatro dias. Ainda assim não daria conta, porque havia muita riqueza nos mapas, de imagens. A partir do momento

6 Cf. em: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/brasil-sem-agua-o-seculo-da-escassez.html>>. Acesso em 10 de set. 2018. Disponível apenas para assinantes.

que a gente sentou para fazer a formatação final, o projeto já foi todo pensado para o digital. Na verdade, o papel faria uma amarração, um resumo do material. No papel a gente explorou muito as fotos, porque a gente tinha um material fotográfico muito rico. Já o conjunto de dados infografados foi explorado no online, no ambiente especial (informação verbal) ⁷.

Dessa forma, o trabalho de pré-produção do *longform* se estendeu por cinco meses, sendo descrito por ambas como muito intenso, tendo Ana ajudado, juntamente com outra jornalista, a apurar cerca de 90% dos dados.

É uma pauta muito complicada, pois envolve viajar muito, para lugares remotos, e, portanto, caros, além de uma pré-apuração gigante. Para você ter uma ideia, só a pré-apuração que eu fiz - diagnóstico da água no Brasil, saneamento e toda a parte do São Francisco e seca - envolveu entrevistar mais ou menos umas 60 a 70 pessoas. Juntando com personagens, dava mais de 100 pessoas. Algumas teses de doutorado, alguns relatórios técnicos. Uma análise brutal (informação verbal) ⁸.

Além de três a quatro meses de pré-apuração, a produção da pauta propriamente envolveu três semanas, contando a apuração *in loco*, o retorno a redação, e estudo e refino de dados para a finalização de texto. Foram quatro mil quilômetros rodados pela equipe, mais de 5.642 fotos, 12 horas de vídeo e mais de 150 entrevistados. A Pós-produção, por necessitar fortemente do setor de arte, foi iniciada ainda na fase de pré-produção, se estendendo até a publicação do material.

A série congrega dezoito matérias, dispostas em ambiente especial online e também ao longo de quatro dias no site de O Globo, a partir de algumas chamadas, e no jornal impresso, tendo sido iniciada em função da efeméride que celebra o Dia Mundial da Água (22/03), o que remete a convergência sinalizada por Jenkins (2009). Mas foram elaborados conteúdos que só eram disponibilizados em ambiente digital, como um minidocumentário, um vídeo, um videográfico, um info-interativo (passeio pelo Rio São Francisco) e uma calculadora de consumo.

Assim que nos deparamos com o ambiente especial há uma fotografia animada que ocupa toda a tela, com bolhas de água em movimento, o que ajuda, logo de início, a gerar imersão e demonstra a presença de recursos técnicos na narrativa, conforme aponta Baccin (2015). Na foto, há uma seta que, ao ser clicada, revela o ambiente, dividido nas abas: Home, Diagnóstico, São Francisco, Conflitos e Soluções. O próprio clique da seta já denota uma ação que envolve interatividade, já que a narrativa só assim se descortina.

O leitor pode tanto ler verticalmente, avançando nos capítulos à medida que desce a barra de rolagem, quanto ler de modo horizontal e na ordem que desejar, ao clicar em algum capítulo específico. Portanto, o *longform* envolve forte interatividade com o conteúdo: as opções de navegação, a calculadora de consumo, o vídeo interativo, os mapas interativos. Todos esses componentes ajudam a gerar a imersão. O design é responsivo, outro recurso técnico usual dos *longforms* (BACCIN, 2015), adaptável às telas de notebooks, desktops, celulares e *tablets*. Vale ressaltar que tal design pode ser relacionado com a personalização, pois uma das características da personalização é justamente a capacidade de respostas que as páginas têm de se adaptarem a diferentes telas. Foi o único ponto de contato que encontramos entre o *longform* produzido e a personalização enquanto uma das qualidades do webjornalismo.

Retomando a questão da interatividade, apesar de marcante no *longform*, a mesma é visível apenas no nível leitor/conteúdo, não sendo observada a forma de interação leitor/jornalista.

⁷ Flavia Barbosa, em entrevista concedida a autora, agosto de 2018

⁸ Ana Lucia Azevedo, em entrevista concedida a autora, julho de 2018

Uma última forma de interação entre os próprios leitores não ocorrera no caso analisado, por se tratar de um ambiente especial que não fora programado para permitir comentários.

Essa forma de interatividade leitor/leitor, comum em notícias convencionais, costuma ser apontada como um elemento na construção da memória – mais um dos elementos do webjornalismo. No entanto, podemos perceber a memória presente no *longform* a partir de outras frentes, como o fato do jornalismo ser uma atividade que constrói memória social, no sentido de eleger o que deve ser discutido e o que deve ser esquecido, já que “o jornalismo é memória em ato, memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado” (PALACIOS, 2014, p.91).

Nesse sentido, quando os jornalistas de O Globo elegem discutir a questão hídrica no Brasil estão gerando mobilização e visibilidade em torno de um tema, pois os indivíduos fazem apostas políticas e, ao escolher, ressaltam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido (GONDAR, 2000).

Uma outra questão que denota a memória, para além da materialidade noticiosa e temática trazida à guisa da opinião pública, é o tom de memória que se constrói, já que, nesse ponto, um *longform* lembra uma reportagem, por subentender uma hipótese, uma interpretação de mundo que não é contemplado na notícia. A memória pode ser “ponto de comparação do evento presente com eventos passados [...] oportunidades de analogias, [...] convites à nostalgia, ou [...] apresentação do presente como elemento para desconstruir e tornar a construir” (PALACIOS, 2014, p.93) uma imagem acerca de algo. O *longform* sobre a água procura justamente desconstruir o mito da abundância de água no Brasil, à luz de fatos, dados, personagens e histórias da atualidade.

Embora o ambiente especial seja marcado por mapas interativos, imagens e vídeos, há um certo primado do texto escrito, até pelo fato do jornalismo digital sofrer influência do impresso em sua origem. A presença de outros formatos nos remete à ideia de multimedialidade, já que as narrativas digitais têm essa capacidade de atuar enquanto metameios. Opero aqui com o recorte de multimedialidade como combinação de linguagens, envolvendo a articulação entre texto, som, imagem, vídeo (SALAVERRÍA, 2014, p.26).

Pensando a multimedialidade como o uso de duas linguagens combinadas, podemos considerar que não se trata de algo exclusivo da era digital, já que, apesar de no século XIX a maior parte das gazetas serem meramente textuais, ocasionalmente um jornal incluía um mapa ou ilustração. O início do webjornalismo foi marcado pelo texto, pois só com a banda larga foi possível explorar mais intensamente fotos e vídeos. Nesse ínterim, é possível destacarmos a questão da ubiquidade, que, linhas gerais, significa ser encontrado em todo lugar e estar presente em todo lugar ou em muitos lugares, inclusive simultaneamente. A partir do fenômeno da ubiquidade, possível graças ao aprimoramento da tecnologia e da capacidade de banda que o próprio formato jornalístico do *longform* se torna viável, com miniaturização dos dispositivos móveis e as tecnologias 3G e 4G nos aparelhos. A ubiquidade envolve indivíduos conectados em rede e que não apenas consomem, mas podem também produzir informações e ajudar no processo de distribuição noticioso numa lógica de velocidade acelerada. Mesmo sendo um ambiente especial, acessível apenas a assinantes e sem a possibilidade de participações, por uma questão de convergência podemos perceber a ubiquidade a partir da postagem feita na página do Facebook de O Globo, em 22 de março, na qual ocorreram 125 reações, 26 comentários e 46 compartilhamentos. A postagem no Twitter (22/03) obteve 3 comentários, 9 retweets e 16 likes⁹.

⁹ Levantamento realizado pela própria autora em 06 de nov. 2018.

A característica da instantaneidade é complexa na observação no *longform*, já que o mesmo foi planejado para ser disposto em um ambiente especial. Mesmo assim, pelo fato de o conteúdo ter sido publicado também no impresso e, especialmente no site, buscando redirecionar o leitor para outras notícias da série e para o próprio ambiente especial, as matérias que iam entrando no dia ganhavam destaque com uma chamada para o ambiente especial, sugerindo a ideia de novidade/velocidade. Isso parece ir ao encontro da proposta de Sonya Song (apud BRADSHAW, 2014, p.132), que sugere que nós, seres humanos, temos dois tipos de atenção ao consumirmos notícias, um primeiro do tipo rápido e outro de ordem mais lenta. O tipo 1 seria mobilizado por letras grandes, fotos bonitas, negrito e conteúdo emocional. Já o segundo tipo é capturado por narrativas mais complexas e com um ponto de vista. A autora sugere, ainda, combinar essas duas abordagens, para uma mobilização mais efetiva da audiência, pois “não é como ter a escolha entre uma coisa e outra, mas sim a habilidade de escolher e combinar velocidade e profundidade no tempo correto com o objetivo certo” (SONG apud BRADSHAW, 2014, p.134).

A equipe de O Globo, ao colocar chamadas no site para as matérias cabeça da série, em cada um dos dias, e dispor de uma caixa especial água na home, parece ter tentando justamente conjugar a atenção de nível 1, para fisgar o leitor, com a de nível 2, que envolve manter a atenção ao ler um material mais elaborado.

O “afã publicador” (MARTINEZ, 2007), em uma proposta de reportagem no digital, deixa de ganhar tanta ênfase, tendo em vista que a ideia é a profundidade e o mergulho. Se antes, os modelos de negócio eram apoiados no tamanho da audiência, isso hoje é relativizado no online, que não opera apenas em “termos demográficos e tamanho – mas em engajamento: quanto tempo empregam lendo ou assistindo conteúdo; quantos ‘pedaços’ leem e se comentam ou compartilham a notícia, apenas para mencionar algumas formas de mensuração” (BRADSHAW, 2014, p.132).

Isso foi visível na análise do *longform* de O Globo. Enquanto o número de acessos não era tão expressivo, com a matéria mais lida atingindo cerca de 11mil visualizações, o tempo de leitura foi expressivo. Reproduzimos os números passados pelo setor de audiência de O Globo.

O século da escassez	Pageviews: 3.336	Tempo médio na página: 03:39
Brasil tem um conflito por água praticamente a cada dois dias	Pageviews: 4.590	Tempo médio na página: 02:17
Poluição impede que Rio use metade do volume de água de seus principais rios	Pageviews: 4.498	Tempo médio na página: 02:12
Documentário mostra a agonia do Rio São Francisco e de seus afluentes durante o sétimo ano de seca.	Pageviews: 844	Tempo médio na página: 02:00
Morre um dos mais populares mitos brasileiros: o da abundância de água	Pageviews: 10.762	Tempo médio na página: 01:59
No lago de Sobradinho, ‘mar virou sertão’	Pageviews: 9.625	Tempo médio na página: 01:39

Tabela feita pela autora com base em dados cedidos pelo O Globo, em agosto de 2018.

As matérias foram organizadas em ordem decrescente de tempo médio na página. Curioso observar que, os números mais relevantes em termos de visualizações costumam estar associados aos menores números de tempo médio. A exceção é o documentário, com apenas 844 visualizações. A segunda menor visualização atingiu 3:39, sendo superior a todas as outras matérias em mais de um minuto. Flavia Barbosa, chegou a comentar sobre isso em entrevista:

O interessante, em contraposição ao número de page views pequeno, é o tempo médio de engajamento alto. Quem leu realmente se interessou. Gastou tempo naquilo. Ou tinha um interesse prévio ou foi capturado pelo conteúdo. [...] audiência nem sempre é o mais importante também, não pode ser a única métrica (informação verbal)¹⁰.

Tal percepção vai ao encontro da literatura acerca do *longform*, pois o gênero envolveria textos caracterizados por “uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar tempo para a mesma” (LONGHI; WINQUES, 2015, p. 3). A repórter Ana Lucia Azevedo também comentou a questão da audiência, alegando que eles sabem que obterão “menos cliques, mas que o público é mais fiel. Clique não é tudo” (informação verbal).

Uma análise de comportamento de leitura foi encomendada pelo Instituto Pró-Livro e realizada pelo Ibope em 2015. Foram entrevistadas 5.012 pessoas. Em relação às motivações, o gosto (25%) aparece em primeiro lugar, seguido por atualização (19%), distração (15%), religião (11%) e crescimento pessoal (10%). A partir disso podemos inferir que o consumo de notícias estaria relacionado a segunda forma de leitura mais apontada: a necessidade de atualização. Mas, obviamente, pode também estar presente nas demais categorias, especialmente a distração, ou o gosto, quando o assunto for de interesse.

Como última característica típica do webjornalismo temos o hiperlink. Foi explorado especialmente dentro das matérias, a partir de vários links que sinalizavam conteúdos relacionados, sugerindo uma expansão da narrativa, principalmente as matérias que foram destaque em cada um dos dias. Hipertextualidade é definido por Salaverría como a “capacidade de ligar textos digitais entre si” (2005, p. 30), o que permite ao usuário quebrar a estrutura linear do impresso. Agora, efetuamos escolhas ao ler uma notícia no ciberespaço e podemos tanto optar pela leitura linear quanto começar por um vídeo, uma galeria de fotos, um áudio ou mesmo clicar direto em um hiperlink que aborde um assunto afim para depois, voltar ou não à página. Isso explica a arquitetura aberta que as notícias costumam ter.

No caso do *longform* que analisamos, todo o conteúdo ficava no próprio ambiente especial de o Globo, não sendo o leitor direcionado para links externos ao banco, até porque, a ideia de um ambiente especial é prender o leitor naquele mundo narrativo.

Conclusão

O estudo de caso da série sobre a água de O Globo conjugava os três pressupostos balizados a partir de revisão de literatura acerca do *longform*, reunindo recursos multimídia, aliados a texto bem construído, além de recursos técnicos mais sofisticados. Também possuía mais que o dobro – cerca de 10.500 mil palavras – da margem mínima de 4 mil palavras, conforme estabelecido por Longhi (2014), e o material ficava agrupado em um ambiente especial. A produção se destacava não apenas pelo design, conteúdo e elementos multimídia diferenciados do noticiário corrente, exigindo mais tempo de leitura, mas também pelo intenso trabalho de apuração, produção e pós-produção, totalizando cinco meses de trabalho intenso, além de 24 profissionais envolvidos com o projeto.

¹⁰ Flavia Barbosa, em entrevista concedida a autora, agosto de 2018

Com relação às três frentes de análise sugeridas por Baccin (2015): dimensão, recursos técnicos e elementos de qualidade todos também foram identificados, pois a dimensão estaria envolvendo tanto o período de produção bem mais extenso que o padrão nas redações, como o maior tempo requerido de leitura. Os recursos técnicos puderam ser localizados, por exemplo, no design responsivo, que permite consumir o *longform* em qualquer tela, já que o ambiente se adequa a distintas telas, além a fotografia animada no topo do ambiente especial, que ocupa toda a tela, com bolhas de água em movimento, gerando imersão. Na foto animada, após o clique, é revelado o ambiente, dividido nas abas, permitindo a navegação tanto vertical como horizontal. Sem o clique a narrativa não se descortina, demonstrando o papel ativo do leitor.

Já os elementos de qualidade, última dimensão de Baccin (2015) envolve um aprofundamento do tema, contextualização, imersão, uso de base de dados, humanização da narrativa, hipertextualidade, multimedialidade e interatividade. A contextualização é algo inerente a própria reportagem e acaba se fazendo presente nos *longforms*, que não ficam presos à imediatividade do singular típico do recorte noticioso, diversas pesquisas, especialistas, trabalhos acadêmicos e a população que vivia na região do São Francisco foram explorados como fontes que ajudaram na construção de um contexto. A humanização é notória, especialmente nos personagens locais, que nos ajudam a compreender o contexto de vida da região. Com relação a hipertextualidade, multimedialidade e interatividade, estas foram as três das sete características mais percebidas no *longform*, indo ao encontro do formulado por Baccin. No entanto, a memória também relativo destaque, se lembrarmos que os jornalistas atuam construindo também a realidade social a partir de seu discurso, nesse caso, buscando inclusive contestar o imaginário coletivo do mito da abundância da água em nosso país, algo que já havia sido discutido antes pelo jornal e que foi resgatado no *longform*, a partir de uma notícia antiga da seção de memória do veículo sobre a Rio-92. A instantaneidade, a personalização e a ubiquidade se fizeram presentes de modo pontual.

O cenário digital subentende um usuário que saiba como utilizar os equipamentos tecnológicos, sendo letrado inclusive digitalmente, a fim de que consiga avançar em seu processo de fruição e leitura. Nesse ínterim, retomamos a questão da literacia, no sentido de lançar um questionamento: até que ponto o *longform* iria ao encontro das expectativas dos nativos digitais, ao permitir uma leitura não linear e acesso a conteúdo que possibilita maior imersão que a notícia convencional e que é atraente esteticamente? O formato seria interessante por apelar para a questão do interesse em profundidade acerca de determinadas temáticas; se levarmos em conta que consumimos mais como nicho, numa lógica de *narrowcasting* do que a partir do consumo do homem médio e a ideia de *broadcasting*? Seria o *longform* adequado ao propiciar a navegação livre, ou contraditório por envolver uma extensa e demorada leitura em um mundo marcado pelo imperativo da imagem, em detrimento do texto?

Os números de audiência do *longform*, apesar de não revelarem um quantitativo de leitores expressivo, sinaliza que aqueles que efetivamente leram foram conquistados pelo conteúdo. No entanto, os próprios produtores de informação de grandes empresas, ainda buscam compreender isso, como é o caso da própria Flavia Barbosa, que apontou durante a entrevista o *longform* como uma das possibilidades a serem exploradas, mas não a única e nem mesmo a principal, por uma questão de custos elevados envolvidos. Somente uma pesquisa demorada e extensa, a partir de grupos focais com jovens leitores e testes que permitam aferir a questão da literacia, associados a conversas com o grupo acerca dos gostos envolvidos no ato do consumo, poderiam permitir dar conta de tal questionamento, deveras complexo para ser respondido nesse trabalho que elege um único *longform* como *corpus*.

Referências bibliográficas

- AMADO, J. O projeto 'Snow Fall' e o futuro do jornalismo. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, 14. mar. 2013. Disponível em: <<http://migre.me/oHdjX>>. Acesso em 12.mar.2017.
- BARBOSA, S. **Jornalismo Digital de terceira geração**. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2007.
- BORGES, J. **Webjornalismo: política e jornalismo em tempo real**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- BRADSHAW, P. Instantaneidade: efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In: CANAVILHAS, J. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros Labcom, 2014.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Paz e Terra. 1999.
- LONGHI, R. Infografia online: narrativa intermídia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Santa Catarina, n. 1. Ano VI. p. 187-196, jan. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p187/10423>> Acesso em: 1 dez. 2017.
- LONGHI, R e WINQUES, K. O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, v.1, n1, p.11-127, 2015.
- GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In COSTA, I.T.M. e GONDAR, J. (orgs). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. São Paulo: Aleph, 2009.
- MARTINEZ, A. A construção da notícia em tempo real. In: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007. p.13-27.
- PALACIOS, M. Memória: jornalismo, memória e história na era digital. In: CANAVILHAS, J. (org.) **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros Labcom, 2014. p.89-110.
- SALAVERRIA, R. Multimedialidade: Informar para cinco sentidos In: CANAVILHAS, J. (org.) **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros Labcom, 2014. p.25-52.
- SHARP, N. The future of longform. **The Columbia Journalism Review**, 9 dez. 2013. Disponível em: <http://www.cjr.org/behind_the_news/longform_conference.php> Acesso em 14 mai. 2015.
- O século da escassez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2018. Disponível em: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/brasil-sem-agua-o-seculo-da-escassez.html>>. Acesso em 06 nov.2018.

IMPACTOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA PELO BANCO MUNDIAL

THAÍS MARTINS SILVA

*Mestranda do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Social
that-martins@hotmail.com*

JÚLIA MARQUES FERNANDES

*Mestranda do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Social
juliamarques.arq@hotmail.com*

RESUMO

O estudo possibilitou analisar o surgimento das primeiras instituições de ensino superior brasileiras e a evolução desse sistema de ensino, sobretudo com o início da assistência técnica do Banco Mundial ao setor educacional brasileiro. Objetivo desse estudo é a análise da interferência da injeção de capital pelo Banco Mundial na educação superior brasileira. Para tal, foi realizada uma revisão de literatura, sobretudo de artigos da base Scielo e livros. Os dados apontam um maior crescimento das instituições de ensino superior a partir da década de 70, mas não é possível relacionar esse crescimento ao aporte financeiro concedido pelo Banco Mundial à educação brasileira. No entanto, é possível afirmar um maior crescimento do setor privado, situação que se coaduna com as diretrizes do Banco. Ressalta-se que já na década de 1930 as instituições privadas dominavam a oferta de ensino superior, não sendo algo resultante, unicamente, da cooperação do Banco ao Brasil.

Palavras-chave: Ensino superior. Educação brasileira. Banco Mundial.

ABSTRACT

The study made it possible to analyze the emergence of the first institutions of higher education in Brazil and the evolution of this system of education, especially with the beginning of technical assistance from the World Bank to the Brazilian educational sector. The objective of this study is the analysis of the interference of capital injections by the World Bank in Brazilian higher education. For this, a literature review was carried out, mainly articles from Scielo and books. The data indicate a higher growth of higher education institutions since the 70's, but it is not possible to relate this growth to the financial contribution granted by the World Bank to Brazilian education. However, it is possible to affirm a greater growth of the private sector, a situation that is in line with the Bank's guidelines. It is noteworthy that as early as the 1930s private institutions dominated the offer of higher education, not something that resulted from the Bank's cooperation with Brazil.

Key-words: Higher education. Brazilian education. World Bank.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, atual e necessário para compreendermos a crise pela qual passa o ensino superior brasileiro, possibilitou analisar o contexto de criação das primeiras instituições de ensino superior e a evolução desse sistema de ensino, sobretudo com o início da assistência técnica do Banco Mundial ao setor educacional brasileiro. Foi feita uma abordagem com ênfase nas décadas de 1930 a 1970, mas sem deixar de mencionar as décadas posteriores. O recorte temporal foi feito considerando o período anterior à criação do Banco Mundial e o início da cooperação entre o organismo e o Brasil.

Sendo assim, o estudo tem como questão-problema: Quais os possíveis efeitos que a assistência técnica do Banco Mundial ao setor educacional brasileiro ocasionou no ensino superior? É possível afirmar que o Banco Mundial influenciou na criação ou não de instituições públicas e privadas?

Considerando a importância do tema e buscando responder à questão-problema, o objetivo desse estudo é a análise da interferência da injeção de capital pelo Banco Mundial na educação superior brasileira.

Para tanto, o estudo foi estruturado em três partes. No primeiro momento foi abordada a criação e atuação do Banco Mundial; posteriormente foi analisado o ensino superior brasileiro antes e depois da cooperação entre Brasil e Banco Mundial e por último se levantou os possíveis efeitos no ensino superior com o financiamento da educação superior brasileira pelo Banco Mundial.

Esta pesquisa pode ser classificada quanto ao seu problema, como pesquisa qualitativa. Já quanto aos objetivos será pesquisa do tipo descritiva e exploratória. A pesquisa do tipo exploratória pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e/ou estudo de caso, sendo que nesse artigo foi utilizado o tipo bibliográfico. Portanto, nesse estudo será usada fonte terciária, através de uma revisão de literatura, sobretudo de artigos da base Scielo e livros.

CONTEXTO DE CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial (BM ou BIRD) foi criado na década de 40 na conferência de Bretton Woods, tornando-se um organismo especializado da ONU, com a finalidade de articulação de uma nova ordem mundial no pós-guerra, para garantir a estabilidade econômica e a segurança do capitalismo. O BM estabeleceu como meta atuar sobre os países em desenvolvimento econômico com planos de ações de médio e longo prazo. A atuação do BM se daria então, na assistência financeira dirigida a inversões produtivas, disponibilizando recursos financeiros obtidos por meio de empréstimos de países membros. Sua atuação não se limitaria apenas em avaliar tais empréstimos entre países em prol do desenvolvimento mundial, mas também em gerenciar os recursos financeiros. A disponibilidade de recursos acontece em momento posterior aos estudos e avaliações de especialistas sobre a situação econômica e financeira dos países, bem como com a ajuda técnica e formação de pessoal qualificado para gerir os recursos (SGUISSARDI, 2000).

Necessário estabelecer a diferença entre Banco Mundial e FMI, já que muitas vezes são tratados como um único órgão. Criado junto com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) procura atingir o mesmo objetivo de desenvolvimento econômico mundial, porém com metas de ações em curto prazo. O FMI foi criado para promover a estabilidade cambial, crescimento equilibrado do comércio internacional, fomentar a cooperação monetária internacional e estabelecer um sistema multilateral de pagamentos para facilitar transações correntes entre países membros. É também função do FMI fornecer assistência financeira temporária aos membros com problemas na balança de pagamentos, com o intuito de reduzir as ameaças ao sistema financeiro internacional (LIMA, 2002).

O Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional deveriam realizar funções complementares, conforme Sguissard (2000) apud Solé (1994), o FMI ocupar-se-ia da assistência monetária de atividades de curto prazo dirigida à realização de pagamentos internacionais derivados do intercâmbio de bens e equipamentos, enquanto o BM centrar-se-ia nas atividades de médio e longo prazo voltadas para assistência financeira dirigida a inversões produtivas. Porém, de acordo com Pereira (1995), desde o início da década de 80 o Banco Mundial tem enfrentado crises e desafios que colocam em questionamento suas metas relacionadas às estratégias de crescimento. A ideia de um banco de desenvolvimento começa a ser comprometida à medida que o Banco tende a perder o papel de provedor líquido de fundos para países em desenvolvimento, revelando então uma “crise de identidade”. Se inicia então uma confusão dos papéis do BM, assemelhando-se às funções atribuídas ao FMI, como a solução de problemas de curto prazo. Neste sentido, deveriam o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional se complementarem para manter a saúde da economia financeira mundial, cada um com suas tarefas e atribuições.

ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO ANTES E DEPOIS DA COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E BANCO MUNDIAL

A educação brasileira sofreu mudanças ao longo das décadas, isso em virtude das alterações ocorridas no país, sobretudo nos âmbitos econômico e político.

Considerando que nesse trabalho o objetivo é a análise do impacto da injeção de capital pelo Banco Mundial na educação superior brasileira, importante ressaltar o contexto de criação das primeiras universidades brasileiras, com ênfase no acesso ao ensino superior nas décadas de 1930 e 1940, período que antecede a criação do Banco Mundial, até a década de 1970, com o início da cooperação mais efetiva entre Brasil e Banco Mundial.

Cabe aqui clarear o porquê de uma ênfase na análise da evolução da educação superior no período de 1930 a 1970. Lima (2002) apud Fonseca (2000) define três períodos distintos do processo de assistência técnica do Banco Mundial ao Brasil na área educacional:

A primeira, nos anos 1950, através de um intercâmbio entre educadores brasileiros e norte-americanos; a segunda, à partir dos anos 1960, no interior de acordos econômicos e também através da Agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (Usaid), criada no âmbito da “Aliança para o Progresso” e muito centralizada em investimentos em infraestrutura; e a terceira à partir dos anos 1970, com um aumento significativo de verbas para projetos educacionais integrados à política de desenvolvimento do Banco e centralizados no discurso de “alívio da pobreza”.

Daí a importância de uma análise mais efetiva desse período que antecede a criação do Banco e posteriormente ao momento em que ele passa a interferir mais ativamente no contexto educacional brasileiro.

A década de 30 marca mudanças substanciais na educação brasileira, visto que no ano de 1930 foi criado o primeiro Ministério da Educação e Saúde. Ressalte-se que nessa época o país era presidido por Getúlio Vargas, período em que foi promulgada a Constituição de 1934, que estabelecia a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis. Nesse período, também teve início o processo de industrialização do país e conseqüentemente a criação de escolas superiores, a fim de formar recursos humanos para atender às novas exigências de mercado, que precisava produzir mais bens de consumo, até então importados (ARANTES, 2018).

O ensino superior brasileiro se desenvolveu de forma tardia se comparado ao contexto latino americano. Os primeiros institutos de ensino superior criados datam do início do século XIX, em contrapartida, as primeiras Universidades da América Latina foram criadas nos séculos XVI e XVII. Até o final do século XIX não existiam, no Brasil, mais que 24 estabelecimentos de ensino superior. Já no início da década de 1930, momento em que surgiram as primeiras universidades do país, o sistema de ensino superior abarcava cerca de 30.000 estudantes e era composto de escolas profissionalizantes, dissociadas das atividades de investigação, já que as atividades de pesquisa eram realizadas em institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam relação com o ensino superior. O sistema superior brasileiro contava, até então, com cerca de 100 instituições, muitas delas criadas pelo setor privado (NEVES, MARTINS, 1990).

As primeiras universidades criadas na década de 1930 foram a Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, sendo que a primeira Universidade Católica (PUC-RJ) foi criada em 1940 (NEVES, MARTINS, 1990).

No início da década de 30 o setor privado já dominava parte considerável do ensino superior. No ano de 1933 as instituições privadas eram responsáveis por cerca de 44% das matrículas e 60% dos estabelecimentos de ensino superior, no entanto, a demanda por essas instituições era baixa, absorvendo cerca de 33.723 alunos (SANTOS, CERQUEIRA, 2009). Tal proporção não se modificou de maneira circunstancial até a década de 1960, já que o ensino privado foi contrabalanceado pela criação de universidades estaduais e federalização com anexação de instituições privadas (MARTINS, 2002).

A década de 1930 marca a transição da República Velha para um regime revolucionário, que durou até 1945 com Vargas no poder. Com o fim do Estado Novo, em 1945, o país entra em uma nova fase chamada de “redemocratização do país”, consubstanciada na promulgação da Constituição de 1946 (FÁVERO, 2018). Esse período sinaliza a entrada das massas no cenário político e no lapso temporal que vai de 1945 até início dos anos 1960 corresponde à aceleração e diversificação da substituição das importações, como já mencionado (ARANTES, 2018).

O período pós-45 marca uma fase da universidade pela busca de autonomia, esteve em pauta a reforma do sistema de ensino, mas especialmente da universidade. “O período que vai de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública” (MARTINS, 2002).

A década de 1940 também sinaliza o desenvolvimento do sistema federal de ensino, que se deu pela federalização de universidades estaduais criadas nas décadas de 30 e 40, “concomitantemente à difusão da ideia de que cada Estado da federação tinha o direito a pelo menos uma universidade federal” (BORTOLANZA, 2017 apud SAMPAIO 1991).

Importante ressaltar em números que, entre os anos de 1940 e 1960 as matrículas no ensino superior triplicaram, enquanto o crescimento populacional foi de 70%. Em 1960 existiam cerca de 226.218 estudantes universitários, sendo que o setor privado absorvia cerca de 93.202 estudantes, além de existir uma média de 28.728 excedentes (aprovados no vestibular, que não ingressavam por falta de vagas). Situação que se agravou, já que no ano de 1969 os excedentes correspondiam a 161.527 (MARTINS, 2002).

Bom evidenciar o aumento do número de Universidades e conseqüentemente do número de vagas e matrículas a partir de 1960, conforme se vê na tabela abaixo com dados do INEP, elaborada por Bortolanza (2017) e adaptada para este estudo.

Tabela 1. Crescimento das universidades.

ANO	UNIVERSIDADES	CURSOS
1900	24	-
1910	61	-
1920	95	-
1930	181	-
1945	276	-
1960	499	-
1970	639	-
1975	860	-
1980	882	-
1985	859	3.823
1990	918	4.712
1995	894	6.252
2000	1.180	10.585
2005	2.165	20.404
2010	2.378	28.577
2015	2.364	33.501

Fonte: Bortolanza (2017).

Segundo Arantes (2018) apud Sobrinho (2000), inobstante o crescimento no número de vagas nas universidades brasileiras, em 1960, apenas 1,6% dos jovens com idade entre 20 e 24 anos tinham acesso ao ensino superior.

No gráfico a seguir é possível ver o histórico de crescimento do número de matrículas no ensino superior público e privado. Necessário observar cuidadosamente o crescimento a partir da década de 70, período em que houve um aumento significativo de verbas para projetos educacionais integrados à política de desenvolvimento do Banco e centralizados no discurso de “alívio da pobreza” (NEVES, MARTINS, 1990).

Gráfico 1. Evolução do número de matriculados no ensino superior presencial, confrontando o setor público e o privado.



Fonte: Neves, Martins (1990).

A demanda pelo ingresso no ensino superior provocou uma expansão no número de matrículas no período de 1960-1980 que saltou de cerca de 100.000 para 1,4 milhão, conforme dados retirados do INEP e citados no gráfico acima.

Bom evidenciar como é o financiamento de instituições públicas e privadas para assim compreender o desenvolvimento dessas instituições.

Segundo Neves, Martins (1990) o financiamento do ensino superior depende de diferentes fontes, entre elas recursos federais que envolvem orçamento do Ministério da Educação; recursos estaduais e municipais que financiam as Instituições de ensino superior; recursos provenientes de agências de fomento como Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), além de recursos advindos de fundações estaduais de amparo à pesquisa e outros provenientes de recursos privados de empresas ou obtidos mediante pagamento de mensalidade pelos alunos.

O financiamento público para a educação é estabelecido em lei para todas as esferas de governo e é referente a um percentual da receita de impostos. As instituições federais são mantidas pelo governo federal e apenas 3,5% do orçamento total dessas instituições são arrecadados diretamente. Já as instituições estaduais são financiadas pelos governos estaduais (NEVES, MARTINS, 1990).

Em relação à manutenção do setor privado, esta se dá pela cobrança de mensalidades, anuidades e taxas pelos cursos oferecidos. No entanto, há inúmeras fontes indiretas de recursos públicos para estas instituições (isenções fiscais e previdenciárias e renúncia fiscal/Prouni), e fontes diretas, como o crédito educativo-Fies (NEVES, MARTINS, 1990).

Bortolanza (2017) apud Miranda Neto (1981) afirma que a educação recebeu também capital internacional para reorganizar a economia e proporcionar o desenvolvimento interno. O acesso a esses recursos internacionais, até 1956, ficou a cargo do Governo Federal, através do Conselho de Desenvolvimento.

Interessa entender nesse estudo o aporte financeiro concedido pelo Banco Mundial ao Brasil e sua influência no desenvolvimento do ensino superior, uma vez que, uma de suas diretrizes, expressas no documento: A educação superior: lições da experiência de 1993, consistia na redução de investimentos públicos na educação superior. Em tal documento, o Banco fez um duro diagnóstico da educação superior nos países de terceiro mundo, condenando o excesso de gastos ao qual estaria correspondendo a uma baixa produtividade. Em contrapartida, estimulou a expansão das instituições privadas e incentivou as instituições públicas a buscarem financiamentos alternativos (LIMA, 2002).

Nesse contexto, cabe uma análise dos recursos destinados à educação, pelo menos a nível federal. Não há notícias, na bibliografia consultada, de quanto o governo destinou ao setor educacional até os anos 90, mas cabe destacar que os orçamentos públicos federais para a educação têm diminuído ano a ano. Segundo Dourado et al. (2003):

O Ministério da Educação (MEC), feitas as devidas correções dos valores, destinou para as universidades, em bilhões: em 1995: 6,1; em 1996: 5,6 bilhões; em 1997: 5,3 bilhões; em 1998 o repasse caiu para 4,8; em 1999, houve uma injeção de alguns recursos relativos à implementação da Gratificação de Estímulo a Docência (GED) e o total subiu para 5,5 bilhões, porém ficou ainda abaixo de 1995. Feito todos os cálculos, teria havido uma diminuição de aproximadamente 4,2 bilhões entre 1995 e 2001.

Em relação aos créditos concedidos pelo Banco Mundial ao setor educacional, Fonseca (1998), citando o documento Ensino Superior do BM (1995), afirma que o banco destinou até 1994 um crédito de 19,2 bilhões de dólares a países em desenvolvimento. Sendo que a parcela concedida ao Brasil mostra-se insignificante, já que no curso de 20 anos de cooperação, o crédito ficou na casa dos 100 milhões de dólares, quantia que segundo Fonseca (1998) se não contribuiu para mudanças estruturais no setor educacional, permitiu que o organismo internacional interferisse nas metas educacionais do país, já que a concessão dos empréstimos implica a observância de condicionalidades pelo setor financiado. Considerando que para receber este empréstimo, o “Brasil concorreu com pelo menos o dobro desses recursos a título de contrapartida aos empréstimos, fica evidente que o BIRD fez prevalecer o seu próprio projeto político às custas do dinheiro nacional” (FONSECA, 1998).

Considerando os dados mencionados, parece que o Brasil seguiu as diretrizes do Banco Mundial. É o que indica o estudo de Neves, Martins (1990) calcado nos dados do INEP. Tal estudo mostra que após um período de estagnação nas matrículas do setor privado, houve uma explosão no lapso temporal que vai de 1975 a 1995, que cresceu 70,6% contra 26,6% do setor público até o ano 2000. Entre os anos 2000 e 2007 o maior crescimento também ocorreu no setor privado, cerca de 100%, contrastando com o setor público, que no mesmo período cresceu apenas 40%.

POSSÍVEIS EFEITOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PELO BANCO MUNDIAL

O uso do termo “possíveis” acontece devido ao fato de que na bibliografia consultada os autores tratam do desenvolvimento da educação, mas sem fazer um link direto das mudanças ao longo das décadas com o financiamento do Banco ao setor educacional brasileiro. Sobretudo, porque não há como afirmar quanto da parcela destinada à educação brasileira foi aplicada no ensino superior.

Contudo, considerando que independentemente do dinheiro ter sido aplicado no ensino superior, o Brasil, na condição de país tomador de empréstimo, precisou cumprir condicionalidades, entre elas a redução de investimentos públicos na educação superior, o que ficou demonstrado pelos dados expostos no tópico anterior. Salienta-se que a prioridade dos empréstimos estava voltada para insumos como biblioteca, material didático e livros, em detrimento de fatores humanos como formação, experiência e salário do professor. Variáveis como tempo dedicado ao ensino e número de alunos por professor “são desconsiderados como fatores diretos de aprendizagem, mas são enfatizadas como importantes meios de “recuperação de custos”.” Aqui fica evidenciado o primeiro efeito. (FONSECA, 1998).

Um segundo efeito da cooperação está na expansão do setor privado, através do estímulo à diversificação das instituições e a competitividade entre elas. Situação que desencadeia outro possível efeito, qual seja, o elevado índice de matriculados no ensino superior, que pode ser analisado nessa pesquisa através de gráficos. O crescimento de ingressos no ensino superior se deve ao crescimento do mercado, que exigiu uma rápida criação de mais e diferentes instituições e também da expansão dos cursos anteriormente ofertados, contudo muitas instituições foram criadas segundo as carências imediatas do mercado, que muitas vezes não perduram (DOURADO et al., 2003).

Nesse sentido, ainda segundo Dourado et al. (2003), “a educação superior deixa de ser um direito humano fundamental e um bem público e social, portanto um dever do Estado, e passa a pertencer ao campo dos serviços não exclusivos do Estado, inscrita nos fenômenos de “liberalização”, de caráter mercadológico”.

Fonseca (1998) citando BIRD (1980-a, p. 99, tradução) aborda a relação de expansão da escolaridade com a falta de emprego. Segundo ela, o desequilíbrio entre a oferta de educação e trabalho ocasionaria o desemprego da população mais instruída. A consequência natural do aumento da escolaridade seria a procura por empregos de altos salários, o que nos obriga a citar novamente o primeiro efeito, já que a instrução do Banco aos países de terceiro mundo acerca da redução nos gastos na educação ensejaria o “decréscimo da demanda por níveis posteriores de ensino e a desaceleração da demanda profissional acarretaria a redução do desemprego de indivíduos mais preparados” (FONSECA, 1998).

Esses parecem ser os efeitos mais diretos que derivam da assistência técnica do Banco Mundial ao Brasil, “a universidade pública é, pois, um bem público permanentemente ameaçado, mas não se pense que a ameaça provém apenas do exterior; provém também do interior” (SANTOS, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização desta pesquisa foi possível conhecer o contexto de criação do Banco Mundial e o marco inicial de sua assistência técnica educacional ao Brasil.

O estudo também possibilitou a análise da criação e evolução das instituições de ensino superior no Brasil e algumas influências da cooperação entre o país e o Banco Mundial no ensino superior.

Aqui se levanta a incongruência do organismo internacional, que no documento *A educação superior: lições da experiência de 1993* explicitou que a redução de investimentos públicos na educação superior era uma de suas diretrizes, apesar de na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada no início da década de 1990, ter expressado ser a educação instrumento propulsor do crescimento econômico. Assim, como se pode dizer que o Banco Mundial está interessado e estimula o crescimento econômico de países em desenvolvimento se uma de suas diretrizes é justamente o corte de verbas para a educação?

Diante de tudo que foi exposto nesse estudo, percebe-se que as instituições superiores brasileiras cresceram sobremaneira, sobretudo a partir da década de 1970, mas não é possível relacionar esse crescimento ao aporte financeiro concedido pelo Banco Mundial à educação brasileira, porquanto na bibliografia consultada não há informações de quanto foi destinado efetivamente ao ensino superior. Mas é possível afirmar um maior crescimento do setor privado, situação que se coaduna com as diretrizes do Banco. Contudo, é preciso reforçar que já na década de 1930 as instituições privadas dominavam a oferta de ensino superior, não sendo algo resultante da cooperação do Banco ao Brasil.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Adriana Rocha Vilela. **Políticas educacionais no Brasil: visão geral da educação superior**. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/05/POL%C3%8DTICAS-EDUCACIONAIS-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajetória do ensino superior brasileiro - uma busca da origem até a atualidade**. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1Acesso em: 06 ago. 2018.

DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. **Políticas e gestão da educação superior: Transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Ed. Xamã, 2003. p. 100-107.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro**. Rev. Fac. Educ. São Paulo, Vol. 24, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004#back. Acesso em: 20 ago. 2018.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cir. Bras. suppl.3. São Paulo, vol. 17, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001. Acesso em: 06 ago. 2018

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente**. 1990. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios_cap_03.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos Internacionais: O capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Ed. Xamã, 2002. p. 43-44.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A teoria do desenvolvimento econômico e a crise de identidade do Banco Mundial**. Revista Economia Política, vol.15, nº 1 (57), 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/Simon/Downloads/57-1.pdf>. Acesso em 04 ago. 2018.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. **Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes**. 2009. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o Político na Pós-Modernidade**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. **O Banco Mundial e a Educação Superior: revisando teses e posições?** 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1111t.pdf>. Acesso em 06 ago. 2018.

EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

VÂNIA MÁRCIA SILVA DO CARMO

*Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino e suas Tecnologias – IFF-Campos
vaniamarcia40@hotmail.com*

FERNANDA SANTOS CURCIO

*Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
fernandasantoscuro@gmail.com*

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

*Professor da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC
Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais – UFF
taua_verdan2@hotmail.com*

RESUMO

Fenômenos como da globalização, do desenvolvimento tecnológico, da edificação da sociedade do conhecimento têm demandado desafios e incitações indeclináveis. Para tanto, o presente trabalho, construído nos moldes ensaísticos, objetiva analisar e compreender, introdutoriamente, os avanços tecnológicos e informacionais e suas inferências nas instituições e nas práticas de ensino na contemporaneidade. Logo, longe de possuir a pretensão de detalhar ou esgotar o assunto, propõe-se suscitar questionamentos e reflexões que sirvam como norteadores de trabalhos futuros. Desta forma, no que tange aos procedimentos metodológicos, a partir de uma abordagem qualitativa, foi realizada uma pesquisa exploratória de obras que discutissem direta ou indiretamente o tema ora estudado. Logo, como procedimento, utilizou-se a revisão de literatura, em que autores como Lèvy (2003), Sibília (2012) e Pereira (2001) serviram como norte do referido estudo.

Palavras-chave: Educação. Informação. Tecnologia. Interdisciplinaridade. Contemporaneidade.

ABSTRACT

Phenomena such as globalization, technological development and the building of the knowledge society have demanded challenges and indeclinable incentives. In order to do so, the present work, built in the essayist molds, aims to analyze and understand, introductory, the technological and informational advances and their inferences in the institutions and the teaching practices in the contemporaneity. Therefore, far from possessing the pretension to detail or exhaust the subject, it is proposed to raise questions and reflections that serve as guiding of future works. Thus, with regard to methodological procedures, from a qualitative approach, an exploratory research was carried out of works that directly or indirectly discussed the theme studied. Therefore, as a procedure, the literature review was used, in which authors such as Lèvy (2003), Sibília (2012) and Pereira (2001) served as the north of the study.

Keywords: Education. Information. Technology. Interdisciplinarity. Contemporary

INTRODUÇÃO

Compreende-se que em contexto de globalização, desenvolvimento tecnológico, da constituição da sociedade do conhecimento, da informação, da multiculturalidade, a sociedade contemporânea¹ tem requerido desafios substanciais. Diante dos inúmeros avanços, principalmente tecnológicos e científicos, as marcas das contradições intensificam-se no alvorecer do presente século. São diante de tais bases que se colocam a relevância deste estudo, uma vez que a emergência da sociedade da informação infere, decididamente, nos processos socioeconômicos e educacionais que entoam as configurações da sociedade.

O aumento e a valorização da informação têm influenciado na maneira como a escola tem administrado seus conteúdos curriculares. Segundo Pereira (2001) ariadas discussões tem sido construída em torno dos prós e contras em sua utilização. Desta forma, o presente trabalho, sem a pretensão de esgotar o assunto ora proposto, apresenta como objetivo refletir e levantar algumas ponderações sobre os avanços tecnológicos e informacionais e suas inferências nas instituições e nas práticas de ensino na contemporaneidade.

Destarte, no que tange aos procedimentos metodológicos, a partir de uma abordagem qualitativa, foi realizada uma pesquisa exploratória de obras que discutissem direta ou indiretamente o tema ora estudado. Logo, como procedimento, utilizou-se a revisão de literatura, em que autores como Lèvy (2003), Sibilia (2012) e Pereira (2001) serviram como norte do referido estudo.

DESENVOLVIMENTO

Com o nascimento e desenvolvimento da ciência, juntamente com o advento das tecnologias digitais, novas formas de compartilhamento são erguidas. Tais processos têm atravessado as variadas esferas da sociedade, sendo a educação uma delas. Novas configurações são exigidas para a representação de papéis ocupados pelos atores (sociedade-escola-professor-aluno). Neste contexto, informação e interatividade são expressas por meio de redes e mídias sociais digitais, exigindo que seus atores sociais construam novas possibilidades em relação ao seu lugar de fala. O ambiente escolar, neste contexto, insere-se como parte deste “novo” constructo social num mundo globalizado.

Isso significa que

Entramos na corrida contra o tempo. Podemos acompanhar a história através dos livros didáticos e a complexa evolução do mundo globalizado. A explosão da globalização deu-se no início do século XX, quando as tecnologias avançaram em desenvolvimento, alcançando até mesmo os países de terceiro mundo mais marginalizados da história da humanidade (PEREIRA, 2001, p. 92).

Segundo a autora, não fazer parte deste contexto é o mesmo que afastar-se do contexto social e mundial. Contudo, é fundamental que se construa um olhar crítico sobre tal horizonte. Sobre a globalização e a reformatação sociocultural, Ianni (1996) entende que

De tanto crescer pelo mundo afora, a cidade global adquire características de muitos lugares. As marcas de outros povos, diferentes culturas, distintos modos de ser podem concentrar-se e conviver no mesmo lugar, como síntese de todo o mundo. A cidade pode ser um caleidoscópio de padrões e valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, modos de vestir e alimentar, etnias e raças, problemas e dilemas, ideologias e utopias (IANNI, 1996, 58).

¹ O termo contemporaneidade, aos moldes do termo empregue por Saviani (2010), será utilizado como sinônimo de atualidade. Dados concernentes ao período que corresponde do século XX convergindo para o século XXI.

As manifestações socioculturais dessa cidade também se alteram. Os efeitos das ações globalizadas trazem consigo marcas do preconceito. Ianni (1996, p. 68) retrata que “na mesma escala em que se desenvolvem a diversidade e a liberdade podem desenvolver-se a desigualdade e a intolerância”. Todos os seres “visíveis ou invisíveis, reais e presumíveis”.

Ianni (1996, p. 24) entende que “a globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha”. Importa considerar que a dinâmica do processo de globalização é tensional, com nuances e estímulos de natureza contraditória, requerendo, assim, considerar as diferentes dimensões que caracterizam o seu desenvolvimento no ordenamento social. Logo, impõe que se ultrapasse o enfoque estritamente econômico, problematizando os impactos nas variadas esferas da vida social, onde o campo da Educação é uma delas.

Outro processo que se manifesta com intensidade na contemporaneidade é a constituição do que se chama de sociedade do conhecimento e da informação. Pensar este fenômeno requer relacioná-lo ao progresso tecnológico que possibilitou o desenvolvimento da capacidade de comunicação e troca de informação à distância de maneira quase imediata. Sobre a informação, Lèvy (2003) traz importantes considerações, apresentando o conceito do ciberespaço – comunicação que surge através da interconexão dos computadores. Nesta lógica é vivenciado, assim, realidades descritas por tempo e espaços globais organizados em rede, inseridas em um processo de dissolução do espaço e de diluição do tempo (SIBILIA, 2012).

A expressão ciberespaço foi utilizada pela primeira vez em 1984 por Wiliam Gibson, no livro *Neuromancer*, que inspirou o filme *Matrix*:

O Ciberespaço. Uma alucinação consensual, vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações, por crianças a quem estão ensinando conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas que abrangem o universo não-espaço da mente; nebulosas e constelações infundáveis de dados. Como luzes de cidade, retrocedendo (GIBSON, 2002, p. 53).

O conceito nasce com a ficção e se expande no sentido de estruturar novas formas de interação e comunicação na sociedade no século XXI. Lévy (1999) associa o conceito de ciberespaço a uma nova forma de organização do território. Explica o autor que são imagens sem fronteiras, ubíquas – “novas imagens” – que envolvem o sujeito à medida que ele as cria. Lévy já previa mudanças na forma de as pessoas se comunicarem, chegando a afirmar que “a perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século” (LÉVY, 1999, p.102). Desta forma, pode-se depreender que a forma como as pessoas apreendem as informações não é mais a mesma. E as implicações dessa realidade fluída, complexa e dinâmica são questões que ainda não possuem respostas definitivas e precisas.

Os conceitos em tecnologia são voláteis e, na contemporaneidade, o próprio conceito de ciberespaço não escapa de possíveis reformulações e críticas. As formas de utilização dos cabos, fios e computadores da geração de Gibson (2002) empalidecem diante do cenário atual em que há o domínio pelo uso dos *smartphones e tablets*. De acordo com Satuf (2016, p. 210), “o computador deixava de ser a única interface de conexão na mesma proporção em que as redes digitais passavam a acompanhar a mobilidade dos corpos”. Nesse contexto nasce a expressão conexão digital em nuvem².

2 Entende-se por conexão digital em nuvem “um espaço de processamento e armazenamento de dados que não depende de *hardware* ou *software* para funcionar na Internet” (SOUZA; TEIXEIRA, 2014, p. 4). Os autores ainda afirmam que “Diferente da EAD, a computação em nuvem não está encarcerada em ambientes físicos ou em *locus* virtuais, mas disseminados pelo universo virtual através da rede como uma nuvem de conhecimentos, de maneira quase onipresente” (SOUZA; TEIXEIRA, 2014, p. 7).

A nova metáfora constrói uma rede semântica muito diferente daquela associada ao ciberespaço. A nuvem não se apresenta como barreira nem interface através da qual o usuário é transportado de um lugar para outro. Ela “paira” permanentemente sobre os inúmeros pontos errantes interconectados e “respinga” informação no fluxo da vida ordinária (SATUF, 2016, p. 211).

A conexão em nuvem traz a baila conceitos que vão além da dualidade conexão *versus* desconexão, peculiar ao ciberespaço de Gibson. A conexão transcende para as coisas. De acordo com Satuf (2016, p. 214), coisa pode ser considerado, “[...] de fato, qualquer coisa: eletrodomésticos, plantas, toras de madeira, roupas, animais (inclusive seres humanos), etc”. Amplia-se a visão da interconexão. São redes de comunicação digital entre as coisas que ganham “poder” de ação e reação propiciada pela conexão em nuvem.

Não somos levados a um deslocamento, a uma desmaterialização do mundo, a uma matriz virtualmente deslocada do mundo concreto das coisas. Não vamos ao espaço cibernético e às “não-coisas” eletrônicas, mas sim a lugares concretos e aos objetos que os ocupam. A rede digital é, cada vez mais, uma rede que está sendo acoplada a todos os nossos objetos e lugares do cotidiano (LEMOS, 2013, p. 245).

Nesta conjuntura, as referências, as particularidades, as características culturais vão paulatinamente esmaecendo e, inevitavelmente, atingindo os variados campos das ciências sociais e humanas. Segundo Moran (2004), no campo pedagógico, o impacto tecnológico refletiu na constituição de uma nova sala de aula que precisa ser combinada com novos espaços que estão surgindo. O ensino híbrido é uma abordagem que combina atividades presenciais e atividades realizadas por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação. O aluno pode acessar os conteúdos a serem trabalhados antes de entrar em sala de aula. Aquele é estruturado de maneira mais flexível:

As atividades podem ser muito mais diversificadas, com metodologias mais ativas, que combinem o melhor do percurso individual e grupal. As tecnologias móveis e em rede permitem conectar todos os espaços e elaborar políticas diferenciadas de organização de processos de ensino e aprendizagem adaptados a cada situação, aos que são mais proativos e aos mais passivos; os muito rápidos e aos mais lentos; ao que precisam de muita tutoria e acompanhamento e aos que sabem aprender sozinhos. (BACICH; TANZI, 2015, s.p.).

Moran (2015, p. 16) também argumenta sobre a importância do uso das metodologias ativas como forma de integrar [...] “todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital”.

Contudo, convém ressaltar que a ideia de uma sociedade da informação e/ou do conhecimento traz certa antinomia. O conhecimento e informação neste cenário não se efetua sem intermediários, precisando, assim, de tratamento e assimilação para que os dados, números, signos possam ser convertidos em conhecimentos e informações de possível apreensão.

Importa salientar que os apelos para a inserção das tecnologias no ambiente educacionais são recorrentes. Entretanto não é sensato fazê-la sem primeiramente utilizar o crivo do pensamento crítico-reflexivo que abordará questões sobre os desafios que a escola enfrenta na contemporaneidade. Além disso, é impreterível que se questione a própria ideia de *era do conhecimento*. Quanto ao entendimento em relação a era da informação não existem dúvidas quanto sedimentação de seu conceito pois não há dúvidas que somos submersos a um mar de informações cotidianamente. Saviani (2010) chega a sugerir que chamemos de “sociedade da informação” e não “sociedade do conhecimento”, pois, esta não é adequada para caracterizar a época atual:

Isso porque conhecimento implica a capacidade de compreender as conexões entre os fenômenos, captar o significado das coisas, do mundo em que vivemos. E hoje parece que quanto mais informações circulam de forma fragmentada pelos mais diferentes veículos de comunicação, mais difícil se torna o acesso ao conhecimento que nos permitiria compreender o significado da situação em que vivemos (SAVIANI, 2010, p. 31).

Importa compreender que o desenvolvimento – individual e social – está relacionado com o pleno alcance à informação e ao conhecimento, tencionado pela busca de produção de saberes com autonomia e pensamento crítico nos diversos campos: educacional, científico, tecnológico, artístico e cultural. Sobre a informação Pereira (2001, p. 91) argumenta: “Se pensarmos na informação como veículo do conhecimento, nos deparamos com outro conceito mais abrangente e mais profundo que o simples fato de informar, verificamos a informação como instrumento educacional de formação do conhecimento humano”. A autora alerta para o risco de nos atrelarmos aos apelos exclusivos a fim de atribuir às tecnologias digitais a “cura” para os problemas educacionais. Pereira (2001, p. 94), nesse sentido afirma que “as tecnologias são um meio e não um fim, quando se pensa em sua utilização enquanto disseminadora da informação e como instrumento educacional”.

A multiculturalidade, facilitada pelos fenômenos anteriores, coloca-se também como um processo peculiar da atualidade. À medida que as fronteiras políticas e geográficas das nações vão se transformando, são perceptíveis múltiplos aspectos e elementos híbridos nos planos social, educacional, cultural e artístico. Tal movimento gera os mais variados impactos, que vão desde o fortalecimento e ratificação de uma identidade cultural local, como ao ataque ou o não reconhecimento do outro – a hostilidade à diferença.

Um olhar interdisciplinar enriquece o vislumbamento destes entrelaçamentos que conformam as instituições e as práticas de ensino. Como esclarece Thiesen (2008, p. 545), “o movimento histórico que vem marcando a presença do enfoque interdisciplinar na educação constitui um dos pressupostos diretamente relacionados a um contexto mais amplo e também muito complexo de mudanças que abrange não só a área da educação, mas também outros setores da vida social como a economia, a política e a tecnologia. Trata-se de uma grande mudança paradigmática que está em pleno curso”.

É apenas com a construção de um pensamento complexo sobre o real, também complexo, que se torna possível a reforma de pensamento que caminhe para a construção do conhecimento frutífero e multifacetado:

[...] o complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas [...], que respeite a diversidade, ao mesmo tempo, que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes (MORIN, 2005, p. 23).

A partir disso, é possível, diante da apropriação de uma visão crítica destes movimentos, observar que a partir da relação ensino/aprendizagem, produção/comércio a edificação do conhecimento utilizando e empregando pedagogias e tecnologias educacionais fundadas em sistemas didáticos e tecnológicos (acadêmicos ou não) é possível depreender e refletir sobre o processo dialógico entre o indivíduo e o global, “tornando-os sujeitos no processo da produção do conhecimento em um câmbio mútuo de informações e aprendizagens” (PEREIRA, 2001, p. 94).

Sibilia (2012) pode auxiliar, também, no descortinamento deste cenário. De acordo com a autora, a escola pode ser entendida como um espaço entre redes e paredes. Paredes, representando a

escola da era industrial, e redes fazendo alusão à globalização e à internet. Sobre a alteração das relações da escola tradicional, Sibilia (2012) faz uma diferenciação entre essas duas escolas – da era moderna e escola atual.

A autora constrói o conceito de subjetividade da era moderna (paredes) e da era contemporânea (redes). Duas faces, da era da leitura e escrita (séc. XX) para o uso das redes sociais (séc. XXI). Trata-se da passagem do estado de interiorização e concentração para o discurso de descentramento e exterioridade. Os papéis invertem-se, ao aluno é dado o papel de cliente e consequentemente a primazia do direito de fala, e em contrapartida, a do professor se dilui em meio a tantas outras.

São muitas e contraditórias as nuances que têm atravessado a vida social neste novo contexto. Variadas e novas são as formas de interação resultantes, de acordo com Harvey (2008), de mudanças que tem ocorrido na cultura, política e economia e de certo modo na educação. Mudanças que passaram a alterar a representação de espaço e tempo que passamos a vivenciar.

Através do entendimento de Recuero (2009), é possível identificar que o advento da comunicação mediada pelo computador tem transformado as relações sociais e suas formas de identidade. Os funcionamentos organizados em rede não são novos e, por meio deles, é possível desenvolver uma gama de conhecimentos, entre eles o funcionamento do grupo e seu impacto na sociedade. Compreender o funcionamento das redes é entender o funcionamento e as conexões no ciberespaço. É aprimorar o conhecimento em relação às mudanças que estão transcorrendo nos processos sociais entre atores (pessoas, instituições) e conexões (interações e laços sociais).

O significado de ator, quando identificado nas redes sociais na internet, tem um significado diferenciado, em que o mesmo não pode ser facilmente discernido. Esses atores constroem “lugares de fala” com variância de significados e representações. Manifestações que se apresentam de forma pública e privada. Sibilia (2008) chama de “imperativo da visibilidade” da nossa sociedade atual essa necessidade de exposição pessoal. É preciso que algo seja registrado com imagens para que garanta a condição de existência do eu. Existência que nem sempre reporta verdadeiramente para a figura do ator.

Além disso, outra complexidade marca as novas interações sociais. Estas, como aponta ..., Zank et al. (2008) podem ocorrer no ciberespaço de forma síncrona ou assíncrona (sem a presença dos atores). Essas ferramentas apontam para uma comunicação atemporal. O texto fala de interações reativas (essa é feita através de um link que não dá possibilidade de outras respostas ou caminhos, é unidirecional) e interação mútua (participativa, através de blogs e etc.).

Outro ponto que merece destaque é a constituição do processo de intimidade *versus* extimidade (SIBILIA, 2008). Como compreende Sibilia (2008), o anonimato dá aos atores novas possibilidades, entre elas a possibilidade de “mentir” um novo sujeito. Exibem uma *intimidade inventada*. E a dúvida se manifesta. Poderiam ser manifestações que retratassem autobiografias? A narrativa pessoal do eu se completa através da visão que o outro constrói de mim (alteridade).

Por fim, é importante considerar O desafio é perceber que para compreender a função das tecnologias na educação, de forma satisfatória, é preciso que se compreenda que os movimentos que vêm atravessando a sociedade não se configuram dentro de uma ótica retilínea e uniforme, e, sim, caminha por empreendimentos mais descentralizadores.

Um conceito que auxilia a ilustrar o entendimento dessa dinâmica é o de *rizoma*, desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995), em que “tomaram emprestado” da biologia com o objetivo

de análise comparativa. A utilização deste conceito está calcada em uma oposição à maneira fragmentada de se compreender a realidade, e a perspectiva positivista de construir o conhecimento.

De acordo com os autores, “o rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 4). O rizoma, em que a produção de ramificações desdobram-se em mais ramificações, é representante da multiplicidade e “[...] não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais”.

Destarte, neste cenário de intensificação de conexões virtuais construídas por meio do uso de tecnologias digitais, fortes e dialógicos são os laços que conformam uma interação social mútua, distinto de uma lógica arbórea imperante (DELEUZE; GUATTARI, 1995)³. Trabalhar princípios tão densos exige abstrações que fujam da concepção do pensamento lógico/determinista, expresso na visão binária de verdadeiro e falso. O conceito escolhido trata da busca pela via da multiplicidade que é apresentada como protagonista e não ligada a um pivô central como forma de existência. É provida de liberdade e atemporalidade e foge de conceitos bilaterais.

Dentro desta perspectiva, é possível depreender que o desenvolvimento e difusão das novas tecnologias permitem novas formas de ressignificação e subjetivação, bem como a constituição de novos espaços e novos modos de pensar. Todos estes aspectos atravessam o ambiente escolar, e, a partir de uma perspectiva crítica, não se pode reduzir o entendimento da tecnologia como boa ou má, mas, nem tão pouco neutra, como entende Lévy (2010).

Ao associar com as tecnologias digitais aplicadas ao ensino é possível inferir que as novas construções de aprendizado e busca de informação tem caminhado na direção de construções que favoreçam o sujeito comunicar-se com maior fluidez e liberdade, construindo redes. Em sua base, a educação tem se firmado em conceitos lineares para a construção de seus currículos. O desafio é mudar. E como fazê-lo sem a insegurança pela falta do eixo central, já que o mesmo se apresenta afixado como uma tatuagem impressa ao ser? Deve ser um processo de construção colaborativa e assimétrica sem a necessidade de um general anunciar com o grito o momento do tiro.

Considerações Finais

Sem a pretensão de esgotar as reflexões do estudo ora travado, conclui-se que é fundamental a compreensão, a partir de um olhar crítico, da educação dentro do contexto globalizado, gerando conhecimento e transmitindo informação. Os avanços tecnológicos que marcam esta realidade não apenas colocam em questão as instituições, como também as práticas de ensino. Logo, há a necessidade de repensar os paradigmas educacionais, os processos de ensino-aprendizagem e os conteúdos associados a tais modelos.

Para tanto, é pertinente conceber as práticas educativas como espaços férteis que devem atuar na promoção da expansão de habilidades, possibilitando, assim, processos de aprendizagem permanentes, inovadores e criativos. De acordo com Ianni de forma cíclica, são novos caminhos e formas de pensamentos.

[...] os conceitos envelhecem, ficam descolados do real, já que o real continua a mover-se transformar-se. Em certos momentos, ele parece repetir-se de modo enfadonho, mas em outros revela-se diferente, novo, fascinante, insólito, surpreendente. Sob vários aspectos, pode se dizer que aqui começa a história novamente” (IANNI, 1996, p. 35).

3 A metáfora arbórea acerca do saber configura-se numa hierarquização do conteúdo acumulado, calcado numa lógica binária, que nasce de um único e vigoroso tronco, de maneira a denotar a grande árvore do conhecimento.

O desafio é perceber que para compreender a função das tecnologias na educação, de forma satisfatória, é preciso que o sujeito se destitua de uma ótica retilínea e uniforme e permita conduzir-se para uma linha de fuga. É um fazer-se e refazer-se continuamente.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian.; TANZI, Neto. Adolfo.; TREVISANI, Fernando. Melo. (Org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 1, p. 11-37, 1995.

GIBSON, W.. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2002 p. 53. Disponível em: <http://www.kbook.com.br/livraria/wp-content/files_mf/wgneuromancer.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LÉVY, Pierre. **Que é o Virtual?**, Editora 34, 2003.

_____. Pierre. **Cibercultura**, Editora 34, 2010.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.12, p.13-21, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/artigos/189117821002.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018

_____. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**, Ponta Grossa, v. 2, p. 15-33, 2015. Disponível em: <<http://rh.unis.edu.br/wp-content/uploads/sites/67/2016/06/Mudando-a-Educacao-com-Metodologias-Ativas.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Ana Maria. Informação, globalização e educação: desafios de uma nova era. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 91-98, jul./dez. 2001

SAVIANI, Demerval. (2010). Ciência e educação na sociedade contemporânea: desafios a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista Faz Ciência**, Paraná, v.12, n.16 Jul./dez. 2010, p. 13-36.

RECUERO, Raquel da Cunha; SOARES, Pricilla. **Redes Sociais Na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternetrecuero.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

SATUF, Ivan. Onde está o ciberespaço? A metáfora da “nuvem” aplicada aos estudos da cibercultura. **Ação Midiática-Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**., Curitiba, v. 1, n. 11, p. 201-220, 2016.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 286 p.

_____. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOUZA, T.; TEIXEIRA, M. M.. A nuvem da educação online. **Temática**, Paraíba, v. 9, n. 5, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/21885/12043>>. Acesso em: 12 out. 2018.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set./dez. 2008.

ZANK, C.; BASSO, L. O.; PASSERINO, L. Interações Discursivas: conflitos necessários à construção do conhecimento em comunidades virtuais de aprendizagem. **RENOTE: revista novas tecnologias na educação**. Porto Alegre, v, 6, n. 2, 11 f., 2008.

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E O ÊXITO ESCOLAR: REFLEXÕES A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM

VERA LUCIA DEPS

Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
mielveh@gmail.com

GISELE PESSIN

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
pessingisa@gmail.com

GLÁUCIO ROBERTO BERNARDO DE CARA

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
glauciorbc@gmail.com

RESUMO

Em um contexto de rápidas transformações, é imprescindível que os processos de ensino e aprendizagem contemplem o uso de ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade. Entretanto, o uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) em contextos educacionais demanda uma análise criteriosa. Por meio de uma revisão de literatura, este artigo apresenta contribuições da Teoria da Autorregulação da Aprendizagem para o desenvolvimento de estratégias que contemplem a aplicação de recursos das TIC na educação. Espera-se oferecer subsídios para uma melhor escolha e gestão desses recursos, de modo que conduzam à autorregulação do estudante. As pesquisas evidenciam a importância da autorregulação para o engajamento autônomo e ativo do próprio estudante. Por outro lado, os estudos denunciam a urgência de novas pesquisas, que tragam maior consistência metodológica à discussão sobre a utilização das novas tecnologias a partir dos pressupostos da Teoria da Autorregulação.

Palavras-chave: Aprendizagem autorregulada. Educação. Tecnologias de informação e comunicação.

ABSTRACT

In a context of rapid changes, it is imperative that the teaching and learning processes contemplate the use of technological tools for the development of essential skills for life in society. However, the use of ICTs in educational contexts demands careful analysis. Through a literature review, this article presents contributions from the Theory of Self-Regulation of Learning for the development of strategies that contemplate the application of ICT resources in education. It is hoped to offer subsidies for a better choice and management of these resources, so that they lead to self-regulation of the student. The research evidences the importance of self-regulation for the student's autonomous and active engagement. On the other hand, the studies denounce the urgency of new research, which brings greater methodological consistency to the discussion about the use of new technologies based on the assumptions of the Self-Regulation Theory.

Key-words: Self-regulated learning. Education. New Technologies.

INTRODUÇÃO

Em um contexto de rápidas transformações, caracterizado pela disseminação de informações e pela popularização da ciência e da tecnologia, os papéis tradicionalmente atribuídos aos professores e estudantes têm sido contestados. No século passado, a posição do docente como detentor do saber estava associada à expectativa de um comportamento passivo por parte dos alunos. Na contemporaneidade, é fundamental que os estudantes assumam o protagonismo em seus próprios processos de aprendizagem, frente às demandas do mundo hodierno.

Sob essa nova conjuntura, recursos provenientes das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) têm sido integrados ao contexto educacional, em função da promoção de uma aprendizagem significativa e do protagonismo dos alunos na construção do conhecimento. Dentre os avanços tecnológicos percebidos nesse contexto está o uso de ambientes de aprendizagem virtual, ambientes de aprendizagem colaborativa e aplicativos em diversos dispositivos, que têm sido utilizados para promover a aprendizagem. No entanto, a utilização de recursos tecnológicos na educação não garante por si só o êxito escolar. Para o seu sucesso, requer uma cuidadosa escolha de recursos, bem como a adoção de metodologias apropriadas para o contexto e os sujeitos a quem serão destinadas.

Nesse sentido, os pressupostos da Teoria da Autorregulação da Aprendizagem trazem importantes contribuições sobre a complexidade dos processos de ensino-aprendizagem e podem favorecer reflexões sobre estratégias que potencializam a aprendizagem ativa e autônoma do estudante. Apesar das inúmeras pesquisas sobre estratégias de aprendizagem em contextos educacionais, a partir de uma revisão de literatura, verifica-se um número reduzido de estudos sobre a utilização das tecnologias digitais no contexto acadêmico sob a perspectiva da Autorregulação.

Dada a relevância dessa temática, o presente trabalho apresenta contribuições dos pressupostos da teoria da Autorregulação para o desenvolvimento de estratégias que contemplem a aplicação de recursos das TIC em contexto acadêmico, com o objetivo de impulsionar a autorregulação do estudante e contribuir para o êxito da sua aprendizagem. Com isso, espera-se oferecer subsídios que possam auxiliar uma melhor escolha e gestão desses recursos, desde a realização de tarefas, até o desenvolvimento de competências para um cenário de rápidas transformações.

1 O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM

O grande avanço na área das TIC é evidente e seu uso se intensifica cada vez mais, em decorrência tanto da disseminação do acesso aos dispositivos digitais quanto da conexão à rede. Nesse cenário, a fonte da produtividade está na tecnologia da informação, ou seja, na geração de conhecimento, no processamento de informação e na comunicação. No modelo contemporâneo de sociedade, o diferencial é o fato de que a principal fonte de produtividade é a ação do conhecimento, sob um modo de desenvolvimento informacional, constituído por um novo paradigma tecnológico (OLIVEIRA, 2014).

No contexto da sociedade da aprendizagem e do conhecimento, as TIC possuem aplicações em diversos ramos de atividades, como comércio, indústria, negócios em geral, entretenimento, saúde, ciência e educação (ROZA, 2018). Desse modo, é inevitável utilizar diferentes mecanismos tecnológicos para o desenvolvimento da humanidade, logo, isso demanda reflexões que conduzam a um melhor aproveitamento.

Apesar do fato de o desenvolvimento tecnológico ter trazido consigo uma forte demanda pelo seu uso na educação, é importante considerá-la como uma ferramenta que fortalece e facilita a

formação de indivíduos. No entanto, a tecnologia educacional não funciona isoladamente, ao contrário, utiliza dos mecanismos da informação e da linguagem para facilitar aos sujeitos a aquisição de conhecimento em seus processos de aprendizagem.

Há um indicador importante, trata-se de gerações de estudantes de todos os níveis da educação que têm à sua disposição uma diversidade de dispositivos como computadores, *tablets*, *smartphones*, entre outros. Sem dúvida, eles cresceram de mãos dadas com a tecnologia, assim, as novas ferramentas tecnológicas têm amplo potencial para promover a educação, aproximando o ensino da realidade dos educandos (CHIOSSI; COSTA, 2018).

Assim, não só no setor produtivo é integrada a tecnologia, esta também entra nas salas de aula de diferentes formas, quer seja pelo uso de aplicativos e *softwares* desenvolvidos ou adaptados para o fim educacional, quer seja na utilização dos mais variados recursos disponíveis na rede de internet. Porém, quais são os fatores determinantes para o desenvolvimento tecnológico no campo educacional? Essas ferramentas atendem aos requisitos necessários para uma aprendizagem significativa?

Sem dúvida, essas duas questões levam a identificar, a princípio, o objetivo principal da inserção de ferramentas tecnológicas nos processos de construção do conhecimento. Como mencionado anteriormente, estes não devem ser considerados mecanismos substitutos em sua totalidade, do professor e da transmissão do conhecimento. Sua função, então, deve ser particularmente focada em um suporte que fornece ao indivíduo mecanismos que permitam a motivação e o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, é necessário que as diferentes plataformas antes passem por uma análise detalhada do contexto onde a implementação é desejada, com o propósito de que elas possam responder às necessidades imediatas do trabalho, bem como permitam a mensuração e avaliação do conhecimento no assunto para o qual elas são direcionadas, em consonância com a prática docente.

2 A AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No cotidiano escolar e acadêmico, tradicionalmente, os estudantes são regulados por regras e determinações apresentadas por docentes e demais profissionais da educação. Não obstante, alunos de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade demonstram baixa motivação para a aprendizagem e não percebem sentido nos conteúdos ministrados em sala de aula, tampouco nas tarefas que executam.

Inúmeros estudos e pesquisas já foram desenvolvidos com o propósito de superar esses antigos entraves. Contudo, cabe dar destaque aos estudos sobre a Autorregulação no contexto educacional, que desde a década de 1980 têm evidenciado a complexidade do processo de aprendizagem e suas múltiplas dimensões. Essa vertente vem endossando pesquisas para a construção de estratégias que contribuam para que os estudantes assumam o protagonismo em suas aprendizagens e, desse modo, sejam mais ativos, motivados e bem-sucedidos frente aos seus objetivos.

Conceitualmente, os estudantes são autorregulados na medida em que atuam de modo ativo em sua própria aprendizagem, em nível metacognitivo, motivacional e comportamental (ZIMMERMAN, 1986). Trata-se de um processo auto-diretivo, no qual o aprendiz transforma seus pensamentos, sentimentos e ações para atingir suas metas de aprendizagem (ZIMMERMAN, 2009). Devido à importância do contexto na aprendizagem, este também foi incluído como uma dimensão importante desse processo (PINTRICH, 2000; 2004).

Ao longo das últimas décadas, diferentes modelos foram desenvolvidos para descrever o processo de autorregulação da aprendizagem. Pintrich (2000; 2004) apresentou um modelo

cíclico e multidimensional, que contempla as áreas e as fases da autorregulação. Nesse modelo, as dimensões metacognitiva/cognitiva, motivacional, comportamental e a contextual estão contempladas nas diferentes fases da autorregulação, sendo o planejamento, a execução (que envolve a monitorização e o controle) e a avaliação.

Especificamente, a autorregulação requer a utilização de diferentes estratégias para aprender e executar uma tarefa, incluindo o controle e a regulação dos próprios pensamentos. Nesse sentido, a metacognição tem uma grande importância durante todo o processo de autorregulação, a qual refere-se aos conhecimentos do indivíduo em relação aos seus próprios processos e produtos cognitivos, tais como as crenças e os conhecimentos sobre os próprios conhecimentos ou capacidades envolvidas na realização de uma tarefa (FLAVELL, 1976; 1979).

Para engajar-se em uma tarefa, é necessário que o estudante esteja motivado, ou seja, que tenha um objetivo e persista até o seu alcance (LOPES DA SILVA, 2004). Diversos estudos têm enfatizado a importância das crenças motivacionais que o estudante apresenta ao longo da sua escolarização. Bandura (1997) considera que a motivação, os estados afetivos e o comportamento das pessoas são influenciados pela crença de autoeficácia, ou seja, pela crença do indivíduo sobre suas próprias capacidades para organizar e executar cursos de ação. Além da crença de autoeficácia, a dimensão que se refere à motivação inclui as crenças de valor para tarefa, as atribuições causais de sucesso e fracasso, expectativas, entre outros.

No que diz respeito à dimensão comportamental, esta inclui o esforço geral do indivíduo para planejar, executar e avaliar a tarefa, incluindo a persistência, a busca de ajuda e a seleção de estratégias adequadas às necessidades (PINTRICH, 2000; 2004). O controle das situações e, inclusive, do contexto, exige a utilização de estratégias volitivas para a manutenção da atenção, o esforço, a perseverança e a monitorização (LOPES DA SILVA, 2004).

Quanto à dimensão contextual, esta inclui os vários aspectos do ambiente, incluindo o contexto cultural e social onde o estudante desempenha suas tarefas. Estes podem influenciá-lo ou ser adequadamente modificados para o alcance dos objetivos (PINTRICH, 2000; 2004).

Sendo um processo cíclico, as fases da autorregulação envolvem o planejamento anterior à aprendizagem; a execução de ações, que inclui o monitoramento e o controle da cognição, da motivação, do comportamento e do contexto; a execução das tarefas; e a avaliação dos resultados obtidos (ZIMMERMAN, 2009; PINTRICH, 2000).

Ressalta-se que a divisão apresentada didaticamente nem sempre ocorre de uma forma linear, ou seja, durante o processo de aprendizagem podem ocorrer situações em que o estudante aprende de modo mais tácito ou se autorregula de modo implícito (PINTRICH, 2000).

É importante sinalizar que a autorregulação não é um dom ou talento inato; ela se constitui em um processo desenvolvido de forma gradual, ao longo de quatro níveis, desde a observação, a emulação, o autocontrole, até a autorregulação (SCHUNK; ZIMMERMAN, 1997). Esse processo evidencia a importância do suporte inicial para o desenvolvimento do protagonismo do estudante. Para a construção de estratégias pedagógicas, é fundamental contemplar o incentivo à autorregulação, considerando-se, sobretudo, o nível de autonomia do aluno.

Nesse sentido, é importante destacar que o desenvolvimento da autorregulação não exclui a mediação social. Durante a aprendizagem, o estudante pode eleger a busca de ajuda como estratégia. Essa busca pode ser direcionada a professores, colegas ou pessoas mais experientes. O desenvolvimento da autorregulação também pode ser facilitado pelo uso de recursos tecnológicos em ambientes virtuais de aprendizagem, aplicativos, entre outras possibilidades, como apresentado a seguir.

3 O INCENTIVO À AUTORREGULAÇÃO POR MEIO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS

Alunos de diferentes idades têm dificuldades para mobilizar habilidades de autorregulação durante a aprendizagem sobre temas complexos e desafiadores quando estudam em ambientes de aprendizagem virtual. Quando não possuem essas habilidades, podem experimentar sobrecarga cognitiva, distrações, dentre outros desafios que podem comprometer seu desempenho (AZEVEDO, 2005). Contudo, os próprios ambientes de aprendizagem, quando adequadamente estruturados, podem favorecer o desenvolvimento de habilidades autorregulatórias (VARGAS; MARTÍNEZ; URIBE, 2012; DE CASTRO, 2016). Sob essa perspectiva, Núñez *et al.* (2011) apresentaram a experiência de um programa de intervenção em formato virtual destinado a treinar estratégias de autorregulação em estudantes universitários. O objetivo da intervenção foi promover estratégias que permitissem aos alunos gerir os seus processos de aprendizagem de uma forma mais eficiente e autônoma.

Outras experiências têm sido desenvolvidas, em que a autorregulação constitui-se um dos objetivos da aprendizagem e não o seu principal propósito. Essas pesquisas envolvem também a aprendizagem de domínios ou conteúdos específicos, como a pesquisa de Fund (2007), em que grupos de estudantes foram incentivados a resolver problemas no contexto das ciências naturais, mediante suportes que trabalharam as diferentes fases do processo de resolução de problemas, ou seja, a estruturação, reflexão, desenvolvimento e a adequação de perguntas.

Por sua vez, Vargas, Martínez e Uribe (2012) apresentaram resultados satisfatórios sobre o uso de um ambiente hipermídia no ensino da matemática. O desenho e a aplicação dessa ferramenta conduziram os estudantes que a utilizaram ao êxito. Esses tipos de experiências têm sido tratados como andaimes para a aprendizagem autorregulada.

Martínez, Uribe e Vargas (2018) consideram que os recursos tecnológicos podem funcionar como andaimes quando favorecem a autorregulação do estudante, na medida em que lhes possibilitam ir além de seu desempenho atual. Os autores apresentam as principais características desses recursos:

[...] primeiro, é um andaime que pode ser usado em situações em que o aluno enfrenta seu estudo de maneira solitária, sem a presença de um professor. Portanto, esse tipo de apoio é crucial para os alunos que na educação à distância [...] no sentido de desenvolver sua capacidade de trabalho colaborativo ou cooperativo [...] ou para o desenvolvimento de sua capacidade de controlar a própria aprendizagem. [...] Em segundo lugar, eles são sempre andaimes metacognitivos. Isso significa que propor atividades, tarefas ou ferramentas que apoiem o pensamento consciente sobre como abordar a tarefa de aprendizagem e quais estratégias devem ser consideradas para alcançá-la. [...] Às vezes, esses andaimes são implícitos, significando que eles não apresentam abertamente o sistema de apoio, mas propõem atividades que encorajam em direção à consciência cognitiva[...]. Finalmente, o andaime para a autorregulação não é implementado em abstrato, mas opera em paralelo com objetivos muito diversos de ensino-aprendizagem. [...] Boa parte desses pontos de andaimes contribui para o desenvolvimento da própria capacidade de autorregulação, mas eles o fazem no contexto da aprendizagem de conteúdos ou habilidades específicas. (MARTÍNEZ, URIBE, VARGAS, 2018, p. 124).

Além dos ambientes de aprendizagem que são estruturados para funcionar como andaimes para o desenvolvimento de competências autorregulatórias, cabe mencionar o contexto da Educação a Distância (EAD) em ambientes virtuais de aprendizagem, que vêm se destacando como uma alternativa promissora para a aprendizagem autônoma do estudante. Conforme Ramíres e Guerrero (2017) os estudantes que apresentam características de comportamento autorregulado apresentam maior sucesso na sua formação em comparação aos demais e que diferentes recursos utilizados nesses ambientes estão sendo estudados para possibilitarem o

êxito acadêmico, tais como a utilização do portfólio como instrumento de avaliação formativa e as aplicações hiperfídia como apoio à aprendizagem (MONNERAT; PESSOA; FERREIRA, 2016).

Em pesquisa sobre a utilização de um aplicativo por meio de dispositivos m3veis para o estudo da matemática, Benassi, Basqueira e Azzi (2015) consideraram que esse recurso n3o possibilitou os resultados esperados pela pesquisa. Os autores sup3em que a disponibiliza33o do aplicativo n3o garante uma aprendizagem efetiva se n3o for acompanhada de elementos autorregulat3rios na sala de aula, por parte do professor. Um maior est3mulo 3 a utiliza33o extraclasse e o tempo de dura33o das interven33es tamb3m podem contribuir para melhores resultados.

Considerando os desafios de produzir e utilizar recursos tecnol3gicos que favore3am a aprendizagem autorregulada, Azevedo e Hadwin (2005) oferecem orienta33es para o sucesso desses recursos. Os autores consideram que os programas devem ser adaptados de modo que as ferramentas contemplem diferentes aspectos da aprendizagem autorregulada, de acordo com as necessidades do estudante. Devem incluir recursos para que o estudante possa diagnosticar, planejar, monitorar, escolher a estrat3gia e avaliar os resultados obtidos, al3m de oferecer suporte e apoio de acordo com a fase da autorregula33o, o n3vel de autonomia e o dom3nio do cont3udo pelo aluno.

A partir de uma transposi33o de conceitos apresentados (ZIMMERMAN, 1986; 2009; PINTRICH, 2000, 2004) para a constru33o de estrat3gias de aprendizagem por meio de recursos tecnol3gicos, com destaque aos ambientes virtuais de aprendizagem e os aplicativos, apresentam-se a seguir, algumas pistas que podem, efetivamente, favorecer a autorregula33o dos estudantes e seu 3xito acad3mico, a partir das dimens3es que a comp3em, bem como suas fases correspondentes.

No que diz respeito 3s fases da autorregula33o, 3 imprescind3vel reconhecer que qualquer tarefa demanda a defini33o de um objetivo e o planejamento dos recursos pessoais, dentre outros recursos necess3rios. Al3m disso, implica na sele33o de estrat3gias efetivas para o alcance desses objetivos delimitados.

Quanto 3 execu33o das tarefas, estas devem ser realizadas em conson3ncia como o planejamento, visando ao alcance dos objetivos. Podem incluir a mudan3a de estrat3gias, por meio da monitoriza33o e controle da pr3pria cogni33o, da motiva33o, do comportamento e do pr3prio contexto. Contudo, o sucesso desse processo e a sua continuidade tamb3m dependem da qualidade da avalia33o do processo, assim como dos resultados. Tendo em vista as fases mencionadas, alguns aspectos devem ser considerados na escolha e na produ33o de recursos para a aprendizagem, conforme o quadro 1:

Quadro 1. Dimensões da autorregulação.

FASES	Considerando as DIMENSÕES da autorregulação, as estratégias devem incentivar o estudante a:	
Planejamento (Estimular o estudante a planejar a sua atuação)	Metacognitiva	Estabelecer objetivos; pensar sobre os conhecimentos prévios relacionados à tarefa, sobre as próprias competências e fragilidades.
	Motivacional	Adotar o objetivo estabelecido; desenvolver crenças favoráveis à motivação para a aprendizagem, de modo que se sinta responsável e capaz de executar os cursos de ação.
	Comportamental	Planejar o uso do tempo e do esforço, assim como o próprio comportamento.
	Contextual	Perceber os aspectos do contexto físico e social relacionados com a tarefa a ser realizada.
Execução (Oferecer alternativas que conduzam o estudante a monitorar e controlar seu desempenho)	Metacognitiva	Selecionar e adaptar estratégias cognitivas para aprender e solucionar os problemas.
	Motivacional	Monitorar a motivação e o afeto e usar estratégias para manejá-los de modo favorável.
	Comportamental	Aumentar ou diminuir o esforço de acordo com a necessidade; solicitar apoio ou ajuda.
	Contextual	Modificar as condições do contexto; provocar mudanças na tarefa ou renegociá-la, se for necessário.
Avaliação e reflexão (Proporcionar <i>feedback</i> que conduza à autorregulação)	Metacognitiva	Pensar criticamente sobre os resultados obtidos; construir atribuições.
	Motivacional	Reações afetivas; atribuições motivacionais.
	Comportamental	Persistir ou desistir; buscar ajuda ou escolher novas alternativas.
	Contextual	Avaliar o contexto e a tarefa realizada.

Fonte: Pintrich (2000; 2004) (Adaptado)

Em suma, é importante considerar que as fases e dimensões da autorregulação são uma forma didática de apresentação dos conceitos. Não obstante, elas não podem ser desvinculadas, pois são indissociáveis do processo de aprendizagem. Para isso, é necessário que os professores incentivem a autonomia dos estudantes e construam condições facilitadoras que incentivem a utilização de estratégias adequadas para a realização das tarefas (SCHUNK, USHER, 2013).

Considera-se que o uso de diferentes recursos tecnológicos pode oferecer recursos vantajosos para a aprendizagem, principalmente quando voltados à mediação, à aprendizagem colaborativa e ao desenvolvimento da autonomia. Tais recursos também podem oportunizar avaliações formativas, através de *feedback* que incentive a autorreflexão sobre a aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto contemporâneo, onde o ciberespaço monopoliza a atenção das pessoas, é imprescindível que as instituições de educação formal utilizem recursos tecnológicos como meio para favorecer a aprendizagem autônoma dos estudantes, tornando-a funcional e significativa. Frente ao crescimento expansivo das possibilidades da internet e dos recursos digitais, torna-se importante que a Educação contemple novas formas de pensar e agir no mundo, características das novas gerações.

Deve-se considerar que os estudos sobre essa temática ainda não apresentam um conjunto de resultados consistente e necessitam de maior aprofundamento. Assim, obviamente, os recursos tecnológicos podem contribuir para o êxito acadêmico, mas a literatura especializada indica a necessidade de uma avaliação mais robusta dos níveis de autorregulação dos estudantes (MARTÍNEZ; URIBE; VARGAS, 2018). Dentro dos aspectos metodológicos envolvidos, é importante considerar que a maioria dos aspectos que ocorrem durante o processo de autorregulação não são observáveis (NÚÑEZ *et. al.*, 2011).

Além disso, os ambientes de aprendizagem estudados até então focalizam os aspectos cognitivos em detrimento das dimensões motivacional, comportamental e contextual. Há também uma focalização na fase de execução e controle em comparação às demais fases, que são o planejamento e a avaliação (DEVOLDER; VAN BRAAK; TONDEUR, 2012). Entretanto, Pintrich (2000; 2004) considera que todas as fases e áreas do processo de autorregulação são importantes para o êxito dos estudantes. Nesse sentido, é fundamental que sejam desenvolvidos recursos que contemplem os aspectos que ainda não foram adequadamente explorados. Essas lacunas indicam férteis temas de pesquisa e intervenção.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. **Using hypermedia as a metacognitive tool for enhancing student learning?** The role of self-regulated learning. *Educational psychologist*, v. 40, n. 4, p. 199-209, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1207/s15326985ep4004_2?needAccess=true>. Acesso em: 20 out. 2018.

AZEVEDO, R; HADWIN, A. F. Scaffolding self-regulated learning and metacognition–Implications for the design of computer-based scaffolds. **Instructional Science**, 33, 367-379, 2005.

BENASSI, M. T.; BASQUEIRA, A. P.; AZZI, R. G. Autorregulação da aprendizagem no ensino de matemática via dispositivo móvel: resultados iniciais. **Momentum**, v. 1, n. 13, p. 63-80, 2015. Disponível em: <<http://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/view/17/16>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BANDURA, A. **The exercise of control**. New York: W. H. Freeman, 1997.

CHIOSSI, R. R.; COSTA, C. S. Novas formas de aprender e ensinar: a integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na formação de professores da educação básica. **Texto Livre: Belo Horizonte**, v. 11, n. 2, p. 160-176, mai-ago. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivres>>. Acesso em: 24 out. 2018.

DE CASTRO, R. F. Autorregulação da aprendizagem no ensino superior a distância: o que dizem os estudantes?. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 2, n. 2, p. 15-26, 2016.

DEVOLDER, A.; VAN BRAAK, J.; TONDEUR, J. Supporting self-regulated learning in computer-based learning environments: systematic review of effects of scaffolding in the

domain of science education. **Journal of Computer Assisted Learning**, v. 28, n. 6, p. 557-573, 2012. Disponível em: <<https://onlinelibrarywiley.ez67.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/j.1365-2729.2011.00476.x>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FLAVELL, J. H. Metacognitive aspects of problem solving. In RESNICK, L. B. (Ed.). **The nature of intelligence**. Hillsdale, NJ: Erlbaum. p. 231-236. 1976.

. Metacognition and cognitive monitoring. **American Psychologist**: [s.l.], v. 34, n. 10, p. 906-911. 1979. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/record/1980-09388-001>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

FUND, Z. The effects of scaffolded computerized science problem-solving on achievement outcomes: a comparative study of support programs. **Journal of Computer Assisted Learning**, v. 23, n. 5, p. 410-424, 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1365-2729.2007.00226.x>> . Acesso em: 01 nov. 2018.

LOPES DA SILVA, A. A auto-regulação na aprendizagem: a demarcação de um campo de estudo e de intervenção. In: LOPES DA SILVA, Adelina; DUARTE, António Manuel; SÁ, Isabel. **Aprendizagem auto-regulada pelo estudante: perspectivas psicológicas e educacionais**. Porto-Portugal: Porto Ed., 2004. p. 17-39.

MARTÍNEZ, C. H.; URIBE, Á. C.; VARGAS, O. L. Andamiajes computacionales para favorecer la autorregulación del aprendizaje: una revisión de investigaciones. In: VELANDIA, N. A. **Aportes a la investigación sobre educación superior virtual desde América Latina: Comunicación, redes, aprendizaje y desarrollo institucional y social**. Bogotá: Politécnico Gran Colombiano, 2018. p. 117-150. Disponível em: <http://alejandria.poligran.edu.co/bitstream/handle/10823/1191/Aportes_web.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=119>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MONNERAT, J. C. Q.; PESSOA, M. T. R.; FERREIRA, J. A. G. A. Autorregulação da Aprendizagem na Educação a Distância: Análise das produções científicas realizadas em Brasil e Portugal no período de 2010 a 2015. **EAD em foco**: [s.l.], v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/377>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

NÚÑEZ, J. C. et al. Implementation of training programs in self-regulated learning strategies in Moodle format: Results of a experience in higher education. **Psicothema**, v. 23, n. 2, p. 274-281, 2011.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Da mediação às intermediações tecnológicas nas práticas didático-pedagógicas. In: TAVARES, R. H.; GOMES, S. S. (Org.). **Sociedade educação e redes: Desafios à formação crítica**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014. 155-172.

PINTRICH, P. R. The role of goal orientation in self-regulated learning. In: BOEKAERTS, M.; PINTRICH, P. R.; ZEIDNER, M. (Ed.) **Handbook of Self-Regulation**. [s.l.]: Academic Press, 2000. p. 452-502.

_____. A conceptual framework for assessing motivation and self-regulated learning in college students. **Educational Psychology Review**, v. 16 n. 4, p.385-407, 2004.

RAMIREZ, R.; GUERRERO, J. I. M. Estrategias de autorregulación en contextos virtuales de aprendizaje. **Perfiles educativos**: México, v. 39, n. 156, p. 89-102, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982017000200089&lng=es&nr=iso>. Acesso em: 31 ago. 2018.

ROZA, R. H. Tics na aprendizagem sob a perspectiva sociointeracionista. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 498-506, maio/ago., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11173>>. Acesso em: 20 out 2018.

SCHUNK, D. H.; USCHER, E. L. Barry Zimmerman's theory of self-regulated learning. In: BEMBENUTTY, H.; CLEARY, T. J.; KITSANTAS, A. (Ed.). **Applications of self-regulated learning across diverse disciplines: a tribute to Barry J. Zimmerman**. Information Age Publishing: Charlotte, 2013. p.1-28.

SCHUNK, D. H.; ZIMMERMAN, Barry J. Social origins of self-regulatory competence. **Educational psychologist**, v. 32, n. 4, p. 195-208, 1997.

VARGAS, O. L.; MARTÍNEZ, C. H.; URIBE, Á. C. Logro de aprendizaje en ambientes hipermediales: andamiaje autorregulador y estilo cognitivo. **Revista latinoamericana de psicología**, v. 44, n. 2, p. 13-26, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80524058001>>. Acesso em: 20 out. 2018.

ZIMMERMAN, B. J. Becoming a self-regulated learner: Which are the key subprocesses?. **Contemporary educational psychology**, v. 11, n. 4, p. 307-313, 1986.

_____. Theories of self-regulated learning and academic achievement: An overview and analysis. In: ZIMMERMAN, Barry J.; SCHUNK, Dale H. **Self-regulated learning and academic achievement**. Theoretical perspectives. 2. ed. New York: Routledge, 2009. p. 01-38.

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 2016

Letícia Sanz Barreto

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF
leticiasanz07@gmail.com*

Shirlena Campos de Souza Amaral

*Professora dos Programas de Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem e Políticas Sociais da UENF
shirlenacsa@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo visa retratar e discutir a criação, o desenvolvimento e a expansão da Educação a Distância (EAD) no Ensino Superior brasileiro, posto que seja inegável a ampliação dessa modalidade de ensino no mundo nas últimas décadas. Atribui-se a essa ascensão, os intensos avanços das novas Tecnologias da Informação e Comunicação e, especificamente no Brasil, ao marco regulatório da EAD, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Tal análise foi realizada com base nos dados disponibilizados pelo Censo em Educação Superior de 2016, nos quais se pode observar um acelerado crescimento na quantidade de cursos ofertados, no número de matrículas realizadas, no quantitativo de alunos ingressantes e ainda no número de alunos concluintes no lapso temporal de 2006 a 2016. Embora tenha sido detectada a expansão na Educação Superior brasileira na EAD, esta ocorreu massivamente em instituições privadas.

Palavras-chave: Educação a Distância, Expansão, Ensino Superior, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Censo da Educação Superior.

ABSTRACT

This article aims at portraying and discussing the creation, development and expansion of Distance Education (EAD) in Brazilian Higher Education, since it is undeniable the expansion of this type of education in the world in the last decades. It is attributed to this rise, the intense advances of the new Technologies of Information and Communication and, specifically in Brazil, to the regulatory framework of the EAD, the Law of Guidelines and Bases of the National Education of 1996. Such analysis was carried out based on the available data by the Census of Higher Education in 2016, in which there is a rapid growth in the number of courses offered, the number of enrollments made, the number of new students and the number of students graduating in the period between 2006 and 2016. Although been detected in the Brazilian Higher Education in EAD, this occurred massively in private institutions.

Key-words: Distance Education, Expansion, Higher education, Law of Guidelines and Bases of Education, Census of Higher Education.

1. Introdução

A Educação a Distância se caracteriza como uma modalidade de ensino recente no Brasil e no mundo, visto que historicamente as grandes instituições de Educação a Distância surgiram a partir da década de 1970, em países como Inglaterra e Espanha, em meio a descréditos e preconceitos, e se consolidaram durante a década de 1980, fazendo com que esta modalidade se difundisse por todo o mundo. Já, no Brasil, seu progresso ocorreu um pouco mais tarde, na década de 1990, após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, e por essa razão a EAD pode ser considerada um novo campo de estudo. Percebeu-se durante a realização da presente investigação, que a pesquisa em Educação a Distância tem vida ainda mais nova.

Diante desse fato, ressalta-se a importância da realização de pesquisas sobre a Educação a Distância, para suscitar reflexões acerca de sua expansão no Brasil.

O principal objetivo deste artigo é investigar por meio do Censo da Educação Superior, de 2016, em que medida o Ensino Superior Brasileiro na modalidade a distância se expandiu nos últimos 10 anos (2006 – 2016). Desse modo, busca-se na seção seguinte expor algumas definições e características da modalidade de Educação a Distância, com o intuito de propor reflexões a cerca de seus conceitos e características fundamentais. No segundo tópico, procura-se trazer um breve resgate histórico da criação, desenvolvimento e expansão da EAD no mundo e no Brasil. E, em seguida, adentra-se, no universo da pesquisa, objetivando averiguar e analisar como se deu a expansão da EAD no Ensino Superior brasileiro na última década. Por fim, a última parte do artigo se dedica às conclusões obtidas por meio da pesquisa realizada. Assim, o artigo visa suscitar reflexões referentes à temática, porém não pretendendo esgotá-la.

2. Definições e características da Educação a Distância

Introdutoriamente, cabe ressaltar que a EAD recebeu diversas nomenclaturas de acordo com a época e o contexto em que foi desenvolvida, nos diversos países ao redor do mundo, como educação por correspondência (Reino Unido); estudo em casa (Estados Unidos); estudos externos (Austrália); Teleensino (França); estudo a distância (Alemanha); educação a distância (Espanha); ensino a distância (Open University); dentre outros (MAIA e MATTAR, 2007; PRETI, 2009).

Dessa forma, como não há unanimidade sobre como denominar tal modalidade de ensino, tampouco há um consenso quanto à sua definição, por isso existem diversas definições para a educação a distância, porém todas apresentam pontos em comum. Assim sendo, destaca-se alguns conceitos relevantes a seguir:

Educação a Distância é aprendizagem planejada que geralmente ocorre num lugar diferente do ensino e, por causa disso, requer técnicas especiais de desenho de cursos, técnicas especiais de instrução, métodos especiais de comunicação através da eletrônica e outras tecnologias, bem como arranjos essenciais organizacionais e administrativos (MOORE, 1996 apud PRETI, 2009, p. 42).

Segundo Josias Ricardo Hack (2011) a EAD pode ser compreendida como:

uma modalidade que realiza o processo de construção do conhecimento de forma crítica, criativa e contextualizada, no momento em que o encontro presencial do educador e do educando não ocorrer, promovendo-se, então, a comunicação educativa através de múltiplas tecnologias (HACK, 2011, p.15).

Percebe-se, a partir da definição de EAD mencionada anteriormente, que seus conceitos e definições não devem ser pautados em suas características e metodologias, pois na realidade, o que a diferencia da modalidade de ensino presencial é a maneira como ela é oferecida, de forma não presencial. Isto é, seus conceitos devem ser baseados no processo de ensino-aprendizagem (HACK, 2011).

Tal definição corrobora com o entendimento de Moran (2002), quando afirma que:

A Educação a Distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes (p.1).

Dessa forma, compreende-se a EAD, atualmente, como uma nova maneira de se fazer educação, como uma nova metodologia que está sendo utilizada no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, cabe ressaltar algumas das suas características fundamentais: educando e educadores estão separados no tempo e/ou no espaço; existem canais que possibilitam a interação (canais humanos) e/ou a interatividade (canais tecnológicos) entre os envolvidos. Trata-se, deste modo, de processo mediado e “mediatizado”, estabelecendo outros sentidos aos conceitos de tempo, espaço, presencialidade e distância; há também uma estrutura organizacional complexa a serviço do educando: um sistema de EaD como rede integrando comunicação, orientação acadêmica (tutoria), produção de material didático, gestão, avaliação, etc.; a aprendizagem é construída, se dá de forma independente, individualizada, autônoma e, concomitantemente, de forma coletiva, por meio de interações sociais (PRETI, 2009, p. 45).

Buscando-se uma compreensão mais profunda sobre essa recente e promissora modalidade de ensino, propõe-se no tópico a seguir, trazer um sucinto resgate histórico sobre a origem e o desenvolvimento da EAD no mundo e, sobretudo no Brasil, além de apontar quais foram os fatores que promoveram sua expansão.

3. Breve panorama histórico da expansão do Ensino Superior a Distância

3.1. Expansão ao redor do mundo

Alguns estudiosos da EAD acreditam que a origem dessa modalidade se deu a partir de alguns casos isolados de comunicação, por meio da escrita, como por exemplo, as cartas escritas pelo filósofo Platão e as epístolas escritas pelo apóstolo São Paulo (MAIA e MATAR, 2007). No entanto, existem autores que demarcam o surgimento do ensino a distância a partir da criação da imprensa, por Gutemberg, que ocorreu no século XV.

Apesar desse desacordo com relação à origem da Educação a Distância, pode-se dizer que o desenvolvimento e expansão dessa metodologia de ensino teve seu ápice em meados do século XIX (PETERS, 2009 apud SANTOS, 2018). Nesse contexto, explicitar-se-á o desenvolvimento da EAD a partir dos três momentos importantes, os quais marcaram sua história e promoveram sua transformação, expansão e atual consolidação.

O marco pioneiro para o desenvolvimento do Ensino a Distância se deu a partir do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. Tais acontecimentos promoveram a criação do 1º curso por correspondência, anunciado pela Gazeta de Boston em 20 de março de 1728 (ALVES, 2011; MAIA e MATAR, 2007). Essa inovadora forma de ensino se expandiu rapidamente para inúmeros países.

O segundo momento fundamental para a evolução da EAD, ocorreu quando incorporou-se a essa modalidade de ensino as novas mídias como o rádio, a televisão, o telefone, fitas de vídeo e áudio, assim como, houve a criação das universidades abertas de ensino a distância (MAIA e MATAR, 2007). Nesse contexto, é importante ressaltar um grande marco dessa segunda geração da EAD: a criação da 1ª Universidade Aberta na Inglaterra, em 1969, a Open University. Dessa forma, pode-se afirmar que essa foi a primeira institucionalização da EAD e que a mesma suscitou a explosão da criação de instituições semelhantes inicialmente em países desenvolvidos e, anos depois, em países subdesenvolvidos (PRETI, 2009).

A terceira e atual geração da EAD, eclodiu a partir da criação, expansão e facilitação do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, na década de 1990. Nesse ínterim, foram inseridos recursos como microcomputador, o videotexto, o hipertexto, das tecnologias multimídia e da rede mundial de computadores interconectados, a Internet (MAIA e MATAR, 2007).

3.2. A Expansão brasileira

É inegável que a criação e o desenvolvimento da modalidade de Educação à Distância, no Brasil, foi inspirada nas experiências e influências de países desenvolvidos pioneiros em ofertar tal modalidade de educação. Porém, a maneira como a EAD foi implantada nesses países e, no Brasil, se diferem, pois estes optaram em criar novas universidades para oferecê-la de forma exclusiva, nas décadas de 1960 e 1970, ao passo que no contexto brasileiro optou-se pela reestruturação e reorganização das instituições já existentes, a fim de as tornarem aptas a ofertarem concomitantemente as duas modalidades de ensino, quais sejam o ensino presencial e a distância (RAMOS e MEDEIROS, 2010).

Muitos autores que tratam da temática da EAD no Brasil defendem que ela se desenvolveu rapidamente e se consolidou no país na década de 1990. No entanto, antes da expansão da EAD focada na Educação Superior, já existiam experiências educacionais nesta modalidade de educação no final do século XVIII e início do século XIX, visando proporcionar qualificação e especialização de mão de obra frente às novas exigências do processo de industrialização da mecanização e divisão do processo de trabalho (PRETI, 2009), mas que não estavam atreladas ao Ensino Superior.

O autor Oreste Preti, cita em sua obra *Educação a Distância: fundamentos e políticas* (2009), alguns dos fatores que influenciaram a rápida expansão da EAD no Ensino Superior brasileiro nos últimos 20 anos, como a necessidade de democratização da educação em nível superior, os graves problemas enfrentados pelo sistema de educação tradicional (elitista, fechado, burocrático, excludente, dentre outros), além dos avanços tecnológicos nas áreas da informação e comunicação, que podem ser considerados como a grande força propulsora para a expansão da EAD no Brasil, como também em todo o mundo.

Para além dos fatores mencionados, ressalta-se que uma das maiores, senão a maior razão, dessa ascensão em nosso país se deve a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pois em suas Disposições Gerais, o Artigo 80, da referida lei atribuiu ao poder público “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, não paginado).

Tal lei ainda outorgou à União a competência ao credenciamento das instituições que oferecerão programas de ensino a distância e a definição dos “[...] requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância (BRASIL, 1996, não paginado). Pode-se então afirmar que a LDB/96, propiciou diversas possibilidades para a ampliação da EAD, uma vez que flexibilizou os procedimentos

a serem adotados na criação e implementação desses cursos no país, assim como regulamentou uma proposta que possui potencialidade para modificar o quadro excludente em que se encontra o Ensino Superior brasileiro. Sobre isso, destaca-se o entendimento de Alves (2011), de que:

Esta modalidade de educação vem ampliando sua colaboração na ampliação da democratização do ensino e na aquisição dos mais variados conhecimentos, principalmente por esta se constituir em um instrumento capaz de atender um grande número de pessoas simultaneamente, chegar a indivíduos que estão distantes dos locais onde são ministrados os ensinamentos e/ou que não podem estudar em horários pré-estabelecidos (p.90).

Apesar da abertura ocasionada pela Lei nº 9.394, fazia-se necessário regulamentar e normatizar o Artigo 80. Por essa razão, foi promulgado o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamentava o artigo 80 da LDB e que revogou o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998. Ainda em razão da normatização do Artigo 80 da LDB, foi promulgada a Portaria Ministerial nº 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial nº 301, de 7 de abril de 1998).

Após a oficialização desta modalidade de ensino no Brasil, em 1996, foi formada nos anos 2000 a Rede de Educação Superior a Distância (UniRede), consórcio que agrupa, na atualidade, cerca de 70 instituições públicas brasileiras com a finalidade de oferecer cursos de graduação, pós-graduação e extensão, buscando democratizar o acesso a educação de qualidade por meio da EAD. No mesmo ano, também foi concebido o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ¹ (ALVES, 2011).

Em 2005, foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em busca da ampliação do acesso e da oferta de Educação Superior no país. Esse sistema visa conectar as instituições públicas de Ensino Superior em todo o Brasil, estados e municípios, com a finalidade de promover acesso à formação especializada para grupos minoritários, por meio da metodologia EAD (HACK, 2011).

Em 9 de maio de 2006, entra em vigor o Decreto nº 5.773, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Já em 2007, entra em vigor o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro 2005, aumentando o nível de exigência para o credenciamento, reconhecido, supervisão e avaliação, o que provocou diversas críticas das instituições particulares.

Nesse contexto, passados 10 anos da promulgação do Decreto nº 6.303, surge o novo marco regulatório para a EAD brasileira, em que o MEC editou a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, que regulamenta o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância e melhorar a qualidade da atuação regulatória do ministério.

Pode-se destacar dentre as novidades advindas da nova regulamentação, a permissão dada as Instituições de Ensino Superior (IES) a se credenciarem para ofertar cursos em EAD, na graduação e na pós-graduação lato sensu, sem a necessidade de credenciamento para modalidade presencial (SANTOS JÚNIOR, 2017). Outra inovação surgiu nos procedimentos de avaliação, pois esta ocorrerá somente nas sedes das IES, sem a necessidade de verificação dos polos (BRASIL, 2017b).

1 Consórcio formado por seis universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro (UERJ; UENF; UNIRIO; UFRJ; UFF; UFRRJ) e um centro universitário (CEFET-RJ) em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (SECT), por intermédio da Fundação CECIERJ, com o objetivo de oferecer cursos de graduação a distância (EAD), na modalidade semipresencial para todo o Estado do Rio de Janeiro.

Outra flexibilização trazida pela Portaria é a criação de polos de Educação a Distância, pelas próprias IES já credenciadas para esta modalidade de ensino. Essa Portaria especifica a quantidade de polos que cada instituição poderá criar, baseado em seu Conceito Institucional (CI) mais recente. Após a exposição das principais mudanças implementadas pela Portaria, compreende-se que essas alterações estão profundamente voltadas para instituições privadas.

Isto posto, demonstrar-se no próximo tópico os resultados e discussões da investigação realizada.

4. Diagnóstico da ampliação do Ensino superior brasileiro na modalidade a distância

4.1. Metodologia

O levantamento dos dados foi realizado junto ao site do INEP (www.inep.gov.br), onde se obteve acesso ao Censo da Educação Superior, realizado do ano de 2016. Fez-se o levantamento dos dados com a finalidade de averiguar a expansão ocorrida no Ensino Superior brasileiro na modalidade a distância, entre os anos de 2006 e 2016.

Precedeu e perpassou ao processo de coleta de dados a revisão bibliográfica referida ao tema de pesquisa, que o envolvem de forma interdisciplinar.

Em referência à estruturação dos dados, elaborou-se gráficos e uma tabela, para melhor elucidação dos resultados encontrados, e o tratamento destes foi realizado por meio de estatística descritiva.

3.3. Discussões e Resultados

A **Tabela 1** demonstra a evolução no número de Instituições que ofertam o Ensino Superior no país. Com isso, observa-se que no ano de 2006 existiam 248 IES públicas e 2.022 IES privadas, totalizando 2.270 instituições. Já em 2016, havia 296 IES públicas e 2.111 instituições privadas, num total de 2.407 instituições. Nesse contexto observa-se um crescimento, em dez anos, de 137 instituições públicas e particulares, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância.

Tabela 1 - Crescimento quantitativo de Instituições de Educação Superior públicas e privadas (presencial e EAD) no período de 2006 a 2016.

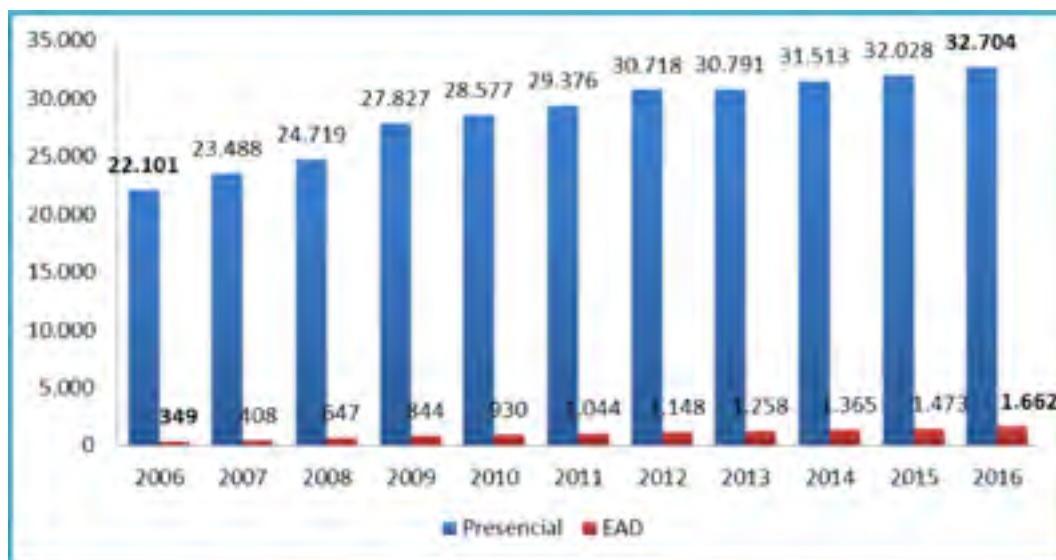
Ano	Instituições		
	Públicas	Privadas	Total
2006	248	2.022	2.270
2007	249	2.032	2.281
2008	236	2.016	2.252
2009	245	2.069	2.314
2010	278	2.100	2.378
2011	284	2.081	2.365
2012	304	2.112	2.416
2013	301	2.090	2.391
2014	298	2.070	2.368
2015	295	2.069	2.364
2016	296	2.111	2.407

Fonte: Inep (2016). Org. Autora.

Cabe ressaltar, que não foi possível fazer o levantamento do quantitativo independente de instituições que oferecem curso a distância e presencial, pois o censo não fez essa distinção por modalidade de ensino.

Conforme podemos observar no **Gráfico 1**, ao confrontar os dados do número de cursos oferecidos nas duas modalidades de ensino, houve um grande crescimento na quantidade de cursos de Ensino Superior oferecidos em ambas, no período analisado.

Gráfico 1 - Evolução dos cursos de graduação presencial e a distância (2006-2016)



Fonte: Inep (2016). Org. Autora.

Porém, apesar da modalidade de ensino presencial oferecer um maior número de cursos, pode-se destacar que proporcionalmente a modalidade EAD teve um crescimento maior, pois em 2006 foram ofertados 349 cursos EAD e em 2016 foram oferecidos 1.662 cursos nessa modalidade, ou seja, um houve um crescimento de 376%, em dez anos. À medida que, no ensino presencial o aumento de cursos ofertados nesses 10 (dez) anos foi de aproximadamente 48%. Esse resultado talvez seja justificado em razão de que com o passar dos anos essa modalidade vem se expandindo e se consolidando no Brasil.

No **Gráfico 2** analisou-se os dados referentes à oferta de vagas nos cursos de graduação presencial e a distância em todo o Brasil no ano de 2016.

Gráfico 2 - Oferta de vagas nos cursos de graduação presencial e a distância em 2016

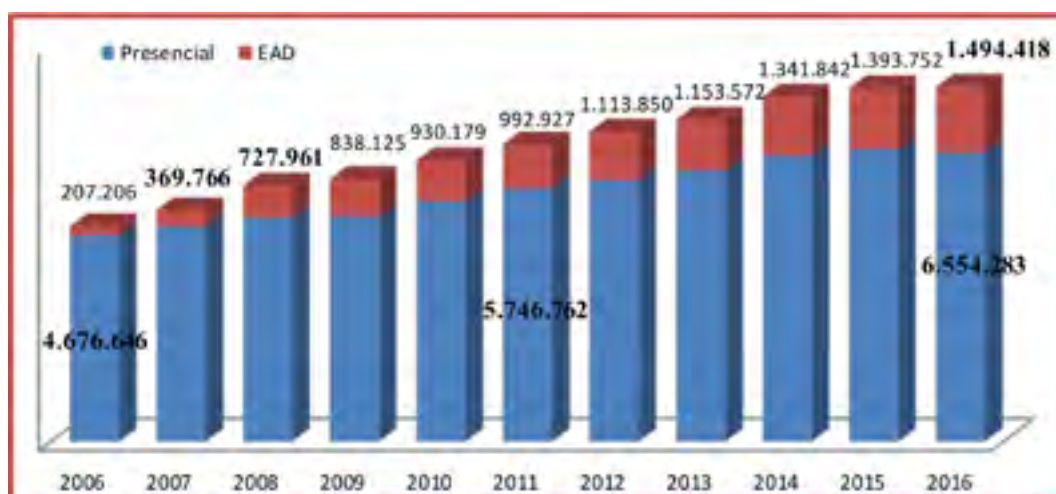


Fonte: Inep (2016). Org. Autora

Esses dados chamam atenção, pois ao comparar o número de vagas ofertadas por IES públicas e privadas, independente da modalidade, observa-se que a rede particular possui um número extremamente superior de vagas ofertadas, totalizando 93%, enquanto a rede pública correspondeu à 7%. Pode-se também perceber que em relação às vagas ofertadas nas instituições privadas o quantitativo de vagas oferecidas nas duas modalidades estão se aproximando. Porém, o mesmo não ocorreu nas instituições públicas.

No que se refere ao crescimento do número de matrículas neste lapso temporal, obtivemos os dados expliados no **Gráfico 3**.

Gráfico 3 - Expansão do número de matrículas por modalidade de ensino (2006-2016)



Fonte: Inep (2016). Org. Autora.

Verificou-se que ao longo de uma década, o número de matrículas na Educação Superior se expandiu nas duas modalidades de ensino, totalizando um crescimento de 62,8%. Entretanto, é possível constatar que a modalidade de ensino a distância cresceu de forma acelerada nesse período. O crescimento foi mais expressivo nos anos de 2007 para 2008.

Ao confrontar os dados do ensino presencial e a distância, fica perceptível que o número de matrículas no ensino tradicional ainda é maior em todos os anos estudados, no entanto, em números percentuais, a EAD se desenvolveu mais nesses 10 anos, pois em 2006 a EAD representava pouco mais de 4% das matrículas de graduação, à medida que em 2016, representavam cerca de 18,6% das matrículas deste nível de ensino no país.

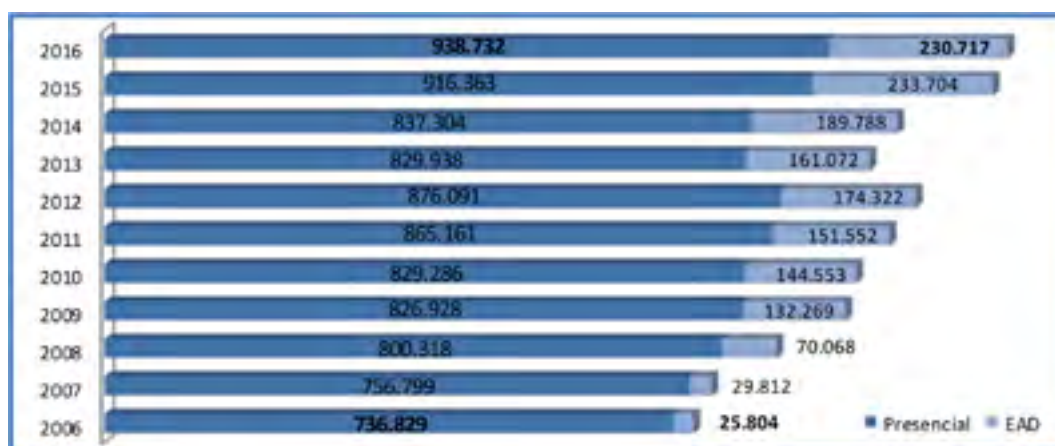
No **Gráfico 4**, temos os dados referente ao quantitativo de alunos ingressantes no período de 2006 a 2016 nas duas modalidades de ensino.

Gráfico 4 - Número de ingressos em cursos de graduação por modalidade de ensino

Fonte: Inep (2016). Org. Autora.

Pode-se constatar um grande crescimento no número de ingressantes na EAD de 2006 a 2008. Pois, havia crescido nesse período mais de 100% o quantitativo de ingressantes. Já em 2009, houve uma queda no número de ingressos nessa modalidade de ensino, mas que voltou a crescer logo no próximo ano. Em 2015, observa-se uma redução no número de ingressantes nas duas modalidades. Todavia, em 2016, o número de ingressantes na educação superior voltou a crescer (2,2%), devido ao aumento de 20% no número de estudantes ingressos entre 2015 - 2016 na EAD, visto que nos cursos presenciais houve um decréscimo de 3,7%.

Por fim, pode-se observar no **Gráfico 5**, a análise dos dados referentes ao quantitativo de estudantes concluintes nas duas modalidades de Ensino.

Gráfico 5 - Número de concluintes por modalidade de ensino (2006-2016)

Fonte: Inep (2016). Org. Autora.

Nota-se que a EAD apresenta ascensão contínua nos números estudantes concluintes entre os anos de 2006 e 2015, isto é, enquanto em 2006, 25.804 alunos concluíram o ensino superior a distância em 2015, 233.704 alunos se formaram por meio da EAD. Porém, houve um decréscimo de 1,3% em 2016, em que concluíram a graduação 230.704 alunos dessa modalidade.

Em contraponto, o ensino presencial obteve um aumento no número de concluintes entre os seguintes anos: 2006 (736.829) a 2012 (876.091). Em 2013, houve uma queda, mas esse quantitativo voltou a crescer no ano seguinte, 2014 e se manteve até o ano de 2016, quando houve um aumento de 2,4% no número de concluintes entre 2015 e 2016.

1. Conclusão

A partir dos dados encontrados na investigação, pode-se verificar que o Ensino Superior brasileiro, na modalidade a distância, se expandiu de forma notável nos anos estudados (2006 a 2016), porém tal crescimento se deu intensamente em Instituições de Ensino Superior privadas em detrimento das Instituições públicas de Ensino Superior. Tal resultado nos faz refletir se essa expansão está conseguindo alcançar o objetivo primordial da EAD, de democratizar o acesso de grupos minoritários da sociedade brasileira à formação universitária (BRASIL, 2006).

Portanto, conclui-se que, apesar das inúmeras iniciativas do governo brasileiro em busca da ampliação da oferta de Ensino Superior para a população carente, a constatação de que a oferta de vagas está extremamente concentrada na iniciativa privada, podem “por em xeque”, a real diminuição das desigualdades educacionais brasileiras. Estas suposições implicam a realização de análises mais profundas sobre a questão, ultrapassando os objetivos do presente trabalho.

1. Referências

ALVES, L. **EAD: conceitos e história no Brasil e no mundo**. RBAAD - Revista da Associação Brasileira de Educação a Distância, vol. 10, 2011, p. 83 a 92. Disponível: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2018.

BRASIL. **Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, dez. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. MEC. **Censo da Educação Superior 2016: Notas Estatísticas**. Brasília, 2017a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. MEC. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017b. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 jun. 2017.

Hack, J. R. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis, LLV/CCE/UFSC, 2011.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. Universidade de São Paulo. Disponível em: < <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

PRETI, O. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá : EdUFMT, 2009.

RAMOS, W. M.; MEDEIROS, L. **A Universidade Aberta do Brasil (UAB): desafios da construção do ensino e aprendizagem em ambientes virtuais**. Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). In: Amaralina Miranda de Souza, Leda Maria Rangel Fiorentini e Maria Alexandra Militão Rodrigues (Org.). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Editora da Universidade de Brasília, junho, 2010.

SANTOS, L. C. dos S.; MENEGASSI, C. H. M. **A história e a expansão da educação a distância: um estudo de caso da UNICESUMAR**. Revista GUAL, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 208-228, janeiro 2018.

SANTOS JÚNIOR, J. dos. **Novo Marco Regulatório da Educação a Distância: O início da quebra de paradigmas da EAD no Brasil**. São Paulo, 2017. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/Publicado_Novo_Marco_Regulatorio_EAD_Jair_Santos_Jr.pdf Acesso em: 30 jun. 2018.

IDEIAS E PENSAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA SEGUINDO O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DISCIPLINAR

MIRIAM DE SOUZA OLIVEIRA MACHADO

Mestranda do programa PPGen (INFES/UFF)

Mirinha_dan@hotmail.com

ADÍLIO JORGE MARQUES

Professor do Programa PPGen (INFES/UFF)

adiliojm@yahoo.com.br

RESUMO

Humanas e Exatas. Para algumas pessoas, a associação entre esses campos de conhecimento pode simplesmente parecer absurda pelo fato de desconhecerem o que existe de comum entre uma área exata, portanto rigorosa, objetiva, racional e outra do lado oposto, a área das humanas, e como tal, mais emotiva, intuitiva, subjetiva. Buscamos entender nesta pesquisa que é necessário o trabalho de integração disciplinar efetivo no contexto escolar, levando nossos alunos a entender, conhecer e até mesmo gostar das áreas de humanas e exatas de forma prazerosa e interativa, no entanto, para que isso realmente aconteça de forma concreta, é necessário que propostas curriculares sejam desenvolvidas para que o elo entre as “Duas Culturas” seja satisfatório dentro de nossas escolas, desenvolvendo em nossos alunos o senso crítico e criativo para atuar ativamente na sociedade.

Palavras-chave: Humanas, exatas, integração, interdisciplinaridade, compartimentalização

ABSTRACT

Humanities and Exact. A connection between these two fields may seem absurd for some people because they may not know the commonalities between the exact sciences, which is more rigorous, objective and rational, and its counterpart, the humanity sciences, which is more emotional, intuitive and subjective. In this study, we sought to understand the need of an effective interdisciplinary integration within the schools, helping our students to understand, know and even enjoy the humanities and exact subjects in an interactive way. However, in order to achieve this, it is necessary that school curriculums are developed to create a satisfactory link between these “Two Cultures” inside our schools, developing in our students the critical and creative sense to act actively in society

Key-words: Humanities, exact, integration, interdisciplinarity, compartmentalization.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa tem como eixo o estudo o distanciamento entre as “Duas Culturas” – humanas e exatas – no contexto escolar, buscando entender primeiramente esse termo, que foi apresentado pela primeira vez por Snow em 1956, porém, que já vinha sendo discutido bem antes desse acontecimento.

Apesar de a Conferência de Snow ter acontecido há mais de 50 anos, vimos que muito precisa ser feito e estudado acerca desse tema. Pensar na discussão histórica, buscando alternativas e ideias para a reaproximação das “Duas Culturas”, é muito importante para o desenvolvimento significativo da educação no Brasil e no mundo, visando melhorias no processo de ensino-aprendizagem. E o processo de integração disciplinar precisa ser o ponto de partida para que tenhamos uma educação justa e acessível a todos.

Na era atual, de especialização crescente, o estudo em sala de aula de escolas regulares de Ensino Fundamental e Médio desenvolve-se num quadro disciplinar restrito, reforçando assim, a separação entre os saberes.

Nosso estudo propõe pesquisar sobre a educação mundial e sua relação com a separação entre humanas e exatas. Em seguida, conheceremos o contexto educacional brasileiro, apresentando leis e diretrizes educacionais que visam o trabalho interdisciplinar, visto que, o mesmo acaba não acontecendo de forma significativa no contexto escolar. “A interdisciplinaridade é difícil de ser compreendida e mais ainda de ser praticada porque, de certa forma, é um processo que precisa ser vivenciado para ser assimilado em toda sua integridade” (HARTMANN, 2007, p.19).

A proposta de um trabalho interdisciplinar visa aproximar as “Duas Culturas” na escola, porém isso não acontece de forma significativa. É indiscutível que a interdisciplinaridade pode ajudar no processo de integração das disciplinas, todavia não é a única opção.

As diretrizes que estão sendo utilizadas para a realização deste trabalho de pesquisa serão, a proposta de um levantamento bibliográfico sobre a separação das “Duas Culturas” no contexto escolar, buscando entender porque esse termo foi utilizado para representar a fragmentação do conhecimento e o distanciamento entre humanas e exatas. Temos as colocações de Charles Percy Snow assim como discussões e debates significativos de Michel Serres e Zygmunt Bauman para nossa sociedade atual. O segundo momento, após todo esse levantamento bibliográfico, propomos uma discussão de autores e debates historiográficos.

A apresentação sobre a importância do processo de integração disciplinar, em conjunto com atividades interdisciplinaridades, visa expor essa ideia como uma perspectiva transformadora.

Visualizar ideias e estratégias para que essa indiferença e separação entre esses dois pólos do conhecimento possam se integrar e interagir de forma significativa são nosso objetivo. Dialogar com dois públicos completamente diferentes e com ideias distorcidas sobre os opostos talvez seja o maior desafio quando se fala de argumentos e discussões sobre essa separação.

Com base nesse estudo e em todo o levantamento bibliográfico e histórico apresentado até aqui, é muito importante elaborar um texto conciso e de fácil entendimento, afinal o mesmo deverá ser apresentado para profissionais dos dois extremos.

Os autores apresentados acima, cada um em seu tempo, com pensamentos e ideias diferentes, podem nos ajudar a compreender o que é necessário fazer para que tenhamos uma proposta educacional ativa e significativa no nosso tempo.

Bronowski (1908-1979), também se preocupava com a aproximação entre humanas e exatas, escreveu muito sobre o tema. Ele pontuava que a literatura e a ciência, mesmo seguindo por caminhos diferentes e estando em lados opostos das “Duas Culturas”, nos proporcionam conhecimento universal. O autor utilizava seu entendimento sobre a imaginação e com isso, fazia uma ponte entre ciência e literatura.

A imaginação nos atinge e nos penetra de formas diferentes na ciência e na poesia. Na ciência, ela organiza nossa experiência em leis, sobre as quais baseamos nossas ações futuras. A poesia, porém, é outro modo de conhecimento, em que comungamos com o poeta, penetrando diretamente na sua experiência e na totalidade da experiência humana. (BRONOWSKI, 1998, p. 20).

Atualmente a educação não é mais responsável para formar robôs. Devemos olhar para o mundo através da multiplicidade, o múltiplo está relacionado à vida, cada momento em que conhecemos algo novo é um entroncamento dos conhecimentos prévios que adquirimos com aqueles que são novos, que não sabemos, não conhecemos.

A divisão do conhecimento não tem mais sentido. É muito importante propor a interlocução, conexões e diálogos entre as “Duas Culturas”, no intuito de suprir as lacunas na produção do conhecimento.

No ensino contemporâneo, sofremos da excessiva compartimentalização do saber. A organização curricular das disciplinas coloca-as como realidades estanques, sem interconexão alguma, dificultando para os alunos a compreensão do conhecimento como um todo integrado, a construção de uma cosmovisão abrangente que lhes permita uma percepção totalizante da realidade. Uma das tentativas de superação desta fragmentação tem sido a proposta de se pensar uma educação interdisciplinar (...), permitindo a construção daquela compreensão mais abrangente do saber historicamente produzido pela humanidade. (GALLO, 1995, p.1)

Diante dessa realidade surge a necessidade de investigar como os estudiosos apresentados acima, no decorrer dos anos e educadores, de uma forma geral, vêem essa interação entre o que chamamos até agora de “Duas Culturas” e como isso pode ser trabalhado no contexto escolar como forma de integração disciplinar.

Gallo (1995) nos mostra ainda, que encontramos no nosso sistema educacional uma ramificação que começou bem no início da história da humanidade onde o ser humano começou a construir toda a estrutura do conhecimento que temos hoje, porém, esta ramificação foi compartimentalizando este conhecimento e, a partir daí, as especializações foram surgindo e se formando em cada área e com isso uma “disciplinarização do saber” formou-se, onde cada disciplina específica e independente segue seu caminho.

Quando observamos o cenário educacional brasileiro, nos deparamos com situações complexas relacionadas ao processo de integração disciplinar. Conseguimos observar alguns profissionais tentando realizar trabalhos envolvendo a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade; no entanto, essas atividades não acontecem efetivamente, afinal, é necessário cumprir os conteúdos apresentados para cada disciplina específica “compartimentada”, que é exigido pelo governo. Nesse caso, as atividades elaboradas para o envolvimento de diversas disciplinas acontecem muito esporadicamente, em apenas alguns momentos do ano letivo, e acabam sendo chamadas de “culminância de projetos”.

Vivemos num momento de grandes mudanças e avanços relacionados à sociedade de uma forma geral. A escola, nesse sentido, deveria estar incluída nessa modificação de forma significativa, porém, percebemos que o sistema educacional ainda parece estar intacto. Seus

elementos fundamentais relacionados à estrutura e organização ainda são basicamente os mesmos desde a sua fundação, mesmo com a comunidade mostrando que é necessário e imprescindível que essas modificações aconteçam de forma efetiva. Novas ideias, propostas, orientações e projetos precisam ser elaborados e desenvolvidos no contexto escolar, levando nossos alunos por um caminho de evolução criativa e crítica.

Nossa sociedade contemporânea tem como perspectiva a necessidade de rever o significado do conhecimento, com foco principal, na educação escolar. Embasado no contexto histórico educacional, temos o currículo escolar, sustentado pelo paradigma positivista do século XIX e que tem sustentado a coordenação escolar como um todo. O currículo é o que sustentou e sustenta o cenário educacional sendo o responsável pela parte técnico-pedagógica na escola, no entanto, precisamos atualmente, de um currículo permeável, flexível, poroso, com propostas de uma educação igualitária. É importante,

Abandonar uma abordagem pedagógica tradicional que enfatiza a transmissão, a linguagem, a cópia da cópia, onde conteúdos e informações são passados diretamente do professor para o aluno, mediante um processo reprodutivo, para criar uma nova situação educacional que enfatize a construção realizada pelo indivíduo através de uma pedagogia ativa, criativa, dinâmica, encorajadora, apoiada na descoberta, na investigação e no diálogo. De uma educação “domesticadora” e “bancária”, circunscrita ao espaço escolar, estamos almejando uma educação libertadora que busque a transcendência do indivíduo, visto como um sistema aberto que enfatize a consciência da inter-relação e da interdependência dos fenômenos a partir do reconhecimento dos processos de mudança, de intercâmbio, de renovação contínua, criatividade natural e complementaridade, não apenas dos hemisférios cerebrais, mas também entre as ciências, as artes e as tradições. (MORAES, 1996, p. 67).

É necessária a realização de um trabalho voltado para o vínculo das disciplinas, nesse caso o trabalho interdisciplinar principalmente o de união das “Duas Culturas”, é a solução de muitos problemas dentro das escolas.

Morin nos faz pensar sobre nossa sociedade e o caminho que seguimos, buscando sempre uma especialização constante. O autor nos fala sobre nossa democracia do século XXI, que tem como foco o funcionamento de uma grande máquina que engloba ciência, técnica e burocracia, fazendo com que só seja produzido “conhecimento e elucidação”, mas que também produz “ignorância e cegueira”.

Os avanços disciplinares das ciências não trouxeram só as vantagens da divisão do trabalho; trouxeram também os inconvenientes da hiperespecialização do parcelamento e da fragmentação do saber (...) o conhecimento técnico está reservado aos especialistas cuja competência em uma área fechada é acompanhada de incompetência quando esta área é parasita por influências externas ou modificadas por algum acontecimento novo. Nessas condições, o cidadão perde o direito ao conhecimento. (MORIN, 2011, p. 98).

Analisando as ideias de Morin, é importante pensar em uma escola que aplique de forma intrigante a interlocução entre as “Duas Culturas”. É necessário que o processo educacional seja revisto, pois temos uma grande valorização para com determinadas disciplinas e outras não são levadas tão a sério. As avaliações externas realizadas em escolas públicas cobram conhecimentos específicos em determinadas disciplinas e outras não são nem citadas. Quando analisamos essas avaliações, fica claro que algumas disciplinas são mais ou menos importantes que outras. Nesse sentido, podemos observar que “o docente tem perdido progressivamente a capacidade de decidir qual será o resultado de seu trabalho, pois este já lhe chega previamente estabelecido em forma de disciplina, horários, programas, normas de avaliação, etc.” (ENQUITA, 1991, p. 170).

Com isso, vemos a necessidade de se focar no processo de integração disciplinar e na formação contínua de nossos alunos para que eles sejam capazes de entender e aplicar seus conhecimentos e habilidades em qualquer circunstância. Algumas instituições já estão seguindo por esse caminho, focando na necessidade da interação entre Humanas e Exatas. Neste caso, cabe citar que os alunos ao tentarem ingressar nas Universidades, acabam encontrando de forma bem específica esta divisão entre as “Culturas”, tendo que escolher especificamente qual área seguir e optar por estar unicamente voltado a uma única esfera de seu conhecimento, deixando de lado tudo o que poderia ser acrescido tornando ainda mais produtivo o seu processo de formação.

Ravitch (2011) aponta que a busca por tentar punir alguém pelo baixo desempenho educacional brasileiro pressupõe que a pouca pontuação dos alunos em testes e provas é “causado por professores e diretores preguiçosos, que precisam ser ameaçados com a perda de seus empregos” (RAVITCH, 2011, p.132). Nesse caso, podemos analisar que famílias e alunos ficam dispensados de sua responsabilidade para com os estudos. A autora aponta que uma educação de qualidade não acontece por meio das avaliações de larga escala.

Levando em consideração que a Educação é a mola mestra que sustenta a sociedade, precisa-se reconhecer a urgência de uma mudança no sistema educacional, assim como valorização, formação continuada e respeito para com os profissionais da educação, que estão a todo o momento enfrentando mudanças que ocorrem a cada dia com o avanço tecnológico, atendendo assim às necessidades e aos desafios estabelecidos pelos modelos da educação nacional. Cabe sim ao professor trabalhar de forma criativa levando seus alunos a pensar criticamente, trabalhar em conjunto, reconhecer as diversas formas de se trabalhar em determinada disciplina, assim como em conjunto com as demais. Contudo, para que isso aconteça, é necessário que a capacitação do professor também seja revista, de modo a torná-lo capaz de lidar com as diferenças no contexto escolar.

O distanciamento entre as Duas Culturas tem causado na humanidade uma perda muito grande e significativa. Toda essa compartimentalização de conhecimentos e essa quantidade enorme de especializações só tendem a tornar nossa sociedade cada vez mais produtiva e mecanizada, no entanto, menos crítica e criativa. Snow apresenta esta perda como intelectual, representativa e cultural. Com certeza perdemos muito com toda essa divisão, estamos como uma sociedade consumista e produtivista, que só visa o que é rentável. A crítica de Snow é muito mais atual do que pensamos, tudo o que ele escreveu em seu livro há mais de 50 anos parece ter sido escrito nos dias de hoje.

Ainda hoje há muitos cientistas que se situam na grande tradição ocidental, que pode ser traçada pelo menos até Platão, assente na crença de que a ciência abrange toda a esfera do conhecimento, de que em todos os seus ramos há um progresso continuado, desde que lhes aplique o mesmo método de inquirição racional, e, com isso, se erradiquem a ignorância, os preconceitos, as superstições e todas as outras formas de irracionalidade que infestam a mente humana. (FIDALGO, 2014, p. 14).

Para que tenhamos uma prática dialógica acontecendo de forma ativa no contexto escolar, é importante que as barreiras entre as disciplinas sejam deixadas de lado, propondo uma nova conduta frente ao conhecimento, conduta essa que presume, segundo Japiassu, a superação dos diversos obstáculos epistemológicos. O mesmo entende obstáculo epistemológico como,

Em primeiro lugar, todas as resistências ou empecilhos colocados pelos especialistas aos contatos, as aproximações, as comunicações, as pontes, as relações fecundantes e criadoras, aos confrontos, em suma, as integrações das disciplinas; em segundo lugar, a inércia das situações adquiridas e das instituições de ensino e de pesquisa que

continuam a valorizar a especialização culminando na fragmentação das disciplinas; em terceiro lugar, a pedagogia que só leva em conta a descrição ou a análise objetiva dos fatos observáveis para deles extrair leis funcionais, o que implica uma repartição das disciplinas com fronteiras fixas e rígidas, pois estas se devem a diversidade das categorias de observáveis; enfim, o não questionamento das relações atuais entre as ciências ditas humanas e as ciências chamadas de naturais. (JAPIASSU, 1976, p. 93).

Existe a necessidade de se trabalhar no contexto escolar, que é base do processo educacional do ser humano, e das mais variadas formas, as diversas disciplinas em sala de aula, visando à aproximação entre elas, principalmente entre humanas e exatas, que se encontram tão distantes quando falamos de integração. Existe também a questão cultural, que naturalmente é encontrada das mais variadas formas no campo educacional. A busca por inovações e ideias sugestivas que possam ser aplicadas ativamente na escola faz com que o desenvolvimento educacional cresça. Conseguiremos assim alcançar objetivos significativos. É certo que mudar leva tempo e, quando mudamos com ideias inovadoras e diferentes, leva ainda mais tempo; no entanto, é necessário começar.

Sabemos que o envolvimento de nossos governantes e a preocupação dos mesmos com nosso cenário educacional não é confiável e cabe a nós professores inovar, criando diálogos entre as diversas formas de manifestações culturais, sociais, educacionais e formativas em nossas unidades escolares.

Nossos professores precisam ser os primeiros a entender a importância do desenvolvimento desse trabalho dentro da escola. Mas para isso, a valorização desse profissional precisa ser revista urgentemente. Possuímos profissionais mal remunerados que precisam trabalhar em várias escolas ao mesmo tempo para possuírem um pouco mais de dignidade e sustentarem suas famílias.

A proposta de um trabalho interdisciplinar visa aproximar as “Duas Culturas” na escola, porém, isto não acontece de forma significativa, muito se fala e poucos são os resultados obtidos. A interdisciplinaridade pode sim ajudar no processo de integração das disciplinas, todavia, não é a única opção.

Moraes (1996) analisa nosso cenário educacional atual e apresenta a importância de entendermos que a escola precisa mudar e seleciona algumas pautas que surgem desta construção teórica:

Entre elas, destacamos a importância de se perceber que **a missão da escola mudou** que em vez de atender a uma massa amorfa de alunos, despersonalizados, é preciso **focalizar o indivíduo**, aquele sujeito original, singular, diferente e único; dotado **de inteligências múltiplas**, que possui diferentes estilos de aprendizagem e, consequentemente, diferentes habilidades para resolver problemas. Mas um **“sujeito coletivo”**, inserido numa **ecologia cognitiva** da qual fazem parte outros humanos, cujo pensamento é também influenciado pelas pessoas integrantes do ambiente, a partir de uma relação contínua existente entre o pensamento e o ambiente em geral, dois aspectos inseparáveis de um único processo, cuja análise em partes distintas já não faz mais sentido. (MORAES, 1996, p. 15). (Grifos do autor).

Se pensarmos na perspectiva de desenvolver projetos e atividades relevantes no contexto educacional, com preocupação voltada para o desenvolvimento coletivo, com propostas de trabalhos nos quais a interdisciplinaridade e a integração entre as disciplinas aconteçam realmente, conseguiremos resolver os mais variados problemas encontrados no processo formativo pedagógico atual. Como já foi mencionado no subtítulo 4.3, a proposta interdisciplinar é muito importante para que propostas educacionais aconteçam e obtenham resultados significativos dentro de nossas escolas. Porém, para que isso ocorra, sugestões e

ideias precisam acontecer ativamente dentro de nossas instituições. O foco, como menciona Moraes (1996) na citação acima, é no nosso aluno individualmente, é ele que nos proporcionará analisar, investigar e refletir sobre os princípios educativos relevantes para a elaboração de atividades importantes no desenvolvimento individual e coletivo de todos.

Vários autores defendem as propostas de integração disciplinar, entre eles estão Bernstein (1918-1990), Decroly (1871-1932), Dewey (1859-1952) e Santomé (1951). Esses autores possuem um ponto em comum nas suas discussões, que é a crítica ao currículo fragmentado e disciplinar.

Santomé (1998) justifica que esse currículo fragmentado não valoriza os pensamentos e conceitos prévios dos alunos, pois despreza as relações política, cultural e social desses, não levando em consideração os problemas individuais de cada um. Com isso, o distanciamento entre professores e alunos fica cada vez maior fazendo com que os problemas da vida cotidiana nem apareçam durante o processo formativo. Outra argumentação do autor em questão é o tempo de aula das disciplinas, demarcado por horários fixos, na qual cada professor tem o “seu tempo” e precisa “dar conta do recado e vender o seu peixe”. Esses horários constantes não valorizam o interesse dos alunos, onde afinal, esses alunos é que deveriam ser o ponto de partida para elaboração de programas e propostas educacionais que envolvam os mesmo de forma ativa e participativa. O autor ainda lembra que no século XX aconteceu uma maior preocupação com a infância, onde a mesma passa a ser considerada como um momento particular do desenvolvimento humano.

É perceptível a necessidade de uma mudança efetiva em nosso contexto escolar, com perspectivas inovadoras e ideias que permeiem entre escola e sociedade, criando um elo, promovendo a unificação do conhecimento. Em pesquisas, discussões e propostas interdisciplinares, reconhecemos que cientistas, filósofos e planejadores buscam continuamente e com esforço uma maneira de harmonizar, associar e integrar conhecimentos.

Aires (2011) apresenta algumas diferenças quando analisamos os termos *interdisciplinaridade* e *integração curricular*. Segundo o autor, algumas diretrizes apresentam os termos como sinônimos, porém, podemos observar, quando analisamos suas concepções, algumas diferenças admissíveis no contexto educacional.

(...) a principal razão para que estes dois termos não possam ser considerados sinônimos, no nosso entendimento, diz respeito aos campos de estudo a que estão relacionados. Ou seja, a *Interdisciplinaridade* parece estar mais relacionada com a epistemologia das disciplinas científicas, com o ensino superior e a pesquisa, enquanto que a *Integração Curricular* parece estar mais relacionada com a epistemologia das disciplinas escolares, com o ensino médio e fundamental. (AIRES, 2011, p. 225).

Aires (2011) diferencia a interdisciplinaridade da integração disciplinar. Esse último seria aplicado no contexto escolar da escola básica, e o anterior, aplicado no nível superior, nas universidades.

A preocupação com o desenvolvimento educacional que busque uma integração entre as “Duas Culturas” no cenário pedagógico atual é uma das maiores dificuldades encontradas na educação. Não basta um professor, isoladamente, organizar e estruturar os conteúdos das diversas disciplinas. Essa associação precisa ser praticada e desenvolvida por todo o corpo docente com apoio pedagógico e administrativo da escola. Hartmann (2007) pontua que como opção metodológica:

(...) a interdisciplinaridade caracteriza-se por atividades pedagógicas organizadas a partir da interação entre os docentes. Essa interação, por sua vez, acontece devido ao diálogo e à busca por conexões entre os objetos de conhecimento das disciplinas. Sob

esse ponto de vista, fazer interdisciplinaridade na escola é mais do que simplesmente promover condições para que o estudante estabeleça relações entre informações para construir um saber integrado. Ela reúne uma segunda condição, que consiste em estabelecer e manter o diálogo entre professores de diferentes disciplinas com o objetivo de estabelecer um trabalho integrado entre eles. (HARTMANN, 2007b, p. 5).

Atualmente, a valorização de determinadas disciplinas da área de exatas faz com que nossos alunos não se interessem por disciplinas do campo das humanas, e essas disciplinas acabam sendo deixadas de lado. O governo também tem essa preocupação. Observamos que em provas externas, elaboradas pelo governo, a preocupação gira em torno da matemática e das ciências, ficando as demais disciplinas em segundo plano. O processo de globalização influencia em diversas áreas do desenvolvimento humano. “Para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade” (SANTOS, 2009, p. 69).

Vivemos em um mundo complexo, marcado na ordem material pela multiplicação incessante do número de objetos e na ordem imaterial pela infinidade de relações que aos objetos nos unem. Nos últimos cinquenta anos criaram-se mais coisas do que nos cinquenta mil precedentes. Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização, mais do que qualquer outra antes dela, é exigente de uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa, natural ou artificial, seja redefinida em relação com o todo planetário. Essa totalidade-mundo se manifesta pela unidade das técnicas e das ações. (SANTOS, 2009, p. 83).

As humanidades, nesse contexto, desenvolveriam um trabalho humanizador. A tecnologia e a ciência precisam caminhar lado a lado com o contexto social e cultural do ser humano. Trabalhos que sejam desenvolvidos sobre essa perspectiva só ajudariam no progresso e na evolução ativa e crítica de nossos cidadãos. Evidentemente, não estamos aqui argumentando contra o desenvolvimento científico e tecnológico, mais sim dizendo que esse desenvolvimento precisa estar diretamente ligado às humanidades, sendo essa responsável para formação social, cultural, criativa e crítica deste cidadão. Nesse sentido, surge a proposta de um trabalho de integração acontecendo ativamente em nosso cenário educacional. A preocupação com a formação científica juntamente com a formação humana. Teríamos assim, uma evolução muito maior se comparada com a atual.

CONCLUSÃO

A proposta de entender o trabalho interdisciplinar e o processo de integração disciplinar é de suma importância para uma mudança significativa no nosso campo educacional. Temos, portanto, a emergência de um diálogo entre humanas e exatas. Interligar um conhecimento fragmentado nos proporciona a compreensão do método de desenvolvimento do saber durante seu processo de formação histórica. É necessário entender que cada área do conhecimento traz inúmeras contribuições para a formação da sociedade e é no contexto escolar que tudo se inicia.

No entanto, é necessário admitir que a realização de uma proposta de integração disciplinar é uma tarefa bem complicada e complexa, se for para ser realizada de forma coerente e coesa. Uma das maiores dificuldades está em promover uma integração entre os profissionais da educação, que estão habituados a trabalhar sempre individualmente. Sair da área de conforto é muito complicado e atitudes como o desinteresse, o medo da mudança e a acomodação são umas das mais variadas dificuldades encontradas para que um trabalho integrado aconteça e seja realizada de forma objetiva, crítica e criativa.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Joanez A. Integração Curricular e Interdisciplinaridade: sinônimos? **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 215-230. Jan./abr. Porto Alegre, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. Desafios educacionais da modernidade líquida. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 148, p. 41-58. jan./mar. 2002.
- BRONOWSKI, Jacob. **O olho visionário. Ensaios sobre arte, literatura e ciência**. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização**. Teoria e Educação, v.4, "Dossiê: interpretando o trabalho docente", p. 41-61, Porto Alegre: 1991.
- FIDALGO, António. As duas culturas de C. P Snow e a justificação de Isaiah Berlin. In: **A Construção da Ciência: Da Lógica da Investigação à Medição do Impacto**. Anabela Gradim (Org.). Covilhã/Portugal: Livros LabCom, 2014.
- GALLO, Silvio. **Conhecimento, Transversalidade e Currículo**. Disponível em: www.ia.ufrjr.br/ppgea/conteudo/T2-4SF/Akiko/13-Transversalidade.doc. 1995. Acesso em: 01 Nov 2018.
- HARTMANN, Ângela Maria. **Desafios e Possibilidades da Interdisciplinaridade no Ensino Médio**. Brasília: 2007a, p. 15-73.
- _____. ; ZIMMERMANN, Erika. O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: A reaproximação das "Duas Culturas". **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 7, n. 2, 2007b.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora: 1976.
- MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas**. Brasília, ano 16, n. 70. Abr/jun. 1996.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 2011.
- RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SANTOS, Milton. **Por outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. São Paulo: Record, 2009.
- SNOW, Charles Percy. **As Duas Culturas e uma segunda leitura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

METODOLOGIA TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS: UMA EXPERIÊNCIA NO CURSO NORMAL

ROSIVAR MARRA LEITE SANCHES

*Mestranda do Programa de Ensino e suas Tecnologias
rosemarraleite@hotmail.com*

LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

*Mestranda do Programa de Ensino e suas Tecnologias
lucianablog2@gmail.com*

RESUMO

A formação inicial deve ser alvo de pesquisas que visem melhorar o arcabouço teórico e prático dos professores. O presente trabalho tem como objetivo investigar como as metodologias ativas, mediadas pelas tecnologias móveis, podem contribuir para o ensino de forma a atender às demandas atuais. Relata-se a experiência realizada com alunos do 3º ano do Curso Normal, de uma escola pública, na disciplina de Matemática. Com base na pesquisa qualitativa, os dados foram coletados por meio de questionários, pela observação da participação dos alunos durante as atividades desenvolvidas, análise da produção das sequências didáticas, bem como pelas falas destes que foram analisadas pela Análise Textual Discursiva. O trabalho realizado mostrou a fragilidade da formação inicial do ponto de vista didático-pedagógico dos professores que atuam nos primeiros anos de escolaridade, o que é, no mínimo, preocupante, pois é neste nível que se constroem as competências básicas.

Palavras-chave: Formação de Professores. Metodologias Ativas. Três Momentos Pedagógicos. Matemática. *M-learning*.

ABSTRACT

Initial training should be the subject of research aimed at improving the theoretical and practical framework of teachers. The present work aims to investigate how active methodologies, mediated by mobile technologies, can contribute to teaching in order to meet current demands. The experience with students of the 3rd year of the Normal Course, of a public school, in the Mathematics discipline is reported. Based on the qualitative research, data were collected through questionnaires, observation of the students' participation during the activities developed, analysis of the production of the didactic sequences, as well as the speeches of these that were analyzed by the Discursive Textual Analysis. The work carried out showed the fragility of the initial training from the didactic-pedagogical point of view of teachers who work in the first years of schooling, which is at least worrying, since it is at this level that basic skills are built.

Key-words: Teacher training. Active Methodologies. Three Pedagogical Moments. Mathematics. *M-learning*.

INTRODUÇÃO

O professor do século XXI se depara com níveis reais de exigências, o que torna essencial uma mudança na metodologia de ensino, adequando assim a escola à sociedade. Portanto, novos comportamentos devem ser adotados pelo docente, considerando o avanço das tecnologias que vêm modificando as formas de comunicação e disseminação de conhecimento. Para a compreensão do papel do professor faz-se necessário discutir as práticas pedagógicas adotadas, o que exige uma reflexão contínua do processo educativo.

O público-alvo deste trabalho é uma turma do 3º ano do Curso Normal, de uma escola da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que a formação inicial é uma preocupação e deve ser alvo de constantes trabalhos que visem melhorar o arcabouço teórico e prático dos professores, de forma a melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas.

O Curso Normal, antigamente chamado de Curso de Formação de Professores, forma docentes para atuarem nos primeiros anos de escolaridade e é oferecido, a nível médio, pelas escolas públicas estaduais do Estado do Rio de Janeiro, segundo a Lei nº. 4528 de 28 de março de 2005, publicada no D.O. de 12/08/2005, que estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado.

Para Kenski (2015), a formação de professores deve ser flexível e dinâmica, e é importante que sejam utilizadas novas metodologias e tecnologias, com o objetivo de ampliar os espaços e tempos da sala de aula (ALMEIDA; SILVA, 2017). É nesse cenário que surgem as metodologias ativas que modificam a prática pedagógica tradicional, na medida em que colocam o aluno no foco dos processos de ensino e aprendizagem.

Segundo Moran (2015), para que os alunos sejam mais criativos e proativos faz-se necessário que as metodologias adotadas estejam coerentes com os objetivos do ensino e as metodologias ativas são ponto de partida para processos mais avançados de reflexão e implementação de novas estratégias de ensino.

O objetivo do presente trabalho é investigar como as metodologias ativas, mediadas pelas tecnologias móveis, podem contribuir para o ensino de forma a atender às demandas atuais. Para tanto, foi utilizada a metodologia Três Momentos Pedagógicos (3MP), que é um tipo de metodologia ativa que consiste em três momentos: problematização inicial, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento (DELIZOICOV; MUENCHEN, 2014). Segundo este autor, no primeiro momento, o professor apresenta o tema através de questões ou situações reais de interesse do aluno; no segundo momento, sob a orientação do professor, o conteúdo é estudado para que o tema seja compreendido e, no terceiro, é abordado de forma profunda o conteúdo assimilado pelo aluno, com o retorno à problematização inicial, realizando a comparação das respostas com as do primeiro momento.

Para que os futuros professores iniciassem uma reflexão sobre a utilização das tecnologias digitais (TD) no contexto educacional, optou-se pela adoção da *M-learning*, sendo utilizados jogos educativos digitais, disponíveis no *smartphone*, com os conteúdos de Matemática. *M-learning*, é definida por Louhab, Bahnasse e Talea (2018, p.2): “[...] como o processo de aprendizagem e ensino que ocorre com o uso de dispositivos móveis que oferecem acesso flexível (sem restrições de tempo e dispositivo) a recursos educacionais, especialistas, colegas e serviços de qualquer local”.

Este artigo apresenta as seguintes seções: i) Introdução, relatada na presente seção; ii) Metodologias Ativas e 3MP; iii) *M-learning* e Jogos Digitais; iv) Metodologia, com a descrição das atividades realizadas e dos procedimentos adotados para a coleta dos dados, v) Resultados e Discussão, trazendo a análise dos dados obtidos e, vi) Considerações Finais.

METODOLOGIAS ATIVAS E 3MP

Segundo Berbel (2011), as metodologias ativas promovem a construção do conhecimento, na medida em que levam em conta as experiências dos alunos e, têm o objetivo de propor soluções para os desafios do cotidiano. Portanto, as metodologias caracterizadas como ativas, transformam os alunos em protagonistas da sua aprendizagem (VALENTE; ALMEIDA; GERALDINI, 2017).

Na visão de Baldez, Diesel e Martins (2017), quando o professor utiliza esse tipo de metodologia, este passa a atuar como facilitador dos processos de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, a metodologia 3MP, configura-se como um tipo de metodologia ativa, pois sua proposta é exatamente modificar a lógica do ensino tradicional, partindo de situações reais e o aluno é o foco dessa metodologia.

Segundo Rangel et al. (2018), a metodologia 3MP, surge em oposição à educação bancária, descrita por Freire, como aquela em que o professor deposita a informação no aluno, que a decora e repete. Para estes autores, a 3MP se baseia na perspectiva Freiriana, na qual o educador interage com o educando transformando informação em conhecimento a partir da análise de uma situação-problema.

Para Rangel et al. (2018), esta metodologia, se divide em três momentos:

- 1) **Problematização Inicial:** são apresentadas questões dentro de circunstâncias da realidade dos alunos, de forma que esses sejam desafiados ao compartilhamento de seus pensamentos a respeito dessas situações. O professor os coloca em um contexto desafiador, a partir do qual, além de conhecer o que os alunos pensam sobre o tema, possibilita que percebam o quão necessário é adquirir novos conhecimentos.
- 2) **Organização do Conhecimento:** momento em que os conhecimentos necessários para a solução da situação-problema são estudados e, além disso, mediados pelo professor dentro de situações pedagógicas orientadas para tal finalidade.
- 3) **Aplicação do Conhecimento:** nesse, faz-se uma abordagem sistemática acerca do conhecimento do aluno, buscando analisar e correlacionar tais conhecimentos às situações abordadas na problematização inicial e, também, a outras que não estejam diretamente ligadas ao primeiro momento (RANGEL et al., 2018, p. 47-48).

Segundo Delizoicov e Muenchen (2014), a problematização inicial, além de servir para motivar o aluno para aprender um conteúdo específico, também faz com que este estabeleça a ligação do conteúdo estudado com situações reais, levando em consideração o que ele já sabe e, fazendo com que este reconheça a necessidade de conhecimentos de que não possui, para resolver o problema que lhe foi apresentado.

Para estes autores, o segundo momento deverá ser utilizado para a compreensão do problema pelo aluno, sob a orientação do professor, a partir da explanação do conteúdo, realização de exercícios, experimentação, atividades extraclasse, reforço do conteúdo, revisão e ênfase naquilo que é mais importante.

No terceiro momento, o aluno deverá ser capaz de usar o conhecimento adquirido para solucionar o problema inicial e em qualquer situação real onde ele seja necessário (DELIZOICOV; MUENCHEN, 2014).

Para Rangel et al. (2018), com a adoção da metodologia 3MP, o trabalho pedagógico tem início com a apresentação de um problema real de conhecimento do aluno, para o qual

este não tem o conhecimento científico necessário para resolvê-lo e, a partir dos conteúdos estudados, encontra-se a solução. Segundo Delizoicov e Muenchen (2014), a utilização dos 3MP proporciona um avanço em relação ao ensino tradicional, na medida em que leva em consideração a participação e o cotidiano do aluno.

M-LEARNING E JOGOS DIGITAIS

As TD mudaram as formas de organização, identidade, conversação e mobilização da sociedade atual que está vivenciando a transformação dos seus espaços que se virtualizam num fluxo rápido e contínuo de informações (TAROUÇO, 2013). A utilização destas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem surge com a disponibilização do computador pessoal e o advento da Internet a partir da década de 1990 e, amplia-se pelas possibilidades trazidas pelos dispositivos móveis (ARESTA; PEDRO; SANTOS, 2015).

Nesse cenário, as tecnologias móveis possibilitaram a implementação de novas metodologias, entre elas a *M-learning*, que segundo Aresta, Pedro e Santos (2015), é vista por alguns estudiosos de modo positivo, na medida em que adota o uso de tecnologia móvel para alcançar a aprendizagem em qualquer lugar, enfatizando a mobilidade dos alunos e o aprendizado personalizado, porém, estes chamam a atenção para o fato de que não se pode deixar de levar em consideração, as opiniões contrárias a ela, que ressaltam o alto poder de dispersão dos *smartphones*.

Os dispositivos móveis, especialmente os *smartphones*, são muito poderosos e trazem novos espaços e tempos para a sala de aula, portanto, professores e alunos, devem estar preparados para utilizar esses dispositivos e ampliar as oportunidades de aprendizagem, mas é preciso levar em consideração que, para aprender, além de experimentação, problematização e debate, é necessário explanação e explicação do conteúdo (ARESTA; PEDRO; SANTOS, 2015).

O uso de *M-learning* na formação de professores, é visto como positivo, pois diante das demandas atuais, esse profissional precisa aprender a lidar com as tecnologias móveis e, vários estudos indicam que o treinamento e a orientação são necessários para que os futuros professores se sintam mais seguros para utilizar esta metodologia em suas salas de aula (ARESTA; PEDRO; SANTOS, 2015).

Existe uma expectativa nos professores de que os jogos educativos podem contribuir para a motivação e melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, mas não existem pesquisas que apontem com precisão o grau de contribuição destes (SAVI et al., 2010). Porém, acredita-se no potencial do jogo educativo, na medida em que este insere o entretenimento na sala de aula.

Nesta pesquisa, no segundo momento da metodologia 3MP, optou-se pela utilização de jogos educativos digitais nos *smartphones* para reforçar o conteúdo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 23 alunos, sendo 84% com idades entre 17 e 19 anos, do 3º ano do Curso Normal, de uma escola da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, na disciplina de Matemática, durante o 2º bimestre do ano letivo de 2018. Teve objetivo descritivo, tendo em vista que relata os passos da investigação e usou a abordagem qualitativa.

Primeiramente foi realizada uma explanação sobre metodologias ativas, com foco na metodologia 3MP e, sobre *M-learning* para a familiarização dos alunos. Em seguida, foi aplicada com eles uma sequência didática baseada na metodologia 3MP sobre o Número de Ouro (RANGEL et al., 2018). Assim, eles vivenciaram a metodologia e puderam dirimir as dúvidas

que surgiram durante as atividades desenvolvidas. Montou-se uma lista com os e-mails dos alunos para que estes recebessem um modelo de sequência com a metodologia 3MP.

Depois foi solicitado aos alunos que se dividissem em cinco grupos e realizassem uma pesquisa sobre os conteúdos que fazem parte do currículo de Matemática das escolas municipais para o 5º ano do Ensino Fundamental. De posse desses dados, os temas foram selecionados e cada equipe ficou responsável por um conteúdo:

1. Equipe 1: Medidas de comprimento;
2. Equipe 2: Medidas de capacidade;
3. Equipe 3: Medidas de massa;
4. Equipe 4: Medidas de tempo;
5. Equipe 5: Sistema Monetário.

Foi estabelecido o prazo de 15 dias para a montagem das sequências e as equipes deveriam utilizar jogos educativos digitais, disponíveis para *smartphone*, para reforçar os conteúdos. Introduziu-se a ideia do *Bring Your Own Device* (BYOD), que em português significa, "Traga seu Próprio Dispositivo", que surge como uma opção para o uso dos dispositivos móveis no contexto escolar, especialmente o *smartphone*, na medida em que os alunos levam para a sala de aula seus próprios aparelhos (MUCHENSKI; MIQUELIN; SILVA, 2017).

Cada equipe deveria enviar por e-mail a sequência produzida para a análise do professor, que teve uma semana para devolver o arquivo com as sugestões e correções que deveriam ser realizadas. A partir das orientações recebidas da professora, os alunos fizeram as adequações e, finalmente, as sequências foram apresentadas durante um seminário, com data previamente combinada.

Os dados foram coletados por meio de questionários, pela observação da participação dos alunos durante as atividades desenvolvidas e pela análise da produção das sequências didáticas.

Segundo Chaer, Diniz e Ribeiro (2012) "container-title": "Revista Evidência", "volume": "7", "issue": "7", "source": "www.uniaraxa.edu.br", "abstract": "O presente trabalho almeja discutir o emprego do questionário enquanto técnica de coleta de dados, recorrentemente empregada nas pesquisas que envolvem o levantamento de uma grande quantidade de dados, como também o seu emprego nas pesquisas de cunho qualitativo. Aqui, decidiu-se pelo recorte espacial de estudo dessa técnica, especificamente, orientado para trabalhos de conclusão de curso de graduandos dos cursos tecnológicos de instituição de ensino superior privada. Este trabalho pretende demonstrar a importância da pesquisa na construção do conhecimento e destacar a urgência de se socializar e divulgar o conhecimento científico entre os discentes de nível superior como forma de conhecer, participar e intervir na realidade. Soma-se a isso, a partir da identificação percebida pelos autores quando da orientação de trabalhos de conclusão de curso, a necessidade de apontar a relevância da escolha adequada da técnica de coleta de dados para o alcance dos resultados esperados. Pretende, ainda, mostrar que o questionário é uma técnica bastante viável e pertinente para ser empregada quando se trata de problemas cujos objetos de pesquisa correspondem a questões de cunho empírico, envolvendo opinião, percepção, posicionamento e preferências dos pesquisados. Neste sentido, busca-se destacar a forma pela qual são construídas as perguntas do questionário, atentando-se para o conteúdo, número e ordem das questões, uma vez que as perguntas são as responsáveis pelo alcance das respostas ao desenvolvimento dos trabalhos. Este estudo fundamenta-se nos

autores que tratam da temática, tendo como principais fontes de pesquisa os autores: GIL (1999, o questionário deve ser utilizado quando se trata de questões que expressem opinião, percepção, posicionamento e preferências dos pesquisados.

Com o objetivo de analisar a percepção dos alunos em relação à experiência vivenciada, foi aplicado um questionário, no qual os alunos expressaram suas opiniões, sugestões e críticas sobre a metodologia 3MP e a utilização dos jogos digitais para *smartphones*.

O questionário foi respondido por 19 alunos, o que corresponde a 83% da turma. Foram utilizadas questões fechadas, mas com a opção de comentá-las. Conforme defendido por Chaer, Diniz e Ribeiro (2012), optou-se pelo anonimato para evitar qualquer influência nas respostas obtidas. Assim, considera-se que com isso, os dados trouxeram informações e respostas mais reais.

Os dados coletados a partir dos questionários foram analisados utilizando a Análise Textual Discursiva (ATD) que é definida por Moares e Gagliazzi (2006), como uma abordagem que mescla duas formas de analisar dados na pesquisa qualitativa: a análise de conteúdo e a análise de discurso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados coletados pelo questionário apurou-se que 89% dos alunos não sabiam o que eram Metodologias Ativas, 63% desconheciam *M-learning* e nenhum aluno conhecia a metodologia 3MP. Apesar disso, 84% afirmaram que abordar metodologias ativas e *M-learning* no Curso Normal pode ser importante pedagogicamente e todos disseram acreditar que atividades mediadas pelas tecnologias digitais têm potencial para contribuir para a aprendizagem dos alunos.

As falas analisadas a partir da ATD que corroboram tais números foram organizadas no quadro 1 e os alunos participantes da pesquisa serão chamados de futuros professores (FP).

Quadro1. Falas Sobre Metodologias Ativas, *M-learning* e 3MP

(FP)	Falas
1	Não sabia sobre metodologias ativas, mas foi bom aprender.
4	Não conhecia essa metodologia antes da professora X nos apresentar.
5	Eu nunca tinha ouvido falar em 3MP e não tinha nenhum tipo de prática sobre o assunto.
6	Antes das aulas com a professora X não sabia o que eram metodologias ativas e a metodologia 3MP e, também não sabia como aplicar a <i>M-learning</i> na sala de aula.
7	Não sabia sobre <i>M-learning</i> antes da professora X explicar.
8	Eu nunca tinha ouvido falar nos 3MP e nem <i>M-learning</i> .
9	Não sabia sobre metodologias ativas e sobre <i>M-learning</i> eu até conhecia mas não sabia o nome dela.

Fonte: Elaboração própria.

Com relação às sequências didáticas, 53% dos FP afirmaram que não sabiam montá-las antes da realização da atividade e, 79% mostraram-se satisfeitos com a atividade de montagem de sequência didática com a metodologia 3MP. O FP 12 disse que “a sequência ajuda muito no dia a dia” e o 13 afirmou “achei muito prático”.

Ao realizar a análise das sequências enviadas por e-mail, foi possível observar algumas dificuldades encontradas e erros cometidos, conforme descrito no quadro 2.

Quadro2. Dificuldades e Erros nas Sequências Produzidas

Equipe	Dificuldade Encontrada	Erro
1	Introduzir o tema	<ul style="list-style-type: none"> Slides utilizados não condizentes com a faixa etária do público-alvo
2	Introduzir o tema	<ul style="list-style-type: none"> Ortografia e concordância
3	Introduzir o tema	<ul style="list-style-type: none"> Ortografia e concordância Vídeo utilizado não condizente com a faixa etária do público-alvo
4	Introduzir o tema e, posteriormente para encontrar o jogo digital	<ul style="list-style-type: none"> Ortografia e concordância Vídeo utilizado não condizente com a faixa etária do público-alvo
5	Não teve dificuldade	<ul style="list-style-type: none"> Ortografia e concordância

Fonte: Elaboração própria.

É possível notar que a maior dificuldade foi para introduzir o tema no primeiro momento, além dos erros de português e a utilização de materiais inadequados para a faixa etária do público-alvo de aplicação das sequências. Vale a pena ressaltar que a equipe 5 introduziu o tema de forma satisfatória utilizando para isso um teatro de fantoches.

Em relação ao uso pedagógico de *smartphones*, 89% veem como algo viável em sala de aula e que estes podem trazer contribuições para a aprendizagem dos alunos e, 95% afirmaram que jogos educativos digitais podem ser bons recursos didáticos.

As equipes utilizaram os seguintes jogos: Equipe 1, “Unidades de Medidas – LSP” (<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.littlesmartplanet.freemium.bit.topos>); Equipe 2, “4 Litros” (<http://www.atividadeseducativas.com.br/index.php?id=581>); Equipe 3, “Massa” (<https://play.google.com/store/apps/details?id=air.massa>) e, Equipe 5, “Educa BRB Educação Financeira” (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.brb.educabrb>).

Os jogos selecionados passaram por uma análise da professora a partir dos critérios propostos por Savi et al. (2010): i) usabilidade: facilidade de uso; ii) conteúdo: aborda o conteúdo de acordo com o nível de dificuldade adequado para aquele ano de escolaridade; iii) motivação: é divertido e desperta o interesse do aluno e, iv) utilidade educacional: o aluno é capaz de reconhecê-lo como ferramenta de aprendizagem. A partir daí, foi possível perceber que os FP tiveram dificuldades para encontrar jogos educativos digitais para *smartphones*, inclusive a equipe 4 substituiu o jogo digital por um Quiz de perguntas e respostas e a equipe 1 selecionou um jogo em espanhol.

Apesar disso, todos consideram possível utilizar, na sua futura prática docente, jogos educativos digitais para reforçar o conteúdo abordado tal qual foi proposto na sequência produzida,

porém, o FP 11 ressalta que “nem todos têm *smartphone* para usar e acesso à tecnologia”. Sobre jogos educativos digitais os FP tiveram as seguintes opiniões organizadas no quadro 3.

Quadro 3. Falas Sobre Jogos Educativos Digitais

(FP)	Falas
1	Um jeito descontraído de ensinar.
2	Eles deixariam a aula mais divertida e tirariam a tensão do estudo.
3	Com jogos relacionados à matéria a criança aprende mais rápido.
5	É um método divertido e que chama muito a atenção do aluno.
6	O uso do celular faz parte da vida de todos, inclusive das crianças por isso usaria jogos digitais.
8	Os jogos educativos digitais servem como reforço, em casa o aluno se diverte aprendendo.
9	Os jogos têm o intuito de reforçar os conhecimentos adquiridos de modo diferente.
13	Utilizaria porém com precaução.
14	Utilizaria pois é algo que chama a atenção dos alunos e com isso vai se obter bons resultados.
15	Os jogos tornam as aulas mais dinâmicas e facilitam a aprendizagem do aluno, pois brincando também se aprende.
16	Com eles o aluno aprende brincando.
17	O jogo pode fazer a criança gostar mais da matéria.

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a metodologia 3MP, 89% dos FP afirmaram que esta é uma metodologia que deve ser utilizada porque pode tornar as aulas mais dinâmicas e, 95% consideram possível adotá-la na sua futura prática docente.

Ainda em relação à metodologia 3MP: i) os FP 1, 8, 9, 10, 14 e 15, acreditam que pode trazer contribuições para a melhoria da aprendizagem, influenciando de modo positivo os resultados; ii) os FP 2, 3, 5, 13 e 16, afirmam que seu uso faz com que os alunos prestem mais atenção; iii) o FP 7, diz que traz praticidade; iv) os FP 12 e 17, que facilita o aprendizado; v) os FP 4 e 6 dão ênfase aos recursos utilizados na 3MP e, para estes, isso tem como resultado o interesse dos alunos e, vi) o FP 11, ressalta que não será professora, por isso não poderá adotá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da análise dos dados, foi possível observar que a maioria dos FP não sabia o que são metodologias ativas e que desta forma, desconhecia a metodologia 3MP. Alguns tinham uma vaga ideia sobre *M-learning*, porém não sabiam que esta metodologia tinha esse nome e nem como aplicá-la. Apesar disso, mostraram-se motivados com a proposta apresentada e com a produção das sequências, visto que muitos afirmaram não ter ouvido falar em sequência didática também.

Os resultados demonstraram a fragilidade da formação inicial quanto ao uso das TD e a adoção das metodologias ativas. O uso dos jogos educativos para *smartphones* mostrou que os futuros professores reconhecem a necessidade da inserção das tecnologias móveis no contexto escolar e que pretendem adotar essa prática, apesar da dificuldade encontrada para selecioná-los.

Diante disso, concluiu-se que existe a necessidade de inclusão das TD nas práticas pedagógicas, dentro do processo formativo docente, reconhecendo sua relevância face às demandas da contemporaneidade e, promover essa discussão no âmbito acadêmico é essencial para que as mudanças necessárias sejam implementadas.

As inovações trazidas com o surgimento das TD são inquestionáveis. O aluno que chega à escola não atua de forma passiva como antes. Cabe a escola fazer uso dessa tecnologia a seu favor e, para isso, faz-se necessário uma profunda reflexão das práticas docentes. As possibilidades são muitas e o que defendemos neste artigo é o uso das TD como estratégia de ensino e não apenas um recurso. O caminho é árduo e estamos apenas começando a repensar as nossas práticas, mas o importante é dar o primeiro passo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. V. A.; SILVA, J. M. L. da. Didática e formação do professor: contribuições para o ensino e aprendizagem intermediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. In: Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 10, n. 1, 2017. **Anais...** Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/5297>> Acesso em: 18 jun. 2018.

ARESTA, M.; PEDRO, L.; SANTOS, C. Mobile Learning and Higher Education: A Theoretical Overview. **Journal of Mobile Multimedia**, p. 147-156, 2015. Disponível em: <<https://educationaltechnologyjournal.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s41239-018-0091-4>>. Acesso em: 07 jun 2018.

BALDEZ A. L. S.; DIESEL A.; MARTINS S. N. Os Princípios das Metodologias Ativas de Ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. Disponível em: <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/295>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BERBEL, N. As Metodologias Ativas e a Promoção da Autonomia dos Estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, out. 2012. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/201/187>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

DELIZOICOV, D.; MUENCHEN, C. Os três momentos pedagógicos e o contexto de produção do livro “Física”. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 20, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2510/251031804007/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

KENSKI, V. M. A urgência de propostas inovadoras para a formação de professores para todos os níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, v. 15, n. 45, 2015.

LOUHAB, F. E.; BAHNASSE, A.; TALEA, M. Considering Mobile Device Constraints and Context-awareness in Adaptive Mobile Learning for Flipped Classroom. **Education and Information Technologies**, 5 maio 2018. Disponível em: <<https://educationaltechnologyjournal.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s41239-018-0091-4>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**: processo construído de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v.12, n.1, p. 117-128, 2006.

MORAN, J. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens, v. 2, p. 15-33, 2015.

MUCHENSKI, J. C.; MIQUELIN, A. F.; SILVA, S. R. de C. A utilização leiga dos smartphones versus a sua utilização especializada no ambiente escolar. **Uni-pluri/versidad**, v. 17, n. 1, p. 25-38, 2017.

RANGEL, F. C. da S. et al. Abordagem Temática no Ensino: Três Momentos Pedagógicos. In: MARCELINO, V.; SILVA, P. G. de S e. (Org.). **Metodologias para o Ensino**: Teoria e Exemplos de Sequências Didáticas. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018. p. 46-59.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº. 4528, de 28 de março de 2005. Estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 12 ago. 2005. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10499357/lei-n-4528-de-28-de-marco-de-2005-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SAVI, R. et al. Proposta de um modelo de avaliação de jogos educacionais. **Renote**, v. 8, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/18043>>. Acesso em: 21 jul 2018.

TAROUCO, F. A MetrÓpole Comunicacional e a Popularização dos Apps para Dispositivos Móveis. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação-Epistemologia e desafios da pesquisa no campo da comunicação, p. 1-15, 2013. **Anais...** Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/A-metropole-comunicacional-o-e-a-popularizacao-dos-apps.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. de; GERALDINI, A. F. S. Metodologias Ativas: Das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 52, p. 455-478, jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/9900>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

O IMPACTO DAS TICs NAS RELAÇÕES FAMILIARES: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOEDUCAÇÃO NO EXCESSO DE USO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS

SIMONE FERNANDES DE LIMA FIORAVANTI
UENF/Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil
sfl.psi@bol.com.br

Dr. CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA
UENF/Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil
chmsouza@uenf.br

GUSTAVO SANTOS CRESPO
UENF/Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil
gustsc@hotmail.com

RESUMO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) surgiram na década de 1970 no contexto da Terceira Revolução Industrial e Revolução Informacional. São definidas como um conjunto de recursos tecnológicos desenvolvidos e utilizados de forma integrada, que envolvem e medeiam os processos informacionais e comunicativos dos indivíduos em vários setores e contextos nos quais estão inseridos.

Nota-se que o uso exacerbado de eletrônicos vem ocupando espaços anteriormente destinados à convivência sócio familiar, impactando frequentemente na dinâmica da comunicação e relacionamento, trazendo nesse contexto uma ameaça à proximidade e estreitamento de acordo com a administração do seu uso.

Assim sendo, seguindo uma revisão bibliográfica, esse artigo tem como objetivo apresentar o impacto das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas inter-relações familiares, em termos da comunicação entre seus agentes, exibindo o uso da técnica da psicoeducação na orientação do equilíbrio no uso de dispositivos eletrônicos, tendo como fundamentação a terapia cognitivo-comportamental.

Palavras-chave: Família; Psicoeducação; Tecnologia; Dispositivos Eletrônicos; Comunicação.

ABSTRACT

Information and Communication Technologies (TICs) emerged in the 1970s in the context of the third Industrial Revolution and Information Revolution. They are defined as a set of technological resources developed and used in an integrated way, which involve and mediate the informational and communicative processes of individuals in various sectors and contexts in which they are inserted. It is noted that the exacerbated use of electronics has occupied spaces previously intended for the coexistence among family members, frequently impacting the dynamics of communication and relationship, bringing to this context a threat to proximity and narrowing according to the administration of its use. Thus, following a bibliographical review, this article aims to present the impact of information and communication technologies (TICs) on family relationships in terms of communication among their agents, showing the use of the technique of psychoeducation in the orientation of balance in the use of electronic devices, based on cognitive-behavioral therapy.

Key-words: Family; Psychoeducation; Technology; Electronics Devices; Communication.

INTRODUÇÃO

O conceito de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se refere ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos associados a uma determinada infraestrutura composta por computadores, softwares, sistemas de rede, etc., que interferem e medeiam nos processos informacionais e comunicativos humanos (VELOSO, 2011). “A palavra “tecnologia” possui origem grega e é formada por duas palavras: “tekne”, que significa “técnica” e “logos” que significa “conjunto de saberes”.” (PINOCHET, 2014, s.p.).

Veloso apresenta em sua obra alguns exemplos sobre as TICs, que seriam: os computadores pessoais, o correio eletrônico, os telefones celulares, a internet, a TV digital, entre outros. Porém, esse artigo se limitará em abordar e fazer uma leitura apenas no que tange àqueles dispositivos mais utilizados na comunicação e interação humana, dentro de um contexto familiar.

Para Abreu, Eisenstein e Estefenon (2008) o desenvolvimento e crescimento das TICs está transformando substancialmente as relações sociais e impactando diretamente na forma como as pessoas se relacionam através dessas ferramentas. Com a revolução da tecnologia, a internet chega para os lares e junto com ela, o distanciamento entre os membros da família. As relações interpessoais que anteriormente se davam quase exclusivamente de forma presencial, com o advento da internet, a comunicação e interação entre as pessoas passou a acontecer a partir daí através dos dispositivos eletrônicos.

Segundo Lévy (1999) e Meirinhos (2015), novas maneiras de pensar e aprender, de como vemos o mundo e de conviver estão sendo elaboradas no mundo da informática. Assim, a racionalidade que governa o mundo é a tecnológica, em detrimento de uma racionalidade humanística.

A desorganização familiar pode ser atingida em diversos campos, sejam eles emocionais, sociais, financeiros, educacionais (escolar), bem como nas atividades rotineiras, impedindo seu funcionamento saudável. Sua comunicação é poderosamente de suma importância para os membros do núcleo familiar. Assim, é nos ciclos de vida e geração em geração onde acontece o mantimento e perpetuação das regras, valores, tradições, crenças, padrões de comportamento e atitudes reproduzidas de família para família (BOECHAT, 2017).

Esse artigo não pretende desvalorizar o uso das tecnologias da informação e comunicação, já que se entende que elas fazem parte da sociedade contemporânea, apenas objetiva apresentar seu impacto nas inter-relações familiares exibindo o uso da técnica da psicoeducação na orientação do equilíbrio no uso de dispositivos eletrônicos.

Pais inteligentes devem usar a tecnologia a seu favor, cientes de que o contato físico, o olhar, o calor do toque, não são substituídos por uma mensagem de texto. Essa questão não deve ser encarada como usar ou não a tecnologia - porque é praticamente impossível viver sem esses recursos na atualidade - e sim, como aproveitá-los ao máximo. (SALEH, 2018).

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi realizada dentro de uma abordagem qualitativa, proveniente dos procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos. Por meios eletrônicos, foram utilizados os mecanismos de buscas nas bases de dados: Google e Scielo. Para tanto, sua condução aconteceu através das seguintes palavras chave: tecnologia, psicoeducação, eletrônicos e família, acessados no período entre 02 de abril e 07 de novembro de 2018.

REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs): Seu surgimento e importância

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação, surgiram nas décadas de 70 e 80 no contexto da Terceira Revolução Industrial e Revolução Informacional. É época em que a tecnologia passou a ser mediadora através dos seus recursos, proporcionando a todo ser humano acessibilidade à comunicação e informação. “Estamos em uma realidade em que hoje para a sociedade seria inconcebível viver sem a tecnologia, uma vez que está presente em todos os espaços do nosso cotidiano comum.” (Pinochet, 2014).

Nesse sentido, importante frisar que:

A Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. (Castells, 2003, s.p.).

A nossa sociedade passa por momentos de transformações por meio das TICs. Oliveira, Moura e Sousa (2015) caracterizam a comunicação como uma necessidade e algo que esteve sempre presente na vida do ser humano desde os tempos remotos. Trocar informações, registrar fatos, expressar ideias e emoções são fatores que contribuíram para a evolução nas formas de se comunicar. Porém, Abreu (2013) considera um grande marco da vida em sociedade o surgimento da internet pois, somente a partir de sua adesão através dos dispositivos eletrônicos e com o passar do tempo que o homem aperfeiçoou sua capacidade de se relacionar e comunicar. As TICs adentram sem pedir licença no dia a dia e nas residências das pessoas. A tecnologia, por sua vez, pode servir tanto para dominação como para libertação.

Castells (2003) traz em sua obra várias reflexões em diferentes contextos a respeito do surgimento da tecnologia, numa dessas, ele aborda sobre o crescimento e adesão da internet pelos empresários, que passaram a partir da década de 90 a expandir com força para fins comerciais. Essa cultura empresarial é descrita pelo autor, como sendo uma cultura do dinheiro, onde poupanças pessoais são menos importantes que investimentos em ações, resultando em uma vida pessoal empobrecida, já que famílias e cônjuges são necessariamente sacrificados a esse anseio veemente pela tecnologia.

Assim, de acordo com Santos e Barros (2017), essas transformações tecnológicas, de algum modo, também acarretam modificações que não se aplica apenas nas relações humanas, mas também nas formas de comunicação dos sujeitos e do brincar das crianças.

A partir disso, como demonstra Boechat (2017), novos modos de interação são apresentados pela dinâmica de convivência em sociedade às famílias, a partir da evolução tecnológica, se diferenciando apenas na forma de ser transmitida ou seja, aquilo que antes tínhamos acesso apenas fisicamente ou presencialmente, hoje podemos adquirir pelas redes sociais digitais, independentemente do tempo, do espaço geográfico ou sociocultural.

O IMPACTO DAS TICs NO RELACIONAMENTO FAMILIAR

Tecnologia e família, duelo de gigantes na sociedade contemporânea. Hoje vivenciamos o maior desafio do século, que seria uma pessoa não se comunicar ou se relacionar através de algum tipo de dispositivo eletrônico. Castells (2003) entende que os indivíduos estão de fato reconstruindo o padrão da interação social e para isso, Abreu (2008) ressalta a presença de tecnologias como: computadores, celulares e internet que, ao alcance de todos apresentam grande impacto e influência, revolucionando na forma de comunicação e interação. “Assim, os

padrões de comportamento, isto é, os modos de comunicação (circulação de informação) e de interação (troca de mensagens), definem relacionamento humanos (BOECHAT, 2017, p. 138)”.

Nos anos 1990, o uso da internet deixou de ser exclusividade de acadêmicos e técnicos e entrou na casa de pessoas comuns, movimento que no Brasil ocorreu junto a um alto investimento em novas tecnologias. Apesar de o fenômeno ser relativamente recente, houve uma rápida incorporação da internet como mediador de relações pessoais. Entretanto, hoje, a grande discussão não está mais no caráter agregador e democrático da rede, que trouxe novos comportamentos e experiências, e sim no uso que se faz dessa ferramenta (ABREU et al., 2013. p.335).

Inicialmente, acreditava-se que esse problema era privilégio de estudantes universitários que, buscando executar suas atribuições acadêmicas, acabavam por permanecer mais tempo do que o esperado, ficando enredados na vida virtual. Entretanto, tais pressuposições mostraram ser pura especulação. Sabe-se hoje que, à medida que as tecnologias invadem progressivamente as rotinas de vida, o contato com o computador/internet cada vez mais deixa de ser um fato ocasional e portanto, o número de atividades mediadas pela internet aumenta de maneira significativa, bem como o número de acessos e tempo medido na população brasileira que, atualmente, ocupa o primeiro lugar no mundo em termos de conexão doméstica à frente dos americanos e japoneses (ABREU et al. 2013).

Boechat (2017) pontua sobre o crescimento de cibernautas, que são as pessoas que navegam no espaço virtual, no seio das famílias, incluindo aí tanto os pais quanto os filhos. Ela também supõe ser a própria família a mesma que potencializa os riscos atribuídos às vivências on-line por uma criança, pois os conflitos causados por algum membro familiar dentro de casa colocam em questão a proximidade física/topográfica e a proximidade virtual.

Uma pesquisa realizada com 1.521 crianças de 6 a 12 anos pela Highlights, uma revista infantil norte-americana, apontou que 62% dos filhos se queixam da falta de atenção recebida por seus pais por estarem distraídos demais para ouvi-los. E o resultado foi surpreendente - os telefones celulares bateram o recorde como os principais responsáveis por isso. Em 28% dos casos, pais e mães estavam tão compenetrados com o aparelho que mal prestavam atenção aos filhos. E não é só: juntos, celulares, TV's, smartphones e tablets foram a causa desse distanciamento entre filhos e pais em 51% dos casos (PEDROSO & BONFIM, 2017).

É importante salientar que, quando a utilização do ciberespaço, que é o espaço virtual, em uso excessivo através de dispositivos eletrônicos, se torna o mundo onde a criança entende que apenas nele se constitui o brincar e a comunicação não havendo lugar para o brincar livre, a ausência de objetos ou com outras pessoas, é que se pode pensar em significativas desvantagens para o desenvolvimento emocional infantil. Na reflexão de Abreu et al. (2013) o considerado “mundo virtual” por outras gerações é o mundo real entendido pelas crianças e adolescentes.

Os efeitos do uso das novas tecnologias, especificamente smartphones, tablets e videogame, além da televisão, parecem ser tanto positivos quanto negativos. Dessa forma é possível afirmar que não são as coisas (neste caso, os eletrônicos) que são boas ou ruins (depende do contexto, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que são condicionantes e restritivas) e sim, o uso de que se faz destas (SANTOS e BARROS, 2017; LÉVY, 1999).

Raras são as conversas olho no olho, abraços e carinhos. Defendido como grandes causadores da execução de um diálogo, sendo esse considerado o ponto mais atingido no relacionamento pais e filhos; o tempo, a praticidade, agilidade e conformismo vêm causando cada vez mais esse distanciamento entre as pessoas. A maioria dos pais passa o dia inteiro ou a maior parte

do dia fora de casa, depois de um dia exaustivo e tumultuado, ao sentirem necessidade de falar com seus filhos, acabam por recorrer à praticidade do celular ou o mais usado WhatsApp. Dessa forma passa despercebido a importância de uma aproximação física.

As crianças ao nascer, já se deparam com esse mundo acelerado, onde o tempo é precioso e a valorização do aqui e agora deve sempre prevalecer (ANJOS, 2016). A negligência dentro do contexto familiar é caracterizada por Gomide (2004) pela falta de atenção, carinho e indiferença aos sentimentos, sendo apontada dessa forma quando pais que passam o dia inteiro ou a maior parte do dia fora de casa, chegam muito cansados, sem disposição para manter um bom contato com seus filhos. Pedroso & Bonfim (2017) apontam que na atualidade, basta olhar ao redor para se perceber o descuido, por parte de alguns pais, em relação a interação com seus filhos. Muitos negligenciam o afeto dos filhos, para estarem num mundo totalmente virtual, priorizando que estar com a atenção voltada para as redes sociais é mais importante do que com os filhos. Tal assertiva pode ser constatada no seguinte exemplo:

A cena mais comum em um lar é: na sala a TV ligada, os pais no sofá cada um mexendo em seu celular e os filhos cada um em seu quarto também mexendo em seus aparelhos eletrônicos. E por muitas vezes esse diálogo que deveria ser presencial está sendo digital dentro do mesmo espaço (ANJOS, 2018).

Parada (2016) afirma que a fusão entre indivíduo, sociedade e tecnologia resultou-se em nossa autodestruição, pois a crença na felicidade material em conciliação ao desenvolvimento e investimento da produção tecnológica vai de encontro à construção de uma sociedade que abandona aquilo que era seu fim, a felicidade humana, e coloca os meios e o desenvolvimento tecnológico como um fim em si mesmo.

Assim, a racionalidade que governa o mundo é a tecnológica, em detrimento de uma racionalidade humanística. A tecnologia aplicada, como motor do desenvolvimento social e técnico, estaria acima de qualquer crítica, pois o que parece irracional, nos termos de sua lógica, seria questionar o progresso, não importando a quem ele venha servindo (idem, paginação irregular).

PSICOEDUCAÇÃO COMO TÉCNICA NO AUXÍLIO DO USO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS.

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) foi desenvolvida por volta de 1960 por Aaron Beck, e é uma abordagem da psicologia que tem por objetivo reduzir reações emocionais excessivas e os comportamentos desadaptativos, partindo da modificação de pensamentos e crenças disfuncionais subjacentes a essas reações. Uma de suas técnicas mais utilizadas é a psicoeducação que tem uma importante função de orientar o paciente em diversos aspectos, seja a respeito das consequências de um comportamento, na construção de crenças, valores, sentimentos e como estes repercutem em sua vida e na dos outros, bem como nortear um paciente e sua família quanto à existência ou prevalência de doenças, sejam elas de ordem física, genética ou psicológica (NOGUEIRA et al. 2017).

Para Wright (2008) a terapia cognitivo-comportamental baseia-se na ideia de que os pacientes podem desenvolver habilidades e mudar sua forma de percepção das coisas e seu modo de agir, e a partir disso provocar mudanças construtivas em suas atitudes e comportamento. Usada pelos psicólogos, a psicoeducação é uma ferramenta ou procedimento com a função de facilitar a demanda do paciente. Assim, é demonstrado a ele sua patologia em todo contexto, com objetivo de que o mesmo compreenda e passe a colaborar ativamente em todo processo terapêutico (NOGUEIRA et al. 2017).

Definitivamente é impossível imaginar uma infância livre da influência dos equipamentos eletrônicos. Por isso, os limites recomendados de utilização dessas tecnologias não param de ser revistos, bem como a maneira com que todos deveriam interagir com as telas. Para Cartaxo (2016) é de suma importância a autopercepção e o uso consciente por parte dos adultos. Numa família, os pais são modelos a serem seguidos e precisam ensinar como exemplo.

De acordo com Gomide (2004), a família ainda é o lugar privilegiado para a promoção da educação infantil. Embora outras instituições educacionais exerçam grande influência na formação da criança, os valores morais e os padrões de conduta são adquiridos essencialmente no núcleo familiar. Quando a família deixa de transmitir estes valores essenciais, os demais veículos formativos (escola, televisão, redes sociais digitais e outras) ocupam seu papel.

A psicoeducação considera a família como um fenômeno histórico, social, psicológico e educacional e como tal reflete à necessidade de um trabalho multidisciplinar, individualizado e nas redes sociais das quais a família faz parte, além do mais, para preservá-la num contexto de desenvolvimento, o planejamento de um programa de atenção deverá beneficiar tanto fatores intrafamiliares como extrafamiliares (SZYMANSKI, 2004).

O profissional em TCC tem como objetivo e proposta psicoeducar os pais (ou responsáveis) e as crianças sobre o uso adequado dos dispositivos eletrônicos, propondo assim, a partir da escrita de um exemplo focado numa atividade em uma sessão de terapia concomitante ao esclarecimento do funcionamento do procedimento. Essa atividade feita na sessão terapêutica pode ser dada ao paciente afim de ser um modelo futuramente introduzido. Esta visualização do método de forma escrita colabora no processo de aprendizagem e internalização do paciente.

De uma forma explícita e didática Cartaxo (2016), traz em sua obra conceitos importantes aos pais e filhos pertinentes as orientações e equilíbrio no uso das TICs visando um melhor relacionamento familiar indicando o seguinte:

Aos pais:

- ✓ Não deixem que seus filhos sejam educados pela tecnologia, conduzam essa interação como guia e mediador de uma maneira com que a dosagem na medida certa seja prevenida.
- ✓ É de suma importância que os pais adotem regras e horários para os filhos. Existindo sempre um bom senso e harmonia na utilização dos dispositivos eletrônicos.
- ✓ As crianças necessitam de controle e fiscalização dos conteúdos vistos e acessados.
- ✓ As crianças não precisam possuir todo tipo de tecnologia lançada, lembrando que a tecnologia faz parte do consumismo.
- ✓ Se as crianças ficarem por muito tempo conectadas podem sofrer deficiência no sono, mudança dos padrões alimentares e queda no rendimento escolar.
- ✓ Chegar a casa e desconectar o maior período de tempo das tecnologias.
- ✓ Não esquecer da importância do tempo de qualidade com os filhos.
- ✓ Em momentos como: lazer, refeição, dirigir, programas sociais com ou sem os filhos não conciliar o uso da tecnologia.

Às crianças:

- ✓ Compreensão da necessidade de intervenção dos pais na delimitação do horário no uso das tecnologias e o controle de sua exposição ao mundo.
- ✓ Os pais sempre sabem orientar o que pode e o que não pode assistir, falar e jogar, pois sempre certificam o que é melhor para seu filho.
- ✓ Toda tecnologia precisa de um tempo-limite, pois do contrário se torna vício (quando se perde o controle e se busca de maneira excessiva a busca pela tecnologia).
- ✓ Dores nas costas podem ser desencadeadas pela má postura quando se joga, assiste TV ou pela inclinação para ver o celular, recomendado dessa forma atenção no corpo para não adquirir consequências graves.
- ✓ Estudar e fazer refeições sem tecnologia.
- ✓ Utilizar dispositivos eletrônicos no tempo delimitado pelo acordo da família.

CONCLUSÃO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica tendo como um dos objetivos analisar o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas relações familiares. A partir desse, pode ser concluído que as TICs provocam expressivas transformações na dinâmica de comunicação e no modo de interagir de seus membros. Compreendido também, que o conceito de TICs consiste em quaisquer formas de transmissão, informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e medeiam nos processos informacionais e comunicativos dos seres.

A partir da evolução tecnológica, as famílias estão cada vez mais recorrendo aos recursos oferecidos, sendo considerados como inevitáveis e irreversíveis, a fim de facilitar e agilizar sua vida, substituindo com isso, as conversas e relacionamentos.

Sobre a psicoeducação, foi destacada que é uma das técnicas mais utilizadas na terapia cognitivo-comportamental, e dentro da temática discutida e trazida nesse artigo, é considerada de suma importância como uma intervenção terapêutica, sendo dotada de informações sistemáticas, estruturadas e didáticas que oferece em sua abordagem a ampliação do conhecimento e a conscientização dos membros familiares, tanto aos pais quanto aos filhos na autopercepção sobre o equilíbrio e regras no uso das TICs.

O diálogo é fundamental no relacionamento familiar, por conseguinte para construção de uma sociedade, com crianças que se orientem em seu papel no mundo, e essa responsabilidade de demonstrar para as crianças como devem se portar diante das situações, é dos pais, que devem dispor de seu tempo para o convívio, ao lado dos filhos.

A tecnologia é inevitável e um processo irreversível, que por si só, não faz mal a ninguém, porém seu uso precisa ser de forma controlada, monitorada e organizada onde prevaleça o contato físico, face a face e que pais e filhos fiquem mais tempo offline, longe das telas, de forma a equilibrar a vida digital ou virtual e a real ou desconectada, alcançando com isso, um melhor relacionamento familiar. O ambiente familiar, tem que ser referenciado na afetividade, em demonstrações de carinho e atenção, para que pais e filhos construam um laço fraterno, para que se institua uma sociedade com crianças saudáveis, bem-cuidadas e seguras para os desafios do dia a dia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. N.; EISENSTEIN, E.; ESTEFENON, S. G. Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2013. Arquivo Kindle. 335p.
- ANJOS, D. O impacto da tecnologia nas famílias. Revis. A mente é maravilhosa, 2016. Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/impacto-da-tecnologia-nas-familias>> Acesso em: 11 de junho de 2018. Não paginada.
- BOECHAT, I. T. As famílias e as tecnologias digitais: a comunicação pela articulação de vieses não antes explorados. Curitiba: Appris, 2017. 205p.
- CARTAXO, V. TECnologia: um amor quase perfeito. Novo Hamburgo: Synopsys, 2016. 64p. LER
- CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Arquivo Kindle. Paginação irregular.
- GOMIDE, P. I. C. Pais presentes, pais ausentes: Regras e limites. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. Arquivo Kindle. Edição digital. Paginação irregular.
- LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo-SP: 34, 1999. Disponível em: <http://www.giulianobici.com/site/fundamentos_da_musica_files/cibercultura.pdf> Acesso em: 25 de jun. de 2018. LER
- MEIRINHOS, M. Os desafios educativos da geração net. 2015, Vol. Extr., No. 13. Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación. Disponível em: <http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2015.0.13.453/pdf_381> Acesso em: 25 de jun. de 2018.
- NOGUEIRA, C. A.; CRISOSTOMO, K. N.; SOUZA, R. S.; PRADO, J. M. A importância da psicoeducação na terapia cognitivo- comportamental: Uma revisão sistemática. Revistas das Ciências da Saúde do Oeste Baiano - Higia 2017; v.2 (1): 108 – 120. Disponível em: <<http://fasb.edu.br/revista/index.php/higia/article/view/190/211>> Acesso em: 12 de jun. 2018.
- OLIVEIRA, C.; MOURA, S. P.; SOUSA, E. R. TICs na educação: A utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. PUC Minas, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/11019/8864>> Acesso em: 12 de jun. 2018.
- PARADA, E. A. TICs na escola: Balanço de teses e dissertações brasileiras. 1. ed. – Curitiba: Appris. Arquivo Kindle. 2016. Paginação irregular.
- PEDROSO, C. M.; BONFIM, E. L. S. O impacto da tecnologia no ambiente familiar e suas consequências na escola. E-FACEQ: Revista dos Discentes da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2238-8605, Ano 6, Número 10, agosto de 2017. <http://www.faceq.edu.br/e-faceq>
- PINOCHET, L. H. C. Tecnologia da informação e comunicação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 1.ed. Arquivo Kindle. 399p. Paginação irregular.

SALEH, N. A tecnologia está afetando as relações familiares dentro da sua casa? Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Rotina/noticia/2014/12/tecnologia-esta-afetando-relacoes-familiares-dentro-da-sua-casa.html> Acesso em: 07 de nov. 2018.

SANTOS, C. C.; BARROS, J. F. Efeitos do uso das novas tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento emocional infantil: Uma compreensão psicanalítica. *Psicologia.pt* ISSN 1646-6977, 2017. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?efeitos-do-uso-das-novas-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao-para-o-desenvolvimento-emocional-infantil-uma-compreensao-psicanalitica&codigo=TL0435> Acesso em: 03 de abr. 2018.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas educativas familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional. Campinas- São Paulo - *Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas*, v. 21, n. 2, p. 5-16, mai/ago 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v21n2/a01v21n2>> Acesso em: 12 de jun. 2018.

VELOSO, Renato. *Tecnologias da informação e comunicação: desafios e perspectivas*. São Paulo: Saraiva. Arquivo Kindle. 2011. Paginação irregular. Disponível em: https://www.amazon.com.br/TECNOLOGIAS-INFORMA%C3%87%C3%83O-COMUNICA%C3%87%C3%83O-RENATO-SANTOS-e-book/dp/B076CL5Q4W?tag=goog0ef-20&smid=A18CNA8NWQSYHH&ascsubtag=go_1366271959_58245915327_265589414315_aud-519888259198:pla-495087917913_c_

WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E. *Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental*. Porto Alegre: Artmed, 2008. 224p.

A GESTÃO DA INOVAÇÃO EM STARTUPS DA INCUBADORA RIO CRIATIVO

TATIANA DOS SANTOS MARCELINO DO NASCIMENTO

Mestranda do Programa de Economia Criativa – ESPM - RJ

tatiana.nascimento@gmail.com

RESUMO

As transformações da cultura e o impacto da cultura pós-moderna ou cultura líquida no âmbito dos startups na economia é o foco deste artigo. As mudanças da sociedade alinhada à globalização influenciaram em muito a forma como a cultura é vista e vivida. Passamos de uma fase onde ela era considerada algo restrito a poucos, em que foco era evangelizar e moldar os indivíduos para uma era cujo o foco está voltado para o consumo. Essas mudanças trouxeram para o mundo inúmeras incertezas e o desejo desenfreado de satisfação pessoal. É neste contexto, que inúmeros startups nascem todos os dias e precisam se adaptar a este ambiente. Estas empresas precisam estar atentas as mudanças do mercado, utilizando a criatividade para atender ao apetite voraz de seus clientes na velocidade que eles demandam.

Palavras-chave: cultura; economia criativa; cultura líquida; cultura pós-moderna; *Startups*.

ABSTRACT

The transformations of culture and the impact of postmodern culture or net culture on startups in the economy is the focus of this article. The changes of society aligned with globalization have greatly influenced the way culture is seen and lived. We went from a phase where it was considered something restricted to a few, where it focused on evangelizing and shaping individuals into an era whose focus is on consumption. These changes brought to the world innumerable uncertainties and the unbridled desire for personal satisfaction. It is in this context that countless startups are born every day and need to adapt to this environment. These companies need to be attentive to market changes, using creativity to meet the voracious appetite of their customers at the speed they demand.

Keywords: culture; creative economy; liquid culture; postmodern culture; *Startups*

1. INTRODUÇÃO

Dos meados do século XX até a atualidade muitas mudanças ocorrem na forma como a população se comporta. Vivemos um momento que Bauman (2013) classifica como modernidade líquida, e este contexto é marcado por um tempo com muitas incertezas. Ele pontua que a cultura está voltada para a lógica da moda e que está ligada ao “devir”, ou seja, algo que nunca é, onde o foco é o consumo. Llosa (2013) pontua que a democratização da cultura nasceu de intenções altruístas em que o objetivo era coloca-la ao alcance de todos, porém o efeito obtido foi o de banalização e mediocrização da vida cultural, “quantidade em detrimento da qualidade”. Ele complementa que o sentido tradicional do vocábulo cultura está prestes a desaparecer. (LLOSA, 2013).

Neste âmbito as pessoas são vistas apenas como consumidores que buscam saciar suas necessidades, porém insaciável. Barbosa e Campbell (2006, p.55), complementam, “[...] é exatamente o que se poderia esperar que ocorresse numa sociedade em que a satisfação das

vontades tomou o lugar do atendimento às necessidades”. As bases sólidas da sociedade foram abaladas, o momento atual é um momento caracterizado por indefinição de papéis que causam um impacto profundo no desenvolvimento da população. A satisfação do indivíduo está muito mais complexa.

Segundo Bauman (2013), no passado havia um modelo de vida a ser seguido que direcionava o indivíduo sobre praticamente todos os aspectos de sua vida. Havia papéis definidos para homens e mulheres com um modelo de vida a ser seguido, ou seja, o ser humano conseguia achar o seu lugar. Hoje ele pode ser um cidadão do mundo e experimentar coisas até então impossíveis. Existe a necessidade de encontro de si mesmo, o homem atual necessita se sentir vivo. Barbosa e Campbell (2006, p.57), colocam que “[...] enquanto o que desejo (e também o que não gosto) me ajuda a me dizer quem sou, o fato de eu desejar intensamente ajuda a me convencer de que realmente existo”.

Llosa (2013, p.27) coloca que “para essa nova cultura são essenciais a produção industrial maciça e o sucesso comercial”. Atender a esses anseios e desejos é o desafio das *startups*. Elas utilizam a criatividade como matéria prima e precisam ter celeridade e assertividade para desenvolverem produtos e serviços que atendam a expectativa do consumidor pós-moderno. Porém em um universo cheio de incertezas está cada vez mais difícil agradar e fidelizar o cliente. O modelo de negócio deve gerar valor sendo repetível e escalável, ou seja, capaz de entregar o mesmo produto em escala potencialmente ilimitada e crescer cada vez mais sem que isso influencie seu modelo de negócio (SEBRAE, 2016).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A ECONOMIA CRIATIVA EM UMA CULTURA PÓS-MODERNA

A economia criativa também está em construção e se encontra em meio inúmeras incertezas, porém sabe-se que seu papel é de grande importância no desenvolvimento econômico do mundo e a cultura é um item importantíssimo nesta nova economia. A economia criativa não é monolítica; ela possui uma profusão de dimensões e contribui de várias formas não só para as dimensões econômica, social e cultural, mas também para o desenvolvimento sustentável (UNCTAD, 2010, P.23).

A economia criativa se baseia em uma ampliação dos modelos de consumo existentes, a partir do amálgama entre as tecnologias que dão ao consumidor o protagonismo de suas decisões de consumo[...] e a identidade cultural que confere aos bens e serviços um caráter único. Cria-se assim um novo estágio de relacionamento das pessoas com seu ambiente e com a cultura à sua volta (REIS,2008, p.31).

Scott (2011) afirma que a economia da cultura oferece um desafio especial devido à intensa natureza simbólica de seus resultados e a forte criatividade de que se compõe. Ele reforça que a cultura, muitas vezes, é vista como uma espécie de privilégio, um que está livre das condições físicas das restrições das inovações no domínio da ciência e da tecnologia e onde, em alguns casos, a imaginação humana plana em, até agora, não sonhadas formas de auto expressão.

Bauman (2013) pontua que o conceito de cultura variou durante o tempo e que ela já teve vários papéis desde o de status social, ferramenta de poder, elo de afirmação econômica e eixo de preenchimento para plásticas demandas latentes recheadas de globalização, diásporas, coexistências e novas conexões homens-mulheres-mercados. A cultura foi e é um instrumento importante no desenvolvimento das sociedades em todo o mundo. Resumidamente, nesta linha do tempo, a cultura está posicionada, de um lado, como elemento de formação do ser humano universal e, de outro, como instrumento de composição de consumidores em drásticas

separações sociais (BAUMAN, 2013). Essa nova cultura passa de um âmbito local e restrito a poucos para algo abrangente e segundo Llosa (2013),

[...] em nossos dias há o enaltecimento de uma cultura global - a cultura-mundo - que apoiando-se no progressivo apagamento das fronteiras operado pelas ações dos mercados, da revolução científica e tecnológica (sobretudo no campo das comunicações), [...]. Essa cultura, diferentemente do que antes tinha esse nome, deixou de ser elitista, erudita e excludente e transformou-se em genuína 'cultura das massas. (LLOSA, 2013, p.23).

Um novo estágio de relacionamento das pessoas com o meio em que vivem e com a cultura ao seu redor foi criado, "bens e serviços culturais e criativos, em consonância com as aspirações e desejos dos consumidores, passam a ser obtidos sem haver necessariamente uma intermediação do mercado". (REIS, 2008, p.31). O indivíduo assume o papel central, e é este ponto que faz com que a economia da criatividade se diferencie da economia tradicional, onde o foco principal era a empresa e tudo girava ao seu redor.

Atualmente essa crença se desfez e o indivíduo deixou de ser coadjuvante e passou a ser protagonista na era da criatividade (HOWKINS, 2013). Para Mauss (2003), o processo de troca, consumo, não é governado pelo raciocínio econômico, mas sim através de troca de significados, voltados para questões de ordem simbólica como o prestígio, a reputação e o poder.

O impacto da cultura é muito forte dentro da economia criativa e é ela que traz a diferenciação ao produto ou serviço gerado. Ela muda de um lugar para outro e essa metamorfose cria inúmeras possibilidades. O que sintetiza a economia criativa é o constante recomeço do ciclo de criatividade. Talento, ideias novas e originais, a transformação de ideias em capital econômico e em produtos comercializáveis é a matéria prima desta nova economia. Neste contexto, a moeda mais valiosa não é o dinheiro, mas sim as ideias, que são intangíveis e móveis. Para o desenvolvimento próspero da sociedade é necessário a utilização correta de seus recursos criativos, investimento em educação, pensamento e pesquisa potencializam o valor da criatividade (HOWKINS, 2013).

2.2. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NA ECONOMIA CRIATIVA E SUA INTANGIBILIDADE

Como vimos até aqui, a cultura tem um importante papel dentro da economia criativa, várias atividades culturais são inseridas por ela, contribuindo com a coesão social e com a ligação de grupos sociais nas comunidades. Para Newbiggin (2010), "as indústrias criativas têm a vantagem de criar valor a partir do nada, ao contrário de outros setores da economia". A UNCTAD (2010), pontua que:

Frequentemente, as comunidades que sofrem com tensões sociais e conflitos de vários tipos podem ser unidas por meio da participação compartilhada em rituais culturais. Iniciativas como programas artísticos comunitários constroem capital social ao estimular a habilidade e motivação das pessoas em se envolverem na vida da comunidade e ao inculcar habilidades que podem ser utilmente empregadas nas indústrias criativas locais. Além disso, a atividade criativa é comprovadamente importante para a saúde e o bem-estar psicológico de um indivíduo (UNCTAD, 2010, p. 24).

As mudanças no mundo apontam em direção a uma economia cuja a matéria prima é a criatividade e o conhecimento. Este novo insumo não acaba com o uso, mas ao contrário se multiplica e se renova com o uso. Neste contexto, as vidas das pessoas são enriquecidas pela atuação das indústrias criativas uma vez que ela define as características instintivas de diferentes sociedades, atuando como ponte que permite que as culturas e as comunidades se

comuniquem entre eles, gerando experiências culturais coletivas. Além de possibilitar uma maior integração entre profissionais e amadores, visto que nesta nova economia todos tem potencial criativo e podem gerar produtos e serviços. (NEWBIGIN, 2010).

Por ser complexa, simbólica e muitas vezes intangível, existe uma dificuldade enorme e até mesmo paradoxal no que se refere a mensuração dos números da economia criativa e da cultura. Reis (2008b), pontua que a comparação dos números entre os países não é possível, isto ocorre devido a razões conceituais, históricas e metodológicas. Complementa que os setores são mutantes, os métodos são distintos o que inviabiliza as comparações. Por mais que as comparações sejam impossíveis o levantamento desses números é de vital importância, pois por meio deles será possível orientar e monitorar o sucesso das políticas O desenvolvimento das micros e pequenas empresas, startups, com distribuidoras e fornecedoras de produtos e serviços traz capilaridade a economia através do oferecimento de um canal inclusivo e ágil.

O reconhecimento de seu papel é fundamental para impulsionar a economia criativa como estratégia de desenvolvimento. Essas empresas tem um papel importantíssimo na geração de empregos, inclusão socioeconômica, diversidade em seu portfólio (REIS, 2008).

2.3. O IMPACTO DE UMA CULTURA METAMÓRFICA NO UNIVERSO DOS STARTUPS

Os empreendedores criativos estão ganhando terreno, uma vez que são capazes de transformar ideias em produtos e serviços criativos. (UNCTAD, 2010). Segundo o GEM (2011), o Brasil possui a 3ª maior população empreendedora em números absolutos dentre os 54 países analisados no estudo. Isso fez com que inúmeras *startups* fossem criadas, auxiliando assim o desenvolvimento da economia criativa no país.

Para Ries (2012, p.24), uma *startup* é: “uma instituição humana projetada para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza”. Para Torres (2012), “uma *startup* é uma organização desenhada para criar uma solução para um problema de um conjunto de pessoas”. A criatividade é utilizada nestas empresas como diferencial competitivo.

[...] o contexto do problema mudou e, com isso, os modelos de negócio (e novas oportunidades) também. A grande empresa que dominava o mercado foi praticamente pulverizada e faliu, em detrimento de inúmeras outras empresas, mais rápidas e dinâmicas. Hoje não é o peixe pequeno que come o grande, e sim o mais rápido que come o mais lento (FIRJAN, 2016, p.47).

O desenvolvimento das micros e pequenas empresas com distribuidoras e fornecedoras de produtos e serviços traz capilaridade a economia através do oferecimento de um canal inclusivo e ágil. O reconhecimento de seu papel é fundamental para impulsionar a economia criativa como estratégia de desenvolvimento. Essas empresas tem um papel importantíssimo na geração de empregos, inclusão socioeconômica, diversidade em seu portfólio (REIS, 2008). No passado o suor e o capital foram, respectivamente, o ingrediente fundamental da economia, porém na atualidade eles foram substituídos pelo talento, imaginação, habilidade e conhecimento, ou seja, pela criatividade. (NEWBIGIN, 2010).

As empresas da economia tradicional operam com recursos escassos, sobre os quais elas garantem direitos de propriedade permanentes e concorrem entre si basicamente em termos de preço. Na economia criativa, os indivíduos e as firmas usam recursos infinitos, [...]. Passamos de um mundo de rendimentos decrescentes, baseados na escassez de objetos físicos, para um mundo de rendimentos crescentes baseados na infinidade de possíveis ideias e no gênio das pessoas em usar estas ideias para gerar novos produtos e transações (HOWKINS, 2013, p.150).

Estas empresas têm como pontos negativos à informalidade e por mais que investimento seja baixo, o risco de insucesso é enorme. Reis (2008), pontua que “transformar essas empresas em empreendimentos criativos sustentáveis exige por consequência uma estratégia de incentivo e financiamento públicos” (REIS, 2008, p.32).

Na economia criativa, a geração de riqueza depende da capacidade do país de criar conteúdo criativo, transformá-lo em bens ou serviços comercializáveis e encontrar formas de distribuí-los, no mercado local e no exterior, ganhando escala e divulgando seu conhecimento. Esse valor é incrementado quando a região aproveita sua maior e mais inimitável vantagem competitiva: sua própria marca, como promissor veículo de exportações (REIS, 2008, p.41).

Os startups que precisam usar a criatividade para tentar saciar o apetite desenfreado de seus clientes. Todos os dias nascem e morrem milhares de empresas pelo mundo e a perenidade é privilégio de poucas. O desafio é gerar uma *startup* que seja inovadora e rápida o suficiente para se adequar e atende aos desejos na era da modernidade líquida, onde a diversidade cultural é tão presente. Os mercados estão abertos e elas precisam disputar o mercado com organizações de todos os lugares do planeta. Segundo Deheinzelin (2008):

Transformar nossa criatividade (potencial) em inovação (realidade) através de negócios criativos e da culturalização dos negócios é estratégico neste século onde a globalização pede o contraponto da segmentação, do distinto (DEHEINZELIN, 2008, p.37).

Os seres humanos têm sede por algo que realmente os façam sentir parte da grande massa, de um grupo, porém também querem ter individualidade. Bauman (2013) pontua que é uma dificuldade manter o equilíbrio entre liberdade e segurança. Mas difícil ainda é transformar essas questões em produtos ou serviços que atenderão a essas questões (BAUMAN, 2013).

Newbiggin (2010), pontua que além do valor de troca e do valor funcional a maioria dos produtos e serviços das indústrias criativas têm um “valor expressivo”, um significado cultural que pouco ou nada tem a ver com os custos da sua produção ou utilidades. Llosa (2013) diz que hoje o único valor é o comercial, e que a classificação utilizada para o momento atual diz: “é bom o que tem sucesso e é vendido; mau o que fracassa não conquista o público”. Complementa que o velho conceito de valor desapareceu em consequência do desaparecimento do que chama de velha cultura.

Criar um objeto que atenda as expectativas do cliente passou a ser um desafio para as organizações que viram a necessidade de se reinventar para não morrer. E essa reinvenção passa por utilizar a criatividade como matéria prima da organização. “O problema reside em ter de competir com a eterna escassez de tempo, gerada pela abundância de informações transmitidas pelo universo tecnológico que cabe na palma das mãos” (FIRJAN, 2016). Ter profissionais capacitados e criativos passou a ser um ponto crucial para a empresa.

As empresas até então eram responsáveis por indicar o que o cliente deveria consumir, porém o consumidor passou a rejeitar isto e transferiu esta responsabilidade a pessoas que ele considera como “especialistas” ou mesmo “gurus”, “[...] é exatamente o que se poderia esperar que ocorresse numa sociedade em que a satisfação das vontades tomou o lugar do atendimento as necessidades”. (BARBOSA; CAMPBELL, 2015, p.55).

Segundo Bauman (2013), na economia baseada no consumidor, determinada por ele como líquido-moderna, a sedução pelo produto acaba prematuramente e exige geração exacerbada de ofertas que envelhecem rapidamente. E complementa:

Já que é impossível saber de antemão qual dos bens ou serviços oferecidos revelará tentador o bastante para despertar o desejo dos consumidores, a única forma de separar realidade e pensamento positivo é multiplicar as tentativas e cometer equívocos caríssimos (BAUMAN, 2013, p.20).

O desejo o leva a consumir tudo em uma busca constante de se afirmar como pessoa em um mundo em constante mudança. Para MacCracken (2003), os indivíduos se dedicam para conseguir uma posição no sistema de relações sociais e os atos de compra e consumo refletem esses esforços. Barbosa e Campbell (2015), colocam que:

[...] enquanto o que desejo (e também o que não gosto) me ajuda a me dizer quem sou, o fato de eu desejar intensamente ajuda a me convencer de que realmente existo (BARBOSA; CAMPBELL, 2015, p.57).

Em busca de uma identidade que o represente o consumidor está sempre atrás de algo que expresse o que ele é ou como deseja ser visto pelos outros. O processo de transformação é constante e constitui um desafio para as empresas que precisam usar a criatividade para entender esse cliente que entende que:

[...] como indivíduos, somos concebidos como seres que estão em permanente processo de 'transformação', de modo que casa nova 'identidade' emerge como uma borboleta (BARBOSA; CAMPBELL, 2015, p.58).

Entender essas questões são desafios constantes para as equipes responsáveis pela geração de produtos ou serviços inovadores. Transformar ideias, desejos, sentimentos, valor simbólicos, ou seja, itens que são intangíveis em algo tangível que conquiste pessoas e que gerem valor financeiro. Reis (2008, p. 29), pontua que "O intangível da criatividade gera valor adicional quando incorpora características culturais, inimitáveis por excelência".

Conseguir vencer as correntezas da cachoeira do mercado é uma dificuldade que todas startups enfrentam. Para minimizar esses obstáculos em vários lugares do país estão sendo criados lugares, espaços de inovação, onde essas empresas dividem o espaço em uma espécie de co-working em um universo de criatividade. "As pessoas criativas precisam de pessoas criativas ao lado para acelerar o sucesso em seu projeto atual e para testar ideias para o próximo". (HOWKINS, 2013, p.166).

Conseguir resultados positivos num processo de manufatura em grande escala é relativamente fácil, e por isso não muito valioso. Mas obter bons resultados num processo criativo é relativamente difícil e, portanto, muito valioso (NEWBIGIN, 2010, p.16).

Os clusters criativos tem sido uma estratégia que visa colocar em um mesmo local diversas empresas formando uma ecologia criativa. Um lugar onde as ideias fluam, onde as pessoas falam a mesma língua, onde elas não tenham medo de errar e que respirem e transpirem criatividade. Assim como ocorreu no vale do silício nos Estados Unidos. Esses ambientes permitem uma maior integração e fluidez das ideias. Em um ambiente colaborativo onde o objetivo de todos é a cooperação mútua.

3. METODOLOGIA

3.1. BIBLIOGRÁFICA

Foi realizada pesquisa bibliográfica por meio da consulta de livros e artigos que serviram de fundamentação teórica. Segundo Gil (2017, p. 30), "A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente".

3.2. DISCUSSÃO / RESULTADOS

É fato que vivemos em uma era de constante mudanças e incertezas. A estrada que dirigia a vida dos seres humanos foi destruída. Não existe mais caminho certo, nem verdades absolutas. O ser humano compreendeu que ele pode desenhar o seu caminho e ser da forma que ele quiser, não desejando mais seguir a padrões pré-estabelecidos. Ele busca pelo novo, algo que o complete, que o permita se sentir parte de alguma coisa maior, ele anseia por se sentir aceito. Esse desejo constante e insaciável o impulsiona a consumir, visando preencher as lacunas de seu desconhecido, o seu novo eu. A atitude de consumir, não é apenas um meio para formação da individualidade, como pontua Campbell (2006), mas a “[...] comprovação básica de sua existência” (BARBOSA; CAMPBELL, 2006 p. 54).

E isso fica muito claro no posicionamento dos autores quando falam sobre as mudanças na cultura pós-moderna. Bauman (2017), pontua que esse novo período é caracterizado por uma modernização compulsiva e obsessiva em que não é possível manter um aspecto duradouro, assim como o líquido não é capaz de manter sua forma e complementa que “ ‘dissolver tudo que é sólido’ tem sido a característica inata e definidora da forma de vida moderna desde o princípio” (BAUMAN, 2017, p.16).

Explorar esse desconhecido e gerar através dele produtos e/ou serviços é o grande desafio das empresas. E é neste cenário que as *startups* estão inseridas, ou seja, em um mercado altamente competitivo, veloz, globalizado e conectado. Conseguir estabilidade e perenidade em uma atmosfera de constante alterações é um desafio. Por outro lado, esse universo cercado por dúvidas pode se transformar em um mundo de oportunidades. Muitas empresas de sucesso surgiram após momento de caos e crises. Elas conseguiram visualizar oportunidades que seus concorrentes não viram e com isso conseguiram mudar sua realidade.

As *startups* precisam encontrar uma forma de mapear e descobrir esses tesouros escondidos embaixo dos escombros pela cultura pós-moderna, em que as estruturas foram abaladas e onde os edifícios baseados em regras bem definidas e direcionadoras do passado ruíram. Em meio a esse caos essas empresas tem a oportunidade de gerar algo criativo e rentável por meio da inovação.

Saber explorar esse momento e extrair dele oportunidades de negócio é o grande desafio dos gestores desses negócios. Porém é importante atentar que erros, fracassos, apostas erradas irão ocorrer neste processo. Mas a startup que conseguir driblar esses obstáculos, sairá na frente e poderá de alguma forma contribuir com um produto e/ou serviço que atenda a necessidade de seu cliente, tendo mais chance de alcançar o sucesso e manter sua perenidade.

4. CONCLUSÃO

Através do trabalho pode-se observar que vivemos um período de constante inconstância. Não há como não ser impactado por todas essas mudanças e o que pode ser feito é transformar as incertezas em oportunidades de negócio. É necessário que os líderes de *startups* tenham um olhar mais atento e aprofundado, visando descobrir oportunidades e transformá-las em um negócio rentável e perene.

Inúmeros são os desafios, porém há também um oceano de grandes oportunidades. Entender as necessidades dos consumidores preenchendo seus vazios pode ser a chave para conquistar sua atenção e fidelidade. Criatividade é a matéria prima que não pode faltar. As empresas precisam transformar o antigo em novo e o que não existe em algo palpável. Porém o grande segredo é transformá-las em inovações rentáveis, ou seja, transformar ideias em algo grande que conquiste a atenção e fidelidade da tão exigente “civilização do espetáculo.”

Propomos que novas pesquisas sejam realizadas buscando comparar como as empresas se comportaram durante os períodos que antecederam a pós-modernidade. Como as inovações nasciam e como os empreendedores daquela época se comportavam e adequavam seus produtos ao momento em questão. Seria interessante a análise do comportamento do consumidor do passado com o consumidor da atualidade para ver o quanto essas mudanças podem impactar na maneira como consome.

4. REFERÊNCIAS

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. São Paulo: FGV, 2006.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DEHEINZELIN, L. **Como a economia criativa pode ser aplicada no seu negócio**. 2016. Disponível em: < <https://imulherempreendedora.com.br/posts/gestao/como-a-economia-criativa-pode-ser-aplicada-no-seu-negocio> >. Acessado em 28 set. 2016.

DEHEINZELIN, L. Economia Criativa, Inovação e Oportunidades. **Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local**. Espírito Santo: Sebrae, 2008. P.37-49.

DENNING, S. Ten drivers of radical management in the “creative economy”, **Strategy & Leadership**, v.41, p.18-30, 2013.

FIRJAN - **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2016.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2015**. Disponível em < [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf) > Acessado em 04 abr. 2017.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GONDIM, S.M.G.; FISCHER, T. O Discurso, a Análise de Discurso e a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo na Gestão Intercultural. **Cadernos Gestão Social**, v.2, n.1, p.9 -26, 2009.

HOWKINS, J. **Economia Criativa - Como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books, 2013.

HOWKINS, J. Ecologia Criativa. In: REIS, A.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

IPEA - **Panorama da economia criativa no brasil**. Rio de Janeiro : Ipea , 2013.

KOTLER, P. **Marketing para o Século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. São Paulo: Futura, 1999.

LANDRY, Charles. Prefácio. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Orgs.). **Cidades Criativas - Perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions. 2011. p. 1-15.

LLOSA, M.J. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

McCRACKEN, G. **Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

_____. **Cultura e consumo II. Mercados, significados e gerenciamento de marcas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

NEWBIGIN, J. **A Economia Criativa: Um Guia Introductório**. Disponível em <http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf> Acessado em 07 abr. 2017.

REIS, A. **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento** - 2008. Disponível em <http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/Economia_Criativa_Estrategias_Ana%20Carla_Itau.pdf> Acessado em 07 abr. 2017.

REIS, A. Introdução. In: __. KAGEYAMA, Peter (Org.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011, p.24-29.

REIS, A.; URANI, A. Cidades criativas – perspectivas brasileiras. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Org.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011, p.30-37.

RIES, E. **A startup enxuta**. São Paulo: Leya, 2012.

SCOTT, A. J. *Cultural economy and the creative field of the city*. Geografiska Annaler: Series B, Human Geography, v.92, n.2, p.115-130, 2010.

TELLES, A.; MATOS, C. **O empreendedor viável: Uma mentoria para empresas da cultura Startup**. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da Inovação**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

UNCTAD. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento**. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em <http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>. Acessado em 30 abr. 2017.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

A GESTÃO DA INOVAÇÃO EM STARTUPS DA INCUBADORA RIO CRIATIVO

TATIANA DOS SANTOS MARCELINO DO NASCIMENTO

*Mestrando do Programa de Economia Criativa – ESPM - RJ
tatiana.nascimento@gmail.com*

MARCOS ANDRÉ RODRIGUES DE CARVALHO

*Mestrando do Programa de Economia Criativa – ESPM - RJ
marcosdex@gmail.com*

RESUMO

Em um mercado extremamente competitivo, a inovação tornou-se um ponto crucial para a sobrevivência das empresas. Essa importância cresce exponencialmente no âmbito das *startups* que precisam criar ou melhorar o produto e/ou serviço que conquiste clientes permitindo-as abocanhar uma fatia do mercado. Diariamente inúmeras inovações são lançadas e imitadas, o que exige que as empresas se reinventem em uma velocidade assustadora.

Devido à importância da gestão da inovação no contexto atual, o presente artigo busca entender como startups que estão na incubadora Rio Criativo fazem a gestão de suas inovações, compreender se está claro para os gestores o significado da inovação e se há dificuldade em acompanhar/ medir os resultados de seus negócios. Para isto, foi realizada pesquisa qualitativa, junto aos gestores destas empresas que atuam nos segmentos: produção de conteúdo transmídia, crowdfunding, audiovisual, e-commerce de moda e produção de games que estão trabalhando na geração de produtos e serviços inovadores.

Palavras chave: *Startup; Gestão; Inovação.*

ABSTRACT

In an extremely competitive market, innovation has become a crucial point for business survival. This importance grows exponentially in the scope of startups who need to create or improve the product and / or service that conquer customers by allowing them to take a slice of the market. Numerous innovations are launched and imitated daily, which requires companies to reinvent themselves at a daunting speed.

Due to the importance of innovation management in the current context, this article seeks to understand how startups who are in the Creative River incubator manage their innovations, understand if managers are clear about the meaning of innovation and whether there is difficulty in tracking / measuring the results of their business. To this end, a qualitative research was carried out, together with the managers of these companies that work in the segments: production of transmydial content, crowdfunding, audiovisual, fashion e-commerce and game production that are working on the generation of innovative products and services.

Keywords: *Startup; Management; Innovation.*

1. INTRODUÇÃO

Diferentemente das organizações tradicionais, que possuem inúmeros processos burocráticos que as deixam lentas, as *startups* são empresas dinâmicas, voltadas para uma cultura empresarial focada em resultados, através da contratação de funcionários criativos e da coordenação das atividades. A inovação é o cerne da empresa (RIES, 2012). Segundo o SEBRAE (2016), startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza.

O modelo de negócio deve gerar valor sendo repetível e escalável, ou seja, capaz de entregar o mesmo produto em escala potencialmente ilimitada e crescer cada vez mais sem que isso influencie seu modelo de negócio (SEBRAE, 2016).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. INOVAÇÃO

A inovação sempre esteve presente na estratégia organizacional e foi responsável por mudanças significativas no mercado. Atualmente ela tem um papel de destaque devido ao acirramento da concorrência como consequência de um mundo globalizado e tecnológico. Para eles a inovação é movida pela habilidade de estabelecer relações, detectar oportunidades e tirar proveito destas, porém não consiste apenas na abertura de novos mercados, podendo também estar relacionada ao atendimento de mercados já estabelecidos e maduros (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

Duas dimensões são utilizadas para mapeamento dos tipos de inovação, conforme apresentado na figura 1. Para Tidd, Bessant e Pavitt (2008), a inovação não ocorre somente quando há mudanças nas ofertas de produtos e/ou serviços oferecidos pela empresa - inovação de produto; ela acontece também quando há mudança na forma com que os produtos e/ou serviços são criados e entregues - inovação de processo; quando há mudanças no contexto em que produtos e/ou serviços são introduzidos - inovação de posição e quando há mudança nos modelos mentais que orientam o que a empresa faz - inovação de paradigma, caracterizando assim a primeira dimensão.

Já a segunda dimensão está relacionada ao grau de novidade envolvido. Quando existe algo completamente novo que transforma a forma como vemos ou usamos as coisas, ela é classificada como uma inovação radical. Já a inovação incremental está relacionada à melhoria do produto ou processo dentro da organização. (TIDD; BESSANT ; PAVITT, 2008).

Diferenciação é um ponto chave para a organização que quer se destacar no mercado. Ela pode vir através da criação de novo produto e/ou serviços, um nicho de mercado, um novo modelo de negócio, dentre outros.

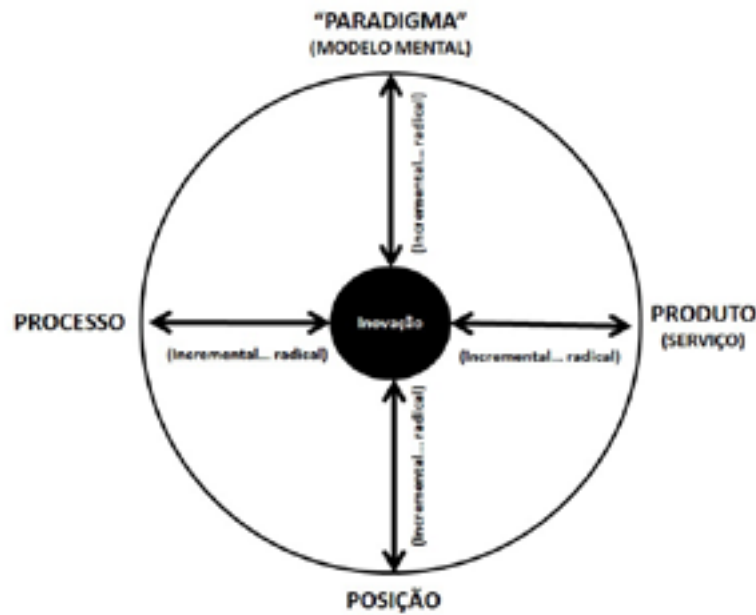


Figura 1. O espaço da inovação. Fonte: TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008, p 33.

2.2. GESTÃO DA INOVAÇÃO

Tudo que aprendemos sobre gestão da inovação foi obtido através da prática e não de uma teoria, porém através da realização de estudos foi possível chegar a quatro temas centrais que são de vital importância na gestão da inovação: compreender o que se tenta gerenciar, compreender o como, compreender o quê, o porquê, e o quando da atividade de inovação e compreender que é um alvo móvel (BESSANT; TIDD, 2009).

Não existe modelo mágico, ou mesmo um modelo padrão que se encaixe nas especificidades de uma empresa. Cada organização precisa buscar a solução mais apropriada para seu negócio. A verdadeira habilidade de gestão da inovação está na “capacidade de inovação”, em que é possível repetir o feito, ou seja, não basta ter êxito apenas uma vez (BESSANT; TIDD, 2009).

Conforme apresentado na figura 2, Tidd e Bessant (2015) descrevem o processo de gestão da inovação em três fases: a primeira é a fase de busca, nela a organização procura por sinais relevantes nas oportunidades e ameaças através da análise do ambiente interno e externo. A segunda fase é a de seleção, ela leva em consideração a visão estratégica da empresa para decidir quais sinais a empresa irá responder. A terceira etapa é a de implementação, ou seja, é nesta fase em que a empresa irá transformar as ideias em algo novo. Para a concretização desse processo é necessário que a empresa adquira conhecimentos que possibilitem a inovação. Por último temos a etapa captura de valor em que a empresa verificará os benefícios que irá obter com o nosso objeto.



Figura 2. Modelo do processo de inovação. Fonte: TIDD ; BESSANT, 2015, p 85.

Podemos concluir então que a gestão da inovação consiste na criação de condições para que ocorra um processo contínuo e permanente de produção de inovações. Empresas que conseguem criar melhores condições para o desenvolvimento de áreas de competência e sistematização dos processos de inovação conseguem ser mais inovadoras (FNQ, 2012).

3. METODOLOGIA

A pesquisa se classifica quanto ao tipo de dado como qualitativa e quanto aos objetivos como exploratória que segundo GIL (2017), “têm como propósito maior familiaridade e com o problema, com vista a torna-lo mais explícito ou construir hipóteses”.

3.1. COLETA DE DADOS

3.1.1. POR ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

As entrevistas foram realizadas com gestores de startups na incubadora Rio Criativo e tiveram como intenção identificar como ocorre a gestão da inovação nessas empresas. A fim de resguardar as empresas entrevistadas, estas serão identificadas apenas por letras e números (E1 a E5), conforme quadro 1. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturados, tendo em média 40 minutos cada uma e foram realizadas em abril de 2017.

Quadro 1. Segmentos das empresas pesquisadas.

Identificação - Empresa	Segmento
E1	Audiovisual
E2	E-commerce de moda
E3	Produção de conteúdo transmídia
E4	Produção de Games
E5	Crowdfunding

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

3.2. ANÁLISE DE DADOS

3.2.1. QUALITATIVA

A análise utilizada para este trabalho foi a qualitativa, pois busca-se compreender como os gestores das *startups* realizavam a gestão da inovação em suas empresas. Segundo MINAYO (2012, p.623): “O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento”. A análise qualitativa tem o objetivo de absorver caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto, através da captação dos diferentes significados de uma experiência vivida. (ANDRÉ, 1983).

3.2.2. ANÁLISE DO DISCURSO

A fim de analisar o discurso dos gestores entrevistados, foi necessário considerar o contexto. Para isso foi elaborado um roteiro com perguntas que se complementavam visando tentar chegar a respostas mais completas. A análise do discurso é a “análise da fala em contexto”, tendo por objetivo “compreender como as pessoas pensam e agem no mundo concreto” (GONDIM e FISCHER, 2009, p.12).

Foram selecionados para entrevista, cujo discurso será objeto da análise, gestores que possuem o mesmo ambiente de atuação, ou seja, que fazem a gestão de suas *startups* dentro da mesma incubadora de empresas.

3.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os entrevistados foram perguntados sobre o que era inovação e se eles se viam como inovadores. Para Bessant e Tidd (2009), “a inovação é orientada pela habilidade de fazer relações, de visualizar oportunidades e de tirar vantagens da mesma”. A questão se referia à percepção dos líderes sobre si mesmo e sobre os produtos e/ou serviços gerados por suas empresas.

“Para mim inovação se relaciona fortemente a uma ideia de “fazer diferente” e não necessariamente fazer o novo no sentido de algo totalmente original. (...) Mas hoje considero que trabalhamos sim com inovação e não necessariamente por inventar uma coisa do zero, mas simplesmente fazendo os mesmos processos...”. [E1]

“É criar uma solução geralmente para um problema existente, mas necessariamente para um grupo de pessoas que a utilizem, seja para um grupo grande ou grupo pequeno. E na maioria das vezes quanto maior problema resolvido, quanto maior o grupo de pessoas que você consiga atingir em minha opinião é exatamente o maior grau de inovação que você conseguiu atingir”. [E2]

“Inovação é um aprimoramento de algum problema específico. Quando a gente fala de problema às vezes não é o problema de imediato e sim uma demanda que pode ser aprimorada”. [E3]

“Inovar é conseguirmos proporcionar uma experiência de qualidade para o público. (...) a inovação é justamente conseguir dentro da tua ideia, dentro da tua limitação técnica, você dar uma experiência de qualidade para as pessoas. É basicamente quebrar limitação. É você ter uma ideia que provavelmente ninguém fez desse jeito, ou exatamente do jeito. Inovação (...) é priorizar a ideia independente do tamanho que ela for”. [E4]

Quando perguntados se seus produtos se referiam a algo novo ou melhoria de algo existente, a maioria deles entende que trabalham melhorando produtos e/ou serviços.

“De modo geral eu diria que se referem à melhoria de algo existente. No sentido de não necessariamente fazer algo novo, mas fazer diferente. Buscar desenvolver os produtos em constante comunicação com o mercado e focar bastante na parte estratégica”. [E1]

“Considero que é a melhoria de algo existente. É difícil considerar algo novo, tudo é um aprimoramento, tudo é substituição. Mesmo que sejam coisas absolutamente novas”. [E3]

“Sobre o aspecto geral dos produtos que a gente faz, eles são geralmente modificações de produtos que já existem. Por a gente não criar tecnologias a gente acaba tendo que usar as tecnologias dos que já existem para desenvolver o nosso produto... A nossa inovação acaba sendo sempre uma coisa baseada em outro produto...” [E4]

A empresa 2, porém, informou que seu produto fazia referência a algo novo, conforme exposto abaixo:

“O que a gente fez foi exatamente criar uma solução nova para um mercado bem tradicional que é o mercado de sapatos femininos. E o mercado, tanto falando de indústria quanto o varejo, é um mercado ainda muito tradicional, o que a gente fez foi criar uma solução nova para esse mercado através das franquias on-line”. [E2]

A Empresa 5 também afirma que seu produto refere-se a algo novo, porém pontua a dificuldade que teve em fazer com que as pessoas entendessem seu produto.

“Antes [de nós] não existia plataforma de financiamento coletivo no Brasil. Portanto fomos sim algo novo na maneira como a gente fez [...] Quando a gente apresentava a [empresa] as pessoas até choravam, mas não adiantava nada, pois elas não entendiam direito e não conseguiam nem repassar a ideia internamente para a gente conseguir vender os nossos patrocínios [...] A gente aprendeu com isso que inovação demais atrapalha”.

Porém também expôs que eles debatem sobre vários tipos de inovações e isso os ajuda na análise sobre qual estratégia de negócio investir.

“[...] a gente debate sobre 3 eixos de inovação: operacional, incremental e estrutural. A operacional, que busca soluções para o nosso dia a dia tipo o que a gente faz que pode fazer melhor [...] As incrementais são novos produtos que a gente não trabalha e que a gente precisa ficar sempre atento [...] E as inovações estruturais que são as “game change”, que mudam o nosso modelo de negócio. Mudam a nossa forma de atuação [...]”.

Sobre ser ou não inovador, os líderes se veem como tal, até porque trabalham em um mercado em que a inovação é fundamental para a continuidade do negócio. Porém podemos verificar que em alguns casos existiu, no início, dificuldade de se reconhecer como um empreendedor inovador.

“Sim me considero, não por gosto é claro, mas por uma necessidade comercial. É estratégico para empresa trabalhar inovação para provocar a entrada no mercado”. [E3]

“Confesso que sempre tive uma certa dificuldade de me enxergar assim, porque achava que a inovação tinha a ver sempre com fazer algo totalmente novo...”. [E1]

“Eu acredito que a gente tem uma atuação profissional inovadora, primeiro porque acho que a dificuldade fez a gente criar umas coisas que não tem no mercado”. [E4]

“[...] eu acredito que sim. Não tem muita escolha. Eu preciso entender do fluxo e da dinâmica do que está acontecendo porque como partimos do pressuposto que a nossa empresa quer influenciar uma

nova cultura, uma nova forma de fazer coisas a gente precisa ser inovador, pois a nossa estratégia é influenciar”. [E5]

Realizar treinamentos ou cursos pode auxiliar o gestor a pensar de forma inovadora e o auxilia a atuar nessa área.

“Uma das coisas que me ajudou muito a pensar de forma inovadora e buscar soluções para os problemas foi ter feito design. Fiz design na faculdade e depois fui me especializando em administração, mas essa base em Design me ajudou muito a olhar de uma outra maneira”. [E2]

Já no que tange a gestão, os entrevistados foram perguntados sobre como eles realizavam a gestão da inovação, se existia processo contínuo ou mesmo uma dinâmica/ estratégia na geração de seus produtos e serviços. Podemos observar que algumas empresas utilizam feedback da equipe ou de seus clientes / parceiros e processos ou padrões que são adaptados de acordo com as necessidades.

“Embora tenhamos alguns processos padrões, se tratando de desenvolvimento de propriedades intelectuais e processo criativo, cada projeto acaba ganhando particularidades que contribuem para o aparecimento de novas abordagens e caminhos que nunca havíamos pensado antes”. [E1]

“O que a gente faz é estar muito próximo dos franqueados entendendo com eles quais são as maiores barreiras e maiores dificuldades que eles têm pra conseguir gerar mais vendas, pra eles conseguirem ser mais eficientes junto a isso. A gente percebe quais são as oportunidades e vamos criando soluções inovadoras pra eles”. [E2]

“Os produtos e os projetos vão evoluindo de acordo com a necessidade comercial e com as oportunidades. Oportunidades sejam elas de editais, sejam novos contatos comerciais, abertura de novas franquias ou ideias mesmo que apareçam”. [E3]

“Os nossos processos de gestão são todos baseados nessas perspectivas: a gente precisa ser rápido e precisa ser bom mas não necessariamente a gente padroniza o processo de trabalho. A gente padroniza na verdade são as ordens das tarefas. A gente já tem uma noção prática de qual ordem é melhor para se fazer um produto, porém as atividades de execução, elas dependem muito do tipo de produto que é. O nosso processo de gestão tem esse aspecto de produção, a gente vai até a ordem da gente fazer e obviamente a gente estipula um “dead line”. [E4]

“[...] Então a gente primeiro faz todo um planejamento de negócios, onde a gente vai desde fazer um “swot” geral ao levantamento de sons coletivos da equipe [...]Uma vez que esse planejamento estratégico integrado que foi feito de forma colaborativa está pronto, a gente começa então a ver como que a gente metrifica, mensura e como executa [...]”. [E5]

Para Bessant e Tidd (2009), diferentemente do que ocorre na inovação biológica, em que os organismos sobrevivem e crescem por meio de variação, adaptação e propagação através das espécies o que culmina na sobrevivência dos fortes e na eliminação dos fracos, na inovação no ambiente empresarial, temos a capacidade de interferir no processo.

Isso se dá através da busca, de estratégias de seleção (definição de quais inovações perseguiremos) e do gerenciamento do processo de implementação garantindo resultados positivos e por fim a sobrevivência da empresa. A sistematização do processo auxilia a empresa a ser precisa na escolha da inovação a investir.

“Nossa gestão é dividida em três departamentos principais que aborda três áreas chaves da produção audiovisual: conteúdo, planejamento e produção, negócios e relacionamentos. Essa abordagem permite que cada projeto tenha um acompanhamento preciso em todas essas frentes de forma simultânea”. [E1]

“Os nossos processos de gestão são desenvolvidos a partir de uma métrica de produtividade, porém, essa métrica de produtividade está relacionada a qualidade esperada pelo projeto. Então a gente mede e quantifica. Além de medir e quantificar a gente vê qualitativamente se é isso que a gente realmente espera do projeto”. [E4]

Em seguida quando perguntados sobre como realizavam a busca das inovações, podemos observar que a maioria das empresas não possuem metodologia/processo para realizar essa atividade. Em alguns casos as ideias aparecem através do feedback de clientes, parceiros ou mesmo da própria equipe, porém sem um processo previamente definido.

“Alguns dos projetos que desenvolvemos partem de nós mesmos, baseados em experiências prévias, em leituras, observações do mercado e etc. No entanto, fazemos questão de estar sempre aberto à colaboração com parceiros externos que trazem ideias para desenvolvermos em conjunto. Muitas vezes identificamos ideias com muito potencial, mas que o criador não tem noção nenhuma de como transformá-las em um projeto, aí nós entramos com a parceria”. [E1]

“A gente busca inovação, busca novas ideias justamente nesse contato próximo que nós temos com os franqueados paralelamente, com os clientes, com os investidores, com a equipe, mas muito mais mesmo centrado nos franqueados... Então a gente sempre pede para que eles passem para a gente qualquer coisa, qualquer dificuldade, qualquer oportunidade que tenham enxergado. A partir daí a gente consegue criar soluções reais para problemas reais e não criar soluções que a gente acha que vai resolver algum tipo de problema e que de repente não é o problema que existe e de repente não é um problema tão grave”. [E2]

No caso da empresa E3, a busca das ideias é realizada através do cruzamento das demandas com a tecnologia e a partir daí, são gerados novos produtos.

“É o cruzamento das demandas comerciais com as possibilidades tecnológicas. Por nos basearmos em Inovação a gente precisa sempre gerar novos produtos em cima de novas possibilidades técnicas que normalmente vem por parte da tecnologia, e a partir desse cruzamento a gente gera uma nova demanda e apresenta para as empresas... Então é isso, é o cruzamento, é apropriação dessa evolução tecnológica para os produtos”. [E3]

Já a empresa E4 explica que realiza benchmark, pesquisas e um evento para busca de ideias, sem perder de vista o mercado e seus concorrentes, isso os ajuda decidir em que produto apostar.

“Para a inovação de produtos geralmente a gente faz uma pesquisa em relação ao conteúdo narrativo principalmente a mecânica de jogo... A gente chega nessa conclusão basicamente analisando os produtos de fora, analisando os concorrentes. A gente vê uma ideia que a gente teve, a gente faz pesquisa de mercado, a gente identifica o quanto que esse produto faturou qual o nicho que ele pegou e a gente sempre tenta mexer nesses pontinhos de narrativa e mecânica e como a gente consegue inserir o nosso produto dentro do mercado que a gente está pensando pegar”.

“A gente faz benchmark constantemente nesses eventos com empresas do Rio e tenta fazer também com empresas de fora do Rio, tanto no Brasil quanto internacionais e com isso conseguimos criar um sistema bastante colaborativo”.

A empresa E5 expõe que cria micro planejamentos sobre os quais são definidos planos de ações com a estratégia a ser seguida e buscando o alinhamento de todos dentro da organização.

“comecei a fazer planos anuais com micro planejamentos de 6 meses [...] Um processo mensal onde a gente passa um dia todo fora uma vez por mês, onde a gente define um plano de ação baseado em todas essas estratégias, objetivos e mantras que foram definidos [...] saímos no mês com clareza sobre quais são

as missões coletivas que a instituição vai ter que atacar e quais são as tarefas de cada pessoa dentro dessas missões e fora dessas missões para garantir que todo mundo esteja alinhado em relação aos objetivos”.

O gestor informa também que existe um processo sistêmico que observa o mercado e os auxiliem na inovação:

É fundamental para que a gente continue inovando que a gente tenha esse pulso acontecendo de uma forma sistêmica em curtos períodos. Dentro desse processo temos uma área nossa que a gente chama de Observatório, ou seja, tudo que está acontecendo relacionado direta e indiretamente com os nossos mercados, nossos produtos e nossos serviços a gente coloca dentro de um grupo no Facebook que a gente chama de Observatório”.

Questionadas como fazem para medir seus resultados, podemos observar que os líderes têm dificuldades para acompanhar algumas atividades.

“Como hoje a maior parte dos nossos projetos ainda se encontra em fase de desenvolvimento, ainda não temos maneiras eficientes de medir os resultados. O que temos mais é o feedback de parceiros comerciais e resultados positivos em concursos e chamadas públicas – que muitas vezes vem atrelado a um feedback sobre os projetos que nos permite avaliar as áreas que acertamos e o que precisamos melhorar”. [E1]

“Normalmente como a gente trabalha “B2B”, a gente foca muito na satisfação do cliente corporativo, no “business”... Então o resultado é mais isso, o reconhecimento da marca, que é também difícil tangibilizar. É mais assim na percepção geral e no retorno comercial”. [E3]

Os indicadores são utilizados em algumas empresas, porém ainda assim existe subjetividade, logo dificuldades de mensuração.

“Depende do que iremos acompanhar como resultado. Tem resultados que iremos acompanhar mensalmente, outros bimestrais ou trimestrais. Nós temos ferramentas que medem exatamente esses resultados e nem todos são números e exatamente os que não são números são os mais difíceis de serem medidos. Esses geralmente não são medidos mensalmente. Em alguns casos ou é bimestral ou trimestral. Mas temos ferramentas bem bacanas, a gente gosta de ter a melhor ferramenta possível para cada tipo de parte do processo e da gestão”. [E2]

“Em relação ao processo de gestão para gente é muito complicado por causa do nosso indicador de produtividade, ele não é padronizado por exemplo. A gente poderia utilizar o indicador de quantas animações são feitas por semana. E isso indicador simplesmente pode ser ruim porque uma animação pode ficar muito melhor que a outra.” [E4]

4. CONCLUSÃO

Através da análise das respostas, observou-se que a maioria das empresas não segue um modelo único de gestão e que o acompanhamento do projeto é feito de acordo com a vivência e as experiências da liderança que fazem adaptações de acordo com as particularidades. Segundo Bessant e Tidd (2009, p. 28): “Tudo o que aprendemos foi obtido no laboratório da prática, e não de alguma teoria profundamente enraizada”. A pesquisa mostrou que os gestores utilizam indicadores para medir seus resultados, porém expõem a dificuldade em mensurar quando existe subjetividade.

Pôde-se verificar também, que os gestores entendem o que é inovação, que existem tipos de inovação, em que um remete a criação de algo novo e o outro a melhoria de algo existente. Três empresas descrevem a inovação incremental (mesmo não pronunciando a palavra incremental), voltada à melhoria de um objeto (produto, processo, paradigma ou posição). Porém as demais pontuam que seu produto refere-se a algo que eles entendem como novo.

E neste caso é importante frisar a colocação da empresa 5 sobre a dificuldade de oferecer um produto totalmente novo em que há mudança de conceito em determinado mercado. Nesse caso ela pontua que “inovação demais atrapalha”.

Um dos motivos para as diferenças na condução das empresas pesquisadas pode estar relacionado a diversidade dos segmentos em que atuam. Como cada uma delas possui foco diferente, a maneira de gerir o negócio pode variar, ainda que todas estejam no mesmo ambiente, ou seja, todas são startups incubadas. Com base nisso, propomos que pesquisas sejam realizadas em outras incubadoras para verificar se estes resultados se repetem. Caso esse fato se confirme, seria importante a realização no futuro de um estudo com o objetivo de gerar uma metodologia e indicadores de gestão da inovação que se adaptem a realidade das empresas incubadas a fim de auxiliá-las de maneira mais sistemática, porém sem burocracia, de forma que se integre a realidade dessas empresas.

5. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A.. **Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de Pesquisa, (45): 66-71, 1983. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1491/1485>> Acessado em 15 abr. 2017.

BARLACH, L. **A criatividade humana sob a ótica do empreendedorismo inovador**. 2009. 260 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - USP, São Paulo, 2009.

BESSANT, J; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DRUCKER, Peter F. **The discipline of innovation**. Boston: Harvard Business Review, 1998.

DENNING, S. **Ten drivers of radical management in the “creative economy”**, Strategy & Leadership, Vol. 41 Iss 6 pp. 18 - 30. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1108/SL-08-2013-0065>>. Acessado em 26 mar. 2017.

RIES, E. **A startup enxuta**. São Paulo: Leya, 2012.

FDC - Fundação Dom Cabral. **Causas da mortalidade de Startups brasileiras: O que fazer para aumentar as chances de sobrevivência no mercado?** Disponível em <http://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Documents/2014/causas_mortalidade_startups_brasileiras.pdf> . Acessado em 04 abr. 2017.

FNQ: **Gestão da Inovação nas Organizações, 2012**. Disponível em <<http://www.fnq.org.br/informe-se/artigos-e-entrevistas/entrevistas/gestao-da-inovacao-nas-organizacoes>> Acessado em 07 abr. 2017.

GEM: **Empreendedorismo no Brasil 2015**. Disponível em <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)> Acessado em 04 abr. 2017.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas 2017.

GONDIM, S.M.G.; FISCHER, T. O Discurso, a Análise de Discurso e a Metodologia do

Discurso do Sujeito Coletivo na Gestão Intercultural. **Cadernos Gestão Social**, v.2, n.1, p.9 -26, set.-dez. 2009.

MINAYO, M. C. S. Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, p. 621-626, 2012. Disponível em < <http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07> > Acessado em 15 abr.2017.

TIDD, J; BESSANT, J; PAVITT, K. **Gestão da Inovação**. 3ed. – Porto Alegre: Bookman, 2008.

TIDD, J; BESSANT, J; **Gestão da Inovação**. 5ed. – Porto Alegre: Bookman, 2015.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL NA TERCEIRA IDADE COM REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA

ALMEIDA, Fernando Xavier de

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL) da
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF
fxalmeida@gmail.com*

MONTANÉ, Fermín Alfredo Tang

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL) da
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF
alfredot71@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a sistemática da educação financeira na terceira idade uma vez que, a participação do idoso brasileiro na renda familiar se revela cada vez mais expressiva e sendo essa a faixa etária que mais tem se endividado. Percebe-se que a aposentadoria tem se transformado na única fonte de renda em milhões de famílias brasileiras. Nessa acepção, o presente texto tem por objetivo a análise de como a educação financeira na terceira idade pode estar relacionada com a melhora na qualidade de vida do idoso. A metodologia empregada para realização do trabalho foi a revisão de literatura, consistente na pesquisa de livros, teses e artigos já publicados, e a pesquisa documental por meio de revistas digitais e sítios eletrônicos. É esperado que o presente trabalho contribua como referencial teórico sobre a importância da educação financeira na terceira-idade, proporcionando assim, uma completa e digna qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação financeira. Terceira idade. Qualidade de vida.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the financial education system in the third age, since the participation of the Brazilian elderly in the family income is becoming more and more expressive and this being the age group that has the most indebtedness. It is noticed that retirement has become the only source of income in millions of Brazilian families. In this sense, this text aims to analyze how financial education in the elderly can be related to the improvement in the quality of life of the elderly. The methodology used to perform the work was the literature review, which consisted of researching books, theses and articles already published, and documentary research through digital magazines and electronic sites. The present work is expected to contribute as a theoretical reference on the importance of financial education in the third age, thus providing a complete and dignified quality of life.

Key-words: Financial education. Third age. Quality of life.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) o ritmo de crescimento da população idosa tem sido sistemático e consistente. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, o País contava com uma população de cerca de 21 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade. Para os próximos 20 anos, estima-se que a população idosa poderá ultrapassar os 30 milhões de pessoas e deverá representar quase 13% da população ao final deste período (IBGE 2002, *apud* CAMARANO, 2002).

A pesquisa do IBGE, 2000, também demonstrou que 62,4% do total de idosos brasileiros eram responsáveis pela renda domiciliar. Essa dependência estabelecida entre as gerações mostra que os filhos, atualmente, precisam cada vez mais e por mais tempo dos pais (MENDES, 2005). Deste modo, frequentemente, a população idosa precisa lidar com pressões familiares para tomar empréstimos, já que a maior parte da renda é fixa (IBGE, 2010).

De acordo com o relatório do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, 2000) foi demonstrado que os aposentados têm contraído muitas dívidas, especialmente por meio do crédito consignado. Deste modo, parte significativa desta população tem optado por buscar outras formas de crédito no sistema financeiro, tais como os créditos “facilitados” disponíveis em todas as agências bancárias, sendo que, ao final acabam por se perceberem numa situação de superendividamento (WONG e CARVALHO, 2006).

Em um estudo realizado por Simone Artifon e Maristela Piva (2013), foi demonstrado que as dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias potencializam problemas de cunho emocional, interferindo significativamente em diversos aspectos da vida dos sujeitos, gerando ansiedade, preocupação e estresse. Portanto, torna-se necessário a realização de projetos voltados à educação financeira pessoal dos idosos, a fim de instruir este grupo aos conceitos de gestão e administração de renda, visando promover uma aposentadoria estável atrelada a uma melhor qualidade de vida.

Esse estudo tem como finalidade delinear políticas relacionadas ao idoso, de forma que, sejam promovidas análises quanto a aplicação da renda daqueles, vez que, sendo estas realizadas de forma viável, ocorreria um aumento da perspectiva de vida e conseqüentemente a redução de doenças decorrentes de tal problema. Visando conduzir um olhar sobre o envelhecimento ativo e mais proveitoso, com uma abordagem na cognição e que poderá servir de base para orientar outras pesquisas de forma a ampliar o conceito e difundir o conhecimento.

O material empregado na construção deste trabalho foi o indutivo, auxiliado na revisão de literatura como técnica de pesquisa.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Ao trabalhar com a temática da Educação Financeira, pode-se extrair a conceituação de que a mesma pode ser compreendida como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas na busca de administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida (PINHEIRO, 2011). Noutras palavras, a OCDE (2005) vai afirmar que é por meio da Educação Financeira que os indivíduos buscam aperfeiçoar a compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos de maneira que, com informações e recomendações passadas de formas claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessária para tomarem decisões fundamentadas e seguras, melhorando assim, o seu bem-estar financeiro.

Segundo FERREIRA:

“podemos ver na definição que educação financeira se trata de conhecimentos e competências que te ajudam fazer escolhas inteligentes relacionadas a dinheiro, transações financeiras e consumo o que te fazem adquirir certo bem-estar e tranquilidade na vida. Verifique até mesmo apenas pelas definições básicas de ambos os termos podemos correlacionar um ao outro de forma simples como a educação financeira ser um meio básico e eficaz de, em um sistema econômico capitalista, se conquistar qualidade de vida” (FERREIRA, 2017, s.p.).

Nos países desenvolvidos como os Estados Unidos e o Reino Unido a educação financeira vem obtendo grandes avanços. Esses países contam com várias de suas instituições envolvidas no processo de conscientização financeira de suas populações, ganhando forças, principalmente em suas escolas. Quanto aos Estados Unidos, segundo SAITO, SAVOIA e PETRONI (2011), “mais da metade dos estados daquele país tornaram a Educação Financeira conteúdo obrigatório nas escolas secundárias, ainda na primeira metade da década de 80”. As políticas educacionais que tratam a educação financeira visam, capacitar as pessoas ao pensamento crítico para que possam, através dele, ter ações conscientes para o consumo e o acúmulo de poupança.

Em nosso país a educação financeira não vem sendo aplicada quanto em outros países. Nossa população possui baixo nível de educação financeira e os investimentos na área são escassos. Segundo SAVOIA, SAITO e SANTANA (2007) a “explicação para essas diferenças entre o Brasil e os países citados está na compreensão de fatores, históricos, culturais, bem como da responsabilidade das instituições no processo de educação financeira”. Os autores afirmam ainda que, no Brasil, as autoridades não exercem de forma clara a função no intento de capacitar a população corretamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro. Esse vácuo gerado pela ineficiência das políticas educacionais nesse âmbito é aproveitado por organizações privadas, como a Bovespa, e algumas empresas e bancos. Embora tais ações sejam louváveis, são também insuficientes para alterar a situação vigente da população (SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007, p. 1125).

No ano de 2010, o governo brasileiro criou uma estratégia nacional com o intuito de promover e envolver toda a sociedade em ações de educação financeira pessoal, o plano, denominado Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF foi criado através do decreto 7.397/2010, e se trata de:

[...] uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial. (BRASIL, 2010.)

Neste mesmo decreto, definiu-se que o objetivo da estratégia “é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (BRASIL, 2010).

Conforme o próprio ENEF, nos últimos anos a população nacional passou por uma sensível ascensão econômica, tornando mais fácil o acesso das pessoas aos mais diversos tipos de movimentações econômicas, onde as instituições bancárias oferecem uma maior oferta de modalidades de créditos ficando conseqüentemente mais difícil o entendimento das condições para este fácil acesso. Apesar de toda essa escalada econômica ser positiva, a população está conseguindo acesso as movimentações financeiras que antes não possuíam e sem uma educação financeira básica esse acesso pode ser destrutivo para a vida do indivíduo e em grande parte causar enormes prejuízos para a saúde financeira de uma nação.

ENVELHECIMENTO NO BRASIL

O envelhecimento da população pode ser considerado com uma das maiores conquistas da humanidade, mas também, ao mesmo tempo, um dos seus maiores desafios. O envelhecimento a nível mundial, a partir do século XXI, acarretará em um aumento global das demandas sociais e econômicas (WHO, 2005).

Pode-se dizer que sem dúvida a longevidade representa uma grande conquista da humanidade, ou seja, está se vivendo mais, o que em anos atrás não se imaginava, contudo, o envelhecimento em grande escala acarreta desafios para o desenvolvimento de um país, uma vez, que se é necessário aumentar demandas econômicas, sociais, tecnológicas, de saúde, educacionais e previdenciárias. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005).

Neste sentido, ao passo de inquestionáveis transformações demográficas, a longevidade traz para o cenário atual, a discussão sobre o vivenciar de uma etapa com qualidade de vida e mais oportunidades de acesso a serviços como saúde, educação, renda, atividade, entre outros para aqueles que envelhecem de uma forma geral. De acordo com Alfama e Cruells (2016), isso quer dizer que promover melhorias para os longevos, beneficiaria qualquer idade, isto é, uma sociedade que se prepara para envelhecer, seria uma sociedade preparada para todos.

No Brasil, considera-se idoso, a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, conceito este trazido pelo Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003).

Em dados levantados pela Pesquisa de Amostra por Domicílio - PNDA 2015, realizada pelo IBGE, o Brasil possuía em 2015 mais de 29,3 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade, tendo a maior concentração de idosos na região Sudeste com mais de 13,4 milhões de idosos e a menor delas na região Norte com mais de 1,7 milhões de idosos. Portanto, a população idosa representava em 2015, cerca de 14,3% da população brasileira (BRASIL, 2015).

Essas proporções trazidas pela PNDA (2015), referente ao aumento do número de idosos no país, é consequência, principalmente, da redução das taxas de fecundidade no país. O IBGE (2016) cita a Projeção da População por Sexo e Idade (2013), onde ficou demonstrado que a taxa de fecundidade total no país, foi em 2005, de 2,09 filhos por mulher, para 1,72 filhos por mulher em 2015, ocorrendo, portanto, uma queda de 17,7%.

Em comparação com o Censo Demográfico realizado no ano 2000 pelo IBGE, a população brasileira com 60 (sessenta) anos ou mais de idade equivalia a mais de 14,5 milhões de pessoas (BRASIL, 2000).

Em pesquisa realizada pelo IBGE em 2016, onde foram analisados os dados das condições de vida da população brasileira, o Instituto chegou à conclusão de que há uma tendência de envelhecimento demográfico no país, de acordo com a análise dos dados da evolução da composição demográfica que demonstrou um aumento da participação percentual dos idosos no país, em contrapartida, houve uma queda nas demais faixas etárias (BRASIL, 2016).

Para o IBGE,

[...] a queda da participação das pessoas de 0 a 14 anos de idade na população foi mais expressiva, passando de 26,5%, em 2005, para 21,0% em 2015, bem como a queda observada no grupo de 15 a 29 anos de idade, que foi de 27,4% para 23,6% no mesmo período. Por outro lado, a proporção de adultos de 30 a 59 anos de idade teve aumento no período, passando de 36,2% para 41,0%, assim como a participação dos idosos de 60 anos ou mais de idade, de 9,8% para 14,3% (BRASIL, 2016, s.p.).

Esse envelhecimento da população idosa demonstrado pelos dados coletados pelo IBGE, conduz a graves consequências, tanto para o Brasil como para países em desenvolvimento, sob o ponto de vista do mercado de trabalho, o sistema previdenciário e o sistema de saúde. Assim com o avanço do envelhecimento da população brasileira, há indicativos de que a situação se agravará no decorrer dos anos (RAMOS, 2014).

A participação ativa e aprendizagem relacionadas a saúde, a proteção e as oportunidades são fortemente afetadas pelo capital econômico. Os riscos e os agentes de segurança econômica incluem a condição econômica da família e da comunidade, o emprego e as condições de trabalho, o acesso a pensões contributivas ou não e a programas de transferência de renda. (ILC-BRASIL, 2015)

Durante a vida, desde o início da infância até o fim da vida, os efeitos da condição de renda podem ser percebidos já que as mudanças de condição econômica podem passar por alterações durante o curso da vida, sejam elas de forma positiva ou negativa. Assim, a renda determina as opções dos indivíduos em relação a moradia, alimentação, educação, saúde e assim por diante. (ILC-BRASIL, 2015)

Particularmente, existem três fatores ambientais econômicos que possuem um efeito relativamente relevante sobre o envelhecimento ativo. Esses fatores são: a renda, o trabalho, e a proteção social. (OMS, 2005)

Por esse motivo, é necessária uma boa interação entre as políticas de envelhecimento ativo e os projetos mais amplos para diminuir a pobreza em todas as idades da vida, pois os indivíduos que não possuem bens, pouca ou nenhuma poupança, nenhuma pensão ou pagamento de seguro social são os mais vulneráveis (OMS, 2005)

Um bom emprego é uma eficaz possibilidade de fornecimento não só renda oportuna, mas também de acesso a oportunidades de aprendizagem, redes sociais e benefícios psicológicos, que servem de engajamento e proporcionam sentido, autoestima e realização ao idoso.

Devido aos benefícios, estima-se que a participação dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho aumente progressivamente, pois existe um aumento da conscientização de que o seguimento da vida profissional dos trabalhadores idosos é eficaz para a produtividade geral e para a sustentabilidade dos programas sociais. (ILC-BRASIL, 2015)

Os dados colhidos periodicamente pelo IBGE na Síntese dos Indicadores Sociais, demonstram que o Estado e a sociedade civil devem se organizar no sentido de dar melhores condições de vida a essa parcela da população que vem crescendo significativamente (RAMOS, 2014).

A partir desses dados que nos leva a concluir que o Brasil é um país que está envelhecendo cada vez mais. E, portanto, necessário se faz o repensar em intervenções educativas destinadas a esta fatia da população, sendo a mesma potencialmente mais vulnerável por suas condições de idade.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O REFLEXO NA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS

A administração das finanças pessoais vem ganhando destaque em nosso país a partir da década de 1990 devido a estabilização da moeda, processo obtido com o Plano Real. Desde então, com a possibilidade de se prever o valor da moeda após um certo período de tempo, o planejamento financeiro torna-se possível em atingir prazos mais longos, podendo-se prever o valor do dinheiro ao final de alguns meses ou anos. No entanto, grande parte da população brasileira não possui a educação financeira necessária para essa nova realidade, trata-se de um

tema ainda restrito, embora seja extremamente relevante para a administração dos recursos financeiros pessoais de qualquer indivíduo.

Em razão da vontade de consumir e da facilidade de obter créditos, muitas vezes, a pessoa pode não perceber ou apresentar dificuldades em aceitar suas limitações financeiras. No Brasil, os bancos não apenas oferecem créditos especiais como procuram convencer as pessoas a contratar empréstimos mesmo se estas não têm necessidade (TIECHER, 2014).

No Brasil até o início da década de 1990, a imagem social dos idosos foi relacionada à pobreza. Contudo, a partir desse período as pessoas idosas passaram a ter maior importância no cenário do mercado de consumo. Os idosos tornaram-se mais concentrados entre os vulneráveis e os *não pobres*, graças à vinculação do piso da previdência e do Benefício de Prestação Continuada ao salário-mínimo. Esse fato tornou-se, para eles e para os membros de seu grupo doméstico, um seguro contra a pobreza extrema, ou mesmo contra a pobreza (BUAES, 2015).

Como fato irreversível, o envelhecimento da população brasileira deverá se acentuar, no futuro próximo. Visto assim, que o envelhecimento de nossa população está se processando na proporção da condição de vida, que para grande parcela da população, ainda muito desfavorável. Vez que o idoso, infelizmente, não é tido como prioridade (KALACHE, 1987, p.219).

O primeiro passo para se atingir uma melhor qualidade de vida é manter os idosos funcionalmente independentes, porém, para que se tenha sucesso é primordial o delineamento de específicos programas de intervenção, tencionando a exclusão de fatores de riscos relacionados com a incapacidade funcional. Paralelo a isso, devem ser elaboradas ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, recuperação e reabilitação, que interfiram diretamente na manutenção da capacidade funcional destes idosos. É importante considerar que esta capacidade funcional influi também de fatores demográficos, socioeconômicos, culturais e psicossociais, além do estilo de vida. (FERREIRA et al, 2012).

Portanto a educação financeira, pode ocupar papel fundamental para que os idosos obtenham consciência financeira e se tornem menos vulneráveis. E é importante entender, segundo Ferreira “que educação financeira não se trata de deixar de comprar o que gosta, ou de não fazer a viagem que se quer para guardar dinheiro ou, como muitos falam, de guardar dinheiro a vida toda para depois morrer e deixar para os outros” (FERREIRA, 2017).

De tal forma, a melhora da condição financeira dos idosos passou a despertar especial interesse de diferentes instituições financeiras. Os órgãos bancários, através de suas publicidades, atraem milhões de idosos a cada ano para a contratação de créditos, sobretudo o *consignado*, levando ao crescente endividamento da população (MENDES, 2005, s.p. *apud* SOUZA; MORETTO, 2014, s.p.).

Nesse sentido, segundo lecionado por Ferreira, podemos observar que:

você pode usar da educação financeira como meio para adquirir a qualidade de vida tão cobiçada pelas pessoas em suas vidas. Se trata de aproveitar os benefícios de se ter um conhecimento financeiro pessoal para estar sempre se aproximando mais da qualidade de vida que se cobiça. Em outras palavras qualidade de vida é o objetivo e educação financeira pode ser o meio (FERREIRA, 2017, s.p.).

Fica claro que, possuir educação financeira é uma forma essencial de se adquirir qualidade de vida, principalmente para as pessoas idosas, como afirma o SEBRAE em sua cartilha intitulada “PESSOA FÍSICA – Planejamento e Controle Financeiro Pessoal” que contém a afirmação: “O princípio da Educação financeira é: saber como ganhar, gastar, poupar e investir seu dinheiro para melhorar a sua qualidade de vida.” (SEBRAE, 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, denota-se que presente artigo teve como propósito demonstrar a relação existente entre a qualidade de vida dos idosos e a educação financeira no atual sistema econômico ao qual estamos inseridos. Bem como a demonstração de importância desses conhecimentos financeiros para se ter uma vida proporcionalmente estável. No início foi exposto uma contextualização do assunto trabalhado, sua finalidade e formas que seriam trabalhadas, em seguida as definições pertinentes para que com elas fosse possível entender o conteúdo em sua mister realidade. Para tanto, no interim de se compreender a relevância desse artigo, foi exposto a importância do termo educação financeira pessoal nos dias atuais, apresentando, com isso, dados estatísticos que pudessem comprovar como a falta de tais conhecimento está afetando drasticamente a vida das pessoas. Após, apresentamos o processo de envelhecimento da população brasileira e as consequências sociais e econômicas para o país. Por último, foi relacionado a conquista de qualidade de vida na terceira idade com a prática dos ensinamentos da educação financeira pessoal. Conclui-se, portanto, que há sim uma extrema ligação entre as práticas da educação financeira pessoal no tocante ao campo da qualidade de vida dos idosos, sendo o primeiro um meio ou uma ferramenta de se chegar à segunda dentro do sistema econômico ao qual estamos inseridos, qual seja: capitalismo.

REFERÊNCIAS

_____. **Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em 15 out. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios. Síntese de indicadores 2015**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/sintese_defaultxls.shtm>. Acesso em 14 out. 2018.

_____. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em 14 out. 2018.

ABREU, Bruna Martins; GOMES, Arthur Parreiras; MARTINS, Simone. **ENVELHECIMENTO ATIVO: das diretrizes às ações para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 9, n. 21, p. 126-172, jun./jul. 2018.

ALFAMA, E; CRUELLES, M. **De qué hablamos cuando hablamos de envejecimiento activo? Interpretaciones distintas, propuestas divergentes**. In: EZQUERRA, S.; SALANOVA, M.P.; PLA, M., e SUBIRATS, J. (Eds). Edades en transición. Envejecer en el siglo XXI. Editorial Planeta S.A, p. 56-66, 2016.

ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. **ENDIVIDAMENTO NOS DIAS ATUAIS: FATORES PSICOLÓGICOS IMPLICADOS NESTE PROCESSO**.

BUAES, Caroline Stumpf. **Financial Education for the Elderly in a Low-Income Context**. Educação & Realidade, v. 40, n. 1, p. 105-127, 2015.

BRASIL, Câmara dos Deputados **Estatuto do idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e legislação correlata**. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **Censo Demográfico**. IBGE, 2000. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>>. Acesso em 14 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. **Política nacional do idoso: Lei nº 8.842**, de janeiro de 1994. Brasília.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL - ILC - Brasil. (Org.). **Envelhecimento Ativo: Um marco político em resposta à revolução da longevidade**. Rio de Janeiro, 2015.

CENTRO INTERNACIONAL SOBRE O ENVELHECIMENTO - CENIE. **Envelhecimento: desafios de uma nova realidade**. 2018. Disponível em: <<https://cenie.eu/pt/blog/envelhecimento-desafios-de-uma-nova-realidade>>. Acesso em out. 2018.

DE SOUZA, Bruna Osvald; MORETTO, Cleide Fátima. **Entre a razão e a Emoção: a tomada de crédito consignado pelos idosos**. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, v. 11, n. 1, 2014.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, No Brasil , Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>> Novembro de 2018

FERREIRA, J.C. **A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida**. Caderno de Administração v.1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ano 2017.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA. **Envelhecimento no século XXI: Celebração e desafios**. 2012. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf>. Acesso em out. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Idosos responsáveis pelos domicílios**, 2002: Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>. Acesso em: 24 out. 2018

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais 2005, 2006**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>>. Acessado em 05 nov. 2018

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>> Acessado em: 02 nov. 2018

KALACHE, Alexandre. **Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1987.

MENDES, Márcia RSS Barbosa et al. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**. Acta paulista de enfermagem, 2005.

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**. 2005

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação Financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. In: REIS, Adacir (org). **Fundos de pensão e mercado de capitais**. 1. ed. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em: <http://http://www.mps.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416244.pdf>. Acesso em: 04.nov. 2018.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Saraiva, 2014. (Série IDP)

SAITO, André. SAVOIA, José Roberto Ferreira. PETRONI, Luiz M. **A Educação Financeira no Brasil sob a Ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. IX Seminário em Administração FEA/USP. Ago. 2006. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>. Acesso em 04/11/2018.

SAITO, André. SAVOIA, José Roberto Ferreira. SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil**. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 41(6):1121-41, Nov/Dez. 2007.

SEBRAE - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresas Bahia. **Pessoa Física: Planejamento e Controle Financeiro Pessoal**. Salvador, 2013.

TIECHER, Francine. **O Fenômeno do superindivíduo em idosos**. 2014. Disponível em: <<https://imed.edu.br/Comunicacao/Noticias/o-fenomeno-do-superindivido-em-idosos>>. Acesso em 02 nov. 2018.

WONG, L.; CARVALHO, J. A. M. **O rápido processo de envelhecimento do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas**. Revista Brasileira de Estudos de População, Abep, v.23, n.1, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. (Org.). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**; tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em 14 out 2018.

BENEFÍCIOS DO USO DE JOGOS ELETRÔNICOS NOS TREINOS COGNITIVOS EM IDOSOS - INTERVENÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL

Vanessa Veloso da Silva

UENF

kriptonessa@hotmail.com

Ivana Ferreira de Andrade

UENF

andradeivana@yahoo.com.br

Carlos Henrique de Souza Medeiros

UENF

chmsouza@uenf.br

RESUMO

As dificuldades observadas no processo de envelhecimento são inúmeras, e uma das principais queixas está relacionada à memória. Com avançar da idade, o cérebro se modifica e essas alterações fisiológicas, podem acarretar em prejuízos funcionais. Sabe-se que a manutenção de uma boa memória auxilia na independência e autonomia do idoso. A Terapia Ocupacional é uma profissão que identifica as áreas de disfunção e através de atividades significativas e, específicas para cada caso, auxilia os indivíduos a alcançarem seu nível máximo de função e independência. Nessa perspectiva, os aplicativos e jogos eletrônicos tem sido um recurso viável, sendo utilizados em intervenções terapêuticas e na reabilitação de sequelas (cognitivas, físicas). Muitos profissionais de saúde utilizam jogos eletrônicos nas intervenções com idosos. Entretanto, existem poucos estudos e opções de jogos voltados para essa população em particular. Esta proposta de estudo, busca verificar as implicações dos jogos eletrônicos, destinados ao treino cognitivo em idosos.

PALAVRAS CHAVES: jogos eletrônicos, idosos, memória, terapia ocupacional, reabilitação

ABSTRACT

The difficulties observed in the aging process are numerous, and one of the main complaints is related to memory. With advancing age, the brain changes and these physiological changes can lead to functional impairments. It is known that the maintenance of a good memory assists in the independence and autonomy of the elderly. Occupational Therapy is a profession that identifies areas of dysfunction and through meaningful, case-specific activities helps individuals achieve their maximum level of function and independence. In this perspective, the applications and electronic games have been a viable resource, being used in therapeutic interventions and in the rehabilitation of sequels (cognitive, physical). Many health professionals use electronic games in interventions with the elderly. However, there are few studies and gaming options geared toward that particular population. This study proposal seeks to verify the implications of electronic games, intended for cognitive training in the elderly.

KEYWORDS: electronic games, elderly, memory, occupational therapy, rehabilitation

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global. Esse aumento acentuado do número de idosos no Brasil e no mundo tornou-se um desafio, trazendo consigo as preocupações com o processo de envelhecimento e suas consequências naturais. As dificuldades observadas no processo de envelhecimento são inúmeras, e uma das principais queixas está relacionada à memória. Percebe-se que com o avançar da idade, o

cérebro se modifica e essas alterações fisiológicas, podem acarretar em prejuízos funcionais. Com isso, os pesquisadores interessados por temáticas relativas ao envelhecimento têm se voltado cada vez mais aos estudos sobre as funções cognitivas e sobre a interferência delas na qualidade de vida dos idosos. De fato, sabe-se que a manutenção de uma boa memória auxilia na independência e autonomia do idoso, estando relacionada a todas as atividades cotidianas.

A Terapia Ocupacional (TO) é uma profissão devidamente reconhecida e regulamentada, que visa prevenir, tratar e reabilitar os sujeitos, em suas condições físicas, mentais ou sociais. O Terapeuta Ocupacional identifica as áreas de disfunção e através de atividades significativas e, específicas para cada caso, auxilia para que os indivíduos alcancem seu nível máximo de função e independência, superando sua incapacidade. Sendo assim, o Terapeuta Ocupacional, utiliza-se de atividades com fins terapêuticos, fazendo uma interface entre os aspectos cognitivos, motores e sociais. Nessa perspectiva, a utilização de aplicativos e de jogos eletrônicos tem sido um recurso bastante viável nas intervenções clínicas desse profissional, principalmente com indivíduos idosos.

Os aplicativos e os jogos eletrônicos vêm sendo bastante utilizados como ferramenta para a intervenção terapêutica, com aplicações na reabilitação de pacientes com sequelas, tanto na parte cognitiva, quanto na física. O aumento no número de profissionais de saúde que utilizam os jogos eletrônicos para estimulação cognitiva em idosos tem sido crescente. Entretanto, existem poucos estudos específicos e poucas opções de jogos e aplicativos voltados especificamente para essa população em particular. Diante do exposto supracitado, observa-se a relevância do desenvolvimento de pesquisas que possibilitem melhorias nas condições de vida das pessoas idosas. Esta proposta de estudo, através de uma revisão bibliográfica, busca verificar as implicações dos jogos eletrônicos, destinados ao treino cognitivo em idosos. Espera-se que este estudo possa oferecer subsídios para novas investigações, bem como contribuir para o desenvolvimento de ações que possam intervir para a qualidade de vida das pessoas.

REVISÃO DA LITERATURA/MARCO TEÓRICO

Os problemas do envelhecimento e da incapacidade funcional do idoso, tem sido motivo de preocupação e merecem muita atenção. Sabe-se que no processo de envelhecimento normal, ocorrem alterações funcionais e estruturais no organismo, trazendo declínios em diversas áreas. Segundo Netto (2007), esses declínios podem variar em diferentes órgãos ou funções, bem como em idosos de mesma idade. Justificando a

afirmativa de que o envelhecimento é diferente, de um indivíduo para outro. Ainda segundo o mesmo autor, a definição que melhor abarca os aspectos que caracterizam o envelhecimento seria:

“... um processo dinâmico e progressivo, no qual ocorrem alterações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas. Tais mudanças determinam perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por conduzir à morte” (NETTO, 2007).

Para Yassuda (2011), as alterações cognitivas decorrentes da idade são altamente específicas, podendo ter início e progressão distintos para cada idoso. Essas mudanças podem estar associadas a fatores como a genética, gênero, raça, nível educacional, condições socioeconômicas, estado de saúde, nível intelectual global, hábitos de vida, entre outros. Ou seja, pode-se definir que o perfil cognitivo dos idosos é heterogêneo e que as habilidades cognitivas podem determinar o engajamento em atividades, assim como o envolvimento com atividades pode influenciar o desempenho cognitivo. Destaca-se que diferentes tipos de atividades físicas e mentais podem contribuir para a manutenção da cognição.

No envelhecimento cognitivo normal, observa-se um declínio nas funções como atenção, memória e funções executivas (YASSUDA e ABREU, 2011). Para Neri e Neri (2011), as funções que mais sofrem declínios e que mais impactam a vida do idoso são as relacionadas com a atenção seletiva, à fluência verbal, à nomeação de objetos, a habilidades visuoespaciais, à memória episódica e operacional, ao raciocínio abstrato, a aprendizagem de novas informações e à velocidade no processamento das informações (NERI e NERI, 2011). Porém, algumas estratégias e mudanças de comportamentos podem beneficiar os idosos, diminuindo os déficits funcionais e superando as incapacidades observadas. Do ponto de vista cognitivo, pesquisas recentes apontam que a adoção de um estilo de vida saudável, com a prática de atividades físicas e mentais, com alimentação equilibrada e envolvimento social pode favorecer a neuroproteção e levar ao envelhecimento saudável (YASSUDA, 2011). Outros estudos apontam para o treino cognitivo como importante ferramenta para melhorar ou manter o funcionamento cognitivo na velhice. As áreas mais abordadas são a memória, a velocidade do processamento da informação e o raciocínio (NERI e NERI, 2011).

Segundo Yassuda (2011):

“Estudos recentes indicaram que a estimulação cognitiva, decorrente da participação em grupos estruturados, como oficinas de treino cognitivo, ou a que decorre de atividades realizadas continuamente por idosos, como ler livros, fazer palavras cruzadas e jogos podem ter efeitos benéficos para a cognição e promover o envelhecimento cognitivo saudável, diminuindo o ritmo do declínio cognitivo normativo. Pesquisas também apontam que o envolvimento social pode trazer efeitos semelhantes” (YASSUDA, et al. 2007).

Diante disso, faz-se necessário estudos e propostas de trabalho que auxiliem os idosos a superarem essas incapacidades, utilizando dos diversos recursos disponíveis para esses fins.

COGNIÇÃO E TERAPIA OCUPACIONAL

A cognição abrange diversas funções mentais que incluem atenção, percepção, compreensão, aprendizagem, memória, resolução de problemas e raciocínio, entre outras, e que permitem que o homem compreenda e relacione-se com o mundo e seus elementos. Essas funções cognitivas são interdependentes entre si e com delimitações bem tênues (COSTA, 2003). Já memória é a capacidade de registrar e reter novas informações e acessá-las ou recuperá-las quando preciso. Essas informações são aprendidas, vividas e sentidas através dos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar). Izquierdo (2005) denomina a memória como a aprendizagem, a formação, a conservação e a evocação de informações e considera que suas classificações se dão de acordo com sua função, pelo tempo que duram e por seu conteúdo. Ainda segundo o autor, a memória é modulada pelas emoções, pelo nível de consciência e pelos estados de ânimo. Diante disso, a memorização ocorre com mais facilidade quando as pessoas se encontram em estado de alerta e com bom ânimo. Em oposição, torna-se difícil aprender ou recordar informações diante de estados depressivos, estressantes ou com baixo nível de alerta (IZQUIERDO, 2005). Para Baddeley (2011) a memória humana é tão espaçosa

quanto as memórias de um computador, porém mais flexível e menos confiável. O psicólogo ainda a define como sendo; extraordinariamente boa, porém passível de falhas.

No campo da neuropsicologia, ao longo dos anos, foram empregadas diferentes técnicas e abordagens para investigar a função cerebral, contribuindo para uma melhor compreensão do cérebro humano e os efeitos das lesões cerebrais (GRIEVE, 2010). Sistemas neurológicos deficientes ocorrem quando um indivíduo se expõe ou adquire algum dano cerebral, e perde uma ou algumas destas funções neurológicas, comprometendo o processo cognitivo. Essas pessoas incapacitadas por lesão ou doença, podem se beneficiar de um processo de reabilitação da memória, que englobam tentativas de restauração das funções perdidas e auxílio na aprendizagem com mais eficiência (WILSON, 2011). Diante disso, a Reabilitação Cognitiva se propõe a recuperar ou estimular as habilidades funcionais e cognitivas do homem, reconstruindo seus instrumentos cognitivos, durante um processo terapêutico (COSTA, 2003). Segundo Cardial (2014) no processo de Reabilitação Cognitiva o foco da intervenção se dá na melhora das funções cognitivas, por meio de treinos cognitivos, com variadas tarefas envolvendo as funções cerebrais e que podem ser feitas de diversos formatos e configurações. As funções cognitivas podem ser melhoradas ou até mesmo, remediadas. No processo de treinamento dos déficits cognitivos, a utilização de estratégias metacognitivas para fortalecer a capacidade de atenção e inibir fatores de distração, bem como, o entendimento de como funciona a memória e como usar de estratégias compensatórias, pode auxiliar no tratamento dos indivíduos (KATZ, 2014).

A Terapia Ocupacional segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO):

“É uma área do conhecimento, voltada aos estudos, à prevenção e ao tratamento de indivíduos portadores de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos e/ou de doenças adquiridas, através da sistematização e utilização da atividade humana como base de desenvolvimento de projetos terapêuticas específicos” (CAZEIRO, 2011).

Portanto, é uma profissão que utiliza-se da Reabilitação Cognitiva em seus métodos de intervenção, já que faz uma interface entre os aspectos cognitivos, motores e sociais. Considerando que a cognição tem um papel central no desempenho ocupacional dos indivíduos, o Terapeuta Ocupacional, interagindo entre os diversos conhecimentos, propõe-se a identificar as habilidades cognitivas comprometidas, que interferem nesse desempenho ocupacional, em seus diferentes contextos, seja na realização de atividades relacionadas ao trabalho, lazer e automanutenção (MURAGAKY, 2006).

No atendimento voltado ao idoso, independência, saúde, segurança e integração social são fatores primordiais para manutenção da qualidade de vida. O foco principal da TO nessa população, é promover o desempenho nas atividades de vida diária (cuidados pessoais, alimentação, banho, vestir-se, mobilidade, comunicação funcional), nas atividades instrumentais de vida diária (comprar e preparar alimentos, administrar uso de medicação, administrar finanças, sair de casa para atividades diversas), nas atividades de trabalho e produtivas (contribuição econômica para a sociedade, incluindo atividades de trabalho formal e voluntário) e nas atividades de lazer. A intervenção terapêutica ocupacional é a marcada pela utilização de exercícios e de atividades terapêuticas e em seus processos de adaptação (TIRADO et al, 2013).

Entre as técnicas utilizadas no plano terapêutico ocupacional, Muragaky (2006) sugere a estimulação cognitiva, através das diferentes modalidades de jogos. É válido ressaltar, que no

processo terapêutico, para uma utilização apropriada dos jogos é necessário que o profissional analise os mesmos, para posteriormente indicar as situações terapêuticas adequadas em consonância com as necessidades e realidade da clientela. O jogo por si só, como uma simples ocupação para entretenimento, não deve ser considerado terapêutico, pois pode-se tornar uma atividade esvaziada de significados e distante das reais necessidades dos pacientes. Em cada atividade prescrita, o Terapeuta Ocupacional planeja a melhor intervenção de acordo com cada caso, devido sua capacidade para definir objetivos e técnicas terapêuticas ocupacionais diferenciadas segundo a patologia do paciente, avaliando tanto a atividade quanto o indivíduo assistido (MURAGAKY, 2006).

JOGOS ELETRÔNICOS

Nas últimas décadas, notamos um grande avanço na área da tecnologia e seu uso se intensifica cada vez mais, em decorrência da necessidade que a própria sociedade atribui a mesma e da facilidade de acesso a esses recursos. Diante dos mais diversos avanços, a tecnologia é uma das determinantes no processo de mudança social, fazendo-se surgir uma nova sociedade, na qual os recursos tecnológicos passaram a fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas.

Os jogos estimulam a criatividade, a atenção, a concentração, a memória e a aquisição de novos conhecimentos, ao mesmo tempo em que proporcionam divertimento. O processo de aprendizagem pode ser mais interessante com o uso do jogo, já que o cérebro libera endorfina em nosso sistema, quando é exposto a alguma situação prazerosa (CABRAL, 2016).

Segundo Muragaky (2006), os jogos demandam da utilização da capacidade de planejamento e da habilidade organizacional, para que seja iniciado, continuado e atinja o objetivo final do jogo. Pode-se proporcionar a socialização, com jogos coletivos ou em dupla, estimulando a capacidade do indivíduo de se relacionar com outras pessoas, ao mesmo tempo, que pode propiciar um contato direto com seus sentimentos, como frustrações ao perder o jogo e a tentativa de solucionar seus problemas e tomar uma decisão frente a estes.

No mercado de jogos eletrônicos, existem novas formas de jogos e novas plataformas, sendo as principais: os computadores, que somam a maioria dos adeptos a tais soluções, por ser mais acessíveis e de fácil desenvolvimento, e as plataformas móveis (tablets e smartphones), que além de acessíveis e de simples manuseio, são populares e rentáveis (CABRAL, 2016). Os benefícios dos jogos computadorizados dá-se pela mobilização da atenção e do pensamento através da atividade lúdica, simulação de vivências reais que possibilitem análise e a visualização dos problemas propostos, observar erros através de postura crítica, observar experiências nos jogos e transportá-las para a realidade do cotidiano (MURAGAKY, 2006).

Acerca do uso terapêutico dos jogos, Cabral faz uma colocação importante:

“Antigamente, os jogos eletrônicos eram associados ao sedentarismo, pois os jogadores passavam muito tempo sentados e muitas vezes com postura incorreta. O surgimento de consoles que utilizam sensores de movimento para alguns tipos de jogos, por exemplo, Kinect1, mudou radicalmente o conceito de games e tornou mais interativa a relação jogador e jogo. Jogos como Wii Fit Plus do Nintendo Wii e Your Shape Fitness Evolved do X-Box 360, vieram para revolucionar o mundo dos jogos, pois unem entretenimento e o movimento humano como forma de interação. Com base nessas informações é possível estender o uso destes jogos para intervenções em diversas áreas da saúde, que já utiliza equipamentos tecnológicos para aprimorar a qualidade de suas intervenções. A fisioterapia e a terapia ocupacional são duas áreas beneficiadas neste contexto” (CABRAL, 2016).

Partindo dos pressupostos da Reabilitação Cognitiva e do treino cognitivo, há uma distinção entre os jogos eletrônicos, podendo ser classificados entre jogos de treinamento cognitivo (JTC) e jogos para o entretenimento (JDE). Os jogos de treinamento cognitivos se refere aos jogos desenvolvidos por neurocientistas para o treinamento e aprimoramento das funções cognitivas, como o jogo Lumosity ®. Já os jogos desenvolvidos para o entretenimento são desenvolvidos originalmente para o entretenimento, mas que também podem ser utilizados como ferramentas auxiliares em treinamentos específicos (CABRAL, 2016).

Diante disso, observou-se que nos últimos anos houve um aumento do número de profissionais de saúde que utilizam jogos computacionais para estimulação cognitiva e motora em idosos.

JOGOS ELETRÔNICOS E TREINO COGNITIVO NO IDOSO

Diversos estudos apontam que treinos cognitivos aliados com tecnologias, provocam mudanças positivas na memória dos indivíduos. Baddeley (2011) ainda afirma que a memória pode ser melhorada através de treinamentos específicos e que diversos estudos abordam programas e técnicas de treinamento da memória. Em paralelo, sabe-se que os jogos personalizados de computador tem demonstrado proporcionar melhoria nas habilidades cognitivas a partir de seu uso no treino cognitivo.

Na última década, investiga-se o uso de jogos eletrônicos para avaliação, prevenção e treinamento da cognição. No processo de reabilitação cognitiva, os jogos podem facilitar a identificação e análise dos déficits cognitivos e, em contrapartida, podem proporcionar momentos de prazer, proporcionando bem estar e entusiasmo para dar continuidade às outras ações e atividades cotidianas. Através da experimentação dos jogos, o indivíduo poderá ter uma melhor compreensão de sua limitação cognitiva e maior propensão de novas conexões neurais, após novas aprendizagens (MURAGAKY, 2006). Atualmente, há um grande interesse no uso de jogos eletrônicos para treino de habilidades cognitivas. Esses jogos podem atingir níveis mais complexos e apresentar atividades flexíveis, utilizando de várias habilidades cognitivas e que possam oferecer recompensas motivacionais (CARDIAL, 2014).

“Tem se tornado comum, pelo menos nos países desenvolvidos, a preocupação em manter a aptidão cerebral (*brain fitness*) em um paralelo com a aptidão física. Multiplicam-se as ofertas de *softwares* que prometem a manutenção da atividade cognitiva nos idosos. Sua convicção seria a de que a intervenção cognitiva não só melhoraria a qualidade de vida dessas pessoas, mas também poderia postergar o aparecimento de demências como a Doença de Alzheimer” (COSENZA e MALLOY-DINIZ, 2013).

Costa (2003) ressalta que hoje, o computador, dotado de meios auxiliares de interface de vídeo, áudio, animação, torna-se um instrumento fundamental no apoio a programas de reabilitação cognitiva. Com a utilização de softwares especialmente projetado para este fim, podem ser vivenciadas diversas situações do cotidiano (podendo reduzir o nível de ansiedade do paciente no trato de eventos novos), exercícios de raciocínio podem ser repetidos exaustivamente (auxiliando-o na tomada de decisões), reações emocionais podem ser estimuladas (aumentando a autoconfiança) e problemas serem propostos de maneira variada (ampliando sua capacidade de concentração e memória).

A utilização dos jogos eletrônicos pode ser estendida para contextos clínicos e para a reabilitação cognitiva, uma vez que seus benefícios na cognição, aliado ao maior engajamento e motivação dos pacientes, reforçam essa hipótese (CARDOSO, 2017). Zimmer et al. (2017) durante um estudo utilizando o tablet para treino de memória, também observaram entre os idosos, demonstrações como atenção, engajamento na realização do treino e o desejo de

melhorar o desempenho individual da memória. Um dos achados mais importantes foi que, o grupo manifestou entusiasmo na utilização da ferramenta tecnológica.

Recentemente, entre as abordagens utilizadas com idosos, destaca-se o uso de videogames na melhoria de desempenho em várias tarefas, e o mais importante, transferindo para as atividades cotidianas. A utilização dessa técnica multimodal, ou seja, que envolvem a estimulação de mais de uma habilidade cognitiva, tem demonstrado discretas melhoras em mais de uma área cognitiva (COSENZA e MALLOY-DINIZ, 2013). Porém, Cardial (2014) salienta que:

“Jogos de computadores são recursos ainda pouco estudados, mas vem mostrando na maioria dos estudos, que tem potencial terapêutico importante no desempenho das funções cognitivas para idosos com declínio cognitivo. Foi constatado que jogos personalizados de computador podem proporcionar melhoria nas habilidades cognitivas a partir do treino cognitivo, porém o objetivo dessas intervenções devem ser mostrar benefícios mais generalizados, ou seja, melhorias para mais do que uma função cognitiva específica. Por isso, é recomendado mais estudos a respeito, para que em programas de treinamento cognitivo esses benefícios sejam transferidos para além do bom desempenho em testes, mas que esses ganhos melhorem as capacidades nas atividades diárias e na qualidade de vida dos idosos” (CARDIAL, 2014).

Essas tecnologias voltadas aos programas de treinamento cognitivo e físico, desenvolvidas para prevenir ou melhorar as perdas do envelhecimento, fazem parte de um novo campo, chamado Gerontotecnologia. Um campo emergente, interdisciplinar, com pesquisas e aplicações envolvendo a tecnologia e na área da gerontologia. Para Santana (2018), esse conceito envolve o estudo científico do desenvolvimento de técnicas, produtos e serviços baseados no conhecimento do processo de envelhecimento, beneficiando a qualidade de vida dos idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O processo de Reabilitação Cognitiva exige um tempo de tratamento extenso e com a persistência das pessoas envolvidas. Como a utilização dos computadores nesta área ainda é relativamente recente, a maioria das experiências ainda não geraram resultados clínicos realmente conclusivos sobre a eficácia das estratégias e metodologias aplicadas. Neste contexto, percebe-se que dentre os diferentes distúrbios cerebrais, existe uma efetiva necessidade de ferramentas eficientes para avaliação e reabilitação, que estimulem o processo de recuperação do sistema cognitivo das pessoas atingidas. Neste

sentido, a busca de meios que possibilitem obter resultados mais positivos para a reabilitação de funções cognitivas se faz necessária (COSTA, 2003).

No entanto, esta é uma área recente de investigação, com desafios metodológicos ainda a serem superados, sendo necessárias pesquisas para a validação do uso de jogos eletrônicos como intervenção para a reabilitação da cognição. Ressalta-se a importância de pesquisas sobre o treino cognitivo aliado ao uso de jogos eletrônicos, que investiguem a correlação entre seu uso e a melhoria nas funções cognitivas nas atividades cotidianas. Faz-se necessário averiguar se, de fato, existe uma relação benéfica entre a utilização desses jogos eletrônicos e o bom desempenho dos indivíduos em suas atividades de vida diária, para que desse modo, os resultados possam nortear treinos e intervenções desenvolvidas por profissionais da saúde e da educação, que atuam junto às demandas de indivíduos com déficits cognitivos na população brasileira.

REFERÊNCIAS

- BADDELEY, A; ANDERSON, M.C.; EYSENCK, M.W. **Memória**. Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2011
- CABRAL, V. H. G., ALBUQUERQUE, B. L., MILANESI, C. V., OLIVEIRA, A. P. de, ROCHA, A. N. D. C. **Jogos Interativos para o Incentivo Cognitivo**. XV SBGames – São Paulo, SP – Brazil, September 8th - 10th, 2016 222 225
- CARDIAL, C. I. S., MENESES, K. V. P. **Jogos de computador utilizados em treino cognitivo com idosos: uma revisão bibliográfica**. Brasília – DF 2014
- CARDOSO, N. de O., LANDENBERGER, T., ARGIMON, I. I. de L. **Jogos Eletrônicos como Instrumentos de Intervenção no Declínio Cognitivo – Uma Revisão Sistemática**. Revista de Psicologia da IMED, 2017, v. 9, n. 1
- COSTA, R. M. E. M., CARVALHO, L. A. V. & ARAGON, D. F. **Novas Tecnologias Computacionais na Reabilitação Cognitiva**. 3er. Simposio Argentino de Informática y Salud – SADIO, p. 107-115. 2003
- COUSSINOX, S. et al. **Você tem boa memória? Testes e exercícios para desenvolver a capacidade de memorização**. Campinas, SP: Ed. Verus, 2009.
- GRIEVE, J. & GNANASEKARAN, L. **Neuropsicologia para Terapeutas Ocupacionais: Cognição no desempenho ocupacional**. 3. ed. São Paulo, SP: Ed. Santos, 2010
- IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2002.
- KATZ, N. **Neurociência, Reabilitação Cognitiva E Modelos De Intervenção Em Terapia Ocupacional**. 3. ed. São Paulo, SP: Ed. Santos, 2014.
- MURAGAKI, C.S., OKAMOTO, K. H., FURLAN, L., TOLDRÁ, R. C. **A Utilização De Jogos Pela Terapia Ocupacional: Contribuição Para A Reabilitação Cognitiva**. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, p. 2524-2527. 2006
- NERI, A.L; NERI, M.L. **Envelhecimento Cognitivo**. In: Tratado de Geriatria. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
- NETTO, M.P. **Processo de envelhecimento e longevidade**. In: NETTO, M.P. Tratado de Gerontologia. 2 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.
- SANTANA, C. S. **Gerontotecnologia: Desafios e oportunidades do envelhecimento para os terapeutas ocupacionais**. In: BERNARDO, Lilian D., RAYMUNDO, Taiuani Marquine. Terapia Ocupacional e gerontologia: Interlocações práticas. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018.
- TIRADO, M. G. A. et al. **Terapia Ocupacional em Gerontologia**. In: PY, Ligia e FREITAS, Elizabete Viana de. In: Tratado de Geriatria. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
- WILSON, B. A. **Reabilitação Da Memória: Integrando Teoria E Prática**. Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2011.
- YASSUDA, M. S.; ABREU, V. P. S. **Avaliação cognitiva do idoso**. In: FREITAS, E. V.; PY, L.; CANÇADO, F. A. X.; GORZONI, M. L.; DOLL, J. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

YASSUDA, M. S. et. Al. **Memória e envelhecimento: aspectos cognitivos e biológicos.** In: FREITAS, E. V.; PY, L.; CANÇADO, F. A. X.; GORZONI, M. L.;

DOLL, J. *Tratado de geriatria e gerontologia.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ZIMMER, M.; BERTOLETTI De Marchi, A. C.; COLUSSI, E. L. **Treino de memória em idosos: o tablet como ferramenta de intervenção** In: Revista Psicologia, Saúde e Doenças, vol. 18, núm. 2, 2017, pp. 360-373 Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde Lisboa, Portugal.

GT: 12 - Língua e discurso: aproximações interdisciplinares

Coordenadores: Eliana Crispim França Luguetti e
Ana Lucia Lima da Costa

MEMÓRIA E IDEOLOGIA EM HANNAH ARENDT

André Luis de Souza Alvarenga
PPGMS/UNIRIO
prof.andre1305@gmail.com

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objetivo examinar o pensamento da filósofa judia Hannah Arendt e seu uso político da Memória Social. Parece-nos que a filósofa judia exalta uma política autossustentável e deixa de lado os processos ontológicos da realidade. Esse trabalho é parte da pesquisa realizada no PPGMS denominada *O uso político da memória em Hannah Arendt* e apresentada no Seminário Internacional *J. Chasin: 200 anos de Marx*.

ABSTRACT:

This research aims to examine the thinking of the Jewish philosopher Hannah Arendt and her political use of Social Memory. It seems to us that the Jewish philosopher exalts a self-sustaining politics and sets aside the ontological processes of reality. This work is part of the research carried out in the PPGMS called *The Political Use of Memory in Hannah Arendt* and presented at the International Seminar *J. Chasin: 200 years of Marx*.

A PROBLEMÁTICA DO OBJETO

Hannah Arendt (1906-1975) foi uma pensadora política da cultura de Weimar, daquilo que ela denominou como tempos sombrios. Ganhou notoriedade, ao lado de Raymond Aron (1905-1983) e Ayn Rand (1905-1982), pelo seu diagnóstico pioneiro no liberalismo sobre o conceito de totalitarismo. Também esteve próxima intelectualmente dos pensamentos de Jacob Talmon (1916-1980) e Friedrich Hayek (1899-1992). Hannah Arendt fora discípula dos filósofos Martin Heidegger (1889-1976) e Karl Jaspers (1883-1969), pelos quais manteve um respeito sólido até o fim de sua vida. A filósofa também foi financiada pelo Congresso pela Liberdade Cultural, projeto arquitetado pela Agência Central de Inteligência dos EUA entre os anos de 1950 e 1967. Neste período, houve uma série de investimentos dos EUA camuflados pela Agência que iam ao encontro dos interesses de grande parte dos intelectuais da época, mesmo que desconhecêssem o real objetivo, para travar uma Guerra Fria ideológica. Essa batalha produzida em meados do século XX pela mente dos homens acumulou um vasto arsenal de armas ideológicas: desde revistas e bolsas de pesquisa até simpósios e prêmios. Temos como fontes selecionadas para análise as obras políticas publicadas pela autora durante esse período: *Origens do totalitarismo* (1951); *A condição humana* (1961); *Entre o passado e o futuro* (1963); e *Sobre a revolução* (1968). Excluem-se, portanto, deste recorte as obras biográficas e jornalísticas da autora: a biografia de Rahel Varnhagen (1957) e o relato polêmico sobre o julgamento de Adolf Eichmann (1963). É importante lembrar também que Hannah Arendt é lembrada pelos seus críticos como uma adepta do revisionismo histórico-liberal.

É certo que um passado desvendado é indispensável para o uso adequado de sua memória no presente. Apenas com um passado elucidado é possível a tomada de importantes caminhos para o gênero humano. A obra da filósofa Hannah Arendt favorece o enquadramento de uma memória e de um referencial de mundo específico - o referencial liberal de mundo.

Esse enquadramento promove a clivagem entre o dizível e o indizível e exhibe uma memória organizada que a perspectiva liberal de mundo deseja passar e impor. Admitir essa clivagem se faz fundamental para que um passado fuja dessa montagem ideológico-liberal. Reconhecendo a montagem ideológico-liberal de um passado, é possível revelar o nebuloso labirinto de sua intencionalidade. Esses indicativos nos ajudam a refletir se Hannah Arendt realiza um relato discutível a respeito do passado durante o período em que foi financiada indiretamente pela Agência Central de Inteligência dos EUA. É dado também de que o fato histórico é inalterável e seu uso empreendido em formas manipulatórias é desonesto e condenado ao fracasso. Infere-se que o pensamento filosófico de Hannah Arendt contribui para um abuso da memória no que diz respeito aos acontecimentos políticos do passado. Logo, torna-se uma incumbência ético-científica do pesquisador comprometido com fato histórico verificar o uso político do pensamento filosófico de Hannah Arendt da memória. É importante perceber como o pensamento filosófico de Hannah Arendt pode ir ao encontro de um uso abusivo e manipulatório da memória. Isso posto, um breve apanhado do pensamento filosófico de Hannah Arendt se faz necessário.

Hannah Arendt viveu parte significativa do século XX. Seu conjunto de experiências é ambíguo: presença o credo pelo ideal de progresso e sua ruína na própria realidade. Citamos alguns fatos importantes para a filósofa que contribuíram para essa tragédia humana: o Holocausto e a bomba atômica. Hannah Arendt nasceu no ano de 1906 e participou, ao longo de sua infância e de sua adolescência, de inúmeros encontros de profissionais liberais de origem judaica. Escapou do nazismo para a França no ano de 1933. Lá manteve uma amizade sólida com o também filósofo Walter Benjamin (1892-1940). Posteriormente, instalou-se, definitivamente, nos EUA, em 1951. Tornou-se professora universitária nos anos posteriores, em Nova York. Ficou reconhecida pelo seu polêmico relato do julgamento do líder nazista Adolf Eichmann (1906-1962), em 1960. Faleceu no ano de 1975. Os escritos de Hannah Arendt constituem um testemunho importante dos principais eventos do conturbado século XX. Acreditava que havia sido enviada ao mundo para intervir nele com o seu dom do pensamento.

O ano de 1943 foi decisivo no caminhar intelectual e pessoal da filósofa. O choque que viveu ao tomar conhecimento dos campos de extermínio nazistas naquele ano constituiu o ponto de partida de toda a sua obra e de seu ulterior reconhecimento. Sua obra, que fora escrita nos anos subsequentes de sua perturbadora descoberta representou, de acordo com a própria autora, a única saída viável para lidar com essa experiência traumática. Afirmava que a ausência de uma análise dos crimes contra a humanidade praticados pelo totalitarismo impossibilitaria o reencontro com o mundo como uma morada habitável para a humanidade. Para a filósofa, a vida seria mais insuportável se o pensamento ignorasse um peso e um significado a esse acontecimento político inédito até o momento. O reencontro com o mundo possui um sentido inovador para a pensadora: o de um reinício. Apesar disso, a pensadora recebeu inúmeras críticas que apontavam um viés pessoal em seus escritos. Em resposta, Hannah Arendt voltava a afirmar que a brutalidade dos regimes totalitários desafiava os costumes tradicionais, por conta sua política industrial da morte, e deveria ser compreendida acima de tudo.

Hannah Arendt também escreveu sua obra com o intuito de desconstruir os preconceitos vigentes da época a respeito da política. Em meados dos anos de 1950, existia uma perspectiva negativa sobre a política. Negatividade que, segundo a autora, fora causada pela tragédia humana que fora citada acima. Afinal, vivia-se o ressentimento dos males causados pela Segunda Guerra e o medo pelo fim da humanidade com a disputa pela hegemonia global durante a Guerra Fria entre Estados Unidos e URSS. A pensadora afirmava que na época, acreditava-se que os males causados por esses acontecimentos históricos recentes eram resultado de um excesso de política. Esse aumento teria suprimido todos os outros âmbitos

da vida dos homens – sobretudo o abrigo privado. Hannah Arendt acreditava o contrário: de que a política havia sido esquecida. Defendia também em seus escritos uma política como um princípio contrário à moral religiosa ou à técnica. Portanto, de acordo com a pensadora, a perspectiva a respeito da política deveria ser debatida e colocada em exame. Deste modo sua obra foi construída. Em suas obras, a pensadora lamenta a perda da experiência humana pelo avanço da técnica e da moral na política. Essa perda da experiência humana teria feito dos homens genuínos feixes de encargos orgânico-fisiológicos, sem a capacidade de um julgamento adequado da realidade. Esse fenômeno teria sido o resultado da chegada do totalitarismo ao poder na Europa no início do século XX.

Examinamos o relato histórico do pensamento filosófico de Hannah Arendt que se inicia na pólis grega, passando pela autoridade santificada sustentada pelo fio condutor tradicional e seu esgotamento e sua ruptura na passagem do século XIX ao século XX. Esse rompimento teria sido o declínio efetivo da dignidade da política – originária da pólis grega. Para a filósofa, a pólis grega abrigava a pluralidade humana, onde o local entre os homens, libertos de suas necessidades primitivas da privacidade, possibilitava o exercício da liberdade política. Neste sentido, a natureza dialógica do agonismo da pólis grega incentivava o encontro dos diferentes e valorizava o aspecto inventivo dos homens e milagroso da história. Aspecto criativo que fora esquecido e substituído no declínio de Roma pelo surgimento da autoridade daquilo que a autora chamou de absoluto: um modelo político meramente contemplativo capaz de orientar os homens dentro da lógica do comando e da obediência. Referência que se esgota na passagem para a Era Moderna e impulsiona os indivíduos a buscarem outro amparo cognitivo. Em sua obra, Hannah Arendt mostra que esse esgotamento fora realçado pela tragédia das experiências revolucionárias – sobretudo a francesa e, posteriormente, a soviética – que, ao tentarem o restauro nos moldes da santidade romana, teriam contagiado a latente dignidade da política com o autoritarismo do mundo privativo. Neste sentido, a síntese da privatividade e da publicidade teria legado ao século XX o gerenciamento das necessidades de indivíduos solitários. Indivíduos solitários que estariam comprimidos uns contra os outros e que encontraram um refúgio no surto totalitário europeu. O consentimento e a novidade política dos movimentos totalitários teriam aberto, definitivamente, a lacuna entre o passado e o futuro. Essa lacuna significa a quebra do elo hermenêutico a respeito do passado e do futuro, que tem como seu ponto de partida o presente. Elo que, para Hannah Arendt, se realiza pela memória da atividade política. Afinal, essa lacuna, ao suplantando a capacidade do julgamento humano no presente, teria concretizado a categoria do absoluto nas indústrias da morte dos campos de extermínio. Como apontado nas obras da filósofa, o pensamento totalitário que comandava os campos outorgava uma Lei da Natureza e uma imobilidade da história. Essa imobilidade histórica reduzia qualitativamente a dignidade da política em um aparato mecanizado. Esse fenômeno fora denominado pela filósofa de banalidade do mal, como atestado em seu relato polêmico do julgamento de Adolf Eichmann. A proposta de toda a obra de Hannah Arendt é: compreender politicamente a própria lacuna cognitiva deixada pela novidade do campo de extermínio, como uma tentativa vigorosa de reencontro com o mundo e com a dignidade da política na contemporaneidade. A pergunta que nos move é: que praticidade Hannah Arendt exalta no uso político da memória em suas obras? Parece-nos que a filósofa judia exalta uma política autossustentável e deixa de lado os processos ontológicos da realidade. Esse real fragmentado proposto em suas obras possibilita um abuso da memória e uma afronta aos processos revolucionários.

Em um período histórico assombrado pela falência do pensamento científico que abriu fila para uma série de análises histórico-tautológicas, Hannah Arendt ignora a lógica produtiva do capital e sua objetividade imposta ao homem. Seu pensamento filosófico admite que sua

análise produza uma racionalidade autossustentável – uma teoria antecipada aos fatos – que isola a demanda gnosiológica sustentada pelo seu fundo histórico produzido objetivamente. Desconsiderando essa ontologia do real – o real se reproduzindo em sua complexidade – os princípios liberais proclamados pela filósofa busca na talassocracia-escravista do Estado ateniense um suposto germen de um projeto civilizatório ocidental que valoriza as categorias políticas em face ao trabalho – categoria considerada primitiva pelos gregos. É natural que a pensadora tenha interesse na busca pelo ideal político grego que valorizava a liberdade política que combate o ardid do trabalho – este último que teria sido trazido à tona na Era Moderna pelos elementos totalitários do marxismo. Essa volta cognitiva à contingência histórico-política da pólis grega demonstra uma proximidade da filósofa com o princípio teleológico weberiano de um modelo societal liberal. Esse modelo entende a realidade em sua superfície e nega toda a espécie de coerência e objetividade histórica, apontadas como politicamente arbitrárias pela filósofa.

O pensamento filosófico de Hannah Arendt possibilita uma análise positiva da política e faz uso do conceito de totalitarismo – considerado tudo aquilo contrário ao indivíduo autossuficiente do liberalismo. Temos as etapas de seu argumento: 1) A análise politicista que equipara o desenlace da via prussiana do capital e o socialismo do tipo soviético. 2) A culpa ao marxismo e ao processo revolucionário de 1917. Supostamente ambos teriam encontrado a referência para seus delírios ideológicos no processo revolucionário francês. 3) O obscurecimento de toda espécie de violência promovida pelo liberalismo ao longo da história, deixando intocado o processo revolucionário americano e sua peculiar história imperialista. 4) A apologia das supostas raízes civilizatórias do liberalismo na pólis grega.

No pensamento filosófico de Hannah Arendt, a política busca historicamente o seu pleno funcionamento contra os obstáculos do trabalho. Seu pensamento mostra-se anacrônico quando oblitera as especificidades e objetividades históricas com os seus tipos ideais analíticos de feitiço demiúrgico. Assim, decanta justamente aquilo que deseja fazer frente em suas obras: o fim teleológico e os elementos totalitários da história. Essas características se expressam nos elogios da filósofa à contingência histórico-política presa a um mundo místico. Seu pensamento filosófico presume a falta de controle produtivo do gênero humano da história: como se o homem vivesse isolado em um agonismo e ausente de uma exigência objetiva. Esta última – vale ressaltar – de origem divina como donativo ao homem e – portanto – inquestionável. Em vista disso, sua filosofia impede a tomada de uma consciência humana quanto ao sobrepujamento da realidade objetiva, reduzindo a produtividade social genérico-humana a um subjetivismo apologeta ao capital que abomina tudo aquilo que se aproxima do fundamento revolucionário do trabalho.

Colocando-se em um turvo ventre hipotético e axiologicamente neutro, a filósofa sugere uma saída do totalitarismo mediante um reencontro com o passado ao contrário de uma ultrapassagem por meio do controle humano-produtivo do presente. Em outras palavras, seu racionalismo torna-se antípoda da historicidade, pois desconsidera a análise ontológica do real; um exame aprofundado da realidade, fruto do fetichismo ideológico-liberal do qual faz parte. Hannah Arendt louva o negacionismo histórico-liberal por meio de um imperialismo legitimado frente às atrocidades revolucionárias fora da roupagem do mercado. Acreditamos que um intenso acerto de contas pessoal e acadêmico com o pensamento político de Hannah Arendt – e com os fatos históricos – se faz urgente no embate franco e científico com outros autores consagrados na academia.

Calcada em seu objetivo principal, a pesquisa busca: 1) Evidenciar o viés liberal do uso político do pensamento filosófico de Hannah Arendt da memória; 2) Demonstrar a insuficiência no

entendimento da categoria do trabalho em sua obra que, por sua vez, proporciona a ausência de uma análise objetiva da realidade. Entende-se que um reexame de literatura embasada no procedimento analítico proposto a seguir é fundamental para que os objetivos da pesquisa sejam atingidos. Também foram postos em debate alguns pontos controversos já apontados pelos os inúmeros críticos da autora.

PROCEDIMENTO ANALÍTICO

Com a problemática do objeto exposta, torna-se imprescindível o exame pelo interior da própria perspectiva filosófica de Hannah Arendt. Afinal, sem o exame interno do próprio objeto sua face ôntica seria comprovadamente vazia, resultando em mais uma análise hermenêutica de busca interpretativa que vigora na academia. Contrariando as tendências hermenêuticas atuais, o intento investigativo por meio da análise imanente ou crítica ontológica busca manter a integridade do objeto, respeitando sua lógica interna e sua complexa estrutura. Em outras palavras, a crítica ontológica procura o respeito ao aspecto histórico do objeto. A análise imanente procura despertar a consciência científica para uma leitura de um objeto que é real, captando a concretividade que lhe é própria. Tal análise, ao pensar o aspecto histórico e a estrutura complexa de um objeto, descarta todo tipo de perspectiva especulativa, adotando em exame a própria matéria pensada. A análise imanente, desta forma, descarta como ponto de partida um crivo metodológico pré-disposto, como têm, por exemplo, as teorias que buscam encaixar o objeto em tipos ideais previamente estabelecidos. A perspectiva da análise imanente é oposta a uma lacuna analítica, mas vai ao encontro de um exame que respostas científicas às perguntas científicas realizadas.

É importante tecer algumas palavras sobre a análise imanente, uma vez que servirá de procedimento analítico da pesquisa. As palavras a seguir buscam dar conta, sinteticamente, do procedimento analítico marxiano – procedimento que pensamos ser o mais apropriado para o exame do objeto – através das descobertas do filósofo brasileiro José Chasin (1931-1998) expostas em sua obra *Marx: estatuto ontológico a resolução metodológica* (2009). Antes disso, é importante dizer que a teoria marxiana tem sido, muitas vezes, realizada pelo acoplamento de aportes teóricos exógenos ao universo filosófico da categoria revolucionária do trabalho – que pode ser percebido desde as obras de Friedrich Engels (1820-1895) até os mais recentes autores acadêmicos. Para a redescoberta da ontologia de Karl Marx (1818-1883), José Chasin (2009) buscou verificar, por meio dos mesmos mecanismos utilizados por Karl Marx em suas análises, aquilo que deles emanava.

José Chasin (2009) percebeu em Karl Marx uma superação das três teorias que supostamente lhe deram origem (a tríplice amálgama apontada por Karl Kautsky (1854-1938) e Vladimir Lênin (1870-1994)), gerando um universo completamente distinto e original até hoje. Essa originalidade feita por Karl Marx fora realizada por meio da análise imanente ou crítica ontológica da filosofia tradicional. Significa que Karl Marx submeteu as análises tradicionais a uma subsunção ativa, examinando sua própria imanência dentro do seu período historicamente produzido e dado. Uma vez realizada a análise do conjunto da obra marxiana por José Chasin (2009), constata-se que é pela análise imanente que Karl Marx empreende seu exame científico da realidade. Jamais abandonada por Karl Marx, essa perspectiva demarca sua guinada para o amadurecimento de sua filosofia em *O Capital* (1867), entrando em choque com todos os demais sistemas filosóficos pensados até hoje. A análise imanente persegue incessantemente o vínculo íntimo entre o objeto e suas redes – as reais e as ideais nos quadros temporais aos quais o objeto pertence. Karl Marx exige a tomada imanente ou ontológica do objeto examinado, respeitando sua integridade, buscando, “[...] até mesmo em seu desmascaramento [...] desvendar o rosto de suas finalidades” (CHASIN, 2009).

O abandono de um modelo de análise pré-estabelecido em Karl Marx implica dizer que inexistem regras de método na teoria marxiana – é a própria constante análise do real. Pensar uma análise preliminar é conceber uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas. Essa ausência de método tradicional demonstra uma metamorfose que a categoria da ontologia tem com Karl Marx, no qual se é possível compreender quadros principais – ainda de acordo com José Chasin (2009): 1) o apoio ontoprático do conhecimento; 2) a objetividade social do pensamento e a historicidade do objeto; 3) a teoria das abstrações; 4) a lógica da concreção. Esses quadros apreendidos por José Chasin (2009) seguem expostos abaixo.

O exame conduz à perspectiva de que, em Karl Marx, o plano gnosiológico é secundário, só ocupando lugar depois de o objeto e o sujeito já terem sido tematizados ontologicamente. José Chasin (2009) – através de Karl Marx – apresenta o problema objetivo da filosofia e das tendências atuais: o falso problema que antecede a realidade. Ao inverso das abordagens gnosiológicas, o exame ontológico fundamenta também as teorias do conhecimento, obviamente, não separando-as do complexo real que pertencem. Em miúdos, eis o apoio ontoprático do conhecimento. Todo o pressuposto gnosiológico tem, em Karl Marx, uma resposta ontológica. Afinal, é a vida que determina a consciência. As teorias que partem do gnosiológico desfiguram o objeto em análise: “a possibilidade do conhecimento é inteiramente descaracterizada [...] não é mais indagado se o homem é capaz de conhecer, mas se um logos desencarnado [...] sem vínculos, tem essa faculdade» (CHASIN, 2009).

Em Karl Marx, a atividade ideal está intrinsecamente conectada à atividade histórico-social. De tal maneira que toda teoria é predicada do homem, inclusive pelos materiais empregados na feitura do conhecimento. Essa é a determinação social do pensamento. Afinal, todo pensamento depende da atividade humana condicionada historicamente. Um problema só pode ser resolvido pelo homem se colocado concretamente. Por isso, o caráter gnosiológico jamais antecede o ontológico. O objeto é concretamente posto no complexo humano sob os esteios da ontologia histórico-imanente constituída em Karl Marx e revelada pioneiramente por José Chasin (2009), ficando distante de qualquer artificialismo escolástico.

Nas estruturas cognitivas, o objeto é trabalhado por pensamentos razoáveis. O pensamento articulado nas teorias processa cada conceito separadamente, mostrando um quadro caótico da realidade que, posteriormente, atinge um abstrato mais bem recortado e dotado de uma lógica que corresponda à própria realidade em análise. Isso leva do pensamento do concreto ao concreto pensado. O complexo teórico marxiano é, grosso modo, seu método científico que suplanta toda espécie de filosofia especulativa por meio da ciência do concreto. Essa tomada da realidade concreta pela análise imanente ou ontológica é – importante lembrar – diferente e distante do reducionismo empirista.

O exemplo mais tangível da analítica das coisas, ou seja, do resgate da lógica específica do objeto historicamente dado, pode ser percebido em *O Capital* (1867). Em sua obra, Karl Marx toma o objeto da mercadoria para expor a lógica do capital minuciosamente. Karl Marx preservou a integridade do próprio objeto historicamente dado, por respeito radical à sua estrutura e lógica internas. Essa perspectiva analítica de Karl Marx opera sem as circularidades tautológicas que vigoram na academia – sobretudo no pensamento de Hannah Arendt. Todo o aporte reflexivo marxiano é emanado da lógica própria do objeto, reproduzido em sua gênese historicamente engendrada e desenvolvida: motivo pelo qual a dialética só é passível de descobrimento – jamais de aplicabilidade. Em outras palavras, ausentes de conduto ideal extrassubjetivo, “[...] o ponto de partida do conhecimento só pode ser o próprio objeto” (CHASIN, 2009).

Finalizando a mostra deste procedimento analítico, nomeado de análise imanente ou crítica ontológica, é importante perceber que acoplar universos exógenos à filosofia marxiana acaba

solapando a ontologia e a radicalidade de seu pensamento. Posto isso, é fundamental refutar qualquer espécie de pluralismo que se proponha a reelaborar ou repensar supostos pontos débeis em Karl Marx, como se o mesmo objeto ou a realidade a ser examinada necessitasse de perspectivas múltiplas e parciais, justapostas em uma síntese ou leitura de conjunto. Tais perspectivas conjecturam que diferentes análises possuam valor cognitivo parecidos. Em última instância, proclamam a existência de várias verdades. Por fim, esse ecletismo presta ajuda ao mirabolante obscurantismo de que a verdade objetiva inexistente ou é inapreensível – antecipando o gnosiológico ao ontológico. Com José Chasin (2009) redescobrimo Karl Marx, percebemos que todo objeto tem um início ontológico.

E, assim sendo, os capítulos iniciais desta pesquisa apresentam os principais eixos temáticos abordados por Hannah Arendt: 1) o totalitarismo; 2) a dignidade da política. A ordem adotada justifica-se na medida em que: 1) o totalitarismo fora o ponto de partida para o pensamento filosófico de Hannah Arendt; 2) a peleja histórica entre a política e o trabalho modulou o caminho para a chegada dos regimes ditos como totalitários no início do século XX para a pensadora.

Os capítulos se mostram divididos em: 1) os eventos históricos apresentados por Hannah Arendt; 2) os questionamentos dos conceitos adotados pela autora para explicá-los. Na partes históricas, analisamos os eventos elucidados pelos dados objetivos oferecidos pela pensadora. Nas partes conceituais, questionamos os conceitos explicativos adotadas pela filósofa. Em seguida, apresentamos um capítulo que debate a radicalidade do pensamento filosófico de Hannah Arendt. Tal capítulo é trabalhado com maior rigidez e aprofundamento. Está dividido da seguinte maneira: 1) ontologia; 2) teleologia; 3) memória.

Paralelamente aos capítulos, e como demanda da análise imanente ou crítica ontológica adotada, tecemos os contrapontos de autores importantes da academia que julgamos necessários para investigar os dados objetivos oferecidos pela autora em seus escritos supracitados. Citamos alguns autores utilizados: Chasin (1987), Marx (2017), Mazzeo (2009), Mészáros (2002), Losurdo (2017), Lukács (1959/2010), Levy (2014), Todorov (2000), Zizek (2013). É fundamental o vínculo tradicional entre os capítulos para que o leitor se aproprie de nosso argumento sem fazer uso de algum elemento exógeno à análise e ao objeto. Procuramos expor de maneira clara e sucinta aquilo que nos indaga e nos custa sobre o objeto estudado e de seu uso político da memória. Esperamos que o trabalho possa servir ao desenvolvimento científico na busca por uma realidade histórica que supere a lógica produtiva do capital e por uma alternativa prática ao trabalho, que se encontram obnubiladas pelas tendências acadêmicas atuais.

REFERÊNCIAS

- ADLER, L. *Nos passos de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ARENDT, H. *A condição humana* [1958]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. *Entre o passado e o futuro* [1961]. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- _____. *Origens do totalitarismo* [1951]. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Sobre a revolução* [1963]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHASIN, J. *Cadernos Ensaio – Marx Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. *Ensaio Ad Hominem – Tomo III – Política*. São Paulo: Ensaio, 2000.

- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DOSSE, F. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- HILBERG, R. *Pratiques suspectes*. In: _____. *La politique de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1996.
- MARX, K. *O capital*. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAZZEO, A. C. *O voo de Minerva*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LEVY, S. D. *Holocausto: vivência e retransmissão*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LOSURDO, D. *Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- POLLAK, M. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, 1989.
- SAUNDERS, F. S. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- WOOD, E. M. *Democracia versus capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ZIZEK, S. *Alguém disse totalitarismo?* São Paulo: Boitempo, 2013.

ENTRE A INAPARÊNCIA E O JOGO: MEMÓRIA, HISTÓRIA, LEITURA

BRUNA CAROLINA DOMINGUES DOS SANTOS CARVALHO

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação
em Memória Social da Unirio (PPGMS/Unirio)
brunacarolinadomingues@gmail.com*

RESUMO

A edificação de uma história oficial, baseada em uma cronologia progressiva, condicionou a leitura a um exercício sequencial e linear. O objetivo deste artigo é subverter tal entendimento, ao compreender a leitura não como uma ordenação passiva em relação à escritura, mas sim tocá-la em sua dimensão ativa. Um leitor como aquele que recupera a proposição contida na etimologia de *ler* (do latim, *legere*) e, por isso, diante dos livros, colhe vocábulos e citações, abandona e retoma os exemplares, rearma e reativa uma leitura no encontro com outras, em um jogo de montagem. Produz, assim, sentidos e reposiciona politicamente as narrativas sobre o passado. Para esta reflexão, lanço mão da arquivologia, conceito do crítico Raúl Antelo: aproximo dados díspares, de domínios afastados para, no choque entre eles, fazer advir memórias inaparentes. Dispara este estudo o gesto de leitura do cineasta Glauber Rocha: a montagem de uma biblioteca telúrica e infinita.

Palavras-chave: Leitura. Arquivologia. Memórias inaparentes. Gesto. Livro

ABSTRACT

The construction of an official history, based on a progressive chronology, conditioned the exercise of reading to a sequential linearity. The purpose of this article is to subvert that approach and understand reading not as a passive ordination (while writing is the active one), but rather to touch its active dimension: take the reader as the one who recovers the proposition contained in the etymology of *ler* - to read, in portuguese (from latin, *legere*), therefore, through books, collects words and quotations, abandons and retakes his volumes, reactivates his reading as a *montage* game. This reader creates meanings and repositions politically narratives about past. In order to reach this goal, will be fundamental the concept of *archifilología*, theorized by Raúl Antelo: approach different datas, from remote domains, and confront them to bring inapparent memories to light. The starting point of this study is the filmmaker Glauber Rocha's gesture of reading, which sets up an infinite and telluric library.

Key-words: Reading. Archifilología. Inapparent memories. Gesture. Book

ENTRE A INAPARÊNCIA E O JOGO: HISTÓRIA, MEMÓRIA, LEITURA

*Pinochet, que prohibió Don Quijote porque pensó que incitaba a la desobediencia civil, fue el lector ideal de ese libro.*¹

Alberto Manguel

Em entrevista a João Carlos Teixeira Gomes², a cubana Maria Tereza Sopena percorreu sua relação amorosa com Glauber Rocha³ e o período em que viveram juntos em um quarto no hotel Habana Libre, em Cuba, durante o exílio do cineasta. Tereza lembra que seu companheiro, em uma tentativa de aplacar a dor do afastamento de sua terra natal, subjugada, naquele momento, a uma ditadura civil-militar, lia muitos livros, jornais e revistas sobre o Brasil. A obsessão de Glauber pelo país atingia o ápice neste ano, 1972, quando junto ao militante e também exilado Marcos Medeiros, ele se preparava para montar a sua versão de uma *História do Brasil*⁴ para o cinema. Segundo Gomes, “Tereza se impressionava com a disciplina pessoal de Glauber em seus estudos e a maneira especial de ler: deixava livros abertos no chão para dinamizar a consulta e revelava uma ‘fantástica memória’ quando queria voltar aos trechos selecionados” (GOMES, 1997, p. 231-232).

Parto desta cena descrita por Sopena – Glauber Rocha exercitando a leitura de vários livros ao mesmo tempo, todos abertos no chão – para pensar não no produto de seu estudo, no caso, o filme ensaístico *História do Brasil*, mas para disparar uma reflexão acerca do próprio gesto de ler. Compreendo o gesto tal qual o definiu o filósofo italiano Giorgio Agamben em vários de seus escritos⁵: não está circunscrito à esfera da *praxis* nem da *poiesis* aristotélicas: não se trata nem do agir, cujo fim está em si mesmo; nem do fazer, cujo fim é de si externo. O gesto se afasta da dicotomia entre meio e fim, e se instaura na própria medialidade; em um ato de expressão, o gesto é a centelha que sobrevive inexpressa.

A biblioteca telúrica e horizontal de Glauber justapõe e sobrepõe, abertos, livros de autores diversos, provenientes de tempos e lugares distintos. Ao perscrutar com os olhos sua desordem anacrônica, vai convocando ensaístas, poetas, romancistas que se acumulariam àqueles que carregava consigo em sua “fantástica memória” para produzir, assim, uma leitura. Os trechos selecionados de um exemplar esbarram naqueles do disposto ao lado, abaixo ou acima, e, nesta mixórdia de fragmentos, neste *patchwork* de conteúdos díspares, tem-se a confecção de um sentido outro, que escaparia a uma leitura dos livros realizada isoladamente.

Sobrevive no leitor Glauber Rocha os traços do cineasta: ele forja, ainda que no chão, uma mesa de montagem com seus livros: seleciona e corta aquilo que julgava relevante dos trechos enquadrados de suas páginas, rearranja-os em outra ordem, constrói um pensamento que não se dá em um ou em outro livro, mas entre eles. Glauber opera com os exemplares um processo dialético próximo àquele que Sergei Eisenstein reivindicava para a sua cinematografia. O cineasta e crítico soviético, que exerceu profunda influência em Glauber, especialmente em

1 “Pinochet, que proibiu *Dom Quixote* porque incitava à desobediência civil, foi o leitor ideal deste livro” (Tradução livre).

2 Essa entrevista se encontra na biografia escrita pelo amigo e jornalista de Glauber Rocha João Carlos Teixeira Gomes intitulada *Glauber Rocha – esse vulcão*, publicada em 1997 pela editora Nova Fronteira.

3 Glauber Rocha (1939-1981), cineasta brasileiro, diretor de curtas e longas-metragens, com destaque para *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em Transe* (1967), *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969), e *A idade da terra* (1980).

4 Filme ensaio cuja direção é assinada por Glauber Rocha e por Marcos Medeiros. Produzido em Cuba e finalizado em 1974 na Itália, *História do Brasil* é composto por uma colagem de imagens de arquivos, fotos, trechos de outros filmes. Acompanha-o uma narração em *over* do que seria uma história de inspiração marxista do Brasil, desde a chegada dos portugueses na Bahia, em 1500, até o presente em que os diretores estão instalados: os mais agudos e autoritários anos da ditadura militar.

5 Refiro-me aqui, especialmente, aos artigos *Notas sobre o gesto*, incluído no livro *Meios sem fim: notas sobre a política*, publicado em 2015 pela editora Autêntica, com tradução de Davi Pessoa Carneiro; e *O autor como gesto*, publicado no livro *Profanações*, publicado em 2007 pela editora Boitempo, com tradução de Selvino J. Assmann.

seus primeiros filmes, dissecou o problema da montagem em seus ensaios e artigos⁶. Para Eisenstein, a cinematografia era, em primeiro lugar e antes de tudo, montagem. Dado seu grau de importância, o processo não poderia ser compreendido como uma mera justaposição de planos com o fim de reproduzir uma coerência fornecida externamente (pelo roteiro, por exemplo). O sentido da montagem, logo, do filme, deveria advir do próprio embate entre os fragmentos. Em *Fora de quadro*, artigo escrito em 1929 e publicado pela primeira vez na revista francesa *Transitions* no ano seguinte, escreve Eisenstein:

O plano não é um elemento da montagem. O plano é uma *célula* da montagem. Exatamente como as células, em sua divisão, formam um fenômeno de outra ordem, que é o organismo ou embrião, do mesmo modo no outro lado da transição dialética de um plano há a montagem. O que então caracteriza a montagem e, conseqüentemente, sua célula – o plano? A colisão. O conflito de duas peças em oposição entre si. O conflito. A colisão. (EISENSTEIN, 2002, p. 42).

A montagem seria um produto e não uma soma; seria o produto de fragmentos que carregam em si a potência da colisão e que produzem novas colisões ao encontrar outros fragmentos também preñhes desta mesma potência. A analogia do plano à célula e da montagem ao organismo não se imprime à toa: no interior de cada célula há a síntese dos processos químicos e físicos que tornam funcional todo o organismo. No interior de cada plano, há a síntese das colisões que permitem a montagem.

Em vez de fotogramas, Glauber tem diante de si páginas de livros. Um objeto como o livro, preenchido por páginas, parece ser tão corriqueiro que esquecemos que, no devir da humanidade, nem sempre os escritos foram dispostos desta maneira. Na Antiguidade Clássica, o objeto por excelência da leitura era o *volumen*: um rolo de papiro que o leitor, com a mão direita, desenrolava, enquanto com a esquerda segurava o cilindro de madeira ou marfim, o *umbilicus*, em volta do qual o volume era enrolado. Na Europa, entre os séculos IV e V da Era Cristã, surge o códex e, com ele, a página. (AGAMBEN, 2018, p. 129-130). Perde-se a continuidade e a simultaneidade das colunas de textos e de gravuras contidas na forma clássica, mas, com o corte promovido pela página, essa unidade descontínua encerrada em si mesma, ganha-se a possibilidade da criação de novas sucessões por entre as páginas e por entre os livros. Diferente da experiência de desenrolar um *volumen*, a de folhear um livro permite ao leitor maior autonomia no exercício da sua leitura. O leitor toma um livro, avança nele, retrocede, abandona, toma um outro livro, avança, abandona, retorna ao primeiro, recupera uma citação: monta em sua mesa, assim, uma leitura que tende ao infinito, que se dá no extrapolar das páginas.

O crítico argentino Raúl Antelo recorre à imagem de uma mesa de montagem para conferir visualidade ao gesto denominado por ele de arquivologia, metodologia com a qual procede em vários de seus escritos – e através da qual essa reflexão se arma. Trata-se de aproximar dados, na aparência, distanciados; deixar advir, do choque desses encontros, uma outra possibilidade de memória. Não a histórica, cronológica, visível. Mas a vestigial, anacrônica, inaparente. Conforme escreveu Antelo na abertura do ensaio *La mesa de montaje*, publicado em *Archivologías latino-americanas: lecturas tras el agotamiento*, em 2015:

El objeto, el *objeu* u *objuego* de la archivología no es la representación, sino la idea, el gesto. 'No se repite lo pasado, sino lo que de él va al futuro. La filología repite esse processo y busca del futuro lo que falta del pasado' (ANTELO, 2015, p. 9)⁷.

6 Grande parte destes ensaios e artigos foram reunidos pelo próprio Eisenstein em dois livros: *O sentido do filme* e *A forma do filme*. Neste artigo, lanço mão das edições publicadas em 2002 pela Jorge Zahar Editora, traduzidas por Teresa Ottoni.

7 "O objeto, o *objeu* ou objogo da arquivologia não é a representação, mas sim a ideia, o gesto. 'Não se repete o passado, mas sim o que dele vai ao futuro. A filologia repete esse processo e busca do futuro o que falta do passado'". (Tradução livre).

Neste breve trecho, em que recupera uma das teses de Werner Hamacher sobre a filologia, Antelo toca na compreensão que Agamben tem do gesto, pois o objeto da arqui-filologia não produz uma fixidez externa de si mesmo, uma interpretação, logo, uma re-presentation. Seu objeto é o gesto de justamente desmontar o objeto: por isso a referência ao *objeu* do psicanalista Pierre Fédida, neologismo que reúne *objet* (objeto) e *jeu* (brincadeira, jogo).

Paremos um instante nesta instância do jogo.

Agamben parte do jogo para pensar uma leitura da história que não esteja amalgamada a uma cronologia, e para tal, relaciona os âmbitos do jogo e do rito ao do tempo. Sua hipótese é a de que, nas sociedades, enquanto as cerimônias rituais serviam para estruturar o calendário, fixar suas etapas, o jogo servia para alterá-lo ou destruí-lo. Apesar dessa aparente oposição, em todo jogo sobrevive um rastro de sagrado, de ritualístico. Um exemplo é a brincadeira de bola, no qual sobrevivem rastros dos rituais da luta dos deuses pela posse do sol. Em *Infância e História*, afirma Agamben: “Brincando, o homem desprende-se do tempo sagrado e o ‘esquece’ no tempo humano” (AGAMBEN, 2014, p. 85).

O autor também associa a noção de brinquedo à de *bricolage*, do antropólogo Claude Lévi-Strauss. Tanto o brinquedo quanto a *bricolage* se utilizam de fragmentos próprios de outras estruturas e transformam “antigos significados em significantes e vice-versa” (idem, p. 87). Ele segue sua reflexão afirmando a essência do brinquedo como histórica: capturado na dimensão temporal de um “uma vez” e de um “agora não mais” (idem, p. 86), “materializa a historicidade contida nos objetos, que ele consegue extrair por meio de uma manipulação particular” (idem, p. 87).

Enquanto o monumento e o documento, tão caros à história de um tempo linear, busca presentificar um passado, o brinquedo joga com a sincronia e a diacronia, “presentifica e torna tangível a temporalidade humana em si, o puro resíduo diferencial entre o ‘uma vez’ e o ‘agora não mais’” (idem, idem). Esse tempo do brinquedo, lugar do tempo da história, é conforme aquele descrito por Walter Benjamin no fragmento XIV de *Sobre o conceito da história*: não um tempo vazio e homogêneo, mas um tempo prenhe de agoras (BENJAMIN, 2016, p.18). Em outra de suas teses, Benjamin também alerta que o historiador com tendência historicista, cujos objetos por excelência são o documento, o monumento, a memória cristalizada na herança do patrimônio cultural, concentra a sua empatia na figura do vencedor, daquele que, dominante, narra sua perspectiva dos eventos (BENJAMIN, 2016), fixa-os institucionalmente. Em vez de transmitir a tradição, deve ser tomada como tarefa do historiador a de escovar a história a contrapelo, perseguir os traços dessa camada não aparentada, não documentada, inconsciente.

Tal qual o brinquedo, nem diacrônico, nem sincrônico, mas anacrônico é o tempo da arqui-filologia. *Arché*, ou seja, próximo à origem, não se instala em um ponto localizado no passado e superado pelo presente que avança em direção ao futuro, como compreende o desenrolar progressivo da cronologia. A origem sobrevive na tessitura do agora, nas fraturas abertas do contemporâneo, opera no devir histórico. Irrompe aos saltos (vale destacar que *origem*, no alemão de Benjamin, *ursprung*, remete etimologicamente a salto originário) conforme nos dispomos ao jogo e ao trabalho de, em uma mesa de montagem, desmontar o objeto não para remontá-lo em uma totalidade anterior, mas para perseguir a potência de seus fragmentos.

Essa proposição anima o ambicioso projeto de Aby Warburg, *Mnemosyne*, um conjunto de grandes painéis cobertos por tecido preto sobre os quais dispõem-se reproduções de obras de arte, detalhes ampliados de pinturas, esculturas, cartões-postais, selos, fotografias, recortes de jornal. Essas imagens, produzidas por diferentes técnicas e provenientes das mais diversas

fontes, quando aproximadas pelo historiador da arte, formam uma paisagem que é toda estranhamento. Mas em vez de tentar superar o estranhamento e buscar a significação de cada figura, investigar seu contexto, o mais interessante é mergulhar nestes conflitos: acolher o que advém dos intervalos entre as imagens díspares, colocar-se exatamente neste campo de tensões provocadas por essa montagem não sucessiva, mas simultânea. (MICHAUD, 2013).

Em um dos painéis, Warburg mistura representações da esfera celeste reproduzidas de um manuscrito do século IX; uma fotografia que traz uma imagem em plano fechado do globo sustentado pelo titã Atlas Farnese, exposto no Museu de Nápoles; um plano de conjunto do Atlas Farnese; um close muito próximo de uma gravura de um detalhe do globo de Atlas, representando um episódio da lenda de Perseu; vinhetas extraídas de um manuscrito em latim do século IX, que representam atores da narrativa, como Andrômeda, Perseu, Pégaso, entre outros. Ao dispô-las desta maneira, traz à tona considerações que jamais poderiam ser extraídas das imagens isoladamente. As reproduções da esfera celeste nos dão a ver o céu em sua totalidade; a justaposição do close para o plano conjunto e do plano conjunto para uma série de planos muito aproximados revela, em cada um deles, uma cena da lenda de Perseu. “Tal como é concebido”, resume o crítico Philippe Alain-Michaud, “o álbum de imagens de Warburg é o lugar no qual é possível devolver às figuras arcaicas sedimentadas na cultura moderna a energia expressiva original e no qual a ressurgência pode ganhar forma” (idem, p. 296). Dá-se legibilidade a memórias inaparentes.

Ler vem do latim *legere*, flexão de *lego*. Além de derivar em ler, desemboca em reunir, colher, recolher, perseguir, escolher (a palavra *eleger*, por exemplo, também aponta para *legere*). A leitura implica em reunir fragmentos selecionados e dar a eles um novo sentido; em um jogo de recorte e colagem, de encaixe de peças, de palavras. Uma leitura formalizada, que se inicia no começo e se termina no fim, ou que persegue somente *aquilo que o autor quis dizer* escamoteia essa dimensão de jogo de montagem, de composição a partir do fragmentário, contida na própria etimologia de ler.

Em seu quarto de hotel no centro de Havana, diante de uma constelação de livros, Glauber explora essa outra possibilidade de leitura, que subverte ordenações. Em seu jogo de contrapor tempos díspares em uma montagem de citações anacrônica, permite a emersão de certos traços do passado que estariam inaparentes em uma leitura formalizada. Se, conforme propõe o filósofo francês Alain Badiou, o real é atingido no momento em que exploramos o que resta de impossível em quaisquer formulações⁸, uma leitura que se lance a percorrer aquilo que dela escapa é a que mais chegaria próximo a tocar o real.

“Existe, na leitura, pelo menos no ponto de partida da leitura”, escreve o filósofo Maurice Blanchot no ensaio *Ler*, incluído em *O espaço literário*, “algo de vertiginoso que se assemelha ao movimento insensato pelo qual queremos abrir a vida olhos já fechados; movimento ligado ao desejo que, como a inspiração é um salto, um salto infinito: Eu quero ler o que, no entanto, não está escrito”. (BLANCHOT, 1987, p. 195).

A leitura como atividade ligada ao desejo interessa a outro filósofo francês, Roland Barthes, que chama atenção⁹ ao fato de que a tradição crítica, há séculos, vem se interessando em demasia pelo autor e quase nada pela figura do leitor. Trata o leitor como mero usufrutuário, ali somente para decodificar aquilo que o autor queria dizer, enquanto ao autor caberia o papel de proprietário, autoridade última sobre sua obra. Barthes reforça que um texto nunca

8 Refiro-me à tese apresentada por Alain Badiou, leitor de Jacques Lacan, em seu livro *Em busca do real perdido*, publicado em 2015 pela editora Autêntica, com tradução de Fernando Scheibe.

9 Refiro-me aos artigos *Escrever a leitura* e *Da leitura*, ambos publicados em *O rumor da língua*. A tradução utilizada aqui foi feita por Mário Laranjeira e publicada em 2004 pela editora Martins Fontes.

é decodificado – nem escrito – por gramáticas e dicionários. Poetas, romancistas, romancistas, romancistas nada mais fazem do que tomar parte de um espaço cultural já existente, anterior. O mesmo acontece com o leitor. Afirma: “Não há verdade objetiva ou subjetiva da leitura, mas apenas verdade lúdica; e, ainda mais, o jogo não deve ser entendido como uma distração, mas como um trabalho” (BARTHES, 2004, p. 34). Destaca, assim, que, não só na atividade da escritura, mas também na leitura, existe uma dimensão ativa.

Ele propõe pensar uma ciência da leitura, e, para tal, se pergunta qual seria a pertinência da leitura. Sob qual ponto de vista ela poderia ser interrogada, analisada? Primeiro, percebe que não há uma pertinência de objetos, pois lemos não somente textos, mas imagens, cenas, paisagens... São tantas as possibilidades que seria impossível unificar o objeto da leitura em torno de uma categoria. Depois, afirma não haver tampouco uma pertinência de níveis – não há níveis de leitura – assim como não há uma origem da leitura. Esta, com algum esforço, poderia ser localizada no aprendizado das letras gráficas, mas como somos também seres capazes de ler imagens mesmo sem ter aprendido quaisquer técnicas para tal, esta classificação seria insuficiente.

A dificuldade em se estruturar a leitura acaba nos posicionando diante de um impasse: ou, tendemos ao infinito, afirmando que tudo o que há é legível, ou, ao contrário, reconhecemos que, no fundo de todo texto, restará algo ilegível (idem, p. 33). Ou ambos. Há sempre algo que atrapalha uma estruturação da leitura. E esse algo Barthes chama justamente de desejo. “É porque toda leitura é penetrada de desejo (ou repulsa) que a anagnosologia é difícil, talvez impossível” (idem, p. 34). A leitura ocorre dentro de uma estrutura, não é natural, selvagem, nem completamente livre. Mas, porque carregada de desejo, tem a potência de perverter essa estrutura. Barthes conclui que uma ciência da leitura só seria possível se concebêssemos uma ciência do inesgotamento; uma ciência em que a estrutura se descontrola.

A leitura de Glauber não respeitava uma lógica que fosse exterior ao seu desejo e sua relação com os livros se desenvolve de maneira singular. O exame das cartas do cineasta, reunidas pela pesquisadora Ivana Bentes em livro, dá a dimensão da diversidade e da quantidade de livros consumidos por aquele que foi o artífice e nome mais lembrado do movimento do Cinema Novo. Destaco, a título de exemplo, uma carta escrita por ele aos 13 anos de idade. Nela, o jovem Glauber produz para seu tio Wilson Mendes de Andrade uma espécie de inventário de suas leituras mais recentes. Edgar Allan Poe e Rudyard Kipling – “É aquela sua poesia ‘Se’ é o que de mais belo pode haver em matéria de filosofia, mas que considero por assim dizer impraticável” (ROCHA, 1997, p. 79); Charles Dickens, Robert Stevenson; Jorge Amado, Érico Veríssimo; Schopenhauer, Nietzsche e comentários acerca da filosofia de Bacon, Platão, Aristóteles, Sócrates, Spinoza, Voltaire – “Filosofia faz-nos pensar melhor acerca do mundo e dos homens” (idem, p. 79-80).

Como sugere esta carta, os interesses que o chamavam à leitura eram dispersos e apaixonados. Atravessava “política, filosofia, psicanálise, cinema, estruturalismo, semiologia e literatura” (BENTES apud ROCHA, 1997, p. 57). Apesar disso, desprezava o saber pautado pelo rigor acadêmico. Começava um livro para logo perseguir outro, que o levava a outro e a outro. Ao chegar ao fim de uma história que o interessava, não a dava por acabada. *Angústia*, de Graciliano Ramos, leu por três vezes. *A menina morta*, de Cornélio Penna, duas. Cacá Diegues, cineasta e amigo próximo, resume que Glauber era um leitor voraz, constante, porém errático. Sua leitura se dava de maneira “diagonal, que sintetizava uma formação fragmentada, com lacunas, ‘incultura’ no sentido enciclopédico e acadêmico”. (ROCHA, 1997, p. 57).

Conceber a leitura como um exercício movido pelo desejo e que tende a nunca se esgotar remete à metodologia fornecida pelo escritor argentino Jorge Luis Borges no conto *A biblioteca de Babel*.

Nele, narra uma superstição, segundo a qual repousaria, em alguma estante desta biblioteca, um livro que seria a verdadeira chave de todos os livros. Somente a um funcionário, uma espécie de deus, o Homem do Livro, foi concedida a graça de lê-lo. Muitos se desdobraram na busca por este livro, mas os esforços foram todas em vão. Para encontrá-lo alguém desenvolve um método regressivo: “para localizar o livro A, consultar previamente um livro B que indique o lugar de A; para localizar o livro B, consultar previamente um livro C, e assim até o infinito” (BORGES, 2007, p. 76). Esse percurso em direção ao livro impossível condicionaria a leitura àquilo que Barthes resumiu como o gesto do infinito deslocamento, ou ciência do inesgotamento.

Discípulo de Borges, Ricardo Piglia afirma o escritor como o leitor mais convincente que há, pois, de tanto ler, queimou os olhos na luz da lâmpada – cego e leitor, porque nem sempre quem tem a melhor visão é aquele que lê melhor. “Um leitor também é aquele que lê mal, distorce, percebe confusamente” (PIGLIA, 2017, p. 19). O argentino Alberto Manguel, autor da epígrafe com a qual abri esta reflexão, lia em voz alta para Borges, quando este, já não podia mais fazê-lo com os olhos. Manguel recorda que nós lemos não somente livros e imagens, mas também paisagens, rostos que nos cercam; lemos a linguagem que emana dos corpos, nossas vidas, as vidas dos outros; lemos as sociedades, os dados econômicos, as arquiteturas das cidades. Somos, em essência, “animais leitores e que a arte da leitura, em seu sentido mais amplo, nos define como espécie. Chegamos a este mundo empenhados em encontrar uma narrativa em tudo.” (MANGUEL, 2011, p.7). E estas leituras partem de escolhas, conscientes ou inconscientes, trabalhadas em conjunto com o acúmulo das experiências advindas de outras leituras, de outros encontros, de nossa memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *O fogo e o relato – ensaios sobre criação, escrita, arte e livros*. Trad. Andrea Santurbano e Patricia Peterle. São Paulo: Boitempo, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTELO, Raúl. *Tempos de Babel*. São Paulo: Lumme Editor, 2007.

ANTELO, Raúl. Ler para frustrar a formalização. In: OLINTO, Heidrun Krieger; Karl Erik Schollhammer; Mariana Simoni. (Org.) *Literatura e artes na crítica contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016, p. 283-297.

ANTELO, Raúl. *Potências da imagem*. Chapecó: Argos, 2004.

ANTELO, Raúl. *Archifilologías latinoamericanas: lecturas tras el agotamiento*. Villa Maria: Eduvim, 2015.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas 1: Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad. Davi Arregucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- EISENSTEIN, Sergei. *A forma do filme*. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- EISENSTEIN, Sergei. *O sentido do filme*. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- GOMES, João Carlos Teixeira. *Glauber Rocha, esse vulcão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MANGUEL, Alberto. *Lecturas sobre la lectura*. Trad. Juan Elías Tovar. Barcelona: Oceano Travessía, 2011.
- MANGUEL, Alberto. *Uma historia de la lectura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.
- MICHAUD, Philippe-Alain. *Aby Warburg e a imagem em movimento*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha – textos e entrevistas com Glauber Rocha*. Trad. Eleonora Bottmann. Campinas: Papyrus Editora, 1996.
- PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. Trad. Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- REZENDE, Sidney. *Ideário Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- ROCHA, Glauber. *Cartas ao mundo*. Org: Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- STUDART, Júlia. *O arquivo debilitado: o gesto de Evandro Affonso Ferreira*. São Paulo: Dobra Universitária, 2012.
- XAVIER, Ismail. *Sertão mar – Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GÊNERO, FEMINISMO E SERVIÇO SOCIAL - RESGATANDO A MEMÓRIA DE UMA HISTÓRIA DE MULHERES

CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA

*Professora do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social – FSS/UERJ
carlacristina.almeida@yahoo.com.br*

ANA LOLE

*Professora Colaboradora do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social – PUC-Rio
analole@gmail.com*

RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

*Professora do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social – ESS/UFF
ritacsfreitas@uol.com.br*

RESUMO

A literatura do Serviço Social expressa uma ausência dos estudos de gênero e, mesmo reconhecendo o Serviço Social como carreira feminina, pouco explorou as contradições sociais e políticas desse fenômeno. Estudiosas do tema, embora reivindicassem a interlocução com questões feministas e de gênero, não obtiveram os consensos possíveis para incluir a matéria no debate profissional. Recentemente observa-se um investimento em narrativas de gênero mobilizadas pelo trabalho profissional numa perspectiva crítica. Esse texto propõe produzir uma história do gênero/ feminismo no Serviço Social, valendo-se de memórias sobre pioneiras nos estudos de mulheres/gênero nas décadas de 1980 e 1990 vinculadas a escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro (UFF/UERJ/UFRJ).

Palavras-chave: Mulheres. Relações de Gênero. Serviço Social. História.

ABSTRACT

Social Work literature shows an absence of gender studies and, despite considering Social Work as a female career, it hasn't explored the social and political contradictions of this phenomenon. Although some social workers scholars have reivindicated a dialogue with feminist and gender issues, they didn't get possible consensus to include this subject in professional debate. Lately, we can notice an increase of gender narratives caused by professional work in a critical perspective. This paper proposes a gender/feminist history in Social Work field, taking account memories of pioneers of women and gender studies in the 1980's and 1990's linked to Social Work colleges in Rio de Janeiro (UFF/UERJ/UFRJ).

Keywords: Women. Gender Relations. Social Work. History.

INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a refletir acerca da relação entre o debate de gênero/feminismo e o Serviço Social. Historicamente, a profissão – apesar de seu caráter marcadamente feminino – apresenta uma lacuna nos estudos referentes a essa temática. Inclusive podemos perceber uma tendência a analisar as assistentes sociais pioneiras exclusivamente na chave do conservadorismo e elitismo, não as inserindo em seu contexto histórico.

Compreendemos que avanços vêm ocorrendo e, assim, esse escrito busca refletir, a partir da pesquisa histórica, algumas “pistas” dessa história, tendo como objeto de análise as memórias¹ e documentos sobre algumas pioneiras dos estudos de mulheres/gênero vinculadas às escolas de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Neste sentido, no próximo item, procuraremos discutir, alguns elementos sobre gênero e feminismo na produção de conhecimentos.

1. ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMO: CONTEXTUALIZAÇÕES

Durante algum tempo a literatura profissional expressou a ausência dos estudos de gênero nas principais pautas do Serviço Social. Um conjunto de trabalhos de estudiosas do tema nas Faculdades/Escolas de Serviço Social embora apontasse a necessidade de interlocução com as questões de gênero não obtinha os consensos possíveis para incluir a matéria na agenda do debate profissional.

Cumpramos salientar que não apenas o Serviço Social, mas um conjunto de áreas disciplinares sofre impactos em suas categorias de análise a partir dos estudos de gênero, como a sociologia, antropologia, história, economia entre outras, conforme apontam os estudos de Neuma Aguiar (1997) e de Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007). Em vários campos disciplinares observou-se que o gênero provocou reflexões sobre a necessidade de revisão de conceitos, métodos e objetos de pesquisa que tornavam invisíveis as mulheres, conforme podemos observar nos trabalhos de Elizabeth Souza-Lobo (1991), com relação à sociologia do trabalho, e de Michelle Perrot e Georges Duby (1993) e Michelle Perrot (2005) no campo da história das mulheres no Ocidente.

Um dos legados dos estudos de gênero é a imbricação entre conhecimento e luta política, expressando uma estreita articulação entre os estudos de gênero e o movimento feminista, importante para a visibilidade teórica e prática das mulheres dentro e fora da academia. Sobre esse tema, localizamos que no Brasil as primeiras manifestações do movimento feminista, ainda no final do século XIX, “foram caracterizadas por reunir mulheres intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, romances e peças de teatro” (PINTO, 2003, p. 85). E a partir da década de 1970, não foi diferente. Destacamos o grande número de professoras universitárias e profissionais liberais, em sua maioria ligadas às áreas de ciências sociais, história, letras, psicologia e direito, as quais se faziam presentes entre as mulheres que começaram a reunir-se nos primeiros anos da década de 1970. Esse movimento, com suas lutas, será fundamental para o surgimento anos mais tarde dos estudos de gênero no âmbito da academia.

Nos anos de 1970 e 1980, enquanto o Brasil mergulhava na ditadura, o feminismo na luta pelos direitos da mulher embrenhava-se na produção dos estudos de mulheres, dando visibilidade às condições de desigualdade que marcavam a experiência feminina no período, bem como

1 Vale destacar que utilizamos também nossa própria memória como elemento catalisador dessa história, da qual nós também fazemos parte.

articulava essas movimentações ao cenário mais amplo de luta pela cidadania no Brasil. Esses estudos são atravessados pela perspectiva da igualdade na diferença, e são reconhecidos em geral como típicos da “segunda onda feminista”.

No final da década, no campo de estudos feministas brasileiro repercute a produção da categoria gênero como um divisor de águas na forma de abordar o problema das mulheres. Cunhado por Joan Scott (1990) em meados dos anos 1980 nos Estados Unidos (EUA), provoca uma releitura ao propor análises a partir da construção histórica das diferenças e das relações de poder. Gênero para falar não do que um sujeito é, mas de como se torna, lançando luz sobre processos, estruturas, textos (ALMEIDA, 2011).

Esse período reposiciona os estudos de mulheres no campo acadêmico sob a rubrica de estudos de gênero, proliferando os Núcleos de Estudos sobre Mulher e Gênero nas universidades brasileiras. Do ponto de vista político, o feminismo nos anos 1990 articula-se no cenário internacional com uma intensa agenda de compromissos, mediante a participação nas Conferências Internacionais, que implicam os Estados na criação de ações concretas para a promoção de igualdade de gênero. No Brasil e na América Latina, o feminismo encontra no aparelho estatal o cenário propício de batalhas por direitos das mulheres.

Mas, é também nos anos 1990 que se assiste a uma fase de retrocessos no campo das políticas públicas brasileiras e dificuldades na efetivação de conquistas estabelecidas no plano jurídico normativo. O desmonte dos serviços públicos causou não apenas restrições para o avanço das práticas em diversas áreas, como também descrenças na capacidade de proteção social dos sujeitos.

No âmbito do Serviço Social, proliferaram experiências de aproximação aos estudos de gênero não apenas por meio da inserção na militância política, mas por mecanismos de formação acadêmica em grupos/linhas de pesquisa que amadurecem nas pós-graduações, Mestrado e Doutorado, especialmente nas ciências sociais. Muitas docentes vão buscar nessa área os elementos para articular conhecimentos feministas e de gênero no campo do Serviço Social, conforme mapearemos a seguir.

2. NARRATIVAS E MEMÓRIAS: O PIONEIRISMO DO DEBATE DE GÊNERO/ FEMINISMOS NO SERVIÇO SOCIAL

No âmbito profissional algumas docentes nos anos de 1980 participam intensamente da militância feminista nos campos da saúde e da violência. São elas: Suely Gomes Costa, UFF, na área da saúde; e Suely Souza de Almeida, Maria Helena Cançado e Marlise Vinagre, na área da violência, as três da UFRJ.

A formação acadêmica em Serviço Social expressou essas trajetórias pessoais por meio de experiências na graduação em ensino, pesquisa e extensão. Na Escola de Serviço Social da UFF uma disciplina com conteúdo de raça e estudos de mulheres – que existe até hoje, em caráter obrigatório²; na UERJ, o currículo do período apresenta a disciplina Política Social IV, cuja área de estudos centrava-se na “mulher”; e na Escola de Serviço Social da UFRJ um projeto de extensão nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) com repercussões no conteúdo de disciplinas na unidade de ensino. A ESS/UFRJ foi pioneira na oferta de campo de estágio supervisionado nas DEAMs, além de uma disciplina eletiva sobre a matéria. As experiências ocorreram nas referidas IES em meados dos anos de 1980.

Na UFRJ, nos anos de 1990, destaca-se a articulação de um grupo de professoras, Suely Souza

² Vale ressaltar que a UFF conta em seu currículo, atualmente, com uma disciplina de gênero (Gênero e Questão Social) e uma de famílias (Famílias, Política Social e Questão Social).

de Almeida, Marlise Vinagre, Rosana Morgado, Lilian Pougy, Sheyla Backs, Eliana Amorim Moura com a professora Heleieth Saffioti, que ingressa na Escola de Serviço Social como professora visitante e presta assessoria direta e sistemática, especialmente na área de violência e gênero.

Na UERJ, nesse período, além de uma disciplina eletiva incluída na reforma do currículo, de 1993, chamada Relações Sociais de Gênero e Etnia, outras iniciativas são evidenciadas. Projetos de pesquisa e extensão de professoras da casa, Dayse de Paula Marques, Carla Almeida, Eliana Mendonça, Alzira Lobato nas áreas de trabalho, sexualidade, envelhecimento resultam na criação do Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia (PEGGE), além dos Seminários Acadêmicos, “Relações de Gênero e Educação Formal”, em junho de 1993; e “Trajetórias de Pesquisa sobre Relações de Gênero”, em agosto de 1995, com a participação de pesquisadoras como Fúlvia Rosemberg, Guacira Lopes Louro. No ano de 1995 registra-se a publicação de um número exclusivo da Revista EM PAUTA, da Faculdade de Serviço Social da UERJ com dossiê Gênero e Educação. Resultam também de seminários produzidos pelo PEGGE, a publicação de dois livros em torno das questões de gênero, sexualidade, envelhecimento: “Saúde, Sexualidade e Reprodução: compartilhando responsabilidades” (1997), organizado por Dayse de Paula Marques da Silva, e fruto do Seminário de mesmo nome ocorrido em 3 de setembro de 1996; e “Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia” (1999), resultado do seminário de mesmo nome ocorrido em dezembro de 1998.

Na UFF, a criação do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS) sob a coordenação da professora Suely Gomes Costa vai desembocar, principalmente, a partir dos anos 1990 numa grande produção de pesquisas que dialogam diretamente com os estudos de gênero, envolvendo as professoras Cenira Duarte Braga, Rita de Cássia Santos Freitas e Nivia Valença Barros. Como assinalamos anteriormente a disciplina de Gênero (Gênero e Questão Social) e também a de Famílias (Famílias, Política Social e Questão Social) passaram a fazer parte do currículo desta Escola e com caráter de disciplina obrigatória³. Na UFF temos a criação do NUTEM (Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Mulheres) que depois passa a se chamar NUTEG (Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero). Tal núcleo surge envolvendo professores de diversas disciplinas e conta desde seu início com professoras da ESS/UFF⁴, como Suely Gomes Costa, Cenira Duarte Braga e João Bôscio Hora Góis. O Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social, diretamente vinculado a esta escola desenvolve em seu percurso histórico muitas pesquisas e atividades extensionistas vinculadas à problemática do gênero. Vale destacar também, a constituição, ainda nos anos 1990, do Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Cidadania (NUDHESC), sob a coordenação da professora Nivia Valença Barros (um dos primeiros no País).

Se as experiências na formação acadêmica no Serviço Social começam a adensar nos anos 1990 através de disciplinas (LOLE, 2016 e 2018) e projetos de pesquisa e extensão, nos anos 2000, a UFF é pioneira na implantação de um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, criado por muitos desses professores (o Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social). Este, conta desde seu início, com uma linha de pesquisa articulando gênero, sexualidades, raça e geração. A produção de teses e dissertações desse programa conta com um grande número de estudos vinculados a essa linha⁵. Observa-se o quanto o campo das políticas sociais será

3 Interessante apontar a trajetória dessas disciplinas que caminham de uma disposição na grade ao final do currículo, quase que como um “acréscimo” ao final do curso, para hoje estarem sendo oferecidas no meio do curso, junto ao momento de estágio, a partir de demandas dos próprios alunos. Para maior detalhamento Cf. Lole (2014).

4 A Revista Gênero, criada em 2000, é resultado desse núcleo e se destaca na produção acadêmica sobre gênero, embora não tenha relação direta com o Serviço Social. Atualmente, a revista está vinculada ao PPG de Política Social da UFF.

5 Ainda que ultrapasse o período por nós a ser estudado (anos de 1980 e 1990) é importante apontar a produção desse Programa que se destaca no que se refere à temática mulheres, gênero, questão racial, geração. Um estudo preliminar no site desse programa nos informa que 34,78% de suas teses e 39,5% de suas dissertações possuem em seus títulos a referência a um desses descritores.

fundamental para pavimentar a incorporação dos estudos de gênero no Serviço Social. Mas para essa incorporação, foram fundamentais os primeiros passos dados por essas que aqui chamamos de pioneiras.

Outros indícios do debate de mulheres/gênero e feminismos no Serviço Social encontram-se na produção acadêmica e científica do período dos anos 1980-1990. Nesse sentido, as revistas da categoria são um importante termômetro para avaliar essa questão. Destacamos, inicialmente, considerando nosso recorte geográfico e temporal, as seguintes revistas: *O Social em Questão* da PUC-Rio, criada em 1997; *Em Pauta* da UERJ, criada em 1993; *Serviço Social & Sociedade* editada pela Cortez, criada em 1979⁶ e *Debates Sociais*⁷, do CBCISS, criado em 1965.

No entanto, neste momento, apresentaremos de forma introdutória uma pesquisa exploratória realizada junto às revistas *O Social em Questão*, *Serviço Social & Sociedade* e *Em Pauta*. Segue um inventário dos artigos publicados nestes periódicos para posterior aferição metodológica. Nosso inventário considerou os seguintes descritores: gênero; feminismo; história do Serviço Social; mulheres; identidade feminina; movimentos de mulheres e feminista; divisão sexual do trabalho; trabalho e gênero; trabalho feminino⁸.

TABELA 1. *O Social em Questão*: quantitativo de produção científica (1997-1999)

Descritores \ Número da Revista	Ano 1, n. 1 - 1.1997	Ano 1, n. 2 - 2.1997	Ano 3, n. 3 - 1.1999	Total
Gênero	02	---	---	02
Feminismo	---	---	---	---
História do Serviço Social	---	01	---	01
Mulheres	---	---	---	---
Identidade feminina	---	---	---	---
Movimentos de mulheres e feminista	---	---	---	---
Divisão sexual do trabalho	---	---	---	---
Trabalho e gênero	---	---	01	01
Trabalho feminino	02	---	---	02
Resenha (temáticas afins)	01	01	---	02
TOTAL	05	02	01	08

Cf. <<http://politicassocial.sites.uff.br>>. Acessado em 10 set. 2018.

6 Quanto à revista *Praia Vermelha* da UFRJ, não entrou em nossa análise, pois publicou somente um número no segundo semestre de 1999.

7 O levantamento dos artigos da *Debates Sociais* será realizado futuramente.

8 Essa é a primeira aproximação, ainda bastante exploratória desse material. A revista que possui o maior acervo, das analisadas, é a *Revista Serviço Social & Sociedade*. Mas é importante assinalar que trabalhamos prioritariamente com o título dos artigos e quando foi possível, com as palavras-chave e o resumo. Nem sempre isso foi possível, pois nos primeiros números desta revista, por exemplo, não existia ainda o costume de colocar palavras-chave e resumo.

Fonte: sistematização das autoras, 2018.

TABELA 2. *Serviço Social & Sociedade*: quantitativo de produção científica (1979-1999)

Número da Revista Descritores	1979	1981	1982	1983	1987	1990	1991	1993	Total
Gênero	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Feminismo	---	01	---	---	---	---	01	---	02
História do Serviço Social	01	---	---	02	---	---	---	---	03
História do Serviço Social e Gênero/ Mulheres	---	---	---	---	---	---	---	01	01
Mulheres	---	---	01	01	---	---	---	---	02
Identidade feminina	---	---	---	---	---	---	01	---	01
Movimentos de mulheres e feminista	---	---	---	---	01	---	---	---	01
Organização das assistentes sociais	---	01	---	01	---	---	---	---	02
Divisão sexual do trabalho	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Trabalho e gênero	---	---	---	---	---	---	---	---	01
Trabalho feminino	---	---	---	---	---	01	---	---	---
Resenha (temáticas afins)	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	01	02	01	04	01	01	02	01	13

Fonte: sistematização das autoras, 2018.

TABELA 3. *Revista Em Pauta*⁹: quantitativo de produção científica (1993-1999).

Número da Revista Descritores	n.1 1993	n.2 1993	n.3 1994	n.5 1995	n.7 1996	n.10 1997	n.11 1997	n.12 1998	n.13 1998	n.14 1999	n.15 1999	Total
Gênero	---	---	---	02	---	---	---	01	---	---	02	05
Feminismo	---	---	---	---	---	---	---	---	01	---	01	02
História do Serviço Social	01	01	---	01	---	01	01	---	---	---	---	05
Mulheres	---	---	---	---	01	---	---	---	---	---	---	01
Identidade feminina	---	---	---	---	---	---	01	01	---	01	---	03
Movimentos de mulheres e feminista	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Organização das assistentes sociais	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Divisão sexual do trabalho	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Trabalho e gênero	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Trabalho feminino	---	---	01	---	---	---	---	---	---	---	---	01
Resenha (temáticas afins)	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	01	01	01	03	01	01	02	02	01	01	03	17

9 Publicada até o n.8 com o subtítulo Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Fonte: sistematização das autoras, 2018.

Como podemos perceber, existe uma produção acerca da temática do gênero/mulheres que perpassa a profissão. A *Revista O Social em Questão* apresenta uma produção de gênero em torno das questões sobre a história profissional e o trabalho feminino, merecendo destaque a organização de resenhas com temáticas articuladas a esse campo. Em relação à *Revista Serviço Social & Sociedade*, se agregássemos os textos referentes a famílias, esses números aumentariam. Contabilizamos pelo menos cinco artigos que fazem referência às famílias em seu título antes dos anos 2000.

No entanto, nos textos que se referem à história do serviço social, em apenas um deles aparece a preocupação em pensar a profissão como uma profissão de mulheres. Da mesma forma, existem textos destinados a pensar a organização das assistentes sociais, mas nestes ainda não aparece a preocupação com o fato destas serem mulheres.

Nesse periódico temos 02 produções sobre feminismo, 02 sobre a categoria mulheres e 04 sobre gênero/gênero e trabalho. Ou seja, textos que buscam se aproximar à divisão sexual do trabalho e ao gênero. Na *Revista Serviço Social & Sociedade* encontramos apenas um artigo sobre gênero e trabalho. Considerando que é a revista analisada com maior impacto e produção, pois percorre os anos de 1979 até os anos 2000, existem poucos artigos sobre gênero. Mas é importante pensar que essa discussão ganha maior dimensão no Brasil a partir dos anos 1990. Será a partir dos anos 2000 que teremos um maior número de publicações que possuem em seu título a referência ao gênero/feminismos/mulheres, especialmente a partir de 2010 ganha espaço na revista mais artigos referentes a gênero (08), feminismo (04) e mulheres (11).

A *Revista Em Pauta* é um periódico da Faculdade de Serviço Social da UERJ, publicada desde 1993 até o presente momento. Os números iniciais surgem com o propósito de expor e socializar as discussões do corpo docente da Faculdade em torno da reforma curricular da segunda geração do currículo de serviço social pós-movimento de reconceituação. Tem como objetivo apresentar as produções de docentes e discentes desenvolvidas em projetos de pesquisa, extensão e ensino. A revista de n. 5, em 1995, foi dedicada exclusivamente ao tema das Relações de Gênero, como dito antes, fruto de um Seminário organizado pelas professoras Dayse de Paula Marques da Silva e Carla Cristina Lima de Almeida intitulado “Relações de Gênero na Educação Formal” que aborda questões relativas à história das carreiras femininas, dentre elas o Serviço Social, assim como o gênero e a sexualidade como conteúdo das práticas pedagógicas no sistema de ensino.

Na década de 1990, a *Em Pauta* publicou 15 números, num total de 113 artigos. Destes, 17 abordam temáticas relacionadas ao campo de estudos de mulheres e de gênero, representando pouco mais de 10% dos trabalhos, sendo incidentes na maioria dos números com exceção de 04 deles, que não apresentam nenhum estudo sobre o tema.

Vale destacar que os artigos versam sobre os seguintes temas: História do Serviço Social (05), Gênero (05), Mulheres (04), Feminismo (02), Trabalho Feminino (01). É interessante observar a incidência da categoria “gênero” seguida de mulheres, e também o fenômeno da “história do serviço social” como o mais investigado a partir desse campo teórico. Com o desenvolvimento da pesquisa serão aprofundadas as análises sobre o material e poderão ser percebidas nuances nessas classificações dos artigos, isso porque alguns trabalhos articulam mais de uma temática e permitem revelar produções em campos distintos como saúde.

O que quisemos destacar nesta apresentação inicial é o fato de que estudos abordando a temática mulheres/feminismos/gênero se fizeram presentes no Serviço Social e não podemos

compreender a existência dos estudos hoje se desconsiderarmos a história construída por essas pioneiras. Por isso, nossa proposta de resgatar as memórias delas sobre essas experiências.

Olhar o passado, ainda que o passado recente nos apresenta algumas questões. Assim como foi importante olhar as pioneiras na construção da profissão, é importante pensar hoje que novos pioneirismos estão sendo construídos cotidianamente. O Movimento de Reconceitualização foi um divisor de águas na categoria, mas não pode ser visto de forma monolítica. É um processo que possui em seu interior diferentes discursos, diferentes sujeitos e, portanto, é também um campo em disputa. Aqui é importante retomarmos as reflexões de Pollak (1989) acerca da noção de memórias em disputa – que também é, podemos dizer, uma história em disputa. A memória não é dada, é um processo histórico e contraditório. Temos uma memória comum, enquanto País, enquanto uma geração etc., assim como temos uma memória profissional. Pollak inicia seu texto¹⁰ exatamente lembrando Halbwachs, ao afirmar que este “acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’” (1989, p.03).

Mas esse não é um fenômeno homogêneo. Para além das “grandes” lembranças, existem aquelas lembranças “menores”, ligadas aos nossos grupos de pertencimento, como as famílias, a escola, os colegas de trabalho. Ou seja, existem lembranças que são transmitidas a partir de nossas redes de sociabilidade afetiva e política. São memórias que podem correr subterraneamente, caso não encontrem espaço na sociedade mais ampla para serem compartilhadas. Mas o fato de não serem ditas não significa que não existam. A referência a uma memória coletiva¹¹, a um passado partilhado serve ao processo que o autor denomina de enquadramento da memória (POLLAK, 1989, p. 09).

Podemos aproximar essa discussão da ideia de “invenção das tradições” (HOBSBAWM, 1984). Este autor afirma que a invenção das tradições “inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez” (1984, p.10). Assim, por tradição inventada o autor se refere a um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica com o objetivo de inculcar valores e normas de comportamento. A invenção das tradições ocorre com mais frequência quando acontece uma transformação rápida que destrói velhos padrões sociais. Uma nova tradição surgindo busca ocupar o lugar da antiga; dessa forma, movimentos de ruptura (ainda que utilizando elementos “tradicionalistas”) “estão destinados a se transformarem em ‘tradições inventadas’”.

O estabelecimento de uma tradição, a criação de uma memória em comum, necessariamente cria um discurso “oficial”, neste sentido ganha forma o trabalho de enquadramento da memória, a história é um rico manancial de justificativas.

10 Segundo Pollak (1992, p. 201) Maurice Halbwachs, nos anos 1920 e 1930 já havia apontado que a memória é um fenômeno coletivo: “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. Este autor aponta para três elementos que são constitutivos da memória individual e coletiva: em primeiro lugar estariam os acontecimentos; sejam aqueles vividos pela pessoa; seja por aqueles acontecimentos “vividos por tabela” (aqueles que ouvimos falar). O mesmo raciocínio é apontado para os dois outros elementos: as pessoas (que conhecemos efetivamente ou “por tabela”) e os lugares (também conhecidos efetivamente ou por tabela). Em relação aos lugares, por exemplo, é importante destacar os lugares de comemoração, os monumentos construídos para lembrar um período; bem como vale destacar os “locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo” (p. 202) – no caso brasileiro, isso é particularmente importante para pensarmos o movimento negro e a lembrança da África.

11 Por identidades coletivas, Pollak se refere “a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (1992, p. 207).

Aqui se coloca a importância da História Oral e a centralidade que adquire ao possibilitar o resgate dessas memórias. A oralidade é alvo de críticas, principalmente devido a sua suposta “falta de objetividade”, já que lida com memórias individuais, passíveis de erros e esquecimentos. Contudo, assim como “selecionamos” memórias a serem contadas, também selecionamos os papéis que chegam à posteridade; afinal, não se pode ignorar que as fontes escritas também não estão isentas de conteúdo ideológico. A desconfiança em relação ao relato oral pode ser explicada pelo fato de vivermos numa sociedade fortemente marcada pela palavra escrita (PRINS, 1992). Contudo, como já afirmava Paul Thompson (1992), as palavras faladas “insuflam vida na história”. Trabalhar na perspectiva da história oral significa abertura para a apreensão do ser através da experiência vivida – o que nos remete também a importância da experiência, como relembra E.P. Thompson (1998).

É verdade que as memórias podem não ter uma linha reta, mas são perpassadas por um certo fio condutor. Pollak compreende que a história de vida, uma vez que é relatada posteriormente, tem o mérito de tentar ordenar uma experiência, por isso em seu entender podem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade. Para Pollak (1992), a identidade se produz em referência aos outros e aos critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade; o que significa dizer que “memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas” (p. 204).

O debate hegemônico a partir de uma visão macro da história impossibilitou um olhar mais acurado sobre as mulheres, sujeitos dessa história (LOLE, 2014 e 2016). É esse olhar que procuramos conhecer. Buscamos, nesse sentido, uma outra chave explicativa para pensar a profissão. É na busca da escuta por essas outras memórias que a história oral é um caminho a ser seguido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A provocação dos estudos de gênero no âmbito do Serviço Social é motivada, a nosso ver, por experiências que se apresentam nos espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais afetados pelas lutas feministas por direitos sociais, políticos e civis, as quais se expressam num espectro de políticas sociais voltadas para mulheres/gênero. Nesse sentido, o debate profissional no âmbito da formação passa a expressar legitimamente um investimento em narrativas de gênero que deem conta das intervenções a que são chamados os assistentes sociais numa perspectiva crítica.

Observamos na atualidade alguns indícios de abertura ao debate de gênero no interior da profissão (LOLE, 2014). É importante conhecermos essas histórias. Esse texto teve exatamente esse objetivo: iniciar um resgate, a partir de nossas memórias, da nossa história recente no campo de estudos de gênero/mulheres. Essa aproximação se iniciou nos anos 1980 a partir de algumas professoras – aqui entendidas como pioneiras – que através do feminismo vieram, pouco a pouco, construindo relações entre gênero, feminismo e serviço social.

Acreditamos que existem indícios que apontam que essa história está mudando, reorganizando-se novos elementos para a produção de conhecimento no âmbito profissional, que envolvam não apenas o debate de gênero, como classe, raça, etnia, geração e sexualidades. Mas consideramos importante resgatar a memória das pioneiras desses estudos que iniciaram uma tradição e dar

a conhecer perspectivas que foram subalternizadas no Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. Introdução. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997. p. 9-29.

ALMEIDA, Carla C. L. Corpo e Gênero: articulando um debate. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 17-27, dez. 2011.

HOBBSAWM, Eric J. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

LOLE, Ana. *Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social*. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

LOLE, Ana. Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 555-573, set./dez. 2016.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1993. 6 volumes.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. SOS CORPO, Recife, 1990.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMPSON, Edward Paul. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MEMÓRIA E DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MULHER NA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA (CAMPOS - RJ, 1922-1970): MULHERES ENTRE O LAR E O OFÍCIO

DANIELA GONÇALVES DA SILVA

*Pós-graduanda em Literatura,
Memória Cultural e Sociedade – IFF Campos Centro
daniela.silva@iff.edu.br*

RESUMO

A proposta deste trabalho esteia-se na interseção entre uma experiência de iniciação científica empreendida durante minha Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e a atual realização da Pós Graduação *latu sensu* Literatura, Memória Cultural e Sociedade pelo Instituto Federal Fluminense Campos-Centro. A citada experiência de iniciação científica pesquisou, pelo viés da história da educação, e mais especificamente sob a meso abordagem da história das instituições escolares (NÓVOA, 1999), a trajetória da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha – EPF Nilo Peçanha. Agora, no contexto da pós-graduação, discursos pronunciados por professoras e diretoras da EPF Nilo Peçanha, registrados em relatórios administrativos anuais existentes no Arquivo Histórico do atual Colégio Estadual Nilo Peçanha – CENP, são objeto de reflexão. Este trabalho propõe apresentar as discussões levantadas e os resultados parciais obtidos da análise, em andamento, do referido corpus, considerado no processo de negociação de sentidos e construção da memória.

Palavras-chave: Discurso. Memória. Educação profissional feminina.

ABSTRACT

The proposal of this work is based on the intersection between an experience of scientific initiation undertaken during my graduation in Pedagogy by the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro and the current realization of the *latu sensu* Post-Graduation Literature, Cultural Memory and Society by the Instituto Federal Fluminense Campos- Centro. This experience of scientific initiation has investigated the trajectory of the Nilo Peçanha Vocational School, through the history of education, and more specifically under the meso approach of the history of school institutions (NÓVOA, 1999). Now, in the postgraduate context, speeches delivered by teachers of Nilo Peçanha Vocational School, recorded in annual administrative reports in the Historical Archive, are the subject of reflection. This paper proposes to present the discussions raised and the partial results obtained from the ongoing analysis of the aforementioned corpus, considered in the process of negotiating meanings and constructing memory.

Key-words: Discourse. Memory. Female vocational education.

Introdução

A proposta deste trabalho esteia-se na intersecção entre uma experiência de iniciação científica empreendida durante minha graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro¹ e a atual realização da Pós Graduação lato sensu Literatura, Memória Cultural e Sociedade pelo Instituto Federal Fluminense Campos-Centro. A citada experiência de iniciação científica pesquisou, pelo viés da história da educação, e mais especificamente sob a meso abordagem da história das instituições escolares (NÓVOA, 1999) a trajetória da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha – EPF Nilo Peçanha. Agora, no contexto da pós-graduação, discursos pronunciados por professoras e diretoras da EP Nilo Peçanha, registrados em relatórios administrativos anuais existentes no Arquivo Histórico do atual Colégio Estadual Nilo Peçanha – CENP, são objeto de reflexão. Este trabalho propõe apresentar as discussões levantadas e os resultados parciais obtidos da análise, em andamento, do referido corpus, considerado no processo de negociação de sentidos e construção da memória.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha

A EPF Nilo Peçanha foi criada em 1922 na cidade de Campos dos Goytacazes², interior do estado do Rio de Janeiro. Estabeleceu-se no prédio que pertencia ao extinto Liceu de Artes e Ofícios Bitencourt da Silva (1986 - 1919), um dos primeiros prédios construídos na cidade com finalidade educativa. A EPF Nilo Peçanha veio compor um conjunto de quatro Escolas Profissionais Estaduais, duas femininas (junto à Escola Aurelino Leal em Niterói) e duas masculinas (as Escolas Visconde de Moraes e Washington Luis, ambas em Niterói), sendo a única situada no interior do estado. Tratava-se de uma escola pública estadual de ensino profissional só para mulheres, tendo funcionado nesses moldes até a década de 1970 quando

1 Sob orientação da professora Dr.^a Silvia Alicia Martinez, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, no contexto do Grupo de Pesquisa do CNPq “Educação, Sociedade e Região” e do Projeto de Pesquisa “Políticas de Educação Profissional Feminina: Modelos de Formação no Brasil Republicano”, foi produzida, entre outros trabalhos, a monografia intitulada “A dupla missão formativa da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha: entre o lar e o ofício”, como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela UENF em 2015. Um recorte da referida pesquisa foi apresentado em Sessão de Comunicação oral no CONINTER 3, realizado em 2014 na Universidade Católica de Salvador – BA.

2 A cidade de Campos dos Goytacazes, apesar de situada no interior do Estado do Rio de Janeiro, se destacou historicamente na área da educação, abrigando diferentes e importantes instituições escolares, como o Liceu de Humanidades de Campos (Ensino Secundário), a Escola de Aprendizes e Artífices (Educação Profissional), o Instituto de Educação de Campos (Formação de Professores) e vários Grupos Escolares (Educação Primária).

foi transformada em Giná

ber também meninos.



Foto 1: Fachada da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, atual prédio histórico do Colégio Es (1946)

O principal
quatro an
oficinas, p
de conhe
Costura, B
femininas.
de admiss

A escola e
dupla inte
institucion
para o cui
contrastan
histórico, c



Foto 2: Alunas e professoras na entrada principal da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha. (Arquivo Histórico do CENP - Relatório anual de 1959)

Língua e Discurso

3 O currículo do Curso Industrial era composto por disciplinas de Cultura Geral, Oficinas Técnicas e pelas chamadas Práticas Educativas, que eram a Educação Física, a Educação Musical, o Ensino Religioso e a Educação Feminina, sendo esta última obrigatória em todos os anos do Curso Industrial. Na Prática Educativa Educação Feminina as alunas aprendiam trabalhos manuais, culinária, cuidados com o recém-nascido e a criança e também economia doméstica, para administrarem os gastos familiares.

A língua, que é uma construção humana metamórfica, possui uma natureza complexa. Não apenas existe num contexto, numa realidade social, política, econômica e cultural, mas é o meio pelo qual o contexto se realiza, entre permanências e transformações, sendo instrumento de (re)significação do mundo. Seu caráter inerentemente simbólico tem essa peculiaridade especialmente apreciada na Análise do Discurso, que propõe seu estudo considerando necessariamente o contexto, observando a língua em uso e pensando seus processos de produção e interpretação, percebendo como as tensões sociais influenciam e são influenciadas por ela. A Análise de Discurso pode ser considerada uma postura do pesquisador, um modo próprio de se olhar para a língua.

Existem diferentes concepções sobre a definição do termo discurso, que vão, partindo de seus respectivos entendimentos sobre língua e sujeito, provocar diferentes formas de análise deste objeto, o discurso. A análise do discurso considera em seu processo de investigação, sobretudo, os fatores sócio-político-culturais de produção e interpretação linguística, e não apenas o aspecto estrutural da língua. Desse modo, a análise do discurso não tem como cerne o funcionamento linguístico, mas a relação mútua entre sujeito e funcionamento da língua, como aponta MELO (2009, p.3) ao propor um paralelo entre a Análise do Discurso Francesa e a Análise Crítica do Discurso (vertente anglo-saxã): “O objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas.”.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é identificar no corpus analisado, que chamarei de discurso-objeto, manifestações das relações humanas para além do explicitamente estabelecido no texto, apreendendo a dinâmica das negociações de sentidos e construção da memória.

Discurso-objeto: “Entre emoções e conselhos de uma paraninfa”

O discurso-objeto selecionado para este trabalho trata-se de um pronunciamento feito pela professora Aida Di Verdi Castro como paraninfa das alunas diplomadas no Curso Industrial da EPF Nilo Peçanha em 1949. Segue:

Em dezembro de 1945, quando a nossa Escola era dirigida pela Exma. Sra. Da. Isaura Cruz, fui convidada para lecionar, por conta dos cofres da Caixa Escolar do estabelecimento, a uma turma, á primeira turma do Pré-Industrial – um Curso que prepararia as candidatas ao exame vestibular. Jamais eu imaginaria que aquelas alunas, então meninhas irresponsáveis e inexperientes que eu via pela primeira vez, iriam, quatro anos mais tarde, terminando o seu curso, me eleger paraninfa da cerimônia de sua colação de grau... Para muitos, um curso é simplesmente um estágio, imprescindível á aquisição de um diploma – recurso que oferecerá melhores oportunidades na luta pela subsistência... Os que, porém, conhecemos os obstáculos a que o estudante tem de fazer face, os que sentimos a gravidade do problema educacional em nossa Pátria, os que compreendemos que o Brasil necessita cada vez mais de cidadãos úteis, capazes de promoverem o seu progresso e de lhe proporcionarem melhores dias, os que encaramos o ensino como problema de reconstrução nacional, êstes sabemos que um curso não é simples estágio, e nos ufanamos sempre que nos sentimos num ambiente assim festivo, em que mais uma turma, recebendo o seu diploma, faz sua afirmação pública de que está capacitada a cooperar na obra de recuperação do país, na luta em pról dos interêsses da coletividade. Paraninfa tal cerimônia – mister em que as prezadas alunas me investiram – orgulharia a quem quer que o fizesse. Mas, senhores, o momento não

é só de orgulho. Êle é também de júbilo, de satisfação. E ao ver essas moças receberem o seu diploma, essa moças cujo estudo acompanhei, eu me regozijo a tal ponto, que já não vivo neste instante: é o contentamento, é a emoção que vive em mim! Sei que, elegendo-me paraninfa, não pretenderam as queridas alunas homenagearem sua obscura mestra. Quiseram prestar homenagem a tôdas as suas professôras, e meu nome teria sido escolhido ao acaso... Eu agradeço por mim e por minhas colegas. E se eu não estivesse aqui ou aqui não estivesse outra professôra da casa, ou Da. Hilda Sobral que nos dirige a tôdas, poucos teriam experimentado o júbilo intenso que eu sinto agora, porque poucos terão tido por essas meninas a afeição que eu lhes devoto a tôdas elas. É amando os nossos alunos que podemos compreendê-los, penetrar-lhes a alma, grangear-lhes confiança, impor-lhes as nossas lições e os meios pelos quais hão de aprendê-las, desenvolver-se, progredir. O amor é o principal agente na consecução de um grande fim. É apropriada essência da vida. Quem não sabe amar, não sabe viver. E nós, em nossas aulas, muito soubemos viver, porque muito soubemos amar!... Minhas afilhadas: Recebeis hoje o vosso diploma. Pagastes caro a aquisição. Compraste-lo com os vossos sacrifícios, as vossas lutas, os vossos esforços no cumprimento do dever. Por isso mesmo, êle tem para vós um valor inestimável. Porém... bem maiores que o diploma em si são os conhecimentos, são as noções, são as técnicas, são as experiências que o vosso diploma representa – êste patrimônio que fará a vossa emancipação econômica, porque vos proporcionará meios de viverdes sem a ajuda do trabalho alheio e que vos dará o orgulho dos que podem viver uma vida proveitosa e útil. Hoje a mulher assumiu na sociedade um lugar que não conheceu em outras eras. Já não é dependente; ombreia com o homem nas atividades em busca da subsistência, pois as contingências da vida assim tem exigido o seu esforço. Já não é um pêso morto, mas uma força viva que coopera para o progresso da nação. Nesta época em que pontifica o advento da indústria, em pleno domínio da mecanização, o ensino industrial vai se emancipando do conceito injusto que dêle se fazia, atribuindo-lhe pouco valor e consideração. A profecia de Nilo Peçanha se concretiza afinal. Ele disse em 1909: “O Brasil de amanhã sairá das Oficinas”. De fato, prezadas artífices, o progresso do Brasil está a reclamar o vosso trabalho na oficina. Ele será tão útil e tão digno, tão nobre e tão necessário, como o dos cientistas, dos estadistas e dos literatos. Estareis inseguras a princípio. Encontrareis sérios obstáculos. Não cuides que, por estardes aptas a trabalhar e porque o trabalho está a exigir vossos esforços, encontra-lo-eis, sem embargo, na primeira pretensão vossa. Vereis a fôrça e o poder adiantando-se ao mérito, o favoritismo vencendo a capacidade. É certo que tereis dificuldades no início. Mas não é menos certo que podereis vencê-las, se a isto vos decidirdes com determinação e fé. Não vos deixeis dominar pelos insucessos dos primeiros instantes. Procurai produzir sempre com mais perfeição e mais depressa, para vos impordes como as preferidas. Estais preparadas para ganhar a vossa vida, cooperando com o vosso trabalho para maior grandeza do Brasil. Mas que isto não mascare vosso atributos feminis, não desvirtui o privilégio que Deus concedeu á mulher, não interfira na missão grandiosa que confiou a ela, não constitua um pretexto para vos afastardes do lar que ireis construir e fugirdes ás responsabilidades que tereis para com êle. Queridas afilhadas: Oxalá eu vos tenha feito uma advertência oportuna, tenha vos dado um conselho útil, tenha levado até vós um pouco de alento e de fé, tenha vós encorajado no limiar da nova fase que ireis encetar. Se eu tiver conseguido isto, se vos tiver dado um testemunho público de meu afeto, e dessa forma vos tiver agradado – estará em festas o coração de vossa professôra de ontem, amiga de hoje e de sempre. E para vos apresentar os meus votos de felicidades, eu me sirvo dos versos de Mário Pederneiras, almejando que possais continuar a vossa trajetória pela existência em fóra,
“Calcando máguas, afastando espinhos,
Como se a escarpa dessa vida fôsse
O mais suaves de todos os caminhos...
(Relatório anual de 1959 – Arquivo Histórico do CENP)

Este objeto-discurso foi escolhido por expressar de forma emblemática a proposta educativa da instituição, que, como dito anteriormente, buscava conciliar demandas naquele momento

aparentemente contrastantes: preparar a mulher para o mercado de trabalho e para o cuidado da família e do lar. Desse modo, esse corpus possui um caráter simbólico de grande relevância. Diria que, assim como nos portões do CENP existem ainda hoje gravados em ferro o símbolo EPF, o discurso pronunciado pela professora Aida Di Verdi Castro em 1949 pode também ser considerado ele mesmo um símbolo da instituição, que representou naquele momento uma espécie de “transição de pensamento” em relação à profissionalização da mulher, afinal, apesar de essa “profissionalização” ter acontecido em atividades consideradas tipicamente femininas ela se deu legitimada por um contexto institucional educativo público e por um diploma ao final da formação. É evidente no discurso-objeto selecionado para esta análise uma dinâmica de negociação de sentidos. Outro aspecto que este trabalho pretende destacar é a dinâmica de construção da memória sobre a EPF Nilo Peçanha e, de modo mais amplo, sobre a educação da mulher.

Sobre o discurso-objeto: suporte material

O Arquivo Histórico do CENP é composto em quase sua totalidade por documentos sob a forma de relatórios anuais das atividades escolares da EPF Nilo Peçanha. Assim, o discurso-objeto em análise neste artigo está registrado num desses relatórios, o do ano de 1949. Tais relatórios deveriam ser entregues anualmente ao órgão competente, conforme regulamento da época. No entanto, não se reduziam ao simples atendimento de uma exigência burocrática, constituindo mais que um meio de prestação de contas da instituição ao Estado, possibilitando um espaço de posicionamentos, negociações de sentidos e relações de poder. Observa-se que a função comunicativa primária dos relatórios, de prestar contas sobre o funcionamento da escola, era na prática ampliada, servindo também aos interesses da instituição. Desse modo, por meio desses relatórios anuais se apresentavam mais que informações sobre o funcionamento ordinário da instituição. Nesse espaço/suporte oficial e burocrático de função e formato aparentemente determinados é possível apreender a ampliação de seu significado e uso. Os relatórios eram veículo de comunicação entre a instituição e o Estado, mas além das exigências informativas carregava também outras intenções enunciativas. No contexto comunicativo dos relatórios administrativos os discursos pronunciados por professoras e diretoras em ocasiões solenes não se tratavam de informações que deveriam obrigatoriamente ser registradas, o que torna ainda mais relevante as reflexões sobre os porquês e o modo de inclusão desse tipo de texto num contexto que não os requeria mas que os oportunizava. Pensar o suporte material do objeto-discurso em questão trata-se de um aspecto muito relevante em sua análise, e que nos levou à questão: como as características da materialidade de um corpus interferem tanto nos processos de sua produção como de sua interpretação?

Outra observação a respeito do aspecto material do objeto-discurso em análise foi de que ao analisarmos o conjunto dos relatórios anuais existentes no Arquivo Histórico do CENP é possível perceber que o perfil dos mesmos foi se transformando ao longo do tempo. Inicialmente, até a década de 1950, tais documentos eram mais detalhados, tanto nos dados referentes ao funcionamento administrativo e desempenho institucional como, sobretudo, pela maior ênfase na descrição de atividades culturais e sociais realizadas pela escola. Desse modo, era comum nesse período a existência de muitas fotografias, de menções a reportagens de jornais da cidade a respeito da escola, de relato de realizações, conquistas e problemas institucionais, bem como o apelo constante por melhorias. A partir da década de 1960, no entanto, percebe-se uma mudança significativa no perfil desses relatórios anuais, que passaram a ser muito mais sucintos e voltados aos dados de funcionamento administrativo e de desempenho acadêmico, apresentando um aspecto mais técnico, sintético e objetivo se comparado aos anteriores: menos discursos, menos sugestões, menos fotografias, menos “subjetividade institucional”.

Ainda sobre a condição material de existência dos discursos, outra questão levantada trata-se da relação entre as características dessa materialidade e a preservação dos documentos, e por consequência do corpus em análise e da memória que torna possível. Em outras palavras, as características da materialidade de um corpus além de abrigar questões sobre seus processos de produção e interpretação podem exercer influência na sua preservação ou não preservação, e consequentemente na construção da memória. Nesse sentido, levantamos as questões: Como as características da materialidade de um corpus influenciam na sua preservação ou não preservação? Que aspectos dessa materialidade podem fazer com que certo corpus seja descartado ou preservado? Sobre o suporte material de existência do discurso-objeto em questão, pensamos que sua forma de documento oficial e padronizado, os relatórios anuais, certamente contribuiu para a preservação material de parte significativa da memória institucional. De certo modo, essas características de oficialidade e lógica padronizada deram a esses documentos uma “autoridade” que os fizeram memoráveis.

O objeto-discurso numa breve análise

Um dos primeiros aspectos que chama atenção ao iniciar a análise desse discurso-objeto é o contexto de seu pronunciamento, uma cerimônia de colação de grau, e a posição assumida pela enunciativa, de paraninfa. Considerando que o ato de colação de grau é mais que apenas uma exigência burocrática, caracterizando-se por um forte conteúdo simbólico, é marcado pela intersubjetividade e pelo interdiscurso.

A professora inicia sua fala relatando o próprio ingresso como docente na instituição, estabelecendo de forma indireta uma identificação entre ela e as formandas: o primeiro contato da professora com a Escola foi também o primeiro contato daquelas alunas, a primeira experiência de ambas. Nesse mesmo trecho a docente faz menção à Caixa Escolar do estabelecimento, chamando atenção o destaque dado ao modo de financiamento que possibilitou sua contratação, o que nos faz questionar sobre o discurso de justificação vinculado a essa prática.

A Caixa Escolar foi uma prática de tradição francesa que, apesar de algumas tentativas na fase imperial, ganhou impulso no Brasil a partir do período republicano, quando o Estado assumiu a educação pública como parte do projeto de modernização do país. A importância da Caixa Escolar não se referia somente ao aspecto financeiro, mas também ao ideológico, fazendo parte do ideário republicano de desenvolvimento. O caráter filantrópico, que também caracterizava a prática da Caixa Escolar, contribuiu para o êxito dessa prática, que condizia aos valores religiosos então estabelecidos. (CARVALHO; BERNARDO, 2011)

A Caixa Escolar, regulamentada e incentivada pelo Estado, constituiu um instrumento prático que difundia uma ideologia. Tão importante quanto os recursos obtidos era o incentivo à mobilização da sociedade civil, transmitido assim uma mensagem de que a sociedade deveria contribuir para realização da missão das instituições educativas, de promover o desenvolvimento do país. Muitos eventos sociais eram realizados pelas escolas com base na justificativa de arrecadação de fundos para suas Caixas Escolares.

Voltando ao discurso, a professora passa a abordar a questão da educação nacional, um dos temas que mais evidencia no texto a interdiscursividade. A educação era tida naquele período como um dos mais importantes instrumentos de desenvolvimento da nação, ainda que reconhecidamente marcada por muitos problemas, e tal ideal é afirmado no texto em diferentes trechos. Nesse contexto, aos professores cabiam a modéstia, o altruísmo e a abnegação, características que pareciam dever fazer parte do *ethos* da profissão. Mais especificamente sobre a educação profissional é feita referência a uma mudança de pensamento em relação à

mesma. Até então predominava uma visão negativa em relação ao trabalho manual, de forma que a aprendizagem de ofícios era rejeitada pelos homens livres. As primeiras iniciativas sistemáticas de formação profissional por parte do Estado se caracterizaram pelas perspectivas compulsória e assistencialista: “Como os homens livres desprezavam esses ofícios, o governo usou de subterfúgios para conseguir formar artífices, confinando desocupados e miseráveis para a aprendizagem compulsória nas guarnições militares e navais” (ARANHA, 2006, p. 229).

Uma característica marcante no texto, que se mantém ao longo de toda a fala, é seu tom íntimo e sentimental, o que pode ser considerado típico nesse tipo de texto, visto que a relação afetiva positiva entre os formandos e o profissional homenageado é um dos principais elementos considerados na escolha desse último. A paraninfa destaca também a importância do afeto entre professor e alunos no processo de ensino-aprendizagem, devendo ser este um de seus princípios norteadores. O amor, a compreensão e a confiança são destacados como elementos importantes para a realização da finalidade da educação. Desse modo, é possível identificar na fala da professora a afirmação de uma pedagogia peculiar, cujo um dos princípios centrais é o afeto.

O diploma é um símbolo recorrentemente evocado durante o texto. Afirma-se o ideário de que a posse de um diploma proporcionaria melhores condições de vida, no entanto, destaca a importância não apenas do diploma, mas, sobretudo, do propósito maior da educação naquele contexto social, político e econômico, o desenvolvimento do país, uma responsabilidade coletiva. O diploma é citado como um símbolo de conquista, que corporifica um percurso de esforços e sacrifícios. No texto a própria função simbólica do diploma é destacada pela professora, que o significa, entre outros sentidos, como um instrumento de poder na dinâmica da vida social.

Sobre o posicionamento da mulher na sociedade a professora destaca um cenário de mudanças, mas também de continuidades. A questão do papel da mulher na sociedade é no corpus analisado o tema que mais denota a negociação de sentidos. A “emancipação” da mulher seria no sentido econômico, de se tornar oficialmente economicamente ativa, mas não no que diz respeito às atribuições tradicionalmente delegadas às mulheres, sobretudo de cuidado da família e da casa. Não bastava preparar para a atuação profissional, era preciso também educar a mulher para que cumprisse da melhor forma sua “primordial função” de esposa e mãe, pensamento que o currículo escolar da época muito bem exemplifica.

Considerações Finais

Este artigo apresentou discussões levantadas na análise, em andamento, do corpus a que se propõe considerado no processo de negociação de sentidos e construção da memória. O recorte deste artigo enfatizou aspectos da escolha do corpus e, principalmente, questões sobre sua existência material. Foi apresentada uma breve análise, reconhecidamente incipiente, sobre o objeto-discurso propriamente dito. Análise esta que, a partir deste momento, será desenvolvida sob contribuições de teorias da Análise do Discurso.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. **Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária**. *Revista Educação em Foco*. Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, set 2011/ fev 2012.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia. **Educação Profissional Feminina: modelos de formação no Brasil Republicano**, 2011. Projeto de Pesquisa, CNPq.

MELO, Iran Ferreira de. *Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções*. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna**. Ano 05, n.11, 2º semestre de 2009.

NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares, In: NÓVOA, António (Coord.). **As organizações escolares em análise**. 3ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999, p.13-42.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

SILVA, Daniela Gonçalves da. **A dupla missão formativa da Escola Industrial Nilo Peçanha (1947 - 1956): entre o lar e o ofício**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

SILVA, Daniela Gonçalves da; MARTÍNEZ, Silvia Alicia; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **A dupla missão formativa da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” (1946-1947): apreciações sobre currículo e cultura escolar**. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 379-419, set./dez.2016.

OS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS NA ORDEM DO SABER MÉDICO E SEUS REFLEXOS NO CAMPO JURÍDICO

EVELIN M.C.DAN

*Professora Assistente da Universidade
do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
evelind@hotmail.com*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as condições histórico-sociais que possibilitaram o saber médico romper com fio da continuidade histórica ao promover um movimento de (des) identificação com o campo jurídico. Esse esforço consistirá em se realizar uma análise histórica do campo discursivo estruturante dessa ordem de saber o que oportuniza a reflexão sobre os efeitos decorrentes desse “novo” regime discursivo nas práticas legislativa e jurídicas atuais. Proponho uma reflexão que toma, em sua centralidade teórica, o pensamento foucaultiano e seu método arqueológico.

Palavras-chave: saber médico – práticas jurídicas - reforma psiquiátrica – lei de execução penal – exame criminológico

ABSTRACT

This article analyzes the historical and social conditions that enabled medical knowledge to break with historical continuity by promoting a movement of disidentification with legal practices. This reflection makes a historical analysis of the structuring discourses of this knowledge considering the effects of this “new” discourse in current legislative and legal practices. I propose a reflection that uses the studies of Michel Foucault and his archaeological method.

Key-words: medical knowledge - legal practices - psychiatric reform - penal execution - criminological examination

1. As rupturas com as continuidades irrefletidas

Ao investigar os processos históricos que promoveram os deslocamentos prático-discursivos derivantes do embricamento do saber médico às práticas jurídicas pondero sobre os fatores contingenciadores desse tipo de arranjo. Assim, procurando retirar do campo das especulações as continuidades históricas que naturalizam as mudanças dentro de uma ordem de saber tomo o método arqueológico foucaultiano para pensar os discursos enquanto práticas que obedecem a regras. Nesse sentido, a arqueologia fundamenta a compreensão do sentido do discurso em sua dimensão de acontecimento, investigando as condições histórico-sociais que possibilitaram seu aparecimento e questionando porque determinado enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar (FOUCAULT, 2005).

Ao considerar a medicina como unidade discursiva não pretendo estudar a sua configuração interna ou suas contradições, mas apenas o modo como os jogos de verdade e estratégias de poder podem ser articulados nas práticas sejam elas clínicas, legislativas, normativas e políticas.

O primeiro esforço consiste no abandono do jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade histórica, deixando em suspenso certas categorias que sempre mantiveram essa ideia, quais sejam: as noções de tradição¹, de influência², de desenvolvimento e evolução³, e por fim a noção de mentalidade ou de espírito⁴. O comprometimento das análises históricas se dá na medida em que os acontecimentos discursivos são naturalizados, ou seja, acabam sendo considerados como precipitações da evolução numa determinada ordem de saber, tendo justificadas suas mudanças e normalizado o continuísmo de seu desenvolvimento.

Ao desprezar o fio da continuidade, assumo deliberadamente, as brechas, o descontínuo, buscando na análise histórica pelo emaranhado de fatos discursivos anteriores a um acontecimento que o explicam e o determinam. De outra maneira, essa problematização das formas prévias de continuidades irrefletidas demonstra que os acontecimentos discursivos cristalizados em nossa cultura não se justificam por si mesmos, sendo sempre o efeito de uma construção “[...] cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas” (FOUCAULT, 2005, p. 28).

Nesse sentido, num processo anterior à análise de qualquer materialidade, devemos nos atentar a um conjunto de enunciados que cada um ao seu modo influenciou o movimento de adjeção do saber médico às práticas jurídicas e seus deslocamentos prático-discursivos derivantes.

2. Os deslocamentos discursivos do saber médico e seus efeitos nas práticas legislativas, clínicas e jurídicas

É sabido que a partir do século XVIII houve o favorecimento do nascimento de determinados saberes sendo estes pronunciados como formas de controle social através das instituições sociais, como consequência da sociedade reguladora e disciplinadora incipiente. Ou seja, nesse contexto as construções nas ordens discursivas impulsionaram o surgimento de ciências que oferecessem diagnósticos explicativos das condutas humanas, tendo desse modo, a psiquiatria, a sociologia, a criminologia e tantas outras ciências encontrado ressonância para suas teorizações a respeito dos comportamentos dos indivíduos, especialmente os dissidentes da sociedade, procurando em muitos casos explicar e justificar as suas condutas. Como resultado, viabilizaram sua possível recuperação implementando a sua adequação através de medidas integradoras e ajustadoras a que poderiam submete-los. De outra maneira, esse modelo de sociedade inaugurou um modo de exercício de poder no qual a sujeição não se faz apenas pela repressão, mas, sobretudo, por um método mais sutil de adestramento, definindo a produção de comportamentos e também o surgimento de determinadas instituições, como as prisões e os hospitais, que se articulavam ao surgimento de saberes e ao exercício do poder disciplinar (MUCHAIL, 2004).

É desse modo que o projeto de medicalização da sociedade brasileira também esteve condicionado à essa lógica incipiente. Vê-se, a partir do século XIX, o advento da medicina social, inaugurando uma intervenção de maneira global na sociedade, que se caracterizou como uma forma de controle constante, por sua vigilância contínua sobre o espaço e o tempo sociais. Como efeitos temos, primeiramente, a penetração da medicina na sociedade, incorporando o

1 Que visa a dar uma importância temporal a um conjunto de fenômenos, que, ao mesmo tempo, se sucedem, ou são idênticos ou pelo menos análogos (FOUCAULT, 2005, p. 23-24).

2 Que fornece um suporte aos fatos de transmissão e comunicação, ou que atribui a um processo de andamento causal os fenômenos de semelhança ou de repetição, ou ainda que liga, à distância e através do tempo, unidades definidas como indivíduos, obras, noções ou teorias (Ibid, 2005, p. 24).

3 Que permite reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos, relacionando-os a um único e mesmo princípio organizador (Ibid, 2005, p. 25).

4 Que permite estabelecer entre os fenômenos simultâneos de uma determinada época uma comunidade de sentido ou que fazem surgir, como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva (Ibidem).

meio urbano como alvo da reflexão e da prática médica; e segundo, as concessões à medicina o *status* de um corpo científico indispensável ao exercício do poder do Estado. Assim, “[...] se a Medicina se coloca a serviço do Estado, ela exige em contrapartida, que este se deixe instrumentalizar” (MACHADO, 1978, p. 126). Insta considerar que se no período colonial a concepção de saúde só era percebida pela presença da realidade representada pela doença, se constituindo como um problema, detentora de sua marca negativa associada à morte, a correspondente transformação do objeto da medicina também significou um deslocamento prático-discursivo inverso da doença para a saúde. De outro modo, essa renovação do paradigma prático-discursivo faz com que seja consolidado a produção histórica do sentido de que a sociedade, por sua desorganização e mau funcionamento, é a causadora de doenças, cabendo a medicina atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível.

O projeto médico passou então a reivindicar por uma posição em que o direito, a educação, a política, a moral seriam condicionadas a seu saber⁵. Outrossim, instituiu medidas de controle sociais que decorrem de sua própria essência na estrutura do Estado, se tornando indispensável ao funcionamento do mesmo. Portanto, a medicina social é necessariamente política, tendo penetrado nas instituições do Estado e avançado sobre o campo jurídico, requisitando-lhe um lugar para pronunciar-se enquanto saber/ poder especializado. A esse respeito Foucault (2001, p. 48-49) aduz:

No início do século XIX [...] o problema do poder médico no aparelho judiciário era um problema conflituoso, no sentido de que os médicos reivindicavam [...] o direito de exercer seu saber no interior da instituição judiciária. Ao que, no essencial, a instituição judiciária se opunha como uma invasão, como um confisco, como uma desqualificação de sua competência. [...] vemos desenvolver-se pouco a pouco, uma espécie de reivindicação comum dos juizes no sentido da medicalização da sua profissão, da sua função, das suas decisões.

Do processo de medicalização da sociedade surge o projeto da psiquiatria de patologizar o comportamento do louco, a partir de então considerado anormal. Esse primeiro deslocamento sofrido pelo saber médico constituiu um domínio que individualizou a psiquiatria como uma especialidade médica. Tal ofensiva implementou a criação de uma instituição de enclausuramento, o hospício, este tido como principal instrumento terapêutico, e consolidou a sua aliança com o jurídico a fim de tutelar a imputabilidade do indivíduo, produzindo efeitos no campo legislativo a quem deveria normatizar sobre esse tema. É desse modo que as legislações civil e penal passam a regulamentar sobre a saúde mental e a maturidade psíquica, tornando-a um requisito essencial para a consideração da capacidade civil e responsabilização penal do indivíduo.

Ocorre que, após a segunda guerra mundial, se irrompe um acontecimento discursivo⁶ que promoveu rupturas não só com as teorizações até então formuladas mas com um conjunto de práticas clínicas que validavam essa ordem de saber, passando a (re)significar a sua própria essência. Isto porque, se por um lado o paradigma psiquiátrico clássico havia transformado a loucura em doença mental - produzindo uma demanda por espaços de confinamento e por práticas de diagnósticos que justificassem sua intervenção - tendo assim uma identificação com as estruturas sociais excludentes (manicômios e prisões), de outro, a conjuntura do pós-guerra deflagrou a ruptura radical em relação à psiquiatria tradicional⁷, instaurando uma

5 Por exemplo, na ordem jurídica, as decisões judiciais começam a ser tematizadas por tal projeto a partir de 1830, oportunidade em que a Sociedade de Medicina critica a legislação pátria por não oferecer suficientes garantias à liberdade e segurança pessoais, argumentado que a Medicina legal consubstanciaria a vanguarda de tais direitos (MACHADO, 1978, p. 194).

6 Considerado como um conjunto de enunciados em sua dispersão de acontecimento e na instância própria de cada um.

7 E seu dispositivo da alienação.

reformulação das premissas fundantes e concebendo como novo dispositivo a saúde mental, instituindo inclusive seu projeto de reforma que assentou-se sobre o questionamento do papel e da natureza ora da instituição asilar, ora do saber psiquiátrico. A experiência psiquiátrica do pós-guerra:

[...] chama a atenção da sociedade para a deprimente condição dos institucionalizados em hospitais psiquiátricos, mal comparada a lembrança dos campos de concentração com que a Europa democrática daquele período não mais tolerava conviver (AMARANTE, 1998, p. 28).

A descontinuidade do modelo clínico da psiquiatria clássica nos faz perquirir como é possível que se tenha, em certos momentos e em certas ordens de saber, mudanças bruscas, consideradas como precipitações de evolução, como transformações que não correspondem à imagem tranquila e continuísta histórica que normalmente se admite?

Essas (re)significações⁸ das práticas e do saber instaladas na ordem do discurso psiquiátrico se deram como efeitos da modificação nas regras de formação dos enunciados, não se constituindo como uma refutação de erros antigos, nem tampouco como uma renovação de seu paradigma. Nesse contexto histórico-social-econômico o pós-guerra instaurou um cenário de colapso social na Europa, desencadeando a necessidade de reformulação da concepção de Estado e estruturação de novas práticas discursivas com sua correspondente produção histórica de sentidos. Desse modo, esse *novo* modelo⁹ possibilitou a irrupção de um conjunto de enunciados (discursos) que se organizaram como efeito dessa construção e propiciaram a manutenção do estado de crença que determina a circularidade das pessoas. Assim, “[...] toda espécie de violência e desrespeito aos direitos humanos é repudiada e reprimida pelo tecido social (AMARANTE, 1998, p. 28).

Contudo, esse arranjo discursivo instalado na ordem médica está desprovido da aparente benignidade de seus reformadores. Sobretudo por ter se constituído enquanto imperativo social e econômico diante do enorme desperdício de força de trabalho tornando imprescindível “[...] a recuperação da mão-de-obra invalidada pela guerra” (AMARANTE, 1998, p.28). Como efeito dessa (re) organização se verificou a própria atualização dos espaços asilares por meio da implementação da proposta da terapêutica ativa¹⁰ retomando o mito de que o trabalho seria a forma mais básica para a transformação dos doentes mentais, constituindo um sujeito marcado pela sociabilidade da produção. Desse modo, a proposta de humanização dos asilos psiquiátricos passou por uma transformação¹¹ se resignificando enquanto comunidade terapêutica e fundamentando-se na organização coletiva do trabalho do espaço asilar.

Concomitantemente, um outro acontecimento discursivo insurgente – que deve ser considerado – compunha o cenário da experiência psiquiátrica, qual seja, a do movimento de contestação da psiquiatria asilar. É dessa forma que:

Seu surgimento está situado historicamente na França do pós-guerra, originando-se nos setores mais críticos e progressistas e terminando por ser incorporada, a partir dos anos 60, como a política oficial (AMARANTE, 1998, p. 35).

A assimilação deste movimento por parte das políticas públicas de Estado ajustou-se as seguintes razões, segundo Fleming (1976, p. 55-56, *apud* Amarante, 1998, p. 35):

8 Tomadas aqui como verdadeiras mutações.

9 Estado Democrático de Direito

10 Também conhecida como terapia ocupacional fundada por Hermann Simon em 1920 (AMARANTE, 1998, P. 28).

11 Contudo, o alcance transformador do projeto da psiquiatria institucional, nesse primeiro momento, resumiu-se em uma reforma que não objetivava questionar o saber psiquiátrico.

[...] a de que a psiquiatria asilar é onerosa aos cofres públicos; a inadequação da instituição asilar para responder à novas questões patológicas engendradas pelas sociedades de capitalismo avançado; e finalmente a crise dos valores burgueses colocando em perigo a ideologia dominante, o que no campo específico da saúde mental, aponta para a necessidade da mediação das técnicas *psis* nos problemas sociais.

Inexoravelmente o pós-guerra deflagrou uma nova demanda ao saber psiquiátrico, cabendo a este adequar-se aos interesses políticos-sociais e econômicos mais amplos. É nesse contexto que o projeto da psiquiatria preventiva surge, propondo ser a terceira revolução psiquiátrica (após Pinel), já que renova o seu próprio paradigma no saber, isto é, se antes a psiquiatria clássica dedicava-se a tratar a doença mental, agora propõe-se a promover a saúde mental, o que significou num novo projeto de medicalização da ordem social. Assim,

Tal processo representa a existência de uma metamorfose do dispositivo de controle e disciplinamento social que vai da política de confinamento dos loucos até à moderna promoção da sanidade mental, como a conhecemos agora (AMARANTE, 1998, p. 41).

Nesse processo junta-se o movimento da psiquiatria democrática italiana (PDI), propugnada por Basaglia em 1974 como desdobramento mesmo das propostas da psiquiatria preventiva. Seu alcance revela uma crítica “a ligação de dependência entre psiquiatria e justiça, a origem de classes de pessoas internadas e a não neutralidade da ciência” (AMARANTE, 1998, p. 48). Essa cinesia marcará não só a desinstitucionalização de saberes/práticas/discursos comprometidos com uma objetivação da loucura e sua redução à doença mas também a tentativa de dissociação do saber médico às práticas jurídicas como um efeito de sua própria ressignificação identitária.

No Brasil o movimento da reforma psiquiátrica se deflagrou entre os anos de 1978 e 1980 traduzindo-se na luta pela desconstrução manicomial, dos dispositivos institucionais e dos paradigmas psiquiátricos. É nesse ponto nevrálgico que pondera-se sobre os desdobramentos que o Movimento Anti-Manicomial (efeito da Reforma Psiquiátrica) pátrio conferiu às práticas legislativas, clínicas e jurídicas. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº3657/89 (Projeto Paulo Delgado) se tornou um marco na medida em que fomentou importantes mudanças, destacando-se nesse processo, a promulgação da Lei Antimanicomial (Lei n. º10.216/2001), a regulação restritiva da atuação do psicólogo no âmbito do sistema prisional por meio da Resolução nº 012/2011 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Reforma legislativa da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7210/1984) por meio da Lei nº10.792/2003.

No que se refere a Lei Antimanicomial (Lei nº 10.216/2001) esta constituiu-se como expressão mesma do movimento de (des)identificação com as estruturas sociais excludentes afeitas ao campo jurídico, instituindo um novo modelo assistencial que se consubstancia no discurso da promoção da saúde mental e do respeito aos direitos humanos, acarretando uma redução programada dos leitos psiquiátricos de longa permanência, banindo, desta forma, os espaços de confinamentos como instrumento terapêutico. Assim, considera a internação como um dispositivo terapêutico excepcional, dispendo em seu art. 4º: “A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (BRASIL, 2001). Se por um lado o movimento de ruptura com o projeto inicial de acoplamento às estruturas do Estado vem se traduzindo numa ostensiva limitação ao Poder Judiciário, na medida em que condiciona os togados a buscar por outras medidas ajustadoras dos indivíduos, por outro acaba acentuando a produção histórica do sentido de que o saber médico se respalda na vanguarda do respeito aos direitos humanos sendo assegurada por esta ressignificação prático-discursiva.

A esse processo junta-se o movimento de resistência perpetrado pelos psicólogos que se traduziu na regulação quanto a atuação profissional no âmbito do sistema prisional por meio

da Resolução nº 012/2011 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Referido regulamento dispõe o seguinte:

Art. 2º. Em relação à atuação com a população em privação de liberdade ou em medida de segurança, a(o) psicóloga(o) deverá: [...] d) Atuar na **promoção de saúde mental, a partir dos pressupostos antimanicomiais, tendo como referência fundamental a Lei da Reforma Psiquiátrica, Lei nº 10.216/2001**, visando a favorecer a criação ou o fortalecimento dos laços sociais e comunitários e a atenção integral[...] (BRASIL, 2011, grifo nosso).

Esse documento, além de corroborar a concepção do novo dispositivo prático-discursivo-médico, qual seja, a saúde mental, tomando como referência a própria Lei Anti-manicomial, traz uma série de recomendações a esses profissionais de saúde de modo especial destacando o caráter marginalizante e excludente do sistema de encarceramento, estabelecendo “o compromisso social da categoria em relação às proposições alternativas à pena privativa de liberdade, além de fortalecer a luta pela garantia de direitos humanos nas instituições em que há privação de liberdade” (BRASIL, 2011). Ainda nesse sentido, o seu art. 1º dispõe que:

[...] Em todas as práticas no âmbito do sistema prisional, a(o) psicóloga(o) deverá respeitar e promover: c) **A desconstrução do conceito de que o crime está relacionado unicamente à patologia ou à história individual**, enfatizando os dispositivos sociais que promovem o processo de criminalização. (BRASIL, 2011, grifo nosso)

Notadamente este dispositivo abandona os pressupostos criminológicos positivistas¹², expressando-se como uma descontinuidade com prática discursiva jurídica que demanda o caráter patologizante associado as condutas criminosas.

Esse movimento de resistência vem promovendo uma tensão no que se refere a demanda do Judiciário pela sujeição classificatória¹³ dos detentos no sistema prisional - especialmente no tocante a apreciação do binômio personalidade-periculosidade¹⁴ - assegurada pelos exames criminológicos¹⁵ realizados nos condenados em sede de execução penal, formando uma área limítrofe, entre as duas disciplinas, representada pelos crimes para os quais não apresenta qualquer explicação racional e nos quais o agente não apresenta uma enfermidade mental, em nome da modernização da Justiça (DAN, 2014). A Resolução nº 012/2011 orienta os peritos no seguinte em seu art. 4º:

Em relação à elaboração de documentos escritos para subsidiar a decisão judicial na execução das penas e das medidas de segurança:
[...] § 1º. **Na perícia psicológica realizada no contexto da execução penal ficam vedadas a elaboração de prognóstico criminológico de reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento de nexos causal a partir do binômio delitodelinqüente** (BRASIL, 2011, grifo nosso).

Denota-se a estipulação de uma limitação no que se refere a avaliação dos apenados, cabendo aos psicólogos rejeitar a aferição sobre a potencial periculosidade do criminoso que se dá por

12 O apelo referencial à suposta existência de um conjunto de características ou uma estrutura psicológica delitiva, onde há a exaltação da diversidade do delinqüente, tem seus fundamentos propugnados pela teoria da personalidade delitiva, sendo um desdobramento mesmo do positivismo criminológico. Esta teoria exalta a necessidade de identificar, isolar, mensurar e quantificar os fatores que incidem nos indivíduos, determinando-lhes o delito.

13 Termo este cunhado especificamente para referir-me a requisição dos exames criminológicos em sede de execução penal.

14 Deve-se a Garófalo (1885) a conceituação da periculosidade dos sujeitos infratores preconizando que se as sanções têm de constituir um meio de prevenção, deveriam ser adaptadas não apenas à gravidade do delito ou ao dever violado, mas sim à “temibilidade” do agente.

15 O exame criminológico é um instrumento de avaliação dos apenados sendo realizado nos regimes de pena privativa de liberdade em regime fechado e eventualmente na progressão do regime fechado para o semi-aberto, quando requisitado pelo juiz (art. 8 da Lei 7210/84). Formado por laudos periciais (psicológico, psiquiátrico, estudo social do condenado, mediante uma visão interdisciplinar) que atestam sobre a personalidade do criminoso, observando sua periculosidade.

meio de prognoses¹⁶ que atestam sobre a personalidade, contrapondo-se ao escopo desse tipo de exame já que destina-se a essa verificação¹⁷.

Por fim, um outro reflexo desse movimento se traduziu na reforma da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84) promovida com entrada em vigor da Lei nº 10.792/03. Referida lei substituiu a necessidade do exame criminológico para a progressão de regime por um simples atestado de bom comportamento carcerário uma vez que até então, exigia-se como requisito para progressão de regime, não só o cumprimento de pelo menos 1/6 da pena (requisito objetivo) e o mérito do sentenciado, mas também um parecer da Comissão Técnica de Classificação (CTC) através do exame criminológico (requisito subjetivo). Dessa forma, a opção de solicitar ou não o laudo criminológico passou a ser inteiramente calcada no entendimento e na necessidade pessoal do juiz.

A redação original do Art. 112 da Lei nº 7.210/84 previa:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo Juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 1/6 (um sexto) da pena no regime anterior **e seu mérito indicar a progressão.**

Parágrafo único. **A decisão será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico**, quando necessário (BRASIL, 1984, grifo nosso).

O Art. 112 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/84), com redação alterada pela Lei nº 10.792/03, prescreve:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e **ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão**

§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor (BRASIL, 1984, grifo nosso).

Nota-se então, que o artigo revogado extrai o caráter obrigatório da realização do exame criminológico, tendo sido pacificado esse entendimento pela Súmula 439 do STJ que postula: “Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso concreto desde que em decisão motivada”. Assim, o que antes era regra, em tese, ganhou um caráter excepcional na aferição do mérito do condenado. De todo modo, corroborou-se a redução desse tipo de prática de diagnósticos na medida em que o próprio Judiciário vem restringindo a elaboração

16 Do resultado do diagnóstico da personalidade do criminoso se deduzem conclusões quanto à probabilidade de reincidência e a possibilidade de reeducação.

17 O exame criminológico se constituiu como laudo de aconselhamento aos magistrados, na medida em que requisita dos peritos uma avaliação baseada num exercício de “futuresologia”, cabendo-lhes dizer se o apenado é “perigoso” e de que maneira deverá se dar a intervenção estatal.

de referidos exames.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

BRASIL. Lei nº 7210 de 11 de Julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.216/2001 de 06 Abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm Acesso em 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.792/2003 de 01 de Janeiro de 2003. Altera a Lei de Execução Penal [Lei nº 7210/84] e o Código de Processo Penal [Decreto-lei nº 3689/41]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.792.htm Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Resolução 012/2011 do Conselho Federal de Psicologia de 25 de Maio de 2011. Regulamenta a atuação do psicólogo no âmbito do sistema prisional. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao_012-11.pdf Acesso em: 20 ago. 2018.

DAN, Evelin M. C. **O discurso sobre a anormalidade nas práticas judiciais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto, São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Doença Mental e Psicologia**. Tradução de Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Os anormais - Curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2005.

_____. **Microfísica do Poder**. 23 ed. São Paulo, SP: Graal, 2007.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MUCHAIL, Salma Thannus. **Foucault simplesmente: textos reunidos**. São Paulo: Loyola, 2004.

REFLEXÕES SOBRE AS NARRATIVAS DA IMIGRAÇÃO LIBANESA NO BRASIL

ALEXANDRE DE OLIVEIRA GAMA

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (UnB)
alexandregama@iftm.edu.br*

RESUMO

O objetivo desse trabalho é fazer uma breve reflexão sobre as narrativas produzidas acerca da imigração libanesa no Brasil. Como a imigração desse povo se encontra dentro do conjunto maior da imigração árabe (predominantemente sírio-libanesa), iniciaremos com uma reflexão sobre as teorias que marcaram esses trabalhos no Brasil entre as décadas de 1920 e 1960 para depois apontar as especificidades que compõe o universo das narrativas sobre a imigração libanesa no país. Veremos que as obras acadêmicas estiveram profundamente estruturadas pelo eixo narrativo criado pelas memórias dos pioneiros e intelectuais da comunidade, privilegiando os exemplos e casos de superação que celebravam o desempenho econômico e social do grupo. Além disso, também veremos alguns dos mitos criados pelas narrativas memorialistas ainda hoje presentes nos textos que se produzem sobre o assunto.

Palavras-chave: Imigração. Imigração árabe. Libaneses. Narrativas. Mitos.

ABSTRACT

The objective of this work is to make a brief reflection on the narratives produced about the Lebanese immigration in Brazil. As the immigration of this people is within the larger group of Arab immigration (predominantly Syrian-Lebanese), we will begin with a reflection on the theories that marked these works in Brazil between the decades of 1920 and 1960 and later to point out the specificities that make up the universe of the narratives on Lebanese immigration in the country. We will see that the academic works were deeply structured by the narrative axis created by the memories of the pioneers and intellectuals of the community, privileging the examples and cases of overcoming that celebrated the economic and social performance of the group. In addition, we will also see some of the myths created by the memorialist narratives still present today in the texts that are produced on the subject.

Key-words: Immigration. Arab immigration. Lebanese. Narratives. Myths.

Neste trabalho faremos uma breve reflexão sobre o universo das narrativas produzidas sobre a imigração árabe no Brasil. Para isso, elencamos um determinado conjunto de autores e suas respectivas produções para apontarmos suas principais características e a importância de seu papel dentro do universo das narrativas dessa imigração, sobretudo sírio-libanesa, no país. São alguns trabalhos pioneiros, produzidos entre as décadas de 1920 e 1980. Entretanto, antes disso, vamos fazer uma reflexão, de caráter mais geral, sobre a produção de narrativas da imigração de grande escala que teve início de forma mais vultuosa no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. A forma como se estruturaram essas narrativas, os métodos e teorias que a alimentaram, irão influenciar profundamente a produção de narrativas sobre a imigração árabe (sírio-libanesa) no país.

Com várias publicações refletindo sobre o tema da imigração no Brasil, Giralda Seyferth explica que esses estudos, no âmbito das ciências sociais, de 1920 até o final da década de 1960, estiveram profundamente influenciados pelas teorias de assimilação e por sua versão antropológica, a aculturação (2007, p. 32; 2014, p. 17). Segundo a autora, durante esses quase cinquenta anos (e mesmo depois disso) essas teorias ditaram as preocupações e vieses das pesquisas no meio acadêmico. Para a perspectiva assimilacionista - em grande medida ganhando impulso com as práticas promovidas pela campanha de nacionalização do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 a 1945) - havia uma expectativa de que o "elemento" estrangeiro fosse "absorvido" ou "diluído", de forma que "deixassem de existir como unidades socioculturais distintas" (SEYFERTH, 2014, p. 18). Para esses teóricos, a assimilação "é pensada como o processo pelo qual os imigrantes ou outros grupos minoritários são absorvidos ou integrados num novo país" (SEYFERTH, 2007, p. 32).

Por outro lado, os estudos sobre imigração que trabalham com a perspectiva da aculturação, em geral, fazem a leitura de que ambas as culturas (a da sociedade receptora e a do grupo imigrante) sofram mudanças resultantes dos processos que envolvam a interação entre elas. Mas claro: um processo de interação e integração cultural marcado pela desigualdade, em que prevalecem os padrões culturais do grupo dominante, isto é, da sociedade receptora (SEYFERTH, 2007, p. 33). Portanto, nessas cinco décadas, encontraremos trabalhos de estudiosos e pesquisadores profundamente comprometidos em dar respostas para essas questões e problemas por eles colocados: 1) Até quando determinado grupo de imigrantes resistia a sua tendência de ser absorvidos pela sociedade receptora?; 2) Como esses grupos de imigrantes (em cada uma de suas gerações) vivenciavam de forma diferenciada essa "diluição" à medida que a perspectiva de retorno ao país de origem ficava cada vez mais distante?; 3) Como e em quais áreas a sociedade receptora absorvia elementos identificados com a cultura estrangeira?

Mas houve mudanças nesse padrão de narrativas produzidas sobre a imigração ao longo do percurso que alcança nossos dias. No final da década de 1960 ocorreu uma revisão teórico-metodológica que culminou com a abertura de novos campos de reflexão ainda negligenciados (SEYFERTH, 2014, p. 20). Os estudos agora passaram a se preocupar com a importância da questão da identidade e de seus marcadores no estabelecimento dos limites da integração entre os grupos em contato. Nesses tempos de globalização e, mais recentemente, de crise de refugiados, o campo de estudo se expande para reflexões que abarquem as várias abordagens trazidas a campo pela noção de etnicidade, "entendida como construção cultural historicamente determinada e iterativamente renegociada, por solicitações tanto internas ao próprio grupo quanto externas da sociedade mais ampla" (TRUZZI, 2009, p. 282). Por meio dessa noção, o pesquisador pode atentar para as "realidades cambiantes, tanto internas ao grupo quanto externas da sociedade inclusiva." (TRUZZI, 2009, p. 282).

Apesar dos ganhos e avanços que se traduziu nesses anos na produção de uma vasta e heterogênea literatura, a perspectiva analítica assimilacionista se consolidou como uma poderosa tendência de longa duração nas narrativas sobre a imigração, influenciando na proposição de questões, ensejando preocupações e direcionando os olhares dos narradores, escritores e pesquisadores ao longo de todo esse tempo (SEYFERTH, 2007, p. 32). Afirmamos que esse mesmo fenômeno ocorreu com a produção de narrativas sobre a imigração árabe no Brasil. Esta produção acompanha cada uma das fases pelas quais percorreram os estudos sobre a grande imigração. Mas mesmo que tenha acompanhado essas fases, ainda assim, no conjunto geral, as questões e problemáticas de vários trabalhos recentes continuam de alguma forma presos às ideias propostas pela teoria da assimilação e aculturação. Passamos, a partir de agora, a refletir sobre algumas dessas obras que ajudaram a configurar um determinado padrão dominante de narrativa sobre a imigração árabe (sírio-libanesa) no Brasil.

Conforme mencionado por Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (2010, p. 18), é significativo perceber que a forma como se estrutura a narrativa que descreve a história dessa imigração começou a ser produzida pelos próprios intelectuais da comunidade sírio e libanesa que foi se formando e avolumando no país no último quartel do século XIX e início do XX. Intelectuais como Taufic Kurban e Taufic Duoun, por meio de seus livros (respectivamente: *Os sírios e libaneses no Brasil*, de 1933, e *A emigração sírio-libanesa às terras de promessa*, de 1944) teriam estruturado “os principais pontos da narrativa que começava com os imigrantes que expulsos de sua terra de origem, passava pela dura vida dos mascates e chegava no sucesso econômico, na integração social e na construção de instituições comunitárias” (PINTO, 2010, p. 18). Essas obras seminais serão fundamentais na construção e consolidação de determinados mitos de origem criados pelas narrativas desses autores profundamente envolvidos com a comunidade síria e libanesa no Brasil.

Mas não somente isso. O autor também ressalta a importância - para a construção desses mitos - de uma série de publicações em árabe entre os anos de 1940 e 1950 que reforçam essa narrativa de tons épicos que se constituía sobre a imigração desse grupo não somente no Brasil, mas nos demais países da América Latina. Sobre elas, ele diz:

São compilações de biografias de imigrantes **sírios e/ou libaneses bem-sucedidos nas mais diversas áreas - comércio, indústria, literatura, poesia, etc.** - organizadas por país e por localidade. A mais significativa dessas ‘enciclopédias biográficas’ é sem dúvida ‘*Natiqun al-Dad fi Amirika al-Junubiyya*’ (“Os falantes do ‘Dad’ na América do Sul”) (Tahan, 1956), que apresenta um **quadro geral dos imigrantes bem-sucedidos** e das instituições das comunidades árabes nos diversos países da América Latina. Outras há que focalizam alguns países latino-americanos ou somente o Brasil (Harmush 1955). (PINTO, 2010, p. 18, grifo nosso).

Paulo da Rocha Pinto conclui, ao analisar o conjunto dessas obras - sempre celebrando as personalidades da comunidade de imigrantes que se destacavam pelo seu desempenho econômico no país receptor - que elas consagraram e difundiram a sequência *imigração-ascensão social-integração* como “o eixo narrativo obrigatório para a descrição e análise da presença árabe na América Latina.” (PINTO, 2010, p. 18). De fato, o que veremos pela frente é um conjunto de autores que, por mais que se esforcem ou questionem esse eixo, ainda se mostram essencialmente presos a ele. Geralmente, tendem a elencar, dentro dos objetivos ou questões postas pelos seus trabalhos, problemas que estejam relacionados a esses grupos bem-sucedidos da comunidade de imigrantes. E se tem uma obra que se tornou matriz de referência para o universo das narrativas sobre a imigração sírio-libanesa produzidas na segunda metade do século XX, essa obra não foi produzida por pessoas de dentro da comunidade, nem por brasileiros ou latino-americanos. Foi escrita pelo brasilianista norte-americano, Clark S. Knowlton.

A obra *Sírios e libaneses* (KNOWLTON, 1960) se tornou referência absoluta nos trabalhos que vieram após sua publicação. Knowlton a descreve como um “estudo da mobilidade espacial e social dos sírios-libaneses” (KNOWLTON, 1960, p. 8), explicando as causas dessa imigração para o Brasil, apresentando dados que vão dos fins do século XIX até a década de 1940. Ele também analisa as características demográficas da colônia no país e expõe conclusões sobre o processo de mobilidade e ascensão social dos sírios e libaneses na estrutura da sociedade paulista.

A importância dessa obra já havia sido mencionada por outro expoente pesquisador desse tema, Oswaldo Mário Serra Truzzi. Ele considera a narrativa produzida por esse sociólogo norte-americano:

o trabalho de maior importância, que é referência pioneira e obrigatória sobre o tema... analisa detidamente as características demográficas da colônia sírio-libanesa no Brasil (em particular no Estado e na cidade de São Paulo), reconstitui a ascensão econômica do grupo e pincela aspectos de sua aculturação na nova terra. (TRUZZI, 2009, p. 25-26).

Conforme mencionamos brevemente a pouco, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto aponta em suas reflexões, como a comunidade de imigrantes, por meio de seus intelectuais e suas respectivas narrativas, constroem determinadas *mitos da imigração*, com o objetivo de criar uma suposta unidade para o complexo fenômeno da imigração no Oriente Médio (2010, p. 19). Muitos desses mitos, que tematizam a pobreza, opressão e intolerância religiosa do Império Otomano (que dominava a região do Oriente Médio nos tempos da imigração pioneira, último terço do século XIX), foram largamente narrados pelos pioneiros, numa tentativa de fazer do empreendimento migratório, um evento heroico, de conotações épicas.

Entretanto, conforme o autor demonstra em sua obra, aquela narrativa não correspondia de fato à experiência dos cristãos naquelas regiões do império. Os motivos que desencadeiam a emigração estariam mais relacionados a uma tentativa desses imigrantes manterem o nível de padrão de vida conseguido em anos anteriores (agora em crise) do que propriamente relacionados às restrições, perseguições, ofensas e massacres empreendidos por agentes do império ou por outros grupos religiosos que, neste caso, contavam com sua omissão (de proteger os cristãos) ou permissão velada aos sofrimentos a eles direcionados. A narrativa construída pelos pioneiros omite o motivo de busca pela manutenção do padrão de vida da família libanesa. Emigrando, membros dessa família poderiam enviar recursos para sustento daqueles que ficaram e para o aumento ou aquisição de novas propriedades. Pouco mais tarde, as narrativas dos intelectuais da comunidade sírio-libanesa no Brasil cuidaram de amplificar essa “versão” das causas principais da emigração construídas pela memória dos pioneiros.

Mas não somente os intelectuais da comunidade se encarregaram de disseminar esse tipo de narrativa, como também estudiosos acadêmicos passaram a reproduzi-las. Foi o caso de Clark Knowlton. Para explicar as causas da emigração, ele enfatizou os problemas vividos pelos cristãos que viram na emigração a solução para os seus problemas, a possibilidade de começarem novamente suas vidas, mas não no Líbano, na América.

Antes do século XIX, os cristãos de tódas (sic) as seitas ocupavam uma posição social e política inferior no Império Otomano. Estavam sujeitos a muitas restrições e exações, e, nos períodos de paixão política ou religiosa, eram geralmente vítimas de ofensas e massacres. Em sua maioria, viviam em pequenos grupos concentrados nas cidades maiores, excepto (sic) os maronitas, reunidos nas montanhas septentrionais do Líbano [...] A despeito dos novos acórdos (sic) políticos, os cristãos perderam tóda (sic) a confiança em sua capacidade de autoproteção. Perceberam que sua vida e propriedade dependiam da tolerância e bel-prazer dos muçulmanos. **A qualquer momento podiam ser vítimas de novo massacre.** Muitos começaram a invocar a proteção da França e outros buscaram emigrar para um país cristão onde pudessem viver em paz [...] O século XIX na Síria e no Líbano foi de declínio econômico e miséria. **Banditismo, extorsão de impostos e desgoverno (sic) eram fenômenos crônicos.** Como a maioria dos bandidos e coletores de impostos se constituía de maometanos e beduínos, **os cristãos sofriam mais que os outros.** Pestes devastaram a terra, expulsando muitos de seus lares. Devido à pressão demográfica, erosão do solo, declínio das indústrias tradicionais e falta de oportunidades econômicas, a pobreza era a sorte inescapável da maioria dos habitantes até que a emigração permitiu uma fuga. (KNOWLTON, 1960, p. 19, 22, 24, grifo nosso).

A narrativa de Knowlton, que não pertencia ao quadro de intelectuais da colônia árabe na América Latina, será responsável pela divulgação e consolidação, de forma mais efetiva,

desse *mito de fundação* construído pelos pioneiros. Dizemos isso porque sua obra, conforme já anunciamos, será referência quase absoluta para os trabalhos que se sucedem, para autores acadêmicos que não economizaram citações de sua obra em suas narrativas sobre a imigração sírio-libanesa no Brasil.

Quando se refere à chegada e desenvolvimento desse grupo de imigrantes no país, esse brasilianista destina sua atenção/escuta para os seus relatos de prosperidade, mesmo que haja menção a falências:

De 1900 a 1929, milhares de comerciantes sírios e libaneses do interior do Brasil **prosperaram**. Houve períodos de depressão durante os quais **muitos faliram, mas o seu lugar foi tomado por outros. Começando como mascates, passaram para o comércio a varejo e depois por atacado e finalmente para a indústria.** (KNOWLTON, 1960, p. 66-67, grifo nosso).

Devemos atentar para a forma como o autor informa os casos de falências: mesmo que muitos tenham falido, o que parece ser importante é o fato de que outros tenham logo ocupado seu lugar. Em outro momento, a premissa se confirma: as falências são sempre descritas como um evento passageiro e como oportunidade de reforçar os atributos dos membros da colônia, qual seja, sua capacidade de superação. Assim lemos na seguinte passagem: "Havia muitos revezes e falências, *mas gradualmente essas indústrias prosperaram*. Outros, observando o êxito, montavam fábricas idênticas." (KNOWLTON, 1960, p. 143, grifo nosso).

Enfim, estamos diante de uma narrativa de vencedores que foi profundamente enraizada na academia a partir da divulgação desse *mito da imigração* criado pelas narrativas dos pioneiros e de seus intelectuais. Obras como a de Knowlton e muitas das que lhe sucederão estarão, umas mais outras menos, interessadas na investigação que tem como eixo o binômio analítico *ascensão-integração social* a que se referiu Paulo da Rocha Pinto. Portanto, vemos nessa obra acadêmica as referências e representações seminais construídas pelas memórias e narrativas dos imigrantes pioneiros e intelectuais da colônia.

Conforme já anunciamos, o trabalho de Clark Knowlton se tornou uma matriz de referências para os próximos trabalhos que abordarão a imigração sírio-libanesa no Brasil. E como um trabalho fundado em uma perspectiva assimilacionista, também neste quesito influenciará a produção das próximas narrativas direcionando os olhares e atenção dos pesquisadores e demais narradores para os problemas que interessam a essa teoria. A conclusão da narrativa de Knowlton denuncia sua flagrante adesão a essas ideias:

No momento atual, **os sírios e libaneses estão bem avançados no caminho da aculturação**. Percebem que tem uma grande contribuição a dar ao Brasil e consideram-se brasileiros patriotas. **Há pouca resistência consciente à aculturação ou assimilação** entre os sírios e libaneses, que **estão lentamente fundindo-se** com a população heterogênea da capital do estado. (KNOWLTON, 1960, p. 188, grifo nosso).

A narrativa da psicanalista Claude Fahd Hajjar em *Imigração árabe: 100 anos de reflexão* (1985) se enquadra dentro daquilo que chamamos de narrativas memorialistas. Mesmo que não seja exatamente um livro de memórias, seu texto tende a enaltecer os atributos, a coragem, o caráter do imigrante e do empreendimento migratório, enfatizando os ganhos que a sociedade receptora (brasileira) adquire com a força e trabalho daqueles. Essas são características muito comuns presentes nesse tipo de narrativa memorialista. As palavras da autora confirmam o que estamos falando:

O perfil psicológico do imigrante em geral nos leva ao encontro dos **corajosos, dos destemidos, dos intelectuais e dos mercadores, além dos líderes políticos**; todos

emigraram para escapar às forças da sociedade que lhes frustravam ambições e desejos e os impediam de **dar vazão a sua produção criativa e participativa no próprio país. São estes elementos que, exilados de suas terras, vieram a formar as atuais lideranças das comunidades onde se enraizaram.** Aqui no Brasil, o imigrante se transformou e usou toda sua energia psíquica **no seu processo de aculturação, introduzindo-se na língua e na cultura brasileira antes totalmente desconhecidas para ele.** Paralela a luta de aculturação, existe a elaboração do luto psíquico pela perda da mãe pátria somada a outras perdas radicais, como a de familiares, amigos, costumes etc... **Todas estas perdas fazem com que seu espírito criativo e empreendedor venha a elaborar seu luto através da organização da sociedade imigratória à qual pertence,** reproduzindo na terra da imigração, toda a estrutura comunitária que o mantém vinculado a sua origem. (HAJJAR, 1985, p. 19, grifo nosso).

Ainda que estejamos há quase duas décadas daquela revisão teórico-metodológica (de fins de 1960) que introduziu novos temas e problemáticas nas narrativas produzidas sobre a imigração no país, antes ausentes na literatura, refêns do conceito de assimilação (SEYFERTH, 2014, p. 20), percebemos que a autora continua presa às preocupações postas pela variante antropológica dessa teoria: a aculturação. Giralda Seyferth demonstrou que abordagens assim ajudaram a consolidar essa tendência analítica que ela chama de “longa duração” (SEYFERTH, 2007, p. 32).

Claude Hajjar retoma a chegada dos primeiros europeus na América para enfatizar que os pilotos de Pedro Álvares Cabral eram árabes, que esses navegadores utilizavam cartas marítimas árabes, para confirmar o dito “os árabes nasceram no Brasil com o seu descobrimento” (HAJJAR, 1985, p. 21). Em narrativas memorialistas, há uma forte preocupação com os *mitos de fundação e de origem* de um povo. Em seus escritos, Hajjar conduz essa fórmula ao paroxismo ao explicar a origem do homem americano:

Os soldados espanhóis trazidos para cá tinham o sangue árabe nas veias pela miscigenação de séculos de dominação árabe na Península Ibérica. Essa **miscigenação do espanhol arabizado com os índios fez nascer um novo tipo americano.** Em ambiente favorável, **desperta o ancestral instinto aparentemente adormecido,** e eis novamente o beduíno dos desertos africanos e da Arábia em plena planície Sul-americana. Mantém intactas as **potencialidades dos seus antepassados,** qualidades preteridas pela vida urbana; **é rebelde, valente e audaz. Vive individualmente e não se submete a nada e nem a ninguém. Para ele, não há outro senhor senão o seu capricho. Nada mais o prende senão as suas paixões.** (HAJJAR, 1985, p. 22, grifo nosso).

A narrativa da autora ressignifica a história de todo um povo e, assim como as narrativas coloniais em suas posturas etnocêntricas, silenciam as contribuições das sociedades indígenas em nome de uma determinada visão de desenvolvimento do mundo ocidental capitalista. Sendo assim, ela carrega consigo os estereótipos outrora evangelizados pelas narrativas do colonizador. Mas fundamentalmente, o que assistimos em sua narrativa, é a ideia de supremacia de um saber e de uma prática.

Claude Hajjar explica que os primeiros imigrantes árabes se instalaram nas ruas da Alfândega e do Ouvidor, no Rio de Janeiro, e sem saber precisar a origem dos contatos entre eles, afirma que “procuravam um comerciante ou fabricante de bugigangas que lhes dava uma caixa com pentes, vidros de perfumes etc. e iam vender nos arredores das cidades. Foram chamados de *Ahlal Kacha* (povo da caixa), a palavra brasileira entrou, aliás, no vocabulário árabe comum.” (HAJJAR, 1985, p. 89).

Esse foi outro *mito de fundação* criado pela comunidade árabe no Brasil que também alcançou significativo espaço nos trabalhos acadêmicos produzidos por pesquisadores do país. A partir daquele binômio analítico de que fala Paulo da Rocha Pinto, *ascensão/integração social*, os pioneiros e intelectuais da colônia foram elaborando as narrativas em torno da figura do

mascate de forma a: 1) atribuir uma identidade comum a um grupo que se caracterizava pela heterogeneidade, pois esses grupos poderiam se identificar com mais de uma dezena de marcadores étnicos (“árabe” ou “sírio-libanês”), nacionais (sírio, libanês, palestino), locais (Beirute, Zahle, Belém, Jerusalém, Homs, Aleppo ou Damasco) ou religiosos (cristãos - católicos, romanos, maronitas, ortodoxo antioquino, melquita; muçulmanos sunita, xiita, drusos e alauítas) (PINTO, 2010, p. 16); 2) diferenciá-los de grupos que eram desvalorizados no Brasil, tais como os negros e; 3) atribuir ao mascate um papel civilizador, a partir da reelaboração de elementos que compõem a narrativa da história nacional.

O esforço dessas narrativas em transformar a imagem do mascate de “fardo de conotações suspeitas e negativas em conjunto de qualidades positivas” foi um feito de resultados incontestáveis (TRUZZI, 2009, p. 91). Para Oswaldo Truzzi:

É exatamente nesse sentido que **o mascate encarnou uma espécie de mito fundador da etnia**. Celebrizado em prosa e verso pelos intelectuais da colônia (Safady, s.d.; Féres, 1970), de fato a figura do mascate **constituiu a única base possível de identidade coletiva de uma colônia fragmentada entre diferentes religiões e regiões de origem...** Sua perspicaz capacidade de adaptação à nova pátria impressionou a ponto de gerar narrativas em que fábula e realidade se confundiram, como no episódio relatado por Tanus Jorge Bestani, em seu livro *Memórias de um mascate*. O autor conta o caso do libanês Kalil, que, julgado morto por seu companheiro Miguel, foi por este encontrado doze anos depois cacique de uma tribo amazônica (Bestani, 1945). (TRUZZI, 2009, p. 91-92, grifo nosso).

Essas narrativas atribuíam as qualidades morais da etnia à representação que criaram da imagem do mascate, reforçando aqueles atributos que foram logo associados a esses vendedores: esforço, perseverança, ousadia, espírito de aventura, instinto comercial. Sendo assim, não restavam dúvidas: sua história seria certamente associada a um futuro de sucesso, de superação, sempre enfatizando as dificuldades e a dura vida de um passado que exigia constantes sacrifícios no início da imigração.

Portanto, a partir das considerações feitas ao longo do trabalho, percebemos que os estudos sobre a imigração árabe estiveram fortemente comprometidos com as narrativas produzidas pelas memórias dos imigrantes pioneiros, pelos discursos memorialistas produzidos por personagens vinculados, de alguma forma, a essa comunidade de imigrantes no Brasil. Diversos “mitos de imigração” foram criados por eles, dentre os quais citamos: 1) o mito de fundação da imigração, que descreveu os fatores que geraram a emigração como os piores possíveis, ainda que isso não ocorresse na realidade, pois tinham o interesse de estabelecer um rompimento com seu passado colonial sob domínio do Império Otomano; 2) o mito do mascate, criado pela narrativa dos pioneiros como uma representação da superação, de pessoas que galgaram sempre posições ascendentes em sua carreira profissional: mascate-varejista-atacadista-industrial. Mitos criados com o objetivo de construir uma aparente identidade cultural comum para um grupo que se caracterizava pelas dezenas de marcadores identitários que os diferenciavam na terra de origem e no Brasil.

Vimos também que a dominância econômica e a projeção dos imigrantes paulistas sobre o restante da comunidade brasileira fizeram com que sua perspectiva e leituras do fenômeno da imigração acabasse influenciando as demais narrativas que se produziam em outras regiões do país. E, por fim, por mais que tenham havido muitos trabalhos acadêmicos no período estudado, demonstramos: 1) o quanto foram influenciados por essas narrativas memorialistas dos pioneiros e intelectuais da comunidade, não conseguindo romper com a estrutura narrativa criada por eles; 2) o quanto estiveram comprometidos em seus objetivos e estratégias, com as demandas da teoria assimilacionista, tão presentes nas ciências sociais entre as décadas de 1920 e 1960.

REFERÊNCIAS:

- DUOUN, Taufik. *A emigração sírio-libanesa às terras de promessa*. São Paulo: Editora Árabe, 1944.
- FÍGOLI, L.; VILELA, E. Migração Internacional, multiculturalismo e identidade: sírios e libaneses em Minas Gerais. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2004, Caxambu, MG. 2014. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_626.pdf (acesso em 10/08/2016).
- HAJJAR, Claude Fahd. *Imigração árabe: cem anos de reflexão*. São Paulo: Ícone, 1985.
- KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In.: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- KHATLAB, Roberto. *Mahjar: saga libanesa no Brasil*. Beirute: Mokhtarat, 2002.
- KNOWLTON, Clark S. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhambi, 1960.
- KURBAN, Taufik. *Os sírios e libaneses no Brasil*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1933.
- MEIHY, Murilo. *Os libaneses*. São Paulo: Contexto, 2016.
- SAFADY, Wadih. *Cenas e cenários dos caminhos de minha vida*. Belo Horizonte: Santa Maria, 1966.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Ed. Universidade, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In.: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2014. (1ª Reimpressão).
- _____. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In.: SEYFERTH, Giralda [et al.]. *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1992.
- _____. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NEM PÃO NEM PERDÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA PROFANA NA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CAROLINA WEILER THIBES

Doutora Programa de Pós-Graduação em Sociologia
e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD_UFF)
carolinathibes@yahoo.com.br

WILSON MADEIRA FILHO

Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende abordar o embate das iniciativas na temática de SAN da Igreja Católica, que foram determinantes para a política de SAN, sobretudo no Estado de Minas Gerais, com as novas frentes criadas pelos militantes da SAN no Brasil. A partir de 2003, com a chegada do ex-presidente Lula ao poder, são difundidos os mecanismos de participação em que o poder do Estado é compartilhado com a sociedade, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, os Orçamentos Participativos, as Audiências Públicas, as Conferências Nacionais de Políticas Públicas, entre outros. Neste momento, os militantes da SAN passaram a exigir um formato mais democrático da gestão das políticas de SAN e a Igreja Católica, que no passado teria se mostrado como vanguarda nesta temática, passa a ser um delicado entrave neste modelo de democracia participativa. Para o objeto específico a ser aqui analisado, nos centraremos tanto em nossas experiências de campo, participando e coordenando as Conferências Estaduais e Nacional de SAN, entre 2015 e 2016, como em entrevistas específicas junto aos alguns dos ex-presidentes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Igreja Católica; Fome Zero; Direito Humano à Alimentação Adequada; Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Introdução

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão*

*Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão
(O Cio da Terra, Chico Buarque)*

A religião como variável interveniente tem sido tema recorrente em pesquisas acadêmicas e sua projeção impactante no campo das políticas públicas, em especial nas plataformas eleitorais nas campanhas de 2018, reacendem a questão de ser importante mensurar sua abrangência, sob vários vieses e contextos. Iremos propor breve abordagem da questão sob a via da trajetória da política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é vasto e abrange toda a cadeia alimentar, deste o acesso à terra, reforma agrária, condições de plantio dos alimentos, seu transporte e possibilidade de escoamento até a informação nos rótulos da origem, qualidade e segurança dos alimentos e a venda nos mercados, perpassando ainda pela atuação do Estado e da sociedade civil. A Cúpula Mundial de Alimentação adotou, em 1996, a seguinte definição de Segurança Alimentar e Nutricional:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo.

A temática da Segurança Alimentar e Nutricional remonta a Josué de Castro, pioneiro nas análises e divulgação do diagnóstico da fome no Brasil, que ao publicar em 1946 o livro *Geografia da Fome*, sistematiza o mapa da fome no Brasil. A inserção da SAN nas políticas públicas brasileiras ocorre conforme os desdobramentos históricos e no período da ditadura militar há uma estagnação desta matéria, quicá uma involução. A reabertura política, a partir do final da década de 1970, permite o retorno de muitos exilados políticos, que colaboram para a retomada do debate do flagelo da fome no Brasil. Dentre os exilados que regressaram ao Brasil, o mais engajado na militância para o enfrentamento da fome teria sido Herbert de Souza, o Betinho. Em 1981, Betinho funda, junto com os economistas Carlos Afonso e Marcos Arruda, o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e no início da década de 1990, lidera a campanha nacional "Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida". A partir desta mobilização nacional, a fome se torna, efetivamente, uma questão de política pública e se internaliza dentro do Estado.

Na década de 1990 há uma involução do processo para uma democracia participativa nas políticas públicas de SAN. Entretanto, movimentos e organizações sociais se articulam em paralelo ao governo federal (é formado o Governo Paralelo) e participam da Cúpula Mundial de Alimentação. Criam o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), alguns Conselhos Estaduais de SAN e fundam o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi criado em 1993 e teve como primeiro presidente o Bispo da Igreja Católica, Dom Mauro Morelli. O CONSEA é um órgão de caráter consultivo, vinculado à Presidência da República e composto por nove ministros e vinte e um representantes da sociedade civil designados por iniciativa do Presidente da República, e à época, a partir de indicações do Movimento pela Ética na Política, além do Secretário Geral da Presidência da República.

O presente artigo pretende abordar justamente o embate das iniciativas na temática de SAN da Igreja Católica, que foram determinantes para a política de SAN, sobretudo no Estado de

Minas Gerais, com as novas frentes criadas pelos militantes da SAN no Brasil. A partir de 2003, com a chegada do ex-presidente Lula ao poder, são difundidos os mecanismos de participação em que o poder do Estado é compartilhado com a sociedade, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, os Orçamentos Participativos, as Audiências Públicas, as Conferências Nacionais de Políticas Públicas, entre outros. Neste momento, os militantes da SAN passaram a exigir uma formato mais democrático da gestão das políticas de SAN e a Igreja Católica, que no passado teria se mostrado como vanguarda nesta temática, passa a ser um delicado entrave neste modelo de democracia participativa.

Através de entrevistas semi-estruturadas coletadas ao longo dos anos de 2016, 2017 e 2018 com alguns dos ex-presidentes do CONSEA Nacional e com algumas das principais lideranças do movimento pela SAN no Brasil, pretendeu-se resgatar as narrativas que mostram os bastidores deste embate. O conjunto desse debate foi objeto de tese da autora (THIBES, 2018), sob orientação do co-autor desse texto. Para o objeto específico a ser aqui analisado, nos centraremos tanto em nossas experiências de campo (MADEIRA FILHO et all, 2016), participando e coordenando as Conferências Estaduais e Nacional de SAN, entre 2015 e 2016, como na entrevistas específicas junto aos ex-presidentes do CONSEA: Dom Mauro Morelli, Francisco Menezes e Renato Maluf.

Por se estruturar em depoimentos orais gravados e transcritos, nossa metodologia se insere no ramo da História Oral. Por se tratar de uma história não-oficial, ou seja, que não advém de arquivos nacionais (paradigma da instituição de memória organizada em torno de fonte escrita) ou de registros científicos, a História Oral atuaria como uma contra-história, uma história 'vista de baixo'. De acordo com Trebitsch (1994, p. 23), em oposição à história positivista, que valoriza as fontes escritas, a História Oral:

(...) vem se opor como contra-história, operando uma inversão historiográfica radical, tanto do ponto de vista dos objetos como dos métodos. História vista de baixo, história do local e do comunitário, história dos humildes e dos sem-história, tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou.

É a história contada pelos protagonistas da SAN no Brasil que se pretende resgatar para evidenciar aspectos do embate entre a atuação da Igreja Católica em prol da SAN e a militância do movimento em fóruns da democracia participativa.

Dom Mauro Morelli

Mauro Morelli é bispo católico brasileiro. Em 1974 foi nomeado bispo auxiliar de São Paulo pelo Papa Paulo VI, recebendo a sagração episcopal de Dom Paulo Evaristo Arns em 1975. Em 1981 foi nomeado pelo Papa João Paulo II o primeiro bispo da recém-criada diocese de Duque de Caxias, onde se destacou pelo combate à miséria e à fome e pela luta pela ética e cidadania, lá permanecendo até 2005.

Sua atuação em SAN está ligada justamente ao surgimento do Movimento pela Ética na Política, quando se denuncia que a corrupção não atende o bem comum e que a oitava economia do mundo não poderia conter 32 milhões de famintos.

Dom Mauro Morelli nos narra:

Aí decidiram lançar um movimento pela alimentação e nutrição. Naquele momento nós vínhamos de um processo político de sonhar com a democracia. A Secretaria, a coordenação começa com o Itamar e o Itamar aceitou uma parceria e como o Betinho [...] Então o Betinho me telefona: 'Dom Mauro, nós estamos organizando aqui e chegamos à uma decisão que o senhor será o secretário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar aqui em Brasília e vai coordenar a execução

de tudo isso que nós estamos amarrando com o Itamar. Eu falei: 'Tudo bem, vamos lá!'. Aí eu tive uma reunião acho que em 18 de março, no Palácio, em uma mesa grande com o Itamar e na ponta extrema: Betinho e Dom Mauro. Ali foi o acordo. [...] Nós tínhamos um mês para apresentar ao presidente um plano de trabalho e uma estrutura, e nós trabalhamos e entregamos ao presidente. No dia 13 de maio foi instalado o CONSEA. Aí entra... O Betinho e o Itamar não se bicavam, dois bicudos não se beijam. O Betinho queria que eu fosse secretário do CONSEA e o Itamar queria que eu fosse presidente. O Itamar disse: 'Dom Mauro, eu não vou ser presidente deste Conselho. O Conselho existe para me assessorar, mas não precisa eu ser presidente. O senhor vai ser presidente porque isso aqui é presidencialismo, se o senhor for secretário é segundo escalão'. Aí ele me nomeou presidente do CONSEA. Eu nunca tive vínculo empregatício com o governo. Eu tinha status de Ministro, eu tinha um botton de lapela, nas reuniões públicas com os Ministros tinha o meu lugar e não era subordinado a nenhum Ministro. Tinham nove Ministros no Conselho, inclusive eu fiz reunião com os Ministros fora do Conselho, uma delas foi com o Fernando Henrique e o Betinho. O Betinho também era conselheiro e o Dom Luciano também entrou. Aí nós começamos a trabalhar de acordo com a proposta. No BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento] nós conseguimos um andar inteirinho para montar a Secretaria [...]. Tinha um lugar no Palácio, tinha um gabinete. (...) E esse movimento, em parceria com o presidente, se espalhou pelo Brasil todo. De acordo com o Betinho, chegamos a ter cerca de oito mil grupos de base espalhados pelo Brasil afora. As empresas públicas também. (...) e aí surgiu a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Algumas divergências estruturais já se fazem notar nessa época, enquanto Betinho fortalecia a atuação social, pela inserção de ONGs, como o IBASE, Dom Mauro Morelli substanciava as atuações institucionais. O resultado comum foi a realização da primeira Conferência de Segurança Alimentar, em 1994.

Foi na Universidade de Brasília, o Cristóvão [Buarque] era o reitor. Eu estive em todos os Estados acompanhando o processo. No Rio nós tivemos também um encontro estadual. Aí nós lançamos o processo da 1ª Conferência de Segurança Alimentar, precedida de encontros nos Estados, e eu mandei [convites] para todos os lugares. Telefonar do Palácio do Planalto é uma coisa, telefonar de Caxias é outra, então eu telefonava para a Caixa Econômica lá de Fortaleza: 'Olha, está havendo um negócio assim, assim, pode apoiar...'. Então nós conseguimos mobilizar... vieram à Brasília 1.800 delegados de todo o Brasil, mais uns 400 que vêm para a inauguração, né? Tinha uma mesa e na mesa estávamos: o Itamar, eu, Betinho [...] Eu acho que nunca houve outro evento igual aquele. Até alguém pode me xingar, mas eu vou dizer que a única Conferência Nacional de Segurança Alimentar foi aquela. Naquela, o presidente era o chefe da nação. As outras, ou foram do governo ou até um pouco do partido. Essa é a minha visão. A 2ª Conferência em Olinda, ela ignorou a primeira. Inclusive eu não fui nem reconhecido e eu estava lá com a delegação de Minas. Não me deram a palavra... daí em uma certa altura eu pude falar e o povo ficou aplaudindo e cantando o canto de São Francisco e eu passei os três dias dando autógrafos. Eu vou te dar outro detalhe e você faz o que você quiser fazer. O Betinho é um ser humano fabuloso, mas era muito eu, eu, eu. O IBASE não participou do processo de preparar a Conferência, mas foram lá fazer pesquisa dentro e quando viram, ficaram abismados. O Betinho tinha no Rio uma equipe maior do que a que nós tínhamos na Secretaria da Ação da Cidadania. Mas não tira a grandeza dele, um homem sedento de vida, maravilhoso.

Após o Governo de Itamar Franco, a participação recrudescer, pois o Governo de Fernando Henrique Cardoso desfaz o CONSEA e cria o Programa Comunidade Solidária.

Aí entra outro capitulozinho meio triste: a Ana Peliano foi lá no meu gabinete e disse: 'Vai ser isso e isso' e eu disse: 'eu vou ao Rio conversar com o Betinho'. Daí eu liguei para o Betinho e disse: 'A Ana Peliano veio me trazer a proposta do Comunidade Solidária, o que você acha?' e ele disse: 'uma porcaria escrita por burocratas sem alma'. Isso foi no meio da semana. No

sábado ele se encontrou com o Fernando Henrique no Palácio das Laranjeiras e aceitou participar do Comunidade Solidária. Então o mundo desmoronou, nós continuamos sem recursos. Aí passamos quatro anos com o Fernando Henrique continuando o que a gente podia fazer. Eu sempre conseguia um jeito de viajar e no segundo mandato do Fernando Henrique, alguns governadores, dentre eles o Itamar, foram eleitos com uma crítica ao modelo econômico, inclusive o Mário Covas, que era do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira]. Aí houve uma reaglutinação e foi fundado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Eu nem estava na reunião. Me colocaram, eu era presidente de honra do Fórum e da coordenação. Pois o Chico Menezes me pegou no braço e disse: 'Nós vamos visitar estes coordenadores', inclusive o Covas. No dia que eu fui a São Paulo ele foi hospitalizado pela primeira vez. Para nós teria sido o supprassumo se o Covas tivesse criado o CONSEA lá. Foi criado depois com o Alckmin, em uma outra etapa da minha vida, em que eu sofri um acidente, morava em São Paulo e acabei sendo presidente do Conselho, fundador e presidente do CONSEA de São Paulo. Nessa eleição então nós sáimos para conversar com os governadores para propor a parceria a nível de Estado.

As estratégias de capilaridade do tema transpartidário continuam a obter avanços tanto no âmbito das ações sociais de Betinho quanto nas marcas de ação institucionais de Dom Mauro Morelli, que desembocam na eleição do governo Lula.

Pergunta: Tem um artigo em que o senhor afirma: "O que foi implantado no governo Lula não é projeto que tinha sido trabalhado no Instituto da Cidadania. O Fome Zero foi um remendo."

Dom Mauro: *Eu fui do Governo Paralelo. Eu deveria ter sido vice-presidente do Lula na primeira vez, na primeira campanha dele e eu não aceitei.*

Isso eu posso botar na tese?

Dom Mauro: *Pode, eu fui convidado. Havia o Sétimo Encontro Interclésial em Duque de Caxias em 1989 e eu não deveria aceitar e não aceitei, senão eu detonaria tudo, né? Mas eu participei do Governo Paralelo e todo mês nós tínhamos em São Paulo reuniões para trabalhar a questão do futuro governo [...]. Daí o Frei Betto entrou, ele tinha tentado derrubar o Gilberto Gil, não conseguiu e foi lá ciscar. (...) No fim da transição, um dia, dois amigos meus, um deputado e o outro empresário, estiveram com o Lula, amigos dele também, e o Lula disse: 'O Dom Mauro não vai ser mais o Secretário de Segurança Alimentar, ele vai para o CONSEA e na segunda-feira, quando ele anuncia todo o governo ele não anunciou o CONSEA. O CONSEA só foi instalado em fins de janeiro. Eu não fui convidado para a posse do Lula e na segunda-feira, quando ele anunciou todo o governo não apareceu nada. [...] Aí eu escrevi no O Globo um artigo que saiu no dia 1º de janeiro intitulado "Boa Viagem, presidente".*

Em conversa em Brasília com o então Ministro José Dirceu, Dom Mauro Morelli fecha acordo em permanecer no CONSEA Nacional para "salvar as aparências". Entrementes, com o fortalecimento dos CONSEAs Estaduais, torna-se, mais uma vez a convite de Itamar Franco, agora governador de Minas Gerais, presidente do CONSEA mineiro, permanecendo como tal por quase duas décadas. Dom Mauro Morelli, portanto, presidiu o Conselho Estadual de SAN nos anos de 1999 à 2015.

Em 2015, durante a VI Conferência Estadual de SAN de Minas Gerais, já estávamos na Coordenação geral do Projeto de Fortalecimento dos CONSEAs nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e partilhámos com Dom Mauro Morelli e com Éldio Bonomo a condução dos trabalhos.

Naquela ocasião, nossa atuação pressupunha um fortalecimento das representações sociais e da escolha de novos quadros de liderança, o que veio a ocorrer poucos meses depois, com a eleição de Éldio Bonomo à presidência do CONSEA-MG.

Já retirado na cidade de São Roque de Minas, interior de Minas Gerais, Dom Mauro Morelli demorou a nos conceder a entrevista e a encerrou com certo ar melancólico:

Agronegócio não gera saúde, produz alimentos que gera doenças. Inclusive pelo que eu vi no Congresso de nutrição no ano passado, em Porto Alegre, a partir da Índia, onde eu estive e há cientistas muito bons nesta área, eles sustentam que a depressão é fruto de uma doença ligada à produtos envenenados. O país está pior do que nunca. Nunca chegamos ao estágio da educação alimentar. Trabalhamos a assistência social... A emenda que foi feita à Constituição é manca. Colocar direito ao alimento. Nem todo alimento nutre. Deveria ser alimentação e nutrição. [...] É um processo de educação. É uma visão bonita. Ou não será, no futuro vai fazer parte da condição humana a alimentação. Nós vamos chegar a ter uma estrutura de produção e de distribuição feita de tal forma que todo mundo é alimentado e nutrido. Ou não chegaremos a nada, não sei... Aí acaba com tudo. A expectativa minha é a visão de que quanto menos alimento for pago melhor é a sociedade e a saúde do povo. Nós estamos gastando fábulas em remédio e há toda uma indústria farmacêutica que está em conluio com muitos médicos, remédio que não precisa. Quanto mais gratuito for o alimento, mais saudável ele será, porque você não faz moeda dele. E o alimento tem que ter a dimensão social, celebrativa, a partilha... Na missa eu sempre digo: 'Não há paz sem repartir perdão e pão'.

Francisco Menezes

Francisco Menezes participava do IBASE e já possuía uma trajetória em assessoria política. Não estava em todo de acordo com as atuações de Betinho à época e começou a estreitar o envolvimento com SAN a partir da primeira Conferência Nacional nos idos de 1994.

Talvez tenha sido a partir da primeira Conferência que eu comecei a ficar mais atento no tema para vir depois a ser um dos defensores para que não se fizesse a confusão entre a questão agrária e a questão alimentar. Por que havia essa confusão? Não era só uma questão do Brasil. Porque a FAO cuidava da questão da alimentação com foco todo na produção. E havia por outro lado a Organização Mundial de Saúde com uma atenção, entre outros diversos temas, na nutrição. Então é como se mesmo internacionalmente se fizesse uma separação. Nós, a partir deste núcleo de discussão que se formou, que se agregava em torno da Segurança Alimentar, nós começamos a defender que se trabalhasse com Segurança Alimentar e Nutricional para fazer a interrelação entre as duas coisas. A gente teve em 1996 a Cúpula Mundial de Alimentação, aí os brasileiros já falavam em Segurança Alimentar e Nutricional pelo lado da sociedade civil, já não falavam somente em segurança alimentar. A maior parte dos estrangeiros achou muito estranho aquele "nutricional" que a gente colocou no nome. A gente fez a defesa disso de tal maneira que depois lentamente vários países também foram adquirindo. Então o Brasil foi pioneiro, quem inventou que existia Segurança Alimentar e Nutricional. E hoje ainda existe um grande número de países que ainda utiliza apenas Segurança Alimentar ou Soberania Alimentar, mas não incorpora este lado da nutrição, da composição dos alimentos, este tipo de coisa que foram preocupações da saúde dos consumidores de alimentos.

Com o fechamento do CONSEA na era FHC, as organizações da sociedade civil, como o IBASE, começam a se articular para criar um ambiente em que este tema pudesse ter prosseguimento. Isso resulta em forte atuação na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, em Roma.

Pós-Cúpula o movimento da sociedade vem bastante fortalecido. Nós fomos provavelmente a delegação de maior expressão. Tinha vindo já aquele acúmulo da campanha contra a fome. Nós combinamos um esquema de conferência telefônica, não existia Skype na época, em que várias pessoas, de diferentes organizações, começavam a planejar de que forma atuar, como planejar as políticas... e isso culmina na criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Em uma reunião em São Paulo a gente decide pela formação do Fórum, que existe até hoje. Mas o Fórum planeja iniciar sua ação política, de tentativa de incidência nas políticas, mas nós fomos surpreendidos pela própria conjuntura, porque ocorreram as eleições que reelegeram o Fernando Henrique, mas também de diversos governos estaduais e o governo Fernando Henrique ganhou em diversos Estados, então nós procuramos com os governadores, que poderiam ser receptivos a uma proposta de dar continuidade na ênfase da questão da Segurança Alimentar e Nutricional. Visitamos vários deles. Eu particularmente estive no Rio Grande do Sul com o Olívio Dutra,

no Acre com o Jorge Viana, em Minas Gerais com o Itamar Franco e no Rio de Janeiro com o Garotinho. Eu já conhecia o Garotinho de muito antes porque o Garotinho foi do PT [Partido dos Trabalhadores]e nessa época eu fui assessor dele quando ele estava em Campos, na tentativa de montar um grupo agrário. A gente percorreu... e foram fundados os diversos CONSEAs Estaduais. A gente fez um esforço, um exercício para que aquilo que tinha sido experimentado no primeiro CONSEA se reproduzisse: a participação da sociedade e a incidência nas políticas públicas dos Estados.

Em 2001, a partir da atuação do Fórum, surge a ideia de elaboração da proposta do Fome Zero, que começava a ser elaborado no Instituto da Cidadania, incorporando a ideia de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Quando o Governo Lula é eleito, se decide que o Fome Zero seria uma prioridade.

A gente achava que não deveria ser um ministério, a gente achava que deveria ser uma Secretaria diretamente ligada ao Presidente da República para dar essa prioridade. Nisso a gente foi derrotado pelo Graziano e outros que estavam a frente do Fome Zero. Nessa época eu comecei a ter contato com o Lula, eu não conhecia o Lula. Conhecia só de passagem, o Lula participava de algumas reuniões. Então uma vez eleito o Lula nós passamos uns dois meses trabalhando na proposta e também trabalhando a proposta de recriação do CONSEA porque CONSEA tinha sido extinto pelo Fernando Henrique e quando começou a se elaborar a proposta lá no Instituto Cidadania a proposta do Fome Zero, não se colocava o CONSEA não. Mas depois o Fórum Brasileiro forçou, eles aceitaram e entrou na proposta do Fome Zero. Depois eles gostaram da ideia e passaram a apoiar.

A configuração dos quadros políticos da época parecia levar a eventual convite do presidente eleito para que Dom Mauro Morelli assumisse inicialmente a presidência do CONSEA. O que não correu, e teria decepcionado Dom Mauro. Foi indicado para presidir o CONSEA Luiz Marinho, à época presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e sem qualquer relação com a temática da SAN.

O CONSEA Nacional em seu primeiro ano, de qualquer modo, foi muito ativo. A Presidência exigia que quinze ministros comparecessem a todas as reuniões. Essa atuação se revelou importante no sentido de desencadear algumas políticas, como a de transferência de renda, junção do Bolsa Alimentação, do Bolsa Escola e do Vale Gás.

Em março de 2004 se realiza a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Na verdade, já no final de 2003 já começava a ocorrer os processos das Conferências com as Conferências Municipais, algumas Estaduais, outras se realizaram em 2004. Se colocou uma condicionalidade dentro das políticas públicas que estavam sendo desenvolvidas, que os Estados que quisessem ter acesso a estas políticas teriam que criar CONSEAs. Isso foi uma indução para a criação de CONSEAs. Em alguns casos foi bom, mas em outros se criaram CONSEAs artificiais, sem nenhum apoio. [...] Durante a Conferência o Marinho veio falar comigo e disse que havia uma escolha. Agora que já haviam neutralizado o problema Dom Mauro para eu assumir a presidência do CONSEA, porque o Marinho estava doido para sair. O Marinho era sindicalista, tanto que quando ele sai do CONSEA ele vai direto para o Ministério do Trabalho. Então eu tive uma reunião com o Lula lá mesmo na Conferência, ele faz o convite formalmente e da Conferência eu saio para assumir a presidência do CONSEA. Eu assumo, se não me engano, em abril ou maio de 2004. Nessa época o Dom Mauro era presidente de dois CONSEAs de governadores tucanos, do Aécio em Minas e de São Paulo. O Alckmin, que era o governador em São Paulo convida ele para presidir o CONSEA de São Paulo. O Dom Mauro, muito ocupado com isso, frequentava pouquíssimo as reuniões do CONSEA Nacional. Pelas regras do CONSEA Nacional ele teria sido mandado embora porque se você faltasse três reuniões sem justificativa, você perderia o mandato. Mas com o Dom Mauro não fizeram isso não.

Renato Maluf

Trabalhamos com Renato Maluf em diversos momentos durante toda a atuação do grupo de pesquisa e do Projeto de Fortalecimento dos CONSEAs MG, RJ e ES. Na realidade, com seu conhecimento e experiência caberia a ele a coordenação dos trabalhos e não a nós, o que só se deu em razão dele haver declinado por absoluta falta de agenda. De qualquer modo, partilhamos uma série de reuniões e organização de Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e da V Conferência Nacional de SAN.

Para Maluf a estrutura democrática e participativa da política de SAN a partir de um controle social das políticas públicas, desacorrendo as iniciativas de modelos administrativos engessadores era e é ponto crucial.

A ideia de um CONSEA foi primeiramente elaborada neste documento de 1991, a ideia estava lá. Tinha uma ou outra diferença de concepção, quem era secretaria... o formato do Conselho... qual era o lugar do governo no Conselho...tinham várias questões ali... mas a ideia estava lá. Na vitória do Lula nós voltamos a ela e o Lula, que foi o porta-voz principal da ideia do primeiro CONSEA, em 1992 [...] Então não foi nem um pouco difícil o Lula, tomando posse com a bandeira do Fome Zero, não teve nenhuma dificuldade de ele admitir a ideia do CONSEA. Ele sabia o que era, acompanhou a primeira experiência. Então o grupo nosso, da sociedade civil, nos organizamos e apresentamos qual era a agenda e o principal elemento articulador dessa agenda era um Conselho amplo, porque eles não tinham essa visão. Aí apresentamos... O interlocutor com o Lula era o Grasiano. De vez em quando o Lula se reunia com a gente...E finalmente a ideia passou e o primeiro decreto do Lula reestruturando a Presidência da República ele vai e mete o CONSEA na Presidência. Isso foi uma vitória brutal e de lá nunca mais saímos.

Maluf nos contou que tudo foi negociado, a estrutura, o regimento etc. Os CONSEAs dos Estados foram se fortalecendo depois. Primeiro se deu o fortalecimento do CONSEA Nacional. E, gradativamente, a concepção de um Sistema, de CONSEAs Estaduais e Municipais foi amadurecendo. A partir da indução do Governo Federal, os Estaduais começaram a ser montados. O CONSEA mais forte então, lastreado pela atuação de Dom Mauro Morelli, era o de Minas Gerais.

Como o CONSEA de Minas foi o primeiro, precursor, tinha um regimento, uma concepção de política, etc, que não era propriamente a que veio. Embora era o pessoal ligado ao Fórum que estava lá criando, nós todos acompanhamos aquilo, mas foi em uma direção, que quando a gente amadureceu melhor a ideia nacional, criou a LOSAN, pensou na Política etc., Minas começou a ficar um pouco descompassado. E depois teve lá as questões associadas à maneira de Dom Mauro conduzir... mas aí quando você entrevistar ele você pergunta à ele como foi por lá. Estou dizendo isso porque Minas, apesar da sua importância inegável: teve o CONSEA, teve uma administração municipal do Patrus Ananias que foi precursora no Brasil em várias coisas, inclusive CONSEA Municipal, precursora em vários temas de segurança alimentar, por isso que foi muito importante quando o Patrus virou Ministro do MDS [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome], daí o nosso diálogo era total. Nós acompanhamos a prefeitura dele em 1993 ou 1994, acho. Foi uma das primeiras prefeituras a tratar de segurança alimentar, mexendo na merenda, criando equipamentos para o agricultor, foi na prefeitura do Patrus. Quando o PT ganhou algumas prefeituras antes de chegar no governo do Estado e na Presidência, Belo Horizonte foi um exemplo precursor. Então Minas tinha sem dúvida importância, mas mais recentemente perdeu um pouco. Acho que as relações com o governo do Estado nem sempre caminharam muito bem, embora Dom Mauro tivesse uma boa relação com o Aécio. E acho que tiveram conflitos no interior do CONSEA.

Para Maluf contudo, a reinvenção do CONSEA em 2003 com a decisão do presidente Lula foi o marco essencial da formulação política buscada nas décadas anteriores.

Aquele [CONSEA] de 1994 foi uma experiência precursora, muito importante, que durou dois anos. Quando foi desfeita, quase ninguém chiou, exceto eu, Dom Mauro e não sei mais quem. Então os conselheiros foram parar no Comunidade Solidária, o Betinho não quis continuar... não

houve uma reação que você dissesse assim “Os conselheiros se indignaram”. Não senti isso não... Por isso que todo o reconhecimento da importância da primeira experiência de fato é o CONSEA de 2003, que é o marco institucional. [...] O documento de 1996 foi fundamental, a criação do Fórum Brasileiro em 1998 foi fundamental do ponto de vista da organização da sociedade civil. [...] O governo Lula, o Fome Zero e o CONSEA não nascem do nada, tem uma história progressa. [...] O segundo fator, na minha avaliação, é a maneira como a sociedade civil soube ocupar o espaço que foi aberto. Não é porque eu estive envolvido. Eu não estou falando bem de mim mesmo, estou falando do movimento. Acho que a sociedade civil soube ocupar com sabedoria e competência esse espaço, por isso que se legitimou, por isso que ninguém mexe.

Para Maluf o primordial amadurecimento político se fazia necessário para retirar a questão da alimentação do âmbito das ações de caridade e de benevolência social. Tratava-se agora de discutir política. A política brasileira de SAN retirou o país do Mapa da Fome e passou a servir de modelo internacional, apresentando um sistema coerente, embasado em um corpus jurídico, onde o controle social passa a ser exercido por um conselho formado por 2/3 de membros da sociedade civil, com presidência da sociedade civil e participação de 19 ministros.

Depois os outros marcos foram a Lei em 2006, a LOSAN [Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional], uma construção compartilhada, participativa entre Estado e sociedade, objeto de várias discussões sobre até onde ia chegar etc. E depois a discussão junto ao Congresso para que ela fosse aprovada. [...] Outro marco da minha gestão foi a aprovação da PEC para colocar o DHAA [Direito Humano à Alimentação Adequada] como um direito social na Constituição. Foi uma grande vitória, talvez com um significado efetivo não tão grande assim. A gente sabe que às vezes no Brasil, especialmente no que diz respeito aos direitos, tem uma eficácia muito relativa. Mas está lá, nos permite falar disso, nos permite invocar o direito, nos permite fortalecer a construção do SISAN [Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional] ao dizer que tem um imperativo constitucional. Porque a LOSAN tem um momento de fragilidade na relação federativa que expressa o contexto da época. A gente disse que a adesão dos Estados ao Sistema se faz em regime de colaboração, não é obrigatória. Por isso a imposição do governo federal, começou com o Fome Zero isso, de só receber recursos se entrar no Sistema, é fundamental.

Diante do afastamento da presidente Dilma Rousseff, das atuações restritivas no Governo de Michel Temer e da vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, o quadro institucional do SISAN encontra-se evidentemente ameaçado.

Considerações finais

Observamos no contraste entre a militância de SAN no país, que a atuação de setores progressistas da Igreja Católica foram determinantes para que avanços institucionais ocorressem. Todavia, com quadros democráticos mais fortes sendo constituídos, essas antigas parcerias se demonstraram algo incômodas, na medida em que a tutela católica plasmava modelos de controle hierárquico e personalistas.

Todavia, em tempos de baixa densidade democrática, talvez o controle social profano volte a se mostrar insuficiente para enfrentar as intempéries cívicas.

Referências

MADEIRA FILHO, Wilson; RODRIGUES, Wagner de Oliveira; THIBES, Carolina Weiler; RANGEL, Tauã Lima Verdã; SOUZA, Marcelino Conti de. Dificuldades sistêmicas para a segurança alimentar: perspectivas comparadas sobre o plano de segurança alimentar e nutricional nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Em: *XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão e III INOVARSE – Responsabilidade social aplicada*. Rio de Janeiro, 29 e 30 de setembro de 2016. Disponível em http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_008.pdf.

THIBES, Carolina Weiler. *Histórico da militância na consolidação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil*. Niterói RJ: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2018.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: MORAES, Marieta de (org). *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1994.

REIVINDICAR PARA SUBVERTER: AS (DES/RE)CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS EVOCADAS PELO TERMO ATINGIDO NO CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, MARIANA/MG

JOSÉ MÁRCIO P. BARROS

*Professor do PPg em Artes da UEMG e do PMPG em
Cultura e Sociedade da UFBA
josemarciobarros@gmail.com*

DÉBORA DE VIVEIROS PEREIRA

*Mestranda do Programa Multidisciplinar de
Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - UFBA
deviveiros.debora@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho propõe a análise dos processos de re/desconstruções identitárias, atravessados pelas pessoas atingidas no contexto do desastre-crime do rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015. A partir de uma alcunha estereotipada e explorada pela grande mídia e apagada pelas empresas responsáveis, observa-se, simultaneamente, um movimento de reivindicação do termo, através do uso das subjetividades e das propostas de uma multiplicidade de sentidos que subvertem o imaginário em torno do que é *ser atingido*. Perpassando pela análise de enunciados de matérias jornalísticas e pronunciamentos das empresas envolvidas logo após o rompimento da barragem, este trabalho culmina na análise do trabalho realizado pelo jornal A Sirene, criado “pelos atingidos para os atingidos”, com o objetivo de preservação da memória dos territórios atingidos de Mariana e Barra Longa, ao mesmo tempo em que questiona e subverte os sentidos do que é ser atingido neste contexto.

Palavras-chave: Identidade. Atingidos. Barragem de Fundão. Memória. Subjetividades.

ABSTRACT

This work proposes the analysis of the processes of identity re-deconstruction crossed by the people affected by the context of the crime-disaster caused by the rupture of the Fundão's Dam, occurred in Mariana, Minas Gerais, in November, 2015. From a stereotyped and exploited word, *atingidos*, used by the massmedia and deliberately denied by the responsible companies, simultaneously a movement of reclaim of the term is observed through the use of the subjectivities and the proposals of a multiplicity of senses that subvert the imaginary around what is to *be reached* (*ser atingido*). This paper culminates in the analysis of the work carried out by the newspaper A Sirene, created “for those affected by the affected ones”, with the objective of preserving the memory of the affected territories of Mariana and Barra Longa while at the same time questioning and subverting the senses of what is to be reached in this context.

Key-words: Identity. Affected. Fundão Dam. Memory. Subjectivities.

O dia 5 de novembro de 2015 ficou marcado como a data da maior tragédia ambiental da história do Brasil. Quase três anos depois, os impactos causados nos territórios, do nível ambiental ao social, ainda podem ser sentidos, apesar do paulatino esquecimento do acontecimento, cujo rememoração tem ocorrido nos meios de comunicação nos “aniversários” da tragédia. Do momento do rompimento da barragem até a atualidade, muitas foram as adjetivações utilizadas para caracterizar tanto o que estava - e está - acontecendo quanto as pessoas envolvidas.

É possível perceber, desde as primeiras notícias na grande mídia, o uso do termo “rompimento de barragem” como forma de descrever e enunciar o desastre. Além deste, outros termos buscaram informar de maneira “neutra”, tais como: incidente, evento e acontecimento, demonstrando a intenção do enunciador de não suscitar acusações ou atribuir responsabilidades. No tangente às pessoas envolvidas, por sua vez, termos como “sobreviventes”, “ex-moradores” e “atingidos” evocavam imediatamente a tragédia do acontecido, numa perspectiva sensacionalista do sofrimento alheio. A transformação dos ex-moradores dos territórios em vítimas, sobreviventes e, finalmente, atingidos, ocorreu rapidamente nos meios de comunicação, sempre associados à destruição e ao marrom evocado pela passagem da lama.

Ao incorrer na repetição sistemática de termos “neutros” para a tragédia e sensacionalistas para os indivíduos, os meios de comunicação apresentam os atingidos - territórios e pessoas - como vítimas de um crime sem culpados. A utilização sistemática desse poder de alcance da palavra por meio de duas estratégias bem marcadas - a repetição exaustiva dos termos, seguida de silenciamento do tema, produz -, no caso específico das pessoas envolvidas, um esvaziamento das identidades dos indivíduos, que são destituídos de qualquer humanidade e planamente identificados como uma entidade: o “atingido”.

Antes de ir mais fundo na questão dos discursos sobre o rompimento da barragem e do esvaziamento do conceito de *atingido*, é necessário tocar no ponto chave que perpassa essa - e tantas outras - situações: os poderes. Sejam daqueles que dominam os meios de comunicação, as governanças, grupos de apoio, a empresa/fundação, para citar os óbvios. Para além desses existem outros poderes, como aqueles que determinaram a morte de 20 pessoas e uma situação de sobrevivência crítica a outras centenas pelo rompimento da barragem, que determinam quem participa e aqueles que são excluídos das negociações, os poderes de decisão sobre quem será considerado atingido e quem não será. Poderes de pulverizar comunidades e impedir mobilizações, poderes sobre o uso das palavras e sobre o alcance destas.

Foucault, por meio dos conceitos de “biopoder” e “racismo”, ressalta o papel do Estado como detentor das formas de regulação e controle dos corpos e da vida, trazendo a reflexão sobre como estes poderes encontram-se entranhados no cotidiano, desde os aspectos mais sutis, como a higiene corporal, por exemplo. Contudo, tomando aqui um desvio, é preciso destacar as reflexões de Mbembe sobre o conceito de Foucault, culminando na inflexão de outra terminologia (necropoder) que, ao invés de negar, dá continuidade à proposição do pensador francês. Ao propor este conceito, o autor afirma que os poderes detidos pelo Estado, como observou Foucault, passaram às mãos das empresas privadas. Além disso, o avanço tecnológico, do ponto de vista letal, tornou-se capaz de promover a morte com uma eficiência ímpar. A partir da conexão destes dois pontos, é possível entender a hipótese proposta: o surgimento de uma “necropolítica”, cuja expressão maior, a violência, aliada à disseminação dos poderes para muito além do Estado - que deixa de ser o concentrador dos poderes - traz possibilidades de uma promoção da morte em níveis inéditos, ao mesmo tempo em que produz uma espetacularização dos conflitos.

É possível perceber a instituição de uma necropolítica no contexto do desastre-crime em variados âmbitos: a presença maciça da grande mídia cobrindo todo o “espetáculo” da violenta passagem da lama; o trabalho minucioso de desvinculação do nome das maiores empresas de mineração do mundo da tragédia, por meio de acordos com o poder público onde não houve participação nem escuta das pessoas atingidas; a própria passividade do Estado - por questões econômicas - ao relevar as condições de segurança de uma barragem que, em seus últimos dias, superava o povoado de Bento Rodrigues em quase 200 metros de altura.

Pouco mais de uma hora após o rompimento da barragem, jornais de grande circulação de Minas Gerais e do Brasil noticiavam o acontecimento: “Rompimento de barragem soterra distrito de Mariana; há mortes” (Jornal O Tempo), “JN vai mostrar detalhes do rompimento de barragem em Bento Rodrigues (MG)” (G1), “Fotos e vídeo: barragem se rompe e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana” (Jornal Estado de Minas), “‘Vi minha casa coberta de lama’: sobreviventes de tragédia de Mariana relatam cenário de horror” (Jornal Estado de Minas). Alguns jornais ofereceram cobertura em tempo real, por meio da divulgação massiva de fotos, vídeos e depoimentos, explorando ao máximo o caráter sensacionalista da tragédia.

No caso da empresa responsável pelo rompimento da Barragem de Fundão, esta tem recorrido ao uso de termos que evitem adjetivar tragicamente o desastre, caracterizando-o como algo fora de alcance. O então diretor-presidente da mineradora, em pronunciamento oficial no dia 06 de novembro de 2015, evitou o uso do termo atingido, optando por: “pessoas que estavam trabalhando no local ou que residem próximo às barragens”. Esse distanciamento entre o rompimento da barragem, a mineradora e os atingidos marcou o discurso da empresa até o surgimento da Fundação Renova¹. Esta, por sua vez, ao realizar uma gradual desassociação do nome das mineradoras ao rompimento da barragem, manteve a política de distanciamento em seu discurso, como pode ser observado nos trechos retirados do site da fundação:

“Nossa história é recomeço. Vem do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015, nossa razão de existir. Dessa grande tragédia, que mudou a vida de muita gente em Minas Gerais e no Espírito Santo, surgiram três grandes desafios: escala, tempo e conhecimento. Não há parâmetros, referências ou respostas fáceis. Essa é a realidade da Fundação Renova.”

“No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana (MG) e de propriedade da mineradora Samarco, provocou o deslizamento de um grande volume de rejeitos de minério de ferro. O material atingiu o Rio Gualaxo do Norte, percorreu seu leito, desaguou no Rio Doce e chegou ao mar em 22 de novembro de 2015.”

A opção da fundação, nos textos explicativos da página “Quem Somos”, é por não fazer uso de termos como: “atingido”, “lama”, “destruição”, “desastre”, “sobreviventes”, entre outros, denotando uma preferência pela utilização de termos técnicos, mesclados outros remetam a ideias abstratas, como “escala”, “tempo” e “conhecimento”. A não utilização de determinadas palavras em seu discurso oficial remete, subjetivamente, a um esquecimento sistemático do passado (o rompimento da barragem) em função de uma focalização no futuro (a reconstrução das comunidades), ao mesmo tempo em que, ao preferir o uso do termo “atingidos”, a fundação/empresa evita evocar as consequências humanas do rompimento da barragem.

1 A Fundação Renova foi criada em março de 2016 por meio de um TTAC (Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta) assinado pelos os governos federal e estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, as empresas Samarco/Vale/BHP, o Ibama, o Instituto Chico Mendes, a Agência Nacional de Águas, o Instituto Estadual de Florestas, a Funai e outros órgãos. O chamado “Acordão” destinou 614 milhões de dólares para a criação da fundação, do total de 5,8 bilhões acordados entre as empresas e os órgãos governamentais brasileiros, e tinha como objetivo a elaboração dos projetos de ressarcimento e reassentamento das comunidades atingidas.

Dentro do contexto apresentado acima, é preciso refletir de forma mais aprofundada quais os pressupostos irrompem desses discursos, especialmente no caso dos meios de comunicação. Primeiramente, ao apresentar o rompimento da Barragem de Fundão como um “evento trágico”, retomando o mesmo discurso vez após vez, é também reforçado o “papel” do atingido como pessoa devastada, destituída permanentemente de seus bens materiais e imateriais, presa, enfim, ao momento em que lhe foi atribuída tal alcunha. Assim, a entidade “atingido” é esvaziada de outras possíveis identidades, restando-lhe apenas aceitar, passivamente, o auxílio da fundação/empresa como forma de caridade, uma vez que a tragédia é mostrada sem culpados, a fim de manter a “ética”. Indo mais além, ao optar por evocar o atingido como uma pessoa que experimenta uma eterna espera, os meios de comunicação simplificam o personagem que criaram, relegando as dificuldades de entendimento, as pequenas vitórias e o novo cotidiano a lugares ocultos, não-visíveis pelo leitor/espectador.

Além disso, a forma como o termo *atingido* é utilizado pelos meios de comunicação mostra, ainda, o estabelecimento de barreiras - invisíveis a olho nu - que separam “nós” - a grande mídia, a fundação/empresa, os leitores, sócios e outros - do Outro - a entidade dos atingidos, tanto pela forma de abordagem que é distante e enquadrada na forma “jornalística” de narrar os fatos quanto por, ao destituir o *atingido* de suas subjetividades, criar uma distância entre quem lê/assiste e o personagem descrito. Edward Said, estudioso do orientalismo, reflete sobre a divisão entre “Ocidente” e “Oriente” que, em determinada medida, dialoga com os pontos destacados até o momento:

“[...] essas divisões são generalidades cujo uso, histórico e de fato, foi sublinhar a importância da distinção entre alguns homens e alguns outros, normalmente com intenções não muito admiráveis. Quando se usam categorias como oriental e ocidental como pontos de partida e finais de análise, da pesquisa ou das políticas públicas (tal como as utilizaram Cromer e Balfour), o resultado costuma ser a polarização da distinção - o oriental fica mais oriental e o ocidental, mais ocidental [...]” (1996, p. 57).

A aproximação com os pressupostos de Said, ainda que soe inicialmente dissonante com o escopo deste trabalho, traz valiosas contribuições sobre como o *atingido* é tratado para além da grande mídia. A visível divisão entre a parcela da população que lê os grandes jornais e aqueles sobre quem versam as matérias fica evidente quando se olha de modo crítico para o que está sendo dito. No caso específico de Bento Rodrigues², povoado situado no município de Mariana, a divisão fica evidente em trechos como o retirado do jornal O Tempo, em matéria publicada no dia 05 de novembro de 2015: “Moradores de Mariana estão consternados e se mobilizam para ajudar.” Aqui, além do jornal marcar a divisão entre leitores e atingidos, também relata a distância entre “moradores de Mariana” e “vítimas”, como se estes não fossem, também, moradores do mesmo município.

“Pelos atingidos para os atingidos”: a reivindicação das subjetividades para um termo esvaziado pela estereotipia

Em fevereiro de 2016, três meses após o rompimento da barragem, surgiu em Mariana o jornal A Sirene, criado numa parceria entre os coletivos #UmMinutoDeSirene e NITRO, apoiado pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) e por uma comissão de jornalistas locais, financiado por meio de verba advinda do Termo de Ajustamento de Conduta entre a Arquidiocese de Mariana e o Ministério Público de Minas Gerais. Desde então, A Sirene foi estruturado em edições mensais, lançadas todo dia 05 de cada mês como forma de lembrar

² Bento Rodrigues foi o primeiro povoado atingido pela Barragem de Fundão, tendo sido destruído e soterrado pelo rejeito de mineração, uma vez que não havia sirene de emergência instalada. Os moradores evacuaram o local após terem sido avisados por conhecidos que trabalhavam na empresa.

o 05 de novembro de 2015, quando ocorre um ato no centro histórico do município, com a reunião de pessoas dos territórios e distribuição das tiragens impressas.

O nome “A Sirene” evoca todo o simbolismo e a subjetividade que propõe ao longo de suas edições. Remete, primeiramente, à ausência de uma sirene de emergência no povoado de Bento Rodrigues para o caso de uma evacuação imediata, mas também evoca duas outras questões subjetivas: como o aviso sonoro foi substituído, no momento de necessidade, pelo aviso de conhecidos que trabalhavam na empresa, trazendo a importância dos laços afetivos e da comunidade; e também remetendo ao presente, como uma forma alertar, comunicar e convocar as pessoas atingidas a estarem unidas e a encontrarem forças.

Com a proposta de ser feito “*pelos atingidos para os atingidos*” o jornal, por meio das memórias, opiniões e visões dos atingidos, produz desde então um conteúdo que vai além da tragédia ocorrida em novembro de 2015 - sem esquecê-la -, num esforço constante de reivindicar as subjetividades das pessoas abarcadas pelo termo *atingido*. Em um processo inverso ao da grande mídia, no caso do uso do termo pelo jornal A Sirene não há um esvaziamento do conceito em favor de um estereótipo devastado e sem futuro. Ao contrário, uma vez que, a cada edição, o jornal traz nuances, complexidades, contradições e sentimentos que compõem subjetivamente não o *atingido*, mas todas as pessoas que se afirmam como atingidas pela Barragem de Fundão, atravessadas por diversas identidades múltiplas e contraditórias.

Sobre estas, Hall, em seu clássico “A identidade cultural na pós-modernidade” aponta que: “O sujeito [da pós-modernidade] assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.” (2006, p.13). Indo ao encontro da teoria defendida pelo autor, é possível perceber a multiplicidade de identidades que permeiam as pessoas atingidas através de seus próprios relatos no jornal, fazendo com que um indivíduo possa ser percebido, simultaneamente, como atingido, pai (de outros atingidos), agricultor, marido e empregado da empresa responsável pelo rompimento da barragem, por exemplo. Ou, no caso das mulheres, situação tratada também no documentário “Atingidas” (2017), que passaram de donas de casa e mães a chefes de família, atingidas, mães de atingidas, moradoras de bairros do conjunto urbano de Mariana, ativistas dos direitos dos atingidos, esposas e tantos outros espectros.

Assim, nota-se que, ao abordar as subjetividades dos atingidos, A Sirene complexifica ao invés de simplificar, transformando o estereótipo da entidade *atingido* em alguém próximo, com o qual o leitor empatiza por meio das diversas nuances trazidas em cada edição. Com essa abordagem, o jornal se aproxima da subjetividade conforme o entendimento de Pelbart, onde: “[...] a subjetividade não é algo abstrato, trata-se da vida, mais precisamente, das formas de vida, das maneiras de sentir, de amar, de perceber, de imaginar, de sonhar, de fazer, mas também de habitar, de vestir-se, de se embelezar, de fruir, etc.”. (2000, p. 37).

Já no Editorial da Edição Zero, o jornal - que só passa a falar dos atingidos em primeira pessoa após a décima segunda edição - traz o que seria sua missão a partir de então:

“Entendemos, valorizamos e lutamos pela auto-organização dos atingidos. Por isso, todas as pautas foram determinadas por aqueles que se prontificaram a participar. O trabalho foi desenvolvido por equipes compostas por atingidos, jornalistas, fotógrafos e voluntários que trabalharam em conjunto. Todo o processo, desde a escolha das pautas até a finalização, foi proposto, acompanhado e validado pelos atingidos.

A Sirene é um jornal feito pelos atingidos para os atingidos. Mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação das suas memórias se tornem seus patrimônios.

Um convite a todos para não esquecer.” (2016, p.1)

Enquanto o auxílio profissional fica evidenciado no cuidado estético do jornal, composto por uma bela diagramação e fotografias bem elaboradas, o conteúdo - imagético ou escrito - demonstra uma visão diferente daquela repetida em outros meios de comunicação. Um exemplo desta “subversão” se dá na seção “A gente explica”, que traz o significado para as pessoas envolvidas de termos utilizados de modo recorrente, como a própria definição de quem seriam os atingidos: “1. prejudicados pela lama 2. sofreu algum dano ou perda diretamente 3. pessoas que perderam tudo, ou seja, bens materiais, sonhos, vidas, liberdade 4. inocentes.” (2016, p.13); ou ainda, o significado de “notícia/imprensa”, dialogando diretamente com a ambiguidade trazida pela cobertura da mídia:

“1. distorção e manipulação 2. informação, aproveitando da situação para elevar o nível de audiência sem pensar em quem foi atingido 3. algumas verdades, algumas mentiras, porém, foi de muita validade e está sendo, não deixando que a gente fique no esquecimento, nós achamos de muita importância 4. algumas manipuladoras e oportunistas e outras a favor da verdade e da realidade.” (2016, p.13)

Grande parte do conteúdo do jornal é composto pelas memórias afetivas dos atingidos, dentro de uma perspectiva spinozana da Teoria dos Afetos. Assim, coexistem neste mesmo espaço tanto os relatos permeados por afetos positivos, relacionados às lembranças dos territórios antes do rompimento da Barragem de Fundão e das relações de vizinhança e amizade, por exemplo, quanto os que envolvem afetos negativos, que remontam ao rompimento da barragem e às dificuldades enfrentadas no cotidiano. Mesmo as fotografias, já citadas anteriormente, em especial as de capa, remetem mais às subjetividades dos atingidos que à paisagem marrom e à destruição causada, ainda que este também seja um tema abordado nas imagens, justificando o lema do jornal: “Para não esquecer.”



Imagem 1: Capa do Jornal A Sirene. Ano 1 - Edição Nº 3 - Junho de 2016



Imagem 2: Capa do Jornal A Sirene. Ano 1 - Edição Nº 5 - Agosto de 2016



Imagem 3: Capa do Jornal A Sirene. Ano 2 - Edição Nº 15 - Junho de 2017



Imagem 4: Capa do Jornal A Sirene. Ano 2 - Edição Nº 22 - Janeiro de 2018



Imagem 5: Capa do Jornal A Sirene. Ano 2 - Edição Nº 23 - Fevereiro de 2018



Imagem 6: Capa do Jornal A Sirene. Ano 3 - Edição Nº 28 - Julho de 2018

Nas capas selecionadas acima, por exemplo, é notória a multiplicidade de questões que compõem a subjetividade das pessoas que foram atingidas: situações pouco mencionadas, como a situação dos animais atingidos pelo rejeito, procedimentos de resgate, formas de reconhecimento, atribuições aos donos, destinação de espaços para a criação, alimentação e cuidado, entre tantos outros temas são suscitados na capa da terceira edição, por exemplo.

Do ponto de vista simbólico, as capas da quinta e da vigésima terceira edição dialogam com subjetividades muito contundentes: os ofícios dependentes dos rios que foram destruídos e a solidão permeada pelos meios de comunicação que envolvem a vida dos atingidos. No caso da quinta edição, cuja capa contem a imagem do anzol vazio sobre a mão, esta possui um duplo significado: tanto remete ao ofício do pescador, impedido de exercer seu modo de vida em águas contaminadas; mas também dialoga com as ausências e dificuldades cotidianas dos atingidos. A capa da vigésima terceira edição, por sua vez, questiona o papel das mídias frente à imagem do *atingido*, cuja imagem que vemos é o reflexo de uma tela apagada da televisão. A foto permite diversas reflexões, que vão da forma como os meios de comunicação retratam os atingidos até à solidão deste, que ainda precisa lidar com as representações parciais de si mesmo mostradas pela mídia. Já a décima quinta edição, de junho de 2017, mostra como a lama ainda está presente na paisagem e nas águas, mesmo após quase anos da passagem do rejeito, e como esta é um constante lembrete para aqueles que frequentam e habitam os territórios atingidos. Finalmente, as capas das edições 22 e 28 apontam para questões mais subjetivas, mostrando os atingidos não perderam os momentos privados e as relações de sociabilidade que compõem a vida humana, enunciando a continuidade das vidas e alegrias após a tragédia.

O discurso do jornal assim, busca dialogar simultaneamente com os diversos poderes que atravessam as vidas dos atingidos: a empresa/fundação, a Assessoria Técnica, governos, ONG's, voluntários, pesquisadores e tantos outros. Entretanto, este é um papel secundário do jornal, que entende como missão o estabelecimento de um diálogo entre as pessoas atingidas, sendo um meio pelo qual estas possam compartilhar, trocar e, principalmente, resistir. Desse modo, o jornal vai além de um meio de comunicação, assumindo identidades diversas, tal como os indivíduos: torna-se também um memorial dos territórios atingidos, um espaço de conflitos e convivências, um local de criação e colaboração. Subvertendo a norma, A Sirene ocupa um lugar ambíguo, onde se apropria de termos utilizados pela grande mídia, problematizando-os e devolvendo-os de maneira ressignificada. Silviano Santiago, ao abordar o "entre-lugar" do escritor latino-americano, afirma que "O escritor latino-americano brinca com os signos de um outro escritor, de uma outra obra." (2000, p.21). Nessa perspectiva, o autor traz à tona o processo antropófago pelo qual o leitor se torna escritor, mas de um texto "escrevível", que o incita a deixar o lugar de consumidor e assumir a posição de produtor de textos. Partindo de uma análise sob essa perspectiva, o jornal A Sirene trilha um caminho similar, no qual se apropria do termo *atingido*, utilizado de maneira recorrente e estereotipada pela grande mídia, digerindo-o e transformando o conceito, no qual cabem subjetividades antes inconcebíveis, sob a perspectiva dos próprios atingidos. Nesse paralelo, o jornal ocupa esse "entre-lugar", onde subverte os conceitos usados como referência no caso do rompimento da Barragem de Fundão, efetuando a "brincadeira" proposta por Santiago.

Considerações Finais

Este trabalho buscou aproximar alguns conceitos utilizados dentro dos Estudos Culturais com o caso do rompimento da Barragem de Fundão e suas consequências. Mais especificamente, foi tratado o uso do termo atingido a partir de alguns vieses: os meios de comunicação de grande escala, o não-uso do termo por parte da empresa/fundação responsável pela tragédia e, finalmente, a subversão e apropriação do conceito pelo jornal A Sirene, produzido pelos próprios atingidos. Ao remeter o contexto do desastre aos conceitos de biopoder e necropoder, foi realizado um esforço no sentido de entender o rompimento da barragem para muito além de uma fatalidade, mas como uma consequência do momento vivido enquanto sociedade, onde tanto o controle da vida quanto o exercício de produção da morte podem e são exercidos pelo Estado e pelo Mercado. A analogia ao conceito de Said, por sua vez, buscar problematizar as relações e tensões existentes entre a maneira como as pessoas, esvaziadas de suas identidades

e subjetividades, são mostradas pela grande mídia como a entidade do atingido, de forma propositalmente distanciada dos leitores/consumidores. A análise também evidenciou o diálogo estabelecido entre o trabalho do jornal A Sirene como enunciador das subjetividades das pessoas atingidas e o entendimento de Pelbart sobre o que seria a subjetividade para muito além do abstrato. Em sua conclusão, foi proposto um paralelo com o lugar do escritor latino-americano, visto por Santiago como um “entre-lugar” no qual o leitor se torna escritor de um “texto escrevível”, ocupado, no caso do rompimento da Barragem de Fundão, pelo jornal A Sirene que, ao reivindicar o termo atingido, realiza uma subversão antropófaga do conceito, onde se vislumbra a possibilidade de serem eles os próprios enunciadores de suas histórias, contadas às suas maneiras.

REFERÊNCIAS

A SIRENE. **Sobre Nós**. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/sobre>>. Acesso em: 15 jul 2018.

ATINGIDAS. 2017. Direção: Daniela Félix, Larissa Helena e Miriã Bonifácio. Produção: Daniela Félix, Larissa Helena e Miriã Bonifácio. Edição: Daniela Félix. Pesquisa: Daniela Félix, Larissa Helena e Miriã Bonifácio. Videografismo: Daniela Félix, Larissa Helena, Larissa Pinto, Lucas de Godoy e Miriã Bonifácio. Direção de Fotografia: Larissa Helena. Arte: Miriã Bonifácio e Thiago Bonifácio. Animação: Thiago Bonifácio. Orientação: Bianca Vasconcellos (TV Brasil) e Karine Gomes Barbosa (UFOP). Entrevistadas: Maria Aparecida Lanna, Maria do Carmo e Marlene Agostinha Reis. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uM2CVanQhlo>>. Acesso em: 17 jul 2018.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 7- 22.

JESUS, Paula Bettani M. Considerações acerca da noção de afeto em Espinosa. In: **Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século XVII**, n. 33. São Paulo: USP, 2015. p. 161-190

JORNAL A Sirene. **32 edições**. Mariana, Minas Gerais. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/edicoes>>. Acesso em: 05 nov 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Arte & Ensaios** - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32. Rio de Janeiro: UFRJ, dez/2016. 122-151.

MENDES, Paulo Henrique A.; MENEZES, William A. Discurso, cognição e formas de empoderamento: uma análise do jornal A Sirene. In: **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 26, n. 3, 2016. p. 1047-1073.

PELBART, Peter Pál. Da claustrofobia contemporânea. In: **A vertigem por um fio. Políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras Ltda, 2000. p. 29-42.

SAID, Edward W. O âmbito do orientalismo. In: **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1996. p. 41-59.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: **Uma literatura dos trópicos: ensaios sobre a dependência cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

MEMORIA E (DES) PREPARO INSTITUCIONAL: DILEMAS E SABERES NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Marco Aurélio Machado de Oliveira

*Professor Doutor pela UFMS e Coordenador do
Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços UFMS
marcooliveira@nin.ufms.br*

Fábio Machado da Silva

*Mestre em Estudos Fronteiriços pela UFMS
Profadm2001@yahoo.com.br*

Davi Lopes Campos

*Mestre em Estudos Fronteiriços pela UFMS
daviccampos@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo faz parte da pesquisa sobre identidade e instituições realizada na fronteira entre Brasil e Bolívia, durante investigação no curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul- Campus Pantanal. O Objetivo central neste artigo é compreender o (des) preparo institucional e os saberes locais na (re) construção de memória e subjetividade do migrante na região de fronteira em Corumbá. Parte-se do pressuposto que a memória coletiva envolve as memórias individuais dos atores locais, mas com eles não se confunde. Com esse pressuposto é possível analisar o conceito de memória individual, analisar a noção de identidade coletiva, bem como olhar para as vivências, hábitos, religiosidade e lembranças do passado na região de fronteira. Nesse sentido, a captação dessa memória é uma fonte viável para refletir sobre a imensidão de questões importantes que envolvem o migrante na região fronteiriça. Com as reflexões aqui propostas é possível ainda (re)pensar como os discursos e narrativas - engendradas pela ação conjunta de atores sociais - na região de fronteira incorporam-se na (des)construção do processo de envolvendo os atores locais com as instituições.

Palavras-chave: Imigrantes, Instituições, memória, identidade

RESUMEN

El presente artículo es un recorte de la investigación sobre identidad e instituciones realizada en la frontera entre Brasil y Bolivia, durante investigación en el curso de Maestría en Estudios Fronterizos de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul-Campus Pantanal. El objetivo central en este artículo es comprender el (des) preparo institucional y los saberes locales en la (re) construcción de memoria y subjetividad del inmigrante en la región. Se parte del supuesto de que la memoria colectiva involucra las memorias individuales de los actores locales, pero con ellos no se confunde. Con este presupuesto es posible analizar el concepto de memoria individual, analizar la noción de identidad colectiva, así como mirar las vivencias, los hábitos, la religiosidad y los recuerdos del pasado en la región fronteriza. En ese sentido, la captación de esa memoria es una fuente viable para reflexionar sobre la inmensidad de cuestiones importantes que involucran al inmigrante en la región de Corumbá. Con las reflexiones aquí propuestas es posible todavía (re) pensar cómo los discursos y narraciones-engendradas por la acción conjunta de actores sociales- de los actores en la región de frontera se incorporan en la (des) construcción del proceso de envolviendo a los actores locales con las instituciones locales

palabra clave: Inmigrantes, Instituciones, memoria, identidad

Introdução

O presente artigo é um recorte da pesquisa sobre identidade e instituições realizada na fronteira entre Brasil e Bolívia, durante investigação no curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul- Campus Pantanal. A pesquisa ocorreu na região envolvendo as cidades de Corumbá, Ladário, no Brasil e Puerto Quijarro, Puerto Suarez, na Bolívia.

Para este recorte proposto, foi realizada análise revisitada neste artigo com uma plataforma teórica do conceito de memória aplicado à região de fronteira. O Objetivo central neste artigo é compreender o (des) preparo institucional e os saberes locais na (re) construção de memória e subjetividade do imigrante na região. Acredita-se que possa existir uma relação entre as ações estatais na região com os saberes locais ao longo do tempo, (re)construindo a memória na região de como instituição e imigrantes dialogam e se compreendem.

Parte-se do pressuposto que a memória coletiva envolve as memórias individuais dos atores locais, mas com eles não se confunde. Tais memórias foram identificadas nas observações e entrevistas produzidas na investigação, por exemplo, quando o morador local fazia referência ao seu passado ou forma de conduzir-se pautado pelas instituições. Ao pautar suas vidas, o imigrante, por um lado, parece depender de como é percebido pelas instituições locais, e de outro, as instituições reproduzem um tipo de memória sobre quem é, de que forma devem se conduzir os imigrantes.

Com esse pressuposto e baseado nas observações das trajetórias de vida de bolivianos moradores na região de fronteira em Corumbá, é possível analisar o conceito de memória individual, analisar a noção de identidade coletiva, com um olhar para as vivências, hábitos, religiosidade e lembranças do passado.

O estudo desenvolvido na região em questão foi dividido em duas etapas: a primeira com levantamento de dados em Corumbá, através de entrevistas, observações e aplicação de questionários aos bolivianos que se encontram nesse local; a segunda etapa com a mesma metodologia, porém aplicada na cidade de Puerto Quijarro, na Bolívia.

Para trabalhar os dados e observações utilizamos bibliografia especializada sobre o a metodologia de pesquisa em culturas diferentes, conceito de memória, noção de território, população, instituições, redes e símbolos de poder, com base, além de outros autores, em MACHADO (1998), OLIVEIRA (2009), HAESBAERT (2006), GRIMSON (2011). RAFFESTIN (1993), HALL (1999), SCHERER-WARREN (2005), MAGNANI (2009) e SILVA (2009), POLLAK (1992), CANCLINI (1984) e HALBWACHS (1990).

O recorte relacionado à memória é importante como relata Pollak (1992, p.204) pois trata-se de “um fator extremamente importante no sentimento de continuidade” que encontra relação com cada individuo de um determinado espaço e com o grupo desse mesmo espaço. No caso da memória na região de fronteira, o presente artigo propõe ainda uma abordagem da memória analisado com a prática migratória e a atuação das instituições com o processo de desterritorialização conceituado por Canclini (1984).

Para melhor compreensão dividimos o artigo em duas partes. A primeira tratando da apresentação breve da região de fronteira em Corumbá e, a segunda parte tratando de alguns temas atinentes à memória, identidade aplicadas à compreensão do (des)preparo institucional para a região de fronteira, objetivando análise crítica e contributiva para (re) pensar os temas correlatos aqui tratados.

A região de fronteira

A região de fronteira em Corumbá é localizada no estado do Mato Grosso do Sul-Brasil, de um lado, e de outro a Bolívia, onde atores sociais de nações distintas se relacionam no seu cotidiano, em um intercâmbio envolvendo costumes, identidade, folclore, religião, entre outros. Nessa localidade convivem ideias e ações que impactam diretamente a fronteira, sobretudo por meio das instituições. Os acordos internacionais e as ações locais são formas pelas quais se efetivam essas ideias e ações, onde as instituições aparecem como ator de relevo na região de fronteira porque são os executores.

Nessa linha de ideias, as instituições são parte importante em uma região de fronteira porque são as que lidam diretamente com a realidade local e podem resultar em processo de construção de uma memória coletiva ou de *"identidades coletivas"*, entendendo estas nas palavras de Pollak (1992) *"a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência"*.

Nesse contexto, a identidade na região aparece também como uma identidade múltipla, cambiante, *"em rede"*, uma identidade ambivalente (HAESBAERT, 2006), com possíveis múltiplos significados que podem apresentar limites e possibilidades nas práticas desenvolvidas nesse município.

A multiplicidade cambiante decorre da própria ocupação do imigrante, que sai *"do outro lado"* da linha de fronteira, para desenvolver atividades em Corumbá/MS, como por exemplo, no comércio, sendo ele formal ou informal, uma vez que é notável a presença de bolivianos nas calçadas do centro da cidade, nas feiras livres itinerantes ou em pequenas *"vendinhas"* instaladas em pontos específicos. Busca aperfeiçoamento educacional e profissional nas escolas, institutos e universidades, busca por assistência de saúde, enfim cria novas territorialidades que estão ligadas direta ou indiretamente ao processo de construção identitária, na busca por tais assistências o imigrante boliviano, utiliza de algumas ferramentas disponíveis para que não seja apanhado à margem da lei, podemos citar os casamentos entre brasileiros (as) e bolivianos (as), o qual permite uma maior ação dentro do local escolhido para viver.

A mencionada ambiguidade vivida na fronteira gera alguma confusão entre a noção de *"translocalismo"* e *"transnacionalismo"*, apontando como um dos equívocos nos debates sobre migrações (GRIMSON, 2011). Esse equívoco decorre, segundo o autor, porque alguns estudiosos insistem na crença de que todos os imigrantes pertencem apenas a grupos definidos pelos estados nacionais, e as reflexões são tratadas apenas sob a ótica do *"transnacionalismo"*, ou seja, apenas discussões envolvendo nacionalidades e documentação de nacionais, enfim, questões internacionais. Porém, os atores sociais na região de fronteira podem se tornar membros de um grupo, cidade, região ou étnica, e não apenas de uma nação, envolvendo, portanto discussões sobre *"translocalismo"*. Quando o campo das transferências sociais está entre uma área específica do país e uma cidade ou bairro no país de destino, ele gera não apenas formas de identificação de nacionais. Assim, a discussão se aprofunda para os fenômenos transnacionais e translocais ocorridos na região de fronteira tendo em vista a possibilidade real de comunidades locais estenderem sua influência e reforçarem sua centralidade além dos limites internacionais e sobre a faixa de fronteira, subvertendo e renovando os conceitos clássicos de limite e de fronteira.

Nesse contexto, a região de fronteira permitem discussões sobre espaço, lugar, identidade e território que ganham novos contornos em razão do traçado de linha invisível submetendo

as populações a regimes jurídicos distintos ditados pela soberania de cada ente estatal, como registra Machado (1998)

“[...] esse processo é indicativo de que, mais do que uma perda de função dos limites e fronteiras internacionais, o que está ocorrendo é uma mutação da perspectiva do Estado em relação ao seu papel. A fronteira deixa de ser concebida somente a partir das estratégias e interesses do Estado central, passando a ser concebida também pelas comunidades de fronteira, ou seja, no âmbito subnacional. O desejo e a possibilidade real de comunidades locais estenderem sua influência e reforçarem sua centralidade além dos limites internacionais e sobre a faixa de fronteira estaria subvertendo e renovando os conceitos clássicos de limite e de fronteira.”

Além disso, o território de fronteira também é efetivado por forças econômicas, políticas e culturais, num processo social em determinado espaço geográfico conforme explica Saquet (2007), não sendo diferente do que ocorre na fronteira Brasil-Bolívia. Esse aglomerado de forças, representadas por relações de poder que apropriam o espaço de forma cultural econômica e política, qualifica o território, surgindo a noção de territorialidade tendo em vista que “[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a “multidimensionalidade” do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” conforme registra Raffestin (1993).

Essas múltiplas territorialidades podem ser percebidas no comércio boliviano presente em Corumbá, em cultos e festas religiosos de bolivianos, onde apuramos na ocasião a presença de brasileiros (principalmente corumbaenses) nessas comemorações, e nas constantes trocas comerciais de entre brasileiros e bolivianos na região compreendida entre Porto Suarez/Porto Quijarro e Corumbá/Ladário.

A observação na vida da fronteira em Corumbá indica que o Estado não se apresenta como único responsável para ditar a vida na fronteira. As relações de poder que ocorrem na região fronteiriça, no qual as instituições possuem atuação de relevo, também são utilizadas para explicar a dimensão de variáveis presentes no processo de formação de entendimento do complexo e interdisciplinar tema de fronteiras.

Dessa discussão, alguns teóricos diferenciam ainda como exemplo, a noção de linha de fronteira e zona de fronteira. A fronteira, explica Cataia (2007), como linha é absoluta, serve como marco onde os Estados nacionais, segundo a intensidade de seus poderes, exercem a vigilância (sanitária, demográfica, ideológica, policial ou militar). Já a zona, é de difícil demarcação, flexível segundo os arranjos sócio-territoriais dos campos de forças opostos.

Nessa linha de ideias, a fronteira em estudo é uma região que favorece a intensa troca, revelando-se ainda nesses momentos, conforme a denominação de “fronteira vibrante” de Oliveira (2007):

“As fronteiras vivas, caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante, e por uma estrutura social complexa. Os habitantes desses espaços não se sentem constrangidos em trocar relações, pelo fato de serem componentes de nações distintas. Indiferentes a isso interagem e constroem espaços próprios comuns, invadem terras internacionais, trocam informações, produtos, relações, configurando novos espaços geográficos, criando normas e articulações definidas para atenderem suas necessidades, transgredindo determinações provenientes de instâncias situadas em círculos distantes... Aqui há confrontação/cooperação das duas lógicas: das “organizações econômicas” e a das “organizações políticas” com mais intensidade e aparência; este embate torna-se benéfico quando uma consolida um limite à outra. As transgressões, manutenções, interposições, distorções e as trocas confirmam

um movimento e um comportamento transversal nas convivências e nas interações, favorecendo uma dinâmica particular das atividades, dando características singulares no território, mais ainda, nas conurbações: os abusos da funcionalidade são, no geral, corrigidos pela imposição de ações de integração formal; por outro lado, a integração funcional oferece vantagens suficientes para construir uma relação de convivência capaz de suplantar a concepção tradicional de fronteira (barreira, limite, corte e descontinuidade).

E continua seu raciocínio afirmando que:

Essas regiões são povoadas de conurbações ou semi-conurbações, geralmente, não muito recentes, com ou sem fortes assimetrias. As diversas cidades gêmeas localizadas nas fronteiras da América do Sul onde algumas se destacam com dinamismos e projetos conjuntos, assim são as circulações de brasileiros e uruguaios nas cidades de S. Livramento e Rivera, de brasileiros e paraguaios em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, entre guatemaltecos e mexicanos em Hidalgo e TecúnUmán, assim como peruanos e equatorianos que transitam entre Huaquillas e Águas Verdes.” E “como se identifica Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia) saíram de uma fronteira protocolar nos 1970 passando, com a instalação do porto aduaneiro e da chegada do gasoduto Br-Bo, para a condição de ser uma vibrante fronteira nos dias de hoje”. (OLIVEIRA, 2007)

As observações acima indicam que estudar fronteira e os imigrantes significa estudar o que Martins (1997) chamou de frente de expansão brasileira, buscar os segredos mais profundos da situação de fronteira e verificar como o espaço é reconstruído ao longo do tempo mediante a inserção social. Além disso, é estudar conflitualidade e entender a ausência de compreensão pelas instituições do Estado, acarretando grande parte das relações pela dominação e forças repressivas do privado, vale dizer, relações econômicas, em geral informais, construindo com tudo isso, a memória de fronteira.

Nesse sentido, compreendemos memória como “um conhecimento atual do passado”, como se refere Halbwachs (1990), e a captação dessa memória é uma fonte viável para refletir sobre a imensidão de questões importantes que envolvem o imigrante na região de fronteira. Na região de fronteira, o passado é lembrado e reconstruído pelos atores sociais na região.

Na região de fronteira é possível observar o aspecto psicológico da memória, no sentido de lembrar de algo envolvendo a existência de um acontecimento e de um ator. Surge o sentido de memória como habilidade de depositar informações de forma como “memória individual” ou em grupo. Isso ocorre devido as relações de moradores bolivianos, comunidades palestinas, brasileiros, todos envolvidos em um mesmo espaço geográfico, compartilhando e criando essas memórias.

Para este artigo traremos observações tratando do envolvimento do ator institucional com o imigrantes criando sentidos de compreensão de memória que se incorporam ao sentido comum das pessoas sobre a região de fronteira.

Nessa linha a forma como as instituições se preparam para agir na região são permeadas de uma compreensão de outras localidades, considerando que muitos dos atores institucionais não são originários da fronteira e carregam, de forma geral, um sentido pré-concebido sobre o imigrante a o local fronteiriço.

Este sentido pré-concebido pelos atores institucionais é muita das vezes apropriado pelos moradores locais para exteriorizarem, em algumas ocasiões, sentimento de preconceitos em relação ao outro.

Verifica-se que existem alguns dilemas de compreensão, nesse contexto, tais como dilema administrativo e o político, dentro do recorte proposto. No dilema administrativo cabe a reflexão de como as instituições (des)preparam sua atuação na questão do imigrante na fronteira e como a memória e a subjetividade integram os atores institucionais. No dilema político, cabe a reflexão sobre como ocorrem os debates entre os atores sociais nas questões migratórias, cabendo investigar se é possível verificar a efetiva participação dos imigrantes atingidos pelas decisões políticas. Com base na análise de tais dilemas, é proposta a reflexão ainda sobre como os discursos e narrativas - engendradas pela ação conjunta de atores sociais - desses dilemas incorporam-se na (des)construção do processo de construção de memória local.

(Des) preparo institucional, memória e saberes na região de fronteira

Foi na região apresentada que elaboramos a pesquisa e observou-se que as abordagens com atores institucionais (polícia, fiscais, etc) aos denominados fronteiriços denotam discurso por parte dos atores abordados, cuja tendência pode ser de fortalecimento de uma identidade local, havendo referência nos discursos colhidos sobre identidade Boliviana, Corumbaense e uma terceira denominada “da fronteira” ou “fronteiriço”, querendo revelar um local específico e nominado.

Trazendo essa discussão para o campo da memória é possível identificar nesta categoria denominada “fronteiriço”, criada pelos próprios atores sociais na região de fronteira um conteúdo de identidade. Isso porque, na plataforma teórica de Pollak (1992, p.5):

a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Todo mundo sabe até que ponto a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas. Por exemplo, todos os que fizeram pesquisas de história oral sobre as estruturas familiares nas classes populares, como já fiz na Áustria, puderam verificar o quanto um nascimento ilegítimo pode ser um ponto importante quando se trata de resolver litígios ligados a heranças. Não se trata apenas de herança no sentido material, mas também no sentido moral, ou seja, do valor atribuído a determinada filiação. Sabemos que a memória, bem como o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constituem um ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas

No trecho acima é possível pensar como a categoria fronteiriço vai permitindo um sentido de pertencimento, identidade, conexão entre determinados grupos de pessoas, permitindo ainda um sentido moral de continuidade para os que nascem destes atores que já possuem um “status” de fronteiriço.

Nessa linha, o ator institucional exerce importante significado para esse processo de construção identitária e isso ocorre pois as rearrumações ocorridas na região de fronteira, de forma permanente, não seriam necessárias se já houvesse um reconhecimento institucional, interdisciplinar. Nesse sentido explica Pollak (1992, p.5):

Gostaria de enfatizar que, quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade. Se compararmos, por exemplo, países de antiga tradição nacional, países que são Estados nacionais há muitos séculos, com Estados nacionais recentes, veremos que a preocupação com a identidade e a memória toma feições bem diferentes nos dois casos. Poderíamos tomar como objeto de análise a correlação, em períodos de longa

duração, entre a reorganização das relações entre países em momentos de crise ou de guerra, e a crise da memória e do sentimento de identidade coletiva que frequentemente precede, acompanha ou sucede esses momentos.

Em outras palavras, o preparo das instituições com os atores na região de fronteira pode ser um balizador para verificar os limites e graus de existência identitária na região fronteiriça.

À respeito desse preparo ou não, foi observado em nosso trabalho e contato dos bolivianos com o atores institucionais que parecia não ser pautado por discursos sinceros, mas construídos para que atinjam a finalidade (serem bem atendidos, apresentarem-se simpáticos, evitem excesso de burocracias, etc.). Essa suspeita abraça a linha de estudos que trabalham com o conceito de “identidades modernas”, conforme menciona Haesbaert (2006):

“as identidades modernas estão em crise. As “identidades modernas” estão sendo descentradas, deslocadas ou fragmentadas pela globalização em seus impactos sobre os referenciais modernos de sujeito, tempo e espaço. De acordo com o autor, todavia, existem três classificações ou contra-tendências a homogeneização cultural global. A globalização caminha paralelamente ao fortalecimento de identidades locais, o que não impede que o fascínio com a diferença, com o “étnico” e com a alteridade, se insira dentro de uma lógica mercantil, pois “diversidade vende”, criando novos nichos de mercado.”

Na linha Santos (1997) explica que a noção de espaço geográfico deve ser entendido como o “território usado”, segundo sua expressão. Significando dizer, que o espaço ocupado compreenderia um sistema de objetos e um sistema de ações indissociáveis, contraditórios e que não devem ser considerados isoladamente, no qual a paisagem é um elemento materializado desse espaço, mas existem outros elementos.

Infere-se do ensinamento de Santos (1997) que, o espaço é analisado e concebido no aspecto da forma e da funcionalidade. O espaço geográfico é resultado das relações sócio-espaciais, como relações econômicas, de trabalho, políticas (relação sociedade-Estado ou entre Estados-Nação) e simbólico-culturais (relação sociedade-espaço via linguagem e imaginário). Assim, a noção de espaço encontra-se inteiramente ligada a dinâmica social de uma determinada localidade.

Por sua vez, a noção de Território é tratada pelos estudiosos como o espaço geográfico numa percepção política, na lógica do tratado de Westfalia, onde o território foi pensado, definido e delimitado a partir de relações de poder entre Estados Nacionais.

O tema é bem explicado na obra de Raffestin(1993), onde trabalha detalhadamente a evolução dos conceitos da geografia política. Nessa obra, o autor explica a geografia política conceituada por Ratzel, indicando que este partira da ideia de que existira estreita noção entre o solo e o estado. Uma crítica promovida por Raffestin a Ratzel é a de que este trabalhou sua teoria como se o único núcleo de poder fosse o Estado, o que não é verdade. Assim, Raffestin supera a concepção clássica de que território vincula-se somente ao domínio de uma determinada área, imprimindo uma perspectiva de análise centrada na identidade nacional e na funcionalidade do espaço.

De fato, observamos na fronteira Brasil-Bolívia, especificamente na conurbação binacional Puerto Quijarro-Corumbá paisagem, símbolos relações econômicas que identificam o cotidiano compartilhado entre os moradores dessa localidades, implementando significados e contornos próprios variáveis no tempo. E a própria noção de lugar sob o ponto de vista operacional em Geografia, que inovando o traçado da Cartografia, passa a ser analisado de forma mais abrangente. O lugar torna-se a dimensão da existência que se manifesta através “de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições-cooperação

e conflito são a base da vida em comum”, revelando a verdadeira expressão do autor sobre o “mundo vivido” (SANTOS, 1997).

No meio de tantas variáveis na fronteira, um aspecto relevante para observação das memória (re) construída é relacionado ao preconceito entre os próprios atores que convivem na região. Frequentemente encontramos manifestações anônimas supostamente de moradores de Corumbá/MS nos comentários que tratam de notícia envolvendo o fechamento de fronteira e de bolivianos, tais como¹: “É como eu falei “FECHEM BEM FECHADO, E JOGUEM A CHAVE FORA.....”, “tomara que permaneça fechada por vários dias. pois as AUTORIDADES BRASILEIRAS jamais serão coniventes com alguma situações como receptação e facilitação de ilícitos. AcordeBolívia nos é que temos que fechar a fronteira do lado de cá e ponto final.”, “ESPERO QUE CONTINUE ASSIM BEM FECHADO TANTO PARA MERCADORIAS TANTO PARA AS DROGAS QUE VAI SER BEM DIFICIU

Sobre o assunto discorre Oliveira&Ramalho Junior (2010)

“Levando em consideração que tais categorias não são exclusivas às fronteiras, vale a pena notar que elas marcam forte presença e são constituintes da vivência fronteiriça, sendo esta essencialmente relacional. Neste caso, fronteiras entre países, caracterizada pela desigualdade, sendo que há preponderância de um sobre outro nos assuntos diplomáticos, que são transportados e reproduzidos nas diversas esferas políticas, alcançando até mesmo as relações interpessoais, traços que reforçam a institucionalidade dos elementos preconceito e solidariedade, a partir de suas inexoráveis presenças.”

Os mesmo autores ainda mencionam outras práticas preconceituosas em Corumbá/MS como:

“ uma pichação encontrada em uma mureta localizada na Av. General Rondon, lugar turístico daquela cidade, de amplo fluxo pelos moradores e palco dos principais eventos, entre eles o Festival América do Sul que, curiosamente, tem como objetivo principal a integração dos povos sulamericanos. Trata-se de manifestação racista. Ao escreverem Fora Bolivianos, revelam-se traços de intolerância que, mesmo admitindo que esteja restrito a uma parcela da população local, expressam um desejo de inexistência da convivência fronteiriça. Outro exemplo ocorre na mesma Avenida poucos quadras dali, mas que possui o mesmo trânsito e importância. Ao escreverem Muro na Fronteira, FueraChollos e Persona no Grata, ratifica o mesmo desejo de forma tão contundente quanto à primeira”.

Na busca para uma certo tipo de identidade e reconhecimento, é comum entre atores estrangeiros moradores da região uma certa memória passada de um para outro, indicando que documentos podem facilitar e permitir esse reconhecimento e conseqüentemente inibindo ações preconceituosas como a tratada acima.

Nessa linha, foi verificado que existia um documento especial que, em primeira análise, possibilitava a identificação das pessoas que vivem em determinada região de fronteira para que se beneficiem de eventual tratamento diferenciado à região. Esse documento era norteado por uma política de integração na reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, onde Gadelha & Costa (2005, p.27) nos ensinam que:

“o Programa reconhece que sua atuação de promoção da cidadania da população fronteiriça depende do fortalecimento das instituições supra-nacionais voltadas para integração fronteiriça, e para tanto, tem se articulado com o Ministério da Relações Exteriores visando ao suporte dessas instituições – em especial quanto ao encaminhamento das questões nacionais para os órgãos federais, estaduais e municipais afetos e para

1 Disponível em: <http://www.diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=30233> acesso em 08/08/2011

o necessário subsídio de informações locais para o desenvolvimento regional, regido pela PNDR [Política Nacional de Desenvolvimento Regional]. Desta forma, mantendo a autonomia dos Ministérios envolvidos consegue-se articular a vertente nacional e internacional de modo a dar seguimento a subsidiar a implementação dos processos de mudanças necessários ao fortalecimento de blocos regionais e ao resgate da cidadania da população de fronteira”.

Na ocasião de nossa pesquisa, foi analisado especificamente o Documento Especial Fronteiriço (DEF) e a influência exercida por tal documento em algumas instituições. Isso é relevante tendo em vista que as associações de construção de uma memória coletiva ou individual passavam pela percepção e uso do DEF na região de fronteira. A análise da retirada, uso e aplicação do DEF foi um parâmetro para observar o comportamento das instituições frente aos atores da região. A depender da compreensão pelas instituições, é possível iniciar uma compreensão de como é formada a (re)construção da memória na região de fronteira.

Verificando, por exemplo servidores da Receita Federal do Brasil na ocasião, foi possível observar que nesse órgão a informação da existência do DEF só ocorria por realizarem ações conjuntas com outras instituições, como a Polícia Federal, uma vez que a instituição não oferece nenhum tipo de treinamento ou recomendação acerca da utilidade do mesmo.

Foi possível apurar que não há interesse por parte dos agentes institucionais em obter maiores esclarecimentos sobre o assunto, uma vez que, os mesmos estão visivelmente preocupados somente com a apreensão de mercadorias e seus desdobramentos e na visão dos mesmos o DEF, “não ajuda nem atrapalha”.

No entanto, após a promulgação do decreto que implementou o DEF houve um acréscimo considerável na procura. Na pesquisa original na ocasião, verificou-se que foram 56 documentos expedidos, aumentando progressivamente para 50, e, após para 152 documentos expedidos, um aumento considerável na expedição desses documentos. Foram aplicadas ainda entrevistas com comerciantes que estão em uma faixa etária de 23 a 60 anos, 95% se dizem comerciantes e 5% atuam no comércio, porém são estudantes que apenas contribuem na renda da família trabalhando nos pequenos comércios espalhados pela cidade.

A maioria dos comerciantes possui residência fixa em Corumbá, outros estão localizados em Puerto Quijarro (Bolívia), um fato que despertou interesse foi que na maioria das vezes ao serem questionados sobre residência a resposta foi “moro na fronteira”. O grau de escolaridade dos entrevistados está na faixa do ensino fundamental e médio em alguns casos incompleto. Quanto à região de origem pudemos apurar que a Capital da Bolívia, La Paz se faz como maior número de imigrantes, enquanto outros são oriundos de Beni e Santa Cruz, com um tempo de residência no Brasil que varia de 4 a 22 anos. O questionário foi direcionado ao conhecimento e a aquisição do DEF por parte dos bolivianos, porém na elaboração do mesmo percebemos que seria válido questionar sobre a assistência de saúde ao qual recorrem, uma vez que, portando o DEF, teriam o direito de serem atendidos em postos de saúde e hospital da cidade de Corumbá, no entanto, averiguamos que 60% das pessoas que possuem o DEF recorrem a atendimento médico hospitalar nas cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, pois recebem melhor atendimento e atenção, diferente do Brasil, que em alguns casos relatados sofrem discriminação e para serem atendidos tiveram que efetuar pagamento. Ao questionar sobre a gratuidade do serviço foram advertidos por agentes do Sistema Único de Saúde que por serem estrangeiros seria um procedimento padrão.

A dificuldade por parte dos imigrantes bolivianos que residem ou tem pretensão de se instalar na cidade de Corumbá esta ligada a falta de informação e divulgação do DEF, dessa forma averiguamos que somente 13% souberam da existência do Documento pela Polícia

Federal, os outros 87% tiveram informações através do consulado Boliviano em Corumbá, pelo presidente da feira local ou por pessoas que já possuíam o mesmo, notamos que a mídia em geral, não contribui para a divulgação das informações que beneficiem os trabalhadores bolivianos residentes ou não em Corumbá, as notícias estão pautadas dentro do contexto que proporcione audiência ou alimente a venda de jornais e a manutenção de sites, desta forma sem a colaboração das autoridades institucionais e a mídia local, o DEF ficará restrito ao número mínimo de pessoas não assumindo seu caráter de integração e bem estar da população em região de fronteira, uma vez que é consenso entre estudiosos que essas áreas se diferenciam das demais por suas peculiaridades de integração, comércio, cultura, língua, moeda, etc.

Sistematizando as respostas sobre o DEF indagamos primeiro como foi adquirido o Documento Especial Fronteiriço. Foi observado nas respostas que após percorrer um grande caminho entre, Receita Federal, Fórum de Justiça, Polícia Civil, Agência Fazendária, agência bancária, Polícia Federal, os indivíduos conseguiram retirar o DEF e relatam que em todas as instituições sempre foram muito bem tratados. Afirmam, ainda, que só se dirigiram a Receita Federal por acreditar que havia alguma relação com o Documento, e que a barreira linguística por vezes atrasa e confunde muito os interessados em legalizar-se no Brasil.

Em um segundo momento foi indagado se possuir o Documento Especial Fronteiriço corresponde à importância que lhe foi explicada sobre ele e, unanimemente a resposta foi sim, pois os entrevistados acreditam ter uma maior segurança para trabalhar, uma vez que o Documento confere tranquilidade na fronteira, relacionam também respeito, dignidade, paz e oportunidade para matricular seus filhos nas escolas de Corumbá.

Na ocasião da pesquisa houve o fechamento por parte de uma “operação” das instituições (exército, polícia, fiscalização, prefeitura) na conhecida “Feira Brasbol” - uma feira de artigos artesanais e produtos comercializados correntemente na localidade de Corumbá. Ocasinou certa desconfiança e descrença no DEF, uma vez que, um dos maiores questionamentos por parte dos trabalhadores da feira foi a razão da repentina retirada do local acompanhada de forte aparato dos agentes estatais, sem maiores esclarecimentos sobre a ação efetuada. Observamos em diversos protestos, trabalhadores bolivianos expondo o DEF e dizendo estar legal no país por possuírem o mesmo, sem o conhecimento que o Documento lhe assegura a permanência e outros direitos já explanados, não cobrindo ações que visam à apreensão de mercadoria e laudos de segurança do trabalho expedidos pelos órgãos competentes.

Ao serem indagados sobre o que mudou, efetivamente, em sua rotina após a aquisição do Documento Especial Fronteiriço, responderam que o fator segurança para livre circulação, trabalho, moradia, melhoria na qualidade de vida e até uma certa “igualdade”, perante aos brasileiros residentes em Corumbá.

Constatamos que a maioria dos entrevistados transmitiram os benefícios do DEF aos colegas de trabalho aos familiares e amigos e que avaliam o tratamento que recebem das autoridades entre regular e bom, porém levantamentos dos pesquisadores do Laboratório de Estudos Fronteiriços apontam que existe uma insatisfação por parte dos bolivianos no que se refere a atendimento e informação o que podemos classificar como ruim.

Inferese das leituras dos estudiosos que um documento jurídico não é o que determina o processo real de quem vive na fronteira, tão pouco é o que anuncia os níveis de socialização do imigrante e também não é o que determina a existência de relações estabelecidas em localidades separadas por uma linha imaginária denominada limite internacional. Nessa linha, assevera o estudioso OLIVEIRA (2007) que “A vida na fronteira possui uma condição, no mínimo, bipolar e uma estrutura multiforme”.

Esse raciocínio também é bem retratado no ensinamento de OLIVEIRA (2007) sobre os níveis de socialização do imigrante:

“Ao esbarrar nas noções de justiça, como formas de interpretar os níveis de socialização do imigrante, deparamos com a complexidade que está intrínseca nos níveis de justiça, bem como nas noções de socialização. A busca de sentido para tal processo resvala na identificação de rituais, jurídicos ou não, para a legitimação, normalmente posta na posição zênite”

Apesar da suspeita de que o documento jurídico não determina as relações e níveis de socialização, o reconhecimento formal parece ter a sua importância porque sinaliza o entendimento do Estado sobre a necessidade de integração, ainda que por um documento jurídico.

Parece significar também a exteriorização de que o Estado está em processo de compreensão de que o espaço fronteiriço ocupado e as relações nele existente são anteriores ao território. Isto porque a apropriação pelos atores na fronteira “territorializa” o espaço, como afirma Raffestin (1993) e, são relações seculares nessa fronteira em estudo (ESSELIM, 2010). Parece, por fim, que o Estado está em processo de se despir aos poucos da antiquada e divulgada impressão que discutir fronteiras é apenas discutir segurança pública e defesa nacional. Por outro lado, o Estado ao não instruir e treinar seus agentes que atuam em região de fronteira transfere para os mesmos a prática resultante daquele pensamento antiquado e divulgado.

Esse processo de compreensão do Estado passa também pela necessidade de entender como o espaço na fronteira é apropriado pelo trabalho, projetando energia e informação, circulando mercadoria, criando-se rede (SCHERER-WARREN, 2005) e relações de poder (DREYFUS e RABINOW, 2005). Deve-se perceber que “o estado não é a fonte central do poder, mas sim uma matriz de individualização ‘sobre’ a qual cada um tem construída a sua subjetividade, vive sua vida e pratica suas ações. O poder se exerce no Estado, mas não deriva dele; pelo contrário, o poder se estatizou ao se abrigar e se legitimar sob a tutela das instituições estatais” nas palavras de VEIGA-NETO (2003). Nessa toada, a operação Brasbol parece ter representado mais uma faceta do preconceito ao boliviano, camuflado em um discurso institucional colorido com a perigosa premissa do “interesse nacional”, nesse sentido CAMPOS (2011, p.48) nos explica que:

“As notícias veiculadas pelos meios de comunicação acabam fixando na mente desejos expectadores de que os bolivianos da Feira Brasbol sejam traficantes ou meros “muambeiros”, sendo que, dificilmente revelam que eles são chefes de família que dependem de tal serviço da mesma maneira que outros comerciantes informais brasileiros. E, por serem pessoas de baixa renda, são dependentes daquela atividade. Por fim, que tais ações são efetuadas principalmente em grandes datas do comércio, como natal, dia das mães, etc. O comércio considerado como “contrabando” ou “descaminho” pelo Estado, configura uma economia ao mesmo tempo subversiva e constitutiva dos processos de povoamento e de construção de fronteiras, cuja importância histórica, econômica e social são implícitas.”

Nessa seara Costa (2010, p.07), complementa:

“O comércio entre fronteiras, portanto, não pode ser considerado como uma atividade marginal dentro do sistema capitalista, mas sim como uma atividade estrutural. O que se percebe nos discursos “oficiais” é que este tipo de comércio não é identificado como uma atividade econômica transfronteiriça, pois em geral, a fronteira só aparece propriamente dita nessas narrativas, quando se trata de comércios realizados nas regiões limítrofes entre os países e não referidos às exportações e importações de uma nação. Ou seja, todo comércio entre países, todas as relações econômicas entre países

são relações entre fronteiras. É neste sentido que o combate ao “contrabando” formiga ou aocomércio realizado por moradores fronteiriços em pequena escala é um problema tão importante para o Estado, já que esta “subversão” afeta suas estruturas mais profundas de controle e poder soberano; isto é, o que subjaz às atividades de repressão nas aduanas é a questão de vigiar e gerir o território e obter o monopólio dos negócios entre o Estado e seus “sócios”, reprimindo atividades que possam rivalizar com este monopólio.”

Ocorre que mesmo no âmbito jurídico, o Brasil nos últimos anos parece estar engajado no início de uma política de integração e não segregação. Nesse sentido, observar as relações travadas na fronteira parece ser o início para que tais integrações realmente se estabeleçam, e, ao contrário, medidas institucionais de mera repressão não parecem caminhar no mesmo sentido de outros documentos jurídicos integrativos que surgiram.

Nesse arcabouço de novas concepções reconhecidas pelo estado (integração, cooperação, fortalecimento de laços de amizade), o DEF pode representar um forte elemento simbólico e representativo de criação de memória local, norte para instituições de políticas públicas e novos instrumentos jurídicos para promoção social, cultural, econômica e de integração na região de fronteira.

O DEF toma uma dimensão de representação na fronteira, numa relação do significante com o significado, entre o documento e o uso que ele representa para o boliviano que vive nessa região, um tipo de signo compreendido como identidade e pertencimento. Esta relação pode ser encontrada na plataforma filosófica de Foucault (1982, p. 143):

“[...] é a ligação estabelecida entre a idéia de uma coisa e a ideia de outra. Mesmo considerando que elemento por si só não é signo, o conteúdo do elemento significante é aquilo que ele representa e este significado se situa no interior da representação do signo. Eis a característica fundamental do signo como “representação reduplicada.”

Esse documento também pode não ordenar o social, mas dá efeito de realidade do pensamento de modo válido. Vale dizer, não é cópia, nem reproduza realidade das relações na fronteira do Brasil com a Bolívia mas é um instrumento ou recurso que permite a análise dessas relações. No ensinamento de Weber (2003, p.105):

“Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento.”

Ao lado dessa temática, na região de fronteira as discussões sobre espaço, lugar e território ganham novos contornos em razão do traçado de linha invisível submetendo as populações a regimes jurídicos distintos ditados pela soberania de cada ente estatal. Para Machado (1998, p.6):

“[...] esse processo é indicativo de que, mais do que uma perda de função dos limites e fronteiras internacionais, o que está ocorrendo é uma mutação da perspectiva do Estado em relação ao seu papel. A fronteira deixa de ser concebida somente a partir das estratégias e interesses do Estado central, passando a ser concebida também pelas comunidades de fronteira, ou seja, no âmbito subnacional. O desejo e a possibilidade real de comunidades locais estenderem sua influência e reforçarem sua centralidade além dos limites internacionais e sobre a faixa de fronteira estaria subvertendo e renovando os conceitos clássicos de limite e de fronteira.”

Dentre as diversas relações e redes de poder, as relações informais econômicas (trocas comerciais, câmbio, trabalho) são as que parecem se exteriorizarem com mais frequência como afirma ainda Machado (1998), embora não sejam as únicas.

[...]o poder organizador e regulador dos estados nacionais está sendo solapado, desde dentro e desde fora de cada estado, pelo aumento de intensidade e complexidade dos intercâmbios não-estatais. Indivíduos, comunidades, corporações, organizações, redes de solidariedade, redes de informação, baseados nos interesses mais diversos, constituem hoje uma teia em escala planetária difícil de ser manipulada ou mesmo controlada por cada estado [...]Por ora, o que é interessante nessa teia é que ela não é só econômica, no sentido estrito do termo, mas inclui intercâmbio de símbolos e imagens, um dos fundamentos da iconografia do estado-nação. [...] É no campo econômico onde a visibilidade dessa crescente ambiguidade do legal/ilegal é maior,[...] o que é informal, no sentido estrito de não obedecer às leis vigentes, pode sustentar a economia de cidades, regiões e países; os contrabandos instituídos, que opera redes de distribuição de mercadorias legal ou ilegalmente produzidos, perpassando os controles localizados nos limites de cada estado para ressurgir no seu interior como mercadoria nacional ou mesmo importada [...]

Continua Machado (1998) “Sem instituições para instrumentá-la, a cooperação entre países vizinhos em regiões de fronteira tem sido feita informalmente, e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços.” Já no entendimento de Scherer-Warren (2005), algumas relações em redes podem limitar-se a determinado território, outras, no entanto, podem transcender fronteiras espaciais.

“As redes sociais primárias, interindividuais ou coletivas, caracterizam-se por serem presenciais, em espaços contíguos, criando territórios no sentido tradicional do termo, isto é geograficamente delimitados; enquanto isso, as redes virtuais, resultantes do ciberativismo, são intencionais, transcendem as fronteiras espaciais de redes presenciais, criando, portanto, territórios virtuais [...]Todavia, elas poderão vir a ter impacto sobre as redes presenciais e vice-versa, numa constante dialética entre o local e o mais global, entre o presencial e o virtual, entre o ativismo do cotidiano e o ciberativismo, podendo vir a auxiliar na formação de movimentos cidadãos planetarizados.”

Nesse sentido, outro aspecto que foi observado é relacionado às trocas econômicas entre bolivianos e brasileiros que parecem exteriorizar ora relações e formação de redes formais, ora informais. Como exemplo de uma rede formal, parece ser a rede de bolivianos e brasileiros que trabalham diariamente no centro comercial em Corumbá, denominada pela população de Corumbá, “feirinha”, esta que foi alvo da operação Brasbol já mencionada.

Em tese, há uma formalidade reconhecida com pagamento de taxa para a Prefeitura de Corumbá por utilizar espaço público e, ainda que seja em economia familiar, percebe-se a função do gerente, do transportador, do vendedor, da pessoa que aluga depósito para guardar mercadorias, enfim, uma rede criada para a função que se destina. De outro lado, no mesmo local criam-se redes para relações informais, em tese, invisíveis para o Estado (em razão da ilegalidade), criando-se rede de ligações com comércio na Bolívia para compra de produtos mais baratos. Essa rede informal, do mesmo modo, emprega pessoas para passarem na fronteira com produtos fora da cota permitida pela fiscalização, outro para monitorar se existe fiscalização, pagamento de aluguel para Brasileiros para que sejam depositadas as mercadorias, enfim, redes que ultrapassam os limites dos dois países.

Com essas observações é possível indicar que as instituições e sua atuação podem revelar o fenômeno de uma memória coletiva pois são reprodutores institucionais de pontos favoráveis

ou não no processo de construção identitário. De fato há uma relação dos fenômenos coletivos e sociais com a memória conforme relata Pollak (1992, p.2):

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

O trecho acima permite inferir como essas relações institucionais relacionadas a documentos de identidade, atos de preconceito, ações (des)preparadas das instituições, desde que entendidas como fenômenos sociais, podem auxiliar no trabalho de compreensão da formação da memória de fronteira.

Essa memória de fronteira pode simbolizar novos diálogos emancipatórios da sociedade, por um lado, ou permitir repetidas (re)construções do ritual de não compreender a fronteira, compreender mal e depois perder o conhecimento. Isso ocorre mais evidentemente com as instituições onde os atores, em geral, não se fixam na região e não inserem em seu protocolo de vida um diálogo permanente com os atores sociais que vivem na região.

Considerações finais

Percebe-se a possibilidade de contribuição para melhor integração e cooperação entre as instituições do Brasil e as de outros países, por meio das reflexões e debates tratando da memória, instituições. Também foi percebido que os atores institucionais possuem pouco ou nenhum conhecimento da região de fronteira. Esse desconhecimento provoca medidas que geram clamor público porque mesmo atores institucionais em função de comando necessitam desse conhecimento, impulsionando uma memória de compreensões desvirtuadas da realidade por parte das instituições e algum segmento da sociedade local.

Ficou evidente que tanto a fronteira como o imigrante não pode ser apenas olhado como um problema e, especificamente sob ponto de vista da segurança pública, por gerar uma memória pautada no despreparo para entender todas as vicissitudes dessa região. O contato entre as instituições que estudam a fronteira, como universidades e comitês de fronteiras, devem ser constantes, efetivos e divulgados. A união e a troca de informações entre as várias esferas do governo também é medida importante, tanto quanto a participação dos imigrantes atingidos pelas decisões.

Como assevera o Oliveira (2007), “A vida na fronteira possui uma condição, no mínimo, bipolar e uma estrutura multiforme”. Isto porque a apropriação pelos atores na fronteira “territorializa” o espaço, como afirma Raffestin (1993) e, são relações seculares nessa fronteira em estudo (ESSELIM, 2010).

E esse ciclo de transformações é diferente em cada instituição, quando chegam servidores novos e encontram servidores mais antigos, ou vice-versa. Assim, ficam de um lado, os novos servidores desejando aplicar a lei, inibir medidas tidas como ilegais, enfim, motivados pela boa-vontade da nova profissão, chegando com o citado arcabouço de conceito pré-concebidos e ainda com total falta de treinamento ou conhecimento da região de fronteira. De outro lado, os antigos servidores, que partilharam outras experiências, questionando sobre outras medidas menos drásticas.

A vida na fronteira segue assim, impactada por instituições na região que desconhecem as vicissitudes da fronteira. Cada instituição está num determinado momento, nesse ciclo que compreende a chegada de novos servidores, a fase de experiência/ conhecimento e a hora

de ir embora. Assim, além de todos os fatores que citamos, essa diferença de momento, atrai medidas desastrosas das instituições.

A proposta não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas espera-se contribuir com algumas reflexões que auxiliem a compreensão dos discursos e narrativas no processo de construção da memória do imigrante na fronteira do Brasil.

Acredita-se que tais reflexões estão adequadas ao tema central do evento “VII CONINTER: Democracia, Memória e Etnosaberes: perspectivas transversais e interdisciplinares”, bem como ao GT (Grupo de Trabalho) que se propõe justamente a trazer ao debate dos assuntos atinentes à questão discursiva, da memória, imigração e instituições.

Espera-se com a presente proposta propiciar novas discussões sobre aspectos contemporâneos ligados à gestão das instituições, com ênfase nas questões de memória, instituições, identidade e imigrantes, bem como abrindo o diálogo para contribuição crítica da comunidade com vistas à sequência das reflexões.

Principais referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. Cad. CERU. 2008, vol.19, n.1, pp. 49-63.

_____. Imigração em Territórios Fronteiriços, V Congresso de Sociologia, Universidade de Lisboa, Revista Saberes e Práticas, 2008, p.1-13

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & BAINES, Stephen (Org.). 2005. Nacionalidade Etnicidade em Fronteiras. Brasília, Editora UNB.

CATAIA, M. “A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios”. In: IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007.

CAMPOS, Davi Lopes. Globalização E Fronteira: Um Estudo De Caso Sobre A Brasbol em Corumbá, MS, 2011.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. _____. Você tem cultura? In: Explorações, ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986

DORFMAN, A e ROSÉS, G. T. B. (2005): Regionalismo fronteiriço e o “acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios”. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS. 195-228.

GRIMSON, Alejandro. 2011. Pensar Fronteras desde las Fronteras. Nueva Sociedad n.170. Noviembre-Diciembre.

_____. 2003 . La Nacion em Sus Límites. Contrabandistas y Exilados em La Frontera Argentina- Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial.

HAESBAERT, Rogério; SANTA BARBARA, Marcelo de Jesus. Identidades e migração em áreas transfronteiriças. Geografia, n. 5. RJ. Ano III, set 2006

HAESBAERT, R. (1999) Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p.169-190

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 3º ed. Rio de Janeiro, 1999.

- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- MACHADO, L.O. . "Sistemas, Fronteiras e Territórios".
- _____ "Limites, Fronteiras, Redes". Em T. M. Strohaecker et alli. (orgs.). Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB, 1998
- MAGNANI, J.G.C. Etnografia como pratica e experiência. In Horizontes Antropológicos, Vol.15, nº.32, Porto Alegre, 2009.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a Degradação do Outro nos Confins do Humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- OLIVEIRA, Marco Aurélio & JARDIM, Denise Fagundes(Org). Os Árabes e sua américas. Editora UFMS. Campo Grande/MS. 2007.
- _____ A. M. Espaço, Tempo e Imigrantes: o desconcerto de uma região. In:
- MACHADO, Tito Carlos Machado. Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.2005.
- MARTINS, José de Souza., A fronteira dos desencontros Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 páginas.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Revista estudos históricos, nº 10, 1992.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. In: Revista estudos históricos, v. 2, nº 3, 1989.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática,1993.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SAQUET, Marcos Aurelio. O território: Diferentes interpretações na cultura italiana. In: Ribas, A.D.; SPOSITO.S 2007
- SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SCHERER-WARREN, Ilse. In. Redes, Sociedades e Territórios. Santa Cruz do Sul.RS: EDU NISC, 2005. P 29-50. Leila Christina Dias e Rogerio Leandro Lima da Silveira (Organizadores).
- SCHNEIDER, Jens (2004). Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. Mana. [on-line]. Abr. 2004, v. 10, n. 1 p. 97-129.
- SILVA, Helena. R.S A situação etnográfica. In Horizontes Antropológicos, Vol15, nº.32, Porto Alegre, 2009.
- SILVA, Sidney A. Bolivianos: A presença da cultura Andina, Editora Nacional.2005
- STEIMAN, Rebeca. A Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). RJ: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, 2002. Dissertação de Mestrado
- _____ Brasil e América do Sul: Questões Institucionais de Fronteira

DESEJO E CIDADE: DO EXCESSO DE REGULAMENTAÇÃO À PERDA DE SENTIDO

Representações, subjetividades e saberes sobre a cidade

Felipe Dias Ramos Loureiro

Doutorando CES/Universidade de Coimbra

felipelour@gmail.com

Resumo

Do desejo nasce e cresce a cidade, ele existe nela e por ela. O eros é uma força difícil de se disciplinar, certas cidades conseguem organizá-lo de maneira a fortalecer a sociabilidade por meio da organização de uma estrutura afetiva vinculada à dimensão pública. Outras são invadidas pelo desejo e remodelam completamente sua estrutura sentimental. Algumas, entretanto, tentam cancelar o desejo, ou, circunscrevê-lo de maneira rígida. O trabalho a seguir problematiza o percurso das ferramentas de regulação do desejo na cidade. Reconhecendo nisso, uma possibilidade de compreender como as cidades tematizaram e tematizam a sexualidade. O questionamento que me leva a esse artigo é, portanto, a possibilidade de investigar algumas camadas de discursos responsáveis por regulamentar a sexualidade, além de consolidar emoções e afetos considerados legítimos, visando desvendar o verdadeiro incômodo deste texto: como se dá a relação entre desejo e sociabilidade numa cidade em que estimula, acelera, cancela, suprime, circula, cria e proíbe seus indivíduos de desejar concomitantemente?

Palavras-Chave: Desejo; Cidade; Subjetividade.

1. Como governar o desejo? A estruturação.

O conceito de desejo foi amplamente discutido por diversos autores de campos distintos. Desde filósofos como Hegel em sua "Fenomenologia do espírito" publicada em 1807, passando pela psicanálise Freudiana em sua "Interpretação dos sonhos" publicada em 1899, seguidos por outros filósofos e psicanalistas, como Martin Heidegger e Jacques Lacan. Este, por sinal, foi quem reconstruiu o conceito de desejo, aproximando as tradições filosóficas e psicanalíticas.

Na terminologia lacaniana, a necessidade, de natureza biológica, satisfaz-se com um objeto real (o alimento), ao passo que o desejo (Beguirde inconsciente) nasce da distância entre a demanda e a necessidade. Ele incide sobre uma fantasia, isto é, sobre um outro imaginário. Portanto, é desejo do desejo do outro, na medida em que busca ser reconhecido em caráter absoluto por ele, ao preço de uma luta de morte (Roudinesco & Plon, 1998:147)

Uma proposição muito interessante de Lacan é ressaltada por Roudinesco & Plon, o objeto da demanda de amor não é essencial. Dentro de uma abordagem psicanalítica, o desejo se dá em relação a outro, brota de uma fantasia surgida no "vão" que existe entre demanda e necessidade, decorre também da impossibilidade de se passar ao ato, ou seja, de consumir a demanda. A dificuldade de alcançar o reconhecimento por parte do outro – que é o objeto de desejo – é o que mantém viva, na imaginação, tal chama.

A percepção lacaniana permite uma interessante reflexão a respeito do discurso do Amor Romântico que tenta torná-lo essencial, institucionalizando-o, caracterizando-o como eterno e monogâmico. Paradoxalmente, nota-se que tal "modo de amar" está progressivamente saindo de moda na contemporaneidade. Não se crê mais em um sentimento sacramentado pelo qual sacrificar o próprio tempo, muito menos a liberdade. Entretanto, busca-se o amor, demanda-se o amor, ama-se o amor, o que é compreensível, tendo em vista o tema fundamental do discurso propalado pelo mercado cinematográfico e fonográfico.

2.1 Desejo e Processos de Exclusão

O desejo é fruto do impossível, reside no imaginário, habita os sonhos, é originado pela linguagem e nela permanece. Faz parte do preço que pagamos por sermos humanos, racionais e civilizados. Dentro dessa perspectiva, percebemos que a civilização, em suas diversas etapas, construiu discursos que comportavam mecanismos que podem ser chamados de processos de exclusão. Ao fazer uma leitura Foucaultiana, é possível perceber que a interdição é um desses processos de exclusão, incidindo sobre muitos âmbitos; principalmente, sobre a sexualidade e a política.

O desejo pelo amor é construído a partir de um conjunto de interdições sobre a sexualidade, ou seja, é parte de um "Processo de Exclusão". No percurso da construção da civilização ocidental pós-moderna, diversos interditos foram compondo um repertório afetivo que podemos chamar de discurso amoroso. Existiu, existe e provavelmente existirá um enfrentamento pelo discurso amoroso, não apenas pelos enunciados, mas também pela legitimidade de dizê-los. Nesse âmbito, é o mesmo Foucault que pode nos ajudar a compreender melhor este embate.

Onde há poder, há resistência. Não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande recusa - alma de revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistência, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício. (FOUCAULT, 1988, p. 91)

Os discursos, ao longo da história ocidental, renovaram-se visando manter sua capacidade de interditar indivíduos. Em contrapartida, as práticas de resistência também se atualizaram. Lembremos que na *pólis* ateniense a sexualidade era interdita pelo discurso da cidadania e estava comumente fora do casamento. Estava vinculado à cidade, aprendia-se a atrair os olhos do ser amado buscando a glória, o reconhecimento público.

O eros que os gregos acreditavam ser capaz de produzir grandes façanhas, despertar a coragem e ser dotado de um valor educativo é um Eros homoerótico, o paidikon eros, objeto de uma ciência da erótica, da qual Sócrates diz ser um mestre. (Ortega, 2002:28)

A capacidade de dizer e se fazer ouvir, tal como o conteúdo do que se diz é alvo de disputas. Na passagem da Antiguidade Clássica para a Idade Média, o amor, outrora valorizado por um discurso que reconhecia nele a capacidade de despertar a busca pela grandeza e pelo conhecimento, aos poucos foi sendo percebido como algo complexo demais para ser liberado. No lugar da cidade, que se beneficiava da valentia dos indivíduos apaixonados, entrou a Igreja, advogando um Deus que se sacrificou tanto por nos amar, que poderia, em contrapartida, requerer de nós toda a capacidade de ser e sentir.

Nessa perspectiva, o amor entre as pessoas passa a ser visto como perigoso, posto que desperta paixões grandiosas demais para indivíduos tão reles quanto qualquer um de nós. O amor como paixão, visto nos chamados romances de cavalaria, ou em uma obra marcante como Tristão e Isolda, mostra-se capaz de separar o indivíduo da sociedade. Uma paixão arrebatadora seria, então, um fio que conduz o apaixonado num caminho contínuo pelo labirinto onde permanece próximo ao "louco" foucaultiano e distanciado da sociedade.

Nesse sentido, é interessante voltar a Foucault, haja vista que, ele trata de outro princípio de exclusão, a rejeição, ou seja, uma espécie de separação; propondo a oposição razão-loucura. Por exemplo, o louco da idade média tinha seu discurso separado e restrito. As palavras ditas eram a comprovação da sua loucura e eram a prova para a exclusão. As juras de amor eram a comprovação da possível loucura do apaixonado, com isso, a rejeição social era de fato um risco.

O apaixonado, tal como o louco, tinha seu discurso rejeitado, posto que não acatavam as verdades ritualizadas da sociedade medieval, como por exemplo, um matrimônio enquanto sacramento e acordo político. Atua, nesse âmbito, uma vontade de verdade herdada dos gregos que pressupunha um discurso verdadeiro tornando-se outro mecanismo de exclusão, também explicitado por Michel Foucault. Ele, por sinal, articula os dois primeiros processos de exclusão, nomeadamente separação e interdição, visto que ambos têm como base essa “vontade de verdade”. Sobre o discurso verdadeiro, o filósofo afirma:

Porque os poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro - no sentido forte e valorizado do termo -, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava justiça e atribuía a cada qual sua parte. . (Foucault, 2014:14)

Pouco a pouco a verdade deixa de residir no discurso, passando a morar em seu conteúdo. De acordo com Foucault: “chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo de enunciação, para o próprio enunciado.” (Foucault, 2014:15) A vontade de verdade explicita-se pelo que Foucault chama de “vontade de saber”, com o fim da idade média, tal vontade baseia-se no plano de objetos possíveis, assim como em métodos dotados da legitimidade advinda de instituições. Assim, torna-se mais perceptível que o modo como o saber é aplicado na sociedade movimenta a própria vontade de saber. Vale ressaltar que desde os gregos que o discurso verdadeiro não é mais aquele que responde ao desejo e exerce o poder, mas na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro. O que está em jogo senão desejo e poder? (Foucault, 2014:19)

Na sociedade industrial, a produção se acelera absurdamente, torna-se necessário que a demanda, no sentido mercadológico do termo, corresponda ao potencial de crescimento da oferta. O discurso verdadeiro enuncia, então, ideias favoráveis à propriedade e ao trabalho, a família surge como enunciado central do discurso amoroso e consolida-se como mecanismo de interdição do desejo. Nesse contexto, o amor verdadeiro não separa o sujeito da sociedade, ele se formaliza no casamento, indissolúvel e monogâmico, integrando o indivíduo a um modo de viver baseado na propriedade privada através da instituição “família nuclear”.

Assim, a família afirma-se como um espaço privado determinante na construção da subjetividade moderna, ela deveria ocupar o espaço do que era a Cidade na antiguidade clássica e a Igreja na Idade Média. Em nome da honra familiar e do bem-estar econômico, controlam-se os desejos, já que o laço familiar é um limite, baseado em um discurso que interdita a sexualidade e que, também, separa a sexualidade legítima e a ilegítima.

O discurso chamado de “amor romântico” é também conceituado pelo termo “amor sublime”. A percepção sobre o termo sublime advém da ideia de sublimação, tanto no campo da arte quanto no da química, mas vem também da psicologia com a ideia de sublimar - mudar o estado de um objeto, movimentá-lo, transformá-lo. Assim, a sublimação é movimento decorrente de uma interdição. Freud pega esse termo de Nietzsche e usa-o para definir a elevação a um estágio estético evoluído, comum aos homens, mas só vivido pelos artistas. A ideia de sublimação é acrescida à ideia de dessexualização, fato que muda a relação entre “eu e isso”. Nesse sentido, corta-se a energia sexual do eu, que passa a ser aplicada a outras coisas. De acordo com Octávio Paz:

sin sexo no hay sociedad, pues no hay procreacion; pero el sexo también, amenaza la sociedad. Como el Dios Pan és creacion e destruccion. Es instinto: temblor pánico, explosión vital. Es un volcán y cada uno de sus estallidos puede cubrir a la sociedad con una erupción de sangre y semen. El sexo es subversivo: ignora las clases y las jerarquías,

las artes y las ciencias, el día y la noche: duerme y sólo despierta para fornicar y volver a dormir. Nueva diferencia con el mundo animal: la especie humana padece una insaciable sed sexual y no conoce, como los otros animales, periodos de celo y períodos de reposo. O dicho de otro modo: el hombre es el único ser vivo que no dispone de una regulación fisiológica y automática de su sexualidad. . (Paz, 1994:1)

Portanto, o Erotismo é a solução cultural para a “falha” fisiológica diante da necessidade de nos afastarmos de nossa natureza animal. O discurso da cidade atua, desse modo, circulando enunciados normativos que incidem sobre os cidadãos, fazendo-os renunciarem aos instintos em prol do desejo. As pulsões seguem existindo em nossos corpos, mas a escolha por conviver nos leva a filtrá-las, impedindo-nos de simplesmente impor nossas vontades sobre o outro.

2.2 Cidade, Afeto e Alteridade

A alteridade é característica essencial para que haja cidade. Entender que o outro não é um espelho de si mesmo é uma necessidade para fazer funcionar algum tipo de sociabilidade. Dentro dessa perspectiva temos que admitir a existência do outro e refletir sobre os afetos, ou melhor, ao que Cristiane Rose Duarte e Ethel Pinheiro chamam de afetividade:

podemos pensar em afetividade como uma possibilidade de afetar-se com o Outro, podendo este Outro ser, inclusive, um lugar, uma cidade, e não necessariamente uma pessoa. (Rose Duarte & Pinheiro, 2013:07)

Nesse âmbito podemos considerar que o “outro” é aquele que me afeta, portanto é importante relembrar o que os antigos atenienses caracterizavam como *philia*: uma predisposição à sociabilidade. Também interpretado por Robert Pechman da seguinte maneira:

Nesse sentido, a cidade, na visão de uma autora como Anne Cauquelin, é o *philia*, ou melhor o vínculo pela amizade, que aqui tem muito mais um sentido público-político do que particular-amoroso. A *philia* - o vínculo social, o desejo por esse vínculo e a consciência de pertencimento a um lugar (a cidade), onde esses vínculos frutificam - é a condição primeira da sociedade. (Cauquelin, 1982, p.180-181. *Apud*: Pechman, Robert M. 2002:176)

A cidade é um Outro que afeta o indivíduo, é também, por excelência, o lugar, e mais que o lugar, a condição que dá sentido à cidadania, pois estar na cidade é estar entre as pessoas, é interagir. A clássica *pólis* ateniense¹ era percebida, basicamente, como o lugar da *philia*, ou seja, de uma pré-disposição à sociabilidade. Nessa perspectiva sobre a urbanidade, percebe-se que o desejo de estar na cidade fortalecia a mesma.

A capacidade de afetar o cidadão e de dar sentido à cidadania era um fundamento social em Atenas. Entretanto, percebemos que na Roma imperial, que iniciava seu declínio, já não era tanto. Percebeu-se portanto, um novo status na vida pública, no qual o espaço público já não se apresentava mais como o lugar essencial da consolidação do “eu”, nem mesmo o palco prioritário para exercício da cidadania. Para ilustrar isso, trago à discussão Richard Sennett que compara a Roma já decadente com a modernidade, no que tange à vida pública, reconhecendo em ambas o esvaziamento da esfera pública. Nesse sentido Sennett afirma que “os romanos passaram a tratar a vida pública como uma obrigação formal.” (Sennett, 1987:15)

A dimensão pública da vida não se restringia às questões políticas e sociais. O próprio discurso amoroso carregava uma série de enunciados que implicava os apaixonados em um conjunto de responsabilidades em relação à cidade. O amor em Atenas era considerado bom se inspirasse o cidadão a buscar a glória pública, sendo reconhecido em sua *pólis*. Portanto, o amor na

1 A cidade clássica é recorrentemente trazida como referencial da cidadania, entretanto isso não significa que seja um ideal que devemos recuperar em sua integralidade. A cidadania em Atenas era absolutamente restrita a homens livres e proprietários.

cidade deveria estar conectado com o amor pela cidade, posto que o discurso e a ação ligavam o sujeito e a cidade dentro de uma mesma teia de relações.

Enquanto na antiguidade clássica, época da *pólis*, a cidadania dava sentido à existência individual, consolidando laços através da já citada *philia*. Já na baixa idade média, época do ressurgimento urbano, também chamado de Renascimento Urbano e Comercial percebemos uma cidade instrumental, local de troca de mercadorias e gerador de riquezas. Nesse âmbito, as práticas capitalistas emergentes trazem consigo a valorização das coisas do mundo de acordo com sua utilidade, ou com o grau de satisfação que podia oferecer. O lugar da ação e do discurso e da formação da identidade, passa, então, a ser mais valorizado por seu viés comercial que pelo político ou comunitário.

Em sua obra, *A idade média: o nascimento do ocidente*, o medievalista brasileiro Hilário Franco Junior cita um provérbio interessante para tratar da urbanização da Baixa Idade Média, “o campo produz animais, a cidade produz homens.” (Franco Junior, 2001:27) O provérbio permite uma ampla discussão, pois representa a cidade como local da realização da promessa da civilização e coloca a urbanidade como condição para a humanização. Enquanto o campo produz seres dedicados ao labor e ao trabalho, mas deslocados da ação, por isso não completamente humanos.

A completude do ser humano só poderia se dar na cidade, apenas nela é possível experimentar os três pilares do que Hannah Arendt chama de “Vida Activa”. De acordo com a autora, o “labor” é a vida do corpo, a bios, os processos vitais que ocorrem no corpo durante a vida até a morte. “A condição humana do labor é a própria vida”. (Arendt, 2007:15) Já o “trabalho” é a atividade humana sobre o mundo, cria um mundo artificial. “A condição humana do trabalho é a mundanidade”. (Arendt, 2007:15) Quanto à ação, Hannah propõe o seguinte:

“A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, correspondente a condição humana da pluralidade, ao fato de que homens e não o homem vivem sobre a terra e habitam o mundo.” (Arendt, 1992:15)

3. A cidade ainda tem sentido?

A condição urbana na contemporaneidade será compreendida a partir de algumas leituras, como, por exemplo, o livro “Feliz ano novo” de Rubem Fonseca, e “Após o anoitecer” de Haruki Murakami. Dentro dessa perspectiva, encontra-se nos contos de Fonseca, “Passeio Noturno I e II”, a história de um homem de meia idade, rico, entediado e estressado que, para relaxar diante da extenuante rotina de trabalho e da pouca afetividade do lar, sai a noite com seu carro importado, em direção à periferia do Rio de Janeiro, para atropelar pessoas aleatórias. A narrativa ultrarrealista de Fonseca nos coloca diante da incerteza de quem somos no conto, o atropelador ou a vítima? Podemos ser qualquer um dos dois, até mesmo os dois concomitantemente, o interessante é que no enredo e, na cidade, não há mocinhos, apenas indivíduos tentando construir a própria história.

É possível apreender, nesse conto, diversas características da metrópole contemporânea, pode-se notar o laço social partido, a ausência da *philia*, a dificuldade de afetar-se diante do outro, ou seja, a incapacidade do sujeito pós-moderno de lidar com a alteridade. O contista capta os vazios afetivos de um sujeito de sucesso na sociedade de consumo, capaz de consumir todas as demandas provocadas pelo discurso publicitário, mas incapaz de afetar-se diante de outra pessoa.

Na continuação desse conto, “Passeio Noturno – parte II”, o atropelador é desafiado pelo contato com a vítima e por passar ao ato na cidade. Ele conhece uma mulher, sai para jantar, não

consegue se afetar por aquela pessoa e ao se despedir decidi atropelá-la. A falta de afetividade e a incapacidade de reconhecer o outro diante de si, faz com que ele se encoraje a atropelar alguém que outrora era considerada semelhante. A interdição que impedia o personagem de atacar pessoas da mesma classe social não o afeta mais. Uma interpretação da representação do sujeito nesse texto remete à obra de Richard Sennet "O declínio do homem público", no qual ele propõe uma definição do conceito de narcisismo.

o narcisismo, no sentido clínico, diverge da ideia popular do amor de alguém por sua própria beleza; num aspecto mais estrito é como um distúrbio de caráter, é a preocupação consigo mesmo que impede alguém de entender aquilo que é inerente ao domínio do eu e da autogratisação e aquilo que não lhe é inerente. (Sennett, 1987:21)

A incapacidade de reconhecer o que lhe é próprio e o que não é, leva o personagem a se achar potente ao ponto de retirar a vida de outras pessoas. A alteridade perdeu totalmente o sentido, tal como a cidade, que se mostra incapaz de interditar os cidadãos. A cidade não se faz entender. Segundo Murakami, o gemido da cidade soa como uma melodia em baixo contínuo. Um gemido monótono e constante que incuba a percepção do porvir. (Murakami, 2009:01)

Não se escuta mais o chamado da cidade, ao menos não escutamos com clareza, em meio a tantos barulhos e chamados, este som constante que ressoa há séculos com apenas algumas alterações tonais fica disperso no meio da intensidade da cidade. O que mais se escuta na cidade, não é o seu gemido, mas os barulhos cotidianos e os anúncios publicitários. Com isso, estamos espremidos entre o stress para conseguir poder consumir e a vontade de consumir, os sujeitos experimentam a cidade com os olhos virados pra dentro de si. Vide o que comenta Richard Sennett:

multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares, esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha que uma libertação. (Sennett, 1987:17)

Com sentido ou sem: a cidade é inevitável. É nela que foi possível construir uma civilização, também é nela que se poderá reconstruir. Nesse sentido lemos Murakami enquanto caminhamos pressionados por Rubem Fonseca. Em "Após o anoitecer", o autor japonês conta a história de uma jovem solitária que certa noite abandona a casa dos pais e vai buscar abrigo na cidade. Essa é representada no livro da seguinte maneira:

A cidade, em perspectiva, é um ser vivo gigante: um aglomerado de vidas que se entrelaçam. Inúmeros vasos sanguíneos estendem-se às mais recônditas extremidades do corpo, circulando o sangue e substituindo células, ininterruptamente. Através deles, novas informações são transmitidas e as antigas, recolhidas; novos desejos de consumo são transmitidos e os antigos, recolhidos; novas contradições são transmitidas e as antigas, recolhidas. Esse corpo, ritmado pela pulsação, emite por toda parte pequenos lampejos de luz, produz calor e se move discretamente. (Murakami, 2009:01)

Com uma série de metáforas poeticamente poderosas o romancista descreve o que é a cidade e como é estar nela. Apesar de não esconder todos os infortúnios e incertezas possíveis de se viver na cidade é nesta que a personagem principal se perde e posteriormente se encontra. A experiência urbana é construída como o fio de Ariadne que conduz a jovem a um encontro consigo mesmo. É na pluralidade que a história se desenlaça em direção a um final um pouco feliz.

5. Conclusão: Ainda temos tempo para sentir?

Antes da cidade nossa existência poderia ser compreendida a partir da narrativa do filme “A guerra do fogo” (1982) dirigido por Jean-Jacques Annaud. Tal obra retrata a relação de nossos antepassados com o fogo, há uma cena que permite captar a força do processo civilizador que viria posteriormente. Uma fêmea do bando está se limpando agachada no rio, quando um macho a vê, seguindo seus instintos, ele corre em direção a ela e, sem avisar, inicia a cópula, tal fato aciona nela o instinto de auto-proteção, causando um conflito. Dentro dessa perspectiva podemos perceber uma grande diferença, já que nossa sexualidade foi construída com o objetivo de nos fazer saber controlar este impulso natural. Portanto, o que media a relação entre pulsão e ato é a linguagem, mas, no filme, a tribo retratada ainda não era evoluída a ponto de fazer tal mediação.

Por outro lado, a despeito do processo civilizador, que nos distanciou de nossos instintos, por meio da já citada linguagem. Na pós-modernidade temos um panorama preocupante, posto que o imediatismo ganha força ao encurtar a distância entre pulsão e ato, fazendo a linguagem perder forças para interditar a pulsão. Tal como, nos preocupa a força do discurso utilitarista, também característico de nossa sociedade, faz com que a alteridade seja submetida a uma lógica em que o outro é visto como mera ferramenta para o gozo. Ainda sobre as preocupações do nosso tempo e de nossas cidades, podemos enunciar o consumismo, responsável por nos fazer sermos mais afetados por produtos que por pessoas ou experiências.

Percebe-se, dentro dessa perspectiva, um claro empobrecimento simbólico, o imediatismo que junto ao consumismo e utilitarismo fragilizam a linguagem. O excesso de estímulos e a necessidade de reagir a eles prontamente, dificultam certamente o processo de subjetivação. Para esclarecer tais percepções é interessante ressaltar o olhar de Claudine Haroche, que questiona a própria capacidade de sentir do sujeito pós-moderno:

Em meio a tanta velocidade e fluidez é possível se construir enquanto sujeito? O modo de viver é avassalador com relação a construção de vínculos e ideias em meio a tanta aceleração. O indivíduo hipermoderno pode, privado de tempo, da duração exigida pelos sentimentos, experimentar outra coisa além de sensações? (Haroche, 2004. P.222)

Não há tempo para sentir, a sensação vira automaticamente “ação”, a linguagem não consegue mediar pulsão e ato, justamente por isso que Birman resalta a precariedade nos processos de simbolização, o problema, para o psicanalista é que isso nos leva a dois caminhos: a passagem ao ato ou a uma descarga pulsional somática. O autor ainda destaca que o excesso é algo típico dessa precariedade, não sendo capaz de simbolizar o indivíduo vai passar ao ato, tendo duas opções: explodir, ou seja, descarregar seu excesso pulsional em outros ou, implodir descarregar em seu registro somático.

Explodir ou implodir? Eis a questão! No começo do texto foi citado que o desejo reside no imaginário, ou seja, não está no plano das coisas objetivas, posto que é construído pela linguagem, e nela permanece. Ele existe em relação a algum objeto, mas não se pode esquecer que esse não é essencial, por isso pode-se afirmar que desejar é um procedimento subjetivo.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. Lisboa: Relógio d'água, 2006
- CORDEIRO GOMES, Renato. **Todas as Cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- BERENSTEIN JACQUES, Paola. "Corpografias urbanas." In: **IV ENECULT**. Salvador: UFBA, 2008.
- COSTA, Jurandir Freire. "As práticas amorosas na contemporaneidade". in: **Psychê - Revista de Psicanálise**, Ano III., Nº 03, São Paulo, 1999.
- DUFOUR, Dany Robert. **O divino mercado**: A Revolução Cultural Liberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- _____. **A cidade perversa**: liberalismo e pornografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- _____. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988.
- _____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no college de france. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FONSECA, Rubem. **Feliz ano novo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. **Idade média**: o nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Unesp, 1993.
- HAROCHE, Claudine. **A condição sensível**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.
- MEGA DE ANDRADE, Marta. "O Feminismo e a Questão do Espaço Político das Mulheres na Atenas Clássica." **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, julho 2001.
- MURAKAMI, Haruki. **Após o anoitecer**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ORTEGA, Francisco. **Genealogias da Amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- PAZ, Octavio. **La llama doble**. Amor y erotismo. México: Seix Barral, 1994
- PECHMAN, Robert M. **Cidades estreitamente vigiadas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PECHMAN, Robert M; KUSTER, Eliana. **O chamado da cidade**: ensaios sobre a urbanidade. Minas Gerais: Editora UFMG, 2014.
- PLON, Michael & ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ROSE DUARTE, Cristiane & PINHEIRO, Ethel. "Imagine uma tarde chuvosa... Pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto." In: **Projetar**: Salvador, 2013.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIMMEL. George. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G (org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

SWIDLER, Ann. **Talk of love**: how culture matters. Chicago, London: The university of Chicago Press, 2003.

INFÂNCIAS INTERROMPIDAS: AS CRIANÇAS DO HOLOCAUSTO, 1933-1945

FERNANDA CAPRI RAPOSO

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em História Social da Universidade de São Paulo – USP
fernandacapri@gmail.com*

RESUMO

O teor ora apresentado é parte de pesquisa em andamento para o doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História Social, na linha de História Política, na qual objetiva-se analisar as memórias dos indivíduos judeus que na época do regime nazista eram crianças vítimas das perseguições antissemitas e que conseguiram sobreviver as ações genocidas legitimadas pelo regime. Circunscrevemos nosso universo aquelas crianças que, entre 1933-1945, e, também no pós Segunda Guerra, vieram para o Brasil na condição de sobrevivente do Holocausto ou refugiado do nazifascismo. Para esta apresentação selecionamos como fonte 4 registros orais captados pelo projeto Vozes do Holocausto para *Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo* – Arqshoah, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação – LEER-USP, cujos testemunhos foram transformados em documentos/monumentos permitindo a partir de então apresentar as representações mentais indelévels e pueris dos protagonistas do evento.

Palavras-chave: Criança; Holocausto; Memória; Testemunho; Violência.

ABSTRACT

The content presented here is part of ongoing research for the PhD in the Postgraduate Program in Social History, in the line of Political History, in which the objective is to analyze the memories of the Jewish individuals who in the era of the Nazi regime were children victims of anti-Semitic persecutions and that managed to survive the genocidal actions legitimized by the regime. We circumscribed our universe to those children who, between 1933-1945, and also after the Second War, came to Brazil as Holocaust survivor or refugee of Nazi-fascism. For this presentation we selected 4 oral records captured by the Holocaust Voices for Holocaust and Anti-Semitism Virtual Archive - Arqshoah, developed by the Laboratory of Studies on Ethnic, Racism and Discrimination - LEER-USP, whose testimonies were transformed into documents / monuments allowing from then on, present the indelible and puerile mental representations of the protagonists of the event.

Key-words: Kid; Holocaust; Memory; A testimony; Violence.

INTRODUÇÃO

A vigorosa corrente de informações do mundo globalizado nos fornece a ilusão de que é possível adentrar ao complexo mundo do ser humano e realmente conhecer a sociedade.

A impressão que temos é de que as culturas se aproximam e as pessoas convivem neste mundo digital sem fronteiras, compartilhando suas ideias e suas imagens.

Porém no dia-a-dia observamos que nem sempre a diversidade e os valores do “Outro” são respeitados, da mesma forma que suas histórias de vida por vezes não são respeitadas enquanto parte da “memória do mundo”.

Talvez seja uma utopia a construção de histórias e perspectivas que considerem a diversidade, contudo é algo que devemos intentar.

Assim, para conquistarmos uma História múltipla, na qual cada um tenha a palavra, passando pelo desafio do entendimento simples de que toda pessoa é portadora ou guardiã de uma história, e de que essa história traz ensinamentos devemos usufruir deste mundo emaranhado pela tecnologia, o qual permite termos condições de acesso às informações fazendo circular as nossas histórias, mesmo que não estejam concentradas em um acervo institucional ou publicadas no formato de um livro de memórias ou em biografias.

Quem sabe, usufruindo das conquistas do mundo digital conseguiremos “construir” a memória coletiva a partir da Micro-História, como sugeriu o historiador italiano Carlo Ginsburg em seus vários estudos.¹

Neste sentido, lembramos aqui a função dos *griots* – os contadores e antigos guardiões da memória de muitos povos africanos que assumiam o compromisso de preservar e transmitir histórias, fatos históricos, os saberes e as canções de seu povo. Valorizando e respeitando a memória dos velhos, os *griots* preservavam as tradições interligando o passado com o presente fortalecendo assim a formação identitária das novas gerações. Quem sabe poderíamos formar uma sociedade de “modernos *griots*” conectados com o objetivo de registrar micro histórias que possam, no coletivo, construir um mundo melhor?

Foi pensando nesta possibilidade, que idealizamos o projeto de doutoramento dedicado a registrar as memórias daqueles que, durante o Holocausto², tiveram a sua infância interrompida pela violência totalitária.

Através destas lembranças – ainda que narradas no formato de “pequenos flashes” – teremos condições de reconstruir fragmentos daquele amplo universo carcerário onde corpos e mentes eram controlados e exterminados por uma política de Estado. É como se estivéssemos dentro de um grande caleidoscópio onde as micro-histórias estariam unidas pelo fio condutor da memória.

FONTES E METOLOGIA

Esta é uma pesquisa interdisciplinar, uma vez que se propõe dialogar com vários autores de diferentes áreas do conhecimento, abarcando contribuições de filósofos, sociólogos, historiadores e psicólogos, bem como, o auxílio de escritos por críticos literários, memorialistas, jornalistas e linguistas.

1 GINSBURG, Carlo.. Micro-História e outros ensaios. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991. GINZBURG, Carlo Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras; 1989.

2 Neste escrito se emprega, indistintamente dois termos consagrados para identificar o massacre nazista de judeus entre 1933 e 1945: Holocausto e/ ou Shoah.

Trata-se, enfim, de uma pesquisa que pretende responder o seguinte questionamento: o que foi “ser criança judia em tempos do nazifascismo”: criança ou adolescente, sem direito à vida e à liberdade; criança órfã, apátrida, expulsa de sua terra natal, cobaia de cientistas assassinos que através de ideais eugenistas buscavam a purificação da raça ariana?

Tentamos respondê-la a partir do que foi mapeado das ações de registros que integram um projeto maior coordenado pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro: o Arqshoah- *Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo*, pertencente ao Núcleo de Estudos do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação – LEER/USP, cujo acervo físico e digital reúne até o momento cerca de 320 testemunhos de sobreviventes do Holocausto e refugiados do nazismo radicados no Brasil. Hoje trazemos 4 testemunhos, a saber:

- Izrael Hersz Fajfer, nascido em 1/08/1928 (90 anos), em Kielce na Polônia, foi capturado junto com sua mãe e irmão, sendo enviados para o campo de concentração de Auschwitz também na Polônia. Neste campo sua mãe e irmão mais velho foram mortos por asfixia nas câmaras de gás e depois tiveram seus corpos incinerados nos fornos do local. Já seu pai estava fora do país quando começou a guerra e os dois só conseguiram reencontrar com o fim do armistício. Segundo Izrael sua sobrevivência deu-se pelo simples fato de sorte, pois Menguele ao vê-lo na fila retirou-o afirmando que poderia trabalhar na cozinha por conta de sua constituição física. Ao longo do conflito passou por diversos campos de concentração e trabalhos forçados. Chegou ao Brasil em 01/04/1946, trabalhou por muitos anos como clientelchik. Casou-se e teve duas filhas.
- Marguerite Hirschberg, nasceu em 3/05/1933 (85 anos), em Frankfurt, Alemanha, filha de Anne Stein, adotou o sobrenome Hirschberg após sua mãe contrair matrimônio com James Hirschberg, em 1948, retirando o Stein. Sua mãe era enfermeira e o seu pai biológico era médico. Segundo Marguerite este não era de origem judaica e tinha o sobrenome Kiffer e foi perseguido pelos nazistas por ser social-democrata. Marguerite e sua mãe foram capturadas pelos nazistas em 1942, e enviadas de trem para o campo de concentração de Theresientadt na Tchecoslováquia, onde permaneceram até serem libertas pelas tropas aliadas. Sobreviventes das atrocidades cometidas pelos nazistas Marguerite e sua família conseguiram imigrar para o Brasil na década de cinquenta com ajuda de um bispo que lhe forneceu documentação necessária para obterem visto como católicos. Inicialmente, para conseguir recomeçar sua vida no Brasil, Marguerite trabalhou como babá da família Gottlieb. Depois de muitos anos, firmou-se como vendedora de joias em uma loja no Hotel Copacabana Palace. Atualmente Marguerite vive no *Lar União Associação Beneficente Israelita*.
- Mina Seinfeld de Carakushansky, nascida em Dorohoi, Romênia, em 14 de setembro de 1944 (74 anos), é uma professora e pesquisadora brasileira. Nascida na Romênia ao final da Segunda Guerra Mundial, filha de um casal de sobreviventes, dos campos de concentração na Transistria que haviam sido estabelecidos no país pelas autoridades romenas. Seu pai chamava-se David Seinfeld era presidente de um pequeno banco e sua mãe Braha Altaras de Seinfeld, cuidava da casa e da família. A perseguição nazista alcançou a família em 1941. Em, 1944 quando começaram a libertar os sobreviventes dos campos foi que a família se reuniu, mas não ficaram juntos muito tempo, pois três meses depois seu pai foi encaminhado para um campo de trabalhos forçados só para homens, retornando após o término da guerra. A família decide mudar-se para Israel onde também passam por privações, alguns meses depois decidem se mudar novamente, para Venezuela. Em uma viagem ao Brasil para visitar um tio, conhece seu marido: o pesquisador e médico

geneticista da UFRJ Gerson Caracunshansky. Após se casar em 1962, estabeleceu-se no Brasil e inicia seus estudos na Faculdade de Matemática da UFRJ.

- Raphael Zimetbaum, nascido em Antuérpia, na Bélgica em 11/06/1928 (90 anos). Rafael e sua família fugiram pela Europa durante pouco mais de um ano, após a cidade onde eles moravam ser bombardeada pelos alemães em 10/05/1940. Afirma que ele e sua família só conseguiram fugir das perseguições e refugiarem-se no Brasil graças ao auxílio do embaixador Souza Dantas, por quem Rafael empenhou-se para ser reconhecido pelo Yad Vashem como um justo entre as nações. Fato alcançado em 2002.

Como pesquisadores do projeto *Vozes do Holocausto* endossamos a proposta teórica-metodológica do historiador Jose Carlos Sebe Bom Meihy³, cujos estudos sobre História Oral são referenciados. Assim, as entrevistas de História Oral são adotadas como fontes para o entendimento do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outras espécies de registro.

A partir do preconizado por Meihy (2000) essas entrevistas são produzidas a partir de um estímulo pois, o historiador-pesquisador procura o entrevistado e fazendo-lhe perguntas, capta um depoimento gravado registrado; fazendo parte de um conjunto maior de dados biográficos, ao lado de memórias e autobiografias.

A ação é capaz de provocar documentos dialógicos, documentos monumentos, usado para validar determinadas vivências, que anteriormente tinha apenas valor subjetivo, dando ao registro gravado feito como uma coleta de fontes, na qual o pesquisador não se exime da responsabilidade na construção daquela história.

No presente caso, o relato oral testemunhal é combinado com o trauma-problema modal e trágico evidente que foi o Holocausto. Assim, na forma de texto, procuramos selecionar as evidências e os elementos que contribuíram para a “construção” de Micro-Histórias sobre ser uma criança de ascendência judaica na época em que o nazismo estava no poder.

Esta nossa colônia, hoje em idade bastante avançada, nem sempre quer lembrar de suas histórias, e necessitam, portanto, como todos que passaram por um trauma de um elemento provocador que instigue a sua vontade de contar a sua história de vida.

Em se tratando de memórias traumáticas adotamos para este escrito os estudos desenvolvidos por Sofia Débora Levy⁴, que em sua tese de doutoramento *A ininteligibilidade no trauma: possibilidades de apreensão e superação com aplicações epistemológicas na clínica psicológica* (2013), afirma que as crianças que sobreviveram ao Holocausto foram repetidamente expostas durante seus anos mais formativos a terríveis crueldades, como a solidão, tortura e fome. Afirma ainda que estes indivíduos foram privados prematuramente da segurança e da inocência da infância, eles viram suas comunidades se desintegrarem e suas estruturas sociais entrarem em colapso.

Outro ponto que verificamos durante nosso estudo sobre este capítulo negro dos maus tratos e violência, em especial, a crianças e adolescentes que assombra essencialmente a Alemanha é a representação recalcada do destino das ações reformatórias e revolucionárias das atrocidades cometidas pelo Nazismo, cujo sobrevivente carrega um conflito de testemunhar sobre o ocorrido, uma vez que os modelos representativos que permitem a transmissão da experiência

3 MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2005.

4 LEVY, Sofia Débora. A ininteligibilidade no trauma: possibilidades de apreensão e superação com aplicações epistemológicas na clínica psicológica. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Rio de Janeiro, 2013.

para o texto são incapazes de representar tal como o fato ocorreu mesmo este sentindo a necessidade de (d)escrever.⁵⁶

Porém, mesmo diante dessa impossibilidade, faz-se necessário contar para o mundo para que esse tipo de atrocidade não se repita, e, para trabalhar com estas “ex-crianças” sobreviventes do Holocausto assumimos a posição de mediadores dedicados a reconstituir essas vivências diante da barbárie.

Para tanto, retomamos aqui o conceito de memória proposto por Le Goff (2003: 419), para quem, a memória pode ser entendida como atributo para conservar determinadas informações, remetendo-nos primeiramente a um conjunto de funções psíquicas, permitindo ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas. Ou seja, a memória é um “elemento essencial” da identidade individual ou coletiva, sendo a sua busca uma prática essencial na sociedade contemporânea. Sob este viés é possível compreender a inter-relação da História Oral e Memória como um processo relevante na pesquisa qualitativa, um procedimento do método qualitativo, pois possibilita condições e opções de se reconstituir a História através dos testemunhos orais que manifestam visões e percepções particulares dos processos coletivos.

Desse modo, levando em consideração as experiências distintas entre si pelo gênero, classe social, religião e idade do narrador enquanto testemunho, descrevemos aqui nossas primeiras impressões.

AS CRIANÇAS NO CONTEXTO DE UMA POLÍTICA GENOCÍDA

Para compreendermos por que as crianças não foram poupadas pela política genocida perpetrada pela Alemanha e países colaboracionistas precisamos ter em mente a imagem ideal de criança propagada pelo nazismo: ariana, sem resquícios de sangue judeu, conforme o que estava escrito no *Mein Kampf*.⁷

De acordo com o estabelecido na obra supracitada, as crianças judias, assim como as mães, deveriam ser exterminadas com o propósito de não contaminar a raça alemã, ou seja, o processo de regeneração, renovação e o renascimento do povo e do império alemão, não incluíam o povo judeu de qualquer idade, gênero, nacionalidade e condição social.

Dessa maneira, utilizando-se das vias legais Hitler instituiu diversas leis e decretos que cerceavam todos judeus de seus direitos e autorizava seu extermínio em território alemão.⁸

Assim, em meio ao caos provocado por conta dessa legislação, as crianças judias e ciganas, tornaram-se vulneráveis à violência nazista. Segundo a Enciclopédia do Holocausto, os nazistas e colaboracionistas assassinaram

cerca de 1,5 milhão de crianças, sendo um milhão delas judias, e dezenas de milhares de ciganos Romas, além de crianças alemãs com deficiências físicas ou mentais que viviam em instituições, crianças polonesas, e crianças que moravam na parte ocupada da União Soviética. As chances de sobrevivência imediata dos adolescentes, judeus e de não-judeu, entre 13 e 18 anos eram maiores, já que podiam ser enviados para o trabalho escravo.⁹

5 LASCH, Markus. “De como Erich Fried chegou entre os alemães: alguns apontamentos acerca de um livro de poemas de 1977”. In: *Caderno de Letras (UFRJ)*, 2009vol.25.

6 SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. In: *Psicologia clínica* vol. 20 n.1. Rio de Janeiro, 2008, pp.65-82.

7 HITLER, Adolf. *Minha luta: Mein Kampf*. São Paulo: Editora Moraes, 1983, p. 316-322.

8 Vide as Leis de Nuremberg, um código formado por leis impositivas e segregacionistas onde se estipulava que caso um indivíduo fosse declarado legalmente judeu todas as medidas jurídico-administrativas pretéritas e futuras poderiam alcançá-lo sem qualquer ressalva.

9 USHMM. “Crianças durante o Holocausto”, In: *Enciclopédia do Holocausto*. Disponível em: <https://www.ushmm.org/>

Desse modo, observamos que as crianças, judias e não-judias que não conseguiam um esconderijo que garantisse a sua sobrevivência quando capturadas eram assassinadas nas ruas, jogadas nas sarjetas ou assim que chegavam aos campos de extermínio.

Algumas quando capturadas dependendo de sua constituição física eram usadas como escravas ou em experiências médicas. Notamos que em alguns casos essas crianças foram assassinadas em represálias nazistas nas chamadas operações anti-partisans.¹⁰

Os relatos sobre a vida nos guetos revelam que as crianças judias morriam de inanição e por exposição aos elementos da natureza.

As autoridades alemãs eram indiferentes a esses assassinatos em massa, pois consideravam a maioria das crianças dos guetos improdutivas e, portanto, “consumidores inúteis de comida”.

Estima-se que cinco a sete mil crianças alemãs também foram mortas, vítimas do programa de “eutanasia” nazista,

As autoridades alemãs também encarceraram um grande número de crianças em campos de trânsito, como ocorreu com Anne Frank e sua irmã em Bergen-Belsen, e também a outras crianças não-judias, órfãs de pais assassinados pelas unidades militares e policiais nas chamadas operações anti-partisans. Alguns destes órfãos eram mantidos temporariamente no campo de concentração de Lublin/Majdanek, bem como, em outros campos de detenção.

Em suas tentativas de salvar a pureza do sangue ariano os especialistas raciais das SS ordenaram que centenas de crianças polonesas e soviéticas, com características arianas, fossem raptadas e levadas para o Reich para que fossem adotadas por famílias alemãs racialmente corretas.

Por outro lado, quando as mulheres polonesas e soviéticas que haviam sido deportadas para a Alemanha para trabalho forçado ficavam grávidas de alemães, normalmente através de estupros, eram forçadas a abortar ou a dar à luz em condições que garantissem a morte do recém-nascido.

Apesar da grande vulnerabilidade, muitas crianças conseguiram meios de sobreviver, como por exemplo, roubando comida e/ou medicamentos para levar para dentro dos guetos.

Também existiam os jovens que participavam dos movimentos juvenis que ajudavam em atividades secretas da resistência, como por exemplo, a fuga de crianças sozinhas ou com seus pais e familiares, para acampamentos organizados por eles.

Outra ação que objetivou o resgate dessas crianças ocorreu entre 1938 e 1940, chamava-se de *Kindertransport* ou Transporte das Crianças, foi uma ação ajudou no salvamento de crianças judias, sem seus pais, para locais seguros na Grã-Bretanha, longe da Alemanha nazista e dos territórios por ela ocupados.

Alguns não-judeus também ajudaram esconderam crianças judias, e algumas vezes, escondiam também outros membros da família, como foi o caso da cidade de Le Chambon-sur-Lignon, na França que entre os anos de 1942 a 1944, cujos moradores deram abrigo a crianças judias, mantendo-as longe dos olhos dos nazistas.

Após a rendição da Alemanha nazista e o fim da Segunda Guerra Mundial, os refugiados e pessoas deslocadas pela guerra passaram a procurar seus filhos por toda a Europa.

Havia também milhares de órfãos nos campos para refugiados. Um grande número de crianças

wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005142. Acesso em 12 jul 2018.

10 Idem.

judias foi levado do leste europeu para áreas a oeste da Alemanha ocupada, em um movimento de êxodo em massa denominado Brihah, com a ajuda da organização Youth Aliyah, Imigração Jovem.

Estas crianças foram posteriormente levadas para o Yishuv, nome dado à área dos assentamentos judaicos dentro do Mandato Britânico na Palestina, onde em 14 de maio de 1948 o Estado de Israel proclamou sua independência.

A VULNERABILIDADE DA CRIANÇA DIANTE DO TERROR NAZISTA

A partir das análises das fontes e utilizando-se da interdisciplinaridade verificamos que durante o período em que os nazistas permaneceram no poder ser criança implicava primeiramente em ser classificada entre forte e fraco, entre desejável e indesejável, consistia em catalogar o ser humano de acordo com estereótipos eugenistas e posturas xenófobas. Significava acima de tudo ter sua dignidade, algo de valor íntimo e absoluto, retirada.

De acordo com os testemunhos analisados, observamos que ser uma criança judia durante o regime traduzia-se em sofrer ações discriminatórias, segregadoras e humilhações constantes, separação da família, servir de matéria prima para os testes “científicos” realizados em nome da medicina e ciência do Reich, serem impedidos de estudar e brincar, trabalhar até a exaustão e em alguns casos, até a morte nos campos de trabalhos ou extermínio, viver em condições subumanas em guetos, campos de concentração ou escondidos na floresta ou com ajuda de outras pessoas.

Ser criança de ascendência judaica durante o Regime era, sobretudo conviver com a sensação avassaladora de medo, ansiedade e incerteza. Era ser marcado para morrer quer seja por uma morte biológica: por frio, fome, doenças, inanição, em câmaras de gás, tanques de gasolina ou corredores de fuzilamento, entre outros sistemas de extermínio. Ou quer por uma morte moral, desumana, cruel que retirava, como já mencionado, a dignidade das pessoas.

Pegando emprestadas as palavras de Bauman (1998)¹¹ e trazendo para a situação dessas crianças, podemos afirmar que o contexto de perseguição e exclusão praticado pelo regime as crianças judias foi uma das coisas mais cruéis que a face da crueldade nazista proporcionou, visto que a luta de continuar humano em condições desumanas foi destruidora.

O regime tratou de dissociar abruptamente a identidade desses pequeninos, causando a despersonalização e desrealização dessas crianças maltratada emocional, fisicamente e moralmente.

Alguns anos após o acontecimento traumático, alguns descrevem ainda sentir de forma palpável a angústia causada pela incerteza se sobreviveriam ou não ao período. Durante algumas entrevistas percebemos que o indivíduo ao relembrar os fatos, ficava nítido em seu olhar a exaustão, alguns inclusive interrompiam o testemunho em lágrimas afirmando estarem sentindo dores físicas, como foi o caso de Mina e Raphael.

Muitos demonstram indignação, onde a dor física é a menor das dores, pois a dor que realmente fere e causa dissabor é a dor da alma causada pela injustiça sofrida, pela falta de motivo do castigo recebido. Vide o depoimento de Marguerite e Izrael, todos separados do convívio de seus familiares e que ao darem seus testemunhos fazem a mesma pergunta: o que eu uma criança na época fiz contra eles? Ainda costumam afirmar que tiveram que amadurecer muito

11 BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p.237.

rápido, pois não foi permitido a elas serem crianças.

Segundo Levy (2018), a ininteligibilidade tanto daquele que esta testemunhando sobre o fato como por nós que estamos ouvindo, é outro ponto presente nos testemunhos, segundo Selligman-Silva (2008) nós pesquisadores nunca conseguiremos colocar no papel o que foi vivido e sentido por alguém que sofreu direta ou indiretamente as consequências do Holocausto, porém podemos intentar compreender, através da empatia. Pela empatia podemos superar a indiferença; sentimento tão presente nos nazistas pelos judeus.

Através da empatia, capacidade humana de se colocar no lugar do outro com vista a compreender o ponto de vista alheio e se sentir como ele, conseguimos promover a valorização do sujeito, consideramos o outro em sua integridade e integralidade, ou seja, o outro é visto como pessoa e não como objeto. Contrário ao praticado pelos nazistas.

Percebemos que o sentimento de incompreensão frente ao que estava acontecendo a eles durante o Holocausto, sem o direito a argumentação ou defesa configura-se como o primeiro nível de impacto de ininteligibilidade. (LEVY, 2018)

Muitos acreditam, após refletirem já adultos, que a violência circundante praticada pelos nazistas era justificada pelo fato de serem judeus. Assim, a alegação para tamanha destrutividade era uma condição de ser, uma condição identitária e não uma ação ilegal específica que um indivíduo ou grupo pudesse ter cometido.

Os esforços de adaptação por parte dessas crianças, ao se depararem com a situação traumática vivenciada causava-lhes um choque cognitivo de informações. Como podemos perceber no depoimento de Izrael, mais conhecido como o menino do ganso, ele viveu o período que compreende o final de sua infância e início adolescência entre treze campos de concentração. E algo que sempre lhe vem à mente ao lembrar desse período é a frase escrita em Auschwitz “o trabalho liberta”, ele diz nunca ter experimentado esse sentimento dentro daqueles muros de arames farpados e reconhece a dificuldade de compreender o que acontecida pela intensidade da violência perpetrada por seus algozes.

Em outros testemunhos percebemos que os sobreviventes de campos de trabalho ou concentração descrevem a experiência para sobreviver nesses locais como robótica, como se transformassem em autómatos, num estado de desconexão análogo ao do “morto-vivo” e põem inclusivamente em causa o significado de estar vivo quando não se sentem vivos nem reais.

O medo de ficar louco, de perder o controle e ficar com danos permanentes, também era frequente. Como percebemos nos relatos de Marguerite, “eu tentava me concentrar nos meus desenhos quando estava lá. Tinha medo de perder a noção de tempo, de mundo...” (MARGUERITE HIRSCHBERG)

De acordo com Levy (2018) a violência de todas as formas e modos é traumatizante traz em seu bojo uma característica central: a quebra da integridade da estrutura psíquica e cognitiva inerente ao ser humano dinamicamente operante frente a si mesmo, ao mundo social e ao mundo circundante.

Outro sentimento comum era a ansiedade, que segundo Levy (apud, May, 2018), é uma reação básica do ser humano a um perigo que ameaça a sua existência, visto que esse sentimento é comum a quem se sente oprimido e com a percepção embotada, frente a uma situação difusa.

Sr. Raphael Zimetbaum menciona sentir ansiedade em vários momentos, pois ele e sua família não sabiam se conseguiriam o visto para sair do país através do Sousa Dantas.

Segundo a pesquisadora do LEER Rachel Mizrahi (2008), sobreviver a vigilância nazista não era nada fácil para uma criança e quando a guerra terminou, milhares das que se salvaram tiveram a infância roubada, ficaram ocultas por um longo tempo, pois precisavam tornar-se invisíveis, enquanto a guerra transcorria. Ainda de acordo com a pesquisadora, somente 100.000 das crianças vítimas do nazifascismo sobreviveram, marcando suas vidas para sempre.

CONSIDERAÇÕES LEVANTADAS

A partir do foi analisado até o momento conseguimos constatar que alguns indivíduos que na época eram crianças conseguiram voltar a viver com seus pais verdadeiros, como foi o caso de Marguerite Hischberg. Outras, jamais se recuperaram e continuam submergidas em seu exílio interior, sem limites, como foi o caso de Izrael e Mina.

Percebemos que esses pequenos adultos aprenderam a desconfiar, a calar, a mentir e a distinguir com clareza quais os adultos confiáveis e quais os perigosos. Em suas vidas, foram incluídas a mentira, o ocultamento, o roubo, o suborno e o que é muito mais grave, a destruição da fé no mundo adulto. Cada uma vivenciou um processo de lenta recuperação da identidade, dos laços familiares e da infância perdida. A condição indispensável de sobrevivência foi a impossibilidade de expressar sentimentos ou pensamentos, ser o mais invisível possível. Todas viveram com diferentes graus de silêncio ou, a ordem de calar para sobreviver. Raquel conclui seu pensamento afirmado que a guerra é uma marca que as acompanhará enquanto viverem.

E de fato nós percebemos isso nos relatos de cada um, pois ao rememorarem muitos costumam a dizer a seguinte frase: “me lembro como se fosse hoje”

Observamos também em muitos deles a introversão, que é um tipo de evitação social que mostra uma forte correlação com o distúrbio da vergonha comparável ao efeito dos medos sociais, ou seja, muitos daqueles que vivenciaram o trauma das perseguições nazistas calam-se ou tem vergonha ou medo de falar sobre o que vivenciou. (LEVY, 2018)

No entanto, aquelas que “falam” nos deixaram um legado de esperança! Nos deixaram mensagens de um futuro melhor! Evidenciando que acreditam em uma humanidade melhor do que mundo que os cercava.

Vemos isto nos desenhos, poemas, diários, cartas e demais trabalhos escritos por esses pequenos encontrados em campos de extermínios, escondidos em camas, submersos pela terra, ou então em paredes, sótãos, entre outros locais. Vide as crianças de Terezin, em especial as meninas que influenciadas por Brandeis, uma desenhista do pavilhão L410.

Essas meninas eram estimuladas pela artista a pintar e desenhar, a usar sua imaginação na exploração de suas emoções, tais como saudade, esperança, temores e ansiedades. Uma de nossas entrevistadas Marguerite Hischberg, fala sobre essa prática, inclusive se lembra de ter participado de uma peça em Terezin, encenada para a Cruz Vermelha, na qual atuou no papel

de “borboletinha” e durante sua atuação afirma ter se esquecido por um breve momento da sua realidade.

FONTES ORAIS

ACERVO DO Laboratório de Estudos Etnicidade de Discriminação Racial da Universidade de São Paulo – LEER/USP

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p.237.

GINSBURG, Carlo.. *Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.

_____. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras; 1989.

HITLER, Adolf. *Minha luta: Mein Kampf*. São Paulo: Editora Moraes, 1983, p. 316-322.

LASCH, Markus. “De como Erich Fried chegou entre os alemães: alguns apontamentos acerca de um livro de poemas de 1977”. In: *Caderno de Letras (UFRJ)*., 2009, vol.25.

LE GOFF, Jacques *História e Memória*. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEVY, Sofia Débora. *A ininteligibilidade no trauma: possibilidades de apreensão e superação com aplicações epistemológicas na clínica psicológica*. . Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Por dentro do trauma: a perversidade no Holocausto e na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. (org.). *(Re) Introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MIZRAHI, Rachel. *Lembranças de crianças e jovens do Holocausto*. In: *VII Jornada Interdisciplinar sobre o ensino do Holocausto*, sob o tema : “Por 1,5 milhão de crianças. São Paulo: LEER-USP, 2008. pp.96-99.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. In: *Psicologia clínica* vol. 20 n.1. Rio de Janeiro, 2008, pp.65-82.

USHMM. “Crianças durante o Holocausto”, In: *Enciclopédia do Holocausto*. Disponível em: <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005142>. Acesso em 12 jul 2018.

PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA IMPORTÂNCIA NA IDENTIDADE E MEMÓRIAS INDIVIDUAL E COLETIVA

Fortuna, Daniele Ribeiro

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Humanidades, Letras e Artes - PPGHCA - UNIGRANRIO
drfortuna@hotmail.com

Lima, Jacqueline de Cássia Pinheiro

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Humanidades, Letras e Artes - PPGHCA - UNIGRANRIO
jpinheiro@unigranrio.edu.com

Pereira, Fernanda de Fátima Fernandes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Humanidades, Letras e Artes - PPGHCA - UNIGRANRIO
fernandesfernanda2018@hotmail.com

Resumo

O patrimônio histórico cultural, representado por monumentos, documentos, arquitetura e outras manifestações culturais que têm relação com identidade e memória são fontes importantes para o trabalho de pesquisadores, historiadores, legisladores e também de turistas que se interessam por tal tipo de atividade cultural. Entende-se, aqui, identidade não como algo estagnado no tempo, mas sim, como um conjunto de características de determinado grupo de indivíduos que se amolda com as influências e movimentos culturais, sociais, políticos e outros, que possam ser presenciados, sentidos e absorvidos no curso do tempo. Neste trabalho tem-se por objetivo identificar a importância da preservação do patrimônio documental e monumental em meio à relação documento-história-memória. Reflete-se sobre a relação entre lugar de memória, reconhecimento identitário cultural do coletivo e atividade turística, considerando as novas interpretações sobre patrimônio cultural e identidade na contemporaneidade. Observa-se também como o patrimônio histórico cultural se mostra como elemento simbólico representativo de poder, identidade, memória coletiva e local onde se constrói a história. Enfatiza-se o reconhecimento, a manutenção e a valorização dos lugares de memória. Quanto à metodologia, tem-se uma pesquisa bibliográfica e documental em que delimitou-se o uso de materiais publicados em livros e *internet*.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Memória. Identidade. Monumentos históricos. Documentos.

Abstract

The cultural and historical heritage, represented by monuments, documents, architecture and other cultural manifestations which are related to identity and memory are important sources for the work of researchers, historians, legislators, as well as tourists who are interested in such kind of cultural activity. Identity, here, is not understood as something stagnant in time, but it is viewed as an amount of characteristics of a certain group of individuals which is shaped by the influences of the cultural, social, political and other kinds of movements which are viewed, felt and absorbed in the course of time. The objective in this paper is to identify the importance of the monument and document preservation in the relation document-history-memory. There is a careful thought about the relation between memory place, collective

cultural identity recognition, as well as tourist activity, taking into consideration the new interpretations given to cultural heritage and identity nowadays. The way that the cultural historic heritage is conveyed as a symbolic element which represents power, identity, collective memory and place where history is made is also observed in this paper. The recognition, maintenance, as well as the valuing of the memory places are emphasized. As to methodology, this paper follows documental and bibliographic research, with the use of material which has been published in books and on the internet.

Key-words: Cultural Heritage. Memory. Identity. Historical monuments. Documents.

Introdução

Para compreender a realidade presente, o indivíduo necessita conhecer o que aconteceu antes de sua existência. Só por meio do conhecimento do passado, através de registros de memórias, que podem se materializar na forma de documentos, monumentos históricos ou relatos, consegue-se entender o presente e preparar-se para o futuro. No entanto, não se pode negligenciar o fato de que o momento presente nos apresenta, a todo instante, novas realidades que se mesclam e interferem em nossa cultura, trazendo modificações importantes que contribuem para a formação de nossa identidade.

O objetivo deste trabalho é fazer uma breve reflexão acerca da forma como o patrimônio histórico e cultural de um determinado lugar, além de servir como atrativo turístico, também mostra-se como sendo um instrumento de grande importância para se (re)conhecer a identidade de um determinado grupo de indivíduos, em determinado tempo, que vivam em tal localidade.

As principais questões e inquietudes que nortearam esta pesquisa inquiram se, de fato, o patrimônio histórico e cultural e a memória individual e coletiva podem mostrar detalhes específicos que indiquem e façam ser conhecida a identidade de um determinado povo. Também faz parte de tais indagações a constatação de uma falsa ideia que se pode ter acerca do fato de que a identidade de um determinado grupo de pessoas é algo estanque, fixo, que não se modifica com o tempo. Será que pode-se dizer que a identidade de um povo é hoje igual ao que ela era considerada há cem anos? Será que os monumentos históricos de determinada localidade são realmente importantes para a preservação e manutenção da memória de um povo?

A metodologia utilizada neste trabalho segue a abordagem bibliográfica e documental, tendo sido feita pesquisa em livros especializados nas áreas de patrimônio cultural e identidade, assim como também foram consultados artigos científicos encontrados na Internet.

A preservação de patrimônio, a memória e a legislação brasileira

Preservar e conservar a história de nosso passado, que pode se apresentar, por exemplo, por meio de uma edificação, uma praça pública ou um monumento encontrado em uma via pública, é algo previsto em nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23. Tal tutela tem como um de seus objetivos promover o não esquecimento e a valorização do passado, que envolve cultura, história, economia, política, educação, e tantos outros aspectos que possam ser imaginados.

De acordo com Cureau (2015, p. 113), a memória interpretada como o ato de lembrar momentos importantes não consiste apenas em

[...] evocar imagens, não é apenas recordar o passado como algo que se foi. Muitas vezes, lembrar tem o sentido de manter vivo algo que aconteceu, para que seja lembrado pelas presentes e futuras gerações, ou para que não mais venha a ocorrer, já

que uma característica marcante da memória é que ela abrange tanto a lembrança como o esquecimento.

De maneira constante, o quadro de relação com momentos do passado é algo que se escolhe, que se elege. O grupo social é que seleciona aquele(s) momento(s) representado(s) em um monumento, por exemplo, e que deve(m) ser lembrado(s), ou não, como sendo importante(s) para fundar sua identidade, que, tanto pode exaltar momentos de prestígio ou de sofrimento, individual ou coletivo. Tais representações evocam emoções relacionadas ao patrimônio, as quais, de acordo com Cureau (2015, p. 112) “são vetores que articulam memória e identidade, que possibilitam a assimilação da memória coletiva pela identidade cultural que cada ser humano forma ao longo de sua vida. São os afetos ligados a um patrimônio material ao longo de gerações.”

Os lugares e as materializações de momentos históricos que se dão através de monumentos contribuem para a afirmação de memórias a serem compartilhadas e também influenciam o sentimento de identidade de um determinado grupo de indivíduos.

A identidade cultural faz nascer no indivíduo o sentimento de pertencimento a determinado grupo social, e, como ela se transforma de modo dinâmico, a cada mudança ocorrida, provocam-se rupturas, as quais farão parte dessa nova identidade, que não pode ser dissociada da cultura, em seu sentido mais amplo, o qual abarca a noção de hibridismo constante, defendida por Canclini (2000), a qual é trazida pela globalização da atualidade.

Deve ser lembrado, mais uma vez, que os monumentos, por exemplo, são representações simbólicas feitas para se fazer lembrar de algo ou alguém que tenha sido importante em determinada época e lugar. Eles podem ser utilizados como verdadeiros instrumentos que servem, não somente por serem atrações turísticas, mas também podem ser vistos como objetos de estudo e pesquisa interdisciplinar a serem usados em escolas e universidades como fontes de informação acerca da cultura, história, literatura, arquitetura, artes, sociologia, e tantas outras áreas distintas de conhecimento, que podem servir como instrumentos reais que nos fazem perceber a noção de pertencimento que reforçam nossa base identitária, sem deixar de considerar todo o movimento natural de hibridismo e interculturalidade que ocorre no cotidiano, a todo momento, em todos os contextos sociais.

Patrimônio - conceito atual e sua aplicabilidade na construção social - os documentos e os monumentos

Na contemporaneidade, o conceito de patrimônio torna-se polissêmico, sendo definido de acordo com o lugar social ocupado pelos sujeitos em um determinado momento ou contexto histórico. Aos valores de excepcionalidade e monumentalidade presentes nas práticas iniciais de preservação dos bens culturais emergem novos parâmetros que consideram as relações, o contexto e a representatividade que o patrimônio adquire para os membros de uma sociedade, enquanto enunciador de memórias individuais e coletivas e provocador do sentimento de pertencimento.

O conceito de patrimônio é amplo. A princípio, abarca somente a ideia de aquilo que se tem, sob a ótica de acumulação de riquezas. No entanto, há de se considerar que há um patrimônio a que chamamos de histórico, e que consiste, de acordo com Santos e Flores (2017), “de um conjunto de bens que representam a história de uma sociedade e utiliza aspectos referentes à arquitetura, obras de arte, documentos e objetos que tenham relação com o contexto histórico”.

Há também que se considerar o chamado patrimônio cultural, o qual é, segundo Santos e Flores (2017), representado

“[...] pelo conjunto formado por bens materiais e imateriais que representam a memória, a identidade e a história dos costumes de determinada sociedade, e mostra-se como instrumento usado para a aquisição de conhecimentos que auxiliam na compreensão da história local.”

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no *caput* do artigo 216, menciona os itens que constituem patrimônio cultural brasileiro, como sendo “[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”

No inciso IV do referido artigo ainda é declarado que, estão incluídos como patrimônio cultural “as obras, objetos, documentos, edificações, e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais.” Também pode ser observado que, nesta Constituição Federal, a política de preservação do patrimônio cultural deve ser democrática, participativa e aberta a todos os setores sociais, e não somente como sendo obrigação do Estado. Tal política se efetiva por meio de mecanismos de proteção, e enuncia que a memória individual deve ser protegida pela preservação da memória coletiva.

No concernente a documentos, observa-se que, com o desenvolvimento das sociedades, em termos de organização, passou a existir a consciência de que era necessário dar mais valor aos documentos, pois estes eram os instrumentos usados para registrar as atividades desenvolvidas em tais sociedades. Em consequência de tal conscientização, de acordo com o que nos diz Paes (2004), houve o surgimento de arquivos que continham as informações documentais, arquivos estes que tinham o objetivo de guardar aquilo que se considerava tesouro cultural da época.

Tais documentos denotam a presença do patrimônio cultural, pois detêm valor mediato e, de acordo com Santos e Flores (2017), possuem interesse probatório, social e/ou histórico. Para estes autores,

[...] Estes documentos já cumpriram o seu valor imediato na administração e passam a ser dotados de um valor secundário; por esta razão são preservados em caráter permanente. Os documentos arquivísticos ‘saem da administração’ para ‘entrar na história’, após perpassarem pela avaliação e serem considerados de valor permanente.”

O documento, considerado como algo de valor permanente, é parte do patrimônio cultural e tem direitos que lhe asseguram sua integridade física, recebendo amparo legal para permanecer em local determinado, assim como também é guardado e protegido no âmbito do meio administrativo, jurídico e social. Tais direitos constam da Lei 8.159 / 1991, a qual mostra, em seu artigo primeiro, que cabe ao Poder Público realizar a gestão e a preservação de documentos em arquivo, os quais são vistos como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e fontes de prova e informação, de acordo com a Lei 8.159 /1991. Têm eles tal tratamento, pois se mostram como tendo finalidades culturais, patrimoniais e investigatórias, pois retratam a qualidade de verdadeiros instrumentos testemunhais de fatos ocorridos.

O direito de todos ao acesso a documentos escritos, que muito facilita a informação de todos os interessados em conhecê-los, e que é previsto constitucionalmente, foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/11, que regulamenta o direito constitucional de obter informações públicas, que é considerada um marco para a sociedade brasileira exercer seus direitos de informação e que tem cunho educacional. O intuito da preservação do patrimônio documental e monumental é possibilitar aos cidadãos o acesso à memória para construir e manter viva sua identidade.

Os monumentos históricos são materializações simbólicas de pessoas ou fatos que sejam

considerados como importantes pelos componentes de uma determinada sociedade, os quais podem ser instrumentos indicativos importantes para a compreensão e conhecimento acerca de identidade, história e memória dessas pessoas.

A relação documento-história-memória é pouco abordada por pesquisadores brasileiros, sob o ponto de vista da necessidade de preservação do patrimônio documental, visando ao direito da sociedade de acesso à informação. Desta maneira, instiga-se um maior desdobramento acerca do tema apresentado. Podemos compreender que as mudanças identitárias ocorrem constantemente e mudam de acordo com a travessia das divisões e antagonismos. Não podemos nos esquecer que os monumentos e patrimônios históricos interferem de forma precisa e concisa em tais mudanças.

Hall (2014) acreditava que há um caráter de mudança na Modernidade. Seu argumento é que as sociedades modernas são, por definição, “sociedades de mudança constante, rápida e permanente”, que, por sua vez, são caracterizadas pela diferença, isto é, “elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes [...] identidades” (HALL, 2014, p. 12).

O registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos e monumentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família. Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. Porém, para que constituam uma pesquisa histórica, é preciso que estejam acessíveis, a qualquer tempo, aos interessados, sejam estes pesquisadores, professores, estudantes ou a sociedade em geral.

As construções historiográficas muitas vezes necessitam de informação primária, ou seja, precisam ser retiradas em suas fontes originais: os documentos de arquivo.

O que seria de uma sociedade, hoje, sem seus documentos? Estes são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade. Deste modo, o estudo pretende colocar em evidência a importância da preservação do patrimônio documental na relação documento-história-memória, visando ao acesso à informação.

As demandas intelectuais, culturais e sociais crescem e se sobrepõem às políticas de acesso, as quais devem ser constantemente revistas, à medida que a sociedade se desenvolve e apresenta novas necessidades. E, não sendo estática, compete ao Estado promover os meios para atendê-la, uma vez que é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal do Brasil.

Assim sendo, é perceptível a necessidade da preservação da documentação armazenada nos arquivos, uma vez que os documentos públicos podem, e devem, ser acessíveis à toda sociedade. Porém, observa-se que, da produção do documento pelos organismos públicos até o acesso à informação propriamente dito, é imprescindível a intervenção do Estado no que se refere à sua organização e salvaguarda, para, posteriormente, tornar o acervo acessível. Desta forma, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, estabelece em seu artigo 23 que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...] (BRASIL, 1988, p. 18).

A Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre os arquivos públicos e privados, promulga que: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico

e como elementos de prova e informação.” (BRASIL, 1991, p. 1).

O que é patrimônio cultural?

Nos últimos anos, o conceito “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção de patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

A preservação do patrimônio histórico iniciou-se, em nosso país, no século XIX, logo após a Segunda Guerra Mundial e a Revolução Industrial. No governo de Getúlio Vargas foi criado o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - para salvaguardar patrimônio, dispondo de uma arma - o tombamento. Tal Instituto foi criado em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº378, e há mais de sessenta anos realiza permanentes identificações de documentação e proteção do patrimônio público brasileiro. Neste sentido, o IPHAN elaborou um Guia Básico de Educação Patrimonial, que vem auxiliando todas as unidades do país no desenvolvimento de atividades que colaboram com o trabalho educacional, cultural e turístico em museus, monumentos e sítios históricos, trabalhando com conceitos ligados ao patrimônio, além de sugerir metodologias para o desenvolvimento das mesmas.

Os fundamentos conceituais e práticos da metodologia da Educação Patrimonial objetivam orientar, em especial os pesquisadores, professores e profissionais responsáveis pela preservação da cultura, em como preservar os bens culturais e do meio ambiente histórico em que estão inseridos, considerando a Educação Patrimonial como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional” (HORTA, 1999, p.6) a partir da observação direta dos bens culturais. Este é o ponto que dá centralidade a todo o trabalho de Educação Patrimonial sugerido pelo IPHAN.

Para reflexão, retomamos em Hall (2006) algumas questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia e, no IPHAN/MinC os significados atribuídos ao patrimônio cultural imaterial. A noção de patrimônio surge, portanto, vinculada à noção de cidadania.

“As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p.7)

A partir do entendimento de que todo e qualquer objeto cultural é uma fonte primária de conhecimento, o IPHAN estruturou uma metodologia específica que facilita a percepção e a compreensão dos fatos e dos fenômenos sociais estudados para que os professores se apropriem dos objetos culturais “na sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados, como peças-chave no desenvolvimento dos currículos, e não simplesmente como mera ilustração das aulas (HORTA, 1999, p.9). Assim, dá-se vida ao patrimônio cultural da comunidade através da valorização da história do seu entorno, além de provocar nas pessoas sentimentos de surpresa e curiosidade essenciais para que as crianças e jovens adquiram habilidades e conceitos relacionados ao patrimônio cultural como algo que lhes traz a noção clara de identidade e pertencimento.

A Educação Patrimonial procura estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o seu patrimônio, instigando nele, quatro atitudes: a observação e a reflexão sobre o bem cultural; a manifestação das impressões sobre o mesmo; a capacidade de pesquisa e discussão sobre os

resultados e a apropriação de um novo significado do bem para cada um que participa da proposta.

O patrimônio cultural material é o conjunto de objetos que formam o ambiente concreto de determinadas sociedades. Já o patrimônio cultural imaterial é transmitido de geração à geração e é recriado pelas comunidades e grupos, de acordo com seus ambientes, promovendo, desta forma, o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Patrimônio e cultura

Patrimônio e cultura se constroem, de forma dinâmica, nas relações sociais que ocorrem em qualquer locação geográfica, em qualquer tempo ou situação histórica e “absorvem” todo tipo de interferência cultural das pessoas, de suas contribuições sociais e de seus conhecimentos e costumes diversos. Pode-se sempre relacionar as noções de patrimônio, tanto material como imaterial, e cultura, com a consciência de que esta se encontra em movimento constante de construção, pois, de acordo com Canclini (2009, p.41), “a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social.”

Como a noção de patrimônio está sempre atrelada à história social, e como esta é dinâmica, não se pode desvincular tal noção da que concerne o conceito de cultura, daí, achar-se plausível a reflexão sobre como é importante, ao falar de preservação de patrimônio, conjugar tal ato ao fato de que, para que o cidadão reconheça a sua identidade é necessário que ele conheça seu patrimônio e cultura, o que pode se dar através da observação e informação acerca de fatos e/ou pessoas, através de monumentos e/ou documentos históricos de seus antecessores.

Os monumentos que podem ser encontrados em vias públicas, por exemplo, são representações simbólicas de alguma situação, ou alguém, que foi, e ainda é, de alguma forma, importante para um determinado lugar e as pessoas que nele transitam, logo, para se compreender o momento presente e apropriar-se de sua cultura, o cidadão necessita conhecer tal pessoa ou situação que esteja sendo representada em determinado monumento.

A importância de se preservar a memória e a identidade através dos monumentos históricos

Seguindo as ideias de Bauman (1998, p. 2), principalmente a expressão “*time/space compression*”, podemos afirmar que a globalização é a compressão, a diminuição do espaço geográfico, pelo encurtamento do tempo; o que acontece em um determinado lugar tem um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância (HALL, 2002). Isto é, através dos modernos meios de transporte e de comunicação, as informações, as culturas, as religiões, as ideias, os modos de vida de diferentes grupos/sociedades são divulgados e partilhados por outras pessoas, em espaços diferentes e agora já não (tão) distantes.

A globalização possibilita o acesso massivo aos transportes e às comunicações e, por isso, põe em causa as fronteiras territoriais locais e a relação entre lugares/localidades e identidades (BAUMAN, 1998). Os fortes fluxos migratórios transcontinentais e a rápida circulação, em tempo real, de informações e ideias provocam dissociações entre lugares e culturas (AGIER, 2001). Na verdade, a globalização, no contexto da (pós) modernidade, provoca novas (des) territorialidades, transitoriedades espaciais, «não-lugares» (Augé 1994) e, conseqüentemente, novas identidades, sociais e étnicas. Portanto, no contexto atual da pós-modernidade, a globalização produz, inevitavelmente, uma forte diversificação no processo de construção identitária. “Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais; mais provável é produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações” locais.” (HALL, 2006, p.77)

A sociedade onde esse novo capitalismo impera é programada pela tecnociência para produzir, em larga quantidade e com mais rapidez, serviços que se configuram na troca de informações. O mundo se torna espetacularizado, tomado pelas novidades e por discursos das mais diferenciadas vertentes ideológicas. O indivíduo, absorvendo tais discursos, tem sua identidade descentrada em razão de muitos destes serem contraditórios. Hall disserta acerca de tal condição identitária do homem pós-moderno:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (HALL, 2006, p. 13).

Há uma inconstância de identidade em razão desta ser resultado de uma miscelânea textual. Afinal, sua técnica de composição engloba vários pontos de vista sobre um mesmo tema, nas mais variadas cidades. Os olhares diversificados sobre a cidade atribuem ao lugar muitas peculiaridades, por vezes até contrastantes, e tais características são importantes sob o ponto de vista cultural, refletindo aspectos históricos, informacionais, educacionais e turísticos.

Em tempos anteriores ao Pós-Modernismo o conceito de “patrimônio cultural” se baseia, sobretudo, no patrimônio histórico e artístico e apresenta fundamentos culturais eurocêntricos, considerando apenas manifestações eruditas e ditas civilizadas. Assim, as culturas não ocidentais, não europeias permaneceriam à margem do conceito de patrimônio cultural. Entretanto, encontra-se um indicativo de mudança quanto à concepção de patrimônio, fundamentada no seguinte texto emitido pela UNESCO:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objeto, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2005, p.4).

O patrimônio cultural, na acepção tradicional, está intimamente ligado à história contada pelos historiadores; uma história que almeja a objetividade, a ordenação, a legitimação dos fatos e a continuidade temporal.

Sabe-se também que

Esses espaços possuem ainda um sentido emocional, visto que através deles a comunidade sente-se integrada ao meio onde vive, estabelece relações de reconhecimento e de troca, posto que os lugares de memória também delimitam fronteiras culturais, relacionando-se à guarda de marcos históricos significativos para os membros de uma sociedade. Revestidos de simbologias e significados, os lugares de memória tornam-se locais de sociabilidade e reciprocidade cultural, considerando o descentramento identitário, e os constantes processos de hibridação e tradução entre as culturas (CANCLINI, 2000).

Segundo Canclini (2001), a percepção de que o patrimônio não se restringia aos bens das elites dominantes tornou evidente que o próprio conceito de patrimônio e as ações em sua defesa figuram como construções sociais, historicamente arquitetadas, aptas a promover o sentido de pertencimento dos cidadãos. Além disso, a valorização dos núcleos históricos como centros agregadores de bens naturais e culturais diversificados, de ordem material e imaterial, tornou-se possível a partir das alterações nos modos de se analisar e eleger o patrimônio e a cultura.

Considerações finais

O patrimônio cultural, quando representado por documentos e monumentos históricos, mostra, de forma clara, a memória que se quer fazer presente, em termos materiais. É o discurso silencioso que se mostra a todos os que os veem, e que, de certa forma, denota algo que é considerado importante para um determinado grupo de pessoas. No entanto, como viu-se anteriormente, só é mantido vivo na memória coletiva das pessoas onde tal monumento se encontra aquilo que é considerado importante para elas. Só “sobrevive” o que tem real significado para elas, e que vem a ser um reflexo daquilo que, de fato, integra sua identidade. Como nos ensina Le Goff, em seu ensaio Documento / Monumento e “Memória” (1996),

“[...] o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada, quer pelas forças que operam o desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa – os historiadores.”

A oficialização do patrimônio de pedra e cal como signo da história oficial vem sendo substituída por uma noção mais ampla, baseada na idéia de patrimônio como construção social, na qual as práticas, os saberes populares, as manifestações culturais e sociais transitam, de forma dinâmica, no universo abrangente das relações sociais. Nesse patamar, a noção de lugar de memória torna-se relevante na perspectiva de reorientar as políticas públicas de preservação do legado cultural, uma vez que oportuniza a compreensão do caráter dinâmico e processual do patrimônio, relacionando-o às dimensões materiais e intangíveis a partir das quais se produzem, se transmitem e se legitimam as vivências do homem em sociedade.

É preciso admitir que a análise antropológica sobre patrimônio cultural, identidade e memória social, conceitos por si tão complexos, não se esgota em um texto tão curto, embora esta reflexão possa ter proporcionado uma melhor compreensão desses três conceitos - especialmente para o desenvolvimento de uma consciência acadêmica e social do que deve ser um Museu, por exemplo.

Esta pequena discussão deixou algumas questões em aberto (identidade nacional, identidade individual), cujos objetivos, espaço e tempo aqui dispensados não são suficientes para dar respostas a questões antropológicas tão pertinentes e tão complexas, ao mesmo tempo.

É importante lembrar que o planejamento e a gestão do patrimônio cultural pressupõem o estabelecimento de políticas públicas que conciliem as características dos bens culturais, seu dinamismo, e as modificações que, por exemplo, o uso turístico impõe, seja no ordenamento das cidades históricas, seja na adequação das manifestações populares às necessidades da demanda. O aproveitamento do patrimônio cultural para o turismo necessita da sistematização de novos instrumentais teórico-metodológicos, buscando-se uma atuação integrada e colaborativa entre os incentivadores turísticos e o IPHAN junto às comunidades locais.

Por fim, entendemos que a salvaguarda do patrimônio cultural precisa articular, de forma dinâmica, valores e instituições públicas e da história social, para que haja sempre uma rede de trocas e reconhecimento entre todos os indivíduos que se preocupam em mostrar às pessoas, sejam elas turistas, alunos, pesquisadores ou historiadores, como tal patrimônio revela a cultura e a identidade de determinada sociedade.

Da próxima vez que visitarmos, ou simplesmente passarmos perto de um monumento histórico, não o vejamos apenas como uma atração turística, mas sim como um instrumento que representa algo ou alguém que, em algum momento, tenha sido importante para o local onde ele esteja localizado, e que faz parte da memória, da identidade cultural e da história das pessoas que integram tal localidade.

Referências

- AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. *Mana*, 7 (2): 7-33. 2001.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares – introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 7ª. Ed., São Paulo. Editora Papirus, 1994.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt (1998). **Globalization: The Human Consequences**. New York, Columbia University Press.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- _____. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Ed. UFRJ; 2009.
- Constituição da República Federativa do Brasil*, de 22 de setembro de 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/. Acesso em 20 de outubro de 2017.
- CUREAU, Sandra. **Dimensões das práticas culturais e direitos humanos**. In: _____. SOARES, Inês Virgínia Prado. (org.) **Bens Culturais e Direitos Humanos**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015. p. 105-125.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento” e “Memória”. In: **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 30 outubro de 2017.
- Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Dispõe sobre o direito constitucional de obter informações públicas.-Disponível em www.governoeletronico.gov.br; Acesso em 15 de outubro de 2017.
- PAES, M. L. (2004). **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. **Preservação do patrimônio documental arquivístico em ambiente digital**. Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_artflex&pid=S1853-99122017000200004&Ing=es&nrm=iso, acessado em 15 de outubro de 2018.
- UNESCO, **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 28 out. 2016.

ENTRE DISCURSOS E NARRATIVAS: A MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEANDRO BOECHAT

*Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pelo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF),
Mestre em Sociologia pelo IUPERJ.
Graduado e Licenciado em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ. Bacharelado em Direito
no Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP/UNIRIO)
lebochat@gmail.com*

RESUMO:

O culto à memória é um dos fenômenos sociais mais notáveis da contemporaneidade; presente na forma como os indivíduos se identificam, se comunicam e se relacionam com o espaço e o tempo em que vivem. Nos últimos anos podemos perceber o interesse do Judiciário pelo resgate de sua memória. Inúmeras são as construções de museus, arquivos, centros e redes de memória nos níveis nacional e internacional. Como pensar o estudo da memória está para além de suas práticas meramente arquivísticas, bibliotecárias e museológicas, o objetivo deste trabalho é analisar a construção de discursos e narrativas para a criação do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Analisando as informações contidas no site da instituição e consulta ao seu acervo e projetos. Pensamos que discutir a apropriação da memória pelas instituições de justiça significa, entre outras coisas, resgatar a perspectiva histórica, mas, também problematizar a opção dos gestores dessas memórias a respeito do que lembrar e do que esquecer.

Palavras-chave: Memória, Discursos, Narrativas, Justiça.

ABSTRACT:

The cult of memory is one of the social phenomena more remarkable of contemporary; present in the way individuals identify themselves, communicate and relate to the space and time in which they live. In the last years we can perceive the interest of the Judiciary by the rescue of its memory. Numerous are the constructions of museums, archives, centers and memory networks at national and international levels. How to think the study of memory is beyond its merely archival, library and museological practices, the objective of this work is to analyze the construction of discourses and narratives for the construction of the Museum of Justice of the State of Rio de Janeiro. Analyzing the information contained in the website of the institution and consult its collections and projects. We think that discussing the appropriation of memory by the institutions of justice means, among other things, rescuing the historical perspective, but also problematizing the options of the managers of these memories as to what to remember and what to forget.

Key-words: Memory, Discourse, Narratives, Justice.

INTRODUÇÃO

O estudo da memória tem sido realizado, ao longo da história, por diversas áreas do conhecimento como: Filosofia, História, Arqueologia, Psicologia, Neurociência, Administração, Sistemas de Informação, Comunicação Social e Ciência da Informação, cada qual, com uma visão específica. De fato, pensar a memória remete a um vasto campo interdisciplinar e a inúmeras formulações conceituais. O culto à memória é um dos fenômenos sociais mais notáveis da contemporaneidade; presente na forma como os indivíduos se identificam, se comunicam e se relacionam com o espaço e o tempo em que vivem. Se os seus primeiros sintomas surgiram em meados do século XX, no rastro dos movimentos sociais e políticos, em esferas locais, nacionais e transnacionais, foi a partir da década de 1980 que se notou um impulso maior pelo resgate do passado para além do senso de justiça, mas também, como recuperação de memórias culturais, construção de identidades, versões de narrativas e leituras do passado. Impulso esse que é sentido até hoje, caracterizando o que muitos autores chamam de “boom da memória”, “musealização do mundo”, “espetacularização da memória”, “mercantilização da memória”, “presentismo”, “exacerbação da memória”, “obsessão pela memória” (HUYSEN, 2000; HARTOG, 2006; ERLI & NÜNNING, 2008; DODEBEL, 2010; SANTOS, 2012; 2013).

Não obstante a esse processo, nos últimos anos podemos perceber o interesse dos Tribunais de Justiça no Brasil pelo resgate de sua memória. Inúmeras são as construções de museus, arquivos, centros e redes de memória nos níveis nacional e internacional. Ademais, há criação de associações, agências, escritórios e profissionais especializados com o objetivo de organizar os acervos para projetos de memória, resgatar a história da instituição, valorizar o trabalho de seus profissionais, destacar os princípios norteadores da justiça, além de produzir sites, livros, revistas e fazer exposições físicas ou virtuais, temporárias ou permanentes capazes de construir uma memória.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é apresentar os dados iniciais da pesquisa sobre a criação do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, bem como a criação de discursos e narrativas para sua criação. Para isso foram analisados as informações contidas no site da instituição e consulta ao seu acervo e projetos. Pensamos que discutir a apropriação da memória pelas instituições de justiça significa, entre outras coisas, resgatar a perspectiva histórica, mas, também problematizar a opção dos gestores dessas memórias a respeito do que lembrar e do que esquecer.

Se no início do século XX as sociedades ocidentais se mostravam voltadas para o futuro, com o futuro imbuído no presente, a partir da década de 1980 essa relação privilegiada teria ganhado novo contorno sendo substituída por uma volta para o passado, “passados presentes”. Andreas Huyssen, ao discutir a relação da sociedade atual com o tempo, faz submergir um aspecto de nossa época: “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSEN, 2000:9). Tal preocupação levaria ao fenômeno que o autor identificou como “cultura da memória” ou “musealização do mundo”, fenômeno monumental, de escala global, mas ligado a histórias específicas, locais, nacionais, que envolvem um culto exagerado à memória e ao passado, acompanhado da sensação generalizada de esquecimento, de perda da consciência história, e da contração do presente.

É importante notar que o processo de patrimonialização e musealização se aproximaria cada vez mais do presente, um presente que se historiciza. Assim como Andreas Huyssen, François Hartog aponta para a preocupação contemporânea de guardar e preservar como um dos

sintomas da substituição da crença no progresso, característica da primeira metade do século XX. De fato, para Hartog os usos e abusos e a evocação da memória seria um sinal de ruptura entre um presente e um passado. E a memória vale, no mesmo movimento, como uma resposta ao “presentismo” e como um sintoma deste.

Neste trabalho assume-se a definição de memória como instrumento de poder e de constituição de identidades, discursos e narrativas (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992, 1993; LE GOFF, 2008). Memória aqui não será pensada como algo distante do prosaico, fidedigna aos fatos do passado, arcabouço de verdade, algo pronto à nossa disposição. Entendemos memória, segundo Michael Pollak (1992; 1993), como um fenômeno construído socialmente e com duas funções essenciais: manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. Em função dessas condições, transforma-se tanto em um quadro de referência quanto em pontos de referência por meio da identificação e do compartilhamento de significados, ou seja, em “uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória [...] que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1993:3). Contudo, não deixaremos de lado a possibilidade de pensar a memória como sujeito e objeto do conhecimento do mundo que a constitui, imbricada na contemporânea cultura da memória, construtora de lugares e subjetividades (NORA, 1993; HUYSEN, 2000, 2004; HARTOG, 1995, 2006; SANTOS, 2012).

1. CARTOGRAFIA DO MUSEU DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro está situado no Antigo Palácio da Justiça, do então Distrito Federal – Rio de Janeiro¹. É uma instituição pública estadual, unidade vinculada à Diretoria Geral de Comunicação Institucional (DGCOM) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Foi Inaugurado em 23 de agosto de 1988, instalado inicialmente, no prédio na Praça da República nº 26², na cidade do Rio de Janeiro, integrando o Departamento Geral de Arquivo e Documentação Histórica do Tribunal de Justiça. Em 1995, passou a ser subordinado à Presidência do Tribunal de Justiça, desenvolvendo suas atividades no prédio do Fórum de Niterói – Palácio da Justiça da então capital fluminense. Em 1998, a sede do Museu retorna à cidade do Rio de Janeiro, instalando-se no antigo Palácio da Justiça, histórico edifício na Rua Dom Manuel nº 29, que abrigou, sucessivamente, três tribunais: a Corte de Apelação do Distrito Federal (denominada, em 1937, Tribunal de Apelação e, em 1946, Tribunal de Justiça do Distrito Federal); o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara e o Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro. Em 2009, o prédio foi submetido à significativa obra de recuperação e restauro, sendo o Museu reinaugurado em 2010³.

Pioneiro em seu gênero no país, o MJERJ foi criado com o objetivo e missão de resgatar, preservar e divulgar a memória institucional do Poder Judiciário fluminense, proporcionando acesso a informações sobre a história da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, bem como da própria história

1 Projeto concluído em 1926 para abrigar exclusivamente o Poder Judiciário da então capital.

2 Prédio histórico que abrigou o Museu Real e hoje abriga o Arquivo Nacional.

3 Após um ano e meio de obras de reforma e restauração, período em que funcionou provisoriamente no prédio do Terminal Rodoviário Roberto Silveira, na Praça Fonseca Ramos, em Niterói. Em Niterói se estabeleceu apenas o Centro da Memória Judiciária daquela comarca.

da Justiça do Brasil. Composto por acervo museológico⁴, bibliográfico⁵ e arquivístico⁶, o MJERJ após sua inauguração implementou uma jornada de produção e difusão de conhecimento histórico a partir também de arquivos audiovisuais com depoimentos de magistrados e outras personalidades ligadas à história do judiciário fluminense, com o objetivo de preservar a memória e produzir uma rede de conhecimento⁷. O Museu também desenvolve o Programa de História Oral & Visual, com entrevistas de magistrados, funcionários e personalidades, cujas atividades profissionais estiveram ligadas à história do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; mantém um laboratório de conservação para higienização, restauro e digitalização do acervo documental em poder do Museu; disponibiliza para pesquisadores processos judiciais de valor histórico do século XIX e início do século XX, livros de registro e publicações sobre a história da Justiça e do Poder Judiciário, durante os períodos colonial, imperial e republicano, e promove cursos, palestras, seminários, simpósios, exposições, pesquisas, concursos de monografias, articulando, de forma equilibrada a preservação, a pesquisa e a difusão do conhecimento, desenvolvendo uma série de atividades integradas.

A intenção de preservar a memória do Judiciário no Estado adveio da ideia do desembargador Homero Brasiliense Soares de Pinho, do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (TJ-GB), que ao ocupar a presidência desta corte em 1960, constatou que os intelectuais no Brasil, ao contrário do que se verificava na Europa, não dispunham de acesso a arquivos judiciais organizados, com processos e documentos de valor histórico. Assumindo posteriormente a presidência do TJ-GB, o desembargador Vicente de Faria Coelho aprovou o projeto e encarregou seu idealizador da execução⁸. Em poucos meses, constituiu-se um importante acervo, ainda que limitado, manifestando-se, já naquela época, a preocupação de se guardar e tornar públicos processos históricos, tais como o dos “Dezoito do Forte”, o do “líder comunista” Luís Carlos Prestes, e os inventários do imperador D. Pedro II, da princesa Isabel e do primeiro presidente do país, o marechal Deodoro da Fonseca.

4 Composto por peças de mobiliário, estátuas, quadros, fotos, condecorações e vestes de magistrados, além de objetos diversos que pertenceram a personalidades do Judiciário e juristas ilustres como Sobral Pinto, Roberto Lyra, dentre outros.

5 Compõe-se por livros e periódicos sobre História do Direito e da Justiça; História e Organização do Judiciário fluminense; Legislação Histórica; biografias de magistrados e demais operadores do Direito e políticos ligados à história do Judiciário fluminense; dicionários históricos e biográficos; obras de magistrados e juristas; obras raras e especiais. Destacam-se: a *L'Asia* (relatório de viagem, 1562 - crônicas de explorações portuguesas na Ásia, África e Brasil, escrito por João de Barros); as Ordenações Filipinas e Repertórios (1603); miniaturas da Constituição da República de 1946; a Constituição Política do Império do Brasil (1824) e coleções de obras de grandes juristas como Oscar Tenório, Pontes de Miranda e Sobral Pinto. Outro destaque fica por conta dos desenhos do desembargador Deocleciano Martins de Oliveira, o Escultor da Justiça, autor das estátuas e relevos que ornamentam as fachadas e paredes do Palácio da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

6 Dispõe de livros de atos judiciais, dentre os quais se incluem livros contendo registros de termos de posse de magistrados, atas de sessões, correspondências e relatórios de presidentes de tribunais; arquivos audiovisuais com depoimentos relacionados à história do Judiciário fluminense e plantas arquitetônicas. Vale destacar os livros de compra e venda de escravos, inventários de membros da família imperial e outros nobres do Império, de Presidentes da República e personalidades eminentes, como Rui Barbosa, Euclides da Cunha e José Lins do Rego. Processos criminais de grande repercussão como o de Manuel Congo, denunciado como líder da insurreição escrava de Paty de Alferes, em 1838, o do assassinato de Euclides da Cunha e o do atentado a Carlos Lacerda. Os Livros de atos judiciais contêm registros antigos de termos de posse, como os dos desembargadores do Rio de Janeiro, de 1752, e o primeiro livro de termos de posse dos ministros da Casa da Suplicação do Brasil, de 1808.

7 O museu também oferece exposições de curta e de longa duração; exposições virtuais como “O Escultor da Justiça – Obras”; “O Príncipe Dom João e a Justiça no Brasil”; D. João VI e a Justiça em Niterói, disponíveis no site da instituição; visitas guiadas, mediadas por educadores que percorrem os espaços históricos e artísticos do Antigo Palácio da Justiça do Rio de Janeiro, levando o visitante à reflexão sobre a arquitetura, a simbologia, o funcionamento e a história do direito e da Justiça nacional e estadual; visitas guiadas mediadas para crianças do ensino fundamental e médio, com utilização de material pedagógico criado especialmente para as práticas de Educação Patrimonial desenvolvidas pelo Museu, para fixação do aprendizado de forma lúdica; além de disponibilizar, na Internet, publicações para a difusão da memória e história judiciais, como a revista “Cadernos de Exposições”.

8 A intenção de se preservar a memória do Judiciário já era antiga na cidade do Rio de Janeiro, como demonstra a reportagem do *Jornal do Brasil*, de 16 de setembro de 1964, ao anunciar o objetivo de se criar o “Museu Judiciário”, o primeiro do País, que teria como sede provisória o antigo Palácio da Justiça, na Rua Dom Manuel. Coincidentemente, aquele seria justamente o local onde passaria a funcionar, a partir de 1998, o Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – sucessor do “Museu Judiciário” e herdeiro do seu valioso acervo, cuja inauguração ocorrera dez anos antes.

Ainda segundo o periódico, o plano do desembargador Homero de Pinho era inaugurar o Museu em 1965, no IV Centenário de fundação da cidade do Rio de Janeiro. E para um futuro mais distante, almejava que a instituição dispusesse de “instalações modernas, a exemplo de arquivos e museus semelhantes, com temperatura conveniente à conservação dos papéis e outros objetos”. Em que pese o fato do Museu Judiciário não ter sido posto plenamente em funcionamento, sua concepção original marcou um momento importante no resgate e preservação da história do Judiciário no Brasil, por seu pioneirismo e exemplo para as instituições similares que seriam criadas nas décadas seguintes.

Um marco interessante de análise da narrativa e discurso construtivo é o ano de inauguração do museu e a escolha do tema da primeira exposição. Inaugurado em 23 de agosto de 1988 no mesmo dia, foi aberta ao público sua primeira exposição, intitulada *Magistratura e Abolicionismo: 1888-1988*. De imediato, evidenciou-se a preocupação institucional com a divulgação da história do Judiciário e o anseio por estreitar laços com a sociedade. Coincidindo sua inauguração com as comemorações do centenário da abolição da escravatura no Brasil, o Museu pretendeu apresentar ao público o papel desempenhado por alguns magistrados que exerciam cargos de senadores do Império nesse importante fato histórico. A partir dos discursos proferidos, das articulações políticas e das votações foi criada na exposição uma narrativa sobre a prática dos magistrados na tribuna parlamentar (palco principal da luta pelo fim da escravidão), bem como do panorama histórico da criação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea. A fim de se alcançar o objetivo da exposição, além de painéis

explicativos, um expressivo acervo documental e museológico foi reunido e exposto. Ao público, foram apresentados, então, processos judiciais relacionados à escravidão, registros de compra e venda de escravos, leis e decretos diretamente relacionados ao tema, obras literárias produzidas por magistrados, além de retratos, brasões e comendas recebidas por personalidades de destaque no mundo jurídico da época.

A relação entre a construção da memória do judiciário e a sociedade sempre um marco na elaboração de narrativas e discursos do próprio museu. A busca por estreitar esses laços sempre esteve presente na formulação de sua missão e objetivo, refletindo diretamente nas exposições permanentes e temporárias que visam fortalecer a construção da memória do poder judiciário, nos projetos, nos cursos relacionados à História do Direito, nos seminários sobre museus e centros de memória do poder judiciário, nos concursos de monografias, no programa de história oral da instituição, na publicação de periódicos e na construção do seu arquivo digital.

Em 2015, ano em que a cidade do Rio de Janeiro comemorava 450 anos de fundação pelos colonizadores europeus, o Museu da Justiça acolheu a proposta da Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM) de realizar em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, o seminário “O Rio continua índio”, a fim de oferecer ao público carioca uma visão multidisciplinar da presença e do legado indígenas desde 8.000 anos atrás, quando habitavam o litoral fluminense os povos dos sambaquis, até os dias de hoje, com várias aldeias Guarani vivendo de modo tradicional nos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, além de milhares de indígenas autodeclarados vivendo em contexto urbano na cidade e no Estado do Rio. No sentido, de registrar a milenar presença ancestral dos povos indígenas no Brasil, dando a eles a visibilidade e importância que a história oficial nem sempre reportou, valorizando sua contribuição histórica, cultural e étnica na formação do povo brasileiro.

O evento focou especificamente em debates e seminários dos mais respeitados arqueólogos, historiadores e antropólogos da academia brasileira e também contou com a presença e fala de lideranças indígenas. Ademais, foram debatidas as políticas públicas indigenistas no âmbito

do Estado do Rio. O público teve acesso simultaneamente a duas exposições especialmente montadas nos salões do Museu da Justiça sobre o tema. Uma com perspectiva histórica e antropológica criada pelo Museu do Índio/FUNAI, em conjunto com a Comissão Pró-Índio/UERJ, e outra com viés de arqueologia indígena montada pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Contudo apesar de acolherem o seminário e as exposições o museu não conseguiu relacionar ou mesmo abrir seus acervos museológico, bibliográfico, arquivístico e processual ao público.

Nesse mesmo ano o Museu da Justiça integrado aos eventos comemorativos dos 450 anos da fundação da cidade do Rio de Janeiro, criou, em sua página no Portal do TJERJ, um espaço dedicado a personalidades cariocas que atuaram no mundo jurídico. Mensalmente foi apresentada a resenha biográfica de um carioca ilustre, cuja trajetória de vida se ligara à história da Justiça e do Judiciário no território que hoje constitui o Estado do Rio de Janeiro. Representou assim a oportunidade para que as contribuições desses operadores do Direito à sociedade e ao Estado fossem lembradas, possibilitando um maior conhecimento sobre fatos e acontecimentos relevantes de nossa história, bem com do próprio Estado. Como personalidades se destacam: Sylvio Moacyr de Amorim Araújo; Vicente de Faria Coelho; Carlos Luiz Bandeira Stampa; Alfredo de Almeida Russell; Aloysio Maria Teixeira; Edgard Ribas Carneiro; Francisco Pereira de Bulhões Carvalho; Felipe Augusto de Miranda Rosa; Frederico Sussekind; Vicente Ferreira da Costa Piragibe; Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos e Martinho Garcez Neto.

Como nem sempre os registros históricos são pontuados por momentos solenes, graças a um contínuo trabalho de pesquisa e resgate da própria memória institucional e local, situações inusitadas do passado aparecem, casos curiosos, que nos ajudam também a decifrar a mentalidade e os costumes de gerações passadas e podem revelar processos de continuidades e descontinuidades. O MJERJ não se privou de contextualizar e divulgar fatos que fazem parte da construção de sua própria memória. E um trabalho feito pelos historiadores do Museu revelou que a área onde hoje está localizado o antigo Palácio da Justiça, além de ter sido palco de fatos marcantes para a história nacional e do próprio estado do Rio de Janeiro, tem uma história recheada de episódios pitorescos e interessantes. Para além da própria memória do poder judiciário, o museu começou a divulgar também uma série de fatos curiosos. Como por exemplo, que no terreno onde está localizado o Museu da Justiça, realizou-se, em meados do século XIX, o primeiro baile de máscaras em um teatro carioca. Pois, nessa localidade, em 1846, funcionava Teatro São Januário, como passara a se chamar o antigo Teatro da Praia de Dom Manuel, vindo a ser demolido em 1868. No início da década de 20, naquele mesmo terreno, foi construído o prédio que hoje conhecemos como o antigo Palácio da Justiça, ou seja, o Museu da Justiça⁹.

9 Outros fatos interessantes também ganharam destaque. Como o caso da decisão judicial inusitada: A excessiva judicialização, que provoca uma sobrecarga do Poder Judiciário, não é um problema somente dos dias atuais. Por meio das páginas do jornal A Noite, de 12 de fevereiro de 1943, é possível acompanhar um curioso litígio envolvendo a pequena quantia de CR\$5,00 (cinco cruzeiros). A autora da ação era a Fazenda Nacional, tendo por ré a Companhia Nacional de Construções Cíveis e Hidráulicas, que devia ao erário, a título de revalidação de selo, a quantia. O pequeno valor da causa pode ser mensurado tomando-se por base o salário-mínimo vigente na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, que era de CR\$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros). O processo mobilizou grandes recursos do Poder Público. Inconformado com a situação e resolvido a por fim à demorada causa, o juiz substituto da 1ª Vara da Fazenda Pública da Justiça do Distrito Federal, Elmano Cruz, proferiu então uma surpreendente decisão, em tom de desabafo: "(...) Por causa dos 5 cruzeiros, que eram mil réis ao tempo do fato, há sete anos debatem o fisco e a executada, com grande massada, esforço, canseiras e trabalho na Procuradoria, Recebedoria, Ministério do Trabalho e Juízo. Não estamos mais em condições de perder tempo em questões de nonada (Bagatela, ninharia, insignificância). Assim como seja mais precioso meu tempo, que deve ser ultimamente empregado na decisão de numerosos pleitos determino que vão os autos para o contador, para o cálculo das custas devidas, expedindo-se a seguir a guia, que de meu bolso me prontifico a pagar à Fazenda Nacional, os famosos CR\$ 5,00. Ao contador." Além de processos de valor histórico e de casos curiosos que envolvem a Justiça, os pesquisadores do Museu da Justiça encontraram documentos reveladores de fatos que marcaram a história do Brasil, como o ofício PG (Palácio Guanabara) de nº 2.102, expedido no dia 25 de agosto de 1961 e assinado pelo governador do antigo Estado da Guanabara, Carlos Lacerda comunicando a renúncia de Jânio. No ofício, Lacerda comunica ao desembargador Oscar Accioly Tenório, presidente do Tribunal de Justiça da Guanabara, que acabara de receber um telegrama do ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, no qual informava estar se dirigindo "ao Congresso Nacional, a fim de entregar a renúncia do presidente

Não há como ignorar o entrelaçamento entre memória e relações de poder, como já nos advertia Walter Benjamin de que “nunca existiu um documento da cultura que não fosse ao mesmo tempo um documento da barbárie”. É preciso compreender, contudo, que a memória, além de possuir diversas formas e expressões, modifica-se com o tempo. Os estudos sobre a memória não podem naturalizá-la e devem lidar com as transformações de fenômenos, conceitos e percepções ao longo do tempo, é preciso pensar as “escolhas do presente”, os “processos de enquadramentos” o que lembrar e o que esquecer, seus usos e abusos, a “memória oficial”, as “memórias subterrâneas”, as “memórias clandestinas”, as “memórias silenciadas”, as “memórias vergonhosas”, as “memórias proibidas”, os discursos construídos e as narrativas que legitimam (POLLAK, 1993; LE GOFF, 2008; SANTOS, 2013).

2. RESULTADOS ALCANÇADOS

Como o objetivo principal do trabalho foi compreender os discursos e narrativas institucionais do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a primeira etapa da pesquisa analisou o *site* da instituição (principal veículo de apresentação e pesquisa institucional). Com farto material e dados foi possível perceber que a narrativa construída sobre o museu e a justiça do Estado se confunde com a própria história nacional. Inaugurado em 23 de agosto de 1998 e pioneiro em seu gênero no país pós-processo de redemocratização, seu prédio foi o antigo Palácio da Justiça (época em que o Rio de Janeiro era a capital do país). Há a construção de uma narrativa que valoriza que a concepção original marcou um momento importante no resgate e preservação da história do Judiciário no Brasil, por seu pioneirismo e exemplo para as instituições similares que seriam criadas nas décadas seguintes.

Desde sua inauguração é construída uma narrativa em que a missão da instituição é resgatar, preservar, divulgar e promover acesso à memória do Judiciário fluminense e brasileiro. A partir de jornada de produção e difusão de conhecimento histórico com cursos, seminários, simpósios, exposições, pesquisas, concursos de monografias, entrevistas com personalidades do mundo jurídico, publicações e visitas mediadas por educadores em seus espaços preservados. Com o objetivo de manter essa memória foram adotadas avançadas técnicas no tratamento de seu acervo documental e museológico. É perceptível a construção de um discurso institucional na qual a mesma procura manter-se afinada com uma visão moderna de instituição museal, articulando, de forma equilibrada, suas três funções essenciais, que são a preservação, a pesquisa e a difusão do conhecimento, desenvolvendo uma série de atividades integradas.

O acervo do Museu da Justiça constituído de processos e livros judiciais, documentos, fotografias e objetos diversos relacionados com fatos significativos e personalidades de destaque do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. O acervo dispõe, também, de, aproximadamente, 170 arquivos audiovisuais com depoimentos de magistrados e outras personalidades ligadas ao Judiciário fluminense; além de documentos pessoais de magistrados e juristas. Entre os mais de 24 mil processos e livros de atos judiciais, destacam-se demandas cíveis e comerciais de importância na vida social e política do Rio de Janeiro; registros de compra e venda de escravos e inventários de vultos importantes do Império e da República; processos criminais de grande repercussão; relatórios de presidentes de Tribunais e atas de sessões e posse de magistrados. Dos cerca de 4.400 objetos, compostos, em grande parte, por fotos de pessoas que fazem parte da história da Justiça Estadual, encontram-se, também, peças de mobiliário, estátuas, quadros,

Jânio Quadros ao cargo de Presidente da República”, e lhe recomendava que adotasse “as medidas de segurança cabíveis”. Ciente da notícia que abalaria o País, Lacerda garante a manutenção da ordem ao desembargador-presidente “O Governo do Estado cumprirá seu dever, na garantia da ordem pública, para assegurar a continuidade do regime democrático”. E outros como “os antigos e inconvenientes vizinhos do Palácio da Justiça”, “Myrthes Gomes de Campos: primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil”, “Raridades do Antigo Palácio da Justiça”, “O coro dos gatos em julgamento”, entre outros.

condecorações e vestes talares. Uma proposta futura é analisar como que a construção da memória do judiciário é construído a partir do acervo do museu.

Com a criação do Programa de História Oral e Visual do Poder Judiciário que visa desenvolver um trabalho de pesquisa historiográfica, tendo por base a metodologia e as técnicas da História Oral, o museu busca preservar a memória de vida dos membros da Justiça fluminense, criar novas fontes para recuperação da História do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e possibilitar de integração do Museu da Justiça a outros órgãos de pesquisa com projetos semelhantes.

Concomitante a construção de uma memória do Judiciário Fluminense, o Museu mantém o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ-Rio). Herdeiro direto do Cultural EMERJ, desenvolvido de 2000 a 2008 na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), e pelo qual o TJRJ recebeu menção honrosa no Prêmio Inovare, em 2008. Com a abertura do Antigo Palácio da Justiça em novembro de 2010, após obras de restauro, o CCPJ-Rio iniciou suas atividades no Museu. Desde então, responsável pela gestão da Agenda Cultural do Museu, o CCPJ-Rio tem oferecido programação cultural com o objetivo de fomentar a reflexão sobre valores de justiça, reforçando um discurso de aliança saudável entre Sociedade e Judiciário; criando uma narrativa em que busca reforçar a atuação do TJRJ como polo promotor de transformação social e pacificação social.

CONCLUSÕES

Pensar o tema da memória permite-nos refletir sobre a ideia de que nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro, uma vez que exprime um sistema de atribuições de valores e significados. Memória pode ser compreendida como uma forma de intervenção social, uma vez que vincula o conhecimento do passado com as perspectivas do presente e projetos futuros. Isto significa que a memória quando formalizada, torna possível uma (re)construção, uma (re)significação e uma (re)elaboração, transformando e sustentando realidades existentes.

A partir da análise preliminar é possível perceber a construção de um discurso e uma narrativa institucional que visa resgatar e preservar a memória histórica dos membros do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e da própria Instituição a partir de um lugar privilegiado de memória. Há um propósito claro de resgatar a formação e disseminação de valores de Justiça e cidadania com o objetivo da pacificação social e proximidade da Justiça com a Sociedade.

Contudo, na continuidade da pesquisa cabe perguntarmos sobre memórias esquecidas (que não valem a pena serem lembradas); as memórias subterrâneas (desenvolvidas a partir de uma história não oficial); memórias clandestinas (são ilegítimas do ponto de vista oficial); memórias silenciadas (verdadeiras, mas que não há desejo da organização em divulgá-las); memórias vergonhosas (que demonstram muitas vezes decisões que falharam, causaram problemas a organização) e as memórias proibidas (onde não há nenhuma possibilidade de serem resgatadas) (COSTA & SARAIVA, 2011). Trata-se também de pensar os usos e abusos aos quais se presta a memória enquanto atividade prática com intenção de representar as coisas passadas, as relações de poder inerentes a esse “resgate”, ou seja, pensar quem constrói a memória; com que finalidade; para quem e em detrimento de quem e de quem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.

HUYSEN, Andreas. **Mídia e Discursos da Memória**. Entrevista dada a Sonia Virgínia Moreira e Carlos A. de Carvalho Moreno. *Intercom – Revista Brasileira Ciência da Comunicação*. São Paulo, Vol. 27, Nº1. 2004. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/search/results> Acesso em: 20/04/2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2008.

NORA, Pierre. **“Entre memória e história: a problemática dos lugares”**. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, n.10, 1993, p.p. 07-28.

POLLAK, Michael. **“Memória e identidade social”**. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 05, Nº10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. **“Memória, esquecimento, silêncio**. In: *Estudos Históricos, CPDOC/FGV*, Vol. 2, Nº 3, 1993.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2012.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Identidade Nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

A ESCRITA, A LEITURA E A PERFORMANCE: RASTROS DE MEMÓRIAS

Ocinei Trindade de Oliveira
(UENF)
ocinei@gmail.com

Apresentam-se algumas reflexões sobre a memória relacionada àquilo que costumamos escrever; sejam anotações particulares, sejam documentos, listas, publicações nos quais podemos aparecer (papéis de identificação escolar, notícias de jornal ou até receituários médicos, entre outros); além das imagens que são frequentemente extraídas de nós, como filmes, fotografias, vídeos, por exemplo, e que podem auxiliar na construção de uma biografia ou autobiografia. Os objetos e escritos auxiliam na construção de memórias, associam-se às nossas lembranças e experiências. Uma vez preservados, conduzem-nos à recuperação e à manutenção de fatos de nossa existência. Cartas e fotografias são algumas dessas possibilidades de reminiscências, fragmentos de uma vida.

As memórias fazem parte da trajetória de qualquer indivíduo. Os elementos materiais antes mencionados compõem algum tipo de registro acerca de nossa trajetória. Na ausência deles, a tradição oral era, e ainda é, um antigo recurso recorrente, que ajuda a contar a história de vida por meio de nossos pais, avós, bisavós. Ainda através da cultura e vivências coletivas de uma comunidade, de um povo ou de um país somos narrados de algum modo. Com a rede mundial de computadores, tornamo-nos ainda mais acessíveis quanto à localização e à identificação. Dados pessoais, muitas vezes alheios à nossa vontade, estão disponibilizados no ciberespaço. São vestígios e provas de que alguém passou pelo planeta em determinada época, e isto é contribuição para a composição e recuperação de memórias.

Na literatura, as memórias também integram narrativas biográficas e autobiográficas. Nas últimas décadas, além de livros publicados sobre personalidades que tenham alcançado projeção ou destaque social, pessoas comuns também passaram a contar parte de suas rotinas e acontecimentos pessoais na Internet. Os blogs e as redes sociais digitais formam esse tipo de expressão e manifestação do *eu vivido*. São bilhões de pessoas que se utilizam dessas ferramentas e que, ao narrarem fatos e publicarem fotos, contam um pouco de quem são e o que pensam. Voluntária ou involuntariamente acabam produzindo memórias.

Segundo Houaiss (2009), é possível entender por *memória* pelo menos quinze significados diferentes, sem contar com algumas subdivisões apontadas dentro do segmento da informática (memória permanente, Rom, Ram, primária, secundária, virtual, volátil etc.). Em *memória*, verificam-se ainda as seguintes definições:

(...) nome, reputação; exposição escrita ou oral de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos sequenciados; relato, narração; função geral que consiste em reviver ou restabelecer experiências passadas com maior ou menor consciência de que a experiência do momento presente é um ato de revivescimento (...); relato que alguém faz frequentemente na forma de obra literária, a partir de acontecimentos históricos dos quais participou ou foi testemunha, ou que estão fundamentados em sua vida particular; memorial...(HOUAISS, 2009, p. 1271)

Publicar memórias tornou-se relativamente comum nos últimos tempos. Acredita-se que, ao fazê-las conhecidas, surgirá algum tipo de contribuição histórica ao ser assimilada e

compartilhada. Gagnebin (2009) interroga-se duplamente em determinado momento: por que hoje falamos tanto em memória, em conservação, em resgate? E por que dizemos que a tarefa dos historiadores consiste em estabelecer a verdade do passado? Ela se reporta a Walter Benjamin sobre “o conceito da história”. Segundo ele, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ele cintila num instante de perigo” (GAGNEBIN *apud* BENJAMIN, 2009, p.40). Em outro instante, a ensaísta suíça afirma:

O historiador que toma consciência do caráter literário, até mesmo retórico, *narrativo* de sua empresa, não corre o risco de apagar definitivamente a estreita fronteira que separa a história das histórias, o discurso científico da ficção, ou ainda a verdade da mentira? E aquele que insiste sobre o caráter necessariamente retrospectivo e subjetivo da memória em relação ao objeto de lembrança, ele também não corre o risco de cair num relativismo apático, já que todas as versões se equivalem se não há mais ancoragem possível em uma certeza objetiva, independente dos diferentes rastros que os fatos deixam nas memórias subjetivas e da diversidade de interpretações sempre possíveis a partir dos documentos existentes? (GAGNEBIN, 2009, p.41)

As indagações se referem mais especificamente aos levantamentos em grandes feitos ou investigações históricas. Elas também se aplicariam na busca por *verdades* acerca da vida de uma determinada pessoa. Gagnebin se apropria do pensamento de Ricoeur¹ (2009, p.43) que considera que a história é simultaneamente narrativa (as histórias inumeráveis que a compõem) e processo real (sequência das ações humanas em particular; “que a história como disciplina remete sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem e, sobretudo, da narração”).

Ao analisarmos os escritos pessoais de um indivíduo em livro, blog, e até mesmo em redes sociais digitais, percebemos que dados que se tornam públicos e conhecidos por leitores, em algum momento futuro, poderão servir de recursos para buscas de registros de memórias. A data e o contexto histórico auxiliam nesse resgate referente a um fato pessoal ou coletivo de uma sociedade ou nação, por exemplo. Nossas ações tendem a cair no esquecimento. Quando nos deparamos com fotos ou escritos pessoais antigos, costumamos nos surpreender, em muitas ocasiões, e, às vezes, nem conseguimos identificar com precisão tal acontecimento pretérito materializado em papel ou imagem.

Na rede social Facebook, há uma função de recuperação de memória. Aleatoriamente, o serviço prestado aos usuários seleciona um determinado fato ocorrido em uma data de anos anteriores. Com esta lembrança, o usuário pode rever suas ações e momentos íntimos de outrora, compartilhá-los (ou não) com seus seguidores fotografia, texto ou vídeo que foram postados no passado. Pode ser comum caírem no esquecimento. Quase sempre as histórias remotas causam algum tipo de espanto ou contentamento quando voltam à tona na rede social, assim como acontece em qualquer circunstância da vida. Se alguém estiver cadastrado na rede social desde 2004, por exemplo, e se fez no mínimo uma publicação por dia ao longo desses anos, contará com mais de 5000 registros pelo menos. No entanto, há pessoas que postam bem mais que uma atividade por dia no Facebook, contribuindo, portanto, com um número ainda mais elevado de relatos e, conseqüentemente, com mais dados para a memória de sua existência na rede social.

O volume de escritos em blogs e em uma rede social digital pode superar facilmente o número de páginas de livros com teor biográfico ou memorialístico. Em *Quase tudo: memórias* (2005), a escritora Danuza Leão apresenta relatos de sua vida em 223 páginas. A obra classificada como memórias autobiográficas publicada pela Companhia das Letras, oferece aos leitores dezenas

1 Filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005), citação de *Réflexion faite*, Paris, Esprit, 1995, pp.74-5.

de fotografias desde sua infância; passa pela fase de modelo internacional, casamentos, filhos, a relação com a irmã também famosa (a cantora Nara Leão); o período em que comandou a noite carioca com festas grandiosas em boates e discotecas nos 1970 e 1980, os altos e baixos na vida financeira nos anos 1990; mortes de ex-maridos, pai, filho, irmã e da mãe, destacando ainda alguns fatos que antecedem o período de lançamento do livro na metade dos anos 2000. Quase uma vida toda em duas centenas de páginas. Já os adeptos de redes sociais digitais não dispõem desse rigor cronológico, mas se assim quiserem registrar suas vidas, poderão fazê-lo sem impedimentos, “sem limites”. Contudo, boa parte das pessoas prefere relatar o cotidiano do *hoje* a cavar fatos que exijam da memória de *ontem* (apesar de o *presente* em qualquer período da história estar condenado a se tornar *passado* futuramente).

Em um livro de memórias como o escrito por Danuza Leão, o autor tem total liberdade para narrar e destacar em seus relatos aquilo que mais lhe convier ou lhe interessar, sem falar das limitações de lembrar um fato ocorrido (ao final do livro, Danuza agradece ao cartunista Millôr Fernandes e ao jornalista Mario Sérgio Conti por lembrarem coisas que de ela não se lembrava mais). Em um blog ou em uma rede social digital, os rastros de memória são deixados voluntária e involuntariamente. Nem sempre seus autores compreendem a real dimensão de supostas repercussões que venham causar a partir de algum fato revelado e compartilhado. Para Schittine, o escrito íntimo garante a memória do diarista sobre sua trajetória. Por meio da escrita, o autor se sente próximo da imortalidade. O diário virtual tenta desenvolver as funções de memória de si mesmo e a de ser lembrado pelos outros. Segundo ela, essas funções na Internet ocorrem de maneira diferente, “já que o funcionamento da memória do indivíduo também mudou com o uso da internet e dos novos meios de comunicação” (2004, p.22):

Bombardeado por uma grande quantidade de informação, o indivíduo se torna ansioso por não perdê-la. Assim sendo, cria mecanismos de armazenamento e arquivismo, para os quais os meios de comunicação contribuem. Esses meios procuram viabilizar uma manutenção exaustiva da memória, mas ao mesmo tempo contribuem para a sua perda. Como formam uma excelente memória artificial, tornam preguiçosa a memória natural. A princípio, o autor utiliza o blog como um desses mecanismos que vão ajudá-lo a arquivar a própria memória (um “guarda-memória”, na bela expressão de Lejeune). O novo tipo de diário íntimo funciona dentro de um meio de comunicação, que é a internet, e ainda permite, pela rapidez e compreensão do tempo, armazenar o máximo de informação no mínimo de tempo. Ele é capaz de acompanhar o fluxo de pensamentos do indivíduo, garante o armazenamento artificial deles, mas não garante que o próprio indivíduo seja capaz de lembrá-los depois (SCHITTINE, 2004, p. 22)

Embora não faça menção ao Facebook, podemos nos valer das considerações de Schittine sobre os blogs e a memória, para as compararmos também à escrita dos usuários que participam da rede social digital, já que estes também costumam publicar coisas e fatos de si mesmos, gerando um volume de informações e reminiscências que podem ser esquecidas, mas recuperadas a partir dos registros feitos nas páginas virtuais do site de relacionamentos. Embora nem todos os diaristas tenham ambições literárias, Schittine nos aponta o valor documental e literário de escritos pessoais, exemplificando alguns autores que fizeram de seus diários grandes obras, seja utilizando-os como base para um livro de ficção ou autobiografia, seja usando trechos inteiros dos diários para dar valor histórico a algum escrito. Entre os nomes, estão Simone de Beauvoir, Michel Leris e Jean-Paul Sartre (2004, p.24).

De acordo com Bell&Gammel (2010), caminhamos para a era da revolução da memória. A acumulação de informações sobre o mundo e sobre nós mesmos na Internet, nos suportes físicos ou digitais, será utilizada em programas tecnológicos para a construção da Memória

Integral² composta por *e-memories* ou memória eletrônica.

Desde que nossos dados pessoais se tornaram conhecidos na rede mundial de computadores, deixamos de ser anônimos. Nossos nomes e números de identificação pessoal figuram em listas de bancos, empresas, órgãos e instituições governamentais, além de vários websites de buscas por informações. As redes sociais digitais também são componentes que se destacam quanto aos dados pessoais fornecidos ao público, em pesquisas que visam a mostrar quem somos, onde vivemos, com quem nos relacionamos, nossas profissões e ocupações, além de gostos e preferências sobre qualquer assunto que disponibilizamos. O Facebook é um desses bancos de dados biográficos, responsáveis por armazenar informações e *memórias*.

De acordo com os autores Bell e Gemmel de *O futuro da memória: como essa transformação mudará tudo que conhecemos* (2010), todas as imagens em fotos, vídeos, além de documentos, escritos pessoais, todos os registros pertencentes a um indivíduo poderão ser digitalizados e arquivados na *e-memory*, um dispositivo mantido em nuvem para consulta. Em uma realidade cada vez mais próxima (a partir de 2020, afirmam os dois cientistas), as pessoas contarão cada vez mais com o auxílio de memórias externas e artificiais. Eles descrevem três tipos de memórias com as quais lidamos desde os primórdios:

A memória procedural, às vezes denominada memória muscular, destina-se a capacitações físicas, como andar de bicicleta, dançar balé e digitar; a *memória semântica* codifica significados, definições e conceitos – fatos que você sabe que não estão ancorados em tempo ou lugar, como “um gato tem quatro patas” ou, “a capital do Japão é Tóquio”; a *memória episódica*, às vezes chamadas de autobiográfica, codifica experiências de seu passado. É ela que lhe permite saber das coisas que aconteceram no passado e vivenciá-las novamente (BELL&GIMMEL, 2010, p.44)

Ainda de acordo com os especialistas, a memória biológica é falível e, diferentemente de um computador, o cérebro não armazena com fidelidade grande volume de detalhes. O cérebro é melhor em armazenar padrões, significados e *gestalts*. Eles apregoam que qualquer coisa poderá ser facilmente gravada na *e-memory* na era da Memória Integral:

A memória biológica é subjetiva, fragmentada, distorcida por emoções, filtrada pelo ego, impressionista e mutável. A memória digital é objetiva, não passional, prosaica e inclementemente precisa. Em nosso cérebro, memória, atenção e emoção conspiram de várias maneiras para distorcer, comprimir e editar o tempo e as experiências de vida. Por outro lado, uma câmera de vídeo, o olho de uma *e-memory*, jamais pisca ou sai de foco, nunca fica sonhando acordada, nem filma a mesma coisa duas vezes. Uma câmera registrará uma hora de tráfego de pedestres em uma calçada com a mesma fidelidade que testemunhará uma hora de um sangrento genocídio (BELL&GIMMEL, 2010, pp.46-47).

Contar e gravar histórias fazem parte da construção de nossa memória e, no universo digital, não é diferente. Quando se busca por detalhes de nossa vida, recursos como fotos, vídeos e escritos pessoais costumam ser acessados por nós ou por pesquisadores. Para os dois cientistas da computação, o registro oral de uma história de vida é insubstituível, apesar de outros artefatos serem às vezes mais precisos. Entretanto, apesar do evanescer das memórias, o testemunho de alguém acerca de si deve ser valorizado, mesmo com toda a tecnologia disponível. Para eles, compartilhar memórias é essencial e enriquecedor:

O panorama de nossas *e-memories* se enriquece quando as compartilhamos. O valor de se compartilhar mídia já fica evidente em Websites de vídeo e fotos com esse propósito, como o Flickr e o YouTube. O Facebook nos demonstra quanto apreciamos os comentários de outras pessoas sobre nossas fotos. Pense em uma

² Originalmente chamada por *Total Recall*, faz parte do projeto MyLifeBits de C.Gordon Bell e Jim Gemmel, cientistas da computação ligados à Microsoft, empresa referência no setor pertencente ao bilionário Bill Gates

reunião de família ampliada, organizada para comemorar o aniversário da matriarca, e com várias pessoas fotografando e filmando. Se toda essa mídia for compartilhada e havendo alguém perspicaz na família que acrescente comentários, destaque os momentos-chave ou agrupe esse material de alguma forma, todos se beneficiarão (BELL&GIMMEL, 2010, p.117)

Para construir uma e-memorie, segundo eles, são necessárias algumas etapas, como a utilização de equipamentos eletrônicos como *smartphones*, uma unidade de GPS, uma câmera digital, um computador pessoal, uma conexão de internet para registros de depoimentos, momentos íntimos e de alguma localização espacial. Ainda nas tarefas dos dois cientistas, um escâner deve ser utilizado para copiar livros de literatura, livros de endereços, calendários, cadernos de anotações, fotografias, música, filmes e vídeos pessoais. Tudo isto deve passar por um processo de digitalização e armazenamento. Dados de saúde, anotações e contar histórias pessoais ajudarão na concretização da construção de uma *lifelogging*³ memória integral, garantem os pesquisadores. Se prestarmos atenção, essas práticas já vêm ocorrendo com a participação de indivíduos em redes sociais digitais nas quais costumam compartilhar dados pessoais em textos e imagens, promovendo, assim, uma fonte de memórias acessíveis. Para Bell e Gimmel, a privacidade caminha para a extinção ou já acabou para sempre com o advento da Internet:

Se lifelogging se tornar life-blogging, então os sucessores do Facebook e do Twitter poderão vir a ter registros detalhados de cada parâmetro de sua vida, como localização, dados biométricos, sons e visão. Imagine, por um instante, que todas as memórias sejam compartilhadas. Alguém, então, poderia sonhar em fazer um data-mining⁴ de todas essas memórias, em busca do bem comum, de um modo muito semelhante àquele no qual minhas memórias pessoais serão pesquisadas para meu próprio bem. (BELL&GIMMEL, 2010, p.179)

Memórias registradas no tradicional livro biográfico ou autobiográfico, documentos pessoais, blogs ou redes sociais digitais encontram no leitor sua principal finalidade. Se queremos ser lembrados em tempos vindouros, sempre caberá ao leitor atualizar nossos escritos e memórias. Na Internet, independentemente do tema, o leitor encontra no hipertexto uma série de ligações a informações que permitem acrescentar novos dados aos nossos conhecimentos, e, desse modo, a memória tem a chance de ser ampliada e retroalimentada. Como ingrediente do texto e da literatura, a memória concede oportunidade de revista, revisita e recuperação do tempo ou de uma determinada época. Quando se referiu ao livro eletrônico e à leitura no ciberespaço com vários níveis textuais e links, Villaça apontou o seguinte cenário:

Não importa tanto o estilo da escrita, mas o estilo de leitura. Escrever em rede não teria a ver com a literatura no sentido clássico do termo, mas com a medição de novos territórios no espaço temático, com o estabelecimento de paisagens textuais e concepção da escrita e da leitura como um ato nômade de deambulação. O leitor seria um dândi ou um detetive informático para navegar na leitura da Internet, ou seja, leitura *orientada* hipertextualmente. (VILLAÇA, 2002, p.108)

Acreditamos que esta interpretação também poderia ser adequada à leitura de escritos íntimos no ambiente virtual, sejam blogs, websites ou páginas e perfis de redes sociais digitais como o Facebook, sem compromisso com linearidade e com possibilidades de ligações a outras páginas e textos disponíveis em redes dentro da Internet. Aos que se lançam a contar histórias aparentemente simples ou banais e aos que se dedicam a preservar a História do passado em empreitadas científicas, Gagnebin (2006, p.191) aponta que tais situações só se concretizam com a capacidade linguística do homem, chamado por ela de “estranho animal” que é capaz de dizer “eu me lembro” e “eu prometo”, ou então “eu me lembro da minha promessa” e “eu

3 Registro de vida

4 Expressão inglesa relacionada à Informática que significa mineração de dados

prometo me lembrar”. Inspirada em concepções de Ricoeur e Nietzsche⁵ para discorrer sobre a memória, Gagnebin ressalta, ainda, que continuamos a viver apesar da morte, dos mortos, dos horrores, do passado e do presente:

A escrita da história é sim atravessada pela morte, como afirmava o deus solar do *Fedro*⁶; mas se o historiador luta contra o esquecimento (Heródoto) e trabalha para cavar um túmulo, seu gesto recorda simultaneamente aos vivos que nenhuma memória poderia torná-los inesquecíveis, isto é, eternos. Assim, a história luta igualmente contra este esquecimento primevo que nos é tão caro: o esquecimento de nossa própria morte. (GAGNEBIN, 2006, p.192)

Quando nos deparamos com uma profusa escrita no ciberespaço, nem sempre atentamos à qualidade e à finalidade dos textos pessoais ou íntimos compartilhados. Zumthor (2014), ao analisar a literatura, a poesia, a performance e a teatralidade, destaca uma característica genuinamente humana, segundo ele: a de um indivíduo rebelar-se diante do mundo por meio da escrita. No capítulo em que trata de *performance e recepção* (2014, p.47), o poeta e estudioso suíço fala da necessidade de convergência de três elementos que constituem a literatura e a poesia: um grupo de produtores de textos, fabricando objetos que se poderiam qualificar poéticos ou literários; um conjunto de textos com um valor em si próprio, qualificado de literário, poético ou outra designação em contextos culturais distintos; e, por fim, a participação de um público recebendo esses textos como tal:

Pode-se, portanto, considerar o uso linguístico de uma comunidade humana como uma rede de práticas tendo por finalidade a comunicação e a representação, porém, estruturadas de tal modo que necessariamente uma entre elas, metamimética, vise à linguagem como os outros visam o mundo. É a esta prática, como tal, que eu chamo (na sequência de outras...) *poética*. (ZUMTHOR, 2014, p.49).

A poética e a poesia também podem ser exploradas e analisadas no ciberespaço. As redes sociais ajudam a promover o acesso do leitor a esses textos, possibilitando, ainda, interação com autores e poetas. Em se tratando de escritura íntima em redes sociais como o Facebook, ou em microblogs como o Twitter⁷, há espaço e liberdade para textos de todos os estilos e discursos disponibilizados ao público heterogêneo conectado à rede mundial de computadores. Para Zumthor, a linguagem tem função comunicativa e insere-se no tempo biológico. Quanto ao discurso poético e à escrita, ele comenta:

Tentativa de arrancar os discursos à fragilidade de sua condição temporal: o que é verdade da poesia como tal não o é menos verdadeiro quanto à escrita. Todos os autores, de McLuhan⁸ a Walter Ong⁹, que há trinta anos estudaram a história e seus efeitos, concordam neste ponto: na aventura humana a escrita surgiu como uma revolta contra o tempo; e, passados milênios, ela conserva ainda esse primeiro elã. Neste sentido, poesia e escrita tendem, por meios não comparáveis, ao mesmo fim. É isto mesmo que funda aquilo que chamamos a literatura. Um encontro saboroso se produziu entre a linguagem poética e essa técnica extraordinária da escritura que ela encontrou em seu caminho. (ZUMTHOR, 2014, p.50)

Com a Internet, o texto e o hipertexto transitam no ambiente virtual com a fluência e a velocidade que a rede lhes confere. Se a escrita alcança maior acessibilidade e prática por parte

5 Filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900)

6 Texto filosófico escrito por Platão por volta de 385-370 a.C.

7 Rede social fundada em 2006 por Jack Dorsey, Noah Glass, Evan Williams e Biz Stone, em São Francisco, Califórnia, EUA.

8 Herbert Marshall McLuhan (1939-1980), filósofo e intelectual canadense que vislumbrou a Internet 30 anos antes de sua invenção.

9 Walter Jackson Ong (1912-2003), padre e filósofo americano, professor de literatura inglesa.

dos indivíduos conectados, *a voz e a imagem* também encontram espaço em narrativas que se destacam em canais de vídeos como o YouTube¹⁰ e no próprio Facebook. Nota-se que este site de relacionamentos é o que mais permite e pratica compartilhamentos de vídeos audiovisuais de qualquer natureza provenientes de outras redes sociais digitais existentes na Internet. São trechos de filmes, telenovelas, telejornais, números musicais, palestras, cenas domésticas ou gravações caseiras feitas em câmeras fotográficas, filmadoras ou em telefones celulares. Performances poéticas e musicais são exibidas em páginas de usuários adeptos a estes tipos de arte, além das narrativas pessoais feitas de improviso ou não.

Os recursos tecnológicos tornaram mais fáceis e ágeis a produção, a gravação e a exibição de imagens e narrativas. Algumas performatizações são feitas em sites pessoais ou em canais como o YouTube, mas também são postadas exclusiva e diretamente no Facebook. Alguns vídeos atingem enorme audiência e repercussão. Um exemplo de êxito em vídeos no

Facebook é o da atriz e comedianta Marcela Tavares. Ela possuía mais de 3,5 milhões de seguidores na rede social. Suas performances variam entre o discurso crítico de cunho social ou político, mas há vários roteiros sobre a vida cotidiana interpretados com bastante humor. Marcela se intitula como a primeira *facebooker* da rede social no Brasil. O termo remete aos *youtubers*, pessoas que possuem canal no YouTube e realizam vídeos com algum tipo de performance.

O sucesso de público de alguns *facebookers e youtubers* com os vídeos que exibem nas redes provocou um fenômeno curioso nos últimos anos. Muitos textos narrados e interpretados por eles foram transformados em textos escritos e se tornaram livros de enorme vendagem no mercado editorial. No Brasil, além da carioca Marcela Tavares, estão entre os *best sellers* o *youtuber* do Piauí, Whindersson Nunes que possuía em 2018 mais de 32 milhões de seguidores em seu canal; e a *youtuber* paranaense Kéfera Buchmann com mais de 11 milhões de pessoas inscritas em seu canal em 2018. São influenciadores digitais que acabam atuando no mercado de livros impressos e eletrônicos, inseridos no contexto de cultura de massa que passa pela Internet, e que se utilizam das redes sociais digitais para se promoverem. Se há conteúdo nessas obras considerado por parte da crítica como relevante, isto nem sempre vem ao caso, pois o mercado de entretenimento visa prioritariamente ao lucro.

Ao enfatizar a questão performática da voz na poesia, Zumthor (2014, pp.80-81-83) afirma em pequenas teses: a voz é o lugar simbólico por excelência; a voz estabelece ou restabelece uma relação de alteridade; todo objeto adquire uma dimensão simbólica quando é vocalizado; a voz é uma subversão ou uma ruptura da clausura do corpo; a voz não é especular, a voz não tem espelho; escutar um outro é ouvir, no silêncio de si mesmo, sua voz que vem de outra parte; a voz é uma que possui plena materialidade; a voz repousa no silêncio do corpo; a linguagem humana se liga, com efeito à voz; dizendo qualquer coisa, a voz se diz; a voz é uma forma arquetípica, ligada ao sentimento de sociabilidade; a voz possui valores míticos perturbadores relacionados à ninfa Eco; voz implica ouvido. O pesquisador, então, declara:

Tais são os valores exemplares produzidos pela voz humana e sua escuta. Elas só se manifestam, de maneira fortuita e marginal, na cotidianidade dos discursos ou na expressão informativa; a poesia opera aí a extensão da própria linguagem, assim exaltada, promovida ao universal. Pouco importa que ela seja ou não entregue à escrita. A leitura torna-se escuta, apreensão cega dessa transfiguração, enquanto se forma o prazer, sem igual. (ZUMTHOR, 2014, p.84).

¹⁰ Site fundado em 2005 por Chad Hurley, Jawed Karim e Stevie Chen, que permite carregar e compartilhar vídeos em formato digital.

A memória da voz ou a voz da memória ecoa através dos tempos, seja pela tradição da oralidade, seja pela linguagem escrita ou pictórica. Com a Internet, as inúmeras manifestações da palavra encontraram ainda maior projeção. Não se trata apenas de um exibicionismo gratuito e aparentemente inconsequente que se nota em vídeos postados em redes sociais digitais como o Facebook, feitos por indivíduos descomprometidos com o saber ou a história. Há quem faça da rede um ponto de encontro com a tradição oral de modo cuidadoso e cultural. É o caso da atriz e contadora de histórias, Priscila Camargo¹¹. Realizadora de espetáculos teatrais nos quais destaca contos e narrativas de diversos lugares do mundo, ela se utiliza de sua página no Facebook para rememorar histórias ancestrais por meio de vídeos curtos. Ao divulgar links de vídeos ancorados no YouTube, o leitor ou internauta tem a oportunidade de fruir e se encantar com antigas histórias interpretadas por meio da voz e performance da atriz.

As redes sociais digitais também acolhem diversos poetas que se utilizam dos veículos para divulgarem seus escritos e vídeos de declamações ou performances. Entre tantos, seria interessante destacar a página no Facebook do poeta campista Artur Gomes¹², na qual ele exhibe sua obra em textos compartilhados ou em vídeos. A poesia musicada também é um recurso bastante utilizado por ele para a promoção da arte poética.

Bastante atuante em eventos culturais na cidade de Campos dos Goytacazes e em outros lugares do país, Artur Gomes pode ser exemplificado como um poeta que transita no ciberespaço com o objetivo de difundir a poesia de modo contundente. Pratica uma forma de *transliteratura* que perpassa distintas páginas do Facebook, atravessando diversos websites.

Além dos livros que publica e apresentações performatizadas em qualquer espaço público, o poeta Artur Gomes encontra nas redes sociais digitais outra possibilidade de fazer da poesia um memorial. A rede social é um ponto de encontro virtual entre pessoas sensíveis e dispostas ao diálogo, a exercerem a beleza do pensamento por meio da música e da palavra (poesia escrita, cantada ou declamada). Após a consagração de Bob Dylan como Nobel de Literatura, percebemos novamente que a palavra é uma força de expressão que não fica refém de papéis, livros ou de suportes digitais e fonográficos, mas que transita com a liberdade e a autoridade que possui desde as mais remotas narrativas e nos diferentes gêneros das literaturas épica, lírica e dramática. Sobre performance e literatura, Zumthor (2014) afirma:

De todos os componentes da obra, uma poética da escrita pode, em alguns casos, ser mais ou menos econômica; uma poética da voz não o pode jamais. É então intencionalmente que, a partir de alguns anos, eu falo de poesia vocal em termos tais que poderíamos aplicá-los à escrita literária ou inversamente. Estou particularmente convencido de que a ideia de performance deveria ser amplamente estendida; ela deveria englobar o conjunto de fatos que compreende, hoje em dia, a palavra *recepção*, mas relaciono-a ao momento decisivo em que todos os elementos cristalizam em uma e para uma percepção sensorial – um engajamento do corpo. Ademais, parece-me que em uma tal direção compromete-se a crítica, há bem pouco e muito confusamente, o termo e a ideia de *performance* tendem (em todo caso, no uso anglo-saxão) a cobrir toda uma espécie de teatralidade: aí está um sinal. Toda “literatura” não é fundamentalmente teatro? (ZUMTHOR, 2014, p.21)

Segundo Octávio Paz, “toda escritura convoca um leitor” e “o homem é imagem porque se transcende”. Sendo assim, o poeta e ensaísta mexicano reflete sobre a necessidade de busca do ser humano por respostas ao longo da vida, por meio das narrativas, dos textos, das artes e produções audiovisuais que realiza. Pensar sobre a literatura, é pensar sobre a vida:

11 Atriz brasileira especialista em contar histórias de diferentes culturas e povos, inscrita no Facebook e no canal “Priscila Camargo conta” no YouTube.

12 Ator e poeta nascido em Campos (RJ) em 27 de agosto de 1948, promotor cultural em diferentes frentes de trabalho que se utiliza de diversos canais na Internet para se comunicar.

O homem quer identificar-se com suas criações, reunir-se consigo mesmo e com seus semelhantes: ser o mundo sem cessar de ser ele mesmo. Nossa poesia é consciência da separação e tentativa de reunir o que foi separado. No poema, o ser e o desejo de ser pactuam por um instante, como o fruto e os lábios. Poesia, momentânea reconciliação: ontem, hoje, amanhã; aqui e ali; tu, eu, ele, nós. Tudo está presente: será presença (PAZ, 1976, p.123)

Quando escrevemos acerca de nossas vidas e, conseqüentemente, sobre parte do mundo que retratamos, tentamos apreender e fixar registros de nossas existências. Anotações, livros, canções, poemas, fotografias, vídeos ou até mesmo páginas virtuais, sejam blogs ou redes sociais, esses vestígios de nós mesmos que vamos deixando manifestados para que não sejamos esquecidos, são possibilidades de tornar a memória vivificada e evidente com o auxílio da *palavra*: “Nem assertiva, nem categórica, a palavra que inspira e sustenta a imaginação crítica entende permanecer em aproximação direta, não sobre “o” mundo, mas sobre “este” onde estamos, mundo que somos, e que não é um mundo de verdade, mas de desejo” (ZUMTHOR, 2014, p.102). Mesmo se esquecermos de tudo ou quase tudo, memórias nos recordarão.

Considerações finais

Este ensaio está associado à minha dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, intitulada “Bios: (im)pressões (trans)literárias, escritos e memórias em redes (des)conexas – uma análise da escrita íntima no Facebook”. Trata-se de uma pesquisa sobre literatura, biografia e autobiografia em redes sociais digitais, além de verificação de possibilidades de realização e promoção de literaturas por meio das mídias digitais existentes. As práticas de escritas e de leituras no ciberespaço reforçam as indicações de hábitos de internautas que consomem e difundem uma considerável *transliteratura* fluida, híbrida, hipertextual e acessível nestas primeiras décadas do século XXI. Os impactos da literatura eletrônica (ainda recente) e das memórias devem ser observados e pesquisados posteriormente, nas áreas da Comunicação Social, Letras, Tecnologia da Informação, Sociologia e Filosofia, entre outras. É intenção dar prosseguimento às pesquisas sobre os temas abordados nesta publicação.

Referências

- BELL, C.Gordon, GEMMELL, Jim. *O futuro da memória- Total Recall*. Rio de Janeiro:Elsevier, 2010.
- BENJAMIN, Walter (1996) O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Walter Benjamin – Obras escolhidas, Vol. I, Brasiliense, São Paulo (10ª reimpressão).
- DE OLIVEIRA, Ocinei Trindade; BARRETO, Simone Rodrigues; MARTINS, Analice de Oliveira. *A Transliteratura nas redes sociais: observações entre alunos de ensino médio em Campos dos Goytacazes*. XI JORNADA NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. 5 de novembro de 2016, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, organizado pelo CIFEFIL e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- LEÃO, Danuza. *Quase tudo: memórias*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008

MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antonio Carlos,(orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido* -3.ed – São Paulo: Cortez, 2010.

MEZRICH, Ben. *Bilionários por acaso: A criação do Facebook,, uma história de sexo, dinheiro, genialidade e traição*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SCHITTINE, Denise. *Blog: comunicação e escrita íntima na internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SIBÍLIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VILLAÇA, Nízia. *Impresso ou eletrônico: um trajeto de leitura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

TV CULTURA. *Programa Roda Viva – Entrevista com Ted Nelson*. 2007. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Ph1Eom0YK0g> > acessado em 30 de outubro de 2018.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

VISLUMBRANDO ESTRELAS: ESTUDO SOBRE TRADIÇÃO ORAL E MEMÓRIA NA ORDEM DE PENITENTES IRMÃOS DA CRUZ DE BARBALHA

DAVID DE LIMA DAMASCENO

*Graduando do Curso de Publicidade e
Propaganda da Universidade Federal do Ceará
daviddamasceno@gmail.com*

ANTONIO WELLINGTON DE OLIVEIRA JUNIOR

*Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação
em Artes da Universidade Federal do Ceará
antoniowellingtondeoliveirajr@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa empreendida para realização do vídeo etnográfico “Irmãos da Cruz”, tendo como tema central o fenômeno presente na Ordem de Penitentes Irmãos da Cruz de Barbalha, manifestação do catolicismo popular existente a mais de 160 anos. Pretendeu-se, com o vídeo, apresentar essa manifestação do catolicismo popular de origem secular – perpetuada e mantida pela tradição oral – através do diálogo entre passado e presente criado pelas vozes de dois membros dessa irmandade, Joaquim Mulato e Antônio de Amélia. Para tanto, analisou-se bibliografia existente aliando à discussão os conceitos de tradição oral de Zumthor (1993) e os conceitos de história oral de Thompson (1992).

Palavras-chave: Penitentes. Irmãos da Cruz. Memória. Oralidade. Resistência.

ABSTRACT

The present work is the result of the research carried out to produce the ethnographic video “Brothers of the Cross”. Its central theme is the phenomenon present in the Ordem de Penitentes Irmãos da Cruz, a manifestation of popular Catholicism that survives for more than 160 years. It was intended, with the video, present this manifestation of popular Catholicism of secular origin - perpetuated and maintained by oral tradition - through the dialogue between past and present created by the voices of two members of this brotherhood. In order to do so, we analyzed the existing bibliography, combining the oral tradition concepts of Zumthor (1993) and the concepts of oral history by Thompson (1992).

Key-words: Oral Tradition. Penitents. Irmãos da Cruz. Memory. Resistance.

Vislumbrando Estrelas

Vislumbrar, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010:2165), quer dizer, em seu segundo verbete: “conhecer imperfeitamente”, seguido de “lançar luz frouxa” e “começar a aparecer, a surgir, entrever-se; apontar”. Esta é a definição que mais se aproxima do que de fato alcançamos com a pesquisa e a produção do vídeo, por tratar de assunto presente há mais de 160 anos, transmitido oralmente e transferido por gerações.

“Em termos de História: desde a implantação da cultura letrada no Brasil, ficaram abaixo do limiar da escrita quase todos os conceitos da vida indígena, da vida escrava, da vida sertaneja, da vida artesanal, da vida rústica, da vida proletária, da vida marginal; abaixo do limiar da escrita ficaram as mãos que não puderam contar, no código erudito, a sua própria vida.” (BOSI, A. Prefácio. In: MOTA, G. C. *Ideologia da Cultura Brasileira*, apud OLIVEIRA, F. W. *Do Oral ao Escrito: momento de reflexão*. In: Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste. 2000, p.15)

Impossibilitados de escrever a sua história com as próprias mãos, encontramos no audiovisual a possibilidade de dar o lugar de sujeito aos penitentes, distanciando-os do lugar de objeto ao qual foram inseridos em outros trabalhos. Buscou-se a partir do vídeo-documento-etnográfico “Irmãos da Cruz” e da pesquisa empreendida na sua produção: registrar, apresentar e divulgar, o passado e o presente da Ordem de Penitentes Irmãos da Cruz. Sob o olhar e a voz de Joaquim Mulato, decurião entre os anos de 1940-2009, e Antônio de Amélia, decurião desde 2013-atualmente. Analisando os aspectos de tradição oral, resistência e existência da Ordem.

A discussão é necessária por tratar-se de manifestação com expressão por todo o Brasil e possuir forte influência na cultura do Nordeste, guardando na sua história fragmentos do processo colonizatório praticado no País. Por ser importante manifestação da cultura popular, conhecida por algumas instâncias da sociedade, porém, de pouca circulação fora do meio acadêmico e na sociedade em geral. Além de reforçar a importância de mecanismos de proteção do patrimônio imaterial para a permanência de fenômenos como o discutido no trabalho.

Introdução

As ordens de penitentes – manifestação religiosa secular de grande adesão no nordeste brasileiro, com origem datada do século XIX. Conforme Carvalho, A., “há referências na literatura de que as Ordens de Penitentes no Cariri cearense remontam a pelo menos a 1850” (2011:27) – possuem forte suporte da tradição oral para transmissão de sua história. Por isso, aliamos à análise bibliográfica os conceitos de oralidade de Zumthor e de história oral de Thompson para compreender as facetas do fenômeno que é perpetuado e mantido vivo até hoje.

Joaquim Mulato e Antônio de Amélia são as duas vozes que costuram a narrativa do vídeo e nos dão margem para contrapor passado e presente na criação deste documento audiovisual, ao mesmo tempo histórico e etnográfico.

Por meio de entrevistas, semiestruturadas e de histórias de vida, registrou-se a voz e parte da vida desses dois homens. O primeiro ingressou na Ordem aos dezesseis anos e o segundo aos dez. Os dois têm em comum o título de decurião, como são chamados os líderes da irmandade. Joaquim assumiu a chefia da Ordem entre os anos de 1940-2009 e Antônio de Amélia de 2013-atualmente.

Mulato foi entrevistado em 2003, por Gilmar de Carvalho e Wellington de Oliveira. Antônio, por mim, em junho de 2017. Quatorze anos entre os dois registros. Contrapostos e entrecruzados,

na narrativa criada, buscando evidenciar as particularidades presentes nos discursos e as transformações sucedidas no tempo decorrido.

Partindo desse discurso que nos faz viajar entre passado e presente/presente e passado percebemos que antes dele ser a imitação concreta da história nos serve mais como filtro desta, permitindo conhecer o que mais interessa, pensando sua salvaguarda. Segundo Williams (1989:23-25 apud ANTONACCI, 2002:194), “está em jogo algo mais que aritmética e, evidentemente, algo mais que história. (...) O que é necessário investigar, nestes casos, não é a veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica”.

A narrativa do vídeo parte da preocupação de Mulato para com o fim dessa tradição. Ele acreditava que com a sua morte a Ordem teria grande chance de ser extinta, tanto por conta da pouca adesão de membros mais jovens como pela falta de capacidade de memorização dos membros. O que impediria a manutenção dessa religião persistida na memória. Em sua fala ele diz: “Quem sabe, sabe. Se eu morrer, e Severino, acabou os penitentes aqui. Porque não tem um que tenha a memória. Daí nós já tamo já na pindura. Eu to com 83”.

As ordens de penitentes encontram-se onde o cordel estava antes do espírito vivo presente na voz ter sido roubado pelas palavras transmitidas ao papel. Suas histórias, orações, devoções e benditos estão gravados e perpetuados na memória imaterial, como por muito tempo permaneceram as canções de gesta – conjunto de poemas surgidos na aurora da literatura francesa, entre os séculos XI e XII (ZUMTHOR, 1992).

Além da necessidade de arquivar, para preservar e compartilhar, essa manifestação que guarda em seu cerne fragmentos do processo colonizatório sofrido pelo Brasil, é importante, também, dar voz aos membros dessa irmandade. Observou-se a partir da revisão bibliográfica a ausência, em todos os estudos, da presença massiva da voz do penitente.

Os estudos aos quais me refiro são: *Artimanhas da história*, ANTONACCI, 2002; *Entre cantos e açoites: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade Barbalha-CE*, MACHADO, 2014; *Os Penitentes do Genezaré e o poder público do município de Assaré – CE (2005 aos dias atuais): diálogos e sensibilidades*, OLIVEIRA, 2013; *Sob o signo da fé e da mística: um estudo das Irmandades de Penitentes no Cariri cearense*, CARVALHO, A., 2011.

Ainda há outras obras, transferidas para meios digitais (filmes e fotografias) e impressos (monografias, dissertações, artigos e livros), aqui divididas em: filmes – “Ordem dos Penitentes” (2002) e “Penitentes” (2013) –, fotografias – Ana Cristina Riente (RJ); Guy Veloso (PA) e Tiago Santana (CE) –, artigos – *O penitente Joaquim Mulato, de Barbalha* publicado no *Jornal do Cariri* (1999); *Joaquim Mulato. Penitência e arte* publicado no *Diário do Nordeste* (2003) e *Joaquim Mulato: Santeiro Penitente* publicado na *Cariri Revista* (2012) –, livros – *Artes da Tradição - Mestres do Povo* (2005) e *Sob o signo da fé e da mística* (2011) – e programas de tevê – “SBT Repórter – Auto Flagelo” (exibido em 02/08/2010).

Esses trabalhos prestam sua contribuição para o resguardo dessa história mas são insuficientes para divulgar e preservar o repertório do grupo, por tanto, faz-se necessário a produção de novos e atuais trabalhos sobre essas irmandades, além de projetos que possibilitem a manutenção e salvaguarda dessa memória.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho processou-se dois tipos de metodologias. A primeira foi utilizada para a construção do relatório e a segunda para a realização do vídeo. Ambas de natureza qualitativa.

Num primeiro momento, de construção do relatório e início da pesquisa, a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, a partir da análise do material bibliográfico, de arquivos de periódicos e jornais, fotografias e vídeos.

Acrescida, posteriormente, da pesquisa de campo onde realizou-se coleta de dados por meio de entrevistas – semiestruturadas e de histórias de vidas – através de gravação de áudio e de imagens. Para tanto, Thompson (1992) foi utilizado como provedor dos conceitos de história oral e Zumthor (1998) como referencial teórico para entender os conceitos de tradição oral que permeiam essa irmandade e tornar mais compreensível os resultados obtidos nesta fase.

Durante a realização do vídeo fez-se a captação das imagens em Barbalha e no Sítio Cabeceiras. Seguido da decupagem do material obtido nas filmagens: separando e catalogando todas as imagens feitas, possibilitando a agilidade na terceira parte desta etapa, a montagem, quando foi produzido o roteiro de edição, seguido da edição.

Não há, para este trabalho, técnica mais adequada do que a história oral. De certo que a maior parte da história a ser contada está contida nas reminiscências de quem a viveu e vive. No entanto, pelos textos obtidos a partir das entrevistas realizadas com Joaquim Mulato (2003) e Antônio de Amélia (2017) notou-se em suas falas alguns denominadores em comum – palavras, frases e histórias semelhantes –, índice do processo de transmissão oral, que apresenta também, um “tipo de memória, sempre em recuo, mas prestes a intervir para fazer ressoar a língua, quase à revelia do sujeito que a teria como que aprendido de cor” (DRAGONETTI, R. *Le Jeu de saint Nicolas de Jean Bodel*. apud ZUMTHOR, 1993, p. 21).

Por isso fez-se necessário a investigação de algumas histórias, pois as falas obtidas nos apontaram a debilidade da memória e sua falta de precisão. Notava-se ausência de algumas informações necessárias para o entendimento de determinados aspectos e, também, histórias que após verificação determinavam-se incoerentes com os processos históricos. Por tanto, nessa fase pós coleta de dados também tivemos como suporte a bibliografia existente.

Penitentes

“São as vozes do passado atualizadas no presente que presenteiam o futuro com a fonte essencial da vida: a memória.” (NEVES, 2000:49)

Observar os penitentes é como olhar para as estrelas, mesmo estando há milhares de anos luz de distância, emitindo uma luz que foi irradiada no passado, ainda brilham vivamente aos nossos olhos.

Joaquim Mulato, em 2003, nos revela informações cruciais sobre a constituição e manutenção da irmandade. Relata a passagem de Padre Ibiapina pelo sertão cearense, os aspectos da oralidade incutidos na tradição, a origem dos benditos e sua preocupação com a continuidade da irmandade.

Frei Ibiapina veio naquela época, desde 1800.. pra 700.. por aí assim. Ele descobriu o Caldas, fez casa de caridade no Crato, fez casa de caridade na Barbalha. Fez o cemitério da Macaúba, fez o de São Raimundo, desceu, fez aquele ali. [...] Aí ele deixou essa irmandade, essa religião. Foi estendida aqui e na Bahia. Foi Frei Ibiapina que deixou,

tudo ele deixou, ensinou como é que o homem andava com a cruz, ensinou como fazia, trazia os cachos feitos de recife, Frei Ibiapina.

Em 2017, Antônio de Amélia reatualiza as histórias contadas por Joaquim, e atualiza-nos com outras informações que não foram transmitidas na primeira entrevista.

Nós deixamos de se cortar faz tempo. faz tempo. Ah... evolução como é que diz, as coisas vão mudando né. O bispo disse que num era bom se cortar não, porque não.. Se cortar no cemitério né bom não, se fosse noutra canto.. Mas no cemitério ele disse que era contaminado, ora, no hospital, tem infecção hospitalar, e no cemitério. É certo, o doutor também disse que não. É bem verdade, esse negocio de se cortar é um pouco meio complicado. Hoje. Porque hoje tá tudo contaminado, porque assim, no passado se cortava e num tinha nada. [...] Agora eu tenho pra mim que continua o grupo de penitentes entrando com pouco bendito. Se não se acabar é com pouco bendito.

Das transformações identificadas por Antônio de Amélia, a diferença na relação com o decurião é uma das mais significantes. No passado, mais do que hoje, havia um respeito e obediência ao líder da irmandade, como cita seu Antônio: “Naquele tempo o povo obedecia o chefe, o decurião, hoje não querem, a gente manda cantar, eles não cantam”. Situação que preocupa o novo líder, mais, até, que a falta de adesão de novos membros e o pouco engajamento dos atuais.

Antepassado

Diferente da crença de Joaquim Mulato, a história da penitência no nordeste brasileiro vem de tempos anteriores a passagem de Padre Ibiapina pela região. De acordo com os estudos de Carvalho, A. (2011:27-28), “as Ordens de Penitentes no Cariri cearense remontam a pelo menos a 1850, portanto em época anterior ao Padre Ibiapina, que pregou e fundou Casas de Caridade no Nordeste a partir do final de 1855”.

A presença dos missionários das Santas Missões pelo sertão – grupo de jesuítas, carmelitas, franciscanos, oratorianos, capuchinhos, dentre outros – está fortemente ligada ao início da prática penitencial no Nordeste. É com eles que é levado ao imaginário do sertanejo a ideia de salvação por meio da mortificação corporal e penitência, seja ela qual for, conforme diz Silva (2011).

Diferente das Missões Volantes e de Aldeamento, que foram marcantes nos primeiros séculos da colonização e atuaram com o propósito de catequizar as tribos indígenas do litoral e dos sertões, as Santas Missões, ou Missões Populares, do século XIX foram criadas no contexto histórico da romanização em que vivia a Igreja Católica e pretendiam, dentre os vários objetivos, transmitir a prática sacramental e fortalecer o vínculo entre os fiéis e a hierarquia eclesiástica. (SILVA, 2011, p. 2)

Além dessas missões existiam missionários que percorriam o sertão pregando sob o auxílio de textos de catequese como Missão Abreviada. Texto que traz passagens de antigas escrituras e instruções aos fiéis de como se remir de suas culpas e livrar-se do pecado por meio da mortificação corporal.

Esses “missionários”, ao contrário da maioria dos fiéis, detinham um conhecimento básico das Sagradas Escrituras, uma vez que dispunham de obras voltadas para a compreensão simples da Bíblia, como é o caso da já citada Missão Abreviada, além d’As Horas Marianas e a Imitatio Christi (Imitação de Cristo) – manuais muito comuns entre os sertanejos e que serviam como livros de orientação para a vida cotidiana. (SILVA, 2011:18)

Por praticarem uma vida simples e nômade, esses missionários apresentavam semelhanças ao povo sertanejo. Característica que facilitava o contato entre esses dois grupos, propiciando uma admiração por parte do povo do sertão para com esses homens. (SILVA, 2011)

Os penitentes ainda guardam em suas relações a confiança depositada na fala de missionários, assim como nos membros da Igreja Católica. Algo que foi possível concluir por meio da fala de Antônio de Amélia sobre o fim da autoflagelação, “o bispo disse que num era bom se cortar não”. Foi possível chegar a essa conclusão, também, por meio de relatos do vigário de Barbalha, Padre Alencar. O pároco contou-me existir um grande respeito por parte dos penitentes para com os conselhos de seus membros e os preceitos da Igreja.

A forte relação com a Igreja Católica vem desde a fundação dessas irmandades. Nos é possível inferir que a organização das irmandades penitentes faz alusão às ordens franciscanas, iniciadas no século XI (ZUMTHOR, 1993). Há em comum nessas duas ordens além da prática da penitência, o canto de benditos – histórias sagradas ou biográficas cantadas em versos ritmados.

Remontam ainda à outras práticas medievais. Trazem-nos à memória os flagelantes públicos, indivíduos que se açoitavam em praça pública na Europa do século XIII, com ápice da prática no século XIV, em decorrência da peste negra. Os flagelantes acreditavam serem aplacados pela ira Divina com a prática da penitência e martírio, como foi observado no texto de Carvalho, A. (2011).

“A salvação é garantida pelas práticas penitenciais onde cânticos, orações e sofrimento físico fazem parte do ritual desses grupos” (CARVALHO, A. 2011:21). A penitência também é meio de reatualizar a vida de Cristo. Segundo Joaquim Mulato, “Ele foi o maior penitente que existiu, morreu sem nenhum pecado para salvar a humanidade”.

Pergaminhos vivos

Os penitentes são como uma obra secular. Daqueles livros ao qual a página onde consta a data da primeira impressão de tão amarelada e seca se desfez. Enxergamos os penitentes como pergaminhos vivos. Homens que inscreveram em seus corpos parte da história da penitência no Brasil e são, hoje, os documentos mais importantes a serem consultados para compartilhá-la.

A História Oral como metodologia é “capaz de dar voz a segmentos sociais sem acesso à produção de documentos escritos e cuja cultura e cotidiano se desenvolvem, preferencialmente, através da oralidade” (ATAIDE, 2000:70). Por meio dessa técnica aproximamos pesquisador e pesquisado, criando uma conscientização em ambas as partes do entendimento do objeto como parte crucial à pesquisa.

Percebemos hoje uma mudança no quadro do arquivamento dessa história, antes preservada apenas na memória dos membros da irmandade. Com o interesse partindo da academia, da mídia, da fotografia e do cinema, tem sido feita a transferência dessa memória para monografias, dissertações e teses, ensaios e filmes, programas de tevês e editoriais.

Memória, história e tradição oral

O verbo se expande no mundo, que por seu meio foi criado e ao qual dá vida.
(ZUMTHOR, 1993:75)

A memória é o suporte mais antigo e o que mais arquivou as informações sobre o fenômeno dos penitentes. E foi através da oralidade que essa memória se perpetuou, sendo transmitida

de pai para filho, detentor do saber ao curioso, de quem vivenciou a quem procurou conhecer, fixando-se, e findando a uma memória coletiva.

Visto que o maior suporte dessa memória são as reminiscências dos membros da irmandade, esteve com esses homens durante muitos anos a responsabilidade pela manutenção, processamento, partilha e preservação dessa tradição. Pode-se concluir, então, que com cada irmão da cruz morto antes de haver interesse em registrar essa tradição morria parte da história da irmandade. O que, segundo Zumthor (1993:49), “indicam-nos um buraco negro do qual se ergue outras vozes inaudíveis, mas inumeráveis”.

É por intermédio dessa memória, acessada pelas reminiscências de Joaquim Mulato e Antônio de Amélia, visualizadas a rigor da pesquisa e do método escolhido como documentos, que nos aproximamos do passado a fim de compreendemos o presente. O acesso a esses documentos permite-nos adentrar ao campo da história imaterial, indo de encontro ao imaginário da Ordem, conjunto de símbolos e pensamentos relativos às vivências do grupo.

De acordo com Thompson (1992), o uso da história oral na pesquisa transforma todo colaborador em um documento histórico o qual guarda e é responsável por transmitir o conhecimento, deixando a cargo do historiador o papel de organizá-las, associá-las e interpretá-las, fazendo com que a reconstrução da história se torne um processo colaborativo, dando a não profissionais o papel crucial nessa tarefa.

Encontramos em *A Voz do Passado* o que nos reafirma o papel documental e histórico em torno dos decuriões enquanto detentores da história da irmandade e responsáveis pela transmissão oral desses conhecimentos. No texto, são citados exemplos de tribos indianas onde a característica da arquivo humano e transmissor de tradições é encontrado, como os “genealogistas, memorialistas, rapsodos e *abiiru*, cada um, responsável pela preservação de um tipo diferente de tradição.”, no dialeto dessas tribos, cada nome tem sua tradução. Seguindo a ordem anterior,

os *abacurabwenge*, eram responsáveis por lembrar das listas dos reis e das rainhas-mães, os *abateekerezi*, os acontecimentos mais importantes de cada reinado, os *abasizi*, preservavam os panegíricos aos reis e os *abiiru*, os segredos da dinastia. Havia equivalentes a eles em muitas outras culturas, como no *skald* escandinavo ou no *rajput* indiano. (ibid:47).

Thompson conclui, afirmando e validando nossa escolha por esse método, que práticas como essa de testemunho grupal ou mesmo individual podiam preservar por séculos alguns padrões, inclusive arcaísmos, e que continuariam perpetuados mesmo que não mais fossem compreendidos, e que, “tradições desse tipo assemelha-se a documentos legais, ou livros sagrados”.

O contato com dois, dos mais antigos, membros da Ordem dos Irmãos da Cruz, em diferentes épocas, nos permitiu perceber que a prática dessa tradição oral preservou certas diferenças entre suas falas, algo de fácil percepção se visualizarmos o bendito de Santo Antônio. Cantado de forma, ligeiramente, diferente entre os dois decuriões.

Observando as três primeiras estrofes do bendito cantado por Joaquim Mulato (I) e Antônio de Amélia (II) podemos perceber os pontos supracitados.

(I)

Santo Antônio de Lisboa, amoroso imperador
 Vai livrar teu pai da morte
 Que vai morrer inocente
 Que vai morrer inocente

Antônio se corre Antônio neste mesmo continente
 Vai livrar teu pai da morte
 Que inocente vai morrer
 Que inocente vai morrer

Fica aqui minha Itália que eu me vou pra Portugal
 Eu vou livrar o meu pai da morte
 Que inocente vai morrer
 Que inocente vai morrer

(II)

Santo Antônio de Lisboa
 Amoroso amparador
 Que no dia 29 dos castigos nos livrou
 Que no dia 29 dos castigos nos livrou

Antônio tava na Itália
 Celebrando o seu sermão
 Desceu um anjinho do céu e a ele foi a visão
 Desceu um anjinho do céu e a ele foi a visão

Socorre o Antônio
 Nesse mesmo continente
 Vai livrar teu pai da morte que vai morrer inocente
 Vai livrar teu pai da morte que vai morrer inocente

VÍDEO-DOCUMENTO-ETNOGRÁFICO

Decido categorizar o filme “Irmãos da Cruz” como um vídeo-documento-etnográfico por entendê-lo como a junção de todas essas categorias, citá-lo por alguma delas em separado, não o descaracteriza nem mesmo o diminui, apenas o fragmenta. Em “Irmãos da Cruz” são os homens que fizeram a história e detêm o poder de contá-la que a contam. São eles, inscritos no filme, que escrevem o documento, registrando suas memórias, salvando-as e resguardando-as do esquecimento.

O processo de criação deste vídeo-documento começa a partir de uma pesquisa. A impossibilidade de um roteiro de filmagem tornou-se um ponto positivo na produção, pois, a ida a campo sem uma ideia pré-determinada do que deveria vir a ser o vídeo fez com que o desenho do filme surgisse no contato com a história que seria contada. Um *work in progress* desde o começo da leitura bibliográfica que serviu de suporte para a viagem à Barbalha, a conversa com Antônio de Amélia e a posterior criação do roteiro de edição do filme.

Dessa forma, a captação das imagens do vídeo seguiu de acordo com a conclusão de Rabinger, conforme pontuado em seu livro *Directing the documentary*, “a filmagem deverá ser preferencialmente a coleta de “evidências” para relações e suposições básicas identificadas anteriormente” (RABINGER, 1998, p. 113 apud PUCCINI, 2009).

O documentário é uma carta escrita pelo realizador aos espectadores. Um mundo possível imaginado, uma transfiguração do real na tela filmada,

é também resultado de um processo criativo do cineasta marcado por várias etapas de seleção, comandadas por escolhas subjetivas desse realizador. Essas escolhas orientam uma série de recortes, entre concepção da idéia e a edição final do filme, que marcam a apropriação do real por um discurso. (PUCCINI, 2009)

“Irmãos da Cruz” é uma carta escrita com as palavras dos personagens dessa história organizadas pelas minhas mãos, jovem pesquisador, o qual vos escreve esta outra carta. Na escrita videográfica foi-me confiado o papel de montador de palavras, do qual o vídeo resulta como colagem dos discursos dos dois decuriões. Foi neste ponto onde minha atenção ficou focada, pois, eu tinha como tarefa contar a história que me transmitiram, a partir da organização das palavras que me foram contadas. Levando em conta a dificuldade de fazer isso sem provocar outras histórias, visto que

Na articulação dos planos existe uma *mão oculta* que fascina a reflexão desconstrutiva contemporânea e que pode também produzir enunciados ou sentido, interagindo ativamente com o modo do sujeito-da-câmera ser na tomada (...) A *mão oculta* que articula os planos, alguns chamam *montagem*. (RAMOS, 2008, p. 86)

O vídeo toma forma como extensão, apêndice, corpo fora do corpo, ou suporte, da memória. No entanto, assim como ela, a ele, só é possível registrar fragmentos de reminiscências que constroem uma memória coletiva e plural.

Argumento

A partir de uma fala de Joaquim Mulato iniciamos a pesquisa para este trabalho. “Quem sabe, sabe.. se eu morrer, e Severino, acabou os penitentes aqui. Porque não tem um que tenha a memória. Daí nós já tamo, já, na pindura. Eu to com 83”. As especulações de Joaquim são feitas em 2003, seis anos antes de sua morte. O vídeo foi desenvolvido oito anos após a morte de Mulato, buscando compreender através do entrecruzamento das vozes do presente e do passado, o processo sofrido pela manifestação religiosa secular.

Ancorados na entrevista concedida em 2003 por Joaquim Mulato, voltamos ao Sítio Cabeceiras, região onde vive parte da irmandade, para ouvir a voz do presente, representada pelo atual decurião da Ordem, Antônio de Amélia. Através do enlaçamento das duas vozes, criou-se um panorama de avaliação e contraposição de passado e presente, tentando compreender os processos vividos após o falecimento de Joaquim, evidenciando a resistência por parte da irmandade e a importância da preservação dessa memória coletiva, para sua manutenção e perpetuação.

Considerações Finais

Segundo os pensamentos explicitados por Zumthor, em *A Letra e a Voz*, observamos que os penitentes preservam características inerentes à fé popular, presentes nessas camadas desde a Baixa Idade Média. Por exemplo, os ensinamentos e rituais transmitidos de boca ao ouvido.

Nessa época, e ainda hoje, em grupos como os Irmãos da Cruz, a voz se identifica ao espírito. Segundo Zumthor (1993), a autoridade está no verbo proferido pela voz daqueles que detém o conhecimento, logo, a verdade. E dessa forma, perpetuavam-na por meio de seus discursos. Assim como acontece entre os Irmãos da Cruz.

Foi pela voz que essa tradição foi transmitida durante todos esses anos, até há pouco tempo, antes de surgir interesse por parte do homem letrado em contá-la. É por ser vivificada na voz que acreditamos no vídeo como suporte ideal para transmitir essa tradição e, assim como foi feita por mais de um século, quem as conte sejam as vozes dos homens que a vivem. Neste trabalho onde o objeto é sujeito e o objetivo é espalhar uma voz, o pesquisador é, também, um método para tornar isso possível.

Acesso ao vídeo <https://youtu.be/GtvEfgWFsm8>

REFERÊNCIAS

- ANTONACCI, M. A., **Artimanhas da história**. In: Proj. História, São paulo, (24), jun. 2002. Revista Eletrônica da PUC-SP Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10618>>. Acesso em 24 de maio, 2017.
- ATAIDE, Y. D. Bandeira de. **ALGUNS USOS DA HISTÓRIA ORAL: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DE GÊNERO, ETNIAS E GRUPOS EXCLUÍDOS**. In: Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste, Salvador: Editora da UNEB, 2000.
- CARVALHO, Anna Christina Farias de. **Sob o signo da fé e da mística: um estudo das Irmandades de Penitentes no Cariri cearense**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.
- CARVALHO, Gilmar de (org.). **Onze vezes Joaseiro: Tributo a Ralph Della Cava**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.
- _____. **Madeira Matriz. Cultura e Memória**. São Paulo: Annablume, 1998.
- DOS ANJOS, Moacir; FARIAS, Agnaldo. **Catálogo da Bienal Internacional de São Paulo, 2010. "Penitentes, dos Ritos de Sangue à Fascinação do Fim do Mundo"**. Disponível em: <https://issuu.com/guyveloso/docs/penitentes_-_cat__logo_v11_issu>. Acesso em 25 de maio, 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- MACHADO, Jana Rafaella Maia. **Entre cantos e açoites: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade Barbalha-CE**. Rio de janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.
- OLIVEIRA, Cícero da Silva. **Os Penitentes do Genezaré e o poder público do município de Assaré - CE (2005 aos dias atuais): diálogos e sensibilidades**. In: XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH, Natal, julho de 2013. Anais eletrônicos. Disponível em: <www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364844456_ARQUIVO_ArtigoSNH.pdf> Acesso em 12 de jun. 2017.
- SILVA, L. R. da., **Canudos e Caldeirão: Missões Abreviadas**. In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, julho de 2011. Anais eletrônicos, São Paulo, 2011. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847429_ARQUIVO_CanudoseCaldeirao-Missoesabreviadas.pdf>. Acesso em 24 de jun. 2017.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a "literatura" medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VARIAÇÕES INUSITADAS: O UNIVERSO DA ARTISTA PLÁSTICA VITÓRIA BASAIA. UMA CARIOCA, AGORA CUIABANA

JOSÉ SERAFIM BERTOLOTO

Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Universidade de Cuiabá – UNIC
serafim.bertoloto@gmail.com

JULIANO BATISTA DOS SANTOS

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
julianojbs@gmail.com

ALYNE RAMOS DE CAMPOS DOS SANTOS

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais na Universidade de Cuiabá – UNIC
alynercs@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar, apresentar, falar e expor um pouco do trabalho de Vitória Basaia. Artista plástica que propõe argumentos subjetivos na realização/construção de suportes para as artes, no propósito ou ideia do objeto real, ou seja, uma *performance* onde o corpo morfoseia-se na mistura, fusão em ser e ter, *versus* artista e obra, no sistema de referência dos valores de materiais apropriados através da objetivação e singularidade que se manifestem em objetos destinados pela diferenciação de aspectos ou pelos hábitos. Com o objeto “original” que se constrói em algo “coisa”, a artista, com o fogo em punho, propõe o lanças chamas que executa, derrete e o transforma, no sentido da *phronesis* (heideggeriana). Involuntariamente ou intencional propõe esse “algo” almejada em criação.

Palavras-chave: Cuiabá, Artes Plásticas, Variações, Ressignificação, Vitória Basaia.

ABSTRACT

This article aims to show, present, talk and expose some of the work of Vitória Basaia. Plastic artist who proposes subjective arguments in the realization / construction of supports for the arts, in the purpose or idea of the real object, that is, a performance where the body morphose in the mixture, fusion in being and to have, versus artist and work, in the system of reference of the values of appropriate materials through the objectification and uniqueness that manifest themselves in objects destined by the differentiation of aspects or by the habits. With the “original” object that is built into something “thing”, the artist, with the fiery fire, proposes the flame flares that performs, melts and transforms it in the sense of phronesis (Heideggerian). Involuntarily or intentionally proposes this “something” sought in creation.

Keywords: Cuiabá, Plastic Arts, Variations, Resignification, Basaia Vitoria.

1 Introdução

Carioca, jornalista, artista plástica e animadora cultural, radicada desde 1981 em Mato Grosso. Inicia-se nas artes plásticas como autodidata. Além de pintora, gravurista, conceitualista e escultora, desenvolve pesquisas com pigmentos naturais e materiais recicláveis desde 1985 e em 1992 inicia o projeto Galeria do Povo. Desenvolve ainda o projeto *Não dê o peixe, ensine a pescar* que se resume no ensino de crianças, trabalhadores da rua, em reciclar o lixo da cidade, resignificando-o.

Vitória seria uma das poucas artista mato-grossense a produzir arte bruta, por seu espírito contraditório e rudeza da materialidade. Esta característica ímpar, dentro das artes plásticas brasileiras, não se pode perder.

Na função de jornalista, infiltrou-se no movimento sociocultural mato-grossense, participando com ideias, sugerindo reformas, propondo debates, viabilizando confrontos e ajudando a descobrir fórmulas e novos talentos. Já há alguns anos, mais acomodada, com um acervo de mais duas mil obras, transformou sua casa, na cidade de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, em um verdadeiro “museu”, ou seja, um gabinete de curiosidades, com obras espalhadas por todos os lados.

Intitulando-se arqueóloga urbana, a artista leva à mão tudo o que lhe atrai o olhar. Recolhe para o ateliê os mais diversificados objetos encontrados nas incursões pela redondeza onde mora, nos trajetos corriqueiros, nas visitas em lojas de materiais de construção e de demolição.

Tintas vencidas, móveis velhos, pedaços de madeira, concreto, plástico, metal, estantes expositoras de lojas, enfim, objetos descartáveis jogados no lixo se transformam em projetos artísticos conceituais ou simplesmente em objetos escultóricos retorcidos, queimados, amalgamados, que causam um certo estranhamento, um frisson, um incômodo, um deslocamento da percepção primeira, uma angústia ou risadas pelo humor mórbido ou uma alegria causada pelo inusitado, pelo novo.

2 Casa Mundo, Seu Território (O Ninho)

A casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo (BACHELARD, 1993, p. 24).

Sua casa é aberta ao público fazendo parte de vários roteiros para visitação. Na casa, nada escapa à sua interferência, que vai desde tapetes, sofás, móveis da cozinha, demais utensílios, até os lustres. Tudo tem o sabor, o odor, o bolor Basaia. Seu *modus vivendi* está impregnado pelas mais recônditas arestas.

No sentido bachelardiano, a casa é seu ninho, seu primeiro universo, pois todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa, que abriga o devaneio, protege o sonhador para que sonhe em paz. “A casa é o abrigo primordial do homem, ela o acolhe e o faz sonhar; na casa ele pode desfrutar a solidão” (LUCENA, 2007, p. 2). Pensando como um território de várias casas, ou seja, uma moradia de vários corpos, que reinam em si.

Segundo Brandão (2011) os espaços singulares são escolhidos para se fazer de moradas. A artista o escolheu assim.

Casas-território se definem por outros critérios e valores. Da ordem do expressivo. São espaços necessariamente singulares nos quais as pessoas, que ali fazem morada, têm um encontro especial. De natureza íntima. Tem gente que precisa de muito pouco, às vezes, apenas uma poltrona que roubou as curvas de seu corpo (BRANDÃO, 2011¹).



Figura 1. **Fonte:** Acervo da artista, 2018.



Figura 2 e Figura 3. **Fonte:** Acervo da artista, 2018.

1 As citações dos textos de Brandão (2011), empregadas neste artigo, não possuem paginação em seu documento original. Por isso a ausência de numeração das páginas nas referências.

Conforme, resumidamente, ao sistema cósmico do mundo, ao modo como ele funciona e a tudo o que ele rege e congrega. Como um sistema cósmico do mundo *A Máquina do Mundo*, “o poema, Drummond nos apresenta uma visão mítica, mas ao mesmo tempo radical, do mundo e dos seres que o habitam”. No sentido de Brandão (2011) a:

Basaia está entre aqueles que se lançam no projeto de inventar mundo, do começo ao fim. Como máquina de criar universo (o único paralelo que temos é o divino), concebe seus elementos, forja criaturas, constrói-lhes moradas e, ao fim de tudo, sopra-lhes no rosto, instintos e narrativas.

De acordo Romão (2013, p. 38), em *O universo de Vitória Basaia: a poética da inquietação*, a

[...] maioria quase totalizante desses materiais fica abrigado na Casa Basaia, ou seja, repousam no território poético de Vitória aguardando o tempo de gestação. Segundo a própria artista, nesse período, os materiais obsoletos ficam se chocando, se energizando na espera de voltarem novamente à vida.

“Sem esses ‘objetos’ e alguns outros igualmente valorizados, nossa vida íntima não teria um modelo de intimidade. São objetos mistos, objetos-sujeitos. Têm, como nós, por nós e para nós, uma intimidade” (BACHELARD, 1993, p. 65, grifo do autor).

No ato de intenção de criar, faz a própria obra em reconhecimento da apropriação manifestada e da exemplaridade do resultado. Hoje, desmaterializa-o, como se buscasse a essência da matéria que o construiu. “Os refugos, então, ganham outra ‘vida’ pelas mãos da artista. Como obras de arte, renascidos de significação, os materiais retornam à sociedade, que antes havia lhes deixado de lado, continuando o ciclo da vida [...]”. (ROMÃO, 2013, p. 38, grifo do autor).

Em outra categoria de elementos desse universo, encontramos alguns ensaios topográficos. São peças que exploram/inventam topografias como as tetas pontudas (ou pequenos vulcões) produzidas com espinhos de árvore ou os planos de abóbadas dos condicionadores de ovos e frutas. Sobrevém aqui o desejo de tocar, de pisar, de experimentar, se fosse possível, um terreno assim (BRANDÃO, 2011).

Em Vitória Basaia, sua arte não só manifesta em objetos/escultóricos, mas também na pintura que executa com habilidades. Sua construção pictórica não tem o sentido narrativo ou literário, mas condensa indiciais que se reportam aos seres primitivos terrestres, seres míticos do imaginário coletivo, personagens oriundos da agregação de vários animais terrestres com forte influência aquática.

Entre uma série de objetos e outros afazeres artísticos, Basaia sempre se volta para os desenhos, que são feitos à mão utilizando pigmentos de terra socada, triturada ou giz pastel artesanal. Sobre o papel, constrói manchas coloridas que se transformam em seres metamorfoseados, bichos-homens/homens-bichos, antropomorfia desenfreada que dá margem a centenas de obras. Decorrente de um farto exercício de pesquisa, esse exercício de confecção confere-lhe o domínio autodidata de arte-educação.

A deformação construtiva na obra da artista é uma constante, em que pernas e braços se transformam em uma variedade de peixes, moluscos e outros animais. A presença dos seres humanos jamais vem dissociada dessa deformação; normalmente seus personagens são oriundos da agregação construtiva de vários seres aquáticos, na conformação de um ou mais seres antropomórficos (BERTOLOTO, 2006a, p. 109).

No ato do fazejamento, de forma espontânea, ela busca os pigmentos inorgânicos nos óxidos de ferro, cores vermelho, amarelo e marrom impregnados nos óxidos/calcina – solos da Chapada dos Guimarães – corantes que são combinados na dispersões líquidas dos aglutinantes, na

introdução da solução/espessante do látex e/ou do breu e resinas variadas que se evidenciam na disseminação das artes e nos valores da manifestação expressiva, bruta.

Para Santaella e Nöth (1998, p. 170) “O que se plasma na pintura é o olhar de um sujeito [...] composta de signos icônicos e signos plásticos, materializados pelo artista na hora da criação, que falam por si, e, em decorrência, são signos que estão aptos a provocar significações”.

As obras de arte são janelas abertas pelo artista que possibilitam uma gama de interpretações. Pressupondo que uma obra é composta de signos abertos à interpretação, a análise pode atender ou não às expectativas geradas pelo artista. O que importa é que a obra de arte, enquanto imagem construída, suscita no espectador, receptor, ‘sensações de representação de qualquer coisa existente, perceptível, apenas imaginável, ou mesmo não suscetível de ser imaginada’ (PEIRCE apud SANTAELLA; NÖTH, 1998, p. 170, grifo do autor).

Em vislumbrar uma janela no sentido em mimese na pintura “a imagem pode se tornar perigosa tanto por excesso quanto por falta de semelhança. Semelhança demais provoca confusão entre imagem e objeto representado. Semelhança de menos, uma ilegibilidade perturbadora e inútil” (JOLY, 1996, p. 39)

Sua construção pictórica não tem o sentido narrativo ou literário, mas condensa indiciais que se reportam aos seres primitivos terrestres, seres míticos do imaginário coletivo, personagens oriundos da agregação de vários animais terrestres com forte influência aquática. Pois “as pinturas em papel, figuras estranhas povoam esse universo. Formas que lembram tartarugas, alevinos, gatos estrábicos, fetos, enfim, animais os mais bizarros a fitar-nos humanamente. Há um cheiro de placenta nessas obras” (BRANDÃO, 2011).

Reproduzem formas de animais com características de humanos ou vice-versa, numa miscigenação/hibridismo associado em cores consolidadas em desenhos a pastéis que delimitam espaços cartográficos. São trabalhos densos, de colorido ímpar, exaltam o lado fêmea da mulher, sua sensualidade e eloquência, características que aparecem em outros desenhos, onde mulheres se insinuam sobre felinos, quando não os estão usando como estola, da mesma forma que jacarés e serpentes em adereços de pescoço.

[...] a artista flexibiliza a sua criação, dá a ela uma conotação de aprendizagem constante. É a sua forma de se relacionar com o ambiente e assim criar a sua própria concepção de mundo no qual os seres materiais são sagrados sem a distinção entre naturais e artificiais (ROMÃO, 2013, p. 99).

As imagens construídas sobre papel artesanal mantêm as cores claras dos produtos naturais, criando nichos sacralizados harmônicos de volumetria bastante interessante, enriquecidos por pequenos detalhes de pinturas que completam os adereços da figura idealizada.

No fazer um rearranjo visual que acentua uma cor proposta, até então escura e densa, a pintura é apenas a força da alquimia que revive os nuances e acentua aquilo que o objeto é enunciado. Com instrumentos adequados entre a sintonia entre a mão e a mente, a experiência/aprendizado, na prática e com habilidade táteis de artesã, a artista executa em excelência estética.

3 Lembranças, Recordações e Memórias

No seu quarto é o descanso, porém no seu laboratório, e no meio dos quinquilharia que Vitória faz seu refúgio, a

[...] lembrança e recordação são os artifícios da memória que lhe dá movimento, a lembrança pode-se dar espontaneamente, faz emergir à consciência aquilo que

guardamos do tempo, as experiências passadas, e que cuidadosamente o nosso inconsciente elege como digno de lembrança, já a recordação se processa através do estímulo, um esforço para trazer à tona fatos que permanecem inconstantes no sujeito (BOSI, 1987 apud SILVA, 2006, p. 79).

Ainda nesse argumento, para BOSI (1987, p. 9), “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando todo espaço da consciência”. “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança” (BOSI, 1987, p. 15).

Segundo Guimarães, Rezende e Brito (2012, p. 3) “Bergson acreditava na existência de uma memória pura, inalterável, que se contrapõe à lembrança- imagem e à percepção, ainda que nenhuma se produza isoladamente, como ele afirma e em seguida as define”. Por guardar na memória e envolvimento emocional e pela valorização de coisas afetiva importantes, Vitória foi adquirindo conhecimentos pela repetição contínua e pelo memória-hábito, algo pela força de repetir e lembrando-se automaticamente a memória prolonga o passado no presente, “a imaginação grava-as em nossa memória”.

“Esta memória ‘registradora’ que data os acontecimentos na sua singularidade é a memória por excelência: ela armazena o passado na forma de imagens-lembrança” (GUIMARÃES, REZENDE E BRITO, 2012, p. 13, grifo do autor). Quer dizer, as imagens enquanto existência são situadas entre a idealização, a representação e a realização por coisa.

Para o sentido, em Bachelard (1993), a imaginação grava na memória deslocando da lembrança para a imaginação. O reconhecimento da percepção para o presente pela imagem-lembrança que se renova. “Os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível de meu corpo sobre eles” (BERGSON, 2006, p. 12).

Independente da forma de pensar, acumular e registrar, o certo é que, no decorrer da sua existência, o ser humano mantém e reproduz a sua relação com os guardados. De acordo com Bertoloto (2006a, p. 22): “O objeto de desejo, que permanece o mesmo, já não contextualiza com a realidade. Toma o pensamento ou o discurso como um sistema definido, fechado, e fazer o contrário parece-lhe errado.”

Para Vitória o uso de botinas e tamancos velhos, colchas entre outros objetos, são ressignificações do passado no presente, são memórias, afetividade que refletem uma identidade dissipares da matéria, num diálogo consistente com o mundo material, “presentificado de memórias encontradas” – uma associação do significado de ausência como analogia de passado. De acordo com Zumthor (1997, p. 13):

[...] nossas culturas só se lembram esquecendo, mantêm-se rejeitando uma parte do que elas acumularam de experiência, no dia-a-dia. A seleção drene assim, duplamente, o que ele criva. Ela desconecta, corta o contato imediato que temos com nossa história no momento que a vivemos.

Para Romão (2013, p. 40, grifo do autor), na criação Vitória, existe o “tempo de ‘gestação’ em que o objeto descartado repousa em seu ‘útero criativo’ e só sairá dele por meio do intenso trabalho plástico. Esse é um tempo de gestação que poderá formar um ‘novo ser’, uma nova obra”. Os carretéis de suporte para fios elétricos vão aos poucos se desfigurando em elementos plástico e configurando-se numa coisa inusitada. Reconfigurações em fios, bonecas, pedaços de metais, essa massa desforme vai se agregando em novos elementos, em novos objetos. São tensões de forças renitentes que se contraem ou expandem-se no momento do fazer.



Figura 4. **Fonte:** Acervo dos autores, 2018.

Em algum momento, Vitória trabalhou de forma intimista, canalizando todas as energias a fim de construir um mundo particular, criando formas híbridas, seres imaginários e paisagens ímpares. Para Brandão (2011), o que ela

[...] faz é dar materialidade a esse universo onírico que ela constrói dia a dia, sem folga, como quem tece sua própria existência. Ao mesmo tempo em que tece/inventa, organiza sequências criativas que dialogam entre si – a natureza e as criaturas; as criaturas e as narrativas; os objetos sagrados e as gêneses, etc. –, sugere sentidos possíveis que se oferecem à nossa imaginação, como esses que agora me ocorrem.

Segundo Canton (2009, p. 22), a arte é “também o território de recriação e de reordenamento da existência um testemunho de riquezas afetivas que o artista oferece ou insinua ao espectador, com a cumplicidade e a intimidade de quem abre um diário”. “O trabalho da memória se inscreve como um desdobramento infinito, culto paradoxal do presente, combate, esboço, arte de um instante pleno. [...] Por isso, a obra pode ser considerada *imagem-origem*, pois é, a cada vez, uma nova imagem, é tempo e movimento” (BRANDÃO, 2011, grifo do autor).

Hoje, desmaterializa-o, como se buscasse a essência da matéria que o construiu. Dá-nos a impressão de que, num ato de insensatez mórbida, como uma alquimista, bruxa ou deusa, Basaia não mais se realiza ao construir novos mundos imaginários, mas agora tenta destruí-los em busca de suas origens, na liquefação da matéria.

Esta memória “registradora” que data os acontecimentos na sua singularidade é a memória por excelência: ela armazena o passado na forma de imagens-lembrança. Ao reduzir a aglomeração de materiais diferentes a uma pasta amorfa e disforme, vai ao encontro do seu mais recôndito ser (BERTOLOTO, 2006b²).

A busca pelo novo é um processo que domina o artista: ao encontrá-lo, ele logo se transforma em antigo. O artista se vê condenado a encontrar uma nova forma de

² As citações dos textos de Bertoloto (2016b), empregadas neste artigo, não possuem paginação em seu documento original. Por isso a ausência de numeração das páginas nas referências.

olhar, por isso ele muda constantemente, desagrega constantemente sua identidade; ao desagregar-se, armazena em sua memória impressões que se transformarão em imagens. A memória manifesta-se, pois, na luta contra o movimento implacável do tempo (NACIMENTO, 2005, p. 61).

Não no sentido dos *readymade* que se apropriam do que está pronto, mas sim, um rearranjo/ mistura que acarretam *possibilidades* de retomar continuamente diferenças imprevisíveis de bricolagens. Os sapatos adaptam-se em reconstrução de bonecas, tricô e renda, o revestimento do papel de balas e a composição das imagens de Nossas Senhoras, uma mistura em *decoupage*, vidrilhos, pérolas, *strass* e de rendas que dão corpo e plasticidades às obras.

Ao assumir roupagens simplistas como armadura externa, cria um invólucro humano, dessacralização do corpo e transformado em objeto. Santas, gueixas, deusas Indus são imagens fáceis e vulgares pelos protótipos e pelos materiais industrializados, com a possibilidade do *kitsch*/mau gosto. Pela composição construtiva, detalhes das plasticidades e a composição inusitadas propiciam uma riqueza dos objetos/arte.

Segundo Costa e Mattar (2010 apud ROMÃO, 2013, p. 36) os curadores Marcus de Lontra Costa e Denise Mattar escrevem sobre a inquietação da artista que “habitam, dentro e fora do corpo, estruturando a ação de uma artista que faz da arte um permanente exercício de descoberta e inquietação”.

Feitas de meias-calças recheadas com mantas de poliéster, são formas arredondadas e retorcidas que permitem visualizar corpos humanos compactados, oprimidos e disformes.

A artista envergou e flexibilizou os corpos de um modo que dificilmente acontece na vida real. Ela distorceu as formas humanas, agigantou as bocas, transformou-as em vaginas, valorizou alguns aspectos e suprimiu outros na intenção de representar a fêmea oprimida, aqui novamente enclausurada em redomas de vidro. (BERTOLOTO, 2006b).

Esse aspecto angustiante das imagens geradas não inibe as percepções mnemônicas do observador, nem mesmo seus desejos eidéticos, mas cria uma receptividade hilária, eloquente, mórbida e mordaz, “as bonecas-de-meia reduzidas a seios, coxas, boca e vulva. Uma única linha vermelha mal-costurada assinala o sexo sobrecodificado: o suficiente para fazer-nos pensar se esse é de fato um outro mundo ou se é o nosso mesmo, monstruoso mundo (BRANDÃO, 2011).

Olhos de vidro, uma instalação/caixas, material de plástico, reciclagem das esferas de desodorantes, a cada circulação dos olhos cria uma nova reconfiguração, ou seja, como elementos fragmentando e/ou coesão, uma ideia do *Quadrado de Rubick* aleatoriamente surgem novas possibilidades. Inusitado também, nesse sentido, é a *Linha para Sofia*, uma instalação de quebra cabeças, criada com recortes com imagens alternadas, onde cada figura constrói um conjunto da obra, ou seja, existem centenas de alternativas criando outras obras. São suportes em papel *canson* perfilados, com imagens femininas volumosas a pastel/pigmentos terrosos, uma transformação de um aplicativo para *tablet* oportunizam mais possibilidades. Na designação de “objeto banal como arte”, em razão da persistência de conceitos incorpóreos, ociosos ou vagos em relevância, frente à complexidade do mundo atual, são reflexões a respeito do sentido abrangente do ser.

4 A Boneca Barbie

Na exposição, intitulada *Cosmogonia*, a artista tentou polemizar o papel da mulher na vida contemporânea, seus conflitos em busca de liberdade e a opressão sofrida pela sociedade machista, apresentados nas suas bonecas de pano engessadas, amordaçadas, enclausuradas e sufocadas por redomas transparentes, que lhes permitiam ver o mundo, porém sem mobilidade de livre trânsito.



Figura 5. Fonte: Acervo da artista, 2018.



Figura 6. Fonte: Acervo da artista, 2018.

A boneca Barbie, exemplo da beleza feminina, que acompanha a vida das mulheres há mais de quarenta anos, foi uma iconografia utilizada no sentido de trazer à tona a discussão da beleza idealizada desde o Classicismo até a atualidade, transformando a estética feminina numa ditadura da magreza esquelética e ariana.

Vitória, como todas as mulheres de sua geração, sentiu na pele esses desejos e sofrimentos introjetados no seu cotidiano infantil. Numa ânsia de raiva, desmontou a boneca em recipientes separados; aglomerou as cabeças em vidros hermeticamente fechados; colou as partes, massificando-as sobre placas-mães de computadores; deu-lhes novas funções e roupagens; vulgarizou a sua magia em réplicas de um cotidiano ordinário (BERTOLOTO, 2006b).

Ao trancafiá-las em armarinhos de banheiros ao lado de outros acessórios ignóbeis, a artista não só ridicularizou o material *Made in China*, de R\$ 1,99, como também discutiu e deslocou a sua fragilidade para a da mulher, que se perdeu em essência, nesse afã de fêmea fatal, aprisionada pelo hábito convencional e simbólico do mundo capitalista.

Na exposição, a boneca foi desapropriada de suas vestes originais; nua, misturou-se a outras de pano e, juntas, satisfizeram os desejos eloquentes de um público ávido em possuí-las por alguns instantes, modificá-las, dar-lhes novas vestimentas e maquiagem, socializá-las, gerar agrupamentos e reproduzi-las como um *recuerdo* na máquina de xerocar.

O resultado da produção interativa foi afixado em um mural ou em varais para futuras manipulações, e depois foi transformado em um caderno para novas reflexões da artista.

Parte das bonecas de pano sofreram a interferência da artista que, além de transformá-las em andróides, deu-lhes formatos bizarros, engessando-as e costurando-as umas às outras, espremendo-as em molduras. Seus corpos tornaram-se suportes para poemas e textos diversos, de sua digressão, como por exemplo: “O dia engole a noite. A noite engole o dia e o cotidiano vai ficando buchudo, inflado de vazios” (informação verbal)³.



Figura 7

Fonte: Acervo dos autores, 2018.



Figura 8



Figura 9

5 Conclusão

Nesse trabalho, buscamos a análise e os conceitos dessa artista plástica, jornalista, mãe e avó que propõe argumentos subjetivos na realização e na construção dos suportes para as artes. Com o propósito, ideia do objeto real, uma transformação *performance* onde na mistura, nesta fusão em ser e ter, *versus* artista e obra. Num sistema de referência dos valores de materiais apropriados através da objetivação e singularidade que se manifestem em objetos destinados pela diferenciação de aspectos afetivos ou pelos hábitos.



Figura 10. Fonte: Acervo dos autores, 2018.

3 Diálogo/informação fornecida pela artista Vitória Basaia, 2018.

Em várias obras, curatorial autoral, busquei uma delas, no sentido de idealizar a profusão crítica ideológica em uma das cenas, em contexto. Em *Heróis sem Pátrias* a artista idealizou uma instalação em modelagem, com pequenos personagens lendários, oriundos de fatos histórico reais ou fantasiados, com os sentimentos religiosos, convertidos. Seres pré-históricos são elementos medievais compostos de figuras ecléticas entre eles e humanos, répteis, dragões, demônios, corvos, serpentes aladas e górgonas. São objetos delicados e frágeis com forte apelo pagão, visão espiritual literária com sentimentos de libertação.

Apesar de os objetos serem pequenos, a profusão deles cria uma composição de seres alienados (humanos figurados), um quasímodo, na representação do bestiário, no sentido elemental, com bravura, sanguinolentos e destruidores. É um túmulo miscigenado, homenageados dos renegados e heróis sem pátria. As flores são as causas honoráveis dos justos, numa analogia à "Vitória", entre seus objetos reminiscentes uma transformação dessacralização, um enigma do seu corpo em obra. Uma metáfora da cruz, do estandarte e da espada são os signos da ausência/presença entre passado e o presente a memória.



Figura 11. Fonte: Acervo dos autores, 2018.

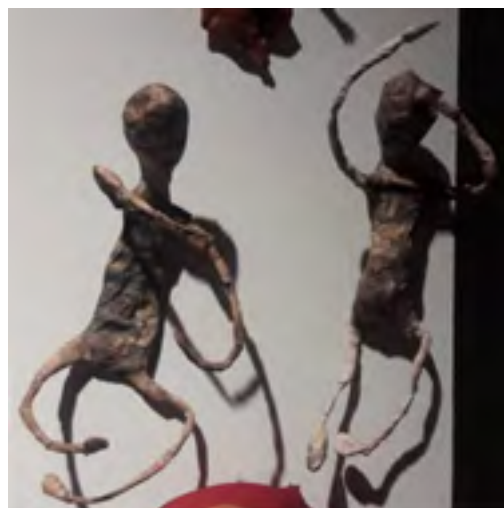


Figura 12. Fonte: Acervo dos autores, 2018.

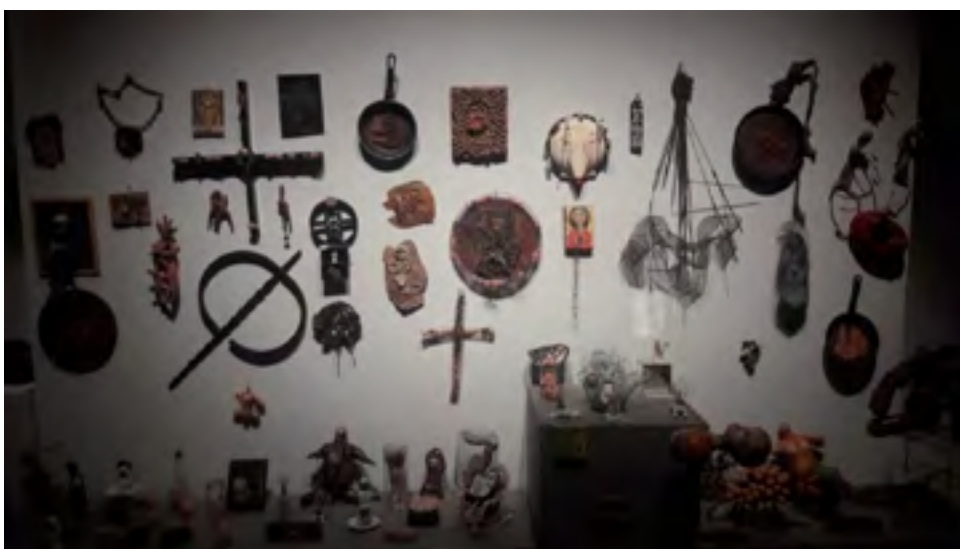


Figura 13. Fonte: Acervo dos autores, 2018.

Mesmo diante de tantas variações inusitadas de obras e criações, há muito a ser dito sobre o universo artístico de Basaia. Para Sarmento e Tufano (2010, p. 260), “A metáfora é o emprego de uma palavra fora de seu sentido próprio, podendo ter como base uma comparação subentendida, em que o elemento comparativo está implícito, ou ser motivada por nosso conhecimento prévio, além da comparação”, portanto na analogia na palavra para o conceito das imagens, objetos, coisas.

Afinal o *Universo de Vitória*, o seu local de moradia que abriga ateliê e lar, que com o passar dos anos, acabou se transformando em um verdadeiro “museu” o seu “universo poético”, seu espaço vital.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERTOLOTTO, José Serafim. *Iconografias das águas: o rio e suas imagens*. Cuiabá: Carlini & Caniato; Cathedral Publicações, 2006a.

_____. *Do universo inquieto de Vitória Basaia: arqueologia urbana*. Cuiabá: Macp-UFMT, 2006b.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

BRANDÃO, Ludmila. *A Casa Basaia*. Cuiabá: Macp-UFMT, 2011.

CANTON, K. *Tempo e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COSTA, Marcus L.; MATTAR, Denise. *Cores do Pantanal*. Lisboa, 2010.

GUIMARÃES, J.; REZENDE, C.; BRITO, A. Conceito de memória na obra “matéria e memória” de Henri Bergson. In: *COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE*, 6., 2012, São Cristovão. Anais..., São Cristovão-SE: EDUCON, 2012. p. 1-15.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 1996.

LUCENA, Karina de Castilhos. Uma fenomenologia da imaginação através do espaço. *Revista Eletrônica de Crítica e Teoria de Literaturas*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 1-9, jan./jun. 2007

ROMÃO, Alexandre U. *O universo de Vitória Basaia: a poética da inquietação*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013

SANTAELLA, L; NÖTH, W. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SARMENTO, L.; TUFANO, D. *Português, literatura, gramática e produção de texto*. São Paulo: Moderna, 2010.

SILVA, Valéria C. F. À luz do tempo: imagem e memória urbana em Presidente Prudente. *Formação (Online)*, Presidente Prudente-SP, n. 13, v.2, p. 79-90, 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/958/961>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

ZUMTHOR, P. *Tradição e Esquecimento*. São Paulo: Hucitec, 1997.

A ARTE CONTRA AS METANARRATIVAS

Gabriel Pereira Faria

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
gabrieldelook@yahoo.com.br*

Juliano Batista dos Santos

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
julianojbs@gmail.com*

Ludmila Brandão

*Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
ludbran@terra.com.br*

RESUMO

O presente trabalho faz um pequeno percurso sobre o status do artista e da arte na sociedade para abordar o momento atual da arte e o status do artista na sociedade contemporânea, bem como a recepção destes no contemporâneo. O artista passa do mago, artífice que executa trabalho braçal para o gênio criador, chegando a ser inventor; um homem inteligente que faz arranjos. Agora chega ao mediador de possibilidades, provocador. A arte liberta-se da estética, rompe com a arte produzida até meados do século XIX e se instaura numa nova relação com o público, sendo classificada e avaliada não a partir de uma estética, mas sim por uma instituição estatal ou não. A arte contemporânea é acusada de ser qualquer coisa por não aderir aos valores, conceitos e definições de metanarrativas consolidadas anteriormente. Contra a arte atual levantam-se narrativas conservadoras e leva os ataques ao campo jurídico, para cercear a arte.

Palavras-chave: Arte. Artista. Metanarrativa. Estética. Contemporâneo.

ABSTRACT

The present work makes a small progress on the status of the artist and of the art in the society to approach the current moment of the art and the status of the artist in the contemporary society, as well as the reception of these in the contemporary. The artist passes from the magician, an artist who performs manual work for the creative genius, becoming an inventor; an intelligent man who makes arrangements. Now comes the mediator of possibilities, provocative. Art frees itself from aesthetics, breaks with the art produced until the mid-nineteenth century and establishes itself in a new relation with the public, being classified and evaluated not from an aesthetic, but by a state institution or not. Contemporary art is accused of anything by not adhering to previously consolidated values, concepts and definitions of metanarratives. Against contemporary art, conservative narratives are being raised and attacks on the legal field are being taken to curtail art.

Key-words: Art. Artist. Matanarrative. Aesthetics. Contemporary.

O Status do Artista e sua Obra na Sociedade Atual

O artista, entendido como detentor de uma habilidade, surge nas sociedades antigas com uma função social, com uma técnica específica, assim como o médico, o agricultor, o construtor, o produtor de utensílios. O artista era o artífice, realizava uma atividade de fabricação, segundo Aristóteles. Na Grécia antiga, a arte tinha uma função de representação do sagrado e os objetos artístico-religiosos se prestavam a duas finalidades: ao culto e à exposição. É entre os pensadores gregos, com sua prática teórica, que emerge o desafio de definir a arte em conceitos. Entre os metafísicos, a preocupação dizia respeito a uma essência da arte. Os filósofos pré-socráticos vão dizer que a beleza se encontra na natureza e que o mundo é belo quando há ordem, harmonia, proporção. A filosofia da arte ocidental passa em revista a concepção do belo, buscando uma essência metafísica para definir a arte. Esse percurso teórico vai até o século XVIII.

Na Idade Média, o artista é visto como um artesão, alguém que exerce um ofício, tem uma habilidade e conhecimento técnico para realizar uma tarefa manual. Era denominado como artesão por causa das coerções sociais, políticas e religiosas, que atribuía o poder de criação a Deus, impedindo a concepção de um criador humano. Somente no século XVI é que o artesão ganha *status* social de artista. No século XVIII, com o reconhecimento da arte como uma atividade intelectual, instala-se o cenário propício para o surgimento de uma estética. Baumgarten define um campo de estudos que privilegia a percepção e as sensações como princípio de um conhecimento sensível.

Kant e Hegel abrem uma nova discussão. Não concordam com Baumgarten. Recusam a ideia de uma estética soberana e advogam a permanência da filosofia da arte. O consenso, desde então, diz que arte e artista são desobrigados do imperativo de imitação da natureza, ainda que submetida a interesses específicos como o religioso e ou político.

A arte romântica começa a tencionar as regras, as convenções teóricas da estética, da filosofia da arte, ao valorizar a livre expressão da personalidade e da genialidade do artista. Esta liberdade de criação, ainda que tenha, na época, um certo limite, começa a colocar em risco as fronteiras da estética quanto à sua autoridade sobre a arte. Com o advento da modernidade a narrativa estética tradicional sofre um grande abalo, pois sua crítica se dá sobre a própria forma.

Os alicerces começam a ruir. A arte moderna constitui-se como uma arte não representativa, cujos conteúdos e temas são variados. Há também uma imensa multiplicação dos materiais em função de novos recursos possibilitados pela revolução industrial. Por conseguinte, a modernidade artística desqualificou as narrativas, as categorias estéticas tradicionais, e os seus sistemas de referência, provocando uma decomposição de critérios clássicos como imitação, natureza, beleza, harmonia.

O tema da arte deixa de se basear na narrativa estética vigente. A arte se torna arte pela arte, sem intermediários, sem uma teoria que explique as suas manifestações, as suas provocações. É bem verdade que as teorias de arte tentam dar contas das suas especificidades, as regras técnicas, a sua linguagem, seu material de trabalho, além de propor experiências estéticas nas suas manifestações e provocações. A ciência estética fica desprestigiada, pois não consegue dialogar com as artes, não consegue dizer sobre suas proposituras, perde a função de prescrever o que possa ser arte. Não consegue mais propor um sistema canônico devido as atividades dos artistas, do uso materiais diversos aonde cada um elabora o seu próprio critérios. É uma mudança contínua de critérios, de manifestações, de materiais e proposituras.

A arte contemporânea não tem uma definição precisa, única que englobaria todas a sua variedade, fechado num conceito restrito e acabado. A arte atual é indefinida, os seus materiais

são os mais variados, seus procedimentos são múltiplos, seus conteúdos são os mais diversos na produção do objeto artístico. Não obstante esse pluralismo na produção artística, há arte que não faz uso de objetos concretos, a sua produção artística é imaterial, ou o corpo assume o lugar de objeto durante a sua manifestação. A produção artística não tem um itinerário definido, delimitado ou um território específico que possa dizer sobre o campo da arte. Esta tarefa era da estética ao referir-se a arte tradicional que era pautada por produção de obras marcadas pela autenticidade, unicidade, forma, conteúdo, tema e representação.

A arte moderna rompe com os conceitos e definições estéticos e ultrapassa os limites da arte produzida até então, a arte contemporânea leva ao extremo as proposituras do período anterior e acrescenta novos procedimentos do seu tempo, aborda problemas da sociedade atual. Na ausência de qualquer especificação ou definição clara de arte contemporânea, encontram-se parâmetros, modelos que dizem alguma coisa. A arte atual não segue tendências, movimentos ou correntes, porque não há mais itinerários a seguir, logo, as suas manifestações são diversas, tanto em materiais, conteúdos, formas, temas, estilos e procedimentos. São livremente utilizados, manipulados sem qualquer preocupação com normas, regras ou hierarquias.

A arte contemporânea em cada movimento busca o pioneirismo, é uma eterna vanguarda móvel em proposituras. Essa busca por novidades, pelo imprevisível, à espreita do inédito e do inarmônico, a arte atual herda dos movimentos de vanguarda. E enquanto tal a sua intenção é, muitas vezes, provocar, colidir, transgredir, apontar incômodos, despertar reflexão e até mesmo denunciar o corriqueiro e o banal, ou até mesmo situações naturalizadas na sociedade. Ao ser introduzida na vida cotidiana, inserida em ambientes comuns disputando espaço com as pessoas e não se diferenciando, não mantendo a devida distância que a obra de arte antes mantinha em relação ao público, com demarcações claras e distintas; a arte contemporânea imbuía-se no vulgar ao peso do indefinido, e sendo assim, torna-se difícil para os especialistas prestarem esclarecimentos ao público sobre a arte atual em face de sua indefinição.

Os parâmetros encontrados ou compartilhados entre especialistas sobre a arte produzida na atualidade estão pautados em artistas e, raramente, em obras, pois estas não têm um critério organizador em que todas as obras de uma determinada área gravitariam ao seu redor. Não havendo um critério organizador, a arte tornou-se qualquer coisa que o artista faz. O processo de construção do artista ganha importância tanto quanto o objeto de arte, às vezes até a precede, envolve adoção e posturas artísticas em que conceitos, ideias, palavras e até mesmo discursos ocupam lugares importantes, principalmente quando há pouco ou quase nada para ver, sentir ou tocar. O artista apresenta-se numa versatilidade de ações, não mais com uma técnica específica na execução da obra, mas com habilidades de execução simultâneas e sucessivas, lançando mão de diferentes procedimentos através de mídias e materiais diversos.

Os artistas não são mais os magos, artífices, artesãos detentores de habilidades técnicas que executavam trabalhos braçais. Também não são mais os gênios que criam algo a partir do nada; o gênio de antes fazia existir algo inédito, gerava algo raro e único no mundo, algo que nunca foi visto, ouvido ou tocado antes da sua produção, a partir da inteligência, da atividade intelectual e subjetividade de seu criador. No contemporâneo, o artista apresenta-se como um inventor e como tal não segue regras estilísticas formais, itinerários canônicos, ou seja, metanarrativas estéticas e artísticas tradicionais porque, ao se apresentar à invenção, parte de matérias já existentes e comuns para produzir um objeto artístico. Além de inventor objetos artísticos materiais e imateriais, é também visto como alguém que produz objetos provocativos.

O objeto artístico da arte atual questiona e desafia-nos a dizer algo sobre, a manifestar-nos quanto àquela arte. Coloca questões ao observador que são muitas vezes desconfortáveis, porque ao consultar o arcabouço teórico encontramos metanarrativas mumificadas, que

perderam vitalidade, e não conseguem trazer o conforto da definição precisa, o desvelamento do seu ser, da sua essência. Sem eternizar o momento, sem fechar o mundo fenomênico numa definição, o artista aborda o seu tempo de transformações e mudanças. Não é o caso de condenar as teorias da arte e a estética enquanto metanarrativas ultrapassadas, mas de entender que exige um pensar sobre as circunstâncias do momento atual. Conforme Freyze-Pereira *apud*, Dufrene: “porque não são apenas as teorias da arte que hesitam em atribuir-lhe uma essência, mas a própria prática do artista é que desmente a todo momento qualquer definição¹.”

Não há uma verdade estética atemporal, o que temos são perspectivas singulares. Em detrimento de definições últimas fixadas no ser, propõe-se as experimentações, as provocações fenomênicas. Em detrimento da unidade essencial apresenta-se o pluralismo das possibilidades sensoriais em relação ao objeto de arte. Em detrimento da concepção de obra que trás consigo a noção metafísica atemporal, apresenta-se o objeto artístico temporal ou propositor estético. A experiência é um momento particular, compartilhar esse momento particular é o que pode ser chamado de experiência estética, ou momento de proposição estética.

A estética é uma reflexão filosófica crítica sobre a arte, sobre o campo sensível que pode englobar o gosto, a imaginação, as paixões, as emoções e as instituições. Contudo, os conceitos chave das narrativas tradicionais da arte e da estética são obsoletos para dizer da atividade artística atual. Devido à ausência de definições e limites precisos convencionou-se a referir-se a arte de “qualquer coisa” porque alguns especialistas da segunda metade do século XX entendiam que a arte atual era uma anti-arte. Conforme, Jimenez, 2010:

[...] El arte de hoy es cualquier cosa; todo el mundo puede pintar y nadie sabe juzgar. Aquí se apilan sillas, allí se instala un edredón con manchas de pintura, más allá, se disponen desordenadamente franjas de color trazadas con regularidad [...].

Qualquer um poderia fazer arte uma vez que as fronteiras entre obra e objeto utilitário havia esfacelado. O objeto artístico pautado pela produção e invenção seria uma configuração hierárquica ou não de objetos comuns e utilitários. Some o debate estético sobre os critérios de avaliação, sem referências instala-se o nada, um realismo de qualquer coisa. A apreciação artística abandonou o campo estético e voltou-se para as instituições públicas ou privadas que se apresentam no mundo da arte como autoridades para dizerem o que é ou não arte.

Sem a necessidade de uma teoria geral da arte ou qualquer critério estético, a instituição composta por especialistas e profissionais da cultura é compreendida a partir de então, de acordo com Danto, como o mundo da arte, pois impõe tendências e convida o público a segui-las. As galerias, museus, institutos de arte são instituições públicas ou privadas que selecionam obras (objetos) artísticos, cujos critérios de seleção são desconhecidos pelo grande público e, além de tudo não há consenso unânime entre os especialistas. A discussão sobre a arte muda de paradigma e não se procura mais a sua definição - “o que é arte” -, mas entender o seu funcionamento, e a pergunta que se faz agora, de acordo com Nelson Goodman, é “quando há arte?”.

Sejam as narrativas da estética, da arte produzida até a primeira metade do século XIX ou agora, do mundo artístico, os artistas continuaram produzindo, fazendo arte, ou aquilo que pretendem que seja arte, independente do discurso que se possa fazer sobre ela. Sem o peso de um discurso definidor, a arte faz as mais variadas ações, movimentos, arranjos de matéria diversos e com isso faz múltiplas proposituras, questionamentos, reflexões e provocações. Talvez por isso, a arte atual cause tanto mal-estar nas narrativas conservadoras que não aceitam o novo, e lançam-se ao confronto, acusando-o, menosprezando-o, dizendo que a arte

1 Arte, Dor: Inquietudes entre Estética e Psicanálise, p. 52, 53.

produzida no contemporâneo não é arte. As metanarrativas sociais, políticas e religiosas se colocam em oposição, em confronto com os artistas e suas obras. Além de pretender dizer o que é arte, se não obstante, acusam a arte atual de desvirtuação social.

O objeto artístico é uma obra aberta que não se realiza totalmente ao fim do processo de criação. O objeto exposto na galeria ou em uma exposição qualquer propõe situações ao público, ao expectador, aos participantes presentes, estes, muitas vezes convertidos em coautores da própria obra, sem os quais ela seria impossível de acontecer. Discussões mais recentes afirmam que as diversas experiências da arte podem levar a uma mutação de sensibilidade. Félix Guattari, em *Cosmose*, aborda a potência da arte como coprodutora de subjetividade.

Se não há critérios estéticos para estabelecer o que é arte, também não há definições para dizer que certo objeto em uma exposição não é arte. A discussão contemporânea gira entorno do que é ou não arte. Se para os especialistas esta discussão é um campo minado, o que diríamos para o público que insiste em julgar a arte sem uma atualização mínima dos novos dilemas, munido apenas por narrativas conservadoras, pautado por pré-conceitos e pré-juízos sobre o campo artístico.

As narrativas conservadoras na atualidade retomam metanarrativas que na concepção de Lyotard já haviam sido superadas pela pós-modernidade. As grandes narrativas que se colocavam como narrativas superiores capazes de explicar tudo o que existe no mundo, capazes de representar uma verdade absoluta sobre o universo, como a religião cristã tendo na bíblia o seu livro sagrado que diz sobre comportamentos e valores. Ademais, também se apresenta como grande narrativa totalizante, a política e a cultura. Todo discurso vitorioso que apresenta uma verdade absoluta, universal, que explica o todo transforma-se numa metanarrativa ou grande narrativa. Essas metanarrativas precisam de território firme, valores bem definidos, campo delimitado, verdades dogmáticas ou seculares. (JIMENEZ, 2004)

Até a primeira metade do século dezenove haviam as grandes narrativas: religiosas, metafísicas, políticas, sociais, morais ou científicas; na pós modernidade estas metanarrativas perderam toda a legitimidade porque quase ninguém acredita mais nessas ideologias de paz mundial ou bem planetário. O período pós-moderno entendido por Lyotard tem como ponto de partida a sociedade pós-industrial aonde as coisas são descartáveis, móveis, de curta duração. As relações não se eternizam, não fincam raízes e, com a arte não é diferente. Logo não é possível construir uma narrativa universal que explique tudo o que há no mundo e seus acontecimentos.

A relativização do conhecimento e das definições e verdade é consequência de um momento de mudanças, de coisas plurais, que clama por experiências e perspectivas para pensar como está funcionando a coisas do mundo, no caso a arte. Isso ocorre porque o pós-moderno tem como características a mercantilização do conhecimento de todos os setores. A cultura e a arte não conseguiram escapar do mundo da mercadoria. O pós-moderno é caracterizado pela incredulidade nas metanarrativas que por definição são totalizadoras do conceito e da definição.

O confronto e as acusações que se faz à arte são por meio de metanarrativas ultrapassadas e de narrativas patriarcais encontram eco na atualidade imbricando-se em narrativas dominantes em nossos dias. Os ataques virulentos feitos a artistas e à arte denunciam que as metanarrativas não estão desaparecidas, apenas sofreram uma queda mediante a fluidez do pós-moderno, do pós-industrial, do pós-capital em que a arte contemporânea se instaura.

Talvez aí se encontre a crise na qual a arte encontra-se no meio; entre os discursos conservadores em oposição aos discursos liberais, em várias áreas e setores, ou simplificando entre direita e esquerda, entre defensores e detratores. Para entendermos algumas acusações que fazem à arte atual, temos que entender primeiro a origem do pensamento coletivo, ainda que de forma inconsciente, não há necessariamente um conhecimento histórico, mas um compartilhamento de sensações coletivas aonde a reflexão figura em segundo plano.

A primeira queda ou abalo no período contemporâneo, ainda que no campo acadêmico, foi a narrativa metafísica ainda no século XIX, e como consequência culminou na narrativa estética enquanto disciplina filosófica. As duas narrativas em questão aonde uma é consequência da outra, buscam definir, conceitualizar, dizer o que é, e a que está submetido o mundo fenomênico, no caso da metafísica, e a arte no caso da estética. Ambas as narrativas sofrem o abalo em conceitos elementares como ser, essência, unidade, identidade e representação dos fenômenos. Opõe-se a esta concepção dura dos conceitos filósofos como Nietzsche que trará a ideia de devir, movimento, perspectivas. Essa tendência de afrouxamento dos conceitos irá incomodar a ciência dura enquanto produtora de conhecimento claro e distinto, sendo a razão um aparelho neuro-cerebral controlando o corpo.

No final da segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX a arte moderna herdeira da romântica, que pensa o homem criador e livre, rompe com a metanarrativa da arte tradicional, que pensa em obra de arte, única, autêntica e inédita. Uma arte que precisa ser interpretada mediante a contemplação de valores que ela representa que estão por detrás e além dela. Essas noções perdem vitalidade na arte moderna e contemporânea. O que existe são narrativas múltiplas que acabam por provocar e incomodar, que por sua vez fomentam a oposição e o confronto de narrativas conservadoras que encontram adesão por grupos que se pautam por pensamentos tradicionais. A grande narrativa de arte está em um caminho cuja queda deixa cada vez mais distante a possibilidade de se reerguer porque esta depende da deliberação do artista.

Quatro metanarrativas que se entrelaçam no decorrer da história e que podemos trata-las de forma paralela, são as da política como relação de conflitos, o estado no alcance das instituições, a sociedade e seus grupos desiguais nas relações de forças e a cultura quanto aos costumes e os valores simbólicos. A sociedade e a política são anteriores ao estado moderno e como consequência a sua burocratização e institucionalização. O homem não é o único animal que se organiza em sociedade, em grupos. Conforme diz Aristóteles, o homem é um animal político, porque discutir situações, normas e regras, conflitos de interesse é típico desse humano. Política é divergência de ideias, é neste momento que a sociedade humana diferencia da sociedade de outros animais. Os grupos, os costumes, a organização, os valores simbólicos sociais passam pela discussão política, pela divergências de ideias.

O estado burocrático, institucionalizado apropria-se do debate político tomando como sua tarefa e legitimando o seu controle social. Política e sociedade são submetidas ao estado desde os contratualistas, especialmente com Hobbes, quando entende que o estado é um monstro, porém necessário para manter a sociedade em ordem e eliminar conflitos. As instituições de controle vigiam a vida social, controla as ações dos cidadãos mediante a lei e seus mecanismos, além de instaurar o ator político oficial. A política resume-se ou confunde-se com gestão pública, com políticas sociais. Se tem uma metanarrativa que após o seu surgimento encontra-se em total vigor no mundo pós-moderno é o estado enquanto detentor do debate público, aliado ao mercado financeiro, pós capitalismo, pós indústria.

A cultura/tradição pode ser compreendida como uma metanarrativa de resgate, de permanência, que leva a admirar e prezar valores sociais que vem de tempos remotos. Neste

sentido, a cultura não muda. Mas ela também pode ser compreendida como conhecimentos e participação aos valores simbólicos que estão sendo produzidos no nosso tempo, e dessa forma, após a revolução industrial a cultura abarca a arte, e esta passa a ser integrante da cultura/inação. A cultura passa a ser uma grande área e a arte uma subárea. Assim como a sociedade, a cultura será impactada pelo estado enquanto gestora oficial de políticas.

Dentro da metanarrativa estruturada, institucionalizada que arbitra políticas públicas, existem duas outras narrativas ideológicas que são a moral e a religião. Podemos entender a moral como normas, regras propostas para serem internalizadas pelo homem, preceitos que dizem como deve agir, vestir, comportar, estruturar e constituir famílias. A religião, vamos entender que é uma doutrina ideológica pautada pelo sagrado que se encontra em outro plano que sirva de consolo para as finitudes, angústias e as mazelas do mundo. Justifica-se a existência muitas vezes sofridora apoiando-se em uma recompensa em outro mundo. Só então o sacrifício neste mundo é recompensado. Neste sentido, a religião está na origem dos valores morais de uma sociedade, porque imprime na alma formas de pensar, ser e agir.

Com a queda das metanarrativas, com o desaparecimento das normas e critérios ditos tradicionais da religião, da ciência, da moral, critérios metafísicos e sociais, não se conseguiu colocar nada no lugar, tentativas não faltaram, como o bem de todos, a liberdade, os direitos iguais. Talvez os direitos humanos sejam o mais próximo que conseguimos chegar a uma metanarrativa atual. Essas metanarrativas com seus valores entrelaçando na construção do imaginário coletivo causam um alvoroço. A queda não quer dizer o desaparecimento, as narrativas estão disseminadas na sociedade sob a pecha de resgate de valores tradicionais, muitas vezes totalizantes e intolerantes.

Essas narrativas de setores da sociedade confrontam a arte, fazem ataques virulentos às suas manifestações. O debate sobre a arte abandonou o campo artístico e voltou-se para o confronto político e ideológico. Se no início do século XX a arte abandonou o debate estético com as proposituras de Duchamp, sendo considerado o iniciador de “qualquer coisa” na arte, nos anos noventa e no início do século XXI o debate sobre a arte transcende o campo artístico. O artista não é julgado pela qualidade do seu trabalho, a sua arte não é avaliada nem pelo campo estético, pois o estético é lembrado apenas nas citações, não contribui em nada nas questões sobre o funcionamento da arte. E nem pelo campo artístico, porque o seu território está povoado por ideologias políticas, morais, religiosas. Essas narrativas que acusam a arte de imoral, e até mesmo de ilegal, reivindicam valores mumificados das metanarrativas tradicionais.

Grupos que dizem defender os valores tradicionais da família, leia-se narrativas que solicitam a instauração das metanarrativas, recorrem a normas e regras externas aos indivíduos, ou seja, às leis, ao direito que rege os relacionamentos sociais quando os valores morais não são suficientes para refrear as paixões. Acusar a arte de não-arte é uma acusação do campo da moral, não do artístico e do estético. Contudo esses confronto não boicota a arte e nem proíbe exposições.

O confronto e as acusações sobre o artista e a sua arte tornam-se peremptórias quando saem do campo artístico que já está povoado por ideologias as mais diversas, e ainda caminha em direção à uma ideia moralizadora da arte através da ação jurídica. A intenção é clara, querem criminalizar o artista e a arte que os incomoda. Dizem que a arte está travestindo atos ilícitos como pornografia e pedofilia, esta bem recente suscitou uma discussão grande. Acusar a arte de blasfêmia não é nenhuma novidade.

O artista é um provocador, um mediador de reflexões sobre a realidade, social, política além de outras narrativas do seu tempo. A arte propõe uma narrativa transgressora, aborda problemas

vitais e do seu tempo, coloca as vísceras à mostra, trata de questões que os indivíduos muitas vezes tentam esconder com hipocrisias travestidas de moral e crença. E aí põe a se perguntarem sobre os limites da arte, acusando de entrar no território das leis, acusando-o de apologia ao crime.

A arte não vai para a disputa com narrativas conservadoras, o artista apenas faz arte e ao fazê-la provoca e questiona. As pessoas podem gostar ou não do trabalho, isso seria uma narrativa estética, mas não, parte para a narrativa jurídica. A arte atual não tem uma definição precisa, é indefinida, sabemos ou entendemos como ela funciona. Mas além disso o artista se vê acuado de não ultrapassar os limites de apologias e crime. E uma acusação maldosa, recorrer ao direito para impor narrativas morais, religiosas e até mesmo política. A arte atual é uma possibilitadora de acontecimentos.

Palavras-chave: Estética, arte, narrativa, contemporâneo.

Referências

DANTO, Arthur C. *O abuso da beleza: a estética e o conceito da arte*. Trad. Pedro Sússekind. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FAVARETTO, Celso. O resto, o rasto e arte na contemporaneidade. Cultura no divã: relações contemporâneas entre psicanálise e cultura. ISSN 2446-8282. Disponível em: <<https://www.culturanodiva.com/o-resto-o-rastro-e-arte-na-contemporaneidade/>>. Acesso em: 05 de nov. 2018.

FREYZE-PEREIRA, João A. *Arte, dor: inquietudes entre estética e psicanálise*. São Paulo: Ateliê editorial, 2010.

GUARTTARI, Félix. *Cosmose: um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: ed. 34, 1992.

JIMENEZ, Marc. *O que é estética*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

_____. *La querella del arte contemporáneo*. Trad. Heber Cardoso. Buenos Aires: Amorrortu, 2010.

LYOTARD, Jean F. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa, 12º ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.

PAREYSON, Luigi. *Os problemas da estética*. Trad. Maria Helena Nery Garcez. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

TRINDADE, André Karan. A criminalização da arte e as recolonização do direito pela moral. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-set-16/diario-classe-criminalizacao-arte-recolonizacao-direito-moral>>. 05 de nov. 2018.0

CIDADES ESQUECIDAS: COMPONENTES, ESQUECIMENTOS, APAGAMENTOS E REMEMORAÇÕES

Heidi Ferreira da Costa

Mestranda do Programa de Pós Graduação

em Memória Social da UNIRIO

heidiferreira@yahoo.com.br

CAPES

RESUMO

O presente artigo busca analisar o fenômeno de cidades esquecidas, considerando questões relacionadas à formação da memória destas cidades, processos que levam ao seu esquecimento e a possibilidade de sua rememoração. Para tratar destas questões, será utilizado como exemplo o caso da cidade de São João Marcos, localizada originalmente no interior do Estado do Rio de Janeiro e destruída na década de 1940.

Esta associação entre memória e esquecimento será o tema central deste artigo, que parte da hipótese de que uma cidade inteira foi esquecida por 70 anos e que esta memória ressurgiu, fruto de seu próprio esquecimento.

Para esta investigação, serão tratados diversos aspectos de uma memória coletiva, desde identidade e memória transgeracional, até manipulação da memória, o esquecimento e a rememoração.

Palavras-chave: Memória coletiva, Esquecimento, Rememoração, Narrativas, Identidade

ABSTRACT

This article aims to analyze the phenomenon of forgotten cities, considering questions related to the memory formation of these cities, processes that lead to their forgetfulness and the possibility of their remembrance. To address these issues, the case of the city of São João Marcos, originally located in the interior of the State of Rio de Janeiro and destroyed in the 1940s, will be used as an example.

This association between memory and forgetfulness will be the central theme of this article, which starts from the hypothesis that an entire city was forgotten for 70 years and that this memory resurfaced, the fruit of its own forgetfulness.

For this investigation, we will deal with several aspects of a collective memory, from transgenerational identity and memory, to memory manipulation, forgetting and remembering.

Key words: Collective memory, Forgetting, Remembrance, Narratives, Identity

INTRODUÇÃO

O esquecimento é um fenômeno intrinsecamente ligado à lembrança: ele é parte indissociável da memória e muito já se considerou sobre a impossibilidade de existência desta última sem o primeiro. Apesar de ele ser mais comumente associado a indivíduos, memórias coletivas estão sujeitas ao mesmo processo, de forma que grupos, coletivos e até cidades inteiras podem ser esquecidas. Foi o que aconteceu com a cidade de São João Marcos.

Localizada em posição estratégica, prosperou rapidamente com a construção da primeira estrada de rodagem do Brasil (que ligava Paraty ao Rio de Janeiro, oferecendo um caminho por terra para o transporte do ouro) e alcançou seu apogeu econômico na Era do Café, tendo sido responsável por 1% de todo o café produzido no país.

Assim como diversas outras cidades coloniais, também encontrou o início de sua derrocada financeira com o fim da escravidão e esgotamento do potencial de suas terras para o café. No entanto, este é o ponto onde o destino da cidade começa a se diferenciar.

Seu auge econômico foi tão intenso, que, mesmo décadas após sua perda de relevância neste sentido, ainda era referência cultural na região. O conjunto arquitetônico de seu perímetro urbano foi, inclusive, tombado no mesmo ano que Ouro Preto pelo SPHAN. A cidade também contava com avançado nível de desenvolvimento para a região e já no século XX servia de polo cultural para os municípios no entorno, uma vez que dispunha de cinema, teatro e dois clubes desportivos, além de atrair multidões para suas festas e comemorações tais como carnaval, folias de reis, festa do padroeiro, entre outras.

Ironicamente, a posição geográfica que serviu como impulso inicial para sua prosperidade também selou seu destino de destruição. Situada em torno de rios e mananciais, teve sua demolição decretada para a ampliação da Represa de Ribeirão das Lages na década de 40.

A desapropriação aconteceu de maneira traumática. Mesmo após o tombamento por parte do SPHAN (que aconteceu devido à petição de um grupo de moradores, liderado por Luís Ascendino Dantas), o então presidente, Getúlio Vargas decretou o destombamento e manteve os planos de inundação do local. Os moradores foram obrigados a vender suas casas à empresa “Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro”, responsável pela represa, e, segundo depoimentos em entrevistas a diversos ex-moradores, as casas eram demolidas assim que as famílias as deixavam, debaixo de seus próprios olhos. As famílias deixavam a cidade ao som das marretadas que estavam destruindo sua casa e os que ainda permaneciam tinham que conviver com as ruínas do que um dia tinham sido a casa de seus vizinhos. Até que, finalmente, toda a cidade foi desocupada.

Neste primeiro momento não houve um reassentamento dos moradores da cidade. Cada família se mudou para onde suas finanças permitiam e assim a comunidade inteira foi espalhada.

O terreno referente ao antigo centro da cidade ficou vazio por cerca de 70 anos, até que, em 2011, foi construído no local o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, com o objetivo de evidenciar as ruínas e fomentar a memória da cidade.

Neste artigo investigaremos o esquecimento da cidade, começando por alguns dos principais elementos que formam uma identidade coletiva e, conseqüentemente, sua memória. Serão considerados as narrativas históricas, representatividade, auto identificação, silêncios e esquecimentos envolvidos na formação da *identidade marcosense*.

O próximo passo será responder à questão que se apresenta como central para justificar o tema: “*quem esqueceu?*”. Quando se fala em cidades cujos ex-moradores, ou gerações próximas, ainda estejam vivos, é imperativo considerar que existam memórias individuais destas localidades mesmo após o seu fim efetivo. Sendo assim, como justificar o termo “esquecimento” e a quem ele será atribuído?

Após resolver estas demandas, poderemos iniciar uma investigação acerca de processos que podem ter levado ao esquecimento da cidade em questão. Nesta parte do texto pretendemos avaliar algumas questões apontadas por teóricos da memória como possíveis contribuições para um esquecimento nesta escala e que podem ter tido algum fator de influência no caso da cidade em questão, como o trauma e a manipulação da memória.

Por fim contemplaremos o fenômeno de reconhecimento do esquecimento, seguindo a hipótese de Ricoeur de que “é a memória, no momento do reconhecimento do objeto esquecido, que testemunha a existência do esquecimento”. Aqui, abordaremos as questões dos vestígios e da rememoração e de que forma elas estão presentes no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

Em suas considerações finais, este artigo buscará refletir sobre o esquecimento como um fenômeno que atinge não somente a indivíduos, mas também a coletivos – neste caso, a uma cidade inteira.

A CIDADE DE QUE SE LEMBRA: PARA ALÉM DAS DELIMITAÇÕES INICIAIS

Uma vez que trataremos da memória e esquecimento de uma cidade, a saber, São João Marcos, é importante especificar que memória é essa que foi esquecida, ou, antes disso, que cidade é essa que foi esquecida?

Quando se pesquisa as tentativas de definição do conceito de cidade é possível perceber uma variedade de considerações e problemáticas que irão guiar estas definições para conclusões bastante diferentes de acordo com a Disciplina ou a finalidade para a qual se busca essa definição. A Geografia, por exemplo, irá encontrar seis definições com bases históricas para este conceito em seis períodos diferentes, apenas entre os séculos XIX e XX (VASCONCELOS, 2015), enquanto órgãos públicos, meios de comunicação e instituições de pesquisas mercadológicas estarão mais preocupados com questões ligadas à demografia, características políticas, socioeconômicas e culturais.

Podemos tomar emprestado de Foucault (1984) a proposição de substituir a localização por posicionamentos, entendendo que o problema do posicionamento humano vai além do lugar, mas que:

“é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para se chegar a tal fim” (p. 413).

Examinemos, então, o exemplo da cidade de São João Marcos.

A memória de São João Marcos exibida tanto no Parque, quanto narrada por seus ex-moradores, reivindica pra si um rico conjunto arquitetônico e num estilo de vida sofisticado, com equipamentos culturais, vida social comparáveis a de uma grande cidade da época. Seus moradores sustentavam com orgulho o título de “cidadão marcossense” mesmo muito depois do declínio econômico da cidade, que se iniciou com a decadência do café na região.

No entanto, grande parte de São João Marcos era formada por fazendas, mesmo após o declínio do café, fato que contrasta com essa memória caracteristicamente urbana.

Quando observa o processo de formação da memória a partir da identidade, Pollak também considera que:

“A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (1992 pg.204)

Temos ainda a questão dos silêncios que essa identidade marcossense parece omitir. Silêncios embutidos em sua reivindicação por glória – construída a partir da escravidão – silêncios a respeito das desigualdades já apontadas acima, e até mesmo da injustiça política de sua destruição – omitindo o fato de que a cidade ainda conservava movimentos de apoio à volta do imperialismo em plena república (SERRA, 2011). Há ainda um silêncio fundamental neste discurso da “glória marcossense”: o de que a cidade já havia, há muito, perdido relevância econômica e se tornado distrito do município vizinho.

Tais silêncios não caberiam numa concepção aceitável da identidade marcossense – para os indivíduos que a reivindicam – já que estes a proclamam como uma cidade marcada pela glória, pela modernidade e pela injustiça final, mas ainda assim fazem parte desta identidade.

Desta forma, descartando uma definição de São João Marcos que se atenha apenas a questões geopolíticas ou a um conjunto de características de um grupo específico de habitantes, iremos considerar para esta memória uma identidade que inclua não apenas os discursos que os marcossenses fazem de si mesmos, mas também leve em consideração os fatos e silêncios que estão ocultos nestas narrativas.

SUJEITOS QUE LEMBRAM, COMUNIDADES QUE ESQUECEM. QUEM PERGUNTA ‘CADÊ A CIDADE QUE ESTAVA QUE ESTAVA AQUI?’

Esta sessão se dedica a averiguar o fenômeno do esquecimento coletivo ao qual São João Marcos esteve sujeita durante um período de quase 70 anos. Podemos perceber, tanto em Ricoeur quanto em Pollak que é possível que um objeto sofra um esquecimento coletivo, ainda que alguns sujeitos ainda conservem individualmente sua lembrança. Isto nos leva a algumas reflexões estratégicas sobre o próprio esquecimento, que serão úteis para logo em seguida entrarmos no “esquecimento coletivo”.

Em suas investigações a respeito do esquecimento, RICOEUR (2007) irá recorrer a um conceito apresentado por Bergson denominado “lembrança pura”, a quem atribuiu uma impotência radical em seu estado latente. Trata-se de uma memória puramente virtual, anterior à memória que pode ser propriamente percebida, embora nela estejam contidas as informações necessárias para a atualização de uma memória. Desenvolvendo este conceito, Ricoeur propõe que essa lembrança pura constitua, na verdade, um profundo nível de “esquecimento de reserva”, uma vez que estas lembranças estariam no campo daquilo que não é percebido, da impotência:

“A título de que, então, a sobrevivência da lembrança teria valor de esquecimento? Ora, precisamente em nome da impotência, da inconsciência, da existência, reconhecidas na lembrança condição do “virtual.” Portanto, não é mais o esquecimento que a materialidade impõe em nós, o esquecimento por apagamento dos rastros, mas o esquecimento por assim dizer de reserva ou de recurso. O esquecimento designa então o caráter desaparecido da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência.” (2014 p.448)

Este é o nível de esquecimento que pretendo atribuir a São João Marcos. Um esquecimento que não consiste no apagamento de rastros, mas no desuso e latência, que não se encontra tanto na consciência, uma vez que a memória da cidade não era atualizada ou percebida, mas que esteve, por 70 anos, em desuso.

O próximo passo, já entrando na questão do esquecimento coletivo, será propor uma diferenciação entre aqueles que lembram e aqueles que esquecem. Ao tomarmos por referência a memória de uma cidade que foi extinta, quais são os grupos de indivíduos ou instituições que dela se recordam?

Consideremos a proposição de Ricoeur (2014) para três sujeitos de atribuição da memória: eu, os coletivos e os próximos. “Eu”, se refere à memória individual, enquanto os coletivos e os próximos estão no campo da memória coletiva.

Para esta investigação, emprestaremos de Ricoeur (2014) conceito de fenômeno transgeracional, que consiste na divisão dos indivíduos de dada comunidade em três categorias: contemporâneos (aqueles que envelhecem juntos), predecessores (antepassados dos contemporâneos) e sucessores (geração posterior aos contemporâneos); estes indivíduos representam respectivamente a simultaneidade, a memória e a expectativa.

Aos contemporâneos, a quem é atribuído o fenômeno de “envelhecer juntos”, cabe o protagonismo no fluxo temporal: é em relação a eles que se determinarão quais as gerações consideradas passadas – cuja memória eles carregam – e quais as gerações consideradas futuras – nas quais depositam suas expectativas.

O fenômeno transgeracional pode ser uma ferramenta útil para refletirmos sobre o esquecimento de São João Marcos, uma vez que o apliquemos ao período em que se atribui o esquecimento à cidade, ou seja, os setenta anos que sucederam a destruição da cidade. Aqui, temos uma comunidade que sofre uma ruptura nessa função transgeracional de seus indivíduos. Eles não mais compartilham do mesmo espaço – que, inclusive, deixou de existir – tampouco participarão do processo de “envelhecer juntos”, uma vez que foram, em sua grande maioria, espalhados aleatoriamente. Tratam-se de indivíduos que subitamente tornaram-se memória de si próprios, últimos detentores de um passado que termina em sua linha temporal.

Esta ruptura torna-se ainda mais abrupta quando consideramos que ela também atinge as gerações mais jovens, que nem ao menos tinham ainda sucessores em seu referencial. Esta é a geração que ainda sobrevive até os dias de hoje e seus sucessores possuem uma memória de São João Marcos baseada puramente em fotos e narrativas. Trata-se de uma memória cuja referência não tem como recorrer a uma experiência pessoal e acaba ancorando-se ainda mais fortemente na imaginação e na afetividade. Uma memória mais composta pelo esquecimento do que pelas memórias em si.

As considerações desenvolvidas até aqui nos apontam para o fato de que os indivíduos expulsos da cidade poderiam reter a memória da mesma e transmiti-la a seus sucessores, no entanto, esta memória transmitida já não era exatamente uma memória da cidade em si, mas das impressões que a cidade deixara no narrador. Uma memória inacessível (aos ouvintes) por experiência pessoal, cada vez mais difícil de ser atualizada, bem próxima à “sobrevivência da lembrança” à qual Ricoeur atribuiu o valor de esquecimento no trecho citado anteriormente.

SILÊNCIO E ESQUECIMENTO: A MEMÓRIA LATENTE DE UMA CIDADE CONTIDA EM SEUS RESTOS.

O esquecimento de São João Marcos, é uma questão que causa perplexidade não apenas entre a equipe e pesquisadores desta memória, mas também nos próprios visitantes do Parque. *“Como é possível que eu nunca tenha ouvido falar sobre esta cidade?”* é um comentário frequente ao final das visitas e através dos meios de comunicação com o Parque.

Nesta parte do texto pretendemos avaliar algumas questões apontadas por teóricos da memória como possíveis contribuições para um esquecimento nesta escala e que podem ter tido algum fator de influência no caso da cidade em questão, sob o ponto de vista da manipulação da memória.

Até este ponto, três questões ficaram evidentes acerca do processo de destruição de São João Marcos: o caráter autoritário (do ponto de vista político), o caráter ideológico (tendo o progresso como justificativa principal) e o caráter traumático (na forma como as desocupações aconteceram).

Considerando que estes elementos estão presentes tanto nas reflexões de Ricoeur acerca dos abusos da memória e do esquecimento (2014), quanto em Pollak (1989), parece interessante abordar o esquecimento a partir de seu estudo.

Contudo, não parece suficiente que unicamente a destruição de uma cidade, ainda que de forma traumática, seja motivo para seu esquecimento.

Este tipo de esquecimento pode começar a ser estudado através da perspectiva que Ricoeur vinculou à memória manipulada. Trata-se de um esquecimento possibilitado pelo ato de seleção no manejo da narrativa oficial, afinal, *“pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela.”* (2014 p. 455)

Analisando o caso de São João Marcos, esta manipulação certamente parece uma característica pertinente. Tendo sido destruída num período de ditadura, através de dispositivos altamente controversos, como o destombamento da cidade, a desapropriação de imóveis (mediante uma indenização cujos cálculos não se conhece e que só foi paga aos proprietários) e a demolição de duas igrejas, por exemplo, São João Marcos rapidamente se tornou um tópico oficialmente esquecido.

O discurso ideológico do progresso rapidamente se opôs à reivindicação pela preservação patrimonial da cidade, sendo, inclusive, o argumento oficial utilizado contra o tombamento da cidade, como se pode ver nos registros do processo disponibilizados pelo portal do IPHAN.

São João Marcos já havia sido reduzida de município para distrito e sua população contava apenas com cerca de 4.600 moradores na época de seu destombamento, na década de 40 (SERRA, 2011). Diante da ênfase na crise hídrica da década de 30, que atingia a capital do país, o alagamento desta pequena comunidade dificilmente poderia ser considerado mais importante do que o progresso da ampliação de um reservatório e sua usina hidrelétrica, neste caso, a Usina de Ribeirão das Lajes.

Esta mudança de ênfase também interfere diretamente na qualidade da audiência que os ex-moradores encontrariam em seus novos destinos, e, conseqüentemente um possível silenciamento por parte destes. Como apontado por Pollak, *“para relatar seus sofrimentos uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta.”* (1989 P.6). Neste caso, além de

todas as dificuldades em se tentar configurar uma vida em um novo local, eles ainda teriam a dificuldade de explicar a injustiça sofrida para um público que já havia sido informado que tal injustiça era na verdade pequeno sacrifício necessário pelo bem do país.

Uma narrativa esvaziada de seu valor, vencida pela narrativa ideológica oficial. Memórias que deixam gradativamente de ser contadas até se tonarem apenas memórias de reserva, aguardando o momento de uma nova emergência.

E assim, setenta anos se passam.

SOBRE RUÍNAS E MADELEINES: RECONHECIMENTO, REMEMORAÇÃO E IMAGINAÇÃO NO PARQUE ARQUEOLÓGICO E AMBIENTAL DE SÃO JOÃO MARCOS.

Em sua famosa passagem de “No Caminho de Swann”, Proust nos descreve belamente um momento de rememoração espontânea. Ao provar uma *madeleine*, o personagem experimenta uma espécie de *déjà-vu*, um reconhecimento de algo que não consegue, à princípio identificar. Inicia-se então um processo de investigação que inclui diversas estratégias: repetição da ação que provocara o reconhecimento inicial, uma busca consciente pela informação dentro de si mesmo, distração intencional, até que finalmente, após o fracasso de todas as tentativas anteriores, ele desiste. E é então que algo curioso acontece: ainda com a impressão que o pequeno biscoito havia lhe causado, ele começa a pensar outra vez nos aborrecimentos de seu dia. Esses aborrecimentos acabam acidentalmente se tornando o *link* entre a *madeleine* e a memória perdida, uma vez que lhe lembram a sensação de sofrimento que ele associava à Combray. Neste momento irrompe a memória que vinha buscando e que nem ao menos lembrava de ter perdido, considerando, contudo, que certamente esta memória também é composta por elementos de sua própria criação.

Ainda que o exemplo acima se refira a uma memória individual, podemos imaginar que o mesmo processo seja aplicável a uma memória coletiva, não apenas aos ex-moradores da cidade, mas também aos seus “próximos”, ou seja, parentes, amigos e outros indivíduos que também tiveram acesso às narrativas acerca da memória da cidade. No entanto, não precisamos nos ater apenas a esses dois sujeitos. O trabalho realizado no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos aponta para o ressurgimento desta memória num âmbito mais abrangente, uma vez que ela começa a se comunicar mesmo com aqueles que não tiveram acesso pessoal ou próximo à cidade. Trata-se de uma memória que Pollak irá classificar como “memória oficial”, uma vez que começa a fazer parte de um discurso que se integra à história do país e recebe apoio – inclusive financeiro – do próprio Estado (via leis de incentivo à cultura) para sua propagação.

A seguir, iremos analisar o ressurgimento da memória de São João Marcos, incitada pelo trabalho do Parque por três vieses: o de ex-moradores da cidade, o de pessoas próximas a esses ex-moradores e o do público em geral, que não teve contato com a história da cidade anteriormente. Tratando destes dois últimos sujeitos como os “próximos” e os “outros”, respectivamente.

É fácil imaginar como um passeio em meio às ruínas do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos pode provocar rememorações aos ex-moradores da cidade. E isso de fato acontece. O reconhecimento das ruas, esquinas e fotografias é evidente nestes indivíduos, embora nem por isso esteja desprovido da criação e imaginação dos mesmos no momento de atualização destas memórias. Em depoimento a um documentário colhido em 2011, por exemplo, um ex-morador exclama: “Aqui, as pessoas só faltavam carregar a gente no colo.”

Enquanto outro faz menção às riquezas e ouro que fazem parte da história da cidade, mesmo que em sua época ele já não os tivesse presenciado, uma vez que a cidade já atingira seu ocaso econômico. Pollak (1992) irá explicar este último fenômeno de localização de uma memória fora de seu espaço-tempo, classificando-a como uma memória herdada. Uma memória que, segundo o autor, é

“a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. (1992, p. 204)

Ainda assim, percebe-se nitidamente uma fagulha de reconhecimento, provocada por um vestígio (ou indício), que prontamente estimula um trabalho de tentativa de rememoração, trazendo consigo elementos próprios e pertinentes a este tipo de trabalho – incluindo a imaginação.

Passamos, então, ao segundo sujeito a quem atribuímos anteriormente o esquecimento e a quem atribuiremos agora o reconhecimento: os “próximos”.

Mais uma vez, fica claro o apelo à rememoração. Embora não seja mais uma memória diretamente experimentada, há um vínculo claro com personagens, acontecimentos e lugares familiares. É comum, durante as visitas, ouvir depoimentos como: “‘meu pai’, ‘minha avó’, ou, até mesmo, ‘a mãe de meu amigo’ morou aqui”. Isso acontece porque esses visitantes “próximos”, ao perceberem o apelo à rememoração, imediatamente reconhecem o vínculo que os liga à cidade e através deste vínculo, passam a considerar participantes desta memória.

Pollak classificou este tipo de memória como “vivida por tabela”, uma memória que, apesar de não se situar no espaço-tempo do indivíduo, provoca nele uma identificação quase tão forte quanto a memória herdada, explicada no parágrafo anterior.

Eles participam da memória de São João Marcos no momento em que a atualizam. As narrativas que ouviram, histórias que conheceram, fotografias que viram os inclui na memória da cidade. Eles *fazem parte* desta memória.

O terceiro sujeito a quem pretendemos provocar com esta memória – os outros – não tem vínculos pessoais ou afetivos com a cidade. Da mesma forma que seu esquecimento se deu no âmbito da memória pública, assim também ocorre o reconhecimento. As partes familiares da história de São João Marcos apresentadas no Parque – o café, a passagem de D. Pedro II, o caminho do ouro – servem como âncoras de pertencimento, que permitem que este grupo reconheça a relevância desta memória perdida como sendo parte de uma memória que deveria também lhes pertencer. O esquecimento oficial desta memória, por tanto tempo, torna-se um fator especial de sua relevância no momento de sua rememoração.

Sobre este reconhecimento da memória, cuja ênfase se encontra exatamente no fato de ter sido esquecida, Ricoeur irá declarar: “aparecer, desaparecer, reaparecer. Nesse caso o reconhecimento ajusta – ajunta – o reaparecer ao aparecer por meio do desaparecer.” (2014, p.437)

Assim, o Parque se apresenta como aquela primeira *madeleine* que traz consigo, em suas fotografias, acervos, ruínas e silêncios, apenas uma quantidade de informação suficiente para provocar o trabalho de rememoração em seus visitantes. As ausências que expõe – ruas sem casas, alicerces sem construção, igreja sem paredes – são o local onde a imaginação do visitante será convidada a ajuntar impressão e informação, de forma a criar a memória da cidade que irá reconhecer.

Cerca de pouco tempo atrás, enquanto caminhava pelo Parque, observei dois alunos sentados de frente para um amplo espaço vazio e comentando: “Aposto que aqui tenha uma casa.” Ao

que o outro respondeu: “Não. Devia ser um campo de futebol.” Nenhum dos dois procurou a monitora para saber quem estava certo. Para eles isso não importava. Eles haviam provado a *madeleine* e iniciaram seu próprio processo de recriação desta memória, utilizando a imaginação e a sensação que o espaço lhes causava.

E ali, naquele momento, para aqueles dois, a cidade vivia novamente, com suas possibilidades de ocupação e vida social. E vive novamente, cada vez que é recriada por seus visitantes que provam o sabor estimulante da memória de uma cidade esquecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste texto pudemos refletir sobre o surgimento, desaparecimento e esquecimento da cidade de São João Marcos, passando pela consideração a respeito das possíveis causas deste esquecimento e culminando na atualização – ou recriação – desta memória.

Pensar sobre o esquecimento de uma cidade nos leva a ponderar sobre diversos elementos incluídos neste esquecimento: identidades, tradições, conquistas, hábitos sociais e econômicos e até mesmo aspectos negativos sobre esta memória como injustiças sociais e posicionamentos políticos questionáveis.

Para atualizar esta memória não basta apenas lembrar o nome da cidade, assim como não basta apenas lembrar-se de que a cidade foi destruída. Resumir a memória de uma cidade inteira à narrativa de sua destruição é um modo quase cruel de lembrá-la. Para trazer de volta a memória de uma cidade, quando a mesma caiu em esquecimento, é preciso considerar todos os elementos citados acima. Apenas desta forma foi possível resgatá-la de sua latência e atualizar não apenas sua lembrança, mas todo o potencial contido na memória de uma cidade esquecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMAN, A. **Espaços da recordação**. Formas e transformações da memória cultural. PARTE III Armazenadores. Campinas: Unicamp, 2009.
- FOUCAULT, M. O poder e a norma. In: KATZ, C. (org) **Psicanálise, poder e desejo**. Rio de Janeiro: Ibrapsi, 1979.
- FOUCAULT, M. Outros Espaços. In: **Ditos e escritos - Volume III**. 1984.
- OLIVEIRA, Maria Amalia Silva Alves de. **Folia de Reis em São João Marcos (RJ): aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização**. E-cadernos CES (Online), v. 21, p. 113-137, 2014.,
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989
- POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PROUST, M. **No caminho de Swann**. Trad. QUINTANNA, M. 22 ed. São Paulo: Globo, 2003.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Reimpressão: 6ª -2014.
- SERRA, Mozart Vitor Serra (Org). **São João Marcos: patrimônio e progresso**. Rio de Janeiro: Cidade Viva: Instituto Cultural Cidade Viva. 2011.
- VASCONCELOS, P.A **As metamorfoses do conceito de cidade**. Mercator (Fortaleza. Online), v. 14, p. 17-23, 2015.

EXPERIÊNCIAS DE INFLEXÕES METÓDICAS NA PESQUISA SOBRE OS BLOCOS DE ENREDO DO CARNAVAL CARIOCA

JÚLIO CÉSAR VALENTE FERREIRA

Professor do Departamento de Engenharia Mecânica –
CEFET/RJ campus Nova Iguaçu
julio.ferreira@cefet-rj.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explicar os caminhos percorridos na pesquisa relativa aos blocos de enredo e seus lugares e significados na configuração do carnaval carioca, ressaltando as inflexões que se fizeram necessárias, considerando o delineamento escrutinado no início da pesquisa. Estas reflexões surgidas na operacionalização do corpus inicial da pesquisa em questão tiveram como suporte o entendimento da memória nas concepções de temporalidade a posteriori e ilusão retroativa. As encruzilhadas reveladas somente foram passíveis de identificação a partir de uma série de inflexões metódicas, as quais, em determinados momentos, revelaram-se como potenciais desconstrutoras das próprias representações sociais que os blocos de enredo manifestam através de seus membros e das certezas epistemológicas do pesquisador, demandando e estabelecendo fluxos contínuos narrativos neste processo de compreensão através da interpretação, mediação e construção de significados.

Palavras-chave: Método. Carnaval. Blocos de Enredo. Rio de Janeiro. Escolas de Samba

ABSTRACT

This work aims to explain the paths covered in the research concerning the *blocos de enredo* and their places and meanings in the configuration of the carioca carnival, highlighting the inflections that became necessary, considering the design projected at the beginning of the research. These reflections arising from the operationalization of the initial corpus of the research in question were supported by the understanding of memory in the conceptions of a posteriori temporality and retroactive illusion. The crossroads were only identifiable from a series of methodical inflections, which at certain moments proved to be potential deconstructors of the social representations that the *blocos de enredo* manifest through their members and the epistemological certainties of the researcher, demanding and establishing continuous narrative flows in this process of understanding through the interpretation, mediation and construction of meanings.

Key-words: Method. Carnival. *Blocos de Enredo*. Rio de Janeiro. Samba Schools

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo explicar os caminhos percorridos na pesquisa relativa aos blocos de enredo e seus lugares e significados na configuração do carnaval carioca, ressaltando as inflexões que se fizeram necessárias, considerando o delineamento escrutinado no início da pesquisa. Estas reflexões surgidas na operacionalização do *corpus* inicial da pesquisa em questão tiveram como suporte o entendimento da memória nas concepções de temporalidade a posteriori e ilusão retroativa e suas três problemáticas: os lugares de memória, os atravessamentos dos conceitos de memória individual, social e coletiva e os deveres e abusos da memória e do esquecimento.

Desta forma, trabalhou-se a perspectiva do método como narrativa, sendo um recurso de interpretação, mediação e construção de significados, percorrendo as diversas encruzilhadas onde o campo nos afronta em nossas certezas epistemológicas, quando neste encontram-se rastros, indícios, que abrem outras possibilidades. A implicação de que as realidades contemporâneas se atravessam pela contradição, onde discursos múltiplos se entrecruzam em profusão, tanto na dimensão da construção identitária, quanto nas territorialidades e lugares culturais, que se configuram através, ou de forma contrária, da questão do descentramento, forneceu o arcabouço sobre as possibilidades de se pensar sobre as modalidades de compreensão da memória e da cultura para esta pesquisa.

A pesquisa teve como objetivo geral delinear e analisar a dinâmica dos blocos de enredo em termos identitários e organizativos, compreendendo e ressaltando seu lugar e sua importância na configuração do carnaval carioca. O resultado deste trabalho foi obtido através de um estudo com enfoque predominantemente qualitativo, incluindo a utilização de dados quantitativos.

Para a consecução deste objetivo, foi considerado relevante o delineamento, a observação e a compreensão da arena de disputas pela primazia no carnaval carioca através dos embates travados entre blocos carnavalescos e escolas de samba e blocos de rua. O posicionamento e a atuação dos blocos de enredo (e de qualquer outra agremiação carnavalesca) nesta arena são explicados através da compreensão do processo de construção de sua identidade e do delineamento das forças sociais que os mobilizam e das redes, internas e externas, conforme Bott (1957 apud MAYER, 2010) de apoio que suportam suas atividades. Nesta arena também deve ser levada em consideração a representação institucional dos blocos de enredo no carnaval do Rio de Janeiro desde a constituição da Federação dos Blocos Carnavalescos do Estado do Rio de Janeiro (FBCERJ) até a atualidade. Por fim, como consequência deste conflito de forças na arena em questão, foram destacados os processos pelos quais passaram os blocos de enredo e que levaram parte deles a se transformar em escola de samba e outros não.

Diante das considerações postas acima, desafiou-se metodicamente a pesquisa em voga para que a mesma não se impregnasse da fórmula criticada por Ferreira (2012) para abordar o carnaval, a qual se dá através da promoção, dentre outros preceitos, de uma oposição entre carnaval popular e carnaval das elites, da visualização dos blocos de rua como única manifestação a ocupar este espaço na cidade e de se considerar as escolas de samba como o estágio final de uma linha evolutiva que caracteriza a festa carnavalesca. No debate sobre o carnaval, Ferreira (2012) alerta para o fato de que se tende a não discutir as construções narrativas, adotando-se uma abordagem naturalizada, a qual não compreende os objetos como produtos de discursos, de narrativas. Nesta pesquisa, coadunou-se com o entendimento de que o carnaval é um espaço de tensões, articulações, dominações, negociações, regulamentações e subversões de uma sociedade.

PRIMEIRA INFLEXÃO - BLOCO É BLOCO E ESCOLA É ESCOLA

Apesar de óbvia, a afirmação acima se posicionou como a primeira inflexão da pesquisa, pois as fontes bibliográficas apontavam outra direção. A consulta às matérias jornalísticas revelaram esse impasse e as entrevistas também mostraram que a construção identitária dos blocos de enredo se estabelece em um lócus marcado pela liminaridade.

Pelo fato de existirem semelhanças estéticas e musicais entre os blocos de enredo e as escolas de samba e da origem de muitas escolas de samba ter sido um ou mais blocos de enredo, tende-se a identificar os blocos de enredo como escola de samba de proporções reduzidas.

Quando mencionam os blocos de enredo, as referências não aprofundam as questões relativas a esta manifestação carnavalesca. Basicamente, encontram-se breves análises sobre o fato de existirem e o paralelismo estético e musical destas em relação às escolas de samba. Diversos autores centram somente nesta similaridade com as escolas de samba para caracterizar este tipo de manifestação carnavalesca. 'Os blocos de enredo eram escolas de samba em escala reduzida, que desfilavam e competiam.' (COSTA, 2001, p. 177). 'Embora funcionando como uma *sub-escola de samba*, o bloco de enredo mantém diferenças fundamentais com a escola de samba, pela *presença do estandarte e a ausência de carros alegóricos*.' (FERNANDES, 1986, p. 24; *grifo meu*). 'Nas noites de sexta e sábado desfilam na Intendente Magalhães os blocos de enredo dos grupos de acesso. São grupos pequenos, *protótipos de escolas de samba (...)*.' (FERREIRA, 2008, p. 98; *grifo meu*). 'Os blocos de enredo podem ser definidos como "*mini-escolas de samba*", uma vez que além das fantasias são confeccionadas também algumas alegorias.' (SANTOS, 2012, p. 21; *grifo meu*).

Porém, destaca-se que nem todas as visões sobre os blocos de enredo comungam destes tipos de caracterização. Permanecendo na análise de seus aspectos externos, Valença (1996) afirma que os blocos de enredo possuem estrutura organizacional muito próxima (e não igual) à das escolas de samba, sublinhando esta capacidade gerencial como um dos traços diferenciadores destes blocos em relação aos demais. Barbieri (2009a) amplia esta análise e inclui a similaridade da estrutura competitiva dos blocos de enredo em relação às escolas de samba, porém destacando as diferenças com relação aos quesitos de julgamento e aos graus de importância dados aos mesmos durante a análise das apresentações pelo corpo de jurados.

A consulta às matérias jornalísticas e as entrevistas foram úteis na demarcação de processos de classificação por parte dos agentes externos e de construção identitária por parte dos membros dos blocos de enredo.

Sobre a associação com os demais blocos, em determinados momentos verifica-se um discurso que identifica os blocos de enredo como infíéis tributários da tradição dos "autênticos" blocos e, mais uma vez, como escolas de samba de proporções limitadas. As referências abaixo mostram esta construção da identidade destas agremiações por cronistas e jornalistas carnavalescos.

'Sérgio Cabral, conhecido crítico de música popular, ficou surpreso com a decisão do presidente da Riotur [empresa municipal de turismo, responsável por organizar o carnaval carioca], Vitor Pinheiro, de eliminar do carnaval carioca os tradicionais blocos de embalo.

Para Sérgio Cabral, nada poderia ser mais infeliz. Os blocos de embalo representam o verdadeiro carnaval dos bairros, e sua presença nas passarelas do samba é mais uma força para os festejos de Momo. Os demais blocos [blocos de enredo] são na realidade uma subdivisão das escolas de samba.

- *Esses é que deveriam sofrer restrições, pois não se enquadram em nenhum dos casos, isto é, não são blocos, nem tampouco escolas de samba, concluiu.*' (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1975, p. 3, *grifo meu*)

Bloco, antigamente, era um bando de sujeitos que se juntavam e resolviam sair por aí no carnaval, batendo lata e pulando à toa. Hoje é um negócio mais sofisticado. Quem não conhecer o assunto e estiver na Presidente Vargas às 21 horas, após o desfile dos frevos, vai achar que está vendo escola de samba. Mas serão os blocos [de enredo] do primeiro grupo (JORNAL DO BRASIL, 1972a, p. 12, grifo meu)

Historicamente, no interior da FBCERJ, verifica-se esta construção identitária no constante posicionamento relativo à caracterização de seus filiados como agremiações descoladas das escolas de samba e dos demais blocos.

‘Os blocos carnavalescos não querem ser confundidos com “pequenas escolas de samba”, foi o que disse o Sr. Mario Silva, presidente da sua federação no Estado da Guanabara. (...)

Vamos desfilar como blocos puros, sem ser preciso sair de tamanco ou de sainha’ (JORNAL DO BRASIL, 1972b, p. 5)

‘Está terminantemente proibido aos blocos carnavalescos trazerem em seus conjuntos mestre-sala e porta bandeira, para eles foi instituído o estandarte.’ (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1967, pag. 1).

Bloco de enredo já é diferente: são blocos, como o próprio nome diz, com enredo. Já têm uma organização semelhante à escola de samba, mas não são pequenas escolas de samba. (...) O bloco é um conjunto diferente de escola de samba, mesmo quando apresenta enredo. As escolas de samba formam um grupo fechado, de 44 associações. Agora, se abrir outra vaga, pode entrar qualquer outra organização que deseje transformar-se em escola. Seja bloco, frevo ou rancho. Quando a Arranco [G.R.E.S. Arranco] e a Arrastão [G.R.E.S. Arrastão de Cascadura] passaram de bloco para escola de samba, ainda havia vaga. Agora, não há mais. São 44 certas. (PEREIRA, 2003, p. 68; grifo meu)

Porém, na atualidade, há uma flexibilização maior nesta construção identitária. Isto ocorreu por causa da diminuição do número de blocos de enredo desfilantes no carnaval carioca e o crescimento elevado do número de escolas de samba, principalmente após a greve dos blocos de enredo no carnaval de 1988 (FERREIRA, 2018).

Este crescimento leva a constatação de que houve um processo de vulgarização do termo “escola de samba”. Hoje, qualquer grupo de pessoas pode se filiar e registrar uma escola de samba sem antes ter sido qualquer tipo de agremiação carnavalesca. Segundo um dos representantes da FBCERJ sobre as escolas de samba das divisões inferiores, *‘o bloco de enredo é o caminho para escola de samba. Mas, nem todas. Eles é que é bloco, no nosso parecer.’*

SEGUNDA INFLEXÃO - ORGANIZAÇÃO PARA A COMPETIÇÃO E PARA O DESFILE

A organização da competição é de responsabilidade da Comissão de Carnaval da FBCERJ, a qual conta com a participação do presidente, vice-presidente de carnaval e eventos, diretor de carnaval, diretor jurídico e coordenadores dos desfiles dos grupos. Esta comissão formula o regulamento da competição a ser submetido para apreciação da plenária, seleciona o corpo de jurados e coordena a apuração dos resultados.

Algumas questões desta competição serão aqui tratadas por revelarem elementos da construção identitária discutida na primeira inflexão e por influir na preparação do desfile e na sua realização, ora distanciando, ora aproximando as apresentações dos blocos de enredo em relação às das escolas de samba.

Considerando a identidade relacional e marcada pela diferença, uma destas possibilidades de diferenciação (inclusive com poder de valoração) em relação às escolas de samba está nos quesitos de julgamento.

Um dos temas mais enfatizados nas entrevistas foi o fato de se ter nos blocos de enredo uma liberdade maior do folião para desfilar, sem perder o caráter de competição do desfile. Em parte, no caso dos blocos de enredo, isto se deve ao fato de que o quesito harmonia nunca foi item de julgamento. Nas escolas de samba, ao contrário, este item é motivo de grande preocupação durante o desfile e treinado exaustivamente nos ensaios técnicos (MAGALHÃES, 2006).

Os entrevistados da escola de samba Boca de Siri admitiram que há uma dose de arrependimento de não mais serem bloco de enredo, pois *'desfile de bloco é mais tranquilo de preparar e ter o pessoal da comunidade (...). É um desfile mais solto... Dava muito menos dor de cabeça que agora'*.

Porém, em outros casos, há quesitos de julgamento aplicados nos desfiles de ambos os tipos de manifestação, aproximando-os, como: bateria, evolução, samba-enredo (por vezes, separado em letra e melodia), fantasias e mestre-sala e porta-estandarte (no caso dos blocos de enredo).

No entanto, quesitos específicos no julgamento dos blocos de enredo marcam diferenças com relação ao desfile das escolas de samba e alteram a dinâmica do cortejo. Um destes casos é relativo à confecção, condução e julgamento do símbolo máximo de uma agremiação carnavalesca, seu pavilhão.

No caso dos blocos de enredo, este símbolo é o estandarte, sendo este julgado, diferentemente do desfile das escolas de samba, onde a presença do símbolo (no caso, a bandeira) é obrigatória, mas não avaliada. O julgamento do estandarte é feito ao mesmo tempo em que a coreografia do casal de mestre-sala e porta-estandarte é avaliada. No caso em questão, o casal realiza a parte inicial de sua evolução, para, posteriormente, o mestre-sala conduzir o estandarte para o julgador. Enquanto esta avaliação é promovida, o casal deve continuar evoluindo para somente depois o mestre-sala receber o estandarte, reposicioná-lo junto à sua parceira e terminarem a coreografia.

Sobre a organização administrativa, ampliando a abrangência do modelo descrito por Cavalcanti (2006) e Leopoldi (2010a) para incluir os blocos de enredo, destaca-se a existência de uma hierarquia da organização formal, responsável pela administração da agremiação, e outra da organização carnavalesca, responsável pela preparação e execução do desfile, colocando em cena diversas formas de expressão artística e grupos sociais distintos entre si.

Para os blocos de enredo, a mobilidade de membros destas hierarquias para ocuparem ao mesmo tempo postos em outras agremiações carnavalescas (nos casos observados, em escolas de samba) é necessária para a sobrevivência dos primeiros. Caso fosse cobrada a dedicação plena de seus participantes para a organização para o desfile, os blocos de enredo poderiam correr o risco de não ter mais componentes e dirigentes.

Sobre o recurso insuficiente e a magnitude que os desfiles dos blocos de enredo já tiveram, segue trecho do depoimento do presidente da FBCERJ à época, Izaltino Medeiros à CPI do Carnaval:

(...) Então, o que eles conseguem fazer, tem que pagar um caminhão para trazer o abre-alas, tem que pagar um ônibus para a bateria e trazer os componentes. E a verba não dá para fazer um carnaval melhor. E na época que eu entrei para Federação e a Federação tinha trezentos e vinte tantos blocos, o Sr. deve ter conhecido na época do presidente Mário Silva tinha carnaval no Rio de Janeiro todo e a situação era melhor. Eu sou do tempo e tenho quase 20 anos de Federação eram 14 blocos, 15 em cada grupo, na Avenida Rio Branco o carnaval terminava quase 3 horas da tarde. (DIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2000, p. 43)

TERCEIRA INFLEXÃO - A ATUAÇÃO DA FBCERJ COMO “CASA” E NA “RUA” PARA OS BLOCOS DE ENREDO

Ao longo do trabalho de campo, ouvia nas plenárias da FBCERJ e nos relatos de quem esteve na AESCRJ o termo “casa” para se referenciar à entidade gestora e à sua sede. Nas reuniões dos representantes dos blocos de enredo, um se referia ao outro como co-irmão e enfatizava que “a disputa era lá fora”. A dimensão agonística entre as agremiações se revela no desfile e entre as entidades gestoras no campo do carnaval carioca.

Para os blocos, a sede da Federação é tida como o local de acolhimento, da organização, da irmandade e da promoção do recreativismo. Para a entidade gestora, os blocos delegam a responsabilidade de representá-los junto aos órgãos públicos; com isso mediando as demandas e repasses.

Ao contrário das demais entidades gestoras pesquisadas (de escolas de samba e de blocos de rua), além da assistência técnica para a resolução de problemas burocráticos junto aos órgãos públicos, a FBCERJ buscou manter uma série de atividades carnavalescas e recreativas durante o ano como forma de agregar os filiados, reforçando os laços de sociabilidade dos blocos. Estas atividades compreendiam a festa de entrega dos troféus, torneio de futebol e de carteadado (modalidade sueca), concursos de rei e rainha do carnaval e da primavera, concurso de bateria e ritmista, concurso de passista e mestre-sala e porta-estandarte mirim e festival de compositores. Destas atividades, atualmente, somente a festa de entrega dos troféus é realizada regularmente.

Muitos dos filiados não possuíam condições infraestruturais e financeiras para manter uma grade de eventos. Desta forma, a programação social e recreativa da FBCERJ preenchia esta lacuna, estimulando a participação dos filiados (e seus componentes) a terem uma agenda de eventos, os quais somados àqueles de menor porte que conseguiam promover em suas localidades (em suas quadras ou através do aluguel de salões de clubes), promovia a sociabilidade entre seus membros e a circularidade de capital social e cultural por entre estes lugares, em um esforço de se configurarem simbolicamente como agremiações que desfilavam porque existiam, e não o contrário.

Além da assistência técnica burocrática e da realização de eventos sociais e recreativos, como forma de promover compras em quantidade para obtenção de menor preço de venda, a FBCERJ atuou como revendedora de material de desfile (atividade esta retomada pelas duas últimas presidências da entidade).

Destaca-se também o mecanismo importante das cartas de crédito, documento em que a FBCERJ atesta que os filiados podem adquirir insumos para a preparação dos desfiles, mediante a confiança na assinatura do contrato junto à RIOTUR e posterior repasse da subvenção. Infelizmente, segundo os entrevistados membros da FBCERJ, poucos estabelecimentos aceitam esta modalidade de crédito por conta do atrasos constantes da empresa de turismo em assinar o contrato e a prática do calote por parte de determinadas agremiações, as quais afetam a credibilidade das cartas emitidas pela FBCERJ.

Outra iniciativa surgida no interior da FBCERJ foi a Escola de Mestre-Sala, Porta-Estandarte e Porta-Bandeira, criada por Manoel Dionísio, na gestão do presidente Hélio Lourenço, em 1990. Posteriormente, o projeto expandiu-se e, atualmente, está sediado no Sambódromo. O trabalho de Gonçalves (2008) sobre a dança ritual do casal de mestre-sala e porta-bandeira escrutina com mais detalhes o trabalho desenvolvido por Manoel Dionísio. A troca de capital cultural mediada pela FBCERJ foi considerada necessária à época, segundo os entrevistados,

diante da necessidade de formação de casais preparados para conduzir o estandarte dos blocos de enredo e as diferenças da dança da porta-bandeira em relação à porta-estandarte.

A FBCERJ como representante dos filiados se materializa na rua, onde trava as lutas no campo do carnaval carioca e dialoga com outros agentes posicionados em outros campos. Esta mediação se dá a partir do código da rua aberto ao legalismo jurídico e ao mercado (DAMATTA, 1987) junto ao poder público, aos próprios blocos de enredo e ao público.

Hoje, a relação com a empresa de turismo da cidade do Rio de Janeiro, responsável pelo pagamento da subvenção, fonte principal (quando não, única) de verba para os blocos de enredo para prepararem seus desfiles e para a FBCERJ manter suas atividades anuais e organizar os desfiles de seus filiados, é amparada por uma série de procedimentos burocráticos. Para isto, a FBCERJ conta com um diretor jurídico e um contador, além da atuação do próprio corpo dirigente para cumprir as etapas de negociação e assinatura do contrato de prestação de serviços, receber e promover o rateio da verba recebida e reunir a prestação de contas de todos os blocos. A RIOTUR não estabelece contato direto com as agremiações e determina que a FBCERJ proíba seus filiados de se remeterem à ela.

Sobre a mediação junto aos blocos filiados, ela ocorre na organização do desfile, no cumprimento do regulamento elaborado pela própria, com anuência dos filiados, além da apuração, que sempre é feita fora da sede da entidade. Este momento é carregado de encontros e conflitos, onde os dirigentes e componentes amistosamente se congraçam, mas parcela destes se volta em protestos contra o corpo dirigente da FBCERJ quando as notas dos jurados de cada quesito são lidas e eles as consideram injustas.

Diferentemente dos trabalhos publicados por Barbieri (2009b) e Ferreira (2008), os quais têm como objeto as escolas de samba, na apuração dos blocos de enredo não se observam redes de solidariedade, pois a apuração não é vista como um momento de troca ou acumulação de capital social, visto que os componentes e diretores dos blocos de enredo, quando circulam e tecem redes pessoais de relações sociais, assim a realizam com escolas de samba, e não com outro bloco de enredo.

Uma particularidade interessante sobre o julgamento dos desfiles na FBCERJ é que os jurados nunca foram indicados pela RIOTUR. A leitura do livro de atas da entidade gestora aponta que a Direção de Carnaval da FBCERJ escolhia os coordenadores dos desfiles de cada grupo e estes promoviam a composição do corpo julgador. Atualmente, esta tarefa é de responsabilidade da Comissão de Carnaval da FBCERJ. No caso das escolas de samba, a título de exemplo, somente a partir de 1987, uma entidade gestora, no caso a LIESA (entidade gestora que reúne as escolas de samba que desfilam no primeiro grupo hierárquico) assumiu a montagem do corpo de jurados, ao invés da RIOTUR.

QUARTA INFLEXÃO - AS MUDANÇAS DA GRAMÁTICA POLÍTICA NO APOIO AO CARNAVAL CARIOCA

Em 15 de março de 1983, ocorre a mudança no governo estadual, com Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), assumindo o posto de Governador do Estado do Rio de Janeiro em substituição a Chagas Freitas, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Neste período, há uma mudança de gramática política aplicada pela governança no que tange à administração da RIOTUR.

A gramática política do clientelismo perdeu força em detrimento de segmentos governamentais apoiadores das gramáticas políticas do corporativismo, a qual se baseia na escolha de atores privilegiados, e do insulamento burocrático, onde os ocupantes de cargos públicos buscam

o isolamento da influência política de outros agentes sociais e se ancoram na criação de agenciamentos inertes, como índices de desempenho e indicadores culturais (NUNES, 2003).

Desta forma, com relação ao campo do carnaval, a opção pelas escolas de samba se deteve ao fato de que o desfile das grandes agremiações era a principal atração turística do carnaval carioca. Com isto, aliando-se corporativamente às grandes escolas de samba¹ e adotando procedimentos de avaliação de desempenho oriundos da gramática política do insulamento burocrático, a mudança do governo estadual representou uma quebra de paradigma na organização da RIOTUR e, conseqüentemente, do carnaval carioca.

Um dos entrevistados que ocupou função pública na RIOTUR, ao ser questionado sobre esta mudança, concordou que a mudança do governo Chagas Freitas para o governo Brizola foi o momento em que as escolas de samba se aproveitaram para “virar o jogo”. Para este entrevistado, a mudança de governo representou o fim de uma RIOTUR que atendia qualquer pleito de fornecimento de infraestrutura para atividades recreativas nas localidades da cidade e o início de um insulamento burocrático baseado no fato de que uma empresa de turismo deveria gerar lucro ao poder público, e não prejuízo como outrora. Segundo ele, *‘se o poder público não ajudar, não sobrevive. E se o que estiver sendo beneficiado não contribuir para que a melhora dos lucros para o município, arrasou, acabou...’*

Com a construção da Passarela do Samba, em 1984, a disputa pelo uso desta pista intensificase, opondo escolas de samba e blocos de enredo pelo uso desta pista. Segundo este mesmo entrevistado, foi necessária uma postura política firme, *‘sobretudo para tirar os blocos. Aquilo era das escolas de samba. (...) aquilo foi feito para as escolas de samba. Os outros desfilaram ali porque o poder público não tinha evoluído.’*

Neste processo, o primeiro carnaval plenamente organizado por este grupo político a ocupar a RIOTUR naquele momento foi o de 1985, também sendo o primeiro carnaval sob os auspícios da LIESA. Assumindo a gramática política corporativista, a RIOTUR aumenta drasticamente a diferença proporcional entre os valores da subvenção destinada às escolas de samba filiadas à LIESA em relação às demais agremiações, dando início ao processo de declínio do capital simbólico da FBCERJ e dos blocos de enredo no carnaval carioca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, verificou-se que, através de construções identitárias particulares e de uma estrutura organizacional em que elementos do mundo das pessoas, expressão cunhada por Roberto DaMatta (1997), imbricam-se com as estruturas organizacionais dos blocos de enredo, estas agremiações ocupam um lugar de liminaridade no campo do carnaval carioca, tendo como polos as escolas de samba e os blocos de rua. Apesar de se mostrarem próximos das escolas de samba, como uma etapa preliminar, os blocos de enredo relativizam o rótulo de serem identificados como simulacros de escola de samba e ao mesmo tempo possuem consciência de que perderam enormemente a capacidade de acumular capital econômico e não visualizam que são dotados de capital social, cultural e simbólico sem os quais o exercício de configurar o campo do carnaval torna-se débil, caso não os considere.

Por outro lado, rejeitam o fato de serem aproximados dos blocos de rua por terem em seu cerne

1 Segundo Prestes Filho (2015), ao coletar os depoimentos dos principais responsáveis pelo mecenato do jogo do bicho infiltrado nas grandes escolas de samba, eles afirmam que eram aliados de Brizola, tendo inclusive participação direta no projeto de construção do Sambódromo. Porém, Diniz (1982) argumenta que estes mesmos responsáveis pelo jogo do bicho auxiliavam na base de apoio da máquina chaguista. Aqui, pontua-se importante observação feita por Sento-Sé (1999), que alerta para o fato de que o governo brizolista (considerando que, nesta época, o prefeito também era indicado pelo governador) não possuía maioria parlamentar, tendo problemas no início de sua gestão e sendo obrigado a construir uma base de apoio, a qual mais tarde incorporou práticas da gramática política do clientelismo.

o desfile em formato de parada e de participarem de uma competição. Assim como nas escolas de samba, a competição é desejada e estabelecida pelos blocos de enredo, porém com elementos que os diferenciam das primeiras e reforçam o lugar da liminaridade. Se por um lado, o nome “bloco” atribui aos blocos de enredo uma maior liberdade em relação ao *habitus* do campo do carnaval carioca, por outro lado, esta liberdade rebate nas considerações do carnaval como rito de inversão limitado a um princípio estruturante que os organiza para brincar e restabelece a ordem após o período festivo. Desta forma, para o pesquisador, não há como entender os blocos de enredo como etapa de passagem para que agremiações carnavalescas tornem-se escolas de samba. Estas mesmas dinâmicas possibilitam afirmar que, com relação aos blocos de rua, os blocos de enredo não são meros desviantes de uma tradição comumente associada aos “blocos” (hoje associados praticamente de forma exclusiva aos blocos de rua).

Por último, fica o questionamento sobre até que ponto a subvenção aos blocos de enredo é um investimento em turismo ou cultura e lazer para camadas periféricas da cidade. Além dos desfiles, no caso específico dos blocos de enredo, ocorriam outros eventos, tendo a participação de suas comunidades nestas atividades. A base da FBCERJ são os blocos de enredo, os quais sempre foram compostos por comunidades suburbanas e faveladas, os quais resistem na permanência no campo do carnaval carioca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, Ricardo José de Oliveira. *Conflito e sociabilidade em uma pequena escola de samba: o Acadêmicos do Dendê da Ilha do Governador*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009a.

_____. Apuração no Terreirão: discutindo redes no carnaval. In: *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 6, n. 1, p. 173-182, 2009b.

COSTA, Haroldo. *100 anos de carnaval no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2001.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Ano XXIV – Nº 82*. Rio de Janeiro, 04 maio 2000, p. 43-47, 2000.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERNANDES, Neusa. *Síntese da história do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural, 1986.

FERREIRA, Antônio Eugênio Araújo. *Valorizando a batucada: um estudo sobre as escolas de samba dos grupos de acesso C, D e E do Rio de Janeiro*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Felipe. *Escritos carnavalescos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

FERREIRA, Júlio César Valente. *Blocos de enredo: seu lugar e seus significados na configuração do carnaval carioca*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Memória Social) – Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GONÇALVES, Renata de Sá. *A dança nobre no espetáculo popular: a tradição como aprendizado e experiência*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MAGALHÃES, Mirian Martins da Motta. *A gestão do desempenho nos ensaios técnicos das escolas de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2006.

MAYER, Adrian. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 139-170.

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Cacique de Ramos: uma história que deu samba*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

PRESTES FILHO, Luiz Carlos. *O maior espetáculo da Terra: 30 anos de Sambódromo*. Rio de Janeiro: Lacre, 2015.

SANTOS, Jean Fagner dos. *Carnaval carioca: um negócio de entretenimento*. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica de Vendas e Negociação) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2012.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

VALENÇA, Raquel Teixeira. *Carnaval: para tudo se acabar na quarta-feira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

ARTE E MEMÓRIA NA AÇÃO CULTURAL DE COLETIVOS TERESINENSES

KARY EMANUELLE REIS COIMBRA

Professora no Curso de Administração (UFPI-CSHNB)

Doutoranda em Políticas Públicas (PPGPP-UFPI)

karycoimbra@ufpi.edu.br

RESUMO

Entendendo a cidade como um espaço de múltiplas representações, numa construção social, histórica e cultural, neste trabalho temos como objetivo apreender os principais discursos envolvidos na ocupação do espaço público pela ação cultural de coletivos de arte na cidade de Teresina, capital do estado nordestino Piauí. Entre os coletivos atuantes na cidade, selecionamos como objeto de estudo os Coletivos Salve Rainha e Ocuparte, onde realizamos uma análise documental e discursiva de publicações em portais jornalísticos locais e nas mídias sociais dos Coletivos. Os discursos mais evidentes na prática social dos grupos foram: a) resgate da memória de lugares da cidade e a cidade como lugar de memórias; b) valorização do espaço público da cidade e de seus patrimônios; e c) transformação social pela arte.

Palavras-chave: Coletivos. Ação. Discurso como Prática Social. Arte. Memória.

ABSTRACT

Understanding the city as a space of multiple representations, in a social, historical and cultural construction, in this work we aim to apprehend the main discourses involved in the public space occupation by cultural action of art collectives in city of Teresina, capital of the northeastern state Piauí. Among the active collectives, we selected Salve Rainha and Ocuparte Collectives as object of study, where we performed a documentary and discursive analysis of local journalistic portals publications and the Collectives social media. The most evident discourses by the groups social practices were: a) rescue of the memory of places in the city and the city as a place of memories; b) valorization of the city's public space and its assets; and c) social transformation through art.

Key-words: Collectives. Action. Discourse as a Social Practice. Art. Memory.

INTRODUÇÃO

Para além dos processos econômicos e sociais decorrentes nos vários espaços da cidade, existem ainda as representações que se constroem na e sobre a cidade por seus habitantes. Os estudos sobre história cultural urbana buscam o resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. “O imaginário urbano, como todo o imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade – no caso, a cidade” (PESAVENTO, 2007, p. 15). “A cidade, enquanto realização humana, é um fazer-se ininterrupto” (CARLOS, 2008, p. 67). Sodré (2008, p. 49) reforça o fato de que a cidade pode ser visualizada para além de seus aspectos produtivo, comercial e funcional, e vista como “um lugar de experimentação da alteridade no interior do qual subjetividades, criadoras ou não, podem ser geradas, um espaço, portanto, onde importantes processos comunicativos e subjetivos acontecem”.

Diante deste contexto, como tem se manifestado a relação do homem-cidade na contemporaneidade? Que discursos emanam da ação coletiva no espaço público urbano? Que elementos querem se fazer ver, vivenciar, significar e rememorar? Impulsionados por uma investigação exploratória¹, neste trabalho temos como objetivo apreender os principais discursos envolvidos na ocupação do espaço público pela ação cultural de coletivos de arte na cidade de Teresina, capital do estado nordestino Piauí.

Seguindo a abordagem metodológica qualitativa, com foco na compreensão aprofundada dos grupos sociais e suas trajetórias, possibilitando, ainda, o entendimento sobre a práxis política dos sujeitos e dos textos múltiplos produzidos no âmbito de um espaço social (GOLDENBERG, 2004; DENZIN; LINCOLN, 2006), foram selecionados os Coletivos Salve Rainha e Ocuparte, em função de suas ações envolvendo o uso de espaços públicos, ambos desde o ano de 2014. O trabalho apresenta uma análise discursiva, na perspectiva de Norman Fairclough, das práticas sociais dos dois coletivos. Foram analisadas as publicações dos grupos em suas mídias sociais, além de entrevistas dos idealizadores publicadas em portais jornalísticos locais.

AÇÃO E DISCURSO: PRÁTICAS SOCIAIS COTIDIANAS

Para a filósofa Hannah Arendt (2007), nossa inserção no mundo acontece pela ação e pelo discurso, onde os homens podem mostrar quem são e quais suas identidades pessoais e singulares. Partindo do pensamento aristotélico, Arendt destaca sua concepção de *zoon politikon* em que o homem é, por natureza, um ser político e social. A ação é a atividade política por excelência; agir corresponde a uma iniciativa, a um movimento, que, por sua vez, remete ao sujeito que age. Arendt afirma, portanto, que a ação e o discurso representam o modo como os homens manifestam duas identidades pessoais e singulares, o como se inserem no mundo.

Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem o acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer (ARENDRT, 2007, p. 191)

Fairclough (2001, p. 91) conceitua o próprio discurso como “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Aqui a linguagem assume função identitária, relacional e ideacional, onde “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significado do

¹ Apresenta análises iniciais de pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, sobre a interface da produção artística de coletivos culturais e a dinâmica urbana na cidade de Teresina.

mundo, constituindo e construindo o mundo em significado". Para o autor, a prática discursiva contribui para a reprodução de identidades e relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças na sociedade, tanto quanto para sua transformação. Nesse sentido, a prática social orientada pela ordem política empenha-se na manutenção ou modificação das relações de poder, enquanto a prática social de cunho ideológico mantém ou modifica significações de mundo.

Martinelli (1999) destaca a necessidade de, mais do que investigar as diferenças entre as práticas sociais, cabe questionar as circunstâncias que as articulam, no sentido de perceber suas singularidades, reconhecendo a participação dos sujeitos na construção social – construção esta que é coletiva. Dessa forma, as práticas sociais surgem como construções eminentemente sócio-políticas, históricas e culturais, isto é, "o ser social é um ser político e histórico, assim, desvendar essa construção passa por esse trânsito entre a forma de ser e a forma de aparecer, passa pelo político, pelo histórico, pelo social" (MARTINELLI, 1999, p. 14).

Arendt frisa, ainda, que, em função de uma pluralidade, os homens fazem uso da ação humana e do discurso para manifestarem as diferenças uns dos outros e que, portanto, a alteridade é fundamental na compreensão deste processo. Como produto, "a ação cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história" (ARENDR, 2007 p. 16). Paulo Freire também destaca a ação e o discurso dentro das características do ser social, que modifica a sociedade pela construção social e histórica, mediante interrelações permeadas por campos de poder.

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos (...) A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a "outredade" do "não eu", ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade de meu *eu*. (...) A experiência histórica, política, cultural e social os homens e das mulheres jamais pode se dar "virgem" do conflito entre 'as forças que obstaculizam a busca da *assunção* de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção. A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância (FREIRE, 1996, p. 18 – grifos do autor)

Ao descrever aspectos da cotidianidade, Agnes Heller (1970) elucida que a vida cotidiana se encontra no centro do acontecer histórico, é a vida do indivíduo – este que é, simultaneamente, ser particular e ser genérico – cujo funcionamento se dá a partir de seus sentidos, sentimentos, paixões, ideias. Para Heller (1970), a arte e a ciência não estão separadas do pensamento cotidiano. De modo semelhante, na análise da sociedade brasileira, Ianni (1999) compreende que as artes e as ciências sociais representam uma manifestação de nossa cultura, cuja preocupação está perpetrada pelos problemas sociais básicos. As manifestações culturais, em suas distintas formas, revelam aspectos da identidades desses indivíduos e também de suas necessidades. Nesse sentido, a arte pode ser vista como práxis e à práxis artística compete a transformação social motivada pela necessidade humana de expressão e comunicação (VÁSQUEZ, 1977).

A CIDADE SOB O OLHAR DA ARTE E DA MEMÓRIA

Sandra Pesavento apresenta a concepção de cidade como o produto da ação do homem sobre a natureza, onde o urbano é uma obra (re)construída pelo homem através do pensamento e da ação. Essa construção é permeada por uma sociabilidade entre atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos "que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo" (PESAVENTO, 2007 p. 14). Isto é, a cidade é uma "realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas" (CARLOS, 2008, p. 57).

Sant'anna, Marcondes e Miranda (2017, p. 825) destacam o fenômeno da insurgência recente de movimentos nas cidades brasileiras engendrados por “uma narrativa em que performances e instalações vêm ganhando espaço dentro e fora das instituições como formas de atuação política, num crescente processo de artificação da esfera pública e politização da arte”. Entre esses fenômenos urbanos podemos destacar a ação dos Coletivos que, segundo Rosas (2005, p. 30 – grifos do autor) acontece fora de espaços intitucionalizados que não se utilizam do estético como fim, mas como meio e, ao tomar espaços como a rua, o objetivo não paira sob o aspecto de “transformar esses lugares e coisas em ‘Arte’², mas diluir-se ‘com arte’ neles, resignificando-os, ressimbolizando-os, efetuando uma transformação subjetiva ou real, semiótica, mitopoiética, social ou ritual”. Nessa perspectiva se formaram os Coletivos Ocuparte e Salve Rainha, ambos no ano de 2014. O Coletivo Ocuparte foi idealizado pela artista visual, mestra em Antropologia e arte educadora, Luciana Leite (TV O DIA, 2014); e o Salve Rainha, idealizado pelo jornalista e gastrônomo Francisco das Chagas Júnior (*in memorian*) (MEIO NORTE, 2014).

O Coletivo Ocuparte já possui em seu nome a proposta central do grupo: ocupar através da arte. Em sua página do Facebook³ consta a descrição: “arte, cidade, memória ... a ocupação foi decretada!⁴”, na qual fica explícita a concepção da cidade como lugar de memórias e a arte como metodologia para as intervenções. Entre os diversos locais ocupados, as intervenções acontecem a partir da confecção e/ou exposição de quadros, ilustrações, fotografias, esculturas, oficinas de pintura, conto de histórias, produção de grafite, projeções e apresentações musicais da (PORTAL 180 GRAUS, 2014). A Figura 1 ilustra uma das ocupações do grupo.



Figura 1. Cartaz de divulgação de evento do Coletivo Ocuparte (2015) e imagem da construção original do Mercado Central, no século XIX. Fonte: disponível no Instagram do Coletivo Ocuparte/ Semplan (2018)

Na figura, à esquerda, vemos um cartaz de divulgação de evento do Coletivo, no ano de 2015, em que se destaca parte da programação cultural, que envolve atividades artísticas. Os dizeres *Ocupa Mercado Velho* se relacionam com a imagem ao fundo do cartaz, representando o Mercado São José ou Mercado Central de Teresina, popularmente conhecido como Mercado Velho. Segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN, 2018), o Mercado Central é o mais antigo centro comercial da cidade, construído no ano de

2 O autor diferencia as concepções de Arte com “A” maiúsculo e “a” minúsculo, sendo a primeira relacionada à produção institucionalizada, fruto de uma validação da produção enquanto tal; a segunda concepção não segue uma padronização, acontecem em espaços diversos e questionam o “circuito exposição-público-mercado” (ROSAS, 2005, p. 29).

3 Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe/>

4 Disponível em: <https://www.facebook.com/OcupARTE/>

1860. A palavra *velho* faz referência ao que tem propriedades de ser antigo, não novo, e que, portanto, se relacionam história(s) e memória(s). Ao destacarem o nome popular do Mercado, é possível perceber a concretude da proposta do Coletivo no sentido da valorização de espaços históricos em suas práticas. À direita da figura é possível visualizar a estrutura arquitetônica original do prédio do Mercado, que passou por reformas para restauração (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 2017)

Com uma proposta similar, o Coletivo Salve Rainha também atua na ocupação de espaços públicos na cidade de Teresina, mediante a viabilização de diversos produtos e serviços culturais. Em sua página do Facebook, autodenomina-se como “*uma tecnologia social de valorização do patrimônio cultural de Teresina*”. Os eventos, organizados em temporadas, viabilizam produtos e serviços culturais como música, artes plásticas, projeções audiovisuais, exposições, fotografias, instalações, bazares, oficinas, literatura, cinema e vídeo, artesanato, gastronomia, rodas de discussão, entre outros. Na Figura 2, membros do Coletivo Salve Rainha apresentam a divulgação da Temporada intitulada “Rainha dos Tempos”, no ano de 2017. A foto, editada de forma evidenciar elementos de um tempo passado, tem, ao fundo, a fachada da Igreja Nossa Senhora das Dores, localizada na Praça Saraiva, no centro histórico da cidade.



Figura 2. Coletivo Salve Rainha em prédio do centro histórico da cidade. Fonte: Fotografia de João Albert (2017). Disponível no Instagram do Coletivo Salve Rainha.

Fica evidente na autodescrição dos dois Coletivos a intencionalidade da ação, revelando o caráter não neutro da prática social. Nesse sentido, a ocupação de lugares é escolhida com o intuito de iluminar esses espaços enquanto lugares de memória. Nas palavras de Le Goff (1990, p.13), isto representa “a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da *memória*, que atravessa a história e a alimenta”.

O Salve Rainha é uma tecnologia social de valorização do **patrimônio** cultural. E a gente acontece de forma itinerante, em vários espaços que tão **esquecidos** ou tratados de forma negligenciada na cidade. Vir pra debaixo da ponte veio pra gente **chamar atenção** pro rio, também pra obra da ponte, que já tá paralisada faz um tempo, e também é uma maneira do **teresinense se apropriar** de espaços urbanos que tão aqui, esquecidos, e a gente **provocar essa memória coletiva** (Francisco das Chagas, em entrevista ao Canal Legislativo PI, 2015).

Escolhemos dessa vez o Mercado Central para **chamar a atenção** tanto para o descaso que existe com o prédio como para a reforma inviável que está acontecendo. Essa reforma deveria ser uma revitalização do espaço, já que a arquitetura original está sendo destruída. Então queremos chamar a atenção da **comunidade, da sociedade e do poder público** para esse mercado que faz parte da nossa **memória**, e uma cidade sem memória não tem história e não tem vida. Queremos fazer com que as pessoas percebam a importância de respeitar e valorizar a nossa cultura. Quanto mais movimentos culturais, melhor (Luciana Leite, em entrevista à Revista Capital Teresina, 2015)

Entre os discursos dos idealizadores dos grupos, fica explícita a relação da ação com a cidade que, ao *chamar atenção*, reivindicam o olhar da sociedade em geral e também da gestão municipal para tais espaços. Sobre a relação da arte com ações voltadas para a transformação da realidade social, Purper (2015, p. 132) pontua que “refletir sobre a realidade configura a elaboração de um pensamento em termos de política, pois o artista necessariamente deve estar comprometido em problematizar acontecimentos do contexto da realidade e esta atitude é, essencialmente, política”.

Fazer *o teresinense se apropriar* dos espaços torna a ocupação dos sujeitos uma prática que adquire característica do valor de uso das cidades (LEFEBVRE, 2008; RIBEIRO; SIMÃO, 2014), incentivando sentidos de pertencimento e, ao mesmo tempo, de valorização dos espaços, construídos social e historicamente, pois “cuidar do patrimônio, tangível e intangível, é fundamental para a memória e a identidade dos agrupamentos humanos” (RUBIM, 2017, p. 17). Esta aproximação promovida pela ação dos Coletivos se dá em função do que, para Riscado (2018), diz respeito à ausência de identificação dos sujeitos nativos em relação aos lugares da cidade e seus centros históricos, principalmente diante das revitalizações e da cidade sob a ótica do valor de troca e do turismo.

A prática dos Coletivos visa a iluminar, no presente, espaços na cidade que retratam, em suas estruturas, elementos que referenciam ao passado, num hibridismo de tempos que se interconectam pela memória e pela (re)significação destes espaços. Sendo as cidades lugares de memória (NORA, 1997), a ação cultural dos coletivos imprime na cidade, portanto, a construção social de uma memória coletiva e uma identidade social (POLLAK, 1992). Para Simson (2003, p. 16), o ato de reconstruir a memória de forma compartilhada reestabelece “sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos porque [está] alicerçada numa bagagem cultural comum – e talvez por isso, conduza à ação”. É nessa análise do presente que é possível a reconstrução de vivências e experiências pretéritas e criação de bases para ações futuras.

Além dos aspectos relacionados à memória da cidade, da valorização dos patrimônios e do uso dos espaços públicos, os membros dos Coletivos incorporam o papel de agentes produtores de cultura local. Rubim (2017) destaca a importância de criadores, inventores e inovadores do campo da cultura, formado por artistas, cientistas ou mestres de cultura popular. A utilização da arte como mediadora das sociabilidades entre artistas e público flui num movimento de aproximação e onde os elementos políticos constituintes das práticas também são levados ao público. Para Carasso (2012, p. 22), a arte configura-se como uma ação humana vertical e, portanto:

a ação artística passa essencialmente por uma prática, por uma atividade pessoal e/ou coletiva que permita a cada um se confrontar com as restrições da formalização de uma ideia, de uma emoção, de um sentido simbólico (...) A ação artística é, portanto, a organização concreta dessas possibilidades de agir, de experimentar a atividade artística. A ação cultural é de outra natureza; seu objetivo principal é desenvolver a cultura dos indivíduos, ou seja, sua relação com as ideias, as formas, os símbolos, as obras.



Figura 2. Oficinas de arte dos Coletivos. Fonte: imagem disponível nos perfis do Instagram @ocuparthe e @salverainhacafe

Luciana Leite, em entrevista à TV O Dia (2014), relatou sobre a primeira ocupação do grupo, que ocorreu na Rua Firmino Pires, localizada no centro da cidade de Teresina, ladeada pelo Museu do Piauí e pelo Mercado Central da cidade, popularmente conhecida como “Rua dos Pássaros”, assim chamada pela livre comercialização desses animais no local.

Usamos a instalação ‘Fora da gaiola voa’, com cada artista trazendo sua concepção de como nos sentimos **presos pela sociedade moderna** – tem gaiola com coração, cédulas de dinheiro, etiquetas e fios de carregadores de celular... A ocupação começa desde o momento da montagem. Não fazemos montagem prévia, pois queremos montar com **as pessoas vendo e perguntando o que está acontecendo**. Esse é um momento muito importante, quando lidamos com o público (Luciana Leite, em entrevista ao portal Capital Teresina, 2015)

Segundo Luciana, a naturalização do comércio de animais foi problematizada, principalmente pelo caráter de entre-lugar incorporado pelos transeuntes, que ali apenas passam, não vivenciam, tampouco questionam a realidade dada. Nesta ocupação, ação do Coletivo levou ao local gaiolas customizadas por artistas locais, levantando questionamentos não apenas acerca do aprisionamento de animais, mas também sobre os próprios aprisionamentos humanos resultantes das inovações sociais em nossa cotidianidade. A obra aparece, ainda, não como produto – finalizado, disponível para observação, mas, dentro de uma perspectiva de construção, via interrelação artista e público.

Em entrevista à TV Meio Norte (2014), Francisco das Chagas destacou que “Teresina **precisa** de ações que **socializem o artista com o público**”. Em seu discurso, pontua a necessidade do agir em prol da cultura local a fim de proporcionar uma sociabilidade entre artistas e cidadãos. Essa aproximação se daria em espaços que viabilizariam “encontros entre arte e vida, estética e política e entre artista e sociedade” (AMARAL, 2018, p. 179). Nesse sentido, as práticas sociais dos Coletivos Ocuparte e Salve Rainha são imbuídos de um fazer artístico e político, conectando com a cidade e seus habitantes por meio da arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado de uma pesquisa documental exploratória, de caráter qualitativo, acerca dos principais discursos envolvidos na ocupação do espaço público pela ação cultural de coletivos de arte na cidade de Teresina, capital do estado nordestino Piauí. Os Coletivos analisados foram o Ocuparte e o Salve Rainha, ambos surgidos no ano de 2014, com a proposta de fazer uso do espaço público para problematizar temáticas sociais, envolvendo a arte como linguagem de suas práticas sociais.

Os Coletivos promovem eventos culturais com música, artes cênicas, literatura, fotografia, cinema e vídeo, artes plásticas e artes gráficas, folclore e artesanato, entre outras expressões artísticas. Os principais discursos que consubstanciam a ação dos grupos foram: a) resgate da memória de lugares da cidade e a cidade como lugar de memórias; b) valorização do espaço público da cidade e de seus patrimônios; e c) transformação social pela arte.

A ação dos Coletivos constitui-se de práticas voltadas para a conscientização urbana, a (re)significação e a valorização do espaço público da cidade de Teresina pelos próprios habitantes. Com isso os projetos cumprem finalidade social, incentivando maior participação da sociedade na vida pública urbana, entendendo a cidade em seu valor de uso, como espaço de sociabilidades. Incorporam, assim, o papel de agente cultural numa perspectiva não estatal e fortalece acesso às mais diversas manifestações de arte e cultura pela comunidade, isto é “ele próprio exercita a cidadania cultural e os direitos culturais, por meio de suas atitudes e atividades (...) comprometido com a luta por uma cultura cidadã” (RUBIM, 2017, p. 23). Manifestações culturais não estatais fortalecem aspectos como diversidade e democracia da política cultural cidadina. A (re)significação dos lugares por meio da utilização de espaços históricos inutilizados ou mesmo abandonados na cidade proporciona o contato de pessoas com elementos do patrimônio cultural e histórico de Teresina, principalmente o público jovem, em um exercício de preservação da memória cultural da sociedade teresinense.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A rua é o museu: cartografias da memória em contexto urbano ibero-americano contemporâneo. In.: TOJO, J. M.; AMARAL, L. (Orgs). **Rede de Redes** [recurso eletrônico] – diálogos e perspectivas das redes de educadores de museus no Brasil. São Paulo, 2018.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CARASSO, J.G. Ação Cultural, Ação Artística. **Sala Preta**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 18-23, jun 2012.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- IANNI, O. **A sociologia da sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3ª reimpressão. UFMG, 2008.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINELLI, M. L. Seminários sobre metodologias qualitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, M. L. (Org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jul. 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200- 212, 1992.

PURPER, R. Ação artística de caráter político: intersecções possíveis entre realidade, real e teatralidade nas experiências do Coletivo Mapas e Hipertextos **Rascunhos Uberlândia**, v. 2, n. 2, p. 131-139, jul./dez., 2015.

RIBEIRO, C. R.; SIMÃO, M. C. R. Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano. In: ENCONTRO DA ANPARQ, 3., 2014, São Paulo. **Anais...** Campinas: PUC, 2014, p. 2-12.

RISCADO, J. E. Patrimônio e cidade: uma análise sobre os centros históricos brasileiros em tempos de reestruturação urbana. **MÉTIS: história & cultura**, v. 17, n. 33, p. 293-306, jan./jun. 2018.

SANT'ANNA, S. M. P.; MARCONDES, G.; MIRANDA, A. C. F. A. Arte e política: a consolidação da arte como agente na esfera pública. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.07, n.03, p. 825-849, dezembro, 2017.

SIMSON, O. R. M. V. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Revista Acadêmica**, v, n.6, p. 14-18, 2003.

SODRÉ, R. f. **Tintas nos muros: um estudo sobre a produção de grafite no Rio de Janeiro**. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da praxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Páginas da internet consultadas

CAPITAL TERESINA. **Ocuparte leva cultura e manifestação ao Mercado Velho**. Publicado em 19 set 2015. Disponível em: <<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/cultura/ocuparte-leva-cultura-e-manifestacao-ao-mercado-velho-32151.html>>. Acesso em 21 out 2018.

LEGISLATIVO PI. **Salve Rainha ocupa espaços urbanos em Teresina**. Publicado em 04 mai 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hi1G4MewR6o>>. Acesso em 20 out 2018.

MEIO NORTE. **Conheça o projeto Salve Rainha Café Sobrenatural**. Publicado em 11 nov 2014. Disponível em: <<https://www.meionorte.com/blogs/baphon/conheca-o-projeto-salve-rainha-cafe-sobrenatural-308194>>

PORTAL 180 GRAUS. **Ocuparte ganha as ruas de Teresina**. Publicado em 28 mai 2014. Disponível em: <<https://180graus.com/artes-visuais/ocuparte-ganha-as-ruas-de-teresina>>. Acesso em 23 out 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Reforma do Mercado Central inclui espaço para exposições e atrativo turístico.** Publicado em 21 dez 2017. Disponível em: <<http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/Reforma-do-Mercado-Central-inclui-espaco-para-exposicoes-e-atrativo-turistico/16921>>. Acesso em 02 nov 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEMPLAM). **Teresina - Perfil dos Bairros.** Regional SDU Centro Norte. Bairro Centro. Prefeitura Municipal de Teresina. Publicado em ago 2018. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/08/CENTRO-2018.pdf>>

TV O DIA. **Projeto Ocuparte leva arte e cultura a locais públicos de Teresina.** Publicado em 29 ago 2014. Disponível em: <<https://www.portalodia.com/tvodia/art-gente/projeto-ocuparte-leva-arte-e-cultura-a-locais-publicos-de-teresina-1623.html>>. Acesso em 20 out 2018.

MASCULINIDADES NEGRAS E FEMINILIDADES NEGRAS NA OBRA “ELA QUER TUDO” DE SPIKE LEE

KÁSSIUS KENNEDY CLEMENTE BATISTA

Doutorando do Programa de História da Universidade de Brasília
kassiuskcb@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar a representação de homens negros e mulheres negras na obra de Spike Lee. Apesar de existirem filmes com protagonistas e estrelas de cinema negros (as) e que discutissem a temática racial, no período 1980-1990, o racismo no cinema americano era denunciado constantemente. Um dos motivos dessa hegemonia de filmes pejorativos, caricaturais sobre a população negra era a falta de investidores em Hollywood que quisessem fazer tais obras. Nesse contexto, Spike Lee foi pioneiro não só em produzir seus próprios filmes, mas também distribuí-los. O primeiro filme de Lee foi *Ela quer tudo* de 1986 que discutiu um tema silenciado em Hollywood: a sexualidade negra e o fez por um viés fora dos clichês de sexualidade animalésca e violenta, abordando subjetividades do homem e da mulher negra.

Palavras-chave: Masculinidades. Feminilidades. Spike Lee. Representação. Cinema.

ABSTRACT

The intent of this paper is to analyze the representation of black men and black women in Spike Lee's work. Although there were films with black protagonists and movie stars discussing the theme of race in the 1980-1990 period, racism in the American cinema was constantly denounced. One of the reasons for this hegemony of pejorative films, caricatured about the black population was the lack of Hollywood investors who wanted to do such works. In this context, Spike Lee pioneered not only producing his own films but also distributing them. Lee's first film was *She's Gotta Have It* from 1986 that discussed a silenced Hollywood theme: black sexuality and he did it for a sake outside the cliches of animalistic e violent sexuality using the subjectivities of the black man and the black woman.

Key-words: Masculinities. Feminities. Spike Lee. Representation. Cinema.

Com o elenco principal todo negro e com um orçamento muito modesto, Spike Lee conta a história de uma garota absolutamente tranquila com sua sexualidade, numa relação que coloca quatro pessoas, sendo três homens e uma mulher – Jamie Overstreet, Mars Blackmon, Greer Childs e Opal Gilstrap - disputando-a para um relacionamento. Foi essa obra que lançou o diretor para o grande cinema e, diferente das outras daquele período – incluindo o *blaxploitation* que trazia filmes protagonizados por negros, mas não aprofundava em questões importante sobre sua representação – essa obra teve a intenção de falar sobre a sexualidade e feminilidade da mulher negra, masculinidade, corpos e sexualidade do homem negro.

No início do filme *Nola Darling*, personagem principal do filme, separa os homens em dois tipos, os que são decentes e os que são, segundo Nola, do “tipo cachorro” e, logo em seguida, vários homens aparecem de frente para a câmera, como se estivessem em uma entrevista, e se comportam como se cada um precisasse convencê-la de que são a melhor opção pra ela. Na verdade esses homens são aqueles com os quais ela já havia se relacionado. Spike Lee adota

aqui um recurso documentário que ele mantém durante todo o filme. São vários narradores que contam a história de Nola.

Entre os atributos desses caras, os tipo “cachorro”, aparece aquele que é bem sucedido, o inteligente estudioso, o que têm um pênis grande, o de corpo atlético, o pervertido, o bom de cama, etc. Há, aqui, uma proposta de inversão de papéis entre homem e mulher incomum em uma sociedade tipicamente machista, racista, patriarcal e heteronormativa onde os homens definem as mulheres que são casar e aquelas para um relacionamento puramente sexual. Mars Blackmon, interpretado pelo próprio diretor, em cena posterior, diz: “veja, todo homem deseja lobas (apelido de Nola), só não queremos elas como esposas”, numa fala de grande ironia e parte da comédia do filme, uma vez que são quatro personagens que lutam até o final da história pra estarem e ficarem com ela e não o contrário. Cada um deles sugeriu, em algum momento da obra, para que morassem juntos.

Essa inversão continua quando Greer Childs é apresentado ao telespectador. Um personagem presunçoso, rico e metrosssexual que acredita ter, nas palavras dele, “moldado” Nola por ser “a melhor coisa que lhe havia acontecido”. Em um diálogo Greer chega a dizer que se ela engordasse ou se ela ficasse feia, ele a deixaria, quando, na verdade, é ele quem tenta de todas as formas tê-la ao seu lado. Em momento algum Nola fica vislumbrada com a visibilidade que Greer tinha na carreira, ou por seu corpo escultural ou em seu dinheiro. Nada disso a fazia se prender a ele.

Destaque dessa tentativa para dois de seus pretendentes que dizem que Nola “precisa” de alguém como ele e outro que a percebe “sozinha, triste e confusa”. Spike Lee revela muito do pensamento masculino em torno dos relacionamentos, sobretudo aquele que vê o homem com a parte que completa a mulher, como se elas realmente precisassem estar com alguém para que pudessem ser felizes. O início da obra direciona o telespectador para uma reflexão muito interessante, sobretudo quando explora subjetividades masculinas.

De forma muito sutil, em uma única frase, dizer que a Nola está “sozinha, triste e confusa” também apresenta uma característica comum em relacionamentos, quando homens diminuem a positividade ou felicidade de uma mulher para se apresentar como solução. Como pode a Nola, bem sucedida, sempre sorridente, bem resolvida sexualmente poderia estar triste ou confusa? É sabido que uma série de abusos psicológicos podem surgir a partir de comentários como esses, fazendo a mulher duvidar de algo que só ela seria capaz de saber ou sentir, provocando que se convencionou chamar de *gaslighting*¹. Nola é apresentada no filme, sobretudo na cena seguinte, como uma mulher forte e muito bem decidida, inclusive dizendo exatamente porque gostou do Jamie.

O movimento feminista, que vinha desde a metade do século XIX avançando sobretudo com a exigência do direito ao voto, pouco progredia sobre as especificidades da mulher negra. A partir da década de 1960 intelectuais como Ângela Davis passaram a cobrar a pauta do feminismo negro, afinal a luta pela libertação feminina não poderia estar restrita a um determinado grupo de mulheres. Desde então aprofundou-se nas particularidades tão necessárias para compressão de cada grupo de mulheres, analisando, também, as relações de classe social, gênero, de raça

1 Gaslighting é uma forma de abuso psicológico no qual informações são distorcidas, seletivamente omitidas para favorecer o abusador ou simplesmente inventadas com a intenção de fazer a vítima duvidar de sua própria memória, percepção e sanidade. O termo vem de 1938, da peça Gas Light. É uma forma muito eficaz de abuso emocional que faz com que a vítima questione seus próprios sentimentos, instintos e sanidade, o que dá ao parceiro abusivo muito poder. Uma vez que o parceiro abusivo tenha conseguido fazer a vítima perder a habilidade de confiar em suas próprias percepções, passa a ser muito mais provável que ela permaneça no relacionamento abusivo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/14-sinais-de-que-voce-e-vitima-de-abuso-psicologico-o-gaslighting/>. Acesso em 23/07/2018.

e de sexualidade.

Era impossível ignorar que as Américas, em particular a do Sul, sofreram com o processo de inferiorização como parte de um projeto mais amplo de colonização e dominação, sobretudo as populações indígenas e africanas, sendo o racismo e o patriarcado produtos do avanço do capitalismo mercantilista do período moderno. É nesse sentido que Spike Lee inova trazendo para o cinema o debate que aparecia muito forte nos movimentos negros dos EUA: a imagem de mulheres negras e homens negros por eles mesmos e as particularidades de suas experiências.

A grande questão para o trabalho de Spike Lee em *Ela Quer Tudo* é a exatamente no que tange um tipo de estereótipo em torno da mulher negra: a sexualidade. Ao que parece, a mulher emancipada que Nola se tornou é sexualmente promíscua. O problema aqui, é claro, não é a questão da promiscuidade em si. Nos parece que a intenção de Lee é mostrar, sob sua perspectiva, o direito que a mulher tem sobre seu corpo, sendo isso, inclusive, uma das pautas do movimento feminista, em especial a partir dos anos 1960.

O deslize, contudo, é que ao associar a independência que ela conquista com ímpeto sexual, o diretor reforça o estereótipo da mulher negra quente e sexualmente disponível, tão comum nas Américas. É importante lembrar que enquanto as mulheres negras eram sistematicamente estupradas durante o período colonial (além dos castigos físicos e das violências psicológicas constantemente praticados), outras mulheres - que também sofriam a exploração de uma sociedade machista - eram confinadas dentro de casa e a perda da castidade era motivo para condenação social. Uma relação não monogâmica sequer era considerada por uma mulher numa sociedade de forte tradição judaico-cristã.

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre senhor e escrava.²

A reprodução desse comportamento criou um forte estereótipo de um determinado tipo de mulher própria para as aventuras e experiências dos homens, e outro da mulher pra se ter em casa, cuidar do lar e da família, e para muito além disso, a mulher negra é, em países de passado colonialista, a que mais sofre estupro e feminicídio, como se houvesse uma “permissão histórica” para tais violências, colocando como desafio tanto para a construção do imaginário sexual e afetivo, quanto para a diminuição da violência, da humilhação e da solidão da mulher negra. Como aponta Djamila Ribeiro

Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, já que é sistemática, se faz importante observar o grupo que está mais suscetível a ela já que seus corpos vêm sendo desumanizados historicamente, ultrassexualizados, vistos como objeto sexual. Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, pois elas são vistas como lascivas, “fáceis”, as que não merecem ser tratadas com respeito.³

Aliado à isso, na obra *Ela quer tudo*, temas ligados à emancipação, à liberação sexual, à sexualidade feminina negra e ao desejo, articulam-se com as representações da sexualidade masculina sob a forma de manipulação e controle do desejo sexual por parte do homem. Uma análise cuidadosa revela, a partir da metade do filme, principalmente, várias tensões, dicotomias e estereótipos de gênero tecidos nas narrativas e nas ações masculinas, que

2 DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 180.

3 RIBEIRO, Djamila. Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso? Disponível: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cultura-do-estupro-o-que-a-miscigenacao-tem-a-ver-com-isso>> acesso em 20/02/2018.

apontam como velhas roupagens do discurso preconceituoso machista podem reaparecer e seduzir mesmo o mais atento telespectador.

O desejo sexual de Nola não é apresentado, se nos atentarmos bem, como autônomo ou independente, ou mesmo para sua própria satisfação sexual, mas, ao contrário, ele é direcionado para os homens com os quais ela se relaciona sendo seu corpo uma espécie de recompensa ou presente que ela concede para o homem que lhe agrada - ao Mars porque ela a faz rir e ao Jamie porque ele é carinhoso e procura ser romântico. Na cena em que Greer diz à ela que estará na capa de uma revista masculina imediatamente ela retira a roupa e o aguarda na cama. Nessa mesma cena, embora cômica porque nós conhecemos mais sobre o Greer e sua fixação pelo próprio corpo, o sexo e o corpo de Nola é uma recompensa pelo feito de seu parceiro.

Sua principal preocupação é agradar cada um de seus parceiros. Embora o telespectador seja levado a crer que ela gosta de sexo, sua satisfação sexual nunca é seu primeiro objetivo. Ela só tem prazer na medida em que é capaz de agrada-los e, nesse caso, o sexo é uma forma que ela encontrou para mantê-los próximos, invertendo a concepção apresentada nos primeiros minutos de filme da mulher bem resolvida e que age segundo seus próprios interesses e vontades quando, na verdade, Nola torna-se uma projeção do machismo de mulher sexualizada (alimentando o desejo e imaginário dos homens, ao invés de criar uma ideia da mulher libertada sexualmente). Para o imaginário masculino ela é a mulher “perfeita” por querer sexo o tempo todo, estar sempre disponível e não precisa ter, necessariamente, um relacionamento fixo. “A afirmação sexual feminina heterossexual tem legitimidade primeiramente como um gesto de recompensa ou como um meio pelo qual os homens podem ser manipulados e controlados por mulheres (o que é vulgarmente chamado ‘poder da vagina’). Os homens não precisam objetivar a sexualidade de Nola porque ela mesma a objetifica.”⁴

A opção de Lee em colocar os personagens falando diretamente para a câmera, como numa entrevista, faz uma divisão da narração da história entre eles, incluindo aí o pai de Nola, a médica, a colega de quarto, seus três relacionamentos, Opal e a própria Nola. São oito narradores para história com grande ênfase para Greer, Mars e Jamie, mas pouquíssimo para a própria Nola. Nós a conhecemos pela ótica de três homens interessados em tê-la como relacionamento e isso faz com que o telespectador saiba da protagonista pelos homens e não por ela mesma, além do fato de sabermos mais sobre eles do que propriamente de Nola Darling.

Durante várias passagens do filme os três parceiros de Nola falam, separadamente, dos problemas que eles veem nela. Mars diz que “os homens querem uma aberração⁵ na cama” e em outra cena diz que um dos motivos para ela querer transar tanto é por não ter um bom relacionamento com o pai; Greer sugere que ela esteja doente ao dizer que o desejo sexual que possui é algo fora do normal e por isso Nola deveria procurar um profissional, fato que ocorre na cena seguinte. Ao invés dela de posicionar e afirmar sua sexualidade, a protagonista internaliza as críticas de seu parceiro e procura uma psiquiatra.

O deslocamento do foco narrativo colocando os homens em evidência num filme que se pretende feminista, que deseja falar de liberdade sexual da mulher negra traz, pelo menos, duas consequências palpáveis: a primeira é exatamente uma visão masculina sobre a feminilidade negra - a ótica do diretor transposto para os personagens masculinos; o segundo é que o filme fala mais e melhor desses personagens dando uma dimensão maior de suas personalidades. Enquanto Nola Darling é tratada como uma mulher que resume sua vida nos homens e no

4 HOOKS, bell. *Talking Back*. Thinking Feminist, Thinking Black. Routledge. 2015. p. 230.

5 A palavra utilizada por Mars na cena é *freak*. Poderíamos utilizar como tradução ainda a palavra “fantasia”, no sentido de fetiche sexual, ou “anomalia”. Em todos os casos a ideia passada pela fala do personagem é algo que trata o comportamento sexual de Nola como algo que foge à normalidade aos olhos dele.

sexo, seus parceiros possuem outros assuntos a tratar, outras atividades e eles são apresentados como possuidores de características singulares. Greer cuida do corpo, fala sobre alimentação e é referência de beleza para uma revista; Mars é brincalhão, extrovertido e com senso de humor; Jamie é romântico, acredita num relacionamento monogâmico, prega fidelidade, escreve poesia e aprecia dança. Spike Lee ao tentar dar visibilidade para a mulher e para a sexualidade negra acaba fazendo um grande elogio à masculinidade negra contribuindo, inclusive, para uma representação que não trata o homem negro como possuidor apenas de atributos físicos em detrimento de suas capacidades criativas e intelectuais.

Ao contrário de Nola, eles nem sempre pensam em sexo, não sofrem de pênis no cérebro. Eles têm opiniões sobre uma variedade de tópicos: política, esportes, estilos de vida, gênero, etc. O cineasta Spike Lee desafia e critica noções de sexualidade masculina negra, ao mesmo tempo em que apresenta uma perspectiva muito típica sobre a sexualidade feminina negra. Suas explicações imaginativas da psiquê masculina negra são muito mais profundas, muito mais expansivas e, finalmente, muito mais interessantes do que sua exploração da fraqueza negra.⁶

Nesse sentido, Lee tem a oportunidade, enquanto diretor negro engajado nas questões raciais, de oferecer a seu público uma dimensão que levasse em conta as subjetividades negras. Numa perspectiva fanoniana é a possibilidade de superação da alienação colonial que retira do negro a possibilidade de se constituir sujeito da própria história, abandonando os estereótipos sobre os povos negros construídos ao longo da história. Fanon nos traz que o humano é múltiplo em suas possibilidades e, tanto o branco quanto o negro, desenvolve nas suas experiências razão e emoção, cultura e corpo, contudo a experiência da colonização e a dominação europeia fixou algumas ideias que são sistematicamente reproduzidas, tais como a sexualização, o desejo, a virilidade, a libido, o instinto e a infantilização de homens e mulheres negras.

O racismo diz que o branco é razão e o negro é emoção. Quando o homem negro, se apresenta como um bom atleta, ou como alguém que tem swing, que tem pegada e o branco é destituído desses elementos, ele reforça suas características corporais criadas num processo de hierarquia colonial que serviu aos europeus de justificativa para dominação e, ao mesmo tempo, deixa o papel de criador, pensador, reflexivo, crítico e racional aos brancos.

O negro vira depositário da agressividade libidinal. É visto o mais próximo possível da animalidade, virilidade, força, potência sexual. Muitos negros reforçam essas características para se afirmarem tanto por entender que estarão melhores nas relações sociais, quanto por ser, na verdade, o único lugar que o branco/racismo/colonialismo permite que ele esteja. Os personagens masculinos de *Ela quer tudo* fogem, em sua maioria, desse tipo de estereótipo racista, abrindo possibilidade de compreensão das masculinidades negras.

A masculinidade foi construída - e universalizada - pelo homem branco hétero e de classe média e, muitas vezes, essa categoria não está capacitada a enxergar como gênero, classe ou raça afetam suas experiências. Mulheres, negros, gays e pobres se veem como diferentes. Ser homem é categoria de existência, mas o homem negro performa esse homem universalizado. A partir de ideais sociais da ideia de masculinidade ele tenta alcançar esse padrão estabelecido. Esses ideais não foram construídos pra atendê-lo, e sim, para atender outras pessoas.

Deve-se muito ao movimento feminista - que avançou muito nas reflexões e defesa de interesses das mulheres de diversas categorias, sobretudo a partir da década de 1960 - a discussão sobre o gênero masculino. A hierarquização, as violências física e psicológica, o abandono, enfim, as questões postas pelo feminismo acabaram levando os homens a se questionarem sobre sua

6 HOOKS, bell. *Talking Back*. Thinking Feminist, Thinking Black. Routledge. 2015. p. 231.

participação na relação de gênero. Não só as performances desse novo homem (homem que pode chorar, ser sensível, usar rosa, cuidar de si, etc.), mas a relação de gênero X com o gênero Y; Pensar na relação que o ser masculino tem com o ser feminino.

Posto que os homens negros são diferentes dos homens brancos e possuem suas próprias subjetividades, é necessário discutir quais são os lugares, pressupostos, recortes que embasam relação de violência, relações de inferioridade em relação ao gênero feminino e também com relação ao homem branco. As relações hegemônicas e de subalternidades são, portanto, relativas. O negro pode ser, ao mesmo tempo, hegemônico (em relação à mulher) e subalterno (em relação ao homem branco).

Como vimos, a construção das subjetividades de homens e mulheres negras nas sociedades em que a escravidão africana esteve presente, acabou tendo como referência o homem branco e, nesse espaço, o homem negro foi animalizado nas questões sociais, foi hipersexualizado, as aptidões intelectuais são omitidas e, no que dependeu das representações historicamente feitas sob o ponto de um ponto de vista branco, elas foram e são reduzidas a questão sexual, ao tamanho do pênis, a capacidade sexual elevada, ao diferente e ao exótico.

A masculinidade construída pelo padrão branco, heteronormativo e de classe média é associada com o conceito de virilidade, controle e poder; associado a ter posse e não só de bens materiais, mas também da mulher como objeto. Essa associação é própria de uma sociedade machista e patriarcal e a posse da mulher reafirma a masculinidade. Numa posição subalterna o homem negro busca reforçar a masculinidade que ele precisa performar; a mulher como posse e como troféu cumpre esse papel. E nesse cenário a mulher branca é a mais valiosa e sua posse pode ser vista como forma de ascensão social e um jeito de equiparar o homem negro ao homem branco. Em suas reflexões, lançadas posteriormente em sua autobiografia, Malcolm X registrou que

Foi quando comecei a desfilar com Sophia que realmente adquiri um status superior (...) até aquele momento, não passava de mais um entre incontáveis jovens de cabelos esticados. Mas agora, com a mulher branca mais espetacular que já havia entrado naqueles bares e clubes, até mesmo os mais importantes vigaristas e escroques negros, como os gerentes de clubes, jogadores, banqueiros do jogo dos números começaram a me dar tapinhas nas costas. Queria me roubar aquela mulher branca sensacional.⁷

Líderes e intelectuais negros, a exemplo do que aconteceu com Malcolm X, logo perceberam o que Fanon explicitou quando escreveu que os “seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me apropriou”⁸. A mulher branca, nesse caso, confere a branquitude desejada. Mais do que a roupa, mais do que na forma de falar, mais do que nos bens que se possui é a mulher branca que atesta a brancura do negro.

Nessa crítica fanoniana, o que quer então o homem negro? Ele quer ser humano, mas ser humano é ser branco. Então é branco que ele tenta ser. Por onde o negro conseguir, de todas as formas, do comportamento a roupa, jeito de organizar a linguagem, escolhas afetivas sexuais. O grande problema conclusivo que Fanon chega é que mesmo que o negro acredite ser branco ele continua sendo visto como uma pessoa preta. É necessário, portanto, descolonizar o pensamento e tudo ao redor, retirar os estigmas impostos sobre os corpos negros. O estereótipo – que atrela alguns hábitos a um determinado grupo – criado e reproduzido pela sociedade desde a escravidão é prova de que o branco tem força social, política e econômica pra fazer aquilo se valer dentro da cultura.

7 HALEY, Alex. **Autobiografia de Malcolm X**. Com a colaboração de Alex Haley. Trad. A. B. Pinheiro de Lemos, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 75.

8 FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 69.

Os negros, por sua vez, não possuem forças pra criar um estereótipo que “amaldiçoe” a existência branca a mesma altura. A prova disso é que os negros estão lutando há séculos pra retirar o estereótipo criado pelo europeu. Para Stuart Hall, o negro estereotipado é que foi “reduzido a alguns fundamentos fixados pela natureza, a umas poucas características simplificadas” e seu uso “na representação popular era tão comum que cartunistas, ilustradores e caricaturistas conseguiam reunir toda uma gama de ‘tipos negros’ com apenas alguns traços simples e essencializados”.⁹

O ESTUPRO

A maior crítica, contudo, a *Ela quer tudo* fica por conta da cena de estupro, da qual o próprio Spike Lee já disse se arrepender¹⁰. Já na época do lançamento do filme a grande mídia já apresentava suas críticas, seja para punir a audácia de um diretor negro ganhar visibilidade na poderosa indústria de Hollywood – o filme chegou a ser tratado como “alguns dos experimentos mal realizados de Spike Lee”¹¹-, seja pelo pouco cuidado que teve com o tema, que já era muito debatido por feministas negras como bell Hooks e Angela Davis. A cena por si só já seria suficiente para ser criticada há trinta anos atrás quando o filme foi para os cinemas, mas ela vai além: serve também como conclusão e fator de mudança de Nola Darling na obra. O fato da própria protagonista não considerar o ato violento de Jamie como estupro, chamando-o de “quase estupro”, não alivia a cena. Ela é extremamente pesada e carregada de símbolos que vão contra otimista intenção de Lee de retratar a libertação sexual da mulher negra.

Há, na cena, uma grande naturalização do estupro. Inicialmente Nola pede que Jamie esteja com ela, insiste para que ele vá até sua casa e, mesmo na hora, ela pede pra que ele faça sexo com ela, talvez numa tentativa do diretor de amenizar o ato, mas a violência e desprezo do parceiro, as expressões de dor que Nola tem no rosto é incômodo demais para o telespectador, ou pelo menos para aqueles que compreendem o que está acontecendo no filme. Não há tolerância nenhuma para o estupro em nenhuma categoria do feminismo, sobretudo para o discurso de que a vítima pediu ou facilitou essa violência – exatamente a ideia que ficou para o telespectador.

Dois momentos no filme são decisivos para a desconstrução da imagem que temos de Nola Darling no início do filme, são duas viradas que nem a epifania do final consegue reverter. O primeiro é quando a protagonista vai ao consultório da dra. Jamison após a reflexão de Greer e seu pedido para procurar ajuda profissional. Naquele momento ela se mostrou alguém que não estava necessariamente livre sexualmente. Ela internalizou as críticas de seu parceiro. Colabora com a ideia de mudança o fato de estar chovendo na cena. A chuva é elemento muitas vezes explorada pelo cinema como um fator de virada, mudança e transformação. É a única vez que chove no filme, embora só possamos perceber isso pelo barulho da água e pelos trovões. Essa cena acaba dialogando mais com a anterior do que com a seguinte, que mostra um jantar entre ela e seus três parceiros.

O segundo momento é a do estupro. A desconfortante pergunta do Jamie “de quem é essa buceta?” e a resposta “sua”, em seguida, colocam a perder toda imagem que Spike Lee provavelmente almejou construir para Nola. Nesse momento em que ela podia negar toda a violência do ato e, num sentido mais amplo, a tentativa de controle que os homens buscavam

9 HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016. p. 173.

10 Disponível em <<https://www.hollywoodreporter.com/features/spike-lee-talks-black-klansman-movie-why-he-regrets-rape-scene-shes-gotta-have-it-1059729>> Acesso em 20/02/2018.

11 BRUCKNER, D. J. R. FILM: Spike Lee's She's Gotta Have It'. New York Times. 8 agosto de 1986. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1986/08/08/movies/film-spike-lee-s-she-s-gotta-have-it.html> acesso em: 12/08/2018.

impor sobre ela durante toda a obra, Nola não conseguiu. Ao invés disso ela escolhe abandonar sua sexualidade e põe um ponto final no relacionamento com Mars e Greer pra ficar com o estuprador.

Certamente é um final conciliador com o machismo. Várias mensagens perigosas podem ser interpretadas ao final da obra. Uma delas é que, para garantir a “conversão” de Nola para a monogamia não precisa ser engraçado, romântico, rico ou bonito e, principalmente, não depende da própria Nola, basta estupra-la. O problema se agrava, como aponta Angela Davis porque “na história dos Estados Unidos, a acusação fraudulenta de estupro se destaca como um dos artifícios mais impiedosos criados pelo racismo. “O mito do estuprador negro tem sido invocado sistematicamente sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigem justificativas convincentes”¹² e ao reforçar esse estereótipo do homem negro estuprador, o filme pode ter servido para justificar a “execução de 405 negros dos 455 homens condenados por estupro”, enquanto os homens brancos continuavam impunes após várias acusações de violência sexual, entre 1930 e 1967. “O mito do estuprador negro era uma invenção obviamente política”¹³ e “na década de 1970 houve uma onda de crescimento do mito do estuprador negro.”¹⁴ Ao inserir uma cena com dois negros, necessariamente um homem e uma mulher, numa cena de estupro, Spike Lee abre uma ferida difícil de ser fechada: a imagem do negro “quente” – disponível (mulher) ou violento (homem) que habita o pensamento racista originário nas relações de escravidão na América.

A dicotomia quente/frio sugere três axiomas interdependentes em relação à política sexual do discurso colonial. Em primeiro lugar, acredita-se que a interação sexual entre homens negros e árabes e mulheres brancas *somente* pode acontecer através do estupro (visto que, naturalmente, mulheres brancas não desejam homens negros ou árabes). O segundo axioma afirma que a interação sexual entre homens brancos e mulheres negras ou árabes *não pode* resultar em estupro (pois mulheres negras ou árabes são naturalmente “quentes” e desejam o senhor branco). Finalmente, a terceira premissa sustenta que a interação homens e mulheres de descendência negra ou árabe *não pode* resultar em estupro visto que ambos são “quentes” por natureza.¹⁵

O estupro é um meio eficaz de controle social patriarcal e o restabelecimento da dominação do homem sobre a mulher. Ao mesmo tempo o filme transmite a ideia de que a mulher negra ousada ou que busca estar fora das convenções sexistas e patriarcais pode acabar rejeitada ou punição. Mais uma leitura possível é a de que não há punição para gestos como os de Jamie, nem por parte do sistema penal, nem da própria companheira que aceita continuar com ele após o estupro, ou seja, os riscos são baixos para aqueles que cometem essa covardia. Há

12 DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 177-178.

13 Idem. p. 188.

14 Idem. p. 199.

15 SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 237-238.

ainda a ideia de que a recuperação da vítima de uma violência sexual como essa seja tranquila e sem maiores dificuldades já que Nola não procura ajuda, já que sua própria determinação é suficiente pra que ela consiga seguir a vida sendo que, na verdade, os danos podem ser irreversíveis se uma situação como essa não for tratada com os devidos cuidados.

REFERÊNCIAS

BRUCKNER, D. J. R. FILM: Spike Lee's *She's Gotta Have It*. New York Times. 8 agosto de 1986.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALEY, Alex. **Autobiografia de Malcolm X**. Com a colaboração de Alex Haley. Trad. A. B. Pinheiro de Lemos, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 1992.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, bell. **Talking Back**. Thinking Feminist, Thinking Black. Routledge. 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Cultura do estupro**: o que a miscigenação tem a ver com isso? Disponível: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cultura-do-estupro-o-que-a-miscigenacao-tem-a-ver-com-isso>>

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

MEMÓRIA EM SONORIDADES DO SERTÃO ALAGOANO**WALCLER DE LIMA MENDES JUNIOR***Professor do PPG SOTEPP/UNIT**walclerjunior@hotmail.com***NOME DO AUTOR***Professora do PPGAU/UFAL**jumichaello@hotmail.com***LORENNAS NASCIMENTO MONTEIRO***Aluna de graduação de Comunicação Social/UNIT***RESUMO**

O projeto visou mapear a sonoridade do sertão alagoano dividido em territórios naturais, como caatinga, lajedos, serras, resquícios de mata nativa e territórios transformados por ação, ocupação e presença humana. O projeto opera na interseção de três campos de saber distintos, propondo um diálogo interdisciplinar entre ecologia, sociologia e etnomusicologia. A identificação sonora de territórios naturais, suas fronteiras e estratégias de sobrevivência frente os impactos da ação do homem, a identificação sonora de espécies da fauna e da flora nativa e a identificação sonora de fenômenos pertencem ao campo da ecologia e dos estudos ambientais. Os sons das fazendas, dos povoados, das festividades e cotidianidades, da gritaria da feira, especificam-se como elementos do campo da sociologia. E operando entre as duas esferas, mas a partir de um terceiro campo de saber, o campo da etnomusicologia, propõe-se captar e catalogar essas experiências.

Palavras-chave: Mapeamento sonoro, paisagem sonora, território sonoro, sertão alagoano.

ABSTRACT

The project aimed to map the sounds of the Alagoan wilderness divided between the natural territories, such as the caatinga, the quarries, the mountains and the spaces transformed by the action, the activity and the presence of human beings. The project operates at the intersection of three distinct fields of knowledge, proposing an interdisciplinary dialogue between Ecology, Sociology and Ethnomusicology. The sound identification of natural territories, their borders and their strategies in the face of the impact of human presence, the sound identification of species of fauna and flora and the sound identification of natural phenomena belonging to the field of ecology and environmental studies. The sounds of farms, villages, festivities and daily life, the outcry of the fair are elements belonging to the field of sociology. And operating between the two spheres, specifying a third field of knowledge, the field of Ethnomusicology proposes to capture and catalog these experiences.

Key-words: Sound mapping, Soundscape, Sound territory, Alagoan wilderness.

Durante o desenvolvimento do projeto chamou a atenção do grupo a diversidade e complexidade das paisagens sonoras do sertão, que englobam sons de animais silvestres como pássaros, primatas, felinos, pequenos mamíferos, o roçar das folhas e das copas das árvores sacudidas pelo vento e pela chuva, passando por sons específicos da presença humana como o badalo no pescoço dos bois, carneiros e cabras, o sino no campanário da igreja matriz, os fogos das festas sacro-profanas, o galope das cavalgadas e pegas-de-boi por estradas, veredas e na mata fechada da caatinga. Dos gritos e cantos de feiras e procissões, até as manifestações de fenômenos como, o eco da chuva no lajedo e no telhado das casas de taipa, na sinuosidade das rochas, nas entradas das cavernas e soleiras das casas, o som do riachinho correndo para o rio São Francisco e das crianças mergulhando no açude, o pio dos falcões e carcarás abafado pelo ronco dos motores de automóveis, tratores e velhos caminhões Ford, o silvo oleoso das rodas dos carros de boi e o ranger das carroças puxadas a burro pela estradinha de piçarra levando os mantimentos da feira, ela própria dona de uma miríade incalculável de sons próprios. Uma vez que o projeto citado tinha um escopo amplo de mapeamento geral e não poderia se deter com mais especificidade à coleta e análise de dados sonoros, entendemos como relevante o desenvolvimento de um projeto de pesquisa específico para tratar de expressões e territórios sonoros.

A cartografia proposta neste projeto pretende estar atenta à compreensão do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, tal como proposto por Deleuze e Guattari. As transformações e rearranjos dos territórios sertanejos produzem deslocamentos e novos agenciamentos sonoros, e desta forma partimos da compreensão de que não se produziria um mapa estanque, mensurado e delimitado dos territórios sonoros, mas uma cartografia, na perspectiva pós-estruturalista, o que significa assumir que o mapa se constitui enquanto constitui territórios em devir. *“Há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação”* (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 11).

I) Territorializações “Humanas”, Territorializações “Naturais”

Uma primeira questão que orienta nossa pesquisa é a desconstrução mesma daquilo que constituímos como orientação inicial de pesquisa: a de estar atentos aos territórios “urbanos”, “rurais” e “naturais”. Tal classificação, apesar de tratar de certas estratificações baseadas numa escala de ação humana, será tensionada logo de imediato, considerando que existem convergências sobre a questão ambiental, que de maneira alguma, exclui o homem e seus modos de ocupar e usar o território. Propomos aqui uma interface dessas questões nos termos do pós-estruturalismo, numa tentativa de produzir perspectivas sobre esses modos de ocupar e usar o ambiente considerando os inevitáveis conflitos gerados nas relações de alteridades entre homens, entre homens e ambiente construído, entre homens e ambiente “não-transformado”.

Em muitas áreas colonizadas pelo ser humano, as paisagens, originalmente apresentando formações vegetais naturais como várzeas, campos ou florestas primárias, são hoje um mosaico, onde um arquipélago de “ilhas” ou fragmentos de vegetação natural secundária originados da exploração ou supressão destas áreas naturais, subsiste em meio a áreas agrícolas, pastagens, assentamentos urbanos, lavras minerais, entre outros usos diversos. Estas áreas naturais têm sido chamadas de fragmentos para salientar que elas não se comportam mais como áreas naturais intactas. Entende-se que a importância do conhecimento sobre a fragmentação hoje é óbvia, pois em muitas paisagens, a esmagadora maioria das espécies (fauna e flora) está restrita aos fragmentos. Com a redução do número e do tamanho dos fragmentos, ocorrem perdas na diversidade natural em função do desaparecimento físico de indivíduos (plantas e animais) ou do declínio gradual das populações, que tendem a conter poucos indivíduos e muitas espécies raras. Assim, **a diminuição da área de um habitat adequado para uma espécie rara afeta muito**

suas chances de continuar existindo. O grau de isolamento de um fragmento pode afetar o influxo de animais, pólen e sementes. Se a distância entre os fragmentos for muito grande, dificulta a migração entre os mesmos. A intensidade das atividades desenvolvidas no entorno também afetaria a sobrevivência das populações, como o uso do fogo, a deposição de lixo ou entulhos, o uso de pesticidas, as pastagens, os reflorestamentos com espécies comerciais, o uso urbano ou industrial, etc.

Pensar o ambiente a partir da necessidade de homens, animais e plantas, o que justificaria corredores e veredas ligando fragmentos, expressa-se de forma potente na dicção do pensamento pós-estruturalista e apoia o pensamento de uma biologia de fundamentos mais dinâmicos. Nesses termos, a ciência moderna ganha novos questionamentos, inclusive naquilo que parece mais paradigmático de seu discurso que é privilegiar as necessidades do homem em relação às necessidades de tudo o que não é homem (Deuses, animais, vegetais, recursos naturais etc.). Para o pensamento pós-estruturalista a divisão entre homens e suas necessidades de um lado e natureza do outro é no mínimo grosseira, apesar de ser assumida sem questionamentos por quase a totalidade do pensamento científico. - Assume-se, nos termos deleuzianos, como violenta a interpretação da lógica epistêmica moderna que separa em dois distintos grupos classificatórios aquilo que é inscrito como relativo ao Homem, às humanidades, ao humanismo oitocentista e civilizador, por consequência a padrões culturais, linguísticos e discursivos e aquilo que se diz da natureza, do instinto, da reação imediata, não mediada por códigos, acordos e expressões de comunicação inteligíveis a leitura desse homem moderno.

II) Paisagem Sonora, Território Sonoro

Uma vez exposta a forma como elementos de ordem natural e cultural foram tratados nessa pesquisa, vamos apresentar como esse escopo pode ser traduzido e organizado através de um mapeamento sonoro de suas manifestações.

Como um dos pioneiros nos estudos de ambientes sonoros, Murray Schafer criou em 1969 o projeto Paisagem Sonora Mundial, cujos objetivos eram: produzir um estudo interdisciplinar sobre os ambientes acústicos e suas relações com o homem; propor um ambiente acústico mais saudável; propor uma pedagogia de escuta.

O ambiente silencioso da paisagem sonora hi-fi permite o ouvinte escutar mais longe, a distancia, a exemplo dos exercícios de visão a longa distancia no campo. a cidade abrevia essa habilidade para a audição (e visão) a distancia, marcando uma das mais importantes mudanças na história da percepção. (Schaefer, p.71)

Um dos principais conceitos de Schafer é o de “paisagem sonora”, que em linhas gerais especifica o conjunto de sons produzidos dentro de um ambiente. “O termo pode referir-se a ambientes reais ou a construções abstratas, como composições musicais e montagens de fitas, em particular quando consideradas como um ambiente.” (p.366).

Além da perspectiva racionalista implicada na ideia de um ambiente sonoro saudável e de ouvidos educados, o conceito de paisagem sonora pode também ser deslocado a partir da crítica deleuziana, substituindo o conceito de paisagem sonora (que implica um espaço materializado e pré-existente às manifestações sonoras, que se expressariam em um contexto de separação entre observador/ouvinte e observado/som) pelo de território sonoro (em que o ouvinte atua em diálogo com o meio, cuja territorialização se expressa na simultaneidade da expressão sonora que contamina o observador/ouvinte).

Um TS [Território Sonoro] não existe de antemão, ele se constrói e é fabricado, levantando muros sônicos, que podem proteger, mas também aprisionar. A dinâmica do ritornelo, de territorializar e desterritorializar o som, está imbricada na produção dos TSs. (...)Um TS está sempre prestes a se desterritorializar (OBICI, p. 100).

Esta condição deleuziana dos territórios de se (des)(re)constituírem pressupõe uma percepção do território enquanto marca expressiva. “O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções de um território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território” (DELEUZE E GUATTARI, p. 121). Desta forma, as territorializações que serão elencadas e cartografadas neste projeto serão sempre discutidas a partir da premissa de que não preexistem ao mapeamento, mas o constituem sendo por ele constituídas.

A despeito do movimento deleuziano de desterritorialização, propomos seguir os rastros, linhas de fuga que ao longo do movimento permitem a inversão de posições entre fonte sonora e ouvinte. Em que condição o ouvinte (pesquisador) especifica-se como sujeito implicado na relação com a fonte sonora, subjetivando o som, metaforizando o som, interpretando o som com valores e memórias idiossincráticas? Para começar devemos focar sob uma certa condição de escuta, visto que é pela função da escuta que mais diretamente estabelece-se a relação ouvinte e fonte sonora. Condição de escuta que não seria jamais assertiva, nem passiva ou apenas receptiva, considerando que o próprio ato de ouvir já configura uma ação seletiva e por isso carregada de juízo de valor. Trata-se de escuta como um ato de criação (OBICI, 2008, p. 26) e de afirmação de certo lugar político e estético em que ouvinte e fonte sonora se colocam de forma ativa e atuante.

Essa ação se expressa a princípio pelo juízo de valor que seleciona e julga o que se ouve para logo em seguida produzir a disseminação de sentidos, criação, metáfora de metáfora daquilo mesmo que se ouviu e já vai produzindo segundas, terceiras, quartas, múltiplas, disseminadas interpretações, traduções, criações que propõe novas territorializações pela mesma força do ritornelo deleuziano.

Pode-se inventar mundos sônicos pela criação de territórios irrealis e delírios de forças inaudíveis. É nesse paradoxo entre o que é possível e inimaginável que nossos ouvidos poderiam mobilizar uma atitude criadora que é também uma forma de inventar escuta (OBICI, 49, 2008).

A desterritorialização é um neologismo que expressa a simultaneidade do movimento referente às categorias deleuzianas de territorializar e reterritorializar como movimentos de ritornelo, cujo retorno, nunca encontra o mesmo ponto deixado anteriormente. Poderíamos pensar numa espiral. Mas, Deleuze propõe a imagem de um rizoma. Podemos pensar em círculos que antes de se completarem já estariam originando novos círculos.

Assumimos, ao longo da pesquisa, que no exercício de campo tatou-se mais do que inventar escuta, mas, inventar pela escuta, uma escuta que cria ao interpretar/traduzir o que ouve para além da condição de um ouvinte cristalizado do qual se espera uma resposta dentro do padrão mapeado pela classificação de ambiente natural em oposição ao ambiente transformado. Antes de ir mais a fundo nas possibilidades do jogo expresso na relação entre ouvintes e fontes sonoras que vão se desconstruindo ou desterritorializando, já haveria uma indecisão que afeta internamente o dizer sonoro. Uma vez que o contexto determinaria os limites estéticos do que se classifica por som, música, ruído e silêncio, essas construções devem, por sua vez, responder à construção contextual (social, político, cultural etc., hegemonicamente construída por um discurso falocêntrico e monumental).

O campo sonoro é palco de uma constante batalha de destruições de paradigmas e conceitos que definem o que é o musical, o ruído e o silêncio. Todas as categorias do sonoro precisam ser inventadas constantemente, o que não se faz sem alguma perda e com um grande exercício inventivo (OBICI, 95, 2008). Por exemplo:

A música européia se juntou com a africana no território das Américas. Esse evento é produtor de uma extraordinária força multiplicadora: ele contribui para criar experiências de tempo musical de uma grande complexidade e sutileza. O ímã da música puxa agora de novo para o questionamento e a criação sobre o pulso, o tempo, o ritmo. Essas músicas devem ser lidas ou escutadas em nova situação. Elas fazem parte do processo de codificação entre som, ruído e silêncio como modos de admitir fases e defasagens, de trabalhar sobre o caráter simultaneamente rítmico e arrítmico do mundo (WISNIK, p.55, 2006). (...) A escuta está polarizada pela repetição do mercado, mas outros modos de escuta estão latentes nela como ressonâncias harmônicas. À medida que nos aprofundamos no tempo da dessacralização, toda a história dos símbolos, que vibra num acorde oculto (modal, tonal, serial), fica paradoxalmente mais exposta na sua simultânea contemporaneidade (WISNIK, p.56, 2006).

O sonoro, tal qual a música, se desloca entre o silêncio e o ruído, não sem drama, sem conflito, mas, é preciso pensar o quanto o ouvido não é também autor desse mesmo drama, produzindo e destruindo territórios, por ato auditivo. Aproximando-se mais do ritornelo deleuziano podemos assumir que a relação sonora estabelecida entre escuta e expressão sonora carece de ordem, território, visto que se dá em uma simultaneidade que ao mesmo tempo produz o território de conforto e já o vai ameaçando. Esse duplo movimento de fechar e abrir expressa-se no conceito aberrante de Caosmo deleuzeano (Caos/Cosmo). O que explicita dizer que todo movimento de territorialização já expressa um devir desterritorializante, um efeito de ritornelo: devir-fuga simultâneo a um devir-retorno que nunca reencontra o mesmo ponto.

Uma criança no escuro, tomada de medo, tranqüiliza-se cantarolando (...). Agora, ao contrário, estamos em casa. Mas o "em-casa" não preexiste: foi preciso traçar um círculo (cantarolando) em torno do centro frágil e incerto, organizar um espaço limitado. Eis que as forças do caos são mantidas no exterior tanto quanto possível, e o espaço interior protege as forças germinativas de uma tarefa a ser cumprida, de uma obra a ser feita. Agora, enfim entreabrimos o círculo, nós mesmos vamos para fora, nos lançamos. Como se o próprio círculo tendesse a abrir-se para um futuro, em função das forças em obra que ele abriga (DELEUZE; GUATTARI, pp. 116, 117, 1997).

Momentaneamente, em um princípio inventado, localizávamo-nos ouvinte e fonte sonora nas forças do caos que ameaçavam, por juízo de valor e escuta seletiva, e provocavam a necessidade de ambos os lados produzirem um círculo em torno do centro frágil. Mas, enquanto opera, a máquina auditiva que constrói e fortifica a obra a partir de dentro já abre-se para improvisar: "*arriscamos uma improvisação, improvisar é ir ao encontro do Mundo, ou confundir-se nele*" (Idem, p.117).

O ritornelo tem os três aspectos, e os torna simultâneos ou os mistura: Ora o caos é um imenso buraco negro, e nos esforçamos para fixar nele um ponto frágil como centro. Ora organizamos em torno do ponto uma pose calma e estável. Ora enxertamos uma escapada nessa pose, para fora do buraco negro. (Ibidem).

III) Acusmática - A Cartografia Sonora E Os Meios De Gravação

Como um binóculo, os microfones e os fones de ouvido trazem o som para um âmbito próximo e íntimo, revelando uma gama de detalhes nítidos que são inteiramente desconhecidos. Alguns pássaros cruzam o espaço estereofônico e a ondulação das asas produz uma cadência lenta, uma mistura diáfana de silvos e silêncios. Com uma aparelhagem portátil de gravação, o pesquisador não se sente escutando como um observador distante; pelo contrário, se sente lançado a um espaço novo e se transforma em parte integrante da própria experiência. Muitas das texturas acústicas sutis se agigantam através dos fones estéreo, cujo controle de volume se coloca no máximo para não perder nenhum detalhe. O impacto é imediato e poderoso. A

impressão de leveza e amplidão é esplêndida e sedutora. O ambiente se transforma, revelando sutilezas mínimas que jamais se percebe de ouvidos desarmados.

Com os novos dispositivos de gravação (suportes de mídias digitais) surge a possibilidade de armazenar, repetir e examinar sons efêmeros que, antes, só eram possíveis escutar diante da presença da fonte mecânica que o produziu. “*A dissociação da vista e do ouvido favorece aqui uma outra maneira de escutar*” (Schaeffer, 1988, p. 57). Trata-se aí da escuta *acusmática* para Schaeffer, que se dissocia de uma relação causa-efeito (localização imediata da fonte sonora). A escuta passa a ocupar uma dimensão nova, estabelecendo uma ruptura com a maneira tradicional de nos relacionarmos com o som, seja no plano da música, da comunicação ou dos sons cotidianos.

Embora presentes em todo e qualquer sinal acústico – seja ele gerado por animais, homens, instrumentos musicais ou máquinas –, os elementos do som constituem apenas uma parte do que constitui a sonoridade coletiva de determinada localidade. A palavra *soundscape* [paisagem sonora] apareceu na língua inglesa em fins do século XX e se refere à totalidade dos sons que chegam a nossos ouvidos em determinado momento. Como já mencionado, a criação do termo é atribuída a R. Murray Schafer, entusiasta e estudioso da sonoridade de diversos habitats. Schafer buscava maneiras de enquadrar a experiência auditiva em novos contextos não visuais. Ao mesmo tempo, sua meta era nos incentivar a prestar mais atenção na tessitura sonora dos ambientes, onde quer que vivêssemos.

IV) Territorializações Preliminares: Alguns Sertões De Partida

Se pressupomos, conforme nosso marco teórico indica, que os territórios se constituem junto com a cartografia, não poderíamos delimitar no escopo deste projeto um território sertanejo fechado e delimitado *a priori*. À percepção de um sertão da caatinga, árida e vasta, se somam territórios urbanos marcados por cidades médias, musicalidades da indústria cultural e sons provenientes de equipamentos eletrônicos. Carros de boi, com seu cantar de rodas pesadas, carregam alto-falantes automotivos que tocam tanto toadas de vaqueiros quanto *axé music*. Nesta perspectiva, os territórios sonoros de partida funcionarão apenas como um indicativo inicial, que terá como função nortear a parte objetiva do trabalho de campo, mas não constituem necessariamente (e provavelmente) os territórios agenciados na cartografia, que serão constituídos juntamente com a mesma.

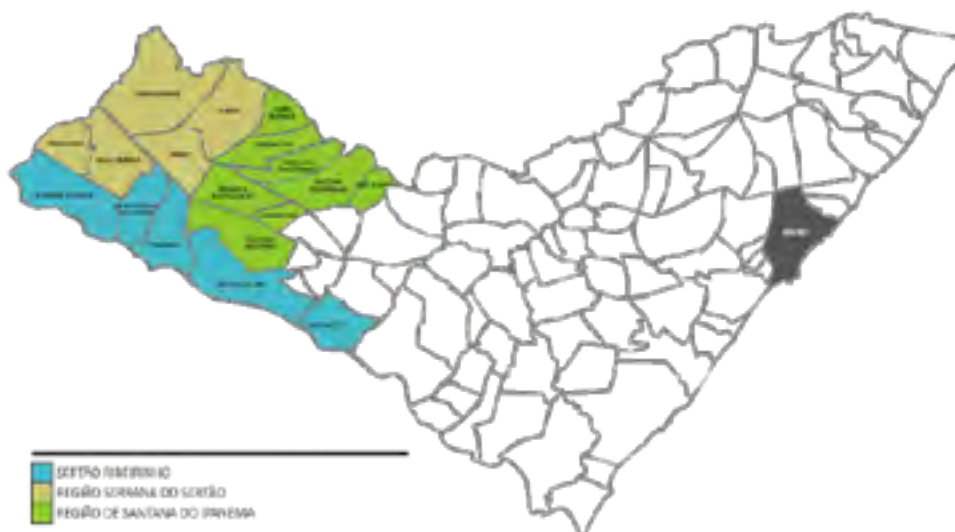
Essa pesquisa visou contribuir para a problematização dos territórios sonoros ao registrar e agenciar paisagens sonoras do sertão alagoano. Além disto imagina-se que o mesmo inspira e incentiva ações políticas em torno da ecologia, através de uma atenção crítica aos fenômenos acústicos. Essa proposta encontrou sua justificativa em uma combinação curiosa: “denunciar” os abusos relativos aos níveis de poluição sonora, e chamar a atenção para sons que estão em risco de extinção, desde sons naturais que desaparecerão junto com suas fontes sonoras naturais – animais e fenômenos que soam como resultado de certa combinação entre o solo, a vegetação e as condições climáticas – e fontes sonoras culturais – como carroças, ferreiros, badalo de sinos, gritos e ruídos de feiras livres e itinerantes. Parte-se de uma convicção de que aguçar percepções sonoras, nossa sensibilidade auditiva, para determinadas manifestações naturais e artificiais, contribui no enriquecimento de aspectos relacionados a sociabilidade e a memória, aguçando compromissos éticos, históricos e políticos do indivíduo em constante processo de construção e negociação de aspectos e signos relacionados às marcas de identidade e território.

V) Objetivo Geral e Objetivos Específicos:

Como objetivo geral buscou-se produzir um mapeamento sonoro do sertão alagoano, elencando aspectos dos seus territórios urbanos, rurais e das paisagens naturais. Como objetivos específicos destacam-se: 1) Trabalhar com metodologia que enfatiza elementos acústicos, propondo uma relação estreita entre diversidade ambiental/cultural e diversidade sonora, experiência que se manifesta em um ambiente que proporciona uma escuta mais sensível e atenta. 2) Coletar registros sonoros em diferentes territórios do sertão alagoano. 3) Classificar os registros sonoros coletados através de uma gradação de maior e menor presença do homem. 4) Caracterizar zonas sonoras a partir dos dados levantados que permitam qualificar os sons em sua relação com os usos e a apropriação espacial. 5) Produzir um documentário audiovisual da região em que cada território, será especificado pelo conjunto de sons e imagens mais característicos de si, considerando os limites entre paisagens naturais, territórios rurais e territórios urbanos. 6) Despertar compromisso, postura e posicionamento político sobre o meio ambiente a partir da condição de escuta em nosso ambiente sonoro, destacando a importância de estarmos atentos ao que temos a disposição como sons e ruídos que contrastam com o que se convencionou chamar de poluição sonora.

VI) Metodologia

O Território do Sertão Alagoano foi dividido, para efeito do trabalho de campo, em três áreas que corresponderam, em linhas gerais, a seis meses de trabalho de campo cada uma. Optamos por uma divisão territorial que se sobrepusse à região marcada pela caatinga e a uma divisão cultural preliminar, baseada nas experiências de mapeamentos culturais na região, que permitiram perceber diferentes questões identitárias e territoriais. As três regiões estão apresentadas no mapa abaixo e constituem-se no seguinte delineamento:



MAPA 1 | SERTÃO ALAGOANO E ÁREAS DELIMITADAS PARA A PESQUISA

SERTÃO RIBEIRINHO – Nesta primeira zona foram agrupados os municípios que margeiam o Rio São Francisco, sendo marcados por ocupações, práticas culturais e identitárias, biomas e paisagens naturais bastante identificados pela presença do mesmo. Nesta região, além da paisagem aquosa, temos uma região de cobertura vegetal mais perene, ocupação adensada na região da ribeira e linhas de extravasamento territorial com os estados da Bahia e Sergipe.

Nesta área estão os municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'água do Casado, Piranhas, Pão de Açúcar e Belo Monte (5 municípios).

REGIÃO SERRANA DO SERTÃO - Caracterizada pela caatinga mais ressequida, extensas áreas de lajedos (grandes maciços rochosos), amplas distâncias entre as áreas povoadas e forte presença dos carros de boi e da pecuária extensiva. Nesta área estão os municípios de Água Branca, Canapi, Inhapi, Mata Grande e Pariconha (5 municípios).

REGIÃO DE SANTANA DO IPANEMA - Nesta região, apesar da marca rural, já se percebe a influência de territorializações urbanas, especialmente como zona de influência de Santana do Ipanema. Nesta área estão os municípios de Carneiros, Dois Riachos, São José da Tapera, Santana do Ipanema, Senador Rui Palmeira, Ouro Branco, Poço das Trincheiras e Maravilha (8 municípios).

Quanto aos procedimentos de coleta dos dados, estabelecemos dois modos:

(a) CAPTAÇÃO FIXA | O som é registrado posicionando microfones em diferentes lugares (por exemplo em uma praça de um povoado) gravando por um espaço de tempo contínuo em diferentes horários do dia por intervalos regulares. A sonoridade obtida revela certo perfil sonoro, esse perfil pode ser comparado com o de outros lugares, outras praças em localidades semelhantes, maiores e menores, a fim de se medir o ritmo da vida coletiva e a produção de sentidos sonoras de um grupo social em contraste com outro, por exemplo um ambiente rural em contraste com um ambiente urbanizado que por sua vez pode contrastar com um ambiente em vias de urbanização ou um ambiente quase intocado pela presença humana.

(b) PASSEIO DE ESCUTA | Outra forma de captação é o passeio de escuta em que, no lugar de fixar os microfones, sugere andar, perscrutar por determinado lugar, paisagem, rua, edificação, atento a captação de ruídos que a atividade cotidiana relega a um segundo plano.

Conclusão:

Uma vez finalizada a etapa de campo partiu-se para a alimentação definitiva do mapa sonoro interativo em plataforma digital. As premissas para este mapa é de que ele deveria abarcar a possibilidade de contínuo rearranjo, ampliação e deslocamentos. O mapa sonoro do sertão alagoano usa como ponto de partida a base cartográfica do "Google Map" que ao longo da pesquisa foi alimentada com arquivos sonoros e visuais, com descrição textual sempre que necessário. uma vez posto em andamento, o mapeamento sonoro irá privilegiar terá foco, organização/distribuição de tarefas e equipamento adequado voltado para a captação de fenômenos sonoros, cujos arquivos, sempre que necessário, virão acompanhados de descrição textual e imagem (foto e vídeo). Como possibilidade de registro e narrativa da experiência do mapeamento, foram produzidos quatro documentários sonoros do sertão alagoano, relativos aos (1) sons ligados a expressões religiosas, (2) às práticas do sertanejo, (3) ao som da caatinga, matas e fenômenos da natureza (4) a uma interface entre sons produzidos pela presença humana e sons relativos a fenômenos naturais.

BIBLIOGRAFIA:

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ, 2014.

CAESAR, R.. **Círculos ceifados**. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

CAMBRIA PAZ; ARAÚJO (org.) **Musica em Debate. Perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: mauad x: FAPERJ, 2008.

CAZNOK, Y. B. **Música: entre o audível e o invisível**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

DELEUZE, G. & GUATARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FERRAZ, Sílvio. **Apontamentos sobre a escuta musical**. In.: [http://www.pucsp.br/ pos/cos/users/sferraz/apont.htm](http://www.pucsp.br/pos/cos/users/sferraz/apont.htm), 1999.

FONTEERRADA, M. T. O. **O lobo no labirinto: uma incursão à obra de Murray Schafer**. São Paulo: UNESP, 2004.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2004.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Ed.3. São Paulo: Editora 34, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)**. In: (org.) ARAÚJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. Identidades e territórios. Questões e olhares Contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

KRAUSE, B. **A grande orquestra da natureza**. São Paulo: Zahar, 2013

MENDES Jr. W. L. **Rasuras e Refrões: Derrida e Deleuze entre bambas, matutos e foliões**. Maceió: Edufal, 2015.

OBICI, G.. **Condição da escuta**. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

BEIRA RIO, BEIRA VIDA: A LITERATURA DE BEIRA E ABISMO DE ASSIS BRASIL

Luiz Antonio Ribeiro
PPGMS - UNIRIO
luiz.tvni@gmail.com
Capes

RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo analisar o romance *Beira Rio, Beira Vida* (1965) do escritor piauiense Assis Brasil que, a partir da ideia de uma escrita que engendra conceitos como beira, margem, fronteira e confim, compõe outra possibilidade de memória e história no interior da literatura brasileira. O objetivo é pensar *Beira Rio, Beira Vida* assim segundo a materialidade de corpos, escritas e memórias ali descritas, na tentativa de perceber a obra numa espécie de escrita em *enjambement* infinito, propondo uma literatura que é, ao mesmo tempo, utopia – um sem lugar e um confim – o limite máximo de espaço de imaginação. Assim, esta memória de confim seria capaz, como uma escrita que se dá à beira do abismo, de desarticular e reamar uma possibilidade de série imprevista na leitura da história de nossa literatura.

ABSTRACT

This article aims to analyze the novel *Beira Rio, Beira Vida* (1965) by the writer Assis Brasil, born in Piauí, Brazil. The project is based on the concept of a writing that ideas like border, confine and synonymous, to compose another possibility of memory and history within the Brazilian literature. The objective is to think *Beira Rio, Beira Vida*, according to the materiality of bodies, writings and memories described in the book, in an attempt to perceive the work in a kind of writing in infinite *enjambement*, proposing a literature that is, at the same time, utopia - one without place and confine - the maximum limit of imagination space. Thus, this memory of the confines would be capable on the edge of the abyss, of dismantling and reanimating another possibility of unforeseen series in the reading of the history of our literature.

“Falar mete-me medo porque nunca dizendo o suficiente, sempre digo também demasiado.”
Jacques Derrida, *A Escritura e a Diferença*

A literatura é, também, dança, perda de bordas, de fronteiras e limites diante do corpo. É exercício da maré da água diante da areia. A escrita, neste sentido, é uma espécie de preparação para movimento, esvaziamento e transbordamento simultâneos, tal como previu Alain Badiou (2002) em seu *Pequeno Manual de Inestética*. Ele parte de Nietzsche e aponta para um gesto de “leveza” na dança, lido a partir de Mallarmé (2002), em *Divagações*, quando traça que há na dança “um corpo de antes do corpo”, ou que este corpo “esquece sua prisão, seu peso” e se liberta de toda “mímica social” e “convenção” (BADIOU, 2002, p. 79). A literatura, neste caminho, é um transbordamento de fronteiras: ao mesmo tempo, beira e abismo.

O escritor Assis Brasil, autor piauiense, com mais de 130 livros publicados, em entrevista publicada no número 01 da Revista Revestrés (2012), ao ser questionado sobre ser um autor moderno e, por isso, possível candidato à Academia Brasileira de Letras, afirmou:

Eu me orgulho em fazer parte da Academia Piauiense, mas não quero saber nada da brasileira. Não tenho pretensão nenhuma. E eu não sou um autor moderno, sou contemporâneo. (...) Esse negócio de "escola" é furada. Não gosto de classificações. (BRASIL, 2012)

Logo em seguida, de forma insistente, lhe é perguntado se não lhe faz falta o dinheiro que os acadêmicos imortais da ABL recebem, o que na época girava em torno de 9 mil reais mensais. O autor de obras premiadas como *Os Que Bebem Como os Cães* (1975) e *O Aprendizado da Morte* (1967) rebate: "Dinheiro não me impressiona em coisa alguma. Nem hoje nem antigamente." (BRASIL, 2012).

Creio que se pode ver, nestas breves respostas, indícios, pequenos traços que apontam para um exercício de escape de uma literatura que se dê no centro do Brasil ou, de certa forma, um esforço que fuja dessa institucionalização da tarefa de escrever, normatizada em uma hierarquia centro/margem: o que está fora busca estar dentro e o que está dentro legitima os de fora. Ao que parece, este é o motivo de Assis Brasil afirmar que considera seu lugar na Academia Piauiense como "suficiente", ao mesmo tempo em que rechaça a alcunha de moderno, se autoentitulando contemporâneo. Talvez, o que o autor busque seja, por fim, aquilo que afirma Raul Antelo (2014) no ensaio *Só Centro: Elipses*: "O modernismo pensou seu fluxo a partir do centro. Atribuiu-lhe consistência, dinamismo, duração, autonomia. Deu-lhe o nome de rua, cidade, literatura." (ANTELO, 2014, p. 1)

Assim, como um autor sem nome de rua, sem homenagens ou placas, Assis Brasil busca desfazer esse centro, esta dinâmica centrípeta, este movimento incessante de caçar, perseguir e produzir sempre novos centros. Este gesto de Assis Brasil, ao que parece, é uma marcação, uma resistência, uma garantia de liberdade, de contrapoder. Ele traça uma espécie de lugar de beira que engendra uma política e dali escreve uma literatura, tal como previa Badiou: na margem e no abismo.

Assis Brasil: um projeto de margem diante das luzes do contemporâneo

Nas primeiras linhas de seu ensaio *O Que É Contemporâneo?*, Giorgio Agamben lança a seguinte pergunta: "De quem e do que somos contemporâneos?" (AGAMBEN, 2009, p. 57). Logo em seguida, ele expande a pergunta para: "Antes de tudo, o que significa ser contemporâneo?" (AGAMBEN, 2009, p. 57,). Agamben traz consigo Nietzsche, em suas *Considerações Intempestivas*, citado por Rolando Barthes, para afirmar que o contemporâneo é, no fim das contas, o próprio gesto "intempestivo" (AGAMBEN, 2009, p. 58). Para Barthes, isto seria uma espécie de "febre da história", uma espécie de alucinação ou vertigem. A partir disso, Agamben aponta para um movimento que "adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias" (AGAMBEN, 2009, p. 59), ao mesmo tempo e, que procura as anacronias e sincronias do contemporâneo:

O contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de 'citá-la', segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse fecho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora. (AGAMBEN, 2009, p. 72)

Pode-se pensar que, ao afastar-se do moderno - o produtor radical de centros - e aproximar-se do desconhecido - o contemporâneo, Assis Brasil almeja colocar-se diante dessa confusão de tempos como um esgarçamento destes, ao mesmo tempo, em que se coloca diante das neblinas de seu próprio tempo como quem, nos limites da linguagem - a margem, a fronteira, a beira - tentasse escrever diante e sobre as trevas desse presente.

Entretanto, afirmar que Assis Brasil faz uma literatura de margem, não significa colocá-lo também em outra instituição: a chamada "literatura marginal". Carlos Felipe Moisés (2001), em seu texto *Vida Experimental*, ao comentar a obra de Roberto Piva, em artigo publicado no livro *O Desconcerto do Mundo* (2001), traz uma interessante reflexão sobre a ideia da "marginalidade" artística. Ao pensar a relação entre sistema e margem, ele se pergunta se há, de certa forma, uma relação estreita, quase íntima entre essas partes: "o marginal, há muito de estar 'à margem', passou a fazer parte do sistema - como sempre almejou? - ou foi engolido por este?" (MOISÉS, 2001, p. 310) Esta pergunta, então, se desdobra em outras: "Afinal, marginal é o que? O que não está dentro mas almeja entrar? O que o leva nesta relação é uma estratégica que se repete:

O contestador de carreira se coloca fora do sistema, a fim de não sofrer sua influência maligna e sentir-se mais à vontade para atacá-lo em todas as frentes - como se a possibilidade de contestar os (bons) argumentos utilizados para levar adiante a empreitada não tivessem nenhuma relação com o sistema, como se o contestador tivesse nascido, e se criado, do outro lado do espelho. (MOISÉS, 2001, p. 312)

Neste sentido, Assis Brasil não é este que se marginaliza, ou seja, ele não escreve para a margem, nem sobre a margem, mas sempre com a margem, junto dela, ao lado dela, e principalmente sobre ela. Uma composição de margem que se coloca no mesmo abismo em que ela vive: o escuro da escrita no contemporâneo e o risco da iminente queda. O romance *Beira Rio Beira Vida* (1965) traz um pouco da invisível luz de Agamben para estas questões em torno da literatura.

Beira Rio, Beira Vida: entre a boneca e o abismo, o silêncio e a diferença

"Ao lado estava a caixinha de costura, o novelo de linha, o papel com agulhas (...). A boneca Ceci esperava de olhos duros o vestido novo - porque em nova forma - se ajeitando nos retalhos furta-cores roubados da avó, da mãe e até mesmo de Mundoca, que não queria saber de brincadeira.

- O dia todo com essa boneca, está doida?

"Se ela soubesse como Ceci consola a gente." (BRASIL, 1965, p. 11)

Beira Rio, Beira Vida (1965), conta a história de uma família de mulheres que vive à beira do Rio Parnaíba, no Piauí, e que tem como subsistência receber os marinheiros mercantes e, a partir de seus corpos e do dinheiro deles, fazer seu sustento. A montagem das gerações destas mulheres formam uma espécie de traçado infinito, de multiplicação e repetição entre a avó, a mãe, a filha, a neta, incluindo uma pequena boneca, preparada pela última delas para dar sequência a esta vida cuja face apresenta um destino inescapável. Assis Brasil, ao que parece, tateia o cerne de uma espécie de vida de margem em forma de uma linha, de uma beira, traçada pelo desaguar do rio e, por outro, por esse traço de repetição e abismo do corpo destas mulheres, na composição de uma espécie de "vida infinita", na medida em que um corpo se desdobra em outro, em mais outro, etc.

É por conta disso que vemos em Ceci o primeiro traço das margens que se formam nestes corpos: Ceci, a boneca de pano, cujo vestido é virado do avesso quando as roupas se sujam, traz

em seu corpo ventríloquo uma escrita, um testemunho que aponta para uma linha sucessória impossível, uma possibilidade de reinvenção:

Você não criou nada mesmo, nem uma filha, que era mais fácil, como eu, como minha mãe, como minha você, como sabe lá quem. (...) Nem por Ceci se interessou, e olhe que nunca neguei retalhe de pano. (...) Ali você pode até ver a história da família, a história das mulheres da família, a minha história toda: Ceci, uma testemunha. (BRASIL, 1965, p. 36)

Ceci, esta espécie de Emília, é tal como a boneca de Lobato, aquela que tudo vê e que, por não ter corpo nem sangue quente, pode tudo dizer ou, simplesmente, nada dizer: “Talvez Ceci tenha ficado como única testemunha, uma testemunha muda, mesmo que nada, não contava.” (BRASIL, 1965, p. 69). O que Ceci expõe, em sua frágil, porém indestrutível figura é uma espécie de eco destas mulheres que em abismo se dá como texto: uma tecitura feita com novelo de linha, papel com agulhas e pequenos trapos, tal como Barthes aponta, a respeito em seu volume II de *A Preparação do Romance* (2005). O autor chama atenção para os livros que se montam entre abismos e maquetes. A ideia é que certas obras tratam de exhibir “sua própria fabricação”, tal como “uma estrutura em abismo: a obra dentro de uma obra, como o quadro dentro do quadro” (BARTHES, 2005, p. 90) ou uma obra como maquete que seria aquela que “se apresenta como sua própria experimentação” (BARTHES, 2005, p. 91). O que se quer engendrar é uma maquete que “derretesse, se dissolvesse em proveito de tudo o que ela drena e draga: um mundo.” (BARTHES, 2005, p. 91) Neste sentido, haveria nelas “instabilidade, deslizamento instável entre o abismo e a maquete” que coloca em jogo “a produção”. (BARTHES, 2005, p. 92)

Creio que Barthes, ao tratar do abismo e da maquete, chamava atenção para uma característica que ficou conhecida como *myse en abyme*, um movimento infinito da escrita em que um elemento está contido dentro de outro que está contido dentro outro e assim sucessivamente. Barthes aponta também, por outro lado, para as obras cuja reduplicação se dariam também no próprio interior da escrita das obras, como no caso de André Gide com o romance *Os Moedeiros Falsos* (1925), em que há um romance em que o autor escreve um romance que é o próprio romance. Neste caso, não há a miniaturização infinita mas uma espécie de “maquetização” da obra: o livro que se escreve dentro do livro é, de certa forma, o próprio esqueleto do livro de Gide.

Em *Beira Rio, Beira Vida*, enquanto jogo de constituição múltipla e quase infinita, Assis Brasil propõe uma obra que é tanto abismo como maquete. Se a história trata de um mundo de beira, a escrita se compõe através desta beira, na superfície dela, ao mesmo tempo em que se dá por uma tecitura que mergulha no interior de seu próprio encurtamento, configurando, por fim, um estranho *myse en abyme*. Assim, suas figuras são diferentes e iguais: Luzia é Mundoca que é Cremilda, forma exposta justamente pela escritura do absurdo através da presença quase mágica da boneca Ceci. Neste sentido, tecer esta vida de beira é traçar esta diferenciação entre corpos: um campo duplo de multiplicação e encurtamento simultâneos, uma produção de imagens como possibilidade de criação de um mundo, dentro do abismo, com alguma possibilidade de diferimento.

Gilles Deleuze, em *Diferença e Repetição* (2006), aponta para estas duas características – a de repetir e a de diferir – como algo que foi, durante os séculos, intrinsecamente ligado às forças de um mesmo, de uma lei e de uma natureza. Nesta obra, ele tenta desarticular esta forma de poder para tentar fazê-la operar de outra forma, para isso, propõe que a repetição como algo que precisa, desde o início, escapar do que ele chama de generalidade.

A generalidade seria uma espécie de ato que abrange todas as coisas, uma característica do que é geral, quando a relação se dá por meio de semelhança ou até por comparação. Para

Deleuze, é neste ponto que a generalidade se afasta na repetição:

A repetição concerne a uma singularidade não trocável, insubstituível. Os reflexos, os ecos, os duplos, as almas não são do domínio da semelhança ou da equivalência; e assim como não há substituição possível entre os verdadeiros gêmeos, também não há possibilidade de se trocar de alma. Se a troca é o critério da generalidade, o roubo e o dom são os critérios da repetição. Há, pois, uma diferença econômica entre as duas. (DELEUZE, 2006, p. 11)

Podemos aproximar esta ideia do romance de Assis, na tentativa de escapar da generalidade que a princípio norteia esta vida de beira cujo tempo não cessa de não passar:

Mesmo vinte anos mais tarde ou quarenta, continuaria pelas tardes no cais – as barcas de algodão e arroz se repetindo, os navios que iam crescendo, tomando novas cores – os gritos dos canoieiros atravessavam o rio, voltavam do outro lado, para lá e para cá, as canoas deslizavam serenas. (BRASIL, 1965, p. 12)

Um projeto de escrita que produza, talvez, diferença na repetição. Ora, se a repetição como diferença se dá nos “reflexos, os ecos, os duplos, as almas”, Mundoca, Luzia, Cremilda, mesmo que cravadas em suas terras, podem diferenciar-se uma das outras, na medida em que a repetição, conceito político, é nada mais que uma ampliação, de “universalidade do singular”.

Podemos ver isto em Beira Rio, Beira Vida, na ideia destes corpos que, mesmo diante do fim trágico, apontam ainda para um traço, uma linha, um fio de esperança, na medida em que suas figuras, mesmo cravadas na terra, sofrem metamorfoses nos corpos, nas palavras, nos silêncios: uma repetição que se dá na diferença e uma diferença que só pode se dar na repetição.

Uma cartografia urbana: entre terra e mundo, entre a beira e o limiar

No começo do século XX, o geógrafo Eric Dardel escreveu uma obra chamada O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica (2001), na qual questiona as premissas tecnocratas da geografia para desarticular a ideia do campo geográfico como um campo meramente científico, um espaço de crise que se torna uma abstração cartográfica, uma contra-habitação dos corpos frente à terra. A proposta de Dardel seria pensar o espaço tal como propunha Josué de Castro em sua obra Geografia da Fome (1984): ao invés da multiplicação, o que levaria a um saber pretensioso e arrogante, a multiplicidade; ao invés da extensão, que leva a terra a um horizonte cronológico e matemático, uma intensidade, ou seja, uma terra vista em sua profundidade.

A terra seria tal como prevista na contemporaneidade, algo que nos é dado, um horizonte visual, mas também produtor de narrativas nacionais homogêneas, de forças e estruturas pré-determinadas. Assim, o que teríamos seria uma biografia, uma genealogia, um destino traçado. Para escapar disto, Dardel percebe a terra de outra forma, como se ela estivesse em uma relação intrincada e inescapável com o homem: “sempre transita entre o Homem e a Terra uma interpretação, uma estrutura e um ‘horizonte’ de mundo, um ‘esclarecimento’ que mostra o real no real, uma ‘base’ a partir da qual a consciência se desenvolve” (DARDEL, 2001, p.48)

E se é verdade que terra é também um corpo que se desdobra do outro, podemos pensar ao lado de Judith Butler quando reflete sobre os corpos abjetos, elaborado em sua obra Corpos que Importam (1993). Em uma entrevista chamada Como os Corpos se Tornam Matéria para a Revista de Estudos Feministas, Vol. 1 de 2002, a autora desfaz a ideia tradicional de que corpos são significações ontológicas, ou seja, possuem uma ontologia para além de sua própria materialidade e historicidade para compor um lugar para que corpos que sempre foram excluídos possam ser visto também como ontológicos: “O que eu poderia dizer é que há · corpos abjetos, e isso poderia ser um performativo ao qual eu atribuo ontologia. Eu

atribuo ontologia exatamente aquilo que tem sido sistematicamente destituído do privilégio da ontologia.” (BUTLER, 2002, p. 161).

Cabe pensar Beira Rio, Beira Vida ou, mais especificamente, os corpos-ecos-almas de Cremilda/Luiza/Mundoca/Ceci como estes espaços-terra, como esta espécie de deserto que se apresentava na forma de cais, através de uma cartografia urbana como um espaço de produção de vazios, de repetição, de um mesmo:

As tardes sempre paradas quando o rio baixava, a água no tornozelo, fria e suave, mais tarde a tocar na ponta dos dedos, até ficar a um palmo ou dois de distância, espumando, correndo.

O rio enchia e secava, e ela nas pedras mornas – o barulho de tudo sem uma identificação precisa. Quantos vestidinhos ganhou Ceci naquelas tardes sem conta?” (BRASIL, 1965, p. 11)

O cais, assim, impunha uma força quase magnética, cuja violência se dava na medida em que, em alguns momentos, era possível imaginar que ele era a totalidade do mundo: “Certeza de que só o cais existia realmente. E as coisas lhe aconteciam a partir dali e só tinham significação se comesçassem no cais. A pedra grande, aquela pedra grande menor, tinham a marca de seu destino” (BRASIL, 1965, p. 38)

A terra seria, então um espaço infértil, em que tudo é o mesmo. Porém, Dardel, diante desta experiência de uma mesmidade do tempo homogêneo na definição da terra, pergunta quem tem razão: a ciência que reduz o mundo ao mecanismo ou o que ele chama de experiência vivida. A resposta parece surgir, de maneira ao mesmo tempo profética e posterior, numa simples frase de Assis Brasil: “Tudo teria um fim com Mundoca, tudo – aquela dinastia do cais” (BRASIL, 1965, p. 65).

A terra, aos poucos, viraria mundo. O mundo como um projeto de invenção diante da terra, uma invenção múltipla, coletiva, descentralizada, instável, tal como o abismo diante do cais, tal como a palavra diante da escrita. A literatura é esta invenção de mundo porque articula, via de regra, a ideia de nação com uma espécie de imaginário nacional para dar a este lugar outras formulações.

O que as figuras/personagens de Beira Rio, Beira Vida sentem é que nesta incessante repetição do mesmo, geração após geração, há por detrás o espectro de uma cidade, um centro, com seu estatuto de força e poder de lei que, como todo capital, empurra os seres de margens, estes corpos abjetos, sem ontologia, para a beira do rio, para o cais. Entretanto, diante do cais, há outra força: se a cidade as empurra para o rio, este mesmo rio, enquanto limite físico móvel, as coloca diante do peso da terra: o rio enche e seca, e ela nas pedras mornas passam por um aprendizado de rio. Trata-se de ambivalência de forças em luta, ou, como oposto, um som que, no cotidiano, não tem uma identificação precisa, mas que, na chegada dos barcos, traz uma promessa de vida: “Agora já pode namorar, Ceci!” (BRASIL, 1965, p.11). É a mesma, mas já é outra: a terra pode ser, por fim, mundo.

Uma literatura de beira: a escrita como esgarçamento infinito das fronteiras, um confim

Não é possível pensar na escrita de Assis Brasil sem levar em conta uma espécie de escrita que se projeta para o infinito. Com mais de 130 obras lançadas, o que se pode traduzir é uma busca incessante da escrita como forma de ler mundos. Assim, a escrita para ele não é algo que se concretiza na obra, mas na passagem das obras, produzindo uma memória que transborda de um livro para o outro. Assim, ele propõe uma escritura em *enjambement*, um ou desdobramento infinito da escrita. Agamben percebe nisto, em seu texto O Fim do Poema (2002), a característica de um poeta, não de um escritor de prosa, na medida em que o *enjambement* “constitui o único

critério que permite distinguir a poesia da prosa.” (AGAMBEN, 2002, p. 142). Para o filósofo italiano, o último verso de todo poema se tornaria, ele sim, prosa.

Se estamos propondo que a escrita de Assis Brasil é, ao mesmo tempo, poema porque se dá em *enjambement* constante e infinito e, prosa na medida em que finda seus romances face a outros, seria possível especular que estamos frente a uma escrita que se coloca lado a lado, em espelhamento ao próprio Beira Rio, Beira Vida: em um espaço de fronteira, de beira ou, melhor dizendo, de um autor cuja escrita ele próprio emburra para a margem do mundo. E se é verdade que toda escrita de beira, tal como vimos em Beira Rio, Beira Vida, empurra os corpos para diante da margem e, por outro lado, a margem empurra a escrita para o interior, podemos, talvez, dizer que a literatura para Assis Brasil seria, como espelho de Beira Rio, Beira Vida, mesmo em suas cartografias e mapas a explorar, possibilidade infinita de criação de mundo, escrita como poesia: confirm.

O crítico Raul Antelo, ao analisar o estatuto da modernidade latino-americana no texto Lindes, Limites, Limiares (2008), busca no que ele chama de pensamento arquifilológico a tentativa de devolver à ideia de fronteira o retorno de suas origens. Ele relembra que temos em nosso étimo a palavra Linde que significa beira, borda, fronteira e que ambas teriam um mesmo movimento que nos coloca frente a demarcações, “desenhos que são desígnios” (ANTELO, 2008, p. 1)

Para desarmar estas forças Antelo vai recuperar Massimo Cacciari e sua ideia de confirm que seria uma espécie de espaço de utopia, mas através de um paradoxo essencial, na medida em que ainda é espaço. A pergunta que se pode fazer é “como pensar a utopia como um espaço?”, na medida em que a utopia, em seu étimo, nada mais é que um “sem lugar”. Ou, melhor dizendo, onde recai o espaço quando dizemos confirm? Raul Antelo vai nos dizer que:

O confirm nunca é uma fronteira rígida. Não somente porque a cidade deve crescer, mas porque não existe limite que não seja “quebrado” por limina, e não existe confirm que não seja “contato”, que não estabeleça também uma ad-finitas. O confirm foge, em suma, de toda tentativa de determiná-lo univocamente, de “confiná-lo” em um significado. Aquilo que, pela raiz do nome, deveria nos aparecer solidamente fixado (como os ermos do deus Termine nos confins dos campos), se revela, por fim, indeterminado e inalcançável. E assim é, fundamentalmente, por aqueles confins imateriais que fazem “tocar” consciente e inconsciente, memória e esquecimento... (ANTELO, 2008, p. 10)

Se Beira Rio, Beira Vida é terra e mundo e confirm, através de um contato entre os limites, entre os abismos e os corpos, estamos diante de uma memória que é, ao mesmo tempo, apagada e infinita, lembrança e esquecimento. Pode-se dizer, que os corpos da beira do rio e da beira da vida, incluindo agora neles Assis Brasil, são estes gestos de contrapoder ou contra força – entre lembrar e esquecer, entre escrever e silenciar - que, dão a volta a terra reescrevendo-a. E se são violentados pelas instituições é porque tem imaginação para propor que a escrita seja poesia em *enjambement*, uma escrita confirm, mesmo que, como diria Derrida, se esteja na dúvida de se ao escrever e gravar “se salva ou perde a palavra” (DERRIDA, 1971, p. 22). Dizendo de outro modo, na tentativa de transformar em potência essa escrita que se dá no limiar do que ainda se pode escrever, tal como a cabeça de uma menina que mora na beira de um cais e se encontra frente aos primeiros traços do enamoramento:

A cabeça cheia de pensamos – estava ali como no tempo em que se sentavam juntos na baixada do cais, as palavras nunca espontâneas, não havia um alvo, um fim, para o encontro de seus pensamentos. (...) Algo gritava que eles já não eram os mesmos que corriam de pés descalços pela beira do rio. (BRASIL, p. 1965, 77)

É que a beira do rio já não é beira, é confirm. E o corpo, tal como a literatura, é espaço de aprendizado e experiência, um ponto zero da linguagem de uma escritura infinita.

REFERÊNCIAS:

ANTELO, Raul. Lindes, Limites, Limiães, Boletim Nelic, Edição Especial: 2008

ANDRADE, Samária. Assis Brasil: A Máquina de Escrever. Revista Revestrés: 2017. Acesso em: <http://www.revistarevestres.com.br/entrevista/assis-brasil-maquina-de-escrever/>

AGAMBEN, Giorgio. O Que é o Contemporâneo?, Tradução: Vinícius Nicastro Honesko Editora Argos. Chapecó, 2009.

BADIOU, Alain. Pequeno Manual de Inestética São Paulo: Estação. Liberdade, 2002

BUTLER, Judith. Como os Corpos se Tornam Matéria. Revista de Estudos Feministas: Vol. 1, 2002

CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro : pão ou aço. Josué de Castro. – Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.

DARDEL, E. O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: ed. Perspectiva, 2011.

DERRIDA, Jacques. A Escritura e a Diferença. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971

DELEUZE, Gilles, Diferença e Repetição, Rio de Janeiro: Graal, 2006

MOISES, Carlos Felipe. O Desconcerto do Mundo: do renascimento ao surrealismo. Editora Escrituras. São Paulo : 2001

MEMÓRIAS FERROVIÁRIAS E DITADURA CIVIL MILITAR: IDENTIDADE DE CLASSE, PODER E ESQUECIMENTO EM MACAÉ

MEYNARDO ROCHA DE CARVALHO

*Doutorando no Programa de
Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO
meynardo@gmail.com*

RESUMO:

O presente trabalho procura refletir sobre memórias de antigos ferroviários macaenses, postas em evidência pela Comissão Municipal da Verdade de Macaé em 2014. E busca perceber através delas a formação de um imaginário de classe em processo de construção e trajetórias de vidas, posteriormente fragmentadas com o Golpe Militar de 1964 e com os vinte e um “longos anos” de Ditadura que se seguiram.

PALAVRAS-CHAVE: Ferroviários, Memórias, Imaginário de classe, Ditadura, Macaé.

ABSTRACT:

The present work seeks to reflect on memories of old macaenses railways, evidenced by the Municipal Commission of Truth of Macaé in 2014. And seeks to perceive through them the formation of a class imaginary in the process of construction and life trajectories, later fragmented with the Military coup of 1964 and with the twenty-one “long years” of Dictatorship that followed.

KEY WORDS: Railways, Memories, Class imaginary, Dictatorship, Macaé.

1. Introdução

A história de Macaé na primeira metade do século XX se confunde com a história da ferrovia e as consequências do seu desenvolvimento para a região. A criação da *The Leopoldina Railway Company Limited*,¹ de capital inglês, no ano de 1897, estabeleceu um novo modelo de interação entre a companhia, a cidade e seus funcionários, baseada não apenas no tráfego de pessoas e mercadorias, mas também de ideias em circulação no país. Promovendo assim, gradativamente, um constante reposicionamento crítico dos ferroviários em relação ao autoritarismo e às posturas exploratórias de seu trabalho pela Leopoldina, bem como ao modelo conservador de cidade na época (Faoro, 2001). Que embora não exclusivo de Macaé, fazia parte de uma tradição de desigualdades enraizadas no modelo de colonização, com todas as mazelas oriundas desse processo histórico (Leal, 2012).

Com o desenvolvimento das atividades ferroviárias na cidade, a Leopoldina se tornou uma grande absorvedora da gente pobre, em grande maioria negra, moradora das periferias de Macaé, que se tornaria mão-de-obra barata nessa nova atividade comercial em pleno crescimento no país. E seria esse novo grupo de trabalhadores que, explorados pelo padrão imperialista inglês, se mobilizaria em prol dos seus interesses operários, ao mesmo tempo, que

1 No início dos anos 1950, sob dificuldades, o Governo Brasileiro encampou a empresa, tornando-a Rede Ferroviária Federal, que encerrou suas atividades em 1975 sob os auspícios do Governo Militar.

imprimiria novos padrões de comportamento local, questionando, direta ou indiretamente, o velho modelo tradicional, excludente e elitista (Gomes, 2005).²

Nesse momento da história, iniciava o que podemos compreender como a formação da classe ferroviária macaense, produto do movimento do sistema capitalista eurocêntrico, impondo-se de forma firme e esmagadora sobre a periferia mundial. Que encontraria na exploração dos trabalhadores as ações e reações próprias de um mundo em transformação. Já que identificados sob o controle dos ingleses, mas antes de tudo, marcados pela trajetória social em comum, aglutinavam-se em torno de novas ideias, novos valores e possibilidades de melhores condições de vidas. A própria organização social da existência.

No estreitamento dessas relações trabalhistas aconteceria a erupção das divergências de interesses, corroborando o surgimento dos conflitos entre os patrões ingleses e as aspirações dos operários brasileiros. Estes desamparados de legislação específica e pouco seguros nelas após a proposição dessas pelo Presidente Getúlio Vargas, reelaboravam-se enquanto classe operária numa via de mão dupla entre explorações e resistências.

Desde a primeira década do século, movimentos como o anarquismo e o socialismo encontraram eco nas posturas dos funcionários da Leopoldina colocando-os na condição de arautos do que poderíamos chamar de modernização ideológica, especialmente com o estabelecimento das novas leis trabalhistas implantadas por Vargas a partir de 1930.

Os ferroviários, assim como outras categorias profissionais com forte vocação sindicalista, na época exerciam papel de importância da conceituação de cidadania no seu âmbito e, por influência social, em toda a sociedade. Em um ambiente de poucos direitos trabalhistas, de fortes pressões sobre o poder aquisitivo dos salários devido à onda inflacionária crescente que assolava o país, e a falta de oportunidades de opções de trabalho em uma sociedade sob marcante influência de uma política estatizante, as reivindicações dos trabalhadores eram uma constante. Como herança da política trabalhista do regime de Getúlio Vargas, que criou a sistema sindicalista, esta, ao longo de algumas décadas, se transformou no verdadeiro foro reivindicatório das classes trabalhadoras. Isto ocorreu apesar do forte controle estatal do movimento sindical, criado a esse estilo. Macaé não era exceção à regra uma vez que a fração mais dominante do município era a da ferrovia.

*(Depoimento do Sr. Valter Domingues Costa para a Comissão da Verdade de Macaé em 04 de dezembro de 2014)*³

O que podemos perceber é que o Movimento Trabalhista Ferroviário foi responsável por criar uma identidade própria em se tratando da consolidação do sentido de cidadania e direitos, com transbordamento para outros setores da sociedade na retaguarda da compreensão desse processo. Eles próprios, os ferroviários, reconfiguraram-se enquanto cidadãos, redimensionando os espaços sociais e políticos de Macaé, num movimento da periferia para o centro, assim como de simples trabalhadores para representantes políticos na Câmara Municipal de Macaé (Foucault, 1979).

Essa trajetória baseada em greves, panfletagens e esclarecimentos de cunho político e ideológico, dentro de um contexto tradicional, foi entendida pelas elites políticas oriundas

2 Dentre as significativas mudanças que o Governo Vargas vai propor na Questão Social no país, estão as polarizações entre as concessões de direitos e o estabelecimento gradativo do processo de controle sobre o movimento operário, que se demonstraria pleno durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945. Dentre alguns desses pontos, podemos destacar: a criação do Ministério do Trabalho em 1931; a obrigatoriedade do registro dos sindicatos para obterem autorização de funcionamento; a imposição de que somente trabalhadores sindicalizados iriam desfrutar de direitos sociais e trabalhistas; a repressão ao comunismo ou a qualquer líder sindical independente do movimento operário; formação de líderes sindicais "pelegos"; a criação do imposto sindical apenas repassado aos sindicatos com registro no Ministério do Trabalho.

3 **Relatório da Comissão Municipal da Comissão da Verdade de Macaé.** Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016. P. 84-88.

de setores conservadores da sociedade brasileira, como uma postura totalmente anárquica. Devendo então ser combatida no sentido de manutenção da velha ordem e do progresso do país, historicamente desigual, em consonância com os interesses hegemônicos dos EUA especialmente no pós Segunda Guerra Mundial.

Portanto, o Golpe Civil Militar de 1964, consolidado na madrugada de 31 de março para o dia 1º de abril, fora só consequência de um processo em fermentação durante longos anos anteriores. E se externamente ele favorecia a corrida americana sob um modelo político-econômico questionável, internamente ele desmontava a luta pelos direitos e o movimento de consolidação do sonhado sistema político republicano e democrático, em grande parte protagonizada pelos ferroviários.

O interregno militar que duraria uma “longa noite de vinte e um anos”, bastou também para gerar o esvaziamento do valor das ferrovias no país. Ao encerrar as atividades da Rede Ferroviária Federal como empresa estatal em 1975, imprimia-se, naturalmente, a consequência da desmobilização e das discontinuidades de processos de lutas por direitos congelados em aposentadorias, medos e desgastes próprios das experiências vividas na relação entre o Estado Militar e a natureza coletivamente reivindicatória, própria dos ferroviários.

2. Macaé, Ferroviários e o resgate de memórias

A Macaé contextualizada no aspecto da Nova República, jamais seria a mesma do período pré-militar. No aspecto sociocultural, ficaria cada vez mais para trás a “*Princesinha do Atlântico*”, de praias límpidas e cotidiano tranquilo; assim como no aspecto político, a “*Moscouzinho*” se dissolvera sob o cinza plúmbeo e frio dos militares, quando seus principais líderes operários foram presos fisicamente ou imobilizados psicologicamente pelo medo e a insegurança daqueles novos tempos.⁴

Hoje, com cerca de 250 mil habitantes e população flutuante que aumenta substancialmente esse número, Macaé vive desde meados dos anos 1970 a “febre” da exploração do petróleo. Daquele tempo para cá, o município, juntamente com outros da região Norte Fluminense, testemunharam o aumento significativo da produção de óleo e gás no país, a partir de seus próprios territórios. O que lhes concedeu e concede generosas somas provenientes dos famosos *royalties* desde o início dos anos 1990. No entanto, com o aumento da arrecadação de forma tão surpreendente em descompasso com a realidade no entorno, o município viu sua população crescer desgovernadamente potencializando todas as mazelas identitárias das grandes metrópoles brasileiras. Quadro social agravado pelas subseqüentes administrações públicas despreparadas, em deslumbramento com a arrecadação milionária, sem conseguir dar conta das mazelas locais, ou possuir um olhar para a valoração da história e memória, quando se desconstruía a velha Macaé e se construía sobre ela a Capital Nacional do Petróleo. O foco estava no tempo urgente dos “petrodólares”, e não na continuidade lenta de histórias e memórias de um tempo que cada vez mais ficava para trás, pisoteado pela exploração, por gringos e demais forasteiros, que cada vez mais iam chegando com suas novas trajetórias.

Importa, nesse sentido, registrar que a sede da Petrobras inaugurada em 1978 foi construída exatamente sobre o local no qual ficavam as oficinas ferroviárias de Imbetiba. Tal como se o advento do petróleo devesse cimentar para baixo, e mesmo suplantando na paisagem as referências àquela cidade de identidade ferroviária. Na contramão disso, a proposição de trabalhos com cunhos semelhantes a este têm o valor do resgate das histórias e memórias com aplicabilidade à compreensão de trajetórias à sociedade atual.

⁴ Princesinha do Atlântico e Moscouzinho são referências populares à cidade de Macaé. Por se tornar uma referência nacional no movimento de trabalhadores.

Estabelecida no Brasil pela então presidente Dilma Rousseff⁵, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela lei nº 12.528/2011, e instituída em 16 de maio de 2012. Tendo por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre o mês de setembro de 1946 e outubro de 1988, a implantação dessa comissão impulsionou a criação de outras comissões parceiras, tanto no âmbito dos Estados brasileiros, como em muitos Municípios que lhes seguiram o exemplo.



Figura 1 - Instalações das Oficinas de Imbetiba já em decadência no final dos anos 1970 - Acervo particular de Luiz Cláudio Bittencourt



Figura 2 - Obras para instalação da Petrobras em meados dos anos 1970, onde se pode ver ao lado os velhos galpões das Oficinas Ferroviárias de Imbetiba - Acervo particular de José Martins Fagundes Júnior.

Mais do que gerar uma onda favorável ao fortalecimento dos Direitos Humanos no país entre os anos de 2012 e 2015, as comissões da verdade juntamente com todos os movimentos identitários que lhes agregaram valores, como por exemplo, a Comissão de Anistia, abriram amplo espaço para as discussões em torno do sentido das memórias políticas, especialmente

⁵ Foi militante no setor estudantil do Comando de Libertação Nacional (COLINA), com 22 anos, Dilma Vana Rousseff foi presa e torturada pela Ditadura Militar Brasileira.

ao tomarem como slogan por toda parte a frase: “*Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.*” Que passou a ser repetida como um verdadeiro mantra em favor da Justiça de Transição e da reconstituição de um período obscuro da história do Brasil.⁶

No Brasil, somente após trinta anos da Lei da Anistia,⁷ em 2009, ao reorganizar o seu Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o direito à memória e à verdade passariam a integrar oficialmente a pauta dos Direitos Humanos. Que, de acordo com a jurista Flávia Piovesan,⁸ no âmbito da Justiça de Transição, cinco pontos devem ser observados na consolidação dessas prerrogativas. Quais sejam: a) o direito a não ser submetido à tortura nem a desaparecimento forçado; b) o direito à justiça (o direito à proteção judicial); c) o direito à verdade; d) o direito à prestação jurisdicional efetiva na hipótese de violação a direitos (direitos a remédios efetivos); e) as garantias de não repetição do dever do Estado de prevenir violações a direitos humanos, mediante reformas institucionais (sobretudo no aparato da segurança e da Justiça) (Piovesan, 2015).

No dia 31 de julho de 2013, o Prefeito de Macaé, Aluizio dos Santos Júnior⁹, sancionava a Lei nº 3.982/2013, que instituía a Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Reflexo do contexto nacional, a lei apontava como objetivo da Comissão local o acompanhamento e o subsídio à Comissão Nacional da Verdade, nos exames e esclarecimentos às graves violações aos Direitos Humanos praticadas no período de 1961 a 1985.

Distribuído gratuitamente e revelando verdades silenciadas pela violência de Estado em consonância com interesses individuais, o relatório fez jus aos objetivos primeiros citados pela lei de criação da Comissão Municipal da Verdade de Macaé. E apesar de sua singeleza frente à robustez de tudo que lhe foi contra, abriu espaço para que outros trabalhos pudessem se encaminhar, embalados ainda pelos ecos das vozes ouvidas depois de tantos anos. Dentre as quais, sobressaem as que retratam as memórias ferroviárias, por terem sido eles a mais importante categoria operária local. Conscientizando-se e transbordando conscientização para outros grupos trabalhadores, foram baliza ideológica para novos tempos, que não se consolidariam porque no meio do caminho haveria uma ditadura.¹⁰

Importa ressaltar que, em Macaé, já houvera um esforço em registrar testemunhos de antigos ferroviários, que resultara na obra *Estação Bendengó – uma trilha de luta dos ferroviários macaenses*.¹¹ Se por um lado o livro traz registros importantíssimos de personagens que ainda estavam vivos naquela época, por outro, o projeto faz parte de um esforço pessoal de Eilton Fonseca e da Profa. Ivânia Ribeiro. Ele, petroleiro vindo de fora, sindicalista, demitido da empresa por envolvimento em greves, que cumpre o trabalho de pesquisa como medida compensatória à ajuda que o Sindicato dos Petroleiros o dava enquanto batalhava na justiça sua reintegração aos quadros da Petrobras. Ela, professora macaense, sindicalista, militante do Partido dos Trabalhadores, e à época vereadora (1993-1996), crescida à vizinhança da Estação Ferroviária, com excelente relação com a gente antiga da cidade. Serviu, portanto, como elo de interligação e confiança entre os antigos ferroviários e o produtor do trabalho. Registros que emergem durante o movimento da Comissão Municipal da Verdade, complementando as

6 Embora a Ditadura Civil Militar brasileira tenha acontecido formalmente entre os anos 1964 e 1985, desde a década de 1940 observou-se um processo de avanço das forças conservadoras no país, estabelecendo um estado de disputas e tensões que culminariam com o Golpe Militar de 1964. Como foi praxe na América Latina, tudo isso em consonância com o contexto de Guerra Fria e apoio interno irrestrito dos Estados Unidos da América.

7 Lei 6.683, conhecida como Lei da Anistia, promulgada pelo presidente [João Batista Figueiredo](#) em [28 de agosto de 1979](#), considerada “ampla, geral e irrestrita”.

8 Jurista brasileira que atualmente compõe a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

9 No segundo mandato, no momento, sem partido.

10 Referência ao poema “No meio do caminho”, de Carlos Drummond de Andrade.

11 FONSECA, Eilton. *Estação Bendengó*. Uma trilha das lutas dos ferroviários macaenses. Rio de Janeiro: Achiamé, 1996

vozes ainda falantes, mediante o silêncio gerado não só pela desconfiança, mas também pela morte e pelo tempo.

3. Memórias na formação de um imaginário de classe

Ao tomarmos contato com esses registros testemunhais, seja a partir da Comissão Municipal da Verdade de Macaé ou da obra Estação Bendengó, se torna fundamental a reflexão sobre o papel do relato como registro do modelo de trabalho empregado pela *The Leopoldina Railway Company Limited*. Referência para um período da história local, marcada pelo que poderíamos definir como de poucas solidariedades e muitos conflitos.

“Na Leopoldina só se tem um direito: o de morrer. Isso de dormir, descansar e adormecer é para os cães de raça que a arrendaram. Os outros são cachorros praieiros, ‘negros vagabundos’, excitados pela ‘cerveja’ como dizem os ingleses, a quem se deve aplicar o ‘chicote’ segundo o Sr. Taylor da Cantareira.”

“_Os brasileiros ganham três vezes cem mil réis e os ingleses nas mesmas funções, dez vezes isso.”

“_Os brasileiros ensinavam o serviço aos ingleses que já estão ganhando mais do que eles e que amanhã serão os seus chefes, com largo futuro.”

“Nas estações do interior o funcionário é um verdadeiro forçado, acumula funções, certas vezes até de guarda-chuvas: pouco dorme, tem folgas insuficientes; está sujeito a perseguições dos inspetores que praticam os maiores absurdos contra desafetos. Muitas vezes um bom clima define pelo excesso de trabalho e má paga, diante dos preços de vida do lugar...”

“Os empregados da Leopoldina são divididos nas seções seguintes: tráfego, locomoção, via permanente e trabalhadores. O pessoal que aí a serve o faz nas seguintes condições: no tráfego os guarda-freios não têm a menor regalia, tendo hora de começar o serviço e não de largar, trabalhando horas da noite sem perceberem extraordinários: bagaceiros, com muitas responsabilidades, com 24 horas de serviço para uns, enquanto outros pegam às 6h e largam às 18h; os vigias têm grandes responsabilidades, não tendo regalias de espécie nenhuma; manobreiros sujeitos às mesmas condições dos vigias; conservadores, sem terem uma linha para conservar, arriscando suas vidas por baixo dos carros quase sempre em manobras; os maquinistas de guindastes, com muito serviço e pouca folga.”

Na locomoção: maquinistas de 1ª a 4ª classe, sem regalia alguma, começando 4 e pouca da manhã, indo até altas horas da noite, ou então tirando uma escala de 24 horas, sujeitos a temporais e sem a menor consideração, os foguistas de 1ª a 4ª classe, nas mesmas condições.

No interior, da Leopoldina é mais injusta, onde o guarda-chave é o mesmo empregado que arruma armazéns, carrega e descarrega vagões. Um homem sozinho para fazer todo o serviço...”

(Maurício de Lacerda “Leopoldina”. *Voz do Povo*, 16-06-1920. 17, v.2) (Fonseca, 1996, p. 33 e 34)

Notadamente marcada por emoções e sentimentos individuais, esses registros não são apenas de cunho pessoal, mas participam de uma série de significados implicados em meio a fortes enfrentamentos de interesses diversos, entre ferroviários e seus patrões ingleses, nos quais eles foram marcados enquanto fatos. Por abarcarem o sentido coletivo, importa compreender que, a conexão com esse passado individual atravessa necessariamente as lembranças de outros homens, como se a rememoração se estabelecesse na trama de uma grande rede que

aqui podemos definir como memória coletiva. Ou seria a memória ferroviária macaense. Já que para Halbwachs (2013, p. 72), a memória coletiva, por sua vez, engloba as memórias individuais, mas não se confunde com elas, evoluindo conforme suas leis. Quando ocorre de determinadas lembranças individuais a invadirem, estas mudam de aspecto na medida em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal. Nela, se as emoções e os pontos de vista individuais partem de posições com alguma diversidade, a consolidação dessas emoções precisam do encontro com olhar do outro para constituírem-se enquanto evocação de classe, substantivo por excelência coletivo (Saeculum, 2010, p.75 a 89).

Considerando, portanto, o ambiente e as circunstâncias motivadoras dessas lembranças, reaparecem o local, as condições de trabalho, bem como os interesses dos trabalhadores envolvidos como elementos de aproximação, com forte imposição na geração do sentimento de associação, mas ao mesmo tempo, como base para outras condições identitárias. Gerando uma espécie de espelhamento tanto no sentido da coesão coletiva, quanto na individuação emocional. E nesse fluxo, como trama de uma teia de sentidos dialéticos (Marx, 2003, p. 173)¹² em plena movimentação de elaboração e ao mesmo tempo de refazimento, está a construção da memória de cunho político, cujo foco estratégico é a elaboração de um novo modelo de sociedade, passando pelas questões de trabalho para consolidar-se nas relações sociais mais amplas (Lifschitz, 2015, p.15).¹³ As memórias relatadas sobre o tratamento dado aos funcionários no início do século, transcorrendo até os anos 1930, seriam como combustíveis que ao alimentarem as histórias relativas a uma categoria de trabalhadores, também funcionariam como força de aglutinação e resistência através da busca de direitos e consolidação do desejo negativo em relação a tudo aquilo, para consolidar-se em alguma coisa nova, ainda por se construir.

As condições de trabalho nas oficinas da Leopoldina em Macaé eram as mais precárias possíveis, estando os operários expostos às condições infectas das instalações, dos ruídos, ao calor das caldeiras, a longas jornadas de trabalho,, num regime de semi-escravidão, percebendo salários miseráveis, morando em condições sub-humanas, sendo comuns doenças infecto-contagiosas, em especial a tuberculose, consumidos pela sanha imperialista dos ingleses, ávidos do lucro fácil, num ritmo frenético das caldeiras que a tudo consome: lenha e homens...

“A estrada é dos ingleses” diz o dito popular...

“No dia primeiro de setembro de 1932, quando fui admitido na ferrovia, na qualidade de aprendiz de ajustador... No interior das oficinas fiquei abismado com a quantidade de caldeiras, locomotivas e outros veículos em reparação, mesmo naquele amontoado de ferro, paus e outros detritos, bem como o cheiro ardente do carvão de pedra e a abundante fumaça das chaminés da oficina. Aquela multidão de homens sujos de graxa, forjas acesas e aquele pandemônio de som, misturados com o barulho e outro sons... Pude me certificar de que a exploração do trabalho humano era brutal. Os ingleses eram patrões desalmados que tinham em mira somente explorar o trabalho brasileiro até a última gota de sangue.

Não existia nenhuma lei trabalhista que amparasse o operário, por isso, eles pagavam salários miseráveis. Não havia nas oficinas, qualquer instalação sanitária... A privada era apenas uma vala de cimento, de aproximadamente 30 centímetros de largura, por

12 Importa aqui destacar o sentido de dialética entre Marx e Hegel. A visão marxista propõe uma crítica à ao conceito de dialética hegeliano por esse transpor a realidade material e se potencializar de sentido espiritual, enquanto essência do homem. Já para Marx, a dialética se constitui de algo muito mais “duro”, palpável, estabelecido a partir das relações de produção. Nesse trabalho, o sentido de dialético que nos interessa está entremeado pelas duas influências, visto que não entendemos esse “operário esperançoso” que aparece no trabalho somente vinculado a uma essência ou à materialidade.

13 “Com la idea de acción estratégica queremos destacar que la memoria política existe a partir del hecho que grupos la sitúen, intencionalmente, en la esfera pública. Y como la finalidad de esta acción estratégica es interferir en ese espacio público, eso genera confrontas con otras acciones estrategias que buscan mantener, conservar memorias hegemónicas. Luchas de, y por la memoria”.

uns cinco metros de comprimento, onde todos faziam suas necessidades fisiológicas. Não existia água tratada. Era esta acumulada em um depósito que nunca havia sido lavado e também bebia-se nos contêineres das locomotivas.

O aprendiz quando admitido, trabalhava três meses de graça. O quarto mês era para caixa de aposentadoria e pensões. Somente do quinto mês em diante ele começava a ganhar 200\$ por hora, equivalente a 1\$600 por dia... A maioria dos chefes de família moravam nas encostas do Morro do Carvão, de Santana, de Botafogo, Aroeira e à beira do rio, na Barra, em casas sem o menor conforto. O grau de analfabetismo era muito alto." (...)

(Walter Quaresma, "Recordações", 24-07-91, *Macaé Hoje*, 03-08-91) (Fonseca, 1996, p. 34 e 35).

No campo das reivindicações coletivas a conquista dos direitos trabalhistas era uma realização com alguma possibilidade de materialização em melhores condições de remuneração e na salubridade do ambiente das oficinas. Capazes, então, de amenizar o sofrimento dos corpos que se consumiam como se fossem lenhas pela sanha das caldeiras. Muito embora a gravidade das lutas a serem continuamente travadas no sentido de reordenação da mentalidade etnocêntrica inglesa, a ser transmutada na concepção de direitos, em concomitância com um ralo sentido de cidadania, necessariamente tão ajustável naquela jovem República ainda em experimentação.

Em consonância com o vai e vem dos trens e o tráfego de homens e ideias, observa-se no país e em Macaé, o crescente desejo de mudança e consolidação de uma sociedade participativa à medida que se avança para o ocaso a República Velha, com suas diretrizes baseadas nos interesses agrários potencializados pela sua tradição agrícola e excludente. É nesse cenário de transição que o crescimento dos sindicatos em confronto com os interesses patronais iriam se destacar no processo de conscientização do trabalhador, do poder de sua força frente o fazer industrial ou na prestação de serviço, como era o caso da Leopoldina Railway. Tanto as influências anarquistas do início do século, quanto as influências comunistas do pós Primeira Guerra, teriam papéis fundamentais em forjar homens novos, que embora ainda carentes de direitos, se tornavam cada vez mais preenchidos em suas aspirações de ideais renovadores.¹⁴ Contexto que favoreceu a consolidação das diretrizes trabalhistas a serem implantadas como política de Estado a partir do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas. Significativas mudanças iriam ocorrer no sentido do reconhecimento de direitos como a implantação do salário mínimo, a jornada de oito horas diárias de trabalho, o direito à sindicalização, entre outros, que embora demarcadas por muitas contradições, representavam um importante avanço no reconhecimento da condição de trabalho em consonância com algum sentido de cidadania.

A formação do imaginário de classe se dá, portanto, no processo de enfrentamento entre as diversas forças sociais quando mudanças políticas são mobilizadas por uma nova ideologia permitindo a configuração de outras identidades coletivas (Zizek, 1996, p. 9).¹⁵ Dessa maneira, apesar das dificuldades na movimentação de referências sociais tradicionais, o imaginário avança além desse primeiro, projetando expectativas e disponibilidades para os enfrentamentos necessários. A importância desse referencial fantástico "*não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência real, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação de símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio*". Já que imagens,

14 Entendemos aqui anarquismo e socialismo como ideologias que se complementaram no processo de conscientização e formação de classe operária. Mesmo quando o anarquismo propõe a potencialização do indivíduo em benefício do grupo, entendemos que embora a organização proposta já seria o embrião para organizações mais ampliadas a resultarem tanto em estados "amalgamadores" de greves, quando na projeção do que seria um modelo de Estado socialista.

15 Ideologia entendida como qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação.

símbolos e mitos formam e alimentam campos políticos, legitimando ou reinventando hierarquias (Backso, 1985, p. 297 a 299).

A partir da mesma realidade social, tanto em relação aos ferroviários, quanto às classes dominantes em âmbito mais amplo, surgem as representações da realidade, constituídas por múltiplos sentidos ou percepções do mundo. E nesse processo, tanto as trajetórias pessoais, quanto o grupo de interesse ao qual o indivíduo está inserido, potencializam a construção dos discursos sociais plenamente identificados às convicções do grupo. Especialmente por serem constituídos por um modo de ver, e não exatamente por uma realidade unívoca. Daí a importância das representações no âmbito das configurações sociais, dado aos valores, domínios e símbolos que carregam insitivamente (Chartier, 2002).

Ferrovário, portanto, passa ser adjetivo ou qualidade extensível, desde que apresentasse posturas contrárias ao discurso político da situação. Como recorda Miriam Benjamin, a respeito de seu pai.

“Durante toda a minha vida eu ouvia muitas “histórias” de meu pai Antonio Curvello Benjamin.¹⁶

Eram muitas as narrativas aonde ele usava a expressão: “fulano é “ferrovário”, referindo-se a alguém que estivesse agindo ou se expressando contrário à alguma ideia ou que tivesse uma postura diferente dos demais.

Quando criança era assim que eu entendia...

E essa forma de se expressar não era usada por meu Pai apenas para se referir à classe trabalhista dos ferroviários, mas sim para adjetivar ou definir toda e qualquer pessoa que se mostrasse contrária a uma ideia, numa determinada conversa ou em algum contexto.

Mais tarde, já adulta, participei de um curso para conselheira do Conselho de Direitos das Mulheres - o CODIM, e durante uma aula sobre a história de Macaé eu pude entender que os ferroviários não era apenas uma categoria de trabalhadores ligados à Rede Ferroviária Federal, antiga Estrada de Ferro Leopoldina, porém um grupo que atuava politicamente de forma contrária, fazendo oposição ao sistema vigente.

Como meu Pai era um político da situação na política local e regional, no período compreendido entre as décadas de 40 a 70, ficou claro pra mim que quando ele adjetivava uma determinada pessoa chamando de “ferrovário”, estava se referindo a alguém que fosse contrário ao que ele pensava. E essa expressão acabou sendo incorporada por toda a família para se referir a alguém que se coloca contrário a opinião da maioria.¹⁷

Considerando ainda que ao sentido das representações é dado construir a presença, mesmo quando a ausência de algo se constitui no jogo de forças sociais; nas experiências cotidianas dos trabalhadores, impostas pela exploração capitalista, mas potencializadas pelo movimento coletivo em prol da mudança, o desejo e a esperança de uma realidade nova se estabelecem na representadas por relações solidárias entre os ferroviários. Mediadas por concepções psicológicas individuais determinantes da mediação de cada indivíduo com a realidade no entorno (Ginzburg, 2001, p. 85).

A coesão construída entre os ferroviários representava-se na consolidação das atividades sindicalistas e as imbricações político partidárias. Destacando-se, nesse sentido, as relações

16 Político macaense, tendo ocupado os cargos de vereador, prefeito, deputado estadual pelo PTB. Curiosamente, em um dos seus 3 mandatos como prefeito, entre 1955 e 1959, antecede o complicado governo do Prefeito Eduardo Serrano.

17 Entrevista com Miriam Cristina Ribeiro Benjamin Franco Pacheco, macaense, enfermeira. Entrevista em concedida em 26 de junho de 2018.

com o PTB, já que o seu programa era o mais identitário com o trabalhismo brasileiro, além de não sofrer as perseguições diretas como acontecia com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). E entre suas principais prerrogativas e princípios básicos, estavam: os direitos trabalhistas; a garantia de empregos; políticas destinadas à qualificação do trabalhador; previdência social; política de planificação econômica dirigida pelo Estado; distribuição de renda e riquezas; extinção do latifúndio improdutivo e adoção de política agrária voltada à fixação do trabalhador rural no campo; e solidariedade entre os cidadãos visando à paz social (Ferreira, 2001, p. 175). Dessa forma, embora haja a convicção ideológica comunista entre os ferroviários, a expressão social desse posicionamento precisa se dar através das instituições legais e não clandestinas. Daí a opção do PTB enquanto o PCB permanece por longos períodos com o seu registro cassado (Santana, 2001). O que não impediu em nenhum momento a manutenção da simbólica da aliança entre a foice e o martelo, de cunho comunista, em Macaé representada pelo alinhamento dos ferroviários também com os movimentos camponeses.

Nesse sentido, destaco a liderança do camponês Generino Teotônio de Luna, na região da Fazenda Virgem Santa, corroborando em Macaé o sentido das ligas camponesas de encontro às perspectivas dominadoras e exploratórias dos latifundiários locais. Em 1959, ao fundar a Associação de Lavradores da Virgem Santa, que chegou a contar com mais ou menos seiscentos lavradores associados, os interesses desse grupo se chocariam cada vez mais diretamente com os primeiros posseiros da região, como Álvaro Mota dos Santos, Zé Fronzim, Amaro Gomes Correa Filho, entre outros.¹⁸

Além do apoio ideológico, com reuniões e orientações políticas, o Sindicato dos Ferroviários de Macaé apoiava o movimento fornecendo sementes aos camponeses e um engenheiro agrônomo que para orientação das técnicas de cultivo. E sempre no dia primeiro de maio de cada ano, dia do trabalhador, Generino liderava um desfile de lavradores, carroças e produção agrícola na principal Rua de Macaé, a Rua Direita. Após o desfile toda a produção agrícola mostrada era distribuída aos pobres.

Segundo Dona Marta de Luna,

As passeatas aconteciam no Centro, com Aristóteles e aquele povo todo, nós tínhamos que segurar umas bandeiras, não queríamos, mas meu pai nos colocava lá na frente. Tentávamos fugir, mas pai não deixava e ainda colocava cachos de arroz pra gente carregar. (risos) Aqui tinha muito arroz, colhia sacos e mais sacos de arroz e aqui nunca botou nenhum empregado, era tudo a família. A gente vivia tudo com as mãos de calo de tanto trabalhar na roça. Então o povo que veio na época da “revolução”, começaram a perseguir pai. Mandaram pra Polícia Federal dizendo que pai estava fazendo movimento, que tinha muitas armas, mas pai não tinha.

(em relação ao contato com os ferroviários) Teve sim, com essa Associação pai começou a conhecer as pessoas, nesta época os ferroviários eram muito humanos, diziam que eram comunistas.¹⁹

(Depoimento de Dona Marta de Luna para a Comissão da Verdade de Macaé em 08 de agosto de 2014)

18 RÉGIS, Marlon Tadeu Dias. **Generino Teotônio de Luna: liderança camponesa em Macaé na República Populista**. Macaé, FUNEMAC. Monografia de especialização em História Regional, 2011. P. 15 a 20.

19 **Relatório da Comissão Municipal da Comissão da Verdade de Macaé**. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016. P. 119 - 128. Dona Marta faz referência a Aristóteles de Miranda Neto (Toti), uma das maiores lideranças ferroviárias da época. Será explorado o tema na tese.

Esse conjunto de ações coordenadas pelos ferroviários transbordaria em outras ações políticas, como na eleição de Eduardo Serrano²⁰ para prefeito, acirrando a disputa e os enfrentamentos posteriores.

4. Ditadura e repressões

Nossa família assim como muitas em Macaé e no Brasil afora sofreu um sério revés a partir daí. Desmantelaram-se os planos. Desorganizaram-se vidas. Desestruturaram-se sociedades inteiras e o pior de tudo, promove-se um longo período de medo, retraimento e imbecilização da sociedade brasileira, que apesar de resistir heroicamente ao processo de docilidade social, sofre até hoje as consequências funestas dessa fase da história do Brasil. Muitos espaços vazios foram criados e, como se sabe, quando nada se semeia nos espaços vazios o que cresce aí é erva daninha!

*(Depoimento do Sr. Valter Domingues Costa para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé em 04 de dezembro de 2014)*²¹

Na primeira semana do novo regime ditatorial, mais de 150 ferroviários foram perseguidos e presos em Macaé. A atmosfera política baseada por um lado na insegurança e, por outro, na execução de vinganças a partir de inimigos ideológicos, fez com que a Ditadura fosse mais do que de responsabilidade militar, mas totalmente integrada com setores da sociedade civil. De modo que um clube frequentado pela elite social no centro da cidade, o *Ypiranga Sport Club*, fora cedido por seu presidente Sr. Rômulo Lago Leite para servir de prisão aos inimigos da ordem que ia se “restabelecendo” com a ação militar. Justificando que o clube poderia até ser incendiado com os presos dentro, que ele não se importaria em ter de reconstruí-lo, novamente.²²

Embora de extrema relevância para a história recente do país, documentos escritos e que sirvam de fontes para o estudo da luta operária ou democrática prévia aos 21 anos de Ditadura são equivalentemente poucos, já que a destruição de quaisquer registros era praticamente regra de proteção frente à truculência dos militares. Desaparecimentos, prisões, torturas e mortes pairavam sobre os destinos daqueles que desafiavam o Regime, considerando para isso posicionamentos pretéritos, de curto ou médio prazo. Da mesma forma, que ao fim da Ditadura, os próprios militares destruíram muitos de seus próprios registros, eximindo-se ao máximo possível de provas contra suas ações de violência e injustiça.

Assim, em se tratando do trabalho das Comissões da Verdade ou qualquer outro de resgate dos acontecimentos durante a Ditadura Civil Militar no Brasil, as memórias individuais têm um papel de extrema relevância por terem se mantido inacessíveis aos militares, embora submetidas à ação da passagem do tempo e a traumas individuais indefinidos. Entendemos como memória individual as lembranças de todas as situações pessoais, boas ou ruins. Mas especialmente as marcadas pelos traumas de situações limites, como as ditaduras latino-americanas (Tavares, 1999).

Fragmentadas, enquanto restos de vidas violentadas, emergem como peças fundamentais na montagem de um grande quebra-cabeça quando deixam de ser lembranças individuais para potencializarem-se politicamente ao encontrarem-se com outras memórias e constituírem-se em testemunhos de experiências, amalgamando-se para contribuir com a História do Brasil, fruto da disputa de interesses e poderes (Agamben, 2008, p. 146).

²⁰ Eduardo Serrano foi um capixaba de Vila Velha que chegou em Macaé em 1940 para se tratar de uma doença respiratória. Vindo de Niterói, onde era rábula no Ministério do Trabalho, fixou-se em Macaé onde se envolveu em trabalhos voluntários e atendimentos à população mais carente. Tornando-se pré-candidato a prefeito em 1958, surpreendentemente se elegeu em 1959. No entanto, por representar padrões e uma parte da sociedade que tradicionalmente era a excluída do centro do movimento político, foi impeachmentado em 1960, vindo após a justiça lhe devolver o poder, renunciar ao cargo de prefeito municipal.

²¹ *Relatório da Comissão Municipal da Comissão da Verdade de Macaé*. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016. P. 84-88.

²² Citado no Depoimento do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé, em 19 de junho de 2014.

O trabalho de registro das memórias ferroviárias em Macaé vai ao encontro de trabalhadores aposentados, com setenta, oitenta, noventa anos, muitos com grandes dificuldades para retomarem o passado; ao tempo, que o que era uma grande maioria deles, já são falecidos. Portanto, mesmo quando há grande capacidade de lembrança em alguns, o testemunho se estabelece em descontinuidade com a realidade vivida, visto que no entendimento deles, o silenciamento da morte sobre muitos companheiros de experiências sempre produzirá um vazio, que nós entendemos a partir do presente como uma realidade incompleta. Fazendo alguns dos ferroviários questionarem a necessidade de lembrarem-se e sofrerem duas vezes, quando então o esquecimento se torna a condição mais cômoda frente à experiência do trauma.

De acordo com Selligman-Silva, *“para a psicanálise, a experiência traumática não pode ser assimilada de modo completo; por isso ocorre a repetição constante, alucinatória, por parte da vítima, da cena do impacto”* (Selligman-Silva, 2008, p. 65 a 82). O que dependendo do grau de efetivação da seqüela, tanto física, quanto psíquica, pode acompanhar a vítima pelo resto de sua vida.

Mesmo assim, paradoxalmente frente a esses restos subjetivos e a fragmentação gerada pelo desenrolar do trauma e da própria vida, entendemos que essa memória amalgamada cumpre o seu papel, contribuindo para processos de Justiça de Transição, frente à contínua e interesseira força da fragmentação.



Figura 4 - Propaganda oficial do Governo Brasileiro, 2014.²³

Politicamente, os testemunhos trazidos à tona através do trabalho da Comissão Municipal da Verdade de Macaé ou outras comissões, buscam de alguma forma interferir na esfera

²³ Disponível em: <http://www.scoopnest.com/tag/DitaduraNuncaMais/> Acesso em: 06 de novembro de 2016.

pública, ainda que seja de forma limitada. Mas sempre no sentido de aglutinação de uma nova potencialidade do discurso que vai de encontro com a realidade das memórias oficiais estabelecidas. As mesmas que se coadunam para o enfraquecimento ou mesmo o apagamento das memórias individuais em perspectivas não canônicas. Favorecendo o esquecimento, ou a morte da construção de um discurso político embasado em lembranças (Lifschitz, 2015, p. 15).

As memórias ferroviárias sobre a Ditadura aqui aparecem valorizadas como perspectivas individuais sobre a prática múltipla da violência militar, cumprem o papel de reagruparem épocas, dando sentido de preenchimento aos vazios (Sarlo, 2007). Nesse sentido, ainda que uma possível narrativa histórica sobre o assunto tomasse como elemento principal a imparcialidade, para nós, a subjetividade das memórias tornam-se os ingredientes fundamentais para a construção de uma política de memória em exercício democrático. A revisão da história, ampliando-se em perspectivas da justiça de transição, tão fundamental em contextos pós-ditadura, como no caso do Brasil. Especialmente quando a democracia posterior ao regime de exceção se constrói mais em relações de continuidade do que propriamente de ruptura com aquele tempo ainda tão presente.

No testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão da Verdade, há uma referência interessante à leitura que faziam em relação ao local de prisão, qual seja o Clube Ypiranga:

CVM - O senhor chegou a ir para este Estádio (*Caio Martins, em Niterói*) ?

Sr. Lauro - Não, eu fui preso e até cogitaram me mandar para lá, mas acabei por ficar aqui mesmo em Macaé, no Ypiranga. Este foi o nosso *campo de concentração*.

CVM - O que era o Ypiranga?

Sr. Lauro - O Ypiranga era um clube social que se dispôs a receber os presos políticos. Na época o presidente do clube era Rômulo Lago Leite, que cedeu espaço para que o Ypiranga também se tornasse um campo de concentração de presos políticos.

(...)

As prisões começaram imediatamente, demorou um pouco mais para os ferroviários porque nós ainda estávamos em greve e eles esperavam que voltássemos ao trabalho para nos prender. Muitos voltaram e outros não, mas os que voltavam eram encaminhados para a cadeia, onde hoje é a Delegacia da Polícia Federal, ali eles nos colocavam em celas pérfidas misturados com os bandidos. Sofremos muito.

Eles nos pegavam aos poucos, pois ali não cabia todo mundo, aí faziam uma espécie de triagem por periculosidade que eles achavam que cada um tinha, daí eles mandavam para o Rio, para presídios que não sei quais são ou nos mandavam para o Ypiranga. Eu mesmo passei três dias no Ypiranga numa cela, depois de vários questionamentos, de fazer a tal das triagens e de várias intimidações.

(...)

Sr. Lauro - Tinha um ginásio, que está em ruínas agora, pois é um lugar amaldiçoado. Éramos jogados ali ao relento, dormíamos no chão, nas marquises ou nos lugares onde ficavam os assistentes, não comíamos, não deixavam que a gente levasse colchões ou cobertores e passávamos frio, a privada era uma coisa horrível e o banho somente frio, nós que éramos mais jovens corríamos e pulávamos a fim de conseguir tomar a ducha gelada, mas companheiros, já idosos, não conseguiam fazer isto e ficavam sem banho. Era horrível, horrível mesmo!

CVM - O senhor lembra quantas pessoas ficaram ali, tem uma imagem?

Sr. Lauro - Ali passaram uns 160 ferroviários, que aguardavam ali os seus processos

ou transferência para outras prisões. Eu mesmo recebi meu processo que levou tempo para ser julgado, pois no inquérito policial militar eles queriam que a gente confessasse coisas que não havíamos praticado, e nos intimidando, queriam nos obrigar a assinar confissões. Colocavam a prisão no escuro e diziam que ia sortear um dos presos para morrer naquele dia, retiravam presos de uma determinada cela e colocavam para outra, só que não sabíamos disso e ao ouvir os tiros, à noite, achávamos que tinham sido mortos, depois dos tiros eles voltavam as celas e falavam: “quem será o próximo a ser sorteado?”

Ninguém dormia, ninguém tinha sossego, não sabíamos se era dia ou noite pois as celas eram mantidas continuamente no escuro. Horrível...

Torturas... sim, houve torturas em Macaé, principalmente com pessoas idosas... foi desumano, pessoas de 70 ... 80 anos (CHORO) torturadas e saindo dali a vida se acabava para eles.

*(Depoimento do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé, em 19 de junho de 2014)*²⁴

A metáfora de um “campo de concentração” aparece como definidora das péssimas condições de tratamento físicas e psicológicas recebidas pelos presos no Clube, bem no centro da cidade de Macaé e ao lado da sede dos poderes constituídos, como a Câmara Municipal e a Prefeitura.

Embora possamos imaginar especificidades entre um campo de concentração nazista e as condições do Ypiranga na ocasião do golpe militar, não podemos deixar de compreender e respeitar as colocações do Sr. Lauro, e de outros ferroviários que tivemos a oportunidade de entrevistar, considerando o valor da experiência traumática, e as concepções pessoais advindas dela. Desde que para os que sobreviveram, a presença da morte de muitos companheiros passou a ser uma realidade contínua para os que não aguentaram conviver com a humilhação e a vergonha, e sucumbiram gradativamente, de tristeza, de melancolia, de falta de vontade de viver.

Há um sentido interessante na comparação feita pelos presos de Macaé com as experiências dos campos de concentração alemães. Já que, segundo Primo Levi, não há daqui de fora uma capacidade plenamente decifrável da experiência interna ao campo, quando o acesso a eles se dá apenas pelo âmbito da narrativa memorialística. No entanto, a vida é bem mais complexa do que o que se narra dela. E, nesse sentido, a recorrência à memória dos fatos exposta após um tempo de distanciamento dos acontecimentos, talvez se torne fundamental, já que a opressão vivida gera alguma incapacidade de compreensão com sentido. Havendo, portanto, que fruir o tempo de reumanização após o trauma, a fim de encontrar o fio narrativo depois da experiência desumanizante (Levi, 2016).

É na reelaboração da experiência traumática vivida, em abertura para as demais experiências semelhantes, que está o sentido coletivo das memórias políticas como definidoras de lugares sociais, identidades de grupos e expectativas. Posto que no coletivo está fundada a razão para a imposição dessa violência, seja nazista ou militar, no mesmo sentido coletivo as memórias devem encontrar a força contrária que as combata de forma cidadã. Assim é que abrir-se em testemunhos da experiência de violência sofrida ainda que possam encontrar reduzido eco social, no sentido pessoal pode ser de suma importância por funcionar como a quebra de um silêncio de muitos anos, o grito para a retomada da vida e amenização do trauma.²⁵

24 *Relatório da Comissão Municipal da Comissão da Verdade de Macaé*. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016. P. 67-71.

25 Aqui desejamos tomar o entendimento de trauma na dimensão do que Selligmann-Silva chamou de “o passado que não passa”. SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In.: *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, p. 65-82, 2008. p.69

Só a partir da superação do trauma cambiando-o em potência criativa é possível confrontar esse tipo de violência legitimada proveniente de um modelo estatal atuando como força política massacrante, defensora e reprodutora da organização social tradicional (Arendt, 2009). Para a qual, cabem todos os métodos de dominação que, embora múltiplos, confluíam para um mesmo sentido: “ordenar”!

Sobre sua experiência no cárcere, conta-nos Waldir Tavares:

CVM: Nesse lugar onde o Senhor foi preso lá no Rio, nessa delegacia, quais os tipos de violações de direitos o Senhor e seus amigos sofreram? Além, obviamente, da própria prisão, que é um tipo de violação, pois o Senhor está dizendo que o julgamento foi uma falácia. O Sr. chegou a sofrer algum tipo de violência física? Algum tipo de tortura na cadeia?

Waldir Tavares: Tortura insuportável, não foi. Mas foi um tipo de tortura. Primeiro, julgaram a gente com pessoas ruins. Ficamos com vários outros presos. Não quero julgar ninguém, mas ficamos no meio de vários bandidos. E graças à audácia e à fineza de trato do companheiro Zebê, que é o Juarez, ele tinha facilidade tremenda de lidar com as pessoas, inclusive com os bandidos. Ele ouvia muito rádio. E conhecia os bandidos (risos). Um negócio incrível, rapaz! Ele sabia que fulano, foi preso, no morro tal... sicrano em situação tal... Aí ele fez “aquela chegada maneira” pra gente.

CVM: O Senhor poderia nos contar sobre algum tipo de tortura?

Waldir Tavares: Os caras lá tinham um sistema de revezamento. Tinha um camarada lá na Delegacia onde ficamos que era um “gentleman”. Chegava pela manhã na porta do xadrez e dizia “Meus bons dias a todos” (sic), “Os senhores passaram muito bem à noite?”. Depois dizia que o local estava sujo e precisava de limpeza. Pedia a mangueira. Nós éramos 14 presos na cela. Mandava ligar a mangueira e jogava água no chão, molhando o chão todo e depois jogava água na gente, dizendo que estava muito calor. E isso em pleno mês de junho. Dois presos saíram de lá com pneumonia e eram caras novos. Um com 21 anos. Não eram velhos, não. Era esse tipo de coisa... Tudo isso era feito por um homem que nos tratava com toda a educação, mas um certo tipo de sarcasmo. Era esse tipo de coisa e psicológica...

Também tinha um outro tipo de tratamento. Era comum engatar a arma e apontar como se fosse atirar. Não era com a gente, não. Era com os outros. Até que um dia eu fui chamado: “- Waldir Tavares”. “-Sou eu”. “-Saí”. E eu pensei: “hoje chegou o meu dia...”. O cara dizia que tinha duas senhoras querendo me visitar.

E eu vi ao longe, batendo as mãos e gesticulando para mim. Era a minha cunhada e a irmã do meu cunhado. Era a Cléia e a Tenira, irmã da minha mulher. Elas ainda estão vivas. E nessa ida para eu encontrar com as minhas cunhadas, o cara me alertou “Não vai fugir, não, heim” E o cara engatou a arma, dizendo para eu ir ter com as visitas. Eu fiquei esperando o tiro. E eu duvidei das visitas. Achei que ele ia atirar em mim. Ao me encontrar com as cunhadas elas disseram: “- Eu vi tudo!” E eu falei para elas que não era para me matar, mas para me assustar. Minhas cunhadas viram. E elas perguntavam: “- Vocês vão sair daí quando?” E eu respondia: “_ Não sei...” Esse era o tipo de tortura!

Um cara era tratável, mas fazia coisas absurdas. Outro era um cara maluco, falava coisas provocativas. E o outro cara era durão, mas não perturbava.

(Depoimento do Sr. Waldir Tavares para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé, em 19 de junho de 2014)²⁶

As narrativas ferroviárias, em sua totalidade masculinas, demonstram todas elas a natureza interessante dos confrontos travados entre estes primeiros e o modelo de ação do Estado

26 Relatório da Comissão Municipal da Comissão da Verdade de Macaé. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016. P. 72-77.

opressor. Existem sempre posturas tanto dos ferroviários, quanto de seus familiares, baseadas no modelo de enfrentamento tradicional, quase que um duelo de cavalheiros, do qual se espera do adversário uma forma “ética” e “canônica” de ação. Essa ilusão é desfeita à medida que o Estado militar demonstra em ação colaborativa com membros da sociedade que não há limites para a violência. Portanto, é nesse espaço estéril gerado pela falta de paradigmas e consenso, que avançava o crescimento das perseguições e torturas, responsáveis por unir através da violência o opressor e o oprimido.

Assim percebemos que, no convívio com o Estado de exceção proporcionado pelo regime militar, o aprendizado de como se lidar com a inexatidão tenha sido um dos obstáculos mais difíceis de serem superados. Bem no sentido proposto por Agamben, para quem o lugar da exceção se estabelece numa condição do entre, tendo por um lado a democracia e do outro o estado autoritário (Agamben, 2004). Porque socialmente, na pacata cidade de Macaé, as pessoas estavam acostumadas a conviverem com as “coisas em seus devidos lugares” e balizarem-se por posturas de acordo com seus próprios comportamentos. Daí, quando tudo foge à expectativa do que se acredita e se defende eticamente com lealdade e respeito, instala-se esse novo sentimento produzido pelo Estado, que pode ser nomeado por medo, desespero ou, reflexivamente, por violência.

A inexatidão ecoava nos questionamentos do que aconteceria com os trabalhadores presos por defenderem seus direitos pessoais com transbordamento numa sociedade mais justa; no desaparecimento de presos que eram mudados de prisões e, portanto, tidos como desaparecidos; na efetivação de uma justiça parcial quando um “julgamento falacioso” mantinha a possibilidade da condenação; e até mesmo na dúvida em relação ao encontro das visitas na cadeia, quando na posição oposta estava a arma engatilhada, pronta para desferir a morte! Nessas condições, quais as certezas e garantias? No estado de inexatidão não havia nenhuma delas!

Agora, depois de tantos anos, registrados pela Comissão Municipal da Verdade de Macaé, esses depoimentos vão descortinando algumas memórias reveláveis, marcadas por revoltas, tristezas, indiferenças e, ainda, esperanças. Enquanto outras tantas foram definitivamente apagadas pelo tempo, ou pelas marcas profundas e incaptáveis, que nos permitem percebê-las, porém não alcançá-las quando fortemente delimitadas pelo choro e pelo silêncio que se faz presente na pausa do depoimento.

Enquanto memórias, construídas na dialética a partir do presente, naturalmente revelam-se marcadas pelo imaginário sobre o indizível que somente as atualizam e as identificam,²⁷ proporcionando-lhes situarem-nas no lugar do entre, em intercessão com o passado e em abertura horizontal para a possibilidade de construção de uma sociedade com expectativas mais coletivas em espelhamento à sua própria realidade e a necessidade de justiça (Barrios, Viezzer, 2005).

Ao retomar as memórias de indivíduos pertencentes a uma categoria, como é o caso dos ferroviários, tomamos consciência do quão fortemente essas memórias são marcadas pelas relações sociais e dos grupos de convivências aos quais esses indivíduos se inseriam. Portanto, acessar o passado pelo fio da memória é, frequentemente, senão obrigatoriamente, interpenetrar-se de memórias alheias, espelhando e refletindo suas próprias lembranças, na comunidade com a qual o indivíduo compartilhou suas práticas sociais. Sendo assim, o conceito de grupos de memória no sentido de categorização coletiva de um grupo de pessoas, nos interessa como primeiro ponto de balizamento. Já que para Halbwachs, o indivíduo que lembra é sempre

27 SELIGMANN-SILVA, Op. Cit. O autor propõe a imaginação como elemento de enfrentamento à crise do testemunho. Noção amplamente percebida ao acompanhar os depoimentos na Comissão Municipal da Verdade de Macaé.

um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; portanto a memória é construída nesse grupo, embora seja também um trabalho do sujeito (Halbwachs, 2004, p. 58).

A partir das inúmeras possibilidades de reflexão sobre o conceito de classe, por derivações do pensamento marxista, a proposição do historiador britânico Edward Palmer Thompson nos parece adequada ao entender o sentido de classe como algo dinâmico e histórico, produzido dentro de um processo como produção de agentes coletivos em relação aos meios de produção materiais ou imateriais aos quais estão submetidos. Aspectos que dão ao conceito a mobilidade do refazimento no espaço e no tempo próprios da produção (Thompson, 1987).

Confrontando, portanto, com o sentido de classe como algo estável e uniforme, é possível considerar as próprias diferenças dentro do grupo formador, aglutinadas a partir das trajetórias individuais no entorno de interesses identitários capazes de amalgamar sem impedir a disponibilidade ao constante movimento interno a partir das individualidades.

Assim, classe se estabelece gradativamente a partir de experiências comuns, em espelhamento e reflexão, enquanto se molda ideologicamente as perspectivas do grupo contra outros grupos humanos, que se vinculam ao redor de outros interesses, que se lhes opõem.

Segundo Bobbio, em complementação a Thompson, o lugar que o indivíduo ocupa no processo produtivo é o elemento básico para a formação da classe. Que se baseia em contraposição aos antagonismos do próprio processo produtivo, porém, no nível político. Nesse sentido, o ambiente fabril coletivo, ou como poderíamos pensar no ambiente coletivo das Oficinas Ferroviárias de Imbetiba, ofereciam condições favoráveis para o florescimento da integração classista. Nele a penetração de ideias tradicionalmente dominantes encontravam dificuldades para penetração, já que blindados pelas perspectivas convergentes da produção, homogeneizavam-se enquanto bloco de interesses coletivos, amalgamados então pelo senso de pertencimento (Bobbio, Matteucci, Pasquino, 1998).

No momento então da formação da classe, podemos pensar no processo de ruptura com os padrões impostos pela sociedade tradicional. Já que o sentido de pertencer ao algo novo, de gradativo sentido para os operários, produzirá automaticamente uma espécie de ruptura para geração de novos paradigmas. Quais sejam os balizadores da postura da categoria social, ou mais amplamente de classe, que se confrontará com os interesses de outros grupos opositores. Ao mesmo tempo em que mediante as novas posturas, o surgimento do julgamento social externo, por juízos de valor e qualidades morais, quase sempre confrontantes com a postura dos operários. Por agirem fora do padrão de obediência e ordem historicamente observado pelo grupo social maior no qual estão inseridos. O novo assusta e despadroniza, embora os valores éticos e morais socialmente reconhecidos façam parte de uma longa construção histórica. Internamente à oficina ou à fábrica, num processo de retroalimentação, o maceramento de seus corpos em longas e excessivas horas de trabalho, os salários incompatíveis, de modo geral a produção da exploração dos trabalhadores, serão elementos fundamentais à geração de marcas indelévels, gênese para produção das suas muitas memórias no futuro (Nietzsche, 2002).

Segundo Michael Pollak, mediante os traumas gerados pelo pela violência de Estado, como é o caso do nazismo, das ditaduras ou outras situações similares, dos quais além de geração de vítimas, há a geração histórica de um silêncio opressor, somente a partir da escuta é possível a transposição dos sofrimentos, como se fosse a quebra de uma maldição imposta. Importa refletir que o silêncio gerado por uma memória oficial calcifica a vítima ao vazio da descrença e da renegação. Desse lugar, embora possa haver um silêncio gritante, não há consonância social para que os brados das vítimas possam ser ouvidos. Daí, numa sociedade onde prevaleça os

parâmetros dos vencedores, a memória dos vencidos encontra um lugar de sobrevivência sob o tecido social. Ali permanecendo latente como memória ativa, porém sem forças para romper os padrões memorialísticos historicamente definidos pelo Estado ou outra força dominante. Nesse sentido, projetos como os das Comissões da Verdade num país como o Brasil, tenham a importância de, com a oficialidade de um “novo” Estado, rever as posturas adequando os tempos atuais aos tempos de ouvir outras verdades, até então em latência (Pollak, 1989, p. 3-15).

Considerando que, cooptada pelos vencedores, não seria a história padrão que contribuiria a princípio para mediar essas experiências dos vencidos. Cabe, portanto, à história oral, por muito tempo considerada uma história menor dentro do campo de conhecimento da história, privilegiar os testemunhos dos excluídos, dos marginalizados, dos ferroviários vitimados pela Ditadura mediante os enfrentamentos político-sociais. Permitindo a partir dessas memórias a valorização da justiça e da verdade.

Em uma Macaé de memórias ferroviárias abafadas duplamente pela Ditadura e pela febre da exploração do petróleo, essas lembranças permaneceram dispersas por longos anos, tendo como único fio alinhador a Associação dos Ferroviários, Pensionistas e Ex-Ferroviários de Macaé (Rua Santos Moreira, 65, Loja 4 – Miramar). A entidade nasceu da necessidade de manutenção da união dos ferroviários na consolidação de seus direitos trabalhistas. A instituição existe, tacitamente, desde 1979. Porém, somente em 1º de maio de 1984, com a aprovação do estatuto ela foi considerada oficialmente inaugurada. Além de ponto de referência para os antigos ferroviários, é um lugar de memória e solidariedades em torno dessa categoria, especialmente com o avanço dos anos, da velhice que chegou junto com suas consequências.

Finalmente, passo a refletir sobre a memória política, tomando como perspectiva a concepção de Aleida Assmann, ao propor a memória com potencialidade não de vestígio ou armazenamento. Indefinindo-a enquanto elemento do passado para concebê-la como uma massa plástica, constantemente reformulada sob as perspectivas do presente.

Em seu trabalho, *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*, Assmann (2011) aproxima a memória da história tratando ambas como formas de recordação que se complementam ao desempenhar o papel social que lhes é atribuído. Destaca, porém, as reflexões em torno da memória, já que essa passa a ter um papel revisional da própria história construída, reorientando sua escrita a partir do rompimento do silêncio de tantas vozes ao longo de muitos anos. Embora a orientação, tanto da memória, quanto da história sejam para o passado, a memória tem a capacidade de potencializá-lo em direção ao presente e futuro, permitindo a revisão cultural e a produção de um novo tipo de contato com a realidade. Rememorar, portanto, tem o sentido de transitoriedade para a consolidação do estado de direito, no qual o processo integrativo tende a ser mais forte do que as relações de enfrentamento e divisão sociais. Nesse sentido, as Comissões da Verdade no Brasil têm um papel importante em permitirem a quebra do silêncio de anos, como também promover a reflexão social, de maneira que ambas promovam alguma mudança. Situação que, notadamente, exige tempo e renovação das concepções culturais, capazes de potencializarem novas gerações de cidadãos na consolidação da democracia.

Assim, pois, ao retomar simbolicamente essas memórias dos mortos, evocando o que havia sido esquecido, é como se voltássemos ao tempo aberto das lutas e expectativas, e não estivéssemos mais no tempo fechado e definido pela concepção cultural e política do vencedor. Estrategicamente revisando hegemonias e potencializando novas forças sociais, menos polarizadas, e muito mais democráticas (Bordieu, 1989, p. 59 a 73).²⁸

²⁸ Importa aqui a reflexão sobre o conceito complementar de “campo” como conjunto de forças e tensão em disputa a um capital simbólico singular.

Importa refletir sobre o sentido da memória social como “a interpretação da história das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (Thompson, 2002, p. 9 a 28). Considerando ainda sua capacidade de interação, apontando para perspectivas interdisciplinares entre os campos das ciências humanas, a memória social em consonância com a metodologia da história oral, nos permite tanto a interpretação das experiências e trajetórias de vidas individuais, passando por suas esferas mais ocultas, quanto as implicações sociais mais amplas permeadas através daquelas vidas. Nesse sentido perpassamos das esferas mais singelas do indivíduo às perspectivas mais amplas do social, todas elas de sumo interesse à compreensão do comportamento humano em todas as suas manifestações, especialmente, nesse caso, de poder. A esse respeito, Thompson referiu-se à memória como preenchedora das lacunas não alcançáveis pela história, equilibrando, portanto, o diálogo entre estruturas e sujeitos.

Segundo Passerini,

a oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas, ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. (...) este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos de que outro modo seriam perdidos (Passerini, 2011, p. 40).

Tanto em relação às esperanças em torno da formação da classe, do sentido de pertencimento à categoria ferroviária, bem como em consideração às frustrações, desarticulações e o ostracismo consecutivo, cremos que os relatos orais cumpram o papel de dar sentido a essa tessitura. Sem, no entanto, esquecer do movimento presente na própria consolidação da memória. Já que, segundo Portelli, as versões das pessoas mudam quando elas próprias mudam (Portelli, 2016).

Nesse sentido, *Estação Bendegó - uma trilha de luta dos ferroviários macaenses*, se contextualiza também como registro fundamental para a compreensão da história de uma cidade marcada tanto pelo esquecimento, quanto pela grave desigualdade social presente mesmo nos dias atuais. O trabalho de Eilton Fonseca, publicado em 1996, procura refletir, como propõe o subtítulo, sobre a trajetória da classe trabalhadora urbana mais importante para Macaé, do início do século até os anos 1970. Composto por muitas reflexões historiográficas, com forte tendência ao viés sindicalista do autor, o destaque do livro está nos trechos de entrevistas concedidas por “*históricos ferroviários locais*”, nas quais a memória dos acontecimentos vividos vem oxigenar a tradição histórica macaense, rompendo assim o silêncio e o desinteresse em torno de eventos que marcaram não apenas a história local, mas a de todo país, especialmente entre os anos trinta e os anos sessenta do século XX. Complementando os registros da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, de cunho mais recente e fragmentado.

5. Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo: 2004.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALVES, Paulo César.(org.). **Cultura, múltiplas leituras**. São Paulo: EDUSC, 2010.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Um tempo para não esquecer**. 1964-1985. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BACKSO, Bronislaw. **Enciclopédia 5 - Anthropos - Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, volume I. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henri. *A energia espiritual*. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2009.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BORGES, Armando. **Histórias e lendas de Macaé**. Mimeografado. 1996. sem paginação.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARVALHO, Meynardo Rocha de (org.). **Comércio e prosperidade**. Memórias, textos e documentos. Centenário da Associação Comercial e Industrial de Macaé. Macaé: Grafitusa, 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAGAS, Mário. *Memória política e política de memória*. In.: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário.(orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DODEBEL, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. (Org.) *Por que memória social?* Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1982.
- DUTRA, Eloy. **Ibad, Sigla da Corrupção**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.
- ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Científico**. Rio de Janeiro: Global, 1982.

- FALCÃO, Luiz Felipe, SOUZA, Pedro de. (orgs.). **Michel Foucault: perspectivas**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1998.
- FERRAZ, Cristiano Lima. Marxismo e teoria das classes sociais. **Politeia - história e sociedade**. vol. 9. 2009. Vitória da Conquista, nº1. pp. 271 - 303.
- FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge Luiz. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002.
- FONSECA, Eilton. **Estação Bendengó**. Uma trilha das lutas dos ferroviários macaenses. Rio de Janeiro: Achiamé, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANCO Jr., Hilário. **Cocanha**. A história de um país imaginário. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**. Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GONDAR, Jô, DODEBEL, Vera. (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- GONDAR, Jô; BARRENECHEA, M. A. (Org.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- GOUVEA, Maria de Fátima. **"A história política no campo da história cultural"**.in.:Revista Regional de História - UEPG, vol. 3, nº1, 1998.
- GUATTARI, Félix, ROLNIK, Sueli. **Cartografias do desejo**. São Paulo: Vozes, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HANNAH, Arendt. **Sobre violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HOBBSAWM, Eric J. **"A formação da cultura da classe operária britânica"**. In **Mundos do trabalho**. Novos estudos em história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.

- IANNI, Octavio. **O populismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, Karl. **Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **La memoria política y sus espectros**. El terrorismo de Estado en América Latina. Editorial Académica Española, 2015.
- MATTOS, Marcelo B. **“Os trabalhadores e o golpe de 1964.”** in.: História e luta de classes. Nº 1, Rio de Janeiro, março de 2005.
- MELO, Demian Bezerra de, HOEVELER, Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**. Volume 18. 1º Semestre de 2014. p. 13 - 43 ISSN 1517-4689
- MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Centauro Editora, 2007.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, dez. 1993.
- OAKESHOTT, Michael. **Sobre a história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2003.
- PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.
- RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários**. Arquivos do sonho operário. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- RÉGIS, Marlon Tadeu Dias. **Generino Teotônio de Luna: liderança camponesa em Macaé na República Populista**. Macaé, FUNEMAC. Monografia de especialização em História Regional, 2011.
- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.
- Relatório da Comissão Municipal da Comissão da Verdade de Macaé**. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016.
- ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs). **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial/UFRJ, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In.: **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de, CRIPPA, Giulia. **Limites e contribuições da história oral: a memória e a história nas interseções entre o individual e o coletivo**. Saeculum.Revista de História, 23, João Pessoa, jul/dez. 2010. p. 75-89.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade**. In: História oral, 5, 2002, p. 9-28.

ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM CASOS DE LINCHAMENTO ESCORADO PELO IMAGINÁRIO DE UM INIMIGO SOCIAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

PAOLLA DE SOUZA THOMAZ

*Mestranda do Programa de Cultura e Territorialidades da UFF
paollathomaz@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo pretende identificar a maneira que a mídia se insere nas questões sociais acerca da violência e da construção de um inimigo social, não só como influenciadora da sociedade, mas também como parte dela e por isso, reprodutora dos discursos já existentes. Para tanto, nos ateremos à prática do linchamento de suspeitos de cometerem crimes contra a propriedade privada, analisando, numa abordagem discursiva, dois momentos: o comentário da âncora do Jornal do SBT acerca de um linchamento no bairro Flamengo no Rio de Janeiro e a maneira como este reatualiza dizeres outros e em como o mesmo é relembado na insurgência de um novo linchamento, pela perspectiva dos telespectadores, baseando-nos no caráter dialógico da linguagem.

Palavras-chave: : Inimigo Social; Violência; Linchamento; Cultura do medo; Análise do discurso.

ABSTRACT

The present article intends to identify the way in which the media inserts itself in the social questions about the violence and the construction of a social enemy, not only as influencer of the society, but also as part of it and therefore, reproducer of the existing discourses. In order to do so, we should focus on lynching suspects to commit crimes against private property, analyzing, in a discursive approach, two moments: the commentary of the anchor of the Jornal do SBT about a lynching in the Flamengo neighborhood in Rio de Janeiro and the way as this re-states the other sayings and how it is recalled in the insurgency of a new lynch, from the perspective of the viewers, basing ourselves on the dialogical character of language.

Key-words: Social Enemy; Violence; Lynching; Culture of fear; Speech analysis.

INTRODUÇÃO

Entender como ocorre a construção do imaginário de um inimigo social na sociedade é um trabalho de resgate conceitual e que quase sempre passa pelo campo discursivo, se partirmos do princípio que o interlocutor só existe enquanto discurso. Observando o emprego de palavras como “onda”, “surto” e “epidemia” ao falar de crimes, a mídia - importante aqui para nós com seu papel de autor social - evoca uma noção de violência supérflua, sendo a sociedade essencialmente não violenta; o surto seria então acidental e passível de erradicação.

Como consequência, solidificam-se duas ideias contraditórias normativas e fatalistas: o populismo punitivista, que clama a maior severidade das leis do Estado e o justicamento, que nada mais é do que a violência anômica - física - de um grupo de pessoas contra o sujeito delitivo, como os linchamentos, tema que será aqui abordado. Chauí (1999) lembra que a ética tomada como compaixão divide os sujeitos éticos em dois: o vitimado e o piedoso. Assim, a vitimização do primeiro faz com que a ação se concentre nas mãos do segundo, que deve trazer de fora a justiça para os injustiçados. Essa ação pode ser individual ou coletiva. Neste trabalho, nos ateremos ao segundo tipo. Ainda segundo a autora:

Além disso, a imagem do Mal e a da vítima são dotadas de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência. Precisamos das imagens da violência e do Mal para nos considerarmos sujeitos éticos. (CHAUÍ, 1999, p. 6)

Em ambos os casos, as justificativas se respaldam no aumento da insegurança e do número de roubos, na falta de policiamento e nas leis brandas que não mantêm o sujeito preso. Já a finalidade, seria apenas uma: acabar com o crime - nem que para isso seja necessário acabar com o próprio sujeito.

Em 31 de janeiro de 2014 um menor de idade foi preso a um poste no Flamengo, bairro nobre do Rio de Janeiro, com uma tranca de bicicleta no pescoço e linchado por um grupo de justicadores moradores de bairros da zona sul carioca presentes na região, que tinham por objetivo, segundo versão deles, fazer patrulhas e tentar diminuir os frequentes roubos ocorridos. O caso tornou-se famoso após um comentário feito pela âncora do Jornal do SBT, Rachel Sheherazade, na edição do dia 04 de fevereiro de 2014, que não só se considerou compreensiva com a ação dos justicadores, como se opôs aos Direitos Humanos.

Pouco mais de um ano depois, em 6 de julho de 2015, um rapaz identificado como Cledenilson Pereira da Silva, de 29 anos, foi amarrado com uma corda a um poste em São Luís - Maranhão e linchado até obitar por pessoas que se encontravam no local após tentativa de roubo a um bar. O debate sobre linchamentos, então, reacendeu-se e o discurso da âncora foi citado por parte dos telespectadores como um influenciador.

Em *Uma ideologia perversa*, Marilena Chauí (1999) escreve que “explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível”, atentando para a violência estrutural da sociedade, que remete a construção de normas, regras e valores naturalizados de forma que pareçam necessárias ao desenvolvimento e ao sistema econômico capitalista, se perpetuando nos processos históricos e tornando-se responsável por privilégios e formas de dominação invisíveis, acabando por reafirmar que o infrator nos casos de crime contra a propriedade privada é, antes de criminoso, vítima de uma violência maior, estruturalmente desigual. Segundo a autora, essa violência é ocultada por quatro dispositivos: jurídico, sociológico, de exclusão e de distinção.

De fato, a violência real é ocultada por vários dispositivos: 1) Um dispositivo jurídico, que localiza a violência apenas no crime contra a propriedade e contra a vida; 2) um dispositivo sociológico, que considera a violência um momento de anomia social, isto é, como um momento no qual grupos sociais “atrasados” ou “arcaicos” entram em contato com grupos sociais “modernos”, e, “desadaptados”, tornam-se violentos; 3) um dispositivo de exclusão, isto é, a distinção entre um “nós brasileiros não violentos” e um “eles violentos”, “eles” sendo todos aqueles que, “atrasados” e deserdados, empregam a força contra a propriedade e a vida de “nós brasileiros não violentos”; e 4) um dispositivo de distinção entre o essencial e o acidental: por essência, a sociedade brasileira não seria violenta e, portanto, a violência é apenas um acidente na superfície social sem tocar em seu fundo essencialmente não violento - eis por que os meios de comunicação se referem à violência com as palavras “surto”, “onda”, “epidemia”, “crise”, isto é, termos que indicam algo passageiro e acidental. (CHAUI, 1999, P. 4)

Porém, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), de junho de 2016, há mais de 700 mil presos em regime de privação de liberdade, sendo o déficit de vagas maior do que 358 mil. Em números absolutos, o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo e a quinta maior taxa de presos sem condenação (40% são presos provisórios). Desde 1990 (ano da aprovação da Lei dos Crimes Hediondos), o número de pessoas privadas de liberdade revela uma preocupante porcentagem de 707% de aumento. Caso mantenha o ritmo de encarceramento dos últimos 16 anos (2000 a 2016), em 2022 os presos passarão de um milhão e em 2075, para cada dez pessoas da nação, uma estará em regime privativo de liberdade.

Devemos entender que o sistema judiciário é uma medida terciária objetiva, ou seja, é necessário que o crime ocorra para que ele entre em ação: julga, em tese, a transgressão, não o sujeito, sendo assim impossível de mudar o caráter sociológico do crime. A legitimidade desse sistema, então, é construída através de signos no meio social. Isso porque a legitimidade é uma característica subjetiva e tudo que é subjetivo no mundo é resultado da construção social da realidade baseada na interação social entre os sujeitos. O senso parte de um consenso.

Num país em que as leis são normas sociais institucionalizadas com forte caráter hegemônico, o entendimento do crime passa a ser então naturalizado e adotado por diversos grupos sociais como a magnânima verdade dos fatos, como algo imparcial e igualmente aplicável a qualquer cidadão não importando sua procedência, gerando um sentimento de igualdade entre os indivíduos perante a justiça e o Estado.

No entanto, Geertz (1989, p.15) nos diz que “o homem é um ser amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu”, onde a análise dos significados deveria ser feita por uma ciência interpretativa e não normativa. Gramsci nos lembra do conceito de etnocentrismo, que advém da palavra grega *ethnos* (nação, tribo ou grupo de pessoas), justaposta com centrismo (aquilo que está no centro), onde o homem estaria predisposto a ver o mundo através da sua própria cultura, ou seja, a partir das subjetividades de seu meio social. Logo, uma vez que o poder instituído atende a uma visão hegemônica, o estigma da sujeição criminal recai àquele à margem social.

Michael Misse (2008) entende a construção do ato criminoso na sociedade através de quatro tópicos interligados: a criminalização, que é a ação entendida como crime, a criminação, quando um evento se encaixa na classificação criminalizadora, a incriminação, que ocorre através de testemunhas e evidências infracionais e a sujeição criminal, onde sujeitos serão previamente selecionados para comporem um tipo social propenso a prática criminoso, sendo este estigma também evocado como atributo de um lugar social. Portanto, a noção está para

além do corpo, mas possui também relação com um lugar simbólico que a sociedade reservou a este ser estigmatizado.

Dentre os formadores do imaginário social, o medo, aumentando a percepção coletiva de insegurança, tem uma grande influência. Ele se instaura muitas vezes através de setores alarmistas a quem essa paranoia é lucrativa. Vendo as reportagens como a realidade em si e não como uma construção imagética, um recorte editorial, esse “efeito do real” - do qual nos fala Pierre Bourdieu (1997) - passa a justificar a intensificação de medidas de segurança, como a instalação de cercas elétricas, portões de ferro, câmeras de segurança, contratação de segurança privada, toque de recolher, fazendo da segurança uma indústria (Baierl, 2004). A tudo isso observou Barry Glassner (2003) pesquisando o medo superdimensionado nas sociedades americanas a partir da manipulação de percepções por essas organizações, dando a esse complexo fenômeno o termo de Cultura do medo.

O fato é que esta cultura interfere nas relações sociais contemporâneas, valores éticos e morais de um grupo e na coesão sociocultural. Os espaços territoriais e suas vivências acabam por ser reconfigurados e a tentativa de isolamento dos conflitos acaba por provocar um segregamento de classes num nível não somente territorial, onde aqueles que não pertencem àquela estratificação social são vistos como intrusos, ou como sugere Norbert Elias (2000), outsiders, mas cultural, social e econômica, fortalecendo a exclusão social, assim como a ideia de local social do crime e indivíduos sujeitos a criminalidade.

Para analisar o processo de interiorização da cultura do medo e a naturalização da construção de um inimigo social sujeitadamente criminoso, utilizaremos o discurso passado no Jornal do SBT, que funciona numa análise discursiva como uma ressurgência parafrástica do interdiscurso deste pensamento.

ANÁLISE DISCURSIVA DO JORNAL DO SBT

Na edição de 4 de fevereiro de 2014, o Jornal do SBT reportou a notícia de um menor de idade linchado no Flamengo/RJ por um grupo de justiceiros. Posteriormente, a âncora e jornalista Rachel Sheherazade colocou-se compreensível à razão dos linchadores, mesmo que o ato tenha sido entendido por parte da população como cruel e desnecessário.

SHEHERAZADE: O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que invés de prestar queixa contra seus agressores ele preferiu fugir, antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau de galinheiro. No país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídios e sofre de **violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissivo, a polícia desmoralizada, a justiça é falha, o que é que resta ao cidadão de bem que ainda por cima foi desarmado? Se defender, é claro!** O contra-ataque aos bandidos é o que eu chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. **E aos defensores dos direitos humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido.** (Jornal do SBT, edição do dia 04/02/2014 – grifo nosso)

Sociólogos como Pierre Bourdieu (2012) apreendem a influência da mídia jornalística entendendo-a como uma instituição constituída de poder simbólico, funcionando na sociedade

com crescente poder de estruturação estruturante, mas sem esquecer que só existe essa possibilidade uma vez que ela é também uma estrutura estruturada¹.

Como lembra Orlandi (2000) através da Análise do Discurso, o jornal acaba por encerrar-se em processos parafrásticos, retomando a memória discursiva de dizeres outros para significar o mesmo, não rompendo com as significações já instauradas. Toda matéria acaba sendo a mesma, salvo suas particularidades – vítima, local e data. Lembremo-nos do caráter dialógico da linguagem proposto por Bakhtin (1992), onde todo enunciado é uma resposta a dizeres outros e que provocará assim uma réplica.

Segundo o autor, a condição para que se entenda um discurso está no diálogo construído entre os interlocutores; a língua possui sua essência nas relações sociais, parte de alguém que se destina a alguém. Analisando o comentário na edição do dia 04 de fevereiro de 2014, a jornalista utiliza-se de um discurso dialógico polifônico, reproduzindo e reatualizando dizeres conservadores anteriores. Sheherazade não é a precursora desta fala: seu comentário compreende uma heterogeneidade constitutiva, isto é, sua fala é construída a partir do discurso já-dito de outros. Ela não só utiliza falas antecedentes as suas para reproduzir seu comentário, como este só se deu em resposta a um discurso outro já-dito de que o linchamento foi desumano e errado. O sentido do seu discurso está em sua destinação: os defensores dos Direitos Humanos que se apiedaram do menor linchado.

Pêcheux (1975; *apud* Orlandi 2000) entende a heterogeneidade discursiva distinguindo duas formas de esquecimento no discurso: a *ilusão referencial*, que se apresenta como um esquecimento enunciativo, nos dando a noção que o que falamos só pode ser falado daquele jeito e o *esquecimento ideológico*, quando “temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes” (Orlandi, 2000, p.35). Isto porque dentro de cada enunciação o interdiscurso – que apresenta a memória discursiva que sustenta cada palavra, retornando sob a forma do já-dito – se faz presente, conversando com o intradiscurso – a formulação do que estamos dizendo naquele momento, com aquele contexto. Como diz Orlandi (1993), baseada na Prática Discursiva de D. Maingueneau (1984; *apud* Orlandi 1993):

Segundo este autor, em análise de discurso não se pode pensar a existência de um discurso apartado do grupo social que o sustenta; nem se trata tampouco de um discurso, preexistente, e que é gerido por um grupo social determinado. Na perspectiva discursiva de Maingueneau, o que há é uma prática discursiva com seus dois lados interconstitutivos: de um lado, a textualidade, de outro, o grupo social que lhe corresponde. São duas faces da mesma coisa: a prática discursiva. (...) O autor neste contexto, é a personagem do discurso que tem função social e que, no imaginário social, é considerado estar na origem do discurso, como produtor de seus sentidos e que responde por eles. (Orlandi, 1993, p. 114)

RESSURGÊNCIA DISCURSIVA NO LINCHAMENTO MARANHENSE

No ano seguinte ao discurso de Sheherazade, o SBT Rio noticiou o linchamento de Cledenilson Pereira da Silva no Maranhão, em 8 de julho de 2015. Como o programa é estadual, ou seja, só passa notícias do Rio de Janeiro, a história de Cledenilson serviu como uma ponte para o foco da matéria: uma entrevista com os justiçaadores do Flamengo/RJ, famosos pelo linchamento ocorrido no bairro um ano antes.

1 Por estrutura estruturante entende-se que a objetividade do sentido das coisas é determinada pela concordância de subjetividades estruturantes; as formas de classificação deixam de ser universais para tornarem-se formas sociais, arbitrárias, relativas a um grupo particular. Já a estrutura estruturada constitui o elemento metodológico que apreende a lógica específica da forma simbólica, evidenciando sua estrutura imanente. Logo, o *modus operandi* do jornalismo televisivo só consegue ser apreendido pelos telespectadores porque o *opus operantum* se faz presente, ou seja, só existe compreensão do jornal e sua subjetividade porque este atua segundo uma estrutura permanente.

CHAMADA: (...) Cansados da falta de segurança na cidade esses quatro homens com idades entre 25 e 30 anos, todos os praticantes de artes marciais, decidiram fazer justiça com as próprias mãos. Durante o dia eles são comerciantes, à noite, justiceiros. O grupo percorre o Aterro do Flamengo e a Enseada de Botafogo atrás de criminosos. Eles não andam armados, usam objetos que encontram na rua como pedaços de madeira e garrafas de vidro **para se vingar**. (...) O grupo que se **auto intitula defensores da sociedade** saiu do anonimato depois que amarrou um menor num poste com uma trava de bicicleta em fevereiro de 2014. O jovem infrator teve as roupas arrancadas e foi espancado.

LINCHADOR1: **O que a gente fez de tão monstruoso?** A gente não matou o moleque, a gente não fez uma nova candelária, as pessoas têm que entender isso.

CABRINI: Vocês têm consciência que isso gerou muitas reações? Vocês foram muito criticados.

LINCHADOR 1: Fomos, **mas se você pensar muito na opinião dos outros, você acaba não fazendo nada.**

CABRINI: Quem apoiou a ação de vocês, pelo que você percebeu?

LINCHADOR 1: Pelo que eu percebi 90% da população.

(...)

CHAMADA: Entre uma abordagem e outra os justiceiros falam que não se arrependem de nenhuma atitude que fizeram. **Eles agem acima da polícia, dos promotores, dos juízes.** O grupo não teme nada.

LINCHADOR 2: Outras pessoas eu sei que virão porque **a gente plantou uma semente que outros virão** e darão continuidade a isso.

CHAMADA: Mas será que a violência que brota dessa semente é a solução para combater o crime? **Enquanto pensamentos desse tipo estimulam proliferação de justiceiros, imagens como essas serão cada vez mais comuns.** (SBT Rio, edição do dia 08/07/2015 - grifo nosso)

Podemos perceber acima a conexão entre os linchamentos, onde a matéria configura-se como uma continuidade discursiva do caso no ano anterior, reativando a memória do telespectador para uma discussão acerca do tema linchamento. A polêmica gerada por Sheherazade não é abordada claramente; fica nas entrelinhas, o que nos remete ao implícito de Orlandi (1993). Cabe ao telespectador ativar sua memória discursiva para compreender magnanimamente o que pode apenas subentender-se.

Voltando ao século XIX, o Brasil possuía um símbolo de repressão que se instalava num local público de bastante visibilidade: o pelourinho. Este se constituía enquanto uma coluna de pedra usada para prender e castigar criminosos e escravos rebeldes. Os dias de aplicação das penas eram anunciados com tambores e muitos curiosos juntavam-se para ver, o que nos recorda dos escritos de Foucault (1998) em *Vigiar e Punir* sobre a prática do suplício dos corpos como punição, que aos poucos foi substituído pelo cárcere privado.

O Jornal Extra, que ganhou o Prêmio ExxonMobil pela capa “Do tronco ao poste”, principal premiação do jornalismo brasileiro, gera uma grande ressurgência ao trazer uma fotomontagem da comparação da pintura do pintor francês Debret intitulada “Aplicação do castigo na chibata” (1834-1839) e Cledenilson já falecido amarrado ao poste. Esta montagem também foi utilizada pelo Deputado estadual do Rio de Janeiro Jean Wyllys (PSOL) em um post na rede social Facebook, juntamente com o texto a seguir:

Mais uma vez, o linchamento, a barbárie eivada de racismo. Cleydenilson Pereira Silva, um jovem de 29 anos acusado de ter cometido um crime, foi amarrado a um poste e espancado até a morte por uma turba de psicopatas em São Luís, Maranhão. Chutes, pedradas, garrafadas, juízo e condena sem juiz nem advogado, sem lei nem direitos, sentenciado à morte por uma multidão surtada de fascismo. **Lembrei-me da âncora cafona do telejornal**, do fascista viúvo da ditadura, dos propagandistas do ódio e da “justiça” sem lei. Lembrei, também, de um trecho do meu livro *Tempo bom, tempo ruim*. “Em sua visão do mundo estreita e sustentada em preconceitos, **a âncora do telejornal e os que lhe aplaudem consideram a defesa dos direitos humanos dos pobres e dos marginais um estorvo para a segurança do “cidadão de bem”**. Ora, isso é algo que não podemos aceitar! Os direitos humanos, em sua formulação consagrada internacionalmente, são de todos e todas, e não apenas da jornalista e sua turma. Os direitos à vida e à integridade física, bem como o direito à defesa num julgamento justo, **não podem ser entendidos como privilégios de gente branca que mora em bairros privilegiados e tem renda para consumir** – que é como a apresentadora do telejornal os entende. Esses direitos são também daquele adolescente espancado e atado a um poste por uma trava de bicicleta! Como a jornalista se sentiria se um grupo de pessoas, fazendo justiça com as próprias mãos, decidisse linchá-la justamente por sua apologia ao linchamento? Ela deveria refletir sobre essa pergunta antes de **estimular a barbárie mais uma vez. Desacreditar o Estado Democrático de Direito em cadeia nacional para defender linchamento de um adolescente negro, pobre e supostamente delinquente** é apodrecer nossa época.” (Jean Wyllys, postagem feita em sua página no Facebook, 07/07/2015 – grifo nosso)

A postagem de Jean Wyllys retrocede ainda mais interdiscursivamente. Ao comparar poste e pelourinho em imagem, ele retoma a memória discursiva de herança escravocrata de preconceitos alheios que permanecem nesses sujeitos estigmatizados. Já o elemento textual, conversa com o discurso de Sheherazade, também creditando a esta responsabilidade pelo sucedido. Lembremo-nos de Orlandi (1993) em seu conceito de *implícito*, onde o não-dito remete ao dito. Quando o deputado direciona seu intertexto à âncora, acoplado numa imagem que remete ao período escravocrata, este os interliga, mostrando que ela renova um discurso que a antecede ao mesmo tempo em que é responsável por tê-lo falado.

CONCLUSÕES FINAIS

Vimos como o interdiscurso retoma a memória discursiva de todas as falas já faladas acerca de um tema para que este possa significar alguma coisa, unindo-se às formações intradiscursivas para gerar um significado particular sobre um dado fenômeno. Como nos lembra Eni Orlandi (2000), o discurso não deve ser visto como estrutura, mas acontecimento, uma vez que a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história. A análise do discurso procura compreender como um objeto está investido de significância para e por sujeitos, trabalhando os mecanismos como parte do processo de significação. Nesses processos, a memória tem um papel fundamental.

Ainda que a âncora não tenha dito diretamente, esse descredito do estado de direito juntamente com a crença de que a violência é externa a sociedade e é culpabilizada nas mãos de um inimigo social, tira desses sujeitos sua condição de pessoa. A lógica da qual a âncora utiliza refere-se aos “direitos humanos para humanos direitos”, que pode ser entendida como “direitos humanos para quem assim é considerado; aos inimigos, destituam-lhes seus direitos”. Zaffaroni (2007) lembra que a divisão entre cidadãos e inimigos – no qual este não é qualquer sujeito infrator, mas o outro, estranho, *outsider* – faz o segundo ser entendido puramente como um ente perigoso passível de segregação ou eliminação, despersonificando sua condição de ser humano, o coisificando.

Como ninguém pode prever exatamente o que algum de nós – nem sequer nós mesmos – fará no futuro, a incerteza do futuro mantém aberto o juízo de periculosidade até o momento em que quem decide quem é o inimigo deixa de considera-lo como tal. Com isso, o *grau de periculosidade do inimigo* – e, portanto, da necessidade de contenção – dependerá sempre do juízo subjetivo do individualizador, que não é outro senão o de quem exerce o poder. (Zaffaroni, 2007, p. 25 – grifo do autor)

Mas também a memória discursiva reverbera, um discurso não se encerra em si mesmo. Como nos acalenta Orlandi (2000, p.37), “a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história”. É necessário resignificar os sujeitos. Resistir é preciso.

BIBLIOGRAFIA

BAIERL, Luzia Fátima. Medo social: Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 mar. Caderno Mais, p. 3, 1999.

_____. O que é ideologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

DEPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen. Junho/2016. Disponível em:

<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf/view> Acesso em: abr. 2018.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41

GRASSNER, Barry. Cultura do Medo. São Paulo, Francis, 2003

ORLANDI, Eni Pulcinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O inimigo no Direito Penal. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan e Instituto Carioca de Criminologia, 2007.

Jornalismo SBT. Rachel fala sobre o adolescente vítima de “justiceiros” no Rio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=unVIpQHLDwE>> Acesso em: abril. 2018.

SBT Rio. Homem é espancado até a morte em São Luís, no Maranhão Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k5zYuKMKsNs>> Acesso em: abril. 2018.

OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E A SUA ARTICULAÇÃO COM A 'REPRESENTAÇÃO' DE MEMÓRIA(S)

THAYANE VICENTE VAM DE BERG

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRIO
thay.vamdeberg@gmail.com*

LEILA BEATRIZ RIBEIRO

*Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRIO
leilabriereiro@unirio.br*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar quando e de qual maneira os conjuntos documentais de origem privada, denominados arquivos pessoais passaram a ser entendidos como patrimônio documental e 'representação' de memória(s). Para isso buscaremos problematizar e apontar as mudanças no processo de produção historiográfica e dos sentidos sociais relativos à percepção da memória, que possibilitaram a compreensão dos arquivos pessoais como patrimônio. Infere-se que a preocupação com o patrimônio documental, como parte relevante da construção da memória social confere duas motivações para se preservar os arquivos de pessoas: "o valor cultural dos arquivos de vida nas nossas sociedades [...] e manter arquivos da própria vida seria considerado uma contribuição ao conhecimento do gênero humano" (ARTIÈRES, 1998, p. 16). A abordagem metodológica deste artigo se fundamentará em revisão de literatura sobre as temáticas dos arquivos pessoais, do patrimônio documental e da memória social.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal; Patrimônio Documental; Memória Social.

ABSTRACT

This paper aims to identify when and in what way documentary sets of private origin, called personal archives, came to be understood as documentary heritage and 'representation' of memory (s). To this end, we will try to problematize and point out the changes in the process of historiographic production and the social senses related to the perception of memory, which made possible the understanding of personal archives as patrimony. It is inferred that concern for documentary heritage as a relevant part of the construction of social memory gives two reasons for preserving people's archives: "the cultural value of life archives in our societies [...] and keeping archives of the own life would be considered a contribution to the knowledge of the human race" (ARTIÈRES, 1998, p.16). The methodological approach of this article will be based on literature review on the themes of personal archives, documentary heritage and social memory.

Key-words: Personal Archive; Documentary Heritage; Social Memory.

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que “desde que o homem passou a registrar suas atividades e pensamentos, aos poucos foi imprescindível adotar uma forma de armazenamento, o que deu origem aos arquivos” (MERLO; KONRAD, 2015, p. 28). Estes registros fruto da produção humana constituem parcela da memória social e são produzidos desde a invenção da escrita. Ao longo da história surgiram novos gêneros e suportes¹ que possibilitaram a formação de uma herança cultural constituída desde pergaminhos e papiros a manuscritos, livros, desenhos, periódicos, músicas, filmes, fotografias, entre tantos outros vestígios.

Tais arquivos são formados por conjuntos documentais gerados a partir das atividades desenvolvidas por uma instituição, pessoa ou família (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). A UNESCO (2002, p.10) define documento como “aquilo que ‘documenta’ ou ‘registra’ algo com um propósito intelectual deliberado”, no qual constam “dois componentes: o conteúdo informativo e o suporte no qual esse se consigna. Ambos podem apresentar uma grande variedade e ambos vão ser igualmente importantes como parte da memória” (UNESCO, 2002, p. 11).

Deste modo pode-se entender que “os documentos são traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens” (GLÉNISSON, 1961, p. 136), ou seja, é “tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço” (SILVA e SILVA, 1995, p. 158). E é este conjunto que pode ser entendido como patrimônio documental, o qual compreende

elementos que são: móveis; feitos de símbolos/códigos, sons e/ou imagens; preserváveis (os suportes são elementos inertes); reproduzíveis e transladáveis; [e] fruto de um processo de documentação deliberado. [...] Um item do patrimônio documental pode ser um único documento de qualquer tipo. Ou um grupo de documentos, tais como uma coleção, um acervo ou fundos arquivísticos (UNESCO, 2002, p. 11).

Decorrente das atividades do fazer humano há registros provenientes de pessoas e alguns destes podem ser identificados como patrimônio documental. No estudo em questão interessamos a produção oriunda do âmbito da vida privada, denominada arquivo pessoal.

Este trabalho é fundamentado na abordagem metodológica de revisão de literatura sobre as temáticas dos arquivos pessoais, do patrimônio documental e da memória social, com o propósito de refletir teoricamente acerca deste corpus conceitual, e em particular, com o objetivo de identificar quando e de qual maneira os arquivos pessoais passaram a ser entendidos como patrimônio documental e ‘representação’ de memória(s). Para isso buscaremos problematizar e apontar as mudanças no processo de produção historiográfica e dos sentidos sociais relativos à percepção da memória, que possibilitam a compreensão dos arquivos pessoais como patrimônio.

Mundialmente há a percepção da importância da documentação arquivística, em conjunto com a bibliográfica e museológica, como parte do patrimônio cultural e documental que necessita ser preservado. Porém apesar do interesse pelo tema ainda são escassos os estudos com esta abordagem, o que traz à tona a necessidade desta investigação e a relevância de refletir sobre o assunto.

¹ Documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, bibliográficos, cartográficos, filmográficos, micrográficos, eletrônicos.

UM PANORAMA HISTÓRICO ACERCA DO INTERESSE POR CONJUNTOS DOCUMENTAIS DE ORIGEM PESSOAL

Até o século XIX a historiografia produzida era predominantemente positivista, factual, empírica e descritiva, com o uso majoritário de fontes oficiais, oriundas do governo (BURKE, 1997, p. 21). A origem da demanda por fontes documentais que não fossem produzidas apenas pelo Estado, remonta da primeira metade do século XX, momento no qual se iniciam significativas mudanças na prática historiográfica (MENESES, 2010, p. 12). Nesse período inaugura-se um crescente interesse por novas abordagens e registros nas mais variadas tipologias e suportes, o que conseqüentemente, ocasiona a ampliação do conceito de documento e um despertar por estudos sobre memória e história oral.

Segundo Ângela de Castro Gomes o interesse por arquivos pessoais como fonte, apenas foi possível por conta de “uma série de grandes transformações no campo da história, das ciências sociais, da teoria literária e, naturalmente, da teoria arquivística” (GOMES, 2009, p. 22), e a estas podemos acrescentar as transformações no campo da memória social. Mais afinal, o que impulsionou este estímulo? Quais fatores estão envolvidos nesta nova demanda?

Para compreender as motivações que promoveram o interesse por conjuntos documentais de origem pessoal nos campos das pesquisas histórica e da memória social é imprescindível assinalar, primeiramente, que desde o século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, as experiências pelas quais o ser humano passou impuseram intensas transformações nas relações sociais, nas percepções tradicionais de tempo, espaço e velocidade². Estas circunstâncias incidiram na forma como o homem passou a se relacionar com a memória. Podemos dizer que a transformação nas relações sociais e culturais dos sujeitos iniciou um novo tipo de sociedade e uma mudança no regime de sensibilidade da maneira de se comunicar e de se relacionar com as questões referentes à tradição e à memória, o que impactou nas experiências coletivas e individuais dos sujeitos.

Walter Benjamin (1985b) foi um dos pensadores que compreenderam a relevância dessas alterações na vida humana, em especial, no papel desempenhado na memória pela narrativa. Segundo o autor, o principal impacto da modernidade na vida dos sujeitos históricos foi o enfraquecimento da troca de experiências e do conhecimento transmitido através da oralidade, com o declínio dos valores fundamentados na sabedoria (como o trabalho do artesão), e a ascensão da produção em larga escala, baseada no processo automatizado. Conforme Benjamin (1985b), estas intensas transformações afetaram a prática da tradição narrativa, que passou a entrar em ‘extinção’³, pois se tornou cada vez mais rara a existência de pessoas que sabiam esta arte, uma vez que ela era ligada a valores que estavam se perdendo e deram lugar àquilo que era considerava moderno.

No desencadear da história outro acontecimento foi crucial na mudança de comportamento do homem: as grandes guerras mundiais⁴. Para Benjamin (1985a) esse foi mais um período de transformações que afetou radicalmente a sociedade, em particular, no modo do indivíduo compartilhar (ou não) suas vivências coletivas. Na modernidade a capacidade de narrar, fundamentada num fluxo comunicativo da transmissão de um saber-fazer prático, no qual há a participação conjunta do narrador e de um ouvinte, começa a se esvaír. Assim, outras formas de narrar surgem, tal qual o romance, que diferentemente da narrativa espontânea

2 É dessa época a criação de invenções de grande impacto tecnológico como: máquinas a vapor, transportes, como a locomotiva, telégrafo, etc.

3 Benjamin (1985b) promoveu uma crítica ao capitalismo moderno ao afirmar que, houve uma perda na capacidade de narrar, por conta do declínio da tradição oral. Nas sociedades artesanais e pré-industriais, a oralidade possuía um papel de destaque, visto que era na tradição oral que elas se fundamentavam. É nesse sentido que o autor afirma que a narração está em “extinção”.

4 Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918 e Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945.

e construída coletivamente, se caracteriza por ser uma experiência solitária, que preconiza conhecimentos adquiridos de maneira individual. Os pesquisadores Olick, Vinitzky-Seroussi, Levy (2011) apontam que as transformações no modo de viver das pessoas, também alteraram o modo de se relacionar com o outro, provocando o que eles definem como o individualismo da pós-modernidade.

Benjamin (1987) refletiu sobre o impacto que a guerra causou na vida de quem a presenciou e destacou como esse acontecimento modificou a forma como as pessoas lidavam com a realidade. O que foi aprendido neste embate não era passível de ser transmitido, pois eram experiências consideradas pobres, sem aura. As pessoas não queriam lembrar-se das experiências da guerra e por isso, as histórias vividas neste contexto não eram rememoradas⁵.

Durante o período das grandes guerras, iniciou-se uma busca pelo desenvolvimento técnico e científico, com a criação de invenções e uso de novas tecnologias que alteraram a forma de comunicação e de produção documental, o que também causou um impacto no modo tradicional de narrar. Assim, após o término da 2ª Guerra Mundial ocorreu um *boom* documental e informacional, que nunca havia sido visto em toda a história da humanidade⁶. A criação dessas novas tecnologias acarretou impactos, interferências e transformações sociais nos sujeitos.

Para Olick, Vinitzky-Seroussi e Levy (2011), a influência da tecnologia alterou a relação dos homens com a memória. Por isso, conforme estes autores não é válido pensar a capacidade da memória apenas culturalmente, visto que deve ser levado em consideração as mudanças no cérebro, decorrentes do impacto da tecnologia e as mudanças na relação com a oralidade (narrativa). Deve ser destacado que, nos anos de 1970, os estudos da memória foram motivados não apenas pelo interesse provocado com o *boom* da memória, mas também foram reforçados pelas transformações tecnológicas, que produziram novas maneiras de lembrar e novas práticas mnemônicas.

Todos esses acontecimentos reverberaram no panorama da produção historiográfica do século XX, em especial nas inovações incentivadas pela Escola dos Annales⁷. Nesta conjuntura, a academia francesa, particularmente a sua terceira geração⁸, teve relevante protagonismo, difundindo uma nova maneira de se escrever a história e estimulando uma inovadora percepção acerca do sujeito histórico. O grupo de historiadores dessa corrente de pensamento impulsionou a realização de pesquisas, que passaram a contestar o positivismo, o que promoveu uma renovação não apenas quantitativa, mas principalmente qualitativa, das fontes utilizadas nas investigações (BURKE, 1997, p. 23).

A partir dos anos de 1970 se inicia uma incorporação de documentos não textuais nas pesquisas, ou seja, utiliza-se como matéria-prima da história, registros de outras tipologias, gêneros e categorias, tais como fotografias, materiais audiovisuais⁹, objetos da cultura material,

5 Por mais experiências novas que tivessem ocorrido, elas não eram consideradas memórias ricas, e sim pobres de valor, pois envergonhavam, denegriam.

6 Tal situação, inclusive reverberou de modo profundo no campo arquivístico, que até então não se preocupava com questões referentes à eliminação documental. É desse período a criação do conceito de gestão de documentos e da área da Ciência da Informação.

7 A Escola dos Annales é dividida tradicionalmente em três gerações, tendo a primeira como figuras de destaque, Bloch e Febvre; já no final da década de 1940 se apresenta uma nova geração de historiadores que dá origem à segunda geração, cujo expoente máximo é Fernand Braudel; a terceira geração tem seu início nos anos de 1960 e tem como um de seus representantes Le Goff (BURKE, 1997).

8 Essa fase da Escola dos Annales, também é denominada de 'Nova História' e se diferencia do modelo positivista do século XIX pelo fato de problematizar, promover a interdisciplinaridade e se voltar para o estudo das sociedades, dos indivíduos comuns (SILVA e SILVA, 2005, p. 159).

9 É válido ressaltar que boa parte desta gama de fontes até então haviam sido inexploradas pela historiografia, pois foram inventadas apenas no decorrer dos séculos XVIII e XIX, tais como a fotografia, o audiovisual, entre outros.

literatura, memória e oralidade, e ainda registros textuais não oficiais, como aqueles presentes em arquivos pessoais, tais como anotações, diários, etc.

Outro fator que impulsionou os estudos com o uso de fontes de origem da vida privada foi a realização de pesquisas pautadas no viés da História Cultural, com um olhar diferenciado para o sujeito histórico, o interpretando e o ressignificando não mais de modo unilateral, mas sim a partir de novas percepções e análises sobre o mesmo, como por exemplo, a partir de estudos das áreas da Antropologia e das Ciências Sociais.

Em paralelo, no decorrer do século XX, também são desenvolvidos e aprimorados estudos na área da memória¹⁰ que examinam o sujeito social nas suas mais diversificadas esferas, desde as novas formas de interagir em sociedade, ao modo de utilização e transmissão da memória, bem como a incorporação de novos sentidos psicológicos (percepções sensoriais e emocionais)¹¹ e significados da vida humana (sua efemeridade)¹².

A quebra de antigos paradigmas possibilitou esquadrihar novas abordagens, novos problemas e novos objetos, perscrutando vestígios que ampliaram o lócus documental. Para o historiador Le Goff (1996, p. 540-541) houve, a partir do século XX, uma “revolução documental”, uma vez que a possibilidade do uso de uma variada gama de fontes promoveu uma melhoria significativa na qualidade das pesquisas. Desse modo foi possível investigar os sujeitos sociais e responder aos problemas científicos com uma maior riqueza de detalhes.

Os teóricos perceberam que os saberes dogmatizados não são irrefutáveis, nem absolutos e, por isso a ciência se desenvolve, pois caso contrário não haveria inovação na produção do conhecimento científico (KUHN, 1992). O século XX foi de indagações e incertezas que provocaram o rompimento com perguntas e respostas prontas que já existiam. Desse modo a prática da pesquisa e do conhecimento científico foi repensada com observações, reflexões e investigações, que desembocaram numa produção quantitativa e qualitativa do conhecimento.

Para Cook (2012, p. 140-141), o investimento em estudos relacionados à memória e à identidade também pode ser apontado como fatores determinantes para o alargamento do conceito de documento e do que poderia ser considerado patrimônio. Tal compreensão se deve, inclusive, a correlação existente entre as novas demandas documentais feitas pela sociedade do século XX às instituições arquivísticas. O autor esclarece que

enquanto a manutenção da responsabilidade do governo e da continuidade administrativa e a proteção dos direitos pessoais continuem sendo devidamente reconhecidos como objetivos importantes dos arquivos, a principal justificativa do arquivamento para a maioria dos usuários e para o contribuinte público em geral, como vemos também na maior parte da legislação nacional e estatal sobre arquivos, repousa

10 Uma análise histórica acerca do interesse pelo tema da memória permite-nos inferir que já foram realizadas pesquisas que a envolveram em variados tipos de estudos: alguns voltados para os estudos biológicos (genética) sobre memória, como os de Darwin; outros para a psicanálise, como os de Freud; ou direcionados para questões relativas à consciência, como os de Bergson; filosóficos como aqueles de Foucault; outros relacionados à historiografia, com a elaboração da história dos Estados-Nação (nacionalismo) e a “invenção da tradição”, como aqueles de Hobsbawm; alguns acerca da memória coletiva, como os de Halbwachs; uns voltados para as memórias traumáticas, em conjunto com questões do esquecimento e da memória política, como os de Pollack; outros sobre os lugares de memória, como Nora; além daqueles referentes à memória, oralidade e narrativa, como os de Benjamin; e por pesquisadores da contemporaneidade, como Assmann, Huyssen e Butler que vem renovando as pesquisas no campo da memória. Nesses ínterims históricos, variadas foram as transformações sociais, culturais e políticas que motivaram tais pesquisas.

Percebe-se que a memória social em suas mais variadas acepções, não pode ser enquadrada em conceituações estanques, isto porque, como afirma Gondar (2016), a memória devido a sua plasticidade de sentidos e significados, se relaciona com discursos políticos e éticos, e não se reduz à: identidade; a representação; a lembrança e ao esquecimento. Portanto, ao discorrer sobre a memória social deve-se compreendê-la como um campo em iminente processo de construção e reconstrução.

11 Cientistas como Sigmund Freud, Jacques Lacan desenvolveram inúmeros estudos acerca da psicologia e memória.

12 Ver Bergson (2009) e o seu conceito de duração e suas definições de tempo psicológico, consciência e ilusão da vida real.

no fato do **arquivo ser capaz de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, localidade, história, cultura, e memória pessoal e coletiva**. Simplificando, **não é mais aceitável limitar a definição da memória da sociedade apenas ao resíduo documental deixado (ou escolhido) por poderosos produtores de documentos** (COOK, 2012, p. 140-141, grifo nosso).

Ou seja, a sociedade passa a questionar, inclusive, quais categorias de acervos são armazenados nos arquivos públicos e reivindica sua parcela de representatividade nos lugares oficiais de memória. Nos anos de 1970, esta é uma prática mundial, e que se aprofunda na década seguinte através de um

movimento amplo de resgate da memória e de conscientização da sociedade, sobre a importância dos arquivos e do direito à informação como atributos fundamentais ao exercício da cidadania plena e do dever do Estado em proporcionar condições de acesso a essa informação (SANTOS, 2012, p. 27).

Percebe-se, portanto que as mudanças nas práticas historiográficas impactaram, no mínimo mais duas esferas: a primeira, o próprio sujeito histórico, na sua busca por reivindicações sociais; e a segunda, as instituições de memória, tais como os arquivos, museus e bibliotecas por serem o lugar responsável pela custódia e preservação da matéria-prima para se escrever a História. É a partir dessas novas problemáticas e questionamentos que o âmbito da vida privada e, por conseguinte, os arquivos pessoais, passam a ser incorporados mundialmente em arquivos públicos¹³. Para a pesquisadora Oliveira, (2012, p. 29) “a relação próxima entre os arquivos e os historiadores permitiu uma maior visibilidade dos arquivos pessoais”.

OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO VESTÍGIOS DA MEMÓRIA SOCIAL

Nos arquivos pessoais convivem duas motivações de arquivamento: a obrigação e a vontade (CAMPOS, 2012, p. 04), isto porque o primeiro ato de arquivar do ser humano está ligado à funcionalidade que determinados documentos exercem em nossas vidas¹⁴, porque “nós temos obrigação social, para estarmos integrados na sociedade em que vivemos, de arquivar nossos papéis, registros formais de nossa existência” (VOGAS, 2011, p. 26). Tal ação equivale ao que Artières (1998) define como “injunção social” (CAMPOS, 2012, p. 04). É apenas num segundo momento que passamos a arquivar por outro motivo: para recordar. É aí que nossos interesses como pessoa são expostos, pois passamos a guardar alguns registros não porque eles comprovam alguma coisa, mas por que são significativos e relevantes em nossas vidas.

Em sua grande maioria os arquivos pessoais são compostos desta mescla de documentos oriundos de comprovantes legais para se viver em sociedade e daqueles que expressam nossa individualidade, enquanto pessoas com sentimentos e desejos. Estes registros configuram-se nos mais variados tipos, gêneros e suportes, tais como: cartas, fotografias, diários, filmes, diplomas, documentos de trabalho, registros de viagens, comprovantes e recibos, etc. São documentos que mostram os interesses, as relações mantidas e testemunham momentos da vida do sujeito que os acumulou. Por meio deles é possível identificar o reduto no qual o seu produtor se incluía, ou seja, as instituições sociais as quais se vinculava (a escola, a igreja, o local de trabalho, o partido político, a família), as relações amorosas e de amizade, os hobbies, as opções intelectuais, etc (CAMARGO, 2009, p. 35). Ou seja, os conjuntos documentais de

13 É sabido que mesmo antes desse *boom* pela demanda por tal tipo específico de fonte, já era possível encontrar arquivos pessoais em instituições arquivísticas, porém isso não era algo tão comum, pois em muitos casos esses conjuntos documentais estavam custodiados em bibliotecas e/ou museus.

14 Os documentos que são guardados devido a sua importância de legitimação e comprovação de algo (tais como certidão de nascimento, carteira de trabalho, etc.) estão presentes na vida de todo sujeito, visto que, para se viver em sociedade essa documentação probatória é exigida frequentemente em todos os atos de nossa vida (estudantis, profissionais, negociais...).

natureza pessoal “revelam de forma aguda a diversidade de situações em que o indivíduo produz e acumula documentos” (HEYMANN, 2009, p. 49). Para Oliveira (2008, p. 39),

os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram (OLIVEIRA, 2008, p. 39).

A princípio ao se mencionar o debate sobre os arquivos pessoais, pode parecer que esta documentação, por ter sido produzida e acumulada por um sujeito, trate apenas da biografia do mesmo, e seja a ‘representação’ da sua memória individual. Porém é necessário ressaltar que a memória é resultado de um fenômeno social e coletivo, portanto, formada socialmente e inserida em variados contextos, seja familiar, social, etc. Ou seja, a memória é fundamentada na existência das relações sociais, por isso “nossas lembranças permanecem coletivas [...] porque na realidade nunca estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p. 26).

Apesar de tratarem-se de documentos únicos, selecionados por meio de arrumações, esquecimentos ou até mesmo intencionalmente, o arquivo pessoal não representa ‘fielmente’ a vida do indivíduo produtor, nem de modo narrativo e nem de modo acabado, pois o que ele contém são apenas os restos, vestígios e fragmentos de uma vida. São ‘seleções’ que retratam aquilo que foi vivido publicamente, bem como momentos particulares do seu produtor. Por mais que se queira ou se tenha a intenção de guardar tudo, tal ação é impossível. Durante a nossa vida, selecionamos e refazemos a cada instante as nossas escolhas, visto que é inato do ser humano formar e mudar suas opiniões, seja por conta de experiências, vivências ou influências. Segundo Artières,

não arquivamos nossas vidas de uma vez por todas. Incessantemente, até o último momento, nossos arquivos estão sendo refeitos. Nossas intenções mudam em função de fatores pessoais, mas também externos. São arquivos sucessivos e de vários tipos, cada um com funções diversas [...] passamos o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros [...] manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens. [...] O arquivamento do eu é uma prática plural e incessante (ARTIÈRES, 1998, p. 31 - 32 e 10 - 11).

Nos arquivos pessoais há uma subjetividade produzida por meio da escrita do eu (intenção autobiográfica de seu produtor em tentar ordenar e preservar de forma narrativa uma trajetória de valorização), isto é o que Foucault (2004) define como “preocupação com o eu”. “O arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÈRES, 1998, p. 11). Por meio deste entendimento é possível afirmar que os arquivos não pertencem a um terreno inerte, e que a prática do “arquivamento do eu” não é neutra, mas sim repleta de intenções e disputas. Por isso, os arquivos pessoais não devem ser entendidos como portadores de uma realidade ou de uma representação absoluta.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Apesar dos estudos da área da memória social e da história ter objetivos distintos, a sua matéria-prima pode ser a mesma: “o passado humano [...], fruto de uma seleção ou de sucessivas seleções, [no qual] exerce-se a atividade da memória e também da história” (WEHLING, A.; WEHLING, M. J., 2003, p. 13).

A preocupação com o patrimônio documental, como parte relevante da construção da memória social confere duas motivações para se preservar os arquivos de pessoas: “o valor

cultural dos arquivos de vida nas nossas sociedades [...] e manter arquivos da própria vida seria considerado uma contribuição ao conhecimento do gênero humano” (ARTIÈRES, 1998, p. 16). Ou seja, a preservação do patrimônio documental surge a partir da necessidade dos povos terem consciência sobre sua história e memória e este deve ser preservado como um “legado do passado para a comunidade mundial presente e futura” (UNESCO, 2002, p. 05).

A partir da discussão realizada também é possível inferir que inúmeros fatores estimularam o interesse pelos documentos oriundos da esfera pessoal. Entre estes podemos destacar: a renovação das práticas historiográficas, com uma busca por novas fontes documentais; o alargamento do conceito de documento em diversas áreas; o avanço da tecnologia que proporcionou uma maior diversidade documental e alterações na percepção acerca da memória e da narrativa (oralidade); a modificação na percepção do sujeito histórico por parte dos pesquisadores; o *boom* de estudos biográficos, da história oral e sobre memória; a mudança de percepção do cidadão acerca da conscientização e apreensão da importância da sua representação; a variedade de tipologias e gêneros documentais que passaram a ser custodiados em instituições arquivísticas públicas; a criação de centros de memória custodiadores de arquivos pessoais. A partir desses dados conclui-se que o uso de documentos pessoais em pesquisas científicas promove o enriquecimento qualitativo e quantitativo dessas investigações.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas; nº 51.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Revista Estudos Históricos**. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Walter Benjamin. Obras Escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985a. p. 114-119.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Walter Benjamin. Obras Escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985b. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: **Walter Benjamin. Obras Escolhidas II**. Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 122-125.

BERGSON, Henri. A consciência e a vida. In: **A energia espiritual**. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2009. p. 1-27.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 45, fascículo 2, jul./dez. 2009. p. 28-39.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a Memória da Ciência Brasileira: Os Arquivos Pessoais de Professores e Pesquisadores da Universidade de São Paulo. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 13, 2012, São Paulo, **Anais...** São Paulo: SBHC, 2012. Disponível em:

<http://www.sbh.org.br/resources/anais/10/1344978299_ARQUIVO_Preservandoamemoriadacienciabrasileira-SBHC.pdf>. Acesso em: 28jun 2018.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-Modernismo: novas formulações para velhos conceitos. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>>. Acesso em: 20 jun 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Arquivos Pessoais, Desafios e Encantos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 45, fascículo 2, jul. /dez. 2009. p. 22 - 25.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEL, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. (Org.) **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/issue/archive>>. Acesso em: 11 jun. 2018. p. 19 - 40.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. O Indivíduo fora do lugar. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 45, fascículo 2, jul./dez. 2009. p. 40-57.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 3.ed. São. Paulo: Perspectiva, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. p. 535 - 549.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Arquivos de artista, museus e pesquisa: reflexões de um historiador. In: Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa. São Paulo, 9 - 10 nov. 2009. Magalhães, Ana Gonçalves org. **Anais...** São Paulo: MAC USP, 2010.

MERLO, Franciele; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. In: **Inf. Inf.**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015.

OLICK, Jeffrey K.; VINITZKY-SEROUSSI, Vered; LEVY, Daniel. Introduction. In: _____. **The collective memory reader** (Org.). Oxford /New York: Oxford University Press, 2011. p. 03-62.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições. In: **Arquivo& Administração**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.35-48, jan/jun. 2008.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: Reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

POLLACK, M. Memória e Identidade Social. In: **Revista Estudos Históricas**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANTOS, Paulo Elian dos. **Arquivos de Cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2012. (Thesis, 1).

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Fonte Histórica. In: **Dicionário de Conceitos Históricas**. Ed. Contexto. São Paulo, 2005. p. 158-161.

VOGAS, Ellen Cristine Monteiro. **Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos**: o arquivo Darcy Ribeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Pós Graduação em Ciência da Informação, Niterói, RJ: UFF, 2011. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Ellen_Vogas-corrigida.pdf>. Acesso em: 20 jun 2018.

UNESCO. **Memória do Mundo**: Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental. (Edição revisada, 2002) / preparada por Ray Edmondson, tradução: Maria Elisa Bustamante. Paris: UNESCO, 2002.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. As estratégias da memória social. In: **Brasilis**, vol. 1, número 1, julho/agosto de 2003.

OS RELATOS DE SI DA POPULAÇÃO DE RUA NO JORNAL “BOCA DE RUA”: UMA OUTRA CIDADE, A CIDADE DO OUTRO

ARTHUR WALBER VIANA

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação e Informação da UFRGS
arthurwalber@hotmail.com*

VALDIR JOSE MORIGI

*Professor do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação e Informação da UFRGS
valdir.morigi@ufrgs.br*

RESUMO

Como a população de rua inscreve a si própria na narrativa do Jornal Boca de Rua: é essa, de maneira sucinta, a questão que o artigo buscará desvendar. Por ser uma publicação na qual as pessoas em situação de rua são os sujeitos criativos por trás dos textos, intriga-nos a maneira como usam esta relativa liberdade de “definir a si”. Efetuaremos uma análise actancial, partindo de Greimas e Fontanille (1993) e Latour (2012): atentaremos ao que moradores e moradores de rua fazem nos textos; que linguagem usam; com quem e com o que se relacionam. Apesar de qualquer limite imposto, sintático, sociopolítico ou econômico, há no Boca de Rua um grito contra as impossibilidades que esmagam estas vidas precárias, símbolos máximos da decadência do capitalismo neoliberal mundial: o jornal mostra-se um lugar de memória, espaço para a inscrição no mundo de vidas singulares e dignas de lembrança.

Palavras-chave: Jornal Boca de Rua. Moradores de rua. Relato de si. Actantes. Análise da narrativa.

ABSTRACT

How homeless people inscribe themselves in the narrative of the newspaper Boca de Rua: that is the question the article will seek to unravel. As a publication in which homeless people are the creative subjects behind texts, it intrigues us how they use this relative freedom to “define themselves”. We will conduct an “actant analysis”, coming from Greimas and Fontanille (1993) and Latour (2012): we will look at what homeless people do in the narrative; what language they use; with whom and with what they relate. In spite of any imposed – syntactic, sociopolitical or economic – limitation, we can find in Boca de Rua a shout against the impossibilities that crush these precarious lives, the maximum symbols of the decadence of worldwide neoliberal-capitalism: the newspaper turns in a place of memory, space for inscription in the world of unique lives worthy of remembrance.

Key-words: Boca de Rua. Homeless people. Account of oneself. Actant. Narrative analysis.

1 INTRODUÇÃO

O Jornal Boca de Rua é, de início a fim – da reunião de pauta à venda dos exemplares nas esquinas –, feito por moradoras e moradores de rua. Há alguma edição, é verdade, veremos adiante, mas o fato é que nas reportagens deste periódico, para além de objeto de um texto, vítima de uma tragédia a ser contada, as pessoas em situação de rua são escritoras, os sujeitos criativos por trás dos relatos – no caso, *relatos de si* (BUTLER, 2015): no Boca de Rua, a rua fala ao seu modo e sobre o seu mundo. Um poder grande: a liberdade de se definir e inscrever a si na realidade social – contudo, ainda que se assuma tal poder, o que buscamos é refletir sobre esta dita liberdade, em termos de dimensão e possibilidade. Por isso nos perguntamos: como se dá esta inscrição de si de moradoras e moradores de rua na narrativa do Jornal Boca de Rua? Como estas narrativas agem na construção das memórias desta população? Que relações com a cidade os relatos explicitam? Em termos mais amplos, que liberdade temos ao escrever, (re) criando mundos e a nós mesmos? E que liberdade têm estas pessoas que vivem constantemente a violência das ruas, do abandono, ao escrever ou não; ao existir?

Atrás de respostas, efetuaremos uma *análise actancial* (GREIMAS, FONTANILLE, 1993; LATOUR, 2012; LEMOS, 2013; SANTAELLA, CARDOSO, 2015). Voltaremos nossa atenção às ações efetuadas pelas pessoas em situação de rua inscritas no texto do jornal: o que fazem, que linguagem utilizam, que lugares frequentam; e também a como estes lugares se relacionam com elas e com eles: a noção de actantes traz em si o descentramento do sujeito, levando em conta, para além da pessoa, as coisas, os lugares e os artefatos que também agem no desenrolar da narrativa, tudo o que faz e tudo o que *faz fazer*. Inspiramo-nos também na exploração dos limites representativos de nossas proposições, mesmo quando autorreferenciais, a partir de Butler (2011; 2015) e Deleuze (1998), principalmente, somando a estas perspectivas a abordagem de Hall et al (1978) a respeito das Teorias do Jornalismo. Para a análise prática, escolhemos a matéria de capa da edição de número 62 do jornal, ano 2017, escolha justificada por ser este artigo o recorte de uma dissertação de mestrado por nascer.

2 O JORNAL BOCA DE RUA

Começaremos por uma contextualização a respeito do jornal: afinal, houve sempre o objeto, antes de qualquer pretensão científica que agora colocamos sobre ele. O Boca de Rua existe há 17 anos e é produzido em Porto Alegre-RS, sob a coordenação da Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação)¹. No periódico, que é impresso trimestralmente e tem tiragem de oito mil exemplares, moradoras e moradores de rua são responsáveis por todas as etapas do fazer jornalístico, à exceção da impressão, diagramação e edição, quando esta é necessária. De resto, quase tudo – escrita, fotografia, escolhas – depende exclusivamente das pessoas em situação de rua envolvidas no projeto, que são hoje em torno de 30. Desde 2001 e até outubro de 2018 foram impressos 69 números.

As reuniões são semanais e nelas, além do debate jornalístico em si, conversa-se abertamente a respeito de questões de convivência do grupo (existem regras a serem seguidas cujo desrespeito pode acarretar em exclusão: entre elas, não roubar pertences dos colegas, não dormir nas reuniões, não vender os jornais sob o efeito de drogas, etc.). Monta-se também uma agenda para o grupo, com a determinação de responsáveis para cada compromisso, já que o jornal com frequência é convidado a participar de entrevistas em programas de rádio e televisão, em palestras nas universidades e outra série de atividades. O trabalho de Alles (2010) traz um relato detalhado do funcionamento interno do Boca de Rua e foi de grande valia para esta pesquisa: a autora, em um duplo papel, posto que era também voluntária no jornal, realiza

¹ Alice é uma organização sem fins lucrativos surgida em 1999. Seu intuito é defender o direito universal à comunicação, à cultura e à arte. Disponível em: <http://www.alice.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20/03/2018.

uma observação participante na rotina do grupo, trazendo uma riqueza de detalhes sobre o seu cotidiano que explicitam algumas das tensões que o fazem ser tal é.

Não alargar demais o número de moradoras e moradores de rua envolvidos, o que exigiria um número maior de apoiadores que participassem do processo (existem voluntários que ajudam nas reuniões e no desenvolvimento das pautas), mostra ter também uma razão econômica: o dinheiro da venda dos exemplares (dois reais) é destinado à própria vendedora ou vendedor, e cada uma recebe uma cota semanal de exemplares do jornal para comercializar. Assim, o Boca de Rua efetiva-se como uma prática transformadora tanto no campo simbólico, ao enfrentar representações sociais postas sobre a população de rua já bastante estáticas, como no campo socioeconômico, ao possibilitar uma complementação de renda e trabalho a seus integrantes. Para se tornar um membro efetivo, é necessário acompanhar três reuniões sem receber jornais, como que para mostrar um real interesse no projeto; a partir da quarta reunião, recebe-se um crachá do jornal e a cota semanal de exemplares.

Na própria definição em seu blog², o Boca de Rua mostra que não produz discursos *sobre* o Outro³; ele é o discurso do Outro (ou *um dos*, não devemos negar as multiplicidades): “A gente vive o que diz. Sente que o diz. É um jornal vivo”⁴. Ignoremos, por esta ocasião, as problemáticas que surgem relativas à prática jornalística, se seus relatos seguem os ilusórios critérios de objetividade, a pirâmide invertida ou a imparcialidade: importa-nos mais entender os conteúdos que compõe esta narrativa e suas formas de apresentação: afinal, há uma opção pelo uso de ferramentas do discurso jornalístico, o que não é mero acaso; o código eleito para inscrever os relatos de realidade da população de rua é o do jornalismo, e tal premissa pressupõe verdade no que está escrito.

3 A VIOLÊNCIA DA DEFINIÇÃO: MULTIPLICIDADES SILENCIADAS

O que buscamos é entender como se dão as inscrições de si da população de rua nos textos escritos exatamente por elas e por eles. Que inscrições são dignas de serem postas ao papel e efetuam-se como rastros de algo a ser lembrado? Para responder nossas inquietações, o caminho é tortuoso, sabemos: primeiro, veremos que as próprias condições a respeito do *que* e de *como* posso falar já estão postas, a regra – seja a da linguagem que me é ensinada e acessível, seja dos meios disponíveis, seja de protocolos sociais – já está posta, sem consulta prévia (embora mutável); assim que, segundo, algo sobre mim já foi falado, e não partimos do zero; terceiro, seguimos exatamente pela mutação possível: há sempre abertura para algo mais, para a diferenciação, para o movimento; portanto, as multiplicidades silenciadas com a violência de uma definição reagem, escapando por infinitas *linhas de fuga rizomáticas* (DELEUZE; GUATARRI, 1995), impondo-nos, por fim, uma ética da mobilidade e da alteridade.

3.1 Definidores primários

De início, pensa-se ser sempre uma questão de escolha individual – e de certo modo é: dizer de um jeito é não dizer de nenhum outro e apenas eu controlo o que é por mim pronunciado. Porém, postas intencionalmente sobre um jornal, as representações serão tomadas pelo consumidor, num constante roubo de símbolos: os leitores significam o que leem e o jornal significa o significado que recebe. Qualquer pretensa centralidade do sujeito criador já se vê assim invadida frente a ampla gama de possibilidades de significações a ser recebida por uma mesma mensagem. E há também o dito, o pretendido; não podemos apenas atirar a liberdade de criar mundos ao outro extremo, o do receptor, como se ali a liberdade para tanto fosse

2 Disponível em: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/>.

3 Tomamos por Outro os seres aos quais não reconhecemos a precariedade (LÉVINAS, 1997a; 1997b; BUTLER, 2011).

4 Disponível em: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/sobre-nos/>. Acesso em: 20/03/2018.

absoluta. O preenchimento, percebe-se, nunca é livre como se imagina ser a folha branca no exercício de desenho dado à criança: há o limite do que está escrito ou dito ou do que é visível e sensível (que por sua vez limita-se a questões linguísticas e simbólicas do que é sabido representar); há o limite de quem lê ou escuta ou vê ou sente de alguma forma; e há apenas as possibilidades dadas por determinada plataforma em que as representações são despejadas. Há desejo e frustração em um extremo e no outro, e no meio também: o sentido está no encontro (DELEUZE, 1998). Mesmo a “nossa” linguagem não nos pertence, é social: parece mesmo não haver espaço para um Eu livre de Outro, um espaço seguro para constituir-nos sozinhos, um Eu separado das condições sociais de seu surgimento (BUTLER, 2015).

Estamos sempre na relação, em uma rede de interdependência (ELIAS, 2001). Destituímos o Eu de sua majestade: afinal, aqui estamos como resultado de uma série de desencontros e encontros anteriores e mesmo o nosso discurso é produto de tudo com o que já fomos atingidos ou atingimos em redes que circulam desde um tempo imemorable e de onde nossas condições de pensar e discursar procedem: “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (ORLANDI, 1999, p.35). Somos processo: negamos uma identidade pronta e fixa, essencial, livre da influência exterior. Eis a angústia ontológica: somos sempre e apenas o mo(vi)mento, a relação, algo-a-ser.

Neste fluxo, alguma definição já foi sempre posta sobre mim – o embarque é em um veículo acelerado. Em meio aos choques, fortalecem-se alguns pontos ao passo que outros perdem força e quase somem em meio à fumaça dos rastros, e algumas vozes encontrarão ecos, atingindo distância sempre maior. O jornalismo, um entre vários discursos possíveis, possui um *estatuto privilegiado* dentro da cultura (BIRD; DARNDENNE, 1999), o que lhe dá relevância. Tal privilégio não significa poder manipular livremente as informações da vida social: muitas vezes oprimidos por limitações de tempo e condições laborais adversas, jornalistas recorrem a simplificações que permitem que vençam a *hora de fechamento* (TRAQUINA, 2004): entram aí os ilusórios critérios de objetividade e a procura por fontes já legitimadas e preparadas para lidar com a mídia – são estas, aliás, que Hall et al (1978) denominam *definidores primários*, porta-vozes de discursos oficiais e institucionalizados que já ostentam posição privilegiada no meio social e são constantemente abordados pelo jornalismo para que publicizem suas visões dos acontecimentos. Preparadas e interessadas, encontram aí meio eficaz para reforçar seus interesses, fantasiando-os de interesse coletivo. Assim constroem “consensos” (aparentes) no meio social a respeito do que deve pautar o debate público e como este debate deve transcorrer – ou seja, que olhar deve ser dado aos acontecimentos eleitos como merecedores de atenção. São pontos dominantes em uma rede em permanente disputa, na qual as perspectivas de mundo buscam legitimação e sobrevivência; assim, qualquer outro discurso, antes de ser o que quer que pretenda inicialmente ser, deverá confrontar estes falsos consensos a respeito da realidade social para efetivar-se. Será (e é) em função destes *definidores primários* (HALL et al, 1978).

Fenômeno recente, a comunicação interpessoal descentralizada, que corre veloz por aplicativos de mensagem instantânea como o WhatsApp, coloca-se como um novo paradigma para este conceito; porém, uma análise cuidadosa mostrará que também as mensagens que circulam por estas redes agem em lógica semelhante: pautam o debate público e definem os termos deste debate. Recebidas em grupos afetivos e muitas vezes desapegadas de valores éticos ou factuais, parecem mesmo aprofundar os riscos de *definições primárias*: descontextualizadas, fortalecem uma única visão de mundo; o contraditório e a diferença passam a ser combatidos a partir destas definições prévias e de uma compreensão dicotômica da realidade, separando-a de maneira ingênua entre critérios de “certo” ou “errado”, escondidos sob um falso consenso.

3.2 Multiplicidades reencontradas: a ética do Rosto

Qualquer definição é tentativa de parar o movimento do ser: uma violência. Esta é a agressão que definidores primários impõem em suas narrativas, muitas vezes descontextualizadas, colocando o Outro sob as categorias do *exótico* ou do *grotesco* (LAGO, 2010): representar é também silenciar, é fechar todas as outras possibilidades que poderiam vir a ser e não foram (ORLANDI, 1992). Interdependente e agindo em redes de actantes, compreendo agora que não posso definir livremente quem sou, pois enredado a tudo; pois encontrarei agora paciência para com o Outro que também angustia-se perante a ausência de definições sobre si. A resposta resta à grave pergunta “Quem és?” resta sem fechamento, insatisfeita e aberta ao eterno (BUTLER, 2015). Nesta abertura está a humanidade: veremos ali um Rosto (LÉVINAS, 1997a; 1997b; BUTLER, 2011), irreduzível e mutável, que escapa sempre de mim. O Outro ataca a soberania egoísta do Eu. Em seu Rosto, me impõe sua miséria e não haverá interioridade na qual possa encontrar esconderijo: é o *barbarismo da alteridade* (LÉVINAS, 1997b). Apenas a compreensão da fragilidade do binarismo expresso em “certos” e “errados”; da inconveniência de um consenso imposto de um a outro; e da abertura eternado devir que poderá nos livrar, ao menos em parte, da violência deste idealismo estático do Idêntico. A diferença se impõe sempre, motor que coloca o mundo em movimento, forçando o Eu a manejar o múltiplo, ainda que contra a sua vontade.

4 ANÁLISE ACTANCIAL

Vemos na narrativa uma *ordem performática* (BARTHES, 1976): é ela uma mediadora fundamental na interpretação de si (BARBOSA, 2003), com potencial de reconstrução do *self* ao performar a experiência. Assim, a prática narrativa mostra-se uma interessante maneira de contrapor representações já construídas sobre si a partir de outros discursos e, por isso, ferramenta valiosa à população de rua, costumeiramente tão desvalorizada em relatos jornalísticos e no cotidiano das grandes cidades. Porém, mesmo que sempre intencionais, os relatos inevitavelmente encontrarão barreiras ao seu *querer dizer* (BARTHES, 1976; DELEUZE, 1998; DERRIDA, 2008; BUTLER, 2015) – ou seja, escapam ao controle de um Eu Totalizador. Dependem das possibilidades de uma língua convencional e ensinada; das possibilidades técnicas do meio e de quem o opera; e das relações diversas que construíram o relato, levando-o ao ponto de recepção, de onde se extrairá qualquer sentido. Enxergamos as narrativas como resultados das tensões, do choque de intenções e possibilidades que moldam a “coisa” sob análise: narrativa é relação.

Para escapar de definições essencialistas, focaremos o estudo na categoria dos *actantes*, que são, em resumo, tudo aquilo que produz diferença e põe em movimento, ou seja, *faz o outro fazer* (GREIMAS e FONTANILLE, 1993; LATOUR, 2012; LEMOS, 2013; SANTAELLA e CARDOSO, 2015). Tal visão compartilha a responsabilidade da ação, livrando-a da tutela de um sujeito ou de uma consciência: falamos do encontro – a arma, a mão, o medo, o discurso de ódio de um candidato à presidência –, das possibilidades deste encontro ocorrer e do que decorre a partir dele. Assim que vamos primeiro observar *o que fazem* moradoras e moradores de rua no texto. Atentaremos também ao entorno, às relações: ver a cidade inscrita no papel; compreender quem são os “outros” desses já estigmatizados como Outros. Por último, em uma leitura mais ampla e inspirados pela *desconstrução* de Derrida (1995; 2008) e pela (des)mitologia de Barthes (2012), queremos desnaturalizar os mitos que escorrem por frases e palavras e pontuações, que partem sempre daquilo expresso no texto e que, no entanto, indicam temas de fundo que se conectam a uma rede de discursos que nos antecede e ultrapassa, e que seguirá seu fluxo de conexões e desconexões, levando alguma significação sempre adiante.

5 SINGULARIDADES QUE MERECEM MEMÓRIA

Para tecer considerações práticas, selecionamos a matéria de capa da edição número 62, lembrando tratar aqui do recorte de uma dissertação de mestrado em gestão, na qual o escopo é mais amplo. Esta edição, relativa ao primeiro trimestre de 2017, traz como conteúdo principal o texto “Rita no coração”, uma homenagem à integrante do Boca de Rua, Rita, que havia falecido no novembro anterior, vítima da tuberculose. Não poderemos aqui – o espaço é o limitador – apresentar a íntegra do texto analisado. Mostraremos, portanto, partes: as ações de Rita; do autor-narrador que escreve o texto; as relações estabelecidas com e pelo entorno, a cidade inscrita nas páginas do jornal.

Primeiro, uma breve descrição da matéria se faz necessária: ela trata da história de vida de Rita, integrante da equipe do Boca de Rua. Rita falecera dois meses antes da edição número 62 ir às ruas, vítima da tuberculose. O material aparece então como que uma homenagem à sua vida, um texto de obituário, singularizando-a e mostrando-a digna de lembrança. As ações atribuídas à Rita são *ações singularizantes*. Algumas, a fins de exemplificação: “Rita fechava os olhos quando falava”; “ela tinha uma grande família no jornal”; “ela era agitada, falava muito e às vezes gostava de recitar o poema ‘Caminhos que se cruzam’”; “quase sempre estava acompanhada de Didi”; “Rita dividia tudo, sua comida preferida era arroz com gordurinha”; “tinha um gosto muito estranho, que era suco de maracujá e manga com sal”; “Rita armava um barraco porque não era de levar desaforo para casa”; “gostava de dar entrevistas”.

Mais que apenas *morar na rua* – e é essa sempre a ação principal que lhes é imposta, alcunha máxima que as define, pesadamente: *morar na rua*, é esse o *fazer* que se é – e que, por isso, precisa ser descentralizado, posto que a população de rua é (porque faz) muitas coisas mais. Rita é poeta, vendedora, amiga, generosa, gosta de crianças mais que do “arroz com gordurinha”. Há no texto uma especificação daquela existência, a de Rita, única e especial, por direito – como qualquer outra. São lembradas peculiaridades suas, hábitos como fechar os olhos para falar ou comer e beber coisas que os outros não costumam; o texto mostra que ela marcou vidas. Suas realizações não foram apagadas quando ela “fechou os olhos e não abriu mais”.

A voz que age e nos fala das coisas que Rita fazia é a do autor-narrador: no Boca de Rua três categorias se mesclam, tendo nisso uma potente *força de real*. Autor é narrador que é, muitas vezes, personagem. Neste caso, a voz é externa e lembra da vida de Rita; em muitos momentos deixa claro o quão próximo esteve dela em vida, como colega de jornal e de rua: sente saudades, junto com os membros do Boca de Rua e os vizinhos de praça (“*agora quem precisa de curativo no coração somos nós, seus colegas, pois sentimos muita saudade*”; “*foi muito difícil aceitar sua perda*”). O texto é escrito na primeira pessoa do plural. “Nós” sentimos saudade. “Nossa” colega. Um “nós” que vive também a rua e suas intempéries e, com a morte sempre a alcance, ainda sente dor e a carrega dignamente. Rita morava na Praça Garibaldi, tinha amizades no açougue e na esquina onde vendia os exemplares do Boca de Rua, no encontro da Avenida Venâncio Aires com a Rua José do Patrocínio.

Mas a ação de Rita é sempre passada: sorria, trabalhava, tinha gostos estranhos; ela foi até mesmo modelo em propagandas nas janelas traseiras dos ônibus do transporte público de Porto Alegre. Tudo no passado porque, como é o destino de todos nós – porém, infelizmente, muito mais apressado no caso da população de rua – Rita faleceu. A isso, a narrativa culpa um “irônico” destino (“*Por ironia do destino, a Rita morreu de tuberculose*”), afinal a doença que causou sua morte foi exatamente o tema das propagandas que Rita estampava na traseira de ônibus. Ironia? Ora, sabe-se que a tuberculose é uma doença já controlável, com vacinas e tratamento disponível gratuitamente pelo SUS (Sistema Único de Saúde); não deveria mais levar a mortes. Contudo, tal informação não parece ser verdadeira para a população de rua:

segundo o Ministério da Saúde, em média 4,5 mil pessoas morrem devido à tuberculose anualmente no Brasil. As causas, para além do sistema imunológico de cada um, têm raízes sociais, ligadas à pobreza e à má distribuição de renda: assim que a população de rua é a mais vulnerável, com o risco de adoecimento por tuberculose 56 vezes superior à média nacional⁵. Não nos parece caso de um destino “irônico”, e sim um fruto da desigualdade social, crescente no modelo capitalista neoliberal vigente (FATHEUER et al, 2016), insustentável e mortífero. Desigualdade que não deixa Rita mais falar e nem cantar ou recitar poesias, ou mesmo reclamar e brigar: está morta, assassinada por uma invisibilidade imposta a quem é jogado às ruas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto mostra as pessoas em situação de rua como dignas de lembrança, na figura de Rita, e dignas de sentir dor, na figura do narrador e dos colegas de jornal e de praça: o Boca de Rua reestabelece, à população de rua, o direito à memória, algo tão comumente – e violentamente, mesmo que em silêncio – retirado delas e deles (VIANA; MORIGI, 2018), além de explicitar a relação profunda com as ruas, alcunha que carregam a todo o lado, *moradores de rua*. Em sua homenagem à vida singular de Rita, a narrativa desponta como exemplo marcante daquilo que pretendemos pontuar aqui: em reação a definidores primários (HALL et al, 1978), discurso imposto, vemos no Boca de Rua o registro de uma narrativa que envolve as tensões vividas por um grupo social no tecido urbano, composto por um conjunto de práticas cotidianas de dominação, exclusão e formas de resistência social. A partir das vozes expressas nas narrativas, comumente jogadas à categoria do exótico, é possível visualizar como são construídas memórias no contexto urbano, ora traumáticas ora resignadas, ou mesmo alegres e que se apropriam de forma única da cidade na qual, literalmente, vivem: o Jornal Boca de Rua é uma escritura que grita, expõe-nos seu Rosto (LÉVINAS, 1997a; 1997b; BUTLER, 2011), obriga-nos a escutar, na leitura, a precariedade dessas vidas. Tira-nos, se tanto ainda é possível, de um estado de complacência para com a violência imposta a quem vive nas ruas, os marginais, que têm suas histórias silenciadas e – elas sim – invisíveis, posto que elas e eles estão aí, cotidianamente diante de nós, extremamente visíveis, desafiando-nos e explicitando a falência do sistema capitalista neoliberal global.

⁵ Informações do Ministério da Saúde. Acesso em: 25/10/2018. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/tuberculose>

REFERÊNCIAS

ALLES, Natália Ledur. **Boca de Rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário**. Dissertação (mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23018>.

BARBOSA, Márcio Ferreira. **Experiência e narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: MENDONÇA, Antônio Sérgio Lima; NEVES, Luiz Felipe Baeta. **Análise estrutural da narrativa: seleção de ensaios da revista "Communications"**. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1976.

_____. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2012.

BIRD, S. E.; DARNDENNE, R. W. Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Veg, 1999.

BUTLER, Judith. Vida precária. In: **Contemporânea: dossiê diferenças e (des)igualdades**, n.1, p.13-33, janeiro/junho, 2011.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FATHEUER, Thomas; FUHR, Lili; Unmüßig. **Crítica à economia verde**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

GREIMAS, Algirdas Julien.; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **Policing the crisis: mugging, the State, and Law and Order**. The Macmillan Press LTD: London, 1978.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, vol.6, n.1. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo: 2010.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LEMOIS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997a.

_____. **Descobrimos a existência com Husserl e Heidegger**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

SANTELLA, Lucia; CARDOSO, Tarcísio. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. **Revista Matrizes**, São Paulo, v.9, n.1, p.167-185, janeiro-julho, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

VIANA, Arthur; MORIGI, Valdir. Por um jornalismo humanizado : o silêncio sobre as mortes das mulheres e dos homens “infames” em Zero Hora. In: **P2P & Inovação**. Rio de Janeiro: vol.4, n.2, p.53-69, março/agosto, 2018.

MEMÓRIA E DISCURSO EM PEÇAS PUBLICITÁRIAS: UM ESTUDO DE CASO

KIZZI HELENA DE CASTRO DE LUCENA FERNANDES

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
kizzi.ufrj@hotmail.com*

LEILA BEATRIZ RIBEIRO

*Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
leilabriereiro@unirio.br*

RESUMO

Considerando que cada um de nós se constrói e é construído com matéria discursiva, esse artigo visa defender a capacidade de peças publicitárias, dentro de seu caráter linguístico-persuasivo e valor de mercadoria, representarem o contexto histórico de sua produção, funcionando como meio de transmissão de formas simbólicas de determinado espaço-tempo dentro e além dele, relacionando-se à memória de seu público. A metodologia utilizada foi o estudo de caso. Partimos de uma análise do discurso contido no *spot* publicitário “Compre Baton”, lançado em 1996 pela Chocolates Garoto, uma das 10 maiores fábricas de chocolate do mundo, levando em conta estudos sobre *ethos* na Análise do Discurso, sobre Mídia e Modernidade e Memória. A conclusão desse estudo é que peças publicitárias podem trazer memórias de grupos com quem dialoga, sendo fonte valiosa de informação sua análise, bem como demarcam modos de fazer publicidade e a história da empresa a que se vinculam.

Palavras-chave: Publicidade. Memória Cultural. Patrimônio. Marketing infantil. Comportamento do Consumidor.

ABSTRACT

Considering that we construct ourselves and are constructed with discursive matter, this article aims to defend the capacity of advertising pieces, within their linguistic-persuasive character and merchandise value, represent the historical context of their production, transmitting symbolic forms of a certain space-time within and beyond it, relating to the memory of its audience. The methodology was case study. We begin with an speech analysis contained in the publicity spot “Compre Baton”, launched in 1996 by Chocolates Garoto, one of the 10 biggest chocolate factories in the world, considering studies on *ethos* in Discourse Analysis, on Media and Modernity and Memory. The study’s conclusion is that advertising pieces can bring memories of groups with whom they dialogue, being a valuable source of information for their analysis, and demarcate ways of advertising and the history of the company to which they are linked.

Key-words: Advertising. Cultural Memory. Heritage. Child marketing. Consumer behavior.

INTRODUÇÃO

Considerando que cada um de nós se constrói e é construído com matéria discursiva, esse estudo pretende demonstrar a capacidade da publicidade de, dentro de seu caráter linguístico-persuasivo e valor de mercadoria, representar o contexto histórico de sua produção, funcionando como meio de transmissão de formas simbólicas de um determinado espaço-tempo dentro e além dele, possuindo valor de patrimônio.

Para tal, esse artigo analisa de que modo a publicidade “Compre Baton”, desenvolvida em 1996, pode ser considerada patrimônio da Garoto e portadora da memória cultural de uma geração, ao carregar o *ethos* da criança consumidora.

O discurso publicitário, aqui, é simultaneamente interação e modo de produção social. A análise do discurso publicitário nos ajuda, então, a reconhecer seus efeitos dentro de uma dimensão histórico-social. O estudo desse discurso não pode ser desvinculado de suas condições de produção e sua aproximação da memória é justamente pelo seu potencial informativo acerca dos desejos e interesses de determinado público, em determinado momento e lugar, identificando um *ethos* discursivo que se relaciona à memória de um grupo.

Se por um lado o discurso publicitário visa impactar o consumidor e influenciar a ação, por outro, para atingir seu objetivo, ele precisa criar representações com as quais seu público se identifique.

Precisamos levar em conta, também, que todo processo de produção midiática considera minuciosamente seus interlocutores, daí o porquê das pesquisas de audiência, de mercado e de recepção financiados pelas empresas, ou seja, temos que considerar também o enunciatário (DUARTE, 2000).

Dentro desse debate sobre a mídia e seus impactos, também é pertinente lembrar que sua construção discursiva é impulsionadora do processo de patrimonialização. Indo além: se assim recorressem as empresas, não estaríamos diante da publicidade enquanto o *próprio* objeto patrimonializável? A publicidade é patrimônio?

Para responder essas perguntas, nos apoiamos nos estudos de Thompson (2013) sobre mídia e modernidade, conceituando modernidade conforme Ben Singer (2004), como o momento onde uma grande quantidade de mudanças tecnológicas e sociais tomou forma: industrialização, urbanização e crescimento populacional rápido e explosão de uma cultura de consumo de massa.

Levamos em conta, também, a definição de memória cultural de Assmann (2008), onde a memória cultural é um tipo de instituição exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas estáveis e que podem ser transmitidas de uma geração a outra.

Assim sendo, consideramos a publicidade como portadora de memória cultural ao fixar os desejos de um grupo de sujeitos em determinado espaço/tempo e como esse grupo pensa, age e constrói uma imagem de si.

Consideramos a noção de sujeito conforme Votre (2002), no quadro da pragmática linguística, onde ele tende a ser conceituado como o conjunto de enunciados, atitudes, estados, condutas ou processos intencionais formados por termos linguísticos elementares, como: sensações, sentimentos, emoções, pensamentos e expectativas. Esse sujeito, por sua vez socialmente construído, como podemos ver na antropologia interpretativa de Geertz (2008), é o receptor que nos interessa, aquele que a publicidade reflete e fixa na intenção de influenciar.

Segundo Castro (2000), num certo sentido, quase toda a cultura atual de massa está impregnada de valores publicitários e consumistas; na ampliação de seu eixo de ação, a publicidade lançou um olhar mais atento às questões pontuais da sociedade, às inquietações sociais, políticas, econômicas, às tendências do momento, em âmbito restrito e global, inserindo estudos sobre perfil de público, examinando necessidades, angústias, anseios. Assim sendo, ao assumir-se enquanto linguagem simbólica e explorar a dimensão onírica, ela passou a representar esse sujeito de sensações, sentimentos, emoções, pensamentos e expectativas, fixando sua memória cultural.

1. A PUBLICIDADE E O *ETHOS* DA CRIANÇA CONSUMIDORA

O estudo do comportamento do consumidor está intimamente ligado ao conceito de marketing, onde as empresas, após a Segunda Guerra Mundial, despertaram para a oportunidade de vender qualquer tipo de produto. Ou seja, elas começaram a investir em esforços para vender produtos independente de sua qualidade ou da vontade do consumidor. No entanto, as empresas, após algum tempo, começaram a perceber que venderiam mais se vendessem algo que o consumidor realmente quisesse, então passaram a trabalhar em função do desejo do público-alvo, e isso se tornou um conceito de marketing pelo qual deve-se descobrir aquilo que o consumidor quer e produzir (SCHIFFMAN E KANUK, 2000).

A partir das pesquisas, começou-se a traçar o perfil das pessoas que consomem e, sem dúvida, o que elas querem consumir. Com isso, surgem diferenciações em idade, sexo, raça, nacionalidade, grau de escolaridade, formação, profissão, estado civil, dentre outros aspectos. Para além disso, é necessário entender que os consumidores se diferenciam por preferências, gostos, opiniões e campos de interesse. Cruzando esses aspectos, é possível entender o comportamento do consumidor e suprir tanto suas necessidades individuais quanto as necessidades do grupo ao qual ele pertence.

É preciso, portanto, reconhecer as diferenças entre os grupos para se comunicar com cada um de maneira adequada. É o que as empresas buscam através da publicidade: aproximar sua marca do seu público-alvo.

No Brasil, o consumo se expande significativamente na década de 1950, quando a publicidade televisiva impulsionou o mercado no país (GIACOMINI, 1991). Com isso, o brasileiro vai deixando de comprar apenas o que necessita para comprar também impulsionado pelos apelos da publicidade.

Os primeiros referenciais teóricos tratando especificamente do comportamento do consumidor são da década de 1960. Entretanto, as bases conceituais da Psicologia já vinham desde 1900. Em 1950, com os estudos freudianos, a pesquisa motivacional é popularizada e passa a ser empregada também por publicitários.

Conforme acredita a maioria dos autores, é de 1964 o primeiro estudo envolvendo especificamente a criança como importante. Mas foi em 1974 que Ward empregou o termo “socialização” para o processo pelo qual o consumidor jovem aprende a desempenhar seu papel na sociedade. Nessa época, porém, a atividade de compra das crianças era identificada como voltada a doces (KARSAKLIAN, 2000).

As crianças já foram vistas como sem força de expressão e opinião sobre quaisquer assuntos, mesmo aqueles que dizem respeito a elas. No entanto, a sociedade se modificou: a mulher conquistou mais espaço no mercado de trabalho e a pílula anticoncepcional trouxe mais autonomia para que ela escolhesse o momento certo para a maternidade e dividir com o companheiro as despesas da casa. Essas conquistas transformaram a visão da sociedade em relação à maternidade e a família passou a se organizar para suprir as necessidades dos filhos

mesmo quando os pais estivessem ausentes em vista do trabalho. Tudo isso mudou como a sociedade enxergava as crianças (MCNEAL, 2000).

Essa ausência dos pais em virtude do trabalho fez com que os pais tentassem compensar sua falta cedendo aos desejos dos filhos, principalmente no que diz respeito a consumo. A criança passa a escolher o que comer, o que vestir, dentre outros artigos, inclusive para o restante dos moradores da casa. No Brasil, a criança é a soberana do lar (GIACOMINI, 1991).

Deve-se, então, abandonar a noção de indivíduo-consumidor e assumir a necessidade de decisão - de modo que a socialização da criança como consumidor está associada à decisão de compra familiar (KARSAKLIAN, 2000).

Segundo uma pesquisa da Associação Brasileira de Marketing & Negócios (ABMN), conjuntamente com o Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) entre o segundo semestre de 2008 e o início de 2009, a atuação do marketing passou por muitas mudanças e a complexidade na estrutura das organizações em relação ao passado é um dos principais catalisadores desse processo. Foram percebidas diferentes configurações da estrutura de marketing nas empresas, sendo uma delas o marketing por segmento, de modo que, pela segmentação de mercado, há a divisão dos consumidores em nichos cada vez menores, com intuito de conhecê-los. Um dos campos em evidência é o do marketing infantil (ABMN, 2009).

Segundo McNeal (1992), a importância do público infantil se intensifica quando são levados em conta diferentes papéis que a criança consumidora assume: mercado primário (criança como consumidora); mercado influenciador (criança influenciando os pais no consumo) e mercado futuro (a criança será um adulto consumidor).

Uma pesquisa realizada pela empresa mundial de pesquisa de marketing ACNielsen (2003) sobre o panorama do mercado infantil brasileiro, constatou que esse segmento chegou a um faturamento de R\$ 7 bilhões, numa análise de produtos com apelo infantil em 47 categorias de produtos compostas pelas Cestas Higiene e Beleza, Mercearia Doce e Salgada, Perecíveis e Bebidas Não Alcoólicas.

Na análise dos fatores que influenciam o comportamento do público infantil, percebe-se que os fatores sociais, culturais, pessoais e psicológicos têm relevância em suas escolhas. Ao adquirir um produto, elas não só o estão adquirindo propriamente pelo que é, mas pelo valor social que possui. Muitas vezes, sua participação num grupo está condicionada a possuir os mesmos artigos que outras crianças.

A diversidade cultural também tem peso para o estudo do comportamento do consumidor. Para alguns autores como Solomon (2002), a cultura pode ser considerada como a personalidade de uma sociedade. Assim como cada indivíduo tem a sua personalidade, cada sociedade também manifesta a sua através da cultura.

Por isso, a construção de discurso presente na publicidade dialoga com a construção que os indivíduos que consomem um determinado produto fazem de si mesmos. Podemos nos apoiar na análise do discurso, segundo a qual o discurso é uma prática social, uma construção social e não individual, que só pode ser analisada conforme seu contexto de produção, para entender que o discurso na publicidade reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada aos valores do consumidor e da sociedade em que ele vive.

A noção de *ethos* foi retomada no final dos anos 80 pelos analistas do discurso, preocupação introduzida por Dominique Maingueneau. Ruth Amossy, por sua vez, observa que todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si, da qual nenhuma enunciação

pode escapar. Podemos interpretar, no entanto, que essa enunciação não é apenas aquilo que se diz, mas aquilo que antecede o discurso: se um desconhecido te aborda na rua, o que ele veste, como se porta, as palavras que escolhe, tudo isso antecederá como seu discurso será apreendido. O conceito de *ethos* está ligado ao de credibilidade, já que não basta poder tomar a palavra, é necessário ser levado a sério. Como defendia Amossy (2005, p. 9): “o locutor efetua em seu discurso uma representação de si”.

Essa representação de si se relaciona, no entanto, à atender as expectativas de um público, isto é, fazer com que o discurso tenha credibilidade. Logo, essa apresentação de si não está centrada apenas num enunciador, mas também no receptor. Na publicidade, o convencimento de um público depende de apresentar um produto de modo que os valores ligados a ele correspondam aos valores de seu consumidor. Partindo do princípio de que o *ethos* é a apresentação de si e o impacto dessa no outro, a AD o aborda como: “maneira de dizer que autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si” (AMOSSY, 2005, p.16) mediante ao seu auditório, ou seja, a eficácia discursiva que bebe na retórica a questão da credibilidade do discurso, correspondente à formação discursiva institucionalizada para cumprir o fim de convencimento que consiste em atestar o que é dito a partir da própria enunciação.

Assim sendo, ao considerar o *ethos* da criança consumidora, a publicidade, até então voltada para os pais, ganha um caráter apelativo para os desejos infantis, aprendendo a se utilizar de cores, personagens e outros elementos do universo infantil para incitar hábitos de consumo que se refletirão na vida adulta.

2. “COMPRE BATON”: UM PATRIMÔNIO DA GAROTO

Segundo Gil (2002, p. 54), um estudo de caso consiste no “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Esse artigo toma como estudo de caso o *spot* “Compre Baton”, da Chocolates Garoto – uma das 10 maiores fábricas de chocolate do mundo – fundada em 1929 pelo imigrante alemão Meyerfreund com o nome de Fábrica de Balas H. Meyerfreund & Cia., em Vila Velha, no Espírito Santo.

Os primeiros produtos eram balas vendidas por meninos, em tabuleiros, nos pontos de bonde da cidade. Assim, as pessoas procuravam as balas dos “garotos”, fazendo com que a empresa começasse a ser chamada de Garoto. Em 1934, foi lançado um dos produtos de maior sucesso da marca: as pastilhas de hortelã - e os chocolates só viriam a ser produzidos em 1936, traçando o início da história da empresa que se tornaria a maior fábrica de chocolates da América Latina.

A Chocolates Garoto ela conta hoje com um portfólio de aproximadamente 70 produtos, dentre os quais bombons, tabletes, ovos de Páscoa e chocolate para uso culinário como coberturas e pó solúvel, que podem ser encontrados em mais de 50 países. O chocolate Baton, um de seus produtos, que também tem uma versão em sorvete e em biscoito, recebeu esse nome por ter, em sua versão original, o formato de um batom (produto de maquiagem). Foi lançado em 1956 e em 2003, quando estava bem conhecido, ganhou uma versão flocos e uma de doce de leite.

Em 2007, ganhou a versão sorvete com 2 sabores (chocolate e chocolate branco), e a versão biscoito com 3 sabores (chocolate, chocolate branco e misto de chocolate com chocolate branco).

Em maio de 2012, era vendido em mais de 400 mil pontos de venda e consumido por mais de 17 milhões de pessoas no Brasil (SÁ, 2012), além de ser o produto mais vendido para o público infantil (CHOCOLATES..., s.d., online).

Se algo pode ser afirmado sobre esse famoso chocolate da Garoto, é que o comercial “Compre Baton” marcou o público de 1996 (Figura 1). Nele, um “garoto” segura um chocolate Baton preso a um fio, como um pêndulo, e “hipnotiza” o espectador.

O enunciador (Chocolates Garoto) apresenta o *ethos* da seguinte forma: durante o comercial, o menino enuncia: “amiga dona de casa, olhe fixamente esse delicioso chocolate. Toda vez que a senhora sair com o seu filho, vai ouvir minha voz dizendo: ‘compre Baton, compre Baton, seu filho merece Baton’. Agora a senhora vai acordar, mas vai continuar ouvindo a minha voz: compre Baton, compre Baton”. Uma voz de locutor finaliza: “Baton, o chocolate da Garoto que não sai da boca, nem da cabeça”.

Temos, portanto, um *ethos* pré-discursivo: o menino, como o “Garoto”, pode “incorporar” a figura de qualquer filho ou filha de qualquer “amiga dona de casa”. A linguagem do comercial, bastante acessível à compreensão de qualquer criança, cria a identificação com o público infantil por seu próprio enunciador, a quem é dado o “poder de convencimento”, através da “hipnose”, sobre as mães.

Fica, assim, subentendido que a criança pode convencer sua mãe a comprar o chocolate Baton.



Figura 1. Compre Baton! Fonte: OLIVEIRA, 2010.

O *ethos*, o vender a aparência com o valor de essência é um jogo discursivo que, além das abstrações das ideologias, necessita de um corpo, físico ou imaginário, instrumento que obedecerá às ordens enunciativas. Para Maingueneau (2002), a fala do enunciador é incorporada e a maneira de dizer atesta, de alguma forma, a legitimidade do que é dito, conferindo autoridade ao enunciador.

Assim sendo, essa imagem construída do menino com a toalha na cabeça fazendo alusão ao estereótipo do esotérico de turbante, sustenta seu discurso de convencimento, criando a analogia com a hipnose e o poder de persuasão. Ao mesmo tempo em que dialoga imagetivamente com as crianças, seu discurso publicitário se dirige às mães, abrindo caminho para que elas enxerguem no menino do comercial seus próprios filhos.

É, portanto, através do poder de decisão dos filhos que o produto alcança seu público infantil através do poder de compra dos pais.

Se considerarmos, então, o impacto dessa publicidade e o quanto se recorda dela, ela se torna um elemento comum da infância de uma geração inteira, além de refletir um momento histórico da publicidade em que o público infantil era alvo de uma série de apelos discursivos, trazendo o *ethos* da criança enquanto consumidora.

É, também, parte importante da história da Garoto, representando um impulsionador de venda de um de seus produtos mais conhecidos, marcando a trajetória da empresa. Teria, então, valor de patrimônio?

Quando falamos da publicidade enquanto objeto patrimonializável, estamos diante de uma afirmação que requer certo cuidado e justificativa teórica, pois patrimônios serviriam para identificar e expressar tanto as singularidades como para marcar as diferenças entre estados-nações (ABREU, 2015), e, como criticou Thompson (2013), os produtos da mídia vêm se tornando cada vez mais padronizados e estereotipados, indo atrás do trivial e do sensacional e sua recepção se tornou uma outra forma de consumo, fonte de excitação, divertimento e prazer. Se estamos falando, portanto, de produtos e publicidades cada vez mais estereotipados, estamos falando, também, de mudanças significativas na sociedade contemporânea, nos conflitando com a sociedade líquida e a rápida obsolescência de tudo que consumimos.

Em falar de patrimonialização, denominamos:

(...) o processo de incorporar e sedimentar uma manifestação considerada por um grupo social como valorosa e que, por isso, mereça integrar o conjunto de representação que o próprio grupo, no caso a população brasileira, faça de si mesmo. Isso significa dizer que haveria atribuição de valor a uma dada manifestação cultural que só pode ser compreendida pelo grupo a partir de uma convenção social, definida pelo próprio grupo por intermédio de um discurso articulado (ORRICO; GEIGER; SILVA, 2015, n.p.).

Assim, a problematização que oferecemos é: se assim quiser a Garoto (com sua história de quase 9 décadas), ou mesmo se assim o quiserem o Conselho de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) ou outras agências, não estaríamos diante da publicidade como o próprio objeto patrimonializável? Afinal:

Uma característica nova dos atuais processos de patrimonialização (...) é que os grupos sociais ligados a estes bens é que devem demandar a patrimonialização, ou pelo menos endossar as demandas de patrimonialização. Estas novas práticas, socialmente mais inclusivas, contrastam com práticas anteriores, principalmente quando a hegemonia do campo patrimonial se configurava como histórica e artística, ficando ao encargo dos especialistas destas áreas a constituição dos processos de patrimonialização (ABREU, 2015, n.p.).

Na discussão dos novos patrimônios, nesse momento o que importa é compreender a influência da técnica midiática na constituição das exomemórias. Objetos e narrativas não são mutuamente excludentes. A memória pode, então, ser estudada do ponto de vista individual (que é o objeto principal das neurociências) e pode ser compreendida como construção social em que grupos criam um passado compartilhado com a ajuda do contexto social, das mídias (DODEBEL, 2015).

Se falamos aqui de uma sociedade de consumo na contemporaneidade, podemos considerar que:

O espaço do consumo referencia-se a partir de práticas de sedução e desejos crescentes e nunca satisfeitos, pois a cada objeto (ou os sistemas simbólicos por eles representados) consumido ou a cada vontade realizada no hoje, o amanhã se torna menos distante, pois as vontades de hoje transformam-se em necessidades de amanhã semiologicamente representadas por um sistema de códigos vigentes. (BAUMAN, 2001; FEATHERSTONE, 1997, apud RIBEIRO, 2015, n.p.)

O próprio caráter padronizado e estereotipado da publicidade já denuncia uma sociedade que vai deixando de lado as diferenças e, paradoxalmente, através da patrimonialização, tenta reafirmar e valorizar diferenças.

Defender a “Compre Baton” como patrimônio da Garoto é reconhecer sua importância para a consolidação de um comportamento de consumo e também seu poder representativo enquanto publicidade voltada ao público infantil, visto que, se veiculada nos dias de hoje,

provavelmente não seria aprovada pelo CONAR, considerando que iria contra a Resolução nº 163, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente e permite novas interpretações da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), da Convenção das Nações Unidas sobre as Crianças (Decreto nº 99.710/1990) e do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicidade nasce de uma necessidade efêmera de influenciar um comportamento de consumo num dado momento, geralmente incitando a compra de produtos que rumam cada vez mais a uma rápida obsolescência. No entanto, em seu processo de construção, a publicidade precisa criar um discurso que contenha elementos que dialoguem com seu consumidor.

Embora nem tudo seja armazenado - todos os dias somos bombardeados por novos comerciais que logo serão substituídos por outros - algumas dessas publicidades permanecem: marcam por uma trilha sonora, imagem ou discurso; impactam ao inovar aqui ou ali, ou mesmo entram para a história quando o produto desaparece para ser substituído por um outro, mais moderno.

Algumas dessas publicidades carregam um *ethos* que retorna: a dona de casa, o homem viril, a boa esposa, a avó cozinheira, a mulher no mercado de trabalho, o patriota, a criança consumidora, dentre tantos outros papéis desempenhados na sociedade.

Funcionam, assim, como fotografias que fixam informações sobre o comportamento de um determinado grupo, em determinado momento e que podem ser retomadas, revistas e analisadas sob novas lentes e contextos, trazendo consigo a história de uma determinada empresa, um costume de uma determinada tribo social, um linguajar característico, dentre tantas outras possibilidades dentro da diversidade cultural.

Possuem, assim, a capacidade de trazer à tona a memória cultural desses grupos, sendo fonte valiosa de informação para a análise dos mesmos ou, em outro pano de fundo, da própria história da publicidade como um todo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (orgs.). **Memórias e Novos Patrimônios**. ed. OpenEdition, Saint Hilaire, 2015. [online]. Disponível em: <<http://books.openedition.org/oep/868>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: _____ (org.) **Imagem de si no discurso: a constituição do ethos**. Tradução Dilson F. da Cruz. São Paulo: Contexto, 2005.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

Associação Brasileira de Marketing & Negócios. **A Imagem da Área de Marketing no Brasil**. Disponível em <<http://www.abmn.com.br/menu/index.asp>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078 de setembro de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. Projetos de Leis e Outras Proposições. Projeto de lei 5921/2001 Proíbe a publicidade / propaganda para a venda de produtos infantis. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=43201>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CASTRO, Maria L. D. de. O discurso publicitário: uma proposta de leitura e de interpretação. In: TESCHE, Adayr; FRAGA, Dinorá Fraga da; et al. **Mídias e processos de significação**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2000.

CHOCOLATESGarotoapresenta14lançamentosparaaPáscoa2008.Padaria2000.s.d. Disponível em: <http://www.padaria2000.com.br/noticias_visualiza.php?id=344&pagina=18>. Acesso em: 06 nov. 2017.

DUARTE, Elizabeth Bastos. Considerações sobre a produção midiática. In: TESCHE, Adayr; FRAGA, Dinorá Fraga da; et al. **Mídias e processos de significação**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIACOMINI FILHO, G. **Consumidor versus Propaganda**. São Paulo: Summus, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

OLIVEIRA, Rafael Cândido de. **Garoto - Compre Baton!**. Vídeo. 2010. (35s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sBWu7ibZDVg>>. Acesso em: 06 nov. 2017

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; GEIGER, Amir; SILVA, Sabrina Dinola Gama Silva. O filme documentário como discurso de patrimonialização da música popular brasileira. In: TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (orgs.). **Memórias e Novos Patrimônios**. ed. OpenEdition, Saint Hilaire, 2015. [online]. Disponível em: <<http://books.openedition.org/oep/869>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

KARSAKLIAN, E. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas. 2000.

MCNEAL, J. U. **Kids as Customers: a handbook of marketing to children**. New York: Lexington Books, 1992.

MCNEAL, J. U. **Children as Consumers of Commercial and Social Products**. Marketing health to kids 8 to 12 years of age. Washington, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. São Paulo: Pontes, 3ª ed., 1997.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. In: DODEBEL, Vera; ABREU, Regina. **E o patrimônio?**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

SÁ, Sylvia de. Garoto lança Baton 2 em 1. **Revista Exame**. [online], 2012. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/marketing/garoto-lanca-baton-2-em-1/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SCHIFFMAN, L., KANUK, L. **Comportamento do Consumidor**. Rio de Janeiro. LTC. 2000.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SOLOMON, R. Michael. **O Comportamento do consumidor**: comprando, possuindo e sendo. Rio Grande do Sul: Bookman, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VOTRE, Sebastião J. Linguagem, identidade, representação e imaginação. In: FERREIRA, Lucia M. A; ORRICO, Evelyn G. D. **Linguagem, identidade e Memória Social**: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WHITE, O. M. **Considerações gerais sobre o ato de compra por parte do pré-adolescente**. Dissertação de Mestrado. FEA- USP, 1997.

MEMÓRIAS E CONTRA-MEMÓRIAS DO CÁRCERE: UMA PERSPECTIVA ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO COM EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Paula Jardim Duarte
PPGMS UNIRIO
Aluna bolsista da CAPES
paulajardimduarte12@gmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe desenvolver reflexões e subsídios teóricos que possam embasar e dar contorno ao meu projeto de pesquisa na pós graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Projeto: *Foto, Grafia do Eu: o trabalho com fotografias pessoais e álbuns de família e as memórias de egressos do sistema prisional do Rio de Janeiro*, pretende desenvolver estudo com ex-presidiários, utilizando-se das fotografias pessoais e álbuns de família como dispositivos disparadores para o reencontro e reconstrução de memórias e identidades do público especificado. A pesquisa parte das transformações das subjetividades frente aos jogos de poder – efeitos da prisionização (GOFFMAN, 1974) - sobre as pessoas privadas de liberdade, para propiciar o (re) surgimento de outras memórias e sentidos, em direção à renovação de processos de singularização evocados pelas imagens, num processo de resistência à ordem dominante do sistema prisional e das marcas das memórias do cárcere.

Palavras-chave: Prisões. Memória Social. Racismo Estrutural. Necropolítica. Contra-Memória.

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E FLUMINENSE: O RACISMO ESTRUTURAL

Em junho de 2016 a população prisional brasileira somava mais de 726.000 pessoas¹, elevando o Brasil ao terceiro país no mundo com o maior contingente prisional, atrás de China e Estados Unidos. De 2000 a 2016, o crescimento da população carcerária cresceu, em média, 7,3% ao ano - um aumento da ordem de 707% em relação aos registros do início da década de 90. A alta taxa de ocupação do sistema prisional brasileiro (197,4%) é impactante e bem maior do que o limite máximo de “tolerância” de 137%, previsto em tratados internacionais.

Vivemos uma onda crescente de aprisionamento em massa, em grande parte sustentado pela política de “Guerra às Drogas”, que se afirma enquanto guerra aos negros, pobres e periféricos, que, sob o manto da garantia da “lei e da ordem”² e da paz social, elege a figura do traficante como “inimigo” da sociedade a ser e arrasta na extensa rede penal punitivista, racista e classista, um enorme contingente de jovens, negros e periféricos.

Segundo MBEMBE, o que Foucault designa “biopoder” opera pela divisão da sociedade entre os que devem viver e os que devem morrer. “Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma

1 INFOPEN 2016. http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Visitado em: 13/8/2018.

2 Herança da política “War On Drugs” norte-americana iniciada na década de 60, baseada na “Law and Order”.

cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2016, p.17), como podemos ver a seguir.

A população carcerária é majoritariamente jovem, de 18 a 29 anos (55% dos presos no Brasil e 59% no Rio de Janeiro), negra (representam 63% no Brasil e 72% no Rio de Janeiro³), de baixa escolaridade (51% no Brasil possuem Ensino Fundamental Incompleto; 65% no Rio de Janeiro). Além disso, cerca de 40% das pessoas presas no Brasil e no estado do Rio de Janeiro estão em situação de prisão provisória, sendo consideradas inocentes, conforme determina a Constituição Brasileira⁴. Esta “guerra” se configura como mais uma expressão do poder punitivo do estado, recaindo sobre a população negra e mais vulnerável socialmente, se enquadrando naquilo que Mbembe chama de necropolítica, ou “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte⁵”, na contemporaneidade: “armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos⁶.”

As recentes políticas no campo da administração prisional têm se inclinado à proposição de parcerias público-privadas para a gestão de estabelecimentos prisionais, cuja proposta seria propiciar condições dignas aos privados de liberdade mediante oferta, principalmente, de trabalho no âmbito deste sistema, sob o pano de fundo de “empregar” pessoas, a baixo custo (menos de um salário mínimo) à serviço de produção do Mercado. Ora, esta não seria uma nova roupagem da escravidão moderna? Assim, quanto maior o número de presos, maior o lucro. Poderia-se, por esta analogia, designar os presos do sistema carcerário brasileiro como escravos. Mbembe, teórico de referência nos estudos do pós-colonialismo e pensador da história africana, diz que: “De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político” (MBEMBE, 2016, p. 131). E não seria esta a situação vivida pela população privada de liberdade?

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo (MBEMBE, 2016, p. 131).

Ainda segundo Mbembe, alguns seres humanos – especialmente os negros – com o objetivo de prevenção a “perigos inerentes à sua circulação” – são neutralizados: paralisados, presos, deportados. No caso da necropolítica brasileira sob pano de fundo da Guerra às Drogas, são, também, assassinados⁷. “A raça, deste ponto de vista, funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar o princípio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo (MBEMBE, 2016, p. 71).

Embora a política de encarceramento não seja apresentada pelo Estado como uma política de extermínio, pode-se depreender que a população para a qual ela se destina - majoritariamente

3 Índice maior que na representação de pessoas negras na população total, que é de 53% no Brasil. Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016, p. 32; PNAD, 2015. Ver: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 12/8/2018

4 Constituição da República Federativa do Brasil, art. 5º, LVII: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

5 MBEMBE, A. Necropolítica. Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dezembro 2016.p.146

6 Idem.

7 De fevereiro a junho de 2018, houve 607 assassinatos decorrentes de intervenção policial. Fonte: <http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/apresentacao-de-infograficos/>. Acesso em: 16/8/2018.

negros e pobres - ou é presa, ou acaba morrendo, seja pelos confrontos entre grupos armados ou entre estes e agentes do estado - polícias ou milícias - e até mesmo dentro dos estabelecimentos prisionais, focos de propagação de doenças, pelas condições insalubres e precária assistência à saúde. Pesquisa recente da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro revela que, em 20 anos (1998 a 2018), o número de mortes no sistema prisional aumentou em dez vezes, sendo maior do que o crescimento da taxa prisional⁸. Estas pessoas são os “indignos de vida” (ZACCONE, 2015⁹) ou, no caso dos varejistas do comércio ilícito de drogas, os “acionistas do nada” (Zaccone, 2007¹⁰). Segundo o INFOPEN 2014, as mortes intencionais no sistema prisional representam mais do que seis vezes a taxa de crimes letais intencionais verificada no Brasil em 2013. O preso no Brasil tem 6 vezes mais chances de morrer do que uma pessoa em liberdade. (INFOPEN, 2014)

A “evolução” das penas de suplícios corporais para as penas de suplício da alma, como nos diz Foucault em “Vigiar e Punir” (1987), seria a “a submissão dos corpos pelo controle das ideias; a análise das representações como princípio, numa política dos corpos bem mais eficaz que a anatomia ritual dos suplícios”. (FOUCAULT, 1987, p. 122). Desta maneira, alma e corpo, hoje, ainda sofrem e suplicam por vida, dentro e fora dos presídios. Neles, as vidas que ali estão parecem valer menos na escala social: são “vidas precárias” e não passíveis de compaixão ou luto (BUTLER, 2015). No contato da sociedade com estas vidas precárias, pode resultar o desejo de proteção ou de dizimação. Alguns corpos podem ser mortos; podem ser privados de liberdade e submetidos a toda sorte de torturas e humilhações.

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. (FOUCAULT, 1987, p. 29)

Judith Butler, em seu livro “Quadros de Guerra”, diz que uma vida só pode ser considerada lesada ou perdida se, primeiramente, for considerada como viva. Estas vidas podem ser apreendidas, mas não necessariamente reconhecidas enquanto vidas. No sentido, hegeliano, reconhecer pressupõe dois sujeitos e aí há uma reciprocidade, enquanto na apreensão, há um modo de conhecimento que ainda não é reconhecimento (BUTLER, 2015, p.20).

A autora fala sobre as vidas perdidas, vidas precárias que, quando não são consideradas vivas, perdem sua condição de vida, refletindo sobre o caráter ético político da apreensão e reconhecimento das vidas precárias; uma certa obrigação que “nós” precisamos ter com os outros - conhecidos ou não, estranhos ou não, na vida em sociedade em relação a “determinados modos de morrer e de morte quanto a outros modos socialmente condicionados de sobreviver e crescer” (...) “Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente” (BUTLER, 2015, pg. 32).

Toda vida é precária, no sentido de que carece de alimentos e cuidados. Mas há enquadramentos que separam as vidas vivíveis e as não vivíveis. Essa distribuição diferencial de precariedade é, a um só tempo, uma questão material e perceptual, visto que aqueles cujas vidas não são “consideradas” potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a

8 [http://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/6142-Em-quase-uma-decada-numero-de-presos-mortos-cresce-10-vezes-mais-levantamento-da-Defensoria-Publica-do-Estado-\(DPRJ\)-produzido-para-uma-acao-civil-publica-contra-o-governo-do-estado-e-a-prefeitura-do-Rio,-a-fim-de-requerer-uma-solucao-para-o-problema-das-mortes-no-sistema-prisional-do-estado](http://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/6142-Em-quase-uma-decada-numero-de-presos-mortos-cresce-10-vezes-mais-levantamento-da-Defensoria-Publica-do-Estado-(DPRJ)-produzido-para-uma-acao-civil-publica-contra-o-governo-do-estado-e-a-prefeitura-do-Rio,-a-fim-de-requerer-uma-solucao-para-o-problema-das-mortes-no-sistema-prisional-do-estado).

9 D'Ellia Filho, Orlando Zaccone. Indignos de Vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015. 278 p.

10 D'Ellia Filho, Orlando Zaccone. Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007, 140 p.

suportar a carga da fome, subemprego, privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte.

Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos”. (BUTLER, pg. 53)

A eficiente máquina de prender pessoas e ineficiente do ponto de vista da dita “ressocialização” que se diz pretender, onera os cofres públicos e produz efeitos sociais diversos para os presos, egressos deste sistema e familiares. Além da privação da liberdade, as pessoas presas convivem com a superlotação das celas, o racionamento de água, a falta de limpeza, a alimentação inadequada, o precário acesso à saúde, assistência social, psicológica e jurídica, e poucas oportunidades de trabalho e estudo, além de serem submetidas a diversas formas de tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, fazendo com que estes indivíduos saiam do cárcere ainda mais vulneráveis do que entraram, demonstrando a falência do estado em lidar com os cidadãos sob sua tutela que, por ventura, tenham infringido a lei.

POR QUE MEMÓRIA SOCIAL PARA OS ESTUDOS SOBRE OS EGRESSOS DO CÁRCERE?

GOFFMAN (1974) localiza o sistema prisional como um dos tipos de instituição total, “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (p.11) e “organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato.” (p. 17). O processo de afastamento do mundo externo, a alienação, perda de autonomia e torturas pelos quais passam seus internos, são designados como processos de “mutilação” ou “mortificação do eu” (GOFFMAN, p. 24), no qual a barreira entre o preso e o mundo externo se constitui como a primeira forma de mutilação - uma estratégia do sistema em realizar uma ruptura com o passado, no propósito de homogeneização, para assim obter êxito no controle sobre o “mundo dos internados” pelo “mundo da equipe dirigente”, quebrando suas “resistências” e “espírito”.

Sendo assim, até que ponto a concepção de si de um sujeito preso pode ser conservada, quando seu ambiente de apoios externos é subitamente retirado e quando assume um “sentido de ineficiência pessoal” (GOFFMAN, p. 48) pela perda de autonomia e a impossibilidade de negociar entre seus desejos e os interesses institucionais?

Nesse sentido, o trabalho com memórias de egressos do sistema prisional é um ato ético-político, pois, além de permitir uma concepção terapêutica, dá a ver o que fica “escondido” por trás dos muros fechados daquela instituição, desenhando os contornos não preenchidos de uma sociedade excluída em um mundo apartado, composta pelos indesejáveis.

Segundo Jô Gondar, o conceito de memória social, criado por Maurice Halbwachs enquanto disciplina e derivada das ciências sociais, já existe enquanto campo de estudos desde o início do século XX, mas conquistou maior expressividade no mundo acadêmico a partir da década de 90.

Pensar a memória como uma reconstrução racional do passado, erigida com base em quadros sociais bem definidos e delimitados, como o fez Halbwachs (1992), leva-nos a um tipo de posicionamento político; afirmar, em contrapartida, que a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder, como propôs Foucault (DELEUZE, 1987), implica outra ética e outra posição política (GONDAR, 2016, p. 24).

A memória, acontece, então, “na variedade de seus processos de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável” (p. xx), se constituindo ao mesmo tempo como “acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento”, em um processo de “reconstrução permanente”. Como nos alerta a autora, a memória social é um conceito ético e político, e “a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder, como propôs Foucault (DELEUZE, 1987)” (GONDAR, 2016, p.24).

Esta é a aposta neste trabalho de rememoração junto a egressos do sistema prisional: as lembranças não estarão a serviço da manutenção da condição de ex-presos e de assujeitados. A perspectiva aqui é a produção da criação de uma contra-memória que, ao contrário de propor o apagamento das experiências vividas no cárcere, retoma-as no sentido de (re) criar outras memórias e outras identidades, iluminando os caminhos do futuro. “Em um campo múltiplo e móvel como o da memória social, toda perspectiva envolve a escolha de um passado e a aposta em um futuro. Cabe-nos responder por essa escolha e pelas consequências que ela implica” (GONDAR, 2003). Aqui, a memória social nos impele a uma atitude diante dos processos de transformação social e de produção de novos projetos de vida.

Como pensar a relação entre memória e poder? Creio que não causa nenhum espanto se dizer que a memória pode ser um instrumento de poder. Todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Um pensador como Michel Foucault vai ainda mais longe: ele mostrará que o poder não apenas opera uma seleção entre recordações já existentes, mas produz a própria lembrança. (...) Assim, a construção da subjetividade - que para Foucault, é sinônimo de construção de memória - é posta no mesmo plano da produção econômica, de tal forma que, se fizesse ainda algum sentido falarmos em infra e superestrutura, deveríamos situar a memória no primeiro.” (GONDAR, 2003, p.32)

Pode se marcar na obra de Foucault três modulações nos modos de pensar a relação entre memória e poder (...): o saber o poder e as práticas de si. (...) Em um segundo momento, Foucault se dedica a pensar sobre o exercício do poder, privilegiando, ao invés das formas estratificadas, as relações de força, domínio e sujeição que as constituem. Assim, seus interesses recaem na desmontagem dos elementos móveis e não estratificados - as forças - e o seu método passa a ser a genealogia. A questão principal é a gênese do poder em diversas instâncias, é o modo pelo qual ele se infiltra no tecido social e se efetua nas instituições, produzindo subjetividades.” (GONDAR, 2003, p. 33)

Se o poder, infiltrado nas instituições de privação de liberdade produz subjetividades para os sujeitos que ali estão - e que conseqüentemente carregam consigo estas subjetividades, como poderiam ser (re) construídas novas subjetividades por eles? Foucault nos dá uma pista naquilo que irá chamar de construção de “contra-memórias”, para a resistência ao assujeitamento: “a contra-memória surgiria como um modo de desconstruir as artimanhas do poder que, visando naturalizar-se e eternizar-se, difundiria um modelo metafísica de memória, no qual a origem e a finalidade já estariam definidas a priori” (GONDAR, 2003, p. 33).

A contra-memória trabalha no sentido de recuperar, resgatar, lembrar a violência de uma escolha imposta como “neutra”, denunciando as relações de dominação e submissão que, de outro modo, ficariam escamoteadas. A luta de Foucault é contra os

atributos essencialistas e naturalizados pelo modelo metafísico da memória: a crença numa origem pura, numa autenticidade, numa verdade essencial, numa identidade. A contra-memória, ao invés de buscar reencontrar as raízes de nossa identidade, procuraria fazer aparecer as descontinuidades que nos atravessam. (...) o que não há é qualquer proposta de criação. A memória sempre estaria sujeitada ao poder, e nosso ímpeto de resistir ficaria reduzido à denúncia das sujeições efetuadas.” (GONDAR, 2003, p.34)

Mas, se o poder está enredado em toda a sociedade e em todas as relações, qual seria a autonomia da subjetividade do sujeito?

(...) o eixo principal da investigação de Foucault “deixa de ser o poder e torna-se a relação a si, através da qual ele percebe uma possibilidade de escape ao poder. Na relação a si o que está em questão não é a relação do indivíduo consigo mesmo, mas, como veremos adiante, da força consigo. Foucault descobre que tanto indivíduos quanto coletivos podem se relacionar com as regras estabelecidas pelo poder de forma singular, constituindo processos de criação de si, isto é, processos de subjetivação que escapam àquilo que os códigos estabeleceram (GONDAR, 2003, p.34).

Portanto, a produção de contra-memórias seria feita pela resistência ao poder não pela oposição, mas pelo desenvolvimento de estratégias e dispositivos que, em uma contra-força, são capazes de (re) criar, (re) inventar, em uma “ética de vida como resistência ao poder” (GONDAR, 2003, p. 41). “Em outros termos: ao invés de se enfrentar o inimigo opondo-se uma força à dele, se dobra a própria força que assujeita para construir uma resistência, criando algo novo, para além de qualquer assujeitamento” (GONDAR, 2003, p. 40).

É nesse momento da obra foucaultiana que a memória, até então assujeitada ao poder, ou no máximo, emergindo como instrumento de denúncia, passa a ser vista como uma estratégia autônoma de resistência: ela é capaz de fazer uma deriva no saber e no poder instaurando uma independência em relação a eles. (...) De fato, a cada vez que se faz a força dobrar-se sobre si mesma constitui-se uma memória-uma memória que nós gestamos, para além daquela que é gestada em nós. Aqui não se trata de uma memória institucionalizada - aquela dos saberes estratificados; e tampouco de uma contra-memória como tentativa de desconstrução de um passado imposto, mas de uma memória para o futuro, na medida em que comporta uma possibilidade de criação. Deste modo, ela se torna uma resistência criadora de práticas e de outros modos de existência.” (GONDAR, 2003, p.35).

CONCLUSÃO - “FAZER DO LIMÃO UMA LIMONADA” - A CRIAÇÃO DE UMA CONTRA-MEMÓRIA

Ao propor o trabalho de desvelamento das memórias sociais de egressos do sistema prisional tendo como ferramenta as fotografias pessoais e álbuns de família como disparadores de memórias, parte-se do campo da memória social como um dispositivo ético-político que permite a (re) construção de novas narrativas por sujeitos que, embora tenham tido parte da vida marcada pelas experiências de mortificação do eu no encarceramento, possam se (re) conhecer enquanto sujeitos, dando continuidade às suas vidas em liberdade a partir de (re) instaurações de projetos de vida futuros, amparados por novas (re) criações de si mesmos. Como aponta Henri Bergson, “o triunfo da vida é a criação: “a criação de si por si, o engrandecimento da personalidade por um esforço que extrai muito do pouco, alguma coisa do nada e aumenta incessantemente a riqueza que havia no mundo” (BERGSON, 2009).

Consciência significa primeiramente memória. A memória pode ter pouca amplitude, pode não abarcar mais que uma pequena parte do passado, pode não reter mais do que aquilo que acaba de acontecer; mas a memória está aí, ou então a consciência não está. Uma consciência

que nada conserve de seu passado, que incessantemente esquecesse de si mesma pereceria e renasceria a cada instante: como definir de outro modo a inconsciência? (...) Portanto toda consciência é memória – conservação e acumulação do passado no presente. Sobre esse passado estamos apoiados, sobre esse futuro estamos debruçados. Apoiar-se e debruçar-se assim é específico de um ser consciente. Podemos dizer, portanto, que a consciência é um traço de união entre o que foi e o que será, uma ponte lançada entre o passado e o futuro (BERGSON, 2009, p. 05).

Propor estratégias para ampliação das memórias de egressos do sistema prisional é apostar na possibilidade de (re) invenção e (re) criação de si, como na ampliação das escolhas de vida, deslocando e reenquadrando a moldura do retrato do “bandido” - tirado em sua entrada no sistema prisional - para outras molduras possíveis, que podem se traduzir em novas *gestalts* na reconstrução de outros paradigmas, escolhas e direcionamentos de suas vidas presentes e futuras. Segundo Butler,

“Enquadrar o enquadramento” parece envolver certa sobreposição altamente reflexiva do campo visual, mas, na minha opinião, isso não tem que resultar em formas rarefeitas de reflexividade. Ao contrário, questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível. A moldura nunca determinou realmente, de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos (BUTLER, 2015, p. 24).

Renquadrar o enquadramento imposto à pessoa egressa do cárcere significa não aceitar que o rótulo de “bandido” ou “ex-bandido” seja o equivalente à identidade desta pessoa. Quem são estas pessoas, para além de serem ex-sobreviventes do cárcere? Quem elas eram antes? O que pretendem ser depois? A proposta deste trabalho com pessoas que já passaram pela experiência da prisão, longe de homogeneizá-las em um pacote de “egressos”, pretende contribuir para assunção das singularidades, ainda que as subjetividades estejam marcadas pelas forjas homogeneizadoras do poder. Abrindo o espaço para as contra-memórias, abre-se também o campo para a criação. Para o desvencilhamento das amarras identitárias oferecidas aos egressos do sistema prisional, Foucault nos alerta para a questão da “diferença e da singularidade frente à identidade, a norma, as relações de poder que nos tornam iguais. Foucault nos mostra a necessidade de marcarmos nossa singularidade como uma nova possibilidade de vida”, um exercício da liberdade.

Finalmente, todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos. (FOUCAULT, 1995, p. 235)

As memórias das situações traumáticas vivenciadas no cárcere podem ser desveladas e trabalhadas terapêuticamente, para posteriormente darem lugar a novos significantes e significados na vida dos sujeitos afetados por elas.

Isso quer dizer que as situações traumáticas têm potencialidade para recriar a experiência quando se tenta produzir uma memória, seja pela interferência de outras lembranças como recursos para o esquecimento das atrocidades vividas, seja pelas distorções em estados de consciência que, gradativamente, retiram ou acrescentam aspectos novos aos cenários da situação vivida. (FARIAS, F. PINTO, D., 2016, p.197)

Lobélia Faceira, em sua pesquisa etnográfica com internos do sistema prisional, relata que “os presos falam constantemente da possibilidade de serem livres novamente, mas verbalizam o

retorno para a vida do crime, intitulado-se como bandidos (FACEIRA, 2016, p.340). Ou seja, o rótulo de “bandido” acaba sendo reforçado pelo sistema prisional que, muitas vezes devolve àquele que está para ser libertado das grades, a seguinte frase: “até a volta”.

Assim, a perspectiva de criação de projetos de futuro pelos egressos do cárcere não passam pelos dispositivos ofertados pelo sistema, mas na criação de novos dispositivos de rememoração, ressignificação do vivido intramuros, como também nas reflexões sobre o passado antes do cárcere e projeções para a vida futura, pelos quais a memória social pode ter grande contribuição, na medida em que oferece a possibilidade de novos enquadramentos.

Talvez. o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.(FOUCAULT, 1995, p. 239)

REFERÊNCIAS

1. BERGSON, H. A consciência e a vida. In: _____ *A energia espiritual*. Trad. Rosemary C. Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
2. FACEIRA, L. *Por mais longa que seja a noite, o sol volta sempre a brilhar!* A memória rompendo o silêncio entre paredes do cárcere. In: _____ *Morpheus: revistas em estudos disciplinares em memória social*. Rio de Janeiro: Híbrida, edição especial, v. 9, n. 15, 2016.
3. FARIAS, F. PINTO, D. Memória social em situação traumática. In: _____ *Morpheus: revistas em estudos disciplinares em memória social*. Rio de Janeiro: Híbrida, edição especial, v. 9, n. 15, 2016.
4. FONSECA, M. A. da. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito. São Paulo. EDUC-Editora da PUC-SP, 2014.
5. FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW. P; DREYFUS. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
6. _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1997.
7. GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974
8. GONDAR, J.O. Cinco proposições sobre memória social. In: _____ *Morpheus: revistas em estudos disciplinares em memória social*. Rio de Janeiro: Híbrida, edição especial, v. 9, n. 15, 2016.
9. _____. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, J; BARRENECHEA, M.A.. (Org.). *Memória e Espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
10. MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios; Revista do ppgav/eba/ufrrj*, n. 32, dezembro de 2016.
11. VELHO, G. *Projeto Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

O CÍRCULO E A ESPIRAL: MEMÓRIAS ENTRE MIKLÓS JANCÓS E BÉLA TARR

VANESSA ROCHA DE SOUZA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Memória Social (PPGMS – UNIRIO)
rochasoanessa@gmail.com*

RESUMO

Esse estudo pretende investigar sentidos distintos para a noção de memória, tendo como ponto de partida o cinema de Miklós Jancsó (1921-2014) e Béla Tarr (1955-). A partir do trabalho dos cineastas húngaros será possível articular a memória como aquilo que advém da relação entre dois pensamentos, considerando aproximações e diferenças. Essa pesquisa persegue, portanto, a tensão entre Jancsó e Tarr, a fim de produzir um percurso que desmonte concepções cristalizadas acerca da obra, da história e da noção de comum e comunidade. Por isso, não será uma investigação pautada em análises fílmicas, mas um exercício de pensamento com esses cineastas para perceber a memória enquanto um processo que opera como as imagens.

Palavras-chave: Miklós Jancsó. Béla Tarr. Cinema. Memória. Comunidade.

ABSTRACT

This study aims to investigate different meanings for the notion of memory based on the cinema of Miklós Jancsó (1921-2014) and Béla Tarr (1955-). From the work of the Hungarian filmmakers it will be possible to articulate the memory as that which comes from the relation between two thoughts, considering approximations and differences. Therefore, this research pursues the tension between Jancsó and Tarr in order to produce a trajectory that dismantles crystallized conceptions about the history and the notion of common and community. For that reason, it will not be an investigation based on film analysis, but an exercise of thought with these filmmakers to perceive memory as a process that operates as images.

Key-words: Miklós Jancsó. Béla Tarr. Cinema. Memory. Community.

O CÍRCULO E A ESPIRAL: MEMÓRIAS ENTRE MIKLÓS JANCÓSÓ E BÉLA TARR

Em um programa de televisão¹, no ano de 2011, sentam-se lado a lado Miklós Jancsó e Béla Tarr. Dispõem-se a uma conversa – em húngaro – que, mesmo com o auxílio das ferramentas tecnológicas de tradução, para os não falantes da língua, soa incompreensível. Parto desse encontro para elaborar esse estudo, cuja intenção é estender uma conversa para fora dessa imagem. Na descrição do vídeo há uma breve informação sobre o assunto discutido: a questão política e cultural da produção de filmes na Hungria². Não pretendo descrever aqui as situações específicas desse contexto, mas sim traçar uma leitura com o pensamento que advém do encontro entre Jancsó e Tarr.

Por isso, tomo essa entrevista ininteligível como um lance de dados que desdobrará em uma combinação possível, dentre inúmeras chances. Imaginar o que poderia ter sido essa conversa interessa mais do que compreender completamente o que foi dito. Essa escuta aparentemente distorcida é o que traça o caminho e o método que seguirei nessa pesquisa, compreendendo na articulação do pensamento *entre* e *com* Jancsó e Tarr uma maneira de produzir memórias que não tenham como fim a representação.

Portanto, esse estudo escolhe entre os filmes de ambos, a fim de produzir sentidos que se projetam para fora das imagens e se relacionam com o tempo presente. São eles: Salmo Vermelho (*Még kér a nép*, 1972) e Electra, meu amor (*Szerelmem, Elektra*, 1974) de Miklós Jancsó; Danação (*Kárhozat*, 1987), O Tango de Satã (*Sátántangó*, 1994), Harmonias de Werckmeister (*Werckmeister Harmóniák*, 2000) e O Cavalo de Turim (*A Torinói Ló*, 2011) de Béla Tarr.

Tendo como ponto de partida os filmes, optei por esse fragmento temporal que torna possível ler Jancsó cronologicamente anterior a Tarr, sabendo de antemão – dado o exemplo da entrevista – que também o é contemporâneo. Nesse estudo, o filme não será descrito e analisado, mas compreendido como um acesso para novas maneiras de ler o mundo. Nesse sentido, tomo emprestada a noção de poesia do filósofo Jean-Luc Nancy, para compor essa conversa e expandir os contornos do cinema, lançando-o à dimensão de pensamento:

O sentido de “poesia” é um sentido sempre por fazer. A poesia é, por essência, mais e outra coisa que a própria poesia. Ou ainda: a própria poesia pode muito bem ser encontrada ali onde sequer há poesia. Ela pode até mesmo ser o contrário ou a recusa da poesia, e de toda poesia. A poesia não coincide consigo mesma: talvez essa não coincidência, essa impropriedade substancial, seja o que faz propriamente a poesia. (NANCY, 2013, p.416)

A poesia como pensamento projeta um sentido sempre a ser feito. Sendo assim, leio os filmes como uma poesia que é sempre um acesso a algo por vir. Nesse inacabamento é possível desfazer a noção de história *arkhé* [começo, comando] que tem como finalidade a obra. E a partir do encontro Jancsó-Tarr, compreendo essa combinação como a possibilidade de produzir uma outra história que se faz em movimento. De acordo com o crítico Raúl Antelo:

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num

1 Disponível em: <<https://youtu.be/LSEDgEj5SSw>>. Acesso em Jan. 2018.

2 Mais especificamente tratam sobre o fato do governo congelar o orçamento para a produção de filmes, provocando uma chamada pública dos cineastas Ildikó Enyedi, Benedek Fliegauf, Szabolcs Hajdú, Miklós Jancsó, Ágnes Kocsis, Márta Mészáros, Kornél Mundruczó, György Pálfi e Béla Tarr, intitulada “Hungarian Film Friends”. A chamada foi assinada por vários cineastas mundialmente famosos, de Angelopoulos a Atom Egoyan, Michael Haneke a Aki Kaurismäki e Andrzej Wajda. No vídeo, a entrevistadora Júlia Váradi conversa com Miklós Jancsó e Béla Tarr sobre as chances do cinema húngaro nesse contexto.

lampejo, formando uma constelação. (...) Pois, enquanto a relação do presente com o passado é paramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética — não de natureza temporal, mas imagética (*Bildlich*). Somente as imagens dialéticas são autenticamente históricas, isto é, imagens não-arcaicas. A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura. (ANTELO, 2017, p.13)

Assim, as imagens de Jancsó e Tarr sobrevivem para além de filmes, como um acúmulo de tempos a serem descobertos. Deixam de ser apenas vistas para serem lidas, ou seja, são inseridas no risco da instabilidade daquilo que ainda não se configurou em um sentido arcaico. Inserem uma memória ainda por vir.

Miklós Jancsó (1921 - 2014) é um cineasta húngaro que produziu filmes desde 1950 até os últimos anos de vida. Tornou-se popular nos anos 1960 e 1970, apresentando um cinema com movimentos de câmera e planos sequências singulares à época. Os temas históricos tinham destaque nos filmes de Jancsó, em um tempo que artistas do mundo inteiro se posicionavam de forma politizada. Desenvolveu uma linguagem simbólica e hermética para filmar a luta de classes e os acontecimentos históricos de seu país sob regime comunista.

Béla Tarr nasceu em Pécs, na Hungria, em 1955. Seus filmes foram feitos entre os anos 1971 e 2011. Desde 1981 passou a ter ao seu lado como editora, co-diretora e companheira Ágnes Hranitzky. Apesar dos prêmios recebidos ainda muito jovem, Tarr ficou marginalizado pela indústria cinematográfica húngara até os anos 2000. Embora fosse conhecido mundialmente muito antes, somente nesse momento ele foi reconhecido como uma figura importante do cinema húngaro (KOVÁCS, 2013, p.11). Ao tornar-se inspiração para outros cineastas e ser respeitado pelo público nacional e internacional decidiu que era o momento de parar.

Quando Tarr se vê monumentalizado e historicizado pela crítica decide abandonar a carreira. Sua filmografia é interrompida de forma incomum, posto que é aquele que ainda goza de vida e saúde, mas prefere não fazer³. Seu gesto de inoperância coloca suas imagens em contínua exposição e movência. Esse ponto talvez seja o mais interessante de seu cinema, pois seus filmes se descolam do imperativo de uma obra acabada e se inscrevem como gesto – um meio sem fim.

Quando pensado ao lado de Jancsó, Tarr parece não só abandonar a sua própria obra, mas indicar que sua herança cinematográfica também é deserdada. É nessa suspensão que se configura as imagens do círculo e da espiral. O círculo seria inscrito por Miklós Jancsó e sua leitura histórica que, apesar de simbolista e abstrata, recorre a danças, tradições húngaras e referências diretas ao comunismo. Enquanto Béla Tarr apresenta filmes em espiral que, assim como o trecho citado de Raúl Antelo, não emergem apoiados em uma natureza temporal, mas na sua força imagética. Nessa desidentificação com a história da Hungria – e, de certo modo, com qualquer história específica – Béla Tarr gera um espaço para imaginação por meio de suas figuras fora de um espaço-tempo reconhecível.

Ambos produzem a imagem do círculo e da espiral, já em suas escolhas estéticas. As danças de Jancsó deixam a câmera imersa em um movimento cíclico, operando a leitura dos corpos em ciranda nas sequências fluidas. A preferência pela cor, especialmente o vermelho, reforça o discurso ancorado em referências históricas ligadas ao comunismo. O problema perseguido por Jancsó revelado pelo movimento de *câmera e pelo corpo dos atores que circulam e pendulam é, de acordo com críticos da revista Cahiers du Cinéma* (1996, p. 101), a tradução do jogo entre história e poder. Nesse sentido, a câmera de Jancsó parece ser o ponto central de um

3 Age como Bartleby, o escrivo de Herman Melville e sua conhecida expressão: “I would prefer not to”.

círculo, cujo olhar acompanha seu contorno. O horizonte é uma linha pela qual as personagens percorrem, desenhando sobre as planícies húngaras um raio terrestre, cuja história contada é a de seu país.

Por outro lado, Tarr cria a espiral e proporciona uma espessura no tempo, no movimento de aproximação e afastamento dos rostos, possibilitando o acesso a um personagem que não representa ninguém, que não a si mesmo e, por isso, evidencia o signo do humano. O tempo fragmentado, sem apoio, é a própria espiral que emerge nas imagens de Tarr. É diante do negrume e do vazio que estamos. Sua câmera alterna entre o giro interrompido e a observação fixa diante das figuras que caminham para o escuro na imagem.

A operação da espiral, nesse caso, se diferencia daquela proposta por Eisenstein, cujo pensamento no cinema se faria pelo choque, no interstício das imagens. Aqui o pensamento vem pela imagem nos oferecer sua impotência, por meio dos corpos que vagam nessa paisagem sombria e lamacenta. A câmera que acompanha essas figuras, não interfere em sua ação. Não é possível localizar essas imagens historicamente, pois são vestígios de um fim ou de um início da Terra. São uma aventura ao desconhecido que cintila a memória de um mundo sem origem.

Desse modo, a espiral configurada aqui é o deslocamento do que está sempre por vir pela força oculta dessas imagens que preferem a escuridão à luz. Ao prescindir o passado imediato, os filmes abandonados permanecem abertos a outros sentidos a cada vez que sua linha espiralada toca um ponto de contato. Se esvazia mais a cada tentativa de apreensão. Tarr lança uma memória que não é da ordem rememorativa, mas que se elabora durante a percepção da imagem.

O encontro entre esses cinemas não serve aqui como simples polarização, mas somente um caminho que dá a ver como o diálogo entre duas obras pode produzir sobre elas outras memórias que ainda não estavam inscritas. E ainda, destrinchar por dentro, aproximações e diferenças que ocorrem no pensamento acerca da história. Nesse contorno difuso, inscrevo Béla Tarr e suas imagens como um pensamento que transporta dentro de si os ecos de Miklós Jancsó, ao mesmo tempo em que o recusa.

Parece fundamental partir dos filmes de Jancsó não para identificar neles quais são as guerras e ideologias representadas, mas sim compreender o que a distância e aproximação dessa memória ideológica e mitológica – considerando os filmes *Salmo Vermelho* e *Electra, meu amor* – podem inscrever no presente. Apesar de serem herméticos e abstratos, a referência ao contexto político da Hungria é evidente. Isso não significa que Jancsó esteja preso a uma representação histórica verossímil à realidade, mas deixa vestígios que estabelecem uma relação com acontecimentos reconhecíveis.

Jancsó parece compreender a história como algo a ser encenado, o que lhe dá liberdade para inserir aspectos irrealistas⁴ ao lado da forte presença de canções húngaras tradicionais coreografadas. Nesse jogo entre comentar a história e distorcê-la, suas imagens carregam ainda alguma esperança e, apesar de sua predileção pelos movimentos populares, o cineasta não parece estar interessado em defender algum lado específico.

Enquanto Jancsó pode ser transportado para diferentes contextos que carreguem os mesmos rastros históricos, Tarr acessa outra esfera que adquire caráter universal. Seria possível

4 Andrew James Horton em seu texto sobre Miklós Jancsó intitulado “A Aura da História” escreve que “Nos anos setenta, viria a se tornar claro que este tipo de “realismo” era um meio, e não uma finalidade para Jancsó, na medida em que o realizador passou a incorporar elementos anacrônicos (como o helicóptero em *Electra, Meu Amor*), mecanismos narrativos que cortam o realismo deliberadamente (p.ex.: a ressurreição de alguns personagens) e pessoas reais sendo apresentadas como alter-egos (*Rapsódia Húngara – Hungarian Rapszódia*, 1978).” Outro ponto é o fato de que em alguns filme de Jancsó, “o ano de 1919 é utilizado como arquétipo.” In: CAIXA CULTURAL. *Miklós Jancsó: A dança da utopia* (Catálogo). Caixa Cultural do Rio de Janeiro, 2013. p.23.

relacionar essa diferença pela compreensão que Jancsó tem de seus filmes como manifesto ideológico de um grupo. Tarr, em contrapartida, abandonou essa esperança e caminha sobre os escombros da modernidade perscrutando o que resta para a humanidade.

Em ensaio para o catálogo da mostra na Caixa Cultural do Rio de Janeiro, o crítico Fabian Cantieri (2013) contextualiza os filmes de Jancsó dos anos 60 e 70, dando a ver o aparecimento da esperança em suas películas, a exemplo da releitura do mito grego de Electra. No caso do filme *Electra, meu amor*, é na fricção entre mitologia e história que a esperança aparece como algo interior à narrativa.

O pássaro de fogo deve morrer a cada dia para renascer no dia seguinte. E, uma vez que proprietários de terras e de fábricas deixem de ser proprietários e que não haja burguesia ou proletariado, rico ou pobre, opressor ou oprimido, uma vez que não exista muita comida para uns e não haja o suficiente para outro, quando tudo se assente como igual à mesa da justiça, quando o espírito brilhar em toda janela, então, e só então, o homem deverá viver a vida digna dele mesmo. Uma vida de liberdade, alegria e paz. E, ainda assim, o pássaro de fogo deverá, ainda, voar acima de nós, e, ainda, perecer todo dia para renascer ainda mais magnífico no dia seguinte. Abençoado seja teu nome, revolução. (CANTIERI, 2013, p. 36)

Esse discurso acompanha a última sequência do filme. O que Cantieri diz sobre essa imagem é que o pássaro de fogo citado vem do folclore eslavo que também é análogo à fênix da mitologia grega. A captura dessa criatura mágica é uma benção e uma maldição, simbolizando um eterno ciclo de morte e renascimento.

Uma figura que não deixa de ser também, uma bela analogia do desenho que Miklós Jancsó faz da Hungria no século XX – um país que sempre carrega a fé na transformação, mas quando esta se efetiva em poder de benção, vira danação. Não importa o lado, seja vermelho, seja branco, seja esquerda ou direita: uma vez apossado, teu nome é opressão. (CANTIERI, 2013, p. 37)

Essa esperança também esteve sobre os primeiros filmes de Tarr, mas logo foi substituída pela intriga, desonestidade e manipulação vinda de todos os lados. O que em Jancsó foi um comentário sobre o comunismo e revolução, aparece em Tarr como uma crise que abrange o comum e o humano.

O descolamento do momento histórico reconhecível levado a cabo por Tarr impulsiona suas imagens na direção de um movimento infinito de leitura, dando à história um caráter dinâmico. Recupera em seus filmes a dimensão do gesto, tratado por Agamben como um meio de comunicabilidade puro e sem fim. O filósofo também escreve que:

O elemento do cinema é o gesto e não a imagem. Gilles Deleuze mostrou que o cinema apaga a distinção psicológica falaciosa entre a imagem como realidade psíquica e o movimento como realidade física. As imagens cinematográficas não são nem *poses éternelles* (como as formas do mundo clássico) nem *coupes immobiles* do movimento, mas *coupes mobiles*, imagens elas mesmas em movimento, que Deleuze chama de *images-mouvement*. É necessário ampliar sua análise e mostrar que ela diz respeito, em geral, ao estatuto da imagem na modernidade. Mas isso significa que a rigidez mítica da imagem foi aqui rompida, e que não se deveria falar de imagens propriamente, mas de gestos. Toda imagem, de fato, é animada por uma polaridade antinômica: por um lado, ela é a reificação e o apagamento de um gesto (é a *imago* como máscara de cera do morto ou como símbolo), por outro lado, conserva intacta a sua *dynamis* (como nas séries instantâneas de Muybridge ou como em qualquer fotografia esportiva). A primeira corresponde à lembrança da qual se apossa a memória voluntária, a segunda, à imagem que relampeja na epifania da memória involuntária. E enquanto a primeira vive em um

isolamento mágico, a segunda sempre reenvia para além de si mesma, em direção a um todo do qual faz parte. (AGAMBEN, 2015, p.54)

A polaridade da imagem entre *imago* e *dynamis*, coloca de forma mais clara a relação que tentei construir até esse momento entre Jancsó e Tarr. Os filmes *Salmo Vermelho* e *Electra, meu amor* reiteram os ideais comunistas e regionais aproximando-os de uma imagem simbólica – a memória voluntária. Por outro lado, o recorte que proponho na filmografia de Tarr aponta para o caráter *dynamis* que, como explicitado por Agamben, reflete um movimento constante de refazimento que transborda para fora de si.

Nesse sentido, as imagens de Tarr invocam outras memórias que não estão necessariamente contidas em seu centro. O humano que se desloca em seus filmes não é ninguém específico e pode ser qualquer um. O que vemos são pequenas comunidades sob o jogo da força, do poder, refletindo alguns problemas do nosso tempo.

Dentre os muitos desdobramentos possíveis com essas imagens, recupero a discussão em torno do problema da comunidade. Diante do comunismo constantemente retratado por Jancsó e de todas as tentativas de representação que serviram como base para estruturar ideias nacionais, institucionais e sociais, Tarr parece indicar uma necessidade de movê-las de lugar ou até destruí-las. Se o que unia os homens no passado era uma dimensão de comum instaurada por um condicionamento exterior – uma ideologia, uma religião, uma identidade –, o que vemos hoje é justamente a desintegração dessas crenças que coloca em crise tudo que se entende por comum.

De acordo com o filósofo italiano Roberto Esposito (2012, p.23), todas as filosofias da comunidade compreendem-na como um bem pleno a ser reencontrado. E os comunismos e comunitarismos se atam à semântica do próprio – que seria o seu contrário. O território, por exemplo, que deveria ser um espaço comum, se define precisamente sobre a ideia de propriedade.

A partir da investigação do conceito de *communitas*, Esposito propõe a noção de *immunitas*. Enquanto a primeira se relaciona com a noção de propriedade, a segunda se conecta com o impróprio. A sociedade moderna seria, portanto, essa que é formada por sujeitos que desejam a propriedade, mas são desapropriados de si mesmos. A comunidade, nesse caso, se configura não pela identificação com uma origem, mas com uma falta (ESPOSITO, 2012, p.32).

Assim, a comunidade em Jancsó é um reflexo desse ideal social, que ainda se agrupa por um sentido comum. Em Tarr, a comunidade é justamente a ruptura com essas noções, cuja única identificação possível entre os seres é a falta. À vista disso, Tarr nega qualquer dimensão metafísica e metafórica em seus filmes. Não há mais espaço para um Deus e nem para uma vida que não seja essa da sobrevivência do corpo, dos seres à espreita da morte.

Roberto Esposito nos diz que a fundação da comunidade humana que acontece com Caim e Abel, nada mais é do que esse contato estreito com a morte, haja vista que é pautada no fratricídio (ESPOSITO, 2012, p.38). O que resta dessa noção bíblica e que assombra algumas vezes os personagens de Tarr é essa aliança com o vazio.

Diante desse cenário, Jean-Luc Nancy ao investigar o sentido da comunidade para nosso tempo, constrói seu pensamento a partir de outra ideia de comum. Para pensar a comunidade, o filósofo aponta o caráter abstrato da ideia de “nós” que é a base para o discurso da civilização ocidental. Essa ideia é também o que retorna nas imagens de Tarr, cujas figuras não se identificam com esse sentido de fusão, mas estão justamente em um *entre*. Os filmes giram na oscilação dessa noção ingênua de comunidade como algo homogêneo, explicitando o mal-

estar⁵ que essa condição instaura. Dessa maneira, as imagens de Tarr são lidas ao lado do pensamento de Nancy, haja vista que o filósofo propõe outra ideia de comunidade a partir de um novo sentido.

A lógica que Nancy sugere acontece no corpo do ser, ou seja, o sentido é *ser-em-comum*, sem que haja nada anterior determinado. A busca pela comunidade dada por um sentido de identidade, cultura, memória se mostra eficaz apenas para gerar mais políticas de exclusão, aumentando o lastro de violência e injustiça que já se mostraram cruéis em diversos regimes totalitaristas e também na suposta democracia⁶.

Dessa maneira, Nancy expõe a urgência de pensar uma comunidade em que o comum seja o existir, no qual o *ser* não está isolado, mas que constitui o comum pelo meio, no *entre*. Para isso é necessário desligar-se da noção de obra acabada, visto que a comunidade nunca se forma, é inominável e está sempre ressurgindo e se dissolvendo no *entre* das relações do *ser-em-comum*. É, portanto, “uma comunidade entregue ao seu estar acontecendo, uma comunidade inoperada” (NANCY, 2016, p. 20).

Nesse sentido, o pensamento de Tarr vem ao encontro de Nancy quando seus personagens estão também entregues ao acontecimento e transitam para fora do sentido fechado da comunidade. Instauram em sua presença-ausência uma comunidade inoperada, pois não apresentam nenhum sentido anterior, em alguns casos nenhum nome⁷, o que os torna um convite à nossa exposição.

O desconforto diante de um “nós” abstrato e fusional também aparece de forma sutil pela boca da personagem Electra inventada por Miklós Jancsó. A filha do assassinado Agamemnon coloca sempre em risco a comunidade estabelecida por Aegisthus. Sua ameaça é justamente sua memória, pois ela é “Electra, a que não esquece. Enquanto viva uma pessoa que não esquece, ninguém pode esquecer”⁸. Em outro momento, fala diretamente ao espectador, lembrando que toda comunidade cuja abstração é o “nós” é fundada na violência: “Tu pareces inadvertido de que o solo sobre o qual danças é o corpo do teu rei, de que água que bebes é o sangue do teu irmão assassinado”⁹. Além disso, propõe uma ruptura ainda maior quando diz: “Poderia matar-te, Aegisthus. Mas não o farei. Outro te substituiria. Um novo tirano, um novo assassino. Não és tu que deve ser destruído, mas o sistema que construístes”.

Apesar de Jancsó, como já foi dito, referenciar-se a períodos históricos reconhecíveis e, nesse caso, a um mito grego, o anacronismo deliberado no filme com o uso de armas de fogo e um helicóptero vermelho (que acompanha o discurso sobre o pássaro de fogo) deixa uma fenda na imagem para que ela seja também um pensamento para fora da representação do mito.

A Electra de Jancsó não fala apenas sobre o passado, mas reapresenta as tensões de nosso presente, como se soubesse que no agora coexiste muitos tempos sobrepostos. Nessa ambiguidade, o que se torna fundação é ao mesmo tempo uma ficção. “A mitologia é, portanto, uma figuração própria” (NANCY, 2016, p.95), que se faz em uma linguagem de autoficção. Sabendo disso é possível propor que, de forma similar, todo regime que se estrutura sobre

5 Para Sigmund Freud “o primeiro êxito cultural foi um grande grupo de seres humanos permanecerem em comunidade” (p.106). Além disso, “o progresso cultural é pago com a perda de felicidade devida à intensificação do sentimento de culpa” (p.163). Isto é, o mal-estar na civilização/cultura está estritamente relacionado com a ideia de comunidade. FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: LP&M, 2010.

6 Segundo Alan Badiou, a máscara que o semblante contemporâneo do real capitalista usa é a democracia. O capitalismo é este mundo em que a democracia é imaginária. BADIOU, Alain. *Em busca do real perdido*. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017. pp. 25-26.

7 No filme *O Cavalo de Turim* não sabemos o nome dos personagens, apenas que são parentes.

8 ELECTRA, meu amor [*Szerelemem, Elektra*]. Direção: Miklós Jancsó. Hungria, 1974, 70'. Trecho citado em 3'.

9 Idem. Trecho citado em 9'.

memórias fundacionais resultante de uma história pautada em um “nós” fusional e abstrato, é também uma ficção.

A possibilidade de ficção se faz dentro da heterogeneidade presente na noção de mito que também está inserida na suposta estabilidade da história. Nesse estado de ambivalência, o crítico e pesquisador Raúl Antelo propõe que essa tensão se configura não como um limite ao sistema, mas como seu limiar. Esse elemento é:

...a condição de possibilidade da nação, é ainda, e simultaneamente, sua condição de impossibilidade e, nesse sentido, qualquer pertencimento, qualquer identidade, irá se constituir no interior de uma tensão irreduzível e ambivalente que, permanentemente, oscilará entre equivalência e diferença. (ANTELO, 2009, p.39)

É na relação de exposição do *ser* que o presente da comunidade se desdobra e se interrompe. O excesso de imagens e significações que se proliferam no nosso tempo é um acúmulo que gera uma profunda ausência. É nesse sentido de falta que é possível elaborar um pensamento político para nossa existência, não mais em um movimento de busca a uma origem comum e totalizante, mas por um procedimento que Raúl Antelo expõe como *arquifilologia*.

O procedimento arquifilológico, em uma de suas possibilidades, se expressa como a produção de choques e rearranjos de tempos que nos são contemporâneos, mas estão inaparentes. Esses encontros inesperados dispõem do mesmo raciocínio que coloca a comunidade inoperada como uma emergência. Ambos tornam possíveis ler a espessura do presente, escavando memórias que não estão dadas pelo tempo histórico linear, mas na interioridade dos fragmentos.

Nesse sentido, nenhuma obra está acabada quando retirada de seu lugar fixo e colocada em movimento. Ao ler Jancsó ao lado de Tarr, escavo outro tempo nessas imagens, sabendo que “elas sobrevivem e deslocam-se no espaço e tempo, alargando os modelos de temporalidade histórica que acompanha sua sobrevivência para além do espaço cultural originário” (ANTELO, 2004, p.9). O que permanece de história dessas imagens é justamente seu inconsciente histórico “que não se relaciona com a ideia de progresso e declínio, ou seja, com a linearidade, comum aos modos da transmissão cultural” (ANTELO, 2004, p. 10). O aspecto inconsciente das imagens aponta para a impossibilidade de sua representação. Elas retornam, porém nunca de forma idêntica, o que torna possível a leitura de outros passados.

Aquilo que nunca foi feito ou visto é a condição para a memória, justamente por esse intervalo ser movido pelo desejo que vem da incompletude. A própria imagem está exposta à comunidade que nela permanece latente para ser movida e mover sentidos que estão fora de si. A dicotomia entre verdade e ficção não se torna necessária, tendo em vista que não se pretende elaborar um sentido determinado e fixo, mas simplesmente compreender “o artifício da falsidade como a única via possível de acesso à estrutura ficcional da verdade” (ANTELO, 2004, p.9). Assim sendo, tanto a história quanto a memória “não é aquilo que foi, mas o que terá sido” (ANTELO, 2017).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.

ANTELO, Raúl. *Potências da imagem*. Chapecó: Argos, 2004.

ANTELO, Raúl. *Ausências*. Florianópolis: Editora da Casa, 2009.

ANTELO, Raúl. *Filosofia do trem: o tempo conserva-se na memória mas é repetido pela matéria*. Texto disponibilizado pelo autor após a aula do curso "Arquifilologias: ficção-crítica, memórias inaparentes" no PPGMS - Unirio, ministrado pelos professores doutores Davi Pessoa e Manoel Ricardo de Lima. 21 de agosto de 2017.

BADIOU, Alain. *Em busca do real perdido*. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

CANTIERI, Fabian. A consagração de um novo rito: Os anos 60 e 70 na carreira de Miklós Jancsó. In: *Miklós Jancsó: A dança da utopia* (Catálogo). Caixa Cultural do Rio de Janeiro, 2013.

ESPOSITO, Roberto. *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2012.

KOVÁCS, András Bálint. *The cinema of Béla Tarr: the circle closes*. New York: Columbia University Press, 2013.

NANCY, Jean-Luc. *A comunidade inoperada*. Tradução Soraya Guimarães Hoepfner. Rio de Janeiro: 7 letras, 2016.

NANCY, Jean-Luc. *Fazer, a poesia*. Tradução de Letícia Della Giacoma de França, Janaina Ravagnoni e Mauricio Mendonça Cardozo. Rio de Janeiro: ALEA, vol. 15/2, p. 414-422, jul-dez 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v15n2/10.pdf>>. Acesso em: 20 de abril 2017.

LOUDART, Jean-Pierre; NARBONI, Jean; COMOLLI, Jean-Louis. Readings of Jancsó: Yesterday and Today (April 1970). In: *Cahiers du cinéma*. Vol. 3: 1969-1972: The politics of representation. Edited by: Nick Browne. London: Routledge, 1996. pp. 89-111.

DA NARRATIVIDADE À TEXTUALIDADE: DESIDENTIFICAÇÕES E REESCRITAS DA HISTÓRIA, OS GESTOS DE MARIA GABRIELA LLANSOL

Pedro Henrique Paixão

*Mestrando do Programa de Pós-graduação
em Memória Social (PPGMS - UNIRIO)
pedropaixão.rj@gmail.com*

RESUMO

Esse trabalho busca analisar como se dá, na escrita de Maria Gabriela Llansol, o processo de dessubjetivação, de uma radical “desidentificação simbólica” que anula não somente a ideia de um “eu”, de uma identidade fixa, mas que, sobretudo subverte os lugares comuns da cultura, da história e das instituições sociais; e, além disso, compreender de que modo, o uso de uma linguagem que não se vale da transparência e da configuração de uma realidade social de mundo é fundamental para a ruptura de sua escrita com a ideia de narratividade, para que esta, então, partilhe e seja operada pelo pensamento da textualidade, que declara morte ao livro e à literatura, como instituição, e coloca em movimento o texto, como forma de vida.

Palavras-chave: Maria Gabriela Llansol. Textualidade. História. Memória. Gesto.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the development in Maria Gabriela Llansol's writing of the desubjectivation process, a radical “symbolic disidentification” that revokes not only the idea of an “I”, a steady identity, but above all it subverts the history, the commonplaces of culture and the social institutions. Besides, it aims to comprehend the ways of a language use that doesn't work with transparency neither with a configuration of a social reality. This study also seeks to understand how these gestures are fundamental for the rupture of writing with the idea of narrativity, so that it then shares and is operated by the textuality thought. A gesture that declares death to the book and literature as institution, and sets in motion the text as a way of life.

Key-words: Maria Gabriela Llansol. Textuality. History. Memory. Gesture.

DA NARRATIVIDADE À TEXTUALIDADE: DESIDENTIFICAÇÕES E REESCRITAS DA HISTÓRIA, OS GESTOS DE MARIA GABRIELA LLANSOL

“Escrevo para apagar meu nome”, era isto o que dizia Georges Bataille, que publica pela primeira vez a sua *História do olho*, em 1928, sob o nome de Lord Auch¹. Creio que seja esse mesmo desejo que se oculta sob os nomes de Ana Fontes, de Maria Clara Salgueiro², de Gabriela Lauzol, esta que publica seu primeiro conto no Diário de Notícias de Lisboa, em 12 de setembro de 1957³, ou mesmo sob o aspecto sempre mutante de Maria Gabriela Llansol. Esta escritora portuguesa que se lança, como qualquer figura de seu texto, à metamorfose ininterrupta de um corpo vivo e ao devir de uma identidade que nunca se constitui, e quando dela se tem um mínimo esboço, isto logo se destrói e se apaga. Em *A Restante Vida* (1982), segundo volume da trilogia *Geografia de Rebeldes* de Maria Gabriela Llansol, em um dos fragmentos lemos:

cair todas as manhãs em amnésia
perder toda a possibilidade de identificar-me
e de ter nome, os lugares comuns da cultura esquecidos.
Seres de proveniência anônima contemplam-se em silêncio e nas margens.
(LLANSOL, 1982, p.67)

Em textos de 1881, quando estava a pensar sobre o “eterno retorno” e sobre a “vontade de potência” (*Der Wille zur Macht*), noções fundamentais em sua filosofia, Friedrich Nietzsche, figura que também é acolhida pelo texto de Llansol, para que receba novos contornos e novas projeções em zonas-limite da linguagem e do pensamento, apresenta-nos uma proposição que vai de encontro à recusa do estabelecimento de uma identidade fixa, posicionamento que observamos no fragmento citado anteriormente e que se estende por todo o trabalho de Llansol. Nietzsche escreve:

Este mundo: uma monstruosidade de força, sem princípio, sem fim, uma firme, brônzea grandeza de força... Uma economia sem despesas e perdas, mas também sem acréscimos, ou rendimento... Mas antes como força, ao mesmo tempo um e múltiplo, eternamente mudando, eternamente recorrente... Partindo do mais simples ao mais múltiplo, do quieto, mais rígido, mais frio, ao mais ardente, mais selvagem, mais contraditório consigo mesmo. E depois outra vez, esse meu mundo dionisíaco do eternamente-criar-a-si-próprio, do eternamente-destruir-a-si-próprio, sem alvo, sem vontade... Esse mundo é a vontade de potência — e nada além disso! E também vós próprios sois essa vontade de potência — e nada além disso!⁴.

Essa essência destrutiva de uma força “sem princípio e sem fim” é um traço que marca não somente o desenho das figuras do texto llansoliano, mas toda a sua operação com este. Como uma última articulação para essa conversa em torno dos gestos de desidentificação incessantes no trabalho da escritora, trago algumas das relevantes percepções do crítico de arte e cultura Raúl Antelo, presentes no artigo “Maurice Blanchot e as imagens (mineiras) da catástrofe”. Neste texto, Antelo trata, em linhas gerais, da recepção do pensamento de Maurice Blanchot por Aníbal Machado, a quem o crítico denomina “um leitor antropófago”, e de como os conceitos de catástrofe e “des-astre” tratadas pelo filósofo francês foram seminais para a composição

1 In: COUTO, José Geraldo. “Narrativa de Georges Bataille conjuga o poético e o obscuro”. São Paulo: Caderno Ilustrada, Folha de São Paulo, 11/10/2003.

2 Nomes usados por Maria Gabriela Llansol, ao publicar, respectivamente, suas traduções de Gustave Flaubert, Oscar Wilde, Sidonie Gabrielle Colette, Marquês de Sade, Virginia Woolf, Emily Dickinson e de Friedrich Hölderlin.

3 Esse é primeiro texto de ficção publicado por Maria Gabriela Llansol, o conto “Empregada”, “texto já sintomático, se não de um estilo, pelo menos de uma atitude radical, e anunciando caminhos que os ‘pobres da História’ e os ‘acentrados’ da sociedade seguiriam mais tarde, nos livros posteriores a *O Livro das Comunidades*. Mas também a linguagem deixa já entrever a escolha inconfundível da via da imagem, e a recusa quase programática da metáfora [...]”.

Disponível em: <espacollansol.blogspot.com.br/2007/07/o-primeiro-conto-de-m.html>. Acesso em Fev. 2018.

4 Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Vontade_de_poder>. Acesso em Mar. 2018.

dos trabalhos do escritor brasileiro, especialmente o seu *ABC das catástrofes* (1951) cujo perfil é definido por ele com conceitos de forte tradição no pensamento negativo acerca da arte.

Machado foi leitor da revista *Critique*, através da qual teve contato com os primeiros ensaios de Blanchot. Antelo acredita que “o fundamental ‘A literatura e o direito à morte’ tenha sido lido *in loco*, já que em 1948, Machado esteve pela primeira vez em Paris, uma cidade ainda com as cicatrizes da guerra” (ANTELO, 2013, p.224). Apesar de *L’espace littéraire* (1955) só ter sido publicado quatro anos após a primeira edição do *ABC*, vários dos ensaios que farão parte da publicação são antecipados pela revista francesa, que era lida mensalmente por Aníbal Machado. Assim, mesmo que ele já conhecesse as partes previamente divulgadas, foi em 1955 que, finalmente, o escritor leu o livro de Blanchot e não é descabido, segundo Antelo, “imaginar que, entre a primeira edição do *ABC* (Hipocampo, 1951) e a edição da José Olympio, cujo prefácio é datado de fevereiro de 1957, tenhamos, da parte de Aníbal, uma proveitosa leitura de Blanchot” (ANTELO, 2013, p.224). Raúl Antelo apresenta, então, uma anotação de uma caderneta de Aníbal Machado, em que se lê Keats citado por Blanchot em *L’espace littéraire*. Conforme aparecerá, muitos anos depois, na tardia versão brasileira (RJ: Rocco, 1987):

Quanto ao caráter poético, penso nessa espécie de homem à qual pertencço; não tem eu, é todas as coisas e não é nada. Não tem caráter... Rejubila tanto com o lado sombrio das coisas quanto com o lado brilhante. E, em última instância, o poeta é o que existe de menos poético, porque não tem identidade. Preenche-se continuamente em outros corpos que não o dele, sol, lua, mar. Os homens, as mulheres, que são criaturas de impulsão, são poéticos, têm um atributo imutável. O poeta não tem atributo, não tem identidade. De todas as criaturas de Deus, ele é o menos poético. E Keats acrescenta: “Portanto, se o poeta não tem eu, e se eu sou poeta, por que surpreenderem-se se digo que não vou escrever mais?” (citado em: ANTELO, 2013, p.225).

Nesse sentido, aquela figura do texto de Llansol que se perde do “si mesmo” na amnésia de todas as manhãs apresenta em seu configurar-se diário o “sem eu e sem nome” do poeta, que é tudo e nada, que deixa de ser aquele que escreve o poema para tornar-se aquele que o desativa. Através disso, ela se esquece dos lugares comuns da cultura, apaga a “memória dos vencedores”, este mito do progresso histórico contínuo, e abre, portanto, espaços aos “seres de proveniência anônima”, que subvertem as instituições do poder (que se dão por meio do nome, da lei, do Estado) e reescrevem a história pelas margens (pelo *Litoral do mundo*⁵).

Fernando Pessoa (1888 – 1935) é outra figura dos (e nos) textos de Llansol, que está no sumo genealógico destes. Esse poeta fez uso da heteronímia como um instrumento radical para o apagamento do sujeito, além de colocar-se na condição do exílio, “estrangeiro aqui como em qualquer parte”, nos diz Álvaro de Campos. Cada heterônimo seria um semblante, ou seja, representações das máscaras modernas, o devir da era do “eu dessubjetivado”. Segundo propõe Leyla Perrone-Moisés, em *Fernando Pessoa - quem do eu, além do outro* (Martins Fontes, 1982), livro que nasceu de um artigo publicado pela escritora na revista *Tel Quel*, em 1974⁶, Pessoa é um poeta fictício, tão irreal quanto os heterônimos que inventou⁷. Afinal, temos um sujeito que se mutila em diversos sujeitos, para se tornar um “não sujeito”. Maria Gabriela Llansol

5 Título da segunda trilogia de Maria Gabriela Llansol, composta pelos livros *Causa Amante* (1984); *Contos do Mal Errante* (1986) e *Da Sebe ao Ser* (1988).

6 Em 1975, Leyla Perrone-Moisés defende sua tese de livre-docência, sobre a “crítica-escritura”, que resultou no livro *Texto, crítica, escritura*, publicado em 1978. Ela tratava aí de um tipo de crítica que misturava crítica e criação e, como exemplos, sempre na área de escritores da literatura francesa, como Michel Butor, Roland Barthes e Maurice Blanchot, cujo *Le Livre à venir* (1959) foi traduzido, muitos anos mais tarde, por Leyla Perrone-Moisés (Martins Fontes, 2005). Disponível em: <revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10114/11693>. Acesso em Mar. 2018.

7 Talvez, deriva dessa ideia a reflexão de Emmanuel Hocquard sobre a real existência de Fernando Pessoa, no poema “*Je ne sais pas si Fernando Pessoa a vraiment existé*”. Ou caberia uma relação com a leitura de Maurice Blanchot, que ao refletir sobre questões entre literatura e identidade, o filósofo propõe que: “Dizemos Proust, mas sentimos que é o totalmente outro que escreve, não somente uma outra pessoa, mas a própria exigência de escrever, uma exigência que utiliza o nome de Proust mas não exprime Proust, que só o exprime desapropriando-o, tornando-o Outro”. In: BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.307.

leva esse projeto de Pessoa a modulações ainda mais extremas, através do apagamento total da subjetividade, construindo identidades sem pessoa, sem eu, livres da presença humana. Este seria seu percurso que rompe absolutamente com uma identidade fixa (*Eu*) para chegar à noção do *Há* (lido com Parmênides, Ibn' Arabi e Emmanuel Lévinas), uma total desidentificação simbólica. Trata-se da “possibilidade de uma existência sem que ‘alguém’ exista, [...] como uma plenitude do vazio ou como o murmúrio do silêncio, [...] há apenas o ‘campo de forças’ do existir, impessoal” (ROSA, s.d., n.p.). Ou segundo as palavras da escritora, “não-pessoa, mas presença ativa, manifestando-a por atos sucessivos e efêmeros de tensão” (LLANSOL, 2011a, p.153).

Especialmente porque, o que aqui está em causa não é a literatura. Llansol não se preocupa com a literatura, mas busca, pelo contrário, “reduzi-la, neutralizá-la ou, mais exatamente, descer, por um movimento que finalmente lhe escapa e a negligencia, até um ponto em que apenas a neutralidade impessoal parece falar” (BLANCHOT, 2005, p.293). A escritora segue o espaço-tempo da errância, que é, justamente, o da palavra lançada ao devir e à metamorfose incessantes. Estamos diante da anulação das fronteiras e dos gêneros.

Em Herbais, lugar que, segundo Llansol, “não é o centro de nenhum mundo culturalmente criado, e que aos olhos ensinantes de algumas pessoas deve passar por um não lugar”, no dia 13 de novembro de 1981, ela escreve a bordo dos dias em um caderno: “Musil e eu interessamo-nos pelo pensamento que se desenvolve e suspende na escrita; a literatura, como comércio, abandonámo-la neste cruzar de prados onde nos encontramos por uma circunstância fortuita” (LLANSOL, 1985, p.62). Ou ainda, o que podemos ler em uma das datas sem sítio de *Inquérito às Quatro Confidências*:

É um facto que a literatura, ou seja o que for, me interessa pouco: o que me interessa é a proximidade-sobreposição. E não posso escrever se não estiver próxima, coincidente. Com o meu olhar sobre o outro. Olhar no olhar do olhar sem fim. Procurar olhares, incluir e libertar olhares, entrar dentro de olhares paradoxais, sair deles, sofrer por ver, sorrir por ver ainda mais. (LLANSOL, 2011b, p.22).

Llansol abre caminho ao texto que diz e não àquele que representa. A propósito do que declara Blanchot sobre Joubert (1754 - 1824), parafraseando-o, é como se Llansol nunca tivesse escrito um livro, mas apenas ensaiado para escrever um, pensando “começos preciosos” para eles, “fora das coisas civis e na pura região da arte”, em uma busca pela “fonte da escrita”, da “luz para circunscrever no espaço” (BLANCHOT, 2005, p.70). Uma espécie de “obra ausente”, que está sempre por vir, mas nunca se configura numa “forma formada”, nunca se constitui. Assim, a única coisa que a interessa é o exercício. Portanto, escreve: “[...] eu não fui talhada para fazer livros, mas para dar a entender por escrito o que foi uma experiência [...]” (LLANSOL, 2011a, p.89).

Quando não há importância em escrever ou não escrever, uma espécie de exercício do “inútil fazer”. É a partir disso que “a escritura muda – que ela tenha lugar ou não, é a escritura do desastre” (BLANCHOT, 1980, p.25). Nesse sentido, ao pensar sobre as questões mais relevantes das ideias de Maurice Blanchot, o filósofo Giorgio Agamben propõe: a questão não é “o que é a literatura?”, que é uma questão banal; mas “como a literatura é possível?” no mundo pós-desastre⁸.

O crítico e tradutor português João Barrento apresenta-nos, em um ensaio sobre o ensaio, ao qual deu o título de “Geografia do acaso: Ensaio geral do ensaio”, publicado anos depois no volume *O gênero intranquilo: anatomia do ensaio e do fragmento* (Assírio & Alvim, 2010), uma

⁸ Depoimento presente no documentário *Maurice Blanchot*, de Christophe Bident e Hugo Santiago, lançado mundialmente em 1998.

reflexão que tem muita correspondência com a perspectiva errante na qual se inscreve todo o trabalho de Llansol. Assim, ele propõe:

O ensaio é uma filologia do inútil. Numa daquelas pequenas e tristes “tábuas” de Alvarez (Chuva, como tinha de ser) há um magote de figuras, negras e tremidas, de chapéu de chuva, crianças pela mão, como quem lhes quer ensinar algum caminho. É claramente um grupo, um clã, que parece saber para onde vai, mas o quadro não mostra destinos visíveis: o ocre de fundo é um deserto. Num dos cantos, como que entrando em cena pela esquerda baixa, mas claramente à margem dela, um cão, vadio, por certo. Numa leitura alegórica e arbitraria da tábua, eu diria que esse cão é o ensaísta, e que o magote que sabe para onde vai, mas não tem destino visível, é a abominável comunidade dos que “sabem”. Se há passo decidido e porte indiferente nesta cena, eles são sem dúvida os do cão. Só ele é livre⁹.

Assim caminha o texto llansoliano, pela esquerda baixa, à margem da cena, contrário à “abominável comunidade dos que sabem” e às normas e leis, pois é desejanter, livre, de natureza indomável e errante. Temos outra articulação desse pensamento sobre o gesto errante com Silvina Rodrigues Lopes que propõe a errância como o insacriável:

Que a existência participe do fazer sentido do mundo como permanente renascer, ou devir-outro, tal é o imperativo de errância. Ele caracteriza o habitar em-comum sem subordinação ao sangue, ao solo ou ao espírito. Inscreve-se no dirigir-se aos outros fora de qualquer propósito, podendo no entanto ter num determinado propósito um ponto de partida, fora do qual se tece de abismo a abismo, transportando a condição do ser-social – a diacronia, o haver sempre passado somente na reinvenção dele, e não no presumível estar ali de algo morto à espera de subjugação dos (pelos) vivos; a não pertença a um lugar; o não ser espécime de um conjunto identificado por uma essência comum. No dirigir-se aos outros repete-se a originária abertura do humano ao infinito, indistintamente sua e da linguagem, em que se afirma como prematuro – início errante que vai acontecendo na divisão entre abandono e vigilância. (LOPES, 2015, p.203).

A escrita operada pelo texto de Llansol é justamente pautada pela filosofia errante do gesto, em contraposição à finalidade de um ato. Nesse sentido, pensar não se define por atos, mas por gestos. Aqui, o pensamento se dá como forma de vida, e não como profissão (função – fim). O texto da escritora não se pauta em desenvolvimentos temáticos, nem apresenta enredo, mas segue um fio que liga as diferentes “cenas fulgor”, isto é, os instantes plenos em que as imagens que não são imagens, que emanam da própria imanência das coisas, “vêm procurar em nós [...] a vibração pelo vivo e pelo novo” (LLANSOL, 2000, p.33). Este é um pensamento da dispersão e não da ordem e da conformação. É uma manifestação absoluta do desejo, de toda força selvagem e não civilizada, isto é, de tudo aquilo que não suporta a opressão das leis. Mais do que um desejo de escrever, um desejo de ler, ou seja, de escrever novas leituras, de remontar o tempo e a história. Porque “a experiência da literatura é ela mesma experimento de dispersão, é a aproximação do que escapa à unidade, experiência do que é sem entendimento, sem acordo, sem direito - o erro e o fora, o inacessível e o irregular” (BLANCHOT, 2005, p. 300).

Logo, é indispensável “saber encontrar o gesto que destotaliza, para fazer com que a tensão apareça”¹⁰, o que Walter Benjamin descreve como “a marca do momento crítico, perigoso,

9 Disponível em: <escrito-a-lapis.blogspot.com.br/2006/12/ensaio-geral-do-ensaio-continuo-seguir.html>. Acesso em Mar. 2018.

10 Notas da aula aberta de Raúl Antelo ao PPGMS-Unirio, intitulada “Filosofia do trem: o tempo conserva-se na memória, mas é repetido pela matéria”, em 20 de setembro de 2017.

subjacente a toda leitura”¹¹. E não importa com que leituras e de que tempo estas venham, se Spinoza, Nietzsche ou Pessoa, por exemplo; pois o fundamental é o gesto.

Sobre essa questão, no texto “Por uma ontologia e uma política do gesto”, Giorgio Agamben faz a seguinte reflexão:

Como Kafka havia compreendido (“há uma meta, mas nenhum caminho”), uma finalidade sem meios é tão desviante quanto uma medialidade que tem sentido apenas em relação a um fim externo. [...] O gesto não é nem um meio, nem um fim: antes, é a exibição de uma pura medialidade, o tornar visível um meio enquanto tal, em sua emancipação de toda finalidade. [...] No gesto o homem não comunica um escopo ou um significado mais ou menos cifrado, mas sua própria essência linguística, a pura comunicabilidade daquele ato liberado de todo fim. No gesto não se conhece algo, mas apenas uma cognoscibilidade. [...] E não é de se negar que Nietzsche, em sua ideia do eterno retorno, procurasse apreender e contrair o tempo infinito em um gesto. [...] Exibir, como faz o gesto, a cognoscibilidade de algo significa então, simplesmente, nas palavras de Hölderlin, mostrá-lo “no meio de seu aparecer (*in dem Mittel seiner Erscheinung*)”. O ente não é aqui de modo algum separável do ser, como, pelo contrário, a metafísica de maneira incessante tentou fazer, mas o ser é apenas o ente no meio de sua cognoscibilidade – é, nesse sentido, apenas um gesto. Aqui, as categorias da ontologia – existência e essência, *quidditas* e *quodditas*, potência e ato, ser e ente – colapsam necessariamente uma sobre a outra, coincidem, isto é: acontecem juntas¹².

Llansol propõe com seu trabalho um gesto de “retorno pela escrita à infância que nos fez, aos mundos não lineares que nos alimentam, ao corpo, às relações” (LLANSOL, 2010, n.p.). Desse modo, a infância pode ser pensada, conforme propõe Agamben, como “o futuro anterior do homem e a sua verdadeira pátria”. Assim, daquilo que há de mais notável na articulação sem fim dos gestos de Llansol, na escrita de suas leituras, no modo de vida de um “corpo (corpó-texto, corp’ a’ escrever, forma ininterrupta, *grifo meu*) nascido para perdurar”, podemos destacar: um texto descentrado do humano (enquanto consumidor de social e de poder); a ruptura com a ideia de transparência e representação da linguagem, ao evidenciar os equívocos e as armadilhas do sentido; o desmonte do mito do progresso histórico; a articulação da memória cultural em um movimento contínuo, entre textos e por dentro dos textos, de modo a destacar o absoluto do Tempo (*Kairos* – o momento oportuno – “o instante dialético”), em que ler (e escrever leituras) é uma práxis revolucionária; o não privilegiar da narratividade, mas da textualidade, isto é, não o fim, mas a metamorfose. Em suma, a destruição de “tudo aquilo que o jogo apaziguante dos reconhecimentos permitia” (FOUCAULT, 2004, p.272). Afinal, “para que serve um escritor a não ser para destruir a literatura”¹³?

Com efeito, em *Lisboaleipzig I: O encontro inesperado do diverso*, lemos:

É minha convicção que, se se puder deslocar o centro nevrálgico do romance, descentrá-lo do humano consumidor de social e de poder, operar uma mutação da narratividade e fazê-la deslizar para a textualidade
um acesso ao novo, ao vivo, ao fulgor,
nos é possível.
(LLANSOL, 1994, p.120).

11 Não é que o passado lança luz sobre o presente ou que o presente lança luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética – não de natureza temporal, mas imagética. Somente as imagens dialéticas são autenticamente históricas, isto é, imagens não arcaicas. A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.505 [N3,1].

12 AGAMBEN, Giorgio. “Por uma ontologia e uma política do gesto”. Trad. Vinicius Honesko. Caderno de Leituras n.76. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, abril de 2018. p.3-4.

13 Frase de *Rayuela* de Julio Cortázar, tomada por Raúl Antelo como título de um artigo sobre o escritor argentino. ANTELO, Raúl. “Para qué sirve un escritor sino para destruir la literatura?”. In: *Cortázar 100 anos*. REALES, Liliana. ESCALLÓN, Byron Vélez (Org.). Florianópolis: Letras contemporâneas, 2015. p.11-22.

Ao deslocar o centro nevrálgico do romance e, sobretudo, ao descentrá-lo do humano, Llansol conjuga história (sempre remontada, sempre se reconstruindo a partir dos restos) e natureza, algo incomum para o caráter tradicionalmente social do romance. Ela não se deixa “domesticar pelas imagens de saber que correm pela história”. Assim, não se pode falar aqui de uma história cumulativa e irrepitível, como cadeia objetiva de superação de eras, subordinada à hierarquia “teo-teleo-lógica” das eras. Em *Um falcão no punho*, o texto nos diz: “eu creio que Portugal é um território de viagem, estrelado ou com a configuração das estrelas pelos itinerários dos portugueses, fugitivos, judeus, comerciantes, emigrantes, ou navegadores; tal é a árvore genealógica desenhada à margem da literatura portuguesa” (LLANSOL, 1985, p.10).

Estamos falando de uma comunidade transversal ao tempo, este entendido como uma medida rítmica/musical do pensamento, e do devir plural e não cumulativo. A escritora propõe um jogo deliberado com o arquivo. Ela escreve: “como ser civil conheço o presente, o passado, e o futuro. Mas como escritor tenho um olhar que toca sobretudo o espaço, livre de tempo. Nele não há poder, que é sempre o poder de escolher e de chegar à morte” (LLANSOL, 1985, p. 142), lemos em “O devir como simultaneidade”, outro fragmento do diário *Um falcão no punho*. Sua mesa de escrita é uma “mesa de montagem”, isto é, um campo operatório do díspar e do móvel, do heterogêneo, sempre numa disposição para refazer, para redescobrir, para se contaminar, que se sujeita a deslocamentos e recontextualizações incessantes no jogo de reinterpretção da história.

Trata-se de um pensamento que permanece vivo e movente, de um projeto de leitura do mundo que se dá pelas margens, nos limiares da língua, e que continua em aberto. Portanto, nos incita a tomá-lo como corpo político para subverter as instituições do poder e para reelaborar a história. Nesse sentido, de encontro com a radicalidade estética e de pensamento e o campo de ação política no qual se articula a escritora portuguesa (ainda que seja o do “inútil fazer”), cabe a seguinte proposição de Raúl Antelo:

[...] ler uma literatura à margem da história nos apresenta a história efetiva e própria como história alternativa ou oblíqua, donde o absoluto infinito da transgressão e o gasto não-funcional da significação nos expelem constantemente da série. Não se trata de avaliar o obtuso de acordo com normas paradigmáticas, mas de encontrar com ele uma saída ao binarismo. (ANTELO, 2001, p. 31).

Afinal, conforme afirma o crítico em outro texto, “Sentido, paisagem, espaçamento”, “o novo sentido, o sentido de toda construção, é, portanto, o processo da desidentificação simbólica, uma singular busca contra-hegemônica entre materiais abandonados” (ANTELO, 2009, p. 44). Nessa busca contra-hegemônica entre restos, o projeto de “vida escrita” de Llansol irrompe como uma alternativa, isto é, como uma nova perspectiva diante da história dos vencedores, em que o saber não é feito para apaziguar ou conformar, mas para cortar, para destruir a ordem vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. "Por uma ontologia e uma política do gesto". Trad. Vinicius Honesko. Caderno de Leituras n.76. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, abril de 2018.

ANTELO, Raúl. "Genealogia do vazio". In: *Transgressão e Modernidade*. Ponta Grossa, Ed.UEPG, 2001.

_____. "Sentido, paisagem, espaçamento". In: *Ausências*. Florianópolis: Editora da Casa, 2009.

_____. "Maurice Blanchot e as imagens (mineiras) da catástrofe". *ArtCultura*, v. 15, Uberlândia, n.27, p. 221-231, jul. - dez. 2013.

_____. "Para qué sirve un escritor sino para destruir la literatura?". In: Cortázar 100 anos. REALES, Liliana. ESCALLÓN, Byron Vélez (Org.). Florianópolis: Letras contemporâneas, 2015. p.11-22.

_____. *Archifilologías latinoamericanas: Lecturas tras el agotamiento*. 1a. ed. Villa María: Eduvim, 2015.

_____. Filosofia do trem: o tempo conserva-se na memória mas é repetido pela matéria. Texto disponibilizado pelo autor após a aula do curso "Arqui-filologias: ficção-crítica, memórias inaparentes" no PPGMS - Unirio, ministrado pelos professores doutores Davi Pessoa e Manoel Ricardo de Lima. 20 de setembro de 2017.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BLANCHOT, Maurice. *L'Écriture du Désastre*. Paris: Gallimard, 1980.

_____. *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a Genealogia, a História". In: *Ditos e escritos - Ética, sexualidade, política*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.) Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LLANSOL, Maria Gabriela. *O livro das comunidades: Geografia de rebeldes I*. Porto: Afrontamento, 1977.

_____. *A restante vida: Geografia de rebeldes II*. Porto: Afrontamentos, 1982.

_____. *Um falcão no punho: Diário I*. Lisboa: Rolim, 1985.

_____. *Lisboaleipzig I: o encontro inesperado do diverso*. Lisboa: Rolim, 1994.

_____. *Onde vais, drama-poesia?* Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

_____. *Um arco singular: Livro de horas II (Jodoigne, 1977-1978)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

_____. *Finita: Diário II*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011a.

_____. *Inquérito às Quatro Confidências: Diário III*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b.

LOPES, Silvina Rodrigues. "Errância, o insacrificável". In: *Gratuita: volume 2, Atlas*. Org. Maria Carolina Fenati. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2015. p. 202-205.

ROSA, Jorge Leandro. "Modernidade, a-Teologia - uma leitura de Geografia de Rebeldes de Maria Gabriela Llansol". [S.l.: s.n.] [entre 2010 e 2015] [n.p.].

ESPAÇO, VIDA, PROGRESSO E RETROCESSO: VIOLÊNCIAS E ESTÉTICAS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

JOÃO VITOR SCHMUTZLER ABRAHÃO

*Mestrando do Programa
de Pós Graduação em Memória Social
joao.abrahaao@uniriotec.br*

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS

*Professor do Programa
de Pós Graduação em Memória Social
frfarias@uol.com.br*

RESUMO

A proposta do presente trabalho é a de analisar as revitalizações ocorridas em espaços urbanos, mais especificamente o caso da zona portuária do Rio de Janeiro, realizado pela Prefeitura Municipal, com o Projeto Porto Maravilha. Pretende-se, dessa maneira, visualizar esses espaços por suas formas e feições vivas as quais clamam por transformações que acabam por gerar novos modos de vida. Ao se compreender o espacial urbano como algo vivo somos levados a pensar essas transformações por meio de diferentes processos que culminam em violências que podem ser compreendidas em rede e alterando toda a dinâmica dos atores sociais que circulam, bem como as que se fixam nesses locais.

Palavras-chave: Espaço, Memória, Revitalização, Subjetividade, Violência.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the revitalization of urban spaces, specifically the case of Rio de Janeiro port area, carried out by the City Hall, with the Porto Maravilha Project. In this way, we intend to visualize these spaces by their forms and living aspects, which call for transformations that end up generating new ways of life. By understanding the urban space as something alive we may think about these transformations through different processes that culminate in violences that modify all the dynamics of the social actors that move around the area, as well as those that settle down in these places.

Key-words: Space, Memory, Revitalization, Subjectivity, Violence.

INTRODUÇÃO

Iniciemos a reflexão por explicitar de forma breve o Projeto Porto Maravilha, na zona portuária do Rio de Janeiro, que se realizou por meio de um processo de transformação urbana de um cenário da cidade em um outro cenário, ou seja, de um cenário original historicamente degradado, degradante, perigoso e improdutivo, que gerava simultaneamente sentimentos de atração e repulsa em um novo cenário visando uma nova estética voltada para uma outra camada econômica e social da população da cidade.

Assim, com o propósito de efetivamente transformar esses espaços urbanos, as autoridades engendraram um intenso processo de revitalização, tendo como motivações cruciais os interesses econômicos e políticos atrelados a escolha do Brasil como sede da copa do mundo de 2014 e posteriormente a definição da cidade do Rio de Janeiro como cidade sede dos jogos olímpicos de 2016.

Nesse sentido o Projeto Porto Maravilha objetivou a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, revitalização essa, que já em seu próprio termo suscita algumas considerações. Esse termo acarreta uma pertinente discussão uma vez que, em consonância com o que aponta Oliveira (2002), o nome por si só, já trai seu significado, pois pressupõe que antes ali não havia vida, ou que as vidas ali existentes eram pouco importantes. Por esse motivo, removem-se os pobres, mendigos, prostitutas, bares de má-fama com seus malandros, botecos sujos e tristes, pensões baratas, sendo substituídos por novos cenários os quais acabam por esvaziar, e por vezes apagar, a história de quem viveu lá. Portanto, ignora-se e desvaloriza-se toda a subjetividade dos atores locais que habitam seus nichos no interior do *locus* urbano, bem como os atores locais deixam de ser valorizados enquanto sujeitos.

É possível visualizar, no caso do Porto Maravilha, um processo de revitalização baseado nas experiências europeias como a de Barcelona na Espanha, que como a cidade do Rio de Janeiro, visando os Jogos Olímpicos de 1992, procedeu a uma série de modificações urbanas, principalmente no antigo porto da cidade, o *Port Vell*, que se torna uma grande área revitalizada destinada a eventos culturais e atividades turísticas, onde foram construídos museus como o Museu de História da Catalunha e Aquário de Barcelona. Qualquer semelhança com o MAR, Museu de Arte do Rio, e AquaRio, Aquário Marinho do Rio de Janeiro, *não* é mera coincidência. A região revitalizada, em Barcelona, é conhecida como *Porto Olympique*, aqui o Olímpico permanece apenas no *Boulevard*.

Portanto pode-se falar na importação de um processo de revitalização, que na esteira de eventos tais quais a Copa do Mundo ou Olimpíadas trazem consigo modificações em determinados espaços visando “pseudo-legados” que não levam em conta diferenças entre os Estados e cidades sedes, não se preocupando com as subjetividades e singularidades de cada cultura, dos atores sociais locais ou mesmo a capacidade financeira governamental de dar cabo a tais empreitadas.

Em face dessas considerações objetiva-se então analisar as revitalizações ocorridas nos espaços urbanos da zona portuária do Rio de Janeiro, realizada pelo Projeto Porto Maravilha, compreendendo o *locus* espacial urbano como algo vivo que nos leva a pensar essas transformações por meio de diferentes processos, analisados em suas dinâmicas, suscitando problematizações acerca desses espaços os quais, ao passo que são transformados, também geram transformações, e dessa forma, transformam o contingente de atores que o habitam, transformações essas maculadas por violências de naturezas diversas.

Preende-se, então, ao visualizar esses espaços por suas formas e feições vivas, suscitar questões a respeito dos novos modos de vida, de violências e de sofrimentos trazidos por um padrão estético e funcional adotado, visando atender a padrões que nem sempre levam em consideração as singularidades dos atores locais.

VIOLÊNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Conforme mencionado anteriormente, pretende-se então visualizar o *locus* espacial como algo vivo. Segundo Santos (2014), deve-se considerar o espaço em si como um agrupamento indissociável do qual fazem parte, de um lado, objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e por outro lado existe a vida que os complementa e os anima, sendo este o aspecto da sociedade em movimento.

Ainda, não é possível dissociar o conteúdo da sociedade de sua forma, ou seja, dos objetos geográficos dispostos no espaço pois cada forma traz consigo uma parte do conteúdo dessa própria sociedade. Dessa maneira, Santos (2014, p.30-31) afirma que, ao pensarmos dessa maneira, o espaço é “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social”. É possível, dessa maneira conceber uma nova forma de análise espacial, que não é matizada por elementos distintos, como reiteradamente somos levados a interpretar. Essa nova proposta de análise do espaço vislumbra então um atravessamento entre todos esses objetos e as vidas que fazem parte de sua dinâmica.

É possível então, traçar um paralelo entre a indissociabilidade dos objetos geográficos e a vida que os anima, proposta por Santos (2014), com a ideia de transversalidade de fronteiras de Virilio (1993), para quem, toda superfície seria uma interface entre dois meios, como por exemplo, objetos geográficos e vida, onde ocorreriam atividades constantes, ou seja, as dinâmicas das vivências nos espaços, que geram trocas como entre duas substâncias postas em contato. O espaço anteriormente limitado por fronteiras, para Virilio (1993), torna-se comutação; a separação transforma-se em passagem obrigatória e constante, em trocas incessantes entre esses meios, entre essas substâncias que até então eram bem delimitadas.

No momento em que pensamos o espaço como algo vivo, podemos apreender toda sua dinâmica social compreendida por diversos processos, produzidos por atores sociais, que o mantém sempre em transformação. Assim, analisando o espaço por intermédio desses processos de contínua transformação, ocorrem acontecimentos que modificam formas e estruturas desses *locus* espaciais, e, por conseguinte, alteram também os contingentes de atores que habitam também esses espaços.

Um bom exemplo para se pensar em um espaço vivo é no tocante à violência. Normalmente associada a pessoas, como quando, por exemplo, uma pessoa por meio de um ato de hostilidade tira a vida de outra. Também é possível se falar em uma violência contra o espaço, no sentido em que alguém destrói, por meio de um ato de vandalismo, por exemplo, determinado objeto disposto no espaço. Dessa maneira, torna-se difícil analisar o espaço considerando esse atravessamento proposto anteriormente, pois nos encontramos nesse binarismo humano (social) e espacial.

Nesse tipo de reflexão, ou seja, apenas ao personificarmos o espaço é que somos capazes de constatar que uma determinada violência ocorrida em um espaço vivo, não só lesa o *locus* espacial *per se*, afetando também sobremaneira as vidas ali existentes, ou seja toda a dinâmica social que ali se situa. Em consonância com os exemplos expostos, Santos (2014, p.31), reitera

que: “o conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço”.

Os espaços tornam-se vivos quando os atores estabelecem lugares no interior desses espaços, que ao passo que são dotados de valor, criam a própria noção do conceito geográfico de lugar no espaço, segundo Tuan (2013). Esses espaços são transformados por acontecimentos e acabam por transformar o contingente de atores que habitam seus nichos, onde vivem e “sobre-vivem”.

Assim, ao revitalizar, torna-se necessário se livrar das formas que não mais atendam aos padrões de design modernos para dar uma espécie de nova vida ao local, gerando as demolições e destruição de monumentos. Mas ocorre que, a principal preocupação da reconstrução dos lugares parece estar, segundo salienta Huyssen (2000), mais focada na sua imagem do que com seu uso efetivo, servindo mais como atração para turistas e visitantes do que com a construção de um espaço heterogêneo para os próprios moradores da cidade viverem, mais relacionado com o apagamento das memórias do que com a sua preservação de fato. Ou seja, a cidade não se trata de um texto múltiplo codificado para ser preenchido por seus próprios moradores e leitores, mas sim de uma imagem e design a serviço da exibição do poder e do lucro, como podemos exemplificar com a construção da nova sede da Odebrecht, do hotel *Holiday Inn*, o edifício privado *Port Corporate*, entre outros, em sua maioria com nomes estrangeiros, deixando explícito o público alvo.

Por meio dessas novas formas, é possível fazer outro paralelo com Virilio (1993), quando afirma que apesar das promessas dos arquitetos pós-modernos, a cidade passa a não ter mais portas pois os limites urbanos deram origem a infinitudes de aberturas, rupturas e fechamentos, menos evidentes que na Antiguidade, mas tão segregativos, práticos e constrangedores quanto. Não existem mais portas porque os atores sociais, por meio da arquitetura e das formas, sabem onde são benquistos e onde não o são. Por intermédio desses processos de revitalização, que propagam a ideia de um legado sem portas nem fronteiras e acessível a todos, em que os antigos habitantes como prostitutas e mendigos não são mais bem-vindos ali mesmo podendo adentrar tais espaços, são geradas novas configurações espaciais que não condizem mais com suas práticas e subjetividades.

Esses processos nos revelam então variados tipos de violência que emanam do espaço ao longo do tempo. A partir das memórias relacionadas a certo locais no espaço-vivo, podemos realizar uma breve análise dessas violências e compreender melhor como se perpetuam na sociedade através dos atores sociais que estão em constante condição de sujeitos das mesmas.

Com base na obra *Violência: seis reflexões laterais* de Žižek (2014), trazemos três noções de violência elucidadas pelo autor: violência subjetiva, violência objetiva e violência sistêmica.

A violência subjetiva seria “aquela visível exercida por um agente claramente identificável” (ŽIŽEK, 2014, p.17) pois seria cometida pelos sujeitos de maneira direta.

Já a violência objetiva seria uma forma de violência invisível, já que ela sustenta um padrão de normalidade, “contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (ŽIŽEK, 2014, p.18), como por exemplo o machismo cristalizado na sociedade, a homofobia ou mesmo questões raciais, por exemplo, que acabam por ser naturalizadas na sociedade e por isso não são notadas.

Por fim, a terceira concepção de violência apresentada por Žižek (2014) é a violência sistêmica, que emerge dos efeitos calamitosos dos sistemas políticos e econômicos que se apoiam nas desigualdades de forma claramente perceptível.

Apropriando-se então dessas ideias de Žižek (2014) sobre violência, é possível realizar uma análise de três momentos que denotam diferentes formas de violência que afetam direta e indiretamente o espaço-vivo. Segundo o autor, essa violência sistêmica assemelha-se a “matéria escura” da física, ou seja, trata-se de um elemento que, a priori é invisível, mas que deve ser considerado para a elucidação de determinados fenômenos.

É interessante notar que esse tipo de violência sistêmica seria condição *sine qua non* para a existência do capitalismo. Analisando de maneira foucaultiana, como uma espécie de microfísica da violência, ela existiria por meio de redes, ou seja, assim como o poder, ela não pode ser individualizada e muito menos demonizada, ela é, segundo Žižek (2014, p.26) “puramente “objetiva, sistêmica, anônima”.

Podemos então realizar uma análise do que seria um possível primeiro momento de violência a ser caracterizado nesses espaços que acabam passando por esses processos de revitalização. Através de ações e acontecimentos que os tornam ruína e processos segregativos, seja por parte da população que abandona esses espaços, seja por meio da falta de manutenção por parte do poder público, esses espaços sofrem um processo de segregação que os transformam em verdadeiras ruínas urbanas. Degradados e degradantes, são assim relegados devido, muitas vezes, à perda de determinadas funções, diretamente atreladas a antigas formas, onde elas eram exercidas por atores sociais e que com o passar dos tempos foram extinguindo-se ou acabaram por mudar-se de lugar.

Esses espaços-ruína que suscitam violência por sua segregação, degradação e abandono, ainda assim continuam ocupados por atores sociais que, devido à falta de condições, possibilidades ou mesmo escolha, permanecem nesses lugares que, como dito anteriormente, possuem formas que perderam suas funções ao longo do tempo. Entretanto, à medida que antigas funções são abandonadas, acabam por emergir novas funções, que fazem, portanto, com que essas formas nunca percam sua importância na dinâmica social local. Surgem novos atores que estão sujeitos a um determinado tipo de violência que se exerce em seus habitats. Dependendo de suas singularidades, esses atores sofrem, exercem e “sofrem-exercem” violências ao ocupar antigos lugares degradados, destinados a segmentos desfavorecidos da população, por meio de condições insalubres de “sobre-vivência” pela qual passam, seja por meio de suas funções sociais agora aviltadas e combatidas como o tráfico de drogas e prostituição, por exemplo.

Um segundo momento seria um momento marcado por todos esses processos que transformam efetivamente os espaços e, por conseguinte, os habitats onde estão localizados esses atores sociais. Por trás dessas transformações existem grandes processos de mudança, sejam elas mudanças efetivamente por meio da ação de mudar o espaço per se, sua arquitetura, suas formas, sejam elas parte de um propósito maior, ligado a outros interesses que por meio de atos diretos e por indiretos ocasionam remoção de pessoas.

Por último, um terceiro momento é caracterizado pelo espaço já transformado, “re-vitalizado”, “re-arquitetado”. Depois de todos esses processos os espaços foram transformados, por meio de grandes interesses escusos que o elitizam, fazendo com que por meio de processos como o da gentrificação, caracterizado como a valorização de áreas antes desvalorizadas, que, devido a entrada de capital privado e o consequente encarecimento do custo de vida, seus atores sociais, como moradores e comerciantes, ou mesmo apenas passantes sejam sutilmente expulsos através de uma violência invisível que gera forças de exclusão.

É possível então realizar um paralelo entre a violência sistêmica descrita por Žižek (2014) e o caso do Porto Maravilha por meio desses três momentos expostos anteriormente. Nesse primeiro momento temos uma grande zona portuária abandonada e segregada, jogada por debaixo do

tapete do Elevado da Perimetral, que ao passo que suas atividades principais perdem força, antigas formas recebem novas funções que adentram esses locais os reintegrando às dinâmicas da cidade com papéis diferentes.

No seu segundo momento, tivemos a remoção de moradores das áreas de interesse público, como por exemplo o caso do Morro da Providência, em que uma série de remoções ocorreram para a construção de um teleférico, além de remoções por todos os bairros contidos no Projeto em vistas a abrir novos espaços no intuito de inaugurar um possível novo vetor de crescimento do centro da cidade do Rio de Janeiro, que já saturado e verticalizado tenta minimizar a perda de potenciais investidores e especuladores para a Barra da Tijuca, zona oeste da cidade.

Ainda, a partir de novas tecnologias de implosões, para colocar abaixo imóveis de gigantescas dimensões, da mesma forma que foi realizada a demolição do Elevado da Perimetral, Virilio (1993) já havia “profetizado” que existia o progresso de uma política de demolições sistemáticas, visto que estudos econômicos já apontavam que esse processo de demolição/reconstrução seria muito mais rentável para os governos. O autor ainda levanta um questionamento: estaria a demolição das grandes cidades prestes a substituir, em períodos de crises, a tradicional política de construção de grandes obras públicas?

Em seu terceiro momento é possível, como dito anteriormente, notar por meio dos novos empreendimentos a que público servem. O Porto degradado, pensado como uma antiga estação de trem, por exemplo, torna-se tão moderno quanto um aeroporto: nova porta de entrada moderna para a cidade, integrado com outros meios de transporte ecologicamente corretos por não serem poluentes, por serem silenciosos e de arquitetura moderna como o Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT).

Criam-se *boulevards*, jardins e principalmente especulação financeira. Esse novo cenário, com todos os interesses e políticas financeiras no sentido de encarecer determinada área eclipsados em seu embelezamento, clama pela gentrificação que, de maneira “elegante”, violenta os atores que conseguiram manter-se e os convida gentilmente a abandonarem seus “antigos-novos” cenários, que agora são esteticamente belos, e sobretudo muito mais caros, seja por meio dos valores dos aluguéis que abruptamente disparam, seja por meio dos impostos sobre os terrenos que se multiplicam, seja pelas mercearias que tornam-se hipermercados até padarias que agora coabitam hipermercados que tornaram-se verdadeiros *shoppings centers*, tornando formas e funções antigas como açougues, padarias e mercearias antiquados e desnecessários.

Nesse tipo de violência invisível, que afeta a todos sem exceção, em determinado momento estamos na posição de sujeitos que corroboram com tais violências e agressões, e em outro estamos na posição de assujeitamento a esses processos de violência como vítimas, por meio de processos que fazem com que esse sistema de perpetue, sem nos darmos conta disso. Assim como formigas que caminham em uma fita de Möbius, um conceito topológico de lugar sem furo ou bordas, onde é possível transitar dentro e fora de determinado espaço, é possível visualizar esse atravessamento que ocorre o tempo inteiro, sem que se perceba.



Figura 1: *Band van Möbius II* (Fita de Möbius). Fonte: ESCHER, 1993, p.56

É possível então notar que essa violência inerente e sistêmica, conforme explicitada por Žižek (2014), parte já desde seu primeiro momento de uma espécie de fosso entre classes e segmentos sociais. Entretanto, as próprias vítimas não são criadas a partir do antagonismo entre essas classes e segmentos sociais, ou seja, não é através da adversidade entre grupos ou sujeitos que essa violência se manifesta. Ela atinge todos os membros de um sistema social da mesma maneira.

No caso específico da Zona Portuária, temos uma área degradada e abandonada ocupada por um segmento social desfavorecido, ao lado do centro da cidade do Rio de Janeiro, sede de grandes empresas e instituições financeiras, que pertencem a outro segmento social, fato que denota essa vala entre as classes sociais descritas pelo autor. Entretanto não se pode depreender violência nas relações entre as duas classes, afinal muitos moradores dessas zonas degradadas próximas ao centro exerciam seus ofícios justamente nessas instituições e dessa maneira é possível perceber então subjetividades que geram processos de interdependência entre essas classes. Afinal para muitos, longe de ser conflituosa a relação entre as partes o relacionamento se aproxima de uma forma de mutualismo, ou seja, as duas partes sobrevivem por meio de uma associação imprescindível para ambas.

Nesse caso específico é possível analisá-la sem nenhum tipo de relação hierárquica, criação de inimizades entre sujeitos ou dominações de certos grupos sobre outros. Na violência sistêmica nenhum sujeito detém o poder, ou seja, podemos visualizá-la em rede, conforme anteriormente mencionado. Não existe sujeito de ação da opressão e de exploração, sendo sua característica principal não ser percebida como violência, o que garante sua perpetuidade.

CONSIDERAÇÕES

Por meio do presente trabalho, intentou-se compreender o espaço urbano como algo vivo para assim pensar as transformações por meio de diferentes processos que, por intermédio de dinâmicas entre formas, funções e processos, suscitam considerações acerca de transformações espaciais que transformam o contingente de atores que o habitam.

Esses processos nos revelam então variados tipos de violência que emanam do espaço ao longo do tempo. A partir das memórias relacionadas a esse espaço-vivo, pudemos realizar uma análise dessas violências e compreender melhor como se perpetuam na sociedade através dos atores sociais que estão em constante condição de sujeitos das mesmas.

Não é possível estigmatizar o processo em sua plenitude, afinal existem certamente pontos positivos no processo de revitalização de áreas como a do Porto Maravilha, já que de certa forma essas modificações espaciais trazem receita para a cidade, embora, devemos ressaltar,

para apenas um segmento da população. Aqui já é possível discernir a violência sistêmica em sua essência, afinal através do funcionamento regular dos sistemas político e econômico, tais receitas não atingem, e nem pretendem atingir determinados segmentos sociais.

Ainda, quem passa ou mesmo passeia pela região portuária, com um olhar raso, tende a gostar do que constata nesse novo cenário: ciclovias, vias arborizadas, *boulevards* e jardins tornam agradável a paisagem de um espaço anteriormente degradado, além de formarem novos locais de entretenimento, cultura e lazer, ou seja de um cenário degradante e subutilizado para alguns sujeitos, a um lugar esteticamente belo e moderno para novos sujeitos. É possível então denotar a violência objetiva dessa arquitetura sem portas, fronteiras e muros, que ao enunciar um espaço aberto e acessível a todos, por meio de uma normalização social desses espaços oculta a exclusão de sujeitos que não são mais benquistos, como mendigos e prostitutas, por exemplo.

Esse mesmo embelezamento esconde efeitos perversos dessas transformações já que só é possível avaliar o projeto ao se lançar um olhar do todo, e por esse todo reforçamos a ideia de observar o espaço como algo vivo, subjetivo e complexo. Há um contraponto entre todo um embelezamento apresentado por essa nova estética que esconde a verdadeira face nua e crua de todos os processos variados de violência que ali ocorreram, notando-se um novo cenário, que oculta e revela simultaneamente vestígios, rastros, restos e resíduos de vida.

A violência sistêmica emerge como necessária para que uma vida confortável seja possível para determinados segmentos sociais, ao custo de que outras não possuam, ou possuam pouco conforto. Para que isso seja possível, todas essas violências tornam-se inerentes ao sistema: não só a violência física direta, mas também as formas mais sutis de imposição, incluindo a ameaça de violência, que representa a interação complexa dos três modos de violência: subjetiva, objetiva e sistêmica.

É também possível, a partir dessa complexa relação entre essas violências, conceber que o sistema fabrica sujeitos que são “auto-agressores”, ou seja, vítimas que ao mesmo tempo são cúmplices do sistema, em uma espécie de sadomasoquismo social, afinal em meio a essa catástrofe política que sustenta essa violência sistêmica, quando o sujeito designa alguém para representá-lo politicamente, por exemplo, ele pode estar investindo em seu próprio agressor sem perceber, pois seu representante pode não o representá-lo e sim tornar-se seu agressor ao elaborar esses processos que alteram toda a dinâmica de sua vida. E é exatamente dessa maneira que esse tipo de violência se perpetua, pois, sem um sujeito sustentador, sem um grupo majoritário, sem uma classe dominante, o sistema torna-se autossustentável. Ao pensarmos nessa violência sistêmica não é possível alcançar um sujeito de ação responsável por exploração ou dominação, pois todo esse sistema é mantido através de redes de violência.

Esses espaços “re-vitalizados” então simbolizam de maneira exuberante a violência sistêmica que está sempre ocorrendo sem nos darmos conta. A nova Praça Mauá reconstruída com piso de mármore, arquiteturas modernas e sem portas que convidam certos atores e excluem outros e nos causam um sentimento ambíguo que passeia entre os infinitos sentimentos que existem entre a atração e repulsa e ao mesmo tempo nos lembram que estamos, como formigas, caminhando nessa fita de Möbius, entre agressores e vítimas. Será possível um dia rasgar essa fita e sair desse *looping* eterno de violência sistêmica?

REFERÊNCIAS

- ESCHER, M. *L'oeuvre graphique*. Paris: Taschen, 1993.
- HAN, B. *Topologia da violência*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- OLIVEIRA, F. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis, 2002.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Edusp, 2014.
- TUAN, Y. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.
- VIRILIO, P. *O espaço crítico*. São Paulo: 34, 1993.
- ŽIŽEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

A EXTINÇÃO DE UMA NARRATIVA? LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO NO INSTAGRAM

MARINA LEITÃO DAMIN

Doutoranda do PPGMS - UNIRIO

mldamin@gmail.com

VERA DODEBEI

Professora do PPGMS - Unirio

dodebei@gmail.com

RESUMO

O artigo propõe como objetivo elencar possíveis cenários ao projetar no futuro a recuperação das narrativas do passado por meio dos objetos digitais em circulação no Instagram. Utiliza como metodologia pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada. Apresenta as definições de *mediated memories objects* por Van Djick (2007), nomeando-os como objetos memo-informacionais, de objetos segundo Moles (1973) e Baudrillard (2015), e de objetos digitais de acordo com Thibodeau (2002) e Ferreira (2006). Constata que para os entrevistados há diferenças estéticas e de armazenamento nas imagens no perfil e nas histórias. Conclui que é pouco provável a recuperação integral das narrativas atreladas aos objetos digitais, principalmente sem o fator humano, e ressalta que alguns tipos de publicações, por durarem apenas 24 horas, podem não deixar rastros materiais, o que dificultaria no futuro, um estudo sobre as narrativas do passado.

Palavras-chave: Memória. Narrativa. Objetos digitais. Objetos memo-informacionais. Instagram.

ABSTRACT

The article proposes possible scenarios to project the future recovery of past narratives through the digital objects circulating in the Instagram. Uses bibliographic research and semi-structured search as methodology. Presents the definitions of mediated memories objects by Van Djick (2007), objects according to Moles (1973) and Baudrillard (2015), and digital objects by Thibodeau (2002) and Ferreira (2006). Acknowledges that for the interviewees are aesthetics and storage differences between profile images and stories images. Concludes that it is unlikely the full recovery of narratives tied to digital objects, especially without the human factor, and emphasizes that some types of publications, because they last only 24 hours, may leave no material traces, which would make it difficult in the future to study the narratives of the past.

Keywords: Memory. Narrative. Digital objects. Mediated memories objects. Instagram.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, em uma *post-scarcity era* (HOSKINS, 2011), na qual o volume de informações criadas e disponibilizadas digitalmente (bem como a capacidade de armazenamento) é cada vez maior, a seleção e a capacidade de assimilação é proporcionalmente diminuída. Além disso, o autor afirma que se acentua a dicotomia entre lembrança e esquecimento, apresentada pelo contraste entre o que é permanente, durável, a lembrança, e o que nos escapa ao armazenamento e à recuperação, ou seja, o esquecimento.

Já de acordo com Miller et al (2016), o sentido da memória coletiva se modifica à medida que novos modos – internos e externos – de retenção da informação são criados em direção à expansão de nossas capacidades. Em contrapartida, os autores afirmam que permanecemos como seres sociais, alterando somente o meio no qual interagimos – nossa humanidade permanece a mesma. Portanto, a interação e a troca que ocorre nos ambientes digitais ainda são orquestradas pelas mesmas dinâmicas sociais do meio offline.

Esse intercâmbio entre usuários online acontece muitas vezes por meio das mídias sociais, nas quais transitam imagens, vídeos, textos e sons. Estes arquivos criados, gerenciados e manipulados por meio de uma materialidade travestida de zeros e uns, são o que José Van Dijck (2007) nomeia como *mediated memories objects*. Para a autora, este termo, que poderemos nomear de objetos memo-informacionais, abrange imagens, fotografias, áudio e textos que circulam em sua forma digital. Uma das características mais presentes dos objetos memo-informacionais, de acordo com Van Dijck (2007), é a de que diferentemente dos objetos memoriais analógicos – que são sempre agentes no ato da memória e nunca imutáveis – as ferramentas digitais como webcams, câmeras digitais, blogs faz com que os limites entre memória e objeto sejam extrapolados.

Mediated memories are reciprocal in nature; they mediate between self and others. Media technologies involved in creating personal memories are not simply used to build up a personal reservoir of memories, but their function is concurrently formative, directive, and communicative. They enable the self to grow and mature, to give meaning and direction to one's past and present, while at the same time they allow a person to communicate with others and test common grounds (VAN DIJCK, 2007, p. 171)¹.

Mas, apesar do que vemos e acessamos online, estes objetos, muitas vezes representados similarmente aos objetos analógicos, têm um código em sua estrutura, que está ligado ao *hardware*, constituindo uma camada material desses objetos. São objetos que transitam, criando e recriando sentidos para cada pessoa em relação aos outros a respeito do passado, presente e futuro. Tudo isso refletindo um processo orquestrado culturalmente por diversos vetores: instituições, convenções, tecnologia e o indivíduo. A própria ideia de objeto em sua indagação teórica articula esses vetores.

DOS OBJETOS ANALÓGICOS AOS OBJETOS MEMO-INFORMACIONAIS NO INSTAGRAM

Em um período como o contemporâneo, de produção exacerbada de bens de consumo, muitas vezes se torna difícil atribuir ao objeto mais do que um uso, um significado. A facilidade em realizar essa última ação repousa muitas vezes na infância ou quando fazemos a conexão entre pessoas e objetos. O livro de histórias para dormir, a panela em que a avó fazia a comida, o bilhete dado pelo primeiro amor. Os objetos podem marcar em nós sua presença pelos

¹ Memórias mediadas são recíprocas na natureza; eles mediam o eu e os outros. As tecnologias de mídia envolvidas na criação de memórias pessoais não são usadas simplesmente para construir um reservatório pessoal de memórias, mas sua função é concomitantemente formativa, diretiva e comunicativa. Eles permitem que o eu cresça e amadureça, para dar sentido e direção ao passado e ao presente, enquanto ao mesmo tempo permite que uma pessoa se comunique com os outros e teste os fundamentos comuns (VAN DIJCK, 2007, p. 171, tradução nossa).

significados que atribuímos a eles. De acordo com Moles (1973), o objeto é algo fabricado pelo homem, pertencente ao mundo exterior, que pode ser segurado e manipulado.

O autor exemplifica afirmando que um gato não é um objeto, mas um gato cibernético pode ser. Ele apresenta cinco fatores quando trata do desenvolvimento da conexão entre sujeito e objeto. O primeiro diz respeito ao **desejo do objeto**, que irá variar conforme seu aspecto temporal, sendo subdividido em desejo longo (desejos pensados a longo prazo, como a compra de uma casa, por exemplo), necessidade (que, apesar de apresentar flutuações, é uma função permanente, de médio prazo) e desejo impulsivo (de caráter imediatista, que demanda oportunidade para que o desejo se transforme em ação, como por exemplo, quando compramos por impulso algo que não foi programado e que não é uma necessidade).

O segundo é **prezar o objeto**, ou seja, sentir prazer em ter aquele objeto, fator que pode ser atenuado ou dizimado com a descoberta de características defeituosas ou contrárias ao que era esperado. O terceiro, **habituar-se com o objeto**, aborda a passagem deste para a neutralidade, para o cotidiano e ele “só tornaria a existir por sua própria ausência sentida como falta” (MOLES, 1973, p. 211). O quarto fator é **manter o objeto**, resgatando seu uso por meio do conserto. E, por fim, o quinto fator, de **substituição** (seja por meio da destruição ou da doação do objeto) ou **esquecimento**, no qual o objeto não é substituído, mas não se faz mais presente na vida do indivíduo.

Nesse caso, podemos pensar que a ausência das partes ou do todo de um objeto também pode fazer eclodir lembranças. Sherry Turckle conta na introdução do livro *Evocative objects: things we think with* (2007) uma passagem na qual encontra em um armário cheio de livros, álbuns de fotos e outros objetos de valor memorial e afetivo, uma foto que mostrava um homem em um calçadão, mas o rosto estava recortado. Sherry foi criada pela mãe, que deixou o pai e não falava nele.

Então, em sua busca por traços desse pai, que foram eliminados pela família como menciona a autora, aquela foto, por mais que tenha sido recortada, continha pedaços que contavam um pouco sobre esse homem: como eram suas mãos, o tipo de sapato, as calças que gostava de vestir, etc. Ela afirma que nunca contou para sua família que encontrara a foto com medo de que desaparecesse. Os espaços vazios correspondem, então, a perdas ou ganhos, dependendo do sentido traduzido pelo indivíduo em sua relação com o objeto.

Para Moles, outro ponto importante é de que o objeto “constitui um dos dados primários do contato do indivíduo com o mundo” (MOLES, 1973, p. 197). E, certamente, esse contato se ramifica em muitos outros ao longo da vida. Um objeto de valor sentimental carrega em si uma narrativa que contamos, recriamos, recontamos – mesmo que somente para nós mesmos – sempre que estamos em sua presença.

A partir dele, as lembranças pulsam de forma involuntária e nos invadem, mesmo efeito que devem ter causado as *madeleines* em Proust. Baudrillard (2015), por exemplo, traz as casas da infância para aludir que nelas existe uma “presença”² carregada de valor afetivo e lembrança, onde os objetos “despenteiam diante de nossos olhos os limites de uma configuração simbólica chamada residência” (BAUDRILLARD, 2015, p. 22). Ou seja, o pensamento frente ao objeto se volta para o que ele representa ao indivíduo, não apenas em um sentido convencional socialmente de uso, mas a partir do irrompimento das lembranças e sensações que ele provoca e, conseqüentemente, como estas o afetam.

2 Grifo do autor.

Se é possível associarmos ao objeto analógico (termo que aqui se contrapõe ao digital) as narrativas pessoais, subjetivas, bem como se da caixa de sapatos com fotos antigas passamos a álbuns virtuais, podemos pensar que as narrativas ancoradas nesses suportes de memória possuem, muitas vezes, uma dinâmica singular. Essa dinâmica pode ter características próprias de acordo com o meio, as tecnologias utilizadas e suas versões, a interface, os usuários, as formas de interação, entre outros elementos presentes quando tratamos de objetos digitais. Com essas particularidades em mente, o artigo propõe como objetivo elencar possíveis cenários ao projetar no futuro a recuperação das narrativas do passado por meio dos objetos digitais em circulação no Instagram.

Objetos digitais são, para Thibodeau (2002), signos gravados em um meio físico como números binários tendo uma interface gráfica como intermediária. Essa definição é estendida por Ferreira (2006) ao acrescentar o fator humano à equação, apesar de considera-lo somente nas etapas finais, no uso do objeto digital, suprimindo sua interferência na criação do hardware e do software. Os objetos memo-informacionais trariam uma camada além dos objetos digitais, dos números binários, pois são também suportes para a memória vinculada aos corpos, à sociedade e conseqüentemente à cultura.

O Instagram é uma mídia social que apresenta objetos digitais potencialmente memo-informacionais, utilizada principalmente por meio de um aplicativo instalado no celular e que possui foco imagético (INSTAGRAM, 2018). Atualmente apresenta quatro funções majoritárias para publicação de conteúdo: a linha do tempo, as histórias, a IGTV e os *live videos*.



Figura 1: *Print screen* da home do aplicativo Instagram. Fonte: INSTAGRAM, 2018, online.

A *timeline* pode ser composta por fotos e vídeos, acessados na *home* do aplicativo e na área do perfil de cada usuário, que pode ser público ou privado (visível somente por pessoas amigas do perfil). As **histórias** podem ser compostas por fotos e vídeos, mas apresentam outras ferramentas de criação como a possibilidade de inserção de textos e *emoticons*. Elas podem ser acessadas também na *home* e nos perfis. A IGTV, por sua vez, é o canal de vídeos de longa duração do Instagram, acessado na página inicial e, por fim, a funcionalidade de *live vídeo* (acessado como recurso dentro das histórias) no qual o usuário pode transmitir conteúdo ao

vivo, inclusive dividindo a tela com outro amigo. Esse vídeo fica disponível, atualmente, por 24 horas. Além disso, a ferramenta possui área de mensagens privadas, de notificações e de busca.

É importante salientar que o presente artigo faz referência ao uso do aplicativo na data de escrita do mesmo, pois ele é constantemente atualizado, o que faz com que suas funcionalidades estejam em um fluxo ininterrupto de modificações. Como metodologia de estudo, além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com cinco pessoas, usuárias do aplicativo Instagram, selecionadas por meio de um questionário online previamente disseminado via Facebook. O critério de escolha foi o número de vezes³ que publicavam conteúdo na funcionalidade histórias do Instagram, aliado à residência no estado do Rio de Janeiro para que as entrevistas ocorressem ao vivo. Os entrevistados tinham entre 27 a 45 anos e profissões variadas nas áreas de saúde, comunicação e tecnologia.

LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO NAS NARRATIVAS DO INSTAGRAM

Benjamin (1987) menciona a extinção da arte de narrar, mas podemos considerar uma outra via de pensamento ao olhar para os objetos digitais no Instagram. Ao nos aproximarmos do conceito de *mediated memory objects* bem como do entendimento que, mesmo com o uso da tecnologia continuamos sendo seres sociais, é possível conceber a ideia de transformação do ato de narrar. Assim, dentro desse contexto podemos examinar o entrelaçamento de diferentes fases narrativas.

Em primeiro lugar, em uma perspectiva de narrativa de si, do eu como “um centro de gravidade narrativa, um eixo sempre móvel e instável” (SIBILIA, 2004, p. 2 e 3). O Instagram permite que se adicione o componente do outro nas publicações, mas a narrativa pertence a quem a publica, tendo geralmente o outro como coadjuvante. Muitas vezes é por meio dos comentários textuais que a voz deste se presentifica. A oralidade, por sua vez, pode ser registrada nos vídeos criados e compartilhados para visualização na mídia. Se nos detivermos à funcionalidade histórias do Instagram é possível entender as publicações como macro narrativas compostas de micronarrativas que podem se extinguir em 24 horas ou permanecer o tempo determinado pelo usuário.

Em segundo lugar, outro tipo de narrativa que podemos inserir como alicerce nessa mídia social é a narrativa técnica, digital, composta pelos procedimentos realizados para a criação dos elementos visuais: fotos, vídeos, ilustrações e textos, entre outros. Os textos aqui são tratados não por seus significados, mas por sua função estética, em uma tecnicidade que emerge no momento da seleção de tipografia, cor, tamanho, etc. É importante ressaltar que como essa técnica está aliada a uma escolha do indivíduo, ela não está ausente de uma subjetividade.

O tempo de permanência dessas narrativas é um fator importante para tratarmos de lembrança e esquecimento no Instagram. Nesse artigo, esses dois elementos aparecem tanto na instância do sujeito quanto do objeto. Para isso, traçaremos um paralelo entre duas funcionalidades, a *timeline* e as histórias, tendo como base as entrevistas.

As fotos inseridas nos perfis e que, conseqüentemente aparecem na *timeline* – que em inglês significa linha do tempo (mesmo não tendo atualmente como fator a cronologia⁴) – da rede do usuário representam para os entrevistados um local de maior permanência, se tornando um suporte de acesso às lembranças. Dois entrevistados fazem referência a uma ideia de segurança

3 Os cinco entrevistados publicavam conteúdo nas histórias do Instagram de 5 a 7 vezes por semana.

4 Atualmente o Instagram utiliza três princípios como base para a disposição das fotos e vídeos na *timeline*: temporalidade, engajamento e relacionamentos (COSTA, 2018)

contra qualquer perda digital ao mencionarem que as fotos de perfil são “para sempre”, ao contrário das histórias que podem desaparecer.

Assim como acontece com os objetos físicos, os do “mundo digital” também são passíveis de perda. Instagram, Facebook, Twitter e todas as outras mídias sociais podem ser encerradas, quebrando a cadeia de lembranças estabelecidas entre usuários. O Orkut, por exemplo, antes de encerrar suas atividades, permitiu que os usuários recuperassem algumas informações, como as fotos dos álbuns, mas a interação entre usuários se perdeu. Não se pode esquecer que os perfis existentes no Instagram foram criados dentro da estrutura de uma empresa e, por mais sociais que eles dizem ser, a conexão aqui vai além da memória humana, interações e objetos memo-informacionais. Os negócios empresariais e as dinâmicas de mercado muitas vezes se sobrepõem a isso. Durante as entrevistas não se observou um olhar crítico a respeito da inserção de dados em uma plataforma empresarial.

Outro diferencial ressaltado pelos entrevistados a respeito das fotos e vídeos publicados na área do perfil é a de que estes requerem um maior cuidado estético, pensam muito antes de postá-los. Para justificar essa particularidade foram usados dois argumentos. O primeiro é o de que as imagens no perfil funcionam como um álbum de fotos, praticamente nos mesmos moldes dos álbuns analógicos. Assim, acessam quando querem recordar algo específico ou apenas para olhar as fotos. Somente uma entrevistada, que é fotógrafa de profissão, pensa esteticamente a respeito do que publica na funcionalidade histórias, pois usa o Instagram como ferramenta de trabalho.

Os entrevistados afirmaram que voltam com frequência a esse espaço e um deles comentou que “usa mais o Instagram do que outra ferramenta de lembrança”. Todos recordaram qual tinha sido a primeira foto publicada ao serem questionados sobre isso. O segundo argumento usado como justificativa para pensar esteticamente as publicações no perfil foi de que usam essa área como uma forma de *backup* das imagens. Isso ocorre mesmo quando realizam a salvaguarda em outros dispositivos, como na computação em nuvem, por exemplo. A ideia de permanência é algo recorrentemente trazido à tona nas falas.

As histórias do Instagram, para a maioria dos pesquisados, são criadas para mostrar o cotidiano às outras pessoas, como por exemplo os eventos que participam, as comidas que cozinham, o caminho da casa para o trabalho. Todos afirmaram que após a criação da funcionalidade passaram a publicar esse tipo de conteúdo do dia a dia nas histórias e não mais no perfil. Uma das entrevistadas mencionou usar as histórias para compartilhar como está naquele dia, se triste ou feliz. A maioria das pessoas pesquisadas armazena as publicações das histórias, mas o recurso de coleção – que permite a visualização por outras pessoas por mais de 24 horas – só é utilizado por duas delas.

Assim, para eles a escolha entre publicar as fotos e vídeos nas histórias ou no perfil tem como parâmetros principais a importância e a permanência. Apesar do que a fala apresenta, de pouco cuidado estético nas imagens publicadas nas histórias, é possível verificar em uma análise prévia que existe uma certa dedicação na composição de alguns *posts*, apesar de geralmente mais descontraídos. Além disso é observado o registro do que podemos chamar de “performance de si” nas publicações, principalmente nos vídeos.

Se pensarmos na recuperação futura dessas narrativas, se consolida a intenção de ter um certo controle no que será armazenado ou descartado. O que é criado para apagar após 24 horas nas histórias não gera uma sensação de desconforto pela perda dos objetos memo-informacionais,

em uma espécie de esquecimento ativo⁵. Alguns entrevistados mencionaram que as imagens – independente se são fotos ou vídeos – publicadas nessa funcionalidade já foram pensadas com a premissa da exclusão.

Outro ponto importante a ser considerado é que o armazenamento dos objetos memo-informacionais está associado à capacidade de arquivamento de dados, que cresce exponencialmente de tempos em tempos. Então, as questões acerca do arquivo, se tornam: o que será armazenado, em qual formato, em quais dispositivos, quais informações serão anexadas a este arquivo e por quanto tempo ele será mantido, já que capacidade de armazenamento não parece ser o principal problema.

Assim, se pensarmos a respeito do conteúdo publicado no Instagram, seja ele completo ou em partes, pode não estar disponível ou acessível no futuro. A indisponibilidade acontece quando algo foi apagado, descartado e, por isso, não se pode recuperar. Já a inacessibilidade ocorre quando não existem meios técnicos para visualização daquele conteúdo, sejam *hardwares* ou *softwares*. Por exemplo, formatos de arquivos nos quais os *softwares* para acessá-los não estão mais disponíveis. O mesmo acontece com os *hardwares*. Quantas pessoas hoje em dia possuem um computador que “lê” disquete?

Ao considerar a memorização um processo relacional entre a “sociedade com o tempo, o espaço, a linguagem e a criação” (TARDY, DODEBEL, 2015, p. 8), a possibilidade de apagamento, configurada pelo usuário, nos oferece, questionamentos a respeito da recuperação dessa narrativa. No caso dos objetos memo-informacionais publicados em sites de redes sociais, é difícil pensá-los sem a interação entre o perfil e os outros usuários. Podemos pensar o que pode ser recuperado como restos da presença de alguém. Eles têm uma lembrança a ser alcançada, mas ela é inacessível sem a presença do usuário. Sua memória não é mais “narrável”, performada, ela se tornou uma suposição e um esquecimento, ao final. Podemos pensar que a diferença entre os objetos digitais e os analógicos usados, vendidos em antiquários e sebos, é de que o último pode ter uma nova história, um novo dono e, talvez, um uso diferente ao ser apropriado. Por outro lado, quem quer ficar com fotografias digitais de pessoas desconhecidas, textos triviais do dia a dia, mensagens de pessoas estranhas?

If we consider records in their broadest sense to include these immaterial traces, we realise the archive is infinite and that only a fraction of the material that provides evidence of the past can ever be housed within the traditional confines of the archive. Enduring material has traditionally been given more academic authority than the ephemeral or so-called repertoire. One possible reason for this dominance is that archival representations separate the source of knowledge from the reader, whereas the repertoire requires presence for the transmission of meaning and is therefore perceived as inaccessible and subjective. The archive and repertoire each exceed the limitations of the other; by bringing them together and allowing them to work in tandem, we can realise the full value of each (JONES, 2009, p. 168)⁶.

É possível pensar, então, que os objetos digitais, como aqueles compartilhados nas mídias sociais, precisam estar atrelados ao dono e à sua interação com os outros usuários. Assim como os objetos dos sebos e antiquários, o espaço em branco entre a história e o objeto não

⁵ Ao tratar da memória cultural, Aleida Assmann em *Canon and Archive* (2008) apresenta o conceito de esquecimento ativo, um esquecimento provocado, onde os arquivos são deliberadamente apagados.

⁶ Se considerarmos os registros em seu sentido mais amplo para incluir esses traços imateriais, percebemos que o arquivo é infinito e que apenas uma fração do material que fornece evidências do passado pode ser alojada dentro dos limites tradicionais do arquivo. Tradicionalmente, o material duradouro recebeu mais autoridade acadêmica do que o repertório efêmero ou denominado. Uma razão possível para essa dominância é que as representações arquivísticas separam a fonte de conhecimento do leitor, enquanto o repertório requer presença para a transmissão de significado e, portanto, é percebido como inacessível e subjetivo. O arquivo e repertório excedem as limitações do outro; reunindo-os e permitindo-lhes trabalhar em conjunto, podemos perceber o valor total de cada um (JONES, 2009, p. 168, tradução nossa).

pode ser preenchido com uma porção de criatividade. E, mesmo quando reapropriados e transformados em outra coisa, é difícil dizer que ele manteve sua essência. O que podemos supor é que com a transformação do objeto digital em algo diferente, ele se torna um novo objeto, com outro significado e história, com outro sentido memo-informacional. Também se perde nesta modificação a ação de publicar e a semelhança entre a pessoa e o objeto.

Se transferirmos essa problemática ao âmbito de pesquisas futuras que buscam olhar para o passado, parece que o ato de narrar digital precisa estar atrelado à narrativa oral, aos testemunhos. Ou seja, objetos memo-informacionais que refletem uma narrativa de si parecem necessitar do humano para uma recuperação para além dos dados. Além disso, o reflexo do cotidiano parece se perder quando as publicações nas histórias se apagam, permanecendo fotos e vídeos que compõem algo mais pensado, que apresenta um maior controle estético e narrativo por parte do usuário, em uma visão fabricada de si. Mas, também é necessário salientar que, independente do meio, as narrativas são sempre versões, recortes, representações de uma realidade, assim como a pintura de um cachimbo não é o cachimbo em si⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se essas publicações fazem parte do tempo presente, do contemporâneo, mas elas podem ser apagadas, o que restaria seria somente a narrativa oral? E o restante das publicações, de menor efemeridade, podem ser recuperadas integralmente, reconstituindo uma narrativa sobre o passado?

Como possíveis respostas supomos que é pouco provável a recuperação integral das narrativas atreladas aos objetos digitais. É importante destacar que existe um certo controle da própria narrativa e diferentes intenções por parte de quem publica os objetos digitais, o que pode comprometer a análise desse passado, caso isso não seja levado em consideração. Alguns tipos de publicações atualmente, como as histórias (que podem ter um tempo de permanência de 24 horas) e as transmissões ao vivo podem não deixar rastros materiais, o que dificultaria no futuro, o estudo sobre as narrativas do passado. Além disso, as interações que compõem as narrativas a respeito dos objetos digitais, por estarem em ambiente privado, podem não ser recuperadas.

⁷ Ver FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

REFERÊNCIAS

- ASSMAN, Aleida. Canon and archive. **Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook**, ed. by Astrid Erll and Ansgar Nunning. Berlin, New York: Walter de Gruyter, p. 97-108, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense 3ª Edição, 1987.
- COSTA, Thaís. **Algoritmo do Instagram: entenda como ele funciona e o que você precisa saber para engajar na rede!** Disponível em <<http://marketingdeconteudo.com/algoritmo-do-instagram>>. Acesso em: 07 nov 2018.
- FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Universidade do Minho, Escola de Engenharia, 2006.
- HOSKINS, Andrew. 7/7 and connective memory: Interactional trajectories of remembering in post-scarcity culture. **Memory Studies**, v. 4, n. 3, 2011.
- INSTAGRAM. **Aplicativo Instagram**. Disponível em: <<https://instagram.com>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- JONES, Sarah; ABBOTT, Daisy; ROSS, Seamus. Redefining the performing arts archive. **Archival Science**, v. 9, n. 3-4, p. 165-171, 2009
- MILLER et al. **How the world changed social media**. London: UCLPress, 2016.
- MOLES, Abraham A. **Rumos de uma cultura tecnológica**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- SIBILIA, Paula. **O eu dos blogs e das webcams: autor, narrador ou personagem**. INTERCOM, 2004.
- TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera. Introdução. In: TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera. (Org.) **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015.
- THIBODEAU, Kenneth. Overview of technological approaches to digital preservation and challenges in coming years. **The state of digital preservation: an international perspective**, p. 4-31, 2002.
- TURKLE, Sherry Ed. **Evocative objects: Things we think with**. MIT press, 2007.
- VAN DIJCK, José. **Mediated memories in the digital age**. Stanford University Press, 2007

O SAIR REVOLUCIONÁRIO: UMA HISTÓRIA DAS PIONEIRAS DO SERVIÇO SOCIAL FLUMINENSE

MONIQUE DE SOUZA CARVALHO

*Mestranda do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social/UFF
moniquesccarvalho@gmail.com*

RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

*Professora Titular do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social/UFF
ritacsfreitas@uol.com.br*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo resgatar a história das pioneiras do Serviço Social fluminense - um grupo de mulheres que, tradicionalmente, é invisibilizado nas histórias oficiais da profissão - através de suas memórias e lembranças. Para tanto, a metodologia utilizada é a história oral. Na aproximação com o grupo, foi possível perceber que seu ingresso nas turmas de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Niterói iniciou um processo de inúmeras "saídas" em suas vidas, tanto no âmbito moral quanto físico. Tais "saídas", nada obstante, foram revolucionárias: além de terem se livrado de muitas das amarras do cotidiano de gênero, construíram uma profissão, viajaram, resistiram ao período ditatorial, trocaram experiências e modificaram o espaço em que ocupavam - deixando heranças que até hoje podem ser percebidas no Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: História de mulheres. História oral. Serviço Social Fluminense. Memórias. Pioneiras.

ABSTRACT

This article aims to rescue the history of pioneers of the Fluminense Social Service - a group of women traditionally invisible in the official histories of the profession - through their memories and memories. For that, the methodology used is oral history. In the approach with the group, it was possible to perceive that their entrance into the classes of Social Service of the School of Social Work of Niterói began a process of innumerable "exits" in their lives, in the moral as well as physical. These "outlets" were nevertheless revolutionary: in addition to having rid themselves of many of the bonds of everyday life, they built a profession, traveled, resisted the dictatorial period, exchanged experiences, and modified the space in which they occupied - leaving legacies that today can be perceived in the Brazilian Social Work.

Key-words: History of women. Oral history. Fluminense Social Work. Memoirs. Pioneers.

INTRODUÇÃO

O que motiva este trabalho é o resgate de uma história. A história das mulheres, com ênfase na sua inserção nos espaços públicos, foi silenciada ao longo dos séculos. Mediante um cenário permeado de preconceitos, as mulheres tendem a ocupar espaços de meras coadjuvantes de suas próprias histórias, à medida em que se encontram demasiadamente invisibilizadas. Esse é o caso da história que aqui temos o objetivo de resgatar: a história das pioneiras da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense-ESS/UFF¹.

Veja bem, não estamos querendo afirmar que a história do Serviço Social, enquanto profissão, não ganhe holofotes em inúmeros trabalhos anteriores a esse: a questão é que tais trabalhos, majoritariamente, reproduzem algumas representações que são, mecanicamente, utilizadas para caracterizar a profissão. Dentre estes, arriscamos dizer que o mais recorrente é a que se refere a sua gênese.

Aprendemos, desde o primeiro período do curso, que o cerne do Serviço Social relaciona-se ao processo de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, perpassado por um crescente processo de expansão do capital e disparidades socioeconômicas² (IAMAMOTO, 1983). Concomitantemente, se fala que para interferir em tal conjuntura social, *a priori*, o Serviço Social fora praticado por mulheres pertencentes às classes sociais com maior poder aquisitivo, as chamadas “damas de caridade”, minimizando, muitas vezes, a contribuição dessas mulheres a um mero ato caritativo orientado pela Igreja Católica – uma afirmação que silencia a participação feminina, não as reconhecendo como agentes de processos históricos.

Essa é a realidade da história “oficial” sobre a profissão. Nas salas do bloco E do campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, prédio que abriga a ESS/UFF, é possível ouvir pessoas falando da origem do Serviço Social em tom pejorativo, na medida em que o conceito de filantropia, presente nos primórdios da profissão, é encarado como um “mau presságio” – algo que “mancha” a imagem do fazer profissional.

Nada obstante, Freitas (2012) demonstra que, no que tange particularmente às pioneiras do Serviço Social fluminense, a filantropia foi um campo legítimo para que inúmeras mulheres, em sua maioria professoras do interior do Estado, penetrassem no mundo público. Contraditoriamente, ressaltamos que a memória daqueles que, hoje, estudam o Serviço Social tende a ser um olhar invisibilizador, na medida em que não reconhece a magnitude dos feitos realizados pelas mulheres que integraram as primeiras turmas da profissão.

Não negamos que perspectivas baseadas nas relações de gênero – enquanto categoria analítica histórica e relacional – possivelmente direcionaram as escolhas das pioneiras do Serviço Social, haja visto que as profissões relativas aos cuidados, são culturalmente associadas às mulheres. Todavia o que salientamos é que ainda que as suas motivações iniciais para embarcar em novos estudos e, conseqüentemente, em uma nova profissão, fosse o de retornar às suas cidades de origem, com o intuito de socializar todo o novo conhecimento adquirido, bem como de intervir na realidade social destas, tal desejo não se efetivou; ele se transformou. O contato com o novo universo, destarte, propiciou-lhes saídas (PERROT, 1991) que, inevitavelmente, fizeram suas motivações modificarem-se, tornaram-se mais ambiciosas.

Neste trabalho, reconhecemos a força dessas mulheres, que arriscaram se apoderar dos espaços historicamente reservados aos homens, que enfrentaram os mais diversos preconceitos originários de uma cultura machista e patriarcal para realizar o seu “sair”. O “sair” feminino

1 Esse texto é fruto do projeto de pesquisa e extensão Niterói – A universidade e as mulheres, coordenado pela professora Rita Freitas e contou com o apoio do CNPq. Cf. Freitas (2012).

2 Não ignoramos a importância dessa interpretação, mas não a reconhecemos como única.

mostra-se, como encontramos em Perrot (1991), como a renúncia do que a sociedade impõe às mulheres, antes mesmo do seu nascimento – para reinventar-se, construir a sua própria identidade.

Destacamos que esse “sair” sempre é um ato revolucionário, capaz de romper com espaços e conhecimentos que, histórica e socialmente, pensamos ser sedimentados. A partir do método de história oral – que possibilitou o resgate dessas lembranças –, constatamos que foi, justamente, através da inserção dessas mulheres na profissão do Serviço Social que propiciou que novas ideias fossem consolidadas, saberes compartilhados e democratizados, viagens realizadas, posicionamentos políticos descobertos, cargos de chefia ocupados, dentre outras saídas.

Em suma, inaugurou-se “novas frentes de atuação feminina no campo da proteção social” (PEREIRA, 2015, p. 95). É inegável caracterizar as mulheres entrevistadas não só como pioneiras do Serviço Social, mas como participantes ativas e protagonistas de todo um processo histórico e da criação da proteção social no município de Niterói. Dessa forma, é preciso resgatar as suas histórias e colocá-las sob holofotes com fochos de luz tão intensos quanto àquelas “oficiais”, que as invisibiliza. É essa memória que buscamos resgatar e que se contrapõe a memória oficial da profissão.

HISTÓRIA ORAL X HISTÓRIA OFICIAL

No decorrer desta pesquisa, o método qualitativo de história oral se caracterizou como o combustível capaz de fazer este estudo caminhar. Considerado por Meihy (2005) como “história viva”, esse é o método que nos possibilitou, enquanto pesquisadoras, acessar uma história que há muito fora negligenciada. Devemos destacar que esse silenciamento não é uma particularidade que envolve somente a história das mulheres no Serviço Social, mas em toda a humanidade.

Soihet (2007) nos aponta que é possível perceber que a tendência geral é a utilização da categoria “homem” como representante do sujeito universal da história. Isso ocorre porque há, no imaginário social, a crença de que ao falar dos homens, as mulheres automaticamente estariam contempladas – o que veementemente afirmamos que não acontece. Independentemente do sexo, gênero, classe ou raça, somos seres plurais, com identidades plurais. Assim, acreditamos não haver homogeneidade, ainda que estejamos falando de um mesmo grupo.

A história das mulheres contrapõe-se com a história oficial – massivamente contada sobre homens, para homens. Uma de suas particularidades, nada obstante, é a ausência de suas fontes. De acordo com Ávila (2009, p. 250), por vezes, o silenciamento das mulheres na história não se deve pela falta de menção dessas, mas sim da ausência de “[...] representação dos relatos que se fazem delas [...] já que esses discursos eram produzidos por homens”.

Neste âmbito, encontramos um escasso material disponível que pode vir a ser considerado fonte histórica da vida de mulheres, tais como seus objetos pessoais, diários íntimos que mantinham ou correspondências que trocavam. O vestígio de sua existência, assim, é silenciado e apagado com o passar das gerações. Freitas (2012) enfatiza a importância de se trabalhar com a história oral, quando se trata de tecer história de mulheres.

A história oficial sobre a ESS/UFF é sobremaneira breve. Nos escritos em *sites* oficiais da Universidade Federal Fluminense, apenas se pode acessar a informação de que “A Escola de Serviço Social (ESS) de Niterói da Universidade Federal Fluminense foi criada em 1945”³. Uma descrição que acreditamos ser injusta com a quantidade de lutas que, juntas, derivaram na construção desta Escola. Trabalhar com a memória daquelas que participaram desse processo,

³ <http://www.ess.uff.br/index.php/iniciar-aqui> (acessado em 21/09/18)

ainda que seja uma atividade prazerosa, é de extrema dificuldade. Halbwachs (2013) já dizia que a memória é um campo de disputas – disputas que se revelam ainda mais intensas quando se trata das “lembranças de velhos”, como diz Bosi (1987), características do grupo de pioneiras que entrevistamos.

Bosi (1987) destaca que não podemos deixar de pensar na dimensão social que a memória possui, uma vez que, ainda que usualmente venha à tona a partir do relato de um indivíduo, não se caracteriza enquanto uma atividade individual. Somos sujeitos sociais; capazes de interagir uns com os outros, e com o espaço que ocupamos na sociedade. É dessa combinação que efluem as nossas memórias e lembranças.

O processo de rememoração é permeado de subjetividades e significados que, no decorrer dos anos, vão se (re)construindo. Além disso, acreditamos que os acontecimentos, ao passar pelo processo da narrativa, podem ser reinterpretados e reordenados. Ao contrário do que muitas vezes se acredita, esse fato não deslegitima a importância da história oral enquanto método. Pollack (1989, p. 8) diz que “a memória é permeada de silêncios, esquecimentos e não ditos”. A história oficial, nada obstante, é composta por silêncios ainda mais ensurdecedores, por mais contraditória que seja essa afirmação.

Um desses silêncios pode ser notado no corredor que leva à sala do Reitor, na Universidade Federal Fluminense. Nas paredes desse corredor, há dezenas de fotos que estampam os rostos de homens que fizeram parte da história da universidade. Nas palavras de Bauer e Gaskell (2002, p. 144), “quem falta na fotografia ou na pintura, e porquê? Os jovens? Os velhos? Os pobres? Os ricos? Os brancos? Os negros? E o que essas ausências implicam?”. Onde estão as mulheres que participaram da história da UFF? Silenciadas na história da profissão do Serviço Social, silenciadas na história da universidade. São as memórias dessas mulheres que contaremos agora.

AS VOZES DAS PIONEIRAS DO SERVIÇO SOCIAL FLUMINENSE

O ato de debruçarmos sobre as falas das mulheres pioneiras do Serviço Social fluminense é, de certo modo, entrar em contato com a nossa própria história. Não afirmamos isto apenas motivadas pelo fato de possuímos a graduação em Serviço Social em comum, mas porque, assim como em suas histórias, o ingresso no Serviço Social nos propiciou “saídas”, como denomina Perrot (1991), que nos possibilitaram transformar nossos cotidianos e nossas vidas.

A Escola de Serviço Social de Niterói foi criada pouco menos de 10 anos depois da implementação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, em São Paulo. Datada de 1945⁴, abrigou em suas primeiras turmas professoras de ensino primário do interior do Estado do Rio de Janeiro, que tiveram como seu primeiro “sair” a migração para a cidade de Niterói. Mulheres, muitas dessas negras e pobres, contrapondo com o perfil das mulheres das histórias oficiais contadas nas salas de aula do Bloco E, prédio que abriga a ESS/UFF. Tais histórias narram como se os primórdios da profissão, no fazer profissional das chamadas “damas de caridade”, de nada tivessem contribuído para a consolidação da profissão enquanto curso de “ensino superior”.

A filantropia, traduzida automaticamente como “caridade” – alheia a práxis – nos ouvidos daqueles que, atualmente, compõem a profissão de Serviço Social, foi o estopim para a entrada de inúmeras mulheres no âmbito público da vida. Acreditamos que, em uma sociedade com cultura machista, mulheres que almejam percorrer caminhos na vida pública são malvistas socialmente. Em 1945, esse preconceito era ainda mais intenso: mulheres e o mundo público eram considerados como antagônicos, uma combinação proibida.

4 No dia 23 de agosto de 1945, na Rua Tiradentes, 148, no bairro do Ingá, surge a Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro.

Por esse e outros motivos, afirmamos que o “sair” das pioneiras do Serviço Social fora revolucionário – essas mulheres adentraram em espaços que, historicamente, não eram considerados seus. Além disso, abriram caminhos para que novos espaços fossem consolidados, e novas vozes engrossassem as suas. Não pretendemos afirmar que figuras masculinas não participaram da conjuntura que envolve o Serviço Social, mas arriscamos dizer que essa sempre fora uma profissão protagonizada por mulheres. No que tange a Escola de Serviço Social de Niterói, o seu cenário “projetou e consolidou o campo assistencial como o da mulher fluminense, mas sob o amplo aplauso dos homens desse estado” (COSTA, 1995, p. 26).

Ao contrário do que unanimemente percebemos ser relatado em trabalhos do campo da assistência social, que tornam o surgimento do Serviço Social indissociável às práticas da Igreja Católica, a Escola de Serviço Social de Niterói também possui uma singularidade no que tange as suas influências. Ainda que sob certa influência do catolicismo, pela interação com o Serviço Social de São Paulo, “tem na sua identidade, desde o início, assentada no Poder Público” (COSTA, 1995, p. 22). Esse apoio ocorreu através da implicação de Alzira Vargas, ou apenas “Alzirinha”, filha do então presidente Getúlio Vargas, na criação da ESS/UFF. Segundo Costa (1995), Alzirinha, através do seu “sair” por vias filantrópicas, percebeu a importância de um aperfeiçoamento técnico para intervir no campo social. Sua constatação derivou na ESS/UFF. Para o chamamento de ingresso na Escola, foram escolhidas as seguintes palavras:

Estará você preparada...
Para a missão grandiosa de mãe de família?
Para dirigir e administrar sua casa?
Para desempenhar bem o papel que lhe cabe na sociedade?
(Folder da Escola de Serviço Social – 1945. In: Araújo, 1947)⁵

Dona Inayá, D. Nilda, D. Nair, D. Arlete, D. Bittencourt, D. Violeta, dentre outras mulheres, atenderam ao chamado de Alzirinha e da ESS/UFF. No que se refere ao seu ingresso no curso de Serviço Social, que na época era considerado um curso de nível médio, Arlete Braga lembra que “nós iríamos fazer o curso e voltaríamos se quiséssemos, se não quiséssemos entraríamos numa nova profissão”.

Além de ter decidido permanecer no curso, Arlete Braga, após a entrega do seu Trabalho de Conclusão de Curso, ganhou uma bolsa de estudos pela América Latina, como “recompensa” por ter se dedicado com afinco aos estudos. Suas primeiras viagens – saídas – tiveram a Argentina, Chile e o Uruguai como destinos. Arlete Braga disse que seu intuito era pesquisar e “desvendar o que se fazia de Serviço Social nesses três países⁶”. Ao voltar para o Brasil, se engajou ainda mais na sua profissão de professora – nessa altura, lecionou no próprio curso de Serviço Social que, um dia, fora aluna. Na companhia de Violeta Campofiorito, foi fundadora da Escola de Serviço Social de Campos. Freitas (2012) nos atenta que, talvez, essa seja a primeira interiorização da Universidade Federal Fluminense que deu certo.

O que se aprende sobre a gênese da profissão, nos cursos de Serviço Social, é que as pioneiras atrelavam o seu fazer profissional com as suas respectivas religiões. Dona Inayá Moraes desmistifica essa afirmação, ao passo em que diz que “religião não tem nada a ver com trabalho social. O que tem a ver com trabalho social é o respeito a pessoa humana e isso não é religião” (p. 29). O Serviço Social atua com os sujeitos sociais e os contextos sociais, muitas vezes em condições de vulnerabilidade, em que estão inseridos. Não se trata de uma abstração religiosa, mas da defesa de direitos. Pensamos que as pioneiras revolucionaram as suas vidas não apenas por terem adentrado em um novo mundo e, assim, absorvido o que aquele espaço,

⁵ Essa citação foi retirada de PEREIRA (2005, p. 95).

⁶ As citações das pioneiras são retiradas do relatório final da pesquisa. Cf. Freitas (2012).

no processo de estranhamento, tinha a lhes oferecer – mas porque, nesse mesmo processo, também modificaram aquele espaço.

O local em que frequentavam as aulas, um antigo prédio da Rua Tiradentes – localizado no bairro do Ingá –, se tornou, também, um espaço para a realização de confraternizações entre professoras e alunas da Escola, com a frequente realização de festas e reuniões. Como diz Freitas (2012, p. 22), “a vida cultural da cidade de Niterói e o dia-a-dia da Escola de Serviço Social se entrelaçaram”. Para além disso, é nesse período que há a formação massiva de repúblicas estudantis e o aumento do número de bares, modificando a paisagem da cidade.

Uma das entrevistadas de Costa (1995), relembra que, para além de beber – “tomar cerveja no verão tomar vinho no inverno” – os bares eram utilizados para a discussão de ideias, trabalhos e para a troca de livros. O período que envolve a criação da ESS/UFF, bem como as suas primeiras décadas de existência, nada obstante, nem sempre foram de calma. Em março de 1964, o Brasil sofreu um duro golpe militar e esta mesma escola colocou no dia seguinte ao golpe uma faixa preta em sinal de luto.

Se nos anos de 1940, a prática profissional das pioneiras era deslegitimada por serem mulheres ocupando um espaço público; vinte anos depois, era considerada uma prática subversiva, por fugir do ideário do regime ordenado pelos ditadores. Nesse ponto, há um local que devemos mencionar: o porão da então ESS/UFF – que ficou conhecido como o “Moucouzinho de Niterói”. Freitas (2012, p. 23) nos sinaliza uma contradição: “Um porão... um local onde normalmente se encontra fechado, sem luz, escondido foi, contraditoriamente, espaço da liberdade”.

Evidenciamos, nessa perspectiva, o mandato de Dona Nilda Ney, enquanto diretora da ESS/UFF. O período que ocorrera o golpe militar fora, justamente, o período em que dirigira a escola. Enfatizamos a resistência desta mulher frente às opressões derivadas dos militares, que chegaram a cercar a Escola almejando prendê-la. (FREITAS, 2012). Em alguns desses momentos, Dona Nilda Ney afirma que abusava de uma técnica que aprendera no interior:

“No outro dia, chego lá na Escola, chega aquele grupo do DOPS. Eu estava no gabinete, chegaram aqueles homens todos eu aí pensei, eu tenho que fazer uma coisa. Aí pedi pelo interfone que trouxessem um cafezinho fresco bem quente, enquanto tomavam café quente não podiam estar falando aí eu pensava no que ia fazer”.

Dona da afirmativa de que “desde que a mulher foi trabalhar ela ficou independente, porque o que dá independência à mulher não é o casamento, é a profissão”, Dona Nilda Ney se considera uma “generalista”, uma mulher lutadora. Em relatos de alunas daquela época, arquivados no Núcleo de Proteção Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD), da ESS/UFF, é perceptível que o olhar para com Nilda Ney é permeado de carinho, como: “A Nilda Ney, inclusive, guardou coisas da gente... houve uma coisa de proteção, de mãe...”.

Em entrevista ao NPHPS/CRD, Nilda Ney revela que tomou ciência do curso de Serviço Social através de um chamado que ouviu em um programa de rádio. Pela fala desta vanguardista, podemos perceber que uma de suas primeiras “saídas” foi enfrentar o medo de falar em público. Nós, mulheres, somos ensinadas desde tenra idade que devemos ser discretas – falar em “alto e bom som” as nossas opiniões e ideias, é um ato de coragem. Sobre essa saída que o Serviço Social lhe proporcionou, Nilda Ney diz que “eu não tinha medo não, minha filha, eu falava de qualquer jeito, nem que seja sentada” (FREITAS, 2012, p. 30)

Suas “saídas” não se mantiveram apenas no plano moral, assim como Arlete Braga, viajou para outros países, com o intuito de aprofundar os seus estudos. Nessas viagens, Nilda Ney diz que não apenas teve a sua prática profissional modificada, mas que vivenciou verdadeiras “lições de vida” – lições tão intensas que também modificaram as suas ideias no plano moral. Como exemplo, citamos o fato de que Nilda Ney, em grande parte de sua vida, acreditava que pessoas divorciadas eram “desajustadas”. Em entrevista, disse que só mudou essa visão conservadora quando, nos Estados Unidos, descobriu que sua orientadora era uma mulher que havia se divorciado duas vezes.

Freitas (2012) diz que informações como essa nos mostram uma personagem contraditória, pois se trata da mesma mulher que permitiu que uma faixa preta enfeitasse a entrada da Escola de Serviço Social, em 1964, como um manifesto de repúdio e resistência ao golpe militar. É preciso que lembremos, nada obstante que “[...] contraditório somos todos nós, como contraditória é a vida.”⁷. Contraditória também é a história que envolve a compra do prédio da Reitoria da UFF que, apesar de ter a pioneira Violeta Campofiorito como protagonista no processo de negociação, apenas aponta a presença de homens nos relatos oficiais. Dona Violeta conta que o *insight* para a escolha do edifício que abrigava o antigo Cassino Icaraí surgiu em um passeio pela orla da praia de Icaraí, na companhia do professor Jamil. Sobre essa época, relembra:

E eu fui lá tomar cafezinho com ele [dono do cassino] várias vezes para conversar e ele muito gentil e a família dele toda que eu conhecia. Então, a coisa foi encaminhando... Um dia ele disse: eu só vendo se a senhora assinar ao meu lado. ‘Eu?’ Eu disse: ‘assino, não tem problema’. Então, ele assinou, fez uma carta vendendo o prédio pelo preço X a Universidade e eu assinei ao lado dele. E não tinha nada com a história. Mas ele achou que eu ali... A Universidade não ia deixar de pagar a ele porque eu estava ali assinando. Aí, passou-se, passou a Universidade a tomar conta do Prédio. Assim... Foi assim com essa maior simplicidade. Eu [fui a] intermediária... (FREITAS, 2012, p. 41)

Violeta Campofiorito, além de auxiliar na aquisição de construções para a universidade, foi responsável pela elaboração de apostilas para as disciplinas que lecionava, “Serviço Social do Menor” e “Serviço Social de Comunidade”, que se expandiram e ganharam espaço em outras escolas de Serviço Social. Freitas (2012, p. 33) recorda que foi dela a elaboração do “Catálogo de Equipamento Sociais de Niterói”, no ano de 1985 – não acreditamos que seja um equívoco afirmar que hoje, 33 anos depois, “a necessidade de elaboração desse tipo de catálogo é algo que ainda nos acompanha profissionalmente.”

Como suas colegas de profissão, realizou inúmeras viagens, ultrapassando fronteiras continentais nesse processo: além de ter viajado por todo o Brasil, foi à França e Estados Unidos. Violeta Campofiorito não se caracteriza como uma figura importante apenas para a universidade, mas para toda a comunidade de Niterói através do seu engajamento com a CRACEF (Cruzada dos Cegos Fluminenses) – que a inspirou a criar um curso de Braille na Escola de Serviço Social. Devemos mencionar, ainda, que se hoje a UFF possui campus funcionando em 11⁸ cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro, além do campus na cidade de Niterói, é em grande parte por seu empenho. Nas palavras de Freitas (2012, p. 34):

A universidade não aparece hoje como uma das mais interiorizadas no Brasil à toa. Existe uma história por trás disso e a escola de serviço social de campos – hoje Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – é prova disso.

Infelizmente, o espaço que aqui nos é reservado é extremamente curto para que ao menos nos aproximemos de expressar todo o desejo e vontade que permeia a fala dessas mulheres. O que

7 Freitas (2012, p. 31)

8 As cidades são: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Miracena, Nova Friburgo, Quissamã, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda.

queremos enfatizar, entretanto, é que a partir das saídas promovidas pelas ações sociais que realizavam, as pioneiras da ESS/UFF avançaram para conquistar e legitimar o espaço público como o seu espaço. Nesse sentido, compreendemos que tais pioneiras possuíram “um papel fundamental na vida política da universidade e da cidade” (FREITAS e BRAGA, 2007, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmamos, as histórias das pioneiras do Serviço Social fluminense, por vezes, se confundem com as nossas próprias histórias. Ainda que setenta e três anos tenham se passado desde a criação da Escola de Serviço Social, a ESS/UFF atualmente se revela uma escola composta majoritariamente por mulheres – 85,5%⁹ das 622 pessoas que compõem o corpo docente são mulheres, em sua maioria autodeclaradas negras e pardas. São mulheres que, muitas vezes, passam pelos cinco anos de graduação sem conhecer as histórias das mulheres que as antecederam naquela Escola.

Para além disso, são mulheres ensinadas a negar a importância da existência das pioneiras. Acreditamos que ainda há muito para tornar essa história, que acreditamos ser revolucionária. Nesse processo de invisibilização, pensamos que deixamos de perceber as nossas semelhanças. Mesmo que, atualmente, algumas das práticas e termos utilizados pelas pioneiras sejam ultrapassados, é fato que essas mulheres foram ousadas e vitoriosas no seu confronto com o conservadorismo de sua época. As mudanças que realizaram através de suas “saídas” foram tão grandiosas que não modificaram apenas as suas vidas, mas a universidade, a cidade, construíram uma profissão.

⁹ Informação encontra no link https://app.uff.br/transparencia/perfil_graduando (site acessado em 23/09/2018)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, Petrópolis: ed. Vozes, 2003.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo: T.ª Queiroz; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1987.
- BRAGA, Cenira Duarte. FREITAS, Rita de Cássia Santos. Projeto de Extensão Niterói – *Cidade das Mulheres: criação de fontes orais de pesquisa para o resgate da história da cidade*. Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, 2007.
- COSTA, Suely Gomes. *Signos em Transformação: A dialética de uma cultura profissional*. São Paulo. Editora Cortez, 1995
- FREITAS, Rita de Cássia Santos (coord.). *Niterói – A universidade e as mulheres. Relatório de atividades*. Projeto de pesquisa. Universidade Federal Fluminense, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2º ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 1983.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- PEREIRA, Andréa Ledig de Carvalho. *Um caminho de violetas: trajetórias femininas, filantropia e proteção social*. Revista GÊNERO | Niterói | v.15 | n.2 | p. 91 - 114 | 1.sem.2015
- PERROT, Michelle. “Sair”. *História das Mulheres no Ocidente*. (Org: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.
- SANTOS, Luciana Carla. “No porão da democracia: experiências de resistência à ditadura militar na Escola de Serviço Social de Niterói/UFF”. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, UFF.

A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA¹

NADINE BORGES

*Doutoranda do PPGSD/UFF
nadineborges@gmail.com*

WILSON MADEIRA FILHO

*Professor do PPGSD/UFF
wilsonmadeirafilho@hotmail.com*

ANA MOTTA RIBEIRO

*Professora do PPGSD/UFF
anamribeiro@outlook.com*

RESUMO

A proposta desse trabalho é apresentar ao leitor aspectos narrativos e vivências da aldeia indígena Suruí Sororó no Sul do Pará, que, assim como outras aldeias, sobreviveram à inúmeras guerras e seguem existindo como uma contraprova dos limites da expansão do agronegócio em uma sociedade moldada pelo capitalismo estampado no extermínio de povos indígenas. Os índios que vivem próximo às margens do Araguaia trazem após algumas décadas da Guerrilha do Araguaia uma narrativa capaz de alcançar um tempo histórico de encontro com antepassados que vivenciaram outras guerrilhas, ora com os camarás (brancos), ora com outros povos indígenas, à exemplo dos caiapós, lembrados como responsáveis pela dispersão de parte do povo Aikewara em muitas das memórias presentes até hoje na aldeia Suruí Sororó. Assim surgem nas narrativas a figura dos homens brancos como a maior ameaça permanente em suas vidas, já que são os maiores responsáveis pelas mortes dos Aikewara.

PALAVRAS-CHAVE: Guerrilha do Araguaia. Suruí Sororó. Comissão da Verdade. Memória. Aikewara.

ABSTRACT

This article purpose is to present the reader narrative aspects and experiences from the indigenous tribe Suruí Sororó in the South of Pará state, which, like the other tribes from there, have survived many conflicts and remain existing as an example of the limits concerning the agrobusiness expansion in a capitalist Society based on indigenous extermination. The indigenous people living in the shore of Araguaia river bring, a few decades after the Araguaia guerrilla, a narrative capable of reaching an historical time of meeting with ancestors that have survived through other conflicts; sometimes against the camarás (whites), sometimes against another tribes, like the caiapós – until today remembered in Suruí Sororó tribe as the responsible of Aikewara people dispersion. Therefore, emerge in the Stories the figure of the White men as the biggest and permanent threat to their lives, once they are the main Aikewara killers.

KEY-WORDS: Araguaia guerrilla. Suruí Sororó. Truth Commission. Memory. Aikewara.

¹ Esse texto não existiria sem o esforço incomensurável de décadas da Iara Ferraz, a antropóloga que nos apresentou os Aikewara. Ela é autora, ao lado de Orlando Calheiros, do livro: “ O tempo da Guerra” – os Aikewara e a Guerrilha do Araguaia. (no prelo), 2017. Aos dois e aos Aikewaras todo nosso agradecimento.

A proposta desse trabalho é apresentar ao leitor aspectos narrativos e vivências da aldeia indígena Surui Sororó no Sul do Pará, que, assim como outras aldeias, sobreviveram à inúmeras guerras e seguem existindo como uma contraprova dos limites da expansão do agronegócio em uma sociedade moldada pelo capitalismo estampado no extermínio de povos indígenas. Os índios que vivem próximo às margens do Araguaia trazem após algumas décadas da Guerrilha do Araguaia uma narrativa capaz de alcançar um tempo histórico de encontro com antepassados que vivenciaram outras guerrilhas, ora com os camarás (brancos), ora com outros povos indígenas, à exemplo dos caiapós, lembrados como responsáveis pela dispersão de parte do povo Aikewara em muitas das memórias presentes até hoje na aldeia Surui Sororó. Assim surgem nas narrativas a figura dos homens brancos como a maior ameaça permanente em suas vidas, já que são os maiores responsáveis pelas mortes dos Aikewaras (índios que vivem na área indígena Surui Sororó).

As memórias do período da Guerrilha do Araguaia despertam um olhar sobre outros períodos de guerra, alguns que só são conhecidos porque os antepassados contaram e a memória oral atravessou décadas sem ter sido apagada pela presença das Forças Armadas ou por qualquer outra força do Estado. Isso nos remonta a imagem do passado que a história acaba transformando em coisa sua, como nos ensina Walter Benjamin, vejamos:

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não tem as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. (BENJAMIN, 1985)²

É com essa leitura de conhecer o tempo e manejá-lo guiado pelas histórias contadas que se revela uma relação de tempo e espaço capaz de recordar a juventude. Em trabalho de campo descobrimos que os Aikewara falam sobre a presença do exército em sua aldeia e em suas vidas durante a operação de repressão á Guerrilha, a partir do sofrimento e que por isso o definem como “Guerra”, numa tradução dos fatos que aparentemente não entendem muito bem até hoje. Suas falas expressam dor e estranhamento, em meio a tantas outras vivências que se acumulam em sua trajetória estoica que usam até hoje para enfrentar adversidades, como os incêndios regulares, que aparecem como “casuais”, que queimam a mata onde vivem e reduzem sua reserva e seu alimento, mas que pelo que tudo indica, não queimam suas memórias.

O objetivo desse artigo é trazer à tona aspectos do povo Surui Sororó e algumas narrativas e aproximações com as diferentes “guerras” que afetaram diretamente essa comunidade indígena, especialmente, as relacionadas ao que eles chamam de tempo da guerra: o tempo da Guerrilha do Araguaia. O recorte temporal a ser apresentado não inicia, nem se encerra na Guerrilha e/ou na participação dos Aikewara naquele episódio, uma vez que não houve ruptura no Estado brasileiro com as graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas naquela região.

Vale mencionar que nesta região do Bico do Papagaio, estiveram imbricados a comunidade dos Aikewara, a ação truculenta da repressão militar e os guerrilheiros. Hoje sabe-se que se trata do desaparecimento forçado de 69 pessoas militantes do Partido Comunista do Brasil, um grupo político que se organizou na forma de guerrilha para combater a ditadura. Esse grupo articulou uma resistência rural de luta armada, estabelecendo-se às margens do Rio

2 BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Sobre o conceito de História. Editora Brasiliense. 1ª edição 1985. p.223

Araguaia na região Norte do Brasil, entre as divisas do Estado do Pará e Tocantins, mesma região onde se situa a reserva indígena Surui Sororó.

É portanto razoável pensar – conforme conclusões produzidas posteriormente, na matriz dos Direitos Humanos em escala internacional- que um caso dessa envergadura, proveniente de um país com a dimensão geográfica do Brasil e com um dos períodos mais largos de ditadura civil militar, tenha sido de fato uma peça chave na conexão daquilo que ficou reconhecido como o terrorismo de Estado deflagrado na América Latina.

Essa ação se estendeu entre os países do Cone Sul através do Plano Condor, e que resultou na 4ª condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo a 1ª condenação relativa ao período da ditadura militar no Brasil ocorrida no período 1964/1985.

A submissão do caso “Júlia Gomes Lund e outros, versus Estado brasileiro”, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 26 de março de 2009 foi o estopim dessa definição. A petição inicial chegou ao sistema interamericano de direitos humanos em 07 de agosto de 1995 (foram 14 anos de tramitação sem respostas satisfatórias do Estado brasileiro), em uma denúncia apresentada pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pela Human Rights Watch/ Americas, em nome de pessoas desaparecidas no contexto da Guerrilha do Araguaia.

Desde a promulgação da sentença da Corte Interamericana em 24 de novembro de 2009 muita água passou por debaixo da ponte e, por sorte, até o momento não se construiu uma usina hidrelétrica em Santa Izabel, cidade às margens do Rio Araguaia, onde provavelmente existam corpos de desaparecidos durante a Guerrilha que teve sua atuação desmantelada pelas Forças Armadas entre os anos de 1972 a 1975. Esse exemplo é importante porque muitas regiões do país que tiveram lutas e resistências foram alagadas para a construção de barragens e hidrelétricas inundando qualquer possibilidade de memória desses lugares lagos. Para exemplificar trazemos Canudos e sua memória submersa até os dias atuais. Euclides da Cunha já nos alertava sobre as mudanças que não são apenas climáticas em sua obra Os Sertões:

Desse modo é natural que as vicissitudes climáticas daqueles nele se exercitem com a mesma intensidade, nomeadamente em sua manifestação mais incisiva, definida numa palavra que é o terror máximo dos rudes partícios que por ali se agitam – a seca. (CUNHA:1984)³

Neste contexto, nosso objetivo é apresentar elementos que problematizem a condição legítima da produção de verdade a partir da memória dos afetados, quando o Estado promoveu ato de omissão sistemática e real quanto aos acontecimentos que afetaram negativamente a comunidade indígena Aikewara. Questionar porque a ausência de registro estatal se intencional, não pode ser compensada pelo direito de fala e de testemunho dos fatos do ponto de vista de quem sofreu o dolo, sob pena da justiça não ser praticada.

Reforçar a importância e validade da versão dos Aikewara, os reais resistentes, insurgentes, indígenas, camponeses, sobreviventes e familiares. Aqui acreditamos que o direito à memória só se constrói porque e quando essa memória popular força o Estado a não esquecer.

A Terra Indígena Surui-Sororó está localizada entre os municípios de Brejo Grande, Marabá, São Geraldo e São Domingos do Araguaia com 26 mil hectares. A aldeia dista 110 Km de Marabá, 40 Km de São Domingos e 55km de São Geraldo do Araguaia e o acesso à terra se dá na altura do Km 90 na BR -153. Na entrada da aldeia tem um muro de alvenaria com uma guarita e uma placa, onde está escrito, Terra Indígena Surui-Sororó, além de um portão de

3 CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Capítulo IV As secas. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

ferro e uma vigilância permanente armada para controlar o acesso à terra indígena. Uns 2 Km após o portão começam as primeiras casas da aldeia.

Os Aikewaras vivem na região há muito tempo e sua história é marcada por conflitos de sobrevivência e na busca incessante pelo direito de saber e o dever de lembrar. Nossa análise pretende gerar uma reflexão que sirva de instrumento para entendermos a relação entre o não reconhecimento das violações cometidas na região diante da ausência de arquivos da repressão somadas a memória oral dos afetados. No tocante aos Aikewara trazemos o trabalho de Luiza Lima para ilustrar a resistência e a luta por sobrevivência desse povo, vejamos:

Mairá, liderança tradicional do povo Aikewára, contou-me um pouco dos caminhos que o grupo percorreu até ter suas terras demarcadas e como ele se tornou cacique. Mairá disse que os Aikewára fugiam dos Kayapó, seus inimigos tradicionais, pela floresta. Quando nascia alguma criança, eles a matavam para o choro dela não denunciar aos perseguidores o paradeiro deles. Segundo Mairá, seu pai havia sido cacique, morreu quando ele ainda era pequeno, e a comunidade o escolheu para substituir o pai. O que Mairá também fez questão de deixar claro foi que eles têm os deuses deles, mas também acreditam em Deus (o de alguns não indígenas), o “Deus de vocês” como disse ele. O crescimento do povo Aikewára é uma forma de eles mostrarem a superação da extinção e do etnocídio. (LIMA, 2015)⁴

Para isso traremos exemplos de entrevistas em trabalho de campo com o povo Aikewara, nas quais identificamos que a história da Guerra é narrada com a capacidade de encurtar o decurso do tempo preenchendo esse espaço com memórias tristes e tragédias, mas também com músicas e lembranças de um tempo que apesar de áspero fez com que a aldeia sobrevivesse às proibições do período da guerra, quando o exército não permitia a saída da aldeia para caçar e colher batatas, inhame ou qualquer outro alimento.

Mencionar essa época da Guerra traz falas que denotam que eles ficaram praticamente três anos presos na própria aldeia e apenas os homens saíam forçados a entrar na mata, enquanto as crianças e as mulheres ficavam expostas à fome e à violência. Os dias, os meses e os anos desse povo nesse contexto foram vividos debaixo de tiros e metralhadoras.

As lembranças do tempo da guerra são contadas através dos incêndios criminosos provocados pelos soldados na roça deles, com o argumento de que era para os terroristas não comerem. Terroristas, era essa a denominação dada pelos soldados e que os indígenas entendiam como pessoas interessadas na terra, os “terroristas”. São diversas as narrativas que retratam a fome, estampada em um sentir que os fazia chorar e após ouvirmos muitos deles nos movemos pela necessidade também científica de não silenciarmos a memória oral do povo Aikewara.

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade traz parte dessa narrativa ao demonstrar o quão enraizada está a presença das Forças Armadas naquela região durante o Tempo da Guerra, conforme denominam os Aikewara, vejamos:

A estrutura de repressão montada pelo Exército não poupou nem as populações indígenas da região. Documentos militares comprovam a presença do capitão Aluizio Madruga em Gorotire, terra dos índios Kayapó-Mebengokre, no mês de fevereiro de 1973. Contudo, o mesmo *modus operandi* utilizado com os camponeses só foi replicado em relação aos Aikewara, O povo indígena do Pará, também conhecido como suruí, que até hoje vive na região. Surpreendidos pela chegada do Exército, os Aikewara foram mantidos cativos em sua própria aldeia e submetidos às mesmas privações e torturas impostas aos camponeses, tanto no que diz respeito aos indivíduos como no que se refere à coletividade. Os homens foram obrigados, sob coerção, a servir de guias

4 LIMA, Luiza. De “fraquinhas” a Aikewára: construção de identidade e resistência de um povo tupi na Amazônia. *Tellus*, ano 15, n. 29, p. 22 jul./dez. 2015 Campo Grande, MS

para as tropas do Exército, enquanto suas esposas permaneciam cativas dos soldados na aldeia. Algumas, devido ao estresse da situação, sofreram abortos e outras perderam filhos nascidos prematuramente. Como grupo, os indígenas tiveram sua aldeia e reservas de alimento queimadas e os poucos homens 14 – a guerrilha do Araguaia que puderam permanecer na aldeia foram impedidos de sair para caçar, pescar, coletar ou trabalhar no roçado. Assim, sofreram não somente a fome e falta de abrigo imediatos, como também foram privados tanto da manutenção de sua subsistência como dos elementos materiais de sua cultura, situação que colocou aquela comunidade sob risco de diminuição e desagregação. (CNV: 2014)

Trata-se de uma reflexão que nos permitiu articular e inserir esses causos sentidos com a história mais ampla vivenciada no país e mais conhecida e descrita. Aqui a nossa contribuição aparece no sentido de dar uma dimensão singular a acontecimentos tomados em sua generalidade e em sua visão desde os grandes centros urbanos.

Nossa proposta é a de trazer a tona outras narrativas dessas histórias sem coloca-las em molduras pré-estabelecidas por outras áreas de produção do conhecimento. Recontamos histórias e lembranças que ouvimos da boca deles acerca de outra temporalidade. Um tempo histórico Aikewara marcado por memórias traumáticas, mas repleto de nuances que nos instigaram uma nova mirada sobre a Guerrilha do Araguaia na perspectiva dos indígenas que vivem na aldeia Surui Sororó.

Também procuramos destacar a nuance do entendimento sobre as bases do esquecimento do Estado do povo Aikewara, bem como as incongruências das referências construídas a partir de 1995, ano de criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que simplesmente desconsideram as provas testemunhais desses índios relativas as violências que os afetaram.

Esse fato que só veio à tona com o trabalho posterior da Comissão da Anistia que anistiou parte do povo Aikewara e reconheceu as graves violações de direitos humanos a que foram submetidos durante o “tempo da Guerra”. Articular o processo social de produção do apagamento da memória dos fatos e sua consequente tentativa de institucionalização do esquecimento da resistência política do PCdoB e da experiência opressora da ação do exército sobre os Aikewara se soma a dinâmica da luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos naquela região e nos permite acompanhar com mais definição e analisar as transformações reais que ocorreram com essas pessoas afetadas pela Ditadura Militar em razão da Guerrilha do Araguaia, em suas diferentes condições, posições e situações - intencionais ou acidentais.

Isso pode servir de instrumento para entendermos a relação entre o não reconhecimento das violações cometidas na região diante da ausência de arquivos da repressão somadas a memória oral dos afetados, tendo como eixo norteador algumas ações públicas promovidas pelo Estado brasileiro pós ditadura que simplesmente separaram e excepcionaram o povo Aikewara, tal como as Forças Armadas ao desconsiderar a invasão ao território indígena no Sororó na década de 1970 nos levando a cogitar que isso se deu, dentre outras coisas, com o objetivo de cortar o território indígena e justificar a construção de uma rodovia em uma das regiões mais ricas de minérios do Brasil.

Nesse contexto é importante mencionar fragmentos do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, no qual resta evidente as graves violações dos direitos indígenas no desmantelamento da Guerrilha do Araguaia:

Do mesmo modo como aconteceu aos camponeses, a queima do paiol e das habitações indígenas fazia parte da estratégia do Exército de evitar que os guerrilheiros, quando em deslocamento, tivessem acesso a fontes de alimentação e abrigo que pudessem

utilizar como pontos de apoio. Além disso, ao mesmo tempo que uns foram mantidos prisioneiros em sua própria terra, outros foram obrigados a servir de “mateiros” para as forças do Exército. Da perspectiva dos militares, os indígenas eram ideais para o serviço, afinal, por seu próprio *modus vivendi*, eram profundos conhecedores da mata. O relato dos indígenas evidencia o tipo de violação que se abateu sobre os moradores da região: tortura, privação da liberdade e estupro. Os detalhes dessas violações aparecem, por vezes, escamoteados na fala das vítimas, devido ao potencial de fazer reviver o trauma sofrido. Cabe ressaltar que os atentados à integridade física e à dignidade humana foram perpetrados contra aquelas pessoas por serem consideradas, em sua maioria, “apoio circunstancial” aos guerrilheiros. Essas pessoas, contudo, não apoiavam ideologicamente os militantes comunistas, apenas mantinham contato ocasional com eles. A certeza dos militares de que muitos dos camponeses e indígenas interrogados tinham pouco a contribuir com a perseguição aos guerrilheiros comprova que a prática da tortura não buscava somente a obtenção de informações, mas, sobretudo, instituir uma cultura do medo entre os moradores da região, reforçando que, se a mão do Estado poderia trazer benefícios, como no caso das Aciso, tinha, também, poder para exercer a ação punitiva. Cabe registrar que há na documentação produzida pelas Forças Armadas um total silêncio sobre a utilização dos Aikewara naquele episódio. Ao menos na documentação, os indígenas aparecem diluídos na população local, assemelhando-se a esta. Evidencia-se, nessa ação, um indicativo da política das Forças Armadas de não reconhecimento das particularidades das populações indígenas. (CNV: 2014)

Esse texto é resultado de impressões e vivências dos autores após algumas entrevistas na aldeia Surui Sororó. Falar do povo aikewara na Guerrilha do Araguaia é falar do Umassu, do Api, do Arikassu, da Teri, ainda vivos, e de tantos outros sobreviventes geracionais que se somam como espólios do tempo dessa Guerra.

As histórias contadas por Umassu não podem ser apartadas de uma breve narrativa dos hábitos que vivenciamos durante o período em que estivemos na aldeia em setembro de 2017, abrigados pela família de Umassu, por indicação do Cacique. Ficamos todos hospedados na casa de Umassu e Ariehera.

O dia na casa da Arihera começava por volta de 06:00h e, despertávamos com os primeiros ruídos da casa. Ariehera colocava a água no fogão à lenha feito de barro e depois passava o café em um coador de pano, adoçava e enchia a garrafa térmica. Enquanto tomávamos café, sentados pelo pátio, ou na cozinha em pequenos banquinhos de madeira, as crianças se arrumavam para escola, os mais velhos iam pra mata ou pra guarita da entrada trabalhar como vigias e o Umassu, marido da Arihera, ficava acompanhando cada movimento em seu entorno e de vez em quando puxava assunto conosco.

Embora a opção de entrevista com o Umassu fosse a mais fácil porque estávamos na mesma casa acabamos o entrevistando formalmente apenas no último dia e, mesmo assim, obtivemos alguns fragmentos daquela memória da guerra que ele demonstrava preservar com muito sentimento de desgosto. Todo dia ele observava nosso movimento lavando a louça do jantar do dia anterior e as canecas do café. A louça era lavada com esponja de aço em uma mesa que ficava no pátio cercada por patos e galinhas que ficavam por ali ciscando e comendo os restinhos que apareciam. Nesse dia último Umassu nos avisou que estaria nos fundos da casa, ali pelo pátio, o que queria dizer, aberto para falar.

As conversas, as risadas da Arihera, tudo aquilo estava prestes a terminar. Nesse dia que sentamos com Umassu, para conversar nos fundos da casa, pela primeira vez, ligamos o gravador. Ele cantou em Tupi uma canção sobre o Rio Araguaia e os Aikewaras. Era um hino de luta com todos os significados que lhe são inerentes. A conversa não durou muito, mas o suficiente para que pudessemos ouvir as histórias de Umassu, de seus ancestrais e o ciclo de luta por sobrevivência daquele povo.

Sem que perguntássemos muito, ele começou a falar do tempo da guerra, enquanto as crianças e outros moradores passavam pelo pátio após o café da manhã. Umassu lembrou de quando o Frei Gil pediu que ele fosse até São Domingos do Araguaia, por volta de 1972. Frei Gil foi um dos primeiros religiosos que trabalhou na aldeia, estabelecendo uma relação muito próxima com o povo Aikewara.

Conforme relatado por Umassu, durante o percurso à São Domingos, ele viu aviões sobrevoando os arredores e ao chegar na cidade percebeu que os soldados à paisana entravam nos comércios e pediam comidas básicas para Valquiria e Osvaldão, dois guerrilheiros bem conhecidos e respeitados na região, reconhecidas lideranças da Guerrilha do Araguaia, ela porque ajudou em vários partos entre os índios e os camponeses, e ele porque ajudava nas tarefas diárias.

A memória presente no relato de Umassu sugeria que era tática dos soldados saírem disfarçados de camponeses como uma armadilha para identificar os comerciantes que abasteciam e ou ajudavam os guerrilheiros. Ele dizia que todos, sem exceção, tiveram suas vidas devastadas pela guerra por terem sido identificados, a revelia dos fatos, como aliados dos guerrilheiros. Chamava atenção sua observação acerca da estratégia do serviço de inteligência das Forças Armadas na ação com os comerciantes. E ao questioná-lo como ele percebeu essa simulação, Umassu nos contou que conhecia Osvaldão e que nunca tinha visto aquelas pessoas terem qualquer relação com ele.

Umassu voltou para a aldeia em um jumento e percebeu que estava sendo seguido por soldados na mata. Não tardou muito para ser capturado e apeado à força. Durante essa emboscada os soldados perguntavam sobre os “terroristas” e Umassu afirmava que não sabia quem eram. O tenente reconheceu que ele era Aikewara e pediu que falasse na língua tupi. Ele lembra que o alertaram para ficar longe dos terroristas porque eles roubariam a terra dos índios, daí a associação já mencionada do termo terrorista com a disputa pela terra na região.

A cena descrita por Umassu revela o contingente de homens das Forças Armadas à disposição na região, pois segundo seu relato eram mais de 200 soldados enfileirados na mata no momento que o abordaram para retirá-lo à força de cima do animal.

Dentre as conversas que tivemos com Umassu, nos chamou particularmente a atenção o alerta dele para evitarmos falar sobre a guerrilha em grupos e para priorizar as conversas individuais nesse assunto.

Pelo que percebemos, a luta do povo Aikewara em defesa de seu território continua sendo uma cruzada e eles seguem instigando e provocando o Poder Judiciário para se posicionar. Citamos o exemplo do despacho de maio de 2018 da Procuradoria de Marabá, no qual se solicita à Comissão de Anistia informações sobre a existência ou não de processos administrativos naquele órgão com vistas a apurar os impactos da ação estatal entre aqueles considerados à época “dissidentes políticos” naquela região. Muitos deles informaram a Procuradoria que tinham sido presos na aldeia com os demais integrantes da comunidade e foram obrigados a acompanhar as tropas militares para mostrar os caminhos da mata, sem saber, contudo, o real motivo da busca.

Conforme consta no despacho judicial, narraram que eram obrigados a carregar as mochilas pesadas com munição. Nas palavras deles eram “tratados como escravos” e que disso decorreriam traumas e distúrbios psicológicos. Todos eles, sem exceção, falaram das prisões que sofreram, da fome, da sede, do frio e do medo.⁵

5 Inquérito Civil nº 1.23.001.000374/2011-26, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Procuradoria da República no Município de Marabá. 18 de maio de 2018.

Considerações Finais

São essas narrativas e registros de memórias orais que nos remetem a crueldade de tantos eventos ocorridos naquela região nos anos anteriores e subsequentes ao tempo da Guerra do Araguaia e do uso e abuso do exército sobre essa comunidade como se eles não fossem “gente”, ou como se fossem desprovidos de qualquer indício de cidadania.

Os enfrentamentos, a luta por sobrevivência cotidiana do povo Aikewara explicita também em que medida desenvolveram formas de resistência à violência policial do Estado brasileiro que sobre eles não se esgotou com o término da ditadura civil militar. Reconstruir esses contos, falar sobre essas dores e traumas exige mais tempo, mais empatia, mas sobretudo, mais compromisso com a verdade histórica ali vivida. O povo Aikewara foi inegavelmente vítima de tortura, de maus tratos e de uma gama imensa de arbitrariedades que imputaram de modo canhestro a eles a condição de “subversivos” para o Estado e, simultaneamente, de modo contraditório também sofreram o estigma de “apoiadores do regime” tendo em vista o envolvimento compulsório imposto pelo Exército, e acabaram assim desprestigiados por pessoas que nunca os escutaram, mas que reproduzem narrativas de um Estado policial e autoritário em regime de exceção ao longo de uma “guerra” implantada com o pretexto de garantir a segurança nacional.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Sobre o conceito de História. Editora Brasiliense. 1ª edição 1985. p.223

BORGES, Nadine. Direito à memória e à verdade. As recomendações da Comissão Nacional da Verdade: balanços sobre a sua implementação dois anos depois. WESTHROP, Amy Jo (org.). Rio de Janeiro, 2016.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. <http://www.cidh.org>

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. <http://www.corteidh.or.cr>

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Capítulo IV As secas. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

FERRAZ, Iara. CALHEIROS, Orlando. “ O tempo da Guerra” – os Aikewara e a Guerrilha do Araguaia. (no prelo), 2017.

LIMA, Luiza. De “fraquinhos” a Aikewára: construção de identidade e resistência de um povo tupi na Amazônia. Tellus, ano 15, n. 29, p. 19-47, jul./dez. 2015 Campo Grande, MS

Mbembe, Achile – NECROPOLÍTICA. Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte. N-1 edições.org, São Paulo, Maio de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Procuradoria da República no Município de Marabá. 18 de maio de 2018. Inquérito Civil nº 1.23.001.000374/2011-26

Rio de Janeiro (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório / Comissão da Verdade do Rio. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. 456 p.

SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA NO CASO ESCHER vs BRASIL. Disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_200_por.pdf.

MEMÓRIAS, NARRATIVAS E O OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS EM ANÁLISE: OS RELATOS DAS PRÁTICAS IMATERIAIS CULTURAIS VERSUS A PREDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

*Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
taua_verdan2@hotmail.com*

RESUMO

A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Assim, ao se analisar o meio ambiente cultural, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. No Espírito Santo, as panelas de barro são o tradicional recipiente de moquecas de peixe e outros frutos do mar, tal como da torta capixaba, iguaria tradicional consumida no período das festividades da Semana Santa. Neste passo, o presente busca analisar o embate entre a preservação do ofício das paneleiras de Goiabeiras e o conflito existente com o crescimento urbano desenfreado, sobretudo em decorrência das consequências produzidas pela ampliação das fronteiras sem planejamento.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial; Paneleiras de Goiabeiras; Rotas Culturais.

ABSTRACT

Brazilian culture is the result of what was proper to indigenous traditional populations and the transformations brought by the various African colonizing and slaving groups. Thus, when analyzing the cultural environment, it is perceptible that it is something incorporeal, abstract, fluid, constituted by material and immaterial cultural goods bearers of reference to the memory, action and identity of the different formative groups of Brazilian society. In Espírito Santo, the clay pots are the traditional container of fish moquecas and other seafood, such as the pie capixaba, a traditional delicacy consumed during the Holy Week festivities. In this step, the present work seeks to analyze the conflict between the preservation of the craft of the Goiabeiras peasants and the existing conflict with the unbridled urban growth, mainly due to the consequences produced by the expansion of the borders without planning.

Keywords: Intangible Cultural Heritage; Paneleiras de Goiabeiras; Cultural Routes.

1 PONDERAÇÕES INAUGURAIS: A EDIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DOCTRINÁRIO

Em sede de comentários introdutórios, cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Assim, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultura. “A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos” (BROLLO, 2006, p. 15-16). Desta maneira, a proteção do patrimônio cultural se revela como instrumento robusto da sobrevivência da própria sociedade.

Nesta toada, ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que se trata de patrimônio incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Meirelles (2012, p. 634), em suas lições, anota que “o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens moveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria” ou ainda em razão do proeminente valor artístico, arqueológico, bibliográfico, etnográfico e ambiental. Quadra anotar que os bens compreendidos pelo patrimônio cultural contemplam tanto as realizações antrópicas como obras da Natureza; preciosidades do passado e obras contemporâneas.

Nesta esteira, é possível subclassificar o meio ambiente cultural em duas espécies distintas, quais sejam: uma concreta e outra abstrata. Neste passo, o meio ambiente cultural concreto, também denominado material, se revela materializado quando está transfigurado em um objeto classificado como elemento integrante do meio ambiente humano. Assim, é possível citar os prédios, as construções, os monumentos arquitetônicos, as estações, os museus e os parques, que albergam em si a qualidade de ponto turístico, artístico, paisagístico, arquitetônico ou histórico. Os exemplos citados alhures, em razão de todos os predicados que ostentam, são denominados de meio ambiente cultural concreto.

Diz-se, de outro modo, o meio ambiente cultural abstrato, chamado, ainda, de imaterial, quando este não se apresenta materializado no meio ambiente humano, sendo, deste modo, considerado como a cultura de um povo ou mesmo de uma determinada comunidade. Da mesma maneira, são alcançados por tal acepção a língua e suas variações regionais, os costumes, os modos e como as pessoas relacionam-se, as produções acadêmicas, literárias e científicas, as manifestações decorrentes de cada identidade nacional e/ou regional. Esses aspectos constituem, sem distinção, abstratamente o meio ambiente cultural. Consoante Brollo (2006, p. 33) anota, “o patrimônio cultural imaterial transmite-se de geração a geração e é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente”, decorrendo, com destaque, da interação com a natureza e dos acontecimentos históricos que permeiam a população.

2 SINGELOS COMENTÁRIOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Tal como pontuado alhures, a cultura apresenta como traços estruturantes elementos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, os quais caracterizam uma sociedade ou, ainda, um grupo social determinado, compreendendo, também, as artes e as letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Neste passo, é possível evidenciar que, em sede de meio ambiente cultural, o conjunto de elementos que dá azo ao patrimônio imaterial se apresenta como um dos mais relevantes traços caracterizadores da identidade de uma população, não somente para a presente e as futuras gerações, viabilizando a compreensão da humanidade e toda a sua evolução histórica. Dispõe o preâmbulo da Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco:

Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade, Reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção [...]
Reconhecendo que a diversidade das expressões culturais, incluindo as expressões culturais tradicionais, é um fator importante, que possibilita aos indivíduos e aos povos expressarem e compartilharem com outros as suas ideias e valores, [...]
(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Ao lado disso, o conjunto de manifestações culturais, enquanto patrimônio imaterial de uma população, encontra-se estritamente atrelado à liberdade e à essência da vida humana, pode ser considerado no plano jurídico como bem cultural que confere concreção aos direitos humanos e como axioma de sustentação do patrimônio cultural. Trata-se de uma estrutura que robustece os laços de identificação de um determinado grupo populacional. Ora, não é possível olvidar, em razão da dinamicidade da vida contemporânea, tal como a difusão de informações e assimilação de valores diversificados, que o patrimônio cultural imaterial é constantemente recriado pelas comunidades e grupos, em razão da influência do ambiente, das interações com a natureza e com a história. À sombra, a utilização da língua consiste no exercício dos direitos culturais linguísticos, contrapartida dos direitos oriundos da liberdade de expressão e comunicação, tal como a substancialização do bem cultural intangível, especialmente por meio das formas de expressão.

Desta feita, em decorrência do assinalado, o patrimônio cultural imaterial se apresenta como elemento estruturante da diversidade característica de uma população. Ora, o Texto Constitucional assinalou que o tratamento da cultura e dos bens culturais deflui dos elementos que sustentam o Estado brasileiro como Estado Democrático de Direito. Em razão disso, é possível afirmar a discussão alicerçada na diversidade cultural, e, por extensão, nos direitos e bens culturais desta decorrentes, tem seu alicerce nos dispositivos constitucionais, já que o sistema jurídico consagra um Estado de direito cultural e indica a construção de um Estado Democrático Cultural.

Quadra pontuar que o traço cultural democrático é estabelecido constitucionalmente, notadamente: (i) pelos artigos que versam acerca da cultura, sobre a necessidade de respeito à diversidade cultural brasileira e sobre a importância da tutela dos bens culturais que são bastiões dos grupos formadores da sociedade; e, (ii) pela estruturação do Estado para a tutela dos valores culturais com a colaboração da comunidade. Desta sorte, conquanto o Texto Constitucional não apresenta uma definição estanque do que é patrimônio cultural brasileiro,

dispõe que o seu tratamento deve se orientar pelo respeito à diversidade e à liberdade e na busca da igualdade material entre e para os grupos constituintes da sociedade brasileira, maiormente os grupos desfavorecidos histórica, social e economicamente.

3 O INSTITUTO DO REGISTRO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL

Em sede de anotações introdutórias, cuida anotar que o registro do bem cultural de natureza imaterial, para ser considerado válido e legítimo, reclama harmonia com o ordenamento jurídico vigente. Com efeito, o Texto Constitucional consagra em seu bojo a definição acerca de quais bens constituem o patrimônio cultural brasileiro, estabelecendo, por via de consequência, as normas de proteção a esse patrimônio, consoante afixa a redação do artigo 216. É verificável que o dispositivo em comento faz expressa referência aos bens portadores de identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Desta feita, é possível salientar que a Carta de 1988 não estrutura a sociedade brasileira como um todo homogêneo, mas como uma sociedade multifacetada, constituída por diferentes grupos, cada um portador de identidades e de modos de criar, fazer e viver específicos.

Com efeito, o posicionamento é dotado de proeminência na medida em que o Texto Constitucional, com clareza solar, sublinha que o seu interesse não está centrado apenas em proteger objetos materiais que gozem valor acadêmico, mas também os bens de natureza material ou imaterial portadores de referência à identidade de cada grupo formador da sociedade brasileira. Ora, cada um dos diversos grupos, assim como seus modos de fazer, criar e viver, é objetivo de proteção conferida pelo Ente Estatal. Ao lado disso, a Carta de 1988 apresenta característico forte os ideais republicanos e democráticos, refletindo em todas as matérias nela versadas esses corolários, até mesmo porque estrutura-se como escopo fundamental entalhado na Constituição o de edificar uma sociedade livre, justa e solidária. Desta feita, a concepção em testilha informa a maneira por meio da qual o Estado deve proteger e promover a cultura.

Nesta linha, ainda, cuida mencionar que a ação cultural pública se apresenta como absolutamente imprescindível à democratização da cultura, sendo considerada como o procedimento que propicia a convergência e o alargamento do público, tal como a extensão do fenômeno de comunicação artístico, consoante o ideário de que a política cultural é, juntamente com a política social, um dos modos utilizados pelo Estado contemporâneo para assegurar sua legitimação, ou seja, para oferecer como um Estado que vela por todos e que vale para todos. Ao lado disso, em razão da proteção cultural se fazer conjuntamente com o Estado e a sociedade, pode-se destacar que o Texto Constitucional afixou que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, lançando mão, para tanto, de inventários, registros e tombamentos, além de outras formas de acautelamento e preservação.

Infere-se que, dentre os instrumentos previstos para se proteger os bens culturais brasileiros, encontra-se o instituto do registro, o qual se encontra regulamentado pelo Decreto N^o. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Imperioso se faz assinalar que a criação do instituto do registro está vinculada a diversos movimentos em defesa de uma compreensão mais ampla no que se refere ao patrimônio cultural brasileiro.

“No Brasil, a publicação do Decreto 3.551/2000, insere-se numa trajetória a que se vinculam as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães, mas em que se

incluem também as sociedades de folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos indígenas”, como bem observa Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 62). De igual modo, o instituto em comento reflete as reivindicações dos grupos de descendentes de imigrantes das mais diversas procedências, alcançando, desta maneira, os “excluídos” do cenário do patrimônio cultural brasileiro, estruturada a partir de 1937.

Nesta esteira, evidencia-se que o registro tem por finalidade reconhecer e valorizar bens da natureza imaterial em seu processo dinâmico de evolução, viabilizando uma apreensão do contexto pretérito e presente dessas manifestações em suas distintas versões. Márcia Sant’Anna, ao discorrer acerca do instituto em comento, coloca em realce que “não é um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, que pode também ser complementar a este” (SANT’ANNA, 2003, p. 52).

Assim, o registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento acerca do bem cultural de natureza imaterial, equivalendo a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações, em suas plurais facetas, possibilitando, a partir de uma fluidez das relações, o amplo acesso ao público. Nesta perspectiva, o escopo é manter o registro da memória dos bens culturais e de sua trajetória no tempo, eis que este é o mecanismo apto a assegurar a sua preservação.

Em razão da dinamicidade dos processos culturais, as mencionadas manifestações desbordam em uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não podendo ser alicerçada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são emoldurados por uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não pode ser engessado nesses conceitos, sendo mais importante, nas situações concretas, o registro e a documentação do que intervenção, restauração e conservação.

Acrescente-se que os bens escolhidos para registro serão inscritos em livros denominados: (i) Livro de registros dos saberes, no qual serão registrados os conhecimentos e modo de fazer; (ii) Livro das formas de expressão, o qual conterá as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; (iii) Livro dos lugares, no qual se inscreverá as manifestações de espaços em que se concentram ou mesmo reproduzem práticas culturais coletivas; e, (iv) Livro das celebrações, no qual serão lavradas as festas, rituais e folguedos, consoante afixa o Decreto Nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

4 O EMBATE ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DO OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS COMO REFLEXO DA HISTÓRIA ORAL LOCAL

Como país dotado de um multiculturalismo ímpar, o Brasil, por meio da Constituição Federal, confere proteção ao pleno exercício dos direitos culturais, garantindo, em consonância com a forma estabelecida no §1º do artigo 215, a tutela jurídica de toda e qualquer manifestação vinculada ao processo civilizatório nacional. Neste viés, essa concepção constitucional de dimensão multicultural na estruturação e tutela do patrimônio cultural brasileiro é sagrada pela manutenção do liame existente entre sociedade-Estado na materialização de tarefas de promovam tanto o exercício dos mencionados direitos, tal como a proteção e fruição dos bens culturais materiais e imateriais que lhe conferem suporte. Neste cenário, “a fabricação artesanal de painéis de barro é o ofício das paneleiras de Goiabeiras, bairro de Vitória, capital do Espírito

Santo. A atividade eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário” (BRASIL, 2018d, p. 13).



Figura 01. Processo de tingimento da panela de barro com a tintura do tanino. Fonte: BRASIL, 2018d.

Cuida reconhecer que o ofício das panelas materializa técnica de cerâmica de origem indígena, cujo aspecto proeminente está assentado na modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino. Em que pese a urbanização e do adensamento populacional que passou a submergir o bairro de Goiabeiras, o ofício familiar da feita de panelas de barro continua substancialmente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade daquela região. É imperioso o reconhecimento do aspecto cultural dos modos de fazer, no tocante ao ofício das panelas de Goiabeiras, tanto assim que tal prática foi o primeiro bem cultural registrado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Livro de Registro dos Saberes, em 2002.

Com efeito, no Estado do Espírito Santo as panelas de barro são o tradicional recipiente de moquecas de peixe e outros frutos do mar, tal como da torta capixaba, iguaria tradicional consumida no período das festividades da Semana Santa. “Ícones da identidade cultural capixaba, a torta, as moquecas e as panelas de barro ganharam o mundo e configuraram, na literatura gastronômica, “a mais brasileira das cozinhas”, por reunirem e mesclarem elementos das culturas indígena, portuguesa e africana”. Ao lado disso, como manifesto patrimônio cultural imaterial do Estado Capixaba, o processo característico da produção das panelas de Goiabeiras conserva todos os aspectos peculiares e indissociáveis com as práticas dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. No mais, as panelas continuam sendo modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência e com o auxílio de ferramentas rudimentares, preservando, pois, o ofício caracterizador de proeminente patrimônio cultural imaterial, encontrando, assim, respaldo e proteção na Constituição Federal.



Figura 02. Processo de queima da panela de barro. Disponível em: <<https://caipirismo.com.br/2015/03/13/livro-registra-trabalho-das-paneleiras-de-vitoria-es/>>. Acesso em 07 nov. 2018.

Ao lado disso, há que se reconhecer que a forma de preparação das panelas de barro do Bairro de Goiabeiras observa um procedimento secularmente estruturado, sendo que a técnica de cerâmica empregada é reconhecida, a partir de estudos arqueológicos desenvolvidos, como legado proveniente das tribos indígenas Tupi-guarani e Uma, sendo que o maior número de elementos identificados está diretamente associado ao segundo grupamento. Verifica-se, assim, que o saber refletido no ofício registrado foi apropriado dos índios pelos colonos e descendentes de africanos estabelecidos à margem do manguezal, localidade reconhecida historicamente como um local no qual era desenvolvido o ofício.

Convém mencionar que, em decorrência do aspecto nos modos de fazer em comento, as paneleiras executam seu ofício nos quintais e no galpão da associação, alimentando, via de consequência, as relações familiares e de vizinhança próprias da atividade. Ao lado disso, percebe-se que os espaços de morar e trabalhar se confundem, pois, cada casa é uma oficina, na qual o fazer panelas de barro convive, cotidianamente, com os afazeres domésticos e com a criação dos filhos e netos, nos momentos de festa, de perdas e manifestações de fé. “Em casa como no Galpão, é usual a presença de crianças participando das atividades, tanto modelando a argila em pequenos formatos, como trabalhando no alisamento das panelas”. (BRASIL, 2018d, p. 21).

À luz do exposto, o reconhecimento das panelas de bairro de Goiabeira ultrapassa os limites territoriais do Estado do Espírito Santo, maiormente quando associadas à moqueca e à torta capixaba, expressões típicas da culinária da região, disseminando o aspecto cultural da região. Ora, verifica-se, assim, que, de utensílios domésticos, as panelas passaram a usufruir de categoria de ícone da identidade cultural do estado. Distintamente de outros grupos produtores de bens culturais que, a despeito de sua relevância para a formação nacional, se encontram marginalizados na dinâmica social e econômica hegemônica, o grupo de paneleiras da região de Goiabeiras conquistou, sobretudo a partir da década de 1980, a consciência de sua importância no que tange ao processo de construção da identidade cultural regional. “O trabalho institucional do Iphan em favor da salvaguarda do ofício das paneleiras de Goiabeiras está voltado para o acompanhamento dos processos e das atividades tradicionais, bem como

das ocorrências de intervenções nas condições de produção, comercialização e promoção das panelas de barro". (BRASIL, 2018d, p. 47-48).



Figura 03. Processo de modelagem da panela de barro. Disponível em: <<https://caipirismo.com.br/2015/03/13/livro-registra-trabalho-das-paneleiras-de-vitoria-es/>>. Acesso em 07 nov. 2018.

É notório que o patrimônio cultural imaterial encerrado no ofício das panelas de Goiabeiras reflete a confluência dos pilares que estruturam a constituição e consolidação da cultura brasileira, pautando-se na assimilação de modos de fazer que remontam aos povos nativos anteriores à chegada de europeus e africanos no continente americano. Mais que um singelo ofício suburbano, a confecção de panelas de barro, observado o procedimento estabelecido pelas panelas de Goiabeira enseja patrimônio dotado de elevada densidade, desdobrando-se, pois, em singular elemento integrante do cenário complexo e multifacetado que compreende a cultura nacional. Trata-se de apropriação e perpetuação dos saberes assimilados e, até hoje, empregados na subsistência de uma população que nutre um liame identificador, o qual está intimamente atrelado ao ofício desempenhado.

Ocorre, contudo, que se verifica, devido ao aumento desordenado e despido de prévio planejamento do núcleo urbano, que o ofício desempenhado pelas panelas de Goiabeiras encontra-se em risco, notadamente em decorrência da degradação das áreas de mangue, local do qual é retirada a matéria-prima para a prática do patrimônio cultural registrado. Mais que isso, há que se reconhecer, ainda, que o crescimento urbano da região culminou na profissionalização e concorrência da atividade, objetivando atender um mercado consumidor, a produção que é desenvolvida no galpão passou a gozar de um ritmo empresarial com maior visibilidade publicitária, ao passo que as panelas do fundo de quintal foram ofuscadas comercialmente, após a notoriedade recebida pelo galpão. É verificável, dessa maneira, que o crescimento da região trouxe consequências diretas para a atividade desenvolvida, porquanto

desvirtuou a essência cultural do ofício, passando a permeá-lo por traços empresariais, fomentado, sobremaneira, pelo Município de Vitória-ES, com vistas a estabelecer um circuito turístico urbano que acaba suplantando as pequenas artesãs, cujo ofício é desenvolvido em seus quintais e que recebem um fluxo menor de visitantes e clientes do que aquele que frequenta o galpão da região. Assim, em razão da renda que não consegue atender os gastos mínimos da população, verifica-se que as paneleiras estão migrando do ofício tradicional em busca de renda fixa e atividades formais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em harmonia com todo o escólio apresentado, prima colocar em destaque que a construção do meio ambiente cultural sofreu maciça contribuição com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fóssilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Com efeito, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultural.

O crescimento desordenado da região do Bairro de Goiabeiras, na cidade de Vitória-ES, em conjunto com a degradação acentuada da região de mangue e a publicidade conferida ao ofício das paneleiras daquela região desembocam em um cenário de extremos contrastes. Tal fato decorre da premissa do Estado do Espírito Santo e o Município de Vitória buscar estabelecerem um circuito turístico urbano, fechando, contudo, os olhos para as consequências produzidas principalmente para as pequenas artesãs, eis que o Galpão das Paneleiras de Goiabeiras recebeu claramente contornos empresariais. Assim, as paneleiras que atuam em seus quintais atendem um público relativamente pequeno, quando comparado com aquele que frequenta o galpão, produzindo, dessa maneira, de acordo com as encomendas feitas pelos clientes, cujo número é inalterado, por consequências, os ganhos financeiros não são tão significativos quanto aqueles recebidos no galpão.

A rentabilidade insuficiente para atender os gastos domésticos cotidianos faz com que muitas paneleiras sejam compelidas a desenvolverem outras atividades no mercado formal de emprego como serviço geral, faxineira, empregada doméstica e outros. Mais que isso, a população mais jovem, ao observar que o trabalho é desgastante e não possui elevada rentabilidade, está cada vez mais buscando postos de trabalho com remuneração fixa, perdendo o interesse pelo ofício desenvolvido. Tal situação, em um futuro breve, associado à falta de argila, poderá comprometer a sobrevivência de tal patrimônio cultural. Diante disso, por perceberem a ameaça à sua tradição, as paneleiras se colocam à disposição para ensinar o ofício aqueles que se interessam, mesmo que não sejam parentes ou não morem no bairro.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018a.
- _____. *Decreto Nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018b.
- _____. *Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018c.
- _____. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018d.
- _____. *Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018e.
- _____. *Ministério da Cultura*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2018f.
- BROLLO, Sílvia Regina Salau. *Tutela Jurídica do meio ambiente cultural: Proteção contra a exportação ilícita dos bens culturais*. 106f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pucpr.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. 13 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 38 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em 07 nov. 2018.
- RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). *Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em 07 nov. 2018.
- SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.
- THOMÉ, Romeu. *Manual de Direito Ambiental: Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011*. 2 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2012.
- VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. *Jurid Publicações Eletrônicas*, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

**ESQUECIMENTO, LEMBRANÇA, FOTOGRAFIA,
TRADIÇÃO, MORTE E VIDA: CAMINHOS DE MEMÓRIA E
TRAMAS DO AFETO NO FILME VIVA: A VIDA É UMA FESTA**

KELLY CASTELO BRANCO DA SILVA MELO

*Professora do Departamento de Biblioteconomia - UNIRIO
kelly.melo@unirio.br*

LEILA BEATRIZ RIBEIRO

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO
leilabriereiro@unirio.br*

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta perscrutar o longa de animação *Viva: a vida é uma festa* (2017), dos estúdios Disney Pixar, na perspectiva da memória social, e discutir elementos, polarizações e conceitos próprios do campo da memória que se encontram entretecidos na narrativa fílmica. Explora as dinâmicas mnemônicas desenhadas nos fios de uma tradição familiar específica – a da família de Miguel, personagem principal, *o narrador* – que tece e é tecida, em dimensão macro, pelas tradições e ancestralidade do povo mexicano; no filme, especificamente, a celebração do Dia dos Mortos. Com foco sobre os objetos como *semióforos* agentes nesses processos, acompanha a oscilação entre lembrança e esquecimento – o que lembrar/o que esquecer, porque lembrar/porque esquecer – par que se equivale à vida/morte, ou, ainda, a vida-morte/desaparecimento-aniquilamento, e que cria a tensão criativa por meio da qual a trama se desenvolve.

Palavras-chave: Memória. Afeto. Tradição. Lembrança-existência. Esquecimento-desaparecimento.

ABSTRACT

The present paper investigates the animation *Coco* (2017), a Disney Pixar studios production, in the perspective of social memory, and discusses elements, polarizations and concepts proper to the field of memory that are intertwined in the film narrative. It explores the mnemonic dynamics drawn in the threads of a specific family tradition –

that of Miguel's family, the main character, *the narrator* – that weaves and is woven by the traditions and ancestry of the Mexican people; in the film, specifically, the celebration of the Day of the Dead. Focusing on objects as semiophoric agents in these processes, it accompanies the oscillation between remembering and forgetting – what to remember / what to forget, why to remember / why to forget – a pair that equals life / death, or even life-death / disappearance-annihilation, and which creates the creative tension through which the plot develops.

Key-words: Memory. Affection. Tradition. Remembering-existence. Forgetting-disappearing.

1 INTRODUÇÃO

Porque, afinal, do que andamos tratando é da dignidade de ser, algo, recordado (RIBEIRO, 1998, p. 09).

A tradição ocupa um lugar de destaque no campo da memória social, como canal vivo/vívido por meio do qual a memória de um grupo segue/pode seguir adiante. Ela é um dos territórios onde floresce aquilo que Pierre Nora, em seu texto clássico *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993) chamou de “memória verdadeira”: aquela enraizada na vida, carregada pelos indivíduos em suas práticas, que habita e respira nos gestos, hábitos, ofícios, que promove coesão social pela adesão afetiva e que, assim, sustenta os elos de identidade. No filme *Viva: a vida é uma festa* (2017), podemos observar esses aspectos, com clareza, a partir do entrelaçamento de duas tradições que se alimentam e apoiam mutuamente: a mexicana – mais especificamente, a celebração do Dia dos Mortos – e a familiar. Arelado ao projeto de pesquisa *Mais do que posso contar: coleções, imagens e narrativas* (RIBEIRO, 2014), da linha de Memória e Patrimônio do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, o presente trabalho pretende explorar as dinâmicas de memória presentes nas tramas das tradições (e) do filme, com foco sobre os objetos como semióforos (POMIAN, 1984) agentes nesses processos, acompanhando a oscilação entre lembrança e esquecimento – o que lembrar/o que esquecer, porque lembrar/porque esquecer –, par que se equivale à vida/morte, ou, ainda, a vida-morte/desaparecimento-aniquilamento, e que cria a tensão criativa por meio da qual a trama se desenvolve.

2 TRADIÇÕES: A CELEBRAÇÃO DO DIA DOS MORTOS

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos [...] aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]. Porque é afetiva e mágica [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas [...]. A memória instala a lembrança no sagrado [...] emerge de um grupo que ela une [...]. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993, p. 9).

A festa do Dia dos Mortos mexicana foi reconhecida, em 2003, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, [2008?]). Sua descrição primeira na lista da Unesco – “festividade indígena dedicada aos mortos¹” – já aponta para seu caráter ancestral, cujas origens remontam à era pré-hispânica. A celebração sobreviveu à colonização, mesclando-se a elementos introduzidos pelos espanhóis e, hoje, é fruto do sincretismo dos rituais ancestrais indígenas (astecas, maias, purépechas, náuatles e totonacas) e da religião católica (ALVES, 2015). Trata-se da comemoração do retorno dos ancestrais e entes queridos falecidos à Terra. Retorno esse que é facilitado/promovido por caminhos de oferendas, construídos pelas famílias com pétalas de flores, velas e outros elementos como presentes e objetos pessoais dos mortos, que partem dos cemitérios rumos às casas, constituindo vias de reencontro. Note-se que é apenas por meio de suportes físicos – objetos, presentes e, também, principalmente, de fotografias – que a ponte é construída e se consolida, e que os mortos podem fazer a travessia, encontrar o caminho para os seus, e afirmar/perpetuar a própria existência.

1 Do original em inglês: “*Indigenous festivity dedicated to the dead*” (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, [2008?]).

3 ENTRELAÇAMENTOS FÍLMICO-MNEMÔNICOS

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo, em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

É no bojo dessa celebração que a narrativa de *Viva: a vida é uma festa* – em inglês, *Coco* (título original) – se desenvolve. Produzido pelos estúdios Disney Pixar, e dirigido pelo estadunidense Lee Unkrich, o longa de animação, vencedor do Oscar de 2018, conta a história de Miguel Rivera e/em sua família, principalmente a partir da força do vínculo existente entre ele e sua bisavó, *mamá* Inez. É partir do contraste entre Miguel, uma criança, e *mamá* Inez, o membro mais velho da família, que o fio da trama começa a se desenrolar, por meio da tensão criativa que se forma nas dinâmicas de oscilação entre os polos representados por esses dois personagens: o do novo e o do velho, o da lembrança e o do esquecimento, o do movimento e o da imobilidade. É a partir de contrastes também que a dimensão afetiva – tanto do que afeta, quanto do que é do/ de coração – que sustenta a família de Miguel e sua memória – desde os primeiros instantes, elementos indissociáveis e tecidos na alteridade – vai sendo revelada. Em uma das primeiras cenas, Miguel diz de sua bisavó: “Ela tem dificuldade de lembrar das coisas”, e assim, ele lembra e nos conta, trazendo o que é dele e dos que vieram antes, e, também, o que é dele em oposição aos que vieram antes.

A costura do lembrar e do esquecer na tradição da família de Miguel, dentro do contexto da celebração do Dia dos Mortos, se dá por meio de um conflito: ele não apenas não quer seguir com o negócio familiar de fabrico de sapatos, como deseja ser músico – um destino absolutamente inaceitável para os seus, devido ao fato de que o marco identitário de sua família se constitui por meio de uma ruptura total com a música:

Tem horas que me sinto castigado por uma coisa que aconteceu antes mesmo de eu nascer... Bom, há muito tempo, existiu uma família. O *papá* era músico. Ele e a família cantavam, dançavam e eram felizes. Mas o *papá* tinha um sonho: tocar para o mundo. E, um dia, ele partiu com o seu violão... e nunca voltou.

E a *mamá* não podia ficar chorando pelo músico que se mandou. Depois de eliminar toda a música da sua vida, arranjou um jeito de criar sua filha. Arregaçou as mangas e aprendeu a fazer sapatos [...]. Ensinou sua filha a fazer sapatos. E, depois, ensinou seu genro. E, aí, os netos também aprenderam.

O negócio foi crescendo junto com a família.

A música destruiu sua família.

Mas os sapatos reconstruíram.

E essa mulher foi a minha tataravó, *mamá* Amélia. Ela morreu muito antes de eu nascer, mas ainda me contam suas histórias, todo ano, no *dia de los muertos* (VIVA..., 2017, 1:00-2:36 min).

Como um mito fundador, a história de *mamá* Amélia², a mãe de *mamá* Inez, forja os destinos dos membros da família de Miguel: nada de música. Os Rivera fazem sapatos. Ponto.

No altar dos ancestrais na sala das oferendas, preparado para as celebrações do Dia dos Mortos, o topo da árvore genealógica de retratos tem uma raiz/origem dominante: uma fotografia de *mamá* Amélia, com *mamá* Inez ainda criança no colo, ao lado da figura de um homem que teve a cabeça rasgada – ou seja, (a memória de) uma família sustentada no memoricídio incompleto do pai de *mamá* Inez – ou *Coco*³, como ele a chamava – e aquilo de mais evocativo da lembrança dele: a música. Dizemos “memoricídio incompleto” porque o pai de *Coco* permanece ali, sem

2 No original em inglês, *mamá* Imelda.

3 Título original do filme.

permanecer. Encontra-se destituído dos elementos que garantiriam sua identificação – sem cabeça e com seu instrumento, uma peça customizada, muito particular, encoberto por uma dobra (literal e de memória) –, porém, inegavelmente lá. Falar de um memoricídio completo seria, simplesmente, o apagamento ou a ausência total de rastro e de quaisquer elementos evocadores, mesmo aqueles evocadores de ausência e rejeição, ou seja, o nunca ter existido. A foto representa o campo da memória, na dimensão micro que é a da intimidade dessa família, como um campo de disputas entre aquilo que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido.

O corpo sem cabeça ao lado de Inez reforça a história e a identidade da família Rivera, e norteia a tradição familiar rumo ao que deve ser negado, movimento esse que é um ato de violência, principalmente se considerarmos a figura de Coco que, por toda a vida, foi forçada a esquecer o próprio pai. A narrativa fílmica é recheada de momentos nos quais a imobilidade do personagem de *mamá Inez* é sacudida pelo impulso de lembrar, de reagir a essa imposição familiar, levantando a cabeça e dizendo “*Papá?*” com nítida perturbação. Movimentos que sua filha, a mulher a ocupar a posição de matriarca da família, interrompe (suprime) afirmando “*não, mamá, não é nada*”.

Entretanto, como observado no texto de Didi-Hubermann, Cascas (2013), aquilo que é relegado ao subterrâneo para ocultar, eventualmente emerge, revirado pela mecânica misteriosa do solo e do tempo. Aquilo que se enterra, que se deseja que permaneça enterrado, inevitavelmente encontra seu caminho de volta à superfície. E esse impulso primeiro, na trajetória dos Rivera, vem na esteira do amor e do desejo de Miguel pela música.

Apesar da influência e de toda a resistência e oposição de sua família, incorporadas no filme pela figura de sua avó, *abuelita*⁴, inspirado na história de seu grande ídolo – o cantor Ernesto de la Cruz –, no Dia dos Mortos, Miguel decide se inscrever em um show de talentos. Enquanto tenta escapar sem ser percebido, ocorre um incidente provocado por seu cachorro, Dante, e o porta-retratos com a foto de *mamá Amélia* cai ao chão e se quebra.

A presença do cachorro é significativa, uma vez que metaforicamente, no renascimento, a memória foi comumente representada sob a forma de um cão (SCLIAR, 2003). Podemos fazer uma relação também com o nome dado ao cachorro, Dante, homônimo do poeta florentino⁵ e, também, (do) personagem principal do poema épico *Divina Comédia*, que realiza uma jornada pelos reinos do além-túmulo (inferno, purgatório e paraíso). Alusão à figura do poeta como aquele que, possuído pelas musas – etimologicamente e mitologicamente relacionadas à *música*: o que concerne às musas (CERQUEIRA, 2002) – torna-se intérprete de *Mnemosine*: memória. Essas relações se consolidam, entremeadas à ancestralidade mexicana, no fato de que Dante é um cão da raça *Xoloitzcuintli*, cujo nome é composto pela junção de *Xolotl* – o nome do deus asteca responsável pelo submundo – e *izcuintli*, a palavra asteca para “cachorro”. Com uma origem que data da era pré-colombiana, os *Xoloitzcuintli* eram considerados guias do submundo, capazes de orientar os astecas no mundo dos mortos (WRIGHT, 1960).

Ao resgatar a fotografia do porta-retratos quebrado, Miguel percebe que uma parte dela estava dobrada para trás. Ao desdobrá-la, ele vê que a figura proibida do *papá* de *mamá Inez* segura um violão que ele imediatamente reconhece como o violão customizado de Ernesto de la Cruz.

Energizado e assegurado pela certeza de que seu ídolo é um de seus ancestrais, Miguel confronta a família com o seu desejo de se tornar músico. “Quer acabar como aquele homem?! Esquecido?! Excluído de nossa oferenda da família?!”, *abuelita* interpela Miguel, em uma

4 Em português, “vovozinha”.

5 Dante Alighieri

discussão acalorada. “Eu não ligo para essa baboseira de oferenda!” Ele responde, causando o choque de seus familiares. Sua avó, em reação, destrói o violão do menino e ele foge.

Como, para participar do show de talentos, Miguel precisa ter seu próprio instrumento, e incapaz de conseguir que algum dos músicos presentes na praça lhe cedam um, ele invade o mausoléu de Ernesto de la Cruz para pegar o seu violão emprestado. Mas, assim que o menino toca o primeiro acorde, ele é transportado pelo instrumento para o mundo dos mortos, de onde descobre que só poderá retornar se obtiver a benção dos seus ancestrais.

Irredutível em seu propósito e sabendo que nunca conseguirá a benção de sua *mamá* Amélia – a primeira a ser convocada para abençoá-lo de volta ao mundo dos vivos – se não mudar de ideia, Miguel se lança em uma jornada pelo submundo, acompanhado por Dante, em busca do espírito daquele que ele acredita ser o seu tataravô. Com a ajuda do espírito Hector, que concorda em ajudá-lo desde que o menino, uma vez de volta ao mundo dos vivos, coloque uma fotografia sua na oferenda, Miguel tenta encontrar Ernesto de la Cruz, enquanto foge de seus ancestrais. Nesse movimento de oposição aos seus, Miguel vai aprendendo sobre a força dos vínculos, a importância das tradições e o valor da família, de modo que é no ato de afastar-se que ele desperta e encontra a família dentro dele, ou ainda, o ele que é a família.

A potência dos objetos como suportes e agentes de memória e da vida-morte⁶ marca todo o filme. As *flores de los muertos* – cravos-de-defunto – dominam a estética da narrativa fílmica, de modo que são elas e suas pétalas que guiam os mortos do cemitério para suas casas, e que constroem e constituem caminhos e pontes entre o mundo dos vivos e dos mortos. Isso é ilustrado no filme de forma literal, por grandes pontes constituídas de pétalas de cravos-de-defunto, que só podem ser atravessadas por aqueles espíritos que tiveram suas fotografias colocadas em oferenda (e junto às oferendas) por seus familiares vivos. Sem essa autorização concedida pela exposição da foto, o ancestral não pode visitar sua família e, com o tempo, quando ninguém mais o celebra e, principalmente, quando ninguém mais dele se lembra, ele deixa de existir e se dissolve no vazio.

Essas dinâmicas, no filme, ilustram a noção de sobrevivência condicionada à lembrança, e da noção de morte atrelada à ideia de esquecimento. Na mitologia grega, por exemplo, a morte apenas se consolidava pelo beber das águas do Lethe – em grego, literalmente, ‘esquecimento’ –, que promovia o apagamento de qualquer registro de existência anterior, ou seja, de qualquer memória. A questão da memória como transcendência também é abordada por Eco quando afirma:

Desde os tempos de Adão os seres humanos manifestam duas debilidades, uma física e outra, psíquica: do lado físico, mais cedo ou mais tarde, eles morrem; do lado psíquico, desagrada-lhes ter de morrer. Não podendo evitar a debilidade física, tentam compensar-se no plano psíquico, perguntando-se se existiria uma forma de sobrevivência após a morte, e a essa pergunta respondem a filosofia, as religiões reveladas e várias formas de crenças míticas e místicas. Algumas filosofias orientais nos dizem que o fluxo da vida não se detém e que, depois da morte, reencarnaremos em outra criatura. Mas, diante dessa resposta, a pergunta que nos surge espontaneamente é: quando eu for essa outra criatura, será que ainda me lembrarei de quem fui e saberei fundir minhas velhas lembranças com as novas que ela terá? Se a resposta for negativa, ficamos muito mal, porque, entre ser um outro que ignora ter sido eu e desaparecer no nada, não há nenhuma diferença. Eu não quero sobreviver como algum outro, quero sobreviver como eu mesmo. E, como de mim já não existirá o corpo, espero que sobreviva a alma: mas a resposta que todos daremos nos diz que identificamos nossa alma com nossa memória (ECO, 2010, p. 9-10).

6 uma vida estendida que apenas se desloca de uma dimensão para a outra com o perecer do corpo.

Nesse sentido, estabelecendo um paralelo com o pensamento de Eco e aquele de Léon Deubel apontado por Benjamin em *O colecionador* (2006) – “Eu creio... em minha alma: a Coisa” – vemos no filme as coisas (fotografias, objetos pessoais, oferendas), dentro dessa tradição, como agentes que asseguram o transcender e o alargamento da existência, por permitirem que a memória se perpetue. Semióforos (POMIAN, 1984) que agenciam a interpenetração do visível e do invisível, e por meio dos quais o segundo se torna extensão do primeiro e vice-versa.

Em sua aventura pelo mundo dos mortos, Miguel descobre que Ernesto de la Cruz não é seu tataravô, mas sim, seu assassino, que, após mata-lo, quando este decidiu voltar para casa, abrindo mão do sucesso e da fama por sua família, se apossou de suas músicas e de seu violão. Seu ancestral verdadeiro se revela como sendo Hector, o espírito que o estava ajudando desde sua chegada no submundo. Essa descoberta vem ao encontro da crença afirmada por sua tradição familiar, de que a família sempre seria um guia para ele. Tem início então um processo de retomada do lugar de Hector, tanto no mundo dos mortos, como no dos vivos. Essa dinâmica é acelerada e imbuída de urgência pelo fato de que Coco, *mamá* Inez, a única pessoa viva a ainda se lembrar de Hector, está se esquecendo dele, promovendo seu esfacelamento.

Com a benção de seus ancestrais, proferindo a promessa desesperada de que não deixará *mamá* Inez esquecer o pai, o menino consegue retornar para o mundo dos vivos. Munido do violão de seu tataravô e da fotografia – suportes de memória, recursos evocativos de lembrança – Miguel corre ao encontro de sua bisavó e a encontra em um estado de profunda apatia, como se a memória do pai morrendo dentro dela também a levasse consigo. Para trazê-la de volta – e/ou Hector – Miguel canta a música (aquilo que diz respeito às musas) que pai de Coco havia composto e cantado para ela, antes de partir.

Lembre de mim
 Hoje eu tenho que partir
 Lembre de mim
 Se esforce pra sorrir
 Não importa a distância, nunca vou te esquecer
 Cantando a nossa música o amor só vai crescer
 Lembre de mim
 Não sei quando vou voltar
 Lembre de mim
 Se um violão você escutar
 Ele, com seu triste canto, te acompanhará
 E, até que eu possa te abraçar...
 Lembre de mim⁷
 (VIVA..., 2017, 1:30-1:33 min).

Enquanto Miguel canta a figura de *mamá* Inez ganha vida. Começando com pequenos movimentos dos dedos, como alguém que acorda lentamente, até que ela começa a cantar com ele. Por meio da música a memória se faz presente nela, e por meio dessa presença, a vida se faz de volta. A retomada da lembrança e a presença de Miguel ali, afirmando que seu pai a amava muito, de certa forma desconstruindo a história de abandono que sustentava os alicerces da família também é uma oportunidade para *mamá* Inez de concluir seu luto.

Coco, que desde o início da narrativa não demonstrava reconhecer ninguém, se volta para *abuelita* e a reconhece como sua filha, chama-a pelo nome e restitui parte da identidade de cada um de seus familiares com sua lembrança, com o seu reconhecimento. Seguindo esse movimento, ela abre uma gaveta antiga e de lá retira o pedaço que fora rasgado da foto-topo, foto-guia dos Rivera, restaurando assim também o caminho de volta de seu pai para o visível.

⁷ Em inglês: *Remember me / Though I have to say goodbye / Remember me / Don't let it make you cry / For even if I'm far away I hold you in my heart / I sing a secret song for you each night we are apart / Remember me / Though I have to travel far / Remember me / Each time you hear a sad guitar / Know that I'm with you the only way that I can be / Until you're in my arms again... / Remember me*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradição constitui um aspecto significativo na experiência daquilo que Nora (1993) chamou 'memória verdadeira'. Assim como indissociável da memória, as vivências e práticas tradicionais também atuam como catalizadores dos processos de percepção de si como indivíduo e como grupo. Tanto memória como identidade são instâncias que se produzem, consolidam e atualizam na relação com o outro – seja ele humano ou não, objeto ou não, visível ou não –, e essa relação é da ordem do *afeto*, tanto como a expressão e o sentir de afetividade (amor, afeição), quanto como daquilo que nos afeta.

No filme *Viva: a vida é uma festa* (2017) vemos esses elementos postos em jogo nas dinâmicas e embates entre o lembrar e o esquecer (o que? Quem?) desencadeadas pelos costumes tradicionais de um povo, e, principalmente, por esses costumes dentro de uma família. Nesse cenário, a dança entre a lembrança e o esquecimento, agenciada com objetos, cria uma tensão que traz à superfície memórias em disputa atreladas à tradição familiar: De um lado, a negação-esquecimento da figura do pai de *Coco* reforçando a identidade dos Rivera como fabricantes de sapatos que não experimentam música; e, de outro, o resgate-lembrança promovido por Miguel em direção a esse ancestral, na tentativa de se autorizar – por meio do outro – a ser algo que desconstrói um dos alicerces identitários da família.

A incorporação de Hector às oferendas da família, reestrutura tradições, identidades e memórias e põe novamente o sistema familiar em equilíbrio. No movimento de distanciar-se dos seus rumo a si mesmo, Miguel, em um movimento cíclico, acaba por retornar à família, na compreensão de que lembrar os ancestrais é lembrar de si e reconhecer seu lugar no mundo. O menino, que começa o filme narrando a história de seus familiares motivado por um impulso de oposição, termina-o passando a tradição adiante, em um outro Dia dos Mortos, com a próxima geração ao colo, olhando para os olhares do passado, nas fotos da ancestralidade, para, assim, seguir adiante.

REFERÊNCIAS

ALVES, Júlia Batista. Um brinde à identidade, à diversidade e à alteridade: um passeio pelo mundo dos mortos no sul do México. **Abehache**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2015. Disponível em: < <http://www.hispanistas.org.br/arquivos/revistas/abehache8.pdf#page=53>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BENJAMIN, Walter. _____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

DIDI-HUBERMANN, Georges. Cascas. **Revista Serrote**, Rio de Janeiro, n. 13, 2013.

ECO, Umberto. **A memória vegetal: e outros escritos sobre bibliofilia**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1992, p. 200-212.

POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dirs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Mais do que posso contar: coleções, imagens e narrativas. In:

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL. **Processo seletivo discente:** cursos mestrado e doutorado: edital n. 12/2015, 2014. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/pdf/edital.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2068/1207>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

ROSARIO, Cláudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. **Morpheus**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/viewFile/4011/3579>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

SCLIAR, Moacyr. **Saturno nos trópicos:** a melancolia europeia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Indigenous festivity dedicated to the dead.** [Paris], [2008?]. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/RL/indigenous-festivity-dedicated-to-the-dead-00054>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

VIVA: a vida é uma festa. Direção de Lee Unkrich. Emeryville, Califórnia, EUA: Pixar Animation Studios, 2017. 1 bobina cinematográfica (105 min), son., color., 35 mm.

WRIGHT, Norman Pelham. **El enigma del xoloitzcuintli.** Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1960.

MEMÓRIA E ESTÉTICA: O USO DE UM JORNALISMO SENSÍVEL NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL PELA REVISTA REALIDADE

VICTOR ROCHA

*Mestrando do Programa de
Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano
victorrn@yahoo.com.br*

RESUMO

Este breve estudo propõe um olhar analítico sobre o jornalismo praticado pela *Revista Realidade*, que apesar de não se caracterizar como uma publicação militante, ganhou destaque social ao abordar pautas com diversidade e aporte crítico. Daremos ênfase ao peso do estilo textual inovador, complexo e sensível, na composição de um jornalismo mais plural, que se mostra instigante na medida em que atua como resistência democrática e que desdobra novos pontos de vista sobre uma sociedade em um tempo histórico. Assim, verificamos que, além da escolha dos temas, a própria forma de fazer jornalismo influencia na construção da memória social sobre uma determinada época. Analisamos a edição número 10 da revista e entrevistamos um de seus mais renomados jornalistas para verificar o uso da subjetividade e o texto jornalístico autoral como ferramenta informacional que explora a sensibilidade do repórter e do leitor.

Palavras-chave: Revista Realidade. Jornalismo Sensível. Imaginário Social.

ABSTRACT

This short study offers an analytic look at the journalism practiced by *Realidade* magazine which, although not distinguished as an activist publication, got social emphasis by addressing subjects with diversity and critical input. We will emphasize the capacity of the innovative, complex and sensitive textual style, in the composition of a more plural journalism, that shows itself as more inspiring as it acts as democratic resistance and that unfolds new points of view on a society in a historical time. We have verified that, besides the theme choices, the way in which they practice journalism itself influences the construction of the social memory of certain time. We have analyzed the 10th edition of the magazine and interviewed one of its most reputed journalists in order to verify the use of the subjectivity and the authorial journalistic text as an informational tool that explores the sensibility of the reporter and the reader.

Key-words: Realidade Magazine. Sensitive Journalism. Social Imaginary.

INTRODUÇÃO

Pouco tempo após o golpe que daria início à ditadura civil-militar brasileira, em abril de 1964, surge no país uma revista de contraste. A *Realidade* teve sua primeira edição publicada em abril de 1966, já com alto investimento, trazendo Pelé na capa e abordando temas como a beleza negra, liberdade, sexo, e os mistérios sobre onde estava o corpo de Eva Peron. A ideia era fazer um título diferente de tudo o que havia sido publicado no país até então, apostar em matérias de profundidade, dar tempo de apuração aos jornalistas, apoio estrutural e liberdade editorial. Essa pluralidade e inovação fizeram com que a revista ficasse marcada como uma das mais importantes publicações da história do Brasil. Ao unir estética, narrativa autoral e pautas mais diversas, o discurso da revista *Realidade* pretendia elevar o nível da informação ao aprofundar temas polêmicos aos olhos do leitor, um destaque perante a imprensa do período.

Essa pesquisa propõe uma análise sobre o potencial uso da subjetividade na composição das matérias, entendendo que ao aceitar a sensibilidade como ferramenta e enxergar a objetividade factual como princípio ético (e não como uma lei natural), o texto informativo alcança uma perspectiva quase artística, capaz de explorar campos amplos da realidade e de estimular um olhar plural aos múltiplos cotidianos comentados por Maffesoli (2010).

De forma ampla, esse breve estudo visa contribuir com uma ideia aprofundada das potencialidades do texto e da produção sensível do jornalismo para o imaginário social e memória cultural, buscando caminhos para uma mídia que gere conhecimento perene e desenvolva noções sociais no próprio senso comum a partir de um estímulo ao pensamento crítico em um público cada vez mais acostumado às notícias em “tempo real”, consumidor de informações em estado alienado, imerso em seu cotidiano automatizado (HELLER, 2016). Além disso, apontamos para uma mídia capaz de se renovar e reconquistar o reconhecimento do público na era da pós-verdade¹. Em um período histórico no qual a subjetividade ganha força, é preciso compreender as formas de utilizá-la em favor do desenvolvimento social.

SENSIBILIDADE AUTORAL E O IMAGINÁRIO COLETIVO

O uso estratégico da sensibilidade busca comover. Isso no sentido mais puro da palavra, vinda do latim *commovere*, ou seja, “mover em conjunto”, “mobilizar”. Dessa forma, entende-se que uma pessoa comovida sofreu um impacto, uma mudança, foi retirada de seu local de conforto por uma ação externa. Ao propormos a verificação dessa estratégia no uso do sensível pelo jornalismo, buscamos exatamente por isso, esse movimento que envolve e desloca o ser social de sua inércia, do cotidiano alienante descrito por Heller (2016), que o transforme e faça transformador, dando ferramentas para uma autonomia do pensar. Ao analisarmos a prática cotidiana do jornalismo positivista (que persegue uma objetividade primorosa a todo custo), verificamos que essa ideia dificilmente é alcançada. Ainda impera uma lógica comunicacional formada em moldes industriais na qual grande parte das notícias é produzida para consumo e descarte rápidos, como os *fast-foods*.

É inegável que em nossa estrutura social acelerada, sobretudo pelos dispositivos de comunicação móveis, é preciso absorver o conteúdo informativo o mais brevemente possível, seguindo a lógica do “tempo real”. Mesmo assim, verificamos que algo se perde.

(...) é preciso definir o status próprio da matéria jornalística no âmbito da narrativa, na medida mesmo em que o repórter, no exercício de seu ofício, comunicar o real, encontra na linguagem um elemento de mediação empobrecedor frente à complexidade que constitui esse mesmo real. Como intelectual, nenhuma regra

¹ Fenômeno recorrente na contemporaneidade, a pós-verdade é um neologismo para situações em que o senso comum dá menos valor a fatos objetivos comprovados do que às crenças pessoais.

satisfaz o jornalista, de sorte que seu trabalho é também um permanente estado de tensão entre a natureza multiforme do fato e os padrões narrativos formais exigidos pela imprensa (FARO, 1999, p. 30).

Se o papel do jornalismo é desnaturalizar os fatos, romper com o que está banalizado no cotidiano e inspirar um senso crítico (MORETZSON, 2007), o uso da sensibilidade se enquadra profundamente em sua dinâmica. Ao aceitarmos através de Maffesoli (1998) que o subjetivo também informa, ampliamos nosso olhar para as capacidades do texto informativo. Por isso, propomos verificar o uso da sensibilidade como ferramenta de informação, capaz de estimular e transformar o imaginário coletivo. Para tanto, nos apropriamos do conceito de cotidiano cunhado por Agnes Heller (2016) para indicar que uma aproximação do texto técnico noticioso à arte (estética) tenha a capacidade de estimular uma suspensão no que está automatizado em nosso dia a dia, já que, segundo a autora, um dos caminhos possíveis para essa suspensão seria o da criação artística. No texto jornalístico, isso se traduziria em abrir espaço para o estilismo literário, uma linguagem mais poética, ferramentas capazes de tocar o imaginário do leitor para além do que pode ser expresso pelo texto formal engessado. Heller não é a única a apostar no poder transformador da arte. O filósofo alemão Friedrich Schiller foi um defensor da arte não apenas como fonte de contemplação ou renovação emocional, mas no que envolvia uma ação educativa e transformadora a partir dos sentimentos e intelecto humano. Ele apostava numa união da ciência e da arte por um desenvolvimento mais profundo da sociedade (SCHILLER, 1994). Complementamos a ideia novamente com Maffesoli (1998), para quem a sensibilidade intelectual é a melhor forma de entender a cotidianidade.

Seguindo essa lógica, e compreendendo a mídia como uma construtora do imaginário social (THOMPSON, 2012), podemos dizer que o impacto do jornalismo dentro do senso popular, aqui ligado à atratividade estética e capacidade transformadora da arte pelo estímulo sensível, seria um caminho de renovação do pensamento crítico. Além disso, é possível afirmar que uma produção jornalística sensível, que carregue a estrutura humanizada e transformadora em toda sua lógica editorial, implique uma geração de conteúdo melhor apurado e representativo.

Essa sensibilidade da qual falamos não pode partir de outro lugar senão do próprio jornalista. Por isso, é importante falar na produção de um “texto autoral” como um dos mais fortes pontos de convergência entre a técnica e a arte. Essa participação do jornalista enquanto autor é ressaltada por Medina (2008), que propõe inclusive uma relação mais próxima do jornalista com suas fontes. Para ela, a complexidade dos temas atuais pede mais por uma narrativa autoral densa do que por um processo ilusório de representação precisa da realidade. E exatamente por ocupar um lugar privilegiado na sociedade, o jornalista não poderia se contentar com uma mera reprodução dos sentidos que já estão dados e conformados no senso comum. Pelo contrário, o profissional da comunicação deveria dar espaço para a sensibilidade em uma “intuição criadora” que possa se tornar também transformadora. O autor estaria ligado à criação, ao pensamento próprio, à arte. Daí a importância, dentro do contexto da estética, de um jornalista que não apenas assine sua matéria, mas que também a faça com seus próprios traços em vez de seguir um modelo que pasteurize sua escrita. Por isso, para Medina, é a partir da autoria que se faz um jornalismo crítico, e não pela objetividade.

Não por coincidência, Adalberto Leister Filho (2003) define a Revista *Realidade* exatamente como uma “revista de autores”, em contraposição às fórmulas repetitivas das revistas semanais. Para ele, os estilos de cada jornalista eram evidentes nos textos, com uma técnica pessoal capaz de enriquecer a literatura das reportagens sem que se perdesse o caráter noticioso. A narrativa sensível praticada pela *Realidade* teria então servido como estímulo a uma visão mais plural e crítica do período de ditadura militar. A revista tinha a proposta de mostrar o Brasil

nos detalhes, seja pela percepção sensível e aplicada dos repórteres ou no olhar artístico dos fotógrafos, passeando de ponta a ponta do país. A pluralidade de personagens, territórios e temas foram pontos chave. O principal era tratar de assuntos que permaneciam como tabus utilizando como matéria-prima a própria vivência de seus jornalistas em uma imersão pela cotidianidade de suas pautas e relatos humanizados nos textos. Muitos destes temas não interessavam ao regime totalitário do período e eram tratados de forma rasa ou ignorados pelos veículos tradicionais. Indo contra o fluxo, *Realidade* ajudava a construir uma visão mais completa da sociedade em seu tempo histórico.

Podemos perceber, portanto, a intencionalidade dos jornalistas-narradores em mostrarem um país distante e desconhecido, redescobrimo-o e aos brasileiros por meio de pautas e, sobretudo, de uma liberdade estética diferenciada daquela encontrada nos demais meios de comunicação da época. Ao dar vida, ao humanizar as personagens de um Brasil não explorado pela mídia, a revista vai construindo elementos que assumem, socialmente, a função de edificar a identidade do brasileiro naquelas décadas. Ao gravar em suas páginas aspectos não tratados, por outros veículos, da cultura brasileira, dá-nos a possibilidade de, hoje, mais de quarenta anos após as construções narrativas, acessarmos aspectos característicos daquele momento histórico. Mais que isso, ao criar narrativas, *Realidade* nos possibilita reconstruir, em termos de sentidos, um país em pleno regime militar, autoritarista (VIEIRA, 2015. p. 214).

UMA REVISTA NO TEMPO HISTÓRICO

A *Revista Realidade* foi uma das primeiras publicações mensais lançadas pela Editora Abril. Distribuída entre 1966 e 1976 em território nacional, chegou a alcançar uma circulação de 466 mil exemplares e ocupou a primeira colocação em vendas no seu período. O estilo inovador das matérias contribuiu para que a publicação seja considerada ainda hoje como um dos títulos de maior importância que já circularam no país. “Com a revista *Realidade*, é possível afirmar que o fato jornalístico entre nós ganhou dimensões sociológicas e penetrou no gosto do público leitor de tal forma que a partir dela os demais lançamentos buscariam pautar seu estilo” (FARO, 1999, p. 19).

Para muitos autores, é possível compreender a existência da *Revista Realidade* em três fases. A primeira correria desde sua fundação até dezembro de 1968, período em que entra em vigor o Ato Institucional Número 5 (AI5²) e quando todo o corpo de jornalistas da revista foi renovado. A segunda, entre janeiro de 1969 e setembro de 1973, com uma quebra na ousadia das pautas que consagraram a *Realidade*. Já a terceira, de outubro de 1973 até o término da revista, ficou marcada por uma mudança completa no estilo editorial, com matérias mais leves, principalmente sobre curiosidades e qualidade de vida. Para nossa análise, o período que mais interessa é primeira fase, já que é marcada pela inovação, liberdade editorial e momento histórico.

O regime instalado em 1964 pretendia ser moderno e conservador a um só tempo. Moderno na eficácia administrativa, na racionalidade econômica, no apoio à produtividade e à otimização do capital. Ao mesmo tempo, no entanto, sua prática discursiva contrariava a modernidade com a qual buscava se legitimar: fazia apelos à moral e aos bons costumes, policiava os ‘atentados à família’, colocava-se como guardião de toda rede de ícones que formavam a base ideológica de um país atrasado (FARO, 1999: 57).

2 Foi o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pelo governo militar, com destaque por ser reconhecidamente o mais extremista. A partir dele foram quebrados diversos direitos constitucionais e a censura se tornou praticamente obrigatória dentre os veículos de mídia. A suspensão das garantias constitucionais acarretou, eventualmente, em uma institucionalização da tortura, que passou a ser utilizada comumente como instrumento pelo Estado.

É neste ínterim que desponta a *Revista Realidade*, com um padrão editorial moderno e que se propunha sempre polêmico e em desenvolvimento contínuo. Não havia uma intensão militante exposta, por outro lado existia o interesse de fazer um jornalismo mais plural e profundo, diferente do se tinha visto no país até então, como explicam José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão, profissionais que trabalharam na primeira fase da revista.

A experiência geral era exposta a partir de um caso particular. Os jornalistas apostavam na vivência das matérias, na participação ativa para relatar experiências mais profundas da realidade. Poucas vezes trabalhou com celebridades e, quando aconteceu, buscava um tom único. A maior parte dos textos abre espaço para personagens ordinários, tratados de forma simples, íntima e humanizada. Além disso, a redação se preocupava em ter todo o Brasil como palco e espalhar suas pautas por diversos estados. (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p.31)

O estilo então único divide definições de pesquisadores até hoje. Alguns dizem que se trata apenas de uma revista de ficção que utilizava traços da realidade. Outros caracterizam como uma produção inspirada no *New Journalism*³ norte-americano, o que a enquadraria como uma vertente do chamado Jornalismo Literário. Um terceiro grupo define que a revista era produtora de “Grandes Reportagens”, padrão que também inclui traços de estilismo e literatura na intenção de gerar um texto mais profundo e atraente ao leitor. O jornalista José Hamilton Ribeiro se filia a esta última visão. Em entrevista semiaberta⁴ para esse artigo, o premiado repórter⁵ afirma que o diferencial da revista não estava apenas no texto, mas também no cuidado de apuração que precedia ele.

(...) a *Realidade* era baseada na “Grande Reportagem”, entre aspas. (...) isso significava que o repórter tinha tempo suficiente para fazer uma boa pesquisa, de livros ou de entrevistas, prévia, sobre o assunto, cobrindo os aspectos mais importantes daquele fato que ele iria relatar. (...) Em segundo lugar, que esse texto que o repórter produzia, passava por um processo de edição muito cuidadoso, muito sensível, de tal maneira que o texto, de uma reportagem dentre treze, aparecesse na revista e desse ao leitor a sensação de que ele estava lendo alguma coisa importante, interessante e que dava gosto de ler (RIBEIRO, 2018, n.p.).

Para o repórter, a alma da revista seria definida em dois polos fundamentais: a imersão do jornalista na pauta, uma busca por compreensão e vivência no assunto, e o transporte dessa experiência por meio do texto, articulando todas as ferramentas possíveis para aproximar o leitor do fato vivenciado. Assim, a sensibilidade é observada como importante ferramenta em todo o processo jornalístico, da escolha das pautas até a redação das matérias, como desenvolve Carvalho:

A dificuldade em transformar o real em texto é parte da *práxis* jornalística e a tensão fica ainda maior quando se trata de uma experiência vivida com intensidade. No caso de *Realidade*, a linguagem encontrada para relatar os fatos, podendo partir para o literário e até à ficção, para melhor descrever a tal experiência, facilitaria essa transição do real para o textual (...) Trata-se da perda da objetividade em prol do relato com mais verossimilhança (CARVALHO, 2013, p. 84).

Em seu livro, Ribeiro complementa dizendo que a intenção de cada “repórter-autor” era a de “conquistar o leitor e levá-lo até o fim da matéria. Dados que poderiam ser enfadonhos

3 Gênero Jornalístico desenvolvido na década de 1960, nos Estados Unidos, que noticiava fatos a partir de uma narrativa literária, humanista e com olhar autoral.

4 “Modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa” (DUARTE; BARROS, 2017, p. 66).

5 José Hamilton Ribeiro tem mais de 60 anos de carreira, período em que acumulou sete prêmios Esso (um recorde para o maior prêmio do jornalismo brasileiro). Possuiu diversas produções históricas, como “Eu estive na guerra”, relato sobre sua cobertura da Guerra do Vietnã, na qual perdeu uma das pernas, publicado em maio de 1968 pela Revista Realidade.

se colocados de maneira tradicional eram diluídos no meio de uma história cujo fim todos queriam conhecer” (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p.33). Esse tipo de atratividade narrativa, típica da literatura, é contrário ao proposto na tradicional lógica positivista do jornal diário, que aposta em alcançar uma objetividade cada vez mais perfeita em favor de expressar a idealizada realidade factual pura. Dentro dessa lógica, há também a hierarquização de informações, que pressupõe a pressa ou falta de interesse do público na medida em que expõe tudo o que há de mais relevante no início do texto, desestimulando a leitura do conteúdo completo. A *Realidade*, entretanto, alcançou êxito pegando seu próprio caminho.

As reportagens longas e o texto cuidadosamente escrito fizeram de *Realidade* um marco na história da imprensa brasileira e revelam o interesse da revista em dialogar com um público capaz de compreender e repercutir tal expressão de um jornalismo inovador. (MORAES, 2007, p. 17)

De acordo com Marão e Ribeiro (2010, p. 23), *Realidade* mostrava um novo modo de viver que começava a surgir no país, com mulheres de voz ativa na sociedade, escolas com novas metodologias de ensino, relacionamentos abertos, segundos casamentos, contestação do celibato dos padres, o cotidiano dos povos indígenas, a fome no nordeste, os menores abandonados etc. “Cada edição cobria o maior leque possível de assuntos, de Política a Saúde, de Religião a Humor, de Moda a Esportes, de Educação a Espetáculos” (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p.27). Dava-se a compreender que poderia haver um novo tipo de jornalismo e, com ele, uma nova visão sobre determinadas esferas da sociedade.

Nesta pesquisa nos debruçamos sobre o especial “Mulher brasileira, hoje” (lançada em janeiro de 1967). Dentre as várias reportagens de empoderamento feminino nessa edição (inclusive com três textos escritos por mulheres, uma novidade na redação), uma foi tida como estopim para que a revista fosse considerada ilegal, fazendo com que viaturas do serviço de vigilância e ronda especial da polícia recolhessem a publicação (só nas oficinas da Editora Abril foram apreendidos 231.680 exemplares da revista). A matéria “Nasceu!”, texto de Narciso Kalili e fotografias de Claudia Andujar, trazia a imagem de uma mulher em pleno parto, com as pernas abertas ao público e a cabeça do bebê à vista. A reportagem narrava um dia de trabalho da parteira Dona Odila, na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. De acordo com a justiça na época, tratava-se de uma revista “obscena” que “afronta à moral e aos bons costumes”. Recuperado no livro *Memória Jurisprudencial*, o parecer oficial do Estado dizia o seguinte:

O exame dos artigos reunidos em edição dedicada à mulher brasileira revela, às claras, o objetivo da revista: ampliar a liberdade sexual e reduzir o casamento a “algo secundário e dispensável, senão desprezível”. Basta ler os títulos “Sexo não tem nada de indecência”, “Felicidade é possível sem o casamento”, “Devemos ser independentes a qualquer custo”. (...) Nas ‘Confissões de uma moça livre’ há frequentes referências ao clima social da Suécia, relativamente ao sexo como modelo a ser seguido e ao qual “a noite funda da moral brasileira ainda impede de chegar”. As “Três histórias de um desquite” constituem, em suma, uma sugestão, um convite à desquitada para refazer a sua vida ao lado de outro homem. Em —“Sou mãe solteira e me orgulho disso”, se contém alguma coisa de útil, a tônica é que a maternidade é, em si mesma, propiciadora das melhores emoções e, assim, justifica e estimula que seja procurada fora do casamento. (...) A fotografia do parto, por certo, choca o sentimento comum e é obscena, segundo o conceito mais amplo aqui admitido. A *Realidade* timbrou em tornar público àquilo que todos os povos insistem em ocultar até das pessoas mais íntimas da parturiente. Essa foto, que só caberia em revista científica especializada, não passa de violenta agressão ao pudor público (AMARAL JÚNIOR; ALIOMAR BALEEIRO, p. 282, 2006).

UMA REVISTA PARA ESTIMULAR MENTES

Como foi de costume para *Realidade*, as reportagens da edição número dez não abandonam a objetividade dos relatos. A expressão do repórter se dá pelo estilismo do texto e seu olhar sobre as histórias, e busca por comover o leitor, trazendo algum nível de empatia. A análise das matérias deixa claro que não há erotização, diferentemente do que nos faz supor o relato oficial citado. A revista abre espaço para discursos quase sempre diretos de mulheres em determinadas situações sociais e com posicionamentos pouco compatíveis ao regime conservador do período. Assim, podemos supor que o choque talvez tenha acontecido porque “antes da circulação da primeira edição de *Realidade*, as revistas existentes, mesmo as femininas, não abordavam a mulher com profundidade, privando-se de problematizar temas como sexualidade, prazer, desquite” (OLIVEIRA, 2013, p. 146).

O texto de “Nasceu!” começa com uma descrição leve e rápida sobre a história e cultura da cidade de Bento Gonçalves, onde a trama ocorre. Em seguida, narra um dia da vida de Dona Odila, que seria uma das poucas “parideiras” ainda em atividade na época. A reportagem é formada por diversos diálogos e uma narrativa leve, que procura descrever as emoções dos personagens e comover o leitor ao transportar seu imaginário para a história. Apesar de uma descrição que desvenda intimidades dos personagens (pensamentos e sentimentos, por exemplo), o jornalista opta por não expor claramente determinadas ações de pesquisa ou entrevistas prévias. Existe um cuidado para que a trama ocorra de forma fluida. Por vezes, a preocupação com as emoções de cada cena relatada sobressai à informação e até mesmo a descrição dos ambientes (normalmente feita de forma cuidadosa na revista) fica em segundo plano. Durante um parto em que Odila trabalha, por exemplo, sabemos muito mais sobre o nervosismo do pai e a dor da mãe do que acerca do processo de parto em si, afastando o cientificismo da cena. A partir de um olhar atual, não há nada de sexual no texto ou nas fotos.

Se não há conflito político ou aparente crime de pudor no conteúdo da revista, o incômodo da edição com os interesses do Estado seria criado por outro motivo, provavelmente o caráter conservador que se propunham defender. Em momento algum se chegou a acusar a revista de trazer mentiras, mas de um conflito moral. Ou seja, a censura se dá pelo choque de ideias e não por algum tipo de comprometimento com a verdade.

Os repórteres da revista comumente se preocupavam em construir um cenário no imaginário do leitor para então desenhar seus personagens à frente dele. Em seguida, abriam espaço para as histórias e os discursos de seus personagens, que eram desenvolvidos sempre no detalhe preciso observado pelo jornalista. Foi assim que *Realidade* transmitiu a ideia de uma outra mulher brasileira, forte, livre e empoderada. Era uma nova vertente da sociedade expressada muito mais por um contato sensível e complexo do que por fatos objetivos. Para José Hamilton Ribeiro (2018), era mesmo a abordagem jornalística que incomodava, por ser, além de social, instigante, que ousava pensar e fazer pensar.

(...) era um governo fechado, com uma mentalidade militar, que tinha suas regras, seu jeito de pensar e tudo... A esse governo não agrada, não faz bem a existência de um jornalismo investigativo, um jornalismo perguntador, um jornalismo de reclamação e de advogar pelo despossuído, pelo marginalizado. Então isso incomodava toda ditadura. Como dizia o Millôr⁶, né, “Livre pensar é pensar”. Então no momento em que você dá curso a essa coisa de pensar e de pensar livremente, é uma coisa que não agrada ao poder que prefere trabalhar sobre um estamento de população acomodado (RIBEIRO, 2018, n.p.).

6 Millôr Fernandes foi um famoso desenhista, humorista, dramaturgo, escritor, poeta, tradutor e jornalista brasileiro. Trabalhou em revistas como *Jornal da Tarde*, *Pasquim*, *Veja* e no *Jornal do Brasil*.

Se compreendemos que o tempo histórico da revista era de intensa transição de valores sociais, com um duro conflito entre mudança e conservadorismo, como ela teria conseguido encontrar arestas para se desenvolver e ter sucesso editorial? Qual seria a fórmula para conquistar o público mesmo abordando as informações mais densas e temas mais polêmicos? Para Ribeiro, a “Grande Reportagem” da *Realidade* era capaz de retratar assuntos complexos de maneira simples, alcançando leitor ao unir prazer e clareza, mesmo em matérias com temas complicados (RIBEIRO, 2018, n.p.).

OBSERVAÇÕES FINAIS

A partir da experiência de *Realidade*, podemos observar a sensibilidade desenvolvida pelo jornalista-autor na condução do imaginário social por visões amplas e plurais. O caso se torna ainda mais emblemático no momento em que essa mudança natural de percepção do cotidiano esbarra com o que um governo conservador considerava válido para ser veiculado na mídia aberta. A *Realidade* surge como uma opção de revista que contesta a própria maneira amarrada de se fazer jornalismo e, com isso, a forma de se enxergar a realidade social. Esse movimento foi fruto de uma união de pluralidade de pautas, incentivo financeiro, apoio popular (convertido em compras) e uma união do texto informativo com a arte, que se provou capaz de estimular uma suspensão do cotidiano neste período e incomodar um poder conservador na eminência da influência ao pensamento crítico popular. Conforme vimos, para o jornalista José Hamilton Ribeiro, essa sensibilidade transformadora é fruto de todo o fazer jornalístico, desde a produção das pautas, passando pelo desenvolvimento cuidadoso do texto até sua edição.

Os estímulos críticos, novos pontos de vista e narrativa capaz de comover o imaginário do leitor são indícios da capacidade desse tipo de texto para abrigar relatos de realidades menos contempladas pelo jornalismo tradicional, servindo como registro da memória popular e cultural de determinado período histórico.

BIBLIOGRAFIA

- BALEEIRO, Aliomar; AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. **Memória Jurisprudencial**. Brasília, Supremo Tribunal Federal, 2006.
- CARVALHO, Felipe Araújo de. **Mulheres da Realidade: gênero e jornalismo na mídia impressa brasileira (1966-1976)**. Curitiba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2013.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed., 9 reimpr. São Paulo, Atlas, 2017.
- FARO, José Salvador. **Revista Realidade 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira**. Canoas, Ulbra, 1999.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- LEISTER FILHO, Adalberto. **Entre o Sonho e a Realidade: pioneirismo, ascensão e decadência da revista Realidade (1966-1976)**. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 2007.
- MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível - Textos Filosóficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. **Realidade Re-vista**. Santos, SP, Realejo Edições, 2010.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MORAES, Leticia Nunes. **Leituras da Revista Realidade (1966-1968)**. São Paulo, Alameda, 2007.

OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de. **A multiplicidade do feminino nas páginas da revista Realidade**. Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa

RIBEIRO, José Hamilton. **Entrevista I**. [ago. 2018]. Entrevista concedida a Victor Rocha Nascimento. Rio de Janeiro, 2018. 1 arquivo .mp3 (46, 57 min).

_____. **Entrevista II**. [ago. 2018]. Entrevista concedida a Victor Rocha Nascimento. Rio de Janeiro, 2018. 1 arquivo .mp3 (16,37 min).

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 12a. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIEIRA, Leylianne Alves. **Diante da Realidade**: narrativas do Brasil entre 1969 e 1973. Brasília, Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, 2015.

GT: 13 - Políticas educacionais e formação docente na atual conjuntura

Coordenadores: André Augusto Pereira Brandão, Tula
Maria Rocha Moraes, Maria Adelia Costa e Sidimara
Cristina de Souza

A (RE)CONSTRUÇÃO JURÍDICO SOCIAL NUMA SOCIEDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO NO ESTADO DE ALAGOAS¹

ARISTÓTELES SALES DA SILVA NETO

Estudante de Direito – UNIT/AL

ari.ssn@hotmail.com

BRENNNA PACHECO

Graduada em Publicidade e Propaganda – UNIT/AL

brenna.pacheco10@gmail.com

PEDRO SIMONARD

Doutor em Antropologia – Professor Orientador – UNIT/AL

pedrosimonard@gmail.com

Resumo:

Este artigo buscou verificar, a partir de sua certificação pela Fundação Cultural Palmares, o reconhecimento, propriamente dito, do Povoado Ribeira, localizado a 188 km de Maceió, como comunidade Remanescente Quilombola. Este povoado foi certificado como remanescente de quilombolas em 2011. Durante a pesquisa utilizou-se a observação participante e a análise da aplicação da legislação pertinente às comunidades quilombolas. Realizaram-se palestras e reuniões com gestores locais que contribuíram para que esta comunidade buscasse se organizar de maneira mais efetiva, na luta por seus direitos. Entre as principais contribuições científicas resultantes desta pesquisa estão a produção de dados que contribuam para um melhor entendimento da questão quilombola no Estado de Alagoas e no Brasil, mais especificamente aqueles formados no sertão nordestino esquecidos/abandonados pelo poder público, como também a observância em tempo “real” da construção e unificação de um povoado, antes disperso por fatores sociais e políticos.

Palavras-Chaves: Quilombolas; Comunidade Remanescente; Legislação Quilombola.

Abstract:

This article sought to verify, from its certification by the Palmares Cultural Foundation, the recognition, properly speaking, of the Povoado Ribeira, located 188 km from Maceió, as a Quilombola Remnant community. This village was certified as a remnant of quilombolas in 2011. During the research the participant observation and the analysis of the application of the legislation pertinent to the quilombola communities were used. Talks and meetings were held with local managers who contributed to this community seeking to organize more effectively, in the struggle for their rights. Among the main scientific contributions resulting from this research are the production of data that contribute to a better understanding of the quilombola question in the State of Alagoas and in Brazil, more specifically those formed in the northeastern backlands neglected / abandoned by the public power, as well as observance in time «Real» construction and unification of a village, previously dispersed by social and political factors.

Keywords: Quilombolas; Remaining Community; Quilombola Laws.

¹ Este artigo é um dos resultados da pesquisa *A reprodutibilidade sociocultural em uma comunidade remanescente de quilombos no estado de Alagoas* que contou com o apoio do Edital 13/2016 da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas/Fapeal e com o apoio do Edital Universal 2016 do Conselho Nacional de Pesquisa/CNPq.

INTRODUÇÃO: A QUESTÃO QUILOMBOLA

O estudo buscou investigar as condições de reprodutibilidade jurídica social do território quilombola povoado Ribeiras (localizada no município de Jacaré dos Homens), no Estado de Alagoas, certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em fevereiro de 2011. Verificando, como e de que maneira a certificação e o reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombos interferem, modificam, favorecem ou dificultam a vida das famílias que vivem neste território, numa área onde a questão fundiária e a pobreza são problemas muito presentes. A questão quilombola transformou-se em um dos temas de debate mais prementes no Brasil contemporâneo.

Segundo o Mapeamento de Comunidades Quilombolas realizado pela Secretaria de Estado de Cultura do estado de Alagoas existem sessenta e oito comunidades quilombolas certificadas neste estado. Contudo, o fato de existirem tantas comunidades certificadas não gerou uma melhora significativa nas condições de vida da grande maioria delas. Os índices de IDHM recentemente divulgados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), indicam uma situação preocupante em todos os municípios alagoanos, situação esta que se agrava nas comunidades quilombolas. No povoado Ribeiras, onde moram cerca de 30 famílias (em torno de 110 habitantes), a exclusão, a marginalização e a fragilidade socioeconômica são evidentes. Esta situação não difere muito daquela encontrada em outras comunidades Brasil afora.

Em obra fundamental para sua compreensão da questão quilombola no Brasil, Arruti afirma que o reconhecimento de uma comunidade quilombola pode ser dividido em “quatro processos indissociáveis: nominação, identificação, reconhecimento e territorialização” (Arruti, 2006, p.45). O primeiro deles, o processo de nominação, refere-se à luta travada por quilombolas e seus aliados contra seus opositores em torno da definição do conceito de quilombo.

Esta luta, travada, sobretudo, no campo jurídico e administrativo no âmbito do Estado, busca enquadrar sob um mesmo conceito e definição grupos e comunidades afrodescendentes cuja origem histórica, conformação social e cultura ocorreram segundo princípios os mais variados. Bustolin (2011) desenvolve importante análise do processo de reconhecimento de duas comunidades remanescentes de quilombos Família Silva, em Porto Alegre, e Casca, localizada no município de Mostardas, na região litorânea do Rio Grande do Sul. Esta autora analisa as lutas políticas que permitiram a certificação de ambas, mostrando que foram necessárias a elaboração de complicadas estratégias jurídicas diferentes para que cada uma dessas comunidades pudesse conseguir o reconhecimento e a certificação.

Calheiros e Stadtler (2010) realizaram estudo sobre a inserção das comunidades remanescentes de quilombos nas políticas públicas brasileiras, mostrando como o conceito reformulado de desenvolvimento influencia a atuação estatal nos contextos rurais e a adoção de ações compensatórias para categorias excluídas. Apesar da Constituição Federal de 1988 ter introduzidos dispositivos importantes necessários para a formatação de um Estado multiétnico no Brasil (como o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/ADCT, por exemplo), não houve uma adequação da estrutura do estado brasileiro de modo a permitir uma rápida e eficiente implementação e operacionalização desses novos dispositivos.

Os que são contrários ao direito dos quilombolas à propriedade do território onde vivem criticam a noção de direito originário, o direito coletivo decorrente do direito originário e, mesmo, a constitucionalidade do artigo 68 do ADCT. Baseando-se na definição dicionarizada de quilombo, esses opositores alegam que não se pode considerar o direito dos “remanescentes das comunidades dos quilombos” (artigo 68 do ADCT) como um direito original porque,

diferentemente dos indígenas, as terras dos antigos quilombos já possuíam um proprietário ou eram terras devolutas cuja propriedade, posteriormente, foi transferida legalmente do Estado para um particular, segundo a Lei de Terra de 1850. Ao enfatizarem que o texto do artigo 68 do ADCT fala em “remanescentes das comunidades dos quilombos” e não em comunidades remanescentes de quilombos, interpretam-no como um direito individual e não coletivo, que assegura ao indivíduo o acesso à terra.

Esta interpretação da lei reinsere este artigo constitucional na ordem do direito fundiário burguês clássico - que reconhece ao indivíduo a propriedade da terra - ao mesmo tempo em que não reconhece a propriedade em litígio enquanto um território étnico nem reconhece os quilombolas enquanto grupo étnico. O argumento de inconstitucionalidade deste artigo sustenta-se no fato de que ele não reconhece o direito de propriedade daqueles que possuem os documentos legais emitidos pelo governo, ferindo, assim, um direito assegurado pela Constituição do Brasil.

O segundo dos quatro processos indissociáveis enfatizados por Arruti é o processo de identificação. Neste momento, há uma passagem do quilombo do desconhecimento pela sociedade nacional para seu reconhecimento por ela. Concomitante, constata-se que o quilombo é uma comunidade cujo direito ao território é desconhecido e desrespeitado pela sociedade nacional.

O texto do artigo 68 do ADCT define um direito, mas deixa em aberto ou não explícito quem, e sob quais condições, pode dele usufruir, criando, assim, um espaço liminar onde ocorre o embate entre os quilombolas e seus aliados contra seus opositores. Sustentando sua tese no conceito de grupo étnico, quilombolas e seus aliados defendem a autodefinição como base para o usufruto deste direito: bastaria a uma comunidade autodefinir-se enquanto quilombola para ter seus direitos assegurados e protegidos pelo artigo em questão.

Em muitos casos, possivelmente na maioria deles, as comunidades quilombolas passaram a identificar-se enquanto tal a partir da ação inicial de um elemento “externo”, como o Ministério Público, ONGs, Comissão Pastoral da Terra, agentes dos governos etc. A partir desta ação, estas comunidades elaboraram e/ou recuperaram toda uma memória coletiva usada para justificar seu pleito pela desapropriação da terra. Na elaboração desta memória o território figura como “marcador memorial” do passado (Arruti, 2006, p.227).

Não podia ser de outra forma: estas comunidades não são proprietárias de seus territórios e um dos poucos elementos que podem legitimar seu pleito é a memória, são as histórias, histórias e tradições que foram transmitidas de geração para geração e as lembranças individuais das relações de parentesco vividas no território. O “ethos do silêncio progressivamente cedeu lugar a uma valorização do passado e do ato de lembrar” (Arruti, 2006, p.212).

Os adversários desta tese alegam que a autodefinição interfere na legitimidade da lei porque o usufruto de um direito e a definição de quem poderá dele se beneficiar não podem estar baseados na autodefinição de um grupo diretamente interessado na aplicabilidade e nos resultados desta lei. Do embate dessas duas correntes chegou-se a um meio termo a partir do qual a autodefinição de uma comunidade enquanto remanescente de quilombo aciona os mecanismos administrativos e legais do Estado brasileiro. Este envia uma equipe de especialistas para fazer um levantamento histórico-cultural e, a partir dele, gerar um relatório técnico que pode referendar ou não a demanda da comunidade em questão.

O terceiro processo indissociável citado por Arruti é o reconhecimento e ele utiliza este conceito na forma como foi desenvolvido nas obras de Honneth (2007) e Fraser (2007), como

resultado de uma luta coletiva contra o desrespeito a um determinado modo de ser e de vida. O processo de reconhecimento cristaliza o problema, corporifica a existência de uma situação real de desrespeito vivida pela comunidade.

Como consequência do reconhecimento, constata-se que o desrespeito é vivenciado pela comunidade como um todo, de maneira coletiva e a resolução deste problema passa, necessariamente, por uma solução que abranja a todos os membros da comunidade e a todas as comunidades remanescentes de quilombos visto que a situação de desrespeito é vivenciada igualmente por todas elas enquanto grupos étnicos.

O desenvolvimento de uma identidade étnica e o reconhecimento da comunidade conduzem à territorialização, quarto e último dos processos indissociáveis, momento em que um território se materializa física e juridicamente, podendo ser traduzido pelo espaço físico necessário à reprodução material, simbólica e social da comunidade.

É muito comum que disputas internas e fissuras comecem a existir dentro das comunidades remanescentes de quilombos decorrentes da disputa pelo poder entre suas lideranças em torno das definições das tradições da comunidade, dos elementos simbólicos que são importantes, das histórias e das trajetórias familiares que devem ser valorizadas e, em muitos casos, em torno das relações de parentesco que devem ser enfatizadas. Estas fissuras e querelas tornam-se mais comuns a partir do momento em que essas comunidades começam a ter acesso a programas e políticas governamentais que permitam o controle e a manipulação de verbas.

O quilombo Povoado Ribeiras localiza-se no município de Jacaré dos Homens, no Sertão alagoano, mais precisamente na região conhecida como Bacia Leiteira. Neste município, a produção agropecuária e as atividades comerciais são ínfimas e vem diminuindo nos últimos anos. Para se abastecer de gêneros de primeira necessidade a população local tem que ir às feiras das cidades vizinhas de Batalha e Monteirópolis. A maioria da população empregada trabalha para a prefeitura municipal.

O Povoado Ribeiras reproduz em seu microcosmo esta situação econômica e social precária. A economia local é sustentada pela agricultura familiar que produz, em pequena quantidade, feijão e milho. Alguns quilombolas possuem umas poucas cabeças de gado bovino e caprino leiteiro cuja produção é insuficiente para garantir a sobrevivência das famílias. Devido a isto, as cestas básicas distribuídas pelos programas sociais do Governo Federal e o Bolsa Família desempenham papel fundamental no processo de reprodutibilidade social dos moradores deste território.

Ribeiras foi certificada enquanto quilombo em 07/02/2011, onde habitam cerca de 30 famílias cuja moradias, quase todas em alvenaria, espalham-se ao longo de uma única rua sem pavimentação que corta toda a comunidade e que margeia o Rio Jacaré, um rio temporário, não havendo conflito de terra contra fazendeiros, mas existe latente conflito entre os moradores porque alguns são possuem pequenas propriedades que arrendam parte ou toda para aqueles que não possuem nenhum pedaço de terra.

Destarte, fora decidido pela criação de uma Associação Quilombola, como primeiro passo para a quebra desse paradigma existente dentro da comunidade

METODOLOGIA

Por ser uma pesquisa com forte componente interdisciplinar, foram utilizados recursos metodológicos variados. O primeiro desses recursos foi o aprofundamento da revisão bibliográfica e documental, dando ênfase à história do município onde se localiza o território quilombola em questão, aos aspectos econômicos desse município juntamente com à leitura e análise da bibliografia produzida concernente ao tema quilombo/comunidades remanescentes de quilombolas. Assim, os participantes desta pesquisa tiveram condição de se inteirarem do estado da arte dessas discussões.

A Realização de um trabalho de campo com observação participante na comunidade. Participar do cotidiano da comunidade e observar como este se desenvolve foi primordial para a compreensão das relações de poder e parentesco, a maneira como os quilombolas se relacionam com o meio-ambiente, como se alimentam, bem como para alcançar os outros objetivos e metas a que esta pesquisa se propõe.

Noutro polo e de igual importância o uso da ciência política aplicada junto a relação interpessoal entre os moradores locais funcionou como um papel central. Principalmente na vivência entre momentos de “lazer” e atividades consideradas importantes para aqueles comunidade, haja visto que para a aplicabilidade do conhecimento inerte somente o conhecimento acadêmico não seria o suficiente.

Realização de entrevistas buscando identificar e analisar as mudanças e expectativas de mudança vivenciadas pelos moradores após a certificação. Algumas perguntas serão comuns a todos e buscarão coletar dados que permitam comparar as respostas dos diferentes entrevistados, visando criar um quadro sinóptico que permita um mapeamento de questões, como por exemplo, como os moradores compreenderam de que maneira a certificação e o que mudou após a certificação, como o grupo se relaciona com as políticas públicas e as ações voltadas para as comunidades quilombolas.

Pequenos cursos foram montados de forma a repassar para a comunidade boa parte do que se entende das Programa Brasil Quilombola, compactado com diversos decretos e leis, que foi um desafio, até para estudiosos da área centralizar todas as informações que permaneciam dispersas.

Para a compreensão do alcance do programa Bolsa Família, buscar-se-á analisar a situação de renda e nutricional; como os moradores se alimentavam antes da implementação deste programa e como se alimentam agora: que tipo de alimentos consomem, por que os consomem, que produtos alimentícios foram incluídos ou excluídos da dieta cotidiana, onde compram estes produtos (feira, mercado?); identificar a renda das famílias, sempre buscando comparar a conjuntura antes e depois da certificação e do acessos ao Bolsa Família.

Esta pesquisa adotará uma postura ética que salvguarde o informante. Se por algum motivo este desejar não participar mais desta pesquisa ele poderá fazê-lo sem nenhum tipo de prejuízo e os dados por ele produzidos serão destruídos ou a ele entregues, se este for o seu desejo.

Também uma ênfase no referencial teórico fora de suma importância, tendo em vista o conhecimento inicial acerca de toda uma demanda legal pertinente a comunidades de remanescentes quilombolas, bem como sua formação histórica e questões sociais delas derivados, fato esse para o entendimento de todos os primas possíveis.

A pesquisa fora dividida em um formato criterioso de sua narrativa e condução, sendo necessário: o reconhecimento do ambiente de campo, conhecer autores de destaque na comunidade

local, assim como adquirir sua confiança, captação de informações históricas, dentre outras microrreferências para o contínuo trabalho, não somente em Ribeiras, como também nos demais povoados adjacentes.

O TRABALHO DE CAMPO

Após realizadas as preliminares teóricas, sem delongas, fora iniciado as visitas de campo, dentre os principais problemas evidenciados o primeiro e ainda presente até a presente data foi a fechada repentina do único posto de saúde da comunidade, gerando um grande abalo interno, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social da população composta, maiormente, por crianças e idosos que para qualquer emergência devem se deslocar até o povoado mais próximo, cerca de 3.2km de distância em estrada de chão ou até a cidade, localizada há 8.5km do povoado.

Estrada essa, sem transporte certo ou contínuo, forjando por vezes uma caminhada, no qual o castigo do calor se faz presente. Clima árido predominante no sertão perpassando diretamente na economia local.

Com tal problematização em mão, já nas primeiras visitas os pesquisadores presentes decidiram se reunir com a secretária de saúde do município. Todavia, o desconhecimento acerca de temas básicos que tangem ao ordenamento jurídico da saúde e até mesmo prático é notório. Apenas informações vagas da possível falta de verbas repassadas ao município.

No entanto, fomos informados da compra de novas ambulâncias para o município e que uma delas ficaria à disposição dos moradores de Ribeira para eventuais necessidades, funcionando assim como paliativo pelo fechamento do posto local, entretanto até a presente data nenhuma ambulância fora alocada.

Em reunião com o atual Secretario de Agricultura e Infraestrutura este nos comunicou a mesma informação no tocante a compra de novas ambulâncias. Seguindo as entrevistas questionamos acerca das medidas tomadas com relação aos moradores do povoado que agora é remanescentes quilombolas, principalmente na destinação e/ou solicitação de verbas federais e programas sociais destinadas diretamente a comunidade, como também o desconhecimento que a comunidade havia sido intitulada quilombola há mais de 05 anos.

Decidimos então redirecionar a principal abordagem que foi repassar para a sociedade local ou seja a comunidade quilombola os conceitos básicos e as mudanças carregadas com a sua autodefinição, não somente em conceitos, mas em atitudes como um todo. Assim decidimos como ponto primordial para a pesquisa a confecção de um estatuto quilombola. Para isso foi necessário uma longa jornada de diálogos, principalmente devido à associação mais antiga de moradores ser extintas, salientando que essa tem forte viés político, não muito bem compreendido sua real intenção, mas notavelmente seu desarranjo.

Assim foi feito, em primeiro momento foi realizada diversas visitas a moradores locais.

No decorrer de todas as visitas laços foram criados e fincados junto à comunidade de maneira que os moradores passaram a confiar e escutar os pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma das primeiras ações realizadas em campo foi a realização de uma oficina, buscando apresentar o Programa Brasil Quilombola e outras legislações aos moradores de Ribeira. Dentre todos os elementos jurídicos apresentados, o Selo Quilombola, como parte do Decreto 6261/2007, foi o que mais chamou a atenção, tendo em conta que a comunidade possui quase

que exclusivamente a produção leiteira como fonte de renda. Entretanto para uma significativa produção seria necessário uma união entre os produtores, fato esse que não interessou a parcela de produtores que possuem sua maior renda na concentrado na produção, sendo mais aceito o início da produção de uma nova matéria, como a produção de mel ou criação de peixes, contudo para tal se faz necessário um estudo geográfico-econômico.

Posterior outras reuniões foram realizadas, a fim de escutar e tentar mediar os asseios presentes naquele grupo. A principal até o final deste estudo foi a confecção do estatuto e aprovação do estatuto, como também de todo conselho/associação que até a ultima visita de campo realizada em 02 de novembro de 2018 já possuía espaço na feira cultural de artesanato, realizado anualmente na capital do Estado.

Destarte, apesar dos entraves, muito fora evoluído e muito ainda temos a se desenvolver principalmente no tocante a direitos como cesta básica, energia, fornecimento de água (com qualidade) e outra série de demandadas no qual a equipe de pesquisa permanecera em observância até a conclusão efetiva de todos os trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados até agora refletem uma interação mais aprofundada do campo à teoria, a pratica efetiva da construção do *juris civilis* de uma comunidade abandonado por todos os segmentos dos Estados, ficando a deriva e jogados a sua própria sorte.

Realizado a primeira parte da intenção de pesquisa muito foi alcançando como a real criação de uma Associação Quilombola, com integrantes enérgicos e com sede de conhecimento na participação e repasse do conhecimento do que se se entende por remanescentes quilombola, não somente em seu território, afetando aqueles que também entraram em processo inicial.

Noutro lado a aproximação com poder público, mais efetivamente das Secretarias Municipais de Jacaré dos Homens, que em nenhum momento se negaram ao conhecimento, como também em ajudar naquilo que fosse possível para que aqueles povos alcancem os objetivos esperados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Terras Tradicionalmente Ocupadas." In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (coord.). **Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro/Brasília:Contra Capa/LACED/ABA, 2012. 375-389.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de e HAESBAERTH, Rogério (Orgs.). **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos 'remanescentes': notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In:**Mana**, v. 3, n. 2, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, 1997.

_____. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, Edusc, 2006.

_____. "Quilombos". In:PINHO, Osmundo (org.) **Raça: Perspectivas Antropológicas**. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

_____. **Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba (RJ)**. Rio de Janeiro, KOINOINIA Presença Ecumênica e Serviço/Fundação Palmares, 2003.

____ e MAROUN, Kalyla. **A resignificação do jongo e sua relação com a educação em duas**

comunidades quilombolas do Rio de Janeiro: Bracuhy e Campinho da Independência. Relatório de pesquisa. S.d.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro, Contracapa, 2000.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica.** Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2005.

BRUSTOLIN, Cindia. O canto do Estado: a questão quilombola no lugar menor. Trabalho apresentado no **XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: diversidades e desigualdades.** Salvador, UFBA, 2011. Disponível em http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308269004_ARQUIVO_artigoOCantoparaCONLAB.pdf. Acesso em 21/05/2013.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la memória.** 1. Ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CALHEIROS, Felipe Peres e STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Identidade Étnica e Poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 13, n 1, p. 133-139, jan./jun. 2010.

FERREIRA, Haroldo da Silva e TORRES, Zaira Maria Camerino. Comunidade quilombola na Região Nordeste do Brasil – saúde de mulheres e crianças antes e após sua certificação. **Ver. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, 15 (2): 219-229 abr. / jun., 2015.

FERREIRA, Rebeca Campos. Identidades Politizadas no Reconhecimento Jurídico da Diferença: uma reflexão sobre o caso dos quilombos no Brasil. **Periferia**, Número 15, diciembre 2011. P. 2-25

FIGUEIREDO, André Videira. **O caminho quilombola : sociologia jurídica do reconhecimento étnico.** Curitiba :Appris, 2011.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. In: MATTOS, Patrícia, SOUZA, Jessé (org.). **Teoria crítica no século XXI.** São Paulo, Annablume, 2007, p.113-140.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** São Paulo, Global Editora, 2010.

_____. **Sobrados e mocambos.** São Paulo, Global Editora, 2010.

FURTADO, Marcella Brasil, SUCUPIRA, Regina Lúcia & ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: **uma leitura a partir da psicologia cultural.** **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 106-115, 2014.

GIACOMINI, Rosana L. B. A territorialidade das comunidades de quilombos no Vale do Ribeira – do direito étnico à posse definitiva do território. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, 2009, pp. 1-33.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro – século XIX.** São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos (org.) e REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

_____. **Território e multiterritorialidade.** GEOgraphia – Ano IX – No 17 – 2007 p. 19-46.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Esther. **O território em tempos de globalização**

HONNETH, Axel. **Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade.** In: MATTOS, Patrícia, SOUZA, Jessé (org.). Teoria crítica no século XXI. São Paulo, Annablume, 2007. P. 79-94.

HUTZ, Claudio Simon; ZANON, Cristian. **Revisão da adaptação, validação e normatização da escala de autoestima de Rosenberg:** Revision of the adaptation, validation, and normatization of the Rosenberg self-esteem scale. Aval. psicol., Porto Alegre, v. 10, n. 1, abr. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 abr. 2015.

ITERAL (INSTITUTO DE TERRAS DE ALAGOAS). Comunidades quilombolas de Alagoas. Disponível em <<http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas>>. Acesso em 23 abr. 2012.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Direito à diferença: olhares sobre as legislações indígena e quilombola no Brasil.** Disponível em <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo2.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2014.

MARQUES, António Pedro Souza. **Da Construção do Espaço à Construção do Território.** Fluxos & Riscos n.º1, 2010. P. 75 – 88

MARQUES, Carlos Eduardo. **De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico.** Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2009, V. 52 Nº 1. P. 339-374.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos Quilombos. Territórios da Memória em Uma Comunidade Negra Rural.** São Paulo: Terceiro Nome, FAPESP, 2012.

MONTEIRO, Lorena Madruga e RODRIGUES, D. F. **Burocracia e políticas públicas: Notas sobre a implementação de políticas no modelo “Top-Down”.** In: DAL MOLIN, Naiara; FIGUEIREDO, César. (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande. 1ed. Porto Alegre: Cirkula, 2014, v. 1, p. 243-258.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió, EDUFAL, 2001.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. WHOQOL – abreviado. Disponível em <http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/whoqol84.html>. Acesso em 27/04/2015.

PEREIRA, Lucélia, SILAVA, Hilton Pereira da, SANTOS, Leonor Maria Pacheco. **Programa Mais Médicos para o Brasil: estudo de caso em comunidades quilombolas.**

_____. Jean Rouch parle de ‘Maîtres fous’. In : Jean Rouch ou le ciné-plaisir. **Cinémaction, número 81**, 4e trimestre 1996b.

SATOS, Milton et al. **Território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3e ed. Rio de Janeiro : Lamparina, 2007.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO BULLYING EM AMBIENTE ESCOLAR

CARLA PRISCILLA BARBOSA SANTOS CORDEIRO

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal de Alagoas - UFAL
carlapriscilla.bsc@gmail.com*

ELENIRA LIMA POMPE PERRELLI TEIXEIRA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas – SOTEPP
Centro Universitário Tiradentes – Alagoas
elenirapompe@gmail.com*

RESUMO

Este estudo visa constatar, através de revisões bibliográficas, se práticas educativas e políticas públicas de combate ao *bullying* tem sido realizadas e, se sim, se tem sido eficazes. O papel do Estado e do educador nesse processo é primordial para a afetividade desses programas, visto que a prática da intimidação sistemática tem sido bastante recorrente nos últimos anos não só face à realidade brasileira, e sim mundial. Violências no âmbito escolar, decorrentes da prática de *bullying*, tem sido cada vez mais noticiada em nossos meios de comunicação, e tem chocado grande parte da população, que muitas vezes não conseguem identificar a prática deste fenômeno. Os efeitos decorrentes, como, por exemplo, massacres em escolas, causam espanto e estranheza, principalmente aos pais das vítimas do *bullying*.

Palavras-chave: *Bullying*. Violência Escolar. Cultura de Paz. Políticas Públicas. Práticas Educativas.

ABSTRACT

This study aims to verify, through bibliographical reviews, whether educational practices and public policies to combat bullying have been carried out and, if so, have been effective. The role of the state and the educator in this process is paramount for the affectivity of these programs, since the practice of systematic intimidation has been very recurrent in recent years, not only in relation to the brazilian reality, but worldwide. Violence in the school environment, resulting from the practice of bullying, has been increasingly reported in our media, and has shocked a large part of the population, who often fail to identify the practice of this phenomenon. The resulting effects, such as massacres at schools, cause astonishment and strangeness, especially to the parents of bullying victims.

Keywords: Bullying. School violence. Culture of Peace. Public Policy. Educational Practices.

INTRODUÇÃO

“Quem nunca sofreu *bullying* na infância e está ótimo hoje para contar?” “Isso é frescura!” “Exagero!” Frases como estas são clássicas quando iniciamos uma discussão acerca da conduta do *bullying*. O fenômeno do *bullying* não é novo, mas a compreensão deste tem sido mais cobrada em virtude da grande incidência em sua ocorrência atualmente.

Distinguir condutas de violências quer sejam elas físicas ou verbais da prática do *bullying* não é matéria tranquila, assim como também o inverso.

O fenômeno do *bullying* é antigo e observado em diversos países. A prática desta conduta tem crescido de forma muito rápida ultimamente, trazendo preocupações a vários segmentos da sociedade mundial, visto que pode desencadear em graves distúrbios nas vítimas que sofrem este tipo de assédio. Pode-se relacionar a algumas das consequências inerentes à prática desta violência, a depressão, o déficit no nível de aprendizagem, a formação de pessoas violentas e, infelizmente, em casos mais graves, a prática do suicídio e também de homicídios.

Atualmente, os constantes fatos noticiados pelos meios de comunicação e as consequências às vítimas que sofrem a violência tem despertado a preocupação em alguns segmentos da população, tais como educadores, psicólogos e juristas. Muitos apoiam que se deve ter uma linha de combate a estas condutas, que vem se demonstrado nocivas à sociedade.

A prática do *bullying* ocorre, principalmente, no ambiente escolar, e tem causado danos de natureza psicológica e física nas vítimas, que, em sua maioria, são crianças e adolescentes. Contudo, esta prática muitas vezes é ignorada e/ou não admitida por muitas instituições de ensino, seja pelo desconhecimento, ou pela negação do enfrentamento.

A escola desempenha um importante papel no combate a estas práticas, mas estarão elas aptas para tal fim, mesmo que a legislação atual determine a obrigação das unidades escolares promoverem a cultura de paz?

Segundo dados disponibilizados no portal do Ministério da Educação – MEC, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) – *Programme for International Student Assessment* –, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado em 2015, constatou que um em cada dez estudantes são vítimas de *bullying* no Brasil (EDUCAÇÃO, 2015).

O fenômeno tem sido preocupação de muita relevância, pois, apesar de sua incidência ocorrer em sua maioria no ambiente escolar, é comum também observar nos ambientes de trabalho e virtuais, por exemplo.

Os dados disponibilizados acima pelo PISA são consideráveis e acabou por despertar a preocupação nos segmentos governamentais e não-governamentais em adotar programas que visem o combate à prática do *bullying*, principalmente no ambiente escolar, considerado um dos locais mais propícios para a ocorrência destas práticas de intimidação.

Porém, estes programas têm sido adotados de forma eficaz? Tem surtido resultados positivos? Há, na prática, atitudes eficazes das instituições de ensino na promoção da cultura de paz e combate ao *bullying*? São questionamentos que procuraremos responder ao longo deste artigo, que tem por objetivo demonstrar a preocupação nas questões inerentes à prática do *bullying* em ambiente escolar e foi elaborado sob a perspectiva de, inicialmente, conceituar e trazer os elementos históricos acerca da prática do *bullying*, as legislações existentes sobre esse fenômeno e, por fim, as políticas públicas e práticas educativas existentes na promoção da cultura de paz.

1. SOBRE O CONCEITO DE BULLYING

Como dito inicialmente em nossa introdução, muitos ainda não conseguem distinguir a prática do *bullying* com os outros tipos de violência, e, por isso, acabam por menosprezar e banalizar essas intimidações.

Para entender o *bullying*, é necessário discorrer sobre alguns aspectos históricos que envolvem a tal conduta, a começar pela origem da expressão. De origem inglesa, a palavra “Bully” tem a tradução para valentão, mas que podemos interpretá-la como intimidação.

Conceitualmente, o *bullying* pode ser entendido como qualquer forma de agressão verbal, social e/ou física, realizada de forma sistemática e intencionalmente por um ou mais indivíduos, com o intuito de provocar estas agressões, resultando em danos e sofrimentos a uma mesma vítima.

As pesquisas sobre as consequências da prática do *bullying* não são novidade. O pesquisador norueguês Dan Olweus é o pioneiro nos estudos sobre o fenômeno do *bullying*.

Segundo Gonçalves (2015), ao citar Olweus:

[...] foi o norueguês Dan Olweus, que iniciou seus estudos sobre o suicídio entre jovens na década de 1980. A partir de um longo estudo sobre esses casos, Olweus concluiu que grande parte desses jovens havia sofrido algum tipo de humilhação ou ameaça no ambiente escolar por seus pares. Como dado relevante de pesquisa, foram analisados 84 mil estudantes; concluiu-se que um em cada sete estudantes que cometeram suicídio estava envolvido em *bullying*. A repercussão desses resultados foi considerável e gerou uma campanha nacional antibullying, com apoio do governo norueguês, que reduziu em 50% as ocorrências desse tipo nas escolas do país (GONÇALVES, 2015, pg. 15)

Olweus, portanto, na utilização de questionários, foi o primeiro a determinar critérios de identificação da prática das intimidações sistemáticas de uma forma mais específica e, em decorrência das suas pesquisas, foi possível fazer a identificação mais precisa daquelas ações decorrentes da prática do *bullying* que de outras formas de violência.

O questionário de Olweus foi adaptado em diversos países. No Brasil, quem o adaptou foi a extinta Organização Não-Governamental (ONG) ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, possibilitando, assim, o estabelecimento de comparações interculturais. Infelizmente a ONG ABRAPIA, fundada pelo médico pediatra Lauro Monteiro, encerrou suas atividades em 2008, quase 20 anos após a sua fundação, por falta de apoio financeiro (MEDEIROS, 2008).

É importante frisar que brigas comuns, que ficam apenas nas discussões ou que, eventualmente, podem chegar às vias de fato, são naturais em ocorrer no âmbito escolar, principalmente nesta fase entre a infância e a adolescência. Porém, quando estas brigas se tornam algo rotineiro, é importante se ter um olhar mais atento a esta questão. Perseguições feitas por estudantes, de forma isolada ou em grupos, a também colegas de forma isolada ou em grupos, podem demonstrar que naquele contexto práticas de intimidações sistemáticas devem estar ocorrendo.

É fácil observar que a escola, por si só, é um local propício para que o *bullying* ocorra, visto não ser um ambiente de paz plena. É importante que os profissionais da educação devam se atentar da coerência dos fatos, pois agressões inerentes a essas intimidações sistemáticas ocorrem, geralmente, onde a presença de supervisão é mínima ou inexistente.

2. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O FENÔMENO BULLYING

Em nossa Constituição Federal (1988) há em seu Capítulo III uma seção específica sobre a Educação. Especificamente em seus arts. 205 e 206, a Carta Magna consolida e amplia o dever público para com a educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (1996), em seu art. 1º, também reforça o entendimento da Carta Maior:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Apesar das normas estabelecidas já em 1988, ainda não existia uma lei que tratasse diretamente das questões referentes à prática do *Bullying*. Em 06 de novembro de 2015, o Brasil, através da Lei Nº 13.185, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática e definiu *bullying* como:

todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL, 2015)

Uma das determinações do projeto é a de que seja feita a capacitação de docentes e equipes pedagógicas para implementar ações de prevenção e solução do problema, assim como a orientação de pais e familiares, para identificar vítimas e agressores. (BRASIL, 2015)

Outra determinação é a de que sejam realizadas campanhas educativas e fornecida assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores. (BRASIL, 2015)

Ainda sobre a lei, ela diz que a punição dos agressores deve ser evitada “tanto quanto possível” em prol de alternativas que promovam a mudança de comportamento hostil. (BRASIL, 2015)

A criação da Lei do Programa de Combate à Intimidação Sistemática buscou afirmar a necessidade de conscientização e de respeito com o outro, além de atribuir responsabilidades a quem tem o dever e o direito.

Já é um consenso que o *bullying* não é um aspecto natural nos ambientes escolares, e várias iniciativas já se demonstravam na atualidade para o seu combate. Mais recentemente, a Lei Nº 13.663, de 14 de maio de 2018, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-Lei 9.394/1996), reforçando a Lei de Combate ao Bullying, obrigando as instituições de ensino a promover a cultura de paz.

A alteração da lei se deu no art. 12 da LDB (BRASIL, 1996), que trouxe a nova redação:

Art. 1º O *caput* do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X:

“Art.12.....
IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas;
X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas” (BRASIL, 2018)

Porém, ambas as leis ainda não tipificaram a conduta do *bullying*, apenas trazendo a importância quanto ao seu combate. Mas como agir, caso a agressão ocorra?

Para um fato ser considerado crime, é necessário que ele esteja previsto como uma infração penal em nosso ordenamento jurídico brasileiro. As leis mencionadas não tipificaram penalmente a prática do *bullying*. Sob esta perspectiva, só se poderia considerar o *bullying* um crime se a sua ação fosse estritamente prevista na lei. Portanto, já que não existe um dispositivo penal que trata especificamente sobre o *bullying* como algo passível de sanções, não há conduta própria para prática deste tipo de violência.

As condutas inerentes ao *bullying* geralmente são de comportamentos agressivos de forma psicológica e física, de abusos diversos. Todas as condutas advindas destes comportamentos são, por sua vez, consideradas infrações específicas.

Em outras palavras, não existe o “crime de *bullying*” como um conceito fechado, mas quase todas as práticas que configuram aquilo que entendemos por *bullying* são infratoras do código penal ou pode estar presente como ato infracional no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sua conduta, portanto, só será punida quando há a interpretação das ações realizadas que são legalmente previstas como infração.

Para os maiores de 18 anos, citamos, para exemplificar, a agressão física praticada pelo *bullying*. Esta será julgada como lesão corporal, prevista no art. 129 do Código Penal (BRASIL, 1940), sendo analisado se a prática da violência foi feita de forma reiterada para a configuração do *bullying*.

A depender da gravidade do ato, a prática do *bullying* pode configurar ato infracional disposto no art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), sendo adotadas medidas socioeducativas aos agressores, segundo o art. 101 do mesmo diploma legal.

A prática do *bullying* fere princípios constitucionais – respeito à dignidade da pessoa humana –, além de ferir o ECA, Código Penal e o Código Civil, sendo que este último determina que todo ato ilícito que cause dano a outrem gera o dever de indenizar (BRASIL, 2000).

A relevância penal acerca do tema é notória. Ao perceber que estamos diante de um fenômeno crescente que causa danos muitas vezes irreversíveis para quem sofre a violência, os

integrantes da Comissão de Juristas encarregados de propor a Reforma Penal se convenceram da importância de criminalizar o *bullying*, já que inexistia legislação específica sobre o tema.

Luiza Nagib Eluf (2012), uma das pessoas membro da Comissão de Reforma do Código Penal nomeada pelo Senado em setembro de 2011, acredita que a conduta do *bullying* deverá ser tipificada penalmente sob os seguintes argumentos:

Alguns argumentam que deveríamos deixar a cargo das escolas e dos pais de alunos a solução desse problema, e não transformá-lo em caso de polícia. No entanto, está evidente que, muitas vezes, nem as escolas nem as famílias têm conseguido lidar adequadamente com o *bullying*. Trata-se de uma violência que pode diminuir a autoestima da vítima, provocar reações de extrema agressividade contra a escola e os colegas e, por vezes, levar ao suicídio. Ou seja: é melhor possibilitar que os fatos cheguem ao conhecimento da Justiça enquanto é tempo do que permitir que a situação se agrave e acarrete reações de violência muito maior. E é preciso lembrar que, tratando-se de crime de ação penal pública condicionada a representação, se a vítima preferir tentar resolver a situação no âmbito exclusivo do local onde ocorreram as intimidações, é só não oferecer a representação que o Ministério Público não irá agir (ELUF, 2012).

Contudo, enquanto a conduta ainda não é tipificada penalmente, a legislação atual exige que as instituições de ensino combatam a prática do *bullying* promovendo a cultura de paz, e é diante deste contexto que políticas públicas devem ser implementadas a fim de minimizar a incidência das intimidações sistemáticas.

3. A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO BULLYING EM AMBIENTE ESCOLAR

O ambiente escolar, por si só, traz aspectos multifacetados, onde diversos tipos de violência podem ser produzidos entre os alunos, professores e gestores.

Como já explanado, as violências decorrentes da prática do *bullying* tem aumentado consideravelmente no Brasil e no mundo, e, diante deste cenário, é necessário desenvolver iniciativas de promoção à cultura de paz, principalmente no âmbito escolar, local propício para que ocorram as intimidações de forma sistemática.

Para isso, um conjunto de políticas públicas faz-se necessário, pois há a necessidade de intervenção do Estado nesta realidade social, com o uso de instrumentos públicos ou determinações administrativas, para que direitos individuais e coletivos sejam respeitados, gerenciando os conflitos ali instalados.

A educação é tratada como uma política pública social, no qual o Estado tem sua responsabilidade, mas que não pode ser somente pensada por ele ou por seus organismos. Tanto a política, a educação e a instituição escolar podem fazer a diferença na prevenção da violência escolar. Educação e sociedade estão atreladas, pois “toda educação é reprodutora, mas ao mesmo tempo, nenhuma sociedade atual seria, sem a escola, o mesmo que chegou a ser com ela, e por isso toda a educação é transformadora” (PRIOTTO, 2008, *apud* ENGUITA, 2004, p. 13.). Instituir práticas educativas para prevenir a violência é necessário, mas elas devem estar consolidadas com valores de respeito, ética e tolerância.

No dia 15 de junho do corrente ano, 2018, uma das autoras deste estudo participou de uma discussão proposta em um roda de conversa organizada pelo Conselho Regional de Psicologia, através da mediadora, Psicóloga Ms. Anna Júlia Giurizzato Medeiros. Lá, além dos profissionais da área de psicologia, também estiveram presentes profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social.

A roda de conversa trouxe como tema “O grupo como estratégia para trabalhar temas emergentes na escola” (MEDEIROS, 2018), e, dentre eles, o *Bullying* estava entre os temas abordados. Anna Júlia é concursada de uma instituição federal, e desenvolve trabalhos juntos a algumas unidades escolares, para que temas como as drogas, lgbtfobia, gênero, autolesão, relações étnico raciais, suicídio e *bullying*, sejam discutidos entre os alunos e gestores dessas unidades de ensino.

Ao tratar sobre as questões sobre o *bullying*, a mediadora trouxe à discussão relatos de sua atuação enquanto profissional em uma dessas unidades escolares, no interior do Estado. Anna (MEDEIROS, 2018) pôde observar que alguns desses alunos sofriam intimidações sistemáticas, conversou com eles e desenvolveu um projeto de teatro na escola, onde os mesmos se sentiam à vontade para narrar episódios vivenciados de uma forma encenada para os seus colegas. Assim, muitos conseguiam expor suas angústias de uma forma mais leve.

Foi observado que esta interferência educacional refletiu positivamente na diminuição das práticas de *bullying* na escola, tratando o tema de forma mais didática para que a dimensão da gravidade destes atos fosse compreendida por todos. Práticas educativas como essa pode ser uma entre várias propostas para que iniciativas de combate ao *bullying* e promoção da cultura de paz sejam implementadas nas escolas.

No âmbito das políticas públicas educacionais, a Lei nº 13.663 (BRASIL, 2018) que alterou o art. 12 da LDB (BRASIL, 1996) reforçou o que já dizia a Lei nº 13.185 (BRASIL, 2015), que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), agora ao obrigar que as escolas tenham esse papel de promover a cultura de paz.

Também foi instituído o dia nacional de combate ao *Bullying*, através da Lei nº 13.277 de 29 de abril de 2016 (BRASIL, 2016). A data escolhida foi o dia 07 de abril, em decorrência do massacre do Realengo, acontecimento trágico decorrente da prática de *bullying*, ocorrido em uma escola da cidade do Rio de Janeiro nesta mesma data no ano de 2011. Essa data marca o ataque que vitimizou fatalmente 12 alunos entre 13 e 16 anos, sendo um típico exemplo de “*bullycídio*”. (OLIVEIRA, 2017).

É fato que o *bullying* está presente na maioria da vida das pessoas tidas até então como “normais” pela sociedade. Pessoas que fogem dos padrões e estereótipos vinculados na mídia acabam por sofrer perseguições, principalmente as crianças no ambiente escolar.

Outras ações importantes buscando a finalidade das políticas públicas educacionais devem ser implementadas, visando a correção de desigualdades e injustiças histórias face determinados grupos sociais, tais como as questões de gênero, sexualidade, raça, etnia e pessoas portadoras de deficiência.

Um bom exemplo nesse sentido é o de que possuímos um importante marco legal que trata da questão étnico-racial. A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, (BRASIL, 2003) alterou a LDB (BRASIL, 1996), estabelecendo a inclusão no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Esse tema poderá ser abordado, sobretudo, de maneira interdisciplinar nas disciplinas de História, Literatura e Educação Artística, possibilitando a potencialidade da expressão através da arte e da expressão, afirmando um processo de conscientização.

As questões sobre identidade de gênero e homossexualidade também devem ser discutida na escola, visto que muitas das ações de *bullying* são decorrentes da opção sexual de alguns.

Oliveira (2017) trouxe em seu estudo informações interessantes acerca de implementações de políticas públicas nessa temática:

Em 2014, mais uma medida de política pública é implantada por meio do Conselho Estadual de Educação (CEE) apresenta a deliberação 125 de 2014, situando escola a partir das questões sobre a inclusão do nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
[...] alunos travestis e transexuais tem assegurado o reconhecimento da identidade de gênero e o direito ao tratamento digno por meio do nome social (OLIVEIRA, 2017, pg. 213).

Trata-se de um grande avanço dentro das políticas públicas educacionais. Por meio desta deliberação, a dignidade da pessoa humana, princípio basilar em nosso ordenamento jurídico constitucional, é contemplada, trazendo como objetivo o bem comum para todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há de considerarmos que a escola é um ambiente propício para que conflitos ocorram. O ambiente escolar é o local onde muitas das relações são construídas, baseadas em valores de pertencimento e de responsabilidade social. É dever destas instituições de ensino trabalhar aspectos sobre o exercício da cidadania e da valorização da cultura. Para que este trabalho seja desenvolvido a contento, é importante que sejam adotadas iniciativas de formação e capacitação dos profissionais da educação.

As práticas educacionais de combate ao *bullying* devem ser promovidas, mas também é importante que juntamente políticas públicas que visem a promoção à cultura de paz estejam sendo implementadas, visto que o tema é amplo e traz consequências graves nas vidas das vítimas e dos agressores, que costumam perpetuar por toda uma vida.

A ausência da tipificação na conduta do *bullying* não é condição para que mecanismos deixem de ser adotados a fim de coibir tal prática. Pudemos observar que muitas iniciativas de combate ao *bullying* já existem, tanto no ambiente escolar quanto em políticas públicas do governo.

Porém, ainda há muito que trabalhar na conscientização das pessoas, principalmente das crianças e adolescentes, para que as barreiras dos preconceitos sejam quebradas e a aceitação por quem é considerado “diferente” esteja sendo absorvida de maneira mais tolerante e pacífica.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal**. Brasília, DF. 1940. Disponível em: <http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, DF. 1990. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Brasília, DF. 1996 Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em 15 set. 2018.

_____. **Lei nº. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Código Civil.** Brasília, DF. 2002. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Lei nº. 10.639, 20 de dezembro de 1996. Altera a Lei nº 9.394, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.** 2003. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 17 set. 2018

_____. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).** Brasília, DF. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Lei nº. 13.277, de 29 de abril de 2016. Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.** Brasília, DF. 2016. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13277.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Lei nº 13.663, de 14 de Maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.** Brasília, DF. 2018. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

CARVALHO, Lélia Núbia; MOREIRA, Denise Bastos; TELES, Claudia Alves. **Políticas Públicas de combate ao bullying no âmbito escolar: estratégias de enfrentamento no Brasil, Estados Unidos, Finlândia, Espanha e Portugal.** Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/932/808>>. Acesso em: 05 set. 2018.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Especialistas indicam formas de combate a atos de intimidação. 2015.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487>>. Acesso em: 08 set. 2018.

ELUF, Luiza Nagib. **Criminalização do bullying: posição favorável.** 2012. Disponível em: <<http://cartaforense.com.br/conteudo/artigos/criminalizacao-do-bullying-posicao-favoravel/9949>>. Acesso em: 03 set. 2018.

GONÇALVES, Francine Guimarães. **Bullying em Adolescentes: Validade de constructo do questionário de bullying de Olweus e associação com habilidades sociais .** 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/118329>>. Acesso em: 28 out. 2018.

MEDEIROS, Ana Julia Giurizatto. **CRP-15 Divulga: Roda de Conversa. Tema: O grupo como estratégia para trabalhar temas emergentes na escola.** Maceió/AL, 15. out. 2018.

MEDEIROS, Marcelo. **Abrapia: Mais uma ONG fecha as portas .** 2008. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=39&cod_noticia=9097>. Acesso em: 28 out. 2018.

OLIVEIRA, Marinete Pereira de Souza; BONINI, Luci Mendes de Melo; PRADOS, Rosália Maria Netto. **O educador e as políticas públicas de enfrentamento do bullying.** 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170705174848.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

PRIOTTO, Elis Palma. **Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas.** 2008. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/108_54.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

CONTRADIÇÕES NA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS NA AMBIENTAÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS AO CONVÍVIO SOCIAL

Francisco Ramos de Farias

Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social

frfarias@uol.com.br

RESUMO

As instituições prisionais apresentam contradições e singularidades para pessoas encarceradas e para a sociedade. Pelo fato de concentrar grandes paradoxos, a prisão cumpre múltiplas funções, porém fracassa, frequentemente, em recuperar a pessoa criminosa para o retorno à vida em ambientes extramuros. Em face dessas constatações, objetiva-se demonstrar os impasses e as contradições na aplicação de políticas públicas voltadas para processo de reinserção da pessoa egressa da prisão no retorno ao convívio social. Pretende-se também planejar soluções para o problema da reincidência, na atualidade, pela realização de incursões em unidades prisionais de regime aberto e semiaberto, visando orientar pessoas que se estão em liberdade provisória, livramento condicional e outras categorias de pessoas egressas do sistema penal. Enfim, espera-se que, além da punição para pessoas criminosas, o Estado deva voltar sua atenção para as condições que produzem e fomentam a prática criminosa bem como analisar os seus mecanismos.

Palavras-chave: Crime, Assistência, Ex-presidiário, ambientação, violência

ABSTRACT

The prison institutions present contradictions and singularities to people imprisoned and to society as well. Due to the fact that they carry a lot of paradoxes, prisons accomplish several functions, but they often fail to recover the criminals regarding their return to life in extramural environments. In the light of these findings, our object is to demonstrate the obstacles and contradictions present in the implementation of public policies directed to the ex-prisoners' reintegration when returning to social life. We also strive for planning solutions to the cases of re-offending by implementing inroads in semi-open and open prison units aiming at guiding people who are in provisional release, conditional release and other categories presented in the penal system. Finally, we hope that, beyond punishments for offenders, the State focus on the conditions that produce and instigate the criminal practices as well as analyze its mechanisms.

Keywords: Crime, Assistance, Ex-prisoner, process of adaptation, violence

1. Introdução

Diversas são as justificativas apontadas para a falácia das prisões, desde sua criação. Sobretudo, apontamos uma: como pode preparar alguém para a vida em liberdade, mantendo-o em confinamento, principalmente se, nessas condições, acontece a assimilação da cultura prisional? Assim, a pessoa encarcerada, ao invés de assimilar apenas os ensinamentos para declinar de sua vontade para transgredir, acaba por se especializar tecnicamente no universo sofisticado do crime. Essa constatação, aliada a outros fatores de cunho econômico, pode muito bem ser o motivo que explique o alto índice de reincidência de pessoas criminosas ao crime e à prisão. Certamente alguns elos da engrenagem do processo de custódia estão falhando tanto na preparação da pessoa presa para ser reinserida na vida fora da prisão, quanto na assistência às pessoas egressas que, quase sempre, reincidem. Dessa forma, indagamos: o que explica o fato de a instituição prisional se sustentar e se perpetuar nessas bases? Estaríamos fazendo eco à afirmação foucaultiana de que as pessoas criminosas são úteis à sociedade? Quer dizer, a sociedade necessita de pessoas criminosas para justificar a existência da prisão, entre outras justificativas? Possivelmente temos um circuito formado pela prisão, por pessoas criminosas e pela sociedade que funciona de forma bastante precisa, de modo a se caracterizar como uma engrenagem praticamente autônoma a partir da ação efetiva de três aparatos do Estado: a polícia que prende sob a alegação de suspeita de determinadas pessoas, geralmente inscritas negativamente no contexto social em função da etnia, condição econômica; o judiciário que condena pessoas, muitas vezes fundamentando-se em critérios segregacionistas, e a secretaria de administração penitenciária que custodia pessoas tornadas obedientes e submissas.

Iniciaremos nossa reflexão por uma incursão histórica acerca da instauração da pena, desde a época do Brasil-Colônia até os dias atuais, visando a apreender o sentido da palavra prisão para quem transgride a Lei e também para a sociedade. Posteriormente, investigaremos quais fatores inerentes ao cumprimento da pena contribuem para a reincidência criminal e então nos remetemos ao cenário do Poder Judiciário, na análise das medidas adotadas pelo sistema prisional, para garantir assistência à pessoa presa e à pessoa egressa, no intuito de identificar as principais falhas do sistema penal em circunstâncias que requerem a sua ambientação à vida em liberdade. Utilizaremos o método histórico-dialético com o sentido de observar o constante movimento dos fenômenos históricos e sociais no que tange à aplicação de penas, em termos de suas mudanças ao longo da história, sendo inicialmente o seu objetivo aplicar castigo, dor e, por muitas vezes, a morte aos que se voltavam contra os ditames das autoridades do poder. A grande mudança ocorreu quando a pena se configurou com fins de correção e controle social para as pessoas ditas delinquentes. O presente estudo analisou ainda informações obtidas de institutos de pesquisa que confirmaram o aumento vertiginoso da prática de encarceramento, no Brasil, posicionando-se na contramão da grande maioria dos países. O estudo aprofundado desses dados constatou que no Brasil prende-se muito e ao passo que os índices de reincidência criminal são elevados. Contraditoriamente, em nosso país, as instituições prisionais não têm estrutura para comportar a massa carcerária produzida, além do que, as assistências à saúde, material, jurídica, educacional, social e religiosa, garantidas pela Lei de Execuções Penais, em menor ou maior grau, são parcialmente cumpridas, quando o são. Enfim, constata-se que esse ciclo de encarceramento em massa se repete, tendo o condão de aumentar, ao invés de diminuir a violência na sociedade, e que as pessoas mais vulneráveis à violência são a população negra, pobre, jovem e periférica. As intervenções serão norteadas pelas informações já construídas no Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência, além do planejamento de uma Central de Monitoramento de Violência que contará com estações de obtenção e difusão de informações em instituições com as quais mantemos parcerias em diferentes estados do Brasil. Acreditamos que o fenômeno da reincidência pode ter outra nuance além de somente

umentar e também que é possível a recuperação da pessoa criminosa para convívio social, basta que o Estado se mobilize para essa finalidade, pois consideramos que o crime concerne à condição humana, sendo por isso mesmo uma questão social.

A trajetória de vida da pessoa egressa do sistema penitenciário é marcada por grandes desafios em face das dificuldades e obstáculos cotidianamente enfrentados, mesmo tendo em vista as políticas públicas que lhes são destinadas, desde a promulgação da Lei de Execução Pena de 1984 que determina, além de outras prerrogativas, o preparo para o retorno à vida em liberdade, bem como a obrigatoriedade de apoio e acompanhamento. Eis a linha de raciocínio que encontra suporte no pensamento de Foucault (1996) quando definiu o homem infame, ao se referir às pessoas que são colocadas à deriva por instâncias do poder, sendo, pois, o momento mais intenso de suas vidas. Sem dúvida, as pessoas colocadas na rua, pelo aparato de Estado, não tem reputação nem prestígio, razões pelas quais são consideradas restos excedentes. Quer dizer, são vidas desprovidas de existência e vidas que só sobrevivem pelo fato de insistirem teimosamente em viver em função de memórias e recordações, por vezes abomináveis devido às marcas indeléveis pelos crimes cometidos e o percurso decorrente desse ato.

Nesse contexto, a pessoa egressa do sistema penal é, por um lado, uma categoria jurídica e, por outro, deve ser vista como parte de um grupo social que traz a marca indelével decorrente da passagem pela instituição prisional. Sendo assim, a pessoa egressa deve ser compreendida como quem passou por uma ruptura radical em relação às experiências de vida, anteriores ao ingresso no âmbito das práticas criminosas, somado ao engajamento de outros tipos de vivências que são assimiladas na prisão cujos resultados imediatos são, sobretudo, um processo de ambientação que apresenta, como características principais, a vulnerabilidade e a estigmatização. Via de regra, após uma transformação significativa da vida, para quem consegue realizar a travessia na instituição prisional e sair com vida, há um retorno. Contudo, indagamos: a pessoa egressa do sistema penitenciário retorna para que lugar do contexto social? Ou melhor: há um lugar para esse retorno? Não será o retorno a repetição da vida nômade que incursionou a pessoa ao ingresso no mundo do crime?

O nomadismo referido deve ser compreendido em relação às precariedades das condições de vida de certas pessoas em função dos estigmas com que são identificadas no contexto social, bem como a ausência de assistência pelo Estado, principalmente na realidade brasileira que se alimenta da crença de que o encarceramento é uma solução. Se a lógica dos aparatos de segurança (agentes da polícia, poder judiciário e sistema de custódia) se alinha no projeto do megaencarceramento então a questão da assistência à pessoa egressa, para o retorno ao convívio social, é mesmo secundária, uma vez que a solução que circula, no imaginário social, acentua quase tão somente a exclusão de pessoas do convívio social e não o processo de recuperação de quem transgride uma norma social. Nesse sentido, a prisão seria uma espécie de linha de término e não um meio operatório no processo de recuperação de pessoas para retomarem suas vidas além dos seus muros. Por isso, a prisão reproduz um aparelho de coerção bastante eficaz na transformação e produção de subjetividade pela submissão e sujeição, sendo frequentemente influenciada para operar nessa direção por vetores de natureza econômica (LAZZARATO, 2014).

Se pensarmos no arsenal de pessoas e órgãos que dependem, para viverem, da existência das prisões, então se essas deixarem de existir, teríamos um verdadeiro colapso social. Essa linha de pensamento ressoa à tese de Foucault (2008) de que a prisão é necessária para a sociedade, por um lado, como também existem determinados cenários sociais que só se mantêm enquanto existirem prisões, por outro. Embora sejamos constantemente bombardeados pela máquina midiática acerca da inutilidade das prisões, sabemos que esse alarde não corresponde a uma

verdade: as prisões podem não funcionar para cumprir a função a que se destinam, mas são muito eficazes em outras tantas funções, como por exemplo, transformar uma pessoa criminosa comum em uma pessoa criminosa contumaz. Mas se seguirmos a diretriz utópica apontada por Baratta (1999) de que a melhor prisão é aquela que não existe, teríamos de proceder a uma inversão para deslocar a prioridade e importância da prática de encarcerar para o processo de assistência da pessoa egressa do sistema penal.

A condição de vida da pessoa egressa do sistema penal explica-se por si própria, em razão da presumível deterioração produzida pelo encarceramento diante das estratégias construídas, pela pessoa presa, para sobreviver em um ambiente que prima para afirmar constantemente, pela ação de aparatos estatais, a inferioridade e a desigualdade, ao contrário do que se propõe o Estado ao criar as prisões destinadas ao preparo da pessoa criminosa para o retorno à vida em sociedade. No entanto, essa finalidade dificilmente ou raramente é alcançada se tomarmos apenas um indicador que evidencia esta constatação: o alto índice de reincidência, fator responsável, entre outros, por diferentes etapas na história de vida construídas pelos egressos acerca da experiência do crime e a passagem pelo cárcere. Mas não nos esqueçamos do alerta de Adorno (1994) de que é impossível uma vida “errada” ser vivida corretamente. Apesar dessa constatação, que bem cabe para as pessoas egressas do sistema penal, seria possível, diante de uma vida ruim, em uma situação de encarceramento, planejar condições para uma vida boa? Em um nível mais extenso dessa questão, como planejar uma vida boa em um contexto marcado pela desigualdade social e por práticas sociais que desconhecem direitos de alguns segmentos da população? Conforme assinala Butler, (2018, p. 214) “estamos vivendo uma vida boa em um mundo no qual a vida boa é estrutural ou sistematicamente vedada a tantos, ou se torna uma expressão que faz sentido ou parece denotar um modo de vida que se mostra de algumas maneiras bastante ruim”.

Decerto, uma vida boa está condicionada aos determinantes econômicos quando deveria se pautar em aspectos éticos e morais. Poderíamos pensar sobre questões de natureza ética para pessoas que são consideradas infames (pessoas que foram institucionalizadas em manicômios, hospícios e prisões) e obrigadas a uma vida nômade? Eis o quadro que retrata a situação de pessoas egressas do sistema penitenciário que não são bem vidas em seu retorno, uma vez que, quem passa por uma estadia em uma prisão, dificilmente conseguirá livrar-se do estigma de pessoa perigosa e inadequada para o convívio social. Ora, como uma pessoa nessas condições pode conduzir uma vida diante de processos sociais que funcionam em direção oposta a essa aspiração? Não é difícil pensar que, em nossa sociedade, existem as vidas que não importam segundo os mais diferentes critérios, daí estarem ausentes todas as proteções legais e direitos. Mesmo considerando esse cenário, ainda é possível alimentar a esperança em mudança, ou seja, algumas vidas que atualmente são consideradas indignas podem ser objeto de uma apreciação diferente no futuro, como por exemplo, as pessoas egressas das prisões.

Mas quem são as pessoas egressas do sistema penitenciário? Em que as políticas públicas penais falham na recuperação para vida em sociedade? Estamos diante de um emaranhado de dificuldades quando colocamos, lado a lado, o apoio de assistência à pessoa egressa e ação das políticas estatais que se destinam, tanto ao preparo da pessoa aprisionada para retomar sua vida fora das grades da prisão; quanto à assistência e o acompanhamento após a sua saída desse ambiente. Porém, como a prisão, pela sua função de custodiar, modela a pessoa presa para ajustar-se às suas regras de funcionamento, deixa em segundo plano ou mesmo negligencia todo o processo de preparo para a liberdade.

Eis a principal contradição da prisão: como preparar alguém para viver em liberdade incutindo-lhe a submissão e obediência? Quer dizer, dificilmente cabe no projeto da instituição prisional

o planejamento para a pessoa presa, em termos de condições de vida futura, uma vez que um planejamento dessa natureza se contrapõe aos princípios da custódia que focalizam o momento presente em termos da explicitação de regras a serem seguitas em nome da tranquilidade, estabilidade e controle da própria prisão. Nessas circunstâncias, a pessoa presa, ao ter em mãos o seu Alvará de Soltura, encontra-se diante de um impasse: como viver foras das credenciais transmitidas na prisão se então não dispõe de nenhuma outra para dar continuidade à sua vida depois de liberada das grades? Consta-se, a esse respeito, que a prisão se ocupa primordialmente da garantia e aplicação de mecanismos para a manutenção da pessoa presa, no âmbito da prisão, sem qualquer reflexão sobre como será a vida de quem sair e não retornar de imediato, como as estatísticas evidenciam acerca da reincidência ao crime e à prisão. Vendo a situação por esse prisma podemos afirmar que a situação da pessoa egressa é, na maioria das vezes, passageira, visto que diante das inúmeras dificuldades enfrentadas facilmente e em curto espaço de tempo retorna, mais uma vez, à prisão. Todavia deve haver uma explicação ou uma via que nos auxilie na reflexão acerca dessa situação. Começamos nossa reflexão situando as condições da pessoa egressa que deverá estruturar percursos de vida, sem deixar de lado os significados da passagem pela prisão que, como mecanismo disciplinar de controle, por intermédio da punição, deixa como consequência experiências duradouras dos efeitos da prisionização (CLEMMER, 1950), além dos estigmas.

Quanto à prisão vale sinalizar que, concebida como mecanismo de punição, age no sentido de transformar determinados personagens produzidos socialmente, considerados “monstros”, “anormais”, “perigosos”, entre outros que deveriam ser subjetivamente modificados pela estadia no cárcere e então serem devolvidos à sociedade, recuperados de suas supostas “anomalias”, a fim de não causarem mais problemas sociais e nem fomentarem a desordem. Sendo assim, a prisão seria pensada comparativamente a uma usina de reciclagem da periculosidade em um tipo de aposta de que a pessoa entra violenta e se transforma em obediente e dócil.

Nesse sentido, a prisão, com seus diferentes aparatos, faz jus a uma técnica de normalização, obviamente de correção de categorias sociais que, pelo fato de incomodarem determinados segmentos da sociedade, devem ser retirados de circulação do contexto das relações sociais (FARIAS, 2015). Para realizar essa empreitada a instituição prisional, pautada na punição, esmera-se na utilização de estratégias de homogeneização visando à produção de pessoas submissas e obedientes, apostando que essa seria uma forma de recuperação, pelo menos é isso que se difunde como finalidade da prisão moderna, implantada no Brasil, sob a alegação de um tratamento humanizado, ainda na época imperial. Esse modelo de solução para problemas sociais visou, segundo Aguirre (2009, p. 41) “projetar uma imagem de modernidade geralmente concebida como a adoção de modelos estrangeiros e eliminar algumas formas infames de castigo”.

O Brasil, desde os primórdios de sua colonização, é conhecido como o país de grandes contrastes e igualmente de grandes problemas no campo das instituições, com destaque, nesse sentido, às prisionais em todo o seu território. Historicamente essa situação faz remissão à época em que seus colonizadores se encarregam da imposição de um processo de transformação social dos nativos com a implantação de novos costumes, novas ideologias e novos modos de vida. Já no alvorecer do século XVI registram-se os primeiros problemas de insegurança em função das ações violentas que, apesar dos regimes severos de punições aplicados de acordo com as ordenações portuguesas (MOTTA, 2011), não se conheceu, até o presente momento, soluções para o problema da criminalidade, seja no tocante aos nativos, seja em relação àqueles que imigraram espontaneamente ou não.

Argumenta-se que não há apenas a falta de soluções, mas, sem dúvida, a não aplicação de políticas públicas que tivessem como objetivo a promoção social para que a desigualdade social fosse minimizada. Não obstante, a prática do Estado em fazer de conta que certas situações inexistem é, sem dúvida, uma política pública. Assim, não podemos argumentar que inexistem políticas públicas, pois a não aplicação é uma política de Estado que se ausenta ou se omite em relação à produção de estratégias para solucionar uma determinada situação que se evidencia e assume contornos cada vez mais expressivos como a criminalidade e a ineficácia das instituições prisionais em face de seus objetivos principais: custodiar a pessoa criminoso para prepará-la à vida fora das grades.

O controle, bem como a aplicação de severas modalidades de castigo, não mostrou quase nenhuma eficácia no sentido de minimizar a violência que cresce a cada dia, mesmo com o advento das prisões modernas com a introdução da pena de privação de liberdade e restrição de direitos em substituição às massacrantes práticas de castigo e suplício. Esse tipo de punição do sistema carcerário, dita humanizada, tem sido e continua sendo objeto de grandes controvérsias, até mesmo entre os juristas, em face dos efeitos produzidos pela prisão, como a transformação de um homem comum, pela expertise no domínio de técnicas sofisticadas, no universo do crime e do grande índice de reincidência.

Todavia, apesar dessa evidência, constata-se que a instituição prisional vem sendo, de certo modo, naturalizada a ponto de o tema ter chamado pouca atenção dos meios universitários de produção do saber e de difusão do conhecimento. Só recentemente, ou seja, há aproximadamente três décadas, começaram a empreender esforços no sentido da compreensão dessa problemática em face do cenário construído, cotidianamente, pela propagação de índices cada vez crescentes de violência, atingindo praticamente todos os setores da tessitura social.

A prisão, desde a sua aparição, a pessoa presa e a pessoa egressa do sistema penitenciário são problemas bastante complexos e, até a atualidade, a sociedade que criou a prisão e construiu a categoria social criminoso não conseguiu produzir soluções satisfatórias. Contudo, mesmo diante do mais constatado fracasso no sentido de recuperação da pessoa criminoso para a vida em convívio social, a instituição prisional se mantém cada vez mais forte. Deve haver uma razão para a sua manutenção mesmo que se considere o seu fracasso em propiciar ao ser humano abdicar de suas inclinações para o crime.

A pessoa egressa do sistema penal engrossa a lista de supostos seres indesejáveis à sociedade, sendo prontamente projetados para uma zona sombria como pessoas estranhas e inadequadas, na condição de, segundo Gagnebin (2012, p. 170), “elemento perturbador no seio do grupo social por que é, simultaneamente, membro desse grupo, mas igualmente o seu exterior e o seu oposto”.

Ao longo dos tempos, produziram-se vários sentidos para as instituições prisionais. No entanto, sempre prevalecendo a tese de que a prisão teria como finalidade a segurança e o bem-estar social, em razão da exclusão da pessoa infratora da convivência com as demais por ser considerado de perigo iminente. Mesmo que esse projeto não tenha mostrado os resultados esperados, continuamos ainda com a prática do encarceramento exercendo uma postura segregativa, mediante a identificação ou a criação de um suposto inimigo a que lhe imputamos a condição de perigoso. O inimigo assume proporções presenciais consideráveis, a ponto de, conforme afirma Mbembe (2017, p. 82), ser uma “figura desconcertante de ubiquidade, porque está em todo o lado: sem rosto, sem nome e sem lugar”. Incapaz de cumprir a função de recuperar a pessoa criminoso para a sociedade, a prisão agregou outras finalidades, nem sempre claras, como também admitidas. Embora historicamente os compêndios sejam quase unânimes em evidenciar a falácia das instituições prisionais, este fato não desencorajou gestores de países de naturezas diversas a repensarem outro tipo de solução, advogando pela chamada modernização e humanização conclamada, principalmente, no século XIX. Mesmo

assim as prisões, no contexto desse novo cenário, continuaram e continuam sendo um grande paradoxo social, ou seja, a estratégia punitiva que substituiu as práticas supliciais, tampouco mostraram resultados satisfatórios até os nossos dias.

A história do fracasso, como o que ocorreu com outras instituições de reclusão de pessoas (os manicômios) não deve ser tomada com um indicativo para o fim imediato das prisões, mesmo porque ainda se desconhece os meandros sociais e subjetivos que aproximam uma pessoa da realização pelo crime. A esse respeito, circulam no imaginário social, ideias de que, na atualidade, pelo menos em solo brasileiro a prisão é uma grande escola do crime: eis a compreensão que perpassa no senso comum (WACQUANT, 2008). Todavia, o aspecto mais relevante é o de que a prisão não soluciona, a contento, o problema da criminalidade, ou seja, a prisão falha na sua função precípua: recuperar a pessoa criminosa para o convívio no contexto das relações sociais. Apesar disso, poderíamos afirmar que, como não dispomos de outras soluções, as instituições prisionais, até então, representam e vão representar por muito tempo um problema social necessário.

A intrincada dinâmica do cotidiano das prisões depende da capacidade que se tenha em debruçar um olhar crítico para o interior destas instituições, no sentido de detectar o conjunto de outras finalidades que a prisão cumpre, além daquela para a qual foi criada. Além de ser um sustentáculo para os aparatos policial e judiciário, as prisões, a exemplo da situação da cidade do Rio de Janeiro, com o aparecimento das facções criminosas, tornaram-se setores economicamente rentáveis, de interesse ao poder econômico, vindo a se converterem, por analogia, em verdadeiros laboratórios de experiências sociais, em que as pessoas presas são modeladas para cumprir determinadas funções foras das prisões e, com isso, mais uma vez retornarem ao crime (RANCIERE, 2014). Além disso, existem também outros tentáculos que se estendem aos familiares das pessoas presas e aqueles que habitem em regiões circunvizinhas, os quais garantem a sua existência em razão da manutenção e aumento dos complexos prisionais que, para se perpetuarem, apostam na disseminação da ameaça e do ódio.

Essa outra função que a prisão exerce é, provavelmente, a responsável pela alarmante cifra de reincidência às práticas criminais e, conseqüentemente, à prisão. Estima-se, segundo dados do DEPEN, que o percentual superior a 70% caracteriza as pessoas egressa que retornam à prisão. Em relação a esse contingente significativo e o expressivo retorno, cabe-nos indagar: o que está acontecendo com a pessoa custodiada que tem como destino a reincidência ao crime e à prisão? Eis uma complexa questão: o que estaria acontecendo com a custódia na prisão que não minimiza ou evita a reincidência? Seria apenas uma contradição da instituição prisional ou tem capilarizações nas redes de relações sociais? A que setores interessa a prisão e também a especialização da pessoa presa ao crime como prognóstico de retorno à prisão? Interessa à sociedade o convívio com a pessoa egressa se a pessoa criminosa é considerada uma potencialidade de perigo?

Considerando esses encaminhamentos, enveredamos nas searas jurídica e custodial, tentando entender quais seriam os fatores que inviabilizam a recuperação da pessoa criminosa para o convívio nas relações sociais, haja vista o alto índice de reincidência no contexto brasileiro. Em seguida abordaremos as nuances do cumprimento das penas a partir do novo contexto, que tem na Lei de Execuções Penais, o coroamento máximo do Estado Democrático de Direito. É importante salientar que presenciava-se no Brasil, na data de promulgação dessa lei, os estertores de um segundo regime ditatorial que teve repercussões diretas no sistema prisional, especialmente na determinação de convivência de pessoas presas, por motivos políticos, e pessoas condenadas por outras modalidades de crimes. Por fim, focalizaremos o espectro das medidas jurídico-prisionais a partir do fenômeno da reincidência, considerando as possíveis falhas na aplicação das assistências preconizadas pela LEP e também em algumas situações, à desobediência e imposição de normas dos gestores que administram as prisões.

Referências

- ADORNO, S. Cidadania e administração da justiça criminal. In: DINIZ, E.; LOPES, J. S. L. e PRANDI, R. (Orgs.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, C. N.; et. al. (Orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. I.
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e direito penal**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei 7210 de 11 de julho de 1984.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CLEMMER, D. Observations on imprisonment as a source of criminality. **Journal of Criminal Law and Criminology**. v. 41, n. 3, 1950.
- FARIAS, F. R. Homens à deriva: os egressos do sistema penitenciário. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. (orgs.) **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- FOUCAULT, M. **La vida de los hombres infames**. La Plata: Altamira, 1996.
- GAGNEBIN, J. M. Da relação ao outro: familiaridade ou indiferença? In: SELIGMANN-SILVA, M.; GINZBURG, J.; HARDMAN, F. F. **Escritas da violência**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, v. I.
- LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições SESC, 2014.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MOTTA, M. B. **Crítica da razão punitiva**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- RANCIERE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RELATÓRIO DE PESQUISA. **Reincidência Criminal no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- WACQUANT, L. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Lugar Comum**. 2008.

DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUIDADO A PESSOAS IDOSAS COM ALGUMA DEPENDÊNCIA CUJA REDE FAMILIAR É INSUFICIENTE

ADRIANA CRISTINA GATTI

*Mestranda do Programa de Mestrado Interdisciplinar
em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas –
Faculdade de Ciências Aplicadas /UNICAMP
acris.gatti@gmail.com*

MARTA FUENTES-ROJAS

*Professora do Programa de Mestrado Interdisciplinar
em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas –
Faculdade de Ciências Aplicadas /UNICAMP
marta.fuentes@fca.unicamp.br*

RESUMO

Objetivo: verificar de que forma o cuidado às pessoas idosas com alguma dependência está sendo garantido pela Política de Assistência Social, na modalidade de acolhimento institucional. **Metodologia:** pesquisa de natureza qualitativa e documental. **Resultados preliminares:** Até o momento, foram identificadas 20 ILPIs, sendo que as visitas *in loco* foram feitas em 7 delas. Todas as ILPIs visitadas são Organizações da Sociedade Civil que oferecem acolhimento institucional em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e juntas disponibilizam 170 vagas; sendo que em 4 delas convivem homens e mulheres, em 2 somente mulheres e 1 é exclusiva para homens. **Conclusão:** Os critérios de inclusão dos idosos nas ILPIs observa os riscos que essas pessoas estão expostas e a insuficiência de vínculos familiares ou comunitários capazes de reverter a vivência da violência.

Palavras-chave: Envelhecimento, Assistência Social, ILPIs, Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

Objective: to verify how care for elderly people with some dependence is being guaranteed by the Social Assistance Policy, in the form of institutional reception. **Method:** Qualitative and documentary research **Results:** To date, 20 ILPIs have been identified, with on-site visits being made in 7 of them. All LPCIs visited are Civil Society Organizations that offer institutional housing in partnership with the Municipal Department of Social Assistance and jointly offer 170 vacancies; being that in 4 of them live men and women, in 2 only women and 1 is exclusively for men. **Conclusion:** The inclusion criteria of the elderly in ILPIs observe the risks that these people are exposed and the insufficiency of family or community ties capable of reversing the experience of violence.

Key-words: Aging, Social Assistance, ILPIs, Social Vulnerability.

INTRODUÇÃO

A população mundial está envelhecendo e o Brasil se encontra acompanhando essas mudanças tanto nas taxas de natalidade como de envelhecimento, o que permite fazer uma previsão para os próximos anos; projeta-se que no Brasil essa categoria chegará a 18% no ano de 2030 (IBGE, 2018). Os estudos têm mostrado que mesmo que o envelhecimento da população seja uma questão mundial, cada país a vivencia ou a enfrenta de forma diferente, tanto qualitativa como quantitativamente e isso afeta o cotidiano da vida. Segundo o Fundo de Populações das Nações Unidas (2013), em 2050, 80% dos idosos viverão em países em desenvolvimento.

Para Papaléo Netto (2016), o tema do envelhecimento vem se tornando mais presente nas diversas sociedades, a partir do século XX, devido à “pressão passiva” oriunda do aumento mundial da população idosa. Segundo o autor, a visibilidade da população idosa em termos quantitativos estimulou a criação de novas áreas do saber, como a Geriatria e a Gerontologia, que se constituíram como ciências ao elegerem o tema envelhecimento como protagonista de teorizações científicas. Embora essas duas disciplinas tenham como disparadores as ciências naturais, o processo do envelhecimento traz desafios para outras esferas do conhecimento e vem conquistando a atenção e a agenda em diversos setores (públicos e privados) da sociedade contemporânea.

A interação de fatores orgânicos e sociais se torna complexa quando constatado o aumento das fragilidades oriundas do declínio funcional típico da velhice e a reconfiguração dos arranjos familiares. Há dois fatores principais que interferem na transição demográfica: a redução da taxa de i) natalidade e ii) mortalidade; se por um lado morrem menos pessoas, por outro também nascem menos, e essa nova configuração tem suscitado reflexões sobre as necessidades de cuidado vindouras. Somado à tendência de diminuição de número de filhos por casal, há o deslocamento do papel da mulher do âmbito doméstico para o âmbito do trabalho remunerado, ou seja, o desempenho do papel de cuidadora, legitimado pela sociedade, não tem sido exercido com exclusividade ou na mesma dimensão de outrora. Na lógica da Política Nacional do Idoso (1994), é possível constatar que há uma hierarquia estabelecida para as responsabilidades do desempenho do papel de cuidador da pessoa idosa; primeiro se responsabiliza a família, depois a sociedade e, por fim, o Estado. Ao considerar os novos arranjos familiares e aprofundar sobre as relações possíveis entre a família e a pessoa idosa, pode-se pensar em duas perspectivas: i) existência de relações familiares e ii) inexistência de relações familiares. Quando não há familiares habilitados para responsabilizar-se pela pessoa idosa que necessita de cuidados, a responsabilidade é transferida para a comunidade (amigos e vizinhos) e, se essas pessoas não estiverem disponíveis aos cuidados, quem deverá assumir esse papel será o Estado. Contudo, a existência da família não confere automaticamente que os cuidados adequados sejam prestados por ela, pois as relações familiares também podem revelar-se como *locus* de descuido ou de violência. Essas características podem ser verificadas através da qualidade dos vínculos familiares que são estabelecidos ou cultivados, isto é, quanto mais frágil ou prejudicado o vínculo familiar, mais exposição a riscos e à vulnerabilidade social a pessoa idosa se encontrará. Nesta conjuntura, há um fator determinante conceituado como insuficiência familiar que se revela como elemento que potencializa a vulnerabilidade dessas pessoas.

O Estatuto do Idoso (2003) confere que o envelhecimento é um direito personalíssimo, ou seja, um direito que a pessoa não pode dispor dele; esse direito repercute como obrigação da família, da comunidade e do Estado em garantir a proteção dessas pessoas cuja fase da vida a coloca em vulnerabilidade pessoal e social, maior ou menor, a depender de sua autonomia e independência. Isto posto, cabe a questão: como o Estado, através das políticas públicas,

enfrenta o desafio do cuidado de pessoas idosas que se encontram em situação de dependência e não dispõem de uma rede de apoio familiar adequada?

Segundo o glossário de termos de políticas públicas organizado por Secchi (2015), a análise de políticas públicas é definida como: “atividade e método de pesquisa preocupados em criar conhecimento sobre o processo de política pública” (p.151). O autor, além de definir o conceito, detalha três possibilidades de análise: descritiva, explicativa e prescritiva, propondo a investigação e produção de conhecimento utilizando-se de três questionamentos de base: como as coisas acontecem, por que elas acontecem ou como deveriam acontecer. Neste estudo, utilizaremos apontamentos sobre os três aspectos.

Uma das ideias sobre o termo política é sua natureza intrínseca às relações que se estabelecem entre duas ou mais pessoas, ou seja, o âmbito da política se organiza em um contexto de sociabilidade onde existem interesses diversos e comuns, contraditórios e antagônicos. Contudo, é na interação desses interesses que as ações políticas vão se construindo, ora de forma mais democrática e outras mais coercitivas, validadas pelo Estado (PEREIRA, 2009). Kingdon (2007) defende que há momentos em que há a convergência de interesses sobre determinado tema, o que ele denomina de “janelas de oportunidade”, possibilitando a formação de políticas públicas ou mudanças nas políticas existentes. Baptista e Rezende (2007) acrescentam que “uma janela de oportunidade apresenta um conjunto de condições favoráveis a alterações na agenda governamental e de decisão e a entrada de novos temas nestas agendas” (p. 234).

Considerando as fragilidades típicas da velhice somadas ao contexto de vulnerabilidade social, especialmente com a falta de apoio familiar ou comunitário para os cuidados, esta pesquisa foi elaborada, com o **objetivo** de verificar de que forma o cuidado às pessoas idosas com alguma dependência está sendo garantido pela Política de Assistência Social, na modalidade de acolhimento institucional, considerando que estas pessoas idosas contam com rede familiar frágil ou inexistente e não possuem meios financeiros para custear a própria proteção. O Projeto de Pesquisa do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Aplicadas, da Faculdade de Ciências aplicadas da UNICAMP, foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UNICAMP e recebeu parecer favorável Nº 2.641.534.

Para tanto, a **Metodologia** da pesquisa fundamentou-se na natureza qualitativa e documental. O percurso metodológico consistiu em escolher as Instituições de Longa Permanência para Idosos que executam serviços de acolhimento institucional preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (1993) e que estejam presentes na Região Metropolitana de Campinas (RMC), no Estado de São Paulo. Segundo a Fundação Sistema de Análise Estadual de Dados (SEADE, 2018), a RMC possui população de 3.123.180 habitantes e 13,98% (n=436.620), dessa população tem 60 anos ou mais; ela foi instituída no ano de 2000, pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de Junho de 2000 e é que é composta por 20 municípios, a saber: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d’Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Para identificação das ILPIs da Assistência Social (ILPIs-AS) da amostra, foi percorrido o caminho de busca online nos sites oficiais dos 20 municípios que compõem a RMC, e neles identificado os contatos telefônicos das Secretarias Municipais de Assistência Social e quando não foi possível, pela indisponibilidade de informação no site, recorreu-se ao número de telefone da administração municipal, com objetivo de encontrar um responsável que pudesse oferecer os dados necessários. Em seguida, foi feito o contato por e-mail e/ou telefone com os órgãos públicos para apresentação da pesquisa e solicitação do nome da ILPIs-AS. Alguns municípios ofereceram a resposta por e-mail, outros, quando não havia a oferta desse serviço

no município, informaram pelo telefone e três deles solicitaram o protocolo de ofício, com a apresentação do referido Projeto de Pesquisa.

De posse da identificação das instituições que integram a amostra, foi feito contato telefônico com cada uma delas para o reconhecimento do Coordenador ou Responsável Técnico para apresentação e convite para a pesquisa. Após o aceite verbal dos responsáveis pelas ILPIs-AS, foi solicitado o e-mail de contato para o envio da Carta de Apresentação da Pesquisa, Carta de Autorização para a Pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Questionário para identificação da ILPI. No e-mail também foram enviadas sugestões de datas para o agendamento da entrevista *in loco* com o Responsável ou Coordenador Técnico.

Pelo critério de seletividade, optou-se em convidar o coordenador técnico da ILPI para a pesquisa, considerando que ele é o responsável diante dos Órgãos Públicos e o trabalho por ele desenvolvido contribui indiretamente na atenção aos idosos, ou seja, é possível desenvolver uma rotina de atenção à distância. Em outras palavras, foi considerado que a dedicação do coordenador para a entrevista ou preenchimento do questionário não afetaria negativamente o cronograma de trabalho na instituição. A escolha do coordenador como principal sujeito deste estudo fundamenta-se na Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, RDC/ANVISA nº 283/2005 que trata sobre o Responsável Técnico das ILPIs (ANVISA, 2005) e nas Normas e Orientações Básicas de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH SUAS) que estabelece a equipe de referência para as ILPIs-AS (FERREIRA, 2011).

Sobre o Questionário, foi solicitado que fosse preenchido e reenviado à pesquisadora antes da realização da entrevista para melhor qualificação da visita, mas nem todas as ILPIs-AS enviaram com antecedência. Foi descartado o contato com os idosos para privilegiar a narrativa do profissional que faz a gestão da ILPI-AS na perspectiva do novo cenário que as instituições veem se inserindo, como *locus* de proteção, conforme preconiza a política de proteção à velhice. Seguindo a lógica de menor dano à rotina da ILPI, optou-se em utilizar o questionário para identificação da Instituição e a entrevista semiestruturada para favorecer o diálogo com o profissional. Descartou-se a utilização de técnicas em grupo para não retirar mais que um profissional da rotina de trabalho, como justificado anteriormente. Segundo Markoni e Lakatos (2011) o questionário possibilita a organização das informações pelos entrevistados e pode favorecer a análise dos dados coletados.

O questionário foi elaborado para qualificar as ILPIs-AS participantes da pesquisa; ele contém 25 itens e foi estruturado em três partes: a primeira para identificar i) a Instituição, há quanto tempo presta o serviço de acolhimento institucional e qual sua missão, por exemplo. A segunda parte buscou-se caracterizar ii) as pessoas idosas atendidas no que se refere as características do perfil e das relações com a rede de apoio. E a terceira parte foi identificar o perfil dos ii) profissionais que trabalham nas Instituições. Em relação à entrevista esta foi gravada em áudio e transcrita, após a transcrição foi encaminhada para o entrevistado com a finalidade dele fazer algum ajuste caso fosse necessário e trazer novas informações e garantir a fidedignidade dos dados.

Resultados preliminares: até o momento, dos 20 municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas, 1 município ainda não respondeu se possui ILPIs vinculadas à Política de Assistência Social e 7 responderam que não há esse serviço no referido município. Dos 12 municípios que responderam que possuem esse serviço, juntos totalizam 22 ILPIs e até o momento duas delas não se disponibilizaram para participar da pesquisa e 7 instituições já foram pesquisadas; das pesquisadas todas são Organização da Sociedade Civil (OSC) parceiras do Município.

É importante lembrar que as ILPIs são conceituadas como estabelecimentos de prestação de serviços contínuos e ininterruptos a pessoas com mais de 60 anos, que necessitam de atenção integral e que não contam com rede de apoio para assegurar tais cuidados; essas instituições devem assegurar características domiciliares e preservar a dignidade das pessoas acolhidas (ANVISA, 2005; MDS 2014; SBGG, 2004).

As Instituições de Longa Permanência para Idosos vêm ganhando visibilidade pela relevância social e como resposta às demandas de cuidados às pessoas idosas. Se antigamente os espaços destinados para receber essas pessoas assumiam o nome de asilos e para cumprir a função de asilar localizavam-se distantes do convívio social, hoje também apresentam-se de forma diferente ao ser incluídos na agenda pública governamental e no setor privado.

O termo ILPI é uma tentativa de romper com os significados de depósitos, atribuídos aos asilos, para se aproximar do termo *Long-Term Care Institution* utilizado pela Organização Mundial da Saúde e para ampliar o entendimento de que, ao propor atendimento integral às pessoas idosas, incluir-se-á a observância dos cuidados com a saúde (CAMARARO; BARBOSA, 2016). Esses elementos corroboram com a ideia de que as ILPIs são instituições híbridas, ou seja, mesclam necessidades de ofertas de diferentes cuidados, como habitação, assistência social, saúde; ora são consideradas instituições, ora denominadas de lares ou residências.

No *roll* dos serviços, existem ILPIs de natureza privada, filantrópica, pública e as que mesclam naturezas diferentes. As de natureza privada são aquelas que exigem do usuário ou do responsável por ele o pagamento para o oferecimento da moradia e prestação do serviço; as filantrópicas são aquelas onde o pagamento não é condição fundamental para o acolhimento do usuário e as públicas são as que se mantêm através de financiamento público. Porém, cabe salientar que, para garantir a execução dos serviços oferecidos pela Política de Assistência Social, muitas vezes, o Estado faz parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e repassa a elas o dinheiro público para o funcionamento e, além desse custeio, essas Instituições podem ainda utilizar até 70% dos rendimentos das pessoas acolhidas, como prevê o Estatuto do Idoso (2003).

A partir dos dados da primeira fase da pesquisa e convergendo com o objetivo de explicitar como se estabelece o acolhimento institucional a idosos pela Política de Assistência Social é fundamental lembrar que as ações da assistência social estão garantidas na Lei Federal 12.435/2011, que estabelece um Sistema Único de Assistência Social também conhecido como SUAS e está sistematizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009). Nesse documento, os serviços foram organizados em complexidades Básica e Especial, sendo que esta foi subdividida em Média e Alta. Essa classificação toma como critério o grau de vulnerabilidade e risco que o público está exposto, levando em conta a presença ou não de alguma violação de direito e, especialmente, como as relações familiares se constituem para o rompimento das situações de violência. As ILPIs-AS, são classificadas como serviço de Alta Complexidade, considerando a identificação de violência e o rompimento de vínculos familiares. Assim, além da legitimidade do direito dessa política social, objetiva-se a padronização desse sistema em todos os entes federados. Ou seja, se tratando de acolhimento institucional às pessoas idosas, a estrutura oferecida, o quadro de recursos humanos e os critérios para acolhimento devem ser considerados de forma semelhante em todos os municípios, independente do seu porte (pequeno, médio, grande ou metrópole).

No caso dos municípios pesquisados, 3 deles são classificados como Pequeno Porte I (até 20.000 habitantes); 2 como Pequeno Porte II (de 20.001 a 50.000 habitantes), 6 são Médio Porte (50.001 a 100.000 habitantes), 8 são de Grande Porte (100.001 a 900.000 habitantes) e 1 Metrópole (mais de 900.000 habitantes). Nos municípios de Pequeno Porte I não há ILPIs-AS; nos de Pequeno

Porte II há 1 ILPI-AS em cada um deles; dos 6 de Médio Porte há ILPIs-AS em 4 deles; dos 8 de Grande Porte um ainda não respondeu e em 2 deles não há ILPI-AS, e por fim, na metrópole há 7 ILPIs-AS.

Na esteira da conquista dos direitos das pessoas idosas está presente a motivação para rompimento de estigmas e preconceitos aferidos a esse público. Uma das estratégias de superação é a substituição de termos, considerados pejorativos, utilizados pela linguagem cotidiana, a começar pela identificação dessas pessoas. Há uma dualidade no entendimento do uso do termo velho ou velha para se referir às pessoas com mais de 60 anos, pois, se por um lado é comum observar que o uso desses termos pode caracterizar uma conotação negativa, pejorativa, preconceituosa e que corrobora com a manutenção de estereótipos dessa fase da vida, por outro lado há que se permitir repensar seu significado. Leite e Araújo (2017) defendem que a utilização desses termos por pessoas ligadas a esse segmento populacional, sejam elas empenhadas com pesquisa, estudo ou na execução de um serviço, pode criar uma cultura afirmativa com engajamento político para ressignificação da identidade coletiva e individual dos velhos e velhas. Essa tese fundamenta que a substituição desses termos por outros como idoso, idosa, terceira idade, não seriam suficiente para alterar os preconceitos e rótulos já cristalizados pela cultura ocidental, ou seja, a substituição de determinados termos não passariam de eufemismo, ou recursos linguísticos para a negação da própria condição humana (LEITE; ARAÚJO, 2017). Entretanto, a escolha de diferentes recursos linguísticos podem conferir menos ou mais efetividade de comunicação. Passados 15 anos da promulgação do Estatuto do Idoso, é possível observar que a pessoa idosa tem buscado seu reconhecimento como categoria política, como exemplo temos o reconhecimento enquanto público prioritário nas estampas de assentos, vagas de estacionamento e filas preferenciais.

Para garantir o direito à proteção de idosos em risco e vulnerabilidade social, o Estado lança mão de uma estrutura já existente e com histórico secular, já constituída na sociedade e conhecida como asilos. Na **Tabela 1**, estão organizadas informações sobre o número de vagas que cada ILPI-AS oferece, o ano em que foi fundada e quando iniciou a parceria com o Município.

Não é raro encontrar nas políticas públicas ações que se utilizam recursos já existentes na Sociedade Civil; se por um lado essa apropriação do Estado pode significar a garantia de que o serviço reconhecido como benéfico à sociedade desloca-se do âmbito privado ou da caridade para o âmbito de direito social, por outro, pode demonstrar a fragilidade de superação de um modelo obsoleto de cuidado. Em outras palavras, há uma tendência de terceirização dos serviços públicos e, no caso da Política de Assistência Social, observa-se a construção de parcerias entre o Estado e instituições sem fins lucrativos.

Das 20 ILPI-AS da RMC, apenas 1 delas é pública, as demais constituem-se como rede sociassistencial indireta. Historicamente essas instituições eram chamadas de Organizações Não-Governamentais ou simplesmente ONGs. Recentemente, a nomenclatura para essas instituições foram alteradas para Organização da Sociedade Civil (OSC) e reconhecidas pela Lei Federal 13.019/2014, que também é conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

As parcerias que ocorrem entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil se tornam uma espécie de fusão de interesses nas responsabilidades da Sociedade e Estado. De um lado a necessidade estatal de garantir direitos previstos em Lei com a possibilidade de investir menos dinheiro e de outro a motivação civil, individual ou coletiva de colaborar de forma solidária em algum tema sensível, mas com a necessidade de obter recursos para tal.

Nas ILPIs-AS pesquisadas foi unânime o alinhamento quanto aos critérios para preenchimento das vagas, pois conforme preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o acolhimento deverá ocorrer excepcionalmente e nos casos em que foram esgotadas todas as alternativas para manutenção dessa pessoa no seu domicílio com vistas à manutenção dos laços familiares ou comunitários. É possível inferir que esse fluxo de acolhimento ocorre com a profissionalização desses serviços e pelas exigências estabelecidas pela Norma Básica de Recursos Humanos no Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) que prevê profissionais qualificados para o trabalho técnico social. Essa exigência implica não apenas na qualificação técnica para a avaliação do acolhimento, mas incluem o planejamento das ações do cotidiano tanto para a gestão da equipe de trabalho, quanto no estabelecimento do ambiente protetivo e de cuidado às pessoas institucionalizadas.

Conclusão: embora os dados sejam preliminares, é possível inferir que a padronização dos serviços prevista no Sistema Único de Assistência Social ainda está em construção; enquanto uns municípios estão em consonância com a Lei, outros tampouco oferecem o acolhimento institucional público a seus munícipes. Considerando a realidade das parcerias entre o Município e as Organizações da Sociedade Civil, cuja maioria já existia antes do reordenamento proposto pela política, os serviços prestados também apresentam características diversas.

Enquanto algumas ILPIs já funcionam com número reduzido de residentes, outras podem acolher até 40 pessoas, e enquanto umas buscam parcerias com setor privado para readequação de *layout* com aspecto mais residencial, outras mantêm seus dormitórios dispostos em cumpridas alas.

Sobre as estratégias no cuidado aos idosos, algumas possuem pessoas mais dependentes para as Atividades Básicas e Instrumentais da Vida Diária e outras ainda contam com pessoas com certa autonomia e independência. Essa diversidade exige diferentes estratégias para a equipe de trabalho, se por um lado devem ter incentivo à autonomia e independência e estímulos para atividades fora da instituição, como saídas para lazer e convivência social, por outro lado há a necessidade de repostas para aquelas pessoas que apresentam demanda maior de cuidados na saúde.

Embora a ILPI-AS não seja destinada para atendimento aos cuidados preponderantes da saúde, o declínio funcional e acometimento de doenças típicas da velhice irá se estabelecer com o passar do tempo, considerando que a desinstitucionalização e o retorno à família são a exceção, conforme relatado pelas entrevistadas. Nesse cenário, a minoria da ILPIs entrevistadas conseguem garantir os cuidados com profissionais da saúde que são contratados com recursos próprios, pois o orçamento repassado pelo município não cobre todos os gastos para o funcionamento das OSCs; as demais acessam serviços públicos de saúde do território. Nesse tópico há controversas de entendimento de que a ILPI-AS deveria assumir os cuidados integrais para evitar o deslocamento da pessoa idosa e outras que entendem que a circularidade da pessoa se faz necessária pela complementaridade entre as diferentes políticas públicas. E, por fim, considerando que a insuficiência familiar é um dos marcadores da Alta Complexidade da Assistência Social, mesmo com as diferentes estratégias de sensibilização da família, propostas e executadas pela equipe de trabalho, o resultado é ínfimo, atingindo apenas a sensibilização para visitas esporádicas e contribuições de alguns itens materiais para complementar as necessidades das ILPIs-AS.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. Disponível em <<http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/27647>>. Acesso em 26/01/2018.
- BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria, REZENDE Mônica. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, Rubens Araujo, BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. **Caminhos para análises das políticas públicas de saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em 13/07/18.
- BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, Cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em 03/01/2018.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 03 de Outubro de 2003, p.1-6. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/10/2003&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=192>>. Acesso em 03/01/2018.
- BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução n. 109, de 11/11/2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/legislacao/resolucoes/arquivos-2009/resolucoes-normativas-de-2009/>>. Acesso em 17/05/2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014** Secretaria de Governo da Presidência da República, Brasília, 2016.
- CAMARANO, Ana Amélia; BARBOSA, Pâmela. Instituição de Longa Permanência para Idosos no Brasil: do que se está se falando? In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Org.). **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- FERREIRA, Estela da Silva. **NOB-RH** Anotada e Comentada. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 10/11/2018.
- KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAIVA, Henrique. FERRAREZI, Elizabete. **Políticas públicas**, vol. 1. 2007.
- LEITE, Ângela Roberta Lucas; ARAÚJO, Maria do Socorro Souza de. **Significados da velhice para quem envelhece(u)**. Revista Temporalis, Brasília, ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2013, reimpressão 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em 26/01/2018.

ONU. Nações Unidas do Brasil. **Em 2050, população com mais de 60 anos superará a com menos de 15**, p. 1-2. 2013[2018]. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/em-2050-populacao-com-mais-de-60-anos-superara-a-com-menos-de-15/>>. Acesso em 26/01/2018.

PAPALÉO NETTO, Matheus. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, Elizabete Viana de Freitas (Co-autoria). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivonete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Organizadoras). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 870, de 19 de Junho de 2000**. Cria a Região Metropolitana de Campinas. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2000/alteracaoLeiComplementar-870-19.06.2000.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SISTEMA ESTADUAL DE DADOS - **SEADE**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso: 02/01/2018.

SOCIEDADE DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Instituição de Longa Permanência para Idosos: Manual de Funcionamento de ILPIs**. São Paulo: SBGG, 2004.

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: ALGUMAS REFLEXÕES

DANIEL LEVY DE ALVARENGA

Doutorando em Ciências Jurídicas Políticas

Universidade Autônoma de Lisboa (UAL)

dalealva@gmail.com

RESUMO:

Uma reportagem do jornal O Globo noticiou que “um grupo de apaixonados por história e patrimônio” reuniu-se para realizar um mutirão de limpeza, pintura e restauro do Chafariz do Lagarto, um bem público federal tombado pelo IPHAN e construído em 1786 por Mestre Valentim, localizado no Rio de Janeiro, no bairro do Catumbi. A mobilização foi organizada através das redes sociais, em chamado lançado em páginas de grupos de defesa do patrimônio. Este artigo pretende apresentar algumas reflexões a respeito deste tipo de intervenção direta e extraoficial praticada pela comunidade nos bens materiais públicos e tombados considerando, principalmente, o estabelecido pelo Decreto-lei nº 25/37 e pelos atos normativos do IPHAN que tratam dos procedimentos a serem observados para a autorização de intervenções em bens tombados.

Palavras-chave: Bens públicos tombados; Preservação; Participação da comunidade; Procedimentos.

ABSTRACT:

The newspaper “O Globo” reported that “a group of lovers of history and heritage” met to carry out a cleaning, painting and restoration effort at the “Chafariz do Lagarto” (Lizard Fountain), a federal public property preserved by IPHAN (federal agency for the preservation of national historical and artistic heritage), built in 1786 by Master Valentim, located in Rio de Janeiro, in the neighborhood of Catumbi. The mobilization was organized through social networks, by groups of defense of the heritage. This article intends to present some reflections about this action of direct and unauthorized intervention practiced by the community in protected public monuments.

Key-words: Public monuments; Preservation; Community participation; Procedures.

Introdução

Segundo a reportagem do jornal O Globo veiculada no seu sítio eletrônico em 23.06.18, “um grupo de apaixonados por história e patrimônio” reuniu-se para realizar um mutirão de limpeza, pintura e restauração do Chafariz do Lagarto, localizado no Rio de Janeiro, no bairro do Catumbi, próximo ao atual Sambódromo. A Fonte foi construída em 1786 por Mestre Valentim com a finalidade canalizar as águas do Rio Comprido que eram direcionadas pelo aqueduto do Catumbi, sendo considerada a sua mais simples e menor obra civil. O Chafariz é composto por um tanque de cantaria limitado por duas pilastras encimadas por frontão curvo e simples, no qual, de um nicho raso, uma escultura de lagarto em bronze jorrava água pelas mandíbulas. No centro da construção lê-se a inscrição em latim “Ao sedento povo, o Senado deu água em abundância. Ano 1786”. O Chafariz é um bem público federal tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938 e registrado tanto no Livro de Tombo Histórico, Volume I, processo nº 101-T, inscrição nº 29, Folha 06, quanto no Livro Tombo das Belas Artes, Processo nº 101-T, inscrição nº 60, Folha nº 11.



Fig. 1: Chafariz do Lagarto em abril de 2018. Foto de Selmy Yassuda/Veja Rio

A organização do mutirão foi feita pelo restaurador José Paulo dos Santos através das redes sociais, lançando um chamado em páginas de grupos de defesa do patrimônio, como o “SOS Patrimônio” e o “MORESP - Movimento de Resgate do Patrimônio”. A matéria jornalística esclareceu que José Paulo tinha solicitado autorização ao IPHAN, bem como o acompanhamento de um técnico do órgão. Porém, não houve nenhuma resposta a esta solicitação nem o comparecimento de um representante do Instituto no dia da intervenção no Chafariz. O jornal afirma que procurou o IPHAN, que não se pronunciou a respeito.

Ainda de acordo com o jornal, José Paulo dos Santos, morador de São Paulo, tinha chegado ao Rio no início daquela semana para “fazer um trabalho prévio de recomposição da estrutura, com argila, além de realizar uma caiação”. Assim, munidos de pincéis, espátulas e outros materiais, este grupo de pessoas que a reportagem qualificou de “pesquisadores, historiadores, estudantes e restauradores que vivem no Rio de Janeiro” revitalizaram o chafariz tombado, que estava com diversas rachaduras na fachada e restauraram a escultura do lagarto.



Fig. 2: Mutirão realizado em junho de 2018. Foto de Gabriel Monteiro/ Agência O Globo

Este fato apresentado suscita algumas questões a respeito da colaboração da comunidade com o intuito de promover, proteger, acautelar e preservar o patrimônio cultural brasileiro, como prevê o artigo 216, parágrafo 1º, da Constituição brasileira de 1988. A Carta Magna também estabelece, no seu artigo 23, inciso III, que cabe aos entes federativos “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. No entanto, para dar efetividade aos comandos constitucionais torna-se imprescindível a elaboração de políticas públicas que garantam esta proteção e preservação, principalmente quando este patrimônio cultural, móvel ou imóvel, for de propriedade do próprio Estado.

Porém, na prática brasileira, as políticas públicas de patrimônio acabam encontrando um limitador relevante e às vezes intransponível: a falta ou o contingenciamento de verbas que impossibilitam a realização de ações voltadas para a efetiva preservação e conservação de bens materiais tombados. Esta incapacidade orçamentária imobiliza o Estado dificultando que os seus órgãos públicos destinados especificamente para a preservação do patrimônio cultural cumpram com o seu papel, abrindo espaço para que outros agentes, públicos ou privados, intervenham nas políticas de preservação seja através do Poder Judiciário ou mesmo diretamente, através da mobilização da sociedade, como ocorreu no mutirão realizado no Chafariz do Lagarto.

Este ensaio pretende apresentar algumas reflexões a respeito deste tipo de intervenção direta e extraoficial praticada pela comunidade nos bens materiais públicos e tombados, como foi o caso da Fonte do Mestre Valentim no bairro do Catumbi considerando, principalmente, o estabelecido pelo Decreto-lei nº 25/37 e pelos atos normativos do IPHAN que tratam dos procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens tombados.

Cansada de esperar, a comunidade coloca a “mão na massa”

O tombamento é a forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, considerado pelo Decreto-lei nº 25/37 como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. O bem submetido ao tombamento adquire um regime jurídico especial: ao proprietário, na condição de administrador do bem, incumbe o ônus da conservação da coisa tombada não podendo destruí-la ou repará-la sem autorização do IPHAN. E ao Estado, quando o proprietário não possui os meios para efetivar a conservação ou restauração do bem, cabe assumir esse encargo, tal como previsto no artigo 19 do mencionado Decreto-lei nº 25/37. Esta obrigatoriedade de preservação do bem tombado se torna ainda mais evidente quando este é de propriedade do próprio Poder Público.

Enquanto manteve a funcionalidade de abastecimento de água para a região do Catumbi e adjacências, a conservação do Chafariz do Lagarto não era um problema. Porém, no início do século passado a situação se alterou em decorrência da mudança de estratégia por parte das autoridades públicas no sentido de abandonar o reforço de suprimento de água por mecanismos de pequeno porte, voltando-se para soluções de grande porte como a captação de águas dos rios Santana e Paraíba do Sul (RITTA, 2009). A partir de então, o Chafariz do Lagarto sempre esteve envolvido com questões relacionadas à sua conservação como um bem público tombado pelo órgão oficial do patrimônio cultural brasileiro.

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu em 1997 uma denúncia a respeito de danos e má conservação do Chafariz do Lagarto e abriu um procedimento administrativo interno. Durante 15 anos, o MPF notificou a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), pois o imóvel é de propriedade pública, bem como o IPHAN, autarquia federal encarregada de fiscalizar, conservar e restaurar o patrimônio cultural, para que tomassem providências visando a sua conservação. Sob alegação de práticas protelatórias por parte dos órgãos federais e municipais, o Procurador da República Maurício Ribeiro Manso propôs em 2012 a ação civil pública no 0006111-11.2012.4.02.5101, em curso na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro com o objetivo de obrigar a SPU e o IPHAN a realizarem as obras restauradoras do Chafariz do Lagarto, dentro de um prazo a ser estipulado pelo próprio Poder Judiciário. Esta ação judicial ainda não foi julgada sendo que foi deferida uma liminar para que a SPU atualizasse um projeto de restauração do Chafariz do Lagarto apresentado pelo Município, com cronograma de datas.

Considerando a inércia tanto dos órgãos oficiais de proteção ao patrimônio quanto do Poder Judiciário e o péssimo estado de conservação que se encontrava o Chafariz do Lagarto, diversas pessoas decidiram realizar em 2018 um mutirão de limpeza, pintura e restauração da Fonte, como destacamos logo no início deste ensaio.

Como já expusemos, a organização do mutirão foi feita pelo cidadão José Paulo dos Santos através das redes sociais, lançando um chamado em páginas de grupos de apoio ao patrimônio cultural, como o “SOS Patrimônio” e o “MORESP - Movimento de Resgate do Patrimônio”.

Na conversa que tivemos por correio eletrônico José Paulo afirmou que estava “cansada de ver pessoas indignadas postando nossos patrimônios em ruínas e outras curtindo sem poder fazer nada [...] Desde 2017, eu tinha um projeto em mente, no qual sairia pelo Brasil restaurando por minha própria conta, patrimônios de pequeno porte”. Por este motivo criou o MORESP na rede social Facebook para “levar adiante de uma forma concreta, realista e com ações rápidas, a preservação e a restauração dos patrimônios arquitetônicos, tombados ou não, em todo o

Brasil". O objetivo principal do grupo é restaurar, com recursos próprios, os monumentos selecionados a partir da avaliação de seus administradores e das disponibilidades financeiras. Trata-se de um movimento nacional de conservação e restauração apartidário e sem fins lucrativos. A atuação do grupo é financiada principalmente através de doações financeiras e materiais de seus integrantes, para que o Movimento atinja resultados em todo o Brasil. Ainda de acordo com a página oficial do Movimento na rede social, "os participantes do grupo poderão escolher através de votação, qual monumento será restaurado primeiro, no caso de haver mais de um na programação de restauros". O MORESP também visa abranger a mídia de um modo geral alertando a respeito do "descaso com o patrimônio". Para tanto, todas as atividades e trabalhos realizados são registrados. Nas informações a respeito do Grupo é destacado que as restaurações de bens tombados pelo patrimônio terão "autorizações para serem realizadas e acompanhamento técnico fornecido pelo IPHAN".

Já o grupo "SOS Patrimônio" existente na mesma rede social, tem como finalidade "divulgar todas as ações, petições, manifestos e demais eventos que chamem a atenção das autoridades competentes para os crimes que acontecem diariamente contra o patrimônio histórico material".

O tombamento previsto no Decreto-lei nº 25/37 produz diversos efeitos em relação ao bem tombado. Dentre estes efeitos está que a coisa tombada não poderá ser reparada, pintada ou restaurada sem a prévia autorização do IPHAN, sob pena de multa. Nesta mesma linha, o Decreto federal nº 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente prevê, no seu artigo 73, como infração contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, a alteração do aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 a R\$ 200.000,00.

Com o objetivo de regulamentar os procedimentos relacionados a esta autorização, o IPHAN editou a Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. A Portaria define a intervenção nos bens tombados como sendo toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade. A Portaria considera como reforma simplificada no bem tombado as obras de conservação ou manutenção que não acarretem supressão ou acréscimo de área, tais como pintura e reparos em revestimentos que não impliquem na demolição ou construção de novos elementos. Além disso, a Portaria define a restauração como serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções.

A premissa básica para qualquer intervenção é a apresentação de um projeto que respeite os valores estéticos e culturais do bem, com o mínimo de interferência na autenticidade do mesmo, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos e do espaço envolvente. Desta forma, é de extrema importância para aqueles que pretendam realizar uma intervenção em bens tombados que seja formulada uma consulta prévia à elaboração de qualquer projeto, no sentido de buscar orientações e diretrizes específicas, pois a complexidade, características e dimensões da intervenção determinarão o grau de detalhamento do projeto. Para as intervenções mais simples, típicas de manutenção, tais como pinturas, substituições de áreas ou materiais danificados, imunizações, revisões de cobertura, poderão ser dispensadas algumas partes das etapas do projeto. Porém, quando se tratar de intervenções complexas e de

grande vulto, o projeto será elaborado em todas as suas etapas. Vale destacar que a elaboração do projeto será de responsabilidade de profissionais ou firmas legalmente habilitadas nas suas respectivas áreas de atuação, sendo que todas as peças gráficas, memoriais, especificações, relatórios, deverão conter a assinaturas de seus autores mencionando o número de inscrição em órgão de classe, conforme for o caso.

Como podemos perceber, qualquer intervenção em bem tombado, tanto de propriedade particular como de propriedade pública, não é algo simples de ser efetivada. Além de todos os procedimentos burocráticos e técnicos, é necessário um orçamento compatível com o projeto que se pretende executar. Neste último aspecto, no Brasil, por motivos relacionados aos gastos públicos irracionalizados, à gestão ineficiente de recursos e à falta de planejamento, as políticas públicas de diversas áreas tais como a saúde, a educação, a segurança, o meio ambiente e a cultura sofrem em decorrência do contingenciamento ou da ausência de recursos orçamentários. Esta realidade perversa leva, inexoravelmente, a um afunilamento destes recursos e ao estabelecimento de algumas prioridades na sua distribuição. Quando as verbas chegam ao setor da cultura, há um novo processo de prioridades no sentido de determinar para quais áreas estes recursos serão encaminhados. No final desta linha está o executor da política pública de preservação do patrimônio cultural que deve fazer mais uma “escolha de Sofia”, estabelecendo alguns critérios para determinar quais os bens que deverão ou não ser agraciados com as mínimas verbas recebidas.

Com relação especificamente ao Chafariz do Lagarto, o seu caso envolve algumas peculiaridades. Existe uma discussão entre a municipalidade do Rio de Janeiro e o IPHAN a respeito da responsabilidade em promover a conservação dos chafarizes históricos da cidade. O IPHAN considera os chafarizes como mobiliários urbanos e, portanto, de responsabilidade da prefeitura, através Secretaria de Conservação e Meio Ambiente (SECONSERMA) independentemente de serem bens federais tombados. Já a Secretaria entende que os chafarizes não pertencem ao município e que a responsabilidade pela preservação do bem tombado federal é do IPHAN. Além disso, o Ministério Público Federal demorou 15 anos para propor uma ação judicial na tentativa de obrigar a SPU e o IPHAN a realizarem as obras de conservação da fonte e restauração da escultura do Lagarto, sendo que o Poder Judiciário, após 6 anos de tramite processual, sequer proferiu uma sentença em 1ª instância.

Diante deste cenário desolador, a sociedade cansou de esperar, munidos de pincéis e espátulas e outros materiais, um grupo de pessoas colocou a “mão na massa” e “revitalizaram” o chafariz tombado. Como avisou José Paulo dos Santos para o jornal O Globo (2018, p. 14): “Temos que colaborar e agir nós mesmos para preservar o patrimônio. Por isso, estou me colocando à disposição para fazer o trabalho, pagando o material”.

A escolha pela intervenção no Chafariz do Lagarto, a primeira realizada pelo MORESP, ocorreu considerando seu valor histórico, o tamanho da edificação (pequeno porte), seu péssimo estado de conservação e a “facilidade de execução” da restauração. As despesas de hospedagem, combustível, alimentação, materiais e equipamentos foram custeadas por José Paulo e por Marconi Andrade, do Grupo “SOS Patrimônio”. No dia da intervenção estiveram presentes alguns alunos do Ateliê Parque da Cidade, além de artistas, arqueólogos, museólogos, restauradores, paisagistas, arquitetos e historiadores. “Todos de alguma forma colocaram a mão na massa e deixaram o seu recado a sociedade e aos órgãos públicos”, como nos escreveu José Paulo, na entrevista que realizamos por correio eletrônico.

José Paulo esclareceu que pediu autorização ao IPHAN e no dia da intervenção chegou a informação de que não havia técnico disponível para acompanhar o trabalho: “A burocracia das instituições travanca o andamento dos processos de restaurações e reformas. Falta verba,

falta funcionários, falta atitude, falta vergonha na cara, falta transparência, falta educação”. A solicitação não foi analisada pelo IPHAN e, mesmo sem o acompanhamento técnico, a intervenção foi realizada.

A respeito dos procedimentos estabelecidos pela Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010, José Paulo afirmou que seguiu aquilo que sabia, mencionando especificamente a definição de restauração prevista no artigo 3º, inciso VII. Afirmou, ainda, que o custo da intervenção no Chafariz teria sido menor do que R\$ 10.000,00 e que “na área da preservação cultural arquitetônica e arqueológica o Rio de Janeiro assim como outras cidades brasileiras, estão passando a canequinha, pedindo a esmola dos órgãos incompetentes para sobreviver”. Neste aspecto, José Paulo lamentou o descaso com a profissão de restaurador (“pergunte na sociedade se existe restaurador rico que ganha dinheiro exclusivamente só com restaurações?”) e a falta de apoio das esferas estatais aos profissionais da restauração:

Infelizmente resolvi confrontar os órgãos federais, estaduais e municipais para provar que é possível restaurar sem gastar somas milionárias dos cofres públicos. Acredito que valores públicos destinados para fins de restauros, deveriam chegar nas mãos de quem realmente faz acontecer. Isso sem precisar pagar nenhum diretor corrupto por fora ou presentinhos para políticos ficha suja.

Se olharmos para o Chafariz do Lagarto sob a perspectiva de uma das poucas obras remanescentes do período colonial brasileiro, atribuída a um dos mais significativos artistas brasileiros do século XVIII e que também foi um dos marcos do desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, podemos considera-lo como um suporte material que se constituiu como uma referência cultural enquanto valorizado por determinados grupos sociais ao longo do tempo. Contudo, não basta que um determinado círculo de intelectuais ou grupo de poder estabeleçam que um bem material seja considerado como uma referência cultural. Neste ponto, entra em cena outra categoria importante quando se busca esmiuçar o conceito de patrimônio: a ressonância. A noção de referência cultural pressupõe sujeitos para os quais essas referências façam sentido. Para o Stephen Greenblatt, a ressonância está relacionada com a capacidade de um determinado objeto, prédio ou monumento atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais. Trata-se do “poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GREENBLATT apud GONÇALVES, 2007, p. 19).

Em 1974, na sua coluna semanal no Jornal do Brasil, Carlos Drummond de Andrade abordou as constantes disputas travadas entre os agentes da especulação imobiliária e as autoridades do IPHAN com relação à preservação do patrimônio histórico brasileiro, manifestando a sua preocupação com relação à falta de conhecimento da população a respeito dos bens tombados:

Vale a pena dizer, repetir, divulgar: “Olha, pessoal, essas coisas aí estão protegidas por lei. Mas não basta essa proteção. É preciso que vocês aprendam a conhece-las e estima-las. Como se fossem coisas de vocês. Conhecendo-as, ajudarão a protege-las” (JORNAL DO BRASIL, 1974, p. 5).

Nesta mesma linha de raciocínio, o restaurador José Paulo dos Santos afirmou em nossa conversa:

A Sociedade pode sim fazer a sua parte, a começar fazendo sua lição de casa, que seria passar a ver os patrimônios materiais e imateriais de uma forma diferente. Compreender que tradições e a arquitetura antiga vem de seus antepassados, enxergar o quintal de sua casa em uma área tombada. Ter o discernimento que você fazendo a sua parte gerações futuras serão beneficiadas com a sua simples atitude de preservar, denunciar vandalismo, apoiar movimentos de preservação, contribuir com voluntariado e ensinar as crianças o valor de um bem histórico.

Ao que parece, o Chafariz do Lagarto encontrou ressonância e despertou o interesse por parte da sociedade pela sua preservação, que se mobilizou não somente no sentido de conhecer e divulgar a sua história, como também de intervir diretamente na sua conservação, da maneira que entenderam ser a mais adequada.

Considerações finais

A atuação direta e sem autorização administrativa realizada pelo MORESP e pelo Grupo “SOS Patrimônio” no Chafariz do Lagarto suscita algumas reflexões. A legislação proíbe expressamente esta intervenção sem autorização com o objetivo de proteger o bem tombado de possíveis reformas ou restaurações que interfiram na autenticidade do mesmo, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais ou dos processos construtivos.

As normas burocráticas e técnicas estabelecidas pelos órgãos oficiais do Patrimônio, como a Portaria do IPHAN nº 420/2010, estabelecem os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens tombados exatamente para efetivar a sua proteção. Com relação às obras de arte, os procedimentos são bastante parecidos. É oportuno destacar que quatro esculturas do Mestre Valentim fazem parte do acervo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. São as esculturas de Eco, de Narciso e de duas aves pernaltas, originalmente projetadas para o Chafariz das Marrecas e para o Chafariz do Jacaré. No século XIX, estas fontes serviram para abastecer a cidade de água e embelezar o Passeio Público, primeiro espaço planejado para o lazer da população carioca e também considerado o projeto de maior destaque de Mestre Valentim. As peças estavam deterioradas pelo tempo e o Museu do Meio Ambiente do Jardim Botânico, em comemoração ao aniversário da cidade do Rio de Janeiro, promoveu a restauração destas esculturas que estão atualmente expostas permanentemente no “Ateliê Mestre Valentim”, também no Jardim Botânico.

O processo de restauração das obras de Mestre Valentim, diferentemente do que ocorreu com a réplica da escultura do Lagarto, restaurado com resina e “durepóxi”, foi iniciado com as fases de diagnóstico e levantamento de danos, quando equipes especializadas realizaram a fotogrametria das esculturas, resultando em um mapeamento digital e tridimensional das peças. O modelo resultante deste trabalho guiou os restauradores na identificação de fissuras, limos e rachaduras a serem recuperados.

José Paulo Santos nos informou que não entrou em contato com o Museu do Meio Ambiente do Jardim Botânico para trocar de informações, pois só tomou conhecimento destas restaurações em momento posterior, quando visitou o Jardim Botânico a convite do restaurador Pablo Aníbal Romero Cardozo, do Ateliê Parque da Cidade. José Paulo afirmou:

A intervenção no Chafariz do Lagarto não tinha como dar errado, pois foi acompanhada por profissionais da área de conservação, historiadores, arqueólogos e até profissionais que trabalharam na restauração do Cristo Redentor. Esses profissionais fizeram o papel que o Estado deveria ter feito e que não fez, como mandar um técnico ou representante para vistoriar o trabalho. Até a data de hoje, não recebi sequer um telefonema de algum órgão público a nível federal, estadual ou municipal, agradecendo a iniciativa da restauração, não que eu esperasse por isso!



Figs. 3 e 4: Réplica da escultura do Lagarto durante e depois da intervenção (Marília Machado)

Nos pareceu bastante evidente a boa intenção do MORESP - Movimento de Resgate do Patrimônio e do grupo "SOS Patrimônio" quando escolheram e efetivaram a intervenção realizada no Chafariz do Lagarto. Porém, esta prática tem um grande potencial lesivo ao próprio patrimônio que se quer proteger caso não sejam obedecidos alguns procedimentos absolutamente necessários para a preservação dos valores estéticos e culturais do bem. A autorização do órgão oficial do patrimônio não é uma burocracia sem sentido, ela existe em prol do bem tombado e, conseqüentemente, da coletividade. Ao mesmo tempo, os procedimentos burocráticos e técnicos não podem ser um fator que dificulte a efetiva colaboração da comunidade interessada na promoção, proteção, acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro, pois esta atuação da sociedade está expressamente prevista no artigo 216, parágrafo 1º, da Constituição de 1988.

Não se pode negar que o fenômeno da intervenção da comunidade sem a devida autorização oficial visando a preservação dos bens tombados é resultado da ineficácia na execução de políticas públicas na área do patrimônio, o que resulta numa busca dos movimentos sociais para a efetivação de direitos constitucionalmente previstos e assegurados. Assim, tanto o poder público quanto os grupos organizados voltados ao patrimônio cultural devem estabelecer um constante diálogo no sentido de encontrarem mecanismos de participação e colaboração adequados para uma efetiva atuação que respeite a integridade material, histórica e cultural do patrimônio que se quer proteger e preservar.

Referências bibliográficas e Fontes

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi (RJ)**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2003000200313&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, 2007.

GRUPO faz mutirão para revitalizar Chafariz do Lagarto, no Centro do Rio. **O Globo online**, 23 jun. 2018, Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/grupo-faz-mutirao-para-revitalizar-chafariz-do-lagarto-no-centro-do-rio-22814264#ixzz5Kwb7UGTN>. Acesso em 29 jun. 2018.

MARIANNO FILHO, José. **Os três chafarizes de Mestre Valentim**. Rio de Janeiro: C. Mendes Júnior, 1943.

NOSSA RIQUEZA por ai. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 out. 1974, p. 5.

OBRAS de Mestre Valentim são restauradas em ateliê aberto ao público. **Jardim Botânico**. Disponível em: <http://jbrj.gov.br/node/468>. Acesso em 29 jun. 2018.

PELA AFIRMAÇÃO do valor cultural e histórico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2006, p. 5 (Jornal de Bairro)

RITTA, José de Santa. **A Água do Rio: Do Carioca ao Guandu**. Rio de Janeiro: Synergia Editora, Rio de Janeiro, 2009.

ROUBADOS ou depredados, chafarizes e fontes do Rio estão secos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2018, p. 14.

BREVES REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE POBREZA

MARIA ISABEL GONÇALVES BEZERRA

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros
belfelizemcristo@gmail.com

MARIA GABRIELA SOARES DOS SANTOS RUAS

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros
gabiruascontato@gmail.com

CLAUDILANE SOARES OLIVEIRA

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros
claudilanelane1212@gmail.com

ALINE MENDES SOBRINHO

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros
mendesaline57064@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo discorrer acerca do fenômeno da pobreza, suas variantes conceituais e os debates entorno de sua mensuração, entendendo a pobreza como expressão da “questão social”. Longe de ser um fato novo, o referido fenômeno pode se manifestar de diferentes formas, não sendo possível conceituá-lo por um único viés. Assim, direcionaremos nossa discussão a partir de três principais autores, sendo eles: Rocha (2006), Schwartzman (2004) e Jessé Souza (2009). Cada um desses autores apresenta abordagens relevantes no sentido de compreender o fenômeno da pobreza em seus diversos sentidos. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica que, por sua vez, foi imprescindível para o amadurecimento e direcionamento da temática. Os debates em torno da pobreza possuem grande relevância, haja vista que, na contramão da acumulação capitalista, existem países e lugares onde o desenvolvimento humano é impensável.

Palavras-chave: Pobreza; desigualdades; exclusão social.

ABSTRACT:

This article aims to discuss the phenomenon of poverty, its conceptual variants and the debates around its measurement, understanding poverty as an expression of the “social question”. Far from being a new fact, the phenomenon can manifest itself in different ways, and it can not be conceptualized by a single bias. Thus, we will direct our discussion from three main authors: Rocha (2006), Schwartzman (2004) and Jessé Souza (2009). Each of these authors presents relevant approaches in order to understand the phenomenon of poverty in its various senses. We used as a methodology the bibliographic review which, in turn, was essential for the maturation and direction of the theme. Debates about poverty are highly relevant, since, contrary to capitalist accumulation, there are countries and places where human development is unthinkable.

Key-Words: Poverty; inequalities; social exclusion.

INTRODUÇÃO

Conforme a etimologia, pobreza origina-se da palavra pobre, mais o sufixo *eza*, o qual é comum na formação de palavras em português. Pobre surge do latim *pauper*, radicado em *paucus* que significa pouco. No conceito original a partir dos estudos etimológicos, pobre não é quem tem pouco, porém é quem produz pouco.

Percebe-se que extensa bibliografia que aborda pobreza é concordante no sentido de que esta não é um fenômeno novo. Em um de seus aspectos, a mesma encontra-se vinculada à exclusão social e seus indícios datam de tempos muito antigos, desde quando os homens passaram a viver em sociedade. E é aqui que o presente estudo se justifica, pela persistência desse fenômeno ao longo dos anos, variando de intensidade e roupagens. Mesmo com todo avanço econômico, sua ocorrência é visível até mesmo nos países ricos, apesar de sua diferente configuração nesse cenário, na qual será tratada mais adiante. As pesquisas acerca da pobreza são de grande importância, principalmente quando o fim último são as formulações de políticas públicas e ações de governo que visam enfrentá-la.

É importante demarcar que, neste trabalho, entende-se que a pobreza se configura como expressão da “questão social”. No início do século XIX, o termo “questão social” é lançado para denominar as novas problemáticas decorrentes do avançar do modo de produção capitalista, colocadas em pauta pelo protagonismo política da classe trabalhadora no período. Representa o conjunto de pauperizações que demarcam a sociedade capitalista, no qual a capacidade humana de produzir riqueza se desenvolve ao passo de suas expressões de mazela, de uma forma não vista anteriormente na história. A contradição gerada pelo capitalismo produz tecnologia avançada capaz de acabar com a fome no mundo por exemplo, porém a miséria do mundo cresce vertiginosamente ao passo da possibilidade ou capacidade do trabalho humano de erradicá-la.

O conflito entre capital e trabalho nessa sociedade se dá a partir da luta de classes entre o capital, entendido como a classe dominante e o poder político e econômico da burguesia, e o trabalho, como único meio de inclusão da classe trabalhadora, que só detém da força de trabalho. Com a crescente pauperização provocada pelas máquinas e pela complexificação da divisão de trabalho, a classe trabalhadora, representada no esquema como trabalho, passa a reivindicar condições mínimas de exercício do mesmo, passando a aparecer a cena política como classe organizada, o termo “questão social” é adotado a princípio pela burguesia nomeando a pauta da classe trabalhadora. A pobreza é, portando, uma das múltiplas expressões da “questão social”, percebida em suas várias formas, que serão apresentadas mais adiante nesse trabalho. A pobreza no modo de produção capitalista assume diversas faces, material e subjetiva, que expressam as contradições do próprio sistema capitalista.

É necessário contextualizar o conceito utilizado de “questão social” para demarcá-lo como conceito essencialmente político, representativo de um quadro de reivindicações da classe operária acerca de direitos e condições de dignidade no trabalho. A pobreza se expressa enquanto parte do conjunto por configurar-se cheia de especificidades a partir do contexto de acumulação do capital e reivindicações políticas da classe sobre o trabalho, gerando o que se denomina a “questão” dos trabalhadores, ou a “questão social”.

Para fins de demarcar conceitos, é necessário explicar algumas diferenciações existentes entre o termo pobreza e outros que se assemelham, como a desigualdade social e a exclusão social, por se tratarem de temas que permeiam a sociedade, e que por vezes são tratados de forma distorcida.

Por pobreza entende-se a inexistência de recursos que permitam uma vida digna. São considerados pobres os despossuídos de condições mínimas para atendimento de suas necessidades básicas, ou seja, aquele que tem pouco, vale pouco e produz pouco. Esta pobreza pode ser estrutural “ser pobre”, circunstancial “estar pobre”, excludente “não ser rico”, voluntária “tornar-se pobre” ou fingida “fazer-se de pobre”.

Por desigualdade social compreende-se a diferente distribuição das riquezas socialmente produzidas entre os membros de determinada sociedade. A partir dessa distinção entre os dois termos, percebe-se que é possível a existência de uma sociedade socialmente desigual sem que seus membros sejam necessariamente pobres, ou ainda, a existência de uma sociedade com presença de pobreza em grande escala que não se configure a desigualdade social.

Com efeito, pobreza e desigualdade são processos que se interagem devido à dependência recíproca; o comportamento de uma reforça o desempenho da outra. Porém, não significa que a diminuição da desigualdade venha provocar uma melhoria nos indicadores da pobreza, isto porque pode ocorrer uma redistribuição de renda entre os setores mais ricos.

Por exclusão social entende uma dimensão que vai além da carência de recursos econômicos, há como que uma susceptibilidade que leva a uma situação de risco social: um conjunto de aspectos que vão além do individual abrangendo elementos coletivos, estruturais e contextuais. Exclusão social refere-se ao impacto resultante da configuração de estruturas e instituições econômico-sociais sobre comunidades, famílias e pessoas em distintas dimensões da vida social. Crises econômicas, debilidade dos sistemas de seguridade e de proteção social e fenômenos de precariedade e instabilidade laboral intensificam a dificuldade enfrentada por indivíduos e grupos em sua inserção nas estruturas sociais e econômicas, gerando uma zona instável entre integração e exclusão.

Dessa forma, este artigo consiste na análise sobre os fenômenos da Pobreza, tendo como fundamentação teórica nas obras: *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* (ROCHA, 2006); *As Causas da Pobreza* (SCHWARTZMAN, 2004), *Ralé Brasileira: quem é e como vive* (SOUZA, 2009), *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (IAMAMOTO, 20015), e *Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro* (SANTOS, 2008).

POBREZA ABSOLUTA E POBREZA RELATIVA

Para Schwartzman (2004), uma das principais temáticas contemporâneas gira em torno da pobreza e da exclusão social. Até a metade do século XX, os estudos que envolviam tal assunto não eram priorizados, haja vista que, se acreditava que os problemas desencadeados por este fenômeno se resolveriam com o avanço econômico e com a resolução de desajustes políticos e sociais, o que de fato não ocorreu. Algumas abordagens acerca das causas da pobreza possuem forte aspecto moralista. Thomas Malthus alegava que tal fenômeno era consequência da reprodução desenfreada dos miseráveis, que cresciam mais rápido do que a produção de alimentos. A solução, para Malthus, seria o controle da natalidade, porém, tanto a explicação, como a solução para a pobreza dada por ele batia de frente com o ideário de caridade e religiosidade que estavam presentes no pensamento ocidental do século XVIII e XIX. Para discorrermos acerca da pobreza é fundamental termos o entendimento do seu conceito. Vejamos abaixo alguns apontamentos em torno de sua definição.

De acordo com Rocha (2006, p.09), “a pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Mas esse é um conceito muito amplo, que pode gerar outros questionamentos acerca de que necessidades não são atendidas, e qual é essa forma adequada. A autora alerta

que a definição conceitual de pobreza interfere na obtenção de resultados operacionais em política social, os quais são em grande parte um reflexo da qualidade das pesquisas que procuraram definir pobreza conceitual e estatisticamente, o que reforça a responsabilidade do pesquisador de realizar pesquisas com objetividade e clareza bibliográfica. É nesse sentido que Rocha (2006) aborda duas classificações para a pobreza, sendo elas: a pobreza absoluta, que ocorre quando as necessidades mínimas dos homens não são atendidas e a pobreza relativa, verificada quando essas necessidades mínimas já são atendidas, porém existem aqueles que possuem um padrão de vida melhor do que os outros, havendo nesse caso uma “pobreza em relação à renda”.

A pobreza absoluta, mais presente nos países subdesenvolvidos, é clara, visível, e não requer estudos aprofundados para verificação de sua ocorrência. Do ponto de vista humano, a pobreza absoluta é a mais grave, visto que suas consequências estão diretamente vinculadas às questões alimentares, na maioria das vezes resultando em desnutrição. Para Rocha (2006), um dos instrumentos para monitorar a pobreza e o desenvolvimento de políticas antipobreza é a verificação da “frequência em que ocorrem indicadores físicos inadequados – por exemplo, em relação às crianças, altura por idade ou peso por altura insuficientes (...) (ROCHA, 2006, p 12)”. Esse instrumento é muito útil se tratando de pobreza absoluta, mas é inapropriado para averiguar o grau de pobreza relativa de uma população/região.

A pobreza relativa está diretamente ligada à desigualdade, configurando uma situação na qual as necessidades mínimas são garantidas a todos, mas existem aqueles pobres em relação aos outros indivíduos da sociedade. Nesse caso, o critério para mensurar a pobreza relativa partiria da análise da renda dos integrantes dessa população, critério esse que erroneamente tem sido utilizado também em países subdesenvolvidos, onde há maior incidência de pobreza absoluta. Conforme a autora, o critério renda é utilizado no estabelecimento de um valor monetário mínimo para o custeio do atendimento às necessidades médias de um indivíduo em uma determinada sociedade. Esse método para medir pobreza resulta nas chamadas linhas de pobreza, adotada em alguns países para implementação de políticas antipobreza.

Quando são analisados os meios para suprir as necessidades nutricionais, o valor mínimo é chamado de linha de indigência. A população total é então classificada em indigentes e não indigentes. Quando a análise parte de um conjunto amplo de necessidades (nutricionais, de educação, de saúde, habitação entre outras), estamos falando de uma linha de pobreza que irá distinguir os pobres daqueles chamados não pobres. Para aqueles que defendem tal método, seu uso é justificado pela estreita vinculação da renda com os indicadores de bem-estar físico.

Rocha (2006) afirma que esse método é cercado de controvérsias, visto que estabelecer o que seriam necessidades básicas é demasiado difícil, podendo esbarrar em questões econômicas, culturais e até mesmo pessoais dos indivíduos. Outra questão é aquela relacionada às diferenças entre os países, sendo difícil estabelecer uma linha de pobreza que possa ser útil em todo o mundo. O critério segundo renda é insuficiente para discutir pobreza, visto que nos países subdesenvolvidos o poder monetário é muito baixo, já que sofre muitas restrições. Segundo a autora, “quando uma parte preponderante das necessidades não é atendida via transações mercantis, a renda se torna um critério irrelevante para delimitar a população pobre (ROCHA, 2006, p. 17)”.

A crescente intervenção governamental no âmbito dos serviços públicos, entre outras medidas, forneceu bases para o uso de indicadores sociais ao invés da renda para pesquisa e intervenção na sociedade. A abordagem defendida por Rocha (2006) trata das necessidades básicas (*basicneeds*) das pessoas, que segundo a autora vão além da alimentação, incorporando vários outros fatores para mensurar pobreza (saúde, habitação, educação, entre outros). Essa

abordagem se difere da linha de pobreza por três aspectos. Primeiro, porque focaliza sua análise nos resultados das políticas adotadas na qualidade de vida das pessoas, e não nos instrumentos para medir ou enfrentar a pobreza, abandonando a renda como indicador-chave. Segundo, porque as *basicneeds* analisam a sociedade como um todo, não apenas o setor “super-pobre” da população, o que também a viabiliza para o estudo da pobreza relativa. Terceiro, porque as *basicneeds* observam a interrelação entre as carências, abordando diferentes aspectos da pobreza. Nesse sentido, as *basicneeds* oferecem um norte claro e útil para formulação de medidas e políticas nos sentido de minimizar a incidência da pobreza nos seus diferentes graus e nos diversos contextos de sua ocorrência. Portanto, as políticas antipobreza têm se modelado no sentido de estabelecer objetivos práticos e possíveis para erradicação da pobreza absoluta no Brasil, utilizando importantes instrumentos para monitoramento e avaliação dos efeitos das políticas sobre as famílias-alvo para as políticas sociais.

POBREZA, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL BRASILEIRA

A pobreza no Brasil está diretamente ligada à exclusão social e ao período escravista da história do país, visto que grande parte dos pobres contemporâneos são heranças das camadas que sofriam tanto do trabalho escravo como da exclusão deste trabalho. De acordo com Schwartzman (2004) nem todos os negros eram escravos, o que revela uma camada da população excluída do universo do trabalho (ainda que escravo) e que vivia às margens da cidade, sem acesso aos serviços mínimos de saúde, educação e principalmente sem direito ao título de cidadão. É desses excluídos de trabalho, cidadania e direitos que se desenvolvem os pobres de hoje, ainda que misturados com outras origens étnicas. Contudo, não se pode concluir a partir disso que a pobreza possui uma causa étnica única.

Assim como os homens convivem uns com os outros em diferentes aspectos e em diferentes formas, como vimos anteriormente, a pobreza não possui um conceito único, muito menos uma única causa. Segundo Schwartzman (2004, p.35) os “altos níveis de pobreza e exclusão são causados por uma combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural”. O principal fator relacionado à desigualdade de renda, que influi na pobreza, é a educação. A falta dela resulta em desemprego, empregos de baixa qualificação, ausência de uma população qualificada e baixa remuneração. Nesse sentido, é “ingênuo supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples ‘vontade política’, ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres (SCHWARTZMAN, 2004, p 35)”. A educação é um mecanismo fundamental para o enfrentamento da pobreza, porém, é um instrumento a ser empregado em longo prazo, tornando-se insuficiente para medidas emergenciais, as quais requerem, como exemplo, políticas de transferência de renda e cotas para ingresso em instituições de educação.

Utilizar o conceito de exclusão para estudar pobreza é conveniente por que contribui para ir além da “radiografia propiciada pelos diagnósticos de pobreza” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 36), apresentando outros aspectos da temática, que por vezes permanecem perdidos na discussão simplória entre pobreza absoluta e relativa. Além disso, encaminha a discussão para o debate acerca da desigualdade, já que os excluídos são aqueles privados de ter ou acessar aquilo que outros têm ou acessam.

A desigualdade é um componente conceitual e metodológico indispensável para pensar a pobreza relativa. Souza (2009) traz uma interessante apresentação acerca daquilo que consiste o centro da justificação da desigualdade pelo senso comum. É natural que as pessoas, mesmo sem altos graus de instrução, procurem constituir regras básicas de ação e conduta para a vida em sociedade, tarefa que há tempos está a cargo do senso comum, definido pelo autor como “a

forma como as pessoas comuns, ou seja, nós todos, conferimos sentido às nossas vidas e ações cotidianas” (SOUZA, 2009, p. 41).

Na sociedade do senso comum, o privilégio de alguns é justificado pelo seu próprio mérito, e esse constitui a principal justificativa do mundo moderno, ou seja, a meritocracia é o que contribui para que alguns indivíduos tenham mais do que outros. Esse ideário tem por base a ilusão de que as pessoas são livres para fazerem o que querem, ignorando suas condições econômicas ou sociais. Essa desvinculação dos homens ao seu conceito produz certo “esquecimento” do caráter social de qualquer pessoa, atribuindo somente ao indivíduo a responsabilidade por tudo que acontece em sua vida, seja bom, ou seja, mal. Sobre isso, Souza (2009, p.44) argumenta que:

é esse mesmo “esquecimento”, por outro lado, que permite atribuir “culpa” individual àqueles azarados que nasceram em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade. Como, no entanto, o social, também nesse caso, é desvinculado do individual, o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero “azarado”, mas como alguém que, por preguiça, inércia ou maldade, por “culpa”, portanto, “escolheu” o fracasso.

Para o autor o esquecimento existe por que o senso comum não percebe a classe e a economia moral de seu comportamento. Por isso os indivíduos são os responsáveis pelo seu sucesso – fruto de esforço e competência, ou pelo seu fracasso – resultado da preguiça e ignorância. É importante destacar que a classe social a que Souza (2009) se refere não é apenas no sentido econômico, mas também de “heranças simbólicas, morais, valorativas e existenciais” (SOUZA, 2009, p. 45). Para ele o que é transmitido de geração em geração vai muito além de dinheiro, abrangendo valores e direções que conduzem os filhos à semelhança daquilo que foi aprendido com os pais.

Esse “esquecimento” é fortalecido pelo mito da brasilidade, construído por nós e pelo mundo acerca de nós, e pensa os brasileiros como “todos do mesmo barco”, a partir de um pressuposto de igualdade. Nele os brasileiros são pessoas gentis e amáveis, que possuem horror ao conflito e ao embate. Conseguimos ser afetivos independente de fatores “externos”, a capacidade de amar existe independente da miséria e da pobreza em que se encontram os brasileiros pobres. O mito da brasilidade pode parecer muito bonito, mas esconde o fato de que o contexto em que as pessoas estão inseridas não é externo a elas, e influencia diretamente na forma como se relacionam.

Souza (2009) enfatiza a necessidade de refutação de tais ideias e chama a atenção para o fato das mesmas não estarem presentes somente nas camadas mais pobres, manifestando-se em todos os segmentos societários. A alternativa apresentada pelo autor para o rompimento das correntes articulações entre pobreza e preguiça ou inércia está em entendermos o contexto social em que os indivíduos encontram-se inseridos. Nas palavras do autor: “‘explicar’ a desigualdade e a marginalidade brasileira significa recuperar, necessariamente, a discussão teórica acerca da ambiguidade constitutiva de toda sociedade moderna, que é se dizer igualitária e justa e ser, na realidade, desigual e injusta” (SOUZA, 2009, p.388). Aqui o autor chama a reflexão para o fato de que há na sociedade moderna produções de privilégios que se apresentam sob roupagem de justiça, mas que na verdade são privilégios injustos.

A aparência de justiça dos privilégios é o que legitima a dominação social na sociedade moderna e isso ocorre não somente no Brasil. De acordo com Souza (2009, p. 389):

Esse padrão de legitimação da dominação social e política modernas não afeta apenas a “ralé” brasileira ou as classes inferiores em todas as sociedades humanamente imperfeitas do planeta. Ela abrange todas as classes sociais, inclusive as privilegiadas em alguma medida. É isso que explica que não exista uma “elite má” se reunindo na

calada da noite para tramar maldades contra o povo. Ainda que privilegiadas econômica e socialmente, as classes dominantes pelo acesso privilegiado a capital cultural (classes médias) e capital econômico (classes altas) também sofrem os efeitos de uma dominação impessoal e sem sujeito que envolve a todos.

No entanto, é importante enfatizar que apesar da injustiça social ser uma característica presente nas sociedades modernas, há uma variação do grau de injustiça entre as mesmas, fato que propicia para a existência de sociedades mais ou menos imperfeitas que outras. Entender isso é elementar para que as populações e os territórios sejam efetivamente compreendidos, para que o poder público efetive as políticas públicas com vistas à atender as demandas dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como a população e principalmente como os governos entendem o fenômeno da pobreza é basilar para a concepção e implementação de políticas que visam sua erradicação ou a diminuição de suas expressões. Dentro do sistema capitalista, a pobreza e a desigualdade são peças de uma estrutura macro, que aumenta a capacidade humana de produção concomitante ao aumento da pauperização. Nessa ótica, as políticas sociais são amenizadores dos efeitos da “questão social”, mas que nem por isso podem ser ignoradas ou não implantadas.

O conhecimento do objeto, nesse caso, o fenômeno da pobreza diminui os riscos de projetar políticas sociais fracas, que não consigam atingir seus objetivos. As pesquisas acerca da pobreza são essenciais na criação, elaboração, e implementação de políticas sociais eficazes no sentido de propiciar não só o crescimento econômico, mas também de estimular o seu desenvolvimento. Além disso, é importante ir além dos efeitos ditos “práticos” do fenômeno da pobreza. A pobreza é muito mais do que a fome ou a falta de vestimenta. Ela se dá quando o indivíduo não dispõe de mecanismos estruturais, sociais, econômicos ou psicológicos para efetivação de sua dignidade humana, seja em sua alimentação, na educação, nos serviços de saúde ou até mesmo nas suas relações afetivas. Todas essas questões são importantes para pensar a pobreza e seus efeitos práticos e subjetivos nas pessoas.

Na contemporaneidade, percebe-se que os desafios apresentados pela realidade brasileira levaram o Estado a adotar políticas sociais de promoção e desenvolvimento social e econômico, que faz parte de um conjunto de ações governamentais que garantem mínimos sociais e que tem por finalidade em curto prazo, aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e em longo prazo, investir no capital humano, quebrando o ciclo da pobreza.

A pobreza e a desigualdade social estão ligadas a distribuição de renda e aos direitos básicos, percebe-se que a realidade da maioria das famílias brasileiras, são pessoas que não tem acesso aos direitos como: saúde, educação, moradia e trabalho. E essa falta de acesso aos direitos contribui para que estas famílias se encontrem constantemente em situação de pobreza e extrema pobreza, com carência da intervenção do Estado.

A partir do exposto nesse estudo acerca das reflexões sobre o conceito de pobreza, observou-se a importância e necessidade da intervenção do Estado através das políticas públicas para a sua amenização e/ou solução, ressalta-se também que não é fenômeno somente brasileiro e sim mundial, devido as consequências do sistema capitalista na sociedade.

Tendo em vista a amplitude da temática do conceito de pobreza, não se tem a pretensão de esgotar o assunto com esse estudo, entretanto, espera-se que essa pesquisa possa acrescentar mais uma fonte de leitura, contribuindo com aqueles que se interessam por esse tema. Assim, sugere-se que a partir desse trabalho sejam elaboradas novas pesquisas para um maior aprofundamento e conhecimento desse fenômeno.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ. Tese de Doutorado, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

JANIKELLE BESSA OLIVEIRA

*Doutoranda do Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política-UnB
Professora de Ciência Política - Unimontes
janikellebessa@gmail.com*

RESUMO

O trabalho tem como escopo a análise bibliométrica da produção de artigos científicos do Portal de Periódicos da Capes envolvendo pesquisa de avaliação de políticas públicas. Através de uma amostra de cento e quarenta e sete artigos foi possível observar a distribuição temporal da produção dos artigos, as revistas com maior receptividade de publicação de estudos de avaliação, os aspectos metodológicos dos trabalhos e os setores de políticas públicas com maior incidência de pesquisa. Como síntese, percebe-se uma prevalência na pesquisa de avaliação de políticas de saúde e educação que se consolidam como os setores mais avaliados, no aspecto temporal é perceptível a ascendência de publicações nos últimos quatro anos e quanto aos aspectos metodológicos ocorre um equilíbrio entre os métodos qualitativos e quantitativos, mesmo que ainda com uma leve preferência por este último.

Palavras-chave: Avaliação; Políticas Públicas; Bibliometria; Produção Científica.

ABSTRACT

The work has as its scope the bibliometric analysis of the production of scientific articles in the Portal de Periódicos da Capes involving research of evaluation of public policies. Using a sample of one hundred and forty-seven articles, it was possible to observe the temporal distribution of the production of articles, journals with greater receptiveness of publication of evaluation studies, methodological aspects of the work and the sectors of public policies with greater incidence research. As a summary, there is a prevalence in the evaluation research of health policies and education that consolidate as the sectors most evaluated, in the temporal aspect is noticeable the ascendancy of publications in the past four years and about the methodological aspects there is a balance between the qualitative and quantitative methods, even though with a slight preference for the latter.

Key-words: Evaluation; Public Policies; Bibliometrics; Scientific Production

INTRODUÇÃO

O campo de pesquisa em Políticas Públicas é relativamente recente no Brasil e conseqüentemente a avaliação de políticas públicas demonstra ainda o aprofundamento de discussões quanto a metodologias e aspectos teóricos. Esse artigo objetiva analisar bibliometricamente a produção de artigos científicos do Portal de Periódicos da Capes envolvendo trabalhos de avaliação de políticas públicas, buscando possibilitar uma visão parcial sobre os caminhos empreendidos nessa disciplina e se é possível falar em agenda de pesquisa em avaliação no Brasil.

O questionamento dos caminhos da produção científica no campo de avaliação em política pública é o cerne desse trabalho, e vem de uma inquietação apresentada por Melo (1999) que constatou que a disciplina de política pública no Brasil convivia com um panorama de baixa capacidade de acumulação de conhecimento oriunda da inexistência de uma agenda de pesquisa. Esse diagnóstico do final dos anos noventa se alterou? E como se insere a agenda de avaliação de políticas públicas como setor do campo de políticas públicas?

A influência de escolas e metodologias dos Estados Unidos tem sido uma das questões apontadas nos estudos macro acerca de políticas públicas, e não tem como desconsiderar a influência dos organismos internacionais (Cepal, OEA, FMI, Banco Mundial) na construção das metodologias de avaliação. A possibilidade de um breve olhar sobre a panorama da produção de pesquisas em avaliação é o objetivo central do artigo, e para tal volta-se à análise bibliométrica de artigos no Portal de Periódicos da Capes.

O trabalho não se propõe analisar a agenda de pesquisa em avaliação de Políticas Públicas, que necessitaria uma amostra mais ampla de produções e da condução da disciplina na Pós Graduação brasileira, o foco está em observar os setores de pesquisa em avaliação em políticas públicas e os principais métodos utilizados nas pesquisas.

Para alcançar esse objetivo optou-se pela análise bibliométrica dos artigos acadêmicos do Portal de Periódicos da Capes (o portal foi escolhido pela capilaridade nas instituições de ensino superior no Brasil). Entendendo a bibliometria como uma metodologia quantitativa da produção científica, com foco na mensuração da contribuição científica derivada dessas produções. (SU; LEE, 2010).

O levantamento inicial dos artigos deu-se pela pesquisa no acervo do Portal de Periódicos aos artigos que utilizaram o termo "Avaliação" em qualquer momento do texto, nesse primeiro levantamento foram identificados 114.615 artigos. Através da correlação com o termo Política Pública com o operador booleano¹ "and", com a utilização dos termos em qualquer momento do texto, encontrou-se 9.168 artigos científicos.

Refinando a pesquisa com a delimitação dos artigos com o termo "avaliação" como assunto e objetivo do texto chegou-se ao número primário de 194 artigos, que corrigido por conta da inserção de artigos de análise em políticas públicas, consolidou-se em 147 (cento e quarenta e sete) artigos que são analisados².

A análise dos artigos levou em consideração o setor de políticas públicas avaliado, a distribuição temporal da produção dos artigos, as revistas em que foram publicados os trabalhos e os

1 O operador booleano define relações entre os termos em uma pesquisa. Os operadores booleanos são *and*, *or* e *not*, podendo generalizar a pesquisa ou limitá-la. *And*: combina os termos da pesquisa para que cada resultado da pesquisa contenha todos os termos. *Or*: combina os termos da pesquisa para que cada resultado da pesquisa contenha no mínimo um dos termos. *Not*: exclui termos para que cada resultado da pesquisa não contenha nenhum dos termos que o seguem.

2 A coleta dos artigos foi realizada no dia nove de outubro de 2018, no Portal de Periódicos da Capes (acesso aberto). O Portal de Periódicos da Capes conta com aporte de 261 *Bases de Dados* de publicações. Link: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

aspectos metodológicos dos trabalhos. Espera-se que essa análise, mesmo que limitada a uma base de acesso de trabalhos científicos, possa contribuir para discussão do contexto da pesquisa em avaliação de políticas públicas e seus próximos caminhos.

AValiação DE POLÍTICA PÚBLICA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

A avaliação pode ser entendida como o processo de determinação de esforços ou mérito de uma ação, que objetiva de forma sistemática a aplicação de uma investigação valorativa, cujo pressuposto valorativo *per se* estabelece as bases do julgamento estabelecido em uma avaliação de políticas públicas. Sua realização possibilita informações acerca de uma política e a instrumentalização da legitimação ou mudança de percurso de uma intervenção pública (SILVA, 2005; SCRIVEN, 1991; PATTON, 1997; ROSSI e FREEMAN, 2004; CONTANDRIOPOULOS et al, 1997).

A complexificação da vida social e conseguinte das demandas da sociedade possibilita entender a envergadura e capilaridade das ações do Estado atual. Costa (2015) afirma que o Estado contemporâneo corresponde ao Estado de políticas públicas, e, portanto, não deixa de expressar a dinâmica e os conflitos dessa relação. O panorama de ampliação do espectro de atuação estatal, mas com uma crescente demanda de redução de gastos públicos são apontados (ARRETCHE, 2003; COSTA, 2015; SOUZA; 2007) como influenciadores da construção da Política Pública enquanto campo de estudo.

A avaliação tangenciando o campo de pesquisa em políticas públicas, também se constitui enquanto uma resposta às necessidades de eficiência, eficácia e efetividade da ação do Estado. Nesse sentido, Ramos e Schabbach (2012) buscam identificar o estado da arte na pesquisa em avaliação de políticas públicas, entendendo inicialmente a avaliação como um exame e observação dos programas ou projetos públicos *ex antes* ou *ex post*. Observa-se que o fomento de pesquisas nessa temática está fortemente atrelada ao contexto de controle de recursos públicos amplificados após a década de setenta, e como *feedback* aos tomadores de decisão.

Faria (2005) diferencia o tipo de avaliação conduzida por gestores da avaliação conduzida pelas Universidades, a primeira focada na questão de ajuste fiscal de cunho gerencialista e a segunda essencialmente acadêmica e de cunho não gerencialista. As duas perspectivas por mais que defendam uma condução neutra, não pode ser desvinculada das esferas de interesse que envolve os seus respectivos campos, a avaliação em sim, pressupõe julgamento e uma medida de valor, mas ainda assim se apresenta como medida necessária para o controle da forma e conteúdo da intervenção estatal.

A observância dos cento e quarenta e sete artigos no Portal de Periódicos da Capes apresentou uma relação de trinta e três (Quadro 01), políticas ou programas públicos avaliados, situados principalmente no escopo de setor de intervenção governamental de políticas sociais. Principalmente nas áreas de política de saúde e política de educação.

Quadro 01 - Políticas Avaliadas nos artigos do Portal de Periódicos

Políticas Públicas Avaliadas	
Programa Especial Desarraigados	Minha Casa Minha Vida
Agropecuária	Ordenamento Territorial
Alimentar	Participação Política
Ambiental	Política de Esporte
Assistência Social	Pro Jovem Urbano

Avaliação de desempenho público	Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural
Bolsa Família	Programas nutricionais
Ciência e Tecnologia	Projetos Sociais
Controle Público	Promoção da Saúde
Crédito de carbono	Saneamento Básico
Desarmamento	Saúde
Educação	Saúde Ambiental
Educação infantil	Saúde Mental
Educação Superior	Segurança Pública
Gestão ambiental	Sistema eleitoral
Informação	Tecnologias da Informação
Mineração	

Fonte: Produção própria. Artigos da base de dados do Portal de Periódicos da Capes

Teixeira (2002) apresenta uma tipologia de políticas públicas baseada na abrangência dos benefícios da intervenção estatal, nesse sentido, pode-se identificar três tipos de políticas públicas: Universais; Segmentais; e Fragmentadas. As políticas universais correspondem as intervenções do estado abrangendo todos os cidadãos; as políticas segmentais atuam sobre um fator determinante de segmentação social (idade, gênero, condição física); e as políticas fragmentadas focam em grupos específicos dos estratos sociais (programas que atuam no espectro da vulnerabilidade social).

As políticas públicas de saúde são as que apresentam um volume maior de estudos de avaliação (Quadro 02), com 38% dos trabalhos analisados, seguido das políticas de Educação com o percentual de 27,9% do total de trabalhos coletados. As duas áreas de política pública se inserem enquanto políticas universais e de abrangência geral dos grupos sociais.

Quadro 02 - Área de Políticas Públicas com maior incidência de avaliação

Política Públicas	Número de Artigos	%
Saúde	53	
Saúde Ambiental	1	
Saúde Mental	2	
TOTAL	56	38,00%
Educação	37	
Educação Infantil	1	
Educação Superior	13	
TOTAL	41	27,90%

Fonte: Produção própria. Artigos da base de dados do Portal de Periódicos da Capes

Esse panorama pode levar ao questionamento das condições que podem influenciar essa supremacia de estudos avaliativos no campo das políticas sociais (saúde e educação). O máximo que se pode fazer são levantar algumas considerações - mesmo que desatrelada de uma empiria - baseado na estrutura da política pública. O campo das políticas universais é

profícuo pela extensão dos seus programas, pelos recursos empregados na consecução das suas ações e, portanto, pela necessidade de legitimação nos programas colocados em prática.

No caso brasileiro, as políticas de saúde e educação tem a particularidade do dispositivo de Vinculação de Receitas inserido no Constituição de 1988, nesse caso, a União tem de destinar um mínimo de 15% de sua receita corrente líquida em ações e serviços públicos de saúde (artigo 198, parágrafo 2º, I), e Estados subnacionais e Municípios devem aplicar 25% de sua receita de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 212). Mesmo com a flexibilização desse dispositivo constitucional através de DRU (Desvinculação de Receitas da União)³, as políticas de saúde e educação apresentam uma condição de serem políticas de Estado, e portanto, com um nível de proteção maior do que as demais em processos de mudança de Governo.

Per si, a universalidade das políticas sociais e o volume de recursos empregados em suas políticas públicas, possibilitam um ambiente de contestação de programas que não correspondam às metas empreendidas em sua formulação. As políticas sociais envolvem a concepção de uma democracia social, em que o bem estar dos sujeitos deve se apresentar no constructo das políticas públicas, e como dito, esse entendimento passa constantemente por contestação dos demais interesses em recursos orçamentários.

No que concerne as revistas de publicação dos artigos de avaliação, segue a tendência de um número mais expressivo de revistas com a temática sobre saúde e educação (Quadro 03), entre as dez revistas com maior número de publicação dos artigos coletados, tem quatro revistas especializadas em estudos de saúde e também quatro revistas com foco em educação.

Quadro 03 – Revistas com maior número de publicação de estudos de avaliação

Revistas	N.De Artigos	Qualis	Área
Cadernos de Saúde Pública	18	A1	Saúde
Ensaio	7	A2	Educação
Ciência & Saúde Coletiva	6	B1	Saúde
Revista de Saúde Pública	6	A2	Saúde
Ciência & Saúde Coletiva	5	B1	Saúde
Educação & Sociedade	3	A1	Educação
Educação e Pesquisa	3	A1	Educação
RAP	3	A1	Ciência Política
Estudos Econômicos	3	B1	Economia
Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa	3	B1	Educação

Fonte: Produção própria. Artigos da base de dados do Portal de Periódicos da Capes

A Revista Cadernos de Saúde Pública publicou o maior número de artigos de avaliação, com um total de dezoito artigos (mais que o dobro da revista na segunda posição). O periódico tem um ciclo mensal de publicações e está vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz, tendo como direcionamento a apresentação de pesquisa acerca de saúde coletiva.

³ A DRU (Desvinculação de Receitas da União) são um conjunto de dispositivos implementados por sucessivas emendas constitucionais, com o objetivo de ampliar a flexibilidade orçamentária, sua aplicação se iniciou em 1994, porém com o nome de Fundo Social de Emergência no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O meio de divulgação das pesquisas de avaliação torna-se um elemento condicional para os seus possíveis usos, como percebe-se no Quadro 03, as revistas que mais publicaram estudos de avaliação são referências quanto ao Qualis Capes (sistema de avaliação de periódicos brasileiros), o que torna a publicação palatável aos tomadores de decisão, seja como legitimação de escolhas quanto justificativa de mudanças.

Alkin e Taut (2003) entende o uso da avaliação como a forma em que uma avaliação e informação da avaliação de impactos dos programas são utilizados, os autores observam a década de sessenta como marco temporal de discussão nos Estados Unidos do uso da avaliação e atentam para a confusão entre relatórios de avaliação e relatórios de análise de programas públicos que expressam uma dificuldade de diferenciação do conhecimento produzido em avaliações e o conhecimento de pesquisas.

A avaliação depende da informação que pode ser entendida enquanto dados que foram coletados de alguma maneira, essa informação, porém, se torna conhecimento quando passa pelo crivo da interpretação e o que se considera conhecimento depende da posição epistemológica em que está inserido. O conhecimento sistemático é baseado em informações coletadas utilizando procedimentos científicos sistemáticos. O processo se baseia em uma condução lógica que envolve coleta, procedimento, análise e comunicação atreladas a condutas objetivas, confiáveis e válidas.

Uma das questões que diferem consideravelmente a investigação (pesquisa) da avaliação é o seu uso. Entende-se que ocorre uma preocupação das duas enquanto sistematização do conhecimento produzido, mas percebe-se diferenças enquanto direcionamento deste, na investigação preocupa-se com conceitos e análises que ultrapassem o espectro temporal, enquanto que na avaliação tem uma preocupação com a aplicabilidade do conhecimento em uma determinada configuração, e nisso, o conhecimento do contexto é fundamental. De forma sintética, a avaliação se diferencia da pesquisa quanto sua finalidade, valor é mérito de avaliar um programa e a possibilidade de julgar o valor de um programa.

Grafico 01 - Número de artigos de Avaliação publicados, por ano (1991-2018)ⁱ



Fonte: Produção própria. Artigos da base de dados do Portal de Periódicos da Capes

ⁱ O resultados de 2018 são parciais, visto sua vigência.

O Gráfico 01 demonstra uma ascendência na publicação de artigos após o ano de 2005, e vem no esteio do debate acerca dos usos da avaliação, o reconhecimento do retorno e da capacidade valorativa da avaliação possibilitam seu uso expresso por tomadores de decisão. No contexto de redução de recursos públicos e primazia de uma organização política sob a égide do ajuste fiscal, como se observa no mundo a partir da década de setenta, a avaliação de políticas públicas torna-se um instrumento de legitimação de determinadas políticas. (TREVISAN e BELLEN, 2007)

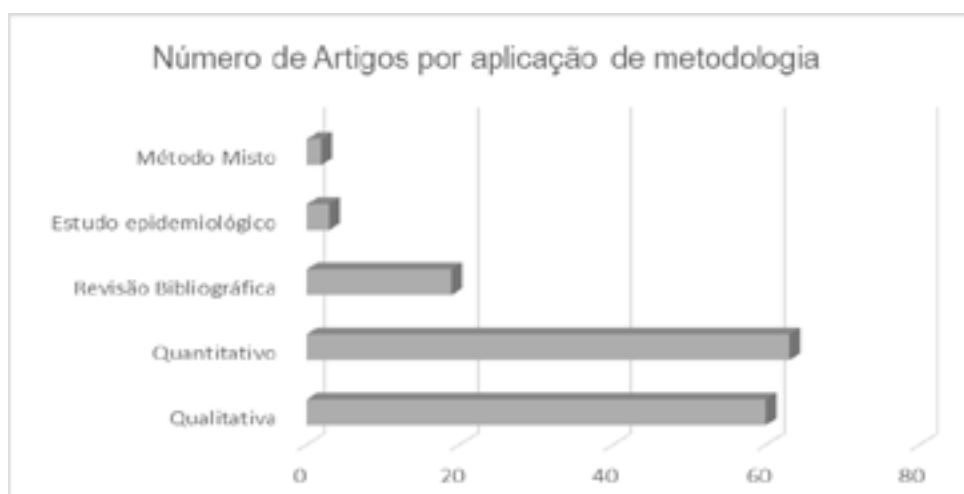
Derlien (2001) distingue as fases da pesquisa em avaliação de políticas públicas que perpassa dos anos sessenta aos anos noventa. Os anos sessenta apresentou um perfil de avaliação fortemente vinculado aos usos políticos da avaliação em detrimento da produção de informações e instrumentos aos decisores públicos, nos anos oitenta observou-se uma preocupação com o uso dos recursos públicos expressando uma avaliação de política pública fundamentada no racionalismo de alocação de recursos.

Na década de noventa tem-se uma fase de uso da avaliação em sua capacidade de legitimação, pela necessidade de redução de gastos e influência da gestão pública no ordenamento da ação dos governos, a mudança dos atores políticos e a dinâmica econômica aproximou a avaliação de políticas públicas de uma atuação de auditoria.

O caminho posterior às fases indicadas por Derlien, demonstra um aprofundamento da perspectiva gerencialista tanto na formulação das políticas públicas quanto da sua permanência, e a avaliação enquanto um ciclo da política pública é fundamental para a indicação de elementos da intervenção política nos níveis da eficácia, eficiência e efetividade. A consolidação do campo de avaliação traz consigo a necessidade de olhar de forma mais detida para as metodologias empregadas nas pesquisas de avaliação de políticas públicas.

No Gráfico 02, percebe-se um equilíbrio quanto ao uso de metodologias qualitativas e quantitativas, mesmo que tenha uma leve diferença ascendente para a metodologia quantitativa. Jannuzzi (2011) alerta que o campo de avaliação de políticas públicas no Brasil ainda está em construção, e mesmo em países que a avaliação tem uma trajetória maior – como nos Estados Unidos – ocorre problemas quanto à produção de informações e mesmo resultados imprecisos. A discussão acerca das metodologias utilizadas e a transparência nas investigações pode contribuir para um amadurecimento maior do campo de avaliação brasileira.

Gráfico 02 – Metodologias dos artigos de avaliação no Portal de Periódicos



Fonte: Produção própria. Artigos da base de dados do Portal de Periódicos da Capes

O diagnóstico de Jannuzzi acerca da avaliação de política pública brasileira, aponta ainda, a predominância das avaliações produzidas nas Universidades e Centros de Pesquisa que por muitas vezes tem a expertise da condução de pesquisa, porém, pouco conhecimento prático da política pública. Mesmo com a lacuna da baixa relação com o cotidiano de aplicação de um programa público (conhecimento técnico), as Universidades podem contribuir de forma contundente nos estudos de avaliação de políticas públicas através do rigor metodológico, e preocupação com o desenho das pesquisas.

A avaliação tem uma característica de pesquisa aplicada, visto a prerrogativa de valoração de uma determinada política pública, e mesmo com esse panorama encontrou-se dezenove artigos que se utilizaram de pesquisa com Revisão Bibliográfica. Esses artigos buscavam estabelecer discussões sobre a avaliação em si, e não aplicar a avaliação a uma política pública.

A utilização da pesquisa de método misto ainda é incipiente, sendo identificados dois artigos que se utilizaram da mescla de pesquisa quantitativa e qualitativa. A articulação entre os dois métodos (quantitativo e qualitativo) pode contribuir na resolução de gargalos das duas iniciativas metodológicas, o pluralismo e a aplicação de pesquisa de métodos mistos tem uma concepção complementar, no sentido em que possibilita uma visão mais ampla dos resultados da política pública. (ROSSI *et al*, 2004; WORTHERN *et al*, 2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de políticas públicas vem se ampliando nos últimos anos como uma ação consequente do contexto de formulação, implementação e monitoramento das ações do Estado em tempos de redução dos recursos públicos. A necessidade do redimensionamento do Estado não é um fenômeno recente, amplifica-se a partir da década de setenta e de tempos em tempos se aprofunda sob a alcunha de medidas de austeridade.

O contexto político institucional de retração orçamentária norteia a possibilidade de uso da avaliação de políticas públicas, que se diferencia da análise de políticas públicas quanto a capacidade de julgamento. Para Champagne *et al* (2011) a avaliação pressupõe um sistema organizado de ação e julgamento que se baseia na manutenção dos valores paradigmáticos, na adaptação e mobilização dos recursos avaliativos, na observação do modo de produção e nível de participação dos avaliados e na consecução das metas

A análise bibliométrica dos cento e quarenta e sete artigos sobre avaliação de políticas públicas identificados no Portal de Periódicos da Capes, possibilitou visualizar (mesmo que limitadamente) os caminhos tomados pela pesquisa de avaliação. Observa-se uma alta concentração de avaliação nas políticas sociais (saúde e educação) que justifica-se pelo grau de intervenção dessas políticas na vida social por sua dimensão universal e mesmo pelos recursos empregados nessas áreas de políticas públicas.

Observa-se ainda uma curva ascendente na produção de avaliações de políticas públicas com um crescimento principalmente nos últimos quatro anos. Na distribuição das autorias dos artigos aparece um dado interessante quanto a publicação de mulheres, 41% dos artigos coletados ou foram escritos por uma mulher (31 artigos) ou por duas ou mais mulheres (29 artigos).

Para se ter um comparativo, os artigos escritos por homens corresponde a 27,2% das avaliações, com 18 artigos escritos por um homem, e 22 artigos produzidos por dois ou mais homens. A produção da escrita por grupos com homens e mulheres correspondeu a 32% dos artigos coletados, esse panorama de forma geral demonstra uma publicação maior de mulheres com estudos de avaliação

Em síntese, a análise bibliométrica demonstrou como é necessário caminhar em relação às discussões acerca da pluralidade de aplicação metodológica para a pesquisa de avaliação, mas possibilitou observar que tem áreas da política pública que tem pesquisas e um campo consolidado de avaliação de políticas públicas (saúde e educação), que pode servir de base para o desenvolvimento da avaliação em outros setores da política e assim reafirmar uma agenda de avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKIN, Marvin C.; TAUT, Sandy M. *Unbundling Evaluation Use. Studies in Education Evaluation*, v. 29, p. 1-12, 2003.

ARRETCHE, Marta (org.) Dossiê: *Agenda de pesquisa em Políticas Públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.51, 2003..

CHAMPAGNE, François *et al. Utilizar a Avaliação*. In: BROUSSELLE, Astrid *et al. (Orgs). Avaliação: conceitos e métodos*. Rio de Janeiro: Editora Fioc, 2011f.

CONTANDRIOPOULOS, A.; CHAMPAGNE, F.; DENIS, J. ; PINEAULT, R. *Avaliação na área de saúde: conceitos e métodos*. In: *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Hartz, ZA, 1997. P. 29-48.

COSTA, Valeriano. *Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas*. In: Revista Ideias. UNICAMP, v.6, n.2, p.135-166, jul/dez. 2015

FARIA, Carlos A. P. de. *A política da avaliação de políticas públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 97-169, out. 2005.

DERLIEN, Hans-Ulrich. *Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas*. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *A política da avaliação de políticas públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas*. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 36, 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *Políticas Sociais: focalização ou universalização?*. Rev. Econ. Polit. [online]. 2006, vol.26, n.4

MELO, Marcus André. *Estado, governo e políticas públicas*. In: Sergio Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, São Paulo, Sumaré. 1999.

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira; SERMANN, Lúcia Izabel Czerwonka. *Fundamentos teóricos da Avaliação*. In: TRENTINI, Mercedes; CORRADI, Ezia Maria. *Avaliação: subsídios teórico-práticos para a gestão de saúde*. São Paulo: Ícone, 2006.

PATTON, M. Q. *How to use qualitative methods in evaluation*. Newbury Park London-New Delhi: SAGE publications, 1987.

RAMOS, Marília P.; SCHABBACH, Leticia Maria. *O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceitualização e exemplos de avaliação no Brasil*. In: Rev. Adm. Pública: Rio de Janeiro 46(5):1271-294, set./out. 2012.

- ROSSI, P. H.; FREEMAN, H. E. *Evaluation, a systematic approach*. Beverly Hills: SAGE publications, 2004.
- SCRIVEN, M. Evaluation: future tense, *American Journal of Evaluation*, v. 22, n. 3, p. 281-300, 2001.
- SILVA, Lúgia Maria Vieira da. *Conceitos, abordagens e estratégias para avaliação em saúde*. In: HARTZ, Zulmira Maia de Araújo; VIEIRA-DA-SILVA, Lúgia Maria (Org). *Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- SOUZA, Celina. *Estado da arte na pesquisa em Políticas Públicas*. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta Teresa da Silva, MARQUES, Eduardo Cesar (org.) *Políticas públicas no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão de literatura*. *Sociologias*: Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.
- SU, H.; LEE, P. *Mapping Knowledge Structure by Keyword Co-Occurrence: a first look at journal papers in technology foresight*. *Scientometrics* v. 85, n. 1, p.65-79, jun. 2010.
- TREVISAN, Andrei Pittol and VAN BELLEN, Hans Michael. *Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção*. *Rev. Adm. Pública* [online]. vol.42, n.32,008
- TEIXEIRA, Elenaldo C. *O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: Bahia, 2002.
- WEISS, Carol H. *Utilization of evaluation: Toward comparative evaluation*. In WEISS, Carol H. (ed.), *Evaluating action programs*, p. 318-326, Boston: Allyn and Bacon, 1972. Reprint of a paper presented at the meeting of the American Sociological Association, Miami Beach, Florida, September, 1966.
- WORTHERN, B. R. et al. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: EDUSP, Gente, 2004.

VALE CULTURA: UMA POLÍTICA CULTURAL PARA INCLUSÃO DOS TRABALHADORES. ESTUDO DO RIO GRANDE DO SUL.

BEM, JUDITE SANSON DE

PPGMSBC- UNILASSALE

jsanson@terra.com.br

WAISMANN, MOISÉS

PPGMSBC- UNILASSALE

moises.waismann@gmail.com

ARAUJO, MARGARETE PANERAI

PPGMSBC- UNILASSALE

margarete.araujo@unilasalle.edu.br

RESUMO

A partir dos anos de 2000 há uma maior preocupação com as ações de políticas que buscassem uma maior participação da sociedade na produção e, sobretudo, no consumo de bens culturais. Exemplo de Política é o Vale-Cultura uma parceria entre o Governo Federal e empresas propiciando os trabalhadores disporem de um cartão para comprar bens e serviços culturais. O objetivo desse artigo é destacar os indicadores do Vale Cultura, com enfoque nos dados do Estado do Grande do Sul no período de 2014 e 2015. Metodologicamente desenvolveu-se uma pesquisa do tipo descritiva com análises quanti-qualitativas cujos dados foram obtidos junto ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e do Ministério do Trabalho e Emprego. Os resultados permitem refletir que o estado apresentou movimentos semelhantes ao Brasil, sendo que os trabalhadores consomem os valores recebidos, predominantemente, com jornais, livros e revistas nos períodos próximos às férias de verão ou inverno.

Palavras-chave: Plano Nacional de Cultura, Políticas Culturais, Vale Cultura

ABSTRACT

From the year 2000 onwards, there is a greater concern with policy actions that seek greater participation by society in production and, above all, the consumption of cultural goods. Example of Policy is Vale-Cultura a partnership between the Federal Government and companies as workers can have a card to buy cultural goods and services. The objective of this article is to highlight the indicators of Vale Cultura, focusing on data from the state of Grande do Sul in the period of 2014 and 2015. Methodologically, a descriptive research was developed with quantitative-qualitative analyzes whose data were obtained from the System National Information and Cultural Indicators and the Ministry of Labor and Employment. The results allow us to reflect that the state presented similar movements to Brazil, with workers consuming the amounts received, predominantly, with newspapers, books and magazines in the periods close to summer or winter vacations.

Keywords: National Culture Plan, Cultural Policies, Culture Valley

INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 2000 há uma maior preocupação com as ações de políticas que buscassem uma maior participação da sociedade na produção e, sobretudo, no consumo de bens culturais. Um exemplo de Política de produção é a Lei Rouanet e a do Áudio visual, enquanto do lado da demanda o Vale-Cultura. Esse último é uma parceria entre o Governo Federal e empresas à medida que, os trabalhadores podem dispor de um cartão para comprar bens e serviços culturais no valor de R\$ 50,00 mensais, cujo “[...] valor, que é cumulativo, pode ser consumido para comprar ingressos de teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circos, além de CDs, DVDs, livros, revistas e jornais, ou ainda para pagar mensalidades de cursos artístico-culturais” (MINC, 2017a)

“De forma indireta, o Vale Cultura, ao incentivar a participação das pessoas na vida cultural, estimula o crescimento e a autonomia da economia da cultura no país, numa nova perspectiva de política cultural no Brasil” (MINC, 2017a). No entanto, os dados do Ministério Cultura (MINC), até 31 de dezembro de 2015, mostraram uma realidade preocupante. Assim, o objetivo deste artigo é explorar os dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), acerca dos trabalhadores beneficiados com enfoque para o Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2014 e 2015.

Esse trabalho está dividido na presente introdução, seguindo para a revisão de literatura acerca da categoria do estudo, a metodologia e a descrição dos dados pesquisados. Por fim as considerações, limitações e sugestões para futuras pesquisas e as referências consultadas.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE O PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC) E O PROGRAMA VALE CULTURA

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, garantiu aos indivíduos o acesso à cultura, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão (divulgação, distribuição) das manifestações culturais, segundo Lisboa Filho et al (2015). Neste sentido, o Art. 215 dispõe: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 2017c). Desta forma, a partir do final da década de 1980 os Estados brasileiros vêm organizando todo um aparato para propiciar aos cidadãos acessarem diferentes ofertas de bens culturais, como cinemas, teatros, espetáculos de dança, música entre outros.

Com o intuito de dar prosseguimento à institucionalização da cultura como direito e sua regulação, surgiu o Plano Nacional de Cultura. Previsto no Art. 215 da Constituição Federal, o Plano foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. O mesmo, de acordo com o MINC (2017c)

[...] é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

Com vistas à universalização do acesso à cultura, por parte da sociedade, a Política Nacional de Cultura apresenta programas e ações tais como: Capacitação em Projetos Culturais; Cine Mais Cultura; Programa de Fomento; Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC); Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC); Usinas Culturais e Ordem do Mérito Cultural; Cultura Digital; Educação e Cultura; Comunicação e Cultura; Cultura Viva; Pontos de Cultura; Direitos Autorais; Editais de Fomento a Produção Audiovisual Brasileira;

Intercâmbio e Difusão Cultural; Mais Cultura; Núcleos de Produção Digital; Plano Nacional de Cultura (PNC); Praça dos Esportes e da Cultura (PAC 2).

A prática destes programas e seus produtos viabilizam-se mediante as leis de incentivo à cultura, oportunizando as pessoas físicas e jurídicas investirem em diferentes áreas e, simultaneamente, deduzirem parte do pagamento de seus impostos aos governos federal, estadual e municipal. Assim, os governos abdicam de parte da sua arrecadação anual em prol da aplicação destes recursos na cultura. Estes investimentos são viabilizados mediante a publicação de editais de patrocínio ou fomento cultural, tanto publicado pelo Ministério da Cultura, como por empresas como a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, entre outros.

O PNC - Lei nº 12.343/2010, intenta orientar o poder público nas políticas públicas na área da cultura com objetivos, diretrizes, estratégias e metas de programas, projetos e ações. Mediante o Sistema Nacional de Cultura (SNC) o PNC faz a interface com as cidades e os estados. Ao integrar o SNC o estado e o município receberão recursos federais para o setor cultural e assistência técnica para a elaboração do seu plano de cultura previsto para 10 anos. Para tanto, os Estados ou municípios deverão constituir seu sistema de cultura mediante uma Secretaria de Cultura ou órgão equivalente, Conselho de Política Cultural, Conferência de Cultura, Plano de Cultura e Sistema de Financiamento à Cultura e criação de um Fundo de Cultura (LISBOA FILHO, 2015)

O PNC em vigor, com validade até dezembro de 2020, é composto por 36 estratégias, 274 ações e 53 metas a serem implementadas pelo MINC em parceria com as demais esferas da União. Exemplos de intervenções, ou fomento à cultura, provém do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) instituído pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91) que possibilita às pessoas físicas e jurídicas, por meio de doações e patrocínios, viabilizarem projetos culturais. Outro projeto ligado à cultura que merece destaque é a chamada Bolsa - artista, que visa ajudar na profissão do artista iniciante. Também foi instituído, o Programa de Cultura do Trabalhador, destinado a fornecer aos trabalhadores meios para o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura.

Na esteira da busca por maior acesso à cultura surgiu o Programa Vale Cultura, como um benefício de caráter pessoal e intransferível no âmbito do Programa de Cultura do Trabalhador. As empresas operadoras deverão estar cadastradas no Ministério da Cultura, possuindo Certificado de Inscrição no Programa de Cultura do Trabalhador. Conforme o Ministério da Cultura (2017c) o valor é cumulativo e permite adquirir ingressos de teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circos, além de CDs, DVDs, livros, revistas e jornais, ou ainda para pagar mensalidades de cursos artístico-culturais. Tem direito de acesso ao Vale Cultura,

§ 2o Os trabalhadores que percebem mais de 5 (cinco) salários mínimos poderão ter descontados de sua remuneração, em percentuais entre 20% (vinte por cento) e 90% (noventa por cento) do valor do vale-cultura, de acordo com a respectiva faixa salarial, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 7o e na forma que dispuser o regulamento. (BRASIL, 2017e)

De acordo com Vitoriano e Salvati (2010, p.5)

Pode-se dizer que o Vale Cultura é uma primeira política pública voltada para o consumo cultural, caracterizando uma política de inclusão social. A cultura e o consumo cultural estão literalmente articulados, mas ambos possuem significados diferenciados, sendo que a cultura é própria de cada sujeito, cada um possui uma cultura própria e o consumo cultural depende das condições socioeconômicas de cada indivíduo.

São consideradas, para efeito de concessão do vale cultura, as artes visuais, artes cênicas, audiovisual, literatura e humanidades, música e patrimônio cultural, mas o Poder Executivo poderá ampliar as áreas previstas em Lei. Como política cultural, o Vale Cultura é um ato prático com o propósito de estimular, difundir e dar acesso à produção cultural, o qual pode ser realizado tanto por instituições de caráter público como privado, onde critérios e diretrizes definem o que, como e para quem fazer (BARBALHO, 2008). O Vale cultura, como

[...] política cultural significa atuar na criação, circulação e fruição de bens simbólicos. Esta atuação implica reconhecer que esse sistema processual, que é a cultura, se organiza como um campo, o campo cultural, que possui valores, capital e poder específicos (BARBALHO, 2008, p.124).

No entendimento de Chauí (2006), as políticas culturais têm que promover a cidadania, garantindo ao cidadão o direito à cultura, com programas que visem à sua formação escolar, à informação, à reflexão crítica, ao lazer e a solidariedade social. Desta forma, entende-se que o Vale Cultura além de objetivar a garantia de acesso aos bens culturais e a criação cultural é uma política de inclusão social. “De forma indireta, o Vale Cultura, ao incentivar a participação das pessoas na vida cultural, estimula o crescimento e a autonomia da economia da cultura no país, numa nova perspectiva de política cultural no Brasil” (MINC, 2018, s.p.). Com o objetivo de analisar os dados de acesso ao Vale Cultura, no Brasil e no Rio Grande do Sul, a sessão seguinte faz a interpretação destes.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo metodológico, segundo Lakatos e Marconi (1992, p.22) “[...] não é somente aumentar o conhecimento, mas o de aumentar as nossas possibilidades de continuar aumentando o conhecimento”. Nesse sentido, a pesquisa do tipo quantitativo-descritivo “[...] consiste em investigação empírica, cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características do fato ou fenômeno” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p.76). Tendo um caráter de levantamento intencional, segundo Gil (2010), a investigação se caracterizou pelo comportamento que se desejou conhecer.

O universo da pesquisa está representado pelos dados do Vale Cultura no que se refere aos trabalhadores beneficiados, obtidos do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e do Ministério do Trabalho e Emprego, para os anos de 2014 e 2015 com enfoque nos dados para o Estado do Rio Grande do Sul.

A tabela 1 apresenta a quantidade e a variação, calculada em percentual, de trabalhadores beneficiários pelo vale cultura no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul por mês nos anos de 2014 e 2015. A intenção da ilustração é mostrar como a variável se comporta ao longo do período estudado.

Tabela 1 - Quantidade e variação, em percentual, de trabalhadores beneficiários pelo vale cultura no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul por mês nos anos de 2014 e 2015.

Mês	Brasil			Rio Grande do Sul		
	2014	2015	Variação	2014	2015	Variação
Janeiro	60.104	13.193	-78	2.398	857	-64
Fevereiro	70.960	11.034	-84	6.297	479	-92
Março	25.734	15.487	-40	1.815	636	-65
Abril	15.265	2.507	-84	1.049	202	-81
Mai	12.286	5.704	-54	664	248	-63
Junho	16.183	6.353	-61	683	194	-72

Mês	Brasil			Rio Grande do Sul		
	2014	2015	Variação	2014	2015	Variação
Julho	17.076	7.452	-56	812	307	-62
Agosto	15.130	7.918	-48	499	439	-12
Setembro	13.138	13.930	6	1.073	783	-27
Outubro	8.582	1.876	-78	488	108	-78
Novembro	43.391	2.208	-95	1.265	138	-89
Dezembro	69.116	1.830	-97	5.847	31	-99
Ano	366.965	89.492	-76	22.890	4.422	-81

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em <http://dados.gov.br/dataset/agregados-do-vale-cultura> e www.mte.gov.br

Ao olhar a tabela 1, verifica-se que 367 mil trabalhadores se beneficiaram do vale cultura no Brasil no ano de 2014, já em 2015, este número passa para 89.492, uma redução de 76%, sobre o ano anterior. No estado do Rio Grande do Sul em 2014 o número de beneficiários era de 22.890 trabalhadores, passando para 4.422 no ano de 2015, um decréscimo de 81%. Uma redução maior que a apresentada pelo conjunto do Brasil.

Quando se observa a movimentação mensal, percebe-se que a quantidade de trabalhadores beneficiados no Brasil no ano de 2014 concentra-se nos meses janeiro e fevereiro (início do ano) e nos meses de novembro e dezembro (final do ano), quando a atenção se volta para o ano de 2015 percebe-se que é também nos meses iniciais (Janeiro, Fevereiro e Março) assim como no mês de setembro. No estado do Rio Grande do Sul verifica-se o mesmo comportamento que o país. Apenas em 2015 verificam-se os meses de Agosto e Setembro (no terceiro trimestre do ano). Pode-se inferir que estes meses coincidem, em parte, com as férias de verão ou inverno seja dos pais ou mesmo dos filhos dos trabalhadores.

Na tabela 2 é possível ver a participação, em percentual, da quantidade de trabalhadores beneficiários pelo vale cultura sobre o total do Brasil, por mês, nos anos de 2014 e 2015. O objetivo da ilustração é analisar comparativamente o RS e o Brasil.

Tabela 2 - Participação, em percentual, da quantidade de trabalhadores beneficiários pelo vale cultura no estado do Rio Grande do Sul por mês nos anos de 2014 e 2015, no total do Brasil.

Mês	Rio Grande do Sul	
	2014	2015
Janeiro	3,99	6,50
Fevereiro	8,87	4,34
Março	7,05	4,11
Abril	6,87	8,06
Mai	5,40	4,35
Junho	4,22	3,05
Julho	4,76	4,12
Agosto	3,30	5,54
Setembro	8,17	5,62
Outubro	5,69	5,76
Novembro	2,92	6,25
Dezembro	8,46	1,69
Ano	5,79	4,94

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em <http://dados.gov.br/dataset/agregados-do-vale-cultura>

A tabela 2 demonstra que o estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2014, respondeu em média com 5,79% de todos os trabalhadores que receberam o vale cultura, diminuído para 4,94% no ano de 2015 (uma queda de 0,85 pontos percentuais). Uma possível consequência da redução mais acentuada na quantidade de trabalhadores no estado do Rio Grande do Sul do que no Brasil, como se pode perceber na apresentação da tabela 1, é o problema do desemprego dado que neste último ano já este se apresentava de forma embrionária. A crise afetou sobremaneira o RS, sendo a pior crise do país nos últimos 50 anos. Observando-se a contribuição mês a mês, percebe-se que no ano de 2014 os meses de Janeiro, Setembro e Dezembro romperam os 8% e no ano de 2015 somente o mês de Abril.

A tabela 3 evidencia o valor dos gastos dos beneficiários do Vale Cultura por tipo de consumo nos anos de 2014 e 2015 no Brasil e no Rio Grande do Sul. A finalidade da ilustração é descobrir em que tipo de bem e/ou serviço os trabalhadores dispõem os valores recebidos.

Tabela 3- Valor dos gastos do Vale Cultura por tipo de consumo nos anos de 2014 e 2015 no Brasil e no Rio Grande do Sul.

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	2014	2015	2014	2015
Cinema	118.901,13	453.079,32	4.048,10	17.638,27
Demais Atividades	423,37	695,19	24,87	47,39
Discos, CDs e DVDs.	19.281,99	44.585,08	3.641,03	6.708,56
Ingressos para espetáculos de música, teatro e dança.	8.151,12	20.423,18	217,04	396,32
Instrumentos Musicais	26.349,54	62.204,30	1.069,23	3.186,78
Livros, Jornais e Revistas.	638.401,59	1.185.204,50	38.387,52	67.437,28
Lojas Departamentos ou Magazine.	33.747,24	59.399,18	1.102,60	1.913,75
Total Geral	845.255,99	1.825.590,74	48.490,40	97.328,35

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em <http://dados.cultura.gov.br/dataset/agregados-do-vale-cultura>

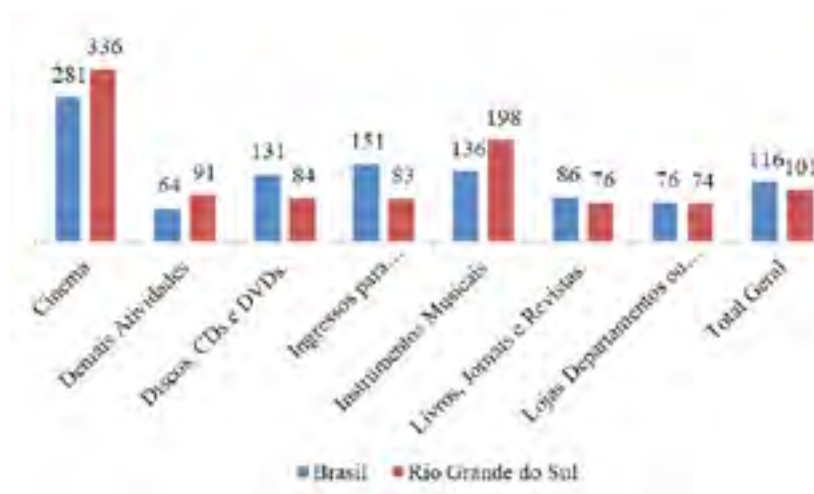
Nota: Os valores estão em R\$ 1.000.000,00 e foram atualizados pelo IGP-M para junho de 2018.

Observa-se na tabela 3 que no Brasil foram gastos com o Vale Cultura cerca de R\$ 875 mil no ano de 2014 e este valor passa para 1.825 mil em 2015. No estado do Rio Grande do Sul, da mesma forma tem-se um aumento nos gastos com o vale cultura passando de R\$ 48 mil em 2014 para R\$ 97 mil em 2015. Quando se observa os itens mais consumidos no Brasil, tanto em 2014 como no ano de 2015 percebe-se que são o Cinema e os Livros, Jornais e Revistas, sendo que o mesmo se repete no estado do Rio Grande do Sul.

A figura 1 evidencia a variação, em percentual, do valor dos gastos do Vale Cultura por tipo de consumo no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2014 e 2015. A intenção da ilustração é constatar de que forma a variável se comporta ao longo do período estudado.

A figura 1 mostra que o gasto total cresceu em 116% no Brasil e 101% no estado do Rio Grande do Sul quando comparado o ano de 2015 em relação ao ano de 2014. Percebe-se que em todos os tipos de consumo ocorreram aumento nos gastos. O valor gasto com Cinema cresceu mais no Rio Grande do Sul (336%) do que no Brasil (281%), o mesmo ocorrendo com a aquisição de Instrumentos Musicais: no Brasil aumentou em 136% e no Rio Grande do Sul chegou a 198%. Já os Discos, CDs e DVDs, enquanto no Brasil cresceram em 131% no estado este foi de apenas 84%. Os gastos em Lojas Departamentos ou Magazine, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul cresceram em 76% e 74%, quase iguais.

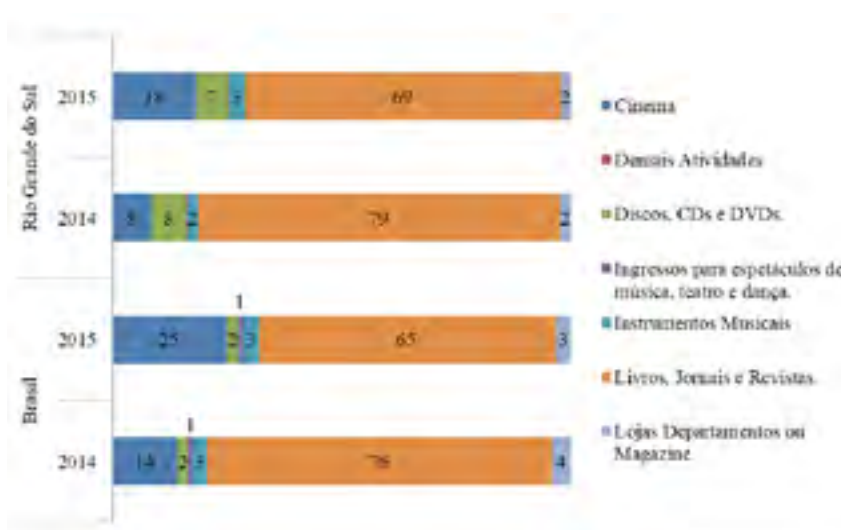
Figura 1 -- Variação, em percentual, do valor dos gastos do Vale Cultura por tipo de consumo nos anos de 2014 e 2015 no Brasil e no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em <http://dados.cultura.gov.br/dataset/agregados-do-vale-cultura>

Na figura 2 é possível ver a distribuição da proporção do valor dos gastos do Vale Cultura por tipo de consumo nos anos de 2014 e 2015 no Brasil e no Rio Grande do Sul. O intento da ilustração é perceber onde os gastos são realizados. Ao olhar a figura 2 é evidente que o consumo de Livros, Jornais e Revistas são os preferidos pelos trabalhadores para gastar o seu Vale Cultura. Também é possível observar que no Brasil, em 2014, a fatia era de 76% e se reduz para 65% no ano de 2015. Já o Cinema passa de 14% para 25%, quase dobra o crescimento no período estudado. Os demais segmentos permanecem estabilizados. No estado do Rio Grande do Sul ocorre o mesmo movimento: os Livros, Jornais e Revistas concentram os maiores gastos, mas apresentam uma redução, passando de 79% para 69%, enquanto o Cinema mais que dobra a sua participação saltando de 8% para 18%.

Figura 2 - Proporção do valor dos gastos do Vale Cultura por tipo de consumo nos anos de 2014 e 2015 no Brasil e no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em <http://dados.gov.br/dataset/agregados-do-vale-cultura> e www.mte.gov.br

Pode-se então perceber que ocorre uma redução na quantidade de trabalhadores que usufruem o Vale Cultura, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento nos gastos (116% no Brasil e 101% no estado do Rio Grande do Sul) quando comparado o ano de 2015 em relação ao ano de 2014. O consumo de Livros, Jornais e Revistas é o preferido pelos trabalhadores, mas este apresenta uma queda no período estudado ao mesmo tempo em que o Cinema quase dobra a sua participação neste período.

Na esteira destes dados pode-se lançar mão de algumas peculiaridades: a primeira é o consumo de produtos culturais instituídos pela Lei – produtos de massa, ao passo que os bens/serviços mais próximos à realidade de algumas localidades, como artesanato, festas e outros estão excluídos da lei e do acesso popular. A isto também se soma que o valor de R\$ 50,00 estipulado em dezembro de 2012 deveria ser de R\$ 70,80 em agosto de 2018, mantida a correção pelo IPCA no período. Porque este fato é relevante? Porque a análise do consumo parte da renda disponível e do gosto e preferência, mas no caso do Vale Cultura, o interesse é capitaneado pelas empresas.

É importante ressaltar que o cartão Vale Cultura não é eficaz no caso das pessoas não terem acesso ao consumo cultural que sejam próximos da sua realidade, ou seja, é necessário levar o cinema, a biblioteca, a livraria, o teatro, a música, as artes, entre outras culturas, até o bairro, a cidade, as ruas onde o trabalhador assalariado vive (VITORIANO; SALVATI, 2010, p.7) .

Finalmente, como política pública a “[...] quase a totalidade delas – especialmente as que tenham cunho econômico (geração de trabalho e renda) – dependem do espaço da empresa para a promoção da inclusão social ” (BENEDITO; MENEZES, 2013, p. 59). No Vale-Cultura o pagamento é feito ao trabalhador pela empresa que, por sua vez, realizará compensação tributária com a União. Caso a empresa não perceba vantagem tributária ela não fará adesão ao Programa. Outra constatação, junto ao MINC, em eventos que discutem a temática é a reclamação periódica “[...] sobre as bandeiras adotadas pelas empresas para administrar o Vale Cultura [...]”. Estas, além de serem reduzidas, em algumas regiões podem inexistir: “[...] ou as opções de estabelecimentos que aceitam a bandeira são pouquíssimas ou inexistem [...]”, esta sensação provoca um conflito, pois há o benefício assegurado por Lei, de um lado, e problemas de operacionalização na prática de outro. (MINC, 2018). Estes podem ser alguns fatores que contribuem para o reduzido número de trabalhadores beneficiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto pretendeu realizar breves considerações sobre a legislação na área cultural que desencadearam no plano nacional de cultura e, por sua vez, no Vale Cultura, um dos únicos manifestos que objetivam claramente o aumento da demanda de bens e serviços culturais por parte dos trabalhadores formais. A principal reflexão é que ao mesmo tempo em que as leis de incentivo fiscal disponibilizam verbas para o financiamento de um grande número de projetos culturais (lado da oferta) elas apresentam problemas do lado da demanda de bens e serviços culturais, quando da ótica de acesso dos trabalhadores.

A sistemática de demanda de bens culturais pelos trabalhadores permanecerá apresentando disparidades, entre os estados da federação, se para sua execução as empresas públicas, privadas ou ONG's considerem como vantagem apenas a isenção fiscal.

Apesar da intervenção estatal se justificar sob inúmeros aspectos, não se pode esperar que o Estado atue isoladamente ou consiga dar conta de todos os problemas e necessidades que envolvem o setor cultural. Tampouco se deve considerar que todas as suas intervenções são

positivas, o que revela a necessidade de uma posição sempre crítica diante das suas ações (REIS, 2011, p.17).

Quanto ao desempenho do Estado do Rio Grande do Sul observou-se que ele acompanha os dados do Brasil. Mesmo tendo havido uma variação positiva no valor despendido com o vale cultura, os produtos adquiridos se concentram nos jornais, revistas e livros assim com na categoria cinema. Os autores sugerem, como futuras pesquisas, análises relativas a escolaridade dos trabalhadores que consomem os bens culturais mediante o vale cultura, dados disponíveis no SNIIC, pois um dos dois fatores primordiais no consumo é a escolaridade.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. **Textos nômades: política, cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BENEDITO, Alessandra; MENEZES, Daniel F. N. Políticas públicas de inclusão social: o papel das empresas. **Revista Ética e Filosofia Política** - Nº 16 -Volume 1 - junho de 201. Disponível em: http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_1_benedito.pdf. Acesso em 18 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigoeleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil>>. Acesso em: Acesso em: 21 dez. 2017a.

BRASIL. **Lei Nº 8.685**. 1993. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8685-20-julho-1993-349838-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_04.10.2017/art_215_.asp. Acesso em: Acesso em: 10 dezembro 2017c.

BRASIL. **Fundo Nacional da Cultura - FNC**. (1986). Disponível em: <<http://vix.sebraees.com.br/arquivos/fnc.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2017d.

BRASIL. **Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12761.htm. Acesso em 26 de outubro de 2017e.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FREIRE, A. **Fomento à Cultura**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LISBOA FILHO, F. F. et al. **Birô de empreendedorismo cultural: gestão e produção cultural**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017a.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Institucional**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/institucional>. Acesso em: 21 dez. 2017b.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>. Acesso em 16 de dezembro de 2017c

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC/SNIIC). **Indicadores do Vale Cultura**. Disponível em: <http://sniic.cultura.gov.br/indicadores/indicadores-do-vale-cultura>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais**. <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

REIS, Paula Félix dos. **Estado e Políticas Culturais**. In: II Seminário Internacional Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro. II Seminário Internacional Políticas Culturais, 2011. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_PaulaFelixReis_Estado_e_políticas_culturais.pdf

VITORIANO, Lenilce; SALVATI, Marilena Lemes M. **Breve análise da política pública do Vale Cultura como inserção social**. II Simpósio Nacional de Educação. Cascavel, Outubro 2010. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/133.pdf>. Acesso em: dezembro de 2017.

**POLÍTICA DE MEMÓRIA OU CONCESSÃO DE MEMÓRIA?
UM BREVE ESTUDO DE CASO SOBRE A COORDENAÇÃO DE DIREITO
À MEMÓRIA E À VERDADE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**

Layana Peres de Castro

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas da UFABC
layanap@gmail.com*

RESUMO

Este texto visa analisar, de maneira sucinta, as políticas públicas de memória desenvolvidas pela da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. A partir da interlocução com os operadores da política no município, explorou-se o advento da coordenação, sua estrutura de funcionamento e ações desenvolvidas na cidade. A partir da interlocução com os atores da sociedade civil, a política pública de memória é colocada em perspectiva e pode-se construir uma visão panorâmica do trabalho com a memória no Brasil. Assim, observa-se um movimento de institucionalização e desinstitucionalização da política pública de memória ao longo do tempo, e, para compreendê-lo, mobilizou-se perspectivas teóricas que dialogam com o construcionismo, como o pós-positivismo e o institucionalismo discursivo. Explorou-se ainda os desafios que se fazem presentes na elaboração e implementação da política pública de memória e problemas decorrentes da natureza dessa política.

Palavras-chave: memória, política pública de memória, Brasil.

ABSTRACT

This research proposes to analyze the public policies of memory developed by the Coordination of the Right to Memory and Truth, of the Municipal Secretariat of Human Rights and Citizenship of São Paulo. From the interlocution with the operators of politics in the municipality, it is explored the advent of coordination, its structure of operation and actions developed in the city. From the dialogue with the actors of civil society, the public policy of memory is put into perspective and we can build a panoramic view of the work with memory in Brazil. It is possible to observe a movement of institutionalization and “deinstitutionalization” of public politics of memory over time, and to understand it, theoretical perspectives that dialogue with constructionism, such as post-positivism and discursive institutionalism are mobilized. It also explores the challenges that are present in the elaboration and implementation of the public policy of memory and discuss the nature of this policy.

Key-words: memory, public policy of memory, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O modo como a sociedade brasileira lida com a história do período ditatorial ainda é perpassado por muita desinformação e ignorância, pois por muitos anos a memória relacionada aos fatos que aconteceram durante esse período foi tratada a partir da postura do silenciamento em relação a esse período, postura essa adotada pelas “forças do esquecimento” que, ao invés de promoverem uma “cultura da memória” (produção de livros e filmes, construção de memoriais e museus) preferem “enterrar aquela memória - impedindo todo e qualquer enfrentamento jurídico e testemunhal daquele tempo” (Seligmann-Silva, 2012, p. 17).

É nesse sentido que o trabalho com a memória, bem como a formulação de políticas públicas relacionadas à memória, se mostra fundamental para o fortalecimento do regime democrático. O direito à memória e à verdade histórica está previsto em um regime democrático, e não apenas para que se tenha conhecimento do que se passou, mas para que se use esse conhecimento como forma de prevenção a uma possível reincidência de um regime ditatorial, preservando e valorizando a democracia.

A compreensão da memória que um país tem de sua história revela muito sobre o modo como a sociedade se relaciona, interpreta e se apropria do seu passado. Brito (2009), observa que a política de memória (ou a ausência dela) adotada por um país é parte integrante do processo de construção de identidades coletivas sociais e políticas, e do processo de socialização política. A sociedade brasileira e o Estado têm dificuldade em elaborar a memória relacionada a eventos traumáticos e autoritários ocorridos no passado histórico e no passado recente, foi (e é) assim com o genocídio dos povos indígenas, com a escravidão dos povos de origem africana e, no caso do passado recente, com a ditadura civil-militar. O fim desse regime ditatorial foi marcado não por uma ruptura, mas por uma transição pactuada e consensuada entre representantes políticos e setores da elite, com ínfima participação da sociedade civil (Teles, 2007). O consenso, e o silenciamento dele decorrente, acabou por negar à memória dos crimes cometidos pelo Estado um lugar e um caráter público, restringindo-a à memória particular e privada das vítimas, seus familiares e pessoas próximas, não havendo espaço na esfera pública para a elaboração dessa memória (Teles, 2007, p. 17). A política pública de memória deve trabalhar justamente nesse sentido de conectar a memória subjetiva com a memória coletiva, elaborando uma memória política e social do período.

Por ser o Estado o principal agente responsável pelas violações de direitos humanos e danos causados às vítimas, é apenas consequente que ele também seja o principal agente no estabelecimento de políticas públicas relacionadas à memória e à reparação. Afinal “(...) o terror, quando praticado pelo Estado, atinge inevitavelmente toda a sociedade. Quando o agente regulador dos vínculos sociais põe-se na ilegalidade, é a própria substância normativa da sociedade que se dissipa” (Abrão, 2014, p. 16).

2. Concepção e implementação da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade

A Coordenação de Direito à Memória e à Verdade (doravante, CDMV), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, se apresenta como um desenho muito particular e raro no contexto brasileiro do trabalho com a memória. Ela foi, até o presente momento, a única iniciativa institucionalizada no poder executivo em nível municipal com a finalidade de elaborar e implementar políticas públicas relacionadas ao direito à memória e à verdade, tendo um orçamento e funcionários próprios¹.

¹ Trata-se aqui, de iniciativas institucionalizadas, preocupadas com a formulação e implementação de políticas públicas, estruturando suas ações para o curto, médio e longo prazo. Por suposto que existiram e existem outras iniciativas em outros níveis federativos e relacionadas a outras esferas de poder, como o legislativo e o judiciário, que também trabalham a questão do direito à memória e à verdade, como é o caso da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão de Anistia, Comissão Nacional da Verdade e das comissões estaduais, municipais, universitárias da verdade que foram criadas nos últimos anos.

A coordenação formalizada a partir de 2014, já existia, de forma embrionária, no programa de governo do então candidato à prefeitura do município de São Paulo nas eleições de 2012, Fernando Haddad² pelo Partido dos Trabalhadores (PT), num eixo temático intitulado “Cidadania, Direitos e Dignidade Humana” o qual era formado por diversas frentes de atuação, sendo uma delas o “Direito à Memória e à Verdade”.

O espaço onde se estabeleceu um diálogo entre a CDMV e os grupos organizados na sociedade civil foi Grupo de Trabalho pelo Direito à Memória e à Verdade (GT-DMV)³, que já existia desde abril de 2013, instituído por um Protocolo de Intenções firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Prefeitura de São Paulo.

A CDMV conseguiu estabelecer parcerias importantes para a implementação das políticas de memória em seus quatro eixos de atuação. Com o apoio da Secretaria de Educação desenvolveu as atividades do eixo “**Educação em Memória e Verdade**”. Contou também com o apoio da Secretaria de Cultura para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao eixo “**Cultura e Direito à Memória e à Verdade**”. Outra parceria fundamental para o eixo “**Ruas e Lugares de Memória**” se deu com a Secretaria de Serviços e Obras, onde está localizado o serviço funerário, que foi responsável pelo transporte das ossadas do cemitério de Perus, pelas instalações dos marcos de memória nos muros do cemitério e pelas instalações das placas de memória em cemitérios do município que possuem mortos e desaparecidos políticos sepultados ou ocultados.

Para além das parcerias com diferentes secretarias do município, a CDMV também desenvolveu ações em parceria com o governo estadual. Numa interlocução importante com a Secretaria de Cultura do Estado, a coordenação elaborou uma publicação em parceria com o Memorial da Resistência o livro “Memórias Resistentes - Memórias Residentes”⁴, sobre os Lugares de Memória no município de São Paulo. Em conjunto com o Ministério Público Estadual, através do Programa de Localização e Identificação de Pessoas (PLID), e com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, a CDMV coordenou a publicação da “Cartilha de Enfrentamento ao Desaparecimento”⁵, com orientações e direitos na busca de uma pessoa desaparecida.

A parceria com o governo federal foi fundamental para a viabilização das atividades relacionadas ao eixo “**Identificação de desaparecidos políticos**”, na qual os dois principais órgãos interlocutores da coordenação eram a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a Comissão de Anistia. Esta última proporcionava a contratação de consultores e peritos para a coordenação através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A parceria com a CEMDP se deu para a identificação das ossadas da vala clandestina de Perus, e foi não somente imprescindível, mas determinada, uma vez que é atribuição do governo federal a identificação de mortos de desaparecidos políticos, conforme a lei nº9.140/95⁶.

2 Disponível em https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/programa_de_governo_haddad.pdf. Acessado em 15/10/2017.

3 Mais informações em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/grupo_de_trabalho_dmv/index.php?p=158019. Acesso em 16/10/2017.

4 Disponível em https://issuu.com/smdhc/docs/161223c2_mem_rias_resistentes_-_is. Acesso em 17/10/2017.

5 Disponível em https://issuu.com/smdhc/docs/cartilha_desaparecidos_final_semsan. Acesso em 17/10/2017.

6 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm.

3. Desafios para o trabalho com a memória

Na pesquisa procurou-se compreender, com base no olhar dos interlocutores, quais são os desafios que se apresentam no trabalho com a memória. É possível afirmar que a dimensão do conflito é, praticamente, constitutiva da política de memória, dado que por meio dela pretende-se responsabilizar o próprio Estado por seus erros e construir essa memória junto à sociedade.

Segue a relação dos atores entrevistados:

Tabela 1: Interlocutores

ENTREVISTADOS	GRUPO DE ATUAÇÃO	DATA
Clara Castellano	Coordenadora-adjunta CDMV	03/05/2016
Marília-Marie Goulart	Assessora Técnica CDMV	03/05/2016; 01/08/2017
Paulo Cesar Endo	Academia	13/04/2017
Carla Borges	Coordenadora-geral CDMV	01/08/2017
Dyego Pegorario	Assessor Técnico CDMV	08/08/2017
Rogério Sottilli	Secretário SMDHC	16/08/2017
Rogério Wagner Leite	Coordenador CDMV	21/08/2017
Marina Molina	Estagiária CDMV	21/08/2017
Janaína de Almeida Teles	Familiars e Academia	01/09/2017
Jose Luiz del Roio	Familiars	18/09/2017

Os elementos apontados pelos interlocutores como desafios para o trabalho com a política de memória são de natureza diversa.

Para os autores vinculados à esfera governamental um desafio mencionado diz respeito à própria condição de ser um agente do Estado agindo para implementar uma política de memória. O abandono dessa temática por parte do Estado gerou, por parte dos familiares, expostos e outros grupos que reivindicam essa política, um descrédito e desconfiança em relação às propostas e as ações desenvolvidas pelo Estado. Isso se refletiu na qualidade da relação estabelecida entre os grupos demandantes da política e os agentes da CDMV. Daí a importância de construir uma relação de confiança com esses grupos demandantes da política, por meio de um acompanhamento cuidadoso e inclusão destes no processo de elaboração da política.

Outro desafio colocado diz respeito à atualidade da agenda. Como consequência do tratamento dado à memória desse período (silenciamento), muitos setores da sociedade acreditam que esse é um tema superado. Essa resistência está presente não apenas nos grupos conservadores, mas também em setores progressistas da sociedade e entre pessoas que foram afetadas pela violência de estado desse período. Essa representatividade está reproduzida na composição da própria câmara de vereadores do município, onde houve dificuldade por parte da coordenação de conseguir convencer parceiros da importância do trabalho com a política de memória. Além dos militares estarem representados neste espaço, outros grupos reticentes em relação a temática eram a bancada evangélica e pentecostal. Os atores mencionaram inclusive a falta de compreensão da importância da política por parte de membros do próprio partido político, que enxergavam na existência da coordenação apenas uma possibilidade de negociar cargos e verbas.

Em relação a essas forças heterogêneas que atuam na sociedade e na esfera política, outro desafio mencionado é o enfrentamento de grupos sociais que atuam de forma velada e que foram beneficiados pela ditadura civil-militar, que é o caso das forças armadas e das elites políticas e econômicas (Brasil, 2014)

A questão orçamentária foi apontada como um desafio mais concreto por parte dos atores governamentais.

Os interlocutores atuantes na sociedade civil também apontaram, como um dos desafios para o trabalho com a política de memória, o enfrentamento dos interesses dos setores beneficiados pela ditadura, mencionados acima, numa coalização política-empresarial-militar.

Assim como os atores da esfera governamental, os atores da sociedade civil também apontaram a questão da atualidade do tema como um desafio para o trabalho com a política de memória. Além de muitos grupos da sociedade considerarem o assunto “ultrapassado”, o silenciamento em relação a esse período proporcionou o passo além, que é de naturalizar o horror e o terror que tiveram lugar nesse período da nossa história (Teles, 2017).

Intimamente relacionado com a naturalização do horror instaurado pela ditadura civil-militar, está o próximo desafio colocado para o trabalho com políticas de memória no país. Há, no inconsciente da sociedade brasileira, uma ambiguidade em relação à gravidade dos fatos que aconteceram durante o regime militar: será que as atrocidades cometidas pelas forças de repressão realmente são graves? Isso é intolerável e inadmissível? Ou pode-se permitir que isso aconteça em certas circunstâncias (Endo, 2017)? Essa indeterminação acaba por impedir a construção de uma política de memória, pois esta exige, minimamente, um consenso em relação ao ocorrido (Endo, 2017). Há muitas evidências de que esse consenso não existe. Muitos elementos característicos do período ditatorial estão presentes ainda hoje na sociedade, como a prática regular da tortura por parte das polícias (Endo, 2017).

Essa ambiguidade presente na sociedade se coloca como um importante obstáculo para a produção de políticas de memória no Brasil, pois não havendo um mínimo de consenso sobre o inadmissível, as políticas de memória ou perdem seu significado, ou apenas tangenciam o problema real com o qual ela quer lidar. É neste sentido que Endo (2017) coloca que no Brasil não existe política de memória, mas sim concessões de memória.

4. Política de memória x concessão de memória

A problematização sugere um olhar crítico para a política de memória desenvolvida na cidade de São Paulo, e permite compreender o que os interlocutores entendem por política pública de memória e qual rumo que poderia orientar o trabalho com a memória desse período.

A primeira reflexão colocada pelos interlocutores era reconhecer a importância das políticas de memória desenvolvidas até o momento admitindo, contudo, suas limitações. Existe dúvida a respeito da capacidade dessas políticas criarem vínculos duradouros com esse passado e com a sociedade, pois a condição para que isso ocorra é que haja a participação (na elaboração e implementação da política) tanto da sociedade de forma geral, quanto da comunidade diretamente afetada pela temática (no caso, os familiares e ex-presos), e essa participação hoje parece ser insuficiente.

Nesse contexto, há uma reivindicação pelo protagonismo da comunidade diretamente afetada por essa memória, no sentido de propor iniciativas que se adiantem, inclusive, a atuação do próprio Estado. Pois, embora o direito à memória e à verdade seja reconhecido como um direito humano, é preciso que essa comunidade assuma essa relação e se dirija a esse passado expressando como será essa relação (Teles, 2017). Um aspecto importante nessa reflexão é a revisão não apenas da atuação do Estado enquanto garantidor desse direito, mas também da própria comunidade diretamente afetada pelas políticas de memória. Do que decorre uma concepção interessante acerca da conceituação do “público” da política pública. Aqui há

uma referência, a outro sentido de “público”, o que é construído não apenas *para* sociedade (coletividade), mas também é construído *por* ela⁷.

Os interlocutores observam também que algumas ações realizadas junto às políticas de memória as aproximam de uma política de anti-memória (Teles, 2017 e Del Roio, 2017), que acaba por legitimar e corroborar o tratamento que sempre foi dado a memória relativa a esse período, o silenciamento.

Um caso considerado crítico pelos interlocutores diz respeito às escavações na região do Araguaia para localização das ossadas dos guerrilheiros assassinados pelo regime militar, que foram conduzidas pelo exército.

O trabalho com a política de memória exige, além dos elementos colocados acima, participação, transparência e visibilidade, da realização de uma dimensão relacionada à justiça (Endo, 2017). A falta dessa dimensão traz uma incoerência para o trabalho com a memória, pois ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro reconhece a existência dos crimes cometidos durante esse período e pede desculpa por isso, ele não investiga os acusados e não julga os responsáveis.

5. Política pública de memória: uma perspectiva pós-positivista

A perspectiva do institucionalismo discursivo ajuda a compreender os processos de mudança e continuidade nas instituições, e pode jogar luz sobre o movimento de institucionalização e desinstitucionalização da política de memória no Brasil. É importante reparar que nos períodos em que se observa um hiato, ainda assim alguma memória está circulando na sociedade e nas instituições. Utilizando uma tipologia elaborada por Teles (2007), pode-se classificar a memória coletiva da nossa sociedade a respeito do período da transição em três grupos. Um primeiro grupo, denominado “memória dos militares”, sustenta o discurso da vitória na guerra contra a subversão dos comunistas, e os atores que reivindicam esse discurso são os militares de alta patente, ativos e na reserva, que integraram o governo ditatorial e seu aparato repressivo (Teles, 2007, p. 21). Outro grupo, denominado de “memória das vítimas”, reafirma o discurso acerca das atrocidades cometidas pela ditadura e exigem a investigação dos crimes, a responsabilização e punição dos responsáveis (Teles, 2007, p. 21). Os atores que reivindicam esse discurso são os familiares de mortos e desaparecidos políticos e os movimentos de direitos humanos. O terceiro e último grupo é o da “memória do consenso”, resultado da transição pactuada e negociada para a democracia. Esse grupo constrói um discurso que se mantém numa posição intermediária entre os dois grupos anteriores.

Essa classificação dos discursos hegemônicos que atuam para a construção da hegemonia da memória nacional, como o próprio autor observa, é uma forma esquemática para o propósito de uma análise. A realidade cotidiana e pragmática é composta por uma pluralidade de memórias que muitas vezes não se adequam a esta classificação (Teles, 2007, p. 22). No entanto, este esquema auxilia a compreender quais são os principais atores envolvidos na construção dessas memórias e desses processos discursivos.

Pode-se afirmar que os diferentes discursos vinculados a certas memórias estão, a todo momento, agindo na sociedade e nos governos, influenciando com maior ou menor intensidade a produção de políticas públicas de memória.

Essas considerações nos auxiliam a construir nossa reflexão acerca da natureza da política de memória e a pensar como o campo de análise de políticas públicas contribui para o avanço dessa discussão.

7 Para uma discussão acerca do das perspectivas do público na política pública ver Bittencourt (2010).

A vertente do construcionismo concebe a política pública como uma construção social, na qual o discurso tem um papel importante na construção de sentidos da política (Spink, 2013, p. 167). No campo da análise de políticas públicas, a perspectiva teórica do pós-positivismo, protagonizada pelos trabalhos de Frank Fischer (1990, 1998, 2003), inspira o olhar para a análise da política pública de memória. Esse olhar se volta para existência de uma realidade complexa, que não pode ser compreendida ou explicada de forma plena e objetiva, pois assume a existência de uma multiplicidade de causas e efeitos que influenciam a significação dessa realidade, que é, portanto, resultado de uma construção social, uma realidade social (Fischer, 1998, p. 164). Acredita-se que essa perspectiva, assim como a abordagem do institucionalismo discursivo, oferecem contribuições importantes para a análise da política pública em questão. Para esta perspectiva, o discurso é muito mais do que um conjunto de ideias que transmite regras, valores e práticas, ou ainda que legitima a produção de ideias de atores empreendedores; o discurso é um processo interativo, e não somente sobre o que é dito, mas também sobre quem diz o que, para quem, onde, quando e porquê (Schmidt, 2011, p. 56).

Qual seria então, a contribuição de governos locais na elaboração e implementação da política pública de memória a partir da experiência da prefeitura municipal de São Paulo? No caso da cidade de São Paulo, havia uma demanda histórica por políticas de memória, afinal, a cidade foi um importante centro da resistência política contra a ditadura civil-militar e da luta pela democracia, concentrando também um forte aparato repressivo por parte do regime de exceção, que vitimou praticamente um quarto de todos os mortos e desaparecidos do país (São Paulo, 2016). Dessa forma, as ações desenvolvidas pela CDMV permitiram a produção de políticas de memória mais contextualizadas e direcionadas para o território.

Para operacionalizar a elaboração e a implementação das políticas, a coordenação realizou diversas parcerias, justificadas não apenas pelo seu tamanho reduzido, mas principalmente pela transversalidade da pauta. Especificamente sobre a relação entre Estado e sociedade civil, a coordenação procurou criar espaços inclusivos e com mais horizontalidade para a elaboração de algumas de suas ações, como, por exemplo, o GT - DMV e o GTP.

Ao longo da pesquisa, observou-se que, para compreender a política pública de memória desenvolvida na cidade de São Paulo, era preciso examinar as relações estabelecidas para além desse território. A própria estrutura de funcionamento da coordenação e as parcerias realizadas deram pistas de que a operacionalização da política envolve uma articulação maior com outros níveis federativos. Observou-se ainda que, além da presença do poder executivo, há diálogo com os poderes legislativo e judiciário. A atuação do poder judiciário, na perspectiva dos interlocutores, parece ser mais desejada do que efetiva. Para estes, parte importante da política pública de memória é a responsabilização dos crimes de violações de direitos humanos cometido no período da ditadura civil-militar e a punição dos agentes envolvidos. O poder judiciário ainda não foi capaz de dar esse passo.

Dessa forma, a política pública de memória desenvolvida na cidade de São Paulo se apresenta como um evento complexo. Em sua análise é preciso um olhar que ao mesmo tempo seja minucioso e consiga ter uma noção do todo. Deve-se também olhar para as relações estabelecidas entre atores governamentais e a sociedade. Essas relações, por sua vez, extrapolam os limites do município, sendo necessário considerar também outros níveis federativos na análise. Essa rede de parcerias e atores produz uma política de memória com sua especificidade, em um determinado local, num determinado momento histórico, mas que, ainda assim, é fortemente influenciada por acontecimentos históricos anteriores a ela.

Outro fator determinante na atuação da CDMV é a sensibilidade da pauta. Como observado pelos operadores da política, trabalhar com esse tema significava, principalmente, lidar com o sofrimento de muitas pessoas. Esse desafio orientou em grande parte o modo como a

coordenação realizou suas ações e o conteúdo dessas ações. Esse fator importante e decisivo para o trabalho com a política de memória é de natureza profunda e subjetiva, difícil de ser analisado.

Nesse sentido, adotou-se uma perspectiva teórica que conseguisse abarcar essa gama de fatores (história, atores, relações, parcerias e aspectos subjetivos) que, em maior ou menos grau, foram decisivos para o trabalho com a política de memória no município. A perspectiva pós positivista na análise de políticas públicas pode contribuir de maneira positiva para essa análise, pois compreende a política pública como um produto social, que contém dispositivos não apenas técnicos, mas principalmente da ordem do social. É, nesse sentido, uma ferramenta sócio técnica (Fischer, 1998).

Aqui, a política pública, antes de ser uma fórmula ou uma receita a ser implementada é um acordo político sobre um curso de ação (Fischer, 2003, p. 60), ou seja, uma construção intelectual e discursiva, na qual o seu conteúdo, mais do que analisado, é interpretado.

6. Referências

ABRÃO, Paulo. Prefácio. In: Sigmund Freud Associação Psicanalítica. **Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

BRASIL. Lei n. 12.528, 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. DOU de 18.11.2011 - Edição extra.

BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça Transicional e a Política de Memória: uma visão global. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília, Ministério da Justiça, Nº 1, jan./jun. 2009.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (Brasil). **Relatório**. Volume 1. Brasília: CNV, 2014. 976p.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A multidisciplinariedade no estudo das políticas públicas. In: Marques, E.; Faria, C. A. P. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. In: **Revista Aurora**, Pelotas, N 10, 2011.

FISCHER, Frank. **Reframing Public Policy**. Discursive Politics and Deliberative Practices. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

_____. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**. Salvador, v.7, n.12, maio/novembro 2016.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na ciência política. In: Marques, E.; Faria, C. A. P. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS III (Brasil). Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH, 2010

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Balanço da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade. Relatório das ações realizadas gestão 2013-2016. 2016. Disponível em https://issuu.com/smdhc/docs/balan_o_final.compressed. Acesso em 19/11/2017.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Cartilha de enfrentamento ao desaparecimento: orientações e direitos na busca de uma pessoa desaparecida. Disponível em https://issuu.com/smdhc/docs/cartilha_desaparecidos_final_semsan. Acesso em 19/11/2017.

SCHMIDT, Vivien A. Discursive Institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse. In: **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, 11:303-26, 2008.

_____. Reconciling ideas and Institutions through Discursive Institutionalism. In: Beland, D.; Cox, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In: Hardman, F. F.; Ginzburg, J.; Seligmann-Silva, M. **Escritas da Violência**. São Paulo: Editora 7 Letras, 2012. Volume 2, 1ª edição.

_____. Testemunho e a política de memória: o tempo depois das catástrofes. In: **Projeto História**, São Paulo, (30), jun. 2005, p. 71-98.

SPINK, K. Peter. Psicologia Social e Políticas Públicas: linguagens de ação na era dos direitos. In: Marques, E.; Faria, C. A. P. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

TELES, E. L. A. As democracias herdeiras de regimes autoritários. In: **Philosophos**, Goiás, N 11 jan/jun de 2006. 89-98.

_____. **Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia**. Memória Política em democracias com herança autoritária. 2007. 153 f.. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. In: **Lua Nova**, São Paulo, 96, 2015. 191-220.

_____. **Luto e Memória da ditadura: O Memorial dos Desaparecidos de Vila Formosa**, em São Paulo. São Paulo, 30 p. No prelo.

THINK-TANKS EM AÇÃO: A DIFUSÃO DO IDEÁRIO DE GESTÃO POR RESULTADOS NAS UNIDADES SUBNACIONAIS BRASILEIRAS PELO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO (2007-2013)

Lorena Madruga Monteiro

*Professora do Programa de Pós-Graduação
Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas
Lorena.madruga@gmail.com)*

RESUMO

Think-tanks são organizações que estão envolvidas nas políticas públicas de diversas formas. Conforme Stone (1996) eles popularizam ideias, promovem programas e políticas públicas, envolvem altos executivos e acadêmicos na difusão de suas propostas políticas. No Brasil algumas organizações apresentam-se com esse perfil, como o Movimento Brasil Competitivo. Formado em 2001 reúne lideranças de empresas públicas e privadas e, desde 2007, o modelo de gestão por resultados, difundido pelo MBC, foi implementado em diversos Estados, municípios e ministérios federais. Neste trabalho analisou-se como o MBC difundiu o ideário de gestão por resultados e que resultados chegou. Tomou-se como casos empíricos os estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Conclui-se que de 2007 a 2013 o MBC teve um papel fundamental em ditar a agenda do Programa Modernizando a Gestão Pública, e seu modelo de gestão por resultados, advindo da lógica privada, teve grande aceitação pelos governos das unidades subnacionais brasileiras.

Palavras-Chaves: Movimento Brasil Competitivo, Think-Tanks, gestão por resultados, políticas públicas, Agenda setting

ABSTRACT

Think-tanks are organizations that are involved in public policy in a variety of ways. According to Stone (1996) they popularize ideas, promote public policies and programs, involve top executives and academics in the diffusion of their political proposals. In Brazil some organizations present themselves with this profile, such as the Competitive Brazil Movement. Formed in 2001, it brings together leaderships from public and private companies and, since 2007, the results-based management model disseminated by MBC has been implemented in several states, municipalities and federal ministries. In this work we analyzed how the MBC diffused the management idea by results and what results arrived. The states of Alagoas, Sergipe, and Pernambuco were taken as empirical cases. It is concluded that from 2007 to 2013 the MBC played a key role in dictating the agenda of the Modernizing Public Management Program, and its results-based management model, derived from the private logic, was widely accepted by the governments of Brazilian subnational units.

Keywords: Competitive Brazil Movement, Think-Tanks, management by results, public policies, the agenda setting

Introdução

Think-tanks são organizações que, embora não estejam nas arenas políticas formais, estão envolvidas em atividades políticas e nas políticas públicas de diversas formas. Conforme Stone (1996) ainda que fora dos meios tradicionais da política, os think-tanks popularizam ideias, promovem programas e políticas públicas, envolvem altos executivos e acadêmicos na difusão de suas propostas políticas e influenciam a opinião pública através de conferências, comunicados de imprensa, etc.

Apesar de serem organizações mais conhecidas no cenário americano, no Brasil nas últimas décadas algumas organizações apresentam-se com esse perfil, como o Movimento Brasil Competitivo (MBC). Formado em 2001, como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) com o objetivo de promover a competitividade e reformar o estado. Reune, sob a liderança do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, lideranças de empresas públicas e privadas.

Considerando o MBC como uma organização think-tanks este trabalho analisou como o MBC difundiu o ideário de gestão por resultados, como o fez e que resultados chegou. Tomou-se como casos empíricos o estado de Alagoas, Sergipe e Pernambuco que firmaram convênio na mesma época. Como resultados evidencia-se que o MBC, apesar de não contar com uma comunidade epistêmica tradicional, teve um papel fundamental em ditar a agenda do Programa Modernizando a Gestão Pública, e seu modelo de gestão por resultados teve grande aceitação pelos governos das unidades subnacionais brasileiras.

Think-Tanks, e a difusão de ideias

De origem anglo-americana atualmente os think-tanks encontram-se no mundo todo. Conforme Diane Stone (2005) é possível identificar ao menos quatro ondas na disseminação de think-tanks pelo mundo. Uma primeira geração antes da segunda guerra mundial, uma segunda disseminada entre os países membros da OCDE, uma expansão mundial de think-tanks a partir do final da década de 1970 e atualmente, após a globalização, o processo de transnacionalização dos think-tanks.

Andrew Rich (2004) compreende think-tanks como “[...] organizações independentes, sem fins lucrativos, que produzem e dependem principalmente de conhecimentos e ideias para obter apoio e influenciar o processo de formulação de políticas.” (RICH, 2004, p. 11: *tradução nossa*). Buscam, de modo geral, acesso político para influenciar os decisores relevantes com o objetivo de influenciar os resultados políticos.

Kent Weaver e James McGann (2017) definem think-tanks como uma categoria ambígua, de difícil definição. De modo geral, segundo os autores, think-thanks são considerados aquelas instituições que fornecem pesquisa, acompanhamento e assessoramento em termos de políticas públicas. Entretanto, muitos centros de pesquisa, agências governamentais, organizações da sociedade civil, grupos de interesse realizam essas funções como uma de suas atividades, nem sempre sendo sua atividade fim. Apesar das críticas a uma definição reduzida de think-tanks comumente se considera enquanto tal organizações que são independentes do governo e das universidades e que atuam como instituições sem fins lucrativos.

Os autores, entretanto, apesar dessa definição mínima, afirmam que existe uma variedade de think-tanks conforme o contexto em que se formam. Por exemplo, na América Latina, Ásia e Europa, em que a filantropia em termos de pesquisa na área das ciências sociais é baixa, existe uma estreita relação entre governo e empresas, em que os grupos empresariais, devido a esta relação com os governos, tendem a influenciar mais as políticas públicas. Daniel Matos (2007)

que analisou a difusão de ideias neoliberais na América Latina, compreende, dentro desse campo, como think-tanks, fundações privadas, empresários, dirigentes políticos, jornalistas, dentre outras profissões ligadas a difusão do ideário (neo)liberal.

Diane Stone (2005) destaca que a atuação e definição dos think-tanks varia de país a país. Na tradição anglo-americana os think-tanks são organizações relativamente autônomas, com identidade, independentes do governo e das instituições políticas, que se envolvem na análise de questões políticas. Nos países asiáticos, como a China, por exemplo, estão ligados a grandes corporações com financiamento do governo ou interação com o estado. Portanto, a depender da cultura política do país a definição de think-tanks modifica-se. Entretanto, o que não varia é a concepção de think-tanks como organizações não governamentais, apartidárias ou independentes, que assessoram os governos, através de pesquisas e consultorias, nas decisões políticas. (STONE, 2005)

Apesar dessa definição na realidade o que existe hoje é uma indústria de think-tanks. Os institutos mais antigos tendem a desenvolver pesquisas com uma abordagem mais neutra, técnica, científica, imparcial a ideologia, aos partidos políticos e ao governo. Outros tem uma natureza mais acadêmica, voltados para os interesses da universidade e da sociedade. Existem ainda aqueles abertamente ideológicos e partidários, assim como aqueles que exercem atividades de advocacy e comercialização de ideias. (STONE, 2005; WEAVER e MCGANN, 2017). Segundo Stone (2005) é possível identificar ao menos cinco tipos de think-tanks em atuação: 1. Grupos de pesquisas da sociedade civil independentes estruturados como organizações sem fins lucrativos; 2. Institutos de pesquisas localizados ou afiliados a universidades; 3. Criados pelo governo ou patrocinados pelo Estado; 4. Corporativos ou com afiliações a entidades comerciais; 5. Think-tanks de Partidos Políticos ou de candidatos específicos.

Diante dessa variedade Tom Medvetz (2008) reitera que o conceito de think-tanks exposto na literatura sobre o tema é difuso, mutável e contencioso. Em primeiro lugar, segundo o autor, despreza outras tradições distantes e diversas da anglo-americana. Em segundo, não consideram a historicidade do conceito, pois em seu desenvolvimento teve conteúdo histórico distinto do atual, e, por fim, ao delimitar como think-tanks organizações independentes, deixam de considerar uma variedade de organizações similares. Além de tudo isso, think-tanks é um conceito altamente contestado, especialmente quando associado com grupos de interesse, ativismo ou empresas de lobby.

Ainda segundo Medvetz (2008) o espaço em que atuam os think tanks tem suas próprias leis, agentes, convenções, etc, e espelha o campo de poder em que está inserido. Stone (2007), em estudo mais recente, segue essa linha a adotar que atualmente os think-tanks apresentam-se como modelos híbridos e atuam como uma ponte de interação entre o conhecimento e o poder, entre a ciência e o estado. Existem uma diversidade de think-tanks e nem todos dedicados a pesquisa acadêmica, como as consultorias que emergiram com a Nova Gestão Pública (NPG), sendo consideradas pela literatura, conforme Stone (2007) como difusoras de ideias políticas, modelos de gestão e reformas sociais. Este tipo de think-tank tende a operar como comunidades políticas, com fronteiras bem definidas, em que só aqueles conhecedores e o público alvo dessas ideias podem participar e difundir. (STONE, 2007).

Conforme Stone (2007) os think-tanks atuam, dentro do modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon, na (re) formulação de alternativas políticas. Na interação entre governo e conhecimento a "Análise de políticas do think tanks frequentemente representa conjuntos de soluções à espera de sua *janela de oportunidade*" (STONE, 2007, p. 274, tradução nossa). É a partir dessas alternativas que constroem coalizões políticas e de especialistas de apoio a suas iniciativas.

Portanto, é difícil definir conceitualmente uma organização think-tanks. É preciso levar em consideração as diferentes culturas políticas, o modo que afetam as decisões políticas, as relações entre conhecimento e política, a natureza jurídica das organizações think-tanks, as relações entre governo e empresas, a influência na opinião pública, etc. Entretanto, apesar dessas questões problemáticas em relação a definição conceitual, o padrão nas organizações consideradas think-tanks é a difusão de ideias. É nesse sentido que considera-se, no Brasil, o Movimento Brasil Competitivo (MBC) uma organização think-tanks.

O movimento Brasil Competitivo (MBC) como um *Think-Tanks* na agenda da reforma da gestão pública no Brasil

O governo de Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de algumas iniciativas importantes no campo da administração pública, define-se, nesse campo, “pela sua incapacidade de estabelecer uma agenda em prol da reforma da gestão pública” (ABRÚCIO, 2007, p. 77). Entretanto, apesar da dificuldade de implementar uma agenda nacional de reforma da gestão pública, instituiu dois programas que impulsionaram essa pauta em suas unidades subnacionais: o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) e o Programa de Modernização e Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex).

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal é um programa de financiamento, executado em parceria com as secretarias estaduais de administração e de planejamento, implementado a partir de 2006. Os Estados deveriam se adequar as metas estabelecidas para conseguirem financiamento pela Caixa Econômica Federal de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013). O Programa de Modernização e Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex), por seu turno, segue a mesma lógica do Pnage, mas destinado ao financiamento dos municípios com base na Lei de responsabilidade fiscal.

Diante desse contexto em que Estados e Municípios buscaram se adequar as metas estipuladas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Lei de Responsabilidade Fiscal para obter financiamento para implementar reformas em suas gestões públicas que o Movimento Brasil Competitivo (MBC) disputa essa agenda. Formado, em 2001, como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) com o objetivo de promover a competitividade e reformar o estado, reuniu, sob a liderança do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, lideranças das seguintes empresas públicas e privadas: Brava, Brasal, Camargo Correia, Confederação Nacional da Indústria, Eletrobras, Fiat, Fiergs, Gerdau, Grupo Globo, IBM, Intel, Itaipu, Microsoft, Motorola, Odebrecht, Coca Cola, Sebrae, Unimed Seguros, Souza Cruz, dentre outras. Conforme seus relatórios anuais a organização interna do MBC é composta pelo conselho superior, governo, lideranças empresariais, representantes da fundação nacional de qualidade, representantes da sociedade civil e conselho das partes interessadas.

Conforme informações contidas no site do MBC o embrião do movimento foi o programa gaúcho de qualidade e produtividade, instituído em 1992, uma parceria entre empresas privadas, públicas e a sociedade civil. Esse programa se amplia, tornando-se o Movimento Brasileiro de Qualidade e Produtividade, e em 2001, junta-se ao Movimento Brasil Competitivo com o objetivo de promover a competitividade no Brasil e reformar o Estado. Desde então o MBC promove uma série de iniciativas com esse intuito, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1: Atividades promovidas pelo MBC

Programa/eventos/prêmios/produtos	Parceiros
Pró-inova (Programa Nacional de sensibilização e mobilização para a inovação)	Ministério Ciência e tecnologia
Prêmio Prefeito Inovador	Microsoft
Prêmio Competitividade para Micro e pequenas empresas (MPE BRASIL)	Gerdau, Petrobrás e FNQ
Workshop nacional de Boas Práticas	SEBRAE NACIONAL
Programa Modernizando a gestão pública	
Índice de competitividade estadual-fatores	
Seminário Nacional dos Programas Estaduais e Setoriais de Qualidade, Produtividade e Competitividade	
Bienal Brasileira de Design	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Governo do Distrito Federal
Manual da inovação e Kit metodológico	Ministério da Ciência e Tecnologia através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
Congresso Internacional Brasil Competitivo	

Fonte: elaborado pela autora com base nos relatórios anuais do MBC (2006, 2007, 2008, 2009)

Conforme consta no relatório anual do MBC de 2009 com o objetivo de promover um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil o MBC firmou parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da república, em 2008, para lançar as bases para a formulação da Agenda Nacional de Gestão Pública. Segundo informe abaixo

Levar o tema gestão pública para o centro do debate nacional foi o objetivo da reunião de trabalho “Construindo a Agenda Nacional de Gestão Pública”, promovida pelo Movimento Brasil Competitivo e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no dia 9 de fevereiro, em São Paulo. Durante a reunião, foram lançadas as bases para a construção da Agenda Nacional da Gestão Pública. Executivos de 30 grandes companhias brasileiras, além de representantes de governo, definiram os objetivos e os desafios a serem superados para a implantação de estratégias e ações concretas voltadas à modernização do Estado. Os pontos debatidos vão convergir para um documento único, na forma da Agenda, a ser lançado oficialmente no dia 13 de março, em Teresina, no Piauí. O presidente fundador do MBC, Jorge Gerdau Johannpeter, disse que a melhoria da eficiência da gestão pública é tema urgente e deve ser priorizado na agenda dos governos. (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2009).

O lema do MBC, enquanto uma entidade de think-tanks, é, conforme seu fundador, Gerdau, “Levar a experiência do setor privado para o setor público” para “tornar o Brasil cada vez mais competitivo” (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2008). Ou então nas palavras de Claudio Gastal, um de seus líderes e diretores “É preciso que se entenda o MBC como uma plataforma que viabiliza o alcance desse objetivo e não um fim em si mesmo. Não sendo uma entidade de classe, nem uma associação nos moldes convencionais, o principal produto que o MBC oferece aos parceiros é o conhecimento. (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2009)

A associação com o governo em sua organização interna levou Casimiro (2016) em sua tese sobre a Nova Direita no Brasil considerar o MBC como uma instituição paraestatal. De fato, desde o primeiro governo Luis Inácio Lula da Silva até o de Dilma Rousseff o alto escalão governamental participou do conselho do MBC. Chegaram, em 2012, a influenciar o legislativo e o executivo na Frente Parlamentar Mista para o fortalecimento da Gestão Pública e desde 2007 o modelo de gestão por resultados, difundido e apoiado pelo MBC, foi implementado em momentos distintos em diversos Estados, municípios, ministérios federais, como analisa-se abaixo.

O MBC, o Programa Modernizando a gestão Pública e a gestão por resultados nas unidades subnacionais

Conforme os relatórios anuais do MBC o programa Modernizando a Gestão pública foi o carro chefe dentre as atividades, convênios e parcerias da associação enquanto organização think-tanks. O modelo difundido foi o da gestão por resultados inspirado na experiência do choque de gestão implementado no estado de Minas Gerais. Conforme destaca Antônio Anastacia, político, à época vice-governador do Estado de Minas Gerais e membro do MBC, em fala registrada no anuário da associação, em 2007, destacava que “Empresários e políticos que, no passado, não davam relevância a este tema passaram a conhecer e participar de fóruns e discussões, nos quais a gestão por resultados apresenta-se como verdadeira “coqueluche” do momento” (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO”, 2007). O modelo adotado pelas empresas de consultorias indicadas pelo MBC para implementar a gestão por resultados nas unidades subnacionais brasileiras foi o matricial. Conforme Eduardo de Queirós Souza (2008, p.34)

Esse modelo de gestão foi apresentado pela primeira vez no IX Congresso Internacional sobre a reforma do Estado e da Administração Pública, congresso realizado pela Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento- CLAD, em Madri, em 2004. Apesar de pouco tempo apresentado ao público, esta metodologia já foi utilizada como base metodológica em mais de 20 projetos em diversos órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos.

Os modelos matriciais de governança refletem uma ideia de alinhamento interno de objetivos de dado governo. A ideia de um governo de resultados, baseado num modelo matricial de gestão, impulsionou a parceria, de 2006 a 2010, entre o Movimento Brasil Competitivo, empresas de consultoria, com dez governos estaduais, seis prefeituras, e um ministério, conforme quadro abaixo:

QUADRO II: Programa Modernizando a gestão pública (PMGP)

Estado/ Município/Ministérios federais	Ano adesão
Alagoas	2007
Sergipe	2007
Pernambuco	2007/2009
Rio de Janeiro	2007
Município Rio de Janeiro	2009
São Paulo	2007
Rio Grande do Sul	
Distrito federal	2008
Município de São Paulo	2007
Município de Porto Alegre	2005
Ministério do Desenvolvimento Social	2006
Mato Grosso	2008
Bahia	2008
Município de Pelotas	2009
Município de Rio Grande	2009
Município Aparecida de Goiânia	2009
Pará	2009

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios anuais do MBC (2007, 2008, 2009, 2010)

Segundo o presidente do MBC em 2009, Claudio Leite Gastal, nas primeiras experiências de gestão por resultados nas unidades subnacionais brasileiras, implementadas de 2007 a 2008, houve ganhos reais em redução de custos e melhoria da arrecadação. O empresário Carlos Augusto Coelho Salles, presidente do conselho superior do MBC em 2007, ex-presidente da Xerox do Brasil, considerou a atuação do MBC como think- Tanks [...] exitosa" uma vez que "o MBC conseguiu firmar convênios da maior importância para implementação de modernos processos de gestão em organizações públicas de peso, inclusive governos de estados e prefeituras de capitais" (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2007). O Programa Modernizando a Gestão Pública trouxe, conforme o presidente do conselho superior do MBC, visibilidade nacional para a organização.

A gestão por resultados implementada em Alagoas, Sergipe e Pernambuco

Teotônio Vilela, no governo do Estado de Alagoas, implantou, em 2008, a Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), impulsionado pelas recomendações do Movimento Brasil Competitivo (MBC) que indicou a contratação da empresa de consultoria Macroplan. Até a implementação do programa *Alagoas Tem pressa*, em 2011, conforme Silva, Anjo e Guimarães (2016), a Macroplan desenvolveu um estudo das ações do governo na construção do Plano Plurianual de 2007-2011 e realizou análises com base nos dados referentes a Alagoas coletados e divulgados pelo Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (PNAD/IBGE) de 2009.

Conforme a apresentação do programa Alagoas tem pressa, no primeiro mandato foi construída a agenda estratégica, com base nos dados disponíveis, nas entrevistas com membros do governo e lideranças, e nas orientações do governador. Essa agenda estratégica foi construída, analisada, e debatida com os secretários titulares e adjuntos do governo durante a Oficina de Planejamento Estratégico realizada em julho de 2007. (PPA 2012-2016)

A coordenação dos 26 projetos estruturantes e dos 26 setoriais concentrou-se na Secretaria do Estado de Planejamento e do Desenvolvimento (SEPLANDE), cujo secretário administrativo era Luiz Otávio Gomes, gestor conhecido no meio empresarial. Segundo Anjo, Silva e Guimarães (2016) a aproximação, no Alagoas tem pressa, com a lógica do mercado privado era evidente, não apenas pela experiência do Secretário da SEPLANDE, mas, porque, dentre o quadro de gestores/e ou gerentes dos projetos quase todos eram cargos comissionados e os coordenadores das ações possuíam experiência e perfil de mercado privado.

Em um de seus últimos relatórios consta que, apesar do programa visar a erradicação da pobreza, apenas 43,46% das metas foram atingidas. Assim como a área de Melhoria da Qualidade de Vida, que apenas 43,97% da carteira de projetos chegou ao seu curso. Segundo a avaliação de Anjo, Silva e Guimarães (2016, p. 14) o programa teve pouco impacto social, apesar de que nas áreas "[...] mais internas a gestão (valorização da imagem e mudança cultural e Inovação na gestão pública) ou as de cunho mais econômico (crescimento, desconcentração e diversificação econômica e desenvolvimento do capital humano) faltaram em média menos de 20% para serem alcançadas".

O programa Modernizando a administração pública do Estado de Sergipe e Sergipe, governo de todos, refletem as duas gestões de Marcelo Déda, do Partido dos Trabalhadores (PT), a frente do governo do Estado. O programa Modernizando a Administração Pública foi fruto de uma parceria do governo do Estado com o Movimento Brasil Competitivo e contou com a assessoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDG). Este programa, implementado em 2007, teve como "meta a elevação da capacidade de investimento do Estado em até R\$ 127 milhões, para os primeiros 17 meses de trabalho [...]" (TELES, OLIVEIRA, PRADO

FILHO, SALES; 2009, p. 03). A gestão por resultados foi implementada no Estado de Sergipe inicialmente em quatro secretarias consideradas prioritárias: Administração, Educação, Saúde e Segurança Pública. No decorrer foram incorporados os outros órgãos estaduais, totalizando, ao final, 20 secretarias e entidades estaduais contempladas no programa. (TELES, OLIVEIRA, PRADO FILHO e SALES, 2009).

As metas estabelecidas, a partir da consultoria do INDG, foram: 1) melhoria da qualidade do serviço; 2) Aumento da receita, sem aumento de imposto; 3) redução das despesas, sem reduzir os serviços; 4) Valoração do servidor público. (TELES, OLIVEIRA, PRADO FILHO e SALES, 2009). A partir disso foram pactuadas as metas a serem seguidas e as etapas de acompanhamento mensais, através da matriz de acompanhamento de gastos mensais e acumulados de cada órgão, o relatório de três gerações, que controla o que foi realizado e prevê ações futuras para corrigir os desvios do processo. Adotando essas estratégias de “outubro de 2007 a setembro de 2008, apresentou um ganho real para o Estado de Sergipe no montante de R\$ 160, 6 milhões” (TELES, OLIVEIRA, PRADO FILHO e SALES, 2009, p. 14).

O governador Déda mostrou-se entusiasmado com o modelo de gestão, e seu prosseguimento, como ilustra sua fala: “[...]o ‘livro de cabeceira’ dos secretários deve ser o planejamento estratégico do Governo do Estado e que vai acompanhar, pessoalmente, os projetos de cada pasta e seus resultados.”¹. Assim como sua avaliação da parceria com o MBC:

[...] O trabalho junto ao MBC superou até mesmo as previsões mais otimistas. Se no início a meta era economizar R\$ 40 milhões e aumentar a receita em R\$ 87 milhões, os resultados atingidos somaram uma economia de R\$ 161 milhões e um acréscimo de receita superior a R\$ 142 milhões.²

O Programa modernizando a Administração Pública do Estado de Sergipe, além de controlar as contas públicas, possibilitou a atração de investimentos e empréstimos ao Estado. Essa nova configuração marcou a segunda fase da gestão por resultados nesse Estado expressa no programa Sergipe, Governo de Todos, descrito no PPA de 2007 a 2010 e no de 2010 a 2015.

Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), assim que assumiu o governo de Pernambuco, em 2007, implantou, influenciado pelo Movimento Brasil Competitivo, o programa de gestão por resultados “Todos por Pernambuco”. O programa foi contratado em 2007 e sua formulação ficou a cargo de consultores de confiança do governador. Segundo Alessandro, Lafuente e Shostak (2014, p. 05) “esses consultores, com experiência em outros órgãos do governo de Pernambuco (como a Secretaria da Fazenda e o Tribunal de Contas), empresas estatais (como a Petrobras), e consultorias privadas trabalharam durante quatro meses na criação do que viria a se tornar o Modelo Integrado de Gestão de Pernambuco”

Portanto, a gestão por resultados em Pernambuco teve uma complexidade maior que os outros Estados aqui analisados. As áreas essenciais de saúde, educação e segurança pública implementaram em suas secretarias programas de resultados específicos, mas, com foco nos dados, nos resultados, não nos processos e produtos. Logo, descentralizou-se o modelo. Assim como teve um grande investimento em tecnologia para o monitoramento das metas. A centralidade na atuação dos decisores, dos empreendedores de políticas e principalmente do governador Campos teve um impacto positivo no modelo. Dinâmica que foi, de certo modo, interrompida com licença do governador Campos para disputar as eleições presidenciais de 2014, e com sua morte neste mesmo ano.

1 <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/marcelo-deda-faz-reuniao-com-o-secretariado>

2 <http://www.sefaz.se.gov.br/noticias/governador-expoe-avancos-da-gestao-em-sergipe-durante-evento-nacional>

Dentre os três Estados, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, apesar de terem tido mudanças significativas na redução de gastos e aumento das receitas, Pernambuco é considerado pelo MBC, um caso de sucesso. Conforme Gerdau, “Financiado pela Iniciativa privada, o PMGP no Estado de Pernambuco obteve resultados que superaram em R\$ 280 milhões o investimento aplicado (R\$ 3,2 milhões). Os ganhos qualitativos podem ser observados na Segurança, Saúde e Educação, com redução da criminalidade, redução da mortalidade infantil e aumento de oferta de vagas para educação profissional.” (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2009).

Referências

ABRUCIO, F. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.41, n. spe, p. 67-86, 2007

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do orçamento. **Plano Plurianual PPA 2004-2007**, Maceió, 2003. Disponível em <http://dados.al.gov.br/dataset/plano-plurianual-ppa/resource/077930d6-8e0c-419c-a793-b2463da81ff4> Acesso em 10 de Abril de 2014.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do orçamento. **Plano Plurianual PPA 2008-2011**, Maceió, 2007. Disponível em <http://dados.al.gov.br/dataset/plano-plurianual-ppa/resource/4f429760-7864-4c57-9e98-fc4fdda61327> Acesso em 10 de Abril de 2014.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do orçamento. **Plano Plurianual PPA 2012-2015**, Maceió, 2011. Disponível em <http://dados.al.gov.br/dataset/plano-plurianual-ppa/resource/560eb437-eced-42f8-89aa-d16e05b80e6> Acesso em 10 de Abril de 2014.

ALESSANDRO, Martín. LAFUENTE, Mariano. SHOSTAK, Ray. Liderando a partir do centro: o modelo de gestão de Pernambuco. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **Relatório técnico**, 2014.

CASIMIRO, Flávio. A nova Direita no Brasil: Aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa. (1980-2014). **Tese** (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, 2016.

MATO, Daniel. Think Tanks, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo) liberales en América Latina. In: GRIMSON, A. **Cultura y Neoliberalismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio 2007.

McGANN, James. WEAVER, R. Kent. **Think Tanks & civil societies. Catalysts for ideas and action**. Routledge, Londres, 2017.

MEDVETZ, Tom. Think Tanks as an Emergent Field. **The social science research Council**. October, 2008. Pp. 1-10.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. **Relatório anual**. 2007

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. **Relatório anual**. 2008

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. **Relatório anual**. 2009

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2008/2011. Todos por Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em http://www2.seplag.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18613&folderId=51243&name=DLFE-3715.pdf Acesso em 10 de Abril de 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2012/2015. Recife, 2011. Disponível http://www2.seplag.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18613&folderId=51243&name=DLFE-21762.pdf Acesso em 10 de Abril de 2014.

RICH, Andrew. **Think Tanks, Public policy, and politics of expertise**. Cambridge University Press, New York, 2004.

SERGIPE. Superintendência de Programação Econômica e orçamentária. Secretaria de Estado de Planejamento. **Plano Plurianual 2008-2011: Desenvolvimento com inclusão pelo Direito e pela renda**, Aracaju, 2007. Disponível em <http://seplag.se.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/1.PPA-2008-2011-Mensagem-1.pdf>. Acesso em 10 de Abril de 2014.

SERGIPE. Superintendência de Programação Econômica e orçamentária. Secretaria de Estado de Planejamento. **Plano Plurianual 2012 a 2015: Sergipe, incluir para desenvolver**, Aracaju, 2011. Disponível em <http://seplag.se.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/PPA-2012-2015-Mensagem-e-Anexos.pdf>. Acesso em 10 de Abril de 2014.

SILVA, Genildo. Gestão pública por resultado: uma alternativa para o desenvolvimento de Alagoas? **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, vol. 1, n. 5, p. 143-156, maio/ago. 2009

SILVA, Gustavo da. ANJO, José. GUIMARÃES, Rodrigo. Que Alagoas tem pressa? Perspectivas de reforma e modernização do Estado na Administração Pública estadual. **Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

SOUZA, Eduardo de Queirós. Proposta de um modelo de implementação da gestão estratégica em organizações públicas com uso integrado do Balanced Scorecard e do Governo Matricial: um estudo de caso no Ministério da Saúde. Programa de Pós- Graduação em Administração (**Dissertação**), Universidade Federal da Bahia. 2008.

STONE, Diane. **Capturing the political imagination. Think Tanks and the policy process**. Frank Cass, New York, 1996.

STONE, Diane. Recycling bins, garbage cans or think tanks? Three myths regarding policy analysis institutes. **Public Administration**. Vol. 85, No. 2, 2007. Pp. 259-278

STONE, Diane. Think Tanks and policy advice in Countries in transition. **Asian Development Bank Institute Symposium: "How to Strengthen Policy-Oriented Research and Training in Viet Nam"**, Hanoi, 2005.

TELES, Jorge. OLIVEIRA, José. PRADO FILHO, José. SALES, Marcos. Modernizando a administração pública do Estado de Sergipe: Gerenciamento Matricial de despesas. II **Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília, 2009.

THUNERT, Martin. Think tanks in Germany. **Society**. May/June, 2004. Pp. 66-69.

WEIDENBAUM, Murray. Measuring the influence of think tanks. **Social science and public policy**. N. 47, p. 134-137, 2010.

APLICATIVOS E GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E CONSIDERAÇÕES

MÍRIAM LÚCIA BARBOSA

*Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Educação da Unicamp
miriamluci@hotmail.com*

SÉRGIO FERREIRA DO AMARAL

*Professor Doutor do Programa de
Pós-Graduação em Educação da Unicamp
amaral@unicamp.br*

RESUMO

Os jogos digitais podem ser caracterizados como ambientes atraentes e interativos que capturam a atenção do jogador ao oferecer desafios que exigem níveis crescentes de destreza e habilidades. Ao pensar o uso de celulares para atividades didáticas surge a questão: como fazer o uso adequado deste dispositivo, qual material didático apropriado? Diante disso, o presente estudo tem como objetivo aproximar e discutir o uso de jogos digitais na educação, tendo como metodologia a revisão bibliográfica. Foi perceptível que os aplicativos e games digitais estão disponíveis para utilização na educação, contudo, para que sua aplicação seja significativa é necessária uma avaliação aprofundada por parte do professor para identificar qual o jogo/aplicativo que melhor se adequa aos objetivos proposto para aula planejada.

Palavras-chave: Aplicativos. Gamificação. Avaliação. Educação.

ABSTRACT

Digital games can be characterized as attractive and interactive environments that capture the player's attention by offering challenges that require increasing levels of skill and abilities. When thinking about the use of cell phones for didactic activities the question arises: how to make the proper use of this device, what appropriate didactic material? Therefore, the present study aims to approach and discuss the use of digital games in education, having as a methodology the bibliographic review. It was noticeable that digital applications and games are available for use in education, however, in order for their application to be meaningful, an in-depth evaluation by the teacher is necessary to identify which game / application best fits the objectives proposed for the planned lesson.

Key-words: Applications. Gamification. Evaluation. Education.

INTRODUÇÃO

O termo “gamificação” foi introduzido primeiramente pelo consultor britânico Nick Pelling em 2002 como nomenclatura para descrever a aplicação de interfaces cujas aparências eram similares a jogos para tornar aplicações eletrônicas mais rápidas e confortáveis para os clientes (Burke, 2015).

Assim, a gamificação é considerada como um conceito baseado no ato de exportar elementos estruturais existentes em jogos para aplica-los em atividades que compõem rotinas de estudos, treinamentos e jornadas profissionais.

Na atualidade, muito se tem feito para a disseminação do conhecimento através de meios eletrônicos. O professor que sempre foi o principal e detentor do conhecimento, agora com a popularização do computador, do aparelho celular e da internet, investimentos têm sido feitos para pesquisas e o desenvolvimento da área da tecnologia da informação, e uma delas tem sido o uso de softwares na educação.

No entanto, ao questionarmos sobre o uso de celulares em sala de aula e sobre o material didático apropriado para utilizar estes dispositivos, como resposta podemos citar os objetos de aprendizagem, que podem ser animações, multimídias, *softwares* educativos e/ou jogos educativos apropriados para abordar determinada tecnologia.

Os objetos de aprendizagem promovem um maior envolvimento do aluno com a aprendizagem, aproximando a escola da realidade do aluno atual que cresceu num ambiente digital (Fontanella, 2015).

Ainda assim, o *software* pode ser considerado como um recurso que o docente pode fazer uso juntamente às novas tecnologias, sejam eles os já existentes (como ferramentas para otimização do trabalho em empresas), bem como os chamados educacionais (que têm como proposta dar suporte ao processo de aprendizagem).

Contudo, qualquer *software* pode ser utilizado como meios educacionais, até mesmo aqueles que não foram projetados especificadamente para este fim, entretanto, é relevante que o *software* atenda aos objetivos propostos no contexto escolar (Oliveira, 2001, Teixeira e Brandão, 2003).

E é nessa perspectiva que o presente estudo tem com objetivo aproximar e discutir o uso de jogos digitais na educação, apresentando suas possibilidades de uso em sala de aula.

Foi utilizada como metodologia a revisão bibliográfica, considerando a sua essencialidade para a busca, análise e entendimento das contribuições de autores e pesquisadores sobre o tema em questão. Os tópicos abordados foram: Classificação dos *softwares* educacionais; Análise de *softwares* para uso educacionais: critérios principais; Aspectos a serem considerados na escolha de *software* para uso educacional; e Aplicativos e gamificação na educação.

Ainda assim, ao utilizar as tecnologias para o ensino, o professor possibilita o trabalho conjunto com as diversas ferramentas que colaboram na aplicação de conceitos trabalhados em suas aulas e na realização das tarefas de aprendizagem, nesse sentido, podem-se utilizar *softwares* existentes, como também introduzir a elaboração de aplicativos que irão ajudá-los conforme sua necessidade.

Diante da infinidade de *softwares* disponibilizados no mercado, é importante esclarecer que os educacionais são classificados de acordo com a forma como o usuário interage com eles.

Classificação dos *softwares* educacionais

Em uma proposta de classificação e taxionomia de *softwares*, estes podem apresentar a seguinte classificação, considerando vários autores: *softwares* de referência são aqueles que apresentam informações a respeito de assuntos diversos como as enciclopédias (Educ. Rev. 2018).

Há ainda os *softwares* de apoio pedagógico, que tem como princípio contribuir para o reforço de conteúdos apresentados ou funcionam para introdução de novos conteúdos, dos quais se subdividem em exercício e prática ou exercitação, que possui a proposta de atividade do tipo acerto/erro; de simulação, onde é possível visualizar situações reais através de ambiente virtual; jogos educativos que apesar de possuírem uma forma lúdica e divertida exigem conhecimentos de determinados conteúdos; de tutoriais, específicos para orientação dos usuários com intuito de proporcionar uma interação mais produtiva ao qual permite o controle do nível de dificuldade e da sequência; de autoria, aqueles equipados com inúmeros recursos que propiciam ao usuário o desenvolvimento de projetos multimídia (Educ. Rev., 2018).

Contudo, é relevante esclarecer que alguns *softwares* abrangem mais de uma subdivisão.

Todavia, os *softwares* educacionais podem também ser classificados de acordo com o nível de aprendizagem que cada indivíduo é capaz de proporcionar (sequencial, relacional, criativo) (Vieira, 2000).

Para auxiliar na compreensão das informações apresentadas a respeito dos objetivos pedagógicos dos *softwares* apresenta-se a seguir, (Figura 1) as classificações dos *softwares* educacionais por objetivo, levando em consideração a elaboração de Tavares (2017) que se utilizou de diversos autores.

Figura 1: Classificação dos *softwares* educacionais por objetivos



Fonte: Tavares, 2017.

Considerando ainda que “os *softwares* educacionais podem também ser classificados de acordo com o nível de aprendizagem” (Vieira, 2000 *apud* Tavares, 2017) apresentamos os seguintes tipos, com base em Martins (2002, p. 12): Sequencial – tem o objetivo de apenas transferir a informação para o usuário, de forma sequencial, o aluno “memoriza e repete conteúdos quando solicitado, o que resulta em um aprendizado passivo e sem reflexão” (Martins, 2002, p. 12). Como exemplos desta categoria temos os softwares de exercício e prática ou exercitação, aplicativos e os softwares de tutoriais. Relacional – É centrado no usuário, tem como objetivo a aquisição de habilidade e interação com a tecnologia, “permite que o aluno possa fazer relações com outros fatos ou faça uso de outras fontes de informação” (Martins, 2002, p. 12). Assim, aprendizagem se processa a partir da interação do aprendiz com a tecnologia. A principal característica do software é um aprendiz isolado, uma vez que, a interação ocorre apenas entre o software e o usuário, não há interação com outros sujeitos. São exemplos deles, os softwares de investigação. Criativo – Tem como objetivo criar novos esquemas mentais. Sua principal característica é o aluno participativo, por meio da tecnologia, “o aluno pode interagir com outras pessoas compartilhando objetivos comuns” (Martins, 2002, p. 12), proporcionando o desenvolvimento da criatividade, da interação entre os integrantes do grupo e destes com a tecnologia, são exemplos de softwares de simulação.

Análise de *softwares* para uso educacionais: principais critérios

Um *software* adequado para uso educacional é aquele que é de fácil utilização, que possibilita a adequação das ferramentas a serem utilizadas de acordo com as expectativas do professor e dos usuários, bem como:

Propõe e/ou permite que o usuário complemente e interfira no produto e nas respostas, permitindo múltiplos caminhos de pesquisa e de soluções dos problemas. Assim poderá levar o aluno à: criatividade, facilidade de uso, interação, autoria, prazer e atualização de dados. Tem coerência com o princípio de construção coletiva para uma melhor qualidade de vida. Facilita a dimensão ética, pedagógica e de universalidade do processo de aprendizagem. Possibilita o raciocínio e a reflexão sobre a ação, para a produção de novas e melhores ações. Deste modo ele poderá ser: inovador, desafiador, crítico, provocativo, permitindo o erro. Professor e aluno possam registrar e refletir sobre o processo pelo qual construíram o seu conhecimento. É instigante, provocando no aluno a busca de novas informações, que lhe permitam levantar novas hipóteses. Permite o desafio e a reflexão possibilitando ao educando buscar, construir e valorizar sua produção. Possibilita a descrição dos procedimentos, de forma clara e objetiva para que o usuário possa construir seu conhecimento revendo sua ação. Tem o erro trabalhado e que a partir de um feedback o aluno possa aprender por meio dele, trabalhando-o na direção da construção do conhecimento. Desafia o aprendiz na busca da exploração do conhecimento de forma prazerosa. Dá condições para que o estudante prossiga, na construção do seu conhecimento de forma cooperativa (Educ. Rev., 2018).

Diante da disponibilidade de vários tipos de softwares a escolher, é necessário que haja critérios educacionais para análise destes. Dessa forma, a avaliação da qualidade de um software educacional deve levar em conta, principalmente, as características relacionadas à qualidade didático-pedagógica. Contudo, Os critérios educacionais para análise de software estão divididos em três partes: Documentação: diz respeito ao material que acompanha o software e que traz informações quanto à faixa etária, conteúdos, manual de uso. Currículo: refere-se ao currículo previsto para o desenvolvimento de atividades escolares com a ferramenta; Aspectos didáticos, subdivididos em:

Clareza dos conteúdos: a informação dos conteúdos a serem tratados deve ser clara e consistente, facilitando sua compreensão. Deve ter boa legibilidade, ser explicativa e adequada ao público alvo (faixa etária e série, por exemplo).

Assimilação e acomodação: verificação do tratamento que o *software* dá à apresentação dos conteúdos, no sentido de respeitar as diferenças individuais e os conhecimentos anteriores dos alunos. Esse subcritério diz respeito, também, à forma como o *software* promove a construção do conhecimento. Ex.: ritmo, níveis de dificuldade.

Recursos motivacionais: diz respeito à capacidade que o *software* tem em despertar a atenção do educando e mantê-la ao longo da utilização do mesmo. Ex.: recursos multimídia, elementos lúdicos.

Avaliação do aprendizado: o *software* deve apresentar recursos para a verificação do aprendizado, verificação esta que pode ser feita através de exercícios ou de situações problemas.

Carga educacional: é a verificação a respeito da quantidade de informações que software apresenta. A falta, assim como o excesso de informações é prejudicial à aprendizagem.

Tratamento das dificuldades e tratamento do erro: o *software* deve apresentar mensagens de erro de modo a permitir que o usuário perceba onde errou; deve também apresentar sugestões para a superação do erro. Ex.: possibilidade de refazer um exercício, registro das dificuldades encontradas (Educ. Rev., 2018 grifos do autor).

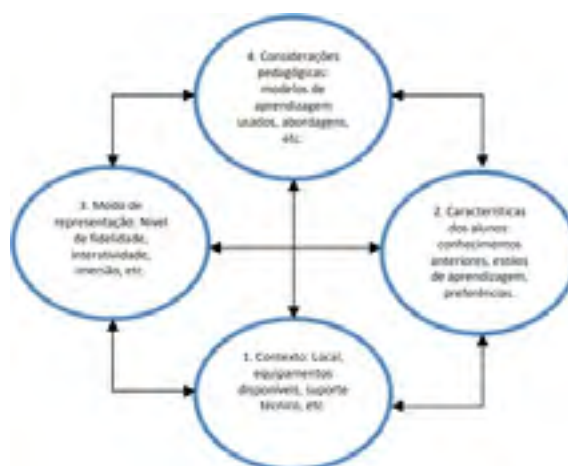
Assim, diante da infinidade de opções de softwares existentes atualmente, há necessidade de técnicas para se avaliar jogos e simuladores, com isso, alguns aspectos devem ser considerados na escolha de softwares para uso educacional.

Aspectos a serem considerados na escolha de *softwares* para uso educacional

A primeira tarefa do professor que se propõe a analisar um software educativo é identificar a concepção teórica de aprendizagem que o orienta, pois um software para ser educativo deve ser pensado segundo uma teoria sobre como o sujeito aprende, como ele se apropria e constrói seu conhecimento (Vieira, 2000).

Freitas e Oliver (2006) introduziram um *framework* para auxiliar educadores a avaliarem o potencial do uso destes materiais educacionais em suas práticas. O *framework* traz um conjunto de critérios para possibilitar uma análise crítica de jogos e simuladores e de como podem ser incorporados em planos de aulas, permitindo que pesquisadores e educadores analisem a eficácia desses recursos, tal ferramenta é composta por quatro dimensões, representadas na Figura 2.

Figura 2: *Framework* para avaliação de jogos e simuladores



Fonte: Freitas e Oliver 2006, *apud* Savi 2011.

O *framework* possibilita que um professor identifique se um jogo é adequado para atender suas necessidades de ensino e tem como aspectos positivos a flexibilidade e facilidade de uso, capacidade de promover análise crítica sobre processos de aprendizagem, e de trazer reflexões de como ferramentas de software podem disseminar conteúdos curriculares mais eficazmente (Save, 2011).

Contudo, a aplicação do *framework* consiste em um *checklist* separado pelas quatro dimensões, que procura focar a atenção do avaliador em aspectos que promovam um olhar mais crítico e reflexivo sobre o uso desses recursos nas práticas educacionais. Dessa forma, o Quadro 1 traz uma proposta de *checklist* para avaliar o uso educacional de jogos e simuladores.

Quadro 1: *Checklist* para avaliar o uso educacional de jogos e simuladores

Contexto	Características dos alunos	Considerações pedagógicas	Modo de representação
Qual é o contexto de aprendizagem? (ex. escola, universidade, casa); O contexto afeta a aprendizagem? (Ex. Nível de recursos, acessibilidade, suporte técnico); Que ligações podem ser feitas entre contexto e prática?	Quem é o aluno? Quais os conhecimentos anteriores do aluno e histórico de aprendizagem? Quais os estilos de aprendizagem dos alunos e preferências? Qual o grupo do aluno? Como o aluno ou seu grupo podem ser melhor apoiados? Em quais maneiras os grupos estão trabalhando juntos (ex. individualmente, parcialmente em grupos) e quais abordagens colaborativas podem suportar isso?	Quais modelos e abordagens pedagógicas estão sendo usados? Quais modelos e abordagens pedagógicas podem ser mais eficientes? Quais são os objetivos curriculares? (Liste-os) Quais são os resultados de aprendizagem esperados? Quais são as atividades de aprendizagem? Como os resultados e atividades de aprendizagem podem ser alcançados por meio de jogos e simuladores existentes? Como os resultados e atividades de aprendizagem podem ser alcançados por meio de software especialmente desenvolvidos para planos de aulas? Como podem ser usados para reforçar os resultados de aprendizagem?	Quais softwares ou conteúdos seriam mais indicados para suportar a atividade de aprendizagem? Qual nível de fidelidade precisa ser usado para suportar a atividade de aprendizagem? e resultados esperados? Qual nível de imersão é necessário para suportar os resultados de aprendizagem esperados? Qual nível de realismo é necessário para que se alcance os objetivos de aprendizagem? Como pode-se fazer ligações entre o mundo do jogo/simulação e reflexões sobre aprendizagem?

Fonte: Freitas e Oliver (2006 *apud* Save, 2011).

Outros aspectos a se levar em consideração é a de que, além da base pedagógica, um *software* deverá também ser analisado do ponto de vista técnico, uma vez que estes aspectos orientam para uma adequada utilização (Vieira, 2000).

Nesse sentido, do ponto de vista técnico, deverão ser observados os seguintes aspectos:

Mídias empregadas, qualidade de telas, interface disponíveis, clareza de instruções, compartilhamento em rede local e Internet, compatibilização com outros softwares,

hardware e funcionalidade em rede (importação e exportação de objetos), apresentação auto-executável, recursos hipertexto e hiperlink, disponibilidade de help-desk, manual técnico com linguagem apropriada ao professor - usuário, facilidade de instalação, desinstalação e manuseio, etc. (Vieira, 2000, p. 7).

Em síntese, a inserção de *software* deve ser norteada por interesses políticos e pedagógicos da escola, uma vez que o *software* em si não implica em nenhuma mudança no processo educacional se não for utilizado dentro do contexto que envolva o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola. Consequentemente, o *software* deve ser visto como um instrumento de colaboração no ensino-aprendizagem e como possibilidade de facilitar o fazer no ambiente escolar.

Aplicativos e gamificação na educação

Inicialmente é importante esclarecer que a utilização de gamificação não implica que os indivíduos envolvidos necessitem jogar ou utilizar brinquedos e/ou jogos eletrônicos. Segundo Marczewski (2015 *apud* Silva, 2017) não é necessário criar sistemas elaborados, com cenários sofisticados e simulações para a gamificação.

Contudo, a gamificação, quando estruturada adequadamente, pode ser utilizada para atingir uma ampla gama de resultados desejados, como: promover o engajamento; aumentar a participação de usuários; e motivar (LEE; HAMMER, 2011, p. 2 *apud* Silva, 2017). Além disso, a gamificação pode fazer algo considerado chato, tedioso ou monótono se tornar algo atraente, e que em várias vezes os usuários nem percebem que estão realizando tarefas cotidianas (Hommes, 2012; Muntean, 2011; Hennessy, Powers e Kirk, 2012; e Lee e Hammer, 2011, *apud* Silva, 2017).

Assim, o uso de gamificação na educação poderá favorecer o ensino-aprendizagem por possibilitar que o aluno realize os estudos e as atividades escolares de forma mais prazerosa, uma vez que a motivação que a gamificação proporciona incentivar comportamentos de colaboração, conclusão ou repetição de tarefas para conseguir um maior envolvimento com os usuários (Silva, 2017).

A aprendizagem móvel, também chamada de *Mobile Learning* ou *M-Learning*, é definida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como o ensino que envolve o uso de aparelhos digitais e portáteis. Esse aprendizado permite que o conhecimento seja encontrado de forma ubíqua, ou seja, não apenas na sala de aula, com um professor, mas a qualquer hora e em qualquer lugar. Além disso, esse tipo de interface “abrange esforços em apoio a metas educacionais amplas, como a administração eficaz de sistemas escolares e a melhor comunicação entre escolas e famílias”. (UNESCO, 2014, p. 06).

De acordo com pesquisa realizada por Silva (2018, p. 79) “a gamificação tem sido considerada na aprendizagem porque muitos de seus elementos são baseados em técnicas usadas por professores em seus planos pedagógicos, como distribuir pontuações para atividades, apresentar *feedback* e encorajar a colaboração em trabalhos”.

Assim, a gamificação utilizada na educação pode ser classificada pela existência de três tipos de jogos: “os jogos educacionais clássicos, os jogos desenvolvidos por estudantes e os cursos gamificados que envolvem a interação de elementos de jogos em várias aplicações, tarefas e exercícios” (Todor e Pitica, 2013 *apud* Silva, 2018).

Com a presença dos dispositivos móveis em sala de aula aumenta a possibilidade do uso de técnicas como a gamificação, que, segundo Domínguez (2013), é a utilização “de elementos e mecânicas de jogos, em um contexto que não seja de jogo”. Ou seja, o uso de mecanismos

que são também encontrados em jogos, como regras, premiações, pontuações, *ranking* e que estimule nos participantes aspectos de motivação e engajamento que frequentemente os jogos despertam.

No que diz respeito ao uso dos dispositivos móveis na educação (*Smartphones*, Celulares, *E-readers* e *Tablets*), estes possibilitam oferecer diversas potencialidades para o ensino e a aprendizagem efetiva dos alunos, dentre elas podemos destacar: a ampliação do acesso a conteúdos pedagógicos, a possibilidade de criação de comunidades de aprendizagem ativa, interativa e colaborativa (Melo; Carvalho, 2014).

Dessa forma, a participação em comunidades de aprendizagem proporciona intercâmbio multicultural; é a aposta nessa interconexão entre diferentes pessoas e culturas que pode potencializar a construção de conhecimento dentro e fora da sala aula (Melo; Carvalho, 2014).

Contudo, existe uma infinidade de aplicativos livres para os dispositivos móveis que podem ser encontrados atualmente em repositórios móveis, conhecidos popularmente como *stores* ou lojas, como é o exemplo do projeto F-Droid (*FOSS Apps for Android*). O F-Droid foi criado por um grupo de desenvolvedores ingleses da comunidade FOSS (Free and Open Source Software) com o intuito de reunir e oferecer alternativas livres que garantam e respeitem a privacidade dos usuários de tecnologias móveis.

Ainda nessa perspectiva, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS criou uma tabela dinâmica que disponibiliza uma gama de *softwares* educacionais livres para dispositivos móveis.

A tabela busca reunir um conjunto de informações sobre *softwares* educacionais livres para dispositivos móveis - telefones celulares e tablets - e pode ser utilizada de forma fácil e rápida por professores, pais, alunos e demais interessados.

Segundo apresentação inicial da página onde consta a tabela, para seleção dos softwares listados, os autores buscaram elencar aplicativos livres que abordem conteúdos curriculares escolares. Ao adotar o critério de conteúdos curriculares escolares, excluíram, entre muitos outros, aplicativos editores de texto, de imagens, de áudio e de vídeo, embora esses programas possam ser utilizados em sala de aula com finalidade pedagógica.

Todos os aplicativos apresentados na tabela são livres, o que significa que estão registrados sob um tipo de licença que disponibiliza o código fonte. Os usuários possuem a liberdade de utilizar, estudar, modificar e redistribuir os aplicativos. As principais licenças são GNU/GPL, BSD, MIT e Apache.

Os aplicativos abordam as diversas áreas de ensino, desde as áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática, até informática, música, dentre outros.

O conteúdo pode ser acessado através do link < https://www.ufrgs.br/soft-livre-edu/wiki/Software_Educacional_Livre_para_Dispositivos_M%C3%B3veis_-_Tabela_Din%C3%A2mica > e possibilita ao usuário que edite a tabela, inclusive de forma anônima, sem se cadastrar, corrija eventuais erros e adicione aplicativos, ou utilize a aba “Discussão” para registrar críticas, sugestões e comentários.

Considerações finais

Com o surgimento dessa nova era da comunicação, o uso da tecnologia através de softwares para a educação têm se mostrado eficaz, tornando possível a utilização de novos meios que auxiliam aos professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, apresentando ferramentas que podem ser utilizadas de diversas formas.

Os *softwares* se tornam cada vez mais incorporados em nosso cotidiano, contudo a prática em sala de aula ainda vive uma realidade paralela. Neste estudo procuramos traçar um panorama do uso de aplicativos e gamificação na educação, bem como suas possibilidades de uso para uma melhor apropriação.

A utilização dos *softwares* que ajudam como materiais pedagógicos na sala de aula podem favorecer os professores no ensino, mas, estes precisam estar aptos para utilizar essas ferramentas, evitando o mau uso ou desperdício de tempo, já que o uso dessas ferramentas podem trazer benefícios que poderiam ser adicionados em sala de aula. Em outros casos, a falta de investimento na educação impossibilitam o acesso a essas ferramentas não dependendo apenas do professor.

Não obstante, diante da diversidade de ferramentas disponibilizadas na web para o uso dos aplicativos e *softwares* em sala de aula, faz-se necessário que o educador avalie e analise com cautela e priorize aquele que abrange de maneira efetiva os objetivos propostos no plano de aula, além disso, é indispensável que este seja de fácil acesso para os alunos. Para tanto, é possível utilizar inúmeras ferramentas de avaliação de softwares, uma delas é o *checklist* anteriormente proposto neste estudo.

Referências

BURKE, Brian. *Gamificar: como a gamificação motiva as pessoas a fazerem coisas extraordinárias*. Tradução: Sieben Gruppe. São Paulo: DVS Editora, 2015.

DOMÍNGUEZ, Adrián; NAVARRETE, Joseba Saenz de; MARCOS, Luis de; SANZ, Luis Fernández; PAGÉS, Carmen; HERRÁIZ, José Javier Martínez. *Gamifying learning experiences: Practical implications and outcomes*. In: Journal Computers & Education, v. 63, abril 2013, p. 380-392.

Educ. Rev. *Análise de Softwares Educacionais*. Belo Horizonte (6):41-44, dez.1987. Disponível em: < <http://www.uel.br/seed/nre/analisedesoftwares.html> > Acesso em: 29 abr. 2018.

FONTANELLA, Alexsandra Cristina. *Uso de Objeto de Aprendizagem na Motivação e Aprendizagem Matemática*. Trabalho de Conclusão de Curso Especialista em Mídias na Educação (Especialização). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

FREITAS, Sara de; OLIVER, Martin. *How can exploratory learning with games and simulations within the curriculum be most effectively evaluated?* Comput. Educ.,v. 46, n. 3, p. 249-264, 2006.

HENNESSY, Bill; POWERS, Nick; KIRK, Barry. *The Power Of Play: How Gamification Will Drive the Evolution of Channel Loyalty*, 2012.

HOMMES, Vreni. *Using green gamification for fun and fame*. GreenBiz, May, 3, 2012. Disponível em: < <https://www.greenbiz.com/green-gamification> > Acesso em: 30 abr. 2018.

LEE Joey.; HAMMER Jessica. *Gamification in Education: What, How, Why Bother?* Academic Exchange Quarterly, v. 15, nº 2, 2011.

MARCZEWSKI, Andrzej. *Even Ninja Monkeys like to Play: Gamification, game thinking and motivational design*. Charleston: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2015.

MARTINS, Kerley. *Teorias de aprendizagem e avaliação de software educativo*. Monografia (Informática Educativa) Universidade Federal do Ceará. 2002. Disponível em: < http://www.multimeios.ufc.br/arquivos/pc/monografias/Monografia_kerley.pdf > Acesso em: 28 abr. 2018.

MELO, Rafaela da Silva; CARVALHO, Marie Jane Soares. *Aplicativos educacionais livres para mobile learning*. IN: Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional da Linguagem e Tecnologia Online. V. 3, n. 1, 2014.

MUNTEAN, Cristina Ioana. *Raising engagement in e-learning through gamification*. In: International Conference on Virtual Learning ICVL, 6, 2011, Romania. Conferência. Romania: Babes-bolyai University, 2011. p. 324 - 329.

OLIVEIRA, Noé. *Uma proposta de avaliação de Softwares educacionais*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/30362580.pdf> > Acesso em: 18 abr. 2018.

SAVE, Rafael. *A avaliação de jogos voltados para a disseminação do conhecimento*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis, 2011. 238f.

SILVA, Bruno Donizeti da. *A gamificação como auxílio no processo ensino/aprendizagem*. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). Taubaté, Universidade de Taubaté, 2017. 183f.

SILVA, Fabiana Bigão. *Implicações da gamificação no projeto de plataforma de educação on-line: um estudo de caso*. Tese (Doutorado em Gestão & Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2018. 194f.

TAVARES, Jéssika Lima. *Modelos, técnicas e instrumentos de análise de softwares educacionais*. João Pessoa: UFPB, 2017. 97f.

TEIXEIRA, Adriano; BRANDÃO, Edemilson. *Software educacional: difícil começo*. In: Revista Novas Tecnologias na Educação - RENOTE. Vol 1. nº 1. CINTED/UFRGS, fev/2003. Disponível em < http://www.cinted.ufrgs.br/renote/fev2003/artigos/adriano_software.pdf > Acesso em: 30 abr. 2018.

TODOR, Vlad.; PITICA, Dan. *The gamification of the study of electronics in dedicated e-Learning Platforms*. In: IEEE Xplore Digital Library. 36TH INTERNATIONAL SPRING SEMINAR ON ELECTRONICS TECHNOLOGY, 2013. Alba Iulia, Romania. Proceedings... Alba Iulia, Romania: IEEE, 2013. p. 428-431.

UNESCO. *Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel*. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770por.pdf> > Acesso em: 30 abr. 2018.

VIEIRA, Fábila Magali Santos. *Avaliação de software educativo: reflexões para uma análise criteriosa*. Minas Gerais: Proinfo: 2000.

DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

MÍRIAM LÚCIA BARBOSA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFVJM
miriamluci@hotmail.com*

ELAYNE DE MOURA BRAGA

*Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFVJM
elayne.braga@ufojm.edu.br*

RESUMO

A EJA envolveu discussões e debates ao longo da história da educação pública do país. O público que retornam aos bancos escolares nessa modalidade de ensino são, em grande parte, homens e mulheres que tiveram sua trajetória escolar interrompida ou impedida, e que, na verdade, sofreram uma exclusão sociocultural. Diante disso, objetiva-se com este estudo, discutir o desenvolvimento das políticas públicas para EJA, bem como identificar os investimentos na EJA, tendo como metodologia a revisão bibliográfica. Partindo do pressuposto de que a precária qualidade da EJA no Brasil pode ser explicada pelo fato de que em nenhum momento da história da educação brasileira a modalidade recebeu aporte financeiro significativo, como resultado identificou-se que o desenvolvimento e a aplicação das políticas públicas para EJA no Brasil ainda são insatisfatórios.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Financiamento EJA.

ABSTRACT

The EJA has involved discussions and debates throughout the history of public education in the country. The public who return to school seats in this mode of education are largely men and women who have had their school trajectory interrupted or impeded, and who, in fact, suffered a socio-cultural exclusion. Therefore, the objective of this study is to discuss the development of public policies for EJA, as well as to identify the investments in EJA, using as a methodology the bibliographic review. Assuming that the precarious quality of EJA in Brazil can be explained by the fact that at no time in the history of Brazilian education was the modality received significant financial contribution, as a result, it was identified that the development and application of public policies for EJA in Brazil are still unsatisfactory.

Key-words: Youth and Adult Education. Public policy. EJA Financing.

INTRODUÇÃO

A EJA no Brasil, envolveu discussões e debates ao longo da história da educação pública do país, para a sua legitimação como uma política pública, e para que a tomasse como uma modalidade de ensino, ela apresenta uma longa história no campo de direitos e de responsabilidade pública, porém, ainda não é um campo consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas, diretrizes educacionais e, também, na área de formação de educadores e intervenções pedagógicas, devendo assim, a formação inicial e continuada dos educadores que atendam às necessidades de uma população específica, composta por jovens e adultos, e em grande parte de trabalhadores e representantes da família, precisa ser colocada como questão primordial nos debates, sendo essencial um melhor investimento e financiamento da EJA.

Dessa forma, ao traçarmos um breve panorama histórico da EJA no Brasil, nos revela que esta se faz notável desde a época da Colonização com os Jesuítas, perpassando pelo Plano Nacional da Educação de 1934; pela Campanha de Educação de Adultos em 1947; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) em 1950; pelo Movimento da Educação de Base (MEB) de 1960 e Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) de 1967; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 5.692/71 – Ensino Supletivo) em 1971; criação da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) nos anos 80; até a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) onde se reafirmou o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico; chegando ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) em 2002 e a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo – Programa Brasil Alfabetizado (Projeto Escola de Fábrica, PROJOVEM e PROEJA) e a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em 2007.

Contudo, a EJA durante muitos anos, foi uma modalidade de ensino excluída do processo de Educação Básica, com um histórico de políticas públicas caracterizado como programas. Só a partir do segundo milênio que ela vivencia a possibilidade de reconhecimento como modalidade de Educação Básica, sobretudo na compreensão de ser além da alfabetização, descaracterizando o vínculo histórico da EJA como mero espaço de alfabetização de adultos.

Isto posto, este estudo objetiva discutir o desenvolvimento das políticas públicas para EJA, bem como identificar os investimentos presente nessa modalidade de ensino, tendo como metodologia a revisão bibliográfica uma vez que, segundo Gressler (2007, p. 73) nenhuma pesquisa parte hoje da estaca zero. A consulta bibliográfica pode ser considerada como um dos primeiros passos de toda a pesquisa científica.

Cabe aqui destacar que em um levantamento preliminar sobre a produção acadêmica sobre a temática da EJA, obtive-se acesso a poucos estudos que tratavam especificamente sobre desenvolvimento e aplicação das políticas públicas para EJA, principalmente no que tange a temática do financiamento da EJA.

Assim, após essa introdução, apresentam-se os seguintes tópicos: Do direito a alfabetização na Legislação Nacional; Desenvolvimento das Políticas Públicas para EJA; O Financiamento da EJA na atualidade.

Do direito a alfabetização na Legislação Nacional

Segundo dados do Ministério da Educação, o analfabetismo de jovens e adultos vem sendo reduzido no Brasil – passou de 11,5% em 2004 para 8,7% em 2012, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad).

Contudo, o direito à alfabetização na Legislação Nacional está presente no Artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu § 1, onde preconiza que “todo ser humano tem direito à instrução”. Ainda assim, para que o direito à educação seja garantido pelo poder público e possa ser exigido pelos cidadãos, faz-se necessária sua inscrição em legislação nacional. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito dos jovens e adultos ao ensino fundamental, obrigando os poderes públicos a sua oferta gratuita, assim, consta em seu Art. 208 que é dever do Estado garantir § 1º “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996).

Não obstante, o direito das pessoas jovens e adultas ao ensino foi reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), onde consta em seu capítulo III - Da Educação Básica, seção V - Da Educação de Jovens e Adultos, Art. 37 “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Contudo, após a extinção do Mobral em 1985, o governo federal abandonou a provisão direta da alfabetização de jovens e adultos, assumindo funções subsidiárias de financiamento e apoio técnico aos estados, municípios e organizações sociais.

Consequentemente, foram desenvolvidas políticas públicas para EJA com o intuito de possibilitar novas formas de atuação e representação por parte desse público.

Desenvolvimento das Políticas Públicas para EJA

As políticas públicas de EJA tem ganhado destaque a partir dos anos 2000, porém, segundo Haddad (2002), a focalização de ações específicas para esse grupo etário não é recente, pois diversos estudos, entre os anos de 1986 e 1998, já indicavam o aumento no atendimento dessa população, mas sem que houvesse um entendimento das relações existentes entre a demanda e os resultados do ensino fundamental e médio, bem como as mudanças no mundo do trabalho e no cotidiano das famílias, principalmente no meio urbano.

Contudo, na década de 1990 as medidas e os projetos desenvolvidos no âmbito da educação foram voltados especificamente para as crianças e adolescentes. “Nessa visão, o espaço da educação de adultos no âmbito das políticas educacionais ficou restringido, quase desaparecendo em alguns casos” (Haddad, 2000, p. 10). Embora o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sejam instrumentos da política educacional que estabelecem diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, eles acabam por priorizar o atendimento a crianças e adolescentes, deixando brechas para a informalidade na EJA.

Ainda assim, os direitos à educação dos jovens e adultos ao ensino que adequasse às especialidades deste público foram reiterados nos anos de 1990 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) adequando assim às suas necessidades e condições de aprendizagem, bem como, responsabilizou os poderes públicos para a identificação e mobilização da demanda e provisão de ensino fundamental gratuito e apropriado. Dessa forma, a EJA foi reconhecida como modalidade da Educação Básica garantida por lei, assegurando acolhimento aos jovens e aos adultos que não dispuseram de acesso ou que não conseguiram continuar os estudos na idade apropriada no sistema regular.

Mais a frente, em 2003, com uma perspectiva de Educação Básica universal, o Governo Federal reconheceu e implementou políticas integradas para os diversos níveis e modalidades de ensino, bem como, consolidou a concepção de Educação Básica presente na LDB 9394/96.

Para a EJA apresentou o aumento da atividade de formação educacional básica e o combate ao analfabetismo. A Política Nacional de Educação Profissional ficou apoiada em três eixos: a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Geração de Emprego e Renda. Uma política voltada não só para o jovem, mas também para os adultos que não tiveram acesso à escola ou que não concluíram na idade apropriada sua escolarização. Destaca-se ainda a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo SEEA (BRASIL, 2003, p. 57-63).

No final de 2003, programas de EJA utilizou-se de metodologias diferenciadas e vislumbrando o acesso ao ensino fundamental, ao ensino médio e ao técnico. Sendo eles o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa Brasil Jovem, o Programa Sentinela, o Programa para a Juventude, o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, o Programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude (Agente Jovem), o Programa Escola de Fábrica, a criação e consolidação da Secretaria Nacional de Juventude, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, a instalação e consolidação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), a Política Nacional de Juventude, o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA), o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) entre outras ações (BRASIL, 2003, p. 63; BRASIL, 2005, p. 156-157; BRASIL, 2007, p. 127-161; BRASIL, 2009, p. 112; BRASIL, 2012, p. 159 - 176).

Dessa forma, por meio de políticas públicas, ações como a do Proeja que se desenvolvem na direção da formação humana pode atender ao direito público e subjetivo de educação para os trabalhadores. De acordo com Moll, (2010, p. 138 *apud* Vitorette, 2014, p. 122)

[...] Como ação efetivada no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o PROEJA deve ser compreendido como ação indutora em um campo/específico de formação, até então inexistente no país. Sua ancoragem institucional pode ser vislumbrada na proposição, igualmente inédita, de percentuais per capita diferenciados de financiamento para estudantes deste nível/modalidade educacional no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), aprovado na Lei nº 11.494/2007, que recolocou o conceito de educação básica na agenda pública, ao promover seu financiamento em todos seus níveis e modalidades. Cabe lembrar que o FUNDEB substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Lei nº 9.424/1996, que não previu nenhuma espécie de financiamento para EJA.

O Proeja, por meio de várias proposições, pode ser viabilizado conforme Moll (2010) por um relacionar tanto nos Sistemas Estaduais de Educação, por meio da ação política do Programa Brasil Profissionalizado, quanto na esfera federal, pelos IFs, que, pela lei nº 11.892/2008, nos artigos 7º e 8º, estabelece educação técnica de nível médio de forma prioritária ofertada no modelo de cursos integrados para EJA (Brasil, 2008 *apud* Vitorette, 2014, p. 122).

De outro lado, é possível se deparar com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNMs que contam com aporte financeiro por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela lei nº 12.513/2011 (Vitorette, 2014, p. 118).

Ao estudar a não consolidação do PROEJA como política pública de Estado, Vitorette (2014, p. 89) afirma que

Permanece no horizonte o desafio da superação da política educacional dos últimos tempos com foco em atender criança e adolescente, buscando retirar a EJA da situação

de marginalidade criada historicamente. Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) em 2004, a EJA passou a ter destaque na agenda educacional, mas permanece como desafio retirar o véu que oculta a realidade desse público. Para tanto se faz necessário construir uma agenda de políticas públicas acrescida da preocupação da superação das desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira.

Para a autora, ainda permanece o desafio e a necessidade de se concretizar políticas públicas por parte do Estado para garantir a educação como direito público, gratuito e subjetivo, com qualidade social. Uma educação integrada humana para os trabalhadores e seus filhos em contraposição à educação que se tem: fragmentada, improvisada e adestradora (Vitorette, 2014).

Diante disso, percebe-se que no que se trata da EJA no Brasil, esta mantém-se com uma parcela significativa da população brasileira no limite do processo escolar, trocando-o por aparatos de certificação com reduzido financiamento, negando aos jovens e adultos trabalhadores o conhecimento historicamente construído.

Assim sendo, no financiamento da educação, supõe a igualdade de oportunidades para todos como primeira etapa, mas o que se percebe é que há diferenciações no repasse de valor anual para EJA, conforme apresentado a seguir.

O Financiamento da EJA na atualidade

Em um estudo realizado por Volpe (2010) no período de 1996 a 2006 (período de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef), onde a autora analisa 24 municípios mineiros no que diz respeito aos recursos para a EJA, identificou inconstância na destinação destes recursos, uma vez que ela observou valores muito baixos e outros muito altos, havendo assim uma discrepância de valores aplicados pelos municípios. Outro aspecto a se considerar nesse estudo é que, além de cáirem ano a ano, os recursos destinados a EJA são bem inferiores aos aplicados em outros níveis de ensino.

O valor aluno/ano destinado a EJA em 2007 era inferior a 42,86% em relação ao aluno do ensino fundamental e 71,43% em relação ao aluno de ensino médio. Não obstante, a apropriação dos recursos do Fundeb, em cada estado para a EJA, será de apenas 15% do total de recursos, que são explicitamente insuficientes para garantir um ensino de qualidade (Volpe, 2010).

Assim, o custeio da EJA passou a ser distribuído da seguinte maneira: primeiro segmento – anos iniciais do ensino fundamental (alfabetização) responsabilidade do município; segundo segmento – anos finais do ensino fundamental e terceiro segmento – ensino médio responsabilidade dos estados.

Cabe aqui destacar que a Fundeb apresenta um fator de ponderação para EJA no valor de 0,8% (oito décimos percentuais), 20% (vinte por cento) inferiores à referência padrão, além disso, a EJA é a única modalidade de ensino cujo teto é de 15% (quinze por cento) de comprometimento dos recursos do fundo de cada estado, mesmo sendo essa modalidade de ensino com demandas significativas (2.858.145 matrículas na EJA em 2017) e com características tão diferenciadas (Brasil, 2017).

Não obstante, a EJA é majoritariamente pública, (2.639.437 matrículas nas redes Federal, Estadual e Municipal nos Ensinos Fundamental e Médio) sendo o financiamento feito pelas secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e municípios a partir de recursos públicos aplicados na educação básica, quais sejam: a soma dos impostos vinculados, que são responsáveis pelas despesas de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE).

Além das verbas destinadas à MDE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promove programas de financiamento suplementares, como:

- o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), recursos financeiros para compra de gêneros alimentícios, que garantam a alimentação escolar;
- o Programa Nacional do Livro Didático de EJA (PNLD/EJA), recursos financeiros para fornecer obras didáticas, paradidáticas e dicionários aos estudantes da EJA das escolas públicas;
- o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), recurso depositado diretamente na conta da escola – para essa finalidade todas as escolas públicas possuem cadastro próprio no fundo.

Outro programa de apoio à gestão escolar é o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), que disponibiliza suporte para o planejamento participativo e ferramenta interativa, o PDE interativo, o qual fornece orientações e também repasse financeiro (Brasil, 2018).

Ao estudar a EJA no contexto da política de Fundos contábeis, especificamente na cidade de Juiz de Fora/MG, Evangelista (2013, p. 46-47) ressalta que a discussão sobre o financiamento da educação é bastante recorrente nos Fóruns da EJA, uma vez que, apesar das matrículas da EJA terem sido contempladas nos cálculos de distribuição do Fundeb, há um grande desacordo em relação aos coeficientes de distribuição. Essa questão esteve presente, também, no cenário político educacional recente de construção do PNE (2011-2020), bem como na Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010.

Na atualidade, dados apresentados nos anexos da Portaria Interministerial nº 8 (que altera a Portaria Interministerial MEC/MF nº 8, de 26 de dezembro de 2016, e estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, no exercício de 2017) e Portaria Interministerial nº 10 (que estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, no exercício de 2018) demonstram a questão do desacordo em relação à distribuição do valor mínimo anual por aluno.

Consta na Portaria Interministerial nº 10, em seu Art. 2º. “O valor anual mínimo nacional por aluno, na forma prevista no art. 4º, §§ 1º e 2º, e no art. 15, inciso IV, da Lei nº 11.494, de 2007, fica definido em R\$ 3.016,67 (Três mil e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), previsto para o exercício de 2018”.

Porém, em observância ao anexo I da Portaria Interministerial nº 10, fica evidente a diferenciação do valor anual por aluno estimado na modalidade regular, sendo que o estado que recebe o menor valor (R\$3.318,34) para o ensino fundamental, para EJA o valor para o mesmo estado é de R\$ 2.413,34, observa-se ainda que o estado que recebe o maior valor (R\$5.144,39) também para o ensino fundamental, neste mesmo estado o valor para EJA é de R\$3.741,38.

É notório também que comparando o valor anual por aluno do ensino médio regular o estado que recebe o menor valor (R\$ 3.921,67 para ensino médio integrado a educação profissional) recebe para a modalidade de ensino médio EJA integrada educação profissional o valor de R\$ 3.620,01. O estado que recebe o maior valor (R\$ 6.079,74) já para EJA o valor é de R\$ 5.612,06. Importante frisar que há diferenciação entre o repasse para escolas localizadas na zona urbana e zona rural, bem como para as instituições conveniadas.

Ao estudar as políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010), Carvalho (2011, p. 170) refere-se ao quadro referente ao financiamento da EJA presente na maior parte das administrações públicas brasileiras:

[...] o financiamento da EJA ainda apresenta fortes contradições, entre a concepção de prioridade para a alfabetização e os aportes financeiros efetivos; entre o dever de investir o percentual definido nas constituições federal, estadual e nas leis orgânicas municipais e o efetivamente aplicado; entre o reconhecimento da sua importância e o conhecimento e o debate que o tematizam e aprofundam.

Certamente essa realidade acima apresentada pode ser que esteja relacionada ao descaso e à negligência com esse atendimento, além do baixo fator de ponderação da EJA no contexto do Fundeb. A falta de isonomia da EJA em relação ao mecanismo de financiamento dos fundos contábeis contribuiu para o entendimento de que o direito a essa modalidade de ensino não se constitua prioridade dentro dos municípios, bem como no contexto das políticas públicas do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a mobilização dos sistemas estaduais e municipais em favor da EJA só ocorrerá por meio de uma política indutora mais eficaz, visto que os percentuais de seus recursos educacionais para EJA são muito baixos, além disso, em pesquisa aos dados de financiamento para EJA, faltam números confiáveis, principalmente para acompanhar o investimento de fato realizado pelos diversos entes federados.

Contudo, diante dos poucos dados obtidos, faz-se necessário que o Fundeb invista com fatores mais elevados e/ou com recursos adicionais as redes que atendam a EJA, equiparando o repasse as demais modalidades de ensino, pois, apesar de a criação do Fundeb ter despertado novas expectativas em relação ao atendimento das matrículas para modalidade de ensino EJA, na prática, seus efeitos ainda são questionados.

Outro fator limitante é a falta de dados, ou melhor, o fato de grande parte dos dados financeiros associados à EJA se encontrarem agregados aos do ensino fundamental regular dificultando grandemente a realização de um estudo aprofundado sobre o financiamento da EJA. Por sua vez, esse fato constitui importante categoria de análise vinculada, especialmente no que diz respeito à importância da transparência da origem das fontes e da aplicação dos recursos, possibilitando, assim, maiores formas de acompanhamento e controle social na perspectiva do direito à educação a essa modalidade de ensino.

Apesar de o financiamento da educação ser tema amplamente discutido no cenário nacional e, de forma geral, dispor de ampla literatura, no que diz respeito, especificamente, à EJA, a busca evidenciou uma limitada bibliografia para estudo e pesquisa. Diante dessa limitação, foram priorizados, nesta investigação, as discussões que abrangessem o financiamento da educação em geral, sempre dialogando com os poucos pesquisadores – Vitorette, Volpe, Evangelista, Carvalho – que já se dedicaram ao estudo dessa temática: o financiamento da EJA.

A análise do contexto aqui apresentada pode contribuir para futuros debates e pesquisas no sentido de se ampliarem as discussões sobre o financiamento da educação e suas interfaces com o atendimento da EJA. É importante desvelar outros enfoques sobre a temática, principalmente, para se identificar como esses investimentos chegam, efetivamente, aos alunos. Uma proposta metodológica construída sob a inspiração dos princípios da pesquisa participante, por exemplo, pode se constituir uma opção de estudo capaz de envolver todos os sujeitos – alunos e profissionais da educação – que atuam diretamente com essa modalidade de ensino, podendo contribuir para se atingirem os objetivos esperados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação, INEP. **Censo Escolar 2016**: notas estatísticas. Brasília: DF, 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE**. Disponível em: < <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php> > Acesso em: 30 out. 2018.
- _____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.
- BRASIL, Planalto. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm > Acesso em: 27 out. 2018.
- _____. **Emenda Constitucional nº 14/1996**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm > Acesso em: 15 set. 2018.
- BRASIL. Presidente Dilma Rousseff. **Mensagem ao Congresso Nacional 2011**: 2º Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **Mensagem ao Congresso Nacional 2009**: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2009.
- _____. **Mensagem ao Congresso Nacional 2003**: Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria - Geral da Presidência da República, 2003.
- _____. **Mensagem ao Congresso Nacional 2007**: Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria - Geral da Presidência da República, 2007.
- _____. **Mensagem ao Congresso Nacional 2005**: Abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria - Geral da Presidência da República, 2005.
- CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010)**: incongruências do financiamento insuficiente. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2011, p. 349f.
- EVANGELISTA, Alessandra Reis. **A EJA no contexto da política de Fundos contábeis**: o caso de Juiz de Fora. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2013. 128f.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007. 328p.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil**: contribuições para uma avaliação da educação para todos. São Paulo: Ação Educativa; São Paulo em Perspectiva, vol.14, n.1, p.29-40, mar. 2000.
- HADDAD, Sérgio (coord.). **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília: MEC/ INEP/ Comped, 2002.

MARTINS, Izaura Naomi Yoshioka. **Um breve panorama da Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre a realidade do município de Mauá.** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

MOLL, Jaqueline. **A educação profissional e tecnológica na EJA: alguns desafios para sua construção como política pública.** In: SANTOS, Simone Valdete dos (Org.). Estudos sobre a implantação do Proeja. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010a. (Cadernos Proeja II – Especialização-Rio Grande do Sul. IX v.).

WESCHENFELDER, Maria Helena. **Adulto também tem direito: do analfabetismo a uma política de educação.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm > Acesso em: 13 set. 2018.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil.** Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. **A não consolidação do Proeja como política pública de Estado.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. Goiás, 2014. 253f.

VOLPE, Geruza Cristina Meirelles. **O financiamento da educação de jovens e adultos no período de 1996 a 2006: farelos de migalhas.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2010.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: UM LEVANTAMENTO SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

ALVES, Rafael de Oliveira

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território
da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)
rafaelalvesmg@gmail.com*

MAURER, Michele Silva

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território
da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)
Bolsista Capes
ms.maurer@hotmail.com*

RESUMO

A judicialização da saúde é compreendida é a interferência do Poder Judiciário para garantir, aos cidadãos, todos os direitos à saúde, que é um dever do Estado e um direito de todos. O objetivo do presente trabalho é mapear a produção acadêmica relativa ao referencial teórico-conceitual sobre a judicialização da saúde, numa perspectiva territorial e interdisciplinar. Foram realizadas buscas de artigos publicados entre maio de 2008 a maio de 2018, na base de dados de periódicos da CAPES. Verificou-se um considerável aumento das ações judiciais relativas aos serviços de saúde, que causam impactos na gestão pública. Os achados reforçam o pensamento de que a judicialização da saúde necessita ser repensada para buscar medidas e soluções que possam mitigar o aparecimento dessas ações, através de políticas eficazes e de procedimentos administrativos, bem como, reduzir os impactos econômicos e sociais que elas provocam na gestão pública de saúde.

Palavras-chave: Judicialização. Saúde. Território

ABSTRACT

The judicialization of health is understood is the interference of the Judiciary to guarantee, the citizens, all the rights to health, which is a duty of the State and a right of all. The objective of the present work is to map the academic production related to the theoretical-conceptual referential on the judicialization of health in a territorial and interdisciplinary perspective. We searched articles published between May 2008 and May 2018, in the CAPES periodicals database. There has been a considerable increase in lawsuits related to health services, which have an impact on public management. The findings reinforce the idea that the judicialization of health needs to be rethought to seek measures and solutions that can mitigate the appearance of these actions, through effective policies and administrative procedures, as well as reduce the economic and social impacts they cause in the management public health system.

Key-words: Judiciary. Health. Territory

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição da República em 1988, a saúde passou a ser considerada um direito público subjetivo que deve ser efetivamente garantido como um direito de todos. É o que se depreende do artigo 196 (BRASIL, 1988), ao dispor que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.”

Ademais, a Constituição da República, no artigo 6º (BRASIL, 1988), menciona expressamente que o direito à saúde é um direito social, que não pode ser convertido numa promessa institucional. Trata-se, pois, de um dever do Estado efetivar a sua implementação; do contrário, a ausência de garantia de proteção reduziria os direitos a meras declarações políticas desprovidas de conteúdo prático básico.

Assim, com a finalidade de regulamentar os mencionados artigos constitucionais, foi promulgada a Lei nº 8.080 (BRASIL, 1990), conhecida como Lei Orgânica da Saúde, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), considerada uma das políticas públicas de saúde mais importantes da história de nosso país, visto que se destina a promover assistência integral a todas as pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Nesse contexto, multiplicam-se decisões, nas Justiças estadual e federal, que consideram a responsabilidade do Poder Público comum entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), no cuidado da saúde, mediante políticas públicas que sejam capazes de combater e diminuir o risco de doenças e outros agravos (BARROSO, 2012). Contudo, são recorrentes e crescentes as vezes em que o cidadão se vê desprovido de recursos públicos para a garantia de seu direito à saúde, restando-lhe apenas a tutela jurisdicional para ver atendida sua necessidade, mediante a propositura de ações pleiteando o fornecimento de medicamentos, insumos e tratamentos diversos de saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Tal fenômeno foi denominado ‘judicialização da saúde’ e para a discussão do tema adotou-se como referencial teórico Barroso (2012), Doutor em Direito Processual e Ministro do Supremo Tribunal Federal, e Fleury (2012), Doutora em Ciência Política, além dos conceitos de Monken e Barcelos (2012), aquele, geógrafo do Laboratório de Educação Profissional Fiocruz, esse, geógrafo do Laboratório de informação em Saúde, Santos (1997; 2004), geógrafo da Universidade Federal da Bahia - UFBA, vencedor do prêmio Vautrin Lud de 1994, e Haesbaert (2004), geógrafo da Universidade Federal Fluminense, na vertente jurídica-política, quanto a concepção de território, a fim de buscar instrumentos teórico-metodológicos que possibilitam entender o processo saúde-doença como manifestação social.

Nesse sentido, o presente estudo contempla o estado da arte das produções acadêmicas sobre judicialização da saúde, e tem por objetivo mapear a produção acadêmica, no período compreendido entre 2008 e 2018, relativa ao referencial teórico-conceitual acerca do tema. A problematização deste trabalho perpassa a questão da interdisciplinaridade, tanto na abordagem acadêmica do tema, quanto na confluência de diferentes campos do saber nas análises para decisão dos processos. Ainda, procuramos observar o papel do Poder Judiciário e sua influência na administração da política pública de saúde.

No tocante à metodologia utilizada, foram realizadas buscas na base de dados dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>) e também em literatura específica que faz abordagem da temática

proposta. O texto está dividido em cinco tópicos, sendo o primeiro, a introdução. O tópico dois faz uma breve análise do aporte teórico a partir das concepções de “judicialização da saúde” e “território”; o terceiro discrimina a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa; em seguida, o quarto tópico, que analisa os resultados encontrados, e o quinto que traz a conclusão do trabalho.

CONSIDERAÇÕES SOBRE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

A judicialização pode ser entendida como as interferências do Poder Judiciário nos assuntos e decisões sobre quais valores ético-morais, interesses sociais, políticos e econômicos são interpretados e admitidos como direitos pela Constituição. É um verdadeiro ativismo judicial, onde o juiz assume o protagonismo direto da questão social em foco, e o cidadão recorre a ele se utilizando das normas jurídicas vigentes como alternativa para a garantia de direitos:

Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral. Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade. O fenômeno tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modelo institucional brasileiro (BARROSO, 2012, p. 3).

De acordo com o autor, existem três razões principais para compreender a judicialização, bem como, o crescente número de ações. A primeira refere-se à redemocratização do Estado que propiciou aos indivíduos o exercício da sua cidadania e a busca do Judiciário para protegerem seus interesses, além da expansão das Defensorias Públicas para diversas partes do país; a segunda destaca a saúde como um direito na Constituição Federal, o que a transforma potencialmente em pretensão jurídica; e a terceira é o sistema brasileiro de constitucionalidade que permite o questionamento de qualquer lei perante o juiz ou tribunal (BARROSO, 2012).

A judicialização das políticas diz respeito ao uso do recurso judicial como forma de exigibilidade do direito, denegado na prática das instituições responsáveis. A tutela judicial pode ser tanto de caráter individual para acesso a bens e serviços, interposta pela defensoria pública, quanto com tutela coletiva, pelo Ministério Público, dos direitos sociais não individualizáveis e da probidade administrativa (FLEURY, 2012). Surge nesse conceito, a reivindicação do direito fundamental à saúde, consagrado na Constituição da República (BRASIL, 1988) e regulamentado pela Lei orgânica do SUS (BRASIL, 1990), através de ações judiciais, face à má prestação dos bens e serviços públicos, conceito essencial da judicialização da saúde.

Tal fenômeno tornou-se um movimento crescente, na medida em que os direitos sociais do cidadão se tornam divulgados e conhecidos, com alto índice de procedência nas ações propostas no Poder Judiciário, que considera irrelevante o impacto dessas demandas judiciais nas contas públicas dos entes federados. De acordo com Fleury (2012, p. 159), “se antes a arena da política de saúde incluía apenas o Executivo e o Legislativo pelo lado do Governo, cada vez mais o Judiciário passa a ser atuante neste campo, além do papel regulador desempenhado pelas Agências do setor no controle do mercado.”

Ademais, é relevante introduzir uma abordagem territorial ao tema, que amplie a concepção de território. É certo que todos nós vivemos em um espaço geográfico e apesar dos muitos conceitos ou representações que possamos ter, o território está sempre relacionado a uma área delimitada onde a vida acontece, submetida a certas inter-relações, regras ou normas. E é nesse

território que as relações de poder e domínio se manifestam, seja de caráter administrativo, gerencial, econômico, político, cultural religioso ou outros (MONKEY e BARCELOS, 2012).

Haesbaert (2011) contribui no sentido de abordar o território numa vertente política-jurídica, visto que possui relações de poder, sendo um espaço delimitado e controlado através de um determinado poder político do Estado. Para ele, etimologicamente, a palavra está tão próxima de terra - *territorium*, quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), tendo um envolvimento com dominação (jurídica-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente por aqueles que o dominam. Ao mesmo tempo, o território possui diferentes combinações, funcionais e simbólicas, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável na realização de funções e produção de significados.

Quanto à concepção de espaço defendida por Santos (1997; 2004), necessário destacar que estão envolvidas ao mesmo tempo a forma (os objetos contidos no espaço) e a função (as ações que se fazem em relação aos objetos). Sua principal contribuição se faz no sentido de entender o espaço como processo e, ao mesmo tempo, produto das relações sociais, que se realiza enquanto uma instância social (SANTOS, 1997). Resumidamente, o autor o define como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único na qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 63).

Dentro dessa concepção, a judicialização da saúde, entendida como a interferência do Poder Judiciário nas políticas públicas de saúde, através de ações comissivas¹, envolve uma perspectiva de apropriação de espaço delimitado, controle e responsabilidades de atuação. Ademais, o conceito ampliado de território permite entender, com uma visão holística, que essas demandas jurídicas são provenientes da falta de recursos públicos, indicando a ineficiência estatal, das mais variadas condições socioeconômicas daqueles que ajuízam as ações, ou seja, os determinantes sociais que envolvem esses atores sociais, e acima de tudo, dos interesses de renomadas indústrias farmacêuticas associadas a médicos e advogados particulares.

METODOLOGIA

O presente trabalho faz uma revisão integrativa baseada no estado da arte para análise reflexiva da produção acadêmica sobre a judicialização da saúde. Essa categoria de pesquisa tem caráter bibliográfico, de cunho descritivo e apresenta como principal desafio mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. Ferreira (2002) ensina que o estado da arte tenta responder quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, além das formas e condições em que se apresentam as produções acadêmicas. Segundo o autor, essas pesquisas:

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 257).

Considerando as especificidades acima, a pesquisa em foco se utilizou de revisão bibliográfica do banco de dados do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>) e também em literatura específica que faz abordagem da temática proposta, considerando-se as publicações de artigos entre o período de maio de 2008 e maio de 2018 (mês e ano em que se realizou a pesquisa). Como descritor de interesse, foi utilizado ‘judicialização’, ‘saúde’ e ‘território’. Tomou-se como

¹ São ações judiciais que têm como pedido principal uma obrigação de fazer. No caso, a judicialização da saúde é composta de ações que buscam do Estado a obrigação de fornecer bens e serviços de saúde pública.

questão geradora da busca a seguinte pergunta: como se apresenta a produção acadêmica sobre judicialização da saúde no Brasil de 2008 a 2018?

Os critérios de inclusão: (1) artigos publicados no Brasil entre o período de maio de 2008 e maio de 2018; (2); revisados por pares; (3) que tratam da judicialização de bens e serviços no âmbito do SUS. E os critérios de exclusão: (a) artigos de opinião; (b) artigos que tratam da judicialização do sistema de saúde suplementar/privado; (c) artigos realizados fora do período delimitado para a busca da produção em literatura científica.

Iniciada a pesquisa, foram encontrados 26 artigos. Após a leitura dos trabalhos e aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados para análise 13 artigos. Posteriormente, para facilitar os possíveis resultados e discussões, foi realizado o fichamento dos artigos selecionados e elaborado um quadro descritivo com as seguintes informações: título, ano, autor, objetivo, problema(s), hipótese(s), metodologia, referencial teórico e conclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos artigos selecionados, emergiram cinco pontos principais e relevantes para a discussão: 1) aumento da judicialização nos últimos anos; 2) tema de abordagem interdisciplinar; 3) prejuízo da gestão pública de saúde e impactos financeiros; 4) tendência de procedência das ações judiciais; e, 5) possibilidades de mitigar o número de ações propostas na justiça. Em nenhum deles houve abordagem territorial.

Apesar de ser um fenômeno relativamente recente, a judicialização da saúde já motivou a redação de uma grande quantidade de teses, dissertações e artigos (CATANHEIDE, LISBOA e SOUZA, 2016). Os autores afirmam que as ações judiciais que pleiteiam o acesso a medicamentos têm tomado grande vulto, causando impactos significativos na estruturação, no financiamento e na organização do sistema de saúde. Constatação endossada por Mocelin (2013) ao dizer que as primeiras ações judiciais envolvendo o SUS datam da década de 90, porém, nos últimos anos, elas estão tomando uma proporção desmedida, evidenciando cada vez mais o fenômeno da judicialização da saúde. Tal crescimento ainda é apontado nos estudos de Rodrigues, Silva e Villa (2016), Canut (2017), Passos e Gomes (2017) e ainda, Scheren, Wernke e Zanin (2018).

O tema envolve uma complexidade de questões legais, éticas, culturais, políticas, econômicas e sociais, no que se refere ao dever do Estado, à escassez dos recursos e ao conflito entre direitos individuais e direitos coletivos. Com isso, revela que se trata de um assunto que demanda abordagem interdisciplinar para sua compreensão, uma vez que os trabalhos selecionados têm a contribuição de autores com formação em diversas áreas do conhecimento, a saber: Direito, Medicina, Farmácia, Ciências Biológicas, Assistência Social, Ciências Políticas e Enfermagem. Segundo o conceito de Japiassu (1976, p.74): “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.”

Sobre a questão da gestão pública de saúde e impactos financeiros, Scheren, Wernke e Zanin (2018) defendem que os impactos nas finanças públicas se mostram cada vez mais evidentes e merecem a atenção dos gestores para a proposição de um novo modelo de atendimento que possa reduzir os impactos operacionais e financeiros para os próximos anos. Fleury (2012) destaca que inúmeras questões mereceriam uma abordagem judicial, e esta lista tende a aumentar na medida em que uma parcela cada vez maior dos gestores públicos se afasta dos princípios da administração pública no manejo dos recursos do setor.

Em razão do crescente aumento das ações ajuizadas que têm como objeto a busca de bens e serviços de saúde, e por consequência, os impactos econômicos na administração pública,

Passos e Gomes (2017) sustentam que na maior parte das decisões judiciais, não há uma análise criteriosa da adequação, necessidade e proporcionalidade da medida na fundamentação das decisões, que se limitam a prover as ações, baseando-se no entendimento de que o direito à saúde deve se dar de forma plena e universal sem considerar os possíveis impactos sociais e econômicos que a judicialização pode causar.

Para Bodnar (2013), o Poder Judiciário não considera relevante apresentar terapêutica no sistema público como matéria de defesa nas ações que envolvem os bens e serviços de saúde. Indica, portanto, que falta avaliação ampla e adequada para julgar a questão e como consequência, afeta a sustentabilidade e viabilidade gerencial do SUS.

Para mitigar o número exponencial das ações judiciais, Mocelin (2013) propõe que as ações judiciais individuais sejam substituídas por ações coletivas, além de defender a implementação de um conjunto de políticas governamentais articuladas, que garantam a efetividade do direito à saúde.

Nobre et al. (2013) sustenta que muitos medicamentos requeridos nas ações analisadas existem como parte integrante dos protocolos clínico-terapêuticos e, poderiam ser adquiridos através de processos administrativos, sem a necessidade da provocação do Poder Judiciário, que só deveria ser chamado a participar em caso de comprovada omissão do Poder Público. Este pode ser um indício para alternativas de solução do problema de garantia do direito à saúde, como iniciativa da administração pública.

Já Oliveira (2013) concluiu em sua pesquisa que “a mediação pode ser um meio de reduzir os conflitos judiciais entre os cidadãos em busca dos seus direitos e o Estado como provedor desses direitos”. Trata-se de um procedimento consensual de solução de conflitos, por meio de diálogo, com o intuito de encontrar uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória, tendo o mediador como a pessoa que auxilia e facilita a resolução de divergências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos 13 artigos selecionados é possível afirmar que o fenômeno da judicialização da saúde é uma tarefa que envolve análise de uma variedade de questões jurídicas, culturais, políticas, sociais e econômicas. O reconhecimento da saúde como um direito constitucional e fundamental acarreta duas importantes repercussões práticas: de um lado, o dever do Estado de formular e implementar ações e políticas públicas que garantam o acesso, a todos cidadãos, aos bens e serviços relacionados à saúde; e, de outro, o direito do cidadão reivindicar judicialmente, de forma individual ou coletiva, o cumprimento dessa obrigação estatal.

Confirmou-se a hipótese de que o Poder Judiciário, como protagonista desse fenômeno, não releva as consequências e impactos que as decisões podem causar na sustentabilidade e viabilidade gerencial das políticas públicas de saúde, uma vez que ficou evidenciada uma forte tendência de se julgar procedentes os pedidos formulados nas ações que buscam efetivar o direito de obter bens e serviços de saúde.

Os resultados encontrados retratam a existência de pesquisas interdisciplinares, porém, não abordam, direta e explicitamente, a concepção de território, sendo necessário introduzir abordagem territorial para compreender o fenômeno em questão. Indicaram que a judicialização da saúde vem crescendo exponencialmente nos últimos anos como resultado de conquistas e afirmações dos direitos fundamentais, mormente, o direito à saúde consagrado na Constituição Federal (BRASIL, 1988, artigo 196).

Os achados dessa revisão integrativa reforçam o pensamento de que a judicialização da saúde necessita ser repensada para buscar medidas e soluções que possam mitigar o aparecimento dessas ações, através de políticas eficazes e de procedimentos administrativos, bem como, reduzir os impactos econômicos e sociais que elas provocam na gestão pública de saúde.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **RDE. Revista de Direito do Estado**, v. 13, 2012, p. 71-91. Disponível em <https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao>. Acesso em: 25 mai.2018

BODNAR, Z. A (des)judicialização das políticas públicas de saúde na Vara Federal Cível de Criciúma, Santa Catarina. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**. v. 7, n. 1, p. 299-315, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988

_____. **Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Brasília: Senado, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 ago.2018

CAMPOS NETO, O. H.; ACURCIO, F.A.; MACHADO, M.A.A.; FERRE, F.; BARBOSA, F.L.V.; CHERCHIGLIA, M.L.; ANDRADE, E.I.G. Médicos, advogados e indústria farmacêutica na judicialização da saúde em Minas Gerais, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 784-790, Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

CANUT, L. Operacionalização do sistema único de saúde e de sua assistência farmacêutica diante da judicialização: um estudo de caso no município de São José/SC. **Revista de Direito Sanitário**, v. 18, n. 2, p. 62-91, 26 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

CATANHEIDE, I. D.; LISBOA, E. S.; SOUZA, L. E. P. F. de. Características da judicialização do acesso a medicamentos no Brasil: uma revisão sistemática. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1335-1356, Oct. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

COSTA, P. H. S. Doenças neuromusculares raras: um retrato da judicialização no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Revista Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**. 2016 jan./mar, 5(1):6-20. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

DINIZ, D.; MACHADO, T. R. de C.; PENALVA, J.. A judicialização da saúde no Distrito Federal, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 591-598, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 25 mai.2018

FLEURY, S. Judicialização pode salvar o SUS. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 93, p. 159-162, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

HAESBAERT, R.. **O Mito da Desterritorialização: o “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

JAPIASSU, H.. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976

MOCELIN, C. E. Demandas judiciais na saúde pública: instrumentos para a efetivação do direito à saúde e/ou novos arranjos na gestão e organização do SUS. **Revista gestão e desenvolvimento em contexto (GEDECON)**. Vol.1, n. 01, Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. O território na promoção e vigilância em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, p. 177-224, 2012

NOBRE, A. C. L.; LIMA, J. L. B.; BASTOS, M. M.; PESSOA, N. T.; MORAES FILHO, J. F. Demandas judiciais e assistência farmacêutica: princípios constitucionais e políticas públicas. **Cad. IberAmer. Direito. Sanit.**, Brasília, v.2, n.2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

OLIVEIRA, M. R. M. A judicialização da saúde no Brasil. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 79-90, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

PASSOS, D. V.; GOMES, V. B. A judicialização da saúde e as políticas públicas para fornecimento de medicamentos: uma análise a partir das decisões do TRF da 5ª Região. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies, vol. 4, n. 3, out 2017, p. 98-110. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

RAMOS, R. de S.; GOMES, A. M. T. A judicialização da saúde pública no Brasil: um estudo de representações sociais. **Rev Cuid**, Bucaramanga, v. 5, n. 2, p. 827-836, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

RODRIGUES, L. C.; SILVA, K. C.; VILLA, M. L. C. A judicialização do acesso à Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada no Sistema Único de Saúde. **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, 10(3), 83-97, set, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997

_____. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHEREN, G.; WERNKE, R.; ZANIN, A.. Proposta de indicadores financeiros sobre a judicialização da saúde no município de Chapecó (SC). **Revista Catarinense da ciência contábil**, [S.l.], v. 17, n. 50, mar. 2018. ISSN 2237-7662. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mai.2018.

O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UENF NA FORMAÇÃO DE COTISTAS DA GRADUAÇÃO

Shirlena Campos de Souza Amaral
Professora associada do LEEL/UENF
shirlenacsa@gmail.com

Rafaela Nogueira do Nascimento
Mestranda do Programa de Políticas Sociais da UENF
rafaelannasc@gmail.com

RESUMO

Apesar do tempo decorrido desde a implementação pioneira da Política de Cotas nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro em 2003 o debate ainda persiste, tanto em virtude do caráter provisório da política, quanto pela universidade pública ser historicamente apresentada como um espaço hegemônico da população branca. Considerando essa resistência, o intuito da pesquisa foi averiguar se a execução da Lei 5.346/2008 atualmente em vigor e suas correlatas, para além da eficácia já comprovada, é efetiva para promover a igualdade racial e a inclusão universitária. Especificamente, buscou-se mapear as ações institucionais de apoio estudantil; analisar a permanência e evasão estudantil; e apreender os desafios que a UENF enfrenta para cumprir a legislação. Metodologicamente, recorreu-se ainda à coleta de dados junto à Secretaria Acadêmica e à Pró-Reitoria de Graduação da UENF.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Política de Cotas; Rio de Janeiro; Permanência Estudantil.

ABSTRACT

Despite the time elapsed since the pioneering implementation of the quota policy at the state universities of Rio de Janeiro in 2003, the debate still persists, both because of the provisional nature of the policy and because the public university is historically presented as a hegemonic space for the white population. Considering this resistance the purpose of the research was to investigate whether the execution of Law 5.346 / 2008 currently in force and its correlates, in addition to the proven effectiveness, is effective to promote racial equality and university and social inclusion. Specifically, we sought to map the institutional actions of student support; analyze student permanence and avoidance; and to understand the challenges that UENF faces in complying with the legislation. Methodologically, the data collection was also used by the Academic Secretary and the UENF Pro-Rectorate.

Key-words: Affirmative Action; Quota Policy; Rio de Janeiro; Student Permanence.

INTRODUÇÃO

Implementada desde 2003, a Política de Cotas, atualmente em vigor sob a Lei 5.346/2008, determina, por dez anos, a reserva de 45% das vagas em cada curso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO) para candidatos carentes e que se enquadrem em certos perfis: 20% para indivíduos autodeclarados negros ou indígenas, 20% para candidatos oriundos da rede pública de ensino e 5% para pessoas com deficiência ou filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço.

No entanto, apesar do tempo decorrido, o debate ainda persiste. Isto, tanto em virtude do caráter provisório da política (BEZERRA e GURGEL, 2012), quanto devido à universidade pública ser historicamente apresentada como um espaço hegemônico da elite branca (GISI, 2006).

Contudo, de acordo com Silvério (2002), a polêmica seria um equívoco, pois já se estabeleceu um consenso quanto a sua eficácia para minimizar os custos sociais. Assim, garantida a democratização mediante a expansão do acesso, propõe-se garantir a permanência prolongada e trajetória universitária exitosa, permitindo afirmar a efetividade da Política de Cotas (SANTOS e SANTOS, 2011). Nesse sentido, Zoninsein (2006) aponta para a importância de implementação de programas de acompanhamento e avaliação dentro das universidades.

Isto posto, o intuito da pesquisa foi contribuir para a compreensão dos determinantes da permanência de discentes cotistas à luz dos programas institucionais de apoio aos estudantes carentes ingressantes de 2011 a 2016, e com isso, averiguar a efetividade da Política de Cotas na UENF.

Metodologicamente, a abordagem foi quanti-qualitativa, por meio do uso do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Para tanto, na pesquisa de campo recorreu-se à coleta de dados junto à Secretaria Acadêmica (SECACAD) e à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Ademais, antecedeu e perpassou ao processo de coleta de dados a revisão bibliográfica.

Assim, prossegue-se na seção seguinte elucidando o conceito do termo de origem estadunidense “ação afirmativa”. Haja vista sua aplicação em diversos setores no Brasil, enfatizou-se seu uso como mecanismo de ingresso no Ensino Superior. Para além da questão da expansão do acesso, a última seção sequencia com a questão da permanência e exemplifica alguns artifícios adotados pelos operadores educacionais das universidades brasileiras, com vista a incrementar a longevidade escolar dos discentes cotistas.

O terceiro tópico dispõe sobre as alterações legais e, especificamente, à Lei 5.346, de 11 de dezembro de 2008 vigente, bem como os direitos e garantias aos estudantes cotistas definidos na legislação concernente à Política de Cotas na UENF. Discorre, ainda, sobre as ações institucionais promovidas e financiadas em parte pelo Governo Federal – fruto da adesão ao ENEM/SISU. E, por fim, observou-se os reflexos dessas ações na permanência e evasão estudantil.

CONCEITUANDO AÇÕES AFIRMATIVAS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

No processo de idealização dos direitos humanos, o princípio da igualdade surge de forma intrínseca às demandas liberais oitocentistas da Revolução Americana e da Revolução Francesa. Institucionalizado na segunda etapa da construção do estado democrático de direito (BOBBIO, 2004), a *generalização* e não discriminação no tratamento dos indivíduos é pautada numa concepção “jurídico-formal, segundo a qual, a lei, genérica e abstrata, deve ser igual para todos, sem qualquer distinção ou privilégio, devendo o aplicador fazê-la incidir de forma neutra sobre as situações jurídicas concretas e sobre os conflitos interindividuais” (GOMES, 2003, p. 3).

Pode-se citar alguns documentos mais marcantes que incorporam estes princípios: a *Declaração Universal de 1948* – que reivindicou em especial a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos; o *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos* e o *Pacto Internacional dos Direitos econômicos, sociais e culturais* – ambos promulgados na XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas de 1966, entrando em vigor para o Brasil somente em 1992, após o período da Ditadura Militar; a *Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* de 1984, que só veio a entrar em vigor no Brasil em 2007; a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher* (1979); e a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação Racial- ICERD* (1965), tornando-se o Brasil signatário em 1969 (GOMES, 2003; PIOVESAN, 2005). De seu Artigo 1º provem a definição de discriminação racial como

... qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Posteriormente, surgem dispositivos e tratados que internacionalizaram e estimularam, em uma última etapa, a especificação dos direitos humanos ao atentar para a singularidade dos indivíduos. Isto porque se constatou que diante das “novas” carências da contemporaneidade essa igualdade formal baseada na adoção de um princípio proibitivo era insuficiente e não assegurava a equalização e justiça social, sendo necessária uma postura mais ativa do Estado. (BOBBIO, 2004) Neste contexto, justifica-se a desigualdade de tratamento apenas como estratégia de garantia da igualdade de oportunidades no acesso aos bens e serviços, com fins de restituir a igualdade material ou substancial, devendo, por isso, tal ação ter caráter temporário, dentro de um âmbito e escopo a que se propõe.

Essas questões suscitam os direitos e garantias fundamentais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como os dispositivos que repudiam a igualdade processual e a neutralidade do Estado, estimulando a adoção de uma conduta afirmativa, em busca da igualdade material (GOMES, 2003), por intermédio, por exemplo, da proteção da mulher no mercado de trabalho, reserva percentual de cargos no setor público para deficientes, dentre outros.

A necessidade de promover a inclusão substancial dos afro-brasileiros tornou-se uma questão nacional, principalmente a partir do reconhecimento pelo Governo Fernando Henrique Cardoso de que no Brasil de fato existe a discriminação racial contra negros¹ e, posteriormente, por ocasião da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial,

1 Rosemberg (2006, p. 15) aponta que essa postura se deu após a reivindicação em uma carta das lideranças do Movimento Negro encaminhada ao então Presidente em 1995, ano comemorativo dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Foi então criado por meio de um Decreto o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, sendo instalado apenas em fev./1996.

Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que ocorreu em Durban, na África do Sul, em 2001, prometendo-se em contrapartida instituir mecanismos concretos.

Destarte, a reivindicação dos movimentos negros é sustentada em duas vertentes, que atuarão no combate ao racismo de cunho institucional e simbólico: por um lado, na preservação da identidade cultural, na valorização da imagem e autoestima do negro e disseminação da História da África e dos povos africanos e, por outro, na expansão do acesso do negro ao sistema educacional. É nesse contexto que aparecem as ações afirmativas, que

se definem como políticas públicas (e privadas) [de caráter compulsório, facultativo ou voluntário] voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de origem nacional e de compleição física (GOMES, 2003, p. 5).

Diferentemente das leis governamentais antissegregacionistas, antirracistas e anti discriminatórias, concedidas anteriormente de forma isolada e proibitiva, as medidas afirmativas atuam de maneira a promover a inclusão social e prevenir a discriminação, para que esses grupos de fato tenham as mesmas oportunidades de ocupar posições nas arenas de poder, assim como conquistar riqueza e prestígio (GOMES, 2003; CONTINS e SANT'ANA, 1996 apud MOEHLECKE, 2002).

Portanto, seus efeitos são percebidos por meio das transformações sociais e culturais, geradas a partir dos princípios da diversidade e pluralismo nacional nas mais diversas esferas e ambientes do convívio humano. Além disso, possuem um efeito de caráter econômico, na medida em que a universalização do acesso à educação e ao mercado de trabalho tem como consequência inexorável a ampliação da participação dos grupos marginalizados no processo produtivo e nos benefícios do progresso, o que gera em maior dimensão, o crescimento macroeconômico e, em última instância, o desenvolvimento econômico do país.

A educação é entendida como o melhor caminho em direção ao “desenvolvimento econômico e social sustentado, cuja chave consiste, na maior participação dos pobres e setores sociais excluídos, através da mobilidade social” (Bezerra e Gurgel, 2012, p. 97) e da ascensão geracional, promovendo o acesso à cultura e à inclusão social, de fato.

Conforme ratifica Feres Júnior (2007), três justificativas dão sustentação ao emprego de ações afirmativas no ensino superior: reparação ou compensação histórica, justiça distributiva e promoção da diversidade. E elas tomam diferentes significados ao longo da História e de acordo com a sociedade. Uma vez que no caso das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro, independente da categoria (egresso da rede pública, autodeclarado negro ou indígena, deficiente, etc.) a Lei 5.346/2008 determina que deve ser comprovada a condição de carência econômica, isto é, a cota é *à priori* do tipo social, a justificativa que melhor se adapta é a que se refere à justiça social à população pobre em geral, seguida da reparação aos grupos minoritários pelas atrocidades cometidas no período da escravidão e perpetuadas por meio das gerações de afrodescendentes –mais sobreposta no caso das cotas apenas raciais – e, por último, a questão do aumento da diversidade e convívio de culturas ou etnias.

Garantida a democratização mediante a expansão do acesso, o próximo passo foi repudiar a vertente academicista e presente no imaginário social, que tende a culpabilizar somente o aluno pela desistência ou adiamento dos estudos e que naturaliza demasiadamente a desigualdade social brasileira e adotar estratégias institucionais de apoio a esses estudantes para que sua permanência seja prolongada e sua trajetória universitária seja de sucesso, permite afirmar a efetividade da Política de Cotas, “pois caso contrário se poderá incorrer no erro de aumentar o contingente dos *excluídos de dentro*” (SANTOS e SANTOS, 2011, p. 13).

Para tanto, concebe-se o termo permanência não apenas como o estar fisicamente na sala e no ambiente escolar, mas a capacidade de interagir e de ser transformado continuamente por meio de experiências e trocas com os demais indivíduos e de ter as condições favoráveis de desenvolver as aptidões. Contrariando a falta de recursos materiais, assim como a hostilidade e violência vivenciada pelos negros e pobres desde a Educação de nível infantil, é oportuno associar a permanência dos alunos cotistas universitários à ideia de desafio à ação do tempo, insistência, manutenção, persistência, resistência e sobrevivência, que associado com necessidade de obter aceitação e reconhecimento social, pode ser diferenciado em *permanência material* e *permanência simbólica*. (CARMO E CARMO, 2014)

Em análise conduzida por Bezerra e Gurgel (2012), na UERJ, revelou-se primeiramente que a capacidade e/ou vontade de superação das defasagens curriculares iniciais somados à análise dos índices de evasão sinalizam um nível de aproveitamento e reconhecimento pelo cotista da oportunidade que lhe foi concedida de ingressar no ensino terciário:

Em segundo lugar, essa vontade de superação dos déficits curriculares iniciais, expressa no ótimo desempenho dos cotistas ao final da graduação, é motivada pela sensação pelo cotista de pertencimento ao ambiente universitário, ou seja, de estar socialmente incluído e aceito pelo grupo tradicionalmente existente ali. No que tange às motivações dos indivíduos, algumas teorias da psicologia comportamental irão atribuir suas causas à busca pela satisfação das necessidades, das emoções e cognições (MASLOW, 1954)

Adicionalmente, um aspecto que tem relevante efeito sobre o desempenho e o sucesso escolar dos estudantes são as medidas de apoio e a qualidade da estrutura e serviços que a instituição de ensino disponibiliza para seus alunos. Em dissertação desenvolvida por Santos e Santos (2011) os cotistas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) puderam manifestar quais serviços constantes em uma listagem fechada, caso adotados, garantiriam a sua permanência na universidade, atribuindo-lhes ainda um grau crescente de importância. Dentre as opções apresentadas, a mais votada pelos respondentes foi a que sugeria a implementação de uma bolsa de estudos voltada exclusivamente aos ingressantes pela ação afirmativa. Além disso, salienta-se a necessidade por parte da universidade de disponibilizar alojamentos universitários melhor equipados, oferecer suporte médico-odontológica nos campi localizados nas regiões periféricas, além da melhoria do acervo da biblioteca e da acessibilidade da internet nos laboratórios de informática, pois esses equipamentos e serviços contribuem para o aumento da permanência estudantil.

Havia ainda a opção referente à criação de um programa de ensino para auxílio nas dificuldades de aprendizagem provenientes do ensino médio, no entanto, de acordo com os autores o número de entrevistados que apontaram para a existência de dificuldades no acompanhamento dos conteúdos programáticos das disciplinas foi baixo. Interessante fazer menção, novamente, ao caso da UERJ exposto por Bezerra e Gurgel (2012), onde foi criado o Programa de Iniciação Acadêmica (PROINICIAR), no qual a participação dos estudantes cotistas em oficinas nas diversas áreas de conhecimento (Português, Informática, Inglês, dentre outras línguas estrangeiras) era obrigatória até 2008, tornando-se facultativa desde então.

Além dessas experiências de universidades brasileiras, outros pesquisadores cumprem a função de dar visibilidade à questão da permanência escolar, postura que na concepção de Carmo e Carmo (2014) é entendida como um enfrentamento às escritas já instituídas sobre evasão, isso porque a partir dessa escrita original é possível desocultar opressões e negações até então silenciadas. No que se refere à UENF, verifica-se ainda uma carência de diagnósticos quanto às condições de permanência, daí provêm a necessidade e o interesse em tratar do tema.

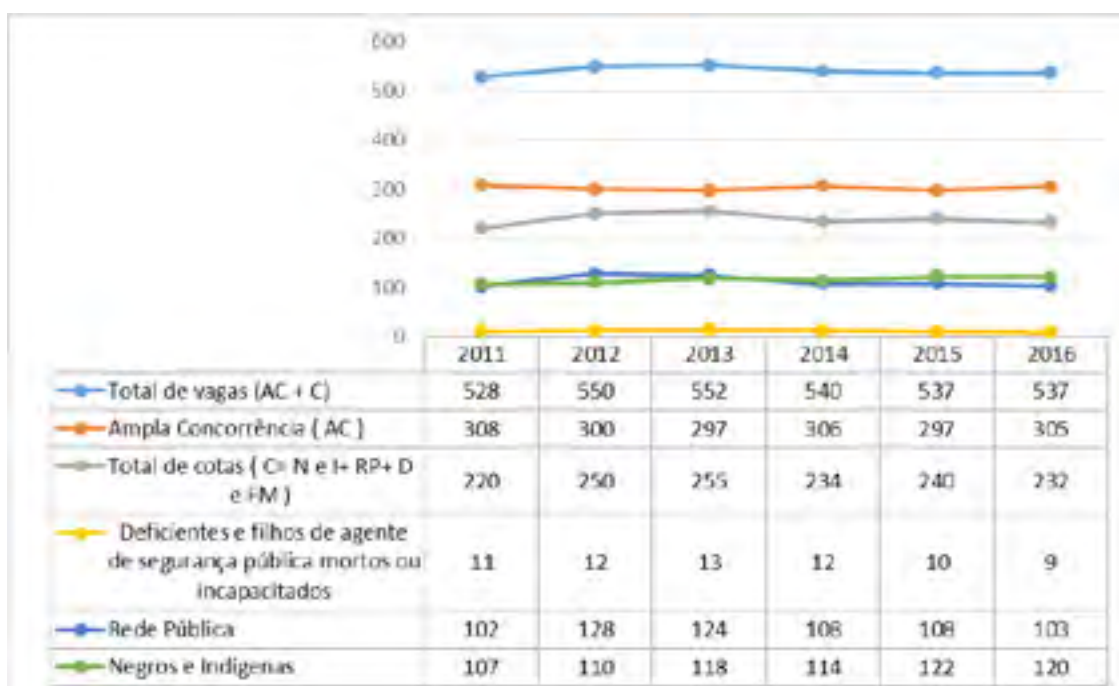
A POLÍTICA DE COTAS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO E AS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE APOIO ESTUDANTIL NA UENF

Vale ressaltar que no decorrer de quatro gestões governamentais - Anthony Garotinho, Benedita da Silva, Rosinha Garotinho e Sérgio Cabral - os dispositivos jurídicos tiveram algumas modificações. Para o vestibular de 2003 nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro encontrava-se em vigor a Lei 3.534/2000 e a Lei 3.708/2001, que disciplinaram em conjunto 50% de vagas apenas para candidatos que tivessem cursado os ensinos fundamental e médio em escolas públicas situadas no Estado do Rio de Janeiro e deste percentual a cota de 40% para candidatos autodeclarados pardos e negros. Entre os anos de 2004 a 2008, os vestibulares ocorreram sob a égide da Lei 4.151/2003, logo se revogaram as leis anteriores. Em seu artigo 5º, a Lei nº. 4.151, adveio da definição do percentual mínimo total de 45% para os carentes, assim distribuídos: 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino; 20% para negros; e 5% para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigência, e integrantes de minorias étnicas, e o processo seletivo era unificado com a UERJ.

Com a implementação da Lei 5.346 em 2008, a qual atualmente vigora, ocorreram duas alterações, a saber, os alunos poderiam ser egressos de escolas públicas situadas em qualquer Estado do território nacional e houve a adição da reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência ou filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Soma-se a esse quadro a adesão por parte da UENF ao ENEM/SISU a partir do vestibular de 2011.

O **Gráfico 1** contém a evolução de número de cotistas ingressantes nos cursos presenciais da universidade no período de 2011 a 2016, o que configura um universo total de 1.431 (mil quatrocentos e trinta e um) estudantes.

Gráfico 1 - Ingressantes nos cursos presenciais de graduação da UENF - 2011 a 2016



C= Cotistas; RP= Rede Pública; N= Negros; D= Deficientes; FM= Filho de militar, dentre outros agentes da segurança pública; AC= Ampla concorrência.

Fonte: SECACAD/UENF

Ainda, com a Lei 5.346/2008, alunos ingressos pelo sistema de cotas passaram a ter direito a uma bolsa durante todo o período de sua permanência na Universidade – nos moldes do estatuído no artigo 3º – com base no orçamento da instituição e paga com recursos do Fundo de Combate à Pobreza e às desigualdades sociais (FECP). Até fevereiro de 2017 a “Cota-auxílio” era oferecida no valor de R\$ 300,00 mensal, sendo reajustado em cumprimento à Lei 7.427/2016 para R\$ 450,00 e a partir de janeiro de 2018 para R\$ 500,00, equiparando-se dessa forma aos valores regentes na UERJ e na UEZO.

Já as bolsas que levam em consideração o mérito/desempenho acadêmico², podem ser concomitantes com o recebimento da “Cota-auxílio”, o que se revela importante enquanto custeio à permanência dos estudantes “cotistas” na Universidade e qualificação da sua graduação.

Houve na UENF, em 2009, a criação do atendimento ambulatorial, assinalado como auxílio-saúde, cujo profissional médico realiza um trabalho mais direcionado a uma avaliação clínico geral do paciente. É oferecido pela universidade ainda aulas esportivas e atividades artísticas organizados pelo Setor de Assuntos Comunitários da PROEX e a utilização da biblioteca.

Divulgou-se em março de 2013 a aquisição pela instituição de 400 bicicletas via o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST), convênio do Governo Federal com as instituições públicas estaduais de ensino superior que aderiram ao Sistema de Seleção Unificada (SISU). Uma vez que o público-alvo prioritário a ser beneficiado são os estudantes que tenham estudado na rede pública de educação básica ou que tenham renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, o processo de seleção para aquisição da bicicleta, seguindo a lógica, priorizou o deferimento da solicitação dos estudantes cotistas.

Posteriormente, esse mesmo convênio possibilitou a oferta de uma refeição diária sem custos para o estudante ingressante pela ação afirmativa no Restaurante Universitário Cícero Guedes, a partir da sua criação em 2014. Finalmente, foi determinado em maio de 2017 o fim das cobranças realizadas pela Secretaria Acadêmica (SECACAD-UENF) para emissão dos documentos enunciativos da vida acadêmica do estudante.

Entretanto, embora o índice de permanência seja satisfatório, constatou-se uma evasão preocupante. Dos 1.431 discentes ingressantes por meio da Política de Cotas no período de 2011 a 2016, quinhentos e vinte e cinco (525), o que equivale a 37% %, havia evadido em abril de 2017.

Fatores que possivelmente interferem negativamente são a ausência de acompanhamento do desempenho dos cotistas e a não implementação da Resolução do CONSUNI nº 01/2015, que cria o programa de Auxílio-Moradia estudantil, ambos por fatores políticos e orçamentários. Os atrasos recorrentes do pagamento da Cota-Auxílio, assim como a suspensão dos serviços de alimentação do Restaurante Universitário e o não funcionamento da biblioteca, no período de greve, são também fatores que interferem na manutenção dos estudantes e tendem a incrementar a evasão.

Os obstáculos para a implementação dessa Resolução seriam a impossibilidade de realizar novas contratações, pois ainda que a universidade conte com o Serviço de Assistência Social – cuja função é efetuar análises socioeconômicas e entrevistas com os alunos da graduação e pós-graduação para aquisição de bolsas de apoio acadêmico e a cota-auxílio, no momento da triagem para aprovar os jovens que adentrarão na UENF– como seu atendimento é oferecido para toda a comunidade, o quantitativo é insuficiente.

2 Dentre as modalidades de bolsas baseadas no desempenho acadêmico, destacamos que nas bolsas de Iniciação Científica o graduando se insere em um projeto de pesquisa da instituição, coordenado por um professor; nas bolsas de Extensão, o estudante também se insere em projeto que envolve interação da Universidade com a comunidade, em prol do desenvolvimento regional e bem-estar social; e, nas bolsas de Monitoria o bolsista auxilia o Professor em determinada disciplina e contribui no aprendizado dos colegas. As bolsas são pagas nos valores de R\$ 400 e R\$ 420 mensais, a depender da fonte de financiamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do preenchimento integral do percentual de vagas reservadas aos estudantes ingressantes por intermédio da Política de Cotas, a sua efetividade está comprometida pela incipiência ou flutuação no fornecimento de serviços de apoio estudantil. Toma-se como pressuposto que no trato da gestão das políticas públicas é importante considerar o impacto na vida do grupo beneficiário, caso haja sua descontinuidade parcial ou integral.

Ademais, para que se tenha maior êxito, é importante que o aluno beneficiado reconheça as ações afirmativas como uma demanda que se concretizou a partir da luta histórica, principalmente do movimento negro brasileiro e do movimento estudantil. E que, por isso, a sua destinação incorreta por motivos de fraude ou falsidade na declaração da cor/raça ou da condição socioeconômica são no mínimo preocupantes, pois desvia um recurso público que poderia ser utilizado para atender um candidato que verdadeiramente tem direito de usufruir, além de deslegitimar a sua justificativa ou sentido de existir e explicitar as práticas de corrupção.

A adoção de procedimentos que visem o aprimoramento dos mecanismos de combate à fraude ou destinação errônea dos recursos estaduais pode ser justificada ainda, pois uma das falhas de governo é “a captura dos programas públicos por grupos de interesse [que] pode acabar canalizando os recursos dos programas redistributivos para clientelas de não-pobres” e continuam “essas falhas de governo exigem uma permanente vigilância da eficiência e do foco das políticas de redistribuição de renda” (ARVATE & BIDERMAN, 2006: 51).

Como consequência da atual conjuntura de crise econômica, financeira e conseqüentemente civilizatória que assola os países da América Latina desde 2008, ano em que se deu a crise no mercado imobiliário nos Estados Unidos da América, e de crise política brasileira em curso desde 2013, intensificada pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff- PT em 2015 e operações investigativas da Polícia Federal envolvendo senadores, deputados, ex-governadores (inclusive do estado do Rio de Janeiro), ex-ministros e empresários de grandes empreendimentos do ramo petrolífero, o Governo Federal e o Governo Estadual do RJ, sob a liderança do presidente Michel Temer e governador Luiz Fernando Pezão, respectivamente, ambos do PMDB, promoveram uma série de cortes orçamentários de programas e empenharam esforços para alterar leis anteriormente consideradas de suma importância para a transformação social na área do funcionalismo público, da previdência, do mercado de trabalho e a aprovação do regime de recuperação fiscal dos estados em situação de calamidade fiscal, a saber, o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Lei complementar nº 159, de 19 de maio de 2017) que exigiu contrapartidas como a redução do teto dos gastos.

Sendo assim, programas governamentais conquistados ao longo de anos de incansáveis reivindicações dos movimentos negros e outros movimentos sociais e sindicalistas deparam-se com a iminência de serem extintos ou suspensos temporariamente, causando uma deterioração da condição socioeconômica dos grupos vulnerabilizados, incluindo-se os afrodescendentes e indígenas, pois conforme pontua Osório (2008) “quando se trata de políticas universais, o racismo não teve efeito, mas quando se trata de bens escassos, onde há competição, ele é decisivo.”

Nesse sentido, os resultados provenientes da pesquisa serão fundamentais ao fornecer subsídios que venham auxiliar os gestores governamentais e da UENF na adoção de estratégias político-pedagógicas que possam maximizar a inclusão social, corroborando assim para torná-la mais eficaz, pois por um lado permitirá que seja dada oportunidade à novos beneficiários e, por outro, evitar-se-á que as vagas reservadas e os recursos empenhados sejam destinados à indivíduos que não atendem aos critérios de seleção (BARBOSA, 2014).

REFERÊNCIAS

- ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. *Vantagens e desvantagens da intervenção do governo na economia*. In: MENDES, M. (Org.) *gasto público eficiente: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil*. Instituto Fernand Braudel/Topbooks. São Paulo, 2006, p. 45-70.
- BARBOSA, Idenilton Mário de Jesus; AMAZONAS, U.R.M. *Equidade no acesso e permanência de cotistas e não cotistas segundo produções em periódicos qualis A*. 2014. (Apresentação de Trabalho/ Comunicação).
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. *A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social*. *Pensamento & Realidade*, v. 27, p. 95-117, 2012.
- BOBBIO, Norberto, 1909. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004
- CARMO, Gerson Tavares; CARMO, Cintia Tavares (2014). *A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: propostas de caracterização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil*. Arquivos Analíticos de políticas educativas, Dossiê Educação de Jovens e adultos II, volume 22, artigo nº 63, 30 de junho de 2014.
- CAPELLA, na Cláudia Niedhardt. *Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas*. In: 29º Encontro Anual da Anpocs, 2005, Caxambu. Anais do 29º Encontro anual da Anpocs, 2005
- FERES JÚNIOR, João. *Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil*. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, p. 63-84, 2007
- GISI, Maria Lourdes. *A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência*. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.
- GOMES, Joaquim Barbosa. *O debate constitucional sobre as ações afirmativas*. *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-57, 2003.
- MASLOW, Abraham. *Motivation na personality*. New York: Harper & Row, 1954.
- MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. *Cadernos de pesquisa*, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.
- OSÓRIO, R. G. *Is all Socioeconomic Inequality among Racial Groups in Brazil Caused by Racial Discrimination?*. International Policy Centre for Inclusive Growth, Working Papers 43, 2008.
- PIOVESAN, Flávia. *Ações afirmativas sob a perspectiva dos Direitos Humanos*. In: *Cadernos de pesquisa*, v. 35, n 124, 2005. P. 43-55
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro: Pontos para Reflexão*. Programa de Ação Afirmativa em debate. São Carlos, UFSCAR, Setembro, 2006.
- SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques; SANTOS, Paulo César Marques de Andrade. *Universidade e política de cotas: O Acesso E A Permanência Do Cotista Na Universidade Do Estado Da Bahia*. In: Congresso Internacional Luso-Afro-Brasileiro De Ciências Sociais, 2011
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil*. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, pp. 219-246. São Paulo, 2002
- ZONINSEIN, Jonas. *Minorias étnicas e a economia Política do desenvolvimento: um novo papel para universidades públicas como gerenciadoras da ação afirmativa no Brasil?* In: FERES, João; ZONINSEIN, Jonas. (Orgs.) *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: UnB, 2006.

A INTERFACE ENTRE POBREZA E A MULHER: UM OLHAR SOBRE A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO CONTEXTO BRASILEIRO

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA

Doutoranda em Política Social pela UFF

thaislayne@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns elementos sobre a interface entre pobreza e a mulher, destacando assim, a feminização da pobreza no contexto brasileiro. Para desenvolvimento do estudo abordamos análises sobre o conceito de pobreza, sua consolidação em meio ao sistema capitalista, bem como o debate atual de combate à pobreza e “assistencialização” da Proteção Social. A luz de tal elucidação teórica e conceitual que expomos o debate sobre a pobreza da mulher, ou a dita “Feminização da pobreza”. Para tanto, apesar de compreender que existem inúmeras definições acerca da temática abordada, ressaltamos que esta análise pauta-se, sobretudo, na avaliação da pobreza para além da ausência de renda, compreendendo-a como um fenômeno multidimensional e inerente às relações sociais de uma sociedade capitalista desigual.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; Desigualdade Social; Combate à Pobreza; Feminização da Pobreza;

ABSTRACT:

This article aims to present some elements on the interface between poverty and women, highlighting thus the feminization of poverty in the Brazilian context. To develop the study approach analysis of the concept of poverty, its consolidation amid the capitalist system, and the current debate to combat poverty and “assistencialização” of Social Protection. The light of this theoretical and conceptual clarification that expose the debate on poverty of women, or the so-called “feminization of poverty”. To do so, despite understand that there are numerous definitions on the selected theme, we emphasize that this analysis is guided, above all, in the assessment of poverty beyond the lack of income, understanding it as a multidimensional and inherent phenomenon the social relations of a unequal capitalist society.

KEYWORDS: Poverty; Social Inequality; Combating Poverty; Feminization Of Poverty;

I INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar a conformação da pobreza no contexto brasileiro, bem como os reflexos inerentes a estes, principalmente, acerca do processo de Feminização da pobreza. Para tanto, a metodologia consiste em levantamento de bibliografia e respectiva análise de referenciais teóricos sobre a temática.

Utiliza-se a compreensão da conformação da pobreza para além da escassez de renda monetária, considerando-a como fenômeno multidimensional advindo da desigualdade social e produto da sociedade capitalista. Isto é, a pobreza não é um problema dos pobres, sendo necessário compreendê-la de maneira ampliada (STOTZ, 2005).

Deste modo, o trabalho foi dividido em quatro itens inter-relacionados. Na primeira parte do estudo, desenvolvemos análises introdutórias sobre a pobreza intrínseca ao processo do capitalismo, bem como apontamentos sobre a realidade histórica e política do Brasil, e conformação da pobreza como inerente a desigualdade social advinda da expansão do capitalismo.

No segundo momento realizam-se ponderações sobre a construção da pobreza e o combate à pobreza na conjuntura brasileira, possibilitando reflexão acerca da inserção do debate, bem como considerações de modo a apreender a dualidade de proteção social aos pobres e a estratégia governamental articulada ao Banco Mundial e/ou contexto mundial - no que tange o combate à pobreza.

Ademais, intrínseco a este processo, na terceira etapa pontua-se o conceito “assistencialização” da Proteção Social. Pois, na atualidade, as políticas sociais tendem a ser direcionadas a partir da centralidade da assistência social.

O arcabouço teórico e conceitual sobre a pobreza possibilitou o embasamento da discussão da quarta, e última, parte do artigo, que trata da feminização da pobreza no contexto brasileiro. Visto que, em meio ao debate de combate à pobreza se coloca a centralidade da mulher. Tal percepção consolida-se pela desigualdade de gênero intrínseca ao desenvolvimento da sociedade brasileira e tem reflexos na tendência da focalização nas mulheres, sobretudo, em relação às políticas de combate à pobreza.

II DESENVOLVIMENTO

Pobreza no sistema capitalista: eixos introdutórios

Stotz (2005, p. 57) considera que o capitalismo é um sistema em que o capital esta nas mãos de empresários. Nessa perspectiva, o autor menciona o capital como quantia em dinheiro e a interação das empresas privadas define o sistema capitalista. Os últimos anos, no Brasil, foram marcados por concentração de riqueza, sobretudo por meio de fusão de empresas.

Além disso, Stotz (2005) menciona o pensamento de Karl Marx que avalia o capitalismo como um sistema econômico de produção de mercadoria baseado na exploração, exercida pelos donos do capital sobre os trabalhadores.

Em outros termos, aumentar o capital é objetivo da existência dos capitalistas e finalidade do sistema capitalista. A isto se dá o nome de acumulação do capital. (...) Por isso, Marx dizia que no capitalismo a acumulação da riqueza é um fim de si mesmo. Mas enquanto a riqueza é acumulada num pólo, acrescentava ele, no outro aumenta a miséria social. (STOTZ, 2005, p. 62).

Por consequência, essas transformações acarretam a concentração da riqueza e centralização do capital, propiciando o que Stotz (2005) nomeia de “capitalismo excludente”. Sendo assim, conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX.

Nesse sentido, salienta-se que a realidade brasileira é permeada de contradições sociais e econômicas tendo forte impacto na condução e execução das políticas sociais. (BERING & BOSCHETTI, 2008). Sobretudo, no caso brasileiro o *desenvolvimento* do país tem sido associado entre os capitais nacionais e capitais estrangeiros, formando uma dependência periférica de desenvolvimento do capitalismo coadunando com a concentração de renda e, por conseguinte a pobreza.¹ (STOTZ, 2005).

Reflexões Sobre a Pobreza no Brasil

A pobreza no Brasil tende a ser considerada como insuficiência de renda sob a forma monetária, logo, uma pessoa não tem meios de suprir as necessidades estabelecidas socialmente. No entanto, o autor adverte que o conceito da pobreza não pode ser avaliado de maneira tão restrita, sendo necessário considerar que “a pobreza não é um problema dos pobres e sim da sociedade que produz a pobreza como um componente orgânico de suas vitórias e fracassos”. (ibidem, 2005).

Desta forma, salientam-se algumas ponderações, realizadas por Carvalho (2004), com relação ao desenvolvimento do Brasil² ressalta-se a década de 1930 como um divisor de águas, pois, esta década marca a mudança no contexto da política social. “A década de 1930 foi um marco também no que se refere à mudança de postura de governo em relação aos direitos sociais”. (ibidem, 2004)

Entretanto, as grandes transformações do país coadunam com a crescente desigualdade social, pois o próprio crescimento da cidade gerou uma grande população urbana pobre, uma vez que muitos eram excluídos do mercado formal de trabalho e viviam em condições precárias. Tal contexto propiciou a entrada do tráfico de drogas e resultou em um aumento da violência nas grandes cidades. Nesse sentido, o autor elenca como grande desafio do país a construção de medidas que possam reduzir a desigualdade entre os brasileiros (CARVALHO, 2004).

Rocha (2003) indica que somente a partir da década de 1970 há um reconhecimento acadêmico sobre as desigualdades sociais e a pobreza, pois, percebe-se que estas não estavam sendo solucionadas com o processo de expansão econômica. “Eram patentes tanto às dificuldades dos países ricos em eliminar os redutos renascentes de pobreza e marginalidade social, como as crescentes desigualdades sociais resultantes do processo de expansão econômica nos subdesenvolvidos” (ibidem, 2003, p. 9).

Apesar das grandes mudanças havidas, as características da formação de nossa sociedade ainda pesam no presente sob a forma de desigualdade social. Apesar de ser oitava economia do mundo, o Brasil está entre os países mais desiguais, isto é, entre aqueles em que é maior a distância entre os ricos e pobres. (CARVALHO, 2004)

Desta forma, os pobres são uma espécie de produto da desigualdade social e tendem a reproduzir desigualdades no que tange os eixos: social, político, econômico e cultural, pois nota-se que “a pobreza decorre em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo” (Silva, 2010, p. 156 apud Yazbek, 2012).

1 “Cabe assinalar, mais uma vez, que a dependência da economia brasileira com relação aos capitais estrangeiros – interessados na remuneração dos empréstimos que periodicamente fazem, por meio dos bancos e dos fundos de pensão – cria uma situação contrária a uma distribuição maior de renda dentro do país.” (STOTZ, 2005, p. 65).

2 O autor destaca a construção histórica e política do país, tais como o período colonial, escravocrata, patriarcalismo, coronelismo e abolição do tráfico de escravo, citando inclusive as modificações nos tipos de economia do Brasil.

Nesse sentido, Rocha (2003) elucida acerca da definição da linha da pobreza, considerando que os pobres são aqueles que possuem renda abaixo de determinado valor, impossibilitados de atender o conjunto de necessidades mínimas. Porém, cabe ressaltar que a linha de pobreza irá variar em cada contexto, tendo em vista suas especificidades na conjuntura mundial.

Para se chegar aos valores da linha de pobreza, isto é, ao limiar que separa os pobres dos não pobres, o ponto de partida é o cálculo da linha de indigência que está diretamente ligada às questões de sobrevivência física, principalmente alimentar. (FURTADO, 2011, p. 314)

Ademais, Rocha (2003) menciona que as necessidades básicas se relacionam a sobrevivência física das pessoas. Ressaltando a importância de uma abordagem em um contexto mais amplo, “adotar a abordagem de necessidades básicas insatisfeitas significa ir além daquelas de alimentação para incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação etc.” (ibidem, p. 19).

Muito se tem falado de necessidades sociais básicas, bem como da importância de defini-las e demarcá-las conceitual, política e normativamente. Isto porque, no marco da recente valorização do estatuto da cidadania, o conceito de necessidades básicas assumiu papel preponderante na justificação dos direitos sociais e das políticas públicas que lhes são correspondentes. Destarte, falar atualmente em direitos e políticas sociais públicas implica recorrer ao conceito de necessidades humanas (designação que preferimos) que lhes serve de fundamento. (PEREIRA, 2008, p. 37).

Em síntese, é possível compreender que no Brasil a pobreza esta intrinsecamente relacionada à desigualdade social em diversas manifestações. Uma vez que a concentração de renda *per capita* acarreta o agravamento da desigualdade social.

Além disso, a maioria dos critérios de avaliação da pobreza define como pobres aqueles que de modo temporário ou permanente não tem recursos, e vem paulatinamente sendo excluídos. (YAZBEK, 2012). Por isso, reafirma-se a necessidade de superar o paradigma da renda, pois a pobreza é um fenômeno multidimensional. (FURTADO, 2011).

Desse modo, a pobreza inserida no contexto das relações sociais, não a definindo somente como ausência e privações materiais, mas em uma análise multidimensional pode ser considerada a partir da carência de políticas, direitos e oportunidades. (YAZBEK, 2012). Considerando a pobreza como um fenômeno advindo da manifestação da questão social (Yazbek, 2012) é necessário “que se discutam não só as condições de privação, mas também os processos implicados na sua produção e no seu enfrentamento” (ALGEBAIL, 2005).

Combate à pobreza e extrema pobreza

O combate à pobreza surge como estratégia governamental no contexto internacional, pois, o Banco Mundial afirma-o como um dos principais desafios mundiais. (MAURIEL, 2006) (AZEVEDO; BURLANDY; 2010). Desta forma, “o combate à pobreza, portanto, não encaminha soluções para a construção de um mundo mais justo, mas funciona para legitimar a globalização desequilibrada” (MAURIEL, 2006, p. 63).

Mauriel (2006) nos elucida sobre os desafios presentes no enfrentamento da pobreza sem interferência na hegemonia. A autora aponta a estrutura inalterada uma vez que os programas que deveriam compor um sistema de proteção social universal se colocam como medidas destinadas somente aos pobres.

Em meio a este, se desenvolvem programas de transferência de renda condicionada, propiciando a focalização nos pobres e alívio da pobreza. (AZEVEDO; BURLANDY 2010).

No entanto, cabe ressaltar que o desenvolvimento humano a partir do combate à pobreza, acaba por consolidar obstáculos de resistência à mudança, possibilitando extensa discussão sobre as causas da desigualdade. (MAURIEL, 2006, p. 64). Inclusive, Azevedo & Burlandy (2010) esclarecem sobre o período de 2001-2004 e expõem a redução do gasto federal em algumas funções que interferem na diminuição de desigualdade, progressivo a este, ocorre aumento de gasto nos programas de transferência de renda.

Outrossim, as “novas” estratégias de desenvolvimento da proteção social buscam a superação da situação de pobreza. No Brasil, este debate emerge a partir da década de 1990, período de desenvolvimento e avanço do contexto neoliberal de contenção do gasto público na área social.

Nesse contexto, insere-se o Programa Comunidade Solidária, que possui objetivos articulados ao combate à pobreza.³ Desta forma, paulatinamente as estratégias mundiais estavam favorecendo a emergência de políticas sociais que privilegiassem os pobres e/ou com alta prevalência a pobreza. (AZEVEDO; BURLANDY, 2010)

Segundo Mauriel (2006, p. 67) o Programa Comunidade Solidária retrocede a concepção de política social como focalista e inspirada no pensamento liberal, responsabiliza os indivíduos por seus próprios problemas. Herança transmitida ao governo de Lula, que em seu primeiro ano de mandato se destaca por unificar os programas de transferência de renda federal nomeado de “Programa Bolsa Família (PBF)” e objetiva ter os pobres como foco de atuação das políticas públicas. (ibidem, p.68).⁴

Desta feita, no ano de 2003 novos desenhos políticos se formam a partir da eleição da “esquerda”, Luís Inácio Lula da Silva é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e assumiu a presidência do Brasil após vitória contra a continuidade do projeto privatizador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Collor e FHC. Nesse sentido, em seus dois governos (2003/2006 e 2007/2010) Lula destacou-se por novas medidas para política social, através da expansão dos programas de transferência de renda, tornando o PBF o “carro chefe” do seu governo.

A sucessora de Lula, Dilma Rousseff, deu continuidade ao comando do PT e prosseguindo com foco no desenvolvimento da assistência social, por meio do PBF, além da criação do plano Brasil Sem Miséria que estabelece metas para melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover a inclusão social. (BRASIL, 2014)

Com isso, não podemos negar que uma parcela considerável da população mais pobre foi inserida ao sistema de proteção. Pois, a priorização do enfrentamento da pobreza possibilitou importante passo na busca da articulação do sistema protetivo brasileiro. (YAZBEK, 2011, p. 307).

Contudo, Mauriel (2006) adverte sobre os programas assistenciais e possibilidades de cunho eleitoral. Além disso, como indicam Azevedo & Burlandy (2010) a presença dos programas não é suficiente para afirmar que de fato existe uma estratégia de combate à pobreza que abarque funções e objetivos mais amplos. As autoras mencionam a importância de avaliar as iniciativas que alcançam os propósitos do programa, bem como a necessidade de analisar a

3 Este “programa”, proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso, não possuía prerrogativas executivas e nem recursos próprios. Suas finalidades eram voltadas para a mobilização da sociedade civil, aí incluídas entidades governamentais e não governamentais, e à integração entre os três níveis de governo – federal, estadual e municipal – visando a ações conjuntas no ataque aos problemas da fome e da pobreza. (MAURIEL, 2006, p. 66).

4 “A esse respeito é importante observar que o governo que assumiu com Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidência da República em 1 de janeiro de 2003 adotou a fome como critério de pobreza extrema ou de miséria. Passam fome aquelas pessoas incapazes de garantir a sua própria subsistência alimentar, portanto devem ser beneficiária de uma assistência pública especial.” (STOTZ, 2005)

articulação entre as políticas. Por fim, afirmam a importância das ações do enfrentamento da pobreza em seus variados aspectos.

Ademais, percebe-se a política de combate à pobreza destinada tanto a estratégia de alívio da fome, como na focalização dos pobres, o que por vezes poderia possibilitar uma compensação dos prejuízos da formação desigual da sociedade brasileira. (ibidem, 2010).

“Assistencialização” da Proteção Social

Em breves linhas, a política de assistência social, teve sua trajetória marcada por práticas descontinuadas e desfragmentadas, sendo assim, tais ações reiteraram a subalternidade da população usuária dos serviços assistenciais. Cabe ressaltar que essa política é de suma importância no contexto da população, sobretudo dos empobrecidos, pois objetiva interferir nessa condição por meio de variados aspectos. (YAZBEK, 2011, p. 317).

Com sua garantia legal no art. 203 Constituição Federal de 1988 e em legislações complementares, a assistência social foi elevada ao patamar de política pública e responsabilidade do Estado - destinada para quem dela necessitar, compondo o tripé da Seguridade Social junto às políticas de previdência social e saúde.

Porém, persistem desafios atuais na consolidação desta política. Pois, na atualidade, a política focaliza os pobres na busca pela superação da situação de pobreza, sobretudo por meio da transferência condicionada de renda. Nesse sentido, ressalta-se a modificação na configuração da Seguridade Social com o processo de “assistencialização da proteção social e/ou da Seguridade Social” sendo evidenciado por Mota (2012), Mauriel (2006), entre outros autores.

Percebe-se, na contemporaneidade, que as estratégias para enfrentamento da pobreza se tornaram uma tendência. O incentivo ao desenvolvimento social por meio de programas de transferência de renda e que nada interferem na origem das desigualdades, embora apresentem algumas mudanças na face aparente deste fenômeno, ou seja, no quadro circunscrito a um determinado período, das desigualdades de renda (MOTA, 2012).

As políticas que integram a Seguridade Social brasileira, longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (MOTA, 2012: s/p.).

Em meio a esse contexto Mauriel (2006) adverte quanto às mudanças nas relações entre as políticas permanentes de proteção social e os programas de assistência. A autora considera que as transformações dos princípios estabelecidos na CF/1988 da universalidade e solidariedade substituem-se por privatização e focalização, em busca de eficácia, eficiência e efetividade.

Feminização da Pobreza

Para elucidar o significado da feminização da pobreza utilizamos um artigo disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que apresenta a pobreza entre as mulheres maior em comparação aos homens. Além disso, torna-se importante salientar a conjuntura da mulher, em uma sociedade permeada de contradições - como abordado na primeira parte deste trabalho. Em meio a este, vale ressaltar que a questão de gênero tem forte influência na construção da sociedade e por sua vez possui reflexos consideráveis no desenvolvimento de políticas públicas.

A tradução em políticas focalizadas e compensatórias reforçou o caráter da “feminização da pobreza”, no sentido mais estrito do conceito, e colocou em pauta, nas agendas públicas, políticas voltadas para mulheres pobres, que caminharam no sentido de “alívio” da pobreza, e não de ações que estivessem também articuladas com o processo de redistribuição de poder entre os sexos. (CARLOTO & GOMES, 2011, pág.)

Nesse sentido, na contextualização de Bock (1991) compreende-se que até a Primeira Guerra Mundial somente os homens eram considerados cidadãos, inclusive, havia esquemas que discriminavam as mulheres. A *saída*⁵ das mulheres do espaço doméstico, ou chamado espaço privado para ocupar espaços públicos⁶ é permeada de dificuldades, uma abordagem apontada por Costa (2002) descreve a *saída* das mulheres para estudar, trabalhar e equiparar-se aos homens, pois a desigualdade advém da estrutura da própria sociedade.

Desta forma, é pertinente refletir acerca da divisão sexual do trabalho inerente à divisão social do trabalho nesta sociedade. Inicialmente, a mulher se estrutura com imagem materna e conjugal, sendo o trabalho feminino fortemente vinculado à esfera doméstica e à provisão de cuidados e invisibilizados enquanto atividades econômicas. (CARLOTO & GOMES, 2011)

Ademais, Abdalla (2014) salienta que a divisão sexual do trabalho tem reflexos importantes no desenvolvimento da pobreza da mulher. Destacando o impedimento das mulheres em alcançar o mesmo status social que os homens, pois, a autora desponta sobre diferença existente entre homens e mulheres em seu sentido social. Além disso, conforme indicam Carlotto & Mariano (2008) existe uma concepção conservadora sobre as diferenças sexuais, que demarcam as posições sociais dos homens e mulheres.

Abdalla (ibidem) pontou as funções estritamente domésticas às mulheres, como se estas fossem naturalmente aptas ao desenvolvimento, pois o trabalho assalariado era considerado “assunto de homens”. Assim, é possível delimitar ideologias baseadas em papéis de gênero e que tem reflexos na conjuntura atual da pobreza feminina.

Carlotto e Gomes (2011) advertem sobre a possibilidade de aumento da pobreza em família chefiada por mulheres e destacam que a configuração do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990 propicia aumento da pobreza entre as mulheres, pois, homens e mulheres sofreram reflexos da reestruturação produtiva. Este contexto propiciou as mulheres intensificação no trabalho informal, sobretudo o doméstico, já que persistia desqualificação profissional frente ao novo padrão de acumulação capitalista.

Cabe ressaltar que o período neoliberal abafa as reivindicações do movimento feminista e configura as políticas de geração de renda com foco em mulheres pobres, possibilitando a persistência das desigualdades. (CARLOTO & GOMES, 2011)

Na medida em que são localizadas como referência em suas famílias, essas mulheres serão focalizadas como “gancho” para o desenvolvimento de ações com o objetivo de manter a sobrevivência da família por meio de estratégias que, em uma primeira leitura, aparecem como alternativas paralelas ao mercado. (CARLOTO & GOMES, 2011)

Destaca-se que tais medidas colocam uma espécie de centralidade da Mulher para eficácia dos programas de transferência de renda da Assistência Social, como elucida Carlotto (2006) a mulher considerada como interlocutora principal na titularidade do benefício e no cumprimento das condicionalidades exigidas. Assim, a mulher apresenta-se como representante do arranjo familiar e responsável por suprir as necessidades imediatas.

5 Para maior aprofundamento ver: Perrot, 1994.

6 Para Arendt (2007) “a distinção entre o privado e o público coincidia com a oposição entre a necessidade e a liberdade, entre a futilidade e a realização e finalmente entre a vergonha e a honra”.

Por fim, Soares (2013) considera os avanços sociais significativos, contudo ainda não são suficientes para superação de um contexto histórico de desigualdades. A referida autora aponta um cenário de crescimento econômico, acompanhado de melhor distribuição de renda entre os mais pobres. E sinaliza melhora no contexto das políticas de proteção social, que possibilitam aumento na expectativa de vida do brasileiro. Tendência essa que vem sofrendo retração no último ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo propiciou constatar a conformação da pobreza como fruto da desigualdade social advinda da expansão da sociedade capitalista. Destaca-se a utilização do conceito ampliado de pobreza apresentando por Stotz (2005), Furtado (2011), Yazbek (2012). Em meio a este, cabe ressaltar que a proteção social brasileira teve sua conjuntura influenciada pela desigualdade social da própria estrutura societária.

Compreende-se que na difusão do capitalismo brasileiro, ocorre uma discrepância entre na concentração de renda e, por conseguinte agravamento da pobreza. Considera-se a pluralidade acerca do debate da pobreza, inclusive na definição de seu conceito, contudo, para este estudo nos apropriamos do conceito que retrata a pobreza para além da renda, compreendendo-a como multidimensional.

Para tanto, este estudo propõe, sobretudo, um debate teórico conceitual sobre a pobreza e feminização da pobreza, assim, foi possível perceber diversas concepções. Destaca-se a discussão do alívio imediato da fome e a compensação da desigualdade social, bem como a possibilidade de utilização de programas assistenciais como eleitores; elucidados por Azevedo & Burlandy (2010) e Mauriel (2006), respectivamente. Além disso, reafirma-se o avanço da proteção social e a inserção da população pobre, apesar de não interferir no cerne da desigualdade social é possível perceber alterações no acesso à proteção social, mencionadas por Yazbek (2012) e Mota (2012).

Ademais, no que tange a feminização da pobreza, o artigo enumera elementos sobre o contexto histórico da sociedade brasileira. Bem como o desenvolvimento de reflexões inerente as mulheres tais como: status social, comparação aos homens, divisão social do trabalho, entre outros. Além de reflexões acerca das contradições inerentes a questão da desigualdade de gênero, pontuando a centralidade da mulher nas políticas sociais, citados por Soares (2013), Abdalla (2014), Carloto & Gomes (2011).

Nesse sentido, a centralidade da mulher aparece na perspectiva de eficácia dos programas de transferência de renda, pois, considera-se a responsabilidade desta para gerir benefício familiar, o que por vezes retrocede o debate sobre a questão de gênero.

Em suma, o desenvolvimento deste artigo permitiu destacar a contextualização da pobreza inerente ao processo do capitalismo. Desta forma, na atual conjuntura, o combate e enfrentamento à pobreza vêm se consolidando no Brasil, sobretudo, pelo Programa Bolsa Família. O PBF centraliza a assistência social no bojo das políticas sociais e expressa a centralidade da mulher, reafirmando sua condição de pobreza e não alterando o cerne das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, J. S., 2014. Nuances do privado - trabalho doméstico, autonomia e afeto. Paper apresentado no 1 Fórum do Programa de Pós Graduação em Sociologia. IFCH/UNICAMP.
- ALGEBAILLE, E.B.; 2005, As ações da sociedade civil e do Estado diante da pobreza. In: VALLA, V.V.; STOTZ, E.; ALGEBAILLE, E.B.; (org) Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto - ENPS.
- AZEVEDO, D. C.; BURLANDY, L., 2010, Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. Disponível online: <www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/07.pdf>
- BOCK, G. "Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950)". *História das mulheres no Ocidente* (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Afrontamentos; São Paulo: Ebradil, vol. 5, 1991.
- CARLOTO, C.M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.86, p.139-155, jul., 2006.
- CARLOTO, C. & GOMES A.G., 2011. Geração de renda: Enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Serviço Social e Sociedade* 105, pp 131-145. Disponível em: www.scielo.br
- CARVALHO, J.M. 2004, Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In *Sistema Político Brasileiro*.
- FURTADO, C.S.V. 2011, Classificação dos pobres/; questões, construção e análise. *Sociologias* 26. Pp 303-30. Disponível em: www.scielo.br
- MAURIEL, A.P., 2006, Combate à pobreza e (des) proteção social: dilemas teóricos das "novas" políticas sociais. *Praia Vermelha*. 14/15 Disponível online.
- MOTA, A. E. (Org.). *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Recife Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- PEREIRA, PAP, 2008. A contribuição do conceito de necessidades humanas básicas à formulação de políticas sociais. In: *Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez.
- PERROT, M.& FRAISSE, Y. "Sair" In: *História das mulheres no Ocidente* (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Afrontamentos; São Paulo: Ebradil, vol. 5, 1994.
- ROCHA, SS., 2003. Pobreza no Brasil: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: FGV Cap 1 e 2.
- SOARES, C., 2013. O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos. *Cadernos Adenawer*, n.3. Ano XIV.
- STOTZ, E, 2005. Pobreza e Capitalismo. In: VALLA, V.V.; STOTZ, E.; ALGEBAILLE, E.B.; (org) Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto - ENPS.
- YAZBEK, M.M., 2012, Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade* 110, pp 288-322. Disponível em: www.scielo.br

Sites:

<http://www.pnud.org.br/> (acesso em 24 de outubro de 2018).

periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000200003/8834 (acesso em 19 de outubro de 2018).

www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/377/334 (acesso em 10 de setembro de 2018).

www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf (acessado em 16 de outubro de 2018).

A MUDANÇA NA ABORDAGEM DO CÂNCER: ANALISANDO A POLÍTICA PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER

MÔNICA DE CASTRO MAIA SENNA

Professora Associada ao Programa de Política Social UFF

Monica.senna20@gmail.com

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA

Doutoranda em Política Social pela UFF

thaislayne@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho trata-se de analisar a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, identificando os princípios: descentralização, regionalização, integralidade, bem como os avanços, desafios e limites no desenvolvimento dos mesmos. Para tal análise realizou-se ponderações acerca da magnitude, do surgimento e elevados números de casos novos da doença no Brasil, além de abordar a evolução normativa até a consolidação da referida política. Nesse sentido, realizou-se análise de documentos ligados ao câncer, com isso identificamos avanços em sua abordagem, tais como: implementação de normativas, programas, sistemas específicos e principalmente uma política que busca preveni-lo e controlá-lo. Contudo, os desafios ainda persistem, pois as pessoas com câncer permanecem chegando às unidades de saúde com estadiamento avançado e poucas chances de cura, propiciando elevado número de óbitos e apresentando-se como segunda doença mais causadora de mortes no Brasil e no mundo.

PALAVRAS-CHAVE:

Câncer, Política, Descentralização, Regionalização, Integralidade.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the National Policy for Cancer Prevention and Control, identifying the principles: decentralization, regionalization, completeness, as well as the advances, challenges and limits in their development. For this analysis we carried out considerations about the magnitude, the appearance and high numbers of new cases of the disease in Brazil, besides addressing the normative evolution until the consolidation of said policy. In this sense, we analyzed cancer documents, with which we identified advances in their approach, such as: implementation of regulations, programs, specific systems and, above all, a policy that seeks to prevent and control it. However, the challenges remain, as people with cancer continue to arrive at health facilities with advanced staging and few chances of cure, leading to a high number of deaths and presenting as the second most deadly disease in Brazil and worldwide.

KEY WORDS:

Cancer, Politics, Decentralization, Regionalization, Integrality.

I - INTRODUÇÃO:

Para desenvolvimento desta análise partimos do pressuposto que a política social é inerente as relações sociais de uma sociedade em constante movimento e/ou um processo. Desta forma, compreendê-la implica metodologicamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, bem como a conjuntura econômica, política e conseqüentemente a atuação estatal, afinal, as políticas são instrumentos manejados pelo próprio Estado (FALEIROS, 1987).

Neste estudo utilizamos a definição de política social de Potyara (2009) e Castro (2012), autores que a tratam a partir da relação entre os homens. Potyara (2009) nos revela que a política surge como convivência entre os diferentes nas sociedades diferenciadas “por ser uma relação entre diferentes ou desiguais que buscam sentidos, mediados pelo estado, à política surge no ‘entre-os-homens’ e no ‘intra-espaço’ de convivência humana” (idem, p. 88). Já Castro (2012) nos elucida da política como conjunto de programas e ações do Estado que se consolidam na oferta dos bens e serviços, assim, a política tem direções junto à proteção social e promoção social, buscando alcançar os riscos que permeiam as condições de vida da população.

O autor refere que as políticas podem ser tradicionais e transversais, correlacionando este entendimento a política de saúde foi prevista na Constituição Federal de 1988, firmou-se por meio da publicação de sua Lei Orgânica Nº 8.080/1990 e definição de um Sistema Único de Saúde, foi a partir de então que se assegurou a política de saúde como direito de todos e dever do Estado. Então, a política de saúde se constitui como política pública tradicional, uma política que a transversaliza pode ser considerada como uma política social, como no caso da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer (2013).

Em se tratando da prevenção do câncer, apesar de não ser uma doença com surgimento recente, a prevenção e controle da doença adentram a agenda governamental a partir dos anos 2000, quando se tem um direcionamento para criação de legislações, políticas, programas e sistemas específicos a fim de subsidiar sua vigilância. Considerado pelo Instituto Nacional do Câncer - INCA (2017) como a segunda doença mais causadora de mortes, o crescente número de casos novos e óbitos ocorrem a nível mundial, por isso a Organização Mundial da Saúde (OMS) define parâmetros necessários para prevenção dos riscos e agravos que devem ser adotados pelos países signatários. Com isso criou-se a Política Nacional para a Prevenção e Controle, que tem o objetivo de incidir na redução do número de mortalidade e no controle da doença, impactando ainda na redução da incidência de alguns tipos de cânceres preveníveis.

O objetivo deste trabalho trata-se de analisar a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, identificando os princípios: descentralização, regionalização, integralidade, bem como os avanços, desafios e limites no desenvolvimento dos mesmos.

Desta forma, a metodologia utilizada consiste na pesquisa dos documentos ligados a essa política. Além do levantamento e exposição de bibliografias que versam sobre a temática.

Para tanto, o trabalho foi dividido em partes inter-relacionadas, no primeiro momento realizamos apontamentos sobre o câncer e a configuração da política para a prevenção enquanto uma política social. Para então analisarmos os princípios de descentralização, regionalização e integralidade da referida política.

II - Uma Discussão Sobre o Câncer: Definição, Histórico e a Política Nacional Para a Prevenção e Controle

Do ponto de vista histórico, analisar uma doença de alta complexidade requer pontuar o desenvolvimento de medidas necessárias para o seu controle como parte de um processo de avanço tecnológico e científico. Notam-se meios possíveis para evolução nos diferentes contextos da prevenção, tratamento, do controle da doença intrínseco a realidade social, econômica e política do país e o contexto mundial.

No Brasil, as primeiras medidas relacionadas ao câncer surgiram no século XX atreladas unicamente ao tratamento. O conhecimento restrito acerca da etiologia da doença provocou pouca ênfase na prevenção, focalizando tão somente tratamento individual. Nesse contexto os índices de mortalidade eram baixos, mas devido complexidade da doença já se tinha uma tendência na elevação dos números de mortes. No decorrer do século XX não se tinha uma estruturação de política voltada ao tratamento do câncer, pois, neste período a doença era vista e tratada como casos pontuais e/ou individuais, com simultâneo crescimento de números em relação a casos novos e evoluções a óbito (BARRETO, 2005, p. 268).

O primeiro marco legal que buscou legalizar o tratamento do câncer aconteceu em 1993, com a publicação da Portaria Nº 170/1993 da Secretaria de Saúde e Assistência Social, que estabeleceu as normas para credenciar os hospitais em procedimentos para tratamento do câncer. Cinco anos depois a Portaria Nº 3.535/1988 dividiu e estabeleceu uma rede de tratamento de maneira hierarquizada, com cadastramento de centros de atendimento em oncologia.

Vale ressaltar que o direcionamento de ambas as portarias restringe-se ao credenciamento de redes hospitalares para tratamento da doença, afirmando novamente o câncer enquanto uma doença *pontual*¹ que requer intervenção medicamentosa e/ou de procedimento oncológico *individual*. Em contra partida, segundo estimativas do INCA, gradativamente os números foram aumentando, tendo em vista os fatores para desenvolvimento, complexidade do tratamento e possibilidades de reincidir da doença.

A partir dos anos 2000 há uma retomada da discussão do câncer na agenda política, corroborado por orientações da OMS², tendo em vista elevados índices de casos novos e mortalidade pela doença a nível mundial, foi por meio dos parâmetros especificados pela OMS que o Brasil alterou a abordagem/concepção do câncer e instaurou uma política específica. Em outras palavras, anteriormente o foco da abordagem governamental ao câncer consistia em seu tratamento, com a modificação no seu enfoque torna-se primordial a prevenção dos riscos e controle dos agravos.

A primeira política estruturada foi implementada por meio da Portaria Nº 2.439 de 2005, que instituiu a Política Nacional de Atenção Oncológica (PNAO), a partir de desta percebemos a afirmação do câncer como problema de saúde pública, com estruturação da rede de atenção oncológica a ser implantada em toda unidade federada, e avanços nos parâmetros e diretrizes da atenção oncológica. Considera-se que essa foi à primeira legislação que ampliou a concepção

1 Refiro-me a uma doença pontual que requer tratamento, ressaltando que quando o olhar volta-se tão só ao tratamento, não se tem possibilidade de reduzir os casos novos, que aumentam paralelamente. Neste período, tratava-se a queixa do paciente com a conduta médica e não se discutia à proporção que a doença poderia alcançar (uma doença grave, com tratamento complexo e possibilidades de reincidir). Por isso, nota-se que neste contexto não se tinha ligação com olhar preventivo para que pudesse evitar o surgimento da doença ou a detecção precoce, para evitar evoluções a óbito e prognósticos insatisfatórios.

2 A OMS publicou alguns relatórios importantes, a saber: 1) Relatório Global - Prevenção de Doenças Crônicas: Um Investimento Vital, OMS, 2006, 2) Relatório Oncológico Mundial, IARC/OMS, 2008 e 3) Uma agenda de investigação prioritária para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis, OMS, 2011. A análise destes nos direciona a indicar que tais parâmetros orientam a abordagem do câncer como problema de saúde pública mundial e sinalizam a necessidade de intervenção governamental pela via preventiva.

câncer, conseqüente a esta, algumas outras legislações foram implementadas, versavam sobre início do tratamento, para favorecer a bom prognóstico, além de estruturação de programas e sistemas específicos (exemplos: SISCAN, SISMAMA, SISCOLO, SIM) que favorecem a vigilância dos diversos tipos de câncer.

Percebe-se que por intermédio da pressão internacional no que tange não só o tratamento, mas também a prevenção, os países signatários da OMS foram direcionados a implementação de medidas de prevenção e controle do câncer. Fato que instigou o Brasil, no ano de 2013, a publicar a Portaria Nº 874 de 16/05/2013 que institui a Política Nacional para a *Prevenção e Controle do Câncer*, que substituiu a PNAO de 2005. Com a substituição da portaria de atenção a oncologia e implementação da política de prevenção e controle do câncer apontamos a um direcionamento a criação de medidas estratégicas que devem incidir nos riscos e agravos da doença.

Desse modo, o objetivo da nova política implementada em 2013 consiste na redução da mortalidade e da incapacidade causadas pela doença e ainda possibilitar a diminuição da incidência de alguns tipos de câncer. Ademais, a política objetiva a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de ações de promoção, prevenção, detecção precoce, tratamento oportuno e cuidados paliativos. Percebe-se modificação na abordagem da doença, tendo em vista o enfoque da prevenção e do seu controle e reafirmando a importância do acesso universal e igualitário às ações e serviços.

Nessa direção, a política prevê princípios e diretrizes que buscam estratégias acerca dos riscos da doença, reconhecendo o câncer como prevenível e como necessário a oferta do cuidado integral. Por isso ressalta a articulação entre a promoção de saúde e a prevenção do câncer, a fim de subsidiar o monitoramento e vigilância da doença.

O investimento na prevenção pode reduzir o número de casos, por exemplo, a estimativa do INCA percebe-se que o câncer mais incidente no mundo é o de pulmão (1,8 milhões). O principal fator de risco no desenvolvimento deste tipo de câncer é o tabagismo, que acarreta outros tipos de câncer de doenças crônicas, mas, que pode ser tratado e por consequência prevenir os riscos de desenvolvimento destas.

É sabido que o gasto com o investimento em prevenção é infinitamente menor do que o necessário para realização do tratamento oncológico, por isso, evidencia-se ótimo custo-efetividade no caso da prevenção do tabagista³. Salienta-se que a responsabilidade do desenvolvimento de implantação e ações de cuidado tem sido a atenção básica, destaca-se aqui um exemplo de descentralização com ênfase do município.

Em termos de gasto com a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, a política prevê que para seu financiamento os recursos sejam retirados dos fundos nacionais, estaduais e municipais da saúde, citando ainda o ressarcimento da rede privada, o repasse de recursos advindos da Seguridade Social, criação de fundos especiais e parcerias com órgãos nacionais e internacionais. Apesar de especificar as fontes de financiamento, a política não delimita estimativa e/ou percentual necessário.

Com pesquisa no acervo documental concedido pelo INCA percebemos que a maior parte do recurso destinado para o câncer consiste no diagnóstico, mas há um gasto elevado no tratamento, que por ser de alta complexidade requer utilização de tecnologias importadas. O último estudo disponibilizado pelo INCA quanto ao gasto com prevenção e tratamento foi em 2007 (sete anos antes da implementação da política para a prevenção), o mesmo refere que o

³ Para aprofundamento do tema ver: Pinto (2007).

custo do tratamento tende a ser sete vezes mais caro do que da prevenção da doença. Segundo as projeções disponibilizadas em época, o custo para o tratamento de estágio avançado em 2008 a 2010 seria de R\$ 35 milhões, enquanto a detecção precoce sairia por R\$ 5 milhões de reais.

Evidencia-se que se houvesse uma destinação maior de recursos a prevenção, teríamos uma redução no número de casos de câncer, corroborando com diminuição de gasto com tratamento da doença e efetivando a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer.

Na atualidade, percebe-se que a implementação da referida política vem gerando modificação no acesso às informações sobre prevenção e foco no controle da doença de maneira positiva, sobretudo nas ações de vigilância da doença. (INCA, 2017). Contudo, a diversidade territorial brasileira ainda persiste como um desafio na implementação da política, pois a acessibilidade aos serviços previstos pela mesma ainda é restrito a regiões mais desenvolvidas, tendo em vista que algumas regiões do Brasil não possuem acesso igualitário, ainda que tenha sido previsto na Constituição Federal de 1988. Inclusive, alguns tipos de câncer apresentam como sendo a principal causa de morte nas regiões brasileiras menos favorecidas (idem, 2017).

A diversidade territorial ainda demonstra certo descompasso no cotidiano do desenvolvimento da política de saúde, em se tratando do câncer, os números apresentados pelo INCA (2017) afirmam que os cânceres associados às condições socioeconômicas permanecem elevados, conforme será demonstrado no próximo tópico.

III - Reflexões Sobre Princípios de Descentralização, Regionalização e Integralidade da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer

A Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer prevê princípios e diretrizes para seu funcionamento. Neste estudo, pautamos três destes princípios, com objetivo de expor avanços, desafios e limites para desenvolvimento destes mediante a referida política.

A começar citamos a descentralização, que redefine as responsabilidades governamentais e “reforça a importância dos executivos subnacionais na condução da política de saúde” (LIMA, p. 1904). Transferindo o poder e gestão, anteriormente somente da esfera Federal, aos Estados, sobretudo aos Municípios. Contudo, a autora refere que a saúde brasileira acomodou “tensões federativas” na incorporação dos princípios de descentralização e regionalização, previstos no SUS.

No que tange a dimensão de descentralização, percebemos que a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer focaliza sua concepção acerca da ênfase da responsabilidade municipal, e na organização da rede buscando cuidado integral ao câncer. A política previu cada esfera de cuidado e divisão entre as responsabilidades, impulsionando a descentralização com vistas ao tratamento realizado pela rede hierarquizada em níveis de atenção, na expectativa de suprir as demandas dos usuários e suas necessidades oncológicas.

A descentralização se constitui a partir da estruturação da rede de serviços e atenção oncológica, ou seja, define o fluxo da alta complexidade e orienta a rede de tratamento da doença. Percebe-se a organização da rede de atenção descentralizada, sobretudo respeitando os critérios de acesso, por isso, reconhece-se o avanço na construção deste aspecto na política. Contudo, sinalizamos que ainda que tenhamos avançado nesta definição, persistem desafios e limites no desenvolvimento da descentralização como pretende a política, a começar pela realidade territorial e o acesso da população à saúde pública.

Em seguida expõe-se o princípio de regionalização, que tende a uma proximidade a descentralização, mas “apesar de estarem incorporados conjuntamente às diretrizes operacionais do SUS, regionalização e descentralização não operaram, necessariamente, em sentidos convergentes ao longo do tempo” (PEREIRA, 2009, p. 15). A autora cita a descentralização associada aos municípios e a regionalização responsabiliza os estados, tendo cada uma se desenvolvendo em momentos diferenciados. Pois, “a regionalização do SUS é entendida como a construção de desenhos que respeitem as realidades locais” (idem, 2009, p.50). Vale enfatizar que a descentralização e a regionalização se complementam no que tange a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer.

A percepção de regionalização dentro da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer se dá a partir da rede hierarquizada de atenção a saúde, que busca definir estratégias de articulação junto às secretarias para desenvolvimento de planos regionais de prevenção, como o exemplo do tabagismo exposto no item anterior.

Além disso, a referida política sinaliza o cuidado integral da pessoa com câncer através do sistema de referência e contrarreferência, que se trata dos encaminhamentos diversos ao usuário entre os diferentes níveis de complexidades dos serviços de atendimento. A elaboração de um sistema de referência e contrarreferência viriam a facilitar a vida do usuário, com vistas a identificar a necessidade do acompanhamento integral de sua saúde, mas ainda compreendemos que um dos desafios à consolidação traduz-se no tempo de espera/acesso, tendo em vista que os Estados brasileiros criam meios de realizar tais encaminhamentos.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o funcionamento do Sistema de Regulação de Vagas que realiza os encaminhamentos direcionando o usuário a rede de atendimento não consegue prever uma data de atendimento quando o paciente é inserido no sistema, em alguns casos o acesso à consulta pode chegar a anos de espera. No caso dos pacientes oncológicos, pós-confirmação do diagnóstico a pessoa tem 60 dias, de acordo com a Lei Nº 12.732/2012, para iniciar o tratamento (cirurgia, radioterapia, quimioterapia, medicamentos), contudo o problema antecede o diagnóstico, pois em muitos casos não se tem acompanhamento preventivo e em outros a demora persiste no acesso do usuário a biópsia⁴ para definição do diagnóstico, evidenciando um aspecto ligado tanto ao limite e quanto um desafio para a política para prevenção. Além disso, o acesso demorado no decorrer da investigação do câncer associa-se a falta de recursos necessários para abarcar o problema.

Outra percepção atual se traduz na alta demanda, uma vez que a conjuntura econômica e política do país propicia elevado número de desemprego e por consequência o aumento da demanda na rede pública de saúde, considerando que com a inserção em atividade remunerada muitos acessam a rede privada de saúde e na ausência desta, retorna ao serviço público. Com isso, percebe-se que o recurso torna-se ainda mais insuficiente frente às necessidades apresentadas pela população.

No que se refere à integralidade, este princípio associado à amplitude do tratamento, para tanto, busca-se promoção, prevenção de agravos e recuperação da doença, assim, “a integralidade se referia, sobretudo à abrangência dessas respostas governamentais, no sentido de articular ações de alcance preventivo com as assistenciais” (MATTOS, 2004, p. 1411). A CF (1988) afirmou a integralidade como um dos princípios do SUS, que visa “atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais” (art. 198, II).

⁴ Em breves linhas, o objetivo da biópsia consiste em um procedimento de retirada de material para análise realizada por especialista a fim de confirmar o diagnóstico de câncer.

Dessa forma, a integralidade se apresenta como conjunto de necessidades dos indivíduos que serão atendidas de maneira *integral*. Contudo, a garantia da integralidade se dá a partir da (re) organização de todo o sistema “prevendo a articulação da atenção básica com os demais níveis de assistência.” (BRAVO, 2006, p. 18).

Nota-se o avanço da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer ao afirmar a integralidade do cuidado da pessoa com essa enfermidade, e para isso se compromete a estimular a atenção integral nas três esferas do governo. Nessa perspectiva, identifica-se que a política do câncer foi construída e articulada a integralidade, tendo em vista que se vincula a toda linha de cuidado do paciente a partir da estruturação de uma rede de ações e serviços necessários.

Os limites e desafios apresentados à descentralização e regionalização também são enfrentados pela integralidade, sobretudo porque a política prevê a integralidade em toda linha do cuidado, mas a realidade dos serviços de saúde e os elevados números de óbito pela doença demonstram ineficácia neste aspecto.

Por tudo isso, consideramos que a presença de tais princípios na Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer consiste como um grande avanço, mas apesar de reconhecer o avanço em tal definição pontua-se que ainda persistem entraves na condução e execução da política. No atual momento um dos desafios enfrentado pela política consiste no sucateamento da saúde pública, especialmente na ausência de recursos disponíveis para sua execução plena.

Nessa perspectiva, a descentralização e a regionalização organizam as esferas estadual e municipal nas ações estratégicas que busquem a integralidade e a prevenção de cânceres preveníveis, tal como a experiência positiva no caso do tabagismo. Mas, a análise das estimativas disponibilizadas pelo INCA para os anos de 2018-2019 nos demonstra que os casos novos no país para permanecem elevados, um exemplo disso trata-se da persistência de cânceres relacionados com a condição socioeconômica menos favorecidas, como por exemplo, o colo de útero⁵, são 16.340 casos novos de cânceres esperados para o Brasil.

Desta forma, observamos uma falha na implementação da Política Nacional para Prevenção e Controle de Câncer, uma vez que ainda é alto o índice de câncer possivelmente tratável de acordo com os dados apresentados pelo INCA (2017).

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O câncer na atualidade pelas elevadas estimativas apontadas pelo INCA (2017) persiste como sendo a segunda doença mais causadora de morte. Além disso, permanecem elevadas as estimativas de números de casos novos, conseqüentemente esse crescimento tem se refletido na maior demanda por diagnóstico e formas de tratamento oncológico. Por sua magnitude o câncer consiste em uma questão de saúde pública.

O intuito precípua apresentado neste trabalho foi fomentar a discussão acerca da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer e dos princípios de descentralização, regionalização e integralidade. Nessa direção, a pressão da OMS no desenvolvimento de medidas para prevenção e controle da doença orientou a implementação da referida política, que consolidou a busca por sua prevenção e controle dos riscos e agravos.

Nesse sentido, alguns apontamentos sobre a realidade da doença, do tratamento prolongado, até porque existe possibilidade de recorrência da doença, e dos seus elevados índices,

⁵ Esse tumor apresenta alto potencial de prevenção e cura quando diagnosticado precocemente, e vem gradativamente alterando seus números em países com processo de transição socioeconômica, contudo, como observado ainda persiste em elevadas estimativas, sobretudo por ser considerado prevenível.

consubstanciaram a discussão sobre as legislações aqui ponderadas. Ratificando que uma doença de alta complexidade requer uma rede estruturada que busque para além do seu tratamento, mas principalmente a sua prevenção e identificação precoce a fim de favorecer a um bom prognóstico. Fator que demonstra a importância da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer.

Com o decorrer deste trabalho foi possível perceber que os avanços em torno da abordagem do câncer na agenda política, com maior ênfase a partir dos anos 2000. Tal avanço é tratado por Castro (2012) como mudanças no cenário das políticas, especialmente a partir do governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se nota uma ampliação no que tange as políticas sociais, possibilitando, sobretudo uma ampliação no mecanismo de proteção e promoção social em torno deste período.

Além disso, com os documentos analisados percebeu-se avanço da consolidação da legislação vigente, contudo ainda persistem entraves em todas as dimensões apresentadas. Apesar da existência dos programas, dos sistemas e da política, a realidade observada ainda permanece em certo descompasso, perceptível pelo crescimento no número de casos novos, como exposto no decorrer deste trabalho e pelos próprios índices de mortalidade.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de discutir e analisar o desenho político da proposta de prevenção e promoção da saúde, principalmente no que tange a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, e a relevância dos determinantes sociais e seus impactos nos números de casos novos de câncer no Brasil e a nível mundial, com vistas à importância das dimensões aqui apresentadas.

Vale reafirmar que é inevitável à constatação de que muito avançamos, com relação às concepção/abordagem da doença e a construção de normas e ferramentas necessárias que buscam prevenção e diagnóstico precoce. Mas, também afirmamos que ainda existe um longo percurso, acentuado por nossa diversidade territorial, e tendo em vista que a doença ainda atinge um grande número de pessoas. Configurando enquanto desafios para a política aqui analisada.

Ademais, conforme demonstrado no decorrer do estudo, apesar da implementação da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, ainda não se tem estrutura capaz de subsidiar o número de atendimentos necessários, corroborando com o elevado índice de acesso ao tratamento ser em fase de estadiamento avançado e poucas chances de cura. (INCA, 2017).

Diante de todos os fatos narrados, concluímos evidenciando a necessidade de efetivação na implementação e materialização da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, assim como a elaboração de novas propostas que atuem em consonância com a mesma, considerando as condições de vida da população, o acesso ao diagnóstico e ao tratamento oncológico, na perspectiva do direito à saúde, assegurado na carta constitucional e em leis posteriores também apontadas no decorrer deste estudo.

V- REFERÊNCIAS:

- BARRETO, EMT. Acontecimentos que fizeram a história da oncologia no Brasil: Instituto Nacional de Câncer (INCA). Revista Brasileira de Cancerologia 2005; 51(3): 267-275. Jan/Mai. 2005
- BRASIL, Constituição Federal de 1988. Dispõe sobre emendas constitucionais e revisão. <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 10 de mar. de 2018.
- BRASIL. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em 01 de mar. 2018.
- BRASIL. Lei Nº 12. 732, de 22 de novembro de 2012. Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12732.htm> Acesso em 14 de mar. 2018.
- BRASIL. Portaria Nº 170, de 17 de dezembro de 1993. Estabelece as normas para o credenciamento de hospitais que realizam procedimentos de alta complexidade em Câncer.
- BRASIL. Portaria Nº 3.535, de 2 de setembro de 1998. Estabelece critérios para cadastramento de centros em oncologia.
- BRASIL. Portaria Nº 2.439, de 8 de dezembro de 2005. Institui a Política Nacional de Atenção Oncológica: Disponível em: <www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/Legislacao/portaria_2439.pdf> Acesso em 24 de jan. 2018.
- BRASIL. Portaria Nº 874, de 16 de maio de 2013. Institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0874_16_05_2013.html> Acessado em 10 de jan. 2018.
- BRAVO, MI. A Política de Saúde no Brasil. In: Mota et.al.(Orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- CASTRO JA. Política social e desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.
- FALEIROS, VP. A política social do estado capitalista. As funções da previdência e assistência social. Cortez: São Paulo, 1987, 5ª edição. Capítulo 4
- IAMAMOTO, MV. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 21. Ed.- São Paulo. Cortez, 2011.
- LIMA, LD et al. Descentralização e regionalização: dinâmica e condicionantes da implantação do Pacto pela Saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(7):1903-1914, 2012.
- MATTOS, RA. A integralidade na prática (ou sobre a prática da integralidade). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(5): 1411-1416 set-out, 2004.
- PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In Boschetti I et al, *Política Social no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2009, 2ª edição.

PEREIRA, AMM. "Dilemas Federativos E Regionalização Na Saúde: O Papel Do Gestor Estadual Do SUS Em Minas Gerais" 2009. Dissertação Mestrado em Saúde Pública - Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

PINTO, MFT - Custos de Doenças Tabaco-relacionadas. Uma Análise sob a Perspectiva da Economia e da Epidemiologia. Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2007.

Organização Mundial de Saúde, Relatório Global - Prevenção de Doenças Crônicas: Um Investimento Vital, 2006.

_____, Uma agenda de investigação prioritária para a prevenção e controlo de doenças não transmissíveis, 2011.

Sites:

www.inca.gov.br - Acesso em 15 de mar. 2018.

www.inca.gov.br/estimativa/2017/ Acesso em 16 de abr. 2018.

bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html - Acesso em 20 de abr. 2018.

AVALIAÇÃO DAS FORMAS DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

THAYNARA MOREIRA BOTELHO

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
thaynarambotelho@gmail.com*

RODRIGO DA COSTA CAETANO

*Professor Associado e chefe do Laboratório de
Estudo do Espaço Antrópico, professor credenciado no
Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
profrodrigouenf@gmail.com*

RESUMO

Trata-se de um artigo de revisão de literatura que faz uma análise crítica sobre a avaliação de políticas sociais numa cena de ajustes neoliberais, sobretudo a partir da década de 1990. Para tanto, situamos a configuração dessas políticas no cenário atual, apresentamos as avaliações usuais na contemporaneidade e, por fim, elencamos os mecanismos de controle exercidos sobre a população por parte do Estado. Estes itens apontam para ineficiência das formas de avaliação por meio da perspectiva gerencialista de “Reforma” do Estado. O percurso metodológico se deu pelo viés da pesquisa bibliográfica, priorizando a interdisciplinaridade de modo a não se restringir a simples metodologia de ensino-aprendizagem, dando ênfase à reformulação do saber, do ser e do fazer a busca de uma síntese com o intuito de alcançar um conhecimento abrangente.

Palavras-chave: Avaliação. Políticas Sociais. Neoliberalismo. Reforma Gerencial. Estado.

ABSTRACT

It is a literature review article that makes a critical analysis on the evaluation of social policies in a neoliberal adjustment scene, especially from the 1990s. Therefore, we place the configuration of these policies in the current scenario, we present the evaluations common in contemporary times, and finally, we list the mechanisms of control exercised over the population by the State. These items point to inefficiency of the forms of evaluation through the managerialist perspective of “reform” of the state. The methodological course was based on the bibliographic research bias prioritizing interdisciplinarity so as not to restrict the simple teaching-learning methodology, emphasizing the reformulation of knowledge, of being and doing to the search of a synthesis with the intention of achieving a comprehensive knowledge, at the same time diversified and unified.

Key-words: Evaluation. Social politics. Neoliberalism. Management Reform. State

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise crítica da avaliação de políticas sociais enquanto importante instrumento para se aprimorar a formulação e a execução dos processos e resultados que podem ser alcançados pela Política Social no contexto neoliberal brasileiro. Uma postura de deleção no tratamento das questões associadas às avaliações destas políticas significa o esvaziamento das possibilidades de análises em seus diversos aspectos e implicações capazes de ir além de uma perspectiva disciplinar.

A análise crítica da avaliação de políticas sociais é de suma importância para aprimorar a formulação e execução dos processos e resultados que podem ser alcançados pela política social no Brasil contemporâneo. Como consequências do neoliberalismo¹, as políticas sociais tendem a se tornar residuais, fragmentadas e focalizadas, tendo primazia o “investimento” no mercado por meio do pagamento dos juros da dívida pública².

A partir da lógica gerencial do neoliberalismo de otimizar recursos em determinadas áreas, o Estado brasileiro deixa de investir o que deveria e até retira recursos das políticas sociais para aplicá-los em áreas mais rentáveis. Destarte, em 1994 foi criada a Desvinculação da Receita da União (DRU) para que o Estado extraísse recursos da seguridade social para cumprir os ajustes da meta fiscal, gerando o superávit primário, que serve para remunerar capitais financeiros em detrimento do social (SALVADOR, 2012).

Seguidamente, elencamos as avaliações que estão sendo executadas, sobretudo pela visão tecnicista do Estado capitalista. As avaliações são realizadas com o objetivo de alcançar a eficácia, eficiência e efetividade. Na lógica de “Reforma do Estado” visa se chegar principalmente a eficiência onde à relação custo-benefício se dá em concomitância com a responsabilidade fiscal em detrimento da social.

Por fim, apontamos mecanismos de avaliação exercidos pelo Estado capitalista com intuito de manter o controle principalmente sobre os sujeitos. Este “assegura as relações de dominação das massas entre as classes sociais, a opressão dos poderosos sobre os dominados” (SILVA, 1995, p 111). As massas, muitas das vezes, não são vistas como atores políticos e sociais que podem contribuir para o debate sobre como está ocorrendo à avaliação das políticas sociais na cena atual, bem pelo contrário, são manipuladas e oprimidas.

CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS COMO MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Cumpra, pois, para fazermos uma análise crítica³ do processo de avaliação de políticas sociais no Brasil, debatermos sobre como as políticas servem para amenizar os conflitos sociais. Elas não são capazes de dar sentido a auto-organização das massas populares⁴ num contexto marcado pelos ajustes neoliberais em que a crise do capital agravada na década de 1970 se tornou estrutural. A partir de então o

[...] trabalho é substituído por complexos sistemas de produção automatizados, a criação de riqueza perde as suas antigas bases materiais, gerando ao mesmo tempo uma

1 “[...] o comando das políticas neoliberais foi esgarçada a liberalização financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social, sob o efeito dos juros do serviço da dívida, potencializando a crise estrutural do capitalismo” (SALVADOR, 2012, p. 5).

2 O Orçamento Geral da União em 2014 gastou com os juros e amortizações da dívida o equivalente a 45,11% do orçamento geral. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confirma-o-grafico-do-orcamento-de-2014/>. Acesso em: 7/2/2016.

3 “Consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas” (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 34).

4 São os sujeitos oprimidos que não tem mais espaço social, político e econômico devido ao processo de complexificação do capital (FREIRE, 1987).

imensa crise estrutural – **que é constatável pelo desemprego estrutural** - e um limite lógico para continuidade da acumulação – que se deve à perda de sua substância viva: o trabalho (MENEGAT, 2008, p. 3, grifos nossos).

Na atualidade as políticas sociais ficam cada vez mais focalizada na pobreza extrema. Com o agravamento da crise promovida pelo neoliberalismo, elas se tornam mais flexíveis, minimalistas, fragmentadas e residuais com o objetivo de dividir as massas sobranes⁵ para desmobilizar suas formas de organização. Freire sinaliza que esse mecanismo serve para “dividir para manter o *status quo* que se impõe, pois, como fundamental objetivo da teoria da ação dominadora, antidialógico” (1987, p. 82).

Por dizer respeito a um processo complexo, ambíguo, multideterminado, com raízes analíticas contraditórias e marcadas por intencionalidades se torna difícil fazer uma análise crítica sobre as funções das políticas sociais gestadas pelo Estado capitalista até porque “[...] a maior parte da literatura disponível sobre política social tende a superdimensionar seu papel, quando não vê este fenômeno em articulação com outras estratégias político-econômicas” (BEHRING, 2011, p. 169).

A política social atua na cena coeva em nosso país na focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência. Diante do desemprego estrutural, não dá conta de atender toda população que necessita de suas ações. Conforme Pereira “é o caso, por exemplo, das atuais políticas sociais neoliberais, de influência neoclássica, que, na sua elaboração, adotam como critério fundamental o cálculo entre custo/ benefício” (2008, p. 28).

Na década de 1990, a política social se torna mais dúbia com o ajuste neoliberal que

[...] não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais. Passa a existir outro projeto de “reintegração social”, com parâmetros distintos daqueles que entraram em crise a partir do final dos anos 70. Os “pobres” passam a ser uma “nova categoria classificatória”, alvo de políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” (SOARES, 2009, p. 12).

Nos anos 1990, por meio do Plano de “Reforma” Gerencial do Estado, proposto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, há a “desresponsabilização” para com as políticas sociais; passa-se a adotar a lógica de desmantelamento pela retração do Estado. Com a “Reforma”⁶ do Estado, ocorreu

[...] uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política (BEHRING, 2008, p. 59).

Soma-se ao exposto o ajuste fiscal proposto pelos organismos internacionais, em que as economias nacionais devem se adequar as condições da economia mundial. No caso do Brasil, ele foi pensado sem se ter a preocupação com a responsabilidade social. Por estarmos falando de um país periférico, o desemprego se tornou estrutural, logo, esse ajuste,

Comprimiu a alocação de recursos ao longo de todo esse período, impondo sua lógica minimalista. Parcela significativa dos técnicos do Estado foi capacitada e formada na perspectiva do ajuste e na lógica das orientações das agências internacionais para

5 Para Arantes se referem à camada da população que não faz mais parte de um Exército Industrial de Reserva (EIR) que de alguma forma seriam inseridas novamente no mercado, mas se quisermos continuar falando em EIR devemos “considerá-lo de tal modo excessivo que já se tornara, a rigor, inintegrável, constituindo-se num imenso reservatório de anomia e apatia política” (2004, p. 41).

6 Concordamos com Behring (2008) que a Reforma do Plano Gerencial do Estado nada mais é do que um processo de contrarreforma, devido aos impactos que a desestruturação do Estado causou as políticas sociais.

política social: a boa focalização, a otimização da relação custo-benefício, o estímulo ao setor privado e ao voluntariado (BEHRING, 2009, p. 2).

Posto isto, a avaliação promovida pelo gerencialismo do Estado, foca seus procedimentos numa visão tecnicista onde a eficiência, ou seja, a relação custo/benefício ganha destaque. Não se tem tanta preocupação de como está se dando o processo de implementação da política, mas de como repercutirá sobre o equilíbrio das contas fiscais. Dessa forma, as avaliações estão cobiçando respostas imediatas, por meio da busca da eficiência das políticas, mas não almejam que os resultados sejam satisfatórios em longo prazo. É desalentador a negação das políticas sociais no contexto desses ajustes. Do ponto de vista social, constata-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo. (BEHRING, 2011).

FORMAS DE AVALIAÇÃO IMPLEMENTADAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

As avaliações são etapas normalmente consideradas no ciclo das políticas sociais e são classificadas de acordo com o tempo, objetos e execução. Com relação à temporalidade temos a avaliação ex-ante, realizada antes do início de implementação de um plano, programa ou projeto. Esta avaliação proporciona critérios racionais para realizar a decisão de implementar ou não as atividades. Nesse estágio, faz-se a análise custo/ benefício e custo/ efetividade sendo que a primeira é a mais adequada para projetos econômicos e a segunda para projetos sociais. (COHEN, 2000).

Apesar dessa constatação, percebemos que a análise custo-benefício é alvo de projetos sociais e não apenas de projetos econômicos, gerando riscos de desmantelamento dessas políticas. A ex- post é feita após a consolidação ou na fase final do plano, programa ou projeto; tem como objetivo medir os impactos e os resultados (BRASIL, 2008).

Quanto ao objeto, tem-se a avaliação de processos e de impactos. A primeira ocorre durante a implementação das atividades. Servem para determinar em que medida os componentes de um projeto contribuem ou são incompatíveis com os fins almejados. Afeta organizações e operações, procura detectar dificuldades de programação, administração e controle, com objetivo de corrigi-las, diminuir custos de ineficiência e medir a eficiência da operação do projeto. A fase da implementação pode ser de insumos, processos e produtos. A avaliação de impactos é realizada durante ou na sua fase final. Procura determinar em que medida os objetivos são atendidos e os efeitos secundários que podem gerar (COHEN, 2000).

No processo de execução temos a avaliação interna, externa, mista e participativa. A interna é utilizada na organização que se localiza o plano, programa ou projeto. Esse tipo de avaliação é criticado por dar mais ênfase ao método de avaliação do que ao conhecimento substantivo da área beneficiária. A externa, ao contrário, é realizada por pessoas alheias a execução, podendo eliminar os atritos de interesse da avaliação interna. A mista procura combinar os dois tipos de executores, pretendendo superar dificuldades e preservar as vantagens de ambas as avaliações. Já a avaliação participativa incorpora os beneficiários tentando minimizar a distância entre avaliador e beneficiários. A estratégia participativa prevê adesão da comunidade no planejamento, programação, execução e operação (COHEN, 2000).

As avaliações podem ser distinguidas ao levar em consideração o número de pessoas afetadas e a magnitude dos recursos, existindo diferenças entre estratégias, lógicas, roteiros, técnicas de análise, resultados almejados e avaliadores. Podem ter como foco a

Efetividade (medida do grau de cumprimento dos objetivos que orientaram a constituição de um determinado programa, tendo como referência os impactos na

sociedade), a eficácia (medida do grau de cumprimento das metas fixadas para um determinado projeto, atividade ou programa em relação ao previsto) ou a eficiência (medida da relação entre os recursos efetivamente utilizados para realização de uma meta para um projeto, atividade ou programa frente aos padrões estabelecidos) de um programa ou projeto (BRASIL, 2008, p. 18).

Nesse momento, vale frisar que os objetivos das políticas nem sempre são definidos de forma clara para descobrir em que extensão foram alcançados. A interpretação da avaliação nem sempre se dá serenamente, às vezes é permeada por conflitos políticos envolvendo interesses de gestão das esferas governamentais (COHEN, 2000).

AValiação como um instrumento de controle⁷ exercido sobre a população pelo estado capitalista

Ao longo dos estudos em avaliação de políticas sociais, percebemos que as formas de avaliação ligadas à visão tecnicista de gerencialismo do Estado privilegia a área fiscal em detrimento da social. O Estado capitalista, além de exercer função reguladora na formulação e execução das políticas sociais também a exerce na etapa de avaliação das próprias políticas, atuando como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto. Dessa forma, os grandes beneficiários da intervenção do Estado sempre serão o grande capital. Em um contexto de crise, os recursos provenientes para as políticas sociais são minimizados em conformidade com o ajuste fiscal (HOFLING, 2001). As avaliações estão mantendo os detritos da cultura da ajuda e do clientelismo principalmente na política de assistência social, por isso,

[...] é um processo político e economicamente determinado por circunstâncias objetivas que lhe impõem uma direção social predominante, qual seja: aquela marcada pelo burocratismo técnico-operativo, cuja funcionalidade à ordem burguesa é inegável (ALVES, 2007, p. 3).

Nesse sentido, a avaliação nos moldes em que está ocorrendo pode provocar a despolitização das massas, que se tornam dependentes de ações paternalistas. Com a Reforma Gerencial do Estado, o choque de gestão é enaltecido sobretudo na área social. Tal concepção se baseia na diminuição do Estado perante o social e na valorização do mercado como único agente capaz de controlar as forças sociais. Com isso,

Ao longo dos anos 1990, a visão instrumental e fiscalista da gestão correspondeu a uma visão ético-política que definiu o Estado como devendo ser “mínimo”, submeter-se a “contrapesos” que estariam “fora” dele (mercado, sociedade civil, indivíduos). [...] Na construção explícita da Reforma, a forma tecnicizada da gestão trouxe consigo uma ética desprovida de grandeza (NOGUEIRA, 2004, p. 50).

Constatamos que as formas de avaliação se modernizaram administrativamente⁸, mas não houve lealdade para com a própria política social. A partir da perspectiva gerencialista, foi iniciada uma incessante busca para se alcançar a eficiência das políticas pelas formas de avaliações, por meio de um processo puramente mecânico, aplicando ações que podem até ter resultados positivos para outras áreas, mas não para social, na qual a realidade deve ser compreendida em sua totalidade, a partir das suas contradições e das abstrações que devem ser realizadas. Assim “a eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer

⁷ Utilizado em seu sentido original, proposto por Émile Durkheim, se refere ao controle exercido pelo Estado sobre a população, com intuito de controlar, refrear as demandas postas pela população.

⁸ Para aprofundamento nesse debate, sugerimos a leitura do Guia de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (GUIA PMBOOK, 2013) que deixa claro que para se ter a eficácia, eficiência e efetividade de um projeto, programa, política, plano e ou portfólio é necessário que a avaliação esteja presente em todo planejamento e gestão das atividades de trabalho, em sua estrutura analítica quais sejam: escopo, riscos, tempo, custo, aquisições, partes interessadas (stakeholders), qualidade, recursos humanos e comunicação. Nesse sentido, é necessário que o planejamento e gestão sejam estruturados em conformidade com esses requisitos.

política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política (SOUZA, 2006).

Ao se fixarem na eficiência, as condições da vida humana e a precarização do trabalho são escamoteadas, não recebem a devida importância, por isso as “reformas” podem agudizar e agravar a crise social em nome da eficiência. Devido à incongruência de interesses,

existe uma crítica dura e permanente sobre a falta de coordenação entre as políticas econômicas e sociais. Os programas de ajuste estrutural implementados na América Latina não consideraram, nas etapas iniciais da sua elaboração, os resultados sociais possíveis (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 36).

Nesse sentido, existe a necessidade de que a coordenação entre ambas se realize de forma equiparada, sem enaltecendo a política econômica, onde acaba prevalecendo o ajuste fiscal minimizando a política social. Para tanto, não deve se levar apenas a relação custo-benefício onde o resultado é medido em curto prazo. As políticas avaliativas no Brasil não se têm prestado às ações de transformação. Dessa forma,

Os estudos avaliativos têm assumido um papel eminentemente burocrático. Os relatórios de avaliação têm tido, via de regra, o destino de gavetas e prateleiras. Assim, a avaliação junto aos órgãos gerenciadores do sistema tem como função, quase que exclusivamente, o controle de alocação de verbas, exacerbando os conceitos de “utilidade, eficiência e serviço (CARVALHO, 2007, p. 96).

A atividade avaliativa, pautada nesses princípios burocráticos, significa assumir uma visão tecnicista e, portanto, não abrangente. Para sair dessa perspectiva reducionista, o processo de avaliação deve se basear na concepção geradora de transformação (CARVALHO, 2007). É necessário refletirmos sobre os processos de avaliação nos moldes atuais. É preciso que ocorra a

[...] ultrapassagem da lógica econômica própria do estado ou da noção de rentabilidade econômica, definindo claramente o lugar do setor econômico e social. Trata-se, assim de, ultrapassar o caráter estritamente econômico e técnico da avaliação fundado no modelo funcionalista ou racionalista clássico que escamoteia seus princípios políticos, sem, contudo negar a importância da dimensão técnica da avaliação de políticas sociais (GOMES, 2001, p. 18).

Falta no Brasil uma cultura política de avaliação das políticas sociais que efetivamente seja um processo político aberto ao diálogo. A racionalidade burguesa pulveriza a realidade. Ocorre a redução da racionalidade a dimensão técnica- instrumental. Dessa forma, as avaliações são orientadas por concepções imediatistas e pragmáticas, camuflando e controlando as demandas postas pela população. As avaliações se tornam parcas nos moldes alienantes da racionalidade administrativa formal (ALVES, 2011).

Por meio da perspectiva gerencialista de racionalidade formal, a avaliação serve como um mecanismo de controle do Estado sobre a população, onde os direitos não são garantidos e a avaliação continua permeada pela análise da eficiência mesmo não sendo a mais adequada para a área social. Dessa forma “a pressão é pela diminuição de custos, dentro de uma lógica fiscal, que tem uma repercussão institucional. O critério para aferir a eficiência não é o da cidadania” (BEHRING, 2008, p. 259). Sob a alegação de maior busca de eficiência e eficácia, a avaliação fragmenta, classifica e típica os processos avaliativos. Dessa forma, não considera que a relação custo-benefício não pode se aplicar às políticas sociais como se aplica ao mercado. Quando direcionadas a política social se dão por um viés unilateral, não consideram as particularidades que a própria política pode ter. Com isso, o controle econômico sobre a política continua forte por meio da lógica da necessidade da Reforma Administrativa, que foi proposto nos governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, acreditamos que é necessário criar mecanismos que possam facilitar movimentos coletivos de participação dos sujeitos como atores políticos no processo de avaliação e não apenas como demandantes ou usuários das políticas sociais. O debate com esses sujeitos se torna imprescindível devido às formas de avaliação que não colocam em questão as políticas focalizadas e minimalistas presentes no Brasil.

É necessário questionarmos como está se dando as avaliações de políticas, uma vez que, apesar de todos os avanços, as políticas continuam tendo características residuais que visam, sobretudo, os interesses do capital. Por meio dos estudos sobre as formas de avaliação de políticas sociais, percebemos que os demandantes da própria política, ou seja, os usuários das ações, serviços ou benefícios sociais não possuem voz. As reivindicações realizadas por esses sujeitos ou não são atendidas ou são atendidas apenas parcialmente.

A avaliação⁹ deve ser um facilitador “pedagógico” com intuito de instrumentalizar as massas populares na elaboração das políticas e não ser apenas um instrumento que privilegia interesses individuais de políticas governamentais onde prevalece o quantitativo das análises custo-benefício. As massas podem contribuir de forma fortuita para melhorar as formas de avaliação de políticas sociais que acabam se tornando um fim em si mesma a partir do momento que se tornam um mero procedimento técnico – operativo. (BARREIRA, 2000).

As demandas postas pelos usuários devem ser atendidas integralmente, não levando em consideração apenas a relação custo-benefício, que se tornou na nossa visão o principal instrumento de avaliação de políticas sociais, com parca responsabilidade social. Por isso, é necessário realizarmos uma análise crítica das formas de avaliação (moldadas pela reforma gerencial) de políticas sociais no Brasil.

O próprio termo “avaliação” etimologicamente significa valor que se atribui a algo, não isenta de neutralidade. Conforme Prates, seria o

[...] esforço de apreciar efeitos reais, determinando o que é bom ou ruim, como juízo, não pode ser neutro, nem exterior às relações de poder, logo tem caráter eminentemente político exigindo postura de objetivação e independência (PRATES, 2010, p. 4).

Os ajustes fiscais proferidos pelo Estado fizeram com que as políticas sociais se tornassem mais limitadas, restritas a uma parcela da população e sem perspectivas de mudanças positivas para área social em longo prazo. Há um retrocesso no momento em que as políticas sociais são restringidas pelo chamado ‘ajuste fiscal’; muitas são transformadas em práticas assistencialistas, tendo sua execução implementada também por organizações não governamentais isto quando não são privatizadas.

O resultado dos ajustes neoliberais é desalentador. Atesta-se para o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade ao passo que aumenta a riqueza e concentração de renda no Brasil. Com os ajustes, o alcance das políticas sociais está se afastando de forma assídua da concepção de garantias de direitos sociais no momento em que deveria ocorrer um salto de qualidade na alocação do fundo público no que concerne à destinação das políticas sociais em tempos de desemprego estrutural.

Por isso a avaliação de políticas sociais como um mecanismo administrativo implementado pelo Estado capitalista é orientado por intencionalidades. Para tanto faz-se necessário discutir quais são essas intencionalidades e os fins que perseguem nessa sociedade. É imperioso

⁹ Seu objetivo é ou pelo menos deveria ser “melhorar a qualidade dos processos de implementação ou verificar seus resultados, dando também subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras” (VAISTMAN, 2008, p. 158).

aprofundarmos nessa temática tão importante para o futuro das próprias políticas sociais, ampliando o debate, realizando uma análise crítica, fazendo uma avaliação das avaliações de políticas sociais.

Diante dessas problematizações, não temos a pretensão de esgotar o assunto nas observações aqui expressas, este estudo visa contribuir e instigar novas reflexões, permitindo um aprimoramento teórico constante, com atuação mais comprometida com as transformações que estão acontecendo na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. A. Avaliação da política de assistência social no Brasil neoliberal: instrumento de controle exercido pela população ou sobre a população? **Serviço Social e Sociedade**, nº 92. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Avaliação de Políticas Sociais orientada pelo Materialismo Histórico de inspiração marxiana. **Argumentum**, nº 3, vol. 1, p. 125-137; Vitória (ES), 2011.

ARANTES, P. E. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.

BARREIRA, M. C. R. N. **Avaliação Participativa de Programas Sociais**. São Paulo: Veras - CPIHITS, 2000.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. Notas para um Balanço Crítico do SUAS: a título de prefácio. **Em Foco**, n. 5; São Paulo, p. 20-45, 2009.

_____. Fundamentos de Política Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)**. Org: RONCARATTI, L. S.; FONTENELLE, A. Brasília: Vestcon, 2008.

CARVALHO, M. C. B. Avaliação Participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

COHEN, E. R. F. **Avaliação de Projetos Sociais**. São Paulo: Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, M. de F. C. M. Avaliação de Políticas Sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, M. O. da S. (Org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

HOFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. São Paulo: **Cadernos CEDES**, ano XXI, nº 55, 2001.

MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? **Praia Vermelha**, nº 18, PPGSS/ UFRJ; Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Notebook/Downloads/texto_menegat%20(1).pdf. Acesso em 09/11/2014.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos: Guia PMBOK**. 5 ed. Newton Square, PA: Project Management Institute, 2014.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para Sociedade Civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRATES, J. C. **As Pesquisas Avaliativas de enfoque misto e a construção de Indicadores para a Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. Rio de Janeiro: ENPES (ANAI), 2010.

SALVADOR, E. **Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. I Simpósio de Orçamento Público e Políticas Sociais na Universidade Estadual de Londrina (UEL)**, 2012.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SILVA, M. O. S. **Serviço Social e Participação Popular**. São Paulo: Cortez. 1995.

SOARES, L. T. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 8, nº 16, jul/dez. 2006, p. 20-45.

VAITSMAN, J. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: principais desafios**. Brasília: ENAP, 2008. Disponível em: www.mds.gov.br/backup/servicos/pss-2008/2_jeni_vaitsman.pdf

ECONOMIA DOS BENS CULTURAIS NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA CRIATIVA DO AUDIOVISUAL

ARAUJO, MARGARETE PANERAL.

PPGMSBC- UNILASSALE

margarete.araujo@unilasalle.edu.br

BEM, JUDITE SANSON DE.

PPGMSBC- UNILASSALE

jsanson@terra.com.br

WAISMANN, MOISÉS.

PPGMSBC- UNILASSALE

Moises.waismann@bol.com.br

RESUMO

O audiovisual ainda é um setor significativo do segmento mídia e da economia criativa, gerando circulação de equipamentos, pessoas, e capitais no mundo, criando ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços. O objetivo do artigo é apresentar e problematizar algumas características desta indústria, realizando uma aproximação possível do cinema (bem cultural) frente o rápido crescimento de serviços. O método utilizado foi de uma pesquisa aplicada com técnicas descritivas e bibliográficas, fazendo uso de dados qualitativos e quantitativos. As análises dos dados pretendem caracterizar o mercado do cinema brasileiro no período 2001 a 2016 e identificar a determinação pela oferta e demanda de um bem ou serviço. Por fim, o trabalho chama a atenção para a necessidade de se atender à demanda da modernização tecnológica, imposta pelas transformações que se dão, em ritmo cada vez mais acelerado, na forma de produção de filmes.

Palavras chaves: Economia dos bens culturais. Indústrias criativas. Audiovisual. Cinema

ABSTRACT

The audiovisual sector is still a significant sector of the media segment and the creative economy, generating circulation of equipment, people, and capital in the world, creating cycles of creation, production and distribution of products and services. The purpose of this article is to present and problematize some characteristics of this industry, making a possible approximation of cinema (cultural) in the face of the rapid growth of services. The method used was an applied research with descriptive and bibliographic techniques, making use of qualitative and quantitative data. The data analyzes intend to characterize the Brazilian cinema market from 2001 to 2016 and identify the determination by the supply and demand of a good or service. Finally, the work draws attention to the need to meet the demand for technological modernization, imposed by the increasingly rapid changes in the form of film production.

Key words: Cultural goods economy. Creative industries. Audiovisual. Cinema

Introdução

O audiovisual é um segmento significativo da mídia e da economia criativa sendo, gerando circulação de equipamentos, pessoas, e capitais no mundo, criando ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços. Desde o início do século XX, que o cinema se afirmou como indústria de entretenimento e impactou a cadeia produtiva. O porte econômico dessa indústria do audiovisual, segundo o Ministério da Cultura (2016) tem um grande impacto na economia, mas esse segmento, no entanto, não possui ainda estatísticas setoriais detalhadas para sua análise. Nesse sentido, justifica-se que são as bases do pensamento microeconômico, que podem refletir sobre a demanda de bens e serviços e sobre o consumo sucessivo desse setor.

A discussão do consumo dos bens culturais incorporou variáveis não tradicionais, como a educação, as experiências passadas, a localidade, a classe social, as relações pessoais, as funções econômicas desempenhadas na sociedade. Nesse sentido, com base nas informações do setor vinculado aos eixos da cadeia produtiva do audiovisual, é possível refletir sobre a oferta, demanda e mercado de trabalho desse segmento. O objetivo do artigo é apresentar e problematizar algumas características desta demanda, realizando uma aproximação possível do cinema (bem cultural) frente o rápido crescimento de serviços.

O pensamento microeconômico atribuiu um papel significativo à utilidade, como determinante da demanda de bens e serviços, em consumos sucessivos de uma determinada unidade a utilidade adicional ou marginal torna-se decrescente. Assim, o aparecimento de uma brecha para as explicações da microeconomia tradicional, ou mesmo, as teorias nem sempre conseguem dar conta de toda a diversidade de bens dispostos na sociedade.

De acordo com Diniz e Machado (2010) o consumo de bens culturais pode ser determinado como uma decisão individual, considerando características como as experiências passadas do indivíduo ou da coletividade em que se insere. A discussão do consumo dos bens culturais incorpora variáveis não tradicionais. Logo, em cada região, período histórico e capital humano disponível haverá uma relação de demanda específica para cada indivíduo. O cinema é um bem cultural que pode ser considerado um exemplo típico desta situação, pois arrebatou de forma crescente multidões para as salas.

Neste sentido e a partir dos dados disponíveis sobre a evolução das salas de cinema no Brasil, este trabalho tem como objetivo, apresentar e problematizar algumas características desta demanda, realizando uma aproximação possível do cinema (bem cultural) com as diferentes situações que ocorreram na sua trajetória nestes últimos anos.

O trabalho utilizou como ferramenta de análise, dados obtidos junto ao portal Filme B para realizar a apresentação e discussão das informações. Além desta introdução o artigo se divide em mais duas sessões, uma retratando as bases teóricas e a outra sobre a evolução das variáveis da demanda do Cinema no Brasil. Ainda conta com as considerações finais e as referências.

Revisão da Literatura

Antes de apresentar as características da demanda é importante destacar a expressão “Indústria Cultural” que apareceu na Escola de Frankfurt, através do envolvimento dos sociólogos Adorno e Horkheimer de 1947, que popularizaram o termo. Eles diferenciaram o entretenimento comercial industrial como o cinema, a radiodifusão, as publicações, as gravadoras musicais das artes visuais devido a grande massificação desse produto cultural. Assim, a expressão foi utilizada para todas as indústrias que produzem bens e serviços culturais (UNITED NATION, 2008). Posteriormente o termo indústria criativa se amplificou, como sendo, a uma indústria

onde o trabalho intelectual é preponderante e onde o resultado alcançado é a propriedade intelectual, segundo Bendassolli (2007).

O consumo de bens culturais de acordo com Diniz e Machado (2010) pode ser determinado por uma decisão individual, considerando características como as experiências passadas do indivíduo ou da coletividade em que se insere. De acordo com as autoras, na literatura a base dos determinantes do consumo dos bens culturais e artísticos está, sobretudo, na obra de Gary Becker (2007), que analisou o custo-benefício das atividades que aumentam a produtividade.

O trabalho de Stigler (1977) e Becker (1969; 1978) também podem ser considerados como um marco na discussão sobre o consumo de bens culturais, porque desafiam a teoria econômica neoclássica e inserem um contexto até então irrelevante para os autores desta área. Assim, no que diz respeito ao consumo de bens e sua relação com o gosto e preferências, percebe-se que a demanda não estaria relacionada propriamente ao gosto, porque como os autores salientam, estes mudam de indivíduo para indivíduo e, nesse sentido, o mais correto é manter a noção de *ceteris paribus* (termo latino da economia que significa “todas as demais coisas permanecem iguais”). No entanto, é a capacidade e habilidade intelectual dos consumidores que passam a atribuir valores diferenciados para os bens culturais (obras de artes, musicais, etc.). Assim, o consumo passa a indicar o acesso a esses bens e serviços e, portanto, os benefícios potenciais neles contidos, no sentido inverso, o não consumo ou as limitações deste podem identificar as perdas potenciais advindas destas faltas. São essas bases teóricas que, na brecha para as explicações da microeconomia tradicional, identificam, que é possível dar conta de toda a diversidade de bens dispostos para a sociedade.

Para Sobrosa (2010) além da dimensão econômica, existem outras perspectivas como a Sociológica que busca analisar as práticas de acordo com a faixa etária ou o gênero ou principalmente, o nível econômico e escolar, pois de acordo com Bourdieu (2007, p. 9).

Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais(frequências dos museus,concertos, exposições, leituras e etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução(avaliado pelo diploma escolar ou pelo número de anos de estudo) e, secundariamente, a origem social.

Também a perspectiva Psicológica explica, pois ocorrem através de estudos qualitativos, entrevistas, observação para entender a motivação pessoal para o consumo ou não de dado bem ou serviço cultural. Na perspectiva histórica, é possível entender que a prática do consumo liga-se ao momento histórico, localização no tempo e espaço. Um exemplo é a demanda por cinema nos anos de 1930, quando ainda não havia se tornado um bem de consumo de massa e também inexistia concorrentes como a televisão e o computador.

Com essas perspectivas pode-se entender a demanda por bens culturais, assim como outros bens que não fogem à regra: se há um aumento dos preços de um determinado bem, como por exemplo, espetáculo de dança, o consumidor poderá diminuir o número de vezes que vai ao mesmo ou buscar alternativa de entretenimento, como a aquisição de vídeo. “Alguns exemplos possíveis de substitutos aos bens artístico-culturais são outras fontes de lazer e entretenimento, tais como esportes e outras formas de recreação de grupo não relacionadas com as artes” segundo Diniz e Machado (2010, p. 5). Além disso, caso haja um aumento da renda do consumidor ele demandará uma maior quantidade de bens, como cd’s, revistas, livros, shows, entre outros.

A renda é outro fator determinante do consumo. Ela corresponde a uma restrição no consumo, assim como o preço da mercadoria faz. A economia, em geral, trata bens artístico-culturais como bens de luxo, ou seja, bens cuja demanda é altamente influenciada pela renda do consumidor. No entanto, as evidências empíricas sobre o efeito da renda sobre o consumo cultural é misto (DINIZ; MACHADO, 2010, p. 5).

Existe também, para os nossos propósitos, a influência das elasticidades (preço, cruzada e renda) do consumo de bens culturais. A maioria dos bens culturais apresenta elasticidade renda positiva, embora uma parte destes esteja na categoria de “bens inferiores”, ou seja, ao aumentar a renda, ao invés de aumentar o consumo do bem há sua redução e, em contrapartida, o consumo por outro de melhor qualidade. Como exemplos, podem-se enumerar os casos das trocas dos Cd’s piratas por Cd’s originais ao longo de vários períodos, ou pen-drive, televisão analógica por TV digital, uso de TV por assinatura ao invés de televisão aberta, entre outros. Também é importante ressaltar as questões regionais que estão relacionadas com a oferta de bens artísticos culturais, pois em não havendo oferta o indivíduo não tomará contato com o bem (DINIZ; MACHADO, 2010).

Os bens culturais apresentam algumas características que os distingue da maioria dos demais bens e serviços. Uma destas distinções é que apresenta utilidade marginal positiva, percebida à medida que há o aumento da demanda por um bem cultural. Um exemplo pode ilustrar melhor: quanto mais o consumidor, tem a experiência de frequentar o cinema, mais ele deseja ir ao mesmo ou assistir filmes. Assim, a aquisição de bens culturais, ao longo do tempo, mostra que em parte eles são “aditivos”, ou seja, apresentam uma relação de utilidade positiva.

Outra influência positiva é a educação do consumidor, visto que, quanto maior a escolaridade deste maior será a demanda por bens culturais. A educação, no entanto, não influi com a mesma intensidade no consumo de bens como a alimentação doméstica, diferente da demanda de alimentação fora de casa (jantares ou festas) considerada também como atividades de lazer.

A educação é um importante componente do capital humano, uma vez que contribui para a capacidade do indivíduo para o processamento e aquisição de informações. A educação do pai e da mãe, formal ou artística / cultural, também é um fator relevante, pois é uma proxy para a exposição ao bom na infância e na adolescência. Além da educação formal, a formação em qualquer atividade artística ou cultural também influi no consumo (DINIZ; MACHADO, 2010, p. 4).

Existem, para citar, outras variáveis que, analisadas de forma independente, não explicam a demanda em si, mas no contexto geral podem fazer diferença. Entre elas tem-se: os efeitos cumulativos da idade, sexo, raça/cor e religião. O trabalho de Stigler (1977) e Becker (1969; 1978) pode ser considerado como um marco na discussão sobre o consumo de bens culturais porque desafiam a teoria econômica neoclássica e insere um contexto até então irrelevante para os autores desta área. Nesse sentido, se insere o objeto de estudo deste trabalho, ou seja, a economia dos bens culturais no Brasil: breves considerações sobre as indústrias criativas do audiovisual tendo como foco o cinema, como bem cultural e a existência de salas de cinema como uma variável próxima desta demanda. O cinema é originário da cidade de Paris, em 28 de dezembro de 1895 quando, “ocorreram às primeiras projeções públicas de fotografia animada, graças ao cinematógrafo, aparelho inventado pelos irmãos Lumière” (LOPES, 2014, p.61). O cinema chegou ao Brasil seis meses depois.

Método

Pesquisa aplicada com técnicas descritivas e bibliográficas fazendo uso de dados qualitativos e quantitativos. Trata-se de uma análise de indicadores, cujos dados foram obtidos junto ao portal Filme B para a reflexão. As análises serão demonstradas graficamente com descrição.

3. Caracterização do mercado do cinema brasileiro: uma análise do período 2001 a 2016

As análises dos dados pretendem caracterizar o mercado do cinema brasileiro no período 2001 a 2016 e identificar a determinação pela oferta e demanda lembrando que o mercado é determinado justamente pela oferta e demanda de um bem ou serviço. Na figura 1 vemos a evolução do público pelo lado da demanda, no período em estudo. Nota-se que desde 2009 os índices crescem, com exceção dos anos de 2005 a 2008, que houve uma redução de expectadores. A variação positiva, sobretudo entre 2009 a 2016 deixou claro uma conjugação de interesses, que nos faz identificar que houve um favorecimento da indústria cinematográfica, que acabou tendo um papel preponderante nos dados. Além disso, cinema e TV evoluíram separadamente.

Figura 1. Evolução do público geral - Cinema - 2001 a 2016



Fonte: Filme B, 2018.

A figura 2 mostra a renda gerada (preço versus público) entre os anos de 2001 e 2016. Observou-se que mesmo com a redução dos expectadores entre 2005 e 2008 a renda cresceu o que significou que o preço médio do ingresso (p.m.i) aumentou. De acordo com os dados, a renda geral variou, positivamente, em 532,55%.

Figura 2. Evolução da renda geral (em R\$)



Fonte: Filme B, 2018.

De acordo com os dados levantados pelo Filme B (2018) o preço médio do ingresso (p.m.i) em 2016 era de R\$ 14,04 enquanto nas salas 3D eram de R\$ 16,40. Individualmente, o valor dos ingressos diferiu sobremaneira, à medida que mudou a tecnologia de exibição dos filmes. Em 2016 o valor de um ingresso numa sala 4D era de R\$78,00, uma IMAX R\$ 53,00 e uma sala VIP R\$ 70,00.

A figura 05 apresenta a evolução do preço médio do ingresso (p.m.i) no período de 16 anos em estudo. Percebeu-se que houve uma variação de 155% no preço do ingresso (médio) enquanto que o público variou em 147,7% neste intervalo de tempo.

Figura 05. Evolução do p.m.i. (em R\$)

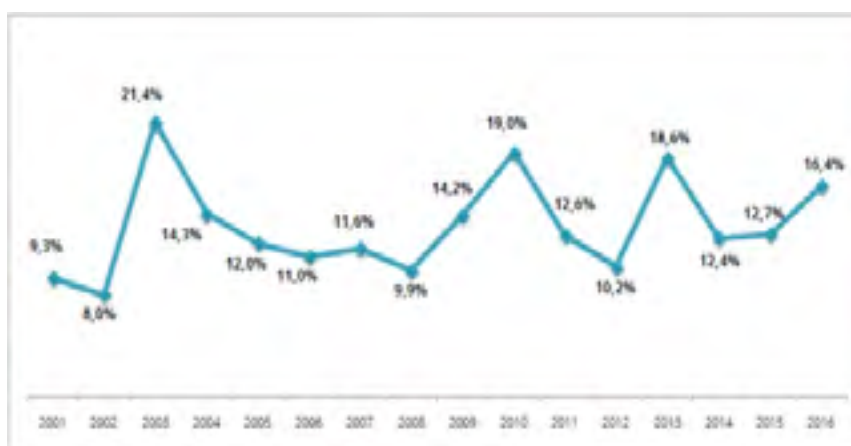


Fonte: Filme B, 2018.

Em termos de correção do preço médio do ingresso, se fosse utilizado o INPC, (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o valor do ingresso R\$ 5,50 em dezembro de 2016 seria de R\$14,96, enquanto se fosse utilizado o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o valor médio reduziria para R\$ 14,59. Assim, percebeu-se que o p.m.i de R\$ 14,04 de 2016 esteve abaixo dos índices oficiais de inflação.

O mercado também pode ser segmentado entre filmes nacionais e estrangeiros. Na figura 06 apresenta a participação dos filmes nacionais sobre o mercado total. Neste período a maior participação foi em 2003 (21,4%), chegando ao mínimo de 9,9% em 2008. Estes dados mostram a maciça presença dos filmes internacionais na oferta ao público.

Figura 06. Evolução do *market share* nacional



Fonte: Filme B, 2018.

O conjunto dessas transformações foi responsável por promover, em escala mundial, uma ampliação dos domínios da busca pessoal por lazer. Além da televisão, cujo crescimento no Brasil passou a ameaçar diretamente os cinemas, surgiram as tecnologias do videocassete e, com ele, a possibilidade da locação de cópias para particulares. Silva (2009, p. 66) comenta que,

[...] o mercado de vídeo doméstico [Video Home Sistem, ou formato VHS], surgido no início da década de 80, inicialmente, tinha como principal receita a locação de cópias. Contudo, em pouco tempo, passou a operar também com venda de títulos, ampliando significativamente os seus resultados.

Com a ascensão da televisão e do vídeo, modificaram-se os hábitos de lazer. Ficou mais cômodo e barato assistir um filme em casa do que ir ao cinema e pagar ingresso. Os resultados da adoção da tecnologia televisiva apareceram logo, no setor de exibição, que passou a viver a crise. Com uma redução expressiva da venda de ingressos, o número de salas exibidoras sofreu uma considerável queda no país. A quantidade de salas continuou a fechar ao longo dos anos 1990, até o ano de 1995, em função, entre outros, da mudança do padrão tecnológico. Em termos gerais,

[De fato,] o número de salas de exibição de filmes caiu [de modo] considerável se comparados os anos de 1977 e 1997. Isso pode ter ocorrido por uma série de motivos, tais como: popularização da TV, com aumento do número de aparelhos de TV, aumento contínuo do preço dos ingressos, sem que o salário-mínimo tivesse o mesmo desempenho, dificuldades financeiras das salas de exibição, e melhoria contínua da qualidade da TV, tornando-se uma séria competidora do cinema. Esse fato decorreu principalmente em razão da TV ter começado a incluir um número cada vez mais de filmes em horário nobre, o que desestimulou grupos de baixa renda a deixar suas residências em direção a salas de cinema. Além disso, houve uma redução substancial dos preços de videocassetes e das fitas de vídeo, tornando esse instrumento mais popular e uma alternativa mais econômica para famílias de baixa renda do que a ida em conjunto ao cinema (CALDAS; MONTORO, 2006, p. 273).

Por conta desse processo, outros efeitos também se sentiram:

Quanto mais o cinema sobe de status, indo para shopping centers, mais espaço perde em público para a TV, notadamente entre 1975 e 1985. Em 1975, as salas de cinema não eram ainda propriedade de grandes operadoras de multiplex como são hoje, o que também colaborou para o fechamento das pequenas salas de exibição de filmes no interior que não tinham o atrativo dos shopping centers para poder competir, portanto, permanecer no mercado. (...) [Diante disso tudo], conclui-se que a popularização da televisão contribuiu para o declínio de público nos cinemas brasileiros. Com efeito, entre 1978 e 1995, o PIB cresceu 17%, o número de aparelhos de TV praticamente dobrou (expansão de 98%) e, no entanto, a frequência ao cinema caiu em 56% no mesmo período. Existe uma correlação inversa; quanto maior o crescimento no número de aparelhos de TV, menor o crescimento de frequência do público ao cinema (CALDAS; MONTORO, 2006, p. 273).

Cinema e televisão participam juntos do segmento audiovisual. Embora possam associar-se, produtivamente, tanto no terreno técnico como mercadológico, historicamente, houve entre eles uma competição por audiência. Com o desenvolvimento tecnológico dos televisores e as políticas de impulso ao seu consumo, a televisão se popularizou e passou a dividir um espaço antes ocupado exclusivamente pelas salas de projeção. Para o segmento criativo da cadeia do audiovisual, deixou-se de existir um destino único e inexorável para a produção fílmica, isto é, o cinema com suas salas de projeção, tido até então como o mais prestigiado local de fruição e consumo da obra de arte audiovisual. No Brasil, com o acréscimo do mercado televisivo sentiu-se os efeitos sobre o parque exibidor cinematográfico: o fechamento de salas, a introdução de

um efeito bola de neve sobre o setor. Dessa forma, a tabela 07 traduz o número das salas de cinema, disponíveis aos expectadores, entre 2001 e 2016.

Para Barone (2008, p. 9) “[...] no Brasil, o mercado de salas de exibição não registra um crescimento progressivo e não avança para o interior do país, [mas, sim] permanece a concentração nos grandes centros, com os cinemas de shopping”. Esta característica, urbanização das salas, vai ao encontro da perspectiva sociológica e histórica do consumo cultural, pois se não há dispersão não há possibilidade de seu consumo, ou seja, sem oferta não ocorre demanda.

Tabela 07. Evolução das Salas de Exibição

2001	1.620
2002	1.635
2003	1.817
2004	1.997
2005	2.045
2006*	2.095
2007	2.160
2008	2.278
2009	2.110
2010	2.206
2011	2.352
2012	2.517
2013	2.678
2014	2.833
2015	3.005
2016	3.160

Fonte : Ancine, 2018. Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/cinema>

A tabela 08 mostra outra característica deste setor: mais da metade dos complexos de exibição é do tipo *multiplex* com mais de duas salas por conjunto. Consoante à lógica locacional dos *multiplex*, a preferência natural pelos grandes centros, é possível compreender o aumento e o porquê da ausência de cinemas na maior parte das cidades brasileiras.

Tabela 08. Cinemas, salas e conjuntos multiplex em 2016

Total de cinemas	745
Total salas	3.118
Média público por sala	59.610
Habitante por sala	66.027
Salas inauguradas	197
Salas fechadas	17
Salas 3D	1.383
Salas 2D	1.717
Salas 4D	36
Salas IMAX	12
Salas VIP	122
Conjuntos multiplex	374

Salas multiplex	2.367
Público multiplex	158.373.955
Renda multiplex R\$	2.296.908.648
Renda multiplex US\$	706.741.123
Media público por sala multiplex	66.909

Fonte: Filme B, 2018.

No consumo pode-se atestar que as novas tecnologias foram fundamentais para as alterações deste mercado e, sobretudo no que diz respeito às demandas substitutas, pois à medida que foram surgindo opções mais baratas os consumidores foram migrando em termos de opções de lazer: do cinema para a televisão, internet, banda larga TVs e LCDs, e e Plasma (Figura 9).

Figura 09. Público de cinema no Brasil, usuários de internet, banda larga e vendas de TVs e LCDs e Plasma.



Fonte: CAPUTO; BATAGLIA (2010).

À medida que a internet e a banda larga foram evoluindo, como bem de consumo de larga escala, no país, as restrições foram diminuindo, pois filmes podem ser baixados, gratuitamente, da rede e a dificuldade ou impedimento (preço e renda) foram minimizados. Além disso, tem-se que esta atividade passou a ser realizada no lar, como anteriormente salientado, e em família, reduzindo ainda mais o gasto per capita, pois deixou de haver os gastos complementares da ida ao cinema, como os lanches, o estacionamento, o custo de oportunidade de deslocamento, entre outros. Assim com o objetivo do artigo de apresentar e problematizar algumas características desta demanda, realizando uma aproximação do cinema como bem cultural foi possível avaliar que o rápido crescimento de serviços e suas quedas em determinados períodos foram justificadas pela lógica de mercado. Segue as considerações finais.

Considerações Finais

No Brasil os cinemas foram se concentrando, historicamente, nos grandes centros e, ao longo dos anos, mesmo tendo ampliado o espaço e as quantidades a tensão que atingiu o seu mais elevado grau ocorreu durante a década de 1970. A partir daí, passou a encolher. O estudo mesmo parcial revelou também que, para o atendimento do imperativo da universalização do acesso aos bens culturais, perseguido pelo Governo para a sociedade, não bastou, para promover uma expansão indiscriminada no volume total de salas. Em outras palavras, para melhorar o acesso social à cultura, existe a necessidade de esforços para garantir que novas

salas surjam não apenas nos grandes centros urbanos, mas principalmente nas cidades de porte menor.

O trabalho procurou atender as metas quantitativas, contudo, foi justificado, pela lógica de mercado, visto que a implantação de salas digitais de última geração, aparelhagem digital, elevados custos de instalação, salas 3D com tela em super formato IMAX são ainda estruturas digitais só se tornam viáveis economicamente em centros de urbanos com muitos consumidores e, não são condizentes com cidades de pequeno porte.

Por fim, o artigo destacou para a necessidade de se atender à demanda da modernização tecnológica, imposta pelas transformações que se dão, em ritmo cada vez mais acelerado, na forma de produção de filmes frente ao audiovisual gravado em película analógica. Essa condição de que a digitalização do parque exibidor passou a ser condição *sine qua non* para a sobrevivência dos cinemas em qualquer lugar.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE). **Salas de exibição: mapeamento 2010**. Rio de Janeiro: Superintendência de Acompanhamento de Mercado – SAM/ANCINE, 2011.

BARONE, J. Guilherme. **Exibição, crise de público e outras questões do cinema brasileiro**. FAMECOS-PUCRS. Porto Alegre, 2008.

BECKER, Gary S. **The economic approach to human behaviour**. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

BECKER, Gary S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. [S.l.]: Chicago, University of Chicago Press, 1964.

BENDASSOLLI, P. F. et al.. Indústrias Criativas: definição, limites e possibilidades. Rev de Adm de Emp, São Paulo, v. 49, n.1, p. 10-18, Jan./Mar 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Relatório Final - **Desenvolvimento do Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC)**. Secretaria de Políticas Culturais (SPC). Projeto 91BRZ4015 - Intersetorialidade, Descentralização e Acesso à Cultura no Brasil - Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Ministério da Cultura do Brasil, MinC, 2016.

CALDAS, Ricardo W.; MONTORO, Tânia (orgs). **A evolução do cinema brasileiro no século XX**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

CAPUTO, Erich Ferreira; BATAGLIA, Walter. A Influência da inovação na estrutura de exibição da indústria cinematográfica brasileira. Trabalho apresentado no **XXVI Simpósio de Gestão e Inovação Tecnológica/ANPAD**. Vitória, ES, 2010. <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/simposio126.pdf>.

CESÁRIO, Lia Bahia. Cinema e identidade cultural: o debate contemporâneo sobre as políticas do audiovisual no Brasil. In: **Estudos de Cinema**. SOCINE IX. São Paulo: Annablume; Fapesp; Socine, 2008

DINIZ, Sibelle Cornélio; MACHADO, Ana Flávia. Analysis of the consumption of artistic-cultural goods and services in Brazil. In **Journal of Cultural Economics**, 2010.

FILME B. Database Brasil. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://www.filmeb.com.br/>. Acesso em agosto de 2018.

LOPES, Leandro da Silveira. A indústria criativa e a evolução da distribuição das salas de exibição cinematográfica nos municípios do Rio Grande do Sul entre 2005 e 2012. Porto Alegre. UNILASALLE, 135p. (**Dissertação de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais**).

PEREIRA, Geraldo Santos. **Plano geral do cinema brasileiro** – história, cultura, economia e legislação. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1973.

SILVA, João Guilherme Barone Reis e. **Comunicação e indústria audiovisual**: cenários tecnológicos e institucionais do cinema brasileiro na década de 90. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SOBROSA, Carla. Consumo cultural, possibilidades de análise. Alguns tópicos para reflexão. IN **Anais...** VI ENECULT, 25 a 27 de maio de 2010, Salvador.

STIGLER, George J.; BECKER, Gary S. De Gustibus Non Est Disputandum. In **American Economic Review**, Vol. 67, No. 2 (Mar., 1977), pp. 76-90.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Creative Economy Report 2009. Geneva: UNCTAD, 2009. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Creative Economy Report 2010. Geneva: UNCTAD, 2010. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO HABITACIONAL: UMA ANÁLISE DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ALUGUEL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS/RJ.

MIRELLY BRITO M. DE SOUZA

Mestrando do Programa de Políticas Sociais (UENF)

mir-brito@hotmail.com

TERESA DE JESUS PEIXOTO

Professor do Programa de Políticas Sociais (UENF)

teresa.uenf@gmail.com

RESUMO

Este trabalho visa fomentar análises do benefício aluguel social no município de São Fidélis/RJ; tendo como problemática a compreensão das contribuições deste projeto na vida dessas famílias beneficiárias. Objetivando analisar um possível déficit habitacional e traçar o perfil socioeconômico das famílias inseridas no benefício aluguel social; identificar qual a expectativa do usuário ao término do benefício e as estratégias que o município tem traçado enquanto política estruturante após findado o prazo do benefício; analisar a existência da integralidade das ações sociais e serviços nesse processo. Observando assim, o processo histórico de construção dessa política, pretendendo-se abordar a o direito à moradia digna como um direito fundamental social, cuja efetividade exige uma atuação estatal eficaz, tendo em vista que é condição mínima da dignidade humana. Nessa perspectiva, É neste campo temático, que está situada a pesquisa, nos remete pensar a política habitacional como veículo de enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Direito Social; Habitação; Déficit Habitacional; Aluguel Social.

ABSTRACT

This work aims to foment analyzes of the social rent benefit in the county of São Fidélis / RJ; having as problematic the understanding of the contributions of this project in the lives of these beneficiary families. Aiming to analyze a possible housing deficit and outline the socioeconomic profile of the families included in the social rent benefit; identify the user's expectation at the end of the benefit and the strategies that the municipality has established as a structuring policy after the end of the benefit period; to analyze the existence of the integrality of social actions and services in this process. Thus the historical process of constructing this policy, aiming at addressing the right to decent housing as a fundamental social right, whose effectiveness requires effective state action, given that it is a minimum condition of human dignity. In this perspective, it is in this thematic field, which is located the research, reminds us to think housing policy as a vehicle for coping with social and territorial inequalities.

Key-words: Social politics; Social Law; Housing; Room Deficit; Social Rental.

INTRODUÇÃO

Em tempos de desmontes dos serviços públicos mediante processos políticos, sociais e econômicos, torna-se extremamente fundamental discutir nos demais espaços, sobre a escassez de moradia, esta originada pela própria dinâmica capitalista. Não tão somente esta, mas também as questões que envolvem a desigualdade social, a miséria e as vulnerabilidades sociais, desenvolvidas num contexto fortemente marcado pelo desemprego e deficiências afetadas pelos efeitos da crise econômica.

A cidade de São Fidélis apresenta atualmente uma política de benefício eventual, pautada pelo Art. 22 da Lei nº 8.742 de 1993 (LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social), alterada pela lei nº 12.435 de 2011. Esta realiza a concessão de um benefício eventual aluguel social, que é voltado para as famílias que tiveram suas casas interditadas pela defesa civil ou por estarem em situação de vulnerabilidade social. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS): Os benefícios eventuais são benefícios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e as famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária.

Assim, como o benefício aluguel social, nos últimos anos, vem se tornando cada vez mais comum nas administrações públicas municipais para atender às demandas por moradia, esse atendimento à necessidade habitacional traduz-se numa infinidade de denominações, como “bolsa aluguel, benefício, aluguel social, locação social, projeto” entre outras, que são aplicados no território brasileiro de acordo com o formato desenhado pelo órgão executor. Assim, há fatores a serem observados, para além do acesso ao aluguel social, que interferem na condição de vulnerabilidade a qual cada pessoa pode estar exposta.

Portanto o objetivo principal desta pesquisa é analisar e compreender, através da pesquisa de campo e bibliografias, as contribuições do benefício aluguel social na vida cotidiana das famílias inseridas no benefício, diante de um novo espaço que tem se construído e as relações construídas neste novo cenário.

Para tanto, formulo os seguintes objetivos secundários são: Analisar um possível déficit habitacional e traçar o perfil socioeconômico das famílias inseridas no benefício aluguel social; Identificar, através de entrevistas, qual a expectativa do usuário ao término do benefício e as estratégias que o município tem traçado enquanto política estruturante após findado o prazo do benefício; Analisar a existência da integralidade das ações sociais e serviços nesse processo.

A metodologia adotada baseia-se em uma pesquisa qualitativa, na tentativa de articular o campo teórico com a observação direta, através de uma pesquisa que se utiliza do método da entrevista semi-estruturada com perguntas abertas e fechadas; onde o registro das informações ocorrerá durante todo o processo através do caderno de campo (BAUER, M.; GASKELL, G. 2002) traçando assim, o perfil socioeconômico desses beneficiários.

1 - HABITAÇÃO: DOS DIREITOS AOS DESAFIOS

Iremos neste primeiro tópico analisar brevemente o direito à habitação, tendo moradia como direito humano fundamental à vida. Cabendo ressaltar o déficit habitacional brasileiro como um demonstrativo que cabe a realidade dos usuários da assistência social.

1.1 - O direito a habitação

O direito à habitação, mesmo constituído enquanto um direito social¹, ainda não é acessível a muitos brasileiros, isso porque, no contexto capitalista, o acesso à moradia é viabilizado de acordo com as condições econômicas dos indivíduos. Assim, diante da necessidade de habitação e na falta de recursos financeiros suficientes para suprir essa necessidade, muitos indivíduos buscam suas próprias soluções, e passam a residirem em áreas consideradas irregulares, de risco ambiental e social.

Visto que o direito à moradia é um dos direitos sociais assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, que em seu artigo 6º prevê: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Esse direito também é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) artigo 25º e inciso primeiro:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

No entanto, de acordo com o guia produzido pela relatoria especial da ONU para moradia adequada, o direito à moradia não se limita à casa própria. Este deve ser entendido de forma mais ampla, considerando também os aspectos culturais do local onde se encontra, e da comunidade que ali habita, englobando ainda o acesso a recursos e bens que a cidade pode oferecer.

Mas o que podemos observar é que, o direito à moradia tem-se revelado cada vez mais ausente para uma ampla parcela da sociedade brasileira. E no que tange as políticas públicas habitacionais, implementadas pelo Estado brasileiro, o problema da moradia continua presente. Logo, tais políticas têm se mostrado ineficientes e ineficazes para acompanhar a dimensão que a questão em discussão alcançou.

Assim, é absolutamente necessário que se reconheça, como um problema social e político, e não individual a deficiência do direito à moradia. Como defendido por Raquel Rolnik (2009, p.41), quando cita a:

Moradia como direito humano fundamental, precise ser reconhecido por parte do Estado e integrado ao planejamento urbano e às políticas habitacionais, em todos os níveis de governo. E que este direito não é a quatro paredes e um teto, mas sim, direito a um lugar pra viver com segurança, paz e dignidade.

2.1- Déficit Habitacional no Brasil

O tema sobre a habitação pode ser apontado como um dos principais problemas do Brasil. Segundo a Fundação João Pinheiro, entende-se por déficit habitacional como a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.

Ainda segundo esta Fundação, o déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: (a) domicílios precários; (b) coabitação familiar; (c) ônus excessivo com aluguel urbano; e (d) adensamento excessivo de domicílios alugados.

¹ Os direitos sociais são garantidos pela **Constituição Federal de 1988**, onde são classificados em dois grupos: as garantias e direitos fundamentais e os de ordem social. O Capítulo II, artigo 6º, da Constituição Federal Brasileira estabelece, de forma abstrata, quais são os direitos sociais que o país reconhece e que são amparados por leis específicas.

Segundo MONTEIRO E VERAS (2017, p.11) as estimativas das Nações Unidas relata que:

cerca de 100 milhões de pessoas em todo o mundo não tem aonde morar e mais de um bilhão não tem uma habitação adequada. E se caso não se trabalhe para melhorar a situação, em 2050 o número pode chegar a três bilhões de pessoas vivendo em assentamentos precários. No Brasil estes dados também não são muito animadores, pois de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (2013) o déficit habitacional no Brasil em 2012 era de 5,24 milhões de domicílios.

De acordo com a Fundação Joao Pinheiro (2017) os primeiros resultados mostram que o déficit habitacional, em 2015, corresponde a 6.186.503 milhões de domicílios. E na composição do déficit habitacional brasileiro, o ônus excessivo com aluguel é o item de maior peso, respondendo por 3,189 milhões de unidades ou 51,5% do déficit; sendo que este atinge 63% na estrutura do déficit da região Sudeste.

Outro dado importante é que nesse mesmo ano estimava-se a existência de 927 mil unidades ou 14,9% de moradias inadequadas no Brasil, a grande maioria pela ausência de saneamento ambiental e/ou infraestrutura adequada.

Sendo o aluguel o fator que mais traz peso, nos estudos, em relação ao déficit habitacional, podemos apontar a locação social como uma das alternativas para o acesso às unidades habitacionais.

(...) essas soluções de “casa própria” não excluem o aluguel como problema e solução para a população de baixa renda. A moradia alugada continua existindo: como alternativa na periferia para os que não conseguem comprar lotes (ou partes de lote, ou lajes) e pontos na favela; ou na área central e subcentros, para quem precisa (ou prefere) da proximidade como condição de acesso ao trabalho. (Silva, 2007, p.04)

Nesse sentido, é neste contexto supracitado, que os indivíduos, que dependem da política de assistência, estão inseridos. Em uma realidade fortemente marcada por situações de desigualdades sociais, desencadeando assim uma série de fatores como o déficit habitacional.

2 - A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS/RJ: ÊNFASE NO BENEFÍCIO ALUGUEL SOCIAL

Neste segundo item iremos demonstrar os respaldos jurídicos do benefício aluguel social bem como os seus prazos, responsabilidades e funcionamento; obedecendo os critérios impostos na LOAS (1993); e a realidade desta, no município de São Fidélis/RJ. Desse modo, o percurso que o município percorreu para aderir o benefício, visto que estes têm autonomia para aderirem o benefício de acordo com suas necessidades. Mostrando assim a realidade dos profissionais e beneficiados envolvidos neste processo.

2.1 - Aluguel social: Legislação e público alvo

O Aluguel Social é um programa do Governo Federal vinculado à assistência social, destinado a atender pessoas e famílias que moram em áreas consideradas de risco, ou que resultam em vulnerabilidade temporária. Este é concedido por um tempo determinado, onde a família recebe mensalmente o valor equivalente a um aluguel. O programa tem base legislativa e é assegurada pela Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social).

Conforme o Artigo 22 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre os Benefícios Eventuais, tais benefícios têm caráter temporário, foram criados para atender as famílias e cidadãos em situações como o nascimento, a morte, em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)).

Atualmente, os critérios para a concessão desses benefícios e os correspondentes valores são estabelecidos por estados, Distrito Federal e municípios com base em definições dos respectivos Conselhos de Assistência Social. Onde os Estados, Distrito Federal e Municípios têm autonomia para aderirem ou não aos benefícios eventuais, esses por sua vez devem estar previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

Segundo Pereira (2010) os benefícios eventuais pertencem à esfera municipal, pois a perspectiva de municipalização tornou-se o objetivo-síntese da descentralização territorial ou intergovernamental, criando-se expectativas da eficiência da gestão municipal, em virtude de estar próximo dos demandantes e demandados da provisão social. Os benefícios eventuais são ligados a eventos que não possuem regularidade e constância, são suscetíveis de ocorrência por fazerem parte da condição real da vida em sociedades, podem ser relacionados ao nascimento, morte desemprego, acidente, enfermidade, calamidade, entre outros.

Verdadeiramente, ninguém está livre de passar por uma dessas situações. Devido à condição precária de vida, os pobres serão mais afetados ao passar por essas situações, pois estão menos aparelhados para enfrenta-las com seus próprios recursos.

2.2- O campo de pesquisa: o aluguel social no município de São Fidélis/RJ.

São Fidelis está situada na região norte do estado do Rio de Janeiro, às margens do rio Paraíba do Sul, a uma distância de 326 km da capital carioca e possui população de aproximadamente 37.543 habitantes.

Para entendermos como surgiu o Benefício Eventual Aluguel Social em São Fidélis, faz-se necessário resgatar o ocorrido dos últimos anos, que foi a tragédia das fortes e constantes chuvas que assolaram o estado do Rio de Janeiro. Em São Fidélis, dezenas de famílias ficaram desabrigadas e comprometeram suas moradias. Como medida paliativa para o momento, o poder municipal interveio com a criação do benefício eventual para atender essas famílias.

Assim, embasado na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o município de São Fidélis cria, através da câmara municipal, a Lei nº 1.223, de 01 Junho de 2010 que dispõe sobre o Benefício Eventual Auxílio Aluguel, sob a execução da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Essa lei dispõe sobre critérios da concessão de benefícios eventuais de auxílio natalidade, funeral, situações de calamidades públicas e situações de vulnerabilidade temporária no âmbito municipal da política de assistência social. Com isso, resolve em seu artigo art. 13:

Art. 1º - Criar o auxílio emergencial que será devido em função da vulnerabilidade temporária da família beneficiária, caracterizado pelo advento de risco, incêndio, desastres, calamidades, enchentes, enxurradas, altas temperaturas, desabamentos, epidemias e perda e danos à integridade pessoal e familiar, diagnosticadas por assistentes sociais, através de parecer social ou visita domiciliar consistindo em: I - Fornecimento de documentos; II - Aluguel de imóveis; III - Não seja proprietário de mais de 1(um) imóvel; IV - Fornecimentos de fotografias para retirada de documentos.

Ainda no ano de 2010, respaldado na lei supracitada, cria-se uma instrução normativa nº 0018/2010, onde se recomenda procedimentos para a operacionalização do Programa Bolsa Aluguel Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social. Essa lei estabelece critérios para inclusão no benefício, entre eles a fixação do prazo de doze meses possível de ser prorrogado por mais doze meses.

A lei supracitada não se restringe somente as tragédias como desabamento, mas também abrange as situações de vulnerabilidade sociais identificadas pelo assistente social. Dentre outras diversas recomendações, a instrução normativa, especifica o valor a ser pago as famílias de acordo com o número de membros existente, variando com o valor de R\$250,00 a R\$400,00.

Em São Fidélis não existe uma secretaria específica para tratar de assuntos relacionados à habitação, dessa forma, os assuntos pertinentes à habitação ficam atribuídos a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável por diagnosticar as situações vivenciadas pelas famílias, e atendê-las por meio dos equipamentos de sua rede sócio-assistencial. Neste caso, a Secretaria Municipal de Assistência Social conta com seus equipamentos CRAS e CREAS para atender a população através do Benefício Eventual Aluguel Social.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da política de assistência social, mas de base municipal. Ele integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e presta serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias. A capacidade de atendimento varia de acordo com o porte do município e com o número de famílias em situação de vulnerabilidade social. “Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.” (BRASIL, 2011, on-line)

O CRAS do município de São Fidélis é de Pequeno Porte II, de 3.500 famílias referenciadas e capacidade de atendimento anual de 750 famílias, de acordo com que foi estabelecido pela Norma Operacional Básica (NOB). Assim, o município é composto por dois CRAS, atendendo atualmente 1058 famílias cadastradas, desse modo, esses atendem todo o território municipal.

Já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Nesse sentido, o CRAS busca prevenir a ocorrência de situações de risco, antes que estas aconteçam; já o CREAS trabalha com pessoas em que o risco já se instalou, tendo seus direitos violados, sendo vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaças, maus tratos e discriminações sociais. No caso do município de São Fidélis, este conta com uma unidade, para o atendimento de todo o seu território.

2.3- O aluguel social na visão dos profissionais do CRAS e CREAS

É de fundamental importância compreender o benefício aluguel social a partir do entendimento dos profissionais envolvidos neste processo; já que são estes que lidam diretamente com o usuário, para que assim possam conceder, através do parecer social, o benefício ou não.

Em entrevista com a assistente social do CREAS e coordenadora do CRAS podemos perceber algumas falas importantes a nossa pesquisa. Onde a assistente social do CREAS nos diz que:

Na minha concepção o aluguel social é favorável à concretização do direito e da cidadania. Apesar do caráter eventual e não continuado, eles socorrem/comtemplam famílias em suas demandas imediatas. O nó da questão não se configura na sua

importância, que para mim existe, e sim na superação da dependência da política como meio de sobrevivência. A tão sonhada autonomia, que seria o ideal para que as famílias, por meios próprios dessem conta de suprir suas necessidades básicas. Para isso, penso que deveriam ter bons estudos, emprego, cultura, saúde entre outras aquisições que os beneficiassem. (entrevista, 09/08/2018).

Podemos a partir da fala acima, observar que o aluguel Social é visto, pelos profissionais envolvidos, como um obstáculo na efetivação da Política de Assistência Social. Pois segundo os mesmos, os equipamentos não contam com uma rede intersetorial para que possam usar como uma ferramenta de inserção das famílias, para que estas possam ser trabalhadas e assim conseguirem sair da condição que se encontram e no findar do benefício não estejam mais precisando do benefício concedido.

Outro olhar importante sobre o aluguel social, aplicado no município de São Fidélis é o da Coordenadora do CRAS.

Olha o CRAS atua naquilo que compete a ele, que é a garantia do direito de oferecer os usuários à forma mais fácil de acesso ao direito de moradia que é o aluguel social. Porém a gente segue a lei municipal que é um pouco restrita e está defasada, enquanto os valores e até as condicionalidades das pessoas participarem do benefício. O que a gente mais sente falta no município hoje é falta de um programa habitacional, que abrange pessoas que não tem condições de possuir sua moradia pelo fator de vulnerabilidades. (entrevista, 13/08/2018).

Na fala da coordenadora, como podemos ver acima, percebemos dentre tantas dificuldades, uma encontrada tanto para os profissionais quanto para os usuários, é o valor a ser pago as famílias de acordo com o número de membros existente, variando com o valor de R\$250,00 a R\$400,00, se tornando um fator que dificulta a inserção da família no benefício, já que o valor de aluguéis no mercado já é bem maior do que o estabelecido na instrução normativa para o aluguel social.

Ainda segundo esta, enquanto a procura pelo benefício aluguel social, “o público que vivencia a vulnerabilidade social é bem maior”. Mas ressalta que:

É muito complicado a gente fazer a avaliação de uma realidade no município, porque muitos realmente estão desempregados, são mães de família, então assim...infelizmente não tem como o município arcar com o aluguel social para todo este quantitativo de pessoas que nos apresentam essas demandas; que são muitos. Por isso eu acho que deveria criar programas habitacionais no município, além de outros programas como geração de renda, que hoje o município também não tem, e assim tentar tirar essas famílias dessa realidade que se encontram no momento. Mas o que mais nos procura é essa questão da vulnerabilidade social. E quando essa questão é apresentada para a gente, infelizmente não temos muito que fazer, porque sabemos que não tem recursos para atender a todos nessa situação. (entrevista, 13/08/2018).

Segundo os profissionais dos equipamentos CRAS e CREAS, devido a grande crise que o país vem permeando, a procura pelo benefício tem se tornado constante, mas que há sempre uma grande seleção por parte dos profissionais, já que eles entendem que esse público precisa é de uma política habitacional, o qual o município não possui e que é uma demanda fortemente marcada no cotidiano dos profissionais.

Apesar de todas as legislações pertinentes ao tema, ainda persiste a cultura de que o aluguel social é contínuo, ou seja, o usuário a quem foi concedido o benefício em virtude de uma situação emergencial acredita que terá o prolongamento deste. Assim, a cultura desse recebimento contrariava a própria definição do termo, isto ocorre devido o motivo que originou a primeira concessão não ter conseguido ser cessado. Como a assistente social do CRAS explana:

2.4- O aluguel social na perspectiva dos beneficiários

Tendo o estudo como objeto de investigação o programa Aluguel Social, executado entre 2017 a 2020 – período de uma nova gestão no município de São Fidélis /RJ. Pudemos alcançar no período da pesquisa, que aconteceu no período de Agosto/2017 a Novembro/2018, 15 famílias inseridas no benefício.

Para completar nossas observações não poderíamos deixar de registrar a importância do tema para a vida dos beneficiados. Com relação à caracterização de moradia, todos os usuários foram rápidos ao dizer que “é ter uma casa própria”. Nesse contexto é evidente que a realidade enfrentada pelos beneficiários do Aluguel Social não é um fato isolado, mas, atinge a grande parte da população de baixa renda, de não possuir casa própria.

No intuito de compreender a percepção que a família possui a respeito do aluguel social, foi perguntado sobre a importância do aluguel social para a famílias. A grande maioria se mostrou sentir aliviado por receber o benefício. Alguns depoimentos ilustram essa avaliação dos beneficiários:

“Eu acho importante porque eu não tinha condições de pagar”. (entrevista, 08/10/2018).
“Se não fosse o aluguel social como estaria vivendo? Já teria ido para debaixo da ponte!” (entrevista, 31/10/2018). “O aluguel social para mim é muito importante, porque se eu não tivesse o aluguel social estaria na rua. Sou desempregada e tenho 4 filhos pequenos” (entrevista, 19/12/2017)

Outra questão observada é a questão do valor repassado pela prefeitura, em sua grande maioria, está aquém do valor praticado pelos proprietários dos imóveis no município.

“Eu moro sozinho, mas sou um ex-morador de rua...não possuo carteira assinada e nem emprego, vivo de biscate. Recebo o valor de \$250,00 e o valor do imóvel custa \$300,00. Tenho que botar do meu bolso \$50,00”. (entrevista, 31/10/2018)

Outra realidade exposta é que o aluguel social, sendo um benefício que foi elaborado com a finalidade de ser uma medida emergencial se tornou permanente em muitos casos, não alcançando assim o objetivo pelo qual foi instituído. Como o caso do senhor “J” que na decisão judicial ficou fixada a condenação do Estado em pagar determinado valor, referente ao benefício assistencial aluguel social até que se tenha resolvido o problema de habitação da família em questão. Assim a família continua sendo acompanhada pelo CRAS, mas o repasse é direto do Estado e não mais do município, visto que o último realizou o pagamento de dois anos consecutivos a família beneficiada.

Além disso, muitos beneficiários compreendem a ação por parte da instituição como uma ajuda e não como direito, não exigindo junto ao poder público uma ação efetiva de forma a atender a sua real necessidade.

Portanto, a partir desta análise foi possível levantar questões importantes ligadas a estas famílias, avaliando o aluguel social a partir do olhar dos próprios beneficiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho busca discutir sobre a questão habitacional e assim analisar as medidas executadas pelo município de São Fidélis como uma possível forma de intervenção na problemática da habitação através do benefício aluguel social.

O presente estudo partiu da expectativa de conhecer e analisar a realidade vivenciada pelas famílias inseridas no benefício aluguel social. Nesse trajeto, a realidade do benefício executado

no município de São Fidélis conduziu à identificação das características que permeiam a efetivação desta política na vida dos usuários.

Através deste estudo foi possível aproximar-se da realidade, a partir do olhar dos profissionais envolvidos e dos beneficiários que foram entrevistados, onde o último se sente privilegiado por receber o benefício diante de tantas pessoas que aguardam por um parecer positivo para a entrada no benefício.

Este artigo trouxe uma pequena contribuição para um debate que segue ganhando cada dia mais espaço nos municípios e que precisa ainda muito ser trabalhado.

REFERÊNCIAS

BAUER, M.; GASKELL, G. (2002). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 de Maio de 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em:<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>. Acesso em: 29 de Maio de 2017.

Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte : FJP, 2017. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/794-3-estatisticas-a-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-site/file>

Lei Orgânica da Assistência Social. In: Assistente Social: Ética e Direitos. 5. ed. Rio de Janeiro: Vênus Luar Artes Gráficas Editora LTDA. Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 7ª região. vol. 1. 2008. p. 93-115. (Coletânea de Leis e Resoluções).

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: benefícios eventuais. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais> Acesso em 28 de Julho de 2017.

MONTEIRO, A.R., Veras, A.T.R., 2017. A questão habitacional no Brasil. Mercator (Fortaleza) [Online] 16. Disponível: <https://dx.doi.org/10.4215/rm2017.e16015>. Acesso: 20 nov. 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Panorama do processo de regulamentação e operacionalização dos benefícios eventuais regidos pelas Loas. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, n. 12, 2010.

ROLNIK, Raquel. Direito à Moradia. Desafios do Desenvolvimento, Curitiba, ano 6 , nº 51, junho 2009 .Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/desafios>> . Acesso em 07 julho de 2017.

SÃO FIDÉLIS. Lei Municipal nº 1.243, de 01 de junho de 2010. Dispõe sobre os critérios da concessão de benefícios eventuais no âmbito municipal da política pública de assistência social.

SILVA, H. M. B. Localização social: uma forma de atendimento à população de baixa renda em São Paulo? Não publicado, divulgação restrita entre pesquisadores, 2007.

Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. Brasília - 2009. Orientações Técnicas. Centro de Referência de Assistência Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

CASA DA FAMÍLIA: NOVA POLÍTICA PÚBLICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO NO ÂMBITO FAMILIAR

Pahola Gyselle Carvalho Silva

Mediadora Institucional da Câmara de Mediação da OAB/RJ

paholagyselleadv@gmail.com

Resumo:

Trata-se de pesquisa científica que pretende estudar a Casa da Família, nova política pública do Poder Judiciário que tem por escopo receber de modo individualizado e humanizado as famílias envolvidas nas mais diversas situações de conflitos, oferecendo-lhes um tratamento especializado, multidisciplinar e autocompositivo para a resolução dos litígios. Este estudo enfocará o trabalho realizado na Casa da Família do Rio de Janeiro, inaugurada recentemente pelo TJRJ, com a finalidade de proporcionar uma solução adequada para os conflitos de família. Através deste projeto, o Tribunal de Justiça procura reduzir o número de processos envolvendo litígios familiares, além de promover um acesso inclusivo à justiça e disseminar uma cultura de paz.

Palavras-chave: família; solução de conflito; política pública; acesso à justiça; cultura de paz

Abstract:

It's a scientific research that intends to study the Family House, a new public policy of the Judiciary that aims to receive in an individualized and humanized way the families involved in the most diverse situations of conflicts, offering them a specialized, multidisciplinary and self-composed treatment for the settlement of disputes. This study will focus on the work done at the Family House in Rio de Janeiro, recently inaugurated by the TJRJ, in order to provide an adequate solution to family conflicts. Through this project, the Court seeks to reduce the number of cases involving family disputes, as well as to promote inclusive access to justice and to disseminate a culture of peace.

Keywords: family house; dispute resolution; public policy; access to justice; culture of peace

INTRODUÇÃO

O conceito tradicional de família (formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos, morando todos em uma mesma casa) vem passando por constantes transformações. À medida que a sociedade evolui, em decorrência das mudanças políticas, sociais, tecnológicas, econômicas etc., as famílias também acompanham estas evoluções e com isso surgem novos “modelos” de entidades familiares.

Em razão desta diversidade, novos conflitos familiares acabam aparecendo e muitos destes casos são levados para o Poder Judiciário em razão da cultura da judicialização, na qual toda e qualquer pretensão resistida é judicializada pelo cidadão; deste modo às famílias transferem ao Judiciário toda a responsabilidade pela resolução dos conflitos. Todavia, pesquisas realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça e por instituições particulares demonstram que a utilização da heterocomposição nos litígios familiares não apresenta resultados satisfatórios.

Os conflitos de família são complexos, pois envolvem uma série de questões objetivas e subjacentes que precisam ser tratadas com atenção; possuem uma alta carga subjetiva porque abrange inúmeros sentimentos (raiva, paixão, ódio, compaixão etc.); cada família possui uma singularidade e os casos apresentam determinadas especificidades; à vista disso os litígios familiares não podem ser tratados da mesma maneira pelo sistema jurisdicional.

Quando o Poder Judiciário utiliza apenas a heterocomposição, ou seja, quando o juiz utiliza uma sentença padronizada para decidir todos os conflitos de família, tornando as partes adversárias (ator e réu, vencedor e vencido, certo e errado), as chances dos conflitos serem resolvidos pela adjudicação são mínimas porque a decisão judicial examina apenas as consequências do litígio e não suas causas, e o índice de reincidência destes casos são altos.

Com a intenção de proporcionar um tratamento adequado para os conflitos de família, o Tribunal de Justiça inaugurou a Casa da Família, uma nova política pública que tem por escopo receber de modo individualizado e humanizado as famílias envolvidas nas mais diversas situações de conflitos, oferecendo-lhes um tratamento especializado, multidisciplinar e autocompositivo para a resolução dos litígios.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER JUDICIÁRIO

Em primeiro lugar, antes de abordarmos o tema central do presente artigo que trata da Casa da Família, é necessário fazer uma breve síntese a respeito das políticas públicas implementadas pelo Poder Judiciário para conter a crise no sistema jurisdicional brasileiro, para que possamos compreender as razões que levaram o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a repensar o modo como vinha cuidando dos processos referentes ao Direito de Família.

Recentemente o Conselho Nacional de Justiça divulgou o relatório analítico intitulado Justiça em Número 2018¹ e de acordo com este relatório no ano de 2009 tramitava no sistema jurisdicional brasileiro cerca de 60,7 milhões de processos, no ano de 2017 este número chegou a 80,1 milhões de ações em tramitação, o que representa um aumento anual de 4%².

Além disso, a referida pesquisa demonstrou que o 1º grau de jurisdição concentra cerca de 79,3% dos casos pendentes nos tribunais de justiça; apresentando uma taxa de congestionamento de 74,5% e uma percentagem de 85,5 novas ações ajuizadas anualmente.

1 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>. Acesso em: 25 set. 2018.

2 De acordo com o relatório Justiça em Números do CNJ (2018, pág. 73), “o crescimento acumulado no período 2009-2017 foi de 31,9%, ou seja, acréscimo de 19,4% milhões de processo”.

Em razão dos altos índices apresentados no referido relatório, o Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução 125 de 29 de novembro de 2010³, implementou novas políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário com o intuito de promover um tratamento adequado dos litígios, priorizando o emprego dos meios consensuais de solução de controvérsias.

Com o intuito de refrear o excesso de processos existentes no 1º grau de jurisdição, o Conselho Nacional de Justiça elaborou também a Política Nacional de Atenção Prioritária a jurisdição de 1º grau, com o escopo de aperfeiçoar a qualidade no atendimento, trazer celeridade processual e proporcionar maior eficiência e efetividade ao serviço público. Para tanto, o CNJ publicou a Resolução 194/2014⁴ que tem como linha de atuação a prevenção e racionalização dos litígios através do tratamento adequado das demandas de massa, o uso racional da justiça e a distribuição equânime dos processos entre as unidades judiciárias de 1º grau.

É importante salientar que o relatório demonstrou ainda que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro concentra o maior número de demandantes, totalizando 1.269.325 litigantes, apenas contabilizando pessoas físicas e pessoas jurídicas não governamentais. Apesar de o TJRJ apresentar o maior índice de produtividade dos magistrados e o maior índice de produtividade dos servidores, este tribunal aparece em primeiro lugar na pesquisa do CNJ com a maior taxa de congestionamento processual, totalizando 80,1%. Além disso, o Tribunal de Justiça do Rio gasta cerca de R\$ 2.902.774.860 para manter todo este sistema em funcionamento.

Entre os assuntos mais judicializado no Poder Judiciário brasileiro, na área do Direito Civil, aparecem em 5º lugar às ações de família e alimentos. Dentre os temas mais demandados no 1º grau de jurisdição nos Tribunais de Justiça estaduais, as ações de família e alimentos aparecem em 3º lugar (768.224 processos), enquanto as ações de família e casamento aparecem em 5º lugar (419.068 processos).

Em razão da crise existente no sistema jurisdicional brasileiro e da crescente judicialização dos conflitos de família, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro resolveu implementar novas políticas públicas (algumas destinadas a área de Direito de Família), com o escopo de conter o avanço processual e proporcionar um tratamento adequado dos conflitos familiares.

2. CASA DA FAMÍLIA

2.1. ORIGEM

A Casa da Família foi idealizada e concretizada pela juíza Vanessa Aufiero da Rocha (titular da 2ª Vara de Família e Sucessões e coordenadora do Cejusc na Comarca de São Vicente), está compreendida no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo e foi inaugurada no dia 1º de abril de 2016. De acordo com a magistrada, a Casa da Família tem por objetivo oferecer um tratamento diferenciado e especializado as famílias envolvidas nos mais diversos tipos de conflitos, levando em consideração as especificidades do caso, as características das partes e os vínculos afetivos que unem as pessoas.

Durante a sua atuação como magistrada a Dra. Vanessa Aufiero percebeu que uma decisão judicial não era suficiente para solucionar o problema e por fim ao embate, em razão da alta carga emotiva que envolve os conflitos de família. Tempos depois as famílias que tinham procurado anteriormente o Poder Judiciário para resolverem as suas questões, retornavam ao sistema judicial porque não conseguiam cumprir as determinações da sentença ou por causa do agravamento do conflito.

3 Para consulta na íntegra, acessar: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>. Acesso em: 25 set. 2018.

4 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2483>. Acesso em: 25 set. 2018.

Com base nas suas experiências na Vara de Família e Sucessões, a magistrada entendeu que estes casos precisavam ser tratados de maneira diferenciada, não pela adjudicação, mas através da autocomposição, pois quando as partes envolvidas no conflito conseguem resolver suas diferenças através do diálogo, é mais fácil para elas construírem as soluções para os seus problemas. Em razão disto, a Dra. Vanessa Aufiero idealizou um espaço acolhedor para que as famílias, de modo consensual e autocompositivo, possam resolver seus litígios com o apoio de uma equipe especializada e com o intuito de promover uma mudança de paradigma entre os envolvidos.

Os serviços disponibilizados na Casa da Família localizada no estado de São Paulo são: escritórios e varas de família e sucessões; centro de conciliação e mediação familiar; centro de referência e apoio à vítima; atendimento psicológico; oficina de pais e filhos; projeto “fortalecendo vínculos”; projeto “atendimento em circunstância de crise – plantão psicológico”; projeto “construindo a paz”; programa “pai presente”; constelação familiar; harmonização familiar; constelação e coaching funcional; projeto “homem integral” e projeto “o corpo fala”.

Cabe mencionar que o projeto conta com a parceria de órgãos públicos e de instituições privadas, tais como: o Ministério Público; a Defensoria Pública; o Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania; o Governo do Estado de São Paulo; a Prefeitura Municipal de São Paulo; CAMPSV–Centro de Assistência Social e Mobilização Permanente de São Vicente; Centro de Direitos Humanos da Baixada Santista Irmã Dolores; Delegacia da Mulher etc.

Em razão dos excelentes resultados apresentados pelo projeto em São Paulo, o TJRJ resolveu implementar a Casa da Família no estado do Rio de Janeiro, mas com algumas singularidades. Para tanto, o Tribunal de Justiça publicou o Ato Normativo 14/2017⁵ criando as Casas da Família como estruturas integrantes do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc’s), em atendimento ao artigo 694 do Novo Código de Processo Civil⁶, segundo o qual “nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação”.

2.2. FINALIDADE

A Casa da Família do Rio de Janeiro tem por escopo oferecer um tratamento adequado para os conflitos de família através da utilização dos meios consensuais e autocompositivos de solução de litígio.

O projeto é composto por uma equipe multidisciplinar que atua de modo pré-processual (na prevenção de conflitos) e processual (na resolução dos casos judicializados). A equipe multidisciplinar é capacitada pelo TJRJ para identificar o conflito, realizar o diagnóstico do caso, verificar qual método é o mais apropriado para o tratamento e encaminhar as famílias para o profissional que ajudará na resolução do litígio. A triagem inicial feita pela equipe técnica leva em consideração as especificidades do caso, as características das pessoas envolvidas e os vínculos afetivos que as unem.

Suponhamos que um casal, em comum acordo, queira se separar, mas pelo fato de terem filhos menores essa família não poderá realizar o divórcio direto (extrajudicial) no cartório de notas. A princípio, este casal terá que ajuizar uma ação para resolver as questões relativas ao divórcio consensual; a divisão dos bens; o uso ou não do nome de casado(o); a pensão alimentícia para

5 Para maior detalhamento quanto a este ponto, acesse: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=204497&integra=1. Acesso em: 06 out. 2018.

6 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

o/a ex-companheiro(a) etc. Além disso, esta família deverá ajuizar uma outra ação para tratar da guarda e dos alimentos dos filhos menores.

Com a inauguração da Casa da Família essas questões não precisam ser resolvidas através de um processo judicial. Basta que o casal se dirija até a Casa da Família ou apenas um deles (posteriormente a outra parte será convidado a comparecer voluntariamente) e apresente o caso ao profissional responsável pelo atendimento e triagem das famílias. Em seguida a equipe técnica ouvirá o relato das partes, identificará os interesses e as necessidades dos envolvidos, verificará o método adequado para o deslinde da questão e encaminhará a família para um dos serviços disponíveis no projeto.

Por sua vez, a Casa da Família disponibilizará as partes uma variedade de métodos consensuais e autocompositivos para ajudá-las a solucionar os litígios. Contudo, se todas as vias consensuais forem esgotadas e não haja qualquer consenso entre os interessados, o profissional da Casa da Família encerrará o procedimento e nesse caso a família terá que resolver o seu conflito pela heterocomposição.

Convém mencionar que os processos referentes ao Direito de Família, ajuizados antes da inauguração da Casa da Família, podem ser beneficiados pelo projeto, para tanto o juiz responsável pelo caso poderá suspender o processo e todos os prazos processuais e encaminhá-lo para os meios suasórios de resolução de controvérsia. Se ao final do procedimento a família não alcançar um acordo, o processo retornará para o juiz e o mesmo dará prosseguimento ao feito.

A Casa da Família proporciona uma rede de apoio, atenção e assistência às famílias em situação de vulnerabilidade, pois é composta de uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos, mediadores, consteladores, guardiões etc., que auxiliam as partes nos mais variados tipos de litígio.

Com base no que foi exposto anteriormente, percebe-se que os métodos adequados de solução de conflitos funcionam como um filtro, pois as famílias que procuram o projeto são encaminhadas para os mais diversos métodos consensuais. Caso o método indicado pela equipe multidisciplinar não atenda os interesses e as necessidades daquela família, a mesma será encaminhada para outro meio suasório, até que todas as vias autocompositivas sejam esgotadas. Na hipótese de não alcançarem um consenso, as partes podem ajuizar uma ação para que o magistrado (*ultima ratio*) resolva o conflito.

A intenção do projeto é promover uma mudança de paradigma, substituindo a cultura da judicialização pela cultura da pacificação. A mudança qualitativa das pessoas ocorre quando elas aprendem através do diálogo e do consenso a construir soluções para os conflitos, sendo protagonistas de sua história. Quando os interessados decidem o que é melhor para as suas vidas, as chances do acordo ser cumprido é de 90% e o índice de reincidência ao Judiciário é mínimo.

Como demonstrado, a Casa da Família tem um cunho preventivo porque evita a judicialização de novos casos e um caráter resolutivo porque põe fim aos conflitos judicializados, solucionando com rapidez os processos de família em tramitação. Além disso, o projeto tem o intuito de aproximar a população do Poder Judiciário para que se torne um espaço acessível às famílias e aberto a população, sem qualquer burocracia ou restrição, permitindo o acesso inclusivo e participativo ao sistema jurisdicional.

Deste modo, a Casa da Família tem por escopo disseminar uma cultura de paz, sendo um local destinado à resolução adequada dos conflitos familiares através da autocomposição, com

a utilização dos meios suasórios. Este projeto também se propõe a promover cidadania⁷ (no seu sentido amplo) uma vez que a Casa da Família permite a participação ativa do cidadão na construção de soluções e na pacificação dos litígios.

2.3. SERVIÇOS OFERECIDOS

A Casa da Família localizada no estado do Rio de Janeiro oferece diversos serviços consensuais e autocompositivos, tais como: Oficinas de Parentalidade; Oficina de Convivência; Círculos Restaurativos; Constelação Familiar; Conciliação Pós-Constelação; Conciliação; Mediação Pré-Processual; Mediação Judicial; Registro Tardio; Primeira Via da Carteira de Identidade etc.

2.4. LOCAIS DE ATENDIMENTO

Conforme o Ato Normativo 14/2017, os CEJUSC's devem instalar as Casas da Família para funcionarem como um espaço destinado à prevenção e resolução de conflitos.

Foram inauguradas, simultaneamente, as Casas da Família nos fóruns regionais de Bangu e Santa Cruz no dia 27 de novembro de 2017, posteriormente foi implantada no fórum da Leopoldina no dia 11 de dezembro de 2017, em seguida no fórum da Barra da Tijuca no dia 18 de janeiro de 2018⁸. As Casas da Família são coordenadas respectivamente pela juíza Ellen Mesquita, pela Dra. Mylene Vassal, pelo juiz André Tredinnick e pela Dra. Erica Cunha.

Convém explicar que as Casas da Família localizadas nos bairros de Bangu e Santa Cruz atendem com frequência famílias de baixa renda, oriundas das comunidades situadas próximas aos fóruns. Enquanto a Casa da Família da Leopoldina recebe um público diversificado, isto é, pessoas com alto poder aquisitivo e também de baixa renda. Por sua vez, a Casa da Família localizada na Barra da Tijuca recebe famílias com alto poder aquisitivo.

O Tribunal de Justiça tem por objetivo inaugurar novas Casas da Família nos 30 Cejusc's existentes no Rio de Janeiro, até o presente momento 20 juízes solicitaram a implementação do projeto ao TJRJ.

2.5. RESULTADOS PRELIMINARES

Durante a pesquisa preliminar realizada no NUPEMEC, o órgão informou que os resultados alcançados pelo projeto chegavam a 96,25%⁹. Para embasar o presente artigo científico, foram solicitados os dados estatísticos referentes às Casas da Família inauguradas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, todavia, em razão do sigilo existente nos processos de direito de família, os Cejusc's da Barra da Tijuca e Leopoldina não forneceram os dados requeridos.

No fórum regional de Bangu a coordenação da Casa da Família informou não possuir dados estatísticos do projeto porque desde a sua implementação não foram realizados atendimentos ao público em razão da baixa procura. Os poucos casos atendidos pela Casa da Família foram enviados pela juíza diretora e os resultados obtidos não foram contabilizados pelo Cejusc Bangu.

O único local que forneceu os dados estatísticos solicitados foi o Cejusc Santa Cruz, razão pela qual apenas os dados estatísticos da Casa da Família de Santa Cruz demonstram os resultados preliminares do projeto.

7 Como explica Barreto Junior (2010, p.16) que "a cidadania sob o ponto de vista restrito considera o direito de participar do processo de tomada de decisão política, seja como eleitor, seja como elegível. A cidadania em sentido amplo é encontrada no conjunto dinâmico de direitos e obrigações que determina o grau de inclusão do sujeito nas diversas esferas da convivência social".

8 As Casas da Família de Bangu, Santa Cruz e Barra da Tijuca ficam localizadas na zona oeste do Rio de Janeiro, enquanto a Casa da Família da Leopoldina está localizada na zona norte do Rio.

9 Disponível em: <http://amaerj.org.br/noticias/tribunal-vai-inaugurar-casa-da-familia-na-barra-da-tijuca/>. Acesso em: 08 out. 2018.

Desde a inauguração da Casa da Família (em novembro de 2017) até o presente momento, foram atendidas 17 famílias no Cejusc Santa Cruz. Os resultados obtidos na Oficina de Pais e Filhos foram os seguintes:

Encaminhamento das famílias para a Oficina de Parentalidade: 16 Famílias

Pesquisa de Satisfação

I - Qual o seu grau de satisfação com a oficina:

(08) Muito Satisfeito

(05) Satisfeito

(01) Pouco Satisfeito

(02) Não Respondeu

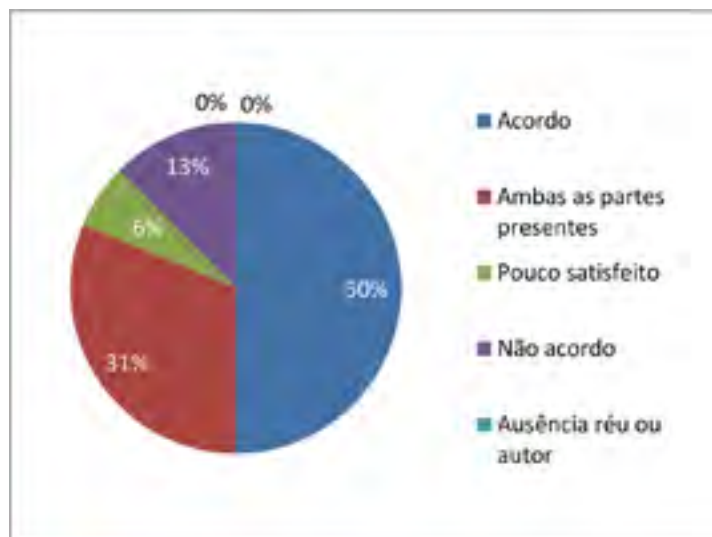


Figura 1. Pesquisa de Satisfação da Oficina de Parentalidade. Fonte: Dados fornecidos pela coordenação do Cejusc Santa Cruz.

Encaminhamento das famílias para Constelação Familiar: 17 Famílias

Pesquisa de Satisfação

II - Você se sentiu satisfeito em fazer parte da sessão de constelação familiar:

Sim (17)

Mais ou menos (0)

Não (0)

Encaminhamento das famílias para a mediação: 17 Famílias

Porcentagem de resolução dos conflitos

Acordos- 06

Sem início-03

Desistência-01

Em andamento-07

É importante explicar que os outros meios suasórios de resolução de conflito oferecidos na Casa da Família, tais como Oficina de Convivência; Círculos Restaurativos; Constelação Familiar, Registro Tardio etc., estavam em fase de implementação, por esta razão o Cejusc Santa Cruz não possui dados estatísticos destes serviços.

Cumprir destacar que a baixa adesão a Casa da Família decorre da falta de divulgação do projeto pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, portanto, a pouca procura não está atrelada a ineficácia ou ineficiência desta política pública. Visto que a Casa da Família apresenta um excelente índice de satisfação por parte das famílias que participaram do projeto.

2.6. FALHAS DO PROJETO

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro menciona em todas as entrevistas concedidas que a Casa da Família é um projeto inovador, inédito, jamais visto no Judiciário brasileiro¹⁰ e que foi desenvolvido pelo NUPEMEC do Rio. Contudo, esta informação não procede, visto que a criadora do projeto é a Dra. Vanessa Aufiero e a Casa da Família existe desde abril de 2016 em São Paulo, porém menção alguma é feita ao nome da magistrada, com isso o TJRJ leve todo o crédito pelo projeto.

A primeira falha detectada foi a pouca quantidade de funcionários na Casa da Família, pois o NUPEMEC não disponibilizou novos servidores para trabalharem nesses espaços. Na prática o que ocorre é a acumulação de funções, isto é, os funcionários executam as tarefas do Centro Judiciário de Solução de Conflito e as funções da Casa da Família, o que gera uma sobrecarga de trabalho.

Além disso, a triagem inicial das famílias vem sendo realizada por voluntários que não possuem a capacitação exigida pelo artigo 6º do Ato Normativo 14/2017. A capacitação da equipe técnica é de fundamental importância porque são eles que encaminham as famílias para os meios suasórios que atendam aos interesses e necessidades das partes. Se o profissional não possui tal expertise, o mesmo não está apto para atender as famílias e auxiliá-las na resolução dos conflitos.

Outra falha que afeta o funcionamento do projeto é a falta de assiduidade dos voluntários, visto que alguns deles não comparecem no dia escolhido para o atendimento as famílias e quando aparecem no dia selecionado os voluntários chegam atrasados, pois a ausência de fiscalização facilita o não cumprimento dos horários.

É importante destacar que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro tem por escopo reduzir a taxa de congestionamento processual existente no Direito de Família e para alcançar este objetivo o TJRJ implementou as Casas da Família. Entretanto, se o Tribunal focar apenas no aspecto quantitativo, ao invés de focar nas pessoas que procuram atendimento, tal enfoque desumaniza o acolhimento às famílias, padroniza o serviço e descaracteriza o projeto.

A pouca divulgação pelo NUPEMEC, pelos CEJUSC's e pelo TJRJ é mais uma falha que afeta diretamente os trabalhos desenvolvidos na Casa da Família, uma vez que a baixa adesão ao projeto decorre da falta de conhecimento da população a respeito deste espaço. Quando o projeto foi inaugurado no Rio de Janeiro, a divulgação da Casa da Família era feita no site do Tribunal de Justiça, no facebook do NUPEMEC e nos fóruns regionais do estado, contudo tal divulgação não foi suficiente para atrair as famílias.

Convém ressaltar que a dispensa da participação dos advogados¹¹ nos procedimentos realizados na Casa da Família é outro erro que precisa ser corrigido pelos organizadores do projeto. De acordo com a Amaerj a Casa da Família tem por objetivo "resolver os conflitos familiares sem a necessidade de processo judicial, afastando métodos impositivos e dispensando a participação dos advogados".

10 Para maiores informações acesse: <http://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5201738>. Acesso em: 12 out. 2018.

11 Para mais informações acesse: <http://amaerj.org.br/noticias/zona-oeste-ganha-casas-da-familia-na-segunda-feira/>. Acesso em: 08 out. 2018.

A informação publicada no site da Amaerj não procede, posto que nos conflitos familiares existem questões objetivas (tais como o percentual da pensão alimentícia, guarda compartilhada, alienação parental etc.) que precisam ser resolvidas pelo ex-casal com o auxílio e a expertise de um profissional do Direito. Desta maneira, a presença do advogado continua sendo indispensável porque a equipe técnica da Casa da Família não está autorizada a esclarecer qualquer dúvida jurídica das partes, devendo orientá-las a procurar um(a) advogado(a).

CONCLUSÃO

Para conter o avanço da crise, o Conselho Nacional de Justiça implementou novas políticas públicas no sistema jurisdicional brasileiro; por sua vez o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro inaugurou a Casa da Família com escopo de reduzir a alta taxa de congestionamento processual, principalmente no que tange aos conflitos de família.

Além disso, o TJRJ pretende, através deste projeto, proporcionar um tratamento adequado para os litígios familiares, recebendo de modo individualizado e humanizado as famílias envolvidas nos mais diversos tipos de conflitos, oferecendo-lhes um tratamento especializado, multidisciplinar e autocompositivo de resolução dos litígios.

O presente estudo constatou que a Casa da Família tem caráter preventivo porque evita a judicialização de novos casos e resolutivo, pois soluciona com rapidez os processos em tramitação; permite um acesso inclusivo a Justiça e estimula uma cultura de paz por meio do diálogo e do consenso.

O projeto apresenta algumas falhas pontuais que precisam ser corrigidas para que o atendimento às famílias não fique comprometido, mas em linhas gerais a Casa da Família apresenta excelentes resultados no que se refere ao tratamento e pacificação dos conflitos familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO JUNIOR, M.L. *Cidadania, Conceito e Evolução Histórica*. Diritto & Diritti, v. 1, p. 1-21, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Justiça em Números 2018: ano-base 2017*. Brasília: CNJ, 2017. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 25 set. 2018.

_____. *LEI No 10.406/2002*, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasília: 2002. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 30 set. 2018.

_____. *Resolução 125/2010*. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2010. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em 25 set. 2018.

_____. *Resolução 194/2014*. Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2483>>. Acesso em 25 set. 2018.

_____. *Lei 13.105/2015*, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília: 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm> Acesso em 25 set. 2018.

DESJUD. *JUSTIÇA DA FAMÍLIA VIVE MOMENTO ESPECIAL EM SÃO VICENTE*. SÃO PAULO: 2016. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.DESJUD.COM.BR/2016/07/21/JUSTICA-DA-FAMILIA-VIVE-MOMENTO-ESPECIAL-EM-SAO-VICENTE/](http://www.desjud.com.br/2016/07/21/justica-da-familia-vive-momento-especial-em-sao-vicente/)>. ACESSO EM 06 OUT. 2018.

LEORATTI, Alexandre. *Projeto de mediação em casos de família resulta em acordo em 96% das vezes no RJ*. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em <<https://www.jota.info/justica/projeto-de-mediacao-em-casos-de-familia-resulta-em-acordo-96-das-vezes-no-rj-16012018>>. Acesso em 20 set. 2018.

RIO DE JANEIRO. Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. *Tribunal vai inaugurar Casa da Família na Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <http://amaerj.org.br/noticias/tribunal-vai-inaugurar-casa-da-familia-na-barra-da-tijuca/>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. *Zona oeste ganha Casas da Família na segunda-feira*. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <http://amaerj.org.br/noticias/tribunal-vai-inaugurar-casa-da-familia-na-barra-da-tijuca/>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. Tribunal de Justiça. *Ato Normativo 14/2017. Estrutura nos CEJUSC's, nas Regionais de Bangu, Barra da Tijuca, Leopoldina e Santa Cruz, as Casas da Família para prover serviços necessários ao adequado tratamento dos conflitos familiares, atendendo o artigo 694 do CPC*. Disponível em <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=204497&integra=1>. Acesso em 06 out. 2018

_____. Tribunal de Justiça. *Em 2018, serão inauguradas novas unidades da Casa da Família*. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5201738>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Tribunal de Justiça. *TJ do Rio inicia atendimento da Casa da Família em Bangu e Santa Cruz*. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em <<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/noticias/525060744/tj-do-rio-inicia-atendimento-da-casa-da-familia-em-bangu-e-santa-cruz>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Tribunal de Justiça. *TJRJ começa atendimento na Casa da Família na Leopoldina*. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em <<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/noticias/525060744/tj-do-rio-inicia-atendimento-da-casa-da-familia-em-bangu-e-santa-cruz>>. Acesso em: 12 out. 2018.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UM DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

SARAH GONÇALVES RIBEIRO

*Mestranda do Programa de
Pós Graduação em Políticas Sociais - UENF
sarahgribeiro2@yahoo.com.br*

MARLON GOMES NEY

*Professor Doutor e Orientador do Programa de
Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF
marlonney@uenf.br*

JULIANA THIMÓTEO NAZARENO MENDES

*Professora Doutora e Co-orientadora
julianatnmendes@gmail.com*

RESUMO

A proposta aqui é analisar o trabalho do assistente social na escola, trazendo em primeiro momento o histórico da inserção desse profissional no ambiente escolar, seus objetivos, atribuições, e como se configuram, se organizam e se dividem em territórios dentro do município de Campos dos Goytacazes - RJ, apresentando as demandas e desafios da profissão dentro desses espaços. Posterior a esse panorama, será realizado a pesquisa de campo – a qual se encontra em curso no presente momento- que tem como objetivo principal trazer a discussão sobre a atuação do profissional de Serviço Social pela ótica da ordem pedagógica, trazendo a opinião de outros profissionais da educação sobre o trabalho realizado pelo Assistente Social, e como lidam com a falta deste, visto a dificuldade de cobrir toda a rede, devido ao numero reduzido de profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação.

Palavras-chave: Serviço Social. Política de Educação. Atuação Proffissional.

ABSTRACT

The proposal here is to analyze the work of the social worker in the school, bringing in the first moment the history of the insertion of this professional in the school environment, its objectives, attributions, and how they are configured, organized and divided into territories within the municipality of Campos dos Goytacazes - RJ, presenting the demands and challenges of the profession within these spaces. After this scenario, the field research will be carried out - which is currently underway - whose main objective is to bring the discussion about the work of the Social Work professional from the point of view of the pedagogical order, bringing the opinion of other professionals of education on the work done by the Social Worker, and how they deal with the lack of this, given the difficulty of covering the whole network, due to the reduced number of professionals filled in the Municipal Education Department.

Key-words: Social Service. Education Policy. Professional performance.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar resultado parcial da primeira etapa da pesquisa sobre a “Importância do Assistente Social nas escolas do Município de Campos dos Goytacazes, sobre a ótica dos profissionais da educação”, que tem como objetivo principal analisar o trabalho do assistente social na escola, trazendo em primeiro momento o histórico da inserção desse profissional no ambiente escolar, seus objetivos, atribuições, e como se configuram, se organizam e se dividem em territórios dentro do município de Campos, apresentando as demandas e desafios da profissão dentro desses espaços. Na segunda fase realizaremos a pesquisa de campo que tem como objetivo principal trazer a discussão sobre a atuação do profissional de Serviço Social pela ótica da ordem pedagógica, trazendo a opinião de outros profissionais da educação sobre o trabalho realizado pelo Assistente Social, e como lidam com a falta deste, visto a dificuldade de cobrir toda a rede, devido ao número reduzido de profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Campos dos Goytacazes.

A revisão bibliográfica nos possibilitou a construção deste presente trabalho, e nos permitiu aproximação maior com o panorama histórico-teórico-metodológico da profissão, e como se dá sua intervenção dentro da Política de Educação, em Campos dos Goytacazes.

DESENVOLVIMENTO

Primeiro ponto de discussão aqui é sobre a situação da Política Educacional nos dias de hoje, sendo a educação considerada um meio de crescimento social e avanço da cidadania, e o Estado o responsável pela sua garantia e universalização. A partir dessa discussão, pretende-se analisar o Serviço Social como parte dessa política, na consolidação da cidadania e democratização dos direitos sociais no espaço escolar.

A educação é base do desenvolvimento social. É uma das políticas sociais mais complexas do processo das relações sociais. Quando a educação se torna um direito universal, revela-se o campo de lutas que serão travadas para definir seu direcionamento. Santos (2008) expressa sua importância:

Com a educação, o homem se instrumentaliza culturalmente, capacitando-se para transformações tanto materiais como espirituais. A educação é o cerne do desenvolvimento social, sem ela, até mesmo as sociedades mais avançadas retornariam ao estado primitivo em pouco tempo. Depende-se dela para formar assistentes sociais, psicólogos, médicos, engenheiros, cientistas, professores e tantos outros profissionais, além de oferecer uma base de conhecimento para todas as pessoas. (SANTOS, 2008, p.1)

Porém, durante a década de 90 enfrenta-se o período de ascensão do neoliberalismo no Brasil, gerando uma significativa desarticulação das Políticas Sociais, causada pela redução de gastos públicos, o que acabou afetando todas as áreas sociais, pois esse corte dos gastos afasta cada vez mais o cidadão da conquista pela cidadania de fato, enfatizando assim as desigualdades sociais, e ampliando as expressões da questão social, vivenciadas em todas as áreas da sociedade.

Com isso, acontece o que é chamado de Reforma do Estado, onde o “Estado é mínimo para as Políticas Sociais e máximo para o capital” (PERONI, 2003, p.12). Esse conceito de Redefinição do papel Estado é muito trabalhado pela autora Vera Peroni em alguma de suas obras, e consiste no fato de entendermos que o Estado está passando por uma crise econômica muito intensa, pós anos 90. Para isso a autora faz referência ao autor Mezsaros, que retrata essa crise como “estrutural”, que sempre existiu, de caráter universal e global, que afeta diretamente a economia do país.

Com isso, não se pode deixar de considerar que a Política de Educação, em especial o ensino público, é diretamente afetada pelo determinismo neoliberal. De acordo com Marrach (1996), no contexto nacional, em que a pirâmide social se mantém e as desigualdades crescem, o discurso neoliberal propõe um tecnicismo reformado. Para este autor, no âmbito educacional:

Os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da educação se convertem em problemas administrativos, técnicos de reengenharia. A escola ideal deve ter gestão eficiente para competir no mercado. O aluno se transforma em consumidor do ensino e o professor um funcionário treinado e compete para preparar seus alunos para o mercado de trabalho e para fazer pesquisas pratica e utilitárias a curto prazo. (MARRACH, 1996, p. 6)

Brenner vai falar que essa crise está enraizada na queda das taxas de lucros, o que vai refletir em uma fragilidade da acumulação do capital combinada com a crise do sistema bancário, e quem está pagando a “conta” da crise, são os Estados e os trabalhadores, já que houve aumento na exploração, devido ao aumento da jornada de trabalho e diminuição do salário, além do endividamento dos Estados para financiar a crise.

O Estado que antes tinha um compromisso com as Políticas Sociais, a favor do “bem-estar” social, diminui o seu papel, minimiza sua participação nas áreas dos direitos sociais, para pagar dividas externas e internas, com o objetivo de superar determinada crise existente.

A escola nos dias de hoje se vê compelida a lidar com os reflexos dessa Redefinição do Estado, que gerou aumento da desigualdade social, fruto do próprio avanço do acúmulo do capital.

E é a partir desse contexto que o profissional de Serviço Social atua dentro da Política Educacional, chamado para dar respostas aos problemas que fogem a competência da ordem pedagógica, enfrentados no dia a dia. Dentre as atribuições do profissional de Serviço Social, no espaço escolar, embasadas nos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, estão:

- A compreensão do significado da política educacional nos processos de reprodução social, em particular no tocante aos mecanismos de qualificação e desqualificação da força de trabalho e de disputa pela hegemonia;
- A perspectiva de construção de uma educação emancipatória;
- A identificação dos principais sujeitos políticos, seus projetos educacionais e suas expressões nas legislações do campo educacional;
- O reconhecimento das particularidades da política educacional nos planos federal, estaduais e municipais;
- A apreensão das tendências que hoje se afirmam nas instâncias de controle social da área de educação;
- O reconhecimento dos diferentes intelectuais coletivos e dos consensos que produzem para a área de educação;
- A apropriação e o aprofundamento das produções teóricas sobre a realidade educacional brasileira;
- As particularidades da política educacional estruturada em níveis e modalidades que ainda carecem de maior organicidade;
- A construção de um projeto de intervenção que atualize o confronto teórico com a realidade. (CFESS/CRESS, 2012, p. 9)

A inserção do Serviço Social na educação foi regulamentada no ano 2000, através do Projeto de Lei nº 3688, de 13 de Dezembro de 2000, que dispõe sobre a introdução de assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais de educação. De acordo com Almeida (2002), esta regulamentação foi uma vitória, fruto de um esforço coletivo da equipe de profissionais de Serviço Social, que durante muitos anos lutaram, e continuam lutando pela representatividade nos campos das Políticas Sociais, através dos sindicatos e conselhos profissionais.

Diante das particularidades que o tema assume na contemporaneidade a necessidade de estudar e discutir sobre esse tema se tornou indispensável aos profissionais de Serviço Social.

Segundo o Conjunto CEFESS/CRESS, apesar de a categoria ter avançado bastante no debate sobre a inserção do Serviço Social na Educação ela ainda enfrenta alguns problemas e dificuldades. Especialmente, quando nos referimos ao debate que reduz à inserção do Serviço Social ao âmbito escolar, que acaba reduzindo a leitura sobre política educacional e muitas vezes a torna equivocada. De acordo com Almeida,

Pensar a atuação do Assistente Social na área da educação requer pensar a política educacional em sua dinâmica e estrutura, o que significa que o espaço escolar é apenas uma das imensas possibilidades de atuação desse profissional no campo educacional. (ALMEIDA, 2003, p.8)

O autor defende a idéia de que é com a ampliação do conceito de educação que se aumentam as possibilidades de atuação do profissional na área educacional, pois a cada nova demanda há necessidade de maior intervenção, desde a atuação com a família do aluno, até atendimentos realizados para os próprios professores. Nesse sentido, o campo educacional vem se tornando cada vez mais intrigante e interessante para os profissionais de Serviço Social, pois é nessa área, que o profissional lida com as diversas situações, que influenciam na formação social dos indivíduos e da coletividade. Além disso, é um campo desafiador, sempre com novas descobertas a serem analisadas e estudadas.

No âmbito escolar podemos encontrar diferentes expressões da questão social, que se configuram no dia-a-dia dos alunos e de suas famílias, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, evasão escolar, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, etc. As demandas emergentes e resultantes da questão social é que justificam a inserção do profissional do Serviço Social, que se insere neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar estas demandas. Neste sentido, Yamamoto (1998) afirma:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998, p.75).

De acordo com a autora, o assistente social exerce, indiscutivelmente, funções educativa-organizativas sobre as classes trabalhadoras. E, na escola, seu papel não poderia ser diferente, pois seu trabalho incide sobre o modo de viver e de pensar da comunidade escolar, a partir das situações vivenciadas em seu cotidiano, justamente por seu caráter político- educativo, trabalhando diretamente com ideologia, e dialogando com a consciência dos seus usuários. Sendo assim, afirmamos a necessidade de institucionalização do Serviço Social na Educação a partir do seu significado social, considerando que sua atuação se faz necessária devido aos seguintes pontos:

- Possibilidade de enfrentamento das manifestações da questão social, seja no atendimento imediato dos educandos/as, familiares e comunidade, seja na ampliação ou redefinição da leitura da realidade pelos diversos educadores do sistema de ensino;
- Possível interlocutor que alarga o diálogo com as demais Políticas Sociais e com os diversos sujeitos individuais e coletivos.
- Profissional capaz de identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais, econômicas, aos fatores culturais, às relações sociais marcadas por diferentes formas de opressão que interferem nos processos educacionais, na efetivação da educação como um direito e elemento importante na formação dos sujeitos para o exercício da cidadania;
- Propulsor de uma articulação efetiva entre a política de educação e as demais políticas setoriais para que sejam asseguradas as condições de acesso, permanência

- e sucesso escolar;
- Profissional capacitado para pensar inclusão dos conteúdos referentes aos direitos humanos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos;
- Importante orientador da comunidade escolar sobre a articulação da rede de serviços existente visando ao atendimento de suas necessidades e da “Educação Inclusiva”;
- Incentivador à inserção da escola na comunidade articulando-a as demais instituições públicas, privadas e organizações comunitárias locais, buscando consolidá-la como instrumento democrático de formação e de informação;
- Interventor na articulação das políticas públicas, das redes de serviços de proteção à mulher, à criança e ao adolescente vítima de violência doméstica, do sexismo, do racismo, da homofobia e de outras formas de opressão, do uso indevido de drogas e de outras possíveis formas de violência. (CFESS/CRESS, 2012, p. 11 – 12)

No livro “O Serviço Social na Educação”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social, o CFESS (2001), encontram-se dados estatísticos, os quais revelam que cerca de 36 milhões de pessoas vivem nas cidades abaixo da linha de pobreza absoluta, e que o nosso país ocupa o último lugar nos relatórios da ONU, o qual enfoca a questão social. Tudo isso, conseqüentemente, se reflete em uma quantia de aproximadamente 60% de alunos, que em determinadas regiões do Brasil, iniciam seus estudos e não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental (CFESS, 2001, p.11).

Sendo assim, a escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, etc., reprovações, até a evasão escolar, que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar. E, é nesse contexto, que se apresenta o fracasso escolar, pois mais do que nunca a escola atual tem o dever de estar alerta à realidade social do aluno.

A análise que faremos, a seguir, é acerca do histórico do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes, que se encontra no Regulamento Técnico do Serviço Social Escolar desse município supracitado. Foi elaborado e publicado no ano de 2014, e dispõe sobre as normas e os procedimentos de trabalho do/a Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SMECE.

Segundo informações que constam nesse referido documento, após dois anos da publicação da Lei 6462/97, que regulamenta e autoriza a “Criação do Serviço Social Escolar nas Escolas do Município de Campos dos Goytacazes”, em 1999 foi realizada a primeira convocação de assistentes sociais para atuarem na Secretaria de Educação, no setor do Programa de Bolsas de Estudo. Foram convocados 3 assistentes sociais que haviam participado do concurso público realizado em 1996.

Entre os anos de 1999 até 2002, a profissão caminhava a passos largos para alcançar maiores fundamentações para suas ações, e buscando ir além do trabalho focalizado que estava posto como primeira demanda, a saber: a análise do perfil dos alunos do Programa de Bolsa e Estudos, que era um convênio da prefeitura municipal com instituições de Ensino Infantil, Fundamental e Superior da rede privada. Ainda no ano de 1999, foi realizada proposta para o então prefeito da cidade, da possibilidade de regulamentação da intervenção nas Unidades Escolares, porém o número de assistentes sociais era muito pouco para atender toda a rede. Mas isso não impediu que assumissem este trabalho. Os assistentes sociais se dividiam para atender as demandas das escolas, conhecendo assim a realidade das escolas públicas do município e propondo novas intervenções, mas elas se dividiram, e nos anos seguintes foram conhecendo a realidade das escolas, e compreendendo as demandas para uma possível intervenção.

Em 2003, aconteceu o primeiro concurso específico para a Educação, em que foi previsto a inserção de outras categorias. Foram convocados 22 assistentes sociais para compor a equipe de Serviço Social Escolar na Secretaria Municipal de Educação - SMECE. Neste mesmo ano, o professor Ney Luiz Teixeira de Almeida¹ foi convidado para conhecer o trabalho e auxiliar a equipe na elaboração do seu projeto de intervenção profissional.

A Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 7ª Região, organizou uma nova proposta atualizada da Regulamentação do Serviço Social no município, e elaborou um documento para aprovação da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. O documento definia o número de 300 alunos para cada profissional de Serviço Social em uma unidade escolar ou agrupamento de unidades escolares.

Nos anos subsequentes a profissão foi ampliando e conquistando seu espaço na educação. Os profissionais foram se qualificando e começaram a ter mais visibilidade e representatividade. O Departamento de Serviço Social da SMECE, no ano de 2007 cresceu, passando a contar com 60 assistentes sociais, 13 fonoaudiólogos, 18 psicólogos, 8 psicólogos/psicopedagogos, 26 técnicos administrativos e 21 estagiários de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia. Nesses anos o trabalho do Assistente Social nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes, já estava bem estruturado, tendo como público-alvo alunos e familiares.

Um período marcante nessa trajetória foi aquele entre os anos de 2005 e 2008, pois foi marcado pela elaboração e execução do Projeto de Intervenção Acessibilidade e Permanência: um compromisso de todos. Neste projeto constava o trabalho dos assistentes sociais com diferentes temáticas como: evasão, família, saúde, sexualidade, cidadania, ética, direitos e valores, entre outros.

Segundo o documento analisado em questão, no ano de 2009 as estatísticas continuavam apresentando grande número de evasão e infrequência, o que mobilizou alguns membros da equipe a elaborar o projeto “Meu lugar é na escola”. Este foi pensado com o objetivo de reduzir os índices de evasão e a infrequência, tendo como ferramenta principal a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI. Nesse mesmo ano o trabalho do profissional já estava bem articulado com outros departamentos fora da SMECE, como Conselhos Tutelares, e Ministério Público, no intuito de garantir a permanência do aluno evadido ou infrequente.

Ainda em 2009 foram realizados grupos de discussão com eixos temáticos relevantes a prática profissional, que foram definidos de acordo com os projetos realizados nas unidades escolares.

Em 2010, o Departamento de Serviço Social passou a ser Departamento Multiprofissional e neste mesmo ano, foi criado o Espaço Multiprofissional de Apoio a Aprendizagem (EMAA), que funciona como um suporte técnico dirigido às questões relacionadas às dificuldades específicas, como por exemplo, aquisição inicial da leitura. Foi nesse período que se dividiu a equipe de assistentes sociais, ficando sete profissionais responsáveis pelo Programa de Bolsa de Ensino Superior e uma responsável pelo Programa de Bolsas do Ensino Infantil e Fundamental. Os demais assistentes sociais continuaram se dedicando as atividades nas escolas.

No ano de 2011, a equipe se organizou em grupos de estudos, para iniciar a discussão e elaboração das atribuições e competências do Serviço Social na Educação, ampliando os pressupostos apresentados no Plano de Trabalho do Serviço Social na Educação.

Em 2012 foi elaborado o documento Metodologia de Trabalho do Serviço Social nas Unidades Escolares (Protocolo de Atendimento),⁷ resultado de dois meses de reuniões onde se discutiram as demandas pertinentes ao Serviço Social e os instrumentos utilizados para cada demanda trabalhada.

1 Professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), sendo uma grande referência para os estudos que envolvem o debate sobre a inserção do Serviço Social no campo educacional.

No decorrer desses anos, as experiências e vivências foram responsáveis por todo conhecimento adquirido nesse processo, buscando responder de forma qualificada às questões sociais presentes no âmbito educacional.

Em 2015 a SMECE contava com 103 assistentes sociais lotados na Gerência de Serviço Social, onde apenas 59 assistentes sociais desenvolvem suas atividades na SMECE efetivamente. Os outros 41 profissionais encontram cedidos às outras Secretarias do Município.

No ano de 2018 esse número reduziu ainda mais, contando com apenas 43 profissionais de Serviço Social, sendo 41 em escolas, e 2 que realizam o trabalho no setor, recebendo as demandas das escolas descobertas. Essa redução acontece por motivos variados. Muitos saem por motivo de saúde, falta de condições de trabalho em algumas escolas, outros pedem transferência para outras instancias, visando aumento de carga horária e conseqüentemente aumento salarial, e assim sucessivamente.

Essa diminuição de assistentes sociais é uma preocupação constante o desenvolvimento do trabalho pautado no compromisso e responsabilidade com o direcionamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que respaldam de forma qualificada e técnica as ações desenvolvidas conforme atribuições pertinentes ao profissional, os assistentes sociais da SMECE levantam as questões pertinentes à reorganização do trabalho da equipe do Serviço Social e as encaminham para a viabilização de condições de trabalho condignas. (EQUIPE SERVIÇO SOCIAL - SMECE, Regulamento Técnico, 2014, p. 15)

Podemos concluir, que a inserção do Serviço Social na área da educação no município de Campos é um processo, e que ainda está se consolidando, enfrentando uma série de dificuldades, inclusive a redução no quadro de profissionais frequente. Podemos afirmar que até o presente momento o trabalho do Serviço Social na educação foi pautado na defesa de uma política educacional pública e efetiva, ampliando a concepção do processo pedagógico e compondo um trabalho coletivo que visa a qualidade dos serviços prestados. Isso porque a atuação do Serviço Social na política educacional tem como objetivo contribuir para que sejam asseguradas, avaliadas, elaboradas e executadas ações preventivas e de enfrentamento das expressões da questão social visando intervir na realidade da escola com foco na qualidade, acesso e permanência dos alunos no sistema educacional com a participação da comunidade escolar.

A atuação do Assistente Social na Escola busca conhecer, identificar e estudar os problemas sócio-educacionais, visando à melhoria da realidade educacional. Assim a inserção do Assistente Social na Educação vai trazer o desafio de construir uma intervenção qualificada, baseada nos princípios fundamentais o Código de Ética Profissional do Serviço Social, que constitui o seu perfil, como um profissional que luta em favor da equidade e justiça social, e assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais bem como sua gestão democrática. Portanto, sua intervenção vai ao encontro de uma educação emancipadora, com base nos elementos sinalizados no capítulo primeiro deste trabalho.

Devemos defender que o papel do Assistente Social dentro de qualquer política é buscar a garantia dos direitos, e dentro da Política de Educação se compromete com os direitos dos educandos, suas famílias, e inclusive os docentes, ou seja tudo que fere os direitos destes, é demanda do Serviço Social dentro do projeto educativo.

Por isso, para compreender a intervenção do Serviço Social dentro da Política de Educação, precisamos considerar que

“a educação também é fruto das relações sociais que se estabelecem em uma dada sociedade e que o ato educativo também é político, os diferentes atores que participam da esfera educativa, dentre eles os/as assistentes sociais, são necessários\as para que essa dimensão seja retomada e fortalecida.” (SILVA, 2004, p. 32)

CONCLUSÃO

Conclui-se então que, a escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, etc., reprovações, até a evasão escolar, que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar. E, é nesse contexto, que se apresenta o fracasso escolar, pois mais do que nunca a escola atual tem o dever de estar alerta à realidade social do aluno.

Durante muitos anos a escola pública se caracterizou como privilégio para poucos, em que o acesso à educação se tornou um processo difícil, quando não deveria ser. No entanto, mesmo com a garantia da educação como direito universal, na prática, deixou de ser universal, pois continua excludente, não apenas pela dificuldade de acesso decorrente da falta de vagas em escolas públicas, mas também pela dificuldade dos segmentos mais empobrecidos e vulnerabilizados, de permanecerem na escola.

Sendo assim, quando nos referimos às problemáticas sociais que perpassam o cotidiano escolar é possível perceber o descaso político pela educação tanto em nível municipal, quanto nacional, e estadual, não garantindo ensino de qualidade, condições precárias para receber os alunos na escola com dignidade, e dificultando com tudo isso a permanência do aluno na escola, evidenciando as demandas sociais, dificultando a garantia da cidadania de fato.

Assim, a partir do exposto considera-se que a inserção do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional, é importante, pois se torna um grande aliado para consolidação da cidadania e democratização dos direitos sociais no espaço escolar.

E como afirma Almeida “a inserção do profissional de Serviço Social na educação não é apenas para ocupar um espaço inexplorado do mercado de trabalho, mais acima de tudo lutar para conquistar direitos e combater desigualdades.” (2002, p.4)

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Uma Inserção Possível e Necessária: Mais uma Frente de Atuação do Serviço Social.** *Práxis - CRESS 7ª região.* Rio de Janeiro, v.6, jul. 2002.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 Jul. 2018.

_____. **Serviço Social e Política Educacional: Um Breve Balanço dos Avanços e Desafios desta Relação,** Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 de Agosto de 2018.

CONJUNTO CFESS/CRESS. Grupo de Trabalho Nacional Sobre Serviço Social Na Educação. **Síntese do documento Subsídios para o debate sobre o Serviço Social Na Educação.** Santa Catarina. 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vc79svYRz7gJ:cress-sc.org.br/docs/s%25C3%25ADdios%2520S.S.%2520na%2520Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520S%25C3%258DNTESE.doc+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=BR>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O Serviço Social na Educação.** Brasília/DF, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 25 Jul. 2018.

_____. **Subsídios para a Atuação do Serviço Social na Educação**. 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

_____. **RESOLUÇÃO DO CFESS Nº 273, DE 13 DE MARÇO DE 1993**. Dispõe o **Código de Ética do Assistente Social**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 13 de março de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 18 Jun. 2018.

EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Colóquio de Atuação do Serviço Social Escolar**. Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes, 2015.

_____. **Metodologia de Trabalho do Serviço Social nas Unidades Escolares - Protocolo de Atendimento**, Campos dos Goytacazes, 2012.

_____. **Regulamento Técnico do Serviço Social**, Campos dos Goytacazes, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 7.^a ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. USC - Firgóa - Universidade de Santiago de Compostela, p. 42-56. In: **Infância, Educação e Neoliberalismo**. Celestino A. da Silva Jr., M. Sylvia Bueno, Paulo Ghiraldelli Jr., Sonia A. Marrach. São Paulo: Cortez, 1996.

PERONI, Vera. **Política Educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003. pp. 15-70.

SANTOS, Andre Michel dos. **A educação no contexto brasileiro: dificuldades e desafios encontrados pelas escolas na atualidade**. 2008. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/contextobrasileiro.asp>>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

SILVA, Berenice Pereira. **As Transformações do Universo Escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social - Departamento de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense - UFF, Campos dos Goytacazes, 2004.

ENTRE O AVANÇO E O RETROCESSO: O ATIVISMO JUDICIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E O EFEITO BACKLASH

SILVIA CAMPOS PAULINO

*Mestranda do Programa de humanidades,
culturas e artes da Universidade do Grande Rio – RJ
silvia.campos.paulino@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo, por meio de pesquisa bibliográfica e revisional, busca explicitar, diante do Constitucionalismo Democrático, o ativismo judicial, principalmente no que tangem a efetivação das políticas públicas e as tensões geradas diante dessa função atípica do Poder Judiciário frente a sociedade causadas quando do rompimento de normas sociais estabilizadas, suplantadas por conceitos transformativos através de julgado substantivando-se no efeito *Backlash* introduzido pela doutrina norte-americana na década de 70. Refletiremos os aspectos do presente efeito como modo de retrocesso às decisões judiciais mais vanguardistas em temas socialmente sensíveis.

Palavras-chave: Política Pública, Ativismo Judicial, Constitucionalismo Democrático, Ativismo Judicial, Efeito Backlash.

ABSTRACT

The present article, through a bibliographical and revisionary research, tries to make explicit, before Democratic Constitutionalism, the judicial activism, mainly in what touches the effectiveness of the public policies and the tensions generated before this atypical function of the Judiciary Power against the society caused when the rupture of stabilized social norms, superseded by transformative concepts judged by substantiating the Backlash effect introduced by American doctrine in the 1970s. We will reflect the aspects of this effect as a way of regressing to the most avant-garde judicial decisions on socially sensitive topics.

Key-words: Public Policy, Judicial Activism, Democratic Constitutionalism, Judicial Activism, Backlash Effect.

INTRODUÇÃO

O ativismo judicial em políticas públicas trata-se de tema recente na implementação de políticas públicas no Brasil, emergente, principalmente com o advento da Constituição de 1988, no qual podemos observar a atuação do judiciário de maneira ativa para efetivação de direitos fundamentais sociais.

Tal protagonismo judicial, enseja, em temas controversos como direitos civis da população LGBTQI+ ou descriminalização do aborto ou da liberação do consumo de maconha, ou seja, temas sensíveis a normas sociais implícitas; tensões no meio social que geram resistências a transformação que a modificação de determinado julgado poderá resultar, o que é designado pela doutrina norte-americana de *backlash effects*.

Diante das tensões observadas entre a sociedade e o e a efetivação das modificações resultantes do ativismo judicial na promoção de políticas atinentes aos direitos sociais, visamos discorrer como o efeito *backlash* advindo do protagonismo judicial podem resultar em avanços e retrocessos na efetivação de direitos fundamentais sociais.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O ATIVISMO JUDICIAL

Segundo a definição de Peters (Apud SOUZA, 2006, p.24), as políticas públicas são “as somas das atividades de forma direta ou delegada dos governos que influenciam as vidas dos cidadãos.” Secchi (2012) em definição mais suscita diz que “uma política é uma diretriz para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2012, p. 2). De fato, não há uma definição única do que são políticas públicas, contudo, conjugando as definições fornecidas, podemos deduzir que as políticas públicas são determinadas ações dos *policy makers* (decisores e/ou criadores de políticas públicas) que buscam a resolução de problemas atinentes a coletividade, de forma geral ou individual.

Os professores Geraldo Di Giovanni e Marco Aurélio Nogueira (2018) destacam que atualmente as políticas públicas não podem ser entendidas em um caráter tecnicista e restritivo da mera atuação governamental em setores problemáticos, mas sim, de maneira mais abrangente e adequada ao mundo globalizado, como uma forma de exercício de poder existente em sociedades democráticas e advinda da complexa interação entre Estado e sociedade, é sobretudo um tipo específico de ação política. Como bem preceitua a professora Celina Souza (2006), as políticas públicas não causam apenas reflexos na economia, mas também na sociedade, sendo, portanto indissociável sua avaliação sem vislumbrar seu alcance social.

Em uma visão inclinada ao campo do direito, podemos definir a natureza jurídica das políticas públicas, segundo as lições de Valdir Ferreira de Oliveira Junior (2009) como: “um mandamento finalístico, estabelece um fim ou objetivo que fomenta ou realiza determinado direito, passando a compor seu regime jurídico.” (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p.41)

Três metodologias de análise de políticas públicas são relevantes ao deslinde do presente artigo. A primeira vem dos conceitos de Lowi (apud SECCHI, 2013, p.17) que classificou as políticas públicas em espécies, baseando-se no critério de “impacto esperado na sociedade” (apud SECCHI, 2013, p.17), conferindo as seguintes terminologias: (1) Políticas públicas distributivas: Políticas públicas no qual determinado grupo social é beneficiado através de recursos de toda coletividade; (2) Políticas públicas redistributivas: Políticas públicas no qual determinado grupo social arca com benefícios destinados a outro determinado grupo social; (3) Políticas públicas regulatórias: Políticas públicas destinadas a prever regras e diretrizes das ações governamentais; (4) Políticas públicas constitutivas: Políticas públicas caracterizada por ser regras sobre as regras, são estas políticas públicas que determinam as “regras do jogo”.

A segunda, trata-se do conceito dos ciclos de políticas públicas, que segundo Rafael Meireles Saldanha (2017), pode ser definido da seguinte forma como:

“A elaboração das políticas públicas é conhecida como “ciclo de políticas públicas”. Neste ciclo é possível visualizar as diferentes etapas do processo, auxiliando a melhor compreensão do objeto de estudo.” (SALDANHA,2017. p. 97)

Apesar de não haver consenso doutrinário acerca da nomenclatura de cada fase, nos filiaremos aquelas estabelecidas por Secchi (2013), que determina em seus estudos sete fases definidas como: (1) identificação do problema; (2) formação da agenda; (3) formulação de alternativas; (4) tomada de decisões; (5) implementação; (6) avaliação e (7) extinção.

A terceira, diz respeito as situações em que será necessário o controle constitucional das políticas públicas. Segundo o professor Valdir Ferreira de Oliveira Junior (2009) tal controle se faz premente quando a política pública se demonstrar: (1) inexistente; (2) deficiente; (3) em vias de extinção ou extinta e/ou (4) causando ou podendo causar retrocessos aos direitos sociais e civis adquiridos.

Nas políticas públicas, a tomada de decisões e implementação, são funções originárias dos Poderes legislativo e executivo, por serem poderes essencialmente políticos. Contudo, como observa o Ministro Luís Roberto Barroso (2009) após a segunda guerra mundial os países ocidentais vivenciaram um avanço da justiça constitucional sobre os espaços de política majoritária efetuada pelos Poderes Legislativo e Executivo, principalmente no que tangem as políticas públicas redistributivas e regulatórias, não só na sua fase de implementação, mas também no que tange a tomada de decisões, atuando não apenas para a efetivação de determinada política pública, mas também, na ampliação do alcance da mesma, estabelecendo-a, utilizando o controle constitucional como meio de instrumentalizar sua função atípica na seara das políticas públicas.

Como bem leciona a professora Maria Tereza Aina Sadek (2018) sobre o protagonismo do Judiciário, este “substantiva-se em um poder até então desfrutado apenas por representantes eleitos pelo povo, seja no Legislativo, seja no executivo.” (SADEK, 2018, p.496)

Neste cenário, no qual o Brasil se insere mais efetivamente após a redemocratização, observa-se dois fenômenos: o primeiro o da judicialização e o segundo do ativismo judicial. Cabe-nos, portanto, esclarecermos a diferenciação destes protagonismos judiciais, que embora semelhantes, guardam distinção.

Como bem leciona Barroso (2009), a judicialização é expressão do modelo de Constituição analítica e do sistema de controle de constitucionalidade adotados no Brasil, que é um dos mais abrangentes do mundo, sendo denominado híbrido, pois une tanto o controle norte americano quanto o europeu, ou seja, o controle difuso e concentrado respectivamente. Enquanto o ativismo judicial configura uma postura proativa e expansiva ao interpretar a Constituição, potencializando o sentido e alcance das normas, nas palavras do Ministro Barroso: “A ideia de ativismo judicial está associada a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes.” (BARROSO,2009, p.6).

O ativismo judicial é fruto do denominado Constitucionalismo democrático, termo preceituado pelos professores de direito da *Yale Law School* Reva Siegel (1959) e Robert Post (1947), que pode ser definido como uma atuação mais contundente do poder judiciário na argumentação na interpretação técnico-jurídica da Constituição, promovendo maior interação entre a Suprema Corte e a sociedade, é expoente do papel do governo representativo, simultaneamente

os cidadãos são mobilizados à garantir a Constituição e a Corte a reafirmar seu papel de interpretação constitucional.

O Constitucionalismo democrático é marcado pela pluralidade de posicionamentos políticos e pela abertura do debate sobre interpretações. Como observa Pimentel (2017): “a premissa do Constitucionalismo Democrático reside justamente no fato de que a autoridade da Constituição depende de sua legitimidade democrática, o que se dá no momento em que os cidadãos reconhecem a Constituição como a sua Constituição.” (PIMENTEL, 2017, p.193)

Retomando as lições de Sadek (2018), destacamos que o modelo constitucional brasileiro proporciona o ativismo judicial, ou seja, “o modelo constitucional conferiu ao Judiciário papel político relevante, legitimando a atuação pública da magistratura e transformando a arena judicial em espaço que abriga e arbitra o confronto entre forças políticas.” (SADEK, 2018, p. 496). Como observa Canela Junior (2011): “O controle de constitucionalidade altera o papel do Poder Judiciário, inicialmente concebido por Montesquieu, reservando-lhe a palavra final nos atos praticados pelas outras formas de expressão do poder estatal. (...)”. (CANELA JUNIOR, 2011, p.74)

O professor de direito George Marmelstein (2015) observa que toda decisão judicial possui um grau de insatisfação, o que gera tensões em determinados setores. Portanto, como ressalta Barroso (2009), o ativismo judicial em si não é um problema, contudo “Em dose excessiva, há risco de se morrer da cura” (BARROSO, 2009,p.19). Sem dúvidas, um dos efeitos colaterais observados é o *backlash*.

O EFEITO BACKLASH E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

O efeito *backlash* foi alcunhado pelo professor da *Harvard Law School*, Michael Klarman para denominar

O fenômeno da reversão jurisprudencial também conhecida como revisão legislativa ou superação jurisprudencial pela via legislativa, que consiste na aprovação de normas pelo Parlamento cujo conteúdo contraria o entendimento adotado pela Suprema Corte, no intuito de superá-lo.” (SANTOS,2017, p. 7)

A jurista norte-americana Linda Hamilton Krieger (2000) explica que, curiosamente, a princípio, *backlash* era um termo utilizado exclusivamente na pesca para designar um carretel de linha de pesca que se emaranha quando a linha ultrapassa esse. Ora, tal analogia é perfeitamente plausível quando entendemos o efeito *backlash* como as reações de setores que estão em dissonância, um a frente do outro.

Hamilton (2000) observa que normas sociais informais e normas legais formais geram determinadas expectativas e restrição no agir da sociedade, contudo nem sempre há uma convergência entre estas, gerando uma dissonância normativa, principalmente no que tangem as *transformative law* (leis transformativas), que efetivamente deslocam as estruturas da sociedade determinando novos paradigmas. Para a jurista norte-americana as *transformative law*

emerge de sociedades normativamente diversas, nas quais algum grupo de interesse ou coalizão consegue promulgar reformas reformistas. leis destinadas a mudar as normas sociais que ele percebe serem injustas ou indesejáveis. (HAMILTON,2000, p.6)

Podemos definir cidadania como o direito a ter direitos. Neste contexto, a efetivação de determinadas políticas públicas são garantias de direitos, não apenas sociais, mas por consequência, os civis. Assim, podemos observar, que o ativismo judicial na efetivação de políticas públicas, para os direitos sociais e de cidadania, é inserido de forma análoga a uma

norma transformadora e ensejam, necessariamente, a modificação de normas sociais informais para a promoção de direitos fundamentais.

Contudo, a sedimentação de conceitos e normas informais, no meio social, gera certas tensões na aplicabilidade da norma transformadora, com maior ênfase quando resultante do ativismo judicial, que pode ser revista pelo legislativo, visto a função atípica.

Marmelstein (2015) define o *backlash* como uma reação não-desejada à atuação judicial. Desta forma, podemos inferir que o efeito *backlash* é um efeito colateral do ativismo judicial que colidem com conceitos mais delicados, como moral, costumes, ética e religião, em síntese, conceitos enraizados no âmbito social que podem reproduzir diferenças sociais e necessitam ser revistos, porém podem enfrentar resistência de determinados grupos.

Krieger (2000) observa que normas transformadoras, e neste contexto podemos entender também julgados, visto o *common law* da doutrina norte-americana e o próprio ativismo judicial, como já elucidamos; desafia conceitos pré-existentes uma sociedade, assim a norma transformadora pode vir a substituir padrões de inferência e ações, podendo subverter ou reconstruir categorias institucionalizadas. Neste contexto, a jurista ressalta que há um conflito entre normas, regras e padrões estabilizados que são abalados por normas transformadoras, muitas vezes influenciados por determinados fatores e grupos sociais. Nesta vertente, Marmelstein (2015) é exemplar ao afirmar que a decisão judicial transformadora não é atacada em si, mas o alvo é sua vertente ideológica.

A jurista Mariana Barsaglia Pimentel (2017) observa em consonância que é em decorrência da alteração da ordem até então estabelecida que insurgem reações negativas perante a decisões da Suprema Corte que ampliam o alcance Constitucional, principalmente na garantia de direitos das minorias.

O efeito *backlash*, geralmente, advém como forma de retaliação a uma decisão judicial controvertida. Marmelstein (2015) ressalta que o citado efeito segue uma lógica: primeiro o judiciário profere uma decisão de vanguarda sobre direitos fundamentais em questão que possui divergências na opinião pública; não existindo um consenso sobre o assunto, a decisão judicial passa a ser alvo de críticas de setores mais conservadores; tais críticas passam a ser propagada de forma massiva, resultando em uma mudança da opinião pública em favor de um posicionamento mais reacionário; em decorrência disso, candidatos políticos passam a adotar um discurso mais tradicional para angariar votos; desta feita, políticos com visão mais conservadora assumem o controle do poder político, aprovando leis que expressem sua visão de mundo e influenciando na composição do judiciário; por fim, o juiz Marmelstein (2015), prevê que o processo culmina em um retrocesso jurídico, criando uma situação normativa pior do que a existente anteriormente a decisão judicial e prejudicando os grupos beneficiados.

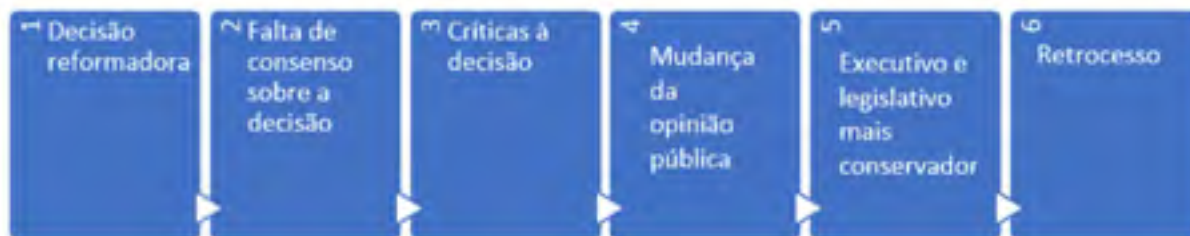


Figura I: Imagem da autora.

A professora Linda Hamilton Kriegert (2000) observa de modo diferente de Marmelstein (2015) o efeito *backlash*. Marmelstein (2015) descreve, como vimos, o fenômeno do efeito *backlash* de maneira sucessiva, em um verdadeiro “efeito dominó”; já a norte-americana verifica no efeito *backlash* um conceito de tendência cíclica, que se retroalimenta entre decisões de vanguarda e mais conservadoras, sempre se contrabalançando entre as tensões sociais ocasionadas pelas normas estabilizadoras.

Por outro lado, como destaca Pimentel (2017), o Constitucionalismo Democrático caracterizado pelo ativismo judicial pode se beneficiar de tal efeito, visto que “o *backlash* pode promover a solidariedade constitucional e revigorar a legitimidade democrática da interpretação constitucional.” (PIMENTEL, 2017, p.198)

A experiência norte-americana traz diversos exemplos de *backlash*, dentre os quais podemos citar como emblemático o caso *Furman v. Georgia* (1972), que adotou uma postura liberal acerca da perversidade das penas aplicadas, em especial a de morte, ao entender que tal medida seria incompatível com a Constituição Norte-americana, assim, postulando pelo fim dessa pena máxima. Contudo, tal episódio fortaleceu grupos conservadores, conquistando maior espaço político, não só mantendo a previsão da pena capital no contexto punitivo norte-americano, mas sendo adotado em estados que não previam tal pena.

O EFEITO BACKLASH NO BRASIL

No Brasil o ativismo judicial, vem corroborando com o efeito *backlash* em nossas estruturas. Podemos pontuar a decisão do STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 em 2012 sobre a possibilidade da interrupção da gravidez em casos de fetos anencefálicos e a Ação declaratória de inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 de 2011 relacionada ao casamento homoafetivo. As decisões liberais do STF foram contra-atacadas, tomando força, respectivamente, os projetos de Lei n. 478 de 2007 (Estatuto do Nascituro) e o n. 6583, de 2013 (Estatuto da família).

Na visão clássica das políticas públicas, correlacionada a ação governamental específica, podemos vislumbrar o ativismo judicial na efetivação dessas através de decisões que buscam o fornecimento de medicamentos, a empregabilidade de determinada categoria discriminada, nos procedimentos voltados aos usuários de drogas ilícitas, dentre outros que ensejam a concretude de um direito social ou civil.

Portanto, a fim de elucidar o tema abordado e a contemporânea sociedade brasileira, nos dedicaremos a discorrer breves linhas acerca de dois grupos destinatários de políticas públicas específicas, que atualmente sofrem com o efeito *Backlash* através de reformas legais já estabelecidas ou em votação, quais sejam: Mulheres e população LGBT+, utilizando como parâmetro de elucidação os lide *cases* da ADPF 54, ADPF 132 e ADI 4277.

a) Mulheres, ativismo judicial e efeito *Backlash*.

Questões relacionadas a liberdades reprodutivas das mulheres são ainda na sociedade brasileira conceitos que tangenciam os conceitos morais e principalmente religiosos, desta maneira, dentro dos direitos garantidos às mulheres, temas referentes ao aborto causam fortes tensões sociais e polaridade de grupos que se posicionam contra e a favor da descriminalização da prática.

O código penal brasileiro (Decreto-lei 2.848) de 1940 prevê, dos artigos 122 ao 128, o crime de aborto. No artigo 128, encontramos as excludentes de ilicitude, sendo nestes casos afastada a

punibilidade diante de alguns requisitos. Em síntese, são os casos em que o legislador autoriza que seja efetuado o aborto de forma não criminalizada. O texto legal prevê duas hipóteses: o aborto necessário, quando há risco a vida da gestante e o aborto no caso de gravidez decorrente de estupro.

Percebe-se que não houve qualquer dispositivo na legislação que vislumbrasse o aborto no caso de inviabilidade de vida do feto fora do útero, tornando-se uma lacuna na legislação, à medida que determinadas más-formações inviabilizavam a vida extrauterina, fazendo como que a mulher levasse até o fim uma gestação de um feto sem quaisquer condições de sobrevivência.

Dentro deste panorama, uma ADPF, ação constitucional própria a mitigar as omissões do legislador, fora apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, requerendo a previsão do aborto terapêutico nos casos de fetos anencefálicos. A ADPF n. 54 fora julgada em 2012, com relatoria do Ministro Marco Aurélio Mello, tendo decisão marcante na expressão do ativismo judicial brasileiro, prevendo a legalidade do aborto terapêutico no caso suscitado.

Nesta esteira, a fim de garantir o cumprimento da presente garantia surgida através da ADPF n. 54, o Estado teve que adequar políticas públicas ao atendimento das gestantes que requereriam o aborto terapêutico. Ainda no ano de 2012, o Conselho Federal de Medicina expediu a resolução n. 1.989/2012 que traça parâmetros para o diagnóstico da anencefalia e em 2014 a portaria 415 do Ministério da Saúde inclui o procedimento no rol da cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS). Percebe-se que, diante do ativismo judicial houve a necessidade da adequação de políticas públicas regulatórias para o atendimento do aborto terapêutico dos fetos anencéfalos.

Ressaltamos que a decisão do STF, proferida na ADPF 54, não fora recepcionada de maneira pacífica em todos os setores da sociedade brasileira. Tal resistência fora demonstrada pelo novo fôlego tomado pelo projeto de Lei n. 478 de 2007 denominado Estatuto do Nascituro, prevendo uma gama de direitos ao feto, inclusive de maneira obliqua limitando as previsões legais de aborto.

O projeto de lei que regulamentaria o Estatuto do Nascituro fora desarquivado por duas vezes: uma em 2011, quando já tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF) a ADPF n. 54 e pela segunda vez em 2015. No ano de 2017, foi solicitada urgência na votação do projeto, não surpreende que a solicitação se deu no mesmo ano em que fora apresentada a ADPF 442, que requer o reconhecimento da descriminalização do aborto até a 12^a semana de gestação.

Desta forma é evidente o ciclo do efeito *backlash* preceituado por Marmelstein (2015), notando-se o ativismo judicial em uma decisão de vanguarda e as tensões geradas no meio social capazes de influenciar o legislativo a frear e restaurar as normas sociais estabilizadas.

b) Comunidade LGBTQI+, ativismo judicial e efeito *Backlash*.

O julgamento em conjunto da ADPF 132 e ADI 4277 pelo STF, em sessões realizadas em 04/05/2011 e 05/05/2011, reconheceu a legalidade das uniões homoafetivas, sendo um marco da ação progressista do judiciário na defesa dos direitos sociais da comunidade LGBTQI+.

Em que pese alguns direitos controversos terem seu debate jurídico apaziguado sob a égide desta espécie de união estável, tais como a adoção e registro de crianças e direitos sucessórios, nos interessa pontuar na seara das políticas públicas o caráter de política redistributiva do Instituto de Seguridade Social (INSS) no tocante às pensões por morte e direito dos companheiros como dependentes perante a autarquia.

Primeiramente, ressaltamos que o INSS, através da Instrução Normativa nº 25 de 07, reconhece desde o ano 2000 os direitos dos companheiros em União homoafetiva, por força de precedente judiciário em Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0, que tramitou na 3ª Vara Federal Previdenciária de Porto Alegre, da Seção Judiciária Federal do Estado do Rio Grande do Sul. Característica do ativismo judicial, tal decisão teve efeito *erga omnes*, tendo portanto validade em todo território nacional, fazendo com que fosse expedida Instrução Normativa pelo INSS para adequação.

A Lei nº 8.213/91, que dispõem acerca dos benefícios previdenciários, passou a ter uma interpretação ampla ao parágrafo 3º do artigo 16: “a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.”

Contudo, como bem observa Ana Maria D’Ávila Lopes e Renato Espíndola Freire Maia (2012), no Brasil ainda avançamos muito pouco no tange as políticas públicas voltadas a comunidade LGBTQI+ devido a possuímos uma sociedade de maioria heterossexual “esses padrões encontram-se fortemente arraigados nas diferentes áreas sociais, como na cultura popular e na interação cotidiana, passando pela política e pelo Direito, provocando agressões psicológicas e menosprezo social.” (LOPES; MAIA, 2012, p. 80).

Portanto, tais decisões não foram aceitas de forma pacífica pela sociedade, se concretizando no projeto de lei n. n. 6583 apresentado à Câmara dos Deputados Federais em 2013, denominado Estatuto da família. Em seu artigo 2º, o citado projeto de Lei dispõem que “Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”. Exclui-se, no conceito de família apresentado, todas as estruturas familiares fora do padrão heteronormativo, exacerbando o inconformismo com decisão judicial de parcela da população mais tradicional e religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ativismo judicial é marca do Constitucionalismo Democrático evidenciado no Brasil pós-redemocratização com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A demonstração de um judiciário mais proativo e sensível às demandas sociais se externam em decisões que influenciam diretamente no âmbito social, na relação da população com o Estado e propriamente nas políticas Públicas.

Partindo do princípio que as políticas públicas transcendem a mera concepção positivista de uma ação governamental específica a um problema público, vislumbramos que as mesmas podem abarcar uma gama de direitos e garantias próprias a resguardar direitos fundamentais e o Estado Democrático de Direitos.

Apesar do ativismo judicial não se caracterizar em um desvio de função problemático por si, o mesmo pode acarretar em certa tensão dentro da sociedade. Em vista que certos grupos rejeitam a modificação advinda da decisão judicial transformativa, em especial quando residem em divergências morais e religiosas.

As resistências advindas contra a decisão judicial progressista, geralmente, partem de segmentos mais tradicionais e reacionários, podendo ocasionar, através de seus representantes legislativos, retrocessos aos avanços conquistados através da decisão judicial rechaçada. Trata-se, portanto, do efeito *backlash*.

Como demonstramos, nosso recente ativismo judicial vem experimentando expressões desse efeito, através das pressões de certos segmentos contra a decisões de vanguarda do Supremo Tribunal Federal, tais como aborto por gestantes de fetos anencefalos e união homoafetiva, que afetam diretamente as políticas públicas direcionadas à efetivação dos direitos destes grupos.

As contestações das decisões judiciais não são em si condenáveis e são coerentes com a democracia. Em muitos casos, buscam até mesmo rever princípios que favorecem as maiorias em detrimento de minorias estigmatizadas. Contudo, observamos no Brasil, bases hierarquizantes patriarcais e heteronormativas, por isso determinadas contestações não ensejam uma melhoria social ampla, apenas tratam-se de inconformismo de certos segmentos que não admitem que novos direitos possam ser invocados, não permitindo que a sociedade seja mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. BRASIL. Projeto de Lei N. 478, de 2007 (da Câmara dos Deputados Federais). Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7FDC2C1C8D0C7075A8F616AC66040D4E.node2?codteor=1102104&filename=Avulso+-PL+478/2007. Acesso em: 04/08/2018.

_____. BRASIL. Projeto de Lei N. 6583, de 2013 (da Câmara dos Deputados Federais). Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761. Acesso em: 04/08/2018.

_____. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 132/DF – Distrito Federal. Relator: Ayres Britto. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em: 04/08/2018.

_____. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 442/DF – Distrito Federal. Relator: Rosa Weber. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865>. Acesso em: 27/09/2018.

_____. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 54/DF – Distrito Federal. Relator: Marco Aurélio. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>. Acesso em: 04/08/2018.

_____. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4277/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Ayres Britto. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 04/08/2018.

_____. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª. Região – Ação Civil Pública nº 9347 RS – Relator: João Batista Pinto Silveira. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=4719. Acesso em: 29/09/2018.

_____. BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acessado em: 29/09/2018.

ACÁCIO, Ingrid Thayná de Freitas; MARTINS, Luana Adélia Araújo; SALES, Tainah Simões. As mutações constitucionais inconstitucionais e o “efeito backlash” Revista Publicum, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2018, p. 178-192.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. In: RDE - Revista de Direito do Estado. V. 13, p. 71-91, 2009.

CANELA JUNIOR, Osvaldo. Controle Judicial de Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2011.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Introdução. In: Dicionário de Políticas Públicas. Geraldo Di Giovanni; Marco Aurélio Nogueira (Org.). 3ª. Edição, São Paulo, Editora UNESP, 2018.

KRIENGER, Linda Hamilton. Social-Legal Backlash. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1290&context=bjell>. Acessado em: 04/08/2018.

LOPES, Ana Maria D'Ávila e MAIA, Renato Espíndola Freire. Políticas públicas de reconhecimento para a defesa dos direitos humanos dos homossexuais. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496579/000952686.pdf?sequence=1>. Acessado em: 29/09/2018.

MARMELSTEIN, George. Efeito Backlash da Jurisdição Constitucional: reações ao ativismo judicial. Disponível em: http://www.academia.edu/35675035/Efeito_Backlash_da_Jurisdi%C3%A7%C3%A3o_Constitucional. Acessado em 04/08/2018.

OLIVEIRA JUNIOR, Valdir Ferreira de. Políticas públicas concretizadoras dos direitos fundamentais: controle judicial do dever de progresso e da proibição de retrocesso. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. n.7, Vitória da Conquista, 2009, p. 33-49.

PIMENTEL, Mariana Barsaglia. Backlash às decisões do Supremo Tribunal Federal sobre união homoafetiva. RIL Brasília a. 54 n. 214 abr./jun. 2017 p. 189-202.

SADEK, Maria Tereza Aina. Judicialização da Política. In: Dicionário de Políticas Públicas. Geraldo Di Giovanni; Marco Aurélio Nogueira (Org.). 3ª. Edição, São Paulo, Editora UNESP, 2018.

SALDANHA, Rafael Meireles. Os Limites da Intervenção Judicial nas Políticas Públicas: o debate entre procedimentalistas e substancialistas sobre o modelo contemporâneo de interpretação constitucional. In: DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes (Org.). Direito e Políticas Públicas: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 95-118.

SANTOS, Alessia Pamela Bertuleza. O backlash silencioso: notas sobre a ec 91/2016 The silent backlash Hermenêutica Jurídica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI. Florianópolis 2017, Disponível em: [o: www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) acesso em 21/09/2018.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquema de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, Sociologias, ano 8, n.16, jul/dez, Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 20-45.

MULHERES IGUAÇUANAS: ENTRE A REPETIÇÃO E A CRIAÇÃO

SILVA, VANESSA FERREIRA GOMES

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ)
fg.vanessa@gmail.com*

RESUMO

Este artigo apresenta resultados da pesquisa qualitativa realizada de 2014 a 2016, utilizando histórias de vida de mulheres em situação de violência conjugal que denunciaram seus parceiros e solicitaram medidas judiciais, tendo sido atendidas pela equipe multidisciplinar do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Nova Iguaçu, RJ e uma análise das políticas públicas municipais e sua contribuição para a garantia de direitos destas mulheres avaliando o perfil das estruturas da rede de atendimento, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2013 (IBGE) e os dados institucionais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu em 2015.

Palavras-chave: Memória Social; Violência Conjugal; Identidade feminina; Políticas Públicas; Poder jurídico

ABSTRACT

This article presents results of qualitative research carried out from 2014 to 2016, using life histories of women in situations of marital violence who reported their partners and requested judicial measures, having been attended by the team Multidisciplinary of the Court of Domestic and family violence against women of the District of Nova Iguaçu, RJ and an analysis of municipal public policies and their contribution to the guarantee of rights of these women evaluating the profile of the structures of the network of Attendance, according to data from the municipal basic Information Survey of 2013 (IBGE) and the institutional data provided by the city Hall of Nova Iguaçu in 2015.

Key-words: Social memory; Marital violence; Female identity; Public policies; Legal power

INTRODUÇÃO

Em suas histórias de vida, as mulheres participantes deste estudo realizado entre os anos de 2014 e 2016, construíram memórias das pessoas que tinham como referência. Os relatos dessas memórias nos apresentaram muitas características que ajudaram na análise dos caminhos percorridos e escolhas que as levaram para a situação em que se encontravam e podem contribuir com a elaboração das políticas públicas de combate a violência contra mulheres.

Participaram deste estudo 5 mulheres de classe social baixa e média baixa. A localização geográfica do domicílio, na maior parte da vida, é o município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A faixa etária varia de 34 a 50 anos e, quanto a cor, 3 declararam-se pardas, 1 negra e 1 branca.

Segundo Minayo (1992), a história de vida é uma estratégia privilegiada de compreensão da realidade pois, além de retratar experiências, permite que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva onde encontramos o reflexo da memória coletiva, a partir da memória individual.

As memórias relatadas nessas histórias de vida foram analisadas de acordo com as seguintes categorias que serão descritas neste artigo: memórias de pessoas de referência na história de vida; concepção de uma identidade feminina; reprodução de comportamentos seguindo modelos pré-estabelecidos; fatores que desencadearam a denúncia e expectativas em relação ao resultado do processo judicial.

O objetivo tratado neste artigo foi avaliar se o acesso ao aparato judicial e ao direito de solicitar medidas protetivas pela lei 11.340/2006 (“Maria da Penha”) pode potencializar uma mudança de atitudes e comportamentos de mulheres em situação de violência em Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro e qual o papel das políticas públicas de gestão municipal na atenção psicossocial a estas mulheres.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A primeira categoria de análise diz respeito às memórias de pessoas de referência na história de vida. Concordamos com Halbwachs (2006) ao abordarmos a memória como uma construção, sendo assim, não procuramos conhecer quem eram as pessoas reais de referência para essas mulheres, mas sim a memória que elas construíram destas pessoas.

Semelhanças que mostraram-se presentes nas 5 histórias de vida, foram as memórias de relações violentas envolvendo as pessoas de referência, sendo que as mulheres 1, 2, 3, e 4 apresentaram relatos de violência física e a mulher 5 de violência moral.

As mulheres 2, 3, 4 e 5 relataram ter presenciado situações de violência praticadas contra suas mães por seus pais ou padrastos, sendo que, a mulher 2 relatou ter presenciado atos de violência física extrema cometidos por seu pai contra sua mãe, durante boa parte de sua infância.

Sendo que ele começou a chegar do serviço, começou a agredir minha mãe e a gente presenciava aquele fato todinho. Ele batia com tampa de panela na minha mãe, com chuchu na cabeça da minha mãe, batia de pau. Muita coisa ruim, quer dizer, a gente foi crescendo, vendo aquela cena toda horrorosa de meu pai enfiando a faca no peito da minha mãe, tentando matar minha mãe! (Mulher 2)

Todas as mulheres apresentaram relatos em que alguma pessoa de referência masculina era agressiva. Sendo que para as mulheres 2, 4 e 5 esta pessoa era o pai. Para a mulher 1 eram os irmãos e para a mulher 3 era o padrasto.

Em relação às suas mães, as mulheres 1, 2 e 5 as descreveram em uma posição passiva e vitimizada em diferentes contextos.

Consideramos a característica da passividade identificada nas mães e da agressividade nos pais, padrastos e irmãos como importantes nesta análise pois vai de encontro ao que afirma Butler (2003), sobre a nossa cultura ocidental e fornece bases para a nossa compreensão de mundo dividindo-o em pares de opostos. Dentre estes pares estão o ativo X passivo onde o ativo é mais identificado como uma característica masculina e o passivo como feminina. Além disso, um exclui o outro, como se o sujeito não pudesse ser ativo e passivo ao mesmo tempo.

As mulheres 3 e 4, também identificaram a passividade como características de suas mães, porém, não consideraram que esta característica as tornavam vítimas, mas sim como falhas no desempenho do papel de mãe. Ambas demonstraram mágoas em relação às suas mães e as descreveram como não sendo boas pessoas. Em contrapartida, o pai é considerado o maior merecedor de seus afetos uma vez que, para elas, supria esta “falha” materna.

Sobre esta atribuição materna, em sua pesquisa que ilustra a influência do discurso médico científico a partir do século XIX na constituição da identidade da mulher brasileira, Rohden (2001) conclui que havia um esforço cientificamente embasado para afirmar a presença do dom da maternidade, enquanto cuidado e doação incondicional, como sendo parte da natureza das mulheres, sendo que aquelas que se desviassem desta função eram condenadas moralmente pela sociedade.

Observamos nos relatos das 5 mulheres que a cobrança em relação à mãe é muito maior que a em relação ao pai, uma vez que esta é identificada como aquela que tem a obrigação com a família. A mulher 4 descreveu sua mãe como uma mulher muito ruim por trair seu pai, enquanto que o pai era um homem bom e pacífico. Logo em seguida, afirmou que o pai era violento com a mãe sem que isso o tenha desqualificado.

Meu pai era a melhor pessoa do mundo. Uma pessoa que não se compara, que não tem, que não existe mais na terra. Minha mãe, ruim. Muito ruim. Muita briga, muita confusão. Ela traía ele na minha frente, beijava outro homem. E ele muito calmo sempre. Aquele pai que nem encostava nos filhos, sabe? Até que um dia meu pai pegou ela, traindo ele, bateu muito nela, foi preso. Durante muito tempo ficou preso. E nós sofremos muito, porque ele era a nossa fortaleza. (Mulher 4)¹

Este depoimento da mulher 4 nos remete ao que Costa (2004), descreve em seu trabalho sobre a normatização do Estado brasileiro no século XIX que atribuiu às mulheres a função de cuidadoras da família, sendo vistas como incompetentes e responsáveis por qualquer conflito familiar da mesma forma que é a principal referência dos filhos para passar esta visão para as gerações seguintes.

Além das identificações com as pessoas de referência e do posicionamento ativo ou passivo diante das situações de violência, também procuramos investigar como estas mulheres constroem suas concepções de identidade.

Seguindo com a segunda categoria de análise, concordamos com o entendimento de Pollak (1992), de que a memória também é um dos elementos que constituem o sentimento de identidade, seja individual ou coletiva. E esta identidade, assim como a memória, também é dinâmica e se constrói nas relações sociais.

Para Butler (2003), o conceito de identidade está atrelado ao conceito de identidade de gênero pois é através deste que o sujeito é reconhecido socialmente. Mais uma vez estamos submetidos à lógica do pensamento binário contraposto e excludente, uma vez que classificamos que um

sujeito é mulher porque não é homem ou o contrário. Além disso, a identidade não é um conceito unificado, coerente e persistente ao longo do tempo e varia de acordo com a localidade e cultura. Desta forma, concordamos com a autora e entendemos que não há uma identidade feminina única mas sim, identidades femininas.

Porém, encontramos no relato destas mulheres concepções que indicam que a construção do conceito de natureza feminina em que papéis sociais são entendidos como uma espécie de “programação biológica”, e que a fisiologia do corpo feminino determina suas identidades estava presente em suas concepções.

Todas as mulheres participantes do estudo deixaram claro nos relatos de suas histórias de vida que entendiam que as mulheres são de um jeito e os homens de outro. Ou seja, atribuíam comportamentos, papéis sociais, atitudes e características emocionais à natureza feminina e masculina. Podemos concluir que, diante disto, elas concebiam a ideia de uma identidade feminina, comum a todas ou maioria das mulheres e masculina, comum a todos ou maioria os homens:

Para todas as mulheres, a identidade feminina estava ligada a condição de ser mãe. Sendo que para as mulheres 1 e 4, também estava ligada a características como bondade e generosidade.

Aí eu falei: Ah, tenho que ter um filho! Toda mulher pra se sentir realizada, ela tem que ter um filho. (...) E a mulher tem esse lado de pena, tem esse lado maternal com o marido, com o filho, com uma pessoa da rua. Isso aí já é da mulher, é independente da nossa vontade. Quando o coração pede, a gente acaba fazendo coisa que a gente não quer. (Mulher 1)

De acordo com Pollak (1992), os “acontecimentos vividos por tabela” são um conceito que podemos utilizar para ilustrar a transmissão dos papéis atribuídos socialmente como masculinos e femininos reproduzidos pelas mulheres que participaram deste estudo.

De acordo com Rohden (2001) e Costa (2004), do século XIX ao século XX, o comportamento feminino foi regulado socialmente atendendo a demandas da ordem social masculina dominante utilizando a produção do conhecimento, através do saber medico-científico, e do Estado, através da norma higienista.

Assim, a transmissão desta regulação do comportamento feminino de acordo com as diretrizes do Estado Brasileiro do século XIX, foi se dando por gerações e é identificada no relato das histórias destas mulheres assim como a reprodução de comportamentos das pessoas de referência.

Segundo Scaffo (2013), as mães são as principais transmissoras dos papéis sociais para as filhas e contribuem com a manutenção de estereótipos educando seus filhos homens para que sejam fortes as filhas para serem delicadas e a centrarem-se nas necessidades dos outros.

Por isso, nossa terceira categoria de análise trata da reprodução de comportamentos seguindo modelos preestabelecidos onde observamos que todas as mulheres participantes deste estudo apresentaram um padrão de reprodução de papéis sociais tidos como femininos no que se referem a tarefas domésticas, no entanto, a mulher 1 foi a única que apresentou um pensamento bastante crítico em relação a distribuição desigual de tarefas. Porém, é importante salientar que, mesmo tendo questionado, ela afirmou, em outros momentos, que assume este papel.

Por isso que eu falo que o erro vem da mãe que educa o filho dessa maneira. De que a mulher que tem que fazer tudo. Se hoje em dia, se na nova geração, as mães educarem os filhos: “Não, filho, você tem que fazer porque a sua esposa pode ficar doente, e você pode precisar fazer. (Mulher 1)

Ao fazer uma crítica às mães de meninos por ensiná-los a esperar que suas esposas façam todo o trabalho doméstico, a mulher 1 colocou a tarefa dos homens como uma situação extraordinária, apenas em casos que as mulheres estejam impedidas de realizá-la, reproduzindo os valores culturais de que a obrigação é das mulheres e os homens entram apenas como ajudantes.

Outra concepção de reprodução de valores culturais que foi apresentado por todas as participantes é de que a responsabilidade na educação e formação dos filhos como sujeitos é das mães. Além disso, as mulheres 1, 2, 3 e 4, identificaram nelas mesmas uma reprodução do comportamento de suas genitoras. Sendo que as mulheres 1 e 2 apresentaram em seus relatos um reconhecimento desta reprodução de comportamento, enquanto as mulheres 3 e 4 sugeriram esta reprodução quando identificaram-se com os filhos dizendo que eles estavam passando pelas mesmas situações que elas passaram quando pequenas com suas mães.

Sobre os processos identificatórios na relação mãe-filha, Scaffo (2013), afirma que as memórias construídas a partir do papel de filha estão em constante interposição às elaboradas posteriormente no papel de mãe. A falta de linearidade e coerência dos processos identificatórios nesta interposição, impõem a necessidade de uma constante elaboração do que foi vivenciado. Podemos observar esta incoerência e reelaboração de memória, no depoimento da mulher 4, que em outro momento, como apresentado acima¹, retratou a mãe como uma mulher ruim que traiu seu pai e abandonou os filhos, mas, na crítica ao comportamento da filha, identifica-se com ela interpondo suas memórias do papel de filha e demonstra empatia e identificação com a mãe.

A minha filha diz que eu sou louca, ela diz: Meu pai é bom, você que não sabe lidar com ele! Ela vê agressão e ela sempre está do lado dele. Ela diz que ele é tudo para ela. Eu entendo, porque eu era assim com meu pai. Mas eu nunca fiquei contra a minha mãe quando ela abandonou todos. Eu falei: Cara, minha mãe apanhava muito, então ela tem o direito de ser feliz. (Mulher 4)

Diante das memórias que ajudaram na constituição da concepção de identidade destas mulheres e na escolha de atitudes e comportamentos, tomamos como quarta categoria de análise, a identificação de fatores que levaram estas mulheres a procurar a justiça para denunciar seus parceiros.

Para isso necessitamos de um maior entendimento da dinâmica social da violência conjugal, assim como das estratégias políticas de combate.

Lisboa (2014), afirma que existe uma desigualdade de poder simbólico entre homens e mulheres em que o homem ocupa uma posição social privilegiada. Quando um homem utiliza esse poder dentro da relação conjugal para cometer abusos contra sua companheira, fica caracterizada a violência conjugal.

De acordo com a mesma autora, a ordem social de dominação masculina, muitas vezes, se dá de forma violenta através de abusos físicos, morais e psicológicos. Mas para isso é preciso a atuação dos sujeitos dominadores e dos sujeitos dominados.

Debert (2008), afirma que a mulher em situação de violência conjugal não deve ser colocada no lugar de vítima passiva, mas como um agente que também reproduz os modelos sociais opressivos, isto sem isentar o homem que comete o ato violento ou excluir a importância das políticas públicas de enfrentamento. Assim, esse reconhecimento da mulher enquanto agente na dinâmica da violência conjugal, torna possível criar estratégias de resistência em diferentes contextos.

Da mesma forma que apresentaram uma passividade diante da violência, estas mesmas mulheres também apresentaram um desejo de mudança e uma postura ativa para buscar a realização deste desejo através da denúncia do companheiro.

Nas histórias de vida relatadas, observamos que para 4 mulheres os fatores que desencadearam esta mudança de postura passiva para ativa, foram prioritariamente emocionais.

A mulher 3 não reconhecia os xingamentos como uma forma de violência e resolveu fazer a denúncia apenas quando houve violência física. Scaffo (2013), afirma que os xingamentos e depreciações que configuram a violência moral e psicológica constituem estratégias implícitas de desqualificação, fragilização e submissão que, muitas vezes, não são reconhecidas como violência pelo meio social.

Nessas discussões até que não tinha agressão, nessa última agora teve, por isso que eu dei parte dele. Ele nunca tinha feito isso antes. Ele só xingava, depois saía de casa, depois voltava. Entendeu? Sempre foi assim. Dessa vez, não. (Mulher 3)

Nas mulheres 4 e 5 conseguimos identificar como fatores desencadeadores da denúncia, um desejo de colocarem-se como prioridade em suas vidas e uma busca de auto realização.

Já para a mulher 2, o que predominou em sua decisão foram as questões financeiras. Principalmente porque impedir sua autonomia financeira faz parte do ciclo de violência sofrido por ela.

Porque no começo eu não tive coragem, eu não tive reação, ficava com medo. Porque ele falava assim: Se eu for preso, você vai viver de quê? Aí eu pensava, não vou mentir, ficava pensando só no dinheiro. Se eu ficar com ele, ele vai me dar dinheiro. Mas eu vi que era tudo mentira, propaganda enganosa. Aí eu pensei, não. Agora eu vou levar adiante, vou denunciar. Sem medo, vou ter coragem. Vou entregar pra lei e não quero saber o que ela vai fazer com ele. Quero saber do meu sofrimento. O sofrimento dele, chega. (Mulher 2)

Segundo Scaffo (2013), o controle sobre a mulher pode ocorrer de forma gradual, enfraquecendo sua rede social minando os contatos familiares, os contatos sociais e até os do ambiente de trabalho, para que a mulher não possa experimentar um mínimo de autonomia ou questionar as imposições do cônjuge. Por este motivo, um planejamento adequado das políticas públicas de assistência às mulheres em situação de violência é tão importante.

É preciso que a demanda por uma vida cheia de novos começos seja viabilizada através de programas que integrem saúde mental, assistência social e educação, possibilitando que essas mulheres possam reconhecer seu real potencial e ter acesso a capacitação profissional.

Além dos fatores que fizeram com que essas mulheres buscassem a justiça para sair da situação de violência, também buscamos identificar quais as suas expectativas em relação ao resultado do processo que é do que trata nossa quinta categoria de análise.

Uma vez que todas solicitaram medidas protetivas de afastamento do lar, que implicam em um rompimento do relacionamento com o companheiro e, desta forma, as obrigam a fazer um replanejamento de vida sem a presença dele, identificamos que, ao menos em algum momento, estas mulheres buscaram uma autonomia e protagonismo das decisões sobre seus futuros.

Em duas das mulheres participantes observamos que, embora tenham denunciado os cônjuges e solicitado medidas protetivas, seus desejos de mudança ainda dependiam da mudança do outro, ou seja, queriam que o companheiro mudasse. Isto sinaliza a manutenção de uma postura passiva no sentido de ainda submeterem-se a vontade do outro e não reconhecerem que elas têm escolhas, reproduzindo comportamentos sociais transmitidos intergeracionalmente.

A mulher 3, não tinha como objetivo o rompimento do relacionamento e pretendia desistir da medida protetiva. Sua esperança é que os profissionais atuantes do judiciário pudessem convencer seu companheiro a mudar o comportamento agressivo.

Não sei. Converse com ele. Entendeu? Como ela falou aqui. Vai ser intimado e tal. Vão conversar a respeito de que a gente voltamos. (...) Conversar, pra ele melhorar, não sei! Entendeu? Uma coisa assim! (Mulher 3)

Por outro lado, na demanda das outras mulheres que participaram do estudo, elas afirmaram que queriam utilizar a justiça e as medidas protetivas para afastar o cônjuge e assim poder assumir um maior controle em todos os aspectos de suas vidas, com autonomia para tomar decisões e liberdade de escolha, o que antes era dificultado pelos abusos do companheiro.

O que as entrevistadas buscavam com a intervenção judicial era a garantia de direitos humanos básicos e constitucionais, que lhes vinham sendo negados há anos pela dinâmica da violência.

A mulher 5, já tinha começado a vivenciar o resultado das medidas protetivas em relação ao marido pois, apenas com a denúncia na delegacia, ele saiu de casa e não voltou a entrar em contato por medo de ser preso. Ela também apresentou perspectivas de mudança de vida com mais autonomia.

Agora eu posso dormir descansada, a gente não tá tendo aquela brigalhada dentro de casa. Que ele chegava bêbado e drogado. Aí perturbava direto. Isso foi bom, foi ótimo! (...) E eu continuo assim, se a pessoa me chamar pra fazer uma faxina, se eu quiser um dinheirinho a mais, pra eu ter uma coisa melhor dentro da minha casa. Pra minha vida mudar completamente, pra melhor. (Mulher 5)

Porém, para propiciar a realização das expectativas destas mulheres, não basta apenas uma sentença do Juiz concedendo as medidas protetivas de afastamento. É necessário também um aparato institucional, planejado pelas políticas públicas para que essas mulheres tenham, além do apoio psicossocial, um atendimento psicológico clínico, uma capacitação para o mercado de trabalho levando em conta suas reais aptidões e vocações, atendimento médico, entre outros.

De acordo com Mendes (2007), a atenção especializada é condição para a reabilitação, física psicológica e social das mulheres em situação de violência conjugal.

Tendo como foco o aparato necessário para pôr em prática as medidas protetivas, de acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher, fizemos uma breve análise quantitativa da oferta de serviços especializados nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida nos aprofundamos na análise da oferta destes serviços no município de Nova Iguaçu, na baixada fluminense.

No que diz respeito aos serviços oferecidos nos Centros de Atendimento Especializados, segundo dados do IBGE (2013), o serviço mais oferecido nos municípios do Estado do Rio de Janeiro foi o atendimento jurídico. Já os menos oferecidos foram as atividades culturais e educativas profissionalizantes.

O município de Nova Iguaçu fica situado no Estado do Rio de Janeiro, na região da Baixada Fluminense e possuía uma população feminina de 414.507 de acordo com o censo 2010. Não existia até 2016, uma casa-abrigo no município para os casos específicos da lei 11.340, apenas um abrigo deste tipo para toda a Região da Baixada Fluminense.

Assim como apresenta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, (IBGE, 2013), o Município de Nova Iguaçu, em 2014 ainda não possuía serviço de saúde especializado. Esta demanda, segundo a Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres era suprida em 2014 através do encaminhamento aos serviços de saúde de uma forma geral que, não possuía o quantitativo de vagas suficiente para supri-la.

Nova Iguaçu contava, em 2014, com um serviço especializado de gestão municipal para mulheres em situação de violência, que era a própria coordenadoria. Esta era responsável pelo acolhimento e assistência psicossocial, além de orientação jurídica e atividades de conscientização, culturais e educativas profissionalizantes. O número de atendimentos em 2014, segundo a própria coordenadoria foi de 98 mulheres.

Em contraste com estas estatísticas de atendimento psicossocial na rede pública de Nova Iguaçu em 2014, de acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 2014, os crimes de lesão corporal dolosa e ameaça tiveram os maiores números de registros entre os crimes cometidos contra mulheres no município de Nova Iguaçu. Totalizando 2925 casos de lesão corporal dolosa e 3211 casos de ameaça.

Sendo que, do total de 2925, em 1521 registros de lesão corporal dolosa, a relação entre o agressor e a mulher era de companheiro ou ex-companheiro. Ou seja, 52%. Enquanto a relação nos registros de crime de ameaça cometidos por companheiro ou ex-companheiro foi de 1614, ou seja, 50,2% do total de 3211.

Das usuárias dos serviços oferecidos pela Coordenadoria de Nova Iguaçu em 2014, cerca de 72% declararam que o agressor era seu (ex)marido, ou (ex)companheiro ou (ex)namorado ou seja, a grande maioria das usuárias estava em situação de violência conjugal.

No que se refere ao tempo em que a usuária permaneceu em situação de violência, a maioria, cerca de 58% permaneceu nesta situação por mais de um ano. Dessas, cerca de 24% permaneceram por mais de 10 anos. Porém, 31% não declararam ou não estavam em situação de violência.

Embora cerca de 76% das usuárias tenham recebido o atendimento psicológico na própria coordenadoria, cabe ressaltar que este atendimento não era clínico, tratando-se de um suporte e orientação com foco específico na dinâmica da violência. Além disso, a rede de saúde é a única que pode oferecer o atendimento médico e, em 2014, apenas 9% das usuárias foram encaminhadas a este tipo de serviço. Os maiores números de encaminhamentos foram às delegacias especializadas, cerca de 13% e aos Centros de Referência em Assistência Social, cerca de 12%.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Podemos concluir que o acesso à justiça e ao direito de solicitar medidas protetivas pode potencializar mudanças de atitudes e comportamentos destas mulheres no sentido de romper com o ciclo da violência.

Além de ter à disposição a estrutura mínima necessária para garantir o suporte jurídico, é primordial que estes venham acompanhados de outros como o de incentivo a autonomia profissional e econômica assim como de atendimentos de saúde especializados, entre outros que estão previstos nos planos de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher.

Infelizmente, de acordo com a própria Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Nova Iguaçu, este suporte ainda é muito precário e não atende à demanda, principalmente em relação aos atendimentos na rede de saúde e educação com programas de capacitação profissionalizantes e creches.

Diante disto, salientamos a importância de novas pesquisas no campo das políticas de atendimento às mulheres em situação de violência para que estas sejam elaboradas aproximando-se mais da realidade destas mulheres e não sejam concentradas apenas em aspectos legais com ênfase na punição dos agressores.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. *Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire: *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2004.
- DEBERT, Guita Grin and GREGORI, Maria Filomena. *Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2008, vol.23, n.66, pp. 165-185. ISSN 1806-9053
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo Centauro, 2006.
- LISBOA, T.K. *Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu Enfrentamento e Papel do Serviço Social*. In *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília, DF, ano 14, n.27, jan/jun.2014.
- MENDES, CHF. *Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas no setor Saúde* In ALMEIDA, Suely Souza, *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, ed UFRJ. 2007.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/ ABRASCO, 1992
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. In *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.
- ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.
- SCAFFO, Maria de Fátima. *A transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjugal* Maria de Fátima Scaffo, 2013.

ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS ACERCA DO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA LAPA CARIOCA: O CONFRONTO ENTRE OS INTERESSES DE APARATOS ESTATAIS E A CIDADANIA

Vitória Ramos Rigotti

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
vitoriarigotti@id.uff.br*

Vinicius Ramos Rigotti

*Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá
viniciusrgtt@gmail.com*

RESUMO

Este artigo objetiva analisar as consequências do processo de transformação social que sofreu a Lapa Carioca ao desde o início do século XX, até dos anos 2000 e seguintes, em que o grande investimento público, gerou forte apelo turístico. A região, que apresenta seus atrativos e dificuldades para a população, encontra novos desafios, seja pela crise financeira que afeta o Rio de Janeiro, seja pela falta de políticas públicas voltadas especificamente para a população que se estabelece no bairro. Com a concentração de um polo de entretenimento sofisticado, a construção de grandes condomínios e sofisticados edifícios comerciais, o bairro da Lapa, depois da última revitalização, passou a enfrentar novos problemas aqui abordados. Procurou-se enfatizar a análise das políticas públicas iniciadas nos anos 2000 que culminaram no afastamento involuntário de um segmento social do bairro em que moravam, seja através da gentrificação ou seja através da remoção forçada.

Palavras-chave: Revitalização. Gentrificação. Memória. Violência. Remoção.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the consequences of the process of social transformation suffered by Lapa Carioca from the beginning of the twentieth century until the years 2000 and following, in which the great public investment generated a strong tourist appeal. The region, which presents its attractions and difficulties to the population, faces new challenges, whether due to the financial crisis affecting Rio de Janeiro or the lack of public policies specifically aimed at the population that establishes itself in the neighborhood. With the concentration of a sophisticated entertainment hub, the construction of large condominiums and sophisticated commercial buildings, Lapa's neighborhood, after the last revitalization, started to face new problems. It was tried to emphasize the analysis of the public policies initiated in the years 2000 that culminated in the involuntary removal of a social segment from the neighborhood in which they lived, either through gentrification or through forced removal.

Key-words: Revitalization. Gentrification. Memory. Violence. Removal.

1. Introdução

As cidades são organismos vivos e como tais passam por diferentes processos. Depois de serem criadas termos, em decorrência da grande circulação de bens, se desenvolvem, se estagnam, apresentam focos adoecidos e, com raras exceções, desaparecem sem deixar vestígios como a Antártida ou somente ruínas com Tebas, na Grécia; Herculano e Pompeia na Itália, para citar apenas alguns exemplos.

A Lapa é mundialmente reconhecida como símbolo da cidade do Rio de Janeiro que, como toda metrópolw, “tem sido o *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem” (SENNETT, 2008, p. 24). Em razão de seu dinamismo as cidades precisam de atenção e cuidados, seja pela rapidez com que determinadas regiões crescem; seja pelo processo de decadência de algumas de suas áreas, em razão das inúmeras consequências, como desvalorização imobiliária, desinteresse de pessoas em morar nelas e também realizar negócios, predomínio de ações violentas, entre outras.

Considerando as cidades sob o aspecto de sua marcante heterogeneidade de imóveis construídos temos, habitando-as, pessoas instaladas em habitações seguras e confortáveis, mas também pessoas adultas em situação de abandono social que vivem praticamente nas ruas, na condição de nômades. Assim se evidencia os reflexos mais diretos da desigualdade social: pessoas que produzem de lixo e pessoas que vivem do lixo. Quer dizer, analisando essa questão com certo tom de ironia, podemos afirmar que o elo que mantém a união entre aqueles que se encontram perfeitamente incluídos, mas cidades com aqueles que são excluídos, é certamente o lixo, pelo menos, no mundo atual. Na primeira categoria encontramos as pessoas que, pela condição econômica, integram-se ao sistema pelo consumo; enquanto que a segunda é a categoria das pessoas descartadas que sobrevivem, curiosamente, do material descartado pelo consumo; daquilo que sobre e tem mais serventia.

Esse é o cenário que ganha considerável espaço nas cidades desde os fins do século XIX, especialmente no Brasil, pois como afirma Lessa (2000, p. 12) “a cidade brasileira do século XIX foi alterada por parâmetros substanciais pela primeira revolução industrial. Apesar de não ter sido sede de industrialização, ela conheceu a máquina a vapor, o navio de ferro, a ferrovia e o barateamento do aço”.

Essa complexa transformação do cenário das cidades teve como consequência a necessidade de pessoas para a mão de obra e assim aconteceu a incorporação, em grande escala, de pessoas livres (ex escravizados) e pobres para a execução de serviços, principalmente os chamados serviços pesados e arriscados.

A multiplicação de pessoas pobres e livres na cidade do Rio de Janeiro, a época capital federal, causou inúmeros transtornos, principalmente pelo fato de que os seus hábitos eram interpretados pela elite como um tipo de afronta. Por esse motivo, fez-se necessário entrar em cena os aparatos sociais de controle, cujas ações culminaram na primeira grande reforma da cidade, a Reforma Rodrigues Alves e Pereira Passos que pretendeu, por um lado, transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma metrópole inspirada na capital francesa, por um outro, e a política higienista, ao encargo de Oswaldo Cruz, agiu no desmante de muitas habitações, sob a alegação de serem verdadeiros focos de contágio de epidemias que deviam ser combatidas. É notório destacar também que à polícia foi conferido o direito de controlar e reprimir a vadiagem para garantir a livre circulação de um segmento social pelas ruas da cidade.

Tem-se uma repetição praticamente do cenário de degradação, cinquenta anos depois, no Bairro da Lapa que, nas primeiras décadas do século XX se transformou com a criação de grandes

restaurantes, hotéis, casas de espetáculo, e casas sofisticadas de prostituição, ganhando a fama de ser o espaço de vida boêmia da cidade. Observando o processo histórico de ocupação da Lapa Carioca do fim do século XIX até meados do século XX, observa-se que, num primeiro momento, a região era composta por profissionais das classes populares de açougueiros, vidraceiros, barbeiros e demais pequenos comércios, cujas funções se confundiam com a de moradia, conforme explanado por ARAÚJO (2009, p. 29). Ao mesmo tempo, a vida noturna do bairro era notada pela boemia, devido a presença de casas de cômodo, hospedarias, botequins e cabarés. Considerando esse aspecto remetemo-nos, a título de ilustração, à definição de Lefebvre (2013, p. 130) para quem “a cidade é um espaço criado, modelado e ocupado por atividades sociais ao longo de um tempo histórico”. Nesse sentido, as configurações arquitetônicas seguem determinadas injunções de épocas e de políticas públicas.

Todo esse cenário muda, partir dos anos de 1960, quando a região passou a ser conhecida com o lugar de violência, razão pela qual conheceu também um amargo abandono, curiosamente num local que era um ponto estratégico entre o Centro da cidade e seus ministérios, antes da transferência da capital do Brasil para Brasília e o Bairro do Catete onde ficava a sede do Governo Federal. Devido à localização estratégica, a Lapa abrigou muitas pessoas ilustres que vinham ao Rio de Janeiro para realizar negócios ou tratar de assuntos ligados à política.

O Bairro da Lapa conheceu o seu ocaso com a transferência da capital, isto significou a diminuição de pessoas que tratavam de assuntos do cenário político. Todavia era uma região frequentada por grandes artistas, pintores que moravam no Bairro de Santa Tereza, sambistas e pessoas eruditas que, com assiduidade, estavam presentes no concerto da Sala Cecília Meireles.

Toda essa atmosfera de boemia conheceu o grande declínio no início da década de 1950 quando foi posta em prática uma política repressora contra a prostituição na cidade, sendo talvez, o fator que mais contribuiu para o esvaziamento do bairro, pela associação feita entre diversão e prostituição. O controle era de tal modo excessivo que a polícia, à época, invadia os prostíbulos destinados principalmente a frequentados da classe média e prendia as pessoas que encontravam sob a alegação de que eram ligadas ao ofício da prostituição, conforme nos sugere Bento Filho (2017). Como meio de sobrevivência o cenário da prostituição deslocou-se, uma parte, para o Bairro de Copacabana, bastante cobiçado pelos turistas pela beleza e convite ao prazer e outra parte para a região da Praça Mauá, terminal de chegada de navios de turistas. Então a Lapa Carioca ficou praticamente entregue à sua própria sorte e havia costumeiramente o noticiário de pequenos furtos e roubos.

2. A revitalização do Bairro da Lapa

De lugar da boemia a Lapa passou a ser um lugar temido e evitável em razão da marginalização, transformando praticamente em um bairro em ruínas: casarios abandonos, proliferação de cortiços em precárias condições habitacionais, ausência de bens e serviços públicos, entre outros. Na tentativa de mudar esse quadro foi empreendido um processo de revitalização apoiado em várias nuances como a recuperação e revalorização da região o que efetivamente aconteceu a partir da utilização de estratégias que mudaram definitivamente o cenário sobretudo em função da gentrificação que, foi um conceito desenvolvido para explicar a segregação de populações, de zonas centrais de cidades dos Estados Unidos, ocasionada justamente por reformulações urbanas, produzidas pela iniciativa privada juntamente ao poder público (SMITH, 2007) e é um poderoso mecanismo de segregação social que corroborou para que as pessoas removidas jamais conseguissem retornar para viver onde nasceram e cresceram.

Sem dúvida que o fator preponderante para efetivar a gentrificação foi a difusão do estigma acerca de que a condição social de ser um andarilho ou viver na rua contribui para a violência e desse modo a pobreza foi frontalmente marginalizada e incriminada, sendo os pobres objetos de punição de acordo com esse enfoque. Na esteira dessa ação dos aparatos sociais, as populações andarilhas das ruas foram alvo de três grandes operações para justificar a segregação e retirada de circulação, prática que faz ressonância a projetos estatais de outras épocas.

A primeira operação, realizada de forma escamoteada, consiste em disseminar um discurso ideológico de desqualificação de algumas pessoas que circulam na região, como pessoas adultas em situação de abandono social, ambulantes de pequeníssimo porte, como também aquelas que não tem poder aquisitivo para se ambientar às novas condições do bairro decorrentes do processo de elitização. Esses grupos sociais são demonizados pela estreita associação a problemas de desordem, disseminação de doenças, aumento da criminalidade, tráfico de substâncias entorpecentes, para a partir deste ponto, justificar a ação dos aparatos estatais pela segregação dessas pessoas, além das que foram removidas durante as obras de transformação do bairro. Contudo, para Wacquant (2007) esses sobrantes sociais são considerados uma grande massa impura, ao mesmo tempo indesejáveis pelas razões anteriormente apontadas, uma vez que esta massa é interpretada como fonte de ameaça e também extremamente necessários. Primeiro, pelo fato de representar uma mão de obra de baixo custo para executar os serviços de casa comerciais e nas luxuosas habitações, sem que seus donos dispensem grandes valores de dinheiro.

De forma paradoxal, esse contingente de pessoas deve ser segregado, mas não eliminado para não colocar em risco a prestação de serviços por pessoas necessitadas que prontamente aceitam qualquer oferta sem maiores negociações. Quer dizer, essas pessoas não podem deixar de serem produtivas economicamente, mas de uma maneira que circule o mínimo de capital no pagamento pelos serviços prestados. Eis a única possibilidade dessas pessoas circularem no Bairro: prestação de serviços.

A segunda etapa, intrinsecamente ligada à primeira, consiste na potencialização de mecanismos regulatórios dessas pessoas, desvinculando-se dos processos produtivos em serviços especializados. Uma vez estigmatizados como pessoas desqualificadas são reconhecidas apenas para poucas atividades que geralmente exigem um grande esforço físico, que não demande especialização aprofundada para a elaboração e execução de determinadas tarefas, como diaristas, garçons, reparadores de móveis, bombeiros hidráulicos para pequenos reparos, porteiros de prédios, vigilantes e seguranças. Essas pessoas em função de um percurso de baixa qualificação profissional, ao executarem essas atividades, e sofrendo um processo de inferiorização pessoal e profissional, veem abalada sua autoestima. Obviamente nessas circunstâncias confirmam a condição de inferioridade que lhes é imputada quando admitem estar fora de cogitação, por exemplo, ocuparem determinados cargos. Apesar dessas pessoas fazerem parte desse contexto, o processo acontece por uma espécie de inclusão alienada ao contexto das relações sociais.

A terceira etapa, que uma cena de encerramento, radicaliza as duas precedentes quando realmente se efetiva o fosso que separa a elite dominante da classe segregada, a ponto de ambas as categorias sociais não se reconhecerem uma na outra. Perdura então um tipo de estranhamento em função do qual esmaece ou se rompem, por completo, os vínculos de solidariedade de tal maneira que, as determinadas regiões das grandes cidades, como o Bairro da Lapa, mesmo depois de revitalizado apresenta, no seu cotidiano, um cenário bastante heterogêneo e igualmente disforme, em plena luz do dia: pessoas adultas em situação de

abandono social dormindo em baixo de marquises, adros de igrejas, escadas de prédios; pessoas bem vestidas que circulam para chegarem a seus postos de trabalhos; estudantes que destinam às suas escolas; turistas; pessoas que flanam em relação a possibilidade de realizar compras ou que esperam outras para se deliciarem nos suntuosos cafés e livrarias.

Cabe salientar que a primeira categoria de pessoas é o grande desafio das autoridades estatais que pretendem dar a região um ar de pureza mediante a remoção contínua das mesmas, geralmente às sextas feiras de cada semana para abrigos. Só que essas pessoas reiteradamente deixam os abrigos e retornam, para mais uma vez, serem considerados não como seres humanos, mas como espécimes de dejetos sociais que exalam mal cheiro e devem ser descartados ou imediatamente segregados. Não são mais considerados homens ou mulheres, embora um dia tenham sido, mas sim espectros desumanizados que ainda se movem. Porém as pessoas que vão ao trabalho, às escolas ou às compras experimentam duas sensações paradoxais, em geral: são completamente indiferentes ao cenário que tem diante de si, ou se sentem completamente incomodados pelo de julgarem que a presença e existência dessas ainda quase pessoas, pois se deslocam com fantoches humanos, atrapalham, do ponto de vista estético, a beleza de seus dias.

Contudo queremos sinalizar que essa prática não foi inventada em nossos dias. Há séculos foi efetivada na capital francesa, segundo Foucault (2017), quando diante da miséria que assolava a França, o rei ao invés de pensar na distribuição de riqueza, como combate à desigualdade social, ordenou a prisão de todo aquele que fosse encontrado nas ruas da cidade pedindo esmola.

3. Fatores que justificaram a execução do Programa de Revitalização da Lapa

Existe a necessidade premente de pontuar que o processo de revitalização da Lapa se iniciou final da década de 1970, quando o centro se encontrava no auge de decadência pelo esvaziamento decorrente da criação de novos polos para determinados serviços, a Prefeitura da cidade elaborou o primeiro projeto de preservação para a área central da cidade, o qual abrangeria os setores da Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e Saara, o Projeto Corredor Cultural, conforme aponta Macedo (2004), porém somente se efetivou concretamente no início do século XXI, época em o bairro concentrou uma grande massa de pessoas de poder aquisitivo mais elevado em razão de uma divulgação pelos meios de comunicação da abertura de casas noturnas requintadas como a Lapa 40^o e o sofisticado restaurante Rio Scenarium, a recuperação dos Arcos das Lapas e a conservação dos bondinhos. Foi nesse início de século que o bairro da Lapa Carioca começou a receber maiores atenções, com a chegada do Circo Voador (casa noturna que migrou da zona sul da cidade) e outras casas de show, como a Fundação Progresso. Em 2009, a Secretaria Municipal de Ordem Pública iniciou o projeto Lapa Legal, em que foram cadastrados todos os ambulantes e comerciantes do entorno, observada a Lei Municipal 1.876/92, sendo ainda promovidas ações integradas entre as secretarias Municipal de Ordem Pública, Conservação e Serviços Públicos, CET-Rio, Subprefeitura do Centro, Riolut e Comlurb com o intuito de fomentar o comércio e a especulação imobiliária na região. Especulação esta que fez o bairro da Lapa ver em poucos anos o valor de imóveis e aluguéis artificialmente aumentados, fato agravante da gentrificação que vinha ocorrendo na região, em pouco tempo sobrados centenários foram transformados em casas de shows. Estes espaços de memória secular começaram a ser ocupados por pessoas de um segmento social diferente ao que majoritariamente habitou a Lapa até então. Há um fato que merece ser mencionado: a retirada do Instituto Médico Legal da Rua Mem de Sá, pelo fato de ser um espaço saturado para o número de cadáveres recebidos, mas também por constantes reclamações de pessoas que moravam em prédios próximos, do grande mau cheiro que exalava continuamente, tornando constante o odor desagradável.

Certamente em uma região que se transformou para a circulação de pessoas de alto poder aquisitivo, não caberia mais uma instituição com o Instituto Médico Legal naquele lugar, já que não seria possível remover o Instituto do Câncer situado na Praça da Cruz Vermelha. A transferência do Instituto Médico Legal para uma outra região da cidade, retirou dos olhos dos moradores a circulantes a possibilidade de presenciar a contínua chegada de carros com cadáveres para exames de necropsia em uma rua de grande comércio, hotéis e restaurantes.

Verificou-se, na região da Lapa, então um expurgo que se deu, a grosso modo, de duas formas: pelo encaminhamento de pessoas para bairros mais afastados ou comunidades no entorno da cidade, visto que não conseguiram se manter em face ao substancial aumento do custo de vida no bairro ou pela remoção da população em situação de rua, política pública, sem efetividade, utilizada para afastar essa população do bairro. Esta política fica evidenciada pelos números da Secretaria Municipal de Assistência Social, nos quais se observa que, no ano de 2011, 1.300 pessoas adultas em situação abandono social foram recolhidas para abrigos da prefeitura, o que representou um total de 40% das pessoas adultas em situação de abandono social que foram recolhidas a abrigos naquele ano. Desse modo, podemos considerar que o processo de remoção é contínuo e que continuará até o dia em que as autoridades planejam outras modalidades de ações para resolver o grande problema da desigualdade social, utilizando outro método que não seja a própria desigualdade.

É muito comum, devido à configuração do novo cenário pela chegada de pessoas, serem desencadeadas lutas, seja pelo estranhamento às novas condições de vida, seja em função das decisões tomadas pelos órgãos estatais. Quer dizer, as pessoas que antigamente estavam integradas ao bairro mostram sinais de resistência em se adaptarem em outras regiões, tanto pela ruptura de vínculos anteriormente estabelecidos, quanto pela falta de assistências no sentido de construir condições de vida para os novos ambientes, muitos quais extremamente precários. Além disso, o encontro de pessoas resulta em uma diversidade cultural que se caracteriza pela diferença entre projetos de vida, tanto daqueles que habitam o local, quanto daqueles que passarão a habitá-lo. A heterogeneidade é de tal natureza que podemos compará-la ao conceito de rugosidade pensado por Santos (2014) visto que, atualmente, convivem no bairro o cenário arquitetônico antigo com novos estilos de prédios administrativos e comerciais além de condomínios de luxo como o Cores da Lapa e o recém-inaugurado Mood Lapa.

Ocorre que a crise econômica que atravessa o Estado do Rio de Janeiro, tornou a remoção das pessoas adultas em situação de abandono social a abrigos completamente sem razão de existir, seja pela falta de estrutura e condições ou pelo gigantesco aumento da população de pessoas adultas em situação de abandono social, frise-se que atualmente existem 2.155 vagas em abrigos mantidos pela Prefeitura e estimasse que existam 14.429 pessoas (2016) vivendo em situação abandono social na cidade do Rio de Janeiro. Não podemos deixar de considerar as implicações decorrentes desse processo no planejamento de projetos relacionados às novas condições de vida. A esse respeito, é importante sinalizar que essas decorrências fazem parte do conhecimento de quem elabora planos diretores e também de autoridades que, em função de interesses econômicos, promovem políticas que visam apenas afastar essas pessoas das regiões turísticas da cidade, sem fornecer nenhum tipo real de assistência. A esse respeito podemos indagar: como o investimento nessas pessoas não representa nenhuma possibilidade de retorno aos cofres públicos será que a Prefeitura está mesmo preocupada com essa questão? Certamente pelo fato de serem consideradas apenas espectros vivos, sem qualquer expectativa de produção, são entregues à própria sorte muitas vezes vivendo da caridade de pessoas que por incômodo se mobilizam, mas não por amor ou reconhecimento. Como bem afirmava Cazuza “vivem da caridade de quem lhes detesta”.

Na prática o que ocorre é que as pessoas são removidas até abrigos localizados em bairros mais afastados para evitar o retorno aos locais turísticos. A lente guiada pelos dispositivos legais, muitas vezes, se atém a visão acerca do progresso e da transformação estética. Todavia não podemos deixar de evidenciar que a revitalização contém nuances que são verdadeiros afrontes à cidadania de pessoas de determinados segmentos sociais, principalmente as de baixo poder aquisitivo que, se não forem forçosamente removidas de seus nichos sociais, serão em consequência da ausência de condições para permanecer no cenário modernizado pelas transformações. É importante ressaltar que a Lapa Carioca traz na sua história o reconhecimento de ser um lugar de boemia e diversão, e que o processo de revitalização não se propunha e nem alterou essa característica: apenas acrescentou outras para atrair investidores e moradores de alto poder aquisitivo, sendo assim um processo excludente pela gentrificação, de certo modo, bastante peculiar na cidade do Rio de Janeiro em termos da revitalização de uma região que conheceu, em pouco tempo, um profundo processo de decadência.

Embora situemos um projeto que afetou profundamente o destino das pessoas, sabe-se que a Prefeitura se utilizou da revitalização para demover pessoas e memórias em favor da especulação imobiliária, e que pouco ou nada fez para minimizar os conflitos e questões que atingiram diretamente a população do bairro. Certamente a ênfase das transformações incidiu, em sua grande parte, em mudanças no setor econômico e no âmbito da estética. Já as pessoas obrigadas a se retirar da Lapa em razão de não conseguir arcar com o custo de vida sofreram um alto revés subjetivo devido à sensação de estranhamento causado pela mudança de cenário, pois se ambientaram aos novos espaços e sendo obrigadas a conviver com pessoas até então desconhecidas.

4. Considerações

A cidade do Rio de Janeiro, como um todo, nas últimas décadas do século passado, amargou o seu maior processo de decadência, o qual podem ser considerados em diferentes frentes. Em primeiro lugar, registrou uma profunda quebra em seu espaço urbano com a nítida separação, não mais em zonas nobres e zonas pobres, e sim zonas que variavam segundo o índice de violência. Em segundo lugar, o centro da cidade sofreu muitas perdas com a saída de escritórios de grandes empresas para outras capitais, o fechamento da Bolsa de Valores e a criação de Regiões Administrativas em determinados bairros. Em terceiro lugar, como consequência desse segundo aspecto, houve um esvaziamento econômico, sobretudo devido a uma grande atrofia nas influências políticas nas decisões da Capital Federal. Todos esses aspectos representam a dissolução da imagem projetada mundialmente no início do século XX, como Cidade Maravilhosa a uma cidade de graves situações de vida, sobretudo pela segurança.

No tocante às pessoas que foram removidas e que se ambientarem às suas novas regiões, houveram reflexos na situação econômica dessas pessoas, que embora tenha permanecido a mesma, tiveram que gastar mais dinheiro e tempo nos transportes em função da distância de seus postos de trabalhos. Ainda tiveram de cancelar seus projetos de um dia poderem retornar a morar no seu bairro de origem, pois dificilmente conseguirão adquirir um imóvel ou mesmo aluga-lo. Em face do exposto indagamos: qual a posição do aparato legal em relação a essa situação? Na verdade, o que se observou, para muitas pessoas reassentadas foi o descaso dos aparatos do Estado. Esse processo de gentrificação aplicado em nome de uma apresentação estética do bairro, justificada para a atração e acolhimento de investidores e a tentativa falha da mitigação da violência produziu danos subjetivos irreparáveis, sem que os setores do poder público se encarregassem de políticas de assistência a essas pessoas, pois as ações geralmente finalizam-se com a remoção, seja forçada ou voluntária.

Por fim, queremos acentuar que a remoção pontual ou contínua de pessoas não se reverteu e nem se reverterá em uma estratégia eficiente para fazer desaparecer, por completo, os destroços da pobreza e resolver o problema da desigualdade social muito bem ilustrada pela população em situação de abandono social que na condição de restos indestrutíveis reaparecem, como espectros vivos nos diferentes vestígios visíveis em ruas, praças, viadutos, sob as marquises de prédio, adros de igrejas. Esse cenário conta ainda com a presença de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade que povoam as ruas, em sinais de trânsitos, vendendo pequenos produtos alimentícios. São verdadeiras tribos do asfalto, em busca de sobrevivência, que sinalizam um estado de desagregação em termos de famílias que os acolham. Além disso, há também a ameaça de violência em algumas regiões próximas as favelas dada à possibilidade de ser atingindo por uma bala perdida, situação frequente em algumas regiões da cidade que confinam muitas pessoas e viverem praticamente isoladas em suas residências.

Eis um quadro que é utilizado, de forma constante, para acentuar a pobreza como um estigma ou uma qualidade de determinadas pessoas e não a encarar como um verdadeiro problema social, expressão legítima da acentuada desigualdade em nosso país, considerando a triste estatística em que somos alocados nos países desiguais do mundo. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas Nações Unidas em 2017, o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. Certamente temos que revitalizar regiões de nossas cidades, mas antes disso é preciso que as autoridades gestores do nosso país reflitam como outros instrumentos o problema da desigualdade social: em nada adianta se esquivar dos problemas, pois é preciso encará-los de frente para tentar resolvê-los.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. J. **Lapa Carioca, uma (re) apropriação do lugar**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BENTO FILHO, E. **A história do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.
- LESSA, C. Os ovos da serpente. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- MACEDO, M. A. M. A concepção do projeto corredor cultural do Rio de Janeiro: a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v.8, n.4, p.1-15, 2004.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 2014.
- SENNETT, R. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SMITH, N. GENTRIFICAÇÃO: A fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.
- WACQUANT, L. **Punir os pobres**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GT: 14 - Formação de professores (as) e interdisciplinaridade

Coordenadores: Denise Rosana da Silva Moraes e
Tamara Cardoso André

SER MAIS: UM DESAFIO NO FORMATO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**ADRIANA DE SOUSA LIMA***Mestre em Administração
adrianaunioeste@gmail.com***FERNANDO JOSÉ MARTINS***Professor do Programa de Mestrado e
Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteira
Fernandopedagogia2000@yahoo.com.br***JANAINA APARECIDA DE MATTOS ALMEIDA***Doutora em Políticas Públicas
jjana2005@yahoo.com.br***RESUMO**

O texto apresenta um relato de experiência de um programa desenvolvido em uma universidade pública. A proposta se fundamenta no processo contínuo de humanização, ser mais. Com este princípio e visando o desenvolvimento das capacidades do sujeito defende-se a construção de um espaço de formação permanente. Nesse sentido, a fim de contribuir numa práxis humanizadora, o Programa Integrado “Ser Mais Unioeste” tem como objetivo promover a atuação do sujeito sobre a realidade e explorar suas potencialidades para conhecê-las e desenvolvê-las em si próprio e para além de si. A metodologia envolve e se desdobra em outros subprojetos. O campo de atuação é a comunidade acadêmica e a comunidade adjacente à Universidade, que também participam das ações desenvolvidas nos subprojetos. Espera-se uma formação continuada permanente e em serviço do agente, na perspectiva da transformação social. Conclui-se que o programa possibilita o aprofundamento nos processos de formação de uma consciência crítica.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Formação Continuada. Processo Educativo. Transformação Social.

ABSTRACT

The text presents an experience report of a program developed in a public university. The proposal is based on the continuous process of humanization, to be more. With this principle and aiming the development of the capacities of the subject is defended the construction of a space of permanent formation. In this sense, in order to contribute to a humanizing praxis, the Integrated Program “Being More Unioeste” aims to promote the performance of the subject on the reality and to explore its potentialities to know them and to develop them in itself and beyond. The methodology involves and unfolds in other subprojects. The field of action is the academic community and the community adjacent to the University, which also participate in the actions developed in the subprojects. It is expected that there will be ongoing and in-service training of the agent in the perspective of social transformation. It is concluded that the program allows the deepening in the processes of formation of a critical conscience.

Key-words: University Extension. Continuing Education. Educational Process. Social transformation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de uma experiência de um programa de extensão “Ser Mais Unioeste” desenvolvido em universidade pública do Oeste do Paraná e é uma proposta da gestão da Universidade que tem como princípio o respeito, o diálogo e uma gestão democrática, não só nos discursos, mas também em suas práticas diárias com a intensificação de mecanismos de participação da comunidade.

Com essa premissa, Freire (2011), define que no processo contínuo de humanização, o ser humano busca constantemente sua autorrealização e crescimento – o ser mais. Acredita-se que a formação de uma consciência crítica possibilita ao educando tornar-se sujeito da sua própria história.

O ser humano social é entendido, como um ser real, concreto, histórico e dialeticamente constituído na vida, que por sua vez, vive e se objetiva na vida cotidiana. O ser social se diferencia dos animais pela sua capacidade de transformar a própria natureza, de tal modo que ao transformá-la, transforma a si mesmo.

Nessa condição, o ser humano revela, segundo Freire (1992), sua busca constante por crescimento. Assume-se a postura de sujeito conheável e ao captar a cultura, os espaços geográficos e históricos busca transformá-lo, ou seja, transformar a realidade para ser mais. Com isso a importância de se estimular uma consciência reflexiva, possibilitar que o agente reflita sobre sua própria realidade (FREIRE, 2006), não uma educação como processo de adaptação do sujeito à sociedade, mas sim um movimento de reflexão para que o futuro se baseie no passado e se corporifique no presente.

Um desafio a educadores de gerar nos educandos a consciência de um processo de libertação, resistindo aos projetos de educação desumanizadores e se propondo a construir uma nova educação, a educação libertadora (MELO JR; NOGUEIRA, 2011).

A Unioeste, espaço do desenvolvimento do projeto, tem buscado desenvolver ações que envolvam a comunidade acadêmica nos processos decisórios, sobretudo, esforços que estimulem a vocação de cada um a ser sujeito e não objeto.

A partir da lacuna apresentada, tem-se um desafio para construção de um Programa que congregue formação, consciência crítica e, sobretudo, o diálogo entre a comunidade acadêmica e envolvendo ainda a comunidade ao entorno da universidade por meio de ações que buscam o desenvolvimento do agente. A pergunta que envolve a problemática se dá em como promover a atuação do agente sobre a realidade e explorar suas potencialidades para conhecê-las e desenvolvê-las em si próprio num processo educativo de conscientização e diálogo?

Para responder a essa questão, definiu-se como objetivo geral “promover a atuação do agente sobre a realidade e explorar suas potencialidades para conhecê-las e desenvolvê-las em si próprio num processo educativo de conscientização e diálogo”.

Especificamente conhecer e mapear as demandas institucionais com foco no desenvolvimento humano; propor ações extensionistas que contribuam na troca de saberes entre a Universidade e a comunidade adjacente; desenvolver ações de promoção da saúde, tais como: ações de intervenção na área de Psicologia como psicoterapia breve, terapia em grupo, aconselhamento e mediação de conflitos; orientações a respeito dos riscos do consumo abusivo de álcool e drogas; incentivar o abandono do fumo, de forma a prevenir ou curar essas afecções; estimular, por meio de encontros de formação, a educação para uma formação democrática e crítica política; sensibilizar e conscientizar os agentes a respeito da organização do orçamento familiar; promover ações de orientação profissional.

O presente artigo está estruturado em mais quatro seções, além da introdução. Na seção seguinte, apresenta-se uma breve contextualização da abordagem teórica considerada neste estudo; na segunda, apresenta-se o delineamento metodológico; na terceira seção os resultados obtidos; e, na quarta, as considerações finais.

2 O PROCESSO EDUCATIVO NA MUDANÇA SOCIAL

O processo educativo se inicia com a formação crítica do sujeito e se insere como papel essencial das instituições educativas. Nesta fase, o movimento de conscientização do sujeito para uma participação ativa com poder de criação e de crítica torna-se a mola propulsora de humanização e libertação do homem e da sociedade brasileira (FREIRE, 2011).

O homem em seu processo contínuo de humanização, na sua vocação ontológica, busca “ser mais”, passando de sujeito passivo para tornar-se sujeito de sua própria história. Segue daí a premissa do processo educativo com a construção de uma consciência crítica, num processo de conscientização e diálogo (FREIRE, 1992).

Segue daí a premissa do processo educativo com a construção de uma consciência crítica, num processo de conscientização e diálogo (FREIRE, 1992), próprio da natureza do homem em sua autoconstrução na história, “que mostra uma essencial abertura diante do mundo e dos outros, porque é um ser inconcluso, inacabado, incompleto e existencialmente insatisfeito com o que já é (ZITKOSKI, 2010).

Para o desenvolvimento de um processo educativo de conscientização é necessário então um trabalho de promoção e crítica, Freire (2006) aponta para três estados da consciência: a consciência ingênua que é feita de mais emocionalidades que de criticidade, tendente a um simplismo na interpretação dos problemas, argumenta que a realidade é estática e não mutável; a consciência crítica que num anseio de profundidade na análise dos problemas se debruça no diálogo para compreensão dos fatos (FREIRE, 2006).

Portanto, a consciência crítica permite a formação de pensamento estruturado dos fatos, a separação do contexto nas suas partes constitutivas com uma compreensão mais vertical e também dinâmica de sua significação (FREIRE, 1992). É dentro desse quadro que Freire (1992) apresenta o “trabalhador social”, o profissional comprometido com um projeto de uma sociedade diferente, de atuar e refletir sobre a realidade histórica.

Na compreensão do papel do trabalhador percebe-se que a mudança é uma das dimensões dessa tarefa. Pensar a estrutura social como espaço de atuação do trabalhador, significa compreender que não há uma estrutura completamente estática, assim como não há uma absolutamente dinâmica. Cabe aqui então observar que “não há permanência da mudança fora do estático, nem deste fora da mudança”, a estrutura social encontra-se num jogo dialético da mudança – estabilidade em que a essência do ser está na contradição entre ambos (FREIRE, 1992, p. 24).

A estrutura social se revela num mundo de histórico-cultural, de acontecimentos, de valores, de ideias, de linguagens, da ciência e da religião, das artes e um mundo das relações de produção, um mundo produto da práxis humana em que o homem não pode fugir dele, do condicionamento de sua própria produção (FREIRE, 1992).

Inserido nesse mundo histórico-cultural, o homem está numa busca constante em ser sujeito e não objeto da transformação, que lhe exige o aprofundamento da tomada de consciência da realidade e, enquanto trabalhador-social, pode evidenciar aos indivíduos sua capacidade em perceber que a estrutura em que se encontram é criada pelos homens e, que sendo assim, pode ser transformada por eles (FREIRE, 1992).

Se o homem pode perceber-se como objeto da estrutura social concreta fica impelido na tentativa de superação da estrutura, como consequência a superação do estado de objeto em que estão para se tornarem sujeitos e agentes da mudança da estrutura social, não apenas como seu trabalho exclusivo, mas em conjunto com os sujeitos do processo de transformação que da mesma forma devem objetivar a mudança do *status quo* (FREIRE, 1992).

Exige-se então, um grande esforço nesse processo de transformação, pois para àqueles que “por questão de viabilidade histórica não têm outro caminho que o da mudança gradual das partes, com a qual pretendem alcançar a mudança da totalidade, consiste em: ao mudar uma das dimensões da estrutura, as respostas a esta mudança não tardam” (FREIRE, 1992, p. 32), sendo respostas de caráter estrutural e ideológicas com a intenção de manutenção da estrutura, criam obstáculos ao processo de transformação.

Neste sentido, se faz necessário a problematização da realidade aos homens e a desmitificação da realidade mitificada, típica dos dominadores que impede os homens de pensar, de compreender a sua realidade, conduzindo-os à uma posição ingênua que pode ser exemplificada com a compreensão do homem de que a fome está relacionada com a falta de alimentos, deduzindo-se que a questão está na insuficiência da produção dos alimentos para acabar com a fome, quando na verdade a desigualdade social são os reais motivos da fome (FEITOZA, 2006).

2.1 Diálogo e Construção

O projeto educativo de Paulo Freire apresenta os instrumentos para a elaboração de uma metodologia de mudança das estruturas e mentalidades, que envolve a interação, a comunicação e o diálogo na construção de políticas e práticas.

Na transcrição do Seminário Universidade e Compromisso, coordenado pelo prof. Paulo Freire, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1986, foi apresentado ideias e indagações sobre o papel social que cabe à Universidade, ainda que dentro do contexto daquele momento da PUCCAMP, algumas questões são ricas para pensar as transformações do contexto social com a participação da Universidade.

O tema, o papel social da universidade, como apontado por Freire (1986), substantivamente político, pois a relação da universidade com as áreas populares implica uma decisão política. Decisão que se forma, não nas lideranças, mas na história, nas condições materiais, retratada nas estruturas sociais.

Isto significa que o retrato dessa estrutura nem sempre é visível, mas quase sempre velado, portanto, a prática demanda de seus agentes “competência científica, clareza política, bom senso, intuição, criatividade, noção de limites, ousadia, risco, sentido de oportunidade e uma forma crítica de lidar com o medo (FREIRE, 1986, p. 16).

Essa estrutura dinâmica, por meio do processo de educação, reproduz um movimento dialético do processo histórico de produção do homem de conquistar sua forma humana (FREIRE, 2005), capaz de conscientizar as contradições do mundo humano.

Desta forma, a situação existencial do homem “ao atuarem em função de finalidade que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora” (FREIRE, 2005, p. 64) ultrapassam as situações-limites.

Esta é a razão pela qual esta superação não existe fora das relações homens-mundo, que por sua ação sobre o mundo criam o domínio da cultura e da história como seres transformadores

e criadores de suas relações com a realidade, “produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções (FREIRE, 2005, p. 82).

O espaço da prática social universitária é construído ideologicamente, com a Universidade se comprometendo com os sujeitos a ela ligados no desenvolvimento de projetos com propostas de humanização do mundo, num método ativo, dialogal e participante em uma relação horizontal (FREIRE, 1983).

Na compreensão da dialética homem-mundo, na práxis social que o homem toma consciência de si, dos outros e do mundo e conduz o engajamento dos indivíduos para uma prática libertadora de construção de uma sociedade profundamente democrática (FEITOZA, 2011).

Sociedade, que nem sempre aberta, reflexa da sua cultura e que, por vezes, dificulta o diálogo, mas que encontra na educação problematizadora a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam e que conduz estes a colaborem mais estreitamente no ato de designar o mundo (FREIRE, 2006).

Essa visão reflete justamente a prática educativa que só alcança efetividade e eficácia na participação livre e crítica dos sujeitos nas opções concretas que realizam, na medida que participam o homem, pelo seu poder criador, pode ser eminentemente interferidor sobre a realidade para modificá-la, “criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da História e o da Cultura” (FREIRE, 2008).

Não houvesse essa capacidade criadora e de integração, faltar-lhes ia a liberdade, sendo conduzido pelo jogo das mudanças, uma ameaça à sua própria essência democrática que lhe é intrínseca (FREIRE, 2008).

Em última análise, essa temática envolve um conjunto de ações do trabalho educacional que ultrapasse os limites estritamente pedagógicos, onde o consentimento e a compreensão intelectual sejam instrumentos que possibilitem ao homem a discussão corajosa de sua problemática (FREIRE, 2008).

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A estratégia para o desenvolvimento do projeto se deu num processo circular que permitiu atualizar demandas com novas incursões/intervenções e implementá-las a medida que iam sendo identificadas.

Com isso, apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados no desenvolvimento do projeto necessários para alcance dos objetivos propostos.

Destaca-se que o projeto é do tipo integrador e se desdobra em outros subprojetos com o uso de múltiplos métodos que se adequam a cada subprojeto desenvolvido.

O campo de atuação é a comunidade acadêmica e a comunidade adjacente à Universidade, que também participam das ações desenvolvidas nos demais subprojetos.

A partir do projeto integrador, outros subprojetos têm sido desenvolvidos, tais como:

Subprojeto – Promoção da saúde e sua contribuição na atuação do agente sobre a realidade voltada para os problemas sociais vigentes no ambiente em que está inserido (saúde emocional e saúde física);

Subprojeto - Educação para uma formação política crítica;

Subprojeto - Organização do orçamento familiar: a importância da educação financeira na formação do cidadão;

Subprojeto - Orientação profissional: um projeto, uma jornada;

Para elaboração dos subprojetos realizou-se as seguintes etapas de organização e diagnóstico conforme apresentadas a seguir:

Na etapa de organização foram criadas as condições necessárias para aplicação do projeto. Os objetivos, ações e resultados desta fase foram: a organização do trabalho de gerenciamento das ações, estabelecendo entendimento e comprometimento de todos os envolvidos, sobretudo do gestor, que precisou envidar esforços na concretização das ações. Uma fase crítica, que precisou ser bem planejada, pois dela dependeu a concretização do sucesso das fases seguintes. Ainda nessa etapa, organizou-se para a implantação da proposta e rever os objetivos que realmente faziam parte do escopo do projeto. Essa aplicação permitiu visualizar onde se pretendia chegar e envolver os profissionais nesta visão.

Foi necessário reunir os profissionais envolvidos no projeto para organizar as ações e dividi-las de acordo com áreas de atuação/formação, selecionar os processos críticos, escolher os coordenadores das equipes e capacitá-los. Como resultado dessa etapa foi possível obter o comprometimento de todos com os objetivos propostos.

Na etapa do diagnóstico foi realizado um levantamento das necessidades institucionais, apontada pelo gestor, com as equipes de trabalho, que tinha por objetivo envolver a compreensão das demandas institucionais para identificar suas limitações e deficiências, ou seja, mapear as demandas institucionais. Essa etapa permitiu o delineamento das ações pontuais desenvolvidas pelos profissionais envolvidos nos projetos.

Com as demandas institucionais diagnosticadas foi possível dar início ao desenvolvimento das ações propostas no projeto, que iniciou com os atendimentos a comunidade acadêmica.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE

Tal qual os espaços geográficos e históricos aculturados pelos homens, a Universidade constitui-se como um espaço complexo, criativo e desafiador, com demandas específicas de seu próprio contexto e é justamente nesse ambiente que surge a oportunidade de instrumentalizar ações que possibilitem o desenvolvimento da vocação humana de humanização (FREIRE, 2006).

O campus de Foz do Iguaçu tem passado por transformações, tanto nas relações de trabalho, quanto nas configurações organizacionais, num fluxo contínuo de reorganização. Esse processo de mudança, necessário e premente, tem mobilizado a Gestão a desenvolver esforços que estimulem uma participação mais efetiva da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

Nesse processo, a conscientização do agente se torna essencial para recriação constante da realidade pensada e assumida. Esse movimento que se inicia no agente e “que constituem a situação em que se encontram, ora imersos, ora emersos, ora inseridos” (FREIRE, 2006) possibilita a sair de sua condição de passividade e tornar-se agente de sua própria história. Com isso, os pressupostos teórico-metodológicos de Paulo Freire que subsidiam o programa “Ser Mais Unioeste” encontram-se ancorados na formação do ser, haja vista que tais pressupostos instrumentalizam a intervenção e permite pensar a concepção do desenvolvimento humano.

Ao conhecer e mapear as demandas institucionais com foco no desenvolvimento humano tem sido possível mobilizar ações pontuais para o atendimento de situações que são emergentes nos processos de trabalho, além de contribuir na construção de um diálogo mais próximo aos discentes por meio de encontros com a Direção Geral, Assessoria Pedagógica e Secretaria Acadêmica.

O Plantão Acadêmico é uma atividade desenvolvida para suporte técnico, administrativo, pedagógico e atendimento às demandas relacionadas à rotina acadêmica de ensino da graduação e é direcionado aos acadêmicos. Essa ação tem sido mote para estabelecer novas diretrizes na condução dos processos pedagógicos e dos desafios do cotidiano. Essa visão tem refletido a prática educativa com efetividade e eficácia na participação livre e crítica dos sujeitos em que se percebem interferidor sobre a realidade para modificá-la.

Assim, tem-se como alvo desse processo dialógico e participativo a construção de espaços formativos, de criação e fortalecimento dos vínculos entre a gestão e os sujeitos envolvidos nas questões da Universidade.

O desenvolvimento de ações extensionistas que contribuam na troca de saberes entre a Universidade e a comunidade adjacente tem possibilitado uma aproximação da universidade com a comunidade ao entorno, o que era uma reivindicação destes para que a universidade se inserisse como formadora dos agentes desse meio.

Materializando uma dessas ações, destaca-se o projeto “Panificador Pão da Terra”, uma parceria entre a Universidade e uma Organização não Governamental, que tem como proposta organizar um ambiente-escola para produção de produtos de panificação, tais como: pães, bolos, cucas, entre outros, e comercializá-los a um baixo custo para serem vendidos na comunidade. A mão de obra utilizada, são mulheres de comunidades carentes ao entorno da universidade, interessadas em aprender técnicas de panificação, que além de aprenderem uma profissão, possam também gerar renda para suas famílias.

Ações de promoção da saúde, tais como: ações de intervenção na área de Psicologia como psicoterapia breve, terapia em grupo, aconselhamento e mediação de conflitos; orientações a respeito dos riscos do consumo abusivo de álcool e drogas; incentivar o abandono do fumo, de forma a prevenir ou curar essas afecções são desenvolvidas no ambiente acadêmico, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a comunidade do entorno.

O atendimento psicológico é realizado por psicólogos de forma voluntária, que figuram como colaboradores no Programa de Extensão. A conjunção dos esforços culminou na proposta e criação de uma especialização “Intervenção Breve em Psicologia”, vinculado ao Programa Ser mais Unioeste, que tem como objetivo central oferecer uma formação continuada, em nível de *Lato Sensu* aos profissionais já graduados em Psicologia, ao mesmo tempo, construir uma prática de intervenção breve que possibilite, em certa medida, diminuir a lacuna de ações voltadas as necessidades acadêmicas.

Os encontros para uma formação política crítica ocorrem no espaço da universidade, aberto a todos interessados e tem como objetivo central o engajamento social e político do sujeito, exercitar seu senso crítico e instrumentalizá-los para realizar escolhas para viver conscientemente em sociedade. O processo formativo envolve um conjunto de ações do trabalho educacional que ultrapassa os limites estritamente pedagógicos, onde o consentimento e a compreensão intelectual sejam instrumentos que possibilitem ao homem a discussão corajosa de sua problemática (FREIRE, 2008).

Observou-se que mesmo com os intensos trabalhos para convidar a comunidade do entorno, tem-se grande dificuldade de ter a participação desses, entretanto, tem sido dialogado em como alcançar a comunidade para que participem nesse processo, uma vez que com a escassez dos recursos/bens a sociedade é conduzida a realizar escolhas, essas escolhas, como indicam as pesquisas, sacrificam o investimento em educação e na promoção da saúde, bem estar físico e mental.

A Universidade como um espaço de formação e construção de cidadania tem contribuído nesse processo de formação dessas escolhas, sobretudo na educação por meio do Programa Ser Mais Unioeste.

O trabalho realizado, de grande fôlego, por uma equipe interdisciplinar tem possibilitado a superação de uma realidade posta, típicas de instituições públicas, como a universidade, com a restrição dos recursos, tanto financeiro, quanto de pessoas que poderia ser as escusas para não realização de projetos como o apresentado, entretanto, as ações desenvolvidas no programa tem sido direcionadas para à transformação da realidade da estrutura dessa Instituição, num processo dialógico e coletivo.

O Programa tem atendido uma demanda reprimida, tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa, sobretudo, a universidade por meio de seus agentes tem cumprindo seu papel com a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou compreender as ações de um Programa desenvolvido em uma Universidade Pública que envolve formação, consciência crítica e, sobretudo, o diálogo entre a comunidade acadêmica e envolvendo ainda a comunidade ao entorno da universidade por meio de ações que buscam o desenvolvimento do agente.

O Programa Ser Mais Unioeste insere a Universidade num processo de formação e desenvolvimento que se integra às políticas preconizadas como instituição pública de ensino superior que tem como missão, além de produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, contribuir com o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a cidadania e a responsabilidade social.

Espera-se que com o desenvolvimento da capacidade crítica do agente, ele possa ampliar os horizontes e tomar consciência do seu papel, de suas responsabilidades na transformação da sociedade, justa e igualitária. Uma conscientização para a ação concreta e eficaz.

Com isso, do ponto de vista prático, o programa contribui e estimula discussões sobre os processos de construção de um novo modelo de educação para uma participação ativa do agente na compreensão das relações que definem esse espaço e que evidenciam sua práxis. Igualmente, possibilita o aprofundamento nos processos de formação de uma consciência crítica.

REFERÊNCIAS

- FEITOSA, Pedro Rezende Santos. (2011). O Conceito de conscientização em Paulo Freire como norte metodológico para as assessorias jurídicas universitárias populares. **Revista Direito e Sensibilidade**. Vol. 1, Nº 1.
- FREIRE, Paulo. (1983). **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (1983b). **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (1986). O compromisso popular da universidade. In: **UNIVERSIDADE e compromisso popular**. Campinas: Puccamp.
- FREIRE, Paulo. (1992). **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (2005). **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (2006). **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação** – Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 16ª ed. São Paulo: Moraes.
- FREIRE, Paulo. (2008). **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra.
- MELO JR. E. S. A humanização do ser humano em Paulo Freire: a busca do “ser mais”. **Revista Formação Docente**, Vol. 3, nº 1, dezembro, 2011.
- ZITKOSKI, Jaime José. (2010). **Paulo Freire e a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

DE “ENTRE AMIGOS” A LA “FEDERACIÓN LGBTI”: 25 AÑOS DEL MOVIMIENTO DE DISIDENCIA SEXUAL Y DE GÉNERO EN EL SALVADOR

AMARAL AREVÁLO

*Pós-doutorando do
Instituto de Medicina Social/UERJ
amaral.palevi@gmail.com*

RESUMEN

El presente texto trata sobre un área de estudio poco explorada en El Salvador, tiene como objetivo analizar el proceso de organización de identidades gays, lesbiana, bisexual, travesti, transexual, transgénero e intersexuales (LGBTI) en San Salvador entre 1992 hasta 2017. Se utilizan los conceptos de política sexual y acciones simbólicas para el análisis de cada momento histórico propuesto. Se concluye, el movimiento social LGBTI ha promovido el cuestionamiento de los patrones binarios de la sexualidad y los esencialismos de género, por medio de acciones simbólicas. En cuanto a la política sexual se ha focalizado en la promoción de los Derechos Humanos de la población LGBTI.

Palabras clave: Movimiento social. Política Sexual. Acciones Simbólicas. Diversidad Sexual. Derechos Humanos.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the process of organization of gay, lesbian, bisexual transvestite, transsexual, transgender and intersex identities (LGBTI) in San Salvador between 1992 and 2017. We used the concepts of sexual politics and symbolic actions for the analysis of each proposed historic moment. In conclusion, the LGBTI movement has promoted social questioning the binary patterns of sexuality as well as the gender essentialism, through symbolic actions. The sexual politics has focused on promoting the human rights of the LGBTI population.

Key-words: Social Movement. Sexual politics. Symbolic actions. Sexual Diversity. Human Rights.

Introducción

Las temáticas sobre sexualidad en el ámbito académico salvadoreño tienen una baja producción (ARÉVALO, 2017). Esto se debe en gran medida, según el antropólogo lingüista Rafael Lara-Martínez (2012) que tanto el cuerpo y la sexualidad son sistemáticamente borrados de los discursos públicos y oficiales, y como resultado obtenemos que son remitidos al silencio y al tabú.

El silencio, el tabú y la invisibilidad académica como formas simbólicas y ejercicio del poder desde la dominación masculina hegemónica, en la práctica social se conectan con la homofobia, la exclusión, las violencias y la muerte de personas sexualmente diversas que traspasan o se encuentran en las fronteras del patrón binario masculino-femenino. No obstante, a pesar de este orden simbólico hegemónico, existe un movimiento social de lesbianas, gays, bisexuales, travestis, transexuales, transgéneros e intersexuales (LGBTI) que ha reivindicado Derechos al Estado y Deberes a la sociedad desde 1992, pero que su historia no es conocida. En tal sentido, esta comunicación tiene como objetivo analizar el proceso de estructuración y organización de identidades LGBTI en San Salvador entre 1992 hasta 2017.

La perspectiva metodológica utilizada ha sido la exploratoria. Utilizó las categorías de acciones simbólicas de Bourdieu (1999) y de política sexual que desarrolla Sérgio Carrara (2010), como ejes articuladores para organizar la información del periodo histórico propuesto para análisis. Entre las técnicas de investigación se destacan la consulta bibliográfica, la cual en más de algún momento se transformó en un *trabajo arqueológico* (Foucault, 1972), dado lo difícil de encontrar información sobre dicha temática. También destaco las entrevistas realizadas a activistas LGBTI.

Por acciones simbólicas comprenderemos las actividades públicas de subversión simbólica que los colectivos LGBTI realizan contra el dominio simbólico heterosexista-normativo, manifestando orgullosamente su experiencia sexual (BOURDIEU, 1999, p. 143-148). Respecto a la política sexual (CARRARA, 2010, p. 133-136), se enfocará en conocer los momentos de construcción de un sujeto político LGBTI, que utiliza el estigma y la discriminación a sus deseos y prácticas sexuales, como medios de reivindicaciones políticas que promueve la construcción simbólica de una sociedad que respete los Derechos Humanos y abierta a las diferentes formas de expresión de la sexualidad y el género.

1. Orgullo gay: primeros pasos

La organización de identidades LGBTI en El Salvador es un proceso que se origina en la postguerra. Antes y durante las dictaduras militares y el conflicto armado, la condición de homosexualidad estaba fuera de los discursos públicos, de la vida social y de la academia.

En el periodo de la finalización del conflicto armado, un primer colectivo de cinco a diez travestis y hombres gays a consecuencia del VIH, comenzaron a reunirse a finales de 1991 en el Parque Cuscatlán de San Salvador. Este grupo inicial, dadas las condiciones del conflicto armado aún vigente, recibían amenazas de los cuerpos de seguridad por las reuniones que realizaban, ya que eran etiquetadas que su objetivo era promover el "homosexualismo". El doce de agosto de 1992 ese grupo adquiere una formalización institucional, prácticamente siete meses posteriores a la finalización de la guerra -16 de enero de 1992-, se crea la Fundación Nacional para la Prevención, Educación y Acompañamiento de la Persona VIH/SIDA (Fundasida).

Al interior de Fundasida surge el primer colectivo homosexual dirigido por Wilfredo Palacios. En 1994 transforman el estigma de la homosexualidad en emblema para una lucha política.

En esta época, William Hernández y Joaquín Cáceres pasan a dirigir el grupo y asignarle un carácter más político a sus acciones, impulsando a la nueva organización gay que nace oficialmente el 23 de marzo de 1994 con el nombre de “Grupo Entre Amigos”.

La Asociación Entre Amigos, desde sus inicios le otorgó un carácter político a su proceso organizativo con el objetivo de promover y defender los Derechos Humanos ‘[...] y contribuir a mejorar la calidad de vida de los homosexuales, transexuales, bisexuales, transgénero, transvertís y las personas viviendo con VIH SIDA’ (ASCENCIO; CALDERÓN; SEVILLA, 2008, p. 191). Sus acciones iniciales se pueden englobar bajo el eslogan del *Orgullo Gay*, tratando de dar un giro radical a la condición cultural estigmatizada y patológica de la homosexualidad.

Paralelamente, existió un esfuerzo organizativo de mujeres lesbianas. Después de finalizada la guerra interna, algunas integrantes del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), comienzan a reflexionar sobre nuevos caminos para construir un mejor El Salvador. Este grupo inicia a finales de 1992 tiene una vida organizativa hasta 1996. Tuvo una participación entre 35 a 50 mujeres, que se convocaban por medio del boca a boca en una acción en cadena, caracterizándolo como *clandestino* (FALQUET, 2009, p. 201) ya que el grupo no era de conocimiento público y sus puntos de reunión eran apartamentos y casas particulares itinerantes de las propias integrantes-organizadoras. En estos encuentros se desarrollaban talleres sobre feminismo donde se incluían temáticas de identidad lésbica: la mujer lesbiana como sujeta política necesaria al interior del contexto salvadoreño (READY, 2007); y fundamentalmente sobre discriminación. También fue un espacio para compartir experiencias personales de violencias sufridas, además se desarrollaban actividades de sociabilidad como fiestas y bailes. Por lo cual se puede considerar como un espacio de cuidado y al mismo tiempo de organización feminista. El nombre con el cual fueron conocidas fue *La Colectiva lésbica-feminista salvadoreña de la Media Luna*.

Al interior del movimiento de mujeres y feminista, se da la acción de política sexual de mayor relevancia efectuada en esta época: *Mujeres 94*. En 1994 se realizaron las primeras elecciones luego de la firma de los Acuerdos de Paz. Este hecho marcó un momento histórico que las mujeres organizadas no dejaron pasar por alto. Así surge *Mujeres 94*, como “una iniciativa pluralista e independiente que busca hacer oír por primera vez en el campo político las reivindicaciones impostergables de las mujeres” (MUJERES 94, 1993, p. 3). Entre una de sus reivindicaciones plasmada en la plataforma en el ámbito Jurídico fue la número 53: “Que el principio de igualdad se amplíe a sectores no mencionados en la Constitución, cómo personas discapacitadas, personas con opción sexual diferente y grupos étnicos” (MUJERES 94, 1993, p. 11-12).

La *Media Luna*, su disolución estuvo marcada por 1) las discrepancias con el movimiento de mujeres y el feminista que no deseaban ser identificadas como lesbianas (marimachas) debido al estigma de los patrones heteronormativos patriarcales dominantes; 2) la retirada de las mujeres extranjeras que convocaban en mayor medida las acciones de la colectiva y 3) los vínculos afectivos-políticos que en determinados momentos dadas sus disputas y rupturas, no permitieron la continuidad institucional de la colectiva (READY, 2007).

La acción simbólica de mayor relevancia de esta época fue la realización de la primera *Marcha del Orgullo Gay*, nombre designado bajo los preceptos internacionales de aquel entonces, en junio de 1997. Por medio de invitaciones fotocopiadas y pegadas en los postes del tendido eléctrico y telefónico del centro histórico de San Salvador, se realizó un llamado a participar en la Gran *Marcha del Orgullo Gay*. La *Marcha* tuvo un carácter de protesta en recuerdo de la masacre de 12 travestis por parte del ejército salvadoreño en el año 1984, teniendo una participación de unas 250 personas aproximadamente, lo cual sorprendió a los propios

organizadores que esperaban una participación de 20 a 50 personas. Constituyéndose en la acción simbólica de las disidencias sexuales LGBTI de mayor vida en El Salvador.

Entre el año 1996 y 1998 se conoció la existencia de un colectivo que agrupaba a travestis. Según Cabrera y Parada (2009, p. 11), este colectivo se originó al interior de uno de los programas educativos de prevención VIH-Sida de Fundasida, integrado por homosexuales y travestis. Su nombre *Asociación para la Libertad Sexual el Nombre de la Rosa* fue un homenaje para Rosa, una travestí de quince años de edad muerta por un acto homofóbico. En el año 1999 realizan procesos para su legalización por medio de la obtención de su personería jurídica, como un colectivo integrado exclusivamente de travestis.

2. LGBTI: una sopa de letras que aumenta

El cambio de siglo también promovió modificaciones, avances y disputas al interior del movimiento gay-lésbico como se autodenominaba en este momento. En la década del 2000 se hacen presentes nuevas identidades, colectivos y organizaciones LGBTI, destacando que el movimiento de travestis adquiere la identidad política de *mujeres trans*, el cual agrupa a transexuales, transgéneros y travestis. Respecto a las mujeres lesbianas surge una diversidad de expresiones organizativas durante toda la década de 2000.

En el caso de las mujeres lesbianas, luego que la colectiva de la Media Luna se desintegrara, una de sus integrantes inicia procesos organizativos con mujeres lesbianas al interior de la Asociación Entre Amigos entre 1999 al 2004, denominándose *Grupo renacer de la Luna*. Para el año 2002 se conoce la participación de al menos veinte mujeres entre 21 a 35 años, todas con escolaridad de Educación Media completa, y la mayoría tuvo que ocultar su orientación por el temor al rechazo y por los procesos de discriminación que podían padecer (GARAY; SALGUERO; SEGOVIA, 2002). La desarticulación del grupo estuvo marcado por las diferencias metodológicas al interior de Entre Amigos.

En el año 2000, al interior de Fundasida se organiza la *Colectiva Lésbica Salvadoreña*, la cual fue un espacio exclusivo para mujeres lesbianas para desarrollar procesos formativos que incidieran en el empoderamiento de las mujeres participantes. Se lograron reunir hasta 30 mujeres que participaban los días sábado en actividades de capacitación sobre diversas temáticas. Se contaba con un 20% de mujeres profesionales y el 80% restante eran personas de bajos ingresos económicos que laboraban en maquilas textiles o ejercían el empleo informal. No se concluyó el proceso de obtención de la personería jurídica de la colectiva. Su disolución aconteció en el año 2009.

A partir de 2007, por colocar una fecha, se vuelve a retomar las propuestas lésbica-feminista para procesos de organización. Así se puede mencionar a la colectiva de las *Peperechas: Mujeres públicas*. *Peperecha* en El Salvador, es un concepto que no se conoce su origen y el cual se comenzó a utilizar en la ciudad de Santa Ana al occidente del país en la década de 1930, y se utilizaba "para designar a las prostitutas de más baja categoría" (RIVAS, 1975, p. 42). En tal sentido, Las Peperechas, retoman ese concepto denigrante y lo resignifican desde un posicionamiento político feminista de tomar el espacio público (la calle) utilizando sus cuerpos desnudos en performances diversos como una herramienta política que cuestione el patriarcado, el sexismo, la heteronormatividad y la homonormatividad de la sociedad salvadoreña e incluso en el propio movimiento de diversidad sexual.

Otro ejemplo organizativo lésbico-feminista son las *Lesbianas en Acción* después conocidas como *Las Desclosetadas*. Este colectivo surge en 2008 por medio de una acción de visibilidad de la violencia que son objeto las mujeres lesbianas. En ese momento se autodenominaron

como *Mujeres Luna*. Su propuesta de intervención está enfocada en conjuntar la expresión artística y la diversidad sexual; con el objetivo de hacer incidencia política y visibilización de las lesbianas en todos los espacios a través del arte y la comunicación. Se constituyen como un grupo cerrado que se reserva el derecho de admisión, que no tiene interés en trabajar con otros colectivos de la diversidad sexual en especial con hombres gay por considerarlos que reproducen los dividendos de la posición dominante de los hombres.

Ahora continuando con la organización de las mujeres trans, en el año 2001, la petición de personería jurídica presentada por la Asociación para la Libertad Sexual el Nombre de la Rosa fue denegada por la Dirección General del Registro de Asociaciones y Fundaciones Sin Fines de Lucro, afirmando

[...] dicha petición, [...], a su criterio, se violentaban normas de derecho natural, los fines que persigue la familia, la constitución del matrimonio, las buenas costumbres, la moral y el orden público; como también porque lo pretendido por la entidad en formación iba en contra de los principios establecidos en el art. 3 inc. 2° de la Ley de Asociaciones y Fundaciones Sin Fines de Lucro (LAFSFL), el cual establece que los fines de las asociaciones y/o fundaciones no deben contrariar “el orden público, la moral, la ley y las buenas costumbres” (CORTE SUPREMA DE JUSTICIA, 2009, p. 1).

Ante esta negativa se presenta un amparo ante la Corte Suprema de Justicia el 13 de enero de 2004, aduciendo que el razonamiento que justificaba la negación de la personería jurídica violentaba los derechos constitucionales de igualdad y libre asociación. En ese mismo año la entonces Asociación El Nombre de la Rosa, transforma su estrategia ante la Dirección General de Registros y presenta una solicitud de personería jurídica bajo el nombre de *Asociación Salvadoreña para Impulsar el Desarrollo Humano* (ASPIDH), eliminando toda indicación formal como colectivo de mujeres trans. Logran obtener su reconocimiento institucional en el año 2009.

Otra expresión organizativa de mujeres trans es la *Asociación Comunicando y Capacitando a Mujeres Trans con VIH en El Salvador*, (COMCAVIS-TRANS) que inicia su trabajo desde el año 2008. Esta organización nace dada las condiciones de discriminación que las mujeres trans padecen y en específico las mujeres trans viviendo con VIH. Por su parte la *Asociación Salvadoreña de Trangéneras, Transexuales y Travestís*, ASTRANS (Movimiento Trans) nace en 2008. Su trabajo se enfoca en dar atención a mujeres trans y de la diversidad sexual con énfasis en áreas postergadas y del área rural del país. También existe la *Asociación Colectivo Alejandría El Salvador* que centra sus esfuerzos en desarrollar procesos de incidencia política, sensibilización y capacitación para mejorar el acceso a la educación y formación profesional de gays, bisexuales, trans e intersexuales, así como fortalecer la respuesta nacional al VIH.

En el año 2003 se realiza la primera votación de reforma constitucional para impedir las uniones y la adopción por parte de personas del mismo sexo. La propuesta fue sorpresiva y dada la poca fuerza política de las organizaciones LGBTI esta reforma fue aprobada en esta oportunidad. Esta propuesta tendrá una respuesta completamente contraria en el año 2009.

El Concejo Municipal de San Salvador (2006) se manifiesta por los derechos humanos de las diversas identidades sexuales de la ciudad de San Salvador. En esta declaración se hace un llamado por el derecho de ciudadanía, el aporte de las personas LGBTI en diferentes ámbitos de la capital, la no discriminación por cualquier tipo de marcador social diferenciador incluyendo la condición sexual o identidad de género de los habitantes de la ciudad.

En el año 2007, impulsada por la posible apertura institucional mostrada por la Declaración San Salvador, la Asociación Entre Amigos, por medio de los auspicios políticos del partido

FMLN presentó una petición ante la Asamblea Legislativa para declarar el 17 de mayo, como Día Nacional contra la Homofobia (EL DIARIO DE HOY, 2007). El pensamiento conservador tergiversa esa propuesta y mediáticamente se expone que ella intenta promover un día del “homosexualismo”.

3. 2009: Diversidad Sexual ¿surge un actor político?

Sí a lo largo de la década del 2000, el movimiento LGBTI se caracterizó por el surgimiento de nuevas organizaciones y visibilidad de identidades que estaban aprendiendo a ser sociedad civil organizada, pero aparentemente desperdigados y sin un objetivo que los unificara alrededor de una agenda política común. Con el nuevo intento conservador para prohibir constitucionalmente la unión civil y adopción por personas del mismo sexo desarrollada en abril de 2009, promueve la cooperación al movimiento LGBTI y su surgimiento en la palestra pública nacional como un actor político llamado como *Alianza para la Diversidad Sexual LGBTI* (Ayala, 2009). Las acciones simbólicas se multiplican exponencialmente. En abril/2009 es aceptada una versión modificada a la propuesta inicialmente. En junio/2009 se realiza una nueva votación para ratificar la anterior, pero en esta oportunidad el FMLN -partido de izquierda mayoritario- retira su apoyo, y la propuesta no es ratificada.

En medio de esta lucha política contra la reforma constitucional, el aumento desproporcionado de crímenes de odio y las amenazas de bomba en la realización de la marcha del año 2009 (ASOCIACIÓN “ENTRE AMIGOS”, 2010); la otrora Marcha del Orgullo Gay sale a las calles de San Salvador con su nuevo nombre: *Marcha por la Diversidad Sexual*, para manifestarse en contra de las pretendidas reformas. En esta oportunidad se da un traspaso simbólico de la organización de la marcha para el *Comité 28 de junio*, ya que hasta esa fecha la Asociación Entre Amigos era la encargada de organizar la marcha.

Un hecho relevante respecto a la política sexual ocurrió a finales del año 2009, la Corte Suprema de Justicia declara ha lugar el amparo solicitado contra la negación de obtención de la personería jurídica de la Asociación El Nombre de la Rosa, reconociendo la violación a los derechos de igualdad y libre asociación. Esto produjo, para ejemplificar con la Asociación Entre Amigos que por más de 14 años y tres negativas institucionales para su registro legal, después de esta resolución en tres meses concluyera el proceso de registro como asociación, sin modificar su naturaleza y misión de promover los derechos humanos en personas de la diversidad sexual.

En el año 2010 se creó la Dirección de Diversidad Sexual, al interior de la Secretaría de Inclusión Social, en mayo de 2010. Su fundación es una respuesta a las demandas de las organizaciones LGBTI ante el Ejecutivo. Su trabajo básicamente ha consistido en la asistencia, capacitación y sensibilización en Derechos Humanos, Género y Diversidad Sexual a empleados públicos, como un proceso incipiente de políticas públicas inclusivas.

El cuatro de mayo de 2010, la Presidencia de la República de El Salvador (2010) adoptó el Decreto No. 56, el cual establece disposiciones para evitar toda forma de discriminación en la Administración Pública, por razones de identidad de género y/o de orientación sexual. Diferentes organizaciones y activistas LGBTI elaboran y presentan la Plataforma Mínima sobre Diversidad Sexual 2010-2014 El Salvador, para que sea aplicada por el ejecutivo. Como parte de la política sexual se crean nuevas acciones simbólicas: la marcha contra la trans-lesbo-homofobia desde 2010 y la plegaria Rosa LGBTI desde 2012.

Dado los diferentes actos de violencias registrados contra personas LGBTI, en especial a mujeres trans, y el no acceso a la justicia por estas, Karla Avelar de COMCAVIS-Trans

solicita una audiencia ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) para presentar la violencia contra personas trans en El Salvador. La audiencia es concedida para ser realizada el 29 de octubre de 2013 al interior del 149 periodo de sesiones. Como resultado se obtiene que la CIDH “[...] insta a El Salvador a adoptar medidas para respetar y garantizar el derecho de defensores/as LGBTI, especialmente defensoras trans, de defensa de los derechos humanos sin discriminación ni violencia de ningún tipo” (COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2013)

En marzo/2015 se celebraron las elecciones para alcaldes y diputados. En esta oportunidad aparece una primera candidatura para diputado suplente de un hombre trans. Un partido conservador en busca de nuevos cotos de votos presenta como diputado suplente a un hombre trans que concurría al curul por medio del eslogan “*Hagamos la diferencia sin ser diferentes*”. Esa candidatura no fructifico, ya que nunca logro su objetivo: ser una candidatura representativa de la comunidad LGBTI, al ubicarse en un segundo plano a la persona de diversidad sexual no logrando movilizar al electorado LGBTI.

Cerrando el año 2015 por medio del apoyo del FMLN, las organizaciones LGBTI solicitaron una reforma al Código Penal para incorporar como agravante el homicidio promovido por distintos marcadores sociales; incluyendo la orientación sexual, identidad y expresión de género. Dado al trabajo político desarrollado por las organizaciones, la posible incorporación de personas con menos prejuicios en la bancada de Derecha, posibles cambios en la percepción hacia la diversidad sexual en la sociedad, la repercusión mediática e institucional de la muerte de la activista trans Francela Méndez, o simplemente como una activista con lágrimas en la cara mencionó en pleno proceso de votación: ¡los planetas están alineados!; ya que por mayoría la propuesta fue aprobada en la Asamblea Legislativa.

4. Federación salvadoreña LGBTI

En el año 2017 asistimos a otro momento clave de la organización política de la disidencia sexual y de género, 16 diferentes organizaciones y asociaciones funda la *Federación Salvadoreña LGBTI*. Este proceso de unificación ha sido promovido desde iniciativas internacionales que procuran el fortalecimiento de la incidencia política del movimiento por medio de una entidad que conjunte a las diversas expresiones organizativas LGBTI salvadoreñas. Este proceso de organización ha dado como resultado la definición de una agenda política común de trabajo. Entre los puntos de mayor relevancia se pueden destacar:

- Que el Gobierno atienda las recomendaciones emitidas por la CIDH tras la audiencia de 2017 sobre la situación de los derechos humanos de las personas LGBTI en El Salvador.
- Extender la aplicación del Decreto Ejecutivo 56 a las instituciones de los poderes judicial y legislativo, a los gobiernos locales, al Código del Trabajo y a la Ley del Servicio Civil.
- Que la Asamblea Nacional no ratifique el veto constitucional al matrimonio igualitario, es decir, que no ratifique la definición de matrimonio recogida en el Código de Familia como “la unión legal de un hombre y una mujer así nacidos”.
- Elaborar una ley general antidiscriminación que proteja a las personas LGBTI y otros grupos marginalizados y vulnerables.
- Formar el Consejo de la Diversidad Sexual en la Secretaría de Inclusión Social y reactivar la Dirección de la Diversidad Sexual.

- Que la Policía Nacional Civil instale secciones específicas para personas LGBTI en las comisarías.
- Una nueva ley sobre VIH que tenga un enfoque integral y no salubrista.
- Rechazo a la actual Procuradora Especial de la Diversidad Sexual. Las organizaciones LGBTI que están en la Mesa Permanente suspendieron las reuniones mientras ella no se haga presente.

Palabras de cierre

A manera de conclusión, existe un movimiento social LGBTI en El Salvador. Este inicia en el periodo de la posguerra, existiendo dos ejes de articulación separados: por una parte el VIH para hombres homosexuales y travestis; por otra parte el Feminismo para las mujeres lesbianas. El segundo momento se caracteriza por un proceso diferenciador transexual-gay en la década del 2000 y los procesos de consolidación de la identidad lésbica feminista. En el año 2009 emerge como un actor político unificado por medio del emblema de Diversidad Sexual. En el quinquenio 2010-2015 se presenta un proceso de reconocimiento social restringido. Los procesos organizativos se concentran en el área metropolitana de San Salvador.

En poco más de 20 años de estructuración propiamente dichos, se ha logra tener a la vista pública organizaciones de hombres gay, mujeres trans, lesbianas y hasta hace pocos años hombres trans y jóvenes LGBTI a nivel de San Salvador. Esta visibilidad, ha promovido el cuestionamiento de los patrones binarios de la sexualidad y los esencialismos de género por medio de acciones simbólicas que se han amplificado desde el año 2009.

Respecto a la política sexual promovida desde el movimiento de diversidad sexual se ha enfocado en la promoción de los Derechos Humanos para las personas LGBTI. Este proceso es incipiente, aunque se han logrado tener algunos éxitos como la emisión del Decreto Presidencial N° 56, el Acuerdo N° 202 del Ministerio de Salud, la mesa permanente al interior de la Procuraduría de Derechos Humanos, garantizar el derecho al voto en personas con identidades trans hasta la reforma del Código Penal entre los más significativos. No obstante, se tiene un largo camino para transformar las políticas y discursos públicos impregnados por el heterosexismo normativo que naturalizan la homofobia, y con ello se promueven colateralmente los crímenes de odio contra personas LGBTI.

Referencias

- AREVALO, A. ¿El armario está abierto?: Estudios sobre Diversidad Sexual en El Salvador. *Realidade & Educação*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1375-1397, 2017.
- ASCENCIO, E.; CALDERÓN, L.; SEVILLA, M. **El Matrimonio homosexual**. San Miguel: UES, 2008. 302 p. Ciencias Jurídicas, Universidad de El Salvador, San Miguel, 2008.
- Asociación "Entre Amigos". **La situación de los Derechos Humanos de las personas lesbianas, Gays, Bisexuales y Transgenero en El Salvador. Informe Alterno sometido al Comité de Derechos Humanos de las Naciones Unidas**. Asociación Entre Amigos: San Salvador. 2010.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1999.
- CABRERA, J.; PARADA, L. **Prácticas de feminización y sus manifestaciones en la salud en transgeneros de la zona metropolitana de San Salvador, Noviembre 2008-Febrero 2009**. San Salvador: UES, 2009. 89 p. Maestría en Servicios Integrales en Salud Sexual y Reproductiva, Universidad de El Salvador, San Salvador, 2009.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas**, Natal, n. 5, p. 131-147, 2010.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Anexo al Comunicado de Prensa CIDH culmina el 149 Período de Sesiones**. 2013 URL <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2013/083A.asp> [Fecha de consulta 25 junio 2015].

EL SALVADOR. CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. **Sala de lo Constitucional 18-2004**. CSJ: San Salvador, 2009.

El Salvador. PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Decreto No. 56**. Casa Presidencial: San Salvador, 2010.

EL DIARIO DE HOY. El Fmln pide día especial para gays. **El Diario de Hoy**, San Salvador, 18 de mayo, p. 12-14

FALQUET, J. El movimiento de mujeres en la “democratización” de posguerra en El Salvador. **Revista del CESLA**, Varsovia, n. 4, p. 194-209, 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueología do saber**. Editora Vozes: Petrópolis, 1972.

GARAY, A.; SALGUERO, F.; SEGOVIA, S. **Caracterización psicológica de las mujeres lesbianas del grupo Renacer de la Luna que se reúne en la Asociación Entre Amigos de El Salvador**. San Salvador: UES, 2002. 174 p. Psicología, Universidad de El Salvador, San Salvador, 2002.

LARA-MARTÍNEZ, R. **Indígena, cuerpo y sexualidad en la literatura salvadoreña**. Editorial UDB: Soyapango, 2012.

MUJERES 94. **Plataforma de las mujeres salvadoreñas**. S/E: San Salvador, 1993.

READY, K. The Uneasy “Informal Consensual Union” of Lesbianism with Feminism in El Salvador. **Culture, Health & Sexuality**, Londres, n. 9 (Suplemento 1), p. S7, 2007.

RESISTÊNCIA EM POLÍTICA EDUCACIONAL: AS OCUPAÇÕES DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DELGADO, Gabriela de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bolsista FAPERJ
gabiodelgado@gmail.com

NASCIMENTO, Giovane do

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
giovanedonascimento@gmail.com

SILVA, Renata Maldonado da

Professora Adjunta da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
r.maldonado@globo.com

RESUMO

O trabalho analisa as mudanças nas políticas educacionais em curso no Brasil, bem como as reações da sociedade civil organizada a estas, a partir das ocupações dos Institutos Federais do estado do Rio de Janeiro. Buscou-se verificar se as ocupações escolares dos Institutos Federais no estado do Rio de Janeiro se constituíram enquanto espaços culturais contra hegemônicos a partir da pauta sobre políticas educacionais capazes de indicar o caminho a ser trilhado na busca por uma educação emancipatória. No campo teórico, procedeu-se a análise da relação entre sociedade civil e Estado e se perseguiu o conceito de catearse. A metodologia engloba pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas. Entre os resultados salientamos as contradições entre as perspectivas assumidas pela sociedade civil organizada e as medidas tomadas pelo atual governo, expressas por meio de manifestações e documentos públicos de repúdio às mesmas.

Palavras-chave: Política Educacional, Sociedade Civil, Estado.

ABSTRACT

The paper analyzes the changes in educational policies underway in Brazil, as well as the reactions of organized civil society to these, based on the occupations of the Federal Institutes in the state of Rio de Janeiro. It was sought to verify if the school occupations of the Federal Institutes in the state of Rio de Janeiro were constituted as cultural spaces against hegemonic ones from the agenda on educational policies able to indicate the way to be traced in the search for an emancipatory education. In the theoretical field, it will be sought to analyze the relationship between Civil Society and State and will pursue the concept of Cateching. The methodology encompasses bibliographic research, participant observation and interviews. Among the results we point out the contradictions between the perspectives assumed by organized civil society and the measures taken by the current government, expressed through demonstrations and public documents to repudiate them.

Key-words: Educational Policy, Civil Society, State.

INTRODUÇÃO

As ocupações dos Institutos Federais de Educação do Rio de Janeiro se inserem em um contexto de lutas travadas pela sociedade civil brasileira contra as políticas relacionadas às políticas sociais e, em especial à educação, postas em pauta pelo governo Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), logo que assume o executivo nacional, após o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT).

Entre as medidas mencionadas, os principais focos de mobilização foram uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos públicos em políticas sociais, apresentada em 15 de junho de 2016 e, em 26 de outubro do mesmo ano, uma Medida Provisória (MP) destinada à reforma do Ensino Médio. No estado do Rio de Janeiro, o primeiro Instituto Federal a ser ocupado foi o IFRJ Campus Realengo, ocupado no dia 11 de outubro de 2016, seguido das ocupações do Campus Nilópolis, Duque de Caxias, Paulo de Frontin e São Gonçalo.

Além das ocupações dos Institutos, em todo o Brasil foram ocupadas escolas, universidades, ocorreram atos, passeatas, paralisações e greves com o intuito de evitar a aprovações destas, e de outras medidas, tais como a reforma trabalhista e da previdência, entendidas como contrarreformas postas em pauta pelo governo Temer. Portanto, as ocupações dos IFRJs compunham um cenário de resistência nacional que incluía diversos setores da sociedade civil. Para entender tal fenômeno, precisamos observar qual o teor e em que contexto se inserem tais propostas.

CONTRARREFORMAS EM POLÍTICA EDUCACIONAL

Os anos 1990 significaram o avanço da perspectiva neoliberal no Brasil. A formulação neoliberal implica na diminuição da regulação estatal das relações de trabalho; poucos investimentos por parte do Estado em gastos sociais; estabilidade monetária; contenção de gastos sociais; reforma fiscal, com redistribuição de rendimentos mais altos e o desmonte dos direitos sociais, desvinculando as políticas sociais da ideia de direitos fundamentais ou universais (BEHRING, 2000).

A delimitação das funções do Estado tem o intuito de demarcar sua área de abrangência, e estabelecer suas novas funções, se materializando via privatizações e terceirizações. A diminuição do grau de interferência do Estado fundamenta a denominada desregulamentação que tem o papel de abrir o país para a competição internacional, não organizando mecanismos de proteção da economia nacional, mas, pelo contrário, expandindo-a ao mercado externo.

A partir dos anos 2000 ascende ao poder um novo bloco composto pela burguesia nacional e setores populares como o operariado urbano, o campesinato e setores pauperizados que formam o que se pode chamar de frente neodesenvolvimentista (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013). A principal diferença deste bloco se comparado aos governos da década de 1990 é o fato de não estarem completamente alinhados à política do grande capital financeiro internacional.

Representada no plano partidário principalmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e liderada pela burguesia nacional a frente neodesenvolvimentista é ampla, heterogênea e, até mesmo, contraditória considerando a sua composição de classe.

Os neodesenvolvimentistas, dentro do espectro do neoliberalismo se opõem ao grupo monetarista representado no plano partidário principalmente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e composto pelo grande capital financeiro internacional, uma fração burguesa nacional alinhada à política financeira internacional, os latifundiários e, também, a alta classe média (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013).

Para Sampaio Júnior (2012), esses dois blocos correspondem respectivamente ao braço esquerdo e direito do neoliberalismo no Brasil. O neodesenvolvimentismo segundo o referido autor seria uma tentativa de aliar os aspectos “positivos” do desenvolvimentismo com os aspectos “positivos” do neoliberalismo. Assim os teóricos neodesenvolvimentistas visam

[...] uma terceira via que evite o que consideram como o grave problema do neoliberalismo – a cumplicidade com o rentismo – e o que atribuem como inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo – o nacionalismo anacrônico a complacência com a inflação e o populismo fiscal (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 679)

O projeto neodesenvolvimentista tem como características fundamentais as políticas de transferência de renda e recuperação do salário-mínimo; financiamento das taxas de juro subsidiadas via BNDES para as grandes empresas nacionais; política externa que dá suporte às grandes empresas nacionais ou com sede no Brasil; política econômica que visa aumentar a demanda em momentos de crise.

Tal projeto entra em uma severa crise a partir da eleição para o segundo mandato de Dilma Rousseff, culminando com o impeachment da mesma. A composição de classe da frente neodesenvolvimentista limita a realização das contrarreformas (reforma trabalhista, previdenciária, fiscal) entendidas como necessárias pela burguesia nacional a partir do cenário de crise econômica. O bloco é heterogêneo e cheio de contradições se desagrega.

Dessa forma, após o colapso do projeto neodesenvolvimentista e o impeachment da presidenta eleita, ascende ao poder o bloco monetarista, alinhado ao grande capital financeiro internacional, ao qual, a burguesia interna nacional passa a se alinhar, nas palavras de Sampaio Junior (2012), o braço direito do neoliberalismo no Brasil.

Como dito, o principal interesse de tal bloco é o avanço das chamadas contrarreformas que apontam para uma menor interferência do Estado na economia, principalmente no que se refere às garantias de direitos sociais e trabalhistas. Nesse sentido, umas das primeiras medidas do governo Temer foi uma PEC que institui um novo regime fiscal e limita os gastos públicos nas áreas sociais entre 2017 e 2037, incluindo educação entre tais gastos públicos. Também relacionada a educação foi a proposição da Medida Provisória que visa reformar o Ensino Médio.

A reforma do Ensino Médio modifica a Lei 9694 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Entre as principais mudanças estão o currículo dividido em itinerários formativos, aumento da carga horária, padronização por uma Base Nacional Comum Curricular.

A propaganda do governo dizia: *reforma do ensino médio, quem conhece aprova*. Entretanto, os pontos centrais da proposta estão em discussão no cenário educacional ao menos desde 2013 por ocasião do Projeto de Lei nº 6840 do referido ano e foram rechaçados por pesquisadores da área, estudantes e trabalhadores da educação que, inclusive, se organizaram contra a aprovação do referido projeto, criando no início de 2014 o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio (MNDEM).

As principais críticas à reforma do Ensino médio são a forma autoritária como foi proposta, pois o recurso a uma Medida Provisória deve ser excepcional e urgente, o que não era o caso visto que a BNCC na qual se baseia o texto da reforma não estava aprovada ainda, e pelo fato de ser uma alteração que confronta fortemente a legislação anterior, exigindo, para que se garanta o processo democrático, que os trâmites normais para um projeto de lei fossem seguidos.

O currículo padronizado por uma BNCC ainda não aprovada, mas que já indica a supressão ou diminuição de disciplinas como Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia, retirando assim o caráter de formação ampla para a cidadania que é uma das finalidades deste nível de ensino. A divisão em itinerários formativos que descaracteriza o ensino médio enquanto educação básica e contribui para a historicamente combatida dualidade do ensino entre ricos e pobres.

A ampliação dos canais de parceria público-privada, indicando uma paulatina desobrigação do Estado com o ensino e uma interferência do mercado, inclusive nas instituições públicas de ensino. A desprofissionalização do professor ao admitir-se que profissionais com notório saber ministrem disciplinas na educação profissional.

Assim, parte da sociedade civil que já vinha organizada em mobilizações contra o impeachment, manteve-se articulada e encampou lutas contra as contrarreformas propostas por Temer logo no início de seu governo. As ocupações dos Institutos Federais se inserem neste contexto de luta e visam intervir contrariamente à aprovação de medidas como a PEC e a reforma do EM.

AS OCUPAÇÕES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

A busca pela emancipação humana esbarra nos entraves promovidos por uma ordem em que a regra é a dominação. Uma ordem que procura garantir a exploração, ou seja, que a riqueza produzida socialmente, seja apropriada individualmente (MARX, 2004). A exploração é uma das formas através das quais se perpetuam privilégios, mas há outras, como o machismo, o

racismo, a homofobia entre outros, entendidos como constituintes do sistema de dominação social (MILIBAND, 1999).

Uma questão subjacente ao exposto é: Como é possível que tal ordem, que beneficia poucos em detrimento da maioria, se perpetue durante décadas? Na perspectiva gramsciana a resposta envolve dois elementos centrais: hegemonia e coerção. O conceito de hegemonia em Gramsci (1991) indica a capacidade de construção de consensos no plano cultural ou ideológico.

Gramsci cunha o conceito de guerra de posição para demonstrar que, para além da chamada guerra de movimento, que indica o uso da força e da coerção, é fundamental uma disputa contínua no campo do consenso caso se pretenda alcançar mudanças significativas nas estruturas sociais.

As ocupações são uma forma de luta que possuem a particularidade de promover uma imersão duradora entre aqueles que se dedicam a construí-la. A convivência diária, a organização dos espaços e das ações, os debates em torno das pautas se consolidam em uma vivência que contribui para a formação política dos sujeitos ocupantes.

No mundo contemporâneo, no qual a ideologia dominante trabalha incessantemente no sentido de naturalizar as relações sociais existentes, entender tais relações como possíveis, mas não necessárias e assumir a possibilidade de criação de alternativas é um ato revolucionário, e está entre as tarefas mais importantes da atual conjuntura.

Partindo deste entendimento, recorreremos ao conceito Gramsciano (1978) de catarse para pensar as ocupações dos Institutos Federais de educação que questionaram as medidas relacionadas à política educacional do atual governo, entre elas a reforma do ensino médio e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) relativa ao teto de gastos nas áreas sociais.

A expressão “catarsis”. Pode-se empregar a expressão “catarsis” para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade em instrumento para criar uma nova forma ético política, em fonte de novas iniciativas (GRAMSCI, 1978, p. 53).

Dessa forma, a catarse indica uma mudança qualitativa na consciência que de voltada para questões imediatas de reprodução da vida, passa a abarcar a possibilidade de criação de novas formas para as relações sociais.

Como dito anteriormente, as ocupações dos IFRJs em 2016 se pautaram na tentativa de evitar a aprovação das contrarreformas do governo Temer ligadas à área da educação. Entendendo Estado a partir da formulação de Estado Ampliado cunhada por Gramsci (1991), que inclui a sociedade política e, também, a sociedade civil em seu bojo, evidencia-se a importância de tais manifestações de resistência no resultado das políticas de fato sancionadas no país.

Segundo Gramsci, é possível afirmar que vivemos uma batalha constante no campo das superestruturas uma batalha pelo estabelecimento de hegemonia, que são consensos que unificam segmentos sociais, a essa batalha Gramsci dá o nome de guerra de posições. A guerra de posições ocorre no interior da sociedade civil, que para o autor, está ligada organicamente à sociedade política (ou Estado restrito), compondo o chamado Estado ampliado, ou seja, coerção revestida de consenso.

Entender estes elementos como organicamente relacionados é importante para perceber que as mobilizações no interior da sociedade civil têm impacto direto nas políticas públicas levadas a cabo pelo Estado restrito. Este é o caso das mobilizações relacionadas às políticas educacionais do atual governo, por exemplo.

Voltando às ocupações, o primeiro campus do IFRJ a ser ocupado neste contexto foi o Realengo em 11 de outubro de 2016. As ocupações escolares remontam a antecedentes como a *revolucion pinguina* no Chile, e as ocupações secundaristas em São Paulo por ocasião da proposta de reorganização escolar do governo Geraldo Alckmin que produziram resultados positivos no que se relaciona a suas demandas.

O presente artigo está baseado nas observações, conversas e entrevistas realizados neste campus, bem como em uma assembleia ampliada de estudantes do campus (ocupantes e não ocupantes) realizada em 17 de outubro de 2016.

Os primeiros contatos com as ocupações se deram por meio das páginas em redes sociais (facebook) criadas e mantidas por ocupantes. Além do canal de comunicação aberto, tais páginas se configuram como ricas fontes de informação, pois nelas foram publicados manifestos, agendas, pedidos de doações, eventos, artigos sobre temas diversos, notícias.

A ocupação do IFRJ/Realengo foi pensada e levada a cabo por estudantes do campus, tais estudantes, posteriormente receberam apoio e suporte de professores, funcionários e da comunidade do entorno, mas a ocupação se configurava como eminentemente estudantil. Sua organização era horizontal e estruturada através de comissões, suas decisões eram tomadas em assembleias.

Em um cartaz afixado na cozinha/refeitório estavam elencadas as primeiras comissões formadas: comissão de alojamento com o objetivo de garantir as condições necessárias para o pernoite dos estudantes no campus, se dedicava a organização das salas para esse fim, além de conseguir colchonetes e roupas de camas para aqueles que precisassem.

Comissão de alimentação, dedicada ao preparo das refeições, ao levantamento dos itens necessários para tal, recebimento e organização dos mantimentos, e compras. A comissão de limpeza se dedicava a manter os espaços utilizados pelos ocupantes sempre limpos e em condições adequadas de uso.

A comissão de comunicação era responsável pelas postagens nas redes sociais e a verificação do e-mail, coordenava a construção de textos e outros materiais de divulgação. Além destas,

participando da assembleia percebe-se a existência de outras comissões, como a de segurança, responsável pela vigilância e trancamento do portão.

A comissão de articulação com a comunidade buscava o diálogo e apoio da comunidade do entorno do campus Realengo inclusive associações de moradores. A comissão de articulação externa fazia contato com outros campi, outras universidades e institutos com o intuito de fortalecer e unificar a mobilização.

A participação nas comissões era definida em assembleia, haviam assembleias internas, com a participação dos estudantes ocupantes, diariamente. Periodicamente também ocorriam assembleias expandidas, para as quais eram convocados todos os estudantes do campus.

A assembleia é a principal instância deliberativa da ocupação, algumas decisões ficavam a cargo das comissões, mas todos os pontos importantes deviam ser tratados em assembleia. Nelas são dados informes sobre o caminhar da luta, as atividades de resistência que aconteceram ou estão para acontecer, o número de instituições ocupadas a tramitação das contrarreformas em Brasília.

Hoje, nós temos mais de quatrocentos e sessenta escolas ocupadas no Brasil, temos mais de trinta e cinco Institutos ocupados no Brasil. A maior parte na região sudeste, região sul e parte do nordeste (ESTUDANTE A, OUTUBRO DE 2016).

As atividades a serem realizadas, os temas abordados nas mesmas, a participação em atos ou plenárias externos, as maneiras de condução e objetivos da própria ocupação são debatidas e decididas coletivamente no espaço das assembleias. As ocupações proporcionam uma imbricada relação entre teoria e prática, as atividades de formação ocorrem concomitantemente com as práticas de organização, agitação (mobilização), propaganda e decisão.

É muito importante que a gente consiga aglutinar as pessoas. A ocupação, nesse sentido, vem justamente pra gente prestar todo esse debate político do que está acontecendo, e aglutinar as pessoas, informar, e não só aqui, é, também, fazer ao redor, na comunidade, é, também, levar esse debate para as outras universidades que ainda estão em processo de mobilização, ou não (ESTUDANTE B, OUTUBRO DE 2016)

Com base na fala estudante B, dita em assembleia, percebemos que os estudantes possuem o entendimento da ocupação como espaço profícuo para o debate, para a crítica e proposição de projetos de sociedade. Para a construção de projetos societários que partem do ponto de vista dos subalterno e crítica às proposições autoritárias que o governo tenta impor sob a pretexto de crise.

Assim, além da tomada física do espaço da escola, que caracteriza a ocupação como um instrumento de negociação na disputa política. Esses espaços, são entendidos também como profícuos para a troca de informações, para o diálogo com as pessoas e demais setores sociais organizados, ou não e, recorrendo ao instrumental gramsciano, possibilitando a construção de consensos no plano cultural (contra hegemonia).

Nesse sentido, não é exagero afirmar que as ocupações se configuravam com espaços de formação. Além de política educacional (que não é uma pequena questão), diversos temas

eram tratados, às atividades necessárias a reprodução do cotidiano na ocupação como limpeza, alimentação, comunicação entre outras, somavam-se diversas atividades de discussão política e atividades culturais.

Ocorreram na ocupação do IFRJ/Ralengo, entre outras atividades, exposições de filmes seguidos de debates, oficinas, lançamentos de livros, Sarau, oficinas, rodas de conversas, shows, panfletagens. As atividades formativas e culturais eram bastante frequentes, quase diárias. Entre estas, as rodas de conversas são capazes de nos apresentar as questões sobre as quais se debruçaram os estudantes no período da ocupação. Vale ressaltar que essas rodas foram organizadas pelos próprios estudantes de acordo com seus interesses e com a oportunidade conferida por visitantes.

Quadro 1: Temas abordados nas Rodas de Conversa na Ocupação IFRJ/ Realengo

Roda de conversa sobre guerras às drogas
Roda de conversa sobre psicologia
Roda de conversa sobre história da África e suas consequências no Brasil
Roda de conversa sobre Feminismo Negro
Roda de conversa: Desmistificando o Turbante
Religião e Resistência Negra,
Roda de conversa metodologia ativa
Roda de conversa astronomia
Roda de conversa esporte e gênero
Roda de conversa: Religião e Transformação Social (Igreja e Teologia em tempos de violência, racismo e opressão)
Roda de conversa: Ocupações Estudantis: Práticas Políticas face o Estado de exceção
Roda de conversa: Rio, cidade de pequenas Áfricas
Roda de conversa: Políticas educacionais: quando o passado e o presente se encontram – anatomia comparativa da 5692 de 1971/71 com a PEC 55 de 2016
Roda de conversa: O movimento LGBT e a interseção com as lutas
Roda de conversa: A Não Violência, Desigualdade racial e saúde pública
Roda de conversa com o Movimento de Trabalhadores Sem Teto MTST
Roda de conversa: Desmistificando a terapia ocupacional
Roda de conversa sobre intolerância religiosa e racismo
Roda de conversa sobre combate às opressões
Roda de conversa: Depois do golpe, quero meu butim! Para onde marchamos
Roda de conversa sobre práticas políticas
Roda de conversa: Como ocupar pode barrar a PEC? Uma abordagem política e intersetorial
Roda de conversa com representante do movimento Escola Com Partido

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os ocupantes se debruçavam sobre questões relativas à educação, se posicionavam contra as medidas propostas no momento para a política educacional do país e também se debruçavam sobre outros temas de interesse social. Houve debates sobre gênero, racismo, machismo, economia, meio ambiente, produção de alimentos. Observando a temática das rodas de

conversa é possível inferir que as preocupações dos ocupantes estavam em sintonia com aqueles que, em nossa sociedade, combatem as diversas formas de opressão.

O debate, acerca de tais temas, ligados a formas históricas de opressão, são fundamentais na construção de projetos sociais que partam do ponto de vista dos de baixo e a consolidação desses projetos como consensos capazes de mobilizar indivíduos e grupos que questionem e se coloquem contrariamente aos interesses de grupos que apresentam seu próprio ponto de vista como natural ou neutro.

Enfim, criou-se um espaço para pensar a sociedade sob novos pontos de vista, ou sob perspectivas não hegemônicas e, neste movimento, os participantes tinham a oportunidade de pensar e repensar sua forma de estar no mundo. Este repensar sua forma de estar no mundo é capaz de promover aquilo que, como indicamos, Gramsci (1978) nomeia como *catarse*.

Por meio desta imersão política teórica e prática, as pessoas envolvidas no processo de ocupação dos Institutos promoviam uma, não necessária, mas possível *catarse*, explicada por Semeraro (1999) como transformação efetiva tanto no tocante a sua realidade individual como também no que se refere a realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível assim entender as ocupações de escolas como organizadas pela sociedade civil (por alguns de seus aparelhos privados de hegemonia) para lutar desde a perspectiva dos subalternos de modo a influenciar no resultado de políticas públicas (propostas pelo estado estrito) que são limitadoras de direitos anteriormente conquistados.

A *catarse*, desse modo, representa a possibilidade de olhar o mundo de um modo novo, não naturalizando os processos sociais, mas percebendo esses como criação humana, e, enquanto tal, passíveis de transformação. Este é um fenômeno de fundamental importância, pois abre a possibilidade de formação de intelectuais que se coloquem na luta sob a perspectiva das classes subalternas e, dessa forma, contribuam para sua emancipação.

De fato, é sabido que tanto a PEC dos gastos públicos como a reforma do ensino médio foram aprovadas. Apesar disso, entre os textos elaborados inicialmente e os aprovados após o andamento dos projetos, observa-se diversas alterações que foram resultados dessa pressão, ou melhor dizendo, luta travada pela sociedade civil (organizada desde baixo) disposta a disputar a hegemonia no que se refere ao projeto de sociedade a ser construído.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. Principais Abordagens Teóricas da Política Social e da Cidadania. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. 1 ed. Brasília: CEAD/UnB, v. 3, p. 18- 40, 2000.
- BOITO JR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Concepção dialética da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- SAMPAIO JR., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.
- SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. *Educ. Soc. [online]*, v. 20, n. 66, p.65-83, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301999000100004>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

O MODELO SINDICAL BRASILEIRO: UM OLHAR HISTÓRICO E JURÍDICO

ANGELA BAPTISTA BALLIANA KOCK

*Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais
do Programa de Pós-Graduação strictu sensu da Faculdade de Direito de Vitória
aballianak@gmail.com*

ALOÍSIO KROHLING

*Pesquisador e Professor do Programa de
Pós-Graduação strictu sensu da Faculdade de Direito de Vitória
krohling@gmail.com*

RESUMO

Esse estudo resgata os primeiros anos da Era Vargas, quando foi desenhada a estrutura do sindicalismo brasileiro, e avalia alguns dos seus efeitos contemporâneos. Retorna assim ao dia 3 de outubro de 1930, quando o Presidente da República, Washington Luiz, foi deposto por um movimento armado, comandado por civis e militares de três Estados da Federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. No poder, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio criado por Getúlio Vargas produziu diversos projetos de lei, dentre eles, o que resultou no Decreto 19.770/1931, responsável pela definição estrutural do sindicalismo brasileiro. Prossegue demonstrando que essa estrutura não passou por grandes alterações, avaliando a evolução da liberdade de associação e, em especial, do desenvolvimento do chamado imposto sindical.

Palavras-chave: sindicatos, liberdade de associação, imposto sindical, corporativismo, Estado.

ABSTRACT

This study rescues the early years of the Vargas Era, when the structure of Brazilian trade unionism was designed, and evaluates some of its contemporary effects. It returned to October 3, 1930, when the President of the Republic, Washington Luiz, was deposed by an armed movement led by civilians and soldiers from three states of Minas Gerais, Rio Grande do Sul and Paraíba. In power, the Ministry of Labor, Industry and Commerce created by Getúlio Vargas produced several bills, among them, which resulted in Decree 19.770 / 1931, responsible for the structural definition of Brazilian trade unionism. It goes on to show that this structure has not undergone major changes, assessing the evolution of freedom of association and, in particular, the development of the so-called trade union tax.

Key-words: unions, freedom of association, trade union tax, corporatism, State.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe-se a avaliar alguns aspectos do modelo sindical brasileiro, pelo método descritivo, resgatando informações contemporâneas ao Decreto 19.770/1931. Publicado no início da Era Vargas, o Decreto foi responsável pelo desenho estrutural do nosso sindicalismo.

Na sequência, o texto avança no tempo para mostrar que esse organismo não passou por grandes alterações, excluídos alguns aperfeiçoamentos. Válidos, sem dúvida, porém insuficientes para corrigir as distorções ostentadas, como a vinculação do movimento sindical ao Estado, hodiernamente, mais amarrados pelos mecanismos de sustentação econômica ditados por lei.

Em síntese, o estudo busca detalhar a historicidade constitutiva do modelo e apreciar a evolução da liberdade de associação no nosso sistema, com especial atenção para o chamado imposto sindical, instrumento oficial de sustentação do arcabouço, proposto alguns anos depois do citado Decreto, mas ainda no Estado Novo.

1. HISTÓRICO

A República Velha foi marcada pela dominância das oligarquias agrícolas, em especial, paulistas, mineiras e gaúchas. Foi o tempo da política “café com leite”, de alternância entre presidentes mineiros e paulistas. Não foi, contudo, externa e internamente, um período tranquilo: nas primeiras décadas do século XX, ocorreram a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a quebra da Bolsa de Nova York, bem como, o início do movimento operário brasileiro, revoltas militares, transformações culturais, educacionais e sanitárias....

Assim, nas eleições de 1930, havia expressiva coalizão oposicionista reformista, formada por dissidências oligárquicas e militares. Em linhas gerais, criticavam a desconcentração de poder.

Todos os reformistas estavam de acordo em um ponto: a crítica ao federalismo oligárquico. Federalismo e oligarquia eram por eles considerados irmãos gêmeos, pois era o federalismo que alimentava as oligarquias, que lhes abria amplo campo de ação e lhes fornecia os instrumentos de poder. Desenvolveu-se nos círculos reformistas a convicção de que era necessário fortalecer novamente poder central como condição para implantar as mudanças que se faziam necessárias. Pensadores políticos, como Alberto Torres, insistiam nesse ponto, propondo que o governo central retomasse seu papel de organizador da nação, como nos tempos do Império. Para Torres, talvez o mais influente pensador da época, a sociedade brasileira era desarticulada, não tinha centro de referência, não tinha propósito comum. Cabia ao Estado organizá-la e fornecer-lhe esse propósito. (Carvalho, 2017, p. 97)

Júlio Prestes, candidato governista à Presidência da República, estava associado à continuidade. Getúlio Vargas, candidato da oposição e aliancista introduziu temas novos. Falava em “mudanças no sistema eleitoral, em voto secreto, em representação proporcional, em combate às fraudes eleitorais; falava em reformas sociais, como de a jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho das mulheres e menores de idade” (Carvalho, 2017, p. 98). Prestes e Vargas não tinham origens sociais muito diferentes, ambos faziam parte das oligarquias dos seus Estados, mas as circunstâncias do momento deram às “campanhas uma conotação distinta. A Aliança Liberal captou as simpatias de boa parte da oposição e tornou-se símbolo de renovação” (Carvalho, 2017, p. 98).

Júlio Prestes foi eleito, mas Vargas e a Aliança Liberal não aceitaram a derrota. No dia 3 de outubro de 1930, Washington Luiz, o Presidente da República que concluía mandato foi

deposto por um movimento armado comandado por civis e militares de três Estados da Federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba (Carvalho, 2017, p. 93).

Vargas assumiu o Governo Provisório. Menos de dois meses depois, ainda em 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Abrangia a indústria e o comércio, mas toda a sua “energia era dirigida para a área do trabalho e da legislação social” (Carvalho, 2017, p. 116).

Urgia caminhar depressa, com ousadia, para que o país não fosse mais o *arriéré* – o termo está no lugar da palavra ainda inventada, o subdesenvolvimento – “*arriéré* ainda que se restrinja o confronto apenas à América do Sul”. A mais característica das afirmações do candidato versa sobre a questão social, não mais visualizada como recurso para, mediante concessões, salvar o mundo conservador liberal, como soara na última campanha presidencial de Rui Barbosa. Nenhuma lei ou nenhum compromisso internacional, recomendado no Tratado de Versalhes, se aplicava no país. O proletariado urbano e rural precisava de “dispositivos tutelares”, com argumento de gume cortante: “Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletariado, com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice” (Faoro, 2012, p. 773).

Por influência de Borges Ferreira, Getúlio Vargas nomeou Lindolfo Collor como titular desse Ministério (Mendonça, 2004, p. 297). Lindolfo montou uma equipe de assessores e, durante seus catorze meses de comando, produziu muitos projetos de lei, vários aprovados mesmo após sua destituição. Lindolfo Collor, aliancista, era dado ao gosto das teorias, educado nas letras de Augusto Comte:

Somos republicanos, fiéis aos ensinamentos do passado; veneramos a memória dos fundadores da República; queremos conservar a sua construção política. Mas queremos conservá-la melhorando, e não na estagnação das ideias que a nossa geração encontrou. Por isto mesmo, somos conservadores e não liberais. A palavra liberal, aliás, é um anacronismo ao meu modo de ver, e não tem significação real nos nossos tempos. Mas, como conservadores, por quereremos melhorar o que aí está, somos progressistas. O nosso partido, o partido nacional que podemos fundar com perfeita tranquilidade de consciência, invocando para ele as bênçãos cívicas dos fundadores do regime, o partido que a nação espera e reclama é o Partido Republicano Progressista. (Faoro, 2012, p. 767)

O projeto de regulamentação dos sindicatos, elaborado pelos assessores Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e Agripino Nazaré, tramitou muito rapidamente, sem debates, e foi aprovado ainda na sua gestão de Collor, na forma do Decreto 19.770/1931 (Vianna, 2005, p. 1.121). Foi assim que surgiu a estrutura sindical brasileira.

Segundo Joseli Mendonça, dentre os assessores, Evaristo de Moraes foi o principal formulador do projeto, eis que sistematizou ideias que já defendera na obra “Apontamentos de Direito Operário”, de 1905. Evaristo era um dos mais ferrenhos defensores da intervenção do estado nas relações de trabalho. Nos movimentos de 1903 a 1906, comportara-se como um dirigente sindical, um companheiro dos trabalhadores. Tinha visão pacifista e legalista da atuação dos movimentos associativos. A greve devia ser utilizada como último recurso, caso os outros falhassem (Mendonça, 2004, p. 74). Entretanto, em “Reminiscências de um rábula criminalista”, de 1922, demonstrou desencanto pelo movimento sindical: “nem tudo corria conforme deveria ser, e só o meu entusiasmo socialístico, unido às naturais excitações da luta, não me permitia perceber o errado de certos movimentos, a precipitação de certas deliberações” (Mendonça, 2004, p. 89).

Evaristo era visto como socialista, participou da fundação Partido Operário Socialista e depois integrou o Partido Socialista do Brasil, pelo qual concorreu a deputado federal em 1918, mas o mero ingresso nessas agremiações não foi suficiente para configurar-lhe identidade ideológica (Mendonça, 2004, pp. 253/254). Defendia leis protecionistas para as classes trabalhadoras, tribunais para as contendas trabalhistas e intervenção do estado nas relações de trabalho (Mendonça, 2004, pp. 260/262).

2. INFLUÊNCIAS

O modelo desenhado pelo Decreto 19.770/1931 tem escopo no positivismo de Auguste Comte, que defendia uma evolução ordeira da sociedade, sem revoluções ou mudanças bruscas.

Várias das medidas governamentais dos primeiros anos da República tiveram inspiração positivista, como a reforma educativa de 1891 e, no mesmo ano, a separação oficial entre Igreja e Estado. O positivismo ficou de tal forma conhecido no Brasil que o prenome de Comte foi aportuguesado para Augusto e a corrente filosófica tornou-se tema de um samba de Noel Rosa e Orestes Barbosa. A canção, intitulada Positivismo e lançada em 1933, termina com os versos: “O amor vem por princípio, a ordem por base/O progresso é que deve vir por fim/Desprezaste esta lei de Augusto Comte/E foste ser feliz longe de mim” (<https://novaescola.org.br/conteudo/186/auguste-comte-pensador-frances-pai-positivismo>).

O modelo também recebeu influência do corporativismo e se aproximava do movimento fascista de Benito Mussolini.

Antes do 3 de outubro, em coincidência com a propaganda eleitoral, os difusos movimentos antiliberais adquirem consistência e densidade. Os jovens próceres da Aliança Liberal, formados e alimentados no seio das situações dominantes, filhos das combatidas oligarquias, mostram inequívocos pensadores fascizantes, sem que os extreme, todavia, o nacionalismo ardente e retórico dos pregadores da década de 20. Seu parafascismo, no qual pulsa a simpatia pela organização corporativa, sem o entusiasmo, senão em raros fogachos, pela figura de Mussolini, verte-se à técnica de poder, menos do que à ideologia. (Faoro, 2012, p. 760)

As ideias corporativistas criticavam o modelo individualista da ideologia liberal, contrária à ação estatal no estímulo do bem-estar social. Os corporativistas traziam “como principal eixo condutor a busca de uma sociedade supostamente mais harmônica do que aquela existente, na qual os laços sociais fossem mais fortes, tendo como principal exemplo as antigas corporações medievais” (Paula, 2015, p. 174).

Críticas ao liberalismo, as visões corporativistas não eram socialistas. Jamais defenderam a propriedade coletiva dos meios de produção, abominavam a luta de classes e “viam os sindicatos como veículos para a formação dessa sociedade nacional, e não como organizações em defesa de mudanças sociais. Durkheim (2002), por exemplo, via a união corporativa como um mecanismo de conformação social que negava a validade da solidariedade de classe” (Paula, 2015, p. 177). Em síntese, concebiam os sindicatos como órgãos de “construção de uma sociedade mais justa, reunidos por um ‘espírito nacional’”, um instrumento para consecução dos fins do Estado corporativista.

Um povo marcado pelo “insolidarismo (como afirma Oliveira Vianna) só prosperaria se o Estado interviesse num processo de aglutinação dos indivíduos, pois a própria condição de habitar um país de grande extensão territorial marcaria esse traço dominante de nosso povo” (Paula, 2015, p. 190). Para os intelectuais corporativistas, os sindicatos imbuídos de um sentimento nacional teriam “o papel de transformar a vivência individualizada do povo brasileiro em

núcleos de organização coletiva, a serviço da nação”. Os sindicatos se transformariam “em instrumentos do Estado para a emergência de um espírito nacional” (Paula, 2015, p. 191).

A intervenção do Estado nos sindicatos para Oliveira Vianna explicava-se da seguinte forma:

Para que uma política econômica nacional possa ser orientada pelo Estado – é óbvio –, faz-se mister que o governo tenha poder para fazer chegar essa orientação às categorias de produção interessada – o que seria possível com o sindicato integrado no Estado, controlado por ele, partilhando da autoridade deste para os efeitos da duração e disciplina interna da própria categoria. (Oliveira Vianna, *apud*, Paula, 2015, p. 193)

No viés antidemocrático, o Estado Novo avizinhou-se do ideário fascista existente na Itália. Publicada em abril de 1927, a “Carta del Lavoro” influenciou na formulação da Constituição de 1937 e da legislação social brasileira, posteriormente sistematizada na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Foi uma legislação inserida em ambiente de pouca ou inexistente participação política.

3. DECRETO E REGULAMENTAÇÃO POSTERIOR

No que se refere à liberdade de associação e criação de sindicatos, o Decreto 19.770/1931 reconheceu direitos e deveres das classes patronais e operárias organizadas em sindicatos para defesa dos seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural.

Contudo, estipulou número mínimo de associados e proporção de brasileiros natos ou naturalizados, vedou a participação dos dirigentes em sindicatos internacionais, especificou que três ou mais sindicatos poderiam formar uma federação regional e, cinco ou mais federações, constituir uma confederação. E, especialmente, determinou que a criação de sindicatos, federações e confederações dependeria de autorização do Ministério do Trabalho.

Afirmou que os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio seriam considerados órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução dos problemas relacionados aos interesses de classe. Poderiam fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, cooperativas, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência.

Assegurou aos sindicatos reconhecidos poderes para firmar ou sancionar convenções ou contratos de trabalho dos seus associados, pleitear perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: proteção, auxílios e subvenções para os seus institutos; criação de serviços de assistência social; regularização da jornada de trabalho para menores, mulheres e nas indústrias insalubres; melhoria de salários e fixação de salários mínimos; regulamentação e fiscalização das condições higiênicas do trabalho; medidas preventivas ou repressivas contra infrações de leis, decretos e regulamentos que prescreverem garantias ou direito às organizações sindicais. Também podiam celebrar acordos e convenções para defesa e garantia dos interesses recíprocos, desde que ratificados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Suas disposições foram posteriormente detalhadas pelos Decreto nº 24.694, de julho de 1934; e Decreto-lei nº 1.402, de julho de 1939.

O art. 138 da Constituição de 1937 ficou com seguinte redação:

Artigo 138 – A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público.

Além disso, em 1943, foi publicada a Consolidação das Leis do Trabalho e, com ela, regulamentado o imposto sindical, que seria recolhido uma vez ao ano para empregados, empregadores e profissionais liberais – artigo 580. Também foram instituídos o Fundo Social Sindical e a Comissão do Imposto Sindical para administrar os valores decorrentes desta arrecadação. Posteriormente, a Lei nº 4.589/64 extinguiu o Fundo Social Sindical e a Comissão do Imposto Sindical. O Decreto nº 229/67 alterou o nome “imposto sindical” para “contribuição sindical”.

A Constituição de 1967 derrubou a tese sobre a inconstitucionalidade da contribuição sindical. Nos termos do § 1º do art. 159:

Artigo 159, § 1º – Entre as funções delegadas a que se refere este artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representadas, sendo esta redação mantida, no § 1º do art. 166 da Emenda Constitucional nº 1 de 1969”.

A Constituição Federal de 1988 declara a liberdade de associação, mas consagra o princípio da unicidade sindical (artigo 8º, II) e mantém traço corporativista ao referendar contribuição sindical prevista em lei (artigo 8º, IV). A lei 13.467/2017 alterou a disciplina da contribuição sindical “de lei”, que é a prevista na CLT.

4. LIBERDADE SINDICAL

Autorizada a criação de sindicatos pelo Decreto 19.770/1931, o Ministério do Trabalho ganhou poderes para selecionar quais seriam deferidos, base territorial, finalidade, feição política.... A estrutura sindical alcançou oficialidade e subordinação ao Estado. A descrição da evolução legal expandida no tópico anterior demonstra que pouca coisa mudou até os dias de hoje, especialmente porque permanece consagrada a unicidade sindical, nos termos do artigo 8º, II, da Constituição Federal.

O Governo mantinha delegados dentro dos sindicatos, que assistiam as reuniões, controlavam as finanças e enviavam relatórios trimestrais ao Ministério do Trabalho, que podia intervir se suspeitasse de alguma irregularidade (Carvalho, 2017, p. 120). Os sindicatos que não aceitavam o modelo e priorizavam a luta de classes eram combatidos pelo Estado, por repressão policial, infiltração de agentes públicos entre os trabalhadores ou incentivo à divisão da categoria pela criação de agremiações concorrentes (Paula, 2015, p. 195).

Usando de prerrogativa facultada pela legislação sindical, o Ministério do Trabalho, entre 1964 e 1970, praticou 536 intervenções em entidades sindicais, destituindo diretorias em exercício e nomeando interventores. Destas, 432 (80,6%) ocorreram em 1964 e 1965. Neste período, foram realizadas 383 intervenções em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações, atingindo 18,75 dos sindicatos, 42% das federações e 82% das confederações existentes.... Não foram poucas as lideranças e ativistas sindicais perseguidos, presos e processados, sobretudo na fase de implantação do regime e em certos momentos de endurecimento (69-70). Entre 1964 e 1969 108 dirigentes sindicais e representantes políticos dos trabalhadores foram punidos com suspensão de seus direitos políticos e perda de seus mandatos parlamentares. De mais a mais, a simples ameaça de coerção, em um regime que a permitia arbitrária e sem controle, constituiu poderoso instrumento de obtenção de silêncio e conformismo. (Almeida, 2008, pp. 288/289)

O Decreto de 1931 expressava importante “intenção do Estado corporativista ao intervir nos sindicatos: transformá-los em correntes de transmissão dos interesses governamentais e diminuir a combatividade”. Os sindicatos foram desenhados como entidades de apreciação colaborativa e assistencial, amenizando seu caráter de luta e canalizando os conflitos sociais para dentro do aparato estatal (Costa, 1986, pp.13/15).

Honrosa exceção no decurso de quase noventa anos, segundo Iran Rodrigues, para o movimento que surgiu em 1978, defendendo a liberdade e autonomia sindicais, “a organização dos empregados nos locais de trabalho, o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, o direito de greve, a negociação direta entre patrões e empregados, sem a ingerência do Estado, entre outras bandeiras” (2000, p. 35).

O regime sindical adotado pelo Brasil continua incompatível com a total liberdade de associação e a pluralidade representativa. Assim, o teor da Convenção 87 da OIT – Organização Internacional do Trabalho:

Artigo 2 - Os trabalhadores e os empregadores, sem nenhuma distinção e sem autorização prévia, têm o direito de constituir as organizações que estimem convenientes, assim como o de filiar-se a estas organizações, com a única condição de observar os estatutos das mesmas.

Artigo 3 - 1. As organizações de trabalhadores e de empregadores têm o direito de redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, o de eleger livremente seu representante, o de organizar sua administração e suas atividades e o de formular seu programa de ação.

2. As autoridades públicas deverão abster-se de toda intervenção que tenha por objetivo limitar este direito ou entorpecer seu exercício legal.

A real democratização das relações de trabalho no Brasil “só chegará com o completo desmantelamento dos elementos corrosivos do nosso modelo corporativo, tais como a unicidade sindical, o monopólio da representação, o papel ainda desempenhado pela Justiça do Trabalho e as contribuições compulsórias” (Rodrigues, 2000, p. 35). O papel “ainda desempenhado pela Justiça do Trabalho” se refere às sentenças normativas¹, naturalmente.

No âmbito sindical, avaliando a Reforma Trabalhista de 2017, Martins afirma que melhor seria “uma reforma do art. 8º da Constituição, prevendo a liberdade sindical, tal qual preconizada na Convenção no 87 da OIT, permitindo a livre constituição de sindicatos; não se estabelecer sindicatos por categorias; não se exigir contribuições compulsórias de associados e não associados à agremiação” (2017, p. 327). Certamente, por emenda constitucional.

5. IMPOSTO SINDICAL

O imposto sindical foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.377/1940. Posteriormente, com a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, a disciplina do imposto foi sistematizada pelos artigos 578 a 610. Não se confunde com as contribuições devidas pelos livremente associados, mesmo quando fixadas nas assembleias, e nem com as parcelas estipuladas nos acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas (vide artigo 8º, IV, da CF).

Assim, foi instituído um pagamento compulsório em proveito dos sindicatos, independente de filiação do empregado ou do empregador. Em linhas gerais, correspondia, para os empregados, ao valor de um dia de trabalho e, para os empregadores, a um valor aplicado em uma tabela, como base no capital social da empresa.

Assim foi assegurado ao Estado o direito de controlar esse recurso financeiro, com poder de determinar a forma como deveria ser distribuído entre as organizações sindicais – artigos 580, 586, 587 e 589 da CLT.

¹ Sentenças normativas são emitidas nos litígios coletivos, ou seja, quando a negociação entre as categorias profissional e patronal não alcança êxito e é requerida intervenção dos tribunais trabalhistas. Estabelecem normas e condições de trabalho para a categoria envolvida, de exigibilidade temporária, com o mesmo valor das cláusulas dos acordos e convenções coletivas.

Como foi concebido, o imposto – contribuição sindical é um “mecanismo de controle do Estado sobre os organismos de representação profissional, na medida em que é ele o meio de sustentação financeira da estrutura de tipo corporativo”. Termina por ser prejudicial para os trabalhadores, como negação da liberdade sindical, porque é uma afronta ao direito individual: se associação é facultativa, a contribuição é obrigatória. Nesses moldes, quando o Estado obriga o indivíduo a pagar a contribuição sindical, “está coibindo legalmente o trabalhador de recusar-se a colaborar financeiramente com um organismo” que ele não escolheu. Se o indivíduo “é livre para ser sindicalizado ou não, também deveria ter a liberdade para decidir se quer ou não contribuir financeiramente para a entidade de representação profissional” (Costa, 1986, pp. 81/84).

O Estado determina onde deve ser aplicada a arrecadação financeira do sindicato, dando-lhe importante feição assistencialista, pois estipula priorização de atividades que o próprio Estado deveria exercer. O trabalhador que precisa dos serviços assistenciais dos sindicatos “tem de sindicalizar-se, pagando à entidade mensalidades adicionais. Por conseguinte, somente os associados dos sindicatos tiveram proveito desses serviços assistenciais. Desta forma, todos contribuem para os sindicatos, porém só os filiados têm o direito de usufruir do resultado dessas contribuições”. A contribuição sindical de lei sustenta a burocracia sindical, reduz a influência dos sindicatos e a sindicalização, eis que muitos dirigentes sindicais não têm interesse em estimular a sindicalização. Isto, pela circunstância de “a manutenção financeira estar plenamente garantida pelo imposto sindical, pago por toda a categoria profissional. Portanto, não precisam correr o risco de aumentar o número de associados e, com isso, fortalecer uma possível oposição dentro do sindicato” (Costa, 1986, pp. 81/84).

Os artigos 578 e 579 da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017, condicionaram a contribuição sindical à prévia e expressa autorização do interessado. A alteração encontrou muita resistência entre os sindicatos, que apontaram diversos argumentos para afastar a aplicação das novas regras, como a inconstitucionalidade por colisão com o artigo 8º, IV, da CF.

Também destacaram a natureza coercitiva da contribuição, que assim seria tributo e, como tal, exigiria alteração por lei complementar (artigos 146 e 155 da CF). A alteração implicaria em renúncia de receita, algo que exige análise de impacto orçamentário, nos moldes do artigo 113 do ADCT da Constituição Federal (Baumgärtner, 2018, pp. 251-266).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização das relações de trabalho no Brasil depende da desconstituição do modelo corporativo, do Estado efetivamente abster-se de interferir nas escolhas das categorias. Prestigiar a pluralidade e a criatividade dos interessados, tal como disposto na Convenção no 87 da OIT.

Atualmente, com a Reforma Trabalhista de 2017, Lei 13.467/2017, a contribuição sindical foi condicionada à prévia e expressa autorização do interessado. Os sindicatos resistem, temendo inviabilização dos seus serviços. A mudança é interessante, mas o momento é controverso, pois a Reforma retirou algumas prerrogativas dos trabalhadores e a conjuntura de hoje, novembro de 2018, aponta novas restrições. No início de 2018, o Supremo Tribunal Federal afastou as alegações de inconstitucionalidade, seja pela forma da lei, seja pela aventada natureza tributária. Ainda não há elementos para projetar o porvir, mas os sindicatos sobreviventes poderão inaugurar relação uma mais autêntica e estruturada com suas categorias. É uma possibilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 279-312. ISBN: 978-85-99662-63-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BAUMGÄRTNER, Felipe Vieira. Análise jurídica-tributária da contribuição sindical e das alterações da reforma trabalhista. *Revista de Direito Tributário Contemporâneo*, São Paulo, v. 12, p. 251-266, maio/jun. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COSTA, Sergio Amad. A questão do imposto sindical. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 81-84, Sept. 1986. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901986000300010>.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, São Paulo: Globo, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. Alguns aspectos sindicais da reforma trabalhista. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 83, n. 4, p. 326-336, out./dez. 2017.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939). Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2004. (<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280992>)

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito Operário*, São Paulo, LTr, 1986.

PAULA, Amir El Hakim de. *A relação entre o estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial*, São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

RODRIGUES, Iram Jácome. O modelo sindical corporativo mudou?. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 184-188, Oct. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300012>.

VIANNA, Segadas. *Instituições de Direito do Trabalho*, vol. II - São Paulo; LTr, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E AS PERSPECTIVAS DE LUTA PÓS-GOLPE 2016

ROSE MÁRCIA DA SILVA

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ
rose.marcia@oi.com.br*

*Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ*

RESUMO

O estudo tem por objetivo compreender a organização, dinâmica, estratégias de luta e perspectivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na conjuntura pós Golpe 2016 até o processo eleitoral 2018, a partir de autores de perspectiva crítica e do levantamento de dados, documentos, reportagens e falas de representante ligados ao MST. Apesar de ser um dos países com maior concentração de terras do mundo, ao longo de cinco séculos de latifúndio, foram travadas lutas e resistências populares contra a exploração, o cativo da terra, a expropriação, a expulsão e a exclusão. Diante do atual contexto sócio-histórico-político no Brasil, as contradições e a luta de classes encontram-se acirradas e o MST tem se destacado como um dos principais movimentos de luta anticapitalista, pela reforma agrária popular, pela liberdade e pela democracia, ocupando papel preponderante nas mobilizações pós golpe no país.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. MST. Golpe. Resistência. Democracia.

Abstract

The study aims to understand the organization, dynamics, strategies of struggle and perspectives of the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the post-coup 2016 conjuncture to the 2018 electoral process, based on authors from a critical perspective and on the collection of data, documents, reports and statements of representatives related to the MST. Despite being one of the countries with the largest concentration of land in the world, over five centuries of latifundia, popular struggles and resistance against exploitation, land captivity, expropriation, expulsion and exclusion were fought. Given the current socio-historical-political context in Brazil, the contradictions and the class struggle are fierce and the MST has stood out as one of the main movements of anti-capitalist struggle, to the popular agrarian reform, the freedom and the democracy, occupying role in post-coup mobilizations in the country.

Keywords: Social Movements. MST. Coup. Resistance. Democracy.

INTRODUÇÃO

A expropriação primária, original dos povos do campo, expulsos de suas terras ou atraídos para a cidade em busca condições de sobrevivência e incapacitados de manter sua reprodução plena, iniciada com a divisão cidade-campo e, conseqüentemente, do trabalho manual-trabalho intelectual, nunca foi interrompida, permanece e se aprofunda no capitalismo atual (FONTES, 2012). Vivemos tempos de expansão capitalista, de intensificação da exploração da força de trabalho e de expropriação da terra e dos recursos sociais de produção e reprodução da existência, de expropriação de direitos, violação dos direitos humanos e ataques à democracia.

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo, com os maiores latifúndios. Ao longo de cinco séculos de latifúndio, foram travadas lutas e resistências populares contra a exploração, o cativo da terra, a expropriação, a expulsão e a exclusão. O MST, fundado em 1984, a partir dos movimentos de ocupação do final da década de 1970 e início da década de 1980, está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país, com cerca de 350 mil famílias assentadas. Tem um histórico de luta anticapitalista, pela reforma agrária popular, por um novo modelo de produção e reprodução da vida, e vem ocupando papel preponderante nas mobilizações em defesa da liberdade e da democracia.

A partir de autores de perspectiva crítica e do levantamento de dados, site do MST, documentos, reportagens e falas de representante ligados ao MST, busca-se neste compreender a organização, dinâmica, estratégias de luta e perspectivas do movimento na conjuntura pós Golpe 2016 até o processo eleitoral 2018.

A LUTA PELA TERRA E A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

A expropriação da terra e do trabalho transformou vastas zonas de terras e culturas em pastagens e monocultura, colocando a produção e reprodução a serviço do capital. A propriedade privada possibilitou que o uso comum da terra, da água, dos recursos naturais se tornasse privilégio de uma minoria, mas isso não se fez sem resistência.

O uso ou a propriedade da terra sempre foi o centro dos conflitos e protestos no meio rural, segundo Thompson (2012, p. 78-79), e mesmo quando os trabalhadores eram obrigados a migrar para as cidades, como forma de resistência às condições de exploração do trabalho no campo. A ânsia pela terra passou a vir acompanhada pelo sonho de independência, pois “A terra carrega sempre outras conotações – de status, segurança e direitos – mais profundas do que o simples valor da colheita”.

No Brasil, ao longo de cinco séculos, as transformações políticas e econômicas, não foram capazes de afrontar a perversa concentração de fundiária, assim como *não foram capazes de conter lutas e resistências populares camponesas*. Os movimentos sociais populares do campo marcaram e marcam a formação social brasileira, a exemplo da Cabanagem, da Balaiada, do Bloco Operário e Camponês, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Movimento do Contestado e da Liga Camponesa da Galileia. A Lei de Terras, de 1850, consolidou a perversa concentração fundiária, a grilagem de terras e a apropriação de terras devolutas, formalizando a desigualdade social e territorial.

Nas *décadas* de 1970 e 1980, período marcado pela efervescência e fortalecimento de movimentos sociais, segundo Sader (1995), novas bandeiras reivindicatórias são levantadas: questões da vida coletiva, questão salarial e defesa da democracia, com forte presença da sociedade civil organizada. Nesse contexto, houve a intensificação dos movimentos de resistência, com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que posteriormente inspirou

a criação do MST, fundado em 1984, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país, com a união de posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores e trabalhadores desprovidos do seu direito de produzir alimentos.

A organização e dinâmicas de luta do Movimento

A organização do movimento, segundo Rosset (2009), tem se fortalecido com as alianças: campo-cidade, com sindicatos e movimentos urbanos; campo-campo, com a criação e fortalecimento da via campesina e formação de quadros e militantes; e tem buscado também intercâmbio internacional, com o Movimento dos Povos Sem Terra (LPM) da África do Sul e com outras experiências campesinas, aprendendo e construindo conjuntamente alternativas de enfrentamento.

As decisões são tomadas com formação de núcleos de discussão das necessidades de cada área, com eleição de dois coordenadores, um homem e uma mulher, e essa estrutura se repete nos assentamentos e acampamentos, em nível regional, estadual e nacional. E os principais eixos de luta que pautam as mobilizações e reivindicações são: Reforma Agrária Popular, Liberdade e Democracia.

O elemento mais comum no repertório de estratégias do movimento, como apontam Wickham-Crowley e Eckstein (2017, p. 57), sempre foi a ocupação de terras, estabelecendo demandas de concessão de direitos de propriedade ao Estado, “mas também usou bloqueios de estradas, organizou manifestações e marchas em massa, abrigou assentamentos comunitários, estabeleceu uma forte presença na Internet e até mesmo colocou seus próprios quadros em cargos-chave em organizações estatais”.

O MST compreendeu, ao longo do tempo, que a luta e a conquista da terra não são suficientes, pois

Se a terra representava a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, faltava-lhes um instrumento fundamental para a comunidade de luta. A continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como para entender a conjuntura política econômica e social. Arma de duplo alcance para os Sem Terra, a educação tornou-se prioridade do Movimento (MST)¹.

Sob a concepção de que “só o conhecimento liberta verdadeiramente as pessoas”, o movimento investe na formação de um novo tipo de intelectuais orgânicos, na concepção da Gramsci (1982), engajado ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, elevando a técnica do trabalho à técnica da ciência e à concepção humanista histórica. O diálogo sobre direitos acontece desde a infância, com atividades de caráter político, pedagógico e lúdico-cultural, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a luta por escolas do campo, por alimentação saudável e Reforma Agrária Popular, estimulando a auto-organização e a emancipação humana. São mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida, 50 mil adultos alfabetizados, 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores e mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país. Os espaços dos acampamentos e assentamentos são tomados por debate político, econômico e ideológico, em assembleias, em grupos de militantes mulheres, juventude e mistos, onde é traçada a organização do movimento. A Escola Nacional Florestan Fernandes, construída pelos próprios militantes, é referência na formação política do MST e de movimentos sociais do Brasil e de todo o Mundo, com mais de 19 países e 63 organizações participantes.

1 Disponível em: <http://www.mst.org.br/educacao/>

GOLPE DE 2016: ataques neoliberais, perspectivas e estratégias de luta e resistência

Uma grande expectativa dos sem-terra por todo o país de que aconteceria a reforma agrária, foi gerada com a eleição do presidente Lula, em 2002. No período 2002-2015, como afirma Campello e Gentili (2017, p. 10), o Brasil vivenciou “uma inédita e sistemática queda da desigualdade”, com redução do percentual de pobres crônicos, de 9,3% em 2002 para 1% em 2015. Na população do campo a pobreza crônica atingia quase um terço dos moradores e caiu de 31,9 em 2002 para 5% em 2015.

Mesmo tendo realizado progressos relativos nas condições de vida, melhorando os indicadores sociais de crescimento da economia, ampliação do gasto social, *recuperação do mercado de trabalho, potencialização da redistribuição da seguridade social e combate à pobreza*, não foram vencidas as fragilidades da baixa intensidade da mudança do conflito na distribuição de renda e quase inexistência na redistribuição da propriedade privada, ou seja, “a inclusão social não foi acompanhada por reformas estruturais requeridas pela pretendida ‘ruptura necessária’ com a doutrina liberal” (CALIXTRE; FAGNANI, 2017, p. 1).

A crise se instalou devido a “ofensiva política restauradora da direita neoliberal” e a adoção de uma “política de recuo passivo diante de tal ofensiva” pelo governo de Dilma Rousseff (BOITO Jr., 2016, p. 1). Quanto mais recuava para garantir a governabilidade, mais se afastava dos movimentos sociais que davam base ao governo. Tal decisão resultou nas manifestações de 2013 e 2016, e posteriormente no Golpe e dificultou a definição de estratégias de defesa dos movimentos sociais.

Os protestos massivos, coloridos e difusos, iniciados em 2013, mobilizaram uma multidão em causas distintas e foram sendo moldados pela mídia e pela direita fascista, chegando em 2016 com manifestações claramente divididas e definidas: o verde e amarelo, em prol do “impeachment”, como solução anticorrupção e para todos os problemas da crise; e a multidão vermelha, com o grito de “não vai ter golpe, vai ter luta”, demonstrando resistência organizada ao golpe contra a democracia.

O apelo da multidão de vermelho não foi suficiente. O Golpe se fez, dessa vez não sob o poder militar, como em 1964, mas por via parlamentar e midiática, balizado juridicamente, num processo com frágil alegação e julgamento sob a égide da família e da religião e não de provas reais, por centenas de parlamentares citados e em processos de corrupção. A história se repete ao dizer de Marx (2011, p. 25) “a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

A destituição da presidenta Dilma Rousseff, representou apenas parte do Golpe, que logo após se materializou com a sórdida aprovação de um pacote de medidas antissociais/ antipovo, de ataques e retrocessos, que ameaçam direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988, terceirizando ou financeirizando direitos trabalhistas, sindicais, da previdência e assistência social, da saúde e da educação, impondo o modelo capitalista de controle social e acarretando perdas de direitos imediatas à população mais pobre e vulnerável e o desmonte da rede de proteção social.

Claro ataque aos povos do campo e sem-terra são: criminalização dos movimentos sociais; extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário; concessão aos ruralista de alterações feitas na Lei Agrária Nacional, de compra e venda de terras dos latifundiários; atendimento à especulação imobiliária; orçamento praticamente zerado para o programa de reforma agrária; destinação de 25% dos recursos disponibilizados ao Incra para desapropriação de grandes propriedades improdutivas; e Portaria Ministerial, que dificulta a fiscalização para a erradicação do trabalho em condições análogas à de escravo.

Diante das adversidades, a prisão política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representou o estopim da luta de classes travada no Brasil e reascendeu nos movimentos sociais, como na efervescência do pós-ditadura militar, uma nova força de contraposição ao Golpe e pela reconquista da ordem democrática, emergindo a necessidade de reinvenção e diversificação das estratégias de luta. Para além da campanha por demanda de terra, a nova conjuntura política de crise do capitalismo e mudanças governamentais em políticas públicas tem tido um papel fundamental na revitalização do movimento.

Quebra da democracia e reinvenção das estratégias de luta

A prisão do ex-presidente Lula mobilizou e aproximou movimentos populares, declarando-a “arbitrária, política e sem provas”, num processo viciado (Guilherme Boulos/MTST) e conclamando a sociedade para se engajar nas “novas e longas batalhas nos próximos meses e anos”, porque “movimentos sociais, militantes, temos de nos insurgir para provocar uma indignação popular”, pois este “É mais um capítulo do golpe geral, que é contra todo o povo” (João Pedro Stédile/MST)².

Estratégias de luta e mobilizações em defesa da liberdade de Lula e da democracia foram construídas em conjunto entre nas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, entre as quais destacam-se:

Vigília Lula Livre, na sede da Polícia Federal em Curitiba. O acampamento e o ex-presidente receberam visitas de importantes lideranças políticas, intelectuais e artísticas do Brasil e do mundo.

Festival Lula Livre - O festival com arte, música e poesia reuniu 80 mil participantes, nos arcos da Lapa, Rio de Janeiro, para pedir a libertação do ex-presidente Lula.

Greve de Fome por Justiça - inspirada na revolucionária “Resistência Ativa”, durou 26 dias, com sete representantes de movimentos sociais, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). O ato foi considerado vitorioso devido a determinação do Comitê dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de que fossem asseguradas medidas para que Lula desfrutasse e exercesse seus direitos políticos, como candidato nas eleições presidenciais de 2018. Fato ignorado no julgamento que indeferiu a candidatura do ex-presidente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Marcha Nacional Lula Livre - organizada pelo MST, com mais de 50 mil trabalhadores de diversos movimentos populares, sindicatos e partidos, em três colunas: **Coluna Tereza de Benguela** - das regiões Centro Oeste e Amazônica: rememorando a luta quilombola de resistência contra o capital no campo, inspirada pela a Líder do Quilombo do Quariterê, em Mato Grosso, Tereza de Benguela, que comandou a maior comunidade de libertação de negros e indígenas da capitania de Mato Grosso; **Coluna Prestes** - das regiões Sul e Sudeste: Inspirados na “Coluna Prestes”, comandada por Luiz Carlos Prestes, cavaleiro da esperança, nos anos de 1924 e 1927; e a **Coluna Ligas Camponesas** - da região Nordeste: simbolizada pelas primeiras Ligas Camponesas de Pernambuco em 1954, na luta pela reforma agrária radical e democratização da terra, que se difundiu por 13 estados e fora aniquiladas no golpe militar de 1964³. As colunas percorreram cerca de 50 km cada, tornando-se uma só no centro de Brasília, para realizar o registro coletivo da candidatura do ex-presidente Lula no TSE e entregar no STF, TSE e Superior Tribunal da Justiça (STJ) o Abaixo Assinado “Eleições Sem Lula é Crime”.

2 Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/04/apoiadores-de-lula-iniciam-vigilia-agora-a-noite-do-sindicato-dos-metalurgicos>

3 Disponível em <http://www.mst.org.br/marcha-nacional-lula-livre/>

Apesar de não cumprir seu objetivo na defesa da liberdade e da candidatura do ex-presidente Lula, esses atos tiveram se revelaram um forte trabalho de base e de mobilização da sociedade, de diálogo, de ouvir o povo, com realização de diversas atividades, culturais, doação de alimentos e Atos Políticos Culturais.

Perspectivas

Pedro Stédile, fundador e líder nacional do MST, em Plenária da Frente Brasil Popular no Sindieleiro-MG, sobre as perspectivas após os acontecimentos referentes a liberdade do ex-presidente Lula⁴, destacou que o momento deve ser de congregação de dirigentes e militantes de vários movimentos e diversas formas de organização do povo, para construir juntos o caminho de resistência.

Toda a análise de conjuntura, segundo Stédile, precisa ser coletiva, para entender que a luta de classes tem dois lados: o da burguesia soma 1% da população e 8 a 10% formam a classe média, zeladora da ideologia da burguesia; e do outro lado, a imensa parcela da população, a classe trabalhadora, que corresponde a mais de 85% da população. A luta é levada para a esfera da luta pelo poder de controle do Estado, na leitura de Marx, incorporando-se a essa ideia o conceito de Estado ampliado de Gramsci, em que a luta pelo poder se revela em todos os espaços coletivos, portanto, onde houver um coletivo social há luta de classes, há luta pelo poder político, que se revela maior do que o Estado disputado nas eleições. Segundo Stédile, é o que se aprendeu com o que foi o governo Lula e Dilma: que a classe trabalhadora tem que controlar os múltiplos espaços de poder político para não correr o risco de, quando se perder o governo, se perder tudo.

João Pedro apresenta três teses sobre a atual conjuntura, construídas em consenso, na Frente Brasil Popular, nas plenárias e nos diversos espaços de aglutinação dos movimentos e do povo em nível nacional: as crises, as contradições geradas pelas crises e os desafios para superação.

As crises - O Brasil vive uma grave **crise econômica**, histórica, resultante da própria forma do capitalismo internacional funcionar, gerando a **crise social**, com cortes de empregos, de salários e de direitos. Essa crise resultou na **crise política**, em que a classe dominante, para poder jogar o peso da crise econômica, todo na classe trabalhadora, passou a controlar todos os poderes de poder político. A destituição da presidenta Dilma foi um fator necessário para controle do executivo ter o controle absoluto e hegemônico dos quatro poderes que regem a república. O golpe virou um programa político por romper todas as regras da democracia, com aplicação de um conjunto de medidas e contrarreformas, ataques à classe trabalhadora e criminalização dos movimentos sociais.

As contradições: Só a aplicação do plano não resolveu o problema, pois toda medida gera contradições que podem inviabilizá-la se não for em benefício da maioria: a) crescimento da economia/quebra de setores da burguesia; b) aumento na concentração de renda/pobreza; c) ditadura, neoliberalismo e controle social/democracia e fortalecimento da simbologia da classe trabalhadora; d) 20 milhões de desempregados e 23 milhões de trabalhadores precarizados fora da política/não mobilização da parcela que mais sofreu o golpe.

Os desafios: Curto prazo - Liberdade e eleição de Lula, que não é mais a eleição do PT ou da esquerda, e sim a síntese da classe trabalhadora; “a palavra de ordem é ‘Eleição sem Lula é fraude’, porque Lula é parte da classe trabalhadora. Estamos numa guerra, entregar um companheiro não vai fazer com que o inimigo pare de atirar”. Somente libertar Lula não é o suficiente, é preciso que ele seja eleito. Essa campanha já vai ficar para a história como uma

4 Evento realizado em 12/07/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EiYlkhoj_do

campanha de luta de classes. **Longo prazo:** Colar nessas duas campanhas a necessidade de se discutir com o povo um projeto popular para o Brasil. Stédile reforça que “Lula não é a panaceia de todos os problemas, ele é uma porta de saída, se o elegermos abrimos a porta, mas precisamos saber para onde queremos ir. A esquerda precisa reaprender a fazer trabalho de base, pois nos últimos 20 anos falamos muito e tapamos os ouvidos. A militância precisa reexercitar ouvir o povo, “saber quais os problemas estão enfrentando, quem são os culpados e qual é a saída”, seja de forma individual, em grupos ou na forma de assembleias populares, nos assentamentos, nos bairros, nas cidades, nos estados e nacional, e ir com o povo construindo alternativas. Construir com o povo um projeto popular para o Brasil: Congresso do povo; Assembleias Populares; Assembleia Constituinte; Reforma Tributária; Plebiscito Popular para revogar as contrarreformas; combater o latifúndio; Políticas Públicas que garantam uma vida digna para quem vive do campo, com produção livre de agrotóxicos, ampliação na produção da cesta básica e consumo dessa produção; Educação e Saúde Pública.

Stédile argumenta que os governos Lula e Dilma foram governos bons, mas foram governos para o povo, com políticas compensatórias, mas não foram governos com o povo. A consciência é que agora um governo só vai fazer as mudanças que resolvam os problemas do povo se houver participação popular, se houver mobilização popular, colocando o povo como ator político. Ou se convoca o povo para fazer junto ou não haverá governo popular.

Quanto às perspectivas para os trabalhadores do campo, João Pedro, em entrevista concedida ao programa Voz Ativa⁵ sobre a “Questão agrária e desenvolvimento”, sinalizou que a experiência do movimento levou a repensar as pautas de implementação de políticas para a agricultura, no sentido de que extrapolem a distribuição de terra. Combater o latifúndio é uma grande necessidade, mas é necessário ter políticas públicas que garantam uma vida digna para quem vive do campo, no sentido de garantir produzir respeitando o meio ambiente, sem agrotóxico, ampliação na produção da cesta básica e consumo dessa produção, produzir alimentos para o povo e gerar emprego, gerar vida no campo.

Antonio Carneiro de Menezes, líder do MST em Mato Grosso conferiu a palestra de abertura com o tema “Terra e Resistência - Análise de Conjuntura”, na Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), promovida pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no *Campus* Universitário de Cuiabá em maio/2018. Na oportunidade, Carneiro, como é conhecido, ratificou os pensamentos de Stédile, no sentido de que o Brasil atravessa atualmente, além de uma crise política, uma crise política e democrática, com uma onda de ataques conservadores, sequestro do Estado e restrição democrática, em que, para manter a hegemonia do capital financeiro, o bloco no poder se utiliza de retirada de direitos até então conquistados pela classe trabalhadora, destruição da liberdade democrática, criminalização dos movimentos sociais, vigilância e controle, instabilidade e medo, investimento em armas, ou seja, vivemos uma guerra.

Para Carneiro, o golpe parlamentar no Brasil faz parte dessa onda fascista, capitaneada pelo capital financeiro, partidos fisiológicos de direita, aparato judiciário administrativo, sob a organização ideológica midiática. Mas desencadeou uma série de contradições, pois a direita não tem um projeto, não tem unidade, atua no limite da democracia, causando um desequilíbrio dos poderes, e sem o apoio da população, aprofunda a crise com a judicialização da política e a justiça politizada, e não sabem o que fazer com o ex-presidente Lula, pois solto se torna presidente e preso desencadeia um processo de eleição de um governo mais conflitivo da história do país.

5 Entrevista exibida em 16/07/2018 no programa Voz Ativa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bFoT_M_V0Y8&t=1637s

No entanto, para a esquerda não é muito diferente. A esquerda vive também uma crise, falta um projeto de nação, uma unidade, falta se identificar o “inimigo”, pois quando se perde o foco do inimigo central, acaba-se atacando o companheiro do lado como inimigo. O inimigo é o império, o capitalismo. A unidade, no momento, se apresentava como Lula. Mas não se faz revolução com eleição, é preciso que o povo tome o poder.

O grande desafio é ouvir/ atender à vontade popular, sem conciliação com o inimigo, buscando a unidade interna na construção conjunta de um projeto popular, de modo que as ideias do povo se tornem hegemônicas, internacionalizando e globalizando as grandes lutas, a partir da retomada do trabalho de base. Para isso, *há que se superar o fechamento dos movimentos em sindicatos, investir na produção/ divulgação cultural, não se alimentar da cultura burguesa/ hegemônica, e ter a eleição 2018 como um marco da luta de classes.*

CONSIDERAÇÕES

O MST, surgido no momento de efervescência dos movimentos sociais, nas décadas de 1970 e 1980, é um dos movimentos mais fortes no Brasil, na América Latina e no mundo. Reconfigura-se na atualidade regressiva, neoliberal e fascista, mesclando aspectos dos movimentos tradicionais, como a luta de classes, redistribuição de terra e de renda e a questão econômica, com demandas, dinâmicas e estratégias dos novos movimentos sociais, de modo que se fortalece e se torna símbolo de luta pela democracia e pela liberdade.

As contradições e a luta de classes encontram-se acirradas e carregam o germe da transformação pois traz consigo a marca das classes subordinadas, sua atividade e sua resistência. O processo eleitoral instaurou a luta por dois projetos antagônicos: um de uma minoria golpista e prepotente, como afirma Frigotto (2016), para quem é insuportável “que haja movimentos sociais organizados e politizados que lutem pelos direitos elementares”⁶; e outro defendido pelas classes populares, “que prima pelo desenvolvimento nacional, fundado na democracia, na soberania e na valorização do trabalho”⁷. O momento é de posição, e o MST tem se posicionado consciente, organizada e estrategicamente na luta pelo projeto das classes populares.

6 Editorial disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-DNA-golpista-da-minoria-prepotente-e-o-renascer-da-politica-nas-massas-populares-no-Brasil/4/35931>

7 Carta ao Povo Brasileiro da Frente Brasil Popular. Disponível em <http://www.mst.org.br/2018/08/31/precisaremos-de-muita-luta-e-unidade-para-abrir-um-novo-periodo-de-democracia.html>

REFERÊNCIAS

- BOITO JR, Armando. **A natureza da crise política brasileira**. Artigo publicado no Le Monde Diplomatique - Brasil. Número 104, março de 2016. Disponível em http://www.adunicamp.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Le_Monde_Diplomatique_Brasil_2016_Reduzido.pdf
- CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo. As múltiplas faces da desigualdade. In: CAMPELLO, Tereza (Coord.). **Faces da Desigualdade no Brasil**. Um olhar sobre os que ficam para trás. Brasília, DF: Faculdade Latino Americana de Ciências Sórias; Conselho latino Americano de Ciências Sociais, 2017.
- CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. **A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014)**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 295, maio 2017.
- FONTES, Virgínia. Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo: concentração de recursos sociais de produção e expropriações. In: _____. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O DNA golpista da minoria prepotente e o renascer da política nas massas populares no Brasil. Editorial Política. **Carta Capital**. De 12/04/2016. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-DNA-golpista-da-minoria-prepotente-e-o-renascer-da-politica-nas-massas-populares-no-Brasil/4/35931>
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ROSSET, Peter. La guerra por la tierra y el territorio. **NERA** - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - Art. do mês: junho de 2009. Disponível em http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes_2009.pdf. Acesso em 09/04/2018.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição 1995.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 2: a maldição de Adão**. Trad. Renato Busatto Netto e Cláudia Rocha de Almeida. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- WICKHAM-CROWLEY, Timothy; ECKSTEIN, Susan Eva. Los movimientos sociales latino-americanos y la ratiicación del poder de las teorías estructurales. In: ALMEIDA, Paul... [et al.]. **Movimientos sociales en America Latina: perspectivas, tendencias y casos**. 1 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

O MOVIMENTO NEGRO CONECTADO ÀS REDES SOCIAIS: O FACEBOOK COMO APARATO DE DISCUSSÃO SÓCIO-POLÍTICA

SIDIMARA CRISTINA DE SOUZA

*Doutoranda do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social da UFF
sidi.mara@hotmail.com*

JOÃO BÔSCO HORA GÓIS

*Professor do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social da UFF
jbhg@uol.com.br*

RESUMO

O crescente uso da internet como meio de acesso a informação reforça a relevância de estudos sobre as mídias virtuais no que tange a realidade contemporânea, pois contribui para reflexões acerca das pautas sociais debatidas por determinados grupos nos espaços da internet. Buscou-se neste estudo analisar a importância do uso das páginas do *Facebook* como instrumento de militância no combate ao racismo, valorização e construção identitária do negro, observando a comunicação como um direito humano. A metodologia utilizada para a realização deste ensaio foi respaldada na análise de conteúdo das páginas de *facebook* que discutiam sobre a questão racial. Uma das variáveis observadas para seleção das páginas foi o número de seguidores. Percebe-se com a pesquisa que as redes sociais vêm se tornando um instrumento de representatividade na garantia de dar voz a grupos historicamente excluídos, contribuindo para que grandes movimentos de articulação e mobilização ganhem maior visibilidade e influência.

Palavras-chave: Redes sociais. Comunicação. Questão racial. Movimento Negro.

ABSTRACT

The growing utilization of the internet as a means of access to information reinforces the importance of studies about virtual media in current days as they may contribute to reflections on social demands put in discussion by certain groups on the internet. In this article we sought to examine the importance of Facebook pages as an instrument of advocacy against racism and Black valorization and identity-building. Content analysis was the methodological approach used to write this article, particularly the Facebook pages that discuss racial issues. One of the criteria used in the process of selection of the pages was the number of followers. Our research showed that social networks are becoming an important instrument in the process of giving voice to groups historically excluded, thus contributing so that movements of articulation and mobilization gain more visibility and influence.

Key words: Social networks. Communication. Racism. Black Movement.

INTRDODUÇÃO

Estudos apontam que mais de 40% da população brasileira faz uso da internet para obter informações sobre o que acontece no país. Desse percentual, mais de 76% acessa a internet todos os dias. Como aponta o sociólogo Manoel Castells, a internet pode servir para processos importantes de autonomização de pessoas e coletividades. Desta forma, a internet, e as diferentes mídias virtuais que ela abriga, constitui um objeto de investigação privilegiado para a compreensão das pautas sociais debatidas por determinados grupos sociais, inclusive os grupos minoritários.

Tendo isso em mente, este estudo discute como a internet constitui um elemento com potencial de tensionar os limites da nossa democracia e de contribuir para a autonomia dos sujeitos. Ele examina como esses fenômenos podem ocorrer em uma das suas redes sociais mais utilizadas, o *Facebook*. Tal rede tem sido capaz de gerar conexões estratégicas entre indivíduos e grupos. Ela abriga e estimula uma diversidade significativa de manifestações que muitas vezes transbordam para espaços públicos não virtuais, a exemplo do “movimento dos indignados”¹ e do “movimento antiglobalização”² que tiveram início nas redes sociais e terminaram nas ruas, deixando evidente a capacidade das tecnologias digitais para a promoção e reivindicação de direitos.

Neste trabalho, particularmente, analisamos como o uso das páginas do *Facebook* funcionam como instrumento de combate ao racismo, de valorização e construção identitária da população negra e de luta por direitos para essa mesma população.

Os dados para esse estudo foram extraídos de páginas do *Facebook* que discutem temas relacionados à questão racial. Com o intuito de avaliar o conteúdo dessas páginas, realizamos uma seleção estatística por conglomerado, detendo-se em elementos como: 1) Maior Número de Curtidas, uma vez que esse é um indicador importante para se verificar a abrangência populacional dos temas debatidos, e; 2) Ter como foco a discussão sobre a questão racial. Após análise das páginas, selecionamos as seguintes: *Géledes*, com mais de 600 mil curtidas; *Negro's Show*, com mais de 400 mil; e *Poder Negro- Black Power*, com mais de 300 mil curtidas.

Tais páginas foram, após a seleção, submetidas à análise de conteúdo. Subsidiariamente, também utilizamos a literatura disponível sobre o objeto desse estudo, notadamente trabalhos que abordam questões como “movimentos sociais”, “comunicação” e “direitos humanos”, a exemplo daqueles escritos por Cees Hamelink, Evelina Dagnino, Maria da Glória Gohn e Pedrinho Guareschi. As reflexões desses autores nos levaram a algumas indagações relevantes: Quais os limites das mídias na luta por direitos de grupos minoritários em um cenário extremamente conservador como aquele em que vivemos hoje? Como as mídias virtuais podem ser transformadas em um espaço de manipulação de informações pelos grupos dominantes? Quais mídias desejamos?

Além das análises dos dados coletados e das questões levantadas, o trabalho, na sua conclusão, sugere uma agenda de novas pesquisas e a abertura de frentes de diálogos no mundo acadêmico, nos movimentos sociais e nas organizações governamentais. Igualmente, enfatiza que a internet via redes sociais caracteriza um dos espaços de comunicação que vem se expandindo e auxiliando para a visibilidade de determinadas pautas sociais que ora vão ao encontro das pautas dos movimentos sociais existentes, ora constituem novos movimentos em redes.

1 Um protesto realizado em 2011 na Espanha, também denominado de Movimento 15-M. Uma iniciativa organizada pelas redes sociais contra as políticas de ajuste e os partidos tradicionais.

2 Movimento iniciado na década de 1990 em oposição ao processo de globalização. A sua grande manifestação ocorreu durante um evento organizado pela Organização Mundial do Comércio que reuniu representantes de 130 países. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/movimentos-antiglobalizacao.htm>.

A COMUNICAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO

O alicerce que permeia o direito à comunicação está respaldado no conceito de liberdade de expressão que tem o seu cerne ancorado na liberdade de pensamento. Entretanto, os estudos da Intervezes (2015) alertam que o direito à comunicação vai muito mais além do que o direito da liberdade de expressão e à informação; caracteriza-se de forma mais ampla e abrangente, pois é o direito de ter acesso aos meios de produção e transmissão de informação; é ter técnicas e materiais para produzir e divulgar informações, assim como para acessá-las, ou seja, é poder ser espectador, mas também interlocutor no que tange aos meios de comunicação. Porém, como destaca Guareschi (2013) o papel que a comunicação vem exercendo a partir dos princípios do neoliberalismo são restritos a determinados grupos sociais, deixando de ser um direito de todos e sendo apenas o reflexo do capital econômico da classe dominante.

A comunicação que seria o espelho dos fatos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade no que tange os contextos regionais, nacionais e internacionais, retrata o que julga ter valor, construindo realidades de acordo com seus interesses. “Nesse sentido, nos dias de hoje, algo passa a existir, ou deixa de existir, se é, ou não, veiculado” (GUARESCHI, 2013, p. 34).

Cintra e Ventura (2013) alertam que a carência humana de acesso à informação é antiga. Referindo-se à Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), em seu art. 19, afirmam que: “[...] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras” [...]. Assim, é possível perceber que desde 1948 o direito de acesso à informação é discutido como complemento à liberdade de expressão.

Em 1969 temos a reafirmação do direito à comunicação como um dos direitos humanos a partir da Convenção Americana de Direitos Humanos, também versada como Pacto de San José da Costa Rica, que expõe no art. 13:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha (Organização dos Estados Americanos, 1969, Art. 13).

No decorrer das décadas, a “materialização” do direito à comunicação atrelado à liberdade de expressão foi sendo amparado por bases legais como as citadas anteriormente, sendo permeado pelo princípio do direito à informação e à liberdade de imprensa (LOPES, 2016). No relatório McBride de 1983, tem-se a ampliação da concepção de direito à comunicação. Segundo Moraes Filho (2016), o documento afirma a comunicação como um direito do ser humano, indo além do simples fato de informar e ser informado, mas reconhecendo a comunicação como uma “via de mão dupla” que precisa manter um diálogo democrático entre todos os envolvidos (seja estes indivíduos ou coletivos). Em fim, “the right to communicate is an extension of the continuing advance towards liberty and democracy” (MACBRIDE, 1980, p.172).

O relatório ainda enfatiza que a comunicação é um bem que precisa estar também nas mãos da sociedade civil e não somente com o Estado e o mercado. Conforme relata Becerra (2016), a ausência de meios de comunicação que consiga, mesmo que minimamente, romper com a lógica utilitarista e atue em prol de uma cidadania pluralista, de qualidade e não alocada de valores monetários é significativa, pois o que era para ser considerado como público está

alocada nas mãos dos grandes grupos comerciais que buscam se auto representarem na garantia dos seus interesses. Ainda conforme Becerra (2016, p. 84-85):

Aunque lo comercial y lo gubernamental predominan en el escenario de la comunicación masiva, son en ambos casos modelos extremos: uno utilitarista, que justifica la existencia de los medios como estrategia de negocios que requieren de un alto rating y programación sensacionalista el otro propagandista, que fundamenta su utilización de los medios estatales en provecho del mensaje de una parcialidad, contingentemente a cargo de la administración pública y que impugna voces críticas. En ambos casos, la sociedad convertida en audiencia es relegada a una posición clientelar: las ciudades y los ciudadanos son interpelados como clientes comerciales o como clientes políticos.

Como pode ser observado nas palavras de Becerra (2016) estamos longe de uma comunicação global, que propicie um diálogo igualitário e democrático entre todos os cidadãos, sem ficar monopolizada nas mãos dos detentores do dinheiro e automaticamente das novas tecnologias vigentes, mas que atue na descentralização da riqueza, respeitando os saberes locais e a emancipação de todos enquanto cidadãos de direitos, conforme preconizado no relatório MacBride (1980).

A inovação e ousadia do relatório realizado pelo irlandês Sean MacBride não agradou a todos. O receio de perder autonomia faz com que os Estados Unidos e a Inglaterra deixassem a UNESCO, fator que enfraqueceu o órgão, impossibilitando a implementação das propostas elencadas no relatório MacBride (1980). Com isso, só se teve um ressurgimento da discussão do reconhecimento da comunicação como um direito em 2001 com a organização da Cúpula Mundial realizada pela ONU em 2003, sobre a Sociedade da Informação, resultando na campanha civil “*Communications Rights in the Information Society* (CRIS) (LOPES, 2016).

A repercussão da campanha causa efeitos e desde então a comunicação passa a ser discutida e defendida como um direito fundamental pautado na participação, que possibilite um diálogo emancipador, democrático e igualitário, como descrito no relatório MacBride (1980). Reconhecendo o direito à comunicação como um princípio da dignidade humana e que precisa ser garantido pelo Estado e respeitado enquanto direito e não um mero favor governamental ou das empresas privadas no formato de caridade.

Contudo, é importante questionamos como esse direito vem se materializando hoje. Com a monopolização dos meios de comunicação como rádios e televisões, a internet se torna uma nova janela de oportunidade no quesito comunicação.

As redes sociais e o movimento negro

Para este estudo, definimos movimento social como um coletivo que se organiza em prol de determinada causa, buscando transformações positivas sobre a questão defendida, como é o caso do movimento negro. Um movimento que se reuniu em torno do combate a questão racial, dando início aos movimentos de resistência à desigualdade racial e pela inclusão desde o período pré-abolição.³ Este movimento se consolida e resiste até hoje, ganhando cada vez mais espaços nas redes sociais. (GOMES, 2011).

Se pesquisarmos no *Facebook* páginas com a palavra negro, encontraremos inúmeras, quase todas com o intuito de empoderar o ser humano negro, e expor os diversos casos de racismo que são ocorrem diariamente, mas que não são divulgados e nem mesmo contabilizados como racismo, sendo muitas vezes esquecidos no decorrer do dia a dia, deixando sua marca apenas nas pessoas que sofreram tamanha violência. Para o nosso estudo, selecionamos três: *Géledes*; *Negro's Show*, e *Poder Negro- Black Power*.

3 Como foi a quilombagem, movimento organizado e dirigido pelos escravos, resultando em insurreições.

A página Géledes é do Instituto da Mulher Negra, criado em 30 de abril de 1988. Conforme exposto na página do *Facebook* deles, o instituto “É uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral”.

Já a página Poder Negro-Black Power foi criada em agosto de 2012 e tem como objetivo servir de apoio para “aspirações, inspirações, determinações do Povo Preto”. Tem como temas centrais: História da África; Culturas do Continente e da Diáspora; Pan-africanismo; Afrocentricidade; Nacionalismo Preto; Autodeterminação; Soberania Intelectual. No que tange o propósito da página Negro’s Show, não temos uma definição clara, nem mesmo o ano de criação da página, mas pelas postagens, podemos afirmar que essa tem como objetivo o empoderamento dos homens e mulheres no que diz respeito a valorização da beleza negra.

As páginas divulgam acontecimentos raciais no intuito de chamar à atenção para um crime tão pouco discutido e debatido no Brasil, fato esse decorrente do mito da democracia racial constituído em nosso país. Além disso, como no caso da *Géledes*, postam artigos e reflexões que contribuam para o empoderamento das mulheres negras. As páginas buscam expor os casos de violência racial e policial. Como o caso do menino de 12 anos de idade que foi vítima de racismo em um supermercado localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro no dia 10 de junho de 2017 e a brincadeira de alunos brancos que posam para foto pisando em um colega negro como se tal ato fosse uma piada e não a expressão da materialização do racismo que o Brasil tenta cotidianamente esconder.

Um assunto muito pouco falado, mas extremamente importante, que foi tratado na página *Géledes* foi sobre a vida afetiva das mulheres negras, que historicamente carregam as marcas do sistema escravocrata, sendo vistas apenas como objeto sexual dos Senhores de Engenho (A branca é para casar, a mulata para transar e a negra para trabalhar).

Outro tema postado e que precisa ser lembrado é a representatividade negra na televisão brasileira. As páginas fazem reflexões a partir de postagens mostrando a necessidade de programações que garanta a participação de negros sem estereotipar, ou difamar a imagem desses. Ao mesmo tempo, buscam valorizar os atores e atrizes negras que atuam nas telinhas e que representam parte dessa minoria, seja em território nacional ou internacional.

Assim como o Movimento Negro Unificado no final dos anos 1970, as páginas supracitadas surgem como meio de ocupar um novo espaço e manifestar suas opiniões sobre a questão racial no Brasil. Pode-se dizer que a luta contra o racismo veio ressurgindo desde os anos 1970 com uma postura diferenciada, já que passa a agregar a luta pela valorização da identidade e cultura negra.

De acordo com Guimãres (2012, p. 166):

Desmascarar a “democracia racial” brasileira, em sua versão conservadora, de discurso oficial de um Estado que impedia a organização das lutas antirracistas, passa a ser o principal alvo da resistência negra. No entanto, tal resistência vai se dar antes e mais desimpedidamente no terreno cultural que no campo mais propriamente político. Isso por diversos motivos, entre os quais os mais importantes são as repressões às atividades políticas e os rumos que toma a política exterior brasileira, nos anos 1960 e 70, de aproximação com a África negra. A política brasileira para a África vai explorar, justamente, dois trunfos: a “democracia racial” brasileira — o que requer, como vimos, a repressão aos ativistas negros — e as origens africanas da cultura brasileira — o que levará o Estado a incentivar as manifestações culturais afro-brasileiras, principalmente na Bahia. Nesse jogo de repressão e incentivo, a “cultura negra” e as “origens africanas” passarão a ser as bases para a construção de um discurso alternativo ao *marketing*

governamental. Em face do “sincrético” e “mestiço” procurar-se-á construir o “negro” e a “pureza cultural”.

O Movimento Negro exerceu um forte impacto no processo de conscientização da população negra quanto à discriminação e desigualdade raciais no Brasil, na organização de seus membros para a luta contra o racismo e na busca por políticas afirmativas, trazendo consigo uma extensa agenda de demandas, denúncias e reivindicações: contra a discriminação, contra a violência racial, pela participação expressiva dos negros nos órgãos públicos, pela valorização e respeito pela cultura negra, entre outras. O Movimento destaca que a ilusão da “democracia racial” no Brasil inibiu por muito tempo a identidade racial e a mobilização dos negros, diferente do processo que ocorreu nos Estados Unidos e África do Sul que teve a partir das leis segregacionistas um maior incentivo e solidariedade da população negra para lutar contra a visível discriminação racial.

No Brasil, a desmistificação da democracia racial se manifesta nas redes sociais. Com o intuito de representatividade e ocupação territorial, páginas como a *Géledes* vêm se proliferando no mundo virtual. Tal fato conduz algumas reflexões: os movimentos sociais deixaram de existir? Esses novos movimentos em redes estão substituindo os tradicionais movimentos?

E a resposta é bem simples, temos uma migração dos movimentos sociais para os espaços que são acessíveis, e como estratégia de combate, novos lugares foram sendo articulados e criados para provocarem e possibilitarem um diálogo crítico sobre assuntos diversos (racismo, gênero, homofobia, religião, entre outros).

Ao que parece, a denúncia do “mito da democracia racial”, forjada por Florestan em 1964, que ativou a mobilização e os protestos negros nas décadas seguintes, sintetizando a distância entre o discurso e a prática dos preconceitos, da discriminação e das desigualdades entre brancos e negros no Brasil, finalmente se esgota enquanto discurso acadêmico, ainda que como discurso político sobreviva com alguma eficiência. Na academia brasileira o “mito” passa agora a ser pensado como chave para o entendimento da formação nacional, enquanto as contradições entre discursos e práticas do preconceito racial passam a ser estudadas sob o rótulo mais adequado (ainda que altamente valorativo) de “racismo” – ou seja, no mesmo terreno em que o movimento negro as pôs. O próprio Da Matta, que inspira a nova leva de estudos que visam definir a especificidade do racismo no Brasil, passa a usar a expressão “racismo à brasileira”, para concorrer com uma expressão – “racismo cordial” – forjada pela mídia. Ou seja, não é mais a democracia que será adjetivada para explicar a especificidade brasileira, mas o racismo. (Guimarães. 2012, p.173).

Conforme nos mostra Guimarães (2012) o discurso de alguns pesquisadores, assim como da própria mídia, legitima o mito da democracia racial, tornando-se uma verdade absoluta e inibindo uma articulação e mobilização via movimentos sociais ao buscarem ocuparem os espaços públicos como as ruas.

Na contemporaneidade pode-se dizer que os movimentos sociais, em especial o movimento negro, ainda existem e persistem, lutando constantemente para legitimar seus interesses. Porém, hoje muitas ruas se tornaram páginas e mobilizam milhares de internautas de uma forma lúdica e descontraída. Talvez haja uma nova ressignificação de territorialidade em um sistema extremamente globalizado e informatizado, aonde ainda não se tem uma violência física acarretada pela polícia, assim como não há uma inversão de falas e expressões pela radiodifusão que monopolizada nas mãos das classes dominantes distorce os interesses populares em prol de uma hegemonia seletiva, racista e elitizada, reproduzindo alienações diversas.

É importante destacar que a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos conglomerados no Brasil é considerado ilegal. A radiodifusão brasileira e a área de telecomunicações são controladas por poucos conglomerados. A concentração ocorre por que não há cumprimento das normas legais, não se cumpre o período para a troca legal de proprietários e não existem restrições para a formação de redes nacionais e regionais. Esses descumprimentos podem ser constatados na legislação brasileira, principalmente no parágrafo 5º do artigo 220 da atual Constituição (1988), que proíbe monopólio e oligopólio. (CABRAL FILHO. CABRAL, 2008, p. 189).

É necessário ressaltar que não estamos desconsiderando a existência de novos movimentos sociais diante das inúmeras demandas sociais advindas das dinâmicas sociais em curso. Logo, destacamos que as páginas analisadas não retratam um novo movimento social, mas a complementação das pautas políticas do movimento negro que por abranger uma população tão extensa e multiculturalista é composto por inúmeras ramificações, que ora defende as mulheres negras, ora toda população negra, assim como tem princípios e ideologias distintas, pois a heterogênesse faz parte de todo processo político.

Também devemos considerar que mesmo como o crescimento da internet, conforme apresentamos na introdução deste estudo, não podemos desconsiderar e inviabilizar a necessidade de acesso da sociedade na radiodifusão, uma vez que é um espaço de esfera pública que se encontra monopolizada nas mãos de grupos familiares. Como enfatiza Cabral Filho (2016, p.3):

A baixa potência reivindicada na maioria das legislações que menciona o setor comunitário nas Comunicações incide na articulação e reorganização do local e nas questões relativas à moradia, trazendo o desafio de como dialogar com identidades contemporâneas não diretamente pautadas em territórios fisicamente delimitados, como mulheres, negros, população LGBT, crianças, idosos, entre outras. Ao mesmo tempo, evidencia a limitação do ambiente da Internet na conformação de iniciativas articuladas e duradouras para além das mobilizações fragmentadas e pontuais, recorrentes no cenário contemporâneo.

Cabral Filho (2016) destaca que a realidade que permeia a mídia tradicional é frustrante, uma vez que percebemos o quanto essa vem deslegitimando as lutas dos movimentos sociais, além de estigmatizar os grupos minoritários e as iniciativas comunitárias, excluindo a sociedade de usufruir do direito à comunicação. Todo este processo conduz a ocupação do espaço da internet, porém essa tecnologia ainda não é acessível à todos, principalmente quando se trata das comunidades rurais.

Conforme relata Cabral Filho (2016), é importante considerar que a internet ainda é um espaço restrito e fragmentado no quesito mobilização da totalidade da sociedade, o que reafirma a necessidade de políticas públicas que ampliem a participação comunitária seja via rádios comunitárias ou programas de televisão, aumentando a abrangência da internet, possibilitando a inclusão digital. Políticas essas que respeitem o direito a comunicação, observando as demandas locais, as diversidades culturais e as singularidades de grupos distintos.

Por fim, cabe dizer que neste cenário de redes e conexões via internet, é preciso entender:

a possibilidade de implementação de redes mútuas de contribuição multiescala e de convergência transmídia, nos quais iniciativas comunitárias de radiodifusão usariam de modo complementar as iniciativas em mídias sociais e seriam articuladas com iniciativas elaboradas e executadas a partir da Web, compreendendo, no conjunto dessas interações, que se trata de defender e afirmar a importância de todos os territórios de atuação da sociedade que se apropria dos meios e veículos de comunicação em prol da elaboração de práticas democráticas que a afirmem como direito humano inalienável. (CRABRAL FILHO, 2016, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de lançar algumas reflexões, pontuamos que não buscamos concluir a discussão aqui iniciada, pois ainda temos que estudar e aprofundar muito sobre o debate no que tange a comunicação como um direito humano que precisa ser garantido, e o uso das redes sociais como um instrumento de viabilização de um possível diálogo.

Podemos dizer que o desenvolvimento das tecnologias no âmbito do processo de globalização amplia os campos de mediação entre os sujeitos em si e as agregações de lutas sociais decorrentes de um sistema capitalista que intensifica as expressões da questão social na sociedade contemporânea. A internet, via redes sociais, caracteriza um dos espaços de comunicação que vem se expandindo e auxiliando para a visibilidade de determinadas pautas sociais que ora vão ao encontro dos movimentos sociais existentes, ora constituem novos movimentos em redes.

Conforme apresentamos no decorrer do texto, a página de *Facebook* Geledés, Negro's Show e Poder Negro- *Black Power* vêm se materializando enquanto um canal de comunicação voltado para uma programação/apresentação de temas relacionados a questão racial. Têm contribuído para que o racismo no Brasil seja desmistificado, dando visibilidade para as mazelas socioeconômicas vividas diariamente pela população negra, em especial para as mulheres negras, além de contribuir para a valorização do negro enquanto sujeito de direitos.

Vale destacar que nenhuma dessas três páginas se manifesta, assim como também não se declara, como um movimento social, porém, contribuem para divulgar, informar e esclarecer as lutas travadas pelo movimento negro, se constituindo como um parceiro em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando as diversidades via rede social.

Outro adendo que é preciso ressaltar é a ausência de espaços midiáticos que tenham em suas programações a representatividade negra, assim como de outros grupos minoritários. Fator que impulsiona a internet ser ocupada para a manifestação, mobilização e representações de determinados segmentos, possibilitando mesmo que de forma limitada, viabilizar o usufruto do direito à comunicação.

Por fim, queremos considerar que as diversas páginas no *Facebook* vêm se construindo como parte de uma mediação entre vozes esquecidas ou excluídas historicamente e a sociedade de forma global, se complementando enquanto matrizes perceptivas e conceptivas em prol da formalização de consciências conectadas por um sentimento de pertencimento territorial e identitário, propiciando movimentos mundiais, nacionais e regionais, sem desmerecer grupos articulados por qualquer outro instrumento de formação de redes. Prova disso é a mais recente página Mulheres Unidas Contra Bolsonaro que tem mais de dois milhões de seguidores.

GT: 15 - Memória, narrativas e discursos

Coordenadores: Diana de Souza Pinto e
Cleuza Maria Gomes Graebin

USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E O MUNDO MUDIATIZADO NO COTIDIANO ESCOLAR

JANICE MORAIS DE MENDONÇA

*Mestranda no Programa de Pós Graduação
em Mídia e Cotidiano(PPGMC-UFF)
Universidade Federal Fluminense
jncmorais@gmail.com*

WALCÉA BARRETO ALVES

*Professora do Programa de
Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano
Professora da Faculdade de Educação
Universidade Federal Fluminense
walcea@yahoo.com.br*

RESUMO

Este artigo é composto de reflexões sobre as representações sociais de uma turma do ensino fundamental (classe de aceleração) sobre o uso de algumas das chamadas tecnologias digitais utilizadas em sala de aula como ferramenta pedagógica. Também foram analisadas as formas de midiaticização observadas no cotidiano de um escola localizada no município de Niteroi, estado do Rio de Janeiro, que desenvolve projetos de robótica, técnicas de animação e audiovisual agregados às disciplinas tradicionais tais como artes, matemática, física, geografia e biologia. Ademais, são apresentados alguns resultados preliminares das observações em campo já realizadas, bem como discussões a respeito da conceito Alfabetização Midiática (Media and Information Literacy - MIL), no sentido de compreender e fazer um uso responsável da informação, das mídias e da tecnologia.

Palavras-chave: Comunicação. Cotidiano. Tecnologia. Educação. Mídia.

ABSTRACT

This paper is composed of reflections on the social representations of a class of elementary school (acceleration class) on the use of some of the so-called digital technologies used in the classroom as pedagogical tool. Besides that, there is an analysis of forms of mediaticization observed in the daily life of a school located in the city of Niteroi, in the state of Rio de Janeiro, which develops robotics projects, animation and audiovisual techniques in traditional disciplines such as arts, mathematics, physics , geography and biology. In addition, some preliminary results of field observations are presented, as well as discussions about the concept of Media Literacy (MIL), in order to understand and make responsible use of information, media and technology.

Key-words: Communication. Daily. Technology. Education. Media.

Introdução:

É incontestável o impacto das novas tecnologias da informação e comunicação no cotidiano de alunos e professores e, diante dessa realidade, torna-se possível verificar significativas alterações nas relações entre os atores presentes na construção do conhecimento, tais como: democratização e acesso aos recursos tecnológicos, dinamização do currículo e fortalecimento da relação teoria e prática vinculadas aos conhecimentos no contexto da aprendizagem.

O enorme impacto da chamada “economia digital” sobre o mundo do trabalho e sobre a cultura (na indústria, na pesquisa científica, na educação, no entretenimento, as novas variáveis transformam velozmente a vida das pessoas) repercute sobre as ciências sociais voltadas para o mundo midiático, levando-as a tentar um melhor posicionamento epistemológico, no que diz respeito ao acompanhamento das mutações sociais provocadas pela mídia e pela realidade virtual. (SODRÉ, 2006)

Considerando-se a escola como um microespaço sociológico, é possível compreendê-la, através da observação de atividades realizadas no cotidiano de alunos e professores, como um local repleto de múltiplas significações, conflitos e resistências. Assim, a pretensão deste artigo é apresentar algumas reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa de campo iniciada em maio de 2018, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF) e do Núcleo de Estudos Contemporâneos em Educação, Etnografia e Representações Sociais (NECEERES-UFF), que desenvolve a pesquisa: “Representações Sociais, Tecnologias Digitais e o Contemporâneo: investigando a escola”.

O objetivo do trabalho é acompanhar, ao longo do ano de 2018, as interações dos alunos com a tecnologia através de diversas atividades, entre elas: o projeto “Robótica Educacional” (desenvolvido pela professora de Artes e fomentado pela Fundação Municipal de Educação de Niterói, através da Assessoria de Mídias e Novas Tecnologias); aulas de técnicas de animação audiovisual e sessões de cineclube.

Os termos “robótica educacional” ou “robótica pedagógica” são utilizados para caracterizar ambientes de aprendizagem que reúnem materiais de sucata ou kits de montagem compostos por peças diversas, motores e sensores controláveis por computador. A atividade pretende aumentar o interesse e a criatividade dos alunos, além de integrar diversas disciplinas e contribuir para o desenvolvimento do raciocínio lógico e integração de diversas tecnologias como softwares *open source* de animação (*Scratch*), audiovisual e técnicas de programação (*Arduino*) no cotidiano escolar.

A partir de uma observação atenta das relações sociais elaboradas no ambiente estudado, é possível perceber que as tecnologias digitais e suas representações estão relacionadas a outros aspectos advindos das transformações da sociedade moderna para a contemporânea. Como bem observou Thompson (2009), a sociedade moderna foi o resultado de “um conjunto de transformações institucionais” ocorridas na Europa Ocidental no fim da Idade Média. O autor acrescenta que o período moderno foi caracterizado pela transformação do feudalismo em capitalismo, pelo surgimento dos estados-nações com poder militar e, além disso, com o desenvolvimento de organizações de mídia, a partir da segunda metade do século XV, que transformaram a cultura de forma definitiva, através do surgimento de diversas inovações tecnológicas e comunicativas, que por sua vez desembocaram nas organizações midiáticas. Estas tornaram-se mediadoras da cultura, modificando os modelos de comunicação e interação entre membros da sociedade.

Nesse sentido, a midiaticização hoje está tão imbricada no cotidiano que já não é mais possível pensar a educação sem pensar em como nessa característica da sociedade influencia os modos de pensamento e sociabilidade dos jovens.

Os mundos midiaticizados são o nível no qual a midiaticização se torna concreta e pode ser analisada empiricamente. Por exemplo, apesar de ser impossível pesquisar a midiaticização de uma cultura ou de uma sociedade como um todo, podemos investigar o mundo midiaticizado das negociações da bolsa de valores, das escolas, do lar e assim por diante. (HEPP, 2014)

Além disso, outros aspectos relevantes também surgem da observação dos discursos dos jovens, como sua identificação com aspectos territoriais, as narrativas trazidas dos produtos midiáticos, como jogos, séries, etc e a forma como eles adaptam o conteúdo “de fora” às suas reais necessidades advindas do seu grupo social. Nesse contexto, o cotidiano emerge em nossas observações como um espaço para criação de micro-resistências, um lugar em que os sujeitos comuns desenvolvem procedimentos ou “táticas” para enfrentar os mecanismos de disciplinarização.

As análises de Michel de Certeau sobre o cotidiano, orientadas por sua hipótese central, revelam – no rumor da vida coletiva e sob a realidade massiva dos poderes e das instituições, mas sem ilusões sobre o seu funcionamento – as “microresistências”: “microresistências que fundam microliberdades” (Giard). Microresistências mobilizadoras de recursos inimagináveis, escondidos em gente simples, comum. Recursos ocultos muitas vezes bem debaixo do nariz do poder, dando força à massa anônima e a sua subversão silenciosa. (FILHO, 2002)

Embora muito já tenha se falado a respeito da inserção das tecnologias digitais no contexto da aprendizagem e na vida social contemporânea, cada grupo analisado constitui um universo particular, já que essas ferramentas acabam permitindo ao indivíduo ser o fomentador e compartilhador do próprio conhecimento, além de criar até mesmo redes cognitivas interativas para estabelecer novas formas de sociabilidade e raciocínio. Nesse sentido, Goffman contribui para o entendimento acerca da atuação e influência do indivíduo e sua autorrepresentação na construção e nos processos educativos que ocorrem no interior da escola.

No campo da educação especificamente, é possível observar, através do trabalho de campo, um embate constante entre as práticas consideradas arcaicas de ensino e as linguagens advindas da tecnologia que frequentemente impõe-se como mais interessantes na visão dos educandos.

Metodologia:

A pesquisa parte da abordagem etnográfica (ERICKSON, 2001; MATTOS, 2011) que investiga o objeto de estudo a partir das significações que emergem das situações observadas, considerando-se a ótica dos atores sociais integrados à realidade. Até o momento, a investigação realizada foi sobretudo qualitativa, com a utilização de múltiplos instrumentos metodológicos, tais como: observação participante, descrição densa, gravação em áudio e vídeo, entrevista etnográfica – tipo aberta e semi-estruturada, entrevista de grupo focal (*focus group*) e questionários de evocação livre. As análises dos dados são realizadas a partir da análise de conteúdo dos dados produzidos (BARDIN, 1977).

Ao longo desses quatro meses de pesquisa, verificou-se a necessidade de se captar os elementos estruturantes da representação social sobre as tecnologias digitais pelos alunos e isso foi possível através da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais (ABRIC, 2000). A atividade mais recente da pesquisa foi a aplicação de Questionários de Evocação Livre aos alunos. Durante a aplicação, cada questão foi lida e explicada para a turma. Em seguida,

foram respondidas, tendo o tempo limite de 1 minuto para finalizar cada item. A técnica da evocação livre visa a associação de palavras com o intuito de estabelecer relações sterms e as representações apresentadas pelos participantes da pesquisa. O instrumento foi utilizado por ser abrangente em relação ao que os estudantes pudessem apresentar sobre sua relação e entendimento acerca das tecnologias digitais e a ordem de importância das ferramentas elencadas em seu cotidiano.

Essa técnica (evocação livre) consiste em pedir aos participantes para que evoquem o que têm em mente quando se deparam com o indutor, que geralmente é o objeto de representação social do estudo. Não existem limites ou regras para a quantidade de palavras a serem evocadas, pois ficam a critério do pesquisador. Usualmente os pesquisadores solicitam de três a cinco. (WOLTER, WACHELKE, 2013)

No momento da aplicação do teste haviam nove alunos participantes do projeto. Eles têm entre 15 e 17 anos e praticamente todos são moradores do bairro onde se localiza a escola. A primeira questão consistia em enumerar as cinco palavras que imediatamente surgem à mente quando o assunto é tecnologia digital e a segunda utiliza o mesmo enunciado referente à representação sobre a escola. Posteriormente, a turma deveria elencar as palavras por ordem de importância de 1 a 5 e, em seguida, utilizar sinais de negativo e positivo de acordo com que considerassem como tal.

Nos quadros abaixo estão compiladas as respostas contidas nos questionários.

TECNOLOGIA DIGITAL							
palavras	quantas vezes aparece	ordem de importância				positivo/negativo	
		1	2	3	4	5	
celular	8	3	3	1	1	0	todos +
televisão	7	1	0	3	2	2	todos +
câmera	5	0	0	0	3	2	todos +
internet	4	1	2	1	0	0	todos +
relógio	2	0	1	0	0	1	todos +
ar condicionado	2	0	0	1	1	0	todos +
ventilador	2	0	0	0	1	1	todos +
notebook	1	0	1	0	0	0	todos +
robô	1	0	0	1	0	0	todos +
tablet	1	0	0	1	0	0	todos +
geladeira	1	0	1	0	0	0	todos +
lâmpada	1	0	0	0	1	0	todos +
video game	1	0	0	0	1	0	todos +

ESCOLA							
palavras	quantas vezes aparece	ordem de importância				positivo/negativo	
		1	2	3	4	5	
livro	6	1	2	0	1	2	4+ 2-
caderno	4	3	0	1	0	0	todos +
caneta	4	0	2	0	1	1	+
professores	4	2	0	1	0	1	4+ 1-
estudar	3	1	2	0	0	0	todos +
armário	2	0	0	1	0	1	+ -
quadro	2	0	0	0	2	0	+ -
aula	2	0	2	0	0	0	+
estudar	2	1	1	0	0	0	2+
apontador	2	0	0	0	1	1	+
lapis	2	0	2	0	0	0	+
ventilador	1	0	1	0	0	0	+
matéria	1	0	0	0	1	0	+

dever	1	0	0	1	0	0	+
palavras	1	0	0	0	1	0	+
borracha	1	0	0	0	0	1	+
carteira	1	0	0	1	0	0	+
chatice	1	0	0	0	0	1	-
copiar muito	1	1	0	0	0	0	+
acordar cedo	1	0	0	3	0	0	+
Mayra	1	0	0	0	1	0	+
tesoura	1	0	0	0	1	0	+

Os quadros dão pistas sobre as representações dos alunos acerca das tecnologias e da escola, no entanto, as análises serão realizadas pormenorizadamente mais adiante, entrecruzando com as anotações de campo realizadas durante a observação participante, com os dados produzidos a partir da entrevista tipo grupo focal e das entrevistas individuais.

As análises transcorrerão mediante a análise de conteúdo dos registros realizados (notas de campo, transcrição de áudio e vídeo, processamento estatístico via software EVOC dos dados dos questionários), quando serão delineadas categorias e a tematização dos dados.

Representações sociais sobre tecnologias digitais e o mundo midiático da escola:

Em um artigo intitulado “Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras”¹, o professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Nelson Pretto, destaca um aspecto relevante para a compreensão dos novos paradigmas de aquisição e construção do conhecimento: a introdução das chamadas tecnologias da comunicação e informação. Nesse sentido, acredita que mesmo sistemas que são construídos de forma estruturalmente idêntica, revelam em seu interior aspectos únicos proporcionados pelas idiossincrasias de seus membros. Tal pensamento corrobora a ideia de que cada escola constitui um microcosmo, dado o fato de que cada uma está inserida em um território, com suas histórias peculiares e distintas marcas de resistência. Assim, a observação de cada uma nos revelará aspectos singulares, já que

(...) embora não configurem domínios substantivos de pesquisa, é com as práticas sócio-culturais e com a comunicação de massa que o estudo das representações sociais mantém relações mais significativas. De fato, todas as correntes no campo das representações afirmam a importância de se levar em conta as práticas de uma dada população ou conjunto social quando da pesquisa de suas representações. (SÁ, 1998)

No caso aqui apresentado, é preciso ressaltar que, diante das observações feitas na escola pesquisada, a representação que os alunos fazem sobre a escola não é das mais empolgantes. É possível perceber isso no cotidiano quando notamos expressões de tédio, descontentamento, falta de perspectiva.

De acordo com o relato da maioria dos jovens do grupo pesquisado, a única forma de obterem respeito dentro da realidade social em que estão inseridos dá-se a partir da geração de renda, seja lá como for. Perceptível também é a profunda descrença que guardam em relação a um factível futuro acadêmico e profissional. Nenhum dos estudantes ouvidos manifestou desejo de ingressar no ensino médio, tampouco na universidade, pois deixaram claro que não se entendem como detentores de capacidade intelectual para tanto. Também, até o momento, não manifestaram impulso para produção de conteúdo a partir daquilo que é oferecido pela

¹ Texto produzido a partir das pesquisas do autor Educação e Novo milênio: as novas tecnologias da comunicação e informação e a educação e Tecnologias da Comunicação e Educação durante o pós-doutoramento no *Centre for Cultural Studies/Goldsmiths College* [<http://www.goldsmiths.co.uk/cultural-studies>].

escola, ainda que expressem ideias próprias e criativas em vários momentos. Aqui fica latente que a autorrepresentação exerce papel importante, pois “quando um indivíduo se apresenta diante de outros, consciente ou inconscientemente projeta uma definição da situação, da qual uma parte importante é o conceito de si mesmo”. (GOFFMAN, 2009)

O impacto dessa constatação leva a crer que, embora a utilização de algumas tecnologias e linguagens midiáticas por parte da escola apareça como uma tentativa de alavancar os resultados desses estudantes, a medida esbarra em problemas estruturais. Ademais, aparecem questões relativas a seus arranjos familiares e estruturas psicológicas, embora certamente esses fatores necessitem de análises mais profundas por parte de profissionais qualificados.

É possível dizer que a realidade da escola de Niterói seja bem semelhante à de grande parte das escolas públicas do Brasil. Ainda que o projeto “Robótica Educacional” apareça como uma tentativa de aumentar a concentração dos alunos e despertar o interesse deles para a utilização das tecnologias digitais de forma crítica, a medida esbarra em muitos empecilhos. Alguns deles são: absenteísmo, evasão escolar, situações de violência, falta de quórum em diversos momentos (a turma nunca teve mais da metade dos alunos presentes em todos o tempo de pesquisa até aqui), além de situações específicas do período estudado como greve dos caminhoneiros, greve dos professores, falta de docentes, etc.

No primeiro dia de campo, por exemplo, nos deparamos com a seguinte fala de um dos alunos: “Graças a Deus, hoje é sexta-feira. Sabadão longe da escola, domingo longe da escola.” Este foi um dos momentos em que foi possível perceber que a desmotivação de estar na escola é uma constante, o que pode ser uma das causas do absenteísmo e da evasão destes alunos (cientes, no entanto, de que há outros fatores sociais e contextuais que favorecem o processo de fracasso e exclusão escolar). Um outro foi na última sexta-feira antes das férias, por exemplo, quando só um aluno compareceu e a professora de Artes precisou suspender a atividade do projeto.

Diante dessas pequenas observações, torna-se importante o questionamento sobre o papel dos estudantes na construção das políticas públicas que, em tese, deveriam beneficiá-los e garantir sua permanência na escola, além de ajudar a pavimentar o caminho de um ensino de qualidade para as gerações futuras. Ainda mais quando pensamos na perspectiva de um mundo midiaticizado.

Podemos entender esse fenômeno recente da digitalização como uma onda de midiaticização, que é ao mesmo tempo relacionada à transformação de grande alcance das mídias anteriormente não digitais – a televisão transforma-se em televisão para internet, o cinema vira cinema digital e assim por diante. (HEPP, 2014)

Na pesquisa em curso, buscamos entender de que forma a turma estudada enxerga a tecnologia presente no cotidiano escolar, ou seja, partindo de uma análise das representações sociais dos alunos sobre tecnologia. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível dizer que realizamos uma análise sincrônica, colocando uma espécie de lente de aumento sobre as especificidades encontradas no grupo e partindo de uma análise microssocial para compreender o fenômeno das práticas de comunicação cotidianas tendo como foco a escola. Sobre essa questão, Hepp esclarece sobre duas tradições de pesquisa de mídia presentes nos últimos vinte anos: a institucionalista e a socioconstrutivista:

Ambas diferem em seu foco sobre como teorizar a midiaticização: Enquanto a tradição institucional tem, até recentemente, estado interessada principalmente na mídia tradicional de massa, cuja influência é descrita como uma lógica de mídia, a tradição socioconstrutivista está mais voltada às práticas de comunicação cotidianas –

especialmente aquelas relacionadas à mídia digital e à comunicação pessoal – e enfoca a construção comunicativa em transformação da cultura e da sociedade. (HEPP, 2014)

Nesse contexto, uma das contribuições possíveis para este trabalho é que mais adiante possa servir de base para comparação com outros “mundos” semelhantes ou díspares e para que se possa compreender quais fatores que influenciam a forma como determinados grupos enxergam a tecnologia e sua forma de aprendizagem, já que:

Os mundos mediados são o nível no qual a mediação se torna concreta e pode ser analisada empiricamente. Por exemplo, apesar de ser impossível pesquisar a mediação de uma cultura ou de uma sociedade como um todo, podemos investigar o mundo mediado das negociações da bolsa de valores, das escolas, do lar e assim por diante. (SODRE, 2006)

Diante do exposto até então, a hipótese é de que professores e gestores da educação precisam compreender e considerar essas mudanças, tendo o aluno como principal interlocutor, já que estamos lidando com “nativos digitais”, cujo cotidiano é marcado pelos processos midiáticos.

Durante o processo de observação já desenvolvida em campo, foi possível compreender que a falta de adequação tanto do corpo docente, quanto de métodos e linguagens ao universo do outro poderá ter como resultado o insucesso na missão formativa desses estudantes. As escolas e outras instituições enfrentam o desafio não apenas de incorporar as novas tecnologias como conteúdos do ensino, mas também de, a partir das percepções que os alunos têm sobre essas tecnologias, elaborar, desenvolver e avaliar práticas pedagógicas capazes de promover o desenvolvimento de uma disposição crítica e reflexiva sobre as possibilidades de uso da tecnologia.

Alfabetização midiática para um mundo mais plural:

A velocidade com que surgiram novos saberes relacionados às tecnologias, sobretudo da década de 1990 até os dias atuais, acabou criando um paradigma cultural em nossa sociedade. Essas mudanças afetaram uma grande parcela da humanidade e, sobretudo os jovens e adolescentes que, por terem nascido em uma realidade digital as vivenciam de forma mais contundente em suas formas de convivência, comportamento e maneiras de enxergar o mundo, bem como o aprendizado.

Aliás, a forma e o peso crescente das imagens digitais no cotidiano infanto-juvenil, que circulam nos mais diversos aparatos tecnológicos (ipods, videogames, computadores, televisão digital e a cabo etc.) faz com que nos apercebamos facilmente da inocuidade contemporânea dessas práticas formalistas analógicas, deslocadas já do seu tempo histórico e completamente incapazes de responder aos desafios de um mundo que se tornou, definitivamente, numa enorme e complexa iconosfera, crescentemente digital, é certo, mas também cada vez mais polifocal e polissêmica a necessitar, portanto, de novas pautas de compreensão e análise crítica. (CHARREU, 2011)

Manuel Castells nos fala sobre uma nova estrutura social surgida a partir do século XX, marcada pelo que chama de “informacionismo”, entendida como a “(...) capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação, baseada em conhecimentos” (CASTELLS, 2009). Assim, a definição de um modelo de sociedade informacional deve estar alicerçada no trabalho criativo e na cultura da inovação como fontes de produtividade e valorização econômica. Nesse cenário inserem-se as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) que englobam todo um conjunto de tecnologias relacionadas com a microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão, optoeletrônica, nanotecnologia, engenharia genética e suas aplicações e a biotecnologia.

Para Jenkins, são marcas da sociedade informacional a cultura participativa, a criatividade alternativa e a economia efetiva. Portanto, nessa sociedade em rede marcada por transformações comunicacionais, tecnológicas, mercadológicas, educacionais a convergência dos meios de comunicação “[...] representa uma transformação cultural à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos.” (JENKINS, 2009)

Diante desse cenário, é perceptível que a facilidade e a imediatividade do acesso a informações veiculadas pelas mídias digitais e redes ampliaram de forma irreversível as possibilidades de aprendizagem em nossa sociedade. A chamada interconectividade nos permite enormes possibilidades em trocas de informações e conteúdos. Com relação à educação, o uso dessas tecnologias, embora crescente, confronta-se com as velhas práticas do sistema tradicional de ensino. Por isso, é necessário defender a criação de políticas públicas que contemplem uma nova perspectiva curricular visando promover a aquisição de conhecimentos e novas habilidades, a fim de estabelecer conexões mais próximas entre sujeitos e o exercício da cidadania no contexto da Sociedade da Informação.

É possível compreender que, em uma sociedade de conexões em rede já estabelecidas, não bastará apenas a alfabetização tradicional, é preciso pensar no sentido de uma Alfabetização Midiática e Informacional para compreender e fazer uso responsável da informação, das mídias e da tecnologia, Essa construção cria empoderamento no sentido de tornar o indivíduo consciente do seu papel na construção da cidadania e, para isso, é necessário avaliar criticamente os conteúdos midiáticos como usuário e também como produtor de conteúdo. Entre essas habilidades estão: ler textos eletrônicos, compreender a sintaxe das linguagens audiovisuais e seus discursos, bem como analisar e interpretar grandes massas de dados disponibilizadas pela internet, saber diferenciar notícias falsas de verdadeiras, avaliar fontes, etc.

A alfabetização midiática e informacional incorpora conhecimentos essenciais sobre (a) as funções da mídia, das bibliotecas, dos arquivos e de outros provedores de informação em sociedades democráticas; (b) as condições sob as quais as mídias de notícias e os provedores de informação podem cumprir efetivamente essas funções; e (c) como avaliar o desempenho dessas funções pela avaliação dos conteúdos e dos serviços que são oferecidos. Esse conhecimento, por sua vez, deveria permitir que os usuários se engajassem junto às mídias e aos canais de informação de uma maneira significativa. As competências adquiridas pela alfabetização midiática e informacional podem equipar os cidadãos com habilidades de raciocínio crítico, permitindo que eles demandem serviços de alta qualidade das mídias e de outros provedores de informação. Conjuntamente os cidadãos fomentam um ambiente propício em que as mídias e outros provedores de informação possam prestar serviços de qualidade. (WILSON, 2013).

Emerge a cada dia a influência das grandes empresas de mídia, que impõe seus modelos estéticos e de produção, gerando com isso algumas consequências como a desvalorização de aspectos locais e regionais em prol de uma certa estética “global” construída pela publicidade, além do esvaziamento das questões humanitárias.

Por isso, é fundamental que os docentes auxiliem na formação de novos sujeitos do discurso, principalmente os oriundos classes populares que, ao se apropriarem criticamente do discurso midiático, possam contribuir para a construção de éticas e estéticas mais libertadoras que levem a ressignificação de sua própria imagem.

Sendo assim, a educação libertadora permite que o educando construa seu próprio conhecimento e reflita sobre o mundo a que pertence, não apenas como um mero observador, mas sim como um ser atuante, participante e transformador da realidade. Além disso, neste tipo de educação, a autonomia do indivíduo é respeitada, visto que

cada educando tem seu próprio processo de aprendizagem. Antes mesmo de ir para a escola, o jovem já traz consigo seu repertório, seu conjunto de valores, suas vivências, experiências e particularidades que o diferenciam dos outros jovens. (FARBIARZ, 2010)

Seria possível vislumbrar na utilização consciente e criativa das diversas tecnologias digitais uma possibilidade de sonho coletivo, um instrumento de fortalecimento da cidadania capaz de afetar o imaginário e a sensibilidade, de criar conhecimento e de auxiliar na promoção de uma sociedade mais plural e democrática.

Considerações finais:

É sabido que o desenvolvimento tecnológico do último século impôs uma transformação radical do papel da informação. Mesmo na sociedade atual, marcada pela cultura da convergência, pela explosão do mercado audiovisual, pela difusão dos produtos tecnológicos e da cultura digital, os imperativos do mercado e a espetacularização do cotidiano ainda moldam as subjetividades.

Assim, realizar mudanças na educação torna-se urgente e imprescindível para acompanhar a própria evolução da sociedade. Por isso, muitas escolas e projetos institucionais investem cada vez mais nas tecnologias para ter classes conectadas à internet, educação à distância, educação contínua e cursos de curta duração. Todavia, é fundamental pensar em um uso profícuo desses recursos. Nesse sentido, o empoderamento de pessoas por meio da Alfabetização Midiática e Informacional é um pré-requisito importante para promover o acesso igualitário à informação e ao conhecimento e sistemas de mídia e informação livres, independentes e plurais.

Embora estejamos cientes de que nem sempre a demanda da sociedade tenha a necessária resposta do setor educação e que diante de realidade política brasileira os recursos apresentem-se escassos, o importante papel que as mídias desempenham na sociedade da informação deve ser discutido na formação de educadores e educandos. Vivemos um momento em que a escola encontra-se em período de transição e, por isso, faz-se necessário encontrar meios de transformar a pedagogia tradicional em uma pedagogia midiática, para que seja possível expandir as habilidades e competências e para transformar os estudantes em produtores e participantes culturais, numa sociedade marcada pela grande presença das TICs.

Entende-se que a cultura da mídia de certa forma legitima os modos de viver na sociedade, pois as imagens veiculadas diariamente ajudam a tecer a malha da vida cotidiana de modo a preencher o tempo de lazer, moldar opiniões e comportamentos sociais. Nesse sentido, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que pode ser entendido como homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente.

Desse cenário, decorre um certo “enfraquecimento” das instituições de referência como a escola. Por sua vez, a educação informal, que acontece nos ambientes midiáticos e redes sociais, requer um olhar atento e uma reflexão sobre o modo de comunicar e compartilhar conhecimento. Nesse sentido, quando falamos de midiaticização temos presente o fenômeno da comunicação que hoje perpassa a vida cotidiana, de forma mais intensa e presente do que tem se apresentado no contexto da educação formal.

Referências:

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARRÉU, L. Cultura Visual: Rupturas com inércias e ignorâncias curriculares. In Raimundo Martins & Irene Tourinho, (Orgs) **Como e Porque Pensamos a Educação da Cultura Visual**, Col. Cultura Visual e Educação (pp. 113-128). Santa Maria: Editora Universidade Federal de Santa Maria. ISBN: 978-85-7391-148-0, 2011.

CUTRIM, Tamiris de Almeida; GOMES, Ceciliane Dias; FARBIARZ, Alexandre. **Educação e Entretenimento**. Pesquisas em Discurso Pedagógico, v. 2, p. 1-12, 2010.

HEPP, Andreas. **As configurações comunicativas de mundos midiáticos: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”**. MATRIZES, 2014. V.8, n1. São Paulo.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17ª edição. Petrópolis, Vozes, 2009.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB. 2011. pp.49-83.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SODRE, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e mediação. In MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade mediada**. Rio de Janeiro: Manuad, 2006, 246p.

WILSON, Carolyn. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

WOLTER, Rafael Peclly; WACHELKE, João. Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 119-129, ago. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200009&lng=pt&nrm=i so>. Acessado em 16 ago. 2018.

TRANSVERSALIDADE E INTERDICPLINARIDADE AO ALCANÇE DAS MÃOS: A REPRESENTAÇÃO DA CUIABANIDADE EM NARRATIVAS DO WHATSAPP

ALINE WENDPAP NUNES DE SIQUEIRA

*Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
alinewendpap@gmail.com*

ISABEL TERESA CRISTINA TAUKANE

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
isataukane@gmail.com*

ANA ELIZA LUCIALDO PEIXOTO

*Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea
aelucialdo@gmail.com*

RESUMO

Os smartphones vêm funcionando como elementos ressignificadores da cultura contemporânea, na qual a interatividade – por si só interdisciplinar – é mola propulsora de novas leituras e significações. A potência de tais dispositivos encontra-se, dentre outras questões, na dissolução de barreiras, tanto territoriais, quanto socioculturais e econômicas. Fator possibilitado por aplicativos como o Whatsapp, que, reinventa a telefonia móvel, ao agregar várias opções de criação e compartilhamento de conteúdo, apresentando como uma de suas características, a máxima de que: qualquer pessoa pode produzir, difundir e compartilhar seu próprio conteúdo, a partir de qualquer lugar. Tudo isso coaduna para o estabelecimento da transversalidade entre tecnologia e teorias decoloniais, onde narrativas outras e representações locais estão ao alcance das mãos. Nesse sentido, a netnografia é uma metodologia desveladora não apenas de dados, como também de sentidos.

Palavras-chave: Narrativas Midiáticas. Interdisciplinaridade. Transversalidade. Cuiabanidade. Whatsapp.

ABSTRACT

Smartphones have been working as a new signifier of contemporary culture, in which interactivity - by itself interdisciplinary - is the driving force of new readings and meanings. The power of such devices lies, among other issues, in the dissolution of barriers, both territorial, sociocultural and economic. Factor made possible by applications such as WhatsApp, which reinvents the mobile telephony, by adding several options of creation and sharing of content, presenting as one of its characteristics, the maximum of which: anyone can produce, broadcast and share their own content, from anywhere. All this fits in with the establishment of the transversality between technology and decolonial theories, where other narratives and local representations are at hand. In this sense, netnography is a methodology that reveals not only data, but also senses.

Key-words: Media Narratives. Interdisciplinarity. Transversality. Cuiabanidade. Whatsapp.

Compreendendo transversalidade como qualidade daquilo que cruza ou atravessa determinado referente, é possível estabelecer um paralelo entre este termo e as teorias decoloniais. Pois estas últimas surgem da experiência de se viver nas fronteiras criadas pela expansão histórica da colonialidade, sobre a diversidade linguística, religiosa, social, subjetiva, econômica e política que constitui a multiplicidade que habita o mundo.

Ao trabalhar a partir destas perspectivas, o contexto e a integração entre áreas do conhecimento e mesmo entre conhecimento e saberes, ou melhor, etnosaberes passa cada vez pelo conceito de interdisciplinaridade, já que uma disciplina não consegue dar conta de explicações condizentes com a realidade contemporânea.

Realidade essa, em que os recursos tecnológicos, muitas vezes distantes da maioria da população, agora estão à disposição de quase todos. Nas palavras de André Lemos (2015), o acesso tem se dado de maneira exponencial, mesmo no Brasil, o que possibilita dizer que nos encontramos num crescente processo de democratização da comunicação. Tal revolução deve-se em grande medida à popularização dos smartphones. Telefones inteligentes, que se diferenciam dos seus antecessores, os celulares, pela união entre recursos computacionais e a funcionalidade dos aplicativos. Esses dispositivos rodam com a ajuda de sistemas operacionais, que permitem a criação de milhares de programas para os mais diversos usos. Assim é que um aparato se torna instrumento de uma revolução, sobretudo porque “as tecnologias móveis de comunicação transformam as maneiras de interagir com os outros através da criação de um espaço híbrido, que combina o físico e o virtual, a voz e a Internet, sons e imagens” (SILVA, 2004, p. 137).

O acúmulo de espaços híbridos, ou alastramento deles, gradualmente, passa a constituir uma realidade híbrida. Este é o ponto de destaque das tecnologias móveis, pois a partir do desenvolvimento dos smartphones e todos os aparelhos móveis, não apenas se formam espaços híbridos, mas se conjecturou toda uma realidade híbrida, caracterizada pela conexão constante e perene.

A partir da propagação dos smartphones, “as bordas entre os espaços digitais e físicos, aparentemente claras com a internet fixa, tornam-se difusas e não mais completamente distinguíveis”, como explica Silva (2006, p. 28). Ela segue dizendo já não ser mais possível saber onde começa uma e onde termina outra realidade, porque elas tornaram-se imbricadas, uma está contida na outra o tempo todo.

Desse modo, os smartphones vêm funcionando como elementos ressignificadores de toda a cultura em que a interatividade – por si só interdisciplinar – é a mola propulsora de novas leituras e significações. Neste sentido, ela desfaz barreiras, tanto no sentido territorial, quanto possíveis impedimentos sociais, culturais e econômicos.

Seguindo essa linha de pensamento, o WhatsApp é um dos aplicativos mais potencializadores do smartphone, porque reinventa a telefonia móvel, ao agregar em si várias opções de criação e compartilhamento de conteúdo, apresentando como uma de suas características, a máxima de que qualquer pessoa pode produzir, difundir e compartilhar seu próprio conteúdo, a partir de qualquer lugar.

Disponibilizado em fevereiro de 2009, este aplicativo é fruto do descontentamento de seus criadores Jan Koum e Brian Acton com a publicidade, os jogos e os habituais pop-ups e anúncios comerciais, que poluíam o site Yahoo, no qual eles trabalharam por mais de vinte anos. A dupla de inventores teve sempre em vista que o processo de troca de mensagens entre amigos, familiares ou casais é um ato muito íntimo e, a partir disso, compreenderam que tal ação deveria ser otimizada ao máximo.

Assim, um movimento quase que natural fez com que a interface criada fosse simples e intuitiva, com a possibilidade de otimização da troca de mensagens. Tudo pensado para melhorar a experiência do usuário, que pode trocar mensagens instantâneas, fotos, vídeos e áudios tendo como única condição o acesso à internet. Deste modo, a empresa revolucionou o segmento das mensagens convencionais, tornando obsoleto o SMS devido a dois motivos. Primeiro, porque é mais barato e segundo, porque é mais simples e possui mais recursos, que seu antecessor.

O desempenho também foi alvo de preocupação, resultando num aplicativo que gasta pouca bateria, tem baixo consumo da rede de dados, não precisa de sinal poderoso de internet para funcionar, além de permitir a instalação em celulares antigos, por pessoas que desejam simplesmente economizar com mensagens, o que o torna uma tendência em países como Índia, Rússia, China e Brasil.

Outro fator é que o WhatsApp armazena o mínimo possível de informações de seus usuários. O aplicativo não solicita qualquer tipo de cadastro a quem decide baixar o programa. No mesmo viés, a implementação da criptografia de ponta-a-ponta – que torna as mensagens ilegíveis, até mesmo para os próprios administradores do WhatsApp – causou polêmica entre usuários, empresa e justiça.

Neste panorama, emerge como objeto deste artigo, o vídeo “Cuiabozen¹”, narrativa produzida pelo sujeito-autor “Xômano que mora logo ali”, *digital influencer* cuiabano, que produz vídeos a partir de releituras de cenas midiáticas famosas. É assim tece toda uma teia de representatividade do que é Cuiabá, ser cuiabano e ou de como é a vida na capital.

Para análise deste objeto, a metodologia adotada neste trabalho é de abordagem qualitativa e o processo é netnográfico. Método investigativo decorrente da etnografia. Netnografia foi um neologismo (net+etnografia) utilizado pela primeira vez por Robert Kozinets na década de 1990, quando de seus estudos sobre *fandoms*, marketing virtual e as práticas de consumo dos internautas (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011, p. 173). Kozinets criou o termo ao aplicar os mesmos preceitos da etnografia na pesquisa ocorrida no ciberespaço, ou seja, ele observou e descreveu densamente os hábitos culturais das comunidades virtuais pesquisadas.

O objeto em questão baseou-se na cena e musicalidade do filme *Frozen*, em que originalmente, a personagem Elsa canta o hit *Let It Go*. Xômano interagiu com a cena, principalmente na criação de uma nova letra, com a peculiaridade do linguajar cuiabano. Para tanto, baseou-se na situação climática vivida pelos residentes em Cuiabá, durante o inverno de 2015, mote conveniente, na medida em que, *Frozen* também tem sua narrativa fundamentada em um problema de ordem climática. Trazendo para a cena, de vários modos, o conceito de cuiabanidade, trabalhado por Boaventura (2008) como sendo o sentimento que deixa a “vida mais solta, arejada, quente” e que se desprende de estigmas, traços, sinais e castas – típicos da arcaica cuiabanidade – para desfrutar a liberdade absoluta e brindar a cidade, que almeja ser plena de igualdade e democracia.

Desde seu lançamento em 27 de novembro de 2013, *Frozen* foi recebido com aclamação pela crítica. É uma atualização “bem estabelecida fórmula de conto de fadas da princesa Disney, com um filme que tem temas relevantes, personagens deliciosos, números musicais cativantes e adoráveis imagens digitais animadas” (SCHAEFER, 2013, tradução nossa). Com relação a prêmios, venceu o Oscar 2013 em duas categorias: Melhor Animação e Melhor Canção Original. Neste mesmo ano foi avaliado como melhor filme para se ver com a família e contabilizou uma média de 89% de críticas positivas segundo as revisões dos críticos no site Awards Daily, que o apresentou como sendo muito “bem animado, inteligentemente escrito, e abastecido com músicas cativantes, *Frozen* acrescenta outra entrada digna ao cânone da Disney”.

1 <https://www.youtube.com/watch?v=FIYOW61I7JM>

Nos primeiros 15 segundos de vídeo, todos os elementos são mantidos exatamente como na cena original: os planos, os enquadramentos, os movimentos de câmera, o filtro de cores, a melodia e a personagem. Somente após este tempo, aos 16 segundos, percebe-se que a interatividade promovida por “Xômano”, deu-se pela via da linguagem. Melhor dizendo, apenas as falas, ou em linguagem técnica, o som diegético sofreu alterações, as quais foram promovidas pela inserção de uma nova letra para a canção, que permaneceu com a mesma melodia. Assim, um leque de possibilidades foi aberto para a produção de sentidos outros, já que “o som é mais rapidamente processado pelos espectadores do que as imagens” (DANCYGER, 2003, p. 391).

Falando ainda sobre o som, esta não é uma ferramenta adjunta, ao contrário, Dancyger (2003, p. 355) explica que “a justaposição de diferentes sons ou a introdução de um som insert pode ser tão efetivo quanto uma imagem introduzindo uma ideia”. O som é justamente uma ponte que leva a geração de significados e sentidos, muitas vezes, inimagináveis, como bem lembra Michel Chion (2011), a respeito da sonoridade fílmica. Dancyger (2003, p. 391) enumera o diálogo, os efeitos sonoros e a música, como as três categorias gerais do som.

A paleta de cores da cena, em tons de azul e cinza, ressalta a tristeza e a melancolia sentidas por ela, tanto na versão original, quanto na recriação. Nesta última, inclusive, lembra os dias frios e escuros que “prendem” os cuiabanos em casa, por falta de costume com o frio, ou mesmo por carência de agasalhos.

O que se sobressai neste vídeo, como ação de interatividade, é realmente o linguajar cuiabano usado como base linguística para a composição da canção. A respeito da revisão e atualização dos processos de composição da linguagem e de instituição de sentidos, pode-se traçar um paralelo, com o conceito elaborado por Lemos (2005, p. 01), nomeado como “remixagem”. Partindo desta ideia, o autor explica a configuração das três leis fundadoras da cibercultura. Segundo ele, estas se constituem pela “liberação do polo da emissão”, pelo “princípio de conexão em rede” e pela “reconfiguração de formatos midiáticos e práticas sociais”. Desta maneira, tais leis norteiam os processos contemporâneos que ele chama de “remixagem”, que por sua vez “tem como corolário uma mudança social na vivência do espaço e do tempo” (LEMOS, 2005, p. 01).

Verifica-se que os apontamentos de Lemos estão presentes na produção deste material audiovisual, ainda que o sujeito-autor não tenha, necessariamente, refletido teoricamente sobre sua produção. O que aconteceu nesta oportunidade foi que os dialetos e as expressões locais foram expostos em toda a sua amplitude. Deste modo, “*Let It Go*” se transformou em “*Cô frio estou*”. Para a Semiótica da Cultura, este processo representa a tradução do diálogo entre os sistemas de signos e o espaço semiótico da cultura, em Irene Machado (2007), encontro o seguinte esclarecimento

As linguagens da arte e as linguagens de outros sistemas da cultura não são, por conseguinte, mecanismos de produção e transmissão, mas sim dispositivos pensantes de produção, armazenamento e, particularmente, geradores de informação nova que, ao entrar no circuito dialógico da cultura, criam mensagens que não foram desenhadas previamente por algoritmos disponíveis no sistema, nem por isso devem ser eliminadas (MACHADO, 2007, p. 67).

A propósito desta questão, Lótman (1996), ao comparar a linguagem cinematográfica com as narrativas verbais, descobre uma profunda diferença nos princípios de organização que excluem completamente a possibilidade de uma tradução unívoca. Neste caso, Lótman afirma que

[...] podemos hablar del surgimiento de nuevos textos. Así pues, el mecanismo de la traducción no coincidente [neadekvatnogo], convencionalmente equivalente, sirve

a la creación de nuevos textos, es decir, es un mecanismo de pensamiento creado (LÓTMAN, 1996, p. 45).

Este “pensamento criador” do qual fala Lótman, é empregado por Xômano a fim de traduzir a cena canônica de Frozen, para a cultura cuiabana, gerando interpretações providas de uma multitude de textos anteriores.

A condição climática de Cuiabá é uma possibilidade criativa bastante explorada por Xômano, uma vez que, as altas temperaturas é marca registrada da capital mato-grossense, frente ao restante do país. Contudo, quando o frio tenciona aparecer por aqui, a produção e a circulação de memes, piadas, chistes, etc. se avoluma sobremaneira.

Desse modo, o vídeo “Cuiabozen” evidencia do início ao fim o exagero. Em seu trabalho, Xômano mostra as reações extremadas da população, quando as baixas temperaturas atingem Cuiabá. Com humor aguçado, o sujeito-autor apresenta o drama causado pelo frio, para a população acostumada ao sol que queima, “até pranchá” (38 seg.) e “que faz até ovo no asfalto fritá cô sal” (2min. 44seg.).

Tudo isso porque os cuiabanos ou moradores locais, em sua maioria, estão acostumados ao calor de tal forma que quando o clima varia ocorre uma série de mudanças na rotina e nos comportamentos, como demonstram as expressões: “as turma qué, mas pra tchapada não vô subi”; “num posso mais nem andá”; “num quero sair, só rebuçá”; “Num mi importa, eu num vô trabaiá”; “o frio num faz nem eu querê cotchá”. Essas expressões provocam o riso, porque fazem referência a atos corriqueiros dos moradores da baixada cuiabana.

“Subir para a Chapada” (no vídeo se pronuncia Tchapada, em função da fonética cuiabana) é quase um lugar comum de quem busca refrescância nos rios e cachoeiras da cidade turística, de temperatura muito mais amena que Cuiabá, por causa da altitude de aproximadamente 800 metros acima do nível do mar. A frase também pode representar o desejo de um contato maior com a natureza, que traz consigo sentimentos de paz e pensamentos exotéricos e místicos (muito presentes na cultura local). Um dos maiores eventos da cidade é o Festival de Inverno (que acontece geralmente entre julho e agosto).

“Num posso mais nem andá” demonstra o exagero da personagem, que se vê paralisada, como se estivesse realmente congelando com o frio. Devido à falta de agasalho (“brusa”), ela torna-se impedida de fazer uma das coisas que o povo cuiabano mais gosta, que é socializar, andar, ir ao encontro de outras pessoas, na rua, nos parques, nos bares ou em qualquer lugar. Por isso, ela desiste de ir a qualquer lugar e diz: “num quero sair, só rebuçá”, o que reforça a frase anterior e apresenta o termo “rebuçá”, neste contexto, significando cobrir, proteger-se do frio, ficar em casa debaixo das cobertas. Deste modo, o frio vai alterando a rotina de tal maneira, que a personagem, assim como uma grande parcela da população local, ao viver essa experiência, nem calcula as consequências de seus atos e declara:

“Num mi importa, eu num vô trabaiá” projetando a questão, inicialmente sociocultural, para uma dimensão econômica/trabalhista. O que imprime ainda mais seriedade, ou melhor dizendo, ainda mais exagero à questão, que aliás, retorna ao âmbito sociocultural quando ela pronuncia o refrão: “o frio num faz nem eu querê cotchá”, que é a chave de ouro que marca o meio do vídeo e principalmente o final, pois significa que o frio de tão profundo (pelo menos na visão dos cuiabanos) chega a ser brochante, pois não dá vontade, nem mesmo de manter relações sexuais.

A situação retratada no vídeo é atípica, porque no mês de abril — quando começou a circular pela rede —, em geral, não se verificam baixas temperaturas e essa massa de ar frio foi tão

intensa que pegou a todos desprevenidos, por isso o exagero. Como bem ressalta Bergson (1980, p. 60)

Falar das pequenas coisas como se fossem grandes é, de modo geral, exagerar. O exagero é cômico quando é prolongado e sobretudo quando é sistemático: de fato, é o caso quando surge como processo de transposição. Faz rir tanto que alguns autores chegaram a definir o cômico pelo exagero[...].

Assim, a partir do exagero, o riso flui no vídeo em questão, justamente porque o sujeito-autor traz à tona elementos que o reiteram, tais como: referências ao clima frio, mudanças drásticas de hábitos e vocábulos regionais.

A releitura também trata de um momento de transição, no entanto, de temperaturas, como se percebe na frase “Cadê o sol que tava aqui até ontem de tarde? ” (2’38”). Pelo conflito entre sair ou não de casa em meio ao frio incomum que se instalou na baixada cuiabana à época, a personagem se tornou cômica. Assim, ela vai desde a primeira frase pronunciada (“Djá posso sentir a dor no pulmão”), até o final do vídeo (“O frio não faz nem eu querer cotchá”), elencando as várias desvantagens ocasionadas pelo frio, sobretudo, em uma cidade tão quente, em que o sol faz até ovo fritar no asfalto.

As produções/reproduções de textos pelas novas mídias, no que diz respeito às reescrituras de textos, só têm sido possíveis pela própria constituição de aplicativos como o Whatsapp, que de certa maneira, atuam democraticamente ao possibilitar que pessoas sem conhecimento técnico ou equipamentos caros (câmeras, lentes ou computadores) produzam e difundam suas criações, pontos de vista e/ou opiniões, sejam elas imagéticas, sonoras ou audiovisuais. Torna-se relevante ter o Whatsapp como cenário de pesquisa, quando se tem em conta que, este é um dos ambientes digitais mais utilizados pela sociedade contemporânea insuficientemente explorado pela academia.

“Xômano que mora logo ali” atua, por vezes, como palhaço que, mesmo triste busca no riso sua arma. Principalmente quando convida o público a rir, inclusive dele próprio, ao explorar o sotaque nas dublagens dos vídeos. Seguindo essa linha de pensamento, acreditamos que as chamadas Epistemologias Outras ressoam aqui, quando se volta o foco para narrativas provenientes da baixada cuiabana, que adentra o ciberespaço pelo *WhatsApp*, uma vez que, este tipo de narrativa pode ser considerado uma “arma” do pobre para enfrentar opressões às quais está submetido, bem como o processo de imposição de subjetividades capitalísticas (GATTARI; ROLNICK, 2008). Os vídeos estudados aproximam-se de expressões artísticas que funcionam como o que Deleuze (1987) chama de “atos de resistência”.

O *WhatsApp*, além de representar a revolução do modo de comunicar, também simboliza uma ruptura com os antigos paradigmas da área das comunicações. Entretanto, apesar disso, ele coexiste, com as mídias de massa, no momento em que elas se valem dele para se reinventarem, visando atrair o público contemporâneo, desta forma as narrativas construídas e distribuídas a partir desta plataforma/aplicativo tornam-se cada mais potencializadoras de transversalidade e interdisciplinaridade. Pensando neste contexto percebe-se que esta é uma plataforma que auxilia no desenvolvimento de inúmeras relações de interação mútua, uma vez que a grande maioria das conversas travadas por esta via são iniciadas por um interagente, que não sabe qual será a reação do outro.

De qualquer modo, a relação estabelecida se constituirá a partir dele (o autor), da sua relação com os demais interatores e do contexto em que a relação acontece, pois, como problematiza Primo (2011, p. 114), se não é possível “localizar o ponto zero de uma ação social, não se pode,

por outro lado, supor que uma interação mútua comece do nada”, porque, se assim fosse, “estar-se-ia desconsiderando a própria historicidade”.

Para também nos auxiliar neste debate, utilizamos os apontamentos de Eni Orlandi (2004) =, que disserta sobre uma das maiores problematizações que o avanço da tecnologia, principalmente o desenvolvimento da *Internet*, tem suscitado: a questão da autoria. No livro *Interpretação: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico*, esta autora estrutura a ideia da função de autor, conjecturada de modo particular pela história. De acordo com Orlandi (2004), “a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim” (ORLANDI, 2004, p.69). A pensadora conclui dizendo que é na função-autor que o efeito da historicidade aparece de forma mais visível, porque tornam mais claros certos aspectos da interpretação (ORLANDI, 2004, p.71).

Já Lúcia Santaella (2007, p. 71-72) explica que, no contexto do que ela chama de cultura pós-humana, opera-se um giro radical nos processos de produção e criação, sobretudo, quando esses são mediados pelo computador e suas extensões. Isso porque este “não é uma máquina mecânica como era a câmera fotográfica tradicional. Ele não é um simples simulador de nossos gestos e sentidos, mas de nossa mente” (SANTAELLA, 2007, p. 67). Segundo a autora, as tecnologias da inteligência que são, ao mesmo tempo, tecnologias interativas, “nublaram as fronteiras entre produtores e consumidores, emissores e receptores” (SANTAELLA, 2007, p. 79), que, nas formas literárias, no teatro, no cinema, na televisão e no vídeo tradicionais eram relativamente claras.

Mas, quem seria o autor e qual sua atuação, na contemporaneidade? Orlandi (1988, p. 77) afirma “que o autor é a função que o eu, assume enquanto produtor de linguagem”. A autora coloca que tal função ocorre quando o produtor da linguagem se representa na origem. Ela explica que a noção de autoria distingue o autor do enunciador e do locutor, desta forma, a função-autor

não se limita, como em Foucault (1983), a um quadro restrito e privilegiado de produtores “originais” de linguagem (que se definiriam em relação a uma obra). Para nós, a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto, com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social (Orlandi, 1993): o autor responde pelo que diz ou escreve pois é suposto estar em sua origem. Assim, estabelecemos uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto (entre dispersão/unidade, etc.) (ORLANDI, 1988, p. 69).

Sob essa perspectiva, o autor é responsável pelo que diz ou escreve e, após este processo, ele instaura um lugar de interpretação no meio de outros discursos já existentes (ORLANDI, 2004, p. 69-70), pois que sua relação com o exterior (social) é de muita afetação.

Paralelamente à figura do autor, emerge, no contexto contemporâneo, um novo ator social, o internauta. Este foi definido, por Néstor Garcia Canclini (2015, p. 22), como sendo um “agente multimídia que lê, ouve e combina materiais diversos, procedentes da leitura e dos espetáculos”. Isso o distanciou dos antigos leitores, pois ele articula e integra ações e linguagens independentemente da escola como principal lugar de aprendizado, já que alcançou a autonomia no campo educacional e dissipou as fronteiras entre épocas e níveis educacionais, como pontua Canclini (2015, p.52). Esses agentes são responsáveis pela popularização de um novo movimento, chamado “pirataria”, nome que o autor diz que

(...) costuma ser dado aos que reproduzem, sem autorização e com fins comerciais, textos, imagens, músicas e outros bens culturais cujos direitos estão protegidos por lei. Diferentes sociedades entendem de modos diversos o conteúdo desses direitos, quem são os autores e como protegê-los. A concepção jurídica predominante nos países latinos atribui a propriedade intelectual ao criador das obras literárias, artísticas, musicais, audiovisuais ou científicas. O direito anglo-norte-americano estabelece o copyright, noção centrada nos direitos de reprodução, que abrange um espectro mais amplo: gravações sonoras, emissões de rádio ou televisão, incluindo ou tratando de incluir, recentemente, os suportes digitais. Nos países onde ainda se reconhece a autoria pessoal, os direitos são concedidos aos escritores que os vão transferindo para as empresas na medida em que a reprodução industrial das obras exija maiores investimentos. Um exemplo: quando foram distribuídos os prêmios Oscar em 2007, Martin Scorsese recebeu a estatueta como melhor diretor pelo filme *Os Infiltrados*, porém quando esse mesmo filme ganhou o prêmio de melhor filme, quem foi recebê-la foi o produtor. Além das discrepâncias sobre quando deve prevalecer a propriedade intelectual ou a comercial, a atribuição da autoria, baseada no também polêmico conceito de originalidade, tem sido questionada por teóricos da literatura e das artes, pelos próprios artistas e escritores (desde Duchamp e Borges, até os DJs e os artistas recicladores que pós produzem a partir do trabalho de outros) (CANCLINI, 2015, p. 52).

Ligando a noção de autor concebida por Orlandi à noção de internauta encontrada em Canclini verifica-se como ocorrem os processos de interação e interatividade, principais responsáveis pela revolução das comunicações na era cibernética.

Por fim, podemos chegar à conclusão de que WhatsApp possibilita a transversalidade das linguagens e a transposição de meios, aparentemente rígidos. Logo, é possível intervir e recriar produções icônicas do cinema hollywoodiano. “Cuiabozen” apresenta-se como produto icônico da cultura contemporânea, devido a sua imersão no linguajar local, produzindo assim sentidos, principalmente nessa localidade.

REFERENCIAS

Boaventura, T. d. (05 de 11 de 2008). **Gazeta Digital**. Fonte: Gazeta Digital: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/193730/t/cuiabania-versus-cuiabanidade-2>

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. Itaú Cultural, 2015.

CONNECTA - André Lemos discute internet, cibercultura e sociabilidade. 2015. Disponível no canal da WebTV UFBA. Endereço eletrônico: <<<https://www.youtube.com/watch?v=D4x5tliWGpA>>> Acesso em 21 de outubro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. Palestra de 1987. Edição brasileira: Folha de São Paulo, 27/06/1999. v. 27, p. 4, 1999. Tradução José Marcos Macedo.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo. Editora 34, 1995.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4.ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

POSSARI, Lúcia Helena V. Produção de material didático para a EaD. In.: NEDER, Maria Lucia Cavalli; POSSARI, Lucia Helena Vendrúsculo. Educação a Distância: Material didático para a Ead: processo de produção. Cuiabá: EdUFMT, p. 47-62, 2009.

SANTAELLA, Lúcia. **Da cultura das mídias à cibercultura**: o advento do pós-humano. Revista FAMECOS, dez / 2003 <<<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/22/a03v1n22.pdf> acesso>> Acesso em: 19.02.2017

SILVA, Adriana de Souza. **INTERFACES MÓVEIS DE COMUNICAÇÃO E SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA de ambientes de multiusuários como espaços (virtuais) a espaços (híbridos) como ambientes de multiusuários (tese de doutorado)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível in: <<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp023362.pdf>>> acessado em 01 de março de 2016.

_____, Adriana de Souza. **Do ciber ao híbrido**: Tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos. Imagem (ir) realidade: comunicação e cibermídia. Porto Alegre: Sulina, p. 21-51, 2006.

O PAPEL DO ALUNO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E OS PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO

Camila Cabral de Castro

*Professora do estado do Rio de Janeiro
milinhapitanga@hotmail.com*

RESUMO

Com base na importância da educação para a sociedade brasileira em geral, é apresentado um programa de aceleração da aprendizagem voltada aos jovens com distorção idade/série. Este trabalho tem como objetivo identificar as vantagens dos programas de aceleração, em especial o “Programa Autonomia” para a melhor compreensão do ensino/aprendizagem por parte dos jovens. Houve aplicação de questionário junto aos estudantes com a finalidade de observar como os mesmos reagem ao programa e, se apreenderam o que foi explicado; e levantamento dos cursos de formação feitos pelos professores. Associaram-se as metodologias quantitativa e qualitativa, para destacar a visão dos alunos e professores acerca do programa, levando em consideração seus sentimentos, opiniões, anseios e frustrações. As facetas, indagações e funcionamento dos programas de aceleração, foram respondidos e se mostraram claros para a população se interessar em conhecê-los e fazerem parte deles, para assim aprimorá-los.

Palavras-chave: Programa Autonomia. Aluno. Rede pública.

ABSTRACT

Based on the importance of education for the Brazilian society in general, a program of acceleration of the learning directed towards the young people with age / series distortion is presented. This work aims to identify the advantages of acceleration programs, especially the “Autonomy Program” for a better understanding of teaching / learning by young people. A questionnaire was applied to the students with the purpose of observing how they reacted to the program and, if they learned what was explained; and survey of training courses made by teachers. Quantitative and qualitative methodologies were added to highlight students ‘and teachers’ view of the program, taking into account their feelings, opinions, hopes and frustrations. The facets, inquiries and operation of the acceleration programs were answered and were clear for the population to be interested in getting to know them and to be part of them, in order to improve them.

Key-words: Autonomy Program. Student. Public network.

1 SUMÁRIO DO PROBLEMA

Uma das discussões mais levantadas, tanto no meio acadêmico, como no cerne da sociedade civil é sobre a crise pela qual passa a educação brasileira nesse novo cenário mundial, marcado por profundas transformações ocorridas nos pilares econômico, político e social. Essas mudanças foram possibilitadas graças ao advento das tecnologias, iniciado a partir do século XVIII, com a I Revolução Industrial, que modificou a relação homem/natureza e aumentou a capacidade de transformação do meio ambiente. Mais tarde, já no final do século XIX, isso se intensificou com a eclosão da II Revolução Industrial, baseada na descoberta de novas matrizes energéticas, tais como o petróleo e a eletricidade. Mas foi a III Revolução, a chamada científica-tecnológica, a partir de 1970, que se disseminaram as tecnologias informacionais, dentre as

quais estão os computadores, satélites, cabos de fibra ótica, telefones digitais, internet, e uma variada gama de recursos técnico-científicos que hoje se fazem presente em nosso cotidiano. Diferentemente das revoluções anteriores, que foram movidas por uma fonte energética, a III, ora em curso, tem como característica o conhecimento.

A aprendizagem não depende apenas da estrutura biológica, mas também do meio da qualidade dos estímulos recebidos desde a infância. Portanto, cada pessoa tem uma história particular e única, formada por sua estrutura biológica, social e cultural.

A escola é um local formado por uma população com diversos grupos étnicos, com seus costumes e suas crenças.

Diante da diversidade de culturas dentro é de competência do professor, ter objetivos e resultados que pretendem alcançar com uma atividade para que os alunos tenham as mesmas oportunidades, mas com estratégias diferentes.

A aprendizagem nessa abordagem tem a configuração centrada no aluno, enfatizando a importância do diálogo, conhecer contexto social do aluno, sua bagagem cultural.

Neste ponto, considerando que professor e alunos sejam sujeitos de uma relação recíproca de aprendizagem, torna-se possível diminuir as distâncias, as diferenças e as variações de alcance. O professor ao promover o desenvolvimento de visão de mundo, do aluno, "faz acontecer à educação", quando essa conexão é mediada pelo diálogo.

Para Paulo Freire, o fim maior da educação deve ser desenvolvido a partir do diálogo e da consciência, onde as pessoas podem lutar por sua liberdade, contra a máquina opressora do capitalismo. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que toda aprendizagem é transformadora.

A aprendizagem transformadora acontece nas modalidades formal e informal, por uma ação plena de reflexão crítica do aluno e do professor, com embasamento na prática e na ação de suas experiências e de sua interação com o meio social.

Neste sentido, o educando é competente em exercer a construção de sua aprendizagem, mobilizando-a para transformar a si próprio, construindo sua alteridade e compreendendo sua identidade. Portanto, a aprendizagem transformadora possibilita que o aluno, aprenda a ser, a viver, a conviver, a conhecer e a fazer, ou seja, a construir e compartilhar.

Com base na importância da educação para a sociedade brasileira em geral, são apresentados alguns programas de aceleração da aprendizagem voltado aos jovens com distorção idade / série. Pode-se citar, por exemplo, o Programa Autonomia que acontece dentro do território nacional, especificamente em alguns estados (Amazonas, Bahia, Pernambuco), entretanto em cada estado ele possui um nome diferente. No estado do Rio de Janeiro é conhecido como o "Autonomia", que antes era considerado Projeto, mas como foi reformulado, sua nomenclatura mudou.

A partir disso, este trabalho tem como objetivo identificar as vantagens dos programas de aceleração, em especial o "Programa Autonomia" para a melhor compreensão do ensino/aprendizagem por parte dos jovens.

Sabe-se que esse problema levantado, é questionado e discutido por diversos meios e níveis educacionais, entretanto ainda não foi verificado um meio pelo qual professores e alunos estejam "intimamente" inseridos no contexto educacional. Exatamente por essas dificuldades que surgirão, para tentar conter e fazer a diferença, os programas de aceleração do ensino.

Entretanto, será que realmente esses programas funcionam na prática, baseado no discurso da teoria? Para a verificação correta dessa questão serão feitos e aplicados questionários aos discentes e docentes inseridos no programa, juntamente a isso uma proposta de atividade para os alunos desenvolverem.

2 INTRODUÇÃO

2.1 O FRACASSO ESCOLAR

Todavia a educação é algo que deve alcançar à todos de maneira geral, entretanto é explícito as dificuldades existentes para essa inserção. Pois bem, será dissertado neste tópico o porquê de se terem procurado e constituídos programas de aceleração.

O fracasso escolar possui uma longa trajetória, ANGELUCCI at al. (2004) cita um histórico da(s) origem(s) das pesquisas educacionais no Brasil. Destaca que a pesquisa educacional teve seu marco antes mesmo “dos órgãos governamentais”, nos períodos de 1940-1955; 1956-1964.

Os primeiros anos serviram para reconhecer a pesquisa como fator relevante do discurso da educação. ANGELUCCI at al. (2004, p.53)

“A relação entre a pesquisa e a política de educação foi primeiramente entendida em termos rigidamente instrumentais: cabia aos pesquisadores trazer subsídios práticos à formulação e avaliação de ações oficiais no campo da educação escolar”.

Iniciaram a partir disso, estudos com psicologia do ensino e aprendizagem e a criação de instrumentos para avaliação psicológica e pedagógica do discente. Desde essa época, os psicólogos estiveram à frente das questões educacionais. Estudando, pensando e buscando solucionar os problemas no campo da educação.

Com o objetivo de “alavancar” o país economicamente, começou-se a procurar formas de acesso à educação voltada à população, mas desde sempre o fator crucial para estar incluso nesse processo era o quanto de riqueza a família possuía.

A educação era algo caro, picos podiam frequentar a escola. Não tínhamos o que conhecemos hoje por universalização do ensino, que na maior parte não é de qualidade. E com certeza, foi a partir daí que a ideia dos programas de aceleração começou a ser pensados, antes mesmo de saberem.

(...) nos anos 1980, teses discutem o caráter ideológico de concepções do fracasso escolar, que retiram a escola e as práticas que nela se dão de seu contexto econômico e político, e põem em questão o caráter neutro ou desinteressado da ciência.

A educação não é neutra, por isso, há interferência de diversos setores, inclusive econômico privado, ditando o que é certo ou errado no contexto de entendimento dos mesmos.

Para NASPOLINI (2001), “por muito tempo o acesso à escola foi privilégio de poucos. A escola pública de melhor qualidade (rara) exigia uma prova seletiva para nela ingressar ou um cartão de apresentação de alguém influente”, confirmando o que foi citado anteriormente.

A formação continuada dos professores que deve ser oferecida pelos órgãos públicos educacionais, assim como o governo estadual, é extremamente necessário. Lembrando que qualificar professores não é somente oferecer cursos, mas sim dar suporte financeiro, boa estrutura das unidades escolares para o trabalho e incentivar a inserção da família na escola.

Com isso, Capacitar professores, dentro desta proposta, não se limitaria apenas à exigências de titulação e formação acadêmica; seria necessário que as unidades escolares, ao elaborarem seus projetos pedagógicos, enfatizassem a atuação destes professores, estimulando a sua criatividade, fornecendo suporte para o desenvolvimento do seu trabalho, criando oportunidades para a troca de experiências entre os docentes por meio da oferta de treinamentos constantes e direcionados para a sua clientela e para a comunidade em que a escola se insere.

Entende-se que nos programas de aceleração, é nítida a falta de autonomia do professor, pois há uma baixíssima participação na realização deste como um todo. Os Programas se inserem em um contexto específico político, econômico e social, que tem como característica a forte presença de empresas privadas na elaboração, execução e avaliação das políticas educacionais, quando se tem a ideia de que o Estado se mostra ineficaz na realização das suas funções.

2.2 O PROGRAMA AUTONOMIA

Partindo do pressuposto da necessidade de se conhecer os programas de aceleração e sua relevância no cenário educacional brasileiro, especificamente no estado do Rio de Janeiro, se tornará conhecido a partir daqui o “Programa Autonomia”.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação do Governo do Rio de Janeiro, o “Autonomia”,

é um programa de aceleração de estudos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. O projeto atende alunos com idades entre 13 e 17 anos que queiram concluir o Ensino Fundamental, e entre 17 e 20 anos que queiram fazer o Ensino Médio em menos tempo.

Com isso, fica claro que esse programa visa reduzir as desigualdades de idade e ano de estudo na vida do educando. É voltado, para aqueles alunos que por motivos diversos não puderam frequentar a escola no tempo certo, e que desejam voltar para a sala de aula, tal sua relevância, já identificada para o mercado de trabalho.

O programa possui um objetivo principal: “proporcionar a conclusão dos estudos de alunos com idade elevada em menos tempo, aliando recursos tecnológicos a uma metodologia de excelência”. Não pode-se esquecer um dado extremamente importante, o Autonomia acontece em parceria com a Fundação Roberto Marinho, é ofertado na rede estadual desde 2009 e em outros estados desde 2000. Portanto, é um programa financiado pelas “Organizações Globo”, assim como muitos outros.

Em 2012, o programa Autonomia atendeu 24.223 alunos. A previsão para 2013 é oferecer a oportunidade para 36 mil estudantes dos ensinos Fundamental e Médio. Com a continuidade dos estudos, o estudante tem a possibilidade de acesso ao emprego e renda e à inserção nos diferentes espaços da vida social.

Nas aulas do programa utiliza-se um material, produzido há algum tempo, conhecido por Telecurso, junto a ele livros, DVDs, e um tipo de metodologia um tanto quanto diferenciada, chamada de Telessala “ambiente de aprendizagem prazeroso, participativo que estimula a pesquisa e criatividade”.

O Autonomia tem um professor para trabalhar todas as disciplinas. Ele têm papel fundamental no processo de aprendizagem, pois, com a mediação do professor, os alunos constroem a autonomia da sua aprendizagem. O programa tem duração de dois anos e está dividido em quatro módulos, um por semestre. O número de disciplinas por módulo é menor que o do ensino regular, o que facilita a aprendizagem do aluno. Nele, o conteúdo de cada disciplina é ensinado integralmente em um único módulo. As disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são desenvolvidas nos quatro módulos. O Autonomia oferta também as disciplinas de Teatro e Música. As aulas são presenciais, de segunda a sexta-feira, com a carga horária diária reduzida de quatro horas por dia.

Entende-se que o programa possui um enfoque maior nas disciplinas de Língua Portuguesa e matemática, inclusive, foram inseridas (visto sua eficácia) projetos chamados de “Percurso Livres” de Português e Matemática.

Ora, por que não foram constituídos percursos livres de Geografia, História, Língua Estrangeira, Filosofia, Sociologia etc? Vale ressaltar que são convidados a participar os professores de cada disciplina para auxiliar, com embasamento teórico dos conteúdos solicitados, os outros professores responsáveis por suas turmas do Autonomia.

Os jovens que procuram esse programa tem a finalidade de se “candidatarem” ao mercado de trabalho, então na busca por um emprego, sem o ensino médio no currículo, saíram muitas vezes frustrados das entrevistas de trabalho ao se depararem com esta recomendação.

Esses alunos ainda tem a oportunidade de participarem de uma formatura, financiada pela Fundação Roberto Marinho, na qual sempre um cantor famoso na mídia faz um show para os mesmos e convidados. Ou seja, o programa conta com muitos recursos financeiros no seu processo de desenvolvimento e conclusão. Apresenta também a eficiência e utilidade da tecnologia no meio educacional.

2.3 O USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Candau (2000) nos mostra como se faz emergente reformar o campo educacional. Ela nos revela os desafios que a escola terá de enfrentar nessa sociedade, onde a informação está ao alcance das mãos, mas apenas de uma minoria. Se antes a escola era o único lugar de se obter informação, agora ela passa a “competir” com os outros diversos meios de comunicação. Nesse sentido, a escola precisa se reinventar, assumir um novo caráter; ela passa agora a ser “um espaço de diálogo entre os diferentes saberes – científico, social, escolar, etc.- e linguagens”, estimulando a capacidade intelectual do indivíduo, formando, antes de tudo, sujeitos pensantes, conscientes de seu papel político e social. Para tal, Candau defende a construção de “ecossistemas educativos”, nos quais o processo de escolarização não segue um padrão único e sim pluralista, em diferentes espaços de conhecimento, seja ele formal ou popular, presencial ou virtual, sistemático ou assistemático.

Nesse mesmo sentido Aranha (1996) afirma, ao analisar as concepções pedagógicas com relação ao novo papel que a escola tende a assumir, que além da formação profissional, a escola também deve ser responsável pela formação ética, moral e social, o que antes era de responsabilidade da família. Ela também reforça a importância da dupla função da escola: a de transmissora da herança cultural, pela necessidade de se transmitir todo o saber acumulado às gerações futuras, e a de local privilegiado para a crítica do saber apropriado.

Em sua obra, Libâneo (2000) trata de questões referentes aos problemas educacionais atuais, fazendo uma análise dos meios de comunicação. Para este autor, cabe ao professor assumir a mediação da interação aluno/tecnologia, de modo que ele possa construir o seu conhecimento em um ambiente desafiador, desenvolvendo sua autonomia e criatividade. Ele também nos direciona a pensar sobre a importância do professor frente à modernização e relata sobre a aversão que os educadores têm em relação às tecnologias, chamando-os a se adequarem nessa nova conjuntura educacional.

Libâneo aborda ainda que estamos vivendo uma crise em todos os setores da sociedade, marcada pelos avanços na comunicação e na informática, provocando profundas mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais. Assim, faz-se necessário criar uma nova escola que realmente possa atender a essa nova sociedade, com reformulações em seu papel e deixando de ser mais um lugar de reprodução do sistema, de afirmação da classe dominante. É preciso que não deixemos de acreditar na ação transformadora que a escola possui.

Nesse contexto, as novas tecnologias não são a solução para a melhoria na qualidade do ensino nas escolas. Sabemos que é possível os educadores utilizarem-se das novas tecnologias da

comunicação como metodologia de ensino, para facilitar a relação ensino/aprendizagem, melhorar a comunicação entre professores e alunos, deixando-os mais próximos da realidade social. Por outro lado, isso não significa que o uso desses recursos possa suprir a deficiência do ensino. Sabemos também que muitos professores resistem às mudanças e muitos deles sequer sabem interagir com esses meios. É preciso que a escola se adapte às novas exigências da sociedade informacional, que os professores se atualizem, se informem, se insiram a configuração atual das novas tecnologias, mas não adianta apenas ter o acesso a esses recursos, pois a crise no sistema educacional brasileiro vai além dessa realidade.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Haverá aplicação de questionário junto aos estudantes com a finalidade de observar como os mesmos estão reagindo ao programa e, se apreendem o que é explicado; levantamento dos cursos de formação feitos pelos professores, para facilitar a transmissão dos conteúdos; e sugestão para construção de uma atividade a ser realizada pelos alunos no formato de um *folder*, chamando a atenção dos outros alunos da unidade escolar.

A fim do desenvolvimento da pesquisa, utilizar-se-á o método da Triangulação, já que associarei as metodologias quantitativa e qualitativa, pois buscarei destacar a visão dos alunos e professores acerca do Programa Autonomia, levando em consideração seus sentimentos, opiniões, anseios e frustrações.

Perguntas padronizadas e não padronizadas serão feitas (no modelo dos questionários que se encontram em anexo no final do trabalho). Questões essas, destinadas tanto aos alunos quanto aos professores participantes do Programa.

Durante o período de realização do trabalho proposto, o passo-a-passo se baseará no cronograma exposto (o qual está incluso no projeto), portanto a pesquisa constará de:

1.º Passo - A pesquisa se norteará por uma extensa revisão bibliográfica, para dessa forma, embasar teoricamente o estudo em questão.

Artigos científicos relacionados ao assunto, a pesquisa por dados também altamente relevante, sendo feita por um levantamento atencioso e altamente observador.

2.º Passo - Assim como o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental apresenta-se importante. Irei à procura de documentos consistentes a respeito do programa, pois as leituras são parte integrante do processo.

3.º Passo - Após esses levantamentos bibliográficos, de dados e documentais, iniciarão discussões concernentes sobre o tema do trabalho, como sua origem, seu processo de desenvolvimento, suas influências e implicações etc.

4.º Passo - Os questionários serão entregues e aplicados aos participantes do projeto, contendo perguntas abertas e fechadas.

5.º Passo - Com os questionários respondidos, será feita uma tabulação, formando assim um banco de dados obtidos com as respostas dos mesmos, sendo objetos de análise.

6.º Passo - Com a análise dos questionários em mãos, será sugerido aos professores que proponham a seus alunos, a confecção de um *folder* sobre o meio ambiente que gere uma apresentação e discussão na unidade de ensino. Pois é clara a relevância da mesma para a vida da sociedade e os jovens precisam estar atentos a essas questões que cernem o cotidiano atual.

7.º Passo - Revisão e finalização do texto do trabalho e emissão do artigo para a publicação.

4 RESULTADOS

Atualmente verificamos que a educação ainda é dividida em classes sociais, pois todos podem ter acesso ao ensino, entretanto nem todos estão inseridos fundamentalmente no ambiente escolar.

Somente os mais “endinheirados” chegam à universidade pública, a de qualidade (considerada a melhor) que seria para a classe menos abastecida, porém não é isso que identificamos. Claro, que oriundos do ensino público conseguem, mas são casos raros.

O cenário pode estar mudando, mas o governo tem como finalidade o “quantitativo”, ele não se preocupa com o nível de educação que o aluno tem, ou ainda, não valoriza a qualificação do profissional da educação. Como é possível se dedicar aos alunos e se preparar adquirindo mais conhecimento em cursos de pós-graduação? Um somatório difícil esse.

De qualquer forma, o que se propõe neste trabalho, e espera ser alcançado, é a existência dos programas de aceleração educacionais e sua eficácia, no que tange aqui ao Programa Autonomia, um dos mais conhecidos e difundidos no estado do Rio de Janeiro.

Na execução deste projeto, as facetas, indagações e funcionamento dos programas de aceleração, foram respondidos e se mostraram claros para a população interessar em conhecê-los e fazerem parte deles, para assim aprimorá-los.

5 CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO - Ano: 2014 - 12 meses												
Atividades/Etapas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Pesquisa Bibliográfica e Levantamento de Dados												
Pesquisa Documental												
Discussão												
Confecção dos Questionários												
Aplicação dos Questionários												
Transcrição dos Questionários												
Tabulação dos Dados												

Construção do Banco de Dados													
Análise dos Dados													
Tratamento Representação gráfica													
Entrega da versão final													
Execução do Artigo													
Envio do Artigo													
Publicação do Artigo													

6 REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA Digital Paulo Freire. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2003. Apresenta mídias inéditas sobre a vida e obra de Paulo Freire. Disponível em: <<http://www.paulofreire.ufpb.br>>

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. *SEEDUC* - <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1218602>

SITE O GLOBO.COM/EDUCAÇÃO <http://oglobo.globo.com/educacao/programa-autonomia-forma-4700-alunos-de-todo-estado-do-rio-no-ensino-medio-2787534>
Publicado: 13/10/11

ANGELUCCI, Carla Biancha; KALMUS, Jaqueline; PARARELLI, Renata; PATTO, Maria Helena Souza. *O Estado da Arte da Pesquisa Sobre o Fracasso Escolar: um estudo introdutório*, Universidade de São Paulo (USP). Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan./abr. 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

CANDAU, Vera Maria. *Construir ecossistemas educativos: reinventar a escola*. Rio de Janeiro, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educacionais e profissão docente*. 4 ed- São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Questões da Nossa Época; v. 67.

NASPOLINI, Antenor. *A reforma da educação básica no Ceará*. Estudos Avançados 15 (42), 2001.

VEIGA, Laura da; LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira; DUARTE, Vanda Catarina. *Revista de Administração Contemporânea*. On-line version ISSN 1982 7849 Rev. adm. contemp. vol.9 no.3 Curitiba July/Sept. 2005 <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552005000300008>

FREITAS, Carmen Cunha R. PICCININI, Claudia L. LIMA, Leticia Bezerra de Lima. MAGALHÃES, Ligia Karam Corrêa de. *A Iniciativa Privada na Educação Pública: O caso do Programa Acelera Brasil*.

MANSO, Márcia Helena Siervi. *Aceleração da Aprendizagem: Algumas Considerações sobre Projeto "Acelerar para Vencer" (PAV) em Minas Gerais* CEUNES/UFES/ES

PARENTE, Marta Maria de Alencar. LÜCK, Heloísa. *Mecanismos e Experiências de Correção do Fluxo Escolar no Ensino Fundamental* - Brasília, Julho de 2004.

ANEXOS

Questionário (1)

- *Destinado aos alunos:*

1. Idade _____

2. Estudou quantos anos no Ensino Regular? _____

3. Participa de algum projeto remunerado? Qual?

4. Por que você entrou no Programa Autonomia?

a) () Para aprender os conteúdos

b) () Os professores são legais

c) () Quando terminar o curso terei um emprego

d) () Não tinha outra opção

e) () Outros

5. O que levará consigo ao fim do curso?

a) () Conhecimento

b) () Amigos

c) () Não pensei nisso

d) () Nada

e) () Outros

Questionário (2)

- *Destinado aos professores:*

1. Há quanto tempo está na rede estadual de ensino? _____

2. O que mais te satisfaz na sua profissão?

3. O fato de ser professora acrescenta em que na sua vida?

4. Por que entrou no Programa Autonomia?

a) () Porque estava com dificuldades no ensino regular

b) () Para aumentar o meu salário

c) () Trabalhar com número menor de alunos

d) () Tive identificação com o Programa

e) () Outros

5. O que levará consigo ao fim do Programa?

a) () Troca de experiência com os alunos

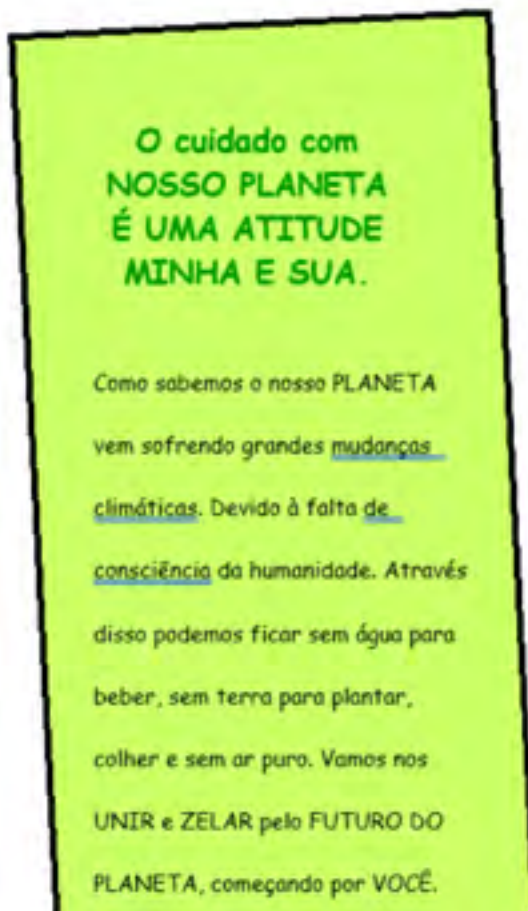
b) () Um salário melhor

c) () Menor tempo para a aposentadoria

d) () Ainda não pensei sobre isso

e) () Outros

Folder sobre o Meio Ambiente



JORNALISMO COM PLATEIA: RADICALIZAÇÃO DA ANALÍTICA E FORTALECIMENTO DE LAÇOS SOCIAIS

CARLOS ALBERTO ZANOTTI

*Professor do Programa de Pós-Graduação
em Linguagens, Mídia e Arte da PUC-Campinas
zanotti@puc-campinas.edu.br*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a análise descritiva de um projeto desenvolvido pela TV-Cultura de São Paulo, que nas edições de quarta-feira passou a incorporar uma plateia com 12 espectadores no estúdio em que leva ao ar o Jornal da Cultura 2ª Edição. Embora permaneça em silêncio a maior parte do tempo, a plateia interage com a bancada de apresentação e de comentaristas ao final do programa. Terminada a edição televisiva, o programa se estende por mais meia hora no perfil que mantém no Facebook, onde a participação da plateia é mais intensa. A iniciativa da emissora, cujo objetivo é melhor fidelizar e ampliar sua audiência, representa uma radicalização da estratégia denominada analítica da midiatização, hipótese que mobiliza lógicas e pressupostos da cultura midiática. Aos objetivos propostos, adota-se pesquisa bibliográfica e documental, com análise descritiva da produção televisiva.

Palavras-chave: Sociedade midiatizada. Telejornalismo. Analítica da midiatização. Jornalismo. Plateia.

ABSTRACT

This work aims to present the descriptive analysis of a project developed by TV-Cultura de São Paulo, which in Wednesday's editions started to incorporate an audience with 12 spectators in the studio of the Jornal da Cultura 2ª Edição. Although it remains silent most of the time, the audience interacts with the presentation panel and commentators at the end of the program. After the televising edition, the program extends for more half an hour in the profile that it maintains in Facebook, where the participation of the audience is more intense. The initiative of the broadcaster, whose objective is to increase loyalty and broaden its audience, represents a radicalization of the strategy called analytics of mediatization, a hypothesis that mobilizes the logic and presuppositions of media culture. To the proposed objectives, bibliographical and documentary research is adopted, with descriptive analysis of television production.

Keywords: Mediatized society. Telejournalism. Analytics of mediatization. Journalism. Audience.

INTRODUÇÃO

A exemplo de todas as atividades que fazem uso de tecnologias, o campo do jornalismo foi intensamente afetado em função da criação, disseminação e popularização da rede mundial de computadores. O impacto no setor foi tão intenso que chegaram mesmo a anunciar o fim da atividade que, durante seu desenvolvimento, se transformou em indústria multinacional de grande lucratividade desde a invenção de Gutenberg no século XV. Bem por isso, não foi um exagero da parte do pesquisador Phillip Meyer (2007) ter descrito os jornais como verdadeiros “pedágios” pagos por comerciantes e industriais para chegar ao consumidor final de seus produtos. Na obra em que indaga sobre o desaparecimento dos jornais, o estudioso apontou dois caminhos que restariam hoje aos investidores do setor: explorar até o esgotamento o modelo de negócio existente, ou reinventar as bases de financiamento para a atividade.

Como bem avaliou Meyer, a internet retirou dos jornais –e do jornalismo, de um modo geral– a condição de passagem obrigatória para os anunciantes atingirem seus públicos. E o público, por sua vez, passou a depender menos de instituições jornalísticas para obter informações de caráter noticioso. A rede se transformou em um grande banco de dados com acesso direto às fontes que interessam ao público, com o agravante de fazerem circular gratuitamente a maioria de informações antes obtidas, com algum custo, nas instituições tradicionais de mídia. O fenômeno atingiu não apenas os jornais, mas também o sistema de mídia eletrônica, levando emissoras de rádio e televisão à perda de audiência – e, conseqüentemente, de faturamento, para financiar suas atividades de produção e difusão de notícias. O resultado, no caso brasileiro, é que a principal via de acesso a conteúdos comunicacionais –Google– se transformou no “pedágio” monopolista contemporâneo que mais investimentos recebe em publicidade no país.

Enquanto o mercado procura se adaptar a esta nova realidade, extinguindo publicações deficitárias, buscando criar novos modelos de negócio e reduzindo quadros funcionais, a academia busca compreender qual papel caberia ao jornalismo e aos profissionais de imprensa diante da nova realidade. Castilho (2014), por exemplo, propõe que o exercício profissional do jornalista deva se voltar ao que denominou curadoria da notícia, atividade que entende como sendo uma “reinvenção do jornalismo na Era do Conhecimento”.

Neste sentido, o estudioso brasileiro aproxima-se da tese defendida por Sue Robinson, da School of Journalism & Mass Communication, para quem é preciso colocar a audiência individual no centro do jornalismo (ROBINSON, 2013). A pesquisadora imagina, tanto quanto o autor brasileiro, que o jornalista tem que aprender a conversar sobre a notícia que está sendo procurada pelo público – um processo que inverte a produção por oferta, à qual estivemos habituados até às possibilidades interativas proporcionadas pela rede de computadores. Segundo defende, o ato de comunicar passaria, a partir de agora, a ser “um processo, uma conversação, uma aventura colaborativa que nunca termina” (2013, p. 2).

DOS OBJETIVOS

Diante deste cenário de indefinições, expectativas e de grandes mudanças, este trabalho tem por objetivo registrar e debater a experiência levada a efeito pela TV-Cultura de São Paulo, que literalmente transportou o telespectador para dentro do telejornal exibido em seu horário nobre. Ao fazê-lo, buscaremos associar as particularidades do programa televisivo a textos de caráter acadêmico que permitiram debater a iniciativa.

DO MÉTODO

Como explica Machado (2007), tradicionalmente os estudos na área de comunicação fazem uso de um modelo híbrido de investigação, sempre associando pesquisas bibliográfica e documental a instrumentos que, dependendo do objetivo, se voltam à análise da mensagem, do conteúdo, da tecnologia ou da audiência, entre outras possibilidades. Em nosso caso, associaremos as pesquisas bibliográfica e documental à pesquisa descritiva, focando com particular atenção a análise textual (CASSETTI; DI CHIO, 2013), uma vez que não se pretende resultados quantificadores nem ancorados no viés psicanalítico. Ficaremos atentos à adoção das potencialidades tecnológicas dos meios envolvidos, chamadas *affordances* (HJARVARD, 2014), na construção de laços sociais que gravitam em torno da produção televisiva.

DOS CONCEITOS

Começamos por entender que uma emissora de televisão, independentemente de suas fontes de financiamento, se estatal ou privada, pertence ao sistema de mídia, o operador central do sistema de comunicação no entendimento de Luhmann (2005). Para este autor, os meios de comunicação observam as comunicações internas dos demais sistemas (educacional, político, científico, jurídico...) e as comunicam ao sistema social como um todo. Neste caso específico, além de selecionar e fazer a comunicação, a emissora trouxe para dentro de seu processo produtivo um conjunto de representantes do sistema social *stricto sensu* – a novidade que aqui se deseja debater.

Entendemos que esta novidade está no campo das tentativas de fidelização de públicos, em função do fenômeno crescente do deslocamento das audiências para a rede de computadores, onde o internauta tem fácil acesso e possibilidades de escolha, driblando a rigidez das grades de programação. Não foi sem razão que a TV Cultura criou um canal no Facebook, onde reproduz em tempo real o programa que leva ao ar diariamente às 21h15, com a vantagem de obter *feed back* instantâneo em termos de reações na forma de *emoticons* e, ao mesmo tempo, recolher alguns comentários que veicula ao final do programa.

A iniciativa começou em 2 de agosto de 2017, mas foi interrompida em 27 de junho de 2018, ainda sem uma clara explicação. Além de trazer o público para compor uma plateia com 12 pessoas dentro do estúdio nas edições de quartas-feiras, a emissora fez com que o programa se prolongasse por mais 30 minutos nas redes sociais. Nestes 30 minutos, a plateia era convidada a participar, com perguntas e comentários, interagindo com o âncora e com dois convidados que regularmente fazem comentários na bancada de apresentação. Na edição inaugural com plateia, o programa foi apresentado pelo jornalista Willian Corrêa, acompanhado dos comentaristas Luiz Felipe Pondé, filósofo com incursões no campo da psicanálise; e Arlene Clemsha, professora de História Árabe no Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da USP.

Ao conjugar emissora de televisão e rede de computadores, a TV Cultura procurou explorar o que podemos entender como *affordances* de ambos os meios. *Affordances* podem ser entendidas como os usos potenciais dos meios, conforme explica Hjarvard (2014, p. 52). De acordo com o autor, o conceito foi proposto pelo psicólogo da percepção James Gibson em meados da década de 1970, referindo-se ao grau de compatibilidade que se estabelece entre determinado objeto e seu usuário, não necessariamente no campo da comunicação. Diz autor: “...reconhecemos os meios de comunicação como tecnologias dotadas, cada uma das quais, de um conjunto de *affordances* que facilitam, limitam e estruturam a comunicação e a ação” (HJARVARD, 2014, p. 53).

No caso específico, a emissora procurou fazer o uso das potencialidades de ambos os meios dos quais lançou mão na iniciativa: nos minutos finais do programa levado ao ar na emissora e em seu prolongamento de 30 minutos na rede social, colocou a audiência como coprodutora de seus conteúdos. Enquanto a TV cumpre seu papel historicamente consolidado por suas *affordances* de falar e se mostrar ao grande público, o perfil no Facebook permitiu atingir públicos específicos e recolher seus comentários e reações em tempo real, segundo as *affordances* da internet. Não fossem as potencialidades cruzadas de emissora de televisão e rede de computadores, dificilmente a iniciativa poderia ser tentada.

Ao realizar a experiência com uma tecnologia tão contemporânea quanto a internet, geralmente associada à pós-modernidade, a emissora estatal ensaiou alguma incursão em um modelo produtivo ao qual os estudiosos da área classificam como “neotelevisão”, em oposição a “paleotelevisão”. Criadas por Umberto Eco, estas expressões foram aprofundadas na obra de Casetti e Odin (2012), segundo os quais a televisão foi fundada a partir de um projeto de educação cultural e popular que fixou com seu público um contrato de comunicação de caráter pedagógico.

Ainda segundo os autores, são três os principais aspectos caracterizariam comunicação pedagógica do meio televisivo. Em primeiro lugar, o objetivo de transmitir saberes; em segundo, a comunicação direcionada de forma a interpretar as vontades de seu emissor; e em terceiro, a clara existência de uma separação e hierarquia entre os que sabem e os que precisam saber, com os quais o meio procura estabelecer sua comunicação. Na neotelevisão, contudo, a questão central já não se resumiria à transmissão de saberes, como no modelo anterior, mas sim em abrir caminho para que diferentes opiniões possam ser confrontadas. Nesta, as afirmações dariam lugar a interrogações; o discurso institucional cederia espaço ao discurso individual; e a coletividade formada pelo público daria espaço a um processo relacional “fundamentalmente individualista” (CASETTI; ODIN, 2012, p. 19). Entendemos que, no caso específico, o projeto levado ao ar permitiu à emissora paulista, a partir do uso cruzado das *affordances*, deslocar-se do modelo inicial sem cair na armadilha do individualismo característico da fase neo, como se verá à frente, quando da descrição do programa.

Também na etapa descritiva deste trabalho, vamos reconhecer uma outra estratégia do programa que pode ser associada à hipótese aventada por Fausto Neto (2008) no conceito de analítica da midiatização. O autor parte do princípio de que o sistema midiático, através de regras próprias, estrutura suas práticas e rotinas produtivas ao recolher e comunicar ao sistema social as observações construídas nos sistemas de função que compõem o tecido social.

[...] as mídias, sendo instâncias observadoras que trabalham outras observações (leituras de outros sistemas), têm, por conta de sua própria autonomia operacional de natureza tecno-simbólica, o poder de funcionar como um dispositivo «reductor de complexidades». Ou seja, através de leis e regras próprias, estruturam práticas e rotinas segundo leituras (observações) que visam regular observações que sendo construídas em outros sistemas, devem ser organizados segundo as «leis» deste sistema observador (as mídias), como condição de sua inteligibilidade. (FAUSTO NETO, 2008, p. 95)

Segundo as hipóteses levantadas por Fausto Neto, as configurações desta analítica, e de seu funcionamento, apresentam-se no universo do jornalismo segundo quatro principais aspectos: 1) as transformações da “topografia jornalística” como espaço organizador do contato, quando os bastidores da produção são abertos ao público; 2) a auto-referencialidade do processo produtivo, quando chama a atenção para sua existência como instância legitimadora; 3) a auto-reflexividade, quando reflete sobre seus fundamentos enquanto espaço mediador; 4) e estratégias de protagonização do leitor, quando dilui as fronteiras entre produtor e receptores de discursos.

DOS RESULTADOS

Aos objetivos aqui propostos, adotamos aleatoriamente como corpus de pesquisa o programa levado ao ar em 11 de abril de 2018. Interessa-nos a análise descritiva a partir do momento em que o programa registra seus 42 minutos e 34 segundos, quando a âncora Joyce Ribeiro, em plano fechado, na passagem de bloco, anuncia para o espectador o intervalo para a última sequência:

“E a seguir, nós vamos conversar com a plateia aqui no estúdio do Jornal da Cultura. E o IBGE revela que a desigualdade diminui no Sudeste e aumenta no restante do Brasil. Nós voltamos já-já.”

Na tela do receptor, o plano de se abre, observando-se ao fundo um telão do lado direito da bancada exibindo o logotipo do programa, enquanto um outro telão, curvo, do lado esquerdo, exhibe imagens de pessoas circulando pelas calçadas, em um grande centro urbano, como são de praxe em notícias sobre pesquisas relacionadas a economia. Ao centro da tela, a bancada triangular reúne, ao centro, a apresentadora Joyce; o advogado e comentarista Roberto Delmanto Jr., à esquerda; e o professor José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, à direita. Na tela, ainda antes do intervalo, o gerador de caracteres antecipa:

A seguir:

DESIGUALDADE

aumenta na maior parte do Brasil

Enquanto isso, sobe o som da vinheta, com abertura de tela, sem no entanto enquadrar a plateia. Em conformidade com as teses de Luhmann, percebemos que o sistema de mídia, na reportagem que seguirá após o intervalo, recolheu, junto ao sistema econômico, a comunicação do resultado de uma sondagem nacional. A avaliação de se tratar de um dado negativo vem, certamente, dos técnicos governamentais e de um consenso –ou senso comum– de que a desigualdade social atinge índices que colocam o país entre os mais desiguais do planeta. Observa-se aqui o resultado de uma operação observadora desempenhada pelo operador central do sistema social – o sistema midiático.

No retorno do intervalo, a primeira imagem ocorre em plano geral para cortar, em plano fechado, para a âncora Joyce, que se dirige ao telespectador:

“E chegou a hora de conversarmos com a plateia sobre a reportagem deste bloco. E logo depois, após o encerramento desta edição, às 10h15, nós ficaremos mais meia hora nos canais digitais da Cultura, no Youtube e no Facebook, e aí nós vamos discutir o tema escolhido pelos internautas, que é o seguinte: ‘Quem cala, consente?’”.

Na tela aparecem os endereços eletrônicos dos canais que o programa possui nas duas mídias sociais. Em câmera aberta, onde são vistos os três integrantes da bancada, a âncora continua olhando fixamente para a câmera, e vai avisando enquanto se levanta e se dirige ao espaço reservado à seleta plateia:

“Então, nós vamos agora até a nossa plateia, que hoje é formada por telespectadores que enviaram o email para plateiajc@tvcultura.com.br. A produção de jornalismo entrou em contato e agendou a visita com todos eles. Então, muito obrigada, muito obrigada pela presença de vocês. Já-já eu volto para ouvir as perguntas”.

No momento em que Joyce deixa a banca e caminha em direção à plateia, o telespectador passa a ter acesso ao que até então eram os bastidores: câmeras e seus operadores, *teleprompter*, iluminação e funcionários de apoio compõem ensaios da analítica. Um plano geral mostra,

ao fundo, os telões, a bancada a partir da qual o jornal é apresentado e o espaço onde se posiciona a plateia, que é composta por 6 homens e 6 mulheres na edição aqui descrita. Seus componentes estão na faixa etária acima aos 18 anos, trajam roupas comuns, acomodados em cadeiras individuais. Estão atrás de um balcão que os segrega no canto direito do cenário.

E continua Joyce, agora com a plateia ao fundo da tela, atrás da âncora: “Vamos à reportagem”, diz, introduzindo a cabeça de VT: “Em 2017, a desigualdade de renda em quatro das cinco regiões do Brasil cresceu. Os dados são da pesquisa nacional por amostra de domicílios divulgados hoje pelo IBGE”. Na sequência, entra o VT. A matéria começa, como é de hábito, por um off de repórter, coberto por imagens de pessoas circulando em calçadas em um centro urbano. Terminada a reportagem, a âncora retoma o trabalho, em pé, próxima à plateia: “Então vamos à pergunta da plateia sobre a questão da desigualdade no Brasil”. Dirige-se ao que tem o microfone à mão e pede: “Seu nome por favor”.

“Boa noite, meu nome é Leonardo. Queria perguntar para o Delmanto, mas se o José Vicente quiser dar a opinião dele é interessante. Vocês não acham que 1% da população mundial (sic), que a gente acabou de ver na reportagem, que detém a maior parte da renda teria o privilégio de ter todas as instituições trabalhando principalmente para eles, ou seja, Executivo, Legislativo, Judiciário, grandes corporações de mídia...?”.

Corta para Delmanto, que diz considerar importante a pergunta e admite que

“[...] dentro do capitalismo que se instalou na maioria dos países do mundo, esse é um problema de fato muito relevante. Os ricos, multimilionários, cada vez ficando mais e mais e mais multibilionários [...] dinheiro é poder, e o poder segue as elites. É da estrutura das sociedades. Portanto, como é difícil submeter os poderosos à lei. [Estamos vendo] nos Estados Unidos, poderosos, sim, indo para a cadeia, e aqui no Brasil. Quer dizer, o Marcelo Odebrecht, o empresário que é certamente mais rico do Brasil na construção civil, ficou preso quanto tempo! Portanto, as coisas estão mudando, e esta é a beleza da democracia. Quer dizer, por mais poderoso que você seja, por mais influente que você seja, o império da lei há de lhe alcançar graças à liberdade de imprensa que traz tudo a público, aos olhos do cidadão.”

Encerrada a análise de Delmanto, a âncora Joyce retoma a palavra, ainda com a plateia ao fundo, e repassa a mesma questão para José Vicente, que avalia:

“Olha, Leonardo, de fato nós estamos numa situação bastante limítrofe, porque o que a gente percebe é que o capitalismo solto, ele produz essas distorções. E justamente por conta disso a gente constitui uma estrutura jurídica de Estado que pudesse, minimamente, equilibrar esse tipo de coisa, não permitindo que essa distorção se desse de uma forma tão aprofundada. O que nós percebemos é que a lei não tem dado conta disso e nem nossa estruturação da distribuição de renda tem permitido que essa igualização se dê”.

Durante as análises dos dois comentaristas, por dois momentos a direção de TV cortou para closes do perguntador Leonardo, que em uma das vezes apareceu acenando concordância com o analista. Sem que houvesse a oportunidade de uma tréplica, Joyce retoma e aponta o dedo para mais um dos integrantes da plateia a quem propõe: “Mais uma pergunta da plateia.. seu nome?”. O jovem se apresenta como Henrique, voltando o olhar para suas anotações, e diz:

“Eu queria perguntar pro Vicente qual o desafio que o governo... o próximo governo tem para diminuir essa desigualdade”.

Observe-se que ainda estávamos na primeira quinzena do mês de abril de um ano eleitoral, com o pleito marcado apenas para o mês de outubro. A indagação de Henrique indicava que o jovem já não mantinha a menor expectativa em relação ao governo de Michel Temer

relativamente ao tema em debate. A pergunta foi dirigida ao comentarista José Vicente, ao nosso ver, exatamente porque ele –entre os dois comentaristas– aparentava ser o mais identificado com as injustiças decorrentes da desigualdade de renda. Negro, militante que chegou a fundar uma universidade não tradicional, José Vicente já havia sido o que mais objetivamente respondera a questão levantada anteriormente. José Vicente responde:

“Olha, o governo, ele precisa ter lado numa situação dessa natureza. Nós estamos numa distorção que gera injustiça, e que produz uma apropriação indevida da renda nacional por uma parte muito pequena da população, esses 1% mais ricos. Então, por conta disso, o governo precisa se posicionar justamente para permitir que esses que mais precisam não fiquem e não permaneçam vítimas dessa distorção. Então é preciso uma legislação eficiente, é preciso uma fiscalização eficiente, e é preciso medidas de distribuição de renda que permita que esse equilíbrio se dê de uma forma adequada. Por exemplo, você sabe que todos nós e a maioria dos pobres, a maioria dos brasileiros, já são taxados principalmente no consumo. Eles já pagam imposto, do ICMS, no consumo, e a pequena parte que tem acesso a essa grande parte da renda que está disponibilizada são pessoas que não são atingidas por esses instrumentos de impostos em nosso país.”

Em seguida, o advogado Delmanto pede espaço para completar sua avaliação anterior. E afirma que “o sistema liberal do capitalismo não é o grande culpado pelo aumento da desigualdade necessariamente, mas sim a corrupção”. Joyce retoma a condição de âncora para encerrar edição que vai ao ar pela emissora, convidando o público das redes sociais a permanecer na meia hora complementar do programa nos canais do Youtube e do Facebook. Nesta plataforma, o programa registrou 97 compartilhamentos e 21 mil visualizações. Na tela, os internautas inseriram 676 expressões, das quais 585 sinalizaram positivamente com o símbolo de curtidas. Desse total, 51 eram referentes ao “amei”; e 28 caras fechadas, simbolizadas pelo “Grr”.

Já no Facebook, com tradução simultânea inexistente na tela da emissora, viu-se invertida a lógica da oferta para uma relativa lógica de demanda, pois os internautas haviam escolhido (entre algumas possibilidades) o tema a ser debatido: “Quem cala, consente?”. Para os objetivos deste nosso trabalho, vamos reproduzir apenas parcialmente as falas ocorridas neste segmento do programa. Mais uma vez, começam-se os debates com as observações advogado Delmanto, para quem, “é um direito universal não se manifestar”. E conclui: “Quem cala não consente, mas abre porta para a imaginação daquele que escuta o silêncio”. Em seguida, o professor Vicente avalia: “Nem sempre se pode se expor. Falar pode significar destruir ou se expor a algum risco”, ponderou ao acentuar que, na escolha entre virtuoso e não virtuoso, “a publicização daquilo que produz o mal seria a melhor escolha”.

Na sequência, dois outros membros da plateia levantam questões. Renato, que argumentou contra a censura a produções culturais; e Sônia, que levantou o silêncio diante dos abusos e violência doméstica. No segundo caso, observa-se que a única mulher a se pronunciar na plateia foi exatamente quem levantou um dos principais temas no mapa da violência que se registra no país, considerado o quinto no *ranking* internacional de violência contra a mulher. Enquanto segue os 30 minutos de debate, observam-se no lado direito do monitor os comentários dos internautas. A seguir, uma amostra por diversidade de temas:

“O Jornal da cultura é muito bom, pena que tem muitos telespectadores do Facebook que usam este espaço para ofender as pessoas que tem uma opinião contrária a deles!!!”

“Boa noite, Joyce, o vermelho não lhe caiu bem.”

“Travou aqui.”

“Quem é Gilmar Mendes senão uma ameba?”

“O Jornal da Cultura será melhor quando o comentarista do ódio for banido da bancada. Fora Villa”

“Está com dó do Lula, José Vicente ?!?!? Leve-o para a sua casa... esse é outro petista. Vão afrontar os Juízes e Ministério Público até quando com essa conversinha xula de que a prisão não é correta....”

“Infelizmente não dá mais pra assistir o jornal da cultura, pois assim como Globo e bandeirantes é um jornalismo parcial !”

“Dois esquerdopatas hoje”

“Jornal da Esquerda”

“Muito se discutiu política, passou da hora de pensar em um Brasil sem político. sfb-br.org”

“Boa noite”

“Boa noite bom descanso!”

“Acabou xaupro6”

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para tentar articular a iniciativa da TV-Cultura aos textos, de diferentes aportes teóricos, que sustentam os estudos em comunicação social, partimos do modelo de organização sistêmica proposto por Luhmann. Dos três componentes do sistema midiático – jornalismo, publicidade e entretenimento –, o primeiro é o único que se propõe a reproduzir a realidade, apesar de todas as limitações inerentes à sua intenção. Embora seja este o componente mais afetado de forma negativa, em termos financeiros, pela propagação da rede mundial de computadores, as *affordances* do novo meio são potencialmente importantes para atualizar o fazer jornalístico no meio tradicional.

Ao colocar uma plateia em cena e estender seu horário nas redes sociais, a emissora paulista produziu o cruzamento das potencialidades de ambos os meios para radicalizar a hipótese de uma analítica da midiatização. Entendemos que essa radicalização aponta ao menos uma direção que o jornalismo poderá seguir nos próximos tempos, midiatizando sua audiência e ampliando, na televisão, a condição de construtora de laços sociais inerente ao meio. Vê-se aqui algum esforço de “prolongar uma aventura colaborativa”, como sugerido por Robinson.

Os exemplos de comentários postados durante a apresentação do telejornal aqui recolhidos externam valores, modelos, ira e afetividade, que são inevitáveis nas atividades sociais a partir das quais se forja a identidade, seja do indivíduo seja de uma dada coletividade. A última edição do programa com participação de plateia foi ao ar em 27 de junho deste ano, sem que a emissora tenha informado o motivo de sua “suspensão temporária”. A continuidade da experiência, bem como uma avaliação mais aprofundada, poderão oferecer melhores ferramentas para que possamos melhor compreender a extensão da analítica adotada pela emissora, as *affordances* desenvolvidas e a colaboração do público.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Carlos. O pós-jornalismo entra em cena nas manifestações. **Observatório da Imprensa**. Brasília, 30 Jun. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/o_pos_jornalismo_entra_em_cena_nas_manifestacoes>. Acesso em: 28 mar. 2014.

CASETTI, Francesco; DI CHIO, Federico di. **Análisis de la televisión: instrumentos, métodos y prácticas de investigación**. 2ª impressão. Barcelona: Paidós, 2013.

_____; ODIN, Roger. Da Paleo à Neotelevisão: abordagem semiopragmática. **Ciberlegenda**, S. 1, N. 27, Dez. 2012, p. 8-22. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/596/339>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.89-105, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38194/40938>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

HJARVARD, Stig. **A midiaticização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2014

LUHMANN, Niklás. **A realidade dos meios de comunicação**. Trad.: Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MACHADO, Elias. Metodologias aplicadas ao estudo do ensino de jornalismo digital. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 5, 2007, Aracaju, SE. **Anais...** Brasília: Associação Brasileira dos Pesquisadores de Jornalismo, 2007.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?: Como salvar o jornalismo na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2007. Tradução de: Patrícia De Cia.

ROBINSON, Sue. Teaching "Journalism as Process": A proposed Paradigm for J-School Curricula in the Digital Age. **Teaching Journalism and Mass Communication**, v. 3, no. 1, p. 1-12, Winter 2013.

LINK

JORNAL DA CULTURA 2ª EDIÇÃO.. **Facebook**. 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalismotvcultura/videos/jornal-da-cultura-11042018/1675414052538776/>>. Acesso em: 10 Jun. 2018

DAS RUAS ÀS BANCAS: MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DO JORNALISMO SOBRE AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016 NAS UNIVERSIDADES CEARENSES

DANIEL PAIVA DE MACÊDO JÚNIOR

*Mestrando do PPG em Comunicação
da Universidade Federal do Ceará
daniel.3macedo@gmail.com*

MÁRCIA VIDAL NUNES

*Professora do PPG em Comunicação
da Universidade Federal do Ceará
marciaovn@hotmail.com*

RESUMO

O Brasil que viveu golpe na democracia em 2016 viu, no mesmo ano, levante marcado por ocupações estudantis. Interpretar os atos de insurgência e o radical de ação direta promovido nas Universidades perpassa pela compreensão das narrativas sociais que compõem a memória social. Os jornais, como documentos públicos que circulam nas ruas e permitem ao leitor acessar uma compreensão possível do mundo, constroem histórias sobre os eventos que rompem a lógica cotidiana. Por isso, nos debruçamos neste trabalho a compilar e analisar a representação produzida pelas produções jornalísticas sobre as ocupações universitárias de 2016 no Ceará.

Palavras-chave: Ocupações. Movimento estudantil. Jornalismo. Representação. memória social.

ABSTRACT

In 2016, Brazil lives the golpe in democracy and movement marked by student occupations. To interpret the acts of social insurgency and source of direct action promoted in Universities happens from social narratives which are part of social memory. The newspapers are public documents which circulate in the city and allow the reader to access a possible world understanding build stories about the events that break daily logic. In this work, we dedicated to compile and analyze the representations produced by journalistic productions on 2016 university occupations in Ceará.

Key-words: Occupation. Student movement. Journalism. Representation. Social memory.

INTRODUÇÃO

Ainda amanhecia e os atos de resistência desvelavam a noite e ressignificava o imaginário das pessoas sobre aqueles tempos. Nas ruas e nos campos, seriadas ocupações de espaços públicos e privados estabeleciam trincheiras em defesa da democracia para estabelecer que “o ano de 2016 será lembrado em nossa história por um golpe de Estado” (BOULOS; GUIMARÃES, 2016: 139).

‘Resistência’, nos marcos propostos por François Bedárda (1986: 80), é ação ligada à clandestinidade de caráter voluntária, sob motivação da liberdade nacional e em defesa da dignidade humana frente a regimes totalitários ou ausência de democracia. Conceito cunhado na França de 1940 ainda dialoga com a fotografia brasileira frente à intransigência popular que ecoava negativas e posições adotadas pelo Governo Federal – sobretudo de estudantes secundaristas e universitários que, de norte a sul do país, foram atores coletivos de notória relevância para constatar os tensionamentos sociais que acaloravam as ruas reivindicando direitos.

1. O calor das ruas: conjuntura política de 2016

Não acordamos com instituições ocupadas - frutos de uma meiose. É preciso registrar desde o início que análises de conjuntura não devem ser realizadas considerando os momentos e períodos como uma erupção em si mesmos, descolados do ciclo histórico. Tomamos, aqui, o ano de 2015 como marco referencial¹ para este trabalho por considerarmos este um momento crucial e de pico alto no acirramento das posições e atos políticos dos agentes sociais e governamentais.

Em 2015, foram aplicadas – de forma mais veemente que nos anos anteriores – uma série de reduções aos financiamentos na educação pública com ênfase na graduação e pós-graduação. Anunciada em maio, a política de ajustes fiscais aplicava cortes de R\$ 98 bilhões em áreas sociais e refletia a linha de frente do governo que, no mesmo período, investia R\$ 188 bilhões no agronegócio sob forte denúncia estudantil. Em paralelo à medida², professores, estudantes e servidores inauguraram em maio ação grevista nacional articulada entre os três setores que seguiu por cinco meses, expondo o cenário da educação em mais de 50 universidades públicas.

Neste período, em julho, tivemos subtração de 75% no repasse ao Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP. A medida causou danos irreparáveis e, ainda naquele mês, universidades³ suspenderam atividades da pós-graduação por admitirem não dispor condições financeiras para manter os programas em funcionamento com apenas um quarto dos recursos previstos.

Em outubro de 2015, a Câmara Federal aprovou – por ampla maioria – a Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº395/14, que estabelece a cobrança de mensalidades em pós-graduações lato-sensu e mestrados profissionais. Neste mês, Brasília acolheu estudantes de todo o país em caravana capitaneada pela União Nacional dos Estudantes - UNE contra a política de arrocho fiscal e, após, a dispersão, viu-se resistência estudantil com ocupações de Reitoria em Universidades Federais do Rio de Janeiro (UFRJ), do Ceará (UFC), de Minas Gerais (UFOP e UFJF), do Paraná (UFPR), do Amazonas (UFAM), do Espírito Santo (UFES), de Alagoas (UFAL), de Santa Catarina (UFSC) e do Rio Grande do Sul (UFPEL, UFRGS e UFSM).

1 A decisão é tomada com base no apurado em trabalho monográfico, com maior profundidade na discussão sobre o cenário conjuntural e a relação do governo no tocante às pautas sobre financiamento da educação.

2 A greve foi iniciada nacionalmente em 28 de maio de 2015, articulada pelos setores de representação.

3 Nota pública da UFBA sobre o cancelamento das atividades da Pós-Graduação em: goo.gl/9AucGQ; da UFERSA contra os cortes em: goo.gl/r8TiFY e da UFRGS em: goo.gl/fQhoXB.

Ainda que sob a alcunha de 'Pátria Educadora', slogan da gestão de Dilma Rousseff (PT) no Governo Federal, a precarização sistemática e escanteio da educação como aporte basilar para soberania do país anunciava muito sobre a escalada de prioridades políticas. Apesar de eleito principalmente pelos setores de esquerda e centro, o governo de Dilma – assim como as gestões de Lula – traz consigo a política de coalizão de classes desde a composição de chapa com Michel Temer (PMDB)⁴ até a concessão de elementos estruturantes do projeto político petista e da campanha eleitoral em nome da governabilidade. Não tardou para que a situação fosse agravada através de um golpe, pois

mesmo o ajuste fiscal de Dilma, suas sinalizações quanto às reformas da previdência e fiscal, seu recuo no projeto do Pré-Sal e a Lei Antiterrorismo, entre outras medidas retrógradas encampadas por seu governo, tornaram-se insuficientes. Querem mais, muito mais. Querem aplicar um programa que o governo Dilma não teria condições de fazer, um programa que jamais passaria pelo crivo das urnas e, por isso, só poderia tornar-se viável por um atalho golpista. (BOULOS; GUIMARÃES, 2016: 139).

A ruptura democrática deu-se através da política de gabinetes e instaurou-se no Parlamento. Trata-se do que Ivana Bentes (2016) considera um golpe "jurídico-midiático" por referendar estes dois elementos como expressão metodológica do processo. Tivemos sujeitos "profundamente envolvidos em casos de corrupção [que] instituíram um processo de deposição contra a presidenta pretextando irregularidades contábeis, 'pedaladas fiscais'⁵", explica Löwy (2016: 64), ao referenciar o papel da Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia (BBB) – de caráter conservadora e privatista – no estabelecimento do Golpe.

A ideia expressa por Rovai (2016) de que "o golpe não é, o golpe vai sendo" aponta o caráter de aprofundamento cíclico que o novo sistema radica ao transicionar processos democráticos aos métodos da nova ordem. Temer não demorou, por exemplo, para angariar a Proposta de Emenda Constitucional nº 55/16 que prevê

estabelecimento de um teto para o crescimento das despesas dado pela taxa de inflação do ano anterior, o que significa que haverá um congelamento delas em termos reais e que o gasto efetivo, por exemplo, na rubrica de educação pode ficar abaixo do que é hoje constitucionalmente exigido, caso essa trava seja alcançada antes que se atinja esse percentual (PAULANI, 2016)

ou para retomar as discussões do 'Programa Escola sem Partido' através do Projeto de Lei nº 867 de 2015 que inclui o mecanismo entre as diretrizes e bases da educação nacional. Reunindo discursos que vetam a participação política e olhares críticos sobre os objetos de estudo, a iniciativa que permeia censura – para além dos projetos de lei em municípios, estados e na União – também se dá a partir de marcos regulatórios nas instituições de ensino, como vimos na UFC a partir da portaria 3131 em outubro de 2016.

É importante referenciar que o aumento da propagação dos discursos de ódio encarnados nas performances de violência passaram a ser comuns no período em análise, vide exemplos de ataques profascistas ao Centro Acadêmico Frei Tito de Alencar, na UFC; nas agressões com choques elétricos e ataques LGBTfóbicos na UnB ou na colagem de lambes com dizeres machistas e racistas, contendo agressões a professoras⁶. Sem esquecer, por fim, do assassinato do estudante Diego Vieira Machado⁷ no início de julho, no Rio de Janeiro.

4 Em 2018, o agrupamento retirou o termo partido e passou a chamar-se de Movimento Democrático Brasileiro

5 Pedaladas fiscais são operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, imprevistas na legislação e caracterizadas pelo atraso no repasse de verba para bancos públicos e privados no intento de aliviar a situação fiscal.

6 O trabalho "Os muitos preconceitos do Golpe" de Lola Aronovich (2016) elenca de forma detalhada uma série mapeada de intervenções violentas em Universidades com caráter proto-fascista.

7 Diego Vieira Machado era um jovem negro, bissexual, paraense e estudava na Escola de Belas Artes da UFRJ através da políticas de cotas.

2. Ocupa e resiste!

A compreensão onde “todos os outros canais de expressão estão fechados para nós pelo poder do dinheiro, não temos outra opção a não ser ocupar [...] nossas cidades até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas” (HARVEY, 2012: 61) é marca expressa nas experiências de insurgência popular características desta década, como na Revolta dos Pinguins no Chile⁸, em 2006; na tomada das vias públicas em Occupy Wall Street⁹, em 2011 na cidade de Nova York; nas Jornadas de Junho¹⁰ de 2013 nas cidades-sede da Copa do Mundo; assim como na onda de ocupações secundaristas¹¹ e universitárias de 2015, no Brasil, temos ensinamentos catalisadores para que os movimentos populares, em unidade, ousassem lançar a máxima: Ocupa Tudo! como “um ato histórico, provocando o mestre, minando sua autoridade” (ŽIŽEK, 2012: 23)

Já não se discute que as ruas têm sido o palco central da luta popular contra o golpe na democracia brasileira – considerando os registros de incidência popular que referendam a capilaridade social e as tônicas do levante popular; na mesma medida, o processo cíclico de ocupações como tática central para visibilidade nacional e internacional das pautas elencadas refletia-se como eco de resistência e negação ao governo de Temer. Constatamos que

Em movimento nacional e frenético, nasce uma onda de ocupações territoriais de escolas, ministérios, departamentos públicos, latifúndios, terrenos urbanos e, claro, Universidades que toou expressividade na negação da agenda neoliberal que nos endereçavam de Brasília; tal qual propunham uma nova forma de lidar com tais espaços e reconstruir a cidadania que fora abalada com o golpe. (MACÊDO JR, 2017b: 25-26).

Por todos os cantos, universitários compuseram este capítulo da narrativa sob forte influência da retomada da Primavera Secundarista por adolescentes paranaenses¹², levantando bandeiras por ‘Fora Temer’ e ‘em defesa da democracia’, questionando o caráter da PEC 55/16 e criticando o conteúdo da PLS Escola sem Partido. A primeira experiência de ocupação universitária com estas marcas surge na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e, rapidamente, alcançou campus de todo o país. Segundo mapeamento da União Nacional de Estudantes (2016a), em 24 de outubro, 130 unidades acadêmicas estavam ocupadas. Em 14 de novembro, somavam-se 221 Universidades a rede de mobilizações (UNE, 2016b).

A fim de compreender estes episódios com maior afinco ao ponto de vista dos estudantes, integramos as ocupações no Ceará em processo metodológico de etnografia militante¹³ que resultou na composição do livro-reportagem ‘Divino Maravilhoso das Ocupações Universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará’ – registro em densidade das vivências e discursos da insurgência

Em 2 de julho de 2016, foi encontrado assassinado com sinais de espancamento e sem calças nas imediações do alojamento universitário da Ilha do Fundão. As investigações apontam que Diego vinha recebendo ameaças de seguidores de Bolsonaro.

8 eclodido em 2006 a partir da construção de greve estudantil, “tomaram as escolas, organizaram assembleias e saíram em passeatas, gritando palavras de ordem que sintetizavam um discurso político há muito tempo ausente do cenário estudantil chileno” (ZIBAS, 2008, p. 199). Por isso, é tida como o maior ciclo de manifestações estudantis pós-ditadura no Chile.

9 Foi um movimento de protesto iniciado 17 de setembro de 2011 no Zuccotti Park contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos.

10 Ondas de manifestações de rua com ampla participação popular sobretudo nas cidades-sede da Copa do Mundo. Iniciadas com a discussão em torno do aumento das passagens de ônibus protagonizadas pelo Movimento Passe Livre – MPL; ampliaram-se a uma crítica geral e difusa sobre a situação social e gestão do país. Organizado por Plínio Sampaio Jr em 2014, o processo é debatido em multidisciplinaridade no livro ‘Jornadas de Junho – A revolta popular em debate’.

11 Série de ocupações escolares iniciadas em São Paulo contra o fechamento de escolas e reorganização curricular. Espalhou-se pelo Brasil discutindo questões locais com ocupações no Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e outros estados.

12 Foram mais de 1000 escolas de ensino médio ocupadas em 2016. O momento é registrado pelas entidades de representação estudantil como a maior experiência de ocupação coletiva e descentralizada já existente.

13 A etnografia militante é processo de pesquisa que reconhece no investigador a possibilidade de intervir e construir o objeto, uma vez que “o sujeito investigador estava, então, devido ao processo particular de sua imersão no campo, incorporado por seu objeto de estudo que o condicionava, assim, mais como ‘sujeito’ do que como ‘predicado’ da investigação” (RAMALHO, 2013: 4).

estudantil em terreno cearense. A construção-pesquisa nos ensina que “a ocupação de prédios e a interrupção de aulas são atos legítimos de protesto político” (MARCUSE, 1999: 23) como marcos de intervenção na conjuntura – condiderando como mecanismo para inserir caracteres “na disputa simbólica, no campo das linguagens e do imaginário” (BENTES, 2016: 109).

Ao investigar o conteúdo das notas de deflagração das ocupações universitárias no Ceará¹⁴, percebemos que existiam sínteses comuns entre as experiências: As bandeiras políticas e a afirmativa como parte do movimento nacional são elementos presentes no conteúdo, bem como a ratificação de plataformas democráticas para tomada de decisão a partir de assembleias estudantis e o norteamento de uma nova cultura política como base do processo de desobediência civil. Não nos espanta a presença desses elementos pois

ocupar sempre está na ordem das ações para aquelas que historicamente tiveram a presença negada na Universidade: estudantes mulheres, mães, LGBTs, Negras e Negros, das periferias e dos sertões transmitindo – a partir de seus discursos e práticas coletivas – um grito de autoafirmação. Ao ocuparem as salas de aula, os espaços públicos e exercerem cidadania, estes perfis demarcam sua existência no mundo e reafirmam: democratizar o acesso aos direitos, ainda que estabelecendo o contraditório. (MACÊDO JR, 2017b: 09).

2.1. Territorialização de ocupações no Ceará

No Ceará, a trajetória nasce sertaneja. Estudantes paralisaram as atividades acadêmicas no Campus Cajazeiras do Instituto Federal do Ceará - IFCE na cidade de Iguatu, em 21 de outubro; seguiu o Crato, onde universitários ocuparam a Reitoria da Universidade Regional do Cariri - URCA em 25 de outubro¹⁵.

Emergiu à Fortaleza, fincando raízes no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC em primeiro de novembro e, junto à deflagração de greve estudantil geral em assembleia histórica¹⁶ no dia 03 de novembro, deu-se pontapé na ampliação de ocupações que alcançou 34 cursos de graduação em todos os campus na capital sob os dizeres:

O movimento estudantil possui a tarefa histórica de lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Nesta tarefa muitas e muitos tombaram durante a ditadura militar. A história sempre soube compreender a importância do movimento estudantil. É por uma tarefa histórica que ocupamos a UFC! (DCE UFC, 2016)

O Cariri cearense despontou, em 04 de novembro, com a ocupação do Campus Pirajá da URCA. A Universidade Federal do Cariri - UFCA também floreceu, ocupando o Campus Crato em 05 de novembro; e o Campus Juazeiro do Norte no dia 09 de novembro. No mesmo dia, em Fortaleza, estudantes de Artes Visuais ocuparam o Campus Aldeota do IFCE.

Em 16 de novembro, foi a vez da Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afrobrasileira - UNILAB, no Campus da Liberdade, em Redenção; e do Campus Crato do IFCE. Em 22 de novembro, o Campus dos Palmars da UNILAB, em Acarape, aderiu à sequência versando que

“Diante do atual cenário político de desmonte de direitos sociais que foram destituídos pelo governo ilegítimo, que coloca em risco a vida de estudantes e trabalhadoras\es deste país [...] Reconhecemos a resistência, a bravura e a coragem das estudantes que estão ocupando aproximadamente 220 universidades [...] Então nos somamos às pautas

14 Trabalho ‘Palavras de insurgência nas notas de estopim das ocupações universitárias no Ceará em 2016’ discute o conteúdo presente nas notas públicas emitidas após o ato de ocupação. Para tal, foram analisadas 32 notas públicas.

15 O processo de construção detalhada das ocupações é encontrado no capítulo 3 do livro-reportagem ‘Divino Maravilhoso das Ocupações Universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará’.

16 Foram 1800 estudantes credenciados em Assembleia Estudantil que lotou Concha Acústica da UFC. Registro detalhado está disponível no livro-reportagem componente deste processo de pesquisa.

dos movimentos de insurgência social que vem se proliferando, ocupando por tempo indeterminado (OCUP. DA UNILAB, 2016)

Com a aprovação da PEC 55/16 em 13 de dezembro, estudantes encerraram o ciclo de ocupações até o fim daquele mês – com exceção à ocupação da Reitoria da URCA, que permaneceu ocupada até o dia 18 de janeiro de 2017 para manutenção das pautas locais e pela qual conquistaram implementação de cotas.

3. Segundo o jornalismo

Preocupados com a narrativa construída pelo jornalismo cearense sobre o caso em estudo, dedicamos a produção monográfica e um conjunto de artigos publicados para discutir a relação do jornalismo cearense no tato com ocupações estudantis.

Para tal, optamos por trabalhar com os conteúdos de apuração jornalística em plataforma web e impressa do Grupo O Povo – doravante Jornal O Povo e Portal O Povo Online - e do Sistema Verdes Mares – qual seja, Jornal Diário do Nordeste e Diário do Nordeste Online. Para decisão, levamos em consideração a última pesquisa divulgada pela Associação Nacional de Jornais – ANJ sobre os 65 veículos impressos com maiores circulações pagas no país, divulgada em 2016. Nesta, o Diário do Nordeste ocupa o 33º lugar, com 22.593 exemplares na média de circulação; já o Jornal O Povo está na 48º posição, com 27.398 impressões na média de consumo.

Em metodologia chamada ‘Lupa sobre a fotografia’, a pesquisa iniciou-se a partir da clipagem¹⁷ dos conteúdos disponíveis nos periódicos investigados em esquema de linha do tempo, organizando registros de outubro a dezembro de 2016 e permitindo denotar a frequência com que as publicações apareciam em cada veículo e criar um escopo organizativo do material. Foram clipados 21 registros do O Povo e 8 do Diário do Nordeste.

Em segundo momento, nos permitimos uma leitura atenta sobre os materiais reunidos a fim de apurar os traços discursivos contidos nos registros textuais e multimídias. Observando-se, ainda, o contraste entre o posicionamento dos veículos sobre os ocorridos e a presença de itens considerados demarcadores na construção da linha editorial. Por fim, em terceira etapa, costuramos os itens identificados para iniciar uma avaliação discursiva e, através dela, perceber frequências ou ausências de elementos considerando as discussões sobre Critérios de Noticiabilidade (TRAQUINA, 2002) e Enquadramento (GITLIN, 1980). Assim, ao compilarmos os itens narrativos, pudemos ter maior nitidez na tônica descritiva adotada pelas empresas jornalísticas.

3.1. Fluxo da narrativa

Durante o período avaliado e considerando o tema abordado como um delimitador, existem três grandes picos de noticiabilidade. O primeiro deles, marcado dos dias 03 a 05 de novembro, dá-se numa figuração do início da insurgência universitária a partir da Assembleia Estudantil da UFC e da impossibilidade de realização do ENEM na Faculdade de Educação ocasionada pela ocupação da instalação. O segundo pico, de 07 a 09 de novembro, aponta a ampliação da desordem. O último, por fim, espraia-se até o dia 13 de dezembro com participação dos estudantes em atos de rua (MACÊDO JR, 2017: 76)

Logo na dissecação do conteúdo de cada matéria analisada e organização dos conteúdos e marcas textuais em linha do tempo, percebemos que a composição do fluxo narrativo, entretanto, acontece em torno da Universidade Federal do Ceará e invisibiliza a existência de outras experiências.

¹⁷ Clipagem é um método de pesquisa documental em jornalismo onde produções específicas são destacadas do conteúdo total e reunidas por grupos de afinidade, sejam teóricas ou temáticas. Neste caso, clipamos matérias que pautavam o objeto deste trabalho.

Até iniciarem as ocupações da UFC, nada tinha sido publicado nos jornais sobre ocupações universitárias no Ceará – mesmo já estabelecidas na Reitoria da Universidade Regional do Cariri, no Crato; e do Campus Iguatu do Instituto Federal do Ceará. Neste caso, percebemos como a localização geográfica é fator decisivo para representação dos jornais. (MACÊDO JR, 2017a: 76)

Na medida em que a primeira é registrada com matérias de densidade e abordando intervenções específicas, às ocupações no interior cabe apenas a figuração, no segundo momento, como parte da ampliação de um processo iniciado na capital – o que não corresponde a ordem dos acontecimentos.

Dentre as 7 matérias em que as experiências interioranas são versadas – 6 de O Povo e 1 do Diário do Nordeste – apenas duas apresentam destaque e profundidade, sendo que uma sobre a deflagração de ocupação no campus Crato da UFCA e a outra sobre um caso de violência no campus Juazeiro do Norte, todas as demais aparecem como citação referenciando a existência dentro de matérias que, no todo, aprofundam algo sobre as mobilizações na UFC – destacamos a instituição pois entendemos que

é importante atentar-se que não se trata apenas de uma questão sobre Fortaleza, dado que as articulações discentes do IFCE Aldeota também seguiam invisíveis; enquanto a Greve Estudantil da UFC em Fortaleza, sozinha, dispunha de 22 matérias (15 de O Povo, 7 de Diário do Nordeste) neste período. (MACÊDO JR; NUNES, 2017: 10)

3.2. *Recorrência e significados contextuais*

Para tatear os tonais construídos pela cobertura jornalística sobre o movimento, selecionamos os eixos identificadores que sinalizavam recorrência nas matérias e comparamos com a conceituação teórica. Este caminho nos permitiu diagnosticar de que maneira tais elementos discursivos constroem significados contextuais segundo enquadramento na adoção de cada termo empregado. Destacamos quatro que avaliamos recorrentes: ocupação, protesto, diálogo e criminalização.

Ao nos debruçarmos sobre ‘ocupação’, constatamos que as inserções nas matérias não dialogam com a conceituação proposta por Harvey (2012) de que são agentes políticos urgentes e coletivos. Por sua vez, imprimem a imagem de ações resultantes de grupos fracionados e não-representativa de uma decisão coletiva; e, em maior grau, quando o foco principal do enquadramento está nos ônus ocasionados, como a não-realização do ENEM na Faculdade de Educação da UFC. O destaque a avaliações críticas afastam o conceito do termo proposto por Marcuse (1999), Harvey (2012) e Gohn (2013) ao conteúdo disposto na empregabilidade da palavra pelos jornais e aproximam, por sua vez, ao significado de ‘invasão’ – usado apenas uma vez em matéria de O Povo – a alternância entre os termos, portanto, possui significados mínimos na mudança discursiva.

Com atenção ao versado em ‘protesto’, encontramos nas matérias de DN, o reforço à ideia de criação de problemas, a exemplo dos casos que afetam em mobilidade urbana; valendo salientar o papel do enquadramento na neutralização da dimensão política e legítima de uma manifestação, marca do conceito proposto por Alves (2012), que trata no sentido de “organização popular que questiona o status das diretrizes gerais e aplicadas do convívio em sociedades”, sem escantear as anotações de Peruzzo (2004) e Gohn (2013), ao referenciar cidadania como forma de exposição popular de divergência com as medidas tomadas pelos sujeitos que exercem poder de decisão. Em OP, surgem como serviço público e, por vezes, são anunciados sem explicar, por exemplo, os motivos que pautam a ação.

Paulo Freire (1993, p. 34) aposta em 'diálogo' como pretensão, "em qualquer hipótese, é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la". Contudo, percebemos que a via escolhida na aplicação do termo se dá em tom de negociação, barganha ou obrigação estabelecida; colocando-se de agitação oposta ao estímulo de construções e avaliações coletivas. É imprescindível constar registrado que, apesar da cobrança por diálogo, estudantes são os perfis que menos são convocados à fala – apesar de centrais na representação.

Em 'criminalização', nos amparamos ao escrito por Sauer (2008, p. 2), onde

criminalizar não é utilizar a força policial para reprimir manifestações (tratar como 'caso de polícia'), mas é transformar (caracterizar ou tipificar) uma determinada ação em um crime. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública, pelo órgão estatal responsável) como criminosos e bandidos (iniciativas feitas à margem da lei).

Ao enquadrar ciclos de ocupações como medidas fora da ordem associadas à ruptura com a cidadania e ao estabelecimento de caos social, estabelecem às práticas e aos praticantes o lugar de alvos de criminalização. Observamos que o Sistema Verdes Mares apresenta uma abordagem mais agressiva e direta na expressão de posicionamento; enquanto no Grupo O Povo, de modo geral, percebemos que estas marcas estão mais enraizadas nas entrelinhas.

3.3. Representação Social

Ao sistematizarmos os elementos conjugados no ciclo metodológico da pesquisa monográfica, empenhamos esforços para tecer a imagem pública construída pelas produções jornalísticas analisadas. Atendemos ao convite de Freire Filho (2016: 65), ao propor "se interrogar sobre a origem destas imagens social e ideologicamente motivadas, por que elas perduram e são produzidas". Nisto, atentamos a lupa sobre a fotografia dos estudantes-ocupantes a fim de compreender a representação social constituída sobre estes perfis.

Sobre estudantes-ocupantes, atentamo-nos à recorrência de emprego do termo 'alunos'. Palavra de origem latina que significa 'lactante, criança de peito', para conotar que se trata de sujeito que não dispõe de conhecimento suficiente para caminhar sozinho (LEWIS; SHORT, 1958). Quando aplicado ao caso, gera compreensão de que estudantes-ocupantes não sabem o que fazem; são imaturos; ou, ainda, são facilmente influenciáveis¹⁸.

Encontramos na representação social dos estudantes-ocupantes no Ceará o mesmo que Cláudia obteve ao estudar sobre a figuração de estudantes em 1968, 1988-1992 e 2013 em produtos jornalísticos cariocas. Apesar de tempos históricos diferentes e do fato de estarmos tratando de localidades com realidades socioeconômicas díspares, é cabal sinalizar que as lentes do jornalismo registram participação juvenil em atos políticos como "uma espécie de rebeldia, fúria e transgressão típicas dos mais jovens" (PEREIRA, 2016: 17) justificadas pelos jornais como causas da "típica rebeldia juvenil, o inevitável embate geracional e, por fim, as explosões hormonais comuns nesta fase da vida".

Outra relação está em torno dos perfis. A representação das ocupações contém apenas estudantes de graduação, anulando a participação política e sem nenhuma menção aos discentes dos Programas de Pós-Graduação que ocuparam e paralisaram atividades neste período, a exemplo: Comunicação/UFC, Psicologia/UFC e Saúde Coletiva/UFC.

¹⁸ Para além da possibilidade de tratar-se de emprego demasiado do termo 'aluno' para dinamizar o texto jornalístico, optamos por não abandonar o preceito onde o jornalismo é responsável pelas cargas simbólicas das mensagens que emite.

Nisto, os jornais reconhecem estudantes como sujeitos protagonistas do movimento; apesar de pouca participação nos espaços de fala dos periódicos. Nenhuma matéria de DN traz aspas com falas estudantis. Em OP, 8 das 15 matérias analisadas contam com participação dos ocupantes. O pouco espaço restrito à participação estudantil continha, em maioria, falas agitativas associadas a verbos dicendi que reforçavam a caracterização do estudante-ocupante como uma figura pitoresca e alegórica de nossos tempos. Existiram, ainda, falas evasivas registradas nas publicações.

Confirmamos, aqui, a necessidade em “ouví-los, explicar práticas e focar esforços a fim de representá-los de forma que o sujeito abordado sinta-se percebido e, na mesma perspectiva, se reconheça na fotografia gerada sobre ele” (MACÊDO JR, 2017a: 75).

Sobre o ato de ocupar, os registros norteiam a PEC/55 como motivo pelo qual estudantes toavam ocupações. Entretanto, ‘Fora Temer’ é a outra bandeira política do movimento e que, dentre todas as matérias, só aparece em uma aspa estudantil. Em trabalho nosso, constatamos que os dois motivos tem igual peso na orientação estudantil sobre a decisão em ocupar - conforme notas de deflagração; entretanto, o segundo não é jamais mencionado na apuração jornalística. Não consideramos natural que, dentre 29, apenas uma exponha - e de forma indireta - uma das questões causais da incidência juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar este caso, concordamos com Ulisses (2012: 141), ao expor que os meios de comunicação cumprem papel de reforçar “a imagem de sinonímia entre a luta por direitos e o delito”. A ruptura com o cotidiano provocada pautava os jornais em inúmeras formas, considerando o fluxo ininterrupto de debates, oficinas e espaços de produção de conhecimento sob nova ordem - pouco pautadas. Em medida oposta, ações que causavam ônus ao bem estar social, como atos de rua e os marcos inaugurais de ocupação conseguiram espaço - não os explicando ou dedicando ambiente para ressaltar afirmativa de participação democrática de adolescentes e jovens - marca deste período; mas denotando o prejuízo de vias ocupadas que atrapalham o trânsito e afins.

É fundamental registrar que a construção de imagem pública e memória social do jornalismo sobre os episódios não está descolado de uma discussão mais ampla sobre economia política da comunicação. Dito isto, reconhecemos que os jornais se dedicaram a, nos termos de Champagne (1998: 179), cobrir “para espicaçar a curiosidade dos leitores e aumentar suas tiragens”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois?. In: HARVEY, David et al. **Ocuppy**: movimentos de protesto que ocuparam as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

BARBOSA, Bia. Comitê Pró-Democracia: Uma trincheira dentro do Parlamento. In: ROVAL, Renato (org). **Golpe 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

BÉDARIDA, François. **L’histoire de la Résistance**: lectures d’hier, chantiers de demain. Vingtième Siècle, n.11, juillet-septembre, 1986.

BENTES, Ivana. Ocupa Tudo! Extinção, ressurreição e insurreição da Cultura. In: ROVAL, Renato (org). **Golpe 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vitor. Resistir ao Golpe, reinventar os caminhos da esquerda. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião.** Petrópolis: Vozes, 1996.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES – DCE UFC. **Ocupar e resistir pelo Povo Brasileiro.** [Nota - 06 nov. 2016, Fortaleza/CE. 2f.] Disponível em: <goo.gl/dsxokS>

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE FILHO, João. **Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias.** Rio de Janeiro: Eco-Pós, 2004.

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching:** mass media in the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais:** Indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David et al. **Occupy:** Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

LEWIS, Charlton; SHORT, Charles. **A Latin dictionary.** Oxford: Clarendon Press, 1958.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: O golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACÊDO JR, Daniel. **Ocupa e resiste:** Memórias e representações do jornalismo cearense sobre as ocupações estudantis na Universidade Federal do Ceará pós-Golpe de 2016. 2017. Monografia. Graduação em Comunicação Social | Jornalismo – Instituto de Cultura e Artes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017a.

_____, Daniel. **Divino maravilhoso das ocupações universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará.** Fortaleza: Quitanda das Artes, 2017b.

_____, Daniel; NUNES, Márcia. **Das barricadas vão às bancas:** Representação das ocupações universitárias de 2016 pelo jornalismo cearense. Curitiba: XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017.

MARCUSE, Hebert. **A grande recusa, hoje.** Petrópolis: Vozes, 1999

MARTINS, Fernando José. **Ocupação da Escola:** uma categoria em construção. – Porto Alegre: 2009. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009.

OCUPAÇÃO DA UNILAB. **Nota de Ocupação da UNILAB.** [Nota - 17 nov. 2016, Redenção/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/r5oqsJ>

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

PEREIRA, Cláudia. **Ainda somos os mesmos?:** representações midiáticas da juventude em movimentos sociais, ontem e hoje. Porto Alegre: Revista Famecos, 2016.

PERUZZO, Círcia M.K. **Comunicação nos movimentos populares**: A participação na construção da cidadania. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

RAMALHO, Ramon Rodrigues. **Contribución a la propuesta de una etnografía militante**. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2013

ROVAI, Renato. Um golpe não é, um golpe vai sendo. In: ROVAI, Renato (org). **Golpe 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

SAUER, Sérgio. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Disponível em <goo.gl/uhqkuZ>. Publicado em: set. 2008. Acesso em: 24 jun. 2017.

TRAQUINA, Nelson. **O que é Jornalismo**. Lisboa: Quimera Editores, 2002

ULISSES, Laís Soares. **Panorama da criminalização dos movimentos sociais no Brasil**: suas diversas facetas e o emblemático caso da aplicação da lei de segurança nacional no Rio Grande do Sul. Teresina: Arquivo Jurídico, 2012.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE. Estudantes ocupam 961 escolas e universidades contra retrocessos na educação. Disponível em: <goo.gl/CWrnMx> Publicado em: 14 out 2016a. Acessado em 03 mar 2018.

_____. #OcupaTudo tem mais de 200 universidades ocupadas em todo o Brasil. Disponível em: <goo.gl/S482S9> Publicado em: 14 nov 2016b. Acessado em 03 mar 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. **Ocuppy**: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

A INOVAÇÃO NO JORNALISMO: UM ESTUDO DE CASO DA UTILIZAÇÃO DO INSTAGRAM PELO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

CYNTIA BELGINI ANDRETTA

PUC-Campinas

cyntia.andretta@gmail.com

FELIPE GUSTAVO BETTARELLO

PUC-Campinas

felipe.bettarello@gmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe compreender de que forma a ferramenta *Instastories*, presente no *Instagram* é utilizada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para informar o público presente na rede social e como esse modelo de publicação é utilizado pelo veículo para promover seu capital social na plataforma. A partir da revisão bibliográfica que explora o processo de convergência de conteúdo e a divulgação de notícias por meio de dispositivos móveis e redes sociais, e do processo metodológico da análise de conteúdo, foram analisados alguns dos noticiários publicados pelo *Estadão* no *Instagram*, chamados de *Estadão Drops*. Após a análise, foi possível identificar, além das principais características das publicações, a forma como se dá a interação dos usuários com o jornal por meio dessa rede social e de que forma o público é informado nesse ambiente.

Palavras-chave: redes sociais, dispositivos móveis, instagram, capital social, convergência

ABSTRACT

This research proposes to understand how the *Instagram* tool *Stories* is used by the newspaper *O Estado de S. Paulo* to inform the public present in the social network and how this publication model is used by the newspaper to promote its social capital in the platform. From the bibliographic review that explores the process of content convergence and the dissemination of news through mobile devices and social networks, and the methodological process of content analysis, were analyzed some of the news published by this newspaper on *Instagram*, which are called *Estadão Drops*. After the analysis, it was possible to identify, besides the main characteristics of the publications, the way in which the users interact with the newspaper through this social network and how the public is informed in this kind of media.

Keywords: social network, mobile devices, instagram, social capital, convergence

INTRODUÇÃO

O avanço da internet nas últimas duas décadas não só trouxe infinitas possibilidades no que diz respeito ao consumo de informação, principalmente com a popularização dos dispositivos móveis e a rápida expansão das redes sociais, como também provocou uma mudança na forma como a sociedade consome notícias. Diante disso, grande parte dos veículos impressos do Brasil está repensando as formas de produção e divulgação de seus conteúdos para alcançar novos públicos e segmentos de mercado, utilizando, para isso, as diversas plataformas e ferramentas tecnológicas como novos suportes possíveis.

Em um momento em que o futuro dos jornais impressos é amplamente discutido, a utilização de novos meios surge para convergir com os formatos tradicionais e permitir aos leitores um consumo personalizado de seus conteúdos. As mídias móveis que possibilitam tal convergência são definidas por Barbosa (2013, p.42) como “os novos agentes que reconfiguram a produção, a publicação, a distribuição, a circulação, a recirculação, o consumo e a recepção de conteúdos jornalísticos em multiplataformas”.

Seguindo essa tendência, o jornal *O Estado de S. Paulo* lançou em julho de 2017 o *Estadão Drops*, noticiário interativo divulgado no aplicativo de compartilhamento de fotos *Instagram*. Através do recurso *Stories* da plataforma, com vídeos rápidos que desaparecem em 24 horas, o veículo publica os principais acontecimentos do dia de maneira descontraída e dinâmica, além de mostrar os bastidores do jornal. O novo formato de divulgação de notícias do *Estadão* alcança uma média de 7 milhões de visualizações por mês, segundo o próprio jornal.

A partir disso, esse trabalho teve como objetivo compreender de que forma o *Estadão Drops* informa o seu público através do *Instagram* e como o novo formato está sendo utilizado pelo veículo para promover seu capital social, conceito definido por Recuero (2005) como sendo a intensidade com que se dá o relacionamento entre os perfis dos agentes nas redes sociais, bem como o conjunto de recursos que podem ser encontrados a partir dessas conexões.

A autora propõe dois tipos distintos de capital social nas redes sociais. O primeiro deles é o capital social relacional, cuja construção está diretamente relacionada com a interação e o compartilhamento de conteúdo entre os indivíduos, o que resulta na confiança e reciprocidade por eles adquiridos e define o quão influente cada indivíduo é em relação ao outro conectado a ele. O segundo tipo proposto por Recuero (2009) é o capital social cognitivo, em que o apelo informacional é mais importante do que o aprofundamento dos laços sociais. A construção desse tipo de capital social é dada pelo compartilhamento de conteúdo que gere conhecimento, como por exemplo as notícias publicadas pelos jornais em seus perfis.

Além disso, também foram identificados os critérios de noticiabilidade, ou valores-notícia, presentes nas publicações. Para decidir quais fatos são suficientemente importantes para serem transformados em notícia, o jornalista analisa os acontecimentos a partir de diversos ângulos e classificações, conhecidos como critérios de noticiabilidade. Para Mauro Wolf, esses critérios representam o “conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção de notícias” (2008, p. 202). Já para Nelson Traquina, a partir dos valores atribuídos pelos jornalistas aos fatos, ou valores-notícia, o conceito de noticiabilidade pode ser definido como:

o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor notícia’ (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Tais objetivos puderam ser alcançados através da análise quantitativa e qualitativa realizada a partir da seleção de 05 publicações do *Estadão Drops*, obtidas no período de 30 de julho a 03 de agosto de 2018, e que permitiram também verificar que tipos de conteúdo são publicados e como se dá o engajamento dos leitores em relação às publicações. Tal período foi escolhido pelo fato de o *Estadão Drops* ter completado um ano de existência nessa semana, apresentando, inclusive, uma publicação especial no dia 03 de agosto em comemoração ao aniversário do programa.

A análise foi realizada a partir do método da Análise de Conteúdo proposto por Lawrence Bardin (2011, p.47), que reflete “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter [...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi escolhido como referência para esta pesquisa não só por ser um dos maiores do Brasil, mas pela importância que o veículo teve e tem na história do jornalismo no Brasil e por sua inovação ao utilizar inúmeras plataformas tecnológicas para divulgar seus conteúdos. Além do Instagram, o jornal ainda publica suas notícias nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*, na *TV Estadão*, disponível no *YouTube*, por meio de podcasts e portal.

Outro fato importante diz respeito a um dado revelado pela pesquisa *Digital News Report 2018*, realizada pelo *Reuters Institute* em parceria com a *University of Oxford*, que mostrou que o Brasil é um dos países que mais consomem e compartilham notícias nas redes sociais. O estudo mostra também o *Estadão* como sendo o segundo veículo de comunicação mais confiável, de acordo com os entrevistados.

O ESTADÃO DROPS

Utilizando como suporte o recurso *Stories*, presente no *Instagram*, que permite a publicação de fotos e vídeos efêmeros que desaparecem do perfil do usuário após 24 horas anteriormente, o *Estadão Drops* foi criado em julho de 2017 pelo jornalista Murilo Busolin Rodrigues, do jornal *O Estado de S. Paulo*, e publica de segunda a sexta-feira os principais acontecimentos do dia de maneira descontraída e dinâmica, além de mostrar os bastidores do veículo.

Considerado pelo *Estadão* como um noticiário interativo, o novo formato de divulgação de notícias alcançou em um ano a marca de 72 milhões de visualizações, de acordo com publicação realizada pelo próprio veículo no *Estadão Drops* em 03 de agosto de 2018, a qual também faz parte do corpus de análise deste trabalho de pesquisa. As notícias publicadas no programa possuem ainda *links* que direcionam o usuário para o site afim de ler a reportagem completa. Com linguagem informal, o noticiário é apresentado majoritariamente por Murilo Busolin e Ananda Portela, embora haja diversas participações de outros jornalistas do veículo que comentam, trazem maiores detalhes das notícias apresentadas ou se revezam na apresentação do programa. Enquanto que o perfil do jornal no *Instagram* prioriza o compartilhamento de imagens para engajar o público, no *Drops* o vídeo é o principal formato utilizado.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

A fim de compreender como o *Estadão Drops* informa seu público por meio do *Instagram* e para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, a análise quantitativa e qualitativa das publicações feitas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* por meio do *Estadão Drops* foi realizada utilizando o método da análise de conteúdo, que permite não só interpretar as publicações em um nível de compreensão que vai além do aparente, mas ser utilizada como uma ferramenta para a verificação de hipóteses (CORRÊA; FONSECA *apud* DUARTE; BARROS, 2006).

A análise de conteúdo permite descrever de forma objetiva e sistemática o conteúdo investigado, permitindo interpretar, quantitativa e qualitativamente, as mensagens em uma profundidade que não se alcança com uma leitura simples do texto jornalístico. Ao investigador, por sua vez, cabe desviar seu foco do senso comum e buscar novos significados expressos nas mensagens, seja de forma explícita ou implícita. A forma como o conteúdo foi construído e as condições de produção dos textos também podem ser identificadas por meio desse método. Segundo Bardin, “a intenção da Análise de Conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p.38).

Essas inferências citadas por Bardin (2011), que são, em essência, deduções lógicas a respeito de um conteúdo, têm como objetivo tentar compreender, por exemplo, o que teria conduzido o autor da publicação a seguir tal linha de raciocínio em detrimento de outra, ou quais as possíveis consequências que a publicação poderá provocar. Criar tais deduções implica, além de ter uma base teórica estabelecida, identificar situações a partir do contexto da amostra analisada.

A análise de conteúdo, para Bardin (2011), deve ser organizada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase em que o material a ser analisado é organizado, sistematizando as ideias iniciais. Tal organização, é dividida ainda em outras três etapas. A primeira delas é a leitura flutuante, ou o primeiro contato com o conteúdo que será posteriormente utilizado na análise. Para a realização deste trabalho, foram realizadas leituras flutuantes de todas as publicações do *Estadão Drops* dos meses de julho e agosto de 2018, de forma a identificar e organizar aspectos relevantes para a pesquisa.

A segunda etapa da pré-análise é a demarcação do conteúdo que será utilizado na análise, ou seleção do *corpus*. Após analisar os noticiários do *Estadão* de forma preliminar, foram escolhidas cinco publicações para compor o *corpus* deste trabalho.

A última etapa dessa fase é a formulação dos objetivos da análise. Aqui, caberá identificar os diferentes elementos e critérios de noticiabilidade presentes nas publicações e compreender de que forma o novo formato de notícias está sendo utilizado pelo veículo para promover seu capital social. A partir desses objetivos, será possível concluir como se dá o processo informativo do *Estadão* no *Instagram*.

Já na segunda fase, a exploração do material, são definidas as categorias para análise, ou o sistema de codificação da pesquisa. É essa definição que possibilitará, durante a análise, a interpretação e inferência sobre o conteúdo investigado. Um exemplo de como essa fase será cumprida nesta pesquisa é no alcance do objetivo de identificar os critérios de noticiabilidade presentes nas publicações. Tal análise será possível a partir da categorização dos critérios de noticiabilidade propostas por Nelson Traquina (2005). Esses critérios, por sua vez, serão confrontados com as publicações selecionadas para análise, possibilitando assim cumprir o objetivo determinado.

Por fim, na terceira fase, é realizado o tratamento dos resultados e a interpretação da análise. É nela que se realiza a compilação dos resultados obtidos na investigação, bem como a sua reflexão e crítica (BARDIN, 2011).

ANÁLISE DO CORPUS

A partir da definição do *corpus* que fará parte desta investigação, realizada durante a fase exploratória da análise de conteúdo, foi construída a tabela abaixo a fim de mensurar a quantidade de publicações realizadas por dia pelo *Estadão Drops*, bem como o tempo médio de duração.

Tabela 1 - Quantidade de publicações e tempo de duração - Estadão Drops

Data de publicação	Quantidade de Drops publicados	Tempo de Duração do Programa
30 de julho (segunda-feira)	19	4'30''
31 de julho (terça-feira)	22	4'55''
1º de agosto (quarta-feira)	23	5'07''
02 de agosto (quinta-feira)	21	4'56''
03 de agosto (sexta-feira)	73	14'50''
Média	21	4'52'

Fonte: elaboração própria.

É importante lembrar que no dia 03 de agosto de 2018 foi feita uma publicação especial em comemoração ao primeiro ano do *Estadão Drops* que, embora também apresente as notícias do dia, diverge do padrão de quantidade e tempo verificado nos demais programas e, por esse motivo, não foi considerado para o cálculo da média. Neste programa, especificamente, após as publicações que trataram do aniversário do programa, foram divulgados seis *Drops* com um giro de notícias que ocupou os dois últimos minutos do programa.

Embora apresente algumas diferenças entre as edições, é possível perceber um padrão quanto à estrutura do noticiário, que pode ser evidenciado na presença de *Drops* fixos, presentes em todos os programas, e na sequência seguida para a divulgação nas notícias. A vinheta de abertura é um dos elementos fixos que está presente em todos os noticiários e aparece sempre na segunda ou terceira publicação, após a notícia que abre o programa.

A apresentação das notícias do dia também acontece de forma parecida nos programas. Para noticiar um fato, são utilizados pelo menos dois *Drops*: um deles traz os apresentadores narrando a notícia, enquanto que o outro é sempre utilizado para trazer a manchete ou dados adicionais do fato noticiado, utilizando, para isso, apenas elementos textuais, fotos ou vídeos, sem a presença dos apresentadores.

É importante destacar que os elementos visuais utilizados em algumas publicações nem sempre estão diretamente relacionados com o acontecimento, sendo frequentemente composto por trechos de filmes, séries ou memes¹ que demonstram uma inferência cultural por parte dos próprios apresentadores. Esses elementos também contribuem para que o conteúdo apresentado no noticiário seja diferente dos demais modelos de apresentação de notícias na *internet*.

1 O termo "meme" é utilizado no âmbito da *internet* para referenciar vídeos, imagens, frases ou ideias que se espalharam entre vários usuários de forma rápida e alcançando muita popularidade, fenômeno também conhecido como viralização.

Ainda na estrutura do noticiário, é possível verificar a existência de uma publicação cujo único objetivo é engajar o leitor a enviar um *feedback* aos apresentadores sobre o conteúdo apresentado naquela edição. Presente em todos os programas, a publicação convida o usuário a utilizar o recurso de *Direct Messages*, ou mensagens diretas, nativo do *Instagram*, para trazer críticas ou sugestões.

Outra característica do *Estadão Drops* é intercalar o conteúdo informativo com publicações de entretenimento e bastidores da redação do jornal. Como um dos objetivos deste trabalho é identificar os critérios de noticiabilidade presentes nas publicações, é necessário que antes seja feito um levantamento dos conteúdos essencialmente informativos, de forma a separá-los dos demais.

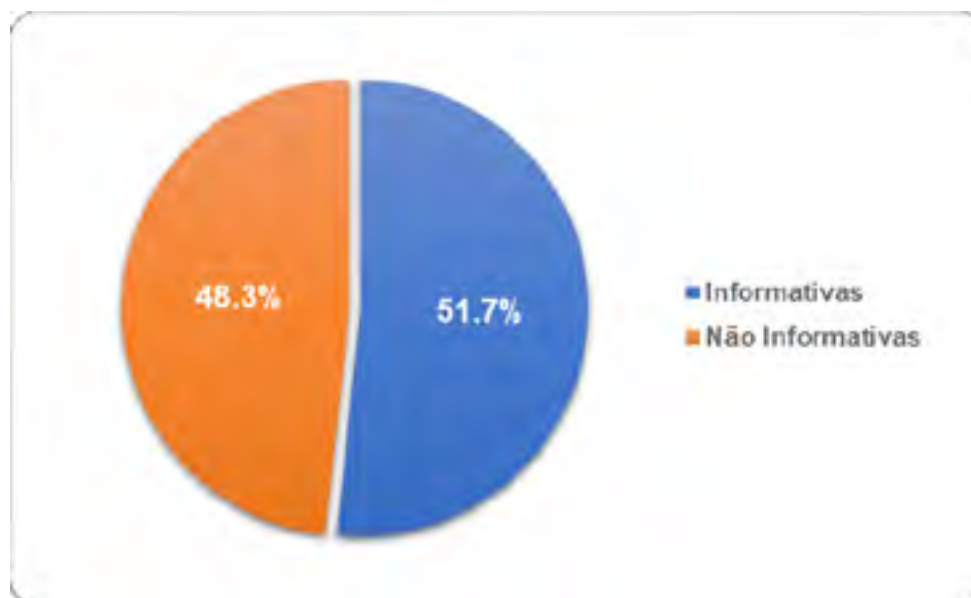
A tabela abaixo mostra a quantidade de publicações que trazem conteúdo jornalístico e informativo ao público, assim como os que não estão relacionados às notícias propriamente ditas. Foi considerado como conteúdo não informativo aquele que não apresenta qualquer característica noticiosa, como as publicações usadas para a vinheta de abertura ou pedido de interação com os usuários, mostrar os bastidores do programa ou as de entretenimento (vídeos, imagens, comentários ou outros elementos não relacionados ao ato de informar). As publicações de caráter opinativo, mesmo que relacionadas a fatos noticiados, também foram consideradas como não informativas.

Tabela 2 - Categorias de publicação no *Estadão Drops*

Categoria / Data		30/07	31/07	1º/08	02/08	03/08	TOTAL
Informativo		12	12	13	7	5	44
Não informativo	Opinião	-	3	-	-	-	41
	Abertura / Feedback	2	2	3	2	3	
	Entretenimento	-	4	6	8	15	
	Bastidores	3	1	1	1	44	
	Autopromoção	2	-	-	3	6	

Fonte: elaboração própria.

Já o gráfico a seguir considera o conjunto dos programas analisados e detalha a proporção das publicações informativas em relação às não informativas. Para esta análise também foi desconsiderado o noticiário publicado no dia 03 de agosto, uma vez que, embora apresentasse conteúdo jornalístico, foi produzido com foco específico nos bastidores e no entretenimento em virtude do aniversário de um ano do programa, fato que pode distorcer a análise.

Gráfico 1 - Publicações Informativas x Não informativas

Fonte: elaboração própria.

Ao analisar a proporção entre a quantidade de publicações informativas e não informativas, é possível verificar um equilíbrio das categorias, com uma leve predominância da informação. Do conteúdo não informativo, a maior parte é representada pelas publicações de entretenimento, que ocupa 43,9% do total dessa categoria, seguidas pelas vinhetas de abertura e convites para interação dos usuários, com 21,9%, bastidores, com 14,6% e publicações de autopromoção do jornal, com 12,2%.

As publicações classificadas na tabela anterior como bastidores estão relacionadas com os momentos utilizados pelo noticiário para mostrar os erros de gravação do programa ou o dia a dia da redação do jornal. Apesar de em várias publicações serem mostrados jornalistas do veículo narrando alguns fatos de dentro da redação, que poderiam ser consideradas como bastidores, foram classificadas como informativas por apresentarem conteúdo noticioso ao usuário.

Já as classificadas como autopromoção dizem respeito aos *Drops* utilizados pelo *Estadão* para promover seus produtos, serviços ou eventos. A título de exemplo de duas publicações que foram utilizadas para este fim está a do dia 30 de julho, que traz a informação de que o jornal *O Estado de S. Paulo* havia sido eleito o melhor jornal do Brasil pelo *Prêmio Veículos de Comunicação*, e outra do dia 02 de agosto que convida o usuário a acompanhar uma matéria especial no caderno *Paladar*, suplemento do veículo que acompanha o jornal impresso às quintas-feiras e que possui perfil exclusivo no *Instagram*.

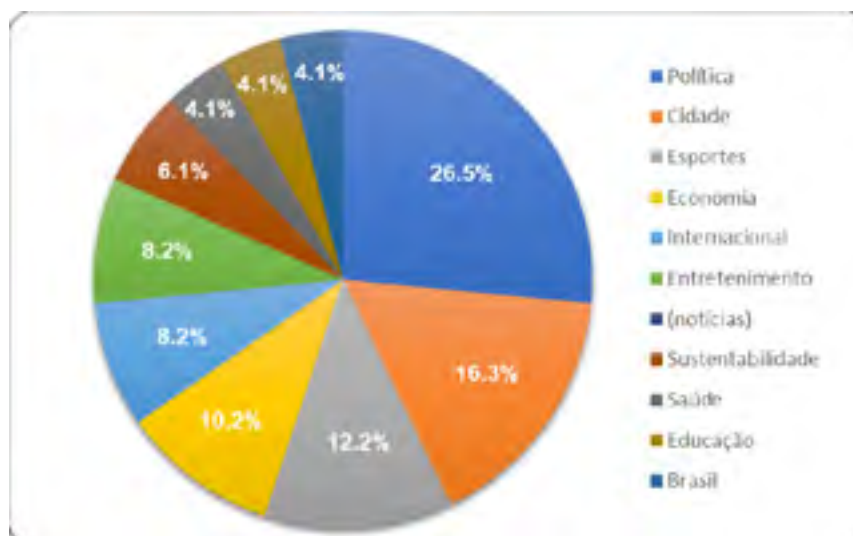
Uma vez categorizadas as publicações que apresentam conteúdo informativo em sua essência e as que não têm como objetivo informar o público, mas o divertir ou entreter, foram identificadas a quais editorias do jornal cada *Drop* informativo pertence. O resultado desta análise é apresentado na tabela abaixo, que indica a quantidade de publicações em cada editoria e em cada programa. Para esta análise, foram utilizadas as mesmas editorias em que as notícias foram classificadas na versão impressa do jornal e no portal do veículo na *internet*. Como aqui serão utilizadas somente as publicações informativas, desta vez serão considerados os cinco *Drops* do programa do dia 03 de agosto que foram classificados nessa categoria.

Tabela 3 – Editorias das publicações informativas

Editoria / Edição	30/07	31/07	1º/08	02/08	03/08	Total
Política	4	4	2	2	1	13
Cidade (São Paulo)	2	2	-	2	2	8
Esportes	6	-	-	-	-	6
Economia	-	-	2	2	1	5
Internacional	-	2	-	1	1	4
Entretenimento (notícias)	-	-	4	-	-	4
Sustentabilidade	-	2	1	-	-	3
Saúde	-	2	-	-	-	2
Educação	-	-	2	-	-	2
Brasil	-	-	2	-	-	2

Fonte: elaboração própria.

Ao observar as editorias presentes nas publicações informativas do *Estadão Drops* é possível verificar que embora haja uma maior quantidade de postagens das editorias de Política, Cidade e Esportes, existe uma pluralidade de temas nas informações divulgadas. Além do fato de o jornal *O Estado de S. Paulo* ser um jornal veiculado nacionalmente, é importante lembrar que o início do segundo semestre de 2018 foi marcado pelas candidaturas, principalmente ao cargo de presidente da República, para as eleições, momento em que a mídia de maneira geral voltou seu foco para o cenário político brasileiro, o que pode justificar o número maior de publicações que tratam desse tema.

Gráfico 2 - Proporção das editorias das publicações informativas

Fonte: elaboração própria.

A partir da análise quantitativa realizada para identificar os conteúdos informativos presentes no *corpus* selecionado, bem como a quais editorias pertencem, o que ajuda a compreender para quais assuntos o noticiário poderia dar alguma preferência, é possível inferir quais foram os critérios de noticiabilidade utilizados para a escolha e publicação dos 44 *Drops* informativos identificados. Para esta análise, será utilizada a sistematização dos valores-notícia de seleção proposta por Nelson Traquina (2005).

Os valores-notícia de seleção são os critérios utilizados pelos veículos para a escolha de um fato, em detrimento de outro, para ser transformado em notícia. Mais precisamente os critérios substantivos dessa categoria estão relacionados à avaliação do acontecimento baseada em sua importância ou interesse público e foram utilizados como base para a construção da tabela abaixo, que mostra quais desses critérios foram possivelmente utilizados na escolha dos fatos que envolvem as publicações informativas divulgadas em cada programa. Como cada publicação podia conter mais de um critério utilizado para sua seleção, a quantidade final de critérios encontrados foi maior do que a quantidade efetiva de *Drops*.

Tabela 4 - Valores-notícia encontrados nas publicações informativas

Valor-notícia / Edição	30/07	31/07	1º/08	02/08	03/08	Total
Atualidade	6	8	8	8	6	36
Novidade	5	4	6	7	4	26

Relevância	4	5	6	3	4	22
Notoriedade	5	2	3	3	4	17
Proximidade	4	5	2	3	2	16
Notabilidade	5	3	2	5	-	15
Controvérsia	2	2	4	2	2	12
Morte	1	2	-	-	2	5
Infração	-	2	3	-	-	5

Fonte: elaboração própria, a partir de Traquina (2005).

Ao analisar os valores-notícia possivelmente utilizados pelo veículo para a escolha das notícias que seriam veiculadas nos programas *Estadão Drops* no *Instagram*, é possível observar que todos os critérios substantivos propostos por Traquina (2005) estão presentes, embora haja uma predominância do critério “atualidade”. Isso se deve ao fato de o noticiário trazer, além do fato em si, dados atualizados sobre assuntos que já foram tratados em outras mídias do veículo ao longo do dia. Embora diário, foi observado que o *Estadão Drops* é publicado em horário que varia das 19 às 22 horas, possivelmente por conta de edições editoriais e gráficas que são realizadas para aumentar a interação com o público. O horário utilizado pelo jornal para realizar as publicações reforça a necessidade de atualizar as informações que já foram publicadas, por exemplo, no portal *Estadão*.

Também pôde ser observado que grande parte das publicações informativas foi pautada pela novidade, relevância e notoriedade dos agentes envolvidos nos fatos, principalmente relacionados à política. Outra relação que é possível estabelecer entre as editoriais encontradas nas publicações e os critérios de noticiabilidade utilizados para divulgação das mesmas está no critério “proximidade”, já que grande parte das notícias tinham estavam relacionadas à eventos que ocorreram na cidade ou estado de São Paulo.

Para informar o público, todas as publicações informativas do *Estadão Drops* oferecem na parte inferior da tela por meio de um hiperlink a opção “veja mais”, que possibilita ao usuário ler a matéria completa no portal do veículo na *internet*. Já nas publicações não informativas, essa opção é substituída por um campo em que é possível enviar uma mensagem relacionada especificamente ao *Drop* em questão.

Ao contrário das publicações feitas na linha do tempo do *Instagram*, em que é possível verificar a quantidade de interações feitas pelos seguidores do perfil, não é possível ter acesso

à quantidade de visualizações ou comentários enviados nas publicações feitas por meio do recurso *Stories*. Entretanto, ao analisar o perfil de forma geral, verificou-se que a média de curtidas das 40 publicações realizadas na linha do tempo do jornal na mesma semana dos *Drops* analisados neste trabalho foi de 4.300.

É importante mencionar que uma das publicações realizadas no dia 31 de agosto na linha do tempo do jornal e que mostra um pequeno vídeo de uma mulher francesa sendo atacada fisicamente por um homem teve aproximadamente 196 mil visualizações, o que representa quase 25% de todos os seguidores do perfil do *Estadão* na rede social, além de 512 comentários únicos.

Raquel Recuero (2009) afirma que a intensidade com que se dá o relacionamento entre os diferentes agentes presentes nas redes sociais contribui para a formação do capital social dos mesmos. Nesse caso, observa-se que o jornal constrói os dois tipos de capital social propostos pela autora, o capital social relacional, formado a partir da interação dos indivíduos com seu conteúdo, e o capital social cognitivo, que deriva do compartilhamento de informações que gerem conhecimento ao público.

No caso do *Estadão Drops*, o capital social cognitivo é construído a partir dos próprios noticiários que fornecem informações ao público presente na plataforma. Já o capital social relacional, que necessita uma proximidade maior dos usuários para com os veículos, é concebido por meio das interações resultantes dos próprios recursos oferecidos ao veículo pela plataforma, e que este, por sua vez, provoca os usuários a utilizá-los. Tais recursos incluem as mensagens que podem ser enviadas aos *Drops*, as enquetes incluídas nas publicações, os hiperlinks que possibilitam o acesso à versão completa da notícia, já que no *Instagram* o tempo para abordá-las de forma profunda tende a ser limitado, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, foi possível verificar que embora o *Estadão Drops* apresente uma grande quantidade de entretenimento em suas publicações, a maior parte de seu conteúdo é composta por informação, o que faz com que o noticiário cumpra o seu papel social dentro do jornalismo de informar a sociedade, assim como a versão impressa e o portal do veículo na internet. As publicações de entretenimento, assim como a linguagem informal presente no noticiário, são utilizadas pelo jornal como estratégia para que seu conteúdo se torne atrativo em uma rede social composta em sua maioria por jovens e adolescentes.

Ainda sobre o conteúdo das publicações, verificou-se uma pluralidade de assuntos abordados nas postagens informativas e que o veículo também utiliza o *Instagram* para, além de entreter seu público, se autopromover e mostrar o dia-a-dia da redação nos *Drops*, algo incomum em outras mídias utilizadas pelo *Estadão*. Nos critérios de noticiabilidade identificados nas publicações e que provavelmente foram utilizados pelo jornal para elencar os assuntos que seriam divulgados em cada edição, o critério “atualidade” foi o que mais se destacou, muito porque o noticiário, em grande parte das postagens informativas, apresenta dados atualizados sobre assuntos que já foram tratados em outras mídias do veículo ao longo do dia.

Na análise, não foi possível identificar o *Estadão Drops* como um novo modelo de negócio que seja financeiramente rentável ao veículo, uma vez que não apresentou em seu conteúdo nenhum tipo de publicidade ou publicações explicitamente patrocinadas. Por outro lado, foi possível observar que esse novo formato pode trazer fortalecimento à marca e criar mais afinidade com os leitores presentes nas redes sociais por meio de um conteúdo interativo, o que pode significar maiores chances de vender o jornal ou assinaturas no futuro.

Em 100% das publicações informativas, há *hiperlinks* que convidam o usuário a ler a versão completa da notícia no site, momento em que o jornal tem novamente a oportunidade de oferecer o “produto” notícia ao usuário por meio da estratégia conhecida como *Paywall*, que limita a quantidade de publicações que podem ser visualizadas pelo leitor de forma gratuita dentro de um período de tempo.

Foi possível verificar também que o engajamento dos usuários, proporcionado pela possibilidade de interação com o conteúdo oferecida pelo noticiário com o auxílio dos recursos da plataforma, ajuda o veículo a construir seu capital social dentro do Instagram. Por mais que o capital social pareça intangível quando comparado ao capital monetário, é ele que fará com que o leitor, dentro dos diversos sites de redes sociais, escolha consumir o conteúdo de um jornal em detrimento de outro. Mais do que apenas fornecer conteúdo noticioso, pode-se verificar uma preocupação dos editores do programa em se aproximar do leitor em diversos momentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, J. **Notícias e mobilidade: o jornalismo na era dos dispositivos móveis**. Covilhã: LabCom, 2013.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RECUERO, Raquel. **Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos weblogs**. Trabalho apresentado no GT de Tecnologias Informacionais da Comunicação da COMPÓS. Niterói, 2005.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 6. ed. Lisboa: Presença, 2001.

_____. **Teorias da comunicação de massa**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

AGORA QUE EU SEI: REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO DE JOVENS VIVENDO COM HIV

FRAGA, Thiago

Mestrando em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF)

trfraga@gmail.com

Resumo: O artigo tem como proposta realizar estudos de linguagem e representações do cotidiano de jovens vivendo com *HIV* a partir do curta metragem documentário “Agora que eu sei” (Fabiano Cafure, 2016) distribuído em mídia digital na internet. O objetivo é refletir sobre as representações do cotidiano de jovens vivendo com *HIV* e possíveis relações com a mídia utilizando como base teórica os conceitos de representação, estigma e preconceito de autores como Erving Goffman e Agnes Heller, e o conceito da teoria social da mídia de John Thompson. Busca-se entender se a internet influencia na linguagem da obra audiovisual produzida e como as representações do cotidiano são abordadas em uma obra audiovisual na internet.

Palavras chave: Representações; Cotidiano; Mídia; Audiovisual; *HIV*

1 INTRODUÇÃO

O tratamento utilizado para os pacientes diagnosticados com o vírus *HIV*, sigla em inglês para a síndrome da imunodeficiência humana, vírus causador da *Aids*, tem revelado avanços. Atualmente, os portadores da doença têm uma melhor qualidade de vida a partir dos medicamentos fornecidos pelo governo. Mas, nem sempre foi assim. Na descoberta da doença, no início dos anos de 1980, em que pouco se sabia sobre as causas e efeitos, a construção de metáforas sobre a doença era inevitável.

A filósofa e ativista norte-americana Susan Sontag (1984) foi uma das primeiras escritoras a refletir sobre as metáforas em torno do vírus *HIV* e da *Aids*. As metáforas que contribuíam para a estigmatização da doença, e, por extensão, daqueles que estavam doentes. Em sua pesquisa, a autora cita, inclusive, referências de afirmações estigmatizadas sobre a doença no cenário brasileiro:

[...] As afirmações dos que pretendem falar em nome de Deus podem, de modo geral, ser facilmente explicadas como a tradicional retórica do discurso sobre as doenças sexualmente transmissíveis - desde as fulminações de Cotton Mather até as recentes declarações de dois destacados religiosos brasileiros, o cardeal-arcebispo de Brasília, d. José Falcão, para quem a *aids* é “conseqüência da decadência moral”, e o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, que vê na *aids* ao mesmo tempo um “castigo de Deus” e “a vingança da natureza”. Mais interessante é o caso dos leigos que vociferam esse tipo de invectiva, pois seus objetivos são mais complexos. As ideologias políticas autoritárias têm interesse em promover o medo, a idéia de que alienígenas estão prestes a assumir o controle — e para elas as doenças são um prato cheio. [...] (SONTAG, 1984)

Segundo a autora, por ser uma síndrome cuja transmissão se dá, considerando os conhecimentos até aquele momentos disponíveis, basicamente por contato com sangue ou espermatozoides contaminados, a *Aids* foi vista como um “castigo” para aqueles que abusaram da sexualidade

ou que mesmo que, involuntariamente, como no caso dos hemofílicos, “abusaram” no uso ou manejo do sangue, “o líquido sagrado da vida” (SONTAG, 1984).

Durante muito tempo, o que se via na mídia, seja ela jornalística ou cinematográfica, era um esforço em associar a doença ao medo e ao pânico, como descrito na pesquisa por Sontag. Este tipo de afirmação reforça a noção de estigma referenciada por Goffman (1982) como um atributo que torna o ser inferior. É justamente essa “identidade deteriorada”, termo também cunhado pelo autor, que ainda se vê em representações de grande parte da mídia e no cinema com relação ao *HIV* e a *Aids*.

No âmbito deste artigo, interessa-nos as referências cinematográficas brasileiras. Até recentemente, os filmes ficcionais que exploraram o universo da doença e que chegaram ao circuito comercial de salas de cinema, como “Cazuza, o Tempo não Para” (Sandra Werneck e Walter Carvalho, 2004) e “Boa Sorte” (Carolina Jabor, 2014) trazem representações de pessoas vivendo com *HIV* com referenciais da época de início da epidemia e representações de morte mesmo que com potencial de luta pela sobrevivência. “Cazuza, o Tempo não Para” mostra a “vida louca vida” que marcou o percurso profissional e pessoal do cantor Cazuza, protagonizado por Daniel de Oliveira. Embora o filme mostre a coragem do cantor em expor a doença e sua deterioração física, o filme mostra a doença em uma época em que a mesma é relacionada à uma sentença de morte em curtíssimo tempo. O mesmo acontece no filme “Boa Sorte” em que a personagem Judite, protagonizada por Deborah Secco, é uma soropositiva em fase terminal que vive um grande amor que a acompanha no seu leito de morte até a sua morte.

Segundo Carvalho (2008) “é a morte que aparece como pano de fundo em todos os filmes que têm a *Aids* como tema. No entanto, contraditoriamente, os filmes também nos apresentam, a partir da *Aids*, a vida em suas múltiplas dimensões.” Para o autor, nos filmes com esta temática há uma tensão entre a morte provocada pelas complicações da *Aids* e a vida como contraponto. Os filmes indicam elementos que nos permitem identificar a *Aids* como responsável pela “humanização” de personagens, bem como ativadora de situações que tornam a síndrome, tida como associada à morte, responsável por retratar a vida em suas múltiplas dimensões. No entanto, é em recentes documentários brasileiros que se percebe um novo olhar dos cineastas sobre trazer à tona a “humanização” mencionada por Carvalho através de relatos reais de personagens não ficcionais.

O documentário “Positivas” (Susanna Lira, 2009)¹, vencedor do prêmio de melhor documentário do Júri Popular do Festival do Rio 2010, apresenta o relato de mulheres que contraíram o vírus de seus parceiros. Para Susanna, o filme tem como principal alvo o estigma em torno da *Aids*. Ao apresentar experiências de mulheres de “bom comportamento” que contraíram o vírus de seus maridos ou parceiros fixos, o documentário desvenda o véu de silêncio e hipocrisia que assola os laços do matrimônio. Apesar do luto inicial e do preconceito, as personagens mostram que viver com *HIV* não é o fim. Ao contrário, pode significar uma nova chance à vida e sexualidade. O documentário “Meu Nome é Jacque” (Angela Zoé, 2016)² sobre a ativista transexual Jacqueline Rocha Cortes que vive com *HIV* há mais de 20 anos é também um outro exemplo de história de vida. Militante pela causa, Jacque tem a vida marcada por lutas e conquistas, chegando a trabalhar como representante do governo brasileiro e na Organização das Nações Unidas. Hoje casada e mãe de dois filhos, mora numa pequena cidade, levando uma vida voltada para a maternidade, a família e a espiritualidade.

Ambos os filmes documentários e até mesmo os ficcionais brasileiros mencionados, como na maioria dos filmes brasileiros, rodam somente em circuito de festivais, e não chegam ao grande público, seja em salas de cinema ou mesmo através de licenciamento em canais de

TV por assinatura, e quando chegam à sala de cinema não têm uma adesão pelo público em detrimento das produções importadas de outros países. Para se ter uma referência comparativa, considere-se que, segundo dados oficiais da ANCINE (Agência Nacional do Cinema, 2016)³, órgão regulador do audiovisual no Brasil, a participação de público dos filmes brasileiros em sala de cinema foi de 16,50%.

Atualmente, recente pesquisa feita sob encomenda do Ministério da Saúde brasileiro e divulgada pela revista “*Medicine*” (2018)⁴, aponta para um aumento dos casos de HIV/Aids no país entre um grupo específico. A pesquisa indica que os casos de HIV/Aids triplicam entre jovens de 15 a 19 anos, principalmente no grupo HSH, grupo de homens que transam com outros homens, independente da orientação sexual. Com isso, percebe-se urgente a necessidade de campanhas de governo e matérias jornalísticas focadas na prevenção e tratamentos disponíveis, mas também em produtos audiovisuais que atinjam diretamente o público jovem com informações que atraíam seu interesse. É importante também ressaltar um cenário no Brasil em que o jovem é a personificação das mudanças observadas no consumo da mídia, em que o consumo da internet por jovens brasileiros cresceu 50% entre 2003 e 2013 (IBOPE, 2014)⁵.

Levando os dados em consideração, a internet é uma possível e acessível janela de exibição de conteúdos nacionais alternativa às tradicionais como o cinema ou a TV, e que estimula a distribuição e o consumo dos filmes brasileiros junto ao público jovem. Logo, é através da internet que o audiovisual é transformado e apresenta representações do cotidiano que podem atingir diretamente o público, e é isso que nos interessa ao desenvolver este artigo.

2 O AUDIOVISUAL NA INTERNET

O audiovisual é um termo genérico que se refere a formas de comunicação que combinam som e imagem na transmissão de mensagens, realizando-se como um filme no cinema, um programa de TV na televisão e/ou ainda como um vídeo que tem diferentes sentidos de acordo com seu conteúdo, técnica, mídia, suporte, aparelho receptor etc. Para Kilpp (2010) o uso largo de termos para designar desde o produto audiovisual até o seu conteúdo, perde ainda mais precisão quando se tenta nominar os vídeos na *web*. A autora afirma que uma das alternativas encontradas pelos pesquisadores tem sido expandir o conceito atribuído ao seu objeto clássico de pesquisa, interpretando os novos audiovisuais como seus derivados em diferentes expressões. Diz ela:

[...] É assim, por exemplo, que surgem expressões como cinema expandido, televisão expandida, multitelevisão, pluritevê, vídeo transmídia, *web* cinema, *web* TV, *web* vídeo, etc., que dão boas pistas do espraiamento audiovisual, e permitem seguir o percurso dos objetos pelos novos modos de produção e distribuição que foram criados pelo avanço da técnica. São expressões que, em geral, não tem a pretensão de analisar todo o rizoma, nem as questões filosóficas e culturais manifestas nas (i)materialidades audiovisuais. (KILPP, 2010)

O audiovisual na internet é construído dentro de uma estrutura aberta, não pela quantidade e diversidade de vídeos em circulação na rede, mas pela possibilidade que dá a qualquer usuário comum com acesso à internet de participar de uma produção audiovisual desde que ele possua uma câmera. Ainda segundo Kilpp (2010), o barateamento e a manipulação facilitada de aparelhos, *softwares* e outras ferramentas de captação e edição potencializam os vídeos caseiros de uma só pessoa, feitos à margem das milionárias produções do cinema e da TV, mas que muitas vezes, lhes roubam o brilho, basta ver os favoritos e mais acessados em *sites* como o Youtube.

Aliás, o próprio Youtube é colocado no contexto das noções de uma revolução liderada por usuários, no momento em que muda seu slogan de “repositório de vídeos digitais” para o consagrado “Transmitir-se” (*broadcast yourself*). Neste momento, a mudança transformou-se de uma plataforma com um recurso de armazenagem pessoal de conteúdos em vídeo em uma plataforma destinada à expressão pessoal (Burgess e Green, 2009)

É a expressão do pessoal e a expressão de vivências pessoais, expressões do cotidiano no audiovisual que nos interessa. No que tange à temática analisada neste artigo, é no ambiente da plataforma de vídeos Youtube que atualmente percebe-se expressões da juventude vivendo com HIV com canais como “Projeto Boa Sorte” por Gabriel Estrela (2015)⁶, “H Diário” por Gabriel Comicholi (2016)⁷ e “Super Indetectável” pela rede mundial de pessoas vivendo e convivendo com HIV (2017)⁸ que possuem um produto audiovisual do que poderia ser intitulado *web* vídeo alinhado às regras de produção de vídeos do programa “Youtube Creators”⁹, programa de ensino oficial da plataforma *web* Youtube para criadores de conteúdo. O programa traz regras bem definidas quanto à linguagem e estética, dentre elas, valorizar o básico, com metadata, miniaturas e design padronizados; ter uma estratégia de programação quanto a conteúdo e frequência; dentre outras.

É evidente a importância de iniciativas como a dos canais de vídeos mencionados no Youtube para desconstruir narrativas estigmatizadas relacionadas ao HIV. Porém, considerando que estes *web* vídeos seguem uma estética padronizada por regras pré-definidas do Youtube, este artigo destaca, especificamente, o *web* documentário. A escolha do *web* documentário em detrimento ao *web* vídeo foi definida para além do conceito, por uma real possibilidade de análise de um deslocamento estético e narrativo que não segue um programa de boas práticas predefinido. No escopo deste artigo, interessa analisar a produção audiovisual realizada por cineastas independentes, particularmente a brasileira, por entender a multiplicidade de perspectivas deste gênero. Para Tavares e Rezende (2015) o gênero *web* documentário apresenta uma multiplicidade de perspectivas “na medida em que habita um local híbrido, decorrente do que podemos chamar “suporte”, ou seja, sua relação com a Internet, e também pelo próprio percurso do documentário que é marcado por uma trajetória atravessada por uma bifurcação clássica: o cinema e o jornalismo.”

Para além da distinção entre cinema e jornalismo na tradição documentária já evidenciada por Tavares e Rezende (2015) e Ramos (2008) levamos em consideração para este artigo o escopo dos documentários cinematográficos produzidos exclusivamente para distribuição na internet. Neste sentido, consideramos pesquisar plataformas na internet que distribuíssem filmes, sejam eles curtas, médias ou longas metragem, produzido por cineastas brasileiros. A partir de uma pesquisa na internet sobre filmes brasileiros independentes que abordam a temática do HIV, chegou-se ao curta metragem “Agora que eu sei” (2016) do cineasta Fabiano Cafure distribuído pela plataforma *online* de filmes brasileiros independentes Canal O Cubo (canalocubo.com). A plataforma do canal não possui servidor de arquivos próprios utiliza o Youtube como *broadcasting*, uma característica de iniciativas voltadas ao audiovisual em mídia livre e que não são financiadas por grandes corporações de mídia.

Através de análise fílmica do curta metragem, será realizada um estudo sobre a linguagem, estética e marcos narrativos da obra, procurando entender a seguinte questão: que características possui uma obra audiovisual pensada para distribuição na internet e se a internet influencia na estética e linguagem das obras audiovisuais produzidas por cineastas que tem a internet como principal janela de exibição.

3 AGORA QUE EU SEI: DESLOCAMENTO ESTÉTICO E MARCOS NARRATIVOS

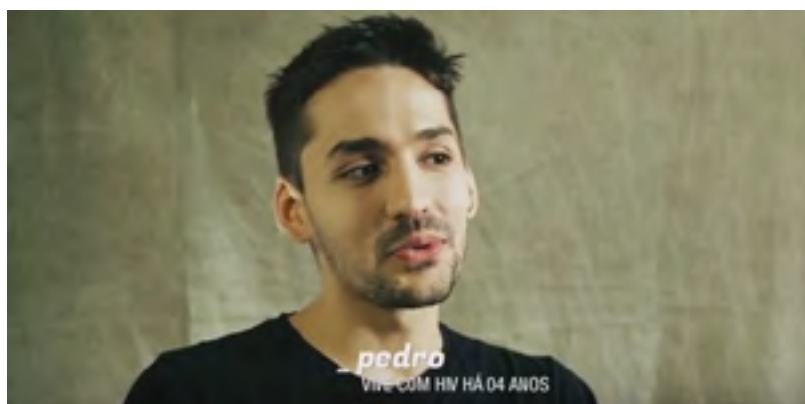
O curta metragem “Agora que eu sei” realizado pelo cineasta Fabiano Cafure apresenta a história de três jovens vivendo com hiv e como estes jovens encaram suas vivências. A sinopse do curta metragem já fornece indícios do que será abordado durante os 13 minutos da produção audiovisual e aponta a perspectiva do cineasta para uma visão humanizada sobre a doença: “O que fazer quando você descobre que precisa se relacionar com um vírus durante toda a sua vida? “Agora que eu sei” existe para mostrar como jovens da atualidade encaram a vivência, com o HIV/Aids, mostrando que obstáculos podem ser superados em busca de um bem estar físico, emocional e social. “Agora que eu sei” contribui para desconstruir o conjunto de tabus, preconceitos e metáforas falaciosas que ainda rondam a doença”.

Quanto ao roteiro e sua estrutura, o curta metragem apresenta os três personagens em três blocos distintos com uma média de 03 minutos e 30 segundos para cada personagem. Ao final da apresentação do terceiro personagem, cada um dos personagens, seguindo a ordem de apresentação, faz um relato em menos de 30 segundos a partir da frase “agora que eu sei...”

Cada unidade narrativa de apresentação do personagem possui uma sequência de planos marcada com características semelhantes. A unidade narrativa é iniciada por uma sequência de planos em movimento com um enquadramento aberto que destaca os personagens em ambientes de interação com outras pessoas, exceto um dos personagens que é apresentado por uma sequência de planos individual em externa. Essa sequência de planos inicial de apresentação dos personagens é marcada por uma mesma trilha sonora instrumental que dá ritmo ao movimento. Essa mesma sequência de planos em movimento de câmera evidenciam diferentes ângulos dos personagens em movimento, seja ele conversando e/ou andando com outras pessoas ou mesmo andando sozinho pela rua. Os planos ressaltam gestos relacionados a felicidade como sorrisos e abraços.

Após a sequência de planos em movimento, cada personagem inicia sua história em um plano fixo com tomada frontal. A escolha do cineasta por este formato de plano durante os depoimentos dá destaque a história contada por cada personagem. Vale ressaltar que além da narrativa falada, a vivência com *HIV* é destacada através de legenda que aponta o nome do personagem e a quanto tempo cada um deles vive com *HIV*.

FIGURA 1 - Fragmento do curta “Agora que eu sei” assistido no player do Canal O Cubo, categoria documentário



Fonte: Youtube (2018)

No estudo de estigma por Goffman (1982), a informação social é uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes. Segundo o autor, essa informação é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal a que ele intitula de “símbolos”. Estes símbolos podem confirmar aquilo que outros signos nos dizem sobre os indivíduos completando a imagem que temos dele de forma redundante e segura (GOFFMAN, 1982, p.53). Diferente do que é evidenciado por Goffman, os depoimentos dos personagens são marcados por relatos que contrapõem símbolos que poderiam reforçar o estigma sobre a doença. Em um dos depoimentos o personagem diz:

...O sentimento mais forte que eu tinha, mais do que medo, mais do raiva, mais do que inconformismo, era a completa aversão a possibilidade de ficar escravo de um medo das pessoas descobrirem. E se tem uma coisa que representa isso, de não ficar se escondendo, escancarar logo, contar logo pra todo mundo, porque eu não tinha mais isso pra ficar mantendo... (trecho transcrito do documentário)

Em seguida, este mesmo personagem também relata sobre seus planos como qualquer homem ordinário evidenciando a quebra de conceitos predefinidos sobre a doença:

...Eu assim como todo mundo, acordo pela manhã, tenho os meus desafios, tenho as minhas dificuldades. Tenho os meus sonhos pra 2030, 2050, 2090. Tem o preconceito de achar que eu sou frágil, eu não sou, pelo contrário. Tem o preconceito de achar que eu sou promíscuo. Tem o preconceito de achar que eu vou morrer a qualquer momento. Tem o preconceito interno, de eu achar o que as pessoas vão achar e que em cima disso basear as minhas escolhas de vida. (trecho transcrito do documentário)

O cineasta também não adere a símbolos que poderiam reforçar a informação social sobre a doença, como evidenciar assuntos relacionados à orientação sexual, já que a doença, na sua maioria das vezes, é transmitida durante a relação sexual. Mesmo quando o depoimento evidencia uma orientação sexual, um dos personagens está lançando um livro intitulado “O Segundo Armário: diário de um jovem soropositivo” o que é destacado deste personagem são depoimentos dos seus familiares, o que além da vivência do personagem, expõe relatos de convivência com pessoas com HIV.

Durante os depoimentos, tanto estes de relatos dos familiares como dos personagens, há uma preocupação evidente com o preconceito oriundo do estigma sobre a doença. Não à toa a palavra preconceito aparece 10 vezes no documentário seja de forma falada e/ou escrita ao fim do documentário. A preocupação do preconceito sobre a doença também pode ser notado na última legenda antes dos créditos finais: “Ainda hoje, o preconceito é um dos maiores problemas enfrentados por quem vive com HIV. Agora que eu sei contribuí para desconstruir o conjunto de tabus, preconceitos e metáforas falaciosas que ainda rondam a doença”.

Segundo Heller (1970), “o preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos”. Para a autora, assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados pelo meio em que crescemos e pode-se passar muito tempo até percebermos com atitude crítica esses esquemas recebidos. Isso depende da época e do indivíduo. Em períodos estáticos, passam-se frequentemente inteiras gerações sem que se problematizem os estereótipos de pensamento e comportamento (HELLER, 1970, p. 43-44). Com isso, pode-se considerar que no início da epidemia da doença, passou-se muito tempo sem que se problematizassem a vivência com o HIV, evidenciando os símbolos ligados à morte, e demonizando aqueles que contraíam a doença. Para a autora, todo preconceito é moralmente negativo porque impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo (HELLER, 2000, p.59). Os depoimentos evidenciam a liberdade dos personagens em falar sobre um assunto de maneira

a desconstruir um estigma, como também a tornar um assunto mais íntimo, e essa intimidade só foi permitida com o desenvolvimento da mídia e do audiovisual.

Segundo Thompson (1998), o desenvolvimento da mídia produz um novo tipo de intimidade que não existia antes e que se diferencia em certos aspectos fundamentais das formas de intimidade características da interação face a face. Há um reflexo evidente do autor de que as representações do cotidiano podem ser alteradas com o desenvolvimento da mídia. Como por exemplo, na quase-interação mediada permitida através do audiovisual, os indivíduos podem criar e estabelecer uma forma de intimidade essencialmente não recíproca, expandida no espaço e tempo. Para o autor, o self, num mundo mediado, é um projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente:

[...] o self não é visto nem como produto de um sistema simbólico externo, nem como uma entidade fixa que o indivíduo pode imediatamente e diretamente apanhar; muito mais do que isto, self é um projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente. É um projeto que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade. (THOMPSON, 1998, p. 183)

As narrativas do curta metragem mostram isso. Uma narrativa que pode ser julgada por não estar tão preocupada em métodos de prevenção ou com os sintomas que levariam a morte, mas que efetivamente reflete símbolos de uma mudança no cotidiano do jovem que vive com *HIV* preocupado com o preconceito e a discriminação. Em um dos trechos, uma dos personagens que adquiriu a sorologia de forma vertical, ou seja, o vírus foi transmitido geneticamente por seus pais, diz:

Eu via que os outros sofriam e eu queria de alguma forma que eles não passassem por aquilo. Daí, começou a surgir uma coisa de que “precisamos falar sobre isso”, precisamos discutir sobre a questão de preconceito, discriminação na escola. Se eu que vivo, não falo sobre isso, de que a forma a pessoa que não vive, que não convive com isso, vai ficar sabendo. Eu preciso externalizar isso de alguma forma, eu preciso fazer. O preconceito e a discriminação está totalmente atravessado pela falta de comunicação e conhecimento sobre aquilo. (trecho transcrito do documentário)

Percebe-se que o jovem soropositivo, termo cunhado para os que possuem anticorpos no soro sanguíneo para vírus da aids, seja na narrativa dos três personagens do curta metragem “Agora que eu sei” ou em narrativas presentes nos canais de Youtube já mencionados neste artigo, é preocupado em criar uma rede de solidariedade para os que vivem e convivem com *HIV*. O sentimento deste jovem cria uma figura humanizada da pessoa que leva uma vida dita “normal” com um vírus indetectável permitido pelo uso dos medicamentos. E isso é transmitido a todos com os quais ele se encontra.

É a comprovação da existência do indivíduo real, sem as amarras de um personagem. No início dos estudos de representação e interação social por Goffman (1985) o ponto chave era entender as atitudes que um determinado indivíduo tem para transmitir impressões de sua pessoa aos outros. Através de analogia com o teatro, o autor reflete como os indivíduos se comportam em situação de interação social na vida cotidiana. No caso das representações do cotidiano referenciadas pelas obras audiovisuais, disponíveis em ambientes abertos na rede, as representações do cotidiano do indivíduo real que acabou de descobrir sua sorologia são transmitidas por vivências reais sem a mediação de interesses por grandes corporações ou de grupos específicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtores e cineastas da atualidade têm na internet e nas plataformas digitais disponíveis no mercado uma janela eficiente e econômica para distribuição de seus filmes sejam curtas, longas metragens e séries, permitindo que os usuários assistam as obras a qualquer tempo. É também no ambiente web que temas como o *HIV* ou qualquer outro tema ligado aos direitos humanos ganham força, uma vez que não estão sujeitos à curadoria de festivais de cinema ou mesmo de programadores do segmento da TV por assinatura ou da Tv aberta. Não à toa que o catálogo de canais digitais do Canal O Cubo, canal onde o curta metragem “Agora que eu sei” é distribuído, tem quase 38% dos filmes em seu catálogo com temática voltada à diversidade cultural, de gênero, direitos humanos, tecnologia e direitos autorais (dados apresentados pelo canal no 01º Seminário de Cinema Brasileiro para a Web)¹⁰.

Quanto ao curta “Agora que eu sei”, curta metragem analisado neste artigo, pode-se perceber que a internet influencia na linguagem da obra audiovisual produzida, por considerar que o cineasta faz uso de planos curtos e dinâmicos, o que influencia na manutenção do olhar do usuário sob o conteúdo. Em tempos de uma ampla disseminação de informações na internet, é sempre um desafio, para o produtor do conteúdo, formatar uma obra audiovisual de modo a prender a atenção do telespectador ou usuário durante todo o filme ou ao máximo de tempo possível. A linguagem dinâmica do documentário “Agora que eu sei” fornece uma rápida diversidade de visões sobre um mesmo tema tão carregado de preconceitos. Em 13 minutos são apresentadas as visões de 03 indivíduos com opiniões totalmente distintas. A passagem entre os planos e a escolha de uma cena introdutória que apresenta cada personagem em um ambiente externo também é um excelente recurso para a introdução de um assunto ainda visto como tabu por boa parte da sociedade.

A seleção de diferentes perfis de personagens é algo a se destacar. O curta apresenta personagens além das amarras ligadas a um grupo específico, trazendo personagens de diferentes raças e sem julgamento de classes sociais ou orientação sexual. Ao mostrar os sentimentos de quem vive com *HIV*, a preocupação destes indivíduos com o preconceito e a discriminação, ajuda-se tanto o jovem que acabou de descobrir sua sorologia, como apresenta uma nova visão a quem ainda poderia estar preso ao que foi amplamente distribuído nos longas metragens de ficção ou na imprensa de um modo geral sobre o tema.

O fato é que a internet pode influenciar na linguagem e também no conteúdo da obra audiovisual, uma vez que dá liberdade ao realizadores de abordar um assunto diferente dos assuntos usuais sobre a uma doença, trazendo o preconceito como fio condutor da temática *HIV*. Ao abordar o preconceito como fio condutor, o curta permite um aumento na autonomia de indivíduos, um novo olhar e uma liberdade nas escolhas em outros temas tão importantes do universo da doença como a testagem rápida, a auto proteção para aqueles que estão diagnosticados com o incentivo ao uso de retrovirais, e a prevenção para os que não tem a doença com o uso de preservativos ou mesmo com o uso dos novos medicamentos de PEP (profilaxia pós exposição ao HIV) e ao PREP (profilaxia pré-exposição ao HIV), este último que tem sido um aliado importante no combate ao HIV principalmente entre o grupo HSH já mencionado no artigo. Vale ressaltar também que a distribuição do curta metragem na internet permite que qualquer indivíduo com acesso à internet possa desconstruir os tabus sobre o tema, aumentando um espectro de jovens com acesso a este conteúdo. Como visto, o número de jovens com acesso à internet pode ser bem maior aos números de jovens com acesso a segmentos tradicionais de distribuição de filmes como as sala de exposições, da televisão aberta ou da televisão por assinatura.

A análise de filmes, sejam curtas, médias, longas metragens ou até mesmo séries brasileiras, produzidos para a internet é uma das principais motivações da minha pesquisa sobre o audiovisual na internet, iniciada neste artigo pelos estudos de linguagem e representações nos web documentários. Em uma segunda etapa, a pesquisa pretende explorar a relação desta nova produção audiovisual brasileira com as políticas públicas brasileiras de fomento ao audiovisual no segmento *VoD vídeo on demand* (vídeo sob demanda) na internet.

REFERÊNCIAS

BURGESS, Jean, GREEN, Joshua. **Youtube e a Revolução Digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Cinema e Aids no mundo da vida**: representações de vida e morte. Portugal: Biblioteca online de Ciências da Comunicação, Universidade Beira Interior, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-carlos-cinema-aids.pdf>. Acesso em jul. 2018.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Maria Celia Santos Raposo (Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 05ª edição, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 04ª edição, 1982.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder (Trad.). São Paulo: Paz e Terra, 06ª edição, 2000.

KILPP, Suzana. **Imagens conectivas da cultura**. Cultura e Mediação. Porto Alegre: Revista FAMECOS, v.17, n.3, p.181-189, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2010.3.8186> Acesso em: jul.2018.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora**: Aids e suas metáforas. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 1984.

TAVARES, Denise, REZENDE, Renata. **A grande imprensa e a produção de webdocs**: a tradição documentária. Santa Cruz do Sul: Revista RIZOMA, v.4, n.1, p.8-23, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/rzm.v3i1.6844> Acesso em: jul.2018

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia; Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VANOYE, Francis, GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 07ed, Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

AGORA QUE EU SEI. Fabiano Cafure, 2016. 13min. Rio de Janeiro. Kreator Films. Digital. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=57_RFMbKwro Acesso em jul. 2018.

BOA SORTE. Carolina Jabor, 2014. 90min.

CAZUZA: O Tempo não Para. Sandra Werneck, Walter Carvalho, 2004. 98min.

NOTAS

1 Positivas, o Filme. Susana Lira, 2009.

Disponível em: <http://positivasofilme.blogspot.com/> Acesso em: jul.2018

2 Meu Nome é Jaque. Angela Zoé, 2016. Disponível em: <http://globofilmes.globo.com/filme/meunomeejacque/> Acesso em: jul.2018

3 Dados extraídos do site OCA: Mercado Audiovisual Brasileiro. Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/mercado-audiovisual-brasileiro> Acesso em: ago. 2017

4 Dados extraídos da pesquisa publicada em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/casos-de-hiv-entre-jovens-gays-de-15-19-anos-triplicam-em-dez-anos-22754758> Acesso em: jul.2018

5 Dados extraídos da pesquisa publicada em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Consumo-da-internet-pelos-jovens-brasileiros-cresce-50-em-dez-anos-aponta-IBOPE-Media.aspx> Acesso em: jul.2018

6 Projeto Boa Sorte. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCcg2zyxjl1Lc8LMjo6y1Tg> Acesso em: jul. 2018.

7 H Diário. Disponível em:

https://www.youtube.com/channel/UCzJHW09mot3JJvSqJi_ve-g Acesso em: jul. 2018.

8 Super Indetectável. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC48y6mvG0I8ugyceRibgahw/> Acesso em: jul. 2018.

9 Youtube Creator Academy. Disponível em:

<https://creatoracademy.youtube.com/> Acesso em: jul. 2018.

10 1º Seminário de Cinema Brasileiro para a Web. Realizado em jun.2018. no Rio de Janeiro. Memorial Municipal Getúlio Vargas.

ESPACIALIDADE E MEDIAÇÕES NO CINECLUBE UFT EM ARAGUAÍNA-TO: UMA ANÁLISE DO PERFIL DE FREQUENTAÇÃO E DISPOSIÇÃO CINEMATOGRAFICA NO AMBIENTE ACADÊMICO

DESIDÉRIO, Plábio Marcos Martins

Professor do PPGCult/UFT
plabio@uft.edu.br

BARROS, Cristiano Alves Barros

Mestre pelo PPGCult/UFT
mr.chris182@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo se propõe contextualizar o espaço cinematográfico do Cineclube: Cinema e História, projeto de extensão realizado na Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Araguaína-TO desde 2014. Com encontros mensais nos sábados à tarde, os encontros cineclubistas no Campus ocorrem sob a participação e colaboração de alguns alunos e professores da própria Instituição. Para tanto, delimita-se o tema a partir desta espacialidade disponível no ambiente acadêmico para tal execução das atividades extensionistas, como também, pauta-se a caracterização do público no processo de espetatorialidade fílmica, isto é, levando em consideração os perfis de frequência no referido local. Para embasar tal pesquisa qualitativa, utiliza-se de um questionário virtual disponível na plataforma Formulários Google, aplicado no período de 2016 com algumas questões de múltipla escolha e também discursivas, no intuito de identificar algumas experiências e preferências por parte do público-espectador durante as sessões fílmicas no projeto de extensão na Universidade.

Palavras-chave: Recepção Cinematográfica; Mediações Midiáticas; Consumo Fílmico; Espaços Cinematográficos; Espectatorialidade Fílmica.

Abstract:

This article proposes to contextualize the Cineclub cinematographic space: Cinema and History, an extension project carried out at the Federal University of Tocantins (UFT) in Araguaína-TO since 2014. With monthly meetings on Saturday afternoons, the meetings on the Campus take place under the participation and collaboration of some students and teachers of the Institution itself. For this, the theme is delimited from this spatiality available in the academic environment for such extensionist activities execution, as well as the characterization of the public in the process of filmic spectatoriality, that is, taking into account the profiles of attendance in the said location. To support such qualitative research, a virtual questionnaire available on the Google Forms platform, applied in the period of 2016 with some multiple-choice and also discursive questions, is used to identify some experiences and preferences on the part of the audience during the sessions in the extension project at the University.

Keywords: Cinematographic Reception; Mediatic Mediations; Filmic Consumption; Cinematographic Spaces; Filmic spectorality.

1. INTRODUÇÃO

Pensar sobre os estudos de recepção cinematográfica a partir de suas mediações sugere um olhar mais contextualizado acerca da espacialidade do cinema na atualidade. Neste caso, levando em consideração os processos em que os filmes são reproduzidos e sua interação com o respectivo público-espectador.

Nesse sentido que delimitamos nosso objeto de estudo através de algumas observações realizadas no Cineclube: Cinema e História da UFT em Araguaína¹, a partir de sua proposta de difusão cinéfila e de livre acesso a seus espectadores.

Inicialmente, percebemos a necessidade de situar alguns lugares de reprodução fílmica para detalharmos essa recepção cinematográfica na cidade. Assim, enfatizamos o contexto do cineclube na universidade, pois, seria este um espaço de exibição propício para tal discussão acerca do consumo de filmes e construção de sentidos na recepção local.

Para tanto, utilizamos as leituras de Mahomed Bamba (2013) e Jesus Martín-Barbero (2003) no intuito de embasar esses aspectos de mediação a partir do contato com o cineclube. Logo, relacionando também com os estudos semióticos feitos por Manar Hammad (1977) e Eric Landowski (2015) acerca da espacialidade e sua interação com o olhar do receptor. Neste caso, referindo-se ao espaço de projeção e significância do cinema num sentido local.

De tal modo, problematizamos algumas questões que contextualizam a percepção do público cineclubista a partir desse contato cinematográfico na Universidade. Para tanto, nossa abordagem metodológica parte de algumas respostas analisadas de acordo com o questionário aplicado durante as sessões fílmicas.

Neste caso, os frequentadores entrevistados manifestaram através das questões suas experiências com o cinema na região, tanto no tocante do próprio cineclube quanto em outros meios de acesso fílmico.

Nesse sentido que elaboramos algumas opções de múltipla escolha no intuito de pautar as formas de consumo em que os filmes são difundidos em Araguaína. Logo, é a partir desses dados que os estudos de recepção cinematográfica são problematizados em nossa pesquisa. O que será mais explanado nos capítulos seguintes.

2. A RECEPÇÃO CINEMATOGRAFICA NO CINECLUBE: CINEMA E HISTÓRIA DA UFT EM ARAGUAÍNA

Iniciando suas atividades em 2014, o *Cineclube: Cinema e História* da UFT teve como propósito inicial fomentar um contato cinematográfico com o público acadêmico juntamente com a comunidade araguainense no Campus Cimba.

O projeto já ocorre mensalmente nos sábados à tarde na Universidade e conta com a colaboração de alguns alunos e professores da própria Instituição. Neste caso, o espaço seria um lugar de discussão acerca deste consumo fílmico a partir da sua construção de sentidos na recepção local.

Desse modo, o projeto de extensão contextualiza o lugar de reprodução do cineclube com o público que vem sendo frequentado nas sessões, isto é, nas suas condições de recepção e mediação acerca dos filmes trabalhados.

1 Cidade brasileira localizada no norte do Estado do Tocantins e que se encontra próxima das divisas dos estados do Maranhão e Pará. Fica a 350 km da capital Palmas, 1.148 km da antiga capital Goiânia e a 1.252 km da capital federal Brasília. Segundo dados do IBGE em 2016, a população estimada da cidade é de 173.112 habitantes. É um polo regional pujante, que se destaca nos quesitos agropecuário, comercial, educacional, saúde e serviços.

Logo, cabe ressaltar que a escolha do material fílmico para exibição articula-se com seu propósito teórico nas discussões. De modo que, a experiência coletiva do cineclube parte também de uma *modelização de sua espectralidade* (conceito analítico utilizado por M. Bamba para distinguir os modos de recepção fílmica).

Isso reitera o papel incisivo do cinema sob o olhar do espectador. Neste caso, busca-se um direcionamento para o público a fim de persuadir sua forma de recepção. Historicamente, os estudos da espectralidade problematizaram esses modelos de interação entre o sujeito e o filme.

Segundo M. Bamba (2013), esses embasamentos teóricos sobre a espectralidade e os estudos da recepção “sempre balizaram e permearam as pesquisas sobre as interações entre o cinema, os filmes, os públicos, os espectadores e os contextos históricos e socioculturais de recepção” (p.11-12).

Nesse sentido que o cineclube em Araguaína passa também a construir outros saberes acerca do meio cinematográfico. Neste caso, o cinema não é só problematizado a partir do seu espaço de reprodução, mas também, de sua concomitância com os aspectos vivenciados pelos espectadores-participantes.

Visto que, o projeto de extensão visa compreender a produção cinematográfica a partir de uma perspectiva mais próxima de temáticas que abordam essas experiências socioculturais. Nesse contexto, compreendemos a recepção do cineclube como um ato lúdico capaz de inserir o público araguanense em tais práticas cinéfilas.

Para tanto, nossa investigação sugere que essas informações contextuais questionem não apenas o uso e a frequência do cineclube, mas também, os dispositivos metodológicos que estão intrinsecamente relacionados à mediação. De acordo com Martín-Barbero (2003):

As mediações seriam o lugar onde se pode entender a interação entre produção e recepção, de modo que se perceba que o que é veiculado nas mídias não responde apenas a questões comerciais, mas inclui elementos que vêm da cultura e dos usos que os receptores fazem dos meios. As mediações configuram tanto o modo de relacionamento das audiências com os meios como a forma que os meios criam o que veiculam. (p.140-141).

Neste caso, isso pode ser observado na distribuição do projeto cineclubista enquanto atividade extracurricular, no qual a seleção dos filmes a serem exibidos é subdividida em blocos temáticos de acordo com a pertinência do assunto que lhe é proposto.

A organização do cineclube parte também de uma discussão centrada nas mediações epistemológicas problematizadas em sala de aula. De modo que, a participação dos alunos e dos professores nos debates está muito atrelada a um discurso acadêmico, isto é, a partir de suas leituras teóricas sobre os temas abordados nos filmes.

Portanto, essa mediação no cineclube é construída antes mesmo da exibição fílmica, até porque o contato cinéfilo se dá em diferentes proporções. Por fim, serão esses detalhes que problematizaremos no próximo capítulo.

3. PROBLEMATIZANDO AS MEDIAÇÕES E OS SUJEITOS-ESPECTADORES NO CONTEXTO DO CINECLUBE

De fato, nos interessa aqui investigar essas condições que estão integradas ao espaço do cineclubes na Universidade e sua interação com o público receptor. Contudo, vale também enfatizar outros aspectos de mediação que interferem nesse tipo de modelização do *sujeito-espectador* a partir dos processos de recepção fílmica.

Nota-se que boa parte dos referenciais teóricos aqui utilizados contextualiza uma descentralização perceptiva do sujeito-espectador analisado. Neste caso, reconfigura-se o olhar cinematográfico a partir dessa interação com o meio social e suas experiências com as práticas de comunicação.

De fato, são essas relações acerca da espetatorialidade fílmica que problematizam o cinema a partir de sua mediação nas práticas socioculturais. Visto que, os filmes representam um dado contexto, que perpassa pelo imaginário cotidiano e recria um mundo dito como real.

Logo, o próprio sujeito-espectador passa a dialogar com as projeções transpostas para a tela. Entretanto, essa relação nem sempre é um ato essencialmente isolado e individual. Para Martin-Barbero (2003) “a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de re-conhecimento” (MARTIN-BARBERO, 2003, p.16).

Esse reconhecimento do sujeito-espectador perpassa também outras questões em que o cinema é vinculado enquanto produto cultural. Nesse sentido que os estudos de recepção do cinema vinculam-se muito aos dados de audiência e a crítica especializada.

Contudo, essa perspectiva empírica de transição em que o sujeito-espectador parte de sua fragmentação tende ao efeito de contradição, isto é, manifestando tais diferenciações a partir dessa linguagem cinematográfica.

Nesse sentido que tais reflexões acerca da recepção fílmica são direcionadas para o público de massa. Até porque existe uma desconstrução da “chantagem culturalista que os converte inevitavelmente em processos de degradação cultural” (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 17).

No entanto, nosso enfoque parte de um contexto mais particular, neste caso, a inserção do cineclubes no âmbito universitário. De modo que, sua estruturação pública obedece outra lógica de recepção cinematográfica, no qual “[...] o cineclubismo reafirma sua proposta ancorada na cinefilia, ou seja, no gosto pelo cinema, e amplia sua prática com uma rearticulação do movimento. (SILVA; BONIN, 2013, p.137).

A apreciação pela cinefilia vai depender de outros fatores que dispõem os estudos de espetatorialidade. No caso do cineclubes, essa recepção cinéfila está muito atrelada à midiática em que o cinema é vinculado, principalmente no ambiente domiciliar e outros espaços de projeção fílmica.

Percebe-se que o público pode descentralizar o olhar da recepção. Desse modo, algumas condições são suscetíveis para que essa interação seja interpelada pelo contexto de reprodução fílmica.

A falta de espaços para exibições e de demanda para o consumo dos filmes brasileiros faz com surjam atividades como as projeções itinerantes de cinema. O quase total desaparecimento dos cinemas de calçada e a transferência das salas de cinema para os *shopping centers* dentro dos grandes complexos, ou *multiplex*, que abrigam num mesmo

hall de entrada cinco ou mais salas de exibição, somados aos altos custos dos ingressos (sem considerar toda a problemática da disseminação da assistência de filmes no ambiente familiar, pela televisão, VHS, DVD, e em todos os formatos possíveis com os meios digitais), a possibilidade de recepção coletiva de cinema torna-se cada vez mais difícil (SILVA; BONIN, 2013, p.138).

Neste caso, o público empírico compreende suas atitudes espectatoriais através dessa frequência cinematográfica. Nota-se que tais diferenciações partem de uma dimensão contextual do sujeito no seu contato com o objeto fílmico.

“Sendo assim, como o próprio cinema, a recepção passa a ser definida como prática de consumo, de apropriação, de leitura e interpretação pelos agentes sociais e pelas comunidades eles próprios historicamente determinados” (BAMBA, 2013, p.50).

Por fim, nessas discussões sobre recepção é possível observar o sujeito que vivencia a interação junto ao cinema, a partir dessas decisões espectatoriais que constroem e modificam nosso objeto de estudo.

4. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Analisando os primeiros dados do questionário disponibilizado no grupo do Facebook, notamos que a plataforma virtual seria de fácil acesso aos espectadores do cineclube. Para isso, contextualizamos algumas informações que norteariam nosso projeto de pesquisa acerca do perfil de frequência do espaço a ser estudado. Tais como: a faixa etária (uma média entre 20 e 35 anos de idade), sexo (55,6% homens e 44,4% mulheres do público entrevistado), a formação acadêmica (neste caso, tendo como grande maioria os alunos dos cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultural e Território – PPGCult) e também, a frequência do público em assistir filmes (neste caso, cerca de 88,9% dos entrevistados argumentaram ter esse contato semanalmente). Nesse sentido que elaboramos questões breves a fim de detalhar mais esses estudos de recepção na UFT.

Neste caso, a articulação dos filmes exibidos com o espaço acadêmico sugere também outros detalhes acerca do nosso trabalho. Para tanto, utilizaremos das leituras de Hammad (1977) e Landowski (2015) para contextualizar o sentido fílmico despertado no olhar do receptor a partir de sua interação com a espacialidade.

De fato, esses teóricos citados trabalham com uma perspectiva semiótica acerca do espaço. De modo que esses estudos se inserem tanto no objeto de pesquisa quanto na recepção cinematográfica.

Para Hammad (1997), o espaço não ganha seu sentido senão em função do uso que dele é feito, do fazer que nele se desenvolva. Neste caso, o autor utiliza a expressão *topos* para formular a ideia de espaço a partir do seu volume, isto é, onde contêm pessoas e objetos.

No caso do cineclube, o espaço de reprodução tem essas características que relacionam os espectadores com o material fílmico. Isso fica mais perceptível nas respostas coletadas no questionário.

Tanto que, uma das questões problematizadas no questionário foi *quais meios de acesso que esse público utiliza para assistir filmes (questão 5)*. Neste caso, pontuamos algumas opções em que o meio cinematográfico é difundido: desde as salas de cinema até outras plataformas de acesso fílmico (videolocadoras, TV aberta, canais por assinatura, vídeos on-line, downloads via Torrent, cineclubes e programas de streaming como o Netflix).

Nota-se que esse contato cinéfilo parte de uma interação com o espaço fílmico, isto é, como e onde o filme é reproduzido. Nesse sentido que Landowski (2015) conceitua o *espaço experimentado do movimento dos corpos* como um deslocamento do sujeito-espectador.

Para o autor, vale considerar as formas em que o sujeito se inclui no espaço, ou seja, a partir da circulação de objetos e mensagens em que o espectador opera. Desse modo que as respostas do questionário exemplificam essa frequência do cineclubista e como isso pode ser articulado com outras experiências cinematográficas.

De acordo com os dados obtidos, um dos principais espaços para esse contato fílmico vem sendo o próprio cineclubista (uma média de 66,7% do público entrevistado). Nesse tocante que Silva e Bonin (2013) reiteram a atividade cineclubista “[...] pela gratuidade e por serem feitas, principalmente, em cidades em que não haja salas comerciais de cinema ou em regiões periféricas que têm salas de cinema, mas que os moradores não teriam possibilidades financeiras de frequentá-las” (p. 139).

Pensando no contexto de Araguaína, esse público cineclubista também frequenta as salas comerciais de cinema (em média de 33,3% dos entrevistados). Contudo, o contato maior fora do cineclubista surge a partir da inserção cinematográfica em outros ambientes virtuais.

Para Curi (2013), “as novas tecnologias que possibilitaram a participação dos consumidores no conteúdo midiático também alteraram os padrões de consumo, permitindo a formação de uma cultura participativa” (p. 221).

Nesse sentido que tanto os serviços de streaming (em média 55,6 % dos entrevistados) quanto o acervo de filmes disponíveis para download e exibição on-line (em média 44,4% dos entrevistados) possibilitaram uma nova forma de pensar e olhar o cinema.

Exemplo disso é a popularização de plataformas virtuais como o programa Netflix e a acessibilidade fílmica através do YouTube. De acordo com Curi (2013), “o acesso à internet e a possibilidade de atingir um maior número de comunidades e fãs tornou a produção cultural mais simples e eficaz” (p. 210).

Essa resignificação tanto do acesso quanto da (re)produção cinematográfica evidencia outros meios em que o material fílmico ainda se faz presente. Logo, o consumo de filmes em videolocadoras e canais de TV aberta (em média 33,3 % dos entrevistados, respectivamente) até hoje são alternativas para que o cinema seja difundido. Porém, com uma menor adesão por parte do público receptor.

Vale ressaltar que, esse hábito cinematográfico no contexto analisado está estritamente relacionado ao ambiente domiciliar, isto é, ao contato prévio antes mesmo do cineclubista. Neste caso, elaboramos algumas questões que evidenciassem este aspecto fílmico: *de qual seria a preferência de localidade e comodidade para a exibição de determinado filme (questão 8)*.

A partir das respostas coletadas, percebemos que esses locais de reprodução (tanto em casa quanto na sala de cinema) se adequam ao entretenimento dos cineclubistas. Desse modo que o cineclubista emerge como opção de espaço cinéfilo no contexto araguanense, reiterando a distribuição do público (entre os entrevistados, cada local de reprodução possuiu 33,3% dos frequentadores).

Nesse quesito que problematizamos o espaço do cineclubista a partir dessas experiências. Isto é: *acerca de sua exibição fílmica ocorrer na universidade (questão 9)*. Para boa parte dos cineclubistas

(cerca de 77,8% dos entrevistados), o espaço universitário atende as demandas necessárias para que a reprodução e a abordagem dos filmes sejam de fácil acesso ao público.

No entanto, vale considerar que a atuação do cineclube numa sala de sala (como no caso analisado) pode acarretar em outras pressuposições acerca da espectralidade fílmica. Isso fica mais evidente na seguinte fala de um dos cineclubistas entrevistados: “apenas acho a sala muito clara para a projeção, o que atrapalha um pouco a experiência” (resposta opcional da questão 10).

De fato, essa experiência fílmica é interpretada a partir das condições disponíveis para sua projeção na tela. Sob um efeito ordenado e quase ritualístico, Capuzzo (1986) detalha essa vivência numa sessão de cinema:

A sala é escura. Na frente, uma tela branca, que irá receber um jato de luz e, através de pulsações óticas, possibilitará a impressão de imagens registradas de uma pretensa realidade aparente. Até o final da projeção, o espectador estará sentado, de forma receptiva; uma elaborada trilha sonora, composta de diálogos, ruídos, efeitos sonoros e musicais, não permitirá comportamentos dispersos. A atenção será constantemente estimulada pelo ritmo e aparição dos rostos muitas vezes familiares aos espectadores. Ao final, a luz se acende e todos se retiram vagorosamente, ainda sonolentos, pois não despertaram totalmente do universo fantasioso que escolheram de livre e espontânea vontade, através do direito adquirido por um ingresso pago. (CAPUZZO, 1986, p. 39-40).

Logo, são esses detalhamentos espaciais e cognitivos que ressignificam o olhar do público espectador. Isto é, a caracterização desse espaço de reprodução cinematográfica parte de um processo mais perceptível das experiências e motivações que levam os frequentadores a participarem desse momento de entretenimento com os filmes exibidos.

Pensando sobre o cineclube da UFT, elaboramos uma questão que sintetiza o processo participativo dos cineclubistas no projeto de extensão. Neste caso, *reiterando suas motivações que os levam a participar do cineclube (questão 11)*. Desse modo, elencamos algumas opções que se relacionam com as falas problematizadas durante as exibições fílmicas no espaço da universidade.

Dentre as opções selecionadas, destacamos as motivações que foram mais escolhidas pelos entrevistados no questionário aplicado nas sessões do cineclube. Nesse sentido que analisamos as respostas dos cineclubistas a fim de compreender esse interesse pelo cineclube e sua proporção no gosto cinéfilo dos participantes.

Neste caso, boa parte dos cineclubistas presentes (cerca de 88,9% dos entrevistados) apontaram as discussões e as mediações do cineclube como fator importante para escolha do espaço acadêmico como motivador dessas experiências com filmes. Outras opções também justificaram esse gosto cinéfilo por parte dos participantes, como o contato com outros filmes com temáticas pertinentes (em média, 55,6% dos entrevistados) e a interação com o público cinéfilo presente no cineclube (também com 55,6% dos entrevistados).

De fato, essas ressignificações da recepção cinematográfica intensificam os modos de participação do espectador no seu espaço de experimentação fílmica. No caso do cineclube, essa interação pode ocorrer também de outra forma, isto é, a partir dos sentidos despertados nos cineclubistas, gerando assim uma relação mais próxima com os filmes a serem exibidos.

Logo, essa relação do público com o cineclube sugere outra dinâmica acerca do espaço de recepção fílmica. Isso fica mais evidente a partir da interação dos cineclubistas com os

conteúdos abordados nos filmes. Desse modo, o papel do espectador passa a ser mais ativo e crítico acerca das sessões do cineclube.

Nesse sentido que finalizamos o questionário com um breve relato (questão 12) dos participantes acerca das experiências fílmicas motivadas no cineclube. Para tanto, algumas falas chamaram nossa atenção por contextualizarem o uso cinematográfico não só no seu espaço de projeção, mas também nas vivências do próprio público fora do cinema.

Para um dos entrevistados, os modos de ver e viver o cinema no cineclube “ajuda a perceber a obra filmográfica enquanto representação da realidade”. Compactuando com uma fala de Roseli Silva:

A experiência estética que o cinema proporciona abre-nos, sem dúvida, para uma compreensão mais radical da realidade e do ser humano. É uma obra de arte com a qual nos relacionamos para iluminar a nossa percepção do mundo e, claro, é uma via de acesso a nós mesmos; uma convocação instigante que nos faz repensar nossas atitudes e reavaliarmos nossos valores; uma provocação inquietante para questionarmos possíveis conviências nossas com a falta de criatividade, com a mediocridade, que é mostrada, muitas vezes, em comportamentos rígidos, intolerantes, niilistas, autoritários e materialistas. Talvez seja precisamente nesse ponto que descobrimos, atrás dessas possibilidades estéticas, as possibilidades educativas e éticas do cinema. (SILVA, 2007, p. 52).

Tanta para a autora quanto para o entrevistado, tais possibilidades metodológicas a partir dos filmes ressignificam os modos de recepção cinematográfica, principalmente num espaço como o cineclube na universidade. De acordo com o mesmo entrevistado, seria esta “uma socialização de percepções individuais e coletivas, bem como um espaço de exercício da sensibilidade e da expressão”.

Para outro entrevistado, “o que mais motiva a participar do cineclube são as discussões pós-filme, a troca de experiências ali compartilhadas são muito importantes não só para o crescimento intelectual, mas servem também pra ter acesso a outros pontos de vista acerca da temática discutida”.

Desse modo, a mediação discursiva dos participantes no cineclube explana outro modo de ver o cinema além do seu grau de entretenimento, isto é, “compreendendo a maneira como imagens, sons e cenas interagem entre si de modo a criar e repassar a atmosfera de um filme” (resposta de um dos entrevistados no questionário). Segundo a autora Eliana Yunes:

O cinema nos impõe perguntas novas sobre o modo de ler os próprios filmes, o lugar do espectador dentro e fora da tela, o claro-escuro dos signos criados na legibilidade construída pelo leitor, a desconstrução das imagens realistas ou naturalizadas que a técnica do cinema provê, por ato de desconfiança no que se vê: a questão das aparências e essências perde sentido, ao menos o que se tinha presumido. (YUNES, 2013, p. 12).

De acordo com a autora, esses modos de interpretação fílmica partem de um tipo de leitura do receptor, ou seja, a partir do contexto de vivência e experiência junto ao cinema. Logo, um dos entrevistados coloca que “as discussões sobre os contextos históricos e sociais em que estes filmes são reproduzidos ajudam a assimilar tais contextos com a nossa própria realidade” (resposta de um dos entrevistados no questionário).

De fato, a participação da comunidade acadêmica nas discussões do cineclube foi de sua importância para que o projeto de extensão abrangesse uma nova forma de ver e vivenciar o cinema. Para um dos entrevistados, “a partir da interação com a galera do cineclube pode

melhorar as percepções sobre as temáticas e os filmes apresentados, refletindo sobre os gostos pelo cinema e entendendo as características que antes passavam despercebidas”.

Portanto, foram essas considerações que nortearam nossa análise sobre o cineclube na universidade. De tal modo, as contribuições aqui relatadas sintetizam o caráter participativo do projeto de extensão a fim de proporcionar um espaço de reprodução e interação fílmica na comunidade araguainense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso deste trabalho, pudemos compreender um pouco mais acerca desse processo de recepção cinematográfica no contexto acadêmico do Cineclube na UFT. Que até antes, não tínhamos uma noção evidente acerca do contato e preferências por parte do público frequentador acerca das temáticas e filmes exibidos.

A partir da análise de dados pudemos evidenciar algumas falas, o que nos permitiu também incorporar outro discurso a partir das diferentes recepções e mediações em que somos interpelados para criar algum tipo de afinidade com tais materiais fílmicos.

No caso do Cineclube UFT, percebe-se que o próprio uso da Internet tanto para os *downloads* de filmes, quanto à exibição de seriados online em serviços de *streaming* como a plataforma *Netflix*, fazem parte do repertório cinéfilo dos participantes que frequentam tal projeto de extensão na Universidade.

Mesmo com a opção gratuita das atividades cineclubistas, alguns espectadores ainda não tem tanto conhecimento dos espaços cinematográficos disponíveis em sua própria cidade. Logo, esses locais de projeção fílmicas são mais ocupados por públicos bem específicos, onde é legitimado o pertencimento de apenas uma parcela da população araguainense.

Por fim vemos que essas mudanças de consumo cinematográfico e sua contextualidade no âmbito de acesso fílmico nos espaços disponíveis em Araguaína-TO corroboram também com tal frequência no Cineclube UFT, principalmente por sua inserção acadêmica a partir dos filmes exibidos no projeto extensionista.

REFERÊNCIAS

BAMBA, Mahomed. *Teorias da recepção cinematográfica ou teorias da espectralidade fílmica?* In: BAMBA, Mahomed. (Org.). **A recepção cinematográfica: teoria e estudos de casos**. Salvador: EDUFBA, 2013. p.18-68.

CAPUZZO, Heitor. **Cinema: a aventura do sonho**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

CURI, Pedro. *Fan arts, fan fics e fan films: o consumo dos fãs e a criação de uma nova cultura*. In: BAMBA, Mahomed. (Org.). **A recepção cinematográfica: teoria e estudos de casos**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 209-227.

HAMMAD, Manar; ARANGO, Sylvia; DE KUYPER, Eric; POPPE, Emile. L'espace du séminaire. In: **Communications**, 27, 1977, pp. 28-54.

LANDOWSKI, E. **Regimes de espaço**. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 29, p. 10-27, jun. 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Pistas para entre-ver meios e mediações. **Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. Prefácio à 5a edição castelhana incluída na reimpressão.

SILVA, Dafne Pedroso; BONIN, Jiane Adriana. *A recepção de cinema nas mostras itinerantes organizadas pelo Cineclube Lanterninha Aurélio*. In: BAMBÁ, Mahomed. (Org.). **A recepção cinematográfica: teoria e estudos de casos**. Salvador: EDUFBA, 2013. p.131- 156.

SILVA, Roseli Pereira. **Cinema e Educação**. São Paulo: Cortez, 2007.

YUNES, Eliana. **Leitura pelo olhar do cinema**. São Paulo: Editora Reflexão, 2013.

AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO DIFUNDIDAS PELO JORNAL O GLOBO E PELO DOSSIÊ MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

IGOR LACERDA

*Mestrando do Programa de
Pós-graduação em Comunicação – Bolsista Capes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Igorlacerdasa@gmail.com*

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar e problematizar as formas como a violência policial no Rio de Janeiro foi representada pelo jornal *O Globo*, um produto com grande credibilidade e visibilidade, e pelo dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos* – um documento pensado por moradores de favelas e movimentos sociais. Como metodologia, será utilizada a análise de conteúdo segundo Bardin (2016). Para compreender esse momento de transformação da cidade, foi recorrido a Freitas (2013), Fortuna (2013) e Sánchez (2003). Acreditamos que as representações criadas e divulgadas por esses dois atores (movimentos sociais e mídia) são importantes para registrar as memórias das cidades, dos tempos antigos e das situações já vivenciadas, auxiliando-nos a, no futuro, investigar o que restou de um mundo antigo, amar o que é novo ou até mesmo rejeitá-lo.

Palavras-chave: Megaeventos. Representação. Movimentos sociais. Cidade. Violência Policial.

ABSTRACT

This article aims to analyze and problematize the ways in which police violence in Rio de Janeiro was represented by the newspaper *O Globo*, a product with great credibility and visibility, and by the dossier *Megaevents and human rights violations* - a document thought by slum dwellers and social movements. As a methodology, content analysis will be used according to Bardin (2016). To understand this moment of transformation of the city, Freitas (2013), Fortuna (2013) and Sánchez (2003) were used. We believe that the representations created and disseminated by these two actors (social movements and media) are important to record the memories of cities, ancient times and situations already experienced, helping us in the future to investigate what remains of a world old, to love what is new or even to reject it.

Key-words: Megaevents. Representation. Social Movements. City. Police violence.

Introdução

Todos os anos o Rio de Janeiro recebe turistas que desejam viver e sentir sua diversidade cultural e aproveitar um dia de sol em uma de suas praias. Por ter recebido grandes eventos internacionais, a cidade obteve uma maior visibilidade e pôde ser ainda mais cobijada. As representações da cidade, criadas tanto pela mídia quanto pelos movimentos sociais, tiveram a possibilidade de reforçar estereótipos, mas também criaram novos, e transformaram outros tantos. Em alguns momentos, as representações pensadas por esses dois atores (mídia e movimentos sociais) se confrontaram e, em outros, se completaram.

O Rio é uma cidade polifônica que comunica o tempo inteiro, podendo ser representada por múltiplas vozes que convergem e divergem, como explica Canevacci (2004). Às vezes, algumas vozes se sobrepõem e adquirem grande alcance, enquanto outras ficam segregadas, mas todas são importantes e revelaram a forma como as diferentes pessoas sentem a mesma cidade. Ou seja, o Rio de Janeiro não pode ser representado de um único jeito, por poucas falas, pelo contrário: é preciso considerar as muitas vozes (ou gritos) que ecoam em suas diferentes partes.

Por exemplo, antes e durante os megaeventos esportivos, num momento em que a cidade estava sendo transformada, alguns cariocas representaram seus cotidianos nas redes sociais, mas também nos sambas cantados na Lapa, nas pichações que dão vida às paredes do Morro da Conceição, nos bailes de Madureira, nos botecos de Copacabana ou Botafogo e nas bancas dos camelôs da Uruguaiana. Representar o Rio não é uma exclusividade dos grandes meios de comunicação, por mais que eles tenham um grande público e suas representações sejam necessárias também. A cidade é pensada e repensada diariamente pelo coletivo, por todos aqueles que circulam e ocupam seus espaços.

Sabendo disso, esse trabalho se propõe a analisar e problematizar as formas como a violência policial no Rio de Janeiro foi representada pelo jornal *O Globo*, um produto com grande visibilidade, e pelo dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos* - um documento pensado por moradores de favelas e movimentos sociais. Tanto as matérias jornalísticas quanto o documento são do ano de 2015, o período escolhido para análise antecede os Jogos Olímpicos. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), será usada como metodologia. Para compreender esse momento de transformação da cidade, foi recorrido a Freitas (2013), Fortuna (2013) e Sánchez (2003).

Análise de conteúdo

A metodologia utilizada neste estudo é a análise de conteúdo. Seguimos as diretrizes de Bardin (2016), pois a autora explica que a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de investigação dos meios de comunicação que utiliza métodos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Além disso, fornece caminhos para a compreensão do que está além das primeiras impressões que se tem do corpus da pesquisa. Assim, foi criada uma categoria temática: violência policial. O conteúdo do *corpus* foi classificado de acordo com o tema que corresponde à essa categoria temática.

A amostragem definida para o jornal segue as orientações de Bauer (2002) que esclarece que 12 edições de um jornal diário, escolhidas aleatoriamente, são capazes de proporcionar uma estimativa confiável de suas notícias anuais. Conforme Bauer (2002, p. 197), “uma amostra pequena, sistematicamente selecionada, é muito melhor do que uma grande amostra de materiais escolhidos ao acaso. No final das contas, todas as considerações sobre o tamanho da amostra dependem da possibilidade prática”. O conteúdo noticioso foi selecionado no período

compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2015, sendo feita uma escolha aleatória de edições.

Escolhemos o dossiê *Megaeventos e as violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro* produzido e lançado em 2015, um ano após a Copa do Mundo e um ano antes dos Jogos Olímpicos. O documento selecionado registra o histórico de conquistas desses movimentos sociais, as reivindicações atendidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e as ignoradas. O dossiê trata de muitos assuntos referentes aos megaeventos recebidos pelo Rio de Janeiro, mas foi selecionado apenas o capítulo sobre segurança pública.

A cidade em transformação para os megaeventos

O Rio de Janeiro recebeu megaeventos internacionais como a Copa do Mundo, realizada em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Ao se candidatar para receber esses eventos, a cidade se comprometeu, em seu dossiê de candidatura à sede dos Jogos Olímpicos, a melhorar serviços de segurança, saúde, cultura e mobilidade urbana. Os projetos de segurança ajudariam a construir uma representação de cidade segura e global, apta a receber outros eventos, empresas e investimentos.

Os países e as cidades começaram a disputar para receber os megaeventos porque os viram como instrumentos de gestão de marcas, potencializando suas imagens para atrair investimentos, empregos, turismo e consumo. De acordo com Freitas (2013), essa competição passou a acontecer após a revitalização de Barcelona, na Espanha, em 1992, para os Jogos Olímpicos. Deste então, depois que o mundo assistiu as transformações da cidade espanhola, os megaeventos começaram a ser percebidos como uma chance para fortalecer a economia das sedes, melhorando suas áreas degradadas e fortificando sua imagem de cidade desenvolvida e organizada.

Fortuna (2013) explica que todos os aspectos ligados à vida das cidades se movimentam para hospedar esses megaeventos. Foi assim com Barcelona, e com o Rio de Janeiro não foi diferente. Desde o início, foi possível vislumbrar os seguintes planos para Rio: Projeto Porto Maravilha, teria a intenção de revitalizar o Porto do Rio de Janeiro, construindo museus, prédios comerciais, moradia e derrubando o viaduto perimetral para a preparação de avenidas de transporte; o Programa Morar Carioca seria responsável por remodelar as favelas e criar ações de segurança pública, como, por exemplo, a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). E os planos específicos para a Copa-Olimpíadas, teriam o propósito de construir e reformar estádios, criar aparelhos de esportes e criar a Vila Olímpica – espaço que teria de ser preparado para abrigar os atletas durante as competições.

Sánchez (2003) explica que, nos dias atuais, as cidades são cada vez mais pensadas como mercadorias, seriam espaços de consumo, mas também um espaço planejado para ser consumido. O espaço de consumo seria o da fábrica, o produtivo, aquele dedicado à produção, distribuição, circulação, troca e consumo de produtos e serviços. E o espaço pensado para ser consumido, por sua vez, são aqueles comprados e vendidos dentro da metrópole, como, por exemplo, áreas que antes eram usadas por moradores, sem pagar nada por isso, e durante os megaeventos serviram às empresas, tendo seu acesso restrito.

Sánchez (2003) clarifica que A globalização também exerce influências no espaço, pois é um fenômeno que constitui a sociedade, ao mesmo tempo em que intervém nas relações em que nelas ocorrem. Assim, a globalização seria “uma nova retórica planetária que procura construir uma legitimação dos processos hegemônicos globais e impor um pensamento único”, como diz Sánchez (2003, p. 46). Desta forma, a noção de globalização transcenderia as transformações

econômicas, contribuindo também para outras mudanças nos tecidos social, político, cultural e ideológico – e, de acordo com a teórica, estabeleceria e reforçaria o mundo da mercadoriedade, que passa a ser planejada e modificada com o objetivo de ser reconhecida uma cidade global.

Sánchez (2003) elucida esses planejamentos urbanos, utilizados no mundo inteiro, com poucas especificidades, estão criando “espaços de renovação”. São os espaços revitalizados como o Porto Maravilha, explicado também por Fortuna (2013). Os espaços são homogeneizados, moldados a partir de valores culturais e hábitos de consumo específicos, e tornados dominantes numa escala mundial. Os “espaços de renovação”, que seguem ideais dominantes, impõem modos de apropriação e comportamentos, o que pode gerar novas formas de inclusão e exclusão.

Sánchez (2003) conta que os espaços públicos criados na cidade-mercadoria não passam de cenários para uma sociabilidade fictícia, que podem produzir uma estetização das relações sociais. A necessidade de criação de lugares públicos, que possibilitam o encontro entre pessoas de diferentes origens e culturas, justifica essas criações, essas obras monumentais. Mas, na realidade, as transformações do espaço urbano funcionam como vitrines publicitárias.

Sánchez (2003) fala sobre um “urbanismo dos promotores de vendas”, mas, trazendo esse discurso para a comunicação, resolvemos pensar num urbanismo da publicidade, do marketing e do jornalismo que, muitas vezes, ajudam a conceber e a realizar o espaço para o mercado. Eles contribuem para o processo de venda da cidade-mercadoria. Eles não vendem apenas um imóvel, um terreno, mas uma parte do espaço codificada por um urbanismo espetacularizado. Segundo a autora, o espaço se torna valor de troca e a sua venda se assemelha à venda de estilos de vida. Semelhante à criação de um mercado para consumidores específicos, com especificidades que os diferenciarão dos demais, daqueles que não têm o mesmo poder de compra. Sánchez (2003, p. 48) diz que o espaço da cidade neoliberal “é concebido como um lugar onde o privado se afirma, produzindo signos que parecem realizar desejos e fantasias de consumos moldados por valores da mundialidade”.

Sendo assim, é possível notar que a produção da cidade-mercadoria envolve também a criação e transformação de representações. Pois, seria importante o surgimento de representações que condigam com esses valores da mundialidade, que respondam positivamente aos desejos de consumo. E os meios de comunicação podem ser bons aliados nesse processo de geração e modificação dessas representações.

Segurança Pública

Uma maior sensação de segurança ajuda a valorizar as áreas renovadas. Então, também entram em cena os projetos de segurança pública. As políticas de segurança são baseadas na ideia de guerra e eliminação do inimigo, segundo Mena (2015). São as políticas de guerra às drogas, mas, na verdade, elas não são contra um objeto/coisas, e sim contra pessoas. Assim, elas podem ser entendidas como guerra aos pobres.

Compreendemos que os projetos de segurança pública criminalizam a pobreza e as favelas, pois, dependendo do bairro, a atuação da mesma polícia pode ser bem diferente. O cotidiano das favelas é militarizado¹, com ações que não ocorrem em bairros nobres.

1 Rocha (2018) esclarece que a militarização é um processo de justificativa moral-ideológica que transforma as cidades em “campos de batalha”. Os exércitos inimigos, aqueles que precisam ser combatidos, são gangues, milícias, quadrilhas armadas e cidadãos em manifestações populares. A militarização torna habitual a utilização de equipamentos de guerra no combate ao crime comum, a repressão de passeatas políticas, a presença de agentes do Exército nas ruas, a participação de agentes das forças armadas em debates e ações de segurança pública. Ou seja, nesse processo, o exército teria a possibilidade de “organizar” a vida urbana.

A 'guerra às drogas' não é propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Como quaisquer outras guerras, dirige-se sim contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da 'guerra às drogas' são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os 'inimigos' nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como 'traficantes', ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente 'conquistado' e ocupado (KARAM, 2015, p. 48)

Habitualmente, a favela é tida como um lugar de medo que abriga os produtores do pânico na cidade. É como se a favela não fizesse parte da cidade, por mais que acolha parte de seus habitantes. Os jovens negros, pobres, favelados e de baixa escolaridade são um dos que mais morrem. Eles são culpados por crimes, mesmo quando são inocentes. Os policiais que estão nesse combate também morrem, e eles são, em sua maioria, negros, pobres e periféricos. E, apesar de toda essa violência, as políticas de segurança são pouco eficientes, não conseguindo conter a criminalidade. Por isso, Malaguti (2015, p. 115) fala que as políticas criminais do neoliberalismo têm a função de "punir os pobres, as prisões da miséria e os condenados da cidade".

Um dos objetivos dos projetos de segurança pública é combater o inimigo, que seria o traficante, mas também aqueles que correspondem ao estereótipo de criminoso, como explica a autor. É como se o crime estivesse apenas nas favelas, por isso elas são vigiadas, reprimidas e removidas. Com medo, as pessoas passam a apoiar ações contra essas áreas e seus moradores, como explica Malaguti (2003). Muito se mata e se morre nas comunidades e a mídia, algumas vezes, questiona a idoneidade das vítimas, contribuindo para a naturalização dessa violência.

A violência policial no dossiê e no jornal

Durante o período analisado, a "rotina de medo" apareceu no *O Globo*. O medo surgiu logo após um confronto entre policiais e bandidos, o que deixou uma pessoa baleada e crianças sem aula. Com a saída das forças armadas, que estariam garantindo a "paz" no Complexo da Maré, o clima ficou apreensivo. A polícia não era capaz de conter os criminosos sem ferir a população, mas o exército era, como lido em *Oito vítimas em oito dias*, escrito por Renan França, Gabriel Rosa e Gustavo Schmitt, no dia 25 de maio de 2015. Ou no *Alô polícia* de Elenilce Bottari, em 17 de junho de 2015,

O Comitê Popular, por outro lado, reconhece que a segurança poderia ser um dos benefícios trazidos pelos investimentos dos megaeventos, afinal, cidades que teriam a intenção de ser reconhecidas como desenvolvidas precisam ser seguras. Mas na realidade a polícia é usada para reprimir manifestações populares. Ou seja, os favelados sofrem com as ações da polícia contra o tráfico, pois alteram seus cotidianos, e também quando decidem se manifestar contra essas ações policiais. Para a cidade ter mais segurança, as vidas dos pobres são as mais afetadas.

Em *Puxadinho no caminho das UPPs*, escrita por Alessandro Lo-Bianco ao *O Globo* em 3 de janeiro de 2015, foi explicado que as favelas estavam se espalhando para outras partes, como se a favela não fizesse parte da cidade. O crescimento dessas "áreas pobres", poderia aumentar a circulação de drogas e armas em outras áreas, como na Zona Sul. Por isso, foi sugerido que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) fossem levadas às comunidades que estavam sofrendo com a violência.

Na matéria, o secretário de segurança, José Mariano Beltrame disse: “ontem que foi preciso aumentar em até um terço o efetivo policial em quase todas as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) do Rio por causa do crescimento desordenado das favelas” ou, ainda, que “com o crescimento desordenado, amanhã vão pedir mais cem [policiais], depois mais 200, depois um batalhão. Precisamos eliminar essa desordem pública. E esse problema de crescimento desordenado não é um caso de polícia”. Na mesma matéria um entrevistado, coronel Ibis Silva, explicou: “onde não há qualidade de vida, provavelmente será mais difícil estabelecer a segurança. O medo de viver sem dignidade provoca ódio nas pessoas. O ódio se transforma em violência. Ódio não se combate com polícia, e sim com políticas públicas”.

A matéria de Lo-Bianco indicou que os policiais, com seus erros e acertos, não resolveriam a questão da falta de segurança pública, mas que seria interessante se a prefeitura averiguasse se faltavam UPPs nas comunidades violentas. Afinal, os policiais resolveriam a violência nas favelas ou não? No fim da matéria, um morador responde: “a violência aqui estava aumentando muito, inclusive com assassinatos. Tenho certeza de que esses índices serão reduzidos com uma presença policial maior”. Essa resposta, no final da matéria, responde à contradição entre as falas do secretário de segurança e do coronel, sugerindo que as favelas precisam ser “pacificadas” pela polícia com a aprovação de moradores.

O Comitê Popular se propõe a explicar as metas da prefeitura do Rio de Janeiro para melhorar a insegurança. Entre essas metas, apareceram os projetos de pacificação das favelas. Eles dizem que a polícia não está na favela para proteger seus habitantes dos traficantes, mas para impedir as manifestações populares. O dossiê diz que não existe diálogo entre os agentes das UPPs e a população, pelo contrário: eles falam que a polícia serve para matar, agredir e invadir domicílios.

Em *Rio 2016: R\$ 350 milhões para a segurança* de Luiz Ernesto Magalhães, publicado em O Globo no dia 5 de fevereiro de 2015, foi dito que a Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos do Ministério da Justiça investiu R\$ 350 milhões em equipamentos de segurança e treinamento de agentes como preparativos para o megaevento - metade dessa verba foi usada ainda nos eventos-teste para as Olimpíadas, que começaram em 2015. Nos eventos-teste, foram utilizados balões com câmeras de segurança que enviavam vídeos das instalações esportivas e seu entorno e *softwares* que auxiliavam nos planos de segurança.

Enquanto o jornal ressaltou os investimentos e os planos para a segurança durante os megaeventos, o Comitê Popular explicou que a violência policial se espalhou em vários territórios da cidade por causa das manifestações populares. Para conter os manifestantes, o governo investiu em *kits* com armas e balas de borracha, reprimindo tanto a favela quanto o asfalto - segundo ele, as intervenções policiais foram piores nas comunidades.

Em *Polícia vai reconstruir mortes no alemão*, escrita por Emanuel Alencar ao O Globo em 14 de abril de 2015, foi narrada a morte de um menino de 10 anos no Complexo do Alemão. No momento da morte, não havia tiros entre PMs e bandidos e, mesmo assim, o menino foi atingido. A mãe do menino foi entrevistada e declarou que seria capaz de reconhecer o assassino do filho, e O Globo não mencionou que o autor do crime poderia ter sido um PM, pelo contrário: apresentou outras mortes, inclusive a de um comandante da UPP.

Uma das matérias abordou a nova legislação que tornou crime hediondo matar policiais. Chama-se *Esperança que a lei salve vidas*, foi escrita por Elenice Bottari e Ivete Silva, no dia 9 de julho de 2015. Inclusive, essa lei podia ser aplicada aos autores de ataques contra os parentes de policiais. A notícia fala sobre a difícil tarefa de informar à família que seus colegas morreram. Eles não eram só policiais militares, mas sim maridos, esposas, filhos, filhas, pais

e mães. Esclareceu que grande parte dos crimes cometidos contra policiais era emboscada e confronto, isso acontecia (e ainda acontece) porque a polícia não era respeitada. “As pessoas precisavam respeitar o poder público, respeitar a polícia que estava cumprindo o seu dever”, disse o entrevistado.

Nessas duas matérias (*Polícia vai reconstruir mortes no alemão* e *Esperança que a lei salve vidas*) vemos que o jornal deu pouca visibilidade às mortes de pessoas inocentes causadas por policiais, dando mais destaque à morte de policiais e à legislação que torna crime o ataque aos agentes e seus familiares.

O dossiê disse que a grande mídia teve a intenção de representar as favelas como seguras, livres do tráfico, com planos de segurança eficazes, com a intenção de atrair turistas para esses locais – apesar de já termos visto que o jornal representou as favelas como violentas. Com imagem de comunidades seguras, elas poderiam ter sido alvo de programas de incentivo ao turismo como o programa Rio *Top Tour*, apoiado pelo Ministério do Turismo. Também aparecem críticas à revitalização. Quando os lugares ficam mais seguros, com policiamento, os valores dos imóveis sobem. Muitos moradores não têm condições de manter o mesmo estilo de vida, e, por isso, vão para áreas mais afastadas do centro. Vão para longe de antigos vizinhos, deixam seus imóveis, velhos hábitos e suas redes de sociabilidade.

Mesmo com algumas matérias que faziam críticas às UPPs e representando a favela como um local de medo, *O Globo* explicou que os policiais das UPPs desempenhavam ações sociais nas 38 comunidades em que estavam presentes. Inclusive, eles atuaram em escolas. Entre as ações planejadas, surgiram conselhos nos quais a polícia, os pais e os professores acompanhavam a frequência dos alunos. Essa seria uma forma de se aproximar dos moradores. Além disso, durante essas ações sociais, os jovens e as crianças tiveram aulas de esportes e danças. No decorrer desse período o programa foi sendo transformado. Beltrame, secretário de segurança do estado, disse ao jornal que não é um policial com fuzil na mão que vai acabar com a violência, mas esses investimentos sociais vão. Ele esclareceu que foi preciso repensar essa ideia de colocar a polícia sozinha para combater o crime organizado, sem a ajuda do governo federal.

Os policiais estudaram as especificidades das comunidades, *O Globo* esclareceu que essa era a metodologia de treinamento. Conhecendo as características das comunidades cariocas, seus erros e acertos, os agentes poderiam resolver os problemas específicos dessas áreas. A principal função dos agentes da UPP seria mediar conflitos e prestar primeiros socorros, isso faria com que a polícia ficasse mais próxima ao morador. Visto no artigo *A nova UPP vai às aulas*, escrito por Alessandro Lo-Bianco, publicado no dia de março de 2015.

Considerações finais

O propósito deste artigo foi analisar e problematizar como a violência policial no Rio de Janeiro foi representada pelo jornal *O Globo* e pelo dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos*.

Foi percebido que *O Globo* representou a favela como um lugar de medo, que trazia sua insegurança à cidade. Como se a favela não fizesse parte da cidade e seus problemas não fossem um problema de todos. O dossiê representou a polícia como violenta, sendo responsável por parte do caos, e como se suas ações servissem apenas para conter manifestações populares.

O dossiê esclareceu que os grandes meios de comunicação tiveram a intenção de representar as favelas como seguras, com planos de segurança eficazes, com a intenção de atrair turistas para esses locais. Por outro lado, vemos que em grande parte das matérias *O Globo* representa as comunidades como perigosas e com um projeto de contenção da criminalidade em declínio.

Os indivíduos recebem análises dos mesmos acontecimentos por diversos canais de comunicação. Eles são capazes de interpretar essas análises de acordo com os próprios saberes e vivências, formando suas próprias opiniões e transmitindo-as nas ruas e nas redes. Nesse processo, as representações são criadas e recriadas, um dinamismo faz parte e é cobrado pelas constantes transformações do mundo contemporâneo.

Assim, as representações não são estáticas, pelo contrário: elas estão sempre se transformando, pois, representações se formam no conflito e no confronto entre novas e velhas opiniões e estereótipos, enquanto são produzidas e questionadas. Essa pluralidade de representações pode gerar conflitos, mas eles não são prejudiciais. As representações necessitam do encontro de perspectivas diferentes e dos conflitos que elas produzem para que diferentes modos de vida possam coexistir e fazer emergir saberes que possuam a flexibilidade capaz de absorver outras formas de racionalidade.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2016.
- BAUER, M. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- KARAM, M. Violência, militarização e 'guerra às drogas'. In: KUCINSKI, B. [et al.]. **Bala perdida: a violência no Brasil e os desafios para a sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FORTUNA, V. Cidade e Megaeventos. In: CONGRESSO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2013, Rio de Janeiro. **Anais de congresso**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013, 01-15.
- FREITAS, R. A cidade em jogo: considerações sobre os megaeventos e as manifestações de junho de 2013 no Rio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais de congresso - Comunicação e Culturas Urbanas**. São Paulo: INTERCOM, 2013, p. 01-11.
- MALAGUTI, V. Estado de Polícia. In: KUCINSKI, B. [et al.]. **Bala perdida: a violência no Brasil e os desafios para a sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MENA, F. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI, B. [et al.]. **Bala perdida: a violência no Brasil e os desafios para a sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROCHA, L. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: "pacificação", intervenção e seus efeitos no espaço público. In: LEITA, M.; ROCHA, L.; FARIAS, J. [et al.]. **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

ETNOSABERES E PINTURA CORPORAL NO CIBERESPAÇO

ISABEL TERESA CRISTINA TAUKANE

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em Estudos de Cultura Contemporânea
isataukane@gmail.com*

LUDMILA DE LIMA BRANDÃO

*Professora Titular do Programa de Pós-Graduação
em Estudos de Cultura Contemporânea
ludbran@terra.com.br*

ALINE WENDPAP NUNES DE SIQUEIRA

*Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação
em Estudos de Cultura Contemporânea
alinewendpap@gmail.com*

RESUMO

Neste trabalho os Etnosaberes são vistos como epistemologia própria, constituída antes da colonização europeia e garantidora da sobrevivência dos grupos indígenas, pois que perpassa e resiste ao processo colonizador, assegurando a existência desses povos de modo singular. A pintura corporal constitui um desses Etnosaberes, bem como se apresenta como importante elemento da constituição da alteridade cultural. Porque, tanto no passado, quanto na atualidade, continua sendo fundamental para os povos indígenas. Não é exagero afirmar, que se deve a ela o “retorno da memória cíclica” das etnias, responsável pela atualização das mitologias dos grafismos, já em novos suportes e em novos meios de comunicacionais. Se antes ela era utilizada somente em rituais, caçadas e outras atividades realizada pelas etnias no contexto da vida cotidiana, agora extrapola e rompe as barreiras que a vincula ao uso interno e ganha o exterior das aldeias. Por exemplo, no meio cibernético.

Palavras-chave: Pintura Corporal. Indígena. Etnosaberes. Ciberespaço. Contemporaneidade.

ABSTRACT

In this work the Etnosaberes are seen as their own epistemology, constituted before the European colonization and guarantor of the survival of the indigenous groups, since it crosses and resists the colonizing process, ensuring the existence of these peoples in a unique way. Body painting constitutes one of these Etnosaberes, as well as presents itself as an important element of the constitution of cultural alterity. Because, both in the past and in the present, it remains fundamental for indigenous peoples. It is no exaggeration to say that it is due to it the “return of the cyclical memory” of the ethnic groups, responsible for updating the mythologies of the graphics, already in new media and new means of communication. If previously it was used only in rituals, hunting and other activities carried out by the ethnic groups in the context of everyday life, it now extrapolates and breaks the barriers that binds it to internal use and wins the exterior of the villages. For example, in the cybernetic medium.

Key-words: Body painting. Indigenous. Etnosaberes. Cyberspace. Contemporaneity.

INTRODUÇÃO

O texto apresentado aqui – fruto de discussões interdisciplinares ocorridas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso – pretende suscitar reflexões a respeito de como o etnosaber da pintura corporal indígena se atualiza e se ressignifica no ciberespaço.

Tendo em vista o contexto contemporâneo, em que a ancestralidade adentra os novos meios de comunicação (e vice-versa), sobretudo através das redes sociais e aplicativos de comunicação, para continuar (r)existindo, estudar os etnosaberes indígenas, mais especificamente as pinturas corporais, e, como estes são atualizados e ressignificados no ciberespaço, abre a possibilidade de quebrar as regras condicionantes tradicionais de viagens de campo, de visitas a aldeias em Terras Indígenas (que demandam um tempo muito mais longo de pesquisa e imersão) e que, apesar de importantes, não são mais condição sine qua non de pesquisa. Assim a netnografia, aparece como uma metodologia possível e adequada, já que segundo seu próprio criador, o pesquisador Robert Kozinets, “a netnografia é a etnografia adaptada às complexidades de nosso mundo social contemporâneo, mediado pela tecnologia” (KOZINETS, 2010, p. 05).

A respeito deste estudo é interessante pensar sobre como o etnosaber da pintura corporal indígena ao adentrar o ciberespaço pode potencializar os movimentos de resistência protagonizados por estes povos e intervir na busca destes por uma democracia mais justa e igualitária.

Os movimentos de resistência que aconteceram nas aldeias, são responsáveis pela manutenção das tradições e das culturas indígenas, em contraposição a toda opressão sofrida. As lideranças indígenas começaram a se organizar, o que resultou no “movimento indígena nacional”, militando pela aquisição de direitos indígenas. No âmbito das pinturas corporais alguns conseguiram preservar esse etnosaber, tornando-se responsáveis, pelo trabalho de recuperação dessas manifestações estéticas.

Verifica-se, contemporaneamente, de um lado, o fenômeno da inserção do etnosaber das pinturas corporais em etnias que não a possuíam e, de outro, a reinserção das práticas naquelas que haviam abandonado esta tradição. Processo, muitas vezes, suscitado pela imersão dos indígenas contemporâneos na cibercultura e no ciberespaço, movimento gerador de novas sociabilidades tecno-sociais. Pois, como argumenta a pesquisadora Eliete Pereira (2012), a presença indígena no ciberespaço parece representar a capacidade de integração de múltiplos pontos de vista nesse espaço social promotor de uma nova sociabilidade, interativa e flexível movida pelos fluxos comunicativos. Aliás, é diante destas novas condições de sociabilidade, propiciada pela conexão e interação via internet, que os povos indígenas podem divulgar os seus valores e pontos de vistas para o mundo, e, não só podem formar a rede de apoio, ao conhecer pessoas, mas, construir relacionamentos e se fazerem presentes para além das aldeias, ou dos espaços territoriais demarcados.

Interessante notar neste processo cultural-comunicacional, a característica interativa – no sentido de interferência no texto original, do outro – que é promovida pelas etnias, quanto às técnicas e aos próprios grafismos, uma vez que, ao incorporá-las, introduzindo ou reintroduzindo este etnosaber nas etnias, os indígenas reproduzem, copiam, criam, recriam mas, sobretudo, inventam novas pinturas corporais, e tal como o princípio da mutabilidade da cultura, os etnosaberes também se reinventam e são flexíveis o suficiente para atender as demandas materiais e simbólicas do contemporâneo. É bom lembrar que no contexto primordial, daqueles guardiões da tradição cultural, essas pinturas eram perpassadas por vários significados. Na atualidade, além de se configurarem como uma forma de expressão vinculada ao segmento social indígena, a pintura corporal adquire forte caráter político que extrapola os limites dos territórios indígenas, e, de modo especial, para aqueles povos que

foram desapropriados da sua condição étnica, ela serve como elemento de afirmação, ou, autoafirmação da sua indianidade. Ganha portanto, aspectos de linguagem transcultural, evidenciada em ocasiões de mobilizações e manifestações contemporâneas, passando a representar os povos indígenas como um todo e, não apenas uma etnia isoladamente.

Por outro lado, é fácil verificar que foi no imaginário da população não indígena, a pintura corporal funciona como um pré-requisito para identificação do indígena. Nesta perspectiva, para que a população não indígena o identifique como indígena, o indivíduo deve estar pintado, independentemente de onde esteja e em que circunstância. A pintura corporal surge então como sinônimo de etnicidade, instaurando uma obrigatoriedade de estar pintado para ser “índio”. Todavia isso não condiz com o cotidiano da maioria da população indígena, que, aliás, não usa as pinturas corporais o tempo todo, sobretudo se estiverem “à paisana” na cidade. No interior das aldeias, geralmente, as pinturas corporais são utilizadas em rituais, nos quais esse etnosaber serve como elemento potencializador da conexão com outras dimensões cosmológicas, que estão fora da vida cotidiana.

Para os povos indígenas, assim como para a maioria da população anônima, o ciberespaço torna possível a colocação em evidência de pessoas comuns, funcionando como um suporte à voz indígena, tornando-os protagonistas de suas próprias histórias. O ciberespaço materializa o acesso democrático a maiores informações sobre os povos indígenas e seus etnosaberes, podendo ainda aproximar pessoas de diferentes lugares, tendo em vista a interação e a interatividade entre os povos. O ciberespaço é um ambiente virtual que torna possível, e mais do que isso, que estimula o diálogo intercultural, pois permite o aumento e a troca de informações referentes a essa população e seus etnosaberes de um modo horizontalizado e direto. Esse tipo de diálogo entre culturas favorecido pelo ciberespaço merece ser estudado sistematicamente, para explorarmos ao máximo as possibilidades de construção de novos conhecimentos, por meio da interação e da interatividade, horizontalmente, sem, portanto, a subalternização recorrente dos etnosaberes, avançando deste modo, na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

PINTURA CORPORAL

A experiência milenar dos ancestrais das etnias é um dos fatores determinantes no processo de construção dos Etnosaberes, que podem ser compreendidos também como os saberes míticos, advindos da cosmovisão. Neste trabalho os Etnosaberes são vistos como epistemologia própria, constituída antes da colonização europeia e garantidora da sobrevivência dos grupos indígenas, pois que perpassa e resiste ao processo colonizador, assegurando a existência desses povos de modo singular.

Os conhecimentos e saberes de cada etnia foram transmitidos através das gerações, tanto por meio da oralidade, quanto pelos modos de fazer e pelas práticas culturais, tais como as danças, os cantos, as pinturas corporais, os rituais dentre outros, sendo todos imprescindíveis à vida social dos povos. No caso específico da pintura corporal é relevante frisar que esta tem significados distintos para cada povo indígena.

De acordo com Lins (2011) a pintura corporal, de modo geral, é um fenômeno que não pode ser visto apenas pelo viés da estética, ela pode ser tratada como um contraponto a tendências homogenizadoras da globalização. E pode servir como instrumento de defesa identitária, estabelecendo uma alteridade cultural e um retorno cíclico da memória coletiva. Assim, tratar a pintura corporal apenas pelo viés da estética consiste em limitá-la. É importante e muito necessário ampliar este campo de estudos para outras possibilidades, como por exemplo, através da perspectiva da defesa identitária e da alteridade cultural. Visto que o processo de

colonização ocorre principalmente pela subtração da etnicidade.

A Pintura Corporal de acordo com Grupioni (2009) é um Etnosaber, que trata inegavelmente de saberes gráficos, construídos pela experiência que os povos indígenas têm com cada motivo gráfico em específico. Neste contexto, as narrativas míticas a respeito do surgimento de cada grafismo revestem-se de particular importância, na medida em que, oferecem as explicações a respeito da origem e das ligações destes com seres primevos, sobrenaturais ou com outros povos. Deste modo, cada etnia valoriza e trabalha embasada em suas próprias narrativas.

Fica claro então, que a pintura corporal é um elemento da constituição da alteridade cultural. Porque, tanto no passado, quanto na atualidade, continua sendo importante para os povos indígenas. Não é exagero afirmar, que se deve a ela o “retorno da memória cíclica” das etnias, responsável pela atualização das mitologias dos grafismos, já em novos suportes e em novos meios de comunicacionais.

Em tese, a Pintura Corporal é basicamente praticada no interior das aldeias, porém o que se percebe é um fenômeno de recriação da pintura corporal na atualidade, que segue ganhando novos sentidos. Caso contrário, esta seria uma prática já abandonada, como o foram tantas outras. Se antes ela era utilizada somente em rituais, caçadas e outras atividades realizada pelas etnias no contexto da vida cotidiana, agora extrapola e rompe as barreiras que a vincula ao uso interno e ganha o exterior das aldeias. Por exemplo, no meio cibernético.

Percebe-se de forma clara, que a identidade proposta pelo fenômeno da pintura corporal é a transculturação [...] O fenômeno sociológico, cultural e comunicacional da pintura ou inscrição corpórea repousa no fato de que vem a mostrar-se como interpretação mítica, ou não, mas sempre simbólica e estática para se desenvolver e transcender-se às limitações do suporte, nesse caso não é a derme, mas ao invólucro como unidade (LINS, 2011, p. 25).

Este autor deixa claro que a Pintura Corporal pode ter múltiplos entendimentos e interpretações, no entanto, possui um fio condutor que é o seu caráter simbólico. E a principal característica a capacidade de transmutar de um suporte para o outro. Por exemplo, determinados grafismos podem estar na pele ou em outros suportes, tais como: utensílios, domésticos ou em objetos rituais.

Diante desse quadro evidencia-se a capacidade que os grafismos indígenas têm de transpor suportes, modificarem-se, ganharem outros sentidos e inserirem-se em novos meios como, o ciberespaço. Pode-se dizer que na atualidade a pintura corporal adquire o caráter político de defesa da identidade coletiva dos povos indígenas. Além de se transformarem em uma forma de expressão vinculada a este segmento social, nas mobilizações e manifestações sociais, a pintura corporal ganha aspectos de linguagem transcultural, pois passa a representar os povos indígenas de maneira geral e não somente uma etnia. Se, no passado, antes da colonização, as pinturas corporais eram utilizadas somente para fins inerentes a cada etnia, na atualidade isso não é mais assim.

POVOS INDÍGENAS E CIBERESPAÇO

A inserção dos povos nativos no ciberespaço é uma discussão que vem ganhando espaço no Brasil. A presença indígena aparece neste universo cibernético, dentre outras formas, via perfis nas redes sociais, com *youtubers* índios, ou mesmo em sites, sejam eles institucionais ou não. Pereira (2007), numa perspectiva otimista, consolidada principalmente pelos estudos do francês Pierre Levy, acredita que o ciberespaço possui a potencialidade de promoção do diálogo entre culturas, de forma horizontal e direta. Portanto, a apropriação da comunicação digital por esses povos é algo que merece ser estudado sistematicamente, pois pode servir para desconstruir “índio genérico”, que está no imaginário da maioria da população, que ainda pensa que esses povos não fazem parte da contemporaneidade, e, por isso devem ser privados do uso tecnologias atuais.

Neste sentido, Eliete Pereira (2007) argumenta que a presença indígena no ciberespaço parece representar a capacidade de integração de múltiplos pontos de vista nesse espaço social, promotor de uma nova sociabilidade, interativa e flexível movida pelos fluxos comunicativos. Diante de novas condições de sociabilidade propiciada pela conexão e interação via internet, povos indígenas podem divulgar seus valores e pontos de vistas para o mundo, não apenas formando uma importante rede de apoio, mas sobretudo conhecendo pessoas, construindo relacionamentos e se fazendo presentes além das aldeias, ou espaços territoriais demarcados.

Interessante notar que, a interatividade no ciberespaço acontece não apenas entre os próprios indígenas, mas também entre estes e o público em geral, até porque, o conceito de interatividade aqui adotado “pressupõe que o autor/emissor/professor construa uma rede, um conjunto de possibilidades a explorar, ofereça um conjunto intrincado de lugares dispostos à interferência e às modificações” (POSSARI, 2009, p. 58), ou seja, a mensagem é sempre modificável de acordo com o leitor/receptor. A interatividade, portanto, diz respeito à ação do receptor que é a de interferir, modificar o que está sendo objeto de construção de sentidos/de conhecimento.

Mas para além de tal questão, uma outra se sobrepõe: a capacidade de uma comunicação horizontalizada, proporcionada pela cibercultura. Na qual as pessoas indígenas, podem falar de si, sem intermediários. Neste âmbito, os povos indígenas, podem demonstrar que estão imersos e pertencem sim à contemporaneidade. No meio cibernético é possível que os indígenas falem de seus anseios, suas lutas e produzam as maneiras como querem ser vistos.

Para Oliveira (2014) devido a colonização, os povos indígenas foram silenciados ao longo da História. A importância dos avanços comunicacionais e a aquisição dessas tecnologias por parte desses povos dar-se-á justamente em romper esse silenciamento. O autor deixa claro, que o uso dessas ferramentas tem sido importante e extremamente positivo, na conquista de direitos e melhorias de qualidade de vida para as etnias indígenas.

A interação transversal possibilita a sociabilidade entre as comunidades indígenas e acontece a nível local entre aldeias, e, a nível nacional a nível internacional pelo ciberespaço. “Para romper o silêncio da diferença desqualificante e do colonialismo é necessário trabalhar em rede nos níveis local, nacional e global [...] (OLIVEIRA, 2014, p.27), assim sendo, o ciberespaço se consolida como um espaço que é utilizado para garantia da defesa das identidades culturais, como também para a luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas.

O ciberespaço torna-se cada vez mais relevante, ao passo que dinamiza a atuação política do Movimento Indígena organizado e de indivíduos em particular, desse segmento social marginalizado e silenciado. Uma vez que estes, nessa esfera podem atuar e expressar maneiras de pensar sem necessidade de intermediários. Pois, por muito tempo os povos indígenas

no Brasil, tinham voz apenas por meio do órgão indigenista do Estado brasileiro, que os tutelava e, de certa maneira, cerceava o direito e o uso da própria voz. Já no ciberespaço, os indígenas falam por si, de maneira instantânea, podem escolher sobre o que falar e como falar, num processo de construção de novas identidades, ou identificações contemporâneas, demonstrando aos demais, os modos como querem ser vistos.

[...] Ademais os indivíduos criam as suas redes on-line e of-line em que esta nova sociabilidade funda uma “comunicação híbrida que reúne lugar físico e ciber lugar”. Portanto, a internet, os hipertextos, a comunicação mediada por computador (CMC) seja sincrônica – as informações são enviadas ou recebidas simultaneamente (chat, mensagem instantânea, telefonia via programas) seja assíncronica – não simultânea (e-mail, m, mailing list, fórum, saps em comunidades virtuais) favorecem novas sociabilidades. (PEREIRA, 2007, p.40).

As novas sociabilidades tecno-sociais são extensões da vida, por isso mesmo promovem a transformação da sociabilidade comunitária, dado se tratar de uma outra espacialidade, com dimensões públicas. As comunidades espaciais por redes possuem outra natureza “a sociedade em rede constitui-se numa forma específica de organização social em que geração, o processamento e a transformação da informação em nível global torna-se fonte fundamental de produtividade” (PEREIRA, 2007, p.38). Assim sendo, povos indígenas se conectam a toda essa rede mundial de interatividade.

O ciberespaço é o lugar onde há possibilidade de toda e qualquer expressão e manifestação, onde a voz dos povos indígenas ecoa. Pensamento que parece estar de acordo com as proposições do pesquisador André Lemos (2013, p. 129), quando ele afirma que “o ciberespaço é a encarnação tecnológica do velho sonho de criação de um mundo paralelo, de uma memória coletiva, do imaginário, dos mitos e dos símbolos que perseguem o homem desde os tempos ancestrais”. Nesse sentido, ainda segundo Lemos, o ciberespaço, além de incitar a abolição do espaço e do tempo e transformar-se em um “lugar de culto secular e digital”, ainda funciona como um vetor de agregação social entre a racionalidade tecnológica e o simbólico, o mítico e o religioso, graças às novas tecnologias (LEMOS, 2013, p. 129).

Tanto é assim, que é possível verificar a utilização deste espaço, por indígenas, desde a atuação em mobilizações em defesa de direitos, até páginas de arte e cultura. Um ponto que devemos destacar é o não-lugar (conceito capturado de Marc Augé) das criações e manifestações artísticas dos povos indígenas. Interroga-se se estes podem ou não serem protagonistas de criação de obras artísticas, sejam as que tenham suporte ocidental ou mesmo aquelas apresentadas em suportes nativos. A quem cabe definir, legitimar ou deslegitimar essas questões? Segundo Lux Vidal “o homem ocidental tende a julgar as artes dos povos indígenas como pertencentes à ordem estática de um Éden perdido” e diz que com isso “deixa de captar, usufruir e incluir no contexto das artes contemporâneas, em pé de igualdade, manifestações estéticas de grande beleza e profundo significado humano” (1992, p.13). Como exemplo dessa eficiência em facilitar o acesso aos etnosaberes e as interações a partir deles, localizamos na rede social Facebook, a página “Grafismo indígena” e o Grupo “Escola de Grafismo”, que trabalham na divulgação e propagação dos etnosaberes ligados ao grafismo e que podem ocorrer em vários suportes como a cerâmica, a cestaria, mas com ênfase na pintura corporal.



Figura 1. <https://www.facebook.com/grafismo.indigena/> - Página de Grafismo - de Benício Pitaguarayi

O ciberespaço devolve a possibilidade de (re)existência indígena, pois muitas partes da existência desses povos foram apagadas dos livros didáticos e oficiais da história. O que denota que a contemporaneidade não seria lugar do índio, porque caberia a ele ser somente uma alegoria do passado, ou da época do descobrimento, congelado e estereotipado na sua forma física e na substância, tal como a música de Caetano Veloso “Um índio”.

Caso os indígenas não aceitem permanecer vestidos desta alegoria ultrapassada, acabam sendo, por outro lado, caricaturados como índios aculturados, os des-aldeados, ou descaracterizados, porque se “modernizaram”. O mais aterrorizante é saber que este tipo de opinião não está restrito as pessoas do senso comum, pois, até mesmo na universidade, a égide da “intelectualidade”, algumas pessoas que a compõem, também comungam da opinião de que o índio não pode acompanhar o ritmo da contemporaneidade. Neste viés de pensamento, o índio somente é índio quando está pintado, caso contrário, já não é mais índio. As rotulagens que se utilizam, tais como: “descaracterizados”, “aculturados”, “desaldeados” e “índios da cidade” ou, até mesmo “os verdadeiros índios” entre outras, buscam desqualificar um grupo étnico.

As terminologias desqualificadoras são carregadas de preconceitos, os quais inferiorizam o outro. Na maioria das vezes quem institui o processo desqualificador é o poder hegemônico, que busca forjar o marginalizado. Ele seleciona aquele que estará à margem, como o sem história, o sem-cultura, o sem-terra, por fim, o sem direito algum - o marginalizado. Essas são relações estabelecidas pelo colonialismo (MIGNOLO, 2003), que na atualidade, se evidencia pela ocorrência do genocídio e do etnocídio estatal, que ainda impera na contemporaneidade. Segundo Mignolo (2003) a colonialidade consiste na manutenção dos vínculos hegemônicos da colonização, ou seja, significa dizer que embora não exista a colonização propriamente dita e de fato, são mantidas as relações desiguais de poder, de saber e tais relações persistem, até os dias atuais, o que atesta que elas não foram interrompidas. Essas estão traduzidas nas relações racistas, que subjagam, marginalizam e desqualificam; são atitudes imbuídas de preconceitos que buscam inferiorizar o outro.

O CORPO ÍNDIO E A URBE “O OUTRO”

Pensando no contexto urbano, ou seja, fora das aldeias, acontecem disputas ideológicas, onde é imprescindível o uso das pinturas corporais, e, na maioria das vezes a sua utilização acontece em cenários hostis, nos momentos de embate, na luta pelos direitos. A exemplo disso temos: as pinturas corporais presentes nas mobilizações e manifestações urbanas.



Fotografia 2: pintura corporal do povo Bororo-pintura da onça. Fonte: arquivo pessoal Isabel Taukane Data: 2016



Fotografia 3: pintura corporal do povo Kurâ-Bakairi – pintura da Sucuri. Fonte: arquivo pessoal Isabel Taukane Data:2016

Durante o processo de coleta de dados para esta pesquisa, junto a alunos indígenas na universidade, observou-se que aqueles que possuem em sua tradição cultural as pinturas corporais, se prontificam em pintar as etnias que não possuíam essa arte, bem como, os corpos dos não indígenas que estavam presentes. Segundo, a estudante que fazia as pinturas “as pinturas são a nossa força, a nossa resistência, os nossos ancestrais estão conosco por meio das pinturas”.

Na atualidade, as ofensivas aos direitos indígenas são cada vez mais elaboradas em forma de inseguranças jurídicas e, com a ascensão do poder político de setores anti-indígenas, os riscos de perda dos direitos já adquiridos na Constituição Federal de 1988 são cada vez maiores e preocupantes.

E se não fosse a atuação do Movimento Indígena no confronto direto, no corpo a corpo e, na maioria das vezes, em situação desigual de forças constituídas pelo poder hegemônico contra os povos subjugados, talvez, o poder do neocolonialismo teria avançado muito mais em seus objetivos.

Assim, por falta de políticas públicas consistentes e por não terem direitos territoriais muitos povos estão em condição de precariedade nos centros urbanos. É certo que de que existe inúmeros as razões que traz o indígena ao contexto urbano que podemos resumidamente enumerar: 1) Rixas internas desde acusações de feitiçaria entre outras acusações, essas famílias tiveram que sair das aldeias em busca um novo lar. 2) Motivados pelo trabalho e emprego existem indígenas que estão em Cuiabá que são funcionários das instituições governamentais

ou indigenistas. 3) Os estudos, o acesso ao ensino superior e em busca de qualidade de ensino tem trazido jovens as cidades.

Deve-se considerar que as realidades desses povos são complexas e a presença indígena na cidade, ou a relação entre o índio e cidade deve ser entendida caso a caso. Tais tipos de relações se tornam perceptíveis, mais acentuadamente, nos centros urbanos, ou mesmo em municípios onde há proximidade com territórios indígenas. Em situações limites, tais como a luta pela terra, ou em outras em que se está fora do lugar originário (como em eventos), a pintura corporal serve como elemento vinculador dos povos indígenas, uma vez que, ela carrega consigo a capacidade de agregar os indígenas todos em uma categoria única.

Por fim, não se pode perder de vista que a cidade pode oferecer inúmeros infortúnios e pode se tornar perigoso, devido ao acirramento do preconceito racial, como por exemplo: o índio pataxó que foi queimado em Brasília, a criança indígena kaingáng degolada na rodoviária de Santa Catarina, entre outras atrocidades. Por outro lado, é justamente a cidade, bem como no ciberespaço é que existe a possibilidade de um diálogo intercultural para que possa diminuir a falta de informação referente a essa população indígena.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Luís. Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados, São Paulo: Cortez, 1980.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais números 1/1992 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão números 1 a 16/1994. -29. ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2008 Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015. Disponível em: <www.cimi.org.br/pub/relatório2015/relatóriodados2015.pdf acessado em 16/07/2017>.

CURI, Melissa V. Antropologia Jurídica: Um Estudo do Direito Kamaiúra. Tese de Doutorado de Antropologia, PUC-SP, São Paulo, 2011.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Editora 34.1999. (Coleção TRANS)

_____, Pierre. O que é o virtual? Editora 34. 2003.

_____, Pierre. Uma perspectiva vitalista sobre a cibercultura, por Pierre Lévy. In.: LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6ª edição; Porto Alegre: Sulina, 2013. (Coleção Cibercultura)

LEMOS, André. Ciber-cultura-remix. Seminário “Sentidos e Processos”. São Paulo. Itaú Cultural. 2005.

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6ª edição; Porto Alegre: Sulina, 2013. (Coleção Cibercultura)

LINS, R.J.S. Hiperderme: Pintura Corporal Nas Sociedades Indígenas E Contemporânea. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade Católica Portuguesa. Coimbra, Portugal.

OLIVEIRA, B. P. D. Mídia índio (s): comunidades e novas tecnologias. Rio de Janeiro: LACED, 2014. 96 p. ISBN 9788577401598.

MIGNOLO, W. História Locais/Projetos Globais: Colonialidades, saberes subalternos e pensamentos liminar. Belo Horizonte, Editora: UFMG, 2003.

POSSARI, Lúcia Helena V. Produção de material didático para a EaD. In.: NEDER, Maria Lucia Cavalli; POSSARI, Lucia Helena Vendrúsculo. Educação a Distância: Material didático para a Ead: processo de produção. Cuiabá: EdUFMT, p. 47-62, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: Seleção de Conteúdo para concurso público de Governo de Mato Grosso, Cuiabá: Entrelinhas,2009.

RAMOS. Alcida Rita. Indigenismo de Resultados. Série Antropologia. Brasília, 1990.

PEREIRA, E. D. S. D. "Ciborgues Indígen@S.Br: A Presença Nativa No Ciberespaço". Univeridade de Brasília. Brasília, p. 170. 2007.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA IGREJA CATÓLICA COMO DEFENSORA DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, ATRAVÉS DO INSTAGRAM DO PAPA FRANCISCO

LETICIA MOREIRA

*Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano - UFF
leticiacsmoreira@live.com*

RESUMO

A Igreja Católica vem, no decorrer dos anos, desenvolvendo a sua relação com a mídia e com as demais religiões. Esses dois fatores contribuem para a nova comunicação da instituição acerca do diálogo inter-religioso, que na hipermodernidade, está ocorrendo através das redes sociais. Em vista disso, este estudo busca analisar como está sendo construída a imagem da Igreja Católica, na hipermodernidade, como defensora do diálogo inter-religioso. Para isso, é realizada uma pesquisa de inspiração netnográfica (KOZINETS, 2014) no Instagram do Papa Francisco, a partir das publicações de 2017 que abordam essa temática. Sendo assim, o trabalho identifica que o Instagram do Papa, através do uso de imagens, do apelo emocional e da linguagem verbal concisa, possibilita tanto um novo tipo de comunicação da Igreja com os fiéis, quanto uma nova abordagem de relações harmônicas entre as religiões.

Palavras-chave: Hipermodernidade. Igreja Católica. Diálogo inter-religioso. Papa Francisco. Instagram.

ABSTRACT

Over the years, the Catholic Church has developed its relationship with the media and other religions. These two factors contribute to the new institution's communication about inter-religious dialogue, which in hypermodernity is occurring through social networks. This study seeks to analyze how the image of the Catholic Church in hypermodernity is being built as a defender of interreligious dialogue. For this, a research of netnographic inspiration (KOZINETS, 2014) in the Pope Francisco's Instagram is carried out, starting from the publications of 2017 that approach this theme. Thus, the work identifies that the Pope's Instagram, through the use of images, emotional appeal and concise verbal language, enables both a new type of communication of the Church with the faithful and a new approach to harmonious relations between religions.

Key-words: Hypermodernity. Catholic Church. Interreligious dialogue. Pope Francisco. Instagram.

INTRODUÇÃO

Na era contemporânea, as palavras “adaptação” e “aproximação” passam a ser o eixo das instituições, seja qual for a sua especialidade. A Igreja Católica, por sua vez, não agiu diferente. Através da figura papal, foi inserida nas redes sociais, a fim de se aproximar dos fiéis que estão presentes nesse ambiente e, até mesmo, de pessoas de outras crenças e/ou que não possuam nenhuma. Foi preciso compreender o contexto atual para se adequar ao cotidiano dos seus seguidores e dos potenciais.

Essa remodelação da Igreja é oriunda de uma conjuntura que se iniciou na modernidade e vem se fortalecendo na contemporaneidade. Ela está alicerçada pela exaltação da ciência e da racionalidade, que contribuem para a modificação na forma com que os sujeitos lidam com a religiosidade. Além disso, atualmente, a explicitação do ateísmo, do agnosticismo e de crenças que outrora não tinham voz, também cooperam para o desafio de persuasão das religiões consideradas mais tradicionais, como é o caso do catolicismo.

Desse modo, a Igreja Católica, ao longo do tempo, vem buscando construir uma imagem de pacificadora quanto às demais religiões. Esse posicionamento teve início em 1965, através do Papa Paulo VI, e até hoje se encontra em desenvolvimento. Em outrora, o investimento no diálogo inter-religioso ocorria por meio de documentos publicados pelo Vaticano, redigido pelos Papas. Na contemporaneidade, a estratégia é disseminar essa postura da Igreja através de publicações no ambiente digital. Por essa razão, este trabalho tem como objeto de estudo o Instagram do Papa Francisco, a fim de analisar – por meio de uma pesquisa netnográfica (KOZINETTS, 2014) – como está sendo construída a imagem da Igreja Católica, na hipermodernidade¹, como uma instituição aberta ao diálogo inter-religioso. A partir disso, surgem alguns questionamentos de pesquisa: O que motivou a Igreja a declarar harmonia entre ela e as demais religiões? De que forma a Igreja vem, no decorrer dos anos, propondo um diálogo inter-religioso? Como a Igreja Católica adapta esse discurso na hipermodernidade?

Essas inquietações levam aos objetivos específicos deste artigo: quais fatos levaram a Igreja Católica a propor uma relação conciliadora entre ela e as demais religiões, e por quê; de que modo a Igreja vem, desde o século XX, manifestando sua busca pelo diálogo inter-religioso; como a Igreja Católica, através do Instagram do Papa Francisco, constrói sua imagem como instituição religiosa que preza pela harmonia entre as religiões. Sendo assim, o *corpus* deste trabalho são as publicações, de 2017, do Instagram do Papa Francisco que abordam o diálogo inter-religioso. Esse ano foi escolhido, pois é o único que possui postagens de janeiro a dezembro, na página em questão, o que permite analisar, de forma integral, os conteúdos veiculados. Francisco aderiu ao Instagram em março de 2016, ou seja, não foi um ano completo de presença nessa rede social; e 2018 ainda não foi concluído.

Isto posto, a temática desta pesquisa é relevante para compreender a importância da comunicação para uma instituição religiosa de grandes proporções, como é o caso da Igreja Católica. Instituição essa que, em tempos remotos, censurou a mídia de massa e, hoje, adere aos meios de comunicação contemporâneos. Isso mostra que qualquer organização, seja religiosa ou não, precisa se adequar às conjunturas sociais, políticas e tecnológicas. Caso contrário, perderá seu público e será substituída pela concorrência.

1 Neste trabalho, o termo “hipermodernidade” de Lipovetsky (2014) é utilizado após sua conceituação. Antes disso, a nomenclatura “contemporaneidade” é aplicada para designar a mesma era que “hipermodernidade” – a partir do final do século XX.

A CRISE RELIGIOSA

O homem se enxerga como “dono” da sua própria vida, os problemas passam a ser explicados pela racionalidade e pela ciência, deixando em segundo plano as justificativas religiosas. Esse é o cenário com o qual a Igreja Católica se depara na modernidade e vem sendo fortalecido na contemporaneidade. A adesão aos meios de comunicação de massa e, posteriormente, à comunicação digital, não foi uma iniciativa da Igreja, apenas por conciliação ao contexto. A instituição religiosa se deparou com motivos significativos: a perda de fiéis e a dificuldade em repercutir suas mensagens.

Segundo Hervieu-Léger (2008, p.34), na modernidade, o que é inovador “[...] não é o fato de os homens ora se aterem ora abandonarem a religião, mas é o fato de que a pretensão que a religião tem de reger a sociedade inteira e governar toda a vida de cada indivíduo foi se tornando ilegítimo, mesmo aos olhos dos crentes mais convictos e mais fiéis”. Carranza (2011, p.25) também pontua que “o cristianismo como matriz social da cultura ocidental entra em crise no momento que não mais modela os comportamentos e as consciências dos indivíduos, isto é, na hora em que outras referências, religiosas ou não, passam a ocupar seu lugar”. Esses outros modelos, que vêm conquistando o espaço que pertencia ao cristianismo, podem ser outras crenças, a ciência e/ou fatores ligados à racionalidade. Para Hervieu-Léger (2008), a modernidade foi o palco da emergência da ciência e da racionalidade, da dissociação entre o político e o religioso, o econômico e o doméstico, fatores que motivam uma sociedade a enfraquecer na esfera religiosa.

Diante desse novo cenário, no qual despontam novas lógicas de lidar com o mundo, a Igreja Católica viu que a sua pretensão em ganhar a centralidade na vida das pessoas já não encontrava mais espaço. Essa nova direção de pensamento, na modernidade, contribuiu para uma maior explicitação do agnosticismo, do ateísmo e da adesão a outras crenças, na contemporaneidade. Além disso, a era moderna colaborou para a distorção do que é considerado crenças e práticas na sociedade contemporânea. Como aponta Hervieu-Léger (2008, p.42), “a descrição desta modernidade religiosa se organiza a partir de uma [...] tendência geral à individualização e à subjetividade das crenças religiosas [...]. Existem em todas as religiões os ‘crentes não praticantes’”. Identifica-se, portanto, mais um desafio para a Igreja, principalmente na contemporaneidade, era na qual os indivíduos se sentem livres para optar por ter ou não uma religião, bem como para decidir qual crença seguir e como exercê-la (praticando ou não).

Ademais, vale ressaltar que, desde sua origem, a Igreja Católica possui a missão de propagação da fé, comunicando a palavra de Deus aos povos, com o intuito de evangelizar. Logo, observa-se que o âmago da expansão do catolicismo está alicerçado pela comunicação. Isso explica a Igreja ter apresentado posicionamentos distintos, ao longo da história, acerca dos meios de comunicação. Puntel (2003) acredita que a relação Igreja e mídia passou por cinco fases. Primeiramente, a Igreja possuía um comportamento repressor e voltado para o exercício da censura - época da Inquisição². Em um segundo momento, a instituição demonstrou certa desconfiança quanto aos meios de comunicação, por isso passou a controlar a imprensa, o cinema e o rádio; todavia, a Igreja Católica passou a utilizar esses meios para difundir suas mensagens. A terceira fase se refere à adaptação da Igreja à velocidade da sociedade e às tecnologias, na era contemporânea. O quarto período está relacionado às modificações que ocorreram na América Latina, quando a Igreja começou a estimular experiências de comunicação oriundas do povo, a fomentar a criação de meios populares de comunicação, na

2 “A Inquisição foi criada na Idade Média (século XIII) e era dirigida pela Igreja Católica Romana. Ela era composta por tribunais que julgavam todos aqueles considerados uma ameaça às doutrinas (conjunto de leis) desta instituição. Todos os suspeitos eram perseguidos e julgados [...]”. Ou seja, os condenados eram aqueles que tinham ideias contrárias à doutrina cristã. Disponível em: <<https://www.sohistoria.com.br/ef2/inquisicao/>>. Acesso em 01 ago. 2018.

época do regime militar. Já a quinta fase, tem seu início quando a Igreja Católica reconhece que a comunicação não está restrita aos meios e aos instrumentos, mas se trata de um ambiente, no qual todos estão inseridos e do qual participam, isto é, a instituição admite a cultura midiática.

Deparada com cenários conturbados, que colocavam em xeque sua posição social, a Igreja Católica não enxergou outra alternativa a não ser tentar resolver seus dois problemas – a perda da religiosidade e a relação com a mídia – de uma única forma. Assim, ela vem, ao longo dos anos, aderindo, paulatinamente, aos meios de comunicação, a fim de conseguir levar seus ensinamentos para um número de pessoas cada vez maior e, concomitantemente, se (re) aproximar de seus fiéis e conquistar novos. Portanto, a comunicação midiática se mostrou o melhor caminho para a Igreja conseguir levar seus ensinamentos a diversas partes do mundo.

O DESENVOLVIMENTO DO DIÁLOGO E DA COMUNICAÇÃO

De acordo com o site do Vaticano, o anúncio da promoção da harmonia entre a Igreja Católica e as demais religiões ocorreu em 28 de outubro de 1965, quando o Concílio Vaticano II publicou a Declaração *Nostra Aetate*, elaborada pelo Papa Paulo VI. Esse documento apresenta a busca pela propagação do diálogo inter-religioso. O líder religioso constrói sua reflexão a partir do fato de que todos possuem a mesma origem e o mesmo fim, independentemente da religião que seguem, isto é, todos procuram, em suas respectivas crenças, respostas para os enigmas da vida (VATICAN, 1965, p.1).

A partir de então, o estímulo ao diálogo entre as religiões vem sendo ratificado pelos sucessores de Paulo VI. Assim, em 1978, João Paulo I assumiu a liderança mundial da Igreja Católica, porém seu pontificado foi muito breve. Com apenas 33 dias de papado, João Paulo I faleceu (CANÇÃO NOVA, 2008). Em vista disso, João Paulo II foi eleito o novo Papa. Conforme Da Silva (2006) diz, em 27 de outubro de 1986, João Paulo II anunciou a Jornada Mundial de Oração pela Paz, em virtude de o ano em questão ter sido declarado, pelas Nações Unidas, como Ano Internacional da Paz. Esse encontro reuniu, em Assis (Itália), representantes de diversas religiões. João Paulo II ressaltou que essa jornada teria fins exclusivamente religiosos e elucidou que as religiões não rezariam juntas, mas estariam juntas para rezar, ou seja, estariam presenciando o momento de oração de cada uma, a fim de manifestar respeito uns com os outros (DA SILVA, 2006).

O período que marca o final do papado de Paulo VI e a sucessão do seu cargo é, justamente, a época que Lipovetsky (2004) afirma ser o início dos tempos hipermodernos. O autor acredita que uma nova sociedade se instala desde o final dos anos 1970 e a nomeia de hipermodernidade, a qual está calcada pela lógica dos superlativos, isto é, são tempos de hipermercados, hiperindividualismo, hiperpotências, etc. (LIPOVETSKY, 2004). Assim, de acordo com Sibilia (2008, p.16), os sujeitos que vivem nesse novo tempo estão “[...] longe de toda essência fixa e estável que remete ao ‘ser humano’ como uma entidade a-histórica [...]”.

A emergência de uma nova lógica conjuntural é capaz de explicar a proximidade de João Paulo II com os meios de comunicação de massa. Isso está ligado à forma como a Igreja comunica seus posicionamentos e suas mensagens religiosas. Não significa dizer que os documentos do Vaticano deixaram de ser escritos pelos Papas, mas passaram a ser uma das possibilidades de registro dos feitos da instituição. Redigir uma declaração fomentando o diálogo inter-religioso, por exemplo, não se torna mais suficiente, é preciso disseminar esse comportamento pelos meios de comunicação, os quais possuem um poder de alcance maior que uma declaração por escrito e/ou um discurso do Papa em uma solenidade sem cobertura midiática.

Essa postura de João Paulo II pode ser ratificada na Carta Encíclica³ *Redemptoris Missio*, onde ele fala sobre os *mass media*⁴: “não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta «nova cultura», criada pelas modernas comunicações” (VATICAN, 1990, p.27). É pertinente evidenciar que, durante os quase 27 anos de pontificado de João Paulo II, as redes sociais de hoje ainda não existiam⁵. Logo, quem iniciou o caminho da comunicação no ambiente digital foi o seu sucessor, Bento XVI – embora não tenha conseguido tanta popularidade na rede. O que se pode notar é que os progressos da Igreja promovidos por um Papa, tanto no diálogo inter-religioso quanto na conciliação com os meios de comunicação, vêm sendo aderidos e expandidos pelo seguinte. Essa evolução não foi rápida nem fácil, mas se tornou fundamental para a aproximação da Igreja com os fiéis.

Portanto, em 2011, Bento XVI, seguindo os preceitos de João Paulo II, realizou a 25ª Jornada Mundial de Oração pela Paz, a qual permaneceu com seu significado original: promover a harmonia entre as religiões. Vale ressaltar que, nesse encontro, Bento XVI admitiu o passado da Igreja, dizendo que “[...] na história, também se recorreu à violência em nome da fé cristã. Reconhecemo-lo, cheios de vergonha. Mas, sem sombra de dúvida, tratou-se de um uso abusivo da fé cristã, em contraste evidente com a sua verdadeira natureza” (VATICAN, 2011, p.2). Embora Bento XVI tenha abordado essa temática em alguns momentos do seu pontificado, ele não focou tanto nessa questão, diferente de Francisco.

No que tange a adesão à comunicação digital, foi Bento XVI o precursor. Em 12 de dezembro de 2012, sua conta no Twitter foi lançada (GALILEU, 2012). Contudo, Papa Francisco parece ter ampliado tanto a presença no ambiente *online*, quanto a abertura ao diálogo inter-religioso. No dia 2 de dezembro de 2014, Francisco se reuniu com representantes de diversas religiões, a fim de assinarem uma declaração em conjunto, na qual todos se comprometiam a lutar contra a escravidão moderna e o tráfico de seres humanos (G1, 2014). Percebe-se que, desde o início do seu papado⁶, Francisco colocou em pauta questões que reunissem outras crenças e os assuntos políticos e sociais que permeiam o mundo.

Entretanto, a abordagem de Papa Francisco acerca da harmonia entre as religiões se entrelaçou com a temática comunicativa hipermoderna. Em 6 de janeiro de 2016, Francisco publicou um vídeo⁷ no canal do Vaticano no YouTube explicitando sua opinião acerca do diálogo com as demais religiões. Após apresentar várias argumentações, o Papa finalizou o vídeo dizendo: “Que o diálogo sincero entre homens e mulheres de diversas religiões gere frutos de paz e de justiça” (G1, 2016a, s/p). É possível notar a inovação na maneira de comunicar, a adaptação ao cenário envolvido pelas tecnologias digitais.

Um assunto tratado desde o século passado, que em seu início era divulgado somente por documentos extensos, foi explanado em menos de 2 minutos em um vídeo, que traz imagem, trilha sonora e fala, um conjunto de artifícios que são capazes de mexer de forma mais profunda com o emocional de quem assiste. Francisco utilizou uma plataforma digital para divulgar

3 É uma circular que o Papa envia a todos os bispos do mundo católico, acerca de um determinado assunto que o Papa deseja ensinar. Disponível em: <<http://cleofas.com.br/o-que-e-uma-carta-enciclica/>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

4 Trata-se da combinação de meios para difusão de uma mensagem publicitária, ou informativa, em larga escala. Disponível em: <<http://portalmarketing.digital/Mass-Media>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

5 Apenas o Facebook estava dando seus primeiros passos em 2004, mas ainda era de uso restrito em Harvard. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/facebook-completa-10-anos-veja-evolucao-da-rede-social.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

6 O pontificado de Francisco iniciou em 13 de março de 2013. Disponível em: <http://www.a12.com/redacaoa12/santo-padre/biografia-do-papa-francisco>. Acesso em: 28 fev. 2018.

7 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-6FfTxwTX34>>. Acesso em: 19 out. 2018.

suas orientações e conseguiu atingir 417.016⁸ visualizações. O tema não muda, mas a maneira e o meio de comunicar se adequam à época. Essas abordagens acerca do diálogo inter-religioso foram somente algumas das manifestações de Papa Francisco, o qual vem, constantemente, tratando essa temática, através de documentos⁹, encontros e publicações nas redes sociais, em especial o Instagram – objeto desta pesquisa.

Diante de uma conjuntura de diversidade religiosa, de explicitação do agnosticismo e do ateísmo, a Igreja Católica observou que o melhor a se fazer era se aproximar “do diferente” a ela. Parece que a instituição percebeu que o diálogo seria um caminho favorável e que implicaria uma imagem positiva para a religião. Na hipermodernidade, esse posicionamento da Igreja tem conseguido maior disseminação em âmbito global através das diversas mídias, especialmente, das redes sociais. Francisco chegou para unir o diálogo inter-religioso ao ambiente digital: ao mesmo tempo que propaga uma mensagem de harmonia entre as crenças, ajusta a comunicação da Igreja ao contexto tecnológico.

O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NO INSTAGRAM DO PAPA FRANCISCO

Sabe-se que a sociedade hipermoderna está sendo pano de fundo de uma lógica de vida acelerada. Os sujeitos nela inseridos estão em constantes mudanças e em busca por aparatos tecnológicos que facilitem o cotidiano, o qual é atropelado por uma multiplicidade de demandas e (re)inventado (DE CERTEAU, 2014) pelo atravessamento das redes sociais. Perante essa conjuntura, Francisco aceitou se adequar às redes sociais e essa decisão tomou grandes dimensões, contribuindo para a popularidade do seu pontificado.

Quando iniciou o seu papado, Francisco não era familiarizado com as tecnologias digitais, mas Gustavo Entrala – responsável pelo Twitter do Papa – o explicou que o consumo de mídia, na atualidade, é vertiginoso, logo as mensagens precisam ser sintéticas, a fim de que as pessoas se atentem a elas (CATALUNYA CRISTIANA, 2013). Por essa razão, Papa Francisco deu continuidade à conta @Pontifex e, em 19 de março de 2016 (G1, 2016b), aderiu ao Instagram – @franciscus. Atualmente, o seu perfil no Twitter possui 17.883.915¹⁰ seguidores e 1.725¹¹ tweets; no Instagram, 5.749.391¹² seguidores e 608¹³ publicações.

Segundo De Certeau (2014, p.163), “os jogos dos passos moldam espaços. Tecem lugares”. Dito de outro modo, para o autor, o espaço é um lugar praticado. Sendo assim, o Instagram, como lugar digital para inúmeras finalidades, entretanto originalmente voltado para fins de entretenimento¹⁴, está sendo praticado por imagens e discursos religiosos explicitados na página de Francisco, tornando-se um espaço de comunicação entre líder máximo religioso e seus seguidores. Através dessa dinâmica, o Papa está buscando (re)inventar o cotidiano da comunidade católica, dos fiéis afastados da Igreja e do público não-católico.

Por se tratar de uma rede social utilizada apenas por Francisco e ter como foco o compartilhamento de imagens, o Instagram foi escolhido para este estudo, cuja metodologia empregada é a netnografia (KOZINETS, 2014). Para Kozinets (2014, p.61-62, grifo nosso), a

8 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-6FfTxwTX34>>. Acesso em: 19 out. 2018.

9 Todas essas publicações documentais podem ser encontradas no site do Vaticano. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/it.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

10 Disponível em: <<https://twitter.com/pontifex>>. Acesso em: 19 out. 2018.

11 Disponível em: <<https://twitter.com/pontifex>>. Acesso em: 19 out. 2018.

12 Disponível em: <<https://www.instagram.com/franciscus/?hl=pt-br>>. Acesso em: 19 out. 2018.

13 Disponível em: <<https://www.instagram.com/franciscus/?hl=pt-br>>. Acesso em: 19 out. 2018.

14 O entretenimento pode ser identificado quando o propósito inicial do Instagram é retomado: criado com a finalidade de aplicar filtros às imagens e compartilhá-las em redes como Facebook e o Twitter”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/entenda-curta-historia-do-instagram-comprado-pelo-facebook.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

netnografia é uma “pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo *online*. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal”. O autor cita as mediações por computador, mas esse método também pode ser aplicado para trabalhos de comunicação através de dispositivos móveis, como é o caso do Instagram.

Conforme diz Sontag (2006, p.38), “as imagens paralisam. [...] Um evento conhecido por meio de fotos certamente se torna mais real do que seria se a pessoa jamais tivesse visto as fotos [...]” [tradução nossa]¹⁵. Parece que em virtude do potencial da imagem, a Igreja vem buscando afirmar sua abertura à comunicação com outras religiões, por meio do Instagram do Papa. Sendo assim, durante o ano de 2017, foram 7 publicações¹⁶ na conta *@franciscus* destinadas a tratar do relacionamento entre as religiões. Em todas elas, as imagens apresentam Francisco ou com líderes ou com seguidores de outras religiões. As crenças que apareceram, durante esse período, foram judaísmo, ortodoxismo, budismo e islamismo.

No *post* do dia 28 de abril, é propagado o discurso de incompatibilidade entre fé e violência, tanto na imagem quanto na legenda, como pode ser visto na figura 1 a seguir. O abraço entre Francisco e Dr. *Ahmed al-Tayeb* – líder do islamismo no Egito – fortalece visualmente o ensinamento de convivência harmônica entre as religiões exposto em texto. A imagem tem a capacidade de tornar mais próximo e real determinado fato. Além do teor da mensagem, é possível verificar a presença do idioma árabe no texto da postagem, que não é comum. Pode-se dizer que há uma busca de alcançar, inclusive, os povos islâmicos.



Figura 1 – Catolicismo e islamismo. **Fonte:** Instagram *@franciscus*, 2017¹⁷

Outra postagem marcante foi a do dia 27 de junho, na qual Francisco se encontra com o Arcebispo *Job* de Telmessos – da Igreja Ortodoxa –, como observado na figura 2. A imagem conversa com a legenda nos detalhes. A mensagem passada é a de que o próprio Jesus Cristo desejava a união de todos os seus discípulos. A fotografia da publicação apresenta ambos os líderes religiosos contemplando a imagem de Cristo. Por se tratar de duas instituições cristãs, o apelo ao diálogo inter-religioso, nesse caso, ocorreu a partir de uma premissa do representante da fé em comum.

15 Las imágenes pasman. [...] Un acontecimiento conocido mediante fotografías sin duda adquiere más realidad que si jamás se hubieran visto [...].

16 Dentre essas 7 publicações, 6 são expostas neste artigo, em virtude de suas abordagens.

17 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BTcVv4Ej9Cb/?hl=pt-br&taken-by=franciscus>>. Acesso em: 16 out. 2018.



Figura 2 - Catolicismo e Ortodoxismo. Fonte: Instagram @franciscus, 2017¹⁸

Já as publicações dos dias 27 e 28 de novembro¹⁹, e 1º de dezembro, mostram a visita de Francisco a Mianmar e a Bangladesh, com o intuito de “[...] melhorar as relações entre muçulmanos e budistas na região” e “chamar a atenção da comunidade internacional para o drama dos rohingyas²⁰ [...]” (O GLOBO, 2017, s/p, grifo nosso). Em ambos os países, o número de cristãos é muito pequeno, o que demonstra a busca por aproximação entre o catolicismo e as demais religiões. Seja com o intuito apaziguador e/ou de propagar a fé cristã em outros lugares, não se pode ignorar o fato de o Papa estar procurando estabelecer diálogo com outras crenças, não só quanto ao caráter religioso, mas também acerca de questões sociais e políticas que se encontram vinculadas a esses países.

Por fim, outra postagem marcante é a do dia 6 de dezembro, como verificado na figura 3. Nela, a imagem é ainda mais preeminente, uma vez que se trata do Papa rezando no Muro das Lamentações²¹, em Jerusalém, o qual possui significados distintos entre cristãos, judeus e muçulmanos. A mensagem em texto propõe disseminar uma unidade de afeto, apesar das diferenças de sentidos entre essas religiões.



Figura 3 - Francisco em Jerusalém. Fonte: Instagram @franciscus, 2017²²

18 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BV2NCFijCME/?hl=pt-br&taken-by=franciscus>>. Acesso em: 16 out. 2018.

19 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BcA6hmODznW/?hl=pt-br&taken-by=franciscus>> ; <<https://www.instagram.com/p/BcC6hldjGlc/?hl=pt-br&taken-by=franciscus>> ; <<https://www.instagram.com/p/BcLBFcjRL1/?hl=pt-br&taken-by=franciscus>>. Acesso em: 16 out. 2018.

20 “Os muçulmanos rohingya, que atualmente protagonizam uma fuga em massa de Mianmar para Bangladesh, são vítimas de múltiplas discriminações. [...] Há séculos vivendo no território de Mianmar, são considerados um povo sem Estado e não são reconhecidos como um dos 135 grupos do país”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-quem-sao-os-rohingyas-minoria-mais-perseguida-do-mundo-21820859>>. Acesso em: 23 out. 2018.

21 “O Muro Ocidental é os restos de pedra do Templo judeu em Jerusalém que foi destruído pelos romanos no ano 70 d.C.”. Disponível em: <https://www.igrejacatolica.org/joao-paulo-ii-apostasia-com-os-judeus/#.W88_UWhKjIU>. Acesso em: 23 out. 2018.

22 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BcXWbc6jc-n/?hl=pt-br&taken-by=franciscus>>. Acesso em: 16 out. 2018.

Diferente do que se via em outrora, hoje a busca pelo diálogo inter-religioso por parte da Igreja Católica é explicitada em diversos meios, inclusive nas redes sociais. Com a adesão aos meios de comunicação, tanto de massa quanto digitais, a Igreja ampliou seus canais de fomento à essa temática. Principalmente, no ambiente *online* a veiculação das notícias ocorre vertiginosamente e é capaz de alcançar pessoas em âmbito global e, conseqüentemente, diversas religiões espalhadas pelo mundo, entremeadas por inúmeras questões, seja de violência ou de paz, seja de discriminações sociais ou de conciliação entre os povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conjunturas deparadas pela Igreja Católica contribuíram para o progresso da sua comunicação. A entrada dessa instituição no ambiente digital favoreceu maiores informações sobre os seus feitos. O próprio site do Vaticano possui uma gama de documentos da Igreja com acesso livre, inclusive os que demonstram o início e o desenrolar do diálogo inter-religioso. A adaptação às redes sociais ampliou a propagação de ideias da Igreja para o mundo.

A figura papal, nas redes sociais, pode configurar uma personificação da instituição, o que constrói uma sensação de aproximação entre o Papa, os seus fiéis e pessoas de outras crenças ou de nenhuma. Parece haver, portanto, um desenvolvimento da maneira de comunicar o diálogo inter-religioso, no decorrer do tempo. Talvez, se fosse uma página institucional o apelo não seria tão forte. O que o Instagram de Francisco quer transmitir é a sensação do Papa estar falando diretamente com os seus seguidores. Além disso, a linguagem concisa das redes sociais digitais facilita o entendimento da mensagem, e no Instagram, a junção da imagem contribui ainda mais para essa rápida assimilação do conteúdo e para persuadir através da emoção.

Com efeito, na hipermodernidade, o consumo de informação é muito mais breve do que em tempos passados. A Igreja, como instituição, não poderia desprezar esse fato. Antes do seu cerne religioso, a Igreja Católica é uma organização de grande porte e, assim como qualquer outra, precisa se adequar aos contextos sociais, políticos e tecnológicos, para não perder seu reconhecimento. Ajustando-se à era hiperconectada e hiperacelerada, a Igreja, através do Papa Francisco, vem levando suas mensagens e seus propósitos por diversos meios, inclusive pelo Instagram, fortalecendo seus preceitos de harmonia e respeito entre as religiões, com uma linguagem verbal mais sintética e clara, e com imagens que impactam ainda mais os discursos, (re)inventando assim o cotidiano dos seus seguidores.

REFERÊNCIAS

CANÇÃO NOVA. Papa João Paulo I, um pontificado breve, intenso e marcante. **Canção Nova**, São Paulo, 26 ago. 2008. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/mundo/papa-joao-paulo-i-um-pontificado-breve-intenso-e-marcante/>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

CARRANZA, Brenda. **Catolicismo Midiático**. São Paulo: Idéias & Letras, 2011.

CATALUNYA CRISTIANA. En Twitter el Papa no habla nunca de sí mismo. **Catalunya Cristiana**, Barcelona, 24 nov. 2013. Disponível em: <https://aleteiaportuguese.files.wordpress.com/2013/11/1240_esp.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

DA SILVA, José. O Encontro de Assis: marco simbólico do diálogo inter-religioso. *Theologica*, Portugal, v.41, p.273-297, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13124/1/silva.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 22 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GALILEU. Papa Bento XVI abre conta no Twitter. **Galileu**, São Paulo, S.d. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI325590-17770,00-PAPA+BENTO+XVI+ABRE+CONTA+NO+TWITTER.html>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

G1. Em vídeo, Papa Francisco defende diálogo e paz entre religiões. **G1**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/em-video-papa-francisco-defende-dialogo-e-paz-entre-religoes.html>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

G1. Papa Francisco e líderes religiosos assinam acordo contra a escravidão. **G1**, França, 2 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/papa-francisco-e-lideres-religiosos-assinam-acordo-contra-escravidao.html>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

G1. Papa Francisco publica 1ª foto no Instagram: 'rezem por mim'. **G1**, São Paulo, 19 mar. 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/03/papa-francisco-publica-1-foto-no-instagram-rezem-por-mim.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: A religião em movimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KOZINETS, Robert. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarola, 2004.

O GLOBO. Papa Francisco chega a Mianmar, na primeira visita de um pontífice ao país. **O Globo**, S.l., 27 nov. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/papa-francisco-chega-mianmar-na-primeira-visita-de-um-pontifice-ao-pais-22117169>>. Acesso em: 22 out. 2018.

PUNTEL, Joana. Contribuições e desafios das mídias católicas. **III Mutirão da Comunicação**, Salvador, 2003. Disponível em: <<https://paulinascursos.com/contribuicoes-e-desafios-das-midias-catolicas/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: A intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SONTAG, Susan. **Sobre la fotografía**. México: Alfaguara, 2006.

VATICAN. Carta Encíclica *Redemptoris Missio*, de 07 de dezembro de 1990. Sobre a validade permanente do mandato missionário. **Vatican**, Vaticano, p.01-74, 1990. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html>. Acesso em 29 jul. 2017.

VATICAN. Declaração *Nostra Aetate*, de 28 de outubro de 1965. Sobre a Igreja e as religiões não-cristãs. **Vatican**, Vaticano, p.01-04, 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html#>. Acesso em: 1 ago. 2018.

VATICAN. Discurso do Papa Bento XVI, de 27 de outubro de 2011. Sobre o Dia de Reflexão, Diálogo e Oração pela Paz e a Justiça no mundo "Peregrinos da verdade, peregrinos da paz". **Vatican**, Vaticano, p.01-04, 2011. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/october/documents/hf_ben-xvi_spe_20111027_assisi.html>. Acesso em: 2 ago. 2018.

OS EFEITOS SOCIAIS PROVOCADOS PELAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO SOB A ÓTICA DO SERIADO BLACK MIRROR

LUAN GLEYSSON MACEDO DE SÁ BELO

*Graduando em Relações Públicas
pela Universidade Federal de Alagoas
luanmacedosb@gmail.com*

GUIBSON DELGADO DANTAS

*Professor da Universidade Federal de Alagoas
guibsondantas@hotmail.com*

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo identificar os efeitos sociais provocados pelas tecnologias da comunicação sob a ótica da série televisiva Black Mirror, utilizando-se de uma pesquisa de metodologia híbrida, com a utilização de técnicas como pesquisa bibliográfica, incluindo uma breve pesquisa de opinião e leitura e análise da imagem, a fim de analisar o programa em questão e associar conceitos referentes ao assunto estudado, buscando compreender o universo das séries televisivas, principalmente Black Mirror e como essas séries conseguem retratar facetas do mundo em que vivemos. Conforme afirma Kenski (2007), a tecnologia desconectou os laços entre as pessoas, afastando-as. A interação pessoal foi substituída por um emoticon nas redes sociais, não havendo dimensão do quão isolados uns dos outros estamos ultimamente. Os mais expostos a essa realidade são logicamente as crianças e os adolescentes que ainda não possuem a capacidade de dimensionar os riscos que esse isolamento pode causar.

Palavras-chave: Black Mirror. Tecnologia. Efeito Social, Séries Televisivas, Indivíduo.

ABSTRACT

This article aims to identify the social effects of communication technologies from the perspective of the television series Black Mirror, using a hybrid methodology research, using techniques such as bibliographical research, including a brief opinion and reading survey and analysis of the image, in order to analyze the program in question and to associate concepts related to the studied subject, trying to understand the universe of television series, mainly Black Mirror and how these series can portray facets of the world in which we live. According to Kenski (2007), technology has disconnected the bonds between people, pushing them away. Personal interaction has been replaced by an emoticon on social networks, with no dimension of just how isolated we have been lately. Those most exposed to this reality are logically the children and adolescents who do not yet have the capacity to size the risks that this isolation can cause.

Key-words: Black Mirror. Technology. Social Effect, Television series, individual.

INTRODUÇÃO

Tecnologias da comunicação são todas as formas de transmissão de informações, que servem como mediadoras das informações e comunicações entre os indivíduos. A comunicação é uma necessidade básica presente na vida dos seres humanos, desde a antiguidade, e sua capacidade de se relacionar (trocar informações, expressar ideias, registrar fatos, etc.) foi aperfeiçoada com o passar dos anos, desenvolvendo novas tecnologias e mecanismos de comunicação a fim de facilitar a interação entre as pessoas.

É muito raro nos depararmos com alguma invenção tecnológica que não exista para facilitar o dia a dia das pessoas. Porém, no meio do comodismo proporcionado por essas invenções, nos deparamos com certas desvantagens causadas por essas mesmas tecnologias, que vão desde o âmbito social até problemas de saúde. Todos os dias somos bombardeados por notícias envolvendo crimes virtuais. Pessoas que aproveitam o anonimato oferecido pela internet para cometerem atos de racismo, pedofilia, dentre outros crimes.

A série *Black Mirror* é um exemplo de como uso irresponsável da tecnologia pode causar efeitos negativos na sociedade, por retratar os efeitos do avanço da tecnologia na vida social e individual. Com cinco temporadas (sendo a terceira, a quarta e a quinta produzidas pela plataforma streaming Netflix) somos levados a uma realidade futura e incômoda, onde cada episódio expõe histórias de diferentes personagens associados aos avanços tecnológicos. Cada episódio possui um começo, meio e fim, tornando-os independentes entre si, sempre se tratando, no fim das contas, do mesmo tema e nos forçando a questionar: “Se tecnologia é uma droga – e parece ser uma droga – então quais são, precisamente, os efeitos colaterais?” (Charlie Brooker - Criador de *Black Mirror*).

De acordo com Vani Kenski (2007), a utilização de aparelhos digitais, como, telefones celulares, computadores, ipods, videogames, e similares, demarcam os tempos contemporâneos. Embora tal uso seja notadamente frequente entre os jovens, se estende à população em geral. Ao falar em prejuízos causados pela era da informação, merece destaque o desfazimento e/ou o afastamento dos laços entre os indivíduos. Percebe-se que a interação pessoal é substituída por emoticon nas redes sociais e, nessa esteira, o isolamento e suas consequências, sobretudo de crianças e adolescentes, figuram como denominador comum nas sociedades atuais, restando, pois, fragilizadas “as capacidades naturais do ser humano”.

METODOLOGIA

Para a obtenção de dados, optou-se por uma metodologia híbrida, com a utilização de técnicas como pesquisa bibliográfica, pesquisa de opinião de leitura e análise da imagem.

Na pesquisa bibliográfica foram consultadas publicações especializadas, portais, resumos de teses e dissertações, catálogos de bibliotecas e de editoras. Vale lembrar que desde o início da pesquisa foi delimitado o tema no tempo e no espaço para evitar perda de tempo com fontes inadequadas (MACEDO, 1994).

A pesquisa de opinião foi feita a partir de uma entrevista pessoal com onze pessoas que, por meio de perguntas abertas e fechadas, opinaram sobre a série e o avanço da tecnologia da vida cotidiana. Já na leitura e análise de imagem, todos os episódios da série foram assistidos para, logo depois, transcrito as partes mais relevantes ao objetivo do trabalho.

3. AS SÉRIES TELEVISIVAS

Séries televisivas são tipos de programas de TV/online que possuem quantidades de capítulos por temporada, podendo ser tanto ficcional como documental. Nesses programas, o modelo ficcional mais utilizado é o norte-americano, que corresponde geralmente a treze episódios por temporada, podendo variar, dependendo da cobrança dos responsáveis pelos mesmos. Com base no nível de aceitação por parte do público e de seu retorno para a audiência das emissoras de televisão, novas temporadas podem ser contratadas, fazendo com que as atrações possam ser exibidas durante vários anos, como o caso das séries *Supernatural* (2005-presente) e *Grey's Anatomy* (2005-presente). Porém, caso as séries não logrem uma boa receptividade do público, pode resultar no cancelamento ainda na sua temporada de estreia, como foi o caso de *Constantine*(2014-2015) e do clássico *Freaks and Geeks* (1999-2000).

Ademais, pode-se perceber uma notável ascensão das séries televisivas nos meios de comunicação. De acordo com a Folha de São Paulo (2013), uma das principais causas para o sucesso das séries televisivas atualmente é o diferencial apresentado em seu roteiro e produção, que fogem dos clichês apresentados anualmente nos cinemas hollywoodianos.

Ainda que a televisão seja vista como o principal meio de comunicação no que diz respeito ao modo tecnológico de transmissão de sinais, nas últimas duas décadas nota-se a expansão de novos meios e tecnologias da comunicação que facilitam ainda mais o modo de acompanhar as séries de televisão, com exibições em canais de TV a cabo (em alguns casos, simultaneamente com o horário dos países de origem), vendas de DVD's e Blu-Ray's, até downloads via torrent e aplicativos streaming, que permitem ao usuário o acesso a episódios e temporadas completas pela tela de um celular ou computador - que é o caso da já consolidada Netflix e dos aplicativos oferecidos pelos canais de TV a cabo, como HBO Go e Telecine Play - afim de expandir a forma de distribuição de seus conteúdos televisivos e tentar preencher essas novas demandas de consumo.

Para se ter ideia da expansão desse mercado, apenas em 2016 foram produzidas 455 produções roteirizadas, estimando para o ano seguinte mais de 500 séries ficcionais na televisão aberta, fechada e em serviços streaming nos EUA. (disponível em: <https://www.vox.com/2016/8/10/12413968/peak-tv-500-shows-john-landgraf>)

Gráfico 1. Expansão do mercado de série ficcionais nos anos de 2016-2017.



Muitas séries de televisão usam de recursos tecnológicos para aproximar seus telespectadores, como o uso de hashtags no twitter e outras interações em redes sociais, antes, durante e após a exibição de um episódio. Além disso, oferecem webséries ou fóruns montados especialmente para fãs, a fim de integrar e discutir sobre determinado assunto referente a qualquer série.

Para cada série de TV, seja ela bem sucedida ou não, há um número expressivo de fãs de diferentes partes do mundo trocando informações, criando fóruns ou comunidades e outras práticas participativas a fim de adquirir um amplo conhecimento pelo seu programa favorito, fenômeno que Ross (2008) chama de teleparticipação. Teleparticipação é a atividade interativa online com a TV, ocorrendo através de estratégias de convite do próprio programa em direção a seu público.

Alguns produtos midiáticos - como séries e games - eram considerados inferiores quando comparados às produções cinematográficas. As séries televisivas por muitos anos eram apresentadas como atrações audiovisuais que não exigiam muito do espectador, servindo apenas como um meio de entreter, diferenciando-se, por exemplo, do cinema, que era considerado um consumo 'cult' por exigir do espectador um maior esforço cognitivo para compreender seu enredo. Vale citar o recente Mãe! (2017) e o clássico Donnie Darko (2001).

Porém, hoje em dia, a questão supracitada vem sendo compreendida sob outra perspectiva. Nos últimos anos o interesse acadêmico em torno das séries de TV aumentou consideravelmente, especialmente nas produções norte-americanas.

Segundo Johnson (2005), nos últimos 30 anos as mídias que se propõem a oferecer entretenimento ao público ficaram mais complexas e passaram a exigir uma maior condição cognitiva por parte do espectador. O que torna a televisão mais passiva que outros meios de comunicação são seus graus de complexidade, isso porque algumas narrativas (seja de games, filmes ou séries) podem apresentar enredo simples ou complexos, abrangendo vários tipos de público, exercendo uma influência considerável na sociedade, servindo de modelo para quem os está assistindo. Podemos citar séries como "13 Reasons Why" (2017), que abordam fortemente a questão do suicídio juvenil, quando uma jovem se mata e grava treze fitas, contendo em cada delas um dos treze motivos que a levaram a cometer o suicídio.

Diante da já citada complexidade desses produtos midiáticos, foram criadas várias categorias analíticas das habilidades cognitivas presentes nas séries de televisão. Uma delas é a cibertextualidade, que trata dos textos produzidos, onde os mesmos citam intencionalmente algo de outros produtos culturais, fazendo com que seu espectador exercite e seja capaz de realizar associações de conteúdos. Na cibertextualidade são analisadas variáveis como, estrutura da narrativa, recursos metalinguísticos e hipermidiáticos (JOHNSON, 2003).

Por sua vez, a estrutura da narrativa nas séries de televisão possuem duas tipologias: dos programas antigos - há cerca de trinta anos atrás - e dos programas novos. As séries antigas apresentavam geralmente narrativas simples em sua estrutura, com até dois personagens e tramas simples, que costumavam ser concluídas no mesmo episódio. Cada episódio possuía começo, meio e fim, não sendo preciso acompanhar outros episódios para o entendimento do que estava acontecendo. Programas que mostravam mais de um enredo em sua estrutura, apresentavam tramas que se encontravam e eram prolongadas ao longo dos episódios, dando origem ao que hoje se conhece como "arco dramático" - que é todo o percurso da trama de um personagem ao longo de uma obra. Nas séries antigas esses arcos costumavam começar e terminar ainda no mesmo episódio, como é o caso da "Família Dinossauro" (1991-1994) e "Alf, o ETeimoso" (1986-1990).

Já nas séries contemporâneas esses arcos podem durar vários episódios ou mesmo uma temporada inteira, exigindo grande fidelidade e assiduidade por parte do público. Um único episódio perdido pode resultar na incompreensão dos acontecimentos do próximo episódio, exigindo não só do espectador o acompanhamento do seriado, mas também uma certa análise sobre tudo o que está acontecendo. É o exemplo das séries “Lost” (2004-2010) e “Prison Break” (2005-presente).

4. A SÉRIE BLACK MIRROR.

Black Mirror é uma série televisiva britânica de ficção científica, criada por Charlie Brooker e é centrada em temas satíricos, analisando a sociedade contemporânea, a respeito das consequências causadas pela criação das novas tecnologias. Esses episódios são independentes entre si, e apesar de se passar em um espaço de tempo desconhecido, os episódios presentes na série nos apresenta elementos sociais bastante familiares.

A série foi transmitida pela primeira vez na emissora *Channel 4*, no Reino Unido, em dezembro de 2011, onde adquiriu duas temporadas. Em setembro de 2015, o serviço streaming *Netflix* comprou a série, encomendando assim uma terceira temporada. O sucesso foi tão grande que em dezembro de 2017, foi lançada sua quarta temporada. Foi anunciada uma quinta temporada, mas ainda não foi divulgada sua data de estréia. (Black Mirror, via Wikipedia.).

Charlie Brooker é o nome por trás da série. Roteirista, satirista e comentarista britânico, Charlie afirma que em *Black Mirror* “cada episódio tem um elenco diferente, um cenário diferente, até mesmo uma realidade diferente, mas todos se tratam da forma que vivemos agora - e da forma que podemos estar vivendo daqui a 10 minutos se formos desastrosos.” (*Charlie Brooker: the dark side of our gadget addiction*» *The Guardian*). O nome Black Mirror é explicado por Brooker (2011) como um “reflexo dos tempos atuais, onde a tecnologia é como uma droga viciante, e onde o —espelho negro do título pode ser encontrado em qualquer lugar, na palma da sua mão: a tela fria de uma TV, monitor ou um smartphone.”

Como citado anteriormente, apesar de os episódios não aparentarem relação entre si - não obrigando necessariamente o espectador a acompanhar os episódios em ordem - a série propõe a inserção de todos os episódios no mesmo período de tempo, ou seja, uma espécie de futuro de distopia tecnológica. Alguns episódios podem se passar simultaneamente ou em períodos próximos, dando a sensação de que tudo se passa no mesmo universo.

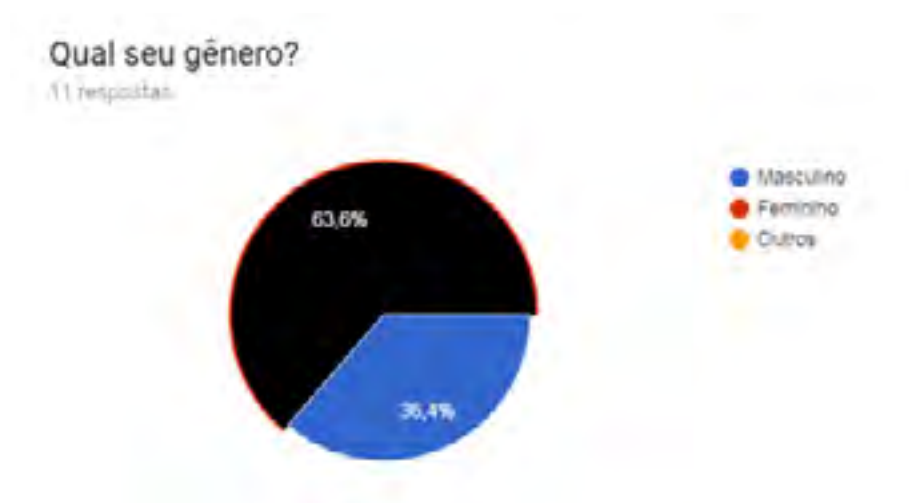
Vale observar que poucas produções para a televisão possuem em seu enredo, discursos políticos tão inteligentes e bem articulados como Black Mirror. Entre os episódios vemos críticas às mídias sociais, à exposição da vida privada, à amizade virtual, à futilidade dos pertences virtuais e ao esvaziamento dos indivíduos e ao descontrolado processo civilizatório que agride cada vez mais a sociedade contemporânea e que nos leva a refletir nesta realidade em que vivemos e em como será nosso futuro devido a essa dependência.

5. A AUDIÊNCIA DA SÉRIE BLACK MIRROR.

Para compreender a influência da série Black Mirror na contemporaneidade e como a audiência enxerga os efeitos sociais provocados pelas tecnologias da comunicação sob a ótica da série televisiva, foram entrevistadas onze pessoas. O critério de escolha dos entrevistados se limitou a audiência da série, isto é, foram escolhidas para colaborar com o trabalho apenas pessoas que assistem ou assistiram Black Mirror com assiduidade.

5.1. Gênero

Entre os onze entrevistados, constatou-se que a audiência é formada em sua maioria por mulheres (63,3%).



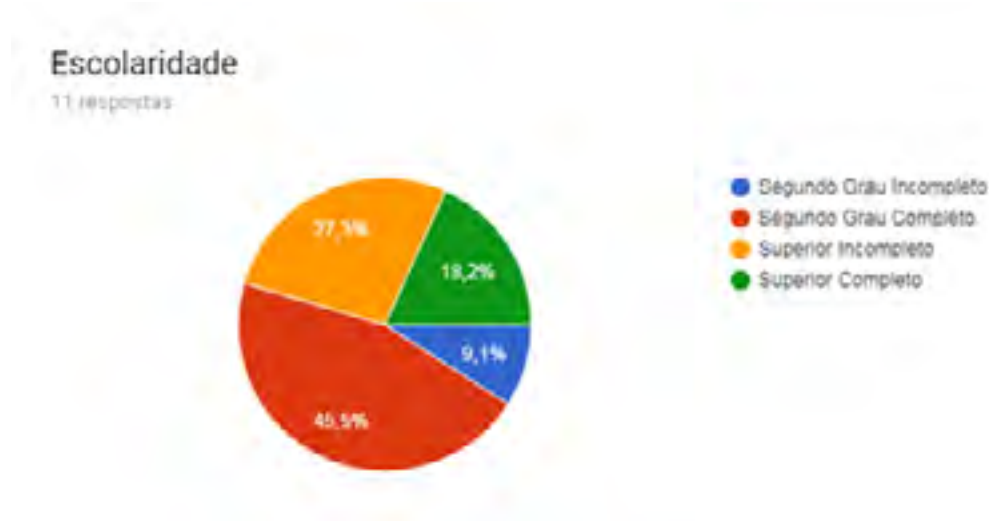
5.2. Faixa etária

Dentre os onze entrevistados, pode-se constatar que a maioria das pessoas que assistem, equivalem a mais de 70%, dos 11 entrevistados, ou seja, pessoas com faixa etária entre 18 e 30 anos de idade.



5.3. Escolaridade.

Podemos perceber aqui que o grau de escolaridade entre seu público, dentre os onze entrevistados, tem em sua maioria pessoas com pelo menos o segundo grau completo (45,5%), e em sua minoria, o segundo grau incompleto (9,1%). É válido perceber, que no geral, as séries televisivas podem ser vistas atualmente como uma espécie de catalizadores de conhecimento no meio acadêmico, sendo usadas como ferramenta para o estudo de certos assuntos. Podemos aqui refutar o discurso de Johnson (2005), quando afirma que nos últimos 30 anos as mídias que se propõem a oferecer entretenimento ao público ficaram mais complexas e passaram a exigir uma maior condição cognitiva por parte do espectador.



5.4. Consumo de tecnologia.

Atualmente, ferramentas como celulares e computadores se tornaram fundamentais na vida dos jovens. Levando em conta o rápido avanço tecnológico, questões como o tempo de vida e consumo também se encontram em um processo acelerado. Sendo assim, as necessidades de aproveitar o produto ficam dependentes de atualizações que muitas vezes não retratam a real utilidade do produto, para condizer com a necessidade de consumo do jovem. Segundo John (1999, apud HUBNER, Renato 2010), as capacidades mentais e cognitivas para a tomada de decisões ativas de consumo, completam seu desenvolvimento ainda na infância, e assim, o aprendizado do consumo dos adolescentes passa a ocorrer principalmente por meio de interações sociais.

Qual seu grau de relação com as tecnologias da comunicação (Computadores, celulares, etc)?

- 1- Moderado.Utilizo, mas não dependo deles para viver.
- 2- Grau 10. Não vivo sem celular para resolver questões rápidas e o computador para trabalhar.
- 3- Celular 100%, outros meios nem tanto.
- 4- Uso bastante as redes sociais, principalmente o Facebook. Também uso para jogos.
- 5- Moderado, uso muito mais para assistir séries e filmes do que para uso de redes sociais. Porém com muito mais frequência para jogos, muitas vezes sem um controle de tempo.
- 6- Alta, estamos em contato com as tecnologias diariamente, o uso do celular, computador, já faz parte da maior parte da população e da minha vida.
- 7- Muito grande.Como trabalho com produção de conteúdo para web, especificamente para as redes sociais, a utilização dessas tecnologias é indispensável.Para além do trabalho, também são ferramentas de pesquisa, estudo e lazer.
- 8- Totalmente dependente, uso a todo momento.
- 9- Alto.Utilizo -as constantemente para estudos,no trabalho e entretenimento.
- 10- Estão inclusas no meu cotidiano, celular e computador são, inclusive, minhas ferramentas de trabalho.

11- Apenas celulares.

5.6. Nível de audiência.

72,7% dentre os onze entrevistados acompanham a série assiduamente, assistindo todas as temporadas. Black Mirror não chega a ter a audiência de séries consagradas como Game of Thrones ou The Walking Dead. Contudo conta de um número de fãs totalmente fiéis e fervorosos. Charlie Brooker, criador da série, conseguiu fazer uma série de ficção científica tão surpreendente quanto realista e, por muitas vezes, aterrorizante. De acordo com o site UOL (2016) a terceira temporada da série atingiu 718 mil espectadores. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/series/crown-e-segunda-pior-estrela-do-ano-na-netflix-veja-ranking-de-audiencia--13163>.



5.8. Os efeitos da tecnologia.

De acordo com os entrevistados, estamos caminhando para a realidade retratada na série. É impossível não reconhecer os benefícios que as novas tecnologias trouxeram para a vida das pessoas, contudo, é preciso tomar cuidado para não ser engolido por elas.

Na sua opinião, a tecnologia afeta a sociedade da mesma forma que é retratado na série? Explique.

1- Sim, talvez não tenhamos alcançado o acesso a maioria das tecnologias que eles apresentam, mas o que temos acesso hoje já vem diluindo e inviabilizando relacionamentos.

2- De certa forma sim, vejo crianças de 1 a 12 anos de idade que já são dependentes dos meios digitais/ tecnológicos, e isso seria para "dá uma folga aos pais". E a tendência é que cresçam desta forma. Até quem teve que se adaptar a tecnologia, percebe que nos dias atuais é complicado a comunicação sem restritos aplicativos. Com isso, acredito que estamos nos tornando uma sociedade próxima da realidade da série.

3- Afeta, não tanto quanto na série. Por conta do tempo que diverge entre a série e o nosso tempo atual.

4- Ainda não, pois acho que a série ,como toda ficção "exagera" em alguns aspectos, mas estamos caminhando para isso dia após dia.

5- Sim. Tá encaminhando pra isso acontecer.

6- Sim, talvez não exatamente como retratado na série pois ainda não temos muitas das tecnologias dos episódios, mas sim. Acredito que a tecnologia leva alguns a uma vida de aparências, e como na série, já pode ser utilizada para atos cruéis.

7- Sim, a tecnologia afeta o nosso modo de viver, pensar e agir, e isso é o que a série mostra, alguns são mais afetados e outros não, a lição tirada é saber utilizar as tecnologias de uma forma mais saudável.

8- Acredito que esse é um debate muito extenso sobre as tecnologias de informação e da comunicação (TIC), desde os estudos iniciais de Marshall McLuhan com "Os meios de comunicação como extensão do homem", passando por Castells, Henry Jenkins, André Lemos e por aí vai. Não acredito que ainda afeta de forma como retratada na série, mas que há diversos motivos que não impedem que, em um futuro não tão distante, certas construções imaginárias da série tornem-se realmente reais.

9- Sim. Porque vivemos condicionados e subordinados a tudo o que a tecnologia nos impõe. Queremos facilitar as coisas por meio da tecnologia, mas acabamos dificultando as coisas.

10- A tecnologia possui seu lado bom, e é extremamente útil para milhões, mas existem perigos quando utilizada de forma exagerada. Um exemplo disso é que foi apresentado em pesquisas recentemente, que o uso de smartphones está diretamente ligado ao desenvolvimento de ansiedade e depressão nos usuários.

11- Não, as sociedades adaptam os valores morais e intelectuais às novas tecnologias e não o contrário. Alguns episódios insistem em mostrar uma sociedade rendida a formas bestiais de comportamento coletivo. Mesmo que levemos em conta o meio influenciando um "eu coletivo" ainda esbarramos na ética e na moral, que são as bases da lei vigente em qualquer época, e uma sociedade que não compreende que o maniqueísmo estabelece um equilíbrio quase que obrigatório sobre os seres conscientes é passível de autodestruição e um ambiente bem mais anárquico do que o mostrado em filmes como "jogos vorazes" e a franquia "Divergente" por exemplo.

6. O EFEITO BLACK MIRROR NA SOCIEDADE

Diariamente somos abordados com as inovações tecnológicas. Acredita-se que elas aparecem para facilitar e melhorar a vida em sociedade, poupando-nos tempo, e facilitando mais a vida daqueles que a usam. Mas será que é isto mesmo que ocorre? Vivemos mesmo em um mundo em que temos mais tempo para nós mesmos, onde nos deslocamos mais rapidamente e onde os problemas sociais vêm sendo superados pelos avanços tecnológicos? Entretanto, o que observa-se é um verdadeiro paradoxo sobre a opinião do senso comum é até científico sobre os benefícios e prejuízos dos avanços tecnológicos.

A sociedade caminha para uma espécie de *Era Digital*. Os aparelhos tecnológicos ocupam um espaço importante e essencial no atual modelo de sociabilidade que se faz presente em todos os setores da sociedade, como o comércio, a política, os serviços de entretenimento, e nos relacionamentos. Os resultados desse processo são evidentes, gerando transformações que mudaram o cenário social e cultural na busca pela melhoria de vida dos indivíduos e suas práticas.

É possível ter acesso a uma vasta rede de informações em tempo real e também trocar e cruzar dados a qualquer momento. Com os aparelhos, os serviços foram agilizados e facilitados, percebendo uma redução da mão-de-obra em ocupações que substituíram facilmente o trabalho humano, conseqüentemente abrindo portas para novas ocupações especializadas no

ramo da informática e das comunicações. O indivíduo não só passou a obter um acesso maior a informação como também passou a fazer parte diretamente.

Em contrapartida, pode-se perceber que da mesma forma que o avanço tecnológico traz benefícios sociais, também pode trazer consequências negativas, tanto para a sociedade, quanto para o indivíduo, que consta no uso excessivo e inadequado da mesma. Por exemplo, o uso excessivo de tecnologia pode afetar o humor e comportamento de uma criança. As crianças que usam jogos de computador por mais de quatro horas, aproximadamente, não tem a mesma sensação de bem estar que aquelas que usaram por menos de uma hora. Com menos interação, as crianças podem ter dificuldade em desenvolver habilidades sociais e reações emocionais. Podemos perceber as formas de entretenimento das crianças dos anos 90, com as da nova geração, por exemplo. Os adultos, por sua vez, já começam a apresentar comportamentos parecidos, o que para a criação das crianças da nova geração, pode se tornar um problema.

E os problemas não param por aí. O compartilhamento de informações, pode gerar risco de segurança nas redes sociais, que geram casos de suicídio, depressão, dentre outros problemas que já se encontram tão visíveis atualmente, como a saúde, no caso da obesidade nas crianças. Como visto, a tecnologia veio e com ela toda a facilidade na obtenção de informações e entretenimento, mas é preciso ter muita cautela e moderação. A tecnologia no seu todo, veio para facilitar nossas vidas, mas é preciso ter responsabilidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez menos a presença da tecnologia causa estranhamento ao homem. Interações ocorrem sem que haja presença corporal ou territorial, a falta de privacidade torna-se constante na internet, serviços são cada vez mais automatizados e uma grande quantidade de conhecimento é armazenada em “nuvens”. A relação do homem com a tecnologia se prova capaz de causar alterações no convívio social contemporâneo e alteram a percepção humana do tempo, espaço e do próprio corpo. Levando isso em consideração, podemos notar que a cultura tecnológica já se faz presente no cotidiano do mundo contemporâneo, fazendo parte constante da sociedade. Podemos perceber, de acordo com Kenski (2007), o aumento na velocidade de acesso às informações, principalmente por meio da internet, resultou em novas relações da sociedade com os conhecimentos.

Black Mirror não é uma experiência televisiva usual. Tem episódios bizarros, como o do político desafiado a fazer sexo com um porco, a capítulos pensantes, como o que mostra uma sociedade construída à base de *likes* conquistados na internet. Contudo, seria muita ingenuidade se não nos preocupássemos em daqui a alguns anos (quicá, em alguns minutos) de fazer parte da mesma realidade apresentada em alguns episódios da série. É inevitável que mudanças mais sérias ainda estejam por acontecer. A sociedade esteve e sempre estará numa constante evolução. O que precisamos prestar atenção é justamente em como nos comportamos diante de todo esse avanço. É importante, atentarmos com as relações interpessoais que diariamente deixamos de lado devido o comodismo no qual somos “presenteados” através da tela de um celular, tablet ou notebook.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, M. V. B. **Cultura das séries: forma, contexto e consumo de ficção seriada na contemporaneidade**. Galaxia (São Paulo, Online), n. 27, p. 241-252, jun. 2014.

CALDAS, A. **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MEIMARIDIS ,Melina. **A indústria das Séries Televisivas Americanas**. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318115268_A_Industria_das_Series_Televisivas_Americanas>, acessado em: 08/03/2018.

WELLE, Deutsche. **Como as séries estão mudando a TV e o cinema**, 2015. Disponível: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/como-as-series-estao-mudando-a-tv-e-o-cinema-1181.html>>, acessado em: 10/03/2018.

PESSOA, Breno. **Séries de TV convidam à reflexão sobre relação problemática entre sociedade e tecnologia**, 2016. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/series-e-tv/2016/10/28/noticias-series-e-tv,196145/series-convidam-a-reflexao-sobre-relacao-entre-tecnologia-e-sociedade.shtml>> acessado em: 11/03/2018.

BROOKER, Charlie, **Charlie Brooker: the dark side of our gadget addiction**, 2011. Disponível:<<https://www.theguardian.com/technology/2011/dec/01/charlie-brooker-dark-side-gadget-addiction-black-mirror>>, acessado em: 12/03/2018.

KENSKI, Vani M. **Educação e Tecnologias**, 2007. Editora: Papirus.

ROSS, S. M. **Beyond the Box: Television and the Internet**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia**. Revista Galáxia. São Paulo, n. 24, p. 10-21, 2012a.

COSTA, Maryjane; LIMA, Marcelo; EUNICE, Maria; MAUX, Suelly. **O jornalismo e a internet: reflexões sobre novas práticas com base na série Black Mirror**. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Natal - RN – 2 a 4/07/2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Metro.co.uk, Christopher Hooton for (18 de dezembro de 2011). **Black Mirror envisaged a world where your thoughts are not your own**. *Metro*. Disponível: <<https://metro.co.uk/2011/12/18/black-mirror-episode-3-tv-review-259564/>>. Acessado em: 19 de junho de 2018.

KOHN, Karen; HERTE, Claudia. **O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital**. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

BLACK MIRROR. Produtores: Charlie Brooker & Annabel Jones. Channel 4, 2011 - 2014. Netflix, 2016- presente.

CONCEPÇÕES IMAGÉTICAS SOBRE A AMÉRICA LATINA EM NÉSTOR CANCLINI E DARCY RIBEIRO

LUCAS TIBO SARAIVA

Mestrando em Desenvolvimento Social
PPGDS UNIMONTES
lucas_tibo@hotmail.com

MARIA JOÃO ALVES RIBEIRO

Mestranda em Desenvolvimento Social
PPGDS UNIMONTES
Bolsista CAPES
mariajoao.ribeiro23@gmail.com

MARTA RIBEIRO GRAVE

Mestranda em Desenvolvimento Social
PPGDS UNIMONTES
marta.grave@hotmail.com

RESUMO

A América Latina foi historicamente fonte de disputas políticas de nações externas ao Continente, as quais buscaram explorar ao máximo as riquezas materiais e espirituais dos países que a compõem. Tais disputas se refletem nas visões diversas produzidas por intelectuais a respeito do que é ou o que representa a América Latina. Nesse sentido, é tarefa deste artigo refletir sobre as nuances a respeito das elaborações imagéticas produzidas por Néstor Canclini (1939-) e Darcy Ribeiro (1922-1997), colocando em diálogo suas concepções acerca da América Latina, a partir de um viés sociocultural. Enquanto o contexto histórico de Darcy Ribeiro o conduz a preocupar-se sobre as etapas de desenvolvimento e as formas de superação do atraso, o discurso de Canclini centra-se no processo de globalização. Ambas as leituras, ainda que distintas, apresentam visões complementares sobre a formação cultural latino-americana.

Palavras-chave: América Latina. Formação sociocultural. Modernidade. Néstor Canclini. Darcy Ribeiro.

ABSTRACT

Latin America has historically been the source of political disputes by nations from outside the continent, which have tried to exploit to the maximum the material and spiritual riches of its countries. Such disputes are reflected in the diverse views of intellectuals as to what Latin America is or represents. In this sense, the task of this article is to reflect on the nuances regarding the imagistic elaborations produced by certain intellectuals, specially Néstor Canclini (1939-) and Darcy Ribeiro (1922-1997), putting in dialogue their conceptions about Latin America, from a sociocultural perspective. While the historical context of Darcy Ribeiro leads him to worry about the stages of development and ways of overcoming the backwardness, Canclini's discourse focuses on the process of globalization. Both readings, although different, present complementary visions on the Latin American cultural formation.

Key-words: Latin America. Socio-cultural formation. Modernity. Néstor Canclini. Darcy Ribeiro.

INTRODUÇÃO

A América Latina foi historicamente fonte de disputas políticas de nações externas ao continente, as quais buscaram explorar ao máximo as riquezas materiais e espirituais dos países que a compõem. Tais disputas de ordem política se refletem nas visões e concepções diversas produzidas por intelectuais a respeito do que é ou o que representa a América Latina. É possível elencar três visões básicas: uma primeira visão *sobre* a América Latina, de origem externa, que a trata como algo exótico; uma segunda visão *da* América Latina que consiste numa espécie de reação baseada na confluência entre nacionalismo e desenvolvimentismo; e uma terceira visão *na* América Latina, esta última fugindo do circuito estritamente acadêmico, relacionada à atuação de movimentos sociais e demais articulações políticas (BRINGEL; MARTINS, 2017). Nesse sentido, é tarefa fundamental investigar as nuances a respeito das elaborações imagéticas produzidas por determinados intelectuais. O artigo em questão visa colocar em diálogo as ideias de Néstor Canclini (1939-) e Darcy Ribeiro (1922-1997) no que se refere às concepções acerca da América Latina, pois ambos são considerados pensadores relevantes para o debate, enfatizando suas análises a partir de aspectos culturais. O trabalho se estrutura em metodologia qualitativa com ênfase na pesquisa bibliográfica, tendo como base importantes obras dos referidos autores, em especial “Culturas Híbridas”, de Néstor Canclini e “As Américas e a Civilização”, de Darcy Ribeiro.

Em 1960, década de publicação de “As Américas e a Civilização”, o Brasil estava imerso em intensos debates sobre os rumos do desenvolvimento nacional, numa conjuntura internacional de Guerra Fria – em que o imperialismo norte-americano exercia notória influência, e, por outro lado, as propostas socialistas baseadas na experiência soviética cumpriam o contraponto fundamental. Nesse sentido, o vocabulário acionado por Darcy Ribeiro reflete seu posicionamento diante da polarização própria do contexto. Análises sobre o desenvolvimento, imperialismo e da condição de atraso da América Latina permeavam as discussões da intelectualidade à época.

“Culturas Híbridas” foi publicado na década de 1990, em um contexto em que a globalização se configurava como um fenômeno a ser apreendido também em suas expressões no continente latino-americano. Tal conjuntura explica não só a gramática utilizada por Néstor Canclini, mas também a sua preocupação em interpretar a América Latina e as particularidades de sua incorporação na modernidade.

Apesar dos distintos contextos em que ambos os autores escrevem, nossa tarefa nos tópicos que se seguem será captar o cerne das reflexões de cada um para no final tecer algumas considerações.

AMÉRICA LATINA: A PÁTRIA GRANDE NA ÓTICA DE DARCY RIBEIRO

Darcy Ribeiro, de forma provocativa, indaga: “Existe uma América Latina? “. A resposta é taxativa: “Não há dúvida que sim” (RIBEIRO, 2012, p.3). Mais do que uma unidade geográfica, há uma unidade linguística e cultural, o que não quer dizer que haja homogeneidade rígida. Há, isto sim, uma diversidade de modos de vida, de saberes, de práticas culturais que podem ser compreendidas dentro de uma unidade.

Para Darcy Ribeiro, do ponto de vista de um processo civilizatório, é possível caracterizar os povos extra-europeus em quatro grupos básicos: os Povos-Testemunhos; os Povos-Novos; os Povos Transplantados e os Povos-Emergentes (RIBEIRO, 1983, p.87). Para efeito de compreensão das formas de desenvolvimento sociocultural dos povos americanos, parece

plausível analisar os três primeiros, ficando os Povos-Emergentes circunscritos a outras regiões do globo, como a África e a Ásia.

Os Povos Testemunhos se referem ao contingente oriundo de civilizações antigas situadas no México e em trechos consideráveis do altiplano Andino, descendentes dos impérios Maia, Asteca e Inca dos primórdios. Tal contingente sofreu processos intensivos de exploração do trabalho e espoliação de suas riquezas no contexto colonizatório do século XVI empreendido pelas potências ibéricas, notadamente a Espanha. Nessa direção, o antropólogo brasileiro destaca que “Mais do que povos atrasados na história, eles são os povos espoliados da história. Contando originalmente com enormes riquezas acumuladas, que poderiam ser utilizadas, agora, para custear sua integração nos sistemas industriais de produção, as viram saqueadas pelo europeu” (RIBEIRO, 1983, p.89).

Segundo Darcy Ribeiro, a problemática que persegue os Povos-Testemunhos relaciona-se às dificuldades de integração cultural de suas populações à ordem social capitalista, pois percebe-se a convivência de fortes tradições culturais, linguísticas e artísticas que remetem à matriz original de seus povos e um impulso modernizador e tecnologizante representado pela influência europeia (RIBEIRO, 1983, p.90).

Grande parte dos povos americanos é constituída, entretanto, pelos denominados Povos-Novos. Estes foram produzidos tipicamente da confluência entre os povos originários, os colonizadores europeus e os negros que para as Américas foram transportados na condição de escravos. Nas palavras do autor: “Poucas décadas depois de inaugurados os empreendimentos coloniais, a nova população, nascida e integrada naquelas plantações e minas, já não era europeia, nem africana, nem indígena, mas configurava proto células de um novo corpo étnico” (RIBEIRO, 1983, p.92-93).

O novo corpo étnico que se formava era fruto dos processos complexos e contraditórios de miscigenação racial que se desenrolava de forma exemplar no Brasil, na Venezuela e nas Antilhas. A característica marcante destes povos é justamente a elaboração de um modelo sociocultural nunca antes visto, que congrega a riqueza cultural, de hábitos, de costumes, de práticas numa homogeneidade social.

Em terceiro lugar, destaca-se os Povos-Transplantados, os quais receberam contingentes consideráveis de populações oriundas da Europa que vieram construir nova vida nas Américas. É o caso de nações como os Estados Unidos e Canadá, ao norte; e da Argentina e Uruguai, ao sul. A homogeneidade étnica é marca registrada desses povos, mesmo que conquistada de forma forçada, como foi o caso de Argentina e Uruguai. Estes dois países

“[...] resultam, assim, de um processo de sucessão ecológica deliberadamente desencadeado pelas oligarquias nacionais, através do qual uma configuração de Povo-Novo se transforma em Povo-Transplantado. Neste processo, a população latina e gaúcha, originária da mestiçagem dos povoadores ibéricos com o indígena, foi esmagada e substituída, como contingente básico da nação, por um alude de imigrantes europeus (RIBEIRO, 1983, p.95-96).

Para Darcy Ribeiro, a situação de precariedade dos povos americanos é vista a partir de um prisma histórico de como determinadas formações sociais se conformaram frente às revoluções mercantil e industrial. Assim, dois processos são dignos de destaque como

condutores do desenvolvimento: de um lado, a aceleração evolutiva que abarcou as potências europeias e mais tarde Estados Unidos e Japão; de outro lado, a atualização histórica que caracterizou todo o mundo extra-europeu. No primeiro caso, o domínio das tecnologias e

o impulso colonizatório permitiram um padrão de desenvolvimento que conseguiu se generalizar para todos; no segundo caso, em contrapartida, os graves processos de exploração e espoliação condenaram as populações ao atraso, gerando apenas avanços irrisórios com relação à inserção tecnológica e uma grande massa de pobres, apartada dos padrões adequados de desenvolvimento (RIBEIRO, 1983, p.34-35).

A compreensão de tais processos foi bem sintetizada por Adélia Miglievich Ribeiro, de quem tomamos emprestada a fala:

A atualização histórica e a aceleração evolutiva referem-se a distintos desdobramentos históricos dos processos civilizatórios. O primeiro define a inserção subordinada de povos atrasados em formações socioculturais estruturadas e em sistemas tecnologicamente superiores, implicando em efetiva perda de autonomia ou em sua destruição como entidade étnica. Através da aceleração evolutiva, contudo, tem-se a possibilidade do desenvolvimento autônomo – portanto, a superação do atraso que não se dá pela modernização reflexa ou conservadora (RIBEIRO, 2011, p. 35).

Contudo, sob que lente se olham os latino-americanos? Através de que ótica se percebem? O Brasil foi descolonizado há mais de quinhentos anos. Mas, e a visão sobre si mesmo?

Na verdade, o que dificulta a visão de uma latino-americanidade é a reprodução distorcida do quão diferentes nós somos, fruto de processos pretéritos de colonização que ainda persistem no nosso imaginário social. É desta forma que Darcy Ribeiro entende. As palavras do autor vêm para desacomodar. É ele que abala o chão que pisamos para colocar em causa certezas sobre o “nosso” mundo latino-americano, construídas através de fora. De fora do país, de fora das favelas, de fora dos desafios quotidianos do sujeito negro, pobre ou LGBT. Ou construídas através de dentro. De dentro dos condomínios, dos colégios privados, dos círculos “brancos”. Segundo o autor: “Parecemos tão confusos não por sermos muito complexos e singulares, mas pela incapacidade de olharmos diretamente nossa própria realidade e de buscarmos explicá-la em termos significativos para nós mesmos” (RIBEIRO, 2012, p. 17).

E é ‘por dentro’ o lugar da transformação. A realidade só pode ser mudada através do olhar de quem toca a profundidade do quotidiano dos latino-americanos, as particularidades da vida de cada grupo social, da vida de quem vive as fronteiras sociais tão visíveis, mas tão ignoradas.

O processo de miscigenação racial parece ser, do ponto de vista cultural, o fator marcante deste continente. Há processos complexos de integração de distintos povos formando um caldo cultural nunca antes visto: os povos originários, de matriz indígena; os povos negros, escravizados, de matriz africana; os povos brancos, de matriz europeia. Somado a esta matriz tripla de formação étnico-cultural dos primeiros séculos, há um contingente de imigrantes das mais diversas partes do globo que ajudam na conformação da América Latina dos tempos atuais. O antropólogo brasileiro chama a atenção para o fato de como houve uma confluência entre estas etnias não na forma de guetos, isolados uns dos outros, mas sim como culturas integradas umas às outras.

Contudo, essa confluência toma forma de aceitação e convivência entre povos mediante um olhar de superioridade de raça sobre os “futuros mestiços”. Estes são os “perdidos” do mundo para os quais ainda há esperança de salvação através da mistura com brancos. Dessa forma, o processo de miscigenação, ao invés de censurado, é tido como algo desejável, na aspiração de branquear e, portanto, ‘purificar’ (RIBEIRO, 2012, p.8).

Mais do que diferenças, Darcy Ribeiro reforça o argumento de que as semelhanças são mais fortes no processo de formação cultural latino-americano. O autor coloca que

Amalgamando gente procedente de todos os quadrantes da Terra, criaram-se aqui povos mestiços que guardam em seus rostos étnico-culturais heranças tomadas de todas as matrizes da humanidade. Essas heranças, difundindo-se em vez de se concentrarem em quistos étnicos, se impuseram à matriz básica – principalmente ibérica, em alguns países, principalmente indígena ou africana em outros -, matizando o painel latino-americano sem quebrá-lo em componentes opostos uns aos outros (RIBEIRO, 2012, p.9).

O que explica a uniformidade deste continente a nível cultural? Porque as nações colonizadoras são tão resistentes à assimilação e as nações colonizadas tão flexíveis? Para Darcy Ribeiro (2012), tal fato deve-se ao próprio processo de colonização que, atuando de forma despótica e com um processo bem claro de subjugação dos povos, paralisou a espontaneidade das culturas originais. A instituição de um sistema político, militar e eclesial bem definido ou, ainda, as construções de cidades sobre um padrão pré-estabelecido, contribuíram para o processo de homogeneização. Uma ordenação social de lealdade com uma metrópole, que olhava para este território apenas como um instrumento para a sua prosperidade. Porém, o que se percebe é que o modelo de organização social implantado pelos colonizadores perpetua-se até hoje. Darcy Ribeiro (2012) não poupa as classes dominantes nativas, culpabilizando-as por esse fato. Ao assumirem a gestão das colônias, não souberam libertar-se dos vícios antigos. Individualmente satisfeitos com os frutos desse modelo, não cogitaram a possibilidade de um novo tipo de governabilidade, que favorecesse a todos e, ao mesmo tempo, recuperasse os danos causados no território pela exploração alheia. Mais ainda, ao invés de uma nova etapa de revalorização da cultura e tradições nacionais, também neste campo o “de fora” foi sempre mais valorizado.

Desde o clima, à religião, muitas são as causas apontadas para o atraso do continente. Contudo, o antropólogo brasileiro percebe que, “o fator causal do nosso atraso reside não em deficiências da terra ou do povo, “(...) mas no caráter retrógrado das classes dominantes” que beneficiam do velho sistema e lhe dão continuidade (RIBEIRO, 2012, p.43). A par disso, para Darcy, o povo historicamente oprimido mostra-se incapaz de atuar organizadamente como força revolucionária, submetendo-se, década após década, ao poder dos senhores de terra. O autor ressalta, nesse sentido, a gravidade do problema da concentração de terras, destacando que “esta economia de fazendas latifundiárias de exportação constitui o conformador fundamental das respectivas sociedades nacionais e a causa básica do atraso de todo o Sul do continente” (RIBEIRO, 1983, p.536).

Sob este ponto de vista, discutimos sobre uma América-latina de “povos” até hoje percebidos apenas como força bruta de trabalho e não como povos com aspirações próprias. O desafio, diz Darcy Ribeiro, foi, e ainda é, “amadurecer como um povo para si, consciente de seus interesses, aspirante à coparticipação no comando de seu próprio destino, (...) através da luta contra a classe dominante gerencial da velha ordenação social” (RIBEIRO, 2012, p.13).

O processo civilizatório oriundo da expansão ibérica no continente latino-americano é marca candente da sua formação sociocultural. Um processo não fechado, no qual se percebe a reafirmação crescente das diferentes matrizes étnicas, característica sobre a qual Darcy Ribeiro acredita vir a construir-se uma possível entidade política supranacional. Contudo, primeiro, será necessário tirá-lo dessa paralisação histórica, desse estado dependente. A multiétnicidade e culturalidade da América Latina atraem diversos autores, tais como

Richard Morse (1998) e Oswald de Andrade (1995), que colocam um porvir esperançoso sobre o futuro deste continente. Ao refletirem sobre o Brasil, descrevem-no como aquele que ainda irá servir de modelo ao ocidente pelas respostas novas e criativas aos problemas do mundo moderno. Para Darcy Ribeiro, também a riqueza étnica, a par com os traços linguísticos e culturais comuns, faz da Pátria Grande, ainda que politicamente não estabelecida, uma

desejável visão de futuro. Mas, questiona o autor, será que apenas “estamos condenados a ser para sempre os povos do futuro?”

NÉSTOR CANCLINI E O HIBRIDISMO CULTURAL LATINO-AMERICANO

A suposta criatividade na construção de respostas aos problemas do futuro parece ser, de fato, determinante em várias interpretações sobre a América Latina. É comum que se afirme que o continente percorre um caminho cíclico de atualizações frente aos padrões de desenvolvimento externo, caminho esse nem sempre representativo das suas sociedades e culturas políticas (CANCLINI, 2008). A crise da modernidade ocidental, porém, não é um problema do futuro – é um fenômeno atual, do qual, inevitavelmente, a América Latina faz parte e que as ciências sociais devem procurar interpretar.

As contradições expressas na relação entre tradição, modernismo cultural e modernização socioeconômica interessam a Néstor Canclini, que procura situar o continente latino-americano na modernidade, descortinando suas particularidades. A interpretação do autor a respeito dos conflitos específicos gerados pela interculturalidade, em meio à decadência de projetos nacionais de modernização, se dá a partir de uma questão preponderante: que teoria dá conta das culturas híbridas latino-americanas?

Canclini ressalta a insuficiência de determinados termos, tradicionalmente empregados pelas ciências sociais, para expressar de forma atualizada a complexidade dos conflitos que se encerram no âmbito do estudo da identidade e da cultura. Não se trata, segundo o autor, de reforçar o discurso em torno de dicotomias como “tradição-modernidade, norte-sul, local-global”, que podem ser insuficientes ou traiçoeiras (CANCLINI, 2008, p. XVIII). Por essa razão, vale-se do conceito de híbrido – tradicionalmente discutido no campo da biologia – para contribuir com a interpretação da fusão intercultural no contexto de modernização na América Latina. O que propõe é partir da definição de hibridação, enquanto “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. XIX).

Buscando o poder explicativo do conceito de hibridação, Canclini propõe que as ciências sociais desloquem seu objeto de estudo da identidade para a heterogeneidade. Para o autor, estudar processos de hibridação implica situá-los em relações estruturais de causalidade, isto é, perceber em que condições históricas e sociais se produzem, de forma a “perceber os cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno se misturam” (CANCLINI, 2008, p. 19). Esse esforço passa por reconhecer, à partida, que “hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições” (CANCLINI, 2008, p. XVIII).

Imerso no contexto da globalização – e defendendo que os processos globalizantes acentuam a interculturalidade moderna – o pensador argentino se debruça sobre o fato de que, na América Latina, a modernidade adotou tardiamente determinados modelos de países centrais, convivendo, no entanto, com estruturas econômicas e hábitos políticos considerados arcaicos (CANCLINI, 2008, p.74). Essa parece ser, aliás, uma tese amplamente discutida entre os intelectuais latino-americanos; se os avanços modernos não chegaram “de todo, nem a todos”, a modernidade tende a ser assumida como uma máscara,

um simulacro urdido pelas elites e pelos aparelhos estatais, sobretudo os que se ocupam da arte e da cultura, mas que por isso mesmo os torna irrepresentativos e inverossímeis. As oligarquias liberais do final do século XIX e início do XX teriam feito de conta que constituíam Estados, mas apenas organizaram algumas áreas da sociedade para promover um desenvolvimento subordinado e inconsciente; fizeram de conta que formavam culturas nacionais e mal construíram culturas de elite, deixando de fora

enormes populações indígenas e camponesas que evidenciam sua exclusão em mil revoltas e na migração que “transtorna” as cidades. Os populismos fizeram de conta que incorporavam esses setores excluídos, mas sua política igualitária na economia e na cultura, sem mudanças estruturais, foi revertida em poucos anos ou se diluiu em clientelismos demagógicos (CANCLINI, 2008, p. 25).

As operações típicas da modernidade europeia, ao que parece, não se cumpriram na América Latina. Embora Canclini rejeite uma visão evolucionista e prescritiva, dedica-se, em “Culturas Híbridas”, a relacionar as principais transformações ocorridas na América Latina durante o século XX com o que se entendia, então, por modernização econômica e política. O autor recorreu ao “desencontro ocorrido entre a estética moderna e a dinâmica socioeconômica do desenvolvimento artístico” para especificar contradições, destacando, nessa identificação, alguns aspectos particulares da hibridez sociocultural latino-americana (CANCLINI, 2008, p.32).

O impulso modernista na América Latina - no sentido do conjunto dos projetos culturais com capacidade para renovar práticas simbólicas, experimentais e críticas de uma nova etapa histórica - não deu resposta a um dos seus principais pilares, a democratização. Pelo contrário: a modernidade cultural se mostrou incompatível, em diversos aspectos, com a realidade latino-americana, apoiando-se contraditoriamente em divisões que limitaram a expansão moderna. Na América Latina do início do século XX, a modernização e a democratização abrangeram pequenas minorias, como bem exemplifica Canclini:

Se ser culto no sentido moderno é, antes de mais nada, ser letrado, em nosso continente isso era impossível para mais da metade da população em 1920. Essa restrição se acentuava nas instâncias superiores do sistema educativo, que verdadeiramente dão acesso ao culto moderno. Nos anos 30 não chegavam a 10% os matriculados no ensino secundário que eram admitidos na universidade (CANCLINI, 2008, p. 68).

Frente a esta contradição, porém, o autor alerta que o modernismo, enquanto movimento cultural, não necessariamente é expressão de um processo de modernização socioeconômica. Avesse a qualquer tentativa de ordenar o mundo em oposições simples, tampouco atribui a sua causa, unicamente, à situação de dependência da América Latina com relação ao projeto de modernidade preconizado pelas metrópoles. Reconhecendo a possibilidade de múltiplas hibridações, Canclini atribui a discrepância entre o modernismo cultural e a modernização socioeconômica, sobretudo, ao “modo como as elites se encarregam da intersecção de diferentes temporalidades históricas e tratam de elaborar com elas um projeto global” (CANCLINI, 2008, p. 73).

A este respeito, trabalharemos em seguida outro conceito essencial, acionado pelo autor na obra que aqui utilizamos como referência - o conceito de “heterogeneidade multitemporal”.

Tratamos até aqui da concepção de que novas práticas, estruturas e objetos podem ser geradas, de forma híbrida, do convívio intercultural. As contribuições de Canclini nos conduzem a identificar que uma das particularidades latino-americanas reside exatamente no fato de que “as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar” (CANCLINI, 2008, p. 17), isto é, no entrecruzamento de diferentes tempos históricos, que coexistem num mesmo presente de forma desarticulada. A este fenômeno o autor designou de

“heterogeneidade multitemporal” (CANCLINI, 2008, p. 74). O confronto entre distintas temporalidades pode justificar um conjunto de ambiguidades que tendem a qualificar a modernização latino-americana como deficiente ou restrita.

Assumir as relações contraditórias entre a cultura de elite e a sociedade; as heranças da expansão e da colonização ibérica; e os conflitos gerados pela convivência de diferentes

temporalidades históricas são alguns dos caminhos sugeridos por Canclini para entender de forma mais plausível a “sinuosa modernidade latino-americana” (CANCLINI, 2008, p. 83). O autor não descarta, no entanto, o potencial de transformação social característico dos movimentos de modernização cultural da América Latina do século XX. Nesse sentido, “os modernismos beberam em fontes duplas e antagônicas” (CANCLINI, 2008, p. 79), pesquisando e se inspirando nas raízes latino-americanas, enquanto, simultaneamente, se situavam no cerne do desenvolvimento estético moderno. A obra do autor demonstra a importância da arte, em suas mais diversas expressões, para a compreensão da hibridação cultural na América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, é possível sugerir algumas interseções entre Darcy Ribeiro e Néstor Canclini, embora se reconheça à partida que ambos os autores se situam em contextos históricos distintos e adotam abordagens epistemológicas também diferentes.

Enquanto o antropólogo brasileiro possui uma imagem integracionista da América Latina, como projeto político de superação das desigualdades, o antropólogo argentino compreende a heterogeneidade como um elemento fundamental para o estudo da cultura e da identidade latino-americana. Ancorado em uma tipologia étnico-cultural, o interesse de Darcy Ribeiro em entender os motivos do atraso dos povos americanos no processo civilizatório passa, também, por contribuir para a construção de uma visão de desenvolvimento marcada, mais pela autonomia e pela autenticidade, do que pela subordinação e dependência. Canclini, por sua vez, se apoia nos aspectos culturais em si mesmos – bem como nas suas expressões – para trazer à tona sua proposta de interpretação centrada na hibrididade, sem vinculá-la necessariamente a um projeto de futuro ou de destino comum, como faz Darcy.

O binômio unidade-diversidade está presente em Darcy Ribeiro de forma preponderante. A própria terminologia de “povos americanos” é expressão da diversidade que compõe o continente; sem, no entanto, inviabilizar a noção de unidade proposta pelo autor. Em verdade, a América Latina é um mosaico cultural, mais caracterizado pela integração do que pelo confronto. O próprio conceito de “cultura híbrida” acionado por Canclini também assume o papel fundante desempenhado, não sem conflitos, pela diversidade no processo de formação sociocultural latino-americano. Além disso, ao centrar sua análise no século XX, especialmente no fenômeno da modernidade, o autor argentino ressalta a convivência de diversas temporalidades como característica marcante da diversidade da vida moderna na América Latina. Para o autor, essa heterogeneidade requer, inclusive, uma atualização das próprias ciências sociais, se quiserem lograr seu objetivo de interpretar convenientemente a complexidade sociocultural do continente.

O papel das elites adquire relevância em ambas as análises. No caso de Darcy Ribeiro, a terminologia de “classes dominantes” a que recorre revela sua abordagem marxista; o autor identifica, inclusive, que o alinhamento dessas classes ao projeto imperialista aprofunda a condição latino-americana de dependência frente a outros países, em especial aos Estados Unidos da América do Norte. Embora reconheça a posição subordinada da América Latina, para Canclini o imperialismo não adquire status explicativo. Ao procurar estabelecer relações de causalidade para explicar as contradições latino-americanas no acesso à modernidade, o intelectual argentino aponta que a condução cultural da elite não foi compatível com a realidade socioeconômica do continente.

Modos de vida diversos. A Pátria Grande cunhada por Darcy Ribeiro congrega toda a diversidade intrínseca à América Latina. Sua intencionalidade política, sustentada pelo conhecimento da formação cultural, revela um imaginário comum, caracterizado pela liberdade

e autonomia dos povos. A hibridez – ela mesma baseada na diversidade dos modos de vida – dá luz para a constituição de uma imagem da identidade latino-americana: um conjunto de novas práticas surgidas do convívio de diversas temporalidades, expressões culturais e realidades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald de. **A Utopia antropofágica**. São Paulo: Editora Globo, 1995

BRINGEL, Breno; MARTINS, Paulo Henrique. **Sociologia latino-americana**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18, 2017, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília, 2017. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/index.htm>. Acesso em: 31 ago. 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MORSE, Richard M. **O espelho de Próspero: Cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

RIBEIRO, Adélia Miglievich. Darcy Ribeiro e o Enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. **Sociedade e Estado**. Brasília. UNB. V. 26, n.2, Mai./Ago. 2011. p. 23-49.

O MANGUEBEAT COMO MOVIMENTO CULTURAL DE OPOSIÇÃO AO DESCASO DO ESTADO FORA DO EIXO RIO-SÃO PAULO

ÉDER DE SOUZA BEIRÃO

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
ederbeirao@gmail.com*

LUIZ FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
filipesantis@hotmail.com*

LUANA PATRÍCIA BARROSO RODRIGUES

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
luhbarroso@yahoo.com.br*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar como o manguebeat se constituiu e se tornou um movimento cultural de oposição ao descaso do Estado fora do Eixo Rio-São Paulo. O processo de globalização tem convocado a cultura a produzir respostas à cultura hegemônica e globalizada. A cultura tem tendido a abandonar suas características homogêneas e globalizadas, pois movimentos indicam um sentido de heterogeneidade cultural. Na década de 1990, Recife/PE presenciava o nascimento de uma nova forma de se fazer música que era resultado da mistura de ritmos tradicionais recifenses com elementos da cultura *pop*, o manguebeat. Este movimento é oriundo do processo de globalização e da necessidade da criação de ritmos que evidenciem mais a cultura e realidade local/regional em detrimento da global. A conclusão que se pode chegar é que o manguebeat extrapola a dimensão cultural e envolve a econômica e social.

Palavras-chave: Manguebeat; Movimento Cultural; Eixo Rio-São Paulo; Globalização; Recife.

ABSTRACT

The present work aims to identify how the manguebeat was constituted and became a cultural movement of opposition to the neglect of the State outside the Rio-São Paulo hub. The process of globalization has called for culture to produce responses to the hegemonic and globalized culture. Culture has tended to abandon its homogenous and globalized characteristics, since movements indicate a sense of cultural heterogeneity. In the 1990s, Recife / PE witnessed the birth of a new way of making music that was the result of a mix of traditional Recife rhythms with elements of pop culture, manguebeat. This movement comes from the process of globalization and from the need to create rhythms that highlight the culture and local / regional reality to the detriment of the global. The conclusion that can be reached is that the manguebeat extrapolates the cultural dimension and involves the economic and social.

Keywords: Manguebeat; Cultural Movement; Rio-São Paulo Hub; Globalization; Recife.

INTRODUÇÃO

O mundo tem passado por significativas mudanças em decorrência de diversos eventos ocorridos nas mais variadas áreas do conhecimento que modificaram e romperam uma série de paradigmas. A situação não difere quando nos referimos a cultura e arte.

Posteriormente aos eventos da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma disputa pela hegemonia, poder e desenvolvimento. O cenário para estas disputas era a Guerra Fria. Eventos como esse resultaram no surgimento da contracultura, em meados da década de 1960.

Conforme Marques (2004, p.77), “a contracultura pode ser compreendida como fenômeno histórico localizado a partir de 1960, ou como uma postura crítica radical à cultura tradicional”. Isto se deu graças ao fato dos jovens da década de 1960 sonharem em escapar dos limites impostos pela cultura ocidental.

Conforme Hollanda e Gonçalves (1980, apud MARQUES, 2004, p.78), os jovens desta época estavam “empenhados na busca da liberdade, pela ideia de desrepressão e à procura da autenticidade”.

Corroborando com tal afirmação, Ribas (2016, p.29) afirma que tudo isso, o surgimento da contracultura, ocorreu em decorrência da busca de uma essência libertadora sobre a repressão da tecnocracia.

Este contexto influenciou o Brasil, dando origem a bossa nova, o tropicalismo e mais tarde, na capital pernambucana, Recife/PE, o mangubeat. A cidade localiza-se fora do Eixo Rio-São Paulo e lá é a terra natal do movimento mangubeat.

Sendo assim, o estudo tem como questão-problema: Como o mangubeat se constituiu e se tornou um movimento cultural de oposição ao descaso do Estado fora do Eixo Rio-São Paulo?

Na busca de responder à questão norteadora (problema de pesquisa) traçado para o presente estudo, foram definidos o objetivo geral.

Considerando-se a importância do tema, o objetivo deste estudo é identificar como o mangubeat se constituiu e se tornou um movimento cultural de oposição ao descaso do Estado fora do Eixo Rio-São Paulo.

O DESCASO DO ESTADO FORA DO EIXO RIO-SÃO PAULO

Segundo Gohn (2011, p.336),

Os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede (GOHN, 2011, p.336).

Antes de buscar entender a importância e a influência do mangubeat como movimento cultural de oposição ao descaso do Estado fora do eixo Rio-São Paulo, faz-se necessário fazer algumas definições.

O primeiro conceito a ser abordado antes de buscar entender a importância e a influência do mangubeat como movimento cultural de oposição ao descaso do Estado fora do eixo Rio-São Paulo, é de metrópole.

Conforme Pena (2018),

Metrópole é uma cidade de elevado desenvolvimento urbano que organiza em torno de si uma centralidade responsável por estabelecer uma rede composta por cidades a ela dependentes, compondo uma rede urbana, onde se concentram as principais atividades, empregos e capitais de uma determinada região (PENA, 2018).

Recife/PE se tornou uma metrópole e Fred Zero Quatro (1991) discorre sobre este fato do manifesto Caranguejos com Cérebro:

“[...] uma cínica noção de ‘progresso’, que elevou a cidade ao posto de ‘metrópole’ do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade. Bastaram pequenas mudanças nos ventos da história, para que os primeiros sinais de esclerose econômica se manifestassem, no início dos anos setenta. Nos últimos trinta anos, a síndrome da estagnação, aliada a permanência do mito da ‘metrópole’ só tem levado ao agravamento acelerado do quadro de miséria e caos urbano” (QUATRO, 1991).

O progresso chegou na cidade do Recife/PE e provocou mudanças estruturais de toda ordem, acirrando as desigualdades.

Quando o espaço de uma metrópole une-se de forma relevante a outras cidades (chamadas de cidades-satélites), observa-se a formação de uma região metropolitana. O fenômeno relacionado com essa união entre os diferentes espaços urbanos das cidades metropolitanas é chamado de conurbação (PENA, 2018).

Conforme Cunningham (2005), a população rural tende a cair, “o que significa que todo o crescimento futuro da população, efetivamente, será um fenômeno urbano”.

Ainda segundo o autor, “o ritmo deste processo não pode ser subestimado, tanto em termos gerais quanto em termos particulares”.

Para Cunningham (2005), ao mesmo tempo, este desenvolvimento incrivelmente rápido também implica novas formas de urbanização” como é o caso do “corredor” urbano que pode muito bem funcionar como uma base futura para a megalópole.

Segundo Faria (2018), megalópole seria o aglomerado (conurbação) de várias. O Brasil possui uma megalópole, localizada na região sudeste, mais conhecida como a megalópole brasileira ou eixo Rio-São Paulo.

Outros termos que podem ser utilizados para denominar esta região são os de megalópole Rio-São Paulo e megalópole do sudeste brasileiro.

A megalópole brasileira é o termo usado para se referir ao processo de conurbação existente entre o Complexo Metropolitano Expandido, no estado de São Paulo, e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2007), “não faz sentido imaginar, no mundo globalizado, que o futuro da região metropolitana do Rio de Janeiro possa ser pensado de forma totalmente isolada daquele da de São Paulo (e vice-versa), nem muito menos reeditar rivalidades já anacrônicas”.

De acordo com a UFRJ (2007), “o mundo parece estar se reorganizando em torno das megalópoles”.

Essa reorganização é provocada pelo processo de globalização. Sobre este processo, Ianni (1997) o define da seguinte forma:

Trata-se de uma realidade social, econômica, política e cultural de âmbito transnacional,

que em geral modifica o lugar e o significado do que preexiste: “Tudo que é local, nacional e regional recebe o impacto da transnacionalização.” Com o globalismo passa-se a se desenvolver a sociedade global, um “cenário não só problemático, mas contraditório” (IANNI, 1997).

A globalização pode ser observada a partir das mais diversas dimensões, especialmente da cultural e artística. A mesma ocorre também nas dimensões de agrupamentos existentes no mundo, ou seja, a global, nacional e regional.

Santos (2000, p.69) afirma que “para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade.

O próprio processo de globalização facilita um maior fluxo de informações que acaba gerando um maior fluxo de conteúdo.

Conforme Santos (2000, p.9), ao falar da violência da informação no processo de globalização hegemônica acaba afirmando que “um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação”.

Para o autor, as técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades.

De acordo com Santos (2000, p.19-20), “é desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle”.

MOVIMENTO MANGUEBEAT E OPOSIÇÃO AO DESCASO DO ESTADO

Segundo Ramalho (2015, p.11) na década de 1990, a cidade do Recife presenciava o nascimento de uma nova maneira de fazer música e sentir-se recifense, combinando elementos exógenos em misturas sacrílegas aos olhares mais tradicionais.

Para Ramalho (2015, p.15),

Entretanto, talvez não seja exagero dizer que em nenhum outro momento o discurso identitário, sob o signo da mistura com a cultura pop, do híbrido, se mobilizou tanto em torno dos meios de comunicação em massa na capital pernambucana. Naquele momento, artistas como Chico Science e Fred Zero Quatro foram buscar a inspiração para sua proposta nos ritmos tradicionais (tais como o maracatu), somando a eles estilos da música (como o rock e hip-hop) e agregando a estes o imperativo de mobilização de mídias e produções independentes, na lógica “*do it yourself*” do punk inglês (RAMALHO, 2015, p.15).

Surgia o manguebeat que segundo Kischinhevsky e Herschmann (2006, p.102), é “um dos movimentos culturais e artísticos surgidos na música pop brasileira”.

Conforme Campos Júnior (2013), “em meio a pobreza e a ausência do poder público que a capital pernambucana sofria, surgia o manguebeat, primeiramente não como um movimento musical, mas como um espaço para ser conversar sobre o que poderia ser feito para melhorar a realidade do local em que se vivia”.

Segundo Kischinhevsky e Herschmann (2006, p.102), o movimento tem como principais características suas letras, críticas ao abandono econômico-social do mangue, a desigualdade de Recife/PE.

Apesar desta característica centralizadora e hegemônica do processo de globalização sobre a informação, Kischinhevsky e Herschmann (2006, p.104) afirmam que “o intenso fluxo de conteúdos provenientes de outros países, especialmente a partir da segunda metade do século XX, impõe às culturas locais acentuadas possibilidades de intercâmbio num dialogismo constante com o global”.

O processo, a despeito da visão crítica predominante nos anos 1960 e 1970 (WERTHEIN, 1979; BELTRÁN; CARDONA, 1982), está consideravelmente distante de uma imposição cultural e muito mais próximo de uma permanente reelaboração cultural, em que os influxos e as inovações, locais e globais, produzem constantes interpelações e respostas.

Segundo Santos (1982),

Uma das consequências de tal evolução é a nova significação da cultura popular, tornada capaz de rivalizar com a cultura de massas. Outra é a produção das condições necessárias à reemergência das próprias massas, apontando para o surgimento de um novo período histórico, a que chamamos de período demográfico ou popular (SANTOS, 1982).

O processo de globalização, sobretudo a globalização hegemônica, tende a valorizar apenas o global, porém há uma tendência de valorização do local (“lugar”), a cultura popular, as tradições e particulares, o regional.

De acordo com Escobar (2005, p.69) aponta o fato de que o conceito de “lugar” foi novamente abordado de vários pontos de vista, de sua relação com o entendimento básico de ser e conhecer, até seu destino sob a globalização econômica.

Kischinhevsky e Herschmann (2006, p.104) afirmam que “assim, tanto nas tradicionais expressões estético-culturais quanto nas suas manifestações contemporâneas, o que se constata é uma cultura convocada a produzir respostas a determinados referentes mais gerais, internacionais ou hegemônicos, em nível nacional”.

Esta produção de respostas constitui-se em uma alternativa ou respostas à cultura hegemônica e globalizada imposta em nível global e nacional aos mais variados países e regiões do mundo.

Conforme Hebdige (1979, apud KISCHINHEVSKY; HERSCHMANN, 2006, p.104), “a globalização da economia e o fluxo de bens e produtos culturais facultam a criação de nova “subculturas”, como espaços (momentâneos, nem sempre duráveis por longo tempo) de expressão de especificidades e de celebração da alteridade”.

Conforme Kischinhevsky e Herschmann (2006, p.104), “movimentos que indicam mais um sentido de heterogeneização cultural (ou multiculturalismo) do que homogeneização, como parecia indicar, poucas décadas atrás, o debate em torno da mídia e de seu papel pacificador frente às culturas populares e tradicionais”.

Este movimento de protagonismo e valorização das culturas locais em detrimento da global invadiu as fronteiras e chegou ao Brasil, em decorrência do avançar do processo de globalização.

O global deixou de possuir o monopólio da importância e o local (o lugar ou o regional) passou ou mesmo voltou a ter importância no que tange ao processo de globalização.

Kischinhevsky e Herschmann (2006, p.102) apontam para a seguinte problemática:

Nos primeiros anos do século XXI, a hegemonia cultural dos grandes centros urbanos de certa forma vem sendo afetada. Alimentados pelo desejo de construir estilos de

vida e estabelecer ou fortalecer identidades locais (ou “globais”), conseguindo mais visibilidade e interação por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, as manifestações regionais ganham força e voz, ditando modas e influenciando gerações, até em cidades situadas a milhares de quilômetros de distância. (KICHINHEVSKY; HERSCHMANN, 2006, p.102).

Segundo Kischinhevsky e Herschmann (2006, p.102), neste novo contexto “questões sobre a regionalização têm de ser urgentemente revistas”.

Com estas mudanças Kischinhevsky e Herschmann (2006, p.102) afirmam que:

Não se podem mais analisar as manifestações culturais regionais apenas a partir da ótica da conservação de registros ou da noção de um patrimônio cultural a ser preservado, e sim é fundamental que se reflita sobre sua inserção e sua visibilidade numa indústria cultural cada vez mais globalizada e pulverizada (KICHINHEVSKY; HERSCHMANN, 2006, p.102).

A hegemonia cultural global foi e vem sendo cada vez mais ameaçada com o surgimento, ressignificação e protagonismo das culturas regionais.

O Brasil passa pelo mesmo processo ao se defrontar com a evolução e crescimento da participação de suas culturas regionais em detrimento daquela que é valorizada e cultuada dentro do Eixo Rio-São Paulo. A megalópole foi onde a indústria cultural do Brasil foi construída e se consolidou.

O Recife/PE é um dos grandes exemplos desse processo. Em uma terra onde o frevo e o maracatu eram seus ritmos tradicionais, o processo de regionalização cultural fez com que em meados dos anos 1990, músicos pernambucanos misturassem o *rock*, o *pop*, o *rap*, o *funk* e o *hardcore* aos ritmos locais e criassem o mangubeat.

Para Quatro (1991),

Hoje, Os manguboys e mangugirls são indivíduos interessados em *hiphop*, colapso da modernidade, Caos, ataques de predadores marítimos (principalmente tubarões), moda, Jackson do Pandeiro, Josué de Castro, rádio, sexo não-virtual, sabotagem, música de rua, conflitos étnicos, midiotia, Malcom Maclaren, Os Simpsons e todos os avanços da química aplicados no terreno da alteração e expansão da consciência (QUATRO, 1991).

Esse processo de regionalização da cultura se difundiu em decorrência do movimento jovem. Para Hobsbawn (1995, p.319), a juventude foi alicerçada por meio do estabelecimento de três fatores.

Primeiro, ela passou a ser vista não como um estágio preparatório para a vida adulta, mas como o estágio final do pleno desenvolvimento humano. Segundo, ela se tornou massa concentrada de poder de compra, cujos jovens eram mais propícios ao consumo de novas tecnologias e de novos produtos no mercado, diferentemente de grupos etários mais conservadores. O terceiro fator foi o internacionalismo da nova cultura jovem nas sociedades urbanas. Um dos exemplos que englobam estes três fatores é o blue jeans e o rock, que se tornaram marcas da juventude moderna, refletindo a hegemonia cultural dos Estados Unidos da América, tanto na cultura popular como nos estilos de vida (HOBSBAWN, 1995, p.319).

Em um cenário de influência da cultura global, o Brasil foi crescendo e criando sua própria cultura, como foi o caso do Recife/PE.

Conforme Quatro (1991), o movimento manguebeat se constituiu da seguinte maneira:

Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico para saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruindo as suas veias. O modo mais rápido, também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. O que fazer para não afundar na depressão crônica que paralisa os cidadãos? Como devolver o ânimo, deslobotomizar e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife. (QUATRO, 1991).

Ou seja, o manguebeat veio trazer energia e frescor ao Recife/PE, bem como, sua cultura, sociedade, população e economia.

O desenvolvimento promovido pela ascendência do movimento manguebeat não se prende apenas a aspectos econômico-financeiros. O mesmo transcende as barreiras, agindo e exercendo influência sobre a dimensão social, cultural, filosófica, artística,

Segundo o jornalista Marcelo Potumati, em 1994, regionalismo e música pop andavam brigados, até que o manguebeat foi criado e conseguiu fazer a ponte entre estes dois polos.

O caranguejo, forma de vida típica de manguezais, que é capturado e vendido por trabalhadores da região, tornou-se o símbolo do movimento manguebeat.

O artrópode se encontra com as antenas e patas erguidas. Este é um símbolo forte do manguebeat, onde “tudo é, foi ou será caranguejo, inclusive o homem e a lama”. Mas suas antenas e patas erguidas.

O manguebeat teve sua gênese, cresceu e se proliferou longe do grande centro urbano brasileiro, a megalópole do sudeste brasileiro, tendo com um de seus principais precursores, Francisco de Assis França Caldas Brandão, mais conhecido pela alcunha de Chico Science.

Science era duramente criticado por Ariano Suassuna. Conforme Pavan (2016), Suassuna fora o “idealizador do movimento armorial, que buscava fazer uma arte erudita puramente brasileira em nenhuma interferência estrangeira”.

Segundo Pavan (2016), Suassuna fazia parte da Secretaria de Cultura do estado de Pernambuco e criticava Science, afirmando que o mesmo deveria deixar o Science de lado e adotar o “Ciência”.

De acordo com Pavan (2016), o escritor Xico Sá diz o seguinte sobre a relação de Science e Suassuna:

“Era uma provocação de artista para artista que foi muito interessante para cidade. Eles faziam parte de uma cena cultural muito forte e viram que uma coisa não eliminava a outra. O Chico colaborou mais para o pensamento do Suassuna do que o próprio purismo do movimento armorial. Houve uma troca bonita, todo mundo entendeu que poderia reinventar o maracatu com uma batida, que ele poderia ser mais cosmopolita e não ser só um movimento ligado ao folclore a viver das esmoladas das prefeituras. O movimento abriu o maracatu para um novo mundo e que isso não era a destruição de nada. A música tem isso mais do que qualquer outra arte, ela permite as misturas sem que você destrua culturas locais”. (PAVAN, 2016).

Chico Science foi o líder da banda Chico Science & Nação Zumbi. Gravou os discos Da Lama ao Caos e Afrociberdelia.

De acordo com o jornalista Marcelo Potumati, da revista Rolling Stone, em 1994, Chico Science & Nação Zumbi lançaram o álbum *Da Lama ao Caos* e tiveram como inspiração, o cânone de tropicalia. Em 1994, a irreverente “Praieira” foi incluída na trilha sonora da novela global “Tropicaliente”.

Para o jornalista, “o disco-manifesto sacudiu o consenso roqueiro ao reavivar o maracatu e a embolada sob o verniz do funk-metal e do hip-hop”.

Já em 1996, foi a vez do álbum *Afrociberdelia*. O primeiro sucesso do disco foi a versão de “Maracatu Atômico” que fora composta por Jorge Mautner e Nelson Jacobina, em 1972, que rendeu repercussão nacional e até internacional para o grupo. Outras músicas como “Manguetown” e “Macô” acabaram se tornando clássicos do grupo. Em 1997, ano da morte de Science, a pesada “Sangue de Bairro” foi incluída na trilha sonora do filme “Baile Perfumado”.

Mas engana-se quem acha que Chico Science, integrante do grupo Chico Science & Nação Zumbi, foram os únicos expoentes responsáveis pela criação do mangubeat.

Ao contrário do que muitos pensam o movimento mangubeat não foi criado apenas por Chico Science. Na época de sua criação também fizeram parte Fred Zero Quatro, que fundou a banda *Mundo Livre S/A*, o radialista Renato L e também Rogê, citado em algumas músicas da Nação Zumbi, que era dono de uma soparia em Recife e sempre apoiava o grupo (CAMPOS JÚNIOR, 2013).

Além de continuar ativo no cenário musical brasileiro, o mangubeat influenciou e influencia vários artistas e grupos musicais, das mais variadas artes, como por exemplo o trabalho da banda *BaianaSystem*, grupo musical brasileiro, fundado em 2009, em Salvador/BA, que vem ganhando cada vez mais destaque no cenário musical do Nordeste e do Brasil.

Com o passar do tempo, o movimento cultural do mangubeat foi tomando cada vez maior proporção, contribuindo para o desenvolvimento local da capital e do Pernambuco e acabou por transpor as fronteiras da cidade do Recife/PE, do estado e hoje tem reconhecimento nacional e até internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral identificar como o mangubeat se constituiu e se tornou um movimento cultural de oposição ao descaso do Estado fora do Eixo Rio-São Paulo.

Por meio da realização desta pesquisa foi possível conhecer um pouco mais acerca do movimento cultural do mangubeat e sua importância para a cidade do Recife/PE o estado do Pernambuco e para todo o Brasil.

Além disso, o estudo possibilitou como este movimento foi criado e se desenvolveu em meio a uma cultura global e centralizadora proveniente dos grandes centros urbanos, como é o caso do Eixo Rio-São Paulo.

A conclusão é que o movimento mangubeat se deu não só como fruto da mutação e da mistura de outros ritmos e movimentos culturais, como é o caso do maracatu e da cultura pop. O mangubeat extrapola a dimensão cultural e envolve a econômica e social, se tornando preponderante para o desenvolvimento local do Recife/PE e da região.

O movimento aqui pode ser entendido como um tipo de resposta, uma alternativa a cultura global. Com ele, o local (o regional) não só voltou ou mesmo passou a ser valorizado, como ganhou projeção nacional e internacional e ainda deu voz aos excluídos, em meio ao descaso

cultural, social e econômico no qual de defrontava a cidade do Recife/PE, o estado do Pernambuco, a região nordeste, o Brasil, respectivamente.

Por meio do movimento cultural a cidade cresceu e se desenvolveu, desenvolvendo-se localmente e globalmente.

Este estudo, por sua vez, abre precedente para a realização de pesquisas mais avançadas acerca da influência do movimento cultural do manguebeat sobre a dimensão socioeconômica do Recife/PE, da região nordeste e do Brasil, com vistas a descobrir como este movimento que “deu vez e voz” aos recifenses, podendo este ter colaborado para o desenvolvimento social e econômico do estado do Recife e do Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Glauco. **Manguebeat**. São Paulo: Memorial da Democracia, 2017. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/page/bronca-social/estilos/manguebeat>> Acesso em: 26 de Maio de 2018.

CAMPOS JÚNIOR, Pedro de. **Mangue Beat: muito além de Chico Science**. São Paulo: SESC-SP, 2013. Disponível em: <https://www.secsp.org.br/online/artigo/7182_MANGUE+BEAT+MUITO+ALEM+DE+CHICO+SCIENCE> Acesso em: 19 de Abril de 2018.

CUNNINGHAM, David. The concept of metropolis: philosophy and urban form. **Radical Philosophy**, p. 13-25, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?**. En: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

FARIA, Caroline. **Metrópole e Megalópole**. São Paulo: Infoescola, 2018. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/metropole-e-megalopole/>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

FREIRE FILHO, João; VAZ, Paulo. **Construções do tempo e do outro: representações e discursos midiáticos sobre a alteridade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

GOHN, Maria Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47 maio-ago. 2011.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 4.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; HERSCHMANN, Micael. **Manguebeat – A “parabólica da lama” modernizando o passado: representações da nova música regional do Brasil**. In: FREIRE FILHO, João; VAZ, Paulo. **Construções do tempo e do outro: representações e discursos midiáticos sobre a alteridade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade: (re)inventando o sertão nordestino da década de 70**. São Paulo: Annablume, 2004.

PAVAN, Bruno. **O grito do mangue ainda ecoa em Chico Science**. São Paulo: Carta Capital, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/o-grito-do-mangue-ainda-ecoa-em-chico-science>> Acesso em: 21 de Maio de 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **O que é Metrópole?** São Paulo: Brasil Escola, 2018. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-metropole.htm>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

POTUMATI, Mateus. **Chico Science**. São Paulo: Rolling Stone, 2012. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/listas/os-100-maiores-artistas-da-musica-brasileira/chico-science/>> Acesso em: 26 de Maio de 2018.

QUATRO, Fred Zero. **Caranguejos com Cérebro** (manifesto). Recife/PE, 1991. Disponível em: <<http://www.projetoautonomiaemcepag.xpg.com.br/Caranguejos%20Com%20C%C3%A9rebro.pdf>> Acesso em: 19 de Agosto de 2018.

RAMALHO, Renan Vinícius Alves. **As Fronteiras do Jardim da Razão: o manguebeat e o espaço da regionalidade no Recife na década de 1990**. Disserta o (Mestrado em História) – Natal/RN: UFRN, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20419/1/RenanViniciusAlvesRamalho_DISSERT.pdf> Acesso em: 28 de abril de 2018.

RIBAS, Rafael Malvar. **Contracultura Musical Brasileira: movimentos e particularidades**. Disserta o (Mestrado em Educa o, Arte e História da Cultura) – São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2953/5/Rafael%20Malvar%20Ribas.pdf>> Acesso: 29 de abril de 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Ad lia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globaliza o e fragmenta o**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globaliza o: do pensamento único   consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **A Megalópole Brasileira**. Rio Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1908.pdf> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

NET-ATIVISMO E MEMÓRIAS ATÓPICAS NA RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA DE ESTADO

Werneck, Marcela. UNIRIO. marcelawerneck@yahoo.com

Dodebei, Vera. UNIRIO. dodebei@gmail.com

Esta comunicação tem por objetivo apresentar conclusões parciais de pesquisa teórica e netnográfica em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, sobre os *trabalhos da memória*, na concepção de Jelin (2002), desenvolvidos por mães e familiares de vítimas de violência de Estado no tempo da democracia, em uma ecologia digital e atópica, configurando um net-ativismo (DI FELICE, 2018), ou seja, interações entre humanos, tecnologias, territórios e banco de dados, que pretendem, de forma exemplar, interditar práticas de violência policial herdadas da ditadura e cujas raízes remontam à própria história da colonização brasileira.

A preservação das memórias sobre a ditadura militar, no Brasil e em outros países da América Latina, constitui um espaços de disputas (FERRAZ, 2007). Apesar da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a reparação financeira às vítimas e familiares, outras medidas, como reformas nas instituições de segurança, não ocorreram, o que facilitaria a continuidade de práticas de tortura e extermínio (SCHINCARIOL, 2014). O Brasil apresenta uma das maiores taxas de letalidade do mundo, sendo parte significativa correspondente a *homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial*, ou “autos de resistência” (MISSE, 2011; ZACCONE, 2015). No estado do Rio de Janeiro, de 2007 a 2017, foram 8.804 mortes (ISP, 2017). Os casos de violência policial ocorrem primordialmente nas favelas e periferias, o que relaciona a construção de identidades, e seu valor de vida, a territorialidades definidas por padrões socioeconômicos e raciais (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).



Figura 1: Autos de resistência 1998 - 2017. Fonte: ISP, 2018.

O ex-Secretário Estadual de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, comentando denúncia de que traficantes teriam preferência pela Zona Sul para guardar armas e drogas, afirmou que “um tiro em Copacabana é uma coisa, na Favela da Coreia é outra” (EXTRA, 2015).

A classificação de homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial atribui ao ocorrido uma exclusão de ilicitude, por caracterizar uma situação de legítima defesa ou a necessidade de vencer a resistência do suspeito. Entretanto, assume-se tal circunstância no ato do registro da ocorrência, sem qualquer investigação, e na maioria quase absoluta dos casos o Ministério Público corrobora com tal interpretação pedindo o arquivamento do processo. Ocorre também frequentemente que a família da vítima seja interrogada a respeito de sua conduta moral, se tinha emprego, se era envolvido com o tráfico, o que estava fazendo no momento da morte. (MISSE, 2011; ZACCONE, 2015).

A sentença fica a cargo de narrativas memoriais sobre a vítima, e não fundamentada em uma investigação técnica das circunstâncias do homicídio. Este quadro configura, para Nascimento e Zamora (2011) e Zaccone (2015), a forma de um estado de exceção, na concepção de Agamben (2014), onde a suspensão temporária da submissão do Estado à ordem constitucional aplicada para proteger a estabilidade democrática é incorporada numa normalidade, criando uma zona de indeterminação onde indivíduos considerados inimigos perdem seus direitos jurídicos e tornam-se, nas palavras de Agamben, uma “vida nua”, ou seja, uma vida matável.

A falta do devido processo investigativo e a culpabilização da vítima, muitas vezes com alterações na cena do crime, são aqui compreendidas como um desmentido (GONDAR, 2012), que agrava a situação traumática dos familiares.

Um exemplo de desmentido por parte do Estado foi a morte do menino Eduardo de Jesus Ferreira, de 11 anos, atingido por um tiro de fuzil enquanto brincava com seu celular na porta de casa, no Complexo do Alemão. A versão inicial afirmava um confronto entre os policiais e bandidos no momento do disparo, estando o menino na linha de tiro, versão contestada pela mãe, Dona Terezinha. A responsabilidade e o erro do policial foram posteriormente comprovados pela perícia. (G1 RIO, 2015)

Outro caso cuja versão inicial procurava culpabilizar as vítimas foi o assassinato dos cinco jovens, na favela de Costa Barros, que retornavam de um passeio no Parque Madureira, onde comemoravam o primeiro emprego de um deles e tiveram seu carro atingido por 111 tiros disparados por policiais à procura de assaltantes de carga. Tamanha foi a repercussão na mídia que a polícia civil agilizou as investigações e prendeu os agentes por homicídio doloso e fraude processual (alteração da cena do crime). Sua defesa, entretanto, segue a linha da legítima defesa, tendo obtido Habeas Corpus no STJ (MARTINS, 2016).

A elaboração de narrativas memoriais pode, portanto, ter um duplo sentido: de tentativa de alguma elaboração do trauma, ainda que mínima, e a construção de uma luta por justiça. A produção de narrativas poderia ser um meio de, em primeiro lugar:

insinuar uma forma para o conteúdo que excede os limites de suportabilidade e compreensão da ação violenta. Em segundo lugar, os rastros, vestígios e outras modalidades de produções de memória são legados a serem transmitidos na cultura, e, com isso, deve haver a possibilidade do estabelecimento de laços de solidariedade pelo reconhecimento. (FARIAS; PINTO, 2016).

A era das chacinas

Vera Lúcia dos Santos e Débora Silva Maria uniram suas trajetórias a partir dos eventos dramáticos de Maio de 2006, na Baixada Santista. Vera Lúcia (*in memoriam*) era mãe de Ana Paula, uma jovem grávida de nove meses que, acompanhada do marido e de um amigo, saiu de casa durante um toque de recolher imposto por membros das forças de segurança de São Paulo. Segundo seu depoimento, o casal foi executado próximo a uma padaria onde buscavam

comprar leite. Já Débora soube por um programa de rádio que seu filho, Rogério, que trabalhava como gari, acabara de ser assassinado na mesma rua que havia varrido de manhã.

Estes são alguns dos mais de 600 homicídios conhecidos como os Crimes de Maio de 2006, possivelmente configurando uma onda de execuções policiais em resposta aos ataques coordenados do PCC (COMISSÃO ESPECIAL CRIMES DE MAIO, 2010)

A partir destes eventos, algumas mães e familiares formaram o Movimento Independente Mães de Maio, buscando a elucidação dos homicídios e a devida reparação judicial. Este Movimento uniu-se a outros que denunciam casos de violência policial no Brasil, como as Mães de Manguinhos, as Mães de Acari, a Rede de Movimentos contra a Violência, e também a grupos internacionais, como o Black Lives Matter e a Mães dos 43 desaparecidos no México, formando uma rede de redes, em uma ecologia das tecnologias digitais de comunicação.



Figura 2: Caravana 43 Fonte: CMI-RIO, 2015.

Todos estes grupos têm em comum a construção de *trabalhos da memória*, na concepção de Jelin (2002). Para a autora, os *empreendedores da memória* são atores que lançam mão de diferentes estratégias de ativação de memórias na esfera pública, com marcações temporais (datas, comemorações, aniversários) e/ou espaciais (monumentos, placas comemorativas, espaços culturais, performances, instalações de arte ou ocupações). No caso das mães e familiares de vítimas de violência do estado, temos a produção de uma *memória exemplar* (TODOROV, 2000), ou seja, dotada de uma intencionalidade, voltada pedagogicamente para o futuro e demandando que a violência policial não se repita.

Em artigo para o jornal on-line do Coletivo Passa Palavra (2011) as Mães de Maio analisam o relatório global do Departamento de Drogas e Crimes da ONU, de 2011, que apontou o Brasil como o campeão em letalidade dentre as 207 incluídas no estudo, e afirmam que o período da redemocratização no Brasil pode ser descrito como a *era das chacinas*:

Tal cenário catastrófico desses últimos dez anos, infelizmente, não é algo extraordinário, como uma névoa de guerra em passagem, ou qualquer exceção meio a uma suposta normalidade histórica distinta. Trata-se, ao contrário, de uma das características constitutivas de nossa sociedade desde o genocídio dos povos originários, o tráfico negreiro e a escravidão massiva que marcaram nossa colonização. Uma característica estruturante de nossa sociedade, que não fora superada – apenas repaginada de tempos em tempos – com a dita Independência e, depois, o advento da República e da (falsa)

“Abolição”. Nem mesmo recentemente, com a transição para a celebrada Democracia no final do século XX: um Estado Penal e Punitivo perpetuado ao logo de todos esses anos, cujas elites civis e militares que o controlam negam o Direito à Memória, à Verdade e à Justiça frente a todos os seus atos do passado e do presente. Queimam corpos e toda sua história, muitas vezes literalmente... Um enorme aparato repressivo que insiste em ter nos agentes policiais e paramilitares os principais protagonistas impunes dessa violência extralegal, exacerbada e continuada, contra os inimigos internos definidos pelos donos do poder de turno. Seus inimigos de classe e de raça.

Conforme já pudemos gritar em tantos outros momentos (como em nosso livro “Mães de Maio – do Luto à Luta” – Nós por Nós, São Paulo, 2011), não é por outra razão que noss@s companheir@s da Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência do Rio de Janeiro batizaram o período democrático que passamos a viver, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, de “A Era das Chacinas”, o nome mais apropriado para a fase atual dessa longa História de Massacres que nos conforma. Afinal, na sequência da tão alardeada “abertura democrática” e a promulgação da dita “Constituição Cidadã”, menos de dois anos depois, a Chacina de Acari anunciaria o quê nos esperava pela frente... (PASSA PALAVRA, 2011)

Em outro artigo publicado na coletânea *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação* (KUCINKSKI, 2015), as Mães questionam se houve mudança no quadro de violência policial concluídas as investigações da Comissão Nacional da Verdade, e afirmam o caráter independente e horizontal do Movimento, bem descrito pela hashtag *#nóspornós*:

Infelizmente, tampouco os resultados práticos das comissões da verdade sobre a ditadura, apesar do sincero esforço de alguns de seus integrantes para ir além dos limites predeterminados pelos “donos” do poder de turno – inclusive no âmbito da questão indígena –, não deixaram de reproduzir essa lógica silenciadora (para quando ficou o acerto de contas com a verdade das vítimas dos Esquadrões da Morte?). Contribuíram, em suma, ainda muito pouco para o enfrentamento efetivo daquilo que é o desafio mais importante da sociedade brasileira atual: reverter o genocídio estatal que, no país, mata, aprisiona e tortura.

A nosso ver, a existência da coleção *Tinta Vermelha* e a iniciativa desta publicação específica sobre violência policial é decorrência da resistência popular que tem se manifestado nas ruas nos últimos anos, e não de qualquer comissão predeterminada pelos marcos e pelos objetivos ideológicos estatais; é reflexo da reação popular frente cada operação militar, cada nova chacina, cada novo caso de execução recente, como o de Amarildo, Ricardo ou Cláudia, reação que constitui a real potência emancipatória popular do verdadeiro Junho de 2013. (DARA; SILVA, 2015)

Considerações teórico-metodológicas

Desenvolver uma pesquisa sobre os movimentos de Mães e Familiares contra a Violência de Estado constitui-se tarefa delicada. Em primeiro lugar, pela infinidade de trabalhos acadêmicos já realizados sobre o assunto, tais como Vedovello (2015), Bezerra (2014), Lima (2016), Rosa (2016), Araújo (2007), Graça (2014) e Santiago (2016). Não foi encontrada, entretanto, nenhuma publicação que buscasse analisar mais profundamente a interdependência deste tipo de ativismo com os processos de construção de memória social, ou que investigasse as condições de produção desse conteúdo memo-informacional a partir do contexto do mundo digital. Em segundo lugar, pelo risco de instrumentalização da dor destas mães, que além de terem que lidar com a situação de luto e trauma, encontram-se ainda em situação de extrema vulnerabilidade social e psicológica, pois a violência nas periferias e favelas não diminuiu. Por último, pela compreensão que é um quadro que demanda buscas urgentes de soluções por parte da sociedade, incluindo-se a comunidade acadêmica. É neste sentido que ressaltamos a

importância das ações de coleta, organização e preservação do conteúdo memo-informacional, denunciativo e documental produzido por estas mães-ativistas.

O projeto original da pesquisa propunha uma investigação sobre *se* e *como* as tecnologias digitais poderiam estar facilitando o movimento de resistência à violência policial, a partir da possibilidade da de distribuição informacional reticular e de todos para todos, possibilitando a livre emissão de conteúdos (LEVY; LEMOS, 2010; CASTELLS, 2011). Assim, tendo acesso a essas tecnologias, as mães e familiares de vítimas poderiam ocupar a esfera pública com suas denúncias e reivindicações de forma direta sem depender de intermediários.

Entretanto, a teoria sobre o Net-ativismo, desenvolvida pelo Centro Internacional de Pesquisa Atopos, da ECA-USP, mostrou-se não só mais adequada para compreender esta forma reticular, descentralizada, não-hierarquizada e colaborativa da rede de redes de familiares, mas também para respeitar os anseios expressados pelo grupo de mães, a partir da compreensão desta teoria que para se estudar a rede, é preciso estar nela, ou seja, colocar-se junto, de modo a entender como ocorre a construção destas memórias ativistas na era digital.

As recentes ondas de protestos ao redor do mundo evidenciam como as altas capacidades conectivas, as tecnologias ubíquas, as redes sociais digitais e o agir em rede, tem influenciado os cenários político-sociais. Vale ressaltar, entretanto, que de forma distinta, por exemplo, ao pensamento do sociólogo Manuel Castells, a concepção net-ativista compreende que as redes digitais não são ferramentas utilizadas pelos cidadãos para a distribuição de fluxos de informação, fluxos que irão intervir nos modos de organização da sociedade, mas que é a partir da existência dessas tecnologias que estes fluxos infomateriais são formados. A forma digital da sociedade não seria, portanto, uma continuidade mais expandida e ágil das práticas democráticas de diálogo, ou uma ampliação da esfera pública habermasiana, mas revela *um novo tipo de ambiente*, que une humanos e dispositivos tecnológicos, que diferenciaria as arquiteturas comunicativas sociais das arquiteturas comunicativas da colaboração:

Por tais pressupostos, segundo o ponto de vista apresentado neste livro, é possível dar outro passo à frente que nos leve a afirmar que as redes digitais não devem ser entendidas somente como o espaço do diálogo e da circulação das diversas opiniões humanas, mas sim como as formas de interação comunicativa entre humanos e não humanos. Por tal perspectiva, mesmo a ideia moderna de esfera pública, como arquitetura de emanção e diálogo de conteúdos públicos por meio dos suportes midiáticos audiovisuais e impressos, não mais parece suficiente para descrever a complexidade e a qualidade das interações no interior das arquiteturas digitais. Nessas últimas, os processos comunicativos de interação, mais que a extensão dos sentidos e dos conteúdos humanos, devem ser postos em relação a formas comunicativas do habitar, ou seja, a condições habitativas mutantes nas quais as interações, os contextos e a própria ecologia não são mais construídos apenas por sujeitos e atores humanos, mas passam a tomar forma, cada vez mais, em maneira colaborativa, a partir das interações produzidas pelos diversos membros e pelas diversas entidades não humanas conectados. (DI FELICE, 2018, capítulo 5, 11 par)

Em outras palavras, nossa premissa é que os *trabalhos da memória*, a que nos referimos anteriormente, realizados pelos familiares das vítimas de violência, não correspondem ao produto das trocas informacionais somente humanas; mas são gerados a partir da fusão de diversos elementos *infomateriais*, situados em um tipo inédito de ecologia comunicativa, atópica e colaborativa.

Esta escolha metodológica parece também alinhar-se a uma compreensão processual e relacional da Memória Social, que representa, segundo Gondar (2016a), um conceito em

movimento, articulando paradoxos como lembrança e esquecimento e cuja compreensão atual não pode prescindir da análise do digital:

Se quisermos pensar as transformações da memória, não basta enfocarmos as alterações dos jogos sociais ou dos jogos de força; é preciso também levarmos em conta a mudança das mídias técnicas. Se há algo que a Era Digital nos fez ver muito claramente é que a construção da memória depende tanto de interesses sociais, políticos e culturais quanto é determinada pelos meios de comunicação e pelas técnicas de registro. (GONDAR, 2016b)

Di Felice (2009), a partir do pensamento de Heidegger, propõe três formas comunicativas do habitar, ou seja, três formas de interação com o ambiente a partir de diferentes recursos tecnológicos: a escrita, a comunicação de massa analógica e as tecnologias da era digital - o habitar empático, o habitar exotópico, e o habitar atópico - sendo que os dois primeiros estariam configurados por uma oposição entre homem, tecnologias e ambiente, e o último possibilitaria uma experiência híbrida e imersiva.

O habitar *empático* corresponde à percepção do ambiente pelo homem como uma oposição, uma externalidade, ao qual ele se dirige a partir de uma perspectiva antropocêntrica. É o tempo das grandes intervenções arquitetônicas e urbanísticas, da escrita do homem sobre a cidade. No habitar *exotópico* há uma alteração sensível na percepção da natureza e um deslocamento espacial do sujeito sem que ele se movimente, desde a invenção do telescópio até a eletrificação do ambiente e o surgimento da fotografia e das mídias de massa, como o rádio e a televisão.

Com a digitalização de objetos, seres vivos e ambientes, entretanto, não é mais possível separar os territórios midiáticos dos arquitetônicos: no habitar *atópico* surge um novo tipo de elemento, uma *infomatéria*, em ambiente no interior dos quais é possível um deslocamento informacional. A oposição entre sujeito e técnica, sujeito e ambiente, sujeito e objeto é transformada em um *todo comunicante*.

É neste contexto que compreendemos o net-ativismo como uma forma interativa mais complexa de ativismo digital, possibilitada pela forma descentralizada da web 2.0, conflituosa e participativa, não mais resultado de ações apenas humanas, mas de interações com tecnologias, além de atópica, ou seja, sem lugares definidos, uma forma informativa digital e transorgânica, cuja expressão temos acompanhado nas diversas ondas recentes de protestos ao redor do mundo, o Movimento Zapatista, a Primavera Árabe, o 15M, Occupy Wall Street e as Jornadas de Junho de 2013. (DI FELICE, 2018)

Considerações Finais

Os altos índices de violência no Brasil são extremamente preocupantes e demandam reflexões e ações urgentes por parte da sociedade. A contenção de crimes contra a vida e contra o patrimônio, somada à questionável política de proibição do comércio de entorpecentes, concentra-se em uma política de enfrentamento armado nas favelas, gerando um número imenso de homicídios praticados por policiais. As mortes destas pessoas não geram grande comoção ou são, na maioria dos casos, esclarecidas, haja vista a prática do arquivamento dos inquéritos pela justiça.

Os laços afetivos de familiares com as vítimas impulsionam a busca por esclarecimento, justiça e reparação. Esta busca é realizada através da construção de trabalhos da memória, através dos quais a dignidade da pessoa é preservada, não obstante todos os preconceitos de raça e situação socioeconômica.

Dado o grande número de casos semelhantes, em diferentes estados no Brasil, mães e familiares articulam-se em encontros presenciais e através das redes digitais, formando uma rede de redes de solidariedade e de compartilhamento de informações.

Estes trabalhos da memória empreendidos pelas mães e familiares de vítimas de violência de Estado no tempo da democracia surgem a partir das interações que ocorrem nesta ecologia digital e atópica, dotando o movimento de contornos não só independentes, mas também críticos a institucionalidades.

Sugerimos que tanto o registro digital da violência policial, de valor documental feitos por moradores com seus celulares, por exemplo, e as narrativas memoriais elaboradas pelas mães sejam pensados como uma nova forma de patrimônio imaterial/digital, cuja conceituação acreditamos estar ainda em discussão e desenvolvimento, por ter surgido há curto espaço de tempo, e que formas de preservação sejam discutidas, dada a característica híbrida de dissolução (transmissão oral) e acumulação (registro escrito) da memória em ambiente digital. (DODEBEL, 2015).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Do luto à luta**: a experiência das mães de Acari. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho**: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf>. Acesso em: jun 2018.

BEZERRA, Thays Alves. **Autos de resistência e violência policial**: estratégias utilizadas para negar a violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas capitais brasileiras, Curitiba e Salvador. Monografia. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. 2014

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CMI-RIO. São Paulo-SP: **Das desaparecimentos de Ayotzinapa às desaparecimentos no Brasil**. Publicado em: 17 jun 2015. Disponível em: <<https://midia independente.org/?q=ksbgx>>. Acesso em: jun 2018.

COMISSÃO ESPECIAL CRIMES DE MAIO. **Relatório final**. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Secretaria de Direitos Humanos. 2010. Disponível em: <<http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Relatorio%20SDH%20Crimes%20de%20Maio.pdf>>. Acesso em: jun 2018.

DI FELICE, Massimo. **Paisagens pós-urbanas**: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Net-ativismo**: da ação social ao ato conectivo. São Paulo: Paulos, 2018. Livro digital. Formato ePub/Kindle.

DODEBEL, Vera. Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital. In: DODEBEL, Vera; TARDY, Cécile (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <[http:// books.openedition.org/oep/417](http://books.openedition.org/oep/417)>. Acesso em: jun 2018.

EXTRA. 2015. Beltrame: 'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra'. OAB critica diferenciamento. **EXTRA**. Publicado em: 23 set 2015. Disponível em: <[http:// extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html](http://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html)>. Acesso em: jun 2018.

FARIAS, Francisco Ramos de; PINTO, Diana Souza. Memória social em situação traumática. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2007, v. 1, p. 1-390.

G1 Rio. **Pezão admite erro da PM em ação que matou Eduardo no Alemão**. Publicado em: 13 abr 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/pezaao-admite-erro-da-pm-em-acao-que-matou-eduardo-no-alemao.html> >. Acesso em: set 2016.

GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. **Cad. Psicanál.-CPRJ**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, jul./dez. 2012

_____. Terror, terrorismo e reconhecimento. **Cad. Psicanál. (CPRJ)**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 35, p. 129-141, jul./dez. 2016b

GRAÇA, Alice Belinello. **Da casa às ruas**: o movimento de mães em São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Paulo. 2014.

ISP. **Taxas de letalidade violenta**. 2017. Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>>. Acesso em: jun 2018.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI, 2002

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**. São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, Laura Gonçalves de. **Crimes de maio**: estigmas e memórias da democracia das chacinas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília. 2016

MARTINS, Marco Antonio. STJ concede liberdade a policiais acusados de matar jovens com 111 tiros. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 21 jun 2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1783898-stj-concede-liberdade-a-policiais-acusados-de-matar-jovens-com-111-tiros.shtml> >. Acesso em: set 2016.

MISSE, Michel. "**Autos de resistência**": uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório final de pesquisa. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

NASCIMENTO, Aline; ZAMORA, Maria Helena. É legítimo matar em nome da lei?. **Polêmica**, v. 10, p. 587-605, 2011.

PASSA PALAVRA. Crimes de Maio e a Democracia das Chacinas. Publicado em: 02 nov 2011. **Passa Palavra**. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/11/47896>>. Acesso em: jun 2018.

ROSA, Fabrício. **Mães em luto**: narrativas de sofrimento decorrentes do extermínio de jovens em Goiânia. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos. Universidade Federal de Goiás. 2016.

SANTIAGO, Vinícius. **A luta das mães nas favelas**: margens, Estado e resistência. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. 2016.

SCHINCARIOL, Rafael. Apontamentos sobre o significado de memória e verdade no legado da ditadura civil-militar brasileira. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.2, p.150-167, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. España: Paidós, 2000.

VEDOVELLO, Camila. Era das Chacinas? Breve discussão sobre a prática de chacinamento na era democrática. **Revista Liberdades**, v. 1, p. 134-146, 2015.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

TECNOLOGIA: APROPRIAÇÃO, HIBRIDISMO E APRENDIZADO DOS NATIVOS DIGITAIS

MARCELLO RIELLA BENITES

*Mestre em Cognição e Linguagem pela
Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf)
marcellobenites@hotmail.com*

CARLOS HENRIQUE S. MEDEIROS

*Coordenador do Programa de Pós-graduação
em Cognição e Linguagem da Uenf
chmsouza@gmail.com*

SÉRGIO ARRUDA DE MOURA

*Professor associado do PPGCL/Uenf
arruda.sergio@gmail.com*

RESUMO

Esta pesquisa contextualiza a apropriação, o hibridismo e o aprendizado tecnológicos quanto à contribuição que dão à tecnologia e ao impacto que causam na sociedade. Reflete sobre a apropriação tecnológica por grupos resistentes aos setores de poder e considera o desenvolvimento de tecnologia por esses grupos. Objetivos: evidenciar as peculiaridades técnicas dos *gadgets*; mencionar uma tecnologia da “gambiarra”, da qual, mesmo sem formação regular, servem-se os usuários; considerar as funcionalidades do celular como dispositivo por excelência das narrativas midiáticas independentes; e, finalmente, apontar o aprendizado dos “nativos digitais”. Contempla o binômio jovens-tecnologia. Mas faz a ressalva de que as mudanças e impactos causados por esse fenômeno não fogem totalmente do padrão de alterações produzidas pelas evoluções geracionais e técnicas, ocorridas desde os primórdios em que o ser humano passou a contar com algo mais que o próprio corpo para transformar a natureza a seu favor.

Palavras-chave: Tecnologia. Apropriação. Hibridismo. Nativos digitais. Aprendizado

ABSTRACT

This research contextualizes technological appropriation, hybridity and learning regarding the contribution they make to technology and the impact they cause in society. It reflects on the technological appropriation by groups resistant to sectors of power and considers the development of technology by these groups. Objectives: to demonstrate the technical peculiarities of gadgets; to mention a technology of “gambiarra”¹, of which, even without regular training, users are served; to consider the functionalities of cell phones as the device per excellence of independent media narratives; and, finally, to point out learning of “digital natives”. Contemplate the youth-technology binomial. But he makes the caveat that the changes and impacts caused by this phenomenon do not entirely escape the pattern of changes produced by the generational and technical evolutions that have occurred since the earliest times when human being began to rely on something more than his own body to transform nature in your favor.

Keywords: Technology. Appropriation. Hybridism. Digital natives. Learning

1 “Today, the term ‘gambiarra’, in Brazil, has received interpretations that configure it as an attitude of improvisation, creativity, alternative solution, improvised repair (BOUFLEUR, 2006).”

Metodologia e objeto de estudo

Reflexão resultante e necessária a um estudo na linha da Análise do Discurso francesa², este trabalho não lança mão, no entanto, dessa metodologia. Segue-se uma linha, inspirada em pesquisa bibliográfica que analisa o tema em sua articulação com noções como esfera pública, cibercultura, contracultura, estrutura de redes, apropriação, resistência de setores subalternos, nativos digitais e aprendizagem tecnológica. A intenção é articular os conceitos para explicitar que alguns deles são anteriores ao auge das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs). Tais noções já consolidadas antes das NTICs apresentam-se ainda válidas. É o que se pode dizer das concepções de esfera pública, contracultura, dominação e resistência.

O texto apresenta menções pontuais ao objeto original do estudo apresentado em Benites (2016), a Mídia Ninja (MN). Ninja é a sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Trata-se a MN de emblemático tema, já há cinco anos, das reflexões pertinentes a este GT (Informação, educação e tecnologias). Portanto, julgamos recordar aqui, mesmo se breve, um histórico do coletivo conhecido por sua cobertura ligada ao ativismo social e que se destacou nas Manifestações de Junho de 2013 no Brasil, questionando paradigmas do jornalismo. Benites (2016, p. 61) traz um registro mais completo do surgimento e das propostas do grupo.

Para conhecer a história da Mídia Ninja é necessário saber sobre Bruno Torturra, seu fundador, na época, de 37 anos, e sobre seu cofundador, Pablo Capilé, da mesma idade, que criara, em 2005, na cidade de Cuiabá, o coletivo Circuito Fora do Eixo (FdE), do qual surgiria a MN, em 2013. Devemos as informações que se seguem à jornalista Elisabeth Lorenzotti (2014, pp. 5-9). Por 11 anos ele trabalhou para a revista *Trip*, na qual chegou a ser diretor de redação. Sem diploma de jornalismo, acumulava em 2013, ano das Manifestações, experiência na cobertura de eventos como a Marcha da Liberdade, pela liberação do uso e do comércio da maconha, bem como com o tipo de cobertura feito pela MN nos protestos – enfrentando a truculência da polícia.

Por sua vez, Torturra, morava em São Paulo quando conheceu o Fora do Eixo no início de 2011.

A rede de coletivos culturais recém-chegada a São Paulo tinha sido o tema da minha primeira matéria como diretor da revista (*Trip*). Discutia como eles haviam construído pelo interior do Brasil um circuito musical independente por meio de uma economia comunitária e conscientemente deficitária. Dividiam espaço, comida, roupas, uma conta bancária e um compromisso de criar um ambiente cultural economicamente viável e ideologicamente compatível com os valores de compartilhamento implícitos na rede e explícitos na prática do FdE³ (TORTURRA, 2013).

Em consequência, no mesmo período, Bruno conheceu Pablo Capilé, e o relato abaixo mostra a simpatia que tinha pela causa do coletivo e como considerava seu fundador, além de informar sobre a PÓS TV, iniciativa precursora da Ninja (grifo nosso).

Jamais conheci comunidade tão interessante e generosa, tão pacificamente revolucionária. E tão interessada em trocar ideias sobre mídia e política – e experimentá-las na prática. À frente do Fora do Eixo, meu *personagem principal*: Pablo Capilé. *Tornamo-nos amigos e parceiros*. Dois meses depois da reportagem, começamos a conspirar juntos em torno da tal PósTV – uma rede de transmissões ao vivo pela internet que colocamos no ar em todo o país através dos coletivos ligados ao FdE. As imagens vinham sobretudo de São Paulo, mais exatamente de um sofá puído que ficava na edícula de pé-direito alto nos fundos da Casa Fora do Eixo, no bairro do Cambuci. Eram horas e horas, quase todos os dias, consumidas em debates, conversas,

2 O jornalismo e as narrativas midiáticas independentes / Mídia Ninja: Discurso dos jornalistas diante dos desafios das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (BENITES, 2016).

3 Essa vida comunitária define as chamadas Casas FdE, sedes do coletivo.

experimentações de formato e linguagem sobre temas que não tinham quase nenhum espaço na imprensa tradicional (TORTURRA, 2013).

Também merece destaque, na história do grupo Mídia Ninja, o surgimento da PÓS TV, em 2011, como iniciativa de comunicação que o precedeu dentro do FdE. A jornalista prossegue, relatando a história de como foi o surgimento da denominação do coletivo e da sigla Ninja.

E qual seria o nome? Não seria POSTV⁴. Uma amiga de Bruno teve a ideia do ninja, “algo que os gringos também entenderiam”. Então, fizeram a sigla: “núcleo independente, jornalismo, e...? Até que chegaram a Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação: “isso definia o que a gente fazia”, diz Bruno. O A, portanto, não é de ativismo, mas de ação. (...) “Pensamos em ação, porque a gente não apenas cobre, mas também promove, ocupa rua (...), propõe pautas, a gente não se acanha se precisar ser o protagonista da coisa. Ação nesse sentido” (LORENZOTTI, 2014, cap, 1, p. 18).

Dado o nome, prosseguem os trabalhos. A primeira cobertura oficial foi o Fórum Social Mundial, em março de 2013, na Tunísia. Depois, o julgamento dos réus no assassinato do casal de ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em abril; a *Marcha das Vadias*, em maio, como destaques entre outros.

Quadro de referência teórico

É Maia (2000) que apresenta abordagem contemplando a internet como “esfera pública virtual”, espaço de deliberação da sociedade, a partir do conceito de esfera pública em Habermas. Castells (2003), por sua vez, aponta a natureza flexível das redes, avessas a hierarquizações. Urquidi (2004) traz uma rica reflexão que cita Jean Baudrillard e Jesús Martín-Barbero para propor que a apropriação tecnológica não é uma questão fechada entre setores dominantes e resistência, mas um território de disputa marcado por negociações, avanços e recuos tanto de uma parte quanto de outra.

Em seguida, Morales *et al* (2013) refletem sobre o hibridismo funcional, a mobilidade e a portabilidade dos celulares como objetos por excelência do midiativismo. Por fim Bittencourt (2014), Prensky (2001), Duqueviz (2012) e Abreu (2012) participam de um aprofundamento feito acerca do aprendizado tecnológico espontâneo característico dos jovens, que envolve uso improvisado dos *gadgets* e que se torna também produção de tecnologia. Esse estudo dialoga também com a constatação de uma nova teoria da aprendizagem, o “conectivismo”, bem como da “neuroplasticidade” – alterações cognitivas no cérebro resultantes da prática com os *games* e, acrescentamos, com as novas tecnologias em geral.

Apropriação tecnológica

Considerando Castells (1999, p. 69) quando diz que “a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem”, abordaremos agora a questão da apropriação tecnológica; ou seja, a utilização das tecnologias por indivíduos e coletivos na relação com a apropriação feita pelos grandes grupos de comunicação. Urquidi (2004) apresenta um estudo que, mesmo não ignorando a tendência do uso das tecnologias de comunicação com fins de dominação, reconhece significativa autonomia no uso das mesmas por pessoas ou coletivos na resistência e na luta por interesses não dominantes.

Num contexto de desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e de popularização dos recursos da informática, afirma-se que as possibilidades de relacionamento e intercomunicação social cresceram a ponto de contradizer antigas posturas sobre o papel dos meios de comunicação e a transformação dos seus recursos

4 À parte citações, usaremos a grafia “PÓS TV” encontrada no portal Transparência Fora do Eixo.

em ferramenta de dominação. Garante-se que as novas tecnologias permitiram à população se apropriar destas ferramentas sem, contudo, definir-se claramente o que se deseja significar com esse novo conceito [de apropriação] (URQUIDI, 2004, p. 1).

A autora rejeita, assim, uma aceitação acrítica do conceito de apropriação que em certos setores do meio acadêmico atingiu significativo consenso. Revisita, então, teóricos os quais alertaram para o fracasso do projeto moderno que previa – com o Iluminismo e o progresso tecnológico –, a felicidade humana longe da dominação e na conquista do bem-estar, para que as pessoas pudessem fruir o belo e a harmonia social. Ela recorda, por exemplo, a denúncia de Jean Baudrillard contra a mídia contemporânea: “na busca desse progresso, o que havia de conteúdo social foi substituído por uma massa inócua e vazia de pessoas deslumbradas pelos artifícios da tecnologia (URQUIDI, 2004, p 2)”. E afirma que, segundo ele, a mídia teria iniciado certa produção de “simulacros” que ao invés de harmonizar a realidade, geravam certa “hiperrealidade” deletéria.

Mas Urquidi leva também em consideração, as investigações de teóricos da recepção e dos estudos culturais, como Jesús Martín-Barbero e, mencionando-o, afirma:

Nos meios de comunicação e pelos recursos das novas tecnologias não se reproduzem, apenas, as ideologias, mas também se faz e se refaz a cultura das maiorias. Não somente se comercializa alguns formatos, mas se criam e recriam as narrativas onde se entrecruzam o imaginário mercantil e a memória coletiva. A comunicação não é apenas o local da hegemonia, mas o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários desde os que a gente representa ou os que teme, o que tem direito a esperar, seus medos e suas esperanças (URQUIDI, 2004, p. 8).

Comparando os dois feixes de visões opostas sobre as tecnologias da comunicação, a autora questiona a previsão de que a popularização dos dispositivos (com a queda de preços) garanta, de forma universalizante, uma nova primavera de conquistas sociais capitaneadas pela tecnologia. Ela, entretanto, não cede ao fatalismo de que a posse dos meios de produção das novas tecnologias assegure vantagens absolutas aos setores dominantes; ao passo que a atual situação abre brechas para que cada pessoa e também os coletivos mostrem a sua capacidade de transformação da realidade pela apropriação das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias.

Hibridismo, mobilidade e tecnologia do tipo “faça você mesmo”

Quanto ao aspecto técnico dos dispositivos tecnológicos utilizados pelos midiativistas, Morales *et al* (2013, p. 7) mencionam o conceito de “hibridismo”. Associada aos celulares – com os quais se pode viralizar instantaneamente uma imagem ou a informação de um fato –, a noção de hibridismo tira esses dispositivos de uma “analogia simplória” com o telefone. É relevante para a eficácia das NMI o fato de o celular congregar, de forma híbrida, funções de telefone, computador, máquina fotográfica, filmadora, editor de texto e GPS, entre outras, além de ser portátil e conectável às redes sociais mesmo em movimento. O grifo que fazemos na citação abaixo marca, além do tema da portabilidade, implícito no da mobilidade, o caráter de um trabalho não planejado, típico dos “nativos digitais”:

No caso do “Mídia Ninja”, sua existência é marcada na rede social digital, porém, com o traço de inserções de vídeos e outras informações jornalísticas, nos tempos **da mobilidade**. As transmissões são feitas em grande parte por celulares e dispositivos 4G, **mais na base do imprevisto do que de um roteiro predefinido**. (Morales et al., 2013, p. 7).

Lembramos agora o estudo de Bittencourt (2014) que, numa análise da cobertura do Mídia Ninja nas manifestações de 2013, visa a evidenciar a espontaneidade do “(...) uso de mídias

do tipo 'faça você mesmo' por grupos e indivíduos que se sentem oprimidos pela cultura dominante" (BITTENCOURT, 2014, p. 88). Compreendemos esse "faça você mesmo" também como o aprendizado sem que seja necessária uma formação técnica e uma certificação oficial, característica das NMI acenada como improvisado e falta de um roteiro predefinido na citação anterior. Essa observação lembra, inclusive, Castells, quando fala em "aprender usando" e "aprender fazendo", construindo a tecnologia: "os usuários apropriam-se dela redefinindo-a" (CASTELLS, 1999, p. 69), o que também será aprofundado à frente.

Como aprendem os nativos digitais

A partir da reflexão acima, segundo a qual consideramos os integrantes da Mídia Ninja como nativos digitais (PRENSKY, 2001, p.1)⁵, julgamos importante aprofundar neste momento, mesmo se brevemente, como se dá nos jovens a aprendizagem tecnológica. Essa pergunta emerge, particularmente, quando deparamos com os significativos efeitos da cobertura da MN, feita com o uso de celulares, *notebooks* e geradores de energia montados criativamente num carrinho de supermercado que eles levavam em 2013 para o meio dos protestos. Os resultados de tal aprendizado muito impactam a sociedade, como sabemos, ao ver a desenvoltura de jovens e crianças com a tecnologia. As manifestações de junho de 2013 foram um evento no qual esses resultados puderam ser sentidos particularmente.

Duqueviz (2012) enumera as atitudes/aptidões que Veen e Vrakking (apud DUQUEVIZ, 2012, p 4) atribuem aos "jovens digitais": habilidades multitarefa; indistinção entre conexão virtual ou presencial; leitura textual não linear, hipertextual; busca de informação em diversas fontes e por meio de pessoas conectadas em rede; prioridade para interações síncronas, para respostas instantâneas; rapidez na execução de tarefas e respostas; processamento de grande carga de informação; propensão a compartilhar informação; receptividade ao trabalho colaborativo; flexibilização do conceito de privacidade; comunicação sintética; familiaridade com jogos de computador, que produzem sensação de atividade, controle e imersão.

Advêm dessa familiaridade e dessa prática habilidades como: discriminação visual e espacial apurada, sintetização do pensamento por meio de ícones e atenção em paralelo, entre outras. Segundo ela, os aparatos tecnológicos, ao longo da história da humanidade, atuam na zona de desenvolvimento proximal⁶ das pessoas por meio da internalização das aptidões de aprendizagem demandadas pelas ferramentas que emergem em cada época. "Assim, cada cultura se caracteriza por gerar contextos de atividades mediados por sistemas de ferramentas, os quais promovem práticas que supõem maneiras particulares de pensar e de organizar a mente" (LALUEZA, CRESPO e CAMPS, Apud DUQUEVIZ, 2012, p.4). Ela menciona ainda uma "nova teoria da aprendizagem que proporciona às NTICs um papel central na aprendizagem, o conectivismo".

A lista de princípios do conectivismo (SIEMENS A pud DUQUEVIS, 2012, p. 5) inclui: a capacidade de saber mais é mais crucial que o que é atualmente conhecido; as conexões de fomento e de manutenção são necessárias para facilitar a aprendizagem contínua; a habilidade para perceber conexões entre campos, ideias e conceitos é uma competência fundamental;

5 Segundo Prensky (2001, p.1), que cunhou as expressões nativos digitais e imigrantes digitais, os imigrantes são as pessoas das gerações anteriores à consolidação do mundo virtual, e que têm uma relação com as tecnologias baseada num esforço de aprendizagem, ao passo que os nativos são os mais jovens, que aprendem essas habilidades como se aprende a língua materna, naturalmente e com extrema facilidade.

6 Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), conceito de Vygotsky (apud SOUZA; GOMES, 2008), seria a distância entre o que o aprendiz consegue fazer sozinho e o que ele consegue fazer com a ajuda de um instrutor ou de colega mais experiente. Souza e Gomes (2008) afirmam que o autor russo "relacionou a aprendizagem com o desenvolvimento em constructo denominado zona proximal de desenvolvimento (ZPD), 'à distância entre o nível de desenvolvimento atual, como determinado pela independência na resolução de problemas' por crianças, e o nível superior de '(...) desenvolvimento potencial, como determinado através da resolução de problemas com ajuda de adultos ou em colaboração com outras crianças mais capazes".

a atualidade (conhecimento preciso, atualizado) é o intento de todas as atividades de aprendizagem conectivista; a tomada de decisão é em si um processo de aprendizagem; escolher o que aprender e o significado da informação recebida baseiam-se numa realidade em mutação; alterações no marco da informação afetam a decisão.

Outro estudo que chamou, particularmente, a nossa atenção foi a dissertação de mestrado defendida por Abreu (2012), justamente porque ele escreveu na condição de nativo digital, abordando o universo do videogame como um sistema de aprendizagem:

Existe, num ambiente fora do universo escolar, um vasto sistema de aprendizagem ocorrendo no ato de se jogar videogames. Resta-nos questionar que aprendizagem é essa e quais seriam seus potenciais para a educação de nativos digitais. Em suma, buscar compreender as aprendizagens que emergem aos nativos digitais em sua relação com os videogames (ABREU, 2012, p.19).

O autor aponta, entre outras reflexões, para a importância de investigar as apropriações que os jovens fazem do mundo dos jogos eletrônicos. A partir da meditação sobre a grande quantidade de tempo no qual esses jovens estão em contato com os jogos e com as tecnologias digitais em geral, Abreu argumenta favoravelmente no sentido de estarem ocorrendo neles mudanças cognitivas na estrutura cerebral, citando estudos sobre “neuroplasticidade ou plasticidade do cérebro”. Abreu (2012) dedica-se, então, a uma reflexão acerca do lúdico e da “seriedade” quando se debate o tema dos games.

O autor afirma que *gamers* exibem, regularmente, elementos como persistência; assumem riscos, dão atenção a detalhes; bem como apresentam peculiar habilidade de resolver problemas (KOPFLER, Apud ABREU, 2012, p. 33). Falando também a partir da própria experiência, Abreu (2012) diz que os nativos digitais não devem ser vistos como uma geração que rompe com as anteriores, mas como “indivíduos com afinidades e, em consequência, com expectativas provenientes de uma lógica diferente de se relacionar, no processo de produção e consumo de conhecimento, ao viver numa cultura digital” (ABREU, 2012, p. 86). Ao falar da indistinção apresentada no comportamento dos nativos quanto a entretenimento e trabalho, lazer e estudo, ele admite que no jovem “tais elementos se imiscuem e produzem um conhecimento em ressonância com esse maquinário neurológico reestruturado pelos devaneios em virtualidades”.

Ainda sobre aprendizagem tecnológica, acrescentamos a referência a Castells (1999), já aventada anteriormente. Sobre a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, ele fala em “um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o seu uso”. Segundo ele, nos dois primeiros estágios da “revolução tecnológica”, o processo da inovação fundamentou-se em “aprender usando” (CASTELLS, 1999, p. 69). O autor de *A Sociedade em Rede* afirma que hoje vive-se um “terceiro estágio” no qual aprende-se a tecnologia fazendo tecnologia, construindo-a (grifos nossos).

No terceiro estágio, os usuários aprenderam a tecnologia fazendo, o que acabou resultando na reconfiguração das redes e na descoberta e novas aplicações. O ciclo de realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios torna-se muito mais rápido no novo paradigma tecnológico. Consequentemente, a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da Internet (CASTELLS, 1999, p 69).

Quanto a questionamentos sobre essa elaboração do autor, acrescentaremos um comentário à frente. Retomando Castells, para ilustrar o que ele diz com “usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa”, à parte os conhecidos casos de adolescentes que são contratados por grandes firmas de tecnologia para agregar a elas o seu saber intuitivo de usuário – e até de *hackers*, envolvendo, inclusive, a complexa questão da segurança no ciberespaço – acreditamos que a Mídia Ninja também oferece um bom exemplo disso. Profissionais de comunicação e observadores da mídia ficaram impressionados com a forma como eles, à época das jornadas de 2013, conjugavam *notebooks* e celulares num carrinho de supermercado, em verdadeiras gambiarras⁷. Vejamos depoimento de próprio Bruno Torturra, fundador dos “Ninjas” (TORTURRA, 2013a), ao responder à pergunta de um repórter do El País, que chegara da Espanha para cobrir as Manifestações. O entrevistador queria saber do que se tratava a “base móvel” da MN, no Largo da Batata, um dos palcos dos protestos, na Zona Oeste paulistana.

Um carrinho de supermercado equipado com um gerador velho, dois laptops, mesa de som e de corte de vídeo, duas filmadoras e caixas de som. Sobre toda a parafernália, lona e guarda-chuva preventivos. Soltos na multidão, dois fotógrafos e dois cinegrafistas. Contávamos com o *wifi* liberado de algum vizinho gentil ou com nossos dois instáveis *modems* 3G para *streaming* e envio de material aos membros da equipe que, assentados na Casa FdE, o recebiam e divulgavam na página da MN no Facebook. Era esse o esquema, mambembe e altamente funcional, com o qual transmitíamos da rua pela PósTV. O objetivo era, com a criatividade, superar limites da tecnologia, como o fim da carga de celulares, a sobrecarga do ciberespaço por excesso de usuários durante os protestos, e o acesso a redes wi-fi nas áreas onde estes ocorriam (TORTURRA, 2013a)⁸.

Com essa reflexão, cremos ter reunido as seguintes ideias: predominantemente, seriam nativos digitais os operadores de iniciativas como as da Mídia Ninja; e predominantemente, são os nativos digitais que passam pela aprendizagem típica que potencializa a atual revolução tecnológica, e que possibilita fenômenos como a MN.

Passamos agora a refletir sobre objeções que possa haver quanto à distinção de estágios tecnológicos feita por Castells (1999) e que descrevemos alguns parágrafos acima. Marcar períodos históricos, segundo tais objeções, pode ser pretensioso, quando se sabe que “a invenção do método da invenção” foi observada pelo filósofo e matemático britânico Alfred Norton Whitehead (1861-1947) já no século XIX (SCHAFER, 2001, p. 108) como grande divisor cronológico acerca da tecnologia.

Claro que questionamos também a última frase do trecho citado na página 7 do presente artigo, pois dizer que “usuários podem assumir o controle da tecnologia (CASTELLS, 1999, p. 69)” pode ser, no mínimo, utópico, se não até estrategicamente ideológico. Em nosso entendimento, porém, essa ressalva não retira a validade da reflexão do sociólogo espanhol ao perceber que pessoas comuns, usuários de tecnologia, sobretudo jovens, começam a influenciar a mesma de uma forma, talvez, inédita, no que se refere a NTICs, inclusive, fora – e depois – do processo de produção, como observamos com os jeitinhos, as gambiarras e a criatividade da Mídia Ninja

7 “Atualmente, o termo gambiarra tem recebido interpretações que o configuram como uma atitude de improvisação, criatividade, solução alternativa, conserto improvisado (BOUFLEUR, 2006).”

8 Artigo encontrado em versão *on-line*, não paginado.

9 Outra informação interessante é que, para superar a sobrecarga da internet que dificultava e impedia as postagens em meio aos protestos, já que milhares estavam conectados ao mesmo tempo, os Ninjas aproveitavam para enviar informes quando a polícia apelava para a violência dispersando os manifestantes. Eles “(...)perceberam que o melhor momento para fazer transmissões via rede 3G é quando a polícia entra com a força para dispersar os manifestantes. ‘Quando todo mundo guarda os celulares no bolso para sair correndo, é hora de sacar os nossos’, diz Torturra” – a citação anterior, foi encontrada em Hessel (2013), encontrada em versão *on-line*, não paginado.

Conclusões

Ao longo desta investigação pudemos perceber melhor a novidades que as NTICs imprimiram aos processos de deliberação social e mobilização política. Constatamos o quanto as funcionalidades de uma determinada rede social podem ser propícias a mobilizações políticas libertárias, mas podem também servir a posturas intolerantes e totalitárias, tanto individuais, quanto coletivas ou institucionais. O estudo do conceito de apropriação tecnológica é central em nossa pesquisa. Possibilitou uma visão equilibrada sobre o papel que as NTICs podem jogar, a favor e contra, tanto dos setores dominantes quanto dos grupos subalternos em atitude de resistência.

A abordagem da esfera pública virtual como noção harbemasiana de esfera pública ancorou o trabalho na tradição filosófica. Por outro lado, refletir acerca da produção/improvisação tecnológica realizada pelos midiativistas, sobretudo os jovens, possibilitou considerar uma perspectiva libertária incomum – não só os “poderosos” fazem tecnologia. Essa perspectiva também dá um relevante aspecto concreto às lutas, na medida em que as vincula à técnica. Isso fica enfatizado na importância assumida pelo fato de que aquilo que poderia ser um mero dispositivo de comunicação linear – o celular – torna-se ferramenta e até “arma” do midiativismo.

Por fim, as constatações sobre o aprendizado dos nativos digitais levam a contemplar possibilidades de alcance vertiginoso como a neuroplasticidade dos jovens, alterada pela prática intensa que eles têm com os games e *gadgets*. Vale a pena até correr o risco de conjecturar: A que ponto pode mudar a estrutura do cérebro dos jovens (e de todos os usuários)? Que tipo de inteligência e capacidades podem advir daí? O impacto causado pela Mídia Ninja – na maioria pessoas com menos de 25 anos (em 2013), sem poder econômico e político – pode ser um sinal.

Mas todo entusiasmo intelectual do registro dessas mudanças não nos exime de uma última consideração. Apesar da importância e efeitos do midiativismo no cenário de revolução epocal em que vivemos com advento do ciberespaço, da cibercultura e suas implicações, é preciso vê-lo no contexto da história. Vê-lo, portanto, subordinado a construções culturais consolidadas antes do advento da internet e de suas conexões com a telefonia celular. Investigações sobre as mudanças que o progresso técnico imprime aos dispositivos e ao seu manuseio, como também aos comportamentos que daí resultam são importantes para nos situarmos no tempo atual.

À parte (e após) os tempos primordiais em que, segundo a clássica afirmação de Mauss (1935), o ser humano contava apenas com o corpo como o primeiro instrumento técnico, sempre houve grandes analogias entre as tecnologias de comunicação que se sucediam, como a escrita, a reprodução de manuscritos, a imprensa (com seus aperfeiçoamentos), as telecomunicações, o rádio e a TV. Nem tudo tão novo assim, portanto.

Referências

ABREU, Pedro. **Games e educação: potência de aprendizagem em nativos digitais**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).2012. http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O_PedroAbreu.pdf. Acesso em: 01/11/2015.

BENITES, Marcello. **O jornalismo e as Narrativas Midiáticas Independentes/Mídia Ninja: Discurso dos jornalistas diante dos desafios das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação**. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Programa de pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes (RJ), 2017.

BITTENCOURT, Maria Clara. A midiaticização do ativismo nas coberturas do G1 e do Mídia Ninja. São Paulo. **Comunicação, Mídia e Consumo ESPM**. v. 11, Nº 30, p. 83-105, jan/abr. 2014. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/644>. Acesso em: 02/11/2015.

BOUFLEUR, R. **A questão da gambiarra: Formas Alternativas de Desenvolver Artefatos e suas Relações com Design de Produtos**. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: A era da Informação: Economia, Sociedade, Cultura**. v.1. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

DUQUEVIZ, Bárbara. **Nativos digitais: como alunos com alto nível de letramento digital aprendem inglês**. In: SEMINÁRIO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DE PROFESSORES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS. 8., UFG, Goiânia, 2012. Disponível em: https://letras.ufg.br/up/25/o/VIISLE_17.pdf. Acesso em: 02/11/2015.

LORENZOTTI, Elisabeth. **Jornalismo Século XXI: O Modelo #mídiaNINJA**. *Sine loco*: E-galáxia, 2014.

MAIA, Rousiley. **Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERNET, DEMOCRACIA E BENS PÚBLICOS, 2000, Fafich/UFMG, Belo Horizonte (MG). file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Democracia+e+a+internet+como+esfera+publica+virtual%20(3).pdf

MAUSS, Marcel. **As Técnicas do Corpo**. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nayfi. 2003.

MORALES, Ofélia.; ROCHA, Paula.; SOUZA, Carlos. Mídias Digitais e suas potencialidades nos tempos contemporâneos: estudo de caso "Mídia Ninja". In: **Ação Midiática**. Nº 6, 2013. Curitiba: UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/view/33737>. Acesso em: 21/07/2014.

PRENSKY, Mark. Nativos digitais, imigrantes digitais. In: **NCBUniversity Press**, v. 9, Nº. 5, 2001.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: Unesp, 1977.381p.

Souza, Carlos Henrique; Gomes Maria Lúcia. **Educação e Ciberespaço**. Brasília: Usina de Letras, 2008.158p.

TORTURRA, Bruno. **O olho da rua**. Revista Piauí. Editora Abril, São Paulo, Edição 87, dezembro de 2013.

URQUIDI, Vivian. Apropriação e Novas Tecnologias. In: **Intercom Papers**, 2003.

O QUE SÃO COLETIVOS DE CULTURA NEGRA? UMA ANÁLISE SOBRE SUAS “IDENTIDADES CULTURAIS” E “AÇÃO COLETIVA” NA CONSTRUÇÃO DE UM DEBATE POLÍTICO

RAQUEL TERTO REGO

Mestranda do Programa de Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF)
ter.raquel@yahoo.com.br

RESUMO

O que são coletivos de cultura negra? Esta é uma das perguntas-chaves de tal artigo que proponho escrever. Poucas são as referências bibliográficas por tal temática no campo da comunicação e o seu campo teórico de base se faz principalmente dentro das múltiplas teorias do campo dos movimentos sociais. No entanto, formulá-los a partir das suas próprias experiências e particularidades é preciso; e, portanto, para tal feito, partiremos das narrativas de si encontradas em redes sociais como (e através) do google, web e facebook. Trazendo ao longo das discussões, os conceitos de “ação coletiva”, “identidades” e “cotidianidade” dos respectivos autores, sociólogo Alberto Melucci (1943-2001), o historiador Stuart Hall (1932-2014) e Karel Kosik (1976), por acharmos complementares e pertinentes à construção do entendimento de tal objeto em pesquisa.

Palavras-chaves: Coletivos; Novos Movimentos Sociais; Identidade; Cultura Negra; Ação Coletiva.

ABSTRACT

What are black culture collectives? This is one of the key questions of such an article that I propose to write. There are few bibliographical references for such a subject in the field of communication and its basic theoretical field is done mainly within the multiple theories of the field of social movements. However, formulating them from their own experiences and particularities is necessary; and therefore, for this purpose, we will start from the narratives of themselves found in social networks like (and through) google, web and facebook. The sociologist Alberto Melucci (1943-2001), the historian Stuart Hall (1932-2014), and Karel Kosik (1976), the author of the “collective action”, “identities” and “as we find complementary and pertinent to the construction of the understanding of such object in research.

Keys-words: Collectives; New social movements; Identity; Black Culture; Collective Action.

Introdução

Os coletivos de cultura negra - ou até mesmo outros coletivos de uma forma geral -, veem se apresentando ao longo do desenvolvimento político de nossa sociedade como novas formas de mobilizações sociais¹. Sua área de pesquisa, embora bastante limitada bibliograficamente, encontra-se muito associada ao campo teórico dos novos movimentos sociais e do movimento negro, que muito contribuiu para a sua própria formação. Desta forma, neste artigo, pretendemos realizar os primeiros encaminhamentos de uma análise mais aprofundada sobre os coletivos, de forma a busca-los e cataloga-los a partir do maior número de informações pessoais possíveis a mediada em que inserimos uma metodologia teórica dos novos movimentos sociais proferida na época de informações a qual nos encontramos.

Alberto Melucci, autor escolhido para trabalhar metodologicamente o primeiros passos da pesquisa, traz consigo uma revisão teórica dos novos movimentos sociais ao mesmo tempo em que solidifica a sua corrente teórica nos aspectos micro, identitário e contemporâneos da sociedade. Para ele, acredita-se que conforme foram se desenvolvendo teorias sobre os movimentos sociais, das mais variadas questões, foram também paralelamente se construindo novas formas de ação na sociedade que não mais se encaixam numa definição de “movimentos” como originalmente se apresentavam. Os movimentos, então, começam a ser problematizados como “novos movimentos sociais” e formam, a partir de novos contextos, novas formas de redes de solidariedade, com novos significados culturais, em distintos níveis, formas² e significados de ação social³. Percebendo que as identidades desses movimentos não mais seriam entendidas a partir da lógica de crises situadas cronologicamente na história da humanidade, nem tão pouco como consequências irracionais destas pela qual a sua essência era justificada, mas sim nasceria de um “resultado de intercâmbios, negociaciones, decisiones y conflictos entre diversos actores”⁴ a nível de sua cotidianidade. Isto é, o autor coloca as identidades coletivas se constituindo a partir de experiências do dia a dia da vida individual de cada homem em contraste com a sua própria história individual e organização mecânica do tempo, assim como se constitui a cotidianidade para o filósofo Karel Kosik (1976).

Todo modo de existência humana ou de existir no mundo possui a sua própria cotidianidade. (...) A vida privada não significa a vida privada em oposição à vida pública. (...) A vida cotidiana é antes de tudo organização, dia a dia, da vida individual dos homens; a repetição de suas ações vitais é fixada na repetição de cada dia, na distribuição do tempo em cada dia. (...) Nesta o indivíduo cria para si relações, baseado na própria experiência, nas próprias possibilidades, na própria atividade e daí considerar esta realidade como o seu próprio mundo (...)⁵

Assim, o que se pretende pegar deste arcabouço teórico, para a construção deste artigo, é a definição do ponto de partida da análise - dos coletivos - pelas suas próprias experiências e cotidianidade, de suas próprias relações individuais e coletivas para com o sistema político dominante, suas ações de demanda por políticas públicas, linguagens, códigos, representações e práticas de resistência para o contexto em que vivem.

Para iniciar as análises, uma pesquisa preliminar foi feita. Através da plataforma de busca online do “google”, inserimos o conjunto de palavras-chaves “coletivos de cultura negra” e anotamos as referências que apareceram pelas cinco primeiras páginas. A escolha deste

1 PEREZ, O. C. ; SILVA FILHO, A. L. A. . Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. LATITUDE, v. 11, p. 255-294, 2017.

2 Acréscimo meu na passagem do autor, no livro e páginas mencionadas, com pretensão de incluir aqui internet, como espaços públicos e territoriais de debates de grande parte das mobilizações sociais.

3 MELUCCI, 1999, p.12.

4 Idem.

5 KOSIK, 1976, p.79-81.

método se deu durante as revisões historiográficas sobre movimentos sociais, quando suas linhas interpretativas começaram a realçar os estudos da comunicação, com as chamadas “sociedade em redes” (Pierre Lévy) e “cibercultura” (Marcel Castells)⁶, como importantes mecanismos de trocas de informações e de constituição dos próprios movimentos e objetos. Por conseguinte, a partir dessa relação percebemos então que podíamos partir tanto das plataformas online para analisá-los como também para encontrá-los em maior número.

Dito isto, esta pesquisa, que faz parte dos primeiros passos da construção da minha dissertação de mestrado, pretende com suas reflexões acrescentar aos estudos de comunicação os lugares dos coletivos, sobretudo àqueles associados a um movimento negro que grita e luta por seu lugar de reconhecimento e fala.

Movimentos sociais, movimento negro e cotidianidade

Segundo Alberto Melucci (1999), as ações coletivas dos movimentos contemporâneos se situam estrategicamente em iniciativas autônomas nas sociedades complexas. Os campos de conflitos nos quais tais ações surgem não mais se identificam a partir de modelos de organizações político-econômicas tradicionais, mas sim através de novos códigos de interações comunicacionais, culturais e sociais.

Os coletivos de cultura negra pesquisados por nós se encontram majoritariamente se utilizando das novas formas da comunicação, pelos sites de destinos próprios e redes sociais, como forma de dissipação de conhecimento e informação. Como formas de interações, tendem a reconstruir certos códigos morais que mediados por novos contextos de informação e de identificação, correspondem a processos, experiências vividos pelos atores sociais pertencentes aos coletivos. Divididos em temáticas, encontramos os mais variados temas e ações coletivas propagadas no cotidiano desta sociedade. São coletivos de cineastas, escritoras, escritores, mães, pais, jovens, estudantes, atrizes, atores, músicos, musicistas, produtoras, produtores, roteiristas, filmmakers, críticos, acadêmicos, acadêmicas, graduando, graduandas, doutoras, doutores, advogadas, advogados e *n* outras profissões não menos importantes por não serem citadas, mas que de todo os modos apresentam em sua composição uma pluralidade de identidades e também parte de um movimento negro.

Do movimento negro⁷, por exemplo, podemos tirar a sua característica principal que é a luta contra uma estrutura racista consolidada em nossa sociedade atual pelo seu passado histórico, que se encontra até hoje fixadas nas mais diversas áreas do cotidiano de atuação e conhecimento social, cultural, político e econômico. Em todos os coletivos catalogados, ao longo desta pesquisa, trouxeram proposições de ações a serem feitas no cotidiano, em vários espaços e de formas independentes. As suas mais variadas temáticas, logo, só conseguiram confirmar ainda mais a emergência de uma luta em todos os setores comuns a nós.

Contudo, se o movimento negro também apresenta em si pluralidades de identidade, é no coletivo onde os semelhantes se encontram e delimitam as suas ações a áreas específicas. Dos trinta e oito: doze nasceram dentro das universidades, outros doze são somente de mulheres, dez são de expressões artísticas (grupo de teatro, sarau e/ou música) e três são voltados a produção de curtas e cinema. O primeiro grupo, formado tanto por mestrandos, doutores e graduandos, tem-se a pauta por um ensino democrático, de qualidade e acessível a todos e

⁶ “A sociedade em rede” (1999) do Manuel Castells e “Cibercultura” (1999) do Pierre Lévy.

⁷ PEREIRA, Amílcar Araújo. “O mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1955). Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

a todas; sendo um dos passos - podendo citar o Coletivo baiano “Quilombo”-, prioritários à construção de uma sociedade “realmente justa e igualitária”⁸. Tema que levanta a falsa ideia de “democracia racial” e que infelizmente, pode ser compreendido – porém não justificado – por uma estrutura racista também presente nesta instituição.

Se partirmos do pressuposto e do fato de que vivemos em uma sociedade de ordem estrutural racista, logo também entendemos que as instituições reproduzem em seus hábitos os mesmos preconceitos⁹: resumindo a manifestação da realidade do homem como algo já dado, apresentando processos complexos de alienação, onde as instituições, como corpo social, condicionam e geram de certa forma uma manutenção dessa ordem dominante. Contudo, embora o homem nasça já inserido nessa cotidianidade¹⁰, há possibilidades revolucionárias de mudança como assinalado pelo filósofo Karel Kosik. Autor que aqui utilizamos o conceito de cotidiano e cotidianidade, fala sobre uma destruição do mundo alienado da cotidianidade se efetuando através de uma modificação existencial como transformação revolucionária¹¹. Isto é, uma modificação existencial do indivíduo despertando para as suas próprias potencialidades e escolhas conseqüentemente, mudando a sua própria posição diante do mundo.

Dito isto, para além dos silenciamentos de negros e negras na sociedade, ocorridas por esta estrutura alienante, devemos analisar os “houve, houveram e sempre haverá” ações cotidianas de participações de negros e negras na história da nossa sociedade. Sejam como agentes, ativistas, militantes, letrados, cidadãos e coletivos de cultura negra serão sempre independentes do contexto histórico em que vivem, pois fazendo uma analogia do autor citado anteriormente, Kokik, “a história muda, porém o cotidiano permanece constante”¹². Com isso se faz importante lembrarmos e falarmos sobre a memória de alguns destes para que nós mesmos não perpetuemos tal silenciamento e sistema. E dos poucos que podemos citar aqui, duas são de extrema importância para a história e levante negro dos coletivos: a ativista, doutora, escritora Sueli Carneiro (1950), fundadora do Coletivo de Mulheres negras de São Paulo, e a militante negra e feminista Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994), criadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro.

Pensar a instituição acadêmica a partir dos coletivos de cultura negra pertencentes ao meio estudantil é perceber o quanto ainda nos dias de hoje a sua estrutura ainda permanece racialmente instruída, seja pelo corpo docente ou discente de cada área. De como a representatividade neste meio encontra-se bastante desproporcional a número total da população do país. E como as ações de políticas públicas, como o programa de cota (lei 12.990/14) e a lei de ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (10.639), ainda tem muito o que serem conversadas e aceitas por uma grande parte da população como ações de reparação de um passado escravista do qual ainda temos muito que ressignificar. O coletivo de cultura negra “Nuvem Negra”, formado por alunos (as) e ex-alunos (as) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, traz muito bem tal questão em seus planos de ações coletivas:

Levantamos discussões, intervenções, ações culturais, palestras, Workshops, minicursos, cine-debates, [contação de histórias africanas e afro-brasileiras]¹³ entre outras atividades dentro e fora das universidades. Um dos intuitos é visibilizar o

8 Apresentação do Coletivo Quilombo. Disponível em: <<https://quilombocoletivo.wordpress.com/>>. Acessível em: 24 de julho. 2018.

9 HELLER, Agner. Sobre os preconceitos. In: HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.

10 HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.

11 KOSIK, 1976, p.90.

12 Ibid, p.82.

13 Acréscimo meu.

pensamento e a pesquisa de intelectuais negros, que a sociedade brasileira hierárquica, desigual e discriminatória negligência. As nossas histórias precisam ser contadas a partir de um olhar descolonizado.¹⁴

Velhas temáticas e novos conceitos, portanto, vão se interagindo à medida que novos coletivos vão surgindo e propagando uma ação. Não se afastando por completo das bases de sustentação de um movimento negro, porém se articulando em novas identidade, contextos históricos e cultura de rede. Trazendo, com isso, um histórico do movimento negro, entretanto, sob novos códigos e processos dentro dos movimentos sociais.

A níveis teóricos, a discussão em torno do “o que são coletivos?” e se “São ou não são novos movimentos sociais?”, nos aproximamos das reflexões teóricas do sociólogo Remo Mutzenberg, quando este nos chama atenção para pensarmos essas categorizações ao longo de seu próprio quadro de herança teórico-metodológico. Ou seja, de como essa distinção entre “movimentos sociais tradicionais, novas e novíssimas dizem respeito fundamentalmente às abordagens, perspectivas e nomeações que emergiram e compõe este campo teórico em seus contextos sociais, políticos, culturais e ideológicos”¹⁵.

Aqui, no entanto, seguimos a lógica interpretativa dos movimentos contemporâneos, revisado por tal autor, que nos localiza no terceiro momento de pesquisa empírica sobre tal temática (dos anos de 1990 até a atualidade), utilizando as discussões e reflexões em torno das abordagens *teóricas dos novos movimentos sociais e sociedades de rede*. Que entre teorias bastante diversificadas, foram as que nos deu a possibilidade de análises metodológicas que não nos fizesse distorcer os símbolos e a cotidianidade apresentados pelos próprios sujeitos dos coletivos. Já que diferentes de outras escolas teóricas, a primeira relativiza a referência do processo político a pôr em emergência o caráter expressivo dos processos de constituição de identidades; e a segunda, faz a internet (meio pelo qual pesquisamos os coletivos) “ser compreendido como uma rege que congrega diversos grupos de redes. (...) não sendo apenas computadores, mas também de pessoas e informações”¹⁶ As conceituações teóricas, no entanto, trazidas aqui são umas das possibilidades de interpretação e análise dos coletivos. Mas que não se põe em esquecimento de que a mesmas vem sendo revisitadas da mesma forma que o campo dos movimentos sociais também é.

Semelhante ao contexto de surgimento e crise de identidade apresentado aos “novos movimentos sociais”, os coletivos de cultura negra também trazem em si novas identidades coletivas que vão para além de uma definição agrária ou operária. São heterogêneos, sem identidade fixa ou essencial; que se formam ou são formados durante sua expressão sobre o cotidiano e contexto no qual se inserem¹⁷.

Identidades, ações coletivas e feminismo negro

Os coletivos de mulheres negras são um dos exemplos de surgimento desta pluralidade de identidades; a inserção das mulheres negras ao feminismo, ou vice-versa, traz a tona uma discussão antiga, que se iniciou na década de 1980 com a formação de um órgão institucional na qual não havia representatividade negra.

O Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo foi um marco para o surgimento de um dos primeiros coletivos de Mulheres Negras na história. O Coletivo de Mulheres Negras de

14 Texto retirado do tópico “Quem somos” do Coletivo Nuvem Negra. Disponível em: <http://nuvemnegra.org/sobre/quem-somos/>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

15 MUTZENBERG, 2015, p.418.

16 SIMÕES, 2009, p.05.

17 HALL, 2014.

1984 surgiu como uma ação estratégica a um estado de exclusão a qual as mulheres negras se encontravam. Tal conselho criado no governo de Franco Montoro (1983-1987)¹⁸, pós-ditadura militar, tinha como membros e discussões, vivências e carências de mulheres majoritariamente de uma geografia seletiva e branca. Contudo, paralelamente e atrelado a estas questões, o movimento negro vinha também se constituindo na nova formação política do Estado e um grupo de mulheres a qual se permaneciam atentas a isto, se juntaram e formaram tal coletivo. Sua intenção *a priori* era a de não institucionalização do movimento e de conseguir colocar pelo menos duas mulheres negras na constituição dos membros.

No ano anterior, na cidade do Rio de Janeiro, criou-se Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras também histórico e bastante importante para o entendimento dos coletivos de hoje. Sua história, dita de forma breve, pode ser entendida pelo encontro de dois movimentos (movimentos de favela e movimento negro) que ao se juntarem representaram uma nova opção partidária neste contexto de retomada democrática, trazendo reivindicações profundas à consciência dos problemas das comunidades e da discriminação racial e sexual como parte de uma luta entre classes:

Somos um Coletivo: não aceitamos que a arbitrariedade de uma hierarquia autoritária determine nossas decisões; mas que elas sejam o resultado de discussões democráticas. Somos um Coletivo de Mulheres porque lutamos contra todas as formas de violência, ou seja, lutamos contra o sexismo e a discriminação sexual. Somos um Coletivo de Mulheres Negras: além do sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira [...]. Nosso objetivo é trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de 80% das trabalhadoras negras), que vivem principalmente nas favelas e nos bairros de periferia. E por que? Porque são discriminadas pelo fato de serem mulheres, negras e pobres.¹⁹

Os coletivos citados a cima, são chaves de compreensão de ideologias e características que se colocaram em efervescência naquele momento histórico e que hoje fazem parte dos coletivos de cultura negra.

Dada à diversidade temática dos coletivos aqui presentes e da certeza de serem melhores aprofundados num segundo momento, é preciso pelo menos apontar uma dessas problemáticas e uma das ideologias que perpassa por todos eles: a da identidade cultural e a do “racismo”, respectivamente. A ideologia, como muito bem discutido por Silvio em seu livro “O que é racismo estrutural?” (2018), deixa claro a sua constituição enquanto sistema de crenças e valores que moldam e perpassam pelo inconsciente social em que vivemos para se reproduz através de um complexo imaginário social, reforçado pela indústria cultural, sistema educacional e meios de comunicação da nossa sociedade. Classe e gênero são outras duas ideologias que também podem ser muito bem trabalhadas dentro desta análise, por não se desassociarem do processo de formação de identidades dos atores dos coletivos²⁰.

Logo, estas ideologias também perpassam pela construção das identidades coletivas destes atores sociais. O Feminismo, segundo Hall, tanto em crítica teórica quanto em caráter de movimento social, estabeleceu questões ao momento histórico pós 1960, marcado por uma “crise de identidade” e questionando uma “identidade cultural” (pertencimento a etnias culturais,

18 PEREIRA, 2013, p. 215.

19 Panfleto distribuído pelo coletivo no dia 25 de março de 1984, no Morro do Andaraí, citado no livro “*Guerreiras de Natureza: mulheres negras, religiosidade e ambiente*” de Elisa Larkin Nascimento, 2012.

20 Ver, para se pensar no conceito de “interseccionalidade”: RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

raciais, linguísticas, religiosas e, sobretudo, nacionais) edificada pela própria sociedade, de contestações políticas à esfera global. Sua passagem, portanto, incitou principalmente o reconhecimento da subjetividade, das múltiplas identidades e do processo de identificação (do Estado para conosco e de nós para nós mesmos). Isto é, “questionou a noção de que os homens e mulheres eram parte da mesma identidade – a humanidade –, substituindo-a pela questão da diferença sexual”²¹ e colocou em problematização a construção de uma identidade cultural de uma população negra homogênea e unificada; ocasionando dentro e fora dos movimentos sociais, fragmentações em outros tipos de organização como possíveis consequências desta falsa afirmação. Os coletivos de cultura negra, sendo uma destas novas formas de identificação e ação, bebem hoje desta “constituição de novas identidades” e afunilamento de demandas em projetos estratégicos de ação coletiva, não institucional, reivindicativos uma nova noção de identidade social agora moldada a partir deles mesmos.

O conceito e problemática de identidade cultural, trazida por Hall, portanto, questiona e nos faz refletir sobre “Que negro é esse na cultura negra?” e sobre suas representações fora e dentro das diversas redes do ciberespaço. Iniciando com esta pergunta e complementando com o questionamento sobre como se constituem as identidades nacionais de onde nascemos e moldam as nossas identidades culturais?²²

Tabela dos Coletivos de Cultura Negra e considerações finais

Como se pode observar a seguir, a variedade de temáticas de coletivos se mostra bastante variada. E como discutido acima, foram se formando grandes blocos temáticos de discussão a partir de suas múltiplas identidades, na qual identificamos as suas ações sociais coletivas levando em conta a sua própria particularidade.

Partindo dos coletivos feministas, por exemplo, continuamos a discussão acerca de um debate político sobre formações de identidades. Uma vez que o movimento feminista negro traz consigo - como já mencionado - um arcabouço teórico e instrumental a respeito de uma interseccionalidade identitária. Afirmando a importância de se enxergar as diversas categorizações individuais e coletivas de um mesmo sujeito histórico, sendo esta do exemplo, pensado essencialmente na peculiaridade da identidade cultural da mulher negra e na crítica a uma sociedade machista²³.

A diversidade, portanto, das demandas de cada coletivo, podem ser interpretadas por uma lógica de identidades plurais e indissociáveis de seu cotidiano e do contexto histórico. Sendo possível de se comportarem como forma de ação política para a sociedade na qual vivem, contestando a visão de si como um sujeito histórico homogêneo e biologicamente dado. Na verdade, tal afirmação não se passa de uma indagação sobre o que Hall vai chamar de “crise de identidade” e descentralização do sujeito em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade” de 2014, quando assim traz para uma discussão acadêmica a complexidade do termo identidade cultural/nacional.

21 Hall, 2014, p.22.

22 Idem, 2003.

23 RIBEIRO, 2018, p.123.

1 Tabela - Coletivos de cultura negra pesquisados na plataforma "google"

	Coletivos de cultura negra (busca no google)	Lugar (Estado)	Tipo de página no Facebook	Forma de "ação coletiva"
1 página	Coletivo de Cultura Negra na Escola	UFF (RJ)	"Comunidade"	Educação
	Coletivo Nega	(UDESC) Santa Catarina	"Artista"	Teatro
	Coletivo Levante Negro	x	"Organização política", "Serviço público" e "governamental"	Informativo (variedades)
	Blogueiras Negras	x	"ONG"	Informativo (variedades)
	Coletivo Cultural Esperança Garcia	São Paulo	"Produtor"	Mulheres e qualificação
	Coletivo Negração	UFRGS	"Comunidade"	Acadêmico/ Estudantil
	Coletivo Damballa	Vitória (Espírito Santo)	"Cinema"	Produção e pesquisa de Cinema Negro
2 página	Coletivo Aruandê Camarado	Salvador (Bahia)	"Banda"	Som e história afro-brasileira (Música)
	Coletivo Mulheres da Pedra	Barra de Guaratiba (RJ)	"Comunidade"	Mulheres e economia solidária
	Coletivo Esquerda Força Ativa	Zona Leste de São Paulo	"Comunidade"	Núcleo Cultural
	Coletivo de Entidades Negras	Salvador (Bahia)	"Organização sem fins lucrativos"	Núcleo de produção
	Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista	São Paulo	"ONG" (no próprio site)	Assistência jurídica de mulheres e crianças
	Coletivo Afrô-Caeté	Maceió (Alagoas)	"Músico/Banda"	Produção musical
	Coletivo Quilombo	Bahia (?)	"Causa"	Universitário

3 página	Coletivo Negro Mercedes Baptista	UFF (Campos dos Goytacazes)	“Organização política”	Estudantil
	Coletivo Sistema Negro	São Paulo	“Música”	Produção e Educação
	Coletivo Kurima	UFSC	“Comunidade”	Acadêmico
	Coletivo Negro Universitário da UFMT	UFMT	“Comunidade”	Formação acadêmica continuada
	Coletivo Câmara Escura	Aracajú (Sergipe)	“Fotógrafo”	Linguagem fotográfica
4 página	Coletivo Crua	(Periferias) Rio de Janeiro	“Artista”	Expressões artísticas
	Coletivo de Matriz Africana Omodê	Aparecida de Goiânia (Goiânia)	“Sociedade Civil” (no site)	Cultura Africana
	Coletivo Negras Autoras	Belo Horizonte (Minas Gerais)	“Artista”	Escrita
	Coletivo Di Jeê	Sacomã (São Paulo)	“Educação - Organização Pública”	Formação e produção de cursos para Mulheres Negras
	Coletivo de Dança Negra Adarrum	x	x	x
	Coletivo Negro	EAD - ECA-USP (São Paulo)	“Artista”	Teatro
	Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras	Belo Horizonte (Minas Gerais)	“Direitos Humanos e saúde” (no próprio site)	Saúde e Mulher
5 página	Coletivo Nuvem Negra	PUC (Rio de Janeiro)	“Causa”	Estudantil e acadêmico
	Coletivo 40: Poder para o Povo Preto	UFSC (Florianópolis)	“Comunidade”	Universitário

OUTROS	Coletivo NegreX	Distrito Federal	“Comunidade”	Estudantes de medicina
	Coletivo Tela Preta	Salvador (Bahia)	“Cinema”	Cinema e Audiovisual
	Coletivo Kianda	São Paulo (?)	“Comunidade -Organização”	Maternidade Negra
	Coletivo Quilomboação	x	“Comunidade”	Ativista
	Coletivo Pretas Peri	Zona Leste de São Paulo	“Artista”	Sarau de e com Mulheres Negras
	Coletivo Quizumba	UNESP (São Paulo)	“Artista”	Teatro
	Coletivo Manifesto Crespo	São Paulo (?)	“Educação”	Mulheres Negras
	Coletivo Na Favela	Complexo da Maré (Rio de Janeiro)	“Organização Comunitária”	Audiovisual e comunicação
	Coletivo As Carolinas	Natal (Rio Grande do Norte)	“Comunidade”	Mulheres negras e feministas
	Coletivo Malungo	Zona Sul (São Paulo)	“Causa”	Ações educativas

Na tabela acima temos duas categorizações de atuação dos coletivos encontrados: da esquerda para direita, “tipo de página no facebook” e, a última da esquerda para direita, “forma de ação coletiva”. A primeira aqui mencionada foi selecionada pelos próprios coletivos quando criaram a página; já a segunda, escrita por mim após análise sobre a área em que atuam.

Colocado de um jeito bem simplista, nesse primeiro momento, identifiquei-os de forma geral dentro de grandes cinco blocos temáticos, compostos pelas suas propostas reivindicativas e leituras dos tópicos disponíveis em suas páginas online, como “quem somos nós” e “histórico”²⁴. E a fim de manter as denominações originais encontradas, cada coletivo permanecerá em cada grande bloco temático com a sua própria denominação. Como podemos ver no primeiro grande bloco, por exemplo, sobre coletivos associados a instituições de ensino superior (públicas ou privadas), com as seguintes denominações: “estudantil”, “acadêmico”, “educação” e ou “universitário”.

No segundo bloco, encontramos: “mulheres e qualificações”, “mulheres e economia solidária”, “assistência jurídica de mulheres e crianças”, “saúde e mulher”, “maternidade”, “mulheres negras e feministas”, como categorias de ação destes coletivos em áreas específicas voltadas para Mulheres Negras²⁵. No terceiro, “teatro”, “som e história afro-brasileira (música)”, “núcleo cultural”, “núcleo de produção”, “produção musical”, “linguagem fotográfica”, “expressão artísticas”, “cultura africana”, “ações educativas” e mais outros identificados como expressões culturais projetadas artisticamente. E no penúltimo, “produção e pesquisa do Cinema Negro”, “cinema e audiovisual” e “comunicação” como coletivos de ações estratégicas nas linguagens cinematográficas, reivindicando o novos olhares, temáticas e representações sobre seus sujeitos coletivos.

24 Sendo melhor analisado ao longo da dissertação.

25 Não se utilizando necessariamente do termo “feminista”.

Já no último bloco temático, sendo os que se chamam de “informativo (variedades), “escrito” e ativista”, complementam os cinco blocos ampliando os olhares sobre as discussões de mediações, meios e mídias alternativas, nos projetos de ações coletivas, sem se limitarem categorizações mencionadas. Isto é, em seu conjunto de agentes sociais, a sua apresentação se pauta a partir e principalmente das categorias de políticas públicas reivindicadas por todos os coletivos negros aqui mencionados.

As discussões a cerca de identidade cultural e ações coletivas são, portanto, categorias de análise que nos permite criar novas possibilidades metodológicas de análise aos coletivos de cultura negra, ampliando os nossos leques de percepção e olhar, nos tornando mais flexíveis a enxergar possíveis discussões sobre o real.

Formaliza, portanto, uma pesquisa de cunho qualitativa, na qual tem em seu papel valorizar e resguardar as particularidades, alteridades e características próprias da construção do objeto em pesquisa. Focando principalmente, na sua subjetividade enquanto fenômeno social, cultural e midiático que tem o seu próprio desenvolvimento perante as temáticas chaves dos movimentos sociais e do movimento negro contemporâneo.

Os estudos sobre coletivos de cultura negra, portanto, se mostram bastante propulsores, dentro dos limites deste artigo inicial, ao que tange as problemáticas de construção de uma sociedade democrática, da sociedade civil e dos estudos sobre identidades. Podendo contribuir, e muito, ao entendimento de nossa estrutura social atual.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

_____. **Que “negro” é esse na cultura negra?** In: HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende... [et all]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia.** México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MUTZENBERG, Remo. **Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais pontos para uma análise dos protestos sociais em África.** Revista Sociedade e Estado, v.30, n.2, maio/agosto, 2015.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SIMÕES, Isabella de Araujo Garcia. **A sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação.** Revista Eletrônica Temática, ano v, n. 05, maio de 2009.

AS MULHERES TENTANTES E SUAS VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS NO YOUTUBE

MARTA FUENTES-ROJAS

*Prof. Dra. do Programa Interdisciplinar em
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
marta.fuentes@fca.unicamp.br*

RAFAEL BRITO DIAS

*Prof. Dr. do Programa Interdisciplinar em
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
Rafael.dias@fca.unicamp.br*

ROBERTA ESPOTE

*Mestranda do Programa Interdisciplinar em
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
roberta.espote@hotmail.com*

RESUMO

Mesmo com a possibilidade de uma escolha mais reflexiva em relação à maternidade, ainda é esperado socialmente que a mulher queira ter filhos. Sendo assim, a experiência de não gestação pode suscitar diversas questões emocionais. Algumas mulheres nessas condições se denominam de Tentantes e publicam vídeos no Youtube relatando essa vivência. O objetivo desta pesquisa foi compreender os motivos que levam as mulheres a se denominarem de Tentantes, conferindo particular atenção à exposição de suas experiências no ambiente virtual. Foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória utilizando-se de preceitos da netnografia. Por meio da análise de conteúdo, como proposto por Bardin, os 30 vídeos de Tentantes selecionados foram agrupados em 4 categorias temáticas: (1) O que é ser Tentante; (2) Orientações Compartilhadas; (3) Tentantes na Internet; (4) Youtubers. Por fim, foi identificado um alto grau de sofrimento, forte pressão social e rede de apoio virtual nas vivências relatadas.

Palavras-chave: Tentante; Não-Maternidade; Youtube; WEB 2.0; Relacionamentos virtuais.

ABSTRACT

Even with the possibility of a more reflexive choice regarding maternity, it is still socially expected that the woman wants to be a mother. Thus, the experience of non-gestation can raise several emotional issues. Some women in these conditions are called *Tentantes* and publish videos on Youtube reporting this experience. The objective of this research was to understand the reasons that lead women to call themselves *Tentantes*, paying particular attention to their experiences exposed in the virtual environment. A qualitative, exploratory approach was carried out using netnography precepts. Through the analysis of content, as proposed by Bardin, the 30 videos of selected *Tentantes* were grouped in 4 thematic categories: (1) What is to be *Tentante*; (2) Shared Guidelines; (3) *Tentantes* on the Internet; (4) Youtubers. Finally, a high degree of suffering, strong social pressure and virtual support network were identified in the reported experiences.

Key-words: Tentante; non-maternity; Youtube; WEB 2.0; Virtual relationship.

INTRODUÇÃO

A questão da gestação e da maternidade sofreu inúmeras mudanças com o decorrer da história, porém, sempre esteve presente na vida em sociedade e no imaginário coletivo, suscitando as mais diversas fantasias e sentimentos. As novas possibilidades de configuração dos arranjos familiares, a diminuição do número de filhos, a inserção da mulher no mercado de trabalho, os avanços tecnológicos da saúde, e o maior controle da reprodução possibilitaram à mulher uma escolha mais reflexiva com relação à maternidade, deixando de ser considerada apenas como algo instintivo e único destino possível para a mulher (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004; OLIVEIRA, 2007; SCAVONE, 2001; VARGAS, 2012). Porém, ainda é possível identificar forte influência social e cultural onde é esperado que a mulher queira ter filhos (BADINTER, 1985; COELHO, 2009; TOURINHO, 2006). Ademais, mesmo com o desenvolvimento de várias teorias e vertentes feministas e suas influências na organização social, muitas mulheres mantêm o desejo da maternidade como algo prioritário (SÁ, 2010), o que pode ser visto com estranhamento e até mesmo como um retrocesso pela sociedade atual.

Sendo assim, a experiência de ter frustrada a expectativa de uma gestação pode suscitar diversas questões emocionais, principalmente considerando mulheres que têm o desejo de engravidar, porém não o realizam por algum impedimento. Algumas mulheres nessas condições se denominam de Tentantes, termo que se refere a mulheres que querem engravidar e por qualquer motivo não conseguem. O movimento das Tentantes foi evidenciado através do Youtube, site de divulgação de vídeos que, em sua maioria, são criações caseiras e referentes a relatos de vida pessoal, o que permite que pessoas comuns ganhem visibilidade (SILVA 2016; SILVA; SALES, 2015).

O Youtube é uma plataforma oriunda de um desenvolvimento tecnológico conhecido como WEB 2.0, que implica em uma revolução social e cultural, oferecendo uma nova forma de acesso, compartilhamento e produção de informações. Com isso, o site estimula e favorece a participação do usuário como produtor de informação, retirando qualquer pessoa que deseja da posição passiva de espectador. Sendo assim, a rede deixa de ter somente a troca de informações e se torna um espaço de convívio, de interação entre as pessoas, comunicação e relações afetivas (ARRUDA et al. 2011; MOTA, 2009; PRIMO, 2006; SPEROTTO; MARGARITES, 2010).

Primo (2006) ressalta que através da WEB 2.0 é possível formar pequenas redes de amigos ou interessados no mesmo assunto que, por ter repercussões menores, podem não ter tido espaço de divulgação em outras mídias, como na televisão por exemplo, que prioriza a divulgação de assuntos mais abrangentes. Percebe-se que as Tentantes se sentem à vontade para compartilhar aspectos relacionados às suas vivências e para trocar experiências por meio dos vídeos publicados no Youtube. A rede virtual tem servido como espaço para lidar com um assunto de caráter íntimo e pessoal, mesmo considerando que falar sobre a dificuldade para ter filhos envolve muitos sentimentos como vergonha e frustração. (DELGADO, 2007; FARIA, 1990; TRINDADE; ENUMO, 2002).

Para Silva (2016) a pessoa que grava um vídeo além de se expor, consegue cativar um público específico por expor algo que seja de interesse comum. A exibição aumenta na medida em que o interesse em saber sobre a vida do outro também aumenta, sendo isso um sintoma da contemporaneidade onde a exposição passou a ser extremamente valorizada. Para Bruno (2004) esse caráter confessional dos vídeos não se trata da exteriorização de uma interioridade constituída, mas principalmente de uma subjetividade que se constitui prioritariamente na própria exterioridade, no ato mesmo de se projetar e de se fazer visível a outrem, a prática da exposição induz ao processo de constituição da identidade do indivíduo.

O que é ser Tentante? Como essas mulheres compartilham suas experiências na internet? E que tipo de orientações são mais frequentemente compartilhadas? São algumas das principais questões sobre as quais esta pesquisa se debruça. O objetivo é compreender os motivos que levam as mulheres a se denominarem de Tentantes e como é construída a identidade dessas mulheres, conferindo particular atenção à exposição de suas experiências no ambiente virtual, por meio de vídeos no Youtube. Almeja-se conseguir identificar quem são essas mulheres que se denominam de Tentantes e o sentido que conferem à ideia de Tentantes; compreender a motivação das tentantes para fazer vídeos e compartilhar no Youtube; e identificar os assuntos e termos que aparecem de forma recorrente no conteúdo dos vídeos avaliados.

METODOLOGIA

Os vídeos das Tentantes no Youtube indicam um movimento de expressão virtual e, por isso, serão necessárias técnicas de pesquisa específicas para esse contexto. No que se refere a pesquisas realizadas no Youtube, Silva (2016) ressalta serem muito recentes, mas tratam de um interessante objeto de estudo, pois o número de usuários e a quantidade de conteúdo cresce diariamente, gerando questões ainda não totalmente exploradas. Considerando o objetivo de compreender melhor o fenômeno, foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa utilizando dos preceitos da netnografia, por ter como campo a internet (KOZINETS, 2006; MINAYO, 2010; TURATO, 2003).

Para Minayo (2010), o objeto das ciências sociais é qualitativo porque permite ir além dos dados quando se pretende compreender a diversidade dos seres humanos, e identificar por meio de suas falas, comportamentos, hábitos, crenças, costumes e formas de ser no cotidiano. Para isso são necessários instrumentos que permitam uma visão mais ampla do objeto de estudo. Nesse sentido, a netnografia é uma metodologia de pesquisa qualitativa e interpretativa, que possibilita uma profundidade imersiva sem a intenção de quantificar ou generalizar resultados, buscando apenas uma maior compreensão do fenômeno (KOZINETS, 1998; KOZINETS, 2002; KOZINETS, 2006; MINAYO, 2010; TURATO, 2003).

Foi realizada uma fase de pré-campo que permitiu a criação de hipóteses e definição do problema conforme proposto por Hine (1994) e Minayo (2010). Esse momento foi propício para que o pesquisador começasse a se familiarizar com as plataformas digitais e meios de busca online. Silva (2016) também ressalta que a imersão no ciberespaço é muito importante, e defende que é a delimitação do campo que possibilitará a criação de hipóteses, definição do problema e construção de teorias.

Para coleta de dados, Serrano e Paiva (2008) afirmam que a diversidade e a quantidade de vídeos encontrados no Youtube é enorme, fato que pode ser facilmente observado com qualquer busca simples no site. Outro fator é que, a cada dia, mais vídeos são postados. Para melhor organização da coleta foi definido uma data e selecionados, segundo o critério de relevância automático do próprio site, 50 vídeos de mulheres que se denominam de Tentantes, nos quais apresentavam relatos sobre a sua vivência. Posteriormente também foi considerado o critério de saturação, que segundo Minayo (2010) depende do “conhecimento formado pelo pesquisador, no campo, de que conseguiu compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo” (p.198).

Para análise dos dados foi feita uma análise de conteúdo, como proposto por Bardin (2011), onde as categorias foram formuladas através da apreciação do discurso presentes nos vídeos assistidos e pela análise sistemática do conjunto de informações coletadas. As anotações do diário de campo foram utilizadas como complemento dos dados para análise. Mesmo sendo utilizados dados de domínio público e de acesso irrestrito, foram tomados todos os cuidados éticos necessários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível identificar 4 categorias temáticas: (1) O que é ser Tentante; (2) Orientações Compartilhadas; (3) Tentantes na Internet e (4) Youtubers.

Sobre a primeira categoria, foi identificado que o que caracteriza ser Tentante é a grande expectativa com relação a conseguir engravidar. O desejo não é somente o de ter um filho, mas se mostra ainda mais amplo, se estendendo ao processo biológico da gestação e de que a mesma ocorra da maneira considerada natural. (DELGADO, 2007; VARGAS, RUSSO, HEILBORN, 2010). Outro fator que as une é o intenso sofrimento em decorrência de não conseguirem engravidar, sendo isso identificado e verbalizado pelas próprias Tentantes nos relatos, mas também inferido por meio da maneira com que falam sobre o assunto e as várias reações emocionais demonstradas durante as falas, sendo a principal delas o choro. Intensificando esse sofrimento, percebe-se aquilo apontado por alguns autores (DELGADO, 2007; TRINDADE; ENUMO 2001) de que ainda há um estigma social frente a mulher sem filhos, já que não foram poucos os relatos de incômodos frente a perguntas indiscretas e comentários maldosos.

Foi identificado também, conforme proposto em um estudo sobre mulheres em tratamento de infertilidade realizado por Delgado (2007), um ciclo de esperança/desapontamento. O autor afirma haver um sentimento de esperança durante todo o tratamento, que se transforma em desapontamento quando a menstruação ocorre, e indica que tudo que todo o investimento em dinheiro, tempo, energia e esperança não adiantaram de nada. Essa situação se repete exatamente igual com as Tentantes, com a única diferença de que a esperança começa com o início de um novo ciclo menstrual, já que a grande maioria não recorreu a tratamentos ainda. Por fim, é importante considerar que, uma das características das Tentantes, se não for a principal delas, é o fato de não desistirem das tentativas de engravidar, apesar de todo desapontamento gerado quando a menstruação chega e comprova que naquele ciclo a fecundação não ocorreu.

Com relação à segunda categoria - as orientações compartilhadas - para alguns autores, a web 2.0 permite que qualquer pessoa assuma uma participação ativa e efetiva na viabilização e produção do conhecimento (ARRUDA, 2011; LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005; SILVA; SALES, 2015). Com isso, observou-se que algumas Tentantes se apropriam de conhecimentos sobre vários assuntos pertinentes à vida de uma mulher que tenta engravidar, mostrando, muitas das vezes, um grande conhecimento técnico.

Percebe-se que a maioria das Tentantes buscam essas informações por meio de consultas médicas e posteriormente divulgam em seus vídeos. Porém, também é possível observar que muitas das orientações compartilhadas são oriundas de pesquisas na própria internet. Trigo (2018) afirma que atualmente é comum que a busca por informações de saúde ocorram pela internet. Independente da origem da informação, o que faz com que elas optem por alguma delas é a percepção de que aquilo a ajudara de fato a engravidar.

Um maior conhecimento sobre as práticas difundidas entre as Tentantes é de grande importância, já que para que as informações médicas sejam eficazes é necessário conhecer e considerar as crenças e práticas culturais presente na vida das pessoas (DORNELLES, 2013; SANFELICE et al. 2013). Com relação a essas práticas, Dornelles (2013) afirma que, a família tem influência na perpetuação desse conhecimento popular, porém, os meios de comunicação também estão ocupando esse papel, o que no caso das Tentantes, torna-se uma verdade, já que as informações que antigamente eram passadas dos mais velhos aos mais novos, hoje foram praticamente substituídas por buscas na internet.

Gomes, Silva e Salamoni (2011) ressaltam que estudos sobre determinadas culturas podem ajudar os profissionais de saúde a refletirem sobre as práticas difundidas, já que, algumas delas, podem não ser benéficas e até causarem mal. Carvalho (2016) ainda reforça que os profissionais de saúde deveriam usar o próprio Youtube para esse tipo de divulgação científica, considerando que já foi identificado um número elevado de pessoas alcançadas por meio dessa plataforma.

Levando em conta que a maioria das práticas difundidas pelas Tentantes, se relacionam com alimentos e ervas, pode-se pensar naquilo proposto por Pires e Araújo (2011) de que o que é retirado da natureza traz mais confiança por serem substâncias naturais. Entende-se que esse pode ser um dos motivos que levam as Tentantes a seguirem essas orientações propostas nos vídeos. Porém, é importante ressaltar que mesmo que a maioria das orientações compartilhadas sejam de alimentos, não aparece nos discursos uma consulta ou busca por um acompanhamento nutricional. Segundo Cotta et al. (2009), determinadas fases exigem uma alimentação bastante específica, como a própria gestação, além disso, é comum encontrar inadequações nas práticas alimentares que podem estar sendo consideradas como corretas. Seria interessante que houvesse uma estratégia que abarcasse essas mulheres que tentam engravidar e, por isso, irão precisar de alimentos e complementos nutricionais específicos.

Já sobre as Tentantes na Internet – a terceira categoria – sabe-se que o movimento surgiu no ambiente virtual (Youtube), considerado como um espaço que oferece a possibilidade de um indivíduo comum ser observado e ganhar visibilidade (MOTA, 2009). Além disso, segundo Azevedo (2007) e Primo (2006), a internet possibilita formar pequenas redes com pessoas interessadas no mesmo assunto, o que permite que as pessoas que vivenciam essa mesma situação se encontrem e dividam suas angústias, ao mesmo tempo que se sintam confortadas.

Muitos autores defendem que as relações estabelecidas pela internet não são menos reais do que as vivenciadas presencialmente, sendo possível criar um sentimento verdadeiro de intimidade e propiciar sentimentos de pertença ao grupo servindo como suporte emocional (LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005; PRIMO, 1997; RECUERO, 2009). Nos vídeos, além do compartilhamento de informações e ou orientações, observou-se relações de identificação apoiada em vínculos de companheirismo e solidariedade. Percebe-se que as Tentantes têm utilizado dessas relações para se fortalecerem enquanto grupo e com isso aplacar suas angústias.

A última categoria identificada se refere ao fato de as Tentantes poderem ser consideradas Youtubers. Kiuchi, Silva e Gomes (2018) afirma que Youtubers são pessoas comuns que gravam vídeos para falar de coisas que acontecem em suas vidas, e, por algum motivo, alcançam muitos seguidores. Vasconcellos (2018) explica que, normalmente, esses vídeos tem um caráter confessional baseado nas próprias vivências e intimidades. A abordagem íntima e coloquial do vídeo insere o espectador na vida daquela pessoa, podendo gerar a construção de um grupo baseada na iniciativa de algumas pessoas em expor seus pontos de vista. Carvalho (2016), Karhawi (2017) e Kiuchi Silva e Gomes (2016), afirmam que os Youtubers, tem o poder de influenciar em decisões em relação ao estilo de vida, gostos e bens culturais daqueles que estão em sua rede, por isso, os Youtubers também podem ser chamados de influenciadores digitais.

Segundo Vasconcellos (2018) no vídeo dos Youtubers a mensagem implícita é de acreditar nos próprios sonhos, e que, vídeos que falam sobre dificuldades e obstáculos são normalmente bastante ovacionados. Com isso, fica claro compreender como algumas Tentantes ocupam exatamente esse papel de Youtuber, devido a relatos pessoais de suas vivências, vídeos com muitas visualizações, capacidade de influenciar mulheres na mesma situação a agirem da

mesma forma e ainda o fortalecimento da não desistência reforçando a ideia de que vale a pena acreditar em seus sonhos e insistir na tentativa de engravidar.

Kiuchi Silva e Gomes (2016) afirmam que as redes sociais disseminaram o egocentrismo, onde as pessoas são estimuladas a compartilharem fatos da própria vida, o que pode ser constatado pela quantidade de vídeos publicados no Youtube. Bauman (2003) afirma que o espectador se sente fazendo parte quando entram em contato com conteúdos confessionais e Vasconcellos (2018) vai além, ao afirmar que, atualmente, é necessário que alguém apareça com uma imagem semelhante aos espectadores para que assim valide-se a existência deles. No caso das Tentantes é pela internet que elas encontram mulheres que vivenciam a mesma situação que até então, poderia estar sendo sentida como um problema de ordem individual, e é através dessa relação de identificação, baseada nas semelhanças encontradas, que elas passam a responder como um grupo com identidade definida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao objetivo da pesquisa, entende-se que este estudo foi capaz de fornecer alguns subsídios para a melhor compreensão de quem são as mulheres que se consideram Tentantes. Foi identificado que a constituição dessa identidade ocorre em paralelo à exposição na internet. Além disso, é possível entender o quanto a pressão social, seja pelo ainda presente discurso da maternidade como aspecto identitário da mulher, ou pela concepção que se prega ser possível conseguir tudo aquilo que se quer, influência e intensifica diretamente o sofrimento relatado por elas. Espera-se que a partir disso sejam pensados outros estudos que possam compreender melhor a posição ocupada pelas Tentantes em uma sociedade que defende a liberdade de escolha, mas ainda as pressiona com relação à maternidade. Além disso, que esses achados possibilitem a criação de novas estratégias no âmbito da saúde pública, especificamente para esse grupo em intenso sofrimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRUDA, Byanka. S. et al. A Exposição do Jovem na Internet: Um estudo sobre o caso Felipe Neto. **Biblioteca on-line de Ciências em Comunicação, 2011**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/arruda-et-al-a-exposicao-do-jovem-na-internet.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2018.

AZEVEDO, Rhuama A. **Amo meu filho mas odeio ser mãe: reflexões sobre a ambivalência na maternidade contemporânea**. 2017. 33 f. Monografia (Especialização em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 268 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003, 141 p.

CARVALHO Mariela C. Divulgação científica no Youtube: Narrativa e Cultura participativa nos canais Nerdologia e Peixe Babel. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39., 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2014-1.pdf> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

COELHO, Ana Paula P. **Crenças na gravidez, maternidade e parto**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestre em Psicologia) - Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa, 2009.

COTTA, Rosângela M. M. Aspectos relacionados aos hábitos e práticas alimentares de gestantes e mãe de crianças menores de dois anos de idade: o programa saúde da família em pauta. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.33, n.3, p. 294-302, 2009.

DELGADO, Maria J. C. **O desejo de ter um filho... As vivências do casal infértil**. 2007. 213 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Comunicação em Saúde) - Universidade Aberta, Lisboa, 2007.

DORNELLES, Daniela C. **A influência das crenças populares durante os períodos gestacional e puerperal**. 2013. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Enfermagem Obstétrica) - Universidade do Vale Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre, 2013.

FARIA, Maria C. A infertilidade: desejo ou maldição. **Análise Psicológica**, Lisboa, v.4, n.8, p.419-423, 1990.

GOMES, Monyque R. T.; SILVA, Larissa T.; SALAMONI, Rosilma M. Investigação dos tabus e crenças alimentares em gestantes e nutrizes do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Rosa Pedrossian. **Ensaio e Ciência: Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde**, Mato Grosso do Sul, v. 15, n.6, 2011.

HINE, Christine. Virtual Ethnography. IN: Conference in Centre for Research into Innovation, Culture and Technology, 1994, Uxbridge. **Anais eletrônicos...**Uxbridge: Brunel University. Disponível em: <<https://vdocuments.mx/christine-hine-virtual-ethnography.html>> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 11., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: ABRAPCORP - Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/abrapcorp/assets/edicoes/2017/comp-lista-docs.html?#>> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

KIUCHI, Carolina; SILVA, Jennifer O.; GOMES, Leticia R. R. Youtubers: a nova geração de influenciadores. **Revista Científica UMC**, Mogi das Cruzes, v.3, n.1, 2018.

KOZINETS, R. V. Click to Connect: Netnography and Tribal Advertising. **Journal of advertising research**, Cambridge, v.46, n. 3, p. 279 - 290, 2006

LEITÃO, Carla F.; NICOLACI-DA-COSTA, Ana M. Impactos da internet sobre pacientes: a visão de psicoterapeutas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 441-450, 2005.

MOTA, José C. **Da Web 2.0 ao e-learning 2.0: aprender na rede**. 2009. 198 f. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Ciências da Educação) - Programa de Pós- Graduação em Pedagogia do E-learning, Universidade Aberta, 2009.

NEGREIROS, Teresa C. G. M; FÉRES-CARNEIRO Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 34-47, 2004.

OLIVEIRA, Paula B. **A mulher atual e a representação da maternidade**. 2007. 100 f. Dissertação (Mestre em Psicologia Clínica) - UNICAP, Recife, 2007.

PIRES, Andrea M.; ARAÚJO, Patrícia S. Percepção de risco e conceitos sobre plantas medicinais, fitoterápicos e medicamentos alopáticos entre gestantes. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v.35, n.2, p.320-333, 2011.

PRIMO, Alex F. T. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: Congresso Brasileiro de Ciências e Comunicação, 29., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...**Brasília: UFRGS. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf>> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

_____. A emergência das comunidades virtuais. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 20., 1997. **Anais eletrônicos...** Santos: ITERCOM. Disponível em:<http://www.pesquisando.atraves-da.net/comunidades_virtuais.pdf>. Acesso em: 29/07/2018.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre, Editora Meridional Ltda, 2009, 191p.

SANFELICE, Cheila et al. Crenças e práticas do período gestacional. **Saúde (Santa Maria)**, Rio Grande do Sul, v. 39, n.2, p.35-48, 2013.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 47-59, 2001.

SILVA, Marco Polo O. **Youtube, juventude e escola em conexão: a produção da aprendizagem ciborgue**. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Marco Polo O.; SALES, Shirlei R. O fenômeno cultural do Youtube no percurso educacional da juventude ciborgue. In: VI SBECE, 2015. **Anais...** Porto Alegre: online.

TOURINHO, J. G. A mãe perfeita: idealização e realidade - Algumas reflexões sobre a maternidade. **IGT na Rede**, Rio de Janeiro, v.3, n. 5, 2006.

TRIGO, Ligia. Youtubers da saúde: a informação de saúde sem mediação jornalística. **Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul, v.19, n. 39, 2018.

TRINDADE, Zeidi A.; ENUMO, Sônia R. F. Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil. **Psicol. USP**, São Paulo, v.13, n.2, 2002.

TURATO, Egberto R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2003, 685 p.

VARGAS, Eliane P. 'Barrigão à mostra': vicissitudes e valorização do corpo reprodutivo na construção das imagens da gravidez. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.237-258, 2012.

VARGAS, Eliane P.; RUSSO, Jane A.; HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e reprodução: usos e valores relativos ao desejo de filhos entre casais de camadas médias no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 153-162, 2010.

VASCONCELLOS, Amanda M. **Celebridade 2.0: O Youtube e a nova fábrica de famosos**. 2018. 263f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Programa de Comunicação e Territorialidades, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Espírito Santo, 2018.

NUNCA HOUVE CIBORGUES: CORPOS HÍBRIDOS NO CINEMA DE FICÇÃO CIENTÍFICA CONTEMPORÂNEO

Fabio Camarneiro

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
fabio.camarneiro@ufes.br*

Patricia Guidoni

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
patriciaguids@gmail.com*

RESUMO

O ciborgue é um conceito chave para Donna J. Haraway. Sua proposta política se coloca contrária aos binarismos identitários e por uma nova ontologia que superaria o “humano” – ao menos o “humano” branco, masculino, heterossexual, ocidental, que fragmentaria a ideia do humano como unidade e centralidade. O ciborgue seria a própria diferença, atuaria na constituição de uma rede de fluxos e transgrediria o que Haraway chama de “Guerra de Fronteiras”. A ficção científica, ao menos nos últimos dois séculos, tem abusado das figuras relacionadas a uma ideia de ciborgue ligadas ao senso comum (o autômato, o robô, o androide etc.). Este trabalho se debruça sobre como a potência política do conceito de ciborgue aparece (ou não) em *Blade Runner 2049* (Denis Villeneuve, 2017).

Palavras-chave: ficção científica, cinema, ciborgue, subjetividade, *Blade Runner 2049*.

ABSTRACT

The “cyborg” is a key concept in Donna J. Haraway’s work. Politically, the cyborg is against identity binarisms, and for a new ontology beyond the white, male, heterosexual, occidental “human being”. The cyborg would fragment the unity and centrality of the “human being”. And would become the very difference, acting to constitute a network of flows, transgressing what Donna J. Haraway calls “Frontier War”. In the last two centuries, science fiction has been displaying cyborg-related figures (such as the automaton, the robot, the android etc.) This paper analyzes how the political issues concerning the concept of the “cyborg” does (or does not) appear in *Blade Runner 2049* (Denis Villeneuve, 2017), the sequel of Ridley Scott’s film from 1982.

Key-words: Science Fiction, Cinema, Cyborg, Subjectivity, *Blade Runner 2049*.

Em várias ocasiões, a ficção científica, tanto na literatura como no cinema, tem apresentado corpos que operam nos limites entre o humano e a máquina, seres que conjugam partes orgânicas e mecânicas, num ajuste nem sempre estável ou pacífico. Um significativo exemplo vem da literatura do século XIX, e está no conto “O homem de areia”, publicado pelo escritor alemão E. T. A. Hoffmann em 1817: aqui, o personagem central se apaixona pela imagem de Olímpia, sem desconfiar que ela, na verdade, é um autômato, um ser construído a partir de partes mecânicas. No começo da década de 1880, na França, essa mesma história serviu de base para a ópera “Os contos de Hoffmann”, com libreto de Jules Barbier e música de Jacques Offenbach.

Ainda na Alemanha, a ideia da construção de uma mulher-robô continua, já no século XX, na personagem de Maria, em *Metrópolis* (*Metropolis*, Fritz Lang, 1927), importante marco do cinema expressionista. Construída como um duplo de seu modelo humano, a Maria-robô é um ser inescrupuloso que promove discórdia entre os operários da cidade futurista Metrópolis e se entrega aos prazeres mundanos antes de terminar destruída pelas chamas – como as mulheres acusadas de bruxaria pela Inquisição. Aliás, o retrato bastante particular da modernidade tecnológica é uma das características mais interessantes de *Metrópolis*. O personagem Rotwang – protótipo do “cientista amalucado” que constrói o robô – lança mão de uma tecnologia de ponta ao mesmo tempo em que sua iconografia remete à Alemanha arcaica: sua casa possui arquitetura medieval, enquanto seus cabelos desgrenhados e os movimentos de seu corpo (um tanto exagerados) parecem remeter à época dos alquimistas mais do que ao tempo dos cientistas.

Nesse bastante breve e restrito panorama dos humanos-máquina, há que se destacar novos elementos surgidos tanto na literatura estadunidense a partir dos anos 1950 quanto, mais tarde, no cinema estadunidense dos anos 1980: *Eu, robô*, livro de Isaac Asimov, compila algumas histórias curtas publicadas anteriormente e estabelece as desde então bastante famigeradas “três leis da robótica”, que vão estimular debates filosóficos a questionar que supostas regras governariam a “existência” desses seres (até então) imaginários: 1) Um robô não pode ferir um ser humano ou, por omissão, permitir que um ser humano se machuque; 2) Um robô deve obedecer às ordens dos seres humanos, exceto quando tais ordens entrarem em conflito com a Primeira Lei; 3) Um robô deve proteger sua própria existência enquanto essa proteção não entrar em conflito com a Primeira ou a Segunda Leis. (ASIMOV, 1950: 40) O livro de Asimov marca um interesse crescente por tais seres maquínicos na cultura popular e, na década seguinte, um autor que se dedica a esse tema é Philip K. Dick. Em seu *Androides sonham com ovelhas elétricas?*, publicado originalmente em 1968, o autor apresenta um cenário pós-apocalíptico em que grande parte da humanidade se transferiu para colônias espaciais, apesar de alguns ainda viverem em um inóspito planeta Terra. Nesse contexto, possuir um animal verdadeiro (e não uma mera cópia mecânica, apesar de praticamente idêntica ao modelo original) é sinal de status social e também um sonho de consumo compartilhado por muitos. Assim, uma das questões do personagem central, o policial Deckard, é a possibilidade ou não de comprar uma ovelha. Sua outra questão é caçar e eliminar alguns androides fugitivos, modelo Nexus-6.

Em 1982, ano da morte do escritor, *Androides sonham com ovelhas elétricas?* serviu de base para o roteiro de *Blade Runner, o caçador de androides* (*Blade Runner*, Ridley Scott, 1982), em que os Nexus-6 ganharam uma nova designação: “replicantes”. Apenas dois anos depois, o cinema de ficção científica ainda produziria o policial meio-homem-meio-máquina de *RoboCop: o policial do futuro* (*RoboCop*, Paul Verhoeven, 1987). Em ambos os filmes, coloca-se a questão do limite entre humano e maquínico e os problemas da máquina (androide) mimetizar – e quiçá superar – os corpos meramente orgânicos. Assim, os limites do próprio conceito de “humano” começam a se tornar mais quebradiços quando partes robóticas (ciborgues) são incorporadas a alguns corpos. Em 2017, 35 anos após o primeiro filme, é lançado *Blade Runner 2049*, que recupera o universo narrativo do filme de Scott.

Potências do ciborgue

Ao pensarmos nas possibilidades do conceito de “ciborgue”, voltamos a Donna J. Haraway e seu seminal texto “Manifesto ciborgue”, publicado pela primeira vez em 1985, em que a possibilidade de corpos híbridos é descrita nos termos de “um mito político, pleno de ironia”. (HARAWAY, 2009: 35) Em outra passagem, a autora afirma que o ciborgue “não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior”. (HARAWAY, 2009: 38) Essa unidade maior seria, em uma leitura da filosofia da diferença, uma multiplicidade, sem retorno ao mesmo. Nesse contexto compreendemos aqui o replicante como um marcador da diferença, uma extensa e intensiva repetição do está entre o humano e a máquina. Se “para Deleuze a repetição gera a diferença”, logo o ciborgue é a própria diferença. (GALLO, 2008: 10)

O conceito de ciborgue bagunça os “limites” entre humano e máquina, tensiona o que entendemos enquanto “humano” (seus limites e potencialidades) e enquanto máquina (seus limites e potencialidades). Afinal, o que nos caracterizaria enquanto “humanos” e nos diferenciaria das máquinas? Quais seriam as fronteiras dessa coexistência? Haraway, ao discutir as potencialidades do conceito, borra esses contornos e possibilita uma somatória das potencialidades do orgânico e do maquínico. Assim, para a autora estadunidense, o ciborgue seria uma “interligação por meio de redes” (TADEU, 2009: 20), uma transgressão de fronteiras. A potência do ciborgue é sua radical alteridade.

As totalidades orgânicas, a essencialidade do ser, a dualidade entre “natural” e “artificial”, as autoridades pretensamente transcendentais – tudo isso é colocado em xeque a partir do “mito” do ciborgue. Ao invés das imagens descritas acima, temos a imanência, a quebra dos conceitos de autoridade e de totalidade orgânica, a abertura das essências em um leque de múltiplas possibilidades. Esse caráter múltiplo, poliformo, transgressor e político do ciborgue coloca em questão uma existência enquadrada em linhas duras e/ou hierarquizantes, põe em perspectiva as crenças em uma espécie de unidade essencial ao ser humano.

Ainda segundo Haraway, “o ciborgue é a nossa ontologia e ele determina nossa política”. Aqui, a autora ataca a ontologia que fundamenta a epistemologia ocidental. Distanciando-se desta, o ciborgue “não faz qualquer apelo à um estado original, não busca nenhuma narrativa de origem, e não conserva qualquer memória do cosmos”. (HARAWAY, 2009: 37) Esse corpo híbrido existe e funciona por meio de uma rede de fluxos, opera por forças abertas a outras forças que podem lhe atribuir sentido, tensiona novas formas de existência e de redistribuição de afetos, imagina uma existência que imita o humano e apresenta a capacidade de – quiçá – superá-lo quanto aos processos de subjetivação.

“É no confronto com clones, ciborgues e outros híbridos tecnonaturais que a ‘humanidade’ de nossa subjetividade se vê colocada em questão.” (TADEU, 2009: 10) A ideia de que a máquina possa desenvolver um processo subjetivo ameaça aquilo que se entende mais intrínseco ao ser humano. O que ainda lhe garante certa autonomia e superioridade em relação a outras formas de existência termina por se dissolver e, assim, o humano passa a habitar novos territórios – colocando em risco a ideia do antropocentrismo que, ao menos desde a modernidade ocidental, tem sido a ordem do pensamento filosófico e cultural. É exatamente nesse ponto que se instala o que Haraway chama de “guerra de fronteiras”, ponto explorado em diversas obras de ficção científica, como as citadas na introdução deste artigo e, especialmente, nos filmes aqui mais detidamente analisados.

O conceito de subjetividade apreende-se a partir do que sugere Félix Guattari, que defende que a subjetividade como produção se realiza no coletivo, por forças de “multiplicidades que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como alguém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos”. (GUATTARI, 1992: 20) É portanto pela linha do afeto que se produz e se captura o sujeito e suas formas de existência, a partir das forças de modelização das grandes máquinas sociais. O autor acrescenta ainda que “cada indivíduo ou grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade.” A plasticidade, a fluidez, e o caráter múltiplo, polifônico e polimorfo da subjetividade – assim como o conceito de ciborgue – possibilitam que se possa voltar à singularidade de sua produção, assim como dobrar-se a serviço dessas grandes máquinas sociais.

O devir replicante

Vejamos agora como os conceitos até aqui trabalhados podem se articular com *Blade Runner 2049* (Denis Villeneuve, 2017). Na continuação do filme de 1982, encontramos uma diversidade de andróides ou, antes, suas versões femininas, as ginóides. E, ainda além da ideia de ginóide, há uma personagem inteiramente virtual: Joi (Ana de Armas), um ser etéreo e instável, que se apresenta como um holograma e funciona na narrativa fílmica como a possibilidade de par romântico do herói; ela também está relacionada a uma função servil da mulher, associada ao prazer sexual e ao sacrifício.

Se a ontologia de Joi (um código de linguagem) aponta para o futuro, ao mesmo tempo seus gestos, falas e atitudes remetem a uma ideia de feminino típica do melodrama do século XIX. Em outras palavras, o que caracteriza Joi enquanto “feminina” parece ir ao encontro da noção de alguém que está a serviço de outro – um “outro universal”, moldado anos a fio por uma sociedade machista e por práticas sociais que reduzem as potencialidades do feminino à servidão e à submissão.

Entre as ginóides, Luv (Sylvia Hoeks) faz as vezes de antagonista face ao herói e está relacionada às forças e potências de uma ideia de “feminino” que ocupa espaços no mercado de trabalho comumente associados aos homens. As demais personagens chamam a atenção por permanecerem em áreas de ambiguidade, talvez humanas, talvez ginóides – como a policial Joshi (Robin Wright) – ou habitando espaços definidos pela virtualidade – como a dra. Ana Stelline (Carla Juri). Mesmo o protagonista, K (Ryan Gosling), pode, por vezes, ser tomado por replicante, aumentando assim a sensação ambígua que atravessa o filme, continuação do original de 1982, por sua vez baseado no livro de Philip K. Dick.

A ambiguidade em relação aos replicantes é uma das marcas dos filmes da série *Blade Runner*. Sob certo ponto de vista, eles seriam “menos” que humanos, talvez sub-humanos, e, portanto, podem ser “aposentados” sem nenhum escrúpulo. São apenas máquinas, indignas de despertarem luto. Mas, por outro lado, a distinção entre essas máquinas e os homens pode ser vista como por demais tênue. Se no primeiro filme existe uma dúvida (jamais respondida completamente) sobre a identidade do personagem do policial Deckard (Harrison Ford), na continuação de 2017 essas mesmas dúvidas estão amplificadas em K, que se imagina também um replicante mas com um novo ingrediente que torna tudo mais nebuloso: talvez ele tenha sido parido (a partir de um pai supostamente humano) por uma replicante que, inexplicavelmente, teria desenvolvido a capacidade de gerar vida.

Assim, as diferenças entre humanos e máquinas surgem borradas, e não se sabe mais se as existências indignas de despertar luto são as destas ou as daqueles. (Ou de ambos? Ou de ninguém?) À primeira vista, o universo narrativo de *Blade Runner 2049* parece pródigo em

apresentar as potências dos encontros entre humano e máquina. Mas voltemos às personagens femininas e em seus desenvolvimentos na trama. Uma cena exemplar na descrição da relação humano-máquina e do hibridismo dos corpos é o encontro sexual entre K, Joi e Mariette.

Mariette (Mackenzie Davis) é uma replicante Nexus-8 (logo ultrapassada, talvez obsoleta) e sua função é a prostituição – uma personagem similar a Pris (Daryl Hannah) de *Blade Runner, o caçador de andróides* (1982), uma replicante Nexus-6 que lutava por sua sobrevivência, visto que os poucos de sua série que restavam eram caçados para extermínio. Em *Blade Runner 2049*, Mariette luta pela resistência e manutenção da vida da série Nexus-8.

A cena em questão deixa evidente a confusão de fronteiras entre esses três corpos. A relação de Joi (um holograma) e K (com quase certeza um replicante) não se realiza no campo físico. Joi – atenta a tudo, como convém a uma máquina – percebe que a ausência do contato sexual afeta K e, além disso, atesta uma incapacidade dela em atender a todos os desejos de seu “mestre”. Como Joi é um ser onipresente, ela identifica em Mariette um corpo físico atraente e acaba convocando-a para o inusitado *ménage à trois* como encenado por Villeneuve.

Como Joi é um corpo de linguagem, precisa de um corpo físico para compor um Outro. Visto que K é um corpo físico, precisa da linguagem para acessar outro corpo físico. Mas então qual o papel de Mariette? Ela está em uma função objetificada. Contratada por Joi, executa sua performance com desenvoltura e, de maneira surpreendente, parece ser a única a ter uma relação prazerosa com o episódio. Hibridizada em Joi, Mariette emula o Outro de K. Ele, porém, não parece se envolver no jogo, não deixa transparecer prazer, sequer desprazer, mas apostamos que sua situação é desconfortável: K parece temer o corpo híbrido – talvez reflexo de sua própria condição como possível ciborgue. O Outro de K é talvez ele mesmo, uma relação intensamente narcísica. E o corpo híbrido, ambíguo, essa existência para além das categorias estanques provocam, nele, no mínimo, apreensão ou, talvez, paranoia.

A alteridade provocada pela fusão/confusão entre Joi e Mariette é negada por K, assim como ele, talvez, negue seu próprio passado. Sobre o *Blade Runner* de 1982, Jurandir Freire Costa afirma que: “O andróide é um ser sem história e, por conseguinte, sem marcas duráveis de sua relação com os outros. Donde a frieza emocional, a incapacidade de valorar fatos vividos, enfim, a indiferença para com tudo que não seja sua exclusiva sobrevivência.” (COSTA, 2010: 70).

Jamais fomos ciborgues

Após um olhar mais atento, percebemos que, ao fim e ao cabo, o conceito de “humano” ainda impera, soberano, sobre os corpos híbridos. Não bastasse isso, trata-se de um “humano” associado a uma categoria universal que também subentende “masculino”, “branco”, “ocidental”, “heterossexual”, “cisgênero” etc. Talvez a análise da cena de sexo em *Blade Runner 2049* aponte para um feminino que – apesar de tudo – surge mais preparado para reconhecer a dualidade que o masculino. Joi e Mariette parecem reconhecer as possibilidades de encaixe, do uso de próteses, dos corpos híbridos conforme Haraway. Mas K nega essas possibilidades devido a sua obsessão (e, ao mesmo tempo, sua negação) em conhecer sua “identidade” última.

O que pode ser transgressão é, ao mesmo tempo, reafirmação de clichês ligados à bissexualidade das mulheres: para elas, seria talvez mais “natural” a experimentação com ambos os sexos. Mas, para os homens, de acordo com um código implícito das convenções de gênero, essa “indefinição” se transforma em um problema. A identidade masculina se coloca, portanto como um monólito indivisível e binário: ou se é homem ou não se é. O feminino possibilita maior fluidez: ao invés de uma categoria estanque, apresenta-se como “indefinição”, como “dúvida”.

E a série *Blade Runner*, por apresentar heranças evidentes dos filmes *noir* estadunidenses, flertam aqui com a figura ambígua e desestabilizadora da *femme fatale*. De maneira menos conciliadora, identificamos nessas obras, o elemento misógino que marca a mulher como o duplo malvado, o mistério que, dentro de uma lógica judaico-cristã, está ligada ao mal. (E que, portanto, teria sido responsável pela expulsão do Paraíso.)

Os corpos híbridos femininos em *Blade Runner 2049* estão, portanto, muito distantes do ciborgue pensado por Haraway. No filme de Villeneuve, é possível dividir as representações do feminino em dois blocos: em primeiro lugar, as personagens ligadas a territórios imateriais como Joi – um holograma que pode, em tese, satisfazer qualquer desejo de seu “proprietário” – e a dra. Ana Stelline, que vive isolada de qualquer contato físico, tendo porém a capacidade de produzir imagens mentais, memórias virtuais e que seria, a partir dos termos de Félix Guattari, uma fábrica de “processos de subjetivação”.

Por outro lado, temos as personagens ligadas a territórios materiais, em que importam a força física, o alto desempenho, a precisão e, em certa instância, o desprendimento emocional: assim são Luv e a policial Joshi. A conclusão da trama reserva finais trágicos a todas, sem distinção. A única sobrevivente, dra. Ana Stelline, segue aprisionada em seu casulo – espécie de metáfora de um centro irradiador da própria trama. (Dra. Ana, vítima de sua própria fabulação?)

As ambiguidades ligadas a esta personagem são centrais para nossa comparação entre o texto de Haraway e o filme de Villeneuve: sendo ela “filha” de um útero maquínico e tendo o poder de “construir” realidades mentais, ela estaria mais próxima de realizar, na trama, as potências revolucionárias descritas no “Manifesto ciborgue”. A própria autora admite que os ciborgues são “filhos ilegítimos do militarismo e do capitalismo patriarcal, isso para não mencionar o socialismo de estado”. E conclui: “Mas os filhos ilegítimos são, com frequência, extremamente infiéis às suas origens. Seus pais são, afinal, dispensáveis”. (HARAWAY, 2009: 40)

Mas, de maneira muito mais tradicional, *Blade Runner 2049* não parece considerar os pais como algo “dispensável”. A radicalidade do ciborgue, portanto, encontra-se prejudicada. O plano final do filme de Villeneuve, seu desfecho encena o reencontro entre pai e filha e é, ao mesmo tempo, uma repetição da cena de encerramento do filme anterior do mesmo realizador, *A chegada (Arrival)*, (2016). A personagem que, no filme de 2017, parece melhor representar as potências do ciborgue, encontra-se aprisionada. Assim, o reencontro com o passado – com o pai, com o personagem que remete ao filme original – é também um compromisso de se manter ligado às convenções do filme de ficção científica hollywoodiano, em que o protagonismo é marcadamente masculino (ou, mais recentemente, como vemos em alguns personagens de *Blade Runner 2049*, em um feminino marcado pelos mesmos valores de ação e de pragmatismo que desde sempre foram atributos dos personagens homens).

Blade Runner 2049 oferece um vislumbre das possibilidades do ciborgue mas, ao mesmo tempo, nega que essa possibilidade se realize de maneira potente. Aliás, interdita que ela se realize de qualquer maneira que não o retorno ao pai, à tradição, ao já dado, ao já conhecido.

Para Haraway, o ciborgue não carregaria em si nenhum “reencontro”. Ao contrário, ele superaria a oposição entre humano e máquina, tantas vezes representada no cinema de ficção científica, e que encontra sua forma lapidar nos embates dos filmes da franquia *O exterminador do futuro*. O ciborgue de Haraway rompe tais oposições dicotômicas, tais binarismos, e surge como um corpo “pós”: pós-gênero, pós-humano, pós-moderno. Se pensarmos nos termos da autora, podemos afirmar, apesar do risco da generalização, que nunca houve ciborgue no cinema de ficção científica. E, se houve, foi em um filme canadense do final dos anos 1990, lançado simultaneamente a *Matrix* e eclipsado pelo desproporcional sucesso do filme dos irmãos (hoje irmãs) Wachowski. Trata-se de *eXistenZ*, de David Cronenberg.

A vitória da ambiguidade

Nesta fantasia do universo dos videogames, a alternância entre a suposta “realidade” e a “virtualidade” é levada a um limite máximo, em que não importa mais se algo é originalmente real ou virtual: tudo se mescla, tudo se mistura, tudo se sobrepõe. Em *eXistenZ*, vida e jogo se tornam uma coisa só, e é nesse sentido que o filme nos serve como contraexemplo ao *Blade Runner 2049* de Villeneuve – e também como imagem dos mecanismos do capitalismo pós-industrial contemporâneo.

O filme de Cronenberg cria “camadas de realidade” (um jogo dentro de um jogo, dentro de um jogo, numa *mise en abîme*) que se interpenetram e mutuamente se alteram. Cada ator-personagem é, ao mesmo tempo, um avatar que precisa obedecer a uma “programação” determinada, a um objetivo dentro do jogo – mas que, contudo, não deixa de fora alguma margem de escolha, algum livre arbítrio. As semelhanças com os processos de subjetivação, conforme definidos por Guattari, são evidentes. E é também evidente a necessidade de se “escapar”, de se fugir da lógica do jogo. Assim, a trama do filme de Cronenberg encena um embate entre os jogadores e os “realistas”, movimento que parodia táticas de guerrilha e que tem por objetivo tentar devolver o mundo a alguma “realidade” empírica, unívoca e, portanto, inquestionável.

Nosso objetivo neste artigo, ao examinarmos a tradição dos corpos híbridos no cinema de ficção científica, foi tentar identificar, nessas narrativas, as potências éticas, estéticas e políticas do conceito de Donna J. Haraway. Talvez o ciborgue indique um caminho possível para que a personagem da dra. Ana Stelline possa livrar-se dos grilhões de sua caverna de Platão ultratecnológica. O cinema de Cronenberg parece apontar para esse caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASIMOV, Isaac. *I, Robot*. New York: Doubleday, 1950.

COSTA, Jurandir Freire. “A transcendência ética na modernidade e na contemporaneidade: de Graham Greene a Philip K. Dick”. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando Luís (org.). *Fronteiras do pensamento: ensaios sobre cultura e estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 59-74.

DICK, Philip K. *Andróides sonham com ovelhas elétricas?* tradução: Ronaldo Bressane. São Paulo: Aleph, 2015.

GALLO, Silvio. “Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença”. In: Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos Sobre Diálogos II. (anais) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. tradução: Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: 34, 1992.

HARAWAY, Donna J. “Manifesto ciborgue”. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. tradução e organização: Tomaz Tadeu. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009: 33-118.

HOFFMANN, E. T. A. “O homem de areia”. tradução: Luiz A. de Araújo. In: CALVINO, Ítalo (org.). *Contos fantásticos do século XIX: o fantástico visionário e o fantástico cotidiano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004: 49-81.

NOVAES, Adauto (org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. (Conexões; 17)

TADEU, Thomaz, "Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano". In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. tradução e organização: Tomaz Tadeu. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009: 7-15.

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

A chegada (Arrival), Denis Villeneuve, 2016, EUA, 118 min.)

Blade Runner 2049 (Denis Villeneuve, 2017, EUA, 164 min.)

Blade Runner: o caçador de andróides (Blade Runner), Ridley Scott, 1982, EUA, 117 min.)

eXistenZ (David Cronenberg, 1999, Canadá/EUA, 97 min.)

Metrópolis (Metropolis), Fritz Lang, 1927, Alemanha, 153 min.)

RoboCop: o policial do futuro (RoboCop), Paul Verhoeven, 1987, EUA, 103)

“APESAR DA CRISE”, UM RETRATO DOS EMPREENDEDORES DURANTE A RECESSÃO ECONÔMICA

Robson Sales de Azevedo Junior

Resumo:

A partir da análise qualitativa de duas pesquisas amostrais publicadas em jornais de grande circulação e de reportagens, analisamos como a imprensa retrata as mudanças no mercado de trabalho na pós-modernidade, período em que as relações se tornaram mais flexíveis e menos estáveis. Em um cenário de novas tecnologias que reduzem e modificam a relação entre tempo e espaço, a organização do trabalho também se transforma. A figura do empreendedor, mostrado quase como um herói desbravador, ocupa posição central nesse novo contexto. Entendemos que o jornalismo especializado tem uma colaboração fundamental na consolidação dessa mudança. Este artigo faz parte da dissertação de mestrado que analisa como empresários são retratados na imprensa, especificamente na cobertura de economia e negócios. Em grande parte, são empreendedores que teriam superado a crise econômica.

Palavras-chave: Jornalismo Econômico; Empreendedorismo; Cotidiano; Pós-modernidade; Trabalho.

Summary:

Based on the qualitative analysis of two sample surveys published on major circulation newspapers and articles, we investigated how the press portrays the changes in the labor market in post modernity, a period in which relations have become more flexible and less stable. In a scenario of new technologies that reduce and modify the relationship between time and space, the organization of work is also transformed. The figure of the entrepreneur, shown almost as a pioneering hero, occupies a central position in this new context. We understand that specialized journalism has a fundamental collaboration in consolidating this change. This article is part of the master's thesis that reviews how entrepreneurs are portrayed in the press, specifically in the coverage of economics and business. To a great extent, they are entrepreneurs who would have overcome the economic crisis.

Keywords: Economic Journalism; Entrepreneurship; Quotidian; Postmodernity; Labour.

Introdução

Todos os dias uma redação recebe centenas de informações. São notas sobre um acidente de carro no Centro da cidade, a chegada da frente fria na próxima semana, o discurso do prefeito local, a decisão de algum político sem importância, o assalto a uma pessoa numa rua deserta, um estudo sobre o mercado de trabalho, estatísticas de inflação e o preço do dólar. A partir desses relatos é construído o jornal diário que vai às bancas com a missão de ser o meio reservado para contar o que se passou no dia anterior, excluindo ao esquecimento tudo que não está naquelas poucas páginas, praticamente como se não tivesse acontecido. Assim, políticos, analistas e empresários procuram uma brecha para ter escrito e publicado na imprensa suas façanhas – frequentemente, nem tão extraordinárias.

É da rotina de um jornalista numa redação receber ligações e mensagens de assessores de imprensa oferecendo pautas com histórias de vitória de seus clientes. São empresários, organizações e personalidades que querem espaço público e montam estruturas profissionais para buscar melhor posicionamento e acesso às publicações com o objetivo de romper os filtros dos repórteres e editores até às páginas jornalísticas.

Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado que realizamos no Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano (PPGMC), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Na dissertação, analisamos como empresários são retratados na imprensa, especificamente na cobertura de economia e negócios. Em grande parte, são empreendedores que teriam superado a crise econômica e conseguiam fazer crescer o negócio, em diferentes ramos de atuação. A hipótese é que a mídia especializada ajuda a legitimar e popularizar essa cultura empreendedora. A imprensa tem papel fundamental na formação dessa cultura empresarial mais individualista, que exige menos Estado e mais esforço próprio, ideologia típica dos empresários norte-americanos.

Neste trabalho, observamos, a partir das análises de conteúdo de duas pesquisas amostrais publicadas na imprensa e de textos da revista Exame, como os jornais retratam as mudanças no mercado de trabalho na pós-modernidade, período em que as relações se tornaram mais flexíveis e menos estáveis. Em um cenário de novas tecnologias que reduzem e modificam a relação entre tempo e espaço no dia a dia das pessoas, a organização do trabalho também se transforma. Entendemos que o jornalismo especializado tem uma colaboração fundamental na consolidação dessa mudança.

É justamente o cotidiano, no dia a dia das páginas de matérias e reportagens que retratam o mundo, que se mostra como um lugar privilegiado para essa investigação. O filósofo Henri Lefebvre (1991) vê o cotidiano como fio condutor da história. Através dele seria possível conhecer a realidade social do mundo, os conflitos entre o racional e o irracional, os problemas da produção, as questões da política econômica, onde acontece a vida vivida. É o cotidiano que os indivíduos constroem relações sociais e os valores do homem, enfim, que as contradições sociais, a cultura e o papel do Estado se manifestam de maneira concreta.

Jornalismo e o cotidiano

O Jornalismo Econômico está presente no dia a dia das pessoas comuns. O comportamento da economia de um país afeta a vida não só do empresário, mas também da dona de casa, do estudante, do aposentado, do jovem que ainda nem entrou no mercado de trabalho. A alta do preço da gasolina pode provocar uma corrida aos postos de combustíveis; a queda do preço do arroz e do feijão, decorrente da boa safra no campo, faz com que as famílias gastem menos nas cidades, por exemplo.

Antes da consolidação do Jornalismo Econômico a partir da década de 1960, ainda quando o tema era somente uma especialização e não uma editoria própria, esses assuntos ficavam perdidos entre as páginas de cobertura política e dependente de iniciativas pontuais e pouco duradouras (KUCINSKI, 2007). É possível, então, dizer que o Jornalismo Econômico existe desde o surgimento da imprensa e não apenas depois do governo militar, quando consolidou sua importância e ganhou mais espaço nas redações, se tornando uma editoria com prestígio nas redações. Essa economia popular, contudo, perdeu espaço nos jornais. O crescimento da sofisticação do mercado financeiro mudou a linguagem das matérias de economia.

“Com o colapso da economia soviética, planificada e estatal deu-se a vitória ideológica da tese neoliberal, que sacrifica o princípio da solidariedade social no altar de uma suposta eficiência econômica foi decisivo o jornalismo como linha auxiliar na campanha neoliberal dos anos 90 pelo desmonte do Estado social-democrata, na sedução dos jovens ao ideal do sucesso pessoal, na disseminação da nova utopia das classes média: a de possuir o próprio negócio. O jornalismo econômico, veículo por excelência dessa nova tecnologia, tornou-se o principal agendador do debate político” (KUCINSKI, 2007, pp. 14-15).

Por trás de um aparente cientificismo e objetividade, economistas e analistas usam números para justificar escolhas e enfoques para a política econômica. A linguagem técnica também é usada como uma barreira que afasta da discussão grande parte da sociedade. Assim como Michel Maffesoli acusa os sociólogos, há um afastamento de economistas com a realidade popular, é a relação de alteridade vista já há muito tempo em diferentes campos do conhecimento. Em vez de escutar a sociedade, os intelectuais se distanciam e respondem pelos e no lugar dos outros. “De tanto pretender fazer ciência, termina-se num bizantinismo que tem pouco mais do que relações remotas com a sociedade a qual, supostamente, se está aí expressando” (MEFFESOLI, 2010, p. 200).

Nesse sentido, especialistas apontam o empreendedorismo e o trabalho por conta própria como saída para a crise econômica, às vezes sem entender a realidade local ou os desejos daquela população. A receita oferecida pelos economistas segue uma estrutura já conhecida e repetida diversas vezes: menos Estado e mais esforço próprio.

Em 2011, uma pesquisa publicada pelo jornal O Globo mostrou que 84% dos entrevistados preferiam ter a carteira assinada a contar com trabalhos esporádicos. Ou seja, a maior parte dos trabalhadores rejeitava a vida de *freelancer*, apesar de “poder acordar a hora que quiser, almoçar em casa e ter tempo para fazer aquele curso que você queria e que é ministrado bem no meio do dia”, como descreve a matéria, ressaltando as supostas vantagens de ser patrão de si mesmo. Os resultados do levantamento feito com cerca de 450 trabalhadores mostravam que, naquele ano, a maioria dos brasileiros ainda preferia a segurança, os benefícios e a formalidade garantidos pela carteira assinada, de acordo com a reportagem. Essa escolha fica ainda mais clara com o recorte em que somente 9% dos que trabalham regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sistema que regula as relações trabalhistas, gostariam de ser *freelancers*.

Ao longo desses sete anos, contudo, o panorama da economia mudou e a flexibilização do mercado de trabalho ganhou mais força. Os governos passaram a facilitar cada vez mais a abertura de empresas e as grandes companhias começaram a buscar pequenos empreendedores para terceirizar serviços que antes eram realizados por uma equipe própria. Uma simples pesquisa no site do jornal Folha de S. Paulo do termo “empreendedorismo” sugere esse crescimento. Enquanto em 2018 foram 386 respostas; em 2011, foram 257 citações, no período entre janeiro e novembro de cada ano, uma alta de 66%.

A busca pelo negócio como solução para a vida e o caminho de fuga do estresse no dia a dia do trabalho parece ter ganhado força nos últimos anos. Agnes Heller (2008) acredita que o cotidiano é um espaço privilegiado de manifestação de valores, que ao longo da história se constroem e se desconstroem, mudam de sentido a depender de cada período. Nesse sentido, o crescimento profissional impulsionado exclusivamente pelo esforço próprio, sem ajuda de ninguém, livre das amarras do Estado é um dos valores desta época. O modelo neoliberal ganha cada vez mais espaço e carrega junto o processo de desmobilização do Estado de bem-estar, com isso valorizando o indivíduo autônomo que, embora desassistido pelo Estado, seria mesmo assim capaz de gerir a si mesmo e estaria apto a sobreviver às oscilações do mercado.

Pode-se considerar valor tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais; pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de um determinado componente essencial. O valor, portanto, é uma categoria ontológico-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais), e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, é expressão e resultante de relações e situações sociais (HELLER, 2008, p. 18).

A filósofa húngara aponta o cotidiano como práxis da vida, um meio do caminho entre dois períodos revolucionários onde a vida é vivida e são criadas as condições de mudança. Ou seja, é no cotidiano que o trabalho do dia a dia acontece, em que os conflitos laborais ocorrem e se iniciam as mudanças.

Em setembro de 2018, a Folha de S. Paulo publicou uma reportagem em que mostra metade dos trabalhadores brasileiros preferindo o trabalho autônomo àquele com carteira assinada e suas garantias trabalhistas. Exatamente 50% dos 8.601 entrevistados pelo instituto de pesquisa Datafolha respondeu que preferia ser autônomo, com salários mais altos e pagando menos impostos, ainda que sem benefícios trabalhistas. A forma da pergunta, porém, pode conduzir a essa resposta positiva: afinal, quem não prefere ganhar mais e pagar menor imposto? Os que responderam preferir atuar como assalariado registrado, pagando mais tributo, mas com benefícios trabalhistas, somaram 43%. Outros 7% não opinaram.

No Brasil, uma nova lei trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, regulamentou o trabalho autônomo e flexibilizou as exigências para formalização da contratação. A decisão foi apoiada por empresários, que desejam reduzir os encargos trabalhistas nas contratações, e corroborada por alguns economistas que escreviam colunas de opinião em jornais apontando os benefícios dessas mudanças. Por causa da menor oneração aos empresários, a promessa era contratar mais gente em meio a crise econômica que destruiu mais de três milhões de vagas de emprego entre 2015 e 2017.

Essas mudanças legais nas relações de trabalho acontecem na esteira de mudanças na cultura e no estilo de vida dos cidadãos. Se antes havia procura por estabilidade no emprego, agora a busca é outra. O filósofo Zygmunt Bauman indica que homens e mulheres trocaram a segurança individual pela procura da felicidade e da liberdade.

“Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais. (...) Liberdade sem segurança não assegura mais firmemente uma provisão de felicidade do que segurança sem liberdade. Uma disposição diferente das questões humanas não é necessariamente um passo adiante

no caminho da maior felicidade: só parece ser tal no momento em que se está fazendo.” (BAUMAN, 1998, p. 10).

Na pós-modernidade, a interferência coletiva no destino individual é completamente rejeitada. A pressão é pela desregulamentação e privatização, sob o véu da livre competição esse objetivo chega ao limite. Nesse sentido, a vida que antes era construída tijolo por tijolo num desenho lógico e planejamento a longo prazo, agora já não é mais sólida, essa evolução se dá sem uma clara percepção do final da história. “O mundo pós-moderno está se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível” (BAUMAN, 1998, p.32).

A partir da segunda metade da década de 1970, o modelo de produção consolidado no pós-guerra é corroído e abre espaço para formas mais flexíveis. A crise mundial desse período, provocada pela mudança de patamar do preço do petróleo, é seguida de uma rápida reorganização dos fluxos de capital e produção. Nesse ponto, a organização do trabalho na modernidade e na pós-modernidade se diferenciam. Max Weber (2013) aponta como fator fundamental daquele capitalismo do fim do século 19 a separação entre casa e trabalho. “A moderna organização racional do empreendimento capitalista não seria possível sem outros dois fatores importantes nesse desenvolvimento: a separação entre negócios e a vida doméstica”. Na visão do filósofo alemão, essa barreira tornaria a produção racional e ajudaria no aumento da produtividade e, conseqüentemente, do lucro. O impacto da pós-modernidade nessa mudança do mercado de trabalho é direto, não só no trabalho mas também na vida cotidiana. “É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir” (SENNETT, 1998, p. 9).

Para Richard Sennett (1998) um dos principais pontos deste período é que, além – ou justamente por causa – das novas tecnologias, a organização do tempo do trabalho é outro completamente diferente. As barreiras que separavam casa e trabalho se diluem. É como destacado acima na reportagem do jornal O Globo: o trabalho autônomo permite o almoço em casa, mais horas de lazer e tempo com a família. Há, no entanto, outras formas de controle do tempo do trabalhador. “Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado” (SENNETT, 1998, p.10).

Na verdade, o cotidiano desse novo trabalhador passa a ser tomada pelas horas de serviço. Se já não há mais uma divisão entre casa e trabalho, o trabalho está em toda parte, entre todas as horas do dia. Isso quer dizer que o novo empreendedor estará sempre trabalhando.

“Na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações” (SENNETT, 1998, p. 69).

Ao contrário, a percepção é de que há maior controle sobre o trabalho para aquele que está fora do escritório, nessa jornada flexível. Nesse sentido, em meio a tantos concorrentes, há um ponto comum destacado pelos especialistas ouvidos nas reportagens: para vencer é preciso muito trabalho.

A aventura do empreendedor

A figura do empreendedor como um desbravador já é antiga, data ainda antes do surgimento do capitalismo moderno. Esse empreendedor é um herói que rompe barreiras, supera dificuldades e tem o mérito de vencer os entraves, o homem que carrega o desenvolvimento

do capitalismo. O sociólogo alemão Max Weber (2013) descreve o percurso histórico do empreendedor, um homem aventureiro que desenvolveu o capitalismo à base da troca de mercadorias pelo mundo. Esse empreendedor aventureiro financiava guerras, expedições piratas e colonizadoras, negociavam escravos, bancavam participação política (WEBBER, 2013). Em resumo, participavam de qualquer coisa que pudesse gerar algum tipo de lucro.

“A moderna organização do empreendimento capitalista não seria possível sem outros dois fatores importantes nesse desenvolvimento: a separação entre negócios e vida doméstica, que é completamente dominante na vida econômica hodierna, e intimamente ligada a ela, a contabilidade racional” (WEBER, 2013, p. 21).

Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, compara as formações católica e protestante na formação da riqueza pessoal. Enquanto os católicos são menos impulsivos, preferindo uma vida com menos riscos, ainda que seja com menores ganhos, os protestantes se importam menos com os riscos, desde que isso resulte em uma renda maior. Na visão de Weber, a ética protestante conduz a uma moral que valoriza o trabalho, uma formação mais técnica.

“Procura-se, com especial urgência, em todo o território nacional, neste momento, o espírito animal do empresário brasileiro. Sua presença e seu apoio são essenciais, segundo garante o governo, para a economia brasileira sair da zona de rebaixamento na qual veio dar com os quatro costados” (GUZZO, 2015). Esse chamado feito pelo colunista na revista Exame em 2015 resume a figura desse empreendedor. Sair da crise só é possível através do esforço dele. A metáfora com o animal impetuoso é encontrada também em Weber para descrever o espírito capitalista entre protestantes e católicos: enquanto os primeiros são ousados e impulsivos, os segundos são mansos. Para o jornalista, o espírito animal é despertado no mundo dos negócios quando há o cheiro do lucro.

No cenário de destruição econômica desenhado pelos jornais, há quem consiga lucrar. Na edição de abril de 2015, a Exame mostra alguns exemplos. “As empresas que aproveitam a crise econômica para crescer. Consumo em baixa, inflação em alta, dólar imprevisível. Para um grupo de empresas, essa é a hora de aproveitar a fragilidade dos concorrentes e ganhar terreno”. Nessa matéria, o principal exemplo de superação da crise é o empresário Ricardo Galló, dono da rede de lojas de vestuário Renner. Apesar de todos os problemas, esse empreendedor consegue seguir bem. “O gaúcho José Galló, presidente da Lojas Renner, tem o hábito de se preparar para crises reais e imaginárias. Em 2015, ele se vê de fato diante de uma crise das brabas. O cenário, pelo que lê, é dos piores”.

A história de superação do dono da rede Renner serve como incentivo a outros empreendedores. É preciso manter a calma e disciplina. “O pesquisador americano Jim Collins, um dos mais aclamados gurus de gestão, descobriu que as empresas que se dão bem nas crises não têm executivos que arrisquem, sejam visionários. Eles são mais disciplinados e paranoicos”, concluiu a reportagem da Exame. Na avaliação de Thomaz Wood Jr, professor do curso de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a mídia especializada ajuda a legitimar e popularizar essa cultura empreendedora. “Os símbolos, a linguagem, as crenças e ideologias do mundo dos negócios estão invadindo a cultura, tanto do ponto de vista material, como intelectual e espiritual” (WOOD JR e PAULA, 2006, p. 2).

Calma e disciplina, mas é preciso também algumas doses de ousadia. “Se ninguém o chama de louco, é porque você não está sonhando alto o suficiente”. Essa frase ilustra o pensamento da norte-americana Linda Rottenberg, fundadora da Endeavor, uma das maiores instituições voltadas para o empreendedorismo no mundo. Rottenberg viaja pelo planeta para evangelizar

os empreendedores e esteve no Brasil em 2015, quando o país enfrentava uma das mais profundas crises econômicas da história. Em entrevista a revista *Exame*, a executiva comparou loucura e empreendedorismo e disse que é justamente no caos da crise que surgem oportunidades para o empreendedor. “Acredito que a estabilidade é amiga do *status quo*. E o caos é amigo do empreendedor. Em momentos ruins, as empresas grandes congelam investimentos e, assim, deixam uma lacuna para pessoas dispostas a empreender”, afirmou ao jornalista Fabrício Bernardes.

Nesses períodos de crises econômicas, frequentes no capitalismo moderno, o Estado frequentemente é acusado de ineficiência e incapacidade de proporcionar crescimento da economia. É quando o empreendedor é transformado em herói e solução para os problemas. Seria ele o homem que conseguiria reverter a situação desfavorável com trabalho próprio e competência. Essa cultura dos negócios vai ganhando cada vez mais espaço na vida social, ampliando o culto ao empreendedorismo e vendo nessas histórias de superação inspiração para também vencerem.

Ao ser questionada se havia muitas barreiras ao empreendedorismo no Brasil, a especialista norte-americana prefere apontar entraves vindos do próprio empreendedor.

“Aprendi que as maiores barreiras para o espírito empreendedor não são financeiras, estruturais ou culturais — são psicológicas. O maior desafio é estar preparado para assumir riscos e para, eventualmente, escutar que está louco por investir numa ideia pouco convencional. Se a pessoa estiver disposta a se livrar desse medo, nada irá impedi-la” (BERNARDES, 2015).

O modelo neoliberal ganha cada vez mais espaço e carrega junto o processo de desmobilização do Estado de bem-estar, com isso valorizando o indivíduo autônomo que, embora desassistido pelo Estado, seria mesmo assim capaz de gerir a si mesmo e estaria apto a sobreviver às oscilações do mercado (CASTELLANO E BACKER, 2014). Nos Estados Unidos, berço de Linda Rottenberg, uma figura muito conhecida é a do *self-made man*, que é o homem de negócios que vence sozinho, vindo de baixo. Esse personagem já rendeu filmes e biografias ao longo dos tempos.

Conclusão

As mudanças no estilo de vida pós-moderno provocou também alterações no mercado de trabalho. Em detrimento da segurança no emprego, homens e mulheres agora decidem pela flexibilidade. A reinvenção de si mesmo ganhou força e, cada vez mais, é melhor ter o próprio negócio a ter que responder a um chefe com horários bem definidos, mesmo que isso custe sua tranquilidade.

Neste trabalho, analisamos o crescimento do termo empreendedorismo nas páginas da imprensa especializada. O empreendedor é aquele aventureiro que decide se virar por conta própria. Em 2015, ano em que a crise econômica se aprofunda e a ex-presidente Dilma Rousseff inicia o segundo mandato na Presidência da República, os jornais destacam a figura do empresário, que com coragem poderia tirar o país desse cenário desanimador. A história de superação de uns executivos acaba servindo de inspiração para outros.

Nesse sentido, o Jornalismo Econômico, em particular, atua como um aparelho para consolidar esses valores. Na pós-modernidade, a interferência coletiva no destino individual é rejeitada, a pressão é pela desregulamentação e privatização em um panorama que incentiva o individualismo. Com o auxílio da imprensa, governos têm ampliado a flexibilização do trabalho. No Brasil, uma nova lei trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, regulamentou o trabalho autônomo.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLANO, Mayka. e BAKKER, Bruna. **Renovações do self-mademan: meritocracia e empreendedorismo nos filmes "À procura da felicidade" e "A rede social"**. Anais do VII Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação, 2014.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MAFFESOLI, Michel. **"Epistemologia do Cotidiano"**. In: O Conhecimento Comum - Introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WOOD JR, Thomaz e PAULA, Ana Paula Paes de. **A mídia especializada e a cultura do Management**. o&s - v.13 - n.38 - Julho/Setembro - 2006.

REPORTAGENS ANALISADAS

BERNARDES, Fabrício. **Para a fundadora da Endeavor o caos é amigo do empreendedor**. Exame, São Paulo, 7 out 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/para-a-fundadora-da-endeavor-o-caos-e-amigo-do-empresendedor/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

FERNANDES, Anais. **Metade dos eleitores prefere ser autônomo a ter emprego CLT, diz Datafolha**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 set 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/metade-dos-eleitores-prefere-ser-autonomo-a-ter-emprego-clt-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 04 de novembro de 2018.

GUZZO, J.R. **Procura-se o espírito animal do empresário brasileiro**. Exame, São Paulo, 25 fev 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/procura-se-o-espírito-animal-do-empresario-brasileiro/>>. Acesso em: 04 de novembro de 2018.

O GLOBO. **Maioria dos brasileiros prefere trabalhar com carteira assinada do que como freelancer, revela pesquisa**. O Globo, Rio de Janeiro 08 abr 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/maioria-dos-brasileiros-prefere-trabalhar-com-carteira-assinada-do-que-como-freelancer-revela-pesquisa-2800292>>. Acesso em: 04 de novembro de 2018

VALLE, Patrícia. **As empresas que aproveitam a crise econômica para crescer**. Exame, São Paulo, 17 abr 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/as-empresas-que-aproveitam-a-crise-economica-para-crescer/>>. Acesso em: 04 de novembro de 2018.

GRUPOS JUVENIS: ESPAÇOS DE IDENTIDADE**MAURER, Michele Silva***Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território
da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)**Bolsista Capes**ms.maurer@hotmail.com***ALVES, Rafael de Oliveira***Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território
da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)**rafaelalvesmg@hotmail.com***RESUMO**

A juventude constitui um momento da vida, mas não se reduz a ele, sendo parte de um amplo processo de constituição de sujeitos, repleto de especificidades que deixam suas marcas em cada um. Este processo não é linear ou fixo, e estas são características da condição juvenil. O objetivo deste trabalho é identificar as principais abordagens empreendidas pelas Ciências Humanas e Sociais, relacionadas aos grupos juvenis e formas de socialização, através de revisão bibliográfica. Apontamos a apropriação dos espaços, sua dinâmica e suas tensões, como possibilidade de análise, utilizando a abordagem territorial para pensarmos nas disputas e negociações que ocorrem neste processo. A compreensão é de um espaço construído pelos sujeitos, significado e ressignificado no constante processo de sua produção das relações com os lugares. A expressão destas identidades marca diversos espaços, especialmente através das artes, como a música e a dança.

Palavras-chave: Juventude. Espaços de sociabilidade. Identidade. Inclusão.

ABSTRACT

Youth is a moment of life, but not limited to it, being part of a broad process of constitution of subjects, full of specifics that leave their marks on each one. This process is not linear or fixed, and these are characteristics of the juvenile condition. The objective of this work is to identify the main approaches undertaken by the Social Sciences, related to youth groups and socialization forms, through a bibliographical review. We point out the appropriation of spaces, their dynamics and their tensions, as a possibility of analysis, using the territorial approach to think about the disputes and negotiations that occur in this process. The understanding is of a space built by the subjects, meaning and re-signified in the constant process of their production of relations with places. The expression of these identities marks many spaces, especially through the arts, such as music and dance.

Key-words: Youth. Spaces of sociability. Identity. Inclusion.

INTRODUÇÃO

Para pensarmos as políticas públicas para a juventude, é necessário compreender a construção desta categoria, objeto de diversos campos disciplinares. Faz-se necessário problematizar sua realidade, seu universo vocabular e seus modos de vida, para que a partir do resultado obtido, tais temas possibilitem a produção de novas perspectivas, destacando o papel e potencial que o sujeito possui. A abordagem territorial na análise da condição juvenil, possibilita a visão de processos, identidades e relações que se sobrepõem para uma compreensão da dinâmica de continuidade e descontinuidade dos processos sociais e da complexidade de experiências e significados presentes nas trajetórias destes jovens e dos grupos que participam, possibilitando uma análise que ultrapassa os campos disciplinares.

A delimitação da juventude como fase ou processo possui dois aspectos que devem ser levados em conta, o primeiro é universal e marcado pelas transformações biológicas, psicológicas e sociais vividas na adolescência, marcadas pela ampliação de experiência de vida marcam a entrada na juventude. O outro aspecto compreende as distintas construções históricas e sociais referentes a este momento. Com o aumento das possibilidades de experiência de vida, aumentam as possibilidades de descoberta na medida em que adquirem autonomia e passam a buscar sua individualidade (DAYRELL e CARRANO, 2014: 111).

Esses aspectos não se apresentam de forma linear e podem variar de acordo com o período, o contexto social e a trajetória de cada indivíduo (DAYRELL, 2005a). O mesmo ocorre com o fim da fase juvenil, pois os elementos que demarcam a juventude são relativos a cada contexto, fato que se acentua na atualidade e “a perda de linearidade deste processo é um elemento que caracteriza hoje a condição juvenil” (FERNANDES, 2013: 76). Assim, a juventude constitui um momento da vida, mas não se reduz a ele, sendo parte de um amplo processo de constituição de sujeitos, repleto de especificidades que deixaram suas marcas em cada um. Este processo não é linear ou fixo, e estas são características da condição juvenil hoje.

Compreendendo a juventude como condição, Fernandes (2013: 77) destaca a crescente preocupação da Sociologia da Juventude com a espacialidade dos jovens, indicando um possível diálogo com Geografia. O objetivo deste trabalho é identificar as principais abordagens da categoria juventude, relacionadas aos grupos juvenis e formas de socialização, empreendidas pelas Ciências Humanas e Sociais, através de revisão bibliográfica.

Entre as diversas questões que emergem deste tema e de suas possibilidades teóricas, centramos nossas discussões na pluralidade e buscamos a argumentação em torno do tema juventudes, das maneiras de ser jovem e de ocupar os espaços sociais. Para isso, essa discussão envolve os modos de vida e socialização dos jovens, também os aspectos transversais, como família, escola, trabalho, amizade, bairro. Nessa perspectiva, os grupos juvenis podem ser entendidos como espaços de agência e de mobilização política, marcados pela dinâmica de inclusão e empoderamento (CORREA, ALVES e MAIA, 2014:18). A forma como são construídas as perspectivas e as expectativas dos jovens, também compõem o problema central deste trabalho.

EXPRESSÃO E AFIRMAÇÃO

Esse período da vida que se apresenta entre a adolescência e a vida adulta é marcado por um “vir-a-ser”, uma construção constante de significados e significações que evidenciam as culturas juvenis. Esse processo leva a uma diversidade de formas do “ser jovem”, expressas na pluralidade das juventudes. Existe uma grande “variedade de mundos” que constituem diferentes culturas juvenis, ou como é apresentado em suas obras, diferentes juventudes,

referindo-se aos modos de vida cotidianos e específicos, que ganham visibilidade no espaço das cidades (DAYRELL, 2005b, DAYREL, 2003).

A juventude se expressa para além das formas delimitadas e normatizadas pela sociedade, reinventando suas próprias formas de vida, apesar das contradições e impasses enfrentados. Através da dimensão simbólica, como a música e a dança, os jovens buscam formas de mediação em suas relações com o mundo onde vivem e, posicionam-se diante dos “limites dados pelo lugar social que ocupam” (DAYRELL, 2007: 1109).

Em diversas obras, encontramos essa compreensão da expressão jovem como elemento de protagonismo social que intervém no espaço coletivo, revelando a complexidade das suas relações com os pares e com outros segmentos sociais. Tais expressões, também são formas de se posicionar diante do mundo adulto e, desde a adolescência, ocorre a busca pelos espaços de interação, pelos grupos de amigos, onde podem trocar ideias e buscar compreender o sentido de sua condição. (ABRAMO, 1997; DAYRELL, MOREIRA E STENGEL, 2011)

Pensando nas formas de vida próprias da juventude, as expressões culturais forte elemento de posicionamento na sociedade em sua dimensão simbólica, e como mediação das suas relações com o mundo. Com destaque para a música e a dança, estas são apresentadas para além da expressão, como elemento de reflexão e identidade, desenvolvendo novas possibilidade de ser e se desenvolver, apesar dos limites que o lugar social por eles ocupado possa representar (MAGNO, DOULA e PINTO, 2011: 708; RODRIGUES e MENEZES, 2014: 317). Sobre este tema, destacamos que “a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de um posicionamento diante de si mesmos e da sociedade.” (DAYRELL, 2007: 1109)

Nesse sentido, o próprio território pode ser marginalizado, como demonstram Magno, Doula e Menezes (2011: 312), uma vez que sua população “fica à margem do processo de capitalização”. Entretanto, é proposto que o fenômeno da exclusão também seja analisado através da inclusão precarizada, pois “um grupo social poder estar submetido a determinadas formas de privação material e, ainda assim, ter outras formas de inclusão na sociedade”, entre as quais se destacam as artes, o trabalho e os movimentos sociais (ARAÚJO e NEVES, 2017; RODRIGUES e MENEZES, 2014; SANTOS, 2010).

Numa compreensão do território como lugar de significados, ele é definido como produção histórica “ligada não apenas à posição e ocupação geográfica, mas, principalmente, ao intercâmbio” existente entre as identidades étnicas, familiares e sociais (MAGNO, DOULA E MENEZES; 2011:312); e assim, a significação dos lugares remete ao pertencimento como elemento territorial, e à construção das identidades locais. Tais identidades resguardam a multiplicidade dos territórios vividos, e o trânsito entre os espaços distintos produz, por sua vez, o múltiplo pertencimento e uma multiplicidade do território.

Esta dimensão simbólica do território pode ser observada, como manifestação identitária, produção e significação do espaço. Com afirma Cabral, Santos e Gomes (2015:95), “é no território que ocorre a vida cotidiana, onde está a essência dos seres que habitam o lugar e onde se constroem e reafirmam as identidades”, indicando o território como espaço de produção e de manifestação, onde os sujeitos se organizam e organizam o próprio espaço.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O sentido de espaço que utilizamos é de um espaço construído pelos sujeitos, significado e ressignificado no constante processo de sua produção das relações. Os espaços físicos são transformados pelos grupos em espaços sociais, onde interagem numa diversidade de formas. Também são transformadas as formas de sociabilidade previstas e normadas para determinados espaços através de estratégias próprias, que geram novas possibilidades e relações. Existe nisto tentativas de controle e, por conseguinte, uma intencionalidade de criação desses espaços, seja ela percebida pelos jovens ou não.

No cotidiano juvenil é possível perceber a transformação dos espaços físicos em espaços sociais, pois constantemente os ressignificam para favorecer a sociabilidade e as trocas de experiência. Os espaços de lazer favorecem essa interação, que é fator importante para a construção das identidades individuais e coletivas.

O território constituído a partir das relações de poder é utilizado para a compreensão da organização dos grupos sociais por Santos (2010:17) como possibilidade de reflexão sobre a construção de identidades e do próprio lugar. Este território é marcado por conflitos, permanências, negociações por espaço, tanto entre distintas culturas juvenis como entre os grupos geracionais (TURRA NETO, 2011).

Mesmo nos espaços institucionalizados, é possível perceber a dinâmica de transformação, como ocorre na escola: muitas vezes percebida como algo enfadonho, é ressignificada através das conversas, trocas afetivas e simbólicas (DAYRELL, 2007b). Os alunos chegam trazendo consigo um referencial de sociabilidade e interações que não corresponde às referências institucionais e são convidados a deixá-las fora dos muros da escola. Essas interações se manifestam ocupando os intervalos entre as obrigações e, muitas vezes concorrendo com as aulas (DAYRELL, 1996). De acordo com Carrano (2005), a escola não reconhece esse processo como cultural e educativo, componente do ser jovem.

A significação do espaço escolar ocorre de maneira coletiva e também subjetiva. Coletivamente, os grupos desenvolvem dinâmicas próprias de ocupação da escola que podem se contrapor às regras e normas estabelecidas, e quando isso ocorre, é estabelecida uma relação de conflito entre jovens e instituição. Na dimensão subjetiva, precisamos compreender que o significado que um sujeito atribui à escola pode ser semelhante ao do outro, mas não é o mesmo. (DAYRELL, 1996) Assim, as expectativas e objetivos que levam cada jovem a escola são distintos e não podem ser compreendidos através de práticas homogeneizadoras

As barreiras e limites que demarcam esses espaços podem ser vistas na necessidade de delimitar o que é próprio do jovem, balizando-se pelo que não é, e interditar territórios através de barreiras simbólicas. As identidades também sofrem essa interdição, quando, ao adentrar no território da escola, por exemplo, espera-se desses jovens que deixem suas especificidades, anseios ou emoções.

Fernandes (2013: 76) indica a diversidade cultural juvenil como produtora de territorialidades, através das diversas formas de apropriação do espaço urbano. Assim, o lugar dos jovens representa mais do que os limites, representa também as possibilidades para suas vivências. Nessa concepção, o território passa a ser visto como elemento de “formação das identidades sociais”, que por sua vez, “é um recurso conceitual e metodológico relevante para a análise das situações de vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais, pois envolve a busca de reconhecimento ou inclusão social dos sujeitos” (MORA e MONTEIRO, 2013: 909).

Os territórios são vividos cotidianamente pelos jovens, de formas tão múltiplas quanto as múltiplas juventudes que podem existir. Não só a significação dos espaços é única para cada um, como a forma de viver o território também é. Podemos pensar nas escolas e nas ocupações de espaços públicos em sua multiterritorialidade, pois abrigam essas vivências, os grupos que convivem e disputam esse território.

OUTROS OLHARES SOBRE A JUVENTUDE

Takeiti e Vincentin (2015: 946), chamam a atenção para o fato de a juventude ser observada, tanto pelo meio acadêmico, como pela opinião pública, apenas a partir de problemas e riscos que os jovens possam sofrer, desconsiderando “os jovens como sujeitos capazes de inventar outras formas de vida”. Corroborando com essa visão, encontramos que a discussão sobre a juventude no Brasil cresceu no final do século XX, especialmente nos anos 90,

“quando inúmeras organizações da sociedade civil como ONGs, movimentos sociais e igrejas aproximaram-se do universo juvenil, buscando compreendê-lo e interagir com ele, ao mesmo tempo em que os governos colocaram em suas agendas a necessidade de formular políticas destinadas a atender as demandas específicas desta população.” (MAGNO, DOULA e PINTO, 2011:307)

Uma perspectiva em que o jovem é visto como um problema para a sociedade, faz da juventude uma categoria social a ser controlada. Os índices de violência, a gravidez na adolescência e o consumo abusivo de álcool e drogas ilícitas são fatores que contribuem para a construção dessa imagem. Dayrell e Carrano (2014) destacam que “estes aspectos da realidade demandam ações urgentes para serem equacionados”, mas é necessário “um novo olhar” pelo qual o jovem seja entendido como sujeito de direitos e que esses problemas são “expressão de necessidades e demandas não atendidas”. Esse olhar “pode resultar no reconhecimento de um campo de direitos que desencadeie novas formas e conteúdos de políticas públicas” e das potencialidades e possibilidades na juventude.

As relações entre os sujeitos e as políticas públicas são construídas a partir de lugares que se propõem como lugares de aprendizado, lugares de saúde, de sociabilidade. Santos (2009: 170), define o lugar com “um território com vida e identidade”, esclarecendo que, enquanto a categoria território está vinculada ao poder, o lugar está ligado à cultura. Assim torna-se relevante compreender os sentidos que os sujeitos atribuem às políticas, bem como os significados atribuídos a elas.

A representação do jovem como “vir-a-ser”, também pode gerar uma visão negativa, que destitui o jovem de sua identidade, entendendo-o como um “pré-adulto”, como “aquilo que não chegou a ser”, muitas vezes atribuindo-lhes a imagem de inconstância e irresponsabilidade. É preciso compreender o jovem como sujeito social e afastar-nos da ideia de incompletude, para além da ótica dos problemas, e não confundir as dificuldades vividas com a fase que vivem. O autor ainda nos lembra que “muitos dos problemas que consideramos próprios dessa fase, não foram produzidos por jovens” e “já existiam antes mesmo de o indivíduo chegar à idade da juventude”. (DAYRELL, 2016; DAYRELL e CARRANO, 2014)

Essa falta de definição do que é a juventude foi identificada por Barreiro e Malfitano (2017:1116) ao pesquisar, junto a gestores locais, sobre a execução da Política Nacional de Juventude no Brasil, mais especificamente sobre a estruturação dos Centros da Juventude. Foram identificados espaços para o desenvolvimento de ações com a juventude, embora os gestores frequentemente se referissem a um ideário de juventude a partir do senso comum que representava o passado. Ainda foi observado que muitos serviços oferecidos possuíam caráter, ora de assistência social, ora educacional, sendo destinados a crianças e adolescentes.

GRUPOS, EXPERIÊNCIAS E PROJEÇÕES

O estabelecimento de redes permite outra reflexão acerca do território, como proposto por Mora e Monteiro (2013:916), que identificam as redes de sociabilidade como espaços privilegiados para a afirmação e “autodefinição” das identidades, constituindo-se um elemento de inclusão. Na medida em que os jovens se apropriam dos múltiplos territórios que experenciam, mais complexas se tornam suas identidades e territorialidades, como no caso apresentado sobre a educação superior indígena, em que os jovens se apropriam do espaço acadêmico e do espaço urbano, sem com isso ignorar o “pertencimento étnico-comunitário” (AMARAL, RODRIGUES e BILAR, 2014: 131) e, posteriormente, estes jovens retornam às suas aldeias como profissionais indígenas, estabelecendo novas relações com a comunidade.

Ao pensarmos nos projetos de vida, nos remetemos às formas e aos níveis de apropriações do território pelos jovens, pois dessa relação depende a captação de elementos para sua elaboração. Ou ainda, a partir da elaboração das expectativas, quais as possibilidades de concretização de tais projetos? As possibilidades estão vinculadas à compreensão que os sujeitos têm de suas realidades e disso depende a sua capacidade de ação e transformação. As manifestações culturais próprias da juventude, em que expressam seu cotidiano, emergem em contextos em que são reinventadas formas de se relacionar no território.

A juventude é um fenômeno social que ocorre de forma cada vez mais complexa, englobando a diversidade de experiências, as situações contraditórias e uma multiplicidade de espaços e formas de socialização. Uma compreensão de projeto de vida é apresentada por Dayrell (2013) retomando a concepção do jovem como “vir-a-ser”, as experiências e as trocas simbólicas. Enraizada no senso comum, o projeto de vida é visto como um “adiamento de recompensas”.

Nesta perspectiva, o tempo presente não é apenas a ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que “prepara” o futuro. É este que dá sentido ao agir no presente, constituindo-se não só o espaço privilegiado de construção do projeto de vida como também para a definição de si: projetando que coisa se fará no futuro, projeta-se também, paralelamente, quem se será. (DAYRELL, 2013)

A inserção social do jovem passa a ser entendida como resultado de sua capacidade de elaborar um projeto de vida consistente e nele permanecer. O lugar social ocupado pelo jovem, e o que ocupará quando adulto seriam resultado de escolhas individuais. Entretanto, ao buscar compreender essa construção por jovens de camadas populares, é possível observar uma grande variedade de projetos de vida, marcados por incertezas e provisoriidades, especialmente em relação ao mercado de trabalho. Segundo Dayrell (2009) esses jovens “são desafiados comumente pelas dificuldades econômicas encontradas para sobreviver e para concretizar seus projetos futuros.”

Entre essas duas concepções, espera-se que a escola se coloque como espaço propício às habilidades e competências, mas também à reflexão e a crítica, que são importantes para a busca e adaptação dos recursos, materiais e simbólicos, na construção dos projetos de vida. Leão *et al* (2011) propõem que, diante das incertezas de uma sociedade que é produto e reproduz desigualdades, a escola se torne um lugar de formação humana ampla, capaz de contribuir para que os jovens compreendam a si mesmos, “bem como da realidade onde se inserem, com uma visão sobre o mundo do trabalho e suas demandas e exigências.” (LEÃO, DAYRELL e REIS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, até o momento, que a juventude é um fenômeno complexo, permanentemente em reconstrução, de acordo com o contexto histórico. Isto impede a delimitação da juventude como uma fase marcada por um início e um fim, levando ao entendimento de condição juvenil, uma vez que é parte de um amplo processo de constituição desses sujeitos e repleto de especificidades. Também que as expressões culturais são maneiras que os jovens desenvolvem para se apropriarem dos espaços, refletindo suas identidades e possibilidades, apesar das limitações muitas vezes impostas pelos lugares sociais que ocupam.

Apontamos a apropriação dos espaços, sua dinâmica e suas tensões, como possibilidade de análise, utilizando a abordagem territorial para pensarmos nas disputas e negociações que ocorrem neste processo. Os Estudos Territoriais na análise deste contexto, possibilitam a visão de processos, identidades e relações que se sobrepõe, colocando a dinâmica de continuidade e descontinuidade dos processos sociais em perspectiva. Também possibilitam abordar a complexidade de experiências e significados presentes nas trajetórias dos estudantes, num diálogo interdisciplinar com a Sociologia da Juventude.

A compreensão é de um espaço construído pelos sujeitos, significado e ressignificado no constante processo de sua produção das relações. Os espaços físicos são transformados pelos grupos em espaços sociais, onde interagem numa diversidade de formas. Também são transformadas as formas de sociabilidade previstas e normadas para determinados espaços através de estratégias próprias, que geram novas possibilidades e relações. Existe nisto tentativas de controle e por conseguinte, uma intencionalidade de criação desses espaços, seja ela percebida pelos jovens ou não.

Quando pensamos as políticas públicas para juventude, compreendendo ambos como produtores de territorialidades, é necessário pensar na forma como os territórios estão articulados e nas suas possíveis integrações com a políticas públicas e os territórios ocupados pelos jovens. A escola, a família, os grupos e o trabalho constituem redes de sociabilidade que se alteram na medida em que o jovem as vive e modifica seu olhar sobre cada uma delas e sobre si mesmo. A efetividade destas políticas está relacionada à forma como são percebidas as territorialidades dos sujeitos.

As redes se mostram como fortes elementos de inclusão, uma vez que são espaços de afirmação e autodefinição de identidades, também contribuem para a compreensão dos lugares. A expressão destas identidades marca diversos espaços, especialmente através das artes, como a música e a dança. Assim, entendemos que as expressões culturais são maneiras que os jovens desenvolvem para se apropriarem dos espaços, refletindo suas identidades e possibilidades, apesar das limitações muitas vezes impostas pelos lugares sociais que ocupam.

A produção destas territorialidades e a apropriação dos espaços, não ocorre sem tensões, tornando necessário pensar nas disputas e negociações que ocorrem entre os grupos geracionais e entre as diferentes culturas juvenis. Em suas relações cotidianas, os jovens atribuem sentidos aos espaços, tendo como referência a multiplicidade de experiências que carregam consigo. Aos territórios são atribuídos diversos sentidos e as identidades resguardam a multiplicidade de territórios vividos.

Agradecimentos:

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento - 001

E também da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Altamira.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helen Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5. v.6, p. 73-90, maio/dez, 1997.

AMARAL, Wagner Roberto do; RODRIGUES, Michele Aparecida; BILAR, Jenifer Araújo Barroso. Os circuitos de trabalho indígena: possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais Kaingang na gestão das políticas públicas. **Mediações** (Londrina), v.19, n.2, p. 129-145, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes>> Acesso em: 19 mai. 2018

BARREIRO, Rafael Garcia; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Política brasileira para a juventude: a proposta dos Centros da Juventude. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v15, n2, pp. 1111-1122. Meses de 2017.

CORREA, Licinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares, (orgs.) **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.28 n.100, p. 1105-1128, out. 2007

_____. A escola como espaço sociocultural. In: _____. (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DAYRELL, J. A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. In: _____. NOGUEIRA, MA; VIEIRA, MM; RESENDE, J. (Orgs). **Habitar a escola e suas margens**. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre, 2013.

_____. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. **Jóvenes-Revista de Estudios sobre Juventud**, México, ano 9, n. 22, p. 296-313, jan/jun 2005

_____. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. **Salto para o Futuro**, v. 18, n. 18, nov. 2009. Disponível em: <<https://tvescola.org.br/tve/salto-acervo/publicacao>>. Acesso em: 16 jul 2018.

_____. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, O. (org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília, DF: Unesco, 2007.

_____. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, set./dez. 2003.

_____. Um olhar sobre a juventude. In: _____. (Org). **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.21-44.

_____. **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude**. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DAYRELL, J; CARRANO, P. Introdução: por que ler este livro? In: DAYREL, J., CARRANO, P, MAIA, CL (Org.), **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014

DAYRELL, J; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola? In: DAYRELL, J; CARRANO, P; MAIA, CL (Orgs). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, J; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. (Org.) **Juventude contemporânea: um mosaico de possibilidade**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011

FERNANDES, D. Juventudes, Geografia e Religião: Reflexões a partir das noções de forma simbólica e habitus. **RA´E GA**, Curitiba, V. 27, p.67-93, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/issue/archive>> Acesso em: 15 mai. 2018.

GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEÃO, G; DAYRELL, J; REIS, JB. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 253-273, maio-ago. 2011

MAGNO, L; DOULA, SM; PINTO, Neide Maria de Almeida. Todo mundo conhece a gente agora”: cultura e identidade de jovens rurais em Minas Gerais (Brasil). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud** (Manizales), v.1, n.9, pp. 305 – 319, 2011. Disponível em: <<http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/ca>> Acesso em: 23 mai. 2018.

MORA, CM; MONTEIRO, Simone. Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids. **Revista Estudos Feministas** (Florianópolis), v. 21, n. 3, p. 905-926, set. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

RODRIGUES, MNM; MENEZES, Jaileila de Araújo. Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento Hip Hop. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud** (Manizales), v. 12, n. 2, p. 703-715 jul-dez, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77331488013>> Acesso em: 23 mai. 2018.

SANTOS, AA. Lugar e território. O sistema de saúde brasileiro, a geografia e a promoção da saúde. **Revista Geográfica Venezolana**, Vol. 50(1) 2009, 159-172.

PAPA, FC; FREITAS, MV. **Políticas Públicas, Juventude em Pauta**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

MONIQUE RODRIGUES LOPES

*Mestranda do programa Sociologia e Direito da UFF
moniquerodrigueslopesprof@gmail.com*

NAIRA COELHO

*Mestranda do programa Sociologia e Direito da UFF
nc.naiaracoelho@gmail.com*

RESUMO

A atuação dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil tem sido de grande importância na consolidação e garantia dos direitos das mulheres e na luta pela equidade de gênero. Portanto, o presente trabalho busca pontuar alguns feitos na trajetória brasileira das lutas das mulheres, desde o fim da década de 1980 até os dias atuais, no que concerne à efetiva promoção de seus direitos. Dessa forma, este trabalho busca traçar a história de inclusão das diretrizes feministas em tais movimentos e organizações, os avanços alcançados na luta pelos seus direitos e o que ainda há por fazer pelas mulheres brasileiras.

Palavras-chave: Feminismo, Direitos da Mulher, Âmbito público, Movimentos sociais, Trajetórias históricas.

ABSTRACT

The actuation of the movements of women and feminists in Brazil has been of great importance in the consolidation and assurance of the rights of women and in the fight for gender equity. Therefore, this present work seeks to understand the Brazilian trajectory of women's fights, since the 1980's until the present days, in what concerns the effective promotion of their rights. That way, this present work shall draw the history of inclusion of the feminists guidelines in such movements and organizations, the advances achieved in the fight for women's rights and what there is still to be done for the Brazilian women.

Key-words: Feminism, Rights of Women, Public scope, social movements, historical trajectories.

Introdução

Partindo de modos próprios de luta pela efetivação de direitos, os movimentos sociais de mulheres e feministas representam um importante meio de institucionalização de garantias para as brasileiras a partir da redemocratização, ocorrida em 1980. Desse modo o presente artigo se dedicará a apresentar o entendimento conceitual e prático de Movimentos Sociais para, em seguida, apresentar os feitos e entraves dos movimentos pró direitos das mulheres no Brasil.

Movimentos Sociais e a produção de políticas públicas para mulheres

Sobre a relação entre os movimentos sociais e a produção de políticas públicas, utilizaremos o pensamento e as análises de Maria da Glória Gohn, que possui vasto trabalho dedicado a esse tema. Um ponto importante consiste na distinção inicial entre mobilização social e

movimento social. A primeira muito presente na atualidade segundo a autora, que classifica esses movimentos sociais no Brasil como clássicos (sindicatos séc. XIX e XX), novos (década de 1980 e 1990) e novíssimos (início do sec. XXI).

Ressalta que o estudo dos movimentos sociais, como objeto científico, vem no mundo ganhando destaque desde 1960 e, para alguns autores, é uma peça fundamental na análise de uma sociedade e para outros é parte de um problema já resolvido pela via institucional (GOHN, M.A, p.11, 2010). No que tange ao diagnóstico brasileiro, enfatiza quatro pontos que devem ser observados: primeiro, as especificidades do cenário concernente América Latina que foi atravessada por governos populistas e ditaduras militares. Nesse sentido os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”.

O segundo momento consiste na influência da globalização, das novas tecnologias e de processos multiculturais que criaram uma nova conjuntura em busca de uma nova ordem. Outro ponto é - principalmente nos anos 1990 - a capturação pelo Estado do sujeito político da sociedade civil e o deslocamento das demandas dos movimentos sociais para políticas públicas. Por último, evidencia-se as lacunas que hoje permeiam os movimentos sociais, como seu próprio conceito e o que os distinguem de ONGs. Nesse sentido, qual o papel dos movimentos no novo século?

Várias escolas se debruçaram para traçar explicações acerca dos movimentos sociais, entre elas as correntes: histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional-organizacional. Resumidamente, a primeira utiliza abordagens de Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo, entre outros. Muitos estudos críticos surgiram com base no pensamento com esse viés marxista, porém, comungamos da concepção de GOHN (2010) no que concebe que essa ideia de proletariado, hoje, não se aplica aos movimentos com teias complexas que envolvem gênero, etnias, além de classe.

A corrente culturalista-identitária perpassa por influências de Hegel e Kant, além de Foucault, Habermas, Arendt e Giddens, nos anos 1970-1980, e traz como principal novidade a inclusão de minorias. Se incluem nesse período autores com teorias específicas sobre os movimentos sócias, como Alain Touraine que produz até a atualidade.

Por derradeiro temos a corrente institucional-organizacional, muito forte nos Estados Unidos com influência de pensadores liberais. Para esta, um movimento atinge seus objetivos quando se transforma numa organização institucionalizada. A nova onda de mobilizações hoje bebe nessa corrente segunda a autora.

Os anos 1990 alteram progressivamente o quadro de lutas dos movimentos sociais e especialmente na América Latina temos o surgimento das ONGs. Sobre isso discorre Gohn

Alguns autores passaram a tratar os sujeitos como sinônimos dos movimentos ou manifestação ampliada; outros aproveitaram a emergência das ONGs para desqualificar os movimentos, como uma manifestação de grupos do passado, e só tratar do terceiro setor como a forma moderna e hegemônica de associativismo na sociedade. Outros ainda, de forma criativa e inovadora, retomaram os estudos sobre movimentos sociais de forma distinta, enquanto fenômeno de uma nova sociedade civil que passa por processos de institucionalização. (Gohn p.34, 2007)

Temos ainda as teorias mais contemporâneas que no final do século XX se dedicam ao multiculturalismo dos movimentos sociais, nas quais se incluem Fraser, Souza Santos, Touraine, Habermas, entre outros.

Sobre a fragilidade dos movimentos sócias na América latina, a autora afirma que eles perderam força política como agentes autônomos pois se transformaram em práticas de controle da população, criando proteção para grupos vulneráveis e enfraquecendo os movimentos. Gohn enfatiza que no Brasil a dependência dos movimentos sócias aos partidos vem desde o período colonial e coloca os movimentos subordinados a ação do Estado.

Nesse sentido um movimento social com certa permanência (GOHN, 2010) é aquele que cria sua própria identidade. Assim o problema maior não é a participação civil nos órgãos públicos, mas como participar. Para autora deve ser por democracia representativa e não por substituição.

Em meio a todas as teorias, clássicas e contemporâneas nos perguntamos: como analisar a questão dos movimentos sociais, especificamente de mulheres, na nossa atual conjuntura?

A autora afirma que apesar das mulheres hoje serem a maioria dos movimentos feministas, nas lutas populares por melhores condições de vida em geral, há grande invisibilidade. Elas não são vistas como atrizes, como líderes nesses movimentos

Esse protagonismo que vem sendo galgado há séculos, principalmente enquanto coletivo pelo movimento feminista, teve várias fases ou ondas, especificidades quanto ao espaço e as conjunturas históricas-políticas e sociais de cada país. Por exemplo, no que se refere a segunda onda no Brasil e nos Estados Unidos. Neste último as feministas se inspiraram nos protestos e movimentos de rua enquanto que, no Brasil, por conta da ditadura militar não houve grandes enfrentamentos nas ruas e logo depois, nos anos 1980, as ONGs começaram a ganhar espaço nas políticas públicas e se consolidaram ainda mais nos anos 1990.

Nessa época, segundo a autora, a conjuntura sócio política com vieses neoliberais em que o Brasil se encontrava, fizeram com que os movimentos sociais recuassem e as ONGs se multiplicassem e atuassem nos projetos e programas sociais apoiados por órgãos públicos.

As mulheres passaram a estar presentes em novas arenas, mas não como movimento social de mulheres, mas como 'movimento feminista'. Esse termo passou a expressar a articulação das feministas em práticas institucionalizadas, atuando via ONGs em projetos sociais apoiados. Na realidade, essas novas ONGs não são movimentos sociais, mas organizações sociais institucionalizadas que trabalham com mulheres. (GOHN, 2010 p.142)

Uma distinção importante e necessária é diferença entre movimento de mulheres e movimentos feministas. (ALVAREZ, 2004). Enquanto que essas últimas, estão muito mais envolvidas nos meios acadêmicos e atuantes nas políticas públicas em prol dos direitos das mulheres como aborto, câncer de mama, violências, (GOHN, 2010), as primeiras estão nas demandas por creches, melhorias nas escolas, e protagonizam ações que beneficiam a toda a população, principalmente locais, com demandas específicas.

Voltando ao penúltimo parágrafo gostaríamos de assinalar novamente o problema da ONGs se tornarem gestoras dos projetos sociais, pois elas respondem a ações específicas e não possuem a identidade específica como os movimentos sociais. Outra questão apontada por Gohn é o perigo dessas políticas públicas de inclusão adquirirem um caráter conservador e excludente pois geram renda e não emancipação das mulheres.

Nesta mesma via, para Galeotti (2002) as políticas públicas estabelecem um vínculo com o Estado e a sociedade civil além do mercado, assim esse vínculo não é imparcial porque implica sujeitos sociais, posições e interesses diferentes. O Estado então é visto como arena

de negociações e articulações políticas, não deixando de destacar a relação entre economia e política que se produz no capitalismo.

Conceitua então as políticas públicas como um meio pelo qual se distribuem recursos econômicos e simbólicos, como se tratando de ações deliberadas, que levam a cabo atores governamentais para determinar a forma pela qual serão atribuídos os recursos com vista a satisfazer as necessidades e interesses da população. Essa intervenção do Estado estabelece quem tem ou não direito a que. Assim, em cada momento da história as políticas públicas constroem determinadas identidades coletivas. Para Galeotti (2002) práticas fortemente naturalizadas e arraigadas se sustentam como fortes estereótipos e dificilmente são consideradas questões que precisam de modificação.

Considerando a esfera social como um lugar privilegiado em que há uma contradição entre o caráter social da força de trabalho e a apropriação privada da riqueza social, as relações de exploração não são percebidas somente entre classes, mas também na opressão de sujeitos que ocupam lugares subalternos, entre eles, as mulheres.

Dessa maneira, dentro das políticas sociais as políticas de gênero fazem referência as políticas do Estado que buscam reduzir as desigualdades e discriminação entre os gêneros e atender as mulheres na sua condição de subjugação. Assim, essa inclusão demanda uma necessidade de redistribuição e também de reconhecimento, implicando condições materiais de existência e também de “condições simbólicas” que quebrem uma somatização das relações sociais de dominação. (BOURDIEU,2012)

Panorama de lutas e conquistas

Os avanços nas condições de vida das mulheres, na saúde, na educação, no mercado de trabalho, entre outros é uma revolução lenta, mas contínua e que nas palavras de Eva Blay (2017), não está imune a retrocessos, como veremos mais adiante. Assim, ressaltamos alguns acontecimentos importantes nesse histórico de lutas no que tange o período de redemocratização do Brasil até os dias atuais.

Destacamos alguns acontecimentos como a criação do Geledés, Instituto da mulher negra em 1988, que é uma organização política contra o racismo e o sexismo. Sendo uma das maiores ONGs de feminismo negro do Brasil com várias campanhas e ações significativas contra o racismo. Seus canais de comunicação estão sempre atualizados com temas de direitos humanos, gênero, educação, saúde, com diversas pesquisas públicas com relação a esses temas.

Já após o período de redemocratização, temos, em 1992, a criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos que vem reafirmar princípios já explicitados na Constituição Federal de 1988, em específico, o conteúdo do Artigo 226, § 7º, que “dispõe sobre o direito de mulheres e homens decidirem livremente sobre concepção e anticoncepção, e o dever do Estado de informar e assegurar a prestação dos serviços necessários para a garantia desses direitos”.

Tais questões no início da década de 1990, principalmente com a Conferência do Cairo (CIPD, 1994) e na Rio 92 ganhavam as pautas das discussões e movimentos de mulheres pela questão de se colocar os direitos reprodutivos como direitos humanos pela primeira vez. A emblemática questão do controle populacional imposto pelos Estados principalmente nos países pobres também ganhava pautas de discussão. Em seu documento final, (parágrafo 8.25 do Programa de Ação do Cairo) a questão do aborto inseguro aparece como um grave problema de saúde pública.

Pouco tempo depois, a IV Conferência Mundial sobre Mulheres (Beijing, 1995), intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, partiu de uma avaliação dos avanços obtidos desde as conferências anteriores (Nairobi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) revelou a distância das mulheres dos espaços de poder e a relação entre o empoderamento de gênero e a superação dos desequilíbrios mundiais.

É importante registrar que a IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, em 1995) reconheceu que as assimetrias de gênero são condicionadas, também, pelas políticas públicas e recomendou duas estratégias para alcançar a igualdade entre os homens e as mulheres: a transversalidade em todos os processos de tomada de decisão e o empoderamento das mulheres.

Assim, surgiu a perspectiva da “transversalidade de gênero” nas políticas públicas visando à garantia e à ampliação dos direitos humanos das mulheres. A Conferência também nomeou doze áreas de atenção, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios e; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais.

O Brasil teve participação ativa na Conferência de Pequim e em sua continuação. Com o intenso diálogo entre o governo e a sociedade civil e com participação ativa dos movimentos feministas, assim como da interação construtiva com os demais poderes do Estado, em especial parlamentares e representantes de conselhos estaduais e municipais sobre a condição feminina. A aguda articulação com o movimento de mulheres, estabelecida desde então, tornou-se elemento essencial à formulação das políticas públicas no Brasil, que hoje incorporam a perspectiva de gênero de forma transversal.

Neste sentido de plataforma transversal, destaca-se também já nos anos 2000 a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres com vínculo ministerial que, em 2016, durante o governo de Michel Temer, foi extinta pela medida provisória 696 com a junção das Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), de Políticas para as Mulheres (SPM), de Direitos Humanos (SDH) e Nacional de Juventude (SNJ).

Todas essas Secretarias, agora reunidas em uma só, passaram a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. O que, como enfatiza Eva Blay (2017), são os retrocessos que caminham lado a lado com as conquistas, pois em um país como no Brasil de democracia tão jovem e frágil no qual os direitos das mulheres são desrespeitados constantemente, em que o número de mulheres representou menos de 10% nas eleições de 2014 na Câmara Federal, posicionando o Brasil como último na América do Sul (BLAY, Eva. 2017, p.50); no qual estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos, sendo o parceiro (marido, namorado ou ex-companheiro), de acordo com a pesquisa “Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado” (FPA/Sesc, 2010), o responsável por mais de 80% dos casos reportados.

Faz-se importante ressaltar a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006) tendo sua iniciativa sido realizada no Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (Cejil) e no Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem). Quando os dois órgãos e a Sr^a Maria da Penha formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana

de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o então seu marido, o colombiano Heredia Viveiros, a discussão coordenada pela secretaria especial de políticas para mulheres alcança o Governo Federal e, pela repercussão internacional, coloca as autoridades do país em cheque.

Ainda no caminhar das trajetórias da consolidação de direito das mulheres e sua ocupação nos mais diversos espaços de poder, temos, em 2010, a eleição de Dilma Rousseff para o cargo de Presidente da República, e pela primeira vez uma mulher ocupa o cargo mais elevado do Executivo Federal.

Entre erros e acertos desse período, não podemos deixar de mencionar o quão misógino foi o processo de impedimento da mesma Presidente no decorrer de seu segundo mandato em 2016. Vinculações de imagens depreciativas com referências claras ao estupro - a imagem da presidenta com as pernas abertas sobre a entrada do tanque de combustível - foi adesivada em alguns automóveis, sugerindo a vulgaridade da pessoa, a violação de seus direitos, enquanto mulher, bem como uma vontade de que a política, ou seja, sua gestão explodisse com a injeção da bomba de combustível em seu corpo, no caso, através da sua vagina. No entanto, ainda que de forma relativizada, quando alguma crítica política se dirige ao homem, não verificamos os mesmo teor ofensivo no sentido de ofender sua sexualidade.

Tal fato nos remete à questão da virilidade e da violência abordada por Pierre Bourdieu (1998) no poder simbólico masculino dos espaços públicos que o autor chama de “‘agorafobia socialmente imposta’, que pode subsistir por longo tempo depois de terem sido abolidas as proibições mais visíveis e que conduz as mulheres a se excluírem motu próprio da Ágora” (BOURDIEU, 1998. p.52), isso somado a dominação do assédio com a conotação da bomba de gasolina entrando e explodindo, assim o que acontece é que ele (o assédio) “visa, com a posse, nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro” (BOURDIEU, 1998. p. 31).

Assim, naturalizando a presença do homem no espaço público e determinando lugares privados à mulher, o discurso contemporâneo apresenta um forte domínio machista. Os constantes comentários sobre a aparência de mulheres nos cargos públicos são parte desse fenômeno, como se fosse um lembrete de que a função das mulheres no mundo ainda é decorativa, haja vista a figura das primeiras-damas. Também são comuns comentários acerca da estabilidade emocional das mulheres que ocupam cargo políticos. Insinuar que a mulher é louca e por isso incapaz de gerir a Coisa Pública chega a ser anacrônico, uma vez que se baseia nos argumentos do passado, que defendiam que a mulher não deveria votar ou ser votada por ser emocional demais. (KARAWAJCZYK, 2018).

Outra questão que pode ser analisada é a construção da autonomia e responsabilidade das mulheres pelas decisões que mais lhe tocam em sua privacidade e intimidade pelas instituições jurídicas. A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54 de 2012, que tratou da possibilidade do aborto terapêutico na hipótese de feto anencéfalo, constitui um bom exemplo. Em seu bojo, fica constatada a invisibilidade institucional perpetrada pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro. O órgão máximo do Judiciário nacional, guardião da Constituição foi omissivo quando não enfrentou a possibilidade de antecipação de parto terapêutico ou mesmo o aborto pela perspectiva da privacidade e autodeterminação da mulher. Em uma discussão tecnicista que se circunscreveu em definir a atipicidade da conduta do aborto de fetos anencefálicos, o STF deixou passar uma notável oportunidade de trazer para a esfera pública as bases para a igualdade, equidade e autodeterminação das mulheres.

Não podíamos deixar de mencionar a votação ocorrida recentemente, no dia 8 de Novembro de 2017, da PEC 181, que em comissão especial foi aprovada na câmara dos deputados por 18

votos a 1 (somente essa era mulher) e apelidada de “cavalo de Tróia” por se tratar da ampliação de direitos trabalhistas, como o aumento do tempo da licença-maternidade para mulheres cujos filhos nasceram prematuros, baseando-se na premissa buscada em ato de socorro ao universo da medicina de que a vida começa desde a concepção. Ou seja, visa barrar a descriminalização do aborto, vetando a prática em qualquer situação mesmo nas já permitidas por lei como no caso de estupro, anencefalia do feto ou gravidez com risco de morte para a mãe.

Protestos de movimentos feministas ocorreram acerca do episódio nas principais capitais de todo o país contra o ato tomado e que para não passe pelas demais Casas do Senado. Considerando nossa estrutura de sociedade machista e patriarcal, quaisquer possibilidades das mulheres conseguirem o mínimo de direitos garantido na constituição são questionadas, conforme afirma Beauvoir (1967): “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.” (Beauvoir, p.21)

Os incentivos institucionais são extremamente importantes, justamente para funcionarem como motor auxiliar na máquina de luta por direitos. O feminismo busca a construção de uma ética pessoal e interpessoal; noutros termos, o que se busca é o fundamento de uma ética que reflita no modo pelo qual alguém se relaciona consigo mesmo e com os demais, bem como com as instituições que normatizam e distribuem o discurso hegemônico. Essa relação repercutirá na “orientação moral” e, conseqüentemente, na “concepção de direitos” que conformam o tecido social (TOURAINÉ, 2011, p.73).

Conclusões:

Conscientes de que a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas é longa e possui múltiplas demandas - que não caberia em apenas um artigo - visamos, através desse texto, pontuar que a atuação de mulheres em prol de seus direitos utilizou de diferentes estratégias para se consolidar.

O resgate histórico das conquistas que tivemos mostram que para efetivar o mínimo de nossa dignidade, precisaremos permanecer atentas e vigilantes à instrumentalização de nossas demandas e às ondas conservadoras que nos atingem. Assim, a equidade de gênero permanece como um horizonte a ser conquistado por múltiplas frentes: seja pelos movimentos sociais, pelas ONGs ou pela institucionalização legal dos nossos direitos, a garantia de igualdade precisa crescer junto com as suas resistências.

A delimitação temporal deste estudo serve a demonstrar que a proteção de direitos das minorias e a possibilidade da luta organizada, apresenta real efetivação em governos democráticos. Os autoritarismos dos governos ditatoriais do Regime Militar e do Estado Novo, no Brasil, apresentam além de retrocessos, a concretização de limites à autonomia de grupos vulnerabilizados.

Do mesmo modo, a partir da apresentação dos avanços, mas também dos entraves e dos retrocessos ocorridos no período democrático, observamos que os direitos das mulheres estão em constante questionamento. Exigindo que se fortaleçam tanto os movimentos sociais, quanto os estudos acadêmicos, as organizações internacionais e, principalmente, a articulação entre todas essas frentes em todo e qualquer panorama político.

Dessa forma, esse artigo pretende contribuir como um ponto de memória e reflexão das lutas das mulheres e feministas, pela consolidação e garantia de seus direitos demonstrando que os avanços são importantes, mas pequenos, frente à necessidade básicas de vida digna para as mulheres.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Sueli e outras. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003
- BORDIEU, Pierre. *A Imagem Ampliada. A dominação masculina*. Bertrando do Brasil, RJ, pp.13-67,2012.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio*. 24.ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- JARAMILLO, Isabel Cristina. *La crítica feminista al derecho*. En: WEST, Robin. *Género y teoría del derecho*. Bogotá: Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, Siglo del Hombre Editores, 2000
- JUNIOR, Orlando A.dos S (orgs.). *Globalização, Fragmentação e reforma Urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise*.Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1997.
- KARAWEJCZYK, Mônica. *O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferencia pelo Progreso feminino*. In: *Revistas de estudos Feministas*, Florianopolis,2018. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/49845/37126>
- GONZÁLEZ, Lélia. “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”. *Revista Ciências sociais hoje*, Ampocs, p. 223-244, 1984.
- GAMA, Andréa de Sousa. *Trabalho, Família e Gênero: impactos dos Direitos do Trabalho e da educação infantil*. – 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2014.
- GALEOTTI, Elisabetta Ana. *Cidadania e diferença de Gênero. O problema da dupla lealdade*. In: SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e o direito do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- GONH, Maria da Glória. *Nova teoria dos Movimentos Sociais-3º ed-são Paulo*, Loyola,2010
- LAVINAS, L. *Gênero, cidadania e políticas urbanas*. In: RIBEIRO, Luiz.C de Q, LUGONES, María . *Colonialidade y geneo*. Tabula Rasa. Bogotá- Colombia.No. 9; 73-101, julio-diciembre 2008.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismos brasileiros nas relações com o Estado*. Contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, n.47, 2016
- MENDOZA, Breny (2010); “ *La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano*”. Em Yuderkys Espinosa(coord). *Aproximaciones críticas a las practicas teóricas tóricas- políticas del feminismo latino-americano*.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. – 1 ed. –São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil/-São Paulo*:Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) – *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REVOREDO, Marisol Fernández. *Usando el género para criticar al Derecho*. In: *Derecho PUCP*; No. 59 (2006); 357-369.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942- *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa-Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOMOGYI, Mariana Valenzuela. Las bases epistémicas de la concepción feminista de la ciudadanía. *Estudos Feministas*, vol. 24, n. 1, 2016.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das Mulheres*; tradução de Francisco Morás. 3 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

GT: 16 - Memória e patrimônio

Coordenador: Pedro Simonard

OS PRONTUÁRIOS FALAM: SOBRE OS DISCURSOS PSIQUIÁTRICOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ISOLAMENTO

ANA CAROLINA WELTER

*Doutoranda do Programa de Pós Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas UFSC
Anacarolina.welter@gmail.com*

JAVIER LADRÓN DE GUEVARA MARZAL

*DoutorandO do Programa de Pós Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas UFSC
javierldeguevara@outlook.com*

SANDRA CAPONI

*Professora do Programa de Pós Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas UFSC
sandracaponi@gmail.com*

RESUMO

Esta pesquisa está centrada em documentos localizados historicamente entre os anos 1941 e 1980, do antigo Hospital Colônia Sant'Ana, atual Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina – IPQ, a fim de analisar os discursos da psiquiatria da época quanto ao percurso diagnóstico dos internos, os tipos de tratamento, assim como verificar a possibilidade de encontrar prescrições de condutas ou de atividades consideradas terapêuticas, além de intervenções terapêuticas médicas, como por exemplo o eletrochoque e medicamentos. Ainda, verificar possíveis discursos e prescrições higiênicas e eugênicas direcionadas aos internos e suas famílias e à população geral. Como marcos históricos para a compreensão destas práticas, temos a teoria degeneracionista, o surgimento dos medicamentos psicotrópicos em 1952, assim como a publicação dos DSM-I (1952), DSM-II (1968) e DSM-III (1980).

Palavras-chave: Psiquiatrização dos comportamentos. Insituição de isolamento. Pesquisa documental. Medicalização da vida. Teoria da degeneração.

ABSTRACT

This research is centered on documents located historically between years 1941 and 1980, from the former Colônia Sant'Ana Hospital, now Institue of Psyquiatry of Santa Catarina – IPQ, with the purpose to analyse the discourses of the psychiatry of the time regarding the diagnostic route of hospitalized people, the kinds of treatment, as well as verify the possibility to find prescriptions of conduct or therapeutic ativities, therapeutic medic interventions, such as electroshock and drugs. Also, verify possible hygienic and eugenic discourses and prescriptions directed to people hospitalized and their families and the general population. As historic landmarks for the comprehension of this practices, we will use the theory of degeneration, the emergence of psychotropic drugs in 1952, as well as DSM-I (1952), DSM-II (1968) and DSM-III (1980).

Key-words: Psychiatrization of behaviors. Insulation institutions. Documentary research. Medicalization of life. Theory of degeneration.

1 INTRODUÇÃO

Quando nos referimos ao processo de medicalização da vida, a psiquiatria desempenha papel central, apresentando-se como uma disciplina médica, provedora de um serviço, dispendo de seus saberes e tecnologias para ajudar a “organizar a sociedade” (FOUCAULT, 2002), deixando marcas profundas que moldam o saber e agir das pessoas e instituições, com seus métodos e jogos de força.

A psiquiatria contemporânea é moldada no século XIX com a ampliação dos diagnósticos para além do campo psiquiátrico (FOUCAULT, 2002). Porém, não podemos traçar a história da psiquiatria a partir de uma descrição cronológica linear de eventos, onde se suporia que uma melhor tecnologia substituiria práticas antigas, dando lugar à psiquiatria atual. A mesma é resultado de diferentes forças, atuando não somente neste espaço de saber, mas de forma ampla na sociedade. Tais relações de força dão lugar à emergência de práticas e saberes. Assim, não se trata de uma verdadeira natureza da psiquiatria biológica que estaria ali, esperando para ser descoberta (AGUIAR, 2004). Para Caponi (2012), existem condições de possibilidade para a emergência de saberes e conceitos, que entram no escopo da história, da sociologia e da política, sofrendo influência dos diferentes contextos.

Segundo Foucault, é a partir da medicina que a psiquiatria encontra legitimidade, mesmo que os modos de diagnóstico sejam absolutamente diferenciados, de forma que em *O Poder Psiquiátrico*, afirma que a psiquiatria não surgiu como uma especialidade no interior da medicina (FOUCAULT, 2007). Porém, é através da relação para com a disciplina médica no que tange ao hospital, a anatomopatologia e o nascimento da clínica, que a legitimidade e o prestígio da psiquiatria são estabelecidos. Há diferenças entre hospital e asilo, assim como nas práticas clínicas e estratégias terapêuticas e de diagnóstico (CAPONI, 2012).

O poder psiquiátrico se estabelece no século XIX como protetor da sociedade. A partir da internação asilar, tentaria corrigir sujeitos anormais para sua reinserção na sociedade, pois precisavam ser levados de volta à normalidade. Reivindicará os sofrimentos mais corriqueiros, e então consegue impor a questão da normalidade e anormalidade, tornando-se a ciência das condutas, instrumentalizando sua universalização. Assume o comportamento e seus desvios, tomando como referência um desenvolvimento normativo. A psiquiatria, fundada como uma ciência positiva, se coloca como protetora da sociedade contra os perigos dos anormais, normatizando comportamentos como a sexualidade, higiene, ambiente através de suas práticas e saberes (FOUCAULT, 2002). Verifica-se uma psiquiatria articulada em torno da figura dos anormais, operada e possibilitada pela emergência da teoria da degeneração, que tem por objetivo a antecipação do perigo, uma gestão da anormalidade, uma gestão biopolítica dos corpos (CAPONI, 2012). Uma questão importante é que justamente esta psiquiatria, que surge em meados do século XIX, encontra-se atualizada e revestida, atuando na sociedade contemporânea. Apresenta-se de forma cada vez mais ampla, naturalizando a medicalização dos comportamentos.

É na direção do sentido que Foucault dá ao poder com sua natureza positiva, aquele que produz discursos de verdade, que se dirige esta pesquisa. Está centrada em documentos localizados historicamente entre 1941 e 1980, do antigo Hospital Colônia Sant’Ana, atual Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, a fim de analisar os discursos da psiquiatria da época quanto ao percurso diagnóstico dos internos, as práticas de cuidado, os tipos de tratamento, assim como verificar a possibilidade de encontrar prescrições de condutas ou de atividades consideradas terapêuticas, além de intervenções terapêuticas médicas. Ainda, verificar possíveis discursos e prescrições higiênicas e eugênicas direcionadas aos internos e suas famílias e à população geral. Trata-se de uma pesquisa em andamento, e desta forma, ainda não dispomos de dados para análise.

1.1 Da Teoria de Degeneração de Morel à Psiquiatria Ampliada

Foucault aponta a origem da psiquiatria ampliada com Bénédict Augustin Morel, psiquiatra franco-austríaco, que publicou em 1857 seu “Tratado de Degenerações Físicas, Intelectuais e Morais da Espécie Humana e as Causas que Produzem estas Variações Doentias”, onde apresentou a psiquiatrização das anomalias (FOUCAULT, 2002). A teoria da degeneração se inicia com a tarefa de estabelecer uma classificação das doenças mentais centrada na sua etiologia (SERPA, 2010), com o intuito de ser tão confiável quanto as classificações baseadas em lesões orgânicas da medicina geral, e que não fosse apoiada somente na diferenciação de sintomas, uma grande crítica feita à psiquiatria clássica de Pinel (CAPONI, 2012).

Dentre as causas da degeneração encontram-se influências do clima, agentes tóxicos (álcool), mas principalmente a herança dissimilar. O degenerado seria um indivíduo que apresenta um desvio mórbido em relação a um tipo normal da humanidade, discurso que está apoiado pelas teorias dos naturalistas, como Buffon e Lamarck. Assim, em uma família de degenerados, alterações seriam repassadas de geração em geração, até a completa esterilidade na quarta geração (ODA, 2001). Esta conclusão foi possível pela análise da taxa de natalidade na França naquele momento, que era negativa. O tipo normal da humanidade aparece no discurso de Morel como um postulado metafísico, que foi possibilitado por suas crenças religiosas na gênese da humanidade e no pecado original. O argumento metafísico do tipo ideal humano possibilitou uma aproximação com a medicina e a anatomopatologia da época, o que viabilizou a necessidade de chegar a uma classificação que fosse mais próxima possível do modelo médico (CAPONI, 2012).

Neste modelo explicativo o cérebro ocupa papel de destaque, pois é nele onde substancialmente deve-se procurar as lesões causadoras de doenças mentais, podendo ser observados através da anatomia e patologia comparada. É este órgão que fará a conexão entre corpo e alma. Assim, a razão explicativa reside no cérebro (CAPONI, 2012).

O alcoolismo é um dos agentes que pode gerar as formas mais terríveis de degeneração, isto porque “produz a abolição completa de todos os sentimentos morais” (CAPONI, 2012, p. 91). É importante notar que não necessariamente um filho de alcóolatra terá problemas com o álcool, mas outras doenças com características diferentes no sistema nervoso. Isto é a herança dissimilar, aquela onde existem possibilidades múltiplas para as gerações futuras de degenerados, no que tange as possíveis doenças que os acometerão.

Para Morel, as doenças mentais eram necessariamente estados degenerativos, as principais degenerações encontradas na humanidade, onde a cura não é mais possível. Os indivíduos internados nos asilos psiquiátricos (alienados mentais), eram considerados o ponto final da degeneração (SERPA, 2010). Por conta disso, ao fazer a entrevista psiquiátrica, era necessário fazer uma regressão geracional, onde era possível verificar as causas predisponentes e determinantes (CAPONI, 2012).

Com relação ao tratamento, quando uma degeneração se apresenta como reversível, poderia ser implementado um tratamento, apesar de reconhecer que normalmente o curso da doença segue para a irreversibilidade. Quando não há cura, a estratégia terapêutica se designa ‘profilaxia defensiva’ ou ‘preventiva’, isto porque o encerramento do doente tinha uma serventia social, indivíduos que causam problemas ou são perigosos deveriam ser retirados do meio social (CAPONI, 2012).

Sendo assim, dirige-se para fora do asilo e o trabalho é no sentido da prevenção das degenerações na população (SERPA, 2010), inaugurando uma biopolítica das populações, onde a psiquiatria

é colocada como protetora da sociedade e provedora de um serviço, pois somente ela se diz capaz de reconhecer os pequenos desvios, aqueles que futuramente irão se tornar degenerados irreversíveis, os anormais. É neste momento que o poder psiquiátrico volta seu olhar para as populações, com prescrições higienistas, normatizando comportamentos, direcionando seu olhar para os problemas cotidianos, e, desta maneira, amplia o quadro nosológico das doenças mentais (FOULCAULT, 2002).

É neste sentido que a vida passa a fazer parte das estatísticas (natalidade, reprodução, morbimortalidade). É em nome deste melhoramento das populações que vemos surgir o lado negativo da biopolítica, visualizado nas políticas higiênicas, psiquiátricas e eugênicas, que possibilitam a classificação daqueles que fogem à norma. Os anormais serão alvo de intervenções sérias, a fim de evitar, diminuir ou zerar os riscos para os ditos normais. Entretanto, toda uma população passa a estar sob o controle de políticas intervencionistas (CAPONI, 2012). Com a aplicação da teoria da degeneração como modelo explicativo das doenças psiquiátricas, viabilizou-se a ingerência da psiquiatria sobre as populações, seus comportamentos e condutas. Este discurso foi apropriado pelos neokrapelinianos na década de 1970, de onde adveio a psiquiatria atual, cada vez mais implicada em dominar cada pequeno desvio de conduta, psiquiatrizando comportamentos (SERPA, 2010).

A teoria de Morel foi repensada por Magnan (1835-1916), superando a questão metafísica do tipo originário ideal, com a substituição pelo indivíduo que age de acordo às regras da sociedade, sem se deixar levar por seus impulsos. Ainda, insere a irresistibilidade como marca primordial dos degenerados, pois não seriam capazes de resistir aos impulsos. Introduz também a ideia de equilíbrio ou desequilíbrio do sistema nervoso, o que significa que o degenerado é aquele que não possui o equilíbrio deste sistema, é um desequilibrado. Este modelo de explicação substituiu a necessidade de encontrar uma lesão específica para cada doença, de forma que a variação e a localização cerebral destes desequilíbrios é que determinariam as variedades e gravidades da doença mental. A esta imensa variabilidade de possibilidades que se abrem com a noção de equilíbrio que Magnan designará o termo “síndrome”, que dará origem à classificação das degenerações mentais segundo suas premissas (CAPONI, 2012).

Emil Kraepelin (1856-1926), considerado fundador da psiquiatria moderna, utilizou-se dos conceitos da teoria da degeneração para fundar a psicopatologia, baseada em sinais e sintomas para a classificação das doenças mentais (ODA, 2001), mantendo, entretanto, diversas premissas da teoria anterior, como a herança mórbida, as estatísticas, as fronteiras difusas entre o normal e o patológico, a prevenção de transtornos mentais nas populações, a tentativa de legitimação da psiquiatria através da localização cerebral das doenças mentais. Cria uma nova forma de classificação que será aceita internacionalmente, lembrando que a degeneração continua a base de sua teoria, utilizando-se do empirismo e da estatística para atualizá-la, surgindo então a ‘psiquiatria comparada’ (CAPONI, 2012).

Apesar de a teoria da degeneração ter perdido força como modelo explicativo para os transtornos mentais após a década de 1930 (ODA, 2001), as repercussões deste tipo de discurso puderam ser verificadas com os neokraepelinianos das décadas de 1970 e 1980, a psiquiatria dos comportamentos, que segue atuando fortemente com seus pressupostos biologizantes e psiquiatrizantes dos comportamentos humanos.

1.2 Implicações da Teoria da Degeneração no Brasil

No Brasil, as políticas higienistas e eugenistas baseadas na teoria da degeneração podem ser verificadas através de publicações de psiquiatras respeitados da época, como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Juliano Moreira (1873-1933), que prescreviam os tipos de

comportamentos a serem evitados e aqueles que deveriam ser empregados pela população brasileira, a fim de evitar problemas sociais. Assim, Juliano Moreira faz recomendações matrimoniais para a prevenção da sífilis, invocando princípios morais que deveriam reger o matrimônio em prol do bem coletivo e da saúde (VENANCIO, 2004). Este seria um exemplo do que FOUCAULT (2002) denominou de 'ingerência na sexualidade familiar', que teria por finalidade a proteção e a ordem, proveniente de um poder positivo que é a psiquiatria, aquela que atua com uma proteção científica da sociedade e proteção biológica da espécie.

Nina Rodrigues compartilhava da teoria degeneracionista, tendo como referenciais teóricos autores franceses e italianos, destacando-se o italiano Lombroso, o que o fez estudar as relações entre crime e degeneração. Trabalhou fortemente no sentido de estabelecer a psiquiatria como um saber científico, com o intuito de legitimar a psiquiatria brasileira como reguladora da sociedade. Foi um psiquiatra que utilizou as teorias vigentes na sua época para justificar a superioridade branca, caracterizando-se por suas tendências racistas. Após 30 anos da sua morte seus escritos foram redescobertos, apesar de seus discípulos terem pontos de ruptura com sua obra (ODA, 2001).

Juliano Moreira, assim como Nina Rodrigues, também é considerado um dos fundadores da psiquiatria brasileira, degeneracionista, correspondente de Emil Kraepelin. No entanto, não acreditava em raças inferiores e que estas fossem responsáveis por degenerações da população brasileira. Tampouco era partidário das teorias que afirmavam que o clima teria influências nas doenças psiquiátricas. Defendia a profilaxia, higiene mental e eugenia (não racista) (ODA, 2001).

A teoria da degeneração teve grande influência na psiquiatria brasileira. Nota-se que muitas das suas características principais, como a prescrição de comportamentos, as estatísticas, a necessidade de aproximar-se da medicina com a classificação etiológica de transtornos mentais baseados na localização cerebral, foram temas de grande destaque na produção científica brasileira. Portanto, julga-se importante a realização de pesquisas retrospectivas, possibilitadas pelos arquivos de instituições atuantes neste período histórico no país, como é o caso da antiga Colônia Sant'Ana, hoje IPQ.

1.3 A psiquiatria ampliada

O resgate da psiquiatria ampliada se deu em um período de crise da psiquiatria na década de 1970, realizada por pesquisadores da Universidade de Washington nos EUA, autodenominados neokraepelinianos. Estes foram responsáveis pela força tarefa que publicou o DSM-III, uma virada histórica importante que conduziu a psiquiatria aos seus moldes atuais (MAYES; HORWITZ, 2005).

A psiquiatria contemporânea estabeleceu as fronteiras entre o normal e o patológico, baseando-se em sintomas para o estabelecimento dos diagnósticos a partir do DSM (*Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais*). Utilizando-se da medicina baseada em evidências e da explicação biológica para os transtornos mentais, se instaurou com a publicação do DSM-III, em uma época de crise da hegemonia psiquiátrica nos EUA (MAYES; HORWITZ, 2005; AGUIAR, 2004). Até pouco antes de 1970 a psiquiatria apoiava-se na psicanálise, que se tornou a base da "psiquiatria dinâmica" vigente na época. Embora psicotrópicos fizessem parte da terapêutica para alguns pacientes, eram utilizados como suporte à psicoterapia. Assim, o foco analítico das explicações e do tratamento dos transtornos mentais nos DSM I e II era de ordem psicossocial (MAYES; HORWITZ, 2005; CAPONI, 2012). Entretanto, não se pode ignorar a já crescente medicalização no século XX. Existem pontos importantes dessa virada da centralidade da psiquiatria dinâmica (psicanálise) para psiquiatria contemporânea (farmacoterapia), chamada

psiquiatria biológica, tomada como uma remedicalização da psiquiatria e que teve como marco a publicação do DSM-III em 1980, contribuindo para a globalização do modelo americano (AGUIAR, 2004).

Deste modo, a crise de legitimidade da psiquiatria da época se baseava no fato de que era muito subjetiva, sem cientificidade médica e muito ambiciosa nos termos de sua habilidade para explicar e curar as doenças mentais (AGUIAR, 2004). A psicanálise foi marginalizada na medida em que não atendia às necessidades das pesquisas nos moldes biomédicos, e a influência dos tratamentos medicamentosos era crescente. A combinação destes e outros fatores levaram a um novo DSM que fundamentalmente redefiniu o que eram as doenças mentais e como deveriam ser identificadas, diagnosticadas e tratadas (MAYES; HORWITZ, 2005).

Para a psiquiatria ser uma ciência médica, deveria criar um sistema similar ao esquema epidemiológico para classificar desordens mentais (nosologia). Foram utilizadas as teorias de Emil Kraepelin, baseadas em três ideias: que desordens mentais são melhor entendidas como análogas de doenças físicas; que a classificação das desordens mentais demanda observação cuidadosa de sintomas visíveis em vez de inferências baseadas em teorias causais; e que pesquisas empíricas vão eventualmente demonstrar as origens orgânicas e bioquímicas das desordens mentais (MAYES; HORWITZ, 2005).

O DSM-III teve significativo impacto no sentido de categorizar os problemas mentais com sua orientação baseada em sintomas, contribuindo para uma visão biológica de saúde mental, privilegiando as neurociências, a química cerebral e os medicamentos. A ênfase passou da psicoterapia e das mudanças de comportamento para o diagnóstico baseado em sintomas e tratamentos farmacológicos. Em suma, realinhou os incentivos de um grande número de interessados: médicos, seguradoras de saúde, governo, indústria farmacêutica, por ter padronizado os critérios de definição e tratamento das desordens mentais. O manual foi pensado de forma que qualquer clínico, independentemente de sua formação teórica, pudesse realizar um diagnóstico, por isso considerado ateórico (MAYES; HORWITZ, 2005).

2 OBJETIVOS

Analisar os prontuários de internos e outros documentos como relatórios e livros de registros, produzidos no Hospital Colônia Sant'Ana entre os anos 1941 a 1980, a fim de verificar os discursos psiquiátricos relativos ao percurso diagnóstico dos ditos "loucos", as práticas de cuidado e os tratamentos empregados, assim como possíveis prescrições terapêuticas e prescrições higiênicas e eugênicas lançadas aos internos e à população geral, tendo como marcos históricos a teoria da degeneração, o ano de abertura da instituição em questão em 1941, o surgimento da Clorpromazina em 1952, assim como a publicação do DSM-I no mesmo ano, do DSM-II em 1968 e do DSM-III em 1980.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se dá no sentido de verificação e análise, através dos documentos produzidos na instituição em questão, dos discursos psiquiátricos vigentes do período histórico especificado, concernentes ao percurso diagnóstico, tratamento, formas de cuidado, prescrições de conduta, assim como prescrições de cunho higienista. A escolha do período de análise está baseada no ano de abertura do Hospital Colônia Sant'Ana (1941) e a publicação do DSM-III (1980), este último representando um momento histórico de virada da psiquiatria moderna.

3.1 Campo

O Hospital Colônia Sant'Ana foi fundado em 1941 com capacidade para 300 leitos, a fim de suprir a demanda de cuidado a doentes mentais no Estado de Santa Catarina. Em 1942 já contava com 311 internos, evidenciando-se o problema da superlotação desde o começo. O cuidado assistencial assim como o trabalho administrativo era mantido em sua maioria pelas Irmãs da Congregação da Divina Providência, assim como pelos práticos e vigilantes (COSTA, 2010; SILVA, 2001; VIANA, 2015).

A década de 1970 observou o maior número de internos, chegando a um número próximo de 2000 pessoas internadas por longos períodos. Em 1995 o Ministério da Saúde realizou uma auditoria, que evidenciou diversos problemas, assim como a superlotação. A já iniciada Reforma Psiquiátrica Brasileira contribuiu para uma remodelação da instituição, a fim de que o serviço continuasse atendendo pacientes, porém agora sob novos moldes. Neste momento o HCS deu lugar a duas unidades assistenciais, o Instituto de Psiquiatria do Estado de Santa Catarina (IPQ) com 160 leitos para o atendimento de casos agudos como surtos psiquiátricos graves, e o Centro de Convivência Santana (CCS) com leitos para os internos remanescentes da antiga Colônia. Este último com o intuito de ativar políticas de desinstitucionalização, a fim de que os internos fossem restituídos ao convívio social. No entanto, cerca de 600 pessoas permaneceram como residentes do Centro de Convivência, aguardando a possibilidade de reinserção social. Em 2010 havia 247 pacientes residentes, para os quais ainda não havia sido possível restabelecer os vínculos familiares e sociais, ficando sob a tutela da instituição (BORGES, 2013; COSTA, 2010; SANTA CATARINA, 2008).

Em 2011 foi inaugurado o Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE/HCS), fruto de uma parceria entre o IPQ e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) através do projeto de extensão Arquivos Marginais, com o objetivo de salvaguardar e disponibilizar os documentos relativos à época concernente ao que antes era o Hospital Colônia Sant'Ana. O espaço abriga um acervo rico, composto por prontuários de pacientes, livros de registro de entrada, relatórios diversos, fotografias e objetos como equipamentos médicos (BORGES, 2016). Para Viviane Borges, os prontuários são entendidos como "conjuntos de documentos organizados para a identificação e reunião de informações sobre a história dos indivíduos, no interior da instituição e antes dela" (BORGES, 2016, p. 97, 98). Os documentos produzidos até 1995 foram salvaguardados e organizados no CEDOPE/HCS, evidenciando-se uma quantidade grande de documentos, que representam uma parte da história desta instituição (BORGES, 2016). "A criação de um centro reflete a demanda e interesse por esse passado de sofrimento, buscando não esquecer suas memórias, movimento próprio de nosso tempo (VIANA, 2015, p. 26).

Neste sentido, os prontuários ganham um papel de destaque para as pesquisas, pois evidenciam "comportamentos, normas internas, relações de convívio, de poder e sobretudo o cotidiano institucional (BORGES, 2016, p. 105).

3.1.2 Os documentos e aspectos gerais da pesquisa

Os prontuários da instituição em questão possuíam uma estrutura padronizada. O preenchimento dos prontuários tinha o caráter de cumprir exigências legais, e poderia ser realizado por diferentes funcionários. No entanto, não trazem informações específicas sobre a pessoa responsável pela atualização de cada informação. Outro tipo de documento central neste processo são os Livros de Registro de Entrada, onde constam, em uma única página, dados gerais do paciente, assim como o responsável pela internação, data de entrada, data de alta, data de óbito, entre outras informações (VIANA, 2015).

Os primeiros dados encontrados nos prontuários referem-se aos dados gerais do paciente e o exame inicial ao serem realizados os procedimentos de internação. Segue toda uma série de informações importantes como exames, diagnósticos, tratamentos empregados, formas de cuidado, correspondências com familiares dos internos, assim como, em muitos casos, notas registrando falecimento (VIANA, 2015). Estes são documentos sensíveis, que mostram momentos de vida pessoais, o que evidencia o necessário cuidado ético ao trabalhar suas informações, principalmente quanto à proteção do sigilo dos indivíduos e suas famílias.

Segundo Campos (2004), através das informações dispostas em prontuários, é possível verificar não somente dados técnicos de práticas institucionais, mas possibilidades e representações sobre o social e suas práticas. Entretanto, é preciso considerar os limites de tais documentos, uma vez que refletem um caminho institucionalizado, de forma que pouco pode-se apreender de seus atores fora da instituição. O acervo conta ainda com relatórios de gestão e relatórios médicos, evidenciando detalhes das práticas internas.

Conforme Arlette Farge (2009, p. 14), “o arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história (...)”. Dar visibilidade a uma realidade esquecida justifica-se pela necessidade de compreender como práticas desenvolvidas no passado podem influenciar as inquietações do presente (BÉDARIDA, 2006). Podemos verificar esta preocupação nos estudos genealógicos de Michel Foucault, como aqueles dedicados ao entorno da loucura, e que puderam evidenciar o desenvolvimento das práticas contemporâneas no campo da psiquiatria (FOUCAULT, 2002).

Serão selecionados prontuários a partir dos Livros de Registro de Entrada, e serão analisados tantos prontuários quantos forem necessários para atingir a compreensão das práticas da instituição, respeitando os períodos e marcos históricos delimitados por esta pesquisa. Procura-se evidenciar as práticas correntes, os discursos vigentes, a compreensão do cotidiano da instituição quanto aos diagnósticos, percursos de tratamento e cuidado. Quanto às especificações dos prontuários, serão selecionados aqueles em que os pacientes apresentaram maior tempo de internação, pois possuem maiores possibilidades de evidenciar a recorrência das práticas institucionais. Ainda, serão selecionados prontuários de pacientes que faleceram no HCS, a fim de verificar quais as práticas referentes a este tipo de evento. Ainda, prontuários que apresentem situações adversas como fugas, encaminhamentos através de órgãos como Delegacias, Juizado de Menores, pois representam adversidades que deveriam ser incorporadas no cotidiano da instituição. Segundo resolução 196/96, que determina que pesquisas envolvendo seres humanos devam ser apreciadas por um Comitê de Ética em Pesquisa, este trabalho será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

3.2 Percorso metodológico

O método de análise escolhido é a Análise de Discurso de Michel Foucault (1996), que pensa o discurso como produto de procedimentos que têm a função de controlar, selecionar, organizar e redistribuir o mesmo. Apesar de poder parecer não representar algo muito palpável, o discurso tem relação direta com o poder, o que Foucault demonstrou em muitos de seus trabalhos, como é o caso dos discursos de verdade que moldam diversos tipos de práticas na sociedade, como as práticas punitivas, as de governamentalidade, as de asilamento e silenciamento (do discurso) de pessoas indesejáveis como os ditos loucos, o tratamento psiquiátrico, e as relacionadas à sexualidade.

Intenta-se verificar o que é corrente, as práticas mesmas da instituição em questão nos seus diferentes períodos, respeitando os marcos históricos que podem revelar mudanças, uma vez que o discurso sofre alterações, transformações, com cada virada importante da psiquiatria.

Segundo Foucault (1996), os discursos são práticas descontínuas que se cruzam, se ignoram e se excluem. Assim, respeitando os princípios de análise, nos propomos a analisar os documentos produzidos na instituição em questão, a fim de cumprir com os objetivos deste trabalho, de forma crítica, verificando as regularidades discursivas.

4 REFERÊNCIAS

AGUIAR, A.A. **A psiquiatria no Divã**: Entre as ciências da vida e a medicalização da existência. Rio de Janeiro: Relume Dumarã. 2004. 166p.

BEDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV. 2005.

BORGES, V.T. Um “depósito de gente”: as marcas do sofrimento e as transformações no antigo Hospital Colônia Sant’Ana e na assistência psiquiátrica em Santa Catarina, 1970-1996. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 20, n. 4, p. 1531-1549, out-dez 2013.

_____. Arquivos Marginais: outras fontes, outros acervos. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 4, n. 1, p. 97-108. 2016.

CAMPOS, P.F.S. **Os enfermos da razão**: cidade planejada, exclusão e doença mental (Maringá, 1960-1980). São Paulo: Annablume; FAPESP. 2004.

CAPONI, S. **Loucos e Degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2012. 210p.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016.

COSTA, E. **Hospital Colônia Sant’Ana**: O saber/poder dos enfermeiros e as transformações históricas (1971-1981). 2010. 299p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 79p.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: Curso no Collège de France 1974-1975. São Paulo: Martins Fontes. 2002. 479p.

FOUCAULT, M. **El Poder Psiquiátrico**: Curso em el Collège de France 1973-1974. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica. 2007. 448p.

LIMA, A.C.C. **Normalidade e Controle**: discursos na psiquiatria e na psicanálise. 1ª ed. Curitiba: Appris; 2015. 219 p.

MAYES, R.; HORWITZ, A.V. DSM-III and the revolution in the classification of mental illness. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v.41, n.3, p.249-267. 2005

ODA, A. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry On-line Brazil- The International Journal of Psychiatry*, v. 6, n. 12, Dec. 2001.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. Gerência de Coordenação da Atenção Básica. Divisão de Políticas de Saúde Mental. **Plano Operativo Estadual de Saúde Mental (2008- 2010)**, 2010.

SERPA, O.D. O degenerado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 17 (supl.2): 447-474, 2010.

SILVA, Jaqueline. **Vizinhos da loucura**: a ação institucional da Colônia Santana junto à comunidade que cresceu às suas margens. Florianópolis, 2001. 55 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VENANCIO, A. Doença Mental, Raça e Sexualidade nas Teorias Psiquiátricas de Juliano Moreira. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 14, n.2, p.283-305, 2004.

VIANA, B.S. **Um lugar para os ditos anormais**: assistência psiquiátrica a crianças e jovens na primeira década do Hospital Colônia Sant'Ana (1942-1951). 2015. 145 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CUIDADO DO CICLO SONO-VIGÍLIA NA POPULAÇÃO IDOSA: ANÁLISE DE UMA INTERVENÇÃO EDUCATIVA A PARTIR DO MODELO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

DIANA PAOLA GUTIERREZ DIAZ DE AZEVEDO

*Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem UENF
diana.gutierrez0922@gmail.com*

ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE

*Professora do Programa de Cognição e Linguagem UENF
rosaleeistoe@gmail.com*

FERNANDA CASTRO MANHÃES

*Professora do Programa de Cognição e Linguagem UENF
castromanhaes@gmail.com*

RESUMO

No ser humano, uma das mudanças que caracterizam o envelhecimento é a modificação objetiva e subjetiva do ciclo sono-vigília. Hábitos e comportamentos não saudáveis do idoso são fatores que pioram as alterações de sono nesta idade, afetando sua saúde física e mental. Os programas para a terceira idade são ambientes favoráveis para encaminhar atividades de educação em autocuidado e estilos de vida adequados, contribuindo ao melhoramento de sua saúde. Desenvolveu-se pesquisa quali-quantitativa, exploratória, descritiva, objetivando aplicar intervenções educativas para promover o autocuidado do ciclo sono-vigília no envelhecimento e analisa-la sob o Modelo de Promoção da Saúde. Incluíram-se 20 idosas de três Programas da Terceira Idade. Evidenciou-se a apropriação de práticas e hábitos saudáveis de sono como comportamento de promoção da saúde, com melhoras no Índice de Qualidade de Sono de Pittsburg enquanto pontuação global, latência, eficiência, horas de sono e diminuição do uso de medicação para dormir.

Palavras-chave: Envelhecimento. Ciclo Sono-Vigília. Velhice. Promoção da Saúde. Educação em Saúde.

ABSTRACT

In humans, one of the changes that characterize aging is the objective and subjective modification of the sleep-wake cycle. Unhealthy habits and behaviors of the elderly are factors that worsen sleep disorders at this age, affecting their physical and mental health. Senior care programs are conducive environments for conducting self-care education activities and appropriate lifestyles, contributing to the improvement of their health. Qualitative, exploratory, descriptive research was developed, aiming to apply educational interventions to promote the self-care of the sleep-wake cycle in aging and analyze it under the Health Promotion Model. Twenty elderly women from three Old Age Programs. It was evidenced the appropriation of healthy sleep practices and habits as health promotion behavior, with improvements in Pittsburg Sleep Quality Index as a global score, latency, efficiency, hours of sleep, and decreased use of sleeping medication.

Key-words: Aging. Sleep-Wake Cycle. Old age. Health Promotion. Health Education.

INTRODUÇÃO

Um fenômeno atual é a transição demográfica com sua característica de envelhecimento populacional a causa da diminuição da taxa de fecundidade e aumento da esperança da vida por mudanças das condições médicas-sanitárias e melhoras dos diversos fatores socioeconômicos de algumas populações. Desta forma, a população de 60 anos ou mais está crescendo mais rápido que todos os grupos de idades mais jovens. Segundo as Nações Unidas um 13% de pessoas no mundo correspondente a 962 milhões tinham 60 anos ou mais no mundo no ano 2017 e com um ritmo de crescimento de 3% ano, as projeções de sujeitos nesta faixa de idade são de 1,4 mil milhões para o ano 2030; 2,1 mil milhões para o ano 2050 e 3,1 mil milhões para o ano 2100 (UNITED NATIONS, 2017). A Organização Mundial da Saúde refere que até o ano 2025 Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos (WHO, 2005).

No nível individual o envelhecimento é um processo biológico, psicológico e sociocultural com características de heterogeneidade e dinamicidade. Segundo Gonzalez (2015) o envelhecimento é influenciado por fatores genéticos e não genéticos sendo processos cumulativos que interacionam. Fatores não relacionados à herança incluem os estilos de vida e o ambiente físico-construído e o ambiente social que determinam por sua vez a esperança da vida e saúde das pessoas e inclusive dos grupos populacionais. Estes são modificáveis ao longo da vida diminuindo a fragilidade e vulnerabilidade que pode ter o sujeito na etapa da velhice. Portanto, como refere Minayo e Coimbra (2002) o envelhecimento deve ser compreendido como um híbrido biológico-social.

Uma das mudanças biológicas e que tem inter-relação com fatores psicológicos e sociais corresponde a algumas modificações no ciclo sono-vigília do idoso. Este ciclo que oscila periodicamente é um ritmo circadiano que acontece ao longo das 24 horas do dia sendo um dos mais importantes ritmos no ser humano, espécie com atividade diurna e sono noturno é regulado pelo sistema circadiano composto pelo núcleo supraquiasmático como o oscilador principal no cérebro; além de mecanismos homeostáticos que permitem manter o equilíbrio interno com os principais sincronizadores como a secreção de melatonina, o ritmo da temperatura e o ritmo de excreção de cortisol somado à influência dos estímulos externos como a luz ambiental e os horários e hábitos sociais (SIEGEL, 2005).

O sistema circadiano é afetado, igualmente, pelo processo de envelhecimento e por sua vez influe no envelhecer do organismo com consequências nas funções que comanda como o ciclo sono-vigília (ÁNGELES-CASTELLANOS et al., 2011). Assim, Banks, Nolan e Peirson (2016) afirmam que ao longo da vida, os processos circadianos internos deterioram-se lentamente com uma dificuldade na sincronização da rede neuronal do núcleo supraquiasmático, somado ao declínio na expressão de genes circadianos, produzindo assim, uma fragmentação e perda de amplitude nos ritmos; ao mesmo tempo que o envelhecimento pode ser modulado pelo desalinhamento deste sistema.

Ao envelhecer se experimenta uma modificação objetiva e subjetiva do sono. Desta forma, os idosos que devem dormir em torno de 7 horas por noite podem diminuir sua quantidade de sono até 5-6 horas ou menos; além de apresentar uma fragmentação deste com múltiplos despertares ao longo da noite. Este tempo de descanso insuficiente pode afetar as atividades do dia por uma perda de energia e aumento da sonolência (GEIB, 2003; QUINHONES; GOMES, 2011). Entre outras mudanças deste ciclo, existe uma dificuldade de iniciar o sono noturno, e uma tendência a dormir mais cedo e acordar mais cedo do que previsto sendo ritmos assíncronicos com o ambiente, dessincronização externa que pode piorar por insuficiência qualitativa e quantitativa dos estímulos socio-ambientais (OLIVEIRA et al, 2010).

Dois aspectos são importantes para abordar esta problemática na terceira idade. A primeira é retomar como os maus hábitos de sono e alguns comportamentos não saudáveis do idoso são fatores que pioram as alterações de sono nesta idade. A segunda consiste em que a percepção de apoio social é um fator protetor do sono e saúde na velhice; assim, Geib et al (2003) referem que na velhice, a qualidade do sono está associada a características biosocioeconômicas como idade, gênero, nível de escolaridade e auto-percepção da saúde. Portanto, os programas para a terceira idade são ambientes favoráveis para criar oportunidades de participação social, aprendizagem e manutenção de comportamentos positivos de saúde e autocuidado.

Os programas da terceira idade são espaços chaves para a promoção da saúde definida como ação intersetorial e produto de políticas públicas para enfrentar os determinantes sociais e ambientais da saúde e que desta forma os sujeitos e coletividades possam fazer escolhas saudáveis mais facilmente e por meio da educação em saúde como um dos seus elementos essenciais (FILHO; BUSS; ESPERIDIÃO, 2014). Assim, atividades destes programas devem se encaminhar a educar e estabelecer práticas e estilos de vida adequados nos idosos para contribuir ao melhoramento de sua saúde como uma responsabilidade que ainda que dependente de múltiplos fatores socioambientais tem uma participação própria.

OBJETIVOS

Estabelecer processos de ensino-aprendizagem para promover o autocuidado do ciclo sono-vigília no envelhecimento.

Analisar a intervenção educativa a partir do Modelo de Promoção da Saúde.

METODOLOGIA

Pesquisa de natureza quali-quantitativa, exploratória, descritiva, desenvolvida em três programas para a terceira idade do município de Campos dos Goytacazes, RJ: Terceira Idade em Ação da UENF, Uniti da UFF e Clube da Terceira Idade do Parque Tamandaré, com idosos inscritos no primeiro e segundo semestre de 2017 e no primeiro semestre de 2018. Os critérios de inclusão foram: (1) possuir 60 anos ou mais; (2) participar ativamente do programa da terceira idade; (3) concluir todas as atividades correspondentes à intervenção educativa e (4) assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A intervenção educativa foi uma oficina com objetivo de estabelecer processos de ensino-aprendizagem para promover o autocuidado do ciclo sono-vigília no envelhecimento por meio de uma metodologia participativa problematizadora (CACHIONI et al., 2015) na qual os participantes como sujeitos ativos do processo criaram espaços dialógicos nos quais a troca de conhecimento e aprendizagens a partir de suas próprias realidades permitiram alcançar os objetivos propostos na oficina. A estrutura desenvolvida através dos encontros, que tiveram uma duração de quatro meses, conformou-se pelos seguintes eixos temáticos:

1. O envelhecimento humano e a etapa da velhice.
2. Os ritmos biológicos no ser humano.
3. O ciclo sono-vigília no envelhecimento.
4. Hábitos e práticas saudáveis para o cuidado do ciclo sono-vigília no envelhecimento.

A coleta de dados foi feita por questionário de dados sociodemográficos, o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh antes e depois da intervenção, questionário de perguntas abertas desenvolvido através das atividades nos encontros e entrevistas semiestruturadas ao final do processo educativo.

Para a análise da intervenção educativa foi utilizado o Modelo de Promoção da Saúde (MPS) de Nola Pender desenvolvido na década de 80 com o propósito de contribuir na compreensão dos principais determinantes dos comportamentos da saúde para promover estilos de vida saudáveis. Os sujeitos olhados de forma integral e estudados dentro de um contexto como um todo devem modificar seu pensamento para alterar seus comportamentos. O modelo avalia as características e experiências individuais, os sentimentos e conhecimentos sobre o comportamento que se quer alcançar e o comportamento de promoção da saúde desejável (PENDER, 2011).

Segundo Shin et al. (2005) esta estrutura conceitual utilizou-se em diversos estudos para explicar uma ampla gama de comportamentos de saúde desde a perspectiva social-cognitiva, as teorias de enfermagem e a saúde pública mostrando a natureza multidimensional e interacional das pessoas, desta forma, os comportamentos de saúde são complexos e um número de variáveis provavelmente afetarão seu desempenho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vinte idosas foram incluídas na pesquisa. De acordo ao MPS (Figura 1), como *conduta prévia* das participantes existia conhecimento insuficiente sobre o ciclo sono-vigília e seus cuidados. Entre os discursos mais comuns em relação ao tema se encontraram: “Se deve dormir oito horas ao dia”, “Dormir faz bem ao corpo”. Estas aprendizagens foram adquiridas ao longo da vida e reafirmadas por alguns dos profissionais da saúde aos que frequentaram. Evidencia-se na população idosa aumento da busca de informação associada ao cuidado da saúde por meio das tecnologias digitais. Um sentimento de ter conhecimento limitado sobre o tema somado ao aumento de queixas subjetivas do sono com o avanço dos anos foi a maior motivação para participar da intervenção educativa.

Entre os *fatores pessoais* os participantes se caracterizaram (Tabela 1) por ser idosas entre 60 e 73 anos, com um nível de escolaridade médio-alto. Em relação a sua situação socioeconômica 85% aposentadas, com renda média entre 2 e 5 salários mínimos, 15% sem renda e 35% delas ainda continuam no mercado laboral informalmente. Referem adequada rede de apoio familiar ainda que 35% tenham arranjo unipessoal. 90% moram em vivenda própria. Enquanto sua percepção do estado da saúde para 25% das participantes e “muito boa”, 65% referiram “boa” e 10% “regular”, 100% independentes funcionalmente; porém, 95% portadoras de doenças crônicas. Seus tempos de participação nos programas da terceira idade variam entre menos de um ano e mais de 10 anos, sendo sua maior motivação melhorar sua qualidade de vida na velhice e manter espaços de socialização.



Figura 1. Intervenção Educativa para o Cuidado do Ciclo Sono-Vigília a População Idosa: Modelo de Promoção da Saúde. Fonte: Elaboração própria baseada no Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender, 2011.

Tabela 1: Caracterização dos participantes do estudo, 2017-2018

Características	Total (n)	Percentual (%)
Gênero		
Feminino	20	50
Idade (anos)		
60-64	7	35
65-69	7	35
70-74	5	25
75-77	1	5
Escolaridade		
Ensino fundamental incompleto	1	5
Ensino fundamental completo	1	5
Ensino médio completo	10	50
Ensino técnico	3	15
Ensino superior	5	25
Arranjo familiar		
Unipessoal	7	35
Casal sem filhos	6	30
Estendida	4	20
Outro familiar	3	15
Ocupação		
Ativo	7	35
Não ativo	13	65
Aposentado/Pensionista		
Sim	17	85
Não	3	15
Faixa de renda		
Sem renda	3	15
Até 1	2	10
Mais de 1 a 2	4	20
Mais de 2 a 3	4	20
Mais de 3 a 5	5	25
Mais de 5 a 10	2	10
Proprietário de moradia		
Sim	18	90
Não	2	10
Portador de doença crônica		
Sim	19	95
Não	1	5
Funcionalidade		
Independente	20	100
Autoavaliação estado de saúde		
Muito bom	5	25
Bom	12	65
Regular	2	10
Tempo de participação nos programas da terceira idade		
Até 1 ano	7	35
Mais de 1 a 5	8	40
Mais de 5 a 10	3	15
Mais de 10	2	10

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelos autores.

Relacionado a estes fatores pessoais, evidencia-se a tendência da participação feminina neste tipo de associativismo, espaços de convivência e que exercem sua função social, neste caso, de promoção de mudanças comportamentais e na sua saúde física e mental (COUTINHO; BRITTES; ASSMANN, 2012). Igualmente, é importante resaltar que a qualidade do sono nos idosos está associada a características socioeconômicas como a idade, o gênero, a escolaridade e a saúde geral auto-percebida (OLIVEIRA et al., 2010); assim, as queixas subjetivas de sono tem uma grande influência do médio sociocultural no qual se desenvolve o sujeito de idade avançada (RIOS, 2011). Em contraste, a percepção de apoio social exerce um fator protetor na qualidade do sono do idoso, ao gerar sentimentos de pertencência, ligação, bom estado de humor e um ambiente que induz a aprender e manter comportamentos de saúde positivos, incluindo hábitos saudáveis do sono (COSTA; CEOLIM; NERI, 2011).

Os *benefícios das ações percebidas* foram a aprendizagem do ciclo sono-vigília e as diversas práticas para melhorar sua qualidade. Um dos benefícios importantes nesta intervenção foi o desenvolvimento do idoso como replicador dos conhecimentos adquiridos na oficina, o qual permitiu a eles continuar com a promoção do cuidado de sono em outras pessoas como familiares, amigos e conhecidos contribuindo ao idoso a reforçar seu papel social de cuidado familiar pela experiência e sabedoria adquirida ao longo de sua vida. Esta posição social da população idosa coopera na superação dos imaginários negativos que vem com o avanço dos anos por uma cultura de supervalorização da juventude e da produtividade. Assim como referiram Minayo e Coimbra (2002), o idoso como um novo ator individual e coletivo que começou a redefinir-se socialmente.

As *barreiras das ações percebidas* foram algumas crenças de impossibilidade de mudar hábitos não saudáveis de sono adquiridos desde idades jovens como o uso da televisão para dormir ou adquiridos erroneamente para tentar conciliar o sono como o uso de celulares antes de dormir. Também, transtornos de sono estabelecidos, sintomas depressivos e ansiosos não tratados constituíram algumas barreiras, fatores que influem nas alterações deste ritmo no envelhecimento (DE LA CALZADA, 2000).

A *autoeficácia percebida* apresentou-se por meio do aumento da consciência de autocuidado fortalecida com a velhice; além de um sentimento progressivo das possibilidades de melhorar o cuidado de seu sono ao explorar e aprender do tema, neste ponto, cada sujeito trabalhou sobre suas experiências, necessidades e aprendizagens prévias e adquiridas; assim, o conteúdo discutido foi significativo e relevante para cada um dos participantes, os quais se apropriaram de seu processo, característica da metodologia participativa problematizadora (CACHIONI et al.; 2015) e de um modelo dialógico de educação em saúde que segundo Salci et al. (2013) é o instrumento para criar empoderamento nas pessoas e favorecer a construção coletiva e individual do conhecimento.

Enquanto os *sentimentos em relação ao comportamento* como aqueles afetos relacionados à atividade se evidenciaram uma motivação à aprendizagem dos cuidados da saúde com um temor ao envelhecer sem saúde e à perda de funcionalidade. Outra das mudanças referidas como mais preocupantes do envelhecimento foram aquelas referidas ao deterioro das funções cognitivas. Igualmente, se fortaleceu ao longo da oficina uma reflexão da relação saúde-sono e uma sensação crescente da capacidade de aderir práticas saudáveis de sono de acordo a suas necessidades.

Na intervenção foram fundamentais as *influências interpessoais* como a família, amigos e colegas do programa, além dos profissionais das outras oficinas em que participam e os profissionais da saúde frequentados nas suas rotinas de cuidado médico. Segundo a WHO (2005) na velhice aumenta a vulnerabilidade à solidão e o isolamento social, por isso a importância

do fortalecimento e construção de redes de apoio na população idosa, facilitando também a aquisição de estilos de vida saudáveis.

Entre *as influências situacionais*, a participação nos programas da terceira idade foi identificada como uma rede de apoio principal e de promoção de bem-estar e saúde. A possibilidade de alguns participantes para melhorar em forma definitiva sua qualidade de sono está limitada ao tratamento dos distúrbios de sono estabelecidos, questão relacionada ao acesso a serviços de saúde. Igualmente, uma das causas identificadas pelas idosas como fator que piora seu sono é a preocupação, sendo a possibilidade (sim/não) de controlar esses estressores (vida familiar, obrigações) o que permite melhorar o sono.

O *compromisso de um plano de ação* que foi de “melhorar hábitos de sono” estabeleceu-se desde o início da intervenção educativa incluindo em sujeitos que referiram não apresentar queixas de sono. Para materializar esta intenção de realizar este comportamento de saúde se trabalhou na aquisição de recursos para o cuidado de seu sono baseados em suas reflexões e necessidades. As mudanças de práticas não saudáveis do ciclo sono-vigília apresentaram-se em forma gradual e com dificuldades diversas. Os hábitos e comportamentos que afetam a qualidade de sono nos idosos participantes foram:

- A irregularidade nos horários do sono.
- O consumo de bebidas estimulantes como café e de grandes quantidades de comida antes de dormir.
- O uso de aparelhos eletrônicos na noite.
- Uma alta intensidade das atividades físicas e mentais perto da hora de se deitar.
- Ficar na cama sem sono tentando conciliar o sono.

Aquelas *exigências imediatas e preferências* que segundo Pender (2011) corresponde a comportamentos alternativos que se intrometem na consciência como possíveis cursos de ação antes da ocorrência pretendida de um comportamento de saúde planejado, se identificaram aquelas práticas adquiridas desde idades jovens como o consumo de bebidas com cafeína, o consumo de abundante quantidade de alimentos antes de deitar e algumas práticas próprias da sociedade atual como o uso excessivo de aparelhos eletrônicos – digitais perto da hora de sono.

Em relação a estes comportamentos, o café é uma substância de ação psicoestimulante, antagonizando os receptores de adenosina, neuromodulador que promove o sono; assim, aumenta o estado de alerta, reduz a sensação de cansaço e fadiga; porém, produz alterações na arquitetura do sono (CLARK; LANDOLT, 2016). Por outro lado, aparelhos como celulares, computadores e TV possuem uma iluminação LED com uma maior quantidade de luz azul artificial que diminui a produção de melatonina alterando a qualidade de sono, piorando em função do tempo de exposição e da intensidade luminosa (GREEN et al., 2017; HATORI et al., 2017). Por tanto, uma prática necessária é a desintoxicação digital perto do horário de dormir, um dos hábitos mais difícil de trabalhar com os participantes.

O *comportamento de promoção da saúde* ou resultado final foi a prática de hábitos saudáveis de sono com manutenção de comportamentos positivos de saúde, procura de serviços de saúde para a abordagem de condições que afetam a qualidade deste ritmo e compromisso de ser agente de mudança ensinando a aos outros o cuidado do sono. Estudos similares como em Leal-Grimaldo et al. (2017) e Martin et al. (2017) aplicaram uma intervenção educativa de higiene de sono em um grupo de idosos da comunidade com insônia, obtendo benefícios importantes na qualidade de seu sono.

Quadro 1: Qualidade Subjetiva do Sono

Qualidade Subjetiva do Sono				
Avaliação	Antes		Depois	
	n	%	n	%
Muito ruim	5	25	0	0
Ruim	11	55	6	30
Bom	2	10	12	60
Muito bom	2	10	2	10

Fonte: Dados produzidos pelos autores.

Quadro 2: Comparativo de Sono

Componente	Antes	Depois
	Média	
Latência do sono	35	25,5
Duração do sono	6,2	6,72
Eficiência habitual do sono	85,34	90,1

Fonte: Dados produzidos pelos autores.

Quadro 3: Uso de Medicamentos para Dormir

Uso de Medicamentos para Dormir				
Avaliação	Antes		Depois	
	n	%	n	%
Sim	13	65	10	50
Não	7	35	10	50

Fonte: Dados produzidos pelos autores.

Quadro 4: Pontuação Global IQSP

Pontuação Global IQSP						
	Antes			Depois		
	n	%	média	n	%	média
Boa	4	20	3,25	7	35	3,4
Ruim	10	50	8,3	10	50	7,2
Distúrbio de sono	6	30	14,66	3	15	13

Fonte: Dados produzidos pelos autores.

Os resultados acima (Quadros 1, 2, 3, 4), obtidos da aplicação do IQSP antes e depois da intervenção educativa mostraram evidências de apropriação deste comportamento de saúde. Os participantes apresentaram melhora na qualidade de sono aumentando de 10% a 60% as avaliações de sono “bom”, diminuindo as avaliações de 25% a 0% de um sono “muito ruim” e de 55% a 30% um sono “ruim”. A latência de sono referida ao tempo em que demora a pessoa em dormir e que em condições normais não deve ser maior a 30 minutos, diminuiu de 35 min a 25,5 min. Quanto à duração de sono, que nos idosos deve ser em torno de 7 horas por noite, mas que com as mudanças, e um sono mais fragmentado desce a 5-6 horas (GEIB et al, 2003) tinha uma média de 6,2 horas antes da intervenção e aumentou 6,72 horas.

A eficiência habitual de sono definida como a proporção do tempo que um indivíduo dorme, em relação ao tempo total e que se mantém na cama para o sono noturno, considerada normal a partir de 85% (FERNANDES, 2006), incrementou-se de 85,34% a 90,1% nas idosas depois da intervenção. Enquanto o uso de medicamentos para dormir 65% das idosas faziam uso crônico de hipnóticos e uso diminuiu a 50% nas participantes. Finalmente, em relação ao score global do IQSP, os sujeitos com qualidade de sono “boa” aumentaram de 20% a 35%, com qualidade de sono “ruim” se mantiveram em 50%, mas com pontuação de presença de “distúrbio de sono” diminuíram de 30% a 15%.

CONCLUSÃO

Os programas para a terceira idade, redes de apoio, têm função essencial na promoção da saúde. A educação em saúde dos idosos para abordar necessidades secundárias do processo de envelhecimento permite intervir em saúde física, mental e qualidade de vida; contribuindo na diminuição das vulnerabilidades próprias desta etapa. Estabeleceram-se processos de ensino-aprendizagem para promover o autocuidado do ciclo sono-vigília no envelhecimento justificado pelas mudanças deste ritmo com o avanço da idade e suas múltiplas consequências. Produto da análise da intervenção educativa a partir do Modelo de Promoção da Saúde se evidenciou a apropriação de práticas e hábitos saudáveis de sono para promoção da saúde, com melhoras no Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁNGELES-CASTELLANOS, M. et al. Envejecimiento de un reloj (cronobiología de la vejez). **Revista de la Facultad de Medicina de la UNAM**, Ciudad de México, v. 54, n. 2, mar./abr. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SONO - ABS. **Insônia do diagnóstico ao tratamento**. III Consenso Brasileiro de Insônia. São Paulo: Omnifarma, 2013. P. 160.

BANKS, G.; NOLAN, P. M.; PEIRSON, S. N. Reciprocal interactions between circadian clocks and aging. **Mammalian Genome**, v. 27, p. 332-340, 2016.

CACHIONI, M et al. Metodologias e estratégias pedagógicas utilizadas por educadores de uma universidade aberta à terceira idade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 81-103, 2015.

CLARK, I.; LANDOLT, H. P. Coffee, caffeine, and sleep: A systematic review of epidemiological studies and randomized controlled trials. **Sleep medicine reviews**, 2016.

COSTA, S. V.; CEOLIM, M. F.; NERI, A. L. Problemas de sueño e suporte social: estudo multicêntrico Fragilidade em Idosos Brasileiros. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 4, p. 920-927, 2011.

COUTINHO, S; BRITTES, L; ASSMANN, F. Relações familiares e o convívio social entre idosos. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 184-192, 2012.

DE LA CALZADA, M. D. Modificaciones del sueño en el envejecimiento. **Revista de Neurología**, Barcelona, v. 30, n 6, p. 577-580, 2000.

FERNANDES, R. O sono normal. **Revista de Medicina-USP**, Ribeirão Preto, v. 39, n.2, p.157-168, abr./jun. 2006.

FILHO, A.; BUSS, P.; ESPERIDÃO, M. Promoção da Saúde e seus Fundamentos: Determinantes Sociais de Saúde, Ação Intersetorial e Políticas Públicas Saudáveis. In: PAIM, J.; ALMEIDA-FILHO, N. (Org.). **Saúde Coletiva: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: MedBook, 2014, p. 305-326.

GEIB, L et al. Sueño e envelhecimento. **Revista de Psiquiatria**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 453-465, Dec. 2003.

GONZÁLEZ, D. S. Ambiente físico-social y envejecimiento de la población desde la gerontología ambiental y geografía. Implicaciones socioespaciales en América Latina. In: **Revista de Geografía Norte Grande**, v. 60, 2015, p. 97-114.

GREEN, A. et al. Evening light exposure to computer screens disrupts human sleep, biological rhythms, and attention abilities. **Chronobiology international**, Oxford, v, 34, n. 7, p. 1-11, 2017.

HATORI, M. et al. Global rise of potential health hazards caused by blue light induced circadian disruption in modern aging societies. **NPJ aging and mechanisms of disease**, London, v. 3, n. 9, p. 1-3, 2017.

LEAL-GRIMALDO, J. et al. Nivel de insomnio no orgánico posterior a una estrategia de higiene del sueño. **Atención Familiar**, Ciudad de México, v. 24, n. 1, p. 23-6, 2017.

MARTIN, J. et al. A Four-Session Sleep Intervention Program Improves Sleep for Older Adult Day Health Care Participants: Results of a Randomized Controlled Trial. **Sleep**, Oxford, v. 40, n. 8, p. 1-35, 2017.

MINAYO, M.C.S.; COIMBRA JUNIOR, C.E.A., orgs. Introdução: Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: **Antropologia, saúde e envelhecimento** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p.11-24.

OLIVEIRA, B. H. D. et al. Relações entre padrão do sono, saúde percebida e variáveis socioeconômicas em uma amostra de idosos residentes na comunidade: Estudo PENSA. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 851-60, 2010.

PENDER, N. **Health Promotion Model Manual**. Deep Blue, University of Michigan, Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027.42/85350>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

QUINHONES, M. S.; GOMES, M. M. Sueño no envelhecimento normal e patológico: aspectos clínicos e fisiopatológicos. **Revista Brasileira de Neurologia**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 31-42, jan./fev./mar. 2011.

RIOS, L. **Relação entre qualidade de sono e meio socioeconômico cultural: estudo exploratório com idosos de uma comunidade de baixa renda**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2011.

SALCI, M et al. Educação em saúde e suas perspectivas teóricas: algumas reflexões. **Texto e Contexto de Enfermagem**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 224-30, 2013.

SHIN, Y.; YUN, S.; PENDER, N.; JANG, H. Test of the health promotion model as a causal model of commitment to a plan for exercise among Korean adults with chronic disease. **Research in Nursing & Health**, v. 28, n. 2, p. 117-125, 2005.

SIEGEL, J. M. Clues to the functions of mammalian sleep. **Nature**, v.437, p. 1264-1271, 2005.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects: The 2017 Revision**, Key Findings and Advance Tables. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Working Paper No. ESA/P/WP/248, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA NO SUS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MEMÓRIAS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE SAÚDE

LARA SILVA LARANJA

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/CEAM/UnB)
laralaranja@gmail.com*

MAGDA DE LIMA LÚCIO

*Professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP/UnB), do Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/CEAM/UnB)
e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH/CEAM/UnB)
magdadelimalucio@gmail.com*

RESUMO

A construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil provém de uma caminhada longa e árdua, fortemente marcada pela atuação dos movimentos sociais e da interferência da sociedade civil na formulação e na implementação das políticas. No que se refere à gestão, o SUS foi construído a partir da Constituição Federal brasileira de 1988 sustentado em dois principais pilares principiológicos: a descentralização e a institucionalização dos mecanismos de participação social, promovendo uma gestão participativa e democrática. Este artigo resgata o histórico da instauração da gestão participativa e do SUS a partir da análise dos relatórios finais das Conferências Nacionais de Saúde (CNSs) ao longo do tempo. A investigação historiográfica aqui se dá através da análise destes documentos, objetivando criar uma memória da gestão participativa na criação do SUS.

Palavras-chave: Conferência Nacional de Saúde (CNS) ; Sistema Único de Saúde (SUS); participação social; gestão participativa.

ABSTRACT

The construction of a Unified Health System (SUS) in Brazil comes from a long and arduous journey, strongly marked by the action of social movements and the interference of civil society in the formulation and implementation of policies. In terms of management, SUS was built on the basis of the Brazilian Federal Constitution of 1988, based on two main principles: decentralization and the institutionalization of social participation mechanisms, promoting participatory and democratic management. This article recalls the history of the introduction of participatory and democratic management and of SUS from the analysis of the final reports of the National Health Conferences (CNSs) over time. Historiographical research is done through the analysis of these documents, aiming to create a memory of participative management in the creation of SUS.

Key-words: National Health Conference (CNS); Unified Health System (SUS); social participation; participative management.

INTRODUÇÃO

A história do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro muito se confunde com a história da redemocratização brasileira. A construção do SUS provém de uma caminhada longa e árdua, fortemente marcada pela atuação dos movimentos sociais e da interferência da sociedade civil na formulação e implementação das políticas.

Para a visibilidade da instituição de políticas que realmente atendessem a demanda da população, foi imprescindível a consolidação de duas medidas: a descentralização e a participação social. Entende-se que a descentralização e a participação sejam extremamente correlacionadas, uma vez que as experiências dos conselhos e entidades participativas são mais exitosas no município, refletindo o conceito federativo de diversidade na unidade (BERNARDES, 2010; SCHÜTZE, 2009; HUEGLIN, 2015).

A partir do compromisso firmado pelos governantes na Constituição Cidadã, o provimento de serviços e garantias de direitos humanos tidos como fundamentais se insere na lógica de descentralização dos órgãos e das estruturas de poder. Devido às assimetrias regionais de um país tão vasto, pensar as políticas públicas como uniformes para toda a extensão territorial é incorrer em uma homogeneização antidemocrática e antirrepresentativa.

A política de saúde brasileira e a instituição do SUS no Brasil casam com a consolidação de gestão de políticas públicas, principalmente sociais, sempre se revelando como uma instituição que merece destaque e reconhecimento, já que a constituição do SUS se baseia nos princípios de universalização, equidade, integralidade, regionalização, hierarquização, descentralização e participação popular.

Desde a sua cogitação, antes da constituinte de reabertura democrática no país a partir de 1977, o SUS é pensado de forma a garantir a aproximação do usuário do serviço com o seu fornecedor, as três esferas de governo, concentrado no município o papel de maior interlocutor dos anseios sociais da formulação das políticas de saúde.

A construção do SUS foi gradual, fruto das lutas dos movimentos sociais que movimentaram a história política brasileira. Neste sentido, as Conferências Nacionais de Saúde (CNSs) se apresentam como a primeira medida institucionalizada para discussão colaborativa e participativa das diretrizes de saúde brasileiras.

É com este propósito que o presente artigo intenta demonstrar o histórico da instauração da gestão participativa e do Sistema de Saúde brasileiro, a partir da análise dos relatórios finais obtidos ao fim das CNSs ao longo do tempo. A investigação historiográfica aqui se dá através da análise destes documentos, objetivando criar uma memória da gestão participativa na criação do SUS.

1. Os caminhos democráticos: o SUS e a gestão participativa

Em países como o Brasil, em que a retomada da democracia após o regime totalitário é recente, a construção da democracia é feita a partir da participação, principalmente pelo contexto histórico-político de construção de identidades e de luta dos movimentos sociais. (NOGUEIRA, 2015).

A participação social interfere diretamente na Administração Pública na concepção mutante, e coletiva, de interesse público na prática. Para Santos (2014), a participação na Administração se trata de direito fundamental, com perfil de direito político. A democracia, traço fundamental do Estado Democrático de Direito brasileiro, é a base fundamental e se desdobra, na esfera da

Administração Pública, na participação administrativa, apesar de muitas vezes não ser arrolado como princípio do direito administrativo. Apesar dos esforços de incluir a participação na organização estatal, é incontestável que o maior marco seja a Constituição de 1988.

O Estado Democrático de Direitos se faz com a atuação popular, desde a escolha de seus governantes até a segurança da manutenção dos direitos fundamentais do povo, elemento necessário e constituinte do Estado.

Partindo-se da premissa de que “o Estado se diferencia das demais instituições por realizar direitos na forma de serviços” (LUCIO et al., 2015, p. 152), pode se dizer que o Estado é o ator que garante, ou que é responsável por garantir, pelo menos os direitos mínimos que asseguram a dignidade da pessoa humana aos seus cidadãos. Neste sentido, apesar da grande gama de atores envolvidos na concretização da saúde como ação pública, entende-se que o Estado e, por conseguinte, a gestão, é o ator executor das políticas públicas.

Antes da criação do SUS, o acesso não era equânime, e muito menos era compreendido como um dever que o Estado deveria prover (SANTOS, 2009). Da grande extensão de direitos fundamentais arrolados pelo texto constitucional de 1988, o direito à saúde é o que ganha cada vez mais relevo. Demanda antiga da população, a criação de um sistema que garantisse acesso universal à saúde se consolida como instrumento normativo na CF/88, gerando uma estrutura referenciada no mundo.

O direito à saúde se posiciona como elemento garantidor da democracia, fruto de uma luta histórica, ainda existente e constante. A forma de estruturação do SUS e seu funcionamento ocupam, assim, elementos essenciais de debate acerca da efetivação da democracia e proteção dos direitos humanos no país.

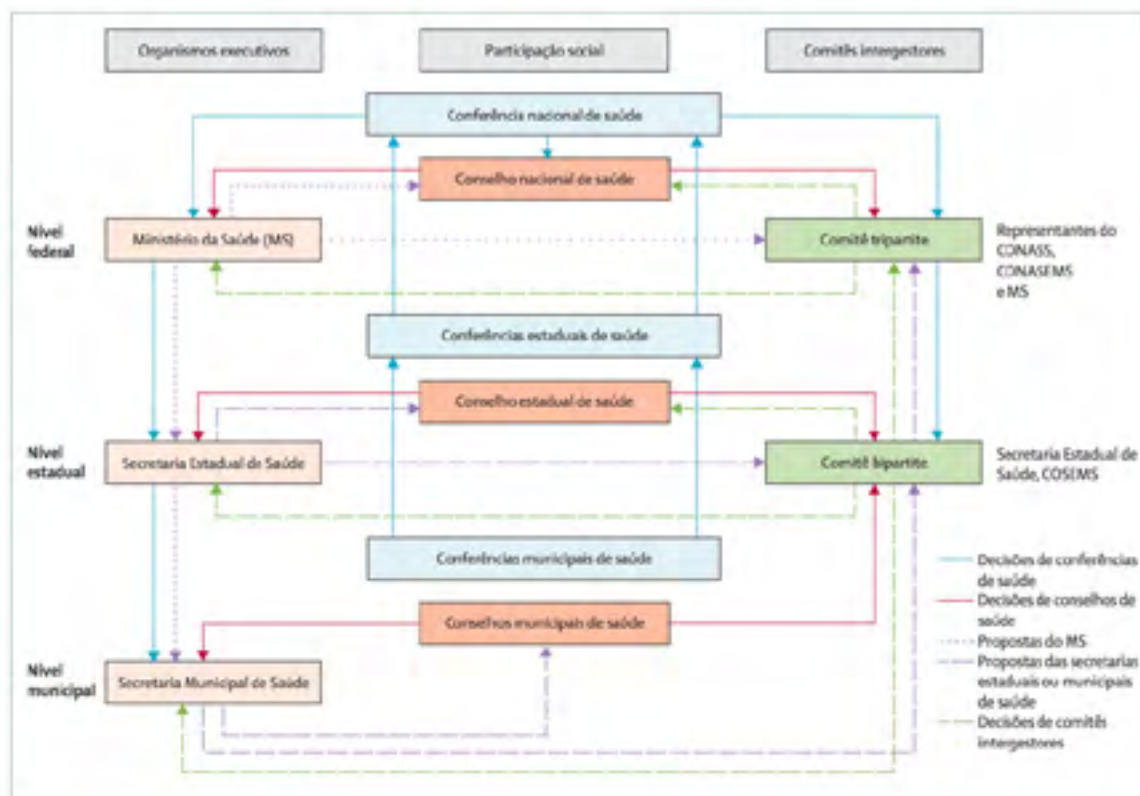
Desde o princípio da sua estruturação, antes da constituinte de reabertura democrática no país de 1986, o SUS é pensado de forma a garantir a aproximação do usuário do serviço com o seu fornecedor, as três esferas de governo, concentrando no município o papel de maior interlocutor dos anseios sociais da formulação de políticas de saúde.

Sua construção decorre de três marcos legislativos base: a Constituição Federal de 1988, que trata do direito à saúde e dos preceitos mínimos da organização da saúde brasileira entre os artigos 196 e 200; a Lei nº 8.080/90, que versa sobre a organização e as formas de promoção da saúde; e a Lei nº 8.142/90, que dispõe sobre a participação social e da transferência intergovernamental dos recursos financeiros. É na Constituição Cidadão que o SUS é criado, possibilitando “a oportunidade de efetivar um sistema integrado e gratuito que cuida da prevenção, promoção, cura e reabilitação da saúde, fortalecendo a cidadania” (BRASIL, 2011, p. 07). O SUS, desde a CF/88, representa uma estrutura complexa que tem como pilares a descentralização, a participação, a universalidade e a integralidade dos serviços prestados.

A chegada do SUS altera o paradigma de saúde para poucos, perseguindo um conceito de saúde universal, gratuito e integral. Apoiar-se primeiramente na atenção básica (MAPELLI JUNIOR, 2015). O pilar central do modelo de promoção da saúde é entender as necessidades e as demandas da população para quem o serviço será prestado, avaliando, assim, que cada região possui sua particularidade, sua cultura, sua condição sociopolítica, e suas necessidades diferentes das outras (BRASIL, 2009a).

Com o advento da Lei nº 8.142/90, foram legalmente instituídas esferas colegiadas de participação da comunidade. Cada nível de governo conta com uma Conferência de Saúde e com um Conselho de Saúde. A estrutura do SUS, focada nos mecanismos de participação, pode ser representada como no organograma apresentado a seguir:

Figura 1. Formulação de políticas e participação na ação pública de saúde.



Fonte: PAIM et al., 2011, p. 11).

A participação popular e dos usuários do SUS deve se relacionar diretamente com a descentralização da política de saúde, já que promove a aproximação entre o gestor e aquele que desfruta do sistema, traduzindo o controle social (SANTOS, 2009).

O viés participativo dos espaços deliberativos do SUS se fazem importantes pelo o seu caráter experimental de sucesso, mesmo que ainda não perfeito. O que se acredita é que a existência dessas instâncias, como mecanismos de deliberação conjunta e participativa, faz com que essas possuam caráter deliberativo por si só, por suas competências serem delegadas pelo ordenamento jurídico, o que atua positivamente na construção descentralizada e participativa da rede interfederativa do SUS.

A composição dos Conselhos e das Conferências de Saúde é definida pela Lei nº 8.142/90, com representação paritária dos usuários em relação aos demais componentes. Além, cada conselho e cada Conferência possui seu próprio regimento, dispendo sobre suas regras de funcionamento e de organização.

As Conferências de Saúde, estabelecidas nos diversos níveis federativos, são instâncias mais participativas que os Conselhos de Saúde instituídos em seus níveis federativos, que por sua vez se estabelecem de forma mais participativa que as Comissões Intergestores de Saúde.

A estrutura de gestão participativa do SUS é coordenada de forma a assegurar uma ampla discussão das matérias de planejamento, financiamento, ações, serviços e gestão de forma compartilhada com diversos atores sociais, sendo eles governamentais ou não.

O SUS, como sistema que assegura a proteção de um direito social fundamental, tem como filosofia gestonária a gestão participativa, pautada na intenção dos atores sociais diversos, e por muitas vezes não componentes do governo. “Por gestão participativa, entende-se a estratégia transversal que busca legitimidade às ações do governo, de forma a assegurar a inclusão de novos atores políticos e possibilitar a escuta das necessidades por meio de interlocução com os usuários e entidades da sociedade” (MARINHO, 2015, p. 130).

O grande avanço em termos da gestão participativa foi a inclusão dos espaços híbridos e da participação no ordenamento legal, principalmente no texto constitucional, transformando principalmente a atuação do poder local (municipal). Primeiramente, o município ganha mais autonomia, envolvendo, por exemplo, comunidades no processo de deliberação das políticas sociais, ampliando a gestão democrática (AVRITZER; PEREIRA, 2005).

Nas Conferências de Saúde, realizadas quadrienalmente, cria-se um espaço de representatividade popular, com a presença de diversos setores sociais, com paridade nas discussões. Porém a deliberação representativa que as conferências se propõem não se concretiza, uma vez que aquelas não possuem caráter vinculativo (MARINHO, 2015).

Neste contexto, é inegável a força de constituição das diretrizes das políticas de saúde que foram elaboradas a partir das Conferências Nacionais de Saúde. Ao longo do século XX, e ainda se perpetuando pelo século XXI, as CNSs desempenham papel fundamental na construção deste SUS concebido como democrático, participativo e descentralizado.

2. O histórico da gestão participativa a partir dos relatórios das Conferências

O histórico das Conferências Nacionais se inicia no governo Vargas, especificamente em 1941, com a 1ª Conferência Nacional de Saúde. Desde a Constituição de 1988, as Conferências Nacionais de Saúde e Assistência Social ganharam status constitucional, e o rol de Conferências Nacionais cresceu vertiginosamente desde o primeiro governo Lula, indicando uma orientação voltada para a participação, tornando-se a principal estratégia participativa do governo federal (AVRITZER, 2012). No mesmo caminho, Progrebinschi e Samuels (2014) colocam que diversas organizações de sociedade civil atuaram positivamente na implementação de mecanismos de participação na Constituição de 1988, que foram ampliados em quantidade e qualidade, principalmente na esfera federal, com as Conferências Nacionais de Políticas Públicas, desde 2003.

Em 1937, foram instituídas as Conferências Nacionais de Educação e Saúde, por intermédio da Lei nº 378/37 – que reorganizou o Ministério da Educação e da Saúde Pública (MES) –, como forma do governo federal, na ocasião comandado por Getúlio Vargas, tomar ciência das ações promovidas pelos estados nestas áreas. A acessibilidade dessa conferência era só permitida aos órgãos governamentais e sua previsão era de encontros bianuais. Assim, a 1ª CNS foi realizada em 1941, organizada pelo MES. Teve como temática a organização sanitária estadual e municipal, as campanhas nacionais contra a hanseníase e a tuberculose; o desenvolvimento dos serviços básicos de saneamento; e o plano de desenvolvimento da obra nacional de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. A conferência não versou sobre o tema da participação (BRASIL, 1941).

Já a 2ª CNS, que não possui registro de relatório final, realizada no fim do governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1950, teve como objetivo “analisar ‘Pontos de vista dominantes entre os Sanitaristas’, pretendia construir uma compreensão sobre os problemas sanitários compartilhada entre gestores estaduais e os do nível federal” (BRASIL, 2009b, p. 12-13). Não foi possível verificar se houve a abordagem da temática participação na Conferência pela falta

de relatório e por não conter nenhuma menção em documentos e estudos correlatos. Em 1953, ocorre a separação do MES, com a criação do Ministério da Saúde e a instauração da Lei nº 2.312/54, que dispunha sobre diretrizes da política sanitária e culminou, em 1961, no Código Nacional de Saúde (BRASIL, 2009b).

A 3ª CNS, de 1963, trouxe uma leve ampliação de seis atores: governantes, da esfera federal, estadual e territorial, poderiam ser acompanhados de assessores técnicos. A temática versava sobre a análise das condições sanitárias locais e da reorganização do sistema de saúde, já pautando perspectiva de descentralização das competências das esferas de governo trazendo perspectivas da construção de um plano nacional de saúde. Não há qualquer menção sobre participação no relatório final da Conferência. Com o golpe militar, ocorrido no ano seguinte, as deliberações não foram acatadas, mas incentivou o debate de diversos setores na década de 1970 (BRASIL, 2009b).

As Conferências realizadas no período do regime militar retomaram os aspectos técnicos das reuniões, com a participação de especialistas e de membros do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência Social e Assistência Social (MPAS), dos estados e dos territórios. A 4ª CNS de 1967 debateu os recursos humanos para a área de saúde, e contou com um painel internacional que teve a presença da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). A Conferência reuniu acadêmicos, autoridades e profissionais da saúde para “os educadores se tornarem mais sanitaristas e os sanitaristas se tornarem mais educadores” (BRASIL, 1967, p. 13).

A 5ª Conferência, de 1975, abrangeu cinco temas centrais, destacando-se a criação de um Sistema Nacional de Saúde (Lei nº 6.229/75); a implementação de programas de saúde com públicos específicos e a criação do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. Compunham a Conferência, além das autoridades e dos técnicos, membros do Conselho de Desenvolvimento Social, com representação dos ministérios atuantes na área social e dos de Planejamento e Fazenda. No que tange o quesito participação, identificou bloqueio à “falta de informação adequada e mecanismo institucionais que possibilitem o reconhecimento das necessidades básicas da população” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1975, p. T I 1).

A 6ª CNS, realizada em 1977, teve como tema a “avaliação e análise de estratégias de implantação de programas governamentais” (BRASIL, 2009b, p. 14). Retomou o debate sobre a construção de uma política nacional de saúde e trouxe à tona as demandas sociais que cobravam a democratização nos processos decisórios. Acerca da ampliação de atores nas Conferências e na gestão da saúde pública:

O âmbito em matéria de saúde é tão amplo, que a sua abordagem pressupõe uma atenção do Estado nos distintos setores da população, dentro ainda da consciência de que os problemas de saúde pública só podem ser resolvidos plenamente com a participação do Estado e de toda a população, das classes intelectuais, dos trabalhadores, dos professores, dos estudantes, do setor empresarial e da comunidade em sua mais ampla concepção. Vem a propósito a frase lapidar do Ministro Paulo de Almeida Machado: Saúde Pública se faz com o povo e para o povo” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1977, p. T II 2).

A 7ª Conferência, de 1980, debateu a extensão das ações de saúde através dos serviços básicos, com o principal debate a implementação de um Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (Prev-Saúde), possibilitando a discussão de um sistema de saúde amplo e que pudesse ter cobertura universal. Destaca-se que uma das conclusões apresentadas no relatório final incita a inclusão de representantes da população. Conclui:

Acordo em que a população brasileira, destinatário final das ações do programa, ainda não participa de seu processo decisório, devendo porém fazê-lo na medida em que for levada a se incorporar à prática ações ao mesmo tempo inerentes, desse modo podendo representar fator dominante para que alcance suas finalidades. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1980, p. 217)

O presidente da Comissão Organizadora da 8ª CNS foi Sergio Arouca, um dos líderes do Movimento da Reforma Sanitária. Realizada em 1986, tinha três eixos temáticos: saúde como direito; reformulação do SNS; e financiamento da área. Pré-constituente, relatou como vontade, com texto bem semelhante ao texto constitucional por vir, o estabelecimento da saúde como direito e de um Sistema Único de Saúde, pautado, sob o aspecto organizacional, na descentralização da gestão, na regionalização e hierarquização das unidades prestadoras de serviços, o destaque do papel do município e a participação da população (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986; BRASIL, 2009b).

Será construído um novo Conselho Nacional de Saúde, composto por representantes dos Ministérios da área social, dos governos estaduais e municipais e das entidades civis de caráter nacional, como partidos políticos, centrais sindicais e movimentos populares, cujo papel principal será o de orientar o desenvolvimento e avaliar o desempenho do Sistema Único de Saúde, definindo políticas, orçamento e ações.

Deverão também ser formados Conselhos de Saúde em níveis local, municipal, regional, estadual, compostos de representantes eleitos pela comunidade (usuários e prestadores de serviço), que permitam a participação plena da sociedade em planejamento, execução e fiscalização dos programas de saúde. Deverá ser garantida a eleição das direções das unidades do sistema de saúde pelos trabalhadores desses locais e pela comunidade atendida (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 17-18).

A 9ª CNS, realizada em 1992, primeira pós CF/88 e pós Lei nº 8.142/90, teve como tema “municipalização a caminho”, com 253 deliberações e recomendações, ressaltando a necessidade, e vontade, de descentralização da gestão, evidenciando o papel protagonizado pelos municípios, o fortalecimento das Conferências Estaduais e Municipais, e de outros mecanismos de participação do SUS e o pedido de extinção do INAMPS (Instituto de Assistência Médica da Previdência Social), que aconteceu no ano posterior à Conferência. O item 6, que versa sobre o controle social, foi o espaço de discussão que deliberou e recomendou sobre os aspectos da participação, principalmente sobre a instauração de conselhos e conselhos gestores, reafirmando que “torna-se indispensável a implementação e o fortalecimento dos mecanismos de controle social já existentes” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1992, p. 33).

Em 1996 ocorre a 10ª CNS, como seis eixos temáticos, que gerou 362 resoluções. Teve como temas: saúde, cidadania e políticas públicas; gestão e organização dos serviços de saúde; implantações do SUS; controle social na saúde; financiamento na saúde; recursos humanos para a saúde; e atenção integral à saúde.

51. O Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e os Conselhos de Saúde devem estudar, estimular e implantar formas inovadoras e alternativas de gestão democrática, participativa e sob controle social para a contínua modernização da prática gerencial das unidades e serviços de saúde e para o aperfeiçoamento do SUS. (...)

52. O Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde devem gerir o SUS de forma colegiada, com instrumentos de articulação entre os diferentes setores do Governo e com a participação da sociedade. Também deve ser consolidado um sistema de co-gestão pública entre União, os estados e os municípios, implantando o planejamento interinstitucional, orçamentário e financeiro, com controle social, para garantir o funcionamento e implantação do SUS (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1996, p. 30).

A 11ª CNS, de 2000, teve como tema central “acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social, gerando 296 proposições.

Os participantes da 11ª Conferência Nacional de Saúde entendem que houve avanço significativo no Controle Social do SUS nos últimos anos, como fruto de intensas mobilizações e lutas, o que contribuiu para a melhoria do acesso, da qualidade e da humanização na atenção da saúde. OS Conselhos Municipais de Saúde são os mecanismos de controle social que mais avançaram na aproximação com as necessidades e demandas dos cidadãos (BRASIL, 2001, p. 44).

São listados como desafios: “1: Instituir um sistema público de saúde democrático, onde as prioridades sejam definidas de forma participativa, com instrumentos de Controle Social como o Ministério Público e os Conselhos de Saúde, no contexto das políticas de Estado Mínimo do atual governo” (BRASIL, 2001, p. 53), e “7. Criar mecanismos para que cada cidadão possa exercer seu papel de fiscalização dentro das políticas públicas na sociedade” (*Ibidem*, p. 54).

A 12ª CNS, realizada em 2003, com o tema “saúde direito de todos e dever do Estado, o SUS que temos e o SUS que queremos”, gerou 723 diretrizes acerca dos dez subtemas discutidos e contou com 3.100 conferências municipais e 27 estaduais preparatórias à etapa nacional. São dadas 54 recomendações acerca da participação social no SUS, que contribuem para o fortalecimento da gestão participativa e do controle social. Há um enfoque nos conselhos de Saúde, das Conferências de Saúde, bem como a implementação de outros mecanismos de estreitamento de laços da gestão do SUS com a comunidade. Essa concentração se encontra entre as páginas 102 e 112 do documento (BRASIL, 2004; BRASIL, 2009b).

A 13ª CNS, de 2007, precedida por 4.413 conferências municipais e 27 estaduais, teve como tema “saúde e qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento”, com três eixos temáticos, gerando 691 resoluções e 157 moções. Traz no Eixo III o quesito “A Participação da Sociedade na efetivação do Direito Humano à Saúde”, e no relatório final consolida a vontade de

10. Promover uma ampla avaliação do processo de participação e controle social do SUS, em todas as esferas de gestão, de forma a aperfeiçoar a participação social na gestão do sistema, inovando estratégias e práticas e consolidando a relação entre Estado, Governo e sociedade civil na co-responsabilização pela produção da saúde coletiva. Tal avaliação deve incluir as conquistas, dificuldades, distorções e os desafios de conselhos, conferências e outras modalidades de participação e deve ter como perspectiva a consolidação da Gestão Participativa do SUS (BRASIL, 2008, p. 176).

A 14ª CNS, ocorrida em 2011, teve o tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública e Patrimônio do Povo Brasileiro”, precedida por 4.374 conferências municipais e 27 estaduais, com 343 propostas aprovadas. As propostas aprovadas na 14ª CNS que constam sobre o tema são: a) Diretriz 2: gestão participativa e controle social sobre o Estado; Diretriz 12: construir política de informação e comunicação que assegure gestão participativa e eficaz ao SUS (BRASIL, 2012).

A 15ª CNS ocorreu em novembro de 2015 e teve como tema “Saúde Pública de Qualidade para cuidar Bem das Pessoas”, porém ainda não disponibilizou o seu relatório final.

As CNSs representam um passo importante para a construção de um modelo de prestação de serviços de saúde democrático e cada vez mais participativo. Se, no primeiro momento, tentou-se criar políticas que integrasse uma forma de combate às epidemias que se alastravam no território brasileiro, entendendo, também, a capacidade sanitária dos Estados-membros, as novas Conferências se pautaram na discussão de caminhos para se efetivar a integralidade de saúde, guiando-se pela qualidade das políticas de saúde, e de ampliação dos espaços de participação e de gerenciamento da descentralização da saúde.

Considerações Finais

A criação de um Sistema de Saúde público brasileiro que ofereça um serviço integral tem na sua filosofia de gestão e de funcionamento a descentralização e a participação. A sua forma de gestão baseada na pactuação já reforça seu caráter inclusivo e negociado, de abrangência da comunicação entre atores.

Trazer a análise a partir das Conferências, conhecidas por suas plenárias que abarcam a diversidade, é trazer o espaço híbrido que mais tem pluralidade de atores, respeitando os princípios da democracia e da representação do Estado Democrático de Direito.

É possível identificar que os temas foram ficando cada vez mais diversos, e que a preocupação com a forma descentralizada de gestão do SUS e a participação foram tomando protagonismo nas discussões. Por quase metade destas conferências, o acesso à população foi restrito, e ampliado de forma gradual à técnicos, profissionais e usuários.

É perceptível a abertura democrática e a importância desses espaços de participação dentro das políticas de saúde e como foi estabelecida de forma gradual. Neste contexto, é inegável que a 8ª CNS foi um ponto de inflexão para a construção do SUS, com viés democrático.

Apesar dos relatórios finais só serem compostos de recomendações, sem caráter vinculante, é perceptível que as discussões ocorridas no âmbito das CNSs se propagam nas decisões tomadas acerca das políticas de saúde.

Participação social e gestão participativa são temas recorrentes debatidos nas Conferências, dada a sua relevância, e revela a vontade e a necessidade de ampliação de mecanismo de participação ativa no SUS.

As discussões estabelecidas nas Conferências refletem na construção da rede de saúde que ainda se aperfeiçoa para a manutenção do SUS, pautado na descentralização e na participação. A entrega de um serviço de qualidade que se oriente a partir da vontade e da demanda da população só é possível com a atuação ativa da cidadania do povo e da ampliação dos mecanismos de participação e de escuta desta população.

Referências

AVRITZER, Leonardo. **Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Texto para discussão 1739. IPEIA, Rio de Janeiro, maio de 2012.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. **Democracia, participação e instituições híbridas**. In TEORIA & SOCIEDADE. Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia - UFMG) - Belo Horizonte, número especial, maio de 2005.

BERNARDES, Wilba Lúcia Maia. **Federação e federalismo: uma análise com base na superação do Estado Nacional e no contexto do Estado Democrático de Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **1ª Conferência Nacional de Educação e 1ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Educação e Saúde, 1941.

_____. **Anais da IV Conferência Nacional de Saúde**. Realizada na Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, Rio de Janeiro no período de 30 de agosto a 4 de setembro de 1967. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anais_4_conferencia_nacional_saude.pdf. Acesso em: 06 de nov. de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **11ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília 15 a 19 de dezembro de 2000: o Brasil falando como quer ser tratado: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção da saúde com controle social: relatório final. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **12ª Conferência Nacional de Saúde**: Conferência Sergio Arouca: Brasília: 7 a 11 de dezembro de 2003: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª conferência Nacional de Saúde**: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS**. 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009a.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **As Conferências Nacionais de Saúde**: Evolução e perspectivas. – Brasília: CONASS, 2009b.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 1. Brasília: CONASS, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório final da 14ª Conferência Nacional de Saúde**: todos usam o SUS: SUS na seguridade social: Política pública, patrimônio do povo brasileiro. – Brasília, Ministério da Saúde, 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. **I Conferência Nacional de Saúde**. Relatório Final. Ministério da Saúde, 1975.

_____. **VI Conferência Nacional de Saúde**. Ministério da Saúde. Brasília, 1 a 5 de agosto de 1977.

_____. **Anais da 7ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília. Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1980. 280 p. Local de Realização: Palácio Itamaraty, Brasília, DF.

_____. **Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. 17 a 21 de março de 1986.

_____. **IX Conferência Nacional de Saúde**. Relatório final. Brasília-DF, 9 a 14 de agosto de 1992.

_____. **Relatório final da 10ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília-DF, 2 a 6 de setembro de 1996. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

HUEGLIN, Thomas Otto. **Comparative federalism**: a systematic inquiry. University of Toronto Press, 2015.

LUCIO, Magda de Lima; DAROIT, Dorian; BESSA, Luiz Fernando Macedo; MADURO-ABREU, Alexandre. Sentidos e Significados de se Planejar Estrategicamente nas Organizações Públicas – Planejamento Estratégico Sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. **Revista NAU Social** – v.5, n.9, p. 151-160. Novembro 2014/ Abril 2015.

MAPELLI JÚNIOR, Reynaldo. **Avanços e desafios do SUS na atualidade**. CONASS. Coleção Para entender a Gestão do SUS – 2015.

MARINHO, Paulino da Silva. **Gestão Participativa nas políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Saúde: principais componentes e desafios**. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. Brasília, v. 4, n. 1, jan/mar. 2015. p. 120-142.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Democracia participativa**. In GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). Dicionário de políticas públicas. 2. ed. - São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

PAIM, Jairnilson; TRAVASSOS, Claudia; ALMEIDA, Celia; BAHIA, Ligia; MACINKO, James. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. In The Lancet. Saúde no Brasil - maio de 2011.

POGREBINSCHI, Thamy; SAMUELS, David. **The Impact of Participatory Democracy**. Evidence from Brazil's National Public Policy Conferences. Comparative Politics, (pp. 313-332). April 2014.

SANTOS, Edirlei Machado do. **Gestão participativa: estratégia de consolidação do sistema único de saúde**. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 30, n. 2, p. 107-112, jul./dez. 2009.

SANTOS, Fábio Gomes dos. **Participação na administração como direito fundamental**. Revista digital de direito administrativo, v. 1, n. 2, p. 436-453, 2014.

SCHÜTZE, Robert. **From Dual to Cooperative Federalism**. The Changing Structure of European Law. Oxford University Press, 2009.

SAÚDE COLETIVA E TUBERCULOSE: DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE**LUISY SOARES MELCHIADES***Mestranda do Programa de Políticas Sociais - UENF**luisy_s.m@hotmail.com***JOSEANE DE SOUZA***Professora do Programa de**Pós-Graduação em Políticas Sociais-UENF**joseanedesouza.souza@gmail.com***RESUMO**

Ao analisar a temática da inequidade em saúde e o estudo da determinação social da saúde, é possível observar que a tuberculose se constitui como um problema de saúde pública ainda nos dias de hoje. Nessa perspectiva, a questão central do trabalho pode ser expressa a partir da seguinte pergunta: os sujeitos que contraem tuberculose possuem condições socioeconômicas semelhantes? Os determinantes sociais que se apresentam na vida do sujeito que contrai tuberculose relacionam-se diretamente com seus modos e condições de vida, portanto observa-se que a incidência desta doença na população negra é 2,2 vezes maior do que na população geral. Para contribuir com o trabalho, serão buscadas informações sobre os pacientes que se trataram na Clínica de Tisiologia do Hospital Ferreira Machado – Campos dos Goytacazes entre maio de 2014 e junho de 2015 pois é onde ocorre o tratamento da tuberculose em caráter de internação.

Palavras-chave: Determinantes Sociais. Tuberculose. Inequidade. Saúde. Políticas.

ABSTRACT

When analyzing the issue of health inequity and the study of social determination of health, it's possible to observe that tuberculosis constitutes a public health problem still today. From this perspective, the central question of the work can be expressed from the following question: Do people who contracted tuberculosis have similar socioeconomic conditions? The social determinants that present themselves in the life of the subject that contracts tuberculosis are directly related to their ways and conditions of life, therefore it is observed that the incidence of this disease in the black population is 2,2 times higher than in the general population. To contribute to the work, we will seek information about the patients who were treated in the "Clínica de Tisiologia" of Hospital Ferreira Machado in Campos dos Goytacazes between may 2014 and june 2015 because is the place where treat the tuberculosis with hospitalization.

Key-words: Social Determinants. Tuberculosis. Inequity. Health. Policies.

INTRODUÇÃO

A tuberculose é uma das doenças mais antigas do mundo, firmando-se como uma das maiores causas de óbito por doenças infectocontagiosas em adultos. De acordo com Fraga (2002, S/P) cerca de “35 a 45 milhões de pessoas [...] infectadas, pelos bacilos e cerca de 100 mil casos novos e 4 a 5 mil mortes de tuberculose ocorram anualmente”. Essa patologia e as observações a respeito das características inerentes aos seus condicionantes, nos remeteu à discussão teórico-conceitual de determinação social do processo saúde - doença. Ao avançar para além de questões físico-biológicas, esse conceito parte de evidências de que a saúde é determinada socialmente, o que explica a incidência de certos grupos sociais com maiores possibilidades de serem infectados ou obterem determinadas doenças, em especial a tuberculose.

Enquanto estagiária do Serviço Social inserida na Clínica de Tisiologia Dr. Décio Lobo de Azevedo, no Hospital Ferreira Machado, em Campos dos Goytacazes/RJ, foi possível observar, constatar e sistematizar os aspectos sociais inerentes aos usuários internados no setor, o que provocou nos planos teórico, ético-político e técnico operativo, a construção deste trabalho.

Portanto, a utilização dos autores para o referido trabalho, pautou-se nas variáveis identificadas através da experiência de estágio articulada às categorias analíticas que foram se apresentando como relevantes ao tema, tais como: saúde, Serviço Social na saúde, tisiologia, população carcerária, uso de drogas, população em situação de rua, etc.

A justificativa para elaboração deste trabalho, baseou-se no interesse pessoal com o tema “tuberculose” e a escassez de trabalhos acadêmicos/científicos sobre a determinação social da saúde vinculada à tuberculose e, construída a partir do lugar do olhar do Serviço Social.

Sua relevância está pautada essencialidade deste debate conceitual para o Serviço Social que visa, a qualificação teórica e metodológica das ações profissionais dos assistentes sociais que atuam na área da saúde. Neste sentido, torna-se imprescindível apontar essa relação a fim de ampliar as estratégias que resultam na atuação profissional.

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é demonstrar a determinação social da saúde para que se possa compreender porque as doenças ainda se mantêm presentes na sociedade mesmo com uma política de controle estruturada, no caso, a tuberculose. Para ajudar nessa compreensão, objetiva-se analisar e descrever as condições socioeconômicas (determinantes sociais) de sujeitos que contraíram tuberculose para compreender porque esta doença, uma das mais antigas do mundo, ainda hoje se mantém presente como um problema de saúde pública.

JUSTIFICATIVA

O estudo sobre essa temática justifica-se pelo interesse pessoal com o tema “tuberculose” a partir do estágio curricular durante a graduação. Justifica-se o levantamento proposto sobre os pacientes internados no Hospital Ferreira Machado por ser o hospital responsável em Campos dos Goytacazes de tratar em caráter de internação os sujeitos com tuberculose que se encontram bacilíferos (estágio avançado da doença quando o sujeito a transmite).

Nessa perspectiva, o conhecimento proporcionado pelas informações a serem obtidas é de grande relevância para os estudos interdisciplinares e contribui para se pensar em medidas preventivas de saúde a partir da elaboração de políticas públicas uma vez que o tratamento da tuberculose exige a proteção das condições de vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (Commission on Social Determinants of Health), existem diferenças (desigualdades) entre e dentro dos países, deste modo, “uma menina nascida hoje pode esperar viver mais de 80 anos caso nasça em alguns países, mas menos de 45 se nascer noutros” (OMS, 2010, S/P). Estas desigualdades estruturais e/ou conjunturais influenciam significativamente na vida dos sujeitos, mediante seus modos de vida: como se relacionam com outros, onde e como vivem e trabalham.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a determinação social da saúde possui uma ligação direta com a esfera política quando é possível observar suas interferências (a partir das mudanças de gestão) na oferta de serviços e nas condições de trabalho dos profissionais que atuam na área da saúde. Portanto é possível relacionar o grau de desenvolvimento de um determinado país a ser medido pelos índices de saúde, por exemplo. De acordo com as ideias de Bresser-Pereira, em um país, sobre seu desenvolvimento, o crescimento da produtividade depende não só da acumulação do capital, mas também de investimento unido ao progresso técnico que por sua vez, dependem da qualidade das instituições formais e informais (políticas, leis, práticas sociais). Ou seja, quando a sociedade é capaz de conformar essas instituições e políticas, há aumento da probabilidade que as taxas de desenvolvimento sejam mais altas (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.2).

As discussões que perpassam os significados de saúde e doença são analisados a partir do contexto histórico, social, cultural e econômico de um país. No Brasil, entre as décadas de 1930 e 1990, quatro conceitos de saúde foram evidenciados, o mais recente é o da determinação social, tido como resultado da Reforma Sanitária Brasileira e conseqüentemente a criação do SUS bem como as conquistas sociais presentes na Constituição Federal de 1988, com a definição de saúde como:

Direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, S/P).

A partir do exposto, compreende-se que a doença é construída socialmente, ou seja, o modo de produção capitalista instaurado na sociedade contribui para o adoecimento dos sujeitos e, cada sujeito ou grupo social, de acordo com sua posição social e modo de vida tem uma maior ou menor exposição a alguns fatores, tidos como determinantes do processo saúde-doença.

Fahel (2007) considera que, a determinação das condições de saúde, possui caráter multidimensional, ou seja, extrapola a condição material à medida que os determinantes interagem e influenciam na vida dos sujeitos de geração em geração. Logo, a desigualdade em saúde baseia-se no fato de que existem, desigualdades no acesso, na compreensão e nas formas de lidar com a saúde, diferindo-se entre sujeitos de grupos sociais com condição socioeconômica, gênero, idade, raça, etnia e território distintos.

As iniquidades que se mantêm no acesso aos serviços de saúde, contribuem para a manutenção das desigualdades encontradas nas populações vulneráveis. Entretanto, de que maneira é possível compreender essa questão no Brasil, se um dos princípios do Sistema Único de Saúde é a equidade? Há um esforço para que esta se efetive mediante (outro princípio) a universalização, mas, como a estrutura social, política e econômica se mantêm, é difícil obter êxito.

Compreende-se que a doença é construída socialmente, e, portanto é possível observar que há incidência de alguns perfis de certos grupos sociais sobre algumas doenças. Porém, é importante destacar que, o estudo dos determinantes sociais traz implícita a concepção de que os determinantes vão além do condicionamento, eles determinam a condição de saúde do indivíduo, porém aliados a uma série de outros fatores que únicos e isolados não têm poder de determinar uma condição geral de saúde.

Segundo Navarro (2008, S/P), há grande diferença no que tange a perspectiva de vida de cada país, sendo estes, diferenciais e discrepantes. Não somente comparando país com país, mas o autor pontua que as desigualdades socioeconômicas aparecem independentemente de sua condição político-econômica: desenvolvido ou subdesenvolvido. Um dos exemplos que ele utiliza quando trata dessa questão, é uma comparação entre dois sujeitos, com realidades diferentes no que se refere a sua condição social e sua saúde: um indivíduo da classe trabalhadora que vive em Glasgow tende a ter uma vida útil cerca de 28 anos a menos que um indivíduo com renda superior que vive na Escócia, ou, um jovem africano tende a ter maiores chances de morrer de uma doença cardiovascular que um jovem branco americano, por exemplo.

Pensa-se na complexidade em conceituar a saúde e também compreender os fatores que tendem a determinar a efetivação ou não da mesma. Essa determinação pode ser medida por estudos vinculados aos modos de vida, trabalho e vivências tanto individuais quanto coletivas.

A partir do momento que há a afirmação que a desigualdade social reflete diretamente na saúde da população e não somente ela, mas as iniquidades sociais são necessárias para compreender esse processo, buscando a reflexão a respeito de questões, tais como: o que determina a saúde das pessoas? Porque é importante discutir determinantes sociais? Para além da conceituação e a relação de tais determinantes com a saúde, vale ressaltar que se trata de uma discussão que, no geral, apresenta uma relação intrínseca entre a saúde e a esfera social. Portanto, afirma-se que a condição de saúde e a qualidade de vida dos sujeitos são socialmente determinadas. Essa análise nos permite uma visão totalizadora da estrutura social, pois sem este olhar, não é possível compreender a temática.

A partir de então, o estudo sobre saúde e doença se estende a outras áreas, pois a análise da saúde não pode ser unilateral. O conceito ampliado de saúde juntamente à análise de seus determinantes sociais amplia as possibilidades de construir indicadores e ações eficazes no que tange ao controle de doenças na sociedade.

Neste âmbito, Teixeira (2010, p.58) aponta algumas problemáticas do setor saúde relacionada à política e a primeira ideia é a afirmação de que a conquista de direitos formais a uma população não deve nunca ser considerada algo pouco ou desprezível ao mesmo tempo em que aponta o Sistema Único de Saúde como algo menos que parcial e que seria “agora”, que o Brasil alcançou um patamar mínimo de avanço social. O autor considera que este sistema apresenta pontos que poderiam contribuir para o desenvolvimento das condições de saúde no Brasil, mas que são cumpridos erroneamente.

Entretanto Silva *et. al.* (2009, p. 424) destaca que, apesar de todas as dificuldades existentes na execução das ações de saúde, a atenção primária apresentou avanços significativos e, aponta a partir de então, alguns fatos, utilizados como exemplo e que podem ser considerados como determinantes.

O primeiro fato diz respeito a uma determinação geográfica que contribui por exemplo, para que “residentes nas regiões de periferia e favelas parecem mais suscetíveis a lesões por armas

e à morte por causas externas” (p.425). O segundo fato determinante trata-se da ausência de saneamento básico no entorno das residências, produzindo reflexos na saúde dos indivíduos e o outro ponto abordado trata a questão do acesso, que se apresenta como algo contraditório uma vez que dois dos princípios do SUS são a universalização e a descentralização dos serviços. Entretanto, a autora afirma que somente o reconhecimento dos determinantes não é suficiente:

Faz-se necessária a participação da sociedade, em uma discussão aberta, democrática e verdadeiramente participativa para solucionar tais problemas (...) Políticas de inclusão social precisam ser desenvolvidas para proporcionar melhores condições de vida e, conseqüentemente, de saúde à população, diminuindo assim a violência (...) É a partir do nível comunitário e local que se constrói um ambiente político para que se possam enfrentar e até mesmo solucionar as desigualdades em saúde de um país (Silva *et.al.*, 2009, p. 427).

As condições sociais desiguais geram desigualdades em saúde. Esta temática é ampla e possui diversas abordagens no que tange à compreensão dos determinantes sociais da saúde. A Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (Commission on Social Determinants of Health) enfatiza algumas ações para tratar este problema social a começar pela melhoria das condições de vida cotidianas quando é visto que as desigualdades se apresentam na vida dos indivíduos desde muito cedo, como na escola, por exemplo, pois, locais saudáveis possibilitam pessoas saudáveis.

A importância do território nas condições de saúde de um determinado grupo é relevante e contribui diretamente na compreensão dos chamados determinantes, isso pode ser justificado pela incidência de algumas doenças em uma determinada localidade, por exemplo, como dengue, casos de tuberculose, leptospirose, febre-amarela, entre outros, influenciados pelas condições habitacionais, ausência de saneamento básico, ausência de coleta de lixo, etc.

Diversos autores conceituam território. As definições de Raffestin (1993) para tal conceito se dão por meio de relações e interesses entre o Estado e o indivíduo, podendo ser político, econômico, sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Deste modo, o território está permeado por relações de poder entre atores distintos, podendo compreender as questões que se apresentam na dinâmica da própria cidade, sobre como os bairros, territórios são organizados de acordo com interesses políticos e econômicos. No âmbito do capital é fundamental utilizar a citação da obra de Harvey (2006) quando há uma visão que demonstra a relação de “formas culturais” da pós-modernidade e a instituição de formas de acumulação mais flexíveis do capitalismo, fazendo com que haja uma reconfiguração do tempo e do espaço, dando início a uma nova era global. A relação do homem com a natureza passou por mudanças significativas à medida que a sociedade foi se desenvolvendo, desenvolvimento este diretamente ligado à questão econômica e tecnológica, mudando a forma das pessoas se relacionarem afetando não somente o mundo do trabalho mas as relações sociais em geral, incluindo aspectos que envolvem a saúde dos sujeitos. Nesse aspecto:

Saúde é uma questão social, econômica, política e, acima de tudo, um direito humano fundamental [...] proporcionar condições de saúde para todos implica desafiar interesses poderosos, resistir à globalização e mudar drasticamente as propriedades políticas e econômicas (NOGUEIRA, 2011, p. 67).

Segundo Nogueira (2010, p. 45), toda questão pertinente à determinação social da saúde é essencialmente uma questão social visto que também trata-se de uma questão política, ou seja, a organização do trabalho, a distribuição da riqueza na sociedade, a distribuição de poder e de reconhecimento em uma cultura são fundamentais neste debate e se caracterizam como determinantes sociais da saúde, pois tendem a gerar mudanças nas condições de saúde dos sujeitos a partir de grandes interesses político-econômicos.

A partir de toda essa compreensão acerca da influência que os determinantes sociais têm sobre as condições de saúde de uma população é possível considerar que a desigualdade em saúde advém de um problema geral e estrutural. Portanto, não somente é necessário a elaboração de políticas públicas voltadas para a área da saúde, mas também direcionadas ao social no compromisso de reduzir as desigualdades.

A Clínica de Tisiologia Dr. Décio Lobo de Azevedo, situada no Hospital Ferreira Machado em Campos dos Goytacazes – RJ possui caráter de internação no que tange ao tratamento da tuberculose. É uma clínica dividida em duas alas: a feminina com 3 leitos e a masculina com 4 leitos, totalizando 7 leitos. É considerada pequena, contando com o fato de que a cidade possui cerca de 466.186 habitantes segundo o IBGE e que o hospital recebe pessoas advindas de municípios vizinhos por ser referência regional em atendimento à emergência vermelha (atendimento com risco de morte).

Na particularidade do Hospital Ferreira Machado, a sistematização da experiência de estágio obrigatório na área de Serviço Social, permitiu-nos construir um levantamento de dados vinculados aos determinantes sociais da tuberculose sobre os usuários internados na clínica de tisiologia no período de 05/05/2014 a 15/06/2015, identificando a incidência dos determinantes que mais se apresentam nos usuários internados na referida clínica, resultando na tabela abaixo:

Tabela - Determinantes sociais da tuberculose dos usuários da tisiologia do HFM de 05/05/2014 a 15/06/2015

SEXO DO PACIENTE	MASCULINO	FEMININO
TOTAL	40	10
Usuários de drogas (incluindo tabagistas e etilistas)	22 (55%)	5 (50%)
Co-infecção por AIDS	6 (15%)	2 (20%)
Em situação de rua	4 (10%)	2 (20%)
Em situação de privação da liberdade (detido, preso)	5 (12,5%)	0 (0%)
Fatores de risco (ausência familiar, condições precárias de moradia e trabalho).	25 (62,5%)	7 (70%)

Fonte: da autora

A tabela aponta os principais determinantes que impactam a situação de vida e adoecimento dos pacientes. Os números que se destacam na tabela são os que possuem fatores de risco e os que fazem uso de drogas imunodepressoras, caracterizando um público propenso a aquisição de alguma doença.

Para Carbone (2000) a abordagem multidisciplinar deve priorizar sempre o lado social, de modo que se estabeleça um forte vínculo entre o paciente e os profissionais de saúde. Isso se apresenta com extrema importância, pois o tratamento da tuberculose envolve o âmbito social da vida do paciente, havendo necessidade de uma participação efetiva tanto do usuário como da família, para que o tratamento se efetive de fato.

A partir do momento que há a afirmação que a desigualdade social reflete diretamente na saúde da população e não somente ela, mas as iniquidades sociais são necessárias para compreender esse processo, buscando a reflexão a respeito de questões, tais como: o que determina a saúde das pessoas? Porque é importante discutir determinantes sociais? Para além da conceituação e a relação de tais determinantes com a saúde, vale ressaltar que se trata de uma discussão que, no geral, apresenta uma relação intrínseca entre a saúde e a esfera social. Portanto, afirma-se que a condição de saúde e a qualidade de vida dos sujeitos são socialmente determinadas. Essa análise nos permite uma visão totalizadora da estrutura social, pois sem este olhar, não é possível compreender a temática.

Com toda problemática envolvida no tratamento da tuberculose neste hospital, há de se pensar que se trata uma doença grave, mas que possui cura, sendo necessário que os sujeitos a conheçam. Percebe-se que ainda há desconhecimento sobre ela. Para que haja possibilidade de avançar no combate desta doença, faz-se necessário uma ampliação da divulgação dos documentos elaborados pelo governo bem como a articulação das redes de saúde a fim de buscar o diagnóstico precoce, diminuindo assim, o número de casos.

Entretanto, “Proporcionar condições de saúde para todos implica desafiar interesses poderosos, resistir à globalização e mudar drasticamente as prioridades políticas e econômicas” (NOGUEIRA, 2011, p. 67). Neste âmbito, há necessidade de utilizar essa vertente crítica para compreensão da realidade dos usuários, uma vez que, a saúde é um direito fundamental estabelecida na Constituição Federal de 1988. Mais ainda, acreditamos que a utilização do conceito de determinação social da saúde é extremamente necessária ao Serviço Social pois permite a compreensão “dos aspectos sociais, econômicos e culturais que interferem no processo saúde - doença e a busca de estratégias para o enfrentamento destas questões” (BRAVO, 2004, apud MORAES, 2013, p. 110).

O tratamento da tuberculose em caráter de internação, envolve questões que exigem um olhar amplo do profissional que atuar neste serviço, uma vez que, quase sempre haverá necessidade de além da tuberculose, um tratamento dos determinantes sociais que contribuam para o contágio do usuário.

Com toda problemática envolvida no tratamento da tuberculose neste hospital, há de se pensar que se trata uma doença grave, mas que possui cura, sendo necessário que os sujeitos a conheçam. Percebe-se que ainda há desconhecimento sobre ela. Para que haja possibilidade de avançar no combate desta doença, faz-se necessário uma ampliação da divulgação dos documentos elaborados pelo governo bem como a articulação das redes de saúde a fim de buscar o diagnóstico precoce, diminuindo assim, o número de casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou discutir o conceito de determinação social da saúde relacionado aos usuários da Clínica de Tisiologia Dr. Décio Lobo de Azevedo, do Hospital Ferreira Machado, em Campos dos Goytacazes - RJ/ Brasil, a fim de identificar as problemáticas sociais que permeiam no cotidiano da clínica durante a internação acerca da vida dos próprios usuários.

Na particularidade da clínica, foi percebido a manutenção da taxa de evasão do tratamento do público que possuía como determinante social, o uso abusivo de drogas. Entretanto, foi observado que esta evasão tinha como razão específica a abstinência química provocada pelo não uso de drogas durante a internação. Portanto, descartou-se a ausência familiar no tratamento como determinante da evasão.

Os usuários apresentavam, em sua grande maioria, determinantes considerados graves, totalizando no período de 13 meses, 5 óbitos de pacientes que evadiram do tratamento ou eram reincidentes (fator que agrava o grau de evolução da tuberculose por proporcionar multiresistência ao bacilo causador da doença). Logo, considera-se que a questão norteadora na vida dos usuários durante todo o tratamento condiz à doença, mas há de refletir acerca dos determinantes sociais que possuem, enquanto fatores primordiais para a aquisição não só da tuberculose, mas de outras doenças.

Concluiu-se que há intensa relação entre o conceito de determinação social da saúde com a tuberculose. Neste contexto, destaca-se a família como um agente especial durante todo o tratamento. Sua presença poderá contribuir para o sucesso do tratamento, acompanhando o usuário neste momento de fragilidade. Essa fragilidade é emocional e intrínseca à própria doença, relacionada às representações sociais que até o próprio usuário possui, como por exemplo, desconhecer que há possibilidade de cura.

A Sociedade Brasileira de Medicina Tropical estipulou a erradicação da tuberculose no Brasil para o ano de 2050. Apontam que, esse processo é complexo e abrange diversas problemáticas. Embora reconheçam que por trás da doença existam determinantes sociais que aumentam as chances de contágio da doença, conferem a tarefa da erradicação de forma isolada, por meio do tratamento físico biológico. Referem-se também aos cuidados e responsabilidades do usuário durante o tratamento, que se vinculam a tomar a medicação de maneira correta durante 6 meses sendo também necessário “que os serviços de saúde aprimorem as estratégias de adesão e vínculo com o paciente”.

Entretanto, a partir da experiência de estágio foi possível pensar que a erradicação da tuberculose não será alcançada se as políticas de enfrentamento à doença atuarem isoladamente. Nesse caso, há necessidade de fortalecer a Rede de Atenção Básica, logo, uma junção das normas que orientam as ações de controle da tuberculose no Brasil com este modelo, auxiliaria no controle da doença, uma vez que, além do fortalecimento da educação e prevenção da doença, mais casos seriam diagnosticados precocemente e tratados nos serviços de saúde disponíveis.

Não se faz suficiente a existência de políticas de enfrentamento eficazes se, a raiz do problema não for enfrentada com experiência e qualidade. Ao pensar sobre a questão do controle da tuberculose, foi importante observar que “proporcionar condições de saúde para todos implica desafiar interesses poderosos, resistir à globalização e mudar drasticamente as prioridades políticas e econômicas” (NOGUEIRA, 2011, p. 67). Neste âmbito, há necessidade de utilizar essa vertente crítica (conceito de determinação social da saúde) para compreensão da realidade dos usuários, uma vez que, a saúde é um direito fundamental estabelecida na Constituição Federal de 1988.

O que se buscou com este trabalho é uma análise do conceito de determinação social da saúde na particularidade da tuberculose a partir dos determinantes sociais que predominam na vida dos usuários internados na Clínica de Tisiologia do Hospital Ferreira Machado. Entretanto, partir deste assunto, há possibilidade de discussão de outras temáticas, como o aprofundamento do debate acerca da atuação profissional do Serviço Social, políticas sociais, bem como uma análise mais aprofundada do estudo de cada um dos determinantes constatados na sistematização dos dados durante estágio supervisionado em Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília- DF: Senado Federal.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: [s/n]. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

CARBONE, Maria Herminda. **Tísica e rua: os dados da vida e seu jogo**. Dissertação (Mestrado em Endemias na área de Saúde Pública). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2000.

FAHEL, Murilo. **Desigualdades em Saúde no Brasil: Uma análise do acesso aos serviços de saúde por estratos ocupacionais**. Belo Horizonte, 2007.

FRAGA, Helio. **Controle da tuberculose: uma proposta de integração ensino – serviço**. 5. ed. Rio de Janeiro: FUNASA, 2002. 236p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. Possibilidades da Pesquisa para o Serviço Social na área da saúde. **Serviço Social & Saúde**, Campinas/SP, v. 12, n. 1, p. jan./jun. 2013.

NAVARRO, V. **La industrialización del fetichismo o el fetichismo de l industrialización - a propósito de nemesi médica**. Barcelona: Anagrama, 2008.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Determinantes sociais de saúde e a ação dos assistentes sociais: um debate necessário. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 10, n. 12, dez. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

TEIXEIRA, Paulo Fleury. Determinação social da saúde e política. In: Roberto Passos Nogueira (Org.). **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010.

SILVA, Juliana Yassue Barbosa; SANTOS, Bianca Zimmermann; OLIVEIRA, Renata Mesquita; BOSCO, Vera Lúcia. **Desigualdade em Saúde**; *Revista Sul-Brasileira de Odontologia*. 6dez. 2009.

A DANÇA E A MÚSICA NA MANIFESTAÇÃO POPULAR DO NORTE FLUMINENSE: MANA-CHICA DO CABOIO

PRISCILLA GONÇALVES DE AZEVEDO

*Mestranda do Programa de Pós-graduação Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
prigoncalves78@gmail.com*

GIOVANE DO NASCIMENTO

*Professor do Programa de Pós-graduação Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
giovanedonascimento@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho pretende evidenciar a linguagem corporal e musical presentes na dança popular “Mana-Chica do Caboio”, segundo historiadores (REIS apud LAMEGO FILHO, 1996) surgiu no município de Campos dos Goytacazes - RJ, por volta de 1780. Sua principal hipótese é que uma senhora chamada Francisca, que poderia ser uma entre três proprietárias de terra, foi sua criadora, considerada uma “dançadeira” e “amiga da folia”. Utilizamos como estratégia metodológica uma revisão de literatura, observando suas influências culturais por meio do que CANCLINI (1997) chamou de “culturas híbridas”, sem classificar o erudito, o massivo e o popular. Ressaltando a necessidade da valorização da performance representada por meio do “Núcleo arte e Cultura de Campos (Cia. Gente de Teatro)”, tratamos sobre o conceito de planos de composição da dança para sua interpretação nos dias atuais.

Palavras-chave: Dança; Música; Mana-Chica; Planos de composição; Performance; Corpo.

ABSTRACT

The present work intends to show the corporal and musical language present in the popular dance “Mana-Chica do Caboio”, according to historians (REIS apud LAMEGO FILHO, 1996) arose in the municipality of Campos dos Goytacazes - RJ, around 1780. Its main hypothesis is that a lady named Francisca, who could be one of three land owner, was her creator, considered a “dancer” and “friend of the party”. We use as a methodological strategy a literature review, observing it cultural influences through what CANCLINI (1997) called “hibridismo cultural”, without classifying the erudite, the mass and the popular. Highlighting the need for the valorization of the performance represented through the “Núcleo arte e Cultura de Campos (Cia. Gente de Teatro)”, we deal with about the concept of dance composition plans for their interpretation in the present day.

Key-words: Dance; Music; Mana-Chica; Composition plans; Performance; Body.

Introdução:

O presente trabalho pretende evidenciar uma dança popular típica da região Norte Fluminense denominada “Mana-Chica do Caboio”, que surgiu no município de Campos dos Goytacazes-RJ, por volta de 1780, na localidade do Caboio, no distrito de Santo Amaro, entre as localidades de Lagoa Feia e Mussurepe.

Como principal hipótese sobre a origem dessa dança, uma senhora chamada “Francisca” seria sua inventora. Ela era uma, entre três proprietárias de terra e moradora da localidade conhecida como: Mariana Francisca, Inácia Francisca ou Francisca Maria, considerada uma “dançadeira” e “amiga da folia” que recebeu o apelido de Mana-Chica. Assim, acontecia uma valorização feminina acerca de quem dançava a Mana-chica, as mulheres que a dançavam eram consideradas com graça e elegância, incluindo as suas particularidades regionais.

Contudo, sua coreografia foi principalmente criada pelos negros, reproduzindo alguns movimentos semelhantes com os que os nobres das fazendas dançavam nas suas festas, como uma espécie de quadrilha inspirada nos minuetos franceses e é composta basicamente por quatro formações coreográficas.

Nesse sentido, buscamos compreender o seu desenvolvimento, divulgando essa manifestação cultural por meio do grupo parafolclórico “Núcleo Arte e Cultura de Campos (Cia. Gente de Teatro), que apresenta a “Mana-Chica do Caboio” nos dias atuais, destacando seus aspectos culturais, compreendendo o patrimônio cultural e imaterial do município.

Sobre a Mana-Chica:

Referindo-se a Alberto Ribeiro Lamego, Soares (2004, p.82) conta que a Mana-Chica é uma modinha criada entre os canaviais e lagoas da Planície no final do século XVIII. Segundo afirma a tradição trazida pela oralidade, esta dança surgiu e foi desenvolvida na baixada campista, na região do Caboio, com grupos também na Barra do Furado, Lagoa de Cima, Rio Preto, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. Os grupos eram compostos, em sua maioria, por parentes e achegados. Desde então essa cultura vem se perdendo como manifestação do povo do interior, porém ainda há um grupo em especial que mantêm a cultura viva e presente, o Núcleo Arte e Cultura de Campos (Cia. Gente de Teatro).

No livro de Joaquim Ribeiro, “Folclore do Açúcar” (1977), a Mana-Chica do Caboio é mostrada como dança e canto vindos de uma derivação do Fado, uma canção popular portuguesa com característica de lamento. Para o autor, trata-se de uma fina mistura da quadrilha feita por uma mulher chamada Francisca, proprietária de terra ou não, com grande atuação e requinte, dando o seu próprio nome à “sua” criação.

Ribeiro (1977) contradiz Lamego Filho (1996), argumentando que há três hipóteses sobre o nome Mana-Chica. A primeira, baseada num habitualismo semântico¹ comum a muitos povos, é que se trata de uma metáfora verbal com os nomes de danças populares ligados a nomes de animais. No Brasil, “Chico” seria sinônimo de porco, nomeado como Chico de ronda, uma espécie de fandango; Chico puxado, um baile campestre; e a Mana-chica, um folguedo. A segunda hipótese seria que o nome tem origem negro-africana, em que “Chica” seria conhecido como uma dança “lasciva”, como o lundu², ou fandango dos negros, sendo Chica uma palavra africana. É a hipótese mais convincente, pois, Vieira (1873 apud RIBEIRO, 1977) afirma que “Chica” é uma palavra africana e batiza várias danças brasileiras. Conta que

1 Significado ou sentido das unidades linguísticas.

2 Canção popular inspirada em ritmos africanos, introduzidas em Portugal e no Brasil a partir do XVI, acompanhada por violão ou piano, derivada da dança com mesmo nome.

os negros vieram trabalhar na lavoura canavieira de Campos dos Goytacazes e introduziram o vocábulo para designar a coreografia popular. A última hipótese seria a convergência das duas primeiras: a Mana-chica como dança da própria região, em que a cachaça predominava. Assim, “Chica” faria referência à bebida alcoólica. É possível que a fonte negro-africana, juntamente com o habitualismo, explique a origem da Mana-chica. Supõe-se que a dança surgiu numa região onde a aguardente dominava, e possivelmente houve na formação a influência de outro homônimo.

Soares (2004) afirma que a primeira hipótese seria a verdadeira história sobre a Mana-chica. Segundo ele, por meio de pesquisas de campo feitas na baixada campista, confirmaram o texto de Lamego Filho (1996) quanto ter sido Francisca a inventora da dança. Tal tese é confirmada pelo texto de Reale (1996), quando cita Monod (1971, p. 183). Em resposta ao folclorista Ribeiro, Reale insinua:

[...] Donde, por exemplo, as observações de Karl Popper ou de Jean Piaget sobre o risco que há em se recorrer aos fatos enquanto tais, isto é, como dados brutos não qualificados, visando a captar a realidade de forma isenta, sem se reconhecer a participação ativa do sujeito cognoscente no ato de conhecer [...] (p. 91).

Franco (1997, p. 40), no romance “A enchente”, diz que Mana-Chica é uma caricatura mal traçada do Vira português. Consiste em uma dança originária lusitana, porém os índios e os negros a copiaram à sua maneira, produzindo uma nova identidade cultural de acordo com seus ritmos. O autor cita os termos “asselvajaram” e “embruteceram” para definir a coreografia. Uma dança como “lembança dos Goytacazes”, quando se refere aos índios que viviam na planície, mas que revivem nos costumes dos descendentes. Porém, diz que, ao final da dança, há um “duelo” entre os homens como uma disputa, completando com um drama representado como uma exigência da tradição dos brigões³.

Sobre a música, a Mana-Chica possui um ritmo parecido com versos dos repentistas, incluindo as três etnias constituintes do povo brasileiro: o chocalho do índio, a viola do português e o pandeiro do africano, chamado de adufe - uma espécie de pandeiro quadrado que em seu interior são colocadas sementes ou pequenas soalhas, pequenos objetos de metal, a fim de enriquecer a sua sonoridade.

Sobre a canção, Lamego Filho (1996) comenta que a “toada é languesciente”, apontando o uso dos acompanhamentos musicais: “As violas do branco tangem. O adufe negro rufa. Os chocalhos ressoam como ásperos maracás indígenas” (p. 86).

“Finaliza, por isso, quase sem exceção, em tragédia, mas tragédia gostosa, indispensável mesmo como chave de ouro dos folguedos. Daí, porém, não perdura nenhuma malquerença entre os brigões. É a tradição que o exige” (FRANCO, 1937, p. 143-4).

Lamego Filho (1996) também define alguns passos da Mana-Chica dizendo os elementos indispensáveis para a manifestação, seriam eles: canto, música e dança. Mas a alegria momentânea da dança também seria caracterizada por bater de palmas, risadaria, piadas, chacotas, improvisos e afrontas, gerando uma agitação clássica aos folguedos.

Um misto de culturas:

Para Canclini (1997), a América Latina, há a concepção de acabar com a dualidade formada a partir de campos de disciplinas segmentadas para atingir um processo único, abolindo as fronteiras entre erudito, o massivo e o popular. A mistura desses elementos o autor denomina como “culturas híbridas”, esse termo seria considerado a ruptura e mistura de

³ Provocadores do “duelo” no final da dança.

diversas expressões que constituem os sistemas culturais, não sendo mais papel do erudito ou do massivo produzir cultura, mas, sim, envolver o que se produz agora no processo de globalização.

Nesse sentido, a cultura não diferencia as classes sociais. As misturas das diversas culturas aumentam esse processo de hibridação cultural, surgindo assim novas identidades. Canclini (1997) explica que há três razões para esse processo acontecer, são eles: a queda dos grandes centros disseminadores de cultura, por meio de uma pluralidade de culturas, anulando o padrão antigo da sociedade; a disseminação de gêneros impuros – tomando como exemplo os ritmos musicais, podemos perceber que diversos ritmos se misturaram com o tempo e se espalharam, criando novos ritmos; e a desterritorialização, que seria uma “saída” do “território”, um processo que requer “naturalmente” uma reterritorialização, isto é, a “criação” de um outro novo território. Canclini (1997) diz que a desterritorialização foi um processo fundamental para que ocorresse o processo de globalização das culturas, pois a partir daí elas se misturariam e ganhariam características umas das outras, transformando-as em novas identidades culturais.

É possível compreender que a dança não está isenta de operar, ao lado de muitas outras práticas de ritualização dos usos cotidianos do corpo, como uma pedagogia cultural de gênero, por meio da qual desigualdades sociais de gênero são reproduzidas, por meio da configuração de diferentes maneiras de usar o corpo por homens e mulheres. (CANCLINI, 1997 apud ANDREOLI, 2010).

A Mana-chica possui influência negra, indígena e portuguesa, há uma predominância dos batuques africanos, sendo uma releitura entre costumes tupinambás com a presença do Fado. Batendo palmas e formando grandes círculos, essa dança é uma espécie de quadrilha, com apenas quatro figuras coreográficas. Com um ritmo frenético, as damas rodopiam e sacodem suas saias como sedução, enquanto os cavalheiros batem os pés no chão como uma espécie de sapateado e fazem reverências com chapéus nas mãos, dançando com seus pares. Seus elementos folclóricos, cantos e danças regionais são caracterizados por símbolos existentes no inconsciente que ocorrem de povo em povo, em admiráveis agrupamentos artísticos.

Os planos de composição da dança:

De acordo com Lepecki (2013), para existir dança, há sete planos de composição, esses planos são mencionados compondo zonas de distribuição essenciais para definir a dança. São elementos heterogêneos e distinguem a dança de forma teatral como um modo de fazer arte. Destarte, trata-se da dança inter-relacionada a um metacampo que forma o processo chamado “dança”, construído por meio dos planos. Como a seguir:

Um plano de composição é uma zona de distribuição de elementos diferenciais heterogêneos intensos e ativos, ressoando em consistência singular, mas sem se reduzir a uma “unidade”. Todo objeto estético envolve na sua construção a ativação de pelo menos mais do que um plano de composição. Alguns dos planos de composição que distinguem a dança teatral como modo de fazer arte são: chão; papel; traço; corpo; movimento; espectro; repetição; diferença; energia; gravidade; gozo; conceito. Cada um desses planos não deixa de ser também e sempre um elemento de outros planos. Planos se entrecruzam, se sobrepõem, se misturam, entram em composição uns com outros, se atravessam. Por vezes mesmo se repelem e autonomizam. Tal não os impede, contudo, de permanecerem inter-relacionados, no metacampo de expressão que os agencia – por exemplo um metacampo chamado “dança”, construído, definido e desmanchado a cada novo e singular obrar, a cada nova peça que se dança. (LEPECKI, 2013, p. 111)

No primeiro plano, o que o autor chama de “o quadrado branco de Feuillet”, referindo-se ao livro *Chorégraphie ou l'art de décrire la danse, par caractères et signes démonstratifs*, de Feuillet (1700), que sob o olhar do rei Luis XIV, o Rei Sol, faz uma relação entre o chão e a dança e afirma que “o chão onde a dança se atualiza é a página em branco do livro onde ela se traça antecipada e virtualmente” (p.112).

A dança aqui é considerada como volume e superfície lisa, não entende a dança como um espaço. Essa espécie de “espaço de dança” seria representada pela sala, por meio de um quadrado em branco sobre uma página em branco. Dentro desse quadrado branco há a “presença do corpo”.

Desse modo, a dança é citada pela primeira vez por meio da palavra coreografia e o corpo nela passa a se movimentar, não apenas para a escrita do movimento, não apenas para o corpo e signo, mas para a palavra papel e chão (liso). Consequentemente, “o chão da dança se faz graças a um duplo movimento de projeção e depois de articulação entre dois planos abstratos”. (FEUILLET, 1700 apud LEPECKI, 2013, p. 112)

O corpo aqui é considerado um corpo abstrato, corpo hieróglifo, ou seja, uma escrita sagrada do corpo, que compõe amalgamando, ou seja, esse corpo vai torna-se homogêneo diante de uma série de letras sobrepostas.

Na sala de dança, a presença de um corpo dançante entra após um plano de composição a ser desenhado numa página em branco - “precedência do virtual sobre o atual, soberania do virtual sobre o atual, que determina e autoriza o tipo de qualidade de presença e os tipos de regimes de visibilidade que irão reger, enquadrar e fazer mover o corpo dançante” (LEPECKI, 2013, p. 112)

Nesse aspecto, a coreografia passa a surgir para uma escrita do movimento, um corpo e um signo, o que Feuillet (1700) chamou de papel em branco e chão liso. Nesse sentido, o chão na dança se faz com dois movimentos, o movimento de projeção, que é algo bidimensional e tridimensional, como uma folha de papel que rebate e achata e a articulação, sendo considerado o fluido entre a vivência do dançarino e a virtualidade do seu corpo, um copo hieróglifo, um contato do mundo diminuído a um ponto geométrico que desenha uma linha de deslocamento entre a folha e o chão.

[...] no método de Feuillet, o dançarino move-se mantendo os lados do livro sempre paralelos às paredes da sala, e o plano da superfície da folha de papel sempre paralelo ao chão. Segurando o livro na horizontal, o dançarino move-se tal como se de uma página o chão se tratasse. Mas há mais: dado que Feuillet significa, em francês, precisamente “folha de papel”, as múltiplas dobraduras desse plano de composição muito particular fazem com que o chão da dança por vir seja a superfície de representação que nomeia também o autor que a cria (LEPECKI, 2013, pp. 112, 113)

Nessa perspectiva, a coreografia revela-se em três formas de operação: inicia-se criando uma fantasia do chão da dança como um espaço neutro, depois apaga e degenera a brutalidade no ato de neutralizar um espaço e por fim transforma o espaço em uma representação do espaço neutro, isto é, o espaço vazio. (LEPECKI, p. 113)

No plano fantasma ou segundo plano, Lepecki (2013) adota a ideia de que o passado não apenas se reproduz mas atua como contemporâneo para o presente, nessa ideia, o autor se refere a Gordon (1997) que chama de “matérias-fantasma” a um corpo atuando por meio do passado, mas que se reflete com movimentos no presente. “São também todos aqueles corpos imprópriamente enterrados na história”. (p. 114) O terreno liso aqui é tratado como algo provocador, que gera todas as formas possíveis de movimento pelo dançarino.

No terreno mais liso, no espaço mais neutro, no plano mais aplainado, tocos de corpos que foram negligentemente enterrados, descartados, esquecidos, pela história e seus alçozes, brotam do chão - emperrando os nossos passos, provocando desequilíbrios, quedas, paragens, ou movimentos cautelosos; ou então, gerando uma necessidade de nos movermos a uma velocidade alucinante, ou em permanente zigue-zague, porém *atenta e cuidadosamente*. (LEPECKI, 2013, p.114)

O movimento passa a ser um elemento distintivo da dança e relativamente recente. Acontece o plano do movimento, esse terceiro plano identifica a dança como o surgimento de uma ideia modernista que ocorre a partir dos anos 1920-1930, quando a dança moderna aproxima o movimento a uma identidade e não mais a algo sagrado ou “divino” como era considerado o ballet clássico.

A noção de que o movimento distingue a dança é algo recente, por meio da frase “o corpo dançante, enquanto tal, é raramente um tópico nos tratados de dança renascentista” (FRANKO, 1986, p. 9) Acrescentada por Rodonacchi (apud FRANKO, 1986, p. 9), em relação aos mesmos manuais de dança, “[...] *quant aux mouvements, c’est la danse elle-même dont la connaissance semble avoir été la moindre des occupations du danseur*”, ou seja, quanto aos movimentos, é a dança em si cujo conhecimento parece ter sido a menor das ocupações do bailarino (p. 115).

Na modernidade a dança é dona da criação de condições corporais, afetivas e de subjetividade para vivermos a ilusão de que nos movemos porque queremos e para onde quisermos. O bailarino ou coreógrafo passa a usar seus passos para onde quiser, como quiser, experimentando novas formas de dança e o chão alisado transforma seu movimento numa experiência de deslizar relaxante.

Esse movimento, enquanto estética, sinaliza a dança no seu modernismo, reposicionando a dança como elemento fundamental nas problemáticas políticas definindo o próprio centro da modernidade. Faz uma relação do corpo do bailarino com um automóvel, como um sinônimo de liberdade, exemplificando como um fenômeno maior do que a conquista tecnológica, relacionando a ideia de Sloterdijk (2000):

Simultaneamente dançarino e coreógrafo dos seus passos, vai (ou julga que vai) onde bem quiser. Nesse ir, ajuda bastante se o chão onde se desloca já foi alisado, de modo que qualquer resquício de violência em seu movimento se transforme numa experiência de deslizar relaxante. Ajuda também que a ilusão de *autonomia* (ser legislador de si mesmo) vá de mãos dadas com a ilusão de *automotricidade* (ser locomotor de si mesmo) pois a junção de ambas define o sujeito moderno como o exemplo acabado do idiota: aquele sujeito privado, preocupado com suas próprias preocupações, que na solidão envidraçada do seu carro, ou no isolamento do seu estúdio de dança, ou na privacidade da sua neurose, pensa que vai para onde quer, em terrenos previamente (re)calcados para exercício pleno de seu delírio cinético. As estradas esburacadas, os pneus furados, os intermináveis engarrafamentos, os radiadores fumegantes, os gases nauseabundos, todas as guerras petrolíferas da contemporaneidade – tudo isso o idiota automovente vê como meros epifenômenos negligenciáveis da sua vida. O que lhe interessa, antes de tudo, é mover-se. (LEPECKI, 2013, p. 116)

Efetivando uma relação ao plano do tropeço por meio da fenomenologia, Fanon (1967) no quarto plano, acredita na exposição corpórea de forças e contraforças se articulando na formação de subjetividades e de experiências da imagem do corpo que atravessam os planos de movimento e de chão, desvendando o ato de fala como um “corpo a corpo” com a linguagem, sendo um embate onde o terreno social se organiza, produzindo e reproduzindo corpos.

Há uma resistência, um questionamento sobre o movimento colonialista, racista e anti-histórico como uma linha de fuga, como condição de conceitos e ideias. Fanon (1967) acredita que o movimento é algo que liberta e o gesto feito pelo bailarino como algo adaptável as técnicas. Mencionado por Lepecki (2013):

Lembrar sempre que há movimento intensivo, que existem micromovimentos a serem dançados, ou operações de agenciamento alegres com outros corpos e movimentos. Devires apessoais, ritmos para uma outra humanidade. Abraçar o horizontal só por um momento, ou por longos dias, ou para o resto da vida, para ver o que se ganha quando se perde verticalidade e o que se ganha quando se ganha horizontalidade. Em vez de caminhar no chão aplainado pelas violências idiotas, fazer para si mesmo - com o seu corpo se movendo no plano de composição que agencia o seu desejo - o seu chão. (p. 118)

Com essa postura, o bailarino passa a experimentar na dança o que pode mover, como e o que faz mover um corpo, a necessidade de uma “dança experimental” no plano de experimentação da dança, redescobre que a corporeidade é intrínseca do corpo e está diretamente ligada a esse quinto plano, uma consistência da obra que pede um modo adequado de corporeidade, de viver, animar, agenciar corpo; e por outro lado, cada corpo e suas singularidades pedem para si uma obra adequada ao modo desse corpo ser. A ideia de um corpo privilegiado para dançar vai sendo desapegada, não há uma maneira certa de se fazer dança, que se mostra como presença, pois ela nos permite dizer que “Todo corpo pode dançar, toda dança pode ter qualquer corpo” (LEPECKI, 2013, p. 118)

Não obstante, a dança opera inserida na ideia de reencarnação, uma recriação, repetição com diferença na dança contemporânea, sendo manifestada como uma obra, uma nova coreografia que nos transporta a ideia chamada de “re-enactment”, o plano de composição do retorno, da repetição, da diferença. Nesse sexto plano, a dança promove uma memória com uma “quantidade crescente de *re-enactments* na dança contemporânea nos fala da vontade de obras querendo se re-obrarem numa possibilização outra daquilo que já foram uma vez”. (LEPECKI, 2013, p.120)

Dessa forma, esse plano de composição abriga o re-enactment como uma recriação, perturbando e potencializando o retorno ao “não-lugar”, a coisa ou a obra se faz por meio de duas noções: a primeira, o arquivo, algo que resgata a dança pelo tempo que foi, a “obra-que-já-foi” é ainda uma “matéria-fantasma” e que não terminou, ela não termina; a segunda, o corpo, onde a obra age, interfere sobre o coreógrafo com aquilo que poderá ser, porém sendo a mesma obra. Portanto, uma recriação de obras anteriores, com outro olhar, um olhar contemporâneo. O re-enactment passa a ser algo que o original possibilitou mas que se sobrepõe ao plano de desejo da obra ao plano da vontade autoral do coreógrafo.

E no ultimo plano, não menos importante, o plano mal entendido ou do inventário, Lepecki (2013) não defende nenhum modo de dança, nem de fazer ou de pensar dança, ele reporta a que qualquer um poderá dançar da maneira que quiser, “a dança é aquilo que ela quiser fazer. E o pensamento sobre dança deve com ela se fazer” [...] “Cada um que pense e que faça a dança que queira ser feita. Ou desfeita” (p. 121)

Considerações finais:

A Mana-Chica do Caboio é uma dança popular do município de Campos dos Goytacazes - RJ, atualmente interpretada pelo Núcleo Arte e Cultura de Campos (Cia. Gente de Teatro), oriunda das três principais etnias da população brasileira: o africano, o português e o indígena, fomentando um processo de hibridação cultural, ou seja, a mistura de diversas expressões que

constituem originalmente os sistemas culturais, fazendo surgir novas formas de identidade social.

Como manifestação artística, essa dança está relacionada a ideia de personificar algo do passado, como uma recriação da dança, lembrada e transmitida de geração em geração, indivíduo para indivíduo, família em família, grupo em grupo, que se firma com a evolução no tempo, nos desafiando a pensar como a dança é algo libertador do movimento por meio da expressão.

Por conseguinte, diante desse exposto, nota-se a importância dessa manifestação, observando a necessidade de uma retomada de discussão, bem como uma análise interdisciplinar de seus sentidos, seus símbolos e seus significados. A elaboração de novos estudos possibilitará a construção de diferentes análises que dispensem maior atenção às pesquisas sobre performance, envolvendo a dança e a música, por intermédio da Mana-Chica do Caboio.

REFERÊNCIAS:

ANDREOLI, Giuliano Souza. **Dança, gênero e sexualidade: um olhar cultural.** Conjectura, Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download/186/177>>. Acesso em: 04 out. 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350.

FRANCO, Tavares. **A Enchente.** Schmidt Editora, 1937.

LAMEGO FILHO, Alberto. **A Planície do Solar e da Senzala.** 2ed. Rio de Janeiro: Arquivo público do estado do Rio de Janeiro/Imprensa oficial do estado do Rio de Janeiro, 1996.

LEPECKI, André. **Planos de composição: dança, política e movimento.** Universidade Federal de Santa Catarina. Editora da UFSC. Campus Universitário - Trindade. 2013. p.111-121. Disponível em: <<http://www.narua.uff.br/images/a-terra-do-nao-lugar.pdf>> Acesso em: 15 out. 2018.

RAPOSO, Paulo; CARDOSO, Vânia Z.; DAWSEY, John; FRADIQUE, Teresa. **A terra do não lugar: diálogos entre antropologia e performance.** Universidade Federal de Santa Catarina. Editora da UFSC. Campus Universitário - Trindade. 2013. Disponível em: <<http://www.narua.uff.br/images/a-terra-do-nao-lugar.pdf>> Acesso em: 15 out. 2018.

REALE, Miguel. **Paradigmas da Cultura Contemporânea.** São Paulo: Summus, 1996.

RIBEIRO, Joaquim. **Folclore do açúcar.** Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977, 227p. il., mús. Bibliografia.

SOARES, Orávio de Campos. **Muata Calombo: Consciência e destruição.** Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Editora FAFIC, 2004.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001”

MANIPULAÇÃO GENÉTICA DE EMBRIÕES: UMA ANÁLISE FILOSÓFICO-JURÍDICA À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

RAQUEL VEGGI MOREIRA

Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem (UENF)
rveggi@yahoo.com.br

VERUSCA MOSS SIMÕES DOS REIS

Professora Associada do Programa de
Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
veruscareis@gmail.com

HILDELIZA LACERDA TINOCO BOECHAT CABRAL

Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem (UENF)
hildeboechat@gmail.com

ARI GONÇALES NETO

Mestrando do Programa de Cognição e Linguagem (UENF)
arigneto@gmail.com

RESUMO: A criação de técnicas de manipulação genética de embriões, no caso das que permitem a fecundação extracorpórea abriu espaço para um leque de novas situações, que implicam reflexões de ordem filosófica, jurídica, como também em outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, é importante apontar a questão da eugenia positiva, que, com base nas técnicas de manipulação de material genético, impulsionou o homem a buscar o melhoramento genético em características particulares da espécie humana. Essas técnicas científicas têm mostrado um entrelaçamento da ciência benéfica com uma possível interferência na dignidade da pessoa humana e sua objetificação, tendo em vista que a escolha do material genético a ser manipulado ocorre segundo critérios subjetivos. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar implicações filosóficas e jurídicas da manipulação genética de embriões, sob o viés da dignidade humana. A metodologia utilizada foi qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, reunindo-se contribuições de diversos autores.

Palavras-chave: Reprodução assistida. Manipulação de embriões. Eugenia positiva. Dignidade humana. Filosofia e Direito.

ABSTRACT: The creation of techniques for the genetic manipulation of embryos, in the case of those that allow extracorporeal fertilization, has opened space for a range of new situations, involving philosophical, juridical reflections, as well as other areas of knowledge. In this sense, it is important to point out the question of positive eugenics, which, based on the techniques of manipulation of genetic material, impelled man to seek genetic improvement in particular characteristics of the human species. These scientific techniques have shown an intertwining of beneficial science with a possible interference in the dignity of the human person and its objectification, since the choice of the genetic material to be manipulated occurs according to subjective criteria. Thus, the objective of this work is to analyze philosophical and legal implications of the genetic manipulation of embryos, under the bias of human dignity. The methodology used was qualitative, through a bibliographical review, bringing together the contributions of several authors.

Keywords: Assisted reproduction. Manipulation of embryos. Positive eugenics. Human dignity. Philosophy and Law.

Considerações iniciais

O mundo se transforma e evolui a partir dos avanços tecnológicos e científicos das diferentes áreas. Tais avanços podem ser vistos na engenharia genética, que tem colocado a humanidade frente a situações inimagináveis desde a década de 1970. São recorrentes as notícias que relatam a utilização de novas técnicas, descobertas de curas de doenças ou controle destas, cirurgias, novos medicamentos. Se por um lado essas técnicas apresentam, em sua essência, a possibilidade de melhoria da qualidade de vida das pessoas, por outro, trazem consigo algumas contradições que primam por serem analisadas com vistas ao bem-estar da humanidade.

Nesse contexto, há que se mencionar a manipulação genética com fins eugênicos¹ de melhoramento que, como um desses avanços, abarca a possibilidade de se criar e desenvolver seres de diferentes espécies, com características específicas, inclusive seres humanos, como também manipular embriões, em que os pais podem estabelecer características físicas e intelectuais de seus filhos (projetados ou idealizados).

A criação de técnicas de manipulação genética, no caso das que permitem a fecundação extracorpórea abriu espaço para um leque de novas situações, as quais implicam reflexões de ordem filosófica, ética, jurídica, como também em outras áreas do conhecimento.

Nessa linha, é importante apontar a questão da eugenia positiva, que, com base nas técnicas de manipulação de material genético, impulsionou o homem a buscar o melhoramento genético – ou a “perfeição” para alguns – em características particulares da espécie humana.

Estes são dilemas contemporâneos que pairam sobre os avanços da biotecnologia. Sob o manto da reprodução humana medicamente assistida, a eugenia positiva possibilita a busca de um ser humano “perfeito”. Diante dessas questões, cabe-nos refletir quais implicações teriam o fato de o ser humano ser agente do seu próprio processo evolutivo, ao construir sua própria espécie.

Sob o ponto de vista filosófico, cabe destacar que tais técnicas alteram nossa concepção do que é natural e do que é socialmente construído, pois envolvem uma redefinição do que antes era circunscrito somente ao domínio da natureza, sem haver intervenção do indivíduo ou da sociedade, uma vez que não havia possibilidade de intervenção na gestação. Observa-se aqui uma questão ontológica, no sentido de que o ser humano se apresenta como “construtor genético” de sua própria espécie e incute seus valores na própria construção genética.

Em face dessa transformação, a intervenção das técnicas genéticas de aperfeiçoamento abre a possibilidade de a espécie humana poder controlar sua própria evolução biológica, provocando o esmaecimento das fronteiras daquilo que foi concebido naturalmente e o que foi manufaturado pelo homem. Tal separação, que até então havia servido de alicerce para nossa autocompreensão ética, como seres humanos que se reputam nascidos em uma pretensa situação de igualdade e de liberdade, portanto, base de nossa dignidade, pode vir a sofrer intervenção por conta de práticas eugênicas. Assim, essa intervenção eugênica poderia afetar a autocompreensão ética do ser geneticamente programado, provocando uma possível interferência na dignidade da pessoa humana e sua autonomia.

Essa heterodeterminação genética, por parte do “construtor” e fruto do seu desejo, poderá anular a individualidade e a integridade (genética) de cada ser humano, objeto dessas intervenções, e fazer com que esse ser sirva de meio para concretização de um projeto eugênico

1 O termo eugenia (do grego eugen-s), que significa “bem nascido”, foi criado, em 1883, pelo cientista britânico Francis Galton. Para ele, “[...] a transmissão das características não se limitava apenas às características físicas, mas também, às habilidades e talentos intelectuais” (GALTON, 1892, p. 6 citado por SANDEL, 2013, p. 77).

idealizado, de forma unilateral e irreversível, o que poderá proporcionar desrespeito à sua dignidade. Tal temática será abordada neste projeto de tese.

No que tange ao ponto de vista jurídico, há que se enfatizar o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Constituição Federal de 1988 e basilar de todo o ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, as complexas questões que envolvem o tema da manipulação genética e da reprodução humana assistida dizem respeito à questão da ausência de disciplina legal específica no ordenamento jurídico brasileiro. O que existe é a Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005), que não trata especificamente da manipulação genética humana. No que tange às técnicas de reprodução assistida, a Resolução nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM) trata apenas de aspectos e conduta ética da classe médica na utilização dessas técnicas, não tendo força de lei (BRASIL, 2017). Assim, tomando por base a ausência de um ponto de consenso quanto a este tema, cabe-nos, na contemporaneidade, pensar no que poderia servir de referencial (jurídico e ético) para as práticas de manipulação genética humana praticada pelos pais.

Por essa temática levantar polêmicas e consequentes implicações, tanto no campo da filosofia, envolvendo preceitos (bio)éticos, como no do Direito, pela ausência de lei específica que a regulamente, dentre outras questões, torna-se possível realizar uma ampla abordagem interdisciplinar, tendo em vista seu grau de complexidade e problemas envolvidos, tais como: ontológicos, axiológicos, éticos, políticos, sociais, jurídicos, religiosos, psicológicos e morais.

É imperioso mencionar que, no universo da manipulação genética, especificamente da reprodução humana assistida, há que se refletir sobre a questão do direito dos pais de intervir geneticamente, de forma deliberada, no embrião, bem como dar a devida atenção à questão da dignidade da pessoa humana², circunscrita aquele ser que está por vir, diante de tantas possibilidades biotecnológicas que afetam diretamente o indivíduo e a própria essência da humanidade, num futuro próximo.

Em meio à complexidade e desafios dessa temática, cabe refletir sobre os avanços existentes e sobre os que estão por vir. E, nesse sentido, a interação entre a Bioética e o Biodireito poderia colaborar para uma possível resolução dos problemas atuais no sentido de atuarem como caminhos para os avanços da biotecnologia, no que tange à ética e à regulamentação do uso de diversas técnicas, em especial à reprodução humana medicamente assistida.

Diante do exposto, considerando as situações trazidas pela possibilidade de melhoramento das características genéticas realizado pelos pais com fins eugênicos, a presente pesquisa apresenta a seguinte questão-problema: de que forma os indivíduos cujas características genéticas foram selecionadas pelos pais, com finalidade eugênica, teriam a dignidade desrespeitada, em comparação aos nascidos por concepção natural, em que as características são concebidas aleatoriamente?

Cabe ressaltar que a presente pesquisa parte do pressuposto de que existe uma relação entre a manipulação genética realizada deliberadamente pelos pais, com fins eugênicos de melhoramento (eugenia positiva), e uma possível interferência na dignidade humana, pois o embrião é privado da integridade de sua identidade genética.

2 Filosofia: “Como ‘princípio da dignidade humana’ entende-se a exigência enunciada por Kant como segunda fórmula do imperativo categórico: ‘Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre também como um fim e nunca unicamente como um meio’” (ABBAGNANO, 2014, p. 326). Direito: “[...] dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca de todos os seres humanos que pressupõe a existência de direitos fundamentais que os protegem contra atos desumanos atentatórios à sua integridade física, psíquica e moral. [...] pressupõe observância do respeito do direito à vida, à honra, ao nome, à limitação do poder (político ou econômico), às condições mínimas para uma existência com liberdade, autonomia, igualdade e solidariedade” (LEITE, 2014, p. 44).

Assim, o objetivo desse trabalho é analisar implicações filosóficas e jurídicas da manipulação genética de embriões, sob o viés da dignidade humana. A metodologia utilizada foi qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, reunindo-se contribuições de diversos autores.

1 Contextualização da manipulação genética de embriões sob o viés da eugenia

A manipulação genética, por meio das técnicas de reprodução humana medicamente assistida, possibilita que pessoas inférteis também busquem, em clínicas de fertilização de material genético, a satisfação de se ter filhos com características definidas, escolhidas a sua própria semelhança ou de acordo com seu gosto pessoal. Há também a possibilidade de eliminação de possíveis genes que venham a causar doenças. No entanto, talvez a questão mais controversa seja a da busca de um melhoramento genético, com base em uma ideia de “perfeição”, que envolve questões subjetivas. Diante disso, pode-se refletir se seria o ser humano “perfeito”, como buscavam os médicos nazistas que procuravam a “raça pura”, o que caracteriza a prática eugênica.

Oportuno demonstrar que essas práticas podem ser classificadas em: eugenia positiva e eugenia negativa, as quais Mai e Angerami (2006) definem com terminologias próprias, ou seja, “eugenética negativa e eugenética positiva”. A primeira “[...] se ocuparia da prevenção e cura de doenças e malformações consideradas de origem genética, com ações de caráter restritivo, diretamente sobre o patrimônio genético do indivíduo e que têm sido aceitas sem grandes questionamentos morais”. Já a segunda é “[...] socialmente mais polêmica, a qual buscaria a melhoria ou a criação de competências humanas como inteligência, memória, traços do caráter e várias outras características psicofísicas, no sentido de potencializá-las nos diversos contextos do convívio social” (MAI; ANGERAMI, 2006, p. 255). Com isso, a eugenia negativa seria possível ou aceitável pela comunidade científica e pela sociedade e a positiva seria a proibida, uma vez que essa última buscaria o ser humano “perfeito”, livre de imperfeições de qualquer natureza.

2. Aspectos filosóficos da eugenia positiva

A eugenia (positiva) pode apresentar-se como um desvio na finalidade da utilização das técnicas da reprodução assistida, na medida em que busca o aperfeiçoamento de características humanas, sem nenhum tipo de anomalia de qualquer natureza. Talvez, por isso Latour (1996, p. 165) afirme que “[...] o que é uma propriedade da técnica é esse caráter imprevisível dos fins”. A partir dessa ideia, pode-se pensar em como as técnicas de manipulação de material genético possuem um caráter imprevisível ao serem usadas por diversos atores, em distintas redes.

Segundo Sandel (2013, p. 104), desde Locke a Habermas, passando por Kant, há certa objeção quanto ao melhoramento genético, uma vez que a liberdade depende de uma origem ou de um ponto de vista que, nesse caso, foge do nosso controle.

Para Locke, nossa vida e nossa liberdade, por serem direitos inalienáveis, não são nossas para delas abrimos mão (por meio do suicídio ou vendendo-nos como escravos). Para Kant, embora sejamos os autores da lei moral, não temos liberdade de nos explorar ou nos tratar como objetos, do mesmo modo como não podemos fazer isso com os outros. E para Habermas, nossa liberdade de seres morais iguais depende de termos uma origem que esteja além da manipulação ou do controle humanos. (SANDEL, 2013, p. 105).

Nessa perspectiva, Habermas (2010) não se volta contra as intervenções da técnica genética em si, mas no tipo e alcance de seu emprego, como a eugenia positiva, o Diagnóstico Genético Pré-Implantacional (DGPI), a pesquisa com embriões em caráter de melhoramento de ordem não medicinal. Além disso, argumenta que a intervenção genética com a finalidade de selecionar

ou melhorar as crianças é censurável, pois infringe os princípios da autonomia e igualdade. De acordo com Sandel (2013), a eugenia (positiva) praticada pelos pais é censurável, mesmo que não prejudique a criança ou reduza sua autonomia, porque expressa e estabelece atitude de dominação, além de demonstrar a incapacidade dos pais lidarem com o acaso (loteria) genético.

Entretanto, Sandel (2013, p. 92) concorda com um argumento dos eugenistas liberais que diz que a manipulação genética nas crianças (projetadas) não as fazem menos autônomas, no que tange à carga genética, em comparação às nascidas de modo natural, pois “não é como se, na ausência de manipulação eugênica, pudéssemos escolher nossa herança genética.”

Também leva-se em consideração que “[...] os seus (bio)risco podem resultar em consequências negativas, afetando a diversidade (biológica e genética), a integridade genética e o direito à integridade genética humana” (SOUZA, 2013, p. 2089).

Nesse último caso, a opção pelas técnicas de manipulação (melhoramento) genética pelos pais despreza o direito à identidade genética humana, ou seja, a verdadeira “expressão da dignidade humana”. Esse direito aponta para que o genoma humano seja “[...] inviolável, irrepetível, fruto do acaso (natureza) e da não heterodeterminação, e que não seja privado de humanidade” (SOUZA, 2013, p. 2088). Sendo, portanto, “[...] um *identifier* do homem e da sua individualidade (genética)”, pois o patrimônio genético humano constitui o substrato material, ou seja, o material biológico deste direito (SOUZA, 2013, p. 2089).

Ainda de acordo com Ingo Sarlet (2013, p. 124-125), a dignidade da pessoa humana tem “fundamentos ético-filosóficos”, e resguarda todas as manifestações relativas à personalidade humana, sendo inerente à qualidade de pessoa. Apesar da ausência de uma noção mais definida sobre essa questão, principalmente para sua aplicação na esfera jurídica, o que será analisado logo adiante, a dignidade somente aufere “significado em função da intersubjetividade que caracteriza as relações humanas, cuidando-se, nesta perspectiva, do valor intrínseco atribuído à pessoa pela comunidade de pessoas e no correspondente reconhecimento de deveres e direitos fundamentais”.

Cumprе enfatizar que, para Petterle (2007, p. 61), a ideia da dignidade, “[...] como valor intrínseco da pessoa humana, tem sido pensada e reconstruída ao longo da história dos homens”. Sendo que, desde Immanuel Kant, principalmente, já havia uma preocupação com a questão da dignidade humana, perpassando por outros pensadores até chegar na contemporaneidade com Habermas, que a relaciona com a questão da eugenia (praticada pelos pais).

Neste duto, a concepção habermasiana segue a tentativa de mostrar um nexo entre a dignidade da pessoa humana e a simetria das relações interpessoais, no sentido de que sugere uma delimitação do tema, no plano do discurso, por meio de uma construção dialógica entre as pessoas em sociedade, através de debates e, que pela sustentabilidade dos argumentos, se chegue a um consenso. Dessa forma, Habermas afirma que:

Na linguagem dos direitos e deveres, a comunidade de seres morais, que fazem suas próprias leis, refere-se a todas as relações que necessitam de um regulamento normativo. Todavia, apenas os membros dessa comunidade podem se impor *mutuamente* obrigações morais e esperar *uns dos outros* um comportamento conforme a norma. [...] a ‘dignidade humana’, entendida em estrito sentido moral e jurídico, encontra-se ligada a essa simetria das relações (HABERMAS, 2010, p. 46-47).

Ademais, Habermas (2010, p. 32) demonstra uma notável preocupação com a problemática da autocompreensão ética da espécie que poderá resultar das intervenções genéticas, pois a base

de nossa noção de liberdade (autonomia e igualdade) se assenta na distinção estabelecida “[...] dos limites entre a natureza que *somos* e a disposição orgânica que nos *damos*” (grifos do autor), ou seja, a compreensão de nossa natureza humana está relacionada a um começo natural indisponível, e, com isso, a manipulação genética ameaça acabar com essa compreensão, visto que provoca um esmaecimento entre as fronteiras do natural e do manufaturado no que diz respeito à origem da vida humana. O autor reflete ainda sobre a questão da heterodeterminação pela modificação genética, ao colocar que, antes de tudo, o “*designer*” interfere na formação da identidade de outra pessoa, de maneira unilateral e irreversível, ao se converter em “*co-autor de uma vida alheia*” (HABERMAS, 2010, p. 111, grifos do autor), chamando a nossa atenção sobre o comprometimento que cada um tem consigo próprio e com terceiros.

Além dessas questões ontológicas, Habermas (2010) se volta também para a reflexão sobre o limite da filosofia, ao abordar questões que se referem à “vida correta”, na contemporaneidade, ou seja, à premência da filosofia se posicionar de forma moderada no que tange à assuntos substantivos acerca do que representa uma vida boa (ou não fracassada).

Partindo desses pressupostos, no caso da manipulação genética, questiona-se, aqui, a respeito de um ponto de referência da valoração do que seria, necessariamente, “perfeito”. Sandel (2013) traz como exemplo um casal de surdas que, ao decidirem ter um filho surdo, procuraram um doador de esperma cuja família trouxesse um histórico de surdez por cinco gerações. Diante disso, cabe-nos refletir se seria digno para essa pessoa que irá nascer ser privada da audição, impedindo-a de ser inteiramente livre, ao objetificá-la, determinando suas características genéticas.

3 Análise jurídica da eugenia positiva: Bioética e Biodireito como ponte com a sociedade

No Brasil, as práticas eugênicas de redução embrionária, no caso de gravidez múltipla, ou de sexagem são vetadas pela Resolução nº 2.168/2017 do CFM, ou seja, é estabelecido que: “As técnicas de RA não podem ser aplicadas com a intenção de selecionar o sexo (presença ou ausência de cromossomo Y) ou qualquer outra característica biológica do futuro filho, exceto para evitar doenças no futuro descendente” (BRASIL, 2017, p. 4). Embora essa resolução não tenha força de lei, permite a eugenia negativa e normatiza o aperfeiçoamento das técnicas de reprodução assistida explicitando princípios éticos e bioéticos que deverão ser respeitados com intuito de trazer “[...] maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros” (BRASIL, 2017, p. 1).

Além disso, essencial mencionar a Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005) que, apesar de não tratar especificamente da manipulação genética humana, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a produção, a manipulação, a transferência, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o descarte de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, com a finalidade de minimizar os riscos biotecnológicos para o homem, igualmente para o meio ambiente.

Diante do exposto, questiona-se se, no caso de manipulação genética praticada pelos pais, quem estaria legitimado para escolher as características desejáveis de um ser que ainda está por vir, e se, neste caso, a sociedade teria condições (domínio dos prós e possíveis consequências não desejadas) de tomar decisões quanto aos avanços biotecnológicos. Além disso, questiona-se se o Estado deveria intervir nestas discussões e tomadas de decisões. Nesse sentido, Martínez (1998, p. 258) argumenta:

Estabelecerão os Estados um 'controle de qualidade' que defina quais as características devem ter os seres humanos para integrar-se à comunidade? Embora estas opções possam desenvolver-se em determinadas ideologias, parece-nos claro que devem merecer repúdio absoluto por parte de um Estado Social Democrático de Direito, em cuja estrutura jusfilosófica não podem merecer acolhida. O respeito à dignidade humana impede taxativamente todo tipo de discriminação. (MARTÍNEZ, 1998, p. 258).

Nesse contexto de tantas implicações, ausência de legislação específica e entendimentos diversos, os "conservadores" e os liberais entendem que seja possível a presença do Estado para regulamentar, limitar as ações do homem, como também para protegê-lo de suas próprias ações, as quais buscam cada vez mais atingir algo que subjuguie as leis naturais.

Sobre esta lacuna de norma, Habermas (2010, p. 34) diz que "[...] com os novos desenvolvimentos técnicos, surge, na maioria das vezes, uma nova necessidade de regulamentação". Este entendimento é corroborado por Fukuyama (2003), tendo em vista que o pesquisador considera que, diante de todo o desenvolvimento biotecnológico, alguma intervenção política por parte do Estado se torna imprescindível. Não obstante, o autor entende que tal legislação deve ser elaborada e uniformizada em bases internacionais para surtir os devidos efeitos.

Por conseguinte, a inexistência de lei no Brasil, referente ao estabelecimento de limites quanto às técnicas de melhoramento e aperfeiçoamento humano, é um dos problemas no que tange à manipulação genética. Com toda essa evolução biotecnológica, surge a Bioética e o Biodireito, como disciplinas correlacionadas que buscam possíveis saídas para os avanços da biotecnologia, no que se refere aos aspectos éticos, filosóficos e jurídicos.

Por conta disto, a Bioética não deve nem pode ignorar o processo evolutivo em curso na área da Medicina, mais especificamente quando se trata de manipulação genética e reprodução conceptiva, pois Pessini e Barchifontaine (2014, p. 337) comentam que:

Mas um contexto complexo como este, implicando sexualidade, reprodução, família, casamento, futuras gerações e o próprio conceito de vida, traz desafios permanentes, e que se renovam, para o debate sobre ética, ciência e política, bem como para a reflexão bioética de modo geral, que deve se manter aberta e permeável às vozes ativas no campo da reprodução humana.

Diante de tanta complexidade e desafios, cabe-nos refletir sobre os avanços existentes e sobre os que estão por vir. No entanto, parece-nos desafiador buscarmos sempre respostas para o que parece de remota possibilidade de regulamentações específicas. Quanto a isso, Habermas (2010, p. 38) menciona que:

[...] importantes questões bioéticas certamente estão ligadas ao aumento da acuidade do diagnóstico e ao domínio terapêutico da natureza humana. No entanto, somente a técnica genética, que tem em vista a seleção e a *alteração* das características, bem como a pesquisa necessária para tanto e destinada a terapias genéticas futuras (pesquisa essa que quase não permite uma diferenciação entre a pesquisa fundamental e a aplicação médica) constituem uma nova espécie de desafios.

Podemos nos referir, nesses casos, às práticas eugênicas, que são vedadas em países ocidentais. Segundo Habermas (2010), a eugenia nasce com um viés de pesquisa básica/fundamental e, num segundo plano, já adota uma aplicação prática, não havendo distinção entre uma e outra, no contexto da Biotecnologia.

Além disso, é importante reconhecer que devido à gravidade das consequências da evolução das técnicas médicas para a sociedade e as implicações do descumprimento dos deveres éticos estabelecidos aos profissionais da comunidade científica, da área médica, o Direito não pode

manter-se inerte (ou omissivo) diante dos fatos, manifestando assim, a tentativa de positivar as normas bioéticas por meio do chamado Biodireito (FERRAZ, 2011).

Para Junges (2006, p. 264), a necessidade do Biodireito é incontestável, pois o crescente aprimoramento da “[...] técnica da procriação humana assistida abre caminho para possíveis abusos que desrespeitam a dignidade humana e impõe sempre mais a necessidade da formulação de um decálogo de direitos gerativos e genéticos do ser humano a ser engendrado”.

Caberia somente a ambas disciplinas trabalharem uma melhor forma de incorporar a sociedade no debate e decisões acerca desses novos dilemas advindos dos avanços biotecnológicos. Dessa forma, a Bioética seria a ponte para a sociedade e para cidadania, pois “[...] tem um grande significado de diálogo, de participação e comunicação efetiva com a sociedade”. Esse diálogo pode acontecer dentro de comunidades em diversos segmentos da sociedade, dado o seu caráter pluralista, inter, multi e transdisciplinar que envolve não só a comunidade científica, como também todos os cidadãos (HOSSNE; PESSINI, 2010 citado por PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2014, p. 461).

Considerações finais

O presente trabalho parte do pressuposto de que o avanço científico traz a possibilidade de inovações tecnológicas na área da saúde, contudo, esse avanço pode acarretar também preocupações sobre a sua utilização, como no caso de práticas eugênicas que visam o melhoramento de características genéticas. Diante disso, o homem, como “construtor” do seu próprio processo evolutivo, geraria implicações de cunho filosófico (ético) e jurídico, pois a manipulação genética (eugenia positiva) afetaria a própria autocompreensão ética da pessoa geneticamente programada, como livre e igual aos demais, limitando sua autonomia e liberdade individual, e, portanto, a base de sua dignidade humana. Além disso, a falta de um consenso sobre quais valores devem nos guiar enquanto sociedade, na contemporaneidade, que poderia servir de referencial para as práticas de manipulação genética, torna-se preocupante, tendo em vista que cada indivíduo pode manipular geneticamente outros, segundo seus valores. Ou seja, do ponto de vista axiológico, a partir do momento que vivemos em uma sociedade pluralista, também adotamos diversas perspectivas subjetivas que guiaram as escolhas eugênicas. Sendo assim, uma interação entre Estado e sociedade seria necessária para que as decisões sejam tomadas do ponto de vista democrático e que o princípio da dignidade da pessoa humana seja garantido.

Diante do exposto, a proposta dessa pesquisa surgiu a partir da constatação de que a manipulação genética, tendo em vista o avanço no desenvolvimento das pesquisas, nesta área, tem se dado sem alguns critérios pré-determinados e sem um consenso interdisciplinar (das ciências envolvidas), o que tem gerado uma possível interferência na dignidade humana do embrião.

Nesse sentido, há um envolvimento essencial no que diz respeito à linguagem, pois o tema traz a necessidade de uma delimitação no sentido de normatização, primeiramente no plano do discurso e depois no plano jurídico, para que se amplie o debate na sociedade sobre as possibilidades da manipulação genética humana e seus usos. Por fim, a Bioética e o Biodireito poderiam ser uma ponte para promover um diálogo interdisciplinar com a sociedade, que serviria de base para formulação de uma legislação específica, que trataria de garantir a dignidade humana do embrião, além de legislar sobre padrões éticos na ciência.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **Lei nº 11.105**, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição Federal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 mar. 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/lei/L11105.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. **Resolução nº 2.168**, de 10 de novembro de 2017. Conselho Federal de Medicina. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FERRAZ, Ana Cláudia Brandão de Barros Correia. **Reprodução humana assistida e suas consequências nas relações de família**. A filiação e a origem genética sob a perspectiva da responsabilização. Curitiba: Juruá, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **Nosso futuro pós-humano: consequências da revolução da biotecnologia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Filiação e Reprodução Assistida: Introdução ao tema sob a perspectiva do direito comparado. **Revista Brasileira de Direito de Família**, n. 5, abr./maio/jun. 2003. Disponível em: <http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf>. Acesso em: 08 ago. 2014.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HRYNIEWICZ, Severo; SAUWEN, Regina Fiuza. **O Direito “in vitro”**: da Bioética ao Biodireito. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

JUNGES, José Roque. **Bioética - perspectivas e desafios**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

LATOUR, Bruno. Do humano nas técnicas. In: SCHEPS, Ruth. (Org.) **O império das técnicas**. Campinas/SP: Editora Papyrus, 1996.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul. **Problemas atuais de Bioética**. 11. ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo e Edições Loyola, 2014.

PETTERLE, Selma Rodrigues. **O Direito Fundamental à Identidade Genética na Constituição Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

SANDEL, Michael J. **Contra a perfeição**. Ética na era da engenharia genética. [Trad. Ana Carolina Mesquita]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. Histórico: breves notas a respeito da trajetória da noção de dignidade da pessoa humana no âmbito do pensamento filosófico até a sua recepção na esfera jurídico-constitucional. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de. Preservação da diversidade e integridade do patrimônio genético. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

A (DES)ASSISTÊNCIA DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PENAL: VESTÍGIOS E MEMÓRIAS

VALÉRIA BERNINI PERON

*Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ
vberniniramos@gmail.com*

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS

*Bolsista Produtividade CNPQ
frfarias@uol.com.br*

GLÁUCIA REGINA VIANNA

*Bolsista do CNPQ
vianna.glaucia@uol.com.br*

RESUMO

Pretendemos estudar o processo de retorno das pessoas egressas do sistema prisional à vida fora da prisão, a partir dos projetos de atendimento existentes no estado do Rio de Janeiro, com o intuito de compreender se o trabalho realizado pelas políticas públicas de assistência possui efeitos significativos na vida dos egressos que o auxiliem na elaboração de um projeto de vida que lhes devolva a dignidade. Objetivou-se compreender o processo histórico e a aplicação da Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/84). Foi realizada pesquisa documental, em sites do governo Federal, Estadual, Municipal do Estado e de Organizações não Governamentais, utilizando operadores booleanos, para a obtenção de informações relacionadas às entidades pesquisadas. Verificou-se que os projetos acontecem de forma precária, sem continuidade e sem políticas públicas efetivas que propiciem ao egresso uma escolha de vida que não seja a reincidência ao crime.

Palavras-chave: Crime; Prisão; Memória; Políticas assistenciais; egressos

ABSTRACT

In this work, we study the process of ex-convicts returning to the life in society through the existing aiding projects in the State of Rio de Janeiro. We seek to understand whether the public policies of assistance show significant effects on ex-convicts' life restoration.

We aim to understand the historical processes and the application of Law nº 7210/84.

It was performed a documentary research on websites from Federal Government, State Government, City Government and Non-Governmental Organizations, using boolean operators, to obtain data and information about ex-convicts aiding institutions. We verified a poor and clumsy execution of the projects, showing no effective public policies which prevent ex-convicts to return to a criminal life.

Key-words: Crime. Prison. Memory; welfare policies; egress

Atualmente, a realidade do sistema carcerário é composta por presídios superlotados, com pessoas vivendo em condições sub-humanas, sujeitando-se a toda sorte de coisas, vivendo e sendo tratados sem nenhuma dignidade. De acordo com FARIAS (2016),

“a reclusão desempenha um papel que comporta algumas características distintas: impedir a circulação de pessoas que cometeram crimes, afastando-as da sociedade através do encarceramento, e também intervém na conduta dos indivíduos, exercendo controle, regulando a maneira de agir, e de se comportar, representando um instrumento de poder do Estado e não da lei”,

um poder que é exercido sobre o condenado, sobre a sua vontade, através da utilização de técnicas de vigilância, controle e disciplina.

De acordo com dados obtidos no relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, disponibilizado em dezembro de 2017, o perfil das pessoas presas na cidade do Rio de Janeiro é bem definido, são jovens entre 18 e 24 anos de idade, negros e pertencentes às classes mais baixas da população, cuja maioria não chegou ao ensino médio, e em sua maior parte, são condenados por tráfico de drogas, roubo, furto e receptação de mercadoria. Ainda de acordo com o relatório, em junho de 2016, a população carcerária do Brasil era de 726.712 presos, com uma taxa de aprisionamento de 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, enquanto a média mundial estabelecida em relatório da Organização das Nações Unidas - ONU no ano de 2014, é de 144 presos para cada 100 mil pessoas, mostrando dessa forma a triste realidade brasileira como terceiro país com maior número de pessoas presas do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos e da China, com o agravante de que a população carcerária segue aumentando. Segundo o relatório, o estado do Rio de Janeiro, também faz parte do ranking da colocação dos estados brasileiros, com uma população de 50.219 pessoas presas. Nesse contexto, as estatísticas apontam que 70% dos egressos do sistema acabam por reincidir no mundo do crime.

Este trabalho visa refletir sobre a pessoa egressa do sistema prisional, buscando compreender qual a repercussão da experiência do cárcere na vida da pessoa egressa no retorno à vida fora da prisão, apresentando um panorama dos programas voltados para a atenção e assistência da pessoa egressa do sistema penal no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar se as políticas públicas de atendimento a pessoa egressa do sistema prisional cumprem as prerrogativas previstas na Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/84), possuindo efeitos significativos que auxiliem na elaboração de outro planejamento de vida que não seja a reincidência ao crime, também apontando os efeitos positivos do atendimento realizado por estes projetos que visam auxiliar a pessoa egressa do sistema prisional no retorno à liberdade.

De acordo com documento, do Ministério da Justiça, editado em 2016, denominado Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Atendimento às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, a discussão sobre o apoio a egressos, tem início no final do século XIX, a partir dos Congressos Penitenciários Internacionais. Tais congressos, tinham por objetivo discutir estratégias a respeito da condução da política penitenciária a ser adotada pelos países participantes, bem como as estratégias gerais dos sistemas punitivos, buscando uma unificação entre as medidas adotadas relativas ao tratamento dos presos, passando a considerar a reforma dos condenados e a prevenção da pena como elementos indispensáveis à proteção da sociedade. Embora tenha participado dos congressos anteriores, a participação efetiva do Brasil na discussão deste tema só ocorre no X Congresso Penitenciário Internacional, realizado na cidade de Praga, em 1930, do qual participou o Dr. Cândido Mendes de Almeida, presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. No Congresso discutiu-se um conjunto de regras sobre o modo de tratar pessoas presas e egressas do sistema prisional, determinações

que foram, em parte, reproduzidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1957, como as Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos das Nações Unidas. As mesmas que por sua vez influenciaram o conteúdo da primeira lei de execução penal brasileira, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/84), sancionada em 11 de julho de 1984. As Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos das Nações Unidas, foram recentemente modificadas, com nova redação aprovada em novembro em 2015 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, e passaram a denominar-se “Regras de Mandela”. A questão do egresso é abordada na regra de nº 90, segundo a qual “o compromisso da sociedade não se esgota com a liberação do preso. Agências públicas ou privadas devem possibilitar às pessoas que saem da prisão um atendimento capaz de diminuir os prejuízos do encarceramento e buscar sua reabilitação social” (ONU, 2015).

Até 1984, antes da Lei de Execução Penal, não havia o acompanhamento da execução da pena por parte da justiça, ela era parte integrante do processo penal. Não existia o Ministério Público, e os Departamentos de Estado. A responsabilidade da execução da pena era exclusiva do Poder Executivo, não havendo qualquer interferência em termos de auxílio por parte do Estado junto à pessoa que foi liberada após o cumprimento da pena. Com o surgimento da Lei de Execução Penal, foram criados um conjunto de órgãos, de diferentes poderes, diferentes atuações com responsabilidades previamente estabelecidas que tem por objetivo final, efetivar a sentença condenatória e integrar socialmente o condenado, como reza em seu Art. 1º: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Dessa forma, o Estado passa a oferecer, no plano prático, condições efetivas para que após o cumprimento da pena, sejam realizadas ações voltadas para a prevenção do crime e para a reconstrução da vida do condenado fora do ambiente do presídio.

A Lei de Execução Penal, prevê que o Estado tem a obrigação de dar assistência ao pessoa presa, de forma que quando alcance a liberdade, esteja preparado para ter uma vida produtiva. Dessa forma, segundo a LEP, o estado deve fornecer à pessoa presa, diferentes tipos de assistência, como a assistência material, que consiste no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas; assistência à saúde, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico; assistência jurídica, integral e gratuita a ser fornecida pelas Defensorias Públicas dentro e fora dos estabelecimentos penais; assistência educacional, com instrução escolar de ensino fundamental obrigatório, e curso profissionalizante; assistência social, voltada para amparar e preparar o preso para o retorno à liberdade; assistência religiosa, com liberdade de culto a ser realizado em local apropriado. Ainda, no parágrafo único, do art. 10, a Lei de Execução Penal complementa que “a assistência estende-se ao egresso”, isso significa que a assistência deve ser continuada por parte do estado após o cumprimento da pena e a saída da prisão, momento em que pessoa presa se torna egresso do sistema penal.

Reza na Lei de Execução Penal, em seu art. 26, a definição, que estabelece dois tipos de egressos: “é considerado egresso, o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento; o liberado condicional, durante o período de prova” (BRASIL, 1984). No primeiro caso, o egresso será o preso que cumpriu a pena foi liberado definitivamente, e a Lei define que, assim sendo, será computada para o início do prazo, a data da saída do estabelecimento prisional, e a partir desta data, durante o período de um ano, o estado terá a obrigação de oferecer assistência ao egresso; o segundo caso, se refere àqueles que estão sob liberdade condicional, ocasião em que o egresso ainda tem de prestar determinadas obrigações para com o estado que estão estabelecidas no código penal. Estas medidas foram instituídas não apenas para definir o egresso do sistema penal de forma jurídica, mas para

auxiliar pessoas que se encontram em condição de vulnerabilidade que foram marcadas pela experiência na prisão.

Os tipos de assistência voltados para o egresso do sistema prisional, segundo a Lei de Execução Penal, dizem respeito ao retorno da pessoa egressa ao seu meio social, à permanência em alojamento e alimentação em local adequado durante o período de dois meses que pode ser prorrogado, com base no parecer do assistente social, declarando o empenho do egresso na busca de emprego, conforme estabelecido no art. 25 da Lei. Além disso, a LEP também prevê a assistência voltada para o mercado de trabalho.

Dessa forma, segundo a Lei nº 7210/84, Lei de Execução Penal, o Estado tem o dever de contemplar as necessidades do egresso do sistema prisional oferecendo oportunidades que este não teve como escola, curso profissionalizante, auxílio para inserção no mercado de trabalho, entre outras. Partindo deste princípio, a LEP determinou a criação dos órgãos da execução penal, descritos no art. 61 que são: O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, responsável pela edição de resoluções de políticas criminais e penitenciárias; as Defensorias Públicas, auxilia na retirada de documentos; o Ministério Público, que cuida da defesa dos interesses sociais e individuais, controle de execução da pena, e requer as providências necessárias para a execução penal; o Conselho Penitenciário; os Departamentos Penitenciários, que fornecem apoio administrativo e financeiro nas prisões estaduais e federais, acompanhando no país as formas de execução penal objetivando a melhoria do sistema, além de fiscalizar os estabelecimentos penais; o Patronato, presta assistência aos albergados e aos egressos; os Conselhos da Comunidade, representam a atuação da sociedade na busca de recursos materiais e humanos para melhorar a situação do preso, como órgãos que foram criados com o objetivo de dar apoio à administração prisional, e também prestar auxílio aos egressos após o cumprimento da pena, indicando emprego ou fazendo a intermediação de contato com a família. Os Conselhos representam a atuação da sociedade na busca de recursos materiais e humanos para melhorar a situação do preso e da pessoa egressa.

Em decorrência destas medidas, foram criados projetos no intuito de recolocar o egresso no mercado de trabalho. O Projeto Começar de Novo do Conselho Nacional de Justiça, atua em 18 estados do país mais o Distrito Federal. O Projeto tem por objetivo envolver órgãos públicos e a sociedade civil, de todo o país para formar parcerias que forneçam postos de trabalho e cursos profissionalizantes aos presos e egressos do sistema carcerário. Inserido no projeto há o Portal de Oportunidades, que disponibiliza vagas de trabalho e cursos de capacitação ofertados por empresas privadas e instituições públicas parceiras, que recebem o Selo do Programa Começar de Novo concedido pelo Conselho Nacional de Justiça. Porém, na Cidade do Rio de Janeiro, vários projetos funcionam de forma precária dificultando o processo de retorno de pessoas egressas do sistema prisional à vida fora da prisão. A falta de assistência ao egresso do sistema prisional podem ter efeitos negativos em suas vidas em vários sentidos, a começar pela realidade de lutarem contra as idiosincrasias e contradições da pena.

Os dados expostos no INFOPEN 2017, demonstrando o aumento exponencial de pessoas privadas de liberdade e o perfil étnico, etário, educacional e socioeconômico dessa população encarcerada, refletem a extrema desigualdade social brasileira. Tendo como foco o sistema penitenciário do Rio de Janeiro, foi realizada pesquisa afim de verificar a existência dos diferentes tipos de atendimento ao egresso do sistema prisional no âmbito das esferas Federal, Estadual, Municipal e Organizações não Governamentais (Ong's), e também por parte de instituições religiosas e cooperativas sociais.

A pesquisa foi realizada a partir da utilização de operadores booleanos, pela combinação de palavras-chave. Os documentos recuperados são os que contêm os termos que satisfazem

a expressão lógica utilizada na consulta. Para uma recuperação de qualidade, houve o planejamento da estratégia de busca. Na pesquisa, foram utilizados os operadores “AND”; “NOT” e “OR”, presentes em todos os sites de busca, e que significam, respectivamente, E, OU e NÃO. O operador “AND” fornece a intercessão, ou seja, mostra resultados que contenham todas as palavras chave digitadas, restringindo o resultado da pesquisa. O operador “NOT” inclui o primeiro termo e exclui o segundo, mostrando resultados contendo apenas o primeiro termo; o operador “OR” fornece uma lista de resultados contendo pelo menos uma das palavras ampliando a busca.

Com os resultados obtidos, foi possível verificar que a maioria dos serviços oferecidos por estas instituições, são voltados para a formação profissional e à inserção no mercado de trabalho, seja este formal ou informal, já o atendimento individual, é voltado para a retirada de documentos ou no auxílio quanto às dificuldades encontradas pelo egresso no retorno do lar. As instituições religiosas utilizam seus próprios recursos mantendo contatos e relações de trabalho e parceria com organismos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e Ong’s localizadas no estado e nas demais unidades federativas, na busca por projetos que ofereçam oportunidades aos egressos quanto à inserção no mercado de trabalho, educação, capacitação e tratamento de saúde. No Rio de Janeiro, a Pastoral Carcerária, cujo trabalho é referência na perspectiva de direitos do preso e do egresso, atua através da Arquidiocese de São Sebastião do Rio De Janeiro. As cooperativas sociais de reciclagem, agrupam pessoas egressas, seus familiares e também a comunidade, citamos como exemplo, a Cooperativa de Reciclagem eu Quero Liberdade Ltda (COOPER LIBERDADE), formada majoritariamente por egressos do sistema penal e familiares, que trabalham na coleta seletiva de lixo e na comercialização de recicláveis, como forma de geração de renda para seus integrantes.

Apesar de algumas iniciativas, no estado do Rio de Janeiro, vários projetos funcionam de forma precária, ou foram extintos, como por exemplo o projeto Agentes da Liberdade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo, seu foco era o de garantir apoio e condições para o desenvolvimento de atividades produtivas, desenvolvimento humano, participação comunitária, aumento de empregabilidade e retorno à família, através de acompanhamento realizado por outros egressos do sistema penitenciário, denominados Agentes da Liberdade, estes, eram capacitados para acompanhar novos egressos quando de sua saída da prisão. O Programa, foi um dos mais bem sucedidos implantados no Rio de Janeiro, tendo inclusive, sua excelência reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), concedendo ao Município do Rio de Janeiro prioridade na captação de fundos e no intercâmbio no combate às drogas e à criminalidade, porém o programa foi extinto no ano de 2006.

A falta de continuidade dos programas, é um fator que acaba dificultando o processo de retorno das pessoas egressas do sistema prisional à vida fora da prisão, que são rotulados e estigmatizados passando a viver à deriva, à margem da sociedade, devido à dificuldade em se adaptar à vida em liberdade. A implementação parcial dos serviços de atendimento ao egresso, levando em conta a falta de acesso a direitos fundamentais como a saúde, educação, formação profissional e trabalho, aliadas a condições degradantes no ambiente do presídio, causam efeitos muitas vezes devastadores na vida destas pessoas.

De acordo com as Leis, o Estado que pune deve ser o mesmo que propicia o processo de ambientação da pessoa egressa, um princípio que deveria ser pautado considerando fatores, conforme esclarece Farias (2016, p. 22), da seguinte forma:

“rompimento do passado do crime, estranhamento decorrente da saída da prisão, familiarização do ambiente físico transformado, ruptura com a temporalidade do ambiente da prisão, dificuldade de desapego à prisão e perda de vínculo com outros

presos, dificuldade de abrir mão das referências das autoridades prisionais e a retomada da convivência familiar”,

porém verifica-se que este processo não é realizado, os projetos acontecem de forma precária, sem continuidade e políticas públicas efetivas que deem respaldo. Há também aspectos do ambiente externo que precisam ser considerados e que são apontados no documento Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Atendimento às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, do Ministério da Justiça que são: a) mobilidade, uma vez que do momento da saída do presídio, a pessoa egressa muitas vezes não dispõe de passagens sequer para deslocar-se à sua residência; b) documentação, já nem sempre os presos possuem documentação pessoal como certidão de nascimento, carteira de identidade, certificado de reservista, e carteira de trabalho, e ainda que a documentação tenha sido encaminhada e confeccionada durante a prisão, nem sempre o egresso poderá acessá-la durante sua saída por questões de transferência de local ou pendências ocasionadas pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas junto à justiça eleitoral ou exército, por exemplo; c) fragilidade nos vínculos familiares e comunitários, ocasionados pelo distanciamento do convívio, dificultadas por fatores como falta de verba para passagens, disponibilidade do tempo despendido para a visita, entre outros motivos, que contribuem para o distanciamento com a família e a comunidade a que pertence ocorra; d) trabalho, a ausência de qualificação profissional e a precária formação educacional dificultam o acesso ao trabalho, as marcas deixadas pela permanência na prisão, que irão acompanhar o egresso do sistema penal, mesmo após ter cumprido a pena e alcançado a liberdade, aliadas ao preconceito por parte da sociedade, são fatores que impedem sua inclusão no mercado de trabalho; e) a moradia é uma outra questão, pois muitas vezes o egresso não tem para onde ir ao sair da prisão, e este é um aspecto que dificulta sua inclusão no mercado de trabalho; f) os antecedentes penais e o preconceito são elementos de discriminação sentidos pelo egresso e muitas vezes por sua família, e não se restringe apenas às empresas, a comunidade em geral é avessa aos ex-condenados. A sociedade deseja que os criminosos sejam condenados e presos, poucos se importam com estas pessoas depois que tem a pena cumprida. Cedo ou tarde, ocorrerá a liberdade dos presos, por isso é necessário a sua adaptação e qualificação, para quando se tornar egresso, este encontre caminhos para reconstrução de sua dignidade, mediante trabalho; g) as dificuldades cognitivas e a defasagem informacional, são questões que acompanham o egresso mesmo antes de adentrar ao mundo do crime, haja visto que o nível de escolaridade das pessoas que cumprem pena de privação de liberdade no Brasil é resultado das desigualdades sociais, da seletividade penal, e das quase inexistentes possibilidades quando da saída da prisão, uma vez que conforme aponta o relatório do INFOPEN, cerca de 80% da população carcerária possui no máximo ensino fundamental completo, e o ensino aplicado na prisão em nada contribui para reversão deste quadro, que é ainda mais agravado se levando em conta a dificuldade de acesso à cultura, à informação e à formação profissional, além do pouco conhecimento quanto ao uso das tecnologias de informação, tão importantes para o acesso ao mercado de trabalho e aos demais serviços sociais; h) o acesso à justiça é prejudicado em decorrência dos problemas de mobilidade, desconhecimento a respeito do uso da plataforma da Defensoria Pública e demais instituições que compõe o sistema de justiça que possam vir a auxiliar o egresso e sua família na defesa de seus direitos, que muitas vezes exigem persistência por parte de quem o reivindica; i) os problemas de saúde, somam-se às inúmeras dificuldades encontradas pelo egresso do sistema penal, que acabam por repercutir em sua inserção do mercado de trabalho; j) o uso de drogas, muitas vezes já presente no processo de criminalização e no contexto prisional, é um outro fator que irá exigir esforços por parte da pessoa egressa e seus familiares; k) uma outra questão é a da vinculação e dependência ao ‘mundo do crime’, uma vez que esta, muitas vezes não termina com a saída da prisão, já que a dependência estabelecida pela troca de favores dentro do sistema prisional poderá ter

continuidade, principalmente se agregada às dificuldades encontradas pelo egresso, para o ingresso no mercado legal de trabalho.

Ressocializar ou punir são dilemas a serem pensados pela sociedade. É preciso, estabelecer a segurança social para só então discutir formas que permitam a sociedade, entender a necessidade de recuperar os nossos semelhantes de uma forma humana. A pessoa egressa do sistema prisional, carrega em si uma vivência de todo um processo de exclusão social, da implicação da prisão e suas consequências, da violação dos direitos sociais, entre outros processos, e por isso necessita da intervenção das três esferas do Estado, de forma positiva através da inclusão de políticas de assistência social envolvendo o egresso do sistema penal e seus familiares, a comunidade que o cerca e a sociedade como um todo, conforme aponta Vianna (2015, p. 84),

“capazes de funcionar como meios propiciadores para o sujeito fazer escolhas construtivas na vida. Todavia, no intuito de compreendermos como um ser humano coisificou-se, a ponto de matar outro ser humano, temos de considerar o fato de que, na luta pela sobrevivência, os sujeitos que vivem o circuito da exclusão, destituídos de bens de consumo e necessidades básicas, relegados a situações caóticas e condições deploráveis de uma vida, marcada por toda a ordem de vivências trágicas e mazelas sociais, tornam-se mais vulneráveis à criminalização.

Com a ausência destas medidas, torna-se muito difícil para o egresso não reincidir no crime, e esta parece ser a questão principal, falta por parte do Estado investimentos efetivos para com a pessoa que cumpre pena, para que ao sair da prisão, o egresso possa ter um trabalho que lhe devolva a dignidade para reconstrução de sua vida fora do ambiente do presídio, apresentando alternativas que não seja a reincidência ao crime.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7210.htm>. Acesso em: 02.jul.2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais**. Disponível em: <www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/.../c291046c303e359f32873a74b836efcd.pdf>. Acesso em: 10.jul.2018.

FARIAS, Ramos Francisco de, **Os efeitos da prisão na ambientação do egresso do sistema penal no retorno à liberdade**, 2016. 42 p. Projeto de Pesquisa. Trabalho não publicado.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Andréia Benedetto da, **Revista Biblio, cultura informacional**, 2017. Disponível em: <<http://biblio.info/operadores-booleanos/>>. Acesso em: 10.jul.2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **Penal e Penitenciária Internacional Federal**. Disponível em: <www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/48650/pdf/48650.pdf>. Acesso em: 10.jul.2018

VIANNA, Gláucia Regina; FARIAS, Francisco Ramos de, **Trauma Memória e Violência**. Curitiba: Juruá, 2015.

MECANISMOS E FERRAMENTAS DA ÁREA DA SAÚDE NO PROCESSO DE AUMENTO DA LONGEVIDADE NA POPULAÇÃO IDOSA

ERIKA COSTA BARRETO

*Doutoranda em Cognição e Linguagem
erikacostabarreto@yahoo.com*

GUSTAVO SANTOS CRESPO

*Aluno Especial de Mestrado em Cognição e Linguagem UENF
gustsc@hotmail.com*

ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE

*Professora do Programa de
Pós Graduação em Cognição e Linguagem UENF
rosaleeistoe@gmail.com*

Resumo

Esse artigo busca demonstrar as conquistas da humanidade no que se refere à longevidade e as medidas a serem tomadas para que seja garantida uma vida mais longa com boas condições físicas e cognitivas, que em várias culturas e independente de classe social, credo ou raça, obtiveram uma melhora na qualidade de vida com a diminuição da mortalidade infantil e aumento do número de idosos. A mudança do estilo de vida assim como a prática de atividade física no combate ao sedentarismo, bem como a melhora na alimentação com a escolha de produtos mais saudáveis e equilibrados, tem contribuído para uma diminuição na incidência de doenças cardiovasculares e ligadas a distúrbios do metabolismo garantindo não só uma vida mais longa mas também, uma vida sem limitações.

Palavras-chave: estilo, idoso, longevidade, saudável, sedentarismo

ABSTRACT

This article has the goal of demonstrate the achievements of humanity about longevity and the measures to be taken to ensure a longer life with good physical and cognitive conditions, which in various cultures and independent of social class, creed or race, obtained an improvement in the quality of life with the reduction of infant mortality and an increase in the number of the elderly. The change of lifestyle as well as the practice of physical activity in the fight against sedentarism, as well as the improvement in the diet with the choice of healthier and more balanced products, has contributed to a decrease in the incidence of cardiovascular diseases and linked to disorders of metabolism ensuring not only a longer life but also, a life without limitations.

Key-words: style, elderly, longevity, healthy, sedentarism

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde tempos remotos observamos que a humanidade, em suas diferentes culturas e organizações sociais, vem buscando entender os mecanismos e etapas relacionadas ao envelhecimento e, concomitantemente, vem buscando meios de retardar ou, até mesmo, impedir este processo, que se caracteriza por um declínio cognitivo, físico e biológico, e que, de uma forma significativa, limita o sujeito levando-o à morte.

Temos observado recentemente, entretanto, um aumento importante da longevidade das populações, com a manutenção de uma boa capacidade cognitiva e física, fato este que espelha as mudanças que vêm ocorrendo na alimentação e no estilo de vida, bem como também reflete um avanço das tecnologias ligadas à medicina que, se mostram eficientes em curar ou retardar doenças que até em tempos passados eram fatidicamente letais.

O aumento da prevenção na população, desde os primeiros anos de vida até a terceira idade, em assuntos ligados à saúde física e psicológica, tem se configurado como importante contribuinte para que o fenômeno da ampliação da expectativa de vida da população global se torne uma realidade crescente e cada vez mais abrangente.

A esperança de um possível prolongamento da vida com qualidade, ou mesmo um adiamento significativo nos aspectos que indicam a velhice vem se mostrando um combustível relevante para o avanço das pesquisas nas áreas relacionadas à saúde, notadamente nos últimos tempos. E com isso, também vemos crescer consideravelmente o número de pesquisas acerca do tema.

A indústria farmacológica através do investimento em laboratórios cada vez mais modernos vem obtendo resultados promissores, desenvolvendo e apresentando medicações antes inexistentes. Algumas classes dessas drogas tais como anti-hipertensivos e remédios para o controle da diabetes, por exemplo, são responsáveis pelo aumento da expectativa de vida de pessoas, tendo em vista o melhor controle das doenças, evitando comorbidades e patologias oportunistas, bem como limitações por sequelas que, em outras épocas, levaria a morte.

Além disso, o avanço nos estudos da genética, com a descoberta de genes causadores de doenças, bem como com a utilização de células tronco, tem se mostrado promissor no tratamento dessas afecções degenerativas e daquelas ligadas às alterações do DNA. Sabemos que este é um campo promissor de pesquisa e que ainda temos muito a descobrir o que nos mostrará novos tratamentos para doenças que anteriormente estavam limitadas apenas a um acompanhamento paliativo sem a perspectiva da cura.

Tendo como base tais informações, o objetivo do presente estudo é demonstrar os mecanismos mais utilizados recentemente e que vêm se configurando como ferramentas importantes na área da saúde, para o processo do aumento da longevidade da população idosa, melhorando a sua qualidade de vida no que se refere à manutenção de melhores condições físicas e mentais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido a partir da seleção de artigos e bibliografias relacionados à questão do envelhecimento e a um estilo de vida capaz de aumentar a longevidade garantindo sua qualidade. Ele se refere a uma abordagem qualitativa pautada na revisão de artigos originais que foram, em sua maioria, publicados nos últimos cinco anos, e que trouxeram resultados sobre as pesquisas mais recentes a respeito do assunto para que fosse respondida a pergunta problema e, assim, tornar possível ajustar os principais pontos do desenvolvimento da pesquisa.

DISCUSSÃO

O Elixir da Vida Longa

O processo de envelhecimento tem sido tema de debate em diversas áreas científicas e ocorre independentemente da cultura, religião ou classe econômica. Um dos aspectos que tem sido observado e justificado para a transição demográfica é que, com declínio das taxas de fecundidade e a redução da mortalidade infantil, a presença de recursos tecnológicos na saúde e conquistas sociais como aposentadoria e benefícios, entre outros, trazem bons resultados para o aumento da expectativa de vida. As observações desses aspectos promovem mudança de percepção individual sobre o processo do envelhecimento humano (BRASIL, 2017).

O significativo aumento no número de pessoas idosas traz à tona questionamentos e desejos, não só de uma vida longa, mas também da qualidade e manutenção da saúde cognitiva. As pesquisas apontam que grande parte das doenças que acometem os idosos não são transmissíveis, são crônicas, podem promover limitações físicas e cognitivas, afetam a execução da autonomia nas atividades do dia-a-dia dos idosos e, comprometem a vida das pessoas que envelhecem (SOARES, SOARES e ISTOE, 2016)

Ter uma vida longa, envelhecer com qualidade, de forma saudável e permanecer aparentemente jovem é o desejo de todos os seres humanos. Entretanto, fato é que, por maior que seja o anseio dessa vida longa, ainda não encontramos essa fórmula. (BENEVENUTI, LYRA e AZEVEDO). Buscado por alquimistas desde os primórdios, o Elixir da Imortalidade seria uma poção capaz de tornar a vida longa ao ponto de não ter fim, visto sua capacidade de curar todas as possíveis doenças que pudessem ser capazes de colocar um fim à existência humana (ALVES, 2017).

Em algumas mitologias, tais como a grega e a nórdica, observa-se a crença em determinados tipos de alimentos com tais propriedades capazes de realizar este feito. Diversas lendas relatam ainda fontes e poções que prometem a juventude eterna (ROCHESTER, 1990).

Em tempos remotos, a busca que se fazia girava em torno do não envelhecimento e da manutenção do corpo e da mente jovens, sendo uma busca mais romântica da juventude eterna e não um retardo do envelhecimento, este último, considerado como inevitável.

Ocorre que, em tempos atuais, nossa sociedade vem observando cada dia mais um aumento significativo na faixa etária da população como um todo, fato que é resultante de um avanço da medicina e da indústria farmacológica que, juntas, são capazes de eliminar determinadas doenças, ou mesmo retardá-las, o que inevitavelmente faz com que as pessoas vivam mais. O aumento dos cuidados pessoais para com o idoso, bem como a prática de atividades físicas e um estilo de vida saudável, em consonância com os aumentos dos cuidados em saúde podem ser apontados como fatores imprescindíveis para a observação do fato em questão.

No tempo atual, se mostra de suma importância criar estratégias que possam atender as necessidades para a melhora da saúde das pessoas mais velhas, sendo esse um dos objetivos principais da nossa sociedade, visto o aumento dessa população que, naturalmente, sofre um processo degenerativo que impacta tanto seus aspectos biológicos quanto os cognitivos. A população idosa, portanto, se vê agora diante de novas soluções para o melhoramento desses aspectos graças aos avanços tecnológicos na área da saúde (ALVES, 2017).

Longevidade e Estilo de Vida

O estilo de vida adotado pelas pessoas durante sua existência tem sido considerado pela Organização Mundial da Saúde (2014) como um dos principais fatores relacionados à promoção da manutenção e proporção da saúde, impactando diretamente a expectativa de vida. Dentro desse quesito podemos citar os hábitos cotidianos que se repetem pela maior parte da vida do indivíduo, que engloba os cuidados com a higiene pessoal, alimentação, prática de atividades físicas, uso e abuso de drogas ou substâncias, até o uso de aparelhos tecnológicos, locomoção diária, administração financeira e uso adequado de medicações. (MACIEL, 2010).

Dentre as mudanças que vêm sendo apontadas como mais significativas no aumento da expectativa e qualidade de vida, podemos destacar:

Na sociedade ocidental, a busca pelo significado de envelhecimento bem-sucedido começou em 1944, ano em que o American Social Science Research Council estabeleceu o Committee on Social Adjustment to Old Age (Torres, 1999). Além de iniciar a discussão sobre a definição do conceito, o trabalho realizado por esse comitê resultou no desenvolvimento de instrumentos de medidas que correlacionaram o bem-estar subjetivo aos fatores autonomia, bem-estar psicológico, estratégias de enfrentamento e geratividade (TEIXEIRA, 2008).

Os critérios utilizados para mensurar a qualidade de vida incluem aspectos objetivos e subjetivos. Dentre os critérios objetivos podemos citar o cumprimento das necessidades básicas, que se relacionam com aspectos socioeconômicos, enquanto os processos referentes à subjetividade incluem realização pessoal e a perspectivas relativas à afetividade, bem como felicidade, amor e prazer (SCHWANKE et al, 2016).

Os fatores relacionados ao desenvolvimento humano incluem, ainda, critérios de satisfação individual e coletivos que devem levar em consideração o desenvolvimento humano como um todo, e não apenas a parte da vida referente ao envelhecimento (FERIGNO, 2016).

Diversos autores consideram importante e concordam que qualidade de vida para o idoso engloba além dos fatores já citados, outros como espiritualidade, honestidade e solidariedade, educação e ausência de violência.

Segundo Teixeira (2008), alguns autores ressaltam que o envelhecimento envolve aspectos positivos e negativos e que o primeiro é capaz de compensar o segundo no sentido de que, as capacidades acumuladas pelos anos vividos e pelos desafios vencidos durante o percurso da vida aumentam significativamente a capacidade de resiliência do idoso. Porém, saber mais e se tornar mais apto a lidar com as adversidades da vida não significa que tudo sejam flores. Existem, concomitantemente ao processo de envelhecimento, as limitações físicas e cognitivas advindas da má conservação do corpo e da mente, ou ainda, advindos de processos degenerativos naturais que envolvem e englobam o viver.

Importante salientar que o processo de envelhecimento não se dá após o término da fase adulta, mas se inicia muito antes, ainda na infância, visto que começamos a envelhecer a partir do momento em que nascemos. A longevidade pode ser considerada a partir da infância, pois nesta etapa começam a se desenvolver os hábitos que contribuirão para os processos biológicos da vida em desenvolvimento e que determinarão aspectos referentes à saúde ou a doenças como podemos observar na fala de Minayo e Gualhano:

Na perspectiva biomédica, a noção de continuidade do ciclo de vida deriva de conceitos biológicos, especialmente epigenéticos, em que reações inflamatórias e de sensibilidade diferenciada e sinais hormonais podem ocorrer frente a estresses vividos,

como, por exemplo, no caso de carência alimentar ou violências incorporando-se ao comportamento celular. Por isso, certos teóricos postulam que alguns momentos da vida, especialmente os iniciais, são críticos para os padrões que afetam a experiência e o comportamento posterior até a velhice. Relevante, porém é o recente conceito de plasticidade epigenética que inaugura a possibilidade de alterações em nível celular serem reversíveis quando o indivíduo é exposto a um ambiente positivo, tanto nas condições de vida quanto no seu ambiente social (MINAYO e GUALHANO, 2018).

Algumas alterações referentes ao estilo e modo de vida vêm sendo consideradas pelos autores como de importância significativa para os índices de aumento da expectativa de vida do idoso. Dentre elas podemos citar:

1. Alimentação mais saudável: a busca de uma alimentação mais saudável com produtos orgânicos e menos industrializados, com menor teor de produtos químicos tem ganhado cada vez mais adeptos em todo o mundo. As pessoas estão optando por produtos mais frescos, cultivados de uma forma mais sustentável, usando técnicas de manejo que dispensam o uso de agrotóxicos ou adubos químicos.

A indústria de alimentos, na tentativa de aumentar seus lucros, vem desenvolvendo produtos que sejam mais duradouros através de conservantes químicos, com substâncias nocivas ao organismo, priorizando o aumento da produtividade, sem levar em consideração a qualidade e malefícios desses alimentos aos consumidores. O aumento do consumo de alimentos contendo corantes, conservantes e substâncias tóxicas tem contribuído para o aparecimento de doenças ligadas ao consumo desses alimentos que, de médio a longo prazo, são responsáveis pela elevação da mortalidade da população (MCARDLE, 2015).

Recentemente as grandes empresas do gênero alimentício estão valorizando a parcela da população que vem optando por hábitos mais saudáveis e com isso aumentando a oferta de alimentos livres de substâncias tóxicas nas prateleiras dos supermercados e dos grandes varejistas, fazendo com que o fornecimento desses itens aumente e que uma maior quantidade de consumidores tenha acesso a esses produtos.

2. A Experiência religiosa: a fé em algum tipo de religião vem sendo estudado como um modo de melhorar a resposta terapêutica de pacientes em acompanhamento de enfermidades variadas, sendo encarada como adjuvante no tratamento de doenças agudas, crônicas e emocionais.

Aquino (2016) observou que pacientes submetidos a tratamentos como quimioterapia e que apresentavam uma crença sólida obtiveram melhores respostas quando comparados a doentes que também se submeteram ao mesmo tratamento para combater o mesmo tipo de doença. Concluiu-se que pacientes com a fé em alguma religião ou uma crença sólida, conseguiram uma recuperação mais rápida.

Acredita-se que quando pacientes apresentam pensamentos mais positivos diante dos problemas, a resposta imunológica e a liberação de substâncias benéficas ao organismo ajudariam na ação dos medicamentos e recuperação do corpo como um todo. O referido estudo não especificou nenhuma religião apenas fez comparações com pacientes que tinham alguma crença e os que não tinham nenhuma.

3. Prática de atividade física: A prática regular de atividade física configura-se como uma realidade que visa não apenas a obtenção de uma vida saudável ou ao combate do sedentarismo, mas tem se tornado um novo meio de viver na medida em que a manutenção do corpo, que nos ajuda na locomoção diária e nos afazeres que mantêm a vida, se dá através da exercitação contínua e eficaz da máquina humana.

A exercitação física constante praticada pelas pessoas tem contribuído para a melhora de muitos marcadores de saúde que são relevantes para caracterização de uma melhora na longevidade e qualidade de vida.

Conforme já mencionado anteriormente, o envelhecimento não se inicia na terceira idade, por volta dos 60 anos (idade considerada marco para o início dessa fase do desenvolvimento), mas a partir do momento em que nascemos. Por volta dos 30 anos de idade, inicia-se uma diminuição da massa muscular que vem acompanhada de um ganho significativo do percentual de gordura. A perda do tônus muscular e da capacidade e velocidade em movimentar-se talvez seja uma das características mais marcantes observadas pelas pessoas idosas.

A atividade física oferece benefícios variados à saúde das pessoas de forma geral, incluindo a melhora do índice glicêmico, que contribui para a prevenção do diabetes e de doenças ecomorbidades associadas a essa patologia, como aterosclerose diabética, responsável por um grande número de amputações e feridas crônicas que levam muitos à incapacitação e a limitações de atividades diárias havendo a necessidade de curativos frequentes assim como o uso de medicações específicas aumentando os gastos com a saúde desse paciente.

A insuficiência renal e a retinopatia também são exemplos de doenças que podem surgir como consequência do diabetes e comprometer a produtividade e a qualidade de vida desses pacientes afetados por essas comorbidades bem como o aumento dos gastos do serviço público (NAHAS, 2013).

As doenças cardiovasculares também tendem a aumentar com o sedentarismo, o que pode levar a infartos com limitações e até mesmo a morte. Podemos apontar a atividade física como uma forma de evitar ou reverter, em alguns casos, essas doenças.

Alguns comportamentos também vêm contribuindo para a diminuição da expectativa de vida que se apresenta de formas diferentes dependendo do nível sócio econômico e de desenvolvimento do país ou região estudada.

O aumento da oferta de alimentos com alto índice glicêmico vem contribuindo para o aparecimento das doenças relacionadas ao consumo excessivo dessas substâncias tão prejudiciais à saúde. Questiona-se com frequência o fato de algumas patologias terem se tornado mais frequentes recentemente do que as observadas em pessoas de gerações anteriores. Tais fatos se devem ao aumento da industrialização dos alimentos, que passaram a conter mais conservantes, e à facilidade em adquirir alimentos de fácil consumo e altos teores de substâncias químicas que têm a finalidade de conservar, aromatizar e temperar o que comemos. Associa-se a isso, o encarecimento e dificuldade encontrados para a aquisição de produtos *in natura*, livres de conservantes e/ou agrotóxicos. (MCARDLE, 2015).

O aumento da ingestão de carboidratos e alimentos muito processados e industrializados também é responsável por um maior número de doenças relacionadas a essas substâncias.

O glúten é um dos atuais e maiores vilões da alimentação moderna. Responsável pela elasticidade contida nas massas, essa substância trata-se de um composto de proteínas encontrado na farinha de trigo, centeio e cevada. Apesar de sua ingestão ser contra indicado apenas às pessoas que apresentam intolerância a tal substância, dietas alimentares destinadas ao emagrecimento têm evitado o glúten, uma vez que sua retirada do planejamento alimentar melhora o funcionamento intestinal.

Entretanto, não se observa, de forma geral, uma melhora na qualidade de vida ou aumento da longevidade com base única no critério de exclusão do glúten, isoladamente, das dietas. O

processo de exclusão e seleção dos alimentos consumidos pelas pessoas pode elevar o padrão nutricional e aumentar o bem estar de forma geral.

A respeito das doenças mais comuns e com índices cada vez mais alarmantes, destaca-se a diabetes, que cresceu 61,8% nos últimos dez anos segundo uma pesquisa realizada no Brasil. Laboissière (2017), apresenta resultados dentre os quais as mulheres se destacam como gênero mais afetado e diagnosticado.

Segundo o referido estudo, o Rio de Janeiro é a capital brasileira com a maior prevalência de diagnóstico médico de diabetes, com 10,4 casos para cada 100 mil habitantes. O levantamento revela que, no Brasil, o indicador de diabetes aumenta com a idade e é quase três vezes maior entre os que têm menor escolaridade.

A hipertensão vem logo atrás da diabetes com seus incríveis 14,2% de crescimento na última década. O diabetes, a hipertensão arterial e a obesidade são doenças graves com muitas comorbidades e complicações, podendo provocar desde limitações momentâneas ou permanentes até a morte desses pacientes, o que poderia ser evitado.

Algumas medidas preventivas e educacionais que começam pela reeducação alimentar, prática de atividade física regular e consumo moderado dos alimentos, privilegiando aqueles mais saudáveis, preferencialmente orgânicos, livres de conservantes e agrotóxicos e com baixo teor glicêmico, se tornam importantes na tentativa de retardar ou impedir o aparecimento dessas doenças.

Dentre as possíveis medidas a serem tomadas no combate às doenças e na melhora no estilo de vida, bem como potencialização de sua longevidade, a prática de atividade física é apontada pela Organização Mundial de Saúde (2014) como a principal pertencente ao rol de ações promotoras de um estilo de vida considerado saudável.

A OMS define atividade física como sendo qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que requeiram gasto de energia – incluindo atividades físicas praticadas durante o trabalho, jogos, execução de tarefas domésticas, viagens e em atividades de lazer (OMS, 2014).

Estudos epidemiológicos apontam que a prática regular de atividade física é responsável por benefícios nas áreas psíquicas e fisiológicas. Manzo (2009 apud MACIEL 2010) realizaram um estudo no sul do Brasil que contou com 150 participantes de ambos os sexos a respeito da repercussão da prática de atividade física na autoimagem e na autoestima dos idosos, tendo encontrado resultados positivos que apontam para a correlação entre os fatores mencionados e a prática de atividade física regular.

Tais dados indicam que a exercitação corporal regular e moderadamente pode não apenas minimizar os danos causados pela natural degeneração da estrutura física humana, mas também é capaz de se tornar uma prática motivadora e desafiadora, que coloca o indivíduo em contato com seu corpo e com a sua mente, conectando-os e fortalecendo-os na busca de uma qualidade de vida melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não nos parece distante uma época em que a maior parte dos escritos acadêmicos voltavam-se primordialmente para estudos referentes às faixas etárias de crianças e adolescentes, dando a entender, de certa forma, que o envelhecimento não se configurava como parte importante do processo do desenvolvimento humano, não requerendo por este motivo, um olhar mais atento da sociedade e da comunidade acadêmica.

Entretanto, a partir do século XX, autores como Elie Metchnikoff, Stanley Hall, dentre outros, apontaram a significância de se estudar e entender os aspectos gerontológicos, coletivos e particulares como forma de promoção da saúde dos seres humanos de uma forma geral.

Grande parte dos autores estudados concorda com a ideia de que envelhecer de forma saudável envolve um bom funcionamento do corpo e da mente, bem como baixa capacidade de contrair doenças e ter uma vida ativa em relação à sociedade e ao grupo de pertinência.

Concluimos que este estudo demonstra que a longevidade tem se mostrado uma realidade nas últimas décadas devido ao aumento do acesso às tecnologias disponibilizadas pelas áreas da saúde de forma geral, bem como uma melhora significativa na qualidade de vida que inclui uma alimentação mais saudável e a prática de atividades físicas.

Notou-se ainda que o fortalecimento das crenças religiosas, seja ela qual for, tem se mostrado um fator importante e consideravelmente significativo em relação à melhor resposta ao tratamento de doenças crônicas como o câncer, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. **Longevidade, singularidade, criogenia e transumanismo**. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 24/02/2017. <http://www.ufjf.br/ladem/2017/02/24/longevidade-singularidade-criogenia-e-transumanismo-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves-2/> Acessado em 28/06/2018.

ANDRÉS, A. Os Idosos e a Cultura, in: BRASIL, C. **Brasil 2015: Desafios de uma Nação que Envelhece/ Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Bebates Estratégicos, Consultoria Legislativa**; relator Cristiane Brasil; Consultores Legislativos Alexandre Candido de Souza (coord.) Alberto Pinheiro (et al) – Brasília: amara dos Deputados, Edições Câmaras. 2017.

ANDRADE, N. et al. **Percepção de idosos sobre grupo de convivência: estudo na cidade de CajazeirasPB**. Revista Brasileira de Geriatria Gerontologia. v.17, n.1, p.39-48, 2014.

AQUINO, T. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas: **Depressão, percepção ontológica do tempo e sentido da vida**. *Rev. Bras. Ter. Cogn.* Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 35-41, jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2LvBGC9>. Acesso em: 26/05/2018.

BENEVENUTI, C.; LYRA P.; AZEVEDO, S.- A Beleza do Corpo que envelhece. In **Envelhecimento em Foco: Abordagem Interdisciplinares IV**. Campos dos Goytacazes. RJ, Brasil Multiculturam, Vol. IV. 2016.

BRASIL, C. **Brasil 2015: Desafios de uma Nação que Envelhece/ Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Bebates Estratégicos, Consultoria Legislativa**; relator Cristiane Brasil; Consultores Legislativos Alexandre Candido de Souza (coord.) Alberto Pinheiro (et al) – Brasília: amara dos Deputados, Edições Câmaras. 2017.

CAMARANO, A. A. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Orgs: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIOCOMIN, Karla Cristina. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

FERIGNO, J. C. O idoso como mestre e aluno das novas gerações. In: **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Orgs: Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomini. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

GOMES, C.M. et al **Stress and cardiovascular risk: multi-professional intervention in health education**. Revista Brasileira de Enfermagem. v.69, n.2, p.329-336, 2016.

Laboissière, P. Pesquisa revela que diabetes no Brasil cresceu 61,8% em dez anos in Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/pesquisa-revela-que-diabetes-no-brasil-cresceu-618-em-dez-anos>. Acesso em 23/10/2018.

LORENZETTI, M. S.; LAMOUNIER, L. Perspectivas Quanto a Mobilidade e ao Espaço Urbano em Função do Envelhecimento da População Brasileira in: BRASIL, C. Brasil 2015: **Desafios de uma Nação que Envelhece/ Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Bebates Estratégicos, Consultoria Legislativa**; relator Cristiane Brasil; Consultores Legislativos Alexandre Candido de Souza (coord.)Alberto Pinheiro (et al) – Brasília: amara dos Deputados, Edições Câmaras. 2017.

MACIEL, M. G. **Atividade física e funcionalidade do idoso**. Motriz, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010.

MCARDLE, W.D; KATCH, F.I; KATCH, V.L. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

MINAYO, M.; GUALHANO, L. É a partir da infância que se constrói a longevidade [online]. *SciELOemPerspectiva | Press Releases*, 2018 [viewed 30 June 2018]. Available from: <https://pressreleases.scielo.org/blog/2018/05/15/e-a-partir-da-infancia-que-se-construi-a-longevidade/>

NAHAS, M. V. **Atividade Física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 6 ed. Londrina: Midiograf, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE **Atividade Física - Folha Informativa N° 385 - Fevereiro de 2014**.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**, 2002/ Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. -- Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. -- 49 p.: 21 cm. -- (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

PIRES, S. L. **Avaliação Geriátrica Ampla -AGA**. In GORZONI; FABBRIL Livro de bolso de Geriatria. São Paulo: Atheneu, 2013.

ROCHESTER, J. W. **O elixir da longa vida**. São Paulo, Boa nova, 1990.

SCHWANKE, C.H.A.; DE CARLI, G.A.; GOMES; I; LINDÔSO, Z.C.L. **Atualizações em geriatria e gerontologia IV: aspectos demográficos, biopsicossociais e clínicos do envelhecimento**. Editora EDIPUCRS, Porto Alegre 1.ed. 2016.

SOARES, T. P.; SOARES, M. R. P. e ISTOIE, C. C. Longevidade e Qualidade de Vida: Doenças Crônicas no Processo de Envelhecimento-In: **Envelhecimento em Foco: Abordagem Interdisciplinares IV**. . Campos dos Goytacazes. RJ, Brasil Multiculturam, Vol. IV. 2016.

TAVARES, V.O, et al. **Interface entre a renda dos idosos aposentados rurais e contexto familiar**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 94 - 108, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3215/321527168008/> Acesso em 12/04/2017.

TEIXEIRA, I. N.; NERI, A. L. **Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida**. Successful aging: a goal in the course of life. Psicol. USP, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 81-94, mar. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851772008000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 29 jun. 2018.

SAÚDE PÚBLICA, POLÍTICA E GESTÃO NO TERCEIRO NÍVEL DA SAÚDE: O CASO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

Warlen José Sartório Rezende;

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
warlensartorio@gmail.com

RODRIGO DA COSTA CAETANO

Professor Associado e Chefe do Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico, Professor credenciado no Programa de Pós-graduação de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
profrodrigouenf@gmail.com

RESUMO

A evolução política e social de uma sociedade é constante e por isso está em frequente processo de mudanças e aperfeiçoamentos. Os processos e meios de garantia e assistência à saúde da população também estão inseridas nessa realidade. Conhecer e analisar como essas políticas públicas de saúde são aplicadas e geridas contribuem para criação de instrumentos para futuras adequações, melhorias e inovações que concorrerão para uma maior resolutividade na assistência hospitalar da saúde pública. Dessa maneira, o presente estudo se propõe a ter por objeto as relações entre Estado e gestão local de hospital privado de caráter filantrópico que possui contrato de prestação de serviços ao SUS. Analisar o funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro frente às políticas sociais de saúde e suas gestões no seu período de grave crise, culminando no seu fechamento e interrupção da assistência à população de 26 municípios do sul do Espírito Santo, observando atualmente os discursos do Estado acerca da oferta de saúde no terceiro nível da saúde em nível nacional e da região sul do ES e o contexto político nacional, no qual os discursos se inserem. Esta pesquisa tem caráter qualitativo/quantitativo por meio de um estudo de caso, com base inicial no levantamento bibliográfico pertinente à temática e em experiências referentes ao hospital. Espera-se com o presente estudo expor a relação do Estado e suas políticas de saúde com os hospitais filantrópicos, nesse caso a Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim - ES, um patrimônio à saúde da população.

Palavras-chave: Hospitais filantrópicos. Políticas Sociais. Gestão Hospitalar.

ABSTRACT

The political and social evolution of a society is constant and therefore is in frequent process of changes and improvements. The processes and means of guaranteeing and assisting the health of the population are also part of this reality. Knowing and analyzing how these public health policies are applied and managed contribute to the creation of instruments for future adjustments, improvements and innovations that will contribute to a greater resoluteness in public health care. In this way, the present study intends to have as object the relations between State and local management of private hospital of philanthropic character that has contract of service provision to SUS. To analyze the functioning of Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro in the face of social health policies and their management in the period of severe crisis, culminating in their closure and interruption of the assistance to the population of 26 municipalities in the south of Espírito Santo, currently observing the discourses of the State on

health supply at the third level of health at the national level and the southern region of the ES and the national political context in which the discourses are inserted. This research has a qualitative / quantitative character through a case study, with initial basis in the bibliographical survey pertinent to the theme and in experiments referring to the hospital. The present study is expected to expose the relationship of the State and its health policies with philanthropic hospitals, in this case the Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim - ES, a patrimony to the health of the population.

Keywords: Philanthropic hospitals. Social politics. Hospital management.

INTRODUÇÃO

Na passagem para o século XX, no Brasil, as políticas de saúde são estruturadas, tendo início ações de saneamento e combate às endemias, sendo esse período conhecido por sanitarismo campanhista, presente ainda na década de 1940 (MÉDICE, 1994).

Esse momento marca o início do desenvolvimento da assistência médica, ocorrendo de maneira principal em instituições previdenciárias como forma de amenizar tensões sociais e obter controle sob a força de trabalho. A cargo do Ministério da Saúde, criado em 1953, permaneceram as ações de caráter coletivo e as de caráter individual cresceram sob a responsabilidade das instituições previdenciárias (PAULUS JUNIOR; CORDONI JUNIOR, 2006).

A partir de 1970, a assistência médica individual predomina com estímulo à privatização dos serviços e crescimento das atividades hospitalares. Em 1976, o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) é criado, propondo um novo modelo com ênfase na assistência primária à saúde (CARVALHO; CORDONI JÚNIOR; MARTIN, 2001). Em 1986, é realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde onde mais tarde essas ideias e propostas acabam sendo absorvidas pela Constituição Federal de 1988 e subseqüentes leis orgânicas de saúde do Brasil que acabaram por criar o Sistema único de Saúde (SUS). Após a criação da Constituição de 1988 a saúde no Brasil passa a ser direito universal, direito de todo cidadão brasileiro e dever de todas as esferas de governo garantir assistência de forma integral preventiva e curativa. A gestão participativa é instituída representando importante renovação bem como comando e fundos financeiros únicos para cada esfera de governo (PAULUS JUNIOR; CORDONI JUNIOR, 2006).

Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) é criado, fruto de uma reforma setorial com doutrina voltada para a democratização da sociedade, alcançando muitos avanços apesar de suas diretrizes representarem um ideário a ser conquistado. Apesar disso, ele vem sofrendo com o descumprimento do que foi aprovado na Constituição Federal no que tange a pontos como os mecanismos de financiamento do sistema, bem como aos problemas oriundos da crise financeira provocada pelo aumento dos custos setoriais e mecanismos mundiais de ajuste fiscal, afetando negativamente as políticas sociais brasileiras (GIL, 2006).

No Brasil, quando nos referimos à organização dos serviços de saúde, o que ainda predomina é o modelo de atenção centrado nos hospitais, que absorvem a maior parte dos recursos financeiros, materiais humanos, recursos tecnológicos disponíveis e necessários para a prestação de serviços mais eficazes de saúde. Valendo ressaltar que os hospitais representam a porta de entrada ao SUS para os problemas de saúde que o nível primário, por diferentes razões, ainda não consegue resolver (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013).

A baixa eficiência dos hospitais brasileiros vemaumentando nas últimas décadas, principalmente no caso dos hospitais públicos. O Ministério da Saúde, em 2004, redige o documento "Reforma

do Sistema da Atenção Hospitalar Brasileira”, onde apresenta problemas da rede, citando a relativa insuficiência de leitos; má distribuição territorial dos leitos; deficiente gestão da rede e das unidades hospitalares públicas e privadas; mecanismos de pagamentos e de auditoria inadequados; implementação da política de regionalização e hierarquização dos serviços ainda incipientes; também incipiente o controle sobre a produção de serviços hospitalares em quantidade e qualidade que permita análise de adequação às necessidades e à satisfação dos usuários (PARPINELLI, 2005).

Quando se analisa a remuneração dos serviços utilizada pelo SUS percebe-se uma forma de pagamento por serviços prestados com variações de critérios e tabelas de procedimentos (ambulatoriais, laboratoriais, hospitalares, públicos e privados), o que o torna bastante discutível visto grandes diferenças no que diz respeito a valores estipulados e valores reais de tais serviços. De acordo com Campos (2007), se faz necessário uma reformulação da forma de repasse dos recursos aos gestores loco-regionais e aos prestadores de serviços como estratégia importante para assegurar a continuação da reforma sanitária brasileira e a consolidação do SUS.

Dentro dessa realidade, enquadradas no terceiro nível da saúde brasileira e desenvolvendo importante papel na saúde da população, encontram-se as Santas Casas de misericórdia, que ao longo dos anos vem sentindo diretamente mudanças no que diz respeito à gestão dos órgãos de saúde e de seus próprios mecanismos de administração, se adequando às realidades vigentes.

De sua criação até a atualidade, a Santa Casa vem sobrevivendo aos embates e dificuldades, cumprindo sua missão de assistência de saúde à população mais carente de todo o sul do Estado do Espírito Santo, prestando assistência a 26 municípios.

Com as transformações geradas pela implantação do SUS, principalmente no que se refere aos insuficientes pagamentos e repasses de verbas do Estado para o hospital nesse novo modelo, teve-se como consequência o fechamento da Santa Casa em 1999, interrompendo os serviços hospitalares à população (COSTA, 2011).

Após aproximadamente pouco mais de um mês, com novos acordos entre o governo do Estado e o município, juntamente com a participação de empresários, empresas e setores da sociedade, o hospital volta a funcionar com a igreja católica a frente de sua gestão. Assim, a Santa Casa toma novo fôlego e até hoje vem realizando seu trabalho inserido nas políticas sociais de saúde existentes, aprimorando sua gestão e levando a assistência de saúde ao sul do Estado do Espírito Santo (COSTA, 2011).

Nesse momento da pesquisa pretende-se refletir acerca das políticas sociais de saúde voltadas para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim-ES, enquanto um patrimônio para população capixaba, mais precisamente residente ao sul do estado, observando da gestão às perdas e conquistas nessa relação entre saúde pública, política e assistência hospitalar ao cidadão.

METODOLOGIA

No percurso metodológico da pesquisa de caráter qualitativo/quantitativo, o estudo de caso tem como base inicial o levantamento bibliográfico pertinente à temática e experiências referentes ao hospital. Os dados foram coletados a partir de pesquisa realizada em bibliografias consultadas em acervo de biblioteca de centro universitário da cidade, da universidade (UENF) e bancos de dados na internet. Além dessas fontes de informações, o primeiro autor faz parte do quadro de funcionários do hospital onde em contato com outros funcionários e membros

administrativos, por meio de sua vivência e experiências também contribuiu com parte das informações contidas no trabalho. Espera-se expor a relação do Estado e suas políticas de saúde com os hospitais filantrópicos, em especial com a Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim – ES, tendo em vista o dever do Estado presente na constituição brasileira para com a saúde pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão das políticas sociais relacionadas à saúde, dentre elas a atenção hospitalar em tela, é assunto muito discutido entre representantes do Estado e gestores devido à complexidade e aos desafios que se fazem presentes nessa área.

Em nível nacional as medidas referentes à atenção hospitalar tiveram início após a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), exigindo novas funções e adequações aos hospitais. Como recurso para melhor abrangência e garantia desses direitos, o Estado, sem condições de fazer isso sozinho, cria um modelo de contratos com entidades filantrópicas e privadas, a partir de Portarias, como a 3.390 de 2013, e implementa a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (SOUZA, 2017).

A PNHOSP vem atender aos princípios do SUS de universalidade, equidade, integralidade e controle social, apresentando em destaque aspectos importantes como a contratualização, que estabelece responsabilidades quanto à qualidade da assistência, ao cumprimento de metas, ao planejamento, ao monitoramento e à avaliação (SOUZA, 2017).

Importante observar que quando nos referimos à organização dos serviços de saúde, cerca de 42% dos recursos públicos são aplicados na saúde. A maior parte destinadas para os hospitais que são ainda a porta de entrada ao Sus para os problemas de saúde que o setor primário, por diferentes razões, ainda não consegue resolver (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013).

Dentro da perspectiva da PNHOSP, regionalização e gestão participativa do SUS, o Estado do Espírito Santo, por meio da secretaria do Estado da saúde, possui seu Plano Diretor de Regionalização de 2011 e seu Plano Estadual de Saúde, determinando diretrizes, objetivos e metas estaduais a serem atingidas e respeitadas. De acordo com características e aspectos da população, organiza e divide o Estado em quatro regiões para planejamento e organização das ações de saúde no Estado. São elas: Norte, Central, Metropolitana e Sul (ESPÍRITO SANTO, 2011).

Para garantir a assistência hospitalar da população o Estado do Espírito Santo, não obstante o planejamento por regionalização, necessita de hospitais filantrópicos e da rede privada, existindo uma importante relação entre o público e privado. Na região sul do Estado essa relação é muito forte para o governo estadual, visto que o atendimento em nível hospitalar é predominantemente realizado por instituições privadas e filantrópicas.

Na chamada região de Cachoeiro de Itapemirim, que compreende 26 municípios, 93,3% dos leitos do SUS são ofertados por prestadores não públicos e os atendimentos prestados são realizados, predominantemente, por três estabelecimentos filantrópicos que possuem contrato de prestação de serviço com o governo estadual (ALMEIDA, 2015).

Inserida nessa realidade se encontra a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim-ES, que, como um hospital privado de caráter filantrópico, possui contrato com o Estado para promover a assistência hospitalar a população. Em meio a embates e dificuldades vem sobrevivendo cumprindo sua missão de assistência de saúde onde cerca de 85% de seus atendimentos são para o SUS, dirigindo-se à população mais carente do sul do Estado do Espírito Santo.

De acordo com Costa (2011), até a promulgação da Constituição de 1988, a Santa Casa sobrevivia com a receita vinda dos atendimentos que realizava para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), depois Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), convênios de empresas, particulares e os “indigentes”, que ficavam por conta da misericórdia. Os atendimentos realizados aos pacientes do INAMPS não tinham limites mensais, de acordo com a procura que se fizesse. Com a mudança na legislação, uma série de transformações ocorreram e a relação econômico-financeira dos hospitais foi uma das mais afetadas.

Para o SUS foi estipulado um número mensal de atendimentos e uma tabela de procedimento foi implementada. Isso trouxe sérias consequências para a Santa Casa de Cachoeiro, uma vez que a tabela e os recursos repassados sempre foram defasados e muito abaixo da real necessidade do hospital, tendo em vista o grande número de atendimentos prestados ao SUS, conforme a sua inserção territorial (COSTA, 2011).

Como o Governo do Estado não se responsabiliza diretamente por hospital na região sul do Espírito Santo, a Santa Casa de Misericórdia é um dos hospitais para onde os pacientes são removidos para atendimento. Antes do seu fechamento, em 1999, cerca de 90% dos atendimentos realizados, tais como internações, consultas, cirurgias e serviços terapêuticos e de diagnósticos, eram vinculados ao SUS. Por conta das condições aludidas de pagamentos e repasses, essa relação de “dependência” comprometeu sobremaneira o funcionamento da Santa Casa, que interrompeu o seu funcionamento por aproximadamente pouco mais de um mês. (COSTA, 2011).

Seguindo o seu trabalho, de promover a assistência médico-hospitalar gratuita aos mais necessitados, a Santa Casa acaba assumindo o déficit atendendo a todos aqueles que a procura. Porém, esse déficit afetou drasticamente a saúde financeira do hospital tendo em vista que os valores pagos pela tabela SUS aos procedimentos prestados não correspondiam ao custo real. O que acaba por ocorrer é um excesso de procura e atendimentos de seus usuários sem qualquer tipo de compensação (compatível) por parte dos governos federal, estadual ou municipal sobre a disparidade de valores pagos sobre os procedimentos e os valores reais que esses procedimentos realmente tinham (COSTA, 2011).

O hospital chegou a um momento crítico onde por ações judiciais passou a ter recursos bloqueados para pagamento de fornecedores e ações judiciais. Como se não bastasse, os medicamentos começaram a faltar, as estruturas se tornaram ultrapassadas sem condições de uso e parte dos profissionais do corpo clínico, por não haver condições de trabalho para atendimento da população, se desligaram (COSTA, 2011).

Esse quadro acaba por gerar uma situação inusitada, onde no auge da crise, no momento em que aumentava a demanda por atendimento, principalmente da população mais carente, o hospital era obrigado a diminuir o número de leitos e serviços à população. Houve uma redução de leitos gradativa de 315 para 280, depois 180. Vieram também as greves já que os funcionários chegaram a ficar com oito meses de salários atrasados e alguns 18 meses. Diante de tal situação as paralisações e greves foram inevitáveis tendo como consequência o não atendimento de 200 pessoas por dia no Pronto Socorro (COSTA, 2011).

Diante da grave situação o Ministério Público intervém no hospital tomando uma série de medidas drásticas desfazendo o corpo administrativo o refazendo com o objetivo de organizar e equilibrar despesas e receitas e garantir o atendimento a população.

A Santa Casa se encontrava imersa em uma dívida de 34 milhões em 1999; recebia em torno de R\$ 220 mil mensais do Sistema Único de Saúde (SUS) e tinha um gasto de aproximadamente R\$ 320 mil, apresentando um déficit de R\$ 120 mil por mês. Em janeiro desse ano, por atraso de seis meses de salários, além de 13^o e férias, o atendimento foi paralisado pelos funcionários, inclusive no Pronto Socorro, onde o fluxo de atendimento era muito intenso. Havia três meses que o hospital estava sem receber qualquer verba do governo estadual. Cerca de 200 pessoas deixaram de ser atendidas por dia no Pronto Socorro do hospital (COSTA, 2011).

Apesar de todo empenho e esforço por parte do Ministério Público a intervenção infelizmente não foi capaz de impedir que a grave crise instalada chegasse a seu auge e tivesse como consequência o que todos mais temiam, que era o fechamento e encerramento das atividades do hospital, deixando a população sem assistência.

Com a interrupção dos serviços, os usuários superlotaram o Hospital Evangélico que também presta atendimentos ao Sus na cidade, mas para especialidades de oncologia e cardiologia e não de urgência e emergência. Os que necessitavam de cuidados de média e alta complexidade eram direcionados a outros centros, como a capital Vitória, gerando grande transtorno à população. Após alguns meses com novos acordos entre o governo do Estado e o município, o hospital voltou a funcionar com a igreja católica a frente de sua gestão na figura do Bispo Diocesano Dom Luiz Mancilha Vilela. Assim, a Santa Casa toma novo fôlego e até hoje vem realizando seu trabalho inserido nas políticas sociais de saúde existentes, aprimorando sua gestão e levando a assistência de saúde ao sul do Estado do Espírito Santo. (COSTA, 2011).

A partir de então, o hospital vem passando por transformações em sua forma de gestão e de relacionamento junto ao governo do Estado. Mesmo em meio a grandes dificuldades, vem seguindo tentando encontrar alternativas para a insuficiência de recursos repassada para atendimento da população como deveria. Como forma de tentar equilibrar isso tem investido na ampliação de seus serviços particulares com a ampliação de leitos e uma unidade de terapia intensiva que atendem convênios de planos de saúde. A atual gestão também tem criado uma maior aproximação e laços junto ao governador e políticos da assembleia legislativa de forma a angariar recursos para o hospital. Apesar das dificuldades que enfrenta e limitados recursos, a Santa Casa é o hospital que apresentou maior crescimento nos últimos anos na região com melhorias em todos os seu setores.

CONCLUSÕES

A evolução política e social de uma sociedade é constante e por isso está em frequente processos de mudanças e aperfeiçoamentos. Os processos e meios de garantia e assistência à saúde da população como não poderia ser diferente, estão também inseridos nessa realidade. Analisar e conhecer esses processos e como as políticas públicas de saúde estão sendo aplicadas e geridas traz valioso instrumento de conhecimento para futuras adequações, melhorias e inovações que certamente irão contribuir para uma maior efetividade e eficácia na assistência hospitalar a saúde pública.

Ao observarmos o caso da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim-ES, podemos perceber como as relações entre uma instituição hospitalar filantrópica e o Estado são importantes para a população da região sul do Espírito Santo. Uma deficiência nas políticas de saúde voltadas para essa área ou uma deficiência por parte da gestão local do hospital, ou ambas juntas, podem acarretar efeitos muito negativos ou totalmente destrutivos para o sistema implantado que tem por objetivo a assistência hospitalar da região. O hospital passou por uma séria crise em 1999 que culminou com a interrupção de suas atividades, mas conseguiu sobreviver dando continuidade ao seu trabalho através de um esforço entre

o Estado, a igreja católica, que assumiu sua direção após a crise, seu corpo administrativo e grupo de voluntários conselheiros, membros da sociedade que se engajaram nesse desafio de reerguer a instituição. A sequência de tais acontecimentos veio expor o valor e importância que a Santa Casa possui para a saúde do sul do Estado. Além disso, sua trajetória histórica mostra também o seu grande valor enquanto patrimônio físico e também cultural da Cidade de Cachoeiro de Itapemirim e região visto o que representa e sempre representou a saúde de sua população. Possui importância e significado singular na saúde pública de toda a região sul capixaba.

Atualmente a Santa Casa, ainda sob a direção da igreja católica, apesar de todas as dificuldades que ainda sofre, que não podemos deixar de lembrar é uma infeliz realidade da saúde brasileira, vem desenvolvendo suas atividades obtendo conquistas se destacando pelo trabalho que vem sendo realizado pelo seu corpo administrativo, clínico e colaboradores. Dentre os hospitais da região é o que mais vem apresentando avanços e crescimento se empenhando em buscar melhorias em sua estrutura física, oferta de serviços e conhecimentos técnicos. Ainda existe muito a ser melhorado, mas diante de tudo o que já passou e vem passando, diante de recursos insuficientes e limitados, vem apresentando avanços importantes promovendo melhorias na assistência à saúde da população do sul do Estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula S. C.; LIMA, Luciana D. de. O público e o privado no processo de regionalização da saúde no Espírito Santo. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.39, n. especial, p. 51-63, Dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/15140/10721>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

CAMPOS, G. W. S. Reforma política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 301-306, mar./abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232007000200002&script=sci_arttext Acesso em: 16 novembro 2017.

CARVALHO, Brígida G.; MARTIN, Gilberto B.; CORDONI JÚNIOR, Luiz. A organização do sistema de saúde no Brasil. In: ANDRADE, Selma M.; SOARES, Darli A.; CORDONI JUNIOR, Luiz (Orgs.). **Bases da saúde coletiva**. Londrina: UEL. Rio de Janeiro: Abrasco, p. 27-59, 2001.

COSTA, Ariette M, et al. História da Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim. In: SANTA CASA CACHOEIRO. **Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim 1900-2010**. Cachoeiro de Itapemirim: Gráfica Gracal, p.69-81, 2011.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. Sistema Único de Saúde. **Plano Diretor de Regionalização da Saúde**: PDR 2011, Vitória, 2011.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: estrutura do financiamento e do gasto setorial**. V4. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/ Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. 168p.

GIL, Regina R. Atenção primária, atenção básica e saúde da família: sinergias e singularidades do contexto brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.6, p.1171-1181, jun, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n6/06.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

MÉDICE, A. C. **Economia e financiamento do setor saúde no Brasil: balanços e perspectivas do processo de descentralização.** São Paulo: Faculdade de Saúde Pública: Universidade de São Paulo, 1994. 216 p.

PARPINELLI, Mary A. A Reforma do Sistema da Atenção Hospitalar Brasileira: o que muda para o CAISM? **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v.4, n.4, p.1-156, Maio 2005.

PAULUS JUNIOR, A.; CORDONI JUNIOR, L. Políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 8, n.1, p.13-19, dez. 2006. Disponível em: <http://files.tvs4.webnode.com/200000244-e4379de1/Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20de%20Sa%C3%BAde%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 novembro 2017.

SOUZA, Thadeu B.; MATOS, Isabela C. de. Política Nacional de Atenção Hospitalar: con(di)vergências entre normas, Conferências e estratégias do Executivo Federal. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 99-113, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41nspe3/0103-1104-sdeb-41-spe3-0099.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS PESQUEIRAS EM SÃO JOÃO DA BARRA - A FESTA DE NOSSA SENHORA DA PENHA

JHONATAN MARTINS

Mestrando do Programa de PPGPS

Jhonatan_martins19@hotmail.com

GIOVANE DO NASCIMENTO

Professor do Programa de PPGPS

giovanedonascimento@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende investigar as manifestações culturais pesqueiras na cidade de São João da Barra, buscando realizar um levantamento dos relatos da primitiva povoação de São João da Barra, cujo surgimento remete a arraial na foz do rio Paraíba do Sul, em Atafona, erguido em 1622, pelo pescador e comerciante de artigos de pesca de Cabo Frio, Lourenço do Espírito Santo. Para o desenvolvimento da nossa pesquisa, utilizaremos um levantamento bibliográfico sobre a temática, além da pesquisa de campo baseado em observação participante, método qualitativo, além de entrevistas semiestruturadas abertas. A nossa pesquisa encontra-se na fase de levantamento de dados, campos de pesquisa e elaboração dos roteiros, desse modo, nossa discussão se dará valorizando a pesca, e suas manifestações, o que significa dizer, outras possibilidades de abordagens culturais, por meio da observação, sensibilização e experiências vivenciadas.

Palavras-chave: Políticas Culturais, Tradição, Manifestações Culturais e Políticas Sociais.

ABSTRACT

The present work intends to investigate as cultural manifestations in the city of São João da Barra, seeking to carry out a survey of the reports of the primitive settlement of. Which appears in an estuary at the mouth of the Paraíba do Sul River in Atafona, erected in 1622, fisherman and merchant of fishing articles of Cabo Frio, Lourenço of the Holy Spirit. For the development of the research, use a bibliographic survey on a topic, besides the field research based on participant observation, qualitative method, in addition to open semistructured interviews. Our research is in a phase of data collection, the fields of research and routing, the mode of action, our activity of valuing fishing, its manifestations, what it means, the possibilities of cultural programming, the observation, sensitization and experiences.

Key-words: Cultural Policies, Tradition, Cultural Manifestations and Social Policies.

INTRODUÇÃO

Antes de se tornar cidade, os primeiros habitantes de São João da Barra foram os índios goitacás. Os goitacás eram índios diferentes das demais tribos encontradas no Brasil, com linguagem, costumes e até mesmo compleição física distinta. Mesmo sendo exilados de suas terras, humilhados em suas tradições, foram essenciais e serviram de exemplos para as futuras gerações, de fato, contribuindo para início de nossa história. (NORONHA, 2007, p.14).

Segundo Noronha (2003) e Carvalho, (1888), o primeiro povoamento aconteceu após a partida dos índios goitacás onde está localizada a igreja de Nossa Senhora da Penha, em Atafona. O seu fundador, Lourenço do Espírito Santo, um pescador de Cabo Frio, chegou em precárias “sumacas” à vela com a mulher e aldeamento, por volta de 1622. Deslumbrado e interessado pela pesca fácil que Atafona poderia oferecer, permaneceu no local com o grupo que liderava. Assim, após a Coroa Portuguesa ter abandonado a região, e o donatário Gil de Góis ter renunciado aos seus direitos hereditários sobre a Capitania da Paraíba do Sul, no ano de 1619. Assim, Lourenço do Espírito Santo, num pequeno promontório à beira do rio, ao lado de redes de pesca, fincaram estacas, entrelaçaram bambu lascado, armaram teto de sapê, espalmaram barro batido e fizeram os primeiros casebres de pau-a-pique.

Já para Santafé (1999, p. 24 e 25), a origem está no contexto da história do Brasil, pois, em 1619, Gil de Góis, renunciou seus direitos sobre a Capitania do Sul – onde, encontra-se Atafona e São João da Barra – que foi abandonada pela Coroa Portuguesa. Assim, resolveu o rei de Portugal que a região necessitaria ser habitada por pescadores e ser colonizado pelos os mesmos. Complementa Santafé que, em 1622, com a chegada de alguns colonos pescadores de Cabo Frio na foz do Paraíba, atual Atafona, constrói-se então, uma capela em louvor a Nossa Senhora Penha, dando início, ao primeiro núcleo de colonizadores, liderados pelo pescador Lourenço do Espírito Santo e sua família. Porém, uma tragédia marca a vida do pescador, quando sua esposa morre por afogamento no Pontal, motivo esse que fez o pescador retirar-se da praia, adentrando 4 ou 5 quilômetros para o interior, erguendo uma capela em homenagem a São João Batista, dando origem à cidade de São João da Barra. O município obteve vários nomes, como: São João do Paraíba do Sul; São João da Praia e por fim, o atual nome, São João da Barra. No dia 17 de junho de 1850, D. Pedro II elevou a vila à categoria de cidade, por meio da assinatura da lei, no período que esteve visitando o município.

Sendo assim, obteve os seguintes nomes, “São João Batista iniciando a povoação em 1630 da Vila de São João Baptista do Paraíba do Sul, depois Vila de São João da Praia em 1676 e finalmente São João da Barra em 1850, que foi elevada à condição de cidade por decreto imperial, tornando-se a sede do município”. (NORONHA, 2003, p.11).

Sendo assim, após a fundação da vila, inicia-se a construção da capela de Nossa Senhora Penha, o que posteriormente deu-se início, ao primeiro núcleo de colonizadores, liderados pelo pescador Lourenço do Espírito Santo. Desta maneira, as comemorações religiosas, enquanto práticas culturais que comunicam saberes e aprendizados coletivos, são formas de compreensão da cultura local do município, transmitindo valores e trocas de saberes entre os protagonistas dos festejos na comunidade. Nesse processo, as manifestações culturais exercem um papel de interação simbólica produzida pelas tradições, pelo compartilhamento da identidade local e perpetuado na memória social.

AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E A IMPORTÂNCIA PARA A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE DA COMUNIDADE

O entendimento sobre a questão da tradição está fixado nas recordações e saberes passados que se armazenam na memória individual e coletiva, utilizando-se experiências socialmente partilhadas, que ressaltam a importância das festividades para o desempenho dessas práticas, constituindo o que podemos denominar de cultura local. Conforme Braga (2000), a memória social é concebida como um processo elaborado no movimento coletivo que emerge nas interações, e é constituído pela cultura. Tanto os signos simbólicos (palavras orais e escritas), quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), podem servir de suporte para a construção da memória.

Ao especificar as culturas populares que são representadas nas festas, crenças, hábitos e tradições, que são reveladas através das manifestações culturais, enfatizamos o espaço ou o lugar que possui uma significação que o torna singular, único, exclusivo. Desse modo, trata-se de uma construção que vem constituir todo o seu pertencimento local, e por que não dizer, a criação de sua identidade, uma vez que expressões culturais convivem em um espaço e dialogam entre si de forma constante, tais atividades exercidas no cotidiano da comunidade vem para consolidar e referenciar um grupo ou a uma comunidade em uma região, solidificando e certificando sua criação artística.

Para Candau (2001), a antropologia têm seus obstáculos, tenta interpretar as relações entre indivíduo e grupo, tem uma contribuição importante para o entendimento dos conceitos de memória e identidade, pois, na verdade, a questão em voga ocorre a partir dos dados empíricos é saber e entender como os indivíduos e seus determinados grupos compartilham práticas, representações, narrativas, lembranças que produzem as quais, em última instância, é o que denominamos de cultura. O autor complementa sobre constituição do principal argumento, que está na busca por compreensão de como passamos de formas individuais para coletivas de memória e identidade. Interrogamo-nos sobre os questionamentos em questão, partindo da premissa, que ela, de fato, e que, portanto, deve ser considerada e demonstrada.

Nessa elucidação por compreensão, reforça-se o fato de que os conceitos de memória e identidade são indissociáveis das noções contemporâneas que temos sobre as ideias de conservação, restauração e, em suma, da ideia de patrimônio tal como o termo vem sendo redefinido mais recentemente. Joel Candau chega à constatação que “o patrimônio é uma dimensão da memória” e que “o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma” (CANDAU, 2001, págs. 16 e 163).

A memória coletiva caracteriza-se por um fator determinante, o componente afetivo, que surge da comunicação e das experiências entre os membros da comunidade. Quem constitui esse tempo da memória coletiva é o grupo. Para Halbwachs (1990), a construção de laços sociais permanentes, mantidos com relativa firmeza entre os indivíduos, está diretamente ligada à coesão garantida pelos quadros sociais da memória. Tais quadros são entendidos como um sistema de valores que unifica determinados grupos: familiares, religiosos, de classe, etc.

Complementa o autor, a memória coletiva é o que designa a identidade através da relação que o indivíduo estabelece com o outro. Onde, para o referido autor o passado não sobrevive por inteiro, não existe memória pura. O que existe são reconstituições do passado. A memória é um ato criativo, é trabalho. O indivíduo seleciona do passado o que lhe interessa e só lembra porque está inserido em uma estrutura social (HALBWACHS, 1990).

Assim, relacionando este conceito ao conceito de tradição de Javier Marco Arévalo:

Na tradição, o nexos de continuidade entre o passado e o presente, existe um aspecto permanente e outro suscetível à mudança. A tradição resulta de um processo de decantação cultural e da hibridação que deriva do passado transformado e de sua incorporação ao presente. (ARÉVALO, 2004, p.928).

A tradição é aquilo que é transmitido de uma geração para outra, conferindo elementos de identificação dos grupos, a "Identidade é uma construção social fundamentada na diferença" (ARÉVALO, 2004, p.934).

A palavra tradição teve, originalmente, um significado religioso muito forte: doutrina ou prática transmitida de século para século, pelo exemplo ou pela palavra que carregam forte significado. Mas o sentido se expandiu, cresceu e se desenvolveu muito de tempos em tempos, significando elementos culturais presentes nos costumes, nas artes, nos afazeres que são heranças do passado e esperança de um futuro. Em sua definição mais simples, a tradição é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente, de forma contínua e duradoura. É um conjunto de práticas e valores enraizado nos costumes de uma sociedade.¹

Conclui Hobsbawm (1997, p. 9), conceituando tradição como algo inventado pelo processo de formação e de ritualização. De modo que,

O termo "tradição inventada" é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram em enorme rapidez. (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Nessa perspectiva, as festas e comemorações populares são entendidas como ativadoras das relações humanas, já que é nesse contexto que se dá a interação com o outro e que relações coletivas são recriadas e reinventadas ao incorporar características culturais diversas a todo instante.

Ao detalharmos as culturas populares que são representadas nas festas, crenças, hábitos e tradições, revelados através das manifestações culturais, enfatizando que todo espaço ou lugar possui uma significação de existência que o torna singular, único, exclusivo, porém, específico de uma construção que vem constituir todo o seu pertencimento local, e por que não dizer a criação de sua identidade, uma vez que expressões culturais convivem em um espaço e dialogam entre si de forma constante, tais práticas exercidas no cotidiano da comunidade vêm consolidar referência a um grupo ou a uma comunidade em uma região, solidificando e certificando de sua criação artística, humana, social, etc.

Stuart Hall considera que: "as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação." (HALL, 1999, 48). Sendo a nação construída, transformando-se em uma comunidade simbólica e gera identidade e sentimentos de pertencimento, que não necessariamente tem de ser os limites geográficos que impõe barreiras na criação dessa nação revitalizada no que tange à criação da sua identidade.

Importa mencionar que as festas culturais são traços de um conjunto etnográfico da história e da cultura de todos os povos, em todos os níveis e classes sociais. Assim, as misturas étnicas entre negro, índio e branco resultaram em um alicerce etnográfico comum a todo território com suas tradições de ordem religiosa e social firmada no Brasil. Segundo Geertz, a prática

1 Ver em: http://www.igtf.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2012/03/conceito_TRADI%C3%87%C3%83O.pdf acessado em 20/07/2017.

da etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Assim, Trigueiro (2007) afirma que o mundo está constantemente criando, reinventando novos significados culturais. Com isso, as festas como muitas outras estão sendo influenciadas pelos interesses da indústria cultural, sendo inseridas no contexto da sociedade midiática por serem polissêmicas, multicoloridas e alegóricas, atraindo não só a comunidade local, mas pessoas de outras comunidades e turistas, misturando as culturas com êxito e excelência. Como consequência, são construídos novos significados e novas relações sociais nos quais são incorporados valores midiáticos aos valores tradicionais, deixando ou não, essas interferências como significação de suma importância, esquecendo os verdadeiros valores culturais tradicionais.

Desta forma, o que define os preceitos da manifestação cultural é concernir com as formas de expressão, Carvalho (2007, p. 64) define como:

As manifestações culturais estão no centro do espaço ocupado hoje pelos estudos folkcomunicaçãois. A partir deste diagnóstico inicial, as mesmas podem ser entendidas como formas de expressão da cultura de um povo, constituindo movimento de determinada cultura, em época e lugar específicos. (CARVALHO, 2007, p. 64)

Nesse sentido, as manifestações culturais são representativas da voz social, “uma forma subjetiva que o grupo de pessoas encontra para expor seu interior, expressar o que pensam, e o que desejam realizar ou modificar” (Idem, p. 64).

Barbosa (2003), neste mesmo seguimento, considera a cultura como algo dinâmico que torna possível aos homens viverem em sociedade, sendo assim, para a autora, “conhecer a cultura de uma empresa implica um trabalho de mapeamento e não de enunciação. Implica conhecer os valores que conferem sentido ao que se fazem as estratégias que se adotam aquilo por que se luta, o que gera consenso ou dissenso [...]” (BARBOSA, 2003, p. 142).

Nesse sentido, Mello (1986, p. 397) denomina cultura como:

(...) este conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (LEVI-STRAUSS, *apud* MELLO 1986, p. 397).

Quando falamos em cultura não devemos estar amarrados em concepções enraizadas por nós mesmos, sendo que nossas valorações não devem ser pressupostos para os julgamentos de outros pressupostos. Assim, podemos concluir que cultura é uma soma de influências artísticas ou entendidas como arte, sendo interpretada de múltiplas formas, onde cada momento de seu desenvolvimento pode ser definido como conjunto de formas e expressões que caracterizarão no tempo de uma sociedade integrada e consciente. No entendimento de suas formas e expressões, entende-se e inclui os costumes, crenças, práticas comuns, regras, normas, vestimenta, religião, rituais e maneiras de ser que predominam na maioria das pessoas que a integram nessa transformação constante.

NOSSA SENHORA DA PENHA: DEVOTA DOS PESCADORES DE ATAFONA

Quando os primeiros pescadores colonizados chegaram de Cabo Frio, por ordem do rei de Portugal, à “Atafona, logo fundaram uma vila, e ergueu uma capela em honra e louvor a Nossa Senhora da Penha”. Sendo impossível localizá-la, mas tudo indica que tenha sido nas proximidades do Pontal, já que naquela época, “o mesmo tinha enorme dimensão e a principal

preocupação das autoridades portuguesas, era ficar a embocadura do rio Paraíba do Sul, protegida contra piratas". Santafé (1999, p. 30).

A prática antiga dos cultos domésticos em devoção a santa de Nossa Senhora da Penha no distrito de São João da Barra, foi o impulso para a construção da igreja de Nossa Senhora da Penha, na localidade de Atafona para as celebrações realizadas pelos devotos. Por sua antiguidade e tradição os cultos domésticos em devoção a Nossa Senhora da Penha superaram em adesão aos cultos do próprio padroeiro da cidade São João Batista, embora ainda muito prestigiado pela comunidade de São João da Barra. Além disso, sabemos que há um vínculo de ligação muito forte e explícito com o culto da Santa Vitória no Espírito Santo. De lá vieram muitos povoadores, nos trazendo a tradição do divino e agregando aos devotos do nosso em torno. Segundo Noronha (2007), o culto a devoção a Nossa Senhora da Penha, a santa que é reverenciada todos os anos, na primeira semana após a quaresma, marcando o fim da obra de ampliação da capela em 1872, que daria origem à igreja seis anos mais tarde. Santa, protetora de Atafona, se deve a um milagre recebido por problemas de naufragos em sua embarcação, que ficou encalhada em um banco de areia na entrada da barra, no século XIX. A princípio, os mesmos, ergueram uma capela com o vigário José Calvosa em 1868, na localidade do aterro de sua residência, onde morou o pescador-fundador. Iniciou em 1868, as obras em construção ao novo templo e foram concluídas em 1882, recebendo ajuda da Companhia de Vapores, João Cândido Dias da Motta, segundo o jornal, "A Notícia" (segundo caderno, de 29 de abril de 1973).

Segundo o livro, "A Terra de Goitacá", de Alberto Lamego (1913), e o jornal "S. João da Barra" (09 de novembro de 1881), a área cedida para a igreja ser construída, foi doada pela mulher do comendador Joaquim Thomaz de Faria, a senhora Francisca de Barreto Faria, conforme escritura lavrada no dia 09 de janeiro de 1857, no Cartório do 1º Ofício de São João da Barra, e o prédio foi arquitetado pelos fiéis de Domingos Gonçalves da Costa, Antônio Inácio e outros que agregaram para a construção.

Das melhorias realizadas no templo para atender os fiéis e a comunidade, a irmandade fez um pedido a prefeitura de São João da Barra, para que construíssem, em 97, um palco de alvenaria ao lado do templo, para atender aos eventos culturais oferecidos pela igreja e construíssem também, um bazar na parte inferior, assim, substituíam o coreto construído pelo prático de barra, Custódio Lopes. Houve, ainda, o marco histórico projetado pelo artista plástico campista, Ademir Moore e a restauração de lustres de cristal, em 2000. Seguindo as reformas, os telhados foram substituídos em 2004 e a igreja voltou a ter cores originais - azul e branco, as mesmas da irmandade - no ano de 2005. Foi construído um salão de festas nos fundos da igreja que, no período dos festejos, em homenagem à santa, abrigavam nossos conterrâneos de Gargaú, que instalavam com suas barracas - para reforço do caixa do templo foi inaugurado em 2006, pelo padre Francisco de Assis Cravo. Devido ao crescimento de fiéis, o altar-mor foi recuado para a sacristia, em 2007 (NORONHA, 2007, p.56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As festas e comemorações populares sempre fizeram parte da vida do homem. É por meio dessas manifestações e expressões que "a sociedade homenageia, honra ou rememora personagens, símbolos ou acontecimentos com os quais ela se identifica" (Beltrão apud Trigueiro, 2007, p.107). Como forma de enaltecer e expor seu agradecimento pelas graças ofertadas, através da devoção ao santo.

Segundo Trigueiro (2007), é por meio das observações e das interpretações dessas manifestações populares que se torna possível descobrir os códigos, as regras e os estatutos que constroem o

ensinar e o aprender da diversidade da nossa cultura e, conseqüentemente, o desenvolvimento da nossa identidade com diferentes intervenções do meio.

Contudo, nas manifestações populares como as festas religiosas ou comemorações diversas, também são observadas não só o fazer artístico, mas também as relações sociais que perpassam pela realização dessas manifestações e que traduzem a linguagem, a expressão do pensar, do fazer e do sentir característico de um povo por intermédio de sua arte. Festas são momentos sociais nos quais os homens reafirmam laços de solidariedade, praticam a sociabilidade, se harmonizam, se unem e, assim, constroem suas identidades sociais, como afirma Mazoco (2007). Nessas ocasiões, as atividades humanas se voltam para a representação da existência de um grupo, revelando seus traços culturais e dando forma a esse ser desvelado.

Conforme Braga (2000), a memória social é concebida como um processo elaborado no movimento coletivo que emerge das interações, e é constituído pela cultura. Tanto os signos simbólicos (palavras orais e escritas), quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), podem servir de suporte para a construção da memória.

Para Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, 204). A identidade cultural define o que cada grupo é e o que diferencia os grupos entre si.

Segundo Arno Wehling (2003), a memória traz algumas finalidades e na afirmação de sua identidade:

A memória do grupo sendo a marca ou sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade. A memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação de sua identidade (WEHLING, 2003, 13).

Há uma ligação muito profunda entre memória e identidade, constituindo o imaginário histórico-cultural desse lugar de maneira específica, ao se sustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo, alimentando-se dessa conexão tão intensa.

A memória não pode ser entendida apenas como um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a mera reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização, o que estará ligada, necessariamente, à questão da identidade (SANTOS, 2004, 59).

Sendo assim, memorizada, não se deixa cair no esquecimento, sendo grafada, narrada, ou tornando-se fonte-histórica, utilizando a memória social que é uma dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história (LE GOFF, 1996, 426).

Para Santos (2008), ao celebrar festas religiosas como a festa de Nossa Senhora Penha, os sujeitos tornam-se únicos através dessas práticas culturais. Dançar, cantar e orar, sem contarmos ainda com as promessas, romarias, procissões e festejos que são elementos da religiosidade que aproximam as pessoas e lhes dão um sentido de comunidade (SANTOS 2008).

Prins (1992, p. 198) afirma sobre o processo que envolve a tradição que, “a tradição é um processo – vive apenas enquanto é continuamente reproduzida. É efervescente vital em sua aparente quietude”. Observar o passado como algo que tem continuidade no hoje de forma tão perceptível, além de ser um processo histórico constante, utiliza-se, obrigatoriamente, o

estudo da história, da memória e da religiosidade presente na Festa de Nossa Senhora da Penha como expressões culturais.

Assim, se o ser humano é o resultado do meio cultural em que foi inserido, socializado, “[...] ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 2001, p. 46). Dessa forma, a pesquisa se propõe analisar os significados que os participantes atribuem às experiências vivenciadas na festa de Nossa Senhora Penha, na comunidade de Atafona. A festa de Nossa Senhora da Penha é valorosa e significativa para construção da identidade da comunidade pesqueira, potencializando e reafirmando a identidade cultural da comunidade.

Desta forma, o festejo em homenagem a Nossa Senhora da Penha, é reconhecido como tradição do município de São João da Barra. A festa é um momento de renovação da fé e da confirmação a adoração à santa, que é regada de muita missa, procissão, procissão fluvial, fogos, etc. Com celebrações registradas há muitos anos, identifica-se a importância desses ritos e a significância da festa para os membros de sua comunidade, não só pelo seu significado histórico atual, mas por ser uma cultura já celebrada, por isso, merece ser preservada e investigada. Sendo assim, do ponto de vista acadêmico, pois são poucos os materiais encontrados sobre a temática no contexto cultural. O resgate da memória é de suma importância devido à construção de uma identidade consistente de um determinado povo. Para isso, é necessário que não deixe de rememorar, ir à busca das raízes, das origens, do âmago da sua história. Desta forma, essa preservação da memória local, ocorre por meio da festa em homenagem a padroeira de Atafona e a elaboração da identidade da mesma comunidade. Deste modo, a pesquisa pode colaborar para formulação de futuras políticas públicas redirecionadas à cultura do município de São João da Barra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÉVALO, Javier Marcos. **La tradición, el patrimonio y la identidad**. In: http://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf, 2004. Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A Construção Social da Memória: uma perspectiva histórico cultural**. Ijuí: Unijuí. 2000.
- BELTRÃO, Luís. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- CANDAU, Jöel. **Memoria e Identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2001.
- CARVALHO, Augusto de. **“Apontamentos para a História da capitania de São Tomé”**. Ano: 1888.
- CARVALHO, Samanta V. C. B Rocha. **“Manifestações Culturais”** In: GADINI, Sérgio Luiz, WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs.). **Noções Básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007. p. 64-66.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. (Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro) 3. Ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

- HOBBSAWM, E; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. LTC: Rio de Janeiro, 1989.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **"A Terra Goitacá"**. Bruxelas, 1913.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. Ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.
- MARTINS, Fernandes José. **"Historia do Descobrimento e Povoação da Cidade de São João-da-Barra e dos Campos dos Goytacazes"**. Rio, 1868.
- MAZOCO, Eliomar Carlos. **Festas e artesanato em terras do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2007.
- MELLO, Luiz Gonzaga de (1986). **Antropologia Cultural**. Petrópolis: Vozes.
- NORONHA, João. **Uma Dama Chamada Atafona**. São João da Barra. Editora Cultura Goitacá, 2003.
- _____. **"Atafona, sua história, sua gente"**. São João da Barra, (RJ): Fundação Biblioteca Nacional, 2007.
- PRINS, Gwyn. **História oral**. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e Silêncio**. In: **Estudos Históricos**. 1989/3. São Paulo. Cpdoc/FGV.
- SANTAFÉ, Helvio. **"Atafona - Vento Nordeste"**. Rio de Janeiro, 1999.
- SANTOS, Reinaldo Soares dos. **O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC/UFBA, Ilhéus-Ba, 2004.
- TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Festas Populares**. In: GADINI, Sérgio Luiz, WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs). **Noções Básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007, p. 107-112.
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **As estratégias da memória social** (In, *Brasilis: revista de história sem fronteiras*) Rio de Janeiro: Editora Atlântida, Ano 1 nº1, 2003).
- Jornais**
- BARRA, São João. **S. João da Barra**. São João da Barra, 09 nov. 1881.
- GOYTACAZES, Campos dos. **A Notícia**. Campos dos Goytacazes. 29 abr. 1973.

GT: 17 - Memórias imateriais: literaturas, artes, políticas

Coordenadores: Manoel Ricardo de Lima e
Edson Luiz André de Sousa

O TRATAMENTO TEÓRICO EM PESQUISAS QUE SE RELACIONAM COM O YOUTUBE

ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR

*Prof. Dr. do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
roberto.junior@fca.unicamp.br*

ROBERTA ESPOTE

*Mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
roberta.espote@hotmail.com*

BRUNO CARLOS HAYATA

*Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP
brunohayata@gmail.com*

RESUMO

O objetivo desse estudo foi identificar o tratamento teórico que vem sendo dado ao Youtube nas pesquisas mais recentes, tentando compreender se as investigações têm refletido sobre os impactos sociais das novas tecnologias digitais. Foi realizada uma revisão de literatura na base de dados da Scielo, selecionando todos aqueles estudos que indicaram a realização de uma pesquisa envolvendo o Youtube. Foram encontrados 23 artigos, sendo 15 da área de humanas, 7 do campo da saúde e 1 interdisciplinar. A pesquisa aponta que 61% dos trabalhos operaram algum tipo de reflexão teórica acerca dos efeitos das novas tecnologias digitais e 39% trataram a plataforma como meio de obtenção de dados. Infere-se ainda uma afinidade maior e postura mais crítica dos trabalhos de Humanidades com a temática do Youtube, porém, proporcionalmente, a saúde vem contribuindo com um esforço na produção de conhecimento interdisciplinar no que diz respeito aos fenômenos sociais relacionados às novas tecnologias digitais.

Palavras-chave: Youtube; Tecnologias digitais; Interdisciplinaridade; WEB 2.0, internet.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the theoretical treatment that has been given to YouTube in recent research, trying to understand if the investigations have reflected on the social impacts of the new digital technologies. A literature review was carried out in the Scielo database, selecting all those studies that indicated the performance of a research involving YouTube. We found 23 articles, being 15 of the area of social sciences, 7 of the field of health studies and 1 interdisciplinary. In this research, 61% of the works performed some kind of theoretical reflection on the effects of the new digital technologies and 39% treated the platform as a means of obtaining data. There is also a greater affinity and more critical posture of the works of the social sciences with the topic of Youtube, however, proportionately, health studies has been contributing with an effort in the production of interdisciplinary knowledge about the social phenomena related to the new digital technologies.

Key-words: Youtube; Digital Technology; Interdisciplinarity; WEB 2.0, internet.

INTRODUÇÃO

Atualmente é difícil não perceber a presença e a influência da internet na vida das pessoas. Pela expansão virtual e diminuição dos custos que facilita o maior acesso as tecnologias, muitas coisas passaram a ser possíveis ocorrendo profundas mudanças no sentido da comunicação e também de interação social (ABELHA et al., 2012; ARRUDA et al., 2011; LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005; SPEROTTO; MARGARITES, 2010; SILVA, 2016; SILVA; SALES, 2015; VICENTE, 2015).

Nunes e Araújo (2016) relatam que a partir de 1990 o acesso à informação passou a ser mais democrático, e, além disso, para Silva e Sales (2015) mudaram-se os hábitos sociais e a maneira de compartilhar informação e cultura. Não resta dúvidas sobre como a internet modificou abruptamente a forma como se estabelece o fluxo de informações, porém, mais do que isso, os avanços tecnológicos mudaram profundamente a forma como se estabelece o relacionamento entre as pessoas. Castells (1999) e Lévy (1990) reforçam a revolução criada pela internet após romper com as formas tradicionais de relacionamento, sendo possível relacionar-se com qualquer pessoa e em qualquer lugar do mundo.

Com o advento da Web 2.0 a rede deixa de ser somente um meio para a troca de informações e torna-se um espaço de convívio, de interação entre as pessoas, de comunicação e de formação de vínculos afetivos, alçando os indivíduos a produtores de informação e não apenas de receptores (ARRAIS, 2015; ARRUDA et al. 2011; MOTA, 2009; PRIMO, 2006; SPEROTTO; MARGARITES, 2010). Outra mudança significativa é que esse contexto possibilita os indivíduos a serem produtores de informação e não mais ocuparem só o papel de telespectadores. A Web 2.0 estimula e favorece participação do usuário que passa a publicar, assistir, comentar e avaliar vídeos (ARRAIS, 2015; ARRUDA et al. 2011; MOTA, 2009; PRIMO, 2006; SPEROTTO; MARGARITES, 2010).

Uma das plataformas oriundas da Web 2.0, e que possibilita essas novas formas de interação virtual, é o Youtube, criado em 2005, oriundo de uma construção coletiva que possibilita a disseminação de conteúdo de uma forma rápida e abrangente, típico da pós-modernidade, sendo uma das plataformas que mais cresce no ciberespaço (SILVA, 2016; SILVA; SALES, 2015). Silva (2016) explica que os vídeos do Youtube em sua maioria são vídeos caseiros e normalmente referentes a questões confessionais, como relatos de vivências pela qual a pessoa passou. Arruda (2011) e Silva (2016) afirmam que internet dá ao público o que os meios de comunicação de massa não conseguiram: participação efetiva na produção, onde todos podem ser produtores e emissores de informação, e não apenas consumidores e receptores passivos. Através do Youtube, pessoas “normais” passaram a se expor na mídia e com isso encontrar vários seguidores, assumindo uma posição de celebridade.

Dornelles (2015) ressalta o grande interesse das pessoas pela vida privada de outras, mesmo que não sejam conhecidas. Para Silva (2016) a pessoa que grava um vídeo além de se expor, consegue cativar um público específico por expor algo que seja de interesse comum. Silva (2016) também afirma que outras mídias tem o objetivo de produzir algo de interesse para a maioria, enquanto que a internet possibilita o acesso a informações de acordo com o interesse de cada um.

Mota (2009) aponta que no momento em que a pessoa é estimulada a expor sua individualidade e passa a ser assistida por outras pessoas sua imagem passa a ser sentida como especial, e essa imagem só existe por estar sendo observada, algo que ocorre apenas nessa interação. Para Bruno (2004) esse caráter confessional expõe o indivíduo, porém não se trata da exteriorização de uma interioridade constituída, mas principalmente de uma subjetividade que se constitui prioritariamente na própria exterioridade, no ato mesmo de se projetar e de se fazer visível a outrem, a prática da exposição induz ao processo de constituição da identidade do indivíduo.

Com isso, entende-se a grande influência do Youtube na vida das pessoas e considera-se importante entender qual é o tratamento teórico que os estudos científicos têm destinado a essa plataforma. O objetivo desse estudo consiste em identificar o tratamento teórico que vem sendo dado ao Youtube nas pesquisas mais recentes, tentando compreender, com isso, se as investigações relacionadas a essa plataforma têm refletido sobre os impactos sociais das novas tecnologias digitais.

METODOLOGIA

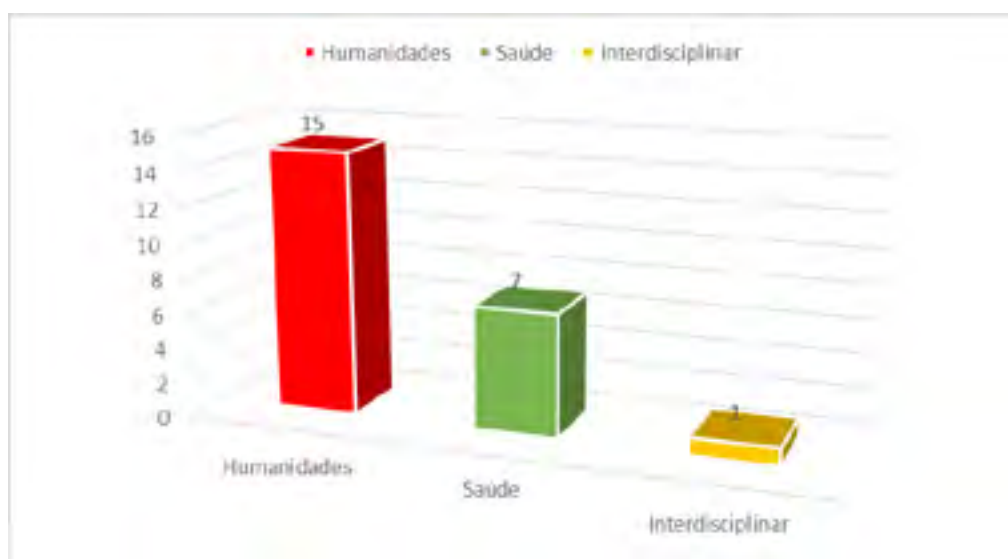
Foi realizada uma revisão sistemática da literatura brasileira na base de dados da Scielo, utilizando como único descritor a palavra "Youtube" e como filtro apenas artigos científicos brasileiros. Foram selecionados todos aqueles que, através da leitura dos resumos, indicaram a realização de uma pesquisa envolvendo o Youtube independente do enfoque teórico. Como critério de inclusão foi utilizado: (1) Trabalhos completos indexados na base de dados da Scielo; (2) serem artigos científicos; (3) trabalhos que envolvessem, independente da abordagem, a temática do Youtube e (4) artigos em português. Como critério de exclusão foram considerados: (1) artigos não indexados na base de dados da Scielo; (2) dissertações, teses, editoriais ou qualquer outro formato que não sejam artigos científicos; (3) trabalhos em que não houvesse referência a temática do Youtube e (4) artigos de língua estrangeira.

Após essa primeira seleção, os dados foram analisados, quanti e qualitativamente, segundo os objetivos identificados e lidos integralmente de cada um dos resumos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram obtidos, partindo-se da metodologia proposta, 24 artigos ao todo, sendo um deles invalidado por não apresentar resumo, chegando ao N= 23. Os trabalhos foram publicados em um intervalo de oito anos, de acordo com a seguinte distribuição: 2010, 1 artigo; 2011, 1 artigo; 2012, 2 artigos; 2013, 1 artigo; 2014, 2 artigos; 2015, 4 artigos; 2016, 3 artigos; 2017, 8 artigos e 2018, 1 artigo. Infere-se, com isso, que a atenção com relação a essa plataforma vem ganhando cada vez mais atenção com o passar dos anos, sendo observado um grande salto no período mais recente. Já a área temática das pesquisas divide-se majoritariamente entre as Humanidades, 15 artigos, e o campo da Saúde, 7 artigos, sendo um dos trabalhos identificado como Interdisciplinar.

GRÁFICO 1 - Distribuição dos artigos relacionados com o Youtube por área



A leitura dos resumos dos artigos selecionados foi direcionada a partir da identificação dos objetivos, onde foi verificado se a plataforma Youtube era alvo, central ou secundário, de reflexão acerca dos impactos das novas tecnologias digitais. O resultado obtido apontou que 61% dos trabalhos operaram algum tipo de reflexão acerca dos efeitos das novas tecnologias digitais, e 39% trataram a plataforma apenas como meio de obtenção de dados quanti e qualitativos.

GRÁFICO 2 – Distribuição entre os artigos que fazem reflexão sobre o Youtube e os que não fazem



Quanto às áreas de abrangência dos artigos, verificou-se que dentro das Humanidades 67% dos trabalhos promoveram uma reflexão sobre o impacto das novas tecnologias na formação de uma nova sociabilidade, e 33% utilizaram a plataforma apenas como meio de obtenção de dados. Já na área da Saúde verificou-se o inverso, onde apenas 43% dos trabalhos promoveram algum tipo de discussão sobre os impactos das novas tecnologias digitais em seus campos de investigação, e 57% dos trabalhos utilizaram a plataforma como meio de obtenção de dados. Infere-se, portanto, uma afinidade maior dos trabalhos de Humanidades com a temática do Youtube, assim como o interesse na reflexão teórica de seus impactos para seus campos de pesquisa.

GRÁFICO 3 – Distribuição dos artigos que fazem reflexão sobre o Youtube e os que não fazem na área de humanas



GRÁFICO 4 – Distribuição dos artigos que fazem reflexão sobre o Youtube e os que não fazem na área da saúde

É importante considerar que o único trabalho classificado como interdisciplinar não foi incluído nessa discussão já que, por ser apenas um, em sua totalidade promoveu uma reflexão sobre o impacto das novas tecnologias. No entanto, é possível inferir que, por ser da área da comunicação, a interdisciplinaridade ocorreu de forma mais espontânea, já que essa área tem a possibilidade e facilidade de se relacionar com outras gerando uma discussão interdisciplinar.

Com relação às humanidades, foi observado que diferentes disciplinas promoveram uma reflexão a respeito do Youtube, o que pode sugerir que as ciências humanas recorrem com mais frequência a um esforço interdisciplinar para uma compreensão holística de seus problemas de pesquisa. É possível afirmar, porém, que se trata de uma relação não apenas de escolha, mas de *necessidade*. Frigotto (2008) aponta que esse caráter de necessidade do trabalho interdisciplinar nas ciências sociais se dá por conta da maneira do homem produzir-se enquanto ser social, sujeito e objeto desse conhecimento:

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se na caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável. (FRIGOTTO, 2008, p.43)

É possível destacar o fato de que os artigos produzidos pela área da Saúde, ainda que não tenham como foco principal a reflexão teórica sobre os impactos sociais e tecnológicos em suas áreas de atuação, vêm contribuindo expressivamente com a discussão, onde quase metade dos trabalhos trouxeram algum tipo de problematização acerca das novas tecnologias digitais. Assim, é necessário levar em consideração as dificuldades e particularidades que fazem com que a interdisciplinaridade persista sendo um desafio para a área da saúde, embora essa seja uma área fundamentalmente interdisciplinar.

Segundo Gomes e Deslandes (1994) a inclusão de disciplinas de outras áreas no currículo dos cursos de saúde vem ocorrendo gradativamente e de forma bastante tímida. Porém, já é

conhecida a crítica com relação ao excesso de especialização da saúde, que foi necessária para um maior domínio das áreas de atuação específicas. Entretanto, essa especialização excessiva é compreendida hoje como uma forma de reducionismo, pois distancia-se da possibilidade de um conhecimento mais amplo.

Gomes e Deslandes (1994) ainda ressaltam que interdisciplinaridade não é o mesmo que justaposição de saberes, e que a ampliação de um conhecimento não anula a especificidade de cada campo de saber. Apesar disso, entende-se que essa situação possa ser um dos entraves para a área da saúde em termos de interdisciplinaridade, já que é sabido o esforço recente das profissões de saúde para conquistar espaço e delimitar áreas de atuação antes dominadas por profissões mais tradicionais, como medicina e enfermagem. Dessa forma, a interdisciplinaridade pode ser sentida como um risco de perdas significativas.

Também é possível inferir, através de buscas acadêmicas, que a interdisciplinaridade no campo da saúde aparece sempre atrelada a uma enfermidade específica, onde percebe-se na prática a necessidade de uma união das profissões para dar conta do indivíduo enfermo. Assim, estudos teóricos na área da saúde são menos comuns. Segundo a definição de Japiassu (1976), a interdisciplinaridade deve ocorrer tanto pela intensidade das trocas entre os especialistas, como pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um projeto específico de pesquisa. Percebe-se que a saúde se enquadra melhor na primeira afirmação do que na segunda.

Dentre as dificuldades encontradas para a construção da interdisciplinaridade na área da saúde, Vilela e Mendes (2003) também destacam o mito da ciência pura que conduz ao progresso; o mito da existência de uma verdade não deontológica e de uma ciência sem poder, que alimenta o problema da hierarquia de saberes e produz competição e comportamento defensivo por parte das disciplinas; a tradição positivista e biocêntrica com relação aos problemas da saúde; as estruturas de ensino e pesquisa das instituições em diversos departamentos que não se comunicam, e, por fim, a dificuldade em operacionalizar conceitos, métodos e práticas de outras disciplinas. Contudo, o desafio da interdisciplinaridade na área da saúde é visto como possível:

[...] Embora haja dificuldades de construir uma proposta interdisciplinar, essa é vista como desafio possível e desejável na área da saúde, uma vez que há ilimitado campo de possibilidades a ser explorado, pois existe, a seu favor, ligação direta e estratégica com o mundo vivido, o mundo do sofrimento, da dor e da morte. (VILELA; MENDES, 2003, p.529)

É importante ressaltar que apesar de todo o exposto,

A complexidade do campo evidencia-se também no seu hibridismo epistemológico, no qual coexistem normas epistemológicas de produção do conhecimento com o paradigma pragmático da eficácia e da ética, comum às medicinas preventiva e social e às políticas de saúde (LUZ, 2009, p. 304).

Luz (2009) afirma que a própria área da saúde é rica em complexidade e negar isso tentando reafirmar um paradigma monodisciplinar, é empobrecer todo o conhecimento da área. Como destaca Frigotto (2008), a necessidade do trabalho interdisciplinar na produção do conhecimento não é uma exclusividade das ciências sociais, contudo, nelas se mostra muito mais crucial, uma vez que “[...] o alcance de uma maior Objetividade (*sempre relativa, porque histórica*), somente se atinge pelo intercâmbio crítico intersubjetivo dos sujeitos que investigam um determinado objeto ou problemática” (p.45) Nesse sentido, esclarece o autor, a busca pela objetividade, ou seja, a explicitação das múltiplas determinações que operam na produção e explicação dos fatos históricos e sociais, quando afirma o caráter relativo do conhecimento, acaba por negar o relativismo absoluto e confirmar a particularidade do que é o método científico nas ciências humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Youtube venha sendo utilizado por muitas pesquisas apenas como meio de obtenção de dados quali e quantitativos, foi possível observar que essa plataforma tem suscitado uma importante reflexão teórica acerca dos impactos das novas tecnologias digitais para a formação de novas sociabilidades, bem como na contribuição para diversas transformações em todas as áreas do conhecimento. Além disso, com os avanços tecnológicos e a expansão cada vez maior das novas tecnologias, cada vez mais se faz necessário pesquisas que avaliem essa temática em seus vários aspectos.

Enquanto eixo temático, as novas tecnologias, quando problematizadas em seus aspectos sociotécnicos, também podem fomentar a construção de um conhecimento interdisciplinar, como já vem sendo feito principalmente na área das humanidades, mas também na área da saúde, que, embora enfrente maiores dificuldades nesse sentido, vem aceitando cada vez mais o desafio de superar a disciplinarização. Ainda é possível inferir que, apesar do crescimento ainda tímido da interdisciplinaridade dentro das diversas áreas, não há como retroceder, já que os problemas que surgem na decorrência da configuração atual da sociedade têm se mostrado cada vez mais complexos, exigindo assim a discussão conjunta de diversos conhecimentos e saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELHA, Daniel M. et al. A Netnografia e a Análise de Comunidades Virtuais: um Estudo de Caso Aplicado Aos Discentes da Ufrj. IN: IV SEGET,4, 2012. Resende-RJ. **Anais...** online, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/45616486.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ARAÚJO, Júlio C.; COSTA, Rafael R. A fúria do Führer: um estudo das estratégias discursivo-pragmáticas presentes num “viral” do Youtube. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão - SC, v. 11, n. 2, p. 283-309, 2011.

ARRAIS, Raphaella R. **Networks do Youtube: a Paramaker e o case Arcor**. 2015. 64 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ARRUDA, Byanka. S. et al. **A Exposição do Jovem na Internet: Um estudo sobre o caso Felipe Neto**. Biblioteca on-line de Ciências em Comunicação, 2011. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/arruda-et-al-a-exposicao-do-jovem-na-internet.pdf> Acesso em: 11 ago. 2018.

ARRUDA, Marcelo P. Assimetria Informacional e o Preço das Ações: Análise da Utilização das Redes Sociais nos Mercados de Capitais Brasileiro e Norte-americano. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 317-330, 2015.

BARROS, Octávia C.; SERPA JUNIOR, Octávio D. Ouvir vozes: um estudo netnográfico de ambientes virtuais para ajuda mútua, **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 867-888, 2017.

BERNARDI, Alberto C. C. Estratégias de comunicação em agricultura de precisão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, n.1, p.189 -200, 2015.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista FAMECOS**, v.1, n.24, p. 110-124, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.

COITINHO FILHO, Ricardo A.; RINALDI, Alessandra A. O Supremo Tribunal Federal e a “união homoafetiva” Onde os direitos e as moralidades se cruzam. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 26-42, 2018.

DORNELLES, Juliano Paz. **O fenômeno Vlog no Youtube**: Análise de conteúdo de vloggers brasileiros de sucesso. 2015. 106 f. Dissertação (Mestre em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, 2015.

FOCOSI, Alessandra S.; SOUZA, Rosane M. O mapa da dor crônica na internet: um estudo exploratório. **Rev Dor**, São Paulo, v.17, n.2, p. 101-105, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**. Campus de Foz do Iguaçu. v.10, n.1, p. 41-62, 1º semestre de 2008.

FURTADO, Raquel A. Humor na Internet: trabalhadores utilizam nova estratégia para protestar contra demissões e terceirizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v.49, n.1, p.33-44, 2014.

GOMES, Romeu; DESLANDES, Suely F. Interdisciplinaridade na saúde pública: um campo em construção. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 103-114, 1994.

GIOS, Thaísa S.; LOTUFO NETO, Francisco. Termos psicopatológicos em bandas e músicas de rock and roll. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, v. 62, n. 1, p. 46-50, 2013.

GUILHERI, Juliana; ANDRONIKO, Anne; YAZIGI, Latife. “Brincadeira do desmaio”: uma nova moda mortal entre crianças e adolescentes. Características psicofisiológicas, comportamentais e epidemiologia dos ‘jogos de asfixia’. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n.3, p.867-878, 2017.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

KLEIN, Gisiela H. et al. Big Data e mídias sociais: monitoramento das redes como ferramenta de gestão. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.26, n.1, p.208-217, 2017.

LANA, Lígia C. C. Heroínas pós-feministas: as contradições da produção audiovisual feminina no YouTube. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n.3, p. 1359-1371, 2017.

LEITÃO, Carla F.; NICOLACI-DA-COSTA, Ana M. Impactos da internet sobre pacientes: a visão de psicoterapeutas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 441-450, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora34, 1999. 264 p.

LUZ, Madel T. Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.18, n.2, p.304-311, 2009.

MAIA, Rousdiley C. M. Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 490-513, 2015.

MENDONÇA, Ricardo, F.; AMARAL, Ernesto F. L. Racionalidade online: provimento de razões em discussões virtuais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, 2016.

MOTA, José C. **Da Web 2.0 ao e-learning 2.0**: aprender na rede. 2009. 198 f. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Ciências da Educação) – Programa de Pós- Graduação em Pedagogia do E-learning, Universidade Aberta, 2009.

MURIEL-TORRADO, Enrique; GONÇALVES, Marcio. Youtube nas bibliotecas universitárias brasileiras: quem, como e para o que é utilizado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.22, n.4, p.928-113, 2017

NUNES, Madienne; ARAÚJO, Nayara. A exposição infantil em vídeos de beleza: erotização da infância em favor do consumismo. **Temática**, v. 1, n. 1, 2016.

OLIVEIRA, Ana F. T. M.; ARAÚJO, Clarissa M. A Representação Cultural da Deficiência nos Discursos Midiáticos do Portal do Professor do MEC. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 1, p. 65-78, 2016.

PEDRO, Alexandra R. Os museus portugueses e a Web 2.0. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39 n. 2, p.92-100, 2010.

PRIMO, Alex F. T. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: Congresso Brasileiro de Ciências e Comunicação, 29., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...**Brasília: UFRGS, 2006. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf>> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

QUINTANILHA, Luiz F. Inovação pedagógica universitária mediada pelo Facebook e YouTube: uma experiência de ensino-aprendizagem direcionado à geração-Z. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, v.1, p. 249-263, 2017.

SÁ, Simone P. The Numa Numa Dance e Gangnam Style: vídeos musicais no Youtube em múltiplas mediações. **Galaxia**, São Paulo, Online, n. 28, v. 1, p. 159-172, 2014.

SALVADORA, Pétala T. C. O. et al. Segurança do paciente: caracterização de vídeos do YouTube. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.38, n.1, p.1-8, 2017.

SILVA, Sivaldo P.; MUNDIN, Pedro S. Mediações no YouTube e o caso 'Ocupação do Complexo do Alemão': características e dinâmica de uso. **Intercom - RBCC**, São Paulo, v.38, n.1, p. 231-253, 2015.

SILVA, Marco Polo O.; SALES, Shirlei R. O fenômeno cultural do Youtube no percurso educacional da juventude ciborgue. In: VI SBECE, 6, 2015. Porto Alegre, **Anais...** online, 2015. Disponível em: <http://www.sbece.com.br/2015/resources/anais/3/1430064582_ARQUIVO_ArtigoSBECEMarcoPolo.pdf> Acesso em 11 ago. 2018.

SILVA, Marco Polo O. **Youtube, juventude e escola em conexão**: a produção da aprendizagem ciborgue. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Belo Horizonte, 2016.

SIQUEIRA, Alexandra B.; CERIGATTO, Mariana P. Mídia-educação no Ensino Médio: por que e como fazer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 44, v.1, p. 235-254, 2012.

SPEROTTO, Rosária I.; MARGARITES, Ana Paula F. Vídeos do YouTube no Orkut: uma possibilidade educativa numa rede social? **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 25, p. 371-384, 2010.

TOURINHO, Francis S. V. et al. Análise de vídeos do YouTube sobre suporte básico de vida e reanimação cardiopulmonar. **Revista do colégio brasileiro de cirurgiões**, v.39, n.4, p.335-339, 2012

TULGAR, Serkan. YouTube como fonte de informação de raquianestesia, anestesia peridural e anestesia combinada raquiperidural. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v.67, n.5, p.493-499, 2017.

VICENTE, Natalí I. **O uso do twitter e facebook para divulgação científica**: um estudo netnográfico em perfis de bibliotecas universitárias federais do sul do Brasil. 2015. 184f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) – Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VILELA, Elaine M.; MENDES, Iranilde J. M. Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico. **Rev Latino-am Enfermagem**, 2003 julho-agosto; 11(4):525-31.

A MÍDIA COMO ARTEFATO CULTURAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A DOCÊNCIA: INVESTIGAÇÕES INICIAIS

Denise Rosana da Silva Moraes

Professora do Programa PGSCF(UNIOESTE-PR)
denisepedagoga@gmail.com

Luciane Cristina Silva

Mestranda do Programa PGSCF(UNIOESTE- PR)
luciane_crisil@hotmail.com

RESUMO:

Este texto propõe-se a discorrer sobre a seguinte pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Sociedade, Cultura e Fronteiras, vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, em Foz do Iguaçu. Com o objetivo de focar na formação de professores(as), a pesquisa propôs a criação de um projeto de extensão, grupo de estudos, sobre a temática mídia. Este projeto intitulado “A mídia como artefato cultural e suas contribuições para a docência”, nasce da investigação científica acerca desse tema e da observação empírica no cotidiano escolar dos conflitos sobre o uso de instrumentos midiáticos como parte do seu acervo metodológico. Portanto, os estudos no grupo oportunizam momentos de leituras, discussões e proposições coletivas, sobre a mídia, pensando estratégias metodológicas empregando os recursos tecnológicos para produção do conhecimento no campo da escola.

Palavras-chave: Formação de professores(as), Mídias, práticas pedagógicas e tecnologias.

ABSTRACT:

This text proposes to discuss the following master's research in progress, linked to the Postgraduate Program *Stricto Sensu* Society, Culture and Borders, linked to the State University of the West of Paraná-UNIOESTE, in Foz do Iguaçu. With the aim of focusing on teacher training, the research proposed the creation of an extension project, a group of studies, on the media theme. This project entitled “Media as a cultural artifact and its contributions to teaching” is born from scientific research on this subject and from the empirical observation in the daily school life of the conflicts about the use of media instruments as part of its methodological heritage. Therefore, the studies in the group provide moments of reading, discussion and collective propositions about the media, thinking about methodological strategies using the technological resources to produce knowledge in the school field.

Key-words: Teacher training, Media, pedagogical practices and technologies.

Introdução

Este artigo tem como objetivo relatar e apresentar as investigações iniciais e reflexões das experiências vivenciadas nos primeiros encontros do grupo de estudos em andamento intitulado “A mídia como artefato cultural e suas contribuições para a docência”. A proposta do Grupo de Estudos é refletir sobre o uso das tecnologias no ambiente escolar, abordando a forma como a mídia é apropriada pelos sujeitos da educação.

A problemática que incitou a pesquisa é a existência de tensões geradas pelo uso em sala de aula das tecnologias pelos alunos, especificamente dos *smartphones*, e da aparente insegurança dos educadores em mediar tais conflitos, bem como, na utilização das tecnologias como recurso pedagógico. Segundo Moran,

Enquanto a sociedade muda e experimenta desafios mais complexos, a educação formal continua, de maneira geral, organizada de modo previsível, repetitivo, burocrático, pouco atraente. Apesar das teorias avançadas, predomina, na prática, uma visão conservadora, repetindo o que está consolidado, o que não oferece riscos nem grandes tensões. (2013, p.12)

Assim sendo, o projeto tem como objetivo principal proporcionar aos participantes momentos de reflexão sobre suas ações, sendo provocados a adaptarem suas práticas às necessidades contemporâneas, aproveitando as tecnologias presentes na escola como potenciais pedagógicos auxiliares na produção do conhecimento.

A pesquisa, que embasa o projeto apresenta como aporte teórico os Estudos Culturais visto que partem de experiências reais e contemporâneas na qual a interdisciplinaridade é construída no conjugar saberes e proporcionar o encontro entre teoria e prática, entre objetivo e subjetivo ao problematizar às mídias presentes no ambiente escolar como artefato de cultura e como componente pedagógico contribuinte ao processo de ensino e aprendizagem.

Espera-se que os envolvidos, motivados pelas palestras, leituras e debates, problematizem a mídia no ambiente escolar como um artefato de cultura, onde o professor é autor de sua prática, desconstruindo a ideia de treinamento e repetição, com a qual estão “acostumados”, pela própria formação pela qual passam, onde o importante é aparelhar escolas, em detrimento da formação de seus professores e professoras (MORAES,2016). E a previsão dessa formação específica contraria como já explicitado, o treinamento, com isso, a cada encontro os(as) professoras(as) trocam experiências do uso das mídias em suas aulas e na escola como um todo. Já no último encontro a ideia é de que apresentem e compartilhem, durante o seminário final, as ações pedagógicas elaboradas e aplicadas por eles em salas de aula e suas impressões sobre o objeto estudado.

Percurso Metodológico e Interdisciplinaridade

Utilizando a pesquisa-ação como caminho metodológico, se fortalece a escola como lugar de produção de saberes novos onde os conhecimentos se cruzam e se combinam pelo diálogo entre as disciplinas oportunizando a troca de experiências e convergência de pontos de vistas, bem como estratégias de aprendizagens.

Esta forma de pesquisa intervencionista interfere na realidade pesquisada, buscando modificá-la. E sendo realizada nos moldes da pesquisa-ação, que tem como uma das funções a transformação de uma realidade, é “instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte” (THIOLLENT, 2011, p 15).

Seguindo os moldes da pesquisa-ação, o grupo de estudos parte de um projeto de extensão e totaliza 40h, divididos em 10 encontros de 4h (8 destes presenciais e 2 à distância) e prevê certificação aos participantes que atingirem no mínimo 75% de frequência. Cada encontro conta com estudo de textos, com vídeos de apoio e debates, atividades que geram diálogos, reflexões e troca de experiências que motivam a transformação na prática pedagógica. Ainda, em alguns encontros, está previsto a participação de convidados (professores e/ou pesquisadores da temática) que contribuem trazendo suas pesquisas, experiências e conhecimentos específicos relacionados ao projeto.

Com o intuito de refletir sobre a cultura da mídia no contexto escolar, como um problema concreto que demanda um “olhar” interdisciplinar, carente de contribuições dialógicas das diferentes disciplinas curriculares, Japiassu (1994) defende que a tarefa interdisciplinar seja de cultivar o desejo de enriquecimentos por enfoques novos, combinando diferentes perspectivas e ultrapassando os caminhos já conhecidos e dos saberes já adquiridos pelas disciplinas curriculares.

Cabe frisar que na pesquisa em mídias na educação, segundo a perspectiva interdisciplinar de Japiassu (1994), a escola se torna um lugar de produção coletiva de um saber novo, superando a distância, ou nas palavras do autor “o corte universidade/sociedade, universidade/vida, saber/realidade”, instaurando uma nova relação entre educadores/as e educandos/as e permitindo a abertura de um novo nível de comunicação abandonando os velhos caminhos da racionalidade tradicional. O autor posiciona os educadores/as como agentes que despertam, que provocam, que questionam, e não que se “reduzam ao papel de disciplinadores intelectuais, revendedores de um saber-mercadoria”. Nesta perspectiva a pesquisa-ação contribui, pois é através dela que “é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação” (THIOLLENT, 2011, p 25).

Para tanto, parte-se da proposta de ação-reflexão-ação, em um grupo de estudos, tendo a pesquisa-ação como suporte metodológico a qual preconiza, além da participação do pesquisador, uma forma de ação planejada, de caráter social e educacional, que nem sempre se encontra em pospostas de pesquisa convencional. Thiollent (2011, p.20) conceitua a pesquisa-ação como um tipo de pesquisa que propõe “a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes, estão envolvidos e são representativos da situação ou do problema, atuam de modo cooperativo ou participativo”.

As Tecnologias Digitais na Educação e a Formação de Professores do Estado do Paraná

A chegada das tecnologias móveis à sala de aula traz tensões, novas possibilidades e grandes desafios. Segundo Moran (2013), o professor é mais importante do que nunca nesse processo de inclusão digital, pois ele precisa se aprimorar nessa tecnologia para introduzi-la na sala de aula, no seu dia a dia, da mesma forma que o professor, que um dia, introduziu o primeiro livro em uma escola e teve de começar a lidar de modo diferente com o conhecimento – sem deixar as outras tecnologias de comunicação de lado.

O estado do Paraná através da Secretaria Estadual de Educação(SEED) oferece formações e capacitação aos docentes da rede, como: Semana Pedagógica, Formação Continuada, Planejamento e Formação Disciplinar, de acordo com a Deliberação nº 002/2002 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (PARANÁ, 2002). As principais delas são definidas no calendário escolar, são presenciais e obrigatórias e ocorrem nas instituições de ensino que devem seguir as orientações e planejamentos fornecidos pela SEED/PR. Os conteúdos,

metodologias, horários e outros procedimentos são definidos e encaminhados pela SEED/PR e fiscalizados pelos representantes do NRE (Núcleo Regional de Educação).

O governo do estado dispõe de um site chamado Portal Educacional do Estado do Paraná (<http://www.diaadia.pr.gov.br/>) onde estão disponibilizados, na aba de *formação*, os materiais e informações necessárias sobre as formações. Inclusive, estão disponíveis neste portal todas as orientações e materiais estudados desde 2015. Percebe-se que a autonomia da instituição escolar é limitada devido às inúmeras regras e imposições feita pela mantenedora para a capacitação dos professores.

O NRE de Foz do Iguaçu, setor de Coordenação Regional de Tecnologia na Educação (CRTE) ofertou cursos de “*Google drive*” aos professores(as) e agentes educacionais com duração de 8h. O curso presencial foi uma introdução ao software e seus recursos de caráter puramente instrumental no qual os participantes foram orientados a utilizá-los como ferramenta metodológica. Moraes (2016, p.27) alerta sobre a formação mecanizada e sua superficialidade, “ao invés de conhecer este aparato, seu conceito, concepção e técnica, opta-se pela instrumentalização mecânica, como se não fosse importante conhecer a fundo esta nova possibilidade didático-pedagógica”.

A mesma autora reforça a necessidade da formação do professor para o uso das mídias, dialogando com as dimensões teóricas e práticas de forma contextualizada.

A formação para a utilização das mídias, bem como o acesso aos seus aparatos, consiste em uma operação que dá internamente e não institucionalmente apenas. É uma assunção de cada um, que exige o exercício da dúvida, da vigilância epistemológica, desejo e desafio para desaprender o que já não responde mais à prática e disposição para novas aprendizagens. Uma formação que contribui para a produção, como consequência de uma natural transversalidade dos conteúdos que estão e precisam estar perfeitamente contextualizada com a vida cotidiana e com uma prática redimensionada política e pedagogicamente. (MORAES, 2016, p. 24-25)

Para tanto, faz-se necessário refletir e buscar novos caminhos que nos conduzam a novas perspectivas em relação à formação de professores, repensando o passado e projetando um futuro com base no conhecimento pedagógico. Segundo Moraes (2016, p.19) “na formação de professores(as), é possível conhecer e analisar as possibilidades de intervenção pedagógica utilizando o potencial pedagógico das redes sociais digitais e viabilizar uma prática de ensino que favoreça a compreensão do conteúdo escolar”.

Mesmo com todas as orientações e proposições das formações presentes na documentação escolar e nas diretrizes curriculares que contemplam o uso das tecnologias digitais como recurso metodológico, de certa forma, a maneira como cada escola lida com esse novo cenário, depende da perspectiva que seus profissionais têm do uso de tais dispositivos em sala de aula. Segundo Fantin,

parece que hoje um dos grandes desafios da escola e da formação diz respeito à finalidade da educação no sentido de enriquecer a vida de crianças e jovens com repertórios e recursos cognitivos, sociais, éticos, estéticos e culturais em consonância com os desafios de uma sociedade em constante transformação, profundamente marcada pela tecnologia. (FANTIN, 2013, p.57)

Segundo Nóvoa (1995, p.26), “a formação de professores precisa ser repensada e reestruturada como um todo, abrangendo as dimensões da formação inicial, da indução e da formação contínua”. Faz-se necessário pensar a formação de professores de uma maneira contínua, que abrange desde a formação inicial até a formação continuada, independentemente de seu tempo

de atuação como professor, pois o exercício cotidiano da docência exige constante atualização e acesso a conhecimentos que venham a contribuir e a somar à sua prática pedagógica, seja inicial ou continuada.

Face ao exposto, destaca-se a importância em organizar um projeto de formação docente que permita a reflexão sobre o uso das tecnologias no ambiente escolar para que, conforme Moraes (2016, p.28) a tecnologia passe a ser entendida como fortalecedora das práticas pedagógicas se tiver como objetivo uma aproximação com a arte, ocorrendo o contrário quando reduzida a uma questão puramente instrumental.

Reflexões e Diálogos iniciais no Grupo de Estudos

A divulgação e convite do grupo de estudos foram feitos na semana pedagógica de julho/2018 no Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves, em Foz do Iguaçu, também local dos encontros. Neste dia foi explicitado sobre a temática bem como, sobre a proposta do grupo aos professores presentes que demonstraram interesse. Também houve questionamentos sobre a possibilidade de participação de professores da rede municipal e de agentes educacionais, e a sugestão foi aceita, pois a contribuição de profissionais de outras instituições e redes de ensino seria relevante e substancial para os diálogos, e troca de experiências.

Constatou-se, após o recebimento de 30 fichas de inscrição de interessados, um perfil diversificado de professores(as) e agentes educacionais, e no dia seguinte o convite estendeu-se para os alunos(as) do mesmo Colégio, com retorno de 5 estudantes interessados em participar. Para melhor interagir e organizar os encontros do grupo criou-se canais de comunicação: um grupo de conversa, no *whatsapp*, e um email coletivo na plataforma do *gmail.com* para postar e compartilhar o material do curso através do *drive*.

O primeiro encontro aconteceu no dia 11/08/2018, uma manhã de sábado, e compareceram 24 participantes que, após a apresentação do curso pela coordenadora do projeto, também se apresentam e relatam suas funções na escola e suas experiências com as mídias e as tecnologias digitais no dia-a-dia. Observou-se variados pontos de vistas e opiniões sobre a temática: professores(as) que se sentem desatualizados por não terem muita proximidade com as tecnologias usando-as apenas em extrema necessidade; relatos de professoras que se sentem desconfortáveis em casa pois os filhos não dispensam o *smartfone* nem durante as refeições; o relato de uma funcionária da escola que se posicionou contrária ao uso e introdução das tecnologias no ambiente escolar, inclusive disse não usar e preferir o mais simples aparelho de celular. Outra participante afirmou que a temática proposta pelo curso despertou sua curiosidade e necessidade em aprender mais e saber como pode melhorar sua prática utilizando tais recursos com orientação e conhecimento. Na mesma perspectiva uma participante, coordenadora pedagógica do colégio, falou sobre precisar aprender para poder auxiliar alunos e professores a lidar com essa nova cultura que adentra em nossas vidas. Corroborando, Fantin afirma que

a cultura digital é uma cultura em que a mídia pessoal, *personal media*, é a protagonista. Os celulares e as redes sociais, *social network*, ao lado de outras tecnologias, permitem que o leitor se torne cada vez mais autônomo, e graças a essa cultura, cada leitor pode se tornar também um autor. É nessa cultura que crianças, jovens e alunos da escola mergulham, pois esse é o seu meio ambiente. (FANTIN, 2013, p.98)

Na sequência outra professora, esta da disciplina de Filosofia, aponta sobre a dualidade que a mídia nos apresenta, ser “atrativa e perigosa” ao mesmo tempo, diz se sentir insegura ao pesquisar e procurar material para suas aulas e sobre a forma que os estudantes utilizam

internet, que tais problemáticas precisam ser refletidas e debatidas na escola. Moran (2013) faz um alerta quanto a esta dualidade relacionada ao ambiente escolar.

Diante de tantas possibilidades de busca, a própria navegação torna-se mais sedutora do que o necessário trabalho de interpretação. É mais atraente navegar, descobrir coisas novas, do que analisá-las, compará-las, separando o que é essencial do acidental, hierarquizando ideias, assinalando coincidências e divergências. (MORAN, 2013, p.57)

Também, neste primeiro encontro, observou-se pela participação do grupo, dos comentários sobre suas expectativas e experiências, que a temática desperta interesse e a proposta metodológica da pesquisa-ação sugere um ambiente de produção coletiva, de troca de conhecimentos que valoriza o diálogo, a cooperação e a crítica. O debate inicial foi sobre o tempo da escola e as aprendizagens prévias dos alunos(as), e sobre como os professores(as) lidam com as situações em torno das tecnologias digitais, principalmente a internet e as redes sociais. Os estudos e debates fluíram de forma muito favoráveis porque, além de educadores participam alunos(as), que comentam e compartilham suas impressões sobre a temática e suas experiências escolares.

O segundo encontro se iniciou com o vídeo “A importância da Tecnologia na Educação”, abordando a evolução das tecnologias e destacando sua utilização no ambiente escolar como suporte pedagógico. Como embasamento teórico estudou-se o texto “Internet: novos valores e novos comportamentos” do livro *A leitura nos Oceanos da Internet*, obra citada no referencial deste artigo, que introduziu a discussão sobre a cultura digital gerada pelo uso das tecnologias principalmente pelas crianças e as relações estabelecidas através do contato com a internet. “As crianças têm utilizado a Internet para brincar, para aprender e principalmente para se comunicar e formar relacionamentos, incluindo, nesse processo interativo, o desenvolvimento diferenciado de sua cognição, inteligência, raciocínio, criatividade e personalidade” (SILVA, 2008 p.46).

Durante as reflexões sobre o texto, um dos alunos participantes relatou sobre como utiliza a internet para estudar, faz pesquisas em sites de buscas e prefere os textos de sites de conteúdos educativos que são mais confiáveis, lembrou que já encontrou notícias falsas ou duvidosas que atrapalharam seu aprendizado, pois contrariavam o conteúdo que foi explicado pelo professor. Outro estudante comentou sobre os atritos que presencia na sua sala de aula quando o professor proíbe o uso dos aparelhos celulares, quando os encaminha para a coordenação pedagógica para serem advertidos por utilizarem fones de ouvidos e principalmente quando querem fotografar o conteúdo do quadro e são coibidos. Tais relatos evidenciam que os jovens chegam à escola contando com inúmeras fontes de informação e variados ambientes para aprender, visto que a Internet ampliou as possibilidades de comunicação entre os usuários que estão conectados nos mais diversos lugares do planeta e possibilita o surgimento de novas formas de transferência de informações e de compartilhamento.

Nesse sentido Brito e Purificação afirma que:

tornam-se primordiais a formação e transformação do professor, que deve estar aberto as mudanças, aos novos paradigmas, os quais o obrigarão a aceitar as diversidades, as exigências impostas por uma sociedade que se comunica através de um universo cultural cada vez mais amplo e tecnológico” (BRITO E PURIFICAÇÃO, 2008 p. 29)

Nesse sentido, é possível perceber que a participação dos alunos(as) foi fundamental e bem recebida pelos docentes, uma vez que é para eles, segundo os(as) participantes, que se busca melhorar a prática e ouvi-los é a melhor forma de entendê-los. Moran (2013, p.13) aponta para a participação ativa dos alunos, “se os alunos fizerem pontes entre o que aprendem

intelectualmente e as situações reais, experimentais e profissionais ligadas aos estudos, a aprendizagem será mais significativa, viva e enriquecedora”.

O debate deste encontro resultou em reflexões sobre como as tecnologias digitais possam se constituir pela vivência, em um aparato pedagógico e/ou material de apoio potencializando o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, com repercussão nos espaços escolares minimizando os conflitos. Moran (2013, p.30) defende que “com as tecnologias atuais, a escola pode transformar-se em um conjunto de espaços ricos de aprendizagens significativas, que motivem os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, a saber tomar iniciativa e interagir”.

Grande parte das leituras propostas nos encontros do grupo, são produções críticas e contextualizadas de autores como Castells (2003), Brito e Purificação (2008), Moran (2013), Kellner (2001), Moraes(2016) entre outros, fundamentais ao debate de como a tecnologia pode ser além de uma mera ferramenta, mas um artefato de cultura, que auxilia na prática pedagógica e na produção do conhecimento. E, ainda aproxima diferentes saberes de alunos(as) e professores(as) para além do conflito mas na construção de práticas coletivas e solidárias.

Percebe-se, e as leituras teóricas auxiliam essa percepção, de que os processos midiáticos têm modificado de forma visível nossa sociedade, produzindo diferentes formas de interação entre os indivíduos, mudanças comportamentais e culturais e, conseqüentemente, inovações nos modelos de ensino e de aprendizagem.

A escola, assim como outros contextos do mundo contemporâneo, sente os reflexos da cultura digital e estudar a mídia e as tecnologias digitais presentes neste contexto com os sujeitos que as experimentam é fundamental para pensar práticas de análises e principalmente repensar novos paradigmas, permitindo às pessoas outro tipo de posicionamento, de referenciais necessários para a compreensão da realidade e da possibilidade de intervenção através da prática pedagógica.

Espera-se que no decorrer do curso os diálogos e reflexões propostos possam instigar novas trilhas e construções pedagógicas que nos aproximem de uma vida cultural mais rica e significativa na formação do estudante.

Considerações Finais

Este estudo apresentado aqui, nos limites de um artigo científico, teve como objetivo demonstrar o caminho e a tessitura da pesquisa de mestrado cujo fenômeno é a investigação da ação pedagógica de professores e professoras com o uso das mídias. Para isto organizamos um projeto de extensão, inédito, pois os participantes foram professores(as), alunos(as) e funcionários da escola. Essa interlocução rendeu frutos e debates acerca do cotidiano da escola, e das práticas em relação às mídias.

Nos primeiros encontros já realizados observou-se pela participação do grupo, e comentários sobre suas expectativas e experiências, que a temática desperta interesse e a proposta metodológica da pesquisa-ação sugere um ambiente de produção coletiva, de troca de conhecimentos que valoriza o diálogo e a crítica.

A intervenção foi possível pela proximidade com os sujeitos da pesquisa, uma vez que já havia a atuação da pesquisadora como formadora de professores naquele contexto, através do órgão estadual que coordena aquelas instituições escolares, dentre outras. Como já afirmamos, após a exploração do material já coletado com a aplicação dos questionários em outras formações, sentimos a necessidade de nos colocar como elemento de intervenção, buscando a reflexão

docente e a sua apropriação quanto às habilidades para uso dos dispositivos digitais, que podem servir aos propósitos pedagógicos no contexto de sala de aula. Durante essa fase, foram coletados falas e relatos dos docentes nas plataformas digitais que utilizamos durante a formação. Esta ação será descrita em pormenores, em seção própria.

Assim, buscamos encontrar nos relatos e falas dos sujeitos a compreensão sobre quais fatores contribuem para a utilização dos dispositivos digitais em ferramentas pedagógicas integradas ao cotidiano das salas de aula, vindo a contribuir para experiências exitosas nesses contextos. Embora compreendamos que nem sempre os escritos serão fidedignos aos acontecimentos em sala de aula, pensamos que as interpretações que fazem dessas experiências, trazem muito dos sentimentos e sentidos que o próprio docente incorpora às suas ações e, justamente por isso, implicam nos resultados obtidos junto ao corpo discente.

Considera-se o artigo relevante para os sujeitos envolvidos no processo educativo, tendo em vista que situa a tecnologia digital como importante instrumento pedagógico, interpretando seus usos, suas formas de produção e transformação da cultura. Enfim, analisa como aproveitar *smartphones* e outros dispositivos tecnológicos, disponíveis na escola, para favorecer o envolvimento dos estudantes e contribuir para a promoção do conhecimento, bem como, aproximar o diálogo entre alunos (as) e professores (as) em um ambiente digital e real de alteridade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 06/09/2018.

BRITO, Gláucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um (re) pensar.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade.** Zahar, 2003.

DA SILVA, Ezequiel Theodoro. **A leitura nos oceanos da internet.** Cortez, 2008.

FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, PierCesare (orgs). **Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores.** Papirus, 2013.

JAPIASSU, Hilton. **A questão da interdisciplinaridade.** Seminário internacional sobre reestruturação curricular. Secretaria Municipal de Educação, Porto Alegre, 1994.

JOHNSON, Richard; DA SILVA, Tomaz Tadeu. **O que é, afinal, estudos culturais?.** Autêntica Editora, 2004.

MORAES, Denise Rosana da Silva. **Mídias na Formação de Professores(as): limites e possibilidades.**Jundiaí : Paco Editorial, 2016.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** São Paulo: Papirus Editora, 2013.

NÓVOA, António. **Profissão professor.** 2.ed. Porto: Porto, 1995.

SILVA, Ezequiel Theodoro da (Coord.) **A leitura nos oceanos da internet**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Portal Educacional do Estado do Paraná. Acessado em 11/09/2018. <http://www.diaadia.pr.gov.br/>

Vídeo: A importância das tecnologias na educação. Acessado em 05/07/2018. <https://www.youtube.com/watch?v=VV3TdtDm7so>

ESCOLA, SOCIEDADE, TECNOLOGIAS DIGITAIS E MÍDIAS: AS REPRESENTAÇÕES DO ALUNO EM PERSPECTIVA

WALCÉA BARRETO ALVES

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano
Professora da Faculdade de Educação
Universidade Federal Fluminense
walcea@yahoo.com.br*

JANICE MORAIS DE MENDONÇA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano
Universidade Federal Fluminense
jncmorais@gmail.com*

LUCAS LIMA COARACY

*Bacharel e Licenciado em Psicologia
Universidade Federal Fluminense
limacoara@gmail.com*

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “Representações sociais, tecnologias digitais e o contemporâneo: investigando a escola”, realizada pelo Núcleo de Estudos Contemporâneos em Educação, Etnografia e Representações Sociais (NECEERS/UFF). A relação entre as representações dos alunos sobre as tecnologias e sua influência nos processos de ensino-aprendizagem são o objeto de estudo. O locus da pesquisa é uma escola da rede municipal de Niterói, RJ. Os participantes primários são alunos de Classes de Aceleração do 3º e 4º ciclos. A pesquisa se desenvolve numa perspectiva multimétodos, sendo a abordagem etnográfica o eixo teórico-metodológico principal em interface com as concepções epistemológicas da Teoria das Representações Sociais. As análises apontam que a participação do aluno enquanto agente prospectivo de transformação pode ser potencializada por processos interativo-reflexivos viabilizados no contexto educativo mediados pelas tecnologias digitais e pelas mídias, a partir de suas representações e seu protagonismo, para superação das desigualdades.

Palavras-chave: Educação. Etnografia. Tecnologias Digitais. Mídias. Escola.

ABSTRACT

This paper presents partial results of the research “Social representations, digital technologies and the contemporary: investigating the school”, realized by the Nucleus of Contemporary Studies in Education, Ethnography and Social Representations (NECEERS/UFF). The relation between students’ representations of technologies and their influence on teaching-learning processes is the object of this study. The research locus is a school of the municipality of Niterói, RJ. Primary participants are students of 3rd and 4th cycle Acceleration Classes. The research develops in a multimethods perspective, being the ethnographic approach the main theoretical-methodological axis in interface with the epistemological conceptions of Theory of Social Representations. The analyzes indicate that the student participation as a prospective agent of transformation can be enhanced by interactive-reflexive processes made possible in the educational context mediated by digital technologies and media, based on their representations and their protagonism, to overcome inequalities.

Key-words: Education. Ethnography. Digital Technologies. Media. School.

Os trabalhos completos deverão seguir **rigorosamente** as normas da ABNT: 1) NBR 6028 para resumo; 2) NBR 6023 para referências e 3) NBR 10520 para citações. Os trabalhos devem ser enviados, no formato padrão Word, contendo entre 4000 e 4500 palavras, em letra Times New Roman, com título em caixa alta e negrito (Times New Roman 14), seguido de resumo de 120 a 150 palavras em português e em inglês, com de 5 palavras-chave, em Times New Roman 11, espaço simples, seguido do texto do artigo em Times New Roman 12, espaço 1,5 - citações em Times New Roman 11, espaço simples e recuo de 4cm -, sistema autor-data para as referencias. Os trabalhos originais poderão ser remetidos em português, espanhol ou inglês. Se os textos estiverem em português ou em espanhol devem conter abstract em inglês. Se os textos forem remetidos em inglês devem conter resumo em português.

INTRODUÇÃO

As representações sociais permeiam o cotidiano e contribuem para a construção e embasamento de práticas, comportamentos, concepções e imagens acerca dos elementos da realidade, do contexto de vida dos indivíduos. Elas, enquanto produto do diálogo constante entre individual e o coletivo, num movimento dialético, configuram e são configuradas nas e pelas dinâmicas estruturais da sociedade (MOSCOVICI, 2003). Diante desta condição, as subjetividades são fortemente influenciadas pelas condições sociais que se colocam nos processos coletivos, do mesmo modo que dão retorno e colaboram para significar e dar sentido aos mesmos.

No contexto atual, encontramos-nos num enquadre em que as tecnologias digitais demarcam um papel importante que entremeia a formação das representações sociais. As tecnologias não provocam este fenômeno por si só, mas pelo processo humano de sua apropriação nos modos de vida e de interação, que acabam por configurar o que Lévy (1999) denomina por cibercultura. Neste cenário, os processos de acesso à rede se ampliam, reconfigurando o ser e o estar dos indivíduos no mundo.

Destarte, a escola, enquanto locus privilegiado de promoção de processos de ensino-aprendizagem intencionais, com conteúdos pré-selecionados, se constitui enquanto uma “tecnologia de época” (SIBILIA, 2012), um artefato com objetivos específicos de produção que entra em contraste com outros espaços de aprendizagem e produção de saberes da sociedade contemporânea: as mídias, as redes, o ciberespaço. Os indivíduos que participam do contexto escolar veem-se diante de dimensões díspares dentro e fora deste ambiente que, demarcado por muros e paredes, por vezes, parece manter-se estanque às dinâmicas de aquisição de conhecimentos que ocorrem no seu exterior. Mas não. Essa cisão já não é possível, pois as subjetividades que constituem esse cotidiano estão imersas e conectadas com outras representações e outras formas de conhecer, ser, interagir.

Neste cenário, o Núcleo de Estudos Contemporâneos em Educação, Etnografia e Representações Sociais (NECEERS/UFF), mediante este trabalho de pesquisa, preconiza estudar as representações sociais dos alunos sobre as tecnologias e de que maneira estas influenciam os processos de ensino-aprendizagem ocorridos nas escolas. Parte da premissa de protagonismo do aluno, entendendo-o enquanto agente prospectivo de transformação do contexto sócio-educacional em interface interativo-reflexiva com as tecnologias digitais e as mídias.

Enquanto estratégia metodológica desenvolveu-se pesquisa de imersão no campo – a escola e a sala de aula – para aproximação da realidade vivenciada pelos estudantes e toda a comunidade escolar, a fim de se conhecer e compreender, a partir da ótica e da voz dos próprios indivíduos participantes do processo investigativo, as significações e as construções de sentido que permeiam a temática apresentada.

METODOLOGIA

O referencial teórico-epistemológico-metodológico se desenvolve na interface entre as áreas da educação, da comunicação e da psicologia social, buscando compreender os elementos e significações que se repercutem no cotidiano dos jovens em interação com as tecnologias digitais e as mídias, e as possibilidades de modificação das práticas educacionais a partir do posicionamento crítico-reflexivo do aluno.

O locus da pesquisa é uma escola da rede municipal de Niterói, RJ. Os participantes primários são alunos com idade entre 14 e 18 anos, matriculados no Ensino Fundamental, em Classes de Aceleração do 3º e 4º ciclos. Estas classes são compostas por alunos multirrepetentes, considerados em defasagem idade-série. São participantes secundários professores, gestores, funcionários e pais de alunos da escola pesquisada.

A pesquisa é pautada na perspectiva multimétodos de investigação (mixed research) (GÜNTHER et al., 2008; JOHNSON e ONWUEGBUZIE, 2004), sendo a abordagem etnográfica o eixo teórico-metodológico principal (MATOS, 2001, 2006, 2009). A partir desta concepção, priorizamos a voz de alunos e alunas em suas significações sobre a escola, o papel do uso das tecnologias digitais na contemporaneidade e suas repercussões nos processos de interação e nas práticas educativas, mediante a proposição de análises crítico-reflexivas sobre o uso de ferramentas digitais interativas, seja no ambiente escolar ou no seu dia-a-dia. Como aporte teórico-metodológico, a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) consiste no referencial para embasar a investigação a respeito dos encontros - e também desencontros - entre o individual e o social na dinâmica do processo educativo. As análises são orientadas pelas dimensões das representações sociais, a atitude, a informação e o campo de representação, empregando-se a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

A partir da abordagem multimétodos de investigação objetiva-se realizar um trajeto metodológico que atenda às demandas características do objeto de estudo, contemplando aspectos relacionados às pesquisas quantitativas e qualitativas. Os aspectos ligados à metodologia de cunho quantitativo serão oriundos da Psicologia Social, tendo como premissa a aplicação de questionário e posterior processamento estatístico dos dados levantados. A aplicabilidade dessa metodologia na pesquisa se dará através da necessidade de se captar os elementos estruturantes da representação social acerca das tecnologias digitais pelos alunos, o que é possibilitado através das proposições teórico-metodológicas da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais (ABRIC, 2000). A abordagem etnográfica de pesquisa está relacionada à metodologia qualitativa de investigação, e busca significar os dados a partir da visão dos próprios participantes, contextualizando as análises a partir da cultura em que eles estão inseridos.

Esta pesquisa tem como princípio investigativo a perspectiva “bottom-up” - uma inversão piramidal do olhar para as questões educacionais, partindo-se da base (o aluno) para o topo (gestores educacionais). A partir desta concepção, a pesquisa se desenvolverá priorizando a voz de alunos e alunas e suas significações e representações sobre a escola, o papel do uso das tecnologias digitais na contemporaneidade e suas repercussões nos processos de interação e nas práticas educativas, mediante a proposição de análises crítico-reflexivas sobre o uso de ferramentas digitais interativas.

A pesquisa está na fase de coleta e análise processual de dados. A produção dos dados se dá mediante a realização de observação participante, descrição densa, aplicação de questionário de evocação livre, grupo focal e entrevistas etnográficas. Estão sendo realizadas gravações de áudio e vídeo e registro fotográfico dos grupos focais, das atividades realizadas em aula, no

laboratório de informática da escola, além do desenvolvimento de atividades propositivas de análises crítico-reflexivas dos alunos sobre internet, redes sociais, mídias e produtos midiáticos utilizados no seu cotidiano.

Simultaneamente ao trabalho de campo, estão sendo realizados procedimentos de análise de dados, sob a perspectiva da construção de hipóteses progressivas (HAMMERSLEY e ATKINSON, 1983), que consiste em um processo analítico em constante interação com o campo, a partir das significações que emergem das situações observadas e vivenciadas, considerando-se a ótica do próprio sujeito da pesquisa (ALVES, 2012). Diante disto, a discussão proposta passa pela realização da análise e interpretação de dados que se dá num continuum, dialeticamente, durante todo o processo de investigação.

Os materiais produzidos mediante o trabalho de campo, durante os encontros dos pesquisadores com os participantes da pesquisa, registrados em cadernos de campo, são compartilhados pelos integrantes do NECEERS nas reuniões de estudo, e utilizados como disparadores para discussões e análises, considerando as dimensões discursivas e atitudinais dos indivíduos, com enfoque no aluno. As análises serão orientadas pelas dimensões das representações sociais, a atitude, a informação e o campo de representação (MOSCOVICI, 1978; 1994; 2003). A sistematização da análise, em fase de desenvolvimento, tem como base as contribuições de Bardin (1977), via análise de conteúdo. No momento atual, estamos realizando a fase de organização, estruturação e produção das análises, concomitantemente à realização da imersão no campo. A partir da tematização das categorias e resultados das análises, pretende-se apontar e ampliar horizontes de aspectos concernentes à melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, buscando a qualidade da educação básica pública, colocando em relevância a autoria e o protagonismo do aluno.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Moscovici (2003) apresenta o fenômeno das representações sociais como uma produção de saber advinda do senso comum, fruto das vivências, experiências e significações que delineiam os *frames* da vida cotidiana (GOFFMANN, 2006). Na interface entre o individual e o coletivo, numa via de mão dupla, as práticas cotidianas e as tomadas de decisão se configuram mediante a internalização das representações ao mesmo tempo em que os sujeitos são, também, atores do processo de sua construção. Jovchelovitch (2008), aponta a importância do estudo dos saberes em contexto a fim de que se construa uma teoria dialógica sobre a definição da racionalidade do conhecimento e das visões de mundo. A partir da concepção de que o conhecimento passa por transformações, conforme a imersão e pertencimento dos indivíduos ao seu meio social, as representações sociais são perpassadas pelas vivências, hábitos culturais, simbolismos e significações locais da comunidade. O indivíduo, como participante, constituinte e constituído pelo social, confere ao saber uma característica de interpretação peculiar, uma racionalidade particular, mas autêntica, baseada nos significados integrantes daquela cultura e as vivências do seu cotidiano. Nesse contexto, a transformação se dá a partir dos processos de comunicação, conforme se pode ver nos estudos de Moscovici. Jovchelovitch (2008, p. 89) aponta para a “centralidade da comunicação na produção de representações”. O processo comunicacional denota-se num contexto de relação espaço-tempo que traz configurações peculiares às dimensões simbólica (visões particulares do mundo, identidades e significações) e social da representação. O sujeito produz o conhecimento enquanto ser individual, mas carrega em si um contexto multidimensional relacionado à sua localização na sociedade, na cultura, num dado contexto histórico. Neste sentido, as representações sociais constroem e se constroem na realidade, a partir dos processos de interação e comunicação, constituindo-se como fato social.

Nos dias atuais, as tecnologias digitais estão presentes na vida cotidiana de grande parte dos indivíduos, em especial das crianças e dos jovens. O ciberespaço se constitui como locus de comunicação, construção e troca de saberes, significados e representações. O uso das tecnologias digitais, das redes amplia o contexto midiático e apresenta configurações diferenciadas de interação, construção e acesso ao conhecimento e às informações. Segundo Lévy (1999), desse espaço de contextualização emergem significações, linguagens e “modos de uso” que caracterizam o que se denomina cibercultura.

Desde a década de 1990 até os dias atuais, a velocidade do surgimento de novos saberes relacionados ao aparecimento de novas tecnologias vem influenciando culturalmente a nossa sociedade. A velocidade desses avanços tecnológicos se intensificou. Os jovens e os adolescentes têm vivenciado de maneira mais participativa essas mudanças, que influenciam o comportamento, o relacionamento social e, assim, o modo como o indivíduo enxerga o mundo e aprende com ele.

As tecnologias trouxeram novas formas de acesso à informação: hipertextos que possibilitam ao aprendiz ser o dinamizador de seu próprio conhecimento, redes cognitivas interativas que permitem que pessoas compartilhem o conhecimento de forma coletiva, onde se pode modificar e compartilhar as informações, inserir imagens, entre outras ações. Esses tipos de mecanismos podem ajudar em diversos aspectos a aprendizagem, trazendo novos mecanismos de raciocínio, produção e troca de conhecimento, que se tornou fluido e emergente. A cibercultura surge como uma contextualização das ações em rede, configurando perspectivas de interação, interatividade, colaboração e conectividade (LÉVY, 1999).

As redes e mídias digitais aproximaram distâncias, facilitaram a comunicação, a troca de imagens e informações, oferecendo múltiplas linguagens, criadas e recriadas no próprio ciberespaço, que transborda do contexto virtual para o físico. As possibilidades de pesquisa e acesso a diversas dimensões e posicionamentos sobre um mesmo conteúdo em tempo real ampliaram as perspectivas dos indivíduos, que podem desenvolver suas concepções mediante estratégias autogerenciadas e autodirigidas. Inerente a este processo, faz-se necessário o desenvolvimento de ferramentas de pesquisa que auxiliem a identificação de fontes de informação, permitindo a formação de um posicionamento crítico e bem embasado. Mamede-Neves e Duarte (2008) apontam que a complexidade do processo cognitivo que resulta na aquisição de conhecimentos exige envolvimento, implicação e pensamento crítico do indivíduo. A relação entre o domínio das tecnologias e a construção do conhecimento passa pelo favorecimento de processos metacognitivos que permitam ao indivíduo uma análise crítica das informações em sociabilidade.

Nessa conjuntura, surgem questionamentos sobre a relação entre o acesso às informações e conteúdos disponibilizados pelas tecnologias digitais e pelas redes e o desenvolvimento do conhecimento no contexto escolar. O indivíduo, em contato com as tecnologias de informação e comunicação, desenvolve processos cognitivos semelhantes aos preconizados em sala de aula? Qual a relação entre a “realidade virtual” vivenciada pelos alunos em seus processos de interconectividade e midiatização e a realidade que vivencia no cotidiano da escola?

Para discussão inicial destas questões, apontamos elementos que temos observado e analisado a partir da imersão no campo.

Os dados e o processo analítico desenvolvido até a fase atual da pesquisa apontam pistas no sentido de compreendermos que as representações dos jovens sobre a tecnologia estão entremeadas e diretamente relacionadas às mídias e aos produtos midiáticos veiculados majoritariamente pela internet e também pela TV. O acesso à rede tem sido apontado como

fator preponderante, mediado pelo uso de aparelhos celulares. O “consumo midiático” está muito relacionado ao acesso a jogos (*online* e *offline*), redes sociais, séries e filmes.

Complementando essa questão, as falas dos alunos apontam que a presença de tecnologia na escola se dá mais exclusivamente quando ela é central na proposta pedagógica. Ou seja, as tecnologias digitais e as mídias, em geral, não permeiam as aulas nos processos educacionais cotidianos, o que aponta um distanciamento dos fazeres pedagógicos do contexto que Lévy (1999) chama de cibercultura. Ela é veiculada em atividades específicas, geralmente realizadas no laboratório de informática. Os processos educacionais formais dentro de sala de aula estão desconectados tanto de instrumentos tecnológicos quanto da própria dinâmica que é provocada pelos usos cotidianos das mídias e redes digitais - o processo cognitivo hipertextual, de múltiplas conexões (Mammede-Neves e Duarte, 2008).

Com relação à inserção de tecnologias digitais mediadas pela escola, nosso grupo de pesquisa acompanhou um Projeto de Robótica Educacional, que é realizado com base em uma temática previamente definida, que inclui etapas de montagem e motorização de peças de encaixe pré-fabricadas e, posteriormente, com peças elaboradas pelos participantes do projeto com material de sucata, também motorizadas e cujos movimentos são programados via software livre (Scratch), mediante conexão com uma Placa Arduino.

Mediante as observações realizadas, verificamos que o projeto mobilizou a turma, no entanto, identificamos que os alunos se mostraram mais conectados e envolvidos com o projeto na etapa de construção das peças, ao utilizarem a sucata - etapa que permite maior desafio e criatividade - do que na primeira fase de montagem, composta por peças e etapas já pré-determinadas e compartilhadas com os alunos por um tutorial apresentado através de slides. Na segunda etapa, os estudantes se envolveram no processo de buscar materiais de sucata e criar, através da mediação dos professores, as peças, engrenagens e encaixes; fazer a montagem; utilizar o software para programar o movimento das peças; motorizar e criar uma ambientação para as peças - uma maquete, que foi apresentada em uma feira de Robótica, dentro do contexto de uma Feira de Ciência e Tecnologia organizado pela Fundação Municipal de Educação de Niterói. Esta etapa final evidenciou uma clara demanda por protagonismo, criatividade, envolvimento e colaboração, o que resultou em maior autoria e apropriação do processo de construção, tendo sido refletido no dia da apresentação do trabalho realizado no evento já citado.

Neste sentido, entendemos que, para além das tecnologias, é fundamental a que os alunos vivenciem projetos que possibilitem autonomia, interatividade, primando pela contribuição de um processo educativo que fomente nos jovens o sentimento de participação ativa, ampliando espaços de conscientização, ação democrática e coletiva. Entendemos que o papel das tecnologias e das mídias é importante no sentido de aproximar os processos escolares dos processos cognitivos que os alunos desenvolvem no contato com estes artefatos e com essas múltiplas linguagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto considerações e análises iniciais, os dados apontam que as vivências cotidianas dos jovens mediadas pelas tecnologias digitais não dialogam diretamente com as desenvolvidas no contexto da escola, o que causa distanciamento e, por vezes, desinteresse dos alunos, mesmo diante de iniciativas educacionais diferenciadas dos padrões mais tradicionais. Diante disto, apontamos, assim como Mamede-Neves e Duarte (2008), que entender a relação das crianças e jovens com as novas tecnologias (como eles as utilizam e para que; como aprendem e o que aprendem em contato com elas) se faz premente. Intercambiar o papel formativo da

educação e das mídias no cenário contemporâneo de inserção dos indivíduos no ciberespaço e na cibercultura potencializa ações que ampliem a perspectiva de compreender o espaço da escola como interconectado ao contexto global em que se estabelecem a dinâmica da interação em rede.

A partir desse entendimento, esta pesquisa propõe a concepção do papel do aluno como agente prospectivo de mudança da escola em interface com os usos e concepções acerca das tecnologias digitais no contexto educativo e nos processos interativo-reflexivos viabilizados nos demais espaços de atuação social. Propondo uma interface entre a universidade e a escola, busca-se o desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam iniciativas de práticas igualitárias, exercendo seu papel de integração às escolas da educação básica, mediante práticas de pesquisa, ensino e extensão que impliquem em melhorias do contexto educacional brasileiro.

Nesta perspectiva, intenta-se fomentar problematizações e estratégias que apontem caminhos para a construção do uso crítico das mídias – dentro e fora dos muros escolares - em diálogo com o exercício de cidadania autônoma e autoral, que apresente efetiva contribuição para a construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P. e OLIVEIRA, D.C (Orgs.) **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB Editora, 2000. p. 27-39.
- ALVES, W. B. **A escola no espelho**: as representações do aluno. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- GÜNTHER, H. , ELALI, G.A. e PINHEIRO, J.Q. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. In: GÜNTHER, H. e PINHEIRO, J.Q. **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: Los Marcos de la Experiência. Colección Monografías, Núm. 227. Montalbán, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.
- HAMMERSLEY, M. e AKTINSON, P. **Ethnography**: Principles in Practice. London: Tavistock, 1983.
- JOHNSON, B., & ONWUEGBUZIE, A. Mixed methods research: A research paradigm whose time has come. **Educational Researcher**, 33, 2004, p.14-26.
- JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e a diversidade do saber. In: S. Jovchelovitch (Org.). **Os contextos do saber** – representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MAMEDE-NEVES, M.A.C. e DUARTE, R. O contexto dos novos recursos tecnológicos de informação e comunicação e a escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 104 – Especial, p. 769-789, out. 2008.
- MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. **Revista Espaço** (INES), n. 16, p. 42-59, jul-dez. 2001.

MATTOS, C. L. G. **Estudos Etnográficos da educação**: uma revisão de tendências no Brasil. *Educação em Foco (Juiz de Fora)*, v. 2, p. 39-57. 2006.

MATTOS, C. L. G. Etnografias na escola: duas décadas de pesquisa sobre o fracasso escolar no ensino fundamental. In: MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de e FONTOURA, Helena Amaral de (Orgs). **Etnografia e Educação**: Relatos de Pesquisa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOCHELOVICH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: G. Duveen (Org.). **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. p.29-109.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILÊNCIO E DIZER NO HOMEM COMUM: A RESISTÊNCIA EM REPORTAGENS DE JOEL SILVEIRA PARA *DIRETRIZES* DURANTE A DITADURA VARGUISTA

LUIZA GOULD

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano
na Universidade Federal Fluminense
luizagould@gmail.com

RESUMO

O artigo constitui-se como investigação de caráter exploratório acerca do silenciamento descrito por Eni Orlandi (1993) e aqui discutido a partir da reportagem. Interessa-nos descobrir de que forma é possível resistir neste gênero jornalístico à proibição do dizer em período de censura. Nossa atenção parte da política do silêncio para, em seguida, nos atermos a objeto específico de análise: *A miséria cria um mundo*, reportagem publicada por Joel Silveira na *Revista Diretrizes* em 1944. Tendo sido correspondente na Segunda Guerra Mundial, trabalho pelo qual frequentemente é lembrado, Silveira retratava também indivíduos marginalizados, em período ditatorial, no qual o presidente Getúlio Vargas buscava ser reconhecido enquanto “pai dos pobres”, o que problematizaremos. Ao longo do artigo, ainda abordaremos temáticas afins, entre elas a memória (Michel Pollak) e a História Oral (Orlando Figes).

Palavras-chave: Silenciamento. Memória. Reportagem

ABSTRACT

This article is an exploratory research about the silencing described by Eni Orlandi (1993) and discussed here from the report. We are interested in discovering how it is possible to resist in this journalistic genre to the prohibition of saying in a censorship period. In order to do so, our attention is based on the policy of silence, and then we turn to a specific object of analysis: *A miséria cria um mundo*, a report published by Silveira in the *Revista Diretrizes* in 1944. Joel Silveira was a correspondent in World War II for what he is frequently reminded of. He also portrayed marginalized individuals in a dictatorial period in which President Getúlio Vargas sought to be recognized as “father of the poor”, which we will discuss. Throughout the article, we will also discuss related topics, among them the memory (Michel Pollak) and Oral History (Orlando Figes).

Keywords: Silencing. Memory. Report

Introdução

O casal encara a câmera cercado por oito crianças. Abaixo da foto, a legenda explica: “São centenas de famílias que a fome e a falta de trabalho expulsaram dos campos da fronteira, e que hoje se aglomeram afogadas em seus trapos e em sua miséria, em derredor das cidades grandes da fronteira gaúcha” (SILVEIRA, 1944). As informações estão na reportagem *A miséria cria um mundo*, publicada por Joel Silveira na *Revista Diretrizes* em 25 de maio de 1944. Na política, Getúlio Vargas vivia àquela altura o fim de seu governo. Deposto em 29 de outubro de 1945, o presidente seria afastado do poder após 15 anos, sendo os oito últimos caracterizados por regime ditatorial, o Estado Novo. Ao longo desse tempo, a comunicação foi estratégica, como é possível atestar pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado para disseminar imagens positivas de Vargas e censurar as que não fossem favoráveis.

É sobre esse contexto que nos debruçamos em análise de uma das reportagens de Joel Silveira produzida para *Diretrizes* durante a ditadura citada. *A miséria cria um mundo* será nossa escolha de objeto por algumas características, dentre elas o fato de a publicação ter sido próxima ao fechamento da revista, logo em período no qual as relações com o governo estão menos equilibradas. Outro motivo é a temática da desigualdade social, com enfoque no homem comum marginalizado, por isso uma ameaça à imagem de Getúlio Vargas enquanto governante e “pai” da nação. Ao término deste artigo, almejamos entender, de forma preliminar, se, e de que forma, a reportagem consegue trazer à tona vozes silenciadas. Para tanto, iniciamos as discussões pela política do silêncio, conceito de Eni Orlandi (1993), abordando ainda temas que podem a ela ser relacionados, como a memória e o trabalho da História Oral na busca por alternativas frente ao cerceamento de sentidos.

Silêncio, sussurros e dizer

Natural de Sergipe, Joel Silveira chegou ao Rio de Janeiro em 1937, ano do golpe que deu origem ao Estado Novo. Durante o regime, trabalhou a maior parte do tempo em dois veículos. Primeiro no jornal literário *Dom Casmurro*, periódico que chegou a ter exemplar apreendido pelo governo¹. Depois, em *Diretrizes*. A revista, fundada em 1938 por Azevedo Amaral e Samuel Wainer, teve um momento favorável a Vargas no que tange a propostas nacionais, mas, com a saída de Amaral, assumiu o tom crítico à política brasileira (FERRARI, 2012, p. 136-138). Manteve-se contrária ao governo até seu fechamento, em 1944, após a interrupção do fornecimento de papel pelo DIP. A atitude foi uma retaliação à publicação de matéria sobre Miguel Costa, nome de comando na Coluna Prestes (Ibidem, p. 146). Resistir não era fácil:

O mercado de trabalho era limitadíssimo, porque os jornais tinham tudo pronto da Agência Nacional. Vinha tudo mastigado. As redações tinham quatro ou cinco pessoas que faziam o jornal todo. Vinha tudo pronto, com ordem, inclusive, de publicar em tal página, com tal destaque. O DIP chegava ao ponto de dizer que tipo devia ser usado: negrito, corpo 9, à esquerda. Entendeu? E qualquer sinal de rebeldia cortavam o papel e a publicidade. A publicidade do governo controlava, vamos dizer, 60% e ao mesmo tempo intimidava as empresas privadas. Ninguém queria ficar contra o Banco do Brasil. Sob o ponto de vista da censura, eu considero o Estado Novo mais tenebroso, porque não tinha saída. Hoje existe o recurso de você deixar o espaço em branco. Naquele tempo, se fizesse isso, fechavam o jornal (NEGREIROS, 1979).

No depoimento colhido pelo repórter Gilberto Negreiros para a *Folha de S. Paulo*, Silveira trata de tema caro à pesquisadora Eni Orlandi (1993). Trata-se da política do silêncio, ou silenciamento, a partir do qual é produzido “um recorte entre o que se diz e o que não se diz” (ORLANDI,

1 Danilo Wenseslau Ferrari (2012, p. 78) cita pesquisa que encontrou número de *Dom Casmurro* nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, anterior ao DIP. Trata-se do exemplar nº 105, apreendido em 1939 na casa de médico acusado de atuar em “prol do comunismo”.

1993, p. 75). Uma das faces dessa política consiste no silêncio local, a censura propriamente dita, seja por meio da proibição de se publicar determinado conteúdo, seja mediante a pressão financeira.

Orlandi (Ibidem, p. 107) define a censura como “a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede de ocupar certos lugares, certas posições”. Nessa situação apresentada, há a exclusão do não dito e restam os sussurros. Não à toa, Orlando Figes (2010) escolhe a palavra como parte do título de sua obra sobre a vida na Rússia de Josef Stalin. Em projeto de fôlego, o historiador procura descobrir, por meio da História Oral, “como o Estado policial foi capaz de se enraizar na sociedade soviética e envolver milhões de pessoas comuns nos papéis de espectadores silenciosos e colaboradores de seu sistema de terror” (FIGES, 2010, p. 27).

A era Stalin na Rússia, marcada pelo totalitarismo, durou 26 anos (1927-1953). Tempo durante o qual pessoas como Antonina Golovina, filha de *kulaks*² e exilada com 8 anos para a Sibéria, “[...] aprendiam a levar vidas duplas” (Ibidem, p. 26) ao retornarem, ocultando “[...] informações e opiniões, crenças religiosas, valores e tradições familiares” (Ibidem), “[...] às vezes até mesmo dos próprios filhos” (Ibidem), como ocorreu com ela. “Aprenderam a sussurrar” (Ibidem), sintetiza Figes. Seus passados eram escondidos, porém não esquecidos:

De repente, senti vergonha do meu próprio medo. E então eu disse alto: “Eu também sou filha de *kulaks*”. Foi a primeira vez que disse aquelas palavras em voz alta, embora na minha cabeça eu as tenha sussurrado mais de mil vezes. Não tinha ninguém em volta para me ouvir. Eu estava sozinha, numa estrada deserta. Mas mesmo assim, fiquei orgulhosa de enfim ter falado (GOLOVINA³ apud FIGES, 2007, p. 732).

Ao falar, primeiro sozinha e depois lembrando sua história em depoimento, Antonina Golovina traz à tona uma memória subterrânea, abordada por Michel Pollak (1989) em artigo no qual contrapõe este tipo de memória à oficial. Um dos exemplos com que o austríaco trabalha é o retorno dos sobreviventes dos campos de concentração à Alemanha e à Áustria, após a Segunda Guerra Mundial. Pollak (1989, p. 5) avalia que para tais vítimas, “[...] o silêncio sobre o passado está ligado em primeiro lugar à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que, de perto ou de longe, ao menos sob a forma de consentimento tácito, assistiram à sua deportação”. Foi o mesmo que ocorreu com Golovina ao voltar para a Rússia.

Quando arbitrariamente se proibem outros sentidos, ou quando critérios de noticiabilidade excluem determinadas vozes⁴, podemos atestar o apagamento dos sentidos indesejáveis. Mas isso não significa falta de resistência. Orlandi atesta que por mais que se tentem silenciar determinados sentidos, eles acabam se fazendo presentes: “[...] os sentidos migram para outros objetos simbólicos pelos quais vão significar aquilo que era proibido dizer” (Ibidem, p. 140). É o que ocorre com as canções de Chico Buarque, durante a ditadura militar. Eni Orlandi lembra como a migração de sentidos faz o verso “vai passar”, da música *Amanhã vai ser outro dia*, remeter à ditadura e não há uma doença (Ibidem, p. 115). O mesmo poderia se falar de artifícios empregados na mesma época, como os trechos de páginas em branco ou com versos de *Os Lusíadas*, de Camões (*O Estado de S. Paulo*) e receitas de bolo (*Jornal da Tarde*), ocupando o espaço dos conteúdos proibidos. São os recursos gráficos que Joel Silveira, conforme abordamos, achava inviáveis à época da ditadura varguista. Nos casos citados, Orlandi conclui ser o hábito de ler aquele jornal específico, a repetição, o responsável por mostrar ao leitor que algo de diferente acontecia, provocando assim o deslocamento de sentidos (Ibidem, p. 118).

2 *Kulaks* eram os camponeses relativamente ricos considerados “inimigos do povo” pelo regime stalinista.

3 Depoimento relatado por Figes a partir de consulta ao Arquivo da Sociedade Memorial, de São Petersburgo.

4 Neste caso, o silêncio seria constitutivo. Trata-se de um segundo tipo da política do silêncio, quando, ao se dizer, outros sentidos são deixados de lado e o dizer passa a ser uma escolha envolta em ideologia (ORLANDI, 1993, p. 24).

A historiadora Beatriz Kushnir (2012) problematiza até que ponto o leitor conseguiria ter tais percepções. Para tanto, cita entrevista concedida pelo ex-secretário de redação de *O Estado de S. Paulo* em 1997: “Delimitando o alcance dessa estratégia, Oliveiros S. Ferreira lembrou que era frequente os leitores ligarem para o jornal queixando-se de que as receitas culinárias, publicadas muitas vezes na primeira página, não davam certo...” (KUSHNIR, 2012, p. 42).

Em alguns casos eficaz, em outros não, o movimento de sentidos possível decorre do que Eni Orlandi chama de “historicidade inscrita na própria textualidade”. Tal historicidade “[...] faz com que os sentidos valham para toda a sociedade, não estando o ‘povo’ excluído da contradição entre o mesmo e o diferente, isto é, o sentido que vai além do senso comum: dizem o ‘mesmo’ para dizer o ‘outro’ sentido” (ORLANDI, 1993, p. 116).

Outras formas de resistência poderiam aqui ser elencadas, como os relatos de História Oral e a própria reportagem, hipótese que levantamos neste artigo. Sobre o primeiro campo, recorremos a Michel Pollak, para além dos exemplos presentes na obra de Figes: “[...] a História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória Oficial’, no caso da memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4). Já no que tange à reportagem, podemos retomar nossas discussões em torno das produções jornalísticas no período do Estado Novo, tema do próximo tópico.

Para além da penumbra: reportagem social como resistência à censura de Vargas

“Ninguém podia escrever livremente, nem nos jornais, nem nas revistas, nem mesmo em livros; fogueiras deles encheram as ruas e praças, bibliotecas foram vasculhadas e expurgadas, sob o clima de terror que abafava tudo” (SODRÉ, 1999, p. 385-386). Assim o historiador Nelson Werneck Sodré classifica o Estado Novo. Getúlio Vargas já estava há sete anos no poder, quando conseguiu apoio para o endurecimento de seu regime a partir de uma “ameaça” forjada, o chamado Plano Cohen. Com a alegação de uma tentativa comunista de chegada ao poder, apoiada pela União Soviética, Vargas cria nova Constituição, fecha o Congresso Nacional e passa a controlar os três poderes, não mais independentes. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, por sua vez, se dá em 27 de dezembro de 1939. Entre outros objetivos do novo órgão ressaltamos três:

[...] fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa; [...] colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país; [...] autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos (BRASIL, 1939, sem grifo no original).

Quais seriam as informações nocivas ao país? Como era determinada a utilidade pública dos veículos de forma a autorizar a importação de papel? A resposta às perguntas está ligada aos próprios interesses de Vargas, cuja imagem de líder era enaltecida pelo DIP. É o que frisa Danilo Wenseslau Ferrari (2012, p. 18) em obra sobre a carreira de Joel Silveira, ao afirmar que “a imprensa era considerada pelos governantes uma extensão do Estado e um serviço de utilidade pública”. Apesar da intensa fiscalização, houve quem não se calasse, como *Diretrizes*, que com “[...] esforços curiosos, muita malícia e alguma ousadia” (SODRÉ, 1999, p. 386), fez conteúdos passarem “[...] entre as estreitas malhas do vastíssimo rol dos assuntos proibidos” (Ibidem).

A revista, no entanto, conciliava momentos de embate, com outros de maior negociação, o que explica o fato de *Diretrizes* ter sobrevivido por quase todo o Estado Novo. Danilo Ferrari

lembra da publicação de um número da revista, em 1939, voltada ao pan-americano, no qual Vargas chega a elogiar o veículo, considerando “louvável todo esforço feito para desenvolver a compreensão e a estima entre os povos americanos” (Vargas⁵, 1939 apud Ferrari, 2012 p. 139). Naquele momento, em que a Segunda Guerra Mundial se configurava, tanto Estados Unidos quanto Alemanha flertavam com o Brasil, e o país norte-americano desde 1933 colocava em prática a Política de Boa Vizinhança, idealizada pelo presidente Roosevelt para se aproximar das nações da América Latina. Mas outra leitura é possível, para além deste estreitamento de laços, como mostra Ferrari (2012, p. 139): quando a revista enaltece os EUA, enaltece um país que faz frente ao totalitarismo, presente no 3º Reich de Hitler. Esse poderia ser um dos exemplos possíveis da migração de sentidos de Orlandi. O sentido da democracia se faz presente, mesmo em um momento ditatorial de forte censura.

Interessa-nos aqui, todavia, as reportagens de Joel Silveira, das quais analisaremos mais detalhadamente *A miséria cria um mundo*. Publicada em 25 de maio de 1944, a reportagem aborda as condições de vida em Campanha, região do Rio Grande do Sul caracterizada à época pelo predomínio de latifúndios para criação de gado, falta de condições de subsistência dos peões e suas famílias, além da disseminação de doenças, como a tuberculose. A apresentação editorial deixa claro o motivo da reportagem: “revelar a miséria para que os que dela nada sofrem se disponham a cooperar de forma mais concreta e constante para a sua expulsão da ubérrima terra em que vivemos” (SILVEIRA, 1944).

O trabalho de Silveira traz luz à desigualdade gaúcha, cujos contrastes são recorrentes no texto. Enquanto Colônia e Noroeste são regiões tomadas como “avançadas” e “modernas”, Campanha é associada ao que ele chama de “primitivismo rural”: “Os anos passam, as outras regiões gaúchas se deixam levar pelo progresso, a indústria e a lavoura vão, num crescendo, aumentando a fartura e as populações, mas aqui na Campanha é como se tudo tivesse parado” (Ibidem). Os números aparecem para corroborar as afirmações, tanto em termos das disparidades de renda, quanto na comparação entre nascidos e mortos em cada localidade.

A descrição detalhada não foge ao repórter:

Aqui estão os miseráveis de D. Pedrito, e a mãe segura, com mão magra, a cabecinha do filho, um menino nu e sujo de barriga inchada [...] Outra família mais numerosa: ao todo cinco crianças, e há uma menina que está ficando mocinha, e os cabelos bem desalinhados sobre a testa, o vestido roto mostra um pedaço da coxa (Ibidem).

Ao retirar da penumbra tais personagens, Joel Silveira torna visível realidade pouco conhecida, ou melhor, escondida propositalmente, o que é possível aferir pela fala de um “homem público conhecido”, como se limita a caracterizar o repórter. Para esse homem, sem nome citado, divulgar a desigualdade do Rio Grande do Sul é “[...] fazer ver ao resto do país que vivemos aqui enterrados na miséria e morrendo de fome, como se não fossemos o segundo ou terceiro Estado [sic] mais rico do país” (Ibidem). Aqui, portanto, fica explícito o caráter ideológico por trás de um discurso, o da fonte, que é criticada por Silveira. O silenciamento explícito no dizer do personagem se dá por interesse, nesse caso o das classes abastadas. Silveira classifica aqueles que compartilham da mesma “incompreensão” como “[...] certos *elementos*, gente do pampa e da capital” que “ficaram constrangidos com todo aquele alarde que as autoridades estavam fazendo sobre a miséria da Campanha” (Ibidem, sem grifo no original).

A escolha pela palavra “elementos” nos permite abordar ainda características do discurso do próprio repórter. Afinal, como lembra João Batista de Abreu (2000, p. 21), tendo Orlandi como referência, “[...] não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, donde se pode concluir que não há discurso jornalístico sem ideologia”. Um dos exemplos da constatação pode ser

⁵ VARGAS, Getúlio. A palavra do presidente da República. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, nº 18, p. 1, set. 1939.

encontrado em *O Estado de S. Paulo* de 1969: “Elementos subversivos que agiam em Angra dos Reis e que conseguiram escapar ao cerco da Marinha estão sendo caçados nas matas próximas ao município fluminense de Rio Claro” (O ESTADO DE S. PAULO⁶ apud ABREU, 2000, p. 161, sem grifo no original). Os fugitivos eram da operação antiguerrilha, criminalizada a partir do uso da expressão, como acontece ainda hoje com indivíduos descritos como “elementos”.

No caso de Silveira, portanto, a opção também marca uma posição ideológica do repórter, mas em contexto bem diferente de *O Estado de S. Paulo*. Em uma espécie de emprego às avessas, com Joel Silveira os integrantes da elite gaúcha é que são “elementos”. Outra expressão que merece análise é “marginais”. Essa não só é repetida, como também está presente no título da reportagem. No texto, ela parece mais remeter à população à margem do que tratar de um juízo de valor pejorativo, cujos exemplos na imprensa não são raros. A hipótese advém das aspas que aparecem juntas de “marginais”, e de trecho no qual Silveira explica quem considera como tais:

[...] Por isso os homens fogem. Nem todos os homens podem ser donos dos latifúndios, das criações e das fazendas. Estas são coisas que estão nas mãos de poucos. E além daquelas coisas, o que sobra é apenas miséria. A Campanha não conhece o meio termo. *Um fazendeiro é um fazendeiro, um peão é um peão e um ‘marginal’ é um ‘marginal’* (SILVEIRA, 1944, sem grifo no original).

Assim, a classificação “marginal” é atribuída aos desempregados, que rumam em busca da subsistência. Caberia a um homem a missão de trazer a mudança: “Mas chega um instante, como este instante do dr. Alberto Pasqualini, em que se o negrume não pode mais ser escondido. Então o problema tem que ser combatido de frente” (Ibidem). Fica clara na reportagem a defesa de Joel Silveira das ideias do “dr. Alberto Pasqualini”. A solução para a miséria gaúcha chancelada como válida na reportagem é a criação de colônias de plantação a serem assumidas pelos “marginais”. Visando este fim, o Estado deveria continuar investindo no aumento dos impostos, já que “o dinheiro se encontra lá mesmo, entre seus produtores, nas mãos de suas sólidas classes conservadoras, nos donos de suas fábricas, dos seus campos e dos seus rebanhos” (Ibidem). Pasqualini é apresentado como o “interventor federal” (Ibidem), que produz um relatório sobre a miséria de Campanha. Para os editores de Silveira, trata-se de “um homem moço e trabalhador, sobre cujos ombros caiu a responsabilidade de dirigir o desequilíbrio social representado pelos ‘marginais’” (Ibidem).

Nessa narrativa, os “marginais” são vítimas da concentração de renda, os donos dos latifúndios são os vilões que querem esconder o problema e a solução vem do governo gaúcho. A partir da constatação, torna-se questionável o motivo de a reportagem ser tomada aqui como uma migração de sentidos, resistência contra a censura do governo de Getúlio Vargas. Duas ponderações devem ser apresentadas. A primeira diz respeito a quem era Pasqualini. Segundo biografia levantada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Alberto Pasqualini,

[...] em 1944, durante a interventoria de Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul, chefiou a Secretaria de Interior e Justiça, entrando em conflito várias vezes com a orientação federal [...] Determinou a realização de um plebiscito na cidade de Caxias do Sul para superar o impasse surgido entre grupos políticos locais a respeito da nomeação do novo prefeito. Após essa decisão, tomada em um momento em que as consultas diretas ao povo haviam sido abolidas, foi obrigado a demitir-se de seu cargo no governo do estado, retornando ao exercício da advocacia (PASQUALINI, online).

6 EXÉRCITO busca os que fugiram. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05 set. 1969.

Apesar de ser secretário, o político gaúcho tomava atitudes contrárias à ditadura varguista, deixando o cargo no mesmo ano de publicação da reportagem analisada. O fato de tornar pública, por meio de relatório, a condição de miséria vivida em Campanha também reitera essa divergência. E é essa a segunda perspectiva mencionada, além de nosso principal argumento para abordar resistência através da reportagem de temática social. Escrever sobre miséria é dar visibilidade ao que o governo quer esconder:

Uma das muitas imagens que Getúlio Vargas legou de si foi a de “pai dos pobres”, por conta dos benefícios legislativos que concedeu aos trabalhadores. Entretanto, durante seu governo, o fosso entre ricos e pobres aumentou, como comprovaram inúmeras cartas de pedidos de ajuda recebidas diariamente pelo presidente da República. As reformas que visaram a modernizar o país concentraram-se nas regiões litorâneas e em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, agravando as diferenças com o interior, esquecido pelas políticas públicas. Essa situação foi percebida por Silveira, que descreveu a condição de miséria de camponeses no Rio Grande do Sul (FERRARI, 2012, p. 210).

Enquanto o DIP divulgava um líder preocupado com as classes mais pobres, mostrar a miséria no país pode ser entendido como importante desconstrução, forma outra de significar diante do silenciamento. Em fins deste artigo, nos debruçamos sobre uma análise, mas outros exemplos são passíveis de estudos futuros, dentre eles a reportagem *Os rios de miséria correm para aquele mar*, de 22 de junho de 1944. Nela, Silveira denuncia o possível fechamento da Fundação Gafrée e Guinle, no Rio de Janeiro, importante espaço de saúde voltado para o tratamento de sífilíticos na época.

Considerações finais

A política do silêncio para Orlandi pode-se fazer presente como silêncio local, a censura, ou enquanto silêncio constitutivo. As ditaduras representam campo fértil para tal análise, pois o autoritarismo anda lado a lado do controle sobre o dizer e sobre o silêncio. A censura leva a narrativas impostas, às vezes, sobre as próprias vidas, como o caso dos russos obrigados a esquecer de suas histórias por medo – do governo, ou da discriminação. Também leva a imprensa a ter conteúdos restringidos. Tanto em um caso quanto no outro, no entanto, a política do silêncio não consegue apagar os sentidos. Como reforça Orlandi, eles não só continuam a existir, como prosseguem significando, por outros meios. Não se aprisionam, migram.

Para a russa citada por Orlando Figes, o sentido de que de fato era uma *kulak* segue adormecido nela, até ser necessário em algum momento dizer, libertar-se dos grilhões do silêncio forçado, reconhecer-se. Para os personagens de Joel Silveira, ter suas histórias contadas, mesmo que eles mesmos não tivessem esta percepção, significava indiretamente ir contra um departamento repressor criado para divulgar Getúlio Vargas e proteger sua imagem. A imersão do repórter, ao detalhar o cenário da miséria, ao fazer conhecer vítimas dela, coloca em xeque a figura do presidente unicamente preocupado com o bem e os direitos da população brasileira. E, assim, imagem de encarte do DIP no qual crianças aparecem olhando com esperança e admiração para o líder do país se contrasta com os meninos “marginais”, “barrigudos” e “flácidos”, porque acometidos por doenças em Campanha. São as “memórias clandestinas e inaudíveis”, discutidas por Pollak (1989, p. 9), presentes “[...] até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não dito’ à contestação e à reivindicação”, como ocorre em *A miséria cria um mundo*.

Bibliografia

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. 272 p.

BRASIL. Decreto nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 29362, 27 dez. 1939. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 06 ago. 2018.

FERRARI, Danilo Wenseslau. **A atuação de Joel Silveira na Imprensa Carioca (1937-1944)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 260 p.

FIGES, Orlando. **Sussurros**: a vida privada na Rússia de Stalin. Trad. Marcelo Schild e Ricardo Quintanda. Rio de Janeiro: Record, 2010. 822 p. Tradução de: **The whisperers**.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012. 408 p.

NEGREIROS, Gilberto. O Estado Novo e o Getulismo. **Folha de S. Paulo**, 9 jan. 1979. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_5.htm> Acesso em: 9 ago. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. 189 p.

PASQUALINI Alberto. In: LEMOS, Renato. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pasqualini-alberto>> Acesso em: 9 ago. 2018.

POLLAK, Michael. **Memória, silêncio, esquecimento**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

SILVEIRA, Joel. A miséria cria um mundo. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, 25 maio 1944. Capa, p.1; 2; 22. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163880&pasta=ano%20194&pesq=>>> Acesso em: 9 jul. 2018.

_____. Os rios de miséria correm para aquele mar. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1944. Capa, p.1; 2; 3; 23; 26. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163880&pasta=ano%20194&pesq=>>> Acesso em: 9 jul. 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 505 p.

O PENSAMENTO DE MICHEL SERRES SOBRE A EDUCAÇÃO MULTIDISCIPLINAR: REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

MIRIAM DE SOUZA OLIVEIRA MACHADO

Mestranda do programa PPGen (INFES/UFF)

Mirinha_dan@hotmail.com

ADÍLIO JORGE MARQUES

Professor do Programa PPGen (INFES/UFF)

adiliojm@yahoo.com.br

RESUMO

Na era atual de especialização crescente, o estudo em sala de aula de escolas regulares de Ensino Fundamental e Médio desenvolve-se sempre num quadro disciplinar restrito, reforçando assim, a separação entre os saberes. Discutimos as ideias e pensamentos com um debate historiográfico de autores, filósofos e sociólogos importantes como Michel Serres. Apresentamos as ideias e perspectivas de Serres sobre a fragmentação do conhecimento através da separação cada vez mais das disciplinas no contexto escolar assim como suas propostas inovadoras para a utilização de propostas transdisciplinares no processo formativo educacional. Serres vê uma relação mais igualitária entre o processo de instrução com relação ao gerar conhecimento. Seus estudos serão discutidos mais detalhadamente com intuito de apresentar suas ideias sobre a importância de desenvolvermos propostas e interlocuções diretas entre ciência e as concepções humanistas e culturais da sociedade.

Palavras-chave: multiplicidade, compartimentalização, especialização, aprendizagem, sociedade.

ABSTRACT (Texto em Times New Roman, letra 11, espaçamento simples, justificado)

In the current era of over-specialization, the classroom studies within the Elementary and High Schools are often developed in a restricted way, reinforcing the separation of the school subjects. We discuss the ideas and thoughts through a historiographic debate of authors, philosophers and sociologists who are historically important, as Michel Serres. We present the ideas and perspectives of Serres on the fragmentation of knowledge through the separation of disciplines in the school context as well as their innovative proposals for the use of transdisciplinary proposals in the educational formation process. Serres sees a more egalitarian relationship between the process of instruction with respect to generating knowledge. His studies will be discussed in more detail in order to present his ideas about the importance of developing proposals and direct interlocutions between science and the humanist and cultural conceptions of society.

Key-words: multiplicity, compartmentalization, specialization, learning, society.

DESENVOLVIMENTO

Serres é outro nome representativo da sociedade atual, um dos raros filósofos contemporâneos que propõe uma concepção aberta e confiante do mundo, estabelecida nos conhecimentos humanísticos e científicos, onde busca sempre aproximar as ideias da ciência com a vivência cultural e humanista da sociedade.

Filósofo independente, Serres dificilmente pode ser classificado ou situado em uma escola específica, ou grupo de pensamento histórico/filosófico. Mostra em seus textos que o conhecimento é um ofício arriscado, um perigo que só se descobre nos momentos de crise. Diz que busca evitar polêmicas entre grupos acadêmicos, e de qualquer disciplina científica definida, ou de um entrincheiramento setorial dentro do debate científico. As relações de poder das ciências/política levam à continuação da barbárie por outros diferentes meios. Serres constrói suas reflexões imanentes à própria vida, para quem, desde a Segunda Grande Guerra, o desenvolvimento científico e tecnológico fez emergir a necessidade de um novo olhar para as questões científicas e um debate mais acurado sobre as possibilidades da ciência.

A obra “História: Novas Abordagens” é um reflexo da 3ª geração da Escola dos Annales. Nesta geração, o policentrismo histórico prevaleceu, em um momento do século XX, no qual vários membros levaram mais adiante o projeto de Febvre: estender as fronteiras da história. “Novas abordagens” ainda é obra atual, sendo ainda explorada por historiadores identificados com o movimento dos *Annales*. O centro de gravidade do pensamento histórico não está mais em Paris, como esteve entre os anos 30 e 60. Inovações semelhantes acontecem mais ou menos simultaneamente em diferentes partes do globo e devem ser questionadas e discutidas: política, ciências, economia, o papel das mulheres, arte, religião, entre outros.

É muito importante o pensamento de Serres sobre a sociedade, de forma geral, assim como sua grande contribuição para o cenário educacional brasileiro. Mesmo não abordando diretamente temas acerca da educação básica, seus estudos nos fazem compreender a base da educação nacional através do entendimento da sociedade num todo. Buscamos sempre tentar assimilar os vários acontecimentos e mudanças na nossa sociedade atual. Tudo muda novas ideias surgem novos termos e também novas ideologias.

Gallo (2015) comenta Serres e fala sobre sua formação acadêmica, fazendo com que já de início entendamos as ideias multidisciplinares apresentadas pelo autor durante todo o seu trabalho de estudo e escrita sobre diversos temas da atualidade. Serres “graduou-se em Matemática na Escola Naval e serviu na Marinha Francesa; graduou-se em Filosofia na Escola Normal Superior, onde também realizou estudos literários” (GALLO, 2015, p. 237). Em seu Doutorado, Serres teve como orientador Gaston Bachelard, e atuou na universidade francesa com Michel Foucault. Serres apresenta em seus livros e escritos uma característica bem marcante, mistura um tom literário e metafórico com temas de grande densidade filosófica. “Michel Serres é autor de belos livros, que se leem com prazer e encantamento pelo uso da língua, mas que também provocam o pensamento com intensidade” (GALLO, 2015, p. 237).

Em meio à multiplicidade de assuntos abordados por Serres com suas ferramentas conceituais transversais, encontramos a preocupação com a educação. *Le tiers-instruit (O terceiro-instruído)*, de 1991, publicado no Brasil em 1993 com o título *Filosofia mestiça*, são o principal deles. A partir da alegoria em torno dos personagens Arlequim e Pierrô, defende a ideia de educação como travessia, como atravessamento, como percurso. A bela metáfora: aprender é lançar-se ao rio, buscando, a nado, atravessar de uma margem a outra. Mas o que importa é lançar-se ao movimento, partir, iniciar o processo. É a travessia que conta, muito mais do que a chegada. E essa travessia é mistura, é mestiçagem, encontro fundamental com o outro, mas especialmente o processo de

misturar-se com ele, confundir-se com ele. Ensinar e aprender não consiste em afirmar identidades, mas em perder identidades, produzir misturas e mestiçagens, lançar-se à aventura do desconhecido para, dela, surgir renovado. Um encontro com as diferenças, portanto. (GALLO, 2015, p. 237-238).

Compreender e analisar a concepção de Serres sobre o desenvolvimento da sociedade, de acordo com a ideia de uma educação multidisciplinar, nos leva por um caminho significativo, entendendo a importância de mudanças no nosso cenário educacional. A filosofia da multiplicidade, apresentada pelo autor, nos coloca frente a frente com os desafios da formação do homem contemporâneo. Ele constrói seu pensamento fora das “autoestradas”.

O acesso à literatura do autor nos motiva tanto na forma como nos conteúdos e reflexões sobre o desenvolvimento da sociedade e também da educação. A ligação entre os conhecimentos científicos do autor com riqueza de seu raciocínio em defesa da humanização no processo educacional nos faz ter interesse em estudar suas obras.

As inúmeras diferenças encontradas em nossa sociedade atual, com toda a diversidade cultural em que estamos inseridos, nos leva a refletir sobre nosso papel como educadores na atualidade. A preocupação para com a diversidade e as diferentes “misturas e mestiçagens” encontradas precisam ser levadas em consideração quando pensamos ativamente numa mudança educacional considerável e expressiva.

No entanto, se torna relevante apresentar as diversas contribuições do pensamento de Michel Serres sobre educação em nossa pesquisa. Sabemos que é vasta a amplitude de suas reflexões sobre os mais variados assuntos, como: economia, política, cultura assim como questões cotidianas do dia a dia, que não estão ligadas diretamente aos campos do conhecimento propriamente ditos, porém, que influenciam no desenvolvimento da sociedade em si. Mesmo se dedicando a discussões sobre temas diversos, Serres dedicou-se ultimamente a observações sobre a educação contemporânea, onde conseguimos compreendê-las melhor a partir dos principais conceitos que caracterizam o *pensamento das multiplicidades* de Serres.

Santos (2017) apresenta em seu texto *Filosofia da Educação e pensamento das multiplicidades em Michel Serres* ideias importantes e consideráveis sobre a Educação, assim como apontamentos de Serres sobre o contexto educacional contemporâneo. Observamos a seguir uma citação da autora que nos faz refletir sobre a importância de um processo educativo pautado no múltiplo, nas diferenças.

Para Serres, não basta apenas considerar as multiplicidades e a diferença em princípio, é preciso ver essas diferenças em composições constantes, em correspondências ou comunicação. Ver o cromatismo se formando pela junção de diferentes cores no casaco de Arlequim e ver ainda como essas cores juntas, em interseção de séries, podem criar uma nova harmonia temporária no branco alvo de Pierrot, a soma de todas as cores. É fundamental, portanto, promover passagens, juntar os disparates, não para contê-los em uma unidade, mas para vê-los juntos formarem algo novo e temporário, até que novos entrecruzamentos venham atravessá-los, seguindo, assim, o movimento proposto de uma Filosofia mestiça. (SANTOS, 2017, p. 102).

Serres possuem em suas obras algumas reflexões sobre a problemática educativa, no entanto, foi em 2012 que Serres falou diretamente sobre o tema. Depois de uma conferência que fez na academia Francesa, publicou *Petite Poucette (Polegarzinha)*, um livro pequeno, porém que apresenta uma ideia bem significativa sobre o desenvolvimento das atividades educativas na sociedade contemporânea. O nome *Polegarzinha* nos remete aos nossos jovens da atualidade, que com seus polegares teclam nas telas de seus tablets e smartphones, dominando a tecnologia com a palma das mãos. O autor afirma que escreveu sobre esse tema especificamente por ter

um contato direto com seus netos, que vivem conectados à tecnologia e por apresentar uma visão de professor com experiência e em atividade na atualidade, tentando assim, compreender o seu papel como educador. De forma bem consciente, Serres expressa suas ideias e reflexões sobre o processo educacional do passado e também do presente, apresentando criativamente um desafio para a sociedade atual, principalmente para educadores, onde a construção e as mudanças para o futuro da educação sejam levadas em consideração o mais rápido possível.

Logo nas páginas iniciais de seu livro, Serres (2013) comunica que os indivíduos de sua reflexão “não habitam mais a mesma terra, não tem mais a mesma relação com o mundo”. (SERRES, 2013, p. 13). Para esses jovens da atualidade, nomeados por Serres como *polegarzinhos* e *polegarzinhas*, habitar o mundo de hoje revela suas preocupações em fazer turismo e ter espaços de lazer. “Um novo ser humano nasceu. Eles não têm mais o mesmo corpo, a mesma expectativa de vida, não se comunica mais da mesma maneira, não percebem mais o mesmo mundo não vive mais a mesma natureza não habita mais o mesmo espaço”. (SERRES, 2013, p. 19).

Os jovens dos dias de hoje “Não habitam mais o mesmo tempo; eles vivem outra história”. (SERRES, 2013, p. 17). A hora de dormir, hora de estudar, hora de comer, tudo isso, essas cobranças e regras, está cada vez mais em desuso para os jovens contemporâneos. Portanto, não devemos pensar que foi o tempo que mudou, as medidas de tempo continuam as mesmas, as mudanças foram na forma com que percebemos essas medidas e como essas são utilizadas pelos seres humanos da atualidade. Parte significativa de toda essa mudança vem com o avanço da tecnologia. Esse avanço faz com que os jovens “não conheçam, não integrem nem sintetizem da mesma forma que nós, seus antepassados” (SERRES, 2013, p. 19).

As mais variadas mudanças sociais, temporais e espaciais fazem com que a sociedade atual e, principalmente, os jovens dessa sociedade, a pensem e agirem de forma diferente de seus antepassados. Não conseguem imaginar a vida sem seus smartphones conectados 24h na internet, em redes sociais e aplicativos dos mais variados.

Inovar nos procedimentos metodológicos de ensino no contexto educacional atual é, sem dúvida, um desafio constante para os educadores. Possuímos alunos conectados e informados diretamente por suas conexões diárias, professores que viveram em décadas anteriores, onde a tecnologia não era tão avançada assim e escolas com estruturas do século passado, assim como a falta de recursos digitais e de multimídia para que o início de um trabalho significativo possa ser realizado. Nossas escolas públicas, em sua grande maioria, não possuem sequer materiais básicos para sua manutenção, funcionam como verdadeiras gaiolas, onde os alunos permanecem no mínimo quatro horas diários sentados em suas cadeiras, ouvindo seus professores passivamente. Será que com todo esse desenvolvimento tecnológico, nossos *polegarzinhos* e *polegarzinhas* estão realmente atentos ao que o professor fala em sala de aula? Essa reflexão é apresentada por Serres em seu texto, que é tão atual, e nos faz pensar sobre a urgência de se desenvolver ideias e procedimentos para o desenvolvimento de um sistema educacional que funcione de forma ativa, levando nossos alunos a ampliar suas discussões e prosperar na sociedade.

Para Serres, não há uma ciência única e fechada em si mesma. A questão de como a história dos vários pensamentos científicos evoluiu, e evolui, é transversal no texto. Está sempre relacionada com as ciências externas. Todas as grandes questões humanas, ética, moral, a questão de direito, dependem do entendimento entre as “ciências”. Um *internalismo* científico levará a humanidade, sempre, a crises de pensamento, como as provocadas pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki.

A questão do humanismo, ou dos valores humanos, possui componentes importantes que merecem destaque. O primeiro é tradicional, e tem por fundamento o que de mais antigo existe na intelectual e cultural; mas é também extremamente novo, porque todos os problemas em questão, o que é o homem, o indivíduo, o que é a relação familiar, por que vivemos, são trazidas à tona por causa das questões e aplicações científicas. Tentar fazer entender que não se deve separar o saber das ciências, exatas humanas. Pois haveria especialistas totalmente sem cultura, e também pessoas cultas, mas totalmente “ignorantes”, o que traria de volta a barbárie. A educação deve mesclar as ciências exatas e humanas, estabelecendo a questão dos valores humanos.

O hiato que existe entre ciências humanas e exatas se ressalta com determinadas especializações do mundo moderno. Mas deve se ligar a uma forma de ensinar historicamente, como ligar-se à educação e ao saber unificado. Introduzir no estudo das ciências exatas a sua própria história seria uma forma de história mais totalizante. Isto permitiria que os leitores, estudantes e pesquisadores não percebessem os teoremas, experiências ou teorias como absolutas ou vindas do nada, sem conexão com um contexto sociocultural mais amplo de certa época. E que passou por certo grupo de intelectuais (ou não), países e ambientes culturais, mostrando que a ciência é um fenômeno cultural. Um fenômeno social que implica consequências políticas e certo progresso das condições sociais. Logo, a *história das ciências* talvez seja a disciplina transversal que permitiria tornar a fronteira entre culturas aparentemente distintas (exatas e humanas) mais porosa, permeável, transdisciplinar. Como se verifica na página 161, “Seria talvez necessário começar por fazer uma história crítica das classificações. A própria história, no entanto, pertence a uma classe”.

A filosofia de Michel Serres é uma crítica à racionalidade clássica; porém, essa crítica não é feita em nome de nenhum irracionalismo. Seu objetivo é propor um novo conceito de razão condizente com a racionalidade contemporânea. A sofisticação que a ciência chegou hoje, e o desconhecimento científico de boa parte das pessoas, são parte da crítica implícita em qualquer texto de Serres. Considera que o aprendizado, seja para o indivíduo, seja para as ciências se dá sempre no limiar, nessas interconexões entre o que já é conhecido e o que não é como defende Márcia Oliveira Moraes em seu texto.

As ciências exatas (em especial), e mesmo as chamadas “humanidades”, foram muito baseadas nos limites do pensamento empirista, para o qual a ciência representa uma continuidade avançada, epistemologicamente, do senso comum. A “ruptura epistemológica” entre a ciência contemporânea e o senso comum é uma das marcas da teoria bachelardiana que Serres busca, a meu ver, trazer constantemente à luz. O senso comum relaciona-se também com a dificuldade com a qual se depara o cientista social em separar o seu conhecimento e suas opiniões do conhecimento teórico, científico, que deve estar comprometido com a busca da verdade, baseada em leis gerais, em conceitos e não em preconceitos. Crítica à ciência, e que talvez a história das ciências possa vir a superar, é que muitas pesquisas passam por científicas para legitimar determinados preconceitos, ou mesmo inverdades, dando-lhes credibilidade.

Nossos estudantes de hoje pensam de forma diferente. A atividade do pensamento também mudou, eles conseguem pensar de forma ativa quando se distanciam dos conhecimentos especializados, petrificados, engessados e com pouco sentido. Quando se expressam livremente, podem dizer: “penso e invento quando me distancio desse saber e, desse conhecimento, quando me afasto”. (SERRES, 2013, p. 42). Temos nesse caso, o conhecimento e o aprendizado em forma de espiral, onde não voltamos para o mesmo lugar e sim reinventamos novas formas de pensar e agir. A busca no novo, de ideias e ações representativas, na atualidade, deve ter como objetivo principal fazer com que nossos jovens atuem ativamente no desenvolvimento

de seu aprendizado, numa caçada constante por novas informações e descobertas, atuando ativamente na formação de seu próprio conhecimento.

Nossos jovens de hoje são tomados por uma especialização constante, precisando se dedicar ativamente. São cobrados diariamente para que desenvolvam e adquiram conhecimentos cada vez mais específicos e, com isso, dedicam menos tempo a atividades mais “humanizadas” como cultura, lazer, encontros familiares.

Já envelhecido, nosso mundo das comunicações está parindo, neste momento, uma sociedade pedagógica, a das nossas crianças, onde a formação contínua acompanhará, pelo resto da vida, um trabalho cada vez mais raro. As universidades à distância, em toda a parte e sempre presentes, substituirão os campi, guetos fechados para adolescentes ricos, campos de concentração do saber. Depois da humanidade agrária vem o homem econômico, industrial: avança uma era, nova, do conhecimento. Comeremos saber e relações, mais e melhor do que vivemos a transformação do solo e das coisas, que continuará automaticamente. (SERRES, 1995, p. 55).

Quando pensamos, seguindo a perspectiva de Serres na citação acima, conseguimos entender nossa sociedade atual. Seu desenvolvimento através dos tempos, seguindo pela perspectiva por ele apresentada de *sociedade pedagógica*, nos dá a ideia de uma formação contínua e específica para nossas crianças, que segue pela mesma lógica por ele apresentada há 23 anos. Tudo continua em desenvolvimento para que as especializações e compartimentalizações do conhecimento aconteçam cada vez mais. O distanciamento entre humanas e exatas está cada vez mais constante, conseguimos observar ainda mais uma separação até mesmo dentro da própria área de exatas. São conhecimentos obtidos e separados em gavetinhas.

As ciências exatas (em especial), e mesmo as chamadas “humanidades”, foram muito baseadas nos limites do pensamento empirista, para o qual a ciência representa uma continuidade avançada, epistemologicamente, do senso comum. A “ruptura epistemológica” entre a ciência contemporânea e o senso comum é uma das marcas da teoria *bachelardiana* que Serres busca, a meu ver, trazer constantemente à luz. O senso comum relaciona-se também com a dificuldade com a qual se depara o cientista social em separar o seu conhecimento e suas opiniões, do conhecimento teórico, científico, que deve estar comprometido com a busca da verdade, baseada em leis gerais, em conceitos e não em preconceitos. Crítica à ciência, e que talvez a história das ciências possa vir a superar, é que muitas pesquisas passam por científicas para legitimar determinados preconceitos, ou mesmo inverdades, dando-lhes credibilidade.

Serres também não vai pretender como também não o fez Bachelard e outros da moderna história das ciências, preconizar a “neutralidade científica”. Mas defender a utilização consciente de um método de pesquisa, que perpassa também pela história recente das gerações do *Annales*, como a construção do objeto a ser analisado. Busca, a meu ver, levar os cientistas a um saber mais próximo possível da verdade do seu objeto de estudo. Sem com isso entender o esgotamento do assunto, dada à característica dialética da sociedade e do conhecimento atuais. A irregularidade aleatória de o antigo saber, da “nuvem caótica” do antigo, não deveria se perder. Também é um processo histórico válido. Os séculos XVII e XVIII ainda teriam herdado uma ciência mais abrangente dos antigos, como Serres descreve no longo parágrafo da pág. 163. Mesmo com o iluminismo parcializado e a mecânica aplicada à *physis*, havia certo romantismo que se perdeu com o cartesianismo e o determinismo newtoniano, ambos levados ao extremo. O valor de certa “anarquia” dos antigos, demonstrada nos estudos sobre o calor (p. 170-171), por exemplo, é um choque perante a suposta perfeição, às certezas que advém com o século XIX. O predomínio de um processo seja dedutivo ou indutivo, trás prejuízos ao pensamento da história, em especial, à história das ciências (p. 164). Serres não menciona isso

abertamente, mas percebe-se certa proximidade entre famosa querela “antigos e modernos”, na estrutura do texto sobre as ciências.

Dentro dessa linha do pensamento serreano, inclui-se a crítica à herança moderna das disciplinas isoladas, separadas. Ao longo do artigo faz-se uma crítica, da qual participo em parte, a uma excessiva racionalidade grega, a uma “*estabilidade racional expressa pelo vocábulo epistemê*” (p. 165). Substituir o deus social, ou a antiga metafísica, por um deus da cientificidade absoluta (simbolizado no artigo pelo Deus de Laplace) não é uma saída mediana, *mi-lieu* (neologismo de Serres), ao processo de pensar do nosso tempo (mesmo que Serres tenha percorrido sobre isso na década de setenta, e porque hoje seu pensamento se mantém). O cartesianismo levado para a época dos engenheiros, relacionando-se ao processo da Revolução Industrial e ao positivismo, mostra “modelos” que se repetem e se cristalizam. Modelos novos, que desprezam os antigos modelos, mais abstratos e menos deterministas (talvez probabilísticos), dando ao pós-moderno uma ultra valoração. Tais processos estão, ainda, no entendimento da história das ciências, e na história como um todo, em constante instabilidade na quantidade quase infinita de informações contraditórias que nos chegam.

Outra colocação interessante exposta pelo autor é o fato de presenciarmos o avanço rápido do surgimento de Universidades a distancia, que podem ser encontradas hoje em dia em qualquer lugar do nosso país. Isso faz com que Universidades específicas, que escolhem seu público de estudantes, também comecem a aparecer.

Em seu livro “*O Terceiro Instruído*” ou “*Filosofia Mestiça*”, aponta a ideia de *formação* para Serres. A obra está dividida em ramificações: Criar, Instruir e Educar. Onde cada uma não é compreendida de forma isolada mais sim apresentando uma ideia de ligação entre as variações no campo educacional. O autor constrói e idealiza o termo *formação* e cada seção se relaciona com a obra num todo. A seguir, uma síntese sobre essas três seções da obra de Serres exposta por Colloni (2002):

A noção de Criar trata de estabelecer uma vinculação necessária e consequente, na mira da formação da criança, entre os sentidos físicos, corpóreos ou, se quisermos, neurofisiológicos do ser humano aos sentidos enquanto significados. Serres explora as dimensões sensoriais, motoras, físicas da corporeidade humana, bem como das ambientações, do entorno geográfico, topográfico e social do ser humano na qualidade de um existente em meio a outras existências. O filósofo relaciona, faz analogias entre as sensações percebidas e oriundas do meio físico objetivo (o corpo e seus membros, mar, correnteza, energia, sol, estrelas, vento, rio, orientação, etc.) com a produção de significados no sentido subjetivo. (...) A noção de instrução em si mesma denota o conjunto de saberes possíveis que são engendrados pela razão científica e o próprio processo desse aprendizado. É o conhecimento que se revela na experiência da alteridade, na saída do si mesmo rumo ao outro. (...) Serres insiste na necessidade de uma instrução enciclopédica, isto é, passar por todas as ciências, conhecer as mais diversas culturas, lugares, além de conviver com as diferentes classes e categorias sociais, etc., para, mediante esse longo e difícil aprendizado poder conduzir melhor seu entendimento da vida e do mundo. (...) a educação, genericamente, é o processo da experiência da intersubjetividade que reconhece no outro, enquanto outro, o espírito de sua unicidade, isto é, de sua individualidade irreduzível e que define, em grande medida, a responsabilidade ética do saber. A educação visa à construção da autonomia do sujeito e a moderação diante da ambição da razão científica, cujo aprendizado advém da sensibilidade cultivada pela literatura, pela iniciação ao estudo das humanidades, das ciências do espírito e do direito (justiça). (CALLONI, 2002, p. 192-194).

É fundamental abordar discussões que compreendam as mudanças no contexto social que influenciam diretamente nas reflexões e resultados relacionados ao campo educacional.

Considerando o que estudamos e apresentamos com discussões sobre autores de nosso tempo como Bauman e Serres assim como ideias e concepções anteriores, como o caso de Snow, cada um em seu tempo e com suas mais variadas formas de discutir e tentar entender a sociedade, assim como o distanciamento entre as “Duas Culturas”, que nos faz pensar sobre a urgência de mudanças significativas no âmbito educacional. Podemos deduzir que na contemporaneidade novas posturas relacionadas à educação precisam ser revistas, onde práticas pedagógicas e educativas precisam tomar novos rumos com o intuito de desenvolver criativamente e ativamente a visão de vida e mundo em nossos alunos.

As circunstâncias da aprendizagem são a mudança consciente de atitude e de comportamento. Somente o ser humano é capaz de ensinar e aprender. Precisamos acreditar na mudança, na qual a luta por ideais seja a base de nossa educação atual. Estudos e pesquisas precisam ser analisadas e utilizadas no contexto físico da escola, não basta somente discutir, dizer que algo precisa ser feito, debater, analisar propostas, se nada de real e concreto for feito.

Paulo Freire (1983) afirma que “Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados. O homem é um ser de raízes espaço-temporais”. (FREIRE, 1983, p. 61).

CONCLUSÃO

O pensamento de Serres sobre a sociedade atual é muito interessante, mesmo não se dedicando especificamente a estudos voltados para a educação básica, suas discussões, opiniões e análises contribuem efetivamente para o cenário educacional brasileiro. Nossos estudos nos levam a pensar sobre alternativas e soluções para transformação do nosso sistema educacional, no qual novas posturas precisam ser revistas para que a educação consiga se reinventar. As condições da aprendizagem precisam estar relacionadas a uma mudança de comportamento e atitude.

O desafio de transformar nossa educação é grande. Vimos à importância do desenvolvimento de atividades, propostas interativas e diversificadas no contexto escolar, fazendo com que o processo de integração disciplinar aconteça efetivamente, sem hipocrisia e máscaras. No entanto, sabemos também da infinidade de obstáculos encontrados, sendo assim, é claro, a necessidade de não desistirmos de lutar.

REFERÊNCIAS:

CALLONI, Humberto. **Paulo Freire e Michel Serres: Aproximações na Perspectiva Interdisciplinar num Diálogo a Múltiplas Vozes**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALLO, Silvio. Apresentação. **Pro-Posições**. v. 26, n. 1 (76), p. 237-238, jan./abr. 2015.

SANTOS, Maria Emanuela Esteves. Filosofia da educação e pensamento das multiplicidades em Michel Serres. **Revista Filosofia e Educação**. Campinas/SP: v. 9, n. 2, Jun.-set. de 2017. p. 98-124.

SERRES, Michel. **A Lenda dos Anjos**. São Paulo: Aleph, 1995.

_____. **Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CONEXÕES E INTERCONEXÕES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO INSTRUMENTO DE CRITICIDADE CIENTÍFICA: A REFLEXÃO DEMOCRÁTICA SOBRE A DESIGUALDADE NO CURSO DE DIREITO

NEUZA MARIA DE SIQUEIRA NUNES

*Mestra em Economia Empresarial.
Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) –
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.*

MARIA MARGARETE SALVATE BRASIL

*Mestra em Língua Portuguesa.
Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) –
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.*

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

*Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Direito da Universidade Federal Fluminense
taua_verdan2@hotmail.com*

Resumo: O presente tem por objetivo analisar a proeminência da disciplina de Direitos Humanos na formação do profissional do Curso de Direito, notadamente no que concerne à análise de situações dotadas de complexidade e que são características de uma sociedade plural, a exemplo da sociedade brasileira. É fato que os direitos humanos constituem uma expressão moderna, mas, convém ressaltar, sua cultura possui raízes distantes, para além da modernidade. As novas pautas de defesa dos direitos humanos demonstram que estes não se deixam aprisionar em conteúdos normativos definitivos. A educação em direitos humanos implica a constante pesquisa desse aberto e dinâmico “objeto”. As conclusões parciais alcançadas apontam que os Direitos Humanos, na condição de disciplina crítico-reflexiva, possibilitam o amadurecimento dos discentes do Curso de Direito, sobretudo no que concerne a situações concretas que reclamam um exame jurídico, dissociado de compreensões distorcidas que os direitos humanos são apenas para humanos direitos, mas sim para todo e qualquer ser humano.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Profissionais do Direito; Emancipação Intelectual.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the prominence of the discipline of Human Rights in the training of the professional of the Law Course, especially regarding the analysis of situations endowed with complexity and that are characteristic of a plural society, such as Brazilian society. It is a fact that human rights constitute a modern expression, but, it should be emphasized, their culture has roots far beyond modernity. The new guidelines for the defense of human rights show that they do not allow themselves to be imprisoned in definitive normative contents. The struggle for rights, above all, implies praxis in the sense of a more rational society as possible, capable of creating the conditions of human elevation and of taking advantage of them for this benefit. Human rights education implies the constant search for this open and dynamic “object”. The partial conclusions reached point out that Human Rights, as a critical-reflexive discipline, enables the students of the Law Course to mature, especially as regards concrete situations that demand a legal examination, dissociated from distorted understandings that human rights are only for human rights, but for every human being.

Keywords: Human Rights; Law Professionals; Intellectual Emancipation.

1 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS: A ACEPÇÃO FILOSÓFICA DO VOCÁBULO “DIGNIDADE” COMO AXIOMA DE INSPIRAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO SENSÍVEL DOS DIREITOS HUMANOS

Em um primeiro quadrante, antes de se promover uma análise acurada da importância da disciplina de Direitos Humanos, no que toca à formação dos profissionais do Direito, faz-se imprescindível promover um exame sobre a proeminência do vocábulo “dignidade”, na condição de axioma de inspiração para a edificação de tal temática. No mais, tal abordagem encontra respaldo, sobremaneira, pelo relevo que tal termo recebeu no cenário mundial, em especial no pós-Segunda Guerra Mundial, e nacional, maiormente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, cuida assinalar que a acepção originária de dignidade rememora a priscas eras, tendo seu sentido evoluído, de maneira íntima, com o progresso do ser humano. Em sua gênese, as bases conceituais da dignidade se encontravam sustentadas na reflexão de cunho filosófico, proveniente de um ideal estoico e cristão. Por oportuno, prima evidenciar que o pensamento estoico, ao edificar reflexões no que tange ao tema, propunha que “a dignidade seria uma qualidade que, por ser inerente ao ser humano o distinguiria dos demais. Com o advento do Cristianismo, a ideia grande reforço, pois, a par de ser característica inerente apenas ao ser humano” (BERNARDO, 2006, p. 231).

No mais, ainda nesta trilha de raciocínio, não se pode olvidar que o pensamento cristão, em altos alaridos, propugnava que o ser humano fora criado à imagem e semelhança de Deus. Ora, salta aos olhos que aviltar a dignidade da criatura, em último estágio, consubstanciaria violação à própria vontade do Criador. Com efeito, a mensagem, inicialmente, anunciada pelo pensamento cristão sofreu, de maneira paulatina e tímida, um sucedâneo de deturpações que minaram o alcance de suas balizas, maiormente a partir da forte influência engranzada pelos interesses políticos. Uma gama de violações e abusos passou a encontrar respaldo e, até mesmo, argumentos justificadores, tendo como espora rotunda o pensamento cristão, subvertido e maculado pelas ingerências da ganância dos detentores do poder.

Nesse prisma, impende realçar que o significado da dignidade da pessoa foi, de modo progressivo, objeto de construção doutrinária, sendo imprescindível sublinhar as ponderações, durante a Idade Média, de São Tomás de Aquino que, na obra *Summa Theologica*, arquetizou significativa contribuição, precipuamente quando coloca em evidência que “a dignidade da pessoa humana encontra fundamento na circunstância de que o ser humano fora criado à imagem e semelhança de Deus” (SCHIAVI, 2013, p. 04), ajustado com a capacidade intrínseca do indivíduo de se autodeterminar. Resta evidenciado, a partir do cotejo das informações lançadas alhures, que o ser humano é livre, orientando-se, negrite-se com grossos traços, segundo a sua própria vontade.

Não se pode perder de vista que, em decorrência da sorte de horrores perpetrados durante a Segunda Grande Guerra Mundial, os ideários kantianos foram rotundamente rememorados, passando a serem detentores de vultosos contornos, vez que, de maneira realista, foi possível observar as consequências abjetas provenientes da utilização do ser humano como instrumento de realização de interesses. A fim de repelir as ações externadas durante o desenrolar da Segunda Grande Guerra Mundial, o baldrame da dignidade da pessoa humana foi maciçamente hasteado, passando a tremular como flâmula orientadora da atuação humana, restando positivado em volumosa parcela das Constituições promulgadas no pós-guerra, maiormente as do Ocidente.

“O respeito à dignidade humana de cada pessoa proíbe o Estado e dispor de qualquer indivíduo apenas como meio para outro fim, mesmo se for para salvar a vida de muitas outras pessoas” (HABERMAS, 2012, p. 09). É perceptível que a moldura que enquadra a construção

da dignidade da pessoa humana, na condição de produto da indignação dos humilhados e violados por períodos de intensos conflitos bélicos, expressa um conceito fundamental responsável por fortalecer a construção dos direitos humanos, tal como, de maneira atrelada, de instrumentos que ambicionem evitar que se repitam atos atentatórios contra a dignidade de outros indivíduos.

2 BREVE PAINEL SOBRE A REDEFINIÇÃO DAS AGENDAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO E A CRESCENTE INCORPORAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ainda em diálogo com as ponderações apresentadas até o momento, é imprescindível evidenciar que a República Federativa do Brasil, ao estruturar a Constituição Cidadã de 1988 (2015a) concedeu, expressamente, relevo ao princípio da dignidade da pessoa humana, sendo colocada sob a epígrafe “dos princípios fundamentais”, positivado no inciso III do artigo 1º. Com avult, o aludido preceito passou a gozar de *status* de pilar estruturante do Estado Democrático de Direito, toando como fundamento para todos os demais direitos. Nesta trilha, também, há que se enfatizar que o Estado é responsável pelo desenvolvimento da convivência humana em uma sociedade norteada por caracteres pautados na liberdade e solidariedade, cuja regulamentação fica a encargo de diplomas legais justos, no qual a população reste devidamente representada, de maneira adequada, participando e influenciando de modo ativo na estruturação social e política. Ademais, é permitida, inda, a convivência de pensamentos opostos e conflitantes, sendo possível sua expressão de modo público, sem que subsista qualquer censura ou mesmo resistência por parte do Ente Estatal.

Nesse almiré, verifica-se que a principal incumbência do Estado Democrático de Direito, em harmonia com o ventilado pelo dogma da dignidade da pessoa humana, está jungido na promoção de políticas que visem a eliminação das disparidades sociais e os desequilíbrios econômicos regionais, o que clama a perseguição de um ideário de justiça social, ínsito em um sistema pautado na democratização daqueles que detém o poder. Ademais, não se pode olvidar que “não é permitido admitir, em nenhuma situação, que qualquer direito viole ou restrinja a dignidade da pessoa humana” (RENON, 2009, p. 19), tal ideário decorre da proeminência que torna o preceito em comento em patamar intocável e, se porventura houver conflito com outro valor constitucional, aquele há sempre que prevalecer.

Frise-se que a dignidade da pessoa humana, em razão da promulgação da Carta de 1988, passou a se apresentar como fundamento da República, sendo que todos os sustentáculos descansam sobre o compromisso de potencializar a dignidade da pessoa humana, fortalecido, de maneira determinante, como ponto de confluência do ser humano. Com o intuito de garantir a existência do indivíduo, insta realçar que a inviolabilidade de sua vida, tal como de sua dignidade, faz-se proeminente, sob pena de não haver razão para a existência dos demais direitos. Neste diapasão, cuida colocar em saliência que a Constituição de 1988 consagrou a vida humana como valor supremo, dispensando-lhe aspecto de inviolabilidade.

Evidenciar se faz necessário que o princípio da dignidade da pessoa humana não é visto como um direito, já que antecede o próprio Ordenamento Jurídico, mas sim um atributo inerente a todo ser humano, destacado de qualquer requisito ou condição, não encontrando qualquer obstáculo ou ponto limítrofe em razão da nacionalidade, gênero, etnia, credo ou posição social. Nesse viés, o aludido bastião se apresenta como o maciço núcleo em torno do gravitam todos os direitos alocados sob a epígrafe “fundamentais”, que se encontram agasalhados no artigo 5º da Constituição Cidadã. Ao perfilhar-se à umbilical relação nutrida entre a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais, podem-se tanger dois aspectos basais. O primeiro se apresenta como uma ação negativa, ou passiva, por parte do Ente Estatal, a fim

de evitar agressões ou lesões; já a positiva, ou ativa, está atrelada ao “sentido de promover ações concretas que, além de evitar agressões, criem condições efetivas de vida digna a todos” (BERNARDO, 2006, p. 236).

Comparato (1998, p. 76) alça a dignidade da pessoa humana a um valor supremo, eis que “se o direito é uma criação humana, o seu valor deriva, justamente, daquele que o criou. O que significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio homem, considerando em sua dignidade substância da pessoa”, sendo que as especificações individuais e grupais são sempre secundárias. A própria estruturação do Ordenamento Jurídico e a existência do Estado, conforme as ponderações aventadas, só se justificam se erguerem como axioma maciço a dignidade da pessoa humana, dispensando esforços para concretizarem tal dogma.

O ser humano sempre foi dotado de dignidade, todavia, nem sempre foi (re)conhecida por ele. O mesmo ocorre com o sucedâneo dos direitos fundamentais do homem que, preexistem à sua valoração, os descobre e passa a dispensar proteção, variando em decorrência do contexto e da evolução histórico-social e moral que condiciona o gênero humano. Não se pode perder de vista o corolário em comento é a síntese substantiva que oferta sentido axiológico à Constituição de 1988, determinando, conseqüentemente, os parâmetros hermenêuticos de compreensão. A densidade jurídica do princípio da dignidade da pessoa humana, no sistema constitucional adotado, há de ser, deste modo, máxima, afigurando-se, inclusive, como um corolário supremo no trono da hierarquia das normas.

A interpretação conferida pelo corolário em comento não é para ser procedida à margem da realidade. Ao reverso, alcançar a integralidade da ambição contida no bojo da dignidade da pessoa humana é elemento da norma, de modo que interpretações corretas são incompatíveis com teorização alimentada em idealismo que não as conforme como fundamento. Atentando-se para o princípio supramencionado como estandarte, o intérprete deverá observar para o objeto de compreensão como realidade em cujo contexto a interpretação se encontra inserta. Ao lado disso, nenhum outro dogma é mais valioso para assegurar a unidade material da Constituição senão o corolário em testilha. Como bem salientou Sarlet (2002, p. 83), “um Estado que não reconheça e garanta essa Dignidade não possui Constituição”.

Ora, considerando os valores e ideários por ele abarcados, não se pode perder de vista que as normas, na visão garantística consagrada no Ordenamento Brasileiro, reclamam uma interpretação em conformidade com o preceito em destaque. Diante da construção da dignidade da pessoa humana, cuja afirmação dá-se em plurais âmbitos, sendo possível, inclusive, fazer menção à proeminência da questão do reconhecimento dos Direitos Humanos e a estruturação do ideário de uma solidariedade que ultrapassa a presente geração, reclamando uma ótica preocupada com as futuras gerações e ao acesso às condições mínimas de salvaguarda de um núcleo sensível e imprescindível de direitos.

3 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Ainda no que toca à discussão sobre o relevo recebido pelos Direitos Humanos, é importante reconhecer que a ascensão de uma nova onda de debates sobre a temática aflorou, coincidindo com o avanço da globalização e com a fragilização dos Estados nacionais, como se fosse resultante de uma emergente política pós-nacional. “Essa constatação mostra, por si só, que o campo dos direitos humanos é atravessado por importantes contradições” (FEITOSA, 2009, p. 105), porquanto, concomitantemente ressurgem com a crise que acometeu os Estados nacionais, os direitos humanos se ressentem do declínio da presença estatal, situação que tende a prejudicar a concretização. Depois, conquanto tenham emergido nas contradições advindas da globalização, que colocou o mundo em contato, contribuindo, diretamente, para

o desmoronamento das fronteiras nacionais, os direitos humanos passam a sofrer o impacto da generalização de uma ideologia calcada no consumismo como paradigma do desenvolvimento e padrão de vida para todos os povos do planeta, anulando assim culturas e identidades nacionais.

É possível explicitar que o primeiro compromisso internacional acerca da centralidade de uma educação pautada em direitos humanos foi materializada com a Declaração de Viena, de 1993, que concedeu especial enfoque nas novas modalidades educativas inseridas no âmbito de Direitos Humanos e no processo de construção e desenvolvimento da personalidade. Mais que isso, a declaração supramencionada destacou as atividades de treinamento e informação pública na área dos direitos humanos, com destaque peculiar para os direitos humanos da mulher, da conscientização dos direitos humanos e da tolerância mútua. A Conferência de Viena estabeleceu o período entre 1995-2004 como a *Década da Educação em Direitos Humanos*, estabelecendo uma pauta na necessidade de maior centralidade na educação como uma estratégia de construção e fortalecimento de uma cultura universal dos direitos humanos.

Em sede de América Latina, a Educação em Direitos Humanos começou a ser construída com o término dos ciclos de repressão política e conquistou certa sistematização na segunda metade da década de 1980, conjugada com a participação dos atores sociais no contexto caracterizado pela transição democrática. Sem embargos, o tema em destaque recebeu relevo e institucionalidade pública, transversalizando as linhas de ações de programas, conferências e políticas públicas e constituindo-se como demanda formativa. Em continuidade, no Brasil, os Direitos Humanos receberam fôlego político e sustentação jurídica com o Texto Constitucional de 1988, sendo incorporado em documentos legais infraconstitucionais, tal como se infere, a título de exemplificação, dos Parâmetros Nacionais Curriculares, das Diretrizes Nacionais, dos projetos e programas de formação, do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), da Matriz Nacional de Segurança e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Ao lado disso, há que se reconhecer que “o marco jurídico desse processo se deu em 2003, com elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, revisado em 2007 pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, após uma Consulta Nacional, realizada pela SEDH nos Estados brasileiros, entre 2004 e 2005” (FEITOSA, 2009, p. 106).

Em uma conjuntura de promoção e defesa da temática em apreço, em cenário de globalização, cuida edificar práticas educativas aptas para o fortalecimento de uma ética comprometida com a universalidade e diversidade, com a promoção e a salvaguarda de direitos individuais, o avanço da modernidade e a conquista de direitos coletivos protagonizados nos processos de organização e de lutas de diversos atores sociais. Consoante Zenaide (2008), essa aproximação entre diferentes sujeitos sociais e institucionais, entre saberes formais e informais, práticas informais, não-formais e formais educativas, áreas de conhecimento e campos de intervenção, tal como múltiplas identidades étnicas, sociais e culturais vão influenciar diretamente na edificação dos elementos para o exercício da transdisciplinaridade dos direitos humanos no campo educativo e cultural. Ora, a educação em Direitos Humanos, a partir do painel pintado, se apresenta como uma seara possível de diálogos e de conflitos, construção de consensos e dissensos, edificação de subjetividades, culturas, modos de ser e de agir, conhecimentos formais e não-formais.

[...] a Educação em Direitos Humanos se insere numa perspectiva que seguramente não é disciplinar e universal, como pretendia a tradição curricular calcada no iluminismo; nem simplesmente um campo multidisciplinar, pluridisciplinar, ou mesmo interdisciplinar. É mais do que isso. A Educação em Direitos Humanos se insere numa visão transdisciplinar e transversal do processo educativo, atravessada por diferentes conteúdos e campos de saberes e de práticas (FEITOSA, 2009, p. 107).

Nesta linha, cuida reconhecer que a transdisciplinaridade é caracterizada pelo resultado de uma axiomática comum a um conjunto integrado de disciplinas. Ora, o enfoque interdisciplinar é capaz de produzir avanços na medida em que propõe o diálogo entre duas ou mais disciplinas, convertendo as relações de competição do ato educativo em relação de complementaridade, mas não é capaz de traduzir integralmente a problemática. Logo, uma abordagem transdisciplinar da educação em Direitos Humanos visa fixar uma interação entre disciplinas do mesmo ou de diversos campos de conhecimento, tal como compreende os sujeitos históricos de diferentes contextos sociais e culturais, dialogando diferentes racionalidades e modos de ser e de agir.

Assim, não restam dúvidas de que a educação em Direitos Humanos apresenta um robusto componente ideológico, cultural e político, sendo capaz de potencializar uma atitude questionadora. Logo, a abordagem crítica da temática é capaz de despertar questionamento sobre o avanço lento ou a aceleração dos processos; coloca em debate a linguagem neutra e comprometida; e traz à tona a tensão entre falar e silenciar sobre a própria história pessoal e coletiva, como também a necessidade de trabalhar a capacidade de recuperar a narrativa das históricas nas perspectivas dos direitos humanos. No mais, em termos institucionais, a transversalidade pode implicar na qualificação da relação entre os diversos atores do processo de ensino-aprendizagem e entre estes e os agentes institucionais. Trata-se que qualificação da democratização da gestão, o processo de ensino-aprendizagem, as instâncias e modos de participação, as relações humanas e a formação integral do sujeito.

Trata de permitir um entrelaçamento entre Direitos Humanos, cidadania e educação, com o escopo de que aqueles reclamam a prática integral da cidadania, e esta, por seu turno, vindica uma educação apropriada para a prática, o que possibilitará a existência de um Estado Democrático de Direito, no qual seja assegurado o exercício das liberdades e dos direitos fundamentais que procedem da condição humana. Ademais, a eficácia da proteção dos direitos humanos está profundamente relacionada a um processo educacional que permite a formação de novos cidadãos eticamente comprometidos, em especial no que se relaciona aos discentes do Curso de Direito. O entrelaçamento entre os elementos supramencionados culmina no imprescindível empoderamento do sujeito de direito, orientando os atores individuais e coletivos no reconhecimento dos direitos humanos, em especial para os grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados.

4 A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO

Apesar da complexidade que reveste a disciplina em destaque, há que se reconhecer que a maior parte dos cursos de Direitos Humanos tende a adotar uma compreensão multidisciplinar, com arrimo no jurídico, sendo, porém, preciso fomentar a transversalidade e a interatividade dos variados saberes, em especial nos ramos das pesquisas sociais, dialogando em sua estrutura curricular, notadamente matérias jurídicas e extrajurídicas. Feitosa (2009) pondera, em outra perspectiva, que é carecido considerar que os conteúdos curriculares plurais, interculturais e interdiscursivos não logram cumprimento se ministrado por docentes de uma mesma formação. Ora, a efetiva transdisciplinaridade decorre de novos conteúdos, saberes, racionalidades, experiências acumuladas, distintos modos de ver e de sentir, esmiuçados pelos diferentes atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

A mudança curricular, em termos qualitativos, pela inclusão de novos conteúdos e de prática pedagógicas depende da diversidade no enfrentamento da questão. Nesta linha, a plataforma do Direito é pertinente, sobretudo em decorrência dos seus operadores que estão no trato final das agressões aos direitos humanos, contudo, é imperioso redimensionar as exigências e aceitar a aproximação de conteúdo. No mais, um currículo de Direitos deve, imperiosamente,

contemplar conteúdos advindos da filosofia, da política, da história, da psicologia, da educação e do Direito, efetivamente tratados de modo transversal, por atores em processo, possibilitando o contato de diferentes leituras.

Em uma concepção mais crítica da disciplina, um currículo de Direitos Humanos não pode ser integralmente ministrado por historiadores, filósofos, antropólogos ou juristas. “O sucesso do currículo de Direitos Humanos depende de sua implementação consciente em ambiente plural e dialogado, conquanto não necessariamente consensual” (FEITOSA, 2009, p. 112). Flávia Piovesan (s.d., p. 05), ainda sobre a perspectiva em comento, explicita que é imprescindível desenvolver uma perspectiva voltada para parâmetros internacionais protetivos dos direitos humanos, a partir do exame do Direito Internacional dos Direitos Humanos, de suas instituições, tratados órgãos e impactos na normatividade interna.

Portanto, na perspectiva estabelecida pela autora ora mencionada, a disciplina está assentada em quatro eixos principais: (i) precedentes históricos do processo de internacionalização dos direitos humanos; (ii) o sistema global de proteção dos direitos humanos; (iii) o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos; (iv) o sistema nacional de proteção dos direitos humanos (com destaque à dinâmica de interação entre os sistemas global, regional e nacional, na proteção dos direitos humanos).

A perspectiva intercultural crítica tende a diluir-se em um campo formal de ensino programado, com conteúdo pré-estabelecidos e esse para privilegiar a unidade que, comumente, ignora o diálogo e a aproximação de ideias e ações, pautando-se, apenas, em um conteúdo hermético e dissociado da prática. Ao lado disso, cuida reconhecer que as propostas curriculares em Direitos Humanos devem ser materializadas em projetos direcionados para a formação de cidadãos críticos e participativos, aptos a contribuir para o alcance das utopias de convivência pacífica, inclusão e justiça social. Reconhece-se que a disciplina de Direitos Humanos, no que toca especificamente aos discentes do Curso de Direito, se apresenta como de preponderante importância para o amadurecimento de questões críticas envolvendo direitos inerentes ao ser humano, sendo indissociáveis, sobremaneira em razão do núcleo denso que dialoga com o próprio conceito de dignidade da pessoa humana.

O conhecimento essencialmente teórico, por vezes ministrado no Curso de Direito, em decorrência das exigências contemporâneas, reclama uma reconstrução crítico-reflexiva, capaz de desencadear a emancipação intelectual e fortalecimento da cidadania nos discentes do Curso de Direito, conferindo-lhes protagonismo na condução dos debates acerca da implementação dos Direitos Humanos. É indissociável do perfil esperado do contemporâneo profissional do Direito uma postura que vise fomentar o fortalecimento da dignidade da pessoa humana, o que, obviamente, se dá com o reconhecimento e extensão dos Direitos Humanos a todo cidadão, computando-se, inclusive, as minorias sociais e que, tradicionalmente, são excluídas no processo de afirmação de direitos inerentes ao princípio em comento e são vitimizadas em um território ofuscantemente caracterizado por desigualdades sociais, exploração e achatamento, advindo da construção histórica nacional.

5 COMENTÁRIOS FINAIS: DIREITOS HUMANOS NÃO SÃO PARA HUMANOS DIREITOS APENAS, MAS SIM PARA TODO SER HUMANO

À luz dos argumentos estruturados até o momento, cuida reconhecer que a incorporação dos debates envolvendo a temática de Direitos Humanos, em especial no ordenamento jurídico nacional, representou singular avanço no fortalecimento do superprincípio da dignidade da pessoa humana, pedra de sustentação do Estado Democrático de Direito Brasileiro. Ao lado disso, a edificação das experiências voltadas para a temática em comento no ensino superior,

notadamente no Curso de Direito, reflete a pluralidade de respostas de Universidades, capazes de incorporar, cada qual ao seu modo, os direitos humanos como pauta institucional, tendo como ponto de partida suas particularidades e especificidades.

Neste aspecto, cuida sublinhar que a incorporação e o desenvolvimento da disciplina de Direitos Humanos não se apresentam uniformes, nem tampouco homogêneos, mas sim refletem as nuances próprias de cada região do território nacional. No mais, há que se destacar, também, que a disciplina de Direitos Humanos encerra uma singular capacidade emancipatória crítico-reflexiva, capaz de instigar nos discentes do Curso de Direito um pensamento contemporâneo e pautado no fortalecimento da cidadania sobre questões contemporânea e que, por vezes, coloca em debate o reconhecimento daqueles para determinados grupos sociais.

Tais reflexões se apresentam de preponderante relevância em um cenário multifacetado e caracterizado por disparidades sociais, a exemplo do território nacional, sobretudo para a desconstrução do senso comum que direitos humanos são apenas para humanos direitos. Ao reverso, a condução da disciplina de Direitos Humanos, como conhecimento transdisciplinar, transversal e crítico, permitem a conclusão que o conteúdo jurídico-filosófico encerrado é, imperiosamente, aplicável a todos os seres humanos, independente de sua condição social, credo, gênero, etnia ou condição sexual. Trata-se, portanto, de reconhecer que a disciplina de Direitos Humanos, sobremaneira na formação dos discentes do Curso de Direito, materializam verdadeira campo de reflexão, capaz de despertar uma visão mais aprofundada e científica sobre temáticas que colocam em xeque o núcleo denso encerrado no superprincípio da dignidade da pessoa.

REFERÊNCIA:

BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Novo Direito Civil. Breves Reflexões. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, a. VII, n. 08, p. 229-267, jun. 2006. Disponível em: <<http://fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista08>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 nov. 2018a.

_____. *Supremo Tribunal Federal (STF)*. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em: 07 nov. 2018b.

COMPARATO, Fábio Konder. Fundamentos dos direitos humanos. In: DINIZ, José Janguê Bezerra (coord.). *Direito Constitucional*. 1 ed. Brasília: Editora Consulex, 1998.

FEITOSA, Maria Luiza P. de Alencar Mayer. O Currículo de Direitos Humanos no Ensino Superior e na Pós-Graduação. *Revista Eletrônica Espaço do Currículo*, João Pessoa, a. 1, n. 2, nov. 2008, p. 98-113. Disponível em: <<http://www.aepppc.org.br/revista/>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Sobre a Constituição da Europa*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

MARTINS, Flademir Jerônimo Belinati. *Dignidade da Pessoa Humana: Princípio Constitucional Fundamental*. 6 tir. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração e Programação de Ação de Viena*. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, 14-25 jun. 1993. Disponível em: <<http://www.oas.org/>>. Acesso em 07 nov. 2018.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos no Ensino Superior*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_ensino_superior.pdf>. Acesso em 07 nov. 2018.

RENON, Maria Cristina. *O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e sua relação com a convivência familiar e o direito ao afeto*. 232f. Dissertação (Mestre em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade*

GT: 18 - Educação, memória e história

Coordenadores: Francisco Ramos de Farias,
Silvia Alicia Martinez e Leandro Garcia Pinho

RITMOS DE VIDA E AMBIENTE- UM ESTUDO A PARTIR DA MICROBACIA DO ARICURÁ, PARÁ, BRASIL

ANA JULIA MOURÃO SALHEB DO AMARAL

*Mestre do Programa de pós-graduação em Agriculturas Amazônicas
anaagro4@gmail.com*

PAULO FERNANDO DA SILVA MARTINS

*Professor do Programa de pós-graduação em Agriculturas Amazônicas
pfsm@ufpa.br*

SONIA MARIA MAGALHÃES SANTOS

*Professora do Programa de pós-graduação em Agriculturas Amazônicas
smag@ufpa.br*

RESUMO

Os ambientes de várzeas e de terras firmes são utilizados por populações que habitam as planícies amazônicas, que requerem estratégias diferenciadas de sobrevivência. O rio Aricurá, tributário do Tocantins, forma uma microbacia localizada ao sul da cidade de Cametá, Estado do Pará, que é formada por ambientes de várzea e de terra firme, e onde a exploração do açaieiro constitui uma das principais atividades efetuadas pelos moradores. Desta forma este artigo tem como objetivo principal avaliar as peculiaridades desta microbacia na questão do meio ambiente diferenciados, no seu uso e como esse fator influencia a composição dos sistemas de produção adotados pelas famílias. Em que foi constatado a grande influência do ambiente na dinâmica e vida dos habitantes da microbacia conforme o tempo de natureza, como também nas escolhas e composições dos sistemas de produção conforme o ambiente que a família dispõe.

Palavras-chave: Ambientes diferenciados. Atividades produtivas. Várzea. Baixo Tocantins.

ABSTRACT

Várzea and terra firme environments are used by populations inhabiting the Amazonian floodplains, which require differentiated survival strategies. The Aricurá River, tributary of Tocantins forms a micro-basin located to the south of the city of Cametá, state of Pará, which is formed by environments of várzea and terra firme, here açai collection is one of the main activities carried out by residents. In this way, this article has as main objective to evaluate the peculiarities of this microbasin in the question of the differentiated environment, in its use and how this factor influences the composition of the production systems adopted by the families. In that it was verified the great influence of the environment in the dynamics and life of the inhabitants of the microbasin according to the time of nature, as well as in the choices and compositions of the production systems according to the environment that the family has.

Key-words: Differentiated environments. Productive activities. Várzea. Low Tocantins.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é caracterizada por uma diversidade de ambientes que são utilizados por diferentes populações. Esses ambientes se situam em partes de elevada e de baixa altitude. Na parte de baixa altitude, que corresponde à planície, próximo às calhas dos rios de maior porte, os ambientes conformados sobre embasamento sedimentares mais antigos, designadas como terras firmes, fazem contato com ambientes situados sobre sedimentos mais recentes, que correspondem às planícies de inundação e são denominados como várzeas.

Os ambientes de várzeas e de terras firmes são utilizados por populações que habitam as planícies, sendo que muitas vezes os moradores podem ou não dispor simultaneamente desses dois ambientes que requerem estratégias diferenciadas de sobrevivência.

Este artigo¹ pretende avaliar peculiaridades da exploração do ambiente da região do baixo rio Tocantins, (no município de Cametá, estado do Pará) através do estudo dos modos de vida, e da composição dos sistemas de produção praticados pelas famílias campesinas considerando dois meios naturais diferentes numa mesma microbacia hidrográfica. E ainda, como essas famílias utilizam o ambiente de várzea, considerando que além dos ribeirinhos habitantes naturais do ambiente de várzea, nessa microbacia também temos os agricultores que utilizam esse ambiente, se caracterizando como um campesinato das águas e de terra firme.

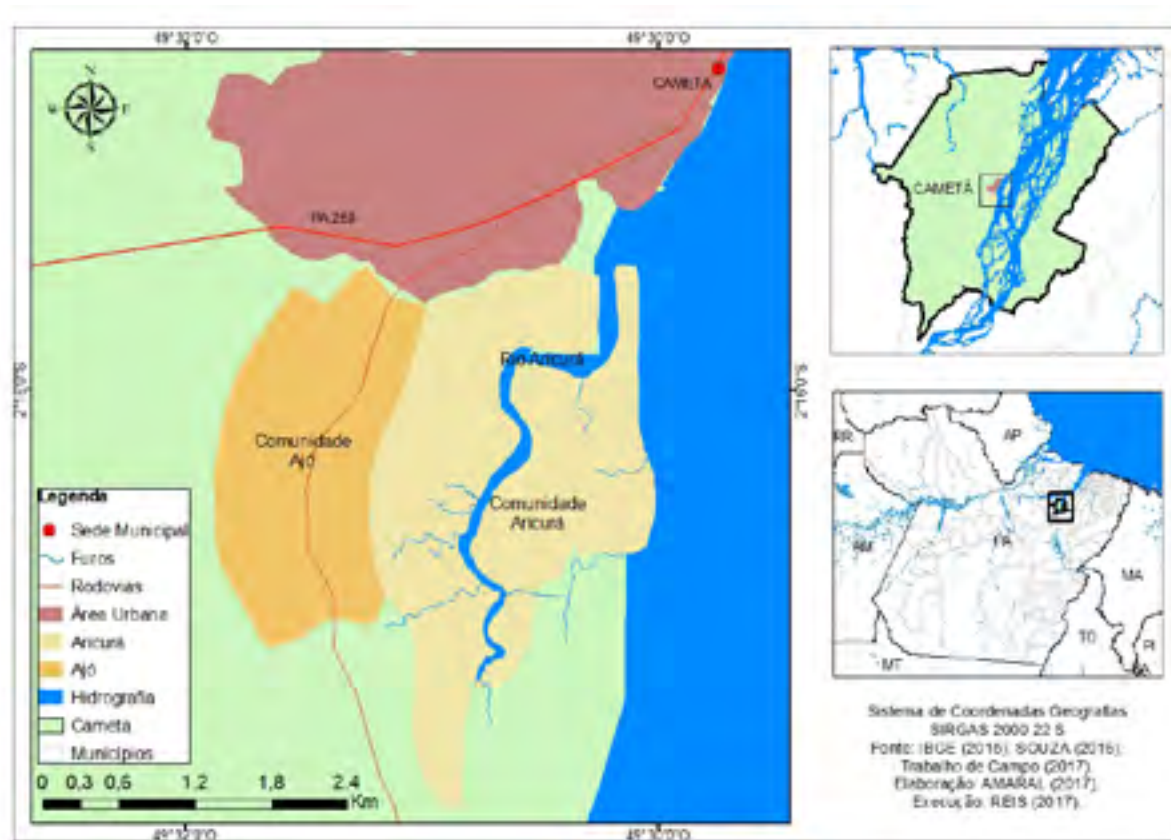
Nas literaturas abordadas os habitantes das várzeas da Amazônia possuem como estratégias a diversidade produtiva e manejo integrado dos recursos naturais que se caracterizam pela ação do homem em consonância com a natureza, por meio de processos produtivos, com as práticas e atividades desenvolvidas no local aonde vivem, desenvolvendo um sistema de produção particular. Dessa forma, o uso dos recursos naturais constitui um arcabouço complexo de interações e adaptações múltiplas sobre a dinâmica de vida no ambiente pesquisado. Essas adaptações e interações incluem as dimensões espacial, produtiva, econômica, social e territorial além da adaptabilidade ao ambiente, expressando exemplos de uso sustentáveis dos recursos naturais (REIS, 2015).

1. ORIGEM DA COMUNIDADE DO AJÓ E DO ARICURÁ

Os históricos das duas comunidades se entrelaçam, pois, as duas comunidades eram uma só, chamada de comunidade do Ajó. A comunidade foi fundada no ano de 1972 pela prelazia de Cametá. Posteriormente depois da formação da comunidade muitas pessoas vieram de comunidades vizinhas para residir na área, convidadas pelas famílias já existentes e pela ação da igreja católica. Após a morte do padre (que ajudou na formação da comunidade) as terras foram destinadas a igreja que a dividiu em pequenos lotes e doou a maioria para as famílias que migraram e para os membros das famílias mais antigas da região, e a outra parte dividiram novamente para descendentes das famílias antigas (PEREIRA; FURTADO, 2017). Como a comunidade ficou muito grande ao passar dos anos as famílias já não conseguiam se organizar da mesma forma como no princípio o que também era dificultado pela distância, especialmente para aquelas pessoas que moravam a beira do rio Aricurá que tinham que percorrer um longo caminho através da várzea ou então ir de canoa pelo igarapé para poder chegar à sede da comunidade que fica na terra firme. Por esses dois motivos a comunidade do Ajó foi dividida em duas comunidades: Ajó e Aricurá no ano de 1983.

1 Este trabalho faz parte da pesquisa empírica de campo no período do mestrado em Agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável desenvolvido pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/ UFPA como também faz parte da pesquisa científica do grupo de pesquisa GEDAF (Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar) / CNPq.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MICROBACIA DO ARICURÁ



Fonte: Dados de pesquisa de campo (2017); Elaboração Cristiano Reis (2017).

A microbacia do rio Aricurá apresenta uma hierarquia fluvial em que o rio maior, de 3ª ordem, possui, na sua margem esquerda, diversos tributários de ordens superiores, não apresentando tributários na margem direita onde não se verifica a presença de terra firme. Esta microbacia apresenta uma complexa malha hidrográfica particular e se destaca pela diversidade quanto ao ecossistema, além de várzea, também há presença de terra firme condicionando a cobertura vegetal e, conseqüentemente, a forma como o meio é explorado (SILVA- JUNIOR, 2016). Estas diferenças, além de se expressarem através de seus marcos históricos (conforme os interlocutores das duas comunidades), e também por eles, implicam na existência de dinâmicas também diferenciadas de ritmos de vida entre seus moradores e do desenvolvimento de sistemas de produção cujas especificidades precisam ser consideradas e estudadas.

A população total estimada de famílias da microbacia do Aricurá é de 195 famílias, 125 famílias são da comunidade do Aricurá e 70 famílias são da comunidade do Ajó. As famílias entrevistadas fazem parte da primeira e segunda geração de moradores da microbacia, conforme foi relatado no histórico da mesma, fundada há 46 anos. O estudo envolveu onze famílias no total, sendo sete na comunidade do Aricurá e quatro na comunidade do Ajó, por meio de indicação direta de três interlocutores chaves. No entanto somando se a quantidade de membros familiares como as esposas, filhos, noras e netos chega se a um total de trinta pessoas que participaram direta ou indiretamente da pesquisa.

3. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO AJÓ E ARICURÁ

Como resultado da observação do local e também da análise da paisagem foi feita uma caracterização de como é a dinâmica das duas comunidades, que são bem diferenciadas tanto pelo meio biofísico como seus costumes dia-a-dia. Apesar das duas comunidades estudadas fazerem parte da mesma microbacia, e serem muito próximas, elas diferem uma da outra em relação ao ambiente o que implicará na dinâmica dos moradores de ambas. Sendo a comunidade do Ajó composta por terra firme e várzea e a comunidade do Aricurá localizada na costa da comunidade do Ajó, na parte esquerda da microbacia possui somente o ecossistema de várzea, sendo banhada pelo rio Aricurá, afluente do rio Tocantins, possuindo também uma malha hidrográfica particular. Sendo assim, o meio ambiente de cada comunidade, se reflete na dinâmica e no modo de vida de seus habitantes.

A comunidade do Ajó é acessada pela BR 422 (Rodovia Transcamaeté) e posteriormente pela estrada do Ajó, se tem que o acesso à comunidade. A comunidade possui um barracão comunitário, onde são feitas as reuniões em geral tanto da igreja católica como reuniões dos agricultores, possui a igreja católica mais antiga da comunidade e igrejas evangélicas que foram fundadas posteriormente, uma escola de ensino fundamental Amélia Marques fundada em 1998 mais só no ano de 2008 recebeu a infraestrutura adequada para seu funcionamento, além de possuir vários mercadinhos pequenos de gêneros alimentícios em geral.

A dinâmica dos moradores observada em campo, embora existam comércios alimentícios na comunidade, segundo os entrevistados, a maioria dos moradores prefere comprar os alimentos na própria cidade de Camaeté, por haver mais opções de compra e pelo preço mais acessível. Desse modo como a distância não é muito grande cerca de 20 minutos (dependendo das condições da estrada, por ser estrada de terra, quando chove é difícil à locomoção) a ida dos moradores até a cidade é constante e praticamente todos os dias. O meio de transporte mais utilizado pelos moradores é a bicicleta, também às vezes, quando o uso é de emergência, os moradores usam os serviços de moto táxi, sempre disponível na comunidade. O horário de ida a cidade é sempre feito pelo horário da manhã bem cedo e o retorno por volta das nove horas da manhã.

Já na comunidade do Aricurá a dinâmica é diferente, a comunidade também possui um barracão comunitário, igreja católica, igrejas evangélicas, na comunidade também há pequenos comércios alimentícios, mas são de menor porte comparados com a comunidade do Ajó, sendo assim os moradores da comunidade compram alimentos somente na cidade de Camaeté. O principal meio de transporte na comunidade são as rabetas² e cascos (canoas a remo) a pequenas distâncias como não há barco de linha da cidade para a comunidade e vice-versa cada família tem seus próprios barcos de uso para sua locomoção e também para a atividade de trabalho na pesca de peixes e captura de camarão. Em comparação com a comunidade do Ajó, os moradores da comunidade do Aricurá têm um gasto maior para sua locomoção até a cidade, pois os mesmos compram o combustível para abastecer as rabetas, tendo comércio de vendas de combustível na própria comunidade.

A ida a cidade também é feita pela manhã bem cedo, mas como o percurso é mais longo, cerca de 30-45 minutos dependendo do horário da maré, o retorno dos moradores se dá quase no horário do almoço por volta das 10-11 horas da manhã. Essa dinâmica foi percebida em campo, pois no horário da manhã era muito difícil encontrar os chefes das famílias e suas residências, geralmente fica a esposa na casa, enquanto o marido vai à cidade, ou quando ela precisa ir, o marido fica “trabalhando no mato” conforme expressão dos próprios moradores. Por essa dinâmica, as entrevistas com as famílias foram feitas na maioria no período da tarde e a noite.

² Denominação dada a pequeno motor de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DO ARICURÁ- AMBIENTE DE VÁRZEA

As famílias entrevistadas da comunidade do Rio Aricurá, caracterizam-se como famílias extensas. Como abordado por Witkoski (2007) em que as famílias extensas dada a sua natureza, podem agrupar e na maioria das vezes o fazem, certo número de famílias nucleares. Contudo pode haver variação na constituição das famílias extensas, a característica de família extensa que mais se aproxima das comunidades estudadas é que os filhos se casam, mas continuam morando na mesma área dos pais, já com suas próprias residências, mas trabalham em conjunto com os outros irmãos e os pais. Sendo assim a maioria dos filhos quando formam suas próprias famílias continuam na comunidade. Para Witkoski (2007) um fato extremamente vital para que a família extensa surja e possa desenvolver-se de modo pleno (embora sem nenhuma garantia absoluta de sucesso) é o fato de ela conseguir criar as condições de produção e reprodução de sua existência- o que implica, em primeiro lugar, de modo necessário, a apropriação da natureza, transformando-a em alimentos. Por esse motivo a família extensa consegue pela sua força maior de trabalho familiar abarcar um número maior de atividades produtivas, conforme Witkoski (2007). Isto implica dizer que a família camponesa possui um conhecimento empírico, dos esforços que todos devem fazer para que, na relação produção/ consumo, a unidade de produção possa ensejar as condições existenciais de suas vidas (WITKOSKI, 2007). Todas as famílias entrevistadas são cadastradas como pescadores e com isso recebem o seguro defeso³, todas também recebem o auxílio da bolsa família⁴, e somente duas das famílias entrevistadas já recebem a aposentaria, o que mostra que a maior parte da renda bruta das famílias provem das atividades produtivas (AMARAL, 2018).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DO AJÓ- AMBIENTE DE TERRA FIRME E VÁRZEA

Na comunidade do Ajó foram quatro famílias entrevistadas em que média de idade dos entrevistados foi de 71 anos, uma idade já considerada avançada para as atividades. A composição do sistema de produção da comunidade do Ajó, já se diferencia da comunidade do Aricurá tendo como principais atividades: a horta, a produção de açaí e a piscicultura, em que a maioria dessas atividades e para consumo familiar, sendo para a produção de hortaliças e em segundo lugar o açaí.

Conforme a idade dos entrevistados todos eles já recebem sua aposentadoria e também o auxílio da bolsa família. Sendo assim as famílias entrevistadas da comunidade do Ajó tem uma complementação maior da sua renda bruta do que as famílias entrevistadas da comunidade do Aricurá.

A comunidade do Ajó é composta em sua maioria por pessoas acima de 50, e os jovens estão cada vez mais saindo da comunidade indo para a sede da cidade de Cameté pela sua proximidade com a comunidade ou indo para outras regiões em busca de trabalho fixo ou para estudo. Esta última relação também se justifica dos filhos que moram fora do estabelecimento tem mais evasão dos filhos. Entretanto na comunidade do Aricurá está evasão não ocorre tanto, pois os filhos quando casam ficam na comunidade muitas vezes moram ao lado do estabelecimento dos pais na mesma área ou compram sua própria área, no entanto mesmo os filhos que moram

3 É um benefício dado aos pescadores cadastrados nas colônias no período de reprodução dos peixes em que ficam vetadas ou controladas as atividades de caça, captura e coleta de peixes em determinadas áreas, em períodos estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. Essa medida visa proteger a fauna, para que haja sustentabilidade na pesca.

4 O Programa Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do País.

nas suas próprias casas, a maioria ainda trabalha com os pais, por motivos de seus filhos ainda serem pequenos (não dão conta de trabalhar só o casal) como também por sua área ser pequena (já que a maioria das casas dos filhos é na própria área dos pais, fazendo a divisão entre os irmãos). Por este motivo também a média da idade do grupo da várzea é bem menor do que na terra firme, pois os filhos em sua maioria ficam na comunidade.

4. OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO PRATICADOS PELOS AGRICULTORES E RIBEIRINHOS DAS COMUNIDADES

Na Amazônia, o processo adaptativo das populações foi sempre muito condicionado a variabilidade do meio físico. Tanto nas terras firmes quanto nas várzeas, há uma grande variabilidade de fatores que dão a estes ambientes características bastante peculiares (PINTO, 2005). Ao longo de muitos séculos, este processo foi responsável pela construção de uma configuração natural única na Amazônia, o que permitiu não somente a satisfação de necessidades humanas fundamentais como, ainda, se fez em harmonia com o restante do ecossistema (MIGUEZ, FRAXE, WITKOSKI, 2006). Desta forma segundo os autores, o sistema produtivo tradicionalmente desenvolvido por pequenos produtores na Amazônia brasileira envolve atividades agrícolas, extrativistas, domésticas e outras. Todas essas atividades constituem uma importante combinação para a economia de subsistência das famílias amazônicas. Em que essa produção resultante das atividades agrícolas ou extrativistas se destina, essencialmente ao consumo familiar e à venda nos mercados próximos.

Uma característica essencial na compreensão do camponês tradicional é a do seu sistema produtivo, onde a família adota a produção diversificada como estratégia para manutenção de sua reprodução e ao mesmo tempo da unidade de produção familiar, combinando criação de animais e produtividade dos cultivos (LIMA et. al., 2005).

Considerando o sistema de produção como uma combinação dos recursos disponíveis com a finalidade de obtenção de produções vegetais e animais. Para se estudar as relações internas do estabelecimento agrícola em sua complexidade é necessário abordá-lo como um sistema, considerando o conjunto, e ao mesmo tempo as partes almeçadas, o que pode ser feito através do conceito de sistema família- estabelecimento⁵ (DE REYNAL; MUCHAGATA; CARDOSO, 1997). Entendendo o meio natural como dinâmico, que sofre constantes alterações pode-se verificar nitidamente nas comunidades que utilizam as várzeas, a existência de um campesinato que tem tentado adaptar-se às condições impostas pelo meio onde os agricultores vivem na busca de saídas alternativas de sobrevivência com o uso de estratégias produtivas, envolvendo sistemas de cultivo, manejo, criação, extrativismo e pesca artesanal, se apresentando como fatores relevantes na composição dos sistemas de produção das comunidades estudadas as condições do meio natural e também do mercado local.

No quadro 1, apresentamos o calendário das principais atividades produtivas das duas comunidades. Ele permite verificar a sazonalidade das atividades, que está implicada com o meio ambiente disponível que permite desenvolvê-las, conforme a variação do período climático ao longo dos meses do ano, sendo este dividido em um de maior produção (safra) e outro de menor produção (entressafra) de cada atividade. É através da ocupação de diferentes ambientes produtivos de várzea e de terra firme, que se pode assegurar uma produção contínua durante o ano inteiro em virtude de que quando uma atividade econômica como a pesca que entra no período de defeso ou na entressafra do açaí, outra atividade produtiva adquire

⁵ De acordo com De Reynal; Muchagata e Cardoso (1997), o estabelecimento agrícola é um conjunto família- sistema de produção, em que a família fornece ao sistema de produção o trabalho e em troca o sistema de produção lhe dá seu retorno lhe fornecendo alimento e garantindo a sobrevivência da família. Foi adaptado este conceito para o conceito chave desta pesquisa no qual nos referimos o conceito de Sistema- família- estabelecimento, pois este sistema só irá funcionar adequadamente se seus componentes estiverem em equilíbrio o que dependerá de aspectos únicos de gestão familiar; e aspectos do ambiente, em cada estabelecimento agrícola irá possuir.

importância (REIS, 2015). Na região de influência estuarina e de várzea, quando ocorre a sazonalidade dos produtos, acontece a polivalência de atividades, onde a extração de pescado, açaí e de camarão se complementam tanto para a dieta alimentar da população quanto para a economia familiar (HIRAOKA,1993). Assim podemos observar que quando uma atividade econômica apresenta declínio, outra se sobressai e dessa maneira elas se complementam.

Quadro 1- Calendário de manejo e uso nas atividades produtivas.

ATIVIDADES	Meses do Ano											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Produção e manejo do açaí	Entressafra Manejo pós-safra		Entressafra Manejo antes da safra					Safra Colheita e comercialização				
Pesca (peixe e camarão)	Seguro defeso		Pesca diurna		Pesca noturna					Seguro defeso		
Piscicultura	Safra do Tambaqui											
Horta- Comunidade do Ajó	Menos oferta Mais demanda (inverno)						Mais oferta Menos demanda (verão)					
Criação de pequenos animais (aves e suínos)	Criam o ano todo											

Fonte: AMARAL (2018); dados de pesquisa de campo (2017).

Começando pela comunidade do Aricurá em que é composta somente pelo ecossistema de várzea em que suas atividades produtivas são: o extrativismo do açaí, a pesca, a piscicultura e criação de pequenos animais para consumo da família, no entanto a maioria dos entrevistados vende mais o açaí por ter mais compradores certos na feira da cidade conforme os entrevistados. Além do que a comunidade do Aricurá é uma típica comunidade de moradores ribeirinhos o que vem a justificar essas atividades já citadas. Mas que pela atual conjuntura do próprio meio e de sobrevivência das famílias, já podemos afirmar conforme as entrevistas que as famílias já estão visando outras atividades para não ficar dependendo somente das atividades extrativistas, um bom exemplo é a inserção da piscicultura na comunidade que é vista como uma alternativa de alimento e também de renda.

Outra característica da comunidade é a diferenciação do trabalho empregado no período seco que seria o verão amazônico que coincide com a o período de safra do fruto do açaí. Nesse período a uma maior mobilidade de trabalho por conta da colheita e venda do açaí, em que as famílias trabalham todos os dias nas atividades de colheita e venda mais no período da manhã cerca de quatro horas por dia.

No entanto no período chuvoso (inverno amazônico) que é o período de entressafra do açaí, a uma preparação da área de açazal tendo como atividades a limpeza da área (roçagem do mato pequeno) e o desbaste dos estipes muito altos para a venda do palmito. Com isso a uma maior

intensificação do trabalho que varia dependendo do tamanho da área e da quantidade de pessoas que irão trabalhar nas atividades entre uma semana e duas semanas conforme relato dos entrevistados, podendo chegar a oito horas por dia.



Figuras 2, 3 e 4: Exemplos das atividades produtivas na comunidade do Aricurá. **Fonte:** AMARAL (2018), Dados de pesquisa de campo (2017).

Já a comunidade do Ajó composta por terra firme associada a várzea tem uma maior diversificação das atividades produtivas sendo elas: produção de farinha, extrativismo do açaí, piscicultura, produção de hortaliças, frutíferas e criação de pequenos animais para consumo e para venda. Na comunidade do Ajó a composição do sistema de produção é bem diferenciada da comunidade do Aricurá.

As diferenciações primeiramente por causa do meio biofísico como também na comunidade tiveram muita influência da APACC (Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes) que atuou na comunidade no período dos anos 2000. E com ela, trouxe uma nova dinâmica para os agricultores que participavam de suas propostas afim de os agricultores terem alternativas de produção como a produção de hortaliças, a apicultura e a piscicultura.



Figuras 5, 6 e 7: Exemplos das atividades produtivas na comunidade do Ajó. **Fonte:** AMARAL (2018), Dados de campo (2017).

Em relação aos sistemas de produção praticados pelos agricultores e ribeirinhos das comunidades estudadas (tabela 1), têm como fatores chaves de diferenciação além dos fatores sociais acima tratados o meio ambiente incluindo o clima. As áreas dos estabelecimentos não são grandes, são variáveis nas duas comunidades e maiores na comunidade Ajó. A repartição entre os terrenos de várzea e de terra firme são diferentes dentro da microbacia o que leva a diferenças entre as comunidades. Há uma diferença na composição da área dos estabelecimentos. Partindo desse quadro, a diferença de repartições e de disponibilidade de áreas de ambiente diferentes entre as comunidades constitui um elemento que justifica a diferenciação entre os sistemas de produção. Como os agricultores da terra firme têm uma área total superior aos agricultores que só tem área de várzea, eles podem diversificar mais o sistema de produção indicando que o meio ambiente é um elemento importante na composição e escolha das atividades produtivas das famílias. As interações entre vegetação, solo e clima

influenciam na composição e nas escolhas das atividades produtivas das famílias que irá ditar a composição e escolhas das famílias nas atividades produtivas. Em segundo lugar a demanda do mercado local também tem sua parcela de importância na composição desses sistemas de produção.

Tabela 1: Composição do sistema de produção das comunidades do Ajó e do Aricurá.

Comunidade	Entrevistado	Área Total (ha)	Área de Várzea (há)	Área de Terra firme	Atividades produtivas (consumo)	Atividades produtivas (venda)
Aricurá	1	6,3	6,3	0	Açaí; pesca e camarão	Açaí; peixe (pesca) e madeira
Aricurá	2	0,1	0,1	0	Açaí e pesca	Açaí
Aricurá	3	3,6	3,6	0	Açaí e galinha	Açaí
Aricurá	4	1,9	1,9	0	Açaí; pato; galinha e pesca	Açaí
Aricurá	5	8,2	8,2	0	Açaí; pesca; pato e galinha	Açaí
Aricurá	6	6	6	0	Açaí; pesca; piscicultura e frutíferas	Açaí; pupunha e peixe (pesca e piscicultura)
Aricurá	7	16	16	0	Açaí; pesca; galinha; porco e frutíferas	Açaí e peixe (pesca)
Média		6	6	0		
Ajó	8	13,05	9,6	3,45	Açaí, hortaliças; piscicultura e frutíferas	Açaí; hortaliças e peixe (piscicultura)
Ajó	9	9,66	1,94	7,72	Açaí; piscicultura; mel e frutíferas	Açaí e peixe (piscicultura)
Ajó	10	50	8	42	Açaí; mandioca (farinha); frutíferas; galinha e porco	Não vende
Ajó	11	16	6	10	Açaí; mandioca (farinha); piscicultura; aves e frutíferas	Açaí; hortaliças; aves; frutíferas e peixe (piscicultura)
Média		22,2	6,4	15,8		

Fonte: AMARAL (2018), dados de pesquisa de campo (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do exemplo empírico destas comunidades, encontramos peculiaridades únicas de relação homem- ambiente refletidos em ambientes de várzea e terra firme numa mesma microbacia, sendo que essa diferenciação no ambiente acarreta nas diferentes composições do sistema de produção, variando de família a família conforme a disponibilidade de várzea e/ ou de terra firme e conforme o objetivo familiar.

A qual também se diferencia pelo seu belo contexto histórico de formação. Em que através dos ciclos naturais e da temporalidade (vai e vem das marés diárias), o que vem a refletir nas suas dinâmicas de vida seus ritmos de vida e na elaboração de práticas e de estratégias de uso

e manejo dos recursos naturais que passam de geração em geração via oral, mas também por meio das práticas, do cotidiano das atividades quando os filhos acompanham os pais na roça e na mata para coleta dos produtos extrativos e na própria convivência com a natureza. Em que as estratégias de diversidade produtiva e manejo dos recursos naturais são de extrema importância e podem ser mais bem adaptadas às condições do meio físico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. J. M. S. do. **Várzea ou terra firme? a (re) produção do sistema família-estabelecimento na Microbacia do Aricurá - Cametá - Pará**. 2018. 146 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018.

DE REYNAL, V.; MUCHAGATA, M. G.; CARDOSO, A. **Funcionamento do Estabelecimento Agrícola 4.0**. Belém: UFPA / CA / DAZ, 1997.

HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, L. G., LEITÃO, W. M. & MELLO, A. F. (Orgs.) **Povos das Águas: Realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. p.133-157, 1993.

LIMA, A. P. de; et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidade de trabalho com agricultor**. 3 Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, 224p.

MIGUEZ, S.F; FRAXE, T. J. P; WITKOSKI, A.C. Exploração familiar em comunidade de várzea no rio Solimões- AM. In: **III Encontro da Anppas**. Brasília - DF, 2006.

PEREIRA, C. B; FURTADO, L. Estudo sistemático sobre o projeto AMA, comunidade Ajó, município de Cametá- PA. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, n. 2017, p. 1330-1334, 2017.

PINTO, I. C. **Agricultura familiar na Costa da Terra Nova**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2005.

REIS, A. A. dos. **Desenvolvimento sustentável e uso recursos naturais em área de várzea do território do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense: limites, desafios e possibilidades**. 2015. 271 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

SILVA-JUNIOR, W. A. da. **A várzea está para peixe: Viabilidade socioeconômica da piscicultura praticada na Bacia do Aricurá, Cametá, Pará**. Dissertação apresentada no Programa de Agriculturas Amazônicas. Universidade Federal do Pará. 2016.

WITKOSKI, A. C. **Terras Florestas e águas do trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem).

A CONFIGURAÇÃO DA MATA DE SANTA GENEVRA: AS INTERFERÊNCIAS DA CONCEPÇÃO DA SOCIEDADE DE RISCO E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL

ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR

*Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar
em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (FCA/UNICAMP)
roberto.junior@fca.unicamp.br*

DAIANE MARDEGAN

*Mestranda do Programa de Mestrado Interdisciplinar
em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (FCA/UNICAMP)
daijanemardegan@yahoo.com.br*

RESUMO

Objetiva-se analisar o processo de institucionalização e ressignificação da Mata de Santa Genevra, considerando a alteração ao longo do tempo da relação entre a decisão pela conservação e os tipos de riscos aos quais se buscava responder, especialmente, diante da judicialização da política. Parte do campo de análise da teoria social do risco, de Ulrich Beck. Foi realizada análise documental e análise sociológica da discursividade das decisões judiciais.

Palavras-chave: sociedade de risco, judicialização, política, ambiental.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze institutionalization and re-signification process of Santa Genevra Forest, considering the change over time of the relation from decision to preserve to type of risk which aimed to respond, especially of policy judicialization. The starting point was the analyses field of social theory of risk, by Ulrich Beck. It was carried a documental analysis and social analysis of discursiveness of the judicial decisions.

Key-words: risk society, judicialization, policy, environmental

INTRODUÇÃO

A Mata de Santa Genevra, localizada em Campinas/SP, foi preservada ao longo do tempo diante dos riscos a que se buscava responder. Inicialmente, com a aquisição e preservação pela família de José Pedro de Oliveira até seu enquadramento no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), disposto pela Lei nº 9.985/2000.

O SNUC estabelece instrumentos a serem criados para que seus objetivos sejam alcançados, dentre eles o plano de manejo, instrumento que dispõe as regras de uso da área e seu entorno (zona de amortecimento). Contudo, no caso da Mata, diante da inércia do ente Público para criação dos regimentos da área, foi necessário envolvimento do Poder Judiciário.

Entretanto, na ordem jurídica vigente, o Poder Judiciário não seria o detentor da função típica de envolver-se diretamente na política pública. Neste aspecto, esta pesquisa interdisciplinar

propõe olhar o envolvimento do Poder Judiciário, neste caso, a partir do campo da sociologia, sem se abster de olhar para a discussão jurídica realizada.

Pela teoria social do risco, Ulrich Beck propõe a passagem da sociedade industrial para a sociedade de risco. De modo que, na dinâmica social, a definição dos riscos é base para a definição das propostas de solução a serem adotadas (BECK, 2016 [2011]).

Parte-se da perspectiva de que o estudo destes problemas complexos requer novas visões e formas de se fazer ciência, de modo que um “método novo, baseado no reconhecimento da incerteza, da complexidade e da qualidade, guiará o novo empreendimento científico que chamamos de “ciência pós-normal”. (FUNTOWICZ e RAVETZ, 1997, p. 220)

Poder Judiciário: judicialização da política e ativismo.

A judicialização da política vem sendo bastante discutida, especialmente no Direito acerca da possível extrapolação (ou não) pelo Judiciário de sua função típica jurisdicional. Para Barroso a “separação dos Poderes é um dos conceitos seminais do constitucionalismo moderno, estando na origem da liberdade individual e dos demais direitos fundamentais”. (BARROSO, 2017, p. 210).

Estabelecem-se funções típicas e atípicas a cada um dos Poderes, havendo instrumentos processuais na legislação brasileira que permitem que, diante da falha dos Poderes (Executivo e Legislativo). Contudo, há algumas discussões quanto ao protagonismo do Poder Judiciário, recebendo, basicamente, duas denominações: judicialização da política e ativismo judicial. Contudo, ainda ocorre certa confusão em relação às expressões.

Streck afirma que “existem diferenças entre os dois fenômenos” (STRECK, 2016, p. 724). Para Barroso, os termos também não possuem o mesmo significado, ressaltando que a judicialização trata-se de uma circunstância do desenho institucional brasileiro, enquanto que o ativismo é a escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição” (BARROSO, 2017, p. 445), ou seja, a judicialização seria a possibilidade de se recorrer ao Poder Judiciário.

Autores apontam que a maior concessão dos direitos fundamentais, mas sem sua completa efetividade, acarreta no aumento judicialização da política (OLIVEIRA, 2012; GURSKI, CALDEIRA E SOUZA-LIMA, 2016).

Sobre o ativismo, há autores que entendem ocorrer quando o Judiciário exacerba o poder que lhe é conferido (PEREIRA DA CUNHA, SILVA e GOMES, 2017; STRECK, 2016;). Barroso (2017) afirma que o ativismo recebeu conotação negativa em virtude da condução progressista de decisões, contudo, nem sempre seria negativo, pois há situações se trata do maior protagonismo do Judiciário para ocupar espaços vazios.

A judicialização da política e ativismo judicial não são temas assentados, cabendo discussões importantes a se fazer, especialmente em virtude da complexidade do mundo contemporâneo.

UMA NARRATIVA DE RESPOSTA AOS RISCOS.

A Mata, unidade de conservação com remanescente de 251,7 hectares de Mata Atlântica (BRASIL, 2010, p. 17), ressignificou-se ao longo do tempo, influenciada pela relação entre os problemas ou questões enfrentadas e a busca por soluções.

A área foi adquirida pela família de José Pedro, que manteve parte da área intacta. Acredita-se que ele a preservara também por sentir melhoras na sua tuberculose. Com a morte de José

Pedro, a viúva, Sra. Jandyra, doou a área ao Município de Campinas em 1981, para “estudos, pesquisas e outras atividades de caráter científico e cultural” (CAMPINAS, 1981, *online*).

Pelo Decreto Federal nº 91.885/1985, a Mata foi declarada Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Foi tombada em 1992, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas e, em 1993 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1992) foi assinada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). No âmbito da convenção, “um sistema adequado de áreas protegidas é considerado como o pilar central para o desenvolvimento de estratégias nacionais de conservação da diversidade biológica”. (FONSECA, RYLANDS e PINTO, 1999, p.2 apud IUCN,1994).

No Brasil, este sistema se dá pelo SNUC, que objetiva tratar a questão de maneira sistêmica diante da “responsabilidade irrecusável, que cabe ao Estado brasileiro, perante a Nação e à comunidade internacional de preservar o imenso patrimônio genético contido no interior de suas fronteiras” (BRASIL, p. 13).

Além disso, porque “dados disponíveis levam-nos a admitir que está em curso o mais intenso processo de extinção maciça já ocorrido na história da vida, sem que a maioria dos homens perceba a gravidade desse dado e com ele se sensibilize”. (BRASIL, p. 13)

O SNUC determina a criação do plano de manejo (PM)¹, entretanto, nem sempre este e outros instrumentos foram e são respeitados. Segundo Pinto, os problemas enfrentados na execução do SNUC “estão também associados à falta de capacidade dos órgãos de governo de oferecer os instrumentos adequados a seu manejo e proteção” (PINTO, 2008, *online*).

Na Mata, somando-se a ausência do PM à forte urbanização em meados dos anos 1980, com a “explosão de loteamentos fechados e condomínios residenciais” (CISOTTO e VITTE, 2014, p. 213), o Distrito de Barão Geraldo passou a ter grande adensamento populacional, atividades industriais e comerciais.

Diante desta situação e da relevância da Mata, como segundo maior remanescente urbano de Mata Atlântica (BRASIL, 2010), em 2008, o Ministério Público Federal (MPF) propôs uma Ação Civil Pública (ACP), que, dentre outros, requeria a “suspensão de qualquer novo licenciamento ambiental num raio de 10Km do entorno da UC até edição do plano e do ato conjunto que defina as atividades que possam afetar a biota da Mata”. (BRASIL, 2008, p. 19)

O quadro a seguir mostra, resumidamente, as principais determinações das decisões judiciais de primeiro grau quanto às limitações espaciais:

1 Ver Lei 9.985/00. Artigo 2º, XVII e XVIII;

Quadro 1. Principais determinações – raio de limitação dos licenciamentos.

DECISÕES/LIMITAÇÕES	
Data	Principais determinações
04/11/2009	Suspensão - qualquer licenciamento no raio de 10Km da Mata , até edição de ato conjunto que indicasse as atividades que <i>“causam risco à biota da área, as quais estarão sujeitas a obrigatório licenciamento ambiental”</i> .
18/12/2009	Proibição de licenciamento ambiental de novos empreendimentos no raio de 10Km e empreendimentos já existentes no raio de 2Km , até edição do ato administrativo.
01/06/2010	Unificação da proibição de licenciamento ambiental para 2km da Mata , até edição do ato administrativo.
22/06/2010	Defere licenciamento ambiental para implantação do Plano de Macrodrenagem do Ribeirão Quilombo e Córrego da Lagoa, dentro do raio dos 2Km.
18/04/2011	Determina manifestação das entidades acerca da Resolução CONAMA 428/2010, que revogou a Resolução 13/1990 (balizadora dos pedidos quanto à área de entorno até o momento).
23/08/2013	Declara que o plano de manejo, a Portaria conjunta 01/2012 e Resolução 428/2010 tutelam de forma adequada (sob o aspecto material) a área. Revoga os raios impostos.
19/12/2014	Sentença. Declara que as normas criadas forma um microssistema apto à proteção da área. Declara que a Portaria Conjunta é instrumento também formalmente válido.

Fonte: Elaboração própria a partir da ACP n.º 2008.61.05.012395-6 (2ª Vara JF Campinas)

CAMINHOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS.**Sob o olhar da teoria social do risco.**

A teoria social do risco, de Beck, é utilizada como campo de análise. Dentre outros, os problemas ambientais são tratados de forma centralizada na argumentação.

Beck propõe nova racionalização da modernidade da sociedade industrial e continuidade do processo, dado como pós-modernidade. Defende a transição para a modernidade reflexiva, consubstanciando-se a virada² para a sociedade de risco.

A sociedade moderna reflexiva revela que a modernização tecnológica leva ao constante crescimento do risco. Revela a descompatibilização³ dos riscos, por exemplo, “em relação às dinâmicas de classe: a mudança climática exacerba as desigualdades existentes entre pobres e ricos, centro e periferia – mas ao mesmo tempo as dissolve” (BECK, 2011, p. 367).

Não se trata mais, exclusivamente, de “combater a carência material e evitar o descenso” (BECK, 2011, p. 93), mas de pensar a forma de solução de problemas causados pelo desenvolvimento técnico-econômico em busca da distribuição de riquezas.

² A virada é observável em toda a sociedade ocidental moderna, mas o autor aponta o início desta transição na Alemanha da metade para o final do século XX (BECK, 2011, p. 25). A passagem não significa claramente o fim de uma e início de outra, mas sua simultaneidade.

³ Descompatibilização: todos são colocados como sujeitos risco, não no sentido de que todos tem a mesma capacidade de resposta aos riscos. Não é colocar o fim da desigualdade.

A modernidade reflexiva se vê diante de riscos também reflexivos, que colocam em xeque o modelo simples⁴ da sociedade industrial, para colocar em pauta um modelo complexo, de riscos invisíveis, irrestritos e imprevisíveis. A definição dos riscos é, sistematicamente, acompanhada das propostas de ação para combatê-los, conformando a dinâmica social.

Beck argumenta que os riscos:

apresentam-se, portanto, tão somente no conhecimento (científico ou anticientífico) que se tenha deles, podem ser alterados, diminuídos ou aumentados, dramatizados ou minimizados no âmbito do conhecimento e estão, assim, em certa medida, *abertos a processos sociais de definição*. (BECK, 2011, p. 27) (grifo do autor)

A par disso, o processo de definição dos riscos perpassa pelas relações: ciência x política e política x ciência, quebrando-se o monopólio da racionalidade das ciências. (BECK, 2011, p. 34).

Se, por um lado, o desenvolvimento da sociedade industrial se deu em virtude da ciência; por outro lado, os desastres globais também foram acarretados por esta mesma ciência. Para Funtowicz e Ravetz “talvez seja mais difícil aceitar a ideia de que a ciência também deva mudar, pois, até agora, foi tida como mola propulsora do progresso tecnológico”. (FUNTOWICZ e RAVETZ, 1997, P. 220). Porém, ela [ciência] é ainda capaz de detectar e propor soluções para estes riscos.

Neste processo, a ciência deixa as paredes dos laboratórios e as discussões entre pares para se colocar frente à sociedade, buscando força para que uma verdade prevaleça, politizando a ciência. Em contrapartida, a adoção de decisões e posicionamentos políticos se revestem de teses científicas tidas como verdade (ao menos no mundo ocidental), essa é a cientificização da política. Para Silva Júnior “dessa perspectiva, a dinâmica de identificação/ocultamento dos riscos tornar-se-ia a mola propulsora da vida sociopolítica. (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 13).

A politização da ciência e cientificização da política permitem a tomada de consciência dos riscos. E, na medida em que os riscos são percebidos, as instituições tradicionais passam a não ser mais suficientes para as respostas esperadas.

As instituições de poder tradicionais não foram estruturadas nesta e para esta sociedade. Assim, “os riscos – que não foram antecipados pelos poderosos – de se ter todo o poder na mão, ficam sendo conhecidos por todos e abrem os campos da ação política” (BECK, 1999, p.84). Daí, decorre uma política híbrida, a politização contemporânea.

A intensificação da contingência, à princípio, parece favorecer a politização da sociedade. Não obstante, “a verdade é que não se pode, contudo, obnubilar a crescente dificuldade da política institucionalizada (em especial, o aparelho estadual nacional) em lidar com lógicas e racionalidades societais que escapam ao seu controle” (TERRINHA, 2015, p. 28).

Segundo Brito, a modernidade reflexiva põe em dúvida a identificação da política com este sistema político vigente, pois “abre as portas para uma participação política fora do sistema político.” (BRITO, 2015, p. 64). Para Beck, surge a subpolítica, permitindo a atuação de diversos grupos, como “profissionais e ocupacionais, a inteligência técnica nas fábricas, as instituições e o gerenciamento de pesquisa, trabalhadores especializados, iniciativas dos cidadãos, a esfera pública e assim por diante”. (BECK, 1997, p.34).

A subpolítica representa a politização de cenários antes não imaginados já que “por um lado, está se desenvolvendo um vazio político das instituições; por outro, um renascimento não

⁴ Não significa que não são importantes, mas riscos relacionados à escassez de recursos e busca pela satisfação de necessidades materiais. Riscos localizados que tendem a ter compatibilidade com aqueles que sofrerão.

institucional do político. O sujeito individual retorna às instituições da sociedade". (BECK, 1997, p. 28).

Apesar de ressaltar que procuramos o político "nas tribunas erradas e nas páginas erradas dos jornais" (BECK, 1997, p. 30) e que os "sistemas jurídicos não dão conta das situações de fato" (BECK, 2011, p. 10), não se vê um aprofundamento quanto ao papel do Poder Judiciário nesta hibridização. Brito assevera que os conceitos de Beck implicam superação das separações clássicas, dentre elas a separação dos poderes. (BRITO, 2015).

O Judiciário detém o poder jurisdicional do Estado, no entanto, atua de forma técnica, apolítica. Contudo, sua busca para consecução de políticas, como no caso estudado, tem sido cada vez maior.

Por isso, partindo da perspectiva da teoria social do risco, é feita análise sociológica da discursividade das decisões, evitando 1) a ausência da perspectiva do receptor do discurso e 2) o autoritarismo analítico, percebido diante dos pré-conceitos daquele que realiza a análise.

Assim como em Silva Junior (2015) e Silva Junior, D'antona e Cak (2016) não se busca decifrar o que está "por trás" do discurso, mas parte-se para 1) uma descrição abrangente (atitudes, ações e valores), procurando a explicação e compreensão; 2) empreendimento de uma articulação de todo o fenômeno; 3) mudança de perspectiva, pois pressupõe-se que o analista também é afetado como receptor.

Objetiva-se compreender se, e como, os conceitos da sociedade de risco estão presentes neste discurso, considerando que toda relação é uma relação de poder, não podendo se entender como política apenas aquelas que recebem este nome (FOUCAULT, 1995).

OS RESULTADOS DA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS.

A análise considerou as 7 decisões proferidas em primeiro grau na ACP n. 2008.61.05.012395-6 (Quadro 01).

A decisão de 04/11/2009 antecipa a tutela para proteção do bem ambiental (reforça a necessidade de prevenção), diante do "evidente risco concreto de formação de fato ambiental consumado e irreversível" (Fls. 594/595), mostrando sua percepção do risco também ao justificar que a Mata carecia de tal proteção "por abrigar exemplares raros da biota tal reserva foi classificada como área de relevante interesse ecológico" (fls. 594).

Adota postura ativa, mas fica dentro dos parâmetros requeridos pelo MPF, para (dentre outros pedidos) suspender os licenciamentos no raio de 10Km para qualquer licenciamento. Baseia-se na legislação e também em informações trazidas pelo MPF, reforçando que "com o respeito às normas protetivas ambientais não se transige" (fls. 596).

Imprime normatividade de obediência legal, ao manifestar repúdio à inércia do Poder Público, pois "a mora do Poder Público [...] é excessiva e deve ser por ele purgada imediatamente, por meio de providências de aprovação do plano de manejo." (fls. 597) e apontando as normas que foram desrespeitadas pelo Poder Público.

A decisão de 19/12/2009 altera a decisão anterior, fundamentando no fato de que "o deferimento parcial do quanto aceito pelo Ministério Público Federal, por certo não cria risco ao bem ambiental tutelado pela decisão liminar." (fls. 853). Posiciona-se ativamente, pois adota medida mais conservadora do que a própria apreciação do MPF (manutenção de raio de 2Km para os licenciamentos já existentes).

A decisão de 01/06/2010 acata em parte o pedido de reconsideração, diante do bom andamento das negociações. Afirma que “diante da manifestação do autor da presente ação civil pública, em princípio e por força de uma análise dispositiva, caberia a este Juízo revogar os itens “e” e “ii” [relativo ao raio e multa]” (fls. 1.390), no entanto, entende ser necessário “certa restrição judicial às atividades próximas da ARIE Mata Santa Genebra” (fls. 1.393).

Ressalta que o “objeto versado na inicial exige especial cuidado por parte do magistrado”, pois “em feitos tais, portanto, cujo objeto é a tutela ambiental, deverá o juiz conduzi-lo de forma ativa [...] podendo sustentar medidas que entende necessárias a evitar por completo a gênese de risco” (fls. 1.390).

E ainda, porque “tal restrição é relevante também ao bom andamento das providências administrativas determinadas na liminar concedida nestes autos, considerado o histórico de omissão do Poder Público.” (fls. 1.393), portanto, pressiona o Poder Público.

A decisão de 22/06/2010, proferida por magistrado distinto das decisões anteriores e das seguintes, defere licenciamento dentro do raio de 2Km da Mata, para implantação do Plano de Macrodrenagem do Ribeirão Quilombo e Córrego da Lagoa.

Baseia-se na opinião do MPF e faz ponderação de valores, entendendo que haveria benefícios de diversas ordens com a obra e que, se evitaria perda de verba federal pelo Município (fls. 1.485).

Posiciona-se a favor do desenvolvimento sustentável, na perspectiva de que “é preciso assegurar meios e modos para a preservação da natureza, sem, é claro, prejudicar o desenvolvimento econômico” (fls. 1.483). Ou seja, o juiz deve atuar “pela proteção de bens e direitos indisponíveis, sem evidentemente, objetar a lítica atuação estatal, pois, de fato, a via contemporânea do desenvolvimento passa pelas questões da sustentabilidade” (fls. 1.483)

Não é possível afirmar que sua posição é menos preocupada com a preservação, mas indica para maior ponderação com outros valores.

A decisão de 19/04/2011 determina manifestação das entidades quanto à Resolução CONAMA 428/2010, que revogou a Resolução 13/1990, para indicarem como se daria a regulação do entorno, deixando claro que “a revogação da Resolução nº 13/1990 do CONAMA em nada altera a eficácia das decisões judiciais proferidas nestes autos, ao menos até que o próprio Poder Judiciário, e somente ele, assim o declare.” (2.083). Às entidades não cabia o direito de modular ou relativizar os efeitos das decisões judiciais.

Na decisão de 23/08/2013, entende-se por retirar as limitações anteriores, pois acredita-se que as normas criadas (plano de manejo, Portaria Conjunta nº 01/2012) e a Resolução CONAMA 428/2010) seriam suficientes para a proteção da área.

Nota-se a mesma preocupação percebida nas demais decisões com a proteção da área e a defesa da atuação mais ativa, pois “à prolação das decisões referidas sobrevieram, a informar utilmente a tutela ambiental efetiva, modificações fáticas e também normativas materialmente relevantes à concreção da tutela ambiental.” (fls. 4.606)

Afirma que o juiz não pode ficar preso à lei, pois há “inadmissibilidade da aceitação pelo Poder Judiciário do discurso das amarradas da “estrita legalidade.” (fls. 4.609). Assevera, ainda, que “era possível concluir que tal ‘confiança’ na preservação de relevante Unidade de Conservação e seu entorno estava sendo traída pelo não atuar regulatório do Poder Público” (fls. 4.610).

O discurso mostra que a atuação ativa pautada na Constituição não fere a separação dos poderes. Ressalta que é necessário combater o risco, dizendo que “uma vez provocado cumpre ao Poder Judiciário tutelar, ainda que por medidas cautelares drásticas, o bem ambiental exposto a risco (concreto ou abstrato)” (fls. 4.610)

Em contraponto, mostra que a atuação ativa não anula a importância da atuação Poder Público, já que a postura “participativa dos corréus não por ascese foi imposta por este Juízo [...] como forma de permitir que na Unidade de Conservação em questão, tornassem-se de fato respiráveis, embora com 25 anos de atraso, os bons-ares que sopraram a inspiração protetiva.” (fls. 4.611)

Ainda, pontua diversas questões abordadas pelo plano de manejo e pela portaria conjunta, afirmando que a Mata e entorno, “contam com a segurança protetiva que somente parâmetros demarcadores técnicos, objetivos e concretos podem-lhe outorgar”. (fls. 4.612). Assim, substitui as decisões anteriores, declarando as normas criadas, materialmente aptas.

Na sentença de 19/12/2014, aponta os benefícios da condução, afirmando que, “é de se registrar que do cumprimento das determinações liminares acima transcritas, resultou a efetivação de medidas protetivas da ARIE” (fls. 4.997).

Declara a validade formal da portaria conjunta, fundamentando sua interpretação em arcabouço normativo que não traz proibição a este respeito. E, reforça que “depois de qualificada pela coisa julgada, nos termos do pronunciamento final do Poder Judiciário neste processo, a proteção ambiental material, bem jurídico maior almejado, da área em questão prescindirá da formalizado do ato normativo discutido.” (fls. 5007). Complementa que “poderá a União editar Lei para tal fim de regulação ambiental. Contudo, deverá evidentemente respeitar os termos decisórios contido neste feito” (fls. 5.008).

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Pelo exposto, percebe-se que algumas argumentações da teoria social do risco são encontradas no caso da Mata.

O histórico mostra transição de respostas a riscos observados. Inicialmente, os riscos são localizados (preservação pela família do Sr. José Pedro, pelo Decreto que transforma em ARIE em 1985 e pelos tombamentos). Embora, a preservação pudesse trazer benefícios para além das fronteiras, a percepção dos riscos é localizada, com isso, a busca por soluções também foi localizada.

Então, diante da CDB, do risco global de perda da biodiversidade e da criação do SNUC, observa-se, que a percepção do risco muda. No caso, a área insere-se neste sistema e nele é considerada como uma parte do todo responsável pela preservação para além do local, pois “somente com as unidades de conservação cumprindo efetivamente o seu papel é que realmente se garantirá a manutenção da rica biodiversidade que o Brasil abriga [...]”. (MMA, n.d, *online*). Mostram-se os riscos globais discutidos por Beck e, como a dinâmica sociais de percepção destes acarreta na tomadas de decisão mais ampla.

A própria ACP e decisões revelam esta percepção, pois comprova que a proteção não teria objetivos locais apenas, visto que grande parte dos conflitos se deu em relação à zona de amortecimento, que, por sua vez, garante a comunicação da Mata com outras áreas protegidas e sua perpetuação. Ou seja, permitindo a proteção sistêmica esperada.

A quantidade de decisões judiciais e os conflitos vivenciados deixa claro que as percepções de risco são fundamentais para a determinação das soluções (neste caso, determinação de limitações judiciais do entorno).

Assim, os argumentos utilizados nas decisões mostram a percepção do risco não é apenas local. Em diversos momentos, em que pese, não ser feito um retorno histórico à criação da área e sua relevância global, demonstra-se a intencionalidade no objetivo da preservação como fim último e preocupação para além de questões locais. Afinal, se assim fosse, não teria o Juízo mantido ao máximo os raios de proteção, inclusive, além do requerido pelo MPF ao longo do processo.

De modo geral, as decisões revelam as relações de poder por elas emanadas aos receptores. O argumento, em diversos momentos foi para um posicionamento mais ativo do Poder Judiciário, apontando que a estrutura de poder tradicional não foi suficiente, causando a hibridização da política na atuação do Judiciário, apesar de ser um Poder do Estado, não tem como função típica esta ingerência nas políticas públicas.

Contudo, vale ponderar que o Judiciário, neste caso, não colocou de lado a importância da estrutura política tradicional para estabelecer os termos técnicos, mas deixou claro, que diante da inércia na atuação do Poder Público, abria o dever de tomada de atitude ativa do Judiciário.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L.R.; Judicialização, Ativismo e Legitimidade Democrática. **Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional**. n. 13, p. 17-32, 2009.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A. e LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p.11-71.

_____. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Sociedade de risco. Rumo a uma nova modernidade**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Diário Oficial da União, Brasília, 05/10/1988.

BRASIL. **Decreto 91.885, de 05 de novembro de 1985**. Declara como Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE a Mata de Santa Genebra, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 06/11/1985.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dossiê digitalizado do PL 2892/92**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=59C925DA6D3851BCD54463785EB777D9.proposicoesWebExterno2?codteor=1140158&filename=Dossie+-PL+2892/1992. Acesso em 01/11/2018.

BRASIL. Justiça Federal da 3ª Região (2ª Vara). **Ação Civil Pública n. 2008.61.05.012395-6**. Autor: Ministério Público Federal. Réus: Fundação José Pedro de Oliveira e outros. Campinas. Estado de São Paulo.

CISOTTO, M. F. e VITTE, A. C. A Natureza e a Produção do Espaço Urbano: O exemplo do entorno da Mata de de Santa Genebra, Campinas (SP), Brasil. **Revista de Geografia (UFPE)**. V. 31, No. 3, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229148/23547>. Acesso em 23/07/2018.

COSTA, M. T. **Correio Popular**, Campinas, 23/06/2016. Disponível em http://correio.rac.com.br/mobile/materia_historico.php?id=435181. Acesso em 29/06/2016.

FONSECA, M.; LAMAS, I. e KASECKER, T. **O Papel das Unidades de Conservação**. Scientific American. Maio (2010).

FONSECA, G.A.B da., RYLANDS, A. B., PINTO, L. P. **Estratégia Nacional de Diversidade Biológica Contribuição para a estratégia de conservação in-situ no Brasil**. Grupo de Trabalho Temático: Contribuição para a Estratégia de Conservação In-Situ no Brasil. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/Conservacao%20in%20situ.pdf. Acesso em 01/11/2018.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J.: **Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, IV(2): 219-230 jul.-out. 1997.

GURSKI, B. C.; CALDEIRA, V. S., SOUZA-LIMA, J. E. de. A Judicialização da Política na Tutela do Direito ao Meio Ambiente. **Revista Jurídica**. v.1, n. 42, p. 419-438, 2016.

MATA DE SANTA GENEBRA. **Histórico**. Disponível em <http://www.santagenebra.org.br/historico>. Acesso em 10/06/2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/250/_publicacao/250_publicacao30082011035301.pdf. Acesso em 30/06/2016.

OLIVEIRA, R. T. **Judicialização não é sinônimo de ativismo judicial**. Conjur – Diário de Classe. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012dez01/diarioclassejudicializacao-naosinonimoativismojudicial>. Acesso em 08/08/2016

PINTO, L. P. Unidades de Conservação. **Revista Diversa da Universidade Federal de Minas Gerais**, ano 7, nº 14, julho (2008). Disponível em <https://www.ufmg.br/diversa/14/index.php/unidade-de-conservacao/unidades-de-conservacao.html>. Acesso em 23/07/2018. .

PEREIRA DA CUNHA, B.; SILVA, J. I. A. O.; GOMES, I. R. F. D. Políticas públicas ambientais: legalização e ativismo judiciário. **Revista de la Facultad de Derecho**, n. 42, p. 161-187, 1 jun. 2017.

STRECK, L. L. Entre o ativismo e a judicialização da política: a difícil concretização do direito fundamental a uma decisão judicial constitucionalmente adequada. **Espaço Jurídico**, Vol 17, Iss 3, Pp 721-732 (2016). 3, 721, 2016. ISSN: 1519-5899.

SILVA JÚNIOR, R. D. da; FERREIRA, L. da C.; LEWINSOHN, T. MICHAEL. Entre hibridismos e polissemias: para uma análise sociológica das sustentabilidades. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 35-54, Dez. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2015000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01/06/2018.

SILVA JÚNIOR, R. D. da; D'ANTONA, A. de O.; CAK, A. D. Do uso e cobertura da terra à experiência etnográfica: croquis e imagens de satélite na Amazônia rural brasileira. **Etnográfica [online]**, v.20, 2016. Disponível em <http://journals.openedition.org/etnografica/4676>. Acesso em: 17/05/2018.

ESTUDANTES QUILOMBOLAS: ENTRE A COMUNIDADE DO ITACURUÇÁ- ABAETETUBA-PA E A CIDADE DE BELÉM

DENISE MACHADO CARDOSO

*Professora do Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI)/UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA)/UFPA-Campus Guamá
denise@ufpa.br*

ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba
annacarla91@hotmail.com*

VALDINEI GOMES E GOMES

*Graduando em Engenharia Civil/UFPA-Campus Universitário do Guamá
valdinei-e@bol.com.br*

RESUMO

O interesse em desenvolver esse estudo acerca do deslocamento de estudantes quilombolas foi motivado, pela necessidade de compreender os estudantes quilombolas e também o processo de inserção desses sujeitos dentro de um novo espaço de sociabilidade. Assim, é preciso compreender a dualidade existente entre a comunidade de origem e o seu deslocamento para a cidade para cursarem o ensino superior. Assim, tendo como objetivo geral analisar o deslocamento de estudantes quilombolas da comunidade Itacuruçá para estudarem na Universidade Federal do Pará - Campus Guamá. Os sujeitos da pesquisa são estudantes quilombolas da comunidade Itacuruçá localizada no município de Abaetetuba no Estado do Pará que se deslocam para o município de Belém ao ingressarem no ensino superior através reserva de vagas para quilombola através do Processo Seletivo Especial (PSE) ofertado pela Ufpa. Assim, concluímos que esses estudantes sujeitos da pesquisa enfrentam várias dificuldades, desde estruturais à saudade da família, amigos e comunidade.

Palavras-chave: Cidade de Belém. Itacuruçá. Estudantes Quilombolas. Deslocamento. Ufpa.

ABSTRACT

The interest in developing this study about the displacement of quilombola students was motivated by the need to understand quilombola students and also the process of insertion of these subjects into a new space of sociability. Thus, it is necessary to understand the duality between the community of origin and its displacement to the city to attend higher education. Thus, with the general objective of analyzing the displacement of quilombola students from the Itacuruçá community to study at the Federal University of Pará - Guamá Campus. The subjects of the research are quilombola students from the Itacuruçá community located in the municipality of Abaetetuba in the State of Pará that move to the municipality of Belém when entering higher education through reservation of places for quilombola through the Special Selective Process (PSE) offered by Ufpa. Thus, we conclude that these research subject students face several difficulties, from structural to nostalgia for family, friends and community.

Key-words: City of Belém. Itacuruçá. Quilombola students. Displacement. Ufpa.

INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver um estudo acerca do deslocamento de jovens quilombolas da comunidade para a cidade de Belém foi motivado, pela necessidade de compreender os jovens quilombolas e também o processo de inserção desses sujeitos dentro de um novo espaço de sociabilidade. Assim, é preciso compreender a dualidade existente entre a comunidade de origem e o seu deslocamento para a cidade para cursarem o ensino superior. Consideramos importante compreender as perspectivas e desafios desses jovens, analisando a trajetória de saída de suas comunidades para a cidade de Belém para cursarem o ensino superior na Universidade Federal do Pará (UFPA).

E tomamos os estudantes quilombola para o recorte dos sujeitos da pesquisa. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o deslocamento de jovens quilombolas que vem de suas comunidades campesinas para estudarem na Universidade Federal do Pará – Campus Guamá, quais são as dificuldades e desafios desse deslocamento.

Atualmente, percebemos a importância de se analisar o processo de deslocamento, visto que há uma nova realidade com a qual esses jovens quilombolas se deparam quando chegam a sua nova cidade, casa, lugar, famílias e amigos.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E IDENTIDADE

Na obra *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda (1995, p. 171), o autor destaca que “a abolição marca o fim do predomínio agrário, sendo a proclamação da República uma resposta a este novo quadro social. Perto das agitações vividas pelos nossos vizinhos, a instauração da república no Brasil assemelha-se as “revoluções palacianas” europeias”, mostrando como se configurou o processo da abolição no Brasil e ainda enfatiza que “a abolição da escravatura preparou o terreno para um novo sistema que deslocou o centro gravitacional do rural para o urbano. É esta nossa revolução: o aniquilamento de nossas raízes ibéricas e a inauguração de um estilo novo” (1995, p. 172). Sergio Buarque de Holanda nós ajuda a compreendermos o processo da formação do povo brasileiro “escravidão e abolição” para iniciarmos as reflexões sobre a formação dos quilombos que veremos nesse ensaio.

É importante salientar a resignificação do conceito de comunidade quilombola, pois temos que nos conscientizar das mudanças que ocorrem na sociedade. E no contexto temos o marco normativo que encontramos no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Também em atendimento às condições operacionais decorrentes do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Assim, o artigo 68 do ADCT, que prevê o direito à propriedade das terras ocupadas por remanescentes de quilombo, inclui não somente a formação de uma comunidade quilombola a partir de escravizados e ex-escravizados que formaram núcleos de resistência durante a escravidão. Contudo, também aqueles coletivos negros que, após a abolição, foram abandonados à própria sorte e buscaram meios de sobreviver estabelecendo novas ocupações de terra.

Temos que nos desprender do conceito colonial cujo caracterizavam uma comunidade remanescente de quilombo eram a fuga, o número mínimo de pessoas, o isolamento geográfico, a presença de um ambiente selvagem em contraste com a civilização e autoconsumo que remete à ideia de isolamento também com outros grupos e pessoas. Assim, temos que pensar novas definições compreendam as novas estratégias de sobrevivência e outras relações sociais criadas para além da fuga e das invasões de terra. Deixando de usar o conceito elaborado com a abolição da escravatura a qual os reduzia à condição de criminosos e fugitivos.

É importante destacar que, se antes esses grupos eram vistos como criminosos e fugitivos que pregavam desobediência perante a estrutura política vigente àquela época, com a Constituição brasileira de 1988, passam a serem tratados como forma de resistência, o qual lutam por reconhecimento de sua diferença identitária e sua busca por igualdade de direitos. Consequentemente se tornaram público alvo de políticas de reparação aos danos historicamente sofridos. Almeida (2002) relembra que isso obviamente ocorre com limitações, dada às dificuldades de esses coletivos acessarem efetivamente os direitos que lhes cabem.

Inicialmente as comunidades quilombolas foram inscritas, na atual legislação brasileira, no Art. 682 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que se refere à afirmação de seus direitos territoriais. Em 2002, essas comunidades são reconhecidas como povos tradicionais, pelo Decreto Legislativo nº 143 que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A definição de comunidades quilombolas contida no Decreto 4887/20033 é reiterada no Decreto 6040/2007 e no Parecer CNE/CEB 16/2012, como segue:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, são ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (Parecer CNE/CEB 16/2012 p.02)

Não podemos deixar de destacar o fator histórico de lutas e constituição desses sujeitos:

[...] contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação. (CNE/CEB 16/2012, p.12)

Desse modo, a identidade quilombola se constitui a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo dos últimos anos, uma identificação compartilhada, que tem sido usada como instrumento para conseguir potenciais benefícios coletivos e uma melhoria nas condições de vida. As identidades, aliás, estão sempre em movimento (HALL, 2003), possuem um caráter relacional e transitório, por isso em vez de identidades seria mais apropriado falar de identificações em curso, identidades deslocadas.

De fato, as identidades não se constituem em situações de vida concretas e específicas, localizadas histórica e geograficamente. Assim, uma comunidade étnica se constitui quando o sentido está voltado para uma ação. Isso significa que as identidades não são meros componentes, acessórios fixos e passíveis de uma cultura, imagens ou símbolos representativos ou “folclóricos”, como uma visão ainda muito arraigada defende Hall (2003).

Para Hall (2003), a identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos sem unificá-las ao redor de um “eu” coerente. Dentro de cada um há identidades contraditórias, empurrando para diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. À medida que os sistemas de significação e representação cultural multiplicavam-se, haverá confrontos por uma multiplicidade de identidades possíveis, com cada uma das quais poderiam identificar-se – ao menos temporariamente de acordo com tempos e espaços diferentes.

As identidades são uma auto definição através da qual os sujeitos elaboram um marco de referência e uma visão de mundo e, sobretudo, através da qual acionam suas práticas e representações, seus projetos e estratégias, e assim, definem a forma em como se relacionar e se posicionar frente aos outros, sejam parceiros ou antagonistas, configurando uma relação tanto

cultural quanto política. As identidades se reinventam em função dos desafios, problemas e oportunidades do momento presente. Assim,

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação (SOUZA, 2008, p. 78).

Desse novo prisma, podemos interpretar a insurgência de múltiplas comunidades auto identificadas como quilombolas no Brasil nos últimos 25 anos como um processo de reinvenção e renovação identitária, associada à luta dessas comunidades pelo direito de permanecer nos territórios tradicionalmente ocupados e outros direitos específicos, como: A titulação coletiva e o reconhecimento como terras quilombolas, escola específicas para quilombolas, saneamento e infraestrutura para as comunidades, atendimento e saúde diferenciado, dentre outros. Falamos de insurgência porque estamos frente ao surgimento de novos sujeitos coletivos, previamente inexistentes como tais, pelo menos identificados dentro dessa categoria: quilombola. Segundo Almeida (2002) os quilombolas estariam dentro das denominadas “novas etnias”, nas quais os processos de identificação e autoconsciência como grupos com características culturais e históricas específicas acompanham um processo de reorganização política, mobilização e elaboração de estratégias para a obtenção de recursos básicos para produzir e consumir, ou seja, uma das dimensões mais importantes da identidade como quilombolas é a de ser um meio para lutar por melhores condições de vida.

Almeida (1998, p. 54), em relação ao território quilombola enfatiza a dimensão histórica e arqueológica do termo o qual rompe com a dimensão colonialista em torno desse termo, e enfatiza que:

O território é construído e conhece alterações a partir da correlação de forças e do grau de poder de coerção exercido pelos antagonistas. A fronteira étnica, neste sentido, consiste numa fronteira política materializada nos marcos ou no reavivamento de pedras de rumo e de limites naturais, cuja imbricação é acionada para fixar as diferenças. A dimensão histórica e arqueológica dos *quilombos* cede lugar a esta atualidade da mobilização política. As chamadas *terras de preto*, enquanto *terras de quilombo*, não podem ser reduzidas, pois, a sítios arqueológicos ou a categorias documentais vinculadas ao arcabouço jurídico do colonialismo. O fator étnico ganha relevância a partir da mobilização política; a representatividade diferenciada, instituída segundo particularidades locais, que configuram cada situação designada pelo movimento negro como “comunidade negra rural”, parece autorizar, ademais, a formação de entidades representativas mais amplas e de alcance nacional, mas com raízes locais profundas. A identidade étnica e a identidade nacional, consubstanciadas numa entidade de articulação, não se opõem e antes se fortalecem mutuamente [...].

Deslegitimar a identidade quilombola ou qualquer outra identidade coletiva pelo fato de buscar através dela visibilidade conquistar melhores condições de vida é ignorar o fato de que as identidades se constituem dentro de ações estratégicas de resistência e reconhecimento; buscando atingir fins específicos como o direito à terra, por exemplo, e o reconhecimento da tragédia que foi a escravidão no Brasil. Tais ações estão em função dos desafios, problemas e oportunidades que cada grupo experimenta em determinado contexto social, geográfico e histórico. Aliás, nessa relação íntima entre identidade e poder, é importante sublinhar que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se usualmente em posição de subordinação. Reivindicar uma identidade é negar o papel subalterno que a sociedade lhes impôs e resistir por converter-se em agentes da sua própria história, converter-se em sujeitos.

CAMINHOS DA PESQUISA

Para a realização do trabalho de pesquisa optamos pela abordagem qualitativa e também fizemos uso da pesquisa documental, que conforme nos remete Marconi e Lakatos (2009, p. 157) “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Assim, utilizei os documentos disponíveis junto aos registros da Ufpa existentes sobre o tema, como atas, resoluções, pareceres, decretos, editais os quais pude ter acesso no decorrer da pesquisa. Gil (2008, p. 51) corrobora que:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

E optamos pela metodologia da pesquisa etnográfica, por considerarmos um caminho metodológico que contribui para que possamos superar o positivismo-lógico da produção do conhecimento, possibilitando a construção de uma metodologia de pesquisa, que possibilite levar em consideração o conjunto das representações materiais e simbólicas que se constroem a partir diferentes visões de mundo. Possibilitando também, a compreensão de como sujeito constrói sua cultura, que essa cultura faz parte de um momento histórico, coletivo e sistematizado de um determinado grupo social. E também por tratarmos de um estudo que envolve atores sociais como os quilombolas que tem sua especificidade, entre elas elementos culturais, ancestralidade, identidade dos estudantes quilombolas, daí a importância de fazer uma descrição mais profunda do contexto desses jovens que se deslocam de suas comunidades para a cidade de Belém.

Compreendendo que a importância da etnografia em um trabalho de pesquisa que se propõe analisar os estudantes quilombolas e suas relações com o campo e a cidade dentro do conjunto das interações, principalmente por suas características fundamentais entre elas.

Assim, a Etnografia é o estudo descritivo da cultura dos povos, sua língua, raça, religião, hábitos etc., como também das manifestações materiais de suas atividades. É a ciência das etnias. Do grego *ethos* (cultura) + *graphie* (escrita). Assim, a etnografia estuda e revela os costumes, as crenças e as tradições de uma sociedade, que são transmitidas de geração em geração e que permitem a continuidade de uma determinada cultura ou de um sistema social. Sendo que para Geertz (2014, p. 4) “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”.

Desse modo, a etnografia é inerente a qualquer aspecto da antropologia cultural, que estuda os processos da interação social: os conhecimentos, as ideias, técnicas, habilidades, normas de comportamento e hábitos adquiridos na vida social de um povo. Nesse sentido, nós apropriamos do método enográfico para investigar o deslocamento dos estudantes quilombolas entre a comunidade do Itacuruçá e a cidade de Belém.

A pesquisa etnográfica possibilitou, por meio de observações, de entrevistas com os estudantes quilombolas identificar alguns de seus desafios, dificuldades, conquista e perspectiva da vivência entre a comunidade do Itacuruçá e a cidade de Belém acerca da vida acadêmica a partir do ingresso através da política de ação afirmativa, por meio da reserva de vagas para quilombolas.

Os jovens que foram entrevistados são oriundos de comunidade quilombola do Itacuruçá, na qual o acesso à cidade tem suas dificuldades, sendo pela distância da comunidade à cidade, por falta de transporte, entre outras dificuldades. Utilizamos nomes fictícios para os estudantes quilombola entrevistados.

JOVENS QUILOMBOLAS E OS DILEMAS ENTRE SUAS COMUNIDADES E A CIDADE

Evocando o relato do estudante quilombola Zumbi dos Palmares partindo do percurso pessoal/acadêmico desse estudante até a chegada à universidade através das políticas de ações afirmativas, reserva de vagas para quilombolas e o deslocamento.

O estudante Zumbi dos Palmares relata sobre as dificuldades vivencias na educação básica, as mazelas e as dificuldades de acesso à escola por morar em uma comunidade camponesa. Assim, enfatiza que:

Eu sou o caçula de 10 irmãos e atualmente o único que conseguiu entrar na Universidade. O ensino fundamental e o ensino médio foi um processo muito difícil, na época em que eu estudava só tinha até a quarta série na escola perto de casa, e pra continuar os estudos precisa me deslocar para outra comunidade, que era no Médio Itacuruçá e eu sou do Baixo Itacuruçá, só que era distante, nós não tínhamos transporte. O único meio de transporte da época era canoa, então de canoa dava uma hora, uma hora e meia de uma comunidade pra outra, isso dependendo da maré. E quem tinha uma condição um pouco melhor ia estudar na cidade, eu e a minha família não tinha condição, então eu tive que continuar meus estudos na comunidade mais próxima que tinha que era o Médio Itacuruçá-São João na Escola Manoel Pedro Ferreira (Estudante Zumbi dos Palmares).

As dificuldades enfrentadas eram inúmeras, a falta de transporte, o acesso à escola, pois em muitas comunidades não se tem a possibilidade de continuidade dos estudos devido o ensino ir até o 5º ano do ensino fundamental, fazendo com que muitos desistam de estudar ou continuar os estudos. Ressaltando também que nesse contexto se tem aqueles que mesmo com todas as dificuldades conseguiam concluir o ensino fundamental e o médio.

[...] depois de muita insistência minha, minha mãe me matriculou, mas achando que não ia conseguir, matriculou eu e a minha outra irmã. Então ela comprou uma canoazinha pra nós e a gente foi. No meio do ano minha irmã desistiu, mas eu continuei. Ai dependendo da maré a gente gastava entono de uma hora, uma hora e meia, até duas horas de canoa quando a gente estava muito indisposto e com fome e quando a maré tá contra é muito ruim só para uma pessoa remar devido à distância de uma comunidade pra outra e ai a gente ainda tinha que deixar a canoa numa olaria e caminhar cerca de uns 400 metros até chegar à escola e foi uma época muito difícil porque nem sempre tinha merenda na escola, nem sempre dava tempo de comer pra ir pra escola e os professores faltavam muito, geralmente chegavam na segunda feira de tarde ou na terça de manhã e na quinta já retornavam, o ensino era bem fraco, bem fraco mesmo. A escola era bem simples, só tinha quatro salas na época, eu não tive oportunidade de estudar diretamente na escola, estudei mais no barracão da comunidade e quando chovia a gente tinha que correr pro cantinho, não tinha cadeira pra todo mundo, alguns estudavam em pé, outros sentados, as cadeiras a maioria eram tudo danificadas, quebrada e os professores bem poucos ensinavam o que tinham que ensinar, a pior parte foi a de matemática mesmo, o ensino foi bem básico mesmo. (Estudante Zumbi dos Palmares).

Muitos estudantes quilombolas se deslocam de suas comunidades para a cidade à procura de trabalho e estudos, pois, não tendo a possibilidade de permanecer na comunidade. Assim, Castro analisa que:

Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da saída, nos dias atuais, de jovens do campo rumo às cidades [...]. Se essas pesquisas confirmam o deslocamento dos jovens, outros fatores complexificam a compreensão desse fenômeno. O “problema” vem sendo analisado através de dois vieses. Há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho (CASTRO, 2009, p. 189).

Em decorrência da ausência de trabalho e formação para o campo, muitos jovens quilombolas para que tenham acesso ao ensino superior tem que sair de suas comunidades e se desloca para a cidade em busca de seus sonhos e de novas possibilidades.

O movimento de ir e vir entre o quilombo e a cidade são pautados pela precariedade e provisoriade das condições enquanto estudante, pois estes dependem da bolsa permanência e muitos só retornam as suas comunidades após três ou seis meses depois que mudam para a cidade de Belém.

Quando entrei na Ufpa em 2015 o negócio é muito assustador porque é uma cidade a Ufpa, pra gente que vem do interior que não tem muito contato direto com cidade grande, foi diferente, me sentia muito só e perdido (Estudante Zumbi dos Palmares).

O que fica evidenciado na fala acima do estudante é como a universidade se parece uma cidade e como toda grande cidade a qual não conhecíamos causa certo estranhamento e sentimentos de angústia. Contudo, esse deslocamento não significa necessariamente ruptura com a comunidade de origem e está relacionado ao jogo de identidades e a interpretação que fazem de seus papeis sociais.

Precisamos compreender que a saída desses jovens quilombolas para a cidade como um importante passo para a reorganização e possibilidades de melhorias, não podemos rotular numa perspectiva que esses sujeitos saem por simplesmente não gostarem de seus quilombos e sim para irem atrás de novas possibilidades, de oportunidade de trabalho e estudo. Assim, ir para a cidade pode significar uma busca por autonomia, inclusive de melhoria de sua própria comunidade quilombola. Tendo de acordo com Lima (2008) a cidade é o processo histórico-espacial com suas raízes ligado a fatores socioculturais e geográficos, assim a cidade é o concreto o visível.

Ainda para Lima (2008) o urbano ligado ao processo de industrialização, a vida cotidiana e do ponto de vista econômico é um processo bem mais recente. O urbano emerge de uma nova realidade, de um espaço citadino, a partir da vida cotidiana, a relação mercantil e a subjetividade das práticas sociais.

Precisamos perceber a cidade e o quilombo numa relação de troca, pois os sujeitos levam suas identidades enquanto quilombolas, e também incorporam outras identidades citadinas em suas representações na medida em que se deslocam também se deve levar em consideração que a cidade é:

“Coisa humana por excelência”, a cidade é a “forma mais complexa e refinada da civilização”, escrevia Lévi-Strauss, mas ela lhe parecia ser também o lugar de uma individualização extrema e de um borramento dos limites sociais, atingindo o inapreensível caos. (AGIER, p. 484)

E pensar a identidade como múltipla, a origem, a luta pela terra, a característica racial. Além da perspectiva da discriminação que enfrentam em outros territórios como na cidade por suas características próprias ou pelo território que estão inseridos nos seus percursos de idas e vindas do quilombo para a cidade também dão corpo a este processo de afirmação de suas

identidades, pois no enfrentamento do preconceito e nos conflitos se afirmam símbolos e representações positivas e/ou negativas sobre sua história e sobre si mesmo, se percebendo como sujeito diferenciado em seu modo de viver e ver o mundo. Não colocamos a cidade como lugar da perda dos laços e sim como lugar de troca e de novos aprendizados e de precisar estar. Não levaremos em oposição entre campo e cidade, pois também na cidade esses jovens quilombolas tem seus laços sociais, suas formas de sociabilidade, deslocamentos e conflitos com a sua nova trajetória enquanto estudante universitário tendo a cidade como espaço para realização de sonhos e oportunidade.

É importante destacar que muitos jovens que saem do quilombo por falta de oportunidades e a procura de emprego, assim destacamos que esses jovens saem em posição de subalternidade.

Assim os jovens quilombolas sofrem um estranhamento quando saem de sua comunidade para a cidade. Nas entrevistas os jovens colocam as dificuldades enfrentadas ao se deslocarem para a cidade, pois estes vão para um espaço diferente, com costumes e culturas diferentes. Além da distancia da família e a falta de recursos financeiros para o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa. Ainda assim a cidade e campo acabam por formar relações de sonhos e afetos, o encontro de uma nova realidade a qual os jovens quilombolas passam a se relacionar. Assim para Williams (1989, p. 19) “A vida no campo e na cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo, move-se e sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamento e decisões”.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Retomando os questionamentos que nortearam a pesquisa, pode concluir que os jovens quilombolas sujeitos da pesquisa enfrentam várias dificuldades desde estruturais à saudade de suas famílias, amigos e comunidades, pois muitas vezes são jovens que são envolvidos em suas comunidades e que possuem laços afetivos e também dificuldades em seus cursos.

Contudo, esse deslocamento não significa necessariamente ruptura com a comunidade de origem e está relacionado ao jogo de identidades e a interpretação que fazem de seus papéis sociais. Além de ser preciso compreender que a saída desses jovens quilombolas para a cidade é importante passo para a reorganização e possibilidades de melhorias de vida, não podemos rotular numa perspectiva que esses sujeitos saem por simplesmente não gostarem de seus quilombos e sim para irem atrás de novas possibilidades, de oportunidade estudo.

Assim, é preciso compreender a dualidade existente entre a comunidade de origem e o seu deslocamento para a cidade para cursarem o ensino superior. Ainda, é preciso compreender as desigualdades territoriais, educacionais e que garantam as especificidades desse grupo. Pois as relações de poder que estão imbricadas na sociedade e o acesso à educação faz com que essas relações de poder também cheguem aos grupos minoritários para que cada vez mais essas relações possibilitem a inclusão de novos atores sociais.

Assim os jovens quilombolas sofrem um estranhamento quando saem de sua comunidade para a cidade. Nas entrevistas os jovens colocam as dificuldades enfrentadas ao se deslocarem para a cidade, pois estes vão para um espaço diferente, com costumes e culturas diferentes. Além da distancia da família e a falta de recursos financeiros para o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa. Ainda assim a cidade e campo acabam por formar relações de sonhos e afetos, o encontro de uma nova realidade a qual os jovens quilombolas passam a se relacionar.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO**. Mana [online]. 2015, vol.21, n.3, pp.483-498. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>>. Acesso em: 07 de jul. 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWEYR, Eliane Cantarino (Org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. Decreto nº 4.887/03, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 07 de jul. 2018.

_____. PARECER CNE/CEB Nº: 16/2012 em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&Itemid=30192>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CASTRO, E. G. de. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.

GALINDO, Eryka. **EM PAUTA: JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**. IN: Juventude rural e políticas públicas no Brasil / Marilda Aparecida de Menezes, Valmir Luiz Stropasolas, Sergio Botton Barcellos, organizadores. – Brasília: Presidência da República, 2014.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1.ed. – [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. São Paulo DP&A, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Marcos Castro de. **A cidade, o urbano na Amazônia**. Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº 3, jan/jun de 2008. P.107-117. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/actageo/article/download/203/367>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro**. Universidade Federal de Brasília. [Dissertação de mestrado], 2008.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE: DICOTOMIA OU UMA CONTINUIDADE?

GERLANE DA SILVA FERREIRA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI)/UFPA-
Campus Universitário de Abaetetuba
gerlainesf@yahoo.com*

ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI)/UFPA-
Campus Universitário de Abaetetuba
annacarla91@hotmail.com*

MARILIA DOS SANTOS FERNANDES

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI)/UFPA-
Campus Universitário de Abaetetuba
marilia.fernandes2010@hotmail.com*

VALDINEI GOMES E GOMES

*Graduando em Engenharia Civil/UFPA-Campus Universitário do Guamá
valdinei-e@bol.com.br*

RESUMO

O presente trabalho visa trazer algumas reflexões em torno da relação campo/cidade, rural/urbano e acerca da cidade na Amazônia ocidental. Assim, com objetivo central dessa pesquisa foi fazer uma análise de aspectos teóricos conceituais referentes à organização do espaço campo/cidade, rural / urbano, enfocando a cidade na Amazônia. Para realização deste estudo, fizemos uma pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão literária, elencamos vários conceitos de campo e cidade. Para tanto, fizemos uso das contribuições teóricas de Lefebvre (1968), Williams (1989), Santos (1996), Silva (2011), Simonian (2010), entre outros. Ressaltamos que não pretendemos trazer uma definição precisa da relação campo e cidade, mas, lançar um olhar a partir de outra perspectiva, salientando que as categorias mencionadas são expressões sociais de continuidade, de experiências, de histórias de um povo. A cidade na Amazônia produz e reproduz relações sociais, dinâmica, contínuas, heterogêneas e, acima de tudo, representam movimentos, diversificações, ações e relação dialógica.

Palavras-chave: Campo. Cidade. Urbano. Rural. Dicotomia e Continuidade .

ABSTRACT

The present work aims to bring some reflections about the rural / urban / rural / urban relationship and about the city in western Amazonia. Thus, with the central objective of this research was to make an analysis of conceptual theoretical aspects referring to the organization of rural / urban, rural / urban space, focusing the city in the Amazon. For the accomplishment of this study, we did a bibliographical research, from a literary review, we list several concepts of field and city. For that, we made use of the theoretical contributions of Lefebvre (1968), Williams (1989), Santos (1996), Silva (2011), Simonian (2010), among others. We emphasize that we do not intend to bring a precise definition of the relation between field and city, but to look at it from another perspective, emphasizing that the categories mentioned are social expressions of continuity, of experiences, of stories of a people. The city in the Amazon produces and reproduces social relations, dynamic, continuous, heterogeneous and, above all, represent movements, diversification, actions and dialogical relationship.

Key-words: Field. City. Urban. Rural. Dichotomy and Continuity.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo fazer uma revisão literária acerca da relação campo/cidade, rural/urbano, bem como lançar um enfoque para a cidade na região amazônica. A relação campo/cidade sempre esteve nas pautas das discussões, principalmente, em decorrência da situacionalidade nos quais muitas vezes ambos os espaços foram concebidos, em alguns aspectos, como dicotômicos, de oposição e, em outros casos, de continuidade, mas, a concepção dualista foi propagada intensamente e terminou por se enraizar no imaginário dos povos, fazendo assim, com que houvesse certa “rivalidade” entre tais categorias, de um lado a cidade, no qual os cidadãos visualizam o campo como o espaço do atraso, lentidão, inferioridade e muitas obras terminaram por contribuir para estigmatizar esse ideário.

Nesse estudo, buscamos trazer à tona os diversos conceitos de cidade, campo, urbano e rural, nos pautamos em compreender tais implicações nos contextos urbanos e camponeses e bem como analisar se campo e cidade se apresentam como continuidade ou dicotomia. Pretendemos também, fazer uma abordagem acerca da cidade na região amazônica, seu processo histórico e as transformações sociais.

Historicamente, foi propagado um processo urbanocêntrico inexorável de superioridade do espaço urbano sobre o rural. No entanto, contemporaneamente temos em discussão a questão da continuidade que abarcam tais espaços, Sob outro viés, pretendemos mostrar tais categorias e suas representações históricas, suas realidades sócio espaciais e populacional.

O inglês Raymond Williams traz algumas contribuições bastante pertinentes acerca da categoria campo e cidade, sendo assim, o rural e urbano também possuem alguns pontos de convergência de muitos pensadores contemporâneos, contudo, essas análises se dão a partir de perspectivas diferenciadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método é importante para que possamos fazer a ponte entre o sujeito e o objeto de pesquisa. Assim, para Gomes (2010) a palavra *método* “*está quase sempre ligada ao termo técnica de pesquisa, como se fossem sinônimos*”. Ainda, para Gomes (2010) tem-se que “*método é algo maior, mais amplo e mais profundo do que técnica*”. Que vem do grego “*pelo caminho (meta+bodos)*” ou “*meio para se chegar (ao objeto)*”; “*implica uma relação já com o objeto, como se cada objeto fosse vislumbrado de antemão pelo método que o aborda. Ou o inverso, que um objeto se apresenta de acordo com o método que é usado para seu conhecimento*” (GOMES, 2010, p.55).

Nesse sentido, para se fazer pesquisa acadêmica é preciso a formulação de “*métodos que façam a ponte entre o sujeito e seu objeto de pesquisa*” (GOMES, 2010, p. 55). Assim, o aprofundamento da investigação e da análise orientada pelo problema de pesquisa escolhido com a finalidade de melhor atender as perspectivas dos estudos das relações sociais envolvidos nessa pesquisa e para que viessem a contribuir para a compreensão do fenômeno observado optou-se pela abordagem qualitativa. Que para Minayo (2009, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Nessas condições a abordagem qualitativa faz uso da subjetividade, possibilita o envolvimento entre sujeito e objeto, a qual também contribui para que possamos superar o positivismo-lógico da produção do conhecimento, possibilitando que a pesquisa leve em consideração o conjunto das representações materiais e simbólicas que se constroem a partir de diferentes visões de mundo, do contexto social e cultural.

Para realização deste trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica realizada a partir dela, a revisão da literatura existente sobre o tema, pois para Gil (2008, p. 50) a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido o levantamento bibliográfico é de suma importância para a pesquisa, pois “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50). Esta tipologia de pesquisa permite o investigador fazer uma cobertura mais ampla daquela que poderia ser pesquisada de forma mais direta (GIL, 2008). Para tanto, o nosso subsídio de análise é a diversidade de trabalhos desenvolvidos, obras já publicadas que trazem contribuições contundentes acerca da temática abordada.

Também fizemos uso da pesquisa documental, que conforme nos remete Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2009, p. 157) “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Gil (2008, p. 51) corrobora que:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Assim, utilizamos os documentos disponíveis junto aos registros de órgãos oficiais existentes sobre o tema, como atas, resoluções, pareceres, decretos os quais pude ter acesso no decorrer da pesquisa

A RELAÇÃO RURAL E URBANO

A partir do processo de modernização, mais precisamente, a partir da revolução industrial, a dimensão rural e urbana foi se **metaforseando**, logo, a configuração de desenvolvimento foi condicionado ao processo de urbanização com a chegada das transformações econômica, sociais e espaciais, a exemplo disso, tem-se a revolução industrial. Em contrapartida, atribuiu-se ao meio rural o emblemático símbolo do atraso. Existem estudiosos que defendem a tese de que o processo de desenvolvimento do meio do rural se dará mediante a urbanização.

A partir de outra perspectiva, existem também os estudiosos que apontam a importância do meio rural para o desenvolvimento urbano, bem como do crescimento urbano impulsionar o desenvolvimento rural, ou seja, a partir de outro ponto de vista, rural e urbano possuem uma correlação, configurando-se, continuidade, um do outro, conforme Veiga “um dos maiores obstáculos à renovação das ideias sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira é a força que adquiriu nas últimas décadas o mito de sua avassaladora urbanização” (2001, p.101). De acordo com o autor, há uma distorção nos dados, pois, o Brasil se apresenta como um país

eminentemente urbanizado, essa disparidade implica nos desvios das políticas públicas, bem como desconsidera a análise do desenvolvimento do meio rural.

A dicotomia rural-urbano torna-se uma fonte de reflexão em torno dos mecanismos de transformação do território que nos levam hoje a compreender melhor a natureza distinta destas realidades e a sua importante e necessária complementaridade. Cidade e campo passaram então a ser pensados como sistemas integrados, parte de um mesmo processo de transformação.¹

De acordo com Rua, o campo abarca a pluriatividades, no qual diversos serviços tipicamente urbanos passam a fazer parte do universo campesino, a renda familiar passa advir de diversas atividades.

“As ‘urbanidades’ decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado” (RUA, 2006, p. 95).

A hibridização do urbano e rural traz uma nova perspectiva para visualizar ambos os espaços a partir de outro ângulo. Outro fator que precisa ser compreendido é que cidade e urbano são construções históricas que se diferem, não se pode meramente associa-los.

A **urbanidade** é algo bem mais recente que a cidade, surge em decorrência do processo de industrialização, considerando o ponto de vista econômico, logo, o urbano passou a ser processo de uma realidade no qual a cidade passou a ser inseridas na lógica mercadológica e de conflitos no processo produtivo. O espaço urbano espaço está ligado ao abstrato e ao campo subjetivo, visível apenas por meios das práticas de produção e reprodução. (LIMA, 2008). Ainda nessa perspectiva, o campo e o rural seguiriam a mesma lógica conceitual descrita acima, sendo o campo a morfologia material e o rural a morfologia social.

Alguns autores atribuem à cidade o poder de criar um a cultura urbana estigmatizada pela desorganização social e cultural, sendo assim, tanto cidade quanto urbanização seriam forças desagregadoras (OLIVEN, p. 14)

PARA SE PENSAR A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

A “modernização” fazia parte do contexto urbano, das cidades, em decorrência da revolução industrial, que trouxe nova configuração espacial, populacional e territorial em virtude da ampliação capitalista e acumulação do capital desencadeada a partir do século XVII em toda a Europa, portanto, alguns estudos apontam a descentralização das atividades agrícolas e o paradigma da industrialização e do desenvolvimento que provocou certa subordinação do campo em relação à cidade, pois, houve uma concentração de atividades industriais no aglomerado urbano, logo, a cidade passou a ser tradicionalmente o lócus industrial, neste contexto, a dicotomia rural/urbano, campo/ cidade representava o surgimento de uma nova ordem econômica e social, baseada na **tecnização** e no desenvolvimento.

Nessa perspectiva, delimitação do que é campo e cidade fica cada vez mais complexa, Silva advoga que:

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. [...] e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (1997, p.1)

1 PACHECO, Pedro. Rural-Urbano *in* Tema e Programa Turma F, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

Os decretos promulgados que delimitam o que é cidade e campo, urbano e rural, apresentam discrepância, visto que muitas características que são atribuídas ao urbano são encontradas no meio rural e vice versa.

Lefebvre (1999) elucida as complexidades da relação entre campo e cidade, de acordo com o autor, existe três tipos de cidades, a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial, a partir da análise de Lefebvre (1991), as relações campo/cidade são observadas a partir de processos sociais, contraditórios e desiguais.

As cidades políticas eram expressões das sociedades agrárias, nesse período, o campo era o lócus da produção e, tinha uma hegemonia sobre a cidade graças “à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou de títulos mobiliários” (LEFEBVRE, 1999, p. 23).

De acordo com as contribuições de Rua:

Mencionar a recriação do rural pelo capitalismo e as relações cidade-campo que daí decorrem, é falar de um tempo histórico amplo em que a ‘derrota’ dos antigos regimes na Europa (feudalismo) e, mais recentemente, no Brasil (escravismo) permitiu o processo de construção da hegemonia burguesa e deslocou o centro do poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria. (RUA, 2006, p. 83).

Com as transformações sociais e com as mudanças principalmente econômicas, surgiu uma nova classe social que são os búlgaros e, com isso, paulatinamente a cidade política foi sendo substituída pela cidade da mercantilização e no urbano passou a ser consolidar como o lugar da troca, logo, a cidade e o campo assumem uma nova configuração:

[...] a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza aldeã ou camponesa. Entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição “cidade-campo”. O campo? Não é mais – não é nada mais – que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite. (LEFEBVRE, 1999, p. 24)

Com a ascensão da revolução industrial e as novas mudanças no modo de viver da sociedade foram alteradas drasticamente, de acordo com Lefebvre (1991) as relações entre campo/cidade foi se transformando, a cidade industrial marca um momento histórico “a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores” (p. 11).

O novo debate na atualidade consiste pensar a relação campo/cidade a partir da lógica capitalista de dominação, acumulação, exploração da classe trabalhadora, chega com intensidade no campo. A grande concentração de riquezas e má distribuição fazem parte do mundo capitalista, havendo assim, desigualdades sociais e econômicas.

Pensar a relação campo/cidade perpassa pela desmitificação do espaço rural e urbano, de acordo com Alentejano (2003) a análise das relações cidade/campo deve passar pela desconstrução dos estereótipos conferidos ao campo e também pela constatação de que esse espaço vem ganhando novos significados na atualidade, porque não dizer que o capital vem modificando e/ou impactando o campo, alterando o modo de vida da população.

Santos, salienta que:

Durante muito tempo se escreveu – no caso brasileiro – que o campo era hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que nós vemos é o contrário, o campo não

é hostil ao capital, mas um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, a tal ponto que o contágio do capital e tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, aí rapidamente se instalam (p. 122).

Milton Santos (1996) salienta que o campo assumiu uma nova configuração, deixou de ser hostil ao capital, visto que o novo capital adentra ao campo, as novas ferramentas tecnológicas passam a fazer parte do contexto campestre, novos modos de recomposição de vida. Já não se pode mais afirmar que o desenvolvimento faz parte apenas da cidade, da urbanização, temos no século XXI, um campo em movimento com as novas dinâmicas sociais e territoriais.

Discutir campo/cidade perpassa por uma complexidade, na contemporaneidade vem se incorporando um novo debate que é a superação da oposição entre cidade/campo, como se ambos fossem realidades dicotômicas, no qual apresentam respectivamente o progresso, modernidade, atraso e arcaísmo. Temos em pauta a discussão de um novo campo/cidade, rural e urbano.

[...] o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que era tradicionalmente definido como rural (p. 43).

É imprescindível a compreensão e análise do novo campo brasileiro, levando em consideração a relação de “continuum” entre campo/ cidade, rural urbano, contribuindo para desmitificação da dicotomia de tais categorias e permitir vislumbrar a análise do espaço geográfico dentro de uma perspectiva e de dinâmicas que ele assume no seu processo de transformação em um meio técnico-científico-informacional.

Segundo Lefebvre:

O campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações se alastrem de atividades reais. Dessas imagens confrontadas irão nascer grandes simbolismos. (LEFEBVRE, 1991, p.37)

O autor pontua as imagens simbólicas e ideológicas que são estigmatizadas e que nem sempre expressam a realidade, pois, muitas vezes são engendrados certos preconceitos oriundos de classes. Campo e cidade de fato não são espaços e/ou construções históricas heterogêneas, mas compreende-la a partir de um antagonismo pode se configurar equívoco.

A CIDADE NA AMAZÔNIA

Para Lefebvre (2009, p. 97) a cidade é um “objeto virtual”, ainda nessa linhagem, Velho () pontua que “a cidade é vista como uma potência social capaz de gerar através de sua influência as mais diferentes consequências na vida social” (p.14).

Nessa perspectiva, Lima (2008) elucida que as cidades Amazônicas são estigmatizadas pelo processo de ocupação europeia que tentou sobrepujar o espaço, o pensar e agir dos povos que ali habitavam, a abordagem realizada pelo autor, parte do pressuposto da ocupação que possibilitou a existência das cidades Amazônicas, a partir do processo de ocupação dos colonizadores portugueses.

De acordo com Oliveira (2010), a cidade na Amazônia é marcada por momentos diversos da produção do espaço na região, logo, esse momento diversificado leva à compreensão ao modo pelo qual a cidade foi produzida, ainda nessa perspectiva, “a cidade é produto das relações sociais que se especializam como resultado do modo de ser de uma dada sociedade em espaços-tempos específicos. São eventos quase sempre impostos, o que não significa que são homogêneos enquanto espacialidades” (OLIVEIRA, 2010, p.35). A percepção de cidade Amazônica está para além da representação da paisagem, pois, no outro lado está o rio que representa a esperança.

As elucidações de Lima (2008) enfatizam o significado que as cidades tinham antes do boom da borracha na Amazônia, confundia-se com a natureza que estava em volta. A rede urbana na Amazônia ocidental se dá a partir desses acontecimentos, dentre os quais foram introduzidos às navegações a motor que dinamizou a questão fluvial e a exportação do látex, de acordo com Lima (2008), logo, cidade Amazônica antes do fluxo de exportação da borracha era um lócus de um cotidiano e tempo mais lento, mas não ausente de dinamicidade e movimento, “isso nos ajuda a entender porque a intervenções urbanísticas abruptas em regiões consideradas de forma apressada como “degradadas” podem desorganizar um arranjo sócio espacial dotado de funcionalidade à sua maneira. (WILM et al, 2012, p. 135-136)

Outro elemento importante a ser considerado era que antes do processo de exportação da borracha a população era composta basicamente de elementos indígenas ou mestiços, sendo essa a configuração antes das migrações dos nordestinos, não havendo uma divisibilidade discrepante entre campo e cidade, visto que essas espacialidades se confundiam, sendo paisagens de continuidades:

No caso das cidades amazônicas, quase sempre localizadas no meio da floresta e a margens dos rios, o habitante desse espaço pode ser levado inconscientemente a estabelecer a dimensão de espacialidade a partir do encantamento com a realidade física. Entretanto, a generosidade da paisagem natural esvai-se, e o que fica é o construído artificialmente. A estrutura da cidade é dada pelo conjunto dos sistemas naturais existentes numa determinada área e pelo lhe crescem os seres humanos. (OLIVEIRA, 2010, p.43)

As cidades na Amazônia perpassam por transformações econômicas, sociais e espaciais, de acordo com Oliveira (2010), as impressões e espacialidades produzidas na Amazônia no período da borracha, mais do que um a determinação externa, nacional, foi uma determinação do exterior.

Amazônia, no período seguinte ao ciclo da borracha, não permite que se compreendam as cidades regionais apenas relacionando-as às crises, imersas nos problemas urbanos. Mediante as reflexões de Lima (2008) tinha-se uma cidade que se confundia com o campo, em decorrência de sua realidade, de seus elementos bucólicos, a Amazônica antes do fluxo de exportação da borracha era um lócus de um cotidiano e tempo mais lento, mas, não ausente de dinamicidade e movimento, a constituição do espaço urbano na Amazônia o coloca na dinâmica e lógica do capital internacional.

O rio deixa de ser uma extensão e complementariedade do povo amazônida para ser apenas a possibilidade de ir e vir das riquezas geradas pelas borrachas, os objetos geográficos foram produzidos de costa para o rio, como se ele tivesse sido esquecido, sendo que ele trazia uma lembrança passada que precisava ser pelo menos olvidada, esse processo de esquecimento não foi generalizado. Há cidades na Amazônia que a frente do rio e valorizada e representa questão de status, o importante é considerar as cidades Amazônicas não a partir de uma homogeneidade, mas, são heterogêneas, cada uma possui sua peculiaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a relação campo/cidade perpassa por uma complexidade e desmitificação da realidade que abarca ambas as categorias, buscamos trazer algumas reflexões entorno de campo e cidade, rural e urbano e da cidade na região amazônica, portanto, torna-se imprescindível compreender o rural par além do campo e urbano para além da cidade, pois, são partes integrantes, não são espaços antagônicos, contraditórios, mas, de continuidade. Para Williams:

Sempre que penso na relação campo e cidade, e entre berço e instrução, constato que se trata de uma história ativa e contínua: as relações não são apenas de ideias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situação e poder- um sistema mais amplo. A vida no campo e na cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo, move-se e sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamento e decisões. (p.19)

As elucidações do autor são enfatizadas e corroboram a ideia de que campo e cidade são expressões sociais de continuidade, de experiências, de histórias de um povo representando assim as relações familiares de decisões e relacionamentos, de maneira mais ampla, campo e cidade produzem e reproduzem relações sociais, dinâmicas, contínuas, heterogêneas e, acima de tudo, campo e cidade representam movimentos, ações, relação dialógica e experiências que se complementam. Assim, são espaços que assumem uma nova realidade que é impulsionada a partir das transformações ocorrida ao longo do tempo.

Dessa maneira, as cidades na Amazônia estão para além da imersão dos problemas de urbanização, sendo assim, na Amazônia, as cidades na Amazônia são da floresta, possuem uma relação estreita com o rio, sendo este, um símbolo que interliga campo e cidade.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul./dez. 2003. PACHECO, Pedro. Rural-Urbano *in* Tema e Programa Turma F, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas. 2008.
- GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia: ciência do homem*. 1ª ed., 3ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2010.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- LIMA, M C da. A Cidade, o Urbano e o Rio na Amazônia. **Revista ACTA Geográfica**. Ano II n. 3, Jan/Jun de 2008, p. (107-117). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEN, R. G. **A antropologia de grupos urbanos** /. 6. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

REIS, D. S. O Rural e o Urbano no Brasil. In: **Caderno de Geografia**. Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível: http://www.pucminas.br/documentos/geografia_25_art05.pdf?PHPSESSID=75cee36ce23a6ac93a4611de7efe08a9. Acesso em 10 de outubro de 2018. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG - Brasil, de 18 a 22 de Novembro de 2017.

Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=1#Artigos>. Acesse em 10 de Dezembro de 2017.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia. Rio Claro, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SILVA, & Pontes, Juliano (Orgs). **Urbanização e ambiente: experiências de pesquisa na Amazônia oriental**. Belém: Paka-Taku, 2011.

SILVA, José Graziano da. **O Novo rural Brasileiro**. *Nova Economia*, Belo Horizonte, ano 7, v. 1, p. 43-81, mai. 1997.

SIMONIAN, Ligia T. L. Belém do Pará: história, cultura e sociedade. In: OLIVEIRA, J. A. **A margem e o centro na produção do urbano na Amazônia**. Belém: editora do NAEA, 2010.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Dois Séculos do Pensamento sobre a Cidade**. Salvador: Edufba; Ilhéus: Editus, 2012.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Programa de Seminários Acadêmicos**. São Paulo: FEA/USP, abr. 2004. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Paulo: Companhia das Letras, 1989.

O PROCESSO MIGRATÓRIO VIVIDO POR MULHERES NORTE-MINEIRAS

CARLA NADINNE SOUZA

*Mestranda do Programa de Pós- Graduação em
Desenvolvimento Social PPGDS/UNIMONTES
Bolsista CAPES
carlanadinnesouza@gmail.com*

ANDRÉA MARIA NARCISO ROCHA DE PAULA

*Professora do Programa de Pós- Graduação em
Desenvolvimento Social PPGDS/UNIMONTES
andreapirapora@yahoo.com.br*

MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES

*Mestranda do Programa de Pós- Graduação em
Desenvolvimento Social PPGDS/UNIMONTES
Bolsista CAPES
mariacecilia1942@hotmail.com*

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi estudar o processo migratório vivido por mulheres do Sertão do Norte de Minas, buscando entender os reflexos que a migração temporária ocasiona na vida das mulheres que permanecem no local de origem esperando pelos migrantes. Procuramos analisar a trajetória dos homens que saem do Norte de Minas, buscando perceber as motivações, as causas, e o impacto dessas migrações no núcleo familiar, a partir da percepção das mulheres. Interpretamos também, uma possível relação de assimetria de gênero entre homens e mulheres dos municípios, no que tange a divisão do trabalho e as estratégias de manutenção no lugar de origem. A pesquisa foi realizada através dos métodos qualitativos e do trabalho de campo, com enfoque nos relatos pessoais das mulheres que vivenciam esse processo, utilizando técnicas etnográficas, tais como, entrevistas e diário de campo, somados a observação e análise.

Palavras-chave: Migração. Mulheres. Processo Social. Norte de Minas.

ABSTRACT

The objective of this research was to study the migratory process experienced by women from the northern region of Minas Gerais, aiming to understand the effects of a temporary migration in women's lives who remain in the place of origin waiting for the migrants. We intend to analyze the trajectory of the men who leave the North of Minas, trying to perceive it as motivations, as causes, and the impact of the migrations in the family nucleus, from the perception of the women. Interpretating also, a possible asymmetric gender relationship between men and women on the municipalities, regarding the division of labor and the strategies of remaining in the place of origin. The research was realised with qualitative methods and fieldwork, focusing on the reports of women experiencing this process, using ethnographic techniques, such as interviews and field diaries, added an observation and analysis.

Key-words: Migration. Women. Social Process. North of Minas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados de pesquisa monográfica e explora a migração temporária estruturada como um fenômeno social complexo que envolve não somente quem migra, mas também a família do migrante que fica a esperar. Nesse sentido, o diferencial desta pesquisa foi dedicar as análises especificamente as mulheres, em especial as que ficam, a fim de entender como elas vivenciam esse processo.

Nosso anseio em compreender o processo migratório vivenciado pelas mulheres nasceu e foi possível através da nossa inserção Grupo Opará/Mutum¹, que em um dos seus projetos desenvolvidos em comunidades tradicionais no norte de Minas Gerais teve como enfoque a migração temporária. Os resultados dos estudos apontam a incidência de migrações de homens do bairro Sagrada Família e de Porteirinha, para trabalharem na construção civil e também em colheitas e plantios sazonais, e a permanência das mulheres nos locais de origem.

Assim, tivemos como objetivo principal da pesquisa estudar o processo migratório vivido por mulheres do Sertão do Norte de Minas, buscando entender os reflexos que esse tipo de migração ocasiona na vida das que permanecem no local de origem esperando pelos migrantes.

O universo de estudo é o Bairro Sagrada Família, localizado na cidade de São Francisco - MG, e o município de Porteirinha - MG, ambos constituem espaços privilegiados na análise das dimensões da migração, por apresentar grande número de famílias de migrantes temporários e ter como um dos mecanismos de reprodução social das famílias, a mobilidade espacial, como possibilidade de trabalho temporário. Dentro deste cenário surgem alguns questionamentos: Qual a percepção que as mulheres têm do processo migratório? Como elas entendem as motivações dos que migram? Quais são os efeitos desse processo em suas vidas? Como é esperar por um migrante?

Nesse sentido, procuramos analisar a trajetória dos que saem e da família que fica, buscando perceber as motivações, as causas, e o impacto dessas migrações no núcleo familiar. Interpretamos também uma possível relação de assimetria de gênero entre homens e mulheres dos municípios, no que tange a divisão do trabalho e as estratégias de manutenção no lugar de origem.

A pesquisa foi realizada através dos métodos qualitativos e do trabalho de campo, com enfoque nos relatos pessoais das nossas interlocutoras, a fim de apreender as características e particularidades dos municípios utilizando também técnicas etnográficas, tais como, entrevistas e diário de campo, somados a observação e análise.

Esta pesquisa foi construída a partir das informações que partiram da memória das mulheres do nosso universo empírico, com enfoque em seus relatos. Para compreender o ir e vir e suas alterações nos lugares, nos sujeitos, refletimos sobre algumas categorias que constroem a realidade migratória. Durante o trabalho de campo dedicamos nossas análises às histórias relatadas pelas mulheres, as representações construídas por elas, aquelas que ficam e se dedicam a suas famílias e ao seu lugar, a cerca da dinâmica determinada pela migração, de como elas veem o processo migratório, como entendem as motivações dos que migram e os efeitos desse processo em suas vidas, no intuito de compreender como é esperar por um migrante.

1 Grupo de estudos e pesquisas do São Francisco – OPARÁ/MUTUM, CEPEx 96/2011. Reconhecido na Unimontes e no CNPq.

DEFININDO AS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS: UMA ESTRATÉGIA, UMA RESISTÊNCIA

Não existe uma teoria que por si só dê conta do fenômeno migratório. Há um vasto debate teórico a cerca das migrações, através de distintas correntes. Os diversos enfoques podem ser consensuais no que tange a migração como decorrente de um desequilíbrio social, regional e principalmente econômico a qual se produz disparidade de renda e emprego nas áreas de origem e destino dos fluxos migratórios. Neste trabalho, para estudar o processo migratório vivido pelas mulheres, e entender os reflexos que ele ocasiona em suas vidas ao permanecerem esperando pelos migrantes no local de origem, a migração é entendida como um fato social total (SAYAD, 1998), um processo social complexo e historicamente condicionado.

De acordo com Salim (1992) a concepção neomarxista, adotando o materialismo histórico, propõe que a migração é um fenômeno/processo social. Sua unidade é combinada de fluxos de grupos sociais ou socioeconômicos de estruturas sociais delimitadas geograficamente. Citando Blam (1978), o autor traça uma relação entre o fenômeno social da migração e outros fenômenos sociais determinados historicamente com os processos de mudança da estrutura de uma determinada formação social.

Nesse sentido, o autor apresenta a necessidade de compreender a migração como mais que uma mudança ou deslocamento de “um contingente humano que, em determinado período, desloca-se entre duas regiões e muda de residência de forma permanente.” (1992, p. 121). É preciso ir além, não restringir o conceito a apenas essas modalidades. Há a necessidade de incorporar outras possibilidades, como: as migrações temporárias e a migração de retorno dos migrantes às suas áreas de origem. O autor ressalta, que apesar das migrações temporárias não serem apontadas nas estatísticas dos censos, são importantes assim como as migrações permanentes e podem ser ainda mais expressivas a nível numérico ou socioeconômico.

Martins (2002) traz uma crítica a cerca da visão que se tem das migrações, considerando a palavra migrante um conceito mal empregado. O autor considera a migração temporária a forma mais dramática de migração, pois o indivíduo é obrigado a sair temporariamente em busca de meios de sobrevivência. A crítica do autor reside no fato das migrações temporárias não aparecerem nas estatísticas de migração, talvez por sua fluidez.

Puxei pela Internet a *home Page* do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para pegar as últimas estatísticas sobre migrações. Elas, afinal, são antiquadas e precárias. Mais da metade dos brasileiros é migrante. Quem são os migrantes para o IBGE e, seguramente, para a igreja também? São aqueles que nasceram em um município e estão em outro município. Sessenta milhões de pessoas. Eu estou lá. Vocês estão lá. (MARTINS, 2002, p.126)

Para Martins, não importa os números, não importa a palavra migração, existe uma preocupação maior que é com o problema social das migrações. “Nem todos os migrantes são um problema social, mas nas migrações está envolvido, sem dúvida, um problema social” (Idem, p.127). Em outro texto, Martins (1986) aponta que quando retorna o migrante já não é aquilo que deixou, vive uma ruptura de modos e costumes, modifica o que é, e também sua maneira de ver o mundo, há também uma modificação na vida dos que ficam, que passam a conviver com a ausência de um membro, criando mecanismos de manutenção do lugar de origem, como identificamos em nossas pesquisas em comunidades Norte-Mineiras.

Para caracterizar os migrantes temporários, Martins (1984) os insere em um universo social em que, mais do que estar em transito de um lugar a outro, o migrante vive uma transição de um

tempo a outro. Viver em espaços geográficos diferentes e temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais, segundo o autor, é o que caracteriza a migração temporária.

Os que ficam, que convivem com a presença do ausente, modificam a divisão do trabalho, o lugar de cada um, alterando, assim, a organização familiar. “Nessas idas e vindas, as ausências e presenças dos homens conduziram a uma constante redefinição de tarefas cumpridas por homens e mulheres (...), e reestruturaram as formas de reciprocidade da família e da comunidade.” (MAIA, 2004, p.127) Diante disso, percebe-se que migração temporária dos homens, principalmente para as colheitas e plantios sazonais, modifica a organização familiar dos norte - mineiros.

IDENTIFICANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS MIGRAÇÕES

A partir do entendimento das relações de gênero nas famílias das comunidades estudadas, pretendeu-se compreender como elas interferem na organização da vida social das mulheres, tendo em vista que quando todos os membros da família estão no lugar de origem, homens e mulheres assumem tarefas distintas dentro de suas organizações de reprodução social e cultural.

Segundo Faria (2014), para a antropologia a categoria gênero é “a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.” (Idem, p.75) Frisando o processo de construção social da categoria, Almeida (2011) traz uma interpretação que a categoria gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, fundamentadas sobre as disparidades entre os sexos. Segundo a autora,

Mead, Mauss e Clastres, dentre outros autores, inculcaram na tradição antropológica a idéia de que os papéis destinados a homens e mulheres não são explicados por uma diferença essencial inscrita na natureza dos seus corpos. Ainda que sejam biologicamente diferentes, as peculiaridades anatômicas não explicariam as inúmeras outras diferenças sociais entre os sexos: Sejam elas de hierarquia, de status, de poder, de posição na divisão do trabalho, de personalidade, de comportamento e nem mesmo de seus trejeitos corporais. (ALMEIDA, 2011)

Nesse sentido, entende-se que a cultura exerce uma forte influência na organização social das comunidades, determinando a posição de homens e mulheres na construção da vida coletiva através das estratégias de reprodução social.

Heredia (1979, p.77) analisa a organização interna de unidades de produção camponesas no Nordeste. Um dos focos do seu trabalho está na análise das relações de oposição entre a unidade de produção e a unidade de consumo, expressa na oposição *casa-roçado*. Essa relação de oposição determina a organização das unidades familiares, inclusive na vida cotidiana. São as atividades exercidas pelo indivíduo na *casa*, ou no *roçado*, que determinam o lugar que ele ocupa dentro do grupo doméstico, a inclusão nessas esferas varia de acordo com o sexo e ciclo de vida de cada indivíduo.

Nessa dinâmica social vivenciada pelas famílias, as mulheres passaram a acumular, sob novas formas, não só as tarefas do espaço da casa consideradas, tradicionalmente femininas, como, também, as tarefas do espaço da produção consideradas, tradicionalmente masculinas, pois o período de migração dos homens- de abril a dezembro- coincide com o período de maior trabalho agrícola na propriedade. Nesse sentido, as mulheres assumem o importante papel de impedir o rompimento da ligação da família com a “terra patrimônio” e com a produção direta de sua subsistência. É através da permanência das mulheres na casa, no “lugar de origem”, no lugar, e do

seu trabalho no espaço da casa e da roça, que os homens mantêm sua condição de camponeses- como se consideram e representam. (MAIA, 2004, p.21)

Nota-se que há alterações nas relações de gênero das comunidades enquanto os chefes de família estão no “trecho”, porém, as relações são ligadas no patriarcado, apesar das mulheres assumirem determinadas funções durante a ausência do marido. Há um protagonismo das mulheres enquanto os homens estão no “trecho”, mas quando os migrantes homens retornam para o lugar, (re)assumem a posição mais alta na escala hierárquica camponesa.

Dessa forma, para pensar os reflexos das migrações temporária na organização familiar das mulheres que ficam em São Francisco-MG e Porteirinha-MG, é fundamental a compreensão de como são estabelecidas as relações de gênero na unidade familiar, se há disparidades nos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres nas alternativas de reprodução social e econômica.

ENTRE IDAS E VINDAS, A AUSÊNCIA: O PROCESSO MIGRATÓRIO

Realizamos uma imersão na vida social das nossas interlocutoras, buscando estabelecer relações, no intuito de apreender em suas falas e atos, as características necessárias para a construção de uma interpretação das peculiaridades encontradas nos universos da pesquisa.

É necessário pensar como migrante não apenas quem migra, mas o conjunto da unidade social de referência do migrante que se desloca. Mesmo que uma parte da família fique no lugar de origem e apenas outra parte se desloque para o lugar de destino. No entanto, todos padecem as conseqüências da migração, embora não sejam estatisticamente migrantes. Todos vivem cotidianamente o sonho do reencontro. Vivem todos os dias à espera do ausente” (MARTINS, 2002, p.145)

O processo do trabalho em São Francisco e Porteirinha é compreendido de acordo com a necessidade da família, entendida aqui como um valor cultural que estrutura as ações e as relações sociais dos indivíduos (WOORTMAN, 1995). O partir e o permanecer, mediados pela saudade, configuram-se enquanto uma condição necessária para a reprodução da mesma, levando a uma definição/redefinição dos papeis e funções sociais de cada membro.

Em São Francisco, especificamente no bairro Sagrada família, tivemos a oportunidade de conversar com Valéria, de 25 anos, mãe de uma única filha, Dona de Casa que vivencia as idas e vindas do Fábio para as *firmas*² há 7 anos, desde que passaram a morar juntos; Carmita, 60 anos, mulher aposentada que se dedica aos cuidados com a casa e com os netos, mãe de 4 filhos, sendo que três deles vão *pra firma*; Janaína, de 27 anos, mãe de um filho, Dona de Casa, esposa e irmã de migrantes; e Francineide, Dona de Casa e mãe, que vivenciou migrações temporárias do marido quando se mudaram para São Francisco.

Em Porteirinha, ouvimos relatos de Maria do Carmo, Dona de Casa de 52 anos, mãe de duas filhas, entre elas a Gersilene, de 30 anos, mãe de 3 filhos, manicure e estudante de pedagogia. Maria do Carmo e Gersilene são esposa e filha do Seu Gercílio, que há 15 anos migra para trabalhar no corte de cana; Maria das Dores, 60 anos, Dona de Casa e mãe de dois filhos, esposa de Gilberto, que há mais de 20 anos *sai pra trabalhar fora*; e Fábria, de 30 anos, mãe de um filho, casada com um agricultor, e que por 5 anos permaneceu na zonal rural cuidando da casa, do filho e da *roça* enquanto o marido migrava. Atualmente formou-se em Serviço Social e trabalha como Orientadora Social.

2 As mulheres se referem às *firmas* como o local de trabalho dos homens (*firmas* de plantação e colheita de alho e cebola; trabalhos em indústrias nas cidades de grande e médio porte; ou quaisquer outros tipos de trabalho que não seja no município de origem). Quando se referem às viagens de migrações temporárias dos homens, elas consideram as *firmas* como destino, e não ao município.

Nos relatos, as mulheres apontam a dificuldade de incorporação dos homens no mercado de trabalho local, como o principal fator que os leva a procurar os trabalhos temporários, uma estratégia para prover recursos. Migram para reprodução da vida, para manter a família, para suprir necessidades, para adquirirem um produto específico ou trazer melhorias para a casa. Acreditamos, assim como Maia (2004, p.37) que “as identidades de gênero são historicamente construídas e constituintes do sujeito”. Portanto, as famílias organizam suas estratégias de reprodução social a partir da negociação, moderada por “representações ideológicas” dos papéis de gênero.

A migração temporária dos homens nas famílias de Valéria, Janaína e Maria das Dores, constitui-se como a principal estratégia para a reprodução social da família, sendo que na família de Maria das Dores, a única renda é a do trabalho temporário do seu marido, já Valéria e Janaína são beneficiárias do Bolsa Família, que ajuda na manutenção da casa e da família.

Carmita é viúva, assegura seu sustento com a pensão do marido, neste caso, dois dos seus filhos migram para garantir o sustento dos netos. Na família de Francineide, a opção foi deixar a migração e viver de *bicos* em São Francisco, além disso, ela também é beneficiária do Bolsa Família.

No caso das Famílias de Maria do Carmo e Gersilane, mãe e filha, o seu Gersílio é aposentado, migra para complementar a renda. Gersilane é casada e trabalha como manicure, não precisando atualmente da ajuda do pai para a manutenção da sua família.

Na família de Fábria, a migração do seu esposo não é mais necessária, conseguem manter a casa e a família através do seu trabalho na cidade como orientadora social concursada, e o trabalho do seu marido na *roça*.

As migrações dos maridos, companheiros, pais e filhos, ocorrem como uma necessidade imediata. Nesse sentido, os espaços de produção e reprodução são mediados por elementos que condicionam a ação dos indivíduos na família e nas relações sociais de maneira geral, mesmo que as intensidades e repercussões variem. De acordo com Maia (2004):

O processo de migração dos homens, suas idas e vindas, tende a ser representado e vivido pelas mulheres, como o universo marcado pela distinção casa e rua, analisadas por DaMatta, ou o “lugar de origem” e trecho. A casa, o “lugar de origem”, ou apenas “lugar”, é o espaço da família, do conforto, da segurança, da tranquilidade, da harmonia, da confiança, do descanso, “da gente”. É um espaço marcado e controlado pelas relações pessoas e pelas redes de parentesco e ajuda mútua, onde todos se conhecem e se cuidam. É também o espaço onde se tem autonomia do seu próprio tempo e de seu próprio trabalho. (IDEM, p.192-193)

Nos relatos das esposas, companheiras, filhas e mães, percebemos como a ausência dos homens é permeada pela saudade. A tristeza e a insegurança em permanecer no lugar, muitas vezes na companhia apenas de crianças. A angústia da espera, da incerteza, das preocupações com os perigos dos trabalhos nas *firmas* ou *fazendas*. A emoção ao falar dos momentos difíceis, dos dias tristes e felizes que não puderam compartilhar com seus maridos, companheiros, filhos e pais.

Durante o dia pra mim passava, durante o dia assim porque ele saia pra trabalhar se fosse na roça alguma coisa durante o dia passava, pra mim eu tava acostumada com aquilo, mas na hora que ia dando ali umas seis horas da tarde que gente espera e não chega, vai dando aquele aperto no coração, vai dando aquela coisa ruim. A noite é pior, por que assim você sente aquela sensação de insegurança que eu costumo brincar com minhas amigas “qual a segurança que um homem da?!” mas você sente aquela sensação de insegurança assim sabe, que qualquer um barulhinho que tem lá fora você já pensa que é alguém que está batendo na porta, qualquer barulhinho que

Você vê lá você já acorda, você assusta, o sono não é a mesma coisa sabe. É, eu costumo brincar com minhas amigas que assim, quando ele chega eu não acordo uma vez de noite, eu durmo a noite inteirinha, mas é, porque aquela sensação, dá uma sensação de insegurança de mais sabe, assim eu não sei te explicar como é que é, mas não é a mesma coisa, você se sente insegura, você se sente incompleta sabe, assim, não tem nem como te falar não. (Depoimento de Fábria, 30 anos, moradora de Porteirinha, em entrevista concedida à SOUZA, C. N. Março de 2017)

Nas conversas, as mulheres revelaram que o período da noite é o momento que mais sentem a ausência, a saudade, pois quando os homens estão no local de origem, se ocupam de alguma forma de trabalho fora de casa durante o dia. O anoitecer é o momento que estão em casa, e quando migram, deixam um vazio. De acordo com Assis (2002) a saudade “é uma palavra que define um estado d’alma e um sentimento de dor, de angústia, de nostalgia provocada pela distância, pela ausência, pelo desejo de estar num outro tempo e lugar” (2002, p. 78)

As mulheres, quando falam da saudade, termo muitas vezes substituído pela palavra *falta*, de alguma forma trazem a presença de quem está ausente em seus imaginários. A ausência é vivenciada e se manifesta em lembranças do passado e do presente, expressam um sentimento de solidão, que as levam a recorrer às lembranças ou memórias, que de alguma forma trazem os ausentes a presença.

Identificamos nos relatos, que a baixa escolaridade, a falta de qualificação e especialização, exigidas cada vez mais pelo mercado de trabalho, são alguns dos fatores que dificultam encontrarem emprego nos locais de origem. Por isso, os homens migram para trabalhos que exigem força braçal e resultados imediatos nas atividades que desempenham.

Igual meu marido, não tem estudo, imagina aqui hoje quem tem estudo dentro de Porteirinha?! É difícil de encontrar um trabalho, imagina uma pessoa da cor, e ainda tem né, ainda mais uma pessoa não tem nem estudo igual ele pra arranjar um serviço aqui, aí muito difícil ainda, porque aqui não tem assim, um trabalho, uma pessoa assim pra falar ó, vamos, o jovem também que precisa né, cadê?! Cadê o serviço aqui?! Cadê os empregos que existem aqui dentro de Porteirinha? Não tem! Ainda mais meu marido que tem né, dessa idade, não sabe leitura, pior é ainda, nada, mal mal assinar o nome. (Depoimento de Maria do Carmo, 52 anos, moradora de Porteirinha, em entrevista concedida à SOUZA, C. N. Fevereiro de 2017)

Não é gostar não né, é o jeito. É o jeito, tem que sair pra trabalhar que aqui é difícil, principalmente ele que parou na sexta série de estudar né. (Depoimento de Valéria, 25 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, em entrevista concedida à SOUZA, C. N. Outubro de 2015)

A migração dos homens causa uma sobrecarga emocional e também de trabalho para as mulheres, que sozinhas passam a cumprir as tarefas do espaço casa e também as atividades que antes eram cumpridas pelos homens. Assumem o papel de mãe e pai na criação dos filhos. A divisão do trabalho no espaço da casa é determinada pela necessidade vivida pela família na dinâmica social da migração. Nesse sentido, a divisão das tarefas está sujeita a modificações.

Nos relatos das mulheres, identificamos que na situação imposta pela dinâmica da ausência física dos homens, elas permanecem para preservarem a casa e garantirem a eles um vínculo com o local de origem que os possibilitem o retorno. Ficam e se dedicam exclusivamente aos cuidados com a educação dos filhos, a alimentação, a limpeza, entre outros. As práticas sociais, os símbolos e discursos se materializam na memória e nas representações sociais das mulheres a partir do lugar, da territorialidade, da solidariedade, entre outros.

Durante nossa pesquisa uma questão nos instigou. Identificamos famílias que tem como a figura do “chefe/provedor” uma mulher. Mulheres que também tomaram a migração como uma estratégia para se reproduzirem socialmente, para criar os filhos. Mulheres que são solteiras e tem filhos, ou optaram por migrar para terem a autonomia de suas vidas e do seu dinheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intuito neste trabalho foi analisar enquanto um processo social complexo, as migrações temporárias, considerando a configuração da realidade migratória nos municípios estudados, como sendo pautadas em relações de assimetria de gênero no que tange a divisão do trabalho. Existe uma construção social e cultural que determina a posição dos homens e mulheres na construção da vida coletiva: aos homens é atribuída a função de prover pela família, e as mulheres a preservação da casa. Entretanto, essa configuração pode se tornar menos rígida de acordo com a necessidade da família.

Em Porteirinha as mulheres permanecem sem a presença dos homens por três, quatro, até seis meses, a migração acontece apenas uma vez por ano. Já em São Francisco os homens permanecem no local de destino por quarenta e cinco dias, voltam para o município e ficam por um período que varia de três dias a uma semana e retornam, continuando o ciclo de migrações durante a maior parte do ano.

Para expressarem como é esperar pelos que foram, identificamos o termo “falta” para expressar um sentimento que vai além do significado de saudade, é mais do que saudade, do que a ausência. Reflete a falta do auxílio, da partilha, da compartilha, a tristeza e a insegurança em permanecer no lugar, a angústia da espera, da incerteza, das preocupações com os perigos dos trabalhos nas firmas ou nas fazendas, uma ausência temporal sentidas de formas diversas.

A condição de “ficante”, reflexo atribuído as mulheres que vivem esse movimento de idas e voltas, cria uma representação a cerca dos trabalhos desempenhados por elas em decorrência da dinâmica social migratória. A elas são atribuídos os trabalhos reprodutivos, o ficar em casa, cuidar dos filhos e realizar o trabalho doméstico, dedicar-se ao lar, ao manter os filhos na escola, o ser pai e mãe, o ter menor acesso à informação e formação.

O termo migração foi utilizado como categoria analítica, visto que as mulheres se referem aos homens como trabalhadores, e não como migrantes. Para se referirem ao local de destino dos seus esposos, companheiros, pais e filhos, as mulheres do bairro Sagrada Família se referem as “firmas” de plantação e colheita, e as mulheres de Porteirinha se referem as “fazendas” de plantação, colheita ou criação de animais.

Com a migração dos homens, as mulheres se tornam protagonistas de esferas de decisões que antes cabiam aos homens: fazem a feira, tomam decisões a cerca da reforma da casa, na criação dos filhos, administram o recurso do Bolsa Família e do dinheiro enviado pelos homens para a reprodução do lugar de origem, cuidam da *roça*. Nesse sentido, os homens migram e as mulheres ficam para reprodução da vida, para manter a família, para suprir necessidades, para adquirirem um produto específico ou trazer melhorias para a casa, para melhorar o local de origem, o local de morada, de vida. Identificamos nos relatos a “territorialidade”, um sentimento de identificação com o seu meio, impactando na estratégia da família permanecer no local de origem enquanto os homens migram, o que possibilita a reprodução da cultura e os modos de vida local que permanecem para o retorno dos homens.

Em São Francisco e Porteirinha, vimos mulheres que se entristecem ao se lembrarem das partidas, que aconteceram ou ainda acontecem, do seu esposo, do seu filho, do seu irmão ou do seu pai, que em meio à espera e à esperança, sonham que o seu núcleo familiar um dia não precise mais desmembrar. Almejam sempre que seus maridos, filhos, companheiros, retornem ao sertão e ao seu povo, a sua família e modo de vida. Em cada face, em cada relato, vi o reflexo da migração, que tem especificidades relacionadas ao ambiente onde se vive, ao modo de vida que levam, a identidade que criam.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Heloísa Buarque. **O sexo inventado**. In: Sociologia Ciência & Vida, v. 33. Ano IV. São Paulo: Escala, 2011.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 julho 2016.
- FARIA, Guélmer Júnior Almeida. **Do seu lugar para o lugar dos outros: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7)
- MAIA, Cláudia de Jesus. **Lugar e Trecho: Migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil**. In: Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- _____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SALIM, Celso Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., São Paulo, 1992. Anais... São Paulo: ABEP. 1992.p.119-144.v.3.Disponível em: <http://abep.org.br>. Acesso em: 1 de maio de 2016.
- SAYAD, A. **A Migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,1998.
- SOUZA, Carla Nadinne. **ENTRE IDAS E VINDAS, A AUSÊNCIA: O Processo Migratório vivido por Mulheres Norte-Mineiras**.Montes Claros: Unimontes/Departamento de Política e Ciências Sociais – DPCS (Monografia de Bacharelado), 2017.
- WOORTMANN, E. **Herdeiros parentes e compadre: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1995.

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SOBREPOSIÇÃO TERRITORIAL: ANÁLISE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

CAROLINA SILVA FREIXO

*Mestranda do Programa de mestrado Interdisciplinar
em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
carolfreixo@gmail.com*

ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA

*Professor do Programa de mestrado Interdisciplinar
em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Alvaro.dantona@fca.unicamp.br*

RESUMO

Este artigo visa identificar as diferentes abordagens geográficas sobre território e políticas públicas. Permitindo traçar um panorama geral sobre os conceitos, revelando o que são consideradas nas políticas públicas e os conceitos territoriais que são utilizados na análise para nos apropriarmos do conceito de sobreposição. Faz-se uma análise de processos simultâneos de uso de territórios, com presença no espaço e inserção política, tendo a participação da população nas relações ali estabelecidas. A análise se atém ao fato da coexistência de dois ou mais territórios em um espaço delimitado. Interdisciplinaridade se apresenta como um caminho viável para entender como esses conceitos se cruzam e se mesclam, produzindo um referencial teórico mais palpável e com um viés mais amplo de conexões.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; sobreposições; território; políticas públicas

ABSTRACT

This article aims to identify the different geographical approaches about territory and public policies. Allowing an overview of the concepts, revealing what consider in public policies and the territorial concepts that use in the analysis to charge us the concept of overlapping. An analysis of concurrent processes of use of territories, with presence in space and entering politics with the participation of the population in relations there established. The analysis focuses on the fact that the coexistence of two or more territories in a space delimited. Interdisciplinarity presents itself as a viable way to understand how these concepts intersect and if merge, producing a theoretical reference more palpable and with a wider bias.

Key-words: Interdisciplinarity. Overlaps. Territory. Public Policies

1. INTRODUÇÃO

Ao inserir a interdisciplinaridade, abarcando o conceito da sobreposição, destaca-se a de forma geral a questão territorial:

Esse ponto de vista permite ainda a incorporação do conceito de territorialidade, pois, como bem o lembra Milton Santos, os territórios se delineiam a partir de “sua utilidade atual, passada e futura”, derivam do uso que lhes é atribuído “pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores” (PELEGRINI, 2006, p. 121).

Conversando com a visão de Pelegrini (2006), acredita-se que, devido a escala da área de estudo, os conceitos de território e política pública são capazes, cada um da sua forma, de englobar a complexa e extensa construção da sobreposição. A interdisciplinaridade permite-nos olhar o que não se mostra e intuir o que ainda não se consegue, mas esse olhar exige uma disciplina própria capaz de ler nas entrelinhas (Fazenda, 2001).

Esses estudos estão centrados na construção de uma interdisciplinaridade. Pressupondo uma nova forma de produção do conhecimento, porque implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias, e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos com maior complexidade (Capes, 2014).

“A integração entre disciplinas, metodologias e teorias para dar conta de um problema, de uma reflexão”, mais do que a agregação ou a sobreposição de diferentes áreas do conhecimento em torno de um tema em que cada área preserva suas premissas metodológicas, teóricas, conceituais ... (Alvarenga et al., 2011; p. 998)

Com base no conceito apresentado, pretende-se avançar no debate sobre a questão das sobreposições. Para tal, faz-se uma revisão bibliográfica das políticas públicas, relacionando-as com o conceito de território em sua amplitude, ou seja, não o reduzir a um simples recorte pela sua dimensão ou responsabilidade administrativa, mas como forma conceitual.

Busca-se, aqui, problematizar a questão a partir da análise de um repertório político e territorial, considerados relevantes para os objetivos expostos. A partir das leituras, arriscaremos defender a noção de inseparabilidade entre políticas públicas e território, como indica Steinberger (2013), ao mesmo tempo em que discutimos os novos desafios das políticas públicas setoriais sejam dirigidas e caminhem juntas para a construção de uma sobreposição territorial.

2. O CONCEITO DE TERRITÓRIO

O território que é usualmente definido como uma área do espaço delimitada por fronteiras a partir de uma relação de posse ou propriedade e das relações humanas, pode ser visto de diversos pontos que caminham para uma definição mais ampla, pois é no espaço geográfico, um conceito fundamental para a ciência geográfica, que se realizam as manifestações da natureza e as atividades humanas. A compreensão dessa organização e as transformações sofridas por esse espaço é essencial para a formação do território.

O desenvolvimento do conceito de território e espaço, seja nos campos teóricos distintos, seja enquanto tentativa de unificá-los em um mesmo corpo analítico, constituem-se de abordagem desenvolvimentista territorial e do processo em que esse território está imerso, pode-se pensar na questão do potencial das territorialidades e como estão inseridas no caminho da construção interdisciplinar.

A conceituação de Souza (2001) sobre o território é política e cultural, pois afirma que este é delimitado por e a partir de relações de poder. O território deve ser apreendido em múltiplas formas e funções e embora valorizando as mudanças que o poder provoca no território. Souza

(2001) disponibiliza a possibilidade de muitos territórios, podendo ser permanentemente ou terem curta existência.

Quando se pensa no espaço, território e lugar no ponto de vista da geografia, pode-se pensar nas interações existentes, pois “se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea dos outros. E isso é ao mesmo tempo um prazer e um desafio” (MASSEY, 2008, p. 15).

Espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações (...) (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323 apud HAESBAERT, 2006, p. 121).

Massey (2008) inicia suas reflexões sobre o espaço delineando vertentes. A primeira dessas vertentes, é a compreensão do espaço como produto de inter-relações, as práticas encaixadas de entidades e sujeitos é o que constitui o espaço, por meio desta perspectiva o espaço existe mediante as relações identidades. A outra vertente, é o entendimento do espaço como um processo constante, e não um sistema fechado, o espaço, neste sentido, é aberto.

Penso que o que é necessário arrancar o ‘espaço’ daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão indiscutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento, representação) e estabelecê-lo dentro de outro conjunto de ideias (heterogeneidade, racionalidade ... caráter vívido, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora (MASSEY, 2008, p. 34-35).

Para Massey (2008) é crucial a geografia não se ater ao espaço somente como uma extensão na qual se desenrolam os fenômenos físicos e humanos.

Ao produzir sua vida, a pessoa também estará produzindo o espaço. Sendo a produção do espaço advinda do sujeito social em interação com a sociedade, Massey (2008) argumenta que o espaço é feito por trajetórias, por movimento e constante construção de si e do outro. É a partir desta relação que serão produzidos os lugares.

Lugares como integrações de espaço e tempo, como eventualidades espaço-temporais. Este é um entendimento de lugar – como aberto ‘um sentido global de lugar’, como um tecer de estórias, em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada... (MASSEY, 2008, p. 191)

É interessante notar as diversas visões e conflitos existentes nestes espaços mediante o uso e o entendimento que os sujeitos têm dos espaços públicos. Neste sentido, diferentes grupos podem se “aliar” ou “rivalizar” pelo acesso e usufruto de um determinado espaço. O aliar ou rivalizar dependerá de interesses convergentes dos grupos.

Haesbaert (2006) apresenta quatro macrodimensões territoriais, mas aqui só usaremos uma, a política, sendo hegemônica e que encara como espaço delimitado, por meio do qual se exerce um determinado poder.

Esta concepção mais abrangente de território faz com que se promovam, ao longo do tempo, diferentes possibilidades de territorialização. Ressalta Haesbaert (2006) que a territorialização possui quatro objetivos básicos, abrigo físico; identificação de grupos de interesse através de dimensões espaciais; controle através do espaço e construção/controlado de conexões e redes.

Nesse processo as dinâmicas de constituição de um território relacionadas às formas e aos usos, aos objetos e às ações no espaço habitado pelo humano, considerando as redes sociais

que se entrelaçam, entende – se que a territorialização, em seu movimento torna-se elemento fundamental na (re) construção do território, fazendo com que surjam contrapontos entre os antigos territórios e os chamados territórios rede (HAESBERT, 2006)

A territorialização múltipla, traz a noção da existência das “multiterritorialidades” advindas de diferentes grupos ou indivíduos que constroem territórios flexíveis, multifuncionais e multi-identitários (HAESBAERT 2006). O fenômeno está ligado ao processo de des-re-territorialização, uma vez que não é possível ter-se a ausência de alguma forma de territorialidade. Para Haesbaert (2006) estes conceitos, juntamente com o conceito de multiterritorialidade mais geral, não passa de um mito, já que para cada indivíduo permanece como importante dimensão simbólica e física um mínimo de territorialidade.

Em termos teóricos, existe, simultaneamente, territórios de diversos tipos, mais demarcados e enraizados na contiguidade geográfica e territórios de tipo rede, descontínuos e dinâmicos, de maneiras diversas e sem um ritmo igual, são fluxos que pertencem somente aquela interação. É possível, assim, compreender que

[...] nessa trama complexa e historicamente mutável de delimitação ou contenção por área e de fluidez ou conexão por redes, podemos distinguir assim lógicas de dominância zonal e de dominância reticular que participam de processos ao mesmo tempo de ordenamento e desordenamento territorial. Ambas, portanto, podem ter efeitos contraditórios, redefinindo fixações e desenraizamentos, inclusões e exclusões, confinamentos e expansões, continuidades e descontinuidades (e territorializações e des-territorializações) (HAESBAERT, 2014, p. 108).

Entender os fatores que constituem esta abordagem territorial do desenvolvimento requer analisar o papel dos múltiplos agentes, das instituições, das demais formas organizativas da sociedade e, até mesmo, da cultura na configuração do espaço social (SCHNEIDER, 2004). Em síntese, requer analisar os múltiplos territórios de forma compartimentada e as relações que ambos estabelecem entre si; ou seja: suas respectivas territorialidades.

A territorialidade pertence a uma forma de compreensão a respeito das relações sociais e da construção de territórios diversos. Para isso, ao falar de território, Haesbaert (2006, p. 96) explica que o território se desdobra ao longo de um contínuo que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural simbólica.

Cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s) a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos e em função de suas atividades cotidianas. Isso pode significar natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, controle e poder. O território seria então o resultado das mediações entre os processos históricos e relacionais, com base nas relações sociais estabelecidas, uma vez que não há territórios sem uma trama de relações sociais (SAQUET, 2010/2009).

3. O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao pensar em políticas públicas e seus possíveis entrelaçamentos com o conceito de território, requer perceber que o Estado atua também na organização espacial da sociedade (CORREA, 1989). Contudo, “sua ação é marcada pelos conflitos dos diferentes membros da sociedade de classe, bem como da aliança entre eles” (CORREA, 1989, p. 26).

Esse processo pode ser observado do ponto de vista das políticas públicas, pois o Estado exerce um papel delimitador. A política é uma forma de atividade, que está inserida no urbano, social

e no civil. O espaço (ou lugar/território) onde as áreas estão inseridas é parte da política que foi exercida, que acaba por se mesclar com as territorialidades.

Política pública é o processo pelo qual diversos grupos compõem a sociedade – cujos interesse, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo compartilhado, isto é, uma política comum (RODRIGUES, 2013, p. 13).

A premissa central parte da observação de que nem todas as políticas públicas nacionais – como a ambiental, a de ordenamento territorial, a regional, a urbana e a rural – podem ser adequadamente enquadradas na categorização corrente de políticas econômicas, sociais e setoriais (FARRET, 2013).

O Brasil, ao retomar o campo das políticas sociais e transformá-lo em eixo de estruturação de um novo projeto de desenvolvimento nacional, fez com que o território emergisse como uma possibilidade e uma promessa para a reorganização do planejamento e das políticas públicas. Território, aqui entendido como ‘território usado’ (SANTOS, 2006).

A continuada transformação dos territórios, operada em tempos e circunstâncias diversas, em contextos políticos sociais e econômicos variados e com recurso a tecnologias progressivamente mais complexas e potentes, constitui o resultado mais imediatamente visível das políticas públicas. Esta visibilidade dá dimensão e força à sua espacialização e explica a importância, oportunidade e interesse da análise, no âmbito das políticas públicas (FADIGAS, 2015)

As Políticas públicas espaciais, são aquelas que se determinam a partir do espaço que se encontram e de seu próprio fundamento, podendo assim gerar um processo intenso do campo político que atue diretamente ou indiretamente na função de compreender a partir das políticas o processo de transformação de uma determinada localidade.

Tomando a experiência recente no exercício das políticas públicas, propõe-se uma análise e observação que pode ser feita ao nível mais geral, referindo-se ao fato de que parece existir algum consenso sobre a necessidade de pensá-las territorialmente e/ou espacialmente, havendo, a princípio, uma articulação para se operacionalizar propostas de desenvolvimento, reconhecendo os limites da dimensão local para tanto (LEITE, 2007).

Há outras discussões na área e outros modelos de análise, mas o que se procurou trazer aqui foram as principais contribuições que possibilitam uma abertura para se pensar na Geografia e como ela complementa as políticas públicas.

Ao compreender os tipos específicos de políticas, especialmente, de políticas públicas espaciais, entende-se que como cita Steinberger (2006, p.31), as políticas públicas espaciais “têm em comum o fato do espaço ser seu substrato”. São elas: as políticas ambiental, territorial, regional, urbana e rural. Assim, os temas foram classificados em: políticas sociais, políticas setoriais, políticas espaciais e outras

[...] urge levar em conta que o Estado de agora não pode ser mais aquele que desconhecia a existência de poderes plurais, sejam os federativos ou dos interesses contra-hegemônicos de novos sujeitos sociais como os movimentos populares urbanos e rurais. Enfim, a expectativa é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a Sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais, cuja finalidade última seja promover transformação social (STEINBERGER, 2006, p.30).

As políticas públicas que se encontram no espaço têm seu próprio fundamento (Steinberger, 2006), como a política territorial, ambiental, regional, urbana e rural. E não devem ser concebidas de forma isolada, não deveriam abordar o espaço de maneira segmentada, pois o “espaço” é o elo que as une, a sua base comum. Pode-se pensar nas interações existentes, pois “se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea dos outros. E isso é ao mesmo tempo um prazer e desafio” (MASSEY, 2008, p. 15).

4. CONSTRUÇÃO INTERDISCIPLINAR: SOBREPOSIÇÃO

No campo da epistemologia, toma-se como categoria para seu estudo o conhecimento em seus aspectos de produção, reconstrução e socialização; a ciência e seus paradigmas; e o método como mediação entre o sujeito e a realidade (THIESEN, 2008).

Cada conceito usado expressa uma possibilidade de leitura da sobreposição, delineando, portanto, um caminho metodológico, para construir um corpo referencial que expresse as possibilidades de sobreposição.

Através das demarcações territoriais que se sobrepõem e que são determinantes dos sucessivos pactos sociais, percebe-se que todo o território equipado da superfície da terra é pressionado e ameaçado de ocupação pelos contingentes populacionais, na sua movimentação em busca de melhores condições de vida (RIBEIRO, 1992).

Trançando esse encontro, a construção das sobreposições na dinâmica territorial e nas políticas públicas compreende vários aspectos interdisciplinares. A construção dessa temática a partir da conexão dos conceitos compreende uma forma de unir as diferentes disciplinas e trazem uma nova construção na esfera social.

Na busca para construir o tema das sobreposições, de forma empírica, rompe-se com linearidade do tema e o relaciona o fato com uma construção teórica a partir de conceitos estabelecidos dentro do âmbito da política pública e território no processo da categorização das sobreposições, para assim englobar a complexa e extensa construção da criação de políticas públicas ambientais e dos conflitos que poderão vir a partir da confluência das mesmas.

Ao compreender as motivações da concepção de políticas públicas como eixo norteador do tema nos move para buscar uma maior orientação para um modo de entender a interdisciplinaridade como caminho de construção metodológica, mas ainda sim compondo uma mescla com autores que auxiliem a compreender o território como ponto de partida, como cita Guattari (1990) e Diegues (1996).

Percebe-se que esses conceitos podem ser aplicados em formas que se associam a criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades tradicionais sendo vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial. Essa usurpação é ainda mais grave quando as áreas naturais protegidas sem população se faz com a justificativa da necessidade da criação de espaços públicos, em benefício da “nação”, na verdade, das populações urbano-industriais (DIEGUES, 1996).

A atitude vem a ser vista pelos moradores locais como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes. Essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações

sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco etc.) (DIEGUES, 1996).

Se faz necessário, pois as políticas que ali constituíram essas formulações são incapazes de ter a percepção da sobreposição de interesses múltiplos ali observados.

As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações [...] ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo ecosofia – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões (GUATARRI, 1990, p. 8)

No processo de criação de áreas protegidas, inseridos como políticas governamentais e pertencentes a legislação, se faz necessário mesclar os dados das criações e as ocorrências de processos de retirada e inserção da população nestas áreas, podendo trazer um maior entendimento sobre as dinâmicas sociais, políticas e territoriais que se dão nestes espaços.

Para tal, quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera (ACSELRAD, 2004).

Nessa perspectiva, a solução de se colocar a natureza em parques onde o homem está ausente, não parece ser a melhor estratégia para o estabelecimento de uma relação mais harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente (DIEGUES, ANO, P 50.)

E nesse contexto de ruptura, de descentramento, de multiplicação dos antagonismos e de processos de singularização que surgem as novas problemáticas ecológicas. Entendamo-nos bem: não pretendo de maneira alguma que essas novas problemáticas ecológicas tenham que “encabeçar” as outras linhas de fraturas moleculares, mas parece-me que elas evocam uma problematização que se torna transversal a essas outras linhas de fratura (GUATTARI, 1990 p. 14)

Percebe-se, a partir da confluência de ideias e dados, que a sobreposição pode representar um desafio para o cumprimento do objetivo das políticas, que é alcançar a conservação na relação entre sociedade e natureza.

A política pública brasileira, apresentou diversas fases e faces e mesclaram-se diferentes posturas que perpassam por políticas regulatórias, estruturadoras e indutoras de comportamento (CUNHA e COELHO, 2012).

Essa participação social na construção e efetivação de uma política pública é defendida por entender-se que os processos das políticas públicas conjugam um conjunto de momentos não-lineares, que interagem de maneira dispersa e pode gerar o acúmulo dessas políticas perante o território. Alguns sujeitos que no jogo construtivo das políticas públicas, se tornam: os grupos de pressão, movimentos sociais, partidos políticos, administradores e burocratas, técnicos, planejadores e avaliadores, judiciário e a mídia. Que disponibilizam do interesse perante o território. Considera-se que o conhecimento prévio, mesmo que não em sua totalidade, significa maior poder de argumentação na busca do consenso e na solução dos conflitos que jamais deixarão de se fazer presentes na construção da política pública que permeia e orienta a sobreposição de territórios diversos, produzindo novas relações (SILVA E SILVA, 2001).

É a partir desses esclarecimentos que se pensa que o conceito de território pode vir a ser uma ferramenta útil para as políticas públicas, pois uma vez levado em consideração, a análise da fração espacial em que a política será implementada, desde o seu substrato físico até os atores

sociais que nele (re)constroem diariamente seus territórios, exercendo relações de poder, gestão e identidade sobre outros territórios. É nessa perspectiva que a Interdisciplinaridade, ciência que tem como objeto de estudo, dos conceitos-chaves, no caso território, pode vir a contribuir significativamente nos estudos das políticas públicas, como uma mescla que abriga os conceitos e tende a gerar uma nova categoria, a da sobreposição.

5. CONCLUSÃO

O conceito de território precisa ser apreendido e explicado a partir de elementos como identidade, poder e gestão. Cabe salientar que na (re)construção dos territórios há uma infinidade de fatores que o permeiam, os quais devem ser analisados a partir das conexões entre o local, regional, nacional e global, o que dá uma materialidade espacial representada pela forma, mas que é a partir do conteúdo do território que pode ser lida um determinado processo de junção de interesses.

No campo das políticas públicas o conceito de território, aliado com o de redes, pode vir a ser uma ferramenta útil em seus estudos, auxiliando a compreensão de sua formulação, implementação, execução e avaliação. E também do papel que essa política exerce.

Os resultados apontaram para a existência de um conjunto muito maior de possibilidades de sobreposições e ao propor um novo caminho para a produção do saber nas diferentes áreas de conhecimento, o caminho se mostra renovador e condizente com a complexidade do processo das sobreposições.

Enfatizamos que nos estudos empíricos, observa-se que a sobreposição territorial é trilhada tanto por grupos que são mal inseridos no local quanto por aqueles que regem os processos de territorialização, inserção política e processos de interesses, reunindo-se com o objetivo de trazer à tona novas perspectivas sobre as situações de sobreposição territorial, de modo a possibilitar o avanço nas articulações e consensos em torno desse tema.

6. REFERENCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004

ALVARENGA, A. et al. "Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade", in A. Philippi & A. Silva Neto (ed.) **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**, Editora Manole, com apoio da Capes, 2011, 998 p.

CAPES, 2014, Documento de Área 2013 (Área Interdisciplinar), <http://www.capes.gov.br>

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989

CUNHA, S.; COELHO, M. C. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DIEGUES, A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada: Populações Tradicionais em Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Hucitec. 1996.

FADIGAS, L. **Urbanismo e território - As políticas públicas**. Sílabo, Lda. 1ª Edição - Lisboa, abril de 2015

FARRET, R. Território, Estado e políticas públicas espaciais. (Org) Brasília: **Ler Editora/CNPq**, 2013

- FAZENDA, I. (Org.) **Interdisciplinaridade: dicionário em construção**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, R. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt Campinas: Papirus, 1990.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.
- _____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LEITE, S. **Políticas públicas e atores sociais na perspectiva do desenvolvimento territorial**, 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Opinioao/Politicas-publicas-e-atores-sociais-na-perspectiva-do-desenvolvimento-territorial/22010>. Acessado julho, 2017.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: Uma nova política de espacialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.
- PELEGRINI, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas reservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140. 2006.
- RODIGUES, M. **Políticas Públicas**. Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2013. São Paulo, SP: SENAC São Paulo
- SAQUET, M. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 2010. 73-94.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p.88-125, jan/jun 2004
- SILVA E SILVA, M. (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: _____ (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.
- SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116
- STEINBERGER, M. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília, Ler Editora, 2006
- THIESEN, J. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 39 set

O USO DE INDICADORES DE VIOLÊNCIA CRIMINAL PARA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE ARAPIRACA/AL¹.

LEANDRO ANTONIO DE OLIVEIRA

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em
Dinâmicas Territoriais e Cultura-ProDiC/UNEAL
leo.juh30@gmail.com*

JULIETE DOS SANTOS

*Mestre em Dinâmicas Territoriais e Cultura
pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL
juh-lieesanos1@hotmail.com*

JOSÉ LIDEMBERG DE SOUSA LOPES

*Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Professor assistente da Universidade
Estadual de Alagoas - Campus V e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e
Cultura - ProDiC
jlidemberg@yahoo.com.br*

RESUMO

Nos últimos anos, a violência criminoso se tornou um dos grandes problemas quando falamos de segurança pública. O trabalho em caráter inicial, trata-se de uma pesquisa de mestrado que analisa a relação da violência com estado de vulnerabilidade da população no município de Arapiraca/AL. E por tratar de temáticas que são de profundo interesse da sociedade, a presente proposta será uma ferramenta para contribuir com o poder público, buscando ações que ajudaram no desenvolvimento da cidade e na contenção dos problemas causados pela violência. No que condiz aos resultados preliminares, torna-se evidente a importância e o tamanho do debate no âmbito acadêmico, contudo, carece de uma maior abrangência a partir de uma ótica geográfica. Outro aspecto importante observado, é que as constantes transformações que ocorrem no território expõem parte da população a problemas, como violência e desemprego, deixam essa parcela majoritária da população em um estado de vulnerabilidade social.

Palavras-chaves: Crescimento urbano. Desigualdade social. Criminalidade.

ABSTRACT

In recent years, criminal violence has become a major problem when it comes to public safety. The initial work is a master's study that analyzes the relationship of violence with the population's vulnerability status in the municipality of Arapiraca/AL. And because it deals with themes that are of deep interest to society, this proposal will be a tool to contribute to the public power, seeking actions that have helped in the development of the city and containment of the problems caused by violence. Regarding the preliminary results, the importance and the size of the debate in the academic field becomes evident, however, it needs to be broadened from a geographical perspective. Another important aspect observed is that the constant changes that occur in the territory expose part of the population to problems, such as violence and unemployment, leave this majority of the population in a state of social vulnerability.

Key-words: Urban growth. Social inequality. Crime.

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas-FAPEAL.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os altos índices de mortalidade da população têm feito da violência criminosa um dos grandes problemas quando falamos de segurança pública. Esse cenário, se torna evidente quando analisamos as inúmeras mudanças de caráter socioeconômico que expõe significativa parcela da população a um cenário de vulnerabilidade em especial dentro de um caráter social que pode ter como consequência a violência.

Segundo Waiselfisz (2004), a violência é uma situação que um ou mais atores direta ou indiretamente possam causar danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis. Mediante suas especificidades, a violência se apresenta dentro do território de forma diferenciada, acompanhando as áreas que apresentam uma maior desigualdade social que na sua maioria se localizam as margens dos serviços públicos.

O presente trabalho em caráter inicial, trata de uma pesquisa de mestrado que objetiva analisar a relação da violência com o estado de vulnerabilidade da população no município de Arapiraca no estado de Alagoas. O referido município, foi escolhido por se tratar no contexto estadual da segunda cidade mais importante e pelo importante papel social e econômico que desempenha.

De modo geral, o presente trabalho busca discutir os primeiros resultados da pesquisa que busca identificar como o estado de vulnerabilidade social influencia nos índices de violência no município de Arapiraca/AL. E de forma específica: procura analisar os dados iniciais sobre violência no município e compreender a relação da violência com a vulnerabilidade social no município.

Dessa forma, se busca compreender a relação da violência com a vulnerabilidade social na cidade de Arapiraca/AL tomando como base os dados referentes a violência criminosa na perspectiva dos seus diferentes tipos de Crimes Violentos Letais e Intencionais-CVLI (homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal com resultado morte, resistência com resultado morte e outros crimes violentos contra a pessoa que resultem em morte) que são dados divulgado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública-SSP, através dos Boletins de Estatística Criminal de Alagoas elaborados pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal - NEAC/SSP. Para analisar a Vulnerabilidade Social de Arapiraca/AL, se utilizou como base os dados secundários disponibilizados no último censo de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

O presente trabalho, se justifica por entender a relação do estado de vulnerabilidade com a violência e em especial a analisada no contexto do município de Arapiraca no estado de Alagoas. E por estar se falando de um tema de interesse da sociedade a presente proposta, será uma ferramenta a mais para contribuir com o poder público.

Procedimentos metodológicos

A presente proposta, busca analisar a relação da vulnerabilidade social com a violência. Para identificar o Índice de Vulnerabilidade Social da cidade de Arapiraca/AL, será tomado como base os dados secundários disponibilizados no último censo de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. O propósito, é de realizar uma análise com efeito comparativo, trabalhando as informações em uma escala espacial menor que o município, no caso os bairros que compõe a região urbana de Arapiraca. Esse procedimento é escolhido porque o IBGE não disponibilizar dados para o município dos setores censitários, que são as menores unidades territoriais.

Para identificar o índice de violência, a pesquisadora se debruçará sobre os dados divulgados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública-SSP, através dos Boletins de Estatística Criminal de Alagoas elaborados pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal – NEAC/SSP. Através desses dados, será possível relacionar como índice de vulnerabilidade encontrado e analisar a relação da exposição social de uma população com a violência.

Inicialmente, será feito um levantamento bibliográfico, com base em trabalhos já elaborados, como artigos científicos, dissertações e teses que dialoguem com o tema. Posteriormente, será realizada uma revisão teórica para definir os conceitos de vulnerabilidade social, violência e crime com o intuito de estruturar a base teórica da pesquisa.

A pesquisa seguirá uma abordagem sistêmica, de caráter quantitativo, procurando entender os diferentes aspectos que interagem em uma ótica local. Quanto aos objetivos a investigação terá o caráter descritivo, identificando os fatos e aspectos que influenciam o fenômeno da violência na cidade de Arapiraca e correlacionando com os índices de vulnerabilidade social.

Para seleção dos dados, foi utilizado como pré-requisitos a confiabilidade, por isso, sobre a violência será utilizado as informações divulgadas pela SSP/AL no período de 2012 a 2014 e sobre os aspectos da vulnerabilidade social será utilizado os dados disponibilizados pelo IBGE com base no censo de 2010.

Os dados referentes a violência, foram selecionados junto a SSP/AL com base nos boletins dos CVLI. Conforme exposto no quadro abaixo, delimitou-se os seguintes indicadores de violência criminosa:

QUADRO 1. Indicadores para análise da violência criminosa em Arapiraca/AL.

Questão	Indicadores
ASPECTOS CRIMINAIS	Homicídio doloso.
	Roubo seguido de morte (latrocínio).
	Lesão corporal com resultado morte.
	Resistência com resultado morte.
	Outros crimes violentos contra a pessoa que resultem em morte.

Fonte: **Autores** (2018).

Mais do que quantificar, a ideia é entender o perfil dos sujeitos expostos a violência no nosso município e relacionar com os indicadores sociais para entender se a presença da violência tem alguma ligação com o índice dos indicadores sociais da cidade. Conforme o quadro a baixo, foi selecionado os seguintes indicadores sociais:

QUADRO 2. Indicadores para análise da vulnerabilidade social em Arapiraca/AL.

Questão	Indicadores
ASPECTOS SOCIAIS	Crianças entre 5 – 9 anos sem estar na escola.
	Jovens entre 10 – 14 anos sem estar na escola.
	Pessoas analfabetas entre 18 e 45 anos.
	Domicílios Próprios.
	Relação de Dependência
	Razão de Moradores por domicílio.
	Domicílios particulares por classe de rendimento nominal mensal

Fonte: **Autores** (2018).

Os indicadores de caráter social serão avaliados em equações lineares, onde será atribuído uma escala que variam de 0,00 (valor mínimo) a 1,00 (valor máximo), conforme mostra o quadro 3, a seguir. Como esclarece Lopes (2013), a normalização dos critérios e indicadores propostos receberão uma escala única para mensurar os resultados em diferentes unidades de medida para que possam ser agregados e atribuído o IVS.

Quadro 3. Classes de vulnerabilidade social-CVS.

NÍVEL	VALOR
Muito baixa	0,01 - 0,20
Baixa	0,21 - 0,40
Média	0,41 - 0,60
Alta	0,61 - 0,80
Muito alta	0,81 - 1,00

Fonte: LOPES (2013). Adaptação autores (2018).

Com essa normalização, poderemos calcular o IVS com base na média aritmética dos valores dos indicadores de vulnerabilidade trabalhados e o resultado final é a somatória dos próprios, divididos pelo número de variáveis. A presente proposta, será uma ferramenta para contribuir com o poder público seja ele, municipal ou estadual e buscará direcionar ações eficazes para ajudar no desenvolvimento da cidade de Arapiraca e na contenção dos problemas causados pela violência.

BASE TEÓRICA E CONCEITUAL

Segundo Zaluar (1999), a palavra violência deriva do Latim "*violentia*", que significa "veemência, impetuosidade", mas na sua origem está relacionada com o termo "violação". E se tratando de direitos humanos, a violência envolve todos os atos de violação dos direitos.

Contudo, há de ressaltar que existe uma diferença entre a violência e a criminalidade. Essas palavras não são sinônimas, a violência trata-se de um constrangimento físico ou moral e a criminalidade é a expressão dada pelo conjunto de infrações que são produzidas em um tempo e lugar determinado, é o conjunto dos crimes que infligem o código penal.

Outro detalhe é que há crimes que não são cometidos com violência física da mesma forma que existem fatos violentos que não se apresentam como tipos crime, por exemplo, as lutas livres, artes maciais, etc. Dessa forma, nem toda violência é crime, mas todos os tipos de crime representam formas de violência.

Para o filósofo francês Yves Michaud, a violência seria a ocorrência de interação, nesse cenário, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 2004, p. 11).

Ao analisar a violência, Hayeck (2009), destaca que devesse tomar cuidado ao expor um conceito sobre violência, pois ele pode ter vários sentidos, como: ataque físico, uso da força física ou até mesmo ameaça. Ou seja, a violência está ligada a relações sociais interpessoais entre grupos de diversas faixas etárias, gêneros ou até classes, a partir do momento que direta ou indiretamente causam danos físicos, mentais ou morais.

É nesse contexto, que se opta por adotar o termo violência criminosa, porque trata de todo ato violento considerado crime e punível pelo código penal.

Para Hayeck (2009), a violência é um elemento intrínseco ao fato social e aparece em todas as sociedades sendo considerado um problema de saúde e segurança pública. Com base nesses princípios, a presente pesquisa, analisou os Crimes Violentos Lentais e Intencionais-CVLI que apresentam o maior nível de crueldade contra a vida.

Nesse contexto, é observado o notório crescimento que vivencia a cidade de Arapiraca. Vale ressaltar, que a parcela majoritária da população arapiraquense reside na zona urbana. Esse desenvolvimento se depara muitas vezes com um cenário evidenciado por Mendonça e Leitão (2008), segundo os autores, no Brasil, as populações menos favorecidas, devido a problemas decorrentes da especulação imobiliária, são, muitas vezes, impelidas a ocupar irregular e ilegalmente locais insalubres e expostos a vulnerabilidade.

Neste contexto, se torna imprescindível compreender a conceituação do termo vulnerabilidade para entender do ponto de vista social a violência como parte direta desse processo.

Vulnerabilidade essa, que é entendida por Deschamps (2009, p. 09), como “qualidade de vulnerável”. De acordo com Guimarães e Novaes (1999), são vulneráveis aquelas pessoas cujas condições sociais, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde que se apresentam com diferenças estabelecidas entre elas e a sociedade na qual se inserem tornando-as desiguais. Ou seja, de acordo com a autora e como destaca, Kaztman (2000), estão sujeitas a um estado de vulnerabilidade as pessoas que não conseguem ter acesso aos serviços básicos necessários.

Outra perspectiva importante é abordada por Zanella et al. (2009), onde os autores afirmam que a vulnerabilidade se encontra diretamente relacionada com grupos vulneráveis (populações) que, por determinadas contingências são mais propensos a uma resposta negativa quando à ocorrência de algum evento adverso.

No âmbito de suas abordagens, a vulnerabilidade apresenta diversas dimensões, no entanto, será abordado as questões voltadas ao aspecto social.

Ao longo dos anos, condicionantes sobre vulnerabilidade social vêm sendo utilizada por muitos estudiosos e organismos internacionais. Em pesquisa realizada por Marandola Jr. e Hogan (2005), os autores observaram que as características socioeconômicas das populações nas áreas de risco consistem em um componente fundamental quando estamos discutindo sobre vulnerabilidade social. Eles afirmam ainda, que “[...] fatores como distribuição de renda, escolaridade, raça, tipo de ocupação, entre outros [...] devem receber atenção juntamente com as variáveis demográficas clássicas” (MARANDOLA JR. E HOGAN, 2005, p. 41).

Deste modo, Zanella et al. (2009), destaca que esses fatores, vão tornar as pessoas ou grupos mais ou menos vulneráveis, ou seja, com capacidade de superar ou minimizar as dificuldades e riscos, e de aproveitar as oportunidades para melhorar a sua situação de bem-estar.

Os autores continuam enfatizando que:

“[...] Os grupos sociais de maior renda ocupam os ambientes de amenidade sociais e ambientais e com melhor infraestrutura e serviços, enquanto os de menor poder aquisitivo, os mais vulneráveis, tendem a se localizar nas chamadas áreas de risco, ou seja, áreas de maior exposição a situações insalubres (contaminação de água, do solo, e do ar) e inseguras (riscos de acidentes de diversos tipos)” (ZANELLA et al., 2009, p. 193).

Dessa forma, a vulnerabilidade social está relacionada aos grupos vulneráveis que por determinadas questões (poder aquisitivo, localização, educação, etc.) são menos propensos a uma resposta positiva sobre a ocorrência de um evento adverso.

Assim, “a vulnerabilidade envolve um conjunto de fatores que pode diminuir ou aumentar os riscos ao qual o ser humano, individualmente ou em grupo, está exposto em diversas circunstâncias de sua vida [...]” (LOPES, 2013, p. 28-29).

Contudo, o conceito da vulnerabilidade está intimamente relacionado com o risco. Com base nos estudos de Veyret (2015, p. 23) “o risco é uma construção é um objeto social que se define como a percepção do perigo, portanto, ele existe apenas em relação a um indivíduo ou grupo social que conviva direta ou indiretamente com ele”. Nesse contexto, não existe risco sem população ou pessoas que sofram ou percebam seus efeitos.

A problemática dos riscos possui um caráter multidisciplinar, sendo abordado no âmbito da economia, sociologia, e nas geociências. Para Marandola Jr. e Hogan (2004, p.100), “o “risco” (*risk*) é utilizado pelos geógrafos como uma situação, que está no futuro e que traz a incerteza e a insegurança. Assim, há regiões de risco (*regions of risk*) ou regiões em risco (*regions at risk*) [...]”.

Segundo Giddens (1991 *apud* Zanella et al., 2009, p. 194), o risco atual é “fabricado” e depende cada vez menos das contingências naturais e cada vez mais de intervenções sociais e culturais, que em alguns casos desencadeiam desastres “naturais”. Ou seja, para o autor, a participação do homem possui um papel maior no âmbito desse contexto superando até a influência ambiental. O ser humano, além de alterar a paisagem ele pode desencadear diversos cenários de riscos.

Já o perigo é para Smith (2001 *apud* Almeida, 2010, p.99), uma inelutável parte da vida e é um dos componentes do risco. O autor continua enfatizando que o perigo é uma ameaça potencial para as pessoas e seus bens, enquanto o risco é a probabilidade da ocorrência de um perigo e de gerar perdas. Dessa forma, “o risco existe quando há um perigo com potencial de causar dano a um elemento ou sistema socioeconômico que pode ser atingido” (TOMINAGA, 2009, p. 34).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre 2012 e 2014, observamos em Arapiraca que os CVLI (homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal com resultado morte, resistência com resultado morte e outros crimes violentos contra a pessoa que resultem em morte) vem apresentando uma redução, contudo, os dados preliminares são preocupantes.

Em 2011, o município de Arapiraca apresentou uma taxa de CVLI de 84,7 por 100 mil habitantes. Já em 2012 o índice cai para 68,3 por 100 mil habitantes e em 2014 o índice diminui para 68,0 CVLI em um âmbito de 100 mil habitantes. Ou seja, apresentando uma redução em torno de 19% (ALAGOAS, 2016).

Comparando com o mesmo período o Estado de Alagoas, apresentou em 2011 uma taxa de CVLI de 77,20 por grupo de 100 mil habitantes. Em 2012, Alagoas detinha uma taxa de 69,8 CVLI por 100 mil habitantes. E em 2014, esse índice diminui para 66,3. Ou seja, apresentando uma redução em um âmbito de 100 mil habitantes em torno de 15% (ALAGOAS, 2016).

Ou seja, é nítido a redução, no entanto, os percentuais tanto a nível municipal como estadual são preocupantes. Segundo, LIRA (2017, p. 16) a Organização Mundial da Saúde (OMS) sinaliza como toleráveis taxas abaixo de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Ao analisar esses dados, observamos que nos últimos anos, os governos municipais e estaduais têm se empenhado para reduzir os índices alarmantes da violência. Outro ponto importante

é que ano a pós ano, os índices estão apresentando reduções. Contudo, nossa realidade ainda está muito longe do aceitável pelos órgãos internacionais e agencia fiscalizadoras de segurança pública.

De forma mais direcionada, no ano de 2012 Arapiraca na ocorrência dos CVLI teve 94% sendo do sexo masculino e 6% sexo feminino. Em 2013, os CVLI referentes ao sexo masculino corresponderam a 96% e os femininos 4%. Por fim, no ano de 2014, o sexo masculino correspondeu a 92% e os CVLI contra o sexo feminino foi equivalente a 8%.

Quadro 4. CVLI em Números.

Ano	Masculino	Feminino	Total
2012	140	9	149
2013	144	6	150
2014	145	11	156

Fonte: **Autores** (2018).

Nos três anos analisados foram encontrados os seguintes tipos de armas utilizados:

Quadro 5 . Tipo de armas utilizados na execução dos CVLI entre 2012 e 2014.

PAF-Projétil de Arma de Fogo	Branca	Não identificada	Espancamento	Asfixia mecânica	PAF/Branca	Carbonizado
375	37	4	28	3	7	1

Fonte: **Autores** (2018).

Os dados acima evidenciam a utilização em massa de projétil de arma de fogo (PAF). Os dados correspondem a 82% dos CVLI sendo executados com esse tipo de arma. Outro dado importante é a faixa etária mais vulnerável a esses tipos de CVLI. Segundo (ALAGOAS, 2016), jovens e adultos de meia idade entre 18 e 45 anos são os grupos mais vulneráveis a esses tipos de violência em Arapiraca e no Estado de Alagoas.

Em Arapiraca, entre 2012 e 2015 o quantitativo de jovens e adultos de meia idade que foram expostos a CVLI variou entre 62,84% e 68,4%. Em Alagoas no mesmo período, o quantitativo variou de 74,06% a 73,5% (ALAGOAS, 2016). Um índice preocupante, por se tratar de jovens que tinham um futuro todo pela frente e por algum motivo se tornaram vulneráveis e expostos a violência que permeia em nossa cidade.

Analisando esse contexto, Zaluar (2004) evidencia que, principalmente os homens jovens, estão se reunindo em galeras ou quadrilhas. Todavia, este elemento precisa ser analisado dentro de um contexto diversificado o que para Cohen (1955), significa questões do status social, representado pelo mercado de consumo. Ou seja, isso se deve às diferentes ambições e aspirações individuais e disponibilidade de poder econômico.

Em pesquisa realizada por Marandola Jr. e Hogan (2005), os autores observaram que as características socioeconômicas das populações nas áreas de risco consistem em um componente fundamental quando estamos discutindo sobre vulnerabilidade social. Dessa forma, os indicadores selecionados (quadro 6) são de extrema importância, por apresentarem o perfil social do município.

Quadro 6: Índice dos indicadores de Vulnerabilidade Social de Arapiraca/AL.

Crianças entre 5 - 9 anos sem estar na escola	0,43	Média
Jovens entre 10 - 14 anos sem estar na escola	0,07	Muito baixa
Pessoas analfabetas	0,21	Baixa
Domicílios Próprios	0,74	Baixa
Relação de Dependência	0,58	Média
Razão de Moradores por domicilio	0,27	Baixa
Domicílios particulares por classe de rendimento nominal mensal	0,65	Alta

Fonte: Autores (2018).

O quadro acima, apresenta o resultado dos indicadores analisado a nível municipal. Se observa, que os índices variam de médio a muito baixo, com exceção do rendimento da população que apresenta uma alta vulnerabilidade.

Todos os indicadores aqui selecionados foram avaliados com base em equações lineares com valores atribuídos em uma escala variando de 0,00 a 1,00 conforme a escala de cada indicador (seja ele mínimo ou máximo). Foi através dessa normalização que obtivemos os dados que proporcionaram a criação do IVS baseado em médias aritméticas com os valores de cada indicador trabalhado.

O IVS de Arapiraca/AL, ficou dentro da casa de **média vulnerabilidade** com um índice de **0,42**. Esse percentual, nos traz um alerta para o desenvolvimento municipal, haja vista que o crescimento não ocorrer de forma homogênea. A prova disso, é a presença de alguns setores a exemplo do rendimento domiciliar e da dependência financeira que influenciam diretamente na exposição da população a um cenário de vulnerabilidade.

A presença de uma alta vulnerabilidade no indicador de rendimento mensal, é um indicativo para os altos índices de violência no município. O motivo? A presença de 65% dos domicílios, ou seja, 38.100 domicílios vivendo com até 2 salários mínimos. No atual contexto, Andrade e Lisboa (2000), chamam a atenção para o fato de as pessoas jovens migrarem mais facilmente para as atividades ilegais por necessidades financeiras, enquanto os mais velhos apresentam menor mobilidade entre atividades legais e ilegais.

A nível de resultado, foi selecionado quatro bairros para confrontar o nível de desenvolvimento social com os índices de violência com base nos dados censitários do IBGE e da SSP/AL. O quadro a baixo, apresenta de forma detalhada o índice de vulnerabilidade social dos bairros escolhidos e seu percentual de CVLI.

Quadro 7: Índice de Vulnerabilidade Social dos bairros de Arapiraca/AL

Canafistula	0,64	Alta
Manoel Teles	0,55	Média
Planalto	0,63	Alta
Primavera	0,54	Média

Fonte: Autores (2018).

Os bairros no quadro acima, são considerados as áreas mais violentas do município no período de 2012 a 2014. Os índices em relação ao desenvolvimento social, comprovam a presença de

um estado de vulnerabilidade nos bairros analisados, sendo os índices médios e altos. Já a nível da violência, os dados registrados são os seguintes:

Quadro 8: Índice de Violência nos bairros de Arapiraca/AL

BAIRRO	ÍNDICE ANUAL			ÍNDICE TOTAL (3 ANOS)
	2012	2013	2014	
Canafistula	0,28	1,21	0,56	2,06
Manoel Teles	1,21	1,69	1,21	4,11
Planalto	1,13	1,02	1,02	3,18
Primavera	1,50	0,67	1,34	3,51

Fonte: Autores

Os bairros no quadro 8 acima, mostra que os percentuais variam de 0,28 a 1,69 por ano para cada grupo de 1.000 habitantes. Somando os valores totais dos três anos analisado e dividido pelo mesmo grupo de 1.000 habitantes os índices pioram e variam de 2,06 a 4,11. A seguir (quadro 9) apresentamos os valores totais de violência por bairros.

Quadro 9: Valores de Violência nos bairros de Arapiraca/AL

BAIRRO	VALOR ANUAL			VALOR TOTAL
	2012	2013	2014	
Canafistula	3	13	6	22
Manoel Teles	10	14	10	34
Planalto	10	9	9	28
Primavera	18	8	16	42

Fonte: Autores (2018).

Os quadros anteriores apresentam os dados totais da violência dos bairros analisados. Esses valores, apresentam o cenário da influência da vulnerabilidade para desenvolvimento da violência. O mais preocupante, é condicionado os percentuais ligados a indicadores econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações preliminares mostram que a violência hoje é uma triste realidade no nosso município, os dados preliminares mostram que o desenvolvimento social pode influenciar diretamente e deixar a população vulnerável a violência.

Os índices médios e altos de vulnerabilidade são preocupantes por se tratar de uma cidade em constante crescimento que possui um papel de destaque no cenário alagoano, e principalmente ao identificar que os indicadores voltados ao rendimento da população apresentam índices com taxas elevadas de vulnerabilidade.

Esse cenário, pode justificar os altos índices de violência no município, porque uma população onde mais de 50% recebe no máximo dois salários mínimos. Outro ponto, é a vulnerabilidade dos jovens e adultos de meia idade (18 a 45 anos), esses grupos no período de 2012 a 2015 tiveram índices de CVLI variando na casa dos 60% sendo um percentual muito alto.

Por fim, observamos a importância da pesquisa que busca entender o fenômeno da violência e proporcionar caminhos para o controle desse que um problema grave que afeta diretamente a população de Arapiraca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L. Q. **Vulnerabilidades Socioambientais de Rios Urbanos: Bacia hidrográfica do rio Maranguapinho.** Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade estadual Paulista-UNESP, Rio Claro, 2010.
- ANDRADE, M. V.; LISBOA, M. B. **A violência como causa de mortalidade.** Conjuntura Econômica. v. 54, n. 5. 2000a. p.61-64.
- COHEN, A. K. **Delinquent boys.** New York: Free Press, 1955.
- DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileiras.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- GUIMARÃES, M. C. S; NOVAES, S. C. Autonomia Reduzida e Vulnerabilidade: Liberdade de Decisão, Diferença e Desigualdade. **Revista bioética.** Brasília, v. 7, n. 1. 1999.
- HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira & Ciência Sociais.** RBHCS, São Leopoldo, Ano I, Número I, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico,** 2010.
- KATZMAN, R. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social.** BID-Banco Mundial-CEPAL-IDEC, 5º Taller Regional. La medición de la pobreza: métodos y aplicaciones (continuación), Aguas Calientes, 6 al 8 de junio de 2000, Santiago de Chile, CEPAL, p. 275-301.
- LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrôpoles, 2017, 153p.
- LOPES, J. L. S. **Proposta de indicadores de sustentabilidade aplicado para o estudo da vulnerabilidade da comunidade de Batoque-Aquiraz/CE.** Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, v. 22, n. 1, pp. 29-53, jan/jun. 2005.
- MENDONÇA, F. A.; LEITÃO, S. A. M. Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos. **GeoTextos,** v. 4, n. 1 e 2, p. 145-163, 2008.
- MICHAUD, Y. **A violência.** São Paulo: Ática, 2004, 119p.
- SOUZA, L. B.; ZANELLA, M. E. **Percepção de Riscos Ambientais: teoria e aplicações.** 2ª Ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010. 240p.
- TOMINAGA, L. K. Análise e mapeamento de risco. In: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (Orgs.). **Desastres naturais.** São Paulo: Instituto Geológico, 2009. p. 147-160.
- VEYRET, Y. **OS RISCOS: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** São Paulo: Editora Contexto, 2015, 320p.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil.** Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria especial dos Direitos Humanos, 2004, 170p.
- ZALUAR, A. M. Violência e Crime. In: Sergio Miceli. (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995).** São Paulo: Editora Sumaré/ ANPOCS, 1999, v. 1, p. 15-107.
- ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ZANELLA, M. E. et al. Vulnerabilidade socioambiental de Fortaleza. In: DANTAS, E.; COSTA, M. C. L. (Orgs). **Vulnerabilidade socioambiental: na região metropolitana de Fortaleza.** Fortaleza: Edições UFC, 2009.

MIGRAÇÕES RURAIS: DINÂMICAS ENTRE O RURAL E O URBANO

JAQUELINE DA SILVA TEIXEIRA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Social- PPGDS- UNIMONTES
Bolsista CAPES*

*Integrante do grupo de estudos e pesquisas sobre
migração e comunidades tradicionais OPARÁ/MUTUM
jaqueline8st@gmail.com*

ANDRÉA MARIA NARCISO ROCHA DE PAULA

*Professora do Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Social- PPGDS- UNIMONTES*

*Líder do grupo de pesquisa OPARA-Estudos e pesquisas
sobre comunidades tradicionais no Rio São Francisco/Unimontes- CNPq
Integrante do Núcleo de Investigação Interdisciplinar Socioambiental - NIISA/Unimontes
andreasertao@gmail.com*

RESUMO

As categorias rural e urbano são abordadas a partir de distintas perspectivas, que contemplam inclusive as relações que estes estabelecem. Dentro dessas relações, está o fenômeno da migração. A migração rural é uma questão que perpassa o tempo, sendo que distintas motivações são apresentadas em obras pesquisadas. Objetiva-se com tal estudo apresentar informações sobre as migrações rurais, buscando compreender as dinâmicas e sentidos que permeiam as relações entre rural e urbano. Trata-se então de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em distintas discussões teóricas. Dentre os resultados parciais, pode-se pontuar que as abordagens dicotômicas e de *continuum* em relação ao rural e o urbano carecem de revisão, a fim de que sejam consideradas as relações que estes estabelecem e o que o fenômeno da mobilidade passe a ser compreendido nesse processo. Diante disso, as migrações não se encerram em um abandono do rural, por vezes, são uma necessidade.

Palavras-chave: Rural. Urbano. Migrações. Mobilidade. Lugar.

ABSTRACT

The rural and urban categories are approached from different perspectives, including the relationships they establish. Within these relationships lies the phenomenon of migration. Rural migration is a time-consuming issue, and different motivations are presented in researched works. The aim of this study is to present information on rural migration, seeking to understand the dynamics and meanings that permeate rural-urban relations. This is a bibliographical research based on different theoretical discussions. Among the partial results, it can be pointed out that the dichotomous and continuum approaches in relation to the rural and the urban need to be revised, in order to consider the relations they establish and the phenomenon of mobility to be understood in this process. Given this, the migrations do not end in an abandonment of the rural, sometimes they are a necessity.

Key-words: Rural. Urban. Migrations. Mobility. Place.

INTRODUÇÃO

Quando se fala nas categorias rural e urbano, tem-se uma discussão atravessada por distintos pontos de vista, sendo que em sua maioria foram e ainda são marcados por uma visão dualista, que opõe tais espaços, sem levar em conta as relações e a interdependência que há entre eles. De acordo com Marques (2002), há concepções que encaram de forma dicotômica tais categorias, e há aquelas que as abordam na perspectiva de um *continuum*, sendo a urbanização uma forma de ultrapassar as mazelas do meio rural. Porém, há também concepções que operam em outra lógica, considerando as relações que se dão entre rural e urbano, e pensando o desenvolvimento rural por outro viés.

Segundo Gomes (2015), com o aumento da mobilidade socioespacial, há um intercâmbio entre distintos modos de vida. Nessa abordagem, o urbano e o rural deixam de ser encarados como extremos, o que reforça a concepção de que não cabe mais uma visão dicotômica ao tratar do assunto e nem uma perspectiva de urbanização como forma de progresso a que está sujeito o mundo rural. Urbano e rural passam a ter dinâmicas e redes de relações constantes que devem ser consideradas e compreendidas, inclusive no que diz respeito as concepções de desenvolvimento que atravessam tais categorias.

O rural tem seus sentidos peculiares, e entendê-los abarca também a compressão do processo migratório. As migrações rurais se constituem como um fenômeno pelo qual perpassam atores de diferentes gerações. Tendo ao longo do tempo, distintas motivações e consequências, sendo marcada também pelos processos históricos que segundo Williams (2011) tem fortes implicações nas relações entre campo e cidade. De acordo com Camarano e Abramovay (1999), tem-se um envelhecimento e masculinização da população rural, devido a uma grande migração de jovens, que segundo Ferrari et al. (2004) são em sua maioria do sexo feminino.

Quando se fala em rural, tem-se a intenção de ir além da perspectiva econômica, segundo Tuan (1980), há uma relação de intimidade entre o agricultor e a terra, existindo então uma integração e mistura de sentimentos, distintos sentidos são perpassados nessa relação. Diante disso, surgem indagações a respeito dos fatores que levam as pessoas a migrarem do rural, não dando sequência na atividade que permeou sua história de vida. Seria um fenômeno atravessado por uma falta de sentido do lugar de origem? Quais dinâmicas permeiam o rural e o urbano nesse processo? Como se dá a mobilidade entre tais categorias?

Portanto, o presente estudo visa estudar o processo migratório do rural, buscando compreender as dinâmicas e sentidos que permeiam as relações entre rural e urbano. E para alcançar tal objetivo, este estudo tem como metodologia, a pesquisa de cunho bibliográfico (GIL, 2002), caracterizado como estudo exploratório, que se baseia nas ideias apresentadas em obras já escritas sobre a temática em questão. Para tanto, foi feita uma revisão narrativa com a consulta em livros, artigos, dissertações e teses referentes ao tema, sendo em sua maioria acessados em meios eletrônicos.

DINÂMICAS ENTRE RURAL E URBANO

Embora sejam vistos por vezes como antagônicos, rural e urbano não se encerram em tal forma de compreensão. Também não dizem respeito a uma linha evolutiva que vai do rural ao urbano, tendo este último como um modelo de desenvolvimento a ser seguido, é que apontam autores como Marques (2002) e Abramovay (2000). Williams (2011) também traz a concepção de algumas literaturas que ligam o campo ao passado e a cidade ao futuro, deixando o presente como lacuna que abriga as tensões do sistema vigente. Para além dessas concepções, rural e urbano são categorias que abarcam inclusive uma rede de relações que perpassam os dois

âmbitos. De acordo com Abramovay (2000), a oposição entre rural e urbano pode impedir inclusive que se tenha acesso às novas dinâmicas que permeiam essas relações.

Segundo Marques (2002), algumas definições encaram o rural e o urbano como um *continuum*, comparando-os, e considerando apenas os aspectos que estão presentes no urbano e faltam ao rural, desconsiderando portanto, as peculiaridades e potencialidades do rural. Essa forma de compreensão vai ao encontro daquilo que foi pontuado por Abramovay (2000), colocando o rural como algo a ser ultrapassado pelos processos de urbanização, o que o coloca numa posição de atraso e decadência em relação ao urbano. Tal perspectiva é errônea, pois não se trata de uma linha evolutiva com uma noção equivocada de progresso. Rural e urbano se relacionam constantemente, e ambos conferem importância a tal dinâmica.

De acordo com Marques (2002), outra forma de definição diz respeito a mera oposição entre rural e urbano, que os coloca em uma perspectiva dicotômica. Essa abordagem dá margem tanto para uma caracterização que inferioriza o rural, colocando-o como sinônimo de atraso; quanto para uma idealização de tal espaço, o ligando ao ingênuo e ao natural, como oposição ao artificialismo das cidades. Trata-se de uma perspectiva que os coloca como extremos e desconsidera o dinamismo que os permeia.

Williams (2011) aborda que distintas concepções já atravessaram essas noções, tanto positivas, ligando o campo ao natural e as cidades as realizações humanas; quanto negativas, ligando as cidades as ambições por exemplo, e o campo com a ignorância. O autor aponta, porém, que ao longo da história, cidade e campo apareceram sob as mais distintas formas, e além disso, entre cidade e campo outras formas são concebidas. De acordo com Williams (2011, p. 21) “a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”.

Segundo Marques (2002), essas abordagens dicotômicas e de *continuum* em relação ao urbano-rural, provém de um cientificismo inicial e do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A industrialização e a lógica do consumo afetam o rural e o urbano, sendo que os modos de vida desses espaços passam a ser subordinados ao modo de produção vigente. Williams (2011) também aborda a influência do modo de produção na compreensão do campo e da cidade, sendo que as ideias a respeito de tais espaços são influenciadas pelas mudanças gerais que ocorrem socialmente e economicamente. Não só a cidade é encarada como símbolo do capitalismo, mas também o próprio rural, segundo o autor, foi berço das primeiras mudanças que tal modo de produção impôs. Até mesmo a oposição entre campo e cidade, segundo o autor, é influenciada pelo modo de produção em vigor, sendo a divisão do trabalho uma das bases dessa oposição.

De acordo com Marques (2002), essas abordagens (dicotômica e de *continuum*) devem ser revistas, para que sejam consideradas as relações que estes espaços estabelecem, o que implicaria inclusive em novos modelos de desenvolvimento, que sejam pensados não só para o rural, mas também para as cidades, já que em ambos os espaços a classe trabalhadora se vê diante de condições instáveis, o que ocasiona inclusive seu constante deslocamento. Deslocamento esse que tenta ser compreendido nos estudos sobre migrações.

No entanto, para Marques (2002) também argumenta que quando se se fala em desenvolvimento rural, trata-se de um processo que não deve ser baseado somente nas demandas urbanas, pois isso seria entrar novamente no *continuum* que só vê a urbanização como modelo de desenvolvimento a ser seguido. Tal pensamento faz com que o rural permaneça como inferior, na condição de subordinação. O desenvolvimento deve ser proposto a partir da realidade e

saberes locais, considerando-se as dinâmicas do território em questão, e compreendendo que o rural também engloba as relações estabelecidas continuamente com o urbano.

Como se percebe, trata-se de conceitos que ultrapassam questões econômicas. Quando se fala em rural por exemplo, como aborda Abramovay (2000), não se deve levar em consideração apenas os aspectos relacionados aos sistemas de produção, pois como se sabe, o rural não envolve apenas setores agrícolas, sendo também constituído por outras atividades, a agricultura por exemplo, é apenas uma das muitas atividades que compõe o rural. Além disso, segundo Williams (2011), quando se trata de consequências ambientais e do modo de produção por exemplo, as atividades agrícolas e industriais possuem muitas semelhanças quando submetidas ao mesmo sistema vigente. Isso reforça que o que diferencia tais categorias não é apenas as atividades que são executadas em seus domínios, e problematiza também a idealização que se tem a respeito dos impactos das atividades agrícolas, que podem ser tão nocivas quanto algumas industriais, quando utilizam formas semelhantes de exploração.

De acordo com Williams (2011) além das mudanças específicas que cidade e campo sofrem, a relação entre ambos também se altera ao longo do tempo, e essas transformações são por vezes decorrentes de processos mais amplos historicamente. Williams (2011, p. 474) pontua que “as ideias a respeito do campo e da cidade tem conteúdos e desenvolvimentos históricos específicos, mas também está claro que, em determinados momentos, elas representam formas de isolamento e identificação de processos mais gerais”.

Ao discorrer sobre tais processos, o autor problematiza a perspectiva dicotômica ao apontar semelhanças nos processos do modo de produção capitalista ao qual foram submetidos tanto o campo como as cidades, quebrando assim a visão “romântica” que se tem quando se pensa no campo como local de pureza, sem ambições. Além disso, ele aborda também que a própria oposição entre tais meios, e entre as atividades agrícolas e industriais, provém dos processos da divisão e especialização do trabalho, como já foi abordado anteriormente. Tudo isso aponta então, para a necessidade de concepções mais dinâmicas para se pensar o rural e o urbano.

MIGRAÇÕES RURAIS: MUITO ALÉM DE UM DESLOCAR-SE

Mobilidade e Migrações Rurais

Quando se fala sobre as relações entre rural e urbano, Gomes (2015), aborda que a mobilidade socioespacial aumentou significativamente, o que leva à uma constante interação entre os distintos modos de vida, trata-se então de uma concepção que considera a hibridez dos espaços. A autora pontua que as diferenças entre tais modos de vida variam conforme a incidência das dinâmicas globais nas relações, já que a globalização implica em uma maior flexibilização das fronteiras. Tais fenômenos evidenciam que há a construção de múltiplas territorialidades, que dão espaço para que distintos modos de vida se mesclam.

Embora o trabalho de Gomes (2015) não considere a mobilidade dentro de uma abordagem migratória, sabe-se que se trata de uma perspectiva que contempla fatores que perpassam o processo migratório. As relações entre urbano e rural, e a aproximação entre seus distintos modos de vida, conforme o apresentado pela autora, demonstram e fortalecem a necessidade de rever o movimento que há entre tais espaços, e as motivações presentes nesse processo.

Trata-se de um processo que envolve não só desejos, mas também necessidades, trabalhos como o de Costa e Ralisch (2013) mostram que a migração do rural nem sempre é uma vontade do migrante, sendo muitas vezes uma necessidade, que envolve condições de vida (tanto econômicas, quanto as condições de trabalho), falta de políticas públicas para estes espaços, e uma invisibilidade sentida diante das decisões comunitárias e familiares (no caso dos

jovens), fatores que, apesar do desejo de continuarem com as atividades rurais, deixa-os sem perspectivas.

Migrar do rural aparece no imaginário de gerações atuais antes mesmo da juventude segundo alguns autores, Spanevello et al. (2011) trazem dados que demonstram que até mesmo algumas crianças já apresentam tal ideação. Ainda de acordo com os autores, o processo sucessório e as relações comunitárias tendem a ficar prejudicados com esse esvaziamento do rural; o fato de um maior número de pessoas do sexo feminino migrarem (o que também foi revelado em outras pesquisas a serem citadas no decorrer do presente estudo) também dificulta a formação de novas estruturas familiares no rural, o que diminui ainda mais essa população, dificultando o processo sucessório.

Spanevello et al. (2011) também abordam que a agricultura já não se faz tão presente no projeto de vida dos jovens assim como acontecia em anos anteriores. E ao contrário de outras profissões, a agricultura não é apresentada como possibilidade nas práticas educacionais de Ensino Fundamental e Médio por exemplo. Ferrari et al. (2004), também trazem em suas pesquisas uma proporção maior de migração em relação ao sexo feminino. E dentre as dificuldades apontadas aparece a carga de trabalho, que tende a ser muito pesada e desgastante segundo as entrevistadas; outro fator se refere a capitalização, segundo os autores, jovens de propriedades descapitalizadas apresentam uma maior perspectiva de migração do que aqueles com propriedades capitalizadas; desse modo, a pesquisa indica a formação educacional e a renda decorrente da atividade rural como dois dos fatores que podem estar relacionadas com a perspectiva profissional dos jovens, influenciando suas decisões em relação a uma possível migração do rural.

Camarano e Abramovay (1999), em suas pesquisas, demonstraram que havia ainda no país um envelhecimento e masculinização da população rural em algumas regiões, o que levava a um processo de esvaziamento do campo, os dados de tal publicação já apresentavam uma saída dos jovens do meio rural, saída essa que se diferenciava em proporções com relação ao sexo (mulheres migravam mais), e com relação a região do país. Tais autores porém, abordam a necessidade de problematizar a ideia de fixação do homem no rural, pois o contato entre rural e urbano está cada vez mais constante, diante dessa situação, resta buscar compreender como se dá esse contato, e quais os impactos que ele exerce no modo de vida das populações rurais. Além disso, segundo os autores, para além do esvaziamento, o rural possui novas dinâmicas a serem descobertas.

Esse esvaziamento do rural, com conseqüente diminuição de práticas como a da agricultura familiar, se constitui como um fenômeno social, que alcança dimensões maiores do que aquelas envolvidas nas escolhas individuais; diversos âmbitos estão envolvidos e enlaçados nesse processo, entender a participação de cada fator, permite que futuramente possa-se vislumbrar possibilidades de atuação que problematizem e forneçam novas possibilidades frente a esse fenômeno, fazendo com que aqueles que desejam continuar junto ao rural possam ter essa alternativa no seu horizonte de escolhas.

Trabalhos como o de Costa e Ralisch (2013) por exemplo, demonstram que migrar pode ser necessário, pois há por exemplo, algumas propriedades que pelo tamanho, não tem proporções para serem divididas entre todos os filhos. Compreende-se então alguns migram para que outros tenham acesso a possibilidade de continuar.

O rural não é então algo a ser ultrapassado, é necessário que se considere o dinamismo que permeia o rural, ultrapassando uma perspectiva dicotômica, que segundo Marques (2002), conforme foi falado anteriormente, deve ser substituída para que se considere as relações

que o rural e o urbano estabelecem, implicando também em outras concepções de desenvolvimento. Tem-se então uma perspectiva que dá margem inclusive para a construção de novas políticas públicas e projetos que considerem esse dinamismo e as potencialidades que emergem dessa relação, que vai além de uma visão dualista campo-cidade, rural-urbano, agricultura-indústria, como a apontada por William (2011) em função da divisão do trabalho.

Tem-se então a concepção de que a migração envolve distintas dinâmicas e modos de vida, que não são estáticos, estão continuamente se renovando e se reconstruindo, pois o sentido do lugar está também enlaçado pelas relações que são estabelecidas neste e em suas relações com os distintos lugares que compõe a rede migratória, lugares de origem, os lugares da travessias e os lugares de destino.

A Relação Com o Lugar

De acordo com Tuan (1980) existe um envolvimento afetivo com determinados lugares, entendido como topofilia. Trata-se então de uma vinculação que ultrapassa questões econômicas. Segundo Tuan (1983, p. 203) sentir um lugar “é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos”. De acordo com o autor, essa relação pode envolver inclusive sentimentos contraditórios. Em uma perspectiva rural, o autor diz de uma relação em que a terra é tida não só como recurso material, econômico, mas também como fonte de lembranças e expectativas.

Williams (2011) também aborda os sentimentos provocados pelo campo, inclusive em relação as memórias da infância, mas traz também as memórias que são construídas nas cidades, trazendo a ideia de que tanto o rural quanto o urbano abrigam memórias e sentidos que se manifestam como resistências as deformações sociais por vezes impostas.

Tais sentimentos se relacionam também a um passado, que segundo Tuan (1980), é peça importante no que se refere a afeição por determinado lugar, que é também espaço de histórias, sendo parte de uma construção familiar, sucessória talvez. A terra natal é então bem mais que uma paisagem com características estéticas, é fonte de memórias, como aborda Williams (2011). Bachelard (1974), também traz na obra “A poética do espaço”, um pouco do sentido das primeiras moradias, do lar, e dessa relação tão íntima e simbólica que o homem tem com os espaços que ocupa, sendo estes repletos de sentidos.

De acordo com Bachelard (1974), as primeiras moradias guardam lembranças que remetem a infância, guardando valores e sonhos inestimáveis. A moradia oriunda é o universo inicial a ser ocupado, como um primeiro lugar na terra, trata-se segundo ele de um espaço que inspira e traz a sensação de proteção e segurança, antes do homem ser lançado no mundo. Desse modo, pode-se dizer que é então um lugar repleto de sentidos, “pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela” (BACHELARD, 1974, p. 200).

Em relação as distinções entre espaço e lugar, de acordo com Tuan (1983), enquanto o espaço não recebe tantas distinções, o lugar envolve aspectos valorativos em sua concepção. O autor pontua também, que o lugar diz das pausas que são feitas no espaço, já que este implica em movimento, o sentido do lugar abrigaria então certa imobilidade, ainda que distintos lugares que são acionados constantemente, em meio à mobilidade da vida moderna, formem uma espécie de lugar que abarca toda essa região ocupada. De acordo com o autor, as pausas, em meio a intensa movimentação moderna, não devem ser consideradas apenas em sua duração

e sim em sua intensidade. Em meio as migrações, os sentidos de lugar são despertados então não pelas durações das permanências, mas pela intensidade do relacionar-se com o espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos apresentados, percebe-se que rural e urbano não podem ser encarados apenas de forma dicotômica atualmente. As dinâmicas e a mobilidade que perpassam tais categorias precisam ser consideradas e compreendidas. Compreensão essa que envolve também a consideração do modo de produção hegemônico, como apontado por Williams (2011), já que até mesmo o viés dualista rural-urbano é decorrente e mantido conforme a lógica da divisão do trabalho.

O rural não pode ser pensado apenas como algo a ser superado pela urbanização, tanto a perspectiva dicotômica como a de *continuum* já não cabem na atual concepção dinâmica que há entre tais espaços. A relação que se tem envolve movimento e certa hibridéz, não se trata, apenas de dois polos. Isso faz com que o desenvolvimento seja pensado também de uma outra maneira, levando em consideração não apenas o viés urbano, mas também as especificidades e potencialidades do rural, e considerando também a ampla teia de relações que se dá entre tais espaços.

Outro aspecto a ser considerado é o sentido que o urbano e o rural possuem na vida daqueles os habitam. Trata-se de uma concepção dotada de expectativas e memórias que transcendem a questão econômica de tais espaços. Tem-se então uma relação com sentidos que abarcam uma compreensão de espaço, ou de lugar, conforme a intensidade da relação estabelecida com o meio em que se vive. Tudo isso deve ser considerado quando se fala em migrações.

Distintos fatores se fazem presentes no fenômeno da migração rural, mas se faz necessário problematizar sobre a realidade de cada cultura, de cada território. Por isso, a possibilidade de estudos não se esgota, já que cada lugar traz consigo singularidades em seu processo de migração, os atores diferem também em suas motivações e acesso a políticas públicas que sejam fontes de alternativas para aqueles que desejam permanecer no rural. Sendo assim, há a necessidade de estudos que se aprofundem em questões relacionadas as motivações dessas migrações, e aos sentidos que o rural e o urbano possuem na vida dos migrantes e daqueles que tem a migração como projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BACHELARD, G.. A poética do espaço. In: BERGSON, H. et al. **Os pensadores:XXXVIII**. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1974. p. 339-512.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 1999.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R.. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 3, p. 415-432, set. 2013.

FERRARI, D. L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.237-271, 2004.

GIL, A.C. Como classificar as pesquisas com base em seus objetivos?. In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.

GOMES, Nayhara Freitas Martins. **A mobilidade socioespacial dos rurais e suas expressões cidadinas: uma análise do município de Araponga, MG. 2015. 189f.** 2015. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160>>. Acesso em 27 jun. 2018.

SPANEVERELLO, R. M. et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. Topofilia e meio ambiente. In: _____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. p. 106-128.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: Na história e na literatura**. Tradução São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

UMA APLICAÇÃO DO CONCEITO RAWLSIANO DE RESPEITO PRÓPRIO AO CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS DA BACIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Julio Esteves

*Professor do PGCL/UENF/Projeto Pescarte
jesteves@uenf.br*

RESUMO

Tendo por base o referencial teórico fornecido por John Rawls na obra intitulada *A Theory of Justice*, o artigo propõe uma reflexão crítica sobre a justiça na distribuição dos custos e benefícios advindos da exploração petrolífera na Bacia de Campos, relativamente aos grupos sociais mais afetados por tal atividade, as comunidades de pescadores artesanais. Trata-se de uma variante da questão da justiça distributiva ou social com foco particular nessas comunidades. Buscaremos mostrar que, dentre os bens sociais primários que devem ter justa distribuição, o respeito próprio ou autoestima é de suma importância. Buscaremos mostrar também que o reconhecimento social do valor da atividade pesqueira é fundamental para a preservação e manutenção das tradicionais atividades levadas a cabo pelas comunidades de pescadores artesanais afetadas pela atividade de exploração de petróleo.

Palavras-chave: Pescadores artesanais. Respeito próprio. Autoestima. Bens sociais primários. John Rawls.

ABSTRACT

On the basis of *A Theory of Justice*, written by John Rawls, the article proposes a critical reflection on justice in the distribution of costs and benefits which result from oil exploration in the Campos Basin, particularly in relation to the social groups most affected by it, namely, the traditional communities of artisanal fishermen. It is a variant of the issue of distributive or social justice with a particular focus on these communities. We try to show that among the primary social goods that must have a fair distribution, self-respect or self-esteem is of paramount importance. We also try to show that the social recognition of the value of the fishing activity is fundamental for the preservation and maintenance of the traditional activities carried out by the communities of artisanal fishermen affected by the oil exploration activity.

Key-words: Artisanal fishermen. Self-respect. Self-esteem. Primary social goods. John Rawls.

Em sua obra magna, *A Theory of Justice*, John Rawls parte do princípio da primazia da justiça. Segundo ele, a justiça é a virtude suprema que as instituições sociais podem almejar alcançar. A justiça é inegociável, ou seja, não pode ser objeto de nenhum tipo de troca ou barganha. Não se pode, por exemplo, sacrificar a justiça em troca da estabilidade social ou do progresso socioeconômico. Assim, para Rawls, mesmo que uma ditadura produza paz, estabilidade social e até progresso econômico, jamais poderá ser considerada justa e deve ser rejeitada. Isso posto, Rawls procede imediatamente a uma precisão do sentido em que deve ser tomada a palavra 'justiça' no contexto de sua obra. É preciso ter claro que Rawls tem em mente a justiça distributiva como justiça social.

Para compreender o que Rawls tem em mente com o conceito de justiça social, precisamos compreender sua concepção de sociedade. Rawls define a sociedade como um empreendimento cooperativo visando vantagens mútuas e marcado tanto por um conflito quanto por uma identidade de interesses.

Há uma identidade de interesses porque a cooperação social possibilita que todos tenham uma vida melhor do que a que teria qualquer um dos membros, se cada um dependesse de seus próprios esforços. Há um conflito de interesses porque as pessoas não são indiferentes no que se refere a como os benefícios maiores produzidos pela cooperação mútua são distribuídos, pois para perseguir seus fins cada um prefere uma participação maior a uma menor (RAWLS, 2000, p. 4).

Em outras palavras, Rawls compreende a sociedade como uma espécie de (grande) associação, à qual os indivíduos aderem como “sócios” que visam obter vantagens que não teriam, se não tivessem se associado, mas que inevitavelmente resulta numa tensão, na medida em que cada “sócio” tem uma tendência natural a querer para si os maiores benefícios e os menores custos possíveis resultantes desse trabalho ou cooperação social. Isso coloca o problema da justiça distributiva, o qual exige que se estabeleçam princípios que regulem de uma maneira justa a distribuição dos benefícios e custos resultantes do trabalho social. Nas palavras de Rawls,

Esses princípios são os princípios da justiça social: eles fornecem um modo de atribuir direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definem a distribuição apropriada dos benefícios e dos custos da cooperação social (RAWLS, 2000, p. 5).

Segundo Rawls, a justiça distributiva tem um papel fundamental na estruturação da sociedade porque ela tem por finalidade reparar certas injustiças existentes nas posições que as pessoas ocupam e que constituem as suas expectativas e perspectivas de vida. Nas palavras do próprio Rawls,

a estrutura básica é o objeto primário da justiça porque seus efeitos são profundos e estão presentes desde o começo. Nossa noção intuitiva é a de que essa estrutura contém várias posições sociais e que homens nascidos em condições diferentes têm expectativas de vida diferentes, determinadas, em parte, pelo sistema político bem como pelas circunstâncias econômicas e sociais. Assim, as instituições da sociedade favorecem certos pontos de partida mais que outros. Essas são desigualdades especialmente profundas. Não apenas são difusas, mas afetam desde o início as possibilidades de vida dos seres humanos; contudo, não podem ser justificadas por um apelo às noções de mérito e de valor (RAWLS, 2000, p. 8).

Para tornar mais claro o que Rawls quer dizer, tomemos como exemplo o segmento social objeto de nossa pesquisa. Os filhos dos pescadores artesanais, assim como seus próprios pais, vieram ao mundo numa posição social muito distinta daquela em que se encontram, por exemplo, os filhos de um banqueiro e os de um executivo de uma companhia petrolífera. Obviamente, as perspectivas de vida, de sucesso e de prosperidade abertas ao filho de um pescador artesanal são muito distintas das do filho do banqueiro. A desigualdade entre eles é flagrante. E, no entanto, nenhum deles **mereceu** estar na situação em que se encontra: o filho do pescador não fez nada de errado para ter um ponto de partida tão desfavorável, e o filho do banqueiro tampouco teve qualquer mérito na obtenção de condições iniciais tão vantajosas. Diante disso, poder-se-ia dizer que a posição social em que se nasce não passa de uma questão de sorte, ou de azar. Não é o que pensa Rawls. Segundo ele, essas desigualdades na estrutura fundamental da sociedade não são fruto do acaso ou da sorte, são elas próprias um produto do trabalho social conjunto; elas são determinadas pelo sistema político e pelas circunstâncias econômicas e sociais. Desse modo, a justiça distributiva compreendida como justiça social visa projetar princípios que permitam reparar desigualdades fundamentais que favorecem ou desfavorecem **injustificadamente** as perspectivas de vida das pessoas.

Como foi dito acima, o objetivo de Rawls é estabelecer princípios de justiça na distribuição das vantagens e desvantagens resultantes do trabalho cooperativo realizado pelas pessoas na sociedade. Entretanto, ao propor seus princípios de justiça distributiva, Rawls se orienta

de preferência pelas vantagens e benefícios resultantes do trabalho social, e não pelo ônus e desvantagens advindos do mesmo. As vantagens e benefícios em questão, que devem ser distribuídos de uma forma justa entre os membros da sociedade, constituem no seu conjunto o que Rawls chama de bens sociais primários (*primary social goods*). Segundo Rawls, os bens resultantes do trabalho social que devem ser distribuídos de forma justa são somente aqueles que nenhum indivíduo pode deixar de querer para si, e na maior quantidade possível, ou seja, bens sociais primários. Nas palavras do próprio Rawls,

(...) bens primários (...) são coisas que podemos supor que qualquer ser humano racional quer, independentemente de outras coisas que ele queira. Independentemente de quais sejam no detalhe os planos de um indivíduo racional, supomos que haja várias coisas das quais ele preferiria ter mais do que menos. Possuindo mais desses bens, os homens podem estar de um modo geral mais seguros em ter maior sucesso em levar a cabo suas intenções e na promoção de seus fins, o que quer que sejam esses fins. Os bens sociais primários, para apresentá-los em categorias amplas, são direitos, liberdades e oportunidades, assim como renda e riqueza. (Um bem primário muito importante é o senso do próprio valor, mas a título de simplificação, deixo esse item de lado, para retomá-lo bem mais tarde, no parágrafo 67) (RAWLS, 2000, pp. 97-8).

Rawls sustenta que, por mais diferentes que possam ser as concepções de felicidade dos indivíduos na sociedade, há certos bens que eles não podem deixar de querer ter, e no maior montante possível, pois eles seriam condição para realizar toda e qualquer concepção de felicidade imaginável e concebível. Tais seriam os bens sociais primários, a saber, “liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e autoestima ou respeito próprio (*self-respect*)” (RAWLS, 2000, p. 66); e essa seria a razão pela qual o Estado teria o direito e o dever de distribuí-los de uma maneira justa: não seria possível ser feliz sem eles.

Naturalmente, é extremamente controversa a tese de que há certas coisas que ninguém pode deixar de querer ter, e na maior quantidade possível, pois toda e qualquer concepção de felicidade assim o exigiria. Com efeito, em contraposição a Rawls, não é de modo algum evidente que, por exemplo, grupos religiosos que fazem votos de pobreza queiram ter mais e mais renda e riqueza, já que isso vai até mesmo **contra** sua concepção de felicidade. Como quer que seja, o bem primário que mais vai nos interessar aqui é aquele que o próprio Rawls julga ser “muito importante” e que é tratado no parágrafo 67 da obra em questão: o senso do próprio valor, também denominado por Rawls como auto-estima ou respeito próprio. Voltaremos a ele mais à frente.

Na determinação dos princípios de justiça, Rawls retoma a assim chamada teoria do contrato social, já defendida por filósofos como John Locke, Rousseau e Immanuel Kant. A originalidade de Rawls está em conceber a situação em que se daria esse hipotético contrato como caracterizada pelo que ele chama de “véu da ignorância”. Rawls sustenta que a escolha dos princípios da justiça social, ou seja, da justiça distributiva na partilha dos bens produzidos pelo trabalho social, deve ser concebida como realizada no que ele chama de “posição original” sob o “véu da ignorância”. Este último é caracterizado, entre outras coisas, pela ignorância quanto ao lugar que cada qual ocupará na sociedade, quanto à futura posição de sua classe e seu status social, quanto às suas concepções particulares do que seja a própria felicidade, quanto aos seus talentos e propensões psicológicas etc. A ideia básica é a de que, ignorantes quanto à posição social que viriam a ocupar na sociedade, os indivíduos, normalmente inclinados a querer obter o máximo de vantagens e o mínimo dos custos resultantes do trabalho social, são **forçados a ser justos e equânimes**. Vamos ilustrar essa ideia básica mediante uma situação simulada pelo próprio Rawls para explicar em que consiste o que ele chama de justiça procedimental.

(...) considere-se o caso mais simples de divisão justa. Um certo número de homens deve dividir um bolo: supondo eu a divisão justa seja uma divisão equitativa, qual será o procedimento, se é que existe um, que trará esse resultado? Questões técnicas à parte, a solução óbvia é fazer com que um homem divida o bolo e receba o último pedaço, sendo aos outros permitido que peguem seus pedaços antes dele. Ele dividirá o bolo em partes iguais, já que desse modo pode assegurar para si próprio a maior parte possível. Esse exemplo ilustra os dois traços característicos da justiça procedimental perfeita. Primeiro, há um critério independente para uma divisão justa, um critério definido em separado e antes de o processo acontecer. E, segundo, é possível criar um procedimento que com certeza trará o resultado desejado (RAWLS, 2000, p. 91).

O importante é observar que o que faz com que o homem finalmente divida o bolo (que representa o fruto das vantagens e desvantagens do trabalho social) de uma maneira justa e equitativa não é uma espécie de conversão moral, como se ele de súbito tivesse deixado de ser uma pessoa egoísta que só pensa no seu bem-estar e vantagem. Em outras palavras, não ocorre na situação proposta por Rawls um súbito discernimento de princípios de justiça que fizessem com que aquele encarregado de dividir o bolo viesse a ter respeito e consideração por todos igualmente. Pelo contrário, ele continua sendo aquela pessoa egoísta, porém, esperta. Desse modo, colocado nessa situação de ignorância quanto ao destino das partes do bolo, ele é **forçado** a ser justo, porque compreende que está no seu **interesse próprio e egoísta** uma divisão justa do bolo. Desse modo, a pretensão da teoria elaborada por Rawls é a de que princípios da justiça podem ser derivados do interesse próprio racional, desde que colocado em determinadas condições ideais (o “véu da ignorância”). Como ele próprio se expressa acerca da intuição fundamental presente em seu livro: “*The aim is to replace moral judgments by those of rational prudence*” (“O objetivo é substituir juízos morais por juízos de prudência racional”; (Rawls, 2000, p. 94)).

Segundo Rawls, colocados na situação hipotética caracterizada pelo véu da ignorância, os indivíduos racionais escolheriam dois princípios de justiça como estruturantes da vida em sociedade. Ainda de acordo com Rawls, são estes os princípios de justiça distributiva:

Primeiro: Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras.

Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável e, (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (RAWLS, 2000, p. 64).

O primeiro princípio é um princípio de estrita igualdade, enquanto o segundo é o princípio das desigualdades permissíveis. O primeiro diz respeito aos direitos e liberdades classicamente protegidos por leis, os direitos constitucionais da liberdade de expressão e de pensamento, de confissão religiosa, de participação política ativa ou passiva etc. Segundo Rawls, tais direitos individuais devem ser **igualmente** garantidos para o máximo das pessoas, sem qualquer restrição. O segundo princípio tem a ver com as operações do sistema socioeconômico, e, nesse caso, **desigualdades** são admissíveis, mas, para serem **justas**, têm de resultar em benefícios principalmente para os menos favorecidos. De fato, o assim chamado “princípio da diferença” admite diferenças e desigualdades econômicas no seio da sociedade, mas, para serem justas, elas têm de promover a igualdade de oportunidades, principalmente para os menos favorecidos. A segunda parte do segundo princípio exige que cada qual, qualquer que seja o seu ponto de partida de classe econômica e social, tenha a mesma oportunidade de desenvolver seus talentos naturais no mais alto

nível. Desse modo, ele(a) estará capacitado(a) a competir por uma posição na sociedade, sem ser prejudicado(a) por deficiências inteiramente devidas a circunstâncias das quais não tem culpa e pelas quais não pode ser responsabilizado(a), dado que elas assentam em arbitrárias diferenças de origem social. Assim, o “princípio da diferença” admite que médicos atuando junto à comunidade pesqueira tenham um salário maior do que os proventos ganhos pelos próprios pescadores artesanais, mas isso só é considerado justo porque ou na medida em que a atuação do médico de algum modo contribui para as condições daquela comunidade e capacita aquelas pessoas a terem melhores oportunidades de ascensão social (estando saudáveis, as crianças da comunidade estudam mais e melhor, por exemplo).

Vimos acima que, para Rawls, o respeito próprio (*self-respect*), a autoestima (*self-esteem*) e o sentimento do próprio valor talvez sejam os bens sociais primários mais importantes, razão pela qual uma teoria dos princípios da justiça distributiva não pode deixar de levá-los fortemente em conta. Gostaríamos de examinar aqui a importância e a relevância desses bens sociais primários tendo por base especificamente o grupo social objeto deste estudo, ou seja, o caso das comunidades de pescadores artesanais da Baía de Campos.

Contudo, antes de qualquer coisa, é preciso que fique completamente claro que o sentimento do próprio valor, autoestima ou respeito próprio, apesar de ser algo subjetivo, justamente por ser uma espécie de sentimento, possui uma base ou fundamento social e intersubjetivo. Assim, a importância do reconhecimento público como fonte do sentimento de autoestima é enfatizada por Rawls, como podemos ver na seguinte passagem da obra em que estamos nos baseando:

É claramente racional que os homens assegurem seu respeito próprio (*self-respect*). O senso de seu próprio valor é necessário para que eles persigam a sua concepção do bem com satisfação e tenham prazer em sua realização. O respeito próprio não é tanto uma parte de algum plano racional de vida, mas é o senso de que vale a pena realizar esse plano. Mas nosso respeito próprio geralmente depende do respeito dos outros. A não ser que sintamos que nossos esforços são respeitados por eles, nos é difícil, talvez impossível, manter a convicção de que vale a pena promover nossos objetivos (RAWLS, 2000, p. 194).

Rawls quer dizer que o respeito próprio ou autoestima é uma condição *sine qua non* para que cada um de nós se mantenha firme na busca de realização da sua concepção da vida que merece ser vivida, numa palavra, da vida que, a nosso juízo, é a vida feliz. Segundo Rawls, se não considerarmos **importante** o que quer que coloquemos como objetivo e finalidade de nossas vidas, não teremos razão para envidar esforços para alcançá-los. Em outras palavras, precisamos saber que é respeitável, valioso e digno de ser buscado o que colocamos como objetivo de nossas vidas, pois, do contrário, não teremos **motivo** para continuar buscando tal objetivo. Mas a respeitabilidade de nossos objetivos depende de que cada um de nós tenha o sentimento do respeito a nós próprios, que, por sua vez, como escreve Rawls, “depende do respeito dos outros”, ou seja, depende de que constatemos esse respeito, por assim dizer, no olhar do outro.

No parágrafo 67 de *A Theory of Justice*, Rawls prossegue em suas considerações sobre o respeito próprio.

Podemos definir o respeito próprio (ou a autoestima) como tendo dois aspectos. Em primeiro lugar, como já notamos anteriormente (parágrafo 29), inclui um senso que a pessoa tem de seu próprio valor, a sua sólida convicção de que vale a pena realizar a sua concepção do bem, o seu plano de vida. Em segundo lugar, o respeito próprio implica uma confiança em nossa habilidade, na medida em que isso estiver em nosso poder, de

realizar nossas intenções. Quando sentimos que nossos planos têm pouco valor, somos incapazes de promovê-los com satisfação e de sentir prazer com sua execução. Nem podemos insistir em nossos esforços quando estamos ameaçados pelo fracasso ou pela dúvida em relação a nós mesmos. Fica claro então por que o respeito próprio é um bem primário. Sem ele, nenhuma atividade pode valer a pena, ou, se algumas coisas têm valor para nós, falta-nos a força para lutar por elas. Todo desejo e atividade se tornam inúteis, e afundamos na apatia e no cinismo. Portanto, as partes na posição original desejariam evitar quase a qualquer custo as condições sociais que solapam o respeito próprio (RAWLS, 2000, p. 487).

Como podemos apreender da passagem acima, o respeito próprio não somente faz com que nossos fins e intenções nos apareçam como valiosos e dignos de serem buscados, ele faz também com que apareçamos aos nossos próprios olhos como pessoas **capazes** de buscá-los e de alcançá-los. E é interessante observar como a consciência que uma pessoa tem de ser capaz de alcançar os fins e objetivos a que se propõe acaba tendo um efeito ampliador dessa capacidade, na medida em que, como escreve Rawls na passagem abaixo, provoca admiração nos demais, que passam a nos olhar com ainda mais respeito.

Pois embora seja verdade que, se nossos esforços não são apreciados por nossos consócios, nos é impossível manter a convicção de que vale a pena realizá-los, também é verdade que os outros tendem a valorizá-los apenas na medida em que esses esforços provocam a sua admiração e lhes dão prazer. Assim, atividades que exibem talentos complexos e sutis e manifestam capacidade para análise e sutileza são valorizadas tanto pela pessoa que as pratica quanto por aqueles ao seu redor. Além disso, quanto mais uma pessoa vivencia seu próprio modo de viver como merecedor de ser realizado, tanto mais tenderá a aplaudir nossas realizações (RAWLS, 2000, p. 488).

Para nossas finalidades no presente paper, também é interessante observar que, embora o sentimento do respeito próprio e de autoestima tenham uma base social e intersubjetiva, é suficiente que o indivíduo faça parte de uma pequena associação ou grupo, para que esse sentimento possa se constituir. Como escreve Rawls,

normalmente basta que, para cada pessoa, haja alguma associação (ou mais de uma), à qual ela pertença e no interior da qual as atividades que são racionais para elas sejam publicamente reconhecidas pelas outras. Desse modo, adquirimos o sentimento de que o que fazemos na vida quotidiana vale a pena. Além disso, os vínculos associativos fortalecem o segundo aspecto da autoestima, já que tendem a reduzir a probabilidade de fracasso e fornecem apoio contra o sentimento de dúvida em relação a nós mesmos, quando ocorrem problemas (RAWLS, 2000, p. 489).

Gostaríamos de mostrar como essa questão do respeito próprio e do reconhecimento pelo outro adquire suma importância para as comunidades de pescadores afetadas pela atividade de exploração de petróleo. Para tal, lançaremos mão de algumas observações feitas por Giuliana Franco Leal no artigo intitulado "Justiça Ambiental, Conflitos Latentes e Externalizados: Estudo de Caso de Pescadores Artesanais do Norte Fluminense". Seu estudo tem como base o caso dos pescadores artesanais que trabalham na Lagoa de Carapebus, uma lagoa costeira localizada dentro de um Parque Nacional, que fora criado em 1998, numa região que vem adotando um modelo econômico fortemente baseado na extração de petróleo há cerca de três décadas, no Norte Fluminense, RJ. Uma das passagens mais interessantes do artigo da pesquisadora é aquela em que transcreve o depoimento de um pescador a respeito da criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNA Jurubatiba).

O que mudou pra mim depois do Parque é o seguinte: pra trazer benefício pra nós em que? Na função de ser sabedor do que é certo e o que é errado. A gente nem era informado, como você ouve falar: "a pesca foi perdida em defeso". Mas nós não sabíamos

o que era o defeso. O direito do defeso que a gente tinha que ter, todo pescador que é legalizado, ele tinha o direito de ter um plano de saúde, o pescador quando é legal. O pescador, ele tem direito a um plano de empréstimo pra comprar embarcação ou rede ou material de pesca. Isso tudo veio beneficiar o pescador. Através do Parque nós passamos a saber disso. Então, é um benefício do Parque.(...) Com o Parque, hoje o pescador é ouvido. Antes as pessoas não ouviam. A gente era tratado que nem bandido. A fiscalização chegava, botava uma arma na frente da gente e pedia os documentos. Eles pediam: "Seus documentos de pesca, cadê? Cadê a arma? Eles nem pediam primeiro os documentos. Mas a primeira coisa que eles pediam é a arma. Só que o cidadão quer o respeito, nós somos trabalhadores. (Pescador G) (Apud., LEAL, 2013, pp. 87-8).

Vemos na passagem acima que, mais do que qualquer bem ou condição material, aquilo de que o pescador mais carece é o respeito. E como mostra a autora do artigo, em sintonia com a teoria de Rawls, esse respeito assenta e depende do **reconhecimento social** de sua atividade.

Sua demanda pode ser entendida como busca de reconhecimento, no sentido dado por Honneth (2003). Para este autor, a reprodução da vida social se dá sob o imperativo do reconhecimento recíproco que, em suas formas que vão além das relações amorosas e de amizade, assumem dois formatos: referem-se ao reconhecimento jurídico, sendo cada indivíduo um portador de direitos universais dos seres humanos, ou dizem respeito ao assentimento solidário, pela estima social que permite aos sujeitos referirem-se positivamente a suas capacidades e características concretas (LEAL, 2013. p. 88).

Vimos acima, com Rawls, que, para que se estabeleça o sentimento do respeito próprio, basta que a pessoa esteja em alguma pequena associação ou grupo, no interior dos quais as atividades que são valiosas para elas sejam publicamente reconhecidas pelas outras pertencentes ao mesmo grupo ou associação. Ora, um dos aspectos que mais concorrem para a promoção desse sentimento de pertencimento a uma associação ou grupo é o aspecto cultural.

Bibliografia

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DOPPELT, Gerald. "The Place of Self-Respect in a Theory of Justice." *Inquiry* 52 (2), 2009, pp. 127-154.

LEAL, Giuliana Franco. "Justiça Ambiental, Conflitos Latentes e Externalizados: Estudo de Caso de Pescadores Artesanais do Norte Fluminense". In: *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, vol. XVI, n. 4, out.-dez. 2013, pp. 83-102. Também acessível no seguinte endereço: <http://www.redalyc.org/pdf/317/31729904006.pdf>

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

_____. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. 1ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZAINO, Jeanne. "Self-Respect and Rawlsian Justice." *The Journal of Politics* 60 (3), 1998, pp. 737-53.

QUESTÃO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO, CONTENÇÃO, EXPULSÃO E RE-EXISTÊNCIA SOCIAL DOS CHIQUITANOS DA FRONTEIRA MT-BOLÍVIA E SUA SOBREVIVÊNCIA NAS PERIFERIAS DAS CIDADES

Luci Helena Silva Martins

*Professora do PPGDS,
Serviço Social, Unimontes
lucihelenam@yahoo.com.br*

Resumo:

O objeto dessa reflexão são os conflitos por reconhecimento por parte dos Chiquitanos da fronteira do Estado do Mato Grosso. Para tanto empreendeu-se uma tentativa de análise dos impactos da mobilização pelos direitos de cidadania no âmbito das proteções sociais de etnias no Brasil, com ênfase especificamente no trabalho do Grupo Pesquisador Educador Ambiental, ligado à Universidade Federal do Mato Grosso - MT. O trabalho decorre de nossos estudos para ampliar a linguagem didática já focada nas pesquisas bibliográficas, voltadas também para os textos memorialísticos e os documentários como o Manuel, o último brasileiro (Etnodoc). O resultado é uma abordagem teórico analítica sobre o problema da inexistência e reinvenção de si, cujos processos identitários passam por resistência e resignação.

Palavras chaves: desterro, resistência e resignação dos Chiquitanos

Abstract:

The object of this reflection is the conflicts for recognition by the Chiquitanos of the border of the State of Mato Grosso. In order to do so, an attempt was made to analyze the impacts of mobilization on the rights of citizenship in the scope of social protection of ethnic groups in Brazil, with specific emphasis on the work of the Researcher Environmental Educator Group, linked to the Federal University of Mato Grosso - MT. The work stems from our studies to expand the didactic language already focused on bibliographical research, also focused on memorialistic texts and documentaries such as Manuel, the last Brazilian (Etnodoc). The result is an analytical theoretical approach to the problem of the non-existence and reinvention of oneself, whose identity processes go through resistance and resignation.

Keys words: exile, resistance and resignation of the Chiquitanos

Introdução

Estudos sobre os “desterrados” (STARLING, 2006), considerados “deserdados da sorte” (TELLES, 1998), e “refugos da terra” (ARENDDT, 2012, p. 300) têm uma densa trajetória nas pesquisas acadêmicas nas áreas das ciências sociais e humanas com forte impacto nas ciências humanas aplicadas, como o Serviço Social. A questão social e os direitos sociais, nesse sentido, constituíram-se no eixo central da atuação do assistente social, e a partir das lutas por coesão e legitimação do capitalismo, configuram-se as condições para o nascimento dessa profissão para mediar políticas complementares que podem ser compreendidas como tentativa de sanar a questão social, vista até os anos 30 como questão de polícia (Soares). Exposta sob a forma do exército de reserva que regula o valor-trabalho e a coesão de uma sociedade capitalista, onde valores e ideias contrapõem-se ao cotidiano massificado das famílias, grupos e classes sociais. A particularidade da questão social no Brasil é nossa história de escravidão e colonialismo visivelmente responsável por esses trabalhadores descartáveis na fase predatória do capitalismo financeiro). Uma teoria crítica surge como um desdobramento dessa crise estrutural do capitalismo dos monopólios. Para estancar a crise de legitimidade causada pela ruptura da coesão social trazida pelas lutas dos trabalhadores organizados especialmente nas fábricas houve condições para o surgimento de políticas sociais de contenção das margens extremas de pobreza, por meio de política sociais para evitar maiores centros de desigualdade exacerbada, fundada nas zonas de dor e sofrimento da pobreza e da miséria social. A concepção acerca da contenção mudou. Agora políticas de contenção querem prender os corpos das pessoas reais, por uma vaga e abstrata idéia de humanidade em que não existe direitos humanos. A particularidade do país é conviver com guerras sem estar em guerra, é conviver com a desigualdade que produz os párias e expropriados das condições que lhe permitem reivindicar direitos e cidadania. Com o fim dos direitos dos homens, a desnacionalização despiu o manto de pertencimento a mesma espécie, princípio que lhe garantiria os direitos naturais, perdendo-se o foco para se pensar a cidadania como acesso ao “direito a ter direitos” (Arendt, 1998). Uma reflexão que se assemelha a proposta por H. Arendt ao nos ensinar pensar sobre os acontecimentos.

Muito já se disse sobre as minorias, quando em número muito menor corre o risco de perder-se na questão social brasileira. Seja porque tudo fica subsumido na grande crise estrutural do capitalismo ou na inegável crise na educação, ambos processos, sem dúvida, responsáveis pela implosão da (in) diferença como motivo do conflito. De modo que considero relevante para além da linguagem bibliográfica estender os projetos e planos de ensino a documentários e depoimentos memorialísticos, que se tornam parte da pesquisa qualitativa. Como fruto de pesquisas sobre a questão social deparei-me há cerca de poucos meses com o documentário Manuel, o Último Brasileiro (ETNODOC)

O documentário trazia a história do seu Manuel e dos Chiquitanos, etnia em conflito com os grandes fazendeiros do Estado do MT, cuja especificidade, enquanto etnia, reside no fato de serem obrigados a negar a si mesmos para não se configurarem, diante dos setores dominantes, como sujeitos de disputa por terra, dignidade e reconhecimento. É possível fortalecer a interação entre Universidades e movimentos sociais, com destaque para grupos de pesquisa como OPARÁ coordenado pela profa. Andrea Maria Narciso, do PPGDS da Unimontes. Dêniston Diamantino destaca-se norte de Minas e Brasil por premiados documentários Opará sobre os povos tradicionais, as belezas do Cerrado e a morte dos afluentes do Rio São Francisco, numa linguagem de forte conteúdo humanista e didático. Integram-se numa metodologia de reconstrução dos direitos humanos ao que a sociedade civil e as Universidades são chamadas a intervir e qualificar, com compreensão e método de pesquisa quanti ou quanti-qualitativas, focadas em pesquisa-ação e participativa. Da UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso,

destaca-se a atuação dos pesquisadores do GPEA responsáveis pela elaboração de um mapa social interativo, disposto no site do grupo, o que ajudou a configurar a etnia dos Chiquitanos no plano dos conflitos por terras no MT, e por decorrência, destacando as dificuldades que as etnias enfrentam face aos processos de desterro e contenção. O estudo fundamentou-se, primeiramente, em pesquisa documental e bibliográfica de fontes secundárias, na qual se destaca a iniciativa de um grupo de pesquisadores da UFMT focado no mapeamento das necessidades sociais na perspectiva dos grupos marginalizados, no que se denomina de nova cartografia social, método que vem se tornando aos poucos mais conhecido. Num segundo momento, o estudo perpassa o rol de políticas sociais a que os Chiquitanos tem acesso, por meio de revisão bibliográfica de pesquisas de cunho etnográfico realizadas com os mesmos. Por fim, tece-se algumas reflexões para subsidiar políticas sociais mais próximas da realidade vivenciada pelos grupos sociais, atuando na tônica dos direitos humanos em territórios de fronteira, em que os assistentes sociais podem ser chamados a participar, democratizando os processos de formulação de políticas sociais públicas.

A visão dos Chiquitanos da fronteira como os últimos brasileiros

Devido à iniciativa de um grupo de pesquisadores da UFMT (GPEA), em 2008, foi possível dar visibilidade para o problema das diversas etnias mato-grossenses, ao mobilizar 250 lideranças reunidas em evento com o objetivo de mapear os grupos existentes e as áreas periféricas de conflito do Estado de Mato Grosso -MT. Conhecida como metodologia dos mapas sociais (ACSELRAD, 2008), essa tecnologia social tornou-se nas últimas décadas, instrumento de trabalho para subsidiar bancos de dados de assessoramento de políticas públicas. Assim também trazem para o público leigo e torna público para os interessados a necessidade de ações concretas de proteção dessas minorias. Sato e Silva, responsável pelos mapas organizados pelo GPEA, avaliam que a publicização dos mapas pode afetar o cenário de decisões políticas no âmbito da proteção social, ecológica, com especial atenção aos grupos étnicos, originários, que se organizam para existir enquanto etnia e cidadão nacional, a ocupar estes espaços fronteiriços (SATO e SILVA, 2010). Somam-se aos trabalhos do GPEA, estudos de cunho etnográfico e antropológico, como de Dr. Aloir Pacini e de uma egressa do Serviço Social da UFMT, Verone Cristina da Silva (2017). Ambos trazem à tona, nesse momento de tensão e genocídio dos povos indígenas no Brasil, a necessidade de maior compreensão sobre os efeitos dos processos de negação e desterritorialização que levam à inexistência social e à negação da identidade cultural e étnica dos grupos vítimas da barbárie nas áreas periféricas e de fronteiras, como no caso dos Chiquitanos, obrigados a silenciar e aceitar resignadamente um modo de vida imposto por parte dos setores dominantes, para que neguem ser índios, situação na qual se encontram elementos de resistência e resignação.

Os Chiquitanos e a questão social brasileira

É sintomático que em todas as regiões do país hajam políticas de contenção de pobres, de doentes mentais, de indigentes, para que o espaço público seja despoluído e limpo de conflito e de identidades conflitantes. A simples existência passa a ser um problema para a saúde mental dos sujeitos porque eles não podem existir como são. É no misto dessa inexistência que se encontram os Chiquitanos do lado brasileiro da fronteira, retratados no documentário Manuel o Último brasileiro. Nos anos 1970, os Chiquitanos naturais da Chiquitania, área extensa na Bolívia, batizada como missão jesuítica remanescente dos séculos XVII, esse povo habitante originário do lugar viram uma cerca cortar sua terra dividindo os dois países, e desde então os Chiquitanos do lado brasileiro vivem às margens das tradições republicanas, desfilados como diria o sociólogo R. Castel (1998). Sem cadastramento na sociedade salarial para acesso aos direitos sociais básicos, como alimentação, educação e saúde, e sem o trabalho

como categoria ontológica a lhe garantir sobrevivência num mundo que lhes deu as costas, os Chiquitanos vem no Padre Aloir Pacini, antropólogo, doutor e pesquisador do departamento de Antropologia da UFMT um mediador das tradições a que se sentem pertencentes, católicos enquanto estão na aldeia por essa herança de adesão à missão jesuíta. Encontram no Padre Aloir parceiro humanista que visita as aldeias, e recebe os Chiquitanos na cidade facilitando a recepção de alguns desgarrados, que se reúnem na Paróquia a contar e recontar a história dos mártires da causa indígena no MT. É como se a questão social brasileira ganhasse voz por aqueles padres que deram sua vida à causa da identidade do outro, como prova de que aquela cultura tem importância. Há os missionários jesuítas que imbricaram totalmente nesse processo de reconhecimento do outro, e que negaram a sua identidade para viver a do outro, como fez o missionário espanhol Vicente Canas, denominado pelos companheiros de Kiuxi, assassinado por ter se aculturado a tal ponto de ter passado a viver como um índio Menkü, montando guarda na entrada na aldeia Menkü o que servia de quarentena e muro que impedia a invasão daquelas terras. O documentário organizado pelo CIMI apresenta essa história e mostram os diários de Vicente Cañas que encantam por demonstrar sua vocação amorosa em preservar aqueles rituais e aquela gente. Não bastasse a questão social, há a questão política dos índios do Brasil, do Estado do MT, e dos Chiquitanos particularmente por não poderem se ver como sujeitos políticos ameaçados que são pelos fazendeiros e políticos locais. Tal como os Chiquitanos, brasileiros indígenas ou não se igualam face à perda da capacidade de ação política. Nas fronteiras, onde localizam-se as aldeias, os proprietários temem a disputa pelo reconhecimento da terra e silenciam os índios para inibir a demanda, ameaçando eliminar o conflito, pela violência. Em disputa na esfera pública brasileira, os modelos de gestão da terra e o incentivo ao agronegócio nas áreas agricultáveis no Brasil.

Os Chiquitanos em pequenos terrenos conseguem produzir a terra de modo organizado e autogestionário, com partilha de trabalho e livre associação para a produção. Contudo são vistos como gambas, De acordo com Pacini, são cerca de 20 mil pessoas mas os dados são estimativas sem o crivo de uma metodologia focada apenas na população, que poderia ser realizada pela equipe do professor Pacini, mas foi negada pelos organizadores do Censo do IBGE, no Estado do MT. Os Chiquitanos estão, segundo o pesquisador, isolados entre grandes fazendas para servir de mão de obra barata, mas sem a possibilidade de integração pelo trabalho, educação, assistência social e saúde, as pessoas padecem do “direito a ter direitos” de cidadania. Os governos e municípios de ambos os países preferem ignorar os direitos humanos como plataforma de inclusão.

Nesse GT, faz-se importante trazer a realidade dos Chiquitanos para que reconheçamos a necessidade de políticas de inclusão e integração entre os dois países para não somente os Chiquitanos, mas também, especialmente a eles, em reconhecimento à especificidade do problema que os cerca, em função da causa indígena colocada em cheque pelas políticas do governo federal, na sua fase pós democrática ou em vias de repelir as décadas de redemocratização. Em pauta a fundação de políticas públicas em que a ideia de igualdade guie o acesso aos direitos, igualdade negada diante da mediação dinheiro, cujo acesso por meio do salário é restrito e focalizado. Uma esfera pública pode surgir do ambiente universitário, em que se debate não apenas o atendimento das necessidades básicas que exigem investimento em saúde e educação, mas sem Estado não será possível deixar no passado o “estado totalitário de natureza”, de uns contra outros, sendo os outros sempre definidos pelos lugares de fala. Ou pelos lugares de poder-saber (Foucault). Ou de poder-sobre (Vivianne Chatel) A questão social específica, localizada na contradição capital e trabalho que toma corpo após a revolução industrial assume a dianteira e está na origem das grandes revoluções inglesas, americana e francesa, ainda que os entendimentos sobre essa retroalimentação e influência tenham sido

também esquecidos pelas novas gerações. Isso nos traz a temática de quando a Chiquitania ainda existia como uma das missões dos jesuítas do século XVII. Como sabemos a diversidade da natureza do novo mundo descoberto por Colombo foi aplaudida, mas também ameaçava, ao que se respondeu com a escravidão e colonização, cujos resquícios estão em nosso ordenamento jurídico que acentua a desigualdade salarial, étnico-raciais, de gênero, sexualidade, de posições face ao aborto, uso de entorpecentes, regulando a vida social pelo medo e terror. Consta pelos estudiosos que os jesuítas descobriram nos Chiquitanos um comunismo autêntico e novo que os teria influenciado nos seus mosteiros na Inglaterra e que, por sua vez, inspiraram Engels e com seu legado e Marx e Engels perpetuaram nos seus tratados os legados sobre autogestão e produção autogerida da vida econômica e social. Os Chiquitanos naturais da Chiquitania são católicos, mantêm um dialeto próprio, guardam os feriados e os santos e tem uma vida muito isolada, com acesso de alguns filhos à Universidade Federal de Mato Grosso. Os Chiquitanos migrantes vivem na periferia de Cuiabá principalmente na cidade de Várzea Grande. As aldeias são localizadas nas áreas de fronteira com a Bolívia, a 700 Km de Cuiabá, capital do Estado.

Chama a atenção o caso dos índios brasileiros como os Chiquitanos, etnia em conflito com o cerco dos grandes fazendeiros do Estado, e cuja especificidade enquanto etnia reside no fato de serem inexistentes, sem reconhecimento institucional, sem acesso à cidadania, obrigados a negar a si mesmos para não serem mortos como índio, ou seja, não podem responder como índios, alguém que pode ser portador de uma ação afirmativa que reivindica o direito à terra, e na verdade, buscam o direito de existir, enquanto etnia, ou mesmo como cidadãos, mas os fazendeiros afirmam que eles não são índios. Mas “como”, se a maioria fala dialeto; se se configuram diante dos setores dominantes como ameaça e contenda por terra e reconhecimento? Se são atacados como índios devem reagir como índios. Os Chiquitanos reagem com resistência e resignação. Resignação, pois não podem lutar sozinhos. Qual é limite do seu muro? Podem pular a cerca? Quais as possibilidades de fuga da contenda? Como cidadão brasileiro os Chiquitanos como etnia não têm acesso a ser tratados como índios brasileiros com leis próprias a protegê-los, e também não são integrados como cidadãos brasileiros com direitos básicos essenciais, ou ainda que sejam mínimos, até que não se alcance o básico. Nesse ponto eles se assemelham aos párias indigentes brasileiros que vivem na miséria nas periferias urbanas. Eles por habitarem um universo meio rural meio urbano, cercados por outros povos que rodeiam as rodovias, que são assassinados por contendas por água ou terra, ameaçados de morte como vários outros mártires eles resistem. O vídeo documentário Manuel, O Último Brasileiro mostra essa resistência e resignação.

Cabe trazer à luz do debate acadêmico, a necessidade de interação entre os poderes republicanos e a sociedade civil brasileira e mato-grossense para que tome para si a preocupação pelo outro de que fala a teoria crítica e democrática. Os conflitos têm de ser legítimos nessa sociedade, para que a democracia e os direitos sociais não se tornem letra morta nas nossas fronteiras, onde impera o medo, o silêncio e as violações e apagamento da memória de pluralidade constituinte de um povo, no caso cabe respeito a quem habitou aquele território originário, e por decisão de tratados internacionais determinam a nacionalidade de um povo. Nessa terra pátria mãe gentil já existiam contendas e violência mas seguindo seu caminho poderia co-existir mais segura se não houvesse sido invadida por brancos europeus que trouxeram como sinal de civilidade matar os povos originários e se apropriar do que é deles.

Conclusões

Um reposicionamento mais radical da Questão Social ocorre depois da Constituição cidadã de 1988. Contudo, a “confluência perversa” (DAGNINO, 2000) do encontro entre a geopolítica, reduzida à neoliberalismo, e a velha política brasileira, voltada para a manutenção dos núcleos de poder, resultou no desempenho incompleto das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento social, local ou regional. Essas políticas não vieram seguidas do investimento necessário para a operacionalização do “Estado de Bem-Estar Social” que a Constituição de 1988 preconizara. Os efeitos positivos das políticas sociais nos governos Lula deram-se no compasso do crescimento econômico sentido na América Latina como um todo. Com a crise na economia global, os efeitos das políticas sociais, na prática, são lenientes para as populações de periferia e nas fronteiras, locais de conflitos por água, terras e minérios raros e escassos. Se já era escassa a realidade de um Estado de proteção social no Brasil nas áreas de fronteira isso nem se fala. Por não se falar nos chocamos com tanto descaso para com os brasileiros párias dentro do estado-nação. Isso não reflete só um problema de como se dá a constituição da cidadania no Brasil, maquiada de universalidade, mas localizada e fragmentada, ora na sociedade salarial, ora na iniciativa privada que se deu bem devido aos investimentos e subsídios públicos, mas sempre nos trazendo o desafio que a cidadania precisa ser inventada, nas fronteiras, no interior, nos centros e nas periferias do país.

Numa iniciativa de mapeamento dos conflitos do estado do MT, realizado pelo Grupo de Pesquisa Pesquisador em Educação Ambiental e Arte, GPEA, da Universidade Federal do Mato Grosso, o grupo realizou um evento em 2008 com o fito de pesquisa-ação, proposta de construção de um mapeamento dos conflitos e grupos sociais do Estado. O trabalho exposto no site do grupo aponta as áreas do estado e os conflitos em cada região.

Nesses “territórios de exclusão”, como lembra Starling (2006) com menção a uma expressão de Francisco de Oliveira (RIZEK, 2006) temos especificidades culturais próprias que trazem a realidade de dezenas de etnias sobreviventes que se encontram mais ou menos isoladas, cercadas por recursos escassos de água, terra, com tribos vítimas de assassinatos. Os Chiquitanos uma dessas etnias são como párias sociais a quem não são oferecidos os mecanismos de universalização de acesso à lei democrática e suas garantias mínimas, básicas ou essenciais, aquelas que teriam garantido a Hobbes o argumento de que valia a pena ceder a liberdade pelo direito à vida. Os índios e quilombolas, presos eternamente às suas identidades, ainda que possam abraçar outras, mas ainda são páreas na esfera pública brasileira. Não há pertencimento na comunidade política que os torne mediadores a serem ouvidos como povo não estigmatizado, mas com direito a ter direitos, de modo que levem em conta o que pensam sobre a importância de sua existência e de seu modo de vida para a diversidade do país. Resta que os permitam viver pelo trabalho, cultivando suas terras, ou pela cidadania, por meio de políticas sociais, mas que vivam, como cidadãos integrados à políticas sociais e protegidos contra a violência.

No Brasil, contudo, instituiu-se uma lógica em que a diferença e a igualdade não são respeitadas, como pressuposto, diante da unidade do pertencimento à cidadania nacional, seja face à especificidade cultural e étnica, sendo que os conflitos se desencadeiam por processos de desterritorialização e contenção dos Chiquitanos das aldeias, seja por meio de sua expulsão de suas aldeias por desemprego e abandono institucional indo viver nas periferias das cidades, vítimas de sub-pertencimento ao grupo dos pobres nacionais. Há por parte dos setores dominantes o interesse de negar a identidade cultural e étnica dos Chiquitanos. Ao mesmo tempo não se trata somente de não deixar aparecer a identidade étnica e sim fazer desaparecer

o sujeito da contenda pois não se efetivam as medidas para a garantia de direitos “mínimos” à vida, e ao acesso aos direitos “essenciais” (PEREIRA) já previstos na legislação brasileira.

Sem acesso à cidadania e ao direito ao trabalho, os Chiquitanos como todas as outras etnias identificadas pelo GPEA tem acesso precário ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ao Sistema Único de Saúde (SUS). Senhor Manuel, sem a carteira de identidade, viu a esposa definhar nos seus braços sem ter acesso ao posto médico (ETNODOC).

Com a iniciativa do GPEA em 2008 foi possível aos pesquisadores dar visibilidade para o problema das etnias mato-grossenses, ao mobilizar 250 lideranças reunidas em evento na UFMT com interesse de mapear os grupos existentes e as áreas periféricas de conflito do Estado de Mato Grosso –MT. Conhecida como metodologias dos mapas sociais, essa tecnologia social tornou-se instrumento de trabalho no Brasil a partir dos anos 1990. São muito apropriadas para subsidiar um banco de dados e assim fomentar o interesse comum por ações e políticas que tornem públicos os acessos aos direitos.

A Universidade pública é um ator estratégico, que pode e deve favorecer as diversas articulações em torno dos movimentos sociais e dos sujeitos vitimados pelos processos de desenvolvimento homogêneos nos Estados e na federação. Embora nem sempre seja possível visualizar o caráter popular das universidades públicas, almeja-se com esse estudo fortalecer a interação entre Universidades públicas e movimentos sociais, destacando a atuação dos pesquisadores por meio de pesquisa-ação, documentários e relatos memorialísticos, como no caso dos grupos de apoio a causa dos indígenas. Não raro, doam parte de si para compor músicas, romarias, documentários para deixar ainda um rastro de nossa memória como povo. Por isso é tão importante se chocar com a inexistência e o sofrimento do povo Chiquitano que compõe o povo brasileiro, e as dificuldades que esse grupo enfrenta face aos processos identificados e responsáveis por esse silêncio, e pela resistência a que somos chamados a somar.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ASCRAFTI, Henri. **Cartografias sociais e território** / Henri Acelrad (organizador).-- Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-Reforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DAGNINO, Evelina. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino americanos**. Novas leituras. Belo Horizonte, UFMG, 2000

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Volume II. 2 Edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBART, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **O Conceito de Poder de Hannah Arendt.** In: FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo (orgs). *Habermas – Sociologia.* São Paulo: Ática, 1993.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E NACIONAL (IPHAN). **DOCUMENTO Etnodoc Manuel Chiquitano Brasileiro.** Documentário publicado pelo IPHAN.GOV.BR, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yQZN0QZ5ha0>. Acesso em 28/03/2018.

IANNI, Otávio. **A Questão Social.** Revista USP. N°3.set-nov, 1989. p-145-154.

LAVALLE, Adrian Gurza. **Questões emergentes e agenda de políticas públicas.** São Paulo: Editora UNESP, 2012.

LEBRUN, Gerard. **O que é Poder?** 12 Edição. Brasiliense, São Paulo, 1992.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vida do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl; **O capital: Crítica da Economia Política.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980, Livro II. V. 1

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento.** As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006

PACINI, Aloir. **Identidade étnica e território chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia.** 2012. Porto Alegre, Tese de Doutorado em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

ZUBA, Janete Aparecida Gomes. JUNIOR, João Cleps. **Debaixo da lona tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil.** Goiânia-(GO): UCG, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo, Cortez, 2000.

PORTAL MATO GROSSO. **Índios Chiquitanos que vivem em Mato Grosso terão acesso ao registro civil.** Disponível em: <http://www.portalmatogrosso.com.br/cultura/indios-Chiquitanos-que-vivem-em-mato-grosso-terao-acesso-ao-registro-civil/33811>. Acesso em: 03/05/2018

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

RIZEK, Cibele Saliba, ROMAO, Wagner. **Francisco de Oliveira. A tarefa da crítica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”:** Particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era”**

Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n.111, pp.430-449. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 01/05/2018.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão Social e Particularidades no Brasil: Fundamentos Sócio Históricos.** Campinas, Editora Papel Social, 2008.

_____. **Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira.** *Temporalis*, Brasília, ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017109.pdf>. Acesso em 01/05/2018.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de ruptura.** 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

SILVA, Regina Aparecida da. **Do invisível ao visível: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso-Brasil.** São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, Tese de Doutorado em Ciências. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1737> . Acesso em 03/05/2017

SILVA, Regina, SATO, Michele. **Territórios e Identidades. Mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso.** *Ambiente & Sociedade*, Campinas V. XIII, n. 2, p. 261-281, jul.-dez. 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a04.pdf>. Acesso: 02/05/2018.

SILVA, Verone Cristina. **Fazendo compadre: relações de compadrio entre o povo indígena chiquitano.** *Etnografica*. [online] Vol. 21 (3). 2017. pp599-612. Disponível em: [Dipohttps://journals.openedition.org/etnografica/](https://journals.openedition.org/etnografica/). Acesso em: 05/05/18.

STARLING, Heloisa. Do seco e de suas paisagens. Sobre uma literatura de crítica a uma razão dualista. (IN) RIZEK, Cibele Saliba, ROMAO, Wagner. **Francisco de Oliveira. A tarefa da crítica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

_____. **Travessia. A narrativa da República em Grande Sertão Veredas.** (IN) **Pensar a República.** Belo Horizonte, UFMG, 2000

TELLES, Vera. **Direitos Sociais, afinal do que se trata?** *Revista USP*. Nº 37. Março-maio/1998. p. 34-45.

_____. **Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt.** *Tempo soc.* [online]. 1990, vol.2, n.1, pp.23-48.

A RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL EM TORNO DO CONCEITO DE ETNOJORNALISMO NO COTIDIANO^{1 2}

Letycia Gomes NASCIMENTO³

Resumo:

Entendendo a comunicação especializada como fundamental para a construção dos direitos civis e sociais de diversos grupos, e especificamente dos grupos indígenas, este artigo pretende discutir como a construção deste novo campo da comunicação se estabelece na relação de luta cotidiana dos povos originários. Para isso iremos abordar por meio da Análise do Discurso a cobertura de pautas indígenas feitas por veículos de comunicação hegemônica em comparação com canais de mídia especializados na luta dos Povos Originários. Teremos como norte as proposições feitas pelos sociólogos Michel de Certeau (2014) e Michel Maffesoli (2010) e pelos pesquisadores dos Estudos Culturais Jesús Martin-Barbero (2004) e Stuart Hall (2009), as teorias criadas por estes e outros autores nos auxiliarão a formular um esboço do que se pode definir como etnomídia ou etnojornalismo, levando em consideração que este ainda não é um conceito definido pelo campo da Comunicação.

Abstract

Understanding the specialized communication as key to the construction of civil and social rights of diverse groups, and specifically the native groups, this article intends to discuss how the construction of this new communication field establishes itself in the daily life battle of such groups. Therefore, through the Analysis of Speech will be approached the coverage of indigenous topics made by hegemonic communication vehicles in comparison to the media channels specialized in the battle of the Native Folk. We will have as a guide to this discussion the propositions made by the sociologists Michel de Certeau (2014) and Michel Maffesoli (2010), and by the researchers of Cultural Studies Jesús Martin-Barbero (2004) and Stuart Hall (2009), the theories made by these and other authors will help us to elaborate a sketch of what we could define as etnomídia or etnojornalismo considering this terms as not defined concepts in the Communication field.

Palavras-chave: etnojornalismo, cotidiano, povos indígenas, sociedade, cultura

1 A primeira versão deste artigo foi entregue como avaliação final da Disciplina Mídia e Cotidiano ministrada pela Prof. Doutora Denise Tavares e pelo Prof. Doutor Pablo Nabarrete na Universidade Federal Fluminense.

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense | e-mail: letyciaanasc@gmail.com

Introdução

Para que comecemos a pensar o panorama e a importância dos meios de comunicação indígenas no país é preciso contextualizar a construção histórica dos indígenas brasileiros, já que o descobrimento⁴ do Brasil trouxe para o cotidiano indígena uma série de transformações culturais e identitárias. O extenso processo de domínio colonial exercido sobre os indígenas gerou uma brutal redução no seu contingente populacional ainda naquela época. Darcy Ribeiro (2017) afirma que mais de 80 povos foram totalmente exterminados até o século XVII, chegando a morte de 800 mil indígenas até a época de sua pesquisa em 1950.

Após as diversas ações de extermínio, das quais falaremos um pouco mais adiante, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 e o Instituto Sociomambiental⁵ online estimam que, hoje, 400 mil índios estejam distribuídos pelo Brasil, divididos em 330 etnias e mais de 274 línguas, sendo 35 totalmente desconhecidas em seu modo de construção vocabular.

Foi só em 1910, após ser acusado de massacre aos povos indígenas no XVI Congresso dos Americanistas, que o Brasil instaurou seu primeiro órgão de proteção aos povos indígenas, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁶. Após uma série de acusações de corrupção e inverstigações de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), o órgão foi instinto e substituído pela Fundação Nacional de Apoio ao Índio em 1967.

Fazendo um salto na história, em 1972, a instauração do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, representou um marco significativo para a luta indígena nacional. Mesmo com a atuação de diversos grupos secundários pela conquista de direitos civis dos povos originários, a maior barreira para conquistar seus direitos era, e ainda é, a falta de apoio popular. Por isso a atuação de grupos de comunicação exerce grande importância na desmistificação do imaginário social em torno do mito sobre a imagem indígena, construído pelo governo ao longo de toda a história brasileira.

Para intensificar o trabalho dos missionários, integrar suas pautas e tentar comunicar à população as condições a que os indígenas eram submetidos, em 1978, o CIMI lança seu primeiro folheto, o Jornal Porantim. Ainda em atividade, o jornal veicula matérias de conteúdo consistente e com profundas reflexões sociais para as diferentes épocas de atuação. Durante seus primeiros anos o Jornal era feito com a colaboração de diversos missionários e antropólogos como Darcy Ribeiro, o periódico financiado por leigos da Igreja Católica já publicava artigos e editoriais críticos, que falavam abertamente sobre os abusos do governo e a negligência de suas políticas públicas.

Em 2013, o grupo de pesquisa “Etnomídia”⁷ da Universidade Federal da Bahia publicou um estudo que divulgava dados qualitativos e quantitativos sobre o conteúdo de 23 veículos de comunicação no período de 19 meses, relacionado a grupos minoritários, dentre eles os grupos indígenas. Apesar do número de matérias sobre os povos originários não ser tão baixo (quando se leva em consideração todos os grupos minoritários pesquisados), os 10% de matérias feitas sobre os indígenas, não apresentavam estes povos como protagonistas da notícia ou como

4 Apesar de considerarmos o termo como subjetivo e passível de contestação, neste artigo não iremos aprofundar as legítimas discussões que cabem. Tomando o “descobrimento do Brasil” apenas como marco temporal necessário à exposição do texto.

5 O Instituto Socioambiental é uma ONG, fundada em 1994, para propor soluções a questões sociais e ambientais com foco central na defesa dos direitos sociais, coletivos e difusos no que tange ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos.

6 Informação do Site Oficial dos Povos Indígenas do Brasil. <<https://goo.gl/EpPS5c>> . Acesso em 10 de novembro de 2018

7 Primeiro grupo acadêmico, numa escola brasileira de Comunicações, criado para incentivar a reflexão, a pesquisa e a ampliação do debate acerca do impacto do discurso midiático sobre os grupos étnicos historicamente discriminados. Acesso em 23 de agosto de 2017. Disponível em <<http://www.etnomidia.ufba.br/home/>>.

“mocinhos” de suas histórias, pelo contrário, eram sempre apresentados como responsáveis pela crise econômica e territorial, principalmente no que tange às disputas de terra para a construção da usina de Belo Monte no Pará e o território (demarcado como indígena) de Raposa Serra do Sol em Roraima.

Entendendo como o Porantim e diversos outros grupos de comunicação de direcionamento étnico são importantes para a luta, pretendemos discutir como as redes de comunicação, organizadas por lideranças indígenas, tem sido importante no processo de resistência de seus povos. Levando em consideração sua multiplicidade cultural e o ininterrupto cotidiano de enfrentamento do poder dominante.

É importante destacar que o conceito de “etnomídia” ainda não foi cunhado teoricamente pelo campo da comunicação, nossas análises e proposições baseiam-se na observação da formação cultural indígena e na troca com comunicadores indígenas precursores do processo.

Para esboçar os diversos trabalhos realizados por diferentes grupos étnicos apresentaremos a cobertura da Web Rádio Yandê sobre o Acampamento Terra Livre de 2017, em paralelo com o espaço dado pelo Jornal Nacional, veículo da Rede Globo, ao mesmo momento político. Consideramos o Acampamento Terra Livre (ATL) um corpus adequado para as discussões aqui apresentadas, tendo em vista o número expoente de participantes da edição, o momento político nacional e as severas repressões policiais e militares aos indígenas que estavam no Planalto Central. Como metodologia de pesquisa, iremos utilizar o Estudo de Caso combinado com a Análise de conteúdo e a análise do Discurso.

Um cotidiano de resistência

Utilizando do conceito de táticas e estratégias apresentados por Michel de Certeau (2014) podemos tentar entender como os Povos Originários se colocam frente às imposições da sociedade branca, desde a atuação dos grupos colonizadores. As estratégias indígenas para a manutenção de seus valores se formam no cotidiano individual de cada um frente às ações colonizadoras específicas, enquanto as tática não se limitam as ações pessoais e nem ao tempo e espaço a que se inserem, mas precisam ser manifestadas no outro ao longo da história, “tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas.” (CERTEAU, 2014, p. 46).

Essas táticas se apresentam como ações cotidianas na dinâmica social em que os dominantes se inserem e que aos dominados são impostas. São essas táticas que o autor considera as “artes de fazer” que estão presente em suas discussões e no cotidiano não só das aldeias indígenas, mas de toda a sociedade, quando lutam contra as transformações de sua cultura. Enquanto as estratégias se inserem na ordem premeditada da ação social, as táticas de organização de resistência se dão através de pequenas ações no cotidiano.

É nessa dinâmica de entender as capacidades do homem comum no cotidiano que a atuação de grupos étnicos na mídia encontra uma nova maneira de resistir frente aos avanços da mídia coronelista, porque “essas táticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar. Não se definem por estes” (CERTEAU, 2014, p. 87). Para nossas percepções de produção esse “homem comum” de Certeau é o indígena, não formado por escolas de comunicação, sem acesso aos melhores programas e equipamentos de produção de conteúdo, dependente de políticas públicas de cabo difusão e distribuição de equipamentos, e principalmente do acesso e do crescimento da rede móvel e dos aparelhos de celular. Nessa maneira de produzir conteúdo “improvisado”, estes se inserem nas dinâmicas da “Arte de Fazer” comunicação segmentada e combativa.

Enquanto é explorada por um poder dominante, ou simplesmente negada por um discurso ideológico, aqui a ordem é representada por uma arte. Na instituição a servir se insinuam assim um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral [...] A cultura 'popular' seria isto, e não um corpo considerado estranho, estraçalhado a fim de ser exposto, tratado e 'citado' por um sistema que reproduz, com os objetos, a situação que impõe aos vivos. (CERTEAU, 2014, p. 83)

Entretanto estes não utilizam apenas das "táticas" cotidianas para combater as imposições sofridas e gerar suas ações de resistência, mas também se fazem das "estratégias" planejadas e ações calculadas para a conquista de seus direitos, como a demarcação de terras, o acesso a bens culturais, a valores materiais. Estas estratégias estabelecidas desde os processos de colonização e imposição religiosa estão presentes nas ações que utilizavam as ordens impostas para outros objetivos que não os determinados.

James Scott (2016) acredita que diversas organizações de resistência cultural fazem parte do cotidiano social como maneiras inicialmente ocultas, presentes nos grupos minoritários. A reação dos grupos oprimidos pode se relacionar com a autocensura por medo, ou pela farsa conversão ao sistema, a que o autor caracteriza como "dialética do disfarce". Em consonância com Goffman (2014), Castells (1999.a) acredita que a identidade deve ser diferenciada do papel social, estes teriam suas definições classificadas de acordo com as normas estruturadas socialmente. Ainda que a personalidade seja construída com a participação das ações sociais, quando internalizadas pelo indivíduo, no mesmo texto Castells acredita que o principal responsável por formar a identidade do indivíduo são os processos de individualização de suas experiências, "pode-se dizer que identidades organizam significados enquanto papéis sociais organizam funções" (CASTELLS, 1999.a. p.23). Desta forma, a "dialética do disfarce" estaria ligada ao papel social representado pelo oprimido e não a formação intrínseca do próprio ser.

Esta mesma construção identitária se divide para Castells (1999.a) em três processos distintos, mas interligados em sua maneira de construção social e ordem de resistência ideológica. A identidade legitimadora como aquela que é introduzida pelas instituições sociais e formam o homem a partir das relações de dominação e poder, é a este tipo de identidade que se aplicam as teorias de construção do nacionalismo; a identidade de resistência, que criada por atores sociais desvalorizados ou estigmatizados pela lógica social dominante, assumem posições de resistência com base em seus valores próprios que diferem das pressões sociais; e por fim a identidade de projeto, esta que nasce diretamente da identidade de resistência é responsável pela organização de movimentos sociais que, em muitos casos, buscam pela redefinição das identidades legitimadoras. Por essa razão a construção da identidade se torna transformadora e em torno de um eterno processo de construção coletiva. Para melhor entender como essa identidade de resistência, definida por Castells (1999.a), se aplica na organização das sociedades indígenas podemos fazer uso do que Caldart (2000) denomina como "enraizamento projetivo". A autora utiliza o termo para caracterizar o trabalho realizado pelo Movimento Sem Terra (MST) em suas escolas de formação, onde se constrói o desejo de um futuro de pleno desenvolvimento social e tecnológico sem que se perca as raízes onde seu conhecimento e suas crenças se estabelecem.

Estas identidades de resistência, segregadas do meio social, se organizam através da "sociedade em rede", num processo de relação com um quarto campos de identificação da identidade, a identidade comunal. Esta por sua vez nasce da construção cultural, da auto-identificação e não possuem uma construção arbitrária. O autor ainda acredita que é na crise

da sociedade civil⁸ que a sociedade de rede se forma, numa tentativa de reconstruir os valores sociais através dos próprios movimentos de luta. Estas mesmas sociedades em rede se tornam comunidades virtuais onde grupos culturalmente e ideologicamente iguais se unem formando o que Castells (1999.b) define como “laços fracos” propiciados pelas relações online, para ele a “Comunicação on-line incentiva discussões desinibidas, permitindo assim a sinceridade” (CASTELLS, 1999.b., p. 445) que atuam como válvula motriz das relações interpessoais. São essas relações interpessoais organizadas pelas redes digitais que movimentam os meios durante os processos de busca por melhores condições de determinados grupos sociais e a organização multicultural dos povos indígenas.

Multiplicidade étnica e o fazer comunicacional

Um grande erro que se comete ao abordar as etnias indígenas na mídia é unir todos os povos em um único estereótipo. Michel Maffesoli (2010) acredita que assim como a vida cotidiana se estrutura de forma “plural”, a construção da identidade social também. Cada indivíduo se forma a partir daquilo que pode absorver de seu contexto e de suas relações pessoais e sociais, o homem é assim aquilo a que se filia. Assim como Castells (1999) e Goffman (2014), Maffesoli (2010) acredita que existam diversos caminhos para a formação da luta social e da transformação política, mas que todos eles passam pelo entendimento de que a sociedade é diversa e em constante transformação.

Com os distintos grupos indígenas que se organizam em torno da comunicação étnica, a Yandê é atualmente o maior canal de etnomídia nacional⁹ e que une as mais diversas etnias. Em entrevista cedida à autora em 2017, Denilson Baniwa, um dos fundadores da Rádio, afirmou que a Yandê deseja ser um ponto de mídia livre que une os povos em torno de uma só pauta e de uma só luta social.

Yandê que significa “Nós, nosso”, conta com a colaboração e participação de mais de quinze correspondentes espalhados pelo Brasil. Trazendo a união de povos distintos a Rádio deseja mostrar a sociedade como a comunicação precisa unir seus interlocutores, seus emissores e receptores na construção da desmistificação da imagem indígena e da veiculação de suas necessidades básicas, com respeito a suas lógicas culturais e espirituais, ponto fundamental na formação da etnomídia indígena.

O Multiculturalismo apresentado por Hall (2009) e Barbero (2004) implica de maneira substancial nos processos de construção da notícia e da formação da interpretação dos canais de comunicação. O surgimento do mercado internacional e o desenvolvimento das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação com o impulso da Globalização fez crescer novas indústrias culturais. Para HALL (2009) são os processos de colonização, imigração, dominação, o desenvolvimento, e principalmente a globalização, os maiores responsáveis pelo Multiculturalismo nas relações sociais e nas dinâmicas comunicacionais que resultam na formação da comunicação popular, que nos servirá de base para refletir sobre o que é etnojournalismo.

Para que se possa pensar sobre as questões que envolvem a dinâmica da comunicação popular, é preciso que se fale sobre a construção do popular frente ao desenvolvimento industrial. Popular seria para Hall (2009) tudo aquilo que, relacionado às massas estaria em posição de embate frente às transformações necessárias ao desenvolvimento industrial, de acordo com o autor este é o ponto de partida para qualquer análise sobre a construção da cultura popular

8 Gramsci acredita que a construção da sociedade civil será influenciada por uma série de acontecimentos em seu aparelho ideológico, que acabam por modificam as estruturas em que se estabelece a organização do “Estado Ampliado”.

9 Consideramos A Web Rádio Yandê como a maior do seguimento nacional ao nos basearmos em suas métricas de alcance mundial (mais de 80 países nos cinco continentes) e níveis de acesso diário informado pelos organizadores.

e sua formação nos dias atuais. Desta forma a estruturação da cultura representa um dos principais locais de resistência frente à organização social, e é por isso que “o popular” tem sido, por tanto tempo, associado às questões da tradição e das formas tradicionais de vida, e o motivo pelo qual este tradicional é frequentemente mal interpretado e relacionado como contrário ao desenvolvimento. O popular é assim considerado arcaico e subdesenvolvido, ao invés de ser visto como um espaço de resistência e superação, construído em intensos processos de resistência e de maneira irregular e desigual quando comparado aos processos de formação da cultura dominante. “A cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada, é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência” (HALL, 2009, p.246).

É preciso que novos grupos se estruturam e formem a construção de sentido da comunicação alternativa e popular, de preferência grupos que estejam inseridos nas pautas que desejam abordar. Barbero (2004) acredita que somente novos grupos podem gerar uma comunicação popular que seja realmente uma alternativa ao hegemônico, para ele o alternativo não pode nascer do próprio meio:

Pois a cultura maciça é negação do popular na medida em que é uma cultura produzida para as massas, para sua massificação e controle, isto é, uma cultura que tende a negar as diferenças verdadeiras, conflitivas, reabsorvendo e homogeneizando as identidades culturais de todo tipo. (BARBERO, 2004, p. 121).

A comunicação alternativa quando nasce da própria luta social e assume a complexidade de seus processos e a diversidade da linguagem pode significar um importante espaço para a transformação dos códigos de percepção da própria informação.

Estruturando tais maneiras de produzir conteúdo baseado nas rotinas dos grupos minoritários, coletivos de comunicação alternativa reestruturam o que Castells (1999.a) define como identidade de projeto. Trazendo a participação coletiva e diversas perspectivas indígenas na comunicação segmentada, os grupos de comunicação étnica exercem uma comunicação participativa, que mantém uma relação de troca com o receptor que também participa ativamente do processo de enunciação. Ainda que Barbero (2004) acredite que os meios de comunicação popular não possam dar conta de todos os processos sociais do meio é preciso reconhecer que sua atuação junto à comunicação segmentada tem esboçado uma representação significativa frente à luta social.

Para o autor, isso acontece porque a indústria da comunicação hegemônica trata a notícia destinada aos grupos populares como algo inferior, relegando-os as vulgaridades e grosserias da indústria. Da mesma forma que os meios de comunicação alternativa encontram nessa subalternização das classes populares uma chave para seu desenvolvimento, é preciso que não caiam nas mesmas falhas da mídia hegemônica que insere diferentes culturas em uma mesma massa homogênea de sentido e não plural.

Os processos de comunicação alternativa realizados em toda a América Latina não podem ser interpretados fora de um amplo contexto de práticas culturais e tradições coletivas produzidas, segundo Barbero, pelas lógicas mercantis e pelos processos de desterritorialização da cultura:

O que os processos e as práticas de comunicação coletiva produzem não remete unicamente às lógicas mercantis e às invenções tecnológicas, mas a mudanças profundas na cultura cotidiana das maiorias e à acelerada desterritorialização das demarcações culturais: moderno/tradicional, nobre/vulgar, culto/popular/maciço. De outra parte, a ideia de identidade cultural se acha, entre nós, associada predominantemente ao espaço das culturas populares, tanto nos discursos políticos como no da crítica ou investigação. (BARBERO, 2004, p. 139)

Para que as etnias indígenas estejam inseridas em uma dinâmica de real participação social da mídia e da cultura de massa é preciso que estes povos deixem de ser interpretados como carentes de algum tipo de assistencialismo e não de políticas públicas efetivas.

Apesar de toda a discussão sobre a construção dos movimentos de mídia como a Web Rádio Yandê muito se aproximar do trabalho feito pelos grupos que se enquadram na comunicação popular e alternativa, os fundadores da rádio não acreditam que o conceito de etnomídia e etnojornalismo estabeleça relação com nenhum dos termos já cunhados pelos Estudos Culturais. Isso porque para eles, o termo alternativo na comunicação pressupõe que haja outro canal de comunicação ao qual se possa confirmar representatividade, o que não se estabelece como realidade indígena, já que não há meios de comunicação hegemônica que abordem suas pautas ou que possuam angulações produtivas que em alguma maneira mostrem o lado indígena da história.

Desta forma precisamos pensar como estes veículos estão inseridos em sua própria pauta e como a estruturação dos meios de comunicação étnica as enxergam em suas rotinas de produção, que obedecem primordialmente o respeito pela cultura de cada etnia e a construção social de suas identidades. Somente após analisar o que se entende por comunicação comunitária, popular e alternativa poderemos refletir se o que veículos de etnocomunicação, como a Web Rádio Yandê, fazem pode ser considerado um novo modo de fazer jornalismo não hegemônico, para além das definições de comunicação alternativa, comunitária e popular.

ATL invisível

Organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o 14º Acampamento Terra Livre (ATL) aconteceu em Brasília, entre os dias 24 e 28 de abril de 2017. Com uma estimativa inicial de 1.500 participantes, o Acampamento superou todas as expectativas da organização, batendo a marca de quatro mil inscritos, membros das mais de 200 etnias presentes. Esta que foi a maior mobilização indígena dos últimos anos, contou com um enorme protagonismo das mulheres e idosos indígenas, só não pode contar com a veiculação midiática de sua luta. Dentre suas pautas principais estavam a paralisação das demarcações de terra indígena e das propostas legislativas anti-indígenas no Congresso; o enfraquecimento das instituições públicas indígenas; a tese do “Marco Temporal”, que determina que apenas terra demarcadas antes da Constituição de 1988 devem continuar sendo consideradas indígenas; além da criminalização de suas lideranças e a negação do acesso à justiça.

Com uma programação rica em diversidade cultural e atos públicos que reivindicavam o número de mortos em conflitos de terra, e o acesso a seus direitos civis, os indígenas que passaram a última semana de abril de 2017 na Capital Federal encontraram, nas forças armadas, ameaças e riscos a sua segurança. Conflitos com a Cavalaria, com a Tropa de Choque e com o Exército aconteceram em quase todos os dias de Acampamento. Na terça-feira (25/04) um grupo liderado por mulheres indígenas, dentre elas a candidata à vice-presidência da República nas últimas eleições, Sonia Guajajara, realizou um ato pacífico no Espelho D'água com a intenção de colocar 200 caixões de papelão no espaço, representando as recentes mortes indígenas silenciadas pelo Governo, durante conflitos de terra e por xenofobia. O ato foi impedido pela Tropa de Choque que atacou o grupo com balas de borracha, bombas de gás lacrimogênio e spray de pimenta, além do conflito físico com cassetetes. Consideramos de extrema importância destacar que haviam centenas de crianças e idosos envolvidos na ação.

Ao contrário do que aconteceu em todo o Acampamento o conflito foi, naquela noite, pauta do maior veículo de informação do país, o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Em uma chamada de 31 segundos feita com imagens de apoio do conflito e comentários da

bancada, o Acampamento Terra Livre foi vendido à população brasileira como apenas mais uma “arruaça” indígena. No final da semana, dia 28 de abril, tiveram início em todo o Brasil as Manifestações contra a Reforma da Previdência, que estava entre as principais pautas de enfrentamento da ATL.

Pêcheux em sua *Análise do Discurso* acredita que a enunciação parte de uma posição social pré-estabelecida, assim como sua interpretação. Entendemos que a linguagem serve para a *Análise do Discurso* como instrumento de produção da ordem e que nenhum discurso é feito sem um objetivo claro, ainda que dependa da subjetividade social do grupo receptor para produzir seu efeito. De tal forma, considerando a construção discursiva histórica em torno da imagem indígena, os efeitos do discurso emitido pelo *Jornal Nacional* servem à naturalização da repressão indígena e ao apagamento de seus direitos civis.

Aquela não foi a única repressão sofrida pelos indígenas, no dia seguinte, outro grupo saiu em marcha de seu acampamento em direção ao Senado, onde havia sido agendada uma reunião com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, os indígenas foram escoltados pela Força Militar durante todo o trajeto e impedidos pela Cavalaria de entrar no prédio do Senado Federal. Dentre as diversas repressões sofridas pelos grupos indígenas em sua história, o cerceamento do direito de exercer sua cidadania em atos pacíficos e reuniões políticas previamente agendadas em uma sociedade democrática é alarmante, principalmente quando consideramos a invisibilidade destes atos frente à comunicação brasileira.

Acreditamos ser urgente que a comunicação, levante pautas que legitimem a formação social do país, atendendo a demandas de toda a diversidade cultural e social. É nesse cenário que se insere a necessidade de uma comunicação verdadeiramente social. Seja ela alternativa, midiavivista, comunitária, popular ou étnica.

Em contrapartida à cobertura superficial feita pelo *Jornal Nacional*, diversas redes de comunicação popular e principalmente de cunho étnico noticiaram a semana como uma das mais importantes para história do movimento indígena. A *Revista Portantim*, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), por exemplo, destinou a capa de sua edição mensal às ações da ATL em Brasília, tanto em 2017, quanto em 2018.

Considerações Finais

Ao contrário do que defende Barbero (2004), a ação das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação não servem de ferramenta que impeça o resgate histórico dos movimentos indígenas, mas trazem a possibilidade de que através do uso da memória e da informação disponível em rede, canais de comunicação se abram as novidades implementadas pelas organizações de comunicadores indigenistas e indígenas. É preciso destacar, ainda, que apesar da atuação de grupos como o *Porantim*, no processo de luta pela libertação indígena da tutela e da violência do Estado, ter sido de grande importância por muitos anos, já não é mais de interesse das comunidades indígenas que apenas interlocuções indigenistas sejam usadas para se comunicar à sociedade, para eles é preciso que os próprios índios tenham liberdade e condições de falar por si mesmos.

É preciso que novas redes de comunicação étnica se estabeleçam em um cenário de maior visibilidade social, onde a caça dos direitos civis e culturais das minorias é constante e exacerbadamente embasada nos interesses capitalistas do agronegócio e do ódio colonial para com os grupos indígenas. Ainda há um longo caminho a se percorrer no campo da Comunicação para que se possa teorizar o trabalho realizado pelos coletivos de etnojornalismo, esperamos poder contribuir de alguma forma para a construção do campo.

Referência Bibliográfica

Apresentação. (s.d.). Fonte: ETNOMÍDIA - PESQUISA EM MÍDIA E ETNICIDADES DA FACOM.UFBA <<http://www.etnomidia.ufba.br/home/>>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em:< <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>>. Acesso em 10 de julho de 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

CASTELLS, Manuel. (a) **Poder da Identidade**. A Era da Informação: economia, cultura e sociedade, v.2. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____ (b) **Sociedade em rede**. A Era da Informação: economia, cultura e sociedade, v.1. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI) <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=2>>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

ORLANDT, Eni P. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. **Estudos da Lingua(gem)**, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. n.1 (jun., 2005). – Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. 1 ed atualizada. Belo Horizonte. Ed UFMG, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre. Sulina, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo**: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7 ed. São Paulo. Global, 2017.

SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: discursos ocultos. 1 ed. Lisboa: Letra Livre, 2013.

Serviço de Proteção aos Índios (SPI). (s.d). Fonte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (ISA) <<https://goo.gl/EpPS5c>> . Acesso em 10 de novembro de 2018

REFUGIADOS: BRASIL, UM PAÍS DE TODOS?**MARCHINI, Ana Clara Sant'Anna**¹*Estudante do Centro Universitário São Camilo-ES
calamarchini@hotmail.com***MARQUES, Igor Fraga**²*Estudante do Centro Universitário São Camilo-ES
fraga25@gmail.com***TEMPORIM, Maurene Almeida**³*Estudante do Centro Universitário São Camilo-ES
maurenemp@hotmail.com***RESUMO**

A lei 9.474/97 implementou no Brasil o instituto do refúgio, formulado pela Convenção das Nações Unidas em 1951. Junto desse, assegurou diversos direitos aos refugiados, solicitantes de refúgio e seus familiares, ao mesmo tempo que impôs alguns deveres. Muitos são os direitos e poucas, porém, são as aplicações, que se perfazem na não integração social, discriminação e xenofobia. Os incessantes conflitos e casos de guerras civis tem como consequência a permanência do fluxo migratório. No Brasil, embora solicitem refúgio pessoas das mais variadas nacionalidades, hodiernamente, de quem mais se recebe são dos venezuelanos, em decorrência da crise humanitária pela qual passa a Venezuela. São pessoas que saem de seus países de origem em busca de melhores condições de vida e, por vezes, para garantia de seus direitos humanos, em razão de grave violação aos mesmos e de perseguição, seja racial, religiosa, étnica, social ou política, como é a hipótese dos refugiados.

Palavras-chave: Refugiados. Migração. Direitos humanos e perseguição. Venezuela.

ABSTRACT

Law 9.474 / 97 implemented the refuge institute in Brazil, formulated by the United Nations Convention in 1951. Together with this, it guaranteed several rights to refugees, asylum-seekers and their families, while imposing certain duties. There are many rights and few, however, are the applications, which are compounded by social non-integration, discrimination and xenophobia. Incessant conflicts and cases of civil wars have as a consequence the permanence of the migratory flow. In Brazil, although people from various nationalities request refuge, nowadays, the Venezuelans receive the most from Venezuelans, as a result of the humanitarian crisis that Venezuela is undergoing. They are people who leave their countries of origin in search of better living conditions and sometimes to guarantee their human rights, due to serious violation of them and of persecution, whether racial, religious, ethnic, social or political, as is the refugee hypothesis.

Key-words: Refugees. Migration. Human rights and persecution. Venezuela.

1 Graduanda do 8º período do curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES, calamarchini@hotmail.com;

2 Graduando do 8º período do curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES, fraga25@gmail.com;

3 Graduanda do 8º período do curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES, maurenemp@hotmail.com;

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa demonstrar a incidência do instituto jurídico do refúgio no Brasil. Isso porque a crise migratória instaurada mundialmente vem sendo cenário da materialidade daquele e dos direitos daí decorrentes. Ainda assim, a não aplicação e a não efetividade destes direitos se faz presente. Ou seja, inúmeras são as prerrogativas garantidas aos refugiados e aos solicitantes de refúgio, porém, nem sempre tais são devidamente aplicadas.

Os venezuelanos, tratados pontualmente em nosso trabalho, em decorrência da crise humanitária pela qual passa a Venezuela, que tem como consequência a vinda dos mesmos para o Brasil, tem sido objeto de análise quanto ao instituto do refúgio, que não se confunde com migração. Atualmente, são os venezuelanos que compõe o rol de estrangeiros que mais solicita refúgio no Brasil.

Dessa forma, percebe-se que discorrer sobre o tema é de fundamental importância ao desenvolvimento do mesmo, seja no aspecto jurídico ou social, eis que para além da efetividade dos direitos conferidos, deve-se dar prioridade à integração social.

O estudo em questão subsidiou-se no método múltiplo dialético de Krohling, por meio de uma abordagem qualitativa do problema, bem como explicativa do objetivo. Baseou-se, também, na técnica do *ex post facto*, buscando o diálogo entre diversas fontes de conhecimento para a construção de soluções sobre problemas de um universo complexo, visando compreender o instituto do refúgio e a sua incidência no Brasil, mormente em se considerando a crise instaurada na Venezuela.

DESENVOLVIMENTO

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997)

O artigo supratranscrito compõe, junto a outros, a lei 9.474/97 (BRASIL, 1997), a qual implementa o estatuto dos refugiados no Brasil, sendo, portanto, a que concede proteção aos mesmos no âmbito nacional. Por isso, é a que estabelece o procedimento para a concessão e cessação do refúgio, bem como os direitos e deveres dos mesmos.

A Convenção das Nações Unidas de 1951 (ACNUR, 1951) formulou o instituto do refúgio, o qual foi acolhido pelo nosso país por meio da referida lei. Assim, refúgio relaciona-se a direito, razão pela qual a todos os refugiados, bem como aos solicitantes de refúgio, são asseguradas as prerrogativas delineadas no art. 5º, CRFB (BRASIL, 1988).

Refugiado, portanto, é quem se ajusta às causas supratranscritas pelo art. 1º da lei 9.474/97 (BRASIL, 1997), ou seja, é aquele que possui proteção de um Estado, que não o seu de origem, para ter resguardo seus direitos humanos, como à vida e a liberdade, em razão de violação grave e generalizada aos mesmos, mas também por receio de perseguição racial, religiosa,

pátria, social ou política e que, diante disso, tem por consequência o não poder ou o não querer ser acolhido por seu país de origem.

Tal não se confunde com o solicitante de refúgio, cuja proteção ainda não fora concedida, embora já requerida, nacionalmente, ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), vinculado ao Ministério da Justiça, criado pela lei 9.474/97 (BRASIL, 1997), e composto por prepostos do próprio Ministério da Justiça, além do Ministério das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação, da Polícia Federal e de organizações assistenciais havidas em prol dos refugiados, quais sejam a Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), sendo o CONARE, por conseguinte, responsável pela análise e decisão dos pedidos de refúgio.

Neste ínterim, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no Brasil, com o intuito de assegurar os direitos e o bem-estar dos refugiados, mas também dos solicitantes de refúgio, firmou parceria assistencial com as sociedades civis outrora mencionadas. Dessa forma, além prestar auxílio técnico aos órgãos, concede também as referidas organizações, fiscalizando, ainda, a implementação dos tratados internacionais protetivos.

A solicitação deve ser requerida em território nacional, podendo também ser pugnada na fronteira, perante a Polícia Federal ou a alguma autoridade migratória na fronteira. Tal pleito deve ser registrado e, para isso, o solicitante deverá preencher o “termo de solicitação de refúgio”, informando, na ocasião, endereço, telefone e e-mail. Daí se extrai o protocolo provisório, que faz as vezes da carteira de identidade e deve ser atualizado anualmente, sob pena de arquivamento do pedido. Com isso, poderá obter o CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e a CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), bem como ter acesso aos serviços públicos ofertados no Brasil.

O CPF poderá ser requisitado perante a Receita Federal, mediante apresentação de carteira de identidade, ao passo que a CTPS, perante a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) ou a Gerência Regional, com a apresentação de 2 (duas) fotos 3x4 e o protocolo provisório expedido pela Polícia Federal.

Feito o registro, o solicitante de refúgio será entrevistado por um funcionário do CONARE ou da Defensoria Pública da União, explicitando a motivação da solicitação. É de suma importância o comparecimento, já que a ausência injustificada à entrevista pode comportar em arquivamento do pedido. Poderá ser entrevistado, ademais, por parte dos advogados das supracitadas organizações parceiras, isto é, Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) e Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

Durante todo o procedimento o solicitante de refúgio poderá ser assistido por Defensor pertencente à Defensoria Pública da União ou, de forma gratuita, por advogados das organizações assistenciais. Quando da decisão do CONARE, essa deverá ser comunicada pela Polícia Federal, podendo o solicitante receber cópia da mencionada decisão, cujo resultado, se positivo, permite ao ora refugiado o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), pela Polícia Federal, bem como a concessão da CTPS definitiva. Se, porém, restar negativa a decisão, poderá o solicitante interpor recurso para o Ministro da Justiça, assistido ou não por advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação. Se negativo também o recurso, o solicitante passa a ser tutelado, no Brasil, pela Lei dos Estrangeiros, isto é, pela Lei de Migração, nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017).

Registre-se que tal negativa não poderá estar subsidiada no ingresso irregular ao Brasil, já que esse não constitui impedimento à solicitação, nem tampouco a concessão do refúgio.

E, no que tange a esse assunto, segue ementa de decisão de apelação cível interposta ao Tribunal Regional Federal para anular decisão administrativa do CONARE que indeferiu pedido de refúgio:

APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REFÚGIO. INDEFERIMENTO. ANULAÇÃO DE ATO DO CONARE. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. MÉRITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. IMPROVIMENTO. 1. O cerne da controvérsia gira em torno da anulação de decisão administrativa do CONARE que indeferiu pedido de refúgio a cidadão nigeriano, em razão do não preenchimento dos requisitos da Lei nº 9.474/97. 2. Como é cediço, a concessão de refúgio é decisão administrativa com alto teor de discricionariedade, feita mediante critérios objetivos estabelecidos no art. 1º da Lei nº 9.474/97. 3. A decisão que concede ou nega o reconhecimento da condição de refugiado não pode ter o seu mérito revisto pelo Judiciário, pois está revestida de caráter político-administrativo, não obstante deva respeitar os critérios objetivos e subjetivos previstos em lei. 4. Não cabe ao Poder Judiciário conceder o status de refugiado, sob pena de usurpar a competência legalmente atribuída ao CONARE, órgão competente para “analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado”, nos termos do artigo 12, inciso I, do Estatuto do Refugiado. Com efeito, cabe ao Poder Judiciário apenas a análise da legalidade dos atos da administração, somente sendo possível a anulação dos atos praticados pelo CONARE, se eivados de ilegalidade, o que não acontece no caso concreto. 5. Por outro lado, merece destaque que o Apelante tentou induzir a erro as autoridades nacionais quando de sua solicitação de refúgio com base em declarações infundadas, já que no momento da solicitação do refúgio, declarou que morava na Nigéria, país que estava em crise política e passando por uma guerra urbana que ocasionou a dizimação de toda sua família, ficando desamparado e à mercê dos assassinos, sendo, inclusive, ameaçado de morte. Entretanto, como se verificou posteriormente, existe nos autos declaração do irmão do Apelante, datada de 28.11.2011, onde afirma aquele que, ao contrário do que alega o Apelante, ele possui familiares vivos em solo africano, em tentativa clara de iludir as autoridades brasileiras. 6. Deve ser ressaltado, ainda, que tal fato, inclusive, ocasionaria a possibilidade de perda do status de refugiado, caso lhe houvesse sido concedido tal benefício, tendo em vista o disposto no inciso II d o artigo 39 da Lei nº 9474/974. 7. Apelo improvido.

(TRF-2 - AC: 00036875920134025101 RJ 0003687-59.2013.4.02.5101, Relator: GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 11/05/2016, 6ª TURMA ESPECIALIZADA)

Como descrito na ementa acima, quanto à negativa de decisão de solicitação de refúgio pelo CONARE, não cabe recurso ao Judiciário, vez que se trata de mérito administrativo, o que não alcança a alçada judicial.

Logo, infere-se que ao Ministério da Justiça incumbe analisar e decidir acerca dos recursos, ao passo que à Polícia Federal, receber as solicitações de refúgio, assim como informar seus resultados, receber os recursos e, por fim, emitir documentos.

No que concerne aos direitos dos refugiados, conforme aludido, são os assegurados pelo art. 5º, CRFB (BRASIL, 1988). Dentre tais, destacam-se a não devolução ou expulsão, já que os mesmos não podem ser reconduzidos ao país em que eram ameaçados; a não penalização pela entrada irregular no território brasileiro; a documentação provisória, composta por carteira de identidade e do trabalho, até que sobrevenha decisão acerca da concessão do refúgio; ao trabalho, educação e saúde, bem como ao livre trânsito pelo território nacional; a não ser

discriminado, podendo praticar livremente sua religião e a não sofrer violência sexual ou de gênero, sendo estendidos ao cônjuge, ascendentes, descendentes, mas também aos demais familiares dependentes economicamente do refugiado.

E, ao mesmo tempo em que são garantidos direitos aos refugiados e aos solicitantes de refúgio, sobre os mesmos também recaem obrigações. Respeitar as leis, as pessoas, entidades e organismos públicos e privados, renovar o protocolo provisório de solicitação de refúgio perante a Polícia Federal, mantendo-o atualizado, eis que, como exposto, a não renovação pode ter como consequência o arquivamento do pedido, mas também informar o domicílio atualizado perante a Polícia Federal e o CONARE, compõe o rol de deveres.

Destarte, tem-se a lei brasileira como exemplo no que tange ao tema refugiados, mormente ao se considerar a diversidade normativa desenvolvida e a amplitude de direitos garantidos em prol dos mesmos. No entanto, não basta a existência, somada a essa deve haver materialização e efetividade.

Em que pese ao menor de 18 (dezoito) anos, que necessita de refúgio, porém está desacompanhado de um familiar, ser designado um guardião, sendo respeitado, para tanto, o direito de não ser devolvido ou expulso, são poucos os casos em que os direitos relativos aos refugiados e aos solicitantes de refúgio são perfectibilizados.

A exemplo, não existe um prazo para que o CONARE decida sobre o pedido de refúgio, de modo que a concessão pode demorar anos. O Brasil é o país que mais possui pedido de refúgio para análise, aproximadamente 85 (oitenta e cinco) mil, o que gera um período de 3 (três) a 4 (quatro) anos de espera. Enquanto isso, ainda que tenha resguardado determinados direitos, paira sobre o solicitante a incerteza do acolhimento e, conseqüentemente, a dificuldade para se inserir e integrar na sociedade.

Dificuldade essa, a propósito, que se agrava com a falta de incentivo do governo brasileiro, o qual não prevê uma integração social continuada, prestando apenas auxílio imediato. Ou seja, falta apoio, mas também recurso.

Ademais, mesmo assegurado o emprego, a crise econômica que assola atualmente o Brasil, o entrave dialético e a discriminação, embora censurada, constituem-se como impeditivos para que o direito concedido seja concretizado. De igual forma quanto à saúde e a educação.

Como se não bastasse, não obstante o Brasil ser um país miscigenado e, como é dito popularmente, acolhedor, tendo assegurado, por conseguinte, a livre prática religiosa, a discriminação novamente se impõe. Discriminação essa, inclusive, que não se filia somente à religião, mas também a raça, cor e etnia.

Em reportagem publicada no ano passado, a Carta Capital narrou o caso Mohamed Ali, ocorrido no Rio de Janeiro. Refugiado sírio no Brasil faz 4 (quatro) anos, Mohamed sofreu um ataque xenofóbico enquanto trabalhava em Copacabana vendendo comidas típicas de seu país (CARTA CAPITAL, 2017).

O portal de notícias R7, por sua vez, publicou o caso de uma síria, residente no Brasil há 3 (três) anos, que, ao andar pela rua, foi questionada por uma brasileira se podia acompanhá-la, pois tinha medo de andar sozinha à noite, o que foi consentido. Contudo, ao perceber o sotaque e saber da nacionalidade síria, a brasileira aduziu que seria melhor andar sozinha, tendo se afastado enquanto dizia que não cabe mais ninguém no Brasil (R7, 2018).

A xenofobia está definida na lei 9.459/1997 (BRASIL, 1997), que dispõe sobre os crimes decorrentes do preconceito em razão de raça ou cor. No entanto, as vítimas do mesmo não sabem, na maior parte das vezes, como fazer a denúncia. Em outras situações, evitam por receio de que a discriminação possa se dar por parte das próprias autoridades, as quais, em determinadas hipóteses, não sabem como proceder. Isto é, embora garantido aos refugiados e aos solicitantes de refúgio o acesso à justiça, o mesmo não é, por vezes, consubstanciado.

É interessante registrar que, em entrevista com uma advogada especialista no assunto, o mesmo portal R7 destacou que a denúncia deve ser feita perante uma delegacia, como a de qualquer outro crime, o que não justifica, portanto, a ausência de conhecimento quanto ao procedimento a ser adotado, considerando ser o mesmo já praticado com relação às condutas criminosas apresentadas por brasileiros e contra os mesmos (R7, 2018). Isso, embora sejam asseguradas aos refugiados e aos solicitantes de refúgio as prerrogativas previstas em prol dos próprios brasileiros.

Dito isso, a Secretaria de Direitos Humanos informou que, entre 2014 e 2015 os casos de xenofobia no Brasil cresceram cerca de 633% (seiscentos e trinta e três por cento), percentual que contrapõe o número de punições, dos quais praticamente não há registro. E, segundo a mesma secretaria, os maiores alvos de tais ataques são os haitianos e, em seguida, os árabes ou muçulmanos, que somam, respectivamente, 26,8% (vinte e seis vírgula oito por cento) e 15,45% (quinze vírgula quarenta e cinco por cento) das ocorrências (HUFFPOST, 2016).

É um número que vai ao encontro dos dados divulgados pelo CONARE, os quais demonstram que, em 2011, o Brasil contava com 4,2 (quatro vírgula dois) mil refugiados e, quatro anos depois, 8,4 (oito vírgula quatro) mil (HUFFPOST, 2016).

E, de acordo com a pesquisa “Tendências Globais – Deslocamentos forçados 2017”, elaborada pela ACNUR e divulgada neste ano de 2018, de 2017 para 2018 a procura de proteção no Brasil aumentou 118% (cento e dezoito por cento), de 35.464 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro) em 2016 para 85.746 (oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis) em 2017 (BRASIL DE FATO, 2018).

Tudo isso em razão da permanência dos conflitos e guerras civis, os quais põem à prova os direitos humanos dos chamados refugiados, que não podem permanecer no Estado de origem, especialmente ao se conceber a existência de perseguição racial, religiosa, pátria, social ou política.

O Brasil, dessa forma, apenas acompanha a sistemática mundial. Enquanto, em 2017, o número de refugiados chegou a 68,5 (sessenta e oito vírgula cinco) milhões, no país, especificamente, o número de refugiados reconhecidos é de 10.264 (dez mil, duzentos e sessenta e quatro) (BRASIL DE FATO, 2018).

Nessas circunstâncias, a denominada crise humanitária pela qual passa a Venezuela, decorrente das crises política e econômica instauradas no país, aumentaram os níveis de violência e repressão por parte daquele Estado, bem como os relacionados à miséria, tendo em vista a alta carga inflacionária. Por tais razões, a cidade brasileira de Boa Vista conta com, aproximadamente, 40 (quarenta) mil venezuelanos, que somam mais de 10% (dez por cento) dos habitantes da cidade, considerando ser o estado de Roraima fronteira com o país de origem (EL PAÍS, 2018).

E, se para alguns a vinda dos venezuelanos se trata de crise migratória, por estar associada a questões econômicas, para outros, como Sidney Guerra, Eva Demant e Ángela Malaver, se apresenta como perseguição política, justificando a concessão do refúgio, o qual, em 2017, atingiu cerca de 22 (vinte e dois) mil pedidos (EL PAÍS, 2018). Não à toa, considerando ainda a

pesquisa “Tendências Globais – Deslocamentos forçados 2017”, foram os venezuelanos os que mais solicitaram refúgio no Brasil, seguidos dos cubanos, haitianos e angolanos, com, nesta ordem, 2.373 (dois mil trezentos e setenta e três), 2.362 (dois mil trezentos e sessenta e dois) e 2.036 (dois mil e trinta e seis) pedidos (BRASIL DE FATO, 2018).

Neste cenário, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criou o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE), que diferenciou o instituto da migração do refúgio, tendo concluído que o primeiro se dá quando uma pessoa se muda de seu país objetivando uma vida melhor, enquanto o segundo, visando preservar sua vida. À vista disso, a principal diferença se estabelece na medida em que refugiado é quem possui tamanha proteção que não pode ser devolvido ou expulso para o seu país de origem, ao contrário do migrante, que pode ser deportado.

Em função do demonstrado, foi editada a Medida Provisória 820/2018, que “dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária” (MP 820/2018).

Logo, constitui-se a Venezuela como exemplo de refúgio. Os venezuelanos, que formam o grupo de nacionalidade com maior número de pedidos de refúgio no Brasil, vêm em razão de inúmeras e variadas perseguições no país de origem, que impedem a vivência por lá, como descreve o art. 1º, I, da lei 9.474/97 (BRASIL, 1997). Por óbvio, tratando-se de crise humanitária, não há que se falar somente em migração, precipuamente ao se verificar a subsunção do fato à norma.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, percebe-se que o refúgio é um instituto cujo conhecimento é de extrema relevância para o desenvolvimento jurídico e social, visto que, como aplicável as situações em que há desrespeito aos direitos humanos, bem como quando há perseguição, inúmeras são as consequências, seja de maior, difícil ou impossível reparação, a exemplo da crise humanitária da Venezuela, que se firma como fonte da miséria, formando o grupo cuja nacionalidade mais solicita refúgio, atualmente, no Brasil. Diferencia-se, pois, o refúgio de migração, já que essa, como mencionado, se perfaz somente com o deslocamento em busca de melhores condições de vida.

E, em razão da situação demonstrada, faz-se primordial, além de se compreender o conceito e todas as perspectivas que envolvem o refúgio, tomar medidas cabíveis junto aos órgãos competentes, visando emprestar maior efetividade aos direitos já garantidos aos refugiados, solicitantes de refúgio e seus familiares.

Nada obstante, o Brasil, apesar de modelo, como apontado, no que se refere ao instituto, diante das inúmeras bases normativas garantidas aos refugiados, não as tem aplicado. Ou seja, juridicamente, tem-se demonstrado como exemplo, porém não o é concretamente. A falta de prazo para análise dos recursos e, com isso, o acúmulo de pedidos, causa a morosidade do procedimento. Somado a isso, a falta de apoio aos projetos desenvolvidos pelas sociedades civis e a falta de incentivo econômico provocam a não integração social, que agregada ao entrave dialético e a crise econômica que assola atualmente o país, afluem em discriminação e xenofobia.

Assim sendo, compete ao Estado aplicar as políticas existentes, assegurando um contexto social no qual todos os residentes no Brasil, natos, naturalizados ou refugiados, sejam respeitados de forma igualitária perante a lei que lhes é assegurada. Contudo, não basta somente a materialização das leis. Acrescido a essas, crucial se faz o incentivo à educação e a conscientização, a fim de que os refugiados sejam, pela sociedade, bem recebidos e acolhidos, afinal, o que falta é respeito, proveniente daquela, ou melhor, da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Cartilha para solicitantes de refúgio no Brasil**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-paraSolicitantes-de-Ref%C3%BAgio-no-Brasil_ACNUR-2015.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. Lei 9.474, de 22 de Julho de 1997. Promulgada em 22 de julho de 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. Lei 13.445, de 24 de Maio de 2017. Promulgada em 24 de maio de 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 19 out. 2018.

ACNUR. **Convenção relativa ao Estatuto Dos Refugiados (1951)**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 22 mai. 2018.

BARBOSA, Raul Felix. Reassentamento solidário e políticas públicas para refugiados no Brasil. **Universitas: Relações Internacionais**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.17-23, 17 dez. 2015. Centro de Ensino Unificado de Brasília.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 mai. 2018.

BRASIL DE FATO. **Refugiados no Brasil sofrem com racismo e falta de políticas públicas**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/refugiados-no-brasil-sofrem-com-racismo-demora-de-documentacao-e-falta-de-politicas/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

CARTA CAPITAL. **“Sai do meu país!”: agressão a refugiado expõe a xenofobia no Brasil**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/saia-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil>>. Acesso em: 21 out. 2018.

DEMANT, Eva. 30 años de la Declaración de Cartagena sobre Refugiados.: Avances y desafíos de la protección de refugiados en Latinoamérica. **Agenda Internacional**, San Miguel, v. 31, p.131-140, 2013.

EL PAÍS BRASIL. **Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua ‘crise de refugiados’**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html>. Acesso em: 22 mai. 2018.

ESTADÃO. **Emprego é entrave para refugiados no Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,emprego-e-entrave-para-refugiados-nobrasil>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

GUERRA, Sidney. O instituto jurídico do refúgio à luz do direito internacional e alguns desdobramentos na união europeia. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 2, n. 47, p.62-77, 2017.

HUFFPOST. **Chegada de refugiados faz xenofobia crescer mais de 600% no Brasil, mas nem 1% dos casos chega à Justiça**. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/06/20/chegada-de-refugiados-faz-xenofobia-crescer-mais-de-600-no-bras_a_21688171/>. Acesso em: 21 out. 2018.

KROHLING, Aloísio; MARIA, Julia Scárdua. A Crise dos Refugiados Sírios na Europa. **Revista Internacional Consinter de Direito**, [s.l.], v. 04, n. 04, p.67-82, 30 jun. 2017.

R7 INTERNACIONAL. **Xenofobia ainda é difícil de ser denunciada no Brasil**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/xenofobia-ainda-e-dificil-de-ser-denunciada-no-brasil-23072018>>. Acesso em: 21 out. 2018.

TRF-2 - AC: 00036875920134025101 RJ 0003687-59.2013.4.02.5101, Relator: GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 11/05/2016, 6ª TURMA ESPECIALIZADA

UFRGS. **Migração e refúgio, quais as diferenças?**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/gaire/2017/07/04/migracao-e-refugio-quais-as-diferencas/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

CORPO CARACOL, CORPO SUPORTE E CORPO DISSOLVENTE: AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS CORPOS DOS MORADORES DE RUA EM CUIABÁ. UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO CENTRO NORTE DA CAPITAL

JULIANO BATISTA DOS SANTOS

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
julianojbs@gmail.com*

ALYNE RAMOS DE CAMPOS DOS SANTOS

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais na Universidade de Cuiabá – UNIC
alyncercs@gmail.com*

JOSÉ SERAFIM BERTOLOTO

*Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Universidade de Cuiabá – UNIC
serafim.bertoloto@gmail.com*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo trazer à tona as principais funções desempenhadas pelos corpos dos moradores de rua em Cuiabá. Mais precisamente da população que vive na Região Centro Norte. Para tanto, empregamos à pesquisa e à construção do texto uma reflexão teórico-empírica. Em um primeiro momento, fomos a campo para observar e conhecer a condição das pessoas em situação de rua, para em seguida, baseando em teorias de diferentes áreas do conhecimento, mostrarmos quais são as três principais funções corporais da população de rua na capital mato-grossense, denominadas metaforicamente de corpo caracol, corpo suporte e corpo dissolvente. Os corpos dos moradores de rua são, portanto, neste trabalho, a chave e o fundamento ao entendimento de funções corporais pouco significativas na vida privada, mas que nos espaços públicos são comuns, diárias e corriqueiras à sobrevivência dos sujeitos que fazem das ruas e baixios arquitetônicos a sua “casa”.

Palavras-chave: Cidade, Cuiabá, Corpos, Funcionalidades, Moradores de rua.

ABSTRACT

This article has as objective to bring to the surface the main functions carried out by the homeless bodies in Cuiabá. More precisely of the population than lives in the North Center Region. For so much, we used in the research and the construction of the text a theoretical-empiric reflection. In a first moment, we went to the field to observe and to know the people's condition in street situation, for soon afterwards, basing on theories of different areas of the knowledge, we show which are the three main corporal functions of the street population to in the capital mato-grossense, denominated metaphorically of snail body, support body and dissolving body. The bodies of the homeless are, therefore, in this work, the key and the foundation to the understanding of little significant corporal functions in the private life, but that in the public spaces are common, daily and commonplace to the survival of the subjects making of the streets and architectural shallows their “home”.

Key-words: City, Cuiabá, Bodies, Functionalities, Homeless.

1 Introdução

Sobreviver, segundo Darwin (2004), é uma luta intrínseca a todas as espécies. A *homo sapiens* tem, no entanto, uma diferença fundamental em relação aos demais seres vivos. Sua sobrevivência depende da associação entre evolução natural (transmitida biologicamente) e cultural (transmitida por endoculturação).

Fatores geográficos (exteriores ao ser) e biológicos (próprios dos ser) influenciam os processos evolutivos e de adaptação ao meio, embora não os determinem como afirmavam os positivistas. Estar neste, nesse ou naquele lugar, exige de nós o conhecimento de seus territórios, dos espaços e estruturas existentes, dos recursos disponíveis, das possíveis ameaças e dos seres que ali habitam (humanos e não-humanos).

No caso dos moradores de rua não é diferente. As táticas e riscos de sobrevivência mudam de urbe para urbe. A região, o clima, os costumes, as redes de acolhimento, as políticas públicas sociais de cada município, a economia local, o nível e o padrão de consumo dos cidadãos, entre outros fatores, também influenciam os modos de ser e estar nas ruas. Por exemplo. Morar nas ruas de Cuiabá, uma das cidades mais quentes do Brasil, tem uma lógica diferente das pessoas em situação de rua em Curitiba, uma das capitais mais frias do país.

Pedir, dormir, descansar, conversar, caminhar, ir ou não a determinados lugares, são decisões que levam em consideração *n* variáveis: cotidiano, relações, trajetos, situações, necessidades etc. A concepção, deliberação e execução de nossas ações têm valor subjetivo, o que não implica que as regras e normas coletivas são ignoradas. Todo juízo de valor, independentemente da pessoa, é moldado pela tensão dialética entre os contrários: eu *vs.* outros, individual *vs.* coletivo, permitido *vs.* proibido (BOCAYUVA, 2010).

Se a ação do indivíduo no coletivo (ou ação social) é uma conduta humana com sentido subjetivamente elaborado e orientado para outros seres humanos, então é o próprio indivíduo que dá significado a sua ação e constrói a conexão entre o motivo da ação, a ação propriamente dita e seus efeitos (WEBER, 1993).

Segundo Sartre (1987), a possibilidade de escolhermos *para si* é o que nos torna livres e responsáveis pelos nossos atos. Mas há de se advertir que a liberdade só existe em razão da liberdade dos outros. Ser livre, na concepção existencialista, é poder se movimentar dentro dos limites postos a si pela natureza e pelo coletivo.

Em meio e entre os jogos de forças entre determinação, fatalismo e liberdade, estão os humanos. Cada um com sua particularidade. Universos ímpares que, apesar da interseção com outros universos individuais, não se repetem; são únicos e singulares em suas formas e essência de ser. O que os diferem, existencialmente, são suas escolhas (SARTRE, 1987).

Todavia, se os homens têm em comum a condenação à escolha, as influências nas decisões mudam de pessoa para pessoa, de situação para situação, de cultura para cultura. Cada caso deve ser analisado *em si* e *por si* conforme o entendimento do próprio sujeito e dentro das condições e signos da neotribo à qual pertence (MAFFESOLI, 1998), onde seu passado opera como experiência e o futuro se coloca à razão como uma possibilidade (HUME, 1989).

Analisemos o caso dos moradores de rua. O modo de operar (pensar, enxergar e agir) dessas pessoas é diferente das que possuem residência fixa. Estar nas ruas é bem diferente de nela habitar. A questão do abrigo como mecanismo de proteção, segurança e privacidade permite aos corpos o descanso necessário à sua recomposição física e mental.

Os que habitam nas ruas não desfrutam do direito à residência. Nas ruas, os corpos de seus moradores são abrigos de si mesmo; estão expostos às intempéries e aos perigos, ameaças e coerções típicas das urbes: violência, repressão, descriminação, abandono, homicídio, perseguição, exclusão e proibições de todo tipo (GIORGETTI, 2006).

Conseqüentemente, a ausência de casa e a exposição ao meio (na condição em que se encontram), reconfiguram seus corpos. Eles, aos poucos, adquirem assinaturas inerentes a vida nas ruas: pés sujos e/ou rachados, roupas encardidas e surradas, odores desagradáveis, pele queimada pelo sol e cicatrizes provenientes de brigas e agressões. Marcas que causam incômodo visual e tornam seus corpos abjetos.

Para Frangella (2009, p. 162):

As marcas olfativas, higiênicas e estéticas no corpo dos moradores de rua atualizam, fundamentalmente, a dinâmica criada a partir do confinamento espacial e da subtração material a que estão sujeitos, e configuram os atributos básicos através dos quais esse segmento é identificado e estigmatizado na cidade. A sujeira e a aparência abjeta e envelhecida – decorrentes da falta de lugar, do contato constante com o asfalto sujo, da ausência de estrutura que permita práticas de higiene regulares, da depressão – emergem em primeiro plano na corporalidade dos habitantes de rua na metrópole, tanto nas interações sociais internas a esse universo considerado, quanto na relação com os demais segmentos sociais.

As ruas reconfiguram não apenas a representação simbólica dos corpos, mas também suas funcionalidades e táticas de sobrevivência. As dificuldades enfrentadas no cotidiano e as pressões sociais exercidas sobre os moradores de rua, são/ ficam registradas em seus corpos, por isso a importância em observá-los (MAGNANI, 2002). Não é à toa que nos debates e reflexões sobre a população de rua, o elemento central é o corpo.

As funções desempenhadas pelos corpos de quem vive nas ruas, bem como as táticas de sobrevivência de seus moradores são impensáveis em territórios domésticos, protegidos por muros, grades, paredes e teto. As funcionalidades nascem como resposta à ausência de um lar para residir e as táticas operam como dispositivos de adaptação e subversão às estruturas vigentes. Uma e outra não estão desvinculadas, elas se complementam.

Em Cuiabá, o levantamento das funções corporais mais comuns e das principais astúcias empregadas pela população de rua em seu dia a dia ocorreu a partir de minha observação e convivência com os moradores de rua do Centro Norte da capital (DAMATTA, 1978). O que não significa que outras funções e artimanhas inexistem.

As utilidades do corpo e táticas de sobrevivência dependem do meio onde se encontra, dos recursos naturais e sociais disponíveis, das relações de poder em jogo, entre outras tantas coisas que pressionam a vida a se enquadrar, a se esquivar, a criar, a contestar, a dar golpes no campo da ordem estabelecida (CERTEAU, 1998), como veremos nos subitens a seguir.

2 Corpos Urbanos Errantes e suas Funcionalidades como Adaptação às Ruas

A relação entre o corpo e sua condição de vida influencia o seu estado de ser. Na ausência de uma residência, o corpo do indivíduo se torna a sua casa; o lugar de sua existência e refúgio. A exposição direta às intempéries exige dos corpos que vivem nas ruas uma adaptação e resiliência distinta dos corpos que possuem um lar para se abrigarem e se protegerem.

Em Cuiabá, a adaptação dos moradores de rua à cidade e aos recursos nela disponíveis, levou os seus corpos a adquirem funções incomuns aos da vida doméstica. Funções que operam não

apenas em sentido utilitarista, mas também em sentido simbólico, dado que a forma como vivemos possui íntima e profunda relação com o nosso comportamento e aparência.

Para Le Breton (2011, p. 10), “o corpo é o coração da ação individual ou coletiva, o cerne do simbolismo social, o corpo é um catalisador de grande capacidade do presente”. Para Rodrigues (2005, p. 29) o “corpo é suporte e fronteira do indivíduo, é através do corpo que as diferenças são demarcadas, as experiências da cultura e das redes de sociabilidades se manifestam”.

Cada sociedade, cada grupo e subgrupo social, cada tribo e neotribo, tem em seu interior, uma visão específica de mundo, expressa por meio signos (explícitos e/ou implícitos) nos corpos de seus membros. Pequenos sinais que nos permitem, por intuição, projetar uma representação possível sobre “quem é” ou “pode ser” fulano e ciclano, embora somente o convívio dirá se estávamos certos ou não (GOFFMAN, 1999).

Nas ruas não é diferente. Lá as aparências também enganam. É comum termos estereótipos de determinados grupos. Quando falamos de punks, por exemplo, nossa imaginação projeta signos relacionados a esse movimento: rock pesado, letras escatológicas, roupas pretas, coturnos de cano longo, cabelos moicanos, pintados e/ou raspados nas laterais, suspensórios, pulseiras, coleiras e cintos de couro com metais ponte agudos.

Acontece que os símbolos e ornamentos punks não são de uso restrito deles. Há sujeitos que os utilizam e nem por isso se veem como punks. A definição de pertencimento a um grupo não se dá apenas por adesão às representações e símbolos próprios de cada tribo, o sentimento de pertença é o mais fundamental; mais até que o uso dos ornamentos que, na prática, operam como elementos de comunicação à identificação entre os pares (MAFFESOLI, 1998).

No caso dos moradores de rua há um paradoxo em relação ao sentimento de pertença. Mesmo conscientes da condição de estar a viver nas ruas, o discurso entre realidade e desejos pessoais se confundem. Nele, o que vemos, é uma luta interna travada consigo mesmo. Uma resistência psicológica que insiste em não perder a esperança por uma vida melhor, por uma vida fora das ruas (MATTOS, 2006), como nos revelam as falas abaixo¹:

Eni [na rua há 9 anos]: *Eu fico na rua só durante o dia. De noite eu durmo lá no armazém pra vigiar. Lá, é minha casa, sabe!* (Caderno de campo, maio de 2018).

Ped [na rua há 13 anos]: *Eu tô na rua há bastante tempo. Vou alugar um quarto agora. Um baratinho. Na rua é... [silêncio]* (Caderno de campo, maio de 2018).

Jo [na rua há 7 anos]: *Eu durmo no posto [de gasolina] lá na saída pro Trevo do Largato. Têm umas cabines [de caminhões] abandonadas no pátio. Eu tô morando em uma. Aí pra pagar o dono do posto e ganhar o almoço eu lavo os banheiros* (Caderno de campo, julho de 2018).

Fel [na rua há 2 anos]: *Eu tenho família aqui. Eu tenho casa pra ficar. Às vezes vou pra lá [casa dos filhos]. Mas como eu bebo, prefiro ficar aqui [na rua]* (Caderno de campo, setembro de 2018).

Man [na rua há 4 anos]: *Vivo na rua, durmo na rua, como na rua, mas não moro na rua. Não moro em lugar nenhum. Pra morar tem que ser casa, senão não mora ué! [...] Ninguém mora na rua. A gente fica na rua porque não tem pra onde ir* (Caderno de campo, setembro de 2018).

A luta não é apenas interior. A cada novo dia, para a nutrição, hidratação e higiene do corpo, os moradores de rua precisam superar estereótipos coletivos, em sua maioria bastante

1 Para garantir o anonimato dos sujeitos pesquisados que se apresentaram a mim com os seus nomes e não com seus vulgos ou apelidos, optei por utilizar apenas as duas ou três primeiras letras do primeiro nome. Essa alternativa vai ao encontro do que é exigido pela ética no estudo “sobre” e/ou “com” seres humanos: anonimato dos sujeitos estudados e confidencialidade dos dados pessoais obtidos (PADILHA et al., 2005).

nocivos. Não podemos negar a importância das representações sociais como guia ao nosso comportamento diante do desconhecido (GOFFMAN, 1999). O estereótipo físico é nossa primeira lente à identificação de membros de grupos específicos em sociedade. Ele, ao contrário dos estereótipos moral e intelectual que costumam ser bem preconceituosos, nos auxilia cotidianamente nas decisões sobre “onde” e “de quem” podemos nos aproximar e/ou devemos nos afastar (VELHO, 2003).

A observação participante *in loco* é, portanto, essencial para a correta identificação dos membros deste, desse ou daquele grupo nas sociedades complexas. Algo diferente das sociedades primitivas cujos membros carregam caracteres culturais comuns uma vez que não existem subgrupos. Nas sociedades primitivas, segundo Clastres (2003), não há separação entre mim e os outros; elas são um nó indiviso, isto é, uma estrutura social de relações cuja unidade da coletividade é o que mais importa.

Quando compararmos as sociedades de solidariedade mecânica com as de solidariedade orgânica vemos que a questão e visão sobre seus os corpos são bem distintas. “As sociedades tradicionais não distinguem o corpo do indivíduo, que é constituído da mesma matéria que compõe o universo. Já nas sociedades ocidentais e modernas, a cisão entre o corpo e o indivíduo provocou uma ruptura do sujeito com os outros” (RODRIGUES, 2005, p. 29-30).

A dissociação entre corpo e sujeito reconfigurou as relações sociais que, devido a acelerada divisão do trabalho social, deixaram de ser afetivas para se tornarem relações de interdependência (DURKHEIM, 1973); relações que eu defino como frias por causa da não preocupação com bem-estar do outro, uma vez que a mercadoria, na tensão e jogo de interesses, sobrepõe-se aos indivíduos (MARX, 1983).

Estamos sós. Talvez um amigo, um parente, um conhecido nos estenda a mão para ajudar. Coisa rara! No tempo histórico atual uma das características mais marcantes aos homens é a solidão (PAIS, 2006), seja ela na condição de estar só, sem ninguém ao lado para olhar, conversar e compartilhar, seja ela na condição de sentir sozinho em meio aos demais, conhecidos ou não. Entendo ser a segunda a mais cruel, pois ser visto e não percebido faz do ser um não-ser, quer dizer, o transforma em nada, tirando-lhe a sua existência e importância (SARTRE, 1987).

Os moradores de rua estão sujeitos a ambas as formas de solidão. Especialmente à segunda. Porém, nela, a solidão vem mais da ausência de afetos e do que de sua ruptura como no caso dos idosos que são ignorados ou abandonados em asilos por pessoas próximas e com as quais possivelmente conviveu por algum tempo, estabeleceu vínculos afetivos e dividiu momentos juntos. Há de se admitir que ser “nadificado” por sujeitos que amamos, tem um peso muito maior do que quando feito por desconhecidos.

Apesar de estarem à margem, no último e mais baixo estrato econômico, as pessoas em situação de rua precisam, assim como nós, enfrentar os efeitos e condições nocivas da estrutura social que criamos (LAZZARATO, 2006). A eles, ao contrário de nós, resta-lhes tão-somente o corpo. Um corpo que precisa se adaptar ao pouco, ao escasso, ao quase nada. Adaptação que implica em sobrevivência. Sobrevivência que depende de táticas, de artimanhas sutis. Táticas que para serem eficazes depende do desenvolvimento de funcionalidades exigida pelos corpos às ruas; depende da transformação do corpo em um corpo útil a si e não ao mercado, digno da palavra trabalho em Marx (1983); um corpo cuja finalidade nos remete à razão da evolução: sobreviver apenas.

A reconfiguração do corpo ao desenvolvimento de novas funções, quando são lançados à vida nas ruas, é influenciada pelo meio onde se vive. Nas ruas, os corpos de seus moradores são

moldados a partir da interação com os espaços públicos aonde transitam. Em Cuiabá, na Região Centro Norte, devido suas características urbanas e naturais, a adaptação à sobrevivência, condicionada às novas funcionalidades, transformam os corpos em: corpo caracol, corpo suporte e corpo dissolvente².

Não significa que outras funções corporais inexistam na capital mato-grossense ou em outros lugares. Também não significa que elas são comuns a todos os moradores de rua. As tipologias corporais que apresento aqui, todas pensadas com base nas funções voltadas especificamente à sobrevivência nas ruas, operam menos como arquétipos platônicos e mais como categorias interpretativas. Uma categoria que não parte do universal para o particular, mas que busca no particular algo do universal, sem a exigência de uma perfeita simetria entre sujeitos observados e a teoria empregada pelo observador.

2.1 Corpo Caracol: o corpo como abrigo de si

Há corpos cujo abrigo são muros e grades (casas de alvenaria). Há corpos cujo abrigo são cavernas e grutas (casas naturais). Há corpos cujo abrigo são bambus, folhas e palhas secas (ocas). Há corpos cujo abrigo são edificações de pau a pique (casas de sapê). Há corpos cujo abrigo são blocos de gelo (casas de iglus). Há corpos cujo abrigo são restos de papelão, telhas, tábuas, isopor e latão (barracos). Há corpos cujo abrigo são de restos de madeiras suspensas por estacas (casas de palafita).

A questão da residência como lugar de refúgio aos corpos humanos é fundamental à nossa sobrevivência. Ter onde morar implica em proteção, saúde, sucesso e bem-estar. A casa é o nosso primeiro útero artificial. Um espaço de referência que nos liga à família, a momentos e relações. É nela que depositamos nossa segurança, privacidade e intimidade.

De acordo com Bachelard (1978, p. 201, grifo do autor):

[...] a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. [...] O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que frequentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser 'atirado ao mundo' [...] o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço. [...] A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa.

Na Semiótica da Cultura, a casa simboliza territorialização e afetividade, indispensáveis ao (re)ordenamento individual e social. Entre tantos espaços que frequentamos, ela é, muito provavelmente, para a grande maioria dos indivíduos, o local mais apropriado à recomposição psicofísica; um lugar de resgate das energias e vitalidades, expropriada de nossos corpos pelo capital, única e exclusivamente em razão do lucro (MARCUSE, 1973).

Aos que não têm casa, resta-lhes apenas o corpo. Um corpo que nas ruas é abrigo de si mesmo. A exemplo dos caracóis, moluscos da classe gastrópode, que tem fixados junto ao próprio corpo uma concha formada, geralmente, por uma só peça (FERREIRA, 2004). Carapaça calcária que funciona como local de abrigo, recolhimento e proteção. Um artifício evolutivo que lhes confere a possibilidade de morar em si, de morar em seu corpo, de levar sua casa aonde for, visto que seu corpo e casa são um só.

² Os termos caracol, suporte e dissolvente são termos tomados de empréstimo da tese de Rodrigues (2005). Já suas definições são por mim ampliadas, sem, contudo, alterar a ideia original.

A situação da população de rua se assemelha a dos caracóis. Seus corpos são sua casa. É nele que os moradores de rua se abrigam, se escondem e descansam (Cf. Figura 1). Diferente dos corpos nas residências, corpos disciplinados e adaptados à vida doméstica, os corpos caracóis reinventam o modo de ser e habitar (Cf. Figura 2).

A eles, não resta outra opção que não a redução da vida ao próprio corpo e suas necessidades imediatas. Necessidade que, em certa medida, esvazia os indivíduos de sua humanidade, dado que nós, diferentemente dos outros seres vivos, nos caracterizamos mais pelos aspectos culturais do que biológicos.

Figura 1



Fonte: Acervo de Emanoele D. Cruz¹, 2018.

Figura 2



Fonte: Acervo dos autores, 2018

Logo, quando as necessidades orgânicas do corpo impedem manifestações e criações culturais, os homens se animalizam. Sua história retoma hábitos praticados na origem de nossa espécie, em um período muito anterior as primeiras formações sociais, em que os *homo sapiens sapiens* dirigiam toda a sua existência à alimentação e à reprodução.

2.2 Corpo Suporte: a resiliência como adaptação às dificuldades

Suporte! Termo aqui empregado como adjetivo de corpo. No dia a dia uma condição de resiliência à vida nas ruas. Se divaguemos um pouco sobre essa palavra, antes de conceituá-la aos moldes da pesquisa, veremos que sua escolha como uma das caracterizações dos corpos dos moradores de rua em Cuiabá, não é por acaso.

Suportar, para os que moram e perambulam pelos espaços públicos da cidade, tem um significado que transcende a própria etimologia da palavra. Nas ruas, suportar pode significar muitas coisas: sustentar, tolerar, condescender, mas, sobretudo, significa manter-se de pé, seguir em frente, não desistir da vida e, quem sabe, por si ou por sorte, vir um dia a residir em uma casa e não em baixios.

Suporte deriva do verbo suportar que, em regra, é entendido como aguentar, na condição de sujeito passivo. Aquele que suporta, suporta tanto o estado e/ou situação em que se encontra, quanto as ações (ou omissões) advindas de relações estabelecidas com os demais seres humanos, cidadãos ou não.

O corpo suporte, segundo Rodrigues (2005), é o corpo adaptado à vida nas ruas. É o corpo que ao ser exposto às condições de vida subumanas (fome, violência, medo, angústia...) e às intempéries (frio, calor, chuva, vento...) fez da resiliência o artifício para suportar o peso da própria existência frente a extrema vulnerabilidade social e econômica em que se encontra.

Suportar nas ruas é, portanto, sinônimo de resistência física e psíquica. A primeira nasce da necessidade de carregar consigo bens materiais entendidos como indispensáveis à

sobrevivência; a segunda se origina da necessidade dos moradores de rua se manterem sãos, de modo a absorverem o sofrimento e enxergarem caminhos menos nocivos à suas trajetórias nas ruas.

A escolha do que levar ou dispensar é subjetiva e depende das variáveis em jogo, sempre influenciadas pelo momento presente: cansaço, peso, libido, vício(s), ameaça(s), dívida(s), etc. Já a resiliência não é uma escolha, é uma capacidade interior; ou se é resiliente ou não é; ou o sujeito se adapta, ou ele enlouquece ou se suicida. Na natureza, resiliência é uma competência exigida a todos seres vivos. Sua ausência implica em extinção da espécie ou a morte e isolamento de alguns de seus membros, considerados pelo grupo, como indivíduos fracos e merecedores dos males que os afligem.

Aos que insistem em se adaptar, em sobreviver, em resistir, resta-lhe o esforço diário à nutrição do corpo e da *psiqué* (ou mente, ou razão). O primeiro com alimentos e o segundo com resiliência. Claro que na condição de pessoa em situação de rua, a força despendida à superação dos obstáculos é incomparavelmente maior que a dos corpos que repousam sobre a proteção de um teto e quatro paredes.

Figura 3



Fonte: Acervo de Emanoele D. Cruz, 2018.

Figura 4



Fonte: Acervo de Emanoele D. Cruz, 2018.

Naturalmente, a contínua exposição do corpo ao relento o deteriora a uma velocidade que faz jovens parecerem velhos (Cf. Figura 3) e idosos parecerem doentes (Cf. Figura 4). Em outras palavras: a transformação do corpo em suporte ou em lugar de/para suporte, como adaptação ao sofrimento causado pelo abandono e exclusão social, revela um preço bastante elevado a ser pago pela população de rua: a dissolução da vitalidade de seus corpos.

2.3 Corpo Dissolvente: do belo ao feio – a deterioração da aparência e da moral

Viver nas ruas implica em reduzir a própria existência ao corpo. Jogado às favas, dentro das piores condições subumanas, ele vai aos poucos se deteriorando, perdendo sua saúde física e mental, tornando-se feio e imoral como nos mostra os versos da canção *O resto do mundo* do cantor e compositor Gabriel, o Pensador (1993). Uma letra em que o narrador-personagem, um morador de rua, fala sobre sua situação e vida:

Eu não tenho nome / Eu não tenho identidade / Eu não tenho nem certeza se eu sou gente de verdade / Eu não tenho nada / Mas gostaria de ter / [...] / Eu gostaria de ter um pingote de orgulho / Mas isso é impossível pra quem come o entulho / Misturado com os ratos e com as baratas / E com o papel higiênico usado / Nas latas de lixo / Eu vivo como um bicho ou pior que isso / Eu sou o resto / O resto do mundo / Eu sou mendigo, um indigente, um indigesto, um vagabundo / Eu sou... Eu não sou ninguém / Eu tô com fome / Tenho que me alimentar / Eu posso não ter nome, mas o estômago tá lá / Por isso eu tenho que ser cara-de-pau / Ou eu peço dinheiro ou fico

aqui passando mal / Tenho que me rebaixar a esse ponto porque a necessidade é maior do que a moral / Eu sou sujo eu sou feio eu sou antissocial / [...] / Honra? / Não tenho.

Diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente, o corpo se coloca como linha de frente. Em meio ao frio, ao calor, ao sol, a chuva e ao vento, o refúgio é o corpo. Em meio a escassez, a humilhação e a perseguição, a resistência é o corpo. Em meio as angústias, as dores e ao sofrimento, a resiliência é o corpo. Em meio a fome, a dor e ao medo, o recolhimento é o corpo.

O corpo é a única certeza material das pessoas em situação de rua. Todo o restante são possibilidades de aquisição. O termo propriedade está condicionado a sua posse. Nas ruas perder, trocar, abandonar ou de ter objetos pessoais roubados, é uma constante, por isso a importância de mantê-los junto ao corpo, como uma espécie de extensão de si mesmo, aos moldes de um corpo cabide, isto é, que carrega tão-somente o que é capaz de suportar (Cf. Figura 5).

O problema é que ao colocar corpo como a primeira e última fronteira à sobrevivência nos espaços públicos urbanos, ele se dissolve, se desvanece, se deteriora mais rápido do que nos ambientes domésticos. Aos poucos os sinais de uma vida nas ruas vão nele se sendo registradas, conferindo-lhes a aparência de indigente, de mendigo, de morador de rua.

A pela encardida, o olhar perdido, o cheiro desagradável, os cabelos sujos, os pés rachados e/ou o tronco e membros esqueléticos são marcas corriqueiras de seus corpos. O que não significa que elas estão presentes em toda a população de rua. Longe disso. Significa que ao ingressar em um lugar, território ou condição de vida nova, diferente da anterior, o corpo adquire características próprias, típicas dos sujeitos que ali vivem.

Nesse sentido, os corpos se reconfiguram (ou são configurados) conforme as pressões sociais, econômicas e naturais do ambiente. Mesmo que se lute contra estereótipos e características típicas do grupo social a que se pertence, algumas de suas marcas, aparências e símbolos serão/ficarão registrados nos corpos, mentes e/ou atos de seus pares. Não há como escapar das influências ao redor. No caso dos corpos urbanos errantes, dissolver-se é a sua condição *a posteriori* (Cf. Figura 6).

Figura 5



Fonte: Acervo de Emanuele D. Cruz, 2018.

Figura 6



Fonte: Acervo de Emanuele D. Cruz, 2018.

3 Conclusão

O corpo na vida privada é moldado conforme os valores estabelecidos por cada sociedade. Entre “quatro paredes” o corpo se mostra ao próprio eu e a familiares. Sua exposição, intimidade e aproximações depende do grau de intimidade entre os sujeitos; mas não só. Também depende do lugar onde se encontra e do que está a acontecer no local.

A modulação dos corpos na vida privada está submetida a um jogo de “forças” e “fatos” sociais que influenciam nossas emoções, regulam nossas ações e direcionam os nossos comportamentos quando em grupos. Algo que na prática opera como um dispositivo de disciplina (FOUCAULT, 1999) e controle (LAZZARATO, 2006) que visa estabelecer parâmetros de como os corpos devem ser, portar, relacionar e se mostrar.

Os desvios de conduta, contudo, são frequentes. A subversão aos modelos idealistas é a regra do cotidiano. Minorias resistem diariamente aos arquétipos reguladores que tentam anular o que os homens têm em comum: a diferença. No centro de tudo isso: o corpo com seus sentidos e sentimentos.

Todavia, da casa (ou vida privada) à rua (ou vida pública, no sentido de não possuir proteção e privacidade), a lógica é outra. Ao deixar as condições da vida doméstica para viver nas ruas, independentemente das razões, o corpo é reconfigurado para suportar, se adaptar e sobreviver às novas condições em que se encontra. Táticas de sobrevivência antes desconhecidas emergem. Funções impensáveis aos corpos na vida privada também. Uma e outra se complementam e somam forças frente aos desafios de morar, viver e sobreviver nas ruas das urbes.

Atento a essas questões, nossa investigação se esforçou em trazer à tona as principais funções desempenhadas pelos corpos dos moradores de rua na cidade de Cuiabá. Mais precisamente da população de rua que vive na Região Centro Norte da capital mato-grossense.

Em um primeiro momento, fomos a campo observar e conhecer a condição de vida dessas pessoas, para em seguida, baseando em teorias de diferentes áreas do conhecimento, identificarmos as principais funções desempenhadas por seus corpos, metaforicamente intitulados de corpo caracol (casa), corpo suporte (resistência) e corpo dissolvente (deterioração).

Ao final, percebemos que apesar de finalidades corporais distintas, todas elas convergem para um denominador comum: sobreviver mediante adaptação às necessidades e exigências da vida nas ruas. Condições que muitas vezes ultrapassam a moralidade e legalidade das ações, mas que nos espaços públicos, em meio aos silêncios das leis, são comuns, diárias e corriqueiras à sobrevivência dos sujeitos que fazem das ruas, praças, parques, becos, calçadas, marquises, viadutos, baixios etc. a sua “casa” que, na realidade, é um não-lugar para estar (AUGÉ, 2001).

Referências

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 2ª ed. Campinas: Papius, 2001. (Coleção Travessia do Século.).

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Trad. Joaquim José Moura Ramos (et al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BOCAYUVA, Izabela. Parmênides e Heráclito: diferença e sintonia. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 51, n. 122, p. 399-412, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Trad. Eduardo Fonseca. Rio de Janeiro, Ediouro, 2014.

- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico e outros textos*. São Paulo: Abril, 1973 (Coleção Os Pensadores.).
- FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.
- GABRIEL, o Pensador. O resto do mundo. In: _____. *Gabriel o Pensador*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1993. 1 CD. Faixa 10.
- GIORGETTI, Camila. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: PUC-SP, 2006.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- LAZZARATO, Maurício. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 59-94. (A Política no Império.).
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MAGNANI, José Guilherme M. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Trad. Giasone Rebuá. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MARX, Karl. *O capital*, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MATTOS, Ricardo M. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. 2006. 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho et al. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 14, nº. 1, p. 96-105, 2005.
- PAIS, José Machado. *Nos rastros da solidão*. Deambulações Sociológicas. 3ª ed. Lisboa: Edições Machado, 2006.
- RODRIGUES, Lídia V. B. Pimentel. *Vidas nas ruas, corpos em percursos no cotidiano da cidade*. 2005. 187 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Trad. Rita Correia Guedes. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: _____. KUSCHNIR, Karina. (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

VULNERABILIDADE, ESPAÇO URBANO E SEGURANÇA PÚBLICA**THIAGO DEFANTI WERNECK CUNHA***Mestrando em Políticas Sociais pela
Universidade Federal Fluminense
eu.thiagocunha@gmail.com***Resumo:**

A amplitude do tema Segurança Pública possibilita várias frentes de abordagem. Em específico, neste trabalho, adotar-se-á a influência da Questão Social e suas implicações nesta seara. Para percorrer esse trajeto, optou-se por uma sequência que contemplou a conceituação de expressões largamente utilizadas, tais como “Questão Social” e “vulnerabilidade”, bem como um recorte alusivo à formação dessas expressões que posiciona os conceitos aqui mencionados num contexto histórico. O caminho seguiu com a adição de considerações sobre espaços urbanos, mais particularmente os grandes centros, trazendo um olhar nem sempre vislumbrado, mas que consiste em importante perspectiva para caracterização das “Questões Sociais” nos dias atuais. A metodologia empreendida está ancorada na pesquisa e revisão bibliográfica ou de literatura e contribui com a argumentação e o objetivo deste artigo que é demonstrar os entrelaces entre segurança pública, atuação estatal e as políticas públicas – com destaque para as sociais – e a Questão Social.

Palavras-chave: Segurança Pública, Questão Social, Vulnerabilidade, Espaços Urbanos.

Abstract:

The scope of the Public Security theme makes possible several fronts of approach. Specifically, in this work, the influence of the Social Question and its implications in this field will be adopted. To follow this path, we opted for a sequence that contemplated the conceptualization of widely used expressions, such as “Social Question” and “vulnerability”, as well as a reference to the formation of these expressions that positions the concepts mentioned in a historical context. The path followed with the addition of considerations about urban spaces, more particularly the big centers - cities, bringing a glance not always glimpsed, but that consists of an important perspective to characterize the “Social Questions” in the present day. The methodology is anchored in research and literature review and contributes to the argument and purpose of this article, which is to demonstrate the links between Public Security, State action and Public Policies - especially social ones - and the Social Question.

Keywords: Public Safety, Social Issues, Vulnerability, Urban Spaces.

1- INTRODUÇÃO

A amplitude do tema Segurança Pública possibilita várias frentes de abordagem. Em específico, neste trabalho, adotar-se-á a influência da Questão Social e suas implicações nesta seara, vislumbrando o nível municipal de atuação como alternativa válida e adstrita aos novos olhares sobre o campo da segurança pública.

Para percorrer esse trajeto, optou-se por uma sequência que contemplou a conceituação de expressões largamente utilizadas, tais como “Questão Social” e “vulnerabilidade”, bem como um recorte alusivo à formação dessas expressões que posiciona os conceitos aqui mencionados num contexto histórico. O Estado também permeia esse recorte de maneira umbilical e faz parte dessa análise.

O caminho seguiu com a adição de considerações sobre espaços urbanos, trazendo um ponto de vista nem sempre abordado, mas que consiste em importante perspectiva para caracterização das “Questões Sociais” nos dias atuais. A observação dos municípios também ganhou destaque nesse percurso e é apresentada como opção não integral, mas sim colaborativa na discussão travada no campo da segurança. Destarte, a inserção dos distintos pontos aqui escolhidos teve o condão de debater o tema da segurança pública de maneira a contribuir com um enfoque possível, confluindo para o incremento das políticas e observações da área.

2- QUESTÃO SOCIAL, VULNERABILIDADE E ESTADO

Segundo estudo da organização britânica OXFAM, “a riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial agora equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes”¹. O citado estudo corrobora com o conceito de Questão Social desenvolvido por Marilda Iamamoto. A autora considera que a Questão Social é:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO,1999, p. 27).

A definição de Marilda Iamamoto traz o recorte da “sociedade capitalista madura” como seio histórico da conceituação apresentada. Entende-se aqui o período encetado na Revolução Industrial (meados do século XVIII a meados do século XIX) como início do “amadurecimento” retratado na expressão. Desde tempos mais remotos, sabe-se que as desigualdades estão presentes na sociedade. Mas, nesse momento de transformação delineado, “a atitude de senso comum em relação à mudança foi substituída por uma pronta aceitação mística das consequências sociais do progresso”, como preceitua Polanyi (2004, p 51).

Em *As Metamorfoses da Questão Social*, Robert Castel comenta que a questão social ganhou especificamente essa denominação por volta do ano de 1830. Segundo o autor, a questão:

Foi suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial. É a questão do pauperismo. Momento essencial aquele em que pareceu ser quase total o divórcio entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, e uma ordem econômica que acarreta uma miséria e uma desmoralização em massa. (CASTEL, 1999, p. 30).

O título da obra acima citada não foi mero acaso. Após traçar um recorrido histórico, Castel escolheu utilizar o vocábulo “metamorfose” como forma de trazer aos dias atuais uma

¹ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn. Acesso em: 02/04/2017.

“dialética do mesmo e do diferente”, ou seja, demonstrar certas “cristalizações” que, embora apresentem hoje conformações diferentes, aduzem a construções mais anteriores. Assim, cabe dizer que hoje são replicadas certas condições construídas ao longo de séculos, travestidas de novas roupagens conjunturais (CASTEL, 1999, p. 27).

Nessa lógica, o trabalho mantém-se como principal elemento da cidadania na medida mesma em que esta comporta uma dimensão econômica e social, e que é precisamente nesta dimensão que a sociedade salarial e a democracia se vinculam (CASTEL, 1999). Ainda hoje, o indivíduo enxerga sua cidadania e sente-se pertencente à estrutura social por meio do trabalho. É o labor que contribui, na ótica de Castel, “não somente economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente”.

O trabalho torna-se mercadoria disponível para compra e venda no mercado, o que auxilia na inversão do papel da sociedade humana, que deixa de ditar o ritmo da caminhada social e se torna um acessório do sistema econômico. (POLANYI, 2004, p. 97). De certo que modificações no seio da sociedade ocorrem de tempos em tempos. Entretanto, corroborando com Polanyi, a orquestra social deixou de ser regida pela maestria social, tendo em vista que a partitura balizadora passou a ser lida de maneira a favorecer um som melódico aos ouvidos do sistema econômico e não à audição da sociedade.

Visto como “mão de obra”, a mercadorização laboral mencionada engendrou processos de degradação da condição humana em diversos aspectos e em prol da voracidade do crescimento econômico. Pode-se destacar entre esses processos a precarização das condições de habitação, as alimentares, de remuneração, relativas à jornada de trabalho, as sanitárias, entre outras. Novamente, recorre-se à dialética apontada por Castel para apontar que, ainda hoje, essas características mantêm-se de forma “cristalizada” e nocente, acometendo a sociedade e reforçando o prejuízo em sua cidadania. Não se pode deixar de mencionar que a parcela mais vulnerável é, tragicamente, a que mais sofre com a perpetuação dessas condições.

A vulnerabilidade também se refaz na ótica historicista abordada. Ela vem à tona em decorrência do enfraquecimento das proteções sociais e dos suportes de proximidade, bem como da precariedade do trabalho. A conceituação formulada nesse artigo assinala a vulnerabilidade como a condição de hipossuficiência em que se verá a pessoa ou grupo que teve abaladas ou mesmo retiradas as condições de manutenção cidadã conferidas pelo emprego e pelo suporte econômico, além das demais apreensões citadas e não menos importantes ao ser humano.

A vulnerabilidade é a fragilização dos elos socioeconômicos que provêm a sustentação das condições de cidadania que a todos deveriam ser garantidas. A carência de proteção social necessária ao bom respaldo do cidadão e a precariedade e desigualdade no acesso a serviços públicos colabora perversamente nas condições de vulnerabilidade. Importante também não esquecer e não deixar de ligar a vulnerabilidade ao enfraquecimento de vínculos afetivos e de relação interpessoal.

Nessa trajetória, o obstáculo da desigualdade motiva a intervenção estatal. Isso quer dizer que se verifica a necessidade dos Estados de atacar a desigualdade pela via da elaboração, construção e implementação de políticas públicas direcionadas a este propósito, qual seja, do encurtamento das desigualdades e vulnerabilidades e do justo caminho na direção da equidade. É papel do Estado desenvolver e propiciar condições e estruturas políticas de ordem social para o enfrentamento da desigualdade, promovendo o crescimento dos direitos sociais, bem como sua afirmação. No cerne desses Estados, sendo possível ressaltar que constituídos em torno do bem-estar mas sob diferentes formas e perspectivas, é que se daria o intento da inclusão social e suporte social, assegurando melhores condições de saúde, moradia, empregabilidade, educação, etc.

Nota-se então que a cidadania representa uma condição de equidade idealizada no campo jurídico, mas que não tem espelhada significação social, dado ao histórico tratamento desigual aos indivíduos e grupos. Mesmo que o avanço das legislações em todo mundo faça crescer e florescer alguns aparatos tutelares relativos à cidadania, não há simultaneidade na chegada desses instrumentos protetivos de forma equânime e indistinta. Pode-se até se ter compreendido o conceito, mas isso é insuficiente à efetiva condição de pertencimento e cidadania.

Cabe então ponderar se a segurança pública não estaria também fragilizada pela instabilidade e pela incerteza que rege as relações sociais e retira das pessoas condições básicas de cidadania. Sopesa-se que sim. Uma população menos respaldada pelos instrumentos de proteção social e empregabilidade certamente é empurrada para o caminho da insegurança, seja ela psicológica, simbólica, cultural, espacial e urbana - como veremos mais à frente - e, nos moldes aqui discutidos, para a precariedade em termos da segurança pública.

Passando a análise de aspectos relativos ao Estado, citado na introdução como ente intrinsecamente relacionado às conceituações descritas até agora, este ocupa papel central tanto nas questões sociais como também na provisão da segurança pública. Sua atuação histórica como mediador das interações na vida social e econômica ganha ainda mais tónus quando o ritmo ou a cadência social é desbancada pelos ditames do mercado.

O Estado é o responsável por apreender as informações e modos de vida da população que governa a fim de promover a equidade e atendimento das necessidades de seus cidadãos através de políticas públicas capazes estruturadas e direcionadas com maior ou menor amplitude. Logicamente que a atividade econômica também faz parte dessa interação gregária. E até para o componente econômico de interação e construção da sociedade o ente estatal tem políticas balizadoras e de controle. A figura do Estado está então centrada na intermediação das forças econômicas e das necessidades sociais no sentido de promover o equilíbrio.

Pode-se ressaltar, entretanto, que essa atuação estatal vem, ao longo dos anos, pendendo em muitos momentos para o lado a força motriz econômica em detrimento da proteção social e do suporte da maior parte da população. Esse desbalanceamento, traço distintivo tão histórico quanto à própria criação do Estado, não somente é peculiar ao Brasil. Nessa continuidade, não seria estranho notar que também a balança da segurança pública e da oferta de serviços públicos pesa em desfavor das camadas mais vulneráveis da sociedade e impele às mesmas um sentimento de insegurança, opressão, falta de assistência e meios de concretizar a cidadania necessária a cada um.

A falta de oferta de serviços públicos, tanto em quantidade como em qualidade, afeta a grande parte da população, impedindo que o indivíduo por si só ou coletivamente atinja patamares condizentes com uma vida digna e alicerçada na assistência e proteção social. Quando se diz assistência, aqui se quer dizer Assistência Social, seara composta pela assistência, seguridade e saúde.

Conjuntamente a esses aspectos, existe a própria visibilidade da violência praticada contra os mais vulneráveis. O indivíduo vulnerável é tratado como uma vida descartável, como um ser à margem da sociedade e a violência física e psicológica praticada contra ele é, por muitas vezes, tratada como efeito colateral nos combates travados em nome da segurança pública.

Nesse sentido, os espaços urbanos, contemplando o acesso e a qualidade da habitação e moradias, transporte público e sua oferta, bens e aparelhos públicos, hospitais e serviços de saúde em geral, saneamento básico, entre outros, também conformam importante aspecto a ser observado nessa análise.

3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS URBANOS E A SEGURANÇA PÚBLICA

O referencial da vulnerabilidade é essencial na medida e na avaliação do alcance de uma política social, de acordo com Simone Monteiro (2011). Esse marco teórico é, segundo a autora, “um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros” (MONTEIRO, 2011, p.31).

Tendo por base essa conceituação e as anteriormente elencadas, nota-se que os espaços urbanos também refletem as diferenças sociais. O Estudo Conceitual sobre Espaços Urbanos Seguros, publicado em 2013 pela Revista Brasileira de Segurança Pública, apresenta os contornos da realidade brasileira, exemplificando o perfil das metrópoles, “que demonstram um padrão de segregação espacial que as dividem entre centro X periferia, com territórios apartados dentro da mesma cidade, nos quais parte da população não tem acesso às políticas públicas e direitos básicos”². O mesmo estudo aponta que a distribuição de crimes violentos letais também segue este padrão, “se distribuindo de maneira desigual pelas cidades, concentrando-se nos locais com maior vulnerabilidade social”³. A segurança pública nas áreas mais pobres vale-se, muitas vezes, de ações de combate e repressão ostensiva, o que não é tão frequente em áreas mais nobres.

De maneira congruente, nota-se também que há uma diferenciação em relação ao tratamento dos espaços e aparelhos públicos quando se confrontam diferentes localidades e bairros. Os lugares habitados pelas camadas sociais mais abastadas recebem mais atenção na conservação, limpeza e segurança. Em contraposição, muitas localidades e bairros compostos pelas classes mais populares sofrem com uma atenção diminuta e recebem menos investimentos não só nas questões citadas, mas também em várias outras. Além disso, a forma como se empregam os recursos nessas áreas muito contribui para a degradação ou não conservação das mesmas e segregação populacional. Rememorando, revive-se também na esfera dos espaços urbanos a perpetuação de uma condição historicamente construída que não se cansa de deixar à margem os menos favorecidos.

A constituição e a construção dos espaços urbanos podem reforçar positivamente ou não as questões de segurança pública. Bairros com espaços públicos bem planejados favorecem o deslocamento das pessoas bem como permitem uma vigilância policial comunitária e a interação da população e, neste ponto, salienta-se que a interação e a manutenção das diferentes redes de apoio formadas em cada localidade contribui para que a vulnerabilidade do indivíduo seja afastada, ao menos, parcialmente ou em um de seus aspectos. Diferentemente, espaços intrincados e mal iluminados colaboram com a sensação de insegurança e aprofundam as questões relacionadas com a vulnerabilidade, como geralmente ocorre nas áreas menos providas de aparelhamento, benfeitorias e serviços públicos, dificultando as boas práticas de segurança pública.

Neste artigo, os municípios foram elevados a possíveis partícipes principais no estudo e na modificação da realidade de regiões em que a segurança apresenta-se, assim como várias outras questões de políticas públicas, como um problema a ser combatido. Desta forma, o enfoque perpassando as considerações que podem ser elencadas através da ótica e da experiência da gestão municipal ganham ainda mais importância.

2 Ricardo, Carolina de Mattos et. al. Disponível em: http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rb_sp/article/view/212/139. Acesso em: 03/04/2017.

3 Ibid.

4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE MUNICÍPIOS E SEGURANÇA PÚBLICA

A delimitação municipal como referencial espacial escolhido justifica-se pelo fato de ser este ente federativo um dos braços mais próximos à sociedade no que tange a responsabilidade do *agir político*⁴ estatal. O município detém a possibilidade de interferir localmente através de políticas públicas capazes de gerar um incremento positivo nas questões de proteção social e assistência, permitindo com que a vulnerabilidade sentida e verificada possa diminuir.

Em definição corrente, políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

De acordo com Cerqueira, inclusive fora das capitais nacionais, sabe-se que “a violência se distribui de maneira desigual, afetando territórios e populações de maneira distinta”. Ainda segundo o mesmo, “essa percepção é fundamental para a administração da segurança e o desenvolvimento de políticas de prevenção no nível local” (CERQUEIRA et al., 2016 apud CARBONARI et. al., 2016). Nessa perspectiva, as cidades necessitam construir um arcabouço analítico e estatístico que as permita estruturar e balizar suas políticas públicas. Em relação às ações relacionadas ao campo da segurança pública, demanda-se providenciar o mesmo, principalmente pelo fato dessa abordagem sob implementação municipalista ainda se constituir numa inovação.

O artigo de Carbonari et. al. sobre uma perspectiva multilateral para a prevenção da violência na América Latina aponta que:

Na maioria dos casos, as áreas onde há maior concentração da criminalidade já sofrem com menor acesso a serviços públicos e maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social, com altos níveis de abandono escolar, repetência, distorção idade-série e reprovação, além de altos níveis de desemprego juvenil e de uma presença elevada de jovens que não estudam nem trabalham (CARBONARI et. al., 2016, p.60).

Depreende-se, então, que as ações que visam o encurtamento das distâncias na questão social têm impacto direto na proteção e salvaguarda do direito à cidadania, inclusive as ações municipais. Similarmente, políticas locais de segurança debatidas e criadas pelas esferas de poder nacional que contem com aporte financeiro e apoio técnico às cidades podem auxiliar na confecção de estudos e levantamentos referentes à segurança em âmbito municipal. De acordo com Luiz Antônio Francisco de Souza, esses diagnósticos locais de segurança podem levar a estruturação de “planos locais de segurança, redefinição das funções e profissionalização das guardas municipais, articulação destas com as PMs, tendendo para o policiamento comunitário, fortalecimento dos órgãos ou instâncias de avaliação, decisão e ação local, com a participação comunitária (SOUZA, 2009, p. 179)

Ao optar pelo debate mais próximo ao âmbito das cidades, não se busca subverter questões constitucionalmente definidas como a competência federal e estadual na construção, gestão e legislação das polícias e alguns órgãos específicos diretamente ligados à segurança pública. Esse ponto de vista contempla, como já mencionado, a necessidade de implementação e a manutenção de políticas públicas. Mais ainda, aborda uma nova perspectiva de segurança que “supera a ordem – sem abandoná-la – e insta à cidadania, de forma descentralizada, integrada

4 O conceito de *agir político*, aqui mencionado, refere-se às abordagens relativas ao ciclo político (*policy cycle*) presentes em: FREY, 2000.

e participativa, com elevado controle e responsabilização (accountability)” (CORRALO; KEMMERICH; 2016, p. 134). Assim, segundo os autores, “os municípios possuem um importante papel, dentro das suas competências constitucionais” (ibid).

A Constituição de 1988, considerada “municipalista e cidadã”, trouxe um novo viés de atuação municipal, redemocratizado e redistribuído, que, de início, ainda estava desbalanceado, fazendo com que as ações ligadas às políticas sociais carecessem de maior definição, a fim de gerar melhorias sociais e garantias efetivas da manutenção dos direitos agora mais espalhados. Nesse sentido, o Governo Federal precisou se organizar e reunir “condições institucionais para formular e implementar programas de transferência de atribuições para os governos locais e fortalecer o papel estratégico dos Municípios na oferta de serviços de Educação, Saúde e Assistência Social” (LIMA, 2010, p. 04).

Destarte, entende-se então que o agir político municipal, ou seja, a atuação das cidades nas novas perspectivas de enfrentamento dos desafios no campo da segurança pública não apenas é válida, mas também necessária à construção de alternativas dentro da multiplicidade do campo.

5 - CONCLUSÃO

O presente artigo buscou inserir o desafio de debater o tema da Segurança Pública no campo da Questão Social, apoiando-se em perspectivas como as da vulnerabilidade social e dos os espaços urbanos. A abordagem escolhida trouxe considerações com intuito de gerar melhorias a partir do debate desses vieses, bem como da ótica da necessidade da implementação e da manutenção das políticas públicas em/de âmbito municipal, essencialmente as sociais, que, certamente, podem adensar o corpo de proteções sociais destinadas à população.

A Questão Social certamente faz parte desse novo pensar em segurança pública. Os espaços urbanos pensados e as possibilidades de atuação municipal podem auxiliar o Estado nessa difícil empreitada. Nas palavras de Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton:

E, na confirmação da multiplicidade do campo, emergiram diferentes formas de se pensar a violência, o crime e suas construções sociais, distintas maneiras de compreender o papel das organizações estatais de controle do crime e diversas concepções acerca das políticas públicas de segurança e do lugar dos cientistas sociais em sua atividade acadêmica (LIMA; RATTON; 2011, p.12).

Assim, é importante que se lembre das questões “cristalizadas” e perpetuadas em desfavor de grande parte da população. Esse paradigma deve ser rompido, mesmo que se reconheça que tal esforço não constitui tarefa fácil, como se buscou demonstrar no trabalho através da historicidade abordada. O estudo aplicado à construção de políticas públicas que caminham na direção da promoção da equidade deve ser estimulado.

Por fim, não se deve entender a cidadania nem as políticas sociais como benesses sociais mercantilizadas e entregues como um presente ao povo. Tanto a cidadania quanto as políticas sociais são direitos dos indivíduos. E o afastamento das condições que propiciam a possibilidade do exercício da cidadania precisa ser combatido regularmente, a fim de que não seja naturalizado. Isso deve ocorrer também na esfera municipal.

Referências bibliográficas:

CARBONARI, Flávia; WOLF, Gregor; HOFFMAN, Joan S.; CAPRIOLO, Dino. "Uma perspectiva multilateral para a prevenção da violência na América Latina". *Revista brasileira de segurança pública*. V. 10. N. 2. São Paulo: ago/set de 2016, p. 58-70.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CORRALO, Giovani da Silva; KEMMERICH, Jonathã. "A estrutura do poder municipal e as políticas de segurança: um novo paradigma federativo". *Revista brasileira de segurança pública*. V. 10. N. 1. São Paulo: fev/mar de 2016, p.126-140.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política Social do Estado Capitalista*. As funções da previdência e assistência social. Cortez: São Paulo, 1987, 5ª edição.

FLEURY, Sonia. *O Estado sem Cidadãos*. 1994, 20ª ed. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz.

FREY, Klaus. "Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil". *Planejamento e Políticas Públicas*. N. 21. Brasília: jun. de 2000, p. 211-259.

IAMAMOTO, Marilda. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In Boschetti, Ivanete et al (orgs). *Política social no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (org). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS. São Paulo: 2011.

LIMA, Renato Sérgio de. *Finanças Públicas e o Papel dos Municípios na Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. São Paulo: 2012.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. "O marco conceitual da vulnerabilidade social". In: *Sociedade em Debate*. V. 17. N. 2. Pelotas-RS: jul-dez de 2011, p. 19-40.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In Boschetti, I et al, *Política Social no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2009, 2ª ed.

PEREIRA, Potyara. *Temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2011.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 8. ed. Campus, 2004.

RICARDO, Carolina de Mattos; SIQUEIRA, Paloma Padilha de; MARQUE, Cristina Redivo. "Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros". *Fórum de Segurança Pública Brasileira*. Disponível em: http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rb_sp/article/view/212/139. Acesso em: 03/04/2017.

REUBEN, Anthony. "1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes". *BBC – Brasil*. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn. Acesso em: 02/04/2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SOUZA, LAF. org. *Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [online]*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

O SABER CAMPONÊS: RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA, TEMPO DA NATUREZA E MODERNIZAÇÃO

TIAGO EVANDRO PINTO

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – ICHSA, FCA, UNICAMP
tiagoevand@gmail.com

SANDRA FRANCISCA BEZERRA GEMMA

Professora do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – ICHSA e Coordenadora do ERGOLAB, FCA, UNICAMP
sandra.gemma@fca.unicamp.br

EDUARDO MARANDOLA JR.

Professor do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – ICHSA e Coordenador do LAGERR, FCA, UNICAMP
eduardo.marandola@fca.unicamp.br

RESUMO

Este trabalho apresenta parte de pesquisa que envolve agricultura e memória social no município de Limeira, estado de São Paulo. Há enfoque nas relações entre agricultura, tempo, saber popular e modernização no campo a partir de experiências de sítiantes oriundos dos bairros rurais Córrego Bonito Delgado e Frades, pertencentes ao município. Os bairros rurais configuram-se em unidades de produção baseadas na força de trabalho familiar envolvidas em processos de conhecimento adquirido a partir da relação sociedade-natureza. Este conhecimento reproduz-se na prática da agricultura de acordo com o nível de sociabilidade camponesa intrinsecamente relacionada ao tempo na natureza como modulador da agricultura. Este texto pretende tencionar como esta lógica produtiva baseada na força de trabalho familiar, no saber camponês e no tempo da natureza tem se relacionado com novos aparatos tecnológicos para agricultura, ou seja, como tem sido o atravessamento da técnica no campo no contexto da ciência moderna.

Palavras-chave: Bairros Rurais, Saber, Trabalho, Modernização

ABSTRACT

This paper presents part of the research that involves agriculture and social memory in the city of Limeira, state of São Paulo. There is a focus on the relationships between agriculture, time, popular knowledge and modernization in the countryside from the experiences of peasants from the rural neighborhoods Córrego Bonito Delgado and Frades, belonging to the municipality. Rural districts are set up in production units based on the family labor force involved in a whole process of knowledge acquired from the society-nature relationship. This knowledge is reproduced in the practice of agriculture according to the level of peasant sociability intrinsically related to the time in nature as modulator of agriculture. This text intends to consider how this productive logic based on the family work force, in the peasant knowledge and in the time of the nature has been related to new technological apparatuses for agriculture, that is, as it has been the crossing of the technique in the field in the context of the modern science.

Key-words: Rural Districts, Knowledge, Work, Modernization

Este texto é fruto de pesquisa de mestrado¹ que tem como centralidade a questão das transformações do trabalho camponês nos níveis técnicos e de produtividade a partir do advento da modernização no campo aprofundada no Brasil nas últimas décadas. A partir de uma realidade empírica, a pesquisa converge esferas teórico-metodológicas que também são vistas neste trabalho, notadamente, a memória social e a história oral, bem como o campesinato, o saber popular e a ciência moderna. Aqui, a questão essencial é a relação entre o modo de produção camponês com o tempo da natureza e o atravessamento da modernização no campo.

A memória social é compreendida como marcas do tempo de dimensão simbólica que as sociedades produzem e reproduzem. Para Halbwachs (1990), a memória é socialmente dimensionada. Segundo o autor, a memória opera através da concatenação entre indivíduo e coletividade. A memória possui valor social, pois consiste numa forma de manutenção e recriação de lógicas coletivamente estabelecidas. Na pesquisa que este texto faz referência, a memória social foi crucial enquanto produto tangível de uma estrutura social.

Na esfera metodológica, a história oral constituiu-se como o princípio para a organização da memória social pertinente à pesquisa. Segundo Freitas (2006, p. 18), a história oral compreende “um método de pesquisa que utiliza a técnica de entrevista e outros procedimentos articulados entre si no registro de narrativas da experiência humana”. A história oral é uma proposição teórico-metodológica que permite acessar estruturas mentais e simbólicas de um tempo e compreender os mecanismos que marcaram um tempo pela própria experiência social.

Considerando a natureza do grupo envolvido nessa pesquisa, a história oral compreendeu estrutura metodológica pertinente. As sociedades camponesas possuem como marca a vida social estreitamente atrelada à sua territorialidade e ao seu trabalho tendo como veículo de manutenção social a oralidade. A narrativa da vida é a potência que permite compreender a ordenação de um tempo e suas marcas simbólicas.

O campesinato enquanto modo de organização e produção social dotado de uma estrutura moral singular tem como traço a produção de um saber estreitamente relacionado a sua condição tempo-espacial. O cerne deste texto é este saber camponês enquanto produto de uma relação entre sociedade e natureza e as transformações que a modernização do/no campo trouxeram a esta estrutura social.

O modo de produção social camponesa carrega consigo especificidades que o distingue da organização do trabalho e da produção em contextos urbano-industriais. O campesinato caracteriza-se pelo empenho de um grupo social dotado de seus meios de produção no exercício de sua reprodução. A força de trabalho notadamente familiar compreende o motor deste modo de produção social posta em prática em dimensões territoriais de forma inerente.

Neste texto, o produto a ser tomado como partida para a discussão proposta é a experiência de sítiantes advindos de dois bairros rurais pertencentes ao município de Limeira, interior do estado de São Paulo, os bairros Córrego Bonito Delgado e Frades. O termo sítiante deriva da unidade de produção, o sítio, no qual estes camponeses engendram seu modo de produção. Assim, é um termo de identidade camponesa.

Para Woortmann (1983), o sítio compreende um sistema, uma unidade de produção. O sítio é um espaço de produção e reprodução camponesa edificado e organizado de forma a condicionar a vida. É dotado de elementos que o simbolizam enquanto espaço de reprodução

1 Pesquisa realizada no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – ICHSA, na Faculdade de Ciências Aplicadas, FCA, UNICAMP, campus de Limeira, São Paulo. Iniciada em 2017 com orientação da Professora Sandra Francisca Bezerra Gemma e co-orientação do Professor Eduardo Marandola Jr.

social camponesa como a casa, o quintal, o pasto e a área de cultivo. O sítio é terra de herança conduzida historicamente por uma lógica, um saber.

Os bairros rurais são um conjunto de unidades de produção que por agregar famílias possuem um forte traço comunitário. É dotado de espaços de congregação social que materializam o senso de coletividade. Segundo Queiroz (1973), bairro rural é uma forma de estruturação social rural com uma dinâmica voltada à agricultura, compreendido por um corpo social de estreitas relações. Para Fernandes (1971), o elemento central na constituição de um bairro rural é o sentido de unidade entre as famílias que compõem as unidades de produção, os sítios. É a intensa vida de relações numa esfera territorial que estabelece a coesão do bairro rural.

Os bairros rurais aqui estudados denominados de Córrego Bonito Delgado e Frades não fogem a esta concepção. Estes bairros congregam famílias de estreitos laços consanguíneos e com uma comunidade religiosa como centro de relações sociais, a Comunidade de São Francisco de Assis fundada em 1953. Os bairros têm origem similar, de acordo com o relato de moradores, famílias vieram de outras áreas do estado de São Paulo e apropriaram-se de parcelas de terras as quais foram sendo repassadas em forma de herança para seus descendentes.

Os Barbosa vieram de Jaú, Bauru, a família dos Barbosa mesmo foi nascida em Bauru, depois que vieram *pra cá*. Que nem a família Delgado, a família Delgado veio daqui *pra cima*, perto de Araraquara, tem uma cidade que veio a família Delgado. Delgado é descendente de *espanhor*, não é? E os Barbosa é português, daqueles português ainda bravo. Aquele tempo os mais abastardo aliavam-se com o governo. A família do João Delgado pegou três mil alqueires de terra. Esses três mil alqueires de terra saía da Fazenda Velha aqui perto da Carandina² e chegava em Engenheiro Coelho³, depois veio vindo, foi sendo passado *pra* outros, essas coisas. Aqui era tudo mato das famílias (BARBOSA, José Benedito, 2018).

Este processo de formação social e territorial permite caracterizar ambos os bairros como espaços de relações sociais entre famílias dotadas de suas unidades de produção, ou seja, os denominados sítios, terras de herança. É nesta unidade de produção que o trabalho camponês se realiza. O trabalho é a dimensão social que mantém a dinâmica própria dos sítios e dos bairros rurais como meios de reprodução social voltada para a agricultura.

O trabalho para as sociedades camponesas é um exercício vital que mantém e permite sua reprodução. De acordo com Antonello (2001, p. 39) “a energia física e mental de cada membro que compõe o grupo familiar é direcionada a um projeto comum da reprodução da família camponesa”. Entra em questão, então, a dimensão singular epistemológica e cognitiva que cabe a este trabalho. O trabalho da/na terra exige um processo de apreensão e percepção da dinâmica da natureza que finaliza-se na construção de um saber camponês.

Este saber camponês constitui-se como um conhecimento tácito que pode dialogar com o conhecimento científico moderno, mas que possui em sua estrutura elementos de um determinado contexto geográfico no qual é construído e mantido socialmente. Para Leff (2000, p. 23) “As práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio”.

Neste sentido, o saber camponês aparece como um sistema de apreensão da dinâmica da natureza a partir de uma relação intrínseca, regular e necessária. Um saber elaborado na relação entre tempo da natureza e tempo humano geograficamente dimensionado. Nestas

2 Bairro pertencente ao município vizinho de Cosmópolis.

3 Município vizinho a Limeira.

situações aparecem e tomam dimensão simbólica o saber ou conhecimento tradicional. Para Santos (2010, p. 153), “o conhecimento tradicional é prático, colectivo, fortemente implantado no local, reflectindo experiências exóticas”.

Desta maneira, podemos ressaltar que os sitiantes, sujeitos deste trabalho, construíram todo um saber que também para Santos (1989) compreende o senso comum. O senso comum não é, para o autor, uma construção de conhecimento abstrata, é, todavia dotado de sentido a partir de sua especificidade. O senso comum é prático e reproduzido em detrimento das necessidades e da trajetória dos grupos sociais.

Além de uma estrutura social e territorial, o modo de vida camponês tem como cerne este saber construído socialmente. A terra, o trabalho e a família constituem um laço estreito na configuração deste modo de vida que opera num processo autônomo e possui centralidade. De acordo com Woortmann (1990, p. 43), “A transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em *terra de trabalho*, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai “governa”, “dá a direção” do processo de trabalho”. Desse modo, é evidente que o saber é o âmago da reprodução camponesa, ele ocorre na prática, no tempo do trabalho e é reproduzido socialmente enquanto herança através dos mecanismos da memória social.

Este saber aqui é abordado considerando o contexto técnico de sua origem, adiante atravessado pelos processos de modernização da/na agricultura. Um saber consolidado mediante esforço contínuo do trabalho da terra e mediante uma instrumentalidade técnica de níveis diferenciados em sua dimensão produtiva. Este texto apresente o saber camponês em sua correlação com o tempo da natureza, ou seja, em como na singularidade geográfica destes sitiantes, a natureza regulou e tem regulado a dinâmica produtiva da agricultura.

As temporalidades da natureza e humana possuem um elo indispensável. Para Elias (1998, p. 79), “o estudo do *tempo* é o de uma realidade humana inserida na natureza, e não uma *natureza* e uma realidade humana separadas”. O autor salienta que a medida do tempo é uma construção simbólica que os grupos sociais estabelecem entre distintos processos, tomando um como referência. Neste sentido, se partimos da premissa de que o tempo da natureza constitui uma força reguladora, é então referência para culturas baseadas na agricultura. A natureza, assim, define o tempo da sementeira, o tempo da colheita e o tempo do resguardo.

Evans-Pritchard (1978) compreende esta relação entre tempo humano e tempo da natureza como um sistema social dentro de um sistema ecológico. Assim, a organização da produção social é regida pelo tempo cíclico da natureza, ou seja, opera pelo princípio da sazonalidade. O cálculo da produção social é estabelecido diante dos ciclos da natureza, pelas estações do ano. Considerando o ano como representação simbólica do tempo humano.

Cabe, então, compreender as relações entre tempo humano e tempo da natureza no contexto dos sitiantes, sujeitos deste estudo. Geograficamente contextualizados, estes sitiantes estruturaram seu trabalho na terra a partir do sistema ecológico o qual estão situados. Ainda que atualmente os processos técnicos tenham avançado sobre as *barreiras* da natureza, a sazonalidade ainda é presente e marca toda uma cultura de organização da produção social.

É, hoje a turma não escolhe muito a época de plantar, mas naquele tempo era setembro, começinho de outubro *nois* tinha que plantar, tanto o arroz, o *mio*. E daí chegava na época do frio a turma falava que não produzia porque era tempo da seca, então plantava na época de setembro, outubro, que na época de janeiro, fevereiro é época de granar o milho, de granar o arroz, então precisava bastante chuva. Então era nessa época que plantava (BARBOSA, João Pedro, 2018).

A sazonalidade específica do quadro geográfico no qual estes sitiantes estão inseridos possuía força no processo de produção social baseado na agricultura e mantém-se na memória enquanto construção social. O tempo da natureza esteve presente na organização da produção para além da época de chuva. A colheita e a estocagem de recursos também foram sistematizadas pelo ciclo lunar.

Quebrar milho mesmo, quebrar milho muita gente escolhia a lua minguante, daí não *carunchava* também, que é aquele bichinho. Um bichinho preto. Então a turma colhia na nova se fosse só um pouquinho pra gastar logo, aí podia ser em qualquer lua, mas se fosse pra guardar que nem naquele tempo guardava pra safra inteira *né!* Então tinha *pro* ano inteiro, quer dizer, daí então colhia na minguante pra guardar bem. Senão chegava no meio do ano já apodrecia tudo, Mesmo pra vender ou pra tratar da criação não presta mais (BARBOSA, João Pedro, 2018).

Esta narrativa indica que estes sitiantes produziram um saber ecologicamente situado. A construção e apreensão deste conhecimento prático operam e reproduzem-se socialmente a partir das experiências e necessidades de um grupo. A produção social, ainda, configurou-se num contexto técnico específico. A instrumentalidade técnica do trabalho camponês sempre confrontou-se com a dinâmica da natureza. Estes sitiantes conheceram um processo técnico de trabalho de nível de produtividade diferente daquele marcado pela aceleração e racionalização extrema na contemporaneidade.

Arar não cheguei porque o arado era muito pesado. Eu gradeava, falei *procê, né?* Gradeava. O pai *ponhava* um boi bom e um boi ruim e quando não *tava* na grade eu *tava oiando* o boi. O ruim deitava, o bom ficava de pé. *Nois* segurava a rédea e o pai fazia o boi levantar pra ir em frente. Pra ele *ará a paia* do milho, que a gente tinha quebrado. Tudo isso. Não é fácil não. *Cê* vai contar hoje *pras* pessoas ninguém acredita na gente *né?* (DELGADO, Isabel Ramona Barbosa, 2018).

Assim, nota-se neste contexto que a produção social camponesa em sua cotidianidade caracterizava-se por uma luta constante frente a necessidade da produção agrícola e da manutenção dos elementos que constituem este modo de vida. Deste modo, o enfrentamento imposto a estes sitiantes estruturou todo um conjunto técnico diante das implicações da natureza e de sua temporalidade.

A questão que revela-se neste trabalho diz respeito ao atravessamento neste modo de produção social baseado em sua configuração técnico-temporal pelos ditames e modelos de uma agricultura modernizada. Isto é, como o regime da modernização do campo em suas dimensões técnicas e produtivas incorporou-se no padrão de vida e de trabalho destes sitiantes, notadamente na dimensão do tempo, ou seja, como o tempo da técnica penetrou neste sistema técnico-temporal camponês.

É pertinente discutir, então, que este modelo técnico e produtivo da modernização tem raiz num processo de racionalização da própria ciência. O paradigma da ciência moderna baseado na racionalidade e na separação entre sociedade e natureza compreendeu um projeto epistemológico articulado e inserido nos desígnios do capitalismo. Para Santos (1989, p. 28), “de meados do século XIX até hoje a ciência adquiriu total hegemonia no pensamento ocidental e passou a ser socialmente reconhecida pelas virtudes instrumentais da sua racionalidade, ou seja, pelo desenvolvimento tecnológico que tornou possível”.

Desta maneira, a irrupção da ciência moderna engendrou a consolidação de uma ordem epistemológica, um paradigma que marginalizou outras perspectivas de criação de conhecimento em nome de uma ideia e de um projeto de progresso ocidental. Paradigma da racionalidade científica massivamente difundido, baseado na subjugação da natureza.

Todavia, este paradigma da ciência moderna não apresentou-se apenas como um projeto epistemológico. É também fruto e condicionante do desenvolvimento do capitalismo enquanto empreendimento humano e produtivo racional e instrumentalizado. Na perspectiva de Leff (2010), na base do desenvolvimento do capitalismo está o estreitamento entre a ciência moderna e a racionalização econômica. Para o autor:

Com o modo de produção capitalista produz-se a articulação efetiva entre conhecimento científico e a produção de mercadorias através da tecnologia. O processo interno e expansivo da acumulação capitalista gera a necessidade de ampliar o âmbito natural que, como objetos de trabalho, apresenta ao mesmo tempo como objetos cognoscíveis (LEFF, 2010, p. 24).

Para pensarmos em como este regime de conhecimento derivou-se nos modos de produção camponesa, temos que contextualizar os meios pelos quais a cientifização e racionalização dos processos produtivos foram incorporados na agricultura enquanto setor econômico. O termo recorrente para este fator corresponde à modernização do campo, ou seja, ao atravessamento dos paradigmas da ciência moderna na esfera do campo.

O termo *revolução verde* contempla o processo de modernização da agricultura mundialmente dimensionado por compreender um modelo produtivo com base no avanço técnico da mecanização, no desenvolvimento e uso de insumos e defensivos químicos e mais recentemente de organismos manipulados geneticamente. Para Martine (1991), a esta transformação na agricultura deu-se o nome de modernização. Este processo diz respeito a um conjunto de políticas que reorganizaram o modelo de agricultura nas dimensões técnicas, produtivas e de gestão da comercialização.

Este modelo possuiu agentes de dissolução. Se pensarmos no contexto brasileiro, o Estado teve papel extremamente significativo para a implementação deste projeto de desenvolvimento da agricultura com suporte na modernização. Esta modernização caracterizou-se pela inserção da agricultura no ciclo econômico do Brasil o qual a integrou no sistema agricultura-indústria-técnica, ou seja, a agricultura deveria fornecer insumos para a indústria ao mesmo tempo em que recebia máquinas e instrumentos, num processo de integração dos setores produtivos e numa forte adesão ao pacote tecnológico da revolução verde (DELGADO, 2001).

Tendo estes campos científico, econômico e político contextualizados, podemos discutir como se deu o atravessamento deste *tempo* da agricultura modernizada no contexto dos sitiantes apresentados neste trabalho. Em sua especificidade, estes sitiantes passaram a inserir em seu cotidiano produtivo os elementos técnicos difundidos pelo modelo da modernização.

O primeiro trator que tive era trator Buck, durou mais ou menos uns seis *mês* na mão *nosso*, depois *vendemo*, *peguemo* um Massey Ferguson, daí *pra* cá foi aumentando o negócio, sabe? O trator favoreceu porque não precisava esperar o tempo chover, *né*? Esperava o tempo pra chover pra plantar, pra preparar a terra. Naquele tempo precisava esperar chuva e agora vai no tempo seco mesmo, *né*! (DELGADO, Francisco, 2018).

A partir desta fala, é notório que o trator e todos os equipamentos técnicos característicos da modernização alteraram determinados padrões da produtividade camponesa. No excerto acima, verifica-se que este aparato técnico permitiu um avanço sobre impedimentos que a própria natureza impunha, ou seja, o tempo da chuva era o ponto de maximização do uso da força de trabalho camponesa.

A técnica passou a ter um sentido distinto com o advento da ciência moderna. De acordo com Heidegger (2007), a técnica moderna tem sua essência na ciência moderna exata da natureza. Sempre houve técnica, a questão é que a técnica moderna repousa-se em desafiar a natureza.

Ela é um processo racional de exploração que na dimensão do campo tornou-se evidente.

O fazer do camponês não desafia o solo do campo. Ao semear a semente, ele entrega a semeadura às forças do crescimento e protege seu desenvolvimento. Entretanto, também a preparação do campo entrou na esteira de um tipo de preparação diferente, um tipo que põe <stellt> a natureza. Esta preparação põe a natureza no sentido do desafio. O campo é uma indústria de alimentação motorizada (HEIDEGGER, 2007, p. 381-382).

A técnica, então, adentrou na cultura desses sitiante com a promessa de avanço sobre os desafios da natureza. A evolução da técnica vista com bons olhos permitiu que o corpo do sitiante deixasse de ser a força física e a peça motora central de seu trabalho, tendo a disposição, então, uma união de instrumentos que acelerou os processos produtivos. Assim o trabalho passou a ser acompanhado destes dispositivos técnicos os quais, no contexto da modernização, vieram acompanhados também de um conjunto de insumos e sementes de natureza artificial.

Ainda, o modelo de produção agrícola da modernização possui também uma lógica de produção voltada para produtos de valor agregado maior, fundamentada na relação monocultura-técnica-insumos químicos. Neste quadro, produtores rurais de Limeira adentraram-se no cultivo de citros. Os sitiante, então, tento em perspectiva este mercado, especializaram-se como citricultores. O desenvolvimento deste produto consolidou-se já no contexto do modelo da modernização, sobretudo com o uso intensivo de agrotóxicos.

Para a produção de laranja usava veneno, só que era veneno fraco, *né!* *Pra* você ter uma ideia, fazia no ano inteiro três *aplicação* de veneno, que era veneno fraquinho ainda. Hoje faz três por mês, *procê* ter uma ideia a diferença. Então, antigamente usava agrotóxico, mas pouco, *né!* Meu pai usava Ditane, usava Enxofre, Neuron que era acaricida. Dicarol que era inseticida e Cobre. Era pulverizado na pistola. Usava a *pulverizadeira*, mas não tinha turbina, era tudo na mão. Um tocava o trator e dois *pulverizava* atrás, lá de pé na *pulverizadeira*. Hoje não, hoje pulveriza tudo na turbina. É, hoje mudou tudo, *né?* Hoje é *automizador*, não existe *pulverizadeira* mais, hoje é *automizador* (DELGADO, Silvio Benedito, 2018).

Assim, nota-se que o atravessamento do modelo da modernização produziu simultaneamente duas transformações ao trabalho camponês. Se de um lado conduziu a inserção técnica a qual hoje já se enquadra na fase da automatização, por outro espalhou a artificialidade e o risco do uso do agrotóxico, do *veneno*. A questão da automatização refere-se à alterações na base técnica do trabalho. Evidente que este fenômeno não ocorre de forma homogênea, todavia produz mudanças na necessidade de força de trabalho, acelerando o tempo de trabalho da/na terra.

A referência ao veneno hoje parece naturalizada, contudo a adoção deste produto pelos camponeses ocorreu como crença numa promessa de produtividade, de *progresso*. Estes sujeitos que outrora labutavam a terra respeitando a sazonalidade ao mesmo tempo em que produziam conhecimento a partir da experiência com a natureza, agora enquadraram-se num sistema racional fruto da ciência moderna.

Para Carson (1962), a humanidade adentrou na era das substâncias químicas e o mundo tem sido contaminado por pesticidas sintéticos. Segundo a autora, estes produtos artificiais “possuem poder imenso não somente de envenenar, mas também de penetrar nos processos mais íntimos e vitais do organismo, modificando-os em sentido sinistro e, com frequência, em sentido mortal” (CARSON, 1962, p. 26). Este alarde foi anunciado a tempos pela autora. Hoje, este modelo de envenenamento da natureza tornou-se paradigma nos processos produtivos no campo, à exceção de ressurgências de produções centradas na dinâmica ecológica por grupos sociais engajados na superação do paradigma da modernização.

Todas as dimensões da vida desses sítiantes foram permeadas em determinado grau pelo padrão da modernização. Sua cultura, abrangendo os saberes consolidados num trabalho constante da/na terra acabou sendo penetrada pela artificialidade. A questão central, enfim, diz respeito ao processo de complexização que o modo de vida camponês passou e que é composto na contemporaneidade por temporalidades. O saber camponês ainda persiste, ainda que pela memória social e o trabalho não o descartou radicalmente. Agora, o tempo da ciência moderna e da racionalidade está fortemente presente e este exercício da memória pode contribuir para uma elucidação sobre os caminhos percorridos pela agricultura por estes sítiantes.

Referências

- ANTONELLO, I. T. **A Metamorfose do trabalho e a mutação camponesa**. Aracaju: NPGeo/UFS, 2001.
- CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Raul de Polillo. 2ª ed. São Paulo: Portico, 1962.
- DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.157- 172, set./dez.2001. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9829>> Acesso em: 25 abril 2017.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Coautoria de Michael Schroter. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuér**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo, SP: Perspectiva, 1978.
- FERNANDES, L. L. **O bairro rural dos Pires**: estudo de geografia agrária. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia, 1971.
- FREITAS, S. M. de. **Historia oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo, SP: Humanitas/FFCH: USP/Imprensa Oficial do Estado, 2006.
- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 375-398, 1 set. 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11117>>. Acesso em: 30 ago 2018.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.
- MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, nº23, março, 1991. Disponível em < <https://goo.gl/6LJTn9>> Acesso em 01 jun 2017.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1989.
- SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.
- WOORTMANN, E. F. O sítio camponês, **Anuário Antropológico**, 81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia*. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo brasileiro, 1990.

Entrevistas

BARBOSA, João Pedro. Entrevista concedida em Limeira, SP. 03 de abril de 2018.

BARBOSA, José Benedito. Entrevista concedida em Limeira, SP. 20 de fevereiro de 2018.

DELGADO, Francisco. Entrevista concedida em Limeira, SP. 12 de fevereiro de 2018.

DELGADO, Isabel Ramona Barbosa. Entrevista concedida em Limeira, SP. 19 de janeiro de 2018.

DELGADO, Silvio Benedito. Entrevista concedida em Limeira, SP. 17 de abril de 2018.

CRENÇA E DISPUTA: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTOS EM CONTEXTO CAPITALISTA

GREICIELE SOARES DA SILVA

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social - PPGDS/
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES;
greicytstsoares123@yahoo.com.br

QUEITE MARRONE SOARES DA SILVA

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Rural - PGDR/
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
keitymarrone06@yahoo.com.br.

RÔMULO SOARES BARBOSA

Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social - PGDS/
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
romulosoaresbarbosa@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a ideia do desenvolvimento como crença e como campo de disputa, em âmbito capitalista. Podemos pensar na ideia do desenvolvimento como a reconfiguração do discurso do progresso, sendo dominante no final do século XVII, com a modificação da paisagem intelectual. Essa transição do discurso do progresso para o discurso do desenvolvimento se efetiva no ano de 1949 com o discurso do presidente Truman. No entanto, os argumentos aqui apresentados, busca análise de forma crítica, na medida em que considera a hegemonia do discurso desenvolvimentista como novo processo colonizador, representado pela divisão de dois universos distintos, de um lado, "colonizador", "desenvolvidos", "países do Norte", e de outro, "colonizados", "subdesenvolvidos", "países do Sul".

Palavras-Chave: Crença. Disputa. Capitalismo. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

O presente artigo tem como objetivo discutir a ideia do desenvolvimento como crença e como campo de disputa, em âmbito capitalista. Podemos pensar na ideia do desenvolvimento como a reconfiguração do discurso do progresso, sendo dominante no final do século XVII, com a modificação da paisagem intelectual. Essa transição do discurso do progresso para o discurso do desenvolvimento se efetiva no ano de 1949 com o discurso do presidente Truman. No entanto, os argumentos aqui apresentados, busca análise de forma crítica, na medida em que considera a hegemonia do discurso desenvolvimentista como novo processo colonizador, representado pela divisão de dois universos distintos, de um lado, "colonizador", "desenvolvidos", "países do Norte", e de outro, "colonizados", "subdesenvolvidos", "países do Sul".

Keywords: Belief. Dispute. Capitalism. Development. Underdevelopment.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento se tornou uma crença, na perspectiva de Rist (2002) uma “crença ocidental”, uma vez que é instituído de forma semelhante à religião, tomando por referência as discussões de Émile Durkheim, onde as representações religiosas são entendidas como representações coletivas e expressão das realidades coletivas¹. O desenvolvimento se institui como crença social a partir do discurso simbólico que favorece sua adesão, tornando-se uma nova religião, religiosidade social, onde a crença se ampara nas coisas humanas.

O desenvolvimento visto como um processo, segundo Rist (2002, p. 19), está relacionado a ideia de progresso e de crescimento econômico. Sobre o pensamento analítico do processo de desenvolvimento como crença, Rist (2002) enfatizar dois aspectos importantes para este debate. Primeiro: a ideia de um mercado amparado na estrutura capital e trabalho que é transferido para sociedade. Dessa forma, temos de um lado, nações “capital”, enquanto outras nações são fornecedoras de trabalho e matéria prima. Segundo: o questionamento de quem leva o discurso do progresso, e a partir de qual perspectiva.

A ideia do desenvolvimento pode ser entendida como a reconfiguração do discurso do progresso, que adquire posição dominante no final do século XVII, onde segundo análise de Rist (2002), a paisagem intelectual é modificada. O discurso do progresso passa a ser dominante, tendo como foco a perspectiva economicista. No entanto, enfatizaremos o paradigma do evolucionismo social e seu triunfo no século XIX, onde pela perspectiva dos países ricos, acredita-se na superioridade ocidental sobre os demais países.

Essa transição do discurso do progresso para o discurso do desenvolvimento se efetiva no ano de 1949, com o discurso do presidente Truman. Após este discurso, se configura um novo processo colonizador, representado pela divisão de dois universos distintos, de um lado, “colonizador”, “desenvolvidos”, “países do Norte”, e de outro, “colonizados”, “subdesenvolvidos”, “países do Sul”.

DESENVOLVIMENTO: A LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO

A lógica do progresso econômico se torna mais evidente, historicamente, pelo processo de Revolução Industrial, onde pela perspectiva de Marx, também apropriada por Rist (2002), a natureza é transformada em mercadoria, em dinheiro, o que permite a acumulação e também desigualdades. Para Polanyi (2000, p. 55) “o ritmo da mudança muitas vezes é menos importância do que a direção da própria mudança”. O processo de industrialização dos modos de produção é revolucionário, na medida em que rompi com um sistema social e econômico do feudalismo. O capitalismo, segundo Furtado (1992), é um processo de difusão do processo técnico, sendo relacionado com o aumento da produtividade e descrito pelos economistas clássicos como desenvolvimento econômico. As teorias do desenvolvimento são associadas às novas técnicas, aumento da produção e a ideia de bem estar social.

De acordo com Polanyi (2000), a Revolução Industrial, na busca pelo progresso, provoca uma desarticulação social, sendo uma mudança problemática, uma vez que ocorreu de forma não dirigida, apressada, se tornando um moinho satânico. O novo sistema de economia de mercado traz consigo uma nova interpretação homem-natureza, uma delas é a mercadorização da natureza e do próprio homem. Segundo o autor, ocorre a “transformação da sociedade em economia de mercado”, e que “o trabalho humano teve que transformar-se em mercadoria”. (POLANYI, 2000, p. 97, p. 125, p. 127)

1 Émile Durkheim. “As formas elementares da vida religiosa” *apud* Gilbert Rist (2002, p. 31).

O processo de revolução industrial traz a lógica do sistema econômico para a organização social. Segundo Polanyi (2000, p. 58), esse processo pode ser entendido “como um verdadeiro abismo de degradação humana”. Nesse sistema, o processo de diferenciação social ocorre em esfera econômica, existindo uma separação entre “civilizados” e “não civilizados”. Para o autor o liberalismo econômico interpretou mal a história da revolução industrial, pois julgou os acontecimentos sociais pelo ponto de vista econômico.

Os aspectos negativos do capitalismo são apresentados no debate contemporâneo de Werner Sombart e Max Weber, que em seus estudos buscam a compreensão do espírito do capitalismo, sua motivação humana e suas singularidades históricas. Para Sombart e Weber, o que define esse sistema é a racionalidade econômica, sendo um novo regime de acumulação.

No setor econômico ocorre um crescimento da acumulação, de forma mais elevada do que a oferta de mão-de-obra, isso faz com que ocorra uma pressão dos assalariados por melhores condições e salários o que seria o ponto inicial da homogeneização social. Segundo Furtado (1992), a homogeneização não se relaciona com a uniformidade dos padrões de vida, mas vincula-se com a ideia de que as pessoas possam satisfazer suas necessidades de forma apropriada.

A reprodução das ideias econômicas é evidenciada na criação da CEPAL, após Segunda Guerra Mundial, com a emergência de novos mercados, a divisão de potências hegemônicas, capitalismo e socialismo, a reconstrução da Europa e conteso de Guerra fria. É dentro desse cenário, que a CEPAL emerge com pensamento desenvolvimentista e teorias da modernização para a América Latina e Caribe, destacando a relação centro e periferia apresentada por Prebisch. Após a Segunda Guerra Mundial ocorre o fortalecimento do pensamento industrializante, assim como urbanização e industrializante da América Latina. (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 25)

É importante considerar que o processo de vulnerabilidade e dependência vivenciado pelos países entendidos como periféricos. Essa vulnerabilidade se relaciona com o tempo em que os países da América Latina se manteve como exportadores de matérias primas, questão evidenciada por Bielschowsky (1998), também destacada por Rist (2002), que argumenta que alguns países são nações de “capital”, enquanto outros são fornecedoras de trabalho e matéria prima. O diagnóstico da CEPAL, acerca do sistema social e econômico da América Latina é de insuficiência dinâmica, dependência e heterogeneidade estrutural, sendo necessário alterar a estrutura social por meio de redistribuição, como por exemplo, a reforma agrária. (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 31)

A teoria da dependência evidencia um problema estrutural com relação aos países da América Latina. No caso Brasileiro, Marine (2000) faz análise das lutas de classes políticas brasileiras, da Influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, como o imperialismo dos EUA, a crise de 29, a Revolução Cubana e a Revolução na América Latina. Uma das críticas feitas por Marine (2000, p. 77), é de que com o compromisso de 1937 foi um erro para o processo revolucionário brasileiro, por dois motivos, primeiro, os latifundiários não se tornaram empresários industriais, e segundo, a burguesia industrial renunciou a possibilidade de revolução.

Marine (2000, p. 85) destaca a influência dos EUA para alguns acontecimentos brasileiros, como por exemplo, a tática do Governo para “impossibilitar à burguesia brasileira o acesso a recursos que lhe permitissem superar com relativa autonomia os pontos de estrangulamento surgidos no processo de industrialização”, essa estratégia tinha como objetivo forçar a burguesia brasileira “aceitar a participação direta dos capitais privados norte-americanos”.

O fato de que o processo de diversificação social, que resulta da industrialização, não se sincroniza rigorosamente com o ritmo da penetração imperialista leva, por outro lado, a que se agravam os fatores antagônicos entre a economia subdesenvolvida e a economia dominante. (Marine, 2000, p. 53)

O novo Imperialismo dos países ricos sobre a América Latina, segundo Marine (2000), provoca uma internalização de capitais estrangeiros, o desenvolvimento industrial, a subordinação econômica e política, assim como antagonismo entre economias subdesenvolvidas e economias dominantes, provocando assim novos conflitos nos países mais pobres. Esse processo de dependência provoca uma relação de Subimperialismo, ou seja, a impossibilidade de desenvolvimento autônomo.

Segundo Rist (2002) o desenvolvimento é um fenômeno global e o discurso pretende apresentar como problema a colonização dos países do sul, pois seria nesses locais onde a miséria se apresenta. No entanto, o problema real do desenvolvimento, de acordo com a perspectiva de Rist (2002), seria a preocupação dos países industrializados. Hobart (1997) também destaca o discurso do desenvolvimento em que o subdesenvolvimento é visto como um problema, sendo necessário buscar uma solução. Para o autor o desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de mudança social. Nesse processo, ocorre o que Hobart (1997) compreende como o “crescimento da ignorância”, onde o conhecimento científico ocidental se sobrepõe e ignora os demais conhecimentos.

O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA COMO NOVO PROCESSO COLONIZADOR

Na perspectiva de Rist (2002), um elemento apresentado no discurso do desenvolvimento é o compartilhamento da promessa de abundância, onde a nova ordem social econômica crer na redução das desigualdades entre os países e ao mesmo tempo satisfazer necessidades dos pobres, colocando fim na miséria de países pobres. No entanto, o que se ignora no discurso é que os países industrializados são responsáveis pela miséria dos países do sul.

Uma das análises de Polanyi (2000) refere-se à existência de uma economia de mercado, e de economia não econômica, ou seja, de um lado, a economia de mercado, liberalismo, lucro, e de outro, não econômica, troca, reciprocidade, “economia do homem”, sendo sistemas econômicos dirigidos por valores não econômicos.

Outro exemplo que pode ser destacado são os estudos de Mauss (1988), onde ele busca compreender o processo de troca de presentes ocorrido na civilização ditas como primitivas ou arcaicas, sendo estas aquelas que antecederam a nossa sociedade. A pesquisa realizada por Mauss (1988) apresenta um método comparativo, de modo que o autor busca compreender as semelhanças e as diferenças dessa ação em diferentes grupos sociais.

Embora o capitalismo tenha uma grande capacidade de se adaptar aos desafios a sua manutenção, Streeck (2013) argumenta sobre a crise financeira e orçamental do capitalismo democrático, o que provocaria um problema da legitimidade do capitalismo e um conflito entre lucro e pleno emprego. Essa crise provocaria mudanças nas estruturas neoliberais dos países mais ricos.

De acordo com Streeck (2013), quanto menor o pleno emprego, maior será o problema estrutural, pois o capitalismo funciona como contrato social. Para Streeck (2013), o estado capitalista libertou-se das responsabilidades, o que provoca um endividamento dos estados, perda da confiança dos clientes, e cortes sociais que afetam os cidadãos que mais precisam.

Para Rist (2002) a ideia de desenvolvimento se torna unânime a partir do discurso do presidente Truman, no ano de 1949, que buscou apresentar ao mundo o modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos, modelo a ser seguido por demais países. O termo subdesenvolvimento é usado pelo presidente Truman para se referir aos países pobres, termo que passa a ser utilizado a partir de então, e que divide o mundo em dois grupos distintos, desenvolvidos x subdesenvolvidos, colonizador x colonizados, Norte x Sul.

Algumas mudanças, de acordo com Rist (2002), ocorrem no campo da percepção das coisas sociais e ideia ocidental, na perspectiva do progresso social e das escalas de desenvolvimento. O desenvolvimento passa então a ser uma crença social, religiosidade social, onde a crença é nas coisas humanas, e o discurso simbólico busca sua adesão, com promessas de prosperidade e felicidade “compartilhadas” por todos, a partir do aumento da produtividade.

Para Furtado (1992), a homogeneização não necessariamente ocorrerá com o aumento da produtividade, em sua perspectiva, a teoria do subdesenvolvimento busca cuidar dos casos em que a homogeneização não ocorre com os processos de assimilação de novas tecnologias nem com o aumento da produtividade. Dessa forma o autor apresenta a ideia de Prebisch de que ocorre uma ruptura estrutural a partir do capitalismo enquanto sistema, sendo denominado por Prebisch de Centro-Periferia. As novas técnicas, segundo Furtado (1992), são inerentes ao capitalismo e são também a difusão de um processo de civilização que impõe determinados comportamentos às populações, buscando a universalização de valores.

O processo civilizador, ocorrido na Alemanha, é descrito por Elias (1997) como forma de distinção entre superiores e inferiores, a partir da percepção dos dominantes, onde ocorrem mudanças estruturais, industrialização dos processos produtivos e da economia, mudanças no comportamento humano, possibilitando a transição da sociedade em totalidade para a sociedade do indivíduo. O refinamento do comportamento representa uma separação entre os grupos “civilizados” e “não civilizados”. A diferenciação entre países, com base no fator econômico, também é foco de análise de Hobart (1997), sendo destacada a relação civilizados/selvagem, desenvolvedores/alvos de desenvolvimento.

O subdesenvolvimento é apresentado por Furtado (1992) como uma variante do desenvolvimento, uma forma de desequilíbrio no processo dos avanços tecnológico que influenciam os modos de vidas das populações. O subdesenvolvimento busca a desarticulação entre os dois processos causadores da modernização, a acumulação das forças produtivas e dos objetos de consumo. A modernização traz consigo benefícios que não são desfrutados pelo conjunto da população, sendo restrito apenas a alguns segmentos populacionais que tem em sua posse o controle pelo setor da produção.

Furtado (1992) acredita que a civilização que é resultante da revolução industrial da Europa, leva a existência de uma dicotomia tanto entre países como dentro dos países, sendo uma divisão e uma diferenciação entre ricos e pobres. Os benefícios advindos do processo de modernização e do aumento da produção não contemplam os que são despossuídos da propriedade da terra – concentrada – e do crédito – monopolizado. Os que são despossuídos só dispõem da sua força de trabalho, essa situação faz com que ocorra a perpetuação da miséria. A superação do subdesenvolvimento, segundo Furtado (1992), pode ocorrer por duas condições: a homogeneização social e a criação de um sistema produtivo com autonomia tecnológica.

O Brasil também vivencia, segundo Furtado (1992), situação que os ativos se concentram nas mãos de alguns, enquanto que a maioria da população é destituída da condição mínima de equipamento pessoal. Segundo o autor, para que se possa ter acesso a distribuição de renda, é necessário que seja “habilitado por títulos de propriedades e/ou pela inserção qualificada no

sistema produtivo". No entanto o que se está bloqueado não é necessariamente o acesso, mas o processo de habilitação para esse acesso, ou seja, pode se constatar um problema estrutural na sociedade. Furtado (1992) ainda apresenta a questão da pobreza como uma situação resultante da privação ao acesso a terra e a moradia. Essa relação de concentração de terra também está vinculada a condição política da sociedade.

A relação antagônica existente no campo do desenvolvimento é analisada por Ribeiro (2008) a partir da perspectiva dos atores sociais, de modo que as mais poderosas instituições são designadas, às vezes pejorativamente, pelo rótulo "indústria do desenvolvimento", enquanto as instituições menos poderosas são vulneráveis.

Trazendo para um contexto mais próximo, como exemplar de análise, podemos destacar o processo de modernização do Norte de Minas Gerais, onde a lógica desenvolvimentista acarreta transformações sociais, culturais, políticas e econômicas na vida das populações. Pensando nessa perspectiva, podemos, de forma breve, destacar o debate realizado por Costa (2005), sobre o processo ideológico da noção de desenvolvimento nessa região. O processo de desenvolvimento como crença também é destacado pelo autor, sendo enfatizada a relação centro/periferia, assim como a dependência dos países periféricos no mercado mundial. No entanto, uma forma alternativa de economia pode ser exemplificada pelo aspecto da solidariedade e reciprocidade, estudada por Mauss (1988).

Uma das transformações sociais na região do Norte de Minas, segundo Costa (2005, p. 54), começa a emergir nos anos de 1940 com o "processo de ruptura das relações verticais que vinculavam a elite e as camadas subordinadas", dado ao fato de que anteriormente, "o distanciamento entre as mesmas era relativizado por um padrão de vida que, [...] constituía-se a realização da igualdade na teoria e na prática". Com o processo de modernização e desenvolvimento da região ocorre a "divisão de interesses diversos entre a elite regional e a população em geral", estabelecido com o "aparecimento das sociedades e sindicatos rurais".

A partir do processo de industrialização e dos discursos do desenvolvimento, a divisão de dois universos distintos se torna efetiva, dando espaço para um novo processo colonizador. A diferenciação social entre os atores, grupos, instituições, países e formas de economias ocorre em caráter de classificação pejorativa, a partir da percepção dos colonizadores, onde os mesmos se colocam no topo da hierarquia, se tornando base para as demais sociedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para considerações dessa discussão, é necessário enfatizarmos quatro pontos importantes que nortearam esse debate. Primeiro, é fundamental entendermos que o desenvolvimento, é um termo cada vez mais popular nos dias atuais, se tornando crença, na perspectiva da religiosidade social. Segundo ponto, é que esse sistema de estruturas assimétricas reproduz as condições de vulnerabilidade social de países dependentes e colonizados por países desenvolvidos. O terceiro ponto a ser destacado, é o poder simbólico existente nos discursos, sendo retratado no discurso do presidente Truman, em 1949, onde por meio da exposição da percepção de hegemonia econômica dos EUA, um novo processo colonizador se configura, dividindo o mundo em dois "universos distintos", de um lado, "colonizador", "desenvolvidos", "países do Norte", e de outro, "colonizados", "subdesenvolvidos", "países do Sul". Por fim, é importante compreendermos que a criação do subdesenvolvimento e dos subdesenvolvidos, na maioria das vezes, passa por um processo de incorporação pelos países pobres, pelo menos no que se refere ao posicionamento político dos governantes em cenário econômico mundial, onde se enquadram em uma condição de inferioridade em relação aos países ricos.

Sendo assim, é importante considerarmos o desenvolvimento como um campo de debate e disputas, entre países e grupos sociais que disputam forças para escolher o ritmo e o caminho a ser seguido nesse processo. Reconhecendo essa realidade, devemos analisar o processo de forma crítica, entendendo que mesmo com as resistências locais e de povos e comunidades com economias tradicionais e alternativas, o sistema econômico é guiado por decisões de países com maior poder econômico e político, se sobrepondo às demais formas e modos de vida de populações diferenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Evolución de las ideas de la CEPAL**. In: Revista de CEPAL, out. 1998.

CARDOSO, Antônio Dimas. **Capitalismo e democracia na teoria da crise de Streeck**. Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Opara/Downloads/artigo%20Dimas.pdf. Acesso: 28 de junho de 2018 às 00:52.

COSTA, João Batista de Almeida. **Tomando alho por bugalhos: o decantado desenvolvimento do Norte de Minas**. Revista Unimontes Científica. Montes Claros, v. 7, n. 2 – jul./dez. 2005.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a revolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rios de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 15-116.

FERNANDES, Florestan. **Revoluções Burguesas no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. In: Economia e Sociedade - Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. v. 1, agosto de 1992. P. 5-19.

HOBART, Mark. **Introduction: the growth of ignorance?** In: An Anthropological critique of development: the growth of ignorance. London: Routledge, 1997, pp. 1-30.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. In: Dialética da Dependência: Uma antropologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa, Edições 70, 1988.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro. Campus, 2000.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento**. Novos Estudos. Em CEBRAP, v. 80, p. 109-125, 2008.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: Historia de una creencia occidental**. 2002

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: A crise adiada do capitalismo democrático**. Coimbra (Portugal): Conjuntura Actual Ltda, 2013.

WHIMSTER, Sam. **Capítulo 2. O capitalismo nos debates contemporâneos: Sombart, Weber e Simmel**. In: **Weber**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

IDENTIDADE QUILOMBOLA: A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA DOS NATIVOS DO ARAPUIM NO NORTE DE MINAS GERAIS

GREICIELE SOARES DA SILVA

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social – PPGDS/
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;
greicytstsoares123@yahoo.com.br

RÔMULO SOARES BARBOSA

Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PGDS/
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
romulosoaresbarbosa@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho constitui-se como síntese dos dados obtidos em trabalhos de campo e levantamentos bibliográficos realizados para desenvolvimento da pesquisa de dissertação. Tem como objetivo discutir a territorialização da luta agrária dos Nativos do Arapuim, assim como o acionamento de sua identidade quilombola. Os Nativos do Arapuim é um grupo social, descendentes dos camponeses desterritorializados na década de 1960 na antiga Cachoeirinha, atual município de Verdelândia, localizado no Norte de Minas Gerais, e local de acontecimento do emblemático conflito denominado de Massacre de Cachoeirinha. Após o “Massacre” da antiga Cachoeirinha, ocorre reconfiguração espacial e territorial do município, por meio da criação de acampamentos/assentamentos rurais de reforma agrária. Esse cenário de conflito e reestruturação agrária é onde ocorre a reemergência da luta por terra dos Nativos que depois de vários acontecimentos, encontram um novo caminho em direção ao território quilombola.

Palavras-Chave: Identidade. Quilombola. Nativos do Arapuim. Terra. Território.

ABSTRACT

The present work is a synthesis of the data obtained in fieldwork and bibliographical surveys carried out for the development of the dissertation research. Its objective is to discuss the territorialization of the agrarian struggle of the Natives of Arapuim, as well as the activation of its quilombola identity. The Natives of Arapuim is a social group, descendants of the deterritorialized peasants in the old Cachoeirinha, current municipality of Verdelândia, located in the North of Minas Gerais, and place of event of the emblematic conflict denominated of Massacre of Cachoeirinha. After the “Massacre” of the old Cachoeirinha, the spatial and territorial reconfiguration of the municipality occurs, through the creation of rural settlements / agrarian reform settlements. This scenario of conflict and agrarian restructuring is where the reemergence of the land struggle of the Natives takes place. After several events, they find a new path towards the quilombola territory.

Keywords: Identity. Quilombola. Natives of Arapuim. Earth. Territory.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir o processo de reconfiguração da luta dos nativos do Arapuim, no atual município de Verdelândia, localizado no Norte de Minas Gerais. É importante destacar que o município se constitui após o emblemático “Massacre” da antiga Cachoeirinha ocorrido na década de 1960, sendo este, o primeiro tempo de luta enfrentado pela comunidade.

A reconfiguração espacial e territorial do município inicia-se, no que podemos compreender por um segundo tempo de luta, momento este que ocorre a criação de acampamentos/assentamentos rurais de reforma agrária. É nessa perspectiva que, utilizando o caso de Verdelândia (antiga Cachoeirinha) como exemplar, abordaremos questões mais amplas acerca da problemática da questão agrária no país.

A análise da atual estrutura fundiária do país não pode ser realizada simplesmente com base em associações a acontecimentos entre vários grupos antagonísticos historicamente construídos. Os acontecimentos históricos não determinam as estruturas sociais e políticas, mas evidenciam sujeitos e lutas sociais que possibilitam analisar a gênese das estruturas. É essa relação dialética entre estrutura e ação que produz os espaços sociais. No entanto, a produção e modificação desses espaços não ocorrem sem que haja lutas e disputas, considerando que as relações sociais são assimétricas.

Podemos entender essa realidade social a partir da noção de campo apresentada por Bourdieu (2004b, p. 22) onde de acordo com o mesmo “todo campo, [...], é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. É nessa perspectiva que podemos compreender que o espaço social não é mero resultado das condições históricas, mas criado pelas relações objetivas dos agentes e possibilitados pelas estruturas sociais existentes. A questão fundiária do Brasil é de alguma forma, produzida pelas relações sociais estabelecidas, desde o período colonial até os dias atuais.

As categorias sociais não surgem sem nenhum contexto, o processo de produção social ocorre no cotidiano dos indivíduos, e principalmente nos momentos de conflito. As lutas são produzidas historicamente e a produção das lutas também é a produção dos sujeitos de luta. As lutas são produzidas historicamente e a produção das lutas também é a produção dos sujeitos de luta. Para Little (2002, p. 10) “a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas perspectivas cosmografias”.

Um dos fatores que está diretamente ligado a luta por terra e por reforma agrária é o processo de territorialização que segundo Little (2002, p. 04) emerge em contexto de conflito, neste contexto a “conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo”. Little (2002, p. 10) apresenta que o território tem como elemento fundamental os vínculos sociais, simbólicos e rituais, sendo importante destacar a diferença existente entre a noção de “espaço” que é abstrato e genérico e a noção de “lugar” concreto e habitado, para o autor, “a noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente”.

De acordo com Anaya (2014, p. 29) “o território é mais do que ‘um pedaço de terra’ ou ‘um pedaço de chão’, ele expressa a identidade dos diversos povos e comunidades tradicionais que dele se apropriam”, para a autora o território se associa às memórias, às tradições, à cultura e também as regras sociais e conhecimentos que são construídos coletivamente pelos povos, sendo “o meio necessário à reprodução social, cultura, religiosa e econômica destes grupos”.

DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS POSSEIROS DE CACHOEIRINHA E A “COLONIZAÇÃO” DA JAÍBA

O primeiro plano de colonização da Jaíba com base em ideias desenvolvimentistas foi formulado no ano de 1952. É apresentado por Santos (1985, p. 33) que por meio de convênio com o Governo Federal o Instituto Nacional de Irrigação e Colonização – INIC recebe doação de uma extensão de 310.000 hectares para o estabelecimento de uma colônia, no entanto, três anos depois da formulação, o projeto é atestado como fracassado devido falta de infraestrutura da região.

Um novo projeto de colonização é elaborado no ano de 1961, o Plano de Colonização e Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais tinha como objetivo a incorporação da região à economia capitalista por meio da venda de terras à cerca de quatro mil agricultores. Outro objetivo do novo projeto incentivar as criações de gado, a adoção de novas técnicas produtivas e uso de fertilizantes. (SANTOS, 1985, p. 34)

No mesmo ano, em 1961, que o então governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, anuncia uma reforma agrária para todo o estado. Embora se tratasse de um projeto de âmbito nacional, Santos (1985) apresenta que a imprensa o anunciava como um projeto exclusivamente na região da Jaíba. Para a autora, “inicia-se, assim, um processo de apropriação de terras devolutas. Discretamente, passam a comprar terras de antigos proprietários ou posseiros”. Por meio desse processo é que “fazendeiros locais aumentam fraudulentamente as extensões de suas propriedades; títulos falsificados são vendidos por aproveitadores a lavradores ingênuos”. Esse cenário implica na valorização das terras da Jaíba se valorizam, “intensificam-se a ocupação da região pelo capital”. (SANTOS, 1985, p. 39)

Juntamente com o quadro de “modernização” e “colonização” do Norte de Minas, encontra-se o cenário político e econômico conturbado vivenciado pelo Brasil, uma vez que a partir dos anos de 1961 o país enfrenta uma crise econômica e instabilidade política.

Na região de Cachoeirinha, após o ano de 1962, se inicia a venda de terras por João Antônio, o então marido da Senhora Maria Marques, que vende várias parcelas de terras à lavradores na região de Varzelândia, entre os compradores encontra-se o Sr.º KonstantinChristoff que compra cerca de 968 hectares (200 alqueires mineiros) e revende-as para o Sr.º Manoelito e o Sr.º Sebastião, que mais tarde, tendo posse dos títulos expulsaram os lavradores de Cachoeirinha de uma área de aproximadamente 2000 alqueires. (SANTOS, 1985, p. 52)

Com o Golpe Militar sobre o governo João Goulart, a situação fundiária do país se agrava ainda mais, uma vez que, de acordo com Santos (1985, p. 47) “a correlação de forças se desloca completamente a favor dos fazendeiros e grandes proprietários rurais”, o que possibilitou a formação de milícias de jagunços e policiais em todo o Norte de Minas Gerais. É nesse momento que intensifica o processo de grilagem de terras na região do Norte de Minas, iniciando o emblemático conflito agrário de Cachoeirinha.

Terras devolutas “vendidas” a particulares, títulos de propriedade em que os números se multiplicam magicamente, mandados judiciais de legalidade duvidosa executados por jagunços e pistoleiros: a luta pela terra ganha novas formas e nova intensidade. (SANTOS, 1985, p. 48)

É no mês de setembro do ano de 1964 que Sebastião Alves da Silva e Manoelito Maciel de Salles, por meio do advogado Coronel Georgino Jorge de Souza, também comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar da cidade de Montes Claros, requerem ao Juiz de Direito da cidade de São João da Ponte a manutenção de posse sobre uma área de aproximadamente

6.400 hectares na região de Cachoeirinha. Em poucos dias é emitido pelo Juiz José Fernandes de Aguiar um mandado de desapropriação das terras ocupadas por lavradores, sendo que no dia 14 do mesmo mês um grupo de pistoleiros e militares fazendo uso da força, retiram 32 famílias de lavradores de suas terras na comunidade de Cachoeirinha. (SANTOS, 1985, p. 48)

É nesse cenário nacional que no ano de 1967 ocorre o segundo despejo da comunidade de Cachoeirinha, sendo expulsos não apenas 32 famílias, mas todos os lavradores, totalizando 212 famílias, assim como o primeiro despejo, o segundo foi violentamente executando (SANTOS, 1985, p. 53). Além da expulsão, várias outras medidas são realizadas pelos fazendeiros com o objetivo de dificultar a permanência dos lavradores na região, como por exemplo, a proibição da pesca no Rio Verde Grande e a retirada da lenha nas matas, o que ocasiona a fome de muitas famílias. (SANTOS, 1985, p. 56)

De acordo com Santos (1985, p. 61) o ano de 1971 é marcado por uma grande tragédia no povoado, a morte de 64 crianças após a enchente do Rio Verde Grande abala ainda mais os lavradores. Segundo os noticiários o motivo das mortes foi epidemia de sarampo. Entretanto, os moradores do povoado afirmam que as crianças morreram de fome, uma vez que com a expulsão de suas terras muitos ficaram sem casa e sem comida, sendo as crianças as mais vulneráveis. Para a autora, é evidente a relação existente entre as mortes das crianças e a expropriação dos lavradores.

Todo esse conflito se arrasta na justiça durante muitos anos, no entanto, sem resultar em nenhum tipo de solução. Após muito esperar, no ano de 1981, uma das alternativas encontradas pelos lavradores é de retomar por conta própria as suas terras, sendo marcada para o dia 8 de abril do mesmo ano uma ocupação das fazendas por parte dos lavradores (SANTOS, 1985, p. 71). Os fazendeiros recorrem à polícia militar da cidade de Montes Claros, sendo dez lavradores presos e os demais retirados das fazendas.

As novas alternativas utilizadas pelos lavradores e pelas entidades de apoio em pressionar as agências governamentais dão resultados, Santos (1985, p. 74) apresenta que no mês de julho de 1981 (quase 17 anos depois do primeiro despejo), o governo estadual anuncia a identificação pela RURALMINAS, de terras no Vale do Jaíba para acomodação das 212 famílias expropriadas de Cachoeirinha. A solução encontrada pelo governo é a transferência dos posseiros para outra região, proposta essa que é incentivada pelas lideranças sindicais. (SANTOS, 1985, p. 75)

Na perspectiva econômica essa alternativa seria viável, mas não se deve considerar apenas essa perspectiva, uma vez que os posseiros residiam na região não apenas como forma de sobrevivência e produção econômica, mas residiam e viviam suas vidas com base em laços já estabelecidos não apenas com os demais a sua volta, mas também com o próprio lugar. Estes são nativos no sentido de pertencerem à região desde o nascimento. Outro ponto apresentado pelos posseiros é de que as terras não eram férteis, inviabilizando a produção.

No entanto, a luta dos camponeses de Cachoeirinha não era, a princípio, uma luta por reforma agrária, mas uma luta por terra que relaciona-se com o processo de territorialização que segundo Little (2002, p. 04) emerge em contexto de conflito que possibilita o surgimento da conduta territorial. Na luta por terra o local não é apenas um espaço geográfico, é mais que isso, é um lugar, dotado de símbolos e rituais, de vínculos sociais e significado, de sentimento de pertencimento, é, portanto, um território. Como é apresentado por Anaya (2014, p. 29) é mais que “um pedaço de terra” ou “um pedaço de chão”, é uma expressão de identidade dos povos que ali residem.

Após ser eleito, Tancredo Neves apresenta a primeira medida para resolução da situação. De acordo com Santos (1985, p. 104) no mês de abril de 1983, é criada uma Comissão Especial composta por representantes do INCRA, da Secretária do Trabalho, da FAEMG (fazendeiros e proprietários rurais), da FETAEMG, e o Bispo da Diocese de Montes Claros, a comissão tinha como objetivo assessorar a RURALMINAS na resolução do conflito. No dia 09 de agosto do ano de 1983 é apresentada em solenidade pública a Colônia de Jaíba, as mesmas terras antes oferecidas aos lavradores e que os mesmos recusaram. No entanto a proposta desencadeou a divisão de opiniões entre os lavradores, de um lado, os que aceitavam a proposta, do outro, os que a rejeitava. (SANTOS, 1985, p. 105)

Embora o ano de 1983 tenha sido conturbado, foi nesse ano, no mês de Outubro, que os fazendeiros apresentaram ao governo do estado e ao parlamento uma disponibilidade para negociação e resolução do conflito. Para Santos (1985, p. 111) essa atitude dos fazendeiros é motivada por razões práticas e econômicas, uma vez que estes estão cientes do financiamento do Banco Mundial para o projeto de irrigação nas terras da região de Jaíba.

Com o objetivo de pressionar o governador, os posseiros de Cachoeirinha organizam uma comissão de 44 pessoas e se dirigem a cidade de Belo Horizonte, dias depois os lavradores conseguem ser recebidos pelo governador. O momento é marcado de forma solene onde Tancredo Neves, então governador do Estado de Minas Gerais, anuncia o Decreto de número 23080 de 1983, declarando de “utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, áreas de terras e benfeitorias situadas do Distrito de Cachoeirinha, município de Varzelândia” (SANTOS, 1985, p. 113). O decreto, apresentado dezoito anos depois do início do conflito, consiste em uma vitória para os lavradores de Cachoeirinha. Segundo Santos (1985, p. 114) o cadastramento das famílias é iniciado, no entanto, só terão direito a terra as famílias que as ocupavam no ano de 1964.

Outra dificuldade aparece, a fazenda possui apenas 484 hectares, sendo insuficiente para abrigar todas as 140 famílias cadastradas, além de possuir áreas com baixa fertilidade. Uma das alternativas encontradas é selecionar apenas 55 famílias para ocupar a fazenda, o que provoca insatisfação daqueles que ficam de fora da divisão. (SANTOS, 1985, p. 114)

De acordo com Monção (2009, p. 64) alguns dos posseiros permaneceram na fazenda União enquanto aguardava a compra da Fazenda Caitité que foi efetivada no mesmo ano de 1983, sendo criado logo depois o Assentamento Caitité, tornando-se a segunda grande conquista dos posseiros.

O NOVO CENÁRIO FUNDIÁRIO

A criação de assentamentos rurais, para Medeiros e Leite (1998), gera modificações em diferentes dimensões, transformando a realidade social, política e econômica não só do grupo de assentado, mas de toda a região a qual este se encontra inserido. Segundo Medeiros e Leite (1998, p. 160) “assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação em direitos”.

É a partir do processo de criação dos assentamentos União e Caitité que os posseiros de Cachoeirinha deixam a condição de invisibilizados a qual foram submetidos, tornando-se visíveis, reconhecidos e possuidores de direitos. Dessa forma, a criação dos referidos assentamentos, se constituiu em grande motivação para os demais posseiros e descendentes destes, influenciando os novos processos de reapropriação de terras. No ano de 1987 ocorre uma nova ocupação, sendo as terras desapropriadas pelo INCRA e regularizadas no ano de

1989 (Resolução nº 008 em 29 de agosto de 1989) criando então o assentamento Boa Esperança. (MONÇÃO, 2009, p. 78)

A comunidade de Cachoeirinha, segundo Monção (2009, p. 70), transforma-se no município de Verdelândia no ano de 1996 sendo emancipada através da Lei Estadual nº12030, de 22/12/1995, ocorrendo junção das áreas de Cachoeirinha pertencente ao município de Varzelândia e do Barreiro do Rio Verde zona rural do município de Janaúba.

A emancipação não apenas cria um novo município, mas influencia diretamente na memória da comunidade, uma vez que a geração mais jovem, com o passar dos anos, se esqueceu do “massacre de Cachoeirinha”. No entanto, o que se verifica nos momentos de reemergência da luta pela terra é exatamente a resistência da memória e do histórico de luta, uma vez que os antigos moradores não se esquecem do conflito e ainda usam o nome Cachoeirinha para se referir ao município como um todo. Segundo Monção (2009) o município é composto em sua grande maioria por ex-posseiros e seus descendentes.

No ano de 1998, mais três assentamentos rurais são criados no município de Verdelândia, sendo eles: Arapuá, Arapuí e Verde Minas. No ano seguinte, 1999, são criados mais dois assentamentos: Betânia e Serrana; além do acampamento: Santa Clara. Em 2000, outros dois acampamentos são criados, denominados de Vitória e Verde Água, e em 2002 mais três assentamentos rurais: Bom Jardim, Lagoinha e Volta da Serra. No ano de 2004 são criados os assentamentos: Modelo e Nova Esperança e no ano 2007 ocorre ocupação na fazenda Vista Alegre, sendo constituído novo acampamento.

Alguns dos assentamentos pertencentes ao município de Verdelândia estão localizados no território quilombola Brejo dos Crioulos, território pertencente aos municípios de Verdelândia, Varzelândia e São João da Ponte, reconhecido como quilombola pela Fundação Cultural Palmares - FCP.

De acordo com Martins (2004, p. 102) “assentamento é a forma da redistribuição de terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária”, sendo a reforma agrária “todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade”.

Toda a discussão acerca do processo de construção da comunidade de Cachoeirinha e do município de Verdelândia fundamenta-se no fato de que, como argumenta Monção (2009, p. 70) “o momento presente estabelece relações diretas com o passado e esse o influencia”. Segundo a autora, a organização das comunidades ocorre por meio das históricas mudanças sociais, sendo que tanto os padrões de vida quanto as crenças e os comportamentos influenciados por estas transformações, uma vez que as sociedades não são estáticas.

Monção (2009, p. 72) apresenta que segundo a *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, Escritório Regional Verdelândia*, o município de Verdelândia tem o total de 18 acampamentos/assentamentos rurais, é o primeiro município no estado de Minas Gerais, com maior número de assentamentos/acampamentos rurais, ainda assim, no município existem “grandes fazendas utilizam avançadas tecnologias para o sistema de irrigação e de produção de gado para corte e de confinamento”. (MONÇÃO, 2009, p. 71)

Segundo Martins (1981, p. 13), o problema da questão agrária não é apenas econômico ou teórico como é argumentado por muitos intelectuais, o problema é político, “da luta e do confronto entre classes sociais, entre exploradores e explorados”, sendo importante analisar se “a ação política e o sentido político das lutas sociais encontram sua importância histórica nas coisas *como são* ou nas coisas *como deveriam ser*”.

DA LUTA POR TERRA PARA LUTA POR TERRITÓRIO: A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA AGRÁRIA

É no ano de 2004 que a luta dos nativos do Arapuim, tendo como momento importante a ocupação da fazenda, denominada pelos mesmos como “fazenda de Paulo Macedo”. A ocupação da fazenda é realizada por aproximadamente 35 famílias. Ao longo da ocupação, segundo os entrevistados, chegaram outras pessoas que não eram da região, outras famílias, relatando estar negociando a fazenda com o INCRA, solicitando então a retirada dos nativos do Arapuim do local.

Após contanto com INCRA, os nativos do Arapuim, são informados pelo próprio superintendente do INCRA, naquele período, de que a fazenda já estava sendo negociada para criação de assentamento rural para outro grupo, grupo este apoiado pela Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, sendo então necessário que os acampados abandonassem a fazenda. O superintendente, no entanto, aconselha os nativos a iniciar processo para compra de outra área para os nativos do Arapuim, solicitando aos mesmos a identificação de uma fazenda para negociação.

Após procurar o INCRA e receber a notícia da impossibilidade da compra da fazenda para os nativos do Arapuim, os mesmos tiveram de deixar a área acampada, uma vez que pertencia a associação de outro grupo social, denominada de comunidade Modelo.

A regularização fundiária, assim como a criação de assentamento rural, da fazenda reivindicada pela comunidade Modelo é realizada no ano de 2004, “esse ai já é um assentamento, já tem casa, tem tudo, tem luz, o pessoal já tem seu lote cercado, demarcado, todo mundo já mora na sua localidade, já está certo”¹.

Embora sendo uma conquista, e não mais se configurando uma reivindicação por regularização fundiária, os assentamentos rurais de reforma agrária ainda enfrentam lutas constantes, segundo Monção (2009, p. 79) a situação da comunidade é de reivindicação de infraestrutura. Várias famílias ainda necessitam de atenção do governo, investimentos além de políticas sociais como o programa Bolsa Família. Investimentos que, por exemplo, possibilite a ampliação da agricultura familiar.

De todo modo, a luta por terra ainda continua para os nativos do Arapuim, que seguindo as orientações do INCRA, buscam nova fazenda para criação de assentamento rural. Nesse processo de identificação de uma nova área, os nativos relatam a chegada da informação da venda da fazenda Morro Preto pelo proprietário Juarez Diniz.

A busca pela fazenda Morro Preto ocorre após a saída dos nativos do Arapuim da “fazenda de Paulo Macedo” anteriormente ocupada e reivindicada por outro grupo social, e que atualmente é o assentamento Modelo. Nesse momento, inicia-se um processo de apropriação diferenciado, onde se percebe que não se busca unicamente uma terra, mas permanecer no mesmo local ocupado pelos antepassados, ou seja, um território específico.

Segundo os nativos do Arapuim, após identificação da fazenda, os mesmos procuraram o fazendeiro para negociar a compra da fazenda, onde a ideia inicial era buscar um empréstimo para arrecadar o valor necessário e efetuar a compra da fazenda, podendo então criar o assentamento. No entanto, após procurar o banco, os nativos relatam que o valor não seria suficiente para pagamento da fazenda Morro Preto, o que fez com que pensassem em procurar novamente o INCRA.

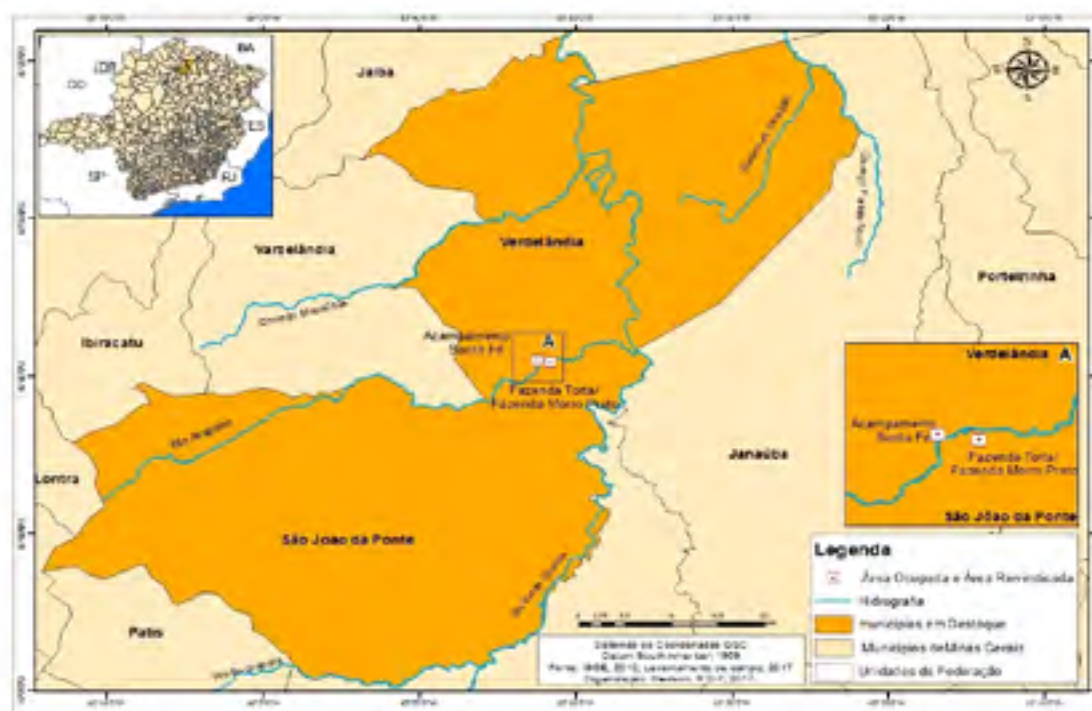
1 (Sr. Reginaldo Batista dos Santos. Nativo do Arapuim. Entrevista realizada 28/02/17)

Dessa forma, a fazenda Morro Preto foi ocupada no ano de 2007, mesmo ano em que os nativos procuraram o INCRA para apresentar a fazenda identificada. Após procurar o INCRA, novamente os nativos do Arapuim se deparam com uma possível mudança de estratégia. Segundo os mesmos, a fazenda não podia ser comprada para fins de reforma agrária, pois se tratava de uma área reconhecida pela FCP como pertencente à remanescentes de quilombo, podendo ser acessada unicamente por remanescentes quilombolas. É nesse momento que a luta dos nativos do Arapuim ganha um novo rumo e encontra um novo caminho.

É com a busca pela fazenda Morro Preto, que os nativos do Arapuim encontram nova possibilidade de acesso à terra, não mais por constituição de assentamento de reforma agrária, mas como grupo diferenciado que pode acessar a terra pelo seu autorreconhecimento e processo histórico social vivido. O caminho então desconhecido pelos nativos se torna, então, uma nova possibilidade de luta e conquista do território.

Com a mudança de caminho na luta pelo território, os nativos do Arapuim criam a Associação Quilombola das Comunidades Nativas do Arapuim – AQC/NARA no dia 11 de novembro de 2007, sendo uma “associação sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado” sendo a sua sede no município de Verdelândia – MG e foro no município de Janaúba – MG. A Associação Quilombola é composta pelas comunidades Boa Vista, Limeira, Boa Sorte e Vista Alegre (também chamada de Nativos)

Localização - Área ocupada e área reivindicada pelos Nativos do Arapuim



FONTE: SILVA, Greiciele Soares da. 2017

A luta dos quilombolas nativos do Arapuim é algo em curso, sendo um processo importante para se debater categorias importantes como, terra, território, identidade, quilombola, conflito, entre outros termos importantes para se entender a complexidade e diversidade agrária do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito da década de 1960 na Antiga Cachoeirinha evidencia um cenário de luta agrária, acontecimento recorrente no Brasil, onde a terra ainda é vista como mercadoria. No entanto, o processo de reconfiguração agrária, assim como da reemergência da luta por terra e território desta comunidade, atualmente conhecida como município de Verdelândia, evidencia não apenas um processo de luta ocorrido anteriormente, mas nos fornece a base se compreender a organização e reorganização dos processos de luta e de resistência local.

Essa reemergência da luta e reconfiguração espacial, busca a minimização dos diversos danos causados pela forte concentração de terras, pela injustiça social, pela invisibilização e pela criminalização das práticas diferenciadas de povos com modos tradicionais de vida e apropriação dos recursos naturais. A luta dos nativos do Arapuim, ainda em curso, se apresenta como exemplar de análise, que nos possibilita compreender uma realidade de luta, embora diferenciada, mas não isolada, uma vez que as lutas dos povos e comunidades tradicionais crescem cada vez mais no país, tendo como objetivo não apenas a conquista do território, mas a conquista de direitos que a muito tempo lhes foram negados, e do próprio reconhecimento desses agentes sociais como cidadãos possuidores de direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCELRAD, Henri. **As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais**. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dará, 2004. Pg 13-34.

ANAYA, Felisa Cançado. De gentes, plantas e bichos: Diversidade e conservação nas Matas Secas do norte de Minas. Felisa Cançado Anaya; Mário Marcos do Espírito Santo (orgs.). Montes Claros/MG: UNIMONTES, 2014.

BARBOSA, Rômulo Soares. *etal.* **Conflitos Ambientais no Norte de Minas Gerais/Brasil: uma Agenda de Pesquisa**. In: Povos e comunidades Tradicionais no Brasil. Montes Claros: Unimontes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os Usos da Ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. (Publicado oficialmente em 1997). Tradução: Denice Barbara Catani – São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

COSTA, João Batista de Almeida. **Processos de Territorializações e o Deslizamento de conteúdos na Etnicidade Quilombola em Agreste**. In: Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes/Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Ciências Sociais. v. 7, n. 1. ISSN 1806-5627. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2012.

FERNANDES, Bernado Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>> Acesso em 05 de Dezembro de 2013.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade**. In: Série Antropologia. Brasília/DF. 2002

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O impossível Diálogo**. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MEDEIROS, LeonildeSavelo de.; LEITE, Sérgio Pereira. **Perspectiva para a análise das relações entre assentamentos rurais e região.** In: Mundo Rural e Política: Ensaio Interdisciplinares. Rio de Janeiro:Campus, 1998. pp. 152-242. ISBN: 85-352-0384-2.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As Sementes da Luta: O Conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado PPGDS - Unimontes, 2009.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária.**In: Estudos Avançados. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532/1008>> Acesso em 05 de Dez. de 2013.

SANTOS, Sônia Nicolau. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha.** 1985. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

SILVA, Greiciele Soares da. **A luta por terra e reforma agrária no município de Verdelândia no Norte de Minas Gerais.** Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, 2015.

SILVA, Greiciele Soares da. **Terra e território: A territorialização da luta agrária dos Nativos do Arapuim no Norte de Minas Gerais.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território - PPGSAT/ Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, 2015.

AGENDAS DE “DESENVOLVIMENTO RURAL” EM TERESINA - PI: QUAL O LUGAR DOS RISCOS E VULNERABILIDADES DE POVOS RURAIS?

LÍSIAN PRISCILLA OLIVEIRA SOUSA NASCIMENTO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFPI

lisianpricilla@hotmail.com

MARIA DIONE CARVALHO DE MORAES

Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFPI

mdione@uol.com.br

RESUMO

Neste artigo, partimos da consideração de que se verifica, no âmbito das políticas públicas, uma pluralidade de metanarrativas que orientam a intervenção de governos e organismos multilaterais no chamado “mundo rural”, no Brasil. No caso de Teresina, Piauí, capital brasileira com maior área rural, no país, novas constituições e formas de sociabilidades rural-urbanas, emergem em uma complexa gama de atores sociais, boa parte, em trânsito rural-urbano cotidiano, sobretudo, mas não só, em busca de trabalho ou para trabalhar. Neste artigo, decorrente de pesquisa em andamento, voltamos à atenção para a relação entre agendas de desenvolvimento territorial, riscos e vulnerabilidades de povos rurais teresinenses, muitos dos quais reforçados, ou produzidos, em alguma medida, por estas agendas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural – Povos rurais – Vulnerabilidade

ABSTRACT

In this paper, we start from the consideration that, within the scope of public policies, a plurality of metanarratives exist that guide the intervention of governments and multilateral organizations in the so-called “rural world” in Brazil. In the case of Teresina, Piauí, the Brazilian capital with the largest rural area in the country, new constitutions and forms of rural-urban sociabilities emerge in a complex range of social actors, a good part, in daily rural-urban transit, above all, but not only, in search of work or to work. In this article, due to ongoing research, we return to the relationship between agendas for territorial development, risks, and vulnerabilities of Teresina people, many of which are reinforced or produced to some extent by these agendas.

Key-words: Public Policies - Rural Development - Vulnerability

1- Introdução

Neste trabalho, fruto de pesquisas concluída, e em andamento (NASCIMENTO, 2014; 2017), sobre o rural teresinense, partimos do pressuposto de que se verifica, no âmbito das políticas públicas, uma pluralidade de metanarrativas que orientam a intervenção de governos e organismos multilaterais no chamado “mundo rural”.

O lócus empírico é o Município de Teresina, Piauí, capital brasileira com maior área rural no país. Sua população apresenta densidade demográfica de 444,2 hab./km² em 115 bairros urbanos e cerca de 100 localidades rurais. Destas, algumas com proximidade a um grande centro urbano, o que dá origem a novas constituições de formas de sociabilidades rural-urbanas, contribuindo para pensar ressignificações de rural para além da mirada eminentemente econômica, e expor sentidos de ruralidades e urbanidades para moradores/as da zona rural de Teresina.

Observamos ressignificações de lugares e da própria relação rural-urbano, assim como reelaboração de estratégias de reprodução social na busca da superação de vulnerabilidades, sempre em processo de revalorização (SAHLINS, 1997), sobretudo, sob a ideia de progresso, como é próprio da cultura ocidental. Tais ressignificações envolvem, por um lado, agentes diversos da gestão pública, inclusive, no campo das alianças publico-privadas, e, por outro, uma complexa gama de atores sociais. Boa parte desses atores sociais, vivem em trânsito rural-urbano cotidiano, sobretudo, mas não só, para algum trabalho que não exija escolaridade alguma ou além do ensino fundamental ou médio (NASCIMENTO, 2014), o que já traduz um dos indicadores de vulnerabilidade social.

Entendemos que o tema das vulnerabilidades interpela a pesquisa sobre agendas de desenvolvimento territorial que pautam relações rural-urbanas, e que programas e projetos de desenvolvimento deveriam pressupor a eliminação do risco, substituindo a vulnerabilidade, por força/resistência, com vistas a vencer esse produto negativo da relação entre recursos simbólicos e materiais, de indivíduos ou grupos, promovendo acesso a oportunidades.

Diante disto, e ante a pluralidade de metanarrativas de organismos multilaterais que orientam a ação governamental em diversos países do mundo, a pesquisa, teórica e documental (CELLARD, 2010; SPINK, 2000; MAY, 2004), em andamento, evidencia que o debate sobre desenvolvimento territorial rural, na atualidade, tem uma base discursiva de incremento da produção de conhecimento que contemple diferenças e especificidades, enfatizando diagnósticos locais, e planejamento e execução de políticas que reconheçam tanto a importância do Estado como agente de desenvolvimento territorial, quanto da sociedade civil como propositora. (DELGADO *et al*, 2013). Como isto vem-se dando no município de Teresina é um desafio para a pesquisa.

2- Agendas de desenvolvimento, riscos e vulnerabilidades de povos rurais: um olhar sobre America Latina e Brasil.

O conceito de vulnerabilidade social, segundo Monteiro (2011) emerge a partir dos anos de 1990, quando se iniciam debates sobre políticas públicas, realidades sociais, e implementação de ações públicas como formas de enfrentamento a riscos sociais. O conceito de vulnerabilidade é gestado por organismos multilaterais como alternativa ao de exclusão social, sendo amplamente utilizado e difundido para orientação das intervenções de Estados e organismos multilaterais no planejamento e consolidação de políticas públicas. Esse discurso, respaldado na teoria do capital humano, vem orientando o que a autora denomina “lógica dos ajustes” no campo da proteção social, em receituário para países periféricos.

Organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), declaram-se voltados para conhecer setores mais vulneráveis da sociedade, através da utilização de indicadores de acesso, carência e/ou (in) satisfação de necessidades, para compreender o processo de empobrecimento e determinar a consolidação de políticas sociais no combate a vulnerabilidades, tendo em vista a sua superação no âmbito individual. No entanto, não atuam de forma planejada na implementação de políticas para contextos sociais que produzem desigualdades.

Dentre os novos recursos e capacidades analisados por organismos internacionais, segundo Busso (2001), o ideário de desenvolvimento capitalista está pautado em estudos voltados para interações de indivíduos com territórios para a produção e reprodução biológica e social. Quanto a estudos de população, a caracterização demográfica volta-se para a delimitação de funções com base em características econômicas, sociais, culturais e políticas. Na América Latina, vigora uma ideia de desenvolvimento territorial pautada pelo ideário da urbanização, e uma modernização social marcada pela tendência de aumento da população urbana em detrimento das taxas de crescimento da população rural. São processos de aceleração da migração e da dinâmica demográfica da pobreza, em que há reprodução inter-geracional de situações de desvantagens sociais em meio a riscos impostos às sociedades ditas subdesenvolvidas, dependentes e globalizadas.

Corroborando com Busso (2001) sobre a dinâmica demográfica da pobreza, Veiga *et al* (2001) diz que o processo de urbanização brasileira pode ser explicitado nas funções administrativas atribuídas às regiões que possuem determinados equipamentos conceituados como urbanos. O Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, constituiu imposições no estabelecimento de área urbana, como: calçamento, serviço público de abastecimento elétrico e de água, escolas, etc. Em decorrência, houve, e ainda há, o estímulo para que áreas que possuem alguns desses equipamentos passem à condição de urbanas.

Portanto, na formulação de políticas de acesso a universos materiais e simbólicos, há influência, em grande escala, da tipologia construída pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹, quando prima por uma tipologia territorial rural em que a proximidade com centros urbanos seja indicador de acesso a serviços/trabalho, o que permite pensar sobre regiões isoladas e próximas da cidade. (BEZERRA; BACELAR; 2013). Esta tipologia considera áreas rurais com base em: valorização de localidades; reconhecimento da pluriatividade²; articulação de diferentes níveis de governança – supranacional, nacional, regional e local –; e distintos atores de investimentos (públicos, privados, organismos multilaterais, dentre outros).

Podemos dizer, então, que a origem das contemporâneas políticas de desenvolvimento territorial, no país, está relacionada a definições que resultam da ação de instituições multilaterais como Banco Mundial e OCDE, que incidem sobre definições constitucionais de políticas de desenvolvimento territorial. Isto aponta para o reconhecimento, por parte do Estado, de novas dinâmicas espaciais, pela necessidade de reavaliação dos instrumentos governamentais até então utilizados na conceituação de espacialidades e nas políticas ditas de promoção do desenvolvimento rural (BONNAL e MALUF, 2007; FAVARETO, 2006).

As reavaliações e redefinições de políticas estão inseridas no contexto que autores como Castelo (2010) denominam neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo iniciado na crise neoliberal nos âmbitos econômicos e políticos, nos anos 2000. A agenda neodesenvolvimentista

1 Sobre outras tipologias, ver Delgado *et all* (2013).

2 Reorientação da capacidade produtiva de habitantes do campo (SCHNEIDER, 1999; MATTEI, 2008).

surge no Brasil a partir de formulações de Bresser Pereira, então ministro de Fernando Henrique Cardoso, alicerçado na teoria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Uma de suas bases principiológicas é que para ter-se uma economia de mercado forte é necessária a presença de um Estado regulador do mercado e das atividades econômicas. Para neodesenvolvimentistas, a redução das vulnerabilidades sociais passa por controle de capital; expansão do gasto público; câmbio fixo e redução das taxas de juros e promoção da equidade social.

Com isso, nos anos 2000, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) traz em seu discurso o tema do desenvolvimento territorial como eixo e foco central de trabalho. Em 2003, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), neste ministério, com o objetivo declarado de articular, promover e apoiar as iniciativas da Sociedade Civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominavam atividades agrícolas. A SDT começou suas intervenções, definindo quais territórios seriam prioritários, a partir de uma delimitação entre as instituições operadoras de políticas de desenvolvimento e os municípios, instituindo em 2008 o Programa Territórios da Cidadania (PTC).

No que tange à capacidade de resposta de povos rurais a desafios e mudanças de uma sociedade globalizada e de risco, lembramos que o novo mapa da população rural brasileira (MAIA; BUAINAIN, 2015), mostra a dinâmica demográfica de populações urbanas e rurais no Brasil, entre 1991 e 2010, indicando a continuidade da tendência de esvaziamento demográfico rural no Brasil, mesmo que em ritmo mais ameno, na última década. A pesquisa possui tendência a uma conceituação do rural a partir da dinâmica demográfica rural, utilizando dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados mostram que enquanto a população urbana cresceu 2,5% ao ano, nos anos 1990, e 1,6% nos anos 2000, a população rural passou de 35,7 milhões de pessoas em 1991 para 29,7 milhões em 2010, queda de 1,0% ao ano. (MAIA, BUAINAIN; 2015).

Dentre as principais transformações demográficas no meio rural está um tênue arrefecimento do chamado êxodo rural em todo o território, mesmo nas áreas rurais mais tradicionais, sejam aquelas tidas como economicamente mais dinâmicas, ou as mais pobres. Por seu turno, a escolaridade das pessoas ainda é uma determinante importante da migração de pessoas de áreas rurais para urbanas, destacando-se esta propensão entre pessoas mais jovens e, sobretudo, do sexo feminino (MAIA, BUAINAIN; 2015). Ainda, como mostra Nascimento (2014), é determinante importante, também, de estratégias de mobilidade territorial rural-urbana, cotidiana.

3- ... Um olhar sobre o Estado do Piauí, em especial, sobre sua capital, Teresina.

No Estado do Piauí, com densidade demográfica de 12,49 hab./km, o processo de ambiguidade rural-urbana torna-se gritante quando refletimos à luz de parâmetros como o da OCDE, que considera urbanas, áreas territoriais com 150 hab./km²; e do PTC, criado em 2008, e coordenado pelo MDA, que define como territórios rurais, municípios com população de até 50.000 habitantes, com densidade demográfica abaixo de 80 habitantes por quilômetro quadrado. Pelos critérios da OCDE, 85% dos municípios piauienses estariam na categoria de rurais; pelos do MDA, seriam 96%, com densidade demográfica fora dos padrões definidos como urbanos, em uma base territorial distribuída em um total de 224 municípios.

Existe uma incongruência que se define como zona rural teresinense: apesar de ser a capital brasileira com área rural superior à urbana³, em termos de território físico, a população da mesma é de apenas 5,73% dos habitantes totais. Isto não simplifica a observação e análise dos

3 Área total de 1.809 km² sendo 228,32 km² de área urbana, 12,38% da área total e 1.580 km² de área rural, 87,38% da área total. (IBGE, 2010).

rurais teresinenses, pois, a zona urbana, em fase de crescimento acelerado e desordenado, faz remarcações constantes de seu perímetro, com o uso e a ocupação do dolo no Município de Teresina regulamentados em Lei Complementar nº 3.560 de 20 de outubro de 2006.

Tal dispositivo incide nas definições de espaços rurais, quando possuem características que lhes afirmem a condição de zona não-rural, como diz Wanderley (2009), quando fala sobre como o tema, no Brasil. Em Teresina, as características de zona urbana em expansão são: pavimentação da via, abastecimento de água, rede de esgotos sanitários, rede de energia elétrica para distribuição domiciliar, escola primária a distância máxima de oitocentos metros do imóvel considerado, e coleta de lixo domiciliar.

O município de Teresina possui em estimativa 99 localidades rurais. No que tange à atenção da gestão municipal de Teresina às áreas rurais e urbanas do município, há um descaso histórico da Prefeitura Municipal na realização de políticas públicas para áreas rurais. Enquanto o desenvolvimento da zona urbana de Teresina é discutido desde 1985, com o Plano Diretor de Teresina (PDT) contemplado vários planos e programas de desenvolvimento urbano – saneamento básico, habitacional e fixação de índices de densidade geográfica – a zona rural vem passando pelo movimento de retração populacional e pelo esquecimento da gestão pública municipal. Até o ano de 2011, não havia sido realizado nenhum plano ou programa voltado às especificidades da zona rural no município.

Esta situação chama mais a atenção, quando se considera com Busso (2001; 2005), que no contexto da globalização, as análises prospectivas sobre populações e desenvolvimento deveriam antecipar riscos e fortalecer a capacidade de resposta e de adaptação ativa de grupos com maior vulnerabilidade e necessidades de reprodução social. No caso das áreas rurais teresinenses, isto diz respeito a acesso precário à terra; desemprego e inserção laboral precária; renda baixa, variável e insegura; fragmentação dos espaços sociais, no âmbito das transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Contudo, habitantes dos rurais teresinenses foram capazes de promover respostas e de adaptação ativa, quando a Superintendência Municipal de Desenvolvimento Rural promoveu, no ano de 2011, atividades para elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento da Zona Rural de Teresina. A proposta foi de discutir os diversos temas que envolvem modos de vida, acesso à saúde, educação, mobilidade rural-urbana e transporte, além de outras questões sociais e econômicas (PMT/SDR, 2011). Os objetivos declarados do plano voltavam-se à realização de projetos de cultivo irrigados, sistema de abastecimento de água e de energia elétrica, assistência técnica, habitação, distribuição de insumos, reforma e construção de estradas, além de incentivos à comercialização. No entanto, este Plano, por mudança de governo municipal, durou apenas um ano.

Dentre as vulnerabilidades estruturais de povos rurais teresinenses, destaca-se a questão fundiária. A precária situação de titulação da terra impede, muitas vezes, o acesso a crédito, o que limita investimentos em projetos produtivos, conseqüentemente, a oportunidades de trabalho e renda. Uma das conseqüências importantes pode ser vista na forma pela qual se dá a integração rural/urbana. Esta ocorre, sobretudo, no âmbito das funções laborais e de serviços, e a sede municipal – perímetro urbano – é o centro de fornecimento de serviços e produtos. Sem dúvida, esta é uma narrativa constante no âmbito da modernidade incompleta e dos mercados incompletos (ELLIS, 1988) que aliam antigas e novas modalidades de vida. Não há dúvida quanto à difusão do projeto de modernidade brasileiro, mais especificamente, do teresinense, centrado no modo de vida urbano e que exerce seu peso nas localidades rurais. Sobretudo, no

que tange às mulheres, pela mobilidade social pressuposta no trabalho pluriativo⁴; a jovens, a partir das novas configurações juvenis, em projetos de vida diferenciados de seus/suas antecedentes, com forte alicerce na educação formal; a crianças, as quais, pela mobilidade geográfica e simbólica em que são postas, rotineiramente, aprendem todos os dias, como dito por Vincent (1987), a transitar com conforto pelos novos signos.

Outro elemento importante, relacionado ao anterior, são os fluxos de migração não apenas pendular, mas definitiva. Daí, um alto índice de moradore/as desempregado/as ou desocupado/as, necessitados/as de uma fonte de renda, cuja situação deu origem à prática agrícola de hortas urbanas que surge, em grande parte dos casos, a partir de iniciativas das pessoas em condições de vulnerabilidade, levando a uma política municipal de hortas urbanas, cujo Programa Hortas Comunitárias foi iniciado na segunda metade dos anos 1980. Pela constante demarcação do perímetro urbano municipal, observou-se no início dos anos 2000, o aumento de áreas urbanas de expansão que concentram famílias tidas como de baixa renda, constituídas a partir da afluência de populações rurais para a cidade. A Prefeitura Municipal lançou o Projeto Multissetorial Integrado Vila-Bairro para a utilização de áreas improdutivas por 2.503 famílias, em 117 ha de hortas. O programa constituía-se através do sistema de cogestão entre prefeitura e comunidades. Em 2012, havia 46 hortas comunitárias (135,8 ha) e 12 campos agrícolas periurbanos (79,2 ha) em Teresina, com 2.943 famílias envolvidas, em bairros, vilas, favelas e zona de extensão urbana do município. (VILELA e MORAES; 2013).

Em Teresina, a concentração de hortas urbanas e periurbanas apresenta requisitos básicos para a constituição de um Sistema Agroalimentar Localizado (SAL), instrumento de gestão de políticas públicas para dar conta de uma dinâmica que, na cidade de Teresina, ainda é dispersa. Daí, a necessidade de um tecido institucional, eficiente e eficaz, e de mudança na concepção da agricultura urbana e periurbana pelo poder público municipal, uma vez que esta agricultura não foi, ainda, inserida na agenda oficial do planejamento urbano, na perspectiva do direito à cidade. Em diversas cidades, no Brasil e em vários outros países, a incorporação desta agricultura vem-se tornando traço de modernidade, com ruralidades e urbanidades ressignificadas, inclusive, no que tange à produção de alimentos. (VILELA e MORAES; 2013).

A propósito, a relação campo-cidade, em Teresina, ganha relevância ante a necessidade de refletir sobre esta relação, para além da caracterização de rural como homogêneo e subdesenvolvido, atrasado, rústico, rude ou simplesmente agrário (MORAES, 2011). E aqui, lembramos com Monteiro (2011) que vulnerabilidade não é essência, nem é inerente a certas pessoas e grupos, mas, tem a ver com condições e circunstâncias minimizáveis/reversíveis de exposição a riscos de diferentes naturezas (econômicos, culturais, sociais) e desafios.

No que tange a povos rurais teresinenses, observamos em documentos oficiais e em falas de agentes do poder municipal sobre planejamento territorial, elementos da discursividade contemporânea sobre o tema, agenciando termos como governança, desenvolvimento local, planejamento participativo, dentre outros. No entanto, percebemos confusões conceituais sobre rural e ruralidades, sobre desenvolvimento territorial e sobre relações rural-urbanas; sobre participação. No plano político, observa-se, como referido, a precária situação de titulação da terra que impede o acesso a crédito, limitando/inviabilizando possibilidades de investimentos em projetos produtivos, conseqüentemente, a oportunidades de trabalho e renda. Daí, o trânsito cotidiano rural-urbano com vistas a trabalho. E, embora existam coletivos culturais, produtivos (inclusive, por gênero e geração), no rural teresinense, observa-se que na relação entre gestão pública municipal e lideranças locais, alimenta-se a cultura clientelista.

⁴ Caracteriza-se por atividade exercida por grupos familiares ou membros desses grupos, em atividades agrícolas, e não-agrícolas, em uma composição de renda familiar pluriativa.

Considerações finais

Vimos que o campo interdisciplinar de conhecimento sobre mundos e povos rurais guarda múltiplas dimensões (sociais, econômicas, políticas e culturais), diálogos e confrontos – sobre representações de rural, de urbano, de suas relações, e de desenvolvimento, assim como múltiplos saberes disciplinares, e extra-disciplinares. E que esta complexidade interpela agendas de desenvolvimento a dialogarem com identidades socioculturais no âmbito de multiterritorialidades sociais e de estratégias, empreendidas por habitantes de mundos rurais, voltadas para modos de vida, novos projetos de vida, acesso à terra, garantia da renda monetária, acesso à educação formal, formas de trabalho agrícola e não-agrícola, dentre outras, por pessoas jovens e adultas, em suas inserções de gêneros, etnias, raça, geração, e outros marcadores identitários.

Considerando o contexto contemporâneo no qual materializações de paisagens e espaços são produzidas, em larga medida, pela ação de políticas ditas de desenvolvimento, perguntamos sobre qual o lugar de projetos de vida dos diversos grupos, dos também diversos povos rurais, nas ações do Estado, em especial, nas políticas de desenvolvimento territorial – esta nova forma de racionalização do espaço pautada em acordos multilaterais diversos. E, no âmbito destes projetos, como se vem tratando as condições de risco e de vulnerabilidade desses povos rurais. Esta questão emerge, de forma significativa, como indicamos no texto, no município de Teresina, cuja área definida como rural apresenta características peculiares, se comparada às demais capitais brasileiras.

Indicamos que a relação campo-cidade, em Teresina precisa ser melhor estudada, assim como as áreas rurais e seus/suas habitantes, sobretudo, frente à discursividade contemporânea sobre governança, desenvolvimento local, planejamento participativo, dentre outras categorias agenciadas, em meio a ambiguidades conceituais sobre rural e ruralidades, desenvolvimento territorial, relações rural-urbanas, participação, dentre outras que alimentam a retórica das agendas governamentais, identificando concepções sobre riscos e vulnerabilidades assim como (in)ações voltadas ao seu enfrentamento.

Referências

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. *In*: CAZELLA, A. ; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BUSSO, G. “Vulnerabilidad Social: nociones e implicancias de políticas para América Latina y el Caribe a comienzos del Siglo XXI”. Trabajo presentado en el Seminario Internacional Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe, realizado los días 20 y 21 de junio de 2011 en Santiago de Chile. CEPAL/CELADE. Disponible en <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/8283/gbusso.pdf>

BUSSO, G. (2005). Pobreza, exclusión y vulnerabilidad social: usos, limitaciones y potencialidades para el diseño de políticas de desarrollo y de población. Santiago do Chile, Cepal/Celade.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo Latino-Americano. *In*: CASTELO, R. (org.). **Encruzilhadas na América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 295-316.

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Reforma Agrária**, edição especial, jul. 2013, 2003, p. 61-68.

ELLIS, F. **Peasant Economics**. Farm households and agrarian development, Cambridge, The Cambridge University Press, 1988.

FAVARETO, A. **A racionalização da vida rural**. XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs Caxambu (MG) - 24 a 28 de Outubro de 2006..

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Acesso: www.ibge.gov.br.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins** [Online], n. 25, 2015. Acesso em 4/11/2018: <http://journals.openedition.org/confins/10548>

MATTEI, L. Pluriatividade no contexto da ruralidade contemporânea: evolução histórica dos debates sobre o tema. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 39, nº 3, jul-set. 2008, p12.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MONTEIRO, S. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n17, jul. 2011, p.29-40.

MORAES, M. D. C. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (orgs). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, p. 163-210.

MORAES, M. D. C. M. Proteger e promover a diversidade ou o desenvolvimento? SIMPÓSIO. A Diversidade Cultural e o Desenvolvimento Sustentável. 9 e 10/08/2018. **XIV ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 7 a 10/2018, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 25 p.

MORAES, M. D. C. Ruralidades, campesinato, novo nominalismo: trilhas de um debate sobre o "rural" contemporâneo. **ANAIS... XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS**. 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE. GT05 - Desenvolvimento rural, globalização e crises. **18 p.**

MORAES, M. D. C. Ruralidades, cultura, e desenvolvimento, no Brasil: provocações para um debate necessário. **Seminário "Organização e Impactos da Cultura no Desenvolvimento Regional"**. Representação Regional/NE do Ministério da Cultura-MinC, Recife-PE, em 28 de agosto de 2014.

MORAES, M. D. C.; VILELA, S. L. Trilha de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. In: **Revista FSA**, Teresina, v. 10, nº. 1, art. 4, pp. 59-85, Jan./mar. 2013.

NASCIMENTO; L. P. O. S. "Aqui já e quase cidade": sentidos de lugar na relação rural-urbano - o caso de Lagoa da Mata, Teresina-PI. **Dissertação Mestrado em Sociologia**, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014, 226 p.

NASCIMENTO; L. P. O. S. Abordagens contemporâneas de ruralidade e as políticas públicas de desenvolvimento do território rural de Teresina - PI. **Projeto de Pesquisa**. Doutorado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018, 20 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA/SDR. **Programa de Desenvolvimento Rural-PDR**. Teresina, 2011.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção. Parte I. **Mana**, v. 3, nº. 1, 1997, p. 74-73,

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. 155p.

SCHNEIDER, S. **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, (Série Estudos Rurais)

SCHNEIDER, S. As atividades rurais não-agrícolas. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. Bogotá, Colômbia, 1, 44, 2000, p. 11-40 . Disponível em: www.ufrgs.br/pgdr/arquivos. Acesso em 21 de outubro de 2018.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SHANIN, T. (org.). **Marx tardio e a via russa** – Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo, Expressão Popular, 383 p. 2017.

SPINK, P.K. O pesquisador conversador no cotidiano. In: **Psicologia & sociedade**. Psicol. Soc, vol. 20, nº. especial, Porto Alegre 2000, p70-77? Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010. Acesso em: em 21 de outubro de 2018.

VEIGA, J. E. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Série Textos para Discussão. Brasília: NEAD, 2001.

VILELA, S. L. O.; MORAES, M. D. C. Agricultura urbana e periurbana (uma abordagem territorial a partir da experiência do município de Teresina-PI, Brasil). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 6., 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2013.

VINCENT. J. A sociedade agrária como fluxo organizado: processo de desenvolvimentos passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. Global Universitária, São Paulo, 1987, pp. 375-402.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Rurais** - Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 2009.

WANDERLEY, M. N. B; FAVARETTO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (org.). **Concepções da ruralidade contemporânea: singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013.

A MULTIESCALARIDADE E O *THE NEW MOBILITIES PARADIGM*: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

JOSÉ DIEGO GOBBO ALVES

Mestrando do Programa Interdisciplinar em
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
jdgobboalves@gmail.com

ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA

Professor do Programa Interdisciplinar em
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
alvaro.dantona@fca.unicamp.br

RESUMO

O propósito deste artigo é discutir se as teorias baseadas no *The new mobilities paradigm* são passíveis de serem aplicadas em países com características socioespaciais completamente distintas da realidade nas quais os estudos se originam, especificamente, em um país tão heterogêneo como o Brasil. Além deste, discutir o papel da multiescalaridade como pressuposto fundamental para aqueles que utilizam o paradigma para interpretar os movimentos na contemporaneidade. Foi utilizada uma metodologia explanatória quanto à bibliografia e análise dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e da Agência Nacional de Aviação Civil. Os resultados encontrados apontam um aumento na pendularidade dos brasileiros em todas as regiões para a realização das atividades do cotidiano e também um aumento significativo no número de voos nacionais e internacionais, o que demonstra que o paradigma pode ser um importante instrumento de interpretação da realidade brasileira, com ressalvas socioespaciais.

Palavras-Chaves: Interdisciplinaridade. Multiescalaridade. Mobilities Paradigm. Movimento. Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss if theories based on The new Mobilities Paradigm are applicable in countries with socio-spatial characteristics completely different from the reality in which the studies originate, specifically, in a country as heterogeneous as Brazil. In addition, discuss the role of multiscalarity as a fundamental assumption for those who use the paradigm to interpret movements in the contemporary world. An explanatory methodology was used regarding the bibliography and data analysis of the Demographic Censuses of 2000 and 2010 and of the National Civil Aviation Agency. The results show an increase in the pendularity of Brazilians in all regions to carry out daily activities, as well as a significant increase in the number of domestic and international flights, which demonstrates that the paradigm can be an important instrument for interpreting the Brazilian reality, with socio-spatial reservations.

Keywords: Interdisciplinarity. Multiscalarity. Mobilities Paradigm. Moviment. Brazil.

INTRODUÇÃO

O movimento é uma característica inerente da sociedade e do espaço. Ambos estão em movimento constante e, nem sempre, harmonioso. Materialidades e imaterialidades estão em um movimento complexo e híbrido, o que torna a sua apreensão apenas um fragmento temporal estático das suas características, no qual buscamos reconstruir. Bergson (2005), faz uma analogia com o método cinematográfico ao discutir o movimento. De acordo com ele, não conseguimos apreender o movimento em si, apenas um conjunto de *frames* estáticos, como fotografias, no qual reconstruímos o movimento a partir da somatória de um conjunto de momentos selecionados.

O movimento é um tema discutido nas Ciências Naturais e nas Ciências Humanas e Sociais, seja por movimento de objetos, animais ou plantas, seja por movimentos de capital, cultura, informação e pessoas. Portanto, parece ser possível que a reflexão sobre o movimento possa perpassar diferentes áreas do conhecimento científico.

Optando, neste primeiro momento, por explorar um paradigma presente nas Ciências Sociais, o propósito deste artigo é discutir se as teorias baseadas no *The new mobilities paradigm* são passíveis de serem aplicadas em países com características socioespaciais completamente distintas da realidade nas quais os estudos se originam, especificamente, em um país tão heterogêneo como o Brasil. Além deste, discutir o papel da multiescalaridade como pressuposto fundamental para aqueles que utilizam o paradigma para interpretar os movimentos na contemporaneidade.

A metodologia desse trabalho consistiu em uma análise explanatória do *The new mobilities paradigm* e da multiescalaridade enquanto importantes elementos para compreender a complexidade que os movimentos na contemporaneidade assumem. Para a caracterização dos movimentos no Brasil, sobretudo espaciais, foram utilizados os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e dos resultados da Amostra e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Foram utilizados, também, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016.

THE NEW MOBILITIES PARADIGM E A MULTIESCALARIDADE

O novo paradigma das mobilidades (*The new mobilities paradigm*), surge na década de 1990 em um período conhecido como o das “viradas” nas Ciências Sociais. Novos temas entram na agenda de discussão, servido como uma lente para a interpretação das relações contemporâneas. Autores como Elliott, Urry e Sheller, importantes para a disseminação teórica sobre o paradigma, defendem que as formas de mobilidade (espacial, virtual e imaginária) são fundamentais para compreender a sociedade na contemporaneidade, estando intrínsecas às relações sociais.

O argumento é que a sociedade deve ser analisada pela ótica das mobilidades físicas ou espacial (de pessoas, mercadorias, coisas), virtuais (relação com outro indivíduo ou espaço) e imaginária (relação com elementos afetivos conhecidos ou não). Os estudos partem do crescente movimento de pessoas, coisas, capital, ideias e informações ao redor do mundo (ELLIOTT e URRY, 2010). Como colocado pelos autores “We argue that the most consequential feature of accelerated mobilities for people’s lives is the recasting of identity in terms of flexibility, adaptability and instant transformation”. (ELLIOTT e URRY, 2010, p. 08).

Segundo os mesmos, vivemos em uma era da mobilidade em que as pessoas estão viajando mais, mais rápido e com mais frequência no cotidiano. Entretanto, essa era traz uma série de

novas possibilidades de reprodução social e, junto, traz uma série de novos riscos cada vez mais imprevisíveis.

To live a mobile life is, to be sure, a mixed blessing. Experimentation and danger, possibility and risk, jostle uneasily in the making of mobile lives. [...] On an individual level, today's acceleration of mobile lives has come to signify, among other practices, cosmetic surgery, cyber-therapy, speed dating and multiple careers. (ELLIOTT e URRY, 2010, p. 11)

O aumento dos movimentos em diversas escalas espaciais, defendem Elliott e Urry (2010), implicam em mudanças no modo como a vida é vivida, experienciadas e compreendidas. O aumento da velocidade dos movimentos se conecta com a latente vontade pessoal de reinvenção, com uma crítica constante a identidade e a vontade de mudança. O paradigma das mobilidades oferece um aporte teórico sociológico para interpretar essa mudança no comportamento subjetivo das sociedades em busca de movimento, afirmação e experiências.

O diferencial desse paradigma, segundo Sheller e Urry (2005), é a inclusão da análise das atividades que ocorrem enquanto se está em movimento, isto é, não é uma mensuração apenas dos fluxos, dos motivos e das causas dos movimentos, mas também entender como temos uma sobreposição de movimentos de forma híbrida enquanto se está em movimento. Estamos inseridos em um conjunto de movimentos materiais e imateriais de difícil dissociação, nos quais um dá suporte ao outro para que possam coexistir.

Alguns estudos sobre os movimentos consideravam o tempo de deslocamento das pessoas como um "tempo morto" em que nada acontece (CRESWELL, 2010). Esta ideia é muito comum em manuais de trafegabilidade e na mídia cotidiana, quando divulgam os dados que avaliam o "tempo perdido" no trânsito de casa para o trabalho, estudo, lazer. Esse período de tempo em que se está em movimento é tratado como algo perdido socialmente, em que nenhuma relação social é produzida, seja ela física ou virtual.

No início do século XIX nos Estados Unidos, as pessoas viajavam cerca de cinquenta metros por dia (a pé, carruagem ou a cavalo), atualmente, as pessoas viajam cerca de cinquenta quilômetros por dia de avião ou em automóveis motorizados (ELLIOTT e URRY, 2010). É uma compressão do tempo em relação à distância espacial percorrida, já que espacialmente, hoje nos deslocamos muito mais rapidamente.

As tecnologias da informação impulsionaram outras formas de movimentos, tornando a relação espaço-tempo muito mais complexa do que vista com os veículos automotores. A conexão quase instantânea entre espaços, embaralha as noções de distância espacial (longe e perto) e de continuidade e descontinuidade, interligando espaços através de um híbrido de movimentos.

Tem-se então uma conexão espacial significativa, refletindo em uma vinculação entre processos e fenômenos que são dão em diversas escalas distintas, não apenas a cartográfica. A multiescalaridade dos movimentos contemporâneos é uma agenda importante para o entendimento das relações sociais atuais e o seu componente espacial.

Para Elliott e Urry (2010) e Sheller (2006), só são possíveis fluxos quando se há fixos. Os fixos são como nós de uma rede que permitem um fluxo de um espaço para o outro. Sendo diversos, englobam as infraestruturas (rodovias, ferrovias, estações de trem, ônibus ou metrô, aeroportos, antenas de telecomunicações) e indivíduos que trabalham nesses espaços). Já os fluxos são todos aqueles movimentos de pessoas, mercadorias, ideias, informações que interligam diferentes fixos formando uma rede (SHELLER e URRY, 2006; ELLIOTT e URRY, 2010)

Entretanto, falar de fixos e fluxos pode reafirmar a dicotomia entre imóvel e móvel. Os fixos não são estáticos nem na sua forma, nem em seu conteúdo e nem em sua função (SANTOS, 1997), portanto, pressupõe-se que também são fluxos. Essa ideia caminha para a discussão realizada na Geografia por Santos (1997), pois, para o autor os objetos possuem uma forma física que, com o passar do tempo, podem mudam de função que lhes é atribuída e todos possuem um conteúdo histórico que lhes são próprios.

Os fixos possuem um movimento, pois, mesmo sendo materialidades, as formas, as funções e os conteúdos, sob um processo histórico de transformação, estão em constantes mudanças materiais (forma) e imaterial (conteúdo e função), ou seja, estão em movimento. Logo, reforça a ideia de que não há imobilidade e sim, diferentes tipos e intensidades de fluxos.

Só se pode estabelecer um fixo quando este é relacionado com um fluxo, ou seja, só em um contexto onde são determinados quem está se locomovendo e quem não está baseado em um parâmetro determinado. Uma análise multiescalar, permite interlocuções entre os diferentes parâmetros de determinação de fixos, fluxos e movimento, já que podemos criar relações entre os diversos parâmetros.

A escala, por ser um conceito polissêmico, gera confusão e um reducionismo quanto ao seu significado e objetivo. Primeiramente, é associada à ciência geográfica quase como sinônimo de escala cartográfica, àquela responsável em reproduzir o espaço em formas geométricas, a partir de operações matemáticas de redução proporcional da realidade. É um conceito que recebe diversos adjetivos que buscam atribuir significados diferentes, tornando-a mais complexa. Escala geográfica, cartográfica, operacional, topológica, topográfica, da ação, de origem, de impacto, da paisagem, da experiência são alguns dos adjetivos encontrados na literatura atribuído ao conceito (CASTRO, 2000; HORTA, 2013; MARANDOLA JR., 2013; LENCIONI, 2008, VALENZUELA, 2006). Entretanto, todas essas formas de se trabalhar com o conceito de escala, trazem a ideia de que esta representa uma porção da realidade, uma forma de apreender o fenômeno a partir de sua representação, já que a realidade em si não é possível de ser apreendida (CASTRO, 2000).

O conceito de escala é polissêmico e envolto de uma confusão conceitual devido a sua abrangência, pois, textos que tratam sobre a temática, ora a tratam como sinônimo de escala cartográfica, ora como recorte espacial, principalmente, na ciência geográfica. Mas, a escala é uma representação dos fenômenos da realidade composta de elementos que possui um tamanho, um nível, uma articulação em rede e uma relação entre os elementos que fazem parte de uma determinada escala.

A metodologia multiescalar, mostra que os limites são artificiais, tanto os limites da escala utilizada, quanto outros tipos de limites (científicos, políticos-administrativos, operacionais, etc.), já que as fronteiras espaciais artificiais são dissolvidas, pois os fenômenos não estão isolados e sem conectividade escalar. Ressalta-se que, afirmar que há uma conectividade dos fenômenos entre escalas, não significa afirmar que esses fenômenos estão contiguamente interligados espacialmente. A ótica multiescalar, como colocado por Marandola Jr. (2013), permite essa transição entre escala de análises, muito além de uma dimensão cartográfica da relação entre a medida do real e sua representação gráfica.

De acordo com Castro (2000), o fenômeno observado em uma determinada escala possui um sentido particular próprio da escala na qual está sendo observado, a autora completa colocando “[...] tão importante como saber que as coisas mudam de tamanho, é saber exatamente o que muda e como” (CASTRO, 2000, p. 121). Isso não quer dizer que não possa haver uma

articulação teórica entre as escalas só porque há um sentido particular em cada escala, pelo contrário, reafirma como essa articulação é importante.

Para Marandola Jr. (2013), a multi e trans escalaridade permitem mais do que uma articulação entre escalas, mas também uma articulação de conhecimentos associados à fenômenos estudados comumente em uma única escala. Para o autor, multiescalaridade deve ser vista como uma lente de observação dos fenômenos e não como recortes espaciais.

Ressalta-se que a multiescalaridade se dá entre escalas e intraescalar, isto é, pode ser na convergência de diversas escalas ou internamente a uma escala. Pode se dar na articulação entre escala temporal e espacial e, principalmente, em uma escala espacial, isto é, no macro, meso ou no micro. Para pesquisas interdisciplinares, a metodologia multiescalar é um ganho importante de articulação teórica-metodológica de convergência e enfrentamento sobre os fenômenos representados.

AS MOBILIDADES BRASILEIRAS

Partindo do princípio de que o “novo paradigma das mobilidades” é um corpo teórico que influencia no modo de fazer pesquisa, buscamos identificar de forma ampla se as relações das sociedades no Brasil seguem os moldes descritos pela teoria que leva como bases os países ricos e mais desenvolvidos. Em termos de estudos brasileiros, a produção sobre o paradigma das mobilidades é muito baixa, necessitando de análises para adaptações teóricas-metodológicas para a realidade brasileira.

O aumento da frota de veículos no Brasil nos últimos anos foi significativo. Em 2000, a frota era de 29,8 milhões de veículos, aumentando em 2017 para 97 milhões, um aumento de 325%. Quando recortamos para automóveis e motocicletas, o aumento entre 2000 e 2017 é de, respectivamente, 265% e 617% (IBGE, 2018).

As motocicletas tiveram um aumento da frota maior que o dobro do aumento de automóveis. O custo de aquisição, manutenção, o baixo consumo de combustíveis e a precariedade no transporte público são as principais causas relacionadas a esse aumento. A Figura 1 apresenta o número de automóveis e motocicletas para cada 100 habitantes no Brasil.

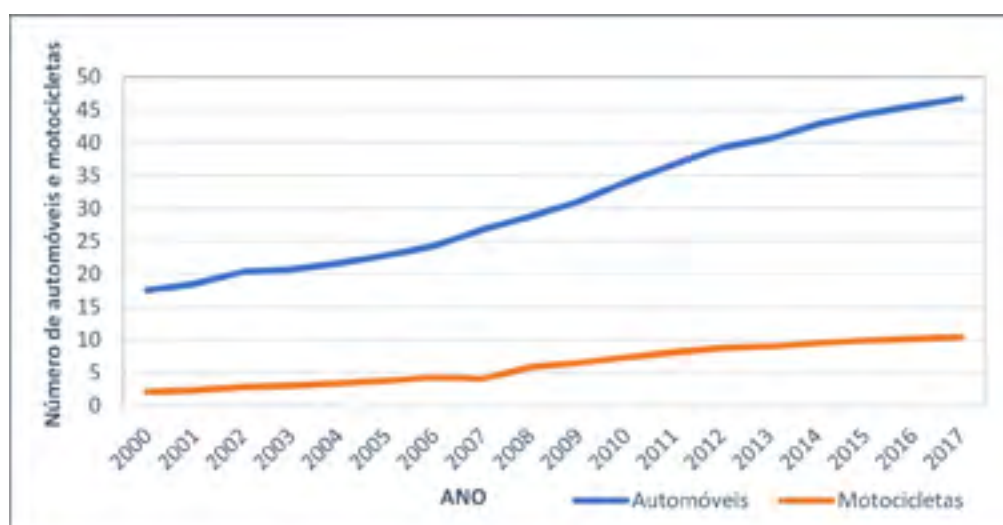


Figura 1: Número de automóveis e motocicletas no Brasil entre 2000 e 2017 (para cada 100 habitantes). Fonte: IBGE, 2018. Elaborado pelos autores, 2018.

Nota: Com exceção dos resultados dos Censos de 2000 e 2010, todos os outros anos foram utilizados dados da estimativa da população.

Para cada 100 habitantes no Brasil, o número de automóveis saltou de 17,5, em 2000, para 45,7 em 2017. O mesmo ocorreu com as motocicletas, que saltou de 02 para 10,4, respectivamente. Esse aumento no número de automóveis e motocicletas nos últimos anos é perceptível nas cidades brasileiras, principalmente, naquelas de caráter médio e metropolitanos. Os congestionamentos e o tempo de viagem aumentaram de forma proporcional com o aumento da frota de veículos, bem como os significativos impactos ambientais encontrados.

Estes dados são substanciais para pensarmos no paradigma das mobilidades, já que o imperativo da necessidade de se movimentar cada vez mais, aliado a uma série de fatores específicos do tráfego no Brasil, leva as pessoas a adquirem veículos motorizados particulares cada vez mais, criando um movimento cíclico que resulta na precarização do transporte público e no aumento do transporte motorizado individual.

Os deslocamentos aéreos no país também aumentaram nos últimos anos. No total, há 445 aeroportos registrados na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), contabilizados até o fim do ano de 2017 (ANAC, 2018). Esses fixos conectam internamente e internacionalmente as regiões do país e esta troca de fluxos está cada vez maior. As figuras seguintes apresentam o número de passageiros que viajaram em voos domésticos e internacionais no país.



Figura 2: Número de passageiros pagos em voos nacionais entre 2000 e 2017 (em milhões). Fonte: ANAC, 2017. Elaborado pelos autores, 2018.

Em 2000, o número de passageiros pagos nos voos nacionais era da ordem de 29 milhões, aumentando para 90 milhões em 2017. Ou seja, representa um aumento de mais de 300% nos fluxos de movimentos aéreos. A partir de 2008 tem-se um aumento vertiginoso do número de passageiros e uma queda no ano de 2016. Esta queda se deu, principalmente, pelo momento de instabilidade política e econômica que o país enfrenta.

O aumento também é verificado em voos internacionais como mostrado na figura seguinte.



Figura 3: Número de passageiros pagos em voos internacionais entre 2000 e 2017. Fonte: ANAC, 2017. Elaborado pelos autores, 2018.

O número de passageiros pagos em voos internacionais em 2000 era da ordem de 3,6 milhões, aumentando em 2017 para 8,3 milhões de passageiros, representando um aumento de cerca de 215%. Entretanto, diferente do que ocorreu nos voos nacionais, o número de passageiros pagos em voos internacionais não diminuiu em 2016, pelo contrário, aumentou.

Esse aumento nos movimentos físicos aéreos das pessoas, mostram que mais pessoas estão tendo acesso a este tipo de serviço, o que caminha para relacionarmos com a ideia de mobilidades já discutida.

Além do aumento no número de passageiros observado, houve nos últimos anos uma abertura para as famílias de menor renda viajarem de avião no país, fato que pode ser uma das justificativas para o aumento de passageiros destacados. Em crônica publicada em 2011, Antônio Prata chama a atenção para a desigualdade de renda no país e como ela se expressa em alguns locais. Em relação aos aeroportos, o escritor coloca, de forma sátira, que a presença das famílias de menor renda transformou os aeroportos em rodoviárias.

É importante reafirmar que, apesar das famílias de baixa renda no país estarem tendo acesso aos serviços aéreos, terem automóveis ou motocicletas para o deslocamento cotidiano, ainda é discrepante a diferença nas formas e nas condições de deslocamento dessas famílias e, principalmente, entre as regiões brasileiras.

Os censos de 2000 e 2010 apresentaram que a população está se deslocando mais em todas as regiões do país. Em 2000, cerca de 7,5 milhões de pessoas trabalham ou estudavam fora do município de residência, em 2010 esse número aumentou para 14,5 milhões, ou seja, quase dobrou o número de pessoas que trabalham ou estudam em outro município (IBGE, 2003; IBGE, 2012). Esses dados contemplam os deslocamentos cotidianos pendulares e deslocamentos esporádicos como o de saída para trabalhar ou estudar em outra Unidade da Federação, mas mantendo uma residência em um município de origem.

Do total citado em 2000, 6,5 milhões realizavam movimentos pendulares para trabalho e estudo, enquanto cerca de 670 mil trabalhavam ou estudavam em outra Unidade da Federação. Dos 14,5 milhões que trabalhavam ou estudavam em outro município em 2010, cerca de 10 milhões trabalhavam em outro município. A Figura 4 mostra a estrutura do deslocamento no Brasil.

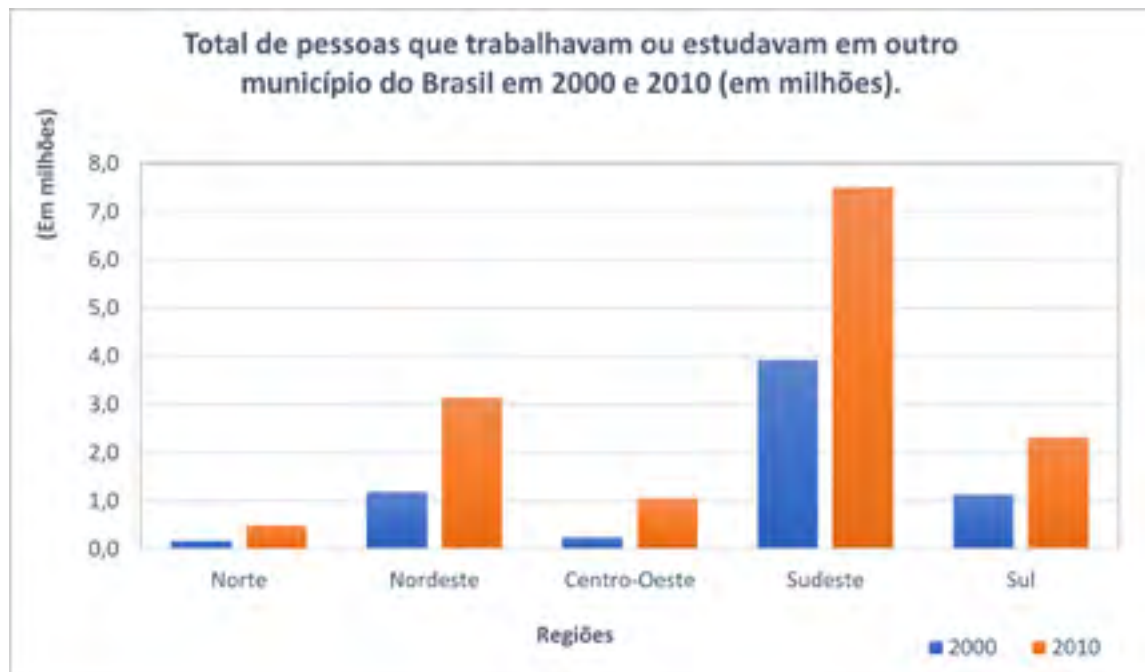


Figura 4: Total de pessoas que trabalhavam e/ou estudavam em outro município em 2000 e 2010. Fonte: IBGE, 2002; 2013b. Elaborado pelos autores, 2018.

A região Sudeste concentra a maior quantidade de pessoas que realizavam o deslocamento cotidiano para outro município tanto em 2000, quanto em 2010, seguido por Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Todas as regiões apresentaram um crescimento expressivo no número de pessoas que se deslocam, sendo a região Norte a que apresentou a menor taxa de crescimento dentre todas as outras.

Além disso, tanto em 2000 quanto em 2010 os homens se deslocavam mais em todas as regiões brasileiras, tanto para trabalho, quanto para estudo. Porém, se tem um aumento no número de mulheres que realizam esses deslocamentos se comparado com o ano de 2000 (IBGE, 2002; 2013b).

As Figuras 5 e 6 apresentam a entrada e saída entre dos municípios do país a partir da Data Fixa do Censo de 2010.



Figura 5: Entradas e saídas entre pares de municípios - Data Fixa. Fonte: IBGE, 2013a. Elaborado pelos autores.



Figura 6: Fluxo de migração de entradas e saídas entre pares de municípios - Data Fixa. Fonte: IBGE, 2013a. Elaborado pelos autores.

Cada ponto representa a sede de um município. As cores correspondem a agrupamentos calculados a partir do lugar de cada nó na rede (número de edges e volumes das entradas e saídas). Os fluxos migratórios mostraram uma tendência a estarem concentrados em *clusters*, criando porções que de trocas significativas internamente. Entretanto, observa-se que parte dos fluxos não seguem a tendência de macro regionalização brasileira, criando relações interessantes que devem ser analisadas em seu contexto socioespacial.

O acesso à internet é um componente importante para analisar a mobilidade virtual que, segundo o paradigma, não se dá apenas quando não se está se deslocando espacialmente, mas também, durante o deslocamento. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 2016, nos traz indícios para pensarmos a mobilidade virtual da população. Os resultados encontrados, baseada em uma amostra de 69,3 milhões de domicílios, apontaram que o celular estava presente em 92,6% de todos os domicílios, sendo este o equipamento em que as famílias mais acessam à internet (IBGE, 2018).

Do total dos domicílios pesquisados 69% usavam internet, regionalmente, cerca de 76,7% no Sudeste, 74,7% no Centro-Oeste, 71,3% no Sul, 62,4% no Norte e 56,6% no Nordeste. A internet foi mais acessada por pessoas de 18 a 24 anos de idade e um quarto dos estudantes da rede pública não acessavam a Internet (IBGE, 2018). A Figura 7 apresenta a finalidade do acesso à internet pelas pessoas.

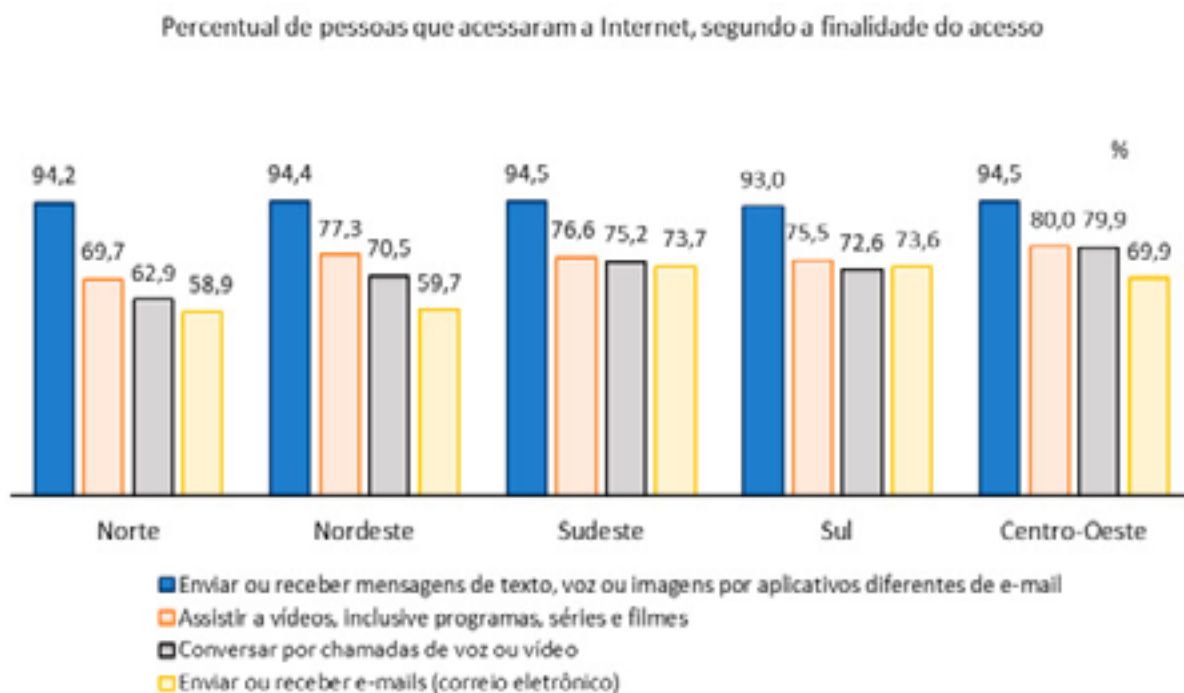


Figura 7: Percentual de pessoas que acessaram a internet, segundo a finalidade do acesso. Fonte: IBGE, 2018.

As chamadas de voz ou vídeo são elementos que constituem a afetividade com um ente familiar ou amigo destacado por Elliott e Urry (2010). Elas permitem o contato constante com pessoas próximas afetivamente e, em muitos casos, distantes espacialmente. Para os que possuem uma “vida móvel” (ELLIOTT e URRY, 2010), esse momento de conversa e os equipamentos de comunicações, música, fotografias e vídeos são importantes nos momentos onde a saudade dos filhos, pais, irmãos e amigos. O uso de internet indica a conexão socioespacial quase instantânea, conectando pessoas e espaços distantes, complexificando a relação espaço-tempo e criando conexões espaciais interessantes de serem analisadas.

É importante destacar que o que foi exposto não é uma realidade observada em todo o território brasileiro, as áreas mais interioranas do país merecem maior atenção em relação as análises sobre o paradigma das mobilidades vigente. A dinâmica do interior é muito diferente das regiões metropolitanas e, também, diferente dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. É necessário um deslocamento do olhar e de vivência nessas áreas para poder tecermos conclusões acerca da dinâmica das formas de mobilidades presentes nessas áreas.

Em uma escala nacional, os dados apontam que o Brasil também possui semelhanças que se enquadram na teoria das mobilidades propostas pelos cientistas sociais. Mas o esforço deve ser em pensar se a velocidade, intensidade e quantidade dos movimentos de pessoas, informações, ideias e mercadorias são equânimes em todo o território ou se há áreas que podemos classificá-las por terem movimentos mais lentos do que o contexto nacional.

Um esforço empírico nesse sentido, será tratado na dissertação no estudo de caso e a partir dele, poderemos verificar semelhanças e diferenças e apontar as especificidades encontradas em um contexto regional não metropolitano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi discutir o *The new mobilities paradigm*, com destaque para seu uso fora da realidade europeia, sobretudo no Brasil, no qual é discutido por autores importantes da temática. Além disso, discutir o papel da multiescalaridade como uma metodologia importante para a interpretação das diferentes mobilidades que perpassam a vida da população.

Os achados são intrigantes e apontam que os fixos e fluxos discutidos por Elliott, Urry, Sheller e outros, devem ser relativizados quanto ao parâmetro estabelecido sobre o que está em movimento e o que não está. Já que, como colocado por Santos (1997), as estruturas físicas também passam por um processo de transformação da sua forma e função em um processo de transformação histórica e geográfica em uma estrutura na qual esses objetos estão inseridos.

Logo, o movimento é inerente aos fixos e aos fluxos, como chamado pelos autores do paradigma, o que permite uma agenda interessante de análise que requer uma metodologia que consiga abarcar esses diferentes movimentos contido nos objetos, pessoas, capital, cultura, informação, etc. Como proposto, a multiescalaridade, não só cartográfica, pode permitir tal articulação quando permite uma integração (e confronto) de fenômenos em escalas espaciais diferentes e suas respectivas teorias, como a de lugar que é muito associada ao local.

Quanto à realidade brasileira, os dados mostraram que houve um aumento na pendularidade cotidiana para trabalho e estudo em todas as regiões do país, o que demonstra que cada vez mais o espaço de vida das pessoas está aumentando socioespacialmente, criando novos laços sociais e com o território, fundamental para a ideia de pertencimento com o espaço já que, como defendido por Creswell (2010), não temos uma dissolução de categorias importantes de pertencimento e identificação, como a de lugar, nessa era de maior fluidez e movimento.

O aumento das viagens diárias, está interligado com o aumento do número de veículos motorizados como mostrado, mas, as viagens em transporte público são significativas no país e nesses espaços possuem uma confluência de mobilidades (espacial, imaginária e virtual) cotidianamente.

Os dados apresentam um panorama geral dos deslocamentos no Brasil, entretanto, em um país tão heterogêneo, as especificidades socioespaciais devem ser levadas em conta, por isso, a articulação multiescalar é importante. Com ela, é possível apreender os fenômenos que se confluem em diferentes escalas espaciais, bem como identificar as especificidades sociais e espaciais locais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à FAPESP (número do processo 2016/24641-3) pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). Número de passageiros em voos nacionais e internacionais – série histórica, 2017.

BERGSON, Henri. **A evolução Criadora**. Ed. Martins Fonte, tradução Bento Prado New, São Paulo, 2005

CASTRO, Iná. E. de. O problema da escala. In: Castro et al. **Geografia: Conceito e temas**. Ed: Bertrand Brasil, 2000.

CRESSWELL, Tim. Towards a politics of mobility. **Environment and Planning D: Society and Space**, volume 28, pages 17-31, 2010

ELLIOT, A.; URRY, J. **Mobile Lives**. Taylor & Francis e-Library, 2010

HORTA, C. A. C. Escala espacial e Geografia pela transposição da região. **Revista Geografia**, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000: Resultado da Amostra**. 2002

_____. **Censo Demográfico de 2010**. 2013a.

_____. **Censo Demográfico de 2010: Resultado da Amostra**. 2013b

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, 2008

MARANDOLA JUNIOR, E. J. As escalas da vulnerabilidade e as cidades: interações trans e multiescalares entre variabilidade e mudança climática. In: Ricardo Ojima; Eduardo Marandola Jr.. (Org.). **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social**. 1ed.São Paulo: Blucher, 2013, v. , p. 91-113.

PRATA, A. **O aeroporto tá parecendo rodoviária**. Folha de São Paulo, quarta-feira, 19 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1901201104.htm>. Acessado em: 02/04/ 2018.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. Ed: Nobel : São Paulo, 1997.

SHELLER, M. URRY, J. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning A** 2006, volume 38, pages 207 - 226

VALENZUELA, Cristina O. Contribuciones al análisis del concepto de escala como instrumento clave em El contexto multiparadigmático de la Geografía contemporânea. **Investigaciones Geográficas**, n.59, p.123-144, 2006

O PERFIL DOS AGRICULTORES DE BEIRA DE ESTRADA DO SUL DA BAHIA

HERBERT TOLEDO MARTINS

Professor do PPGES/UFSB
herbert@ufsb.edu.br

DHANYANE ALVES CASTRO

Professora do IFBAIANO - Teixeira de Freitas, BA
dhanyane@yahoo.com.br

Resumo:

O artigo analisa o modo de vida de beiradeiros, isto é, agricultores de beira de estrada que ocupam as faixas laterais de terra às margens da BR-101 no município de Teixeira de Freitas, BA. Trata-se de uma categoria de agricultores desconhecida da literatura sobre questão agrária no Brasil, na medida em que não estão acampados, não fazem parte de movimentos de sem terras; não reivindicam a posse da terra; não estão organizados. Não há lideranças que responda por um coletivo. O artigo elabora um recorte dos resultados preliminares da pesquisa que está em curso, apresentando o perfil de 10 (dez) famílias de beiradeiros com ênfase no modo de vida das mesmas. Os resultados alcançados até o momento da pesquisa informam que há acentuada desigualdade socioeconômica entre os agricultores no que tange não somente aos recursos de sobrevivência que acessam, mas também ao grau de vulnerabilidade em que se encontram.

Palavras-chave: Agricultores de beira de estrada, beiradeiros, modo de vida, vulnerabilidade, Teixeira de Freitas, BA.

Abstract:

This article analyzes the way of life of beiradeiros, that is, roadside farmers occupying the lateral land strips on the banks of the BR-101 in the municipality of Teixeira de Freitas, BA. It is a category of farmers unknown in the literature on agrarian issues in Brazil, since they are not camped, they are not part of landless movements; do not claim ownership of the land; are not organized. There are no leaders who answer for a collective. The article elaborates a preliminary cut of the results of the research that is underway, presenting the profile of 10 (ten) families of beiradeiros with an emphasis on their way of life. The results reached until the moment of the research report that there is a marked socioeconomic inequality among farmers in relation not only to the survival resources they access, but also to the degree of vulnerability in which they are found.

Keywords: Road-side farmers, beiradeiros, way of life, vulnerability, Teixeira de Freitas, BA.

Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa em andamento sobre as populações que ocupam faixas laterais de terra de domínio da União ao longo da BR - 101 no município de Teixeira de Freitas, BA. Ao todo são aproximadamente 150 casas ao longo de 34 km de rodovia, conforme mapa 1, a seguir.

Mapa 1. Limites do município e a localização da BR-101



Fonte: Google Earth (2017), Arte Final Fernando Rios (PPGES/UFSB).

Em sua maioria são famílias que residem ao longo da rodovia ocupando trechos de terra e neles cultivam mandioca, urucum, pimenta, mamão, milho, feijão, hortaliças e frutas diversas.¹ Essas famílias não estão ali acampadas, não são membros de movimentos sociais reivindicando a posse da terra, mas residem e vivem ali na beira da estrada. Moram em casas de pau-a-pique, lonas, tábuas de madeira, folha de zinco, algumas são de alvenaria. A maioria vive sem água potável, energia elétrica e banheiro dentro de casa. Trata-se, portanto, de uma população que possui um modo de vida muito especial, cujos estudos pelas ciências sociais são rarefeitos.

Nesta perspectiva, a questão inicial que motivou a pesquisa reside no problema geral da sobrevivência humana. Em linhas gerais, pretende-se conhecer e descrever o modo de vida dessas famílias de agricultores que, na ausência de uma categoria êmica chamaremos de beiradeiros. Contudo, no estágio atual da pesquisa nossa tarefa aqui é traçar um breve perfil desses moradores tentando compreender inicialmente quem são eles, de onde vem? Quais os motivos de estarem na beira da estrada? Como que eles enfrentam as dificuldades impostas pela escassez? Como que eles se organizam para produzir os meios de vida necessários à sua sobrevivência, à sua reprodução social. Para tanto, o artigo está organizado em quatro seções além dessa introdução. Na primeira seção, discutimos o aporte teórico que ilumina a pesquisa com ênfase nos conceitos de modos de vida e vulnerabilidade social, bem como na questão agrária brasileira. Na segunda seção, apresentam-se os aspectos metodológicos da pesquisa informando sobre os procedimentos de campo e o estágio atual do trabalho de campo. Na

1 Registra-se que essa população nunca foi e não será recenseada pelo IBGE no Censo previsto para 2018 de acordo com o próprio órgão. Registra-se ainda que o único artigo sobre essa população é o de MITIDIERO Júnior, Marco Antônio. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. Acessar <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2263>. Acessado em dezembro de 2017.

terceira seção, analisam-se o perfil sócio econômico dos beiradeiros a partir da elaboração de dois quadros de informação sobre os mesmo. Finalmente, na quarta seção declinamos as considerações finais do artigo.

1. Modo de Vida, Vulnerabilidade Social e Questão Agrária

O conceito de modo de vida foi amplamente utilizado pelos clássicos da Sociologia para analisar o advento das sociedades industriais capitalistas. Engels (1975), Weber (1999), Marx (1982), Simmel (1987), Louis Wirth (1987) entre outros fizeram uso do conceito. Desse modo, a partir dos clássicos da Sociologia observa-se que ao longo dos séculos XIX e XX, o constructo modo de vida contribuiu de forma clara com as análises das transformações e mudanças das sociedades tradicionais sob o impacto da industrialização e urbanização. Contudo, no século XXI o conceito de modo de vida continua a ser utilizado por vários autores na análise dos processos de mudança pelos quais as sociedades humanas passam demonstrando a sua força explicativa.

Nesta perspectiva, o problema que se apresenta em torno do conceito de modo de vida reside não na sua capacidade explicativa, mas na sua imprecisão teórica resultante de traduções de estudos internacionais que traduzem termos distintos (estilo de vida, gênero de vida, meios de vida), como modo de vida causando uma grande confusão teórica, na medida em que se utiliza de categorias analíticas que não são previamente definidas, como se o significado a elas atribuído fosse óbvio. Assim é com “modo de vida”, “estilo de vida” e “meios de vida”. “Todavia, por detrás desses termos, escondem-se concepções teóricas de diferentes matizes, levando a uma imprecisão no uso dos mesmos”. (BRAGA et al, 2017). Desse modo, enfatizamos aqui de forma clara que a concepção teórica relativa ao termo “modo de vida” utilizado nesta pesquisa não é sinônimo de “estilo de vida”, nem de “meios de vida”. O termo estilo de vida (*style de vie*) está ligado à sociologia francesa com destaque para Bourdieu, que o utiliza “como um demarcador simbólico das diferenças entre classes, visível nos *habitus* de classe que exprimem os gostos e preferências dos indivíduos, bem como as suas necessidades objetivas” (*ibidem*, p. 377). Já o termo meio de vida é derivado da tradução da expressão *lifestyle* para o português, e “compreende as capacidades, ativos (incluindo tanto os recursos materiais e sociais), bem como as atividades desenvolvidas como forma de subsistência” (*Ibidem*, p. 384).

Nesta perspectiva, o conceito de modo de vida aqui utilizado pertence à concepção teórica que enfatiza a análise das práticas sociais cotidianas, trabalho, vida familiar, lazer, alimentação, ou seja, das condições gerais de vida determinadas pela sociedade a qual os indivíduos estão inseridos. Desse modo, parte-se aqui do pressuposto teórico de que para compreender o modo de vida dos beiradeiros ou de qualquer outro tipo de agrupamento humano é fundamental entender a base econômica sobre a qual o grupo se apoia. De acordo com Marx & Engels (1986, p. 27-28), o modo como os homens produzem os seus meios de subsistência, seus meios de vida, já é uma

“determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”.

Partindo desse ponto de vista teórico, é crucial compreender e conhecer os meios de vida desses agricultores: como se dá a reprodução social dessas pessoas, como elas se organizam socialmente para satisfazer as suas necessidades básicas vitais, como elas se ajustam ao meio em que vivem, como eles interagem entre eles e com a sociedade de modo geral, como é

o modo de vida desses agricultores? De acordo com Cândido (2010, p. 31), cada sociedade, cada agrupamento humano enfrenta em algum momento de sua existência a equação entre o ajuste ao meio e a organização social necessária à subsistência. Assim, há dois ajustamentos necessários ao equilíbrio entre necessidades e recursos, a saber: “1) a descoberta de soluções que permitam explorar o meio físico para obter recursos de subsistência; 2) o estabelecimento de uma organização social compatível com elas”. Daí, portanto, o objetivo principal do presente projeto recair sobre a compreensão do modo de vida desses beiradeiros e, para tanto, se faz necessário compreender como que esses agricultores se organizam para garantir a sua reprodução social.

Do ponto de vista da organização social desses agricultores muitas foram as questões e problemas que as visitas exploratórias levantaram. Entre eles ressalta-se a vulnerabilidade social das famílias dos beiradeiros, o que nos remete diretamente para o campo das políticas públicas e da cidadania. De acordo com Katzman (2000), vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui. Esta última diz respeito a uma situação de carência efetiva e atual, enquanto a vulnerabilidade transcende esta condição projetando para o futuro a possibilidade de o indivíduo padecer a partir de certas debilidades que se constata no presente (KATZMAN, 2000). Para Busso (2001) a noção de vulnerabilidade é multidimensional e diz respeito ao risco ou à probabilidade do indivíduo, lugar ou comunidade de ser ferido, lesionado ou danificado diante de mudanças ou permanências de situações externas e/ou internas.

De um modo geral, o debate sobre a noção de vulnerabilidade social vem acompanhado da noção de pobreza e exclusão social, dada as inter-relações entre tais noções. Embora a pobreza não possa ser definida de uma única forma, ela se torna evidente quando o indivíduo não é capaz de gerar renda o suficiente para ter acesso permanente aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. De acordo com Gomes & Pereira (2005, p. 359), “são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social”. Já a noção de exclusão social diz respeito à situação e pobreza, posto que nesta situação indivíduos encontra-se em risco pessoal e social, ou seja, estão excluídos das políticas sociais básicas: trabalho, educação, saúde, habitação e alimentação. Estas noções além de situar o campo teórico em que o objeto da pesquisa se localiza refletem com acuidade a real situação dos beiradeiros. Ou seja, são indivíduos pobres que vivem em situação de vulnerabilidade social e estão excluídos da cidadania.

Embora não tenha sido possível nas visitas exploratórias aprofundar o conhecimento a respeito da seguridade social das 10 (dez) famílias visitadas foi possível, entretanto, observar que as crianças tem acesso à educação pública e são assistidas pelo ônibus escolar da Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, além de terem acesso ao Programa Bolsa Família.

Complementando o quadro do referencial teórico da presente pesquisa é necessário convocar a literatura a respeito da questão agrária brasileira. De acordo com Silva (1981, p. 05), a questão agrária diz respeito “às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: como se produz, de que forma se produz”. Em outras palavras, a questão agrária está ligada diretamente ao modo como o país tem conseguido aumentar a sua produção agropecuária e, dessa maneira, sustentar o crescimento econômico e industrial. Na década de 1960, o debate sobre a questão agrária vinculava-se aos rumos da industrialização brasileira. A pergunta que se fazia naquela época era se diante do atraso da agricultura brasileira haveria condições objetivas de sustentar a industrialização do país. No entanto, a partir do final dos anos de 1960 o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia, o chamado “milagre brasileiro”, e o debate sobre a questão agrária praticamente desaparece.

Concomitante ao período do milagre, desde o início da década de 1960 e avançando na década de 1970 a agricultura sofria um processo de transformação conhecido por modernização cujo sentido era elevar a produtividade do trabalho no campo. Isso é feito a partir da expansão da empresa capitalista no campo com a intensificação da produção agropecuária por intermédio de produtos da sua indústria: adubos, máquinas, equipamentos, defensivos químicos, irrigação, melhoria tecnológica das sementes, etc. A consequência dessa expansão foi a destruição

“milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. É essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra” (SILVA, 1981, p. 05).

Dessa maneira, o país entra na década de 1980 com milhares de trabalhadores expulsos do campo. E sem o recurso da produção de subsistência, o trabalhador, “expulso do campo, perde os pressupostos mínimos da condição camponesa e passa a viver nas periferias degradadas das cidades, de onde procura ocupação, agora, sem nenhum vínculo, nas colheitas que se sucedem ao longo do ano, num amplo espaço que pode ser, inclusive, inter-regional” (WANDERLEY, 2014, p. 28). No espaço desse projeto não será possível analisar os movimentos de resistência dos camponeses, e muito menos a polêmica em torno da categoria camponês, mas, registra-se que em 1984 é criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que com o fortalecimento da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) “reinscrevem no debate da sociedade, a atualidade da questão fundiária e a pertinência das lutas pela terra pelos camponeses expropriados ou com pouca terra” (WANDERLEY, 2014, p. 29).

Nos anos de 1990, os “sem terra” e os agricultores familiares são os protagonistas da questão e da luta pela reforma agrária no país. Ao longo dessa década e entrando nas primeiras décadas do século XXI, o MST “foi progressivamente se impondo como porta voz da demanda por reforma agrária no Brasil e abrindo espaços de negociação com os poderes públicos” (MEDEIROS, 2001, p. 110). De acordo com Sigaud (2009, p. 53), na ausência de uma política de reforma agrária consistente “ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil”. Para a autora, o Estado tem conferido legitimidade aos movimentos que reivindicam terras ao desapropriar fazendas ocupadas e redistribuir depois de um tempo as terras entre aqueles que se encontram acampados. A reforma agrária no Brasil tem ocorrido não em virtude de uma política tópica ou massiva do Estado, mas em virtude dos movimentos fornecerem as “diretrizes para a política do Estado brasileiro em relação à questão fundiária: as fazendas desapropriadas são aquelas que foram ocupadas” (SIGAUD, 2009, p. 68).

A referência à literatura sobre a questão agrária é importante no contexto do presente trabalho, em virtude de os agricultores de beira de estrada estar inseridos no universo rural brasileiro. Afinal, são homens e mulheres que de certa forma sobrevivem daquilo que tiram da terra. Assim, trata-se de uma categoria de agricultores totalmente desconhecida da literatura sobre questão agrária no Brasil, na medida em que não estão acampados, não fazem parte de movimentos de sem terras e de nenhum outro tipo de organização; não reivindicam a terra sobre a qual retiram o seu sustento, pois sabem que as terras pertencem à União, não estão organizados entre eles mantendo certa individualidade, cada família no seu pedaço de terra. Não há lideranças que fale em nome dos mesmos. Na verdade, é uma categoria que precisa ser estudada e é exatamente isso o que se propõe o presente projeto de pesquisa.

2. Aspectos metodológicos da pesquisa

Um dos objetivos da pesquisa é construir um banco de dados sobre o perfil sócio econômico dos beiradeiros que residem nos limites geográficos propostos para a pesquisa, isto é, os 34 Km da BR-101 que atravessa o município de Teixeira de Freitas, BA, no sentido norte. Após o levantamento sócio econômico procederemos à etapa qualitativa da pesquisa. Ao todo foram registradas aproximadamente 150 casas, o que pode representar um universo de 600 pessoas considerando quatro pessoas por moradia. Por intermédio de um questionário aplicado na casa de cada morador estamos no momento realizando o levantamento sócio econômico. Para facilitar a pesquisa iniciamos os trabalhos de campo a partir dos limites finais do município, isto é, do norte para o sul. Assim, quando finalizarmos a aplicação dos questionários estaremos nos limites da área urbana de Teixeira de Freitas, BA. O questionário possui ao todo 58 perguntas formatadas e padronizadas para serem tabuladas no programa SPSS. As perguntas estão divididas em blocos, a saber: identidade social; segurança social e organização política; características do domicílio; relações sociais de vizinhança e características do estabelecimento por utilização da terra.

A cada ida ao campo aplicamos em média 5 (cinco) questionários. Todos os membros da equipe participam da entrevista. Após a entrevista permanecemos no local conversando longamente com o/a entrevistado/a (geralmente são as mulheres que respondem ao questionário) e membros da família. Nessas conversas a equipe tem a liberdade de abordar diversos assuntos e aspectos da vida cotidiana dos entrevistados. São momentos muito ricos em informações qualitativas adicionais que o questionário quantitativo não consegue captar. O acesso aos entrevistados foi facilitado por um dos entrevistados que abordou a equipe em plena estrada. Ao nos ver com carro oficial da Universidade estacionado no acostamento da rodovia em frente a uma casa vazia, parou o seu carro e perguntou se estávamos fazendo pesquisa. Dissemos rapidamente que tipo de pesquisa que estávamos fazendo e ele nos convidou a irmos até o comércio que possui na beira da estrada, conforme foto 1, a seguir:

Foto 1. Ponto de venda de Temperos na BR-101.



Foto: Ananda Luz (PPGER/UFESB).

Após uma longa conversa com o entrevistado e membros da sua família, o mesmo nos convidou a participar de um culto evangélico cuja Igreja fica localizada nas terras ocupadas

por ele. Conforme combinado fomos ao culto numa terça-feira à noite (09/10/18), e ao final fomos apresentados aos vizinhos que ali estavam participando do culto, e então tivemos a oportunidade de esclarecermos o que de fato estávamos fazendo ali, os objetivos da pesquisa e, com isso, conseguimos marcar entrevistas com 3 (três) mulheres. A partir desse encontro casual com este beiradeiro obtivemos acesso aos entrevistados, fomos aceitos! (PEIRANO, 1995). Desse modo, a cada casa visitada solicitamos que o morador nos apresente à casa vizinha caso ele conheça a pessoa o que facilita o contato inicial com o próximo entrevistado. Quando isso não é possível devido ao fato de não se conhecer o vizinho - muitas vezes a distância entre uma casa e outra é muito grande -, providenciamos nós mesmos as devidas apresentações.

3. O perfil sócio econômico dos Beiradeiros

Das 10 (dez) visitas realizadas até o momento da pesquisa foram aplicados apenas 7 (sete) questionários. Dos questionários aplicados e tendo em vista algumas variáveis apresentaremos a seguir dois quadros com o objetivo de traçar o perfil sócio econômico inicial dos beiradeiros, conforme quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Identidade Social dos Beiradeiros.

Casa	Sexo		Natural	Estado Civil	Escola	Raça/ Cor	Renda familiar	Religião	Filhos	Benefício
	M	F								
1		X	BA	Solt.	Ens. Fund.	Preta	1 SM	Catol.	3	Sim PBF
2		X	ES	Cas.	Analf.	Preta	2 SM	Evang.	1	Sim Apos.
3	X		BA	Cas.	Analf.	Preta	1 SM	Evang.	3	Sim PBF
4		X	BA	Cas.	Ens. Fund.	Preta	2 SM	Evang.	3	Sim PBF
5		X	BA	Cas.	Ens. Fund.	Parda	1 SM	Evang.	3	Sim PBF
6	X		BA	Solt.	Analf.	Preta	1 SM	Evang.	2	Sim PBF
7	X		BA	Solt.	Ens. Fund.	Preta	1 SM	Evang.	-	Não

Fonte: Coleta direta de dados.

Tendo em vista o quadro 1, observa-se que os beiradeiros são em sua maioria oriundos de cidades do interior da Bahia, são evangélicos, possuem uma renda familiar de 1 (um) salário mínimo por mês, são pretos, possuem baixa escolaridade, e são beneficiários do Programa Bolsa Família em virtude dos filhos que possuem. Além disso, pode-se observar de acordo com o quadro 2 abaixo, que os beiradeiros em sua maioria não frequentam nenhum tipo de associação ou movimento social. Estão a mais de 5 (cinco) anos residindo na beira da rodovia, sendo que existe três famílias que estão ali há mais de 20 (vinte) anos. A maioria não possui banheiro dentro de casa, e não tem acesso à eletricidade e água encanada, e o esgoto é escoado para fossas rudimentares que se resumem a buracos feitos no chão (latrinas) com tábuas ou tijolos sobrepostos ao buraco.

Quadro 2. Segurança Social e Organização Política dos Beiradeiros.

Casa	Associa.	Part. Mov.	Tempo de Moradia	Banheiro dentro de casa	Esgoto	Água Encanada	Energia Elétrica	Motivo
1	Não	Não	+ 20 anos	Sim	Fossa Rudimentar	Não	Não	NR
2	Não	Não	- de 1 ano	Não	Não	Não	Não	Trabalhar na terra
3	Não	Não	+ 30 anos	Sim	Fossa Rudimentar	Não	Não	Trabalhar na terra
4	Não	Não	+ de 7 anos	Não	Fossa Rudimentar	Não	Não	Sem cond. pagar aluguel
5	Não	Não	+ de 5 anos	Não	Fossa Rudimentar	Não	Não	Sem cond. pagar aluguel
6	Não	Não	+ de 30 anos	Não	Fossa Rudimentar	Não	Não	Trabalhar na terra
7	Não	Não	5 anos	Sim	Fossa Rudimentar	Não	Não	Sem cond. pagar aluguel

Fonte: Coleta direta de dados.

Do ponto de vista das observações qualitativas realizadas durante as visitas observa-se uma desigualdade e uma diversidade enorme entre esses agricultores de beira de estrada no que tange aos recursos de sobrevivência que os mesmos acessam. Há registros de agricultores cuja faixa de terra ocupada é provida de energia elétrica captada das propriedades limdeiras, ou com energia produzida por motor a gasolina, o que permite uma série de benefícios entre os quais acesso à água dentro de casa, banheiro e irrigação de hortas e até da lavoura, sobretudo, de urucum. Ou seja, há agricultores com acesso à irrigação por gotejamento, o que significa uma tecnologia que requer aporte de capital, ao passo que a grande maioria deles não tem acesso à energia elétrica e permanecem vivendo de maneira bastante precária, sem banheiro e água potável sendo obrigados a fazerem as necessidades fisiológicas no mato; e a buscarem água em locais muitas vezes distante da moradia. A demonstração maior da desigualdade entre os beiradeiros reside no fato de que há entre eles - não podemos afirmar no estágio atual da pesquisa que seja a única - uma família cujas terras contínuas alcançam 15,27 hectares, sendo 12,87 hectares de plantação de urucum, conforme poder ser visto na foto 2, a seguir:

Foto 2. Plantação de urucum na BR-101.

Fonte: Google Earth. Arte final Fernando Rios (PPGES/UFESB).

Em média a plantação de urucum na região do extremo sul da Bahia produz 1.200 kg por hectare. Assim, portanto, a produtividade final desse beiradeiro aproxima-se de 14.400 kg/Ano de urucum, considerando os preços da safra de 2018 em média de R\$ 5,00 o Kilo, a renda anual final desse beiradeiro será de R\$ 72.000,00, ou U\$ 19.252 no câmbio atual. Sem dúvida uma renda anual que, muito provavelmente, nenhum outro beiradeiro possui e que nos coloca diante de uma descoberta no mínimo intrigante e que merece estudo mais aprofundado.

4. Considerações finais

Iniciar uma pesquisa sobre um objeto que praticamente nunca foi estudado é um desafio para o pesquisador tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista metodológico, um desafio que instiga o pesquisador a desbravar um campo desconhecido. Muito embora estejamos no início da pesquisa, as respostas às perguntas propostas no presente artigo, de onde vem? Quais os motivos de estarem na beira da estrada? Como que eles enfrentam as dificuldades impostas pela escassez? Como que eles se organizam para produzir os meios de vida necessários à sua sobrevivência, à sua reprodução social, já podem ser elaboradas ainda que com muita cautela. São pessoas da região que foram excluídas dos processos de acumulação e da cidadania, em sua maioria são negras, oriundas da vida rural, sem oportunidades de estudos mais avançados do que o ensino fundamental, e que encontraram nas beiradas da rodovia a oportunidade de ter acesso a terra, e um lugar para poder viver a vida em paz, ainda que com muita dificuldade e extrema vulnerabilidade, e que em consequência disso constroem um modo de vida sui generis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Gustavo Bastos; FIÚZA, Ana Louise Carvalho; REMOALDO, Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, no 45, mai/ago 2017, p. 370-396.

BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad Social: Nociones e Implicancias de Políticas para Latinoamerica a inicios del Siglo XXI. Seminario Internacional "Las Diferentes expresiones de la Vulnerabilidad Social en América Latina y el Caribe", Santiago de Chile, 20 y 21 Junio 2001. Acessar em <https://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/8283/GBusso.pdf> Acessado em dezembro de 2017.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lucia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. 10(2): 357-363, 2005.

KATZMAN, Rubén. "Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. Borrador para discusión". 5 Taller Regional, La medición de la pobreza, métodos y aplicaciones. Aguascalientes, México, Junio. BID-BIRF- CEPAL, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. "Sem Terra", "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. Acessar em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2263/2384> Acessado em setembro de 2017.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1995.

SIGAUD, Lygia. A Engrenagem das Ocupações de Terra. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2009. Pg. 53 -72.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB, 1999.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

MEMÓRIA E DIVERSIDADE SOB O PRISMA DAS TERRITORIALIDADES HOMOAFETIVAS DO RIO DE JANEIRO

RAFAEL CHAVES VASCONCELOS BARRETO

Professor da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

rcobarreto84@gmail.com

RESUMO

Vivemos numa sociedade na qual são graves as desigualdades sociais e estas podem ser percebidos inclusive no espaço urbano. Visto isso, percebemos a importância de se discutir temas como: o respeito às diferenças e à diversidade sexual. Nesse sentido, o presente trabalho vem tratar dessa questão, trazendo a contribuição da Geografia, discutindo conceitos de espaço, território e territorialidade, bem como a relação destes com o grupo em questão. Verificamos que inúmeros territórios e territorialidades surgem no espaço, variando de acordo com a escala e com os atores responsáveis pelo controle do mesmo. Nesse sentido, verificaremos como os homossexuais, enquanto grupo, dotado de identidade própria, são capazes de formar territórios e territorialidades em escala local. Procuraremos deixar uma reflexão sobre essa questão, a fim de refletirmos sobre o preconceito que ainda existe em nossa sociedade, em relação a esse grupo.

Palavras-chave: Território. Identidade. Homossexualidade

ABSTRACT

We live in a society in which social inequalities are serious and these can be perceived even in urban space. Given this, we realize the importance of discussing topics such as respect for differences and sexual diversity. In this sense, the present work addresses this issue, bringing the contribution of Geography, discussing concepts of space, territory and territoriality, as well as the relation of these with the group in question. We verified that numerous territories and territorialities arise in space, varying according to the scale and with the actors responsible for its control. In this sense, we will verify how homosexuals, as a group, endowed with their own identity, are able to form territories and territorialities on a local scale. We will try to leave a reflection on this question, in order to reflect on the prejudice that still exists in our society, in relation to this group.

Key-words: Territory. Identity. Homosexuality

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o tema da diversidade sexual vem sendo muito debatido nos meios de comunicação. É possível perceber algumas discussões, sobre o tema, em alguns estudos de caráter antropológico, ou ligados à área de gênero e sexualidade. No entanto, não só a Geografia como a Memória Social também podem dar suas contribuições no entendimento desse tema, ligando a questão de gênero à produção do espaço e da formação de territórios além das memórias construídas neles, que foram os principais objetivos desse estudo.

Nesse sentido, o presente estudo tem como intenção discutir e entender como determinados atores se apropriam do espaço, que nesse caso são representados por um grupo específico, atuando sobre o espaço, delimitando territórios, em escala local e no âmbito cultural, imprimindo nesses territórios sua identidade através de uma relação simbólica de poder.

Será possível, ainda perceber a importância da questão da identidade e sua memória coletiva como elemento de aglutinação de um grupo, a ponto de conseguir formar territórios, os quais serão caracterizados, tomando formas e características a partir dessa identidade.

Para tanto, será feita uma breve discussão sobre a questão do espaço, como elemento chave, entendido também, segundo Raffestin (1993, p.143) como “matéria prima”, “preexistente a qualquer ação e local de possibilidades”. Serão tratados, ainda, conceitos como o de região, e de território, entendendo, seguindo a visão de Raffestin (1993), a formação dos mesmos a partir do espaço, verificando que eles podem variar de acordo com a escala de análise, do planejamento, sendo no entanto, dois exemplos distintos de apropriação do espaço. Porém, o presente trabalho dará um enfoque especial à questão da formação, em escala local, de territórios e de territorialidades, tendo, como exemplo, os territórios de convivência homossexuais.

Conforme dito anteriormente, o grupo que será abordado nesse trabalho, sendo usado, como exemplo, para desenvolver esses conceitos acima citados, serão os homossexuais. Esse grupo foi escolhido devido à visibilidade que sua identidade ganhou na sociedade, bem como a capacidade que vem demonstrando em delimitar territórios numa escala local, intra-urbana, sendo possível observar a ocupação desses territórios e a implantação de signos ligados a essa identidade nesses territórios, que atuam contribuindo para manutenção, tornando esses locais visíveis, em conjunto, servindo como elementos de aglutinação desses indivíduos em torno de sua identidade.

No entanto, faremos uma breve análise desse grupo para entendermos um pouco de sua realidade, bem como das lutas e conflitos que esses indivíduos enfrentam na sociedade e que acabam por refletir e até mesmo justificar a existência desses territórios, que surgem como uma forma que esse grupo encontra de fugir de conflitos ligados ao preconceito. Dentre alguns conflitos existentes podemos citar o impedimento que muitos desses indivíduos enfrentam ainda nos dias atuais para exercer de forma plena sua identidade, não podendo expor sua homossexualidade em determinados locais por medo de represálias ou mesmo de agressões.

O objetivo desse trabalho portanto, será entendermos alguns conceitos da Geografia, fundamentais como espaço, território e territorialidade, refletir sobre a questão da identidade e da memória coletiva associada a ela e do preconceito que determinadas identidades sofrem, trazendo essa questão para discussão, a fim de verificar como o território pode atuar como um local de convivência e socialização e, ao mesmo tempo, servir como forma de segregação de um determinado grupo em relação à sociedade.

TERRITÓRIO COMO CRITÉRIO DE ANÁLISE

Para entendermos território, partiremos de uma conceituação dada por Raffestin (1993), que irá definir território de forma mais ampla, como sendo formado a partir do espaço, sendo possível conferir em suas palavras da seguinte forma:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O trecho acima, transcreve uma passagem onde Raffestin começa a definir território, citando para isso conceitos importantes como o de espaço, além de ressaltar a presença do que ele chama de “ator sintagmático” na formação do território.

O autor nos mostra ainda, em seguida, alguns territórios, como o território nacional, por exemplo, sendo ele uma produção feita a partir de um espaço, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que ali se instalam. É importante ainda, partindo do que foi falado, tentar entender o espaço, embora alguns autores, como Milton Santos, afirmem ser uma tarefa extremamente difícil de ser feita.

Nesse sentido, Santos (2002) dá sua contribuição no entendimento do espaço, colocando-o como uma categoria histórica, entendendo-o como sendo:

(...) um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SANTOS, 2002, p.153)

Limonad (2004) apresenta ainda uma visão complementar a cerca do espaço, ao dizer que ele pressupõe uma concepção de tempo, de processo histórico, podendo ser entendido enquanto:

(...) um entremeado de fluxos e processos, que coexistem espaço-temporalmente e tendem a se tornar hegemônicos em determinados momentos e espaços, condicionados e propiciados pelas circunstâncias e práticas sociais (LIMONAD, 2004, p. 53).

Partiremos, dessas visões de espaço para entender a formação do território como sendo resultado de uma produção a partir do espaço.

É importante ressaltar, que além dos territórios, podemos entender também a região como uma produção a partir do espaço, dada de forma diferente da que resulta no território. Segundo Limonad a região é: “uma construção social que atende a interesses políticos precisos, mesmo em se tratando de uma região funcional, ou da região natural” (LIMONAD, 2004, p.57). Porém, o conceito de região não será aprofundado nesse trabalho, sendo usado somente para ajudar na distinção deste em relação a outros conceitos.

Vemos, portanto, que ambos os conceitos envolvem relações sociais, sendo importante não confundirmos esses conceitos. Nesse sentido, cabe ressaltar que tanto o território como a região são construções feitas a partir do espaço, porém através da definição de alguns autores, como Souza (1995, p.78), temos o território como “um espaço definido e delimitado por e partir de relações de poder”. Dessa forma verificamos que será a relação de poder sobre o espaço que irá diferenciar o território dos outros conceitos acima citados.

É importante verificar ainda, as contribuições dadas por Claval (1999) nesse debate. Esse autor nos diz que a ideia de território está ligada à de controle, à de soberania. Nesse sentido, Claval,

apresenta ideias ligadas a Sack (SACK, 1986 apud CLAVAL, 1999), onde ele afirma que o território nasceria de estratégias de controle necessárias a vida social, ressaltando ainda a ideia de territorialidade.

Na mesma linha, vemos que o território pode ser entendido, segundo Souza, como (des)construído nas mais diversas escalas, desde a local até a global, passando pela nacional, escala que muitos autores afirmam estar passando por uma crise, como afirma Souza Santos apud Araujo (2007) ao dizer que "...o espaço-tempo nacional estatal está perdendo a primazia, convulsionado pela importância crescente dos espaços-tempo global e local que com ele competem" (SOUZA SANTOS, 1999, p. 42-43 apud ARAUJO, 2007, p.34).

Podemos perceber ainda a interferência que exercem os atores e agentes sociais, independente da escala, atuando na formação territorial, onde Limonad (2004) irá caracterizá-los como sendo um DNA territorial, podendo esse DNA ser desde a população de um determinado país, até os homossexuais que delimitam e compartilham de um determinado espaço, ou seja, de grupos, independente da escala analisada. Nesse sentido, vemos a contribuição dada por Brunet apud Claval que se aproxima do que foi abordado:

O território diz respeito à projeção sobre um espaço determinado de estruturas específicas de um grupo humano [o DNA territorial] que inclui a maneira de repartição e, gestão ou ordenamento desse espaço (BRUNET et al., 1992, p. 436 apud CLAVAL, 1999, p.9)

Souza (1995) complementa a discussão mostrando que o espaço é apropriado, ocupado por um grupo social, delimitando o território em diversas escalas e de diferentes modos. Portanto, ainda segundo o autor, a ocupação desse território é vista como algo gerador de raízes e identidade, onde em determinado momento esse grupo não poderá mais ser compreendido sem o seu território. Com isso, o autor acrescenta à discussão, a importância da identidade na construção territorial. Para Souza (1995, p.87), os territórios se apresentam como "relações sociais projetadas no espaço", sendo que ele ressalta também, a importância da territorialidade, que seria "aquilo que faz de qualquer território um território" (Idem, p. 99).

Nesse sentido, Damiani (2002) nos mostra a territorialidade como uma apropriação crítica, podendo ou não se resultar numa apropriação espacial, ou seja, em um território. A autora, define territorialidade como ações resultantes de movimentos de reivindicação, sendo configuradas como territorialidades, áreas cuja gênese é a exclusão. Essas territorialidades são mostradas também por Souza (1995), ao tratar das territorialidades cíclicas, que delimitam territórios por um dado período de tempo, como os pontos de travestis e prostitutas que aparecem fazendo trottoir, numa determinada avenida durante um período de tempo ao dia, entre outros exemplos. Veremos mais adiante como os homossexuais podem delimitar territórios e territorialidades.

Com essa breve explanação, é possível então compreender o território como construído a partir do espaço e formado a partir de territorialidades, caracterizado ainda por uma relação de poder exercida por determinados atores sobre um determinado espaço, podendo ser construído em diversas escalas e dotado de identidade. Partindo disso, o passo seguinte desse trabalho será entender a formação dos territórios de convivência LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queers) que vêm sendo formados nos mais diversos locais, sendo cada vez mais visíveis no cotidiano da nossa sociedade.

A IDENTIDADE GAY E OS TERRITÓRIOS DE SOCIABILIDADE LGBTQ+

A partir desse momento, enfocaremos a formação de territórios e territorialidades voltando-se, especificamente, para o que chamaremos aqui, como territórios de convivência LGBTQ. Para tratar desse tipo de território é importante entender a questão da identidade, como ela é construída e se manifesta nesse grupo específico e como ela é percebida pelos indivíduos.

Cada indivíduo possui na sua formação, enquanto sujeito social, uma série de identidades, que são formadas por diversos fatores, podendo variar desde sua formação a partir de fatores biológicos, étnicos e culturais, ou de escolhas individuais, regionalismos, entre outros. Nesse sentido, a identidade aparece na visão de Claval (1999) como uma construção cultural. Ressaltando, que essa(s) identidade(s) irão definir o indivíduo.=

Entendendo que essa série de identidades compõe o sujeito e tendo em mente que o homem é um ser social, ele procura na sociedade pelos seus semelhantes, a fim de partilhar e vivenciar sua identidade com o outro, o que Michel Maffesoli (1995) chama de 'ressurgimento comunitário', do estar-junto de seu semelhante.

No caso da formação de uma identidade homossexual existem alguns fatores que devem ser levados em consideração como o preconceito, que faz com que muitos indivíduos não exerçam de forma plena a sua identidade, vivendo 'no armário', pois a vivência plena dessa identidade acarretaria problemas ao exercer suas outras identidades, ou seja, na sua vida em sociedade, por haver conflitos entre essas identidades variando de acordo com o meio em que este indivíduo se encontra.

Cabe ressaltar, que dentro ou fora 'do armário', o indivíduo vive um processo de auto-reconhecimento de suas identidades e procura vivenciar com o outro suas angústias e suas identidades, através de um processo de identificação com o seu semelhante e no qual ele procura ser visto, ser 'encontrado' por esse semelhante, tendo como estratégia o uso do campo simbólico, como explicita Kathryn Woodward (2000) em seu texto:

Existe, assim, um contínuo processo de identificação, no qual buscamos criar alguma compreensão sobre nós próprios por meio de campos simbólicos e nos identificar com as formas pelas quais somos vistos por outros (WOODWARD, 2000, p.64).

Vemos ainda, a importância dos símbolos na construção da identidade também na fala de Claval (1999), onde ele afirma que os símbolos seriam responsáveis em definir o indivíduo e/ou um grupo, que procuraria sua identificação através de objetos, roupas, bem como costumes e valores, além do estilo de vida que esse indivíduo e/ou esse grupo levam. Essa simbologia pode ser inerente à pessoa, criada a partir do coletivo ou até mesmo construída, incentivada e/ou mostrada pela mídia, pois segundo Maffesoli (1995) 'a mídia atua como espelho dos diversos narcisismos coletivos'.

A identidade homossexual possui um campo simbólico que vem se tornando cada vez mais visível no nosso dia-a-dia. Porém, alguns autores ressaltam a existência de um campo simbólico ligado a essa identidade já no início do século, caracterizada, por exemplo, pela forma de abordagem e pela vestimenta, como nos revela Green (2000):

(...) no início do século, passivos usavam paletós muito curtos, lenço de seda pendente do bolso, calças muito justas, desenhando bem as formas das coxas e das nádegas. Dirigiam-se aos transeuntes pedindo fogo para acender o cigarro, com voz adocicada (...). (GREEN, 2000, p.86).

De forma semelhante, se apresenta a identidade homossexual nos dias atuais, através de seus símbolos cada vez mais evidentes no nosso dia-adia, como a bandeira do arco-íris, além do modo de falar característico e uso de gírias próprias, bem como o modo de se vestir e até mesmo gostos musicais predominantes.

Ressalta-se, a crítica de alguns autores à chamada 'normatização da sociedade', ou uma alienação dessa sociedade, como mostra Agnes Heller apud Costa e Heidrich (2007) ao definir como 'homem particular' o sujeito que se mostra, segundo o autor, como "fragmento alienado da sociedade que reproduz", ou então, fazendo uma ligação da moda ao consumo. Nesse sentido, temos a crítica de Henri Lefebvre, apud Costa e Heidrich (2007), dizendo que:

(...) a alienação torna-se fundamento da impossibilidade de grande parte das atividades humanas reconhecerem seus processos de totalização e essa incapacidade é gerada pela separação completa do trabalho e da obra humana, ou seja, o trabalho se transforma em labor à medida que é trocado por salário e à medida que as atividades humanas tendem a se envolver em fetiches econômicos e consumistas (LEFEBVRE, 1958 apud COSTA & HEIDRICH, 2007).

No entanto, no estudo das identidades coletivas, essa padronização do grupo ou tendência a um padrão de estilo, ao invés de ser considerada como uma alienação pode ser vista como uma estratégia de luta, principalmente no caso de grupos que sofrem discriminação, como o caso dos negros e dos homossexuais, que se utilizam desses meios simbólicos como forma de se afirmarem, enquanto grupo, perante a sociedade.

Portanto, é importante compreender que esses grupos identitários também apresentam um comportamento espaço-territorial, expresso através de territorialidades ou mesmo de territórios propriamente ditos e reconhecidos socialmente como tal.

Claval (1999) nos explica essa ligação entre identidade e território, mostrando que "a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades" (p. 16). O autor ressalta ainda, que a delimitação desse território livraria esse grupo do que ele chama de 'poluição' que o 'outro' seria portador. No caso dos homossexuais, essa 'poluição' poderia ser expressa através das formas de discriminação que impedem esse sujeito de exercer de forma plena sua identidade.

Os territórios de convivência homossexual se caracterizam pelos símbolos ligados a ele, sendo segundo a concepção de Haesbaert (2007) um território simbólico, sendo ainda esse território um meio materializado de afirmação dessa identidade.

Porém, é importante ressaltar, que já no início do século, na cidade do Rio de Janeiro, era possível se fazer referência a territórios que possuíam ligação identitária com os homossexuais, como mostra a figura 1 abaixo:

FIGURA 1: Referência espacial à identidade homossexual no início do século XX



FONTE: Ilustração de 'O Malho - 1904', extraído da obra de GREEN, 2000.

Nessa figura é possível perceber uma referência clara a um indivíduo homossexual, bem como uma referência à Praça Tiradentes (antigo Largo do Rocio), expresso através da estátua desenhada ao fundo e do trecho do poema, o qual segue na ilustração de título 'Fresca Theoria'. A Praça Tiradentes pode ser considerada um território de convivência homossexual, que existia no Rio de Janeiro no início do século XX, no entanto deve se levar em consideração que a forma de expressão territorial se dava de forma diferente das conhecidas atualmente, devido ao maior preconceito existente na época, pois não permitia que os homossexuais pudessem expor sua identidade por medo de represálias, visto que esse grupo sofria intensa perseguição da sociedade, muitos deles sendo presos, enquadrados em crimes como os de vadiagem, conforme aponta Green (2000), em seu estudo.

Nos dias atuais, em grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, é comum encontrarmos exemplos de territórios de convivência homossexuais, como o trecho de praia localizado em frente ao Hotel Copacabana Palace, apelidado atualmente de 'rainbown' fazendo referência ao quiosque de mesmo nome que serve de ponto de encontro para homossexuais, principalmente em dias festivos como reveilon. Esse ponto da praia era antigamente apelidado de 'bolsa de valores', pois os indivíduos iam a esse local para se expor, devido à quantidade de turistas de alto poder aquisitivo que se hospedavam no hotel.

Outro importante e conhecido local de convivência homossexual que existe no Rio de Janeiro é a Rua Farme de Amoedo em Ipanema, com seu respectivo trecho de praia que reúne em sua maioria indivíduos homossexuais, sendo ainda responsável por atrair grande quantidade de turistas homossexuais em épocas festivas como a de carnaval.

FOTO 1: Trecho de praia em frente à Farme de Amoedo, 2009.



Fonte: Rafael Chaves, 2009.

A foto acima, retrata uma tarde de sábado no trecho de praia localizado em frente à Rua Farme de Amoedo, considerado um território de convivência homossexual. Nesta foto é possível ver sinais da territorialidade expressa, de forma mais evidente, pelas bandeiras do arco-íris – símbolo do movimento homossexual – demarcando o território. Apesar da foto datar de 2009, o presente território se encontra nos mesmos moldes ainda nos dias atuais, inclusive com os mesmo indivíduos trabalhando nas barracas do local. Visitando esse local é possível perceber a presença de outras expressões dessa territorialidade, através dos guarda – sóis que carregam logomarcas de estabelecimentos voltados ao público LGBTQ+ bem como a expressão dessa

identidade também vista, através dos seus frequentadores, pelo modo de se expressarem e de se vestirem, por exemplo

É possível perceber ainda que existe uma relação de pertencimento em relação ao local, por parte dos frequentadores, onde através de idas a campo usando o método da observação participativa, frequentando e conversando de modo informal, ao longo de quatro anos de frequência, a esse território foi possível perceber que muitos frequentadores se referem ao local como o 'nosso lugar', a 'nossa praia' numa relação de apego com o território ocupado, se tornando um 'lugar', visto que esse assume algumas qualidades de seus habitantes, conforme expressa Park apud Valle (2005) na seguinte passagem:

(...) através dos tempos, todo setor ou quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes ... como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua (PARK, 1967 apud VALLE, 2005, p.19).

Na mesma linha, Hall apud Barbosa (2004) faz uma referência ao conceito de lugar, como sendo 'específico, concreto, conhecido, familiar'. O mesmo autor completa dizendo que o lugar "é a expressão de práticas sociais específicas que nos moldaram e com as quais nossas identidades estão estritamente ligadas" (HALL, 1997 apud BARBOSA, 2004, p.159).

Ainda no sentido de explicar essa relação de apego, existente entre os indivíduos de uma determinada identidade com o lugar, temos a visão de Claval, complementar a de Hall no sentido de acrescentar um caráter histórico na construção dessa relação indivíduo - espaço. Como é possível verificar nesse trecho:

A memória se constitui nos 'lugares', nas 'porções da natureza' em que estão enraizados os seus potenciais, dizia Jacques Berque (BERQUE, 1970, p. 478) e a relação tecida entre a história e o espaço fornece uma base aparentemente material à identidade: ela lhe proporciona um território. A ocupação, conduzindo o trabalho da sensibilidade sobre o enraizamento físico, confere aos 'pays', às cidades, aos bairros, uma dimensão simbólica (...), uma qualidade que secreta ao apego (MARTIN, 1994, p. 25-26 apud CLAVAL, 1999, p.16)

É importante ressaltar, que esse território apresenta também contradições. Essas contradições aparecem, pois esse território, ao mesmo tempo em que reúne e integra esses indivíduos, os segrega do restante da sociedade. Esses territórios de convivência homossexuais acabam recebendo o estigma do preconceito que esses indivíduos sofrem, onde muitos indivíduos se recusam a permanecer, nesses locais, por medo de serem associados com tal identidade, refletindo o preconceito existente ainda em nossa sociedade.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo do estudo, procurou-se entender um pouco sobre como se dá a formação de um território a partir de uma determinada identidade, enfocando nesse sentido a escala local, verificando também as estratégias representadas através das territorialidades que, nesse caso são expressas, através do campo simbólico que essa identidade possui, bem como a ocupação efetiva da mesma, nesse determinado espaço.

O grupo escolhido nesse estudo, os homossexuais, nos levou e leva constantemente a refletir sobre alguns temas, bem como sobre nossa sociedade atual, com seus tabus e preconceitos, tentando discutir formas de amenizar esse, que ainda é um problema para muitos indivíduos.

Ao longo dos anos a sociedade sofreu muitas mudanças, a postura e a tolerância com o diferente também mudaram, felizmente para melhor, mas ainda temos muito que avançar. Os

territórios, como os abordados nesse trabalho, se tornaram mais abertos, conhecidos. O que antes era definido de forma pejorativa como guetos, locais escondidos, onde normalmente os indivíduos iriam somente à procura de sexo, se tornaram lugares menos escondidos e fechados, se tornando verdadeiros locais de convivência e de confraternização, onde não só homossexuais frequentam, indo cada vez mais simpatizantes em busca de diversão sadia deixando de lado o preconceito. Essa mudança de postura se deve em grande parte a ação das organizações não-governamentais de apoio à causa, bem como do apoio cada vez maior da mídia, atuando no intuito de desmistificar a homossexualidade, levando a causa para dentro das casas, tornando-a familiar e mostrando que não há porque discriminar ou mesmo temer ao diferente, o que vêm encorajando que cada vez mais homossexuais venham mostrar sua realidade, revelando que existem e que precisam ser respeitados, se tornando assim militantes de sua causa.

Portanto, gostaria de com esse trabalho deixar uma reflexão sobre esse tema, bem como sobre os preconceitos que perpassam a sociedade, revendo posturas, para que, cada vez mais, possamos pensar numa sociedade igualitária onde todas as identidades sejam respeitadas e onde os territórios como os de convivência homossexual não sirvam mais como um abrigo, como esconderijo, mas como um local de sociabilidade pacífica, onde todos circulem sem medo do diferente, e principalmente, que essa diferença seja respeitada também fora desses territórios, não havendo mais exclusões, nem discriminações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Frederico; HAESBAERT, Rogério. *Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora Access, 2007.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Globalização e Espaços da Desigualdade*. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). *Brasil Século XXI: Por uma nova regionalização? Agentes, Processos e Escalas*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2004. p.153 – 160.

CLAVAL, Paul. *O Território na Transição da Pós Modernidade*. *GEOgraphia*, ano I, nº 2, p. 7 – 25, 1999.

COSTA, Benhur Pinós da; HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além da Sociedade – os dramas e os conflitos do espaço social: o exemplo das microterritorializações homoeróticas*. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre, 2007

DAMIANI, Amélia. *Geografia Política e Novas Territorialidades*. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografia em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Contexto, 2002. p. 17 – 26.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.49 - 76.

GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LIMONAD, Ester. *Regionalizar para que? Para quem?*. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). *Brasil Século XXI: Por uma nova regionalização? Agentes, Processos e Escalas*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2004. p.54 – 66.

MAFFESOLI, Michel. *A Contemplação do Mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Hathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000. VALLE, Marisol Rodrigues. *A Província da Ousadia: Representações sociais sobre Ipanema*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro - RJ.

O CORPO REVOLTADO NOS METRÔS E TRENS SUPERLOTADOS DE SÃO PAULO

LEONARDO TORRES

*Doutorando do PPGCOM da Universidade Paulista - SP
leosouzatorres@gmail.com*

RESUMO

Este artigo estuda o corpo na superlotação dos transportes públicos de São Paulo. O problema investigado é: como o corpo reage na falta de espaço nos transportes públicos das megalópoles? A hipótese é que o corpo não é considerado de qualquer forma, e ainda, tenta ser “apagado” pelos próprios usuários por meio dos aparatos eletrônicos nos metrô, que anestesia e tiram a atenção de dois sentidos do corpo. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo de Bardin (1977) dos respectivos sites do Metro de São Paulo e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, no primeiro semestre do ano de 2017. E, também, de vídeos relacionados ao Youtube. Ademais, pesquisou-se portais de opinião e de notícias para agregar dados quantitativos ao objeto estudado. Realizou-se também uma pesquisa bibliográfica a fim discutir sobre o problema elencado com autores como Montagu (1988), Le Breton (2003), Baitello Junior (2005) e Contrera (2002) (2018).

Palavras-chave: Corpo; Superlotação; MetrôSP; CPTM; Emoções.

ABSTRACT

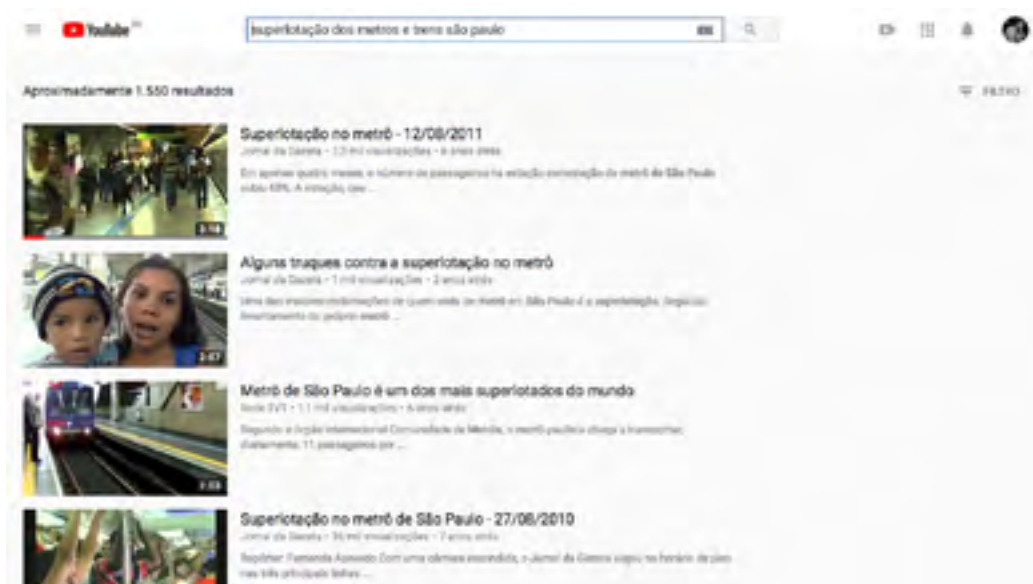
This paper studies the body in the overcrowding of public transport. The problem is: how does the body react in the lack of space in the public transport of the megalopolises? The hypothesis is: the body is not considered in any way, and, it tries to be “erased” by the users themselves through the electronic devices in the subways, which anesthetize and take the attention of two senses of the body. The methodology used was the content analysis of Bardin (1977) of the respective sites of Metro de São Paulo and Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, in the first half of 2017. Also, videos related to Youtube. In addition, opinion and news portals were searched to add quantitative data to the studied object. A bibliographical research was also carried out in order to discuss the problem listed with Montagu (1988), Le Breton (2003), Baitello Junior (2005) and Contrera (2002) (2018).

Key-words: Body; Over Crowded; MetrôSP; CPTM; Emotions.

1. Introdução

No Youtube uma pesquisa utilizando o termo “Superlotação dos metrô e trens de São Paulo” resultaram em 1.550 vídeos relacionados. Alguns deles¹ são gravados pelos usuários do metrô, que registram, de acordo com dois dos títulos, o “caos” e a “desumanidade” que é a superlotação diária dos carros.

Figura 1. Resultado Youtube.



Fonte: Metrosyoutube (2018).

A superlotação, proveniente da superpopulação nas megalópoles, é um problema e não é novo². O transporte público parece não possuir estrutura para suportar o número excessivo de passageiros em horário de pico, e em contrapartida, há uma emergência nos passageiros comportamentos agressivos devido à impaciência de estar na situação de superlotação.

O problema a ser investigado é como o corpo reage, do ponto de vista da comunicação, no contexto de falta de espaço nos transportes públicos das megalópoles?

A hipótese é que o corpo não é considerado de qualquer forma, e ainda, tenta ser “apagado” pelos próprios usuários por meio dos aparatos eletrônicos nos metrô, que anestesiaram e tiram a atenção de dois sentidos do corpo. Nada obstante, o corpo ainda permanece ali, revoltado, ocorrendo estresses diários, regressões de ordem primitiva (agressões) e também repressões, que escapam ou por meio de doenças ou em *outrem*.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo de Bardin (1977) dos respectivos *sites* do Metro de São Paulo e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, no primeiro semestre do ano de 2017. E, também, de vídeos relacionados ao *Youtube* com o seguinte termo: “Superlotação dos metrô e trens de São Paulo”. Ademais, pesquisou-se portais de opinião e de notícias para agregar dados quantitativos ao objeto estudado. Estes caminhos metodológicos são destinados a entender o objetivo das empresas em relação aos usuários (*sites*) e a percepção dos usuários de forma espontânea em relação às empresas (vídeos do *Youtube* e portais de opinião e de

1 C.f. YoutubeGreve 1-8.

2 Não somente dos transportes, mas do mundo inteiro (LORENZ, 2009).

notícias). A partir disso, realiza-se uma pesquisa bibliográfica a fim discutir sobre o problema elencado com autores como Montagu (1988), Le Breton (2003), Baitello Junior (2005) e Contrera (2002) (2018).

2. Sobre o Fenômeno

Para entender como o corpo reage diante das superlotações em transportes públicos, toma-se, primeiramente, situação de radicalidade, ou melhor, momentos em que a superlotação diária dos transportes piora demasiadamente. Por exemplo, em um dia de greve de ônibus, a situação dos metrô ficou caótica, a figura 02 mostra três andares de uma estação da Linha Amarela lotados de passageiros. Neste vídeo, pessoas passam mal, são arrastadas/empurradas por outras e os seguranças do local não conseguem agir livremente para realizar o socorro³.

Figura 2. Metrô em dia de greve de ônibus.



Fonte: YoutubeGreve (2018).

Outro momento crítico foi registrado pelo portal do Youtube City News, em 2014. Uma falha de uma das portas de um dos trens do metrô paralisou o transporte por cinco horas seguidas, ocorrendo superlotação (Figura 03 e 04) nas estações e em uma evacuação de quem estava em trânsito nos trens entre as estações, devido ao calor e também a superlotação dos trens. Segundo o portal, o pânico, o tumulto, gritarias e agressões se instalaram entre os usuários do metrô:

Uma falha nas portas de um dos trens da Linha 3-Vermelha do Metrô paralisou o ramal em dez das 18 estações, das 18h19 até 23h22. Por causa do calor e da superlotação, usuários que esperavam mais de 20 minutos para seguir viagem acionaram os botões de emergência para abertura de portas de sete composições diferentes. Houve tumulto e pânico entre os passageiros. [...]. Tumulato na estação Sé do Metrô, grande confusão depois que um trem parou e ficou alguns minutos na linha, houve tumulto generalizado

³ C.f.: YoutubeGreve (2018).

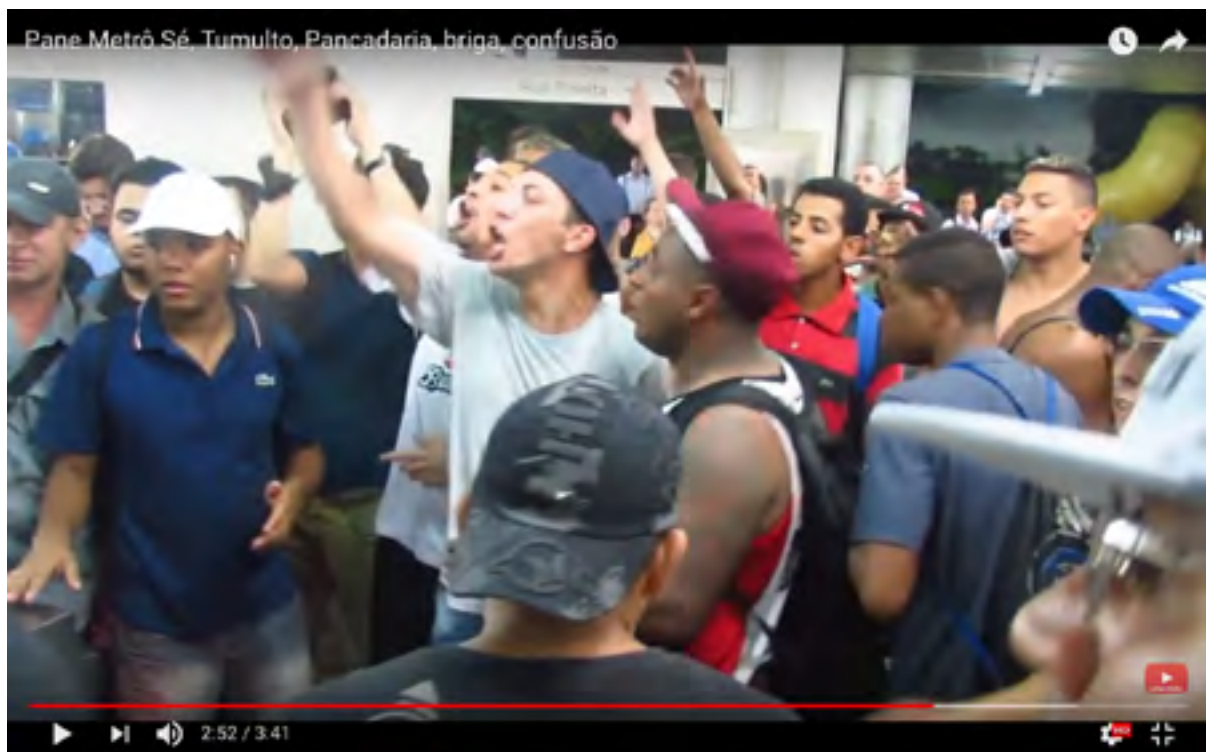
com brigas, tumulto e pancadaria por parte dos seguranças, pessoas gritavam e invadiram os trilhos, [...]. Vidros dos trens foram quebrados e pessoas passaram mal. (CITYNEWSYOUTUBE, 2018, *on-line*).

Figura 3. Pena no Metrô da Sé.



Fonte: CityNewsYoutube (2018).

Figura 4. Pane no Metrô da Sé #2.



Fonte: CityNewsYoutube (2018).

Curioso é que o Metrô de São Paulo e a Companhia Paulista de Trens Paulistanos (CPTM) expõem com evidência em seus respectivos *sites*⁴ que transportam esses números volumosos de passageiros. Segundo uma pesquisa realizada no ano de 2017⁵ pela diretoria de operações e pela coordenadoria de informações gerenciais e estudos estratégicos do Metrô de São Paulo, a empresa transportou, em média, 3,7 milhões de indivíduos por dia útil. Segundo o *site* da MetrôSP (2018), a estação mais lotada foi a Sé, no mês de março, registrando cerca de 605 mil passageiros em um (01) dia útil. Já a CPTM (2018) transporta em média por dia útil 2,8 milhões de indivíduos⁶ (FIGURAS 05 e 06). Sua linha mais volumosa é a “Coral”, com 724,4 mil indivíduos.

Por um lado, somente os números elencados acima não comprovam a superlotação do transporte público de São Paulo, visto que a infraestrutura das companhias pode atender à demanda do volume de passageiros, porém, somando os números elencados com os diversos vídeos gravados, pode-se entender que há aí o fenômeno de uma “superlotação” dos trens, e que é diária, ocorrendo em horários cruciais como na ida e volta do trabalho.

Figura 5. Metrô de São Paulo.



Fonte: ESTADÃO (2018).

4 C.f.: <<http://www.cptm.sp.gov.br/>>; <<http://www.metro.sp.gov.br/>>; <<http://www.sptrans.com.br/>>.

5 C.f.: DemandaMetroSp (2018).

6 C.f.: DemandaCPTM (2018).

Figura 6. Metrô de São Paulo.

Fonte: ESTADÃO (2018).

Além disso, grupos jornalísticos já noticiaram o fenômeno da “superlotação” dos metrô e trens. O Estadão⁷ aponta, em números, que existem passageiros do metrô de São Paulo que chegam a viajar 3 horas por dia para poder chegar ao trabalho, parte desse tempo é esperando em filas para entrar no veículo. Se for contado ida e volta, seriam 6 horas por dia: um quarto de dia. Se for considerado o tempo de trabalho, cerca de oito horas diárias, esse indivíduo tem metade do seu dia destinado ao trabalho. As 10 horas restantes ficam para o descanso e para realizar tarefas do cotidiano⁸.

No portal “Reclame Aqui”⁹, site destinado ao *feedback* de indivíduos consumidores de um serviço ou produto, pode-se constatar alguns comentários de usuários insatisfeitos com a CPTM. Um deles é este:

Vamos lá. Que o sistema é falho, isso ninguém duvida. Que o povo é um lixo, completamente sem escrupulos isso todo mundo já sabe. Por que sabendo de todos os problemas a CPTM não consegue desenvolver uma metodo que facilitaria a vida do pobre??? Por que não se cria uma forma de limitar a quantidade de pessoas dentro dos vagões? Por que não fazer bolsões na estações de grande fluxo de pessoas limitando a entrada e facilitando a saida dos vagões? [...] (RECLAME AQUI, 2018, *on-line*).

Neste ritmo, o Supremo Tribunal Federal¹⁰ já ordenou, em decisão unânime, que a CPTM indenizasse em 15 mil reais um passageiro que embarcou em horário de pico. A indenização,

7 C.f.: Estadão (2018).

8 No Rio de Janeiro também não é diferente. C.f.: <<https://oglobo.globo.com/rio/superlotacao-um-problema-para-quem-usa-metro-no-rio-18338251>> Acessado em: 02 set. 2018.

9 C.f.: ReclameAqui (2018).

10 C.f.: STJ (2018).

foi devido a empurrões que os usuários receberam pelos colaboradores da companhia para que todos coubessem no vagão.

A análise de conteúdo revelou que não há nos dois portais (MetrôSP e CPTM) acessados uma pesquisa relacionada a grau de satisfação do usuário perante a companhia. As pesquisas com usuários se limitam em entender qual o perfil do usuário e seu consumo de mídias e *midia kits* – arquivo que contém dados de venda de propagandas dentro das estações e trens –.¹¹ Pesquisas de satisfação somente foram encontradas em jornais, como no G1¹², que aponta que a satisfação dos usuários de metrô caiu 27% nos últimos 10 anos; e ainda caiu também a satisfação dos usuários da CPTM, de 60 para 40%. No portal, existem os seguintes relatos:

“Você pode esperar cinco metrôs, no quinto que você pegar vai estar lotado, porque é muita gente para muito pouco metrô”, reclama o músico Igor de Paula Rios. “Eu acho que está muito caro porque a gente anda com os ônibus muito cheios”, diz [...] Edna Maria de Araújo. (G1, 2018, *on-line*).

Ademais, nos documentos institucionais das companhias, em que consta suas respectivas missões, visões e valores, entre outros dados, não consta (talvez até esperta e propositalmente) a palavra “conforto”; “bem-estar de passageiros”; “comodidade”; ou qualquer palavra que remeta ao estado de satisfação dos passageiros.

Em suma, os portais das companhias de transporte não são apontam com transparência se o conforto, o bem-estar dos passageiros é importante. De qualquer forma, os vídeos elencados no Youtube, as notícias e opiniões pesquisadas já apontam para uma insatisfação da parte dos usuários e que há frequentemente momentos de superlotação nas vias. Resta, enfim, discutir o contexto do corpo e o próprio corpo como mídia na questão.

2. Discussão – sobre o corpo e sua banalização

Estudar o corpo na área da comunicação é ir além da concepção de que ele é apenas um aparato biológico, é pensar nele na relação social e coletiva. É possível entender comunicação a partir da relação entre um coletivo de indivíduos/corpos devido à filogênese humana. Harari (2015) aponta que o ser humano é e sempre foi um ser gregário. Desde sempre, vivemos em comunidade e precisamos dela. A comunidade é de suma importância para o ser humano, nela, ele se desenvolve como indivíduo, é protegido e protege, cria/descobre um sentido de vida, etc.. Somos, de certa forma, e querendo ou não, obrigados a conviver um com o outro.

Porém, vale lembrar que existe uma diferença entre a gregariedade humana e o aglomeramento de indivíduos. A primeira é uma característica *sine qua non* da existência da espécie, já o segundo é um contexto contemporâneo (LORENZ, 2009). Em ambos, como dito, há um esforço em prol da sociabilidade entre indivíduos, porém, no contexto de aglomeração ele é exagerado e exacerbado.

Pode-se sugerir que esse contexto de aglomeração gera estresse emocional quando recorrente no cotidiano. Em pesquisa de laboratório, as descobertas de Calhoun (1973), por meio de experiências em ratos, apontam que um determinado número de ratos convive pacificamente mesmo que o alimento seja escasso, havendo até divisão do alimento pelos ratos do grupo para que nenhum morra de fome. Já, em outra situação, dessa vez com alimento em abundância e com um número excessivo de ratos (aglomeração), eles começam a se agredir. Se por um lado, os ratos que tiveram pouca comida morreram de inanição sem brigar. Por outro, o estresse superpopulacional, e a convivência exacerbada, gerou violência na convivência entre os ratos.

11 C.f.: PesquisaMetroSP (2018) e PesquisaOpinio (2018).

12 C.f.: G1Pesquisa (2018).

Hall (1966) (1968), em seus estudos de *Proxémica*, pode contribuir para essa questão quando aponta que o ser humano atribui um valor ao espaço que o rodeia. Permitindo aproximação ou não de acordo com suas emoções. O ser humano, portanto, define inconscientemente, uma proximidade para conviver com os outros. O autor ainda afirma ser possível entender a proximidade e o afastamento em categorias de contato interpessoal, são eles:

- 1 - íntimo, cerca de 0 a 45 cm de aproximação;
- 2 - pessoal cerca de 46 a 120 cm de aproximação;
- 3 - social cerca de 121 a 360 cm de aproximação;
- 4 - público superior a 361 cm.

Hall (1966) (1968) aponta que a zona íntima está intensamente ligada aos odores e feromônios de *outrem*. É que, apesar do ser humano não poder perceber isso conscientemente, ele afeta inconscientemente o comportamento de cada um. Além do olfato, o tato é um sentido extremamente importante na zona íntima, gerando carinho ou violência.

Sobre o carinho, Montagu (1988) também já estudou em demasia a importância do tato e da pele para o ser humano, e ainda, os investiga pelo viés do simbólico. O autor estuda desde a relação bebê/mãe (primeira forma de contato) às inter-relações entre corpos. Por exemplo, Montagu (1988) aponta que indivíduos, que na infância não foram tocados por meio de carícias pelos seus íntimos, não conseguem facilmente desenvolver orientação espacial, tem maior tendência à síndrome de pânico e à angústia; assim como o próprio bebê quando tocado pela mãe sente menos cólica; o tocar está intrinsecamente ligado ao afeto e ao amor humano. Todo esse afeto/carinho acontece quando alguém íntimo adentra este espaço do indivíduo.

Quando um desconhecido adentra o espaço íntimo de alguém, a violência emerge, em dois sentidos: primeiro, no ato de “violar” o espaço do outro; segundo: a violência reativa na tentativa de gerar o imediato afastamento do outro. Hall (1966) (1968) ainda aponta que a visão não é um sentido de grande importância nessa zona, sendo ela ligada as de maior distância.

Por exemplo, o espaço pessoal é destinado aos conhecidos da família e amigos, íntimos ou não. Neste espaço a visão possui um maior papel, focando partes do corpo, etc.. O tato é uma possibilidade e, por vezes, é presente, porém, não tão frequente quanto no espaço íntimo. Já, a zona social como seu nome já propõe acontece socialmente, neste espaço adentram pessoas desconhecidas ao indivíduo. Nesta zona, o tato se dá por meio de cumprimentos. E, a visão faz o indivíduo perceber totalmente o outro, a fim de reconhecer seus movimentos, evitando surpresas. Por fim, o espaço público é percebido pelo indivíduo como “longe do nosso território”. Seria, portanto, a distância de segurança de qualquer possibilidade de alcance do outro, isto é, do toque do outro. Nesta zona, a visão, por exemplo, é um sentido importante neste caso, ela é o sentido guia e permite percepção total do indivíduo, e aponta para ele se o outro está se aproximando, se ele é perigoso, etc..

Sabendo disso, o contexto de superlotação dos transportes públicos de São Paulo aponta uma contradição: os usuários dos trens e metrô, em sua maioria estranhos entre si, vivem diariamente uma violência em seus espaços íntimos. Quando o carro se encontra superlotado, cada indivíduo, invariavelmente, toca o outro, sente o odor do outro, corroborando com as agressões de todos os tipos: violências de zona íntima, violências físicas e verbais, assédios, etc.. De certa forma este é um epifenômeno do que Lorenz (2009) estuda sobre o fenômeno da superpopulação mundial.

Na verdade, o ajuntamento humano nas cidades modernas é em grande parte responsável por não sermos mais capazes de distinguir o rosto do próximo nessa fantasmagoria de imagens humanas que mudam, se superpõem e se apagam continuamente. Diante dessa multidão e dessa promiscuidade o nosso amor pelos outros desgasta-se a tal ponto que os perdemos de vista. Os que querem ainda ter para com os seus semelhantes sentimentos calorosos e benévolos são obrigados a se concentrar em um pequeno número de amigos. Pois somos feitos de modo que nos é impossível amar toda a humanidade, apesar da justiça dessa exigência moral. Somos, portanto, obrigados a fazer uma escolha, ou seja, a manter a distância, emocionalmente, numerosos seres dignos de nossa amizade. “Não ficar emocionalmente envolvido” é um dos principais cuidados de muitos habitantes das grandes cidades. É um processo absolutamente inevitável para cada um de nós, mas já manchado de desumanidade (LORENZ, 2009, p. 18-19).

Todo esse contexto da superpopulação e da superlotação corrobora com o fenômeno estudado por Le Breton (2003) sobre a banalização do corpo. O autor aponta que com o processo sócio-histórico, imbuído pelas religiões patriarcais que exaltam o imaterial, o abstrato, etc., conceberam o corpo como um mero receptáculo do espírito ou da alma (da essência humana). Há aí, também, uma percepção platônica de mundo, a qual Kamper (1998) trata em “Trabalho como Vida”:

Do ponto de vista de uma teoria da civilização - o corpo humano esteve presente na qualidade de “objeto de troca”, de local de aplicação - absolutamente não passivo - de repressões e disciplinamentos que comumente apresentam-se sob a máscara da emancipação. Da tese da *soma-sema* dos platônicos, o duplo jogo de sujeição e libertação, repressão e produção (Foucault) foi conduzido com a máxima intensidade até o presente imediato. O fato de que a alma pode, enfim, ser descrita como cárcere, como também as prescrições que se fazem valer na relação com o corpo, não depende em última análise do fato de que esse cárcere encontra-se com os muros arruinados. A tese de uma totalização da repressão e do disciplinamento surge no momento em que torna-se claro o princípio da construção, e isto significa que o desenvolvimento espiritual da humanidade formou uma órbita imaginária que age, enfim, como uma espécie de cadeia para todos os esforços materiais. O desejo está sujeito à lei em todos os sentidos, e esse princípio, todavia, responde, ao mesmo tempo, a um desejo de liberdade (KAMPER, 1998, p.2).

A banalização do corpo dá bases para a ocorrência do fenômeno de superlotação dos metrô e trens. Não há a necessidade de haver conforto em um transporte diário, se existe na sociedade uma desconsideração pelo corpo. A questão é que apesar do corpo ser banalizado, ele não foi apagado ou excluído definitivamente. Ele ainda está ali. No caso, ainda está violentando e sendo violentado. Essa violência faz parte de uma dinâmica em que o corpo exerce o papel de bode expiatório. Contrera (2018) explica que, contemporaneamente, é no corpo que se imputa todos os males:

A natureza, a terra, o corpo - feitos da mesma matéria de tempo e mortalidade. O corpo era tido como sagrado e nele residia sempre a verdade final sobre os mistérios dos deuses. Todo o ciclo mitológico da Grande Mãe trata dessa relação, como bem apontou E. Neumann no livro de mesmo nome. Mas eis que dois milênios depois, entramos no terceiro milênio ainda, e cada vez mais, atribuindo ao corpo toda a espécie de males. O percurso até aqui foi longo e muito se pode dizer sobre ele, mas o fato é que, hoje, o corpo não é mais sagrado, ele se tornou o depositário de toda nossa projeção de Sombra, e é preciso entender que isso acontece na esfera pessoal porque há dois mil anos vêm acontecendo na esfera cultural. (CONTRERA, 2018, *on-line*).

Se por um lado existe uma banalização do corpo, por outro há uma exaltação da tecnologia. E, é por meio dele que se pode sugerir uma das formas de sobreviver ao desconforto, ao

estresse e à violência cotidiana nos transportes: desviar a atenção para os aparatos eletrônicos. Segundo notícias sobre os metrô de São Paulo¹³, a companhia promoveu uma campanha para que indivíduos não utilizem seus aparatos eletrônicos nos metrô para evitar acidentes. A necessidade dessa campanha aponta a utilização dos aparatos pelos usuários dos transportes, e mais, que acidentes estão mais frequentes e mais numerosos.

Sabendo disso, é válido analisar tal fenômeno. Se a visão, sentido principal para a utilização dos aparatos eletrônicos, não é um sentido de proximidade, mas de alerta; e, alguns usuários dos transportes concentram suas atenções aos aparatos a fim de desviar sua atenção e sua percepção (a própria visão) da agressão promovida pelo aglomeramento dos corpos; pergunta-se: neste caso dos transportes, a proximidade compulsória e violenta faz com que o indivíduo “fuja” do próprio corpo para a mídia?

Contrera (2002), em “Mídia e Pânico”, discorre sobre esta questão, apontando que quando um indivíduo utiliza aparatos eletrônicos, ele promove em si mesmo um anestesiamento. Ou seja, a mídia eletrônica, por sua vez, tem a capacidade de anestesia, da “*aesthesia*”, pois ela demanda de dois dos cinco sentidos convencionais do corpo: audição e visão. Para corroborar com a questão da anestesia e da sedação, Siqueira *et al.* (2016) revelou que aparatos eletrônicos, especificamente na pesquisa: o iPad, são eficazes substitutos da droga *midazolam*, substância aplicada em protocolo pré-operatório infantil, pois diminuem a ansiedade dos pacientes.

Vale sugerir que a utilização exacerbada da visão faz com que o indivíduo fique anestesiado. Porém, a tentativa de utilizar somente um dos sentidos de alerta, é também a tentativa de despotencializar os outros, principalmente os de proximidade. Isso pode ser, de certa forma, uma inteligência do corpo que enfrenta tal estresse diário. Não obstante, ainda é estressante, e o corpo ainda sente tal agressão.

Parece haver incongruências com a questão da anestesia se a interpretação for cartesiana. Entretanto, Kamper (1997) (2018) sempre alertou a humanidade para um excesso de utilização dos olhos e do cérebro (aparato último do racionalismo). O autor aconselha o ser humano a voltar a pensar com o corpo. Na neurociência, Damásio (2015), em suas pesquisas, também desconstrói a percepção cartesiana e racionalista cerebrocentrista, e aponta caminhos que envolvem não somente o cérebro, mas o corpo inteiro, afinal o primeiro faz parte do todo. “Consciência e emoção não são separáveis” (DAMÁSIO, 2015, p. 25). Há em todo pensamento uma base emocional, e ela se passa não somente pelo cérebro, mas por todo o corpo. Em entrevista, Damásio:

A emoção é um programa de ações, portanto, é uma coisa que se desenrola com ações sucessivas. É uma espécie de concerto de ações. Não tem nada a ver com o que se passa na mente. É despoletada pela mente, mas acontece com ações que acontecem dentro do corpo, nos músculos, coração, pulmões, nas reações endócrinas. (DAMÁSIO, 2018, *on-line*).

O autor detalha:

Detectamos emoções de fundo por meio de detalhes sutis, como a postura do corpo, a velocidade e o contorno dos movimentos, mudanças mínimas na quantidade e na velocidade dos movimentos oculares e no grau de contração dos músculos faciais. (DAMÁSIO, 2015, p. 58).

Portanto, se existe uma relação intrínseca entre corpo, emoção e pensamento, um agindo e retroagindo sobre o outro; produzindo e reproduzindo o outro¹⁴, não há, em qualquer hipótese,

13 C.f. Celular-Metro-Sp (2018) e Celular-Metro-Sp2 (2018).

14 Morin (2005) aponta que este é um dos princípios da complexidade, o qual ele denomina de Retroação ou Recursividade.

a concepção de uma civilização de indivíduos saudáveis, se existe uma banalização de qualquer um deles: do corpo, das emoções e do pensamento. Isso aponta que a superlotação dos transportes públicos, não somente prejudica o corpo, mas também as emoções e o pensamento de seus usuários, confluindo para as agressões, vertigens, etc.. que o artigo destacou em seu início. O ser humano vive, em suma, em uma sociedade mais preocupada no funcionamento de suas engrenagens do que da qualidade de vida de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

AdmCPTM. Disponível em: <<http://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/Pages/Relat%C3%B3rio-da-Administra%C3%A7%C3%A3o.aspx>> Acessado em: 19 ago. 2018

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A Era Da Iconofagia:** ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hakers Editores, 2005.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **Pensamento Sentado.** São Leopoldo: Unisinos, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre and WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology.** Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

CALHOUN, J. B. Death Squared: the Explosive Growth and Demise of a Mouse Population. **Proceedings of the Royal Society of Medicine.** 66: 80-89. 1973.

Celular-Metro-Sp. Disponível em: <<http://www.viaquatro.com.br/imprensa/noticias/uso-do-celular-e-tema-de-nova-campanha?releaseid=21034>> Acessado em: 18 out. 2018.

Celular-Metro-Sp2. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1684038-uso-de-celulares-prejudica-fluxo-de-passageiros-no-metro-de-sao-paulo.shtml>> Acessado em: 18 out. 2018.

CityNewsYoutube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q7jm5i-Y42c>> Acessado em: 20 set. 2018.

CONTRERA, M. **O Corpo Como o Lugar da Sombra.** Disponível em: <<https://www.ijep.com.br/index.php?sec=artigos&id=339&ref=o-corpo-como-o-lugar-da-sombra#conteudo>> Acessado em: 20 ago. 2018.

CONTRERA, Malena. Segura. **Mídia e Pânico:** saturação da informação, violência e crise cultural na mídia. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

CPTM. Disponível em: <<http://www.cptm.sp.gov.br/>> Acessado em: 21 set. 2018.

Damásio-entrevista. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/entrevistas/emocao-ou-sentimento-mental-ou-comportamental-antonio-damasio-explica-a-organizacao-afetiva-humana>> Acessado em: 18 out. 2018.

DAMÁSIO, Antônio. **O Mistério da Consciência:** do corpo e das emoções ao conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DemandaCPTM. Disponível em: <<http://www.cptm.sp.gov.br/publicidade/Pages/Anuncie-na-CPTM.aspx>> Acessado em: 02 set. 2018.

DemandaMetroSP. Disponível em: <<https://transparencia.metrosp.com.br/dataset/demanda>> Acessado em: 10 jul. 2018.

Estadão. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,metro-superlotado-reflete-o-caos-do-transporte-publico-no-pais,155118e>> Acessado em: 05 set. 2018.

G1pesquisa. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/08/insatisfacao-com-transporte-publico-cresce-em-sao-paulo-diz-pesquisa.html>> Acessado em: 10 set. 2018.

HALL, E. *et al.* "Proxemics [and Comments and Replies]," **Current Anthropology**. Vol. 9, no. 2/3 (Apr. - Jun., 1968): 83-108. Disponível em <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/200975>> Acessado em: 02 set. 2018.

HALL, E. **A Dimensão Oculta**. São Paulo: Martins Editora, 1966.

HARARI, N. H. **Uma breve história da humanidade – Sapiens**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

Hypescience. Disponível em: <<http://hypescience.com/este-estranho-experimento-evidencia-que-a-humanidade-sera-extinta/>> Acessado em: 01 set. 2018.

InstitucionalCPTM. Disponível em: <<http://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia>> Acessado em: 20 set. 2018.

InstitucionalMetro. Disponível em: <<http://www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/missao.aspx>> Acesado em: 19 ago. 2018.

KAMPER, D. **O Trabalho Como Vida**. Ana Blume: São Paulo, 1998.

KAMPER, D. **Os padecimentos dos olhos**. in: Castro, G. et al. *Ensaios de complexidade*. Sulina: Porto Alegre, 1997.

KAMPER, D. **Corpo**. Disponível em: <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/iv1_futurovis.pdf>. Acesso em: 10 de set de 2015.

KAMPER, Dietmar. **O Trabalho Como Vida**. AnnaBlume: São Paulo, 1998.

LE BRETON, D. **Adeus ao Corpo: antropologia e sociedade**. Campinas: Papius, 2003.

MetroSP. Disponível em: <<http://www.metro.sp.gov.br/>> Acessado em: 21 set. 2018.

MONTAGU, A. **Tocar – o significado humano da pele**. São Paulo: Summus, 1988.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina. 2005.

PesquisaMetroSP. Disponível em: <<http://www.metro.sp.gov.br/metro/numeros-pesquisa/perfil-usuario.aspx>> Acessado em: 10 jul. 2018.

PesquisaOpinioa. Disponível em: <<http://www.cptm.sp.gov.br/publicidade/Pages/Pesquisa-de-Opinioa.aspx>> Acessado 18 ago. 2018.> Acessado em: 10 ago. 2018.

ReclameAqui. Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/metro-de-sao-paulo/trens-metro-e-cptm-super-lotados_2ARXsR1IHkjiE8VA/> Acessado em: 03 set. 2018.

SIQUEIRA, M. et al. **Effect of iPad Tablet on Children and Parental Anxiety During Anesthesia**. Hong Kong: Convention and Exhibition Center, 2016.

SpTrans. Disponível em: <<http://www.sptrans.com.br/>> Acessado em: 22 set. 2018.

STJ. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Midias/arquivos/Noticias/REsp%201645744.pdf> Acessado em: 1 set. 2018.

TJ-RJ. Disponível em: <<http://tj-rj.jusbrasil.com.br/noticias/172727901/passageira-espremeida-em-vagao-superlotado-ganha-acao-contrametro>> Acessado em: 10 set. 2018.

TodosDadosPesquisados. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/sh/9o6325ibuf1ju8n/AAAFb4e45ZnV1Ow4ll-hZnLia?dl=0>> Acessado em: 29 set. 2018.

YoutubeGreve. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CXycKeyDKXk&t=9s>> Acessado em: 20 set. 2018.

YoutubeGreve2. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rdEcE3GF8U0>> Acessado em: 20 set. 2018.

YoutubeGreve3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jdTtM8CcXvo>> Acessado em: 20 set. 2018.

YoutubeGreve4. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BG361076NEQ>> Acessado em: 20 set. 2018.

YoutubeGreve5. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ccYX3cKbZ38>> Acessado em: 20 set. 2018.

YoutubeGreve6. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wSdgftquZmM>> Acessado em: 20 set. 2018.

YoutubeGreve7. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q7jm5i-Y42c>> Acessado em: 20 set. 2018.

YoutubeGreve8. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w0sc_vlAHj8> Acessado em: 20 set. 2018.

YoutubeMetros. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=superlota%C3%A7%C3%A3o+dos+metros+e+trens+s%C3%A3o+paulo> Acessado em: 04 set. 2018.

GT: 20 - Comunicação, arte e cidade

Coordenadores: Gláucia Maria Costa Trinchão e
Maria Thereza de Oliveira Azevedo

DISPUTA JUDICIAL E DIREITO AOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: O STF E A ADI Nº 3239/2004

Amanda Lacerda JORGE

Socióloga, Doutora em Política Social - UFF

AMANDALACERDA@ID.UFF.BR

RESUMO: Podemos afirmar que a chamada questão quilombola é derivada de investimentos discursivos de amplo conjunto de agentes e agências, mas principalmente de movimentos oriundos do campo científico, do campo do Estado e do campo do direito. Trata-se, inicialmente, da garantia Constitucional à propriedade definitiva dos territórios ancestrais por parte das comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombos. No entanto, desde seu nascedouro, o dispositivo constitucional que nomeia tal direito (o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988) foi alvo de controvérsias interpretativas que ensejaram a edição de diferentes normativas, com alcances e pressupostos jurídicos distintos. Neste artigo apresentaremos uma análise sociológica da disputa interpretativa que teve lugar no contexto da tramitação da ADI número 3239/2004 com o intuito de mostrar como a judicialização dos direitos dos quilombolas se relacionou com arranjos discursivos próprios do campo jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos. Conflitos Judiciais. Questão Quilombola. STF. Territórios.

ABSTRACT: We can affirm that the so-called quilombola question is derived from discursive investments of a wide range of agents and agencies, but mainly from movements from the scientific field, from the State field and from the law field. It is initially a constitutional guarantee to the definitive ownership of the ancestral territories by the Quilombola communities or remnants of quilombos. However, since its inception, the constitutional provision that appoints this right (Article 68 of the Transitional Constitutional Provisions Act of the Federal Constitution of 1988) has been the subject of interpretative controversies that led to the issuance of different regulations, with different legal scope and presuppositions. It is from this context that we will seek in this article to make a sociological analysis of the interpretative dispute that took place in the context of the ADI procedure number 3239/2004 with the intention of showing how the judicialization of quilombola rights was related to discursive arrangements peculiar to the field legal

KEYWORDS: Rights. Judicial Conflicts. Quilombola Question. STF. Territories.

INTRODUÇÃO

A chamada questão quilombola se instituiu no Brasil desde a Constituição Federal de 1988. De acordo com o artigo 68 do ADCT “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. Entretanto, o Artigo 68 do ADCT não garantiu de fato o acesso das comunidades quilombolas à titulação territorial de imediato. A partir de inúmeras interpretações e discursos de agentes e agências em disputa para garantir ou desconstruir o reconhecimento deste grupo étnico identitário como uma coletividade diferenciada, a primeira titulação territorial quilombola ocorreu somente no ano de 1995. Deste então, ao longo dos anos, a categoria “quilombola”, vem permeando a realidade social brasileira com disputas interpretativas entre o cultural e o agrário, entre raça e classe, entre direitos individuais e coletivos.

Faz parte desta disputa de significados questões como: quem seriam estes “remanescentes”? O que são “quilombos” e “quilombolas”? Quem seria o sujeito do direito à terra, o “remanescente individual” ou a comunidade? E ainda, quais seriam os critérios para demarcação destas terras? Em paralelo, conflitos judiciais acompanharam este emaranhado de questionamentos. Isto, principalmente após a edição, em 2003, de Decreto presidencial que propugna definição mais ampla do que seriam os quilombolas e dos territórios ancestrais que poderiam pleitear (Decreto número 4887/2003). Esta disputa interpretativa acabou se traduzindo na judicialização ampla da disputa e na proposição de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que chega ao Supremo Tribunal Federal em 2004.

No contexto desta ADI (número 3239/2004), a suprema corte brasileira é chamada a definir o que o Estado, o campo jurídico e a sociedade em geral devem entender como “quilombolas” ou “remanescentes de quilombos”; como é possível classificar grupos nesta chave nominativa; quais os limites cronológicos desta classificação; como definir quais seriam seus potenciais territórios ancestrais e em resumo; quais seriam os direitos presumidamente reservados para estes. Mobilizando um número elevado de agentes internos e externos ao campo jurídico, a ADI número 3239/2004 teve longa tramitação na suprema corte, com alto grau de exposição de conflitos interpretativos. Somente chegou-se ao término neste ano de 2018.

Resta explicar ao leitor de forma mais detalhada no que consiste uma ADI. Este tipo de ação se insere no panorama jurídico brasileiro naquilo que podemos chamar de controle concentrado de constitucionalidade. Ou seja, de acordo com o Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional, ou seja, contrária a Constituição Federal¹. Trata-se da análise de uma norma infraconstitucional no que tange à sua adequação ao texto da constituição. Tal adequação deve ser verificada em dois âmbitos: formal e material.

É a partir deste contexto, que buscaremos neste artigo fazer uma análise sociológica da disputa interpretativa que teve lugar no contexto da tramitação da ADI número 3239/2004 com o intuito de mostrar como a judicialização dos direitos dos quilombolas se relacionou com arranjos discursivos próprios do campo jurídico – em especial a valorização de aspectos relacionados a necessidade de assegurar os direitos humanos dos grupos sociais tradicionais.

1 Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=124>>. Acesso em 01/09/2015.

A QUESTÃO QUILOMBOLA

A “questão quilombola”, corresponde ao conjunto das disputas de significados e de perspectivas de nomeação do que seria este grupo, e de quais seriam seus direitos. Tal questão, não existia antes do próprio artigo 68 do ADCT, por meio do qual a Constituição indica o direito à propriedade da terra para os grupos sociais que se enquadrassem na origem quilombola. Como vemos, o Estado chancelou direitos antes inexistentes, mas a categoria ficou em disputa. Ou seja, seriam os “remanescentes das comunidades dos quilombos” de base histórica, ou identitária? Dependendo da resposta, número maior ou menor de comunidades negras poderia demandar a fruição do direito à propriedade definitiva do território. Derivou da imprecisão do artigo, um intenso debate sobre os limites e possibilidades de operacionalização desse dispositivo. Neste panorama, presenciamos a abertura de janelas de interpretação, fundadas sobre concepções e pressupostos diferenciados acerca das comunidades e seus direitos.

As primeiras interpretações realizadas pelo Estado, logo após a Constituição ser finalizada, fizeram uma leitura mais restritiva do artigo 68. Nesta leitura, o sujeito de direito era o indivíduo remanescente e não a comunidade. Além disto, a definição de “quilombola” associava estes grupos as fugas de escravos no período colonial. Este formato interpretativo foi questionado, principalmente no campo das ciências sociais brasileiras (especialmente da antropologia). A leitura do artigo 68 que tinha origem nessa crítica, buscava ampliar as possibilidades de inclusão de comunidades como possíveis beneficiárias do dispositivo, por meio da criação de uma nova chave discursiva. O elemento fundamental consistia em afirmar a não vinculação entre o direito à terra dos “quilombolas” e um passado que remontava à escravidão. O “remanescente de quilombo” seria menos um produto da história e mais o resultado de engajamentos étnicos e identitários, que de forma dinâmica, estão se formando ainda no tempo presente.

Cientistas sociais situados nas universidades brasileiras, construindo um discurso especializado - e em conjunto com o movimento negro e o movimento “quilombola” emergente - trabalharam no sentido de estabelecer uma interpretação capaz de alargar a compreensão do texto constitucional. Lançando mão do texto seminal de Barth (2000), a Associação Brasileira de Antropologia divulgou em outubro de 1994 o “Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais” (que ficou conhecido como a Carta da ABA), no qual define um significado para a nomeação contida no artigo 68:

‘Remanescente de quilombo’, é utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico (DOCUMENTO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS, 1994).

Desenhar as comunidades “quilombolas” por essa perspectiva, produziu elementos que colaboraram para vocalizar e visibilizar estes grupos frente à sociedade e ao Estado brasileiro. Ao receber este discurso, parte das comunidades anteriormente pensadas como “negras rurais” passariam a acionar a identidade “quilombola”, que até há pouco tempo elas próprias desconheciam. Desde então, o campo das ciências sociais, com destaque para os antropólogos, se refere a tais grupos a partir da noção de “etnicidade” (BARTH, 2000).

Os “quilombolas” emergiriam dos processos de diferenciação entre grupos que estão em interação. Em tal processo, são elaboradas classificações e auto classificações que definem fronteiras sociais e simbólicas. A categoria “quilombola” é desencaixada de uma chave histórica (como resquícios do escravismo), ou biologicamente definida (através de elementos fenotípicos), para ser reconhecida a partir de um processo de mobilização étnica.

O ano de 2003 marca a chegada ao poder de um partido que acumulava certo grau de aproximação com os movimentos sociais. Neste contexto, é emitido o Decreto nº 4.887/2003 que traz mudanças importantes para o processo de titulação das terras “quilombolas” ao regulamentar o que seriam os “quilombos” e como seria atestada a sua existência:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (DECRETO 4.887/2003).

Como vemos, este Decreto incorpora a definição proposta pelos antropólogos já em 1994, que apontava as comunidades “quilombolas” como grupos étnicos e promove, portanto, uma dupla ampliação – seja no rol de possíveis comunidades beneficiadas, seja no montante de terras a serem tituladas. Mas, esse movimento vai gerar uma pronta resposta por parte daqueles que desde 1988, vinham buscando legitimar uma leitura mais restrita do dispositivo constitucional.

Entretanto, em junho de 2004 o Decreto nº 4.887/2003 foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)², movida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), que atualmente se denomina Democratas. Inicia-se a partir deste ponto, um embate fundamental entre duas interpretações do artigo 68 no cerne do campo do direito. Os agentes que promovem cada uma destas se mobilizarão em torno da ação de inconstitucionalidade conhecida como ADI nº 3.239/2004.

A ADI Nº 3239/2004, O STF E OS QUILOMBOS

Neste artigo, por razões de espaço, discutimos os resultados da análise de somente parte dos autos da ação. Assim, nos concentraremos na Petição Inicial que dá início à ADI nº 3.239/2004 e nos dois votos (respectivamente dos Ministros Cezar Peluso e Rosa Weber, publicados até o momento, mesmo após o fim do julgamento em 2018). Com esta opção, estaremos deixando de fora os textos encaminhados pelos *amici curiae*, a manifestação do Advogado-Geral da União e a manifestação do Procurador-Geral da República.

a. A Petição Inicial

A Petição inicial aponta de início, que a matéria regulada por este, deveria ser alvo de lei, discutida e votada na Câmara e no Senado. Este argumento se baseia nos limites impostos pelo artigo nº. 84 da Constituição Federal de 1988, que define o que “compete privadamente ao Presidente da República”. Assim, o Decreto carregaria um vício de origem, advindo do “uso indevido da via regulamentar” pois “*disciplina direitos e deveres entre particulares e administração pública, define os titulares das propriedades das terras onde se localizam os quilombos, disciplina procedimentos de desapropriação, e conseqüentemente importa aumento de despesa*”. (PETIÇÃO INICIAL DA ADI nº 3.239/2004, p. 5).

Após estes argumentos formais, a Petição passa ao terreno das nomeações. Ancorada numa interpretação cronológica, intui que seria “raro” encontrar atualmente estes grupos. Portanto,

² A ADI se insere no panorama jurídico brasileiro no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade e tem por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional.

garantir a possibilidade de que as comunidades se auto definissem como “quilombolas” equivaleria a substituir uma definição histórica, por uma “*mera manifestação de vontade do interessado*” (PETIÇÃO INICIAL DA ADI nº 3.239/2004, p. 8).

Se as comunidades quilombolas remetem ao período colonial e ao período imperial da história brasileira, deve ser necessário comprovar que um determinado grupo “remanesce” de eventos ocorridos neste passado. Isto porque, na perspectiva dos autores da Petição, as comunidades quilombolas seriam aquelas “*formadas por escravos fugidos, ao tempo da escravidão no país*” (PETIÇÃO INICIAL DA ADI Nº 3.239/2004, p. 10). Deixar de lado a comprovação, geraria uma ilegalidade, que corresponderia a reconhecer o direito a mais pessoas do que aquelas efetivamente beneficiadas pelo dispositivo.

A Petição argui ainda, a inconstitucionalidade da forma como o Decreto prevê a delimitação das áreas que seriam tituladas, na medida em que este indica que sejam levados em consideração “critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos”. Utilizando um formato normativo cronológico, a Petição deduz que o artigo 68 estaria se referindo às áreas onde seria possível constatar a “*localização efetiva de um quilombo*” (PETIÇÃO INICIAL DA ADI Nº 3.239/2004, p. 11), ou seja, onde as moradias que o compunham estavam construídas.

Por fim, a Petição se volta para a desapropriação. O Decreto nº 4.887/2003 foi publicado 15 anos após a Constituição Federal de 1988. Neste período, tanto o movimento “quilombola”, quanto os órgãos envolvidos na titulação ganharam um aprendizado prático relacionado com esta tarefa pública. Ficou evidente que os territórios reivindicados pelas comunidades, poderiam não mais estar sendo totalmente ocupados por estas. Através dos mais variados processos fundiários (grilagem, expulsão, etc.), tais territórios já poderiam estar sob posse (legal ou não) de terceiros. Impedir a possibilidade de desapropriação significa, na prática, acrescentar dificuldades à titulação dos territórios, pois sujeitaria cada processo a disputas jurídicas acerca da propriedade das áreas requeridas.

b. O voto do relator

Em abril de 2012, quase oito anos após o PFL protocolar a Petição Inicial, teve início no plenário do STF o julgamento da ADI nº 3.239/2004. Os julgamentos realizados naquela instância seguem o mesmo parâmetro, ou seja, em primeiro lugar o ministro relator do processo profere seu voto. Este voto já inicia acolhendo a ADI, pelo fato do Decreto nº 4.887/2003 ser “*uma normativa autônoma*” (ADI Nº 3.239/2004, Voto do relator, p.6), passível de sofrer tal ação, posto que carrega uma “*inconstitucionalidade formal*” (ADI Nº 3.239/2004, Voto do relator, p.7). Segundo o ex-ministro, a prova cabal de que o artigo 68 não pode ficar à mercê de interpretações do Executivo Federal, está no fato de que os dois últimos Decretos (nº 3.912/2001³ e nº 4.887/2003) que efetivaram sua regulamentação, definiam tanto os “remanescentes”, quanto as “suas terras” de forma diferente (ADI Nº 3.239/2004, VOTO DO RELATOR, p. 7). Esse é o ponto inicial da argumentação de Peluso. O Decreto nº 4.887/2003 seria inconstitucional, assim como o que lhe antecederia (o nº 3.912/2001), por promover direta regulamentação do texto constitucional, o que não seria válido no ordenamento jurídico nacional.

O relator ressalta ainda que as interpretações do artigo 68 do ADCT estariam baseadas em conceitos que denomina “metajurídicos”. Ou seja, a argumentação que se alicerça em categorias da antropologia e que justificaria a forma como o Decreto caracteriza os “remanescentes”, bem como “suas terras”, seria do campo da “*lege ferenda*”, isto é, de uma lei ainda a ser escrita.

³ Este decreto instituído no governo FHC previa que só seriam tituladas terras públicas; todo o processo administrativo de reconhecimento e titulação seria delegado a Fundação Cultural Palmares, além de estabelecer que só teriam direito ao título territorial as comunidades que estivessem em seus territórios desde 1888.

Este formato destoaria da *“lege lata”*, a lei que efetivamente existe (ADI Nº 3.239/2004, VOTO DO RELATOR, p. 19). O voto do relator entende que a regulamentação do dispositivo constitucional, é uma questão jurídica, a ser resolvida no âmbito da legislação vigente – daí a diferenciação entre o que é do âmbito jurídico e do que é externo a este (*“metajurídico”*).

Mas, de onde vem a convicção acerca da caracterização legalmente válida do que seriam os *“quilombolas”*? Aqui, o relator mostra total concordância com os argumentos da Petição do PFL. Os *“destinatários”* do direito conferido pelo artigo 68 do ADCT seriam:

(...)aqueles que subsistiam nos locais tradicionalmente conhecidos como quilombos, entendidos estes na acepção histórica, em 05 de outubro de 1988. Noutras palavras: os que, tendo buscado abrigo nesses locais (quilombos), antes ou logo após a abolição, lá permaneceram até a promulgação da Constituição de 1988 (ADI Nº 3.239/2004, VOTO DO RELATOR, p. 38).

A convicção do ministro, obviamente, deriva de uma interpretação. A categoria *“quilombo”* adequada para a regulamentação do Artigo 68 seria de fundo cronológico e, portanto, os sujeitos do direito garantido pela Constituição seriam *“remanescentes”* de eventos que deveriam ter ocorrido até o período imperial.

Mas por que, segundo o relator, a concepção cronológica do *“quilombo”* seria a *“jurídica”* em oposição à *“metajurídica”*, presente no Decreto? A resposta seria simples. A definição com a qual a legislação deve operar é aquela que tinha validade quando da composição da Constituição. Apesar do termo *“quilombo”* poder carregar diversos sentidos, deveria ser considerada juridicamente válida a *“acepção histórica, que é conhecida de toda a gente”* (ADI Nº 3.239/2004, VOTO DO RELATOR, p. 39) e que se encontra no dicionário da língua portuguesa. O relator oferece um exemplo: *“1. Local escondido, geralmente no mato, onde se abrigavam escravos fugidos; 2. Povoação fortificada de negros fugidos do cativo, dotada de divisões e organização.”* (DICIONÁRIO HOUAISS, CITADO EM ADI Nº 3.239/2004, VOTO DO RELATOR, p. 39).

Em resumo, o relator qualifica como partes inconstitucionais do Decreto, em primeiro lugar o artigo 2º quando este define: a) a autoatribuição e autodefinição, como suficientes para caracterizar os *“remanescentes”* e; b) que as terras *“ocupadas”* seriam aquelas utilizadas para a reprodução física, social e cultural das comunidades. Em segundo lugar, o artigo nº 13, quando este autoriza a desapropriação quando os territórios das comunidades estiverem sobrepostos a áreas com título de domínio particular válido.

c. O voto da ministra Rosa Weber

Após o voto do relator, em 18 de abril de 2012, a ministra Rosa Weber solicitou vistas ao processo e o mesmo foi devolvido cinco dias depois, em 23 de abril de 2012. No entanto, o julgamento somente retornou a pauta do SFT em 25 de março de 2015, quando a ministra então proferiu seu voto. Rosa Weber, apesar de considerar a ADI admissível para julgamento, propõe que a ação é improcedente na declaração de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003. A partir deste ponto, passa a construir suas argumentações com base nas alegações propostas pela Petição do PFL.

O primeiro ponto, diz respeito a validade ou não do uso de Decreto para regulamentação daquela matéria constitucional específica. O entendimento da ministra é que o artigo 68 do ADCT tem um objeto claro: o direito dos *“quilombolas”* ao reconhecimento das terras por eles ocupadas. Isto leva a ministra a apontar que se trata de:

Uma norma definidora de direito fundamental de grupo étnico-racial minoritário, dotada, portanto, de eficácia plena e aplicação imediata, e assim exercitável, o direito subjetivo nela assegurado, independentemente de integração legislativa” (ADI Nº 3.239/2004, VOTO VISTA, p. 14).

A ministra utiliza argumentos diferentes dos que aparecem no voto do relator. Concorde que o Decreto de fato regulamenta diretamente o artigo 68 do ADCT, mas, aponta que este é o procedimento juridicamente correto, uma vez que tal artigo se refere a direito fundamental, que exige regulamentação imediata, e carrega elementos de auto aplicação. O voto decompõe o artigo 68 em dois “enunciados”: o primeiro, indica um “direito fundamental” baseado em um “direito de propriedade qualificado (*“aos remanescentes das comunidades dos quilombos(...) é reconhecida a propriedade definitiva”*). O segundo, constitui uma determinação para que o Estado realize uma ação necessária para que o direito antes descrito, possa ser acessado (*“deve o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”*) (ADI Nº 3.239/2004, VOTO VISTA, p. 15). O primeiro enunciado, não estaria prevendo a existência de um direito a ser exercido no futuro, após a regulamentação legislativa. Sua interpretação é que o *“direito fundamental subjetivo está consagrado no próprio preceito constitucional transitório”* (ADI Nº 3.239/2004, VOTO VISTA, p. 15).

Esta argumentação pressupõe o entendimento de que o artigo 68 do ADCT equivale a uma norma constitucional de eficácia plena⁴, que por definir um direito fundamental, não demanda ação legislativa. Ao contrário disto, limita a ação legislativa, pois garante que nenhuma lei criada no futuro pode cercear os direitos nela previstos. O artigo 68 do ADCT seria definidor de um direito fundamental, na medida em que remete à direito de propriedade (em consonância com o artigo 5º da Constituição de 1988).

Posto isto, a ministra afirma que não se pode reduzir o alcance possível dos direitos fundamentais. Quando se trata de regra constitucional que remete a este tipo de direito, é necessário compreendê-la no sentido da maior eficácia possível. Portanto, não seria legítima uma interpretação de texto constitucional que engendra direito fundamental, que pudesse levar a inexistência do sujeito deste, tornando vazio de sentido o dispositivo.

Construído este pano de fundo, o voto passa a argumentar que o formato interpretativo presente no Decreto nº 4.887/2003 não é inconstitucional. Nesta direção, o primeiro ponto discutido é o critério de autoatribuição. Para o enfrentamento deste debate, a ministra produz uma descrição dos *“chamados quilombolas”* (ADI Nº 3.239/2004, VOTO VISTA, p. 22). Estes seriam *“povos tradicionais”* que apesar de não serem nativos (como os indígenas), também carregam *“traços étnico-culturais distintivos marcados por especial relacionamento sociocultural com a terra ocupada”* (ADI Nº 3.239/2004, VOTO VISTA, p. 22).

A ministra afirma ainda que a Convenção 169 da OIT (em especial em seu artigo 6º), dá sustentação ao formato proposto no Decreto nº 4.887/2003, na medida em que indica a necessidade de consulta aos *“povos interessados”* quando forem realizadas ações que possam lhes atingir. No contexto do Decreto em análise, o que estaria proposto seria a garantia da participação das comunidades *“nos procedimentos necessários à determinação das terras por eles ocupadas”* (ADI Nº 3.239/2004, VOTO VISTA, p. 43), e não a submissão da demarcação a determinações das comunidades.

⁴ Uma norma constitucional de eficácia plena possui aplicação imediata, não depende de legislação posterior e, mais do que isso, não pode ter seus efeitos limitados *a posteriori*. Já uma norma constitucional de eficácia limitada não possui aplicação imediata e somente fica garantido o direito ou vínculo ao qual se refere, após aprovação de legislação que a regulamente. (SILVA, 1998).

Considerações finais

Em 25 de março de 2015, após a leitura do voto de Rosa Weber, que “empatou” a votação no STF, o ministro Dias Toffoli pediu vistas ao processo. Mobilizando um número elevado de agentes internos e externos ao campo jurídico, a ADI número 3239/2004 teve longa tramitação na suprema corte, com alto grau de exposição de conflitos interpretativos.

No dia 8 de fevereiro de 2018 o julgamento da ADI nº 3239/2004 chegou ao fim. O desfecho final desse embate foi desenhado com um placar de oito votos favoráveis ao direito territorial dos quilombolas – dos ministros Rosa Weber, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cármen Lúcia, e três votos contrários. Durante o julgamento as discussões foram posicionadas principalmente para a questão do marco temporal defendida pelo DEM e bancada ruralista durante todo o processo, além de considerações sobre a autodeclaração como um critério para o reconhecimento de comunidades quilombolas. Importante ressaltar que o acórdão deste importante julgamento ainda não foi publicado para maiores análises neste artigo.

E assim, o campo do direito foi chamado para a arena de debates por possuir a legitimidade institucional, para dar a resposta final à pergunta central que atravessa o campo da “questão quilombola”: quem tem direito ao direito instituído pelo artigo 68 do ADCT? Trata-se de um poder simbólico de amplas proporções, com efeitos objetivos de largo alcance, que somente é eficaz por ser reconhecido socialmente como legítimo e, ao mesmo tempo, porque consegue manter desconhecido o quanto de arbitrário está presente nos seus discursos, ao turvá-los com a espessa névoa de uma alegada imparcialidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (1994). **Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro.

BARTH, Fredrik (2000). “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In. Fredrik Barth. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____; Da Dalt, Salete; Jorge, Amanda Lacerda (2015). **Avaliação da situação socioeconômica das comunidades quilombolas já tituladas: crônica de um mau resultado anunciado**. Trabalho apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre.

_____. (2001). **Decreto nº 3.912, de 10 de Setembro de 2001**. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Presidência da República- Casa Civil. Brasília, DF.

_____. (2004). **Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3.239-9 de 2004 em face do Decreto nº 4887/2003**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: < <http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Parecer%20-%20Procurador-Geral%20da%20Rep%C3%BAblica.pdf> > Acesso em: junho de 2014.

_____. **Decreto N° 4887 de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República- Casa Civil. Brasília, DF, 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm> Acesso em: junho de 2011.

CONVENÇÃO N° 169 (2011). **Sobre Povos Indígenas e Tribais e Resolução Referente à Ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho.** – Brasília: OIT.

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: RESERVA DE VAGAS PARA QUILOMBOLAS

DENISE MACHADO CARDOSO

*Professora do Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI)/UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA)/UFPA-Campus Guamá
denise@ufpa.br*

ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) UFPA-Campus Universitário de Abaetetuba
annacarla91@hotmail.com*

VALDINEI GOMES E GOMES

*Graduando em Engenharia Civil/UFPA-Campus Universitário do Guamá
valdinei-e@bol.com.br*

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo a permanência dos estudantes quilombolas que ingressaram pelo Processo Seletivo Especial – PSE Quilombolas da Universidade Federal do Pará (UFPA), através da reserva de vaga para quilombolas. Assim, para a realização desta pesquisa optamos pela abordagem qualitativa e pela metodologia estudo de caso, e lócus da pesquisa a Universidade Federal do Pará – Campus Guamá. Atualmente, com a efetivação e o amadurecimento das discussões sobre ações afirmativas no ensino superior, somos levados a pensar para além da reserva de vaga, ou seja, a permanência de estudantes quilombolas no ensino superior. Assim, o acesso foi uma grande vitória para os estudantes quilombolas, pois muitos estudantes terão oportunidade de ingressar no ensino superior, agora a luta é referente à necessidade de se garantir a permanência desses estudantes. O que será a elucidação da garantia de direitos, de justiça social e a igualdade de oportunidades para esse grupo.

Palavras-chave: Acesso. Estudantes Quilombolas. Reserva de Vaga. Permanência. Ufpa.

ABSTRACT

The research has as object of study the permanence of the quilombola students who entered the Special Selection Process - Quilombolas PSE of the Federal University of Pará (UFPA), through the reservation of the quilombola vacancy. Thus, for the accomplishment of this research we opted for the qualitative approach and for the methodology case study, and locus of the research the Federal University of Pará - Campus Guamá. Nowadays, with the completion and maturation of discussions about affirmative action in higher education, we are led to think beyond the reservation of the vacancy, that is, the stay of quilombola students in higher education. Thus, access was a great victory for quilombola students, because many students will have the opportunity to enter higher education, now the fight is about the need to ensure the permanence of these students. What will be the elucidation of the guarantee of rights, social justice and equal opportunities for this group.

Key-words: Access. Quilombola students. Reservation of Vacancy. Permanence. Ufpa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema política de ação afirmativa na Universidade Federal do Pará e como objeto de estudo a permanência dos estudantes quilombolas que ingressaram pelo Processo Seletivo Especial - PSE para Indígenas e Quilombolas da Universidade Federal do Pará (UFPA), através das políticas de ações afirmativas, com reserva de vagas.

Partimos da questão que o ingresso de estudantes quilombolas através da reserva de vagas se faz através do pertencimento étnico quilombola, por sua ancestralidade, o direito a terra, e convivência com a comunidade quilombola a qual pertence e/ou pertenceu, pois há uma expectativa de sua comunidade de origem com esse ingresso.

Desse modo para que possamos melhor compreender esse processo é preciso destacar que as desigualdades existentes se dão fundamentalmente pelo passado escravista que existiu no Brasil, pois as desigualdades não são apenas resquícios e legados do passado, mas também nas condições desiguais que muitos se encontram na sociedade como negros e brancos, porém ainda há uma maior desvantagem para negros e pardos no processo de mobilidade social, sendo mais difícil para esses últimos conquistarem seus espaços e para manter-se neles.

Desse modo compreendemos que as instituições de ensino superior têm papel fundamental para a efetivação de políticas públicas voltadas para as minorias sociais, por isso precisa investir em pesquisas e ações para a superação da condição social excludente imposta a esses grupos. Um importante instrumento para que haja de fato a realização de medidas que garantam o acesso de melhores condições de vida a esses grupos são as ações afirmativas que se praticam em várias esferas do poder público e privado. Nessa perspectiva o Estatuto da Igualdade Racial instituído pela Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010 no seu Art. 4º em Parágrafo Único diz que - "Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas públicas e privadas, durante o processo de formação social do País". Ainda assegurado pelo Estatuto da Igualdade Racial no seu Art. 1º Inciso VI as "ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades".

Piovesan (2008, p. 890) enfatiza que "as ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo - no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório -, mas também prospectivo - no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade". Oliven (2007, p. 30) reafirma que:

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando.

A luta reivindicatória dos movimentos pela efetiva institucionalização desse processo com respaldo legal e normativo, com a clara intenção de que fossem garantidas duas vagas por cada curso e turma da Ufpa, pois o ensino superior se apresentava principalmente como estratégia e possibilidade de formação e possibilidades de mudanças para as comunidades quilombolas das quais pertencem esses estudantes, pois "sem políticas afirmativas, a mudança social será muito lenta, retardando a instituição de uma igualdade racial efetiva baseada na justiça e na equidade de direitos" (PAULA, 2008, p. 233).

Assim, as atuais demandas dos estudantes quilombolas que ingressam na Universidade Federal do Pará através da reserva de vagas exige um maior comprometimento com as políticas de permanência para esses estudantes. É fundamental que a instituição disponha de uma infraestrutura para viabilizar a permanência, pois é preciso constituir um corpo teórico de pesquisas que investiguem a permanência dos estudantes quilombolas na educação superior, pois a trajetória acadêmica desses sujeitos tem suas particularidades e precisa de uma política de permanência adequada e não é uma tarefa fácil.

Assim, o acesso precisa se dar em conjunto com ações, projetos, programas, políticas institucionais para garantir a permanência, pois não basta apenas abrir as portas da universidade pública, está preciso também garantir, a esses sujeitos condições adequadas para permanecerem e concluírem o curso superior e também políticas institucionais específicas para a afirmação da identidade quilombola, pois por ela perpassa a permanência.

Assim, é preciso entender como esses estudantes se posicionam mediante o espaço da Ufpa. Sendo que a chegada ao ensino superior não tem sido uma tarefa fácil para os povos tradicionais que vivem no campo¹, pois muitos enfrentaram no percurso escolar muitas dificuldades econômicas e pessoais, desde a localização, distância da escola e por outras dificuldades encontradas ao longo do percurso de sua vida.

É preciso compreender o estudante quilombola com sua cultura e resistência, bem como as transformações históricas, culturais, sociais e identitárias. Pois temos que superar a compreensão da sociedade em torno dessas diferenças, Siss (2008, p. 14) enfatiza que “as desigualdades são compreendidas como produto de relações históricas, de cultura e de poder e a diversidade é afirmada na perspectiva da justiça social. Diferença não significa desigualdade”. Esses fundamentos possibilitaram a compreensão do estudante quilombola não como representante de uma cultura que resiste e é refratária às históricas transformações sociais e culturais, mas, ao contrário, como sujeito pertencente ao um grupo étnico que já sofreu modificações históricas atravessadas pelos constantes e intensos contatos com a sociedade, principalmente no contexto atual e compreender a pertença étnica e territorial.

A OPÇÃO METODOLÓGICA

O lócus dessa pesquisa é a Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Guamá (Cidade Universitária José da Silveira Netto). A escolha do lócus da pesquisa se justifica pelo fato de que é o campus que têm o maior número de estudantes que ingressaram através da reserva de vagas para quilombolas, já que é o campus que concentra o maior número de cursos o que implica numa maior demanda.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA) ingressaram 1163 estudantes quilombolas divididos em 12 campi que são: Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí. Assim, os estudantes são de comunidades quilombolas de todo o Estado e que ingressaram na Ufpa através das ações afirmativas – reserva de vagas para quilombolas – por meio da Resolução N°. 4.309, de 27 de agosto de 2012.

Assim, para a realização dessa pesquisa foram feitas entrevistas com 15 estudantes quilombolas dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Guamá, entre os sujeitos entrevistados é importante destacar que estes são de diferentes cursos e áreas, além de serem de municípios como Abaetetuba, Moju, Baião entre outros.

1 Decreto 7352/2010 em seu inciso primeiro define o que são populações do campo. “Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”.

Esse trabalho tem como problema de pesquisa: como os estudantes quilombolas constroem mecanismos para a identidade e permanência na Universidade Federal do Pará-Cidade Universitária José da Silveira Netto, também conhecido como Campus Universitário do Guamá.

Mediante isso, buscou responder o principal objetivo desta pesquisa: analisar como se estabelece a identidade e a luta pela permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará (Ufpa) – Campus Guamá, que ingressaram nesta instituição através da reserva de vaga para quilombolas no período de 2013 ao primeiro semestre de 2018.

E para atingirmos o principal objetivo proposto definimos como objetivos específicos: a) Fazer um breve apando sobre a política de ação afirmativa no Brasil e a implantação na Ufpa; b) Discutir como esses sujeitos se reconhecem e se re/afirmam no espaço da Universidade; c) Apontar como os estudantes quilombolas se organizam para garantir a permanência na Ufpa.

Para o aprofundamento da investigação e da análise orientada pelo problema de pesquisa e para melhor atender as perspectivas dos estudos das relações sociais envolvidos nessa pesquisa e para que viessem a contribuir para a compreensão do fenômeno observado optou-se pela abordagem qualitativa. Que Minayo (2009, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Nessas condições a abordagem qualitativa contribui para que possamos superar o positivismo-lógico da produção do conhecimento, possibilitando que a pesquisa leve em consideração o conjunto das representações materiais e simbólicas que se constroem a partir de diferentes visões de mundo, de seu contexto social, cultural e institucional.

E a metodologia estudo de caso, que segundo Yin (2001, p. 32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definido”.

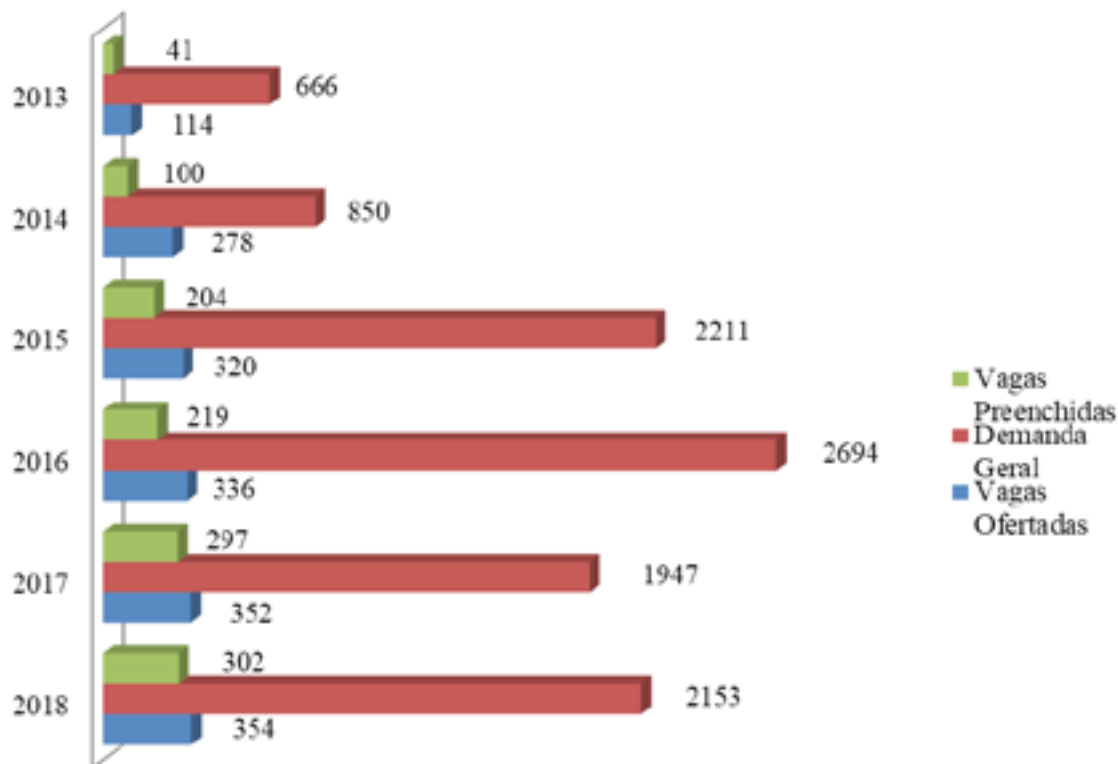
UMA BREVE ANÁLISE DO PSE (SELEÇÃO DIFERENCIADA PARA COMUNIDADE QUILOMBOLA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ DE 2013 A 2018

Desde ano de 2000 várias Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de todo o país, no que tange a adoção de políticas de ações afirmativas de cunho Étnico-Racial e social, com o sistema de cotas tem promovido o ingresso da população que não adentrava a universidade pública, assim, temos a partir das ações afirmativas o ingresso da população pobre, negros e negras, pessoas com deficiências, indígenas e quilombolas nas universidades públicas brasileiras.

Nesse sentido a Universidade Federal do Pará é uma das primeiras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a adotar as políticas de ações afirmativas. Esta foi adotada no ano de 2005 primeiramente com o sistema de cotas sociais para os estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública e com no mínimo 40% (quarenta por cento) dessas vagas destinadas aos candidatos que se declararem pretos ou pardos e optarem por concorrer ao sistema de cotas referente a candidatos negros, e posteriormente em 2009 com a reserva de vaga para indígenas e em 2012 com a reserva de vagas para quilombolas.

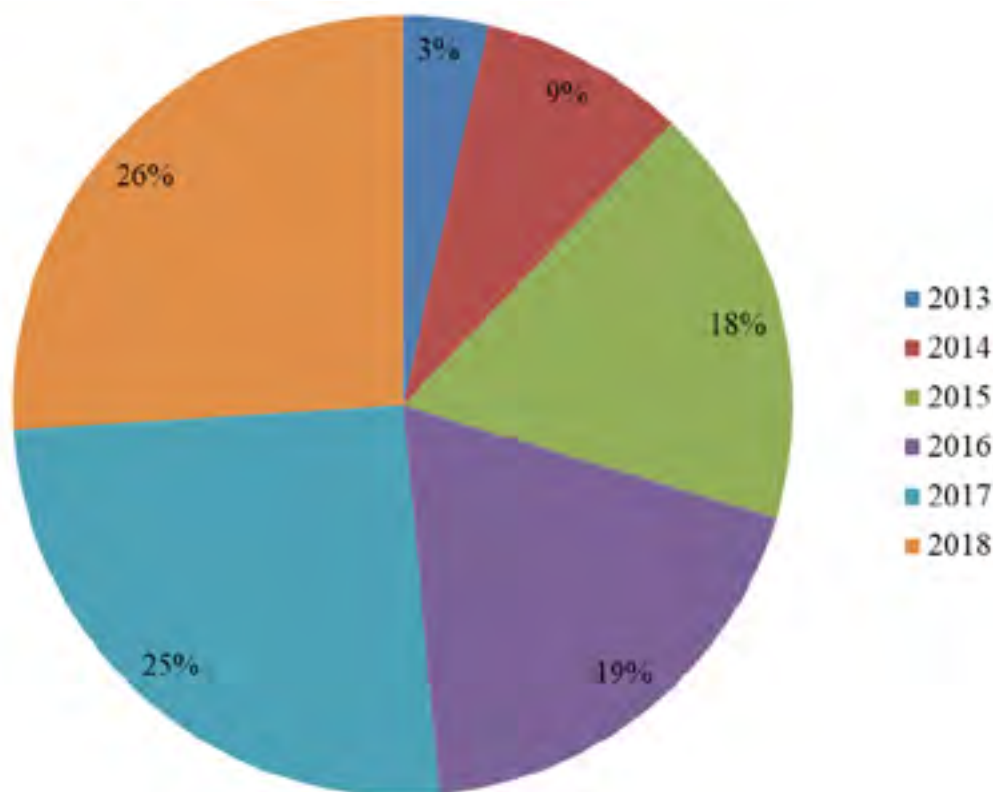
Durante os 06 Processos Seletivos Especiais realizados pela Universidade Federal do Pará para as comunidades quilombolas se tem uma grande demanda. E atualmente há muitos estudantes quilombolas adentrando a universidade através desse processo como podemos ver nos gráficos abaixo.

Gráfico 1: Demonstrativo da oferta, da demanda e do número de estudantes quilombolas que ingressaram no ensino superior na Ufpa nos anos de 2013 a 2018.



Fonte: Ciac-Ufpa

É possível também verificar que há grande disparidade entre o número de vagas ofertadas e o número de inscritos no processo seletivo, fazendo com que seja necessário que esse processo seja reavaliado pela Ufpa em relação à quantidade de vagas reservadas aos quilombolas, pois desde a criação da Resolução em 2012 é destinado à reserva de somente até duas vagas para quilombolas nesse processo seletivo. Além de que há um crescente aumento do número de ingresso de 2013 a 2018 do número de estudantes quilombolas, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Porcentagem do número de estudantes ingressos na Ufpa de 2013 a 2018.

Fonte: Ciac-Ufpa

No ano de 2013 e 2014 com pouca informação e divulgação do PSE para quilombolas houve pouca demanda e também um número baixo de quilombolas que ingressaram através da reserva de vagas, do ano de 2015 a 2016 houve um considerável aumento na demanda e no ingresso de quilombolas na Ufpa. E nos anos de 2017 a 2018 mais uma crescente em relação ao ingresso de estudantes quilombolas. Sendo que, o ano de 2018 em relação ao ano de 2013 o número de estudantes que ingressaram foi quase nove vezes maior, diminuindo essa diferença na quantidade de estudantes ingressos do ano de 2018 com quase 03 vezes do total de estudantes quilombolas que ingressaram em 2014.

Mediante isso também é importante destacar que, como as comunidades quilombolas do Estado do Pará são comunidades camponesas o acesso à informação é bastante limitado, o que se dá também pelo tamanho do território paraense, assim em alguns lugares as informações demoram mais a chegar o que dificulta esse processo – da divulgação do edital a inscrição – além de que no Estado do Pará segundo dados da Fundação Palmares no Pará até o ano de 2015 existe um número de 227 comunidades quilombolas no Estado do Pará.

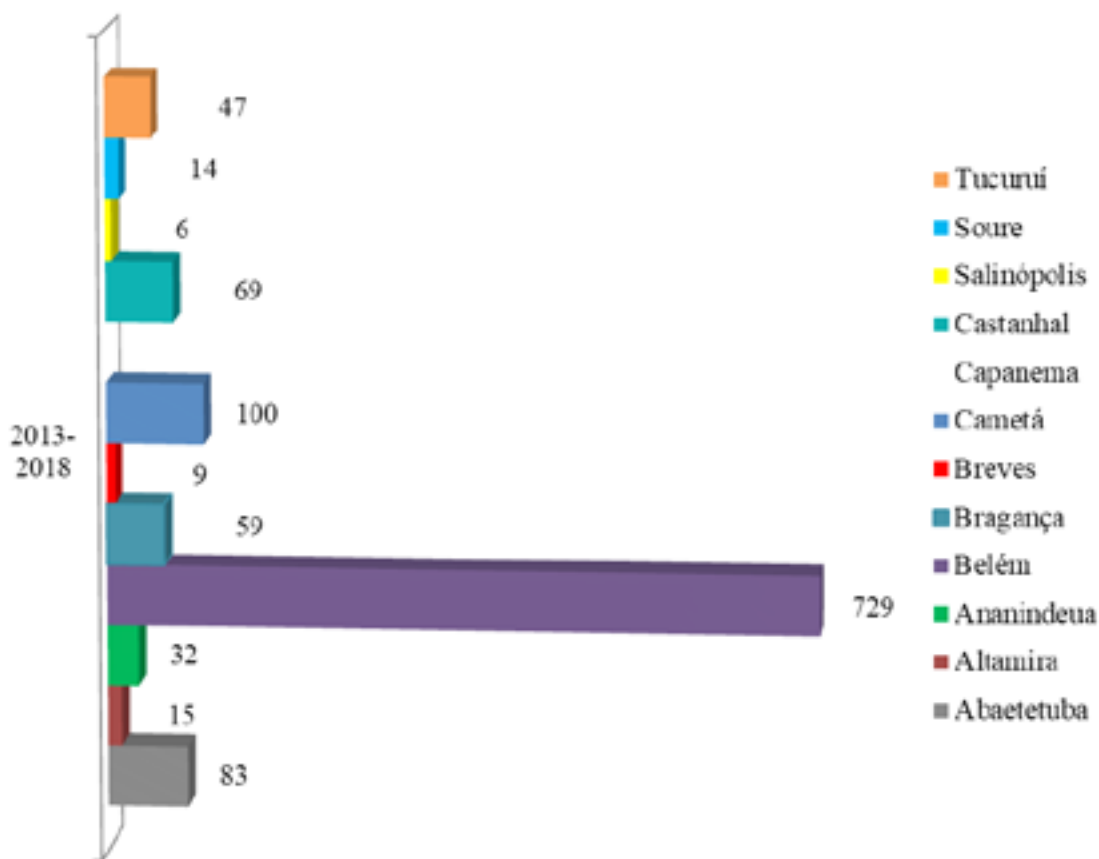
Há a insurgência de múltiplas comunidades autoidentificadas como quilombolas, com o um processo de reinvenção e renovação identitária, associada à luta dessas comunidades pelo direito de permanecer nos territórios tradicionalmente ocupados e outros direitos específicos, como: a titulação coletiva e o reconhecimento como terras quilombolas, escola específicas para quilombolas, saneamento e infraestrutura para as comunidades, atendimento e saúde diferenciado, dentre outros.

Falamos de insurgência porque estamos frente ao surgimento de novos sujeitos coletivos, previamente inexistentes como tais, pelo menos identificados dentro dessa categoria:

quilombola. Segundo Almeida (2002) os quilombolas estariam dentro das denominadas “novas etnias”, nas quais os processos de identificação e autoconsciência como grupos com características culturais e históricas específicas acompanham um processo de reorganização política, mobilização e elaboração de estratégias para a obtenção de recursos básicos para produzir e consumir, ou seja, uma das dimensões mais importantes da identidade como quilombolas é a de ser um meio para lutar por melhores condições de vida.

Deste modo, através da Resolução N^o. 4.309, de 27 de agosto de 2012 da Universidade Federal do Pará direcionada aos remanescentes de comunidades quilombolas através do Processo Seletivo Especial com a reserva de vagas, deste modo com esse processo seletivo segundo dados do Centro de Indicadores Acadêmicos (CIAC) podemos verificar que de 2013 a 2018 ingressaram na Ufpa um número de 1163 estudantes quilombolas e estes distribuídos nos 12 campi da Ufpa. Para Guimarães (1997, p. 233) “promover privilégios de acesso a meios fundamentais - educação e emprego, principalmente - a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente”, nesse sentido as ações afirmativas adotadas pela Universidade Federal do Pará têm como uma de suas justificativas a necessidade de inclusão desses sujeitos na universidade para a superação da exclusão sofrida por esses grupos no decorrer dos séculos. A seguir veremos o número de estudantes quilombolas ingressos do ano de 2013 a 2018 na Ufpa por campus.

Gráfico 3: Número de estudantes quilombolas por campi da Ufpa de 2013 a 2018.



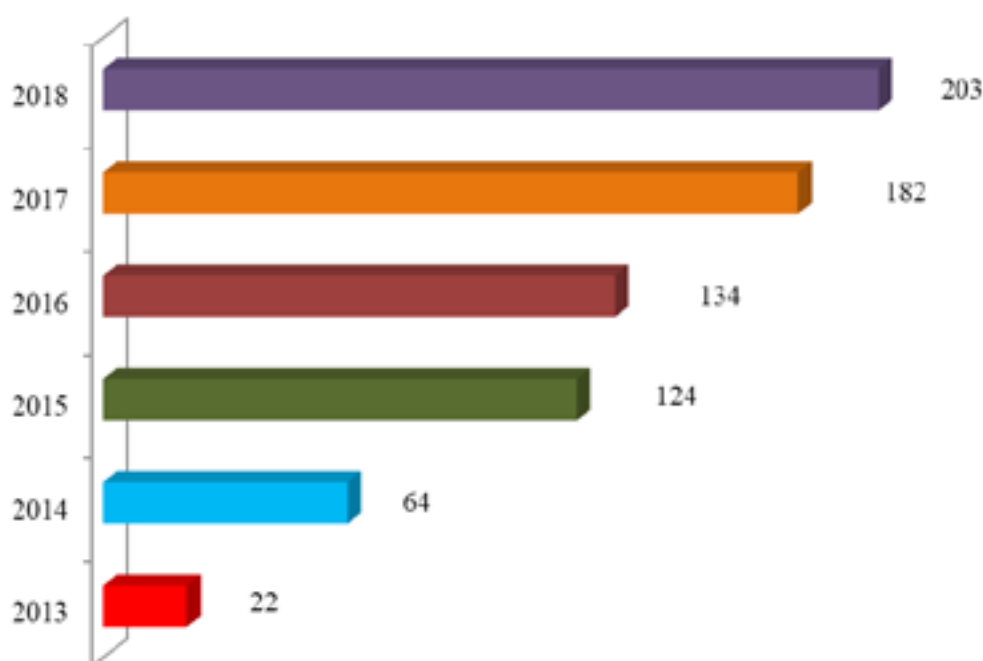
Fonte: Ciac-UFPA

De tal modo, podemos verificar que os campi da Ufpa que possui maior número de estudantes quilombolas respectivamente são o Campus do Guamá (Cidade Universitária José da Silveira Neto), o Campus de Cametá, o Campus de Abaetetuba e o Campus de Castanhal, observando

os últimos três campi estes são os mais próximos a Belém, com maior facilidade de acesso e deslocamento. Nesse sentido as políticas de acesso ao ensino superior trouxeram a presença significativa de estudantes indígenas, quilombolas, deficientes com uma maior diversidade de sujeitos na universidade e em cursos que historicamente eram majoritariamente ocupados por uma elite.

No Campus do Guamá ingressou um total de 729 estudantes quilombolas, do total de 1163 que compreende o período do ano de 2013 a 2018 em diversos cursos e institutos. O demonstraremos no gráfico abaixo:

Gráfico 4: Numero de estudantes quilombolas de 2013 a 2018 no Campus Guamá.



Fonte: Ciac-Ufpa

É importante destacar o panorama geral dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará em torno da situação da matrícula dos estudantes quilombolas. É possível verificar que a grande disparidade entre matrículas ativas e concluintes e também é possível analisar o cancelamento da matrícula desses estudantes. O que nos leva a fazer algumas reflexões em torno do cancelamento das matrículas como: quem são esses estudantes? Estão em quais cursos e institutos? A falta de recursos financeiros faz com haja o cancelamento da matrícula? Quem são os professores? A sua identidade política e cultural é valorizada? O que de fato faz com que haja a desistência? Essas perguntas precisam ser respondidas pela instituição. É importante enfatizar que até o primeiro semestre de 2018 apenas 09 estudantes quilombolas dos 141 estudantes que ingressaram na instituição em 2013 e 2014 concluíram o ensino superior. Assim, restando 132 estudantes sem terem concluído o curso, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de se pensar em políticas institucionais para a verificação da não conclusão desses estudantes. Trazemos que há necessidade de verificação periódica para averiguar esses casos e diálogos com esses estudantes com ações que visem corrigir o cancelamento de matrícula. Siss (2008, p. 09) faz as seguintes reflexões:

Democratizar o acesso à universidade é um passo. Entretanto, como se viabiliza a democracia de realização dos alunos negros e indígenas, quando comparados aos

alunos brancos das universidades brasileiras? Quais os mecanismos que asseguram a permanência não subalternizada desses alunos na universidade? O que nos ensinam as experiências de universidades pioneiras na implementação das políticas de cotas étnicas ou racialmente definidas?

Essas reflexões são fundamentais para que a universidade possa perceber a necessidade de está reavaliando e repensando esse processo.

No Campus do Guamá há um maior número de vagas e assim também maior demanda, com aumento considerável a cada processo seletivo. No Campus do Guamá 12 institutos têm estudantes quilombolas que ingressaram pelo processo de reserva de vagas e também 01 núcleo, dentre os institutos com maior número de ingressos são respectivamente o Instituto de Tecnologia (ITEC), o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Instituto de Ciências da Saúde (ICS) e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

CONCLUSÃO

Há um grande desafio na permanência material de estudantes nas instituições de ensino superior, pois estes sofrem também com a falta de infraestrutura obrigando os alunos a arcarem com altos custos na compra de equipamentos e matérias didáticos ao longo do curso, Santos (2009, p. 71) analisa como “algo que se põe a todo o corpo discente, marcadamente àquele mais pobre, sobretudo, no caso dos cursos em que se requerem a compra de equipamentos de alto custo (Odontologia, Medicina, Direito) além da dedicação exclusiva”.

A UFPA conta com o Programa Bolsa Permanência - ainda muito pouco eficiente, que se propõe a auxiliar economicamente estudantes que se encontram em risco de abandonar a graduação. Muito embora os indígenas possam ser abrangidos pela Bolsa Permanência, urge repensar o Programa e adaptá-lo aos novos sujeitos que ingressam na universidade, que trazem demandas advindas das particularidades e discriminação de natureza cultural. A UFPA certamente não poderá ignorar o assunto porque tem ciência que só o direito de ingresso não basta; permanecer é preciso! (BELTRÃO, 2013, p. 26).

Muitos estudantes buscam outras estratégias além das bolsas, dividir o aluguel com duas, três até seis pessoas para diminuir as despesas e conseguirem pagar o aluguel (pois dependendo do bairro varia muito de preço), compra conjunta de alimentação, entre outros. Como exposto, os desafios para a permanência são inúmeros e é urgente seu debate e a permanência precisa ser discutida, pois dela depende que muitos estudantes permaneçam no ensino superior, é preciso que se de fato condições de permanência para além da assistência estudantil. Assim, para além dessas é possível acrescentar outras alternativas para resistir a Universidade, que são recursos acessados por esses estudantes na universidade, como as bolsas ofertadas pela própria instituição, às bolsas de: monitoria, iniciação científica, estágios remunerados, na busca de ajuda material para a permanência.

Assim, a obtenção das bolsas de extensão, ensino e de pesquisa tem sido uma oportunidade para os estudantes quilombolas possibilitando-lhes participar de outros espaços da universidade, com uma maior participação na vida acadêmica, e garantindo-lhes o direito de se integrar de maneira mais completa a vivência na universidade.

Outro fator que precisa ser analisado em relação à vida acadêmica desses estudantes é que muitos não conseguem viver a vida acadêmica de forma completa, participar de eventos, seminários, grupos de pesquisas, pois tem que dividir o seu tempo com o trabalho e/ou estágio, ficando com pouco tempo para se dedicarem aos textos e trabalhos acadêmicos o que também em muitas vezes impacta no rendimento acadêmico. Enfatizando que os/as

estudantes trabalham para conseguirem permanecer na universidade – pois, para muitos é o único meio de pagar os altos gastos durante o curso – acabam sendo excluídos de terem uma vida acadêmica mais completa que é imposto aos alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Para além das estratégias dos estudantes e as bolsas da universidade é preciso mais que isso para que de fato haja uma política de permanência na universidade, que perpassa pela valorização desses sujeitos sociais, pela sua ancestralidade, luta, história, trajetória, costumes, cultura e identidade e o seu pertencimento a um grupo étnico com as suas particularidades que precisam ser reconhecidas, ressignificadas e reafirmadas dentro do espaço da universidade. Integrar esses estudantes com políticas eficazes contra o racismo institucional, contra a discriminação e preconceito ainda existente desse espaço para que este se torne de fato um espaço que garanta e respeite o direito a diferença e se torne um lugar plural com toda a sua diversidade de sujeitos.

A garantia do acesso foi uma grande vitória para as comunidades quilombolas e nesse sentido para os quilombolas, principalmente para muitos jovens quilombolas que terão oportunidade de ingressar no ensino superior público. Todavia, a presença de quilombolas na universidade pública oportuniza ainda mais a diversidade de sujeitos, diminui as desigualdades sociais e possibilita novas oportunidades para esses sujeitos. Nessa medida precisa ser garantido não somente o ingresso, mas a permanência desses sujeitos no espaço da universidade, com respeito a sua identidade e cultura, que está possa se fortalecer e que possam sobressair e resistir às relações de poder que são impostas nesse espaço e na sociedade. Piovesan (2008, p. 894) enfatiza que “a universidade é um espaço de poder, já que o diploma pode ser um passaporte para ascensão social. É fundamental democratizar o poder e, para isso, há que se democratizar o acesso ao poder, vale dizer, o acesso ao passaporte universitário”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWEYR, Eliane Cantarino (Org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BELTRÃO, Jane Felipe; FILHO, José Cláudio Monteiro de Brito; MAUÉS, Antonio Gomes Moreira. *Das Ações Afirmativas na Universidade Federal do Pará*, 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (Org.). *Multicultu-ralismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 233-242.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio da pesquisa social*. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEN, Arabela Campos. *Ações afirmativas, relações raciais e políticas de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil*. Educação: Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007.

PAULA, Lucilia Augusta Lino de. Relações raciais e desigualdade: resistências à política de cotas na universidade. IN: *DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: experiências de intervenção*. Ahyas Siss (Org.). Rio de Janeiro, Quartet Editora & Comunicação Ltda, 2008.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas:** a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa, 2009.

SISS, Ahyas. O Leafro, relações étnico-raciais e a formação de professores: uma experiência de intervenção multicultural. IN: Ahyas Siss (Org.) **Diversidade Étnico-racial e Educação Superior Brasileira:** experiências de intervenção. Quartet Editora & Comunicação Ltda. Rio de Janeiro, 2008.

UFPA. **Resolução N° 4.309, de 27 de Agosto de 2012.** Estabelece normas para reserva de vagas a alunos quilombolas contemplando duas vagas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: 27 de agosto de 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS A PARTIR DE UMA ABORDAGEM DE *POLICY DISMANTLING* (2014-2018)

Fernanda Santa Roza Ayala Martins

(CPDA/UFRRJ)

fernandasantaroza@gmail.com

Marcelo Artur Rauber

(CPDA/UFRRJ)

rauber.ma@gmail.com

Resumo

Mobilizações de povos indígenas têm denunciado nos últimos anos a existência de um desmonte deliberado da política indigenista e uma completa paralisação das demarcações de terras indígenas. Além disso, estaria ocorrendo um intencional desmantelamento do órgão indigenista relacionado a reduções drásticas de orçamento. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a política de demarcação de terras indígenas no período de 2014 a 2018 a partir da abordagem de *policy dismantling* (desmantelamento de políticas públicas) com foco nas estratégias utilizadas pelos governos. Foram observados dados orçamentários e medidas do Poder Executivo Federal. Conclui-se que, entre 2014 e 2016, há predomínio da estratégia de desmantelamento por defeito, pois se verifica perda de intensidade e/ou não ajustamento da intensidade frente às necessidades do público alvo. Já entre 2016 e 2018, a estratégia é de desmantelamento ativo, com medidas administrativas e orçamentárias restritivas à capacidade administrativa da FUNAI e aos procedimentos de demarcação.

Palavras-chave: políticas públicas, políticas indigenistas, Fundação Nacional do Índio, política fundiária, política agrária, desmantelamento de políticas públicas.

Abstract

Mobilizations of indigenous people have denounced in recent years the existence of a deliberate dismantling of indigenous politics and a complete paralysis of the demarcations of indigenous lands. In addition, there would be an intentional dismantling of the National Indian Foundation (FUNAI) related to drastic budget reductions. In this context, the objective of this work is to analyze the policy of demarcation of indigenous lands in the period from 2014 to 2018, based on the policy dismantling approach, focusing on the strategies used by the governments. Budgetary data and measures of the Federal Executive Power were observed. In the period between 2014 and 2016, there is a predominance of the strategy of dismantling by default, as there is a loss of intensity and/or a lack of intensity adjustment in relation to the needs of the target public. Between 2016 and 2018, the strategy is for active dismantling, with administrative and budgetary measures restricting the administrative capacity of FUNAI and the demarcation procedures.

Key words: public policies, indigenist policies, National Indian Foundation, land policy, agrarian policy, dismantling of public policies.

Introdução

Em abril de 2018, indígenas de todo o país se reuniram em Brasília para mais uma edição do Acampamento Terra Livre, principal espaço de articulação do movimento indígena brasileiro na última década. No documento final produzido no evento, denunciaram a existência de um “desmonte deliberado” da política indigenista e uma completa paralisação das demarcações das terras indígenas. Além disso, estaria ocorrendo um “intencional desmantelamento do órgão indigenista” relacionados a “reduções drásticas de orçamento” que inviabilizaram as atribuições da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, 2018)

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar a política de demarcação de terras indígenas, no período de 2014 a 2018, a partir de uma abordagem de *policy dismantling* (desmantelamento de políticas públicas, em tradução livre) com foco nas estratégias utilizadas pelos governos levando em consideração medidas do Poder Executivo. Foram observados dados orçamentários e medidas do Executivo Federal com impactos na estrutura da FUNAI e nos procedimentos de demarcação.

A concepção de *policy dismantling* abordada neste trabalho considera o aporte de Bauer, Jordan, Green-Pedersen e Héritier (2012) que a caracterizam como o corte, a diminuição da intensidade e densidade ou ainda a remoção de políticas públicas existentes em uma determinada área. Por densidade e intensidade de políticas públicas, conceitos chave para os autores, entende-se por mudanças no número de ações e instrumentos e nas capacidades administrativas e procedimentais, respectivamente. Para os autores, comumente recorre-se ao *policy dismantling* em períodos de crise econômica, quando governos passam a adotar medidas de austeridade fiscal que refletem perdas para determinados segmentos “em nome de um bem maior”. Tal contexto pode ser observado principalmente no modo como diversos governos em diferentes países reagiram à crise econômica do final da década de 2000, resultando em cortes na seguridade social (previdência, saúde e educação), em benefícios sociais (auxílios a famílias de baixa renda, por exemplo) ou ainda em políticas ambientais.

Apesar dos reconhecidos avanços nos debates sobre políticas públicas desde a década de 1950, ainda pode se afirmar que há mais conhecimento acumulado sobre a expansão de políticas públicas do que propriamente sobre desmantelamento. Para Bauer *et al.* (2012), as análises sobre desmantelamento devem considerar abordagens analíticas específicas e em seus estudos buscam parâmetros comparativos sob a ótica de mudanças mais gerais de políticas públicas.

As políticas de desmantelamento podem ser observadas sob a luz de quatro dimensões centrais: as preferências políticas (por que os políticos desmantelam), as oportunidades estruturais (nas quais são desmanteladas), as estratégias (como os atores desmantelam) e os efeitos gerados. Sobre os tipos de estratégias, Bauer *et al.* (2012) desenvolvem quatro chaves de análises: a) estratégia de desmantelamento ativo, na qual medidas são tomadas pelos atores políticos para redução da intensidade e/ou densidade de uma política; b) estratégia de desmantelamento por defeito¹, na qual há omissão/negligência, deixando-se de tomar medidas para a manutenção da intensidade de uma política (como reajustes no valor de benefícios sociais); c) estratégias simbólicas, em que não há propriamente um desmantelamento formal, mas o uso de recursos discursivos e simbólicos; d) estratégia de mudança de arena, em que as decisões a respeito de uma política mudam de nível governamental ou passam do setor estatal para o setor

1 Neste trabalho, usamos a tradução “desmantelamento por defeito” para a expressão “dismantling by default”. No entanto, a tradução mais apropriada para o termo ainda está em aberto, sendo possível também traduzir como desmantelamento por “omissão”, “falta”, “falha”, “deficiência” ou ainda “negligência”. Trata-se, essencialmente, do não cumprimento de obrigações sociais perante uma política pública.

privado. Ressalta-se que, em geral, há uma tendência para as estratégias serem utilizadas em combinação ou se sucederem.

Interessa-nos observar, a partir deste referencial analítico, as implicações para a política de demarcação de terras indígenas em um contexto explícito de austeridade fiscal e de mudanças nas políticas agrícolas e agrárias no Brasil. A proposta é verificar e caracterizar o desmantelamento desta política pública e apontar as estratégias utilizadas sem, no entanto, aprofundar as motivações, os efeitos e as disputas que as configuram.

Na primeira seção, apontaremos os aspectos gerais sobre as premissas legais do procedimento de demarcação de terras indígenas. Na seção seguinte, analisaremos as medidas governamentais e as estratégias de desmantelamento utilizadas pelos governos no período em questão. O desmantelamento será analisado a partir das seguintes perspectivas: desmantelamento pela paralisação e/ou morosidade na homologação de terras indígenas; desmantelamento por meio de medidas que impactam na estrutura da FUNAI e nos procedimentos de demarcação e o orçamento como estratégia de desmantelamento.

Demarcação de terras indígenas: premissas legais

As mobilizações dos movimentos indígenas e das organizações de apoio ao longo das décadas de 1970 e 1980 resultaram em tratamento inédito aos povos indígenas na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988). O artigo 232 passou a garantir aos indígenas e suas associações o reconhecimento como parte legítima para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos. Com estas medidas, a noção de “incapacidade relativa dos silvícolas” (tal qual estabelecido no Código Civil de 1917) e a tutela estatal perderam efeitos legais. Com o fim formal do regime tutelar em 1988, a FUNAI também deixou de possuir monopólio de representação dos interesses e na relação estatal com os indígenas, o que seria regulamentado em uma série de decretos de Fernando Collor de Mello em 1991, passando a atribuição das políticas indigenista federais para diferentes ministérios.

O texto constitucional também reconhece o direito à diferença (Art. 231), rompendo com a orientação assimilacionista que prevalecia até então. Além disso, foi estabelecido aos povos indígenas o usufruto exclusivo de seus territórios tradicionalmente ocupados, definidos a partir de seus usos, costumes e tradições, determinando à União a competência da demarcação, proteção e de fazer respeitar todos os seus bens. O texto constitucional vigente ainda define explicitamente o conceito de terras indígenas, tal qual o parágrafo 1º de seu artigo 231:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (CF de 1988).

O procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas é regulamentado pelo Decreto n.º 1775/1996 e por Portarias do Ministério da Justiça – Portaria MJ n.º 14/96, que estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas, e Portaria MJ n.º 2498/2011, que regulamenta a participação dos entes federados no processo administrativo de identificação e delimitação de terras indígenas. A partir destas normas, toda a atribuição dos procedimentos da demarcação das terras indígenas cabe à FUNAI (pertencente ao Ministério da Justiça), ao Ministério da Justiça e à Presidência da República.

Medidas de desmantelamento com impactos na estrutura da FUNAI e nos procedimentos de demarcação

O processo de demarcação de terras indígenas, normatizado pelo Decreto 1775/1996, passa por várias etapas, iniciando pela identificação (sob responsabilidade da FUNAI) até a homologação das áreas (última etapa, de responsabilidade da Presidência da República) para serem, então, registradas como patrimônio da União. Na série histórica recente de homologações de novas terras indígenas, no ano de 2014 nenhuma nova terra indígena foi homologada. Em 2015, foram sete terras homologadas e, em 2016, foram três terras indígenas. Com os números acumulados do primeiro mandato, Dilma Rousseff deixou o governo apresentando a menor média anual (5,25 terras por ano) de homologações de terras indígenas realizadas pelos presidentes da República desde o fim da ditadura militar (CIMI, 2017; FUNAI, 2018).

No que tange aos procedimentos demarcatórios do período analisado, as pressões feitas pelo movimento indígena para que Dilma Rousseff, antes de ser afastada do cargo pelo processo de *impeachment* em 2016, acelerasse a regularização das terras indígenas, resultaram em: 1) identificação pela FUNAI de nove terras indígenas; 2) declaração pelo Ministério da Justiça de 10 territórios; 3) homologação de três terras indígenas pela Presidência da República, além da criação de dois Grupos de Trabalho e da publicação de uma portaria de restrição (CIMI, 2017).

O quadro normativo da demarcação das terras indígenas passou por um processo de mudança no governo do presidente sucessor Michel Temer. Os processos de demarcação de terras indígenas sofreram alterações e restrições, principalmente a partir 2017, por meio de medidas do Poder Executivo. A Portaria nº 80 do Ministério da Justiça, publicada em 20/01/2017 - mantém a criação de um Grupo Técnico Especializado (GTE) - criado pela Portaria n. 68/2017, para "fornecer subsídios em assuntos que envolvam demarcação de terra indígena". A medida dá ao GTE o poder de revisar o trabalho técnico de elaboração dos estudos conduzidos pela FUNAI.

Além disso, foi publicado Decreto nº 9.010 de 23 de março de 2017, que Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da FUNAI, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e revoga o Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012. Dos sete DAS 1 lotados nas coordenações subordinadas à Diretoria de Proteção Territorial, responsável pelas demarcações, quatro foram extintos. A medida afetou 51 cargos nas Coordenações Técnicas Regionais (CTL) e, especialmente, a Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental (CGLIC), que avalia empreendimentos com impactos socioambientais sobre as terras indígenas.

Por fim, a aprovação do Parecer nº 001/2017/AGU pelo Presidente Michel Temer estabeleceu que toda a administração federal incorpore elementos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o caso da Terra Indígena (TI) Raposa-Serra do Sol (RR), de 2009. Entre outros pontos, o parecer proíbe a ampliação de terras indígenas e estabelece que órgãos como a Funai devem considerar que só têm direito à terra aquelas comunidades indígenas que estavam na posse de seu território em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição - o chamado "marco temporal". A nova orientação era defendida pela bancada ruralista.

Figura 1 - Linha do tempo: medidas do Executivo Federal com impactos nos procedimentos de demarcação de terras indígenas.



Esse conjunto de medidas restritivas foi acompanhado pela ausência de homologação de novas áreas no ano de 2017.

É importante salientar também que desde que Michel Temer assumiu a Presidência da República, a FUNAI é afetada por alta instabilidade em sua direção. Cinco presidentes já passaram pelo órgão entre junho de 2016 e novembro de 2018 (Quadro 1).

Quadro 1 - Presidentes da Fundação Nacional do Índio - junho de 2016 a novembro de 2018.

Período	Presidentes	Duração do mandato
Junho 2016 - SET 2016	Arthur Nobre Mendes	3 meses
SET 2016 - JAN 2017	Agostinho Netto	4 meses
JAN - MAI 2017	Antônio Costa	4 meses
MAI 2017 - ABR 2018	Franklimberg Ribeiro	11 meses
ABRIL 2018	Wallace Bastos	Atual (NOV 2018)

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de ser um problema histórico do órgão (SOUZA LIMA, 2010), esse é o período de maior instabilidade na direção desde sua criação. Durante os governos militares, da criação do órgão em 1967 até 1985, foram 12 presidentes. No governo do presidente José Sarney (março de 1985 a março de 1990), eleito por eleição indireta, foram 7 presidentes e nos quatro anos seguintes de Collor/Itamar, foram cinco presidentes. Nos oito anos do presidente Fernando Henrique Cardoso foram nove presidentes. O período de maior estabilidade coincide com os 13 anos dos governos petistas, no qual sete presidentes ocuparam a direção do órgão.

Na gestão de Michel Temer, a distribuição de cargos no órgão indigenista também passou por loteamento político com indicações de setores notadamente contrários à política demarcação de terras indígenas. O Partido Social Cristão (PSC) tem controlado as indicações para presidente e uma das principais Diretorias da FUNAI, a Diretoria de Proteção Territorial (DPT), responsável pelo processo de demarcação de terras indígenas e pela proteção de indígenas isolados, tem tido sua direção controlada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que é protagonista de diversas propostas e medidas que afetam diretamente os direitos indígenas (principalmente no que se refere à terra) (Folha de São Paulo, 2018).

Nos últimos anos, também houve redução do quadro de servidores permanentes da FUNAI, que em março de 2018 contava com 2.058 servidores no quadro permanente (FUNAI, 2018) contra 2.531 em 2012 (Folha de São Paulo, 2018).

Em relatório de avaliação de execução realizado pela Controladoria Geral da União e publicado em agosto de 2016, fica explícito, quanto à estrutura de pessoal, que a força de trabalho está aquém do necessário para a execução da ação de governo. Segundo o relatório, esta situação foi verificada na análise dos processos de identificação e delimitação das terras indígenas indicando que a maioria dos estudos realizados pelos Grupos Técnicos (GT) dependem da coordenação de colaboradores eventuais ou servidores temporários. Além disso, frisa-se que não se trata apenas de número de servidores, mas também de implementação de uma política de gestão de pessoas que viabilize a formação continuada dos servidores, com o objetivo de fixar quadros qualificados (CGU, 2016)

Ainda em relatório da CGU, segundo a entidade responsável pela execução da política:

o lapso temporal entre a constituição do GT e a delimitação da terra indígena costuma ser longo, devido a fatores que interferem no curso do procedimento, tais como: dificuldade dos membros do GT em cumprir os prazos estipulados, adiamento das etapas de campo devido ao contingenciamento orçamentário, dificuldade de compatibilizar as agendas dos membros do GT, fatores climáticos que inviabilizam viagens em determinadas épocas do ano, demora na análise das peças técnicas preliminares, **superveniência de decisões judiciais que determinam a paralisação temporária do procedimento ou que determinam a conclusão de procedimentos distintos daqueles que estão sendo priorizados pela Entidade.** (CGU, 2016, p. 11, grifos próprios).

Com relação aos espaços formais de participação social, cabe ressaltar a situação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), criado em 2015. Órgão colegiado de caráter consultivo responsável pela elaboração, acompanhamento e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, não é convocado para se reunir desde que Temer assumiu em 2016.

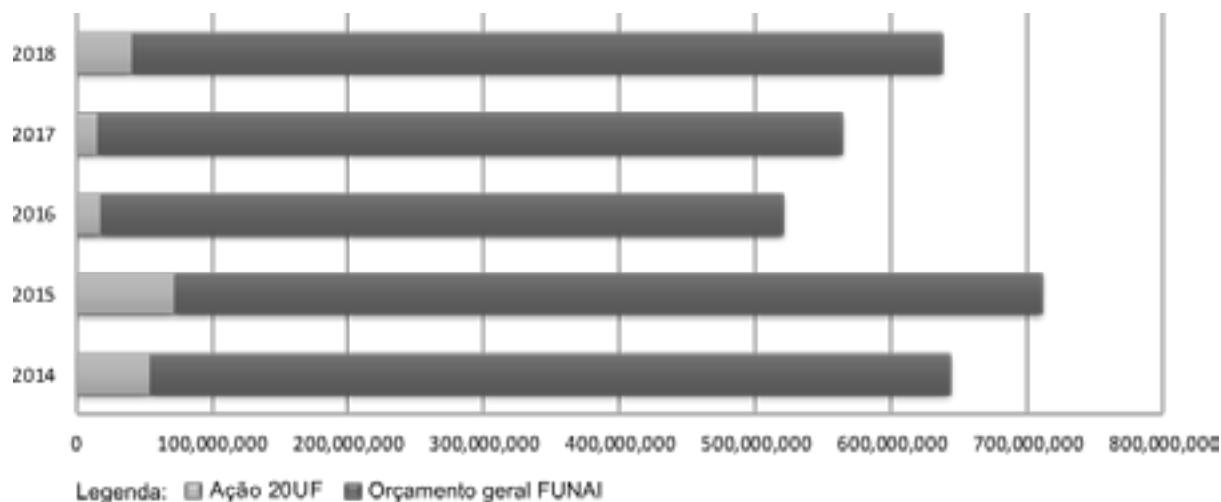
Orçamento como estratégia de desmantelamento

Para observar a situação orçamentária da política de demarcação de terras indígenas foram extraídos dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, relativos ao período de 2014 a 2018. O Programa 2065 - Proteção e Promoção dos direitos dos povos indígenas contempla nove Objetivos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, entre os quais o de n.º 0943 que visa garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

O foco desta análise é Ação 20UF - *Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados* do Programa *Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas* do orçamento da União destinado à FUNAI no âmbito do Programa 2065 do PPA 2012-2015 e 2016-2019. Esta ação inclui a *Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas*, a *Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas*, a *Proteção de Povos Indígenas Isolados* e a *Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados*.

Ao observar o orçamento autorizado geral da FUNAI e da Ação 20UF no período especificado (Figura 2 e tabela 1), em linhas gerais, é possível afirmar que a dotação orçamentária geral da FUNAI caiu drasticamente a partir de 2016, apesar de haver pequena recuperação em 2017 e 2018². Já o orçamento da Ação 20UF apresenta queda drástica a partir de 2016, com leve recuperação em 2018. No entanto, ainda é possível haver cortes em ambos os orçamentos analisados ao longo do ano de 2018.

2 O orçamento autorizado consiste nos créditos consignados na Lei Orçamentária Anual - LOA. Este recurso pode sofrer contingenciamento ao longo do ano fiscal e a elaboração dos gráficos não considerou a correção da inflação.

Figura 2 - Orçamentos autorizados da Fundação Nacional do Índio e Ação 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - de 2014 a 2018.

Fonte: Elaboração própria. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, junho 2018.

Ao compararmos a proporção da Ação 20UF em relação ao orçamento geral da FUNAI (Tabela 1), novamente, verifica-se queda brusca a partir de 2016 com leve recuperação em 2018. Isso significa que não só o orçamento geral do órgão indigenista vem sendo restringido, principalmente a partir de 2016, como também os recursos destinados à demarcação de terras têm sido cada vez mais escassos se comparados ao orçamento geral.

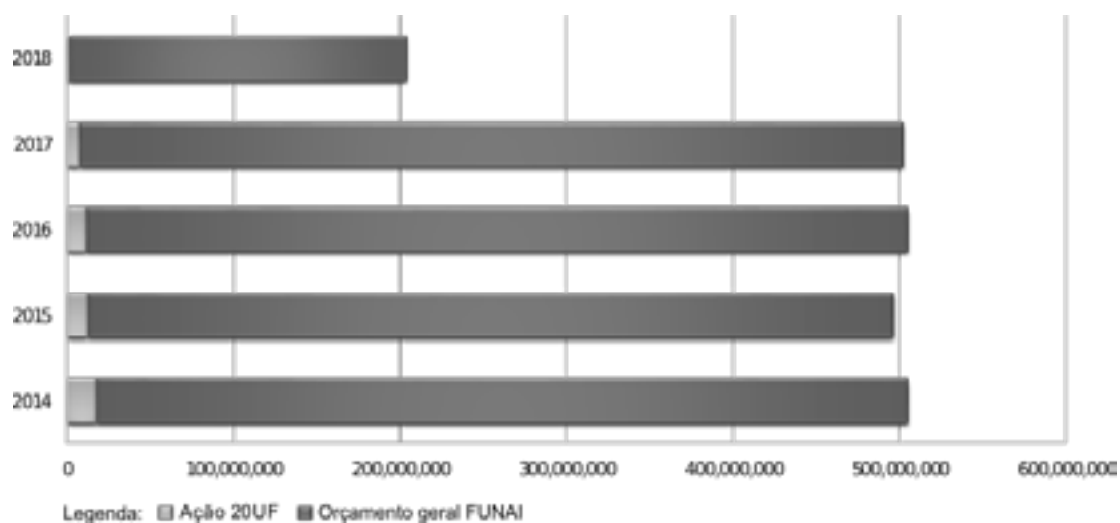
Tabela 1 - Orçamento geral da FUNAI e Ação 20 UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - de 2014 a 2018.

	2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento geral FUNAI	589.512.955	639.328.999	502.193.565	548.659.931	596.972.807
Orçamento Ação 20UF	54.103.765	72.064.396	15.731.484	15.731.484	41.052.796
% da Ação 20UF no orçamento	9,2%	11,3%	3,6%	2,7%	6,9%

Fonte: Elaboração própria. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, junho 2018.

Os valores orçados e autorizados diferem dos valores pagos, ou seja, de fato utilizados pela Fundação Nacional do Índio no cumprimento de suas funções³. Assim, se comparados os valores pagos pela FUNAI, há estabilização da execução no orçamento geral até o ano de 2017. No entanto, no que tange a Ação 20UF, os patamares de execução vem caindo desde 2015, com ênfase no ano de 2017 (Figura 3 e Tabela 2).

³ Optou-se pelos valores pagos porque foi observado que não há grandes discrepâncias entre os valores empenhados e pagos. Além disso, o pagamento consiste no estágio final da execução e só é realizado se houver disponibilidade financeira.

Figura 3 - Valores pagos do orçamento geral da FUNAI e ação 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - de 2014 a 2018.

Fonte: Elaboração própria. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, junho 2018.

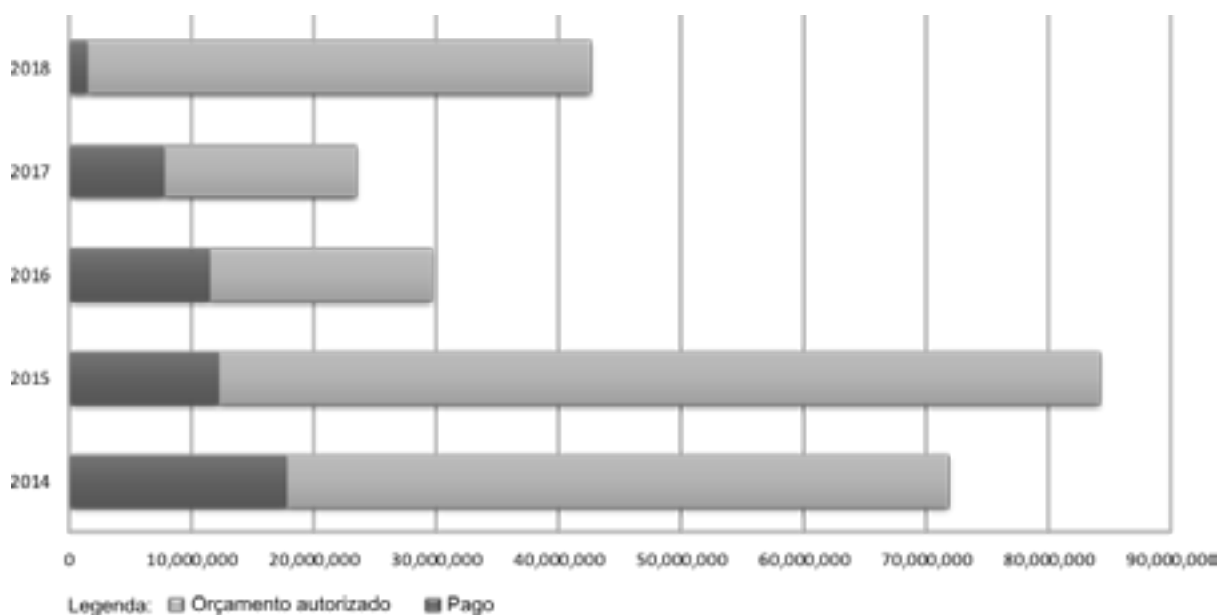
Tabela 2 - Detalhamento dos valores pagos do orçamento geral da FUNAI e ação 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - de 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento geral FUNAI	487.808.731	484.584.387	493.805.039	495.014.627	202.779.683
Ação 20UF	17.774.508	12.213.831	11.562.921	7.822.796	1.559.628*
Proporção da Ação 20UF no orçamento geral pago	3,64%	2,52%	2,34%	1,58%	0,77%

Fonte: Elaboração própria. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, junho 2018.

*Ano orçamentário ainda em vigência.

Ao contrapormos os valores autorizados e pagos especificamente da Ação 20UF é possível observar com maior detalhamento que a execução desta ação vem caindo desde 2015, com ênfase no ano de 2017, e o orçamento autorizado apresenta queda significativa a partir de 2016, com exceção do ano de 2018 que apresentou aumento da dotação orçamentária. No entanto, verifica-se que há variação da tendência de execução. Se avaliarmos a proporção do recurso autorizado e pago para a ação em voga, observa-se o aumento relativo da execução em termos orçamentários no ano de 2016. (Figura 4 e Tabela 3)

Figura 4 - Orçamento autorizado e orçamento pago da Ação 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - de 2014 a 2018.

Fonte: Elaboração própria. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, junho 2018.

Tabela 3 - Orçamento autorizado e orçamento pago da Ação 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - de 2014 a 2018.

	2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento autorizado	54.103.765	72.064.396	18.074.992	15.731.484	41.052.796
Orçamento pago	17.774.508	12.213.831	11.562.921	7.822.796	1.559.628*
Proporção orçamento pago/ autorizado (%)	32,85%	16,95%	63,97%	49,73%	3,80%

Fonte: Elaboração própria. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, junho 2018.

* Ano orçamentário ainda em vigência.

Cabe considerar que a Ação 20UF passou por especial restrição orçamentária no ano de 2018. A Medida Provisória (MP) n.º 839, de 30 de maio de 2018 estabelece cortes em determinadas ações orçamentárias deste ano para garantir abatimento no preço do diesel.

A referida MP apresentou como fonte de recursos para suportar as novas despesas uma extensa relação de ações orçamentárias canceladas. De 47 ações orçamentárias, uma delas é a 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados. Este foi o único corte que a FUNAI sofreu com a MP e seu valor total é de R\$ 625.310.

As perspectivas para os próximos anos são de mais restrições de recursos para demarcação de terras indígenas devido às imposições da Emenda Constitucional n.º 95. Apesar do orçamento da FUNAI representar apenas 0,018% do Orçamento Geral da União, será congelado

juntamente com dos demais gastos primários restringindo-os ao teto constitucional por 20 anos (CARDOSO & VECCHIONE, 2016). O órgão, que já está institucionalmente debilitado devido ao insignificante orçamento que detém, cujo valor está 90% comprometido com a manutenção da instituição, estará fadado à extinção ou a ocupar um título meramente figurativo no Governo Federal (CARDOSO & VECCHIONE, 2016). Com essa medida, para reverter o quadro de crise orçamentária e institucional apresentados, seria necessário retirar recursos de outras políticas públicas ou de outro órgão executor do Governo Federal. Mas, qual seria a prioridade da FUNAI e da questão indígena no Brasil para disputar recursos com órgãos e políticas públicas no intuito de ampliar seu orçamento?

Conclusões

Associado à centralidade da propriedade privada da terra, da mercantilização do território, da expansão da exploração de recursos naturais e do fortalecimento dos setores ligados ao mercado de *commodities*, está em curso o desmantelamento geral das políticas agrárias voltadas para a agricultura familiar (MATTOS, 2017), para a reforma agrária e o desmantelamento da política de demarcação das terras indígenas.

Ao analisarmos as estratégias utilizadas para a efetivação de tal desmantelamento, na perspectiva de Bauer *et al.* (2012), compreende-se que tal política indigenista vem sofrendo uma combinação de diferentes estratégias, com formas diretas e indiretas. No entanto, comparativamente, no período entre 2014 e 2016 há o predomínio da estratégia de desmantelamento por defeito, já que verifica-se um não ajustamento da intensidade da política frente às necessidades reais do público alvo, e a partir do governo Temer, a estratégia de desmantelamento ativo é preeminente, uma vez que fica explícito a redução da densidade da política com mudanças nos instrumentos de demarcação e o corte ativo do orçamento destinado e da sua intensidade, afetando a capacidade administrativa da FUNAI e os procedimentos de demarcação, além de tentativa de mudança de arena da tomada de decisões.

A partir deste recorte, como em alguns dos casos observados pelos autores, houve mudanças centrais da política fundiária indigenista, além de terem sido afetadas as capacidades do órgão indigenista de implementar e supervisionar suas políticas, com explícita redução da densidade e intensidade do processo de demarcação de terras indígenas restringido por medidas administrativas e orçamentárias. Apesar disso, o governo não reivindica abertamente o desmantelamento dessa política, mantendo sinalização da questão restrita à base ruralista do governo. Se por um lado não houve uma completa paralisação dos processos de demarcações de terras indígenas (ou seja, não houve uma completa *extinção* da política), há uma explícita redução da intensidade e da densidade da política, demonstrando, assim, a contribuição significativa da abordagem de *policy dismantling* para essa política pública.

Cabe frisar que o desmantelamento em curso está inserido em um contexto mais amplo de mudanças nas políticas agrárias em que se verifica o aprofundamento do processo de mercantilização da terra e do acirramento da exploração do território e dos recursos naturais para o mercado de *commodities*, o que reforça e amplia as situações de conflito que vulnerabilizam os povos indígenas e suas terras, invadidas em função da extração ilegal de madeira, minério e agropecuária, entre outras, decorrentes do processo de expansão econômica do agronegócio nos últimos anos.

Por fim, destacamos que mais estudos necessitam ser realizados, principalmente pelo fato de os efeitos práticos dos cortes orçamentários e da redução da intensidade das políticas públicas precisam ser melhor dimensionados. Além de efeitos administrativos, os indicadores de aumento de violência contra indígenas, conforme indica relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (CIMI, 2017) podem estar diretamente relacionados com esse processo de desmantelamento.

Referências

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB. **Documento Final do Acampamento Terra Livre 2018**. 26 abr. 2018. Disponível em: <http://apib.info/2018/04/26/documento-final-do-acampamento-terra-livre-2018/>

BAUER, M. W.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉTIER, A. Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects: An Analytical Framework, in: BAUER, M. W.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉTIER, A. (eds.): **Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects**, Oxford: Oxford University Press, 203-225. 2012.

CARDOSO, Alessandra; VECCHIONE, Marcela. **Orçamento e direitos indígenas na encruzilhada da PEC 55**. Nota Técnica n.190, INESC, 2016.

Conselho Indigenista Missionário - CIMI. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2016** (relatório). 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/pub/Relatorio2016/relatorio2016.pdf> Acesso em 07 de novembro de 2018.

Folha de São Paulo. **Sigla conservadora e bancada ruralista loteiam a Funai**. 27 mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/sigla-conservadora-e-bancada-ruralista-loteiam-a-funai.shtml>

MATTEI, L. A política agrária e rural do governo Temer. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (Ogs.) **Questões agrárias, agrícolas e rurais** [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2016.

MINISTERIO DA TRANSPARENCIA FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Relatório de avaliação da execução de programas de governo n. 60. Fiscalização e demarcação de terras indígenas, localização e proteção de índios isolados e de recente contato**, 2016.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. "Fundação Nacional do Índio" In: Christiane Jalles de Paula e Fernando Lattman-Weltman (eds). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fundacao-nacional-do-indio-funai>

A POLÍTICA DE COTAS NA UENF NOS ÚLTIMOS 10 ANOS: O CASO DOS CURSOS DE ENGENHARIA

Amanda Leal Castelo Branco
UENF-CAPES
amandalealcb@gmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral
UENF

Resumo

O objetivo do presente trabalho foi avaliar a política de cotas da UENF nos últimos 10 anos. A abordagem da pesquisa é quantitativa. Foi realizada uma análise documental das planilhas do Excel disponibilizadas pela Secretaria Acadêmica, nas quais constam os números absolutos de ingressantes, abandonos, ativos, concluídos, transferidos para ou Instituição de Ensino Superior (IES), desligados, matrículas trancadas e matrículas canceladas de todos os cursos de graduação do ano de 1993 a 2017. Foi analisado o período de 2008 a 2018, utilizando o método da Estatística Descritiva. Os referenciais teóricos são autores que discutem as ações afirmativas e a política de cotas, e o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. O curso de Engenharia Civil apresenta os maiores valores absolutos e em percentuais para todas as variáveis analisadas. O mesmo acontece para a modalidade de cotas para alunos oriundos de escolas públicas.

Palavras chave: Ensino Superior; Avaliação da Política de Cotas; Cursos de Engenharia; Modalidades de Cotas.

Abstract

The objective of this study was to evaluate the UENF quota policy in the last 10 years. The research approach is quantitative. A documentary analysis of the Excel spreadsheets made available by the Academic Secretariat was carried out, in which the absolute numbers of admission, dropouts, assets, completed, transferred to a Higher Education Institution (IES), disconnected, blocked enrollments and canceled enrollments of all undergraduate courses from 1993 to 2017. We analyzed the period from 2008 to 2018, using the method of Descriptive Statistics. The theoretical references are authors who discuss affirmative action and quota policy, and Pierre Bourdieu's concept of *habitus*. The Civil Engineering course presents the highest absolute and percentage values for all variables analyzed. The same happens for the modalidade of quotas - students from public schools

Keywords: Higher education; Evaluation of the Quotas Policy; Engineering courses; Modalidades of Quotas.

1. Introdução

É consenso entre os diversos pesquisadores, dentre eles Zago (2006) e Barbosa (2015) que, no Brasil, o acesso ao Ensino Superior tem sido limitado, sobretudo, para os estudantes negros e das camadas populares. Buscando superar essa problemática, políticas e programas de ação afirmativa, especificamente as políticas de cotas, passaram a ocupar, a partir da década de 1990, o centro dos debates sobre o acesso a esse nível de ensino (AMARAL e MELLO, 2012).

De acordo com Lázaro (2016), um dos objetivos centrais dessas políticas é contribuir para que jovens e adultos representantes da diversidade da população alcancem, por meio da Educação Superior, postos de poder e decisão que só podem ser ocupados a partir desse nível de escolaridade. A médio e longo prazo, as ações afirmativas restituem direitos e contribuem para a superação de estigmas e preconceitos que ainda são mobilizados para justificar as desigualdades. A política de cotas é direcionada a grupos específicos: os identificados como negros ou afrodescendentes, os estudantes oriundos das redes públicas de Educação Básica, os filhos de militares mortos ou incapacitados em combate, pessoas com deficiência, e sendo todos população de baixa renda.

No âmbito da graduação, as primeiras experiências com políticas de cotas ocorreram na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro (UENF) a partir do processo seletivo 2002/2003, quando foi reservado um percentual de vagas para estudantes pardos e negros e os da rede pública estadual de ensino. Esta ação foi realizada sob a égide da Lei n.º 3.524, de 28/12/2000 e a Lei n.º 3.708, de 09/11/2001 (AMARAL, 2006).

Embora tenha motivado posicionamentos favoráveis e contrários por parte de legisladores, juristas, intelectuais e da sociedade civil, o sistema de cotas para ingresso no Ensino Superior se concretizou, expandiu e ganhou notoriedade no Estado brasileiro. Assim, no ano de 2012, foi aprovada a Lei Federal 12.711/2012 (BRASIL, 2012) que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público. Nesse contexto, o sistema de cotas para ingresso na pós-graduação, também, já é uma realidade em inúmeras universidades públicas brasileiras.

Em face da consolidação dessa política, o estágio atual é de avaliação da mesma. No âmbito das Universidades Federais, foi instituída em 2012, a Comissão de Acompanhamento da Lei de Cotas com indicação de criação de um observatório específico, responsável por produzir dados e sistematizar informações quantitativas e qualitativas, além de Políticas Públicas de acompanhamento da Lei. Tais ações vão ao encontro das considerações de Cordeiro (2017) ao destacar a necessidade de "prestação de contas" à sociedade, no que tange ao sistema de cotas. Na mesma direção, Barbosa (2015) ressalta que os resultados da política ainda é pouco investigada pela academia e ratifica a necessidade de produção de pesquisas que esclareçam o cumprimento, ou não, dos objetivos das políticas afirmativas para ingresso no ensino superior.

Em se tratando da UENF, campo dessa pesquisa, em seu segundo ano de experiência com a política de cotas adveio a Lei 4.151 de 2003, com vigência de cinco anos (2003 a 2008), que estabeleceu a reserva de 45% das vagas nos processos seletivos para seus cursos de graduação, assim como na UERJ. Esse novo regulamento passou a vigorar a partir do processo seletivo de 2004 e, segundo Amaral (2006), atendeu a diversas sugestões das Universidades, como a introdução do critério de carência, levando-se em consideração o nível socioeconômico do candidato.

Anos depois, a Lei 5.346/2008 instituiu, por dez anos (2008 a 2018), o sistema de cotas para negros, indígenas, oriundos da rede pública de ensino, deficientes e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Tal legislação destina 20% das vagas para os estudantes negros e indígenas; 20 % para os estudantes oriundos da rede pública de ensino; e 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Por aluno oriundo da rede pública de ensino passou-se a entender aquele que tenha cursado integralmente todas as séries do 2º ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em escolas públicas de todo território nacional (AMARAL e MELO, 2013).

Nesta perspectiva, objetivo do presente trabalho foi avaliar quantitativamente a política de cotas da UENF nos últimos 10 anos (2008-2018), tomando como objeto os cursos de Engenharia da instituição. As questões norteadoras foram: em relação ao número de ingressantes, quais os percentuais de estudantes cotistas que concluíram os cursos de Engenharia da UENF? ? Quais os percentuais de concluídos por modalidades de cotas?

2. Metodologia

A abordagem da pesquisa é quantitativa. Realizamos uma análise documental das planilhas do Excel disponibilizadas pela Secretaria Acadêmica, em concordância com a Pró-Reitoria de Graduação da UENF, nas quais constam os números absolutos de ingressantes, abandonos, ativos, concluídos, transferidos para ou Instituição de Ensino Superior, desligados, matrículas trancadas e matrículas canceladas de todos os cursos de graduação da instituição do ano de 1993 a 2017. Dedicamo-nos a análise do período de 2008 a 2018. Nesse lapso temporal os estudantes foram submetidos a um mesmo método de seleção. Os dados foram analisados de acordo com a Estatística Descritiva.

A escolha pelos cursos de engenharia se deu pelo fato serem considerados cursos de alto prestígio. Conforme Vargas (2008) as Engenharias são cursos que se enquadram nos três requisitos de prestígio de uma profissão: são, em geral, ocupados por estudantes de perfis econômicos privilegiados, possuem uma dinâmica profissional de preservação do status e conjugam uma alta relação candidato/vaga no vestibular. Os dados foram analisados de acordo com a Estatística Descritiva.

3. Fundamentação Teórica

Esse trabalho está respaldado por um arcabouço teórico que busca apresentar as o sistema de cotas, como uma política afirmativa que possibilita a superação das desigualdades de acesso ao Ensino Superior. Ao mesmo tempo, estabelecemos um diálogo com Pierre Bourdieu, tratando o *habitus* como um possível limitador da permanência e conclusão de um curso superior por estudantes das camadas populares. Para evitarmos o determinismo, recorreremos a Bernard Lahire.

3.1. A política de cotas no Brasil

O fundamento primordial para a adoção de políticas afirmativas, especificamente a política de cotas nas universidades brasileiras, é o combate à exclusão das minorias desse segmento de ensino. Segundo Artes (2016), as desigualdades de acesso, progressão e conclusão para as diferentes etapas da Educação Básica e do Ensino Superior são demarcadas pela cor/raça. Os indicadores educacionais encontrados para negros e pardos estão muito aquém dos observados para brancos.

Entende-se por políticas afirmativas:

Conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional praticada no passado, bem como para corrigir os efeitos da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (BARBOSA, 2001 p. 40).

A política de cotas nas universidades brasileiras, um tipo de ação afirmativa, é compreendida por Guimarães (2016), como uma luta social que se iniciou em 1995 quando foi colocada na agenda política brasileira a possibilidade de ações afirmativas para negros e carentes. O mesmo autor destaca três fases históricas que periodizam esse movimento: a primeira, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, vai da formação do Grupo Interministerial de Trabalho da População Negra, em 1995, até a promulgação da Lei 10.558 de 2008, a chamada Diversidade na Universidade, que recomenda a adoção de ações afirmativas pelas autarquias e fundações de ensino universitário. A segunda fase teve início com a aprovação e a implantação de cotas nas universidades públicas a partir de 2003 e 2004, dentre elas a UENF. E a terceira e atual fase, começou em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional o uso de cotas raciais na Universidade de Brasília (UNB).

Essa conjuntura de implementação da política de cotas no Brasil deve ser compreendida a partir do campo social, do campo jurídico e do campo acadêmico. Analisando o campo social, Guimarães (2016) explicita que embora a democracia racial brasileira, institucionalizada durante a ditadura Vargas (GUIMARÃES, 2016 apud, GOMES 1995) tenha sido contestada já em 1964 e chamada de “mito” e “farsa”, por Florestan Fernandes e Abdias do Nascimento, respectivamente, o elemento chave de mudança foi a longa crise econômica, política e social que seguiu a derrocada do regime militar.

Nesse contexto, o Movimento Negro Unificado (MNU) encontrou espaço para que a consciência racial pregada pelos ativistas fosse ouvida e incorporada ao processo político. A agenda de lutas do MNU obteve apoio de forças sociais diversas, acadêmicos, políticos, ativistas, e foi pautada por eventos como: a reintrodução do quesito censitário de autodeclaração da cor de 1980; a provisão na constituição federal de 1988, nas disposições transitórias, do crime de racismo e do reconhecimento da propriedade coletiva das terras quilombolas; a criação da Fundação Palmares em 1988; e o reconhecimento oficial, por parte de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, do racismo no Brasil, seguido da promessa de implementação de políticas públicas para combatê-lo.

No campo jurídico, a disputa suscitada pelas ações afirmativas se deu em torno da sua constitucionalidade. O fato da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ter como objetivo explícito substancializar a igualdade de oportunidades que deixaria de ser meramente formal, para incluir medidas que se concretizassem na prática social, foi determinante no processo de legitimação jurídica das ações afirmativas (GUIMARÃES, 2016).

De acordo com Amaral (2009), as ações afirmativas fundamentam-se em três ordenamentos básicos, quais sejam: justiça compensatória, que se postula na correção de efeitos de discriminação racial sofrida no passado pelos ascendentes dos indivíduos pertencentes ao grupo racial negro e a outros grupos historicamente marginalizados. Na justiça distributiva ou social que diz respeito à necessidade de se promover a redistribuição equânime dos ônus, direitos, vantagens, riqueza e outros importantes bens” e benefícios” entre os membros da sociedade. E, por último, na justiça como reconhecimento de identidades fundamentado no reconhecimento da igualdade orientada pelos critérios de gênero, “raça” e etnia.

Para Feres Junior (2006 apud Amaral, 2009), o argumento da justiça social foi o que ganhou maior legitimidade na luta jurídica pelo reconhecimento da legalidade das ações afirmativas. As concepções de justiça que embasam esse raciocínio vêm do filósofo político norte-americano John Rawls, referência no tema da “justiça de equidade” ou “justiça distributiva”. Para esse teórico da Política e do Direito, a justiça distributiva – ou a justiça como equidade – objetiva a igualdade de oportunidades, de necessidades, de esforços e de utilidades e possui dois princípios básicos: o primeiro abarca os elementos constitucionais essenciais, isto é, direitos e liberdades básicos. O segundo princípio, pauta-se na igualdade equitativa de oportunidades e exige que as desigualdades sociais e econômicas sejam governadas pelo princípio de diferença que determina que:

a fim de tratar as pessoas igualmente, de proporcionar uma genuína igualdade de oportunidades, a sociedade deve dar mais atenção àqueles com menos dotes inatos e aos oriundos de posições sociais menos favoráveis. A ideia é de reparar o desvio das contingências na direção da igualdade (MOEHLECKE 2004, apud AMARAL, 2009 p. 45).

Especificamente no caso da UENF, Amaral (2006) aponta alguns percalços da política de cotas para negros na UENF, enfatizando o não preenchimento do quantitativo de vagas destinadas aos cotistas. Nos dizeres de Amaral (2006), a política de cotas não minimizava a competição acirrada com base no mérito e não eliminava as pressupostas desvantagens sociais, de “classe” e “raciais” entre os candidatos. Já naquela época, a pesquisadora ressaltava a necessidade de avaliação da eficácia do sistema de cotas na UENF. “Pude constatar que a preocupação com a eficácia da política está presente entre os gestores públicos entrevistados, bem como entre os gestores e professores da UENF e o representante do movimento social negro” (AMARAL, 2006, p.200).

Em artigo recente, que versa sobre o acesso, a origem geográfica e a permanência prolongada de estudantes cotistas negros e egressos de escola pública, Silva (et al., 2016) afirmam que a implementação do ENEM/SISU reflete positivamente no acesso de estudantes cotistas à UENF; o número de estudantes ingressos por cotas, oriundos do município de Campos dos Goytacazes (RJ), é representativo; e avançam ao mencionarem que mais de 50% dos ingressantes cotistas negros e oriundos de escolas públicas permaneceram por no mínimo um ano e máximo dois nos cursos de ingresso. Para as autoras, o cenário é estimulante, ainda que não traga uma resposta acerca da conclusão do curso de graduação.

3.2. O *habitus* como possível limitador da conclusão dos cursos de Engenharia por parte de estudantes cotistas

Para tratarmos de *habitus* é imprescindível, assinalarmos as noções de campos e capital cultural. A noção de campo impõe um pensamento relacional onde o objeto ou o fenômeno está em constante relação e movimento. O campo também pressupõe confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2007, p. 22-23). Os campos são formados por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições.

Cada campo, caracterizado como um microcosmo, é dotado de autonomia (possibilidade de resistência de um campo a fatores e pressões a ele externos) em relação ao macrocosmo, mas tem íntima relação com este. A título de exemplo: cada curso que compõe uma Instituição de Ensino Superior (IES) é um campo que tem independência e, ao mesmo tempo, relação, com o macrocosmo, no caso, a instituição.

Outra propriedade comum aos campos é a presença de lutas e a existência de objetos de disputa entre os diferentes agentes. As lutas assumem características distintas em cada campo,

mas sua existência é comum a todos eles. Os objetos disputados são específicos de cada campo (PEREIRA, 2015). Nas IES, o principal objeto de disputa são os diplomas, mas uma bolsa de Iniciação Científica, por exemplo, também é um objeto em disputa.

Nos dizeres de Bourdieu, o campo necessita de “objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Cada campo está ligado a determinados capitais específicos e estes são movimentados, valorizados e legitimados no interior desse campo. De acordo com as características e finalidades de um determinado campo, um ou outro capital terá maior valor e importância. Possuir ou não, o capital necessário à disputa no campo depende do *habitus* dos agentes, pois, cada campo mobiliza, também, um *habitus* específico (PEREIRA, 2015).

O *habitus* familiar ou de classe, classificado em *habitus* operário ou burguês, de acordo com Nogueira e Nogueira (2002), é adquirido na formação inicial dos sujeitos, em um ambiente social e familiar, que corresponde a uma posição específica na estrutura social. Os indivíduos incorporariam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição que passaria a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação, de modo que “os gostos mais íntimos; as preferências; as aptidões; as posturas corporais; a entonação da voz; e as aspirações relativas ao futuro profissional; tudo, absolutamente tudo, seria socialmente constituído” (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002, p. 19).

A noção de capital cultura, por sua vez, foi elucidada no início da carreira do sociólogo, que, após grandes levantamentos quantitativos, explicou as oportunidades desiguais de sucesso escolar de alunos pertencentes aos diferentes meios sociais. Os dados demonstravam uma alta correlação estatística entre a origem social do aluno, sobretudo, o nível de escolaridade dos pais e o desempenho escolar (CATANI et al. 2017).

[...] as crianças originárias das classes superiores herdam de suas famílias um patrimônio cultural diversificado composto de estruturas mentais (maneiras de pensar o mundo), domínio da língua culta, cultura geral, posturas corporais, disposições estéticas, bens culturais variados (livros e outros materiais de cultura), que se transformam em vantagens, uma vez investidos no mercado escolar. [...] porque os conteúdos curriculares impostos aos alunos assentam em uma cultura tida como legítima (CATANI et al., 2017 p.103).

Esse é o capital cultural, uma das mais poderosas categorias analíticas da teoria social e das pesquisas educacionais contemporâneas. O capital cultural existe sobre três formas: em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo de uma pessoa tornando-se suas propriedades físicas (posturas corporais, esquemas mentais, habilidades linguísticas, preferências estéticas, competências intelectuais, dentre outras) estado institucionalizado, que se manifesta como atestado e reconhecimento institucional de competências culturais adquiridas (diplomas e todo tipo de certificado escolar) (NOGUEIRA, 2017). De acordo com Nogueira e Nogueira (2002):

Uma das teses centrais da Sociologia da Educação de Bourdieu é a de que os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem, em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar. O grau variado de sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais – relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular –, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002, p. 18).

A bagagem social e cultural de cada aluno depende do seu *habitus* de classe e do volume de capital cultural. Todavia, Lahire (2002), nos autoriza e afirmar que a trajetória de um estudante pela universidade não é determinada exclusivamente pelo *habitus*, as estratégias construídas, as decisões tomadas, as relações e as interações estabelecidas na universidade, contribuem para o sucesso do estudante no percurso universitário (NOGUEIRA, 2004). Em outras palavras, um estudante de camada popular, cujo *habitus* e volume de capital cultural são incompatíveis com a cultura universal requerida pela universidade, não estariam fadados ao fracasso acadêmico.

4. Resultados alcançados

No figura 1, apresentamos os percentuais de cotistas ativos (matriculados), concluídos e outros (abandonos, desligados, transferidos para outras IES, matrículas trancadas ou canceladas), no período de 2008 a 2018 para os cursos de Engenharia Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Civil e Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo.

Figura 1: Percentuais de cotistas ativos, concluídos e outro, no período de 2008 a 2018.



Fonte: Secretaria Acadêmica- UENF (SECACAD).

No curso de Engenharia Metalúrgica ingressaram 100 estudantes, destes, 45% (45) encontram-se ativos, 11% (11) concluíram o curso e 44% (44) estão em outras situações. Em relação à Engenharia de Produção, foram 109 ingressantes e 55% (60) são ativos, 16% (18) concluíram o curso e 29% (31) encontra-se em outras situações. Quanto ao curso de Engenharia Civil, dos 123 ingressantes, 51% (63) possuem matrículas ativas, 29% (35) concluíram o curso e 20% (25) se enquadram na situação outros. Em se tratando do curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo, dos 98 ingressantes, 47% (46) são ativos, 9% (9) concluíram o curso e 44% (43) encontram-se na situação outros.

Na tabela 1, evidenciamos as variáveis ingressantes, concluídos, ativos e outros de acordo com as modalidades de cotas no período de 2008 a 2018.

Tabela 1: Percentuais de ingressantes, concluídos, ativos e outros por modalidades de cotas

Modalidades de cotas	Ingressantes	Concluídos	Ativos	Outros
Engenharia de Produção				
Negro	43	2,3%	62,7%	35%
Rede Pública de Ensino	59	28,8%	45,7%	25,5%
Indígena	4	0	75%	25%
Deficiente	2	0	100%	0
Filho de Militar	1	0	100%	0
Engenharia Metalúrgica				
Negro	49	10,2%	71,4%	18,4%
Rede Pública de Ensino	62	14,5%	46,7%	38,8%
Indígena	4	0	50%	50%
Deficiente	7	0	28,6%	71,4%
Filho de Militar	1	0	0	1
Engenharia de Produção e Exploração de Petróleo				
Negro	41	9,8%	61%	29,2%
Rede Pública de Ensino	49	10,2%	42,9%	46,9%
Indígena	1	0	0	100%
Deficiente	5	0	0	100%
Filho de Militar	2	0	100%	0
Engenharia Civil				
Negro	50	30%	64%	6%
Rede Pública de Ensino	58	34,5%	44,8%	20,7%
Indígena	4	0	50%	50%
Deficiente	6	0	0	100%
Filho de Militar	5	0	60%	40%

Fonte: Secretaria Acadêmica- UENF (SECACAD).

Para todos os cursos, o maior número de ingressantes ocorreu na modalidade rede pública de ensino. Esse dado é corroborado pelo relatório das políticas afirmativas nas universidades estaduais, elaborado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), que aponta que 74% dos beneficiários das ações afirmativas nas universidades estaduais são oriundos de escola pública (MACHADO, et.al, 2017).

Em relação aos concluídos, observamos um baixo percentual de conclusão em todos os cursos. Em nenhum deles o valor chega a 50%. Entendemos que o *habitus* de classe e o reduzido volume capital cultural podem ter contribuído para esse fato. No entanto, será necessário conhecer, o perfil econômico e cultural de cada estudante para fazer essa afirmação.

Os maiores percentuais de conclusão são para as modalidades de cotas para estudantes negros e oriundos da rede pública de ensino que ingressaram no curso de Engenharia Civil, que também figura com o maior número absoluto de ingressantes, o maior percentual de concluídos e o menor percentual de abandonos, de desligados, de transferidos para outras IES, e de matrículas trancadas ou canceladas. Atribuímos esse resultado às boas oportunidades de emprego oferecidas pela construção civil, nos últimos anos. Tendo em vista o referencial teórico que trata da hierarquização dos cursos de ensino superior (VARGAS, 2008), o curso de Engenharia Civil pode ter se destacado devido ao status da profissão, ao reconhecimento social e às oportunidades no mercado de trabalho.

No período analisado, 2008 a 2018 não houve concluídos para as modalidades indígenas, deficientes e filhos de militar e observamos que a variável outros (abandonos, desligados, transferidos para outras IES, matrículas trancadas ou canceladas) são altas para essas três modalidades. Entre os deficientes, entendemos que esse fato pode estar relacionado a uma possível negligência da instituição no que tange à inclusão dos estudantes. Os percentuais de alunos ativos são altos em todas as modalidades.

5. Conclusão

O objetivo desse trabalho foi avaliar quantitativamente a política de cotas da UENF nos últimos 10 anos (2008-2018), tomando como objeto os cursos de Engenharia da instituição devido ao seu prestígio acadêmico, social e de mercado de trabalho. Observamos que o curso de Engenharia Civil se destacou positivamente em todas as variáveis analisadas. Tendo em vista a ampliação das oportunidades de emprego oferecidas pela construção civil nos últimos anos, entendemos que a escolha por esse curso entre os estudantes cotistas pode ter sido feita de maneira racional. Todavia, é necessária uma investigação mais aprofundada.

No entanto, os percentuais de conclusão tanto no curso de Engenharia Civil quanto nos demais, são baixos, não chegam a 50%. Além de uma incompatibilidade entre o *habitus* de classe dos estudantes cotistas e a universidade é necessário considerar que, de maneira geral, a área das ciências exatas, tradicionalmente, apresentam, baixos índices de conclusão, em função de dificuldades relacionadas ao ensino e a aprendizagem.

Ao analisarmos as mesmas variáveis por modalidades de cotas observamos que o maior número de concluídos é na modalidade cotas para estudantes oriundos da rede pública de ensino, seguida pelos cotistas negros. Esse dado é corroborado pelo fato de ser, também, nessas modalidades, os maiores percentuais de ingressantes. Nas modalidades indígena, deficientes e filhos de militares não houve concluídos no período de 2008 a 2018.

Os percentuais de conclusão são baixos para todos os cursos e todas as modalidades de cotas, mas os cursos de Engenharia Metalúrgica e Engenharia de Produção e Exploração de Petróleo, e as modalidades indígenas, deficientes e filhos de militar necessitam de atenção da instituição. Destacamos o alto percentual de alunos ativos em todos os cursos, o que nos sugere a possibilidade de conclusão por parte dos estudantes.

6. Referências

AMARAL, S. C. S. O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do "caso" UENF. Campos dos Goytacazes: PPGPS/UENF, 2006. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2006.

AMARAL, S. C. S.; MELLO, M. P. Cotas para Negros e Carentes na Educação Pública Superior: análise do caso UENF de 2004 a 2010. **InterSciencePlace**, v. 1, p. 25-49, 2012.

ARTES, A., UNBEHAUM, S., SILVÉRIO, V. R. (orgs.) Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação. 01ed. São Paulo: **Cortez Editora** / Fundação Carlos Chagas, 2016, v. 02.

BARBOSA, M. L. O. Expansão, diversificação, democratização: questões de pesquisa sobre os rumos do ensino superior no Brasil1. **Caderno CRH (Online)**, v. 28, p. 247-253, 2015.

_____; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. de. (ORGS). Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: **Autêntica Editora**, 2017.

BOURDIEU, P. 2007. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 556 p.

CORDEIRO, A. L. A. *Políticas de Ação Afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros cotistas egressos da UEMS (2007-2014)*. 2017. 263f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2017.

FERES JÚNIOR, J. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: EUA e Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Ciência Política**, v.5, n.30, 2006. p.1-21.

GOMES, J. B. B. (2001). *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social*. Rio de Janeiro: **Renovar**.

GUIMARÃES, A. S. A. Desigualdades sociais em novo regime de estado: as ações afirmativas no governo Lula. In: XXVII **Congresso Internacional da LASA**, Montreal, 2007.

GUIMARÃES, A. S. A. As cotas nas universidades públicas 20 anos depois. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÈRIO, V. (Orgs.). *Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação*. São Paulo: **Cortez**: Fundação Carlos Chagas, 2016.

LAZARO, A. Observatório da Lei de cotas: proposta de avaliação da lei 12.711/2012. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÈRIO, V. (Orgs.). *Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação*. São Paulo: **Cortez**: Fundação Carlos Chagas, 2016.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. Campinas: **Educação & Sociedade**, v.25, n.88, p.757-776, 2004.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. Sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, n. 78, p. 15-36, 2002.

NOGUEIRA, C. M. M. **Dilemas na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares: o processo de escolha do curso superior**. 2004. 185f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2004.

PEREIRA, E. A. T. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez. 2015.

VARGAS, H. M. Ensino superior em expansão: mudanças no perfil socioeconômico do alunado?. **Boletim SOCED**, v. 5, p. 13-17, 2008

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

(Endnotes)

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

A IDEIA DE IMPUNIDADE GENERALIZADA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Xavier, Elton Dias.

Professor do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social da Universidade
Estadual de Montes Claros - PPGDS/UNIMONTES
eltondx@hotmail.com

Viana, Gilmar Araújo.

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social da Universidade
Estadual de Montes Claros - PPGDS/UNIMONTES
gilmararaujoviana.adv@hotmail.com
Bolsista CAPES

RESUMO

Atentar-nos-emos, neste trabalho, à necessidade de questionamento sobre a ideia de impunidade no Brasil. Para tanto, partiremos de dois temas centrais, a nosso ver vinculados entre si, como passamos a expor: civilidade e criminalidade. A civilidade, modo de sensibilidade social marcado pelo respeito na sociabilidade cotidiana e na visão do outro como sujeito de direitos, possui estreita relação à defesa da efetivação de direitos apenas formalmente previstos e não materialmente implementados, sobretudo quando o tema que se propõe discutir é a criminalidade na sociedade brasileira, recorrentemente imersa em um discurso de impunidade "generalizada". A consequência imediata observada é um discurso punitivista que acaba, em alguma medida, por ocupar o espaço da discussão pública sobre a universalidade de direitos ou a efetiva implementação de direitos além de sua mera expressão simbólica.

Palavras-chave: impunidade; criminalidade; civilidade; universalidade de direitos; punitivismo.

ABSTRACT

We will focus on the need to question the idea of impunity in Brazil. To do so, we will start from two central themes, which we believe are linked, as we come to expose: civility and crime. Civility, a social sensibility mode marked by respect in everyday sociability and the view of the other as subject of rights, has a close relation to the defense of the realization of rights only formally foreseen and not materially implemented, especially when the subject that is proposed to discuss is the crime in Brazilian society, recurrently immersed in a discourse of "generalized" impunity. The immediate consequence is a punitive discourse that ends, to some extent, by occupying the space of public discussion about the universality of rights or the effective implementation of rights beyond its mere symbolic expression.

Key-words: impunity; crime; civility; universality of rights; punitivism.

A IDEIA DE IMPUNIDADE GENERALIZADA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Não é incomum observarmos os cidadãos brasileiros queixosos sobre numerosos aspectos públicos que afligem nossa sociedade. Atentar-nos-emos, neste trabalho, à necessidade de questionamento sobre a ideia de impunidade no Brasil. Para tanto, partiremos de dois temas centrais, a nosso ver vinculados entre si, como passamos a expor: civilidade e criminalidade.

Cohn (2016) parte de um ensaio de Adorno (2001) para abordar o tema da civilidade como modo específico de agir relacionado à sociabilidade cotidiana, como uma “forma social de sensibilidade” (COHN, 2016, p. 185), marcada pelo altruísmo e pelo respeito nas relações sociais.

Para Adorno (2001, p. 25), a civilidade – à qual ele se refere por *tato* – surge em um momento histórico específico: aquele em que “o indivíduo burguês se libertou da coerção absolutista” Ao se esquivar das amarras da nobreza e, conseqüentemente, das convenções que regiam a sociabilidade daquele período – fundadas no sentimento hierárquico –, liberta do jugo econômico e social do poder absolutista, a burguesia fazia emergir uma nova forma de individualidade sobre a qual não pesava a imposição de convenções típicas até aquele momento histórico. Entretanto, essas antigas convenções, ainda que enfraquecidas, exerciam influência sobre as relações sociais da época. Havia, portanto, uma individualidade emergente em uma sociabilidade marcada pelas convenções sociais absolutistas, mas não subordinada a elas. Assim, “não ocorre a imposição imperativa de um quadro de convenções sobre a ação individual nem se dá a pura e simples presença de uma individualidade desencadeada, solta, sem limites e sem referências, indeterminada, portanto.” (COHN, 2016, p. 186).

O que se percebe é, em razão desse quadro, o surgimento de uma dialética superficial e efêmera, uma vez que os elementos que compõem a civilidade, com o tempo, segundo o diagnóstico de Cohn (2016), emanciparam-se por completo da influência das convenções sociais absolutistas e, nesse processo, por não contar mais com referências concretas, acabam por gerar injustiça, entendida por Adorno (2001) como o desrespeito à dignidade do outro: “a manifestação de respeito ao outro torna-se vazia, desprovida de conteúdo, reinstalando pelo lado das próprias maneiras de relacionamento algo que as corrói precisamente no que têm de civis” (COHN, 2016, p. 186).

Se a civilidade é compreendida, portanto, como um modo de sensibilidade social marcado pelo respeito na sociabilidade cotidiana, devemos buscar, então, outros padrões. Para superar a individualidade versada em egoísmo decorrente da ausência de referências concretas, precisamos nos orientar sob novos parâmetros, agora pautados no altruísmo, na “capacidade consciente de abrir mão de certos atos em nome do respeito à dignidade do outro” (COHN, 2016, p. 186) mantendo, ainda assim, a capacidade da individualidade de constante novos diálogos sobre si mesma, não fechada em convenções externas nem em sua própria autorreferência.

A exposição ofertada por Cohn do conceito de civilidade de Adorno merece importante destaque especialmente quando o tema a que se propõe discutir é acriminalidade e, principalmente, quando o pano de fundo da discussão é a sociedade brasileira, mormente se levado em consideração o discurso da impunidade generalizada.

Explicamos.

O discurso da impunidade tida como generalizada por alguns – esclarece o próprio Cohn (2016) –, como o nome já expressa, faz referência à ideia de que vivemos num país em que há uma demasiada desproporção entre os delitos cometidos e as punições respectivamente cominadas, sendo o Brasil o país da impunidade generalizada. Não obstante haver pontos em

que essa desproporção pode ser verificada empiricamente, é importante ressaltar o aspecto sociológico desse discurso, o que nos propomos a fazer.

“A ideia da impunidade generalizada só faz sentido quando quem a exprime não se inclui entre os impunes.” (COHN, 2016, p. 199). Significa dizer que o interlocutor da impunidade generalizada é o cidadão que julga viver sob a égide da lei e que, por uma experiência pretérita ou, de qualquer forma, pela certeza de que assim ocorrerá, sabe que sofrerá as sanções legais em caso de cometimento de quaisquer infrações e, entretanto, duvida muito de que essa mesma repressão recairá sobre o outro. Esse mesmo cidadão (“cidadão de bem”?) exposto à criminalidade das ruas pela vivência diária ou à criminalidade subterrânea pelos canais de mídia, reverbera então o discurso da impunidade generalizada, acarretando uma reivindicação por mais punições. Entretanto, como esclarece Cohn (2016, p. 199),

A ideia da impunidade generalizada aponta para alguns dos dilemas mais fundos da nossa sociedade. A ideia de que os outros são impunes (mas eu não) não se nutre da consciência da necessária universalidade da lei, mas sim da mais ou menos vaga impressão de que de fato há punições, mas elas não se aplicam àquelas pessoas ou àqueles atos considerados merecedores disso.

Uma outra interpretação possível desse ponto de vista é a de que também a obediência à lei não deriva, portanto, da consciência de sua necessária universalidade, mas sim do receio da punição que resultará da desobediência.

Ademais, “a indignação com a impunidade tende a converter-se em reivindicação de mais punições”, (COHN, 2016, p. 199) o que evidencia uma concepção punitiva das relações sociais, devidamente apropriada pelo discurso político dos setores conservadores da sociedade brasileira. Se a consequência imediata da ideia da impunidade generalizada é o discurso punitivista, a consequência mediata é a sobreposição da universalidade de direitos pela universalidade da punição. Numa sociedade ideal, tais princípios deveriam ser postos lado a lado: todos os que cometem delitos devem sofrer a sanção cominada em lei, assim como todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, bem como lhes são assegurados o gozo desses mesmos direitos, a exemplo do preconizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (2018). O que vemos, todavia, é justamente uma alarmante desproporção da apropriação de ambos os discursos.

É compreensível e legítima a indignação com a impunidade. É, porém, muito maior a preocupação com a importância secundária – ou, muitas vezes, a não importância – que é dada à desigualdade social e à ausência de acesso às condições mínimas de dignidade humana, para não falar em numerosos outros exemplos.

O Relatório de Desenvolvimento Humano realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016) classificou o Brasil como o 79º país com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os 188 Estados listados, atrás de países como Cuba, Venezuela e Sri Lanka. O mesmo estudo utilizou o Coeficiente de Gini para classificar o Brasil como o 10º país do mundo com maior desigualdade na distribuição de renda. Se a classificação pelas dimensões do IDH (renda, educação e saúde) fosse corrigida pela desigualdade, o Brasil cairia 19 posições na classificação (PNUD, 2016).

O último Levantamento de Informações Penitenciárias (BRASIL, 2017) evidenciou que o Brasil possuía, em dezembro de 2014, a 4ª maior população prisional do mundo. Estados Unidos, China e Rússia, nossos preceptores nessa classificação, vêm reduzindo suas taxas de encarceramento nos últimos anos, enquanto seguimos em trajetória oposta, aumentando a

população prisional brasileira em 7% ao ano, aproximadamente. A taxa de ocupação das vagas do sistema carcerário era de impressionantes 167%, havendo déficit de mais de 250.318 vagas.

Entre 2000 e 2014, a população prisional brasileira teve um aumento de 167,32%, enquanto, no mesmo período, a média das Américas foi de 107,7% e a do mundo, de 19,5%. (BRASIL, 2014; WALMSLEY, 2016) Há, ainda, desproporção de representação quando comparados os números da população prisional com os da população em geral. 55% da população prisional é formada por jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros. Os números indicam uma sobrerrepresentação de ambas as categorias, vez que os jovens da mesma faixa etária e os negros representam, respectivamente, 18% e 53% da população total do Brasil. Mais da metade da população carcerária – 61% – é formada por pessoas que, quando não analfabetos, possuem apenas o ensino fundamental incompleto. (BRASIL, 2017). O cliente preferencial do sistema penal parece ser jovem, negro e de baixa escolaridade.

Por sua vez, o *Atlas da Violência 2017* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Bueno *et al*, 2017) revelou que, em 2015, o Brasil teve uma taxa de 28,9 homicídios para cada 100 mil habitantes, enquanto em 2005 essa taxa era próxima de 26 homicídios para cada 100 mil habitantes. Quando observados os dados sobre as cinco regiões brasileiras, a diferença é bastante significativa. No mesmo período, o Sudeste teve queda na taxa de homicídios, enquanto o Sul teve apenas discreto aumento. Centro-Oeste, Norte e Nordeste, entretanto, tiveram aumentos consideráveis. Nas unidades da federação, Amazonas, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins sofreram aumentos de mais de 100% na taxa de homicídios. A taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos, entre 2005 e 2015, sofreu aumento de 17,2%.

No Brasil, negros possuem 23,5% mais chances de serem assassinados do que indivíduos de outras raças. A cada 100 vítimas de homicídio no Brasil, 71 são negros (CERQUEIRA; COELHO, 2017).

Ainda no mesmo período, o número de mortes por intervenção legal – leia-se intervenção policial – subiu de 558, em 2005, para 942 em 2015 (BUENO *et al*, 2017).

Não há como negar, portanto, que a forte tendência ao encarceramento e repressão violenta, no Brasil, não foram capazes de regredir os índices de criminalidade, expressos no crescimento da taxa de homicídios do país ao longo dos anos.

Por óbvio, os cidadãos brasileiros sofrem com o crescimento dos índices de delinquência, que nos imergem na névoa tenebrosa do clima da insegurança pública. É claro que é preciso que se faça algo. A grande questão, todavia, gira em torno de qual caminho tomar nesse combate. Como enfrentar a crescente criminalidade brasileira?

Nesses momentos de angústia e medo, potencializados por exploradores midiáticos que vendem o crime como entretenimento, é comum surgir o discurso simplificador dos problemas, que defende que as soluções estão às vistas, que se trata de um problema de legislação penal e polícia e que se resolverá com a impiedosa mão de ferro do Estado.

Segundo essa corrente, as respostas estariam nas forças estatais de segurança: o problema está nas leis penais, nas estratégias de segurança pública, nas políticas criminais do Estado e no controle policial. Há a necessidade de prover o combate, sem receio, da delinquência, esteja ela expressa em quem for, mas principalmente no estereótipo do criminoso já consumado no sem comum. Nesse ponto, há pertinência tanto no recrudescimento das leis penais, na supressão de garantias jurídicas materiais e processuais, na redução da maioria penal, na reestruturação das carreiras policiais, na liberdade de ação das forças de segurança e no aumento da vigilância sobre os setores da população com maiores probabilidades de delinquir.

Para tanto, são rendidas homenagens à política de tolerância zero, cujos fundamentos foram entregues pela “teoria das janelas quebradas”, formulação que remonta ao início dos anos 1980 nos Estados Unidos e que defendia o rigor total mesmo à menor das infrações, pois ali estaria já o germe de crimes mais graves.

Há, sobretudo, a ideia de que todos os países desenvolvidos do mundo conseguiram seus sucessos sociais relativos à criminalidade graças à tolerância zero. Crawford (1998, *apud* KLIKSBURG; SEN, 2010, p. 267) é enfático ao questionar a eficácia dessa forma de abordagem:

O conceito de “tolerância zero” é uma designação equivocada. Não implica a aplicação rigorosa de todas as leis, o que seria impossível – para não dizer intolerável – mas sim uma imposição extremamente discriminatória contra determinado grupos de pessoas em certas áreas simbólicas.

A política do recrudescimento da repressão, partindo da tolerância zero, falha porque tende a tratar, de modo indistinto, todas as formas de delinquência (KLIKSBURG; SEN, 2010). Ao fazer isso, não promove distinção nas políticas criminais de enfrentamento a diferentes modelos delituosos. Observa-se o crime organizado e suas ramificações: as máfias, as organizações de tráfico de armas, drogas e tráfico humano, os grupos especializados em roubo de automóveis, roubo de cargas e assaltos a bancos, as quadrilhas de crimes financeiros, corrupção e lavagem de dinheiro, contra as quais a sociedade necessita e exige toda a força da lei. Há, sobre outra ótica, o crescimento expressivo de uma criminalidade jovem, muitas vezes de menor potencial ofensivo, cometidos por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Aplicando-se a esses jovens o mesmo enfoque do crime organizado, abriremos mão da recuperação ou regeneração e da reinserção social, os quais serão considerados irrecuperáveis ainda em tenra idade, o que poderá transformá-los em matéria-prima para organizações criminosas, ampliando seu recrutamento sobre a população jovem em situações vulneráveis, minando suas possibilidades de abandonar aquela realidade. Na ausência de opções fornecidas pelo Estado, as alternativas ofertadas pelo crime organizado podem ser muito atrativas aos jovens que sempre e apenas conheceram a vida em situação de risco social.

No Brasil, o aumento da repressão traz consigo o risco de promover ainda mais o processo de criminalização da pobreza, o que afetaria todos os indivíduos postos à margem da sociedade, populações expostas a situações de vulnerabilidade; surgiria também um processo catalizador da injustiça racial da criminalização, tanto dos agentes quanto das vítimas. /esse processo incrementa a polarização da sociedade, pauperizando-a em decorrência da intensificação das tensões sociais.

Para os defensores da mão firme, há um moto-perpétuo sobre a solução do problema pelo aumento da repressão: se o mal da criminalidade crescente ainda não foi solucionado, é porque a legislação ainda é muito permissiva, a Justiça ainda é conivente, as forças policiais ainda são muito limitadas em sua atuação, há garantias demais aos criminosos. E é assim que funciona o moto-perpétuo da repressão: sempre mais, mais e mais, num movimento em que fim não há, mas sobram prejuízos.

O discurso simplista de exacerbação da repressão como freio e dissuasão à criminalidade fracassa porque não pensa a questão de forma estrutural. Trata-se, na verdade, de um embuste travestido de justa solução às paixões populares em clamor uníssono pelo fim do sentimento de insegurança:

Na região, ela tem se mostrado, na verdade, com frequência, um grande instrumento eleitoral. Diante da legítima angústia sentida por amplos setores da população, ela fornece uma resposta, mas uma resposta imaginária, que, em vez de se concretizar em

fatos, apenas simplifica a realidade, oferecendo-lhe algum conforto. Trata-se de uma forma bastante eficaz de demagogia. (KLIKSBURG, SEN, 2010, p. 276).

Exemplos pululam aos olhos.

Existe o predomínio de um raciocínio punitivista que entrega soluções simples ao problema e que coloca as próprias forças policiais em situações de risco. Além da exposição de seus agentes a, muitas vezes, uma guerra civil não declarada, expõe-se a própria instituição policial, sobre quem recai uma responsabilidade que não é sua, dado que não lhe é possível influir nas questões estruturais que proporcionam o aumento da criminalidade.

É evidente que o desenvolvimento de uma sociedade passa pela valorização e aprimoramento constante das forças de segurança e de suas práticas policiais: este é um aspecto imprescindível no combate ao crime, principalmente à alta sofisticação das organizações criminosas. O que discutimos não é a necessidade e legitimidade desta afirmação. O cuidado deve recair sobre o papel que lhe cabe na solução do problema.

É imprescindível, à vista disso, problematizar a questão e proporcionar o debate, aprofundar a análise frente à complexidade do assunto, esquecer as falácias, superar os mitos e considerar, em âmbito nacional e internacional, as experiências fracassadas e as bem-sucedidas para, então, traçar uma rota sustentável para a solução do problema. Ao falar da América Latina como um todo, Kliksberg (KLIKSBURG, SEN, 2010, p. 297-298) conclui:

A criminalidade epidêmica de jovens é um indicador bastante contundente de que as sociedades da região possuem sérios problemas de coesão social. Ela provém, como já vimos, de sua incapacidade de assegurar o bem-estar coletivo, reduzir desigualdades e gerar equidade. Por outro lado, lidar com esse problema com a lógica da “mão firme” agrava todos esses elementos. Marginaliza ainda mais os setores atingidos pela exclusão e as disparidades existentes, colocando-os, frequentemente, em situação de “caminho sem volta”. A lógica convencional puramente punitiva não proporciona um alívio real para o problema. É necessário um grande pacto social para enfrentar a criminalidade, por meio de estratégias que construam coesão social.

É possível demonstrar que a ideia de impunidade generalizada é, sob determinados aspectos, equivocada. Ao contrário do que se pode pensar, o sistema judiciário brasileiro pune muito e progressivamente, havendo o encarceramento crescido de forma vertiginosa nas últimas décadas e não há prognóstico favorável de frenagem neste aumento, quiçá num declínio da população prisional. Nesse contexto, o estabelecimento de um estereótipo criminoso (ou, como preferem alguns, de um cliente preferencial do sistema prisional) é também fruto da ira contra a impunidade, no que Cohn (2016 p. 199-200) chama de “moralismo rancoroso de quem quer ver alguém (de preferência bem identificado) preso ou mesmo morto (...)”. A crença na impunidade generalizada, por exemplo, propicia e atrai o discurso da mais punição, quando a discussão ideal deveria girar acerca da qualidade, da efetividade e do poder ressocializador; acerca das condições às quais os encarcerados são submetidos; se a reeducação, nos moldes em que é aplicada, não acaba sendo contraditória à sua própria natureza. Prejudica-se, ainda, a discussão sobre a quem realmente se deve punir, bem como o questionamento sobre as reais causas não apenas da impunidade, mas da própria criminalidade.

Infelizmente, a ideia da impunidade generalizada cega e depois fere.

Outro efeito que se observa é o crescimento de um desregrado egoísmo individualista e o enfraquecimento da própria noção de civilidade – o podar-se a si mesmo em prol da não agressão ao outro. Numa sociedade onde o impune mora ao lado, todos os esforços tendem a ser empreendidos no jogo de ataque e defesa, mas quase nenhum nos tratados de paz. Vai-

se perdendo a capacidade de diálogo, os extremos se avultam, o individualismo passa a ser virtude e a depauperação da noção republicana é prejudicada justamente naquilo que tem de mais precioso: a construção do lugar de todos, da *res publica*, de uma consciência pública sólida.

Se a ideia da impunidade generalizada remete a um discurso repressivo de mais punição, o que, além de não servir como solução estrutural para a problemática da criminalidade, age também como possível catalizador da polarização ao promover a intensificação das tensões sociais, voltamos à questão da civilidade.

Tratamos aqui da construção do espaço público, conceito em desuso na sociedade brasileira pelo diagnóstico de Cohn (2016, p. 193). Para ele,

Não está em jogo o cuidado com aquilo que concerne a todos. Cuida-se de exato oposto, a transferência dos custos, das penas relativas a condutas danosas para o conjunto. A referência a esse conjunto abstrato, indeterminado, sustenta o que, na falta de melhor termo, eu denominaria gestão distributiva dos custos e das penas.

A formação de uma coesão social passa, necessariamente, pela capacidade humana de prover, conjuntamente, um ambiente de convivência harmoniosa. Ocorre que essa convivência deve emergir não apenas em virtude da necessidade individual que cada um possui das benesses de um estado democrático de direito que promova segurança jurídica, por exemplo, ou da necessidade da paz externa e interna para a garantia de uma vida sem o medo constante da morte violenta. Não pode se tratar apenas dos benefícios de ordem individual.

Devemos parar de pensar a sociedade apenas como o resultado de todas as aspirações individuais, ideia ilustrada na capa do *Leviatã* de Hobbes, em que o corpo do soberano é constituído pela fusão de inúmeros cidadãos. “Não podemos mais apostar na multiplicidade ou na mera agregação de interesses particulares organizados. Pois uma coisa é a referência pública, outra coisa é a organização do privado.” (COHN, 2016, p. 198). A consciência da construção do espaço público deve ser pensada de forma altruísta, relacionando-se com o outro (seu pai, seus filhos, seus vizinhos, seus concidadãos e até mesmo aquele que usará o banheiro público depois de você) de maneira inteira e com inteiro respeito: civilidade.

É neste ponto em que, por exemplo, a ideia da impunidade generalizada, com todas as decorrências já descritas, obsta o pleno desenvolvimento da ideia da universalização dos direitos.

Explicamos novamente.

O discurso da impunidade generalizada é, sob certa ótica, um reflexo do pensamento individualista exacerbado impelido pela concepção das relações sociais como pura organização de interesses particulares. O interlocutor da política da mais-repressão, ao defendê-la, não se preocupa com a ideia de universalidade da lei e de sua necessária observância. O que estimula seu discurso é sua percepção de estar sujeito às penas da lei, enquanto outros não estão. O pensamento punitivista fecha o foco da discussão em soluções simplistas, o que o impede de olhar além de seu próprio horizonte e perceber que a discussão – das razões da criminalidade, por exemplo – é mais complexa e profunda.

Quando a perspectiva reducionista ganha hegemonia na discussão, há um prejuízo incalculável à ideia de universalização dos direitos, concepção pluralista da sociedade, já que a mais-repressão fecha seu horizonte apenas aos problemas que estão à vista, em busca de uma resposta mágica a curto prazo, enquanto a análise estrutural da criminalidade revela que sua

solução passa, também, pela solução de outros problemas sociais. Enquanto a mais-repressão defende, em muitos aspectos, a retirada de direitos e a supressão de garantias, a análise das estruturas parece sugerir que a solução está, justamente, na plena efetivação desses mesmos direitos e outros mais e na confirmação e fortalecimento das garantias materiais e processuais.

A construção de uma consciência pública sólida permite olhar além do horizonte mesmo quando as barreiras parecem altas demais, justamente porque se sabe que a solução do problema pode passar por aspectos que não necessariamente beneficiem diretamente seu interlocutor, ou até mesmo lhe exija uma não-ação que, ainda que involuntariamente, agiria como agressão perante o outro, seja ele quem for. Novamente: civilidade.

Assim, a construção do espaço público passa, antes, pela formação de uma consciência pública, o que Cohn (2016) poderia chamar de cultura política.

A luta pela efetivação da universalidade dos direitos é um norte a ser buscado. Nas palavras de Bobbio (2004, p. 94), o atual debate sobre os direitos humanos pode ser interpretado como “sinal premonitório” do progresso moral da humanidade, para quem “direito e dever são termos correlatos e não se pode firmar um direito sem afirmar ao mesmo tempo o dever do outro de respeitá-lo”, não sendo possível buscar a paz sem a paulatina concretização dos direitos humanos e da democracia.

Assim, há mitos que devem ser desfeitos.

Mesmo perante os anseios causados pelas aflições decorrentes de males sociais – aqui tratamos da criminalidade –, reduzir o foco da discussão a soluções aparentemente simples parece não ser a melhor atitude a ser tomada, pois a estrada vai além do que se vê. Exemplos internacionais (KLIKSBURG, SEN, 2010) das mais variadas matrizes revelam que a eficácia dos enfrentamentos passa por uma visão holística da situação.

O crucial, sobretudo, é pensar na solidificação de uma consciência pública como pressuposto à construção do espaço público, tarefa sugerida por Cohn (2016, p. 198) de forma não institucional. É necessário pensar a civilidade como prosperidade social. “Não estamos vivendo um momento de construção civilizatória. Pois a indiferença é barbárie, não é civilização. Civilização é exatamente a atenção ao outro.”

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/adorno-minima-moralia.pdf>. Acesso em 30/07/2017, 19h51min.

BRASIL. **Choque de justiça**: reunião especial de jurisdição. Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Brasília: 2017. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/06/2aca186d253909cc2f8e9b12f7748d53.pdf>. Acesso em 31/07/2017, às 22h32min.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: INFOPEN. Brasília, 2017.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7a. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BUENO, Samira. et al. **Atlas da violência 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Rio de Janeiro: Ipea, junho de 2017. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em 05/08/2017, 20h15min.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Texto para discussão 2267**: Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, janeiro de 2017. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2267.pdf. Acesso em 05/08/2017, 20h15min.

COHN, Gabriel. **Weber, Frankfurt**: teoria e pensamento social. Vol. 1. 1.ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em 10/11/2018, 17h25min.

FAIR, Helen; JACOBSON, Jessica; HEARD, Catherine. **Prison**: evidence of its use and over-use from around the world. Institute for Criminal Policy Research. Londres: 2017. Disponível em http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/global_imprisonment_web2c.pdf. Acesso em 01/08/2017, 00h36min.

KLIKSBERG, Bernardo; SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Trad, Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **2016 Human development report**. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf. Acesso em 30/07/2017, 23h13min.

WALMSLEY, Roy. **World prison population list**: eleventh edition. Institute for Criminal Policy Research. Londres, 2016. Disponível em http://www.icpr.org.uk/media/41356/world_prison_population_list_11th_edition.pdf. Acesso em 01/08/2017, às 01h01min.

XAVIER, Elton Dias; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes. Justiça restaurativa e a tendência expansionista do Direito Penal: nova forma de pensar o paradigma punitivo. In: **Justiça restaurativa**. VALOIS, Luiz Carlos; SANTANA, Selma. MATOS, Taysa. ESPÍNEIRA, Bruno. (Orgs.). D'Plácido: Belo Horizonte, 2017. p. 357-376

AS RELAÇÕES ENTRE O SUAS E O SISTEMA DE JUSTIÇA: O CONFLITO DE COMPETÊNCIAS DAS REQUISIÇÕES AOS ASSISTENTES SOCIAIS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Jackeline da Silva Moura

*Doutoranda do Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas/ UFPI
mourajacke@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre o Sistema de Justiça e os profissionais inseridos no Sistema Único de Assistência Social. Consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental que problematiza o dissenso protagonizado entre estes dois sistemas a partir da incompreensão das funções da Política de Assistência Social pelos órgãos que compõem o Sistema de Justiça. Inicialmente são discutidos elementos históricos a respeito do protagonismo do Poder Judiciário a partir da Constituição Federal de 1988 e o conseqüente debate de judicialização da política e ativismo judicial. Em seguida, problematiza-se esta relação por intermédio de documentos oriundos da categoria profissional dos assistentes sociais e da Secretaria Nacional de Assistência Social. Para problematizar os elementos supracitados, a reflexão e interlocução teórica fundamenta-se principalmente em Aragão (2013); Sadek (2001; 2010); Sierra (2011) CFESS (2014). Os resultados da pesquisa apontam a submissão dos profissionais a processos de ingerência, constrangimento e sofrimento.

Palavras-Chave: Sistema de Justiça. Constituição Federal. Ativismo Judicial. Judicialização da Política. Assistência Social.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between the Justice System and the professionals included in the Single Social Assistance System. It consists of a bibliographical and documentary research that problematizes the dissension between these two systems from the incomprehension of the functions of the Social Assistance Policy by the organs that make up the Justice System. Initially, historical elements are discussed regarding the role of the Judiciary as of the Federal Constitution of 1988 and the consequent debate on judicialization of judicial politics and activism. Next, this relationship is problematized through documents from the professional category of social workers and the National Secretariat of Social Assistance. In order to problematize the aforementioned elements, theoretical reflection and interlocution is based mainly on Aragão (2013); Sadek (2001; 2010); Sierra (2011) CFESS (2014). The results of the research point to the submission of professionals to processes of interference, embarrassment and suffering.

Key words: Justice System. Federal Constitution. Judicial Activism. Judicialization of the Policy. Social assistance.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz uma análise da relação do Sistema de Justiça com os assistentes sociais inseridos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), problematizando a natureza prática estabelecida no vínculo interinstitucional entre os respectivos poderes. Neste sentido, observa-se a existência de um conflito de competências nas requisições oriundas do Sistema de Justiça aos profissionais do SUAS, com inúmeras implicações ao trabalho dos assistentes sociais nesta política social

A tênue e difícil relação entre os poderes tem suscitado inúmeros debates no interior da categoria profissional através dos posicionamentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), bem como de outras entidades a exemplo, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Trata-se de discussões a despeito da relação entre a categoria profissional dos assistentes sociais e os órgãos do Sistema de Justiça, impactando no plano de trabalho e fluxo operacional estabelecido pelos profissionais do SUAS.

Para apreender os meandros desta relação, o presente artigo apresenta dados obtidos em pesquisa bibliográfica e documental cujo objetivo é discutir as implicações da ausência de compreensão por parte do Sistema de Justiça sobre o efetivo papel da Política de Assistência Social. Deste modo, o artigo encontra-se dividido em duas subseções, assim organizadas: inicialmente faz uma breve discussão a respeito do Poder Judiciário, Estado de Direito, judicialização da política e ativismo judicial. Em seguida, apresenta-se os dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e documental cuja interlocução com os documentos emitidos pelos órgãos da categoria, além da problematização das condições de trabalho e a forma pela qual este trabalho é requerido aos assistentes sociais, problematizando a ingerência dos órgãos do Sistema de Justiça no trabalho profissional.

1 DISCUSSÕES SOBRE PODER JUDICIÁRIO, ESTADO DE DIREITO E ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Estudos mais sistematizados a respeito do Poder Judiciário brasileiro e o chamado Sistema de Justiça são recentes. Dentre os fatores atribuídos a este fenômeno, destaca-se, sobremaneira, o parco protagonismo exercido pelo mesmo até os anos 1988. A partir da Constituição Federal foi que efetivamente discutiu-se sobre suas funcionalidades e o seu protagonismo frente as garantias instituídas pelo Estado Democrático de Direito (CAMPILONGO, 2018).

Os anos 1980 abrange um período de efervescência política decorrente das lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, reativação dos movimentos sociais, em especial, a luta operária e os debates em torno da elaboração da Constituição de 1988. No que se refere ao poder Judiciário, Sadek (2010) aponta que o novo texto constitucional representou um importante passo no que diz respeito a sua independência e autonomia, instituindo de fato a independência dos poderes. Dentre as inovações trazidas pela Carta Constitucional, o Poder Judiciário teve assegurado sua autonomia administrativa e financeira a este poder, com a possibilidade de elaborar orçamento próprio com submissão ao Congresso Nacional.

Sua característica estrutural marcada pelo burocratismo e rigidez se refuncionaliza diante do contexto social e econômico vivenciado pela sociedade brasileira e pelas atribuições conferidas que lhe são dadas pelo texto constitucional a este poder, dentre elas está a defesa do Estado de Direito, conteúdo jurídico que marca a Constituição Federal de 1988 - "Constituição Cidadã" - Não se trata apenas de uma forma jurídica, mas um agregado de conteúdos que abrange liberdades públicas, democracia e direitos sociais.

Ao ter como pilar a efetivação de um Estado Social de Direito, a Constituição se assenta na incorporação igualdade, princípio que deve ser garantir, juridicamente, condições mínimas de exercício da cidadania. Amplia-se o rol de problemáticas que requerem resolutividade por parte do Estado, que deve assegurar qualidade de vida individual e coletiva aos indivíduos (STRECK E MORAIS, 2000).

Para afiançar estas garantias, foram inseridos no direito mecanismos que certificassem sua efetivação, podendo o Estado vir a ser julgado pela violação ou omissão. Nos últimos anos, com a instituição de novos mecanismos processuais e novos direitos, houve uma redefinição da atuação judiciária, exercendo papel fundamental na solução de conflitos envolvendo diferentes atores políticos e conflitos de interesses. De acordo com Damasceno (2005), a mudança nos mecanismos constitucionais, a ampliação de direitos sociais e a possibilidade deste Poder Judiciário atuar frente a defesa destes, promoveu um maior protagonismo deste poder nos últimos anos e suas ramificações, denominados órgãos do Sistema de Justiça. Trata-se daqueles ligados ao Poder Judiciário e Ministério Público, bem como os que estão inseridos em equipamentos e ofertas de serviços no Sistema de Garantia de Direitos no recorte das políticas públicas de saúde e assistência social.

Em um contexto adverso, anos 1990 abriga um paradoxo: de um lado, os ganhos assegurados pela Carta Magna de 1988 e de outro, o avanço do neoliberalismo no Brasil. O cenário de contra-reforma do Estado obstaculizou e redirecionou o desenho das políticas sociais, ao tempo em que houve um enfraquecimento dos sindicatos e não efetivação da proteção social (BEHRING E BOSCHETTI 2006).

Para Sierra (2011), houve um aumento na requisição do Poder Judiciário por parte da população que passou a cobrá-lo pelo cumprimento dos seus direitos. Deste modo, o desafio consiste em conferir eficácia as políticas públicas num contexto de avanço da ofensiva neoliberal, pressionando os demais poderes para sua efetivação. Há, portanto, um protagonismo do juiz que passa a participar da luta pela afirmação e reconhecimento da cidadania;

A invasão do direito sobre o social avança na regulação dos setores mais vulneráveis, em um claro processo de substituição do Estado e dos recursos institucionais classicamente republicanos pelo judiciário, visando a dar cobertura à criança e ao adolescente, ao idoso e aos portadores de deficiência física. O juiz torna-se protagonista direto da questão social. Sem política, sem partidos ou uma vida social organizada, o cidadão volta-se para ele, mobilizando o arsenal de recursos criado pelo legislador a fim de lhe proporcionar vias alternativas para a defesa e eventuais conquistas de direitos (VIANNA, BURGOS E SALLES, 2007, p. 41).

A proeminência deste poder no processo de garantia de direitos sociais tem suscitado inúmeros debates por parte de pesquisadores de diferentes áreas sobre o que comumente é chamado de ativismo judicial ou judicialização da política.

O Judiciário cria ou reestrutura regulamentos, órgãos, determina deveres aos outros poderes assim como políticas públicas; no jurisdicional, o Judiciário amplia seus limites de prestação jurisdicional, alterando ou completando leis e atos administrativos; no contra majoritário, o Judiciário resiste em acatar decisões dos governos democraticamente eleitos; e no criativo, o Judiciário se apropria da hermenêutica para afirmar direitos morais ou definir novos (baseia-se em teorias do neoconstitucionalismo e do pós-positivismo) (ARAGÃO, 2013, p. 57)

O Poder Judiciário passa a assumir um papel preponderante na efetivação do papel do executivo. Ao eximir-se da responsabilidade em ser responsável pela efetivação de políticas públicas, as expressões mais evidentes da “questão social” passam a ser judicializadas. Despolitiza-

se o seu conteúdo privilegiando o Poder Judiciário em detrimento da desresponsabilização do Executivo e o Legislativo, instâncias fundamentais de reconhecimento e viabilização de direitos (AGUINSKY E ALENCASTRO, 2006).

De acordo com Fadel e Cunha (2015), o processo denominado de judicialização da política passou a ter um importante papel: nivelar interesses antagonismos numa arena societária que passa a exigir do Judiciário um papel de destaque diante da solução de conflitos, exigindo um maior protagonismo deste poder na solução dos conflitos e de questões que anteriormente não eram demandas. É um processo que ocorre não sem efeitos que pode ser analisado por dois vieses distintos: a) um ataque a democracia representativa, haja vista a interferência do Judiciário em uma seara pela qual não foi eleito para intervir e b) um recurso de ampliação da cidadania, que não provoca, como apontam alguns analistas, como despolitização da sociedade, mas tem por efeitos a politização da justiça.

2 A RELAÇÃO ENTRE OS ASSISTENTES SOCIAIS DO SUAS E O SISTEMA DE JUSTIÇA: uma análise das implicações decorrentes da ingerência interinstitucional

A trajetória histórica da Política de Assistência Social revela uma série de continuidades e rupturas no que se refere a sua operacionalização. Como política pública, foi inserida no bojo da Seguridade Social brasileira com a promulgação da Constituição de 1988. Este fato figurou num importante marco para a Assistência Social, pois a tornou política de Estado, rompendo, pelo menos nos marcos legais, com o caráter caritativo e benemerente que lhe dava a tônica desde sua gênese (WERNECK VIANA, 2008).

No que tange à efetivação dos direitos sociais preconizados pela Carta Magna e a inserção desta política no rol da Seguridade Social, percebe-se que a mesma se efetivou na contra-corrente dos acontecimentos em âmbito internacional, em virtude das contrarreformas efetuadas pela ofensiva neoliberal. Nessa conjuntura, segundo Silva (2012), iniciou-se um processo de profundos ajustes na estrutura do Estado, o que impactou diretamente nas recentes conquistas constitucionais, provocando uma retração dos direitos sociais legalmente instituídos.

Na entrada dos anos 2000, a Política de Assistência Social ganhou centralidade nas gestões do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), adquirindo papel de referência no sistema de proteção social brasileiro. A análise de que deveria haver uma reconfiguração do papel estatal no combate à pobreza foi central neste governo, principalmente pela via de transferência de renda. Desse modo, a política de Assistência Social foi escolhida para concentrar essas ações, o que redimensionou sua atuação e a levou a adquirir uma posição de destaque perante as políticas de seguridade social (BARROS, 2014).

Para operacionalização dos serviços socioassistenciais, compete ao Sistema único de Assistência Social (SUAS) a alocação de profissionais de diversas áreas de conhecimento em suas respectivas unidades de oferta, compondo as equipes de referência do SUAS, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) e as Resoluções nº 17/2011 e nº 09/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Deste modo, o assistente social figura dentre as categorias profissionais que tiveram seus espaços de trabalho ampliados por advento do SUAS, estando entre as categorias profissionais que atuam na execução desta política nos estados e municípios brasileiros.

O Sistema Único de Assistência Social destaca-se pela sua capilaridade e conectividade entre os órgãos e aparelhos executores. O SUAS organizou as atividades da assistência em dois níveis de proteção social: proteção social básica e proteção social especial (média e alta complexidade). Por proteção social básica compreende-se o desenvolvimento de ações

destinadas à prevenção de riscos sociais e pessoais àquelas populações que vivem em situação de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou sua fragilização de vínculos afetivos-relacionais ou de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 33).

Os serviços de proteção social básica são organizados e prestados nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), cujo objetivo primordial é incluir os grupos sociais que estão na situação de risco nos demais conjuntos de políticas sociais existentes, bem como na vida comunitária e na esfera do trabalho, contemplando um caráter inclusivo e preventivo. Neste equipamento são desenvolvidas diversas atividades através do desenvolvimento de serviços, programas, projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, devendo incluir as pessoas com deficiência, e ser organizado em rede. No âmbito da proteção social básica, ainda é desenvolvida a gestão dos benefícios eventuais e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (PNAS, 2004).

Observa-se que houve uma ampliação na oferta de serviços socioassistenciais, que respondiam ao contexto político, ao mesmo tempo em possibilitou o crescimento do mercado de trabalho para os assistentes sociais, promovendo uma interiorização tanto da Política de Assistência Social, quanto das competências profissionais. Em consonância com este processo, pode-se afirmar que a implantação dos equipamentos que fazem parte da Política de Assistência Social teve suas práticas modificadas, quando não moldadas por elementos inerentes a cultura municipal, a exemplo: patrimonialismo, meritocracia, nepotismo, primeiro-damismo dentre outros (SANTOS, 2014).

Dentre estas características já mencionadas, incluem-se o processo de descentralização geográfica desta política, tornando o direito a Assistência Social próximo ao cidadão. Neste interim, o exercício profissional nesta política passou a ter as seguintes particularidades: ausência de condições para o exercício do trabalho e a precarização do trabalho. Abre-se espaço para a ingerência dos órgãos do Sistema de Justiça aos profissionais inseridos no âmbito do SUAS através das recorrentes solicitações encaminhadas aos assistentes sociais não vinculados a estas instituições, para elaboração de estudos sociais, laudos ou pareceres que venham a subsidiar decisões dos magistrados.

Destaca-se a ingerência realizada pelos órgãos do Sistema de Justiça no SUAS, impactando diretamente o exercício profissional, pois ao incorporarem demandas oriundas deste sistema, os profissionais do SUAS deixam de cumprir as obrigações para as quais foram contratados, acumulando atividades e prejudicando a qualidade do serviço junto aos usuários do serviço público específico. Ademais, podem vir a sofrer responsabilização ética e criminal por não atendimento das requisições e, sobretudo por descumprimento dos prazos a que são submetidos.

Esta realidade se evidencia em detrimento da precarização das instituições sociojurídicas e a ausência de recursos humanos em nível satisfatório e em decorrência da demanda judicial, faz-se necessário requerer a atuação de assistentes sociais do SUAS para atenderem as necessidades daqueles que pleiteiam seus direitos junto ao Sistema de Justiça

Para o atendimento da demanda reprimida, recorrendo-se a designação profissional do assistente social inserido em políticas públicas municipais para atendimento específico de suas requisições. De acordo com Costa (2016, p. 211) são quatro requisições principais

a) requisições de perícias, na busca de subsidiar decisões que serão tomadas no âmbito judicial sobre a vida dos sujeitos; b). requisições tipo averiguação de denúncias, com o objetivo de esclarecer o que possa estar acontecendo no local denunciado, como no caso das denúncias por meio do “Disque 100”; c) requisições de atendimentos diretos em serviços específicos, como vaga em instituições de acolhimento, em programas de apoio a família, inscrição em cadastros e recebimento de benefícios eventuais entre outros; e d) requisições de informações sobre atendimentos que vem sendo realizados pelo respectivo equipamento do SUAS.

As requisições que são demandas pelo do Sistema de Justiça para o SUAS fazem parte do meio relacional entre os sistemas. Diante do crescente aumento de demandas ao Sistema de Justiça para atendimento de direitos, os Ministérios Públicos, Juízes e Defensorias Públicas, requisitam os serviços de forma individualizada aos profissionais do SUAS. Como auxílio ao trabalho do Sistema de Justiça, as requisições fazem parte, ora do universo processual, como constituição de prova pericial, ora do universo investigativo ou extraprocessual próprio do Ministério Público e Defensorias Públicas (COSTA, 2016).

A requisição dos profissionais é possível por intermédio de assinatura de “Termo de Cooperação/Convênio” entre poderes executivo e Judiciário, ocorrendo comumente nos municípios brasileiros, onde a estrutura do Sistema de Justiça é precarizada. As requisições do Sistema de Justiça aos assistentes sociais, em sua maioria, vêm fundamentadas na Lei Federal nº 5869/1973 que institui o Código de Processo Civil. É dessa maneira que representantes deste sistema legitimam suas requisições, inclusive com determinação de prazos para cumprimento, sob pena de multa.

De acordo com o Parecer Jurídico Nº10/ 2012, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), esses profissionais além de cumprirem sua carga horária nas instituições em que trabalham, ainda são requisitados a exercerem atividades específicas do trabalho do assistente social no ambiente judicial através da realização de laudos, pareceres e estudos sociais e outros instrumentos técnico-operativos utilizados nas instituições judiciárias.

Conforme o parecer publicado pelo CFESS, assistentes sociais de diversas regiões do país registraram perante seus conselhos regionais queixas relacionadas à forma autoritária pela qual são convocados, geralmente por meio de intimação judicial. Há um conflito entre as concepções afiançadas pelo SUAS e a atividade solicitada, marcada pelo cunho investigatório e sem possibilidade de exercício da autonomia do profissional do assistente social. Acrescente-se a isto o tratamento desrespeitoso dos representantes do Sistema Justiça para com os profissionais do SUAS e o tempo exíguo estabelecido para as respostas demandadas (COSTA, 2016).

Os assistentes sociais exercerem suas atividades para o Sistema de Justiça de forma gratuita, acumulando volume de trabalho, com transgressão a carga horária definida em lei¹ e sob penalidade de ter instaurado processo administrativo, sanções e demais penalidades, caso não cumpra a solicitação. O documento elaborado pelo CFESS (Parecer Jurídico nº10/2012), orienta e esclarece que o profissional pode se eximir de cumprir esta intimação, como consta abaixo:

É necessário destacar que não possuindo, este assistente social, qualquer vínculo de trabalho com o Poder Judiciário, pode se escusar de cumprir tal tarefa, desde que a justificativa seja apresentada dentro de 5 (cinco) dias, contados da intimação ou impedimento, conforme dispõem o artigo 146 do Código de Processo Civil² (CFESS, 2012).

1 A carga horária semanal do assistente social é de 30 horas semanais, conforme Lei 12.317 de 26 de Agosto de 2010).

2 Art. 146. O perito tem o dever de cumprir o ofício, no prazo que assina a lei, empregando toda a sua diligência; pode, todavia, escusar-se do encargo alegando motivo legítimo. Fonte: Código de Processo Civil Brasileiro, disponível para consulta em: <http://www.planalto.gov.br>

No entanto, o documento elaborado pelo CFESS (2012) compreende que “o Poder Judiciário tem a missão de assegurar o cumprimento das leis e garantir a prestação jurisdicional concernente à apreciação de qualquer lesão ou ameaça de direito (CFESS, 2012, p. 2). Ou seja, o CFESS entende a importância deste poder e que é de sua competência salvaguardar a ordem e garantir a aplicabilidade da Lei.

Valendo-se de tamanha importância, o art. 339 do Código de Processo Civil³, expõe que “Ninguém se exime de colaborar com o Poder Judiciário para descobrimento da verdade”. Através desta assertiva, o parecer elaborado publicado pelo CFESS denota que colaborar, como mencionado no artigo, possui o sentido de contribuir observando as limitações do prestador.

No entanto, a colaboração que deseja os órgãos do judiciário se refere a “comprovação de fatos mediante o depoimento de testemunhas ou de apresentações de documentos e certidões” (CFESS, 2012, p. 3). Colaboração esta que passa pelo crivo profissional do assistente social e que demanda responsabilidade e competência para o exercício. Trata-se de uma atividade de prestação jurisdicional e que servirá de subsídios para esclarecimentos de fatos no processo:

trata-se trabalho de natureza técnica profissional que é imposto ao assistente social, em detrimento de sua atividade no órgão público em que é lotado e por mais que possamos compreender a carência dos recursos humanos; a deficiência do serviço público; a “superioridade” do interesse público não podemos, com toda certeza, atribuir tal “colaboração” a um dever que emerge da “cidadania”, como sustentado por alguns magistrados (CFESS, 2012, p. 4)

Para o documento do CFESS (2012), a requisição de atividade gratuita, mesmo que seja para contribuir com as atividades judiciárias, transgredir às pretensões constitucionais enunciadas no caput do art. 339. Ainda de acordo com as orientações deste documento, o profissional pode sim contribuir com o Poder Judiciário, como parte em um processo, ou prestando depoimento como testemunha, a cerca de fatos que detenha conhecimentos ou até mesmo, executando uma atividade voluntária, mas somente quando tiver interesse e desejo.

O trabalho geralmente é exercido de forma não-remunerada, apelando ao caráter voluntariado. Este trabalho também possui caráter de obrigatoriedade, tendo em vista a intimação que o profissional recebe no seu ambiente de trabalho para cumprir a demanda judiciária. Acrescente-se a isso, o fato de que a competência do Assistente Social não se adéqua a realidade jurídica, sendo o mesmo obrigado a se dedicar a pesquisa para cumprir com presteza a solicitação imposta (CFESS, 2012).

Barros (2014) aponta que esta relação de ingerência com os órgãos do Sistema de Justiça com a consequente transferência de responsabilidades para a Política de Assistência Social tem se tornado objeto de “angústia” e “submissão” por parte dos profissionais. Em consonância a esses sentimentos, coexiste a fragilização dos profissionais em não executar o atendimento da demanda, o que resulta num processo de intensificação do trabalho em decorrência do volume de atividades a cumprir. Acrescido a esse fator, inexistem um quantitativo de profissionais suficiente para respondê-las, ao tempo em que o arcabouço teórico-metodológico requisitado no âmbito do judiciário possui especificidades diferentes daquelas que são requeridas para o trabalho desenvolvido no SUAS.

As implicações decorrentes desta relação incidem no cotidiano profissional, haja vista a inexistência de condições necessárias para exercício de suas atividades, além da impossibilidade de verificação e acompanhamento do caso ao qual foi convocado a atuar, pois não há possibilidade de acompanhamento processual até o final. Tal constatação reforça

3 Fonte: Código de Processo Civil Brasileiro, disponível para consulta em: <http://www.planalto.gov.br>

um caráter fragmentário e pontual do trabalho exercido, onde estas condições precisam ser amplamente debatidas. Estes determinantes infringem a autonomia profissional e dificultam a implementação e defesa do projeto ético-político da categoria. É necessário que haja articulação entre a realidade vivenciada no ambiente de trabalho e os princípios defendidos pelo projeto profissional.

CONCLUSÃO

Diante do contexto de aprofundamento da degradação das condições de trabalho dos assistentes sociais, torna-se imperioso discutir os desafios postos ao exercício profissional na esfera do SUAS na contemporaneidade de forma sistemática. Por meio da implantação da Política Nacional de Assistência Social, no ano de 2004, e a criação do Sistema Único de Assistência Social, houve um avanço no que diz respeito à institucionalização desta política e a expansão do mercado de trabalho para o assistente social. Essas iniciativas representam o investimento do governo federal na área da assistência, a partir da ampliação no número de programas, projetos, serviços e benefícios a partir desta política e o atendimento de demandas advindas das camadas mais empobrecidas da sociedade.

Dentre as novas requisições importas aos profissionais, é preciso analisar a a dinâmica do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais ao Sistema de Justiça, considerando aspectos relativos aos determinantes desta relação para os assistentes sociais inseridos no Sistema de Justiça. Urge analisar e identificar como essa competência vem sendo vivenciada pelos profissionais, que, não obstante, cumprirem com as prerrogativas estabelecidas no âmbito do SUAS, são obrigados a cumprir prazos e metas estabelecidos pelos órgãos do Sistema de Justiça.

Desse modo, a discussão das relações entre SUAS e Sistema de Justiça abre espaço para outras discussões no interior da categoria profissional, como por exemplo, analisar o assédio moral no trabalho do assistente social, o que se torna complexo diante da relação de poder existente entre os sujeitos envolvidos no processo. Para o cumprimento dessas demandas, geralmente estes profissionais são convocados via ofícios ou intimações. Deste modo, longe formular considerações simplistas, o presente trabalho objetivou contribuir para o enriquecimento das discussões estabelecidas em diferentes âmbitos no interior da profissão e com outros setores.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, Beatriz Gershenson. ALENCASTRO, Ecleria Huff de. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder assistentes sociais no Poder Judiciário. In: **Revista Katálisis**, v. 9 n. 1 jan./jun. 2006 Florianópolis SC 19-26.

ARAGÃO, João Carlos Medeiros de. **Judicialização da política no Brasil**: influência sobre atos interna corporis do Congresso Nacional. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 139 p. – (Série temas de interesse do Legislativo Nº. 24). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14300> Data de Acesso em: 08 de Julho de 2018.

BARROS, Sheyla Alves. **Assistência Social e Serviço Social**: requisições profissionais e condições de trabalho nos CRAS e CREAS de Maceió- AL. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2012%20-%20Jarbas.pdf>. Data de acesso: 12 de Fevereiro de 2015

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e História. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPILONGO, G. F. O Judiciário e a democracia no Brasil. In: **Revista USP**, São Paulo, Nº. 116.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parecer Jurídico nº 10/2012**, 2012.

COSTA, Ana Paula Motta. As relações entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o sistema de justiça. In: **IPEA**. Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL), 2015.

DAMASCENO, João Batista. Justiça como Poder: judicialização da política, politização da justiça e pessoalização da jurisdição. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp028276.pdf>

FADEL, Fábio A. e CUNHA, Nilton P. **A Crise de Representatividade e a Judicialização da Política no Estado Pós-Intervencionista**. São Paulo: K.M.LAW do Brasil, 2015.

NUNES, Ana Luisa Tarter; COUTINHO, Nilton Carlos; LAZARI, Rafael José Nadim de. Políticas públicas e ativismo judicial: o dilema entre efetividade e limites de atuação. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, Número Especial, 2015 p. 208-222.

SADEK, Maria Teresa. Estudos sobre o Sistema de Justiça. Disponível em: http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2015/08/SADEK_EstudossobreoSistemadeJusti-a.pdf. Data de Acesso em 15 de Outubro de 2018.

_____. **O Sistema de Justiça** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4w63s/pdf/sadek-9788579820328-02.pdf>. Data de acesso em 10 de Novembro de 2018.

SIERRA, Vânia Morales. A Judicialização da Política e a atuação do Assistente Social na Justiça. In: **Revista Katálýsys**. Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 256-264, jul./dez. 2011

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. B.; SALLES, P. M. Dezessete anos de judicialização da política. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 39-85, 2007.

O DISCURSO DA MERITOCRACIA E A POLÍTICA DE COTAS

João Lucas Gomes Oliveira

*Mestrando do Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Social/PPGDS/UNIMONTES
jgomesoliveira@yahoo.com.br
(Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior-CAPES).*

Patrícia Morais Lima

*Mestre pelo Programa de Pós – Graduação em
Sociedade, Ambiente e Território – Universidade Federal de Minas Gerais-
Universidade Estadual de Montes Claros
patriciamoraislima@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o discurso da meritocracia e a política de cotas na sociedade brasileira, em primeiro lugar foram feitas as devidas conceituações e em seguida as explicações correspondentes aos temas de trabalho. O termo meritocracia vem ganhando espaço considerável e defesa na sociedade brasileira, para tanto o entendimento do termo e os seus contornos com as devidas ponderações é tarefa de valiosa importância para que seja alcançada justiça social, contribuindo para atenuação das desigualdades existentes. A política de cotas é uma espécie de política pública que visa igualar pessoas que se encontram em situações de desigualdades, fornecendo a estas a possibilidade de ingresso educacional e/ou profissional. Os temas centrais ao trabalho foram trabalhados em cotejo com os princípios da igualdade, tanto formal, quanto material, analisados frente às desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Meritocracia, Política de Cotas, Igualdade, Discurso, Justiça.

ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the discourse of meritocracy and quota policy in Brazilian society, in the first place the due conceptualizations were made and then explanations corresponding to the themes of work. The term meritocracy has been gaining considerable space and defense in Brazilian society, so the understanding of the term and its contours with due consideration is a valuable task in order to achieve social justice, contributing to alleviate existing inequalities. The quota policy is a kind of public policy aimed at equalizing people who find themselves in situations of inequality, providing them with the possibility of educational and / or professional entry. The central themes of the work were collated with the principles of equality, both formal and material, analyzed against the social inequalities that exist in Brazilian society.

Key Words: Meritocracy, Quota Policy, Equality, Speech, Justice.

Introdução

O vocábulo meritocracia vem sendo utilizado a cada dia mais com o intuito de justificar a seleção de determinadas pessoas a cargos, vagas, funções ou atividades, atualmente há correntes que defendem a meritocracia como resultado de uma cadeia de esforços e talentos, não admitindo diferenças sociais, culturais, econômicas, espaciais e políticas entre os membros das sociedades.

A meritocracia como palavra dotada de certa autonomia é nova no vocabulário ocidental, mas a sua lógica já existe desde a antiguidade, sociedades milenares já adotavam pressupostos pautados na ideia do “melhor” para o desempenho de determinada função. Atualmente o discurso pauta-se na defesa da ideia de que meritocracia sempre existe, há crítica a essa ideia que refuta a ideologia da meritocracia como forma de seleção, no trabalho o viés será dotado de criticidade em relação à questão da meritocracia, elencando os pontos contraditórios e as insuficiências do discurso meritocrático.

Nesse ínterim da abordagem da meritocracia enquanto ideologia há a política de cotas no Brasil, nesse ponto essa política surge como forma de diminuição das desigualdades socioeconômicas e étnicas presentes na sociedade brasileira. As cotas concentram diversas modalidades, nesse trabalho serão abordadas as cotas para ingresso em universidades e cargos públicos, ambas estão previstas em legislações específicas. As cotas como são chamadas popularmente têm grande potencial na redução de desigualdades, pois confere ao indivíduo uma chance de concorrência entre “iguais”, ou seja, reduz as disparidades entre pessoas que não se encontram em situações iguais ou semelhantes.

Conceito de Meritocracia e Política de Cotas

A palavra meritocracia¹ não tem a mesma frequência que outras palavras normais têm no cotidiano das pessoas, no entanto, na sociedade moderna ela vem sendo utilizada rotineiramente em variados espaços, sejam públicos ou privados. A meritocracia como a própria origem etimológica nos indica está relacionada a mérito, porém seu campo ideológico é mais vasto e está entrelaçado a outros fatores de ordem política, social, econômica e cultural. Podem existir várias conceituações sobre o mesmo tema, no campo da meritocracia não é diverso, podendo ser elencadas muitas conceituações possíveis sobre ela, no entanto, seguindo o espírito pelo qual o trabalho pretende guiar suas abordagens a meritocracia será abordada por viés crítico, mostrando suas faces e implicações.

Na língua portuguesa temos também muitas definições, no Dicionário Online de Português encontra-se a seguinte definição “Predominância dos que possuem méritos; predomínio das pessoas que são mais competentes, eficientes, trabalhadoras ou superiores intelectualmente, numa empresa, grupo, sociedade, trabalho etc”. Na conceituação explanada a meritocracia está ligada à ideia de “superioridade”.

A autora Livia Barbosa aborda a questão da meritocracia na sua obra *Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas* (2003). Segundo esta autora a meritocracia consiste numa ideologia:

Na realidade, o termo meritocracia refere-se a uma das mais importantes ideologias e ao principal critério de hierarquização social das sociedades modernas, o qual permeia todas as dimensões de nossa vida social no âmbito do espaço público. Mas, que é meritocracia. Poderíamos defini-la, no nível ideológico, como um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do

1 O conceito de meritocracia foi cunhado em sua versão moderna pelo sociólogo britânico Michael Young na obra *The rise of the meritocracy* (1958).

mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais. (BARBOSA, 2003, p. 21-22).

É amplamente discutido o termo meritocracia em diversos meios da sociedade brasileira, a discussão é focada quase sempre em critérios materiais e de desempenho pessoal, justificados em questões de ascensão profissional, desempenho em determinada atividade, função ou escolha. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, entretanto, o princípio da igualdade ainda não encontra a aplicabilidade devida no direito brasileiro.

O Princípio da Igualdade previsto na Constituição de 1988 é o da igualdade formal, ou seja, tratar os indivíduos da mesma forma, independentemente de suas condições objetivas e/ou subjetivas. O princípio da igualdade material ou substancial tem sentido e alcance mais amplo, segundo este princípio o escopo da igualdade material é igualar indivíduos que por alguma circunstância são desiguais; o princípio é pautado na definição fornecida por Ruy Barbosa “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desiguam”, a conceituação de Ruy Barbosa tem influência direta de Aristóteles.

Os discursos defensores da meritocracia advogam que todos são iguais e dotados das mesmas oportunidades, dizem que a meritocracia é uma espécie de “prêmio” ou “bonificação”, no entanto, a corrente defensora dessa ideia não leva em conta em suas considerações as diversas espécies de desigualdades presentes na sociedade, as desigualdades econômicas, educacionais e sociais. De acordo com THERBORN (2010, p.145) “Desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas”. Na concepção do autor a desigualdade não é algo dado, mas antes, são produzidas nas estruturas sociais. Para tanto o autor identifica quatro formas básicas que produzem desigualdades: O distanciamento, exclusão, hierarquias e exploração:

[...] algumas pessoas estão correndo à frente e/ou outros estão ficando para trás. Segundo, há o mecanismo de exclusão – através do qual uma barreira é erguida tornando impossível, ou pelo menos mais difícil, para certas categorias de pessoas alcançarem uma vida boa. Terceiro, as instituições da hierarquia significam que as sociedades e as organizações são constituídas como escadas, com algumas pessoas empoleiradas em cima e outras embaixo. Por fim, há a exploração, por meio da qual as riquezas dos ricos derivam do trabalho árduo e da subjugação dos pobres e desfavorecidos. (THERBORN, 2009, p. 2010).

A complexidade na compreensão das desigualdades sociais exige primeiramente o reconhecimento de que os indivíduos e grupos sociais não possuem as mesmas condições socioeconômicas, potencialidades e acesso a bens, recursos e serviços que envolvem a sociedade, e uma das formas de se amenizar tais miríades é a formulação e promoção de políticas que forneçam garantias de emancipação aos sujeitos de direitos.

No Brasil grande avanço político foi a instituição da política de cotas, como exemplo pode ser citada a promulgação da lei 12. 711² do ano de 2012 que passou a destinar 50% de vagas do ensino superior em instituições federais para egressos de escola pública, baixa renda e auto declarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência. A política de cotas nasceu com o intuito de mitigar as desigualdades históricas na sociedade brasileira, tão mista e plural, promovendo assim maior inclusão social. A política de cotas tem contribuído inegavelmente para a redução de desigualdades socioeducacionais, promovendo igualdade tanto de oportunidades, quanto de participação.

2 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

No âmbito da legislação federal foi promulgada a lei 12.990/2014³ que dispõe sobre vagas em concursos públicos para negros, conforme expressa o caput do art. 1º dessa lei:

Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei.

As leis que normatizam as cotas para ingresso em universidades e para ingresso em concursos públicos têm sua importância ligada ao princípio da isonomia ou igualdade. A Constituição Federal 1998 dispõe no caput do art. 5º sobre a igualdade “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. A constituição assegura formalmente que todos são iguais, porém a igualdade encarada na sua vertente material ou substancial, ou seja, uma igualdade fática, crível, depende de esforço não apenas legislativo, depende de consciência de justiça em relação às múltiplas formas de desigualdades existentes no Brasil.

Não existe um conceito delimitado de política de cotas, isso se deve a vários fatores, a política de cotas pode ser vista como uma espécie de política pública, embora não se possa reduzir sua definição a este viés. A política de cotas pode então ser caracterizada como política pública sociojurídica de natureza afirmativa que visa reparar ou atenuar determinada forma/espécie de desigualdade.

O Discurso Da Meritocracia

A principal corrente defensora da meritocracia dirige suas forças na ideia de que ela promove justiça, reduz o arbítrio individual e seleciona os melhores para o desempenho de uma função ou para representação de algo. Grande contribuição no estudo da meritocracia exerceu o sociólogo britânico Michael Young (1915-2002), com a sua obra *The Rise of the Meritocracy 1870-2033* (O Surgimento da Meritocracia 1870-2033, tradução nossa). Nessa obra Michael Young critica de forma satírica e distópica a seleção de pessoas por critérios meritocráticos. M. Young (1967, p. 15) assim diz “Toda seleção de um é a rejeição de muitos”, para o autor a ideia de meritocracia gera exclusão na sociedade. A obra de Michael Young gerou grande influência nos estudos sobre o tema debatido nesse trabalho.

O debate sobre meritocracia não é fenômeno novo na sociedade, fazendo uma digressão histórica perceberemos que desde a antiguidade elementos semelhantes ao que hodiernamente conhecemos como “meritocracia” são discutidos, embora nos dias atuais a discussão ganhou centralidade, conforme alerta Barbosa (2003, p. 29) “Ou seja, do ponto de vista histórico, a meritocracia não é atributo das sociedades modernas”. A ideia é mais antiga do que se possa condensar objetivamente na história.

Os argumentos defensores da existência de meritocracia são em grande parte propagados baseados nas mesmas lógicas, de que todos são iguais e que o “sucesso” ou “insucesso” é fruto particular de cada um. Barbosa (2003, p. 27) corrobora esse entendimento, segundo a autora “Nessa lógica, o indivíduo surge como o único responsável pelo seu destino, pelo seu sucesso ou fracasso”. O fardo do fracasso ou a glória do sucesso seria nessa perspectiva tarefa personalíssima.

3 Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Salah H. Khaled Júnior em artigo publicado com o **título Justiça, liberdade e meritocracia: o que é fazer a coisa certa**, entende que esta corresponde a uma falácia, na visão dele há uma ideologia excludente construída sobre o tema:

É uma rápida reflexão inspirada na teoria da justiça de Rawls, que não parece nada compatível com a falácia da meritocracia. De fato, é bastante comum que pessoas de sucesso cedam ao que eu definiria como tentação narcisista. Passam a considerar a si próprias como vencedoras que triunfaram sobre a adversidade graças aos seus próprios méritos. Heróis e heroínas de suas próprias histórias, eles costumam atribuir o insucesso alheio à falta de esforço, disciplina e dedicação. Culpam os pobres pela própria miséria e implacavelmente sentenciam: “as oportunidades estão aí: se não conseguem é porque não se esforçaram, como eu me esforcei”. Eis o que chamo de falácia meritocrática: uma ideologia de justificação da exclusão e da desigualdade, que desconsidera completamente como as coisas se passam na realidade. (KHALEDE JR, 2017).

A defesa da meritocracia sempre vem atrelada à relativização das situações concretas vivenciadas pelas pessoas, crêem que as oportunidades e as chances de ascensão profissional, intelectual, técnica e material são as mesmas para todos, enxergam um mundo homogêneo nas suas conformidades.

No campo de estudo das relações que se intitulam meritocráticas deve-se ter a consciência de que as correntes defensoras da meritocracia não a defendem pura e simplesmente pelo fato de vê-la como eventual consequência de “méritos” e “esforços”, a defesa guarda intimidade com uma espécie weberiana de dominação. Na concepção de Weber (1991, p. 33) a dominação consiste na “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. A análise de Weber mostra o lado da obediência voluntária que a ideia de meritocracia advoga, ou seja, a sociedade é assim e dessa forma deve continuar seu curso.

Para Max Weber há três tipos de dominação, a dominação legal, a tradicional e a carismática. No estudo em tela a dominação que nos interessa é a legal pelo fato das políticas de cotas estarem expressas em estatutos legais, obrigando o cumprimento dos seus preceitos, não agindo em tom apenas de sugestão. Se em tempos passados a legislação era alvo de críticas no que concerne à inclusão social via políticas de cotas, hoje em dia ela é digna de elogios pelas previsões nesse campo social, rotineiramente são promulgadas leis, decretos, regulamentos e demais espécies normativas contemplando cotas para ingresso no ensino superior ou cargos públicos; há universidades que com visões vanguardistas adiantam suas políticas para incluir aqueles que não se encontram na mesma posição socioeconômica.

O autor Jock Young reforça a ideia de exclusão na ideologia da meritocracia, assim pontua o autor:

Se visualizarmos a meritocracia contemporânea como uma pista de corridas em que o mérito é recompensado segundo o talento e o esforço, encontramos uma situação de duas pistas e um mosaico de espectadores: um mercado de trabalho primário em que as recompensas são distribuídas segundo um plano, mas onde há sempre a possibilidade de um rebaixamento para a segunda pista, na qual as recompensas são substancialmente inferiores, somente pequenos trechos da pista estão abertos aos competidores e há sempre a possibilidade de ser rebaixado ao papel de espectador. Quanto aos espectadores, sua exclusão é evidenciada pela existência de barreiras e policiamento pesado: o acesso real à corrida lhes é negado, mas eles são testemunhas perpétuas dos prêmios resplandcentes em oferta. (2002, p. 25).

O autor utiliza de uma linguagem metafórica para mostrar que na sociedade atual há indivíduos que pelas suas condições materiais, sociais e econômicas estarão fadados à condição de testemunhas do “espetáculo” que lhes saltam aos olhos.

No Brasil não há cultura especificamente meritocrática, como é o caso dos EUA e Japão, países onde o esforço individual e a produção de resultados estão arraigados praticamente em todos os setores da sociedade, o que se tem no Brasil são espaços em que a meritocracia se apresenta, exemplificando, numa repartição pública em que os agentes públicos são selecionados via concurso público a meritocracia não se expressa como elemento tradutor de justiça pelo percurso de cada um até o cargo, entretanto, suponha-se que nessa mesma repartição há dez membros e que todos os membros detêm a mesma capacidade técnica e que lhes é oferecida oportunidade de ascensão dentro da carreira através de análise de desempenho, entre esse grupo homogêneo e particularizado pode sim a meritocracia se expressar.

O trabalho não tem a pretensão de construir afirmações inquestionáveis, apenas alude ao fato de contextualizar a questão da meritocracia com as desigualdades existentes na sociedade, nesse ponto ousou aqui parafrasear o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, “Não iria para a fogueira por uma opinião, mas iria para a fogueira pelo direito de mudar de opinião”. A princípio o ideal da meritocracia era de fornecer justiça à sociedade através de méritos e virtudes, porém a lógica mudou com as transformações sociais e hoje não se pode mais comparar situações desiguais e colocá-las na mesma hierarquia.

Livia Barbosa ao discorrer sobre a mudança na lógica da meritocracia, assim entende:

Ou seja, ocorre uma transformação da lógica meritocrática, que de uma forma de combater privilégios e injustiças se converte numa ideologia que confere honra, *status* e prestígio excessivos a determinados indivíduos em virtude de seus méritos e reserva punição severa para outros em consequência de seus fracassos. De mecanismo de combate à discriminação social no passado, a meritocracia se torna o critério de discriminação social das sociedades modernas. (BARBOSA, 2003, p. 35).

Nesse contexto o preceito que justifica a meritocracia mudou sua forma de expressão consideravelmente, não traduzindo mais valores de justiça e combate a práticas de privilégios. Mesmo nas sociedades que seguem o ideal da meritocracia como componente cultural as desigualdades e injustiças existem. Em forma de questionamento, qual mérito tem um indivíduo em nascer na Noruega e contar com uma poupança pública na órbita de milhares de dólares? Seria “sorte” ou um fortuito.

Política De Cotas

A política de cotas, conforme salientado antes consiste numa espécie de política pública, seu escopo é fornecer elementos que reduzam as desigualdades existentes entre os membros da sociedade, no raciocínio do trabalho não se adentrará no mérito da cada espécie de cotas, formulando juízos de valor se esta ou aquela modalidade de cota é justa ou necessária, pois fugiria da ideia base de discorrer sobre a importância das cotas *latu sensu*.

A legislação pátria prevê atualmente cotas tanto para ingresso em universidades, quanto para cargos públicos, as cotas adotam critérios socioeconômicos e étnicos, destinando percentuais aos cotistas. O número de alunos nas universidades e funcionários públicos que utilizam das cotas como forma de ingresso cresce no Brasil, entretanto, não se fará análises estatísticas a esse respeito, será feita análise da importância da política de cotas, sem entrar nas suas expressões numéricas. A necessidade de ações afirmativas por meio de política de cotas surge com maior visibilidade em sociedades com maior desigualdade sociocultural, este é o caso

brasileiro, pois a sociedade brasileira é marcada por grandes desigualdades, o que torna de imperiosa importância as ações públicas de inclusão social.

Boaventura de Sousa Santos em sua obra *A Universidade no Século XXI*, aborda a situação das universidades nas últimas décadas sob a influência do neoliberalismo e da globalização, nesse aspecto autor cita o Brasil como país que tem avançado no campo da inclusão por cotas raciais e socioeconômicas, assim diz o autor:

No Brasil, as políticas de ação afirmativa assumem hoje grande destaque e merecem uma referência especial. Em resposta à crescente pressão de movimentos sociais pela democratização do acesso ao ensino superior, especialmente do movimento negro, O Governo Lula lançou no primeiro semestre de 2004 o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) que preconiza uma ação afirmativa baseada em critérios raciais e socioeconômicos. (SANTOS, 2010, p. 70).

É perceptível a importância das cotas no Brasil, estas não restringem sua relevância à possibilidade de acesso ao ensino superior ou a cargo público, estão relacionadas a valores como dignidade, igualdade e justiça, notadamente justiça social. Antes das leis federais sobre cotas serem promulgadas já existiam leis em alguns estados prevendo política de cotas, mais uma vez é proveitoso ressaltar que algumas universidades sempre estão inovando em matéria de inclusão educacional, seja normatizando as cotas, seja oferecendo cursos populares a pessoas de baixa renda.

Foi veicula na mídia uma matéria de uma jovem negra que passou em primeiro lugar na Universidade de São Paulo-USP no curso de medicina, a candidata fez sua interpretação de meritocracia nos seguintes termos:

“A meritocracia é uma falácia. Eu consegui porque tive ajuda. Não dá para igualar as pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades. Eu me esforcei muito, sim, mas não consegui só por causa disso, eu tive apoio. E é isso que a gente tem que dar para quem não tem oportunidade. A gente perde muitos gênios por aí, inclusive nas favelas porque não podem estudar”. (SENA, 2017).

O relato da estudante mostra bem que a tentativa de igualar as pessoas não funciona quando elas não tiveram as mesmas oportunidades. Na obra de George Orwell “*A Revolução dos Bichos*” há uma mensagem nesse sentido “*todos são iguais, mas uns são mais iguais que os outros*”. Enfim, a meritocracia deve ser entendida com grandes contextualizações e sempre levando em consideração as contextualizações necessárias, nesse ponto surge a necessidade das políticas de cotas como instrumento de justiça.

Considerações Finais

Diante de todo o exposto foi possível conhecer o discurso da meritocracia e suas bases de sustentação, na abordagem feita a questão da meritocracia foi encarada como uma ideologia pautada na eventual igualdade dos indivíduos, essa pretensa igualdade no entanto, não leva consigo o fenômeno das diferenças entre eles, tentando assim os discurso pró meritocracia homogeneizar a sociedade em formas de ascensão e oportunidades. O desenvolver do trabalho não buscou criar um dogma absoluto sobre a inexistência da meritocracia, buscou clarear os argumentos e mostrar as falhas da defesa cega da ideologia meritocrática, mostrando que pelas desigualdades marcantes na sociedade brasileira atrelar qualquer tipo de “*ascensão*” ou “*sucesso*” à ideia de que todos podem, soa utópico e inexecutável.

Foram abordados em auxílio ao objetivo do trabalho os princípios da igualdade formal e material, a igualdade formal está prevista na Constituição de 1988 e expressa que todos

são iguais, já o princípio da igualdade material é mais abrangente e extrapola dos limites constitucionais e defende a igualdade substancial, ou seja, a igualdade não existe apenas perante a lei, ela existe como valor pertencente ao indivíduo, reforçando que a igualdade está ligada ao princípio da dignidade da pessoa humana.

As políticas de cotas adotadas no país contribuíram para inclusão de pessoas que se encontravam com poucas possibilidades de ingresso no sistema educacional ou a cargos públicos, as políticas de cotas são uma espécie de ações afirmativas ligadas aos ideais de justiça social e igualdade. Discutir meritocracia e política de cotas num país como o Brasil não constitui tarefa fácil, no entanto, constitui tarefa necessária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.**

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso às 21:31h de 08/11/2018.

Dicionário Online Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/meritocracia/>. Acesso em 09/11/2018 às 16:25h.

FATO, **Brasil de.** Uma Visão Popular do Brasil e do Mundo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/07/meritocracia-e-uma-falacia-diz-lo-lugar-em-medicina-da-usp-ribeirao-preto/>. Acesso às 11:15h em: 10/11/2018.

JR KHALED H. SALAH. **Justiça, liberdade e meritocracia: o que é fazer a coisa certa?** Disponível em : <https://racismoambiental.net.br/2017/09/06/justica-liberdade-e-meritocracia-o-que-e-fazer-a-coisa-certa/>. Site: Racismo Ambiental. Acesso às 22:02h de 08/11/2018.

OLIVEIRA, Rui Barbosa de. **Oração aos moços.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3.ed, São Paulo: Cortez, 2010.

THERBORN, Göran. **Os campos de extermínio da desigualdade.** Novos estudos. - CEBRAP [online]. 2010, n.87, pp.145-156.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**, v.1. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 1991.

YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente.** Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia. 2002.

YOUNG, Michael. **The Rise of the Meritocracy 1870-2033: An Essay on Education and Equality.** Baltimore, Pinguin Books. 1967.

CONTRIBUIÇÕES DA ETNOGRAFIA NA PESQUISA DO SERVIÇO SOCIAL - UMA PROPOSTA DE PERCURSO METODOLÓGICO

Josélia Ferreira dos Reis

UFF, JFRJ

joseliareis16@yahoo.com.br

Neste trabalho serão compartilhadas parte das reflexões elaboradas para a construção metodológica da pesquisa no curso de doutorado do Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social na Universidade Federal Fluminense. Embora se trate de pesquisa ainda em andamento, neste texto se busca apresentar as contribuições que o estudo etnográfico pode oferecer para a pesquisa em Serviço Social, uma vez que se mostrou um importante instrumento no decorrer do curso de doutorado.

A proposta do estudo é a discussão sobre o acesso à justiça e sua relação com a prática profissional de assistentes sociais na esfera do Poder Judiciário Federal no Rio de Janeiro no contexto da judicialização da política. O vínculo da pesquisadora tem uma natureza dupla, sua inserção ocorre não apenas como observadora acadêmica, mas também enquanto trabalhadora do campo. É um desafio a mais afinal, a distância é uma lógica onde, via de regra, se constrói a pesquisa e a relação com o objeto¹ no Serviço Social.

O problema de que trata a pesquisa se constitui na medida em que, não obstante ser a contradição uma categoria analítica fundamental, o debate sobre o tema no Serviço Social se constrói a partir de contundentes críticas à demanda da classe trabalhadora ao Poder Judiciário para reivindicar o acesso às políticas sociais, confundindo por vezes a causa com o efeito. Nas palavras de Aginsky (2006: p.7) há um bom resumo do entendimento geral que sinalizamos

a tendência em curso de judicialização da questão social, ao transferir para um poder estatal, no caso o Judiciário, a responsabilidade de atendimento, via de regra individual, das demandas populares – coletivas e estruturais, nas quais se refratam as mudanças do mundo do trabalho e as expressões do agravamento da questão social – ao invés de fortalecer a perspectiva de garantia de direitos positivados, pode contribuir para a desresponsabilização do Estado, sobretudo dos Poderes Legislativo e Executivo, com a efetivação destes direitos, através das políticas públicas.

É preciso romper com a aparência do real dado para que entendamos a sua essência: a falta de garantia de direitos historicamente conquistados ou a resistência ao reconhecimento de “novos” direitos. Portanto, a judicialização da política é um efeito produzido pela agudização da questão social.

A percepção acerca da judicialização da política em muitos momentos se alinha com a posição dos gestores públicos que, ao inverso de considerar as determinações sociais do fenômeno (incluindo sua omissão na implantação de políticas públicas), se concentram sobre as consequências para a gestão fazendo do discurso de respeito ao direito coletivo um escudo que invisibiliza a questão social. É preciso lembrar que, contraditoriamente, as gestões organizam em seus gabinetes instâncias específicas para atendimento aos mandados judiciais em detrimento de organização de políticas efetivas relacionadas às demandas sobre as quais tais mandados se relacionam.

1 A pesquisa de doutorado intitulada *O Acesso à Justiça e a Judicialização – reflexões e debates no Serviço Social*, foi inscrita na Plataforma Brasil e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense mediante o parecer número 2.836.611 já passou por banca de qualificação e encontra-se atualmente em fase de finalização.

Por outro lado, apostar todas as fichas na judicialização, e no Poder Judiciário, para além da ingenuidade lotérica se configura um caminho equivocado na medida em que a judicialização da política tem sido acompanhada por uma politização da justiça, o que faz com que sua atuação se dê em limites conservadores e de manutenção do status quo. Nada de novo no *front*, mas é importante reconhecer que alguns avanços significativos em termos de direitos civis e sociais foram conquistados antes pela ação judicial que pelo processo legislativo, atualmente travado por bancadas religiosas e que representam interesses de grandes corporações.

E, neste sentido a própria Aginsky (IDEM) reconhece que é necessária uma práxis de acesso à justiça considerando as contradições do Estado Burguês e o compromisso que deve ser da maioria da sociedade com o bem comum. Para a autora, cabe às assistentes sociais a contribuição a partir da leitura da realidade para a superação de práticas convencionais na esfera jurídica. E neste sentido é preciso pensar o que seria o acesso à justiça.

Podemos pensar o acesso à justiça como o movimento de se buscar a garantia de direitos, violados ou não, reconhecidos por via judicial. Esta é uma definição correta. Mas não é a única se pensarmos que este conceito também está subjacente na concretização do direito à ampla defesa quando se responde à acusação por infrações à lei ou crimes cometidos.

Assim, o sujeito que busca o reconhecimento de sua identidade de gênero; ou o reconhecimento do direito à proteção social; a mulher presa que demanda prisão domiciliar para cuidar de seu bebê em casa; o trabalhador que reclama a suspensão injusta do auxílio doença e o prestador de serviços comunitários que cumpre medida alternativa são todos exemplos de acesso à justiça. Alguns pela via direta de uma provocação espontânea ao Poder Judiciário. Outros pelo viés da inclusão às avessas, que descreve como alguns cidadãos terão acesso a direitos somente a partir do conflito com a lei que lhe cobra os deveres.

Mas o acesso à justiça é pensado como algo mais amplo que a instrumentalização para acionamento do Poder Judiciário, já que a redução a este último possui um limite muito definido pelo conceito de igualdade formal. Tavares (2001, p. 10) aponta que

“Na verdade, de pouco adiantaria a existência formal dos direitos se não houvesse preocupação com a efetivação da igualdade das partes nos processamentos dos litígios porventura decorrentes do desrespeito a esses direitos, bem como na possibilidade de esclarecimento e oferecimento de solução de problemas extrajudicialmente.”

O reconhecimento formal e não efetivo, é peculiar nos estados liberais, uma vez que os indivíduos que possuam condições materiais de arcar com os custos processuais são os que realmente acessam as instituições judiciárias. A igualdade formal, destituída de efetividade é o que restaria à maioria da população que não acessaria o aparelho judiciário para defesa de seus direitos. A lacuna entre a formalidade e a efetividade é uma das características da falta de isonomia entre as partes, materializada pelo formalismo dogmático que ignora a realidade como experiência fundadora do conhecimento (e do direito).

Neste sentido, para Cappelletti & Garth (1988, p.10), há muito que se superar para que as instituições do direito, representadas por seus estudiosos e operadores se aproximem das necessidades da população. E não há transformação possível fora de parâmetros críticos sobre a sociedade na qual se estruturam as relações sociais. Neste momento a simples proclamação de direitos e deveres cede lugar à demanda por sua efetivação e garantia. O Estado é chamado a cumprir o papel positivo de assegurar os direitos sociais básicos, o que acaba por refletir no acesso à justiça.

Este chamado, é bom enfatizar, ocorre não de forma espontânea ou natural, menos ainda linear. A necessidade de intervenção estatal surge principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a suposta “ameaça” trazida pelo socialismo real põe em xeque o sistema capitalista e confronta a exploração ilimitada da classe trabalhadora.

É neste momento que a política social é consolidada como atendimento a demandas históricas – e como estratégia de neutralização dos conflitos gerados pelo modo capitalista de produção. Ao acolher expectativas de longa data e reconhecer o direito, vão se criando novas expectativas e esperanças que pressionarão por reconhecimento de novos direitos. E vão se criando também resistências e ofensivas por grupos de interesse específicos que se sentem ameaçados com a perspectiva de diminuição dos lucros.

A questão é que, nem sempre a busca por novos direitos é acolhida pelas instâncias regulamentares da institucionalidade sem que haja muita interferência (e muitos obstáculos) de grupos sociais distintos que concentram o poder econômico. Falo especificamente do Poder Legislativo, que é campo de disputa de diversos grupos com interesses distintos e que se mantém estreitamente ligado às elites.

O conhecimento produzido pelo e sobre o Serviço Social na Justiça Federal está parcialmente sistematizado em projetos de intervenção; trabalhos de conclusão de curso de graduação em Serviço Social (a instituição possui campos de estágio na área); monografias de especialização; dissertação de mestrado e, a pesquisa de doutoramento ora em curso. É a partir de Mills (1975: p.211), que se permitiu reconhecer e sistematizar o estudo do tema nesta pesquisa considerando que sim,

É uma declaração pessoal necessária, mas escrita com a esperança de que outros, especialmente os que iniciam um trabalho independente, tornarão menos pessoal, pelo fato de sua própria experiência.

É com esta perspectiva que se tratam as informações coletadas em quinze anos de trabalho técnico², a partir de propostas metodológicas da sociologia e da antropologia para construir o método deste trabalho. Foi a partir da aproximação com a antropologia que se possibilitou com maior tranquilidade, fazer a mediação entre a vivência no campo e a sistematização do conhecimento na pesquisa.

Alguns elementos parciais da pesquisa em curso apontam na direção de que, não só o entendimento das profissionais envolvidas no estudo se alinha com uma perspectiva contra hegemônica, mas que existem resultados palpáveis deste direcionamento nas manifestações e decisões finais dos processos estudados. Ao pensarmos a construção da pesquisa o lugar pesquisadora-trabalhadora era uma preocupação constante que exigia a organização e tratamento acadêmico para apresentar não só a vivência, mas também o conhecimento produzido a respeito da experiência do Serviço Social na Justiça Federal e sua articulação com o universo amplo em que se gestam as relações sociais e o fenômeno da judicialização da política.

O Poder Judiciário Federal como campo de estudo da intervenção do Serviço Social³ é muito recente e carente de maiores sistematizações, não obstante a relação histórica entre o Serviço Social e o Poder Judiciário no Brasil. A história da profissão compreende que é a partir da organização dos sistemas de justiça para intervenção na infância e juventude que a profissão

2 Nunca deixamos de produzir - mesmo nas “entre safras” dos cursos de pós graduação; apresentando trabalhos em eventos, congressos, seminários e conferências as reflexões sobre a prática cotidiana na instituição.

3 O reconhecimento e a construção conceitual do campo Sóciojurídico será trazido à tona a partir do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Assim, não só haverá o reconhecimento de novos espaços de atuação dentro dos sistemas de justiça, como a atuação histórica de assistentes sociais dentro do Poder Judiciário é retomada sob novo olhar.

é demandada e que as primeiras Escolas de Serviço Social surgirão no país⁴. Mas somente no final da década de mil novecentos e noventa que a profissão é demandada pelo Poder Judiciário Federal, para atuar no campo da saúde do trabalhador na instituição.

No decorrer dos anos dois mil, duas novas frentes de atuação na Justiça Federal emergem diretamente relacionadas com a judicialização da vida e da política: o atendimento ao público dos juizados especiais federais e o atendimento às pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas na área criminal. No entanto, o primeiro, direcionado ao público sem assistência jurídica que demanda acesso às políticas públicas não chegará a completar duas décadas, sendo extinto quinze anos após sua implantação, enquanto a atuação na execução penal recebe incremento. Portanto, não se está apenas analisando um campo específico de atuação, mas traçando a história da profissão na instituição relacionada à figura do Estado Penal.

A criação e/ou extinção de frentes de trabalho se relaciona não somente à cultura política brasileira mais ampla. Na análise de Magalhães (2015:48) a cultura do judiciário mantém enraizadas as características de poder exacerbado, hierarquia, burocracia e autoritarismo, o que se reflete, como vê a autora em sua pesquisa, na construção das relações interpessoais e se perpetuam.

Assim, formas antigas de gestão do trabalho, tradicionais e arraigadas no serviço público se mantêm intactas no Poder Judiciário ao tempo em que emerge o discurso de modernização deste poder da república e vão se incorporando elementos como a exigência de trabalhadores participativos e criativos num movimento de modernização conservadora (idem). No fim das contas

À medida que os projetos, ou a atuação profissional não estão de acordo com os interesses políticos dos agentes privilegiados, esses projetos não serão hegemônicos dentro da instituição. Além disso, cabe sinalizar, que essa organização possui uma estrutura conservadora e burocrática, o que dificulta a aprovação de determinados projetos. Esta situação causa um desgaste para os servidores, tendo que criar estratégias para implementar novas ideias. Tal fato caracteriza um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que os gestores da organização pregam o discurso de que o servidor deve ter autonomia, ser —criativo e inovador, na prática isso não acontece, deve-se manter o que está posto, isto é, manter a norma e não modificá-la. (MAGALHÃES, 2015:55)

A intimidade profissional com o campo demanda um esforço maior para que se observe e previna uma interinfluência dos diferentes aspectos envolvidos nesta relação, de forma que se permita usar a experiência acumulada para construir um trabalho inédito a respeito da atuação do Serviço Social na política de acesso à justiça na esfera do Poder Judiciário Federal. A possibilidade de ser “cronista e historiadora” constitui um desafio para a assistente social que atua no cotidiano das instituições judiciais - tal como o pesquisador que vive entre nativos. Oportuna metáfora: estar inserido no próprio universo que estuda, de tal forma que lhe seja possível e desejável elaborar um método especial para recolhimento e manipulação das informações, formulando resultados e contribuindo para a sua prática.

Apesar de a familiaridade com o objeto da pesquisa não se constituir como conhecimento científico, trata-se de uma forma de apreensão da realidade que pode levar a questionamentos por parte de diferentes segmentos relacionados ao campo. Um risco decerto considerando que a pesquisa incursiona por um dos universos mais elitizados que é o mundo do direito. Neste percurso, a utilização do diário e campo como instrumento para construção da trajetória do Serviço Social da Justiça Federal na política de acesso à Justiça permite que a pesquisadora

⁴ Para aproximação com a temática, sugerimos o livro Poder Judiciário e Serviço Social de autoria de Sierra e Reis, publicado pela Editora Saraiva em 2018.

dialogue consigo mesma, utilizando sua memória e lembranças e reconhecendo os processos históricos e cotidianos que constroem sua realidade no campo.

O Serviço Social possui pontos de contato com a Antropologia (ALVES & BARROS, 2008: p.45), que permitem a construção de um campo comum de debates. Esta interlocução oferece elementos importantes para construção da pesquisa do que é familiar relativizando, assim, o requisito formal do distanciamento do objeto no estudo científico. A proposta metodológica para a pesquisa é a de que, a partir do contato com a etnografia se possa valorizar o trabalho de campo e, assim, a abertura de perspectivas diferenciadas para pesquisa em Serviço Social.

Para as autoras, este contato entre as duas áreas de saber se constitui na medida em que ambas as áreas surgem comprometidas com a relação com o outro – objeto e sujeito de sua intervenção. A alteridade é um dos dois temas centrais na discussão da relação entre a Antropologia e o Serviço Social. O reconhecimento das diferenças

O segundo tema colocado pelas autoras na discussão do ponto de contato entre as duas áreas é a dimensão política da prática cotidiana, uma vez que os “contornos do Serviço Social” são fornecidos não pela diferença no sentido antropológico, mas pela desigualdade social e pela noção de cidadania. E a dimensão política da prática tanto de assistentes sociais quanto de antropólogos desafia a ambos no sentido de um comprometimento ético com as populações com as quais se relacionam, ao tempo em que abrem algumas possibilidades, como sinalizam

(...) uma visão antropológica sobre a prática cotidiana do trabalho do assistente social pode fornecer ao profissional um instrumento muito rico para sair de uma posição subalterna de aplicador das classificações para uma posição mais propositiva, de crítico e construtor de maneiras mais dinâmicas (e, portanto, mais próxima das relações sociais concretas) de classificação burocrática. (ALVES & BARROS, 2008: P.53)

Assim, o ponto de partida para a inserção da pesquisadora no campo de estudo - que se dá há mais de dezesseis anos - é, inicialmente como profissional de apoio técnico especializado em Serviço Social. Não há uma separação distinta entre o trabalho científico, esforço realizado durante todo o período citado em diversos estudos tanto na esfera da pós graduação (mestrado e agora doutorado), da produção técnica com vistas a subsidiar decisões administrativas e/ou judiciais na instituição.

Para além da execução das suas atribuições como profissionais de campo, as assistentes sociais da Justiça Federal do Rio de Janeiro produzem também a sistematização do conhecimento a respeito do trabalho que desenvolvem. A participação em congressos, seminários e encontros científicos permite a estas profissionais acessar as produções recentes da área, mas, também, compartilhar suas reflexões com diversos segmentos da categoria. Desta forma, não é raro a participação no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e em outros eventos da categoria.

De uma forma geral, há uma interlocução inevitável entre o pensamento dos profissionais em exercício na instituição e suas manifestações em processos administrativos para organização dos serviços na instituição; nos pareceres, laudos, relatórios e demais manifestações elaboradas em processos administrativos e judiciais. É neste sentido, que o conceito de artesanato intelectual construído por Mills é praticamente uma necessidade na construção da sistematização e produção do saber na área.

A intimidade profissional com o campo demanda um esforço maior para que se observe com cautela a interinfluência dos diferentes aspectos envolvidos nesta relação, de forma que se permita usar a experiência acumulada para construir um trabalho inédito a respeito da possível atuação do Serviço Social na política de acesso à justiça na esfera do Poder Judiciário Federal.

A contribuição da antropologia é preciosa para a construção de uma metodologia de pesquisa na medida em que possibilita a relativização e desconstrução de verdades consagradas num campo como o Judiciário, onde profissionais que não possuam formação em Direito transitarão necessariamente como estrangeiros – por apresentarem questões e discursos nem sempre alinhados com a lógica institucional e, portanto, dos nativos como diria Malinowski (1978) ao tratar da inserção do etnógrafo no campo de pesquisa. E, ainda assim, assistentes sociais também são nativos na instituição, já que nela se incluem na condição de trabalhadores assalariados, contribuindo para a constituição da própria instituição na sociedade.

Para além do trânsito deste lugar de estrangeiro-nativo, que diz respeito à forma como as relações interpessoais vão se constituindo no espaço institucional, com relação à produção resultante desta interação C. Wright Mills, traz uma importante colaboração ao reconhecer que não há uma separação entre o trabalho científico e a vida do cientista social. Esta divisão só ocorre como resultado do vazio do trabalho, da sua desumanização.

No entanto, o autor alerta para a necessidade de controlar a interinfluência dos campos na perspectiva de identificar o que se experimenta e isolar por meio do exercício do diário de campo. Para o autor

(...) o estudioso como artesão intelectual tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa. Não terá medo de usar sua experiência e relacioná-la diretamente com os vários trabalhos em desenvolvimento. (MILLS, 1975: p.112)

Uma outra fonte importante na construção desta trajetória é o trabalho de Roberto Kant de Lima e Bárbara Gomes Lupetti, que apresentam a perspectiva antropológica para construção de uma metodologia de pesquisa no direito. Os autores reconhecem que a aproximação entre os saberes no campo do direito e da antropologia pode ser valiosa e que

Relativizar categorias e conceitos e desconstruir verdades consagradas são, pois, importantes exercícios antropológicos e podem ser igualmente um fundamental exercício jurídico, de grande valia para promover as consequentes transformações pelas quais o Judiciário vem lutando e necessita concretizar, caracterizando-se também como um esforço significativo para se tentar romper com as formas tradicionais de produção, legitimação e consagração do saber jurídico. (KANT & LUPETTI, 2014: p.10)

A perspectiva dos autores se apresenta de forma promissora na proposta que permite a abordagem do acesso à justiça federal num contexto de inserção institucional da própria pesquisadora. A etnografia se constitui um interessante instrumento para mediação e organização dos conteúdos produzidos e das observações realizadas uma vez que

Na Etnografia, o autor é, simultaneamente, o seu próprio cronista e historiador; e embora as suas fontes sejam, sem dúvida, facilmente acessíveis, elas são também altamente dúbias e complexas; não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas sim no comportamento e na memória dos homens vivos. Na Etnografia, a distância entre o material informativo bruto - tal como se apresenta ao investigador nas suas observações, nas declarações dos nativos, no caleidoscópio da vida tribal - e a apresentação final confirmada dos resultados é, freqüentemente, enorme.

(MALINOWSKI, 1978, p.19)

Para Malinowski a pesquisa etnográfica apresenta três requisitos básicos que devem ser atendidos para a construção de um trabalho científico. O primeiro requisito é que o pesquisador deve ter objetivos científicos e, portanto, a produção de um conhecimento sistematizado é o seu produto final. O segundo requisito é que o pesquisador esteja ele mesmo inserido no universo em que pesquisa – que viva entre os nativos, em suas palavras. O terceiro requisito é que se tenha um método especial para recolhimento e manipulação das informações (ou

provas como ele define). E o objetivo deste terceiro requisito é formular resultados a partir da identificação dos modos típicos de pensar e sentir das instituições e cultura de uma determinada comunidade.

A possibilidade de ser “cronista e historiadora” como descreve Malinowski (1978) constitui um desafio para a assistente social que atua no cotidiano das instituições judiciais, tal como o pesquisador que vive entre nativos ou seja estar inserida no próprio universo que estuda, de tal forma que lhe seja possível e desejável elaborar um método especial para recolhimento e manipulação das informações, formulando resultados e contribuindo para a sua prática.

Apesar de a familiaridade com o objeto da pesquisa não se constituir *per se* como conhecimento científico, trata-se de uma forma de apreensão da realidade que pode levar a questionamentos por parte de diferentes segmentos relacionados ao campo. Um risco decerto considerando que a pesquisa incursiona por um dos universos mais elitizados que é o mundo do direito, possuindo ritos desconhecidos para a maioria da população – apontar o sentido de ser uma disciplina e prática profissional, pela linguagem utilizada. Uma outra forma de elitização é a estrutura dos equipamentos de acesso à justiça. Neste percurso, a utilização do diário e campo como instrumento para construção da trajetória do Serviço Social da Justiça Federal na política de acesso à Justiça permite que a pesquisadora dialogue consigo mesma, utilizando sua memória e lembranças e reconhecendo os processos históricos e cotidianos que constroem sua realidade no campo.

Afinal, como alerta Malinowski (1978, p.23)

Estar treinado e actualizado teoricamente não significa estar carregado de «idéias preconcebidas». Se alguém empreende uma missão, determinado a comprovar certas hipóteses, e se é incapaz de a qualquer momento alterar as suas perspectivas e de as abandonar de livre vontade perante as evidências, escusado é dizer que o seu trabalho será inútil.

A aproximação com a antropologia que se possibilitou, nesta pesquisa, a mediação entre a vivência no campo e a sistematização do conhecimento a partir da proposta de tratar as informações sob a ótica do artesanato intelectual. Assim, foi possível perceber um caminho a ser trilhado, superando a discussão antiga sobre a suposta dicotomia entre o trabalho e a vida do pesquisador.

Para C. Wright Mills, não há uma separação entre o trabalho científico e a vida do cientista social, esta divisão só ocorre como resultado do vazio do trabalho, da sua desumanização. No entanto, o autor alerta para a necessidade de controlar a interinfluência dos campos na perspectiva de identificar o que se experimenta e isolar por meio do exercício do diário de campo. Para o autor (*idem*, p.112)

(...) o estudioso como artesão intelectual tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa. Não terá medo de usar sua experiência e relacioná-la diretamente com os vários trabalhos em desenvolvimento.

Há uma preocupação legítima com o grau de envolvimento da pesquisadora no campo, já que nele se inclui como profissional, mas esta preocupação é minimizada por Becker (1977, p.133) ao sinalizar que é impossível não estar envolvido em uma pesquisa social e, por isso mesmo,

Nosso problema é ter certeza de que, qualquer que seja o ponto de vista que adotarmos, nossa pesquisa irá satisfazer aos padrões do bom trabalho científico, que nossas inevitáveis simpatias não tornarão nossos resultados sem validade.

Nesta mesma direção, Gilberto Velho (1981, p.123) tranquiliza o pesquisador quanto à suposta necessidade de distanciamento como garantia de imparcialidade. Isto porque, além desta requisição não ser unânime na comunidade acadêmica “A noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada”. Mas Becker vai além ao falar sobre o envolvimento entre pesquisador e objeto, já que ele considera que a tomada de partido não só é inevitável como necessária quando se trata de alinhamento com os subordinados, o que remete ao projeto ético político do Serviço Social, uma vez que

Tomamos partido de acordo com o que ditam nossos compromissos pessoais e políticos, usamos nossos recursos teóricos e técnicos para evitar as distorções que se poderiam introduzir em nosso trabalho, limitamos nossas conclusões cuidadosamente, reconhecemos a existência da hierarquia de credibilidade, e encaramos da melhor maneira que podemos as acusações e dúvidas que certamente nos esperarão. (BECKER, 1977, p.136)

Assim, na pesquisa de campo além de se observar as falas das pessoas entrevistadas, e a análise dos processos selecionados, também as impressões da pesquisadora e suas memórias pessoais a respeito da história do Serviço Social na instituição - por meio do recurso ao diário de campo são elementos constituintes do estudo. Esta perspectiva, para Martins (2013, p.34)

É um modo de dialogar objetivamente consigo mesmo. É uma forma de utilizar a própria memória, as próprias lembranças e esquecimentos como fontes de dados sociológicos, para que um autor se situe socialmente e compreenda sociologicamente sua circunstância. E, desse modo se capacite para observar o outro e o social. Isso agudiza a percepção e a compreensão do pesquisador, sobretudo pondo-o de sobreaviso para compreensão de detalhes e ocultações dos temas que estuda.

Martins (2013, p.39) aponta que esta metodologia se constitui enquanto troca, mais do que uma coleta de dados que “envolve o pesquisador muito mais profundamente na sua temática e lhe permite lidar com a inteireza dos processos sociais enquanto processos históricos e cotidianos ao mesmo tempo.” Para o autor é a interação do pesquisador no campo que permite que este se situe e que possa, assim, compreender o outro. As falas das profissionais de Serviço Social constituem elemento privilegiado na construção desta pesquisa. O que também não configura novidade: é importante coletar as impressões e visões dos sujeitos envolvidos na construção da realidade, ou como diria Malinowski, dos nativos.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, B. G. & ALENCASTRO, E.H, Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário, in Revista Katálisis, volume 9, n.1, jan/jun, Florianópolis, 2006, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v9n1/a02v9n1.pdf>, última consulta em 10/11/2018;

ALVES, Andrea Moraes e BARROS, Myriam Moraes Lins E Barros – Interlocações: Antropologia e Serviço Social in O Social em Questão, Ano XI, No.19, 2008.1;

BECKER, H.S., Uma teoria da ação coletiva, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977

CAPPELLETTI, M. & GARTH, B. - Acesso à Justiça, Sérgio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 1988;

DA MATTA, Roberto. A questão da cidadania num universo relacional. In A casa e a rua - espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- LIMA & BAPTISTA, R. K. de; Bárbara Lupetti – Como a antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico, in *Anuário Antropológico/2013*, Brasília, UNB, v.39, n.1: 9-37, 2014
- MAGALHÃES, D. P. Quando a justiça humilha: assédio moral no judiciário federal, *Trabalho de Conclusão de Curso*, UERJ, Rio de Janeiro, 2015
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico*, capítulo 1, Editora Abril Cultural, 1978
- MARTINS, J. S. O artesanato intelectual na Sociologia, in *Revista Brasileira de Sociologia*, volume 1, n.2, Jul/Dez, 2013
- MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975
- PACHUKANIS, E. – *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, Ed. Boitempo, 2017;
- SIERRA, V. M., & REIS, J. F. dos – *Poder Judiciário e Serviço Social*, Coleção Serviço Social, Ed. Saraiva, Rio de Janeiro, 2018;
- TAVARES, M. L. Carentes de Justiça, in *Revista de Jurisprudência da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, volume 8, 2001
- VELHO, G. *Individualismo e Cultura*, notas para uma antropologia da sociedade contemporânea, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981

A POLÍTICA DE COTAS NA UENF E A QUESTÃO DA EVASÃO APÓS O ENEM/SISU: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DOS ESTUDANTES

Letícia Sanz Barreto

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF
leticiasanz07@gmail.com*

Shirlena Campos de Souza Amaral

*Professora dos Programas de Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem e Políticas Sociais da UENF
shirlenacsa@gmail.com*

RESUMO

O presente estudo versa sobre evasão de estudantes ingressos na UENF pela Política de Cotas, buscando analisar em que medida tem cumprido seu papel de inclusão social, trazida na perspectiva de John Rawls. Tem por objetivo investigar a evasão a partir da realidade dos alunos cotistas ingressantes no período de 2011 a 2015, visando compreender quais são os motivos que os impulsionariam a evadir e que os levaram a não desistir dos cursos escolhidos durante o primeiro ano de estudos, nos cursos de maior e menor evasão. Metodologicamente, utilizou-se as informações das fichas de matrícula dos estudantes e históricos escolares, bem como aplicou-se questionários e realizou-se entrevistas. Dentre os resultados, ressalta-se que os cursos com maior e menor evasão são respectivamente, Ciências da Computação e Engenharia Civil; e, com relação à vivência desses alunos, percebeu-se que eles se esforçam ao máximo para não desistirem dos cursos, aproveitando a oportunidade ofertada.

Palavras-chave: Política de Cotas. Inclusão Social. Evasão. Ensino Superior. ENEM/SISU.

ABSTRACT

The present study deals with the evasion of students entering the UENF by the Quotas Policy, seeking to analyze the extent to which it has fulfilled its role of social inclusion, brought from the perspective of John Rawls. Its objective is to investigate evasion from the reality of entering students from 2011 to 2015, in order to understand the reasons that would lead them to evade and which led them not to give up the courses chosen during the first year of studies, in the courses of greater and lesser evasion. Methodologically, the information of the students' registration cards and school records was used, as well as questionnaires were applied and interviews were carried out. Among the results, it should be noted that the courses with the greatest and least evasion are, respectively, Computer Science and Civil Engineering; and, with regard to the experience of these students, it was noticed that they try their best not to give up the courses, taking advantage of the opportunity offered.

Key-words: Quota Policy. Social inclusion. Evasion. Higher education. ENEM / SISU.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o ensino superior público brasileiro estabeleceu-se como uma das principais áreas em que foram implementadas políticas de ação afirmativa. Essas se manifestam, no acesso à graduação e, mais recentemente, na pós-graduação, por meio de reservas de vagas, sistema de cotas ou bonificação, e no sentido de permanência por meio de auxílio financeiro. Em suma, buscam eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, que foram se acumulando e se omitindo ao longo dos anos, com a meta de se alcançar a igualdade material, a equidade.

Almejou-se com esta pesquisa, colaborar com a análise de diagnósticos sobre políticas afirmativas direcionadas a ampliação de minorias raciais e grupos sociais economicamente desfavorecidos em uma das universidades pioneiras a aderir tal política a UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – levando em consideração os aspectos referentes ao acesso e a evasão, pois segundo Veloso e Cardoso (2008) a evasão de alunos cotistas tem implicações negativas para o sistema de cotas.

2. AÇÃO AFIRMATIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Historicamente, políticas de ação afirmativa foram adotadas em inúmeros países ao redor do mundo, baseados na experiência pioneira da Índia, obtendo experiências diferenciadas de acordo com o contexto de cada nação. Assim, ela chega ao Brasil como reflexo às experiências e debates que ocorreram ao longo do tempo nesses países (MOEHLECKE, 2002). Segundo Gomes (2001, p. 40), as ações afirmativas podem ser definidas como:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Dentre as modalidades de ações afirmativas adotadas no país, cita-se à garantia de vagas para pessoas com deficiência na administração pública, reserva de percentual para mulheres nos partidos políticos, a aprovação do estatuto do idoso e, em âmbito educacional, cotas para afro descendentes e índio descendentes, pessoas com deficiência, alunos oriundos de escola pública e para filhos de militares mortos ou incapacitados em combate nas universidades públicas brasileiras.

De acordo com Piovesan (2005), a visibilidade de políticas afirmativas de cunho racial no Brasil, se deu somente após a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001. Acalorado com as repercussões da Conferência e com as reivindicações do Movimento Negro, o governo brasileiro principiou-se na criação de medidas afirmativas para a educação, denominadas política de cotas, que segundo Bezerra e Gurgel (2012, p.98) podem ser definidas como:

uma reserva de percentual de vagas nas universidades públicas destinada a essa população sem acesso à Universidade, seja pela formação precária do ensino médio, seja pelas suas condições financeiras e familiares, muitas analfabetas ou semi-analfabetas.

Tal conceito é de grande relevo, pois apresenta a ideia da desigualdade social e a justiça social como um dos fundamentos das políticas de cotas, enquanto mecanismo de ações afirmativas, quando implantadas nas universidades brasileiras.

2.1. O pioneirismo da implantação da reserva de vagas no Estado do Rio de Janeiro

Em 2002, o Estado do Rio de Janeiro se tornou pioneiro, a buscar minimizar a desigualdade de acesso entre negros e brancos nas Universidades Públicas Fluminenses, ao adotar a reserva de vagas para negros e pardos e alunos oriundos de escolas públicas estaduais nos processos seletivos, para ingresso na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, a partir de 2003 (AMARAL, 2006).

Mediante a sua implementação, por imposição de lei, foram ocorrendo diversas mudanças legais ao longo dos anos, como também a criação de novas leis estaduais, sendo a que está em vigor até o presente momento, é a Lei 5.346 de 2008, que garante a reserva de 45% das vagas de cada curso atrelado ao critério de carência socioeconômica, distribuídas em: 20% para alunos oriundos de escolas públicas, 20% para negros ou indígenas, 5% para pessoas com deficiência, filhos de policiais civis ou militares, bombeiros militares ou inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço, além de estabelecer o prazo de 10 (dez) anos para a duração do sistema de cotas.

Apesar de pesquisas acadêmicas demonstrarem resultados positivos sobre a aplicação da Política de Cotas (VELOSO e CARDOSO, 2008; AMARAL, 2013; SILVA, 2015), estudos revelam que muitas são as limitações para que um maior número de jovens de origem popular e negros chegue ao Ensino Superior e lá permaneçam (PAIXÃO e CARVANO, 2008; SCHWARTZMAN, 2008). Tais limitações, que ocasionam a evasão, compreendida como “perda” dos estudantes na universidade antes da conclusão do curso (BAGGI e LOPES, 2011), resultam de um acúmulo de desvantagens e oportunidades desiguais ao longo da vida.

2.2. A questão da evasão de cotistas na UENF a partir do ENEM/SISU: análise à luz da realidade dos estudantes

Na UENF, o primeiro vestibular em que se adotou o sistema de reserva de vagas em 2003, reservava no máximo 50% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas estaduais e, destas, 40% para os que se autodeclaravam negros ou pardos. Segundo Amaral (2006) essa primeira experiência, não alcançou seu objetivo, ocasionando variadas mudanças nas leis. Apesar dessas mudanças, verificou-se de acordo com Amaral e Mello (2013), que nos anos de 2004 a 2010 poucas vagas estavam sendo ocupadas por cotistas. Ressalta-se que até 2009, o ingresso na UENF se dava exclusivamente pelo vestibular estadual unificado com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), porém a partir da seleção 2009/2010 a UENF incluiu em alguns cursos no Sistema de Seleção Unificada (SISU) para acesso complementar. Já em 2010, a UENF aderiu ao processo seletivo do ENEM/SISU de forma exclusiva.

E em 2011, o ingresso de estudantes somente pelo ENEM/SISU alcançou o objetivo pretendido, pois houve o preenchimento total das vagas reservadas para negros e carentes. Sendo assim, percebeu-se a interferência positiva da adoção do ENEM/SISU para o preenchimento das vagas reservadas para cotistas na universidade (AMARAL, 2013).

Por essa razão, este artigo se propôs analisar o acesso e a evasão dos estudantes cotistas ingressos na UENF após o ENEM/SISU, no período de 2011 a 2015.

Dessa forma, o estudo teve como objetivo geral analisar a política de cotas na UENF enquanto instrumento de inclusão social e investigar a evasão a partir da realidade dos estudantes cotistas negros/indígenas e oriundos de escolas públicas após o ENEM/SISU, no período de 2011 a 2015 e que permaneceram.

E, especificamente, verificar as possíveis interferências da utilização do ENEM/SISU na

política de cotas para categorias analisadas, no período de 2011 a 2015; averiguar a taxa de evasão dos cotistas ingressos neste período, identificar os cursos com maior e menor evasão da universidade, investigar os fatores que os levariam a evadir e os motivos que os impulsionaram a não desistirem do curso escolhido no primeiro ano de estudo, além de examinar a percepção dos coordenadores dos cursos analisados sobre o acesso e a evasão dos estudantes.

Como procedimento metodológico, utilizou-se como instrumento de coleta de dados as informações das fichas de matrícula dos estudantes e históricos escolares, junto à Secretaria Acadêmica da UENF, aplicou-se questionário eletrônico por meio da ferramenta “Google Forms”, realizou-se entrevistas com os coordenadores dos cursos analisados, além da revisão bibliográfica referente à temática. A abordagem consistiu em primordialmente qualitativa, por meio de uma análise interpretativa dos questionários e entrevistas.

3. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1.1. Acesso dos alunos cotistas na UENF (2011 a 2015)

Todos os anos a UENF oferece 546 vagas que são distribuídas entre os 16 cursos de graduação presenciais, sendo 11 deles bacharelados e 5 cursos de licenciaturas.

Nessa perspectiva, podemos observar na **Tabela 1**, os dados referentes ao acesso, percebendo que praticamente todas as vagas são preenchidas com êxito anualmente em todos os cursos.

Tabela 1 – Levantamento dos alunos ingressantes nos cursos de graduação da UENF de 2011 a 2015

Ingressantes por ano	2011	2012	2013	2014	2015
Cotistas Negros	102	108	111	106	114
Cotistas Rede Pública	102	128	124	108	108
Outros cotistas*	16	11	20	20	18
Sem Cotas	308	300	297	306	297
Total de Ingressantes	528	547	552	540	537

Fonte: Secretaria Acadêmica da UENF e Dados da Pesquisa.

Tais resultados demonstram que a adoção do ENEM/SISU, como forma de seleção única em todos os cursos de graduação, obteve resultados positivos em referência ao acesso dos estudantes.

1.2. Análise da evasão dos alunos cotistas

A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo e influenciado por inúmeras variáveis (PRIM; FÁVERO, 2013). Além disso, possui várias concepções teóricas distintas. O conceito de evasão utilizado nesta pesquisa foi o apresentado por Silva Filho (2007), que faz distinção entre “evasão anual” que permite aferir a diferença entre o número de alunos matriculados de um ano para outro e “evasão total”, ao se comparar o número de alunos matriculados com o número de alunos concluintes do curso.

Durante o levantamento dos dados, constatou-se que alunos cotistas e não cotistas tiveram um número maior de evasão no primeiro ano de estudos. Esse resultado contrapõe a teoria de Kira (1998), quando afirma que os índices de abandono geralmente são maiores em torno de dois anos após iniciados os estudos na educação superior. Dessa forma, a **Tabela 2**, que se segue, mostra o quantitativo de alunos cotistas das categorias negros e oriundos de escolas públicas, ingressantes na UENF de 2011 a 2015 e que evadiram ainda no primeiro ano.

Tabela 2. Quantitativo de cotistas ingressantes de 2011 a 2015 e que evadiram no primeiro ano

ANO DE INGRESSO	INGRESSANTES		EVADIDOS	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
2011	204		58	28,4%
2012	236		44	18,6%
2013	235		29	12,3%
2014	217		62	28,5%
2015	222		55	24,7%
TOTAL	1.114		248	22,2%

Fonte: Secretaria Acadêmica da UENF e Dados da Pesquisa

Examina-se que nos 5 anos analisados ingressaram o total de 1.114 (mil cento e quatorze) alunos e destes 248 (duzentos e quarenta e oito) evadiram da universidade no primeiro ano de estudos.

1.3. Cursos de maior e menor evasão na Universidade

Ao analisar a evasão anual, fez-se o levantamento dos cursos com maior e menor evasão de alunos cotistas da universidade, nos termos da **Figura 1**:

Figura 1 - Cursos com maior e menor evasão (2011 - 2015)



Fonte: Secretaria Acadêmica da UENF e Dados da Pesquisa

Evidencia-se que o curso de Ciências da Computação obteve a maior evasão anual, em 3 (três) anos (2011, 2012 e 2015).

Com relação ao curso de menor evasão anual, constatou-se que Engenharia do Petróleo e Engenharia Civil obtiveram as menores taxas de evasão em 2 (dois) anos, mas no quantitativo geral, Engenharia do Petróleo teve mais alunos evadidos. Assim, o curso de menor evasão de alunos cotistas foi o de Engenharia Civil.

1.4. Análise dos questionários eletrônicos

Os questionários foram aplicados ao público-alvo da pesquisa, estudantes cotistas negros e indígenas e oriundos da rede pública de ensino, ingressantes nos anos de 2011 a 2015 nos cursos de Ciências da Computação e de Engenharia Civil e que estavam matriculados no primeiro ano de estudos.

Foram respondidos 39 (trinta e nove) questionários. Destes, 15 (quinze) alunos (38%) cursam Ciências da Computação e 24 (vinte e quatro) alunos (62%) cursam Engenharia Civil.

No **Gráfico 1**, apresenta-se como os alunos cotistas encontram-se distribuídos por ano e por modalidade de cota.

Gráfico 1 - Distribuição dos cotistas por ano de ingresso e modalidade de cota



Fonte: Elaboração Própria

Dos 39 alunos, 16 (dezesseis) ingressaram pela reserva de vagas para negros e 23 (vinte e três) estudantes entraram pela cota para alunos oriundos de escola pública.

Visando analisar possíveis motivos de evasão, propôs-se as seguintes questões: Como se deu seu ingresso no curso? O curso escolhido foi primeira ou segunda opção?

Oteve-se como respostas à primeira pergunta: 38 (trinta e oito) alunos ingressaram por meio do vestibular (ENEM/SISU) e somente 1 (um) ingressou por meio do Reingresso.

Com relação à segunda questão, 33 (trinta e três) dos 39 (trinta e nove) alunos responderam. Destes, 30 (trinta) escolheram o curso como primeira opção (91%) e 3 (três) (9%) escolheram o curso como segunda opção.

Para averiguar se a taxa de evasão ser maior no primeiro ano de estudos pode estar relacionada com a insatisfação com o curso ou com a universidade, elaborou-se as seguintes questões: Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito, como você se sente em relação ao curso? Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito, como você se sente em relação à universidade?

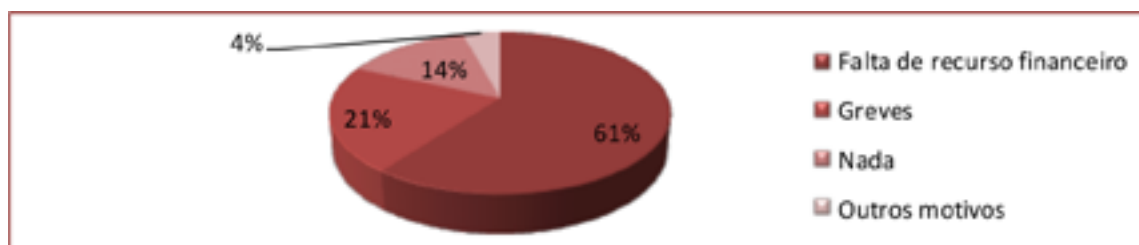
Em relação a primeira questão, depreende-se que 21 dos 39 alunos avaliaram o seu nível de satisfação com o curso como bom. Já para a segunda questão, 23 dos 39 alunos, avaliaram a sua satisfação com a universidade como normal.

Ao analisar o rendimento no curso como um fator de influência na possível evasão, foi proposta a seguinte questão: Ao longo do curso, você sente ou sentiu mais dificuldade do que os seus colegas de classe na compreensão dos conteúdos programáticos das disciplinas? Das 29 respostas obtidas, 13 responderam que tiveram dificuldades, 10 revelaram que não sentiram dificuldades e 6 declararam que algumas vezes sentiram dificuldades.

Com a finalidade de se alcançar o objetivo principal da pesquisa, foram formuladas as seguintes indagações: O que faria você evadir da universidade? e, O que o faz permanecer na universidade?

Para a primeira questão, apresenta-se as principais respostas no **Gráfico 2**.

Gráfico 2 – Fatores que os levariam a evadir



Fonte: Elaboração Própria

A principal razão levantada pelos estudantes como possível influência para evasão é a falta de recurso financeiro. Isso se justifica pelo fato de que as bolsas referentes à cota-auxílio que todos os alunos cotistas recebem, vem sofrendo constantes atrasos e nem todos possuem outra modalidade de bolsa.

Outra razão levantada pelos estudantes foi referente às constantes greves, que poderiam influenciar a evasão dos mesmos, pois a greve contribui para aumentar o período de formação.

Em relação à segunda questão, foram obtidos os seguintes depoimentos, dispostos no **Gráfico 3**.

Gráfico 3: Fatores que influenciam a permanência



Fonte: Elaboração Própria

Aproximadamente 51% dos alunos declararam que a razão principal para não desistirem da universidade é a perspectiva de concluir o curso. O segundo maior fator é a perspectiva de alcançar um futuro melhor. Isso se justifica porque eles possuem uma condição socioeconômica desfavorecida e veem no Ensino Superior a única chance de mudar sua realidade de vida e de suas famílias.

Um dos depoimentos que mais chamou atenção, ao responder a este questionamento foi: **“A vontade de me formar e por morar com meus pais em Campos, não teria condições de optar por uma faculdade fora de Campos e por condição financeira não poderia cursar uma faculdade particular.”** Essa declaração faz-nos refletir sobre a importância da Política de Cotas na vida desses alunos, enquanto instrumento de inclusão e ascensão social.

Ainda, é possível ressaltar a importância da Bolsa Cota-Auxílio como fundamental à permanência destes, que mesmo ingressando no ensino superior público sem a bolsa não conseguiriam permanecer, pois muitos teriam que trabalhar e isso contribuiria possivelmente com o aumento da evasão. Isso vai de encontro com o que diz Pacheco e Ristoff (2004) quando chamam a atenção para um estudo do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes, o qual revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que “não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito” (p. 9).

3.5. Entrevistas com os coordenadores dos cursos

As entrevistas foram realizadas com o professor Luis Rivera, coordenador do curso de Ciências da Computação, e com o professor Paulo Maia, coordenador do curso de Engenharia Civil, visando compreender suas percepções sobre o acesso e a evasão dos cotistas.

Ao serem indagados sobre quais os fatores eles elencariam como os que mais favorecem a evasão, o professor Luis Rivera afirmou que os principais fatores são infraestrutura reduzida, deficiência de recursos humanos (poucos professores) e o perfil do curso. O professor Paulo Maia, elencou como o principal motivo as dificuldades que os alunos apresentam nas disciplinas iniciais do curso.

Em relação à Bolsa Cota-Auxílio foram perguntados se essa podendo ser acumulada com outra bolsa de mérito acadêmico (PIBID, PIBIC, PIBIT, Extensão Universitária e Monitoria) seria o suficiente para manter os alunos cotistas na universidade. Ambos os coordenadores afirmaram que não é o suficiente, visto que a maioria destes são de cidades vizinhas e precisam arcar com aluguel, alimentação, transporte, material didático e sem o auxílio financeiro de outras fontes eles não conseguem se manter na universidade.

Quanto às perguntas: Em seu ponto de vista, sem a Política de Cotas esses alunos teriam acesso à Universidade/curso? E se conseguissem ingressar, permaneceriam até a conclusão do curso? Foi possível notar a semelhança nos depoimentos, pois ambos relataram que sem a reserva de vagas estes teriam muita dificuldade de ingressar e sem a bolsa seria muito difícil a manutenção até a conclusão do curso.

3. CONCLUSÃO

O estudo corroborou com a influência positiva da utilização do ENEM/SISU na política de cotas para negros e egressos de escolas públicas na UENF, apontada por Amaral (2013) e reiterada Silva (2015), no que se refere ao acesso. Bem como, demonstrou o índice de evasão dos estudantes que ingressaram na UENF pelo sistema de reserva de vagas nos anos de 2011 a 2015, evidenciando os cursos com maior e menor evasão, que são respectivamente, os cursos de Ciências da Computação e de Engenharia Civil.

Os resultados obtidos com os questionários eletrônicos trouxeram respostas às indagações surgidas ao longo da investigação como se o curso escolhido foi primeira ou segunda opção e se esse seria um fator que poderia influenciá-los a evadir, como a maioria dos alunos (91%) escolheram o curso como primeira opção, pode-se concluir que não é um fator que leve à evasão.

Outra resposta foi se a insatisfação com o curso ou com a universidade poderiam também influenciar a evasão. Observou-se que os alunos se mostram satisfeitos e, portanto, este não deve ser um fator que influencie a evasão dos estudantes.

Evidencia-se que quando questionados se eles têm ou tiveram alguma dificuldade nas disciplinas ministradas, as declarações nos mostraram que a maior parte deles tiveram dificuldades, alguns deles justificaram que isso acontece por conta da defasagem do ensino público, por isso acredita-se que este pode ser um fator que pode influenciar a evasão destes.

Quando indagados sobre quais os fatores poderiam levá-los a evadir, percebeu-se que muitas são as razões possíveis para desistirem de cursar o Ensino Superior, porém a principal razão apontada é a falta de recurso financeiro. E o segundo maior motivo são as constantes greves.

Com relação à permanência, destaca-se que a maior parte deles se esforça ao máximo para não desistirem dos cursos escolhidos, aproveitando a oportunidade que lhes é ofertada, pela expectativa de conclusão e poderem alcançar um futuro melhor financeiramente. Isso se justifica, porque talvez sem essa oportunidade de ingresso facilitado eles não conseguiriam ingressar no Ensino Superior. Outra razão para a permanência é a bolsa cota-auxílio que todos os alunos cotistas possuem e outras modalidades que são ofertadas pela universidade.

Com referência às entrevistas realizadas com os coordenadores dos cursos, pode-se compreender que vários fatores podem influenciar a desistência dos alunos do curso de Ciências da Computação e por isso a taxa de evasão é alta, diferentemente do curso de Engenharia Civil e por essa razão ele tem um baixo índice de evasão.

Cabe ressaltar que ao serem indagados se sem a oportunidade que a Política de Cotas oferece esses alunos conseguiriam ter acesso à Universidade/curso e permanecer até a conclusão do curso, as respostas dos coordenadores foram semelhantes, pois ambos relataram que sem a reserva de vagas esses alunos teriam dificuldade de ingressar na universidade e sem a bolsa seria muito difícil de permanecerem até a conclusão do curso.

Ao relacionar a reserva de vagas com os depoimentos dos alunos e dos coordenadores, pode-se concluir que sem a oportunidade de ingresso facilitado, muitos destes não ingressariam na universidade e mesmo recebendo a Bolsa Cota-Auxílio podendo ser acumulada com outra bolsa, esta não se mostra suficiente para proporcionar a permanência do cotista na UENF, contudo, ela é uma medida de extrema importância, pois sem estes teriam uma dificuldade ainda maior.

Sendo assim, acredita-se que a pesquisa pode colaborar para auxiliar no monitoramento da política de cotas nas categorias negros/indígenas e alunos oriundos de escolas públicas na UENF como medida de inclusão social, para aperfeiçoamento da política de cotas para o acesso e diminuição da evasão destes estudantes, sobretudo considerando que a legislação que institui a política encontra-se em período de reavaliação em 2018.

Portanto, pode-se enfatizar a importância da Política de Cotas no que se refere ao acesso de pessoas pertencentes às camadas socioeconômicas inferiores da sociedade e de grupos discriminados, pois estes, em geral, são alunos provenientes de escolas públicas que possuem uma educação de má qualidade e por este e quizá outros motivos não estão bem preparados para ingressar neste nível de ensino. Porém, para que ela alcance seu objetivo, é necessário não só democratizar o acesso, mas concomitantemente dar condições para que os alunos permaneçam e alcancem seu objetivo final de concluir um curso de nível superior.

4. REFERÊNCIAS

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **Cotas raciais e sociais como ação afirmativa: uma abordagem sócio-jurídico a partir do caso UENF**. Universidade Federal Fluminense, UFF/Niterói, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito).

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do “caso” UENF**. Campos dos Goytacazes: PPGPS/UENF, 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais).

_____; MELLO, Marcelo Pereira de. **Cotas para Negros e Carentes na Educação Pública Superior: análise do caso UENF de 2004 a 2010**. InterScience Place, v. 1, p. 25-49, 2012.

_____. **Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior: avançando na Análise da Política de Cotas com a utilização do Enem/Sisu na Uenf**. – Revista InterScience Place Edição 25, volume 1, artigo nº 3, Abril/Junho 2013.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves Lopes. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio Roberto Marques. **A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social**. Revista Pensamento & Realidade, Ano XV - v. 27 nº 2/2012, p. 95-117, 2012.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de Transformação Social. A experiência dos EUA**. 1.ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 444p.

KIRA, Luci Frare. **A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia na Universidade Estadual de Maringá, 1992-1996**, 1998. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação) - Mestrado - Faculdade de Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n117, novembro/2002.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004 (Série Documental. Textos para discussão n. 12).

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz (Orgs.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas sob a perspectiva dos Direitos Humanos**. In SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005.

PRIM, Alexandre Luis; FÁVERO, Jéferson Deleon. **Motivos da evasão escolar nos cursos de ensino superior de uma faculdade na cidade Blumenau**, 2013. Tecnologias para Competitividade Industrial, Especial Educação, 53-72.

RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma reformulação**. Trad.: BERLINER, Cláudia e VITA, Álvaro de. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **A questão da inclusão social na universidade brasileira.** In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória (Orgs.). Universidade pública e inclusão social. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 23-43.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set 641-659, set./dez 2007.

SILVA, Gabriela do Rosário. **Cotas para negros e egressos de escolas públicas na UENF: uma análise sobre acesso, origem e permanência de estudantes após o ENEM/SISU.** Campos dos Goytacazes, RJ: 2015, Trabalho de conclusão de curso (Monografia) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF.

VELOSO, Jacques; CARDOSO, Claudete Batista. **Evasão na Educação Superior: alunos cotistas e não-cotistas na universidade de Brasília.** In: 31^o Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, 2008, Caxabu. Anais da 31^a Reunião Anual da ANPEd, 2008. v. 1.

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO SISTEMA CARCERÁRIO NACIONAL A LUZ DO INCISO III DO ARTIGO 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.

MARQUES, Hemerson Figueiredo

*Graduando do curso de Direito do
Centro Universitário São Camilo-ES
Hemersonrocha10@gmail.com*

RIBEIRO, Marcelly Paulino

*Graduando do curso de Direito do
Centro Universitário São Camilo-ES
marcellypribeiro@gmail.com*

SILVA, Tatiana Mareto

*Doutoranda no programa de Pós-Graduação strictu sensu em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV/ES (2015). Mestre em Políticas Públicas e Processo - UNIFLU/RJ (2007). Especialista em Direito Processual Civil - FDV/ES (2004). Graduada em Direito - FDCI/ES (2000). Professora do Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo e da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim-FDCI. Advogada desde 2003. Conselheira seccional da OAB/ES
tmareto@gmail.com*

RESUMO

A Constituição Federal é considerada lei máxima dentre as ordenações brasileiras. Nela estão elencados os pilares da jurisdição. Com o Estado Democrático de Direito surge o princípio da dignidade da pessoa humana, que assegura o respeito à identidade e à integridade. Porém, percebe-se que o mesmo não é respeitado em sua totalidade. O sistema penitenciário é marcado por descasos em políticas públicas. O objetivo da produção é demonstrar que a função social da pena é considerada mera ilusão, reflexo de falhas na administração pública, evidenciando a inconstitucionalidade que cerceia o sistema carcerário, atrelando possíveis soluções. Constatase a falta de estrutura carcerária para colocar em práticas medidas que permitam o total seguimento dos princípios legais. O projeto expõe diferentes fatores que fazem parte do drama carcerário, defendendo a reformulação da abordagem Estatal quanto ao gerenciamento do sistema prisional.

Palavras-chave: Direito Penal; Direitos Humanos; Dignidade da Pessoa Humana.

ABSTRACT

The Federal Constitution is considered the maximum law among the Brazilian ordinances. In it are listed the pillars of jurisdiction. With the Democratic State of Right, the principle of the dignity of the human person arises, which ensures respect for identity and integrity. However, it is perceived that the same is not respected in its entirety. The penitentiary system is marked by discrepancies in public policies. The purpose of production is to demonstrate that the social function of the pen is considered a mere illusion, a reflection of failures in public administration, evidencing the unconstitutionality that limits the prison system, linking possible solutions. There is a lack of prison structure to put into practice practices that allow full compliance with legal principles. The project exposes different factors that are part of the prison drama, defending the reformulation of the State approach to prison system management.

Key-words: Criminal Law; Human rights; Dignity of human person.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal é vista como *lex superior* no ordenamento jurídico (BRASIL, 1988). Com o avanço desse campo, surge o Estado Democrático de Direito, que traz como um dos títulos fundamentais o princípio da dignidade da pessoa humana (SILVA, 2013).

No mundo jurídico, dignidade constitui-se como respeito ao qual faz jus qualquer ser humano, conforme roga o caput do art. 5º da Carta Magna Nacional que também assegura outros direitos ligados a essa questão, dispostos nos incisos I, III e X (BRASIL, 1988).

Todavia, ao adentrar na realidade brasileira, no que tange a abrangência desse princípio em âmbito penal, revela-se uma conjuntura que ainda beira a era medieval (PIMENTEL, 2011).

A historicidade aponta que o sistema penitenciário é marcado por um rotineiro descaso de políticas públicas. É certo que tal fato está associado ao modelo adotado. O mesmo tornou-se insustentável quanto à sua aplicação e administração (PEDROSO, 2004).

Pedroso (2004) ainda traz em seu relato que os centros de execuções penais convertem-se em ápice da exclusão, o imponente monumento isolado em locais inóspitos com altos muros, esconde uma realidade velada por vezes de total conhecimento e até apoio populacional, onde a marca da negligência estatal é estampada em cada indivíduo.

Silva (2017) explica que a crise sistêmica enfrentada dentro do cárcere não é algo novo, apenas alcançou seu ponto máximo, propondo reflexões complexas acerca da administração social. Apesar do superficial avanço, no que diz respeito à preocupação humanitária com o apenado, as medidas tomadas são insuficientes para abarcar todas as minúcias da prisão.

Segundo Ottoboni (2001) ao partir desse pressuposto, constata-se falhas na administração pública que ao longo de décadas condiciona um gigantesco grupo a condições subumanas. O princípio da dignidade é corriqueiramente desrespeitado, impossibilitando uma evolução epistemológica do ser humano frente à questão da punição. A máquina estatal está em verdadeiro retrocesso, não conseguindo acompanhar a evolução do crime, sendo este, diferente do sistema, organizado.

METODOLOGIA

Entre os tipos de pesquisas fora optado o modelo de abordagem qualitativa, no qual o foco principal é a análise bibliográfica acerca da temática (GOLDENBERG, 1997). A presente pesquisa apresenta-se como estudo exploratório e descritivo, vez que, faz uso de bibliografias para aprofundar o conhecimento e objetiva esclarecer um fenômeno histórico-social (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). Fora realizada uma seleção bibliográfica com referenciais teóricos já publicados por meios escritos e eletrônicos, permitindo assim conhecer os precedentes já estudados sobre o assunto (FONSECA, 2002).

A série histórica utilizada contemplou majoritariamente o período entre 1995 e 2018. A busca foi realizada na biblioteca do Centro Universitário São Camilo-ES com periódicos, além de livros e artigos, selecionados em plataformas online. O critério de seleção dos materiais esteve ligado à contemporaneidade da temática, pertinência dos resultados, qualidade metodológica e coerência das ideias dispostas. As palavras-chave, com base na plataforma Thesaurus Brasileiro da Educação foram: Direito Penal, Direitos Humanos e Dignidade da Pessoa Humana, sendo esta desempenhada em Português e Espanhol.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Molina (1997) trabalha a ideia de que uma punição se configura como réplica da sociedade, na figura do Estado, investido de poder coercitivo (*Jus Puniendi*), a um comportamento que tenha transgredindo artifícios legais.

Rousseau (2015) em “O Contrato Social” guia reflexões acerca do caráter preventivo da pena frente à sociedade, o que se deu consoante à própria evolução natural de homem.

Ao longo dos anos a finalidade da penalização tornou-se algo mutável. Até a primeira metade do último século prevaleceu a dedução de que a pena seria simples “retribuição do mal ocasionado”. Posteriormente surgiu uma visão utilitária, que tem na pena uma ideia de prevenção, um mecanismo de justiça coerente (BECCARIA, 1996).

[...] Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicas veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa, eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva [...] (FOUCAULT, 1997, p.14).

Grandiosa parcela dos juristas considera o número exorbitante de infrações e contravenções penais positivadas um verdadeiro precipício para o sistema carcerário. Por conta disso, são levantadas teorias que defendem a reformulação do sistema quanto ao tipo de penalização e sua aplicação, de modo que seja evitada a privação da liberdade, reservando-a para casos onde seu emprego é extremamente indispensável, desafogando a máquina penitenciária que se vê sobrecarregada (LACERDA, 2016).

Prado (2008) esclarece que os sistemas adotados passaram por uma evolução. Inicialmente o pensilvânico se baseava no enclausuramento do condenado, onde a religião era obrigatória como ferramenta de recuperação. Já o sistema auburniano, trabalha subdivisões de alas quanto aos níveis de delinquência. Contudo o sistema adotado à interpretação do Código Penal Brasileiro foi o progressivo. Jescheck (2003) defende a ideia de que o sistema recebeu certa flexibilidade de modo que se tornou um “sistema brasileiro”.

Bolsanello (1998) conceitua o cárcere como um dos fatores que podem ser utilizados para analisar a sociedade. Segundo sua visão a prisão é o último degrau da longa escada de mazelas sociais que afligem a massa populacional. Pobreza, déficit educacional, mercado de trabalho decrépito, baixos salários, corrupção em todas as esferas de governo e deturpação do respeito para com o próximo, poderiam facilmente ser citados como complementos.

Costa (2004) relata que a dignidade da pessoa humana é em sua essência um direito amparado pelo princípio da universalidade e de âmbito absoluto. A sanção penal deveria ter sua aplicabilidade objetivando a ressocialização do condenado.

Nessa linha de pensamento, Mota (2011) recorre ao apotegma de São Tomás de Aquino para conceituar o termo dignidade como “[...] algo absoluto e pertence à essência”. Desta forma, constitui-se como premissa primordial do jusnaturalismo.

O princípio dos sistemas punitivos modernos é a privação de liberdade, contudo, o sistema prisional brasileiro tem apresentado uma ampliação do caráter punitivo, exteriorizando a penalização por meio de fatores como: uso de drogas, abusos sexuais, espancamentos e mortes, dentre outros aspectos depreciativos. Os desafios à ressocialização do preso são inúmeros, sejam de ordem social, material ou psicológica, de maneira que a dignidade dos indivíduos é totalmente ameaçada (SILVA, 2017).

Assis (2007) ensina que a falta de estrutura carcerária faz com que a pena perca seu caráter ressocializador, divergindo com o princípio geral do direito, consagrado pelo art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil: “[...] na aplicação da lei o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum” (Lei 4657/42).

É notável que um dos maiores problemas enfrentados dentro do sistema carcerário é a superlotação, pressuposto para diversas outras problemáticas como condições impróprias de higiene. Ao ser analisado do ponto de vista social, esse problema torna-se reflexo da maneira como a situação vem sendo tratada pela administração pública. A máquina estatal busca de maneira grotesca “maquiar” a crise penitenciária (CERVEIRA, 2007).

Ápice do inaceitável posicionamento do judiciário frente à questão da superlotação e outras mazelas do cárcere, poucos anos atrás o então ministro Luís Roberto Barroso, membro do Supremo Tribunal Federal (STF), propôs uma fórmula inovadora para “recompensar” a título de indenização por danos morais aqueles que por total ineficácia do Estado passassem por violações e falta de condições básicas de sobrevivência dentro dos presídios (GALLI, 2015).

O Ministro sugeriu que o apenado pudesse ser compensado com o abatimento de sua pena, em vez de receber indenização pecuniária, caso passasse por “considerável desrespeito” à sua dignidade. De acordo com sua visão, a solução dada traria benefícios tanto no âmbito carcerário quanto das contas públicas. O Ministro compreendeu que ao Estado caberia a função de garantir condições básicas para o cumprimento da pena e vez que este não consegue, deveria encontrar meios de minimizar custas com indenizações (GALLI, 2015).

Posteriormente ao posicionamento do Ministro Barroso, os demais membros do STF ligados ao caso, levantaram questionamentos. A época, o Ministro Teori Albino Zavascki indagou acerca da permuta penal e civil quanto à forma de indenização, fato que poderia colocar dúvida o princípio da legalidade (GALLI, 2015).

Tal princípio por sua vez é base constitucional, consagrado no inciso II do art. 5º. Sua finalidade é limitar o poder do Estado, garantindo mais segurança jurídica aos direitos e garantias fundamentais. Teoricamente é um guia na produção de novas leis e norteador na interpretação de magistrados. Greco (2004) afirma que o princípio nasceu da necessidade de conferir confiança na ação dos titulares do poder, prevenindo e mitigando ações arbitrárias, dando fim ao papel de *legibus solutus* do Estado.

Torrano (2015) traz uma abordagem muito bem humorada, sem perder a integridade dos fatos, sobre a proposta do ministro Barroso.

[...] A conclusão fática é silogística. Em tom jocoso, podemos falar ao preso: “Prezado, quanto mais tempo você aguentar ficar nessa cela de 6m² junto com 20 presos (ou número maior), mais benefício prisional você conseguirá obter”. E mais. Daqui a pouco vai ter agente público falando: “Qual o problema de deixá-los ali, enclausurados/enjaulados aos montes, eles podem até sair daqui mais cedo por isso. Estamos fazendo um favor a eles”. [...] Lembro muito bem da frase que o emérito processualista penal, Aury Lopes Jr., vivenciou de um apenado/preso: “Dr., estão me tratando como bicho. Quando eu sair daqui, vou sair mordendo”. Adivinha quem é o osso? Eu, você e o Barroso (TORRANO, 2015, p.1).

Ao que concerne na saúde do condenado, ocorre uma dupla penalização. Com a pena de prisão propriamente dita, surge um lamentável estado de saúde adquirido durante o cárcere, evidenciando o descumprimento do dispositivo elencado na Lei de Execução Penal, que traz no inciso VII do art. 40 o direito à saúde do preso sendo esta obrigação estatal (ASSIS, 2007).

Onusida (2001) estudou o comportamento nas prisões em todo o mundo e afirma mediante suas análises que o contato sexual entre homens é algo bem frequente dentro do cárcere. Uma investigação desenvolvida no Rio de Janeiro em 1993 revelou que 73% dos presos masculinos já haviam praticado algum ato sexual com indivíduos do mesmo sexo no complexo penitenciário. O estudo aponta que as relações podem ocorrer com ou sem consentimento, sendo a segunda modalidade mais corriqueira. Seja na forma de iniciação, punição por delitos ou troca de favores, a violação sexual é um fato concreto, bem como a transmissão de HIV/AIDS e outras patologias de cunho sexualmente transmissíveis.

Segundo Costa (2004) o poder soberano, ao ultrapassar as necessidades impostas pela pena passa a cometer abuso, e não mais justiça, visto que o excesso da punição não se configura fator necessário. Conceitua ainda sobre o combate a ociosidade no sistema penitenciário, bem como arguir o despotismo na administração.

Outro condicionante presente no contexto carcerário é a ínfima remuneração dos agentes penitenciários frente à importância de suas atividades. Se junta ao quadro deficitário, o fato de que muitos agentes acabam se corrompendo, tornando-se verdadeiros aliados da delinquência dentro das próprias instituições, facilitando a conversão de celas em escritórios do crime organizado (SILVA, 2013).

Silva (2017) explica que a convivência dentro dos presídios revela a realidade das ruas. Gangues se agrupam em cubículos sem a menor promoção de atividades que visem à reintegração social. Consumo de drogas, ociosidade, disseminação de doenças e abusos sexuais são questões recorrentes que caracterizam o cárcere brasileiro (ONUSIDA, 2001).

Como em um ciclo vicioso, o indivíduo inicia sua vida em meio a condições preocupantes de sobrevivência, o que propicia sua inserção no crime por conta das aparentes facilidades dessa atividade, porém acabam “caindo” no sistema penal onde majoritária parcela não encontra meios de sair da realidade de delitos, crimes e condenações (DOTTI, 1998).

Como resultado dessa equação, constata-se que o processo de ressocialização é praticamente inexecutável. A utopia é desfeita frente à realidade dos presídios. Para um progresso é necessário que o ambiente ao qual o indivíduo foi alocado propicie condições básicas de retorno à sociedade. As condições as quais os apenados são obrigados a conviver, na maioria dos núcleos penais, impedem qualquer tentativa de recuperação (SILVA, 2017).

Segundo Dotti (1998) não se trata de ser conivente com a criminalidade, tão pouco converter o sistema penal em colônia de férias, mas sim permitir o mínimo necessário para que estes seres possam pagar por seus atos de forma digna, sendo devolvidos para a comunidade de maneira melhor, agindo conforme os princípios basilares da própria penalização: reintegração social e penalização como fonte de justiça frente aos delitos praticados.

Assis (2007) traz a necessidade de atentar-se ainda ao pós-cárcere, em que grande parte dos ex-detentos são recebidos de forma negativa pela comunidade. Tal fato dificulta o processo de reinserção e contribui para o retorno desse indivíduo, sem expectativas, à vida criminoso.

No que tange os direitos do egresso, Assis (2007) observa que esses estão prenotados nos art. 25, 26 e 27 da Lei de Execução Penal onde é incumbido ao Estado funções como: orientação para reintegração à sociedade, auxiliar na obtenção de emprego além inclusive alojamento e alimentação em estabelecimento adequado nos primeiros dois meses de sua liberdade, porém, isso é apenas utopia.

Lacerda (2016) comenta que o modelo empregado nas execuções penais fundamenta-se na Teoria Mista que compila caráter coercitivo e utilitário da punição, possibilitando a reeducação do transgressor, empregando-se como artifício intimidativo aos demais indivíduos.

Duas décadas atrás, estudos já demonstravam que grande parte dos infratores são tidos como cidadãos comuns, sem reincidentes. Desta forma verifica-se que o modelo empregado, no que concerne a intimidação pela punição de outrem, não tem surtido efeito (LEAL, 1998).

Uma das maiores problemáticas da Justiça Criminal é a própria execução penal. Teoricamente esta deveria ter um caráter ressocializador, entretanto, tal objetivo é desmontado vez que aspectos de descaso e corporativismo estatal, constituem um ambiente onde o preso é submetido a condições indignas (LACERDA, 2016).

Capez (2004, p. 14) explica que: “é da dignidade da pessoa humana que nascem os princípios orientadores e limitadores do Direito Penal”.

No entanto a estrutura precária dos institutos de execuções penais modifica a prisão de modo em que está se torna uma verdadeira “faculdade do crime”, onde presos de menor delinquência adquirem novos conhecimentos com condenados em crimes mais graves. Tal situação torna-se um dos elementos que explicam o elevado índice de reincidência existente no Brasil. O sistema carcerário apresenta-se como um desconhecido abismo entre o preso e o mundo exterior, avivando um desejo de revolta graças ao tratamento recebido (SILVA, 2017).

Quanto à positivação das garantias provenientes da execução penal, assim como os direitos dos detentos, Assis (2007) constata que essas estão dispostas em múltiplos estatutos legais. A nível mundial, diversas convenções englobam essa temática, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Resolução da ONU que prevê as regras mínimas para o tratamento do preso.

Em âmbito nacional, a Constituição Federal dispõe de 32 incisos no art. 5º que determinam a proteção às garantias fundamentais em função do homem encarcerado (BRASIL, 1988). As instituições prisionais deveriam ter por missão básica a manutenção dos presos, garantindo sua reintegração social, prevenindo seu retorno ao crime por meio de ações dignificantes, como o trabalho, no entanto tal medida ainda é questão minoritária no sistema carcerário, sobretudo em núcleos de grande porte.

Para Machado (2009) o sistema penitenciário brasileiro é “o reflexo do esquecimento judiciário dos direitos penais” (p. 11) que como consequência infecta a sociedade com uma patologia sócio-jurídica que ludibria quanto à efetividade da pena, fazendo com que massa populacional enxergue no impropício isolamento crônico a solução para todos os males advindos da criminalidade, de modo que, se cria uma ideologia fortificada nos moldes pretéritos de que ao impor e executar penalização mais severa estar a se dar a resolução mais coerente ao caso. Fecha-se os olhos para o pós-cárcere, esquece-se da função ressocializadora, inexistente pensamento sobre reinserção social desse execrado ser que agora integra o famigerado grupo daqueles que não merecem qualquer perspectiva de salvação.

Moreira (2017) faz um comentário nevrálgico acerca dos bordões punitivistas, dentre estes a expressão: “direitos humanos para humanos direitos”. Segundo seu levantamento, os direitos humanos são fruto de uma evolução intelectual, objeto de debate durante o iluminismo. Com as revoluções, os direitos adquiridos justamente pela condição de ser humano continuaram por ser base das sociedades ocidentais. Porém o significado foi deturpado ao longo das décadas, a igualdade de direitos existe apenas na forma, não sendo atingida em nível material. O capital acumulado permitiu a formulação de uma elite com novos ideais.

Dessa forma, os detentores de direitos humanos de fato, tornam-se apenas aqueles que possuem elevado grau econômico. Tal perspectiva é evidente em todos os âmbitos sociais, indo em desencontro a pontos que teoricamente sustentam o ordenamento (MOREIRA, 2017).

Lima (2005) defende que a atual conjuntura estatal é incapaz de gerir um modelo sistemático que atenda os verdadeiros parâmetros legais. Moreira (2017) crê no ideal de que por traz de todo e qualquer apenado, existem seres humanos com prerrogativas e direitos básicos conquistados há séculos, positivados nos pilares da nação, que devem ser atendidos, visando um gerenciamento saudável e verdadeiramente humano.

Silva (2017) compila sua abordagem no entendimento de que, apesar da rica gama de ordenações legais, no mundo dos fatos concretos, da realidade, da ideologia secular, da penumbra social, da retaliação confortante, existem grandiosas dificuldades no correto exercício da condenação, pois os imperativos definidos por tais ordenamentos são solenemente ignorados, o que garante a manutenção da atual fase do cárcere: a falência plena de um sistema pautado em letra morta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o Estado tapa os olhos aos problemas ligados ao cárcere. O descaso é perceptível desde a estrutura física até as facilidades para manter o tráfico de drogas dentro das celas. A reincidência apenas evidencia o nível crítico ao qual a sociedade está alocada em relação à criminalidade. Comprova-se que o órgão prisional sucumbiu.

Diante da calamidade em que o cárcere se encontra, um acréscimo na utilização de penas restritivas de direitos ou atividades que trabalhem a prestação de serviços à comunidade, transformam-se em válvulas de escape que permitem descentralizar a massa carcerária desafogando esse sistema sobrecarregado, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos.

Já nos casos onde o cerceamento de liberdade na forma concreta é necessário, é indispensável a formulação de um projeto que assegure os meios necessários ao cumprimento da sentença de forma que esta seja meio de reinserção social pela reeducação e não mera penalização ao mal causado.

É preciso levar o indivíduo a refletir sobre suas atitudes, ao passo que a sociedade deve modificar sua abordagem frente esse problema, bem como o governo deve instaurar planos que possibilitem uma reformulação de pensamento dentro da própria coletividade.

O poder populacional encontra-se embriagado pelo preceito de que o encarcerado deve sofrer o máximo possível dentro da execução de sua pena. Tal ponto de vista destoa totalmente da legalidade. É preciso promover atos que conscientizem o povo tomando como base o princípio da dignidade da pessoa humana. Desta forma será possível realizar uma evolução socio-legislativa ligada à dinâmica penal.

É necessário conferir constitucionalidade à execução das penas, algo ainda faltante. O princípio do *no bis in idem* não é respeitado. Dentro do sistema, o apenado é condenado não somente à sua pena, mas sim a um rol de condenações adjacentes que vão desde saúde ao direito de dormir. Compreende-se que este é um projeto a longo prazo porém, é necessário dar o primeiro passo rumo às melhorias.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Rafael Damaceno de. A Realidade Atual do Sistema Penitenciário Brasileiro. **Revista Cej**, Brasília, v. 11, n. 39, p.74-78, out. 2007. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/949/1122>>. Acesso em: 06 mar. 2018.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- BOLSANELLO, Elio. Panorama dos Processos de Reabilitação de Presos. **Revista Consulex**, v. 2, n. 20, ago. 1998. p. 19-21
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.
- _____. **Decreto nº 4657**, de 04 de setembro de 1942. **Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Rio de Janeiro, RJ, 08 out. 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 14.
- CERVEIRA, Fabiano Justin. **A Violência do Tempo no Processo Penal: Em Busca da redução de Danos**. 2007. 22 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4952/1/389074.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- COSTA, Tailson Pires. **A dignidade da pessoa humana diante da sanção penal**. São Paulo: Fiuza, 2004. p.132 .
- DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DOTTI, Rene Ariel. **Bases alternativas para um sistema de penas**. 2. ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1998.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. 16 ed., Petrópolis: Vozes, 1997. p.14.
- GALLI, Marcelo. **Preço da Dignidade: Barroso propõe redução de pena como indenização em caso de superlotação**. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-mai-06/barroso-sugere-reduzir-pena-presos-cadeia-superlotada>>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 4 ed. Niterói: Impetus, 2004.
- JESCHECK, H. H. **Tratado De Derecho Penal**. 5 ed. Granada (Espanha): Comares, 2003.
- LACERDA, Ana Priscilla. **Análise crítica sobre o sistema penitenciário Brasileiro**. 2016. Disponível em: <<https://anapriscillalacerdalopes.jusbrasil.com.br/artigos/301458962/analise-critica-sobre-o-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- LEAL, César Barros. **Prisão: crepúsculo de uma era**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

- LIMA, Antonio Cesar Barros de. **Os fins da pena diante das novas exigências do Direito Criminal**. 2005. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2014/Os-fins-da-pena-diante-das-novas-exigencias-do-Direito-Criminal>>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: reflexões e diálogos necessários. In: SOUZA NETO, João Clemente; SILVA, Roberto; MOURA, Rogério Adolfo. (Org.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, UNESCO / FAPESP, 2009. p.11.
- MOLINA, Valverde J. **La cárcel y sus consecuencias**: La intervención sobre la conducta desadaptada. Madrid: Editorial Popular, 1997.
- MOREIRA, Gustavo. **Direitos humanos para humanos direitos**. 2017. ISSN 2446-8150. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/direitos-humanos-humanos-direitos/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- MOTA, Sílvia. **Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e manipulações genéticas**. 2011. Disponível em: <<http://www.silviamota.com.br/visualizar.php?id=3127320>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- ONUSIDA. **As prisões e HIV/SIDA**. 2001. Disponível em: <http://data.unaids.org/Publications/IRC-pub05/prisons-tu_pt.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2011.
- OTTOBONI, Mário. **Ninguém é irrecuperável**. 2 ed. ver. e atual. São Paulo: Cidade Nova, 2001.
- PEDROSO, Regina Célia. Utopias penitenciárias. Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v.9 , n.333, p.1-3, jun. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5300>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- PIMENTEL, Carolina. **Cardozo admite que sistema prisional do país está em situação quase “medieval”**. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-13/cardozo-admite-que-sistema-prisional-do-pais-esta-em-situacao-quase-%E2%80%9Cmedieval%E2%80%9D>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: volume 1 parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**: Princípios do Direito Político. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015. (De bolso). Tradução de: Edson Bini.
- SILVA, Glayce Kelly Gomes Gonçalves da . **O sistema carcerário brasileiro e sua ineficiência quanto aos fins da pena**. 2017. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10272/O-sistema-carcerario-brasileiro-e-sua-ineficiencia-quanto-aos-fins-da-pena>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- SILVA, Elisa Levien da. **A realidade do sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana**. 2013. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7926/A-realidade-do-sistema-penitenciario-brasileiro-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- TORRANO, Marco Antonio Valencio. **Barroso, adivinha quem é o osso do sistema prisional brasileiro?** 2015. Disponível em: <<https://advtorrano.jusbrasil.com.br/noticias/186206675/barroso-adivinha-quem-e-o-osso-do-sistema-prisional-brasileiro>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

“BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO”: AS INCOERÊNCIAS DO DISCURSO DE ÓDIO

RAVENA DE SOUZA ZANON DELLATORRE

*Mestranda do Programa de
Pós Graduação em Políticas Sociais - UENF
ravena_zanon@hotmail.com
BOLSISTA CAPES*

DE SOUZA ZANON DELLATORRE, RAVENA

*Mestranda no Programa de
Pós Graduação em Políticas Sociais - UENF
BOLSISTA CAPES*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a complexidade do problema da criminalidade no Brasil, tentando identificar e explicar as contraposições impostas por uma grande parte de brasileiros, que insatisfeitos com o cenário violento vivido atualmente no país, usam da frase “bandido bom é bandido morto” como suposto meio de redução da marginalidade. O discurso de ódio que alguns bradam tanto contra os “bandidos” pedindo tão facilmente a morte de um ser humano se contrapõe com o próprio discurso conservador em favor da vida e contra o aborto, provando mais uma vez a falta de nexo e estudo para chegar a conclusão de situações tão complexas. O discurso de ódio visa objetificar uma pessoa ou grupo de pessoas, sendo que a vitimização é difusa, sendo claramente na afirmação em questão “bandido bom é bandido morto”, apenas uma classe mais desprotegida da sociedade.

Palavras-chave: Discurso. Ódio. Bandido. Morto. Sociedade.

ABSTRACT

This work aims to present the complexity of the problem of crime in Brazil, trying to identify and explain the contrapositions imposed by a large part of Brazilians, who are dissatisfied with the violent scenario currently lived in the country, use the phrase “good bandit is dead bandit” as a supposed means of reducing marginality. The hate speech that some shout so loud against the “bandits” so easily asking for the death of a human being contrasts with their own conservative discourse in favor of life and against abortion, proving again the lack of nexus and study to arrive the conclusion of such complex situations. The hate speech aims at objectifying a person or group of people, with victimization being diffuse, being clearly in the statement in question “good bandit is dead bandit,” only a more unprotected class of society.

Keywords: *Speech. Hate. Bandit. Dead. Society.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho avança com a polarização político-partidária e o acirramento de ânimos em alta hoje no país, afetando o debate sobre várias questões sociais, em que contrastam visões mais progressistas ou conservadoras, as já acaloradas discussões sobre a violência policial no país tendem a se intensificar. Toda essa cultura de ódio, de “bandido bom é bandido morto”, se alastra pela sociedade, pelo consciente e inconsciente das pessoas, espalhados pelo meio social.

Com a liberdade de expressão “bandido bom é bandido morto” e a cultura do ódio no contexto da democracia brasileira atual, sendo exposta na forma de discurso, destacando a proteção constitucional dada à liberdade de expressão que veda o anonimato e competem os aspectos de seu exercício, onde se pode citar a cultura de ódio que ao menosprezam minorias não pode ser tolerado em uma democracia pluralista conforme é em nosso país atualmente, onde é o princípio essencial o respeito a todos os participantes da sociedade.

Nosso país tem passado por uma onda de conservadorismo muito grande nos últimos anos, que se ascendeu nessas últimas eleições quando candidatos bradaram nas mídias sociais e programas televisivos ‘opiniões’ controversas que muitos consideram preconceituosas, e serão abordados neste trabalho. A cultura de ódio esta ligada diretamente à criação das pessoas e ao que foi passado a elas pelos familiares, professores, amigos e colegas de trabalho, mas não necessariamente alguém que tenha uma criação mais conservadora acabe seguindo os mesmos pensamentos.

O discurso de ódio como manifestação é dirigida em especial a grupos minoritários da sociedade contemporânea, como mulheres, negros e homossexuais, que são os mais afetados por essas palavras e atos. As pessoas que vociferam esses pensamentos retrógrados costumam justificá-los como “liberdade de expressão”, porém, conforme Riva Sobrado de Freitas e Matheus Felipe de Castro, a Liberdade de Expressão ao lado das demais liberdades, em face da importância de que se revestem para a construção da democracia liberal/burguesa sempre foram passíveis de punição na sua integralidade, com restrições mínimas, aos moldes do *laissez-faire* e da não intervenção estatal.

Deve ser observado que a liberdade de um ser humano se expressar deve analisar a dignidade da pessoa humana, onde claramente um preconceito que atinja uma determinada minoria ou classe não se enquadra nessa liberdade de expressão como ‘opinião’, devendo sempre ser penalizada e repudiada, para que essa cultura de ódio seja corrigida e no futuro possamos ouvir cada vez menos esse tipo de comentário.

A dignidade humana é um valor existente da sociedade e que equivale a uma ideia de justiça e de adaptação fundamental ao desenvolvimento da vida humana em sua totalidade, e ofender a dignidade humana de alguém é extremamente grave. Por ser um valor social, flexibiliza substancialmente seu conteúdo, possibilitando alterá-lo em conformidade com as transformações sociais no tempo e no espaço em que estiver situado, ao longo da história observa-se conteúdos distintos para dignidade humana, consoante as variáveis políticas e sociais, havendo, pois, diferentes expectativas para dignidade humana, em constante evolução, de modo a corresponder aos novos valores sociais.

A cultura de ódio, que tem como o objetivo de estigmatizar o indivíduo, segregando uma determinada classe, o discurso dessas pessoas seduz um determinado grupo para coordenar formas de opressão aos que não se enquadram ao padrão de “sujeito social nada abstrato: masculino, europeu, cristão, heterossexual, burguês e proprietário”, Rosenfeld (2001) realiza

considerável diferenciação do ponto de vista conceitual, envolvendo o fenômeno em *hate speech in form* e *hate speech in substance*.

O *hate speech in form* são aquelas manifestações claramente odiosas, ao passo que o *hate speech in substance* se refere à modalidade velada do discurso do ódio. O *hate speech in substance* pode apresentar-se disfarçado por argumentos de proteção moral e social, o que, no contexto de uma democracia em fase de consolidação, que ainda sofre com as reminiscências de uma ditadura recente, pode provocar agressões a grupos não dominantes. Ele produz violência moral, preconceito, discriminação e ódio contra grupos vulneráveis e intenciona articuladamente a sua segregação.

É muito preocupante que a frase “*bandido bom é bandido morto*” tenha o apoio de 57% da sociedade brasileira, conforme a pesquisa do Datafolha, em 2016, contratada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dessa maneira, além da conhecida seletividade, que criminaliza a pobreza a partir do desmantelamento do Estado Social, conforme densa análise do sociólogo francês Loic Wacquant – percebe-se, no meio social, uma seletividade subjetiva de definir “bandido” como o “outro”, segundo um Código Penal próprio que isenta o “eu” de eventual criminalização.

A CULTURA DE ÓDIO DISSEMINADA NA FORMA DE DISCURSO

Segundo dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as polícias brasileiras mataram em 2015 3.320 pessoas, em média nove por dia, certamente uma das mais altas letalidades policiais registradas no mundo. Entre os fatores responsáveis por esse altíssimo nível de violência policial no Brasil está a tolerância, ou mesmo o apoio de parte da população ao uso extremo da força, sobretudo contra criminosos ou supostos criminosos.

Os chavões do tipo “bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos só para humanos direitos”, repetidos exaustivamente, parecem expressar forte adesão a uma lógica justiceira, resistente a argumentos contrários de qualquer natureza. Adesão que em certos casos chega a sancionar não só a violência institucional como a atuação de milícias e grupos de extermínio, os linchamentos e outras formas de “justiça com as próprias mãos”.

A popularidade da internet no mundo, especificamente as redes sociais, serve para unir as pessoas em todo o mundo, existindo vários programas que permitem uma comunicação rápida, além de vários aplicativos para conhecer pessoas. Porém muitas vezes esses serviços são usados de forma errada, para disseminar ódio e promover a violência. Não sendo somente a única forma de propagação de ódio atualmente, mas sendo a principal, por permite que o indivíduo fale anonimamente.

A cultura de ódio é uma forma de violência direcionada a um determinado grupo social com características específicas, o ofensor escolhe suas vítimas de acordo com seus preconceitos e, orientado por estes, coloca-se de maneira hostil contra um particular modo de ser e agir típico de um conjunto de pessoas.

As classes afetadas por esse delito discriminatório são os mais variados possíveis, porém a cultura de ódio acontece com maior regularidade com as chamadas minorias sociais. São consideradas minorias sociais aqueles indivíduos que histórica e socialmente sofreram discriminação, como as vítimas de racismo, homofobia, xenofobia, etnocentrismo, intolerância religiosa e preconceito com deficientes.

Não vivemos em uma sociedade saudável, com estabilidade econômica e justiça social, a insatisfação se dá em variados níveis. A palavra ‘bandido’, como se usa no Brasil, acaba se encaixando em muitas situações (é o vizinho bandido, o político bandido, o profissional

incompetente e mal intencionado bandido, o motorista bandido, o marido ou a esposa bandidos etc), e ela estará lá, a frase estará lá, pairando sobre a cabeça do assaltante e do assaltado.

A frase “bandido bom é bandido morto” acaba sendo como uma espécie de libertação, um grito irracional de desespero onde se deposita o descontentamento com toda a injustiça social, com a criminalidade e a violência, mas não é, sem dúvida, uma frase mágica.

Atualmente na sociedade existe um clamor muito forte por justiça, seria excelente se fosse aplicado da forma correta, quando esse protesto vem acompanhado de um discurso e de uma cultura de ódio, é preciso analisar o que causa isso no ser humano. Dizer que falta de escolaridade e a pobreza, juntamente com a falta de informação geralmente faz parte do perfil de pessoa que goteja esse tipo de frase é minimizar a conduta de muitas pessoas com oportunidades e condições sociais, que o fazem justamente por pura falta de caráter e humanidade, e também por serem pessoas com pensamentos mais primitivos na comunidade que vivem.

O crime e a conduta não é o que se busca defender com esse trabalho, e sim o direito do indivíduo de responder ao processo penal e cumprir pena conforme deve ser, sem julgamentos intrínsecos de terceiros, que apontam o dedo na cara dos outros e atacam desejando justiça com sangue. O que já foi observado diversas vezes nas relações entre pessoas é que para alguns “bandido bom é bandido morto”, mas apenas se for pobre, negro e favelado, pois se for aquele colega riquinho que vende droga na festa, tudo bem, sem problemas, esse sim pode viver.

A hipocrisia que uma parcela da sociedade vive é incrivelmente vexatória e perturbadora, alguns se auto-intitulam “cidadãos de bem”, mas dentro de suas casas escondem segredos terríveis. O discurso de ódio que alguns bradam tanto contra os “bandidos” pedindo tão facilmente a morte de um ser humano se contrapõe com o próprio discurso conservador em favor da vida e contra o aborto, provando mais uma vez a falta de nexos e estudo para chegar a conclusão de situações tão complexas.

BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO?

Em nosso país, a repercussão desse tipo de discurso desacompanhado contra os Direitos Humanos é considerável. Segundo pesquisa de 2008 sobre as percepções dos Direitos Humanos no Brasil, um terço dos brasileiros (34%) concorda, parcial ou totalmente, com a ideia preconcebida segundo a qual os Direitos Humanos deveria se limitar às “pessoas direitas”. Essa mesma pesquisa constatou, também, que 43% dos brasileiros admitem, em certa medida, como correta e desejável a expressão “bandido bom é bandido morto”, porém, felizmente, a maior parte dos brasileiros tende a não dar guarida a esses discursos irresponsáveis e fascistas.

Do ponto de vista da população brasileira, ela continuamente tem a sensação de que se o Estado não cuida da população carcerária, o Estado também não cuida dela, pois o cotidiano dessas pessoas está precário. Então quando alguém se coloca contra a cultura de ódio e ao discurso “bandido bom é bandido morto” essas pessoas têm a impressão de que só se preocupam com esses bandidos, é de onde saem essas manifestações, é uma espécie de ressentimento.

O sistema carcerário não deveria ser um espaço para um fim derradeiro, deveria ser um espaço para recuperação social e isolamento para os mais perigosos, e a partir do momento que não cumpre essa função está demonstrando uma fraqueza da institucionalidade do Estado, o mesmo Estado que falha aqui é o que falha na escola e na saúde.

Pregar a dignidade para quem está preso e a defesa dos direitos humanos para o “bandido” é pelo motivo de que essa pessoa um dia vai sair, e dessa forma também esta sendo prezada

a segurança pública, só que as pessoas não acreditam mais pois estão descrentes, então tem a sensação que esse discurso dos direitos humanos é apenas para os 'bandidos' e não para elas.

O crime contra a vida é o que não tem volta, pois não é possível devolver e restaurar esse bem, os homicídios no país muitas vezes não são esclarecidos, menos de 10% das pessoas que cometem assassinatos acabam na prisão, enquanto isso um monte de gente que poderia estar cumprindo outro tipo de pena está lotando nossos presídios e ocupando o nosso sistema de justiça, é preciso que a população entenda que a reivindicação por segurança, por um combate mais duro contra a violência é justa, mas não se faz com frase feita.

O Brasil já tem a maior pena de morte do mundo, que é a justiça sem culpa e sem defesa, os jovens negros e pobres da periferia são recrutados pelo trafico e pelo crime organizado, com 61 mil homicídios, sendo apenas 8% investigados, é claro que a certeza da pena que produz os efeitos, e é o que deve ser feito, isso proporcionalmente é a maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos.

A população carcerária está lotada, e as facções organizadas se espalharam pelo Brasil inteiro, e um jovem que foi preso com gramas de drogas, acaba tendo que se filiar obrigado em uma dessas facções para se proteger, e o resultado disso é que de dentro da cadeia há um comando.

Uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que cerca de 60% dos brasileiros concordam com a frase "bandido bom é bandido morto", todos se sentem aptos a opinar, pois todos são vítimas em potencial, e não somente aqueles que estudam o direito penal. A população brasileira continuamente tem a sensação que se o Estado não cuida da população carcerária, também não cuida dela, pois são constantes os relatos de pessoas doentes em filas de hospitais, as escolas são ruins, não tem segurança nas ruas, então a sociedade tem a impressão que todos só se preocupam com os bandidos, é de onde parece vir essa espécie de ressentimento, dessas pessoas muitas vezes invisíveis e de pouco estudo.

É importante explicar que não se trata de ficar preocupado com os bandidos, mas sim de iluminar um mau trato e uma má gestão. Dessa forma a pena de morte surge como a principal solução para essa questão, retribuir é a primeira resposta dada no sentido de justificar a pena, tendo uma idéia bem simples de vingança e de 'olho por olho e dente por dente', sendo essa visão nada coerente com um Estado democrático. Esmiuçando a pena de morte de diversas formas é perceptível não ser possível sustentá-la de nenhuma maneira, numa sociedade civilizada não se pode ter esse critério, pois está sujeito e inúmeros erros, entre eles a subjetividade, que é o mal desse século, então há a necessidade do sistema jurídico, que sim é moroso, e quando se esgota todos os recursos passaram-se muitos anos do crime cometido, perdendo o caráter do crime exemplar.

Analisando os Estados Unidos, um país que tem pena de morte, os estados que tem a pena não tem a criminalidade menor do que a dos estados que não tem, por que serão executados muito tempo depois do tempo do crime, e num país como o Brasil adotando a pena de morte, tendo bons advogados e condição financeira, terão condição de se defender e de até adiar ou extinguir a pena, e os mais pobres e mais desprotegidos são os que vão depender do sistema do Estado, e serão esses os condenados à pena de morte, sendo a pena no Brasil altamente discriminativa. A nossa história penal já demonstrou que a possibilidade de aplicação da pena de morte no Brasil só serviu para o cometimento de mais injustiças, principalmente contra as camadas mais desprotegidas da sociedade, como ocorreu com os negros durante o Brasil Império. Não se poderia deixar de mencionar que, no caso da pena de morte, estar-se diante de uma vedação absoluta, portanto, uma cláusula pétreia somente poderá ser abolida ou restringida através

de uma revolução, pelo uso da força, ou seja, através de uma ruptura total do atual regime e surgimento de um novo Poder Constituinte Originário.

É óbvio que os crimes devem ser punidos, porém querer transgredir os nossos direitos penais e humanos, conquistados dificuldades, num país que passou por duas ditaduras militares, sendo incoerente. Os negros e mulatos são representados em maior número no sistema penitenciário, por que além da pobreza, há o preconceito racial, que é um preconceito muito forte no Brasil. É preciso desconstruir o preconceito da sociedade em cima do cidadão infrator, a ressocialização existe e é possível, bastando apenas uma visão melhor das pessoas na questão do tratamento para com o outro, e também de parte do Estado, com políticas públicas capazes e eficazes, pois as cadeias hoje são feitas para punir e não para recuperar. O sistema carcerário brasileiro é feito para castigar, as cadeias não têm condição humana de manter uma pessoa, e a sociedade aprova, não vendo o quão prejudicial é, pois lá dentro os réus se articulam, rancorosos, voltando para rua mais poderosos e perigosos que antes.

Dessa forma, Helio Romão Pessoa observou:

“O Estado possui o dever de punir e reprimir, mas o sistema existente serve tão somente para manter o sujeito afastado da sociedade. O indivíduo é levado para uma penitenciária, trancafiado numa cela, excluído do convívio social como uma forma de punição pelo crime praticado. Ocorre que o sistema, no geral, não coopera para a ressocialização do condenado, visto que o ambiente experimentado na prisão é pura violência, disputas de sobrevivência e torturas.”

O discurso de ódio pode ser dito também automaticamente, sem nenhuma reflexão, sendo uma defesa automática contra o medo e a insegurança, a raiva e a indignação, sendo exploradas pelas mídias e também por políticos, que usam desse discurso para alcançar popularidade entre a população, dizendo estar dispostos a solucionar essas questões.

A pena de morte aparece como a principal solução para essa questão, retribuir é a primeira resposta dada no sentido de justificar a pena, tendo uma idéia bem simples de vingança e de ‘olho por olho e dente por dente’, sendo essa visão nada coerente com um Estado democrático. Esmiuçando a pena de morte de diversas formas é perceptível não ser possível sustentá-la de nenhuma maneira, numa sociedade civilizada não se pode ter esse critério, pois está sujeito e inúmeros erros, entre eles a subjetividade, que é o mal desse século, então há a necessidade do sistema jurídico, que sim é moroso, e quando se esgota todos os recursos passaram-se muitos anos do crime cometido, perdendo o caráter do crime exemplar.

É comprovado por estudos que ressocializar presos é mais barato do que mantê-los em presídios, vale mais a pena fazer presidiários cumprir pena fora dos presídios, trabalhar e estudar do que mantê-los encarcerados. A metodologia de ressocialização de presos que a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) aplica em 43 cidades em quatro estados custa, segundo os cálculos do gerente de metodologia da entidade, Roberto Donizetti, menos da metade do valor mensal que o Estado destina a manter uma pessoa sob custódia no sistema prisional tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a professora Meyer (2009, p. 97), a cultura do ódio consiste na manifestação de ideias que instigam à discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, em que em grande parte das vezes são minorias, ela expõe que a manifestação de ideias de ódio e desprezo a um determinado grupo social se apresenta num primeiro momento, incompatível com o respeito à dignidade humana.

É preciso garantir a autonomia pública e privada, mas não é equivalente com a sociedade moderna que adota uma perspectiva discursiva utilizar a liberdade de expressão adotando uma cultura com o discurso de ódio, que vai prejudicar a dignidade humana em seus vários aspectos.

Quando uma pessoa fala “bandido bom é bandido morto” ela pensa que dessa forma a impunidade irá acabar ali, só que é uma série de fatores que acarretam aquela situação, e não deve ser analisada friamente, ninguém nasce bandido, as pessoas passam por eventos que levam até aquela determinada vivência.

O preconceito e o medo da sociedade refletem-se nas perspectivas de reinclusão do infrator, mesmo que ele tenha um nível de periculosidade baixo. Embora o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) não tenha nenhum dado oficial que aponte a taxa de reincidência criminal no país, Souza estima que 70% dos egressos voltam a cometer crimes quando em liberdade.

Um grande fato é que a desconfiança gera a maior dificuldade na ressocialização desses infratores, que acabam marginalizados e não encontrando outra solução além de voltar a cometer crimes, pois as portas estão sempre fechadas devido a julgamentos e a maioria das pessoas não quer alguém com ficha criminal trabalhando em seu estabelecimento, o que faz com que aumente o índice de reincidência em delitos, sendo necessária toda uma desconstrução e trabalho social para que esses indivíduos sejam inseridos novamente, com dignidade, à sociedade.

Nesse raciocínio primitivo, não há lugar para a possibilidade da inculpabilidade de alguém, uma vez identificado como “bandido”, imediatamente esse alguém é transformado em uma coisa, por aqueles que acreditam poder fazer algo, inclusive aniquilar e o desenho do que é crime e do que é ser “bandido” é seletivamente escolhido por um Código Penal que essas pessoas chamam de seu, é a decisão e convicção da conveniência e a construção do rol de crimes a serem decididos ao bel-prazer de quem define *paranoicamente* que tipo de sujeito/ *bandido* deve ser morto.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Angela Mendes de. O papel da opinião pública na violência institucional. Paper apresentado no XXVIII Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association). Rio de Janeiro, 11-14 de junho de 2009. [Disponível em http://www.ovpsp.org/debate_teorico/debate_amendes_almeida2.pdf. Último acesso: fevereiro de 2017]

CANO, Ignacio, Direitos humanos, criminalidade e segurança pública. In: VENTURI, Gustavo (org.). Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010, p. 65-75. [Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vana-rousseff/publicacoes/orgaoessenciais/secretaria-de-direitos-humanos/direitos-humanos-percepcoes-da-opiniaopublica-aanalises-da-pesquisa-nacional/view>. Último acesso: fevereiro de 2017].

KHALED JR., Salah H. Discurso de ódio e o sistema penal. Editora: Letramento. 2018.

DANTAS, Jeferson Silveira. Construir Espaços Coletivos de Esperança em Tempos de Discurso de Ódio. Editora: insular. 2016.

FILHO, João Trindade Cavalcante. O discurso de ódio na jurisprudência alemã, americana e brasileira. Editora: saraiva. 2017.

MAIA, Daniel. Liberdade de Expressão nas Redes Sociais. Editora: Lumin Juris. 2016.

MORAES SILVA, Antonio de. Verbete “Negro”. Dicionário da língua portuguesa, volume 2. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 340. [Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/ptbr/dicionario/2/negro>. Último acesso: março de 2017] MOURÃO, Barbara Musumeci. UPPs: Uma polícia de que gênero? Rio de Janeiro: CESeC, dezembro de 2013.

TOVAR, Lucía Morales. Necropolítica, de Achille Mbembe. **Estudios Culturales**, 2016. Disponível em: <https://estudioscultura.wordpress.com/2016/09/28/necropolitica-de-achille-mbembe>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

MUSUMECI, Leonarda et al. *Juventude, violência e polícia: Resultados da pesquisa amostral*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: CESeC, junho de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. ONU, 1948. Disponível em:.. Acesso em: 15 maio 2015.

SILVA, José Ribamar. *Prisão: Ressocializar para não reincidir*. Curitiba, 2003. Disponível em:.. Acesso em: 04 março 2015.

PESSOA, Helio Romão Rigaud. *Ressocioalização e Inserção Social*. 2015. Disponível em: <https://heliorigaud.jusbrasil.com.br/artigos/201967069/ressocializacao-e-reinsercao-social>

FIGUEIREDO NETO, Manoel Valente; MESQUITA, Yasnaya Polyanna Victor Oliveira de; TEIXEIRA, Renan Pinto; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. *A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 65, jun 2009. Disponível em: Acesso em 18 maio 2015.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2001

PRECONCEITO ÉTNICO RACIAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A CAMUFLAGEM DO PRECONCEITO NO BRASIL E AS IMBRICAÇÕES OCORRIDAS NO SISTEMA JUDICIÁRIO FACE ÀS SEQUELAS DA COLONIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA CONTEMPORANEIDADE

BRENDA ALYNE ALVES NOGUEIRA

*Graduanda do curso de Serviço Social
da Universidade Estadual de Montes Claros
brendaalyne2016@gmail.com*

SCARLET GOMES PRATES

*Graduanda do curso de Serviço Social
da Universidade Estadual de Montes Claros
scarlet.prates@gmail.com*

THAINARA SOARES VELOSO

*Graduanda do curso de Serviço Social
da Universidade Estadual de Montes Claros
thainarasoares23@gmail.com*

RESUMO

Este artigo objetiva compreender as desigualdades latentes na sociedade atual em decorrência das implicações ocasionadas pelo passado escravista e pós-abolicionista vigente no Brasil e algumas de suas imbricações, dentre elas: as sequelas da colonização e a trajetória da luta do negro no Brasil. O artigo tem como propósito ainda, refletir sobre o preconceito étnico - racial que se apresenta desde o início da colonização do Brasil e as consequências para conquista e manutenção dos direitos sociais (educação, saúde, cultura...) e o combate ao racismo e a discriminação.

Palavras-chave: preconceito-racial; imbricações; discriminação; educação; judicialização;

ABSTRACT

This article aims to understand the latent inequalities in today's society due to the implications of the slave and post-abolitionist past in Brazil and some of its imbrications, among them: the sequelae of colonization and the trajectory of the negro struggle in Brazil. The purpose of this article is to reflect on the ethnic - racial prejudice that has been present since the beginning of the Brazilian colonization and the consequences for the conquest and maintenance of social rights (education, health, culture ...) And the fight against racism and the discrimination

Key-words: racial prejudice; imbrications; discrimination; education; judicialization;

INTRODUÇÃO

A ideia abstrata de universalidade humana, da universalidade dos direitos, da igualdade e liberdade, movem lutas históricas. Ao contextualizar a luta do negro no Brasil, é possível observar como a trajetória do negro é marcada por várias imbricações..

Sabe-se que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, no entanto, mesmo com as leis Eusébio de Queirós (lei nº581), cuja ação foi a proibição do tráfico de escravos vindos da África pelos navios Negreiros; A lei do Ventre Livre (lei nº2.040), onde a partir da sua promulgação concedia a liberdade a todos os filhos nascidos de ventre escravo; E por último, a lei do Sexagenário (lei nº3.270), esta lei libertou todos os escravos com mais de 60 anos de idade. Tais leis não possuíam eficácia ao que concerne a total liberdade, por volta dos anos de 1860, 42% da população negra já se encontrava “livre”.

Entretanto, alguns questionamentos são presentes no processo de análise de trabalho dessa natureza, dentre os quais destacam-se: qual sentido da liberdade para os afrodescendentes? Quais as implicações o período pós-abolicionista tem nos dias atuais? Conforme a sistematização de alguns dados postula-se que quando o escravo adquiria a liberdade, o mesmo não se encontrava apto a executar sua vida cívica, ou seja, era um cidadão “livre”, mas não possuía, por exemplo, o direito ao voto devido à ausência de alfabetização, tal lei foi promulgada no ano 1881 o qual ficava explícito de que o voto deveria ocorrer apenas para os indivíduos alfabetizados.¹

No Brasil é impossível falar de questões étnico raciais sem adentrar nas desigualdades sociais vigentes na sociedade. Ao respaldar a escravidão datada no Brasil entre os séculos XVI e XIX, nota-se como as disparidades sociais se evidenciam conforme as imposições prescritas aos afro-descendentes naquele contexto. Deste modo, tais premissas corroboraram para inúmeras questões sociais vigentes até os dias atuais. O preconceito étnico racial que se apresenta desde o início da colonização do Brasil traz respaldos para compreender de que neste período nem a cultura indígena e nem a cultura africana foram respeitadas. Ficou subtendido que apenas a cultura europeia era a correta, sendo assim, a cultura dos deuses, culinária, dogmas e origens tiveram que ser abandonadas, o que resultou na violação cultural dos povos indígenas e africanos.

No entanto a complexidade existente neste contexto enunciado traz o desafio de compreender como tais atitudes de repreensão e preconceito se materializaram em discriminação e violência estrutural, que se encontram latentes até os dias atuais, afinal os resquícios deste período se fazem presente mesmo que de forma camuflada, trazendo implicações quanto a intolerância religiosa, preconceito étnico-racial, e contradições e ironias frente a política de cotas e dentre outras configurações que precarizam as relações sociais e os diversos desdobramentos ocasionados face, “a exclusão de certos elementos culturais pode originar o preconceito que se manifesta tanto nos discursos elitistas quanto nos etnocêntricos” (ABADIA,2010, p.19)...

Conforme as explicações de Abadia (2010), ocorreu no Brasil a desapropriação cultural dos povos colonizados, o que acaba respingando na contemporaneidade. Desta forma conclui que são desprovidos de qualquer propriedade cultural: ausência de costumes, ritos, religião. É importante deflagrar que mesmo com a declaração dos direitos humanos os seguintes questionamentos devem ser deflagrados. A vontade, a fala e a voz são respeitadas? Deste modo, os direitos humanos são como horizontes de luta, como algo a se efetivar universalmente, seja em movimentos sociais e populares que denunciam e dão voz aos excluídos.

1 Chalhoub, Sidney Visões da liberdade : uma história das últimas décadas da escravidão na Corte / Sidney Chalhoub. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

Este trabalho objetiva compreender as desigualdades latentes na sociedade atual em decorrência das implicações ocasionadas pelo passado escravista e pós-abolicionista vigente no Brasil, ao fazer um resgate histórico, elucidando questões como, de que forma a legislação brasileira possibilitou a liberdade e a equidade social para os negros, mantendo no entanto a desigualdade social? O que é ser negro? Como é que o judiciário intervém nas expressões da desigualdade racial?

Tais questionamentos levam-nos a analisar as imbricações que tramitam no sistema judiciário face às sequelas da colonização e seus reflexos na contemporaneidade (acerca de diferentes debates atuais).

Análise das diferentes perspectivas engendram a questão multirracial introduzida no contexto pós-abolicionista enfatizando as consequências engendradas pela abolição que embora sancionou a liberdade, não permitiu meios para que os mesmos vivessem de forma livre e integrada pelo trabalho ou cidadania.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RACISMO NO BRASIL

No Brasil, o preconceito racial é camuflado e não é possível vê-lo de forma explícita. Segundo Jessé de Souza (2009), os brasileiros sentem esse racismo na pele, mesmo sendo um país miscigenado.

Em seu livro "Ralé brasileira", Jessé de Souza (2009) usa a personagem Lidia (personagem entrevistada pelo autor a partir de um estudo feito em uma escola na cidade de Juiz de Fora-MG) para descrever como esse racismo acontece. Lidia muitas vezes se via pensando que no Brasil não aparenta ter racismo, pois não se impede que as pessoas entrem onde elas sintam vontade, nem possui outras formas de segregação racial explícitas, mas ao mesmo tempo ela recorda de todas as humilhações que passou, de forma camuflada, mas que no fundo ela sabe que se tratou de racismo. Nas ideias do autor Lidia sempre se preocupou com os assuntos relacionados à cor, já os seus amigos que eram brancos, nem sabiam que tinham uma cor.

Na obra, é possível perceber que o autor fala de assuntos como: a questão da beleza negra não ser apreciada e só o branco ser considerado belo, o racismo presente nas escolas entre as crianças, a erotização do corpo feminino das mulheres negras, e a tentativa de se adaptar a padrões brancos, negando a identidade negra. Jessé de Souza (2009) chama a atenção para a história de Lidia, no sentido de demonstrar como esse racismo no Brasil existe sim, mas muitas vezes passa despercebido. Lidia recorda-se da época da escola, de como as suas colegas de pele branca eram sempre bem tratadas e de como suas colegas negras sofriam rejeição, não eram vistas como belas. Ao se tornar adolescente e à medida que seu corpo também se desenvolveu Lidia começou a ser desejada, mas de um modo diferente, era vista como a "gostosa" e não a "bonita", esse fato revela a erotização do corpo das mulheres negras.

Em Ralé brasileira, Jessé de Souza (2009) trata de discussões sobre o racismo que permite que possamos entendê-lo em uma questão mais ampla, e não fragmentando cada particularidade, relacionando vários fatores, como por exemplo, o racismo específico no que diz respeito à estética, que é presente predominantemente sobre as mulheres. Enfim, o autor aborda essas questões que buscam entender o racismo no Brasil e os seus rebatimentos na vida dos negros. Durante o relato da personagem Lidia é possível perceber a questão do racismo que acontece de forma camuflada e como isso afeta a vida da personagem. Constantemente nota-se o fato de Lidia sentir vergonha por ser negra, ou até mesmo esquecer-se que é negra e tomar um choque ao se ver em um vídeo,. Durante os relatos dos pais da personagem, percebe-se que a mãe de Lidia que era negra, tentou mudar a sua aparência para conquistar seu pai que era

branco, sua mãe assume ter andado menos no sol para clarear a pele e diz ter sofrido com os cabelos crespos. Outro fato que é bastante significativo no texto é a questão de que as pessoas sempre tentavam adivinhar se os filhos do casal nasceriam brancos ou negros.

O que se pode perceber ao longo da obra é o fato de a personagem, assim como sua mãe e suas irmãs que eram negras, tentarem se “embranquecer” e se ajustar aos padrões das pessoas brancas, e isso acontece justamente devido a imposição que é colocada sobre os negros, de que os traços negroides não são belos.

1.1 PRECONCEITO DE MARCA E PRECONCEITO DE ORIGEM

É importante entender como o preconceito racial se expressa no Brasil e estudar as diferenças presentes no racismo brasileiro e no racismo em outras partes do mundo, com enfoque nos Estados Unidos. Oracy Nogueira (2007) traz muito bem esta questão, quando ele usa os conceitos de preconceito de marca e preconceito de origem, que são predominantes no Brasil e nos Estados Unidos respectivamente. Jesse de Souza (2009) usa o conceito de Oracy Nogueira para falar sobre o racismo no Brasil e o racismo nos Estados Unidos, no primeiro tem-se o predomínio do preconceito racial de marca, no qual o negro pode mudar de classe social desde que tenha uma ascensão econômica, no Brasil, um filho de negro que nasce branco é considerado branco, diferente do que acontece nos Estados Unidos. No referido país, tem-se o preconceito de origem, no qual o negro é sempre negro, pode ter a pele branca, mas se possuir descendência negra ele vai ser tratado como negro. De acordo com Oracy Nogueira (2007), alguns estudiosos que procuram estudar o racismo no Brasil e nos Estados Unidos possuem a tendência de negar que o racismo exista no Brasil, ou que ele ocorra com menor intensidade quando comparado aos Estados Unidos.

De um modo geral, tomando-se a literatura referente à “situação racial” brasileira, produzida por estudiosos ou simples observadores brasileiros e norte-americanos, nota-se que os primeiros, influenciados pela ideologia de relações raciais característica do Brasil, tendem a negar ou a subestimar o preconceito aqui existente, enquanto os últimos, afeitos ao preconceito, tal como se apresenta este em seu país, não o conseguem “ver”, na modalidade que aqui se encontra. Dir-se-ia que o preconceito, tal como existe no Brasil, cai abaixo do limiar de percepção de quem formou sua personalidade na atmosfera cultural dos Estados Unidos (NOGUEIRA, 2007, p. 291)

Ao fazer um estudo acerca do racismo nos dois países, é notório como eles acontecem de forma diferenciada. Segundo Oracy Nogueira (2007) o preconceito racial se caracteriza como uma atitude negativa que é motivada pela cultura, seja pela aparência ou pela sua descendência étnica, o preconceito racial se dá sobre sujeitos que historicamente são estigmatizados na sociedade. O preconceito racial de marca, de acordo com Oracy Nogueira (2007), é voltado para a aparência do sujeito, quando sua aparência remete aos grupos que são estigmatizados. O preconceito racial de origem se dá a partir dos antepassados do sujeito, ou seja, quando ele descende de grupos que são estigmatizados.

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 2007, p. 292)

De acordo com Oracy Nogueira (2007), no Brasil, onde predomina o preconceito de marca, o negro consegue adentrar no grupo das pessoas brancas, se ele dispuser de uma situação econômica favorável, ele pode utilizar da profissão, da educação, do dinheiro, para ser incluído em lugares que não aceitariam pessoas negras, mas para os indivíduos com as características citadas anteriormente são abertas exceções. Nos Estados Unidos o negro pode dispor de uma boa situação financeira, pode ter uma profissão que a sociedade considere de prestígio, mas da mesma forma será tratado como negro, e experimentará a segregação racial.

Nos Estados Unidos o indivíduo sempre herda as características de seus antepassados, dessa forma, seja qual for a sua cor (branco ou negro) ou sua situação econômica, ele sempre será associado ao seus antepassados, já no Brasil o preconceito segue os critérios observados pelo fenótipo.

Um fato interessante é que muitas pessoas que seriam consideradas negras nos Estados Unidos, são vistas como brancos no Brasil e cometem atos preconceituosos. No Brasil, os traços negroides são considerados feios. Desde a infância, principalmente as mulheres, sofrem com piadas voltadas a sua aparência, ao cabelo crespo e muitas vezes são condicionadas a alisarem os cabelos para conseguirem adentrar, mesmo que pouco, nos padrões das pessoas brancas.

Por fim, pode-se observar que existem muitas diferenças acerca do preconceito racial de marca e de origem, que são predominantes no Brasil e nos Estados Unidos respectivamente, mas em ambos os países existe o preconceito racial, embora sejam expressados de forma diferenciada.

2- PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAIS E O ACESSO DOS NEGROS AOS DIREITOS SOCIAIS

O Brasil passou por um amplo processo de transformação desde a chegada da corte portuguesa até os dias atuais, referente às relações raciais, e é considerado país da “democracia racial” termo utilizado por Charles Wagley (1952) ao escrever um estudo sobre as relações sociais no Brasil.

E atualmente, em várias esferas da sociedade têm sua agenda política caracterizada pelo debate sobre o racismo como item essencial para a construção de uma sociedade igualitária e justa. Apesar de ter sido o último país do mundo a abolir escravidão através da Lei Aurea em 1888, em que estabelecia liberdade aos escravos que existiam no país, porém essa lei não foi o suficiente para acabar a discriminação racial e nem com a inclusão dos negros na sociedade, pois não houve nenhuma forma de separação atribuída após a abolição, e os escravos tornaram-se excluídos devido ao seu poder econômico que não era vigente com o da época.

Com o passar do tempo, na segunda metade do século XIX e no início do século XX no período da industrialização, o Brasil teve uma forte imigração europeia com o intuito de “branquear” a sociedade criando uma nova identidade, conforme Guimarães (2002, p.139) tal aspecto pode ser observado a partir da “ideia de que o Brasil era uma sociedade sem ‘linha de cor’, ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza e prestígio”. Isto é, os negros sempre foram tratados de forma preconceituosa.

Mesmo com a luta dos Movimentos Negros para que fosse criminalizado qualquer ato preconceituoso e discriminatório contra os negros, atualmente percebe-se práticas discriminatórias que refletem em todos os casos, abrangendo-se desde o convívio social até referente a condição de vida da população. Apesar de o racismo ser definido como crime a partir da Lei n. 7.716 de 5 de janeiro de 1989

Porém, na esfera pública as ações de combate às desigualdades raciais ainda não são amplas. Em 13 de maio de 1998, no Programa Nacional de Direitos Humanos tem uma parte de apresentação de propostas referente a população negra e as desigualdades raciais, decorrente do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (1988, p.16) criado a partir do:

(...) resultado de um longo período de maturação de setores do Movimento Social Negro, que acreditam ser o Estado uma das vertentes mais importantes na batalha pela construção de uma cidadania completa do povo afro-brasileiro. O Grupo - integrado por representantes de oito Ministérios e duas Secretarias, bem como por oito representantes da sociedade civil oriundos do Movimento Negro - tem como expectativa, ao longo deste Governo, inscrever definitivamente a questão do negro na agenda nacional. Isso significará conceder à questão racial do negro brasileiro a importância que lhe tem sido negada.

Contudo, consegue perceber que o Estado Brasileiro ainda não conseguiu demonstrar o seu comprometimento necessário com a extinção das desigualdades raciais. Mesmo com vários programas e ações existente, é possível identificar falhas nas garantias do seu bom andamento.

3-INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO NAS EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE RACIAL.

Ao defrontar acerca da intervenção do judiciário nas expressões da questão racial, pode-se elencar que embora ocorra por parte da legislação uma tentativa de reparar os danos ocasionados historicamente, seja através das políticas afirmativas que são políticas determinadas pelo Estado, e objetivam eliminar as desigualdades que foram historicamente acumuladas, deste modo, visam ofertar igualdade de oportunidade a todos visando impedir a discriminação.

Muito se discute acerca do mito da democracia racial, desse modo, convém respaldar que as desigualdades sociais e raciais surgem em detrimento do período pós abolicionista este por sua vez, engendrava que só poderia exercer a plena cidadania os indivíduos que naquele contexto fossem alfabetizados, nesse sentido os negros que tinham a sua alforria ainda sim não gozavam dos direitos cívicos, já que os mesmos contemplavam apenas aqueles que fossem alfabetizados, assim, nota se que as disparidades sociais ainda latentes, são reflexos deste período. Para entender a questão do judiciário é imprescindível respaldar a Lei Afonso Arinos, a Carta Magna e a Constituição Federal de 1988.

Em conformidade com Lins (2012) “em nível legislativo, o racismo passou a ser intolerado, demonstrando, ao menos no plano discursivo e formal, um firme posicionamento contra as práticas discriminatórias”. Assim, postula se que em 1951, com a lei Afonso Arinos passa a ocorrer punições quanto a discriminação de pessoas em razão da raça, deste modo, além de visar conter as discriminações esta lei foi o ápice para a Promulgação da Constituição de Federal de 1988. Nesse sentido convém elencar que:

[...] foi aberto o caminho para o resgate da plena cidadania dos negros e mulatos. Em 1989, o Congresso aprovou a proposta do deputado Luiz Alberto Caó (lei 7.716/89) que passou a ser conhecida como Lei Caó. Essa lei explicitou os crimes de racismo de acordo com o novo conceito da Constituição. A Lei Caó também definiu como crime sujeito a pena de prisão, entre outros, o ato de, por motivo de raça ou cor, recusar ou impedir acesso de pessoas a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador. No artigo 14, por exemplo, é instituída a pena de dois a quatro anos de prisão para quem impedir ou criar obstáculo por qualquer meio ou forma a casamento ou convivência familiar ou social por motivo racial. (Lei Federal nº 7.716/89)

Segundo Arinos, ao que concerne a dinâmica da política formal no Brasil, existe uma variedade de críticas acerca da questão racial, que faz jus a dinâmica da política formal, em especial pelo

Poder Legislativo, como condição inevitável ao que se refere a mentalidade racista vigorada no país.

Um documento importante para refletir a questão do judiciário engloba a Constituição Federal de 1988, o qual a ter acesso a mesma, é notório a ampliação ao que concerne a visibilidade do racismo e da discriminação racial. O qual no inciso IV do seu artigo 3º, é determinado a igualdade jurídico-formal entre negros e brancos, e passa a ser definido a prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível.

Ainda em conformidade com a Constituição de 1988, sabe-se que a educação se constitui enquanto um direito, deste modo, o acesso á educação ainda e visto como uma espécie de prestígio social, moldando uma dificuldade indesejada ao acesso da mesma por uma parte da sociedade, principalmente ao que concerne aos negros. Dados demográficos mostram que a maior parte da população negra se concentra nos grandes bolsões de pobreza do país.

Segundo Brandão (2008) as teorias racistas ainda nas primeiras décadas do século XX, faziam associação entre características específicas da “raça branca” a capacidade para o exercício de certas atividades intelectuais, deste modo a vedação ao ensino ainda que livres ou libertos, visava assegurar o controle sobre a população escravizada, prevenindo a possibilidade de fugas e rebeliões.

Inicialmente em 2001 foi implementado, no Brasil o sistema de cotas, entretanto, não foi implementado em todas as Universidades públicas do país, foi a percussora do desencadeamento da lei n.11.096/05 o qual foi instituído o (PROUNI) Programa Universidade Para Todos este programa engloba a inserção de bolsas á Instituição de Ensino Superior Privada. Em 2012, a lei das cotas foi ampliada, o qual:

a Lei n. 12.711 de 2012, no Art. 3º promulga que em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

As Instituições que passaram a dotar esta lei foram as instituições de Ensino Superior vinculadas ao MEC. Vale ressaltar que a lei engloba também as instituições federais de ensino técnico de nível médio, o qual a única condicionalidade concerne ao fato do as alunos terem cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

CONCLUSÕES

Ao fazer uma análise concisa do tema étnico-racial evidenciando o preconceito, a discriminação racial, evidencia-se a situação preocupante em relação ao Brasil.

Um instrumento importante para refletir a questão do combate ao racismo e preconceito racial é a Constituição Federal de 1988 através do inciso IV do seu artigo 3º, que é determinado a igualdade jurídico-formal entre negros e brancos, e passa a ser definido “a prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível”.

Dessa forma, salientar o avanço no sistema judiciário face às sequelas da colonização e seus reflexos na contemporaneidade é um dado fundamental nesse processo. Assim, a luta em prol da diminuição das desigualdades raciais e do combate ao preconceito e a intolerância é uma estratégia que deve ser perseguida cotidianamente.

REFERÊNCIAS

- ABADIA, Lília. A identidade e o patrimônio negro no Brasil. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.
- ARENDDT, H. A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005
- BRANDÃO, A., and SILVA, AP. Educação: raça e educação: os elos nas Ciências Sociais Brasileiras. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. Raça: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 421-445
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Palácio do Planalto. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm Acesso em: 31 ou de 2018
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DEPUTADOS, Câmara dos. LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5-janeiro-1989-356354-publicacaooriginal-1-pl.html>,
- GUIMARÃES, A. S. A., 2002. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34.
acesso: 03/11/2018.
- LINS, Liana Cirne . A judicialização da discriminação racial: um caso de racismo institucional?. In: Conpedi - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2012, Niterói. Anais do XXI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis: FUNJAB, 2012. p. 299-313.
- LEFORT, C. (1984). Os direitos do homem e o Estado-providência. In: LEFORT, Claude. Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Tradução Eliana de Melo Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil . **Tempo Social**, v. 19, n. 1, 2007.p. 287-308.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1998. Construindo a Democracia Racial. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial>, acesso: 01de nov 2018.
- SOUZA, Jessé. **RALÉ BRASILEIRA QUEM É E COMO VIVE**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 484 p.
- Wagley, Charles (org.). 1952. Race and Class in Rural Brazil, Columbia University Press, New York.

ORÇAMENTO PÚBLICO SUSTENTÁVEL

GILDO RODRIGUES DA SILVA

*Mestre e doutorando pela Fucape Business School
gilldorodrigues@gmail.com*

RESUMO

A pesquisa utilizou as informações do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, para demonstrar se as dimensões da sustentabilidade no âmbito da aplicação dos recursos públicos estão sendo evidenciadas. O estudo levou em consideração os anos de 2014 a 2017. A pesquisa analisou, por intermédio de gráficos do modelo de Pareto, o nível de sustentabilidade do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, de forma comparativa e multicriterial, aplicando sobre os dados o modelo Anova de fator duplo sem repetição, levando-se em conta vetores de sustentabilidade de naturezas distintas, no âmbito econômico, social e ambiental, que formam as perspectivas do *triple bottom line*. Os resultados da pesquisa demonstraram um baixo nível de sustentabilidade do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, e ainda, que os dados publicados no portal da transparência do estado, carecem de maior transparência e menor complexidade para a sociedade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Orçamento Público. Contabilidade. Gasto público. IFRS.

ABSTRACT

The research used information from the public budget of the state of Rio de Janeiro to demonstrate if the dimensions of sustainability in the scope of the application of public resources are being highlighted. The study took into account the years 2014 to 2017. The research analyzed, through the Pareto model, the level of sustainability of the public budget of the State of Rio de Janeiro, in a comparative and multicriteria manner, applying the data to the data. an Anova model of double factor without repetition, taking into account sustainability vectors of different natures, in the economic, social and environmental sphere, that form the perspectives of the triple bottom line. The results of the research demonstrated a low level of sustainability of the public budget of the state of Rio de Janeiro, and also that the data published in the transparency portal of the state, need more transparency and less complexity for society.

Key-words: Sustainability. Public budget. Accounting. Public expenditure. IFRS

1. INTRODUÇÃO

A atuação da gestão pública estadual, na promoção do desenvolvimento sustentável, manifesta-se por meio de políticas públicas que objetivam melhorar as condições sociais e econômicas da população e também do meio ambiente, considerando que melhorias nessas áreas podem contribuir para tornar o país mais sustentável.

O orçamento público retrata as políticas e procedimentos a serem realizados pelos entes a nível Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos municípios. O orçamento público edita e delimitada normas que farão de forma simétrica um relacionamento entre os orçamentos dos entes federativos.

Desta forma, o orçamento público pode direcionar as políticas públicas de cotejo social a serem promovidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo, a corroborar com crescimento não só econômico, mas também social.

Sabe-se que a contabilidade pública teve alterações de procedimentos através da edição de normas aplicadas ao setor público, visando alinhá-la aos procedimentos da contabilidade internacional através da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, já existente no setor privado, para torná-la mais atrativa e de fácil entendimento pela sociedade.

Assim, ao fazer com que a contabilidade pública esteja mais próxima da contabilidade do setor privado, esta carece, dado a novas normas aplicadas ao setor público, de mecanismos que possam aferir o grau de comprometimento das políticas públicas ou das políticas sociais que estão sendo implementadas no país, e se estas estão sendo evidenciadas ou não no orçamento público.

Não obstante, o orçamento público precisa estar em sintonia com a população e ou coletividade, por intermédio das políticas públicas promovidas por seus gestores. Assim, se os entes públicos estiverem oportunizando bons exemplos sustentáveis para a sociedade, as empresas do setor privado poderão de maneira geral segui-los.

A sustentabilidade pode ser definida pelas ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem o comprometer o futuro das gerações futuras (DALF, 2010; FRANCISCO, 2011).

Neste sentido, o problema de pesquisa constitui-se em responder a seguinte questão: **qual o nível de sustentabilidade do orçamento público do Estado do Rio de Janeiro considerando a dimensão social, econômica e ambiental do *Tripon Button Line*?**

Notadamente, a sustentabilidade possui vários mecanismos e ou ferramentas que exploram como muita sutileza as várias faces da sustentabilidade, como por exemplo, o *Tripon Button Line*, que cuida das seguintes dimensões: social, econômica e ambiental; dimensões estas já existentes nos orçamentos das empresas do setor privado.

Assim, o viés de sustentabilidade pode fazer parte do orçamento público dos entes federativos, não só a nível nacional, mas também a nível internacional por ser isso uma nova realidade mundial.

1.1. JUSTIFICATIVA

A Carta Magna de 1988 foi marco de uma reformulação no processo de democrático do país. As expectativas por políticas sociais patrocinadas pelos entes públicos são cada vez maiores, dado ao cenário de transparência das informações governamentais.

Desta forma, para se cumprir as diretrizes do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, consubstanciadamente, é necessário externar para a sociedade com transparência e publicidade os direcionamentos realizados pelos gestores públicos dos valores a serem aplicados em prol da comunidade.

No âmbito governamental, mais precisamente nas competências da esfera estadual, considera-se que os estados possuem potencialidades para, nos limites dos recursos orçamentários que lhes são disponibilizados, atuar na promoção de ações e políticas públicas que visem a favorecer o desenvolvimento regional de forma sustentável e equilibrada.

Por ter uma proposição estatística, será possível auxiliar, na implementação de novas políticas públicas, oportunizando o desenvolvimento sustentável e social do país, permitindo que a sociedade tenha conhecimento dos gastos públicos, pois é ela quem paga a conta, ou seja, através desta pesquisa será possível acompanhar as políticas públicas sociais, econômicas e ambientais dimensionadas pelo governo estadual nos últimos 04 (quatro) anos.

Outra questão é a sustentabilidade, tema atual e de suma importância para todos, por esta razão, identificar e analisar os investimentos postos no orçamento do estado, ensejará, oportunamente descobrir se investimentos em políticas de sustentabilidade estão em obediência ao *Triple Button Line*.

Macedo et al. (2011) ressalta em seu artigo da:

importância de ferramentas como está num contexto de preocupação mundial com o desenvolvimento sustentável, em que os governantes e a sociedade como um todo são cobrados, permanentemente, a ter atitudes positivas em relação ao desenvolvimento econômico concomitante com justiça social e respeito ao meio ambiente.

Por fim, esta pesquisa é importante e corrobora com academia, pois no âmbito privado as empresas já contam com o Balanço Social, onde evidenciam os níveis de sustentabilidade através do *Triple Button Line*, qual seja social, econômico e ou ambiental, assim, fazer com que os orçamentos públicos dos estados também publiquem estas informações, permitirá a sociedade obter informações novas antes não publicadas e por isto não conhecidas.

1.2. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa foi aferir, se verdadeiramente, o orçamento do Estado do Rio de Janeiro está, de fato, evidenciando os níveis de sustentabilidade sob as perspectivas do *triple bottom line* nas dimensões: econômica, social e ambiental, para que possa este servir de exemplo para os demais setores da economia, seja indústria, construção civil, bancos, companhias elétricas e etc.

Pretende-se, utilizando-se os dados da pesquisa, identificar, analisar e ranquear de forma comparativa e multicriterial o nível de comprometimento do gasto social deste estado, verificando se o orçamento do Estado do Rio de Janeiro está comprometido com o viés da sustentabilidade, e qual seria a dimensão preponderante evidenciada no orçamento: social, econômica e ou ambiental.

1.2.2 Objetivo específico

Os objetivos específicos visam, segundo Gil (1991) detalhar com maior profundidade os objetivos gerais, para que este possa facilitar a leitura e a compreensão da pesquisa pelo leitor.

- Identificar os níveis de sustentabilidade presentes no orçamento público do estado;
- Mapear e verificar a movimentação dos valores contidos em cada nível de sustentabilidade presentes no orçamento estudado;
- Analisar os percentuais dos níveis de sustentabilidade do orçamento do estado para o período da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para Pereira et al. (2008) os objetivos e metas delineados do orçamento público por seus planejadores, nem sempre representam os anseios da sociedade e poucos são exequíveis, em que pese, as expectativas da população por políticas sociais que oportunizem melhores condições de vida para a coletividade, dado a escassa disponibilidade de recursos públicos no cotejo regional e nacional.

Na visão de Elkington (1998) o modelo *triple bottom line* (TBL) passou a ser utilizado rapidamente pela gestão como novo paradigma, tendo em vista, a dimensão não só econômica do modelo, mas também as dimensões sociais e ambientais, dado o interesse dos *stakeholder* na prestação de contas oriundas dos investimentos no mercado financeiro (ELKINGTON (1998); BRANCO (2013); VELANI et al. (2010).

Para Silva et al. (2017):

a sustentabilidade é um indicador utilizado pelo mercado para analisar comparativamente o desempenho das empresas da BM&FBovespa, objetivando auxiliar os investidores e outros grupos de interesse na diferenciação do desempenho de uma empresa sustentável em relação àquelas consideradas não sustentáveis.

Nos últimos anos a comunidade internacional seja países desenvolvidos ou não, tem-se reavaliado o papel do governo para com sociedade, no que tange, o uso dos recursos públicos. Essas cobranças “reavaliações” surgiram função de legitimidade ao qual passaram alguns países e pela cobrança por parte da sociedade, por uma maior responsabilidade dos governos pelo destino e ou aplicações dos recursos públicos (MACEDO et at. 2011; BARRET, 2001; TIMMERS, 2000).

Pereira (2008) destaca que em seu artigo a necessidade de desenvolver um novo modelo de orçamento sustentável:

elaboração da programação orçamentária para além do orçamento-programa; a possibilidade de um “orçamento-sustentável” ou “orçamento para o desenvolvimento sustentável”, bem como uma lei regulamentadora definindo as metas macrossociais e um índice nacional de responsabilidade social.

Na visão de Giacomami (2005) *apud* de Pereira (2008) o orçamento público brasileiro para contemplar o desenvolvimento sustentável precisaria passar por alterações, no entanto, o governo teria algumas dificuldades para implementação, do referido modelo, principalmente no aperfeiçoamento do pessoal, pois com a nova técnica para elaborar o orçamento sustentável causaria problemas técnicos e metodológicos, no entanto, os benefícios compensarão as dificuldades porventura, encontradas (PEREIRA, 2008; GIACOMAMI, 2005).

A procura por sustentabilidade envolve fatores complexos para o desenvolvimento de um estado e ou região, tendo em vista, que as questões estão inter-relacionadas com a exploração de recursos naturais, crescimento econômico, distribuição de renda e pobreza, e estas possuem natureza de “ecossocioeconomia” (JACOBI, 2004; RUTHERS et al. 2006; SACHES, 2007; MACEDO et al. 2011).

Para Macedo et al. (2011) a gestão de um estado deve procurar de forma sustentável, manifestar-se por intermédio das políticas públicas que de fato foquem em possibilitar uma melhora nas condições econômicas e sociais da sociedade e do meio ambiente contribuindo, assim, para um estado sustentável.

Os municípios estão mais próximos dos acontecimentos da cidade e dos cidadãos, no entanto, a união está mais distante, cabendo assim, ao estado fazer o elo de ligação entre ambos, no que tange ao desenvolvimento sustentável, através das discussões sobre políticas públicas, e desta forma, potencializar o crescimento sustentável de todos (MACEDO et al 2011; BOTELHO, 2004).

O tema sustentabilidade ganhou evidencia nos últimos anos, e passou a fazer parte da agenda global de preocupações na passagem do século XX para o século XXI, de que o consumo e a produção não poderiam continuar nos elevados patamares que se encontravam (MACEDO et al. 2010; MARCEDO et at. 2011).

Para Macedo et al. (2009) estas dimensões revelam a forma equilibrada do *triple bottom line* (TBL) nas dimensões econômica ao gerar riqueza de forma sustentável; social ao estimular a sustentabilidade através da educação, lazer, cultura e justiça social; ambiental mantém os ecossistemas vivo, com vida e diversidade (VELLANI, et al. 2006; MACEDO et al. 2011).

Desta forma, é importante, fundamental e necessário segundo Macedo (2009) o desenvolvimento sustentável de instrumentos de informação que visem apoiar a gestor dos estados, através da criação de metodologias para mensurar o nível de sustentabilidade (MACEDO et. al. 2011; VILANI, 2006).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser caracterizada, de acordo com Vergara (2009), como descritiva, explicativa e quantitativa, através da aplicação do modelo adaptado de Barreto et al. (2005) e da análise envoltória de dados (DEA) contidos na pesquisa de MACEDO et. al. 2011 que demonstram a eficiente, quando aferido os *outputs e inputs*.

A pesquisa analisou, por intermédio de gráficos do modelo de Pareto, o nível de sustentabilidade do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, aplicando sobre os dados o modelo Anova de fator duplo sem repetição, levando-se em conta vetores de sustentabilidade de naturezas distintas, no âmbito econômico, social e ambiental, que formam as perspectivas do *triple bottom line*.

As demonstrações contábeis analisadas, principalmente os demonstrativos de despesas, foram obtidos no portal da transparência do Estado do Rio de Janeiro a partir do ano de 2014 a 2017, nos moldes das normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Dado aos inúmeros tipos de gastos do estado do Rio de Janeiro delineados no seu orçamento, foi necessário estabelecer parâmetros, assim, a pesquisa atribuiu o número 0 para as despesas adm, 1 para as despesas econômicas, 2 para as despesas sociais e 3 para as despesas ambientais.

Estas quatro *proxies* foram calculadas, levando em consideração as despesas orçamentárias do estado, segundo Macedo et al. (2011), Chames et al. (2004) e Coelli (1998), cujo indicador pode variar entre 0% a 100% ou de 0 a 1.

Os indicadores para análise dos resultados, foram adaptados da pesquisa Barreto et al. (2005), onde:

$$IS = \frac{1}{K} \sum_{h=1}^k I_h - \varepsilon_{it}$$

Em que: IS = Índice de sustentabilidade

I = valor do h-ésimo índice: h- 1,...,k

ε_{it} = erro

O nível de sustentabilidade econômico, social e ambiental, foi o obtido pela média aritmética dos três níveis que compõe o *triple bottom line*, conforme abaixo delineado, seguindo o modelo de Macedo et al. 2011, p. 240.

- | | |
|------------------------------------|---------------------|
| 1) baixo nível de sustentabilidade | $0 < IS \leq 0,5$ |
| 2) médio nível de sustentabilidade | $0,5 < IS \leq 0,8$ |
| 3) alto nível de sustentabilidade | $0,8 < IS \leq 1,0$ |

Logo em seguida, foram criados vários gráficos do modelo de Pareto, objetivando esclarecer didaticamente as variações ocorridas nas receitas e despesas do orçamento público do Estado do Rio de Janeiro ao longo do período desta pesquisa.

4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O gráfico 1 evidencia a evolução das receitas do estado no período de 2014 até o ano 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico demonstra as receitas orçamentárias previstas, as receitas realizadas e as perdas. Desta ilustração gráfica pode-se perceber que as previsões da receita orçamentária do estado sempre foram maiores que as efetivamente arrecadadas, exceto no último ano de 2017 onde se previu menos e arrecadou-se mais.

Todavia, esta situação está prevista na Lei 4.320/64, que determina que as despesas sejam fixadas e as receitas previstas, o que demonstra o fiel cumprimento da referida lei pelo gestor.

De outro lado, temos que as receitas realizadas do estado do Rio de Janeiro tiveram grande flutuação, nas casas dos bilhões de reais, no ano de 2014 arrecadou cerca de 79 bilhões, 2015 cerca de 60 bilhões, 2016 cerca de 57 bilhões e 2017 retornou para o patamar dos 60 bilhões.

Essa enorme queda das receitas orçamentárias ocorreu devido as perdas com os *royalties* do petróleo, queda na arrecadação do estado e a crise que o país mergulhou no ano de 2015 em função da corrupção desencadeada pela operação lava jato.

A queda na arrecadação dos *royalties* petróleo foi estabelecido pela Lei 12.734 de 30/11/2012 a qual passou a estabelecer novos parâmetros de redistribuição, que gerou segundo publicação do portal G1 uma perda estimada de 77 bilhões de reais.

O Gráfico 2 evidenciou que ao passar dos anos houve um ajuste das receitas do estado.



Fonte: Elaborado pelo autor

Além disso, a desvalorização do barril de petróleo na Bolsa de Valores, fez com que a arrecadação com ICMS também contribuísse para reduzir as receitas orçamentárias do estado.

Por fim, a crise a qual o país mergulhou a partir do ano de 2015, crise está político-econômica, que desmotivou os investidores a investir não só no estado, mais também no país.

Todavia, a partir do ano de 2017, parece que houve um equilíbrio das receitas previstas com as receitas arrecadadas, isso ocorreria pela previsão das receitas menos otimistas, ou seja, mais conservadoras e pelo valor menor das perdas de arrecadação.

Gráfico 3 evidencia o gasto público para no período de 2014 a 2017, considerando as vertentes do gasto total em comparação *triple bottom line* nas dimensões social, econômica e ambiental, além do gasto com a própria administração pública.



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico de barras evidencia que a dotação orçamentária entre os anos de 2014 até o ano de 2017, manteve-se estatisticamente normal, com um leve aumento do gasto público durante os anos de 2015 a 2016 e um pequeno recuo no ano de 2017.

Seguindo os parâmetros da pesquisa, verifica-se que o orçamento público do estado do Rio de Janeiro não está evidenciado com clareza os níveis de sustentabilidade conforme delineado pelo *triple bottom line*.

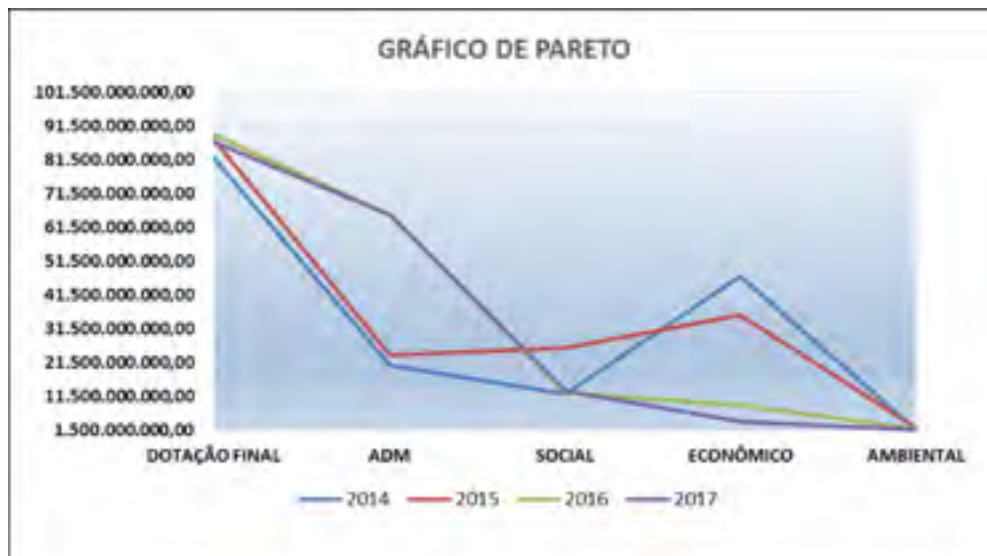
O gráfico demonstrou que as despesas com máquina pública, sob rubrica de adm, teve uma forte elevação no período de 2016 e 2017, chegando o estado a gastar cerca de R\$ 61,5 bilhões de reais, contra os R\$ 21,5 bilhões nos anos de 2014 e 2015.

As despesas com social, teve pouca oscilação no período pesquisado, chamando-nos a atenção apenas para o ano de 2015, quando os gastos ultrapassaram o importe de R\$ 22 bilhões de reais, mais que nos próximos anos retornara para normalidade de R\$ 11,5 bilhões.

No que se refere o gasto econômico, o gráfico 3, demonstrou uma queda abrupta de R\$ 42 bilhões no de 2014 para o valor de R\$ 3 bilhões no ano de 2017, o que evidenciou uma alocação de recursos para o gasto com administração.

Por fim, o gráfico 3 claramente mostrou que o gasto com o meio ambiente, apesar das circunstâncias, manteve-se estável durante todo o período no valor de R\$ 1,5 bilhões.

O gráfico 4 de despesas, traceja 4 linhas dos níveis de sustentabilidade englobando: adm, social, econômica e ambiental do gasto público para no período de 2014 a 2017.

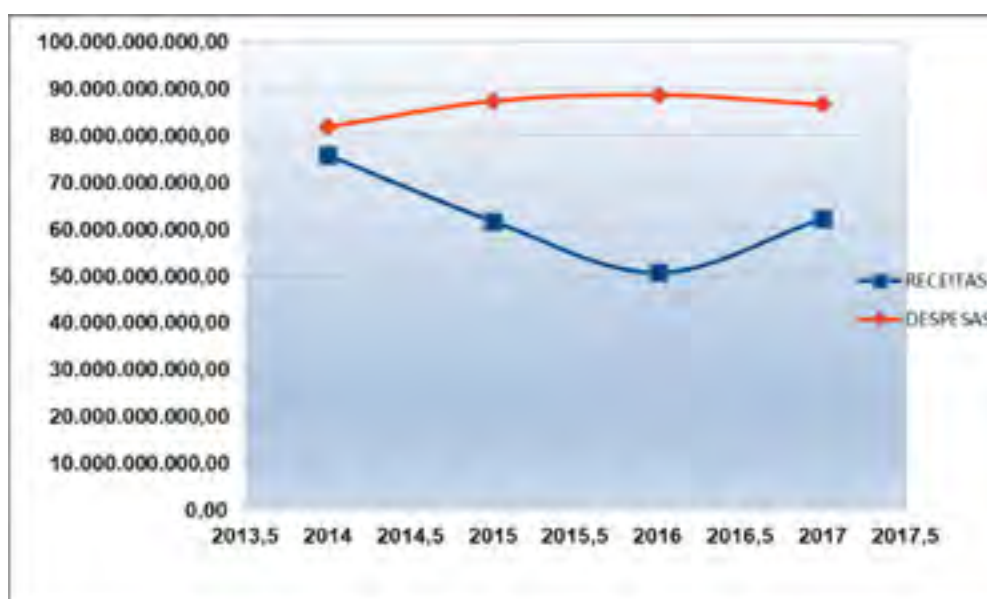


Fonte: Elaborado pelo autor

Por estes dados é possível verificar o interesse do governo estadual em um setor em detrimento do outro. Isto é confirmando pelos valores alocados, primeiramente no setor da administração, depois no econômico, o social e por último o ambiental.

Notadamente, nossos governos devem investir nossos tributos pagos de forma a contribuir com o meio ambiente, dado ao cenário de consumismo do século XXI, de forma que o cenário ambiental não deve ficar esquecido, pelo contrário deveria de receber aportes maciços de recursos, tendo em vista, que retiramos mais do meio ambiente do que repomos.

O gráfico 5 evidencia as receitas *versus* as despesas para o período de 2014 a 2017.



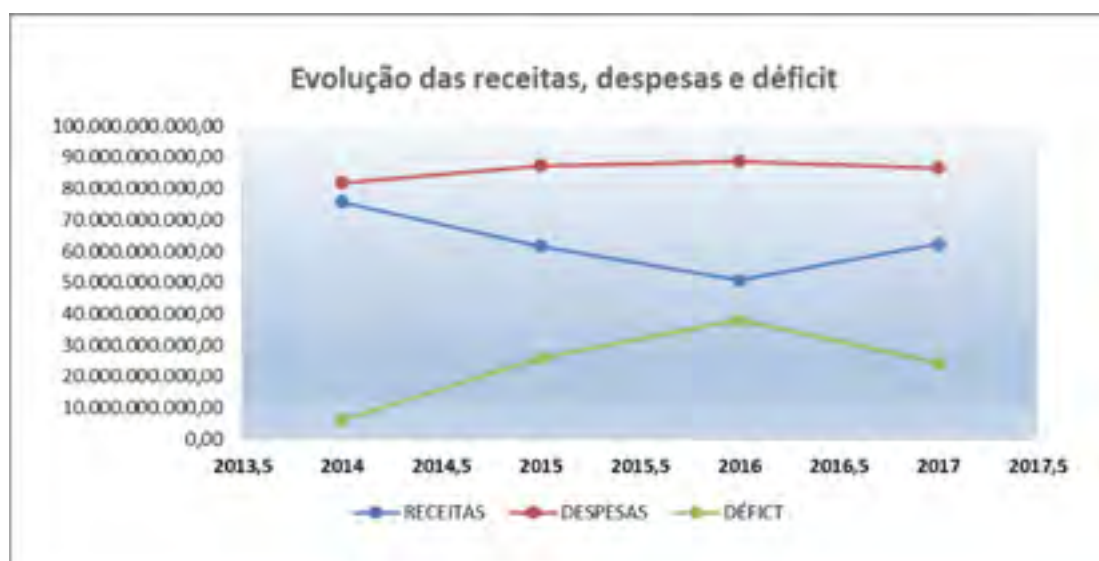
Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 5 demonstra a evolução das receitas e despesas nos últimos 4 (quatro) anos, por ele é possível visualizar que apenas as receitas arrecadadas que teve uma enorme redução, permanecendo as despesas estável durante o período.

A queda na arrecadação devido ao baixo preço do barril de petróleo no mercado internacional e falta de ajuste nas despesas com a máquina pública, levou as finanças do estado do Rio de Janeiro há um colapso.

O atraso na folha de pagamento dos servidores e agravado pelo fato de que o governo não cortou as despesas na mesma proporção da queda da arrecadação, levou ao estado a um *déficit* gigantesco nas contas públicas, a prova disso são os percentuais de perdas da arrecadação no comparativo com as despesas de 8%, 42%, 75% e 39% para o período de 2014 a 2017 respectivamente.

Gráfico 6 receitas, despesas e déficit.



Fonte: Elaborado pelo autor

No geral, os dados da pesquisa demonstraram uma queda de receitas acumuladas no importe de 164% nos últimos 04 anos, enquanto, as despesas se mantiveram estável durante todo o período.

4.1 Níveis de sustentabilidade

Na Tabela 1 abaixo foi inserido os dados coletados e cálculos a partir do orçamento público do estado do Rio de Janeiro.

Anos	Econômico %	Social %	Ambiental %	Média anual %
2014	0,15	0,58	0,02	0,25
2015	0,30	0,41	0,03	0,24
2016	0,16	0,10	0,02	0,09
2017	0,15	0,05	0,02	0,22
Média	0,19	0,285	0,0225	0,20

Fonte: elaborado pelo autor

Para análise dos dados da Tabela 1, foi necessário efetuar alguns ajustes do modelo proposto por Barreto et al. (2005), tendo em vista, que este artigo difere dos demais, pois este trabalha com foco nas receitas e as despesas do Estado do Rio de Janeiro.

Utilizou o modelo, Anova fator duplo sem repetição, para análise e interpretação dos dados, conforme dados da Tabela 2 a seguir evidenciados.

Anova: fator duplo sem repetição						
RESUMO	Contagem	Soma	Média	Variância		
2014	3	0,75	0,25	0,086		
2015	3	0,74	0,25	0,038		
2016	3	0,28	0,09	0,005		
2017	3	0,22	0,07	0,005		
Econômico %	4	0,76	0,19	0,0054		
Social %	4	1,14	0,285	0,064033333		
Ambiental %	4	0,09	0,0225	2,5E-05		
ANOVA						
Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Linhas	0,082291667	3	0,027430556	1,305353602	0,356199706	4,757062663
Colunas	0,141316667	2	0,070658333	3,362458691	0,104830785	5,14325285
Erro	0,126083333	6	0,021013889			
Total	0,349691667	11				

Fonte: dados da pesquisa

Os dados demonstraram correlação com a variância, tendo em vista que, o valor de Prova em linhas, foi superior ao erro calculado pelo sistema, isto também pode ser comprovado pelo F de linha ser inferior ao F Crítico, evidenciado a correlação entre os níveis de sustentabilidade.

No que tange da análise em colunas, devemos rejeitar a hipótese nula, tendo em vista que, o valor de prova foi inferior a erro gerado pela Anova, apesar do F de colunas ter sido inferior a F Crítico.

Esta rejeição, no entanto, não compromete o modelo, pois em coluna foi tratado apenas um nível e na sua prospecção para o período de 2014 a 2015. Desta forma, concluiu-se, pela significância do modelo em linhas, ou seja, os níveis de sustentabilidade estão estatisticamente correlacionados entre si e juntos explicam o modelo proposto ao intervalo.

Tabela 3 estatísticas descritivas

Nível econômico		Nível Social		Nível Ambiental	
Média	0,19	Média	0,285	Média	0,0225
Erro padrão	0,036742346	Erro padrão	0,126524043	Erro padrão	0,0025
Mediana	0,155	Mediana	0,255	Mediana	0,02
Modo	0,15	Modo	#N/D	Modo	0,02
Desvio padrão	0,073484692	Desvio padrão	0,253048085	Desvio padrão	0,005
Variância da amostra	0,0054	Variância da amostra	0,064033333	Variância da amostra	2,5E-05
Curtose	3,914266118	Curtose	-3,713124969	Curtose	4
Assimetria	1,975720122	Assimetria	0,34214804	Assimetria	2
Intervalo	0,15	Intervalo	0,53	Intervalo	0,01
Mínimo	0,15	Mínimo	0,05	Mínimo	0,02
Máximo	0,3	Máximo	0,58	Máximo	0,03
Soma	0,76	Soma	1,14	Soma	0,09
Contagem	4	Contagem	4	Contagem	4
Nível de confiança(95,0%)	0,116930544	Nível de confiança(95	0,402655972	Nível de confiança(0,007956116

Fonte: dados da pesquisa

Analisando a Tabela 1 verifica-se que o nível ambiental possui a menor média apurada, no comparativo com os demais níveis que compõem o *triple bottom line*. Os dados ainda revelam a mediana, moda e o desvio padrão dentro da normalidade usual.

Por fim aplicando o modelo devolvido por Barreto et al. (2005) e utilizando os dados da Tabela 1 consolidados obtivemos uma média anual no período da pesquisa de 2014 a 2017, respectivamente de: 0,25, 0,24, 0,09 e 0,22, com média final para período da pesquisa de 0,20 ou 20%

1) baixo nível de sustentabilidade	$0 < IS \leq 0,5$
2) médio nível de sustentabilidade	$0,5 < IS \leq 0,8$
3) alto nível de sustentabilidade	$0,8 < IS \leq 1,0$

Assim, utilizando o modelo proposto, verifica-se um baixo nível de sustentabilidade, considerando os níveis *triple bottom line*, demonstrando, assim que o estado do Rio de Janeiro não está, estatisticamente, comprometido com as questões na esfera econômica, social e ambiental, quando se analisa seu orçamento público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a coleta e análise dos dados, a pesquisa demonstrou uma alteração no cenário econômico do estado, onde as receitas e despesas do orçamento público começaram a ficar distantes umas das outras.

A crise pela qual o país “passou” não pode servir de desculpas para o mal-uso dos recursos público pelo gestor, tendo em vista, que mesmo o governo sabendo da queda de receitas para o período desta pesquisa, ainda assim, o gestor público manteve as despesas do estado muito elevada, comprometendo e inviabilizando aplicação de recursos nas políticas sociais de que tanto anseia o povo deste estado.

A pesquisa evidenciou que os gastos do governo do estado do Rio de Janeiro, apesar de estarem publicados no portal da transparência do estado, carecem de maior transparência para a sociedade, pois tais dados estão lá dispostos, no entanto, o cidadão que o acessa, precisa ser um *expert* ou contratar alguém para o entendimento e a compreensão do que se gasta ou gastou.

Todavia, apesar de estarem lá disposto, os mesmos são apresentados sem qualquer métrica e ou modelo, passando até despercebido pelo leitor. Cabe ressaltar, que o comportamento do orçamento deste estado servirá de *benchmark* para outros estados e até de modelo pelas empresas.

Os resultados também evidenciaram que o orçamento do estado do Rio de Janeiro, evidencia as várias facetas do *triple bottom line* (TBL), todavia, os dados da pesquisa demonstraram baixo nível de sustentabilidade, assim o estado do Rio de Janeiro não estaria, estatisticamente, comprometido com as questões na esfera econômica, social e ambiental, quando se analisa seu orçamento público.

A pesquisa ajudará a academia na produção de novas pesquisas, seja em outros estados ou no orçamento público da União, comparando-as umas às outras, e oportunizará um olhar dos governantes para melhor aplicação dos recursos públicos e bem como a sua transparência.

Outras pesquisas poderão ser realizadas, tendo em vista, que esta pesquisa se deteve as parcelas do gasto público do governo do estado do Rio de Janeiro, podendo incluir estas novas pesquisas, focar nas receitas deste estado e de outros, inclusive dos municípios e ou por regiões.

6. BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Ricardo Candea Sá; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verónica Pinheiro Sales. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia – CE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 43, nº 02. p. 224-247, abr/junho. 2005.

BOTELHO, Eduardo César. A contribuição das funções de governo dos municípios catarinenses para o desenvolvimento sustentável. 2004. 120f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.

BRANCO, Adriel Martins de Freitas. Sustentabilidade Financeira Empresarial no Brasil. Dissertação Faculdade de Economia, administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2013.

DALF, Richard. A ética da sustentabilidade e o meio ambiente, São Paulo: **Cengage Learning**, 2010.

FRANCISCO, Ana Paula; MARTINS, Jorci Cruz; VENDRAME, Francisco César; VENDRAME, Máris de Cássia Ribeiro. A sustentabilidade empresarial e os desafios frente o comportamento do consumidor. **Revista Salesiano**. Lins, SP. 17-21 de outubro de 2011.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

JACOBI, Pedro Roberto. O complexo desafio da sustentabilidade: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1994.

MACEDO, M. A SILVA; CRUZ, C. F; FERREIRA, A. C. S. Índice de desenvolvimento sustentável: uma análise apoiada em dea para os municípios do estado do Rio de Janeiro. **Gestão & Regionalidade**. v. 27. nº 81. p. 19-31. set-dez. 2011.

_____, Marcelo Álvaro da S. Análise do nível de sustentabilidade: um estudo apoiado em Análise Envoltória de Dados (DEA). In: XII Simpósio de administração da produção, logística e operações internacionais – **SIMPOI**. Anais... São Paulo: FGV/Eaes, 2009.

_____, Marcelo Alvaro da Silva; FERREIRA, Antônio Francisco Ritter; CÍPOLO, Fabrícia Carvalho. Análise do nível de sustentabilidade das unidades federativas do Brasil e de suas Capitais: um estudo sob as perspectivas econômica, social e ambiental. **Revista GSA**. São Paulo, v. 5, nº. 3, p. 73-79, set/dez. 2011.

PEREIRA, Romilson Rodrigues. Orçamento público e os paradigmas do desenvolvimento sustentável. **Revista do TCU**. p. 91-98. Mai./ago. 2008.

SILVA, Gildo Rodrigues da; COSTA, Fabio Moraes da. Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, CE, v. 23, n. 1, p.103-127, 2017.

VELLANI, C. L., RIBEIRO, M. S. A Sustentabilidade e a Contabilidade. In: **Simpósio de administração da produção logística e operações internacionais**. nº 9. São Paulo, 2006.

VILANI, Rodrigo Machado. A aplicação do conceito constitucional de desenvolvimento sustentável sob perspectiva do STJ e STF. **Revista Brasileira de Direito Constitucional - RBDC** nº. 13 – jan./jun. 2009.

AS CONSEQUÊNCIAS DA ASSIMILAÇÃO DA CULTURA PRISIONAL NA ESPECIALIZAÇÃO DA PESSOA PRESA NO ÂMBITO DO CRIME

Prof^a Dra Maria de Fátima Scaffo

Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ
fatimascaffo@gmail.com

Prof^o Dr Francisco Ramos de Farias

Programa de Pós-Graduação em Memória Social-UNIRIO
frfarias@uol.com.br

Resumo:

Esta proposta discute a cultura prisional e a transmissão de estratégias de aperfeiçoamento no crime entre as pessoas encarceradas. Nossa perspectiva considera vestígios de memória sobre a instituição prisional, o ato criminoso e as consequências de sua prática, considerando que a sociedade apresenta ao cidadão um conjunto de normas a serem seguidas. O descumprimento desses protocolos é considerado desvio social, cobrado por sanções que variam das ações policiais às prisões incidindo, historicamente em pessoas que, por determinados motivos, são estigmatizadas devido a etnia, condição socioeconômica e nicho social onde habita. A prisão para pessoas consideradas um perigo para a sociedade, é vista como útil e necessária, cabendo aos aparatos do Estado promover ações de segregação em lugares criados com a finalidade de recuperação do criminoso para o convívio social. Contudo, até o momento, a instituição prisional tem falhado, em relação a esse propósito, exercendo outras tantas funções não prescritas na sua criação como privação da liberdade, qualificada como instrumento de combate à criminalidade e redução da violência.

Palavras-chave: Violência; Prisão; Cultura Prisional; Criminalização; Reinserção Social

Abstract:

This proposal discusses the prison culture and transmission improvement strategies in crime among incarcerated persons. Our perspective considers traces of memory on the prison institution, the criminal act and the consequences of their practice, considering that society presents to citizens a set of rules to follow. Failure to comply with these protocols is considered a social deviation, which is punishable by sanctions ranging from police actions to prisons, historically affecting people who, for certain reasons, are stigmatized due to ethnicity, socioeconomic status and social niche where they live. The prison for people deemed a danger to society, is seen as useful and necessary, and it is up to the state apparatuses to promote segregation actions in places created for the purpose of recovering the criminal for social interaction. However, to date, the prison institution has failed, in relation to that purpose, acting as many functions not prescribed in its creation as deprivation of liberty, described as the instrument for combating crime and reducing violence.

Keywords: Violência; Prison; Prison Culture; Criminalization; Social Reinsertion

Uma das condições da vida em sociedade consiste na observação de normas baseadas em regras de conduta, as quais são estabelecidas em contextos nem sempre consensuais, quer dizer, historicamente estas normas são estabelecidas por um segmento social para serem cumpridas por outro, considerando que existem pessoas que, em função de condições sociais, ficam à parte de processos de assistência da parte das políticas públicas, ou seja, apartados de programas, ações e decisões que visam assegurar o direito à cidadania, expressão máxima dos direitos do cidadão. Cabe ressaltar, que as regras sociais padronizam a forma e a conduta dos indivíduos, sendo o comportamento desviante desses protocolos, cobrado por sanções que variam das ações policiais às prisões, que historicamente incidem em pessoas que, por determinados motivos, são estigmatizadas devido à etnia, condição socioeconômica e nicho social onde habita.

Calligaris (1998) nos alerta que: “Não há uma relação direta entre pobreza e criminalidade, mas sim, entre criminalidade e exclusão.”

Também, acerca desta questão, Adorno (2002) afirma que lei apresenta-se mais branda para brancos e ricos e mais severa para negros e pobres, sendo as pessoas excluídas as que mais são submetidas aos tratamentos prisionais.

A aplicação de qualquer medida de punição ou mesmo a restrição total da liberdade deve obedecer a uma série de critérios, que comprovem a existência de indícios da prática de um crime e, conseqüentemente, a medida aplicada deve estar de acordo com o princípio de adequação e proporcionalidade. Todas as leis, regulamentos e organizações, criadas para que tais comportamentos desviantes sejam prevenidos, punidos e corrigidos, devem proporcionar a capacidade de interiorização de comportamentos e atitudes, através da persuasão e da ação.

Contudo, até o presente momento, a instituição prisional tem falhado, em relação a esse propósito, mas exerce outras tantas funções não prescritas na sua criação com a privação da liberdade, a qual é qualificada como instrumento de combate à criminalidade e redução da violência. Se lançarmos um olhar em retrospectiva para a história das instituições prisionais somos levados a concluir que o encarceramento de pessoas não tem efeito positivo no declínio da violência, nem no combate à criminalidade, salvo raras exceções de pessoas que, uma vez encarceradas, fazem escolhas por outros caminhos de realização em suas vidas mobilidades por filiações religiosas. O funcionamento das estruturas presidiárias no modelo atual não fornece recursos adequados aos internos, ao contrário, os submetem às condições degradantes. Nos presídios, a alimentação é precária, o comércio de drogas, assim como o abuso sexual, são práticas comuns, as celas são superlotadas, o número de reclusos é superior à capacidade de acomodação e as instalações de esgotos são mal projetadas. Direitos básicos relacionados à dignidade humana, como a possibilidade de higiene, são frontalmente desrespeitados, já que, nos presídios, há carência até mesmo de sabonetes, escovas e pastas de dente, o que contribui para a disseminação de doenças (Leal, 1998). A vida do recluso é marcada por agressões físicas e psicológicas. A submissão do preso às experiências carcerárias repercute na assimilação da cultura prisional por meio de um processo descrito como “prisonalização”, “prisonização” ou institucionalização. O fenômeno “prisonalização” introduz as tradições, valores, atitudes e costumes impostos pela população carcerária a serem apreendidos pelos internos, como uma forma natural de adaptação ou até mesmo de sobrevivência ao rígido sistema prisional.

Desta forma, é fácil constatar que o sistema prisional apresenta contradições, sendo a principal o paradoxo de preparar uma pessoa para a liberdade encarcerando-a por longo período de tempo.

O sistema penal na atualidade, como mais um instrumento de manutenção da ordem social deveria ser baseado na valorização do indivíduo, e, conseqüente, busca de reinserção a sociedade. Em concordância com essa proposição, o Brasil em sua Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLVII proíbe a pena de morte, os trabalhos forçados e as penas cruéis. Como medida útil à sociedade que se pretende fraterna e promotora de oportunidade e ressocialização, a privação da liberdade é qualificada como um instrumento de combate à criminalidade. O processo de ressocialização em sua essência teórica humanista propõe que durante o período de encarceramento o indivíduo transgressor das normas sociais seja alvo de constante processo correção e conscientização de seu delito evitando assim a reincidência.

Cabe ressaltar que as instituições penais originaram-se por exigência do próprio homem, pela necessidade de um ordenamento coercitivo que assegurasse a paz e a tranquilidade em sua convivência com os demais seres humanos. Trata-se de uma imposição do próprio relacionamento inerente ao contrato social (CANTO, 2000). No Brasil o sistema penitenciário apresenta-se bastante complexo, no que se refere a diferentes aspectos, cuja variação se instala desde a estrutura física até a própria dinâmica funcional. Pesquisadores do sistema prisional tais como Coelho (2003), alertam que a nossa realidade é arcaica, os estabelecimentos prisionais, em sua maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer em jaulas) sujas, úmidas, anti-higiênicas e superlotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, o preso deve dormir sentado, enquanto outros revezam em pé. . As ocorrências de violência coletiva é a linguagem que oferece alguma possibilidade de tornar visível extramuros, as condições sub-humanas, vividas diariamente pelos detentos. São comuns assassinatos entre os detentos, em especial, entre as facções, que se digladiam pelo controle do poder, tornando o espaço prisional um campo de explosão dos mais variados conflitos. Ressaltamos que a crise do sistema penitenciário brasileiro não é uma ocorrência da atualidade, ao contrário, é sim uma continuidade, fruto de um longo processo histórico permeado pela exclusão, marginalização e destituição dos direitos humanos mais básicos constitucionalmente garantidos. Há uma série de fatores que levam à marginalização dos indivíduos, nomeadamente: a miséria herdada, a guetização, a disfuncionalidade das famílias que se reproduzem disfuncionais, uma espécie de incapacidade para gerir recursos pessoais e sociais geradora de não integração social harmoniosa (Jardim, 1995). A marginalização é marcada por estereótipos historicamente construídos de criminalidade. “Na sua vida exterior, pelas práticas que determinam a sua pertença às várias subculturas marginalizadas, o indivíduo é objeto de uma rotulação negativa, alterada na prisão, onde acumula uma outra rotulação” (Carvalho, 2003).

O fato é que para garantir a sobrevivência na estadia da prisão, a pessoa presa transforma-se mediante o confinamento e a assimilação da cultura prisional. Em função das mudanças subjetivas que a prisão impõe à pessoa presa, muitas vezes, acaba por cumprir a função de escolarização/graduação para o crime ao invés de promover a reinserção social. Em certo sentido, a cultura prisional contraria a vertente que prepararia a pessoa criminoso para o retorno a vida em ambientes extramuros prisionais. Nesse sentido, a escola da prisão que acontece pela assimilação da cultura prisional caracteriza-se por teias de relações que promovem mais violência e despersonalização. Formada por conjunto de conhecimentos transmitidos e utilizados pelas pessoas encarceradas, essa cultura visa à manutenção da subordinação à hierarquia do poder prisional. A aculturação prisional funciona como um rito de passagem o qual o detento precisará de resistência para demonstrar condições de produzir meios para garantir a sua própria sobrevivência. Recebendo da instituição pouco acima do nível das necessidades básicas, a pessoa encarcerada sofre deterioração da identidade, ficando susceptível à violência dos aparatos instrucionais. Despido de referenciais anteriores se tornará

assujeitada às regras da cultura prisional das quais também se tornará um transmissor. Eis a consequência da ambientação da pessoa presa à instituição prisional em razão da ação de custódia que se fundamenta na transformação de pessoas em obedientes e subservientes para, assim, manter a tranquilidade administrativa, mediante a coerção e controle de quaisquer posturas que sejam reivindicativas ou mesmo contestatórias da parte de pessoas encarceradas. Como já sinalizado, para atingir a essa condição a pessoa presa tem que se despojar da maioria dos traços identitários da vida em liberdade e construir outros que se adequem à vida na prisão. O detento obrigado por circunstâncias multifatoriais ingressa no processo de aquisição de aparatos instrucionais da cultura prisional, os quais determinarão sua estada no sistema penitenciário, podendo se tornar traços mnêmicos norteadores do restante de sua vida. O sistema carcerário na realidade funciona a partir de três vertentes de controle. Podemos compará-lo a uma pirâmide de regras na qual o Estado apesar de ocupar um lugar de maior importância, o topo, também detém a menor parcela. O segundo patamar seria ocupado pela ação dos agentes penitenciários, que respaldados pelas leis do Estado executam o ordenamento da dinâmica prisional. A base da referida pirâmide é ocupada pela cultura dos detentos, a qual afeta diretamente o cotidiano de cada preso moldando a experiência prisional de cada um. A escola da prisão na verdade não é espaço físico, mas uma dinâmica relacional composta das regras do Estado, das regras dos agentes penitenciários e as dos detentos. Quanto às regras do Estado temos a Constituição de 1988, que contém garantias explícitas para proteção da população encarcerada, entre essas garantias “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”. Um detalhamento das normas prisionais brasileiras, ou pelo menos suas proposições para o sistema prisional pode ser encontrada na Lei de Execução Penal (LEP) adotada em 1984. Essa lei reconhece um respeito saudável aos direitos humanos dos presos, contendo várias provisões e ordenamento de tratamento individualizado, proteção aos direitos substantivos e processuais dos presos e garantia de assistência médica, jurídica, educacional, social, religiosa e material. O objetivo dessa lei não é a punição, mas, a “ressocialização das pessoas condenadas”, como também a preocupação com a humanização do sistema prisional, e, incita os magistrados ao uso de penas alternativas como fianças, serviços comunitários e suspensão condicional. No Brasil as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso, RESOLUÇÃO Nº 14, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1994, Publicada no DOU de 2.12.1994, em seu Capítulo 1, Art. 1º, obedecem aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e daqueles inseridos nos Tratados, Convenções e Regras Internacionais de que o Brasil é signatário devendo ser aplicadas sem distinção de natureza racial, social, sexual, política, idiomática ou de qualquer outra ordem. Na prática, no entanto, o sistema carcerário passa longe das determinações legais. A falta de organização e estrutura tornam as penitenciárias cada vez mais superlotadas e os presos que cometeram crimes mais diversos, tais como latrocínio, extorsão, sequestro, formação de quadrilha, estupro, tráfico de drogas, homicídio, agressão, assalto, acabam por dividir o mesmo ambiente, salvo em condições especiais, quando considerados de alta periculosidade. Podemos também citar como uma das questões concorrentes para o mau funcionamento da dinâmica carcerária, nomeadamente as orientações administrativas e ideológicas recebidas pelos agentes penitenciários, protagonistas do ordenamento do sistema. A ausência de capacitação, valorização salarial, a exaustiva jornada de trabalho, a tensão diária, entre outros e a falta de fiscalização por parte do Estado torna o sistema penitenciário alvo fácil de funcionários inescrupulosos que estabelecem leis próprias, ou seja, um sistema disciplinar, quase sempre distante do que a lei estabelece. É comum no sistema penitenciário o uso da lei Talião, olho por olho, dente por dente, usada, por exemplo, para crime praticado contra os costumes (estupro, atentado violento ao pudor) que foi alterado pela L-012. O15-2009 para Crimes Contra a Liberdade Sexual. Nesse enquadramento, costuma ser comunicado aos outros integrantes do espaço a condição do preso, fato considerado como uma permissão para uso sexual do mesmo. A verdade é que em nome da correção e da

segurança os detentos são tratados com violência, o que pode provocar redução de sua humanidade, torná-lo mais perigoso e calculista. Sem sombra de dúvida o sistema penitenciário tem se tornado ao longo de sua história um local de horrores, de tormentos, físicos, morais e psicológicos, onde o detento passa fazer parte de uma verdadeira indústria do crime. Quanto à aprendizagem com os demais detentos, terceira vertente, base da pirâmide apontada anteriormente, podemos assegurar que a prisão é fundamentalmente uma escola de crimes que se comparada a uma escola de aplicação também contém em sua estrutura, estágios nos quais o detento é avaliado para sua progressão. A escola da prisão ou cultura prisional se caracteriza por teias de relações interpessoais violentas, que embora promovam o distanciamento da identidade anterior do egresso visam à proteção dos iguais, ou seja, os detentos considerados como fieis ao sistema imposto pelos dirigentes desta micro organização. Estruturada por um conjunto de conhecimentos entre os internos é mantida através da subordinação à hierarquia do poder prisional, a qual pode nos remeter a estrutura de uma organização privada do mercado convencional, com funcionários responsáveis pela escala de produção de produtos (bebida artesanal, drogas, armas, etc.), funcionários para treinamento e outros funcionários articuladores das metas a serem alcançadas (negociação com os agentes penitenciários, entrada de matéria prima, dentre outros) e é claro, a chefia a quem os demais se reportam. Este toma para si o controle e a aplicação de regras sobre os demais presos visando mate-los submissos a si e seu grupo. A aculturação prisional tem início com um interrogatório para identificação do novato na dinâmica prisional. O apelido, o artigo, ou seja, crime cometido, entre outros critérios de avaliação revelam a situação do egresso e conseqüentemente o processo a que ele será submetido. Como um rito de passagem precisará de resistência férrea para demonstrar sua masculinidade e a adesão como compromisso ao grupo que o “acolherá”, como por exemplo, raspar a cabeça, usar determinado tipo de identificação, entre outros símbolos de pertencimento. A partir desta etapa podem ocorrer, dependendo de como o egresso for categorizado, várias sessões de tortura física, psicológica, moral e sexual ou a execução de tarefas consideradas inferiores, tais como: lavar roupas, limpar a cela, pagar somas em dinheiro, etc. As regras de convivência podem variar de um pavilhão ao outro e entre facções diferentes, porém, com a presença constante da violência para a introjeção dos aparatos necessários à sobrevivência. Contudo, frequentemente, os lugares de liderança, consideradas as vozes ativas, são sempre ocupados pelos presos mais antigos ou os ligados às facções de maior periculosidade, os quais têm o poder de determinar as punições entre os presos em caso de desrespeito às regras, que variam de surras mais ou menos violentas até a execução. O desrespeito às regras pode fazer com que o preso passe à condição de condenado pelos membros do sistema prisional. As relações interpessoais ou intergrupais podem ser estabelecidas por raça, condição social anterior do detento, etnia, religião, pertencimento a uma determinada facção, etc. Porém, são totalmente delimitadas por um conjunto de valores que deve ser obedecido sem contestação. Entre as regras e códigos que devem ser obedecidos destacamos o respeito às visitas de outro detento, sendo a quebra da regra uma condenação à morte. Os presos que detêm esses poderes paralelos dentro da prisão, não são denunciados e, na maioria das vezes também permanecem impunes em relação à suas atitudes. Isso pelo fato de que, dentro da prisão, além da “lei do mais forte” também impera a “lei do silêncio”. A vigência da lei do silêncio em relação às regras de convivência, execução de tarefas (vendas de drogas, prática de corretivos, homicídios, comercialização de bebidas artesanais, etc.) devem ser totalmente assimiladas, respeitadas e realizadas com êxito, uma vez que o comportamento de cada um é inspecionado pelos outros presos. Sendo a escola da prisão marcada por graves violências físicas e psicológicas, estas experiências repercutem na necessidade da rápida assimilação da cultura carcerária, a qual, como mencionamos, inicialmente, objetiva a sobrevivência. Como uma sociedade dentro de outra sociedade, os membros do sistema carcerário reproduzem hierarquias e disputas de poder, e, com o alibi da convivência do aparato

policial, estabelecem relações de dominador – dominado. Neste entendimento “a verdade” é poder e é importante identificar-se qual o regime de verdade que se arranja em determinada instituição, ou ainda, o importante não é a verdade, mas quais são as regras que determinam a verdade e quem cria e controla essas regras (FOUCAULT, 1979). Os protocolos dessocializadores aplicados através da coerção subtraem dos detentos os vestígios de seu pertencimento a sociedade anterior, restando-lhe a sujeição aos novos parâmetros ditados pelas regras da comunidade prisional. Sentenciado e desvinculado da sociedade por ter se tornado indesejável a ela, o detento passa por outro julgamento que o colocará entre os “desejáveis e indesejáveis ao sistema penitenciário”, desejável e indesejável à comunidade prisional. Retomamos a afirmação de Foucault para ratificar que o detento procurará se afiliar a parte que dita e controla as regras no sistema como um todo. Assim o detento aprenderá códigos não escritos, a quem obedecer, nunca delatar, ter cautela em todas as ações, ouvir e não ter conhecimento, silenciar e principalmente proteger-se, ora driblando as regras impostas pela instituição penal, ora se comportando de acordo com a cultura prisional, avessa ao que formalmente anuncia a instituição carcerária, adaptando-se a cultura que lhe é transmitida pelos outros detentos. Ressaltamos que essa adaptação não ocorre sem um enorme dispêndio de energia psíquica em função da ambivalência entre a ameaça visível e a invisível, entre o que pode ser dito e o impronunciável. Com todos os direitos civis extraídos desde a chegada ao sistema prisional, recebendo da instituição o que pode ser definido como um pouco acima do nível das necessidades mais básicas, o detento sofre destruição psíquica, ou seja, deteriorização de sua identidade, para a qual receberá uma prótese a partir de seu aprendizado dos aparatos instrucionais e sua imersão na cultura carcerária. Esta máscara além de propiciar um refúgio de si mesmo e da percepção sensível de sua nova condição, lhe oferece uma duplicidade comportamental que varia entre resistência e socialização, “permitindo” ocultar possíveis temores e garantir sua participação perigosa, perversa e violenta. Sujeito às frequentes tensões buscará apadrinhamento, ser útil, másculo, violento, enfim, toda sorte de integração e pertencimento. Já totalmente despido de seus referenciais anteriores torna-se assujeitado às regras da cultura prisional das quais também pode ser futuramente um transmissor para os novos egressos. A junção de todos esses fatores deletérios mencionados acima atrelados à falta de segurança das prisões e ao ócio dos detentos, leva à ocorrência de outro grave problema do sistema carcerário brasileiro: as rebeliões e as fugas de presos. As rebeliões são levantes organizados pelos presos de forma violenta que objetivam, em sua maioria, como já citado, reivindicações de direitos, ou ainda, uma forma de chamar a atenção das autoridades quanto à situação desumana na qual os detentos são submetidos dentro das prisões. Já em relação às fugas, podemos assinalar que sua ocorrência pode estar associada à falta de segurança dos estabelecimentos prisionais, aliada à atuação das organizações criminosas, como também por parte de policiais e de agentes corruptos da administração prisional. O fato é que o Estado não tem se imbuído efetivamente de sua responsabilidade de ordenamento do sistema penitenciário e muito menos do trabalho de reinserção social, previsto na Lei de Execuções Penais (LEP, 1984), ao contrário, tem contribuído para a perda do sentido de dignidade que resta ao detento. Sobre essa questão Coelho (2003) assegura que o sistema carcerário “nada mais é do que um aparelho destruidor de sua personalidade, pelo qual não serve para o que diz servir, neutraliza a formação ou o desenvolvimento de valores; estigmatiza o ser humano; funciona como máquina de reprodução da carreira no crime; introduz na personalidade a prisionalização da nefasta cultura carcerária; estimula o processo de despersonalização; legitima o desrespeito aos direitos humanos”. Como então ressocializar? Sabemos que o perfil socioeconômico da população carcerária é em sua maioria pobre, portanto já excluídos socialmente antes mesmo de ingressarem no sistema penal. O nível baixo de escolaridade indica a ausência de oportunidade de inserção no mercado de trabalho anterior à detenção. Não tendo nenhuma modificação em termos de aquisição de habilidades formais durante o tempo de reclusão, o

apenado mantido na ignorância, aliás, muito útil ao não questionamento das múltiplas violações de seus direitos, o ex-detento tende a retornar ao convívio social sem condições mínimas de sobrevivência digna, o que faz com ele lance mão dos aparatos instrucionais adquiridos durante o tempo de reclusão. O Estado ao não cumprir com as obrigações previstas em leis, tais como, assistência educacional e ensino profissional, muito menos aperfeiçoamento técnico das habilidades adquiridas pelo detento anterior a sua entrada no cárcere torna-se corresponsável pela reincidência à criminalidade. Ressaltamos que o confinamento não dá condições de reinserção à sociedade que aprisionou, apenas favorece o desenvolvimento de habilidades adquiridas e aprimoradas a partir do ingresso no sistema penal.

Considerações Finais

A experiência prisional deixa marcas irremovíveis nos diferentes âmbitos existenciais.

A condição de ex-detento provoca reflexo nos aspectos cognitivo, afetivo e social. Quanto a este último, podemos afirmar que a rejeição social torna a readaptação uma tarefa árdua e quase impossível, uma vez que, dentre várias dificuldades, a absorção pelo mercado de trabalho é irrelevante, ou mesmo nula, não restando ao ser mantido pela família ou dar continuidade as práticas criminosas.

As questões citadas tornam extremamente pertinentes o questionamento acerca da finalidade precípua do sistema prisional, uma vez que, segundo a lei de execuções penais, em seu artigo 10, afirma a assistência ao detento, à prevenção ao crime e a orientação para a readaptação à sociedade. No entanto, estas afirmações se apresentam antagônicas, uma vez que no modelo prisional atual, os detentos são submetidos a opressões físicas e psíquicas, o que em consequência os tornam mais violentos, mais experientes em técnicas de furto, comercialização ilegal de substâncias psicoativas, mais adaptados aos valores da cultura prisional, menos adaptáveis e identificados com os valores, crenças e normas sociais, e, conseqüentemente, mais propensos ao crime, à reincidência em um ciclo de criminalidade.

Referências Bibliográficas

ADORNO, SERGIO (2002). O MONOPÓLIO ESTATAL DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/34bbcf74ba03ae8937993b54b50f2739.pdf>. Acesso: 22/08/2018.

CALIGARIS, C. (1999). São Paulo sem Medo. In: Sawaia, B. (org.). As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes.

CANTO, D. A. (2000). Regime Inicial de Cumprimento de Pena Reclusiva ao Reincidente. Dissertação de Mestrado - Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

CARVALHO, M. C. B. (1994). A priorização da família na agenda da política social. In:

K,S. M. de (arg.). Família brasileira a base de tudo. Brasília- DF: Ed: São Paulo-UNICEF.

COELHO, D. V. (2003). A Crise no Sistema Penitenciário Brasileiro. In: K, S. M. de (arg). Família brasileira a base de tudo. Brasília - DF: Ed: São Paulo - UNICEF

JARDIM, M. A. (1995). A Cidadania Difícil. Instituto de Reinserção Social, Lisboa.

FOUCAULT, M. (1979). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal.

A IMPUNIDADE DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA MÍDIA: ANÁLISE DO CASO JAIME GOLD EM O GLOBO

MAITE NORA BLANCQUAERT MENDES DIAS

Professora de Jornalismo na UFRRJ

maitemendes@yahoo.com.br

RESUMO

O caso Jaime Gold, morto durante assalto cometido por adolescentes no Rio de Janeiro, ocorreu enquanto a Câmara dos Deputados analisava uma proposta de redução da maioria penal, e ganhou grande repercussão midiática. O objetivo deste artigo é analisar como a cobertura desse episódio no jornal *O Globo* resgata e reitera a memória discursiva da impunidade no Brasil, sobretudo no que diz respeito aos adolescentes em conflito com lei. Como metodologia, usaremos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, com base nos estudos de Eni Orlandi (ANO). Faremos ainda uma revisão bibliográfica com o histórico da legislação para menores de idade no Brasil e uma breve discussão sobre mídia e punição, a partir das reflexões de Batista (1996; 2002), Moretzsohn (2003; 2007) e Mendonça (2002; 2018).

Palavras-chave: Jornalismo; Análise do Discurso; Maioridade Penal; Jaime Gold; Impunidade.

ABSTRACT

The Jaime Gold's case - killed when mugged by teenagers in Rio - took place while the Brazilian Congress analyzed a proposition to reduce the age of criminal responsibility in the penal system, and had a great repercussion on the media. The major focus of this article is to analyze how this episode's coverage by *O Globo* newspaper brings back and restates the speech of impunity in Brazil, foremost in what concerns juvenile delinquency. The methodology chosen was French Discourse Analysis based on Eni Orlandi's studies. Furthermore, we will do a bibliographic review of the child and youth legislation history in Brazil as well as a brief discussion about media and punishment based on the studies of Batista (1996; 2002), Moretzsohn (2003; 2007) and Mendonça (2002; 2018).

Key-words: Journalism; Discourse Analysis; Jaime Gold; Impunity.

Introdução

“O Brasil é o país da impunidade”, diz o clichê do senso comum, muitas vezes reiterado pela grande mídia. Clichê que resiste ao crescimento de 270% da população carcerária nos últimos 15 anos e à terceira colocação entre os países que mais prendem no mundo, com um total de 726 mil presos, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), referente a 2016. No caso das crianças e adolescentes em conflito com a lei, por não estarem submetidas ao Código Penal, mas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o discurso da impunidade pode se tornar ainda mais forte.

O objetivo deste artigo é analisar como a cobertura do caso Jaime Gold em *O Globo* vai resgatar e reiterar a memória da impunidade no Brasil, sobretudo no que diz respeito aos adolescentes em conflito com lei. A escolha do jornal *O Globo* como objeto de análise se dá por sua relevância social e importância histórica. Integrante do maior conglomerado de comunicação do Brasil - o Grupo Globo, *O Globo* é um dos maiores jornais do país. Em 2015, ano do nosso objeto, foi o segundo jornal mais vendido, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC).

Como olhar metodológico sobre essa cobertura, a Análise do Discurso permitirá compreender quais efeitos de sentido são produzidos por cada discurso dentro do seu contexto, considerando os sujeitos e as situações nas quais os dizeres são produzidos, ou seja, as condições de produção. A AD considera que cada discurso aciona uma memória discursiva, do já-dito em outros momentos e lugares, que também significa no discurso (ORLANDI, 2001).

1. Legislações para “menores”

A história da legislação para crianças e adolescentes no Brasil indica algumas mudanças de paradigmas na forma de lidar com esse grupo, especialmente a infância pobre e suas práticas. No Brasil Colonial, o tratamento das crianças órfãs e abandonadas era marcado pela ideologia cristã. As rodas dos expostos apontavam para um tipo de “institucionalização da infância, que visava regular os desvios da organização familiar colonial, definindo um tipo de assistência norteada pela caridade religiosa” (ALVARES, 1989, p.36).

Nesse período, não havia distinção na aplicação de penas entre crianças e adultos. Apenas em 1830, após a independência do país, surge a primeira lei, o Código Criminal do Império, que estabelecerá a inimizabilidade penal para menores de 14 anos. Inaugura-se nesse momento a chamada doutrina do Direito Penal do Menor, em um contexto de escravidão, latifúndio e pena de morte. As marcas da escravidão eram tão fortes que, até 1852, o limite de 14 anos para imimizabilidade penal não alcançava as crianças escravas, contra quem eram aplicados castigos privados. Com o fim da escravidão, a necessidade da formação de uma mão-de-obra livre traz mudanças na maneira de lidar com a infância pobre, que, assim como as mulheres, representava força de trabalho barata (BUDÓ, 2013).

O “problema da menoridade” vai se configurar mais evidentemente entre o final do século XIX e início do século XX, quando se consolida a identificação como “problema social” de “uma massa diversificada de crianças pobres passíveis de serem enquadradas em classificações que denotassem sua situação anormal frente a um modelo de infância e família” (VIANNA, 1997, p.42). Com a proclamação da República, em 1889, a preocupação de construir uma nação “civilizada” e moderna se refletirá também no cuidado com as crianças, vistas como o futuro da nação, e no controle daquelas que poderiam representar uma ameaça ao ideário de “ordem e progresso”. (RIZZINI, 2011, p. 64).

Nesse contexto, primeiro, foi instituída a Justiça de Menores, em 1923. Em seguida, veio a criação do Juizado de Menores e depois o Código de Menores, em 1927 (MALAGUTI BATISTA,

2003). Todos com fortes influências das ideias positivistas de Cesare Lombroso, psiquiatra e criminologista italiano. A criminologia positivista inaugura a ideia de defesa social e age sobre a infância pobre a partir de diagnósticos pretensamente científicos, para evitar que esta se transforme na infância delinvente (BUDÓ, 2013).

O paradigma que se formará, a partir de então, é o da preservação da infância aliada ao combate à criminalidade, através de uma “profilaxia social”, para conter as causas da “degenerescência social”. Segundo Álvarez (1989), o caráter punitivo se investirá de características tutelares com intuito de recuperação. Não por acaso, essa nova justiça será destinada a um tipo de infância. Segundo Malaguti Batista (2003), a “maioria esmagadora” dos casos do Juizado de Menores é de meninos pobres; “as elites resolvem seus casos em outras instâncias, informais ou não segregadoras”.

Durante o governo Vargas, de 1930 a 1945, há uma mudança no tratamento da infância pobre. É a fase de implantação do Estado Social brasileiro. Neste período, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que conta com reformatórios, casas de correção, e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos. Embora fizesse uso de políticas sociais como instrumento de “incorporação das massas urbanas ao projeto nacional”, o SAM tinha como base a “orientação correcional repressiva” (MALAGUTI BATISTA, 2003, p.71). É também da Era Vargas a primeira legislação brasileira que estabelece a maioria penal aos 18 anos: o Código Penal de 1940.

De 1945 a 1964 vem o período de decadência do SAM, no qual o caráter “seletivo, desumanizador e repressivo do sistema se mantém” (MALAGUTI BATISTA, 2003, p.74). Com o golpe e a instalação de uma ditadura civil-militar, o Estado brasileiro se torna ainda mais autoritário, com implantação da Doutrina de Segurança Nacional, que passa a orientar toda a vida política, social, cultural, econômica e educacional do país (COIMBRA, 2001).

Nesse contexto, o tratamento da infância pobre também é enquadrado na ideia de defesa do Estado. Como reflexo disso, surge a Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) e a elaboração do novo Código de Menores, de 1979, “dirigido aos menores em situação irregular”, que fortalece a figura do juiz e não menciona nenhum direito da criança (MALAGUTI BATISTA, 2003). Mais uma vez, a legislação não trata de toda e qualquer criança ou adolescente, os alvos do Código são: menores de 18 anos em situação de marginalidade social, quais sejam: situação de pobreza; quebra de valores e padrões de comportamento cultural; alto índice de natalidade; atividades marginalizadas; alto índice de alcoolismo; alto índice de violência e criminalidade; alimentação deficiente; promiscuidade habitacional e mendicância (BUDÓ, 2013).

Desde o final da década de 1970, movimentos populares reivindicavam mudanças no tratamento das crianças e adolescentes classificadas como “menores”. Projetos como a Pastoral do Menor, da Igreja Católica, e a Educação Social de Rua, da sociedade civil, que trabalhava para propiciar a autonomia dos meninos e meninas de rua, propunham uma nova concepção da criança como sujeito de direitos, cidadã, e não apenas como objeto alvo de políticas assistencialistas e de controle por parte do Estado (BUDÓ, 2013).

No contexto de redemocratização do início da década de 1990, e inspirado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, da qual o Brasil é signatário, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem preencher essa lacuna de garantia de direitos e proteção integral à infância e adolescência. Segundo Campos; Salla; Alvaréz (2015), é uma tentativa de romper com as antigas concepções higienistas, assistencialistas e repressoras no tratamento à infância e juventude pobres.

O ECA é resultado dessa construção coletiva, baseada na concepção da criança e do adolescente como “sujeitos de direitos” em “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Isso significa que toda a proteção destinada às crianças não resulta de atos benevolentes concedidos pelo poder público ou pelos indivíduos e instituições privadas: trata-se de direitos fundamentais inerentes às crianças, enquanto seres humanos em desenvolvimento (BUDÓ, 2013, p.78).

Embora garanta a proteção integral da criança e do adolescente, o Estatuto não deixa de prever medidas cabíveis em casos de atos infracionais. Assim como a Constituição de 1988, o ECA garante inimizabilidade aos menores de 18 anos, ao mesmo tempo que os coloca sujeitos às medidas previstas nesta lei, quais sejam: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, por no máximo três anos (BRASIL, 1990).

No entanto, desde seus primeiros anos de implementação, a suposta permissividade do ECA é criticada em *O Globo*. Continuamente, o jornal reforça o sentido de impunidade do ECA em notícias sobre criminalidade juvenil. O discurso de impunidade serve, muitas vezes, como argumento para as propostas de redução da maioridade penal que já começam a aparecer na década de 1990 (DIAS, 2017).

Mídia e Impunidade

A atuação da mídia nas questões de violência e segurança pública parte, de acordo com Moretzsohn (2003), de uma visão redutora da violência – associada estritamente ao seu aspecto criminal. A partir dessa visão e com base em pressupostos da criminologia positivista, que dividiu os homens em “normais” (os que aceitavam a ordem) e “anormais” (os desviantes - tanto criminosos comuns como outros “resistentes” à ordem), a mídia explora politicamente a violência “contribuindo para a formação de uma opinião favorável a políticas repressivas” (p.11).

Segundo Batista (2002), a punição é a lente ideológica que media o olhar da imprensa sobre a vida: “se houve delito, tem que haver pena” (p.4). Nesse contexto, as garantias do Estado democrático de direito – devido processo legal, plenitude de defesa, presunção de inocência, entre outros – aparecem na mídia como um estorvo, burocracias que impedem o “correto funcionamento” do sistema penal e da pena. É assim também que, muitas vezes, é vista a imimizabilidade penal de menores de 18 anos, assegurada na Constituição de 1988 e no ECA.

A partir de sua auto-legitimação como prestadora de serviços de toda a comunidade, assumindo seu lugar de autoridade como supostamente quarto poder, a grande imprensa apresenta-se como o espaço da ordem, “uma ordem consensual, inquestionável, indispensável para a vida em sociedade” (MORETZSOHN, 2003, p. 7). No chamado capitalismo tardio, estágio em que o Brasil se encontra, a mídia, então, exerce o papel de legitimadora do sistema penal, agindo como defensora da “lei e da ordem”.

O discurso criminológico midiático pretende constituir-se em instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas, e procura fundamentar-se numa ética simplista (a “ética da paz”) e numa história ficcional (um passado urbano cordial; saudades do que nunca existiu) (BATISTA, 2002: 7).

Mas a relação dos meios de comunicação com o sistema penal não se encerra nesse papel de legitimação. Conforme demonstram Mendonça (2002) e Batista (2002), a mídia tem se colocado como agente mobilizador das instituições de poder, fazendo-as funcionar “corretamente”. Mendonça (2002; 2018) apresenta as estratégias discursivas da TV Globo para se colocar como autoridade de mediação entre a sociedade e o Estado, na tentativa – muitas vezes bem sucedida – de intervir nas instâncias estatais, sobretudo no sistema judiciário e nas forças policiais convocadas para ação a partir das denúncias do programa e do jornalismo do grupo.

Desta forma, agindo politicamente, os meios de comunicação pautam as agências executivas do sistema penal, mobilizando-as diretamente para ação, e também passam a operar como elas – investigando e julgando-, num processo chamado por Batista (2002) de “executivização” da mídia. A TV Globo, de uma maneira específica, segundo Mendonça (2018), acumulou, ao longo dos anos, capital simbólico que a “autorizava” a “desempenhar uma complexa função de mediar a ação dos aparatos estatais de administração de conflitos, de propor o estabelecimento de punições e ainda executar parte da aplicação as penas”. (MENDONÇA, 2018, p. 14).

O caso

O médico cardiologista Jaime Gold, de 55 anos, morreu após ser esfaqueado no abdômen em um assalto enquanto pedalava na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 2015. Os principais suspeitos eram dois adolescentes, um deles com 16 anos. Além de ter acontecido em um ponto turístico da cidade e ter como vítima um profissional renomado, o caso teve grande repercussão midiática também porque ocorreu enquanto a Câmara dos Deputados analisava uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que pedia a redução da maioria penal de 18 para 16 anos¹. Durante 15 dias consecutivos (de 20 de maio a 3 de junho), o jornal *O Globo* trouxe pelo menos uma notícia sobre o caso, que ainda voltou às páginas do impresso durante os meses seguintes (DIAS, 2017).

A primeira reportagem de *O Globo* em que aparece o adolescente suspeito já ressalta o discurso da impunidade. A chamada de capa (ver Imagem 1) correlaciona a idade do jovem com o número de vezes que foi apreendido pela polícia: “Suspeito tem 16 anos e 15 crimes” e reforça: “apesar da folha corrida, o jovem nunca passou por uma internação”. A reportagem correspondente, intitulada “A escalada da crueldade”, reforça a ideia de que a falta de punição foi o que permitiu que o adolescente se tornasse cada vez mais perigoso:

Apesar da crescente violência, o jovem nunca recebeu uma medida de internação em regime fechado. O maior período de tempo que permaneceu em uma instituição aconteceu em 2013. Foram 39 dias em abrigo provisório para, ao final, receber advertência e remissão da pena (BOTTARI; GOULART, 2015, p.8).

Imagem 1 – Capa de *O Globo* em 22/05/2015.



Fonte: Acervo *O Globo*.

1 A PEC 171/93 foi apresentada pelo deputado Benedito Domingos, do Partido Progressista (PP) do Distrito Federal, pela primeira vez em 1993, três anos depois da implementação do ECA. Depois de mais de 20 anos em tramitação na Câmara dos Deputados, em 31 de março de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados decretou que a proposta não feria nenhuma cláusula pétrea da Constituição Federal e poderia seguir para votação no Congresso.

Conforme explica Orlandi (1995), ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis dentro de uma determinada situação discursiva. É a política do silêncio que estabelece o recorte entre o que se diz e o que não se diz para apagar os sentidos que se quer evitar. A eficácia das internações como instrumento de recuperação e ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei não é questionada, mesmo diante da afirmativa de que “numa de suas curtas passagens, (o jovem) foi torturado por agentes na Escola João Luiz Alves, em crime denunciado pelo Ministério Público em 2014” (BOTTARI; GOULART, 2015, p.8). Da mesma forma não entraram em pauta as condições dos locais de internação e o tratamento recebido pelos jovens nessas unidades como contrapontos ao argumento de que o problema é a impunidade ou, menos ainda, os discursos que se opõe ao rito punitivo como solução para a questão da criminalidade. Conforme aponta Batista (2002), a legitimação do sistema penal pela mídia “implica a constante alavancagem de algumas crenças, e um silêncio sorridente sobre informações que as desmintam” (p.3).

O discurso do “problema da impunidade” aparecerá no caso Jaime Gold sobretudo nas fontes ouvidas e reproduzidas pelo *O Globo*. Em um jornal que se pretende “isento”, tal qual explicitado em seus princípios editoriais², é nas aspas atribuídas às fontes que aparecerão as opiniões e análises sobre determinadas situações, “como se a atribuição de uma informação a uma fonte eximisse o jornalista (e/ou jornal) de responsabilidade sobre essa mesma informação e, mais ainda, como se esse procedimento fosse isento de intencionalidades” (MORETZSOHN, 2007, p. 187). É também no processo de seleção das fontes que o jornalismo vai produzindo e direcionando os sentidos.

O delegado de polícia e outros agentes ligados à instituição e ao sistema penal como um todo costumam ser as principais fontes em notícias sobre criminalidade juvenil. Segundo estudo da ANDI (2012), que analisou 54 jornais impressos de 2006 a 2010, a Polícia Militar é a fonte de informação mais ouvida, aparecendo em cerca de 60% desse tipo de noticiário. Fontes que poderiam apresentar um discurso alternativo ao punitivo, como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Conselhos Tutelares, foram ouvidas em menos de 1% das matérias analisadas.

Notícia exemplar disso, encampando o discurso da impunidade, é a intitulada “Na região, número de jovens detidos é maior que o de adultos”. As escolhas dos títulos, subtítulos e destaques da reportagem não são, de certo, aleatórias, mas servem como instrumentos de direcionamento de sentidos. As fontes da notícia são uma delegada e um procurador.

- Havia um mandado de apreensão contra um dos adolescentes que esfaquearam o atleta de remo – disse o procurador Márcio Mothé. – Ele havia sido apreendido em outubro passado e já estava na rua cometendo um crime grave. Agora, mais essa tragédia (o médico esfaqueado na Lagoa). O Ministério Público travou uma luta contra a liberação desenfreada de menores das unidades de internação e ainda foi criticado. Um mutirão despejou dezenas de infratores nas ruas, sem o mínimo de ressocialização, em razão da suposta precariedade das unidades. O efeito do mutirão já era esperado. Temos recorrido dessas liberações indevidas e agora esperamos a resposta do Judiciário. (...)

- Os parlamentares precisam ficar atentos a essa realidade. Como pode alguém portar uma faca e isso não configurar infração penal? Os menores que antes furtavam agora roubam e, pior, praticam latrocínio, que é o roubo seguido de morte. Por trás, uma lei retrógrada que favorece isso tudo. Até quando? – disse Mothé, que defende o aumento do prazo de internação para traficantes, entre outras medidas (NA REGIÃO, 2015, p.14).

² <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#isencao>

Mas é sobretudo na fala do então governador do Rio, Luiz Fernando Pezão - em última instância o chefe geral da Polícia Militar- que se materializará o discurso da impunidade dos adolescentes. Primeiramente, novamente com destaque no título, na notícia “Governador critica Justiça por soltar criminosos que PM prende” (GOVERNADOR, 2015, p.9):

- A polícia bateu recorde de prisões em abril, sendo que cerca de 60% eram menores. No Aterro, prendemos 31 pessoas na semana passada. No outro dia, estavam todos soltos.

Argumento que voltará a ser defendido nos dias subsequentes. Na reportagem “Contra os roubos com faca”, o governador volta a aparecer com o discurso da impunidade:

O governador Luiz Fernando Pezão tem demonstrado irritação com o grande número de adolescentes apreendidos pela polícia que acabam sendo soltos pela Justiça. (...) - A polícia tem prendido 60 a 80 menores (ele não disse o período), que entram pela porta da frente da delegacia e saem pela outra (SCHMITT, 2015, p. 11).

Esse é uma das poucas notícias que trazem uma voz contrária ao ideal punitivo, vinda do desembargador Siro Darlan, titular da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Família, ganhará expressão no jornal.

Em fevereiro, Darlan recomendou a juízes da Infância e Juventude que privilegiem a aplicação de medidas cautelares “diferente da internação e da semiliberdade de menores”. - O estado é que deveria responder por ter abandonado esses jovens à própria sorte (SCHMITT, 2015, p. 11).

Sem nenhum destaque e, dentro do contexto da reportagem, porém, o argumento de Darlan pode provocar efeitos de sentido negativos, reforçando a memória discursiva reiterada pelo argumento do governador Pezão e de outras autoridades policiais, neste episódio, mas também em diversos outros momentos relativos à questão da criminalidade juvenil, de que a polícia faz o trabalho “correto” de prender, mas a justiça, levemente, solta. Corroborando, novamente, a memória discursiva, formada desde sua promulgação, de que o ECA é permissivo e complacente com os adolescentes, estimulando a impunidade e, conseqüentemente, o crime.

Como um mantra repetido continuamente, a reportagem “A escalada da crueldade” (GOULART; BOTTARI, 2015, p.8) traz novamente o discurso do governador, desta vez, já aliado ao que seria a “solução” do problema da impunidade - a redução da maioria penal:

- Eu não quero que a gente fique enxugando gelo. A maioria das apreensões que fazemos é de menores. É inaceitável. Lugar de menor é na escola - disse. - Só quero que seja feita uma discussão no Congresso Nacional. A polícia bateu recorde de apreensões de menores e não está sendo suficiente.

Embora o pronunciamento do governador do estado não seja descartável por nenhum jornal, a repetição continuada das mesmas falas, que não trazem nenhuma informação nova, demonstra a estratégia discursiva de *O Globo* de reforçar o sentido de impunidade dos adolescentes em conflito com a lei.

Mas nem só de fontes policiais vive a cobertura da criminalidade juvenil. Os jornais também recorrem aos chamados especialistas para opinarem sobre a questão. Moretzsohn (2007) alerta, porém, que as rotinas produtivas dos jornalistas levam a um círculo vicioso de apuração rasa e pouco aprofundada.

Assim, no caso das entrevistas “factuais”, a interação é substituída pela atitude utilitária de obter a informação ao menor tempo possível, o recurso aos especialistas “prêt-à-penser” do saber competente simplifica as questões complexas a título de “explicá-las”

(ou “esclarecê-las”), os estereótipos reproduzem-se e fecha-se o espaço para a dúvida que informa qualquer pergunta verdadeira (MORETZSOHN, 2007, p. 163).

É assim que a fala da psicóloga Andreia Calçada ganha destaque em uma reportagem que indicava “psicopatia” e “mal social” na trajetória do adolescente suspeito no caso Jaime Gold, além de apontar um dos supostos problemas por trás disso: “A impunidade também contribui para explicar a crueldade” (ALVES, 2015, p. 19). O pesquisador Paulo Storani, da Universidade Cândido Mendes, reforça o mesmo argumento com ainda mais vigor na reportagem “Oito vítimas em oito dias”:

Há um descrédito total nas autoridades públicas, aliado a um sistema de justiça criminal que não previne crimes, e uma lei permissiva que não pune devidamente menores infratores. Nesta onda de violência, os criminosos continuam atacando suas vítimas, mesmo após tirarem sua capacidade de reação. Isso acontece por conta da crença na impunidade (FRANÇA; ROSA; SCHMITT, 2015, p.6).

Ao selecionar suas fontes, *O Globo* também escolheu quais discursos ganhariam força. Em nenhum das notícias e reportagens especificamente sobre o caso do médico Jaime Gold, o jornal deu destaque para especialistas que abordassem a questão da criminalidade juvenil para além do olhar punitivo. Conforme afirma Batista (2002), como o objetivo da mídia não é promover um debate de ideias na direção do saber, mas reforçar o credo punitivista, ela elegerá os especialistas segundo suas opiniões coincidam com essa crença.

Considerações Finais

A partir do ideal punitivo que media o olhar da imprensa sobre a vida (BATISTA, 2002), as medidas alternativas previstas no ECA de disciplinarização das crianças e adolescentes em conflito com a lei aparecerão como sinônimo de impunidade e como estimulantes ao crime. Os discursos de que a polícia cumpre seu trabalho de apreender, mas a justiça, benevolente e amparada por uma legislação branda, manda soltar é o tom que permeia as manchetes e destaques da reportagem no caso Jaime Gold. A “ficha criminal” do adolescente é vista não apenas como indício de que ele é mesmo o culpado (apesar de negar isso e da única prova ser uma testemunha), mas como prova de que a justiça não cumpriu eficientemente seu papel, já que ele continuava solto nas ruas.

As fontes, a quem a mídia recorre com o pretexto de se isentar das opiniões, são a estratégia principal do jornal para reforçar a memória discursiva da impunidade e a necessidade da punição. Conforme afirma Batista (2002), “não há debate, não há atrito: todo e qualquer discurso legitimante da pena é bem aceito e imediatamente incorporado (p.4).

Diante dos avanços das propostas de redução da maioria penal no congresso, mostra-se fundamental estar atento aos discursos midiáticos que servem muitas vezes como parâmetros para justificar maior repressão penal.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ, Marcos César. **A Emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores.** 199p. Dissertação. USP, São Paulo, 1989.

ALVES, Maria Elisa. **Psicopatia e mal social por trás da violência.** O Globo, Rio de Janeiro, 24 maio 2015, . 19.

Direitos em pauta. Imprensa, Agenda Social e Adolescentes em Conflito com a Lei. **ANDI.** Brasília, 2012.

BATISTA, Nilo. **Fragmentos de um discurso sedicioso**, in Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade, nº 1. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996, p.71.

_____ **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio**, in Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade, no 12. Rio de Janeiro, Revan/ICC, 2o semestre de 2002. p. 253-270.

BOTTARI, Elenilce; GOULART, Gustavo. **A escalada da crueldade**. O Globo, Rio de Janeiro 22 mai. 2015. Rio, p. 8.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídias e discursos do poder: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013.

CAMPOS, Marcelo da Silveira; SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César. **Redução da Maioridade Penal e Congresso Nacional: Crimes Violentos, Mídia e Populismo Penal**. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2015(13):358-378.

DIAS, Maite N. B.M.. **Maioridade Penal em Pauta: medo e punição na mídia**. Niterói: UFF, 2017.

FRANÇA, Renam; ROSA, Gabriel; SCHMITT, Gustavo. **Oito vítimas em oito dias**. O Globo, Rio de Janeiro, 25 mai. 2015. Rio, p.6.

GOVERNADOR critica Justiça por soltar criminosos que PM prende. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015. Rio, p.9.

Levantamento nacional de informação penitenciárias; **INFOPEN**. Organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa (et al). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **Difíceis ganhos fáceis**. Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

_____ **A “pacificação” dos sentidos: Mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007.

_____ **Imprensa e criminologia: o papel do jornalismo nas políticas de exclusão social**. Rio de Janeiro, UFF: 2003.

NA REGIÃO, número de jovens detidos é maior que o de adultos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 mai. 2015. Rio, p.14.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

_____ **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**. Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHMITT, Luiz Gustavo. **Contra os roubos com faca**. O Globo, Rio de Janeiro, 23 mai. 2015. Rio, p.11.

CONFLITOS NAS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

MARCELO BARBOSA SANTOS

*Doutorando do Programa de Estudos
Pós-graduados em Política Social – UFF
uff.marcelo.rj@gmail.com*

Resumo:

Este artigo é fruto de estudos sobre a implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior públicas brasileiras. Para este texto foram analisados conflitos nas universidades públicas envolvendo estudantes cotistas após adoção das ações afirmativas como política social em educação. Os conflitos foram sistematizados considerando: 1) conflitos entre estudantes (cotistas e universalistas), 2) estudantes cotistas e docentes e 3) estudantes cotistas e administração universitária. Como fontes de pesquisa são utilizadas, tanto os registros de conflitos em publicações acadêmicas: teses, dissertações, livros e artigos, como aqueles feitos na esfera pública: jornais, revistas, páginas eletrônicas e redes sociais.

Palavras-chave: conflito; ação afirmativa; universidade; educação.

Abstract:

This article is the result of studies on the implementation of affirmative actions in Brazilian public higher education institutions. For this text, we analyzed conflicts in public universities involving student quotaters after adoption of affirmative actions as social policy in education. Conflicts were systematized considering: 1) conflicts between students (quotaholders and universalists), 2) quota students and teachers, and 3) quota students and university administration. As sources of research are used, both the records of conflicts in academic publications: theses, dissertations, books and articles, such as those made in the public sphere: newspapers, magazines, electronic pages and social networks.

Keywords: conflict; affirmative action; university; education.

Introdução e apresentação do tema

Em 2018, a iniciativa pioneira de adoção das ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (vestibular de 2002) completa 15 anos. De lá pra cá, houve mudanças significantes no acesso e permanência aos meios universitários.

Conforme indicam os dados, podemos afirmar que a adoção das ações afirmativas nas universidades foi determinante para que se aumentasse o acesso da população negra e de baixa renda ao ensino superior no Brasil. De acordo com a projeção divulgada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2015, ingressaram 150 mil estudantes negros em todas as instituições federais de ensino superior (UOL EDUCAÇÃO, 27/08/2015). Contudo, mesmo considerando todos os avanços de inclusão recentes, a universidade brasileira ainda é composta majoritariamente por estudantes brancos. Fato esse, evidenciado na última pesquisa divulgada em 2017 pelo Ministério da Educação, através do Inep. No relatório, que tem foco na graduação, os universitários brancos são 59,9%, pardos 30,1%, negros 7,7%, amarelos 1,7% e indígenas 0,6%. (O GLOBO, 08/03/2017).

Como frisamos acima, houve reconhecido aumento de ingressantes negros após a adoção das ações afirmativas nas universidades, no entanto, no que diz respeito à permanência desses estudantes, ainda faz-se necessário outros estudos. São poucos os relatórios públicos elaborados que revelam a situação da permanência dos cotistas. Quando existem dados, os respectivos relatórios ficam focados, principalmente, na questão do desempenho acadêmico, descartando-se os aspectos relacionais na implementação da política pública.

Este artigo tem como objetivo desenvolver análise sobre alguns relatos de conflitos registrados na esfera pública envolvendo os estudantes cotistas e o resto da comunidade universitária, após a adoção das ações afirmativas entre 2006 e 2018.

Metodologia

Este artigo é fruto de estudos sobre a implementação das ações afirmativas no Brasil. Para pesquisa foram analisados conflitos nas universidades envolvendo estudantes cotistas após adoção das ações afirmativas. Essa tarefa pressupõe rigorosa revisão bibliográfica no campo das ciências sociais. Entre outras referências teóricas no trabalho destacamos a formulação de *habitus* de Bourdieu. Para a tarefa, estão sinalizadas como fontes, tanto os registros de conflitos em publicações acadêmicas: teses, dissertações, livros e artigos, como aqueles feitos na esfera pública: jornais, revistas, páginas eletrônicas e redes sociais.

Conflito social

Quando mencionamos a expressão conflito nos vem de imediato à ideia de briga, luta, choque, confronto, combate, agressão, disputa, etc. De acordo com o Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992), conflito seria uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. Estes recursos, prevalentemente são identificados no poder, na riqueza e no prestígio.

Dentre as contribuições da sociologia sobre conflito e que vai ser base teórica para o desenvolvimento deste estudo, destacamos as reflexões de Bourdieu. Para o sociólogo, os conflitos configuram uma dimensão permanente das práticas sociais. Esses conflitos compõem o efeito da estruturação do “espaço social” por meio das relações entre diferentes classes sociais e frações de classe (BOURDIEU, 1996).

Para dar conta da dinâmica proposta por Bourdieu é determinante nos apropriarmos da noção de *habitus*, que tem a ambição de questionar à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia, visto que, aborda as relações sociais tendo como perspectiva de análise a capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. De outra forma, podemos afirmar que, a elaboração de *habitus* é desenvolvida a partir da necessidade empírica de dar conta das relações de afinidade entre o comportamento dos agentes, estruturas e condicionamentos sociais.

A concepção de *habitus* de Bourdieu se articula de forma direta com duas outras noções fundamentais em seu esquema teórico: a categoria de campo e de capital (econômico, social e cultural). Juntas, essas formulações compõe o quadro explicativo que nos instrumentaliza teoricamente para noção de conflito bourdiana.

Campo para Bourdieu (2004) é utilizado para designar nichos da ação dos agentes nos quais se desenvolvem as lutas pela detenção do poder simbólico, que produz e confirma significados. É um espaço de embates onde os agentes visam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são atingidas pela disputa de capitais valorizados, por sua especificidade, de acordo com as conjunturas de cada campo.

Reflexão e análise sobre os casos de conflitos nas instituições de ensino superior

Ressaltamos que os casos de conflitos analisados ocorreram no período entre os anos de 2006 e 2018 em universidades brasileiras que possuem algum tipo de ação afirmativa para acesso aos seus cursos. É importante registrar que, não foi intenção do autor resgatar todos os conflitos ocorridos nas universidades, nem desenvolver uma investigação de base empírica. Indicamos ainda que, os conflitos analisados são identificados como de corte étnico-racial e de classe.

É fato que com a adoção das ações afirmativas, o perfil racial e de renda dos estudantes das universidades, em especial nas públicas, se alterou. Nos seus corredores, como era de se esperar, a diversidade tem sido mais contemplada. Contudo, como estamos tratando de seres humanos oriundos de parcelas da população historicamente excluídas do ensino superior, seria inusitado que essa nova etapa do processo de inclusão se realizasse de forma, “ordeira”, “pacífica”, “enquadrada”, sem conflitos.

Os estudantes cotistas trazem junto de si novos estilos de vida, culturas, vivências, trajetórias, gostos, gírias, olhares, visões de mundo. São maneiras diferentes de vestir, pensar, andar, rir, chegar, sair, reivindicar, organizar, reclamar, etc. Levam isso tudo para um campo social que não foi preparado e pensado para eles, portanto, ampliando as possibilidades de conflitos.

Em conformidade com Bourdieu, nesta análise a universidade terá o tratamento teórico de campo, ou seja, identificamos o *campus* universitário como principal espaço dos embates simbólicos. É no *campus* universitário que os estudantes (cotista ou universalista) passam boa parte da sua vida acadêmica, onde se movimentam e se relacionam e, portanto, a principal arena dos conflitos.

O *habitus* precário elaborado pelo sociólogo Jesse Souza (2006) seria uma categoria para dar conta do processo de internalização relacionado aos indivíduos em condições precarizadas, no que diz respeito às formas de reconhecimento social desiguais, incluindo aí a percepção de dignidade. Pode também se referir, tanto a segmentos da classe trabalhadora que não conseguem ser incorporadas às novas demandas do mercado de trabalho, como também aos setores mais populares no Brasil. Essas últimas camadas marginalizadas, chamadas por Souza de ralé, são formadas por indivíduos inadaptados a um novo contexto histórico de flexibilização do trabalho e de globalização. O *habitus* precarizado impõe uma internalização

onde a inadaptação ao mundo moderno europeizado, baseado numa ideologia do desempenho, é tida como “fracasso pessoal”. Enfim, a partir do crivo ideológico de “desempenho” o indivíduo pode ser reconhecido socialmente como portador de sucesso ou de fracasso pessoal.

Uma parcela da população, assim, é vista como uma categoria sub-humana, abaixo da parcela portadora de distinção social. Visão internalizada, não é intencional. Esta é uma dimensão objetiva, subliminar, implícita e não transparente. [...] Assim, o *Habitus* precário é um fenômeno de massas, constituindo uma verdadeira “ralé estrutural” formada por grupos sociais precarizados, caracterizados como subprodutores e subcidadãos (SOUZA, 2006, p. 184).

Aprofundando teoricamente a subdivisão de Souza à noção de *habitus* de Bourdieu, sugerimos a inclusão da expressão “educacional” à elaboração de Souza, ou seja, a nossa indicação seria de *habitus* precário educacional.

A intenção é de possuímos uma categoria mais direcionada para o campo da educação para se referir ao processo de internalização relacionados aos estudantes oriundos da classe trabalhadora, que precisam ingressar no mercado de trabalho cedo para ajudar complementando a renda de sua família ou para sua própria subsistência. Uma categoria endereçada àqueles que residem na periferia das grandes metrópoles, distante da instituição escolar onde se encontram matriculados; àqueles que são dependes das refeições ofertadas nas escolas para se alimentar; àqueles desprovidos do capital cultural (curso de línguas, viagens, acesso aos livros, museus, teatros e cinema); àqueles herdeiros dos traumas de exclusão de seus ancestrais escravos; àqueles que geralmente são os primeiros de suas famílias a acessarem ao nível superior; àqueles que têm muitas dificuldades financeiras para adquirir os materiais de cunho didático para dar prosseguimento ao curso; àqueles que se veem com poucas e “inadequadas” roupas para frequentarem as aulas e serem reconhecidos com o mesmo status dos outros estudantes; àqueles que chegam cansados à sala de aula e geralmente aparentando em suas faces o desgaste do dia trabalhado; àqueles que torcem para que a maioria das disciplinas seja ofertada a noite em acordo com seu horário de trabalho; àqueles que se auto-identificam como pretos ou pardos e não se veem diante de seus pares de cor, tanto no corpo discente como no docente; àqueles que os sotaques denunciam as suas origens de nascimento; e várias outras características que podem ser associadas às experiências de vidas precarizadas e possibilitem a indicação de “fracassados” *a priori* na sociedade brasileira.

Para facilitar o processo de análise sistematizamos os casos de conflitos em três segmentos: a) conflitos entre os estudantes (cotistas e universalistas), b) conflitos dos estudantes cotistas com os docentes e c) conflitos dos estudantes cotistas com a administração universitária.

a) Conflitos entre estudantes (cotistas e universalistas)

Seguiremos com uma perspectiva de análise mais aprofundada dos conflitos selecionados no que diz respeito àqueles ocorridos entre os estudantes (cotistas e universalistas). Nesses casos, as manifestações são dirigidas aos estudantes cotistas sempre os classificando como indesejáveis ao convívio universitário e não possuidores de capital cultural para partilharem os mesmos espaços.

As declarações ofensivas de caráter racista podem ser vistas através de pichações nos banheiros do campus, como: “Tirem os pretos da Unicamp” no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (UOL NOTÍCIAS, 06/04/2016), mensagens em redes sociais e correio eletrônico, “Volta pra Bahia, macaco cotista”, dirigidas ao estudante de engenharia da Universidade Federal do Ceará (O POVO, 30/11/2015) e até mesmo pessoalmente, como foi o caso registrado na Universidade Federal de Roraima, onde o grupo de quatro

alunos indígenas sofreu preconceitos por parte de colegas que zombaram de seus costumes características físicas. “Um dos alunos, que sofreu com o ato, Edson Freitas, relatou que ele e os amigos foram humilhados. ‘Eles se retiraram da mesa e disseram que não se misturariam com índios’” (FOLHA WEB, 09/01/2016). Contudo, o caso que mais me ressaltou os olhos do ponto de vista simbólico foi o verificado no campus da cidade de Botucatu da Universidade Estadual Paulista, onde alunos veteranos de medicina promoveram trote nos calouros com roupas semelhantes às da seita Ku Klux Klan. A UNESP aderiu ao sistema de cotas raciais em 2010 (VEJA SP, 30/03/2015).

b) Conflitos entre estudantes e docentes

Em referência aos conflitos entre estudantes cotistas e docentes, os registros ganham outra dimensão, visto que, os docentes além de serem responsáveis pelo processo didático de construção do conhecimento, são servidores públicos, ou seja, submetidos às normas e procedimentos éticos de seus respectivos estatutos.

Nos casos destacados para a análise, as manifestações de racismo e preconceito proferidas pelos docentes dirigidas aos cotistas ou aos negros, de uma forma em geral, são verificadas de variadas formas: denúncia de “perseguições” a estudante no Instituto de Artes e Comunicação Social – UFF (O GLOBO, 09/09/2013); declarações racistas de professores nas redes sociais como, “Para ninguém achar que não gosto de uma afrodescendente. Nega gostosaaaa. Uh!!! Foi mal” no Instituto Federal Fluminense IFF - Campos dos Goytacazes (GELEDÉS, 22/03/2016) e “odeio pretos e pardos...” na Instituto Federal São Paulo - IFSP (GELEDÉS, 13/03/2018). São falas em sala de aula como as denunciadas pelos alunos da Universidade Federal de Goiás:

Ele começou a expor um aluno de engenharia. Ele não disse o nome, mas começou a falar que o estudante não sabia tabuada, que tinha chegado na universidade sem os conhecimentos básicos de matemática e ele estendeu isso a todos os outros alunos cotistas. O professor disse, ainda, que o rendimento dos alunos na universidade está ruim por conta das cotas raciais. Nunca me senti tão diminuído por conta da minha cor, por conta da minha raça”, relatou o estudante (G1 GLOBO, 18/04/2016).

Em casos como os ocorridos na Universidade de Brasília com o mesmo professor em duas oportunidades:

Na primeira aula do ano, quando fazia referência aos programas de assistência às famílias negras nos Estados Unidos, Kramer falou sobre o fracasso dessas ações. Concluindo um raciocínio, ele disse: ‘Não basta só dar dinheiro para a crioulada’ (G1 GLOBO, 15/09/2006).

Dois dias depois do primeiro fato, aconteceu novamente,

Dias depois, Kramer participava de uma banca de avaliação de candidatos a professor do Instituto de Ciência Política. Referindo-se a dois autores clássicos, Maquiavel e Hobbes, uma candidata dizia que “são mal compreendidos, apesar de suas passagens negras” [...] “negras, não... sombrias... temos de ter cuidado... a crioulada tá de olho” (Ibid, 2006).

Outro caso de declarações racistas em sala de aula com denúncias dos estudantes vem do Rio de Janeiro,

Um professor de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi denunciado por alunos do curso após ter feito um relato racista durante uma aula de Redes de Computadores I no dia 10 de Março. Segundo estudantes, o professor afirmou

que se deve reconhecer um ladrão na rua por meio da cor da pele: “se você tem um sistema de segurança onde só passa gente branca, quando passa um preto o sistema apita” (G1 GLOBO, 18/04/2017).

Ainda com registros de falas racistas em sala de aula temos o ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo, onde, de acordo com os estudantes presentes durante o episódio, o professor do Deptº de Economia Manoel Luiz Malaguti teria se manifestado da seguinte forma,

Ele disse que os negros e pobres não tinham acesso à cultura, deixando claro que eles não atingiram o nível cultural dos brancos. Em seguida afirmou: ‘Estudantes cotistas diminuem a qualidade da universidade. Eu detestaria ser atendido por um médico ou advogado negro’”, relatou uma aluna de 19 anos (G1 GLOBO, 04/11/2014).

Em ambientes que não a sala de aula, mas ainda dentro do *campus*, também temos denúncias feitas por estudantes a respeito de falas preconceituosas por parte dos docentes. É o caso da UFF, em que o professor é acusado de machismo e racismo por alunas em ato grevista na entrada da reitoria: “vai se f**** você também, sua piranhazinha” ... “Depois de uma discussão, o professor teria se voltado para ela e dito: ‘não vou te dar meu nome porque você não é policial, sua preta’, em tom debochado”. (G1 GLOBO, 25/07/2015).

Ainda sobre a UFF, em matéria intitulada “Embate perigoso. O crescimento da intolerância no meio acadêmico põe em risco a vida dos próprios estudantes” publicada em agosto de 2016 no jornal O Fluminense, são colhidos vários depoimentos dos estudantes do curso de História onde são reveladas situações vivenciadas de intolerância:

A intolerância no meio acadêmico eu vejo nos espaço do dia a dia na universidade, muitas vezes, está mascarada ou em uma afirmação racista que o professor ou aluno faz na aula, tipo a questão da miscigenação pacífica, muito discutida no Brasil. [...] Uma piada racista ou uma piada misógina por conta da naturalização desse tipo de coisa acaba soando como natural de que todo negro é ladrão, todo negro é malandro [...] Nasceram alguns movimentos que têm uma perspectiva muito preconceituosa e autoritária que vem crescendo dentro da UFF (REVISTA O FLU In O FLUMINENSE, 2016).

Não é por acaso que nos arredores do ICHF - UFF está a pichação “Centauro racista”, numa provavelmente referência às relações com docentes.

Outro caso onde os cotistas são diretamente agredidos ocorre em Campinas, onde o professor da área médica da Unicamp se posiciona em entrevista ao jornal local, Correio Popular, à respeito das cotas:

‘Trocar cérebro por nádegas’, indicando que o ‘nível da produtividade’ (SIC) da universidade tende a cair com as cotas. ‘[...] Estou cantando e dançando para esses indivíduos que não têm currículo, tem discurso do blá, blá, blá, são laborfóbicos. [...] A universidade é para a elite cultural do Brasil, não para vagabundo’, afirmou ao jornal Correio Popular (FORUM, 02/06/2017).

Finalizando esse segmento, destacamos o caso ocorrido no estado do Acre, onde processo administrativo foi aberto contra o professor da Universidade Federal do Acre que se fantasiou de “Negão do WhatsApp”. Em entrevista à imprensa local na manhã de quinta-feira (21), o reitor da Ufac, Minoru Kimpara, afirmou que a universidade é contra a prática do racismo e que o professor terá garantido o direito ao contraditório (FOLHA DO ACRE, 21/12/2017).

c) Conflitos dos estudantes cotistas com a administração universitária

Chamamos de conflitos dos estudantes cotistas com a administração universitária àqueles em que a fonte da manifestação do preconceito está nas instituições e não nos sujeitos.

Nesse contexto, os conflitos têm se refletido principalmente a respeito das possíveis fraudes na implementação institucional da política de cotas ou de sua modificação sem o devido processo de debate democrático com a comunidade universitária.

Os casos de fraudes no acesso à universidade estariam ocorrendo em várias instituições. Destacamos para esse artigo, entre outros, o caso ocorrido na UFF, onde as denúncias são protagonizadas pelo Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF - CENUFF em parceria com Coletivo Nacional de Estudantes Negrxs da Medicina. Para os militantes, parte das cotas reservadas para negros está sendo ocupada por estudantes brancos que se autodeclararam negros, com conivência da instituição (CENUFF, 12/04/2016). O constrangimento ganhou dimensões ao ponto da reitoria se pronunciar através de documento institucional, dando a sua versão dos fatos. (PROGRAD, 26/03/2017).

Caso semelhante tem sido denunciado na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, onde estudantes negros se queixam de que brancos ingressaram na universidade usando vagas reservadas no sistema de cotas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/02/2018). Também na Universidade Federal de Juiz de Fora, que, após denúncias protagonizadas por estudantes e movimento social negro, implanta sistema para avaliar fraudes no seu processo de ingresso por meio de cotas raciais (G1 GLOBO, 23/02/2018).

Com destaque, trazemos o episódio sucedido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde depois várias denúncias sobre sua implementação do sistema de cotas e verificação de suas procedências, altera seu processo de identificação dos candidatos. Sem detrimento das iniciativas contra as fraudes, tal mudança é interpretada como retrocesso pelos estudantes cotistas e movimento social negro que em contraposição promoveram ocupação da reitoria da universidade (SUL 21, 08/02/2018).

Apontamentos gerais e considerações finais

Dos quinze casos selecionados para análise neste artigo, todos chegaram à tona em função de alguma denúncia dos estudantes, algumas formalizadas somente nas devidas universidades, outras chegando ao judiciário. Com destaque para dois casos que desdobraram em pedidos de exoneração de docentes: Prof^o Kramer - UNB, convertido à *posteriori* em punição administrativa (O GLOBO, 05/07/2007) e Prof^o Malaguti - UFES, ainda em juízo com decisão liminar pela reintegração à universidade (G1 GLOBO, 16/12/2016).

A análise breve dos casos demonstra que houve avanços em relação aos desdobramentos dos conflitos. Que as tensões raciais que sempre existiram e contavam com uma rede corporativa de proteção, atualmente, não são mais silenciadas facilmente dentro das estruturas universitárias em processos longínquos sem a devida punição.

Pelos registros, podemos constatar que em todos os casos houve reação dos estudantes cotistas às manifestações de discriminação, contudo, eles não foram os únicos agentes dessas denúncias. Os relatos indicam que os estudantes cotistas encontram em outros colegas solidariedade e parceria na luta contra o preconceito.

Outra constatação é que a maioria dos casos de conflitos nas universidades tem chegado à opinião pública via publicação nos meios de comunicação. Esses registros públicos se

transformam numa ferramenta útil no combate à discriminação, visto que, pressionam para que as instituições tomem as medidas cabíveis em cada caso.

Com os relatos fica explícito que o *campus* universitário é o espaço social dos conflitos, ou seja, é o campo, na perspectiva de Bourdieu (2004), onde acontecem os embates de diferentes posições sociais, referenciados nos variados calibres de capital global. É no campus universitário que as representações e as tomadas de posição são realizadas. É nesse espaço social que ocorrem tanto as lutas para conservá-lo como para transformá-lo.

Nos conflitos registrados, entendemos que as manifestações ou ações administrativas discriminatórias nas universidades sintetizam, simbolicamente, a mesma visão de mundo em relação aos cotistas: indicam que esses “novos” estudantes não deveriam estar onde estão. Nesse sentido, seriam tidos como “coisas” fora do lugar. Assim, constatamos que estamos diante de uma junção, antiga e eficaz, da perspectiva meritocrática atrelada ao racismo, bem ao feito das elites brasileiras.

A referência ao que chamamos de *habitus* precário educacional se coloca de forma adequada, teoricamente, para tratar aqueles considerados “incapazes” e são discriminados no cotidiano da vida universitária quando partilham as salas de aula e outros espaços acadêmicos em função das ações afirmativas.

Pelo lado dos estudantes cotistas cabem, para além das tarefas acadêmicas, se esforçarem para que não incorporem esse *habitus* da baixa autoestima. O fracasso como destino. Uma luta mista de resiliência, competência e orgulho atrelada a muita determinação é tida como fio condutor para se desviar dos surtos psicológicos, emocionais ou físicos. Acrescentando que, ainda se deve perseguir o bom desempenho nos respectivos cursos.

No que diz respeito aos conflitos com a administração, podemos afirmar que podem ser analisados a partir de duas dimensões. A primeira a partir das teses do racismo institucional, visto que, as denúncias dos cotistas se projetam contra a administração universitária. A hipótese de leitura nesse caso é de que as universidades brasileiras por terem histórico de confinamento racial estariam resistindo aos novos tempos, não implementando a política de ações afirmativas em acordo com as normas. Seriam formas de ruírem por dentro a política pública. A segunda dimensão deve ter como foco a resistência protagonizada pela militância negra universitária. Casos como na UFF e em outras instituições, as organizações negras constroem redes de denúncia para identificar aqueles estudantes que ingressaram “indevidamente” por meio de fraudes do sistema. Dessa forma, entendem estar exigindo o cumprimento correto da política pública.

Ao iniciar este artigo, buscamos fazer no primeiro momento um levantamento atualizado, o estado da arte, da produção acadêmica sobre os conflitos nas universidades no pós-cotas. Imaginávamos que teríamos material em abundância para utilizarmos como referência, considerando a repercussão que a aprovação da política de cotas surtiu no Brasil. Surpreendentemente, observamos que, ainda são muito poucos os trabalhos focados nesse tema. Nesse sentido, registramos a necessidade da academia se debruçar com mais afinco nas pesquisas que abordem os conflitos nas universidades.

Complementando o parágrafo anterior, a confecção do artigo nos levou a compartilhar da sugestão de Carvalho (2006) de que é fundamental etnografar todos os incidentes e casos de racismo ocorridos nas universidades para a criação de um banco de dados consistente que possibilitem avaliar evoluções, dimensões, intensidades e repercussões: se mudarão de perfil,

se explodirão em conflitos de grandes proporções, influenciados pela dinâmica da luta política na sociedade ou se declinarão com o tempo.

Entre as poucas conclusões que podemos antecipar deste primeiro estudo é de que as universidades públicas brasileiras não estão prontas para receber e garantir com a plenitude de direitos os estudantes oriundos da política de cotas. E mais especificamente no que diz respeito aos docentes, é indispensável que as instituições promovam um profundo processo de capacitação. Os professores universitários são peças-chave para promoção do convívio acadêmico, caso se negligencie essa função todo processo de aprendizagem fica comprometido.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, vol. 1. DF: Ed. Unb, 1992.

BOURDIEU, P. Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 1996.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. SP: UNESP, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. SP: Ed. Attar, 2006.

CENUFF. Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF. Fraude nas cotas? Facebook. 12/04/2016. Disponível em <<https://www.facebook.com/264975437015811/photos/a.265241456989209.1073741827.264975437015811/564993567013995/?type=3&theater>>. Acessado em 26/03/2018.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 20/02/2018. Disponível em http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/02/20/interna_vidaurbana,74_2196/uso-indevidodo-sistema-de-cotas-gera-polemica-na-ufpe.shtml>. Acessado em 02/03/2018.

FOLHA WEB. 09/01/2016. Disponível em <http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-sofrem-preconceito-na-UFRR/12925#.WN-h-L3PcjM.twitter>>. Acessado em 10/03/2017.

FOLHA DO ACRE. 21/12/2017. Disponível em <https://folhadoacre.com.br/cotidiano/ufac-abre-processo-administrativo-contraprofessor-que-se-fantasiou-de-negao-whatsapp/>. Acessado em 12/01/2018.

FORUM. Revista Forum. 02/06/2017. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/medico-da-unicamp-exala-preconceito-apos-aprovacao-de-cotas-trocar-cerebro-por-nadegas/>>. Acessado em 16/02/2018.

G1 GLOBO. Disponível em <<http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/02/professor-demitido-apos-denuncia-de-racismo-vai-voltar-dar-aulas-na-ufes.html>>. Acessado em 18/03/2017.

_____. 15/09/2006. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1274461-5598,00-NB+VIVE+INEDITA+SITUACAO+DE+PATRULHA+RACISTA.html>>. Acessado em 14/01/2017.

_____. 04/11/2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/11/alunos-da-ufes-denunciam-professor-por-preconceito-em-sala-de-aula.html>>. Acessado em 18/05/2017.

_____. 25/07/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/estudantes-da-uff-acusam-professor-de-machismo-e-racismo.html>>. Acessado em 19/03/2017.

_____. 23/02/2018. Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-2educacao/videos/t/edicoes/v/ufjf-implanta-sistema-para-avaliar-alunos-que-ingressam-por-meio-de-cotas-raciais/6528102/>>. Acessado em 26/03/2018.

_____. 18/04/2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/04/alunos-acusam-professor-da-ufg-de-racismo-e-o-vaia-apos-aula-video.html>>. Acessado em 20/03/2017.

_____. 18/04/2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/alunos-denunciam-professor-da-ufjr-por-racismo.ghtml>>. Acessado em 18/04/2017.

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. 22/03/2016. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/foto-de-professor-com-chope-escuro-gera-polemica-e-mp-e-acionado-no-rj/#gs.fqj7hHw>>. Acessado em 20/03/2017.

_____. 13/03/2018. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/manifestacao-no-ifsp-pede-demissao-do-professor-que-proferiu-declaracoes-racistas/>>. Acessado em 20/03/2018.

O GLOBO. Jornal O Globo. 09/09/2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aluna-da-uff-acusa-professora-de-discriminacao-por-aplicar-prova-com-texto-sobre-racismo-9882452>>. Acessado em 19/03/2017.

_____. 05/07/2007. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/unb-condena-professor-acusado-de-racismo-4177673>>. Acessado em 18/03/2017.

_____. 30/03/2016. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunos-da-unesp-se-fantasiavam-com-roupa-semelhante-da-ku-klux-klan-para-receber-calouros-15738478#ixzz5KCVSeD8T>>. Acessado em 19/03/2017.

_____. 08/03/2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/universitarios-brasileiros-sao-brancos-moram-com-os-pais-estudam-pouco-21028017>>. Acessado em 20/03/2017.

O POVO. Jornal O Povo. 30/11/2015. Disponível em <<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/30/noticiafortaleza,3540920/estudante-denuncia-caso-de-racismo-na-universidade-federal-do-ceara.shtml>>. Acessado em 18/03/2017.

PROGRAD UFF. Nota da Prograd. Facebook. 26/03/2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/183189301729528/photos/a.183197638395361.40137.183189301729528/1288614257853688/?type=3&theater>>. Acessado em 26/03/2018.

REVISTA O FLU, In O FLUMINENSE. Embate perigoso. O crescimento da intolerância no meio acadêmico põe em risco a vida dos próprios estudantes. Niterói, 14/08/2016. Disponível em <<http://www.ofluminense.com.br/pt-br/revista/embate-perigoso>>. Acessado em 10/03/2017.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. BH: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

SUL 21. 8/02/2018. Disponível em <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/03/movimento-negro-da-ufrgs-ocupa-reitoria-contradestruicao-de-politica-de-cotas/>. Acessado em 10/02/2018.

UOL NOTÍCIAS. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/04/06/universidade-tem-nova-pichacao-racista-tirem-os-pretos-da-unicamp.htm>>. Acessado em 18/03/2017.

UOL EDUCAÇÃO. 27/08/2015. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/27/em-3-anos-150-mil-negros-entram-no-ensino-superior-pela-lei-de-cotas.htm>>. Acessado em 17/04/2017.

VEJA SP. 30/03/2015. Disponível em <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/veteranos-da-unesp-festa-trote-ku-klux-klan/>>. Acessado em 18/12/2017.

A ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR ENQUANTO INSTRUMENTO DE PROTAGONISMO DE GRUPOS VULNERÁVEIS

GEOVANA SANTANA SILVA

*Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense.
Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.*

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

*Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e
Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Direito da Universidade Federal Fluminense
taua_verdan2@hotmail.com*

Resumo:

É cediço que as assessorias jurídicas populares desempenham papel proeminente na conquista e promoção de uma cidadania ativa e no desenvolvimento de uma consciência crítica na população. Trata-se, com efeito, da superação da visão peculiar brasileira que concede especial destaque para o papel desempenhado pelo Estado, o que se traduz em uma estadania (papel proeminente do Estado na construção das decisões) e uma apatia do cidadão, passando, a partir de tal realidade, valorizar a construção de uma cidadania ativa, aquela que empodera o cidadão como portador de direitos e deveres, mas, fundamentalmente, criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. Diante do explicitado, o objetivo do presente está assentado em estabelecer uma análise acerca do papel desempenhado pela assessoria jurídica popular (AJUP) na construção da cidadania ativa.

Palavras-chave: Assessoria Jurídica Popular; Cidadania Ativa; Democracia Participativa.

Abstract: It is musty that popular legal counsel play a prominent role in the achievement and promotion of active citizenship and the development of a critical awareness in the population. It is, indeed, overcoming the Brazilian peculiar vision that gives special emphasis to the role of the state, which translates into a stateship (prominent role of the state in the construction of decisions) and apathy of citizens, through the from this reality, enhance the construction of an active citizenship, one that empowers the citizen as the bearer of rights and duties, but fundamentally, creator rights to open new spaces for political participation. Before explained, the aim of this is seated in establishing an analysis of the role played by the popular legal advice (PLA) in building active citizenship.

Keywords: People's Counsel; Active Citizenship; Participative Democracy.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, ao se analisar a formação da população brasileira, é perceptível que o Estado sempre desempenhou papel de proeminência, sendo caracterizado pelo desenvolvimento de políticas paternalistas e populistas, assimiladas como formas de concessões e benefícios ofertados pelo governante a seus cidadãos. Desta feita, a atuação peculiar do Estado brasileiro fortaleceu o seu protagonismo e uma cidadania passiva, assentada em concessões outorgadas pelo Estado, voltadas ao ideário moral do favor e da tutela. Em tal cenário, há uma constante infantilização da sociedade, alijada do pensamento crítico e da participação na tomada de decisões, ao passo que o Estado, “adulto da relação”, é fortalecido. Com efeito, a cidadania ativa, aquela que empodera o cidadão como portador de direitos e deveres, mas, fundamentalmente, criador de direitos para abrir novos espaços de participação política, e o desenvolvimento de um pensamento crítico se apresenta como imprescindíveis para o fortalecimento do ideário de democracia participativa.

Em contraponto a tal realidade, a assessoria jurídica popular universitária desempenha importante papel na construção do ideário da cidadania ativa, eis que ultrapassa as fronteiras tradicionais do ensino jurídico, pautado na simulação de peças processuais e atendimentos à população hipossuficiente, nos tradicionais escritórios-modelo e núcleos de prática jurídica. Verifica-se, assim, a necessidade da vinculação entre os cursos de Direito com as camadas mais populares e os movimentos desempenhados em prol da construção da cidadania ativa e o despertar de uma consciência crítica. Ora, há que se reconhecer, neste aspecto, que assessoria jurídica popular rompe o paradigma assistencialista esperando na assistência jurídica universitária, inaugurando uma nova realidade de apoio e comprometimento com movimentos sociais e conscientização dos cidadãos inseridos naqueles.

2 CIDADANIA ATIVA: DESCONSTRUINDO A TRADICIONAL ESTADANIA BRASILEIRA EM PROL DO FORTALECIMENTO DO CIDADÃO

Em um primeiro momento, cuida destacar que, em sede de teoria constitucional contemporânea, *cidadão* é o indivíduo que detém vínculo jurídico com o Estado. “É portador de direitos e deveres por uma determinada estrutura legal (Constituição, leis) que lhe confere, ainda, a nacionalidade” (BENEVIDES, 1994, p. 07). Cidadãos, portanto, são, em tese, livres e iguais perante a lei, porém são considerados súditos em relação ao Estado. Neste aspecto, nos regimes democráticos, compreende-se que os cidadãos participarem ou aceitaram o pacto estruturante da nação ou, ainda, de uma nova ordem jurídica. Por sua vez, no quadro da democracia liberal, o termo *cidadania* corresponde ao conjunto das liberdades individuais – os denominados direitos civis de locomoção, pensamento, expressão, integridade física, associação, etc. Denota-se, neste primeiro contato, que a cidadania advém da construção e reconhecimento dos direitos humanos de primeira dimensão. “Os direitos de primeira geração [dimensão] ou direitos de liberdade têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostentam subjetividade” (BONAVIDES, 2007, p. 563), aspecto este que passa a ser característico da dimensão em comento. Com realce, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado, refletindo um ideário de afastamento daquele das relações individuais e sociais.

A edificação da democracia social introduziu, àqueles direitos do indivíduo, os direitos trabalhistas, também nomeados de direitos a prestações de natureza social reclamadas ao Estado, tais como educação, saúde, seguridade e previdência. Bonavides, ao tratar do tema, destaca que os direitos de segunda dimensão “são os direitos sociais, culturais e econômicos bem como os direitos coletivos ou de coletividades, introduzidos no constitucionalismo das distintas formas do Estado social, depois que germinaram por ora de ideologia e da reflexão

antiliberal” (BONAVIDES, 2007, p. 564). Os direitos alcançados pela rubrica em comento florescem umbilicalmente atrelados ao corolário da igualdade. Como se percebe, a marcha dos direitos humanos fundamentais rumo às sendas da História é paulatina e constante. Ademais, a doutrina dos direitos fundamentais apresenta uma ampla capacidade de incorporar desafios. “Sua primeira geração enfrentou problemas do arbítrio governamental, com as liberdades públicas, a segunda, o dos extremos desníveis sociais, com os direitos econômicos e sociais”, como bem evidencia Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2004, p. 47).

Ora, o cidadão, além de ser alguém que é capaz de exercer direitos, cumpre deveres ou goza de liberdades em relação ao Estado, assim como é titular, mesmo que parcialmente, de uma função ou poder público. Com efeito, a possibilidade de participação direta no exercício do poder político confirma o ideário de soberania popular como elemento imprescindível ao delineamento da democracia. Mais que isso, é verificável o reforço da importância de se somarem direitos políticos aos direitos sociais, porquanto aqueles favorecem a organização para a reclamação desses. Nesta toada, como bem destaca Chauí (1984), a cidadania pode ser definida pelos princípios da democracia, traduzindo-se, necessariamente, em conquista e em consolidação social e política. Benevides (1994), em arremate ao esposado, aponta que a cidadania reclama instituições, mediações e comportamentos próprios, substancializando-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, tais como partidos, legislação e órgãos do Poder Público.

Do apresentado, há que se distinguir a cidadania passiva – “aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral do favor e da tutela” (BENEVIDES, 1994, p. 08) – da cidadania ativa, aquela que empodera o cidadão como portador de direitos e deveres, mas, fundamentalmente, criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. Assim, a cidadania ativa, a partir da concepção exposta, reclama, em sede do território nacional, uma substancial ampliação dos direitos políticos para possibilitar a participação direta do cidadão no processo das decisões de interesse público. Todavia, o exercício da cidadania ativa não pode está limitado apenas a uma atuação na esfera política institucional, reclamando plurais arenas de materialização. Neste passo, há que se reconhecer, também, que é imprescindível a existência de espaços públicos independentes das instituições do governo, do sistema partidário e das estruturas do Estado é condição imprescindível à democracia contemporânea e o exercício da cidadania ativa. “Como intermediações entre o nível do poder político e as redes da vida cotidiana, esses espaços públicos requerem simultaneamente os mecanismos da representação e da participação” (VIEIRA, s.d., p. 09).

Salta aos olhos, portanto, que ambos são fundamentais para a existência da democracia nas sociedades complexas, eis que, consoante Melucci (1988) os espaços públicos são pontos de conexão entre as instituições políticas e as demandas coletivas, entre as funções de governo e a representação de conflitos. Nesta linha, a edificação dessa esfera social-pública, na condição de participação social e política dos cidadãos, passa pela existência de entidades e movimentos não-governamentais, não-mercantis, não-corporativos e não-partidários. Ora, tais entidades e movimentos são privados por sua origem, mas públicos por seu escopo. Eles promovem a articulação entre esfera pública e âmbito privado como nova forma de representação, perseguindo alternativas de desenvolvimento democrático para a sociedade.

Segundo Vieira (s.d.), as organizações da sociedade civil que cumprem funções públicas percebem sua prática inovadora na articulação de uma nova esfera pública social, sendo consideradas precursoras de uma nova institucionalidade emergente. Verifica-se, assim, que o Estado, o mercado, as corporações e os partidos não seriam suficientes para a articulação e

ampliação da esfera pública em sua integralidade, nem seriam adequados para a estruturação de uma nova institucionalidade social-pública. Ao reverso, a pressão advinda de uma esfera social-pública emergente é que poderia reformar e democratizar efetivamente o Estado, o mercado, as corporações e os partidos.

Os chamados novos movimentos sociais - movimentos ecológicos, feministas, de minorias, de consumidores etc. - se organizaram de forma autônoma fora dos partidos políticos, pois sentem-se (sic) afugentados pela forma piramidal, burocrática e profissional das lutas político-partidárias. Em suma, essas entidades e movimentos da sociedade civil, de caráter não-governamental, não-mercantil, não-corporativo e não-partidário, podem assumir um papel estratégico quando se transformam em sujeitos políticos autônomos e levantam a bandeira da ética, da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza a exclusão social e a degradação ambiental (VIEIRA, s.d., p. 10).

Tecidos estes comentários, há que se destacar, ainda segundo a visão apresentada por Garcia (2009), que o Brasil é um país que concentra inúmeras peculiaridades, sejam elas históricas, climáticas, geográficas, culturais e étnicas. Contabiliza-se, dentro das inúmeras singularidades, a relação construída entre governantes e governados, porquanto o Brasil não é uma ação de direitos conquistados, mas sim de direitos concedidos. Desta feita, percebe-se que, desde o Brasil colônia até os dias atuais, a relação entre a população e detentores do poder se caracterizou pela constante subordinação e pelo excesso de autoritarismo. Com ênfase, “o Estado brasileiro é caracterizado por políticas paternalistas e populistas, assimiladas como formas de concessões e benefícios oferecidos pelo governante a seus cidadãos” (ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012, p. 185).

A trajetória histórica nacional revela que a democracia e a cidadania tiveram uma formação dessemelhante da encontrada em outras partes do globo, porquanto, no território nacional, em primeiro lugar vieram os direitos sociais, em seguida direitos políticos e, por fim, os direitos civis. Cuida salientar que a implementação de cada um desses direitos não ocorreu de forma ideal e satisfatória, eis que parcela dos direitos supramencionados permanece inacessível a uma grande parte da sociedade brasileira.

Ao lado disso, Paulo Fronzaglia (2007) acrescenta, ainda, que os fatos que marcaram a trajetória histórica brasileira funcionaram como obstáculos para a formação de uma cultura cívica consolidada. Carvalho (2001) explica que o Brasil pode ser enquadrado entre aqueles países que desenvolveram sua cidadania de “cima para baixo”, porquanto os grandes marcos históricos se deram sem revolução social e política. essa precariedade de participação reflete até nos dias atuais, sendo tímido o papel desempenhado pela sociedade civil.

Denota-se, no Brasil, em consonância com as ponderações apresentadas por Moura e Silva (2008), o predomínio de perspectivas que conferem maior destaque ao Estado, na condição de ator e protagonista na estruturação da vida social, subsistindo, assim, uma concepção “estatista”, conferindo ao Estado a capacidade de iniciativa e de condução da dinâmica sociopolítica e/ou da modernização do país, incumbindo aos atores não estatais um papel de coadjuvantes na arena da cidadania.

“No Brasil não predomina uma tradição de vida civil ativa, o que fortalece a premissa de que o Estado sempre assumiu uma postura central na relação entre poder público e sociedade” (ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012, p. 186). Em uma perspectiva adicional, denota-se que o Poder Público não é garantidor dos direitos de todos, mas sim de grupos econômicos e de cidadãos que com ele edificam uma rede clientelista de distribuição particularista de bens

públicos. Assim, é denotável que a cultura “estatista” favorece uma visão corporativa dos interesses coletivos.

Consoante Carvalho (2007), a ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos prevaleçam. “Assim, a representação política não funciona No Brasil, diversos fatos da história da administração pública propiciaram o fortalecimento de uma “estadania”” (ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012, p. 186). Nesta linha, a crescente desigualdade social do país fomenta a consolidação de uma cultura pouco favorável à atuação coletiva e aos valores igualitários, essenciais à democracia. Ribeiro (2007), por sua vez, destaca que a democracia vindica a participação de todas as pessoas dotadas de autonomia moral, o que demanda um grau razoável de independência e segurança econômica. Assim, Ribeiro defende a ideia de que no Brasil predomina uma “democracia representativa excludente”, em que poucos desfrutariam da real condição de cidadania.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR PARA A CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA

À luz das ponderações apresentadas até o momento, é imprescindível destacar que a cidadania ativa, como desdobramento pungente de uma cultura política democrática, exige uma sociedade conscientizada e com arenas profícuas para o fortalecimento do debate e das reflexões advindas de tal conscientização. Ao lado disso, há que se reconhecer que a consciência crítica é imprescindível para a inserção do cidadão no processo histórico, “como sujeito na busca de sua afirmação, ao contrário de um fanatismo que remete ao desmoronamento de tudo” (RIBAS, 2008, p. 27). Mais que isso, o medo da liberdade, com efeito, não é algo declarado pelo portador, eis que, por vezes, não tem consciência de tal medo, cuja manifestação está camuflada num jogo nebuloso de palavras. O caso brasileiro apresenta uma inexperiência democrática. “Nossa formação histórico-cultural é ausente de condições necessárias para a criação de um comportamento participante, para a feitura da sociedade com as próprias mãos, o que caracteriza a essência da própria democracia” (RIBAS, 2008, p. 27).

Ora, a consequência ofuscante da formação de indivíduos democráticos e autônomos é o despertar de uma consciência crítica, pedra fundante das instituições democráticas. Neste passo, a cidadania crítica é inerente ao processo de autoinstituição da sociedade, no qual essa se reconhece em seu produto, nas leis, nas instituições que devem orientar a sua vida e tem consciência que, assim como as produziu, pode, igualmente, modificá-las e corrigi-las. Verifica-se, portanto, a proeminência do fundamento participacionista, de reivindicação de direitos. Logo, faz-se necessário abordar a democracia participativa como paradigma da política liberal que vem ocupando espaço robusto nas políticas públicas brasileiras. “O argumento da proximidade favorece o protagonismo e a capacidade de reivindicação e resolução de problemas do beneficiário, que reenvia-os (*sic*) a algum interlocutor pressuposto” (RIBAS, 2008, p. 30).

Assim, pode-se concluir que a participação é fundamental no processo de educação política democrática. Toma-se o cuidado de definir que se fala de uma democracia no sentido radical do termo, na qual a participação cidadã exerça influência direta e preponderante na tomada de decisões públicas. Por outro lado, se o incremento da participação cidadã na nossa “jovem” democracia só é possível com um trabalho educativo em grandes proporções, no sentido do conhecimento sobre o direito e o Estado, está aí um desafio a ser encampado pela assessoria jurídica popular, em rede com os inúmeros grupos e movimentos sociais que a isso se dedicam (RIBAS, 2008, p. 31).

Insta abordar a interpretação equivocada acerca das locuções *assistência jurídica* e *assistência jurídica universitária*, enquanto sinônimo de *assessoria jurídica*. No primeiro caso, a locução é

dotada de um caráter de apoio jurídico individual e se materializa por meio da Defensoria Pública e, até hoje, em âmbito universitário, pela atividade curricular conhecida como núcleo de prática jurídica e escritório-modelo, tratando-se, pois, de prática forense simulada e atendimento à parcela hipossuficiente da população. “Depreende-se, pois, que a assistência executada trabalhos gratuitos em moldes técnicos, via Poder Judiciário em defesa dos direitos dos hipossuficientes” (PEREIRA, 2011, p. 153). Verifica-se, assim, que o núcleo conceitual de tal locução encontra clara articulação com o direito fundamental inserto na Constituição Federal em vigor, em seu artigo 5º, inciso LXXIV: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (BRASIL, 1988). Corriqueiramente, a assistência jurídica em análise está revestida da formalidade e do linguajar técnico peculiar do Direito, traduzindo-se em um assistencialismo não emancipatório, mas sim limitado a questões que envolvem uma população hipossuficiente, incapaz de propiciar uma cidadania ativa.

Em mesma trilha caminha a assistência jurídica universitária tradicional, porquanto tem como fonte esses serviços de assistência que visam solucionar o conflito por meio do Poder Judiciário. Como tradicional exemplo é possível mencionar o modelo assistencial executado pelos escritórios-modelos e núcleos de prática jurídica que prestam uma assistência na relação universidade-discente com o desenvolvimento de petições, acompanhamento de processos, auxílio na confecção de acordos e etc.

“Este tipo de extensão mantém o distanciamento entre comunidade e universidade e não estimula entre ambos a “transferência” de conhecimento que se presume na sua atividade” (PEREIRA, 2011, p. 154). Nesses serviços, o trabalho é desenvolvido sob a ótica de o sujeito levar o problema a “quem possui o conhecimento técnico” e receber sua solução final já pronta. Assim sendo, há que se refletir em qual sedimento é edificado o processo educativo, cultural e científico que promove a articulação entre o ensino e a pesquisa de forma indissociável, possibilitando a relação transformadora entre a universidade e a sociedade tão robustamente erigida como compromisso da extensão universitária brasileira?

Cuida explicitar que o assistencialismo, tradicionalmente desenvolvido, faz de quem recebe a assistência um objeto passivo, sem a possibilidade de participar ativamente no processo de sua própria recuperação. Mais que isso, o assistencialismo percebido na assistência jurídica, na contemporaneidade, contradiz o processo de democratização fundamental, alijando o desenvolvimento de uma cidadania ativa e inclusão do cidadão no processo histórico, ainda que seja na parcela de tomada de decisões de sua esfera pessoal e conscientização de seus direitos. Segundo Paulo Freire, “o grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo que, impondo ao homem o mutismo e a passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a ‘abertura’ de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica” (FREIRE, 1969, p. 57-58).

O assistencialismo é um mecanismo de ação que furta do homem as condições à consecução de uma das necessidades fundamentais de seu desenvolvimento, qual seja: a responsabilidade. Freire acrescenta, ainda, que “no assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e domesticação do homem” (1969, p. 58). Neste aspecto, a assessoria jurídica popular, interpretada como sinônimo de uma extensão universitária popular, representada, sobremaneira, pelas AJUPs, se apresenta como importante instrumento para a concreção da cidadania ativa, porquanto extravasa as raias comuns do debate jurídico, dotada de um signo linguístico peculiar e com uma linguagem técnica, comumente, inacessível a população, de maneira geral.

Ora, tal fato decorre da premissa que tal assessoria traz a dimensão transformadora na perspectiva acadêmica, tornando-a dinâmica, em especial quando oferece outros espaços, além

dos tradicionais escritórios-modelos e núcleos de prática jurídica. Igualmente, tal assessoria possibilita o confronto entre o discente do curso de Direito com as desigualdades sociais, colocando-os a reavaliar-se como ser humano. “Portanto, ela [assessoria jurídica popular] se mostra como um meio hábil de renovação epistemológica para o direito e para a conquista do espaço universitário pela comunidade” (PEREIRA, 2011, p. 156).

Neste cenário, as assessorias jurídicas populares desempenham papel proeminente na conquista e promoção de uma cidadania ativa e no desenvolvimento de uma consciência crítica na população. Percebe-se, portanto, que a concepção trazida pelas AJUPs promove um embate entre a educação jurídica, comprometida com os movimentos sociais, sobretudo das camadas populares, com a educação tradicional, desvinculada das problemáticas sociais e adstrita apenas ao desenvolvimento de um conhecimento teórico e prático simulado. “É uma proposta contra a apatia acadêmica dos cursos de Direito de cultura predominantemente técnico-profissionalizante” (PEREIRA, 2011, p. 157). A proposta visada pela assessoria jurídica popular promove a articulação ensino, pesquisa e extensão e revigora a relação entre o discente de Direito e a comunidade, em especial sob o enfoque crítico da vivência da realidade, potencializando a promoção da cidadania ativa.

4 CONCLUSÃO

Tradicionalmente, o processo histórico de edificação da democracia brasileira estabeleceu, com contornos bem específicos, uma população com papel coadjuvante, em uma cidadania passiva e com um pensamento incapaz de inseri-la em tal processo. Ora, denota-se que, desde o Brasil colônia até os dias atuais, a relação entre a população e detentores do poder se caracterizou pela constante subordinação e pelo excesso de autoritarismo. O ideário de uma cidadania ativa e com uma população dotada de pensamento crítico é algo tímido e que reclama uma atuação robusta das Instituições de Ensino Superior, sobretudo no que concerne ao processo de conscientização de direitos e emancipação da população, por meio do fortalecimento de uma ótica na qual o Direito encontra-se atrelado e comprometido com os movimentos sociais.

Neste cenário, a questão específica que tange à assessoria jurídica popular universitária recebe especial relevo, porquanto a ação pedagógica desenvolvida por aquela não pretende negar o caráter peculiar do discurso jurídico, porém busca despertar o caráter pedagógico na construção do pensamento crítico e na conscientização das camadas populares da sociedade. Há que reconhecer, portanto, que a assessoria jurídica popular (Ajup) somente se mostra viável a partir do desenvolvimento de um novo Direito, ultrapassando os limites da dogmática tradicional, permitindo uma conscientização de seus titulares por meio de uma acessibilidade maior, notadamente com a desconstrução das barreiras linguísticas e peculiares do Direito.

Para alcançar a autonomia é imperioso resgatar a identidade popular e em especial a sua cultura. A assessoria jurídica popular desenvolve atividades de fomento e reafirmação histórica popular através da cultura. Assim, o objetivo da assessoria como projeto de extensão é potencializar a luta pelos direitos fundamentais, possibilitando a reflexão sobre a forma eficiente para alcançá-los e que a escolha dos objetivos é uma escolha política, assim como é a escolha da forma. Salta aos olhos, portanto, que a assessoria jurídica popular se apresenta como instrumento imprescindível para auxiliar na edificação de uma cidadania ativa e um pensamento crítico, ultrapassando o tradicional assistencialismo que domestica a população e que a exclui do processo histórico de construção da democracia.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniela Meirelles; CASTRO, Carolina Lescura de Carvalho; PEREIRA, José Roberto. Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 01, jan.-fev. 2012, p. 177-190. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a09.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2018.
- BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. **Revista Lua Nova**, n. 33, 1994, p. 05-16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n33/a02n33.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2018.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 21 ed. atual. São Paulo: Editora Malheiros Ltda., 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assistência Jurídica e Advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo. In: **O Direito na sociedade complexa**. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Cidadania, estadania, apatia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jun. 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- FREIRO, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- FRONZAGLIA, Paulo M.L. Estado, cidadania e políticas de bem-estar no Brasil: uma abordagem histórica. **Revista Mackenzie**, São Paulo, n. 3, B07, 2007.
- GARCIA, Gustavo S. Prado. **Estadania x cidadania**. Disponível em: <http://www.pradogarcia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=60&Itemid=7>. Acesso em 07 nov. 2018.
- HURTADO, Fernando Rojas. Comparación entre las tendencias de los Servicios Legales en Norteamérica, Europa y América Latina (primeira e segunda parte). **El Otro Derecho**. Bogotá, ago. 1988, p. 5 - 57.
- LOPES, Ana Maria D’Ávila; MAIA, Christianny Diógenes. Assessoria Jurídica Popular: Experiência Cearense. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 14, n. 2, 2009, p. 196-216. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/viewFile/1774/1414>>. Acesso em 06 jul. 2018.
- LUZ, Vladimir de Carvalho. **Assessoria jurídica popular no Brasil**: paradigmas, formação histórica e perspectivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MAPA Territorial, Temático e Instrumental da Assessoria Jurídica e Advocacia Popular no Brasil 2011. Disponível em: <http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/assessoria_juridica_e_advocacia_popular_no_brasil.pdf>. Acesso em 14 jun. 2018.

MELLUCCI, A. *Social Movements and the Democratization of Everyday Life. Civil Society and the State.* Londres: Verso, 1988.

MOURA, Joana Tereza Vaz; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. suplementar, ago. 2008, p. 43-54.

NOLETO, Almeida Mauro. *A titularidade de direitos em perspectiva emancipatória.* Porto Alegre: Fabris, 1998.

PEREIRA, Helayne Candido. Assessoria Jurídica Popular - AJUP: aportes históricos e teórico-metodológicos para uma nova práxis extensionista em Direito. *Revista Direito & Sensibilidade*, 2011, p. 145-159. Disponível em: <periodicos.unb.br>. Acesso em 07 nov. 2018.

RIBAS, Luís Otávio. *“O que é assessoria jurídica popular?”*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/p/quem-somos.html>>. Acesso em 14 jun. 2018.

_____. *Assessoria Jurídica Popular Universitária e Direitos Humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1998-2008).* Monografia (Especialista em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/monografias/dh/mono_rs_luiz_ribas_assessoria_dh.pdf>. Acesso em 07 nov. 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiróz. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, set. dez. 2007, p. 525-544. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/03.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2018.

SILVA, Fábio Sá e. “‘É possível, mas agora não’: a democratização da justiça no cotidiano dos advogados populares”. In: _____; LOPEZ, Felix Garcia; PIRES, Roberto Rocha C. *Estado, Instituições e Democracia: Democracia*. v. 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1567.pdf>. Acesso em 14 jun. 2018.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Sociedade Civil no espaço público democrática.* Disponível em: <<http://empreende.org.br>>. Acesso em 07 nov. 2018.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico.* São Paulo: Saraiva, 2001.

GT: 21 - Direito Constitucional Latino Americano e Cidadania

Coordenadores: Gláucia Maria Costa Trinchão e
Maria Thereza de Oliveira Azevedo

O NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO, NO TRABALHO E NA FORMAÇÃO DE NOVAS CONDUTAS

PATRÍCIA KOZUCHOVSKI DARÉ

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas UFSC
patricialdare@gmail.com*

ANA CAROLINA WELTER

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas UFSC
Anacarolina.welter@gmail.com*

SANDRA CAPONI

*Professora do Programa
Interdisciplinar em Ciências Humanas UFSC
sandracaponi@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho expõe reflexões acerca da educação enquanto espaço de produção de novas condutas, tomando como ponto central as perspectivas neoliberais e a teoria do Capital Humano. Tratamos o neoliberalismo como um fenômeno que estende sua influência promovendo a incorporação da lógica do mercado a todas as esferas da vida, onde a concorrência é norma de conduta e o empresariamento de si tornou-se o modelo de subjetivação. Este tipo de governamentalidade tornou-se capaz de orientar práticas de governo, promovendo implicações no campo da educação e da saúde. Assistimos a uma tentativa de programação de comportamentos individuais baseados em princípios econômicos, convertendo-nos a uma sociedade empresa, com a promoção de relações humanas mediadas pela inclusão das relações concorrenciais. Esta nova forma de condução da vida produz uma nova forma de existência, do qual emerge um novo sujeito, assim como novas patologias psíquicas.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Capital Humano. Educação. Trabalho. Patologias psíquicas.

ABSTRACT

This research exposes reflections about education as a space for the production of new behaviors, taking as a central point the neoliberal perspectives and the theory of Human Capital. We treat neoliberalism as a phenomenon that extends its influence promoting the incorporation of the logic of the market to all spheres of life, where competition is a norm of conduct and self-management became the model of subjectivation. This kind of governmentality has become capable of guiding government practices, promoting implications in the field of education and health. We see an attempt to program individual behaviors based on economic principles, converting them into a company society, with the promotion of human relations mediated by the inclusion of competitive relations. This new way of conducting life produces a new form of existence, from which emerges a new subject, as well as new psychic pathologies.

Key-words: Neoliberalism. Human Capital. Abstract. Education. Work. Psychic pathologies.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste estudo está centrado em expor algumas reflexões acerca da educação enquanto espaço de produção de novas condutas, tomando como ponto central as perspectivas neoliberais e a teoria do Capital Humano. Neste sentido, cabe analisar de forma mais cuidadosa as ideias centrais do neoliberalismo, da teoria do capital humano e suas implicações no âmbito escolar.

A perspectiva sobre educação da qual trata esta pesquisa, é aquela que como descrita por Kuhlmann (2015), deverá ultrapassar as concepções tradicionais daquela educação existente exclusivamente no interior das escolas, e se pautar em uma educação que seja constitutiva da “história da produção e reprodução da vida social” (p. 15). Neste sentido, será necessário conhecermos sob quais bases o projeto de educação vigente está alicerçado, para termos maior clareza sobre seus limites e fracassos.

Segundo Masini (2013), a escola enquanto modelo educacional se cristalizou, não conseguiu mais se adequar as exigências da sociedade moderna que prevê uma multiplicidade de conhecimentos interligados. A escola ainda mantém um modelo pedagógico que serializa, fragmenta, cujos objetivos são fixos e padronizados, que não mais dão conta da demanda de alunos que almejam por um modelo de aprendizagem mais livre, e que, sejam incorporadas estratégias pedagógicas conectadas a efervescência cultural, social às mais variadas informações, em tempo real, que hoje fazem parte do cotidiano de todos nós (MASINI, 2013). Como ponto de partida das análises a que este texto se propõe, iniciaremos com uma breve descrição de alguns aspectos teóricos importantes, sobre as ideias neoliberais que nortearão nossas discussões.

1.1 Neoliberalismo como racionalidade governamental

O neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), não pode ser tratado como uma ideologia ou um modo de se fazer política econômica, mas sim como um fenômeno que estende sua influência pelo mundo todo, promovendo ações pretensas a incorporar a lógica do mercado a todas as esferas da vida. Tornou-se capaz de orientar práticas de governo, e neste sentido, promovendo implicações, além de outros, no campo da educação.

Foucault (2008) vai explicar o surgimento do neoliberalismo como forma de resposta à crise do liberalismo, associado ao pensamento ordoliberal alemão, que vai preconizar acima de tudo a liberdade econômica. Esta liberdade econômica é o que vai garantir a limitação do Estado, das suas ações, da sua forma de governar, uma nova economia política. A liberdade de mercado será o princípio organizador do Estado desde o início da sua existência até a última forma das suas intervenções. Entretanto, é nos anos 1980/90 que ocorre o desenvolvimento e estabelecimento da racionalidade neoliberal, que percorreu caminhos tão diversos a ponto de ver-se diferenciada do modelo inicialmente proposto nos anos 1930.

Desta forma, neoliberalismo não é apontado como uma ideologia ou uma política econômica, mas como uma racionalidade que se coloca como estruturante da ação governamental no sentido de conduzir as condutas dos governados (biopolítica). Concordando com Foucault, Dardot e Laval (2016) o identificam como um sistema normativo globalizado que aplica a lógica do mercado de maneira totalizante, ou seja, engloba todos os aspectos da vida humana. A sua característica principal é a generalização da concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação, e a sua originalidade reside na criação de uma sociedade diferente, uma sociedade outra.

A vigilância, uma vez dirigida ao mercado partirá daí, mantendo um Estado sob vigilância, de modo que a liberdade de mercado será uma forma de resposta à crise anterior, ao mesmo tempo que será fundadora e controladora do Estado. Verifica-se aí a diferença fundadora entre as duas vertentes, corroborando a ideia de que o neoliberalismo não é, de forma alguma, a simples atualização da economia liberal. O ordoliberalismo faz inversões importantes na doutrina liberal, ao passo que agora temos uma formalização do Estado a partir do mercado, em conjunção com a organização da sociedade a partir da economia de mercado, onde a concorrência será a forma principal de ação, tanto no mundo econômico como na menor forma de ação humana. O princípio da concorrência será o motor desta racionalidade, de forma que a possibilidade de intervenção estatal é limitada a ela, a permissão para intervir ocorre quando é perturbada. Assim, resgata-se o princípio do *laissez-faire* (FOUCAULT, 2008), e é na mesma medida deste deixar-fazer que vemos uma política ativa de auto-regulação do Estado para que possa governar (DARDOT; LAVAL, 2016). Segundo Boaventura de Souza Santos, os pressupostos neoliberais apontam para a necessidade de um alto grau de regulação do próprio Estado, para possa finalmente intervir. “O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação” (SANTOS, 2005, p.38).

No entanto, a concorrência não é tomada como um dado natural, ou seja, é uma lógica, uma essência que deve ser respeitada, deve ser possibilitada e produzida por uma governamentalidade ativa, através de um certo número de condições cuidadosas e artificialmente preparadas, orientadas pela teoria econômica. A definição última é dada pela necessidade de governar em prol do mercado (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016)).

Assim, o que importa é a natureza da intervenção, um estilo de ação governamental que realiza somente ações reguladoras e ordenadoras. Não irá intervir nos mecanismos da economia de mercado, mas nas condições do mercado, ou seja na moldura (*cadre*), dentro da qual o mercado e o princípio da concorrência agem livremente. Em contrapartida de uma ação discreta com relação ao mercado, a ação do Estado “deve ser maciça quando se trata desse conjunto de dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos, digamos, *grosso modo*, sociais, que vão se tornar agora cada vez mais o objeto da intervenção governamental”. Em suma, o neoliberalismo não é um governo econômico, é um governo de sociedade. A sociedade é o alvo e o objetivo da prática governamental (FOUCAULT, 2008, p. 194).

É precisamente neste sentido que as políticas de bem-estar social são consideradas antieconômicas, pois não deixam a concorrência, que age pelo princípio de diferença, livre para exercer seus efeitos (FOUCAULT, 2008). É um tipo de racionalidade opositora ao pacto de bem-estar social do pós-guerra, que preconizava a segurança do trabalho por exemplo. O discurso do neoliberalismo avisa que as práticas estatais do Estado de bem-estar social são as causadoras do desemprego, destruidoras das virtudes da sociedade, não o mercado com sua “sede de lucro”. A face obscura deste discurso é fazer crer que as políticas de proteção e redistribuição de renda são negativas e, portanto, devem ser abandonadas. Seriam as destruidoras dos valores tradicionais, ligados ao senso de responsabilidade, à perda pelo amor ao trabalho. A proposta é encorajar o espírito de empresa, que irá gerar prosperidade e acabar com a pobreza (DARDOT; LAVAL, 2016).

Neste tipo de racionalidade a desigualdade funciona como reguladora da sociedade e, portanto, todos devem aderir ao jogo econômico. É nesta medida que cada indivíduo deve poder garantir-se contra todo tipo de riscos, e o faz a partir de sua renda privada e individual. A política social não tem o objetivo de manter um poder aquisitivo, mas afirma que, possibilitando uma economia livre com tendência ao crescimento, cada uma tem a possibilidade de enfrentar os riscos (DARDOT; LAVAL, 2016). “O que nos conduz, claro, à conclusão de que, pois bem, só há uma política social verdadeira e fundamental: o crescimento econômico” (FOUCAULT, 2008, p. 198).

1.2 Neoliberalismo, Educação e Capital Humano

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), a entrada marcante do neoliberalismo, no que tange a educação, foi nos anos de 1990, registrado pela forte presença de organismos internacionais, que começam a atuar como protagonistas organizacionais e pedagógicos, com vistas a uma reforma no sistema educacional, voltados à capacitação profissional e ao aproveitamento da produção científico-tecnológica. Assim, a educação seria a ferramenta necessária para desenvolver nos indivíduos a capacidade de superar os desafios sociais e econômicos marcantes dessa década, se aproximando dos ideários da teoria do capital humano.

A teoria do capital humano, que foi desenvolvida por economistas, como Adam Smith, teve seu pleno desenvolvimento na Escola de Chicago em 1960, por Theodore W. Schultz. O termo Escola de Chicago surge em 1950 sob a influência de paradigmas neoclássicos. Alguns professores do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, da Escola Superior de Administração e da Faculdade de Direito da mesma universidade formaram um grupo de pesquisadores, liderado por Theodore W. Schultz. (GADELHA, 2009).

A teoria se desenvolveu a partir de discussões acerca das incongruências, observadas no âmbito econômico dos Estados Unidos, pois as teorias clássicas que explicavam o aumento das riquezas de um país, por meio da terra, do trabalho e do capital se tornaram inadequadas para explicar o aumento das riquezas observadas naquele dado momento. Surge neste contexto, a partir da Escola de Chicago, a teoria do capital humano, que considera o indivíduo como resultado dos investimentos, em si mesmo, por meio da educação, cuja finalidade é a busca por uma melhor capacitação para a execução técnica de seu trabalho. Tal teoria estimulou ampliações nos investimentos em educação, uma vez que esta seria o elemento nuclear capaz de possibilitar a estocagem de capacidades humanas com potencial de geração de rendas futuras (VELANI, 2013).

O capital humano adquirido poderia tornar os indivíduos mais produtivos, capazes de aumentar suas riquezas pessoais e gerais. A qualificação e o aperfeiçoamento das capacidades da população, asseguradas pela educação, elevariam a capacidade de produzir dos trabalhadores assim como os lucros dos capitalistas, resultando em melhorias para a economia com um todo (VIANA; LIMA, 2010). Mais especificamente, o auxílio para reduzir a pobreza, a partir do aumento da produtividade, estaria localizado na educação básica (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Sob esta perspectiva, a educação se tornaria o principal eixo condutor, capaz de viabilizar o desenvolvimento de capital humano, visto que, seria por meio dela que as pessoas poderiam se tornar mais produtivas. Segundo Viana e Lima (2010), o capital humano poderia ser dimensionado pelo nível de conhecimento e educação da população, se tornando uma variável importante para a compreensão dos modelos de crescimento econômico. Na medida em que a educação e a instrução possibilitam o aumento da renda, considera-se que há um aumento na produtividade, sendo resultado do investimento no capital humano. Em meados da década de 1960, o neoliberalismo norte-americano, incorporou as análises econômicas, tendo em vista seu funcionamento e dinâmica, as explicações dos fenômenos sociais. Assim, passou a deslocar seu objeto de análise, que antes era o Estado e a economia, para a sociedade, seus comportamentos e as relações sociais, se colocando como a “chave da decifração” da forma como cada grupo social deveria funcionar como se fosse possível ser a forma, de como as relações e os fenômenos sociais deveriam se desenvolver.

Neste momento, segundo Gadelha (2013), a economia passa a se ocupar “da análise da programação estratégica da atividade dos indivíduos”, e a educação aparece como um território promissor. Assim, a economia política toma como seu objeto o comportamento

humano, a racionalidade interna que o anima, os modos como os indivíduos produzem e acumulam o seu próprio capital humano. A formação educacional e profissional tornam-se elementos estratégicos a serem investidos por esta forma de governamentalidade, pois o interesse está em ampliar a capacidade produtiva, permitindo assim maiores ganhos para empresas e trabalhadores, mas também maximizando os rendimentos no decorrer de sua vida favorecendo a economia em geral.

No Brasil, a partir da década de 1990, as reformas educacionais se sustentaram na cartilha do *Consenso de Washington*, que previa ajustes fiscais, e que promoveram profundas mudanças, em vários âmbitos do Estado brasileiro, cujo objetivo centrava-se em “tornar o Brasil seguro para o capital” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.105).

Para a efetivação de tais mudanças seria necessário, inicialmente, diminuir as polaridades, as lutas de classes, ideologias e ideias igualitárias, bem como todas as políticas de Estado pautadas nestas perspectivas. Deveria prevalecer o pressuposto de que estamos em um tempo de globalização, da competição, da produção e, que por esta razão, as políticas devem adequar-se às regras do mercado, que é também globalizado. Nesta mesma perspectiva, todos os direitos adquiridos devem ser suprimidos para que as regulações naturais do mercado possam agir por si, em uma direção cada vez mais próxima de um Estado mínimo e que este, possa servir ao próprio mercado. Neste momento a educação no Brasil passa “das leis do arbítrio da ditadura civil-militar, para a ditadura da ideologia do mercado” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.107).

Observa-se um movimento no sentido de ajustar a educação escolar a uma espécie de novo formato das divisões de trabalho, que segundo Frigotto e Ciavatta (2003), se funda sob uma ótica individualista e fragmentária, formando um pensamento pedagógico hegemônico que deverá servir aos empresários e suas próprias necessidades mercadológicas.

Esta forma de governamentalidade busca programar os comportamentos dos indivíduos, em sua forma de agir, sentir, pensar e de situar-se frente a si mesmo e de suas vidas por meio de novas tecnologias de gerenciamento, dinâmicas de gestão de grupo, propaganda, publicidade, marketing e literatura de autoajuda. Assim, como aponta Gadelha (2013), os princípios econômicos e normativos da sociedade convertem a sociedade de consumo para uma sociedade empresa, estimulando os indivíduos a transformarem as suas auto percepções de vida, frente as suas escolhas e atitudes, de modo que produzam maiores relações de concorrência, evidenciando a pretensão, da governamentalidade neoliberal, de comercializar as relações humanas mediadas pela inclusão das relações concorrenciais.

A educação se torna um espaço promissor, que pode ser pensada, como uma função estratégica que ela mesma pode vir a desempenhar na contemporaneidade, como por exemplo, a forma como a educação é agenciada, influenciada pelo neoliberalismo e pela teoria do Capital Humano (GADELHA, 2013). A educação, bem como outros setores, passou a ser conduzida baseada nos princípios econômicos que se deslocaram do campo da economia para outras esferas da vida social, ganharam força e se tornaram capazes de instituir processos e políticas de subjetivação que objetivam transformar um sujeito de direito em sujeito empreendedor.

Desenvolve-se nesta forma de governamentalidade neoliberal, a *cultura do empreendedorismo*, que seguindo a análise de López-Juiz, por meio da reformulação neoliberal da economia política, gerou-se um cardápio de explicações da realidade, que se espelham na figura do executivo, como exemplo de conduta que deve ser replicada para a sociedade, fundada não na satisfação e no desejo, mas sim no investimento e na exclusiva vontade de produção de riqueza. Assim, o homem se vê impelido a dedicar sua vida ao ganho, como uma obrigação do

homem moderno, incorporando a lógica do capital como razão e fundamento último de sua vida, já que sua importância para a sociedade está associada ao indivíduo-microempresa, e o homem moderno, neste sentido, é reduzido à dimensão da lógica do capital.

As competências que devem ser adquiridas se vinculam a teoria do Capital Humano e a cultura do empreendedorismo, e tais atributos, ao se reportarem ao desenvolvimento do conhecimento e de habilidades, se inserem em um contexto de demarcação, medição e comparação dos elementos do capital humano que serão ou não objetos de investimento por parte dos indivíduos, onde o status e o mérito são determinados pela qualidade de capital humano acumulado (GADELHA, 2013).

O discurso empreendedor, migrado do mercado, chega à educação, ganha facilmente espaço e dissemina a cultura do empreendedorismo, com vistas a escola, como espaço de propagação dos seus ideias, como “o que seria decisivo e bom não só para o sucesso do indivíduo, em particular, mas também para o progresso, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda a sociedade” (GADELHA, 2013, p. 157). Assume-se assim, a ideia de que os investimentos no empreendedorismo e no capital humano podem ser a melhor solução para os mais diversos problemas sociais, posicionando os indivíduos e sua capacidade de se tornar um agente empreendedor, como responsáveis pelo fracasso socioeconômico.

O discurso empreendedor tem se difundido, em vários setores, em detrimento de seu poder de persuasão, cujo objetivo é tornar indivíduos-microempresas e legítimos empreendedores. Estes devem desenvolver as seguintes habilidades: proatividade, devem ser inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade e capazes de gerar mudanças. As competências a serem desenvolvidas no espaço da educação têm relação com a instituição de elementos do capital humano, que representem algum valor ou não, não para o sujeito em si, mas sim para o mercado.

O empreendedorismo, parte constituinte do neoliberalismo, se tornou uma “visão de mundo”, “uma maneira de ser”, e também tornou as relações fragmentadas, pois cada um se torna responsável apenas por si mesmo, como uma mônada. Assim, cada indivíduo investidor parece cada vez menos capaz de gerenciar as relações entre si e com os outros, são ineficientes em inventar novos modos de vida e de intervir no sentido de formas existenciais e de sensibilidade sem que sejam as anunciadas pelo mercado. Tornam-se inseguras e entorpecidas por políticas e processos de subjetivação que as serializam e homogeneizam, levadas então a passividade política e ao adoecimento psíquico (GADELHA, 2013).

Segundo Dardot e Laval (2016, p. 09),

“[] a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação”.

Neste cenário, segundo Gadelha (2013), onde a governamentalidade está pautada nas regras do mercado, como uma racionalidade econômica, as questões de cunho político se tornam de posse e de atribuição exclusiva dos técnicos da área, e neste sentido os indivíduos e a sociedade em geral, ficam a margem de qualquer discussão e tomadas de decisões, no que se refere ao domínio público.

1.3 Neoliberalismo e o Sofrimento Psíquico

Observa-se aqui um progressivo distanciamento dos indivíduos das questões que tangem suas vidas, implicando em seus modos de agir na vida. Como descrevem Dardot e Laval (2016), esta nova forma de conduzirmos nossas vidas e as relações sociais produzem também uma nova forma de existência, que nos impele a comportamentos outros, do qual emerge um novo sujeito, com novas demandas e desejos, assim como novas patologias psíquicas. Pois neste sentido neoliberal de estar na vida, todas as dificuldades e fracassos associados à produção e ao êxito profissional podem ser remodelados ou nomeados como patologias psíquicas. Talvez resida aí a razão pela imediata necessidade por resultados nos tratamentos psiquiátricos.

A empresa é apresentada idealmente, acima de tudo, como um lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da falha zero” (DARDOT; LAVAL, 2016 p.330).

Um novo arranjo da sociedade, das empresas e das instituições a partir do espelhamento do mercado exige também um novo arranjo psíquico, um modo outro dos indivíduos, que não é mais o homem calculador e produtivo, mas sim o competitivo. Neste caso, o homem-empresa, competitivo, deverá cumprir as atividades que o mercado lhe exige, assim a subjetividade produzida deverá estar a contento das novas exigências do mercado, onde a prioridade reside no sucesso (DARDOT; LAVAL, 2016).

Podemos pensar o problema da medicalização da vida e das sociedades como objeto de investigação interdisciplinar, onde as produções de modos de subjetividade que acabam por impactar no processo de saúde e doença se inserem em um contexto biopolítico (CAPONI et al, 2013), onde o mercado e suas implicações na vida dos indivíduos passam a ditar regras que são legitimadas pela sociedade e se deslocam para as diversas áreas.

Os postulados neoliberais, assentados no princípio da auto-regulação do mercado, enfatizam a “eficácia produtiva, o dinamismo, a inovação, que desqualifica a acomodação, os erros de investimento e os desperdícios” (NETO, 2008, p.58), condicionando o desempenho dos resultados econômicos às performances individuais. Para tanto, o Estado deve promover espaços para que todos os indivíduos possam desenvolver suas competências e habilidades funcionando como empresas, em um ambiente permeado pela concorrência que serve como moduladora das relações sociais e dos comportamentos individuais (NETO, 2008). A condição de competição passa a ser a nova regra do mercado, tomando como referência não só a economia, mas também as instâncias sociais e a própria existência individual (CANDIOTTO, 2010). Segundo Neto (2008), o princípio de inteligibilidade que segue as normas do mercado produz comportamentos individuais e sociais que podem ser controlados pelas variáveis econômicas. Neste sentido, “governar a população é fazer com que todo fenômeno social seja também uma atividade econômica” (p. 59).

Como aponta Jorge (2015), neste cenário, onde os indivíduos são impelidos a se formar empreendedores, que exploram de si mesmos fontes de rendimento, se tornarão símbolos do capital humano. A noção de saúde se desloca e se associa a felicidade, ao bem-estar e a otimização da vida. Observa-se uma busca implacável pela alta performance em todas as esferas da vida. A felicidade que era algo inatingível, tornou-se um discurso cotidiano de cobrança do estado emocional dos indivíduos. A felicidade passa a ser obrigação e os que não se enquadram neste coeficiente de produtividade tendem a frustração e permanente sentimento de inferioridade.

Segundo Dardot e Laval (2016), o modelo neoliberal baseado na racionalidade empresarial gera um quadro patológico que tem suas bases precisamente na extinção das instituições e

das estruturas simbólicas que sustentavam o sujeito quanto ao seu lugar no mundo e sua identidade. A instituição foi trocada pela empresa, que passou a ditar todo tipo de regra, seja no âmbito empresarial, social ou privado, segundo os motes da eficácia e da competição. É neste sentido que vemos um “*princípio de superação contínua dos limites*” (p. 362), ou seja, vivemos em um mundo onde todo limite é visto como “potencialmente superado”.

Por conta do modelo centrado na responsabilidade individual, aparecem cada vez mais patologias mentais relacionadas ao fracasso, intensificadas pelo isolamento causado pela perda do sentimento de pertencimento. O sujeito inserido na lógica da superação de si está entregue em toda a sua subjetividade, de forma que um “fracasso” profissional tem impactos em todos os aspectos da vida. Assistimos à desvalorização do capital humano ao menor sinal de não estar no ápice do seu desenvolvimento, o que faz com que as pessoas experimentem sentimentos de inutilidade social e econômica. Segundo Alain Ehrenberg (2010), o modelo de vida baseado no desempenho gera depressão generalizada. O fracasso adquire o status de patologia. Neste sentido, seria mais uma doença da insuficiência (a de não alcançar o desempenho desejado) do que de falta (de serotonina). Segundo Dardot e Laval, viver como empresa de si pode gerar o que chamam de “cansaço do si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367).

Nos vemos consumidores de comportamentos conformes (FOUCAULT, 2008), devemos adequar-nos ao meio para garantir o sucesso. Quando temos comportamentos desviantes, quando o indivíduo foge à norma (OTERO, 2005), a psiquiatria é a disciplina que vai reivindicar para si o cuidado destas pessoas. Desta forma, reivindicando as questões mais banais, e então consegue impor o duplo normalidade e anormalidade, tornando-se a ciência das condutas. Assume o comportamento e seus desvios, tomando como referência um desenvolvimento normativo. A psiquiatria, fundada como uma ciência positiva, se coloca como protetora da sociedade contra os perigos dos anormais, normatizando comportamentos como a sexualidade, higiene, ambiente, através de suas práticas e saberes (FOUCAULT, 2002).

Aqui, pensamos que, ao seguirmos no ritmo da racionalidade neoliberal da empresa de si mesmo e do cuidado de si nos moldes contemporâneos, chegamos a um ponto onde todo o esforço já não será suficiente, sempre haverá aquele mais qualificado, com mais adjetivos à sua lista de desenvolvimento pessoal, que irá garantir seu lugar no mercado, enquanto resta uma massa de pessoas que chegam quase lá, encontram-se em uma situação onde o único a culpar, segundo tal racionalidade, é a si mesmo, pois cada um deve cuidar de si e empreender em seu desenvolvimento, calcular seus custos.

A resolução deste problema é encontrada na figura de uma “dopagem generalizada”, como os medicamentos psicotrópicos, vícios às mídias visuais, consumo, que tem a competência de suprir as necessidades antes contempladas pelas instituições (DARDOT; LAVAL, 2016).

2 CONCLUSÃO

O mercado se constitui assim, como uma base hegemônica capaz de produzir individualizações suscetíveis aos apelos da economia, sendo sempre necessário e urgente à atualização do capital humano, levando o indivíduo a uma condução de si para a transformação de um agente econômico. Mas e quando este nível de capital humano exigido não é alcançado a contento das leis de mercado? Qual o impacto do esforço dos indivíduos para se tornarem empreendedores?

Estas questões nos impelem a maiores análises, e reflexões mais críticas diante deste *modus operandi* do mercado sobre as questões sociais e da vida, no sentido de compreendermos como as subjetividades são modificadas em espaços alicerçados pelo discurso neoliberal, capazes de produzir respostas frente às dificuldades encontradas pelos indivíduos em se manterem

competitivos permanentemente, que resultam em comportamentos não adequados, ou não economicamente viáveis, caracterizados como doenças psíquicas, que, sob esta perspectiva, onde o que está em destaque é a incapacidade dos indivíduos, cabe então, medicalizar os sofrimentos e desconfortos produzidos pelo mercado no sentido de manter a manutenção do mesmo, pois o fracasso em qualquer das instâncias da vida deve ser combatido.

3 REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. In **Filosofia Unisinos**, 2010, v. 11, n. 01, p. 33-43.

CAPONI, S. et al. **A medicalização da Vida como estratégia biopolítica**. São Paulo: LiberArs, 2013, p.132.

DARDOT, P e LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida á lógica do mercado. In **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GADELHA, S. **Biopolítica Governamentalidade e educação**. Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.238.

_____. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. In **Educação e Realidade**, 2009, v. 34, n.02, p. 171-186.

LÓPEZ-RUIZ, O. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores culturais. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

JORGE, M. F. **Narrativas da (in) felicidade: Medicalização da vida e espírito empresarial na sociedade contemporânea**. São Paulo: COMUNICON 2015.

MASINI, L. Uma nova criança exige uma nova escola. In **Novas capturas, antigos diagnósticos na Era dos Transtornos**. COLLARES, C. A. L. et al (Org.) Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2013, p. 181-190.

NETO, L. F. Biopolítica como tecnologia de poder. In **Interthesis**, Florianópolis, 2008, v.5, p. 47-65.

OTERO, M. Santé mentale, adaptation sociale et individualité contemporaine. *Cahiers de recherche sociologique*, n. 41-42, automne 2005, p. 65-89.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 3ª. Ed., São Paulo: Cortez Ed., 2005. pp. 25-102.

VELANI, L. G. **Escola da regulação e Espírito do Capitalismo**: A Teoria do Capital Humano. XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2013.

VIANA, G. e LIMA, J. F. Capital humano e o crescimento econômico. In **Interações**, Campo Grande, 2010, v. 11, n. 2, p. 137-148.

O PAPEL DAS INCUBADORAS COMO AGENTES INTERMEDIADORAS NA HÉLICE TRÍPLICE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TEC CAMPOS

Fernando Antônio dos Santos Lopes
(UENF)

*Mestrando do Programa de
Pós-Graduação em Políticas Sociais
fernandoantonio1007@gmail.com*

Resumo

Este artigo parte do pressuposto defendido pela Hélice Tríplice de que a integração entre os atores (Universidade-Empresa-Governo) coopera a favor do desenvolvimento regional, através do processo de aproximação intermediado pelas incubadoras. Trata-se de um estudo de caso para investigar e analisar como se dá o processo de aproximação intermediado pela Incubadora de Empresas Tec Campos atuante na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), localizada no município de Campos dos Goytacazes (RJ). Deste modo, a pesquisa baseou-se na análise de três fundamentos: a percepção de um gestor da incubadora, dos professores dos Centros que se enquadram no perfil das empresas em processo de incubação e a percepção dos empresários vinculados ao programa de Incubação. O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, dentro de um contexto exploratório e descritivo.

Palavras-Chaves: Hélice-Triplíce, cooperação, incubadoras, universidade-empresa, desenvolvimento regional.

Abstract

This article starts from the assumption advocated by the Triple Propeller that the integration between the actors (University-Business-Government) cooperates in favor of the regional development, through the process of approach brokered by the incubators. This is a case study to investigate and analyze how the approximation process is intermediated by the Tec Campos Business Incubator at the State University of Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), located in the municipality of Campos dos Goytacazes (RJ). Thus, the research was based on the analysis of three fundamentals: the perception of a manager of the incubator, the teachers of the Centers that fit the profile of the companies in the process of incubation and the perception of the entrepreneurs linked to the Incubation program. The present article is characterized as a research of a qualitative nature, within an exploratory and descriptive context.

Keywords: Triplíce-Hélice, cooperation, incubators, university-business, regional development.

Introdução

As constantes transformações na economia global têm gerado a formação de novos modelos de produção, sendo o conhecimento criativo e a inovação fatores relevantes para as decisões de mercado diante desse cenário, uma nova perspectiva de gestão empresarial com foco no desenvolvimento econômico e tecnológico tem surgido (LOPES, 2017).

Para Nascimento et al. (2014), as incubadoras de empresas surgem neste contexto como mecanismos de promoção ao empreendedorismo e à inovação. Trata-se de um processo de maturação de organizações empresariais, dando-se por meio de cuidados técnicos em busca da consolidação de uma atividade econômica e da gestão estratégica de recursos e objetivos organizacionais. As mesmas agem em favor da cooperação entre as universidades e empresas, buscando o desenvolvimento econômico através da inovação. As empresas, particularmente as de menor porte, carentes de mão de obra qualificada para a pesquisa, procuram nas universidades suprir suas demandas com o propósito principal de sobreviver e alcançar maior vantagem competitiva (SANTOS, 2013).

O presente artigo tem o objetivo de apontar a interface promovida pelas incubadoras entre as universidades e as empresas. Partindo do pressuposto de que a integração entre Universidade-Empresa-Governo, através das políticas públicas e em conjunto com a atuação das incubadoras, é fundamental para a promoção do desenvolvimento regional. Nesse sentido, foi realizado um estudo de caso sobre a atuação da Tec Campos, incubadora em atividade na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), localizada no município de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro. Sendo a proposta central da Universidade, o tripé: ensino, pesquisa e extensão. É nessa percepção de que uma sociedade baseada no conhecimento opera de acordo com um conjunto diferente de dinâmicas, onde a universidade se encontra.

Este trabalho buscou analisar e compreender o processo de aproximação intermediada pela incubadora entre os professores da UENF com os empreendimentos vinculados à incubadora e os potenciais empreendedores e empresários que buscam na incubadora/universidade inovação tecnológica e conhecimento técnico para impulsionarem seus negócios. Este artigo se alinha à perspectiva da integração dos atores defendida pela Hélice Tríplice.

Essa integração tem sido adotada como instrumento na promoção e no estímulo à inovação. A relação entre a pesquisa acadêmica e as demandas geradas pelo mercado, bem como a promoção de alterações estruturais que adaptem as universidades ao seu novo papel no desenvolvimento tem sido uma política apontada por diversos especialistas. O regime da hélice tríplice se inicia quando a universidade, a indústria e o governo dão início a um relacionamento recíproco, visando melhorar o desempenho um do outro. Na maioria das vezes, essas iniciativas ocorrem em nível regional, onde contextos específicos de clusters industriais, o desenvolvimento acadêmico e a presença ou falta da autoridade governamental influenciam o desenvolvimento da hélice tríplice. (ETZKOWITZ, 2003)

O trabalho baseou-se na análise de três fundamentos: a percepção de um gestor da incubadora; dos professores dos Centros que se enquadram no perfil das empresas em processo de incubação; e, a percepção dos empresários em relação a parcerias que possam ser estabelecidas com a UENF e, contribuir para o desenvolvimento competitivo da empresa.

A Hélice Tríplice: Uma abordagem sobre a interação Universidade-Empresa-Governo

A Hélice Tríplice é resultado da união de duas correntes de pensamento que ganharam força no começo dos anos 90 tendo base na discussão internacional, a relação universidade-empresa. O

termo Hélice Tríplice criado por Henry Etzkowitz descrevia o modelo de inovação estruturado na relação governo-universidade-empresa (GOMES; COELHO; GONGALO, 2010). O modelo é fruto da observação da atuação do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e da sua relação com o pólo de indústrias de alta tecnologia situadas em seu entorno. Nos dias de hoje, a Hélice Tríplice deixou de ser apenas uma teoria e passou a ser um modelo de inovação.

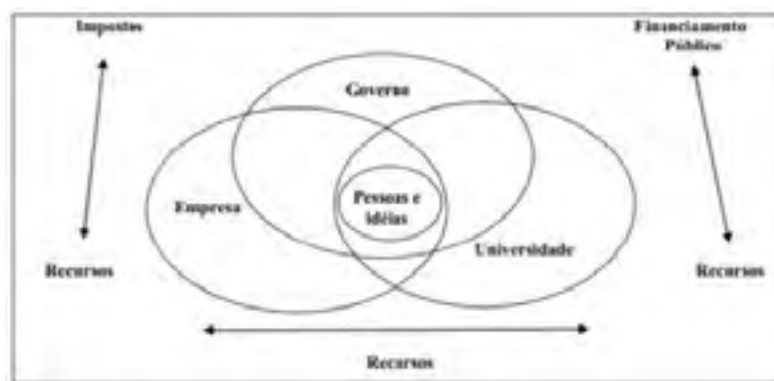
Segundo os autores pioneiros a tratarem do tema, a Hélice Tríplice está relacionada ao conhecimento que se desenvolve dinamicamente no interior das organizações e fronteiras institucionais, gerando riquezas que podem ser oriundas do conhecimento produzido por arranjos institucionais organizadores do conhecimento, dentre eles as universidades, indústrias e agências governamentais. A base do conhecimento e o papel na inovação da Hélice Tríplice podem ser explicados a partir das mudanças nas relações entre universidade (e outras instituições promotoras do conhecimento), indústria e governo (em todas as esferas) (LOPES, 2017).

Sbragia et al. (2005, p. 20), apresenta o seguinte conceito sobre a Hélice Tríplice:

A Hélice Tríplice é um modelo espiral de inovação que leva em consideração as múltiplas relações recíprocas em diferentes estágios do processo de geração e disseminação do conhecimento, e que cada hélice é uma esfera institucional independente, mas trabalha em cooperação e interdependência com as demais esferas, por meio de fluxos de conhecimento entre elas (SBRAGIA et al., 2005, p.20).

O modelo da Hélice Tríplice evidencia uma maior eficiência da relação Governo-Universidade-Empresa, resultado de um novo contrato social entre a universidade e seu entorno que estaria levando a Universidade a expandir suas funções em busca do desenvolvimento econômico, manter as suas atividades relacionadas ao ensino e pesquisa e a redefinir suas estruturas e funções (ETZKOWITZ, 2003).

Figura 1 - O Modelo hélice tríplice das relações Universidade-Indústria-Governo



Fonte: Sbragia et. al (2005, p. 21).

O modelo hélice tríplice aponta a relação da Universidade, indústria e governo, e também a transformação interna de cada uma dessas esferas. A Universidade foi transformada em uma instituição de ensino que promove a união do ensino com a pesquisa. Combinar as duas funções tem sido considerado mais produtivo e de menor custo, mesmo havendo uma tensão entre as duas atividades, eles podem coexistir de uma forma mais ou menos compatível.

Para Etzkowitz e Leydesdorff (2003), nesse contexto, as atribuições dos agentes podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- a. Universidade: responsável pela geração de conhecimento, formação de capital humano, e fornece apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico na geração da inovação.
- b. Empresa: agente responsável pela inovação por meio da transformação de pesquisas em produtos e serviços e sua comercialização.
- c. Estado: responsável pelo incentivo do desenvolvimento científico e tecnológico do país, a partir da definição de políticas públicas e de fomento financeiro de apoio à pesquisa e inovação.

Muitos países estão tentando implementar o modelo da Hélice Tríplice. Sendo o objetivo comum criar um ambiente propício à inovação, no qual fazem parte spin-offs acadêmicos, médias e grandes empresas que operam em áreas distintas do conhecimento, o governo e as universidades, incluindo seus laboratórios de pesquisa (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2003).

Cooperação Universidade-Empresa

O século XXI tem sido marcado pela grande competitividade, sendo a inovação o principal recurso na busca pela superação da concorrência e obtenção de vantagens competitivas. Os gestores, cada vez mais, têm percebido que a parceria e a cooperação com outros atores podem impulsionar de forma expressiva o processo de inovação. Nesse contexto, as alianças entre universidades e os setores produtivos têm sido incentivadas com intuito de promover o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico.

Segundo Stal e Fujino (2005), as empresas com o intuito de reduzirem custos no processo de inovação têm exigido e buscado cada vez mais conhecimentos técnicos e fortalecimento da cooperação entre atores que cooperem na geração e difusão de inovações. A integração Universidade-Empresa promove relações que englobam um processo de transferência e transformação, de produtos e serviços que visam o crescimento de ambas as partes (SEGATTO; SBRAGIA, 2002).

Santos (2013) salienta que a integração universidade-empresa é necessária, principalmente em economias emergentes. Um número considerável de empresas não possui laboratórios e centros de pesquisa próprios, carecem e precisam buscar as competências da universidade. O processo de cooperação é oriundo da motivação em cooperar, a partir dessa disposição que os primeiros contatos surgem, os primeiros encontros são agendados e diretrizes são acertadas. A predisposição para projetos de cooperação com universidades está ligada às possibilidades de solucionar problemas organizacionais ou incrementar a tecnologia existente (SEGATTO, 1996).

Segundo Plonski (1999), a sociedade em geral e o governo estão buscando respostas mais rápidas no intuito de atender da melhor forma suas demandas e desafios, cobrança que recai sobre as entidades envolvidas em atividades de pesquisa, desenvolvimento e engenharia. As soluções tangíveis para tais demandas são vistas na forma de bens e serviços.

Diniz e Oliveira (2006) afirmam que as mudanças que os sistemas globais de produção e os mecanismos de interação universidade-empresa vêm sofrendo, têm despertado os olhares dos governos, acadêmicos, empresários e formuladores de políticas públicas em países desenvolvidos e em processo de desenvolvimento. Os autores ainda reforçam que esse tipo de cooperação tem sido utilizado como estratégia para beneficiar Micro e Pequenas Empresas – MPes que buscam apoio nas universidades e, também, como base para formulação e implementação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento local e regional.

Incubadoras: Conceitos e Princípios

O SEBRAE (2006) define uma incubadora de empresa como um espaço físico que estimula o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, oferecendo suporte técnico e gerencial, formação complementar do empreendedor, serviços administrativos, além de facilitar e dinamizar o processo de inovação nessas empresas. Maximizam a utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais de que dispõem os micros e pequenos empresários, contribuindo para a sobrevivência das empresas que passam pelo processo de incubação. Além disso, estimula o empreendedorismo e divulga a possibilidade de se criar um negócio próprio, com chances reais de êxito, como opção à busca de empregos.

Para Dornelas (2004) as incubadoras de empresas são entidades sem fins lucrativos destinadas a auxiliar e assistir o estágio inicial de empresas em processo de nascimento que se encaixam em determinadas áreas de negócios. Caracterizadas por serem um ambiente flexível e encorajador, no qual são oferecidas facilidades para o empreendedor desenvolver seu negócio. De acordo com o autor, a incubadora tem como principal objetivo a produção de empresas de sucesso em constante desenvolvimento, financeiramente viáveis e competitivas em seu mercado.

As funções das incubadoras não se restringem a essas, podem ser adicionados outros aspectos, dependendo da localização e mesmo de objetivos adicionais que se estabelecem dentro de cada incubadora. Funções como a de promotora indireta de financiamento a pesquisa, propagadora da inovação e empreendedorismo nas universidades, através de palestras e cursos. Em suma, a incubação é considerada um processo de orientação educacional que permite o funcionamento e a inserção de novas empresas no mercado, independentemente da procedência das empresas incubadas (ANPROTEC, 2016).

Segundo Etzkowitz (2009, p.147), “a incubadora é uma expressão da missão educacional da universidade, bem como das suas missões de desenvolvimento econômico e de serviços”. Para o autor, a incubadora desempenha a missão educacional da universidade em um sentido mais amplo, fazendo com que o formato acadêmico tradicional do ensino de pessoas seja expandido para o ensino de organizações.

Metodologia

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, dentro de um contexto exploratório, descritivo e de levantamento de dados. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos será utilizado o estudo de caso.

O levantamento de dados se deu através da elaboração do roteiro de uma entrevista semi-estruturada aplicada ao gestor atuante diariamente na incubadora; a partir da elaboração e aplicação de um questionário qualitativo aos empresários que possuem empreendimentos em estágios de incubação ou que tenham qualquer tipo de vínculo (graduado, participantes da elaboração de Plano de Negócios); e, através da elaboração e aplicação de um questionário qualitativo a uma amostra de professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, com o intuito de cruzar as áreas de atuação de cada um deles com as principais demandas dos empresários vinculados à incubadora.

Unidades de Análise

TEC CAMPOS

A Tec Campos, inaugurada em março de 2008, nasceu da parceria entre as principais instituições do Norte Fluminense comprometidas com o desenvolvimento regional: a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), o Instituto Federal Fluminense (IFF), a Fundação Estadual do Norte Fluminense (FENORTE), a Fundação CEFET, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) – Regional Campos, a Associação Comercial e Industrial de Campos dos Goytacazes (ACIC), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – Regional Campos, e está localizada junto ao Centro de Convenções da UENF (LOPES, 2017).

A Tec Campos abriga empreendimentos de base tecnológica com ênfase em inovação, visando torná-los mais competitivos. Sua missão é fomentar negócios e projetos inovadores, por meio da informação, conhecimento, empreendedorismo e infra-estrutura em um ambiente colaborativo, com a integração entre Centros de Ensino e Pesquisa, Instituições Públicas e Privadas (LOPES, 2017).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

A UENF está estruturada em quatro Centros, que por sua vez são formados por Laboratórios. Os quatro Centros são: Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), Centro de Ciências do Homem (CCH), Centro de Ciência e Tecnologia (CCT). Oferta 16 cursos de graduação presenciais e 2 cursos a distância/semipresenciais. A UENF atualmente possui 14 Programas de Pós-Graduação, em diversas áreas (LOPES, 2017).

Esse trabalho realizou um filtro entre os Centros da UENF, abordando, apenas, os professores e as linhas de pesquisas do Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) e do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), pois são os compatíveis com os perfis das empresas estudadas e que podem colaborar para o desenvolvimento das mesmas (LOPES, 2017).

Resultados e Discussões

Visando atender o objetivo do trabalho, a pesquisa baseou-se na análise de três fundamentos: a percepção de um gestor da Tec Campos, dos professores dos Centros que se enquadram no perfil das empresas em processo de incubação e a percepção dos empresários em relação a parcerias que possam ser estabelecidas com a UENF e que possam contribuir para o desenvolvimento competitivo da empresa.

Foram direcionadas à gerente da Tec Campos quatro perguntas, cujos objetivos foram: identificar se realmente essa aproximação entre os atores (universidade-empresa) ocorria, e como se dava essa relação; diagnosticar quais as principais barreiras para que essa cooperação pudesse ser efetivada; entender a questão da receptividade por parte dos professores, se eles estão abertos à ajudarem e estreitarem relações com os empreendedores; de onde parte a procura para atender suas demandas;

A primeira pergunta buscou identificar se a Tec Campos faz a ponte na relação Universidade-Empresa, entre UENF e empresários. E como ocorre esse processo.

Segundo a gerente atuante, a incubadora ao receber ou identificar alguma demanda, seja ela apresentada por algum empreendimento incubado ou, até mesmo, por uma empresa que não

tenha nenhum vínculo com a instituição, busca rapidamente fazer uma ponte entre a empresa e o professor da universidade. Através da área de atuação e linha de pesquisa do professor buscam aproximar a necessidade do demandante e sana - lá.

O Tipo de cooperação entre os professores da universidade e os empresários tem ocorrido através de consultorias, segundo Santos (2013), elas envolvem a interação entre a academia e a empresa no intuito de buscar uma melhor solução para um problema específico. O trabalho buscou identificar e analisar as principais barreiras que impedem efetivamente esse processo de aproximação entre as empresas e universidades.

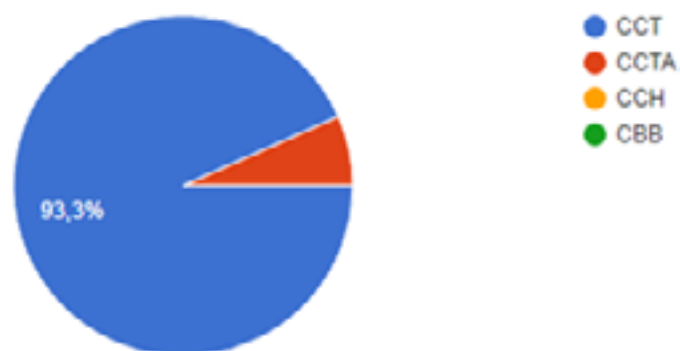
As maiores dificuldades citadas foram: dificuldades em conseguir entrar em contato com os professores, na maioria das vezes, envolvidos com projetos de pesquisa, orientação de alunos, ministração de aula; a busca pela compreensão de determinada demanda apresentada por algum empreendedor, neste caso, se a universidade consegue atender essa necessidade; e por último, a perda do feedback do empreendedor que esteve na incubadora, pois é necessária uma busca pelo professor que melhor se enquadra para solucionar o problema a ser tratado. Muitos empreendedores que não pertence ao processo de incubação acabam não voltando ou não esperam essa intermediação ser realizada pela incubadora. A incubadora muitas vezes busca apoio na Agência de Inovação para a obtenção de informações sobre as pesquisas desenvolvidas dentro da universidade.

Segundo a gerente, em todos os casos em que a incubadora procurou o suporte de algum professor, o mesmo esteve aberto a ouvir e se mostrou pronto a discutir uma solução para a demanda que lhe foi apresentada. A relação de cooperação entre universidade e empresa, nesse caso, parte dos empreendedores que buscam a incubadora com intuito de chegarem aos professores, os quais só buscam a incubadora para desenvolver alguma pesquisa sobre a instituição ou os empreendimentos nela vinculados.

É necessário ressaltar que a TEC Campos recebe procura externa. Mantendo o mesmo procedimento de encaminhamento das demandas, promovendo da mesma forma a ponte entre os empreendimentos externos com os professores da UENF.

Buscou-se verificar se os professores conhecem a TEC Campos e se estão familiarizados com esse tema, e de que forma podem contribuir na interação desses atores. Para isso foram aplicados questionários semi-estruturados dos Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) e Centro de Ciência e Tecnologia Agropecuárias (CCTA). Foram coletadas 31 respostas, sendo 29 do CCT e 2 do CCTA, como mostra o *Gráfico 1*.

Gráfico 1 - Distribuição das respostas por Centro



Fonte: Dados obtidos na pesquisa. Elaboração própria.

O Gráfico 2 evidencia a distribuição das respostas coletadas através dos professores nos laboratórios em que foram aplicados os questionários.

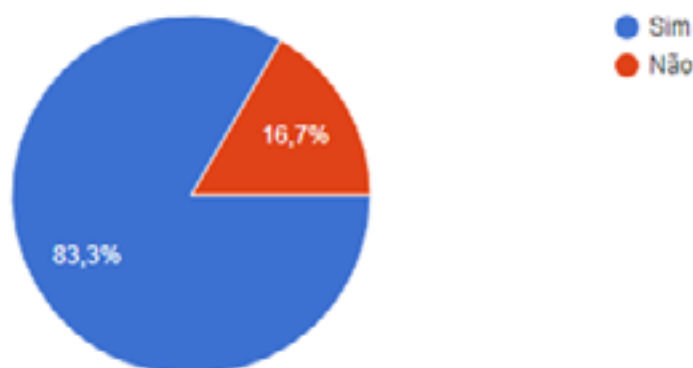
Gráfico 2 – Divisão e quantidade das respostas obtidas nos laboratórios



Fonte: Dados obtidos na pesquisa

O Gráfico 3 evidencia que 26, dos 31 professores entrevistados conhecem a incubadora.

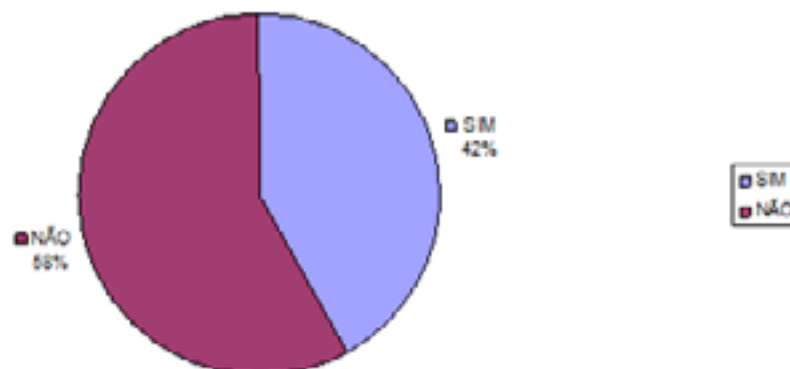
Gráfico 3 – Porcentagem dos entrevistados que conhecem A Tec Campos.



Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Dos 31 professores que responderam o questionário, 58% (18) não conhecem nenhum tipo de aproximação entre a UENF e empresários, menos da metade 42% (13) tem ciência de algum tipo de cooperação que tenha ocorrido entre professores da UENF com algum empreendedor ou micro-empresário.

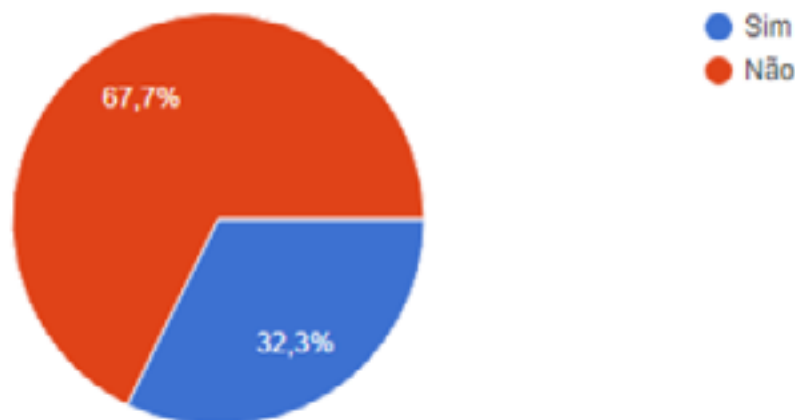
Gráfico 4 – Porcentagem dos professores entrevistados que conhecem algum tipo de cooperação entre a UENF e empresas.



Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Como se pode observar no *Gráfico 5* aproximadamente 67,7% dos professores entrevistados não conhecem algum tipo de cooperação que tenha ocorrido entre professores da UENF com algum empreendedor ou micro empresário, na qual tenha sido intermediada pela Tec Campos. Dos 31 que responderam o questionário, 10 conhecem casos de parcerias entre esses atores que tenham sido intermediadas pela incubadora.

Gráfico 5 – Porcentagem dos entrevistados que conhecem projetos em parceria entre UENF e empresários, intermediados pela Tec Campos.



Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Foi perguntado aos professores como o conhecimento das áreas de atuação deles e linhas de pesquisa poderiam ser aplicadas nas empresas incubadas ou em possíveis empreendimentos que darão início a esse processo de incubação. E como se daria essa cooperação. No *Quadro 1* foram levantadas as informações da área de atuação e linhas de pesquisas dos professores dos docentes entrevistados.

Quadro 1 – Área de atuação dos professores entrevistados

Laboratório	Área de atuação
LAMAV	- Ferramenta de corte de rochas ornamentais e de perfuração de poços de óleo e gás.
LAMAV	- Áreas de materiais metálicos - Corrosão nos metais. - Análise microscópica e análise química - Revestimento em metais
LAMAV	- Propriedades e seleções de materiais para projetos.
LAMAV	- Parte tecnológica voltada para materiais - Materiais super abrasivos.
LAMAV	- Estrutura dos materiais - Tratamento térmico na estrutura e propriedades, podendo alterar caso necessário. - Indústrias de metais ferrosos e não ferrosos
LAMAV	- Propriedades e seleções de materiais para projetos. - Ensaio mecânicos especiais - Montagens
LAMET	Alem da previsão de tempo, estudos de dispersão de poluentes, de energias renováveis, de aplicações da Climatologia na agropecuária, de segurança e economia nas atividades de transporte aéreo e marítimo.
LCFIS	Física Básica, embora aplicada: áreas de alimentos e de materiais (magnéticos, cerâmicas, bicombustíveis, entre outros).
LCFIS	Deteção de gases
LCQUI	Controle de qualidade de drogas vegetais.
LEAG	Podemos divulgar nossos produtos em cooperação com empresas produtoras de sementes, por exemplo, pois, temos algumas cultivares de plantas desenvolvidas na UENF e que são importantes para as Regiões Norte e noroeste Fluminense.
LEAG	Conhecimentos relativos à avaliação econômica de projetos de investimento.
LECIIV	- Geotecnologia - Estruturas - Física - Química
LECIIV	Trabalhamos essencialmente com pesquisa e desenvolvimento e hoje nossa atuação está praticamente direcionada às áreas de Petróleo, gás e energia (meio ambiente). Trata-se, portanto de áreas férteis para empresas inovadoras e para empreendedores em geral. Ultimamente eu destacaria as estacas geotérmicas como um grande atrativo para empreendedor. Essas estacas, que já são utilizadas normalmente como fundações de prédios, são usadas também para trocar calor com ambiente fechado, evitando assim o uso de ar condicionado, já que o subsolo apresenta temperaturas bem mais baixas que a superfície. Não há notícia de aplicação desta tecnologia no Brasil e o LECIV vem desenvolvendo estudos nesse tema.
LECIIV	Novos materiais cimentícios para a construção civil. Fabricação e comercialização de argamassas e concretos não convencionais.
LECIIV	- Utilização de métodos numéricos em cálculo de estruturas civis - Utilização de ferramentas computacionais em projetos de estruturas civis
LECIIV	No setor de cerâmica e argamassa.
LECIIV	Projetos de engenharia.
LENEP	Consultoria na área de engenharia de reservatórios.
LENEP	- Processamento de dados sísmicos de reflexão - Aquisição de dados Petrofísicos
LEPROD	Planejamento estratégico
LEPROD	- Marketing - Planejamento estratégico
LEPROD	- Gestão de projetos - Gestão de custos industriais - Avaliação financeira de projetos - Organização produtiva, arranjos produtivos.
LEPROD	- Consultor em processos produtivos - Consultor em problemas de otimização - Consultor em problemas de previsão
LEPROD	- Consultorias em melhoria de processos
LEPROD	- Desenvolvimento de software - Processo de criação artístico

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Essas informações foram levantadas visando identificar se os professores estão abertos ou não ao processo de cooperação com as empresas incubadas e os empreendimentos que chegam à incubadora apresentando suas demandas. Dos 31 entrevistados, apenas, dois professores não tiveram interesse ou não sabem como colaborar com esse processo. Esses dados comprovam a disposição dos professores dos laboratórios analisados em auxiliar no desenvolvimento das empresas que procuram a instituição.

No próximo tópico, os dados do *Quadro 2* serão utilizados para fazer um cruzamento com as demandas apresentadas pelos empreendimentos que estão em processo de incubação na Tec Campos.

As características das empresas analisadas serão apresentadas no *Quadro 2*.

Quadro 2 – Caracterização das empresas pesquisadas

Dados	Empresa A	Empresa B	Empresa C	Empresa D
Idade	12 anos	14 anos	1 ano	Não está atuando no Mercado ainda.
Localização	Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	São Francisco do Itabapoana
Base	Tecnológica	Tecnológica	Tecnológica	Tradicional
Tempo no Programa de Incubação	1 ano e 3 meses	Não soube informar	Não soube informar	Não soube informar
Número de Sócios	2 sócios	2 sócios	3 sócios	4 sócios
Formação dos Sócios	Ambos os sócios possuem Ensino Médio completo.	Ensino superior completo em Arquitetura e Urbanismo	Ensino Superior incompleto em Administração	Uma das sócias possui Ensino Superior completo em Matemática
Produtos/ Serviços	Presta serviços nos segmentos de eventos, cultura, lazer e correlatos. Trabalha com fogos de artifícios (indoor e outdoor), chuva cenográfica, névoa artificial, cachoeira artificial, banho de espuma, bolhas de sabão, climatizadores e ventiladores, serpentina, papel picado, camisas. Uso em ambientes fechados ou abertos. Disparos eletrônicos, volume a altura variáveis.	E uma empresa do ramo de construção civil, especializada no planejamento residencial para a viabilização da construção. Desenvolve seu trabalho presencial e numa plataforma on-line.	Uma empresa da área de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e atuam como provedor de acesso à internet. Ofertam internet banda larga via fibra para residências e comércios	Empresa produtora de Tapiocas, a qual inovou em seu processo de produção.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa. Elaboração própria.

A pesquisa propôs identificar se a UENF como uma instituição promotora do desenvolvimento na região, de alguma forma colaborou para o crescimento de alguns dos empreendimentos analisados. O *Quadro 3* mostra se há a interação entre os atores.

Quadro 3 - Interação das empresas incubadas com a universidade

	Projeto (s) em Parceria com a UENF	
	Sim	Não
Empresa A	X	
Empresa B		X
Empresa C	X	
Empresa D	X	

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Das quatro empresas incubadas na Tec Campos três já participaram de um processo de cooperação entre os atores. A incubadora foi quem intermediou a aproximação entre esses empreendimentos e a UENF.

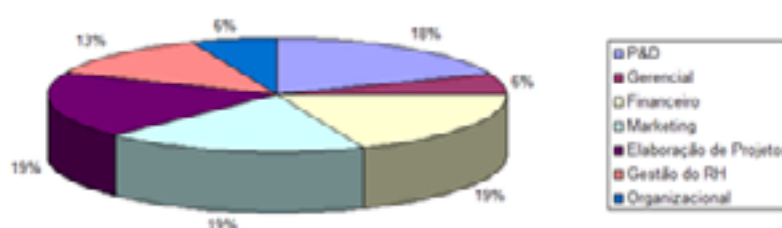
Apenas, um dos empresários apontou dificuldades no processo de inserção do seu empreendimento no mercado, que foi tornar a marca conhecida e criar credibilidade.

As maiores dificuldades enfrentadas pelo empreendimento após sua inserção no mercado estão relacionadas ao modelo inovador que a empresa apresentou no atendimento aos seus clientes.

Foi realizada uma pontuação das principais demandas que as empresas incubadas possuem, visando a realização de uma ligação entre as áreas de atuação dos professores com suas necessidades.

Como se pode observar no *Gráfico 6*, as principais demandas apontadas pelos empresários foram P&D, gerencial, financeiro, marketing, elaboração de projetos, gestão do RH e organizacional.

Gráfico 6 – Principais demandas citadas pelas empresas incubadas na Tec Campos



Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Três empresas apontaram a necessidade de realizarem parceria com UENF em busca de melhorar seu processo de produção dos seus serviços e produtos, através de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Sendo as mesmas que já possuem registros de aproximação com a universidade.

Um dos empresários citou a elaboração de projetos como uma de suas demandas, pois visa conseguir recursos e fundos com instituições de fomentos.

Um dos professores do laboratório de Engenharia de Produção (LEPROD) desenvolve como metodologia de avaliação em uma de suas disciplinas, um trabalho final que aborda todos os

conhecimentos do curso com as empresas incubadas. Trabalho com potencial de auxiliar essas empresas em suas principais demandas, apontadas no *Gráfico 6*.

Com a obtenção de dados qualitativos que expõem as principais demandas dos empreendimentos em processo de incubação na TEC Campos e que já estão atuando no mercado foi feito um cruzamento com as áreas de atuações e linhas de pesquisas dos professores que poderiam suprir as demandas relatadas pelos empresários, o *Quadro 4* traz esse levantamento.

Quadro 4 – Cruzamento entre as demandas relatadas pelos incubados e as áreas de atuação dos professores

Demandas Relatadas	Area de atuação	Laboratório
Gerencial	-Planejamento estratégico -Organização produtiva	LEPROD
Financeiro	-Avaliação financeira de projetos -Gestão de custos	LEPROD
Marketing	-Marketing	LEPROD
Elaboração de Projetos	-Gestão de projetos	LEPROD
Gestão do RH	-Dos professores que responderam o questionário, nenhum atua na área de gestão do RH.	...
Organizacional	-Consultorias em melhoria de processos	LEPROD

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

As principais necessidades apontadas pelos empresários podem ser solucionadas através de parcerias com os professores. Sendo a consultoria a forma que os docentes poderão cooperar. Atuando através das suas áreas de concentração e linhas de pesquisas.

Considerações Finais

Com base na pesquisa elaborada foi possível concluir que a Tec Campos está sendo uma unidade de suporte à mudança e à articulação da universidade com a sociedade. Com base na entrevista aplicada à gerente da Tec Campos, os processos de cooperações entre empresas e UENF ocorrem, e a incubadora tem realizado o processo de intermediação quando as demandas chegam a ela. As maiores barreiras para que essa cooperação entre os atores possa ser efetivada são: dificuldades em conseguir entrar em contato com os professores e agendar uma conversa; na busca pela compreensão de determinada demanda apresentada por algum empreendedor; e a perda do feedback do empreendedor que esteve na incubadora, pois é necessária uma busca pelo professor que melhor se enquadra para solucionar o problema apresentado. Segundo a gerente da incubadora, empreendedores que não pertence ao processo de incubação acabam não voltando ou não esperam essa intermediação ser realizada pela incubadora. Na intenção de combater ou amenizar essas dificuldades a gerente, muitas vezes, busca apoio e orientação na Agência de Inovação da UENF, pois lá ela consegue se informar melhor sobre as pesquisas desenvolvidas dentro da universidade. Quanto à receptividade por parte dos professores, os mesmos estão abertos a ouvir e se mostram prontos a discutir uma solução para a demanda que lhe foi apresentada.

As principais demandas relatadas pelos empreendedores vinculados a Tec Campos podem ser solucionadas através de parcerias com os professores. Sendo a consultoria a forma que

os docentes poderão cooperar, auxiliando-os através das suas áreas de concentração e linhas de pesquisas. A parceria Universidade-Empresa é o caminho mais efetivo na promoção da cooperação entre o mundo corporativo e acadêmico. Trata-se da busca pelo desenvolvimento econômico através da inovação. Sendo as incubadoras de empresas as maiores facilitadoras capazes de estabelecer uma relação produtiva entre universidades e empresas. Intensificando a comunicação entre as universidades construindo canais de comunicação sobre as capacidades científicas e tecnológicas existentes e, repassando aos empreendimentos que apresentam suas demandas e recorrem à instituição.

Referências Bibliográficas

ANPROTEC; MCTI. **Estudo, Análise e Proposições Sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil - relatório técnico**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: ANPROTEC, 2016.

DINIZ, M.F.S.; Oliveira, R.S. **Interação universidade-empresa, empreendimento inovador e desenvolvimento local: um estudo de caso da incubadora CENTEV/UFV**. Locus Científico. UFV, Viçosa-MG, v. 1, n. 1, p. 10-18, 2006.

DORNELAS, J. **Planejando incubadoras de empresas: como desenvolver um plano de negócios para incubadoras**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

ETZKOWITZ, H. **Hélice tríplice: universidade-indústria-governo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 164 p.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. **The triple helix of university-industry government relations and the globalization of national systems of innovation**. Science under Pressure Proceedings. The Danish Institute for Studies in Research and Research Policy: 2003.

GOMES, M. A. S.; COELHO, T. T.; GONÇALO, C. L. **Tríplice Hélice: a Relação Universidade-Empresa em busca da Inovação**. *Revista Gestão.Org*, Pernambuco, v. 12, n. 1, p. 70-79, 2016.

NASCIMENTO et al., E. R. **Incubadoras de Empresas e sua relevância para o empreendedor: uma análise a partir da satisfação das empresas incubadas**. In: IV Semana do Economista – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2014.

SANTOS, A. C. M. Z. **A cooperação entre universidade e empresa: um estudo em empresas intensivas em conhecimento de porto alegre**. *Revista de Gestão do Unilasalle, UNISINOS, Canoas- RS*, v. 2, n. 2, p. 155-168, Set. 2013.

SBRAGIA, R.; STAL, E.; CAMPANÁRIO, M.; ANDREASSI, T. **Inovação: Como vencer esse desafio Empresarial**, São Paul: Editora Clio, 2005

SEBRAE. **Benefícios para os pequenos negócios**. Minas Gerais: 2011.

SEGATTO, A.P. **Análise do processo de cooperação tecnológica universidade-empresa: um estudo exploratório**. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, p. 175, 1996.

SEGATTO, A.P.; SBRAGIA, R. **O processo de cooperação universidade-empresa em universidades brasileiras**. RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo, 37(4). p.58-71, 2002.

LOPES, Fernando Antonio dos Santos. **O papel das incubadoras no processo de aproximação da relação Universidade – Empresa: Um estudo de caso sobre a Tec Campos**. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF, 2017, 85p. Monografia (Bacharel em Administração Pública). Orientador: Prof. Dr. Edson Terra Azevedo Filho.

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA REFORMA TRABALHISTA: FLEXIBILIZAÇÃO E DESDOBRAMENTOS SOCIOECONÔMICOS DAS NOVAS MODALIDADES DE RELAÇÃO LABORAL

FILIPE GRADIM

*Bacharel em Direito pela
Universidade Federal Fluminense - UFF
filipe.gmp@gmail.com*

GABRIEL RACHED

*Professor do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF
gabrielrached@gmail.com*

RESUMO

Em 2017, diversas alterações na órbita do Direito do Trabalho brasileiro, sobretudo com a aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, trouxeram consigo flexibilização de direitos laborais com a proposta de estimular a recuperação econômica nacional. Dentre suas transformações, destacam-se formas mais flexíveis de contratação: estímulos ao trabalho temporário, à terceirização e ao trabalho autônomo, bem como a criação do trabalho intermitente. Enquanto apoiadores das novas leis as enxergam como estímulos à economia, críticos alertam para sua possível ineficácia econômica e custo social. Nesse sentido, este artigo busca discutir os potenciais efeitos das novas regras trabalhistas no mercado de trabalho brasileiro, preponderantemente a partir da apreciação de dados atuais brasileiros e da experiência mexicana de flexibilização de direitos trabalhistas ocorrida em 2012 - tanto no que diz respeito à geração de empregos quanto no que se refere às condições laborais com as quais os trabalhadores poderão se deparar.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Reforma Trabalhista. Flexibilização. Desdobramentos Socioeconômicos. Formas Flexíveis de Trabalho.

ABSTRACT

In 2017, several changes in the orbit of Brazilian Labor Law, especially with the approval of the Law of Outsourcing and Labor Reform, brought with it flexibilization of labor rights with the proposal to stimulate the national economic recovery. Among its transformations, the most flexible forms of hiring stand out: incentives for temporary work, outsourcing and self-employment, as well as the creation of intermittent work. While supporters of the new laws see them as stimulus to the economy, critics warn of its potential economic inefficiency and social cost. In this sense, this article seeks to discuss the potential effects of the new labor rules on the Brazilian labor market, mainly based on the appreciation of current Brazilian data and the Mexican experience of flexibilization of labor rights in 2012 - with respect to the generation of working positions and regarding the working conditions with which workers may encounter.

Key-words: Labor Law. Labor Reform. Flexibilization. Socio-Economic Impacts. Flexible Forms of Employment.

1 - Introdução

Ao longo do ano de 2017, intensificaram-se as discussões acerca dos impactos sociais da atual agenda econômica. Com a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista sendo promulgadas respectivamente em Abril e Julho de 2017, muito se discutiu acerca dos possíveis desdobramentos que poderiam ser esperados das novas regulamentações no mercado de trabalho brasileiro.

Em ambos os diplomas legais, é possível perceber traços marcantes de flexibilização de direitos trabalhistas. No que diz respeito à Lei da Terceirização, destaca-se a possibilidade de quarteirização, o estímulo ao trabalho temporário e a redução das responsabilidades trabalhistas da empresa tomadora de serviços terceirizados. Já no que se refere à Reforma Trabalhista, deve-se destacar que a lei em questão fez centenas de inserções e alterações no arcabouço legal do país. Sendo assim, será feito um recorte temático neste artigo, voltando a atenção para os aspectos referentes às formas flexíveis de contratação, tais como o trabalho autônomo, temporário e intermitente, bem como para as modificações no campo da terceirização, prática que já havia passado por uma alteração legal meses antes. No entanto, antes de adentrar à problemática, faz-se necessário esclarecer breves definições acerca das formas flexíveis de trabalho, as quais serão objeto deste texto.

A terceirização é o processo pelo qual uma empresa faz uso indiretamente da mão de obra contratada por outra empresa. Antigamente permitida apenas para atividades acessórias, a terceirização pode agora ser praticada em todas as atividades da empresa. O trabalho temporário é aquele no qual a relação de emprego se dá por tempo previamente definido, ou seja, tem data certa para terminar. Com a nova legislação, seu período máximo, que era de 180 dias, passou para 270. O trabalho autônomo é aquele em que o trabalhador não é considerado empregado, uma vez que presta serviços como pessoa jurídica e não mais como pessoa física. Por sua vez, o trabalho intermitente se trata de uma novidade da Reforma Trabalhista, na qual o empregado não tem jornada de trabalho fixa, sendo convocado pelo empregador somente nos períodos em que houver necessidade de trabalho. Da mesma forma, seu pagamento (salário e direitos associados) será feito apenas proporcionalmente às horas em que efetivamente prestar serviços.

Nesse cenário, as novas leis foram apresentadas pelo governo como aspectos de uma modernização da legislação trabalhista brasileira, cujo escopo seria a flexibilização de regras com o intuito de facilitar o processo de contratação e, por conseguinte, reduzir o desemprego e alavancar a economia do país. No entanto, diversos grupos da sociedade não enxergaram a reforma na legislação trabalhista desta maneira. De acordo com grupos críticos às mudanças, as novas leis, por si só, não seriam capazes de garantir a geração de novos empregos. Além disso, as novas regras ainda poderiam trazer mais elementos de precarização do trabalho, aumentando o desequilíbrio na relação entre empregado e empregador ao aprofundar a vulnerabilidade do trabalhador frente às novas condições laborais.

De acordo com os críticos às novas mudanças, outras reformas trabalhistas com esse mesmo intuito realizadas em outros países (como Argentina, Chile e México) não surtiram os efeitos desejados, trazendo pouco resultado na geração de empregos. Além disso, teria havido intensificação da precarização das condições de trabalho, o que pode vir a acontecer também na realidade brasileira, uma vez que todas as supracitadas formas de contratação apresentam certa instabilidade ao trabalhador no que diz respeito à manutenção do seu emprego e renda.

Conforme levantamento feito pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em 2017¹, funcionários terceirizados ganham em média 25% menos que trabalhadores contratados diretamente e permanecem no emprego cerca de metade do tempo; já no que diz respeito ao trabalho temporário, trata-se de uma forma de contratação que apresenta menor estabilidade ao trabalhador, uma vez que, dentro de alguns meses, seu contrato poderá ser rescindido pelo decurso do tempo sem fazer jus a verbas indenizatórias ou seguro desemprego. Por sua vez, o trabalho intermitente pode gerar uma situação de renda altamente flutuante ao trabalhador, podendo haver inclusive períodos nos quais ele receberá menos que o salário mínimo ou até mesmo nenhuma remuneração, a depender da quantidade de horas trabalhadas por mês. Finalmente, o trabalho autônomo, quando usado para ocultar a formalização de uma verdadeira relação de emprego, exclui do trabalhador todas as garantias previstas no Art. 7º da Constituição, tais como férias, 13º salário, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) etc.

Dessa maneira, o presente artigo tem por objetivo discutir os potenciais desdobramentos da reforma laboral de 2017 para o mercado de trabalho brasileiro, especialmente no que diz respeito às duas teses em conflito. Nesse sentido, será importante analisar três fatores, quais sejam: (i) oscilação do índice de desemprego após a Reforma, com o intuito de observar se houve geração de empregos; (ii) alterações nas taxas de informalidade no mercado de trabalho brasileiro; (iii) variação do percentual de formas flexíveis de contratação, uma vez que a Reforma forneceu incentivos para as mesmas. A partir dessas análises, será possível perceber se a Reforma já estaria trazendo alterações no perfil do mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, também se torna possível observar se as mudanças vindas com a Reforma Trabalhista teriam o potencial de trazer algum sintoma de precarização do trabalho no Brasil, especialmente no que diz respeito à renda mensal do trabalhador e à sua estabilidade no emprego.

Para responder os questionamentos acima, será necessário observar diferentes fontes. Primeiramente, é importante verificar os resultados trazidos por outras experiências de flexibilização, tanto no Brasil como no exterior (esta última, sobretudo, em função do pouco tempo decorrido desde a aprovação da reforma brasileira). A título de exemplo, será traçado um breve paralelo com a reforma laboral implementada no México em 2012, com diversos aspectos semelhantes aos verificados no caso brasileiro. Concomitantemente, cabe examinar as atualizações de dados oficiais acerca da realidade do mercado de trabalho brasileiro, especialmente os que constam na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao trimestre de junho a agosto de 2018, comparando-o com os dados registrados em trimestres anteriores, o que pode ajudar a verificar as primeiras alterações ocorridas no mercado de trabalho com a implementação das novas regras vigentes desde Novembro de 2017.

Dessa forma, procura-se observar quais impactos as modificações nas leis trabalhistas brasileiras poderão trazer para a variação do desemprego, para o perfil do mercado de trabalho brasileiro e, igualmente, para as condições de trabalho no país. Assim, serão contempladas questões objetivas acerca do desenvolvimento econômico e do combate ao desemprego, porém sem deixar de lado aspectos referentes à qualidade de vida do trabalhador brasileiro e às condições dignas de trabalho.

1 Ver Nota Técnica 172 do DIEESE disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.html>

2 - Experiências semelhantes de formas flexíveis de contratação

Nesta seção, serão traçados paralelos gerais do caso brasileiro com duas situações de flexibilização laboral no exterior, com a finalidade de refletir sobre possíveis consequências das formas mais flexíveis de contratação criadas ou estimuladas pela reforma trabalhista brasileira de 2017. Em especial, serão verificadas nuances e consequências da reforma laboral implantada no México em 2012, tanto para a geração de empregos quanto para as condições laborais no país. Por esse prisma, será também observado um breve estudo, para efeitos comparativos, acerca das condições de trabalho existentes nos contratos “zero-hora” da Inglaterra, modalidade de relação laboral que muito se assemelha à figura do trabalho intermitente, introduzido no Brasil pela Reforma Trabalhista.

Em um segundo momento, serão verificados dados atuais acerca do mercado de trabalho brasileiro, especialmente com relação à criação de empregos, à variação da remuneração e à sua estabilidade. Dessa forma, possibilita-se observar se, nos primeiros meses da Reforma Trabalhista, já existiriam indicativos de algumas tendências de mudanças no mercado de trabalho brasileiro, quando comparados às situações com as quais foram traçados paralelos.

2.1 – A reforma laboral mexicana e suas consequências para o mercado de trabalho

No ano de 2012, o México passou por uma reforma laboral semelhante à que viria a ocorrer no Brasil em 2017. Assim como a brasileira, a reforma mexicana veio com a justificativa de que a flexibilização de direitos trabalhistas traria dinamicidade e modernização ao mercado de trabalho nacional, incentivando novas contratações e, conseqüentemente, impulsionando a geração de empregos. Os críticos à reforma, por sua vez, se manifestaram contrariamente à medida, afirmando que as novas regras teriam o condão de intensificar a precarização do trabalho no país.

Dentre as diversas alterações feitas na reforma ocorrida no México, destaca-se o incentivo às formas mais flexíveis de contratação, tais como a terceirização, o contrato por temporada e o contrato pago por hora, este último comparável ao contrato de trabalho intermitente, modalidade incorporada à legislação brasileira na reforma laboral de 2017.

Como consequência, o mercado de trabalho mexicano sentiu efetivamente um aumento na quantidade de postos de trabalho, especialmente se comparado à taxa de crescimento da economia nacional na época. Levantamentos demonstram² que, no período compreendido entre 2012 e 2016, a geração de empregos média anual cresceu 3,9%, enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) nacional aumentou em média 2,5% por ano, trazendo um acréscimo efetivo na geração de postos de trabalho, que se descolam do crescimento do PIB. Dessa forma, pode-se afirmar que houve descolamento da taxa de geração de empregos do PIB nacional, diferenciando-se do padrão histórico do país, o que sinalizaria, portanto, um aumento na capacidade de geração de empregos naquela economia.

Por outro lado, deve-se destacar que parte significativa dos empregos gerados no período contava com menores remunerações. Conforme dados oficiais³, ocorreu retração salarial no período compreendido entre 2012 e 2016, quando trabalhadores assalariados, que ganhavam em média 4908,73 pesos por mês em 2012, viram sua renda mensal média reduzir para 4835,91

2 Em relação a esse tema, ver o trabalho de ROMERO; ACEVEDO (2017).

3 Dados da Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), órgão responsável por prestar informações referentes ao mercado de trabalho mexicano. Disponível em: www.beta.inegi.org.mx/proyectos/enchogares/regulares/enoe/. Acesso em Junho de 2017.

pesos em 2016. Se considerarmos a inflação acumulada de 4 anos⁴, é possível perceber que a perda foi ainda mais acentuada do que os números acima indicam.

Desse modo, destaca-se que, apesar de ter havido aumento na geração de empregos, houve também uma marcada redução salarial no período, o que sugere que os empregos gerados podem ter trazido consigo evidências de precarização do trabalho. Em paralelo à perda de renda percebida pelos assalariados mexicanos, os 10% mais ricos do país viram suas riquezas crescerem em proporção significativamente superior ao PIB nacional no período compreendido entre 2004 e 2014. Nesse sentido, vale reproduzir a contribuição do trabalho de Romero e Acevedo (2017) utilizando os dados do INEGI - *Instituto Nacional de Estadística y Geografía*:

En México, como ya hemos señalado antes, se ha impulsado desde principios de los años ochenta una estrategia de corte neoliberal que hasta la fecha sigue siendo la base de la política económica del país. (...) mientras la economía mexicana sólo creció a una tasa de 2.6% entre 2004 y 2014, la riqueza se incrementó en 7.9% para eso mismos años y el 10% de las familias más ricas del país concentraron dos terceras partes de todos los activos físicos y financieros (ROMERO, ACEVEDO, 2017, p. 168).

Embora os dados acima não devam ser considerados como absolutos, podem ser levados como indicativos de que a flexibilização de direitos laborais no México trouxe consigo aumento do volume de empregos por um lado e, por outro, uma intensificação da precarização do trabalho. Por sua vez, os menores salários e as formas mais flexíveis de emprego teriam contribuído para o cenário de agravamento da concentração de renda e, portanto, das desigualdades sociais no país.

2.2 - O contrato de trabalho intermitente frente ao “contrato zero-hora” na Inglaterra e os potenciais desdobramentos para o mercado de trabalho brasileiro

Na reforma trabalhista brasileira de 2017, foi introduzido o conceito de trabalho intermitente. Nessa forma de vínculo laboral, o trabalhador não tem jornada fixa e só presta serviços quando é convocado pelo seu empregador. Dessa maneira, sua remuneração também se dá somente pelas horas efetivamente trabalhadas. Nesse tipo de relação, um trabalhador pode passar meses sem ser convocado sem que isso acarrete rescisão do contrato de trabalho.

Apoiadores da Reforma Trabalhista destacam que a medida pode trazer grandes incentivos à contratação de mão de obra: com as incertezas na economia e consequente aumento da oscilação entre períodos ociosos e produtivos, o empregador pode optar pela nova modalidade de contrato, uma vez que somente precisará remunerar sua mão de obra pelo trabalho efetivamente prestado. Nesse cenário, o trabalhador informal e o desempregado, que até então não integravam o mercado de trabalho formal, teriam agora a possibilidade de ter um vínculo empregatício regular, na modalidade trabalho intermitente, o que já poderia, por certa perspectiva, representar uma melhora no cenário do desemprego no Brasil.

Por outro lado, a contratação para prestação de trabalho intermitente poderia não representar, necessariamente, garantia de renda fixa ao trabalhador: como o contrato intermitente prevê pagamento apenas pelas horas trabalhadas, é possível que trabalhadores desse regime recebam, ao final do mês, quantias inferiores ao salário mínimo nacional, hoje fixado em R\$ 954,00. Além disso, deve-se considerar a possibilidade de ocorrerem, ao longo do vínculo laboral, longos períodos de inatividade, nos quais o trabalhador, a despeito de estar formalmente empregado, não conseguirá auferir renda alguma. Nesse sentido, vale mencionar o posicionamento da Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (ANAMATRA) a respeito do assunto, repudiando enfaticamente a nova modalidade de vínculo laboral:

⁴ Para acompanhar a oscilação da inflação do país no período, ver: <https://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/mexico/inflacao-historica/ipc-inflacao-mexico.aspx>

Não há qualquer dúvida de que essa famigerada espécie de contrato de trabalho é uma criação maldosa e claramente inconstitucional, tendo em vista que o contratado para trabalho intermitente não tem qualquer garantia de remuneração mínima e de jornada de trabalho mínima, não sabendo se trabalhará algo, nem muito mesmo se no final do mês terá qualquer remuneração. (COSTA; FELICIANO; PINTO; FILHO, 2017, p. 18-19).

Sabe-se que o contrato intermitente é novidade no Brasil, mas já existia em outros lugares. O exemplo mais emblemático desta modalidade contratual é o “*Zero Hour Contract*” existente na legislação inglesa. De acordo com dados do Office for National Statistics⁵ (ONS), em 2016, 905 mil pessoas trabalhavam sob esse regime, representando 2,8% do mercado de trabalho local. Destes, 485 mil (ou 53%) ficaram menos de 2 anos no trabalho, o que demonstraria determinada volatilidade deste tipo de vínculo.

Dessa maneira, é possível esperar que a nova modalidade de contratação traga consigo, por um lado, o aumento do número de contratações - já que os ônus ao empregador estão mitigados nessa forma de contrato - podendo incentivar assim o aumento no número de admissões; por outro, tornam-se latentes as chances de que a nova forma de contratação tenha como consequência a redução da renda do trabalhador e da sua estabilidade no trabalho, se comparado com o trabalhador contratado por tempo indeterminado. Tais projeções somente serão confirmadas ou refutadas de modo mais preciso a partir de análises específicas dos levantamentos feitos sobre as mudanças no mercado de trabalho brasileiro nos próximos anos - dada a recenticidade da implementação da reforma.

3 - Primeiros desdobramentos da reforma trabalhista brasileira

Passados os primeiros meses da implementação da Reforma Trabalhista, torna-se relevante averiguar quais consequências já poderiam ser observadas no mercado de trabalho brasileiro. Contudo, é predominante entre os analistas a tese de que ainda seria cedo para definir os reais impactos das mudanças, seja pela necessidade de mais tempo para que o mercado se ajuste às novas regras, seja pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF)⁶ questionando a lei e colocando em risco a sua vigência.

Dessa forma, mais elementos seriam necessários para afirmar que a Reforma Trabalhista estaria produzindo plenamente seus potenciais efeitos. Nessa direção, ainda persiste significativa insegurança jurídica a respeito da manutenção das novas regras implementadas, seja pela via legislativa ou judicial. Mesmo assim, faz-se imprescindível acompanhar a evolução do mercado de trabalho brasileiro no período a fim de identificar se há alguma tendência já observável.

Para tanto, foram verificados os dados divulgados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁷ referentes a três trimestres, quais sejam: (i) junho, julho e agosto de 2017, um ano antes do fechamento da PNAD Contínua mais recente e alguns meses antes da entrada em vigor da Reforma Trabalhista, que se deu em novembro de 2017; (ii) março, abril e maio de 2018, alguns meses após a implementação da Reforma; (iii) junho, julho e agosto de 2018, a última PNAD Contínua trimestral fechada até então.

Em primeiro lugar, vale destacar que a taxa de desocupação teve uma queda de 0,5% entre o primeiro e o terceiro período, passando de 12,6 milhões de pessoas para 12,1 milhões. No entanto, apesar dessa redução no desemprego, a quantidade de empregos com carteira

5 Dados disponíveis em: <https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peopleinwork/earningsandworkinghours/articles/contractsthatdonotguaranteeaminimumnumberofhours/mar2017>

6 No link a seguir, há uma lista com as ADIs impetradas junto ao STF questionando a reforma: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-12/supremo-soma-20-aco-es-mudancas-reforma-trabalhista>

7 Resultados da PNAD Contínua disponíveis em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Quadro_Sintetico/2018/pnadc_201808_quadrosintetico.pdf

assinada teve um decréscimo de 1,3%, o que indica elevação da informalidade no período; tal constatação é reforçada pela oscilação de empregados sem carteira assinada, que apresentou alta de 4% entre o primeiro e o último período analisados. Dessa forma, ainda levando em conta o cenário de crise da economia brasileira atual, é possível verificar que a expectativa de redução da taxa de informalidade, até o momento, não alcançou sua concretude - uma vez que houve aumento da mesma nos meses seguintes à implementação da reforma.

Por outro lado, ainda de acordo com os dados do IBGE de 2017-2018, é importante destacar que o número de pessoas trabalhando por conta própria com CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) apresentou um salto de 7,9% entre o primeiro e o terceiro trimestre observados. Em agosto de 2017, o segmento representava 4,6% do mercado de trabalho brasileiro; em agosto de 2018, verifica-se que a participação desta forma de trabalho foi para 4,9%, tendência que não foi verificada em qualquer outro segmento de trabalhadores. Tais números apontam para uma possível preferência do mercado por contratar autônomos, prática que acabou sendo incentivada pela Reforma Trabalhista.

Dessa maneira, foi possível constatar alguns movimentos nos primeiros meses de vigência da Reforma Trabalhista Brasileira, conforme apontado acima. Essas informações, apesar de não conclusivas, apontam no sentido de que a Reforma pode ter contribuído para a ligeira diminuição do desemprego no período. Simultaneamente, verifica-se que o aumento na taxa de ocupação foi, em grande parte, liderado por empregos sem carteira assinada ou trabalhadores autônomos com CNPJ.

4 - Considerações Finais

Passados os primeiros meses de vigência da Reforma Trabalhista, ainda seria cedo para tecer considerações conclusivas acerca dos seus potenciais desdobramentos. Os impactos de uma alteração legislativa tão vultosa serão efetivamente notados de maneira mais concreta no mercado de trabalho apenas com o decorrer do tempo. Contudo, é possível verificar algumas nuances, as quais, em comparação com a reforma laboral mexicana, podem apontar em determinados sentidos.

Em primeiro lugar, é possível verificar que a implementação de formas de contratação mais flexíveis no México pode ter efetivamente trazido aquecimento ao mercado de trabalho do país. Isso se extrai principalmente do descolamento da taxa de geração de empregos do crescimento do PIB nacional, gerando variação positiva no período posterior à reforma. No caso brasileiro, apesar dos poucos meses, também é possível verificar oscilação negativa do índice de desocupação, o qual caiu de 12,6 para 12,1 milhões no período estudado. Nesse sentido, seria necessário observar os próximos dados a fim de verificar se a expectativa de aumento na geração de empregos realmente será mantida com o passar do tempo.

Por outro lado, mesmo que se leve em conta o cenário de crise da economia brasileira nos últimos anos, pode-se dizer que a esperada redução da informalidade não se concretizou até o momento. Pelo contrário, o índice de trabalhadores sem carteira assinada cresceu nos trimestres posteriores à entrada em vigor da Reforma Trabalhista brasileira. Tal dado pode servir como sinalizador de que a flexibilização trazida na reforma de 2017 poderá não surtir os efeitos desejados no sentido da redução da informalidade no mercado de trabalho nacional, podendo até trazer, a contrassenso, sua elevação.

Já no que diz respeito ao trabalho por conta própria, fortemente incentivado pela Reforma Trabalhista, é notável o aumento de sua participação no mercado laboral brasileiro nos últimos meses. Conforme os dados da PNAD Contínua observada neste estudo, o crescimento desta

modalidade de trabalho foi maior que em qualquer outro segmento de empregados. Tal dado indica que as facilidades à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços podem estar realmente incentivando o mercado a adotar tal modalidade de trabalho, havendo inclusive a possibilidade de migração de outras formas de trabalho para esta, dadas as conveniências que ela apresenta ao tomador de serviços.

Após o exposto, pode-se entender que, *a priori*, tanto a experiência mexicana quanto os primeiros meses da experiência brasileira apontam em sentidos convergentes: as reformas laborais no sentido da flexibilização tendem a incentivar o empresariado a adotar formas mais flexíveis de contratação - abrindo mais postos de trabalho nessas modalidades. Como consequência disso, pode-se dizer que os trabalhos gerados acabam trazendo menos segurança ao trabalhador, seja no que diz respeito à renda, que pode sofrer grandes oscilações (especialmente nos casos de trabalho autônomo e intermitente), seja no que se refere à estabilidade no emprego (notadamente nos trabalhos terceirizado e temporário). Dessa forma, com as formas mais flexíveis de contratação, passaria a ocorrer, em parte, uma transferência do risco da atividade do empregador para o trabalhador - que acaba ficando sujeito às sazonalidades que seriam típicas da atividade do empreendedor, uma vez que é ele quem deveria assumir as responsabilidades e riscos do negócio.

Foi perceptível, nos dois casos, certa elevação na geração de empregos, conforme fora apontado pelos dois governos que propuseram as reformas trabalhistas observadas neste artigo. Contudo, os novos postos de trabalho têm qualidade inferior aos que existiam antes da flexibilização, e isso pode acabar acarretando aumento das desigualdades sociais em ambos os países, o que vai no sentido contrário de um desenvolvimento distributivo, inclusivo e que leve em conta a dignidade no âmbito do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BALTAR, Carolina Troncoso; ROLIM, Lilian Nogueira. **Desigualdade e Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho**. CESIT: Campinas, 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Texto-de-discuss%C3%A3o-6-Desigualdades-no-mundo-do-trabalho.pdf>.

BIAVASCHI, Magda Barros. **A Reforma Trabalhista no Brasil de Rosa: Propostas Que Não Criam Empregos e Reduzem Direitos**. Rev. TST: São Paulo, 2017. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/110129/2017_biavaschi_magda_reforma_trabalhista.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

_____. **O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso**. Estud. av. São Paulo, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200075.

_____. **A Terceirização e Seu Dinâmico Processo de Regulamentação no Brasil: Limites e Possibilidades**. Revista da ABET: João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/25700/13876>.

BIAVASCHI, Magda Barros; ALVARENGA, Ana Paula; COELHO, Elaine D'ávila; PERNIAS, Tomás Rigoletto. **Os impactos de algumas reformas trabalhistas na regulação e nas instituições públicas que atuam no mundo do trabalho**. CESIT: Campinas, 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Texto-de-Discuss%C3%A3o-2-Os-impactos-de-algumas-reformas-trabalhistas-na-regula%C3%A7%C3%A3o-e-nas-institui%C3%A7%C3%B5es-p%C3%BAblicas-1.pdf>.

CAMPOS, André Gambier. **A Atual Reforma Trabalhista: Possibilidades, Problemas e Contradições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2350.pdf.

CHANDLER, Mark. **People in employment on a zero-hours contract**. Office for National Statistics: Londres, 2017.

COSTA, Ângelo Fabiano Farias da; FELICIANO, Guilherme Guimarães; PINTO, Roberto Parahyba de Arruda; FILHO, Carlos Fernando da Silva. **Nota Técnica PLC 38/2017 - Reforma Trabalhista - Aspectos de Inconstitucionalidade e de Antijuridicidade**. Brasília: 2017.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais). **Nota Técnica 172**. Rio de Janeiro: DIEESE, 2017.

ENOE - Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo. **INEGI, México**, consultada em: www.beta.inegi.org.mx/proyectos/enchogares/regulares/enoe/

FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). **Nota Técnica Terceirização**. São Paulo: FIESP, 2015.

FLEURY, Ronaldo Curado: **Nota Técnica nº 8**. Brasília: Procuradoria-Geral do Trabalho, 2017. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/204a16b7-0bca-409d-a7fd-6f9eec6bcc4f/Nota%2BT%C3%A9cnica%2Bn%C2%BA%2B08.2017.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_395C1B00K89D40AM2L613R2000-204a16b7-0bca-409d-a7fd-6f9eec6bcc4f-IVoXaqb.

PINTO, Roberto Parahyba de Arruda; FILHO, Carlos Fernando da Silva. **Nota Técnica PLC 38/2017 - Reforma Trabalhista - Aspectos de Inconstitucionalidade e de Antijuridicidade**. Brasília: 2017. Disponível em: [http://www.anpt.org.br/attachments/article/3133/NOTA%20T%C3%89CNICA%20-%20REFORMA%20TRABALHISTA%20\(inconstitucionalidades%20do%20PLC%2038%202017\).pdf](http://www.anpt.org.br/attachments/article/3133/NOTA%20T%C3%89CNICA%20-%20REFORMA%20TRABALHISTA%20(inconstitucionalidades%20do%20PLC%2038%202017).pdf).

ROMERO, Luis Quintana; ACEVEDO, Blanca E.Garza. **La Reforma Laboral en Mexico y Sus Efectos Económicos**. Jus Laboris: Brasília, 2017.

SALAS, Carlos; PERNIAS, Tomás Rigoletto. **Subsídios para a discussão sobre a reforma trabalhista no Brasil - Texto de discussão Nº1 "Experiências internacionais"**. Campinas: CESIT, 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Texto-de-Discuss%C3%A3o-1-Experiencias-internacionais.pdf>.

SOUSA, Sylvia Lorena T. de; ROLIM, Pablo. **Terceirização faz parte de estratégia de negócios das empresas**. São Paulo: Consultor Jurídico, 2015.

SUJEITOS SOCIAIS E EXPANSÃO TECNOLÓGICA: NOVOS ARRANJOS PRECÁRIOS PARA O MUNDO DO TRABALHO E PARA A PROTEÇÃO SOCIAL

INGRID KARLA DA NÓBREGA BESERRA

*Doutoranda do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social da UFF¹
ingridkarla.nobrega@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de formação da identidade do sujeito no período que compreende a modernidade, bem como as transformações que se direcionam a partir do surgimento do modo de produção capitalista. Entende-se que a partir desse momento são geradas novas contradições e complexidades no âmbito da reprodução social. Além disso, compreende-se que a expansão desse sistema e o seu processo de globalização e de avanços tecnológicos lançam novas questões de análise, sobretudo no âmbito do trabalho e da proteção social.

Palavras-chave: Trabalho. Sujeito Social. Capitalismo. Precarização. Proteção Social.

ABSTRACT

The present work analyzes the process of the formation of the identity of the subject in the period that includes modernity, as well as the transformations that are directed from the beginning of the capitalist mode of production. It is understood that from that moment new contradictions and complexities are generated in the scope of social reproduction. In addition, it is understood that the expansion of this system and its process of globalization and technological advances launch new questions of analysis, especially in the field of work and social protection.

Key-words: Job. Social Subject. Capitalism. Precariousness. Social Protection.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

INTRODUÇÃO

Na análise que ora se apresenta, buscou-se identificar e relacionar as transformações ocorridas no período da modernidade e, conseqüentemente, imbricar a conjuntura que ali se delineou ao desenvolvimento histórico do processo de formação da identidade do sujeito moderno, a partir do surgimento do modo de produção capitalista e da consolidação de um novo *ethos* do trabalho.

Parte-se do pressuposto de que novas complexidades foram lançadas a partir do período em questão, direcionando novos parâmetros para os sujeitos e para o seu protagonismo social.

As relações sociais que emergem a partir de então lançam novas contradições que se refletem na construção da identidade dos sujeitos, no mundo do trabalho, na Função Social do Estado e na proteção social.

Além disso, torna-se importante enfatizar para a discussão que aqui se pauta que o modo de produção capitalista, bem como todas as mudanças que se delinearão a partir da Revolução Industrial, trouxe uma mudança sem precedentes na economia que, anteriormente, era baseada na terra e nas trocas locais, por exemplo.

A expansão desse sistema ao longo dos anos veio trazendo novas dinâmicas de acumulação, inserção de tecnologias, bem como estratégias de subordinação do trabalho ao controle do capital.

Esse novo modelo *high-tech*, distinguido por computadorização, robótica, biotecnologia, inteligência artificial e coisas do gênero, conforme os termos de Sale (1999), compõe uma nova estratégia mercadológica aliada aos processos de globalização e de reestruturação produtiva, criando uma imensa força de trabalho mundial e um *modus operandi* comum que desterritorializa, cria uma nova disciplina do trabalho e ideologiza um conjunto de mecanismos que interfere nas condições de existência, gênero, raça, entre outros.

Esse fetichismo da tecnologia tem se materializado também através de grandes acordos globais, objetivando um pseudo “desenvolvimento” das nações, sob a influência do Estado Nação.

Destarte, considera-se que em nível global, a intensidade desse processo gerou diversas contradições ao mundo do trabalho, sobretudo nas formas de contratação e no aviltamento da proteção social.

Traçados esses elementos, considera-se que o objetivo principal desse trabalho é apresentar os aspectos intrínsecos à constituição do modo de produção capitalista, suas contradições e estratégias de manipulação que interferem de formas objetiva e subjetiva no mundo do trabalho e na proteção social.

1. A Identidade do Sujeito e o *Ethos* do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: a tecnologia frente às condições objetivas e subjetivas

As transformações operadas pelo capitalismo, bem como pelo processo de globalização e de reestruturação produtiva, sobretudo a partir da década de 1970², direcionam alterações na organicidade das relações dos sujeitos sociais.

Essas alterações, conseqüentemente, estão imbricadas a necessidade do sistema se manter operante e indutor de uma racionalidade pragmática e tecnicista.

² A etapa vivenciada pelo sistema do capital a partir desse período é caracterizada por estar imersa em uma crise estrutural. As características e as estratégias de superação da crise afetam o conjunto da humanidade, exigindo desta, mudanças fundamentais, através do controle do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2009).

A nova racionalidade, de natureza formal-abstrata e produtivista, baseada nos fetiches do consumo e da tecnologia, reifica as particularidades dos Estados Nação, das culturas e do meio ambiente. Além disso, nos termos de Sale (1999), essa sociedade *high-tech* vive do presente. O antigo é, por definição, pobre, imperfeito e inadequado.

Nesse presente, observa-se uma expansão do poder transnacional, com empréstimos do Banco Mundial, visando um progresso exploratório aos países mais pobres com apoio econômico, político, social e ideológico do Estado.

Essa globalização, nos termos de Bauman (1999), se apresenta como um destino irremediável e irreversível. É claro que, equivocadamente, o autor afirma que esse processo afeta a todos da mesma maneira.

Compreende-se que, embora estejamos sendo todos “globalizados”, esse processo não tem o mesmo significado para a coletividade: povos e nações vêm sendo desterritorializados, tendo as suas culturas corroídas, além dos altos índices de exploração de mão-de-obra. Não é à toa que em troca dessa cultura global, vários trabalhadores, mulheres e crianças ao redor do mundo ainda estejam sendo escravizados.

No entanto, o mesmo autor também reconhece que esse processo de globalização, em vez de homogeneizar a condição humana cria novos significados para a humanidade no sentido da polarização dos povos:

Augura uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir à distância. Para outras, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar. Com “as distâncias não significando mais nada”, as localidades, separadas por distâncias, também perdem seu significado. Isso, no entanto, augura para alguns a liberdade face à criação de significado, mas para outros pressagia a falta de significado. Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer localidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés (BAUMAN, 1999:21).

Ainda em relação a isso, Castells (1999) compreende que essa nova forma de organização social vem sendo difundida em todo o mundo, impactando as instituições e transformando as culturas. A globalização, embora encontre nas identidades coletivas desafios e expressões poderosos para a sua materialização completa, direciona questionamentos acerca da função do Estado Nação.

Acerca da globalização, concorda-se com Arcoverde *et al* (2008) quando afirma que:

A globalização não implica automaticamente num processo positivo ou negativo, e não se dá de forma homogênea em todo lugar, ou seja, enquanto em alguns locais houve um maior acesso a novas tecnologias, informações e bem-estar, em outros tais benefícios ainda são tímidos ou quase nulos ou até se deu de uma forma mais drástica a ponto de ser visualizado com o negativo (ARCOVERDE *et al*, 2008, p. 8).

O fato a considerar é que o avanço da ciência e da tecnologia, nessa mundialização, não foi capaz de minimizar os efeitos destrutivos do capitalismo e de sua marca mais drástica: a exploração da mais-valia de uma classe sobre a outra, através da venda da força de trabalho.

Nesse mundo globalizado, as novas tecnologias direcionam além dos aspectos objetivos, uma captura da subjetividade operária como condição da produção capitalista:

A introdução da maquinaria complexa, das novas máquinas informatizadas que se tornam inteligentes, ou seja, o surgimento de uma nova base técnica do sistema

sociometabólico do capital, que propicia um novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, no qual a captura da subjetividade operária é uma das precondições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista (ANTUNES; ALVES, 2004: 346).

Essa base *reificada* do trabalho, progressivamente racionalizado e mecanizado, reforça a característica alienante do capitalismo: mantém a perda da capacidade ativa do trabalhador sobre a sua compreensão de mundo e do seu papel ontológico frente ao trabalho e impõe um caráter contemplativo, conforme afirma Lukács (2003):

A atitude contemplativa diante de um processo mecanicamente conforme as leis e que se desenrola independentemente da consciência e sem a influência possível de uma atividade humana, ou seja, que se manifesta em um sistema acabado e fechado, transforma também as categorias fundamentais da atitude imediata dos homens em relação ao mundo: reduz o espaço e o tempo a um mesmo denominador e o tempo ao nível de espaço (LUKÁCS, 2003:204).

Essa ação contemplativa articulada às estratégias de captura da subjetividade vem se disseminando através de treinamentos nas empresas, em organizações, nas políticas governamentais, nas escolas, na mídia, na literatura, nas igrejas e em todas as esferas cotidianas através de um simbolismo hegemônico que se materializa dos vocábulos até as formas concretas das palavras de ordem ideológica, como por exemplo, o binômio da *eficiência* e da *eficácia*; da exigência do *produtivismo*; e das metas *quantitativas* em detrimento das *qualitativas* (ALVES, 2011).

Ainda, sobre esse aspecto, Sale (1999) considera que a televisão e a mídia são essenciais para a manipulação do sujeito contemporâneo. Ambas estabelecem todo um jogo de sedução em torno de certezas evasivas, através da venda de um estilo de vida que declara que comprar é bom, proporciona satisfação, diversão, moral e autoridade.

Além disso, a lógica do consumo aliada à tecnologia expande um dos grandes ciclos do sistema produtivo. Os artefatos ditos tecnológicos são criados com prazo de validade: o celular desse ano já não será o do próximo, a televisão de última geração será ultrapassada por uma nova sigla. O modismo de hoje transforma a heterogeneidade humana em uma cultura de massas.

Mas é claro que isso gera apenas um prazer momentâneo e de acumulação de vários objetos “úteis” para o hoje. Há uma inutilidade intrínseca para a relação ontológica entre o homem e a natureza. O acúmulo desses bens “efêmeros” gera um impacto tremendo ao meio ambiente.

A tecnosfera produz danos ambientais em todas as operações cotidianas através da exaustão de recursos; do desflorestamento; da desertificação; da poluição do ar; do envenenamento por produtos químicos industriais; da liquidação dos estoques de peixes; do consumo de energia fotossintética; do aumento da superpopulação, entre outros (SALE, 1999).

Além disso, no mundo do trabalho, nas duas últimas décadas, o impacto da tecnologia tem sido drástico, já que a maioria dos empregos criados se materializa em formas temporárias e de meio expediente, com salários inferiores, benefícios reduzidos, menos horas de trabalho e sem nenhuma garantia trabalhista (SALE, 1999).

E, afinal, questiona-se: de qual trabalho estamos falando? A quem serve essa lógica? Como o capitalismo pretende resolver as suas contradições?

Compreende-se que essas resoluções se pautam, sobretudo, através do *apelo* ao cooperativismo e à solidariedade de classes. Ideologiza-se a idéia de que as respostas para a crise devem acontecer através de um conformismo coletivo que fragmenta e desumaniza o conjunto dos trabalhadores.

Por outro lado também, as respostas desse sistema buscam minimizar, eliminar ou rechaçar teorias e evidências claras da existência do trabalho como característica primordial e fundadora da sociabilidade humana. Sabe-se que a força de trabalho é a condição de existência do próprio homem e não pode ser substituída pelas máquinas ou pelas tecnologias.

As bases que sustentam o mercado impõem essas estratégias de subordinação do sujeito ao capital o que implica, além de todas as coisas já citadas, num adoecimento físico e mental progressivo. A nova cultura da *eficiência* e *eficácia* implica também na exigência de um trabalhador polivalente, um *perfil ideal*.

Doenças frequentes como a depressão, transtornos de ansiedade, síndrome do pânico e outras vão se inserindo nas relações sociais, nas suas particularidades e expressões.

As longas filas de desemprego materializam as exigências impossíveis de serem atendidas. São exigidas cada vez mais competências que aumentem a produtividade seja de forma individual, seja na inserção em equipes.

Há ainda a ideia do *panóptico* que se intensifica dentro das fábricas, das ruas, dos shoppings centers e de todas as instituições. O investimento em segurança hoje, por exemplo, não se dá apenas pela necessidade de garantia de proteção dos meios e instrumentos de produção, mas também para a supervisão e inspeção³. Foi criado um controle tecnológico do trabalho, através de câmeras e outros equipamentos.

Segundo Bauman (1999), torna-se importante afirmar também que o investimento em segurança insere as elites em certo isolamento. O restante da população se vê afastado e forçado a pagar pelas conseqüências culturais, psicológicas e políticas das ideologizações burguesas. Os que não podem pegar pelos custos da segurança estão na “ponta receptora do equivalente contemporâneo dos guetos do início dos tempos modernos”. Esse processo criminaliza a pobreza, visto que todos aqueles que não se encaixam no isolamento elitista são presos ou marginalizados quando perambulam fora dos limites estabelecidos.

Do mesmo modo, nos termos de Alves (2011), o capitalismo e as novas tecnologias apresentam como característica a aproximação da “fábrica” à vida privada e da vida espiritual. Ou ainda:

A captura da consciência afetiva-intelectual do trabalho vivo, a busca contínua do consentimento operário, do seu envolvimento com a lógica da produção do capital, tal como é posto no toyotismo é uma necessidade “técnica” da pós-grande indústria. A organização do trabalho vivo, ou a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, é tão necessária para a grande pós-indústria, como a própria organização do novo “sistema de máquinas” (apesar de ocorrer, é claro, uma desproporção quantitativa – e qualitativa- entre trabalho morto e trabalho vivo) (ALVES, 2014: 74).

Esse mundo estranhado insere as propostas de empreendedorismo, da gestão eficiente e tecnicista do trabalho como válvulas de escape. Observam-se frases como: “faça você mesmo”; “torne-se dono do seu próprio negócio”; “seja um empreendedor” entre tantas outras propostas que, em diversos casos, colocam os trabalhadores na informalidade e nos empregos temporários.

3 Alves (1999).

Nesse cotidiano desestruturado, o sujeito moderno vai encontrando respostas nos aspectos mais grotescos da vida em sociedade sejam elas a mídia, a religião, as literaturas de autoajuda que através de arranjos ideológicos impulsionam o homem a se manter disciplinado ao sistema e operador das possibilidades de manutenção e reorganização do capitalismo.

Reconhece-se, pois, que a globalização, entendida aqui como fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, aliada à tecnologia transforma as raízes ontológicas e constituintes do ser social a soluções imediatistas e produtivistas. A destrutividade gerada por esse sistema é incompatível com o desenvolvimento humano ou social. Não pode haver progresso quando as bases constituintes da sociedade se baseiam na exploração de uma classe sobre a outra.

Há necessariamente que se afirmar ao final desse tópico que a tecnologia é contraditória, assim como o sistema que a cria. Portanto, ela representa esse processo danoso, mas também cria novas possibilidades ao mundo do trabalho. Seria errôneo afirmar que só existem efeitos ruins.

Hoje, criou-se a oportunidade de aproximação com outras partes do mundo, não apenas no aspecto individual, mas coletivo. Visualiza-se atualmente a criação de grandes redes de apoio mundial, a criação de movimentos sociais globais, além da possibilidade de denúncia das problemáticas internas dos países.

Além disso, muitos processos de trabalho puderam a partir de então enfrentar um esforço infinitamente menor do que anos atrás, entre tantos outros aspectos que se manifestam também no âmbito da reprodução social. Apesar disso, há algo que não se pode deixar de afirmar: o capitalismo é um sistema contraditório, por sua própria lógica de constituição, e não pode ser humanizado.

2. Sujeitos e Proteção Social no Capitalismo Contemporâneo

Nesse espaço de disputas de projetos, o Estado é demandado a responder a essa contradição constituinte do modo de produção capitalista. Como resposta de enfrentamento à questão social, tem-se as políticas sociais como mediações necessárias e importantes.

A questão social é entendida aqui, segundo o termo de Yamamoto (2001), como a emergência da classe operária e do seu ingresso no cenário político, através das lutas desencadeadas por direitos ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pela burguesia, e, em especial pelo Estado.

Já, de acordo com Castel (1998), a questão social seria a tomada de consciência das condições de existência das populações que são os agentes e as vítimas da Revolução Industrial (CASTEL, 1998).

No âmbito do período moderno, o surgimento das políticas sociais está imbricado à constituição da sociedade capitalista, justamente quando há esse reconhecimento da questão social inerente às relações que se manifestam na sociedade burguesa, momento também em que a classe trabalhadora assume um papel político (BEHRING, 2006).

Há que se reconhecer que tanto a questão social quanto a proteção social, através das políticas sociais, vieram se metamorfoseando ao longo dos anos, embora não tenham perdido as suas bases de constituição.

Essa metamorfose recai, sobretudo, com o aviltamento de direitos e de políticas destinadas ao enfrentamento das diversas expressões contraditórias do capitalismo.

Em relação a isso também, torna-se importante ressaltar que quando estamos falando em política social não estamos nos referindo a um padrão homogêneo, tanto na sua implementação quanto no seu conceito. A análise de cada modelo de proteção social deve levar em consideração os fatores econômicos, políticos e ideológicos de cada país.

A análise em torno da proteção social, bem como da política social, requer uma compreensão que se baseie em torno da contradição e da disputa de projetos que permeiam a sociedade dividida em classes, seja ela na sua forma liberal, neoliberal, bem como nos demais arranjos ideológicos que vão se materializando ao longo dos anos.

No desenvolvimento histórico do sistema capitalista, observa-se a existência de crises que atingiram as formas de acumulação e circulação de capitais em todo o mundo. A partir das décadas de 1960 e 1970, a natureza da crise torna-se estrutural.

Para reorientar o seu poderio, o sistema cria novas estratégias, como por exemplo, a chamada reestruturação produtiva. Segundo Mészáros (2009), a superação dessa crise afeta a humanidade, exigindo da mesma, mudanças, através do controle do metabolismo social.

A partir da década de 1980, a reestruturação produtiva e econômica do capitalismo se direcionará através de uma revolução tecnológica, social e cultural de todos os países. O progresso tecnológico buscará inserir dentro das fábricas e empresas uma maior produtividade ao trabalho, como um fator de lucro. A globalização administrará as formas como o poderio dos países hegemônicos encontrará os países subdesenvolvidos, sobretudo com apoio do Estado que terá o papel de flexibilizar as legislações trabalhistas e protetoras.

O neoliberalismo, nesse contexto, será a mão condutora do processo, já que nessa lógica o mercado deve ser o principal mecanismo para o controle da proteção social ao trabalho. A proposta neoliberal é justamente combater o investimento nas áreas sociais, bem como nos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. A palavra de ordem é flexibilizar.

O controle da sociedade, através da emergência da reestruturação produtiva, inclui uma alteração também na financeirização da economia e das políticas sociais públicas. As consequências mais drásticas recaem diretamente sobre a proteção ao trabalho, à assistência social, à saúde, à educação, entre outros.

A financeirização torna a proteção social lucrativa. O Estado, agora “máximo” ao capital e “mínimo” à proteção potencializa essa estratégia, através da terceirização e entrega das suas obrigações ao Terceiro Setor.

Essas tendências que se mundializam buscaram romper com todos os obstáculos que impediam a expansão do capitalismo a todos os países. Vestido da ideia do progresso desenvolvimentista, esse sistema inseriu as suas mega empresas ao redor do mundo, utilizando-se do apoio direto do Estado e do seu braço repressor.

Destarte, concorda-se com Bauman (1999) quando afirma que:

No cabaré da globalização, o Estado passa por um strip-tease e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega-empresas... os novos senhores do mundo não têm necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles (BAUMAN, 1999: 64).

O enfrentamento às expressões da questão social passou por um retorno ao conservadorismo, no auge das conquistas de direitos. Nos termos de Wacquant (2011), a pobreza em massa, a generalização da insegurança e o aumento das desigualdades receberam o desamparo das instituições públicas. Ou ainda, segundo o autor: a população que vivencia o desemprego estrutural, característica intrínseca ao modo de produção capitalista, foi engolida pela onda repressiva de um Estado Penal em detrimento de uma “atrofia deliberada do Estado Social”.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no relatório “Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo – Tendências 2017”, um dado considerável sobre a situação de desemprego no mundo é que a taxa deverá subir de 5,7% para 5,8% em 2017, o que representa 3,4 milhões de pessoas desempregadas. A organização ainda prevê que em todo o mundo, o desemprego mundial chegue a mais de 200 milhões, podendo ampliar em mais 2,7 milhões para o ano de 2018, já que a força de trabalho apresenta crescimento maior do que a geração de empregos (OIT, 2017).

É claro que a de constituição do capitalismo, analisado através de uma lógica de totalidade, reconhece que o desemprego é inerente e necessário ao andamento do sistema, visto que todo esse exército de pessoas desempregadas são os alvos da precarização e da exploração em níveis mais brandos.

Entre os efeitos mais drásticos dessas formas de precarização estão relacionadas síndromes como a de Burnout, causada pela estagnação emocional, dadas as condições produtivistas ou desgastantes que podem estar imbricadas, entre outras coisas, à etapa imediatista do sistema capitalista.

Aqueles que estão empregados são pressionados e cobrados cotidianamente com o peso de saber que existe uma fila de pessoas a espera de qualquer oportunidade. Vê-se que o nível de maior adoecimento desses trabalhadores pode levar, em último grau, ao suicídio. Não é a toa que vários estudos já vêm demonstrando a relação disso com o mundo do trabalho.

Profissionais da educação, da assistência social, da saúde, entre outros, por exemplo, são pressionados pela falta de recursos ou dos investimentos nas áreas de responsabilidade do Estado, além das cobranças pelo atendimento quantitativo de atividades.

Entre as características mais gerais da (des) proteção social na contemporaneidade, pode-se citar:

- A desresponsabilização do Estado e a privatização dos serviços.
- A focalização e fragmentação das políticas sociais.
- A culpabilização e a criminalização da pobreza.
- A flexibilização das relações de trabalho, dos direitos e políticas sociais.
- A financeirização da economia e das políticas públicas.
- A judicialização de todos os aspectos da vida em sociedade.
- A criminalização dos movimentos sociais.
- O retorno à utilização de práticas conservadoras.

O apoio à construção dessa etapa do capitalismo surge em cenário internacional com apoio dos Estados Nacionais, conforme já assinalado, mas também através das organizações internacionais

como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas organizações financiam e encaminham as diretrizes do chamado “desenvolvimento” a todas as partes do mundo, com o único objetivo de dar ao capitalismo a sua forma de continuidade. Oferecem ainda medidas paliativas de resolução das expressões da questão social, além de interferir nas particularidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual etapa de constituição do capitalismo, observa-se que foram criadas diversas formas de reificações que se estabelecem nas relações sociais e lançam diversas contradições para o protagonismo dos sujeitos.

Nessas relações permeadas pelo imediatismo, a globalização e a incidência de novas tecnologias se imbricam para materializar consequências que atingem desde o tempo livre dos sujeitos até a dimensão da sua felicidade. Dentre as diversas consequências, verifica-se a criação de uma subjetividade inautêntica, que se concretiza, entre outras coisas, através da construção de aparatos ideológicos.

Essas ideologizações nefárias segregam os sujeitos em ordem social, econômica, política, racial, sexual, entre outros aspectos. Cria-se uma cultura do aprisionamento societário e do encarceramento das expressões da questão social em detrimento do seu enfrentamento que deve se pautar, entre outras coisas, pelas vias do fortalecimento das políticas sociais públicas.

Essas medidas de controle atingem não apenas os sujeitos, mas as suas formas de resistência que se materializam, entre outras coisas, através dos vários movimentos sociais que surgem em decorrência do protagonismo social dos diversos segmentos.

Aqui, compreende-se que todos os movimentos sociais, sejam aqueles que lutam por questões raciais, por questões de reconhecimento de identidades e orientações sexuais, pela defesa do meio ambiente, pelos direitos das mulheres ou de todos os outros grupos que foram se constituindo na lógica patriarcal, machista, misógina, racista e excludente, entre tantas outras esferas direcionadas pelo capitalismo, tornam-se cada vez mais necessários à criação de outro projeto de sociedade.

De maneira geral, entende-se que o avanço tecnológico foi importante para a sociedade e para a descoberta de diversas questões necessárias à sociabilidade. No entanto, essa etapa merece questionamentos e compreensões acerca das suas contradições. Foi referente a esse segundo aspecto a discussão que se objetivou nesse artigo.

Não se pode negar os avanços alcançados no setor produtivo, bem como na reprodução social. Assiste-se hoje a conquistas nunca vistas antes para a cura de doenças, a rapidez nos setores informacionais, entre outras coisas. No entanto, há que se questionar: a quem servirá esse alcance numa sociedade na qual tudo se transforma em mercadoria?

Hoje, mais do que nunca, torna-se necessário resistir às capturas ideológicas do capitalismo e dos entraves que são colocados para uma emancipação completa dos sujeitos sociais, bem como para a efetivação de uma proteção social que exista para além dos artifícios neoliberais que permeiam a atual conjuntura.

Entende-se que as novas tecnologias, bem como a globalização são fenômenos irreversíveis. No atual estágio da sociabilidade não se pode imaginar o desenvolvimento de relações sociais ou de pesquisas, por exemplo, sem o uso de qualquer ferramenta tecnológica.

Diante disso, por fim, torna-se imperativo reafirmar que não há capitalismo humanizado, justamente por conta da sua própria base de constituição que se baseia na contradição entre o capital e o trabalho. E, por ser assim, a luta e o protagonismo social devem ser as estratégias de todos aqueles que são explorados por essa lógica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Valores-Fetichismo, Expectativas e Utopias de Mercado**. In: Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Trabalho e Mundialização do Capital - A nova degradação do Trabalho na era da globalização**. Londrina. Editora Práxis, 1999.

_____. **Trabalho e Mundialização do Capital - o Novo (e Precário) salariedade tardio**. Rede de Estudos do Trabalho. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-trabalho-mundializacao-capital.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2014.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências - informalidade, infoproletariado, (i) materialidade e valor**. In: Riqueza e Trabalho no Brasil II. São Paulo. Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Mundo do Trabalho e Teoria do Valor: as formas de vigência do trabalho material e imaterial**. In: Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo Editorial, 1999.

_____. **Dimensões da Crise Estrutural do Capital**. In: Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo Editorial, 1999.

_____. **Fordismo, Toyotismo e Acumulação Flexível**. In: Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas. Editora Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; MELO, Creusa da Silva; Silva, Leonidas Leal da. **Cooperativismo e Blocos Econômicos na Globalização**. In: Anais do V Encontro de Pesquisadores Latino Americanos de Cooperativismo - Movimento Cooperativo, Transnacionalização e Identidade Cooperativa na América Latina. Ribeirão Preto-SP. FEARP-USP, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEHRING, Elaine. **Fundamentos de Política Social**. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe – Estudos sobre a Dialética Marxista**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONDAINI, Marco. **Democracia e Direitos Humanos sob fogo cruzado**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

OIT. *Perspectivas sociais e do emprego no mundo - Tendências de 2017*. Disponível em: http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2017/WCMS_540901/lang--pt/index.htm. Acesso em: 15 de julho de 2017.

SALE, Kirkpatrick. **Inimigos do futuro: a guerra dos luditas contra a Revolução Industrial e o desemprego – lições para o presente**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

THOMPSON, Edward Paul. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Lisboa: Ed. Piaget, 1992.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro. Zahar, 2011.

COOPERATIVISMO NA MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA NO BRASIL: DESAFIOS ATUAIS

LUCILA JENILLE MORAES VILAR

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA)
lucilajenille@gmail.com*

ARMIN MATHIS (UFPA)

*Professor do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA)
armin.mathis@gmail.com*

RESUMO

Esse artigo aborda o cooperativismo na Mineração em Pequena Escala (MPE) no Brasil. Apresentamos os garimpeiros como grupo de trabalhadores ligados diretamente à MPE e analisamos de que maneira o cooperativismo dialoga com as necessidades desse grupo social. A discussão dos dados levantados será feita à luz do enunciado de Fals Borda (1970), segundo o qual, o espaço e o tempo do cooperativismo na América Latina, nas condições atuais impostas, podem ser entendidos como um mecanismo colonial de mudança social controlado em que o autogoverno coletivo acaba cedendo lugar à manutenção da subordinação dos sujeitos sociais em um novo contexto moderno. A pesquisa teve como processo metodológico teórico-empírico, com abordagem qualitativa. Os dados foram levantados por meio de estudos bibliográficos, além de informações institucionais referentes às políticas minerais e ambientais.

Palavras-chaves: Mineração em Pequena Escala; Políticas Públicas; Garimpeiro; Trabalho, Brasil.

ABSTRACT

This article discusses cooperativism in Small Scale Mining (MPE) in Brazil. We present the garimpeiros as a group of workers directly linked to the MPE and we analyze how cooperativism dialogues with the needs of this social group. The discussion of the data collected will be made in light of the statement by Fals Borda (1970), according to which, the space and time of cooperativism in Latin America, under the current conditions imposed, can be understood as a colonial mechanism of social change controlled in that collective self-government ends up giving way to the maintenance of the subordination of social subjects in a new modern context. The research had as theoretical-empirical methodological process, with qualitative approach. The data were collected through bibliographic studies, as well as institutional information regarding mineral and environmental policies.

Keywords: Small Scale Mining; Public policy; Gold miner; Work, Brazil.

INTRODUÇÃO

Não há no Brasil uma única forma para definir o universo que compõe a Mineração em Pequena Escala (MPE). Existem pelo menos três maneiras de identificar atividade: pelo volume de material extraído, *run of mine*¹, que é o critério do Agência Nacional de Mineração² (ANM); pelo número de postos de trabalho³, critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo faturamento anual⁴, o critério fiscal. Como uma primeira aproximação da MPE temos o entendimento de uma mineração que se caracteriza por baixa produção e frentes de lavra que usam tecnologias muitas vezes ineficientes e mão de obra pouco qualificada.

Dentro do conjunto da MPE pode-se introduzir uma distinção conforme as substâncias extraídas. Por um lado, os minerais que o Estatuto do Garimpeiro (Lei 11.685 de 02/06/2008) define como garimpáveis, tais como o ouro, o diamante, a cassiterita, a columbita, a tantalita, wolframita, sheelita, gemas. Eles se caracterizam pelo alto valor por unidade de peso. Por outro lado, a MPE é presente na extração de substâncias para uso imediato na construção civil, tais como a argila vermelha e calcário. Estas substâncias se diferenciam pelo seu baixo valor por unidade de peso, e, via de regra, são extraídas perto dos centros urbanos.

A organização do processo de extração na MPE varia por substância, cada minério tem suas especificidades e suas tecnologias de extração. A extração das pedras para pavimentar calçadas e ruas geralmente acontece em escala pequena, com duas ou três pessoas envolvidas trabalhando manualmente. Já a brita é produzida em instalações maiores, com maquinário de alto valor e um número maior de trabalhadores envolvidos na operação. A mineração de ouro pode acontecer tanto em escala artesanal, sem muitas máquinas, como de forma mecanizada, com uso de tratores, retroscavadeiras, e motores de alta potência para propulsar os jatos de água para o desmonte do material que contém o ouro.

Contudo, há similaridades entre as atividades relacionadas a cada minério. Tanto a extração de pedras (paralelepípedos) como a de brita acontecem geralmente perto de zonas urbanas, porque é ali que a demanda para estes produtos se concentra. Já no caso do ouro, a similaridade entre a pequena operação artesanal e a grande operação mecanizada pode ser encontrada na base tecnológica e nas relações de trabalho onde a remuneração do garimpeiro depende da produção física de ouro.

A Constituição Federal de 1988, no art. 174, por seus §§ 3º e 4º declara a atividade garimpeira como algo que deve ser favorecido pelo poder público, sobretudo se for organizada de forma cooperativa, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros. A inclinação do Estado para o cooperativismo na MPE se faz presente também no Estatuto do Garimpeiro de 2008, onde às cooperativas de garimpeiros é assegurada uma prioridade na obtenção da permissão de lavra garimpeira, título minerário necessário para o

1 Segundo a classificação do DNPM, uma operação de extração mineral com menos de 10.000 toneladas/ ano de *run of mine* é considerado um micro empreendimento e o limite classificatório para as operações de porte médio é de, no máximo, um milhão de toneladas/ ano de *run of mine*.

2 Em novembro de 2017, o Departamento Nacional de Mineração (DNPM) foi transformada através do Projeto de Lei de Conversão – PLV nº 37/ 2017 em Agência Nacional de Mineração (ANM).

3 Já o IBGE, utiliza, como critério de classificação das empresas, o número de mão-de-obra envolvida. No setor industrial, que engloba a extração mineral, um empreendimento com menos de 20 postos de trabalho é considerado de tamanho micro, uma pequena empresa que possui até 99 ocupações, uma empresa de médio porte oferece entre 100 e 500 postos de trabalho. Vale lembrar que, no entendimento do IBGE, o termo ocupação não se reduz somente a empregos formais, inclui também trabalho informal e mão-de-obra familiar.

4 Dentro do âmbito da regulamentação fiscal e trabalhista, a Lei Complementar 123/ 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) utiliza a receita bruta anual como critério de classificação. O limite de faturamento anual para a classificação como microempresa é de R\$ 360.000,00; para uma empresa de pequeno porte, o faturamento anual deve ser entre R\$ 360.000,00 e R\$4.800.000,00. A legislação proíbe que as cooperativas sejam incluídas no regulamento das microempresas e empresas de pequeno porte.

exercício legal da garimpagem. Ademais, o Estatuto atribui às cooperativas a competência de documentar o exercício da atividade garimpeiro dos seus sócios através de carteira expedida pela cooperativa⁵.

O Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) mostra que as cooperativas de mineração estão presentes em todos os estados, com exceção do Acre, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Entre os anos de 2008 e 2016 o número de cooperativa aumentou em 83%. As maiores taxas de crescimento estão situadas nas regiões Norte (+155%), Nordeste (+126%) e Centro-Oeste (+112%). No total são 214 cooperativas que atuam no Brasil no ramo da mineração.

Esse artigo apresenta uma contextualização do cooperativismo na Mineração em Pequena Escala no Brasil, além de apontar algumas questões teóricas consideradas importantes na compreensão do cooperativismo como forma de organização jurídico-econômica desse grupo de trabalhadores no país.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO NA MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA NO BRASIL

No século XIX, na Europa surgiram as cooperativas formais, contrapontos que resultaram da revolução industrial. Foram como um tipo de “união dos proletários”, daqueles que viviam às margens da vida pública e das vantagens econômicas, a forma cooperativa aparece como alternativa às mazelas sociais e econômicas” (FREITAS; FREITAS; MACEDO, 2016, p. 114-115). No contexto europeu, a maneira cooperativa de organizar o trabalho destacava a posse coletiva dos meios de produção, um sistema de gestão em que o “patrão” e a busca pelo lucro como único objetivo não têm espaço. Ideias como distribuição das receitas, somadas ao caráter democrático e igualitário foram a face inicial das cooperativas. Contudo, ao ganharem visibilidade e chegarem em contextos socioculturais heterogêneos, a doutrina cooperativista tem sofrido algumas modificações em face às peculiaridades de cada meio e de cada atividade econômica. PINHO (1965) destaca que essa complexidade de cenários acabou gerando dois grupos de pesquisadores na área: um grupo que advoga pela completa reformulação da doutrina cooperativista, buscando uma adequação ao contexto atual; e outro grupo que defende a ideia de que os antigos princípios do cooperativismo são atuais, mas não estão sendo observados como deveriam. Independente do grupo, há um consenso mínimo em relação aos seguintes aspectos:

Existem diversas formas de classificar as cooperativas quanto a seus fins, ao tipo de atividade econômica, de repartição dos benefícios, de auxílio mútuo, de incentivo dos organizadores. Todavia, esta multiplicidade de formas converge num objetivo único para as organizações cooperativas: a intermediação entre a produção e o mercado. Essa tem sido a forma mais fácil de entender o papel das cooperativas. Mas, nem sempre elas assumem esse papel primordial. Nas cooperativas do ramo mineral, há uma multiplicidade de formas organizacionais em que essa intermediação não existe. A cooperativa, por exemplo, pode simplesmente assumir a função de executar as ações ambientais, obrigatória para quem explorar recurso mineral e vincula-se a impactos ambientais. (FREITAS; FREITAS; MACEDO, 2016, p. 116).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para o restabelecimento do Estado Democrático de Direito e, no que tange à mineração, de acordo com MACEDO (2015), voltou a privilegiar as empresas nacionais na exploração dos recursos minerais (Art. 176, §1º), no entanto, tal prerrogativa foi alterada pela Emenda Constitucional nº 6 de 1995 (BRASIL, 1995), voltando a permitir a participação do capital estrangeiro na exploração dos recursos minerais no território brasileiro (BRASIL, 1988). Outra inovação foi:

5 A comprovação da atividade garimpeira é importante, já que ela garante ao garimpeiro o direito de deslocamento com o mineral extraído até o ponto de venda.

a extinção do Imposto Único Sobre Mineral – IUM e institui conforme Art. 20, §1º a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM devida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como aos órgãos da administração direta da União como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. A Compensação Financeira é calculada sobre o valor do faturamento líquido das empresas, obtido por ocasião da venda do produto mineral e sua alíquota pode chegar a 3% a depender do bem mineral. Sua distribuição consiste de 65% para o município produtor, 23% para o Estado onde a substância mineral é extraída e de 12% para a União (DNPM, IBAMA e MCT) (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, 2015).⁶

Nos aspectos relacionados ao garimpo a Constituição dá preferência e prioriza as cooperativas como forma de organização das ações garimpeiras (art.174, § 3º e 4º), além de direcionar à União a responsabilidade em delimitar as áreas de exploração e as condições para tal (art. 21, XXV). No ramo mineral, as cooperativas são organizações formadas por uma rede complexa de sujeitos sociais que fazem parte da cadeia de trabalho que vai desde a extração, passando pela industrialização até chegar na comercialização dos minérios. Ou seja, o Estado vislumbra que as cooperativas representam uma das formas que melhor atendem “às dimensões democrática, econômica, social, ambiental e de desenvolvimento regional, sempre na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento integrado do País, com inclusão social” (BRASIL, 2008a, p. 23).

Na mão interpretativa do Estado, o cooperativismo seria um caminho de organização das atividades informais da mineração, além de ser a porta de entrada ao direito mineral, à cidadania, ao crédito, às políticas públicas, aos programas de capacitação e à comercialização de sua produção. Contudo, devido a forma de trabalho e a constituição histórica da Mineração em Pequena Escala no Brasil, GUANÃES (2001, p.73) destaca o aspecto cultural que existe no garimpo, que é um lugar em que ações coletivas têm dificuldades de se tornarem algo espontâneo, “geralmente os garimpeiros unem-se em oposição a outros garimpeiros que os ameaçam ou, mais frequentemente, aos donos e empresários do garimpo”. Ou seja, por ser um trabalho com uma carga individualista significativa, solitário, aspectos do cooperativismo, como a autogestão, têm dificuldades de serem assimilados e botados em prática.

Além desses aspectos que constituem a maneira de trabalhar e interagir da MPE, SILVA (2011, p.39), levanta uma discussão voltada para o tipo de cooperativismo implementado na América Latina, que, para ele, teria sido uma transposição a-histórica e sem o mesmo peso ideológico europeu e pode ser entendido como “mecanismo colonial de câmbio social controlado em que o autogoverno coletivo – reverenciado no ideal da autogestão – cede a manutenção da subordinação das gentes em um novo contexto moderno”.

BORDA (1970, p.120) acrescenta que a forma jurídica em que se encontra o cooperativismo atualmente estabelece uma margem pequena de mobilidade social e que não representa uma contradição ao modelo de produção imposto pela economia capitalista. Além disso, a função latente do cooperativismo seria manter o cooperado dentro do círculo de poder econômico que já existia, em que não haveria a possibilidade de romper com tal lógica, nesse sentido, “o que se demonstra é a inutilidade de se persistir copiando modelos estrangeiros, introduzindo-lês em áreas onde não produz senão um tipo estéril de conflito social ou o reforço das estruturas existentes”.

6 Desde dezembro de 2017 há uma mudança no arcabouço legal que define a cobrança e distribuição da CFEM (Lei 13.540 de 18/12/2017, Lei 13.575 de 26/12/2017, Decreto nº 9.407/18 - de 12 de junho de 2018, Decreto nº 9.406/18 - de 12 de junho de 2018, Portaria nº 261/18 - de 29 de março de 2018, Portaria nº 239/18 - de 23 de março de 2018).

OS TRABALHADORES DA MPE

O universo dos atores que compõem a MPE é bastante diversificado. Os principais papéis que estão presente nessa atividade econômica são: o dono do título minerário, o dono da terra, onde a extração ocorre, o dono dos meios de produção usados na extração, os investidores externos que financiam parte das operações, os trabalhadores diretamente envolvidos na extração e os prestadores de serviço que dão suporte para a atividade econômica. Sobretudo nos garimpos a vinculação da remuneração ao resultado físico da produção pode gerar para os trabalhadores rendimentos que permitem através do investimento produtivo dessa renda a sua transição de trabalhador para dono de meio de produção. A possibilidade de um 'bamburro' – a descoberta de um depósito mineral muito rico, é uma ideia muito presente nos trabalhadores que atuam na garimpagem, e responsável pela quase total ausência de relações de trabalho regidas pela CLT (MATHIS, 1996).

A informalidade da relação capital/trabalho fomentado pela possibilidade de um enriquecimento súbito (bamburro) recebe dentro do garimpo a conotação positiva da sociedade, entre força de trabalho e dono dos meios de produção, cuja duração está vinculado ao ciclo de extração que inicia com a abertura de uma área para a extração e termina com a apuração do resultado físico deste processo. Muitas vezes a noção da sociedade é reforçada pelo fato que os donos dos maquinários e os trabalhadores estão submetidas às mesmas condições de vida no garimpo (MATHIS, 1998).

O processo de extração de minerais metálicos como ouro e cassiterita ou substâncias para o uso imediato na construção civil, ocorre dentro de um padrão restrito de divisão de trabalho. Via de regra, os trabalhadores, após um período inicial de aprendizagem, sabem exercer todas as tarefas e organizam o serviço de forma autônoma.

Ao estudar o garimpo brasileiro, BITENCOURT (2009) destacou o individualismo como característica que se destaca na extração de pedras preciosas. Paire nas relações uma atmosfera de pouca confiança e um latente potencial de conflito. Essa desconfiança nasce junto com as práticas da atividade, devido ao seu caráter de ilegalidade intrínseco à sua origem, à ausência das garantias de regulamentação estatal, aos perigos da exploração, somado ao fato de lidarem com um produto extremamente valioso. Contudo, a natureza da atividade demanda certo nível de cooperação que permeia o trabalho e a cumplicidade tácita ante outras categorias sociais definidas como estranhos.

Nesse sentido, GUANÃES (2001) defende que a tecnologia, a estrutura econômica e social da garimpagem aparecem relacionadas à interdependência entre os garimpeiros e a cooperação mútua no garimpo e acrescenta:

Alguns garimpeiros reconhecem que o sucesso de um garimpo depende, [...], do nível de solidariedade de seus integrantes. Se foram solidários e ajudaram outros garimpeiros no passado, certamente obterão ajuda para solucionar seus problemas no presente. Devemos considerar também que uma área de garimpo possui vários riscos, problemas e conflitos, o que leva normalmente a uma necessidade de cooperação. (GUANÃES, 2001, p.74)

Apesar de ser uma atividade vista como solitária, o autor defende a ideia de que existe solidariedade entre os garimpeiros e que essa característica não deveria ser vista como algo simplório ou menos importante, uma vez que as relações sociais no garimpo são pautadas pelo individualismo da atividade e a solidariedade que resulta na cooperação do grupo. BITENCOURT (2009) destaca as situações em que os garimpeiros costumam agir coletivamente: realização de mutirão, na partilha de informação, o estilo de vida semelhante dos donos de

garimpo e trabalhadores, as redes de empréstimos recíprocos, o modo como dividem a comida e ajudam no caso de acidente e as sanções comunitárias contra os transgressores.

RELAÇÃO ESTADO E COOPERATIVISMO NA MPE

Ao pensar na Mineração em Pequena Escala no Brasil é necessário destacar algumas características, tais como a informalidade, aspectos legais, humanos, de produção e tecnológicos. Nesses ambientes de trabalho “prevalece a alta informalidade; mineração em áreas não legalizadas; mineração sem licenciamento ambiental; geração de rejeitos sem tratamento adequado; elevado número de acidentes de trabalho nas minas e incidência de doenças ocupacionais” (FREITAS; FREITAS; MACEDO, 2016, p. 120). Além disso, temos pouca qualificação, baixa escolaridade da mão de obra, remuneração vergonhosa, a quase inexistência de treinamentos e capacitação técnica e a falta de controle da qualidade dos bens produzidos.

O Estatuto do Garimpeiro, Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008 em seu art. 11 deixa claro que “fica assegurado o registro do exercício da atividade de garimpagem nas carteiras expedidas pelas cooperativas de garimpeiros” (BRASIL, 2008b), ou seja, compete às cooperativas de garimpeiros a emissão da carteira ao garimpeiro para o exercício de sua atividade. Com essa legislação os garimpeiros que trabalhavam individualmente, segundo BITENCOURT (2009), ficam sem um arcabouço legal que regule sua atividade enquanto trabalhadores, uma vez que, no regime de matrícula conforme o código de 1967 esses trabalhadores possuíam uma matrícula que os dava o direito de exploração e ao mesmo tempo servia como comprovante em termos previdenciários para aposentadoria, podendo se aposentar como segurados especiais.

A nova legislação afirma que a atividade do garimpeiro deve acontecer quando o mesmo ingressar em uma cooperativa, contudo COSTA (2007, p.60) ressalta que as exigências para a regulação da atividade garimpeira “*seriam incompatíveis com a realidade e que devido à uma legislação confusa e burocracia por parte do Estado para liberar o direito mineral muitos dos garimpeiros se mantêm na clandestinidade*”.

Esse cenário acaba gerando cooperativas de fachadas, grupos criados com uma “*aparência legal ao cumprir os requisitos burocráticos exigidos para tal, mas que na sua essência não apresentam práticas de cooperação, de participação, de gestão democrática e de autogestão*” (MACEDO, 2015, p. 71). Nesse sentido, o Estado reconhece sua ausência e

o estigma da marginalização e até criminalização das atividades de garimpagem foram fortemente lesivas às suas identidades, obstando as melhores propostas produtivas e minero empreendedoras em vários ambientes geologicamente favoráveis no país (BRASIL, 2008a, p. 10).

Para o autor atualmente a função do Estado estaria restrita ao incentivo e formalização das cooperativas de mineração, desconsiderando os processos sociais existente e os impactos na vida do garimpeiro. Além disso, as exigências para se conseguir regularizar a atividade garimpeira não dialogam com o dia-a-dia do trabalhador.

Por não ter um modelo organizacional definido o ramo mineral pode se organizar como diversas formas de cooperativismo, como de serviço⁷, produção⁸ e consumo⁹, tal cenário

7 Quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros.

8 Pode ser formada por trabalhadores de categorias diversas, mas todos envolvidos na produção de um determinado tipo de bem; produzindo, beneficiando, industrializando, embalando e comercializando o produto escolhido.

9 Composto pelas cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados.

depende das necessidades e desejos do grupo social. “Isso não quer dizer que seja prejudicial para a atividade garimpeira e para a regulação das cooperativas, uma vez que a própria atividade indica variedades de formas possíveis de se atender a diferentes necessidades” (FREITAS; FREITAS; MACEDO, 2016, p. 117). Para os autores o Estado incentiva a criação de cooperativas, mas não da cooperação como um mecanismo de organização e produção garimpeira, ou seja, “O papel do Estado seria o de incentivar a formalização, mas deixa de considerar as implicações que o processo pode causar na vida dos trabalhadores e nas relações sociais existentes”.

Em relação aos fronteiras e aspectos positivos do cooperativismo, SILVA (2011) levanta contextos globais para tentar entender o que acontece no Brasil. Para ele o cooperativismo é uma ferramenta que possibilita conectar espaços e tempos entre modos de produção distintos e que vem se desenvolvendo e criando seu próprio arcabouço há mais de 200 anos, na Europa. No contexto do velho mundo os cooperados:

Praticamente naturalizaram a concepção de que o cooperativismo é uma forma jurídica que representa a sua classe em si e para si, sendo a expressão de um modelo acabado que torna horizontal as relações de poder e permite que se tenha o controle dos meios de produção e do próprio processo de produção. (SILVA, 2011, p. 27)

Quando foi pensado, o cooperativismo tinha ligações com ações práticas dos socialistas utópicos do século XVIII e XIX, que procuravam organizar os trabalhadores, política e economicamente, contra a dominação e a exploração intensificada da revolução industrial. Contudo, trazer essa lógica e aplicá-la de maneira vertical, impositiva, como o Estado Brasileiro vem fazendo com a Mineração em Pequena Escala, colocando o cooperativismo como uma forma de organização dos trabalhadores e a condição capaz de construir um bem-estar e um câmbio coletivo, apesar das ausências materiais reais que constituem a vida da maioria dos cooperados, é uma estratégia fadada ao insucesso. Nesse sentido SILVA acrescenta:

O cooperativismo como uma construção de classe em si e para si, isto é, como um espaço de resistência e de contradição dentro de um sistema que começava a se consolidar e se universalizar, nos séculos XVIII e XIX, a partir da Europa e dentro do seu tempo e do seu processo histórico, transpõe as suas margens e vem para o espaço e o tempo da América Latina, que era outro. O ideal de resistência dos trabalhadores europeus e de contradição dentro do e ao modo de produção capitalista passa de um conteúdo projetado a uma forma ritmada pelo capital e fantasiada pela modernidade, que é colonial. (SILVA, 2011, p.36)

O autor não é um niilista que reduz ao pó toda a história do cooperativismo no mundo, e nem nega que o cooperativismo espontâneo pode ser um local de produções coletivas que respondam positivamente às necessidades dos trabalhadores, contudo o que ele critica é o cooperativismo implantado no Brasil, principalmente ligado a grupos marginalizados socialmente. Esse tipo de cooperativismo está restrito a aspectos econômicos, desconsiderando elementos morais, materiais e de pertencimento coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordamos com FREITAS; FREITAS E MACEDO (2016) ao destacarem a fragilidade de organizações criadas com o único objetivo de acessar políticas públicas, tendo em vista que uma cultura monolítica institucionalizada não estimula o Estado e muito menos os garimpeiros a se tornarem protagonistas “no processo de organização social e política e, portanto, minimiza as possibilidades de enraizamento social das organizações induzidas e de sua emergência como estratégia de desenvolvimento do setor” (2016, p.127). Nesse contexto temos a Mineração em Pequena Escala que cresceu 83% em oito anos (2008-2016), mas que convive diariamente com

a prática do cooperativismo de fachada e que é entendida por muitos cooperados como uma forma de burocratização de suas atividades e não como um mecanismo de emancipação.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Marcelige A. **Cooperativismo e Atividade Garimpeira: o caso da cooperativa garimpeira do Vale do Rio da Bagagem LTDA**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. 2009.

BORDA, Orlando Fals. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. México: Nuestro Tiempo, 1970.

BRASIL. Código de Mineração (1967). **Código de Mineração** : e legislação correlata. - 2. ed. - Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição de 1988. **Emenda constitucional nº 9**, de 09 de Novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc09.htm>. Acesso em: 7 fev. 2015.

COSTA, L. R.. **Os garimpos clandestinos de ouro em minas gerais e no Brasil: tradição e mudança**. História & Perspectivas, Uberlândia, v. 36, n. 37, p. 247-279, jan./dez. 2007.

FREITAS, Alan F. FREITAS, Alair F. MACEDO, Alex dos S. **Cooperativismo Mineral: Da Indução de uma forma organizacional aos desafios de uma organização sustentável**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 12, n. 1, p. 107-131, jan-abr/2016. São Paulo.

GUANÃES, S. A. **Nas trilhas dos garimpeiros de serra: garimpo e turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina-Ba**. 2001. 213 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MACEDO, Alex dos Santos. **Nem tudo que reluz é ouro: os desafios de cooperativas minerais em Minas Gerais**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras - Minas Gerais. 2015.

MATHIS, A. **Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia**. A formação de relações de trabalho sob o quadrângulo mercado internacional, Estado Nacional, região e natureza. Papers do NAEA (UFPA), Belém, v. 101, p. 1-20, 1998.

MATHIS, A. **Garimpos de ouro na Amazônia, relações de trabalho e condições de vida**. Brasil Mineral (março/abril 1996) v. XIII, p. 30-35, 1996.

PINHO, Diva B. **O Cooperativismo no Brasil desenvolvido e no Brasil subdesenvolvido**. Caderno nº 19. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965. v. 19.

SILVA, Eduardo F. **Economia Solidária e o Direito: da utopia à colonialidade**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Paraná. 2011.

VALADARES, José Horta. **Participação e poder: o comitê educativo na cooperativa agropecuária**. (86 f). Dissertação de Mestrado em Administração Rural. Lavras: UFLA, 1995.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: TRABALHO, SALÁRIO E RENDA NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 2000

LUÍZ FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS

*Mestrando em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
filipesantis@hotmail.com*

GILMAR RIBEIRO DOS SANTOS

*Professor do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
girlids@bol.com.br*

SHEYLA BORGES MARTINS

*Professora do Departamento de Política e Ciências Sociais
e Doutoranda em do Desenvolvimento Social - UNIMONTES
sheylavida2000@yahoo.com.br*

Resumo

Este estudo objetiva realizar um balanço da estratificação social no Brasil na década de 2000, a partir do trabalho, salário e renda. Tal década se diferencia das demais em razão de as políticas econômicas e sociais terem atingido uma parcela maior da população que vivia em situação de privação. Esse contexto de desenvolvimento social do Brasil mostrou-se como um importante momento para a constatação da queda das desigualdades sociais. O estrato “C” ou “nova classe média” obteve uma mobilidade social horizontal em função do aumento do emprego, valorização anual do salário mínimo concomitante ao aumento da renda *per capita*. Nesse sentido, utilizamos nesse trabalho as três variáveis para demonstrar a ascensão social provocada pelas políticas econômicas e sociais, principalmente, a partir de 2004.

Palavras-chave: Estratificação; Trabalho; Renda; Nova Classe Média

Abstract

This study aims to evaluate social stratification in Brazil in the 2000s, based on work, salary and income. This decade is different from the others because economic and social policies have reached a larger part of the population that was living in deprivation. This context of social development in Brazil has proved to be an important moment for the realization of the fall of social inequalities. The “C” or “new middle class” stratum has achieved a horizontal social mobility due to the increase in employment, the annual valuation of the minimum wage concomitant with the increase in per capita income. In this sense, we use in this work the three variables to demonstrate the social ascent provoked by the economic and social policies, mainly, from 2004.

Key-words: Stratification. Labour. Income. New Middle Class

INTRODUÇÃO

Há 26 anos, Waldir de Quadros (1991) estudava o fenômeno do surgimento de uma nova classe média no Brasil em função do período denominado “milagre econômico”. Neste estudo, ele verificou uma expansão das ocupações consideradas de classe média, além da melhora na qualidade de vida e acesso a bens e serviços restritos a algumas camadas sociais. As observações sobre o período que compreendia a ditadura político-militar era de uma política econômica altamente conservadora e indiferente aos problemas sociais, como a exclusão e desigualdades, que de certa forma eram empecilhos para o desenvolvimento socioeconômico do país. Sua observação é de que aquela época era a grande oportunidade do país para reduzir as disparidades sociais, mas que foi jogada fora em razão do governo militar autoritário e seu descaso com aqueles que não pertenciam às elites e camadas médias.

O saldo foi somente a pequena ascensão da classe média e o enriquecimento óbvio das elites políticas e econômicas, o que mostra que a estrutura social do país foi, e, ainda é modificada de maneira positiva aos menos favorecidos, de forma lenta e nada empática.

A amálgama de um país colonial e escravista são uns dos principais fundamentadores da desigualdade no Brasil. A mobilidade social só ocorreu, timidamente, a partir de 1930, em decorrência da inserção do país no capitalismo e industrialização forçada. As classes sociais por anos eram fortemente segregadas em função ao acesso de bens e serviços necessários.

Não muito diferente desse processo de crescimento econômico e de mudanças na estrutura do país nos anos 70, já nos anos 2000, a partir de 2004, ocorreu um processo semelhante no sentido de crescimento econômico, mas diferente em relação ao tratamento do governo para com as classes baixas e excluídas de todo o processo econômico do país. O Brasil mudou. E essas mudanças socioeconômicas foram sentidas e impactaram toda a estrutura social e, principalmente, o mercado. A chamada classe “C” tornou-se a grande protagonista da economia brasileira.

O fenômeno da ascensão da classe C no Brasil chamou a atenção da academia e da mídia por indicar uma série de mudanças nas dimensões de educação, trabalho e renda. Programas de distribuição de renda, valorização do salário mínimo, aumento do crédito e geração de emprego fizeram com que as camadas excluídas se tornassem atores importantes da economia brasileira, bem como a forte inserção dessa camada no mercado do consumo. A diminuição da pobreza e desigualdade social colocou em voga o estudo de classes e mobilidade social no Brasil a partir do Governo Lula (2003-2010). Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo abordar o processo de mobilidade social ocorrida a partir dos anos 2000, com a ascensão da chamada “nova classe média”, tendo como análise alguns indicadores.

ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

O debate sobre estratificação tem sido relevante, principalmente no Brasil, que passou por uma fase de mudanças sociais na década de 2000, sendo manifestadas pela classe “C”, visto que o distanciamento entre os estratos sociais diminuiu, configurando uma queda expressiva das desigualdades.

A estratificação social é a forma a partir da qual os homens se organizam pelo modo de produção vigente e pelo poder político de uma determinada sociedade, sendo representada pelas hierarquias e desigualdades. Destarte, a dominação de um estrato sobre o outro depende do poder econômico e político. (IANNI, 1978).

A sociedade de classes está pautada, em primeiro plano, pelas estruturas econômicas e políticas, postergando as categorias socioculturais como religião, raça ou hereditariedade a fatores

secundários para estruturação social. Outra diferença é que a possibilidade de mobilidade nas classes é maior, pois não são grupos baseados na religião ou em cultura específica. No entanto, a herança da propriedade é determinante para o indivíduo manter sua posição social. (BOTTOMORE, 1968). Nesse sentido, a estratificação que utilizamos no estudo apresentado tem como elementos de mobilidade social o trabalho, o salário e a renda.

Para Tumin (1970), a mobilidade social varia de acordo com o contexto político, econômico, social e cultural de uma época, na qual o tempo é um fator importante para o movimento intrageracional ou intergeracional. Pode se dar no âmbito da educação, profissão ou outra dimensão, sendo que sua mensuração pode ser objetiva, como a renda, ou subjetiva, quando os sentimentos dos indivíduos mudam de acordo com seu movimento na estrutura.

Um novo esquema de análise de classe e mobilidade utilizado por Ribeiro (2007) procura resolver alguns problemas de outros modelos utilizados, superando o conceito de mobilidade dividido em circular e estrutural. Desta forma, são anulados os dois conceitos e substituído por outros, mas enquanto efeitos da mobilidade e não um modelo.

A quantidade de mobilidade ascendente e descendente observada em uma determinada sociedade é uma consequência de dois efeitos, um relacionado às mudanças estruturais que ocorrem entre as gerações (esse efeito expressa-se na disparidade entre as distribuições de origens e destinos de classe) e outro determinado pelo grau de associação estatística entre classes de origem e de destino, ou seja, pela fluidez social ou desigualdade de oportunidades. Esses dois efeitos são os principais componentes que determinam o total de mobilidade social observado em uma determinada sociedade. (RIBEIRO, p. 140).

O efeito estrutural da mobilidade é explicado por características históricas do desenvolvimento socioeconômico de cada sociedade. Portanto, é entendido enquanto resultado de transformações estruturais externas em dimensões econômicas, tecnológicas, demográficas e fecundidade. A mudança de uma sociedade rural para urbano é exemplo de transformação na estrutura de classes, modificando as origens e destinos. (RIBEIRO, 2007).

A fluidez social é um efeito obtido por meio de análises de razões de chances relativas de indivíduos passarem de uma classe para outra, ou seja, a origem social pode ser determinante para uma classe atingir um patamar na estratificação, diferente em seu destino, indicando desigualdades de oportunidades. Desta forma, indivíduos de classes mais altas tendem a continuar em posição de prestígio. (RIBEIRO, 2007).

Vale ressaltar que a mobilidade nem sempre se traduz em mudança de posição de classes já firmadas e consolidadas na estratificação, visto que as mesmas podem continuar em mesma posição, mesmo com mudanças significativas na política, economia e sociedade. Um exemplo é da camada C do Brasil, que fora chamada por estudiosos de “nova classe média”. A afirmação é de que mudanças estruturais ocorreram, mas isso não modificou as classes já conhecidas.

OS ANTECEDENTES DA PROSPERIDADE DOS ANOS 2000

A economia brasileira apresenta em sua história recente dois ciclos de crescimento econômico. O primeiro, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1950) e o segundo, que vai do governo de Juscelino Kubistchek aos anos dos governos militares (1950-1980).

O primeiro ciclo marca a considerável arrancada do país que, graças à desvalorização cambial da depressão de 1929 e da mudança de eixo dinâmico da agricultura para a indústria no Brasil, foi um dos primeiros países a superar a crise. O plano de metas e as políticas de Vargas fomentaram o maior período de crescimento da história do país. Foram três décadas marcadas pela criação

de instituições com a Petrobrás, Banco Nacional para o Desenvolvimento – BNDES, entre tantas outras. Nesse contexto, houve a integração da região centro-oeste com o restante do país, através da construção de Brasília e a agricultura de ponta da nossa época é fruto desse processo. Cabe salientar, no entanto, que este foi um período de excessos (QUADROS, 1991), caracterizado por desequilíbrios externos e internos, inflação e dívida pública. Certamente, a crise dos anos 60 foi o reflexo dessa “ousadia”, e por quase meia década, os ajustes foram necessários.

No final dos anos 60 o caminho do desenvolvimento brasileiro foi retomado e percorrido até a década de 80. As bases para o crescimento do país foram estabelecidas a partir de reformas institucionais, com a criação da correção montaria, aperfeiçoamento das leis trabalhistas e as mudanças do sistema financeiro. As exportações aumentam vertiginosamente, o crédito foi ampliado e as manufaturas do país conquistaram mercado externo. A desigualdade, porém, cresce na mesma medida e bate recorde.

O Brasil dos anos 80 é marcado, sobretudo, por desequilíbrios ainda maiores que os experimentados na era pós JK. A maioria dos investimentos foi apoiada com dívida externa. Passamos toda a década pagando os custos, em meio a um processo de transição política complexo, de instabilidade econômica, inflação, congelamento de preços, estado falido, inflação e dívida externa fora do controle.

A partir daí, a transição econômica iniciada na década de 90, com a abertura da economia, privatização, controle da inflação e reforma fiscal preparou o país para o novo ciclo de crescimento. Esta década ficou conhecida como o período do ajustamento, reformas institucionais da economia e crescimento baixo. A desigualdade, em consonância com este contexto, continua alta. Ela Permaneceu alta desde 1928 até os anos 2000, como fruto de uma impressionante concentração de renda entre as camadas mais ricas, o que manteve o Brasil entre o grupos de países mais desiguais do mundo. Somente no final da década de 1990 as pesquisas começaram a apontar uma mudança nesse quadro. Após 2001, por exemplo, a desigualdade no rendimento do trabalho começou a apresentar declínio e a desigualdade da renda per capita caiu sistematicamente, conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Desigualdade de Renda Per capita - Índice de Gini Brasil



Fonte: Marcelo Neri/FGV. Adaptado

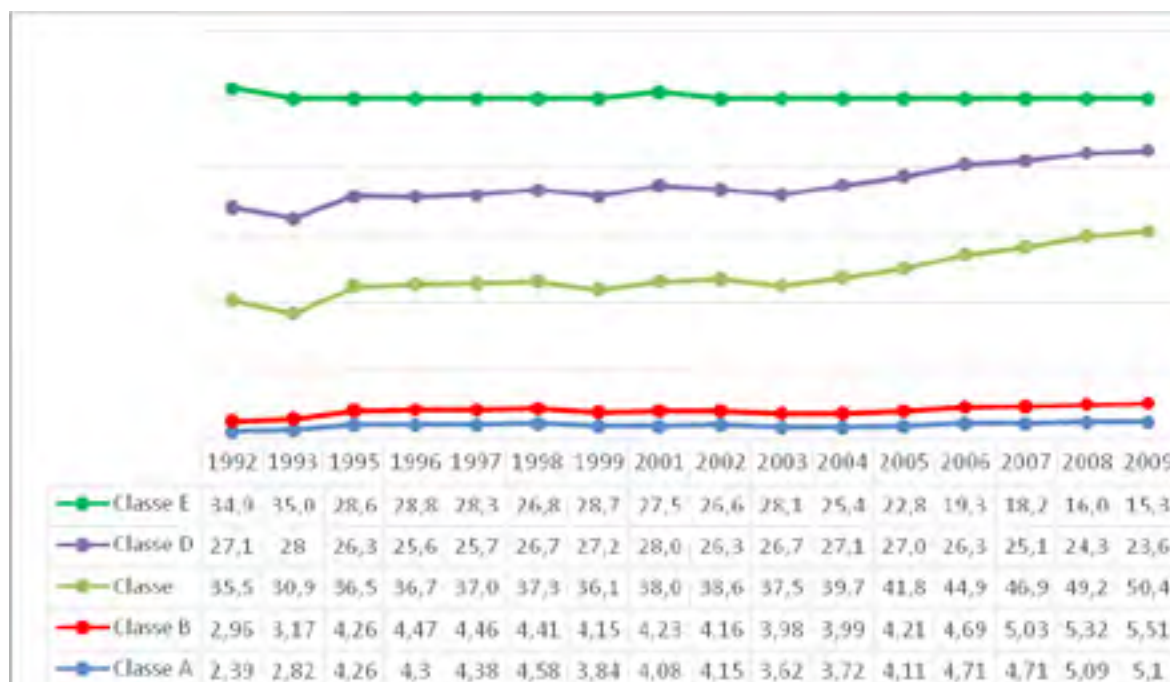
As mudanças ocorridas no início dos anos 2000 são, ainda, pautas de muitos debates para a academia, para os governos e para a mídia. Fruto de políticas econômicas e sociais pensadas em camadas mais baixas da sociedade, a nova estratificação do Brasil diz muito sobre nosso capitalismo tardio e conservador, que desde seu início é marcado por imensas desigualdades e distâncias entre ricos e pobres. Nesse sentido, a classe C, denominada de “nova classe média”, se tornou protagonista da economia brasileira, a partir de 2004, no governo de Lula.

Foram verificadas várias conquistas para essa camada, ainda que seja unânime a defesa de que tais conquistas deveriam ter ocorrido anos antes. Na verdade, essa classe passou a ter acesso a bens obviamente necessários de forma generalizada.

A TESE DA “NOVA CLASSE MÉDIA” DOS ANOS 2000

Observa Salata (2016) que as discussões acerca da classe C terem se constituído em uma nova classe média não se restringe apenas ao Brasil. É fruto de uma tendência mundial, que tem como foco países, ainda em processo de desenvolvimento, que absorveram o capitalismo de forma tardia. É o caso dos países que compõem o Bloco Econômico – BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Não obstante, a análise da classe média mundial situa-se somente no campo econômico, por ser considerada a melhor maneira de mensuração: absoluta, para verificar evolução global e a relativa, para investigações em países específicos. Desta forma, o pobre norte-americano não é o mesmo pobre brasileiro ou em países periféricos; e o mesmo serve para a classe média. Cada país, ou região escolhe suas metodologias e mensuração de classes.

É nessa perspectiva mundial que Neri em 2008, até então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, lançou *A Nova Classe Média Brasileira*, livro que gerou polêmicas e fez reacender o debate sobre classes sociais no Brasil. Na pesquisa, o economista analisou a evolução das classes econômicas do Brasil sob a luz do rendimento. O contexto da época era de estabilidade, crescimento econômico, redução de desigualdades e aumento do consumo. Inexoravelmente, o consumo foi traduzido em avanços sociais, já que grande parte da população adquiria bens e serviços como jamais visto antes. O destaque dado por Neri (2010) no gráfico 2 é de maior evolução da classe C frente as outras classes no período compreendido entre 1992 e 2009. Nesse período, mais de 94 milhões de brasileiros passaram a ter renda entre R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00.

Gráfico 2 - Evolução De Classes Econômicas - 1992 -2009

Fonte: Marcelo Neri/FGV. Adaptado

Como pode ser verificado na tabela 1, Neri (2010) dividiu o Brasil em cinco estratos - A, B, C, D e E - oriundos dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, na qual observou grandes avanços quantitativos da classe C, denominando-a nova classe média brasileira. Para mensurar as classes econômicas ele utilizou-se da seguinte definição de rendas com base no salário mínimo de 2010.

Tabela 1. Definição de Classes Econômicas

Renda Domiciliar Total de Todas as Fontes Limites	
Classe E	R\$ 0 a 705
Classe D	R\$ 705 a 1126
Classe C	R\$ 1126 a 4854
Classe B	R\$ 4854 a 6329
Classe A	R\$ 6329 +

Fonte: Marcelo Neri/FGV. Adaptado

Em certa medida, o economista ressalta a mensuração das transformações ocorridas na estrutura social a partir da renda. No entanto, foi prato cheio para a mídia adotar e disseminar a tese da nova classe média. O que significa que essa camada C estaria em posição privilegiada em ocupações e rendimentos típicos da classe média tradicional, como gerentes, empregados públicos ou pequenos proprietários. Ou como aponta SCALON (2012) esse estudo faz minar a ideia de que o Brasil se tornou "um país de classe média, o que teria consequências em relação às demandas da população, seu estilo de vida, visões de mundo, aspirações, orientações políticas, etc". (p.394).

TRABALHO, SALÁRIO E RENDA: O QUE DIZEM OS INDICADORES?

As pesquisas realizadas sobre o período analisado oferecem amplo suporte para compreendermos, através dos indicadores selecionados, as mudanças sociais que possibilitaram mobilidade social da nova classe média.

São dois os critérios mais utilizados para se mensurar classes sociais: subjetivos e objetivos. O primeiro critério tem em vista a análise qualitativa e mais próxima das camadas estudadas. Utiliza-se, principalmente a variável identidade de classe. No campo objetivo são utilizadas variáveis como educação e, principalmente, renda e trabalho.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é o principal órgão de pesquisas sociais, estatísticas e demográficas. A maioria dos pesquisadores utilizam seus dados. SCALON (2012), Pochmann (2012), Neri (2010) utilizaram dados das Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar - PNADS e Censo Demográfico para analisar, através de microdados, as transformações sociais traduzidas pelos principais indicadores sociais. Desta maneira, o IBGE utiliza a classificação por ocupações através da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar que é vinculado ao Ministério do Trabalho.

A Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa - ABEP desenvolve a classificação socioeconômica mais utilizada no Brasil, voltada para indústria, comércio e marketing para pesquisas *ad hoc*. Nesse sentido, as classes são medidas através de variáveis quantificáveis (banheiros, empregados domésticos, micro-ondas), por meio de grau de instrução e avaliação de serviços públicos. (ABEP, 2016).¹A classificação da ABEP é feita em seis estratos: A, B1, B2, C1, C2, D-E, como se ver no quadro abaixo.

Tabela 2- Estimativa para a Renda Média Domiciliar - ABEP

Estrato Sócio Econômico	Renda Familiar – R\$
A	20.888
B1	9.254
B2	4.852
C1	2.705
C2	1.625
D-E	768

Fonte: ABEP. Adaptado

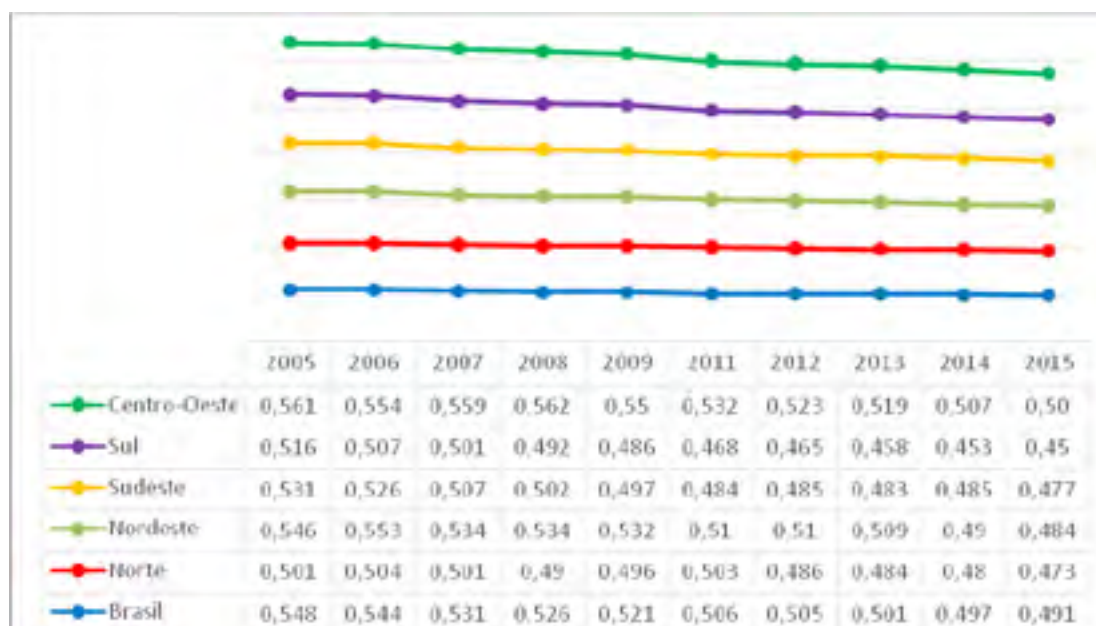
Todos esses critérios tornaram-se meios de fundamentação para as discussões sobre a “nova classe média”. Mas, podem não responder e explicitar uma realidade que os dados quantitativos não dão conta. Jessé de Souza condena esse “economicismo” em favor do discurso da ampliação da classe média tradicional. Já Pochmann (2012) em sua pesquisa, avalia as transformações tentando traduzi-las através das mudanças no mercado de trabalho e nas ocupações. As classificações objetivas são as mais hegemônicas para medição de classes sociais, haja visto sua praticidade. Desta forma, analisar e perceber também a dinâmica das mudanças nos indicadores pode nos oferecer uma visão precisa da realidade.

¹ Para informações completas sobre o Critério Brasil de Classificação, acessar: <https://www.bep.org>

Salário e Renda

A avaliação das desigualdades pelo Índice de Gini é uma importante ferramenta para verificar as dinâmicas que o país vem apresentando ao longo dos anos. No gráfico 3 percebe-se que esse indicador vem apresentando avanços significativos. “A medida assume valor mínimo de 0 (zero), situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos em uma sociedade, e valor máximo de 1 (um), situação extrema de desigualdade, em que apenas um indivíduo ou família se apropriam de toda a renda disponível.” (JANUZZI, 2012, p. 108-109). Nesse sentido entre 2005 e 2015 a queda das desigualdades medidas por renda caíram e o índice se aproximou mais de 0 (zero).

Gráfico 3 - Índice De Gini Da Distribuição Do Rendimento Mensal Das Pessoas De 15 Anos Ou Mais De Idade, Com Rendimento, Segundo As Grandes Regiões 2005/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2016. Adaptado

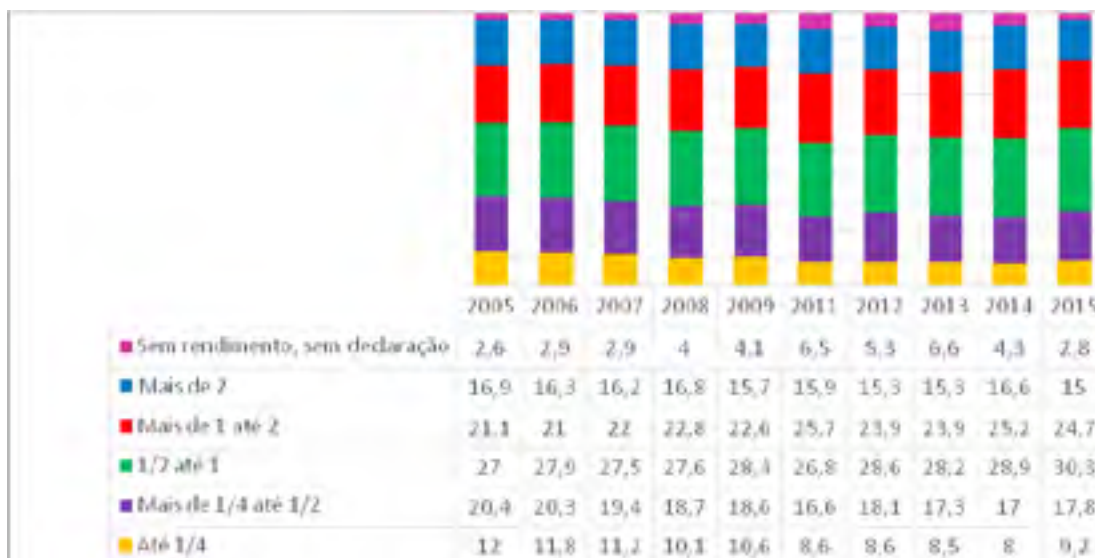
A renda *per capita* tem sido uma das principais variáveis para se medir mobilidade social no Brasil, como mostra o trabalho de Neri (2010). Ao longo desses anos, vem apresentando um aumento significativo e ampliando as possibilidades de acesso a bens e serviços a parte da população, antes excluídas. Schwatzaman (2017) aponta que:

A estimativa é que o Bolsa Família foi responsável por cerca de um quarto da redução na desigualdade de renda no Brasil desde a sua criação, sendo os outros três quartos explicados pela expansão do mercado de trabalho. Como os valores transferidos são pequenos, seu efeito na redução da pobreza também é pequeno, mas os benefícios para aqueles em condições extremas de pobreza são significativos. (p. 12)

A ampliação da renda e a superação da pobreza foram fundamentais para alimentar a tese da nova classe média. Os programas de transferência de renda se tornaram as principais políticas dos governos federais desse século. O expoente maior é o Programa Bolsa Família, que foi responsável por diminuir as desigualdades de rendimento no país.

No gráfico 5 são apresentadas seis classes de rendimentos domiciliares das camadas mais baixas. “As duas faixas mais baixas, até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário mínimo *per capita*, apresentaram, em 2015, patamares próximos aos encontrados em 2012” (PNAD, 2016)

Gráfico 4 - Distribuição Percentual Das Pessoas Residentes Em Domicílios Particulares, Por Classes De Rendimento Domiciliar Per Capita Brasil - 2005/2015

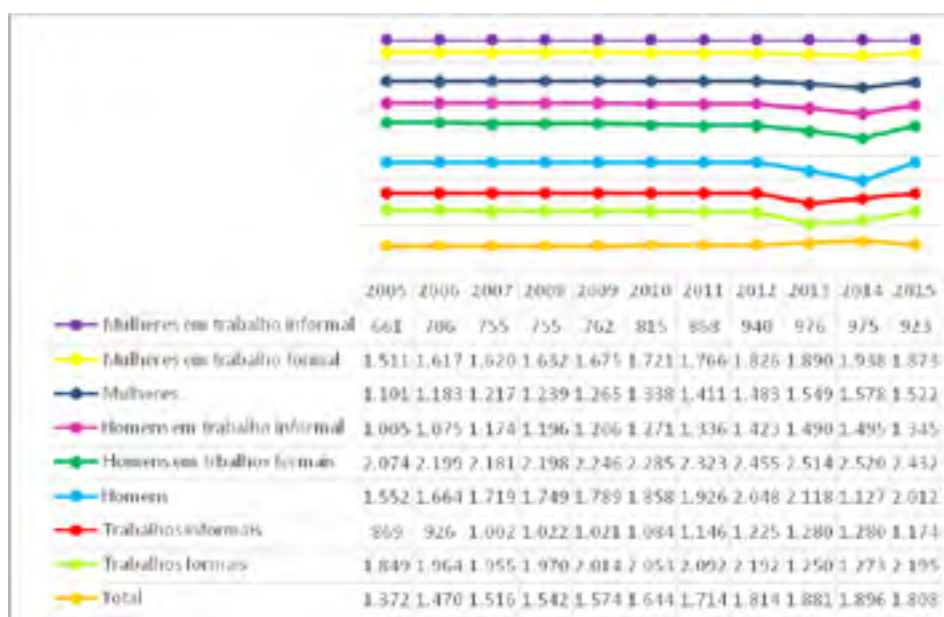


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2016. Adaptado

Trabalho

Ao longo dos anos analisados, é possível perceber as mudanças positivas no trabalho, mas fica negativo nos últimos anos. Os dados analisados refletem a crise econômica vivida pelo Brasil atualmente, visto que no Gráfico 5 percebe-se uma queda do rendimento médio do trabalho, houve um decréscimo no rendimento de todas as categorias analisadas, sendo o total em 2015, R\$1.808. Analisando a questão de gênero, a mulheres em trabalho informal sempre esteve na posição mais baixa da pirâmide.

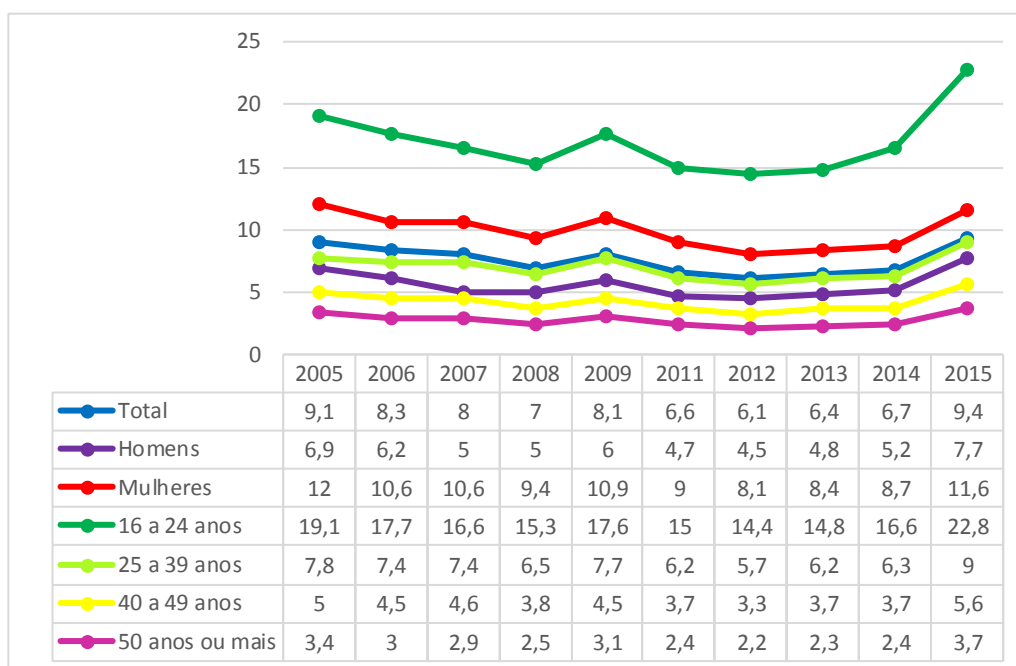
Gráfico 5 - Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em trabalhos formais - 2005/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2016. Adaptado

No gráfico 6 verifica-se o número crescente de desocupados no mercado de trabalho em razão da crise. Um decréscimo relevante nesses dez analisados ocorreu entre 2008 e 2009, motivados pela crise econômica mundial da época. Essa dinâmica entre 2014 e 2015 é maior nesse período, visto que o desemprego subiu de 6,7% em 2014 para 9,4% em 2015. A faixa etária entre 16 e 24 anos sempre foram as que mais sofreram.

Gráfico 6 - Taxa De Desocupação Das Pessoas De 16 Anos Ou Mais De Idade, Segundo O Sexo E Os Grupos De Idade - Brasil - 2005/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2016. Adaptado

A criação de novos postos de trabalho na década de 2000 refletiu em toda economia, visto que os setores primário, secundário e terciário cresceram de forma abrangente. O setor de serviços, principalmente, absorveu grande parte dos trabalhadores. O empreendedorismo, sem dúvida, foi grande novidade. Souza (2012) ressalta sobre essa ampliação de novos empreendimentos, mas chama a atenção para a pauperização das condições de trabalho que essas novas “fábricas” oferecem. O que se gera são subtrabalhadores dos trabalhadores. As consequências, para além das péssimas condições oferecidas, são de possibilidades menores de carteira de trabalho assinada e todos os outros benefícios assegurados pela CLT. Os beneficiários dessa nova dinâmica são todos dos bancos e do capitalismo financeiro que esvaziam as fábricas tradicionais e as transferem para lugares ainda piores ou “fundo de quintal”.

O que vai acontecer após todas essas mudanças ainda não sabemos, mas se olharmos para os dados mais recentes, não temos muito do que esperar senão da recuperação da economia. Provavelmente, essa “nova classe média” tem muito a sofrer, pois seu desenvolvimento ocorreu em período pequeno e logo se deu a crise que agravou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental compreender todas as mudanças na sociedade com base em como ela se estrutura. A sociologia da estratificação é pedra preciosa quando se pensa em tais mudanças no Brasil nos últimos anos. Tem-se aberto debates que generalizam o conceito de classes e mobilidade social. Por isso é importante debulhar as principais correntes teóricas acerca desses temas, com vistas a conectar com as dinâmicas presentes e não deixar que o assunto da nova classe média caia em discursos de senso comum e sejam modificados genericamente.

Frente às questões abordadas nesse estudo, temos que entender que o estudo não esgota todas as discussões sobre a nova classe média. Compreendemos que as mudanças são frutos, tanto de agentes específicos do período da ascensão da classe C, como também oriundas de uma lógica maior: capitalismo financeiro mundial, acrescentado pela absorção tardia do capitalismo. Essas abordagens foram evidenciadas nos dois principais expoentes da nossa pesquisa: Pochmann e Jessé de Souza.

Os agentes específicos nos quais falamos referem-se propriamente ao período a partir de 2003. Como ressaltado por Pochmann, as políticas econômicas obtiveram excelentes êxitos não só por elas mesmas, mas pela adoção, por parte do Governo, de políticas públicas e sociais de combate aos empecilhos do acesso das camadas excluídas. Essa atenção, sem dúvida, condicionou a inserção dos pobres, a ampliação do consumo e acesso a bens e serviços.

Muito maior que isso, o capitalismo em seu processo histórico vem se modificando, sempre buscando adequar seus anseios em seu favor, penalizando muitas vezes os indivíduos que não estão em posições de proprietário. O Brasil iniciou o capitalismo nos anos 30, no entanto, com inúmeras raízes da colonização e escravidão, o que fez agravar o desenvolvimento do sistema. Sendo assim, esse mesmo período acontecia em concomitância ao início das políticas de estado bem-estar social na Europa e Estados Unidos. Em certa medida, o país procurou aceleradamente introduzir a indústria e o modelo competitivo, mas se esqueceu da parte maior da população que poderia ser motor para o desenvolvimento. Prezando a adequação ao capitalismo mundial presente, sempre, o país ao longo do século XX procurou introduzir tudo do capitalismo central, mas ao mesmo tempo, continuava amarrado às estruturas antigas.

Se as condições de trabalho ao longo do século passado não eram suficientes, se agravaram em razão da adoção pelo Brasil do capitalismo financeiro mundial e as políticas neoliberais que acabaram por pauperizar as relações de trabalho, visto o enxugamento das empresas e estatais e adesão pelo modelo de terceirização. Desta forma, Pochmann e Jessé de Souza concordam que a nova classe média não tem de nada parecido à classe média tradicional. O primeiro aponta que a ascensão ocorreu, mas formou-se uma camada de trabalhadores que antes viviam no subconsumo e que não tinham acesso a bens e serviços necessários. Próximo a essa conclusão, Souza concorda com a ascensão, portanto, de maneira precária. Face às palavras de ordem como “mérito”, “faça você mesmo” e, principalmente, “empreendedorismo”, os batalhadores conseguiram ascender a custo de muito sofrimento e desgaste à posição melhor do que as camadas mais excluídas do Brasil, ou ralé. As características dos batalhadores é abertura de empreendimentos precários, sem acordos trabalhistas com funcionários e a produção parecida ao fordismo.

Todo esse processo de mudança está demonstrado quando se analisa a dinâmica da renda, educação e trabalho. Os dados apresentam o forte impacto das políticas econômicas e sociais com mais sensibilidade às camadas excluídas. Na renda, o expoente para mudanças foi o Programa Bolsa Família, que contribuiu para erradicação de fome e miséria e incluir as camadas mais pobres no consumo e maior qualidade de vida. A educação, como expoente teve o forte investimento no ensino superior através do de programas para financiamento estudantil em

rede privada e ampliação das universidades públicas e ensino público, no geral. No trabalho, foram criados novos postos, bem como o aumento real do salário mínimo anualmente.

Por fim, em alguns dados verifica-se a queda de algumas estatísticas a partir de 2014, principalmente no mercado de trabalho. Essa dinâmica negativa se dá em função da atual crise política e econômica que o Brasil vem passando. Não obstante, muito mais que conclusões, este estudo nos deixa indagações e surpresas ao se verificar os dados. A pergunta que fica é: *Como vai se comportar a nova classe média diante do retrocesso nessa metade da década de 2010?*, já que é esse momento que está colocando à prova essa classe que se caracterizou, principalmente pelo consumo.

REFERÊNCIAS

- ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016**. Disponível em: Acesso em: 29/02/2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2016** – PNAD. Rio de Janeiro, 2016.
- IANNI, Octávio. **Teoria de Estratificação Social**: leitura de sociologia. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- JANUZZI, Paulo de Martino. **(I)ndicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, fontes de dados e aplicações. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.
- KAMAKURA, Wagner. MAZZON, José Alfonso. Classes Sociais e Estratos Socioeconômicos. In: **Estratificação Econômica e Consumo no Brasil**. Blucher: 2013.
- NERI, Marcelo C. **A Nova Classe Média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média?** O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POCHMANN, Márcio. **O Mito da Grande Classe Média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo Editoria, 2014.
- QUADROS, Waldir José de. **“O Milagre Brasileiro” e a Expansão da nova classe média**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1991.
- RIBEIRO, Carlos A. C. **Estrutura de Classes e Mobilidade Social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- SALATA, André Ricardo. **A Classe Média Brasileira**: posição social e identidade de classe. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- SCALON, Celi. SALATA, André. **Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década?** O debate a partir da perspectiva sociológica. Revista Sociedade e Estado, v. 27, n. 2. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 387-407.
- SCHWARTZMAN, Simon. **A Saga de Belíndia**: as políticas sociais no país dos contrastes. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças, 2017.
- SOUZA, Jessé de. **Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- TUMIN, Melvin M. **Estratificação Social**: As Formas e Funções da Desigualdade. São Paulo: Pioneira, 1970.

AVANÇOS TECNOLÓGICOS: O FIM DO TEMPO DE NÃO TRABALHO

MYLENA DEVEZAS SOUZA.

*Mestranda do Programa de
Pós Graduação em Sociologia e Direito - UFF
mylenadevezas@hotmail.com*

RESUMO

A pesquisa aborda os impactos dos avanços tecnológicos e da implementação dos sistemas de reorganização do trabalho, tais como fordismo e taylorismo, pelo capital na busca do aumento de produção, e conseqüentemente, de lucro. Verifica-se então a redução do tempo de não trabalho, conforme classificação de Marx, dentro da jornada de trabalho, gerada em decorrência da busca do lucro pelo capital. Analisa-se, portanto, a diminuição do período de não trabalho simultaneamente à intensificação do trabalho ocasionados pela busca de um maior lucro e produtividade, bem como seus impactos para a sociedade em geral. Realiza-se ainda a diferenciação do período de não trabalho e o tempo de disposição ao empregador, para, por fim debater o aumento da jornada fora do local de trabalho devido à hiperconectividade existente na sociedade.

Palavras-chave: Tecnologia. Não trabalho. Intensificação. Disposição ao empregador. Hiperconectividade.

ABSTRACT

The research addresses the impacts of technological advances and the implementation of labor reorganization systems, such as Fordism and Taylorism, by capital in pursuit of increased production, and consequently of profit. The reduction of the time of non-work, according to Marx's classification, within the working day, as a result of the search of the profit by the capital, is verified. It is analyzed, therefore, the reduction of the period of not working simultaneously to the intensification of the work occasioned by the search for a greater profit and productivity, as well as its impacts for the society in general. There is also a differentiation of the period of non-work and the time of disposition to the employer, in order to discuss the increase in the journey outside the workplace due to the hyperconnectivity existing in society.

Key-words: Technology. Non-work. Intensification. Provision to the employer. Hyperconnectivity.

INTRODUÇÃO

O ato de trabalhar é ato cotidianamente comum na sociedade contemporânea, sendo o meio pelo qual é proporcionado o sustento das casas e famílias. Todavia, ao longo dos anos ocorreram diversas transformações nos serviços realizados, principalmente após a Revolução Industrial e a automação das indústrias. Assim, se no início do trabalho, este era concentrado na área rural com o cultivo de alimentos e criação de animais, atualmente a realidade já se encontra altamente modificada, com a prevalência do trabalho no setor de serviços.

A divisão do trabalho em setores foi realizada de acordo com o surgimento e aprimoramento dos serviços, há, portanto o setor primário, que relaciona-se com a exploração de recursos da natureza, como era no início, o setor secundário, que envolve as fábricas e indústrias, e o setor terciário, responsável pelos serviços à sociedade. Com as inovações tecnológicas, toda a produção e cultivo de alimentos e produtos foram automatizados, reduzindo a quantidade de pessoas necessárias para realização de determinado serviço, o que gerou uma migração daqueles excedentes para outros setores.

Os trabalhadores excedentes passaram a ocupar principalmente o setor terciário, causando uma saturação do mesmo, diante da automatização de boa parte da produção industrial e agrícola. Porém, o setor terciário não se viu imune aos avanços tecnológicos, tendo sido afetado pela evolução dos meios de comunicação e computadores, que permite a realização do trabalho de qualquer lugar.

Verifica-se, portanto, um grande impacto causado pelos avanços tecnológicos, não somente na quantidade de mão de obra necessária para a realização dos serviços, mas também na intensificação do trabalho realizado, e a consequente redução do tempo de não trabalho, ou melhor, de descanso e lazer dos trabalhadores.

1. A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

A Revolução Industrial e os constantes avanços tecnológicos trouxeram consigo grandes alterações para o trabalho, principalmente ao proporcionar o surgimento das leis e organizações trabalhistas, a fim de garantir direitos mínimos para o trabalhador. Dentre destes, está a redução da jornada de trabalho que chegava à extenuantes doze horas diárias, segundo Sadi Dal Rosso o “trabalho contemporâneo é herdeiro de uma jornada mais reduzida em número de horas trabalhadas, mas também de um grau de intensidade muito maior do trabalho do que em épocas anteriores¹”.

Percebe-se então que apesar do aumento de garantias e direitos trabalhistas, tais como o pagamento de hora extra, décimo terceiro salário, adicional noturno, adicional de insalubridade, férias remuneradas, dentre outros direitos previstos na Constituição e na legislação trabalhista, o trabalhador não está imune à exploração do capital, sendo submetido à diversos problemas, tais como a intensificação e a flexibilização do trabalho.

O fenômeno da intensificação no trabalho torna-se bem visível a partir da Revolução Industrial, com a automatização da produção, que ditava o ritmo de produção dos trabalhadores de acordo com o ritmo da esteira de produção. Além dos avanços tecnológicos outro fator responsável pela intensificação do trabalho são os sistemas de reorganização do trabalho, como o fordismo e o toyotismo, que buscavam uma redução do desperdício, otimizando ao máximo a produção. Não é possível, no entanto indicar qual fator afetou mais a rotina laborativa, já que “os fatores da intensidade do trabalho são multiplicativos, não substitutivos²”.

1 DAL ROSSO, 2008, p. 68

2 DAL ROSSO, 2008, p. 68.

O ritmo e a velocidade que o fordismo conseguiu imprimir ao trabalho são reproduzidos no toyotismo, que por sua vez procura, com uma pertinácia inquebrantável, corrigir sistematicamente fatores de desperdício que aquele apresenta em decorrência de seu princípio de produção em massa e em grande escala³.

Verifica-se assim uma busca constante pelo aumento da produção o que por diversas vezes ocasionou ainda a intensificação da produção, que são fenômenos diversos, apesar de se encontrarem conexos em diversos momentos. O aumento da produtividade diz respeito tão somente a um resultado de produção maior por aquela indústria ou empresa, destaca-se que esse aumento pode ser alcançado tão somente com a reorganização do trabalho, sem que necessariamente ocorra o aumento da intensificação da produção.

O aumento da intensidade da produção, por sua vez, envolve um maior gasto de energia pelo empregado para a realização do trabalho⁴, pode-se dizer que essa intensidade é decorrente das condições de trabalho que determinam um maior grau de envolvimento por parte do empregado que o possibilite dar conta de todas as tarefas que lhe foram delegadas. É importante destacar que essa intensidade envolve tão somente o ato de trabalhar⁵, relacionando-se apenas com o sujeito do trabalho, ao contrário da produtividade, a qual diz respeito aos meios materiais pelos quais o trabalho é realizado, abrangendo apenas os resultados obtidos em períodos de tempo diversos.

Os sistemas de reorganização do trabalho, tais como fordismo, o taylorismo e o toyotismo, foram de grande influência na supressão da porosidade do trabalho apontada por Marx, ou seja, diminuindo o período de não trabalho dentro da jornada, e conseqüentemente aumentando a exploração sobre a força de trabalho.

As várias formas de descentralização produtiva e avanço tecnológico, mostrando que a fragmentação do trabalho adicionada ao incremento tecnológico, pode possibilitar ao capital tanto uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força de trabalho⁶.

Sadi dal Rosso traz para o debate os meios utilizados pelo capital, não sendo apenas os avanços tecnológicos, mas também os novos processos de trabalho, a flexibilização da produção e a descentralização produtiva aqueles utilizados pelo capital, de modo a adequar a produção à lógica do mercado, reduzindo os prejuízos e otimizando os lucros.

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado⁷.

A partir das transformações do processo produtivo, percebe-se uma redução drástica quanto às fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal, isto se deve principalmente aos avanços tecnológicos e a hiperconectividade presentes na sociedade contemporânea. Fato é que atualmente, devido à internet, é permitida a realização de praticamente qualquer lugar que tenha sinal de celular, assim a intensidade do trabalho não é elevada tão somente dentro do local de trabalho, mas ainda fora dele, já que ao não ter tempo hábil suficiente para a realização de suas atividades dentro da jornada de trabalho, o empregado pode vir a finalizá-las de sua casa.

3 DAL ROSSO, 2008, p. 68.

4 DAL ROSSO, 2008, p. 21.

5 DAL ROSSO, 2008, p. 20.

6 ANTUNES, 2017, p. 38.

7 ANTUNES, 2017, p. 34.

Na busca do aumento de produtividade, o empregador estabelece metas ou atividades diárias a serem cumpridas pelo empregado, não somente reduzindo ao máximo o seu período de não trabalho dentro da jornada, mas ainda podendo gerar as horas extras fora do ambiente do trabalho. Assim, o problema da intensidade laborativa torna-se mais grave então, ao deixar de afetar tão somente o ambiente laborativo, mas também o ambiente familiar do trabalhador.

Para prejuízo do trabalhador, por diversas vezes, não são consideradas as alternâncias entre o grau de intensidade da realização do trabalho ao longo da jornada do trabalho durante a determinação do trabalho a ser realizado. Embora seja fisicamente impossível manter o mesmo ritmo de produção durante toda a jornada de trabalho, as metas e atividades são definidas com base em um ritmo único de produção, gerando grande desgaste para o trabalhador.

Devido a essa diferença de rendimento do trabalhador ao longo da jornada, há algumas empresas que adotaram uma jornada diária reduzida, de apenas seis horas, a fim de estimular o empregado a trabalhar de forma constante com uma maior intensidade, porém por um curto período de tempo, de modo que tenha tempo hábil após o trabalho para a resolução de assuntos pessoais bem como para o lazer, elevando sua qualidade de vida, e conseqüentemente sua produção laborativa. Este é o caso de algumas empresas suecas, na Suécia a marca de trabalhadores que extrapolam cinquenta horas de jornada semanal é apenas de 1%, sendo uma das taxas mais baixas segundo a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento⁸.

A Suécia é um país que preza pelos momentos de descanso do trabalhador, incentivando os períodos de férias e períodos de licença maternidade e paternidade. A própria medida de redução da jornada não é recente, iniciou-se em 1990 e 2000 no setor público, sendo agora retomada. Segundo a reportagem da BBC sobre o assunto “em um centro de atendimento da Toyota na costa oeste da Suécia os turnos de trabalho para mecânicos já tinham sido reduzidos há mais de uma década. A companhia registrou aumento nos lucros e manteve os turnos mais curtos⁹”.

Visualiza-se neste cenário uma nova possibilidade para a intensificação do trabalho, que traz benefícios não somente para o empregador, mas também para o empregado, que terá mais tempo disponível para as questões pessoais, enquanto que o gasto com a manutenção da empresa será reduzido diante da redução do seu período de funcionamento. No Brasil, é possível a jornada inferior a oito horas diárias conforme dispõe o artigo 58-A da CLT:

Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

§ 1o O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

Todavia, no Brasil a implementação da jornada parcial conseqüentemente traz a redução salarial, já que segundo o parágrafo primeiro do artigo supra colacionado, o pagamento para os empregados em regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada. A implementação de um esquema similar ao da Suíça ensejaria a alteração da legislação trabalhista a fim de possibilitar a mesma remuneração para uma jornada de trabalho reduzida. O caminho trilhado pelo Brasil, porém, segue um caminho contrário, principalmente a partir da Reforma Trabalhista realizada em 2017, a qual trouxe mais benefícios para o empregador do que para o empregado.

8 BBC BRASIL. Empresas suecas testam jornada de seis horas. Publicado em 02.11.2015. Disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151102_suecia_trabalho_seis_horas_fn>.

9 BBC BRASIL. Empresas suecas testam jornada de seis horas. Publicado em 02.11.2015. Disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151102_suecia_trabalho_seis_horas_fn>.

2. PERÍODOS DE NÃO TRABALHO X PERÍODO À DISPOSIÇÃO AO EMPREGADOR

A diferenciação entre o período de não trabalho e o período à disposição do empregado se faz necessária para melhor entender o fenômeno da intensidade do trabalho, afinal este é proporcionado diante da supressão do tempo de não trabalho, não tendo relação ao período de disposição ao empregador. A conceituação do período de não trabalho vem da teoria marxista. Para Marx, “o trabalho é ‘poroso’ no sentido de uma atividade intercalada por momentos de não trabalho¹⁰”, assim os períodos de não trabalho englobariam as pausas para banheiro, para um café ou um bate papo com o colega de trabalho.

Durante os tempos mortos, os “porosos” o trabalhador não trabalha e não produz valor. Como o trabalho assalariado é heterônomo, o empregado procura aumentar os tempos de não trabalho e assim diminuir seu próprio desgaste. O desejo dos empregadores, ao contrário, é eliminar totalmente as ‘porosidades’ da jornada, meta difícil de atingir¹¹.

O período de não trabalho é, portanto, um período pelo qual o empregado recebe para realizar o trabalho, porém não o realiza, por motivos alheios à vontade do empregador. De modo contrário, o período à disposição do empregador é aquele em que apesar de não haver produção pelo empregado, este se encontra aguardando ordens do empregador. Como exemplo pode-se mencionar o período de sobreaviso, no qual o empregado encontra-se em sua casa ou outro local fora da empresa, aguardando o seu chamado para o serviço, momento a partir do qual passará a produzir, acatando as ordens que lhe foram direcionadas. Este período à disposição do empregador também é considerado como parte da jornada, devendo o empregado receber a remuneração adequada pelo período.

Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

O empregado deve, portanto, receber pelo período de não produção em que esteja aguardando ordens ou comandos do empregador. Todavia, diante dos avanços tecnológicos e da hiperconectividade existente, além do período de não trabalho e de disposição ao empregador, há outra problemática na sociedade contemporânea. Tornou-se comum a existência de trabalhadores que exercem cargos de chefia ou de gerência que, apesar de não estarem em sobreaviso, estando, portanto, no seu período de descanso, precisam estar atentos para as chamadas urgentes de seu empregador.

Haveria, portanto na sociedade contemporânea um período em que o empregado não é remunerado, mas é obrigado a atender as chamadas e ordens de seu empregador. A obrigação no atendimento de ordens, chamadas ou e-mails do empregador não se dá diante de uma obrigatoriedade contratual, já que neste período o empregado teria direito ao descanso, porém atualmente, o empregado que não se encontra totalmente à disposição do empregador é visto de forma negativa, e pode vir a ser demitido.

O empregado então em seus períodos de descanso acaba realizando atividades relacionadas ao seu trabalho, muitas das vezes por medo de perder o emprego diante da não realização. Mas nem sempre o empregado é remunerado por este trabalho extra, já que é realizado em um período que não se enquadra na definição de não trabalho de Marx, nem na definição do período à disposição do empregador. Este fenômeno da seara laborativa trouxe ainda como consequência a tenuidade da separação da casa do trabalhador e de seu trabalho, tornando-se inclusive inexistente em alguns casos.

10 DAL ROSSO, 2008, p. 47.

11 DAL ROSSO, 2008, p. 47.

3. A SUPRESSÃO DO PERÍODO DE NÃO TRABALHO

Ao tratar da supressão do período de não trabalho, pode-se então estar se referindo não somente ao período dentro da jornada de trabalho em que o empregado deixa de realizar as atividades devidas, mas também aquele período em que o trabalhador encontra-se em seu período de lazer, mas devido à sua função ou cargo, precisa estar à disposição da empresa, atendendo a chamados urgentes. Há então uma confusão entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho.

Este tempo excessivo à disposição do empregador, pode trazer graves consequências para o empregado, que precisa estar constantemente conectado, não possuindo um tempo para um relaxamento completo. A hiperconectividade gera então um grande stress na vida moderna, que não possui distinção entre gêneros ou idade, o que pode vir a trazer problemas de saúde, devido à ausência de descanso e o elevado desgaste energético na realização do trabalho.

Como as empresas buscam cada vez mais a supressão do período de não trabalho, dentro da jornada de trabalho, o empregado não consegue ter um alívio de seu esgotamento, ainda que momentâneo, ao parar para tomar um café, ou ir ao banheiro. Esta obsessão pela supressão é visível de forma límpida nas empresas de telemarketing, as quais realizam o controle do tempo que o empregado se ausenta de sua mesa, por diversas vezes estabelecendo um limite máximo do período de ausência. Isto gera mais do que uma intensificação, mas um esgotamento do trabalhador.

No Japão, por exemplo, foi constatado que esta intensificação, ou este tempo excessivo dedicado ao trabalho tem sido a causa de morte de diversos trabalhadores. Segundo a reportagem realizada pela BBC há cerca de duas mil mortes anualmente em decorrência do *karoshi*, que se tornou o termo relacionado à morte causada pelo excesso de trabalho¹². Ainda segundo a BBC o governo japonês passou a procurar medidas para reduzir o problema, principalmente após o falecimento de uma funcionária de uma empresa de publicidade, a qual costumava realizar mais que cem horas extras mensais.

Assim, o governo japonês lançou então o plano chamado “Sexta-Feira Prêmio” pelo qual as empresas são incentivadas a liberarem seus empregados a partir das 15h da última sexta-feira do mês¹³. Esta não foi a única medida já tomada pelo governo do Japão, o qual já elevou o número de feriados anuais, encorajou a utilização de horários flexíveis e tentou, embora sem sucesso, incentivar os japoneses utilizarem todo o período de descanso que têm direito, já que por vezes utilizam apenas a metade.

Os prejuízos trazidos pela intensificação não são suportados apenas pelos trabalhadores, mas também pelos próprios empregadores. Fato é que o empregado vivencia problemas emocionais e de saúde, devido ao elevado esgotamento físico e mental proporcionado pela intensificação laborativa, mas ao mesmo tempo este mesmo empregado tem sua produção e eficiência reduzida, em decorrência dos problemas vivenciados, o que acaba por trazer prejuízos para o empregador também.

A supressão do período de descanso tornou-se tão grave que na França a partir de 2017, passou-se a aplicar o direito à desconexão para os trabalhadores, que nada mais é do que o direito de não estar à disposição do empregador, o direito de se desligar do trabalho, o direito de ter sua vida particular, de criar novamente uma fronteira entre a vida privada e o trabalho¹⁴.

12 BBC Brasil. Como suicídio de funcionária exausta levou à renúncia do presidente de gigante japonesa. Publicado em 29.12.2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38461828>>. Acessado em 05.11.2018.

13 PATERSON, 2017, não paginado.

14 BBC Brasil. Franceses ganham direito a ‘folga de e-mail’ fora do horário de trabalho. Publicado em 02.01.2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38471356>>. Acessado em 04.11.2018

Devido a este direito é permitido ao empregado a desconsideração de e-mails e telefonemas recebidos no período de folga.

Busca-se com a implementação deste novo direito aos trabalhadores recriar a separação entre o período de não trabalho e o período de trabalho, existente antes da hiperconectividade e dos avanços tecnológicos que permitiram a realização do trabalho de modo remoto. Mas, não este exemplo não é seguido por todos os países, sendo poucos os que de fato adotaram este tipo de direito a seus trabalhadores. No Brasil, por exemplo, há pouca jurisprudência que aborde o direito à desconexão, que ainda não possui qualquer regulamentação.

É preciso que a sociedade deixe de negligenciar este problema causado pela incessante busca do lucro pelo capital, e passe a buscar novas maneiras de proporcionar melhorias nas condições de trabalho em todo o mundo. Todavia, este é um fenômeno contrário ao que está acontecendo, já que se tem notícias da constante flexibilização trabalhista em diversos países.

O Brasil recentemente implementou uma reforma trabalhista, diminuindo direitos assegurados aos trabalhadores, e regulamentando novas maneiras de flexibilização do trabalho, em uma busca do aumento de vagas de trabalho ofertadas. Passado um ano desde a implementação da Lei 13.467/2017, não houve qualquer alteração do mercado de trabalho, permanecendo a elevada taxa de desemprego, e ao mesmo tempo agravando a situação dos trabalhadores, que se encontram com direitos mais restritos do que antes da reforma trabalhista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos fatos e argumentos constatados por esta pesquisa-se, pode-se chegar a conclusão de que é necessária uma maior regulamentação trabalhista a cerca não somente do tempo à disposição do empregador, mas ainda quanto ao fenômeno da intensificação do trabalho. Mais do que a regulamentação de mecanismos de proteção ao trabalhador, é preciso implementar medidas de fiscalização para seu efetivo cumprimento.

A saúde do trabalhador deve ser protegida pela legislação trabalhista, de modo a evitar o abuso realizado pelas empresas que, por diversas vezes, desconsideram os impactos negativos na saúde física e emocional do trabalhador quando implementam sistemas de reorganização do trabalho ou outras medidas que visem o aumento da produtividade e consequentemente de seu lucro.

Pode-se considerar que há pequenas vitórias para os trabalhadores diante da criação de políticas voltadas para sua proteção, como é o caso do direito à desconexão na França, e as medidas implementadas pelo governo Japonês na busca de combate ao *karoshi*. Todavia, é necessário que outros países aumentem a proteção a seus trabalhadores.

O suicídio realizado pelo trabalhador que não mais aguenta a pressão e o stress daquele trabalho não é uma particularidade do Japão, e existe em outros países, ainda que não exista um termo específico para isso. Porém, mais do que suicídio, é preciso se atentar para os demais problemas de saúde, sejam físicos ou emocionais, que são decorrentes do excesso de trabalho.

A ausência de tempo de descanso, a supressão do tempo de não trabalho e a intensificação da produção na jornada de trabalho trazem stress físico e mental para os trabalhadores, que podem inclusive ter problemas de saúde decorrente da má alimentação e do sedentarismo, fenômenos cada vez mais presentes na sociedade moderna.

Vivencia-se na sociedade contemporânea uma crise no trabalho, que resulta não somente na precarização e na flexibilização do trabalho, com a criação de empregos temporários e contratos intermitentes, mas também no aumento dos problemas de saúde enfrentados pela população, gerando um maior gasto do governo com a saúde pública.

É necessária a existência de uma legislação trabalhista não deixe de se atualizar constantemente de modo a não deixar de atender as atuais demandas da classe trabalhadora, principalmente quanto à questão da intensificação do trabalho. A proteção dos trabalhadores em face da exploração do capital sobre o trabalho é a função primordial do direito do trabalho, e não pode ser esquecida em prol da necessidade de estímulo da economia.

No contexto brasileiro, porém, a implementação de uma Reforma Trabalhista benéfica principalmente para o empregador, levanta o questionamento quanto os objetivos do governo de atender os interesses do capital, ainda que para isso os trabalhadores suportem prejuízos decorrentes da supressão ou redução de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BBC Brasil. *Como suicídio de funcionária exausta levou à renúncia do presidente de gigante japonesa*. Publicado em 29.12.2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38461828>>. Acessado em 05.11.2018.

BBC BRASIL. *Empresas suecas testam jornada de seis horas*. Publicado em 02.11.2015. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151102_suecia_trabalho_seis_horas_fn>. Acessado em 03.11.2018.

BBC Brasil. *Franceses ganham direito a 'folga de e-mail' fora do horário de trabalho*. Publicado em 02.01.2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38471356>>. Acessado em 04.11.2018

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo, Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, Sadi. *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2016.

HOBBSWAN, Eric J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre a história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBBSWAN, Eric J. *Os Trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado*. Tradução de Mariana Leão Teirxeira Viriato de Medeiros. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo. *Relações Coletivas de Trabalho: Configurações Institucionais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: LTr, 2008.

SUPIOT, Alain. *Homo Juridicus: ensaio sobre a função antropológica do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PATERSON, Simeon. *Mortes por excesso de trabalho refletem desafios do Japão para mudar cultura de hora extra*. BBC NEWS, publicado em 03.01.2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38494915>>. Acessado em 20.10.2018.

O DEFESO ILEGÍTIMO PELA NATUREZA: EFEITOS DE UMA IMPOSIÇÃO INSTITUCIONAL SOBRE A REPRODUÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE PESQUEIRA DA PRAIA DO SIQUEIRA, CABO FRIO, RJ

NAETÊ BARBOSA LIMA REIS

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais- UENF
naetelima@gmail.com
Instituição de fomento:
FAPERJ/UENF*

GERALDO MARCIO TIMÓTEO

*Professor Associado - UENF
geraldotimoteo@gmail.com*

TATIANA WALTER

*Professora do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental - FURG
tatianawalter@gmail.com*

RESUMO

O debate sobre mecanismos de regulação ambiental no Brasil, após a década de 1990, tornou-se polarizado, entre processos decisórios centralizados e autoritários ou participativos e democráticos, espraiando-se em um espectro, de acordo com um maior ou menor grau de permeabilidade do Estado, à participação da sociedade na gestão ambiental. Sob a perspectiva hegemônica, centralizadora e autoritária, existe invariavelmente, um mau uso dos recursos naturais pela coletividade, exigindo o controle do Estado. Tal viés distancia as políticas públicas das demandas comunitárias, tornando-as descoladas da realidade local, gerando conflitos e injustiças ambientais. Nesse contexto, a pesquisa pretende analisar os impactos sobre a reprodução social da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, localizada às margens da Lagoa de Araruama em Cabo Frio (RJ), advindos da implementação de um defeso único, que proíbe a pesca de peixes e crustáceos por três meses, e que segundo relato dos pescadores, foi estabelecido em um período inadequado.

Palavras-chave: Participação Social, Pesca Artesanal, Gestão Ambiental Pública, Conflitos Ambientais

ABSTRACT

The debate on mechanisms of environmental regulation in Brazil, after the 1990s, became polarized between centralized and authoritarian or participative and democratic decision-making processes, spreading in a spectrum, according to a greater or lesser degree of permeability of the State, to society's participation in environmental management. Under the hegemonic, centralizing and authoritarian perspective, there is invariably a misuse of natural resources by the collectivity, requiring state control. Such a bias distances the public policies from the community demands, making them detached from the local reality, generating conflicts and environmental injustices. In this context, the research intends to analyze the impacts on the social reproduction of the artisanal fishing community of the Siqueira Beach, located on the banks of the Araruama Lagoon in Cabo Frio (RJ), resulting from the implementation of a single closure prohibiting fish fishing and crustaceans for three months, and according to fishermen, was established in an inadequate period.

Key-words: Social Participation, Artisanal Fisheries, Public Environmental Management, Environmental Conflicts

INTRODUÇÃO

Apesar da magnitude da atual crise ambiental, esta constitui um marco recente na história, visto que até a década de 60 a preocupação ambiental era praticamente inexistente a nível global. Foi entre as décadas de 60/70, que os sintomas da crise foram mais fortemente sentidos, o que abalou a era de prosperidade, em que se acreditava no desenvolvimento ilimitado dado pelo avanço da ciência e da tecnologia, dando lugar à crise ambiental hoje amplamente difundida (BRUGGER, 1994). Esse período foi especialmente relevante devido à eclosão em escala global de movimentos sociais, como o movimento hippie, o movimento dos negros americanos pela cidadania, a reivindicação das mulheres por direitos iguais e os movimentos ambientalistas (QUINTINO, 2006).

Diante do apelo catastrófico da crise, preocupante e historicamente novo, a questão ambiental se fortaleceu como pauta global, sendo discutida em diversos encontros internacionais, o que consolidou inicialmente, o discurso preservacionista, e a necessidade de se limitar o crescimento industrial, principalmente nos países considerados subdesenvolvidos. No Brasil, em plena ditadura militar, o discurso de preservação ambiental, foi em princípio aceito, mas logo restrito à uma máquina burocrática sem poder (LEROY, 2002). Ao contrário, a pauta referente ao meio ambiente foi adequada a um modelo de expansão baseado no desenvolvimento de um pesado complexo infraestrutural, por meio de grandes investimentos externos, coadunando com a postura da burguesia, que afirmava que a pior poluição era a miséria (BRUGGER, 1994). A falácia de “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo” resultou em uma série de investimentos de grande impacto ambiental, como a transamazônica, grandes projetos agropecuários, atividades petroquímicas (AMARAL 2001). Nesse contexto, houve massivo investimento na indústria pesqueira, o que possibilitou a modernização e expansão dos setores de captura e processamento em plantas industriais, assim como da comercialização de produtos de pescado de alto valor (RUFFINO, 2016). A lacuna de conhecimento científico sobre o contexto de pesca brasileiro, somado ao aumento do poder de captura conferido pelo Estado à indústria da pesca, contribuiu para o declínio dos estoques pesqueiros, que culminou em um cenário de crise no setor (idem).

A crise no setor pesqueiro representa a crise de um modelo de desenvolvimento da pesca, que acompanha uma crise civilizatória mais profunda e multidimensional, que envolve necessariamente a superação do modelo de desenvolvimento hegemônico e o avanço de epistemologias que contemplem a complexidade ambiental. Em consequência, na busca por mudanças, emergiram iniciativas com intuito de promover um modelo de gestão dos recursos pesqueiros, que envolvesse as comunidades pesqueiras artesanais, estabelecendo um diálogo maior entre o saber técnico e o saber tradicional para tomada de decisão (SILVA, 2014). Para o autor, a participação da comunidade pesqueira no ordenamento pesqueiro é fundamental, pois, o conhecimento tradicional, viabiliza a implementação de ordenamentos mais adequados a realidade. Assim, em contraposição ao modelo hegemônico de gestão, centralizador e autoritário, busca-se mecanismos participativos de gestão ambiental, capazes de ampliar o poder de decisão das comunidades pesqueiras, em vistas a superação de injustiças ambientais e à manutenção da biodiversidade. Contudo, o nível de participação, depende do grau e interação com o Estado, que, apesar de alguns avanços, ainda é muito restrito no Brasil (SILVA, idem).

Um dos gargalos para o fortalecimento da perspectiva de gestão ambiental participativa tem sido a abordagem presente em grande parte das instituições governamentais, em que o conhecimento científico tem sido proposto como universal, aplicável a vários contextos, não levando em consideração que o saber tradicional tem como característica ser gerado por meio da experiência de vida, por pessoas do lugar. Essa concepção confere a ciência não somente um papel hegemônico, mas um caráter perigoso, pois invalida a existência de outras epistemologias e de outras explicações do mundo, consolidando uma perspectiva de gestão ambiental, meramente instrumental e não democrática (ANDRADE, 2000).

Além disso, não é raro que, processos de monitoramento em constante descontinuidade, como os dados de estatística pesqueira, mesmo em defasagem, sirvam como modelo para o ordenamento pesqueiro. O contexto de regulação ambiental torna-se ainda mais problemático quando analisamos as constantes mudanças institucionais, vide a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2015 e a desestruturação de políticas públicas para o setor pesqueiro, culminando em um cenário confuso e precário para a sustentabilidade da pesca artesanal.

Nesse contexto, o objeto de estudo da presente pesquisa é a comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira¹, localizada às margens da laguna de Araruama, no município de Cabo Frio. O bairro é tradicionalmente habitado por pescadores artesanais que utilizam embarcações de pequeno porte, a remo, principalmente para a pesca de camarão. A pesquisa pretende analisar de forma geral, os conflitos enfrentados pela comunidade pesqueira da Praia do Siqueira, para o exercício de sua atividade. De forma mais específica, analisa os impactos sociais sofridos a partir da regulamentação do defeso do camarão, visto que, o período estipulado, proibindo a pesca de peixes e crustáceos, segundo os pescadores, não é adequado para o camarão, pois, nessa fase ele alcança tamanhos maiores e nos demais meses, se torna pequeno e escasso. Os dados sugerem que, apesar de documentos oficiais indicarem que sejam implementados dois momentos de paralisação de pesca na Lagoa, visto as diferenças entre os ciclos de vida de peixes e crustáceos, houve uma decisão política, por privilegiar o ciclo do peixe, em detrimento daqueles que pescam o camarão. Os impactos sociais dessa medida, ainda não foram pesquisados, o que reforça a importância de se colocar em tela os conflitos ambientais existentes.

A PESCA NO CONTEXTO DE CRISE AMBIENTAL

A expansão da pesca industrial no Brasil, principalmente de 1967 a 1991 devido aos investimentos do governo federal, favoreceu o alijamento cada vez maior das comunidades pesqueiras artesanais, visto o crescente desmantelamento de seus territórios e a redução dos estoques pesqueiros (RUFFINO, 2016). A situação precária dos estoques pesqueiros acarretou em forte pressão internacional, para que o Brasil fosse signatário de uma série de tratados, de forma que o país se comprometesse a proteger espécies de pescado, principalmente as de maior valor comercial (DIEGUES, 1983). De forma geral, as recomendações internacionais têm preconizado medidas que busquem conciliar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. Contudo, para Diegues, com a proposta de se alcançar o desenvolvimento dito sustentável, buscou-se apenas regulamentar e limitar a depredação, sem levar em consideração que nem todos os atores sociais impactam o ambiente da mesma maneira.

Assim, a discussão em torno dos mecanismos de regulação ambiental, a partir do processo de redemocratização em meados da década de 1980, tornou-se polarizada em duas grandes

1 A Praia do Siqueira apesar de ser chamada de praia, é na verdade parte da Laguna de Araruama no município de Cabo Frio.

tendências, uma hegemônica, referente à implementação de processos decisórios centralizados e autoritários, e outra referente a processos participativos e democráticos (LAYRARGUES, 2000). No âmbito da perspectiva hegemônica, existe invariavelmente, um mau uso dos recursos naturais pela coletividade, exigindo o controle e tutela do Estado. Em contraposição, a perspectiva de regulação ambiental democrática e participativa, busca uma gestão ambiental, com enfoque na participação da sociedade civil, na tentativa de superação da tutela do Estado e para conquista de mais autonomia nas decisões sobre seus territórios (LAYRARGUES, *idem*). Diegues (1998) ressalta que a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios favorece a conservação da biodiversidade e que respeitar as regras internas e a organização social desses grupos, implica em uma questão ética, de direitos humanos, o que se distancia de medidas controladoras e autoritárias.

CARACTERÍSTICAS DA ATUAL CRISE AMBIENTAL

Estima-se que outras cinco grandes crises já tenham ameaçado a vida na Terra e provocado altas taxas de extinção, inclusive antes do aparecimento dos hominídeos (SOFFIATI, 2008). Fenômenos astronômicos, climáticos, geológicos, provocaram crises mais longas e extensas em relação à crise atual. Além dessas grandes crises naturais, se tem notícia de algumas crises antrópicas que ocorreram antes do surgimento da sociedade industrial, como a crise do povo Maori, na Nova Zelândia, devido à superexploração sobre uma espécie de ave e a queda da civilização Maia, devido à degradação de seus recursos naturais (BRUGGER, 1994). O que difere a atual crise das anteriores, é que, pela primeira vez, em 4.500.000 anos de existência do planeta Terra, que as atividades advindas de uma única espécie, a humana, têm real capacidade de colocar em risco todas as outras formas de vida (SOFFIATI, 2008). Assim, não seria exagero afirmar que o homem industrial se tornou um poderoso agente geológico (Brugger, 1994).

Para compreensão da crise, em sua “espessura” espacial e temporal Brugger (*idem*) ressalta a necessidade de abordá-la sob uma perspectiva histórica, que nos remete as principais características que dominaram a visão de mundo há pelo menos três séculos, durante a revolução industrial.

Com o desenvolvimento industrial no século XVIII, a Inglaterra, após desmatar suas florestas para produção de carvão vegetal, utilizado como combustível na fundição de ferro, passou a importar matérias-primas de suas colônias, para o abastecimento de suas indústrias. Em consequência dessa exploração para atender as demandas do setor industrial em plena expansão, grandes porções de terra foram usurpadas de comunidades tradicionais ao redor do mundo, rompendo laços afetivos, culturais e históricos desses povos com o meio ambiente natural (BRUGGER, 1994). O conhecimento científico iniciado no século XVII desenvolveu-se significativamente, principalmente no século XIX, período em que as descobertas científicas foram apropriadas pelo capital, como força produtiva, atuando na dominação da natureza (SERRÃO, 1995). A redução da natureza a mercadoria e a fé na ciência e tecnologia como solução para os problemas da humanidade, instauraram um novo modelo de cultura e de produção hegemônico, no qual, o caráter sagrado da natureza desapareceu, e a mesma tornou-se suscetível a uma exploração sem limites e a toda sorte de poluição (SERRÃO, 1995). Como resultado, entre os anos 1970 e 2000, 35% da biodiversidade foi extinta (LOUREIRO, 2012) e segundo a organização Oxfam (2017), a desigualdade social mundial, aprofundou, visto que, as 85 pessoas mais ricas do planeta concentram um montante de US\$ 1,7 trilhão, equivalente ao valor disponível para 3,5 bilhões das pessoas mais pobres.

Dessa forma, o aumento da desigualdade social, da miséria, da infertilidade dos solos e índices cada vez maiores de violência evidenciam cada vez mais, a crise de um modelo de sociedade hegemônico. Contudo, Brugger (1998) alerta para o pseudo consenso da multidimensionalidade da questão ambiental, incluindo suas dimensões cultural, natural, histórica, cultural, visto que o ambiente ainda é reduzido a sua dimensão natural e técnica. Para a autora, tanto os estudos sobre os problemas ambientais relacionados a sociedades não industriais, como os relacionados a sociedades industriais, em sua maior parte apresentam uma perspectiva reducionista sobre os processos analisados.

Sobre os fatores determinantes para comportamentos conservacionistas, a autora destaca um importante ponto, que diz respeito à propriedade comum e privada. Brugger explica a teoria da Tragédia dos Comuns elaborada em 1968 por Garret Hardin, que defende a existência de uma contradição irreconciliável entre os interesses individuais e os coletivos. A teoria aponta a propriedade comum como origem dos problemas ambientais, visto que, a liberdade de cada indivíduo sobre o bem comum, inevitavelmente levaria ao uso indiscriminado dos recursos naturais, para benefícios próprios, gerando custos e danos para a sociedade. Como exemplo, a teoria descreve a utilização de um pasto, por vários homens, que os utilizariam para o pastoreio de suas ovelhas. Nessa situação cada indivíduo visando interesses próprios, adicionaria mais e mais ovelhas, de forma que, o pasto ficaria escasso, colapsando. Hardin conclui que um grupo envolvido com uma propriedade em comum, invariavelmente, travaria disputas que culminariam com a Tragédia dos Comuns. Para Brugger, tal aceção é falaciosa, visto que, ignora-se com tal teoria, a existência de inúmeras situações de compartilhamento de espaços comunais, de forma sustentável, que possuem regras e grupos específicos envolvidos. A autora destaca que essa proposição, influenciou posições políticas liberais e conservacionistas, que tem na privatização dos ambientes naturais e na tutela autoritária e centralizadora do Estado, soluções ao que seria o uso indevido dos recursos naturais pelas comunidades locais.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA COMUNIDADE PESQUEIRA DA PRAIA DO SIQUEIRA

Uma das comunidades pesqueiras que tem sido diretamente impactada por regulação ambiental considerada autoritária, no formato de um defeso anual, é comunidade de pescadores de camarão da Praia do Siqueira, localizada às margens da Lagoa de Araruama em Cabo Frio (RJ). A Lagoa de Araruama localiza-se na Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, e é considerada a maior laguna hipersalina do mundo, inserida no território de seis municípios: Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo (BIDEGAIN e BIZERRIL, 2002). A Lagoa é na verdade uma Laguna, pois se liga ao mar através do Canal do Itajuru, em Cabo Frio, constituindo o maior ecossistema lagunar hipersalino do mundo (idem). De acordo com a portaria 110/97 a laguna é dividida em três áreas de pesca (figura 1), de acordo com a distribuição de peixes e com o grau de salinidade e cada área responde a leis e regulamentação específicas ao tipo de arte de pesca praticada.

O aumento da especulação imobiliária na região levou a Laguna a uma degradação inédita, entre os anos 2000 e 2004, quando a intensa descarga de efluentes domésticos, provocou em vários momentos, uma explosão de algas típicas de ambientes eutrofizados e mortandade de peixes. Nesse período, a pesca foi praticamente extinta, o que acarretou graves problemas para as comunidades tradicionais pesqueiras da região (SAAD, 2003).

Na tentativa de reverter o processo de degradação ambiental da laguna, o Consórcio Ambiental Lagos São João- CALSJ, iniciou estudos e monitoramento das mudanças na Laguna, com apoio de empresas, ONGs, e órgãos ambientais, e algumas medidas foram tomadas para sua recuperação, dentre elas: monitoramento ambiental, ordenamento pesqueiro e grandes investimentos em saneamento básico (Relatórios técnicos - CILSJ, 2008 *apud* CBHLSJ, 2012). Com relação ao ordenamento pesqueiro, em maio de 2013, o então ministro da Pesca e Aquicultura Marcelo Crivella anunciou a publicação da Instrução Normativa Interministerial nº 2, de 16 de maio de 2013, contendo a regulamentação para o ordenamento pesqueiro na laguna, estabelecendo o período de defeso entre os dias 1º de agosto a 31 de outubro. (MPA/MMA, 2013). Os pescadores ouvidos na presente pesquisa apontam a necessidade de revogação do período de defeso do camarão, visto que, a aplicação de um único período de paralisação da pesca, aparentemente adequado para os peixes, porém inadequado ao camarão, tem prejudicado a comunidade pesqueira de camarão.

Figura 1- Mapa criado em 2005 por Claudio Michael Völcke para a Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia- A Laguna foi dividida em três áreas, de acordo com o grau de salinidade. A praia do Siqueira localiza-se na Área II.

METODOLOGIA

Parte das informações aqui discutidas resulta de seis anos de contato da pesquisadora com as comunidades pesqueiras de Cabo Frio, e com maior frequência, com a comunidade pesqueira da Praia do Siqueira. O contato se deu por intermédio de Projetos de Educação Ambiental exigidos no Licenciamento Ambiental de Petróleo, conduzidos pelo IBAMA, nos quais a pesquisadora trabalhou como educadora ambiental, tendo como sujeitos da ação educativa as comunidades pesqueiras artesanais do município. Nesse processo, a educadora conheceu a única jovem pescadora de camarão do bairro da Praia do Siqueira, que em várias oficinas do projeto que participava, relatava que o período de defeso do camarão estava implementado em um período errado. Por meio dessa jovem pescadora, foi possível conhecer a Praia do Siqueira, os pescadores artesanais mais antigos, e ampliar o olhar sobre a questão apresentada. Pretende-se utilizar como metodologia da pesquisa, técnicas participativas, que permitam identificar a complexidade dos atores sociais envolvidos, como: grupos focais; método dos itinerários, entrevistas semi-estruturadas; pesquisa bibliográfica e exploratória. Foram realizados progressos nas pesquisas bibliográficas e exploratórias.

RESULTADOS PARCIAIS

Diegues (1998) elenca uma série de elementos característicos na definição de culturas tradicionais, que lançam luz na análise de algumas informações obtidas até o momento na presente pesquisa. Um dos elementos centrais é a existência de um sistema de manejo de recursos naturais, marcado pelos próprios ciclos naturais, que revelam a existência de um complexo conhecimento, passado de geração a geração, entre os pescadores mais velhos aos mais jovens. Foi explicado que em um passado recente, a comunidade utilizava majoritariamente a rede de arrasto. Ressaltaram que antigamente realizavam o “defeso natural”, visto que em noites de lua cheia, ninguém saía para pescar, pois, a claridade da lua fazia com que os camarões se protegessem no fundo da Lagoa, para crescer e se alimentar, sendo um sinal para os pescadores respeitarem o tempo certo de pesca, quando o animal estivesse maior. Outro elemento mencionado e que também funcionava como um manejo do grupo era a não utilização de tamancos, petrechos de pesca colocados nos pés dos pescadores, para alcançarem

as partes mais fundas da lagoa, onde os juvenis se concentravam para crescer. Os pescadores só capturavam o que estava ao alcance de seus pés, de sua altura na coluna de água. Contudo apesar de um passado recente considerado como mais produtivo e sustentável, atualmente a comunidade é criticada por ambientalistas, membros da FIPERJ, de órgãos ambientais e prefeitura pela utilização de redes de trolha, considerada uma arte de pesca predatória. Na praia do Siqueira, a maioria dos pescadores trabalha no bote, utilizando a trolha, considerada como arte de pesca predatória, por capturar da lagoa grande quantidade de fauna acompanhante, sendo normalmente descartados. Esta pescaria conta com 4 pescadores, dois no barco e dois na água, puxando a rede. Os pescadores criticam a rede de trolha/tróia e alegaram que se pudessem voltariam a pescar com redes de arrasto, arte de pesca em que dois pescadores puxam a rede na água, e o lucro é repartido para dois. Apenas uma pequena parcela de pescadores utiliza o arrasto, visto que, sem o controle da pesca de trolha, pescar de arrasto é arriscado, pois, segundo os relatos dos pescadores “quando a trolha passa, os pescadores que pescam no mesmo local com a rede de arrasto, não pegam mais nada” (sic). Dessa forma, a maioria pesca com a trolha, para garantir alguma renda. Apenas com essas informações, seria possível traçar uma analogia com a teoria da Tragédia dos Comuns, pois, a propriedade comum dos pescadores, a lagoa, tem sido explorada, com uso da rede de trolha, arte de pesca extremamente prejudicial para o camarão e para os peixes, capturados em grande quantidade como fauna acompanhante. Contudo, segundo relatos, nem sempre a trolha foi a arte de pesca mais utilizada. A mudança da arte de pesca de arrasto para trolha se deu principalmente pela atuação da empresa Álcis e pela ausência de fiscalização do poder público, pois, a empresa destruiu importantes criadouros de camarão rosa localizados na área três da Lagoa, englobando a área de pesca de São Pedro da Aldeia e Araruama. Isso fez com que pescadores dessas localidades que já utilizavam a trolha, buscassem outros locais de pesca, indo então para a Praia do Siqueira, onde predominava a pesca de arrasto. A rede de trolha é em média seis vezes maior que a rede de arrasto, sendo por isso mais comum na área três, que é mais extensa e profunda que a área dois. Com a chegada de outros pescadores e de suas imensas redes, os pescadores do Siqueira entraram em conflito tentando manter seu território e suas artes de pesca, contudo, diante da ausência do Poder Público, e sem possibilidades de evitar a pesca de trolha, acabaram por utilizar também essa arte de pesca, não ideal para área dois.

Os entrevistados acreditam que “o defeso não serve de nada, pois o que deveria ser proibido na pesca de camarão, é a pesca de trolha” (sic). Sobre o período de paralisação, foi sugerido que no defeso fossem autorizadas as redes de arrasto, para captura de camarão em tamanhos maiores, de forma que os órgãos reguladores, pudessem observar a importância de se readequar a data de paralisação. Foi ressaltado também, que, apesar da rede de trolha ser considerada predatória, ela se faz necessária por outros motivos. Segundo os relatos, a rede de trolha arrasta no fundo, mexendo com a lama de esgoto que há anos é despejada na Praia, garantido uma mínima circulação da água e desses contaminantes.

CONSIDERAÇÕES

Torna-se cada vez mais urgente a necessidade de rompermos com a leitura hegemônica reducionista da realidade, para que seja possível esclarecer as questões políticas, sociais e culturais que se relacionam com a degradação ambiental. A perspectiva reducionista reforça um “conceito oculto” de meio ambiente, associado a sua dimensão natural, sem, no entanto, incluir o homem e sua dimensão histórica (BRUGGER, 1994). Sob esse recorte unidimensional, a questão ambiental fica reduzida a soluções preservacionistas.

A preocupação com o declínio dos estoques pesqueiros incorpora o discurso do desenvolvimento sustentável e a concepção reformista da questão ambiental. Nesse tipo de gestão, pouco ou quase nada se coaduna com saberes concebidos a cada geração, por comunidades tradicionais sobre seus territórios. Em uma outra perspectiva, temos a Educação na Gestão Ambiental Pública, como instrumento que visa garantir uma participação mais democrática de grupos historicamente subjugados nas tomadas de decisão sobre seus territórios, para superação das injustiças ambientais.

Nesse sentido, para que as condições de trabalho dos pescadores artesanais sejam adequadas, é necessário o ordenamento participativo de seus territórios, assim como a criação e implementação de políticas públicas que visem à superação das assimetrias nos âmbitos sociais, ambientais, culturais e econômicos relacionadas à pesca artesanal.

A insegurança alimentar, a poluição e a desvalorização dos trabalhadores da pesca, compõem um contexto desafiador para a reprodução social das comunidades pesqueiras, que, expurgadas cada vez mais dos processos decisórios de seus territórios, descumprem as regras que se coloquem como barreira a sua sobrevivência.

O motivo para haver um período único de defeso, segundo relatos, se deu pelo Ministério da Pesca, não ter tido condições técnicas e financeiras, para dar conta de dois períodos, tendo que ser escolhido então um período para englobar peixes e crustáceo. Dessa forma, ainda será preciso compreender melhor como tal decisão foi tomada. O que sem uma perspectiva acrítica seria enquadrado como a Tragédia dos comuns, aqui como Diegues (1998) discute, seria a Tragédia dos Comunitários, visto que, as comunidades tradicionais, são expulsas de seus territórios, pela expansão de grandes empreendimentos, ou pelo estabelecimento de espaços públicos sobre os espaços comunitários. Segundo relatos, o atual defeso, apesar de ser implementado para durar três meses, de fato equivale a 6 meses, visto que, no começo do ano, com as águas da lagoa com temperaturas mais altas, existe uma escassez do camarão, ficando o pescador durante o defeso e depois do defeso, sem poder pescar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, I. A. Educação ambiental e ensino de Ciências: Uma história de controvérsias, 2001.
- ANDRADE, L. A. B. LONGO, W. P. & PASSOS, E. Autonomia: um modelo explicativo para a ontologia da universidade. *Universidade e Sociedade* 21: 73-84. 2000.
- BIDEGAIN, P; BIZERRIL, C. Lagoa de Araruama - Perfil Ambiental do Maior Ecossistema Lagunar Hipersalino do Mundo. 1 ed. Rio de Janeiro, SEMADS, 2002.
- BRUGGER, P. Visões estreitas na educação ambiental. *Ciência Hoje*. Vol.24. nº141 Agosto de 1998.
- _____. Educação ou adestramento ambiental. Coleção teses. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina: 1994. 141p.
- DIEGUES, A.C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1998
- _____. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983. 287 p. (Ensaio 94).
- LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- LEROY et al. Tudo ao mesmo tempo agora - desenvolvimento sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? 3ª ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2002.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.
- OXFAM GB para a Oxfam Internacional sob o ISBN 978-0-85598-861-6 em janeiro de 2017. DOI: 10.21201/2017.8616. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf. Acessado em: 12/03/2018.
- QUINTINO, C. A. A. Um histórico sobre a educação ambiental no Brasil e no mundo, 2006. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historia-da-educacao-ambiental/64178/#ixzz2JscPgOLJ>. Acessado em: janeiro de 2011.
- RUFFINO, M.L. 2016. A gestão dos recursos pesqueiros no Brasil. In: Araujo, M.A.R. **Repensando a gestão ambiental no Brasil: uma contribuição ao debate de reconstrução nacional**. Ed. kindle. Belo Horizonte: Marcos Araujo. Capítulo 7.
- SAAD, A. M., 2003 - Composição, distribuição espacial, dinâmica de populações de peixes e estatística pesqueira na lagoa hipersalina de Araruama, RJ. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCar. 105p.
- SERRÃO, M.A. Interdisciplinaridade: O desafio da pesquisa ambiental. *Ciência Hoje*, Vol.22/ nº 127- p. 24-27. 1995

SILVA, A.P. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas, TO: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014. 32 pp. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento no 3). Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/995345> . Acessado em: 10/10/2018.

SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 23-68.

AS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: DESEMPREGO E INFORMALIDADE NA DÉCADA DE 90

Neuza Maria de Siqueira Nunes

Doutoranda em Ciências da Educação pela UAA

Professora de Economia da FAMESC

neuzamsnunes@gmail.com

Maria Margarete Salvate Brasil

Mestra em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora de Língua Portuguesa da FAMESC

margarete_sb@yahoo.com.br

Juliana da Silva Gomes

Pós-Graduação em Direito Público pela FAMESC

gomesju@hotmail.com

Artur de Siqueira Nunes Reis

Pós-Graduação em Direito Público pela FAMESC

arturnr@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo descrever as mudanças no mercado de trabalho brasileiro na década de 90, como o aumento do desemprego e da informalidade. Para tanto, será feito um levantamento de bibliografia e de revisão documental especializada, apresentando as principais transformações do mercado de trabalho no período. No decorrer desse período, ocorreu a abertura da economia ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, a queda na taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia. A redução do emprego industrial e o aumento da proporção de trabalhadores informais nos setores de comércio e de serviços são alguns desses reflexos. Conclui-se que houve um expressivo aumento do desemprego estrutural e da informalidade, evidenciado pelo trabalho assalariado sem carteira assinada e pelo trabalho por conta própria.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Desemprego. Informalidade.

ABSTRACT

This paper aims to describe the changes in the Brazilian labor market in the 1990s, such as the increase in unemployment and informality. To do so, a survey of bibliography and specialized documentary review will be done, presenting the main transformations of the labor market in the period. During this period, the economy opened up to the flow of trade and international capital, the fall in the rate of inflation and the reduction of the state's presence in the economy. Reducing industrial employment and increasing the proportion of informal workers in the trade and services sectors are some of these reflexes. It was concluded that there was a significant increase in structural unemployment and informality, evidenced by salaried work without a formal contract and self-employment.

Key-words: Job market. Unemployment. Informality.

INTRODUÇÃO

A década de 90 foi marcada por profundas mudanças no funcionamento do mercado de trabalho, acarretadas por significativas transformações no cenário econômico nacional. Para descrever as mudanças no mercado de trabalho brasileiro na década de 90 será abordada a evolução do desemprego e a forma de inserção dos trabalhadores, procurando analisar o processo de informalização das relações de trabalho. A informalidade, geralmente, é um indicador do crescimento das relações informais de trabalho, evidenciando trabalho assalariado sem carteira assinada e o trabalho por conta própria.

A metodologia empregada na condução do presente trabalho parte do método dedutivo, auxiliado de revisão bibliográfica sobre o formato sistemático e pesquisa empírica. Nesse sentido, em um primeiro momento, a pesquisa pauta-se no levantamento de bibliografia e revisão documental especializada, apresentando as principais transformações no mercado de trabalho, o desemprego e a informalidade e análise de dados que possam corroborar com o cenário econômico do período.

A posição conservadora da Constituição de 1988 representou um atraso do país em relação a países desenvolvidos, pois os instrumentos como a desregulamentação e a flexibilização constituíam os fundamentos propostos para resolver os problemas econômicos e sociais mais complexos. A Constituição de 88 criou medidas que ampliaram a regulação do mercado e as relações de trabalho no país. Até os anos 80, o problema do emprego não esteve associado à disfunção da regulação social existente, mas à sua limitada estruturação e eficácia. Desconsiderando os elementos estruturais do problema do emprego, este passou a ser vinculado ao funcionamento inadequado do mercado de trabalho, explicado por uma regulação excessiva das relações de trabalho imposta pela proteção social.

Em períodos de crescimento econômico, os desempregados e os trabalhadores do setor informal fornecem mão-de-obra necessária para o setor formal. Em certos momentos, na recessão, os trabalhadores que perdem seus empregos no setor formal são incorporados pelo setor informal ou ficam desempregados. A importância do mercado consiste no fato dele ser o ambiente onde os indivíduos transacionam sua capacidade laboral a preços determinados e, quando existe uma situação de retração da economia, este tem influência sobre os empregos, cujos mecanismos que regulamentam a estrutura de funcionamento do mercado de trabalho passam por alterações.

No decorrer da década de 90, houve intensificação do processo de transições econômicas no Brasil, com impactos na estrutura produtiva e, por conseguinte, no mercado de trabalho do país. As transformações na estrutura, no funcionamento e na evolução do mercado de trabalho brasileiro estão diretamente relacionadas com a abertura comercial, com a estabilidade de preços, com as privatizações, com as inovações tecnológicas.

1. DESEMPREGO

O indicador mais utilizado para a avaliação do desempenho do mercado de trabalho é a taxa de desemprego que, quando se encontra em níveis baixos, pode-se considerar que o mercado passa por um bom período e, quando ocorre o contrário, percebe-se que a economia entra em recessão, isto é, acarreta o aumento de desemprego.

Assim, nos anos 90 houve um distanciamento do diagnóstico feito no final da década anterior, em que haveria a retomada econômica com geração de emprego e de distribuição de renda. Mas, o que aconteceu no Brasil foi uma fase de quase estagnação, desemprego e aumento da desigualdade social. (DEDDECA, 2005, p. 103)

Os indícios, surgidos no início do período acima mencionado, que provocaram acentuadas mudanças no mercado de trabalho, evidenciava a reorganização nesse mercado. De acordo com Mendonça (2003), tais mudanças podem ser explicadas através das baixas taxas de crescimento econômico, abertura comercial e financeira desregulada, crescimento da PEA (população economicamente ativa), perda de importância do emprego industrial, inovação tecnológica, privatização, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, em particular do investimento público.

O período, década de 1990, foi caracterizado pelo começo da deterioração do mercado de trabalho evidenciando as alterações relacionadas às trajetórias dos principais indicadores da conjuntura do trabalho no Brasil. Segundo o Dieese (2001):

Após cinquenta anos de progressivo aumento no trabalho assalariado e formalização das relações de trabalho, houve uma drástica regressão no mercado de trabalho, com aumento de todas as formas de desemprego, aumento dos vínculos vulneráveis, queda dos rendimentos reais e concentração da renda.

A parcela da população que se manteve ocupada, ou que conquistou nova ocupação, também viu as condições de trabalho se deteriorarem no período. Contratos de trabalho fora dos marcos legais em expansão, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros fatores, aprofundaram o caráter heterogêneo do mercado de trabalho nacional (DIEESE, 2001, p.11).

Conforme Deddeca (2005), os problemas de emprego no país estavam ligados ao modelo de regulação social que já existia e ocorrido através ampliação da Constituição de 1988. Além disso, a condição conservadora da Constituição estava na contra mão da globalização, representando o atraso no país já que ampliou a regulação do mercado e as relações de trabalho no país e tinha como recomendação a desregulamentação e flexibilização da economia.

Em 1994, houve implantação do Plano Real, cujo sucesso esteve ligado a uma grande injeção de recursos externos. Após uma década de inflação elevada, a estabilização dos preços permitiu o fim da corrosão da renda dos assalariados e viabilizou os mecanismos de crédito ao consumo. O impacto do plano sobre o desempenho da atividade econômica foi positivo, mas verificou-se uma contínua deteriorização do nível de emprego, seguida de uma tendência de crescimento de desemprego. Para desqualificar a situação de desemprego, o governo argumentou que as taxas não refletiam a realidade do mercado de trabalho brasileiro, e que a queda do emprego industrial direcionava para o crescimento do emprego de serviços, cuja maioria foi caracterizada pela falta de proteção social. O modelo de regulação do mercado e das relações de trabalho impedia a concorrência e era vista como um entrave à modernização do país. A necessidade de flexibilizar o modelo de regulação tinha como objetivo a adaptação às novas condições de funcionamento da economia.

O mercado de trabalho no Brasil passou por mudanças pela necessidade de adaptar-se à organização do mercado e às relações de trabalho. Amadeo *et al.* (2006) descreveram que a abertura econômica decorrente das imposições do mercado global levou adiante programas de privatizações, ajuste fiscal, estabilização, flutuação cambial e novas tecnologias. Por outro lado, houve inconsistências entre as regras trabalhistas da Constituição de 1988, gerando consequências no mercado de trabalho como o aumento do desemprego e da informalidade. Nas décadas de 1980 e 1990, o desemprego e a informalidade cresceram no Brasil, fruto da combinação dos fatores já evidenciados e da relação desses com as instituições que regulam as taxas de empregos. A análise desta realidade envolve um conjunto de fatores que, relacionados entre si, oferecem maior visibilidade sobre os índices de emprego e de desemprego no Brasil.

As alterações estruturais surtiram impactos significativos sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia. Para Neri; Camargo; Reis (2000), no período de 1990 a 1992, com a recessão vivenciada no país, houve redução do nível de atividade e aumento da taxa de desemprego. Após o ano de 1993 e, com a estabilização da economia em 1994, ocorreu o crescimento da economia até o ano de 1997. Mas, em meados de 1998, houve uma descontinuação do crescimento econômico pelo surgimento da crise asiática e da crise financeira internacional.

Um dos impactos ao mercado de trabalho depois da abertura econômica e da estabilização aconteceu com mudança na estrutura da demanda por qualificação da mão de obra, inadequação da demanda à oferta de qualificação e aumento da taxa de desemprego de longo prazo. Para que o país não tivesse elevadas taxas de desemprego estrutural, precisaria reformar a legislação trabalhista, aumentando os incentivos para que empresas e trabalhadores investissem em qualificação e treinamento ao longo da relação de trabalho para adaptar-se á nova matriz da economia mundial advinda pela globalização. (NERI; CAMARGO; REIS, 2000, p. 01)

Nesse período, então, a evolução da taxa de desemprego evidenciou uma tendência de crescimento, embora tenha sido marcado por significativas variações, pois, em alguns anos houve aumento; já em outros, diminuição da taxa de desemprego. Entre os anos de 1993 e de 1996, ocorreu uma relativa estabilidade. Ao final de 1997 houve uma tendência de crescimento, em 1998 um crescimento robusto que se manteve em 1999 e, a partir de 2000, a taxa de crescimento começou a declinar. A tabela 1, a seguir, representa a taxa de desemprego das principais regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador, de 1991 a 2000.

Tabela 1: Taxa de Desemprego nas principais Regiões Metropolitanas, 1991-2000

Fonte: (FIPE/MTE, 2003)

Na tabela 1, observa-se que no início da década de 90, em função da abertura econômica, houve aumento do desemprego, mas, até o ano de 1994, percebe-se estabilização. Com a implementação do Plano Real, houve estabilidade de preços e a economia indicou uma redução nas taxas de desemprego nos anos de 1994 e 1995 em função das taxas relativamente altas de crescimento econômico. A seguir, indicou um discreto crescimento decorrente do ajuste na produção industrial, resultado da abertura comercial que exigia uma maior competitividade das empresas, as quais, para aumentarem a produtividade, investiram em tecnologia e em mudanças organizacionais advindas das mudanças promovidas pela globalização, que resultaram em aumento do desemprego. (FIPE/MTE, 2003, p. 04)

Após o ano de 1996, conforme FIPE/MTE (2003), houve desemprego em decorrência de problemas conjunturais, como a instabilidade financeira internacional que incidiu na diminuição

da demanda por mão de obra. Além disso, a estabilidade de preços foi alcançada com sensível diminuição do ritmo de crescimento econômico, o que contribuiu para a diminuição do nível de ocupação. No fim de 1998, o nível de desemprego alcançou o ponto mais alto na série histórica da economia recente do país devido ao câmbio sobrevalorizado e à escassez do fluxo de capitais externos em decorrência de forte crise financeira internacional. Em 1999, em função da desvalorização cambial, a economia voltou ao crescimento e, em 2000, começou a queda do desemprego.

De acordo com Chahad (2003), depois da segunda metade da década de 90, foi identificada algumas modificações no mercado de trabalho, como a queda no emprego industrial em virtude do ajuste produtivo pela abertura comercial e significativo aumento no emprego do setor serviços, em direção a uma sociedade moderna, além de:

[...] estagnação do emprego com carteira assinada e aumento de formas atípicas de contratação (assalariado sem carteira assinada) e ocupação (autônomos), em parte refletindo a demanda por flexibilização nas relações de emprego e, também, decorrente da pobreza e miséria, mas, em ambos os casos, originando um aumento da informalidade no mercado de trabalho; aumento no conjunto de assalariados trabalhando mais que a jornada legal de trabalho, outro reflexo da busca da flexibilização, especialmente devido à estrutura rígida de encargos trabalhistas; avanço da terceirização da mão-de-obra, determinado, igualmente, pela busca de relações menos rígidas de emprego que permitam uma redução do custo da mão-de-obra; forte crescimento do desemprego aberto decorrente tanto das crises de natureza conjuntural, com o intuito de preservar a estabilidade de preços ou defender-se de crises internacionais, quanto de natureza estrutural, fruto do desajuste entre o perfil de mão-de-obra demandada e a qualidade da oferta de trabalho existente; elevação do chamado “desemprego de longo prazo”, seja pelo agravamento das oportunidades de emprego derivado do ambiente competitivo imposto pela globalização, seja pela inexistência de um sólido Serviço de Emprego que permita assistir o desempregado em sua busca por trabalho, com uma ampla oferta de serviços. (CHAHAD, 2003, p.15)

As mudanças ocorridas no decorrer da década de 90 na economia brasileira tiveram impactos diretos no mercado de trabalho, com implicações imediatas sobre este, que contribuíram consideravelmente para as flutuações nas taxas de desemprego, como pode ser observado para cada ano do período, e também para o aumento da informalidade.

2. INFORMALIDADE

O mercado de trabalho brasileiro, após o ano de 1990, passou por mudanças marcantes em seu funcionamento, com o crescimento das práticas informais. O setor informal está relacionado “à precarização da qualidade do trabalho, à fragilização da inserção no mercado e à banalização dos vínculos empregatícios, foi uma das tônicas do período e merece ser analisado com algum grau de detalhe”. (RAMOS, 2007, p. 31)

A definição de informalidade pode ser compreendida de uma forma mais ampla:

[...] pela natureza e estrutura do processo produtivo, pela ótica da obediência do vínculo trabalhista ao marco regulatório – ou uma variante, que é a contribuição ou não para a previdência –, e pela diferenciação da sua inserção no mercado de trabalho vis-à-vis o mercado de produto – caso de profissionais autônomos, prestadores de serviços e do pequeno comércio, entre outros. (TAFNER, 2006 *apud* RAMOS, 2007, p. 31- 32)

Outra definição para informalidade indica que:

[...] o que diferencia os trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada é o seu relacionamento com o governo em termos do pagamento de impostos sobre

a folha, especialmente a previdência social. Enquanto 95% dos trabalhadores com carteira assinada contribuem com o INSS, esse percentual cai para apenas 5% quando consideramos os assalariados informais. Esse resultado pode estar ligado aos aspectos levantados anteriormente, em particular o funcionamento da Justiça do Trabalho. Sua forma de funcionamento concederia aos trabalhadores informais uma “legalidade ex post”, o que incentivaria os empregadores a pagar os benefícios previstos na lei mesmo quando o contrato de trabalho não é formal. Por outro lado, a má qualidade dos serviços oferecidos como contrapartida da contribuição previdenciária pode estar criando um incentivo à evasão para empregadores e empregados. (NERI, 2002 *apud* ULYSSEA, 2005, p.16)

Vários estudos evidenciaram a informalidade, como Ramos (2002) que investigou uma das características marcantes do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro na década de 1990, que foi o crescimento da informalidade nas relações de trabalho. Com a utilização de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE no período compreendido de 1991 ao ano de 2001, verificou a associação entre o crescimento da informalidade e as mudanças na composição setorial do emprego em dois setores da economia: a indústria de transformação, que diminuiu no período, e o segmento de serviços, com crescimento significativo.

Na investigação de Ramos (2002), no período de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais nas seis regiões metropolitanas brasileiras, que compreende São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, representando cerca de 25% da força de trabalho e cobertas pela PME, passou de 40% para 47%. No primeiro semestre de 1996 ao final de 1997, houve uma diminuição na evolução da informalidade, com índice perto de 48%. Nos anos de 1998 e de 1999, época em que a economia brasileira passava por crise, o funcionamento do mercado de trabalho sofreu alterações com a retomada da informalização, de forma que nos últimos meses de 1999 alcançou o registro de 50% e atingindo 51% no começo de 2000. No decorrer do ano de 2001, verificou-se discreta queda e em seguida uma estabilização em torno de 50% durante todo.

Ulysea (2005) descreve que a informalidade no mercado de trabalho teve um aumento no setor de serviços e uma retração em um dos setores mais intensivo na economia em relação a postos de trabalhos formais, em especial na indústria de transformação. No decorrer da década de 1990, as mudanças na estrutura setorial evidenciaram 25% do aumento no grau de informalidade, sendo que grande parte do aumento em termos relativos aconteceu na indústria de transformação, passando de 15% em 1992, para próximo de 30% em 2002.

A informalidade no setor da indústria e de serviços apresentou transformações retratadas pelas seguintes características: no transcorrer do período, o setor de serviços ficou explicitado por maiores vínculos informal do que a indústria de transformação; no período de 1991 a 2001, o grau de informalidade no segmento de serviços permaneceu em nível ligeiramente inferior a 60%, embora a indústria de transformação tivesse um grau de informalidade inferior ao setor de serviços, evidenciou flutuações no decorrer do período, de 16% em 1991 passou para um pouco mais de 30% em 1999. (RAMOS, 2002, p. 54)

A constatação para mais da metade da força de trabalho ocupada é que esteve inserida na informalidade em nível bem elevado na década de 90, como também, é possível evidenciar aumento significativo em relação às regiões metropolitanas (RMs). Assim sendo, observa-se a preocupação pelo elevado nível da informalidade, pois revela que boa parte dos trabalhadores assalariados se encontrava sem carteira assinada, representando a ilegalidade, não contribuindo com os encargos trabalhistas. Além disso, o trabalho autônomo pode representar precariedade devido à necessidade de sobreviver no momento em que o mercado de trabalho não consegue

gerar postos de trabalho de qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda de mão de obra. (RAMOS; FERREIRA, 2006, p. 16)

De acordo com Reis e Ulyssea (2005), houve o crescimento da informalidade de 1992 a 2002, tanto no setor de transformação, isto é, na indústria, quanto no setor de serviços, com aumento ainda maior. A evolução do grau de informalidade está representada na tabela 2 conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Tabela 2: Evolução do grau de informalidade - PNAD



Fonte: (REIS; ULYSSEA, 2005)

A tabela 2 apresenta a informalidade no setor de indústria e de serviços, como também da região metropolitana e não metropolitana e a informalidade das regiões nordeste, sudeste e sul. Nota-se que houve aumento em praticamente todas as categorias analisadas, com pequenas reduções de um ano para outro. Para Reis e Ulyssea (2005), o total de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria representava em torno da metade da força de trabalho brasileira no ano de 2003. A informalidade tem reflexos consideráveis em diversas dimensões econômicas, como no aspecto fiscal, em que o aumento da informalidade expressa grande sonegação e evasão de tributos. Do lado da produção gera impactos no nível e na qualidade de empregos criados, com incidência sobre a produtividade e o crescimento da economia. Para os autores, existe a possibilidade do setor informal ser constituído por pessoas pouco produtivas, embora tenham um elevado potencial produtivo e empreendedor, mas que, por alguma circunstância não teve oportunidade de se desenvolver plenamente. “É possível que esses indivíduos simplesmente não tenham tido acesso a uma série de bens e serviços públicos (tais como educação de qualidade) ou que determinados mercados simplesmente não existam para eles — como o mercado de crédito, por exemplo”. (REIS; ULYSSEA, 2005, p. 19-20)

A informalidade, na década de 90, foi caracterizada pelo aumento de parte da força de trabalho brasileira em atividades por conta própria, com elevada proporção de trabalhadores sem carteira assinada, conseqüentemente, sem amparo da legislação trabalhista e sem os direitos estabelecidos na constituição do país.

CONCLUSÃO

A Constituição de 1988 teve como ponto principal uma política social efetiva onde ficaram estabelecidas as bases para um desenvolvimento centrado no mercado interno que pudesse ser caracterizado pela justiça social. A posição conservadora da Constituição representou um atraso do país em relação aos países desenvolvidos, onde instrumentos como a desregulamentação e a flexibilização, que constituíam os fundamentos propostos para resolver os problemas econômicos e sociais mais complexos do Brasil, não foram abordados. Nela, foram estabelecidos os instrumentos que ampliaram a regulação do mercado e as relações de trabalho no país.

Mas, ao longo da década de 90, a economia brasileira passou por importantes modificações. No decorrer desse período, ocorreu a abertura da economia ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, a queda na taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia. Os efeitos importantes das mudanças estruturais tiveram resultados sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia, incidindo, substancialmente, no desempenho do mercado de trabalho. No início, a queda no emprego industrial foi compensada pelo aumento do emprego no setor de serviços e do comércio. No entanto, a partir de 1997, esse evento não foi mais observado, já que a taxa de desemprego teve aumento.

A alteração no cenário econômico brasileiro esteve relacionada ao crescimento das relações informais de trabalho, representadas pelo trabalho assalariado sem carteira assinada e pelo trabalho por conta própria. O expressivo aumento da informalidade ocorreu dentro do próprio segmento industrial, com maior concentração no setor de serviços, além de crescimento nas áreas metropolitanas e na região sudeste.

O mercado de trabalho, dado a sua importância no aspecto de natureza econômica, pode ser considerado também um espaço fundamental de socialização do indivíduo para promover a equidade e o bem-estar da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Edward; ASSUNÇÃO, Juliano; FIRPO, Sergio; GONZAGA, Gustavo; REIS, Maurício Cortez; ULYSSEA, Gabriel; PESSOA, Samuel. Instituições trabalhistas e desempenho do mercado de trabalho no Brasil. *In: Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego**. Scielo, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300021 Acesso em: 20 ago. 2028.

DEDDECA, Cláudio Salvadori. **Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 25, n. 1 (97), p. 94-111, 2005. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/97-6.PDF> Acesso em: 15 set. 2028.

DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001

FIPE/MTE. **A Evolução da Taxa de Desemprego no Brasil: Uma Análise entre Regiões e Características dos Trabalhadores**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/F05.pdf> Acesso em: 10 ago. 2018.

MENDONÇA, S. E A. Perspectivas do mercado de trabalho para os próximos anos. *In: Mercado de Trabalho - IPEA*, n. 22, nov. 2003.

NERI, Marcelo Neri; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de Trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações.** Texto para Discussão nº 743. Ipea, 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf Acesso em: 15 set. 2018.

RAMOS, Lauro. **O Desempenho Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro.** Ipea, 2007. Texto para Discussão nº 1255. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1255.pdf Acesso em: 05 set. 2018.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no período 1991-2005.** Pesquisa e planejamento econômico, v.36 | n.3, Ipea, 2006. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/59/33> Acesso em: 05 set. 2018.

REIS, Maurício Cortez; ULYSSEA, Gabriel. **Cunha Fiscal, Informalidade e Crescimento:** algumas questões e propostas de políticas. Texto para Discussão nº 1068. Ipea, 2005.

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro:** uma resenha da literatura. Rio de Janeiro: Ipea, Texto para Discussão nº 1070, 2005.

ÉTICA EMPRESARIAL E A OPERAÇÃO “LAVA JATO” NA VISÃO ÉTICA DE ESTUDANTES DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.

SÉRGIO ELIAS ISTOE

Professor da FAMESC

sergioistoe@gmail.com

NEUZA MARIA SIQUEIRA NUNES

Professora da FAMESC

neuzamsnunes@gmail.com

FERNANDA DE CASTRO MANHÃES

Professora da UENF/FAMESC

castromanhães@gmail.com

RESUMO

Empresas envolvidas na investigação da Lava Jato, seus administradores e suas ações foram o foco desta pesquisa. A ética, como a ética empresarial deve ser uma prática constante, é o que espera a sociedade. A preocupação é com a mudança cultural que poderá ocorrer com as novas gerações de administradores formados em nossas IES. A Lava-Jato é um marco nesta luta. Espera-se que a repercussão influencie os futuros gestores das organizações. A esperança é que os estão estudantes do curso de administração, tenham outra postura em relação a não participação de qualquer tipo de esquema criminoso. Esta é a posição que prevaleceu como resultado desta pesquisa. O objetivo foi analisar a posição dos estudantes, futuros administradores e sua postura diante das demandas éticas. Os principais autores pesquisados foram ALENCASTRO (2012) e ALMEIDA E GALLI (2014). Vimos como preocupante postura quanto posicionamento ético, com mudança de opinião ao longo da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Ética empresarial; Corrupção; Lava-Jato; Administradores; Estudantes.

ABSTRACT

Companies involved in Lava Jato's investigation, its administrators and its actions were the focus of this research. Ethics, as business ethics should be a constant practice, is what society expects. The concern is with the cultural change that may occur with the new generations of administrators trained in our HEIs. The Lava-Jet is a milestone in this fight. The repercussion is expected to influence future managers of organizations. The hope is that they are students of the course of administration, have another position regarding non-participation of any kind of criminal scheme. This is the position that prevailed as a result of this research. The objective was to analyze the position of students, future administrators and their attitude towards ethical demands. The main authors were ALENCASTRO (2012) and ALMEIDA AND GALLI (2014). We saw as a worrying attitude about ethical positioning, with a change of opinion throughout the research.

KEYWORDS: Business Ethics; Corruption; Car wash; Administrators; Students.

INTRODUÇÃO

Na prática o que se vê é uma frouxidão ética que está presente nas organizações, públicas ou privadas, principalmente, e não somente, as que mantêm relações com os governos em suas três esferas. Sempre se ouviu falar sobre corrupção no meio político, com a famosa comissão para aprovação de demandas da iniciativa privada, porém nesta primeira década e meia do século XXI, parece-nos que tudo, de repente, veio à tona de maneira escancarada. Desde o mensalão, com a condenação e prisão de diversos políticos envolvidos, infelizmente já soltos, e mais recentemente, uma investigação sobre lavagem de dinheiro por doleiros, trouxe a tona o maior esquema de corrupção conhecido.

Para que isto acontecesse, a participação da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Justiça Federal e a Procuradoria Geral da República, foram fundamentais para desenrolar o novelo da corrupção, envolvendo a Petrobrás e seus diversos fornecedores de serviços, principalmente as empreiteiras, tendo na liderança a maior empreiteira do país, a Odebrecht, inclusive tendo seu presidente sido encarcerado nas selas da polícia federal. Depois de vencer um período, viu-se obrigado a participar de um programa de delação premiada para tentar amenizar sua situação e de sua empresa.

A delimitação desta pesquisa foi em relação à empreiteira Odebrecht, que chegou a tal ponto de envolvimento no esquema de corrupção, que obrigou o conselho de acionista a afastar seu presidente, numa tentativa de buscar “limpar” seu nome dessa vergonha nacional.

Para tanto, para a realização desta presente pesquisa, foi considerada como questão de norteamento a seguinte: Como as questões éticas nas relações da Odebrecht com as instituições públicas investigada na operação “Lava Jato” está repercutindo nos estudantes do curso de administração?

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o posicionamento de estudantes do curso de Administração frente às demandas éticas. Para isto discutimos o conceito de Ética, fazendo um recorte sobre a conceituação de Ética Empresarial; foi feito um resumo das principais informações das ações coordenadas pelo Ministério Público e Polícia Federal na “Lava Jato”; bem como informações gerais sobre a Odebrecht, e buscou-se analisar o posicionamento dos estudantes de um curso de administração diante das questões éticas;

É um tema relevante, atual, importante que precisa ser discutido para influenciar na confecção de códigos de conduta, como no exemplo das dez diretrizes contra a corrupção proposta pelo Ministério Público Federal, totalmente modificado pelo Congresso.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi de natureza quali-quantitativa, onde foi feita uma revisão da literatura que foca sobre a ética e a ética empresarial. Foram utilizados também artigos divulgados na internet, tanto sobre o tema ético empresarial, como artigos de jornais e revistas divulgando o acordo de leniência feito pela Odebrecht com o Ministério Público e o próprio site da Odebrecht. Foi utilizado um instrumento de pesquisa contendo nove questões, apresentadas na análise dos dados. A pesquisa foi realizada numa Instituição de Ensino Superior (IES) da cidade de Bom Jesus do Itabapoana/RJ. Dentre os cursos oferecidos por essa IES, foi escolhido o curso de Administração que tem 35 alunos matriculados nos períodos 3º e 4º. O curso de Administração foi escolhido, pois é o curso que tem como objetivo dar competências a seus egressos para serem líderes em empresas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ÉTICA, MORAL E VALORES

O que é ÉTICA? Segundo Vázquez (*apud* ALMEIDA; GALLI, 2014, p.9), “...em suas raízes gregas, que designa caráter ou modo de ser que se realiza pelos hábitos desenvolvidos pelos homens, em oposição ao que é dado naturalmente”. Este conceito é ratificado por Vargas (2005), e ampliado para a seguinte acepção: “A ética de um indivíduo, grupo, organização ou comunidade seria a manifestação visível, através de comportamentos, hábitos, práticas e costumes, de um conjunto de princípios, normas, pressupostos e valores que regem a sua relação com o mundo” (VARGAS, 2005, p. 19).

Devemos considerar a Ética com um termo genérico, de reflexão filosófica sobre o bem viver dos seres humanos, e está disseminada em todas as atividades e relações que envolvem ações de caráter positivo ou negativo num confronto entre o certo e o errado, bom e mau e direito e deveres (CARVALHO, 2009). Em relação à filosofia, segundo Taille (2010) esta busca de uma boa vida, da felicidade é uma preocupação desde os filósofos da antiguidade, cuja denominação dada por eles atende pelo nome de eudemonismo, que é a teoria da felicidade como bem para o homem.

Muitos autores não fazem qualquer distinção entre Ética e Moral, porém é importante entender seus significados, apontando uma diferenciação no emprego de um e de outro termo. Para Vargas (2005, p 20) “..., a ética seria a práxis da moral que um determinado grupo ou indivíduo tem em um dado momento, sendo por isso reveladora do seu caráter”. Já para Almeida e Galli (2014, p. 9) também discorrendo sobre essa mesma temática, após análise de outros pesquisadores, chegam à seguinte afirmação: “Em linguagem mais direta, então, podemos dizer que a ética é o estudo, a investigação sistemática e a reflexão teórica sobre a moral”.

No entendimento de Vargas (2005, p. 16), “Uma moral é um sistema de valores, normas, princípios e pressupostos que regem o comportamento e a possibilidade de participação num determinado grupo. É específica de um determinado tempo e espaço, não sendo considerada válida fora desse contexto”. Como todas as decisões são permeadas por um grau de importância para o indivíduo, de acordo com as escolhas de determinados aspectos em detrimento de outros, podemos inferir que todas nossas decisões recebem um critério pessoal e intransferível em relação a essas escolhas.

2.2. ÉTICA EMPRESARIAL

Segundo Alencastro (2012), foi a partir do final da década de 60 do século XX que começou a debater com mais seriedade sobre Ética Empresarial. Isto devido a vários escândalos no “mundo empresarial” nos Estados Unidos, pela forma de atuação de muitas empresas no fornecimento de produtos e práticas questionáveis pela sociedade. Esse debate se tornou mais intenso nos anos 80, alastrando-se para a Europa (RUSS *apud* ALENCASTRO, 2012). O mundo despertou para a questão da ética no mundo empresarial, segundo Arruda (*apud* ALENCASTRO, 2012), diz que a alavancagem das discussões se deu nos países de língua alemã ainda nos anos de 1960, incluindo a figura do trabalhador como participante do conselho de administração das organizações.

Definindo Ética Empresarial, segundo Moreira (*apud* ALENCASTRO, 2012 p. 28) é, “comportamento da empresa entendida como lucrativa quando age de conformidade com os princípios morais e as regras do bem proceder aceitas pela coletividade (regras éticas)”.

Por ética empresarial ou ética nos negócios para Ferrel *et al* (*apud* ALMEIDA; GALLI 2014, p. 19), é “um conjunto de princípios e padrões morais que orientam o comportamento no mundo dos negócios”. No conceito de CCI (*apud* ALMEIDA; GALLI 2014, p. 8), como se referindo aos “valores que apoiam a tomada de decisão e o comportamento de trabalhadores, gestores e diretores de uma empresa”. Com as relações cada vez mais complexas entre as organizações de modo geral e, principalmente, com os governos, surge à necessidade de um maior controle, tanto corporativo como da sociedade como um todo, como que “fiscalizando” essa relação, bem como o desenvolvimento das organizações, cujas reivindicações da sociedade são em relação não somente com a aferição de significativos lucros obtidos pelas organizações, mas também pelo cumprimento daquilo que foi denominado de responsabilidade social, principalmente a partir das últimas décadas do século XX (ALMEIDA; GALLI, 2014).

Para Santos (2015), a ética empresarial é composta por cinco dimensões, governança corporativa, aprendizado contínuo, inovação, respeito à multiculturalidade e sustentabilidade.

Fundamental ter ciência que as dimensões da ética são relacionadas e devem compor o dia a dia das organizações, de forma multicultural, respeitando as diferenças individuais, como: crenças, religiões, gêneros, origem e formas de participação e interação dos indivíduos na sociedade.

Para Santos (2015), essas dimensões podem ser para definir a abordagem, isto é, os limites da ética corporativa e operacionais e de desenvolvimento como: Governança Corporativa, Aprendizado contínuo e inovação.

Para Sung e Silva (*apud* ALENCASTRO, 2012 p. 67), basicamente,

(...) dois problemas levaram os executivos e os teóricos da administração a se debruçar sobre questões éticas. Perceberam que a ausência de ética e a simples defesa do interesse próprio põem em perigo a sobrevivência das empresas e, portanto, dos seus próprios empregos. É o instinto de sobrevivência falando mais alto que as teorias aprendidas na escola.

Escândalos corporativos recentes estamparam as páginas dos jornais do mundo todo. Um desses grandes escândalos é o retratado por Lin e Serafeim (2016), sobre a Volkswagen que no ano de 2015 teve que assumir uma irregularidade em seu programa de controle de emissões de gás instalado em cerca de 11 milhões de veículos no mundo todo. Um prejuízo de cerca de US\$ 19 bilhões para corrigir esse erro; queda vertiginosa das ações da companhia, demissão do CEO mundial e suspensão de vários dos seus executivos.

2.3. OPERAÇÃO “LAVA JATO”

A Operação Lava Jato. Segundo Barros (2015), em sua busca por informações, utilizando o Jornal Folha de São Paulo, a operação deflagrada pela Polícia Federal, em Março de 2014, com a inclusão de Paulo Roberto Costa, então diretor de abastecimento da Petrobrás como o objeto de desvendar o esquema de corrupção. A investigação ocorreu em 2009, com o início das investigações de lavagem de dinheiro pelo ex-deputado Federal José Janene em Londrina/PR. Por meio de interceptações telefônicas, isto já em 2013 foram identificadas quatro organizações criminosas, lideradas por doleiros e que se relacionavam entre si.

Segundo o site do MPF, essa operação foi batizada com esse nome por envolver uma rede de postos de combustíveis e lava jato de automóveis, pertencentes a doleiros que movimentavam recursos ilícitos pertencentes a organizações criminosas para lavagem de dinheiro. São bilhões de reais que eram enviados ao exterior e depois voltavam legalmente e eram entregues a outras organizações e pessoas “legalmente”. Segundo o site do Ministério Público Federal, “Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja

na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia". (<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>, acesso em 18/04/2017).

Num primeiro momento a investigação envolvia quatro doleiros, operadores do mercado paralelo de câmbio, e suas organizações criminosas, depois com o aprofundamento das investigações, chegaram ao rombo monstruoso envolvendo a maior empresa estatal do país, e entre as maiores do mundo. Um cartel formado por empreiteiras lesaram os cofres públicos em bilhões de reais, destinados a partidos políticos, funcionários públicos e a um maior ganho (lucro) pelas empreiteiras participantes do esquema. Coisa em termos de 1 a 5% de vultosos contratos superfaturados de serviços. Foi criado um "clube", para simular uma concorrência real, porém havia um acordo da distribuição dos serviços entre elas, onde os preços dos contratos eram ajustados secretamente. Agentes públicos cooptados, que tinham conhecimento do esquema, para favorecerem esses participantes, feitas, segundo site do MPF "negociações diretas injustificadas, celebravam-se aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam-se contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, dentre outras irregularidades".

Existe uma verticalização do esquema, onde a Procuradoria Geral apresentou ao Supremo Tribunal Federal a solicitação de abertura de inquéritos criminais a 49 pessoas com foro privilegiado, de um total de 55 pessoas. São participantes de diversos partidos políticos que eram os beneficiários do esquema de corrupção através da indicação e manutenção de pessoas, para dirigir diretorias da Petrobrás. No ano de 2016, com o avanço das investigações e com as delações premiadas, incluindo os mais de 80 executivos ou ex - executivos da Odebrecht, muito mais pessoas, na sua grande maioria políticos, a grande maioria dos partidos, estavam envolvidos nesse escândalo monstruoso de corrupção.

No caso do envolvimento de organizações, e que estas queiram colaborar com a justiça e não ter a suspensão definitiva dos serviços prestados ao Estado existe o "Acordo de Leniência", cujo significado, destacado no site <https://www.significados.com.br/acordo-de-leniencia/>, é: "Acordo de leniência é firmado entre a pessoa jurídica que cometeu ato ilícito contra a administração pública, nacional ou estrangeira, mas que se dispõe a **auxiliar nas investigações que levem a captura de outros envolvidos no crime, em troca de benefícios para sua pena**". No caso do acordo de leniência, o contrato é com a CGU - Controladoria Geral da União. As definições estão estabelecidas na Lei 12.846/2013, também conhecida com Lei Anticorrupção. A lei exige também que as organizações envolvidas implementem mecanismos internos que melhorem a integridade de sua organização, conhecido como Programa de Compliance.

2.4. CONHECENDO O GRUPO ODEBRECHT

No ano de 2014 a Odebrecht completou 70 anos de existência. Com atuação diversificada por meio de 15 negócios, como construção civil, petroquímico, ambiental, transporte de passageiros, hidrelétrico, concessionária de aeroportos, arenas esportivas multiuso, transporte e logística, tecnologia, imobiliário, entre outros, atua também em três Fundos de Investimentos e cinco Empresas Auxiliares, além da atuação social por meio da Fundação Odebrecht, que em 2015 completou 50 anos. No ano de 2001, além de tornar-se o maior grupo petroquímico da América do Sul, torna-se, de acordo com a principal revista de engenharia do mundo, a norte-americana ENR (*Engineering News Records*), a maior empresa na construção de usinas hidrelétricas e aquedutos, a maior construtora da América Latina e uma das 30 maiores exportadoras de serviços do mundo. No ano de 2004 quando dos 60 anos de sua criação, é eleita pela Revista Global Finance, como a melhor empresa de engenharia da América Latina. Em 2010 foi eleita a Melhor Empresa Familiar do Mundo pelo *International Institute for Management Development*

(IMD), da Suíça, já sob a presidência de Marcelo Odebrecht que foi conduzido ao cargo em 2009.

Para entender um pouco da grandiosidade do grupo Odebrecht, alguns números divulgados em seu site <http://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/sobre-a-organizacao> acessado em 19/04/2017: atua, além do Brasil, em 24 outros países; exporta seus produtos para mais 100 países, tem em torno de 20 milhões de usuários por dia entre transporte urbano, rodovias e saneamento básico; 128.000 empregados de 80 nacionalidades, sendo 61% de brasileiros e 39% de estrangeiros.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 Análise dos Dados:

Quando da primeira afirmativa se “Eu me julgo um cidadão ético”, 100,0% dos estudantes masculinos, afirmaram que concordavam ou concordavam totalmente com tal afirmativa. Entre as estudantes, 70% concordavam totalmente ou concordavam, sendo 10% discordavam totalmente e 20% se mantiveram na neutralidade.

Quanto a acompanhar o desenrolar da Operação Lava Jato, 57,1% dos homens concordavam, 28,6% discordavam ou discordavam totalmente e 14,3% se mantiveram na neutralidade. Quanto as estudantes, 50,0% concordavam e 30,0% discordavam ou discordavam totalmente, e 20,0% se mantiveram neutras.

Quando a alternativa foi se já houve envolvimento em alguma situação que tiveram que “molhar a mão” de alguém para conseguir atingir seus objetivos, 14,0% dos estudantes masculinos concordam coma afirmativa, 57,2% discordavam ou discordavam totalmente e 28,6 se mantiveram neutros. Das estudantes femininas 90% discordavam totalmente da afirmativa e 10,0% ficaram neutras.

Em relação à frase se para conseguir atingir seus objetivos vale fazer qualquer coisa, até mesmo corromper alguém, os estudantes masculinos responderam: 14,2% concordavam totalmente e 85,8% discordavam ou discordavam totalmente. Entre as estudantes femininas ninguém concordou e 80,0% discordaram ou discordaram totalmente, 20,0% se mantiveram neutras.

Na questão se eu trabalhasse numa empresa e esta daria um “premio” em dinheiro ou não para agradar um futuro comprador e se eu servisse de intermediário, obtivemos os seguintes resultados: entre os estudantes masculinos 14,2% concordavam totalmente e 57,1% discordavam sendo que 28,7 se mantiveram neutros. Já entre as estudantes, 20,0% concordavam 30,0% discordavam e 50,0% se manteriam neutras.

Quando a afirmativa foi de comparação ao gerenciamento de um departamento de propina à moda da Odebrecht, se o estudante fosse um Diretor ou Gerente e fosse convocado, se ele aceitaria administrar tal departamento, tivemos as seguintes respostas: entre os estudantes do sexo masculino, ninguém concordou ou se manteve neutro e 100,0 discordavam ou discordavam totalmente. Entre as estudantes femininas, 90,0% discordavam ou discordavam totalmente e 10,0% se mantiveram neutras.

Na questão sobre “dar dinheiro” a fim de evitar uma multa ou para conseguir algum documento em algum órgão público, nas respostas dos estudantes masculinos, 14,2% concordavam totalmente, 71,6% discordavam ou discordavam totalmente e 14,2% se mantiveram neutros. Dentre as estudantes femininas, 80,0% discordavam ou discordavam totalmente e 20,0% se mantiveram neutras.

No quesito compra de recibo para abater no Imposto de Renda, 71,6% dos estudantes masculinos discordaram ou discordaram totalmente e 28,4% permaneceram neutros. Entre as estudantes femininas, 70,0% discordaram ou discordaram totalmente e 30,0% escolheram a neutralidade.

Na última afirmativa diz que após todas as respostas anteriores você ainda se julgaria um cidadão ético, 71,6% dos estudantes masculinos concordaram ou concordaram totalmente, contra 14,2% discordavam totalmente e 14,2% permaneceram neutros. Dentre as estudantes, 50% concordavam ou concordavam totalmente, contra 10% que discordavam totalmente e 40% escolheram se manter neutras.

3.2 Interpretação dos Dados:

Muitas vezes, quando se fala em ética, as pessoas não têm muito claras o “ser ético”, e acabam criticando os outros sem conseguir ver em si, sua real situação. Podemos ver isto claramente nas afirmativas 1 e 9, quando inicialmente afirma-se se eu me julgo um cidadão ético e no final, depois de uma série de afirmativas, alguns mudam seu ponto de vista sobre si mesmo. Nos estudantes do gênero masculino, inicialmente 100,0% se julgavam cidadãos éticos, no final 71,6% ainda mantinham suas convicções; 14,2% discordavam totalmente de ser um cidadão ético e 14,2% saíram da convicção de serem éticos e foram para a neutralidade. No caso das estudantes do gênero feminino, inicialmente 70% se julgavam cidadãs éticas, no final 50,0% mantiveram suas convicções; 10% discordavam totalmente de ser éticas, percentual que se manteve e, houve um aumento de 20,0% para 40,0% as que preferiram se manter neutras, ou seja, mudaram suas convicções pessoais de serem éticas para uma posição de neutralidade.

O que podemos perceber também é que a posição central de neutralidade entre as estudantes do gênero feminino tem maior preponderância do que as do gênero masculino. Isto pode indicar ou não ter uma opinião formada sobre seu posicionamento ético, ou até mesmo falta de convicção sobre quais atitudes tomariam em determinadas situações que pudessem testar suas convicções éticas. Isto não é bom, pois, para um país onde a corrupção assola nossas instituições, sejam privadas ou públicas, precisamos de cidadãos com uma convicção inabalavelmente ética para que possamos corrigir os rumos do país. Pessoas com dúvidas do certo ou errado são mais facilmente levadas pelas ofertas oferecidas por pessoas inescrupulosas que buscam atingir seus objetivos a qualquer preço.

CONCLUSÃO

Vimos que Ética Empresarial é um conjunto de princípios e padrões morais que devem nortear o comportamento organizacional, e que este é reflexo da sociedade em determinado tempo e espaço, podendo mudar ao longo do tempo e das mudanças permeadas à sociedade. Escândalos empresariais sempre existiram e continuarão a existir no futuro. A ambição e ganância sempre se farão presentes em quaisquer sociedades em qualquer parte do mundo. O que estamos presenciando no Brasil é algo que sempre existiu, desde a monarquia e possivelmente continuará a existir, não somente na relação entre o setor privado e o público, como também entre os membros do mesmo setor privado. Naturalmente que, envolvendo menores montantes financeiros por causa do maior controle de auditorias internas e externas, é bem mais restrito, mas existe.

O escândalo envolvendo, não somente a Odebrecht, que neste caso foi o nosso foco de pesquisa, mas outras empreiteiras e certamente outras empresas de outros setores, está fora de quaisquer outros padrões conhecidos até o presente momento. Inclusive em relação à quantidade de agentes públicos e poderes da república envolvidos, não só em relação ao financiamento de campanhas políticas como também o uso desses recursos para enriquecimento ilícito, o qual foi e está sendo amplamente divulgado.

Os valores são astronômicos e na verdade só se tem uma ideia do quanto seria, mas com o aprofundamento das investigações poderemos chegar a cifras muito mais altas. São anos de roubo e desvios do erário público, pertencentes à população brasileira.

E o curso das investigações só tomaram novos rumos, além daquilo que é possível se chegar sem a colaboração dos envolvidos, por causa desse programa de deleção premiada, onde aqueles que se sentem mais acuados, recebendo “toda” a culpa sozinho, mediante um acordo, via contrato, com Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União, trouxeram a tona fatos e provas as quais a força tarefa da Lava Jato, jamais poderia chegar sem esta colaboração. E daí, um delatando o outro e assim por diante, chegamos aonde chegamos. Certamente iremos mais longe e a fundo nas investigações.

Como uma das lideranças do “clube” criado para maquiagem as licitações, e pelo seu próprio gigantismo, a Odebrecht manchou irreversivelmente sua imagem, aqui no país e fora onde mantém contratos e prestação de serviços ou exportam seus produtos, sendo inclusive processados. Um dos objetivos do acordo de leniência, além do pagamento de multa, é o comprometimento da organização em criar mecanismos de controle que evitem que este mesmos atos ocorram no futuro, Se este compromisso trará os resultados declarados e esperados pela organização, pela sociedade, pela justiça e pelos setores sérios do governo, em todas as instâncias, o futuro mostrará.

O objetivo geral que era analisar o posicionamento de estudantes do curso de Administração frente às demandas éticas foi feito, porém com alguma preocupação, uma vez que da questão inicial sobre se acha uma pessoa ética, passando por algumas situações enfrentadas da vida diária, no final o mesmo questionamento de ainda se achavam éticos, alguns dos respondentes já não se achavam tão éticos como no início. Os objetivos específicos foram alcançados, levando o leitor a entender sobre a Ética e sobre a Ética Empresarial, que é o que se espera de todos os setores e das organizações que atuam nessa sociedade. As informações sobre a atuação do Ministério Público e Polícia Federal deixaram claro quanto à competência que se esperavam desses órgãos públicos em relação à Operação Lava Jato em curso, levando a Odebrecht a formalizar e divulgar amplamente seu “novo” compromisso com a Ética em suas diversas relações, principalmente com os agentes públicos de modo geral, para não mais se repetir o que está ocorrendo, portanto, podemos inferir que o problema que a pesquisa buscou responder está claro na divulgação dos compromissos futuros.

Esse certo posicionamento frouxo da questão ética entre alguns estudantes do curso de Administração, nos trás certa desesperança no sentido de não estarmos formando cidadãos com caráter ético, mas profissionais ou futuros profissionais que “poderão” continuar esse processo de deterioração de nossas instituições. Será preciso repensar sobre qual o tipo de profissionais queremos formar. Esta é uma questão que demandará uma pesquisa muito mais ampla e profunda para prospectar que futuro queremos para nosso país.

Este é um tema interminável em suas discussões e propostas de moralização e, principalmente, em sua aplicação no dia-a-dia da vida de todos os citados anteriormente, bem como na vida de todos nós que mantemos relações, em diversas dimensões e tipos com muitas organizações. Tudo que se espera é que os discursos venham seguidos da prática, pois sem ela, tornam-se discursos vazios de significado e sentido. O aprofundamento do tema também é muito importante, trazendo oportunidades para a sociedade discutir, debater e cobrar de todos os atores envolvidos: honestidade, transparência e decência em suas relações. Mas para isto tudo se torne realidade, tem que começar por cada um de nós em suas relações familiares, de amizades e profissionais.

REFERÊNCIAS:

ALENCASTRO, Mário Sérgio C. *Ética Empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

ALMEIDA, Marcelo; GALLI, Rafael A. **Ética e Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: Uniseb & Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.

BARROS, Mariana. **Análise da 'operação lava jato' a luz dos conceitos da governança corporativa**. Publicado nos anais do Congresso Nacional de Excelência em Gestão (ISSN 1984-9354), 2015. Endereço de acesso em 18/04/2017: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_149_2.pdf.

CARVALHO, Newton Sérgio De. *Ética no trabalho científico*. São Paulo: Arq. Gastroenterol. vol.46 no.3, 2009. Acessado em 30/03/2017, através do endereço: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000428032009000300004.

LIN, Eric & SERAFEIM, George. **O efeito escândalo**. Harvard Busines Review. <https://hbr.org/2016/09/the-scandal-effect>. acesso em 09/03/17.

_____**Ministério Público Federal**. <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> acesso 18/04/2017.

SANTOS, Fernando de Almeida. **ÉTICA EMPRESARIAL**, São Paulo: Atlas, 2015.

SA-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, Joel F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009. Acesso <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf> acessado em 27/05/2017.

TAILLE, Yves de La. **Moral e Ética: uma leitura psicológica**. São Paulo: USP. Psicologia: Teoria e Pesquisa 2010, Vol. n.01, pp. 105-114. Acessado através do endereço: <file:///C:/Users/S%C3%A9rgio/Documents/F%20A%20E%20L/TCC/ARTIGO%20%20MORAL%20E%20C3%89TICA%20UMA%20LEITURA%20PSICOL%C3%93GICA%20%20www.scielo.br%20pdf%20ptp%20v26nspe%20a09v26ns.pdf%20em%2030.03.17.pdf> em 30/03/2017.

VARGAS, Ricardo. **Os meios justificam os fins - Gestão baseada em valores: da ética individual à ética empresarial**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

_____**Organização Odebrecht**. Site oficial <http://www.odebrecht.com/pt-br/> acesso 13/04/17.

_____**Significado do acordo de leniência**. Acesso 19/04/2017. Significados: <https://www.significados.com.br/acordo-de-leniencia/>.

_____**Odebrecht formaliza delação premiada e leniência pela Operação Lava Jato, diz colunista** (<http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/5057777/odebrecht-formaliza-delacao-premiada-leniencia-pela-operacao-lava-jato-diz>). Acesso em 12/12/2016.

_____**Odebrecht assina acordo de leniência de R\$ 6,7 bi com a Lava Jato**. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,odebrecht-assina-acordo-de-leniencia-de-r-6-7-bi-com-a-lava-jato,10000091935> em 12/12/2016.

NOVOS RETRATOS DO ARTISTA QUANDO JOVEM - REFLEXÕES SOBRE AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO TRABALHADOR NO MERCADO ARTÍSTICO E CULTURAL

GUSTAVO PORTELLA MACHADO

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades
m.gustavoportella@gmail.com*

RESUMO

Inspirando-se no romance de James Joyce “Retrato do Artista Quando Jovem”, este artigo analisa as mudanças e continuidades que se apresentam para um jovem que decide trabalhar com arte e cultura na contemporaneidade. A trajetória de Stephen Dedalus, ao precisar romper com a família, a religião e a pátria para entender-se enquanto indivíduo livre e enquanto artista, serve como fio condutor de uma investigação dos processos de subjetivação do confronto entre cultura, economia e trabalho. A partir dessa relação, busca-se entender as mudanças que a nova racionalidade neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2016) incorporou à vida dos sujeitos subsumidos ao modo laboral de produção capitalista. A metodologia desdobra uma revisão teórica da literatura como estrutura de sentimento (WILLIAMS, 1979) e uma investigação sobre as transformações subjetivas dos trabalhadores contemporâneos, especialmente os jovens que se inserem no mercado artístico e cultural.

Palavras-chave: Trabalho cultural; Mercado de trabalho; Neoliberalismo; Empresariamento de si; Literatura

ABSTRACT

Inspired by James Joyce's novel “Portrait of the Artist as a Young Man”, this article analyzes changes and continuities that arise for a young person who decides to work with art and culture in the contemporary world. Stephen's trajectory marked by the rupture with family, religion and country to understand himself as a free individual and as an artist, works as the guiding thread for an investigation of the processes of subjectivation of the confrontation between culture, economy and work. From this relation, we seek to understand the changes that the new neoliberal rationality (DARDOT & LAVAL, 2016) incorporated into life of people submitted to the labor mode of capitalist production. The methodology evolves a theoretical review of literature as a structure of feeling (WILLIAMS, 1979) and an investigation into the subjective transformations of contemporary workers, especially young people inserted in the artistic and cultural market.

Key-words: Cultural labor; Job market; Neoliberalism; Self-entrepreneurship; Literature

Da literatura ao trabalho

“A personalidade do artista, no começo um grito, ou uma cadência, ou uma maneira, e depois um fluido e uma radiante narrativa, acaba finalmente se clarificando fora da existência, despersonalizando-se por assim dizer.” (JOYCE, James, 1998, n.p)

A frase é de Stephen Dedalus, personagem principal do livro *Retrato do artista quando jovem*, romance de James Joyce, publicado em 1916, que descreve episódios da infância à fase adulta da vida de Dedalus. O romance é, por vezes, entendido como autobiográfico, com semelhanças às dificuldades que Joyce encontrou em sua juventude na tentativa de tornar-se escritor (OLIVEIRA & SILVA, 2016).¹

A busca por entender-se e fazer-se entendido enquanto artista envolve o agenciamento de uma série de regras próprias do mundo da arte (BOURDIEU, 1996a). A entrada nesse campo, no entanto, não se dá sem transformações em outros setores da vida social. A jornada de Stephen Dedalus é um fragmento desse processo no início do século XX descrito na literatura e serve como panorama para entender que as dinâmicas de trabalho no mundo laboral da arte trouxeram, naquele momento, uma série de aprofundamentos sociais e psicológicos para os sujeitos. O esforço aqui é, a partir de uma revisão teórica, da noção de arte como trabalho e da inspiração na trajetória de Dedalus, refletir sobre os aprofundamentos que a escolha de trabalhar com arte e cultura traz na contemporaneidade.

A escolha de '*Retrato do artista quando jovem*' como fio condutor não tem pretensão de entender a obra como material etnográfico ou como mito (VIVEIROS DE CASTRO & BENZAQUEN DE ARAUJO, 1977), mas como conjunto de signos e de representações (GEERTZ, 2008; CANDIDO, 2006) dos eventos ocorridos desde a infância do protagonista e que o auxiliaram a escolher quando jovem-adulto um caminho não tradicional, enquanto artista. Também não será realizada uma comparação entre a trajetória do personagem ou do James Joyce com a realidade atual, até mesmo pela multiplicidade de possibilidades de inserção no mercado da arte que a contemporaneidade trouxe. A relação entre literatura e vida social aqui se dá na inter-relação entre artista, obra e público (CANDIDO, 2006), compreendendo as variações que esses três campos podem incorporar na compreensão da obra.

O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. Os artistas incompreendidos, ou desconhecidos em seu tempo, passam realmente a viver quando a posteridade define afinal o seu valor. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra. (CANDIDO, 2006, p. 47-48)

O '*Retrato do artista quando jovem*', enquanto recurso nessa análise, materializa-se no tempo e no espaço que é lido, como fio condutor das relações de comunicação estabelecidas com o tempo presente. Nesse sentido, retomo o conceito de *estruturas de sentimento* de Raymond Williams (1979) para que possamos entender a literatura pela sua capacidade de materializar estruturas de percepção do mundo em determinado momento histórico.

O *Retrato do Artista* e suas Individualidades

“Não servirei aquilo em que não acredito mais, chame-se isso o meu lar, a minha pátria, ou a minha igreja: e vou tentar exprimir-me por algum modo de vida ou de arte tão livremente quanto possa, e de modo tão completo quanto possa, empregando para a minha defesa apenas as armas que eu me permito usar: silêncio, exílio e sutileza.” (JOYCE, James, 1998, n.p)

1 Uma das características do autor é sua capacidade de criar *fluxos de consciência* e *labirintos*, como são conhecidas as técnicas utilizadas de transpor o leitor da realidade para a mente do personagem e vice-versa. Especialmente nesse livro ele inclui referências à sua própria trajetória, o que acabou por chamar atenção de Lacan, por exemplo, que dedicou-se também em estudar a escrita joyceana.

Segundo Oliveira e Silva (2016), os manuscritos de *O Retrato*, chamados anteriormente de *Stephen Herói*², foram rejeitados vinte vezes pelas editoras locais. Na última recusa, Joyce teria atirado os manuscritos na lareira, sendo resgatados por sua irmã Eileen. A partir desse momento, o autor teria revisto o livro e o deixado menos autobiográfico. Se o universo que circunda a publicação do livro são centrais para compreender a relação proposta por Candido (2006), desejo chamar atenção também para as transformações no processo de subjetivação do personagem para se entender enquanto artista.

O dilema que cerca essa escolha começa dentro da própria família irlandesa conservadora do protagonista. Soma-se a esse fato, seu crescimento e estudo em um colégio católico também irlandês. A formação religiosa do personagem chega a influenciá-lo para se tornar padre. No entanto, a destinação ao sacerdócio enfrenta já na adolescência os pecados e as vontades do protagonista. A arte se torna, então, outra possibilidade de profissão e de futuro. A universidade, por fim, é o local onde Dedalus se reafirma na posição de artista e entende, como condição dessa percepção, a necessidade de rompimentos com a pátria, com a religião e com a sua família.

O rompimento com determinadas instituições para quem deseja trabalhar com arte e, sobretudo, para quem busca uma individualidade chama atenção por não ser literatura incomum, mas, pelo contrário, por fazer sentido quando passamos a refletir sobre a constituição da ideia de individualidade. Simmel (1998), por exemplo, nos permite entender a passagem de um sujeito quantitativo, numérico, para um sujeito qualitativo, romântico, nas transformações que se dão do século XVIII para o século XIX. No primeiro momento, a busca pela individualidade significava um homem sem máscaras, puro, natural e auto-responsável, um sujeito que se entendia pelo que possuía de comum com todos. Esse sentido de individualidade é o que provocaria o rompimento com as instituições tradicionais.

Esse conceito de individualidade implica, em sentido prático, o *laissez faire*, *laissez aller*. Se em todos os homens encontramos o mesmo “homem como tal” como sua essência, essência essa cujo desenvolvimento perfeito é pressuposto, então as relações humanas não necessitam de intervenções reguladoras especiais. (SIMMEL, 1998, p. 05)

Esse período é essencial para entendermos as modificações que se dão também na contemporaneidade, especialmente porque passou a ser importante para alguns autores no século XVIII uma ideia de empreendedor, do homem de projetos, que trataremos posteriormente, como um herói moderno (DARDOT & LAVAL, 2016). É, no entanto, no século XIX, que os indivíduos, já hábeis para distinguirem-se das instituições, preocupam-se em se diferenciar uns aos outros. Ainda para Simmel, esses dois movimentos historicamente distintos se traduzem, respectivamente, na concorrência e na divisão do trabalho, especialmente com fins de maximizar a produtividade.

No entanto, essa visão dos sujeitos por sua capacidade produtiva, embora exerça grande influência, não é necessariamente a mesma visão que nos permite analisar a inserção no mercado de trabalho hoje. De acordo com Dardot e Laval (2016) foi preciso o desenvolvimento de uma nova norma subjetiva para entender a sociedade de hoje como uma empresa constituída de indivíduos que funcionam também como empresas. Essa normativa advém, segundo Holanda (2011), do desenvolvimento das teorias técnicas administrativas enquanto possíveis ciências neutras no século XVIII. No entanto, a absorção dessas teorias na vida social dos homens e mulheres representa uma suavização das relações de dominação do sistema político-econômico. Seria uma *psicomaniplulação* dos sujeitos, indo além da capacidade de extração da mais-valia para uma extração do “ser” com objetivo de aumentar o desempenho profissional

2 O livro *Stephen Herói* foi publicado posteriormente.

(HOLANDA, 2011; TRAGTENBERG, 2005). Trata-se, portanto, de uma sociedade reificada, no termo marxista, na qual “a inovação tornou-se rotina, não provoca mais rompimentos. Burocratiza-se, automatiza-se.” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 153).

É nessa perspectiva que passamos a analisar a contemporaneidade. Mas não exclusivamente a partir da submissão dos indivíduos à essas lógicas, mas da capacidade de absorvê-las e modificá-las, do reconhecimento das lutas contra aquilo que liga os sujeitos a eles mesmos e os submetem, então, a outros. É o que Foucault (1995, p. 235) chamou de uma luta contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e de submissão. A partir daí, passamos a investigar a inserção no mercado de trabalho pela coexistência da submissão ao neoliberalismo e da autonomia dos sujeitos.

O Auto(retrato) do artista: das instituições-projeto aos sujeitos-projeto

- E não era mais feliz, naquele tempo? – perguntou Cranly, com suavidade. – Bem mais feliz do que és agora, por exemplo?
- Muitas vezes era feliz; muitas outras vezes, infeliz. Mas, naquele tempo, eu era bem outro – explicou Stephen.
- Outra pessoa, como? Que queres dizer com essa declaração?
- Quero dizer que eu não era como sou hoje, como o que vim a ser – disse Stephen. (JOYCE, James, 1998, n.p)

a. As instituições-projeto

Para entender esse sujeito laboral contemporâneo, e a simultaneidade entre submissão e autonomia, precisamos recorrer às modificações que se dão após a metade do século XX. Danièle Linhart (2007) desenvolve a possibilidade de que uma nova organização das empresas modificou não só as formas nas quais o trabalho é realizado, mas as formas que os trabalhadores vivem. Uma de suas hipóteses é a de que, com o pós-taylorismo, muitas reformas dentro das empresas, inspiradas nos modelos japoneses da acumulação flexível, funcionaram para alcançar dois objetivos: uma adaptação do funcionamento da empresa de acordo com as novas lógicas de mercado e transformações nos trabalhadores, que precisaram se adaptar às novas estruturas complexas dessas empresas. Isso significa que “(...) o objetivo do projeto gerencial é modernizar o comportamento dos assalariados por meio de uma modernização das estruturas e das modalidades de transformação da empresa.” (LINHART, 2007, p. 106). Esse processo, no entanto, não se dá de forma fácil,

(...) inúmeras diretorias se esforçam para ativá-la por meio de um trabalho com a subjetividade: trata-se de “atacar” diretamente a mentalidade, a cultura, os valores, a filosofia e a racionalidade dos assalariados para ganhar tempo e estimular a confiança necessária à adaptação. Fundamentalmente, o que está em jogo é distanciar o assalariado dos valores contestatórios, dos valores autônomos ou particulares, combater sua inquietação em relação ao futuro para incorporá-lo à racionalidade escolhida pela empresa. Conduta acompanhada por um discurso baseado na valorização da pessoa e que, de uma certa maneira, entra em ressonância com algumas expectativas dos assalariados, principalmente dos mais jovens. (LINHART, 2007, p. 110-111)

É a partir dessas dinâmicas de transformação das organizações e das mentalidades que podemos questionar como se dão as formas de subjetivação emergentes nas formas institucionais da cultura. Para Raunig (2008), houveram transformações primeiramente nos modelos de empresas, não sendo mais possível pensar apenas nas grandes empresas da indústria cultural, como idealizadas pelos frankfurtianos, sendo preciso olhar também para as

pequenas empresas e os pequenos negócios de produtoras e produtores culturais, autônomos ou não, no campo da cultura³. Quando pensamos nessas empresas menores dentro das indústrias criativas⁴, Raunig (2008, p. 37) propõe pensar em pseudo-empresas, temporalmente limitadas, efêmeras e baseadas em projetos. O autor lembra ainda que Adorno e Horkheimer temiam a perda da autonomia dos trabalhadores nas indústrias culturais pela incapacidade de se tornarem empresários independentes. A questão atual é certamente o contrário, já que essas pseudo-empresas funcionam em lógicas simultâneas de autonomia e dependência, totalização e fragmentação, como instituições-projeto (RAUNIG, 2008). Essa instituição-projeto deve ser entendida como precarizante, replicando uma governamentalidade (FOUCAULT, 1979; LOREY, 2008) que também precariza.

A partir do funcionamento dessas empresas, seguindo a lógica de Linhart (2007), podemos entender a incorporação da mentalidade dos novos trabalhadores *freelancers* ou autônomos como indivíduos-empresa, indo de projeto em projeto, de empresa em empresa. Passamos então de uma lógica das instituições-projeto para o que chamaremos aqui de sujeitos-projeto (RAUNIG, 2008).

b. O sujeito-projeto

O sujeito-projeto como trabalhador cultural se encontra, ao mesmo tempo, em contextos de soberania e de liberdade, de precariedade e de totalização (LOREY, 2008). É fato que há uma contradição, mas há também, segundo Lorey (2008), uma oportunidade de estudar a razão neoliberal incorporada aos sujeitos. É a partir desse entendimento que passo a questionar: o que permite aos trabalhadores da cultura incorporarem essa nova normatividade de forma eficaz ao neoliberalismo?

Proponho aqui retomar e estabelecer pelo menos três entendimentos da relação entre o sujeito e a sua capacidade de estabelecer e de viver de projetos, que já se desenhava desde o século XVIII no imaginário do homem de negócios (SIMMEL, 1998; DARDOT & LAVAL, 2016): Projeto enquanto temporalidade; Projeto enquanto racionalidade; e Projeto enquanto acúmulo de trajetória.

A dimensão do projeto enquanto temporalidade decorre do próprio sentido pensado por Raunig (2008), no qual os sujeitos, na contemporaneidade, vivem cada vez mais de projeto em projeto, de empresa em empresa, sem perspectivas de planejar e concretizar esses planejamentos a longo prazo, seja em perspectivas de crescimento profissional, salarial, etc. Corsani (2012) propõe analisar essa característica não só como um fator de instabilidade do trabalho ou renda, mas pela consequência de dificuldade na organização e percepção do tempo, quando o trabalhador perde o entendimento da divisão entre tempos (de trabalho, de vida privada etc) e da venda do seu trabalho. Isso indica que a característica atípica e/ou intermitente do emprego na cultura não significa, necessariamente, a descontinuidade do trabalho mas a não remuneração de tempos de trabalho paralelos.

É lógico que essa temporalidade não se dá somente como normatividade incorporada passivamente, mas também como estratégia do trabalhador, dentro de suas possibilidades de atuação, para ampliar a renda. Seria como um mecanismo de maximizar a renda com bicos e outros trabalhos concomitantes, em um *continuum de empregos* (MACHADO DA SILVA,

3 Acrescento uma outra modalidade cada vez mais comum no Brasil: a categoria de microempreendedor individual, uma forma de formalização na qual os trabalhadores e trabalhadoras podem gerir um CNPJ a partir de sua pessoa física, seu CPF. O formato é cada vez mais utilizado no campo cultural.

4 O termo é utilizado pelo autor para descrever um mercado mais amplo que o pensado por Adorno e Horkheimer, no qual as *indústrias culturais* fariam parte. Indústrias criativas compreenderia toda produção baseada na criatividade capaz de gerar riqueza. Não há consenso sobre os termos e suas utilizações.

1971). É preciso pensar o trabalhador por sua capacidade de criar, transformar e contornar as mesmas lógicas estipuladas pela governamentalidade. É o que Danièle Linhart (2007, p. 113) chama de *lógica individual de sobrevivência* quando as “(...) transformações, que visam a modernizar e conquistar a confiança, desencadeiam uma apreensão e, conseqüentemente, reações de autodefesa”. Nessa lógica, os trabalhadores passam a criar mecanismos para se tornarem indispensáveis, deixando o trabalho mais obscuro e com suas características individuais (LINHART, 2007).

Essa capacidade de se pensar e se moldar a todo momento nos leva a uma segunda dimensão de projeto, como racionalidade para atingir um fim. Foucault (2008) reflete sobre a transição de um *homo oeconomicus* enquanto um sujeito marcado pela forma econômica da troca para um *homo oeconomicus* neoliberal, que “(...) não é em absoluto um parceiro da troca. O *Homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo.” (FOUCAULT, 2008, p. 310-311). Esse entendimento, segundo o autor, nos leva a pensar o capitalismo contemporâneo não como uma economia de indivíduos, mas de unidades-empresas. E se a economia, através do mercado, pode ser visto como espaço de empreendedores, toda essa perspectiva pode ser transferida para os outros setores da vida social (DARDOT & LAVAL, 2016). Em analogia ao *Retrato do artista* seria a capacidade do trabalhador da cultura de estabelecer seu autorretrato.

Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis - metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui.” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 327)

A lógica desse modelo de sociedade é que os sujeitos possam se regular, que eles trabalhem para empresas como se fossem patrões, tornando-se pequenas empresas (DARDOT & LAVAL, 2016) ou clientes (LINHART, 2007). A precariedade se amplia de uma função hegemônica de governo (LOREY, 2008) para uma mentalidade do próprio sujeito. O projeto ganha um tom de racionalidade, como uma performance na qual o trabalhador estabelece relações de coerência (GOFFMAN, 1985) do seu eu com as instituições e/ou com outros sujeitos. Tommasi (2017) lembra que essa característica modifica não só o sujeito e sua relação com o trabalho, mas as leis e as garantias que envolvem esse trabalho.

A organização do trabalho por carreiras hierárquicas é substituída pela sucessão de *projetos*, o que desmantela as garantias trabalhistas, responsabilizando os trabalhadores por sua *empregabilidade* via capacidade de gerir seu “capital pessoal”. (TOMMASI, 2017, p. 106)

No entanto, a ideia de projeto como racionalidade também carrega uma forte capacidade do sujeito de incorporar e modificar as relações com a estrutura, como “(...) um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo.” (BOURDIEU, 1996b, p. 144). Isso significa que não é uma relação estritamente unidirecional e que os trabalhadores podem estabelecer objetivos na ideia de empresariamento de si, mesmo que discordando dela.

Na dependência de uma vida laboral organizada em torno da captura incessante de participação em pequenos projetos por temporada, parece sábio se comportar com o profissionalismo aparentemente “adequado” para que não haja quaisquer avaliações que lhe coloquem aquém das expectativas dos contratantes, inclusive implicando na incorporação das gramáticas gerenciais como um recurso nas estressantes entrevistas de emprego ou nos perfis de redes sociais. (DOMINGUES, 2017)

Embora tenhamos indícios nessas dimensões de projeto da necessidade de se adequar ao discurso neoliberal para se manter financeiramente e profissionalmente, ainda identificamos poucas razões que levaram esses indivíduos a escolher e permanecer nesses modelos de trabalho. Há uma outra dimensão do projeto que é particular de cada indivíduo e que se relaciona com o acúmulo da trajetória em relação aos aspectos da sua vida, como o território, as experiências profissionais, familiares etc. Essa dimensão traz à tona uma perspectiva de projeto não tão racional e que se dá hoje na experiência do vivido dentro das estruturas neoliberais.

Para Velho (1997), a ideia de projeto pode envolver algum tipo de cálculo ou planejamento, mas ainda que consciente se distancia da ideia foucaultiana de *homo oeconomicus*. Sua característica consciente se dá através das experiências de riscos e perdas e não existem formas de medir esses cálculos. Essa dimensão de projeto ocorre quando há uma tentativa de criar determinada coerência para fatos e planejamentos aparentemente sem relação. A partir desse projeto elaborado é possível ao indivíduo estabelecer um *campo de possibilidades* sobre os aspectos da sua vida, quais as decisões possíveis diante da conjuntura.

Essa dimensão é importante para trazermos a escolha da profissão de artista e a manutenção nesse mercado como fruto não só de uma racionalidade neoliberal ou de um momento histórico onde a intermitência torna-se cada mais a regra, mas para pensarmos o trabalhador da cultura a partir da constituição do seu acúmulo de experiências vividas.

O sujeito-projeto e o mercado de trabalho

Abril, 26. Mamãe está colocando minhas roupas novas (de segunda mão) em ordem. E está rogando agora, diz ela, para que eu possa aprender na minha vida própria, e fora do lar e dos amigos, o que o coração é e o que ele sente. Amém. Assim seja. Sê bem-vinda, ó, vida! Eu vou ao encontro, pela milionésima vez, da realidade da experiência, a fim de moldar, na forja da minha alma, a consciência ainda não criada da minha raça. (JOYCE, James, 1998, n.p)

Dessa forma, a inserção no mercado de trabalho artístico e cultural pelo sujeito-projeto não possui um caminho único. É a reunião de uma série de dimensões - do que chamo aqui de projeto - que podem ser acionadas em distintos momentos, dependendo do *campo de possibilidades* (VELHO, 1997). Segundo Tommasi (2017), para muitos jovens que participam de movimentos culturais a cultura se tornou um campo de trabalho, mas também se tornou para os que buscam alternativa à falta de emprego, os que não desejam empregos subalternos, os que buscam um mercado sem obrigação do diploma universitário e os que desejam e reivindicam um trabalho gratificante. Acentua-se, então, uma distinção entre o valor econômico e o valor identitário do trabalho (TOMMASI, 2017).

Frydberg (2011), ao estudar os jovens músicos do choro, do fado e do samba, identifica dois momentos distintos de profissionalização: um primeiro precoce, na qual o indivíduo já constitui a dimensão da carreira desde a infância e aciona essa profissionalização quando ela lhe permite viver financeiramente; e uma segunda, quando o indivíduo já na idade adulta passa a considerar um mercado cultural. Geralmente a segunda opção surge como espécie de enfrentamento, colocando o indivíduo em uma encruzilhada entre outra profissão, outra trajetória ou outros projetos.

Quando restringimos aos jovens, esta escolha pelo mercado cultural é ainda mais complexa, envolvendo desde a comparação geracional da inserção e das ocupações no mercado de trabalho até a impossibilidade de autonomia material e de independência das redes parentais (DOMINGUES, 2017). Se a palavra que possibilitaria Stephen Dedalus no *Retrato do Artista* a viver de arte era "ruptura", essa ideia não é mais tão central na contemporaneidade, pelo

menos não com a família, já que a instabilidade passa a ser um dos fatores mais preocupantes desse trabalhador, sendo muitas vezes necessário conciliar o caminho profissional na arte com outro emprego (FRYDBERG, 2011).

Por fim, tentou-se aqui exemplificar que assim como as modificações descritas por James Joyce desencadearam um novo entendimento do eu para Stephen Dedalus, as transformações no mundo do trabalho, associadas às coexistências de modelos de projeto que pareciam não conciliáveis, trouxeram consequências e novas situações (laborais, financeiras e subjetivas) aos sujeitos que trabalham ou desejam trabalhar com arte e cultura.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 432p.

_____. *É possível um ato desinteressado?* In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CANDIDO, Antonio. *A literatura e a vida social*. In: _____. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CORSANI, Antonella di. *Dalla precarietà contrattuale alla precarizzazione esistenziale. L'esperienza dei lavoratori dello spettacolo in Francia*. In: ARMANO, Emiliana & MURGIA, Annalisa (orgs.). *Mappe della precarietà: Knowledge workers, creatività, saperi e dispositivi di soggettivazione*. Bolonha: Casa editrice Emil di Odoia, vol. 2, 2012.

DARDOU, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DOMINGUES, João. *E se a economia da cultura debatesse com mais frequência o trabalho? Notas sobre a organização dos interesses laborais no campo cultural*. In: BARBALHO, Alexandre; ALVES, Elder Patrick Maia; VIEIRA, Mariella Pitombo (orgs.). *Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA, 2017. (Coleção Cult). 276 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Nascimento da Bipolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FRYDBERG, Marina Bay. *"Eu canto samba" ou "Tudo isto é fado": uma etnografia multissituada da recriação do choro, do samba e do fado por jovens músicos*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

- HOLANDA, Luciana Araújo de. *Resistência e apropriação de práticas de management no organizar de coletivos da cultura popular*. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011
- JOYCE, James, *Retrato do Artista Quando Jovem*. Tradução de José Geraldo Vieira. São Paulo/Rio de Janeiro, Publifolha/Ediouro Publicações S.A., 1998.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007. 248 p.
- LOREY, Isabell. "Gubernamentalidad y precarización de sí. Sobre la normalización de los productores y las productoras culturales" In: PROYECTO TRANSFORM (org.). *Producción cultural y prácticas instituyentes: líneas de ruptura en la crítica institucional*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio., *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.
- OLIVEIRA Albéris Eron Flávio de; SILVA, Joanna Angélica Borges da. De *Stephen Herói* a *Um Retrato do Artista Quando Jovem* - Uma homenagem aos cem anos de publicação do primeiro romance de James Joyce. In *Revista dEsEnrEdoS*. Ano VII - nº 25. Teresina: Agosto de 2016.
- RAUNIG, Gerald. La industria creativa como engaño de masas. In: PROYECTO TRANSFORM (org.). *Producción cultural y prácticas instituyentes: líneas de ruptura en la crítica institucional*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.
- SIMMEL. O indivíduo e a liberdade. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 109-117
- TOMMASI, Livia de. Cultura e Juventude. In: CASTRO, Flavia Lages & Rodrigues, Luiz Augusto (orgs.). *Coleção Cultura e...* - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2005.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; BENZAQUEN DE ARAUJO, Ricardo. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, Gilberto. *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, p. 130-169.
- WILLIAMS ,Raymond. Estruturas de sentimento. In: _____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.130-137

**“NÃO SE TRATA DE CRUCIFICAR OS ABONADOS, NEM SANTIFICAR A POBREZA”:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE ANTHONY ATKINSON
À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

MARQUES, Hemerson Figueiredo

*Graduando do curso de Direito do
Centro Universitário São Camilo-ES
hemersonrocha10@gmail.com*

RIBEIRO, Marcelly Paulino

*Graduando do curso de Direito do
Centro Universitário São Camilo-ES
marcellyribeiro@gmail.com*

MALINI, Ricardo da Silva

*Professor orientador. Pós-graduando em Direito Tributário - UNIFLU/FDC (2005). MBA em Direito Tributário - FGV (2010). Pós-Graduando no MBA em Finanças Corporativas - IBMEC (2018)
rmalini@malini.adv.br*

RESUMO

Consoante a *Suprema Lex* do ordenamento brasileiro, ao governo é incumbida uma série de obrigações fundamentais. Dentre estas reside a garantia de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada na redução das desigualdades sociais. Para entender a desigualdade é necessário realizar uma revisão epistemológica, voltando olhares para a historicidade. O objetivo do artigo é condensar os entendimentos acerca de uma possível reforma tributária como prerrogativa à redução do abismo econômico entre as classes. A série histórica para seleção dos materiais contemplou majoritariamente o período entre 1990 e 2018. Uma menor extensão da desigualdade se alcança por meio de mudanças na renda de mercado. Obtêm-se justiça social por meio de um complexo tributário equânime. O Estado deve atuar de maneira sólida na reorganização da tributação. Os recursos devem ter fins coerentes com as necessidades da população. Reforma tributária é a chave para um novo sistema, não apenas econômico, mas social.

Palavras-chave: Direito; Direito Tributário; Princípio da Redução das Desigualdades Sociais; Reforma Tributária.

ABSTRACT

According to Supreme Lex of the Brazilian order, the government is charged with a series of fundamental obligations. Among these lies the guarantee of a free, fair and united society, based on the reduction of social inequalities. In order to understand inequality, it is necessary to carry out an epistemological review, looking at historicity. The purpose of this article is to condense understandings about a possible tax reform as a prerogative to reduce the economic chasm between classes. The historical series for the selection of materials covered the period between 1990 and 2018. A smaller extent of inequality is achieved through changes in market income. Social justice is obtained through an equitable tax complex. The state must act in a solid way in the reorganization of taxation. Resources must have ends consistent with the needs of the population. Tax reform is the key to a new system, not just economic, but social.

Key-words: Law; Tax Law; Principle of Reduction of Social Inequalities; Tax Reform.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal traz em seu rol de princípios fundamentais uma série de responsabilidades ao governo. Dentre estas está a garantia de uma sociedade livre, justa e solidária, que preza pelo desenvolvimento com base na erradicação da pobreza e da marginalização, e busca reduzir as desigualdades sociais promovendo o bem de todos sem preconceitos, conforme roga o artigo 3º (BRASIL, 1988).

Biasioli (2002) trabalha a ideia de responsabilidade dos governantes, defendendo ser necessário refletir sobre a estrutura de governo adotada no Brasil. Sob esse prisma, o sistema republicano firma raízes na igualdade, regulamentada desde a Constituição Federal de 1891. O intuito do legislador foi transmitir um caráter isonômico.

Fisher e Erickson (2007) definem que os fatores de desigualdade são diversos, indo desde acesso à saúde, segurança e educação até qualidade da vida. A desigualdade surge no momento em que se amplia o abismo existente entre as classes. A discrepância latente de poder aquisitivo entre os estratos da sociedade apresenta-se como um fator de retrocesso.

Biasioli (2002) ensina que o controle da economia para evitar a desigualdade social depende em parcela majoritária da iniciativa estatal e se torna possível por meio da cobrança de tributos e sua simultânea aplicação na sociedade. Essa atividade se faz legal, desde que respeite o princípio da igualdade tributária, de forma que a lei que trata sobre tributos seja isonômica.

Atkinson (2015) compila uma série de propostas como possíveis alternativas à redução do abismo econômico entre as classes, dentre elas estão: políticas públicas que diminuam a interferência do capital com base na relação de trabalho e consumo, que se encontra em desalinho; impostos progressivos e uma nova classe de impostos sobre o patrimônio dos mais ricos. O autor ainda defende a ampliação de programas que garantam uma mínima renda para crianças, a exemplo do que é proposto com o Bolsa Família.

Sem embargo, Biasioli (2002) explica que o princípio da igualdade tributária difere do princípio da capacidade contributiva. Em economia, essa questão trata da obrigação do Estado de arrecadar mais dos membros abastados e cobrar menos tributos dos desafortunados, respeitando a proporcionalidade.

O autor acima aludido defende que uma das prerrogativas basilares do poder governamental é alcançar a justiça social por meio de um complexo tributário equânime. Ao chefe do Poder Executivo designe-se a função de formular planos nacionais e regionais de desenvolvimento socioeconômico, atentando-se para sua viabilidade do ponto de vista financeiro.

METODOLOGIA

Dentre os tipos de pesquisa fora selecionado o modelo qualitativo (GOLDENBERG, 1997) na forma de estudo exploratório e explicativo, que faz uso de bibliografias para explicar um fenômeno histórico-social (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008) e emprega revisão integrativa na coleta dos referenciais bibliográficos (POMPEO; ROSSI; GALVÃO, 2009).

A série histórica utilizada contemplou majoritariamente o período entre 1990 e 2018. A busca foi realizada na biblioteca do Centro Universitário São Camilo-ES com periódicos, além de livros e artigos, selecionados nas plataformas online Scielo, Jus e Jusbrasil. O critério de seleção dos materiais foi a originalidade, atualidade do tema, relevância e aplicabilidade dos resultados, qualidade metodológica, validade e coerência. As palavras-chave, com base na plataforma Tesouro do Supremo Tribunal Federal (TSTF) foram: Direito, Direito Tributário, Princípio

da Redução das Desigualdades Sociais e Reforma Tributária, sendo esta desempenhada em Português e Inglês.

DISCUSSÃO

Machado (2001) afirma que mesmo com suas deficiências, o Direito é considerado o instrumento de maior eficácia quanto à manutenibilidade harmônica da sociedade. Explica ser inadequado tratar todos os seres humanos de maneira igual, garantindo ser dificultoso analisar os parâmetros de diferenciação de tratamento.

Em regra, as relações sociais deverão ser pautadas na proporcionalidade. No Direito Tributário, afirma-se que tal critério está alocado nos princípios da capacidade contributiva e da isonomia (MACHADO, 2001).

Segundo Semeghini (2015) é necessário realizar uma revisão histórica para que se possibilite uma análise integralizada acerca do âmbito tributário e as mazelas que dele decorrem. Em concordância, Pochmann (2005) afirma que desde os primórdios o país sofre as agruras da má distribuição de riquezas.

Semeghini (2015) esclarece a etimologia do termo “tributo”, que tem origem na expressão latina *tributum*, cujo significado reside em contribuição ou pagamento.

Compreende-se por Sistema Tributário, todo o agrupamento multifacetado formado pelos tributos estabelecidos em uma nação ou região autônoma e os principais regimentos que guiam sua organização. Os tributos constituem a mais importante receita da União, Estados e Municípios, podendo ser diretos, nos casos onde o pagamento é tipificado de forma objetiva, ou indiretos, que incidem sobre o preço de bens e serviços (MUSGRAVE, 1976).

Bandeira (2012) traz a classificação dos tributos quanto à função. O primeiro rol trabalha a ideia de arrecadação para entidades estatais (fiscal). Já o segundo busca interferir na administração de certas economias (extrafiscal), no qual existe a modalidade extrafiscal proibitiva, que com alíquotas elevadíssimas objetiva inibir certas atividades de caráter nocivo à sociedade, sendo um instrumento jurídico-tributário. O terceiro grupo (parafiscal) refere-se à delegação de poderes de arrecadação e controle de tributos de um ente federativo a uma entidade específica.

Concluídas as premissas técnicas e históricas, Forastieri (2015) remete suas observações ao fato de que desigualdade social está sempre em evidência no Brasil, contudo, poucas são as ações concretas que visam amenizar o problema. O autor acredita que o país tem grande potencial para ser uma liderança mundial. Para tal constatação utiliza argumentos voltados à economia, como a recessão, taxas de crescimento, inflação e níveis de consumo.

Contudo, as barreiras para alcançar tal objetivo residem na concentração de riqueza, onde apenas 0,5% da população detêm grandiosa parcela do capital. Tal grupo compila características que possibilitam a manutenção dos abismos sociais: baixas taxas de juros, altos rendimentos em investimentos de aplicação e baixíssimos impostos. Forastieri (2015) define as discrepâncias sociais, com base nessa dinâmica, como algo insanamente injusto.

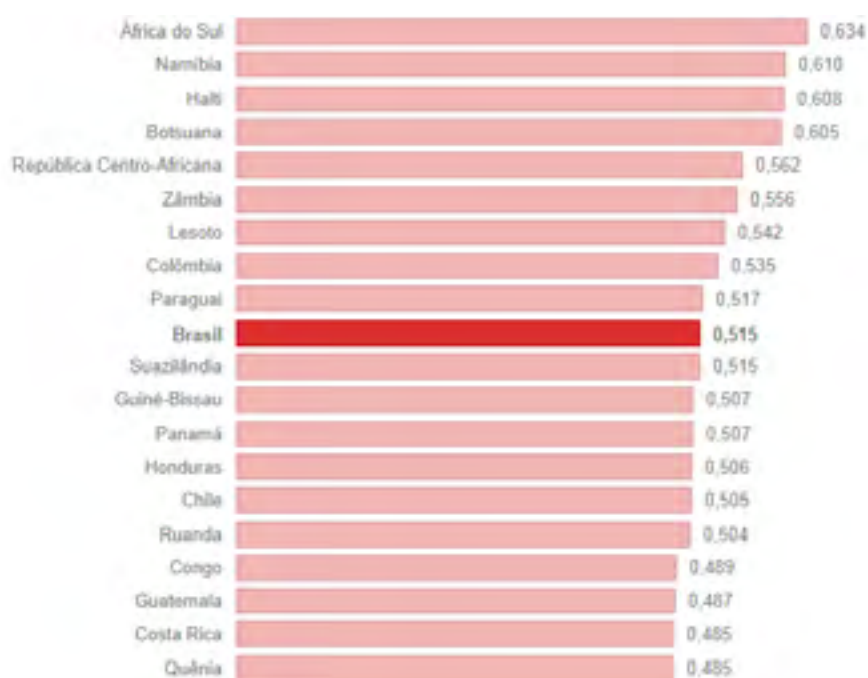
Todavia, o autor acima mencionado faz uso da seguinte expressão enfática para guiar sua linha de pensamento: “ não se trata de crucificar os abonados nem santificar a pobreza” (FORASTIERI, 2015, p.1). Neste passo conclui que o modelo concentrador de riqueza vem dando errado em vários países. Cita a Grécia, ápice dessa fórmula falida de sistema econômico que, à beira do abismo, experimentou níveis gritantes de desemprego e arrocho tarifário. Defende-se que algumas alternativas ao desgaste da economia beiram os limites da esquizofrenia, no entanto

outras merecem destaque, sendo necessárias para formular um projeto consistente que possa alcançar objetivos em prol da redução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, Atkinson (2015), professor da *London School of Economics*, tido como maior especialista em desigualdade do mundo, examina a distribuição de rendimentos desde os anos 60 e compila os resultados em seu produto final, o livro “Desigualdade – O que pode ser feito?”. O foco da referida obra é a situação no Reino Unido, mas as premissas que guiam o pensamento do autor podem ser adotadas em qualquer população que necessite passar por urgentes reformulações.

Em linhas gerais, Atkinson (2015) exemplifica a desigualdade no mundo através do coeficiente de Gini. Tal análise foi desenvolvida em países previamente selecionados, baseando-se na renda familiar disponível entre nações como Suécia e África do Sul, dois extremos no índice.

GRÁFICO 1 - Os países mais desiguais do mundo: ranking do coeficiente de GINI¹



Fonte: PNUD (2015).

Tawney (2015) esclarece que o que pessoas abastadas consideram “problema da pobreza”, pessoas desprovidas definem, com igual peso, como “problema de riquezas”. Nesse sentido, Dalton (1920) economista e ministro das finanças no pós-guerra, elucida que a distribuição de pelo menos uma libra de uma pessoa economicamente estável, para uma pessoa menos afortunada, já seria um método significativo para a redução das desigualdades.

[...] uma sociedade na qual ninguém poderia custear uma viagem particular para o espaço e na qual todos pudessem conseguir pagar sua comida em um mercado qualquer seria mais coesa e teria uma noção maior de interesses compartilhados. É necessário compreender a distribuição de renda para compreender o funcionamento da economia [...] (ATKINSON, 2015, p.39).

¹ O Coeficiente de Gini é um parâmetro de cálculo desenvolvido pelo italiano Corrado Gini e publicado no *Variabilità e Mutabilità* (1912). Seu uso é diverso, embora comumente esteja associado à desigualdade social com base na distribuição de renda. O coeficiente consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade. Logo, quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda. HOFFMANN, R. **Distribuição de renda:** medida de desigualdade e pobreza. Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

Quanto a globalização, Atkinson (2015) trata esta como resultado de decisões adotadas por órgãos internacionais, governos, corporações e indivíduos. No tocante a tecnologia, defende que as inovações precisam ser direcionadas pela própria comunidade, com políticas públicas que visem à geração de novos postos de emprego. Ao Estado atribui a função de impulsionar a capacitação dos indivíduos, o que possibilita maior eficácia na fabricação de produtos ou serviços e torna capaz a importação de bens intermediários por preços menores.

Baumol e Bowen (1966), concluem que a produtividade se aproxima mais rapidamente em determinados setores, além disso, certos seguimentos não possuem espaço para maior produção por pessoa.

Atkinson (2015) retifica a ideia de Baumol e Bowen (1966) externando que, soluções para investir em novas tecnologias seriam baseadas nas requisições de diferentes setores. O objetivo seria balancear investimentos em termos de infraestrutura e capital humano. Além disso, preconiza a formação de um Conselho Econômico e Social, responsável por matérias para uma reforma a longo prazo, um ente pluripartidário constituído por órgãos não estatais, grupos de consumidores, sindicatos, empregadores e o governo. Importante se faz salientar a necessidade da representação de diferentes etnias, gêneros e gerações na formação do conselho.

Seguindo essa linha de pensamento, observa-se o estudo *Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective* (Causas e Consequências da Desigualdade de Renda: Uma Perspectiva Global), desenvolvido por economistas do Departamento de Política Estratégica e Revisão do FMI (Fundo Monetário Internacional) em 2015, onde se afirma que certas políticas, até então defendidas pela organização, causam danos aos países, vez que promovem a manutenção da desigualdade e prejudicam o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). A análise revela que o aumento da desigualdade social tem peso negativo sobre a economia mundial (DABLA-NORRIS, 2015).

O relatório final defende que políticas econômicas devem firmar bases em quatro pilares: aumento de salários, da qualidade de vida da população, da proteção aos trabalhadores e o estabelecimento de um sistema de impostos progressivo. A concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo é explicada como fator de estagnação da macroestabilidade econômica. Tais metas devem ser alcançadas através de políticas públicas de distribuição de renda (DABLA-NORRIS, 2015).

Nesse diapasão, Pellegrini (2015) faz alusão às reflexões da ONG britânica Oxfam, onde se afirma que 37 milhões de pessoas que compõem o 1% mais rico da população mundial apresentam mais dinheiro que outros 99% juntos. Segundo o documento, medidas de austeridade como as defendidas pelo FMI na Grécia, prejudicam a parcela mais vulnerável da sociedade. No entanto, a solução para os problemas econômicos, reside na população pobre e de classe média, pois fazem girar a economia com altas taxas de consumo. A privação de consumo gera baixo crescimento econômico.

Atkinson (2015) atribui a relação entre desemprego e desigualdade como algo complexo que necessita de uma apreciação mais cuidadosa, já que a contribuição para o aumento da disparidade econômica está diretamente ligada à falta de oportunidades de trabalho.

É indispensável refletir acerca do contexto social no qual os mercados operam. É possível reduzir a desigualdade de renda, porém, é preciso explorar as mudanças tecnológicas a fim de aumentar as oportunidades e desenvolver a capacitação dos indivíduos. Além disso, é necessário ofertar produtos e serviços mais eficientes e duradouros, de forma que demanda e oferta sejam influenciadoras de um mercado econômico sólido (ATKINSON, 2015).

Atkinson (2015) propõe mexer nas taxas de tributação daqueles que compõe o topo da pirâmide. Trata-se de rendimentos de investimentos anteriores que não devem ser ignorados, especialmente se estão mais alinhados com a renda auferida.

À luz desse raciocínio, pertinente se faz lembrar as reflexões de Genro (2017), também com bases em um estudo da ONG Oxfam, onde são evidenciados dados sobre a desigualdade social. O estudo revela que as seis pessoas mais ricas, detêm juntas, o mesmo poder aquisitivo equivalente aos 100 milhões mais pobres.

No que concerne à isenção de tributos, ocorre uma verdadeira inversão de valores. Quem possui rendimentos de 80 salários mínimos tem isenção em média de 66% dos impostos, já aqueles que recebem entre 1 e 3 salários, são isentos em apenas 9%. Segundo Genro (2017) tal realidade tem como responsável o sistema capitalista que visa manter os atuais padrões econômicos. Os estudos revelam que melhorias só poderão ocorrer aos 95% que compõe a base, quando os privilégios dos 5% que está no topo forem alterados.

Nesse passo, Mena (2017) relata que no ano de 2016, o empresário Joesley Batista, pagou em impostos menos de 1% do montante que arrecadou com suas empresas. O fato não foi considerado ilegal, vez que o sistema tributário do país possui aplicabilidade real voltada para aqueles que ganham menos. Em outras palavras, quanto mais se ganha, menos se paga em impostos, sendo essa uma das características que mais influencia quanto ao nível de desigualdade do Brasil.

[...] o problema não são os ricos, mas o sistema tributário, que faz com que quem tem mais tenha cada vez mais. Algum nível de desigualdade é inevitável, mas precisamos reduzir os extremos. Nossa tributação hoje não é excessiva, mas é injusta [...] (MAIA, 2017, p.1).

Esse modelo pode ser entendido como reversão, onde são mitigadas as alíquotas sobre rendas elevadas, ao passo que se aumenta a isenção sobre lucros e dividendos, fonte de renda dos super-ricos. Esse conjunto de fatores permitiu que Joesley pagasse tão poucos impostos para tamanha renda total (GEORGES, 2017).

Gobetti e Orair (2016) explanam acerca de que o país ainda não possui formas concretas para que ocorram mudanças na tributação. O poder público, influenciado pelas elites, faz com que os interesses econômicos impeçam essa transformação. A questão não é voltada para ideologias, e sim para um sistema sólido e eficiente, que tribute daqueles que ganham mais.

No Brasil, 72% dos impostos incidem sobre consumo e renda, ao passo que apenas 28% incidem sobre o capital e riquezas. Tais porcentagens vão de desencontro aos modelos adotados em países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), órgão ao qual o Brasil solicitou participação em 2017 (MARTELLO, 2018).

O fato da tributação se concentrar em grande parte nos produtos e serviços, acarreta certa penalização aqueles que mais consomem, as famílias pobres. Esse efeito é invisível e inevitável, visto que os tributos se fixam nos preços. Os 10% mais pobres gastam 32% de sua renda em tributos, grande parte em consumo, enquanto os 10% mais ricos gastam apenas 21% (MAIA, 2017).

No que tange os bens, Maia (2017) expõe outras “distorções”. Impostos aplicados em carros são altíssimos, contudo esses não incidem sobre helicópteros, jatos, iates e lanchas, o que se torna um privilégio para os mais ricos. Gobetti e Orair (2016) acrescentam que para uma sistematização mais justa bastaria uma reformulação da lei, preocupando-se com a equidade

social. No entanto, na atual conjuntura há grande resistência jurídica, além da falta de coragem política e competência técnica para que ocorra essa readequação.

Genro (2017) explica que passos importantes em busca da diminuição das desigualdades consistem na taxação de grandes fortunas e herança. Defende ainda uma reformulação da tributação com base no princípio da proporcionalidade e da capacidade contributiva, de modo que os parâmetros sejam alterados, não a fim de favorecer certo grupo, mas que o arrecadamento ocorra sob o prisma da justiça.

Atkinson (2015) acredita que o governo deveria adotar um sistema para evitar o desemprego, com base em uma política de oferta de horas acrescidas, de acordo com a disponibilidade do trabalhador, bem como na garantia de vagas no serviço público.

Atkinson (2015) cita como importante elemento de transformação social a mudança na relação do indivíduo com a economia, onde o trabalho possui valor de inclusão. Para Kenworthy (2007, p.153) “ao garantir um emprego para qualquer um que o queira, mas não consegue encontrar, se ratifica o valor do trabalho”.

Atkinson (2015) elabora uma proposta voltada ao salário. Este por sua vez, seria formulado por um salário-mínimo, tido como digno, juntamente com acréscimos calculados mediante acordos entre as representações laborais e o Conselho Econômico e Social.

Juncker (2014), ao expor suas diretrizes políticas declara que:

[...] sou um adepto convicto da economia de mercado social. Não é compatível com a economia de mercado social que, durante uma crise, os armadores e especuladores se tornem cada vez mais ricos, enquanto os aposentados não possam mais se sustentar [...] (JUNCKER, 2014, p.8).

A reflexão supramencionada abre precedentes para um ponto de extrema importância: o motivo pelo qual os aposentados não se sustentam mais. A resposta está ligada ao baixo retorno de suas economias. Atkinson (2015) defende a criação de uma poupança nacional, através de títulos, sobre a qual deverá incidir uma taxa de juros real positiva, com uma participação máxima por pessoa.

Juntamente com a proposta de poupança, Atkinson (2015) visa também uma herança para todos. Por ser vista como um artifício dos mais ricos, a herança não é bem recebida aos olhos do restante da sociedade, embora não haja nada de errado intrinsecamente com a mesma. Seu único problema seria por ser muito desigual. Desta forma, deve haver uma dotação de capital paga a todas as pessoas que atingirem a fase adulta.

Deve-se criar uma autoridade pública, que opere com o objetivo de acumular patrimônio líquido do Estado com base em investimentos em empresas e propriedades. Defende-se ainda que para os fundos funcionarem de maneira correta, o Estado não pode deter o controle das empresas e sim participar consideravelmente com benefícios fiscais (ATKINSON, 2015).

Atkinson (2015) propõe que o benefício infantil não seja apenas para crianças onde seus familiares estão condicionados a comprovar baixa renda, sistema que é usado em vários países, e sim para todas as crianças, sendo tributado na receita da casa, diferentemente da proposta voltada a ajudar famílias necessitadas com filhos em todos os níveis de ganho.

Sobreleva ainda que as premissas de contribuição para seguridade social devem ser reajustadas para acompanhar a inconstante valoração do trabalho. Propõe uma renovação do sistema, elevando o nível dos benefícios e expandindo sua cobertura, de forma que seja garantida a manutenção digna daqueles que necessitam desse provento (ATKINSON, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões elencadas com base no discurso formulado por Anthony Atkinson, bem como nos demais relatos que servem de subsídio para a constituição do raciocínio disposto no projeto, podem ser consideradas radicais e por certo questionadas quanto a sua viabilidade orçamentária. Neste tocante, é fato que a equidade e a eficiência podem andar juntas.

A eficiência econômica necessariamente não precisa reduzir, mas voltar-se para medidas que garantam maior justiça na distribuição dos recursos, com alíquotas que permitam uma equiparação saudável dentre os estratos da pirâmide. Apesar das controvérsias, o atual modelo econômico não proporciona uma repartição correta dos recursos. Ao contrário do que se deveria fazer para manter a economia forte, o mercado gira em torno da barganha salarial.

Revelam-se como possíveis soluções ao colapso do mercado econômico: oferta x demanda guiando os preços e não o contrário; uma relação consistente entre trabalhadores e oportunidades de emprego, vez que o desemprego compromete todo maquinário da economia; e apesar de que nem toda intervenção estatal garante bons rendimentos, uma atuação sólida do Estado na reorganização da tributação.

No que tange as relações laborais, o aumento da eficiência está ligado à positividade dos salários pagos, o que faz aumentar a produtividade e conseqüentemente aquece a economia, abrindo novos postos de emprego e aumentando as taxas de consumo. Além disso, o bem-estar social contribui positivamente para o desempenho econômico, assim como os benefícios e o seguro desemprego, que mediante um sistema que vise o retorno desse trabalhador ao mercado o quanto antes, podem constituir pilares da economia.

À vista do exposto, um compilado de soluções à desigualdade social surge, dentre as quais se destacam: formulação de uma estrutura tributária progressiva, fim da isenção de tributação de rendas altas, benefício básico para crianças, introdução de uma renda de participação para adultos, acréscimo de 25% na aposentadoria mediante o modelo de renda de participação e seguridade laboral, com uma distribuição de remuneração mais justa.

A globalização apresenta-se como aliada, desde que o país apresente medidas coerentes de adequação às mudanças de mercado, como o aprimoramento dos trabalhadores. Tal fato exige atuação forte e comprometida do governo por meio de políticas públicas que aumentem os postos de emprego e assegurem as relações de trabalho com base nos preceitos básicos de dignidade, representatividade de classes e redução das taxas de desemprego.

Em suma, o Estado deve organizar-se de forma que os recursos arrecadados tenham fins legítimos e coerentes às necessidades da população. Não adianta orquestrar um modelo pautado em prerrogativas visionárias, mas que deixa a desejar quanto à execução, em razão da fragilidade ética e moral dos gestores. Cabe ao governo se auto fiscalizar e propiciar maior participação da população no jogo econômico, com foco na base que sustenta a pirâmide. Formular uma política de redução das desigualdades permite não somente aquecer a economia, mas melhorar todos os setores da dinâmica societária.

Uma reforma tributária é a chave para um novo sistema, não apenas econômico, mas social. Em respeito a *Lex master* que guia o ordenamento nacional propostas de reforma nesse tocante são singulares e merecem total atenção dos administradores com a finalidade de resolver as disparidades socioeconômicas que fazem parte da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade: O que pode ser feito?**. São Paulo: Leya, 2015. Tradução de Elisa Câmara.

BANDEIRA, Milton. Direito Tributário. In: CRISTINA, Flávia (Org.). **Exame da OAB**. Salvador: Juspodivm, 2012.

BAUMOL, William G.; BOWEN, William G. **Performing Arts: The Economic Dilemma**. Cambridge: Mit Press, 1966.

BIASIOLI, Marcos. **O Governo e Sua Responsabilidade Social**. 2002. Disponível em: <http://www.mbiasioli.adv.br/joomla/index.php/pt_br/biblioteca/artigos/53-o_governo_e_sua_responsabilidade_social>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.

DABLA-NORRIS, Era. *et al.* Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective. **Staff Discussion Notes**, [s.l.], v. 15, n. 13, p.1-39, 2015. International Monetary Fund (IMF). <http://dx.doi.org/10.5089/9781513555188.006>. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1513.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

DALTON, Hugh. The measurement of the inequality of incomes. **Economic Journal**, Londres, v. 1, n. 30, p.348-361, 1920.

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

FISHER, Brendan P.; ERICKSON, Jon D. Growth and equity: Dismantling the Kaldor-Kuznets-Solow consensus. In: ERICKSON, Jon D.; GODY, John M. **Frontiers in Ecological Economic Theory and Applic.** Northampton (Hampshire - MA, USA): Edward Elgar, 2007. Cap. 3. p. 53-71.

FORASTIERI, André. **Como combater a desigualdade no Brasil (e quem vai pagar a conta)**. 2015. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2015/08/28/ele-estuda-a-desigualdade-desde-os-anos-60-e-sabe-como-acabar-com-ela-como-diminuir-a-desigualdade-parte-2/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GENRO, Luciana. **A desigualdade social só vai diminuir quando mexermos no topo da pirâmide**. 2017. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/luciana-genro/a-desigualdade-social-so-vai-diminuir-quando-mexermos-no-topo-da-piramide_a_23242749/>. Acesso em: 24 maio 2018.

GEORGES, Rafael. Oxfam Brasil (Org.). **A Distância Que Nos Une: Um Retrato das desigualdades Brasileiras**. São Paulo: Brief Comunicação, 2017. 94 p. Coord. Katia Maia. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Org.). **Progressividade Tributária: A Agenda Negligenciada**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2016. 60 p. ISSN 1415-4765. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2190.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

JUNCKER, Jean-claude. A New Start of Europe: My Agenda for Jobs, Growth, Fairness end Democratic Change. In: Political Guidelines For The Next European Commission. **Anais**. Bruxelas: UE, 2014. p. 8.

KENWORTHY, Lane. **Egalitarian Capitalism: Jobs, Incomes, and Growth in Affluent Countries**. Nova York: Russell Sage Foundation, 2007. p.153 ISBN-10: 0871544520.

MACHADO, Hugo de Brito. **Os Princípios jurídicos da tributação na constituição de 1988**. São Paulo: Dialética, 2001.

MAIA, Katia In: MENA, Fernanda. **Só reforma tributária pode reduzir desigualdade, aponta estudo**. 2017. p.1. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1921418-so-reforma-tributaria-pode-reduzir-desigualdade-aponta-estudo.shtml>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MARTELLO, Alexandro. **Equipe econômica defende adesão do Brasil à OCDE e continuidade de reformas**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/equipe-economica-defende-adesao-do-brasil-a-ocde-e-continuidade-de-reformas.ghtml>>. Acesso em: 19 maio 2018.

MENA, Fernanda. **Só reforma tributária pode reduzir desigualdade, aponta estudo**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1921418-so-reforma-tributaria-pode-reduzir-desigualdade-aponta-estudo.shtml>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MUSGRAVE, Richard Abel. **Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental**. São Paulo: Atlas, 1976.

PELLEGRINI, Marcelo. **FMI: Aumento da desigualdade reduz crescimento econômico**. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/fmi-aumento-da-desigualdade-reduz-crescimento-economico-277.html>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

POCHMANN, Marcio. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

POMPEO, Daniele Alcalá; ROSSI, Lídia Aparecida; GALVAO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: Etapa Inicial do Processo de Validação de Diagnóstico de Enfermagem. **Acta paul. enferm.** São Paulo, v. 22, n. 4, p. 434-438. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n4/a14v22n4.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SEMEGHINI, Victor Theodosio. **A Origem da Tributação no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/39319/a-origem-da-tributacao-no-brasil>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

TAWNEY, Richard H. In: ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade: O que pode ser feito?** São Paulo: Leya, 2015. Tradução de Elisa Câmara.

PERSPECTIVAS SOBRE O ENVELHECIMENTO QUANDO EXISTE UMA RELAÇÃO INVERSA NO VALOR DO BENEFÍCIO DE SEGURADOS QUE INGRESSAM PRECOCEMENTE NO MERCADO DE TRABALHO

DANIEL ANDRÉ DOS SANTOS FARIAS

*Mestrando no Programa de Pós-graduação em
Cognição e Linguagem da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF)
danielfarias391@gmail.com*

SHEILA CAMPOS DE SOUZA

*Graduada em Fisioterapia e Especialista em Traumatologia
e Ortopedia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA)
sheilacamposdesouza@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho, mediante revisão bibliográfica, quali-quantitativa, visa demonstrar o impacto do fator previdenciário no benefício do segurado que ingressa precocemente no mercado de trabalho. O fator previdenciário tende a ser prejudicial em um plano isonômico a pessoas que precocemente ingressam no mercado de trabalho. No momento do requerimento administrativo, a aplicabilidade do fator demonstra assimetria nos valores de percepção dos benefícios, fato que, inclusive, pode acentuar um conceito discursivo negativo sobre a política social que o governo direciona. O fator previdenciário fere a isonomia na concessão do benefício quanto ao mesmo período contributivo à Previdência Social entre aqueles que ingressam mais cedo e mais tarde no mercado de trabalho. A maior redução do benefício repercute nas famílias de baixa renda, tendo em vista que os filhos necessitam ingressarem no mercado de trabalho precocemente para contribuir com o orçamento familiar.

Palavras-chave: fator previdenciário, aposentadoria, trabalho precoce, isonomia, benefício.

ABSTRACT

The present work, through bibliographical review, qualitative quantitative, aims to demonstrate the impact of the social security factor on the benefit of the insured that enters the labor market early. The social security factor tends to be detrimental on an isonomic basis to people who are entering the labor market early. At the time of the administrative application, the applicability of the factor demonstrates asymmetry in the perception of benefits, which may even accentuate a negative discursive concept about the social policy that the government directs. The social security factor hurts the equality in the granting of the benefit over the same contribution period to Social Security among those who enter the labor market sooner and later. The greater reduction of benefit affects low-income families, since children need to enter the labor market early to contribute to the family budget.

Key words: social security factor, retirement, early work, isonomy, benefit.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Verifica-se na realidade brasileira um percentual da população considerável quanto ao de trabalhadores que precocemente ingressaram no mercado de trabalho. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) constatou, em 2014, que: “no grupo de pessoas de 5 a 13 anos de idade o nível de ocupação foi de 2,0%; para pessoas de 14 e 15 anos de idade foi de 12,0% e para aqueles com 16 e 17 anos de idade foi de 27,4%”. Sabe-se que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988) proíbe o trabalho infantil ressaltando a possibilidade do ingresso ao mercado de trabalho aos 14 anos na condição de menor aprendiz, conforme o artigo 7º, inciso XXXIII. No entanto, existe em um plano fático, concreto, a constatação do trabalho de menores de 18 anos exercendo atividade laborativa.

O presente estudo visa demonstrar a repercussão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição quanto ao trabalho precoce em seu respectivo contexto. Para tanto, será recapitulado os conceitos da seguridade social e sua divisão entre a saúde, previdência social e assistência social. Quanto à previdência serão demonstrados os conceitos das aposentadorias oferecidas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) brasileiro, dentre essas a aposentadoria, a por idade, aposentadoria especial, aposentadoria por invalidez e, principalmente, aposentadoria por tempo de contribuição, conforme as minúcias do fator previdenciário.

O fator considera, além do tempo de contribuição, a idade na data do requerimento da aposentadoria e a expectativa de sobrevida a partir desta idade, com base na tábua de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculada anualmente. Ocorre que, apesar do viés discursivo do fator ser criado para retardar as aposentadorias precoces, sua incidência gera efeitos devastadores no valor do benefício do segurado, que, não exatamente por opção, necessitou ingressar nas atividades laborativas como forma de apoio ao grupo familiar em que vive.

Deste modo, será verificada uma análise hipotética, em similaridade a realidade brasileira, que a incidência do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição tem efeitos concretos direcionados a resultados negativos em benefícios, cujas pessoas ingressam no mercado de trabalho precocemente, sendo para tanto atingido até o princípio da isonomia quanto ao período contributivo.

SEGURIDADE SOCIAL

A proteção quanto aos riscos não é mais uma responsabilidade individual, pois é visível uma crescente intervenção do Estado na busca de uma adequação do abrigo social. Diversos infortúnios, como invalidez, velhice, acidentes e doenças, acompanham a sociedade desde a sua origem, porém, o mecanismo de tratamento deles variou significativamente.

Em face à fragilização social frente às contingências comum a toda sociedade, a seguridade social se apresenta como uma proteção constitucional esculpida na CRFB/1988, em seu art. 194, de modo que assegura ao indivíduo os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social, tendo como diretriz o princípio da solidariedade. Neste sentido dispõe o texto constitucional: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Assim, a seguridade social é o conjunto formado por princípios, regras e instituições, destinada a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover suas necessidades pessoais básicas e de seus familiares, destinando-se à Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

SAÚDE

Anterior a Constituição de 1988, cabe mencionar que o direito a saúde era restrito. Para que o indivíduo gozasse do direito a saúde, era exigida uma contribuição prévia. Em 05 de outubro de 1988, o poder constituinte trouxe no bojo constitucional o acesso à saúde independente de contribuição, universalizando-o a todos que dele dependa, visando o acesso igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação. O direito a saúde como um direito de todos poderá ser exigido do Estado, que possui a obrigação de prestá-lo.

Para ter acesso a saúde, conforme os ditames estabelecidos no texto constitucional de 1988, dispensa-se a contribuição prévia anteriormente exigida. O indivíduo que estiver em situação de enfermidade, ou necessitar de medicamentos poderá exigir do Estado que lhe preste a atenção devida sem qualquer oneração por sua parte.

No Brasil, o direito a saúde regido pela Lei. 8.080 de 1990, abarcado pelos ideais da seguridade social, possui autonomia em relação a outros ramos, como a assistência e previdência social. E este direito foi reconhecido na Constituição de 1988, não mais como um favor, e sim, direito de responsabilidade estatal, que passou a ter o dever de garanti-lo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social, por sua vez, consiste em amparar aquele em estado de hipossuficiência, encontre-se em necessidade material. O governo busca zelar pelo indivíduo que não consegue manter a si e a sua família, vivendo em estado de miserabilidade. Assim, dispõe CRFB/1988: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social”.

Como a saúde, e diferente da previdência que exige prévia contribuição, a Assistência Social será prestada independentemente de contribuição. O indivíduo terá direito a receber benefícios assistenciais sem que haja qualquer contribuição. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é o que melhor representa a assistência social. Este é um benefício pecuniário no valor de um salário mínimo, atribuído ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais e pessoa deficiente, a qual a renda per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Quanto ao direito a Previdência Social, este compreende um segmento jurídico preventivo instituído na CRFB/1988, de caráter contributivo e de filiação obrigatória que assegura aos beneficiários, segurados e dependentes, benefícios quando se deparam com eventos previamente selecionados que os coloquem numa situação de necessidade social, em virtude da impossibilidade de obtenção de sua própria subsistência ou do aumento das despesas.

No Brasil existem três regimes previdenciários que concedem benefícios, sendo dois regimes básicos de filiação compulsória e um de filiação facultativa. O regime de filiação facultativa é o da previdência complementar, enquanto os de filiação compulsória são o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

O indivíduo deve se filiar ao regime em que estiver vinculado a sua atividade remunerada, logo se a atividade remunerada estiver abrangida no RGPS, então, deve-se filiar obrigatoriamente ao regime geral. Caso a atividade remunerada esteja vinculada ao regime próprio, obrigatoriamente a vinculação se dará a este regime. No caso em específico será verificado o Regime Geral de Previdência.

O Regime geral é o regime mais amplo, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros é amparado por este regime, que é gerido e administrado pela Autarquia Federal denominada Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Mas existe uma pequena parcela dos brasileiros que possuem direito ao regime próprio de previdência social, essa pequena parcela dos trabalhadores fica excluída do Regime Geral de Previdência Social, pois possuem seu próprio regime, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Os primeiros são estatutários e os segundos celetistas, em regra.

A previdência social caberá à prestação de serviços e benefícios. Os serviços são bens imateriais postos à disposição do segurado, como o serviço social, habilitação e reabilitação profissional, enquanto os benefícios são prestações pecuniárias pagas ao segurado ou dependente, como exemplo, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, salário maternidade, pensão por morte e as aposentadorias, por idade, por tempo de contribuição, especial e por invalidez. Ressalvando na oportunidade que o enfoque se dará em relação ao benefício aposentadoria, especificamente no que tange a pessoa com deficiência.

APOSENTADORIA

Em um contexto amplo a palavra aposentadoria, em sua origem, significa retirar-se aos seus aposentos, ficar em casa para repousar, em contrapartida a todo período que esteve o segurado contribuindo com a formação social.

A aposentadoria, em contexto contemporaneamente restrito, é a principal prestação da previdência social, o benefício em que substitui permanentemente os rendimentos do segurado e dependentes que garantem a sua subsistência. Dessa forma entende Martins (2012, p.331): “a aposentadoria visa substituir o salário ou a renda que o trabalhador tinha quando estava trabalhando.”

Nesse sentido se remete a um direito patrimonial e antes de tudo uma garantia constitucional prevista nos artigos 7º, inciso XXIV, 201 e 202, da CRFB/88, regulamentada pelas Leis de Custeio e Benefício da Previdência Social – 8.212/91 e 8.213/91, direito que o beneficiário segurado, atendendo os requisitos legais, possui em se manter inativo, tendo em contrapartida o benefício previdenciário para que consiga manter a sua subsistência.

No Brasil existem diversas formas de aposentadorias decorrentes de previsão legal. Menciona-se pela previsibilidade legal: aposentadoria por tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial e invalidez. Após o cumprimento dos critérios estabelecidos na legislação, o segurado pode requerer ao INSS o seu direito a se aposentar. Salientando-se que no presente trabalho se tratará apenas das aposentadorias por idade e por tempo de contribuição.

Aposentadoria por idade

A aposentadoria por idade no Regime Geral de Previdência Social, *a priori*, tem por fato gerador, o momento em que o segurado atinge a idade especificada em lei para a concessão de sua aposentadoria.

Essa idade, em regra geral, é de 65 anos para o homem e 60 anos para mulher. Caso o trabalhador seja rural, pescador artesanal ou garimpeiro que trabalha em regime de economia familiar, a idade será reduzida em 5 anos, ou seja, o trabalhador que contar com 60 anos e 55 anos, respectivamente homem e mulher, terão direito a aposentadoria por idade reduzida em cinco anos.

Além da idade, a lei exige um tempo mínimo de contribuição para a previdência social para que a aposentadoria por idade seja concedida, que é chamado carência, no caso, 180 contribuições mínimas ao sistema, equivalentes à 15 anos contribuindo, seja este período ininterrupto ou não, caso tenha se filiado depois de 24 de julho de 1991 (data da promulgação da lei n. 8.213/91).

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A aposentadoria por tempo de contribuição tem por fato gerador o período contributivo. Exige, nos termos do art. 201, § 7º, I, da CF/88, trinta e cinco anos de contribuição para os homens e trinta anos de contribuição para as mulheres.

Antes da Emenda Constitucional n. 20/98, o benefício aposentadoria por tempo de contribuição era chamado de aposentadoria por tempo de serviço. Contemporaneamente, apesar de contar em vastas leis referências à aposentadoria por tempo de serviço, hoje existe um consenso que a nomenclatura própria é aposentadoria por tempo de contribuição. A alteração visava assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, por meio da exigência de contribuições, ao invés de simples tempo de trabalho.

Vale lembrar, que houve uma Proposta a Emenda à Constituição nº 33/96, a qual trazia inicialmente em seu bojo a instituição de idade mínima para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição e não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Assim, a aposentadoria por tempo de contribuição hoje não possui idade mínima para concessão da aposentadoria, apenas o período contributivo.

Em contrapartida a não aprovação da emenda à Constituição, e repensando o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, foi criada a Lei n. 9.876, de 26 de novembro de 1999, que instituiu o fator previdenciário, fórmula matemática, a qual incide obrigatoriamente na aposentadoria por tempo de contribuição, representando uma diminuição, que em média, representa 30% (trinta por cento) do valor do benefício, desestimulando a aposentadoria precoce do segurado.

Para identificar o valor da aposentadoria e sua redução deve se verificar o salário de benefício, calculando o fator previdenciário vezes a média aritmética simples de oitenta por cento do salário de contribuição. Será explicado a seguir o fator previdenciário e, posteriormente, a sua aplicação na aposentadoria por tempo de contribuição, resultando no salário de benefício inicial.

Salienta-se na oportunidade que com o advento da Lei n. 13.183 de 04 de novembro de 2015, poderá o segurado optar pela não incidência do fator previdenciário, desde que tenha preenchido o requisito da aposentadoria por tempo de contribuição, 35 anos de contribuição se homem e 30 se mulher, bem como a sua idade adicionada ao tempo de contribuição for igual ou superior a 95 pontos para homem e 85 pontos para mulher, sendo majorado tais pontos em 01 (um) a partir de 31 de dezembro de 2018.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

O fator previdenciário é uma fórmula que pode reduzir o valor da aposentadoria por tempo de contribuição quando o segurado não implementa a idade ideal. Foi criado como justificativa para retardar as aposentadorias. O fator considera, além do tempo de contribuição, a idade na data do requerimento da aposentadoria e a expectativa de sobrevida a partir desta idade, com base na tábua de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculada anualmente.

O Fator Previdenciário é obtido por intermédio da seguinte fórmula:

$$f = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left[1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100} \right]$$

f = fator previdenciário

Tc = tempo de contribuição do trabalhador

a = alíquota de contribuição (0,31)

Es = expectativa de sobrevida do trabalhador na data da aposentadoria

Id = idade do trabalhador na data da aposentadoria

O resultado da fórmula para cada caso específico é multiplicado pelo valor do benefício conforme calculado pela média das 80% maiores contribuições mensais desde julho de 1994, para os filiados à previdência social antes de 1991. Os filiados após 1991, a base a ser considerada será a de 80% de todo o período contributivo.

Como a idade no momento da aposentadoria e o tempo de contribuição estão no numerador da fórmula, a idade e a contribuição será diretamente proporcional ao valor do benefício, ou seja, quanto menores a idade e o tempo, no momento do requerimento da aposentadoria por tempo de contribuição, também menor o fator e maior a redução do valor do benefício.

Como a expectativa de vida a partir da idade de aposentadoria está no denominador da fórmula, a expectativa será inversamente proporcional ao valor do benefício, ou seja, quanto maior a expectativa de sobrevida, menor será o fator e, conseqüentemente, menor o valor do benefício.

SALÁRIO DE BENEFÍCIO E AS REPERCUSSÕES DO FATOR PREVIDENCIÁRIO QUANTOS AOS TRABALHADORES PRECOCES

Salário de benefício é a renda inicial que o segurado receberá de seu benefício. Para calcular o valor do benefício, leva-se em conta à média aritmética simples dos 80% maiores salários do período de contribuição, corrigidos monetariamente desde julho de 1994, multiplicado por um coeficiente.

Em uma situação hipotética em que o segurado recolha para o sistema previdenciário por todo o período da sua vida sobre o valor equivalente de R\$ 1.000,00 (mil reais), os 80% (oitenta por cento) da média aritmética do período de contribuição dos maiores salários será de R\$ 1.000,00 (mil reais) multiplicado pelo coeficiente de cálculo para chegar à renda mensal inicial.

Na aposentadoria por tempo de contribuição, a média aritmética é obrigatoriamente multiplicada pelo fator previdenciário que será o coeficiente de cálculo, caso o segurado não tenha cumprido o estabelecido na regra pontos 85/95. O exemplo pode ser demonstrado na situação hipotética acima utilizada. Suponha-se que o segurado possua a média aritmética simples de 80% do seu salário de contribuição equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais). Esse valor será multiplicado pelo fator previdenciário, fórmula que levará em conta, o tempo de contribuição para o sistema, a idade do aposentando, e a expectativa de sobrevida que é dada anualmente pelo IBGE.

Verifica-se na realidade um percentual da população brasileira considerável quanto ao número de trabalhadores precoces. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios),

constatou em 2014 que: “No grupo de pessoas de 5 a 13 anos de idade o nível de ocupação foi de 2,0%; para pessoas de 14 e 15 anos de idade foi de 12,0% e para aqueles com 16 e 17 anos de idade foi de 27,4%”.

Sabe-se que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 proíbe o trabalho infantil ressaltando a possibilidade do ingresso ao mercado de trabalho aos 14 anos na condição de menor aprendiz, conforme o artigo 7º, inciso XXXIII. No entanto, algumas famílias por um critério de subsistência possui uma participação coletiva assídua entre os seus integrantes no mercado de trabalho, sendo esses integrantes em consideráveis situações crianças ou adolescentes, conforme KASSOUF (2007): “A redução dos salários acaba, muitas vezes, forçando o trabalhador homem adulto a inserir toda a família no mercado de trabalho para compensar a perda de renda”.

Assim entendendo que o trabalho do menor de 18 anos, em alguns contextos, é estimulado por conta da complementação renda de famílias carentes, far-se-á uma análise imaginária da repercussão do fator previdenciário quanto ao trabalho precoce dessas pessoas. Nessa perspectiva imaginária serão os paradigmas a Pessoa A e a Pessoa B, ambos do sexo masculino.

A Pessoa “A” é um adolescente de 16 anos, que devido a necessidade familiar, há três décadas e meia ingressou no mercado de trabalho, como menor aprendiz, efetuou as respectivas contribuições a previdência social durante 35 anos, e em 01 de agosto de 2018 com a idade de 51 anos, e expectativa de sobrevida de 27,2 anos, conforme a tábua de mortalidade do IBGE, requereu o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, aplicando-se a fórmula, e teve o fator previdenciário equivalente a 0,6454.

Imagina-se por uma situação constante e hipotética que a média aritmética dos 80% maiores salários de contribuição dessa pessoa A sejam iguais a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o fator previdenciário incidirá sobre este montante resultando no recebimento de um benefício no valor de R\$1.290,80 (mil duzentos e noventa reais e oitenta centavos) para um pessoa que contribuiu sobre o valor médio de R\$ 2.000,00, ocorreu uma redução do benefício em 35,46% (trinta e cinco vírgula quarenta e seis por cento) devido ao fator previdenciário.

Em contrapartida a Pessoa A, existe a Pessoa B, que devido a estrutura da renda da família obteve um desenvolvimento acadêmico, com formação continuada, sem a necessidade de se preocupar em iniciar precocemente no mercado de trabalho para a complementação do orçamento familiar, finalizando o doutorado com 30 anos de idade e que há três décadas e meia ingressou laborando já com o título de doutor, e contando com o tempo de 35 anos de contribuição. Nessa situação hipotética, já com 65 anos de idade e expectativa de sobrevida de 20,3, conforme a tábua de mortalidade do IBGE, efetuou o requerimento de aposentadoria por tempo de contribuição no mesmo dia da Pessoa A, em 01 de agosto de 2018, teve por sua vez o fator previdenciário equivalente a 0,9398.

De igual modo, desconsiderando o piso salarial de um doutor no plano nacional nesse contexto simulatório, entre outras variáveis, apenas para graficamente ser visível a diferença abissal que se pretende demonstrar no impacto do fator previdenciário, e imaginando por uma situação constante e hipotética que a média aritmética dos 80% maiores salários de contribuição dessa Pessoa B, também sejam iguais a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o fator previdenciário incidiu sobre este montante resultando no recebimento de um benefício no valor de R\$ 1.879,60 (mil oitocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos). Para alguém que contribuiu sobre o valor médio de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ocorreu uma redução do benefício em 6,02% (seis vírgula zero dois por cento) no valor do benefício.

Ocorre ainda que por ter 35 anos de contribuição e idade de 65 a Pessoa B, pode optar pela não incidência do fator previdenciário no benefício, pois a soma da idade e o tempo de contribuição resulta no montante de 100 pontos, ultrapassando os 95 pontos para ser concedida a vantagem em se optar ou não pelo fator, conforme o artigo 29-C da Lei n. 13.183 de 04 de novembro de 2015.

Deste modo, verificando que fator previdenciário pode ocasionar uma redução em 6,02% no valor do benefício, a escolha pela não utilização do fator é mais cabível, razão que a Pessoa B poderá decidir pela não incidência, tendo o valor do benefício em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) integrais, ao contrário da Pessoa A que terá obrigatoriamente a incidência do fator por ter completado apenas 86 pontos, inferior aos 95 exigidos para o homem, com a redução do benefício em 35,46%.

Verifica-se, conforme a simulação exemplificativa, que o fator previdenciário tende a ser prejudicial em um plano isonômico a pessoas que precocemente ingressam no mercado de trabalho. Nesse caso em específico, constatou-se uma diferença exemplificativa de 35,46% a menor do indivíduo que ingressou no mercado de trabalho aos 16 anos, se comparado ao que iniciou com 30 anos. Apesar de terem o mesmo tempo de 35 anos de trabalho e contribuição para previdência social, no momento do requerimento administrativo, a aplicabilidade do fator demonstrou assimetria nos valores de percepção dos benefícios, fato que, inclusive, pode acentuar um conceito discursivo sobre a política social que o governo direciona, tendo em vista que apenas 3% (três por cento) dos jovens entre 25 e 29 anos de idade não exerciam atividade laborativa e somente estudavam em 2014, conforme o IBGE, enquanto 23,1% dos jovens entre 15 e 17 anos já davam início ao mercado de trabalho.

O fator previdenciário fere a isonomia na concessão do benefício quanto ao mesmo período contributivo à Previdência Social entre aqueles que ingressam mais cedo e mais tarde no mercado de trabalho. Pelo que se verificou, a maior redução do benefício repercute nas famílias de baixa renda, tendo em vista que os filhos necessitam ingressarem no mercado de trabalho precocemente para contribuir com o orçamento familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho oportunizou o conhecimento de peculiaridades do instituto do direito previdenciário quanto elemento integrante da Seguridade Social e seus desdobramentos sobre as diversas aposentadorias que compõe o Regime Geral de Previdência. Ante tudo quanto analisado, verificou-se a aposentadoria por tempo de contribuição e a repercussão do fator previdenciário quanto ao benefício da aposentadoria dos indivíduos que ingressam precocemente no mercado de trabalho.

Constatou-se, conforme a simulação exemplificativa, que o fator previdenciário tende a ser prejudicial em um plano isonômico a pessoas que precocemente ingressam no mercado de trabalho. Nesse caso em específico, o observado foi que o fator pode causar uma diferença de 35,46% a menor no valor do benefício do indivíduo que ingressou no mercado de trabalho aos 16 anos, se comparado ao que iniciou com 30 anos. Apesar de terem o mesmo tempo de 35 anos de trabalho e contribuição para previdência social, no momento do requerimento administrativo, a aplicabilidade do fator demonstrou assimetria nos valores de percepção dos benefícios, fato que, inclusive, pode acentuar um conceito discursivo sobre a política social que o governo direciona.

O fator previdenciário fere a isonomia na concessão do benefício quanto ao mesmo período contributivo à Previdência Social entre aqueles que ingressam mais cedo e mais tarde no mercado de trabalho. Pelo que se verificou, a maior redução do benefício repercute nas famílias de baixa renda, tendo em vista que os filhos necessitam ingressarem no mercado de trabalho precocemente para contribuir com o orçamento familiar.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Curso de Direito Previdenciário**. 5ª ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

BRASIL. Constituição Federal. **In: Vade Mecum**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Lei n. 8.029/90**. Estabelece sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. **Lei n. 9.876/1999**. Estabelece sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. **Lei n. 8.080/90**. Estabelece sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. **Lei n. 8.212/91**. Estabelece sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília.

_____. **Lei n. 8.213/91**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991.

_____. **Lei n. 8.742/93**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **Lei n. 13.183/2015**. Estabelece regra de não incidência do fator previdenciário e dá outras providências. Brasília, 1993.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Desaposentação**. 5. Ed. Niterói: Impetus, 2011.

_____, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. Impetus: Niterói, 2013.

IBGE. ORGÃO. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil - 2016**: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. 2017. Disponível em: <http://ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

KASSOUF, Ana Lúcia. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?**. Nova economia, Belo Horizonte - MG, p. 323-350, ago. 2007. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/490/485>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis *et al.* **Prática processual previdenciária**: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 32. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAMARCA, Gabriela; VETTORE, Mario. **A dissonância entre o combate ao trabalho infantil e o seu impacto na perda da renda familiar total**. 2012. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/2012/12/a-dissonancia-entre-o-combate-ao-trabalho-infantil-e-o-seu-impacto-na-perda-da-renda-familiar-total/>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

SANCHEZ, Adilson. **Advocacia Previdenciária**. 4. ed. Atlas: São Paulo, 2012.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado**; coord. Pedro Lenza. Saraiva: São Paulo, 2013.

GT: 22 - Medições, Justiça Restaurativa e Diferentes Formas de Administração de Conflitos

Coordenadores: Dentol R. S. Meirelles e
Fernanda Duarte

A MISTIÇAGEM CULTURAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA NOS MEADOS DO SÉCULO XX

REBECA EVELIN SALES SILVA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (UAM)
Especialista em Gestão Cultural: Cultura,
Desenvolvimento e Mercado pelo Centro Universitário SENAC - SP
Bacharel em Turismo pela Universidade São Judas Tadeu (USJT)
rebecaeve@gmail.com*

RESUMO

O século XX foi marcado por eventos que promoveram a formação da identidade brasileira. A proposta deste trabalho de pesquisa é apresentar uma discussão sobre a mestiçagem cultural, relacionada ao processo que levou à construção de uma identidade do Brasil, nos meados do século XX. A partir desta proposta, considerou-se como as teorias de racismo científico que tiveram início no final do século XIX contribuíram para a marginalização social das raças negras e indígenas. Baseada nessa constatação, este trabalho tem como objetivo estudar os acontecimentos históricos, para compreender como o racismo foi instituído na sociedade brasileira e que, infelizmente, perdura até a atualidade.

Para desenvolver este trabalho, foi utilizada a pesquisa de natureza qualitativa por meio de revisão bibliográfica e análise fílmica.

Palavras-chave: Mestiçagem Cultural, Identidade Brasileira, Racismo, Preconceito.

ABSTRACT

The twentieth century was marked by events that promoted the formation of the Brazilian identity. The purpose of this research is to present a discussion about cultural miscegenation related to the process that generated the construction of an identity of Brazil between the 1930s and 1950s. From this proposal, it was considered as theories of scientific racism which began at the end of the 19th century, contributed to the social marginalization of the black and indigenous races. Based on this finding, this study aims to study historical events to understand how racism was instituted in Brazilian society and which, unfortunately, continues to this day.

To develop this work, qualitative research was used through bibliographic review and film analysis.

Key-words: Cultural Miscegenation, Brazilian Identity, Racism, Preconception.

O outro Brasil que vem aí

Eu ouço as vozes
eu vejo as cores
eu sinto os passos
de outro Brasil que vem aí
mais tropical
mais fraternal
mais brasileiro.
O mapa desse Brasil em vez das cores dos Estados
terá as cores das produções e dos trabalhos.
Os homens desse Brasil em vez das cores das três raças
terão as cores das profissões e regiões.
As mulheres do Brasil em vez das cores boreais
terão as cores variamente tropicais.
Todo brasileiro poderá dizer: é assim que eu quero o Brasil,
todo brasileiro e não apenas o bacharel ou o doutor
o preto, o pardo, o roxo e não apenas o branco e o semibranco.
Qualquer brasileiro poderá governar esse Brasil
lenhador
lavrador
pescador
vaqueiro
marinheiro
funileiro
carpinteiro
contanto que seja digno do governo do Brasil
que tenha olhos para ver pelo Brasil,
ouvidos para ouvir pelo Brasil
coragem de morrer pelo Brasil
ânimo de viver pelo Brasil
mãos para agir pelo Brasil
mãos de escultor que saibam lidar com o barro forte e novo dos Brasis
mãos de engenheiro que lidem com ingresias e tratores europeus e
norte-americanos a serviço do Brasil
mãos sem anéis (que os anéis não deixam o homem criar nem
trabalhar).
mãos livres
mãos criadoras
mãos fraternais de todas as cores
mãos desiguais que trabalham por um Brasil sem Azeredos,
sem Irineus
sem Maurícios de Lacerda.
Sem mãos de jogadores
nem de especuladores nem de mistificadores.
Mãos todas de trabalhadores,
pretas, brancas, pardas, roxas, morenas,
de artistas
de escritores
de operários

de lavradores
de pastores
de mães criando filhos
de pais ensinando meninos
de padres benzendo afilhados
de mestres guiando aprendizes
de irmãos ajudando irmãos mais moços
de lavadeiras lavando
de pedreiros edificando
de doutores curando
de cozinheiras cozinhando
de vaqueiros tirando leite de vacas chamadas comadres dos homens.
Mãos brasileiras
brancas, morenas, pretas, pardas, roxas
tropicais
sindicais
fraternais.
Eu ouço as vozes
eu vejo as cores
eu sinto os passos
desse Brasil que vem aí.

(FREIRE, 1933, p. 9 -11)

INTRODUÇÃO

A globalização tem gerado o “fenômeno das diferenças”, a afirmação da etnicidade entre os povos, se destaca a cada dia em diferentes contextos da sociedade. Em contrapartida, há a coexistência do racismo e preconceito, e a condenação das diferenças individuais existentes (SCHWARCZ, 1996). É contraditório constatar, como as diferenças diariamente são motivo de orgulho e de destaque para as etnias, em contrapartida, que a tolerância e o respeito diminuem com relação a diversos grupos da sociedade.

Neste momento da história brasileira é oportuno e também extremamente necessária, a abordagem e aprofundamento do estudo das diferenças étnicas e sociais, que estão presentes na sociedade atual, mas que tiveram sua origem a bastante tempo. Desta forma, se justifica a importância de pesquisas sobre a mestiçagem cultural e a respeito da formação da identidade brasileira, como objeto de estudos multidisciplinares. Áreas como a história, as ciências sociais, a antropologia, a hospitalidade, o turismo; entre outras ciências, fornecem um aporte a compreender os processos que estão interligados à formação da identidade cultural do Brasil e que possibilitam estudos multidisciplinares por diferentes vieses.

O Brasil é uma nação heterogênea em aspectos culturais, desde suas raízes indígenas, com a vinda dos portugueses e africanos durante a colonização e, posteriormente, com a vinda dos povos europeus e japoneses durante a imigração, para fornecimento de mão-de-obra de trabalho. Até o final do século XX, esta foi a imagem predominante do povo brasileiro, porém, nos últimos anos têm aumentado o número de imigrantes, oriundos de outros povos, principalmente de nações envolvidas em guerras e em perseguições ideológicas, étnicas e religiosas.

Até o final de 2017, o Brasil reconheceu um total de 10.145 refugiados de diversas nacionalidades. Os sírios representam 39% da população refugiada, com registro ativo no Brasil (CONAREN

- Comitê Nacional de Refugiados). Com esta nova tendência de mestiçagem cultural no Brasil, vemos a formação de uma nova identidade, com novos hibridismos e novas contribuições para a cultura brasileira.

Porém, esta nova imagem cultural do Brasil não é bem vista homogeneamente pela sociedade, assim como, os valores da cultura negra e indígena, que embora venham das raízes formativas do Brasil, sempre passaram por discriminações e preconceitos.

Devido a esse contexto atual de preconceito e intolerância crescentes, chegou-se ao problema central do estudo: Como ocorreu o processo de mestiçagem cultural e da formação da identidade brasileira nos meados do século XX?

Com a definição do problema de pesquisa, foi estabelecido o objetivo geral da pesquisa, que é o de identificar as relações entre a formação da identidade cultural do Brasil nos meados do século XX e a mestiçagem cultural.

Os objetivos específicos, foram gerados de acordo com o objetivo geral de pesquisa:

- Identificar os fatos relacionados à produção da identidade brasileira e à mestiçagem cultural.
- Analisar os dados obtidos sobre a formação da identidade brasileira.
- Discutir as relações entre a mestiçagem cultural e formação da identidade brasileira.

Com base no objetivo geral, nos objetivos específicos e no problema de pesquisa, se estabeleceu a hipótese inicial de que as teorias raciais do século XIX e a projeção da imagem do Brasil nos filmes da Disney, "Alô amigos" e "Você já foi à Bahia" colaboraram para a formação da identidade do Brasil nos meados do século XX.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com o tema de pesquisa e com os objetivos estabelecidos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório.

O primeiro passo para obtenção dos dados, foi a definição do tema. A partir do tema definido, realizou-se a revisão bibliográfica e a formulação do problema de pesquisa que permeia este estudo. Foi realizada a delimitação do objeto de estudo e o recorte do período de concentração da pesquisa.

Com estas definições foram identificados os objetivos gerais e específicos, para iniciar a fundamentação teórica, com base no material coletado. Para, por fim, realizar a análise dos resultados encontrados neste estudo.

Quanto à natureza dos dados obtidos, a pesquisa é denominada qualitativa. Foi elaborado o referencial teórico do trabalho com base em material impresso como livros, artigos, revistas científicas, anais de eventos, entre outros (GIL, 2010). As bases de dados consultadas neste estudo foram Google Acadêmico e o portal de Periódicos da Capes, na busca de trabalhos científicos referentes ao tema. Realizou-se pesquisa em outros tipos de fonte, como em material iconográfico e filmográfico para identificação de dados a respeito do tema.

Segundo Creswell (2010) quando se parte de uma perspectiva teórica na pesquisa qualitativa, há a produção de uma lente geral de orientação para o estudo de questões de gênero, classe e raça (ou outras questões de grupos marginalizados). Essa lente torna-se uma perspectiva que molda os tipos de questões formuladas, informa como os dados são coletados e analisados,

e proporciona um chamado à ação ou à mudança social. A concepção de Creswell coincide com o intuito desta pesquisa, que é o de contribuir para o estudo e para uma mudança de pensamento social. Com base nesta perspectiva, a metodologia utilizada foi entendida como a mais adequada para a realização do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pesquisas sobre a identidade são tão antigas quanto a sociedade e possuem uma diversidade de definições, conceitos e teorias, que embora sejam estimulantes, não são o foco deste estudo. Partindo do pressuposto desta pesquisa, pode-se afirmar que a identidade é o resultado de um processo de construção, e esse processo é um movimento incessante de mestiçagem. A partir de uma diversidade de conexões, se estabelecem relações que geram o conceito de identidade (MOUFFE, 2000). Considerando o sentimento dos indivíduos de pertencimento a um grupo, ou a ideia de comunidade, pode-se atribuir a ideia de identidade coletiva que se refere a um grupo, povo ou nação (WEBER In: GERTH E MILLS, 1982).

O processo da constituição da identidade brasileira, com base na perspectiva nacional e externa, nos meados do século XX, está intimamente interligado com as teorias sociais que emergiram no final do século XIX. Mas pode-se considerar que a história de diferenças entre os povos, teve início em um passado mais distante, com a descoberta do Novo Mundo, quando houve o deslocamento dos povos europeus para a Ásia e África e posteriormente para a América. Com a chegada dos europeus na América, constatou-se várias diferenças culturais, como o canibalismo, a nudez, a poligamia e uma estrutura social diferente da europeia. A evidente diferença cultural, foi um choque aos costumes conservadores europeus, gerando conflitos sociais entre os povos colonizadores e os autóctones (HOLLANDA, 1985).

Os índios sofreram violência física e psicológica, assim como os escravos, dentro das relações que foram estabelecidas naquela época. Estas raças eram vistas como inferiores, por uma raça branca, considerada superior. Os padrões sociais e culturais desses povos divergiam completamente dos padrões europeus, que eram tomados como modelo ideal. Esses aspectos da época, influenciaram a construção da identidade brasileira e a concepção do racismo (FREYRE, 1933).

Com a convivência de diversas raças, foram estabelecidas relações entre elas, gerando a miscigenação racial. A miscigenação pode ser analisada como um efeito da hibridação de diferentes matrizes culturais e como a marca da identidade brasileira. Esta análise de Freyre (1933) distanciou-se das teorias do racismo científico e das estratégias de branqueamento racial que foram estabelecidas principalmente pelos estudiosos Nina Rodrigues, Silvio Romero e João Batista Lacerda, no final do século XIX.

Nas décadas de 1920 e 1930 foram iniciados debates sobre a miscigenação, como uma positivação das matrizes étnicas negra, branca e indígena. Pensava-se em como construir um ideal de nação com um povo miscigenado, considerando a hibrididade racial e sua consequente associação com a degeneração (DOMINGUES, SÁ, GLICK, 2003; SCHWARCZ, 1993).

A miscigenação racial era o principal empecilho no contexto nacionalista brasileiro, pois era o fator de embaraço para a consolidação do Brasil como uma nação soberana. O ideal de raça superior, significava uma população branca e livre de aspectos culturais considerados impuros. O nacionalismo vinculado com o fortalecimento da nação, surge no século XIX como uma das soluções para a formação da identidade nacional e para apaziguar conflitos entre os povos. A partir do século, XIX, o conceito de nação passa a ter forte relação com a consolidação do Estado. O nacionalismo adotou diferentes formatos, mas todos sempre estiveram relacionados

a forças políticas, que valendo-se do patriotismo, captavam grupos com sua ideologia. A nação unificada era peça importante no projeto de unificação social que surgiu a partir daquela época (HOBBSAWN, 1995).

Durante a década de 1940, os Estados Unidos almejavam fortalecer relações com os aliados, assim como, o presidente Getúlio Vargas, durante o governo denominado como Estado Novo desejava se consolidar como um Estado-nação. Com a finalidade de conquistar aliados de outras nações, o governo americano ofereceu uma generosa contribuição para os estúdios Disney para terem seus personagens usados na guerra, desta forma, a companhia se viu persuadida a colaborar com os planos norte-americanos de conquistar aliados entre os países da América Latina (SANTOS, 2002).

Foi neste período que a Walt Disney criou o personagem Joe Carioca, conhecido no Brasil como José Carioca ou Zé Carioca. Além de lançarem quadrinhos com a história do personagem, que sempre estava envolvido na malandragem, como um típico brasileiro; em 1942, foi lançado o filme “Alô amigos” e em 1944, o filme “Você já foi à Bahia?” (SANTOS, 2002). Parte dos filmes se passa no Brasil e mostra aspectos como as praias, a cachaça e o samba bem ressaltados. Embora seja uma produção para fins de entretenimento, além de possuir a finalidade política intrínseca, é possível analisar diversos aspectos inerentes à formação da imagem cultural do Brasil. Um forte aspecto presente, relacionado aos filmes, é o de que a maior parte das pessoas que aparecem nas produções são brancas. Parte do filme “Você já foi à Bahia” se passa no Estado da Bahia, localidade com forte presença negra, mas que não é representado desta forma. No filme são mostrados vários indivíduos brancos tocando músicas de samba, ritmo este que possui raízes africanas. Essa imagem não condiz com a origem e nem com a aparência do povo baiano e do povo brasileiro, no geral. Embora mostre a cultura do Brasil, não houve a representatividade que revelasse a realidade do povo brasileiro, que é diverso etnicamente e culturalmente.

A cantora Carmen Miranda esteve presente no processo de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Além de participar de produções americanas, a cantora passou uma temporada nos Estados Unidos apresentando um espetáculo na Broadway e ao retornar para o Brasil foi hostilizada por estar “americanizada”. Neste cenário, Carmen Miranda lançou a música “Disseram Que Voltei Americanizada” como forma de desabafo (GARCIA, 2004). Embora haja um contexto histórico e de interesse político nas relações dos Estados Unidos com os países latino-americanos nesta época, é relevante se ater ao fato de que Carmen Miranda era uma mulher nascida em Portugal, que foi criada no Brasil, tendo assim um intenso contato com a cultura brasileira. Sendo assim, por mais portuguesa que Carmen Miranda fosse por ter nascido em Portugal, ela era brasileira por todos os hábitos e aspectos adquiridos em sua criação. Carmen Miranda é um símbolo do Brasil e sua relevância reforça a mestiçagem cultural existente, no qual uma cantora nascida em Portugal representa a cultura brasileira internacionalmente.

O Brasil sempre esteve em busca de definir uma identidade cultural. O dilema desde o nacionalismo, foi ter uma originalidade dentro de sua identidade que demonstraria uma nação com uma identidade peculiar definida. O chamado “Complexo de Zé Carioca” sempre esteve presente na sociedade brasileira, aparecendo em momentos oportunos, ora como fator positivo e ora como fator depreciativo. A identidade cultural sempre foi se reconstruindo com mais valores e criações, de acordo com o que fosse mais interessante no período, como um jogo de criação e recriação da identidade (SCHWARCZ, 1995).

Esse desencontro de características que condizem com a nossa cultura, teve muita influência dos estudos étnicos, no final do século XIX, no qual estudiosos com diferentes linhas de

pesquisa, afirmavam que a raça negra era inferior intelectualmente com relação à raça branca, relacionando o cruzamento racial, com a criminalidade e com a degeneração. Segundo Mariza Correa (1996) “Branco e negro se opunham como categorias discretas e sua mistura, portanto, tinha um efeito de paleta de pintor: tonalidades correspondiam também a atitudes ou comportamentos”, ou seja, quanto mais escura a tonalidade da pele, mais pré-disposições negativas, o indivíduo teria. Esta linha de pensamento, chamada de “Racismo Científico”, desvalorizou e marginalizou ainda mais a população negra, gerando uma ideologia de branqueamento da sociedade. Somente a partir dos anos 30, com uma maior valorização da cultura brasileira, essa linha de pensamento perde um pouco de força, mas ainda assim é presente principalmente no que diz respeito às relações socioculturais (IANNI, 1972). A população negra era a maior parte da população brasileira na década de 40 e mesmo sendo a maioria, raramente era usada para representar o povo brasileiro, como pôde-se notar nas produções de Walt Disney, relacionadas ao Brasil.

Existe um multiculturalismo brasileiro, porém, muitas vezes ele não é representado desta forma, principalmente no que diz respeito à cultura negra em nosso país. A mestiçagem sempre foi uma grande incógnita, uma relação utópica dentro do mito das três raças, sendo que a realidade se mostrava de forma diferente e cruel, principalmente no tocante da inclusão social igualitária, uma vez que os negros e índios eram considerados incapazes de chegar à civilização (SCHWARCZ, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação cultural do Brasil possui variadas origens. Esse multiculturalismo torna a tarefa de estudar a cultura brasileira, extremamente complexa. Dentro desta imensa variação de definições e abordagens das culturas existentes dentro do Brasil, é extremamente difícil desmembrá-las uma a uma para um estudo individual e imparcial, pois todas elas se fundem interculturalmente e se completam. Há um hibridismo profundo na cultura do Brasil, pois considerando que as matrizes do país são diversificadas, torna-se muito difícil caracterizar determinados elementos culturais como puramente europeus ou indígenas, por exemplo.

O hibridismo cultural está presente até mesmo com relação à dinâmica urbana, há como citar o caso do bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, que foi reduto de escravos provenientes da África, durante o período colonial. Por volta de 1912, com a vinda dos imigrantes japoneses, estes passaram a se estabelecer na região. Atualmente, a Liberdade é um bairro com características japonesas, porém, permanecem resquícios do período colonial no bairro, como o nome de algumas ruas e a Capela Nossa Senhora dos Aflitos, reduto de orações dos escravos naquela época. Fatos como este, ocorrem o tempo todo em nossa nação, pois há um constante hibridismo cultural presente na sociedade brasileira, pois esta é complexa e multifacetada. A sociedade brasileira está constantemente em formação, novos valores têm sido incorporados na cultura, principalmente devido a chegada de povos oriundos da Síria, Haiti, Venezuela, Bolívia e outros países, que têm aumentado o fluxo migratório para o Brasil.

Atualmente, temos a imagem de um Brasil multicultural muito além da definição das três raças: branca, indígena e negra, ao mesmo tempo que existe esta multiculturalidade, com culturas diversas que interagem e se completam. Em contrapartida, há a presença do preconceito e intolerância que coexistem com o orgulho e afirmação das características étnicas, sociais e religiosas, provenientes da diversidade dos povos. Principalmente no que se refere aos imigrantes que têm chegado ao Brasil nos últimos anos, oriundos de localidades que passam por dificuldades econômicas ou por guerras. Os imigrantes não deixam seus países para trás, sem motivos. Geralmente são motivados após uma análise do mercado de trabalho internacional, da economia e da cultura do país de destino (LESSER, 2014). Mais do que isso,

muitas vezes o indivíduo não possui escolha, e vê em outro país a única alternativa para a sua sobrevivência. Este é um problema que vai muito além do aspecto social, é um problema humanitário. É intrigante como as diferenças e peculiaridades podem ser intrigantes para a sociedade, mas ao mesmo tempo, não são bem aceitas. Os negros e indígenas passam por essa situação há muito tempo e por mais que estudos sejam desenvolvidos sobre preconceito e racismo, são situações cada vez mais presentes no cotidiano.

Neste estudo, foi possível verificar que, embora as raízes negra e indígena estejam presentes desde os primórdios da colonização brasileira; durante os meados do século XX se desenvolveu uma imagem de país que não condizia com a realidade. Por meio dos filmes da Disney, por exemplo, podemos verificar a transmissão de uma imagem de Brasil, representado por pessoas brancas. As poucas vezes que aparecem pessoas negras, são mulheres negras retratadas de forma erotizada. Em contrapartida, Carmen Miranda despontou como representante da cultura brasileira, mesmo tendo nascido em outro país. Sob esta ótica, é possível analisar que era mais interessante passar uma imagem relacionada à branquitude do que a realidade racial brasileira.

É necessário deixar o pensamento retrógrado de meados do século XX, para trás. Aceitar as diferenças entre os povos, estudá-las e acima de tudo respeitá-las, para que o Brasil continue com a sua pluralidade cultural já existente, mas que também contemple as novas e variadas culturas que têm sido incorporadas com o passar dos anos.

Uma sociedade multicultural democrática tem como base a aceitação e reconhecimento de diferentes culturas que a compõe. O maior desafio é tornar a convivência entre diferentes povos, possível e uma experiência positiva de intercâmbio cultural. Deve-se sempre ter premissas de respeito a diversidade, seja ela, diversidade cultural, econômica, social, religiosa ou de gênero (D'ADESKY, 1997). O Brasil não é um país homogêneo, é cheio de particularidades que fazem com que ele seja considerado como uma das culturas mais intrigantes e interessantes do mundo. Cabe a cada um dos brasileiros entender essa dinâmica de fusão cultural e aceitar as diferenças culturais existentes.

REFERÊNCIAS

- ALÔ, amigos. Produção de Norman Ferguson. Walt Disney, 1942. 1 videocassete.
- D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**. Afro-Ásia, 1997.
- CORREIA, Mariza. **Sobre a invenção da mulata**. Cadernos Pagu 6-7, 1996.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2011.
- DOMINGUES, Heloísa Maria B.; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (Org.). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.
- GARCIA, Tânia da Costa. **O "it verde e amarelo" de Carmen Miranda (1930 - 1946)**. São Paulo: Annablume, 2004.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra**. Novos Estudos CEBRAP, 81, 2008.
- HALL, Stuart. **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage Publishers/The Open University, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso**. São Paulo, Nacional, 1985.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 15 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- LESSER, Jeffrey. **A invenção da Brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Unesp, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. São Paulo. Edições 70, 1978.
- MOUFFE, Chantal. **Por uma política da identidade nômade**. Debate Feminista, número especial, 2000.
- REFÚGIO em números. Brasília, DF: Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view>. Acesso em: 18 out. 2018.
- SANTOS, Roberto Elisio dos. **Para reler os quadrinhos Disney: linguagem, evolução e análise de HQs**. São Paulo: Paulinas, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia. **Complexo de Zé Carioca**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, V. 10, N29, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, Instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. In: Revista Afro-Ásia, 18, 1996.
- SGORLA, Kristian. **O personagem Zé Carioca e a autocrítica de um estereótipo nacional**. In: Trama, 12, 2016.
- VOCÊ já foi à Bahia?. Dir. Norman Ferguson. Walt Disney, 1944. 1 videocassete.
- WEBER, Max. **Classe, Estamento e Partido**. In: GERTH, H. MILLS, W. (Org.). Max Weber: Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

MEMÓRIAS DO POPULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO MERCADO CENTRAL DE TERESINA/PI

KELINE COIMBRA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Memória Social – PPGMS/UNIRIO
kelycoimbra@hotmail.com*

MARIA AMÁLIA OLIVEIRA

*Professora do Programa de Pós-Graduação
em Memória Social – PPGMS/UNIRIO
mariaamali@gmail.com*

RESUMO

O Mercado São José, também conhecido por Mercado Central, desde a sua constituição se consolidou como principal referência de comércio popular em Teresina, entrelaçando-se às práticas e elementos mais significativos do cotidiano da cidade. O recente processo de reforma que o Mercado tem sido submetido, por sua vez, prevê a turistificação do espaço, articulando-se com um conjunto de ações e planos a nível municipal, como o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, que tem por perspectiva a revitalização e desenvolvimento do espaço por meio da potencialização do turismo. Com o objetivo de analisar quais e como memórias relacionadas a esse espaço têm sido acionadas através dos discursos expressos em tais políticas públicas visando a construção e fortalecimento de uma identidade local, capaz de diferenciar a cidade e gerar atratividade turística, os resultados obtidos nos levaram a concluir que o turismo, quando enquadrado nessa perspectiva, pode atuar como uma importante ferramenta estratégica.

Palavras-chave: Mercado Central de Teresina. Políticas Públicas. Memória. Identidade. Turismo.

ABSTRACT

San José Market also known as the Central Market, since its foundation has been consolidated the main reference for popular commerce in Teresina, relating to the most significant practices and elements from the city. The recent reform the market has been submitted, predicts its touristification, articulated to municipal instruments as the Integrated Plan for Tourism Sustainable Development, which perspective is the revitalization and development of the potential of tourism. Intending to analyze how the memories related to this space have been operated by the discourse expressed in the mentioned public policies, which aims the construction of a local identity capable of differentiate and promote the city as touristic destination, the obtained results took us to conclude tourism, when framed in this perspective, can act as an important strategic tool.

Keywords: Central Market. Public Policies. Memory. Identity. Tourism.

INTRODUÇÃO

Os mercados públicos são, por natureza, espaços de socialização e reprodução. Originalmente designados para o abastecimento das cidades e satisfação das necessidades de seus moradores, essa função se ampliou na medida em que o fenômeno da troca inspirou às mais diversas formas de interação social (LOPES e VASCONCELLOS, 2010).

Historicamente, esses espaços se consolidaram como elementos fundamentais no cotidiano das cidades, não apenas como produto resultante da formação desses aglomerados, mas como agente na sua construção (BITAR, 2014) e condição à sua existência, segundo Weber (1999) em seu conceito de cidade, o qual tem por característica a existência de um mercado permanente onde há a ocorrência de troca de bens de forma regular, de modo que “toda cidade (...) é localidade de mercado, isso é, tem um mercado local como centro econômico” (*ibid.*, p.409). As transformações nos modos de produção e das formas comerciais, contudo, levaram a mudanças nesses espaços, cuja resistência no tempo tem se dado pela reconfiguração e atribuição de novos significados.

O Mercado São José, popularmente conhecido como Mercado Central, compõe o conjunto de edificações públicas instituídas nos primeiros anos da fundação de Teresina, como nova capital da província do Piauí. Com a sua fundação, estabeleceu-se como principal referência comercial popular de Teresina. A despeito da diversidade de atividades comerciais praticadas no local, muitas das mercadorias ali produzidas sintetizam, para além da questão comercial, as relações dos habitantes da cidade com o meio, estrategicamente escolhido para a fundação do município, tais como: a interação com os rios, por meio do comércio de pescados e da navegação, anteriormente empregada no escoamento de mercadorias; com o solo, pela extração de argila utilizada na produção artesanal; com a flora, por meio dos diversos usos de plantas e frutas locais como a Carnaúba, árvore símbolo de Teresina, e o Cajueiro, usados na confecção de *souvenires* e artesanato, na produção de doces e da cajuína, sendo esta última registrada como patrimônio cultural imaterial brasileiro¹; e com a fauna, através da atividade pecuária, com o comércio de carne e da utilização do couro de gado.

O surgimento de novos estabelecimentos comerciais privados e a implantação de mercados públicos em outras áreas da cidade, somados às próprias dinâmicas da área central da cidade, contribuíram para a descentralização que o local sofreu ao longo dos anos. Ainda assim, entendido como local de importância histórica e cultural, tornaram-no objeto de consumo ao atrair visitantes interessados principalmente no artesanato e em produtos regionais.

Nessa perspectiva, o Plano de Desenvolvimento de Turismo Sustentável - PDITS, sugeriu a requalificação do Mercado Central, tendo por objetivo a estruturação do local para receber turistas. Como parte da execução desse projeto, no ano de 2013 o Mercado foi submetido a uma reconfiguração de seu espaço com o início das obras de reforma, de iniciativa da Prefeitura Municipal de Teresina em parceria com o Ministério do Turismo, sendo finalizada no ano de 2017.

A pesquisa, portanto, propõe-se a analisar a forma como o Mercado Central é entendido nesse instrumento enquanto potencial atrativo turístico, associado à cultura popular local, e como a proposta de requalificação desse espaço se relaciona com a construção e afirmação de uma identidade cultural local, capaz de justificar a atratividade de turistas. Para a construção do presente estudo, a metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, buscando compreender a trajetória do Mercado na história da cidade, bem como sua inserção no âmbito

¹ A Produção Tradicional e as Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí foram registradas no Livro de Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN no ano de 2014.

das políticas públicas de desenvolvimento do turismo na cidade. Assim, analisamos o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, no qual consta a proposta de requalificação do Mercado e sua estruturação como atrativo turístico.

BREVE HISTÓRICO DO MERCADO CENTRAL

O estabelecimento de mercados nas partes centrais da cidade se relaciona às características dessas áreas como “lugares de encontro, condensadores de fluxos, da diversidade de atividades e significados” (LOPES e VASCONCELLOS, 2010, p.05), e que remetem à configuração das cidades medievais, caracterizadas pela presença da catedral, edificações administrativas da autoridade local e de praças de mercado ou *rossios*, onde se desenvolviam as práticas mercantis. Esse tipo de modelo orientou o planejamento de Teresina, como capital da Província do Piauí, e a escolha do espaço destinado lançamento de sua pedra fundamental.

Os primeiros focos de ocupação do atual território da cidade remontam a meados do século XVIII, formados por pescadores e pequenos agricultores situados na barra do Rio Poti, em assentamento conhecido como Vila do Poti. Em 1850, o então presidente da Província, José Antônio Saraiva, articulou a transferência da sede do poder político-administrativo provincial, até então situado na cidade de Oeiras, para a região, efetivada oficialmente no ano de 1852 (FILHO TITO, 1990). Em função dos alagamentos que ocorriam na região devido às cheias dos rios, o povoado foi transferido para ponto mais alto à margem do Rio Parnaíba em uma área conhecida como Chapada do Corisco, onde se instalaria a Nova Vila do Poti (GANDARA, 2011).

Definido, dessa forma, o marco fundacional da nova capital, sua instituição seguiu o projeto formulado por Saraiva, em modelo simétrico, traçado em formato de tabuleiro de xadrez e que tinha por núcleo o Largo do Amparo, – atual Praça da Bandeira – em cujo entorno foram instituídas a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo e as principais edificações administrativas da nova cidade, incluindo o Mercado.

A construção de um mercado público nesse espaço, por sua vez, visava atender às necessidades do comércio da cidade, bem como regulamentar tal atividade. A proximidade do Rio Parnaíba era ideal para o imediato desembarque e estoque dos produtos que abasteceriam a capital. Assim, as obras tiveram início em 1854, objetivando centralizar e higienizar principalmente a venda de carne. Andrade (2014) descreve o problemático processo de construção do local que, sofreu sucessivas interrupções e desentendimentos entre as esferas do poder municipal e provincial, estendendo-se por mais de duas décadas. Com efeito, desde o início do seu funcionamento, no ano de 1858, já enfrentava problemas estruturais e de higiene, de modo que em 1888, quando sua responsabilidade fora definitivamente transferida para a administração municipal, relatos já davam conta que o local se encontrava em mal estado de conservação e segurança, além de insalubre (*ibid.*).

Ao longo das décadas, passou por intervenções e ampliações para acomodar a crescente demanda dos permissionários que ali atuavam, descaracterizando a estrutura original à época em que fora fundado. Quanto à atividade comercial, perdeu em grande parte sua centralização à medida em que o próprio centro se transformava, apresentando significativo declínio de sua função residencial em detrimento da ocupação pelo comércio, com o expressivo aumento de estabelecimentos privados, como supermercados e do comércio por vendedores ambulantes, conhecidos como camelôs. Com efeito, essas mudanças levaram à situação de abandono do local, de modo que, às vésperas do início das obras de reforma em 2013 o que se encontrava era um estabelecimento com visíveis problemas estruturais e sem infraestrutura adequadas –

sobretudo nas áreas destinadas ao comércio de carnes e hortaliças – tanto para comerciantes como para frequentadores.

Soma-se ainda a fundação de mercados públicos em outras áreas da cidade e, por fim, a inauguração do Shopping da Cidade², situado em frente ao Mercado Central, e cuja proposta seria de polarizar o comércio informal de ambulantes, aproximando-se da tipologia de estabelecimentos mais modernos, como *shopping centers*, ao mesmo tempo em que lhe fora atribuído o título de principal centro comercial popular de Teresina, concorrendo diretamente com o Mercado, que passara a ser conhecido apenas como Mercado Velho. O Shopping também passou a ser destacado por sua infraestrutura, sendo promovido como atrativo turístico e recebendo a instalação de um CAT – Centro de Atendimento ao Turista, de modo que o Mercado passou a desempenhar um papel secundário, tanto como referência de comércio popular quanto de abastecimento da cidade.

DE ABASTECIMENTO À MERCADORIA: PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS

Pintaudi (2016) atenta à relação com o tempo para compreender o papel dos mercados públicos no presente e as mudanças que sofreram. Segundo a autora, a função original desses espaços como centros de abastecimento regulados pelo Estado foi superada, à medida em que a entrada do capital privado reduziu a importância de tais locais na distribuição de gêneros alimentícios e na oferta de mercadorias. A permanência dos mercados, pois, estaria relacionada apenas à representação do papel que já exerceram no passado ou à ausência do grande capital, de modo que:

O fato de existir na atualidade uma forma muito semelhante de realizar o mercado pode nos fazer pensar que se trata de uma simples repetição. Leva-nos até a inferir que a repetição é uma maneira de conservar os costumes (ou as tradições) de um povo. Mas isso é apenas a aparência do que ocorre. Os mercados públicos mudaram e o que vemos é apenas o invólucro do original em alguns casos [...] (*ibid.*, p.172).

Esses espaços passaram a receber novas formas de apropriação, contudo, não mais vinculados à comercialização de produtos de primeira necessidade, mas a práticas e elementos referenciais à memória e cultural local. A diversidade de produtos – muitos dos quais artesanais – misturados aos burburinhos e gritos dos comerciantes, aromas e sabores encontrados nesses espaços passaram a ser associados ao que haveria de mais autêntico em uma cidade, compondo, pois, sua identidade.

A ampliação da noção de patrimônio, por sua vez, contribuiu para a percepção da dimensão social e cultural que envolve as práticas e elementos encontrados nos mercados públicos, e que vão muito além das características arquitetônicas das construções os abrigam. Fundamentada na perspectiva do conceito antropológico de cultura, essa ampliação foi marcada pela abrangência de práticas e elementos expressivos da diversidade cultural humana no que era legitimado enquanto patrimônio (ABREU, 2009), superando a concepção até então restringida à proteção de bens materiais que conotassem excepcional caráter histórico e artístico de interesse nacional e abrangendo aspectos processuais.

No exemplo brasileiro, a partir dessa visão, evidenciou-se que as políticas praticadas nacionalmente de salvaguarda e a monumentalização de objetos que atendessem a interesses específicos, na tentativa de consolidar uma identidade nacional, (CHUVA, 2017), revelavam-

2 A existência do Shopping da Cidade, que tinha por objetivo reunir o comércio informal de ambulantes que ocupava as ruas do centro da cidade, foi executado no âmbito do projeto de Revitalização do Centro de Teresina. Inaugurado no ano de 2009, o projeto original previa a integração com o Mercado Central a partir da construção de uma passarela que ligaria os dois espaços, o que não aconteceu.

se em dissonância com a evolução dessa noção e à diversidade de práticas e elementos que compunham a cultura brasileira, urgindo à necessidade de uma reformulação, que oficializada com a definição promulgada na Constituição Federal de 1988, a qual considera como patrimônio cultural todos os bens de caráter material e imaterial que sejam referenciais aos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Assim, destaca-se também o recente fenômeno de valorização e patrimonialização de vestígios do passado no presente, de acordo com o observado por Abreu (2016), motivado por questões identitárias, visando à diferenciação diante do cenário de homogeneização dos lugares, resultante do processo de globalização. Hall (1996) e Bauman (2005) destacam o caráter fragmentário, plural e temporário das identidades na contemporaneidade, dentre outros fatores, resultado da ruptura com antigas estruturas e mudança nas formas de interação dos indivíduos, assinalando a impossibilidade de existência de uma única identidade unificada e permanente. A necessidade de se sentir parte de um grupo coerente, a despeito da diversidade de seus indivíduos, contudo, urgiu o surgimento de tais fenômenos que seguem o sentido oposto à essa tendência, posto que

Manter alguma identidade parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas (...) a costumes e hábitos que lhes deem segurança, que lhes informem de onde vêm; enfim, para que as pessoas não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece. (BARRETO, 2007, p.97)

Destaca-se também, para além das razões identitárias, a descoberta de novas vocações para tais vestígios, como o turismo. Nesse sentido, Dias (2006) afirma que o imaginário e o olhar do turista são construídos por signos e aspectos específicos encontrados na paisagem e na cultura local e que se diferenciem da sua realidade cotidiana. Por essa razão, a imagem de uma localidade que se pretende turística deve estar associada à elementos que inspirem à imaginação e a valores, como a hospitalidade, constituindo uma cultura turística, definida como

[...] um conjunto de comportamentos sociais fundamentados em valores que têm por base a hospitalidade e constitui-se em um sistema de significados e de símbolos coletivos segundo os quais a comunidade interpreta suas experiências e orienta suas ações referentes aos turistas (*ibid.*, p.30).

A apropriação da cultura pelo turismo, com a consolidação do turismo cultural – segmento em contínuo crescimento no setor –, apresenta-se como uma notável alternativa econômica para o desenvolvimento do turismo nas localidades, seja como segmento principal ou secundário, ao ser entendido como forma de ressignificar espaços simbólicos e fortalecer a identidade cultural, à medida em que:

Identificando essa nova demanda por um ambiente de afirmação de identidade, a própria lógica de mercado, por meio do marketing, reconfigura antigos espaços historicamente marcantes na cidade a fim de criá-los como marco turístico e de lazer. Banhados em um desenho comercialmente atrativo, esses antigos espaços tornam-se novamente lugares para realizar o comércio de bens culturais, inclusive o próprio lugar se torna mercadoria. O antigo é redesenhado para se enquadrar na nova lógica, com traços do passado e do presente que se encontram como componentes de mais um produto do capital (FREIRE, 2016, p.03).

Esse segmento, por sua vez, também se destaca pela prática de uma atividade turística “limpa”, em oposição ao turismo de massa, reconhecido por seus notáveis prejuízos às localidades receptoras, colaborando dessa forma com a valorização dos bens culturais e com o desenvolvimento sustentável das localidades visitadas. Além disso, seria um segmento

aplicável em qualquer destino, haja vista que a existência de uma cultura ou história é inerente a qualquer grupo social.

Nessa perspectiva, a promoção da cultura local visando a atração de turistas, contribuiria para a aproximação e valorização por parte dos próprios autóctones. Bastos (2004, p.76) reitera que “a exploração comercial do patrimônio cultural mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura sua reabilitação e conservação”.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO: EXPECTATIVAS PARA O MERCADO CENTRAL

Com o objetivo de dinamizar a economia local através do turismo, apontando diretrizes que visem à coordenação e qualificação de Teresina como destino turístico, seus atrativos e infraestrutura e a consolidação de uma imagem, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC, foi apresentado no ano de 2011, reunindo um conjunto de informações e dados relativos à atual situação da atividade turística de Teresina, dos seus atrativos turísticos, bem como diretrizes que orientem a estruturação e desenvolvimento do setor.

Nesse instrumento, chama-se a atenção, de acordo com o constatado, à ausência de uma identidade de Teresina enquanto destino turístico, em razão do fato da cidade ser considerada apenas portão de entrada do Estado – o qual já possuiria uma imagem consolidada – e pela carência de estrutura e planejamento que ofereçam suporte. Observa-se que embora os dados apresentados no documento apontem para a existência de segmentos turísticos responsáveis pelo fluxo de turistas que visitam a cidade, como o turismo de negócios e eventos, sendo estes atrelados à principal imagem que se visa consolidar, e a existência de recursos que possibilitariam a potencialização de outros, como o turismo cultural e o ecoturismo que ofereceriam suporte ao dois principais já existentes, o maior obstáculo ao respectivo crescimento e desenvolvimento desses segmentos esbarra na debilidade dos potenciais atrativos disponíveis ou inexistência de infraestrutura.

Uma afirmação curiosa, não obstante, é de que o a cidade não possuiria “patrimônio arquitetônico de interesse regional ou nacional que tenha capacidade de atração de turistas [...], sendo as expressões populares de caráter regional” (SEMDEC, 2011, p.13). Assim, juntamente com a implementação de novos espaços, sugere-se a requalificação do Mercado Central como forma de diversificação da oferta turística e como espaço para a prática de atividades de caráter cultural, presumindo-se, embora implicitamente, a associação do local à ideia de popular.

Observa-se ainda que tal proposta não é exclusiva desse instrumento, mas se mostra em concordância com outros documentos elaborados pelo governo municipal, como o Plano Diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015 e da Agenda 2030, e que tem por premissa o desenvolvimento sustentável e a integração com os diversos grupos sociais interessados. Esses instrumentos coincidem com ações voltadas à valorização do patrimônio cultural da cidade, como meio de promover a revitalização do Centro através da ocupação da região. Do mesmo modo, o turismo é apontado em todos esses instrumentos como atividade em potencial na busca por uma aptidão econômica que dinamize, destaque e torne a cidade competitiva.

Nas ações apresentadas em ambos documentos, fica explícito que a integração da sociedade local às ações propostas, somada ao restabelecimento das relações afetivas dos teresinenses com o espaço, não somente são estrategicamente importantes do ponto de vista político, mas fazem-se fundamentais no fortalecimento da imagem que se espera projetar da cidade, a fim

de consolidar uma identidade cultural que a torne conhecida, diferencie-a e que motive a atração de visitantes.

A sugerida requalificação do Mercado Central apresentada no PDITS, por sua vez, foi colocada em ação com o desenvolvimento e execução do projeto de requalificação. A primeira etapa do projeto começou a ser executada no ano de 2013, com previsão de conclusão no prazo de 1 ano, porém, a reinauguração do espaço que marcou a finalização da primeira etapa apenas ocorreu na data de 21 de dezembro de 2017. Assim, essa primeira fase da obra, que teria um total de três etapas, teve sumariamente como foco a estruturação do local como atrativo turístico. Assim, a área abrangida pela reforma se concentrou no setor de artesanato e na fachada da edificação. Houve a manutenção da estrutura interna e externa da construção original datada de 1854, preservando as características originais àquela época, e incluindo melhorias no que concerne à infraestrutura e acessibilidade, com a instalação de um elevador. Além disso, foi criado um espaço destinado à exposição de obras de artistas locais, além de um memorial, no qual consta informações sobre a fundação do Mercado e onde ficam expostos materiais e ferramentas do período de construção do local encontradas durante a reforma. Salienta-se, entretanto, que apenas a parte que mais recebe turistas, a do setor de artesanato, foi a beneficiária dessa etapa. A reestruturação dessa área contrasta com as demais expansões do Mercado que ainda não passaram por reforma, cuja realização ainda não tem data estabelecida e encontra-se em fase de planejamento.

Embora oficialmente não tenham sido apresentados dados que apontem aos resultados quanto ao aumento no número de visitantes e de vendas no local após a execução da reforma, é notável o destaque que o Mercado recebeu, a começar pela própria fachada que, voltou a ganhar destaque na paisagem do entorno da Praça da Bandeira. O espaço reinaugurado a menos de um ano, por sua vez, também tem recebido constante atenção e divulgação positiva que o local não recebia há bastante tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observamos um exemplo de como o turismo tem sido colocado em perspectiva por políticas públicas que visam o desenvolvimento de cidades, sobretudo do ponto de vista da sustentabilidade, e na afirmação de identidades culturais. Essa afirmação, contudo, embora tenha o claro interesse de diferenciação dos espaços ao salientar aspectos e elementos que possam servir de recurso à produção do imaginário turístico, em certa medida tem contribuído na ressignificação de lugares e de práticas de um tempo passado no contexto presente.

Entre as vantagens que a apropriação da cultura por essa atividade pode acarretar, podemos destacar a valorização do lugar, o fortalecimento nas relações com o patrimônio cultural, reforçando a sua identidade cultural e a integração e atribuição de novos usos para elementos do passado (DIAS, 2006). Essa apropriação, entretanto, deve necessariamente vir acompanhada de um correto planejamento.

Não obstante, a construção e a afirmação de uma identidade cultural da cidade, através desses instrumentos implicam em um claro posicionamento político e em uma seleção de memórias e referências, as quais excluem muitas outras. A própria subsistência desse local ao tempo, enquanto um vestígio do passado, a despeito de outros fatores já mencionados, não se dá de forma neutra (ABREU, 2016), de forma que “empreendimentos deliberados de reconstrução empreendidos pela memória respondem por via de regra a demandas e interesses políticos precisos” (SEIXAS, 2004, p.41). Entretanto, entendemos que, à medida em que a evolução no entendimento do que é considerado patrimônio cultural possibilitou, a nível oficial, o

reconhecimento e a legitimação das mais variadas expressões e símbolos populares dos diversos grupos sociais que compõe o tecido social brasileiro e que, durante muito tempo foram excluídos desse processo, colaborou na integração de bens culturais cada vez mais representativos e de maior ressonância.

No caso apresentado do Mercado Central, a apropriação e a requalificação desse espaço como recurso turístico, para além da dinamização da economia da região em que ele se encontra, auxiliou ao acionamento de parte das memórias, costumes e formas de fazer característicos da cidade e que se relacionam com esse local, e que por bastante tempo estiveram ocultas junto com a própria situação de abandono que o espaço fora destinado antes da execução do projeto, permitindo-nos a concluir que o turismo, quando enquadrado nessa perspectiva, pode atuar como uma importante ferramenta de transformação social e espacial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDRADE, Andréa Rodrigues de. A estrutura urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos. Encontro de História Oral, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397522460_ARQUIVO_AestruturacaourbanadeTeresinaeseusprimeirosprediospublicos.pdf Acesso em: 30 de out. de 2018.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2007.

BASTOS, Sênia. **Patrimônio cultural e hospitalidade: Subsídios ao planejamento turístico**. In: Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade. DENCKER, Ada (Org.). São Paulo: Thomson, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BITAR, Nina Pinheiro. Patrimônio, trabalho e tempo: o “novo” Mercado Municipal do Rio de Janeiro. **Revista Iluminuras**. Porto Alegre, v.15, n.36, p.80-114, ago./dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/52622>> Acesso em: 25 de out. 2018.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILHO TITO, A. Teresina - questão de data. **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano 4, n.10, ago. 1990.

FREIRE, Ana Lucy. Os mercados enquanto bens culturais para consumo do turismo e do lazer em Vitória (ES). **V Colóquio Internacional Sobre o Comércio e a Cidade: uma relação de origem**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/04/007-ana.pdf>> Acesso em 28 de out. 2018.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. **Revista História**. São Paulo, v.30, n.1, p.90-113, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a05.pdf>> Acesso em 30 de out. 2018.

LOPES, Ricardo Ferreira; VASCONCELLOS, Leila Mendes de. Considerações sobre o mercado público: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. **III Colóquio Internacional Sobre Comércio e Cidade**, São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.labcom.fau.usp.br/?evento=iii-cincci>> Acesso em: 29 de out. 2018.

NASCIMENTO, Francisco. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. **XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300477414_ARQUIVO_Teresinamodernaanpuh2011.pdf> Acesso em: 30 de out. 2018.

PINTALDI, Silvana Maria. Mercados públicos: vestígios de um lugar. In: CARLOS, Ana; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percurso de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Reforma do Mercado Central inclui espaço para exposições e atrativo turístico**. Disponível em: < <http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/Reforma-do-Mercado-Central-inclui-espaco-para-exposicoes-e-atrativo-turistico/16921>> Acesso em: 31 de ago. 2018.

TERESINA, Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Sustentável - Teresina Agenda 2015. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/planos-diretores-3/>> Acesso em 03 de out. 2018.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ACORDOS E CONFLITOS, ENTRE VISITANTES E VISITADOS, NA APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS TURISTIFICADOS EM BAIROS POPULARES, A PARTIR DE PRÁTICAS DE TURISMO

LUIZ ALEXANDRE LELLIS MEES

*Doutor em Antropologia
mees.turismo@gmail.com*

RESUMO

Práticas de turismo em favelas e bairros populares por vezes são incentivadas por elementos como a “autenticidade” ou pela construção de infraestruturas de mobilidade urbana inovadoras. Como nos casos de algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro e de alguns dos bairros populares que compõem as Comunas 01 e 13 da cidade de Medellín, Colômbia. Na dinâmica dessas práticas, espaços de interesse turístico são construídos ou apropriados, envolvendo, voluntária ou compulsoriamente, diferentes atores sociais. São estabelecidos acordos e conflitos, relações de hospitalidade ou de hostilidade que marcam interesses diversos. Este trabalho se propõe a evidenciar relações entre visitantes e visitados, em favelas e bairros populares, nas dinâmicas de apropriação dos espaços que conformam um roteiro turístico. Defende-se que a turistificação constrói “espaços seguros” e leva à apropriação de espaços públicos que antes eram destinados aos moradores.

Palavras-chave: Turismo de favela. Turistificação de espaços. Apropriação de espaços. Visitantes e visitados. Roteiros Turísticos.

ABSTRACT

Touristical practices in favelas and popular districts are sometimes encouraged by elements such as “authenticity” or the construction of innovative urban mobility infrastructures. As in the cases of some favelas of Rio de Janeiro and some popular districts, part of the comunas 01 and 13 of the city of Medellín, Colombia. In the dynamics of these practices, spaces of tourist interest are built or appropriated, involving, voluntarily or compulsorily, different social actors. Agreements and conflicts, relations of hostility or hostility that mark diverse interests are established. This work intends to show relationships between visitors and visitors, in favelas and popular districts, in the dynamics of appropriation of spaces that make up a touristical tour. It is argued that the turistification builds “safe spaces” and leads to the appropriation of public spaces that were previously destined to the residents.

Key-words: Slum tourism. Turistification of spaces. Appropriation of spaces. Guests and hosts. Seightseeing.

Nos estudos teóricos do turismo, afirma-se que esse é um fenômeno social, econômico e cultural, podendo acontecer espontaneamente ou de forma planejada e induzida. Diferencia-se da “atividade turística” por essa corresponder às práticas de turismo e lazer, realizadas por visitantes e turistas, envolvendo prestadores de serviços e equipamentos turísticos. Nesta pesquisa utilizamos, também, o termo “práticas de turismo” para designar as diferentes maneiras, comportamentos e atitudes expressas e apresentadas pelo turista no local que visita.

Ainda segundo os estudos teóricos, o turismo enquanto fenômeno apresenta quatro elementos de caracterização: i) o deslocamento, que é a condição essencial para a caracterização da viagem; ii) a permanência, que deve ser temporária; iii) o *tour* com a utilização de serviços e equipamentos e iv) a motivação, que é o elemento propulsor do fenômeno.

Das inúmeras atividades oferecidas e praticadas pelo turista que visita um destino, está a visita guiada que, em geral, é vendida na forma de roteiro. Comprar e participar de um roteiro, torna-se, assim, uma forma de plasmar geograficamente a experiência de uma viagem. Um roteiro turístico oferecido por uma agência ou guia; proposto por um impresso turístico ou aplicativo, leva em conta a realização de um percurso anteriormente traçado e planejado que considera determinado espaço físico e social e que apresenta uma duração de tempo limitada. Se o percurso é acompanhado de um guia de turismo ou monitor qualificado, é esse ator social que será o encarregado de revelar, ao participante, os espaços percorridos, construindo, para o visitante, uma narrativa sobre o que está sendo visto; ajudando na construção ou solidificação de um imaginário do lugar visitado. É ele o responsável por mediar a expectativa construída anteriormente e a realidade observada. Mesmo recorrendo a guias impressos, mapas ou aplicativos tecnológicos, esses suportes também selecionam determinados espaços e induzem o seu usuário a dar atenção a este ou aquele elemento, em detrimento de outros, construindo, assim, o caráter turístico de um local que envolve seleções onde “alguns elementos são iluminados enquanto outros permanecem na sombra” (CASTRO, 1999, p. 81). Para Michel de Certeau (1994), no entanto, o espaço é a prática do lugar, ou seja, os sujeitos o transformam a partir de suas ocupações, apropriações e vivências; simbolizam o espaço percorrido a partir de interferências corporais ou cognitivas.

Para este trabalho, o foco principal serão os roteiros a pé, de curta duração, realizados em favelas no Rio de Janeiro (especialmente a favela Santa Marta e o complexo de favelas Cantagalo/Pavão-Pavãozinho) e bairros populares de Medellín, Colômbia pertencentes as comunas¹ 01 e 13, onde os turistas, motivados pelo “autêntico”, pela “opção de atrativo alternativa” ou pelas infraestruturas de mobilidade urbana inovadoras, percorrem e disputam espaços que *a priori* apresentam uma dinâmica residencial, “participando” ativa ou passivamente da interação com moradores locais. Por sua vez, alguns moradores locais ou atores “de fora”, como agentes de viagem ou mesmo guias de turismo, ao perceberem a possibilidade de benefícios econômicos que pode ser gerada pelo movimento de turistas, ressignificam ou se apropriam de espaços que antes era de usufruto dos residentes. Ou que foram construídos, a partir de políticas públicas, para beneficiar os que ali vivem. Em alguns casos, subverte-se a ordem urbana pré-estabelecida ou apaga-se a memória local, privilegiando a construção de um imaginário turístico.

Outro ponto a ser considerado, é o de que a elaboração de um roteiro pressupõe o planejamento de uma série de elementos que vão desde o meio de locomoção a ser utilizado, até o espaço a ser percorrido. Indubitavelmente, ao se planejar um roteiro que utilize espaços urbanos de uma sociedade complexa, uma das preocupações será a da segurança. Selecionam-se, portanto, caminhos considerados mais “seguros” - e que privilegiem uma maior quantidade de bens e

¹ Medellín é dividida, em termos políticos e administrativos, em seis zonas (urbanas) e cinco *corregimientos* (rurais). Cada zona agrupa *comunas* que, por sua vez, agrupam bairros.

serviços de interesse ao caráter turístico local – evitando-se outros considerados “arriscados” ou “sem interesse turístico”. A visita do turista torna-se, então, “segura” e “controlada”, seguindo os desejos do desenvolvimento da atividade turística para o local.

Na relação entre turistas e locais – visitantes e visitados – podemos observar, também, algumas particularidades. Levados por motivações de diferente natureza, não é raro turistas iniciarem um fluxo de visitação contínuo e intenso a determinados lugares, instalando neles o fenômeno turístico. A partir daí, é comum observarmos que, dentro de um espaço turistificado, a presença do estrangeiro se torna mais “familiar” do que em espaços, mesmo que próximos, que são alheios à atividade turística (espaços não-turistificados). Assim, defende-se que a turistificação e a elaboração de roteiros, promovem a construção de espaços “seguros” para as práticas do turismo, controlados, onde a população local convive – ou é obrigada a conviver – com práticas cotidianas, onde as do turismo passam a ser familiares. Na dinâmica dessa convivência, inventa-se uma comunidade local e uma comunidade turística que são tomadas como generalizações, já que quando analisado o turismo em sociedades complexas ou em grandes cidades, sempre vão existir relações diferentes entre diferentes comunidades desta sociedade e os turistas que a visitam (BARRETTO, 2007, p. 56). Além disso, espaços de usufruto de moradores são apropriados, por vezes desordenadamente, por práticas e atividade turística, que ameaçam, outras vezes, a manutenção de memórias comunitárias importantes para a história local.

Neste trabalho, utilizou-se o método indutivo e fenomenológico, e, como procedimentos, a pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo de base etnográfica, o estudo de caso e a observação participante.

De 2013 a 2018 foram realizados trabalhos de campo, observando cientificamente práticas de turismo na favela do Santa Marta, localizada no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, incluindo a realização de roteiros oferecidos por agentes promotores locais e a identificação de diferentes atores sociais como moradores, comércio local, instituições públicas e privadas e o próprio turista. De 2014 a 2018 foi realizado trabalho semelhante em bairros turistificados das comunas 01 e 13 de Medellín. Em 2018 foi realizada uma visita ao Museu de Favela (MUF) do complexo de favelas do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, e conversa com coletivos locais. Os dados foram coletados através do diário de campo, de conversas gravadas com turistas e população local e através de registros fotográficos.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O geógrafo francês Jean Remy Knafou é uma das principais referências para o termo “turistificação”. Ele é usado até hoje para designar o processo de apropriação de trechos do espaço territorial por agentes do turismo, objetivando a implantação da atividade turística. Segundo Fratucci (2008), é o processo de turistificação o responsável por amalgamar a lógica da produção (esfera do trabalho) e a lógica do lazer (esfera do lazer), podendo apresentar diferentes origens. Uma das origens da turistificação citadas por Knafou (*apud* FRATUCCI, 2008) são as práticas sociais de deslocamentos temporários de pessoas, fazendo, assim, com que surjam espaços turísticos. O turista “na busca de novas paisagens mais agradáveis e salutaras, diferentes daquelas do seu dia a dia, se apropria de alguns trechos privilegiados do espaço” (FRATUCCI, 2008, p. 68 e 69). Estes espaços que se tornam “turísticos” são, por sua vez e posteriormente, apropriados pelos agentes de mercado. A turistificação seria também a responsável pelo surgimento do “espaço turístico”, que seria composto pelo “espaço do turista” e pelo “espaço do turismo” que, apesar de ocuparem o mesmo espaço físico, desempenham funções diferentes. O “espaço do turista” é identificado como o espaço de fruição e consumo, enquanto que o “espaço do turismo” é o da produção e trabalho, ou seja, mais amplo e

abrangente do que aquele que o turista ocupa (COSTA e FERREIRA, 2016). Contudo, defende-se aqui que estes espaços, inclusive aqueles preconizados pelo turista, são pré-determinados e “controlados”.

Uma observação importante, principalmente para esta reflexão, é a de que, segundo Knafou, a apropriação do espaço se daria em trechos onde existam elementos – naturais ou culturais – capazes de gerar interesse e fluxos temporários. Comerciantes que estejam diretamente ligados ao interesse turístico local, irão, inclusive, buscar espaços privilegiados para a exposição e venda de seus produtos: o caminho mais percorrido pelos turistas (que muitas vezes está construído a partir de um roteiro), a proximidade com os atrativos principais do local, os trechos que recebem mais atenção do turista, entre outros. São esses interesses que irão, contudo, estabelecer diferentes formas de associação, conflito, cooperação, hospitalidades ou hostilidades (abertas ou veladas).

Complementando a teoria de Knafou, J. Fernando Vera *et al* (2013), afirmam que um espaço não é ontologicamente turístico; torna-se turístico por constituir objeto de interesse turístico. São a percepção e o interesse do turista sobre o espaço, os fatores que validam seus recursos, sua população e seus elementos como “de interesse turístico”. Esta validação provém de uma observação simbólica; de um simbolismo social outorgado pelos seus consumidores. É pertinente acrescentar que a crescente diversidade e pluralismo da cultura contemporânea estão fazendo com que os centros turísticos convencionais não sejam necessariamente os únicos lugares de produção de simbologia significativa em termos de recreação e turismo. Esta constatação tem sido interpretada, inclusive, desde o ponto de vista da análise da construção do imaginário social (VERA, 2013, p.195).

Após essa breve exposição das teorias relacionadas à turistificação e da produção de espaços turísticos, consideramos importante para este trabalho alguns pressupostos teóricos que tratam da relação entre visitantes e visitados. Segundo Barretto (2007), a interação do turista com o residente pode acontecer de diferentes maneiras: i) na compra de bens e serviços, ii) no compartilhamento dos espaços, ou iii) na busca por informações sobre o local. No entanto, as relações a partir daí estabelecidas, serão mediadas por um interesse mútuo que é diverso e, dependendo do caso, mais característico do visitante ou do visitado: o interesse de usufruir do espaço visitado, o interesse de compra, de se ter uma atitude simpática ou resignada, de estabelecer oportunidades de negócio, de valorização local e melhora da auto-estima - como no caso das comunidades de baixa renda, pelo fato de terem sido alçadas à categoria de interesse e/ou curiosidade, passando a fazer parte da mídia. É importante lembrar que a geração de empregos a partir do turismo é apenas para alguns.

É fato que o turista estrangeiro, frente a uma comunidade local, sempre irá se destacar pela sua aparência, modo de agir, sotaque, dificuldade em pronunciar palavras, indumentária, ou outra característica dissonante, que denuncia sua “clandestinidade”. “Do ponto de vista social e cultural [os turistas] sempre serão forasteiros, e sua relação com a população local sempre será influenciada por esse fato” (BARRETTO, 2007, p.76).

Os antagonismos identificados nas relações entre a comunidade receptora e os turistas podem aparecer através de um gracejo, de uma zombaria, do atendimento com negligência ou má vontade, do “assédio”, da curiosidade sobre o outro, da atenção diferenciada, entre outros. Tudo isso vai de encontro ao simplismo dos pressupostos da Organização Mundial do Turismo (OMT), que afirma categoricamente que o turismo propicia o entendimento e a aproximação dos povos, das diferentes culturas, promovendo a paz. (OMT, 2001). Nem sempre.

TURISMO, FAVELAS CARIOCAS E BAIRROS POPULARES

De modo generalista, o fenômeno turístico associado ao interesse de visita a bairros pobres é conhecido, em inglês, como *slum tourism*. Segundo Frenzel, Koenz & Steinbrink, é “uma tendência global e uma forma de turismo controversa. Áreas urbanas empobrecidas sempre seduziram a imaginação popular, consideradas áreas de “alteridade”, “decadência moral”, “liberdade desviante” ou “autenticidade”” (2012, p.01). O debate ético frente a esta forma de turismo tem estado presente nos estudos do tema. Contudo, o debate acadêmico sobre os verdadeiros impactos do turismo nestes territórios ainda é incipiente.

Enquanto no Rio de Janeiro, visitas a favelas transformadas em atrativo turístico acontecem desde 1992 (FREIRE-MEDEIROS, 2009), em Medellín este fenômeno é recente e vinculado à construção, a partir de políticas públicas, de infraestruturas urbanas de mobilidade consideradas inovadoras como os *metrocables* (teleféricos usados como meio de transporte de massa) e as *escaleras eléctricas* (escadas rolantes usadas para transportar a população do asfalto para o morro).

Apesar de não terem sido o motivador principal da visita de turistas aos territórios, a favela Santa Marta e o complexo de favelas Cantagalo/Pavão-Pavãozinho também receberam infraestruturas de mobilidade visando facilitar o ir e vir de seus moradores. No Santa Marta foi construído, em 2010, pelo governo do estado, um plano inclinado com um bondinho, com aproximadamente 340 metros de extensão. Segundo o jornal *Extra*,

o plano inclinado vai possibilitar o acesso rápido de moradores que vivem no alto da favela. No percurso são cinco estações e a viagem terá dez minutos de duração. Inicialmente, funcionará de 7h até meia-noite e a operação ficará sob a responsabilidade de 11 ascensoristas, que vão trabalhar em turnos alternados. (<https://extra.globo.com/noticias/rio/plano-inclinado-no-morro-dona-marta-inaugurado-nesta-quinta-517812.html>. Acesso em 05 de nov. de 2018).

O ano de inauguração coincidiu com o programa *Rio Top-Tour* de capacitação local para o turismo, e a inauguração aconteceu dois anos depois da implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008. Também em 2010, foi construído, no complexo de favelas Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, um elevador ligando o asfalto ao alto das favelas.

Em Medellín, seguindo preceitos do Urbanismo Social e visando facilitar a mobilidade urbana dos moradores, foi inaugurada, em 2004, na comuna 01, a primeira linha de teleférico voltada para o transporte de massa. Em 2011 a cidade inaugura escadas rolantes elétricas no bairro *Las Independencias* da comuna 13, com o mesmo objetivo de facilitar o deslocamento dos moradores do asfalto para o alto do morro.

Na comuna 01, não somente a novidade de um teleférico despertou o interesse de visitantes e turistas, mas também a construção de uma Biblioteca Parque, de arquitetura moderna e imponente – a *Biblioteca Parque España* – localizada em posição estratégica diante da região metropolitana do Valle de Aburrá. A linha K das comunas 01 e 02 possui uma estação de transferência para a Linha L-Parque Arbí, uma linha essencialmente turística, no bairro Santo Domingo Savio, onde está localizada a *Biblioteca Parque España*. É comum, portanto, grupos de turistas, com práticas de turismo independentes ou organizadas, desembarcarem na estação Santo Domingo Savio para apreciar o movimento da linha K do teleférico, visitarem a *Biblioteca Parque España*² ou, até mesmo, subirem na laje da casa de um morador, na busca de um panorama do bairro popular.

2 Devido a falhas estruturais de construção, a Biblioteca, um dos ícones do Urbanismo Social em Medellín, foi fechada em 2015.

Na comuna 13, especialmente no bairro *Las Independencias*, o elemento motivador da visita, além da escada rolante elétrica, são os coloridos grafites pintados por coletivos locais. A atividade turística neste território atingiu seu auge com a inauguração das escadas rolantes elétricas, seguido do embelezamento do espaço público com projetos como “Medellín se pinta de vida³”. Tudo isto construído pelo poder público, co-financiado por empresas privadas, e contando com a ajuda de agentes comunitários da comuna. Alguns dos coletivos oferecem, também, roteiros para visitantes chamados *Graffitiours*. A maioria dos visitantes, tanto na comuna 01 quanto na comuna 13, é de estrangeiros, apesar dos próprios colombianos se fazerem presentes (GÓMEZ, LÓPEZ e MEES, 2017).

Na favela do Santa Marta, os *tours* são oferecidos por moradores locais, capacitados pelo programa estadual e federal *Rio Top Tour*. A maior parte dos guias-moradores se concentra em um quiosque localizado na estratégica entrada da favela. Contudo, também existe uma empresa local que tem foco no Turismo de Base Comunitária e que, segundo sua propaganda, busca “desconstruir os esteriótipos da favela, valorizando seus modos de fazer, cultura local, história e identidade”. As abordagens dos guias são diferentes, dependendo da escolha do coletivo de turismo feita pelo visitante.

No complexo de favelas Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, o principal coletivo promotor do turismo no território é ligado o Museu de Favela (MUF), uma organização não-governamental privada, de caráter comunitário, fundada em 2008. No Museu existem guias que acompanham turistas e promovem roteiros pelo território do complexo. O Museu se autodenomina o primeiro territorial e vivo sobre memórias e patrimônio cultural de favela do mundo. (MUSEU DE FAVELA, 2018).

ACORDOS, CONFLITOS E ESPAÇOS APROPRIADOS

Nos quatro territórios escolhidos como objeto para este trabalho, pôde-se observar diferentes relações entre os diferentes atores sociais envolvidos no fenômeno e nas práticas de turismo: moradores, comércio local, instituições públicas e privadas e o próprio turista. Pela extensão de considerações coletadas e pela proposta do artigo, nos concentramos em pontos relacionados às dinâmicas entre visitantes e visitados, na transformação do espaço público em espaço turístico e na apropriação desses espaços pelas dinâmicas ligadas às práticas de turismo.

Considera-se que o turista reproduz o espaço urbano, pois é um novo ator que introduz novas práticas ao espaço visitado. No bairro *Las Independencias*, por exemplo, pode-se identificar tal afirmação no comércio crescente do bairro, especialmente aquele voltado para atender o turista, gerando usos dos espaços públicos construídos pela política urbana. O turismo ativa a economia local formal e informal e este privatiza o espaço público, usufruindo dele como um bem individual (SÁNCHEZ, 2017). Utiliza plataformas construídas como bem coletivo, para o desfrute de todos, objetivando tirar vantagens das práticas de turismo estabelecidas; gerar benefícios individuais como a exibição de *suvenires*, produtos locais, alimentos, bebidas, e outros que sejam de interesse para o turista.

Esse fenômeno muda de maneira radical o modo de morar e transitar dos moradores que precisam não somente enfrentar suas vicissitudes da vida cotidiana, mas também os obstáculos que trazem a aglomeração de novos indivíduos em seu bairro, como, por exemplo, veículos (carros e motos) estacionados nas calçadas de pedestres, obstruindo o trânsito, o crescimento do barulho pela quantidade das pessoas que visitam o local e o aumento de empreendimentos como bares e *coffee shops*. Isso permite observar uma disputa, marcada pelo uso que o morador dá a seu espaço e às práticas associadas ao turismo. Quem mora no bairro, por vezes reclama

3 Pintura de fachada de casas e criação de murais artísticos (Alcaldía de Medellín, 2015.).

do *estar* e do *transitar* pelas calçadas, ruas e becos que historicamente lhes pertenciam como moradores de origem. São os espaços que o turismo, então, se apropria, reorganiza, construindo novos usos em função das necessidades de sua atividade.

No Santa Marta podemos observar resultados semelhantes em dois espaços públicos: na primeira estação de acesso ao bondinho que leva ao alto do morro e no “espaço (ou laje) Michael Jackson” que tornou-se o espaço turístico por excelência na favela.

O bondinho do Santa Marta foi construído para os moradores, na intenção de facilitar-lhes a árdua subida até o alto do morro. Por ter um espaço reservado para carga, é utilizado também, pela população, para subir material de construção ou compras familiares. Contudo, com a favela alçada à categoria de atrativo turístico, especialmente através do uso da imagem do cantor Michael Jackson que gravou, em 1996, um clipe musical no morro, o bondinho passa, também a ser utilizado por grupos de turistas que querem subir a favela. Não raro aparecem conflitos ou abusos entre turistas e moradores, na disputa pela utilização do bondinho. Apesar de, com o tempo, se ter estabelecido a prioridade do morador no uso do bondinho, esses são obrigados a compartilhar o espaço do meio de transporte com grupos cada vez maiores de turistas que os observam com olhares curiosos.

Em 1996, o mundialmente famoso cantor Michael Jackson gravou o clipe musical *They Don't Care About Us* no morro Dona Marta. Em 25 de junho de 2009, com a morte de Michael, membros da comunidade decidem construir um “espaço” em sua homenagem na 4ª estação do bondinho. Este espaço, que também conforma um mirante, recebe uma estátua do cantor em 2010 e torna-se o mais famoso espaço da favela, parada obrigatória de turistas. Nas proximidades começam a aparecer lojas de *souvenirs* e comércio de alimentos para turistas. O coletivo de guias de turismo mais engajado, no entanto, chama atenção para um fato importante: o espaço, de 1985 a 1991, abrigou um ambulatório de saúde, conquista de um morador chamado José Manuel da Silva Machado. Fechado em 1991 por problemas estruturais e de recursos, só foi lembrado em 2014, quando o projeto “Tudo de Cor para o Rio de Janeiro” das tintas Coral revitalizou a laje, instalando uma placa que conta essa história. Mesmo assim, dependendo do guiamento realizado pelo Santa Marta, a ênfase maior é na visita de Michael Jackson na comunidade, que acabou por construir – e aprisionar – sua imagem turística a partir deste personagem. A história local que envolve seus moradores corre o risco de não ser percebida por muitos dos visitantes da favela.

Na comuna 01, observei que guias de turismo levavam grupos de visitantes desde a saída da estação Santo Domingo Savio até a Biblioteca Parque España, percorrendo algumas ladeiras próximas do entorno, passando por pontos do comércio local que vendem comida ou bebida, parando no gradil que fornece uma vista do *sobe e desce* das gôndolas do *metrocable*, até chegar à Biblioteca. Presenciei também, a entrada de um grupo, na casa de um dos moradores, no entorno da Biblioteca, onde, do alto, era oferecida uma vista privilegiada do bairro, da própria Biblioteca, e da região metropolitana do Valle do Aburrá. Aquilo que se poderia, na visão do turista, chamar de “assédio” da população local para venda de serviços e objetos turísticos não aparecia. Me intrigava a falta da oferta de serviços, e a tranquilidade da população local na comuna 01, quando em contato com o movimento de turistas. Fui abordado apenas por duas crianças que moravam perto do gradil, que se ofereciam para contar aos turistas a história da “transformação” do bairro em troca de algum dinheiro.

A previsibilidade e constância da visita a estes espaços turistificados, no entanto, foi quebrada quando ousei visitar, sozinho, espaços “de fora”, não-turistificados. Espaços localizados fora do “controle” da atividade turística, e onde os conflitos entre o visitante e o visitado foram muito mais evidenciados. Comprei a ideia de descer a pé da estação Santo Domingo Savio

até a estação Acevedo (estação de base e de embarque para o topo do morro) de dois turistas franceses com quem conversei. No início, percebi que as ladeiras eram muito inclinadas, o que dificultava a descida. Observei moradores na varanda das casas, conversando, mas que, quando me viram, começaram a fazer brincadeiras e piadas, imitando uma fala em inglês, já que eu era frequentemente confundido com um turista norte-americano. Segui a infraestrutura de urbanização construída na comuna e, mais abaixo, me deparei com uma criança que estava brincando no quintal de sua casa. Ao me ver, ela gritou na minha direção, perguntando repetidamente: *Eres turista?? Eres turista??* Continuei a descida, e, em uma das escadas que levavam até a próxima estação, encontrei um grupo de jovens consumindo drogas. Eles falaram alguma coisa comigo, que, pelo nervoso, acabei não entendendo. Desci ainda mais rápido, e cheguei a uma estação abaixo da Santo Domingo Savio. Ali desisti de continuar a pé, entrando então no *metrocable*. Ao final, já na estação Acevedo, encontrei os dois jovens turistas franceses com quem tinha conversado. Eles não haviam descido a pé.

Em julho de 2018 a cidade de Medellín noticiava a morte de líderes comunitários de bairros populares. Inclusive na comuna 13 que vinha apresentando, também, episódios de conflito armado. Tinha a intenção de fazer nova visita ao espaço turístico do bairro *Las Independencias* e, ao perguntar para atores envolvidos com a atividade turística se havia perigo, recebia sempre a resposta de que “lá não acontece nada”. Essa dissonância entre os espaços de violência que estavam evidenciados, até mesmo na mídia local, e a “tranquilidade” do espaço turístico onde se realizavam os *Graffitours* me intrigava. Visitei o bairro, percebendo a grande transformação dos espaços públicos ocorrida desde 2014, quando fiz minha primeira visita, que foram apropriados pelo comércio ligado à atividade turística: lojas e barracas de *souvenirs*, algumas delas armadas na passagem, sempre próximas às *escaleras eléctricas*, performance de jovens dançarinos e músicos, oferecendo seus talentos aos turistas, *coffee shops*, restaurantes, “galerias de arte” abertas na casa de moradores vendendo imagens de grafites. Na televisão, o noticiário *Hora 13 Noticias*, de 11 de julho, dizia:

este lugar tem duas realidades: uma a da violência (...) e outra a daqueles que lutam para que esta zona não seja estigmatizada. Apesar da saída de moradores do bairro, dos enfrentamentos e mortes que esta comuna agoniza, segue chegando turistas” (HORA 13 NOTICIAS, 2018).

Juan Fernando Gómez, um representante dos Direitos Humanos de Medellín entrevistado, afirmava que a comuna 13 era, naquele momento, a que mais expulsava moradores da cidade. Seja pela disputa de territórios ou pela disputa de renda da venda ilegal de drogas. Mesmo diante de toda essa dura e violenta realidade, a repórter do noticiário afirmava que “nas escadas rolantes elétricas se vê outra realidade”. Um turista estrangeiro entrevistado afirmou: “as pessoas aqui são amáveis e divertidas”. Os que visitavam o bairro naquele momento pareciam alheios a toda complexidade social e violência que, próximo dali, ocorria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pode-se inferir que o espaço turistificado passa a ser também o espaço seguro e controlado *pela e para* a atividade turística. Assim, nem todo o espaço de um território está sujeito às mesmas dinâmicas e generalizações que levam a se falar de um “Turismo no Santa Marta” ou em um “Turismo na comuna 01”. São apenas trechos do espaço que são recortados para que a atividade turística ali aconteça. Esse recorte é dinâmico, mas moldado pelo interesse do turista ou pelo poder público.

O turista, muitas vezes, entra em conflito com interesses da população local, por vezes é visto como intruso em espaços não-turistificados, onde os conflitos entre a população local e os

visitantes ficam muito mais evidenciados. Variada é a natureza dos conflitos que ocorrer num espaço turístico: entre turistas e comunidade local, entre turistas e *trade* turístico, entre membros da mesma comunidade que são “a favor” ou “contra” a atividade turística, ou entre comunidade local e grupos sociais externos, interessados na “exploração” do turismo. Sem desconsiderar estas complexas relações que devem ser levadas em conta, os dados aqui expostos podem levar a uma aderência às ideias de “cenário” (McCannell, 1976) e “performance” (Kirshenblatt-Gimblett, 1990) dos espaços e população ligados ao turismo.

Alheios ou excluídos dos benefícios econômicos ou do entendimento da atividade turística, alguns atores questionam a invasão de seus espaços sociais. Por outro lado, muitos dos espaços públicos construídos para os moradores, são apropriados por dinâmicas que envolvem a atividade turística e práticas de turismo. Por estes e outros fatores, boa parte dos turistas tradicionais prefere uma experiência controlada; um passeio passivo onde prevaleça a “falta de contato” com algo tipo como “perigoso” ou “indesejável” (Boorstin *apud* URRY, 2001, pág. 23). O “espaço do turista” e o “espaço do turismo” servem a este papel, enquanto constituintes do espaço turístico. Ao se pensar em comunidades receptoras ou comunidades onde acontecem práticas de turismo, a errônea tendência é percebê-las como um grupo homogêneo e imutável, como se entre seus membros não houvesse hierarquias, classes-sociais distintas, divergências político-ideológicas ou lutas de poder (BARRETTO, 2007, p.55).

Assim como evidenciou-se no “espaço Michael Jackson”, a memória histórica de uma comunidade pode ser substituída ou ofuscada pela construção de uma “imagem turística”. Por vezes, o imaginário de uma localidade pacífica e de fácil mobilidade, semelhante aquelas do asfalto, precisa ser vendida para que a atividade turística se consolide e permaneça gerando capital.

BIBLIOGRAFIA:

ALCADÍA DE MEDELLÍN. **Plan de Desarrollo Local, Comuna 13**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2015.

ÁLVAREZ, C.G. **Turismo y apropiación del espacio público en el Barrio las Independencias, comuna 13**, Medellín, 2018. (Trabalho de Conclusão de curso graduação em Sociologia) - Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia. 2018.

BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BARRETTO, M. **Cultura e Turismo: discussões contemporâneas**. Campinas/SP: Papirus, 2007 (Coleção Turismo).

BLOG CORAL. Disponível em: <http://wp-coral-customers.webmatrix.net.br/blog/2014/coral/projeto-tudo-de-cor-para-voce-laje-do-michael-jackson/>. Acesso em 06 de nov. de 2018.

CASTRO, C. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

COSTA, S. D. e FERREIRA, H. C. H. **Reflexões acerca da produção do espaço turístico pelo turismo religioso em Armação dos Búzios/RJ**. Anais do Seminário da ANPTUR, 2016.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. Vol. 01.

FRATUCCI, A. (2008). **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.

FREIRE-MEDEIROS, **Gringo na laje**: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FRENZEL, F., KOENS, K, e STEINBRINK, M (Ed.). **Slum tourism: poverty, power and ethics**. Abingdon, Inglaterra: Routledge, 2012.

G1. **Moradores relembram a visita de Michael Jackson ao Morro Santa Marta**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1208863-5606,00-MORADORES+RELEMBRAM+A+VISITA+DE+MICHAEL+JACKSON+AO+MORRO+SANTA+MARTA.html>. Acesso em 06 de nov.de 2018.

GÓMEZ, G.J., LÓPEZ, Z.L. e MEES, L.A.L. Turismo en territorios informales: las motivaciones del turista para visitar las favelas de Río de Janeiro en Brasil y las Comunas de alta ladera en Medellín, Colômbia. In: **CONPHET**, 2017, Medellín. Memórias. 2017.

HORA 13 NOTÍCIAS. Medellín. Teleantioquia. 11 de julho de 2018.

JORNAL EXTRA. **Plano Inclinado no Morro Dona Marta é inaugurado nesta quinta**. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/plano-inclinado-no-morro-dona-marta-inaugurado-nesta-quinta-517812.html>, Acesso em 05 de novembro de 2018.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. Objects of Ethnography *in*: KARP, Ivan and LAVINE, Steven D. (eds.). **Exbiting Cultures: the poetics and politics of museumdisplaces**. Smithsonian Books. EUA, 1990.

MAcCANNELL, D. **The tourist**. A new theory of the leisure class. London: Macmillan, 1976.

MEES, L.A.L. Espaços turísticos construídos no Complexo do Alemão por roteiros comerciais. **Revista Iberoamericana de Turismo (RITUR)**. Vol. 05. nº.01, 2015.

_____. **“Vem passear no teleférico. Tira foto manda pro internacional!”: políticas e práticas de turismo em um Alemão-Complexo**. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2017.

MUSEU DE FAVELA. Disponível em <https://www.museudefavela.org/sobre-o-muf>. Acesso em 05 de Nov. de 2018.

OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

RAMÍREZ, I. D. e COSTA, G. Para além da “guerra” e da “paz”: territórios de violência em Medellín. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 96 (2012).

SÁNCHEZ, L. **Medellín: uma cidade construída a “várias mãos? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SMITH, V.L. (comp.). **Anfitriones e invitados: antropologia del turismo**. Madrid: Endymion, 1989.

URRY, J. **O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

VERA, J. F. (coord.). **Análisis territorial del Turismo y planificación de destinos turísticos**. Valencia: Tirant Humanidades, 2013.

O TURISMO CULTURAL, TERRITORIEDADE E CULTURA LOCAL DA COMUNIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DE ARRAIAL DO CABO

Manuela Chagas Manhães

*(Doutoranda do PPGCL/CCH/UENF/Professora e pesquisadora da UNESA e CNEC/ Bolsista do Programa de pesquisa e Produtividade UNESA)
manuelacmanhaes@hotmail.com*

Júlio Ramos Esteves

*(Professor Doutor do PPGCL/CCH/UENF/Projeto Pescarte)
jesteves48@yahoo.com.br*

RESUMO

Este presente artigo tem como objetivo refletir sobre importância dos elementos estruturantes significativos presentes no modo de vida da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo, Região dos Lagos, para que pensemos na autoidentificação, territorialidade e turismo cultural. Nesse sentido há a relação desse acervo com a constituição da memória social e coletiva, territorialidade, particularidades, além da identidade cultural. Assim sendo, a comunidade de pesca artesanal cabista é uma das comunidades tradicionais que resiste ao tempo, por ter a manutenção da memória social e coletiva com suas devidas ressignificações, sobrevivendo às adversidades e desafios impostos pela atualidade. Entre os meios para que isso aconteça é perceptível que o turismo cultural seria uma alternativa, promovendo uma redefinição da cultural local, com a redescoberta das tradições, dos saberes, sabores desta comunidade, fomentando, então, a sua reorganização e, conseqüentemente, a possibilidade do fortalecimento do sentimento de pertencimento e do reconhecimento social.

Palavras chave: memória social e coletiva, territorialidade, modo de vida cabista

ABSTRACT

This article aims to reflect on the importance of the significant structuring elements present in the way of life of the artisanal fishing community of Arraial do Cabo, Lagos Region, so that we think about self - identification, territoriality and cultural tourism. In this sense there is the relation of this collection with the constitution of social and collective memory, territoriality, particularities, as well as cultural identity. Thus, the traditional artisanal fishing community is one of the traditional communities that stands the test of time, maintaining the social and collective memory with its dueignifications, surviving the adversities and challenges imposed by the present time. Among the means to make it happen is noticeable that cultural tourism is an alternative, promoting a redefinition of the local culture, with the rediscovery of traditions, knowledge, flavors of this community, fostering then its reorganization and, accordingly, the possibility the strengthening of the sense of belonging and social recognition.

Key words: social and collective memory, territory, way of life

Introdução:

Segundo GEERTZ (2015, p.10) “compreender a cultura de um povo expõe sua normalidade sem reduzir suas particularidades”. Isso significa dizer que para compreendermos seus sistemas simbólicos, os traços culturais precisam estar referendados no que eles praticam, como praticam e porque praticam. Desse modo, é perceptível a correspondência entre tais sistemas simbólicos que são refletidos e reflexos simultaneamente nas e das suas ações.

Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram-na também, certamente, em várias espécies e artefatos e vários estados de consciência. Todavia, nestes casos o significado merge do papel que desempenham (*Wittgenstein* diria seu “uso”) no padrão da vida decorrente, não de quaisquer relações intrínsecas que mantenham umas com as outras (GEERTZ, 2015, p.12-13).

Além dos vários estados de consciência e a articulação com os elementos simbólicos e as ações, a perspectiva geertziana traz outra concepção sobre a cultura. Não apenas como padrões determinantes do comportamento, mas também como um conjunto de mecanismos de controle. Nesse conjunto encontram-se planos, receitas, regras, instruções, que, na verdade, irão governar a conduta humana dentro da comunidade que vive. Tal fato demonstra a dependência humana por tais mecanismos que são programas culturais que culminam no ordenamento objetivo do comportamento para estar no “mundo”. Dessa forma, GEERTZ (2015, p. 33) afirma que: A perspectiva da cultura como “mecanismos de controle” inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente social e público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado a praça da cidade. Em outras palavras, é na convivência social que é apreendido. Será nas ações sociais que as regras, normas e códigos de conduta terão significados, por isso, percebemos a importância da definição da cultura enquanto contexto e, assim, como um conjunto de mecanismos de controle que norteia, governa tais ações e forma sistema eticidade.

Ambas as idéias desenvolvidas por GEERTZ (2015, p. 32-33) – a primeira que determina a cultura como um complexo de padrões concretos de comportamento, que traz os ritos, as tradições, os costumes, hábitos, e, a segunda como o conjunto de mecanismos de controle –, sobrevivem e se recriam na memória social coletiva. Ambas são essenciais para o sujeito social ser formado e assim estar “apto” para viver na comunidade propriamente dita. Podemos dizer que tais símbolos são dados ao indivíduo, na sua grande maioria, pela socialização e são base da identidade de resistência. Ou seja, o sujeito social os encontra já na dinâmica social quando nasce e eles continuarão a circular após sua morte. Isso é um fato, embora saibamos que segundo a dinâmica social encontremos alterações, alguns acréscimos e redefinições. Como SAHLINS (1990, p. 147) diz: “a transformação de uma cultura é um modo de sua reprodução”. Mas, a base será intermediada nas interações via narrativas. São tais narrativas que permitem a sobrevivência, manutenção e ressignificações da memória social e coletiva, que é uma prerrogativa para as alterações e reinterpretções da própria cultura da comunidade tradicional.

Desse modo, quando refletimos sobre as comunidades pesqueiras tradicionais encontramos aquele acervo cultural alicerçado em um contexto que orienta a constituição da identidade de resistência. Logo, segundo GEERTZ (2015, p. 17) o objeto da etnografia é descrever e compreender “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes”. Nesse sentido, é fundamental, para que haja compreensão da importância da cultura, a relação entre passado e presente, tornando possível a determinação de tais estruturas significantes. Consequentemente

há a análise cultural do desenvolvimento de ações, ressignificação das tradições e rituais, manutenção de costumes, definição de regras e exercício de tarefas sociais.

Assim, qualquer análise que efetuemos será uma interpretação dos significados. Tais significados têm em seu bojo o conteúdo simbólico que as gerações anteriores passaram (e passam muitas vezes) para as gerações atuais. Logo, a partir de estruturas significantes mediadas pela linguagem, há variações e novas variáveis de um sistema significado, que é compartilhado entre os membros da comunidade. Por isso, há adequação da identidade de resistência e de projetos na realidade social. Ou seja, compreendemos a relevância do conjunto de elementos culturais materiais e imateriais da mesma forma que suas transformações e reproduções. Eles são definidores e determinantes das especificidades desenvolvidas no contexto sócio histórico cultural. Devido a isso, esses elementos são recontados e reinterpretados permitindo a constituição da memória social individual e coletiva que está sempre sendo reconstruída, reinterpretada. A memória social e coletiva, então, está na contextualização histórica e é formadora da comunidade por intermediar as interações na dinâmica social, da comunidade pesqueiras tradicional, especificamente, de Arraial do Cabo, possibilitando sua sobrevivência às adversidades da Modernidade por meio do turismo cultural.

Turismo cultural, cultura local e bens culturais da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo

Quando pensamos na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, logo, nos remetemos as suas belas praias, ao seu clima tropical, em suma, a sua beleza natural. Essa região é formada por diversos municípios, entre eles, podemos citar alguns mais conhecidos: Cabo Frio, Búzios, Iguaba e Arraial do Cabo. Cada qual com suas características peculiares, principalmente, na formação cultural e, também no que se refere à beleza natural. Neste aspecto, uma das questões definidoras de Arraial do Cabo são suas praias azuis cercadas por vegetação nativa e morros, praias de areia branca e fina, de águas geladas devido ao fenômeno de ressurgência, sendo considerada a capital do mergulho no Brasil.

O fato é que a dimensão da magnífica beleza do meio ambiente de Arraial do Cabo acabou por sobressair e provocou um tipo de turismo específico, exploratório do meio ambiente (turismo ambiental). De acordo com DIAS (2006, p. 16-17) o modo como o turismo é implantado em uma região está, na verdade, relacionado com a política adotada pela gestão local. Assim, ao entender o turismo ambiental como forma de gerar benefícios à curto prazo, há uma manifestação periférica de acumulação capitalista. A preocupação por tais benefícios, então, não é mediada por uma organização. Há conseqüência dessa implementação rápida e desordenada, ou seja, há prejuízos e um desenvolvimento insustentável. Dessa forma, o turismo passa a ser visto como espaço produtivo. Assim, na constituição do turismo ambiental, o imaginário coletivo é formado por lugares, destinos específicos identificados por *sol e praia*.

Segundo DIAS (2006, p. 52) o turismo, na verdade, pode ser categorizado em duas vertentes: aqueles que se referem aos espaços naturais e aqueles que estão associados aos espaços culturais. Essas duas vertentes são percebidas a partir dos últimos anos do século XX. Neste aspecto, DIAS (2006, P. 17) afirma: "(...) houve uma multiplicação dos lugares turísticos, tanto dos tradicionais - *sol e praia* - quando dos novos, que exploram outras motivações para o deslocamento de pessoas", esse definido como turismo cultural. Nessa perspectiva, ao nos depararmos com uma cultura local tão rica, nosso questionamento se volta para a limitação turística dessa região.

Assim, DIAS (2006, p.19) salienta que na definição do Turismo cultural encontramos elementos comuns a todas as culturas, embora apresentem conteúdos distintos. Esses elementos básicos

seriam a existência de crenças, valores, costumes, normas, sanções, símbolos, idioma, ferramentas (utensílios). Dessa forma, a diversidade cultural é factual. Partindo desse pressuposto, a Convenção sobre Diversidade Cultural¹ de 2005 considera como cultura: “O conjunto de traços distintos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos, os estilos de vida, as formas de convivência, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. Já no que se refere aos bens culturais, esta Convenção os define de maneira mais ampla, incluindo também, a noção de serviços culturais. Desse modo, tal documento definirá que bens e serviços culturais seriam todos aqueles bens, serviços e atividades que se originam das expressões e manifestações culturais. Dessa forma tanto os bens quanto os serviços culturais são considerados como um resultado do trabalho humano, além de transmitirem determinado significado cultural de uma comunidade que se distinguem do valor comercial e geram ou podem gerar uma propriedade intelectual de um povo, comunidade, grupo.

Formação cabista, autoidentificação e territorialidade

A formação da população de Arraial do Cabo, definida como cabista, se deu em torno da pesca artesanal independentemente da praia. Tal constituição populacional aconteceu a partir de distintas etnias, que foram reféns do isolamento geográfico. Isso possibilitou uma definição bastante peculiar de suas particularidades, ou seja, dos elementos culturais estruturantes tanto materiais quanto imateriais, assim como, dos seus bens e serviços culturais. Sendo assim, entendemos que o turismo quando atrelado aos espaços culturais favorece não só a autoidentificação dos membros da comunidade e o fortalecimento do reconhecimento social comunitário, mas, também, a organização da comunidade, em torno do que considerado patrimônio cultural, ou seja, a sua cultura local. Essa pode redefinir a prática turística nessa região, tendo tanto o turismo ambiental quanto turismo cultural, promovendo uma nova possibilidade de geração de trabalho e renda para essa comunidade. Da mesma forma, favoreceria o sentido da identidade cultural e possibilidades de ressignificação, exercendo uma função social primordial entre os seus membros, ao desenvolverem o respeito, autorespeito, promovendo, então, a autoestima dessa comunidade tradicional. Nesse aspecto, DIAS (2006, p. 59) afirma que:

O turismo cultural oferece oportunidade de a comunidade redefinir as funções do fato cultural, ao adaptá-lo a uma nova realidade, sem perder de vínculo com o grupo social, que o insere em um novo contexto, no qual passa a figurar também um elemento simbólico, que contribui para a definição e para a consolidação da identidade coletiva. O estímulo dado pela atividade turística contribui para o resgate de muitas tradições, as quais, embora, redefinidas, transformadas, mantêm-se como elemento que dá coesão ao grupo a que estão vinculadas historicamente e que continua a encená-las como sua. Esse processo é o responsável pelo resgate de muitas tradições que estavam ameaçadas de desaparecimento em todo país.

Obviamente, sabemos que a história é recontada, e, é a memória social e coletiva vivenciada na realidade social que favorece para que tais manifestações e traços culturais estejam presentes no dia-a-dia dos membros da comunidade. Porém, ao pensarmos no “resgate” de uma cultura, estamos, na verdade, refletindo sobre a reinvenção das tradições, os objetos significativos diante de novas condições sociais. Nesse sentido, há uma relação direta entre tais reinvenções e objetos e a autenticidade da cultura local. Isso acontece devido à autenticidade ser percebida dentro do contexto social, dentro de um processo que é contínuo e dinâmico, no qual serão incorporados novos elementos e sentidos, sem descaracterizar a comunidade propriamente dita, tendo a manutenção de seus elementos estruturantes significativos. Nas palavras de DIAS (2006, p.60): “O fato cultural autêntico sofre mutações em função de novas realidades

1 UNESCO, Convenção sobre Diversidade Cultural 33ª. Conferência Geral da Unesco Paris, out., 2005b.

vividas pela comunidade e, embora possa ter como referência o passado, articula-se com o presente e cumpre novas funções sociais”.

Fato cultural e memória social e coletiva

Para, além do fato cultural e suas novas funções sociais, CANDAU (2016) afirma que a memória coletiva tem um eixo, uma trajetória que é constituída por um marco, traz referências de acontecimentos. Há uma seleção mnemônica e simbólica de certos fatos reais e imaginários. Neste aspecto CANDAU (2016, p.99) afirma que:

São átomos que compõem a identidade narrativa do sujeito e asseguram a estrutura dessa identidade (...) a força da memória dependerá da coerência geral do campo memorável, quer dizer, da estruturação mais ou menos homogênea do conjunto de lembranças a partir de um momento de origem e de uma sucessão de fatos. Como demonstrou *Halbwachs*, o trabalho de produção de um campo memorável será mais fortalecido quando encontrar um eco naquilo que ele denomina de pensamento coletivo e que é, de fato, um certo grau de convergência entre as representações que cada indivíduo mantém e se esforça em compartilhar com outros membros do grupo.

Há um processo na recuperação da memória e coletiva, por procurar cada vez mais incorporar manifestações e elementos culturais, de uma maneira geral, que representarão o passado por meio de uma sucessão de fatos, que são determinados por condições sociais no presente, experimentados pelos membros da comunidade. Esse processo parte da recuperação da memória histórica, de fatos narrados, contados e recontados, que sobrevivem no cotidiano da comunidade tradicional pesqueira cabista. Isso possibilita a adaptação da memória social e coletiva aquelas condições sociais que aparecem no dia-a-dia, e, que fomentam o fato cultural e suas nuances.

Dessa forma, compreendemos que a cultura local pesqueira cabista é uma produção histórica advinda de “eco” do pensamento coletivo na atualidade. Então, a cultura local é parte das relações sociais travadas no cotidiano, o qual há expressões e manifestações culturais, nas quais, encontraremos representação do passado no presente. Por isso, existe uma relação da autenticidade com a identidade cultural, a qual estará refletida nessas manifestações que percorrem a realidade social. Tal relação pode ser considerada como uma maneira de driblar às tentativas de homogeneização cultural, que se tornaram comuns na atualidade. Por isso, que a reinvenção das tradições preserva a própria comunidade, fortalecendo, então, o sentido de identidade cultural por meio da sua cultura local, dos seus bens e serviços culturais, além da sua historicidade, quando os membros estão envolvidos nessa relação.

Em decorrência disso, se uma manifestação cultural popular não apresentar pessoas que integram a comunidade retratada, ela não poderá reforçar a identidade cultural dessa comunidade, pois não existe a condição fundamental da continuidade – existência de integrantes da cultura local – da manifestação tradicional. Portanto, a participação de membros da comunidade na manifestação é condição necessária para que cumpra sua função social de fortalecer a identidade do grupo. Segundo Ferreira, a festa é um simbólico retorno às origens – uma origem muitas vezes imaginária ou reinterpretada – necessário para garantir a integridade do indivíduo. Isso significa dizer que a manifestação cultural imaginada, reinterpretada ou reinventada pela comunidade, ao ser incorporada à alma coletiva, serve de amálgama na consolidação da identidade grupal, que fortalece o indivíduo por fornecer-lhe a base de sustentação psicológica necessária para enfrentar a realidade, que será comprometida a partir da cultura constituída pelo grupo social do qual faz parte (DIAS, 2006, p.61).

Nesse contexto, o patrimônio cultural que representa uma comunidade não pode ser segmentado de seu contexto histórico e de sua ressignificação. Deve ser primeiramente

vivenciada e compactuada pelos membros da comunidade. Ou seja, a valorização da própria particularidade cultural se depara com um processo pela busca do reconhecimento social. Assim sendo, quando refletimos sobre o reconhecimento social da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo, pensamos no valor de sua identidade cultural. Portanto, haveria relevância dos traços culturais e manifestações culturais que compõem a cultura local, assim como, os bens e serviços culturais. Esses possibilitariam um novo tipo de turismo nessa região: o turismo cultural. Isso se evidencia quando compreendemos que a cultural local dessa comunidade pesqueira se expressa pela definição simbólica de seus objetos significativos e elementos estruturantes historicamente construídos tanto materiais quanto imateriais, dando sentido ao que é definido como Patrimônio Cultural e sua relação com o turismo cultural.

PELEGRINI & FUNARI (2008, p.26-27) definem a cultura material e imaterial, partimos do pressuposto de que material, traz a noção de matéria, designando algo concreto, que é resultado do trabalho humano e que é apropriado pelas comunidades e sociedades. Em nosso caso envolvem o trabalho definido pelo desenvolvimento da pesca artesanal, da produção de diversos instrumentos, de artesanatos, de sua historicidade e narrativas, e do processo produtivo ao longo da história, constituindo o modo de vida. Já no concerne imaterial seria definida como algo intangível, intocável, e, por isso, representa a “cultura da alma”. Ambas definem a identidade cultural de uma comunidade, de uma sociedade. No entanto, de maneira geral, a compreensão da cultura imaterial na sua totalidade de significações, seria maior do que a materialidade por si mesma.

Partimos de FUNARI & PELEGRINI (2008) os quais possibilitam a reflexão sobre a cultura imaterial e a constituição do patrimônio imaterial segundo a Convenção de 2003 realizada pela UNESCO. Tal Convenção é denominada “Convenção para a Salvaguarda do patrimônio Imaterial”. Essa Convenção, então, dedicou-se à problemática que envolve o patrimônio cultural imaterial. Tais elementos imateriais teriam seu reconhecimento nas tradições, saberes, expressões orais, incluindo o idioma como o grande veículo do próprio patrimônio imaterial. Para, além disso, estariam nas expressões artísticas, práticas sociais, rituais e atos festivos, os conhecimentos, técnicas artesanais tradicionais e práticas relacionadas à natureza e ao universo criado e recriado pela comunidade tradicional, muitas vezes, transmitidos oralmente pelas narrativas.

A despeito da análise dos avanços e retrocessos no processo de reconhecimento da pluralidade cultural, nunca é demais lembrar que a acepção do patrimônio intangível assentou-se na idéia de que esse patrimônio se constitui de um conjunto de formas de cultura tradicional, popular e folclórica, ou seja, “obras coletivas” que emanam de uma cultura e se fundamentam nas tradições transmitidas oralmente ou a partir de expressões gestuais que podem sofrer modificações no decorrer do tempo por meio de processos de recriação coletiva (...) essa diversidade resulta numa “multiplicidade de pontos de vista, de interesses e de ações no mundo” que, por sua vez, influencia valores que definem sua relação com o patrimônio e o sentido de pertencimento de uns agentes sociais, em relação aos outros, sejam eles homens ou mulheres, crianças ou adultos, jovens ou idosos (PELEGRINI & FUNARI, 2008, p.62-63).

Desse modo, o patrimônio cultural e a valorização das distintas culturas locais tradicionais são condicionados pela vida cotidiana e pela recriação coletiva, na qual há a narrativa como grande instrumento. Logo, com a interação social entre os integrantes da comunidade tradicional ha reestruturação das identidades culturais, que representam as comunidades tradicionais, da mesma forma, se houvesse a prática do turismo cultural. Isso se deve ao fato, da cultura ser considerada, um grande produto humano e, que edifica a identidade cultural e como tal, é digna de preservação.

A valorização do patrimônio imaterial na atualidade advém, portanto, das alterações sofridas pelas acepções do conceito cultura e patrimônio. Ela está articulada às transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana. A própria dinâmica cultural expressa nos movimentos que deram origem à discussão sobre a necessidade de salvaguarda do patrimônio imaterial e à historicidade dos conceitos que a envolvem explicam o reconhecimento de que o patrimônio materializa as mais diversas formas de cultura (...) (PELEGRINI & FUNARI, 2008, p.31).

Diante de tal afirmação, no que se refere à cultura imaterial, essa seria a representação da “cultura da alma” da comunidade tradicional, por isso, enquanto patrimônio cultural imaterial deve ser resguardado diante de sua historicidade e da “materialização” de seus significados. Portanto, a cultura imaterial da comunidade de pesca cabista criou, devido a sua formação, diversos signos, símbolos, valores, rituais, saberes, sonoridades e sabores. Estes são expressos nas suas percepções, narrativas e manifestações culturais difundidas pela relação dialógica e experimentadas nas relações sociais, por meio da memória social e coletiva. Logo, a cultura imaterial cabista constitui um grande acervo simbólico, e pode favorecer o fortalecimento da identidade cultural, pois ordena o seu “mundo”. Nesse ponto, fica obvio a importância do turismo cultural para a identidade cultural e memória social e coletiva no processo de autoidentificação e redefinição do modo de vida desta comunidade tradicional pesqueira.

Conclusão:

Nossa reflexão se debruça, então, sobre a importância da organização dos elementos materiais e imateriais dessa comunidade, e como o turismo cultural seria uma forma de provocar a coesão da comunidade. Esse possibilitaria a revitalização do sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, do reconhecimento social na dimensão comunitária, por meio das novas condições e funções sociais (re) definidas pelas adversidades e desafios cotidianos. Haveria a recriação coletiva e, assim, redefinições e ressignificações, do próprio fato cultural, os quais seriam fundamentais, para que esta comunidade não se perca nem no espaço e nem no tempo.

Desse modo, há nas distintas narrativas os elementos estruturantes significativos, com histórias e enredos que embora sejam rememorados e ressignificados, permitem a definição da sua cultura local, da mesma forma, que permitem a constituição da memória social e coletiva, para que possamos pensar no turismo cultural como uma alternativa para esta comunidade tradicional.

Em suma, por meio do turismo cultural haveria não só o levantamento dos elementos estruturantes significativos, mas também, possibilitaria a reconstituição da identidade coletiva e da autoidentificação, e assim, o fortalecimento do sentimento de pertencimento por meio do reconhecimento social entre os membros da comunidade. Tal fato é de suma importância para a sobrevivência da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo e, ainda, permite que se pense em alternativas para geração de trabalho e renda, além de favorecer que o respeito e o respeito próprio possam ser vivenciados pelos sujeitos sociais pertencentes à comunidade.

Bibliografia:

- BERANGER, Abel. *Dados históricos de Cabo Frio*. Cabo frio 500 anos de História. Banco do Brasil: 2015; 3ª. Ed.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAMACENO, Meri. *Cabistezas "causos" do Arraial*. RJ: Talagarça, 2003.
- DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural - Recursos que acompanham o crescimento das cidades*. SP: Saraiva, 2006
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª. Edição; RJ: LTC, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*, SP: Editora 34, 2009. 2ª. Ed.
- INSTITUTO ACQUA/PETROBRÁS, PROLAGOS. *A pesca oceânica no município de Arraial do Cabo - Elementos socioeconômicos*. Arraial do Cabo:1992.
- LEROY, Jean Pierre. *Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável*. In: A geografia política do desenvolvimento sustentável. Org: Bertha K. Bercker e Mariana Miranda. Rio de Janeiro: Editora UEJ, 1997, págs: 251-272.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 1992, Coleção Caminhos da História.
- PRADO, Simone Moutinho. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudanças sociais em Arraial do Cabo*. Niterói: EdUFF, 2002.
- PELEGRINI, S. C. A. & FUNARI, P. P.. *O que é patrimônio cultural imaterial*. SP: Brasiliense, 2008.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- UNESCO. *Convenção sobre a diversidade cultural 33ª*. Conferência Geral da Unesco, Paris, out. 2005b.

NARRATIVAS TURÍSTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA ZONA PORTUÁRIA CARIOCA

MARINA SILVA

*Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR-UFF)
marinahs@id.uff.br*

MAYRA SANTOS

*Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR-UFF)
mayra_laborda@id.uff.br*

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma breve análise de ações de produção de imagens e narrativas turísticas vinculadas à Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, tendo como objetivo identificar os discursos atrelados às imposições das ações da Operação Urbana Porto Maravilha e refletir sobre as práticas de turismo contra-hegemônicas. Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, acrescida de observação *in loco*. Recorreu-se a mapas e guias turísticos da cidade do Rio de Janeiro publicados antes e depois da Operação Urbana Porto Maravilha; documentos oficiais da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR) e do Porto Maravilha. Assim, identificou-se que a prática do turismo foi intensificada com as obras da referida operação urbana. No entanto, ao contrário do planejado, houve o surgimento de um turismo histórico-cultural sobre a diáspora e herança africanas e o patrimônio material e imaterial afro-brasileiro.

Palavras-chave: Turistificação. Imaginário. Memória. Operação Urbana Porto Maravilha.

ABSTRACT

The present work intends to make a brief analysis of actions of image production and tourist narratives linked to the Port Zone of the city of Rio de Janeiro and to identify the discourses linked to the impositions of the actions of the Porto Maravilha Urban Operation and to reflect on the practices of tourism. It starts from theoretical reflections that associate the touristification to those actions. The methodology used was the use of bibliographical and documentary research, plus direct observation based on the participation in tourist itineraries in the mentioned area. For the collection of data, we used some maps and tourist guides of the city of Rio de Janeiro published before and after Operation Porto Maravilha, official documents of the Tourism Company of the Municipality of Rio de Janeiro (RIOTUR). With this, it was identified in this study that the production of tourist image and the narratives linked to the Port Zone was intensified in the last years. However, contrary to what was planned by this urban operation, there was the emergence of the historic tourism segment on the African diaspora, African heritage and Afro-Brazilian material and immaterial heritage.

Key-words: Touristification. Imaginary. Memory. Urban Operation Porto Maravilha.

1 INTRODUÇÃO

O processo de turistificação de espaços públicos e privados está relacionado a produção de imagens de lugares turísticos. Conforme Pereiro & León, “o turismo é um sistema dinâmico de produção, distribuição e consumo de imagens, imaginários e sonhos” (PEREIRO; LÉON, 2007, p. 62, tradução livre). Não diferente do espaço indígena estudado pelos referidos autores, pode-se considerar que os espaços urbanos que se tornam turísticos “são convertidos em mercadorias e repensados para atender as necessidades econômicas, políticas e ideológicas das sociedades dominantes” (PEREIRO; LÉON, 2007, p. 62, tradução livre). Ademais, acrescenta-se a essa perspectiva o pensamento do antropólogo Denison Nash (1989), no qual a criação de espaços para o turismo está relacionada com a significância desses espaços para determinados centros urbanos hegemônicos (NASH, 1989, p. 43, tradução livre).

Ao estudar a construção imaginária do turismo na ilha panamenha de *Kuna Yala*, Pereiro e León (2007) consideram que esta é construída a partir de um conjunto de imagens de diferentes agentes sociais do turismo, a saber: “imagens turísticas oficiais, produzidas pelo sistema turístico hegemônico; imagens turísticas produzidas pelo trade turístico; imagens turísticas produzidas pela comunidade e imagens turísticas produzidas pelos turistas” (PEREIRO; LÉON, 2007, p. 76, tradução livre). Conforme relatado pelos autores, essas diferentes imagens do turismo na comarca indígena do Panamá produzem diferentes opiniões sobre a atividade turística na ilha, que acarretam mudanças na estrutura social, econômica e cultural desse destino.

Nessa perspectiva, ao analisar o processo do incentivo à prática do turismo na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, observou-se que as ações de reestruturação urbana da Operação Urbana Porto Maravilha contribuíram para a criação de narrativas turísticas nessa área. Nesse sentido, a Lei Complementar 101/2009 (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009), que modifica o Plano Diretor e autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio de Janeiro na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU), tem o interesse em valorizar a paisagem urbana e o patrimônio cultural material e imaterial; recuperar as edificações com importância histórico-cultural; criar o circuito histórico-cultural e capacitar profissionais na área de turismo e hotelaria a fim de promover o referido circuito (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009).

Observa-se que a construção da imagem turística de determinado lugar tem um importante papel para o fomento da atividade turística, sobretudo na captação de turistas. Sob a perspectiva de que o processo de turistificação acompanha a produção de imagens dos lugares turísticos, observa-se que na zona portuária do município do Rio de Janeiro não ocorre de forma diferente. A referida região, anteriormente contava com poucas estruturas físicas relacionadas ao turismo, como: Píer Mauá, tendo como função apenas o embarque e desembarque de passageiros de cruzeiros marítimos, a Cidade do Samba (inaugurada em 2011), alguns passeios turísticos pelo Morro da Conceição e os murais do profeta Gentileza. No entanto com as obras da Operação Urbana Porto Maravilha, a Zona Portuária parece ganhar grande espaço no cenário do turismo da cidade. Partindo do contexto de transformação do espaço turístico da referida região, o presente trabalho busca fazer uma breve análise de ações de produção de imagens e narrativas do turismo vinculadas à Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro a fim de identificar os discursos atrelados às imposições das ações da Operação Urbana Porto Maravilha e refletir sobre as práticas de turismo contra- hegemônicas.

Adotou-se como procedimento metodológico o uso das pesquisas bibliográfica e documental, acrescidas de observação direta. Como aporte teórico, recorreu-se a estudos sobre memória (SANTOS, 2003; GONDAR, 2016); turistificação (KNAFOU, 1996, 1991; FRATUCCI, 2008) e

reflexões sobre a presença do Movimento Negro nas ações referentes ao patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro da Zona Portuária, ocasionando a visibilidade de memórias subalternas e a redefinição de algumas práticas impostas para o turismo nessa área (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016). Para a coleta de dados, recorreu-se a análise de conteúdo, essencialmente qualitativa, de alguns mapas e guias turísticos da cidade do Rio de Janeiro publicados antes e depois da Operação Urbana Porto Maravilha, além de documentos oficiais vinculados à mesma, documentos da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR) e observação direta em *tours* oferecidos por agências de turismo receptivo na área de estudo.

2 UM PRIMEIRO DIÁLOGO COM O NOSSO CASO CONCRETO

De acordo com a delimitação administrativa, a área considerada como Zona Portuária pela Operação Urbana Porto Maravilha abrange a Zona Portuária e o Centro, respectivamente Região Administrativa I e II (R.A. I, nomeada de R.A. Portuária, inclui os bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju, e a R.A. II, nomeada de R.A. Centro, inclui alguns trechos do centro) da Área de Planejamento 1 (AP 1) na divisão administrativa geral do Município do Rio de Janeiro (o qual compõe a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro), conforme a figura 1. No entanto, como as ações de urbanização turística e as práticas de turismo nessa área abrangem alguns trechos desse espaço geográfico, o presente trabalho se limita aos bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo no que concerne à R.A. I e trechos do espaço referente à Praça Mauá e ao Morro da Conceição no que se refere a R.A. II. São estes os locais que de certa maneira houve fomento à prática do turismo por meio da criação, manutenção e conservação de monumentos turísticos e históricos.

Figura 1 - Mapa da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Porto Maravilha¹

Partindo da perspectiva que o turismo se baseia no poder do imaginário e na eleição dos lugares turísticos, compreende-se que “[...] turismo é, por definição, negócio de lugares, de lugares sonhados e imaginados, de lugares habitados e frequentados; ele constitui uma das modalidades inventadas pelo homem para passar de um registro ao outro, isto é, do sonho à

1 Disponível em: < <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha> >. Acesso em 08 de nov de 2018.

realidade” (KNAFOU, 2012, p. 25, tradução livre). Além disso, o referido autor discorre que o turismo também permite a constante reinvenção dos lugares turísticos (KNAFOU, 2012).

Segundo Castro (1999), é ingênuo pensar que um local por si só é turístico. O supracitado autor argumenta que o reconhecimento de um local como turístico “[...] é uma construção cultural, isto é, envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada” (CASTRO, 1999, p.81). Além disso, Castro (1999) relembra que, neste processo de construção do “caráter turístico” de um local, há seleções nas quais alguns elementos são postos em evidência, enquanto outros não. Portanto, torna-se importante considerar o processo histórico dos locais inventados e/ou ressignificados para o turismo a fim de compreender os aspectos socioculturais e socioambientais que possam estar relacionados a atividade turística. Para essa compreensão, a análise das narrativas e imagens do turismo de determinado local torna-se fundamental.

Partindo da perspectiva de reinvenção de lugares, observa-se que atualmente há uma divulgação mais acentuada do turismo na região da zona portuária do município do Rio de Janeiro. Isto ocorre com a invenção e refuncionalização de atrativos históricos, culturais e recreativos nesta região, que são colocados de forma descontínua no espaço, por meio das ações de agentes exógenos e/ou endógenos ao território. Além disso, em decorrência da Operação Urbana Porto Maravilha, nota-se uma valorização do patrimônio arquitetônico e urbano em alguns bairros.

Nesse sentido, considera-se que o processo de turistificação gera processos de territorialização. O presente trabalho baseia-se no conceito de território de Rafestin (1986), que segundo Ferreira (2008, p. 84):

[...] o território é o resultado de uma ação produzida sobre ele. Ao se apropriar de um espaço, mesmo que abstratamente, como, por exemplo, através da representação, é o ator que o territorializa. Certos elementos do território são materiais; outros são imateriais ou simbólicos. Todo território social é um produto do imaginário humano. O território social é uma reprodução do real. (FERREIRA, 2008, p. 84)

Acrescenta-se a essa discussão a perspectiva de Fratucci (2008) sobre a apropriação do espaço para o turismo, na qual o autor considera que isso se dá por meio do que ele denomina Agentes Sociais Produtores do Turismo, composto por “pessoas, grupos sociais, empresas/firmas e instituições” (FRATUCCI, 2008, p. 74). Além disso, o autor destaca que cada agente tem poder para intervir, modificar e influenciar a atividade turística.

Nesse sentido, observa-se que a partir da Operação Urbana Porto Maravilha, parte do território da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro torna-se um espaço de interesse turístico. A “invenção” do turismo nesta região está diretamente relacionada a apropriação do espaço pelos agentes sociais do turismo (FRATUCCI, 2008), nos quais constroem um contínuo processo de territorialização. Nota-se a presença de turistas; de agentes de mercado e do *trade* turístico; do poder público; dos trabalhadores diretos e indiretos; e da população em alguns pontos da área em questão. Todos esses agentes sociais podem ter uma relação direta e/ou indireta com turismo, conforme determinada lógica de apropriação do espaço.

A partir das diversas apropriações do espaço da zona portuária do município do Rio de Janeiro, nota-se a construção do “caráter turístico” (CASTRO, 1999) dessa região ao se perceber sua inserção nos mapas turísticos, oficiais ou não, da cidade do Rio de Janeiro; nos *sites* de turismo; nos guias turísticos; nos roteiros turísticos oferecidos pelas agências de turismo receptivo e pelos guias de turismo.

Além disso, não é todo território que apresenta interesse para a prática do turismo. Isto reporta-se ao que Ferreira (2008) aponta no seu estudo sobre os territórios sociais e reterritorializações na praia do Aventureiro na Ilha Grande-RJ, no qual a autora aponta que a “produção de um território implica a delimitação de fronteiras” (FERREIRA, 2008, p. 86), que se constroem e reconstroem continuamente. Segundo a referida autora, “o território do turismo elege porções do espaço que determinam também mudanças no território da comunidade” (FERREIRA, 2008, p. 86). Sendo assim, percebe-se essa delimitação de fronteiras também nos bairros que são considerados turísticos, onde só alguns atrativos são colocados em evidência, enquanto os demais “permanecem na sombra”, termo utilizado por Castro (1999).

1.1 NARRATIVAS E IMAGENS DO TURISMO

Qualquer imagem de destino turístico, projetada ou promovida pela indústria do turismo local, deve ser a mais próxima possível da realidade do lugar. Dentre os estudos do turismo, há considerável número de estudos sobre a imagem, sobretudo a respeito da imagem dos destinos turísticos. Isso talvez se explique por ser a imagem um dos fatores relevantes na escolha dos consumidores/turistas por determinados destinos. Por isso, existem tantos estudos relacionados ao planejamento de *marketing* e comunicação (COBRA, 2005; KOTLER, BOWEN & MAKENS, 2003; MIDDLETON, CLARKE, 2002).

Já as narrativas são construídas a fim de indicar o que o turista deve ver, visitar e conhecer. Elas são difundidas em função dos interesses dos agentes sociais do turismo, em especial pelo poder público e privado. No entanto, os moradores de um destino turístico, os turistas e os trabalhadores diretos e indiretos do turismo também são agentes que disseminam as narrativas. Nessa perspectiva, no estudo de Pereiro e León (2007) sobre o turismo imaginário de Kuna Yala, os autores afirmam que as imagens e narrativas se constituem como elementos importantes na idealização e elaboração de um produto turístico, e, conseqüentemente, na composição do imaginário turístico. Desta maneira, narrativas e imagens são fatores que interferem na aceitação ou na rejeição de determinado produto turístico.

Soma-se a essa discussão, o debate sobre o turismo e sua relação simbólica na sociedade de consumo. Para tal, pode-se pensar na construção do imaginário turístico e na escolha dos lugares a visitar com base na discussão sobre sociedade de consumo apresentada por Portilho (2005). Nessa discussão a autora constata que a sociedade de consumo pode ser abordada de três maneiras diferentes, dentre as quais, a perspectiva que melhor se relaciona com a sociedade contemporânea é a terceira, definida por ela como “uma sociedade simbólica e de sinais e de significados, enfatizando a construção e fortalecimento das identidades individuais e sociais através da aquisição e uso de bens “[...] principalmente, dos chamados bens intangíveis” (PORTILHO, 2005, p. 104). Nesse sentido, sendo o produto turístico, um bem intangível, o mesmo produz e consome simbolicamente lugares e atrativos turísticos.

Segundo Castro (1999, p. 81), “uma via de acesso ao processo de construção da natureza turística de um local nos é fornecida pelos guias de viagem e folhetos turísticos, que “cristalizam” as narrativas e imagens do turismo em um determinado momento”. Ademais, o referido autor, menciona que o turismo em um local é constantemente negociado. Baseado nesse ponto de vista, percebe-se imagens e narrativas do turismo na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro sendo disseminadas, de forma mais acentuada, a partir da Operação Urbana Porto Maravilha. Desta maneira, constata-se que a “realidade turística” (CASTRO, 1999) dessa área tem sido modificada e negociada.

É importante discorrer que alguns dos objetivos das obras da Operação Urbana Porto Maravilha estão relacionados com os Jogos Olímpicos de 2016, que ocorreram na cidade do

Rio de Janeiro. Cooper *et al* (2007, p. 350) enfatizam que “os eventos são muito utilizados para promover a imagem de um destino”. Assim, as cidades, por meio de seus representantes, almejam e disputam pela realização de eventos e megaeventos.

Nesse contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, percebe-se na reestruturação urbana da área em questão ações que visam transformar esse espaço em um potencial ponto para a prática do turismo, sobretudo por meio da instalação de equipamentos culturais e de entretenimento. Para Cooper *et al* (2007), “uma atração turística é um foco para atividades recreativas e, em parte, educativas, desempenhadas tanto por excursionistas quanto por turistas, e que são frequentemente divididas com a população local” (COOPER *et al*, 2007, p. 346). Após a finalização das obras de reurbanização da fase 1 do Porto Maravilha, observa-se a disposição de atrativos nos quais alguns se tornam “atrações símbolo” (Cooper *et al*, 2007), como é o caso do Museu do Amanhã. Nesse sentido, passa-se a usar a imagem desse museu para divulgar o turismo da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.

3 EVOLUÇÃO DO TURISMO: NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E CONTRA HEGEMÔNICAS

Conforme mencionado nas seções anteriores, atualmente percebe-se a presença do turismo de forma mais significativa em alguns bairros da zona portuária (R.A. I) e em trechos da R.A. II. Parte-se do entendimento de que é necessário considerar a historicidade do território e sua variação conforme contexto histórico e social para entender a atividade turística em determinado local. Desta forma, a fim de analisar o turismo nos referidos espaços geográficos nos últimos anos, recorreu-se a mapas turísticos, guias turísticos e participação em roteiros turísticos pela zona portuária.

Ainda com o intuito de analisar o turismo nos bairros em questão, nas Figuras 2a e 2b apresenta-se um mapa turístico da região antes da execução das obras do Porto Maravilha. A partir dele, pode-se verificar que a zona portuária, sob a ótica do turismo, tinha como função apenas o embarque e desembarque de passageiros de cruzeiros marítimos. Além disso, nota-se a presença do Elevado da Perimetral², uma importante via de circulação à época, e que devido as obras do referido projeto de reestruturação urbana foi derrubada. Além disso, verifica-se que neste mapa não há menção a nenhum atrativo, e conseqüentemente nenhuma imagem é projetada para catalisar visitas de turistas a esses bairros e região.

2 O Elevado da Perimetral, também conhecido como Via Elevada da Perimetral, foi uma via suplementar sobre a Avenida Rodrigues Alves, que ligava os principais entroncamentos rodoviários da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 2a, 2b - Mapa turístico da cidade do Rio de Janeiro antes do Porto Maravilha



Fonte: Rio de Janeiro Aqui³

A fim de se fazer uma análise comparativa entre a situação da referida região retratada nas figuras acima, e a situação da mesma região após a concretização de algumas obras ligadas à Operação Urbana Porto Maravilha, apresenta-se na Figura 3 o mapa turístico oficial da Riotur (2016). Na Figura 3, observa-se, sob o ponto de vista do turismo, uma nova configuração da zona portuária em decorrência da inserção de atrativos turísticos e culturais distribuídos de forma descontínua nesse território. Ainda com base neste mapa, percebe-se que a zona portuária continua desempenhando a função de porto de embarque e desembarque de passageiros de cruzeiros marítimos. Contudo, tendo como base os referenciais teóricos apresentados no presente trabalho, é possível inferir a 'invenção' de uma zona portuária com interesse em fomentar a atividade turística, a partir da construção da imagem turística dessa região.

3 Disponível em: < www.riodejaneiroaqui.com >. Acesso em: 17 jan. 2018.

Figura 3 - Mapa Turístico Oficial da cidade do Rio de Janeiro (Riotur)

Fonte: Mapa distribuição Riotur (2016).

A partir da Figura 3, é possível perceber que a RioTur (2016) elenca apenas alguns pontos de interesse turístico: Cidade do Samba, Aquário Marinho do Rio, Praça Harmonia, Observatório do Valongo, Jardim Suspenso do Valongo, Igreja de São Francisco da Prainha, Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio, Praça Mauá. Já o Aquário Marinho do Rio e a Praça da Harmonia são sinalizados como parada do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Com isso, percebe-se que apenas alguns atrativos turísticos são destacados pela RioTur (2016).

Por meio da análise das revistas do Porto Maravilha, identificou-se a implantação e divulgação midiática de determinados equipamentos turísticos como por exemplo o 'Trio Boulevard' (Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio e o AquaRio). Contudo, apesar da Operação Urbana Porto Maravilha seguir o receituário internacional para o planejamento e execução da reestruturação urbana, a fim de criar um novo polo turístico da cidade do Rio de Janeiro, esta foi surpreendida com o encoberto Cais do Valongo. Esse fato foi decisivo para algumas mudanças no planejamento e na execução das obras nesse local, onde se projetava somente a melhoria da larga Avenida Barão de Tefé, conforme as figuras 4 e 5.

Figura 4 - Perspectiva futura da Avenida Barão de Tefé (Operação Urbana Porto Maravilha).

Fonte: Porto Maravilha⁴.

Figura 5 - Avenida Barão de Tefé após as obras do Porto Maravilha.

Fonte: Porto Maravilha⁵.

Desta maneira, evidenciou-se que mesmo tendo todos os holofotes direcionados para o ‘Trio Boulevard’ como símbolos relacionados à cultura e ao turismo na zona portuária, o Cais do Valongo e da Imperatriz entram em cena, desenterrando não somente objetos e artefatos, mas toda a história da escravidão e da cultura afro-brasileira, desencadeando uma série de questões. Em vista disso, contrariando o planejado, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Figura 6), após várias discussões com o movimento negro (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016), atribuindo visibilidade aos monumentos e locais de memória relacionados à cultura afro-brasileira e a diáspora africana. Conforme Santos (2003), “a memória não é só pensamento, imaginação e construção social, ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente” (SANTOS, 2003, p. 25).

4 Disponível em: < <http://portomaravilha.com.br> >. Acesso em 01 de nov de 2018.

5 Disponível em: < <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4483> >. Acesso em 01 de nov de 2018.

Figura 6 - Mapa do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

Fonte: Site Porto Maravilha⁶

Em função da ascensão do turismo contra hegemônico na zona portuária, a revista *RioTur Official Guide* (2017) dedica uma sessão em seu editorial intitulada Roteiros Zona Portuária, na qual divulga grande parte do patrimônio relacionado a cultura afro-brasileira. Com isso, pode-se pensar em como a narrativa turística contra-hegemônica foi capaz de acrescentar e/ou alterar a narrativa turística hegemônica. Atualmente, há uma oferta de roteiros turísticos por parte de guias de turismo e agências de turismo receptivo, como por exemplo: Tour Raízes Africanas, Tour Pequena África e Herança Africana entre outros.

Portanto, buscou-se levantar algumas questões que permitem perceber de que forma a produção de imagens e narrativas de um lugar turístico estão vinculadas ao processo de turistificação de determinados trechos do espaço. No caso do turismo na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, alguns trechos do espaço geográfico foram implantados equipamentos culturais e de entretenimento com o objetivo de fomentar a prática do turismo apoiado em uma narrativa hegemônica. No entanto, observou-se o 'surgimento' de roteiros turísticos baseados na memória, na história e na cultura afro-brasileira, desencadeando uma narrativa turística contra-hegemônica à da Operação Urbana Porto Maravilha.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se no presente trabalho fazer uma breve análise sobre a construção do caráter turístico da Zona Portuária do município do Rio de Janeiro. Observou-se que a construção e disseminação de narrativas e imagens do turismo nesta região acompanham o processo de turistificação ocorrido sobretudo a partir da Operação Urbana Porto Maravilha. Tal inferência se deu a partir da comparação, mediante análise crítica, entre a figura 2a, 2b e a figura 3.

Além disso, percebeu-se que a narrativa turística hegemônica do projeto Porto Maravilha colocou em evidência apenas alguns pontos de interesse turístico, principalmente o Museu do

6 Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/circuito>>. Acesso em 08 jan. 2018.

Amanhã, Museu de Arte do Rio e o AquaRio. Já no mapa turístico da RioTur (2016), observou-se a divulgação do 'Trio Boulevard' e apenas um patrimônio que tem relação com a história e memória da escravidão. Além disso, causa certo estranhamento o Cais do Valongo e da Imperatriz não está sinalizado no mapa. Diferentemente, o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana coloca em evidência diferentes patrimônios materiais e imateriais relacionados à cultura afro-brasileira. É válido ressaltar que a criação desse circuito se deu em função da 'redescoberta' do Cais do Valongo, devido às obras na Avenida Barão de Tefé.

Por fim, observou-se que de certa forma a narrativa turística contra-hegemônica alterou algumas narrativas turísticas hegemônicas fazendo com que essa área seja atualmente vinculada ao turismo histórico e cultural relacionado à memória da diáspora africana e da herança afro-brasileira. Além disso, como desdobramento da presente análise questiona-se o porquê da RioTur não colocar no mapa que foi distribuído em 2016, o Cais do Valongo e da Imperatriz, assim como outros patrimônios relacionados à cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In Velho, G. (org.), **Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 80-87, 1999.

COBRA, Marcos. **Marketing de Turismo**. Edição compacta. São Paulo: Cobra, 2005.

COOPER, Chis; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebeca. **Turismo: princípios e práticas**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

FERREIA, Helena. Territórios sociais e reterritorializações no Aventureiro: disputas pelo significado e direitos de uso do espaço. In: **O Campo em Debate**.Org.: Bruno, Regina; Secreto, María Verónica; Carneiro, Maria José. Editora Edur Mauad X. 2008.

FERREIRA, Helena; PRADO, Rosane Manhães. **Antropologização do Turismo na Ilha Grande**. Artigo apresentado no XIII CONGRESO DE ANTROPOLOGÍA DE LA FAAEE "Periferias, Fronteras y dialogos", Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha, 2014.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 308 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2008.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. Morpheus: **Revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

KNAFOU, R. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. **Revue de géographie alpine**, tome 79, nº4, p. 11-19, 1991.

_____. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. IN: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, Hucitec, p. 62 - 74, 1996.

_____. Rémy. **Les lieux du Voyage**. Edition Le Cavalier Blue. France, 2012.

KOTLER, P.; BOWEN, J. & MAKENS, J. **Marketing for hospitality and tourism**. 3. ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 2003.

PEREIRO, Xerardo & LEÓN, Cebaldo. **La construcción del lugar turístico: Kuna Yala**. Universidad de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal y de la Universidad de Córdoba, España. 2007.

PINHEIRO, M.; CARNEIRO, S. Revitalização urbana, patrimônio e memórias no Rio de Janeiro: usos e apropriações do Cais do Valongo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57: p.67-86, jan/abr 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0067.pdf>. Acesso em 26 de jun. 2018.

PORTILHO, Fátima. A sociedade de consumo. In: **Sustentabilidade ambiental consumo e cidadania**, SP, Cortez Editora, 2005.

PORTO MARAVILHA. Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). 2018. Disponível em: < <http://portomaravilha.com.br> >. Acesso em 11 mai. 2018.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Lei complementar nº 101, de 23 de nov. de 2009. Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 24 nov. 2009.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **RioTur Official Guide**. Edição especial. Setembro - Outubro 2017.

REVISTA PORTO MARAVILHA. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, n. 1, março, 2010a. Disponível em: < <http://portomaravilha.com.br/uploads/revistas/889fe8276f60e07c13ad126b144f6a05.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

REVISTA PORTO MARAVILHA. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, n. 2, julho, 2010b. Disponível em: < <http://portomaravilha.com.br/uploads/revistas/fe47872e916edf94a3895947c4b7ea5e.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

SANTOS, M. S. Introdução e A construção social da memória. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

RIO DE JANEIRO: ENTRE A PAISAGEM CULTURAL, AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTORNO DOS FOOD TRUCKS

GABRIELA ELIS DA CUNHA

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
gabrielaelisdacunha@yahoo.com.br*

MARIA AMÁLIA OLIVEIRA

*Professora do Programa de Pós Graduação em Memória Social
m_amali@hotmail.com*

RESUMO:

Este ensaio acadêmico se propõe a levantar algumas discussões sobre como a chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de Patrimônio Mundial, na categoria Paisagem Cultural, para o Rio de Janeiro tem sido usada por diferentes grupos para sustentar discursos que geram desde transformações de ordem estrutural até implicações nas relações sociais – principalmente aquelas estabelecidas a partir do processo cultural da alimentação, e dentro destas relações, as que se realizam entorno dos *food trucks* -. Neste sentido, apoia-se na revisão de literatura proposta para delinear parte da atualização das práticas e políticas envolvendo a concepção de planos de patrimonialização. Emprega-se o conceito de *memória coletiva* para buscar compreender as motivações para boa parte dos empreendimentos de comida sob rodas usar o termo “artesanal” em seus cardápios. Não obstante, como este uso dialoga com os conceitos de *tradição* e *costume*, por exemplo.

Palavras-chave: *Food trucks*. Memória. Paisagem cultural. Patrimônio. Rio de Janeiro.

ABSTRACT)

This academic essay discusses how the Rio de Janeiro's seal of World Heritage, from the United Nations Educational, Scientific and Cultural (UNESCO), in the Natural Landscape category, has been used from different social groups as a form to sustain discourses that causes from structural transformations to social relations implications – especially the ones that are established from the cultural process of eating, and within those relations, the ones that take place around *food trucks*-. In this regard, this essay builds on the proposed literature revision to delimit part of the renewal of practices and politics surrounding the conception of patrimonilization plans. It's used the concept of collective memory to try to understand the motivations why a significant part of the food enterprises use the term “artesanal” in their Menus. Nevertheless, how the use of this term dialogues with the concepts of traditions and costume, for example.

Key-words: Food trucks. Memory. Cultural Landscapes. Heritage. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Desde 2002, a cidade do Rio de Janeiro tentava ingressar na Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Com a primeira tentativa de inscrição sem sucesso, um trabalho em conjunto passou a ser desenvolvido entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Ministério do Meio Ambiente, a Associação de Empreendedores Amigos da UNESCO. Governos estaduais e municipais do Rio de Janeiro e parceiros privados e públicos também se somaram ao grupo que criou os Comitês Institucional e Técnico para a elaboração de uma nova candidatura. Em 2012, o dossiê “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” foi apresentado durante a 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em São Petersburgo, Rússia. O documento propôs a candidatura da cidade ao título de Patrimônio Mundial incluída na categoria Paisagem Cultural.

Para tanto, a proposta aceita incluiu o compromisso de preservação de três grandes setores da paisagem cultural, assim divididos: Setor A – A montanha, a floresta e o jardim; Setor B – A entrada da Baía de Guanabara e as bordas d’água; Setor C – A paisagem urbana. A localização foi assim delimitada:

O sítio localiza-se na área sul do município do Rio de Janeiro e na ponta oeste de Niterói, ambos na Região Metropolitana, onde se destaca o Maciço da Tijuca, cujo pico atinge 1.021 m de altitude. É constituído por encostas íngremes, grandes afloramentos rochosos, alguns deles se desenvolvendo até junto ao mar, cobertos por vegetação tropical nativa e reflorestada. Engloba a parte da cidade que cresceu na estreita faixa de planícies aluviais entre a Baía de Guanabara, o Oceano Atlântico e as montanhas, que ao longo do tempo recebeu intervenções paisagísticas excepcionais na sua borda d’água, construídas para a defesa da cidade ou para o lazer da população. (IPHAN, Dossiê RJ, 2012, p. 22).

No que tange este o processo de patrimonialização, Magalhães (2013, p. 10) considera que o título se inseriu num contexto global de “demandas e ampliações dos conceitos de paisagens culturais urbanas”. Já para Malta (2017, p. 91), a chancela advinda em uma nova categoria elevou e renovou os conceitos e a amplitude das políticas urbanas de patrimonialização. Por outro lado, para o autor, ao buscar esse reconhecimento, a cidade praticou uma “estratégia de política de intervenção para o desenvolvimento econômico e para a sustentabilidade urbana e do “ambiente cultural”. E sobre este aspecto, faz-se aqui uma reflexão maior sobre as variáveis patrimônio, memória, turismo e economia.

Como aponta Leite e Caponero (2015), a articulação entre patrimônio e turismo para desenvolver a economia – e outras áreas sociais – se dá no Brasil a partir dos anos 1960, em consonância com o movimento verificado em outros países, como a França. O debate sobre o uso turístico e a autossustentabilidade dos bens tombados se tornou preponderante no país na década de 1980, com as primeiras inscrições na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. E, na esteira destes acontecimentos, emergiram discussões sobre os impactos positivos e negativos da valorização do patrimônio por meio do turismo. Nos anos 1990, a prática registrou crescimento, se tornando um ativo importante. Entretanto, a interação dos turistas com esses espaços nem sempre foi planejada.

No caso do Rio de Janeiro, essa característica ficou evidente no dossiê de candidatura de 2012. Segundo Malta (2017, p. 94), foi só no dossiê “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” que o planejamento envolvendo a paisagem turística carioca foi citado como uma construção ligada às sustentabilidades urbana, cultural e ambiental dos patrimônios históricos. E o olhar para uma “política de sustentabilidade urbana para a proteção dos morros

paisagísticos e do ‘ambiente cultural’ carioca” teria sido determinante para que a candidatura de Paisagem Cultural atendesse aos critérios da UNESCO. Por outro lado, o pesquisador pondera que a candidatura também objetivou a criação de uma nova imagem turística da cidade; uma preocupação antiga demonstrada pelos governos municipal e estadual desde os anos de 1980. A necessidade dessa ressignificação seria motivada, entre outros motivos, pelo exaustivo uso do conceito de “cidade maravilhosa” (grifo meu) para atrair turistas.

Aqui, cabe ressaltar que o reconhecimento de Patrimônio Mundial, na categoria Paisagem Cultural, para o Rio de Janeiro ocorreu em um momento em que a cidade vinha sendo favorecida pela conjuntura política nacional. A capital fluminense foi nomeada para ser sede de uma série de grandes eventos, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Todos esses elementos permitiram que o poder público, em parceria com os setores turísticos e culturais, fizesse intervenções na paisagem patrimonializada e, também, em outros espaços urbanos considerados como estratégicos em outros planos municipais de ação e gestão. Sob esse aspecto, talvez o exemplo mais expressivo seja o caso da Zona Portuária e do corredor turístico formado desde a Praça Mauá até os Armazéns do Porto. O corredor foi concebido a partir da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro¹ – Porto Maravilha –. As obras passaram a ser realizadas em 2009 e promoveram um processo de transformação da paisagem urbana a partir da revitalização de elementos como a Praça Mauá, Armazéns do Porto, prédio do Moinho Fluminense e a implantação do Museu de Arte da Cidade do Rio de Janeiro, Museu do Amanhã e Orla do Conde.

Diante desse escopo de ações – e partindo do pressuposto de o que se quer mostrar ao outro é um ativo muito importante no turismo –, as interações sociais também foram impactadas. No que tange a esta pesquisa, percebeu-se que na esteira de se mostrar ao mundo outros aspectos que não os já conhecidos, a relação com a alimentação sofreu uma etapa de “*gourmetização*” (grifo meu) entre 2014 e 2015. O processo não foi isolado ao Rio de Janeiro, nem causa ou consequência do processo de transformação da cidade, mas se tornou emblemático por ocorrer em paralelo a estas mudanças. A incidência do chamado “raio gourmetizador” levou pratos do cotidiano a serem oferecidos em versão *gourmet* – em alguns casos, realmente, “repaginados” por chefs de cozinha que se tornaram referência para o campo da gastronomia –, por preços mais altos que os estabelecidos até então.

Mas aqui, cabe um registro importante: em paralelo a mudanças no contexto citadino já citadas, no cenário econômico brasileiro, estadual e municipal o mesmo período foi marcado pelo início de uma fase acentuada de desemprego. Tais situações combinadas podem ser algumas das razões para um modelo de negócio ganhar visibilidade a partir de 2015: os *food trucks*.

A popularização dos caminhões de comida sob rodas – objeto de interesse dessa pesquisa – se tornou, na capital fluminense, em um movimento com associação e reconhecimento do poder público municipal. O decreto 40.251 (16 de junho de 2015) definiu os pontos da cidade destinados para a comercialização de alimentos em veículos automotores (comida sobre rodas). Não obstante, foi criada a ACASO (Associação de Comida Artesanal sobre Rodas do Rio de Janeiro)², que divulga atividades para associados, além de orientar quem quer entrar para esse mercado.

1 A Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar 101/2009. Ela tem por finalidade “promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da região por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da Região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região.

2 GUIMARÃES, C. Associação carioca de ‘foodtrunqueiros’ ganha nome oficial. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/associacao-carioca-de-foodtrunqueiros-ganha-nome-oficial-558690.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

PAISAGEM CULTURAL E FOOD TRUCKS: AS RELAÇÕES SOCIAIS

Os *food trucks* passaram a ocupar diferentes pontos na cidade do Rio de Janeiro, inclusive àqueles incluídos na Paisagem Cultural, como o Parque Passeio Público, a Orla de Copacabana e a Lagoa Rodrigo de Freitas. Tão recorrente quanto a presença destes negócios foi a oferta de comidas, em alguma medida, adjetivadas pelo termo “artesanal” (grifo meu). Em grande número, os *food trucks* passaram a enaltecer os itens dos cardápios por meio do termo em múltiplas abordagens: desde o processo de fabricação dos insumos até o modo de preparo dos alimentos.

E, aqui reside a parte central da discussão a qual este projeto se propõe. A intenção é investigar se os *food trucks* usaram e usam o discurso do artesanal para se legitimar no espaço da paisagem cultural patrimonializada. Entender as razões para a escolha desse argumento e as possíveis ressonâncias nos diferentes grupos: entre os cozinheiros e empreendedores; entre o público consumidor; entre os turistas. Não obstante, também há a motivação de saber se este “artesanal” é entendido como um patrimônio e, de modo complementar, se as práticas denominadas artesanal são empregadas numa pretensão de se distanciar das convencionais refeições rápidas e prontas. E se esse posicionamento é influenciado pela própria dinâmica do turismo em promover um olhar para a inovação, algo semelhante ao que Malta (2017) discute sobre a imagem da cidade ante ao projeto de Paisagem Cultural.

Para estas indagações, entende-se como necessário uma observação participante que venha a resultar numa etnografia que permita compreender quais identidades, práticas sociais e redes estão em disputas. Por constituir-se em um objeto de estudo contemporâneo, percebe-se ainda serem poucas as pesquisas acadêmicas que abordam os *food trucks* sob a ótica etnográfica. A maior parte da bibliografia produzida no Brasil promove uma discussão sob o viés econômico ou mercadológico, como podemos verificar em Silva et al. (2016) e Loriato e Pelissari (2017). Além disso, no caso da comida de rua, os eventos de gastronomia são uma oportunidade para moradores locais e turistas compartilharem o mesmo ambiente, interagirem socialmente e vivenciarem novas ou já conhecidas experiências alimentares. Esses movimentos estão relacionados à consolidação da gastronomia de rua como expressão cultural na virada do século XXI. (PÉRTILE, 2013)

Para amparar a composição da metodologia da pesquisa, retom-se aqui algumas discussões conceituais. Uma delas é sobre costume e tradições no contexto da alimentação.

A alimentação é um processo permeado pelas interações culturais e opera o binarismo tradição e futuro. Dito de outro modo: os gostos alimentares de um determinado grupo social estão, comumente, permeados por questões como autenticidade, identidade e patrimonialização. Neste sentido, se pondera sobre os tipos de alimentos consumidos, as diferentes formas de preparação, as combinações aceitas e a quais públicos originalmente se destinam, bem como as versões que sofrem para ser disseminados na sociedade. A perda de qualquer um desses parâmetros é, muitas vezes, vista como uma ameaça. Por outro lado, a própria dinamicidade cultural faz com que as práticas não necessariamente precisem ser feitas do mesmo modo. E, não obstante, impliquem numa perda.

É na literatura de Hobsbawn (1984, p. 9) que vemos essa ideia com mais clareza. O autor lança o olhar para entender como surgiram e se estabeleceram as “tradições” – num contexto de nacionalismo e expansão territorial por meio da ação dos exércitos – e compreendeu que, em essência, toda tradição é o encontro entre práticas “inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas” e que, por vezes, “surgiram de maneira mais difícil de localizar num

período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez”. (HOBSBAWN,1984, p. 9)

Hobsbawn estabelece essa conceituação para mostrar que mesmo práticas sociais de natureza ritual ou simbólica que parecem ser antigas podem, muitas vezes, ser resultado de tradições recentes e, quando não, inventadas. Mesmo assim, tais tradições dependem de regras que vão orientar quais valores e normas de comportamentos vão ser repetidos. São essas regras que proporcionam uma conexão com o passado e permitem uma continuidade sobre como se aplicam as “tradições”.

Aqui, recai uma distinção importante feita pelo autor. É a formalização dessas regras que concede o aspecto de “invariabilidade” às “tradições” (grifos meu), inclusive das inventadas. Esse aspecto é central para a compreensão do que é a “tradição” e o que é “costume”. Os “costumes” permitem mudanças – até certo ponto – mesmo nas sociedades ditas “tradicionais”, cabendo “dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história.” (HOBSBAWN,1984, p. 10)

Logo, a intenção de um produto vendido como *artesanal* no contexto citado parece, num primeiro momento, estar mais próximo do conceito de costume, já que o negócio dos *food trucks* usa preparos repaginados e cocriados pela própria dinâmica atual social estabelecida. Mesmo assim, cabe a pergunta: um modo de preparo artesanal – seja dos insumos ou dos pratos em si – repetido inúmeras vezes não implicaria em uma “tradição”? Apoiado nos conceitos de Hobsbawn, vê-se “qualquer prática social que tenha de ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume”. Mas o autor complementa seu pensamento sobre esta segunda diferença alerta que “na medida em que essas rotinas funcionam melhor quando transformadas em hábito, em procedimentos automáticos ou até mesmo em reflexos, elas necessitam ser imutáveis, o que pode afetar a outra exigência necessária da prática, a capacidade de lidar com situações imprevistas ou originais. (HOBSBAWN, 1984, p. 11)

Tal ideia reforça a perspectiva dos alimentos preparados nos caminhões de comida estarem vinculados à lógica dos “costumes”, já que as convenções são redefinidas ou abandonadas conforme as necessidades. Dito de outro modo: no reconhecimento das dimensões relacionadas ao fazer, os alimentos são ressignificados ao longo do tempo e recriadas coletivamente. Com os costumes atualizados no presente, a partir de uma memória coletiva, ele já não é mais o mesmo ainda que sua base esteja no passado.

Essas ressignificações também podem ser compreendidas pelo olhar de Bourdieu (2006). Ao pensar a essência, em si, das categorias de objetos, o autor pondera que muitas vezes estas são valorizadas sem se perguntar as razões para esse fim. Obviamente, as atribuições estão permeadas pelas disputas dentro dos campos – o quê evidencia, também, a necessidade de se discutir os campos –. Por outro lado, o autor analisa o valor como uma atribuição a partir das relações estabelecidas historicamente e socialmente e não pelos objetos em si.

Sobre isso, também se entende como uma necessidade desta pesquisa pensar a influência do mercado no que é “dito” como costume e as razões que fazem esse discurso repercutir enquanto capital simbólico para os grupos envolvidos. Não obstante, é preciso pensar as construções do capital simbólico do artesanal como disputas de atribuição de valor.

Essa discussão nos aproxima do pensamento de Appadurai (2010). Sobre o fetiche entorno dos objetos, o autor mostra que isso não torna impossível o estabelecimento de vínculos sociais, já que as mercadorias, assim como as pessoas, têm vida social. E a atribuição do valor também é algo social.

Definindo mercadoria como qualquer coisa destinada à troca, seja por meio de permuta ou como troca de presentes, por exemplo, Appadurai defende que as mercadorias representam partilhas de conhecimento muito complexas.

Em primeiro lugar, e grosso modo, tal conhecimento pode ser de dois tipos: o conhecimento (técnico, social, estético) que integra a produção da mercadoria; e o conhecimento que integra a ação de consumir apropriadamente a mercadoria. [...] É claro, essas duas interpretações irão divergir proporcionalmente ao aumento da distância social, espacial e temporal entre produtores e consumidores. (APPADURAI, 2010, p.60)

Sobre isso, Appadurai ainda pondera que inúmeros critérios de produção sustentados dentro das sociedades – como idade, gênero e modos de divisões do trabalho – podem implicar em algum nível de “descontinuidade em sua partilha social”. O autor faz uma ressalva importante:

Problemas que envolvam conhecimento, informação e ignorância não se restringem aos polos de produção e consumo das carreiras das mercadorias, mas caracterizam o próprio processo de circulação e troca. [...] Sempre que há descontinuidades no conhecimento que acompanha o movimento de mercadorias, problemas envolvendo autenticidade e expertise entram em cena. (APPADURAI, 2010, p. 62 e 63)

Esta contextualização pode fazer parecer que há uma finalidade puramente pragmática na prática do artesanal. Mas não se pode esquecer do precedente de continuidade envolto nos costumes. E por esta razão, pode-se levantar a hipótese de que, em algum nível, é preciso acessar um conjunto mínimo de referenciais para reconhecer estes saberes.

Em Halbwachs (1989), vemos que as guias de referenciais são o próprio fato social que é a **memória**. Presente na sociedade e parte de um processo, a memória é resultado de um fenômeno, acima de tudo, coletivo e social. Passível de mudanças e transformações constantes, a memória opera para manter a coesão entre os indivíduos. E isso se verifica pela assistência do outro e da sociedade, ou seja, mesmo que se trate de um acontecimento vivido exclusivamente por uma pessoa, as impressões sobre este fato se apoiam em referências externas, as quais podem ser acessadas até mesmo no enredo de um livro ou no testemunho de outrem. Logo, a memória individual é sempre um ponto de vista sobre um contexto coletivo.

Dessa forma, diz Halbwachs, a rememoração pessoal é um dos aspectos que propicia o que considera como **lembrança**. A lembrança não está condicionada a uma transmissão de códigos linguísticos ou a um conteúdo específico, mas, sim, aos contextos vividos nos grupos sociais e, principalmente, nos **quadros sociais**: que fornecem uma espécie de moldura sobre a sociedade, tais como o tempo, o espaço, a linguagem, a religião, a família, a economia, a justiça. Na base de toda lembrança está o âmago das relações sociais e, também, o que o autor chama de **intuição invisível**: um estado de consciência individual, pois só indivíduo é capaz de lembrar.

Neste sentido proposto, a lembrança é ativa e sempre gera algo novo. Não se trata da história de algo, pois a história compreende acontecimentos que não mais habitam as memórias dos grupos. Dito de outro modo, os indivíduos mantêm pontos de contato com as malhas sociais com as quais estiveram ou estão engajados para a continuidade da memória coletiva. Quando essa identificação já não existe mais, os fatos tornam-se propriedade de ninguém, são compilados, escritos e ensinados nas escolas: viram história. E a história está no passado.

E essa é uma distinção importante, pois, para o autor, o passado é apenas algo reconstituído, não é evocado nem revivido.

Por essas conceituações estabelecidas por Halbwachs, pode-se entender que o importante, neste caso estudado, não é só o conteúdo dos costumes alimentares, mas como eles são acessados: com base na interação nos grupos sociais e nos quadros sociais.

Avançando na discussão, também é preciso se debruçar sobre o binarismo passado e futuro desses costumes alimentares. No que tange a esta análise, muitas vezes, um pensamento estabelecido é que o artesanal subentenderia uma lógica de fazer “como antigamente” (grifo meu). Halbwachs constrói sua visão sobre o tempo e sobre o espaço com base na multiplicidade de memórias de grupos relativamente estáveis. Para ele, a memória se estabelece entre o presente e o passado e fortalece o sentido de coesão, na medida em que é por meio dos referenciais temporais que os grupos identificam continuamente as diferentes lembranças. Acerca do espaço e da relação com as memórias coletivas, Halbwachs diz que as marcas próprias do indivíduo e a dos outros formariam um entorno material. E a aderência do grupo a esse entorno seria justificada pelo sentimento de identidade, entre seus membros, gerado pela padronização do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionado, a fase inicial desta pesquisa não permite apontar ainda conclusões. Porém, o que se coloca de concreto é que, tal como defende Ferreira (2006), novos patrimônios trazem novos desafios e novas formas de compreender a relação do homem com o universo em que se encontra. Nos apropriando do pensamento da autora, pode-se dizer que novos patrimônios mantêm a necessidade de estabelecimento de relações sociais acerca do objeto, ainda que seja pela lógica do consumo turístico de bens culturais. Ou seja, entende-se que o reconhecimento do título de Paisagem Cultural reforça a possibilidade de aproveitar a exuberância natural do conjunto entre terra e mar para que interações sociais se desenvolvam de forma única.

Partindo dessa premissa – e da compreensão dos usos dos *food trucks* dos espaços que se estendem pelas bordas da Baía de Guanabara, como entre a orla de Copacabana e o Parque Passeio Público –, é importante verificar possíveis ressonâncias nos diferentes grupos: entre os cozinheiros e empreendedores; entre o público consumidor; entre os turistas; bem como se este “artesanal” é entendido como um patrimônio.

Outra questão que se coloca, a partir do pensamento de Bourdieu, é sobre como a aproximação de campos diferentes – neste caso estudado do patrimônio e da alimentação – propicia que o conhecimento autodidata adquira menos importância levando a uma distinção e, em alguns casos a uma exclusão, entre quem detém ou não o conhecimento sobre as regras de uso de determinados símbolos – especialmente da alimentação pelo viés artesanal –. Dito de outro jeito: é importante lembrar que muitos negócios parecem atuar com a intenção de serem “salvadores”³ das memórias e dos costumes (grifo meu). Para isso, parecem se valer do uso do termo *artesanal* para explicar suas práticas. Por outro lado, no caso dos *food trucks*, nem sempre é possível estabelecer a origem das memórias gastronômicas das diferentes culturas retratadas. Mesmo assim, há um visível interesse pela presença dos caminhões de comida, vide o sucesso de eventos gastronômicos que reúnem os mesmos.

Logo, a depender do que a observação presente oferecer, abre-se a perspectiva de compreender a relação dos *food trucks* com as dimensões materiais e simbólicas inerentes a múltiplas memórias dos modos denominados de artesanal.

3 BBC. As profissões antigas que voltaram à moda graças aos hipsters. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-40209331>>. Acesso em: 12 out. 2017.

REFERENCIAL TEÓRICO

APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (Org). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008. Introdução e Primeira parte: títulos de nobreza cultural. pp. 09-92.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006

HALBWACHS, M. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

LEITE, Edson; CAPONERO, Maria Cristina. As possíveis articulações entre preservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil a partir dos anos 1960. *Revista Confluências Culturais*. v. 4, n. 1. 2015.

LORIATO, H.N; PELISSARI, A.S. Atributos determinantes na decisão de compra e satisfação dos clientes: um estudo em estabelecimentos que comercializam comida de rua. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, v.11, p. 109-132, jan./abr. 2017.

MAGALHES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/rev15_artigo1.pdf>. Acesso em: 21 de jul. 2018.

MALTA, Elder. Consumindo Paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro. In: *I Seminário Nacional de Sociologia do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe*, 2016.

NITAHARA, Akemi. Iphan instala comitê gestor do patrimônio mundial do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-12/iphan-instala-comite-gestor-do-patrimonio-mundial-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

PERTILE, K. Comida de rua: relações históricas e conceituais. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 5, n. 2, p. 301-310, abr./ jun. 2013.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Relatório de Gestão 2009-2016.

Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20portugu%C3%AAs%2028%20mar%C3%A7o%202011%20RJ.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SILVA, Alberto. SILVA, Alberto. *Porto Maravilha: onde passado e futuro se encontram*. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/22>>. Aceso em: 28 jul. 2018.

PARA TUDO SE ACABAR NA QUARTA-FEIRA?

KARLA FATIMA BARROSO DE SIQUEIRA

*Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Memória Social -UNIRIO
Bolsista CAPES
karlamuseo@gmail.com*

LEILA BEATRIZ RIBEIRO

*Professora do Programa de
Pós-Graduação em Memória Social -UNIRIO
leilaribeiro@unirio.br*

RESUMO

Partindo do pressuposto que o turismo também se constitui de narrativas permeadas de temas identitários, místicos e até mesmo utópicos. Esse trabalho analisa a contribuição do samba-enredo para a construção dessas narrativas compartilhadas sobre a cidade do Rio de Janeiro, nos elementos do seu cotidiano, o carnaval e o diálogo com suas representações culturais. O samba-enredo é um gênero específico do universo das escolas de samba sendo o elemento norteador para a elaboração do desfile carnavalesco. Consiste em letra e música feita para ser cantada e dançada por toda escola simultaneamente. Ele narra episódios, exalta personagens ou a própria agremiação, falam sobre as experiências do cotidiano, dá vida aos fatos ao narrar e contar uma história.

Palavras-chave: Samba-enredo. Memórias. Turismo

ABSTRACT

Starting from the assumption that tourism is also constituted of narratives permeated by identity, mystical and even utopian themes. This work analyzes the contribution of the samba-enredo to the construction of these shared narratives about the city of Rio de Janeiro, in the elements of its daily life, the carnival and the dialogue with its cultural representations. The samba-enredo is a specific genre of the universe of samba schools being the guiding element for the elaboration of the carnival parade. It consists of lyrics and music made to be sung and danced throughout the school simultaneously. He narrates episodes, exalts characters or the community itself, talk about everyday experiences, gives life to the facts when narrating and telling a story.

Key-words: Samba-enredo. Memories. Tourism

INTRODUÇÃO

No cenário do Carnaval carioca existe uma série de atrações ligadas ao festejo, são blocos de rua espontâneos ou não, bailes no interior de clubes ou em coretos montados nas praças, dos mais surpreendentes espetáculos culturais: o desfile carnavalesco das escolas de samba.

Apesar da competição e da imprevisibilidade por diversos fatores externos e internos, anualmente, as escolas de samba se comparam nessa realização, o cortejo possui regras que são conhecidas e reafirmadas consensualmente. Dentro desse rito festivo há um elemento fundamental para sua apresentação, trata-se do samba-enredo; os autores Mussa e Simas (2012) tem a seguinte definição:

Como uma das espécies de samba, o samba-enredo é uma modalidade original pensada para a existência e para o desfile das escolas de samba. O único gênero épico genuinamente brasileiro que nasceu e se desenvolveu espontaneamente, sem ter sofrido a mínima influência de qualquer outra modalidade épica, literária ou musical, nacional ou estrangeira (MUSSA; SIMAS, 2012, p,9).

Esse trabalho pretende analisar a contribuição do samba-enredo como construção de narrativas compartilhadas sobre a cidade do Rio de Janeiro, percebidas nos elementos do seu cotidiano, no carnaval e no diálogo com suas representações culturais.

O samba-enredo está intimamente ligado ao Carnaval e a consolidação do samba e criação das primeiras escolas de samba. Tem na sua procedência a cultura afro-brasileira, foi concebido na passagem do século XIX para o século XX no surgimento de diversas reelaborações culturais. É fruto de uma experiência sociocultural com profunda ligação com os grupos africanos que vieram para o Brasil no comércio do Atlântico Negro.

Nas suas formas musicais e nos seus instrumentos a presença marcante do grupo etnolinguístico denominado *Bantu* (Angola, Moçambique, Zimbábwe, Zâmbia e Congo).

De acordo com Mussa; Simas (2010) e Cabral (2011); o samba-enredo foi estruturado na criação das primeiras escolas de samba de nossa cidade, juntamente com o processo de ocupação urbana estabelecido no Rio de Janeiro com as reformas implementadas pelo então prefeito Pereira Passos. Em seus estudos sobre as escolas de samba, os autores citados revelam que o samba enredo é anterior a criação dos desfiles e, atualmente, é seu fio condutor.

O desfile das escolas de samba acompanhou as transformações da cidade e o Rio de Janeiro é reconhecido destino turístico também devido ao seu Carnaval. A cidade também é pensada como lugar destinado ao ócio, lazer e alegrias e sua relação com a folia carnavalesca.

E a mesma festa que faz parte do turismo da cidade, é ao mesmo tempo, elaborada a partir das representações culturais e memórias de determinados grupos sociais, no samba-enredo circulam ideias que reinterpretem as mais diversas representações socioculturais. Sendo assim, as escolas de samba são compreendidas como lugares de saberes e conhecimentos afro-brasileiros.

Com esses pressupostos abordados, realizamos a seleção de dois sambas-enredo baseados na metodologia de Barbosa (2009) para o trabalho em questão.

Nele, a análise e interpretação do samba é realizada dentro do diálogo com os elementos, códigos culturais e das categorias temáticas do gênero musical que estão presentes no léxico. E atrelados nisso, a proposição de Contursi e Ferro (2000), visando o samba-enredo como construtor de memórias.

Para o trabalho, trataremos dos seguintes sambas-enredo: Domingo – 1977, autoria: Aurinho da Ilha, Ione do Nascimento, Ademar Vinhaes, Waldir da Vala do Grêmio Recreativo Escola de Samba União da Ilha do Governador; e, Incrível, Fantástico e Extraordinário – 1979, autoria: David Correa, Tião Nascimento e J. Rodrigues do Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela.

Ambos os sambas-enredo são conhecidos e possuem as mesmas particularidades, narram aspectos da vida do povo carioca, contribuindo com seu imaginário, quer sejam pela perspectiva do cotidiano, ou inseridos dentro da experiência do rito do carnaval e seus personagens emblemáticos.

O CARNAVAL COMO UM RITO DE PASSAGEM – SEUS ANTECEDENTES

As escolas de samba surgiram no Rio de Janeiro na década de 1920. As origens socioculturais afro-brasileiras do samba são frequentemente apontadas na literatura. Os ranchos carnavalescos são anteriores, nos finais do século XIX, desfilavam também com fantasias e carros alegóricos ao som de marcha e eram organizados pela burguesia urbana carioca. Os blocos carnavalescos eram menos estruturados e seus integrantes eram oriundos das moradias populares, dos morros e dos subúrbios cariocas. O surgimento das escolas de samba desorganizou as distinções desses grupos, desde sempre as escolas aglutinaram e redefiniram as diferenças socioculturais, caracterizando a importância da sua ação mediadora nas diversas camadas da sociedade.

Édison Carneiro (1965) revela da seguinte maneira o surgimento das escolas de samba:

Tendo chegado tarde ao Rio de Janeiro com as atenções populares já monopolizadas pelo rancho, o samba, ao se organizar em escolas – ou seja, quando deixou de ser uma diversão do morro e da favela para percorrer as ruas cariocas -, não se deu ao trabalho de criar para si uma forma especial de cortejo. Desenvolvimento do rancho em sua estrutura processional, somente o samba faz a diferença fundamental entre ranchos e escolas: diferenças de ritmo, de ginga, de evoluções, e demonstração de preferência popular, de número de figurantes. (CARNEIRO, 1965, p.16).

As origens afro-brasileiras do samba são percebidas na musicalidade, na sonoridade dos instrumentos e nas expressões corporais dos elementos da dança que permanecem até os dias atuais.

O ciclo carnavalesco abrange a relação entre as festas e a organização do tempo social, é o período compreendido entre dois carnavais consecutivos, para quem vive o carnaval percebe o tempo em três tempos possíveis: o carnaval, pós-carnaval e pré-carnaval.

Mas afinal, o que é o carnaval?

Tom Jobim e Vinícius de Moraes, na famosa canção: A Felicidade, definem o Carnaval como uma grande ilusão com duração de três dias, terminando na quarta-feira de cinzas e início da quaresma. Nessa música o delineamento do próprio Carnaval na sua principal característica: a insistência da inversão do cotidiano, trabalhamos o ano inteiro para o nosso sustento e sobrevivência, mas também para termos a chance de desfrutarmos o mundo dos sonhos, podendo ser aquilo que quisermos, rei, palhaço ou jardineira.

Além de revelar a tensão entre a tristeza (que não tem fim) e a felicidade sim. Como na relação da felicidade com o Carnaval, ela é fugaz.

Ao falarmos de carnaval, nos referimos também a uma ordem estabelecida pelo calendário cristão e ao mesmo tempo a outra ordem social que se caracteriza pela festa, um festejo que tem como característica a subversão, uma outra ordem rompe com a normatização da vida. É a

festa num sentido amplo: é brincadeira com o tempo, que interrompe seu fluxo por uns poucos dias e retorna renovado.

O tempo é relativo e o tempo na sociedade é narrativo, o gerenciamento do tempo faz com que tenhamos interpretações diferentes.

E esse estado de ser e sentir o carnaval se manifesta de maneira coletiva. As vivências e a memória coletiva são acionadas nessa construção social, nesse sentido o samba-enredo convoca e invoca elementos que proporcionam esse pacto na performance do grupo social. Entendemos a performance como um campo de interseção entre a linguagem e a sociedade.

Neste caso, Richard Bauman (1977) alarga o sentido, pois enxerga a performance como um modo de comunicação que modifica e emoldura os aspectos da linguagem e proporciona a interpretação da mensagem que é falada e como deve ser entendida.

O samba-enredo é construído coletivamente no ambiente das escolas de samba, o próprio tema é decidido entre os membros mais importantes da escola, e os compositores submetem suas obras a apreciação e julgamento de uma comissão perante todos os integrantes da escola que demonstram suas preferências e inclinação a determinados sambas.

A escolha deve ser baseada na obra que melhor desenvolve a relação entre a música e o tema, além da interação e identificação com todos os integrantes. Raramente a autoria é individual. Feito para ser cantado e dançado por todos, ao cantarmos o samba-enredo, narramos uma história, e, também a interpretamos simultaneamente.

Se aproxima da ideia de memória coletiva preconizada por Halbwachs (2006):

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece, porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p.30).

As vivências múltiplas e experiências são compartilhadas num mesmo tempo e espaço, o fato de interagirmos com sujeitos distintos socialmente, abarcam nessas relações laços e rompimentos. E simultaneamente, elaboramos nossa memória, não vivemos sem trocas e circulação de significados.

Com isso, a memória deve ser considerada como uma operação de produção de acontecimentos, e processos, práticas, discursos culturais singulares, permitindo sua transmissão ao longo do tempo.

E no ambiente das escolas de samba devemos levar em consideração formas específicas de transmissão de saberes e conhecimentos que são repassados pela dinâmica específica da oralidade. A herança cultural diz respeito a sobrevivência do convívio social. Logo, tomar parte nos processos culturais significa a possibilidade de tomar e fazer parte na sociedade de seu tempo.

Ressaltamos que o conhecimento coletivo está no cerne fundamental da memória social, é na contextualização cultural entre os indivíduos e seus grupos sociais que refletem as questões identitárias.

Ou seja, nos usos da ideia de memória possibilitam matizes diversos, os indivíduos interpretam, vivem suas realidades, negociam, atuam em seus dramas assimilando os aspectos externos da vida social, se identificam e são também identificados por todos.

A memória coletiva protagoniza o discurso nas letras do samba-enredo, nesse sentido, é elemento importante para compreendermos a construção e reconstrução das identidades dos grupos sociais. Ela também age como um dispositivo capaz de proporcionar nos indivíduos ou nos grupos, o sentimento de 'pertença', assim como ressignificar de acordo com os contextos dos fatos e acontecimentos do passado, não é pura e simples uma reconstituição do passado, mas sim uma reconstrução do presente para o passado.

A identidade é necessária para a formação cultural, os aspectos identitários modelam as representações culturais, é compreendida como algo mutável e transitório que se reconstrói.

É a partir da visão de Hall (2016) que encaramos a ideia de identidade, o autor afirma que:

A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. [...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante de identidades possíveis. (HALL, 2016, p.11).

Nessa proposta formulada pelo autor, entendemos que a identidade muda à medida que o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática.

Se a diáspora traz consigo a ideia de dispersão, contudo devemos considerar as redefinições e elaborações provocadas por esses deslocamentos e desterritorialização. As identidades são afetadas e reorganizadas, é dentro desse processo que observamos o samba-enredo, sua consolidação foi acontecendo aos poucos, sua elaboração está vinculada ao entendimento e manutenção do grupo social que se defronta e se molda na negociação dos acontecimentos.

Portanto, falar de escola de samba é levar em consideração formas específicas de transmissão de saberes, da atualização das tradições e considerar o processo da diáspora, que epistemologicamente é parte da África e da filosofia africana.

Assim, nos elementos narrativos nas letras do samba corroboram as experiências do cotidiano, a permanência das lembranças que são contados por toda a comunidade da escola e que essa visão de mundo está baseada na cultura afro-brasileira. A identidade e a memória se reforçam mutuamente e são reverenciadas na narração, ela também me distingue de outros grupos sociais.

A narrativa implica numa operação de seletividade: certos valores, certas vivências são apropriadas como elementos constitutivos e incorporados na narração.

E conseqüentemente, na observação empírica, a argumentação do turismo está ancorada nos aspectos e símbolos culturais dos lugares, espaços e pessoas, está pautado também na reflexão da identidade. Podemos constatar que nas ações do turismo a mediação entre culturas.

O turismo e suas atividades agregam as manifestações culturais compostas pelo lazer, a recreação, o ócio e a construção de relações socioculturais.

Portanto, os modos de vida, os aspectos identitários que nos definem e nos fazem reconhecidos são amplamente utilizados na imagem e no imaginário social que apropriados pelo turismo constroem suas representações e disseminam as narrativas relacionadas com a vida e o cotidiano dos habitantes da cidade.

O conceito da interculturalidade é amplamente utilizado na relação do turismo e a representação cultural. Ele pode ser compreendido como o contato entre culturas distintas, e as possíveis

trocas que podem ser estabelecidas nos processos relacionais, na comunicação e aprendizagem entre as pessoas e os grupos. São as diferentes formas de agir sobre o mundo, as diferentes formas de pensar, mas que possuem um ponto de contato, no caso específico, usamos como exemplo o próprio desfile das escolas de samba realizado na passarela do samba, também conhecida como o sambódromo, no samba-enredo como potência e reverberação de discursos culturais

A 'ALMA' DO CARIOCA E SUA CIDADE EM DOIS SAMBAS-ENREDO

Alguns sambas-enredo permanecem na memória por sua capacidade de reunir na sua composição circunstâncias de identidade caracterizados na própria letra, e a possibilidade de percorremos o campo destinado aos afetos que amplia nossa percepção como sujeitos expostos a beleza, a renovação e a contextualização social. Nessa operação que comove quem escuta determinados sambas, somos interpelados a uma convivência espontânea que o passado, presente e o futuro se apresentam simultaneamente. É como um tempo suspenso, com esses aportes a presença desses dois sambas que ultrapassam o próprio Carnaval e transcendem como representação cultural.

Dentro dessa percepção do samba-enredo como construtor de memórias e elemento narrativo, Contursi e Ferro (2000) afirmam que a narração acontece a partir da relação de texto e contexto. Com isso é necessário a comparação dos signos e significados nos elementos das letras, sem esquecer a produção social de sentidos.

E Barbosa (2009) chama a atenção para os rastros e vestígios das referências culturais do samba que se apresentam nas próprias letras no seu léxico.

O autor defende que podemos compreender os aspectos narrativos na construção desses elementos do samba. Para ele, a narrativa é induzida pela experiência e que, longe de se constituir um artifício utilizado na própria representação da realidade, a narrativa torna-se possível por estar estruturada em sua experiência originária.

Com esse embasamento que realizamos o levantamento de algumas obras para enfim, chegarmos a escolha de duas que propicie analisamos as narrativas dos sambas-enredo para o trabalho.

Em 1977 a Escola de Samba União da Ilha do Governador levou para a avenida o samba-enredo intitulado Domingo: "Vem amor, vem à janela ver o sol nascer, na sutileza do amanhecer, um lindo dia se anuncia.". Eram seus primeiros versos, um convite para o tão almejado domingo de lazer para os cariocas. E vai prosseguindo: "Veja o despertar da natureza, olha amor quanta beleza, o domingo é de alegria".

Nesse diálogo amoroso a beleza da cidade e a natureza se fundem. Até para o morador da cidade a natureza ainda impressiona. E tem o refrão: "Domingo, colorido pelo sol, as morenas na praia, que gingam no samba e o meu futebol".

O turismo assim como a memória lida com ideias identitárias: morenas, samba, futebol, praia, dias ensolarados. Está tudo bem descrito no samba.

A segunda parte do samba apresenta situações emblemáticas do domingo nessa cidade: "Veleiros que passeiam pelo mar, e as pipas vão bailando pelo ar, e num cenário de tão lindo matiz, o carioca teve um domingo feliz..."

O samba se divide em duas partes o dia e a noite no Rio de Janeiro: “Vai o sol e a lua traz no manto, novas cores mais encanto, a noite é maravilhosa, o povo na boate ou gafieira, esquece da segunda-feira nessa cidade formosa...”

É um samba descritivo sobre o domingo no Rio de Janeiro, o lazer, a diversão, as opções culturais, a cidade possível cantada, desejada e imaginada pelos seus habitantes e os de fora. As belezas naturais que fazem parte da paisagem carioca desde os retratos dos viajantes, na literatura, no cinema, presentes nos cartões postais ou nas experiências vividas estão no samba-enredo.

A narrativa do samba-enredo Domingo é atemporal. É uma crônica sobre o lazer na cidade e transcende o carnaval. Ela aponta algo caro no jeito de ser do carioca, talvez, um jeito que só percebemos nas memórias e lembranças da cidade utópica na permanência desse samba ensolarado, do encontro do seu habitante com um estado de espírito reconhecido como sua própria maneira de encarar a vida.

Foi no ano de 1979 que a Escola de Samba Portela abordou a relação do carioca com o carnaval em: Incrível, Fantástico e Extraordinário.

O samba cantado na primeira pessoa assim se iniciava: “Chegou o carnaval, vou me abraçar com a cidade, eu quero saber só da folia, nesta festa que irradia, sonhos mil e felicidade”.

A integração do carioca com seu ambiente, ele abraça a cidade no carnaval e mostra sua entrega aos festejos, uma das características disseminadas sobre os habitantes do Rio de Janeiro. E continua: “Oh! Quanto esplendor, há palhaços, colombinas, arlequins e pierrôs”. São fantasias tradicionais e demonstram a face luxuosa do carnaval e estão presentes também nas letras das marchas carnavalescas. E vai: “O povo vai viver doce ilusão, se extasiando no jardim da sedução”.

A ideia do carnaval como outro espaço-temporal. A lacuna onde tudo é possível. E no refrão: “O o o o o o, alegria já contagiou, a ordem do rei é brincar, quatro dias sem parar”.

O Carnaval como um pacto ritualístico, já sabemos quando começa e termina, e mais importante, como devemos nos comportar nesses dias de folia.

Para o folião é tempo de alegria quem comanda a cidade é o Rei Momo que durante o carnaval substitui o prefeito, é algo simbólico, a mais pura subversão. Brinca-se o Carnaval o tempo todo da sua duração.

Depois o samba descreve o ciclo do carnaval e o ciclo do cotidiano. O sentido de pertencimento, o jeito especial do carioca e sua ligação com o carnaval o sentido de renovação e renascimento que ocorre dentro desse ritual: “Incrível, fantástico e extraordinário, o talento de um povo, que mantém acesa a chama da tradição, o carioca tem um ‘que’, sabe amar e viver, ao dançar no salão ou no cordão”. Enumerando os atores do carnaval e como ocorre o seu ciclo.

A tradição aqui diz respeito ao próprio Carnaval que persiste pelas qualidades do carioca definidos como um sujeito que ama e vive sua cidade, espera e se prepara para a festa.

“Trabalha de janeiro a janeiro, em fevereiro são três dias na folia, mestre-sala e porta-bandeira riscam o chão de poesia, segura baiana ioiô e iaiá, na quarta-feira tudo vai se acabar”. Termina o Carnaval e retornamos ao cotidiano e assim sucessivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho é uma contribuição ao analisar as narrativas do samba-enredo na composição da memória dos grupos sociais. Isso é percebido no próprio processo de elaboração do samba, todas as suas etapas são moldadas pelo coletivo que apesar desse ambiente festivo, o samba-enredo é escolhido na tensão entre os grupos que almejam que sua história seja a selecionada e cantada por todos.

Nesse contexto, os aspectos identitários são formadores da visão que temos do mundo e daquela que pretendemos ser reconhecidos, por isso a relação do samba-enredo como representação cultural. Ao narramos a história que será contada por todos, a tornamos inteligível e coerente e ao mesmo tempo a interpretamos.

O samba-enredo pode não somente, ser instrumento de reelaboração da memória social e evocar os aspectos identitários como também recuperar determinados aspectos do imaginário do povo carioca e da sua cidade. Nesse sentido, as letras do samba-enredo funcionam como verdadeiras imagens turísticas, pois nas narrativas das suas temáticas, as memórias representadas corroboram com uma das ideias difundidas pelo turismo na associação com a cidade do Rio de Janeiro e do povo carioca.

Na vocação para o lazer e a festa do carnaval, o samba-enredo enaltecem e reforçam as experiências almeçadas e compartilhadas quando imaginamos a cidade como destino turístico e por outro lado, reforçam nossas representações culturais e atualizam as memórias do Rio de Janeiro.

A utopia reverenciada por grande parte de quem nasce, vive, e percebe essa cidade como um convite aos que são de fora para desfrutar essas vivências e convocando os cariocas a reafirmação das suas características identitárias.

O protagonista do samba-enredo que interpretamos nas narrativas é a própria feição carioca na sua percepção do mundo que o cerca personificado num determinado dia da semana. E outra abordagem que fornece pistas de como se deve encarar e aproveitar o carnaval, de maneira didática enumerando o ciclo do carnaval que traduzidos no samba-enredo tem na quarta-feira de cinzas a materialização de um rito que não se encerra. Num sentido mais profundo o Carnaval carioca é festa em sentido amplo e irrestrito, em poucos dias corresponde a um estado peculiar do mundo, é incrível, fantástico e extraordinário.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. **Memória e Novos Patrimônios**. ed. OpenEdition, Saint Hilaire, 2015. P. 67-93

Disponível em: <<http://reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/oep-417.pdf>>
Acesso em: 03 out. 2017.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação**. Formas e transformações da memória cultural. PARTE III Armazenadores. Campinas: Unicamp, 2009. p.367-442.

BARBOSA, Flávio de Aguiar. **Palavra de bamba: estudo léxico-discursivo de pioneiros do samba urbano carioca**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BARBOSA, M. F. **Experiência e Narrativa**: Edufba, Salvador, 2003.

CABRAL, Sérgio. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. 1ª. ed. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2011.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de. **Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006

CAVALCANTI, Maria Laura. **O rito e o tempo: ensaios sobre o Carnaval**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CONTURSI, M.E.; FERRO, Fabíola. **La narración**. Usos y teorías. Norma. Bogotá, 2000.

GALERIA DO SAMBA. Disponível em: < <http://www.galeriadosamba.com.br/V41/> > Acesso em 30 de ago. de 2018.

GANCHO, C. V. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. RIO DE JANEIRO: LAMPARINA, 2015.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da História Social do Samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GT: 23 - Ética e Justiça

Coordenadores: Mauro Cardoso Simões e
Marcos Alexandre Alves

PALACETE VISCONDE DA PALMEIRA: TESTEMUNHO MATERIAL DA SOCIABILIDADE PINDAMONHANGABENSE

BRENDA LAISA MORAIS

Mestranda do PPGHS/UNIFESP

laisabrenda2@gmail.com

ANDRÉ LUIS DE SOUZA ALVARENGA

Mestrando do PPGMS/UNIRIO

prof.andre1305@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo expor a trajetória histórica do Palacete Visconde da Palmeira, importante símbolo do período áureo do café para a cidade vale-paraibana de Pindamonhangaba, e atualmente Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina. Tendo como fonte os artefatos materiais presentes nas mostras do atual Museu Histórico e Pedagógico, buscamos pensar os diferentes aspectos sociais pelos quais este lugar de memória “testemunhou” ao longo da história pindamonhangabense.

Palavras-chave: Palacete Visconde da Palmeira. Pindamonhangaba. História Cultural.

ABSTRACT:

This article purpose to expose the historical trajectory of the Palace Visconde da Palmeira, an important symbol of the golden period of the coffee for the city Pindamonhangaba and currently the Historical and Pedagogical Museum Dom Pedro I and Dona Leopoldina, located in the region of Paraíba's Valley. Having as a source the material artifacts present in the exhibits of the current Historical and Pedagogical Museum, we sought to think about the different social aspects that this place of memory “witnessed” throughout Pindamonhangaba's history.

Keywords: Visconde da Palmeira Palace. Pindamonhangaba. Cultural History.

INTRODUÇÃO

Construído entre os anos de 1850 e 1864, o Palacete Visconde da Palmeira, edificado no centro da cidade de Pindamonhangaba, interior do Vale do Paraíba paulista, é um monumento simbólico que atesta todo o apogeu e riqueza que passaram pela cidade durante o período cafeeiro. Erigido para ser o coroamento da fortuna acumulada pelo Capitão Antônio da Silva Salgado, posteriormente outorgado com o título de Visconde da Palmeira, o Palacete fora ícone da metamorfose urbana elaborada pela elite cafeeira da cidade pautada nos ideais de progresso disseminados pela Corte Portuguesa, instalada no Rio de Janeiro desde 1808, que visava modernizar a malha urbanística com o intuito de apagar os resquícios do período colonial. Neste sentido, o Palacete Visconde da Palmeira configura-se como um imprescindível local de memória e de identidade para a cidade de Pindamonhangaba (FIGURA 1).



Figura 1: Palacete Visconde da Palmeira. Foto disponível em www.saopauloantiga.com.br.

Por meio da análise do Palacete Visconde da Palmeira, é possível mapear as diferentes metamorfoses sociais vivenciadas pela cidade de Pindamonhangaba ao longo de sua história de mais de um século e meio. Sendo adaptado aos imperativos dos novos tempos, foram muitas as mudanças pelas quais esse conjunto arquitetônico, construído no auge do café, sofreu para continuar sendo uma das principais referências para Pindamonhangaba. Podemos citar suas diversas facetas ao longo do tempo: moradia; escola; hospital; museu pedagógico. Para Lemos (1981), neste sentido, o monumento urbano, no caso, o Palacete, deve ser visto como um artefato histórico “que pulsa”.

O Palacete é um dos exemplos de como se sucedeu e “pulso” a sociabilidade pindamonhangabense no período do cafeeiro atrelado ao insurgente modo de vida burguês da época. O aspecto material da malha urbanística e da ideologia contida nesta encruzilhada histórica promove a metamorfose das moradias de aparência austera para uma aparência requintada e ostentadora. Neste sentido reside o valor da mobília e do crescente antagonismo entre locais públicos e privados desses locais. Consagrado pela historiografia tradicional da cidade, o Palacete está ligado a uma memória específica da cidade, cunhada pelas elites. Portanto, buscamos confrontar os vínculos entre a memória e a identidade presentes na historiografia oficial da cidade. A pergunta que nos move: que sociabilidade o Palacete Visconde da Palmeira testemunhou na cidade de Pindamonhangaba?

Entendemos que a malha arquitetônica de uma cidade guarda em si referências à identidade daqueles que a habitam. Para Halbwachs (1990), objetos materiais e arquitetônicos de um local recordam sua memória: “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Desta forma, podemos projetar que a permanência de determinada materialidade na malha urbanística reafirma e legitima uma memória de determinados grupos sociais em detrimento

de outros. Levando-nos a refletir sobre a ideologia contida em uma malha urbanística, Rossi (2001) afirma que a cidade é uma depositaria de histórias conflituosas: “quando um grupo é inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, mas, ao mesmo tempo, dobra-se e adapta-se a coisas materiais que resistem a ele”. De acordo com Elias (2011), todo o requinte expresso na materialidade da época vai ao encontro da batalha do processo civilizatório outorgado pelas elites. Neste sentido, o Palacete demonstra como uma cidade interiorana do Vale do Paraíba paulista absorve e ressignifica os postulados civilizatórios que a modernidade europeia trouxe de forma conflitiosa. Para que estes postulados se tornem perceptíveis ao leitor, o artigo se desenvolve cronologicamente do presente para o passado, elencando sempre que possível, como a sociabilidade pindamonhangabense incidiu sobre o Palacete Visconde da Palmeira.

A PROBLEMÁTICA DOS MUSEUS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS

Por meio do Decreto Estadual nº 30.324, de 10 de dezembro de 1957, assinada pelo governador Jânio Quadros, foi efetivada a criação do Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina nas dependências do Palacete Visconde da Palmeira, em Pindamonhangaba. A criação dos Museus Históricos e Pedagógicos (MHP) foi uma ação do governo estadual durante o período de 1956 e 1973, e posteriormente municipalizados a partir da década de 1990. Sobre estas ações, Misan (2008) coloca que “a implantação desses museus correspondeu plenamente às aspirações da sociedade de uma época, ao mesmo tempo em que evidencia a lógica da idealização” da sociedade paulista, totalizando 74 projetos de MPH em todo o Estado paulista. Compreender este paradigma é fundamental para entender o sentido que os MHP procuravam assumir, como o de “preservar a história da cidade e do patrono”, permitindo ao poder estadual afirmar-se no campo da cultura e da educação, principalmente nas cidades do interior. Seguindo a perspectiva de Misan,

[...] o governo estadual pôde priorizar um determinado ponto de vista sobre a história do estado [...]. Com base nisso, pode-se dizer que esta foi uma das estratégias [...] usada pelo poder público estadual para subsidiar e garantir sua supremacia em campos como o da Cultura.

A premissa de Misan se torna evidente nos anos em que as principais salas do MHP Dom Pedro I e Dona Leopoldina se destinavam a exposição das medalhas, quadros, e prêmios do Governador Geraldo Alckmin, um dos “filhos ilustres” da cidade.

Na frente desse projeto museológico, Vinício Stain, membro do Instituto Histórico-Geográfico estadual na época, colocou como modelos o Museu Nacional (1818) e o Museu Imperial (1943), sediados em antigas moradias no Estado do Rio de Janeiro. Para que isso também fosse transposto para São Paulo, Stain agiu em conjunto com o CONDEPHAAT, visando tombamento dos edifícios, principalmente casas históricas, com relevância para a história oficial paulista. Segundo Misan (2008), devido à falta de mão de obra especializada para os recém criados museus, Stain realizou uma série de mini-cursos visando a capacitação de professores, funcionários públicos e estudantes.

Entretanto, na prática, como nos mostra Ávila (2014), percebeu-se que estes museus possuíam maior representatividade quando utilizados pela comunidade visando a sua própria cultura e identidade, uma vez que estes espaços passaram a ser incorporados pela comunidade local. No sentido de fazer com que isso fosse mais viável, ou se livrando dos fardos econômicos e administrativos, houve a transferência legal da tutela dos bens e doação do edifício aos municípios, que receberam os encargos administrativos e financeiros, além da tarefa de zelar pelo bem público. Isso ocorreu por meio do Decreto Nº 24.634 de 13 de janeiro de 1986, que

criou o sistema de Museus do Estado de São Paulo, incumbido da organização do processo de municipalização dos museus. Ávila (2014) analisa minuciosamente este processo e mostra como isso fez com que alguns museus perdessem parte de seus funcionários especializados e financiamentos, como é o caso do MHP de Pindamonhangaba, uma das cidades analisadas em sua obra.

Vale ressaltar a descrição de Vinício Stain sobre o MHP pindamonhangabense, transcrito por Ávila (2014), onde podemos observar qual era a sua perspectiva sobre a história que deveria ser lembrada pela cidade, aquela ligada ao bandeirantismo da história oficial:

Pindamonhangaba é sob o ponto de vista estritamente histórico, uma das mais importantes cidades do Vale do Paraíba. É a formosa terra do padre Faria, de Antônio Bicudo Leme, de Braz Esteves Leme, do Barão Homem de Mello, conserva na sua paisagem urbana magníficos monumentos que resistiram à injúria do tempo e ao desinteresse das gerações, para trazer até nós nas suas mensagens cheias de ensinamento e verdade, a palavra eloqüente desses tempos idos, sobretudo dos períodos mais ilustres da cidade, procuramos preservar através da proteção do tombamento o solar do barão de Lessa, o admirável Palacete “10 de Julho” e a Igreja que recolheu os restos mortais dos componentes da Guarda de Honra do príncipe, que o acompanharam a São Paulo e Santos e presenciaram o Grito da independência no Ipiranga.

Assim, durante o período de tramitação legal do processo para a abertura do MHP, o Palacete Visconde da Palmeira foi amplamente utilizado para abrigar grupos escolares até a década de 1960. Após isso, fora fechado para obras no ano de 1969, quando foi oficialmente tombado pelo CONDEPHAAT, e somente reaberto no ano de 2008 para mostras. Durante todo este período o edifício passou por diversas modificações que visavam adaptá-lo as suas novas funções, o que, obviamente, levou a perder algumas características originais (FIGURA 2).



Figura 2: Parte de um afresco original preservado. Acervo da autora.

Seus atuais cristais e madeiramento são apenas uma imitação daquilo que um dia a Princesa Isabel e o Conde D’Eu viram ao passar pelo Palacete do Visconde da Palmeira, em 1868. Agora vamos nos valer do acervo contido no próprio MHP estudado, que tem a função de relatar uma história sobre si mesmo e dar seu testemunho sobre as metamorfoses sociais de Pindamonhangaba.

FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA DO SÍMBOLO DA RIQUEZA E DO PROGRESSO

Andando através de seus cômodos, podemos reconstruir um pouco mais da história do Palacete Visconde da Palmeira, e ir tecendo pouco a pouco o testemunho do edifício. Por isso, neste tópico, iremos abordar a sociabilidade pindamonhangabense que se sucedeu durante os anos de 1913 a 1951, período que compreende a saída da família do Visconde da Palmeira até o

seu cumprimento como Museu Histórico e Pedagógico da cidade. Nestes quase quarenta anos, o edifício passou por inúmeras transformações físicas, como também em sua importância simbólica.

A partir de 1913, o Palacete foi cedido para a Escola de Pharmacia e Odontologia de Pindamonhangaba, sendo vendido oficialmente no ano de 1923, quando o inventário do Barão de Lessa, genro do Capitão Antônio Silva Salgado e seu último morador, foi finalizado. O Museu guarda ainda amplo acervo deste período, estando à mostra para os visitantes os utensílios usados pelos alunos: materiais farmacológicos, cadeiras de atendimento dos dentistas entre outros instrumentos, etc. Na sala destinada a esta mostra, iremos enfatizar nosso interesse sobre alguns documentos legais e fotos de formandos, que podem nos ajudar a compreender o funcionamento desta escola dentro do Palacete. As fotos expostas nos permitem perceber a quantidade de mulheres que se formaram no período (FIGURA 3).



Figura 3: Turma de Pharmacolandos da década de 1920. Acervo da autora.

Os demais documentos expostos nesta mostra nos revelam uma disputa judicial entre a escola e o município. Segundo o documento redigido por José Arnaldo Marcondes Machado, secretário da Prefeitura e da Câmara Municipal da época, notifica que segundo as leis vigentes, o Presidente da Câmara e o Prefeito tinham autorização para interferirem nos assuntos legais e administrativos da Escola. De outro lado, o diretor da escola, junto com os demais funcionários, “bate as portas deste Tribunal para, mais uma vez, pedir justiça certa de que tantos e tais foram as violências de que foi vítima [...]”, retomando uma lei que lhes conferia autonomia administrativas, econômica e didática, assinada em 4 de agosto de 1913. Visando resolver este impasse, é criada uma comissão mista, eleita por voto, para decidir sobre as decisões legais. Este impasse nos mostra como era tênue a linha entre os poderes públicos e privados que regiam a instituição. Corrêa (1998), estudando a Escola de Odontologia de Araraquara, que possui fundação semelhante, demonstra que, como outras escolas da época,

[...] seus objetivos iniciais estiveram ligados à formação do profissional, do farmacêutico e do dentista. Logo, passou a sofrer o estigma, que recaiu sobre outras instituições congêneres, de uma escola voltada unicamente para a formação de profissionais, isolada, isto é, sem o respaldo de uma universidade. [...] destinada, portanto, a uma vida efêmera.

Como Araraquara também é uma cidade que se modificou sob os lucros da cafeicultura, podemos inferir que os ideais civilizatórios do progresso ostentados pelas elites, ao se fundar escolas como estas, estavam presentes no imaginário de ambas as cidades. Outra foto da época (FIGURA 4) nos leva a um período de maior significado para a cidade e para o edifício. É o ano de 1932 e a Escola de Pharmacia e Odontologia tem suas aulas suspensas para ceder o local ao Hospital de Sangue, que cuidou dos chamados “bravos e corajosos” paulistas

constitucionalistas. Esta parte da história tem grande destaque na mostra do MHP hoje, contando com diversas peças, cada qual, aludindo à memória bandeirantista paulista.



Figura 4: Médicos do hospital de sangue durante o movimento constitucionalista de 1932. Acervo da autora.

Dentre todo o mostruário sobre o conflito de 1932, é interessante notar o jogo de quarto exposto. Foi ele pertencente ao General Júlio Marcondes Salgado. Nascido em 1890, se alistou nas fileiras da Força Pública no início do século XX, galgando títulos rapidamente. Quando da passagem do Rei Alberto da Bélgica, em 1920, foi condecorado com o diploma da Cruz de Cavaleiro da ordem de Leopoldo II. Fazendo um parêntese, é interessante lembrar que anos atrás ocorreu no Palacete à mostra “Pindamonhangaba em fotos antigas”, e uma das fotos expostas demonstrava os pindamonhangabenses prestigiando o monarca belga, quando este passou pela cidade de trem. Tal foto é notável porque todos os cidadãos estavam com seus melhores trajes, todos com chapéu e nenhum sapato no pé.

Piorino Filho (2014), um dos atuais memorialistas da cidade que saúdam a memória do General Júlio Salgado, morto dias depois do início dos conflitos. Júlio Salgado faleceu em um campo de teste, onde os paulistas organizavam a montagem de novas armas, sobre a direção de Roberto Simonsen, estando presente no momento da tragédia Bertoldo Klinger, um dos ilustres generais do movimento de 1932, tendo ferimentos leves. A condecoração de Júlio Salgado como general foi *post-mortem*, e a memória que dele ficou, Piorino relata em um jornal eletrônico Portal R3:

Júlio Marcondes Salgado, predestinadamente, estava designado para ser um dos guias dos ideais do povo paulista na campanha patriótica de reconduzir a nação ao regime constitucional. [...] Mas a fatalidade o alcançou ao dia 23 daquele mês e, num gesto inopinado, roubou a vida daquele notável chefe, vítima da explosão de uma granada [...].

É nítido o ato de colocar Pindamonhangaba, e o Palacete, como componentes importantes do movimento constitucionalista de 1932, e este, por sua vez, oriundo da epopéia paulista que se iniciou com as bandeiras. No entanto, tal ato se esquecia de que essa luta se caracterizava, também, pela volta do poderio das elites agrárias paulistas na política brasileira.

Grande parte do Vale do Paraíba participou ativamente dos combates com as tropas federais enviadas por Getúlio Vargas. Devido à sua proximidade com o Rio de Janeiro, a Serra da Mantiqueira foi palco de batalhas sangrentas, trincheiras, bombardeamentos aéreos, e até mesmo do “Fantasma da Morte” (FIGURA 5), trem blindado construído para defender os paulistas no túnel da Estrada de Ferro Central do Brasil, próximo a cidade de Cruzeiro.

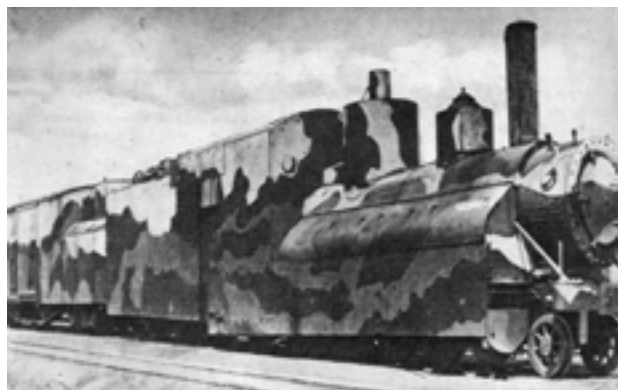


Figura 5: Fantasma da Morte. Disponível em www.orgulhodeserpaulista.blogspot.com.

Passado os conflitos constitucionalistas, a Escola de Pharmacia e Odontologia acabou cedendo o Palacete à Santa Casa de Misericórdia da cidade, consolidada pelos interesses do Visconde da Palmeira nas décadas passadas. Logo em seguida, a Santa Casa acabou passando o Palacete para a Prefeitura de Pindamonhangaba sob a cláusula de que o prédio fosse doado ao Governo do Estado, período que duraria de 1950 a 1987. Durante a tramitação legal para a abertura do MHP, mais precisamente entre 1931 a 1960, o Palacete foi local de diversos grupos escolares. Destacaremos aqui apenas aquele que leva o nome do célebre maestro João Gomes de Araujo, que compôs diversas óperas mundialmente conhecidas na época do Império.

TERRAS DAS PALMEIRAS IMPERIAIS

Por fim, falta relatar os sessenta anos em que os descendentes do Visconde da Palmeira fizeram do Palacete sua moradia. Para trazer à tona e lembrança desta época, nos apoiamos nos estudos de Marcondes (2000), descendente da família que, através de arquivos pessoais, memórias e objetos dos familiares, conseguiu reunir dados mais consistentes.

Antônio Salgado Silva, que fora nomeado Visconde da Palmeira, se firmou como o dono da maior riqueza na cidade de sua época, e seu Palacete símbolo toda a sua trajetória. Sua fortuna foi oriunda das inúmeras fazendas que foi incorporando às suas *plantation*. De acordo com Marcondes (2000), o Visconde nasceu em 1805, e por meio da união de sua herança com a de sua esposa, Maria Marcondes Salgado, deu início a um dos maiores latifúndios da cidade, obtendo ao longo da vida “mais de 20 propriedades rurais, maiores ou menores que iriam tecendo a formação de uma grande área contínua com milhares de pés de café”. Seu primeiro título oficial foi o de capitão, oriundo de sua participação na Guerra do Paraguai, realizada entre os anos de 1864 e 1870.

Na esteira dos relatos de Marcondes (2000), é possível notar os laços entre aqueles que serão da elite do período áureo do café sendo firmados. É a partir das terras localizadas em Pouso Frio, localidade situada em Pindamonhangaba, que Antônio Salgado Filho expandiu seus cafezais, local onde também edificou a fazenda das Palmeiras. O mestre português recém-chegado na cidade, Francisco Antônio Pereira de Carvalho, que posteriormente edificou o Palacete, é chamado para trabalhar nas obras da fazenda. Segundo a descrição dos membros da família entrevistados por Marcondes (2000) a respeito da arquitetura de sua moradia rural:

Do lado norte, dezenove janelas que recebiam sol durante todo ano, se abriam para o lado produtivo; o grande terreiro de café cercado pelos três lados pelas construções de apoio [...]. Pelo lado oposto, com pouco sol, outras tantas janelas dos cômodos mais reservados como dormitórios, sala de jantar e escritório, abriam-se para jardim e o pomar, encrustados já próximos a uma grotta fresca de onde brotava a nascente de água para casa.

Na ostentação de sua riqueza, e no requinte de sua moradia rural, cita Marcondes (2000), é perceptível que a equivalência com a arquitetura eclética do Palacete. Com tamanha fortuna, vale lembrar, que o Capitão Salgado se tornou o maior possuidor de escravos da cidade, num total de 177, enquanto o seu genro, o Barão de Lessa, e herdeiro do Palacete, possuiu 150, seguido pelos barões de Romeiro e Itapeva com 85 e 72 escravos, respectivamente. Tal quantia pode parecer irrisória, mas quando se comparada aos 3000 escravos que constavam na cidade em 1876, podemos compreender o tamanho do prestígio que tal personalidade possuía.

Sua filha mais velha casou-se com Manuel Marcondes de Moura Costa, advogado e filho de fazendeiros de taubateanos. A aliança firmada pelo sogro e seu genro foi de grande importância política, sendo Moura Costa vereador e presidente da Câmara por três vezes consecutivas, além de Vice-Presidente da Província e Presidente em 1881 e 1882. É esse um exemplo da afirmação da sociabilidade das elites forjada entre Pindamonhangaba e a capital da província. Além disso, essas redes de sociabilidade continuaram pela compra da Fazenda Goiabal por 5:000\$000, do Alferes José de Godoy Moreira e Costa, onde se estabelece seu filho João Antonio Salgado Filho, por volta de 1874. Cabendo a segunda filha casar-se com o tio, Inácio Bicudo de Siqueira Salgado, futuro Barão de Itapeva, e a última terceira filha, Antônia Salgado Silva, com Eloy Bicudo Varella Lessa, o Barão de Lessa, seu primo.

Dentro de uma rede de sociabilidade que congregava os maiores produtores de café do município, todos anexados a sua família por laços matrimoniais, o Capitão Salgado se firmou como o maior produtor pindamonhangabense e a obra do seu Palacete, no centro da cidade, marca toda a sua importância. Sendo, conseqüentemente, agraciado pelo título de Barão da Palmeira, e posteriormente, de Visconde, pela sua majestade, Dom Pedro II, pelos atos desenvolvidos em prol do Império Brasileiro.

O Palacete, assim, se tornou local de destaque na cidade, dos melhores bailes e festas, como atesta as crônicas escritas pelo viajante português Emílio Zaluar em sua passagem pela província, durante a segunda metade do século XIX. No entanto, foi com a inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II que a casa foi mais prestigiada, chegando a receber a visita do próprio Imperador. Segundo publicou o Jornal Diário do Norte, no ano de 1877:

[...] Chegam a esta cidade às 6 horas da tarde do dia 10 do corrente hospedando-se no Palacete do Exmo. Sr. Visconde de Pindamonhangaba, que lhe fez uma brilhante e esplêndida recepção. [...] saíu a passeio pela cidade acompanhado pelas pessoas de sua comitiva [...] onde admirou o Rio Parayba [...] as 9 e meia embarcaram [...] e todas as pessoas que o acompanhavam ao trem especial com destino a São Paulo.

A notícia é complementada pelo Jornal O Estado de São Paulo:

À noite no rico palacete do Sr. Barão da Palmeira, teve lugar o baile, oferecido pela comissão de festejos à diretoria, superintendentes e engenheiros da Cia. esteve esplêndido! A riqueza, o luxo, o cavalheirismo, a afabilidade e o gosto davam naquela reunião numerosíssima, a medida do adiantamento da população de Pinda. O Palacete se ostentava luxuoso e as senhoras apresentavam *toilettes* de muito custo e bom gosto. Os cavaleiros à corte imprimiam à reunião a feição de um baile nas grandes capitais [...] Só às cinco horas da manhã termina aquela festa que definiu perfeitamente o progresso, a civilização e a riqueza de Pindamonhangaba.

Além de seus suntuosos festejos, o Palacete contava com uma mobília requintada e paredes com os mais belos desenhos que, infelizmente, se perderam durante suas reformas. Contava, também, com sala de música, de baile e jardins com espelho d'água. E, tudo o mais que fosse necessário para conferir aos seus moradores um *status* de superioridade. Por isso, além de

investir somente em suas propriedades, era comum que o baronato pindamonhangabense investisse igualmente nos melhoramentos civilizatórios da época para a malha urbanística.

Estudando a malha urbanística da época, D'Elboux (2006), focou em demonstrar como a utilização da palmeira imperial foi um “elemento paisagístico representativo daquele momento, um signo do próprio império”, amplamente utilizada nas cidades do Vale do Paraíba e na Corte, no Rio de Janeiro. Esse elemento fora, também, símbolo da casa de Antônio Salgado. Desse modo, D'Elboux afirma que o baronato influenciou o *modus operandi* público e privado, financiando melhorias na infraestrutura das urbes que apagassem os resquícios da vida colonial pindamonhangabense, “agindo na propagação do novo gosto europeizado vindo da corte ou diretamente da Europa”.

RESULTADOS FINAIS

O Palacete Visconde da Palmeira, construído no auge do café, foi e continua sendo um testemunho material de uma sociabilidade que coloca em destaque uma memória específica em detrimento de inúmeras outras na cidade de Pindamonhangaba. Em miúdos, o Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina, no qual é instalado no Palacete, permanece cumprindo sua função determinada pelo Governo Estadual em meados do século passado, abrigando e protegendo a historiografia tradicional. À sombra dos resultados do artigo, gostaríamos de relatar outro adendo. O Palacete, atual MHP, há alguns anos, recebeu a mostra de bustos de argila, que retratavam arquétipos da sociedade colonial (FIGURA 6). Havia índios, bandeirantes, membros da corte, mulheres de diversas classes, funcionários públicos e, sobretudo, escravos. Visando realizar uma mostra que colocava o visitante em contato com essa época, o MHP resolveu ambientar estes bustos, colocando os bandeirantes junto com suas tralhas, os índios com seus apetrechos, e os negros foram enviados de volta para a senzala, do porão do edifício, colocados ao lado do tronco, das correntes e dos demais instrumentos de tortura que se encontravam preservados.



Figura 6: Esculturas de argila de escravos localizados no porão do Museu Histórico e Pedagógico de Pindamonhangaba. Acervo da autora.

Uma mídia independente denominada “O Puri” publicou em seus panfletos, que era sinal claro da desigualdade racial que ainda imperava na cidade, relegando o negro sempre aos locais insalubres. Fica o questionamento: a senzala não é um local essencial para se refletir sobre o nosso passado? Este é mais um exemplo de como o Palacete é um dos locais de memórias de identidade de Pindamonhangabense, sendo essencial até mesmo para a continuidade dos debates sociais. Como coloca Nora (1993), um “[...] lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade [...] mas constantemente aberto” sobre inúmeras perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, W. B. A. *Pindamonhangaba: Tempo e Face*. Aparecida: Ed. Santuário, 1977.
- ÁVILA, A. C. X. *Museus Históricos no século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2014.
- CORRÊA, A. M. M. *Para preparar a mocidade... Fragmentos de memória na história da Faculdade de Odontologia de Araraquara. 1923-1976*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- D'ELBOUX, R. M. M. *Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo*. Anais do Museu Paulista. V. 14, N. 2, jun-dez. 2006.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEMONS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- MARCONDES, J. M. P. *O Visconde e a cidade imperial*. Pindamonhangaba, São Paulo: JAC, 2000.
- MARCONDES, José Athayde. *Pindamonhangaba: através de dois e meio século*. São Paulo: Typografia Paulista, 1922.
- MARCONDES, José Maurício Puppio. *Uma breve história da Vila Real de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba*. Pindamonhangaba: Ed. Do Autor, 2012.
- MISAN, Simona. *Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, V. 16, N. 2, jul-dez, 2008.
- NORRA, Nora. *Entre memória e história, a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, V. 10, dez. 1993.
- REALE, Ebe. *Pindamonhangaba: cidade do Segundo Reinado*. Revista de História da USP, São Paulo, Nº 83, p. 137-174, set. 1970.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JORNAIS ELETRÔNICOS

- CARVALHO, A. F. *Pindamonhangaba: Origem e Emancipação*. Jornal Tribuna do Norte, Ano 133, Ed. 8.931, 06 de Julho de 2017. Disponível em: <http://jornaltribunadonorte.net/wp-content/uploads/2017/07/EDI%C3%87%C3%83O-8931-DE-6-DE-JULHO-DE-2017.pdf>. Acesso em 30 de Junho de 2018.
- DELLA ROSI, R. *A frente do vale do Paraíba na revolução de 1932*. Jornal O Lince. Disponível em: <http://www.jornalolince.com.br/2010/arquivos/panopticum-frente-vale-paraiba-revolucao-1932-www.jornaolince.com.br-edicao033.pdf>. Acesso em 30 de Junho de 2018.
- PIORINO FILHO, F. *General Júlio M. Salgado, o herói de 1932*. Portal R3. Disponível em: <https://www.portalr3.com.br/2014/07/general-julio-marcondes-salgado-o-grande-heroi-de-1932/>. Acesso em 30 de Junho de 2018.
- TAMURA, A. *As memórias de João Gomes de Araújo*. Jornal Colaborativo. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://jornalismocolaborativo.com/musico-joao-gomes-araujo/&num=1&strip=1&vwsrc=0>. Acesso em 30 de Jun de 2018.

INQUÉRITO CIVIL COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ATIVIDADE DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS

SOUZA, Daniela dos Santos de
CUSC
danii.ssoouza@gmail.com

SILVA, Tatiana Mareto
CUSC
tmareto@gmail.com

RESUMO

Uma das maiores preocupações atualmente, é a proteção ao meio ambiente, que compreende o homem como parte integrante das relações econômicas, sociais que, por estarem submetidos às influências humanas, transformam-se em recursos que são essenciais a vida do homem. Sendo assim devido à grande sua importância, surgiu a necessidade de proteger este bem tão precioso, na medida em que houve a percepção dos estragos provocados pela ação do homem na natureza. Portanto, seguindo a política internacional, a Constituição Federal de 1988, estabeleceu que o meio ambiente é um patrimônio público, bem de uso comum do povo, devendo ser protegido para o uso coletivo, conforme o seu art. 225. Devido à sua importância ao interesse público, o direito constitucional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é um dos direitos difusos, os quais são transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Palavras-chave: Inquérito Civil. Impacto Ambiental. Direito Difuso. Meio Ambiente. Constituição Federal de 1988.

ABSTRACT

One of the main concerns today is the protection of the environment, which comprises man as an integral part of economic and social relations that, because they are subjected to human influences, are transformed into resources that are essential to human life. Due to its great importance, therefore, the need to protect this precious asset arose, as there was a perception of the damage caused by man's action in nature. Therefore, following the international policy, the Federal Constitution of 1988, established that the environment is a public patrimony, well of common use of the people, and should be protected for the collective use, according to its art. 225. Because of its importance to the public interest, the constitutional right to an ecologically balanced environment is one of the diffuse rights, which are transindividual, of an indivisible nature, held by persons undetermined and bound by factual circumstances.

Key-words: Civil Inquiry. Environmental impact. Diffuse Law. Environment. Federal Constitution of 1988.

INTRODUÇÃO

A revenda de combustíveis, assim como outras atividades relacionadas a Indústria do Petróleo e Gás, possuem um alto risco para causar grandes e graves danos ao meio ambiente, atingindo, desta maneira direitos difusos da população local onde ocorre o dano. Contudo as normas que tem por objetivo prevenir tais danos, não são cumpridas pelos profissionais, acarretando lesões ou ameaças de lesões ambientais.

No ano de 1972, a Organização das Nações Unidas promoveu em Estocolmo, na Suécia, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, sendo aprovado, ao final, a Declaração Universal do Meio Ambiente que por sua vez, declarou que os recursos naturais, como a água, o ar, o solo, a flora e a fauna, devem ser conservados em benefício das gerações futuras, cabendo a cada país regulamentar esse princípio em sua legislação de modo que esses bens sejam devidamente tutelados. (FARIAS, 2010, p. 326)

Para inibir a ocorrência de um possível impacto ambiental ou a propagação dos danos já existentes, surge o inquérito civil, que é um procedimento administrativo que tem por fim investigar, tendo como autor o Ministério Público, a instrução da ação civil pública para o ajustamento da conduta, havendo assim um contato direto com o dano ambiental, para chegar a conclusão de qual é a melhor solução para a coletividade.

A ação visa fazer com que os infratores passem a cumprir a legislação ambiental que seja pertinente à sua atividade econômica, que após a investigação do inquérito civil nos postos de combustíveis que não estão regularizados, os proprietários estejam obrigados a respeitar as regras ambientais, sendo impedido que o dano se agrave devido a inobservância das normas.

O termo de ajustamento de conduta é um método de resolução negociada de conflitos que envolvem direitos difusos e coletivos. Trata-se de um meio que procura contribuir para a efetividade de tais direitos por meio da atuação extrajudicial dos órgãos que são responsáveis pelo ato, com o fim de gerar uma solução consensual e mais rápida para a reforma do dano. Desse modo, “por conta da celeridade e do menor custo que a resolução de conflitos quase sempre significa, o TAC tem sido apontado como uma forma de efetivação do acesso à Justiça em matéria ambiental” (FARIAS, 2010, p. 323).

O inquérito civil, com a posterior aceitação de termo de ajustamento de conduta, ambos estão sendo utilizados como meio para deliberar conflitos ambientais na Indústria do Petróleo e Gás Natural. Há, por exemplo, a atividade de revenda de combustíveis, que por causa do não cumprimento dos instrumentos normativos que discorrem sobre a proteção e a prevenção ambiental, causa a cada dia que passa, mais danos ao meio ambiente.

Sendo assim, o Ministério Público, como defensor da ordem jurídica, dos interesses individuais indisponíveis, sociais e regime democrático, deve continuar a usar o inquérito civil não apenas para proteção ao meio ambiente e prevenção de danos ambientais, mas como ferramenta a defender todos os direitos difusos e coletivos da sociedade.

DESENVOLVIMENTO

Vivemos hoje em um mundo, onde tudo gira ao que é mais rápido e que nos satisfaça, não importando o meio que for usado para tal. Contudo, para toda conquista há sacrifício, e o homem responsável por tal, utiliza-se de todos os meios que estão a sua disposição para satisfazer as suas necessidades.

Antes do arbitramento da ação civil pública, menciona-se a instauração do inquérito civil, o qual é o método administrativo cujo alvo investigativo e extraprocessual, sob a presidência do Ministério Público, atribuído a coletar o conjunto probatório para a instrução da ação coletiva. Dessa forma, para compreensão deste instrumento, é essencial corroborar o seu histórico, a sua natureza jurídica e as fases de seu procedimento, que se dividem em instauração, instrução e conclusão.

O inquérito civil teve sua origem no ordenamento jurídico brasileiro através da Lei nº 7.347/85, que discorreu sobre a ação civil pública. Foi, portanto nessa lei, conferido ao Ministério Público a possibilidade de instauração de inquérito civil para o apuramento de danos contra o patrimônio nacional, onde as provas colhidas, sob sua presidência, tendo por base à propositura da ação civil pública (art. 8º, §1º). Após, esse dispositivo foi consagrado pela CF/88, estando previsto em seu art. 129, III como uma das funções jurisdicionais do Ministério Público.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Em seguida a Constituição, passou a ser célere em âmbito infraconstitucional, assim como nas seguintes leis: Lei nº 7.853/89, que trata sobre as pessoas portadoras de deficiência; Lei nº 7.913/89, que trata sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários; Lei nº 8.069/90 que traduz-se no Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.078/90, que implementa o Código de Defesa do consumidor; Lei nº 8.625/93, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público; e Lei Complementar nº 75/93, que disserta sobre a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União.

O inquérito civil é, portanto, um procedimento administrativo que se assemelha ao inquérito penal, logo não jurisdicional, quem preside é o Ministério Público. Assim sendo, tem por finalidade colher provas e evidências para a formação do convencimento do órgão em questão, seja para a instauração ou não da ação civil pública. Antônio Beltrão (2009, p. 663) diz que a finalidade do inquérito civil:

“O inquérito civil tem por finalidade colher provas para eventual propositura de ação civil pública. Visa-se subsidiar o Ministério Público na apuração de qualquer dano ambiental, utilizando-se de seus poderes instrutórios. Cuida-se de um procedimento investigatório sem a adoção do princípio do devido processo legal. Também não se aplica o princípio do contraditório. Não há, além disso, qualquer formalidade no seu desenrolar, pois não há falar em nulidade.”

O inquérito civil possui natureza unilateral e também facultativa, onde é instituído com o fim de apurar fatos que possam autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargos do Ministério Público, conforme legislação aplicável, cabendo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais (art. 1º, Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP). Além de fornecer suporte comprobatório para uma possível ação civil pública, o inquérito civil pode também resultar em celebração do termo de ajustamento de conduta, que é um título executivo extrajudicial. Desta forma, é também um mecanismo utilizado para alcançar uma conciliação extrajudicial do conflito coletivo.

Vale ressaltar que deve ser público, ou seja, qualquer pessoa deve ter acesso a todas as informações contidas no inquérito civil, com exceção dos que configuram sigilo profissional e outros valores protegidos pela CF/88, como o direito a privacidade. Destaca-se que, não é obrigatório, pois se o *Parquet* tiver as informações necessárias e suficientes, pode promover diretamente a ação civil pública, independentemente do inquérito civil.

Quando há caso de recusa, retardamento ou omissão de dados técnicos que são indispensáveis para a propositura da ação civil pública, e requisitados pelo Ministério Público, constitui-se crime, punido com pena de reclusão de um a três anos, mais multa de 10 a 1.000 Obrigações do Tesouro Nacional - OTN (art. 10 da Lei nº 7.347/85).

Destaca-se que qualquer pessoa poderá e o servidor terá de motivar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe informações sobre danos ambientais (art. 6º da Lei nº 7.347/85). Caso os juízes e tribunais tomarem conhecimento de fatos danosos ao meio ambiente, deverão remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis (art. 7º da Lei nº 7.347/85).

Há situações em que as provas colhidas no inquérito civil subsidiam a instauração de ação penal pelo Ministério Público, “podendo o inquérito penal ser dispensado quando haja elementos mínimos de convicção concernentes à materialidade e à autoria” (SIRVINSKAS, 2011, p. 371). Mesmo que se dispense o inquérito penal em determinados casos, destaca-se que

este e o inquérito civil possuem diferenças, como a natureza jurídica e a legitimação. Nessa perspectiva, descreve-se a seguinte explicação de Fredie Didier Jr. (2011, p. 227):

“Apesar de a sua origem estar muito próxima ao inquérito policial (IP), com este não se confunde, embora sejam inevitáveis as comparações. Podem ser apresentadas as seguintes distinções básicas com o inquérito policial: a) o IC se destina precipuamente para a área cível lato sensu, enquanto o IP volta-se sempre para a área criminal; b) no IC é o próprio MP que preside as investigações, enquanto que no IP, em geral, é a polícia que atua no inquérito; c) no IC o arquivamento é controlado pelo próprio MP, que determina o arquivamento (com obrigatória remessa de ofício para Conselho Superior do Ministério Público); no inquérito policial, o controle do arquivamento é efetuado pelo juiz, o MP apenas requer o arquivamento (art.28 do CPP).”

Partindo desse princípio, é necessário destacar que o recurso utilizado pelo homem são os bens naturais, sendo estes essenciais a vida, e em decorrência de sua finitude, houve a necessidade de protegê-lo, onde foi verificado os estragos causados devida a sua exploração através da ação humana.

Assim sendo, neste sentido a Lei Maior existente em nosso país, a Constituição Federal de 1988, determinou que o meio ambiente é um patrimônio público, bem de uso comum do povo e deve ser protegido, estando escrito em seu art.225 caput , que diz:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Conforme Walber de Moura Agra, consideram-se bens de uso comum :

“Aqueles que são disponibilizados de forma imediata para a população, podendo ser utilizados sem qualquer permissão formal. Eles não podem ser vendidos. Caso haja necessidade, primeiro tem de haver sua desafetação, deixando o bem de atender diretamente à população. Exemplos de bens de uso comum são as praças, as praias, as áreas de lazer, as ruas etc.” (AGRA, 2008, p. 296)”.

Devido a grande importância desse bem, para o interesse público, e o meio ambiente ser um dos direitos difusos, sendo este transindividual, indivisível, e seus titulares são pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, conforme art. 81, §único, I, CDC, que diz:

“Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.”

Deve o meio ambiente ser defendido, através de tutela jurisdicional, ou seja, ação civil pública ou ação popular, no caso em questão a escolhida é a ação civil pública, movida pelo Ministério Público, onde é instaurado um inquérito civil público, visando coletar provas em desfavor de quem está praticando ilegalidades utilizando-se assim como ferramentas para resolver os conflitos existentes na Indústria do Petróleo e Gás Natural devido a não observância dos instrumentos normativos que disciplinam sobre proteção e prevenção ambiental, que está com o passar o tempo causando cada vez mais danos ao meio ambiente, sendo este um procedimento administrativo, que serve de base para ajuizamento de ação judicial.

Além do artigo previsto na Constituição Federal de 1988, há a Portaria 116, de 05 de julho de 2000; a Resolução nº 273 do Conselho Nacional Do Meio Ambiente (CONAMA), de 29 de novembro de 2000, que tratam sobre a proteção ambiental.

A revenda de que existe no comércio de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito evasado, consiste no varejo, e sua venda é através de postos de serviços ou revendedores, conforme art.6, XXI, da Lei Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997:

“Art. 6º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

XXI - Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;”

Sendo assim, a Lei 9.847/99 em seu artigo 1º, I e II, regula que a revenda e comércio dessas atividades são de utilidade pública, desta forma, os seus princípios que o regem são de ordem pública, portanto devem obediência ao princípio da reserva legal, que é o exercício daquilo que está previsto no ordenamento jurídico.

“Art. 1º A fiscalização das atividades relativas às indústrias do petróleo e dos biocombustíveis e ao abastecimento nacional de combustíveis, bem como do adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e do cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata a [Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), será realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ou, mediante convênios por ela celebrados, por órgãos da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O abastecimento nacional de combustíveis é considerado de utilidade pública e abrange as seguintes atividades:

I - produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade e certificação do petróleo, gás natural e seus derivados;

II - produção, importação, exportação, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade;”

Nesta perspectiva, as revendas de combustíveis devem cumprir as leis, portarias e regulamentos que versam sobre o seu exercício, principalmente com relação a matéria ambiental.

É, portanto, facultado ao Ministério Público a realização do termo de ajustamento de conduta no inquérito civil, que se firma um acordo com o agente causador dos danos ao meio ambiente. Quando há a celebração desse termo, tem-se o arquivamento do inquérito civil. Contudo, por ser título extrajudicial, caso o termo de ajustamento de conduta não seja cumprido, pode ser executado no juízo civil. Assim sendo, devido a sua recorrente utilização para a reparação dos danos ambientais, apresenta-se uma abordagem geral sobre o termo de compromisso de conduta.

O autor Fredie Didier Jr. (2011, p. 326) tem o seguinte entendimento sobre o Termo de Ajustamento de Conduta:

“Trata-se de modalidade específica de transação, para uns, ou de verdadeiro negócio jurídico, para outros. Pelo compromisso de ajustamento de conduta, não se pode

dispensar a satisfação do direito transindividual ofendido, mas, tão-somente, regular o modo como se deverá proceder à sua reparação. Quer se adote esta ou aquela concepção, o certo é que se trata de modalidade de acordo, com nitida finalidade conciliatória.”

Tal acordo tem fundamento no Código de Processo Civil (CPC), pois dispõe que são títulos executivos extrajudiciais “todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva”. Isso porque o art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/85 determina que, o compromisso de ajustamento de conduta tem a sua eficácia de título executivo extrajudicial. Portanto, “é um mecanismo que procura viabilizar a solução pacífica de determinados conflitos no âmbito extrajudicial, fazendo com que os direitos em questão sejam mais efetivamente resguardados” (FARIAS, 2010, p. 329).

Deve-se ressaltar que o objetivo do Termo de Ajustamento de Conduta é estabelecer que certas atitudes que resultem em ameaça ou lesão aos direitos de natureza transindividual devam ser corrigidas, por intermédio de conciliação entre as partes interessadas. Assim procedendo, como o dano ambiental possui caráter de irreversibilidade, ou seja, podendo também ser de difícil reversibilidade, demonstra a importância da aplicação de tal instrumento, haja vista que permite mais celeridade e empenho por parte dos interessados.

No que se refere à legitimação para haver a celebração do compromisso, tem-se como legitimados: o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e os órgãos da Administração Pública sem personalidade jurídica destinados especificamente à defesa dos direitos e interesses protegidos, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

Embora haja vários legitimados para tal, é o Ministério Público que, na prática, é o responsável pela celebração da maior parte dos Termos de Ajustamento de Conduta, haja vista que é o órgão legitimado para instauração dos inquéritos civil e da maioria das ações civis públicas. Contudo também, se encontra previsto na Constituição Federal como uma de suas funções institucionais, consoante o art. 129, III:

O Termo de Ajustamento de Conduta deve velar pelos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, assim, pode ser utilizado em várias áreas, tais como no: meio ambiente; consumidor; ordem urbanística; bens e direitos de valor artístico, e qualquer outro interesse ou direito difuso ou coletivo que possa surgir.

A Carta de Princípios do Ministério Público e da Magistratura para o Meio Ambiente, aprovada em 13 de abril de 2002, concluiu na proposição nº 26 que “o termo de ajustamento de conduta deve ser priorizado em relação à ação civil pública por apresentar flagrantes sobre esta”. Sendo de grande valia destacar que, não pode ocorrer o ajuizamento de ação civil pública quando o infrator cumprir as obrigações determinadas pelo Termo de Ajustamento de Conduta, vez que afrontaria o princípio da segurança jurídica.

Por conseguinte, conforme considerações expostas, o inquérito civil e o termo de ajustamento de conduta também estão sendo utilizados como mecanismos para reparar os danos ambientais decorrentes das atividades da Indústria do Petróleo e Gás Natural, dentre elas se encontra a revenda de combustíveis. Isso ocorre devido ao não cumprimento dos instrumentos normativos que disciplinam sobre a proteção ambiental e a prevenção de danos ao meio ambiente causados pela atividade de revenda de combustíveis.

CONCLUSÃO

A atividade de revenda de combustíveis, assim como todas as outras atividades existentes ligadas à Indústria do Petróleo e Gás Natural, tem um alto nível de risco para causar graves e irreparáveis danos ao meio ambiente, atingindo, desta forma, os direitos difusos da população do local do dano. Sendo assim, há a existência de normas que regulamentam tal atividade para proteger o meio ambiente e prevenir danos, as quais, entretanto, não são cumpridas pelos profissionais, ocasionando constantes lesões ou ameaças de lesões ambientais.

Visando impedir, como uma solução a ocorrência do que pode ser um impacto ambiental ou a propagação de um dano já existente, surge o inquérito civil, sendo este um procedimento administrativo com a finalidade investigativa e extraprocessual, sob a presidência do Ministério Público, que destina-se a colher o conjunto probatório para a instrução da ação civil pública ou para a celebração do termo de ajustamento de conduta.

Desta forma, para ter alguns desses caminhos de resolução de conflito ambiental, o primeiro passo a ser dado se inicia com o inquérito civil, ou seja, é por meio desse instrumento que o Ministério tem um contato direto com o dano ambiental, para que, então, consiga chegar a conclusão de qual é a melhor solução para a coletividade. Tanto a ação coletiva como a negociação com as partes interessadas faz com os infratores possam passar a cumprir a legislação ambiental pertinente à sua atividade econômica

Conclui-se que o Ministério Público, como órgão defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, deve continuar a usar o inquérito civil como ferramenta não apenas para a proteção ao meio ambiente e prevenção de danos ambientais, como também a todos os direitos difusos e coletivos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Portaria nº 116, de 05 de julho de 2000**. Regulamenta o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo. Disponível em: <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/Servicos/licenciamento/postos/legislacao/Portaria_ANP_116_2000.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

AGRA, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BELTRÃO, Antônio. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Método, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7347orig.htm>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 273, de 29 de novembro de 2000**. Disponível em: . Acesso em: 09 de novembro de 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007**. Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil. Disponível em: <http://www.cnmp.gov.br/conselhos/cnmp/legislacao/resolucoes/pdfs-deresolucoes/res_cnmp_23_2007_09_17.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2018

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de Direito Processual Civil**. 6. ed. Salvador: JusPODIUM, 2011. v. 4.

FARIAS, Talden. Termo de Ajustamento de Conduta e Defesa do Meio Ambiente na Sociedade de Risco. In: FARIAS, T.; COUTINHO, F. S. N. (Coord.). **Direito Ambiental: o meio ambiente e os desafios da contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 323-340.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RESÍDUOS SÓLIDOS: CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS AMBIENTAIS

Michel Canuto de Sena
UFMS
Canuto.fadir.ufms@gmail.com

Ady Faria da Silva
UBA
adyfaria@hotmail.com

Iandara Schettert Silva
UFMS
ian.da.ra@hotmail.com

RESUMO

A disposição final dos resíduos sólidos é um dos maiores problemas da sociedade moderna, que discute política e forma de reduzir esses resíduos. O presente estudo discorre sobre resíduos sólidos suas características e impactos ambientais. Tendo em vista que a Lei 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e apresentando diretrizes e metas para o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos. Frente a este cenário, o presente estudo tem por objetivo apresentar as características e impactos ambientais causados por resíduos sólidos, ainda, apresenta legislações que regulamenta essa política, ao mesmo tempo em que busca identificar outros aspectos relacionados e classificando-os em sociais, econômicos, ambientais e seus potenciais impactos. Desse modo, o levantamento de dados se deu por, revisão de literatura que contou com a pesquisa em bancos de dados científicos e literaturas complementares de livros técnicos.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente; Resíduos sólidos; Legislação; Impactos; Política.

ABSTRACT

The final disposition of solid waste is one of the major problems of modern society, which discusses the policy and way of reducing waste. The present study discusses solid waste characteristics and environmental impacts. Considering that Law 12.305/2010 established the National Solid Waste Policy and presented guidelines and targets for integrated solid waste management. In view of this scenario, the present study aims to present the characteristics and environmental impacts caused by solid waste, yet, it presents legislation that regulates this policy, at the same time as it seeks to identify other related aspects and classifying them in social, economic, environmental impacts and their potential impacts. Thus, data collection was done by a literature review that included research in scientific databases and complementary literature of technical books.

KEYWORDS: Environment; Solid wastes; Legislation; Impacts; Politics

Introdução

Os resíduos sólidos nos últimos tempos tem sido um problema, resultantes do processo de industrialização, mudança no processo produtivo e do crescimento populacional. Trata-se de um problema crescente devido à falta de conhecimento sobre degradação ambiental da sociedade. Nesse contexto, os resíduos sólidos são responsáveis por uma grande variedade de poluição decorrente de acontecimentos e contribuição efetiva de resíduos domésticos e comerciais, indústrias particulados decorrentes dos tratamentos de efluentes.

Desse modo, diversas propostas para o enfrentamento desse problema têm surgido, em decorrência das alterações no meio ambiente com propostas que buscam mitigar as mudanças já em curso, por meio de estratégias econômicas. O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gera diretamente outros impactos importantes, tanto ambientais quanto na saúde da população.

Nesse contexto, o presente estudo busca contribuir para reflexão sobre impacto da gestão inadequada dos resíduos sólidos no meio ambiente, aprestando suas características. Para tanto, foram utilizados documentos e informações sobre gestão e políticas de resíduos sólidos disponíveis em diferentes fontes, assim como consulta na literatura científica especializada nessa área.

Noções gerais

O termo resíduo originou-se do latim, que significa aquilo que sobra de qualquer substância. Para diferenciar os resíduos líquidos (esgotos) e das emissões de gases, foi introduzido o complemento sólidos, resultando assim, em Resíduos Sólidos (RS) – doravante a ser anunciado apenas pela sigla RS, que passou a ser concebido conceitualmente, como o resto das substâncias (GRIPP,1998).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004, p.5), define o termo e o elemento resíduo “como sendo aqueles no estado sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade, de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços, de varrição e agrícola”. Além da necessidade de conceituar o termo resíduo, faz-se necessário concebê-los quanto às suas classificações.

Inicialmente, resíduos sólidos, podem ser entendidos como materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultante de atividades humanas em sociedade. Com efeito, o lixo é todo e qualquer resíduo proveniente das atividades humanas ou geradas pela natureza em aglomerações urbanas, ou seja, tudo aquilo sem utilidade e deve ser descartado. Nesse contexto, classifica-se como: domiciliar urbano; industrial; hospitalar; agrícola e tecnológico.

Resíduos sólidos: Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, 2004, p.1)

Desse modo, quando o lixo é descartado na natureza se transforma em processos naturais inertes, em que muitos resíduos podem ser reaproveitados através de reciclagem para o reuso. Os resíduos sólidos ou lixo possuem como características aspectos sociais, culturais, econômico dentre outros, capazes de diferenciar as comunidades entre si.

A Norma Brasileira (NBR) 10.004/2004 da (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, 2004) classifica os resíduos sólidos, no que se refere aos potenciais riscos ao meio ambiente e a saúde pública. Nesse contexto, determina que a periculosidade de um resíduo possui características de propriedade física, química ou infectocontagiosas, apresentando riscos a saúde pública, tendo como desdobramento a mortalidade, incidência de doenças; e risco ao meio ambiente sendo consequência do gerenciamento inadequado.

Nesse aspecto, a toxicidade, é considerada como a potência que o agente tóxico possui de provocar efeito adverso, em maior ou menor grau, quando ocorrer interação com o organismo. A toxicidade aguda classifica-se pelo potencial que o agente tóxico tem de possuir ou provocar um efeito adverso grave.

Ainda, segundo essa norma a classificação de resíduos sólidos desdobra-se da seguinte maneira: (I) resíduos de classe I, considerados perigosos; (II) resíduos classe II não perigosos, estes se subdivide em: resíduos classe II- A, não inerentes, podem ter propriedades biodegradáveis, combustibilidade ou solubilidade em água, e (III) resíduos classe II-B inerentes, possui respaldado na ABNT n. 10007, em casos que o resíduo é submetido a um contato dinâmico e estático com água destilada ou deionizada, a título de exemplo vidro, metal pneu, dentre outros. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

O crescimento populacional e o desenvolvimento econômico, a urbanização e a revolução tecnológica, alterou o estilo de vida os modos de produção e consumo da população. Em decorrência desses processos aumentou-se a produção de resíduos sólidos, com algumas composições sintéticas que oferecem perigo aos ecossistemas e à saúde humana.

A gerência e o tratamento dos resíduos sólidos contribui para a preservação do meio ambiente, evitando impactos socioambientais reduzindo de forma significativa os dispêndios com a saúde pública, gerando ainda a poluição visual, do solo, ar e lençol freático, produzindo impacto negativo ao meio ambiente, taxado como consequência a prática inadequada de descarte (GOUVEIA, 2012).

De modo que, a relação humana habitual com o ambiente envolve determinados hábitos, tornando os centros urbanos como fontes de agressão ambiental, e agravam-se possivelmente como fontes poluidoras os esgotos domésticos, comerciais e industriais e sua destinação inadequada de resíduos sólidos.

Além disso, essa contaminação pode ocorrer mesmo após fechamento de aterro ou lixão, tendo em vista que esse fechamento não minimiza os efeitos dos produtos orgânicos que continuam a degradar-se, conforme aponta estudos em áreas próximas a aterros onde populações residentes apresentam níveis elevados destes compostos no sangue, aumentando riscos para diversos tipos de câncer, anomalias congênitas, abortos dentre outros (GOUVEIA, 2012).

Ainda, os profissionais diretamente envolvidos no manejo desses resíduos correm sérios riscos de desenvolver problemas de saúde, quando não adotado os procedimentos adequados para o manejo (FREITAS; SILVA, 2012).

Nesse contexto, o papel desempenhado pelos catadores pode ser analisado sob duas vertentes, primeiramente, são grandes protagonistas da indústria de reciclagem no país, e sob esse prisma possuem uma posição fundamental na gestão de resíduos sólidos.

O exercício profissional dos catadores ou até mesmo de cooperativas, ocorrem em alguns casos de maneira informal, trazendo consequências negativas tanto para o meio ambiente

sustentável quanto sociais. Em contrapartida, a boa prática contribui para o ciclo produtivo de diferentes materiais, que geram economia de energia e matéria prima (Nelson Gouveia).

Nesse contexto, políticas públicas de planejamento e execução para o gerenciamento dos resíduos sólidos no Brasil estão pautadas em algumas legislações dentre elas a Lei 12.305/2010, Resoluções do CONAMA n.1/86; n.23/96; n. 235/98; Lei 9.605/1998 dentre outras.

II - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: documento integrante do processo de licenciamento ambiental, que aponta e descreve as ações relativas ao manejo de resíduos sólidos, no âmbito dos estabelecimentos mencionados no art. 2º desta Resolução, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como proteção à saúde pública; III - Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos: conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos e conduzem à minimização do risco à saúde pública e à qualidade do meio ambiente; IV - Sistema de Disposição Final de Resíduos Sólidos: conjunto de unidades, processos e procedimentos que visam ao lançamento de resíduos no solo, garantindo-se a proteção da saúde pública e a qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1986, p. 752).

A Lei 12.305/2010 responsabiliza “pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos”.

De modo que, essa participação da sociedade auxilie os governantes na implantação das diretrizes que possibilitem estratégias e procedimentos que busquem gestão responsável. Conforme a resolução do CONAMA n.1/86, “considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas”.

No que se refere aos princípios, a política nacional do meio ambiente determina como objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida”, compatibilizando o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico com a qualidade do meio ambiente, equilíbrio ecológico e preservação do meio ambiente, artigo 4º, I e VI da Lei 6.938/81 (BRASIL, 1981).

Nesse contexto, a Lei 6.938/81 no artigo 4, adotou como medidas para política nacional do meio ambiente, “o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; o zoneamento ambiental; a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras dentre outras medidas” (BRASIL, 1981).

Embora, o princípio da precaução, oriundo do direito internacional, foi incorporado no direito brasileiro a partir de 1992, por meio da Declaração do Rio de Janeiro, como determina o artigo 15, que o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados de acordo com suas capacidades, quando houver danos graves ou irreversíveis, objetivando coibir a degradação ambiental (FREITAS; SILVA, 2012).

Frente ao exposto, observa-se que existindo ameaça ou perda de diversidade biológica, não se pode utilizar como fundamento a ausência de métodos científicos, mas sim adotar medidas para evitar ou minimizar essa ameaça.

Classificação dos Resíduos Sólidos

Existem diversas formas de classificar os RS, sendo dois principais critérios de classificação: a) a origem; e b) periculosidade. De acordo com a ABNT (2005, P. 5), a determinação da origem dos RS ocorre através das seguintes 8 características:

1) resíduos sólidos domiciliares, que são produzidos, a partir de atividades domésticas, em residências urbanas; 2) resíduos de limpeza urbana, que são oriundos das atividades de saneamento básico e outros; 3) resíduos da construção civil, a exemplos dos restos de concretos, asfalto, solo, bem como todos aqueles restos de construção civil; 4) resíduos dos serviços de saúde, que não passam de produtos biológicos e infectantes, materiais perfuro cortante entre outros; 5) resíduos industriais, estes são originários de atividades industriais e dos diversos tipos de processo de produção; 6) resíduos agropecuários, aqueles gerados nas atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Estes já são divididos em resíduos orgânicos e inorgânicos; 7) resíduos de serviços terrestres, que são oriundos de atividades ligadas aos transportes rodoviário, ferroviário, aéreo, aquaviário; 8) resíduos de mineração, que são originários na atividade de pesquisa, extração e beneficiamento de minérios. (2005, p. 5).

A NBR 10.004 (2004), da ABNT é a norma que classifica os resíduos sólidos quanto à sua periculosidade. Ela ocorre através da observação de suas propriedades físicas e químicas ou infectocontagiosas e que podem apresentar riscos à saúde pública, que pode ocasionar mortalidade, que por sua vez, tende a aumentar os índices de doenças e riscos ao meio ambiente. Para o ser humano, animais e ao meio ambiente, todo esse resultado maléfico, tende a ser alcançado, quando a gestão de disposição final, for realizada de forma inadequada. Ainda de acordo com a mesma Norma, os RS perigosos são divididos em duas categorias: Classe I (perigosos), classe II (não perigosos), este último dividido em: (A- não inerte e B- Inerte).

Isto posto, pode-se entender que para a compreensão dos RS, eles podem ser avaliados pelas duas classes e pelas suas origens e periculosidade (abordagens). A caracterização e a classificação dos resíduos sólidos, que podem ser perigosos e não perigosos, são produzidos em ambientes domiciliar, comercial, público, industrial, agropecuário, de atividades de mineração, entulhos, de serviços de saúde, resíduos radioativos e estações de tratamento de efluentes (lodos). Todos eles apresentam uma necessidade de precaução e oportunidade de análise.

Configura-se, através de NBR 10.004/2004, que os Resíduos categorizados como Classe I - Perigosos são aqueles que apresentam periculosidade e características como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade. São resíduos provenientes de produções industriais que necessitam ser colocados em Aterros Industriais, tais como os lodos de estação de tratamento de efluentes e galvanicos, borras de retífica e de tintas, cinzas de incineradores, entre outros. Por conseguinte, os Resíduos categorizados como de Classe II - Não perigosos, destacados pela mesma norma, como restos de alimentos, materiais têxteis, bagaço de cana, madeira, papel e papelão, borracha, sucata de metais não ferrosos.

A classe II é subdividida em Classe II A - Não Inertes: que são resíduos que não possuem características inflamáveis, corrosivos, tóxicos, patogênicos, e nem possuem tendência a sofrer uma reação química brusca; mas, que precisam de atenção na disposição final como a Classe I, porém possuem propriedades biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água, alguns exemplos de resíduos são restos de alimentos, podas, Gesso. (NBR, 10.004, 2004)

Classe II B - Inertes, são resíduos que não sofreram nenhum tipo de alteração em sua composição com o decorrer do tempo, mesmo submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou deionizada, à temperatura ambiente não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor, conforme anexo G da NBR 10004. Alguns exemplos de resíduos são os entulhos, sucata de ferro e aço.

Impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos

Impacto ambiental pode ser definido como modificações constantes no meio natural, que pode ser ou não, decorrente da ação humana, independente de sua importância. Mudanças essas que pode ser decorrente de diversas formas de energia ou matéria e afetam direta ou indiretamente a saúde, segurança da população, atividades econômicas e sociais, a biota e a disposição dos recursos do ambiente. No Brasil estudos sobre impactos ambientais passaram a ser elaborados a partir da década de 70, por exigência do Banco Mundial, desse modo, a avaliação de impactos ambientais é

[...] um instrumento de política ambiental formado por um conjunto de procedimentos capazes de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta - projeto, programa, plano ou política - e de suas alternativas, e que os resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão, e por eles devidamente considerados (ROCHA; CANTO; PEREIRA, 2005, p.149-150).

Nesse processo de avaliação que são caracterizadas todas as atividades impactantes, os fatores ambientais que sofreram impactos em decorrência dessas atividades. Ainda, essa avaliação é definida com abrangência dos estudos ambientais, das medidas mitigadoras ou compensatórias, dos planos e programas de gestão ambiental.

No Brasil, um Estudo de Impacto Ambiental é composto de dois documentos básicos para o processo de licenciamento junto aos órgãos competentes, que se convencionou chamar, na prática, de: (1) EIA - Estudo de Impacto Ambiental - documento analisado pelos técnicos do órgão licenciador, que implica na utilização de farta terminologia técnica, composto de diversos volumes referentes aos temas dos meios físico, biótico e antrópico; e (2) RIMA - Relatório de Impacto Ambiental - que deve refletir as conclusões do EIA, sendo apresentado para o público leigo, o que implica na utilização de termos populares, evitando-se, sempre que possível, o emprego da terminologia técnica (ROCHA; CANTO; PEREIRA, 2005, p.154).

Os impactos ambientais estão associados a qualquer estado de alteração de um ambiente, por diversos níveis de degradação, que deve ser analisado se essa área atingida pode ser recuperada e de que modo.

Desse modo, a Lei. 12.305/2010 Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, abordando os principais mecanismo de utilização desses resíduos, e as principais diretrizes relativas à gestão com parceria com o poder público e o privado.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos. (BRASIL, 2010).

Tendo em vista que os impactos ambientais causados pela má destinação dos resíduos sólidos, e quando não existe uma destinação correta, as consequências podem ser devastadoras na natureza, atingindo a população em geral.

Nesse contexto, a gestão de resíduos sólidos e sustentabilidade pode ser implementada, tendo em vista que a

gestão integrada de resíduos sólidos pode ser entendido como “um conjunto de referências político – estratégicas, institucionais, legais, financeiras, sociais e ambientais capaz de orientar a organização do setor”. São elementos indispensáveis na composição de um modelo de gestão: reconhecimento dos diversos agentes sociais envolvidos, identificando os papéis por eles desempenhados e promovendo sua articulação; integração dos aspectos técnicos, ambientais, sociais, institucionais e políticos para assegurar a sustentabilidade; consolidação da base legal necessária e dos mecanismos que viabilizem a implementação das leis; mecanismos de financiamento para a auto sustentabilidade das estruturas de gestão e do gerenciamento; informação à sociedade, empreendida tanto pelo poder público quanto pelos setores produtivos envolvidos, para que haja controle social; sistema de planejamento integrado, orientando a implementação das políticas públicas para o setor (JUNIOR MESQUITA, 2007, p. 15).

Nesse contexto, a sustentabilidade do processo de resíduos sólidos, visa atender às dimensões elaborando e implementando plano de gestão com continuidade e garantia de sustentabilidade ecológica, ambiental, cultural, demográfica, social, institucional, política, econômica, legal e ética.

Aspecto legal

O aspecto legal na implementação de políticas destinadas a atender os resíduos sólidos se caracterizam pela implantação, manutenção e sustentabilidade dos sistemas de gestão integrada. Desse modo, o art. 175, da Constituição Federal instituiu que “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”. Cabe ao poder público estabelecer políticas e regras que regulem a destinação dos resíduos sólidos de modo que não venha prejudicar o ecossistema.

A Constituição Federal de 1988 também trata dessa questão no artigo 241, cuja redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998, diz que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos”.

No entanto, o primeiro marco que potencializa esse direito ao cidadão brasileiro surge 22 anos depois com a Lei nº 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). As cláusulas da referida Lei referem-se sobre a gestão dos resíduos sólidos, que apresentam aos administradores municipais diretrizes para que os RSUs fossem tratados de forma técnica adequada em todos os processos de coleta, transporte, acondicionamentos, tratamento e a destinação final dos resíduos.

A referida Lei foi idealizada para elaborar ações estratégicas viabilizando processos capazes de agregar valor aos resíduos com intuito em aumentar a capacidade competitiva do setor produtivo, propiciar a inclusão e o controle social, bem como, nortear Estados e Municípios para o adequado manejo de resíduos sólidos. Atribui também ao Poder Público e à sociedade, a responsabilidade pela concretização das ações que envolvam os resíduos sólidos gerados, isto é, estabelece uma gestão integrada de resíduos (PNRS, 2011).

Destaca-se, na PNRS (2011), um fator importantíssimo sobre a diferença entre resíduos e rejeitos para a destinação final, sendo que os resíduos são caracterizados como substâncias, mate-

riais, objetos descartados pela sociedade e que não podem ser despejados em redes de esgotos ou acumulações significativas de água; porém, quando são devidamente tratados podem gerar uma rentabilidade econômica para o agente econômico. Logo, os rejeitos são resíduos sólidos que tem todas as suas formas esgotadas de reutilização e recuperação e não se tornam viáveis economicamente e assim pode ser encaminhado para o aterro sanitário.

O poder público, ainda pode delegar essas funções a entes da administração pública indireta (empresa pública, sociedade de economia mista e autarquias). Ainda pode ser delegado por: delegação contratual, concessão, parceria público privada, permissão e terceirização.

Na delegação o particular assume, com seu próprio nome, a prestação dos serviços e também os riscos envolvidos nessa prestação; a concessão possui fundamento legal a Lei nº 8.987/95; parceria público privada regulada pela Lei nº 11.079, de 2004; permissão Lei nº 8.987/95; a terceirização Lei nº 8.666, de 1993; e o convenio de cooperação é realizado entre os entes federados e possui respaldo no art. 71 inc. VI e 241 da Constituição Federal.

Em síntese para que essas legislações sejam aplicadas de modo eficaz é necessária uma educação ambiental. Tendo em vista, que a educação ambiental pode ser entendida como conjunto de processos educativos que visam o desenvolvimento de uma cultura sustentável na sociedade, diminuindo atividade humana que geram impactos ambientais. Com o passar do tempo, desenvolvimento tecnológico e o aumento populacional intensificaram a degradação do meio ambiente, cujo principal problema é a geração e aumento de resíduos sólidos decorrentes de materiais que não se decompõem na natureza.

Considerações finais

O crescimento populacional e desenvolvimento econômico, urbanização e a revolução tecnológica, alterou o estilo de vida os modos de produção e consumo da população. Em decorrência desses processos aumentou-se a produção de resíduos sólidos, com algumas composições sintéticas que oferecem perigo aos ecossistemas e à saúde humana.

Entretanto, para gerência e o tratamento dos resíduos sólidos contribui para a preservação do meio ambiente, evitando impactos socioambientais reduzindo de forma significativa os dispêndios com a saúde pública, gerando ainda a poluição visual, do solo, ar e lençol freático, produzindo impacto negativo ao meio ambiente, taxado como consequência a prática inadequada de descarte.

O gerenciamento de resíduos sólidos urbanos são fundamentalmente decisões sobre saúde pública e requerem, portanto, a integração entre políticas econômicas, sociais e ambientais.

A gestão de resíduos sólidos pode ser enfrentado pela formulação de políticas públicas que objetivem eliminar os riscos à saúde e ao ambiente, que colaborem na mitigação das mudanças climáticas relacionadas à ação humana e, ao mesmo tempo, garantam a inclusão social efetiva de parcelas significativas da população.

De modo que o aspecto legal para implementação de políticas destinadas a atender os resíduos sólidos, se caracterizam pela implantação, manutenção e sustentabilidade dos sistemas de gestão integrada, voltada a atender o plano de gestão com continuidade e garantia de sustentabilidade ecológica, ambiental, cultural, demográfica, social, institucional, política, econômica, legal e ética.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. NBR 10.004. **Resíduos Sólidos: classificação**, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **LEI Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente Disponível em: < <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CONAMA n. 5, de 5 de agosto de 1993**. Publicada no DOU n. 166, de 31 de agosto de 1993. Resoluções do Conama: Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Ministério do meio ambiente. Brasília: MMA, 2012. 1126 p.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CONAMA n. 235, de 07 de janeiro de 1998**. Altera o anexo 10 da Resolução CONAMA n. 23, de 12 de dezembro de 1996. Disponível em: < <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=235>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 ago. 2018.

FREITAS, I. M.; SILVA, M. A. A importância do gerenciamento de resíduos do serviço de saúde na proteção do meio ambiente. **Revista estudos, Goiânia**, v. 39, n. 4, p. 493-505, 2012.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciênc. saúde coletiva**, v.17, n.6, p.1503-1510, 2012.

MESQUITA JÚNIOR, J. M. Gestão integrada de resíduos sólidos / José Maria de Mesquita Júnior. Coordenação de Karin Segala. - Rio de Janeiro: IBAM, 2007. 40 p.

ROCHA, E. C.; CANTO, J. L.; PEREIRA, P. C. Avaliação de impactos ambientais nos países do Mercosul. **Ambiente & Sociedade**, vol. VIII, n. 2, jul./dez. 2005,

TECNOLOGIAS DE MATRIZ AFRICANA NO PERÍODO DO BRASIL MONÁRQUICO

LUCAS CÉSAR RODRIGUES DA SILVA

Mestrando do Programa Interdisciplinar de
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unicamp-FCA
lucascesar85@gmail.com

RAFAEL DE BRITO DIAS

Professor do Programa Interdisciplinar de
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unicamp-FCA
rafael.dias@fca.unicamp.br

RESUMO

O presente trabalho almeja discutir sobre a consolidação dos estudos sobre a matriz africana, assim, discutindo sobre as dificuldades encontradas para a autonomia desse campo. Para esse propósito no primeiro capítulo buscar-se-á analisar o papel histórico da ciência e tecnologia no fortalecimento do racismo e a presença do conceito do “escravo” tanto no meio científico-tecnológico como no senso comum. Também no primeiro capítulo analisar-se-á a relação entre a cultura material e a formação dos quilombos como território que de resistência e preservação dos signos africanos no Brasil, sobretudo as tecnologias. No segundo capítulo demonstrar-se-á a presença do conhecimento de africanos e afrodescendentes na produção tecnológica no período monárquico do Brasil, através da metalurgia, mineração, agricultura e etnobotânica, construção e arquitetura, navegação, instrumentos musicais e tecnologias têxteis.

Palavras chave: Tecnologias de Matriz Africana; Campo Conceitual Matriz Africana; Racismo; Cultura Material; Quilombo.

ABSTRACT

The present work aims to discuss on the consolidation of studies on the African matrix, thus, discussing about found for the autonomy of this field. For this purpose, the first chapter will analyze the historical role of science and technology in strengthening racism and the presence of the concept of the “slave” both in the scientific and technological environment and in common sense. Also in the first chapter, a relation between a material culture and a formation of quilombos as a territory of strength and preservation of the African signs in Brazil, especially the technologies. The second chapter will show the presence of knowledge of Africans and Afro-descendants in technological production in the Brazilian monarchy, through metalurgy, mining, agriculture and ethnobotany, construction and architecture, navigation, musical instruments and textile technologies.

Keyword: Technologies of African Matriz; conceptual field African Matrix; racism; material culture; Quilombo.

1. Matriz africana como campo conceitual

1.1 Os desafios para a consolidação do campo na matriz africana

O escravismo no Brasil aconteceu de 1531 até 1888, sendo o mais longo período desse regime nas Américas, impactando de diversos modos na população negra, principalmente pelo racismo em seus muitos aspectos (CUNHA JÚNIOR, 2015).

A omissão da presença negra na produção de conhecimento fortalece o conceito do “escravo”, sujeitos desprovidos de civilidade, o que gerou a perspectiva na cultura brasileira que africanos e afrodescendentes são incultos, assim, contribuindo com ideologias deterministas que formaram a concepção que os mais “aptos” dominam os menos “aptos” (CUNHA JÚNIOR, 2015).

As pesquisas de matriz africana têm consolidado outras perspectivas nas disciplinas de história, geografia, matemática, botânica, arqueologia, antropologia, filosofia e outras ciências; esses estudos tem fortalecido o campo científico da matriz africana que são os estudos sobre o movimento entre o continente africano e a diáspora africana, para Martins (2016) a matriz africana se constitui como toda a herança ancestral, presentes na oralidade, documental, nos vestígios urbanos, cultural, territorial, tecnológicas, organizacional transmitidas por negros escravizados preservados no território e na memória através de manifestações, artefatos, reinvenções e reterritorializações.

Essa herança é diversa podendo ser abordada por diversas disciplinas, e assim, por muitas metodologias, nesta perspectiva se propõe que a matriz africana, esse movimento entre o continente africano e a diáspora, cria a tendência de consolidar o campo científico abordado tanto por disciplinas, multidisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar.

Essa perspectiva de campo científico é a partir da abordagem de Bordieu (2004), assim, para a consolidação do campo de matriz africana os pesquisadores tem três desafios.

Primeiro o cientista, ao longo da história, deturpou a população negra a partir aproximação com viés racista, principalmente até a década de 60, resultou em uma inferiorização da participação da população negra na construção da produção tecnológica como na ciência (OLIVEIRA, 2018). O cientista é um sujeito social, ou seja, não é dotado de neutralidade, nesta perspectiva as doutrinas positivistas falharam tanto nas ciências sociais e naturais (SANTOS, 2002), assim, principalmente até a década de sessenta a ciência era feita por homens, brancos e da elite; negros, indígenas, mulheres, pobres, homossexuais quando participavam do fazer ciência eram invisibilizados, suas produções inseridas no sistema, mas seus corpos calados. Com a popularização da ciência as populações excluídas tiveram maior acesso (GERMANO & KULESZA, 2007), suas pesquisas e a observação sobre o objeto de estudo, criaram novas perspectivas, como novos campos.

O segundo está relacionado ao racismo estrutural, dado que as práticas racistas não estão só relacionados as ofensas pessoais, mas também presente nas estruturas dos diversos setores da sociedade, desta forma, o racismo se torna uma das principais representações para as análises sobre a sociedade brasileira, com isso (SOUZA, 2014). Segundo Hall (2006), na ideologia racista que se configura como uma raça mais privilegiada que outra, “o racismo só se torna relevante quando se torna uma força matéria, se tornando uma fonte de poder e exclusão (SOUZA, 2014)”.

O terceiro, é a própria necessidade de fortificação do campo que se constrói a partir do rompimento de paradigmas, dessa forma, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

colaboram no movimento científico surgindo novas perspectivas de análise. Dentre os campos subjacentes do campo de matriz africana, estão a afro-matemática, tecnologias africanas na diáspora africana, epistemologia da ancestralidade, etnobotânica, territórios negros.

A superação desses três desafios contribuirão para a consolidação do campo matriz africana fortalecendo a autonomia do campo, e sua capacidade de refração que segundo Bordieu (2004) são aspectos fundamentais para a existência do campo científico.

Neste artigo as tecnologias de matriz africana foram o objeto de estudo sobretudo em período histórico específico do Brasil, colonial e imperial, constituídos pelas monarquias portuguesas e brasileiras que dataram em 1500 até 1889, o principal objetivo é compreender a utilização dessas tecnologias para resistir a escravidão e na produção de conhecimento por africanos e afrodescendentes.

1.2 Cultura Material: Tecnologias e territórios

A cultura material é o ligamento entre o sistema social, sociocultural e o território, desta forma, a cultura material é a tecnologia, formada a partir do instrumental e do conhecimento. O artefato e a tecnologia se tornam “uma faca de dois gumes”, dois elementos de uma mesma realidade, presentes na cultura, e portanto, relacionadas a um sistema sociocultural (MILLER, 2012).

A dicotomia criada entre material e não material na cultura, por algumas correntes de pesquisadores, deu uma autonomia para a segunda que ela não pode ter, dissociando algo indissociável, desfigurando o próprio conceito de cultura, separando a prática e a rerepresentação (MENESES, 1983). Os artefatos, nesta perspectiva, não têm uma função simplesmente tecnológica, mas influenciam no sistema social ou econômico que está inserido, construindo as relações de organização social e espacial nas sociedades (WINNER, 1986). As tecnologias têm significados nas sociedades, e a partir delas, os seres humanos compartilham sua forma de ver o mundo, o seu uso e produção permitem transformar as condições sociais, como as sociedades (ARNOLDI, GEARY, HARDIN, 1996).

As tecnologias além da sua aplicação e transformação social representam nas práticas de africanos e afrodescendentes a consolidação da sua identidade (ARNOLDI, GEARY, HARDIN, 1996), a preservação do modo de fazer transmitidos pelos ancestrais configuram as comunidades negras, a ancestralidade organizada pela episteme dessas populações, a partir do conjunto de signos, ou seja, semiótica, os artefatos e as tecnologias representam parte da cultura desses grupos (OLIVEIRA, 2018).

Com o objetivo de resistir ao processo de escravidão as populações negras formaram no território brasileiro quilombos (MOURA, 1981). Para Munanga (1996) os quilombos foram a principal forma de resistência à escravidão, onde negros e negras viviam em liberdade, reproduzindo o modelo de organização social africano, buscando áreas com matas fechadas para dificultar o reconhecimento de portugueses e bandeirantes.

O nome quilombo tem origem do quimbundo e significa união, ou reunião de acampamentos (LOPES, 1988), esses territórios foram formados pela população africana oriunda de diversas regiões do continente africano, provavelmente com maior contingente de negros de origem bantu, (MUNANGA, 1996).

Durante muito tempo a historiografia brasileira deu menor importância para os quilombos, sobre a ótica que esses territórios tinham meramente a finalidade de ter negros fugidos para áreas de matas, retirando todo o valor transformador, e não abordando a relação que esses territórios

tinham ao que se refere a contraposição do Estado hegemônico que até 1888, era composto pela escravatura da população negra como direito (CUNHA JÚNIOR, 2012).

Esta análise realizada por parte da historiografia brasileira, nos presentes dias, é refutada por outros estudos (CUNHA JÚNIOR, 2012), segundo as pesquisas de Bandeira (1988), os quilombos se formam com um recorte racial e uma relação de pertencimento referente ao território que é marcada pelo uso da terra. A composição social do quilombo, tem como ênfase, os modos de produção, as relações sociais, sistemas de troca, as relações com as comunidades vizinhas, as expressões culturais, a memória comunitária e a autonomia do território (BANDEIRA, 1988).

No período de escravidão os quilombos expressam como referências das maiores revoltas, tendo participação significativa em contraposição ao sistema escravista das Américas (MOURA, 1981).

2. As Tecnologias de Matriz Africana no Brasil.

As tecnologias produzidas no Brasil com o conhecimento de africanos e transmitidas para os afrodescendentes, são elementos importantes da matriz africana, elas expressam na cultura negra durante o período escravocrata, formas de organização dos territórios, conhecimentos tecnológicos, formas de resistência à escravidão.

Essas tecnologias de matriz africana estão presentes na metalurgia, mineração, agricultura, construção civil, uso de madeira, têxteis e outros; elas estão presentes nos ciclos da economia do período colonial e imperial. A presença dos saberes de origem africana na produção tecnológica, segue em contra-mão à perspectiva, no qual, colocou africanos como mera mão de obra, criando a impressão que os portugueses (europeus), detinham o intelecto da produção, enquanto, africanos e indígenas não foram produtores de conhecimentos. Essa concepção fortalece o conceito do “escravo” e sobretudo auxilia na permanência do racismo no país.

O extenso campo de estudo, o envolvimento de diversas disciplinas, a interdisciplinaridade possibilita o movimento entre as áreas de conhecimento sem limitações. Para a melhor compreensão dos campos tecnológicos dividir-se-á cada área em sub capítulos entre eles estarão: metalurgia, mineração, agricultura e etnobotânica, construção e arquitetura, navegação, instrumentos musicais e tecnologias têxteis.

2.1. Metalurgia

Segundo Libby (1988) a população africana foi a responsável em introduzir a metalurgia no Brasil e aconteceu na capitania de minas gerais, outros autores como Eschwege (1979), datam as primeiras práticas de metalurgia em Sorocaba-SP, realizadas pelo bandeirante Afonso Sardinha em 1590. Apesar do debate do surgimento da metalurgia no país, os dois autores Libby (1988) e Eschwege (1979) concordam que o cadinho, principal técnica de forja de ferro utilizada nas Américas (GOMES, 1983), é de origem africana.

Os estudos de arqueometalurgia demonstram a participação do cadinho na fundição de ferro, e a presença dos saberes africanos desde de sua construção como nas práticas de forja, esses estudos também demonstram a melhor qualidade dos artefatos de ferro produzidos por africano do que aqueles feitos por europeus (CAMPOS, 2009). Das três gerações de enxadas adquiridas pelo Brasil no período colonial, as duas primeiras gerações eram exportadas do Congo e produzidas por africanos e afrodescendentes no país, apenas a última geração foi exportada da Inglaterra (CUNHA JÚNIOR, 2015).

A metalurgia produzida por africanos e afrodescendentes no Brasil, foi essencial nas lutas contra o escravismo e para a compreensão da organização social e espacial dos quilombos. Recentes estudos de arqueologia no Quilombo de Palmares demonstraram a presença de forjas e oficinas de ferro, no qual, permitiam a produção de artefatos (FUNARI, 2000), nos quais, provavelmente eram utilizados na agricultura e bélica.

Estudos de cartografia sobre os mapas de quilombos na Capitania de Minas Gerais no período oitocentista, demonstraram que esses territórios tinham a organização social e espacial muito próximas de reinos da África Central, no qual, a forja de ferro ficava localizada no centro do reino próximo a Casa do Rei (GOMES, 1994; SILVA, 2008). A importância do estudo da cartografia dentre dos processos históricos, apontam que as comunidades quilombolas se organizaram a partir dos saberes ancestrais, preservando a herança africana que pode ser compreendida através dos signos presentes tanto no continente africano como na diáspora africana. O ferreiro teve papel fundamental nas lutas contra o escravismo, como foi no caso de Manoel Congo em Vassouras, exercendo a função que os ferreiros tinham em alguns reinos da África Central de líder religioso e militar, além dos conhecimentos tecnológicos, eles foram figuras chaves nas organizações dos quilombos.

Os conhecimentos dos africanos e afrodescendentes sobre a metalurgia também estavam presentes na indústria de ferro, como foi o caso Fábrica de Ferro São João de Ipanema de Sorocaba-SP, em 1821, 66 africanos trabalhavam na fábrica (DANIELE NETO, 2006), a presença negra nos processos industriais, são dados que trazem a reflexão sobre os argumentos que permeiam a chegada de imigrantes europeus para o trabalho fabril.

2.2. Agricultura e etnobotânica

O continente africano é detentor de grande diversidade de espécies agrícolas, outras foram introduzidas pelos árabes por volta do século VIII oriundas do continente asiático (PORTÈRES & BARRAU, 2010). Dentre os ciclos da economia brasileira durante o período monárquico, duas espécies de cultura agrícolas, foram introduzidas no Brasil.

Os africanos tinham grande conhecimento sobre as duas espécies agrícolas, e todas as complexidades nas técnicas de produção, desde a escolha do solo, plantio, tratamento do solo, tratamento da planta, colheita e processamento do produto (CUNHA JÚNIOR, 2010). Ao que se refere a cana-de-açúcar as dificuldades eram maiores, devido a produção do açúcar “que era um segredo dos portugueses, obtido da mão de obra africana já em Portugal, nos açores, e aperfeiçoado no Brasil (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 22)”.

Outras espécies agrícolas tiveram importância na alimentação do Brasil e suas técnicas de plantio e as tecnologias envolvidas nos processos, como foi a inserção por africanos do arroz africano (*Oryza glaberrima*), esta qualidade de arroz foi a mais cultivada na costa atlântica da América, dentre as técnicas envolvidas eram o controle da água por eclusas feitos com enxadas, o conhecimento sobre a maré baixa e os cursos da água, após a colheita o processo de retirada da casca do arroz era feita com o pilão, procedimento igual a diversas regiões do continente africano (CARNEY & MARIN, 1999).

Outras espécies agrícolas tiveram importância nos ciclos econômicos regionais como é o caso do inhame, dendê, feijão caupi e coco da Bahia. A população africana participou diretamente na inserção dessas espécies no Brasil (CARNEY & MARIN, 1999).

Nas práticas agrícolas realizadas em comunidades quilombolas pode se encontrar a presença africana nas técnicas de plantio, principalmente ao que se refere as relações culturais presentes

no plantio, como é o caso do trabalho cooperativo, oriundos dos povos bantus e na cultura quilombola ficou conhecido como mutirão (CUNHA JÚNIOR, 2010).

As populações africanas também contribuíram com uma complexa nomenclatura de plantas tanto arbóreas, arbustivas, herbáceas, trepadeiras. Principalmente os Yorubás, população oriunda de diversas Cidade-Estado que hoje se localizam nos países da Nigéria e Benin. Esta nomenclatura se divide em árvores de grande porte as Igi, arbustos e ervas as Kekere ou Ewé e as trepadeiras Àfômó e relacionadas com os Orixás, essa forma de classificação formou a fitoterapia dentro dos terreiros Nagô durante o século XIX (BARROS, 2014).

2.3. A Mineração

A mineração foi uma das atividades econômicas mais importantes no Brasil colonial, no qual, teve seu principal foco na Capitania de Minas Gerais, segundo Paiva (2002) as populações africanas introduziram técnicas oriundas como tecnologias nos processos de mineração, entre as tecnologias foram as canoas e bateias. Aquela é feita de madeira e tem de dois a três palmos de diâmetro com pouco fundo, e, esta estende um couro peludo de boi, cuja função é reter o ouro (PAIVA, 2002).

Sabe-se que duas regiões do continente africano exerciam a mineração com a mesma extensão que foi realizada no Brasil no período colonial, na África Ocidental e na região do Zimbábue, o principal minério explorado era o ouro (CUNHA JÚNIOR, 2010). Alguns estudos demonstram que os portugueses buscavam etnias específicas, devido ao largo conhecimento dessas populações, sobretudo as populações da Costa da Mina representando pelo menos cinquenta por cento do total de escravizados, tendo a maior participação de mulheres nos processos da mineração aurífera (GONÇALVES, 2004).

2.4. Construção e Arquitetura

Técnicas muito utilizadas durante o período monárquico do Brasil nas práticas de construção e arquitetura tiveram participação africana ao que se refere aos métodos. Presentes em igrejas, casas, quilombos e outros espaços. Estas construções estavam espalhadas por todo o território brasileiro, onde a população africana estava localizada.

A taipa de pilão utilizada nas construções de paredes e alicerces, produzido a partir da massa crua de terra ou as vezes misturavam com esterco, fibras vegetais, óleo e sangue animal; socada como no pilão, forma uma parede que tem em média 40 centímetros de espessura, com madeiras que são denominadas taipas (CUNHA JÚNIOR, 2010; FARIA, 2011).

O adobe é um tijolo confeccionado com barro, areia, fibra vegetal e esterco, sendo exposto ao sol para ser seco, o reboco como o assentamento são feitos de barro. Esta forma de construção é muito presente na região do Mali e do rio Níger (FARIA, 2011).

O pau-a-pique, mão de taipa ou sopapo é uma técnica de construção muito próxima a taipa de pilão, consiste em paus postos perpendicularmente e em varas colocadas paralelas ao solo, amarradas com cipó, fibras vegetais ou couro, formando uma trançado que é preenchido com barro (CUNHA JÚNIOR, 2010).

Essas técnicas de construção taipa de pilão, adobe e pau-a-pique estavam presentes no continente africano principalmente nas regiões da África Oriental, Central e do Norte (CUNHA JÚNIOR, 2010). A cantaria está presente nas paredes do Grande Zimbábue fundado pelo povos Shona entre os séculos XII e XIV, possibilitando a relação dessa técnica construtiva no Brasil.

Outra referência sobre a participação de africanos e afrodescendentes nos processos tecnológicos de construção no Brasil monárquico, são as esculturas de anjos com traços afro e a inserção de símbolos africanos, essa foi uma estratégia que os mestres de construção utilizaram para assinar as suas obras, e devido aos signos presentes pode-se de fazer uma analogia do pertencimento étnico desses construtores (CUNHA, JÚNIOR, 2010; MARTINS, 2016).

2.5. Navegação

Nas ciências humanas, em certa generalidade, pouco observou a navegação como práticas africanas, criando inverdades sobre a relação marítima dos povos africanos, assim, a história da navegação no Brasil negou a presença de africanos na construção de embarcações fluviais (SANTOS, 1998).

Contudo, os próprios portugueses relataram o alto conhecimento que diversas populações africanas tinham sobre a navegação marítima e nos rios que caminham dentro da África, além do conhecimento de navegar, essas populações também tinham grande conhecimento na construção de embarcações de pequeno e grande porte, algumas encontradas no Brasil (SANTOS, 1998).

Como as canoas, embarcações feitas em um único tronco de árvore, em suas diversas formas , como exemplo, as canoas baianas chamadas de “rainhas das canoas”, com uma estética belíssima chegando a ter 11 metros de comprimento, outras embarcações presentes sobretudo no nordeste brasileiro necessitam de maiores estudos para identificar a participação africana no conhecimento de sua construção (VIEIRA FILHO, 2003; CUNHA JÚNIOR, 2010).

2.6. Tambores

A musicalidade africana presente no Brasil influenciou a formação de manifestações de matriz africana no país, como o jongo, o samba, a capoeira, , o tambor de crioula, o maracatu, a congada e as expressões religiosas que tem em seu cerne o ritmo e toques de origem africana, como as nações de candomblé, a umbanda, a quimbanda, o tambor de mina, o xangô e outros.

Dentre a diversidade de instrumentos estão os aerofones, cordofones, idiofones, membranofones: os aerofones representam os instrumentos de sopro; os cordofones se refere aos instrumentos de corda, os idiofones aos instrumentos que o próprio corpo da peça cria o som; e os membranofones que são os que fazem o som a partir da fricção, estes são os mais presentes no Brasil e que representam a maior diversidade (MENESES, 2014).

Dentre os membranofones estão os tambores e as ngomas cuícas, dentre os primeiros estão as ngomas tambores feito de madeiras escavadas ou das barricas de cachaça e vinho, os atabaques tambores que foram trazidos por africanos islâmicos, os djembês também muito presente na África Ocidental sobretudo no antigo reino do Mali (SLENES, 1991; GALANTE, 2015).

Cordofones são instrumentos de corda, dentre o mais conhecido instrumento de corda introduzido no Brasil pela população africana foi o berimbau ou urucungo (LAZZARY, 2017).

Os instrumentos idiofones de percussão são aqueles que o próprio corpo da peça cria o som a partir da vibração foram inseridos pela população africana no Brasil, como exemplos são os agogôs, abe, xquerê, reco-reco, macumba (LAZZARY, 2017).

Os instrumentos aerofones são aqueles que o ar é principal meio de produção do som (LAZZARY, 2017), no Brasil provavelmente em alguns tipos de flauta feitas de bambu.

2.7. Produção Têxtil

As populações africanas introduziram no Brasil fábriço de pano para diversas áreas como redes de dormir, velas de embarcação e sacaria para embalagem de produtos agrícolas. A população africana produzia de forma artesanal a própria roupa no período monárquico. As redes de dormir produzidas no nordeste e panos da costa utilizado nas religiões de matriz africana preservam até os dias de hoje a forma de confecção no tear africano (CUNHA JÚNIOR, 2010).

Referências bibliográficas:

ARNOLDI, Mari J; GEARDY, Christraud M; HARDIN, Kris L. (Ed.). **African Material Culture**. Indiana University Press, 1996. 359 p.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em Espaço de Branco**. São Paulo. Brasiliense. 1988.

BARROS, José Flávio Pessoa. **A floresta Sagrada de Ossaim: o segredo das folhas**. Pallas Editora, 2015.

BORDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo. Editora Unesp, 2004.

CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. **Transferência de Tecnologia para o Brasil por Escravos Africanos**. Instituto de Arqueologia Brasileira. 2009. p.1-2.

CARNEY, Judith; MARIN, Rosa A. **Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas**. Estudos sociedade e agricultura, v.12, p. 113-133, 1999.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia Africana na Formação do Povo Brasileiro**. Henrique Cunha Junior. - Rio de Janeiro: CEAP. 2010. il. 51 p.

------. **Quilombo Patrimônio Histórico e Cultural**. Revista Espaço Acadêmico - nº129 - fevereiro/2012 - mensal - ano XI. 2012. 158 - 167 p.

------. **Arte e Tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso**. Revista Espaço Acadêmico - nº166 - março/2015 - mensal - ano XIV. 2015.104-111 p.

DANIELI NETO, Mario. **Escravidão e indústria: Sorocaba (SP) : 1765-1895**. 2006. 187p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto brasiliensis**. Belo Horizonte; São Paulo, SP: Itatiaia: EDUSP, 1979. Vol. 2. 306 p.

FARIA, Juliana P. R. **Influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Minas Gerais. Escola de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. 2011. 160 p.

FUNARI, Pedro P. A. **A arqueologia de Palmares - Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana**. Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil. Coautoria de João José Reis, Flávio dos Santos Gomes. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2016. 582 p.

GALANTE, Rafael B. F. **Da cupópia a cuíca**. a diáspora dos tambores centro-africanos de fricção e a formação das musicalidades do Atlântico negro (sec: XIX e XX). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP. 2015.

- GERMANO, Marcelo Gomes; KULESZA, Wojciech Andrzej. **Popularização da ciência: uma revisão conceitual**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física. Vol. 24. n.1, p. 7-25, 2007.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e mapas nas minas: novas fontes para a história social dos quilombos no Brasil (Minas Gerais - sec. XVIII)**. Textos de História p.26-57. 1994.
- GOMES, Francisco Magalhães. **História da siderurgia no Brasil**. Belo Horizonte, MG; São Paulo, SP: Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1983. 409 p.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LAZZARY, Joseane Carmen X. **Tambores: das raízes africanas à musicalidade no Brasil**. 2017.
- LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 404 p.
- LOPES, Nei. **Bantos, males e identidade negra**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1988. 202 p.
- MARTINS, Alessandra R. **Matriz africana em Campinas: territórios, memória e representação**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) - Centro de Exatas, Ambientais e de Tecnológicas - Pós Graduação em Urbanismo. 2016. 295p.
- MENEZES, Alzenir Mendes M. **Os instrumentos musicais brasileiros aerofones, cordofones, idiofones, membranofones de origem bantu**. Revista Eletrônica Língua Viva, v. 4, n. 1, 2014.
- MENESES, Ulpiano T. B. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Revista de História. nº 115. 1983. 103-117 p.
- MILLER, T. O. **Considerações sobre a tecnologia: quando é um artefato?** Revista de Antropologia Vivência. n. 39. 2012. 91-100 p.
- MORTARI, Claudia; DEBORTOLI, Gabrielli. **Experiências em diáspora: Africanas e africanos libertos numa cidade portuária ao sul do Brasil (Desterro, 1810-1860)**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/os (ABPN), v.7, n. 17, p. 247-270, 2015.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. Editora Brasiliense s.a. São Paulo. 1981. 101 p.
- MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista usp, v. 28, 1995-1996. 56-63 p.
- OLIVEIRA, Eduardo. **Epistemologia da Ancestralidade**. Instituto de Pesquisa Afrodescendente - UFBA. 2018.
- PAIVA, Eduardo França. **Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo**. PAIVA, EF & ANASTASIA, CMJ O trabalho mestiço-maneiras de pensar e formas de viver séculos XVI e XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. 15 p.
- PORTÈRES R.; BARRAU, J. **Origem, desenvolvimento e expansão das técnicas agrícolas**. História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki-Zerbo - 2ªed. rev. - Brasília: UNESCO. 2010. 992 p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Edições Afrontamento. 6ªEdição. 2002.

SANTOS, Maria Emília S. **Os africanos e o mar: Conhecimento e práticas à época da chegada dos portugueses.** África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, p. 20-21: 79-92. 1997-1998.

SILVA, Juliana Ribeiro. **Homens de Ferro. Os Ferreiros na África Central no Século XIX.** São Paulo. 2008. 157 p.

SLENES, Robert W. **"Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil.** Revista Usp, n. 12, p. 48-67, 1992.

SOUZA, Mário Luiz. **Racismo como Instrumento Epistemológico e Político para o Entendimento da Situação da População Negra na Sociedade Brasileira.** Revista da ABPN, vol. 6, n.12, nov. 2013-fev, p.6-19. 2014.

WINNER, Langdon. **Artefatos têm política?** Chicago: The University of Chicago Press. 1986.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Construção Tradicional Naval no Brasil:** Canoa. 2003

JOANA GAJURU: QUANDO A INDUMENTÁRIA GUERREIRA É CONFECCIONADA NO FEMININO

Walcler de Lima Mendes Junior

Prof. Dr. do Programa SOTEPP | UNIT-AL
walclerjunior@hotmail.com

Marta Maria Enéas de Moura

Graduanda em Jornalismo | UNIT-AL
martaeneas79@gmail.com

RESUMO

Após trinta anos do falecimento da Mestra de Guerreiro Joana Maria da Conceição, conhecida como Joana Gajuru, a memória e a trajetória de vida dessa primeira Mestra de Guerreiro mulher em um ambiente predominantemente masculino com desvantagens sociais e culturais é alvo de ações de resgate e preservação, considerando sua conquista, respeito e relevância no seu grupo social, servindo de inspiração e exemplo de trajetória de vida para outras mulheres. A partir dessa premissa, a pesquisa produzirá por meio de entrevistas, levantamento bibliográfico e visitas de caráter etnográfico nos lugares de moradia e atividades de Joana Gajuru, a desconstrução crítica de um olhar estereotipado e preconceituoso sobre a condição da mulher negra na sociedade alagoana, ao mesmo tempo em que se aprofunda no ethos da cultura popular dos folguedos, com ênfase no Guerreiro Alagoano.

PALAVRAS-CHAVE: Indumentária. Cultura popular. Guerreiro. Mulher. Joana Gajuru.

ABSTRACT

After thirty years of the death of the Master of “Guerreiro” Joana Maria da Conceição, known as Joana Gajuru, the memory and life trajectory of this first female Warrior Master in a predominantly masculine environment with social and cultural disadvantages is the object of rescue and preservation actions, considering her achievement, respect and relevance in her social group, serving as inspiration and example of life trajectory for other women. Based on this premise, the research will produce, through interviews, a bibliographical survey and visits of ethnographic character in the places of residence and activities of Joana Gajuru, the critical deconstruction of a stereotyped and prejudiced view on the condition of black women in Alagoas society, at the same time that it deepens in the ethos of the popular culture of folguedos, with emphasis in the Warrior Alagoano.

Keyword: Clothing. Folguedos. Popular culture. Woman. Joana Gajuru.

INTRODUÇÃO

O ciclo do açúcar ou “ciclo dos engenhos” é identificado como parte inicial para entender a evolução dos folgedos em Alagoas, visto que este modo de vida expressa é a primeira manifestação econômica agrária do país, estendendo-se até as últimas décadas do século XIX quando houve mudanças na produção do açúcar, caracterizadas pela substituição dos engenhos pelas usinas.

Esse novo modo de produção vai gerar transformações significativas na organização da família tradicional agrária. As usinas, ao contrário do engenho, não podem contar com a mão de obra gratuita, característica do trabalho escravo oitocentista. O resultado imediato dessa transformação socioeconômica é o crescimento econômico da matriz açucareira. Outra consequência foi a diminuição dos folgedos populares, já que o principal entusiasta e financiador dos brincantes eram os senhores das casas-grandes de engenhos.

Esse fator de declínio, acontece devido a industrialização do açúcar, com o uso de maquinários na produção, o aprimoramento das técnicas pelos trabalhadores rurais, e a tomada de terras dos engenhos, modificando o prestígio dos senhores de engenhos na região.

É no senhor de engenho que se centraliza a atividade do banguê. Atividade social e atividade política; às vezes também atividade demográfica. Preside aos atos religiosos e festas profanas. É chefe da família e de toda a gente que vive no banguê. Todos os ouvem e o atacam. É também o chefe político, o nativista, o patriota. (DIÊGUES, Manuel. O banguê nas Alagoas. Edufal, 2002, p. 197)

O espaço da Casa Grande foi o principal lugar para as apresentações de grupos de Reisados e Guerreiros, que nos primeiros séculos da colonização eram conhecidas por casa de vivenda ou casa de moradia.

Em sua arquitetura instauravam-se os alpendres que se estendiam ao longo da fachada servindo como área de lazer das famílias senhoriais. Esses senhores promovem, em épocas natalinas, comemorações religiosas que foram trazidas pela tradição portuguesa e sofreram sincretismos e adaptações culturais oriundas das populações de escravos de origem africana.

Segundo registros de pesquisadores da época, o Guerreiro surgiu na década de 20 do século passado, sendo reconhecido como folclore genuinamente alagoano por ter sido visto e identificado apenas no Estado de Alagoas. Trata-se de uma ramificação do Reisado que também, por sua vez, foi resultante da fusão de vários autos natalinos o que lhe caracteriza como sendo um brinquedo que sintetiza diferentes origens e linhas culturais. Diferenciando-se pelo seu número de figurantes que chega a ultrapassar trinta pessoas, pela quantidade de episódios, peças, entremeios e pela riqueza e detalhamento dos trajes e adereços.

Eram integrantes os trabalhadores dos engenhos sendo o mestre e outros personagens caboclos, cortadores de cana, cambiteiros¹, fornaleiros², tiradores de conta³ conhecidos como empreiteiros que se reuniam nas horas livres para os ensaios no final de outubro e preparação da indumentária que era fornecida pelos senhores das casas-grandes.

1 Segundo o dicionário Aurélio, “cambiteiro” é o indivíduo empregado para transportar, em costas de animais, lenha, cana-de-açúcar, capim, etc.

2 Trabalhadores que exerciam função nos fornos de queimas dos engenhos.

3 Tiradores de conta, de “ticuca”, ou empreiteiros desenvolviam o sistema de pagamento do engenho por “empreitada”. É o mesmo trabalhador por conta- tarefa realizada em espaço de terra de 10 braços em quadro. Conhece-se em algumas áreas nordestinas com o nome de “Ticuca”. Desta forma o trabalhador tira o que quer por dia; meia conta, duas contas. Cf. O engenho de açúcar no nordeste, Manuel Diêgues Júnior, p. 31 -32.

No dia seguinte os folguedos eram desativados e os participantes se dispersavam e ficavam no aguardo do mestre, no final do ano. Embora dançassem e cantassem em louvor a Jesus Menino, os brincantes não podiam entrar nas igrejas, ou nas capelas, vestidos a caráter. As apresentações aconteciam no largo em frente ou nos alpendres. (APRATTO, Tenório. DANTAS, Cármen. p.100)

INDUMENTÁRIA GUERREIRA

Os trajes constituíam de fitas e tecidos com cores vibrantes sendo similares as antigas roupas nobres da colônia como calções, coletes, blusas de cetim, vestidos rodados e meias de cano alto, sendo confeccionados de acordo com a disponibilidade de recursos da época.

Como o Reisado, consta de uma sequência ou “suíte” de cantigas dançadas por um conjunto de bailarinos vestidos de trajes multicores, imitação dos antigos trajes nobres da colônia adaptados ao gosto e possibilidade econômica do povo, pelo uso de fitas, espelhos, contas de aljófar, enfeites de árvores de Natal nos chapéus, diademas, coroas, guarda-peitos, calções, mantos, etc. (BRANDÃO, Théo. Folguedos Natalinos. Maceió, 2003, p.76)

Com a chegada da Família Real e da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, hábitos e costumes civilizatórios, foram repassados aos novos moradores da colônia. A abertura dos portos trouxe em larga escala as tendências da moda europeia e seus usos, influenciando o modo de vida da sociedade atingindo as áreas urbanas.

Nesse período, os adornos, as fitas e rendas de variadas tonalidades e gostos da época passariam a aflorar nos costume de homens e mulheres sob as novas possibilidades de tecidos e materiais para a confecção de trajes trazidos do estrangeiro, a fim de levar o novo e o belo, inclusive para os folguedos populares.

A indumentária que ao ultrapassar os limites de sua funcionalidade como protetora do frio, uma vez que a natureza fora tão avara com a proteção natural do homem, também incorporou símbolos e sinais capazes de identificar pessoas em seus cargos e funções e ao mesmo tempo em atribuir-lhes o status social. (JANUÁRIO, Erlaine. p.6)

Nos folguedos em geral, esses indumentos resultam na construção da identidade e representação social de um grupo homogeneizado da cultura local. Esta identidade social particularizada pela esfera de sua classe social, gênero, grupo etário e público com certos parâmetros estéticos e gostos faz-se reconhecer em sua organização social.⁴

As vestimentas e adornos incorporam a cultura de qualquer povo em qualquer tempo, sendo muitas vezes, designado para distinguir o status social de cada um, sejam eles reis, chefes, pajés, rainhas, podendo ter função ornamental para embelezar como utilizado em cada personagem folclórico do guerreiro, como o índio, a Lira, os vassalos, rei e rainhas (Rainha dos Guerreiros, Rainha dos Caboclos e Rainha da Nação), entre outros.

Enquanto os chapéus são caracterizados de acordo com cada personagem, com tamanhos que podem variar, sendo o do Mestre e do Contra-mestre em formato de igrejas católicas coloniais, com duas torres, frontão e a cruz latina no centro, assim representando a religiosidade do grupo, ou de coroas, trazendo a marca da nobreza. Sendo ornamentado pelos próprios brincantes com fitas coloridas, espelhos, lantejoulas e variedades de enfeites natalinos, quanto maior e mais pesado, mais imponência e status o grupo ou representante tem.

O Mestre é a figura principal do Guerreiro, o organizador, a pessoa que na brincadeira tira as Embaixadas, tipo de diálogo cantado, que são rebatidas pelos Mateus que fazem as Peças

⁴ Ferin, Isabel. **Comunicação e culturas do cotidiano**. Editores Quimera, 2009, p.88.

de cantoria para acompanhamento dos figurantes que acompanham em coro ou dançam. O Contra-Mestre é o aprendiz substituto do Mestre e em algumas ocasiões o substituirá.



Figura 1. Chapéus de Embaixador, Estrela de Ouro, Palhaço e rainhas. Foto: Marta Moura (2017)

O entremeio do boi é um dos momentos mais importantes, sendo conduzido por uma pessoa abaixo dos tecidos, causando movimentos em zigue-zague. Sua vestimenta sobre a armação é composta de tecidos floridos e brilhosos, ripas, chifres que são elaborados com fitas coloridas de vários tamanhos. Os entremeios surgem comicamente durante a brincadeira, interagindo com o público que assiste ao espetáculo natalino.

A sobrevivência totêmica, dos povos bantus, vamos encontrar em certos autos e festas populares negro-brasileiras, como cordões, ranchos e clubes carnavalescos, confrarias negras, maracatus do nordeste, elementos do Bumba-meu-boi. [...] O totemismo do boi é largamente disseminado entre vários povos bantus (o boi Geroa, entre os Ba-Naneca, p. ex). RAMOS, Arthur. *As Culturas Negras no Novo Mundo*. 2013, p. 2174.

O entremeio do Zambelê espécie de ave considerada entremeio do Guerreiro em que o dançador veste-se numa espécie de saco comprido, pintado de cores vivas, de modo a imitar o corpo de uma ave. A parte superior do saco, convenientemente estreitada, adaptava-se a uma armação de madeira, imitando em grande parte a cabeça de uma ave. A parte inferior do bico articulava-se com a cabeça restante e o dançador, com as mãos estendidas para cima, sustentava-a bem, e fazia com elas movimentos de abrir e fechar o bico.

Enquanto o Jaraguá, outra figura do entremeio, é caracterizado quanto a sua indumentária como uma figura longa, vestida de tecidos de chita estampada e com a cabeça sendo representada por um crânio de um cavalo, movimentando sua mandíbula durante a apresentação conforme o ritmo da música.

A identidade do folguedo é mantida pela “abrigão de porta” com louvação aos divinos e aos que contribuem na apresentação e os episódios de guerra seguindo uma ação dramática entre guerreiros e caboclos com finalização na morte e ressurreição do Índio Peri que traja penachos e tangas de penas e fitas, além do cocar com penas como chapéu, e da Lira, esta última sendo o conflito passional entre o Rei e a Rainha.

Outro personagem com indumentária que representa o poder adquirido pelo regime republicano por dois militares alagoanos, Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. O traje se comporta em cores brancas, com patentes nos ombros e chapéu de dois bicos, semelhantes dos aspirantes do Fandango e da Chegança.

Os Mateus são caracterizados de palhaços ou bobos que criam loas e peças, sendo utilizados nos períodos de apresentação para anunciarem a chegada do Guerreiro na região, em referência a chegada dos três Reis Magos no nascimento do menino Jesus. Sua indumentária é composta de tecidos de cores e estampas vibrantes, diferenciando-se com chapéus em formatos quadricular ou triangular e com o rosto pintado com cor preta.



Figura 3. Personagens Palhaço, à esquerda, e o Matheus, popularmente chamado ‘Mateu’, à direita. Foto: Marta Moura (2018).

Cada chapéu é confeccionado pelos próprios brincantes nos meses que antecedem as apresentações, muitas vezes os donos dos Guerreiros ficam responsáveis pela confecção, sabendo costurar, montar a estrutura composta por papelão, arames e espumas, e por fim a decoração com enfeites que caracterizem o personagem através do conjunto de fitas, espelhos, tamanhos dos chapéus e formatos que identifiquem cada figura.

“Eu sou a rainha do Guerreiro, fico responsável pelas roupas e os chapéus de cada um. Como sei costurar, eu compro os tecidos dependendo do dinheiro que a gente tem e faço tudo, mas para manter é muito caro e muitas vezes o dinheiro que a gente recebe

é pouco para comprar o que o Guerreiro precisa. Os tecidos de cetim e as fitas são de maior custo, já que são mais de 20 pessoas em um grupo”. (Depoimento de Maria Helena, rainha do guerreiro São Pedro Alagoano)

Dependendo da disponibilidade de recursos financeiros, o grupo de Guerreiro paga a outras pessoas o trabalho para a montagem e confecção dos chapéus e indumentária, aumentando o custo pela mão de obra e transporte, devido a essas pessoas residirem em locais do sertão e zona da mata de Alagoas, sendo na maioria das vezes, familiares de brincantes de guerreiro onde aprenderam a confeccionar através da observação e orientação de pessoas do grupo.

Cada personagem adquire vestes que elucida a história e seu papel no enredo, recebendo cores, brilhos, fitas e assessorios que incrementam no vestuário do guerreiro. Portanto, para cada pessoa que recebe sua função na brincadeira é de valor honroso manter a característica da história, da dança, do ritmo e das raízes afro-brasileiras, caboclas e ameríndias.

JOANA GAJURU: O SER FEMININO EM ALAGOAS

Joana Maria da Conceição, mais conhecida pela alcunha de Joana Gajuru, recebeu seu sobrenome pelos senhores de engenho, como forma de distingui-la como pessoa negra nascida nos arredores das casas-grandes. Joana Gajuru transformou-se em um personagem da história de Alagoas, por dois motivos: primeiro por seu pioneirismo como mulher independente, contratando e liderando grupos de homens trabalhadores rurais e ao incorporar a tradição da cultura popular como mulher negra na criação do seu próprio folgado, o Guerreiro Barreira de Alagoas.

Ao desafiar o patriarcalismo e o machismo presentes como paradigmas naturalizados nas relações de trabalho, Joana Gajuru adquire respeito e admiração dos proprietários de terra. Começa a trabalhar como tiradora de contas, empreiteira, em engenhos da região da zona da mata, tornando-se uma pioneira e um exemplo para outras mulheres, visto que a emancipação econômica feminina, ainda era bastante tímida à época.

Por outro lado, Joana Gajuru aparece no cenário folclórico como uma representante feminina, negra, que se destaca por sua personalidade forte que se reflete na maneira de se vestir e se comportar.

Entre o final do século XIX e início do século XX, mudanças na moda ocorriam na Europa, caracterizadas pela estética da Belle Époque. Mulheres alteraram o vestuário feminino, principalmente pela retirada do espartilho e pelo uso da calça comprida. Essas mudanças a princípio foram ocasionadas pela necessidade de mulheres assumirem outros papéis na sociedade e na família, já que esta época é caracterizada por transformações estéticas e éticas com a urbanização crescente da sociedade, além de eventos como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Soviética. Nas artes, o modernismo, no tratamento clínico de sintomas emocionais, a psicanálise, nos modos de produção, a multiplicação de produtos para o consumo de massa, atendendo a população que se concentra cada vez mais nas cidades.

Nesse cenário, mesmo em lugares interioranos, Joana assumiu as transformações mundiais, com atitudes que a destacavam como mulher a frente do seu tempo, indo de encontro aos costumes determinados pelos homens e à construção paradigmática da mulher casada e dona de casa. Era o começo da era feminista, com aparições de ideais que começavam a promover liberdade no tratamento do gênero, do sexo, das vestimentas e no lugar de fala da mulher protagonista do seu modo de viver em sociedade.

A postura de mulher independente, usando trajes masculinos que desafiavam a estética de vestimenta determinada para a mulher, fez com que Joana fosse alvo de preconceitos por parte de seu próprio grupo social, verbalizados nos termos mulher-macho, deixando-a marcada em uma sociedade que naturaliza desigualdades e a perpetuação do machismo.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente e consistentes nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, 2003, p. 20)

De acordo com entrevistados que puderam conviver com a personagem, descreveram sua forma atípica de se vestir comparado aos trajes femininos e comportar diante da sociedade agrária de Alagoas no início do século passado, sendo caracterizada por uso de saiotos, blusas de mangas compridas, chapéu de palha, faca peixeira na cintura, fumava cigarro de corda e bebia cachaça.

Durante entrevista no documentário “Joana Gajuru: de guerreira a rainha”, Cármen Lúcia (2018) relatou que “Joana andava com uma peixeira na cintura, falava pouco, tinha uma voz bem firme e era uma mulher no comando”. Suas vestimentas traziam a necessidade de cobrir o corpo feminino de forma apropriada para a época, para o trabalho que exigia exposição ao sol, com os assessórios que compusessem sua proteção pessoal, profissão e construção imagética.

Questões da mulher no mundo do trabalho acarretada por mudanças na sociedade a partir do século XX, desconstrói a imagem de fragilidade e submissão ao homem que o ser feminino carrega em sua construção social. Assim, Joana Gajuru quebra paradigmas que perduram nas raízes históricas brasileira, sendo habilidosa no exercício da sua função como empreiteira, visto que, organizava e liderava mais de 60 trabalhadores em engenhos e usinas.

No caso do Brasil, muitas das raízes históricas imbuídas em nosso imaginário estão diretamente atribuídas às concepções da doutrina positivistas que foi a corrente política e ideológica que predominou no final do século XIX perdurando até meados do século XX. Nessa concepção, as mulheres tinham o dever de formar as estruturas familiares, o seu papel seria através do seu afeto, estabelecer o princípio de amor no berço familiar. (SANTOS, Luís. 2011, p. 28)

Conta em entrevista, sua filha adotiva, Salete Satírio de Oliveira, popularmente conhecida por Nete da Gajuru, que Joana foi filha de mãe solteira e tinha três irmãos, nasceu em terras de engenho no município de Lagoa da Canoa, em Alagoas no final do século XIX. Acompanhou desde criança todo o trabalho do campo, já que sua mãe Maria Rosa da Conceição exercia trabalho em um vapor de algodão, sem receber salário, com condições desfavoráveis para a criação dos filhos.

As mulheres negras, por sua vez, após a Abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não se encontram nos jornais de grande circulação do período – como o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* ou o *Jornal do Comércio* e *A Noite*, do Rio de Janeiro –, ao contrário do que ocorre com as imigrantes europeias. (DEL PRIORE, 2004, p. 488)

Em sua vida adulta, Joana não casou e não teve filhos biológicos. Porém, não a impediu de desenvolver sentimentos maternos que se manifestam na criação e adoção de outras crianças por onde passava. Joana desenvolveu um modo de vida singular, diferente da formação da família tradicional, inserindo-se através de seu trabalho e a criação de seu folgado. Porém, isso não impediu que o discurso machista se fizesse presente a partir de seu meio social.

Entendendo-se que por muito tempo, a mulher ficou restrita aos espaços privados, relativos a um ambiente onde se presumia que, depois do casamento, cabia a mulher se dedicar aos afazeres domésticos e a maternidade. Cabia-lhe o papel social de esposa, mãe, restrita a vida doméstica. O universo do trabalho remunerado e público pertencia via de regra somente aos homens.

Com o aumento da industrialização, a mulher rompe as barreiras da esfera privada, assumindo trabalhos que cabiam somente à figura masculina, mesmo que as ideias de senso comum referentes a imagem sugerida de “pessoa frágil” e “dona do lar” ainda permanecessem de forma bastante evidente como representação social e familiar.

Assim, a racionalidade moderna, somada a pressão do movimento organizado de mulheres, levou-as não só ao cenário político, mas fundamentalmente à esfera pública, buscando uma saída da obrigatoriedade da vida doméstica privada. Ao mesmo tempo, o trabalho mecânico avança na estrutura social mundial. A força de trabalho feminina, mesmo biologicamente mais “fraca” que a masculina ganha espaço, pois agora a diferença entre homens e mulheres não se mede por ossos e músculos. Com a industrialização os dois passam a ter mesma força necessária para o trabalho. (Santos, 2010, p.4)

Embora esta desigualdade ainda permaneça enraizada na sociedade, Joana Gajuru desvinculou-se dos paradigmas sociais que a impossibilitava de acessar novos espaços, reincidindo novas desconstruções e ressignificando o protagonismo feminino.

Em virtude do trabalho como tiradora de contas em regiões de usinas e fazendas, o rompimento de sua união inter-racial, os preconceitos advindos de sua personalidade e imagem e sua liderança nas organizações de grupos de folguedos e carnavalescos, Joana inicia uma nova etapa que a torna reconhecida em seu meio social. Como dona e mestra de Guerreiro, Joana passa a configurar no cenário da cultura local sendo a primeira mestra mulher reconhecida.

Comumente, os folguedos eram dirigidos por homens, já que a participação das mulheres era apenas mantida se elas não fossem casadas, pois seus maridos não permitiam suas aparições em público como brincantes. Essa limitação foi rompida quando Joana aparece reunindo o maior número de pessoas para brincarem em seu Guerreiro.

Seu guerreiro era o mais bonito, alegre, enfeitados de cores, fitas, adornos, espelhos, com ritmo forte e que conseguia reunir dezenas de pessoas tanto nas apresentações em dias natalinos, como nos ensaios realizados em praça pública. (Depoimento de Nelson Camêlo em documentário Joana Gajuru: de guerreira a rainha. 2018)

CONCLUSÃO

Sendo colonizado por povos e etnias diferentes uma das outras, recebendo em sua construção social o índio, o negro e o asiático, o Brasil expressa um patrimônio cultural extenso e ramificado. Pode-se destacar a importância da matriz africana como perpetuação desta cultura que tradicionalmente envolve gerações de brancos, negros, mestiços e caboclos. A presença do negro criou sustentação e resistência ideológica na identidade cultural alagoana, transmitindo sua herança cultural em diferentes expressões musicais, rítmicas, religiosas que ao longo dos anos de escravidão os africanos mantiveram em seus costumes.

O folclore negro foi disseminado e instaurado em Alagoas com riqueza e variedade de danças, ritmos e povos, destacando-se Joana Gajuru, como uma mulher que dedicou sua vida ao trabalho árduo, às defesas das manifestações culturais, a marcação da força feminina em um espaço arcaico e rudimentar onde a figura masculina prenominava na família, no trabalho e na cultura.

A identidade da mulher negra gerou a permanência de paradigmas que desconstruíram o papel do indivíduo na sociedade, observando as características da formação intelectual, de gênero e identidade, possibilitando a retomada das minorias sociais, e fortalecendo as relações de diversas culturas.

REFERENCIAL TEÓRICO

BRANDÃO, Théo. **Folgedos Natalinos**. Maceió: Ufal, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 2º ed. São Paulo: Editora Globo, 2014.

MARCONI, Marina. PRESOTTO, Zelia. **Antropologia: uma introdução**. 7º ed. São Paulo: Grupo Editorial Nacional, 2018.

MATTOS, Regiane. **História e Cultura Afro-brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

JÚNIOR, Manuel D. **O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3ª ed. Maceió: Edufal, 2012.

TENÓRIO, Douglas. DANTAS, Cámen. **Caminhos do Açúcar: engenhos e Casas-grandes das Alagoas**. 2ª ed. Sebrae.

RAMOS, Arthur. **As Culturas Negras no Novo Mundo**. 4º ed. Maceió: Edufal, 2013.

SANTOS, Luis Carlos B. *A Mulher no Mundo do Trabalho: uma análise histórica acerca dos paradigmas culturais na sociedade patriarcal*. Revista Elet. Interdisc. Matinhos ,V.4, n.1, p. 1-91, jul./dez. 2011.

SANTOS, J. A. **Gênero na Teoria Social: papéis, interações e instituições**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo4a5.pdf> Acesso em: 24/04/2015

Mesa Temática

A LUTA PELA MEMÓRIA E OS ARQUIVOS DA DITADURA BRASILEIRA DE 1964-1985

VICENTE A C RODRIGUES

*Programa de Pós-graduação
em Direito da UFRJ / Arquivo Nacional
vicenteacr@yahoo.com.br*

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o acesso contemporâneo aos arquivos da ditadura militar brasileira. Tem por objetivo investigar e problematizar esse acesso público, no Brasil, às informações contidas em documentos produzidos ou acumulados por órgãos de inteligência e de polícia política durante o período de 1964-1985, e seus impactos para a constituição da memória coletiva brasileira. Para tanto, apresenta levantamento dos arquivos do período de interesse, bem como discute alguns casos exemplares de destruição documental.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Arquivos. Acesso à Informação.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the contemporary access to files of the Brazilian military dictatorship. Aims to investigate and discuss this public access, in Brazil, to the information contained in documents produced or accumulated by intelligence agencies and political police departments during the 1964-1985 period, and its impacts for the Constitution of the Brazilian collective memory. To this end, presents survey of archives of the period of interest, as well as discusses some cases copies of document destruction.

Key-words: Military Dictatorship. Archives. Freedom of Information.

INTRODUÇÃO

Durante o período em que perdurou, a ditadura brasileira de 1964-1985 estabeleceu direções duradouras e procedimentos administrativos para a atuação do Estado e suas formas de decisão. Da mesma forma, delimitou estritamente a atuação da sociedade, formou quadros na academia e estabeleceu procedimentos para a burocracia e para as forças de segurança do país. Suas marcas são visíveis nos grandes projetos de infraestrutura¹, mas, também, em elementos menos ostensivos, como a conformação do serviço público brasileiro, no espectro das empresas jornalísticas brasileiras e na maneira como o Estado produz e gerencia a informação por ele produzida ou acumulada.

O objetivo do presente artigo é contribuir para a reflexão sobre o destino dos documentos produzidos ou acumulados por órgãos de inteligência do período ditatorial. Metodologicamente, optou-se por discutir o assunto a partir de casos específicos de destruição documental, bem como refletir criticamente o comportamento de órgãos do Judiciário no enfrentamento dessas questões. A análise não prescindiu, também, da leitura de obras especializadas no campo

1 Como exemplo, pode-se citar a Transamazônica (BR-230), rodovia que cruza transversalmente o Brasil atravessando sete estados. Ainda hoje, grandes extensões da rodovia não possuem asfalto e ficam intrafegáveis durante o período das chuvas. A Transamazônica representava não somente um investimento em logística (transporte de mercadorias), mas, principalmente, um projeto de desenvolvimento populacional da Região Norte, com a "colonização" de novas áreas.

do Direito, Ciência Política e História, que permitissem uma aproximação com o conceito de ditadura, entendido como elemento chave para o que se propõe este artigo, bem como fontes primárias (leis, decretos, documentos de arquivos).

O assunto parece-nos de importância dada a permanência de debates públicos a respeito dos legados do regime estabelecido pelo golpe de Estado de 31 de maio de 1964 e, igualmente, dado o expressivo número de documentos atualmente custodiados sobre o período em órgãos públicos, como o Arquivo Nacional, que possui, nessa temática, mais de 13 milhões de páginas de documentos textuais, além de outros tipos documentais (filmes, fotos, mapas etc.).

Trata-se de um conjunto documental ímpar na América do Sul, tanto pela sua enorme extensão quanto, também, pelo conteúdo, que permite vislumbrar o comportamento da imensa máquina de vigilância interna e de repressão posta em funcionamento pela ditadura militar brasileira. Considerando o volume da documentação, bem como sua pluralidade temática, não se tem por objetivo, apresentar, neste artigo, um estudo que contemple cada fundo documental individualmente considerado, mas sim analisar brevemente apenas alguns desses fundos visando extrair características gerais dessa documentação.

Como regra geral, os documentos produzidos por órgãos federais extintos do período de 1964-1985, atualmente localizados, estão no Arquivo Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça do Poder Executivo Federal. Isso ocorre por força do art. 7º, § 2º da lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (“Lei de Arquivos”) que determina que a cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora. Nesse sentido, a caracterização do SNI como um órgão “extinto”, sem instituição sucessora, realizada na reunião ocorrida no Palácio do Planalto, em 5 de novembro de 2005, foi instrumental para permitir a chegada dos documentos no Arquivo Nacional e, posteriormente, para a abertura dessas informações nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Em 2005, defender que a Agência Brasileira de Inteligência - Abin era a instituição sucessora do SNI era uma tarefa tecnicamente complicada, tendo em vista as transformações pelas quais passou a comunidade de inteligência após 1991, com a pulverização das competências do SNI, isto é, daquela parcela de competências avaliada como compatível com os dispositivos democratizantes da Constituição Federal de 1988. Além disso, representaria um desastre político, para uma agência sob um governo progressista, a revelação de que o seu arquivo corrente, de uso diário, não era outro senão o arquivo do SNI, órgão cuja imagem ficou atrelada aos arbítrios do período ditatorial.

Esse conjunto documental compreende, dentre outros, os acervos do SNI - Serviço Nacional de Informações, da EsNI - Escola Nacional de Informações, que funcionava no âmbito do SNI, da CGI - Comissão Geral de Investigações, órgão encarregado de apurar as denúncias de corrupção durante o período da ditadura, da Divisão de Informações da Polícia Federal e do Estado Maior das Forças Armadas, além de dezenas de acervos referentes a órgãos setoriais do Sisni - Sistema Nacional de Informações, tais como DSI - Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios, incluindo a DSI do Ministério da Justiça, Asis - Assessorias de Segurança e Informações e Aesis - Assessorias Especiais de Segurança e Informações.

Expressivo que seja o tamanho desse acervo, ele, contudo, também se notabiliza pelas lacunas, especialmente no que se refere a documentos que possam conduzir ao esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no período da ditadura, como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Antes, contudo, de apresentarmos casos que podem contribuir para o entendimento do porquê existem lacunas na documentação, faz-se importante apontar alguns elementos para debate sobre o conceito de ditadura, tendo em vista que uma das características principais desse tipo de regime é a franca hostilidade à transparência e ao acesso público a informações.

Assim, passamos a discutir, ainda que brevemente, as características do regime instalado no Brasil no período de 1964-1985.

BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE DITADURA

Em meados do século XX, o conceito de ditadura passou a ser compreendido, de maneira geral, como uma forma opressora e arbitrária de governo, por meio da qual um determinado líder, ou grupo, monopoliza o poder político através da força e em detrimento da sociedade. Mais precisamente, o sentido da expressão ditadura experimentou progressiva transformação a partir dos anos 1930 do século passado, em parte como reação aos horrores praticados pelos fascismos alemão e italiano, identificados como “ditaduras” e, em parte, em virtude de construções semânticas realizadas no âmbito de disputas ideológicas ocorridas durante a Guerra Fria.

De fato, para os homens do século XVIII e XIX, por exemplo, fazia pouco sentido qualificar negativamente um governo por este ser uma “ditadura”. Simon Bolívar (1783-1830), cognominado “O Libertador”, assumiu a ditadura na Grande Colômbia, em 1828, após sofrer um atentado. A expressão ditadura não tinha a conotação que tem hoje e, assim, Bolívar foi, em vida, celebrado por ter lutado contra a “tirania” e, ao mesmo tempo, por ter “assumido a ditadura” (CASTRO, 1973).

Tal conceituação recente – da ditadura como um simples regime opressor – comete, na visão de Baher (1996, p. 216), dois “pecados”: o de ser “muito geral, quase coloquial” e o de captar “apenas um dos significados-chave da palavra” ditadura. Esta segunda crítica merece detalhamento, uma vez que se refere, expressamente, a dois aspectos relacionados, porém distintos. O primeiro, ao fato de que esse conceito não abarca situações de hipertrofia temporária da função executiva, com a concessão de poderes especiais a uma pessoa “em função extraordinária, mas perfeitamente legal” (JOLOWICZ, 1967 *apud* BAHER, *Ibidem*)² e, o segundo, de que, nos últimos dois séculos, o conceito de ditadura também serviu para designar bom número de fenômenos diversos entre si, como, por exemplo, a “ditadura do proletariado”³, o “cesarismo”⁴ e o “bonapartismo”⁵.

Neste artigo, utilizamos a expressão ditadura para designar uma forma de organização autoritária de governo, nascida de golpes ou autogolpes, com o estabelecimento de relações verticais, fortemente hierarquizadas, do Estado com a sociedade, inclusive no que se refere ao acesso à informação por parte do cidadão, objeto de interesse mais imediato da pesquisa.

Esse conceito, extraído do pensamento do próprio Baher (1996, p. 217) associa “enfaticamente ditadura a militarismo, politização da sociedade civil, extirpação do império da lei e

2 Um dos cenários citados por Baher, algo remoto historicamente, é o da República Romana (c.509-31 a.C.), que previa a eleição de um ditador, a quem eram concedidos poderes excepcionais, mas temporários, em caso de perigo externo ou grave conturbação interna da República.

3 Na perspectiva de Lenin, o conceito de ditadura do proletariado, extraído da obra de Karl Marx, referia-se a um instrumento de transformação revolucionária em direção à democracia, e não manifestava, em sentido teórico, oposição à perspectiva democrática.

4 Cunhado a partir da ditadura de Júlio César (49 a.C. a 44 a.C.), o conceito expressa o governo baseado na crença de que o líder possui virtudes heroicas. Multifacetado, pode expressar desde governos do tipo “bonapartista”, com forte viés militarista, a governos baseados em manipulações eleitorais (BAERH, 1996, p. 68).

5 Tipo de governo que tem como modelos os regimes de Napoleão I e III, no qual a sociedade civil e as instituições políticas representativas encontram-se subordinadas ao poder policial-militar. O regime bonapartista é instalado a partir de um autogolpe. O líder pretende expressar diretamente a vontade indivisível do povo soberano e tenta, sem sucesso, fundar uma dinastia (BAERH, 1996, p. 46).

subordinação do indivíduo ao princípio da liderança”, opondo-se diretamente ao conceito de democracia⁶. É nesse sentido, portanto, que qualificamos o regime estabelecido, no Brasil, em 1964, como uma ditadura, “dadas as suas motivações, os seus promotores e os seus objetivos” (NETTO, 2014, p. 83).

Portanto, o conceito adotado refere-se a um tipo específico de fenômeno ocorrido, na América do Sul, no mundo político do século XX, restando claro, ainda assim, que as experiências autoritárias assumiram formas bastante diversas durante esse período, variando no tempo e no espaço. As chamadas “ditaduras caudilhistas” ou “ditaduras populistas” sul-americanas, estabelecidas no início do século passado, correspondiam a forças econômicas e políticas algo distintas daquelas que deram origem aos regimes autoritários comandados por militares algumas décadas depois. E mesmo entre ditaduras contemporâneas, tais como os regimes autoritários estabelecidos no contexto da Guerra Fria, torna-se possível estabelecer diferenças marcantes, conforme será visto adiante.

Por outro lado, seria imprescindível, para um tipo de análise mais ampliada, discutir a construção democrática em anos recentes, e as próprias teorias sobre a democracia. Não nos propomos a tanto. Optamos, em lugar disso, por abordar a questão dentro dos limites e possibilidades deste trabalho, evitando saltos históricos e filosóficos mais longos – e necessariamente mais arriscados.

Em lugar disso, importa-nos referir o pensamento de Otávio Ianni (1981, p. 5), que menciona que os agentes da ditadura, incluindo governantes, tecnocratas e membros do alto funcionalismo⁷, sempre insistiram que o planejamento e administração da máquina estatal dava-se através de técnicas que não eram nem de esquerda, nem de direita, mas “politicamente neutras”. Assim, a ditadura adotou o “planejamento” como “técnica e como retórica de governo”. Para evitar quaisquer obstáculos a aplicação desse postulado é que partidos políticos foram suprimidos, políticos cassados e o Congresso Nacional fechado (com o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968). A “neutralidade” da ditadura, contudo, era uma tomada de posição bem definida. Assim, ao lado da técnica “neutra” do planejamento, a ditadura executou, através de seus órgãos de repressão, medidas coercitivas para ampliar e reforçar o seu próprio poder de formular e pôr em prática tais planos e programas.

A predominância de tecnocratas civis ligados a empresários, ou dos próprios empresários atuando como tecnocratas (“tecno-empresários”), levam parte da historiografia nacional a preferir o termo civil-militar em benefício de outro, que qualificaria a participação dos civis: ditadura “empresarial-militar”. É essa, por exemplo, a posição de Melo (2012, p. 53), ao sustentar que essa expressão define com mais precisão a natureza de “uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contrarrevolucionária das classes dominantes”.

Em rápido comentário sobre o tema, parece-nos que o caminho intelectual percorrido no debate sobre a caracterização da ditadura é mais interessante do que qualquer resposta a qual ele possa, afinal, conduzir. Isto é, a respeito de qual é, afinal, a qualificação “correta” para definir a ditadura estabelecida em 1964, dado que se trata de fenômeno multifacetado, complexo e de longa duração.

Por um lado, o processo político, e, a própria presidência da República, permaneceram sob controle direto ou indireto dos militares. Por outro, a ditadura é filha de uma conjuntura

6 Por sua vez, a democracia tem, idealmente, características diametralmente opostas: é pacífica, aberta para a participação da sociedade civil, respeita o primado da lei e protege a liberdade individual.

7 Podemos citar, dentre outros, Roberto Campos e Delfim Neto, da Economia, e Vicente Rao e Alfredo Buzzaid, do Direito. Além de uma pluralidade de presidentes, diretores, chefes e subchefes de órgãos, institutos, fundações e repartições Brasil afora, sem falar no aparato policial e judicial, militar e civil.

específica, que articulou uma rede de apoios na sociedade civil, principalmente entre os elementos mais conservadores desta, mas também externos, no âmbito da Guerra Fria. Por fim, se é bem verdade que as políticas adotadas pela ditadura não eram somente conduzidas a partir da caserna, e que estavam a serviço de “civis” muito específicos, isto é, representantes dos interesses do grande capital nacional e internacional, também é correto afirmar que a ditadura articulou outros segmentos além do empresariado ou dos tecnocratas, como, por exemplo, parcela significativa de setores religiosos nacionais.

Diante do exposto, optaremos neste trabalho, em designar o regime autoritário estabelecido em 1964 simplesmente como uma ditadura militar, cuja natureza pode ser compreendida, conforme sugere Ianni (1981) a partir da predominância dos militares no processo decisório visível, mas também de conjunturas políticas e econômicas internas e externas, e de interesses que estes militares, em última análise, representaram⁸.

Não resta dúvida, por outro lado, que se tratava de uma ditadura brutal. O regime estabelecido, no Brasil, em 1964, assim como outras ditaduras sul-americanas suas contemporâneas, reprimiu duramente qualquer sinal de oposição à continuidade do regime ou de resistência à adoção dos planos e das metas estabelecidos por seus tecnocratas. Nesse proceder, a ditadura brasileira, por intermédio de seus agentes e órgãos de segurança, praticou diversas formas de cerceamento das liberdades civis e de violações contra os direitos humanos, algumas destas de extrema gravidade, tais como assassinatos, torturas e desaparecimentos forçados.

Se é bem verdade que para os povos da América do Sul, e mais precisamente para os da região do Cone Sul, a prática de assassinatos e de torturas, por parte de agentes do Estado, dificilmente poderia ser considerada uma novidade, as ditaduras da segunda metade do século XX alçaram essas práticas a níveis inéditos de profissionalismo e sistematização, desconhecidos na região⁹. A tortura tornou-se um instrumento “profissional”, “sistematizado” e “científico” objetivando a coleta de informações, com o concurso de médicos, psicólogos e, naturalmente, torturadores profissionais, alguns dos quais altamente treinados¹⁰.

Igualmente sofisticado foi o controle aos meios de comunicação e às manifestações artísticas, quando críticas aos governantes ou à realidade socioeconômica, que foram reprimidos pela censura prévia. Em sentido contrário, o regime militar pode contar, na maior parte do tempo, com o apoio decidido dos jornais mais vendidos do país, o que, em alguns casos, representou mais do que a mera publicação de matérias simpáticas ao regime¹¹.

8 Octavio Ianni (1981, p. 46) cita como exemplo que “dados referentes a 1974 mostram que o faturamento das empresas estrangeiras chegou a 42,8% do total, enquanto que as nacionais privadas chegaram a 32%” de aumento. Isto em tempos de arrocho salarial e aumento da desigualdade social.

9 O fenômeno não estava restrito a América do Sul. Em 1958, o militar francês Gabriel Bonnet escreveu “Guerras Insurrecionais e Revolucionárias”, um manual de práticas para combater a “revolução” que tomava conta da Argélia Francesa. Bonnet pregava que os militares deveriam assumir “um espírito de cruzados” na guerra contra o inimigo interno, e adotar quaisquer medidas necessárias, inclusive a tortura. A obra foi publicada, no Brasil, em 1963, e teve grande repercussão nos meios militares.

10 Um dos principais centros de formação de agentes para a contra-insurgência anticomunista foi a Escola das Américas (*School of the Americas*), instituído fundando em 1946, vinculado ao Departamento de Defesa dos EUA, e, até os anos 1980, com sede no Panamá. Também conhecida como “Escola dos Assassinos”, foi denunciada, nos anos 1980, como um centro de treinamento para ações terroristas e para a prática de interrogatórios mediante tortura. No final dos anos 1980, mudou sua sede para o estado norte-americano do Alabama e, em 2001, foi rebatizada como *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation*, ou Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, em Português. Em 1995, o filme “Escola dos Assassinos Americanos”, premiado com o Oscar de melhor documentário curta-metragem, revelou que a Escola continua ativa e formando novos quadros “contra-insurgência” mesmo após o fim da quase totalidade dos movimentos armados de orientação comunista na América Latina.

11 De acordo com os pesquisadores Alípio Freire e Beatriz Kushnir (2012), conglomerados empresariais como o Grupo Folha, que edita a Folha de S. Paulo, atualmente o jornal mais vendido do Brasil, contribuíram financeiramente para a chamada Operação Bandeirante (Oban), que, durante a década de 1970, tinha por objetivo reprimir a dissidência armada ao regime, e no âmbito da qual ocorreram algumas das mais graves violações dos direitos humanos no período da ditadura militar.

No que se refere ao número de mortos – e a baixa letalidade relativa¹² é normalmente argumento utilizado pelos apologistas do regime - o cientista político e brasileiro inglês Anthony Pereira, em sua obra *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina* (2010), busca compreender a diferença entre o Brasil e esses países vizinhos a partir das relações estabelecidas entre o Poder Judiciário e os governos ditatoriais. O autor destaca que, no Brasil, o perfil mais conservador dos integrantes do campo jurídico levou a uma cooperação estreita entre doutrinadores, juízes, promotores e outros integrantes do sistema de Justiça com os governos comandados por militares, em um processo de construção do que o autor denominou de “legalidade autoritária”: a cooperação, como regra, do campo do Direito com o regime ditatorial.

Para o Judiciário brasileiro, a lei era dura, e talvez até mesmo antidemocrática, mas era a lei. Em sentido contrário, na Argentina, os expurgos no sistema judicial se davam comumente em virtude da oposição dos operadores do direito aos ditames autoritários. No Chile, os militares, além de expurgar elementos “incômodos” do sistema judicial, embora em menor escala do que na Argentina, passaram a integrar a própria administração da justiça, com julgamentos civis transferidos para cortes militares. Para Pereira (2010), no Brasil tais expedientes foram inexistentes ou apenas parcialmente adotados.

Outro fato marcante a ser considerado refere-se à montagem de diversos órgãos de espionagem e contrainformação, reunidos sob o Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni), que tinha como órgão cabeça-de-sistema o Serviço Nacional de Informações (SNI). Os acervos remanescentes do Sisni, atualmente recolhidos ao Arquivo Nacional, representam um testemunho impressionante de como o regime militar espionava seus adversários, e de como atuava para desconstruí-los física ou moralmente.

Neste sentido, o primeiro caso de destruição a ser apresentado refere-se exatamente a parcelas do acervo do extinto SNI.

A DESTRUIÇÃO DE DOCUMENTOS DO SNI: UM PROCESSO METÓDICO

O SNI foi desbaratado no dia 15 de março de 1990, por ato do então presidente Fernando Collor de Mello. Certamente, ninguém no Serviço foi pego de surpresa.

Desde o final da década de 1970, com o início da abertura política, e das dificuldades econômicas do regime, o SNI iniciara um longo processo de declínio juntamente com o serviço que o estabeleceu. Durante os anos 1980, esse quadro somente se acentuou, com problemas de material, falta de pessoal e, até mesmo, dificuldades para completar as turmas da Escola Nacional de Informações (EsNI)¹³.

Esse período correspondeu à adoção de novos procedimentos de controle da informação no âmbito do SNI e de todo o sistema Sisni, principalmente a partir de 1974, quando o general Golbery do Couto e Silva, criador e primeiro chefe do órgão, retorna ao governo pelas mãos do presidente-general Ernesto Geisel¹⁴.

12 A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criticada por não adicionar a esse número os 8.350 indígenas mortos em massacres, esbulho de terras, remoções, contágio proposital por doenças infectocontagiosas, prisões, torturas e maus tratos durante a ditadura militar, segundo identificado pela própria CNV (o dado consta em capítulo separado no relatório final). Por seu turno, as estimativas de mortos no Chile e na Argentina também variam: no Chile, entre 5-10 mil mortos, na Argentina, entre 20-30 mil mortos.

13 Como consequência disso, a EsNI incluiu em seu programa para 1989, isto é, após o fim do último governo militar, a disciplina “Disponibilidade de Recursos Orçamentários”, visando retratar “as dificuldades econômicas e financeiras que afetam todos os segmentos do país e a preocupação da EsNI em atender nas melhores condições possíveis a sua atividade-fim” (Acervo do Arquivo Nacional. Fundo SNI. Cód. BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_NRE_0092).

14 Durante o período dos governos “duros” de Costa e Silva e Médici, Golbery retirou-se da vida pública, ocupando a direção da filial brasileira da empresa química norte-americana Dow Chemical.

Golbery estava insatisfeito com a qualidade e escopo das informações produzidas pelo SNI durante o reinado dos “duros” (1967-1974). O Serviço estava bem distante do grupo de elite preconizado por ele, tendo se convertido num vespeiro de conflitos internos do regime e disputas paroquiais. Pior ainda, o CIE – Centro de Informações do Exército movia-se com demasiada autonomia, negando o papel de coordenação do SNI, deixando de compartilhar informações e espionando o próprio governo. Perto do final do governo Geisel, o Centro já tinha até mesmo candidato próprio à sucessão, o general linha-dura Sylvio Frota, ministro do Exército, que não se cansava de elogiar “os serviços que desempenhavam a árdua missão de informações e segurança” (GASPARI, 2004, p.410).

O choque entre o presidente-general Ernesto Geisel – que pretendia ser sucedido pelo então chefe do SNI, o general João Figueiredo, em 1979 – e o general-ministro Sylvio Frota, que tinha a si próprio como candidato, foi resolvido em 12 de outubro de 1977, quando Geisel demitiu o ministro, numa tensa audiência que não durou nem cinco minutos (GASPARI, 2004, p.476). Ainda general, Frota bem que tentou reagir e articular com os “duros” a derrubada de Geisel. Para esse fim, convocou reuniões com o comando do Exército, membros do Estado Maior das Forças Armadas e, até mesmo, com o tenente-coronel Brillhante Ustra, do DOI-Codi/SP.

Mas a guerra estava perdida. A conspirata não dera certo. Com Frota demitido não ocorrera somente uma vitória pessoal do trio Geisel-Golbery- Figueiredo. Era a vitória de uma determinada visão do futuro do regime e da atuação da comunidade de inteligência nele. Por outro lado, restaram fraturadas, como nunca antes, as ligações entre os “duros” e os “sorbonnes”. Se essa divisão era frequentemente fluida, agora os grupos se solidificariam em direções opostas, uma apontando para a continuidade da “Revolução de 1964”, outra para a abertura democrática.

Não é de se estranhar, portanto, que pouco mais de um ano depois do fim desse conflito, em 1978, o SNI tenha começado um programa massivo de reorganização, reavaliação e eliminação da documentação custodiada na Agência Central e em suas agências regionais. Além dos condicionantes políticos, o processo era derivado, também, da evolução das técnicas de arquivamento e recuperação de dados. Não custa lembrar, sobre esse assunto, que a virada dos anos 1970 para os anos 1980 foi demarcada pela popularização (ao menos em nível governamental e empresarial) de sistemas computadorizados digitais.

Pioneiro na utilização de computadores no Brasil e um dos serviços de inteligência mais bem equipados do mundo durante os anos de 1960 e 1970, o SNI já fazia uso, desde 1969, de computadores IBM. Em 1978, quando se dá a grande transformação na gestão das informações por parte do SNI, apenas o acervo de sua Agência Central correspondia a 115.854 Arquivos Cronológicos de Entrada (ACE), sendo que esses documentos eram, na maioria das vezes, compostos por dezenas ou centenas de páginas.

Além disso, do ponto visto técnico, o processo iniciado em 1978 funcionou como preparação para os processos de microfilmagem e implantação generalizada em bancos de dados que seriam disponibilizados em terminais de computadores localizados no SNI¹⁵. Do ponto de vista político, representou a oportunidade de expurgar dos registros milhares de documentos “inúteis”.

15 A instalação desses terminais é mencionada no “Relatório da Divisão de Controle” – 1987. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo SNI. Cód. BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_RAT_0032.

O “Dia D”, como seria conhecida no próprio SNI a data de início desse processo¹⁶, ocorreu em 4 de dezembro de 1978. A partir de então, a todos os documentos de informação do SNI foram atribuídas datas de validade, passando por avaliações periódicas. Os documentos anteriores a essa data, isto é, produzidos ou acumulados antes do “Dia D”, foram denominados D(-), estando sujeitos à avaliação quanto à pertinência/utilidade de serem mantidos. Se fossem considerados úteis passavam à classificação D(+) e estavam aptos à implantação em banco de dados. Se não fossem considerados úteis, eram destruídos com o fundamento de “não terem conhecimentos úteis à atividade de Informações”¹⁷. Os documentos posteriores ao “Dia D” também eram avaliados, mas somente quando expiravam os prazos de validade atribuídos pelos próprios agentes responsáveis por sua elaboração.

Naturalmente, não existia nenhuma justificativa que autorizasse a eliminação de determinado documento “por conter informações inconvenientes ou perigosas”. Contudo, é possível supor que, ao lado de cópias e documentos inservíveis, também tenham sido eliminadas por esse processo informações que hoje seriam consideradas importantes para a reconstrução da história recente do país. Até porque a avaliação da “utilidade” era feita com base na subjetividade e de acordo com os interesses do próprio agente responsável que, no caso, eram destacados pelas vice chefias da Agência Central do SNI¹⁸.

Para que se tenha uma ideia mais clara do processo, cite-se um exemplo específico das atividades empreendidas, conforme informações constantes em documento¹⁹ denominado Rotina de Avaliação da Massa D (-), datado de dezembro de 1981, que de cada três documentos avaliados no âmbito das agências regionais do SNI, pelo menos um era destruído. Se a média foi mantida nos anos seguintes, significa que pelo menos 1/3 dos acervos regionais do SNI foi destruído no período de 1978-1991. O mesmo documento informa, ainda, que na Agência Central do SNI, dos 19.402 documentos avaliados até aquela data, nada menos do que 11.325 tinham sido destruídos, isto é, aproximadamente 58% do volume analisado, percentual que revela a escala massiva da eliminação documental em curso.

O INCÊNDIO DE DOCUMENTOS NA BASE AÉREA DE SALVADOR

Se a destruição de grande parte do acervo do SNI foi um processo controlado e técnico, que tinha por suposto objetivo eliminar apenas aquilo que não apresentava “conhecimentos úteis à atividade de Informações”, um caso ocorrido em 2004 sugere que, no que se refere aos centros de inteligência das forças armadas, os procedimentos de eliminação estavam mais de acordo com a tradição de brutalidade desses órgãos.

Em 12 dezembro daquele ano, no terreno da Base Aérea de Salvador (Basv), foram localizados cerca de duas centenas de documentos, provenientes de diversos órgãos vinculados à comunidade de inteligência da ditadura, como o SNI, o Dops/PE e, principalmente, o Cisa - Centro de Informações da Aeronáutica. Um “detalhe” importante: aparentemente, os documentos tinham sido parcialmente queimados.

Publicamente, a história da localização desses documentos resume-se a seguinte sequência: um informante anônimo entrou em contato com a produção do programa “Fantástico” (TV Globo) para informar que os documentos estavam lá. Com base nesse relato, uma equipe

16 Conforme o “Relatório da Seção de Pesquisa e Arquivos – SE-623”, de 15 de janeiro de 1988. Acervo Arquivo Nacional. Fundo SNI. Cód. BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_RAT_0053.

17 Novamente, de acordo com o “Relatório da Divisão de Controle” – 1987. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo SNI. Cód. BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_RAT_0032

18 Como informado no Memo. 0300/06/AC, expedido em 02 de dezembro de 1980. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo SNI. Cód. BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_DNF_0094_d.

19 Acervo do Arquivo Nacional. Fundo SNI. Cód. BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_DNF_0096_d.

do programa foi até o local e encontrou os documentos que, a princípio, pareciam ter sido destruídos pela ação intencional de alguém que lhes ateou fogo.

Essa versão, segundo apurado pelo autor, é fundamentalmente correta, mas omite alguns detalhes interessantes sobre o ocorrido. Felizmente, foi possível localizar o “informante anônimo”²⁰ com a ajuda do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTMN-BA). Abaixo, está transcrito relato do mesmo sobre o ocorrido:

Recebemos uma dica de que estavam sendo destruídos, dentro da Base Área de Salvador, documentos que pareciam ser do período da ditadura. A dica foi de uma pessoa que entrou lá para trabalhar. Na época, a base estava passando por uma reforma, então muitos operários entravam e saíam diariamente. Aproveitamos esse fato e nos disfarçamos de operários, com capacete e macacão. Conseguimos com isso enganar a sentinela que controlava o acesso de uma das entradas. Depois de um tempo lá dentro, nos dirigimos para a área que tinham nos indicado, que ficava perto de uma cerca. E eram mesmo documentos da ditadura. Inclusive, tinha documentação do Cisa da Aeronáutica. Pegamos tudo que conseguíamos carregar, principalmente aqueles em melhor estado. Muitos documentos estavam imprestáveis, pois além de tacarem fogo neles, tinha chovido em cima. Gravamos e tiramos fotos. Com os documentos dentro dos macacões, nos retiramos da Base. Depois veio a ideia de entrar em contato com uma equipe de televisão. Escolhemos o Fantástico pela audiência. Foi uma loucura depois que o programa passou. Os militares só queriam saber como é que tínhamos conseguido entrar na base, nem ligaram para a destruição dos documentos.²¹

Com a divulgação do caso, foi instaurado o competente Inquérito Policial-Militar (IPM), o qual foi confiado ao brigadeiro-do-ar Ramon Borges de Cardoso. Durante essa fase, foi tomado o depoimento do coronel aviador Narcelio Ramos Ribeiro, responsável pela segurança da Basv naquele dia. Em resumo, o coronel aviador nada viu ou soube sobre a queima dos documentos antes da reportagem do Fantástico²². Uma vez que a reportagem foi ao ar, por volta das oito horas da noite, o coronel aviador armou-se de uma lanterna e foi até o local, encontrando o que restava dos documentos incendiados. Nos dias seguintes, seriam recolhidos pelos militares 78 documentos semidestruídos.

Posteriormente, formou-se a ação penal nos termos do Código de Processo Penal Militar (CPPM) e o caso passou para o controle da Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, com sede em Salvador-BA. Nesta fase, depois de inquiridas outras testemunhas que também de nada sabiam sobre o assunto, deu-se uma “guerra” de laudos entre a Polícia Civil do Distrito Federal e o Departamento de Polícia Federal (DPF). Inicialmente, a análise da documentação coube aos peritos do DPF, mas estes chegaram à espantosa conclusão de que os documentos não tinham sido queimados naquele local. Que algumas das marcas aparentemente causadas por fogo tinham, na verdade, origem em microrganismos que estavam devorando a documentação e que, além disso, os documentos inequivocamente queimados teriam sido incendiados em outro local e apenas depois transportados para a Basv. Para chegar a esta última conclusão, os peritos do DPF analisaram plantas, tijolos e parte do chão de concreto sobre o qual estavam depositados os documentos, concluindo que se estes tivessem sido queimados no local, haveria mais indicativos de ação do fogo sobre esses outros elementos (plantas, tijolos e chão de concreto).

Diante desses achados dos peritos do DPF, houve crítica generalizada no meio político e na imprensa – com direito a nova matéria, no dia 27 daquele mês, no “Fantástico”, e inúmeras

20 Embora ele tenha se identificado a este pesquisador, o mesmo solicitou que fosse preservado o seu anonimato na exposição da pesquisa.

21 Entrevista do “informante anônimo” ao autor deste artigo. Salvador: 18 de março de 2014.

22 Termo de depoimento prestado por Narcelio Ramos Ribeiro em 17.12.2004. Processo IPM n. 15/05, fl. 934. Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar.

reportagens em jornais de circulação nacional. Para resolver a questão, quatro meses após a descoberta dos documentos, por pressão da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)²³, foram convocados peritos da Polícia Civil/DF e estes, ao contrário de seus colegas do DPF, chegaram à conclusão de que os documentos tinham sido destruídos pela ação de fogo intencionalmente ateadado nas dependências da Basv. O então diretor da Polícia Federal, delegado Gerlado Bertolo

Uma rápida visualização dos documentos, como foi possível ao autor deste artigo realizar no GTNM-BA, mostra que a documentação foi, de fato, incendiada. De toda forma, os peritos do DPF não negaram a queima da documentação, mas tão somente que ela tenha sido queimada na área onde foi encontrada. Curiosamente, não foram feitas investigações para apurar se em outras áreas da Basv existiam indícios de queima de documentos, nem foram consideradas as dificuldades de se transportar, com propósitos misteriosos, uma documentação tão fragilizada sem deixar rastros, numa área militar.

De toda forma, ou melhor, de qualquer forma, o processo chegou ao fim em 09 de agosto de 2006, dois anos e cerca de 900 páginas depois do testemunho do coronel aviador Narcelio. Em seu despacho final, a juíza-auditora substituta, Dra. Sheyla Costa Bastos Dias, descartou a prova pericial produzida pela Polícia Civil/DF. Lembrou as palavras “do mestre Hélio Tornaghi”²⁴ de que a “perícia não prova, ilumina a prova”, isto é, de que “a perícia é apenas opinativa, não vinculando a decisão do juiz”²⁵.

Da mesma forma, demonstrou a magistrada incredulidade quanto à possibilidade de que esses documentos tenham sido queimados nas dependências da Basv sem que ninguém tenha visto coisa alguma, adicionando que “uma pessoa com um mínimo de discernimento não pode dar credibilidade de que a queima dos papéis ocorreu por uma ordem legal e nas condições em que foram encontrados na Basv”²⁶.

Por fim, a juíza sugere que, talvez, tudo tenha sido uma montagem, “um teatro de péssima qualidade”. Restava muito claro, para ela, que os documentos tinham sido queimados fora da Basv e apenas depois transportados para lá.

Com qual propósito?

Segundo sugere a Dra. Sheyla, para que alguém pudesse lucrar com a venda dessa notícia para o “Fantástico”.

Seja como for – conclui a juíza – não foi possível determinar a autoria do fato delituoso e, portanto, “arquite-se o presente inquérito, façam-se as anotações e comunicações de praxe” etc²⁷.

23 Conforme matéria “Novo laudo afirma que documentos da ditadura foram queimados na Base Aérea de Salvador”, de Keite Camacho, Portal Agência Brasil. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-07/novo-laudo-afirma-que-documentos-da-ditadura-foram-queimados-na-base-aerea-de-salvador>>. Acesso 14 jun. 2015.

24 Hélio Bastos Tornaghi (1915-2004) foi um processualista brasileiro, autor de diversas obras sobre processo penal. Foi catedrático da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

25 Processo IPM n. 15/05, fl. 934. Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar.

26 Processo IPM n. 15/05, fl. 934. Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar.

27 Cabe destacar que a mesma juíza-auditora Dra. Sheyla Costa Bastos Dias deferiu celeremente pedido de acesso à informação formulado por este pesquisador via Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Justiça Militar (disponível na página do Superior Tribunal Militar – STM, em <www.stm.jus.br>). Isso possibilitou acesso aos autos digitalizados do Processo IPM n. 15/05, enviados via Correios pela secretaria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar. Quanto aos documentos originais (queimados ou devorados por microrganismos), estes se encontram na referida secretaria, à disposição do pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois casos acima relatados ilustram, a nosso ver, que há uma disputa, ainda que silenciosa, ocorrendo pelos arquivos da ditadura civil-militar brasileira, que leva não somente a considerações sobre a posse física dessa documentação e sua destruição, mas, também, o controle sobre as narrativas que dela podem ser extraídas ou legitimadas.

Isso é tão mais importante, no Brasil, porque um dos traços distintivos da experiência brasileira nesse campo refere-se à impossibilidade de responsabilizar perpetradores de graves violações dos direitos humanos durante o regime militar (1964-1985)²⁸, o que destaca a importância das ações voltadas especificamente para a recuperação de fatos históricos relevantes e para a (re) construção da memória sobre a história recente do país.

Os agentes da ditadura, incluindo governantes, tecnocratas e membros do alto funcionalismo, sempre insistiram que o planejamento e administração da máquina estatal dava-se através de técnicas que não eram nem de esquerda, nem de direita, mas “politicamente neutras”. Essa caracterização não somente está de acordo, mas, a nosso ver, também complementa o que Anthony Pereira (2010), em sua obra sobre ditadura e repressão no Brasil, no Chile e na Argentina chama de “legalidade autoritária”: a cooperação, como regra, do campo do Direito brasileiro com o regime ditatorial. Embora Pereira tenha centrado sua análise no comportamento de juízes, suas análises referem-se, de forma mais ampla, ao comportamento de uma enorme variedade de operadores do Direito inseridos no sistema judicial, policial e burocrático do Estado brasileiro, e dos legados que esses comportamentos deixaram para a jovem democracia que reiniciou a sua (re)construção, de forma mais decisiva, a partir de 1988.

Como forma de montar um quadro dessas dificuldades, foram selecionados dois casos emblemáticos de destruição de documentação pública do período de 1964-1985. No primeiro, são apresentados dados que, a princípio, sugerem que entre os anos de 1978 e 1990 foi desenvolvido um massivo programa de avaliação e destruição de documentos no âmbito da Agência Central do SNI e das agências regionais do órgão. Foi possível demonstrar, com documentos do próprio SNI, que, em 1980, nada menos do que 58% do acervo avaliado na Agência Central foi destruído durante o curso desse programa. A justificativa da destruição: “não terem conhecimentos úteis à atividade de Informações”.

O outro caso, referente ao incêndio dos documentos do Cisa na Base Aérea de Salvador”, revela as estranhezas de um caso judicial ocorrido na Bahia, quando documentos queimados do Centro de Inteligência da Aeronáutica (Cisa) foram encontrados em uma área militar. O inquérito policial-militar (IPM) instalado na esteira da enorme repercussão que o caso teve no Brasil é revelador do comportamento do Judiciário brasileiro, e em especial da Justiça Militar, em relação à temática dos arquivos da ditadura.

Em síntese, compreendemos que inúmeras questões levantadas neste artigo, em modesta aproximação com o tema eleito, exigem aprofundamento. Esta é uma necessidade, a nosso ver, articulada com o aperfeiçoamento da “construção democrática” do nosso país e visa ao fortalecimento de uma cultura política de não repetição das graves violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1964-1985.

O outro caso, referente ao incêndio dos documentos do Cisa na Base Aérea de Salvador”, revela as estranhezas de um caso judicial ocorrido na Bahia, quando documentos queimados do Centro de Inteligência da Aeronáutica (Cisa) foram encontrados em uma área militar. O

28 Sobretudo após o Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos da ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ter decidido que a vigência da Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979, denominada de “Lei de Anistia”, impede qualquer persecução judicial em relação a esses agentes.

inquérito policial-militar (IPM) instalado na esteira da enorme repercussão que o caso teve no Brasil é revelador do comportamento do Judiciário brasileiro, e em especial da Justiça Militar, em relação à temática dos arquivos da ditadura.

Em síntese, compreendemos que inúmeras questões levantadas neste artigo, em modesta aproximação com o tema eleito, exigem aprofundamento. Esta é uma necessidade, a nosso ver, articulada com o aperfeiçoamento da “construção democrática” do nosso país e visa ao fortalecimento de uma cultura política de não repetição das graves violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1964-1985.

REFERÊNCIAS

BAHER, P. Ditadura. Verbete. In: OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CASTRO, F. A assombrosa previsão de Fidel Castro em 1973. El Diario de Carlos Paz. <<http://www.eldiariodecarlospaz.com/>>. Acesso em 12 dez. 2017.

FREIRE, A.; KUSHNIR, B. A Folha e a ditadura. Dezembro de 2012. Portal Viomundo. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/alipio-freire-e-beatriz-kushnir-a-folha-e-a-ditadura.html>>. Acesso em 22 dez. 2017.

GASPARI, E. A ditadura encurralada. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

IANNI, O. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MELO, D. B. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural. Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53. Unioeste, Cascável/PR, 2012.

NETTO, J. P. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, A. W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

POLÍTICAS SOCIAIS E DESIGUALDADES DE GÊNERO: UM DEBATE SOBRE A FEMINILIZAÇÃO DA POBREZA

ANA LOLE

*Professora Colaboradora do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social – PUC-Rio
analole@gmail.com*

RESUMO

Neste trabalho partimos da hipótese de que os cenários socio-ocupacionais do Serviço Social na atualidade, marcados por políticas sociais setorializadas, fragmentadas e de cunho feminilista e familista, impactam o exercício profissional e, mais lentamente, a formação dos assistentes sociais. Considerando a crítica à natureza dessas políticas, fragmentadas e focalizadas, não se pode desprezar os “avanços institucionais” que ao longo dos anos de 1980 e 1990 as lutas particularistas empreenderam em termos da visibilidade e da legitimidade do “problema das mulheres”; o que torna tão valiosas as políticas de equidade em nossos tempos. Desta forma, pretendemos trazer subsídios para a reflexão das políticas sociais para além de sua constituição como um componente curricular e de principais empregadores de assistentes sociais. Nessa direção, buscamos visualizar as políticas sociais como uma das formas de enfrentamento da “questão social” e, sobretudo, localizar nelas expressões das relações de gênero, materializadas em políticas sexualizadas.

Palavras-chave: Política Social. Relações de Gênero. Serviço Social. Feminilização. Pobreza.

ABSTRACT

In this paper we start from the hypothesis that socio-occupational scenarios of Social Work today, marked by sectorial, fragmented and feminist and familistic social policies, impact the professional practice and, more slowly, the training of social workers. Considering the criticism of the nature of these fragmented and focused policies, one can't overlook the “institutional advances” that during the 1980s and 1990s particularist struggles have undertaken in terms of the visibility and legitimacy of the “women's problem”; which makes equity policies so valuable in our times. In this way, we intend to bring subsidies for the reflection of social policies beyond its constitution as a curricular component and of main employers of social workers. In this direction, we seek to visualize social policies as one of the ways of coping with the “social question” and, above all, to locate in them expressions of gender relations materialized in sexualized policies.

Key-words: Social Policy. Gender Relations. Social Work. Feminization. Poverty.

INTRODUÇÃO

O debate das políticas sociais é fundamental na formação profissional dos assistentes sociais, tendo sido inclusive definido como o objeto da intervenção profissional no currículo de alguns cursos de graduação que fizeram suas revisões a partir da reconceituação do Serviço Social¹. Ainda que nas décadas seguintes a discussão sobre a matéria da atuação profissional tenha caminhado para a “questão social”, em suas múltiplas expressões, a política social constitui o cenário que emoldura os espaços socio-ocupacionais da profissão.

Desta forma, pretendemos trazer subsídios para a reflexão das políticas sociais para além de sua constituição como um componente curricular e de principais empregadores de assistentes sociais. Nessa direção, buscamos visualizar as políticas sociais como uma das formas de enfrentamento da “questão social” e, sobretudo, localizar nelas expressões das relações de gênero², materializadas em políticas sexualizadas. Este se torna um cenário de produção de demandas de trabalho crescente para os assistentes sociais que desafia os fundamentos teórico-conceituais e técnico-operativos da profissão. Não estamos negando as iniciativas pioneiras nessa matéria (Cf. LOLE, 2014), mas essas iniciativas ficaram marginalizadas no debate profissional e só recentemente localizamos indícios de sua inserção na agenda profissional, muito por causa da dinâmica e da configuração das políticas sociais que “força” o debate de gênero no Serviço Social devido ao exercício profissional.

Convém mostrar ainda que a partir da década de 1990 um conjunto de regulações – entre Leis, normatizações, programas e políticas públicas – passa a apresentar temas vinculados a desigualdades de toda ordem (gênero, sexualidade, geração, raça/etnia entre outras) na agenda de intervenção do Estado.

POLÍTICAS SOCIAIS, DESIGUALDADES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

O caráter focalista e descontínuo, portanto, fragmentado das políticas públicas brasileiras não altera o quadro das desigualdades sociais, pois as mesmas necessitam de investimentos substantivos e substanciais em políticas sociais universais. Contudo, partimos da ideia de que para alcançarmos um escopo universal fundamentalmente é necessário o reconhecimento de demandas “particulares”, sem que isso se torne em particularismos. Diferenciamos da compreensão usual da noção de totalidade, a apreendemos como síntese das particularidades e não negação destas.

Rouanet problematiza as correntes feministas que buscam subterfúgio em afirmações particularistas. O autor aponta que esse fetichismo da particularidade ou a hipostatização da diferença denuncia o caráter ideológico do momento histórico que vivenciamos. Neste sentido, o adversário não é o universal e sim o particular. Na passagem a seguir, observamos tal problematização do autor:

[...] O que está em jogo não são os direitos das mulheres e dos negros, e sim os direitos dos indivíduos de uma certa etnia e de um certo sexo, que querem emancipar-se da discriminação que sofrem *enquanto seres humanos*, e que só podem fazê-lo através de um modelo de homem universal, *cujos direitos incluem a não-discriminação por motivos de sexo e de raça*. (ROUANET, 1993, p. 71, grifos do autor).

1 Este é o caso da revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), de 1993, a qual estabelece que “a formação profissional deve favorecer a compreensão do Serviço Social nas e a partir das tramas socio-institucionais, que configuram o campo das Políticas Sociais públicas e privadas” (UERJ, 1992, p. 4).

2 “Estudar as relações de gênero é estudar sobre a história das mulheres, mas não só. É também perceber as tramas das relações sociais e políticas, pois a história é construída e reconstruída por sujeitos e indivíduos. As relações de gênero nos remetem à esfera doméstica, mas nos apontam para a relação com a esfera pública, evidenciando que a história é feita por homens e mulheres e que a sensibilidade se aproxima da arena política” (LOLE, 2014, p. 17).

No que tange às demandas de gênero, observa-se o caráter contraditório nas formulações das políticas sociais. Se, por um lado, não se pode negá-las como fruto das lutas sociais dos movimentos feministas e de protagonismos de diversas ordens, por outro a configuração destas na qualidade de Políticas de Mulheres acarreta algumas tensões, que comprometem a ideia de universalidade.

Em primeiro lugar, a ideia de política para as mulheres não incorpora os avanços dos estudos de gênero que introduz no debate uma perspectiva relacional e de poder como algo histórico, cultural e não fixo. Esta inflexão no campo das políticas sociais implicaria recolocar os termos da ação, incorporando de um modo mais complexo o conjunto das desigualdades apreendidas na perspectiva das relações de gênero. Em segundo lugar, as políticas com foco nas mulheres seguem reiterando lugares tradicionais de gênero, localizando e mantendo-as exclusivamente na condição de domesticidade e reprodução social.

O campo das políticas sociais tem se operado através da feminilização³ da pobreza⁴ e da familização⁵. Essas tendências têm sido as formas pelas quais o Estado se utiliza para enfrentar a “questão social”. Percebemos essa tendência no campo das políticas públicas, particularmente naquelas que compõem o sistema de Seguridade Social, com destaque para as áreas da saúde e da assistência social. Considerando que os assistentes sociais atuam nesses espaços socio-ocupacionais e que essas tendências exigem uma aproximação com o debate das relações de gênero, identificamos um forte elemento para que os estudos de gênero adquiram uma presença maior na formação profissional na atualidade, já que a formação não está dissociada da atuação profissional.

Sendo assim, no que tange ao Serviço Social, o debate de gênero instiga análises das políticas sociais que “revelam ao mesmo tempo o árduo campo de conquista de direitos, mas também as contradições sociais, políticas e culturais produzidas, considerando-se para tanto, os distintos investimentos narrativos em torno do gênero” (ALMEIDA, 2011, p. 26).

O conceito de feminilização da pobreza foi cunhado nos Estados Unidos (EUA), no final da década de 1970, pela socióloga americana Diana Pearce com o trabalho intitulado *The feminization of poverty: Women, work, and welfare* (1978) e sua expansão para a América Latina acontece durante a década de 1990. O uso deste conceito está longe de ser uniforme ou de referir-se aos mesmos processos históricos e sociais. Em geral, é usado sem maiores esclarecimentos a respeito de seu significado específico, para se referir à “crescente predominância de mulheres entre a população empobrecida” (AGUILAR, 2011, p. 127).

Nos EUA a noção de feminilização da pobreza teve seu relevante desenvolvimento na década de 1980, num contexto onde o debate sobre as políticas sociais era impulsionado por reformas neoconservadoras. Nesta direção, precisamos analisar as contribuições efetivas que as políticas sociais que tangenciam os estudos de gênero apresentam. Tendo o cuidado para não fazer análises unilaterais, por isso consideramos relevante o debate sobre a noção de feminilização da pobreza. A expansão do debate e de políticas e programas voltados para a feminilização da pobreza, nos anos de 1990, fez com que os organismos internacionais incorporassem esse

3 Optamos por usar o termo “feminilização” e não “feminização”, apesar de serem sinônimos, por ser um termo proveniente de feminilidade (Cf. Molinier e Welzer-Lang, 2009).

4 Na contemporaneidade, utiliza-se o conceito de “feminilização da pobreza” com um discurso focalizado nas mulheres em detrimento das relações de gênero. É considerado um conceito polêmico, pois agrupa duas problemáticas: a pobreza e a desigualdade de gênero, correndo-se o risco de reforçar estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, que associam negativamente chefia feminina a esse contexto de modo a identificar tais famílias como símbolo de desorganização (Cf. MACEDO, 2008).

5 Familização é apreendida como a perspectiva em que as políticas públicas concebem que as famílias precisam assumir a responsabilidade primordial pela proteção social de seus membros (ESPING-ANDERSEN, 2000). Ou seja: o familismo evidencia a redução do Estado na garantia de proteção social.

conceito em seu discurso e como requisito para financiamento. Desta forma, temos um discurso centrado nas mulheres ao invés das relações de gênero e em muitos casos substituindo uma categoria por outra (AGUILAR, 2011).

Sobre os programas governamentais de combate à pobreza, voltados em especial para as mulheres pobres, Diana Pearce (1978) considera esses programas como “*Workhouses* sem paredes”, os quais aprofundaram as desigualdades. Segundo a autora, esses programas têm reproduzido e institucionalizado as desvantagens das mulheres que enfrentam situações de pobreza.

A instalação da feminilização da pobreza e suas definições operacionais como um fato consumado não ocorre em um vácuo, pelo contrário, está configurado em formas anteriores sobre lugares socialmente construídos entre homens e mulheres, suas condições de vida e a definição de estratégias de intervenção sobre os problemas sociais hegemônicos em cada momento (LOLE; ALMEIDA, 2017). Aguilar (2011) considera uma ambiguidade o uso da categoria gênero como sinônimo da categoria mulher, sem considerar o caráter relacional da perspectiva de gênero, tal como acentuamos em nossa reflexão anteriormente. Neste sentido, ressalta a autora, a feminilização da pobreza não considera as condições de desigualdades sociais; ponderando somente o quantitativo de mulheres entre a população pobre e as mulheres “chefe de família” sem levar em conta as relações hierárquicas entre homens e mulheres na esfera doméstica.

Observamos que a feminilização da pobreza no cenário contemporâneo surge como um fenômeno de destaque diante do crescimento da pobreza em escala mundial, sugerindo “uma categoria sexuada que parece ter características próprias ao reunir duas fragilidades: ser do sexo feminino e ser carente”, referindo à mulher pobre (LAVINAS, 1996, p. 464).

A presença feminina nas políticas sociais é observada desde a década de 1990, sobre o que destacamos alguns documentos que retratam esta questão: na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing (1995), foi apontado que 70% dos pobres do mundo eram mulheres; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Relatório de Desenvolvimento Humano (1997), assinalava um predomínio das mulheres entre os pobres; o Banco Mundial publicou um documento, *Toward gender equality* (1997), onde expressava a ideia de feminilização da pobreza indicando a focalização nas mulheres em políticas de combate à pobreza.

Assim, os programas de transferência de renda criados a partir da década de 1990, por exemplo, passam a priorizar as mulheres como beneficiárias com as mais diversas justificativas. No caso brasileiro, temos o Programa Bolsa Família (PBF), o qual deveria direcionar suas ações para a família – já que este passou, a partir dos anos 2000⁶, a ocupar um lugar de centralidade no campo das políticas sociais públicas, com destaque para as políticas de saúde e de assistência social –, entretanto, o mesmo reforça a focalização na figura feminina. Na legislação do PBF⁷ é exposto em seu artigo 23-A que: “O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento”. O que nos remete ao debate sobre mulher chefe de família.

Temos vivenciado um momento em que as políticas sociais colocam em cena a questão da família, pois a crise do Estado de Bem-Estar originou na:

6 O PBF foi criado no Governo Lula, em 2003, com o objetivo de unificar os programas implantados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC): Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

7 BRASIL. Decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

[...] adoção de uma 'solução familiar' para a proteção social, quando se caminhou para a redução de dependência em relação aos serviços públicos e para a 'redescoberta' da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades. (MIOTO, 2008, p. 139).

Esse debate é importante para os profissionais que trabalham no campo das políticas sociais, destacando-se a atuação do assistente social, na medida em que permite a reflexão sobre as implicações das relações família e política social no cotidiano do exercício profissional.

Com a Constituição Federal de 1988, temos uma redescoberta da família como fonte privada de bem-estar social. A família é reconhecida como provedora informal de bem-estar, juntamente com outros sujeitos independentes do Estado, como a vizinhança e as redes de amigos. Costa (2002) evidenciou em seu estudo sobre a montagem do sistema de proteção social brasileiro, de que modo este contou com o trabalho informal de mulheres seja na condição de maternagem, seja na transferência de cuidados a outras mulheres. Assim, compreende-se que é na família que se dá, de regra, a reprodução humana, a socialização das crianças e a transmissão de ensinamentos que perduram, por vezes, ao longo de toda a vida dos indivíduos. Na cena contemporânea, o pluralismo de bem-estar é também uma tática de "esvaziamento da política social como direito de cidadania, já que, com o 'desvanecimento das fronteiras entre as esferas públicas e privadas', se alarga a possibilidade de privatização das responsabilidades públicas, com a consequente quebra da garantia de direitos" (PEREIRA, 2006, p. 33).

Nesta perspectiva, poderíamos considerar o PBF como um programa de cunho "familista". Isso significa dizer que:

Na verdade, aquilo que aparece como uma estratégia para empoderar as mulheres está embasado e reforça uma ideia de papel social feminino, bastante tradicional como mãe que sacrifica seus interesses em prol dos da família. [...] Vale dizer ainda que os programas se apoderam em parte do controle de suas vidas (ao estabelecer seus compromissos em relação às condicionalidades) e de suas agendas. Assim, a utilização do termo empoderamento, caro ao feminismo, para justificar a designação das mulheres como beneficiárias dos programas oculta a presença de pressupostos que podem ser conflitantes em termos de alterar as distribuições de poder na família, estimulando relações igualitárias entre homens e mulheres. (FONSECA, 2010, p. 9-10).

Na década de 1980, quando muitas das reivindicações feministas se traduziram em programas e políticas, a criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher e outras instâncias de participação política, buscavam formular propostas e delimitar orientações que visavam introduzir a dimensão de gênero nas políticas públicas. Porém, apesar de percebermos um avanço, como, por exemplo, a formulação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e a implementação de medidas de combate à violência doméstica e sexual; notamos que as ações apesar de pretenderem abarcar o debate de gênero, ainda, são voltadas para as mulheres (LAVINAS, 1996). O que leva à apartação dos homens e, desta forma, sexualiza as políticas.

No caso, por exemplo, do PAISM, em sua estrutura e ações, acaba por distinguir lugares sociais sexuados, que conformam desigualdades de gênero, o que dificulta a concretização dos próprios direitos reivindicados. Ou seja: criado em 1983, para vencer a tendência de reduzir a mulher à sua função reprodutora, confirmou essa função e chegou aos anos 2000 como um espaço eminentemente feminino. Porém, cabe ressaltar que as mulheres nas conferências do Cairo (1994) e Beijing (1995) insistem na convocação da partilha de responsabilidades dos homens na saúde reprodutiva, no intuito de promover uma equidade de gênero e de compartilhar questões referentes ao comportamento sexual e reprodutivo, respectivamente.

Nessa direção, Lavinias (1996) busca avaliar se as políticas de combate à pobreza devem ser sexuadas, tratando, portanto, diferentemente homens e mulheres e procura definir qual o melhor espaço para a implementação de políticas com perspectiva de gênero. A autora destaca que:

O feminismo, na sua prática política e no seu reiterado compromisso com a construção de categorias que dêem conta, no plano conceitual, de forjar instrumentos para apreender a realidade e transformá-la – perfil que, felizmente, nos afasta de etiquetas pós -, encontrou nas *relações sociais de gênero* a ferramenta adequada para tirar o foco do ser mulher – seja como objeto de estudo, de política social anti-discriminatória, de luta ideológica – e colocá-lo nas relações entre os sexos, relações essas assimétricas, contraditórias, antagônicas, base de uma desigualdade que vem de longe e que encerra as mulheres, no plano material e simbólico, em espaços subordinados e papéis e funções desprestigiados, desqualificados e, portanto, mal remunerados. (LAVINAS, 1996, p. 465, grifos da autora).

Ao enfatizar a feminilização da pobreza é importante considerarmos que estamos falando de mulheres pobres, as quais, segundo Lavinias (1996), não irão buscar construir uma cidadania própria a partir do predicado de pobreza, pois não é possível reivindicar o direito de ser pobre. Por isso mesmo, mulher pobre é uma forma de “categorização social forçosamente gestada pelas instituições, pelas elites pensantes, pela classe política. Não é um processo identitário com vistas à constituição de um campo legítimo de interesses e a mecanismos de representação” (LAVINAS, 1996, p. 466).

A autora elabora uma crítica fina à falta de reconhecimento das potencializações entre as categorias classe e gênero, ressaltando que a “pobreza de milhões de mulheres não é apenas relativa, na relação com o sexo oposto, portanto, no que ela tem de decorrente das desigualdades de gênero, mas absoluta – e disso parecemos não estar tão conscientes” (LAVINAS, 1996, p. 470). Ao considerar que a pobreza é relativa e absoluta⁸, Lavinias busca responder seu questionamento se as políticas de combate à pobreza devem ser sexualizadas; afirmando que as mesmas devem ser universais e não hierárquicas, conforme podemos verificar no fragmento abaixo:

Não sendo a mulher pobre mais desigual do que a mulher não pobre, no interior das relações sociais de gênero, julgamos importante que as políticas de combate à pobreza não sejam sexuadas, sendo, ao contrário, abrangentes, universalizantes e não hierarquizantes. Não nos parece pertinente priorizar este ou aquele subgrupo – em função do sexo, da cor, do número de filhos, da situação conjugal – em detrimento de outros igualmente desassistidos, fragilizados e, sobretudo, despossuídos dos meios necessários para uma sobrevivência digna. Se a condição de pobre não atenua as disparidades socioeconômicas entre os sexos, tampouco é ampliada ou agravada pelos antagonismos de gênero. (LAVINAS, 1996, p. 478).

Essa leitura não significa tornar invisíveis desigualdades de gênero no acesso à riqueza, mas buscar os instrumentos que de fato possam incidir sobre o fenômeno, ao invés de fortalecer uma perspectiva que apenas reforça disparidades instrumentalizadas pelo gênero. Lena Lavinias (1996) defende, desse modo, políticas de gênero que, segundo ela e concordamos com a autora, interfiram na dinâmica da reprodução social, na divisão sexual do trabalho entre doméstico e público, pois:

[...] é neste campo de antagonismos entre os sexos que se define o maior ou menor grau potencial de atividade remunerada das mulheres, e, em consequência disso, que se

8 Segundo Laura Tavares Soares (2003, p. 47, grifos da autora), enquanto “o diagnóstico da *pobreza relativa* se faz através da distribuição de renda como um todo, a mensuração da *pobreza absoluta* é feita a partir da quantificação do número de indivíduos ou famílias abaixo de uma determinada linha de pobreza”.

define igualmente o leque real de oportunidades que se colocam em termos de ocupação e emprego para elas. As mulheres, pobres e não pobres, apresentam rendas inferiores às masculinas, taxas de atividades menores, jornadas de trabalho reduzidas porque não são ainda uma força de trabalho verdadeiramente livre e móvel, evidenciando constrangimentos decorrentes do seu lugar na divisão sexual do trabalho doméstico e na maternagem. Políticas de gênero devem buscar atuar sobre essa contradição, contribuindo para ampliar e aprimorar a responsabilidade dos homens nas tarefas reprodutivas em todos os níveis sociais. (LAVINAS, 1996, p. 479).

Questões conjunturais estão mudando as relações de gênero. Com a reconfiguração do Estado e o crescente desemprego masculino, aumenta o trabalho feminino com deslocamento de responsabilidades e de posição nas relações domésticas: homens passam a realizar tarefas antes tidas como femininas, enquanto as mulheres dirigem-se ao mercado de trabalho. A luta pela igualdade de direitos entre os sexos foi fortalecida por este deslocamento de homens e mulheres nos espaços público e privado.

Pesquisas realizadas anteriormente (LOLE, 2003, 2006), com base em observações nas salas de planejamento familiar do Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP/UFF/Niterói), confirmam mudanças na esfera da saúde reprodutiva: mulheres que buscam a não maternidade, a precariedade do sistema de proteção social brasileiro⁹, homens que buscam a contracepção, ausência de políticas públicas para esse campo entre outras. Notamos também, que não somente os motivos econômicos levam mulheres e homens à decisão pela cirurgia de esterilização, mas outros tantos.

Os estudos indicaram que as salas de planejamento familiar do HUAP, a partir da promulgação da Lei do Planejamento Familiar, em 1996, e de sua regulamentação, em 1999, inauguraram o atendimento a homens, mulheres e casais, trazendo elementos de avaliação desses impactos: condutas masculinas diante da contracepção e o medo masculino de engravidar sugeriram novas referências para pesquisas e práticas profissionais nos assuntos da reprodução. Nessas salas, práticas e representações sociais evidenciam a reprodução como “coisa de mulher” e organizam o imaginário sobre a vasectomia. A rede informal com que homens traçam a busca pelo acesso à vasectomia, uma prática social que tem impulsionado importantes conquistas nas políticas de acesso a direitos reprodutivos, revela representações sobre virilidade e tradicionais comportamentos masculinos e muito indica sobre os impactos da feminilização do PAISM. Daí, o papel central ocupado pelas representações sociais na dicotomia entre o masculino e o feminino no âmbito da saúde reprodutiva, inscritas num processo de longa duração histórica.

Assim, corroboramos a preocupação de Lavinias de que as políticas de gênero devem atuar na contradição público/privado:

[...] políticas de gênero devem atravessar todo o tecido social combatendo toda forma de discriminação por sexo, que, como vimos, não se restringe a este ou aquele grupo social. São contradições que exigem tratamento universal. Políticas de combate à pobreza, em que o ponto crítico é a insuficiência de renda, não devem distinguir patamares de carência, hierarquizando níveis de penúria, de miséria, até porque podem estar reafirmando papéis sexuais ao tentar proteger mais este ou aquele grupo. Estas também devem abranger (e o desafio é este: garantir acesso a todos verdadeiramente necessitados) o universo integral daqueles e daquelas cuja cidadania esta ameaçada pela degradação reiterada das suas condições de vida mediante a sua quase exclusão da riqueza das sociedades modernas. (LAVINAS, 1996, p. 479).

⁹ Essa precariedade é visualizada, principalmente, através das formas de proteção social que sustentam a ausência de serviços públicos como creches e escolas, fazendo com que essa “maternidade transferida” (COSTA, 2002) contribua para desmonte das políticas públicas do sistema de proteção social brasileiro.

Lena Lavinas conclui que há desigualdades que são tipicamente de gênero e outras que se dão entre pobres e não pobres. Desse modo, a autora nos apresenta o desafio de articular no plano da formulação de políticas os dois paradigmas: “o das desigualdades econômicas e o das desigualdades de gênero, combinando-os, mas entendendo que ambos não implicam forçosamente a opção por políticas focalizadas, que podem tornar-se até vetor de segregação” (LAVINAS, 1996, p. 479).

No contexto de feminilização das políticas sociais, a feminilização das práticas de educação em saúde reprodutiva e a apartação dos homens desse campo demonstram condutas peculiares à educação diferenciada por sexos que reafirma divisões sexuais em muitas experiências comuns. As pesquisas anteriormente citadas (LOLE, 2003, 2006) com grupos de planejamento familiar demonstram que ao incorporar a demanda masculina, é evidenciada a exigência de definir novas estratégias de administração da saúde reprodutiva e a emergência de novos paradigmas de orientação dessas práticas. Desigualdades sociais e sistemas de poder e subordinação estão, por toda parte, nas relações entre homens e mulheres em suas muitas interseções etc.. Falta avaliá-los em suas repercussões sobre a negação de direitos de cidadania. A sexualização da saúde reprodutiva as coloca em cena.

Portanto, é necessário, entre outras ações, “a criação de políticas públicas que contemplem o aperfeiçoamento dos equipamentos sociais existentes e a criação de novos, a formação continuada de profissionais que atuam nessa área” (ALMEIDA, 2007, p. 36). Sabemos que os estudos de gênero ainda não fazem parte do processo de gestão e planejamento das políticas públicas, apesar de no processo de implementação das políticas nos depararmos com essas questões.

Contudo, o que estamos presenciando nos últimos anos é uma transformação política, social e econômica a qual tem ingerência na flexibilização das relações de trabalho (trabalho terceirizado, temporário e em domicílio), na perda dos direitos trabalhistas, no aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, no aumento das desigualdades de renda entre outras. Diante desse quadro de mudanças faz-se necessário apreender como os sujeitos vivenciam essas expressões da “questão social”, pois:

[...] desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que se possam decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não, que estão sendo gestadas, alimentadas, com inventividade, pela população. (PAIVA, 2000, p. 84).

Assim, a ideia de emancipação, cunhada pela tradição marxista, contraria o pensamento neoliberal, pois a mesma preconiza uma cidadania para todos e não a sua restrição, conforme se materializa através das políticas focalizadas, privadas e sexualizadas desenvolvidas nesse período de hegemonia do neoliberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi debater as políticas de gênero no contexto atual. A formulação dessas políticas sociais por recortes de gênero e outros marcadores sociais, ao mesmo tempo em que atendem a demandas das lutas sociais pelo reconhecimento de direitos, também possibilitam a fragmentação e desmobilização do projeto de emancipação quando se tornam lutas particularistas.

Buscamos recuperar que apesar dos estudos de gênero terem sido incorporados na agenda de intervenção do Estado através de um conjunto de regulações, no processo de implementação dos programas e políticas públicas observamos o foco na mulher através da feminilização da pobreza e da familiarização.

Nesse contexto, faz-se necessário recuperar o debate sobre universalismo, o qual implica no reconhecimento da diferença, uma vez que para alcançarmos a emancipação humana é necessário que as particularidades sejam respeitadas, mas sem conduzir a lutas particularistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Paula Lucía. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. *Katálysis*, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Corpo e gênero: articulando um debate. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 17-27, dez. 2011.

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely Souza de (Org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 23-41.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

COSTA, Suely Gomes. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. La economía familiar. In: ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona: Ariel, 2000. p. 69-100.

FONSECA, Ana. As mulheres como titulares das transferências condicionadas: empoderamento ou reforço de posições de gênero tradicionais?. **Trabalho apresentado no 13º Congresso Internacional da BIEN**, 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/Asmulherescomotitularesdastransferenciascondicionadas.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 464-479, 2º sem. 1996.

LOLE, Ana. **Emancipação para quem?: Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

LOLE, Ana. **Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência da vasectomia**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2006.

LOLE, Ana. **O medo de engravidar também é masculino**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2003.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008.

- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 130-148.
- MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 101-106.
- PAIVA, Beatriz Augusto. Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/CEAD, 2000. p. 79-94.
- PEARCE, Diana. The Feminization of Poverty: Women, Work and Welfare. **Urban and Social Change Review**, Washington, v. 11, p. 28-36, 1978.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-42.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Las dimensiones de la pobreza**. 1997. Disponível em: <http://guiagenero.mzc.org.es/GuiaGeneroCache/Pagina_FeminiPobrez_000078.html>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- ROUANET, Sergio Paulo. A coruja e o sambódromo. In: ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993. p. 46-95.
- SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). Faculdade de Serviço Social. **Currículo Pleno - Curso de Graduação em Serviço Social**. Rio de Janeiro, out. 1992.
- WORLD BANK. **Toward gender equality: the role of public policy**. Washington, D.C.: World Bank, 1997.

NEGRAS REEXISTÊNCIAS FEMININAS NA CONTEMPORANEIDADE

CARLA LOPES

*Arquivo Nacional/Programa de Pós-Graduação
em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
arquivo.historia@gmail.com*

RESUMO

Os processos de reexistências (existir resistindo) estão presentes desde o momento em que as primeiras negras escravizadas aqui chegaram. A explosão do(s) feminismo(s) negro(s) tornou-se mais evidenciada midiaticamente na contemporaneidade desde o ano de 2015, quando foi realizada a primeira marcha nacional das mulheres negras, em Brasília (DF), em 20 de novembro - Dia da Consciência Negra. A marcha congregou mais de 50 mil pessoas, religiosas, jovens, crianças, idosas, lésbicas. Este grupo iniciou seu processo de ruptura com as lideranças masculinas do movimento negro e com o feminismo hegemônico, durante o período da Ditadura Civil-Militar, constituindo o seu próprio lugar de fala. Nosso artigo busca historicizar o Feminismo Negro e o impacto de sua representatividade na sociedade brasileira por meio do conceito de interseccionalidade presente em seus discursos, não mais sob uma entidade, mas pulverizado nos diferentes coletivos existentes.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Mulheres negras. Feminismo negro. Marcha das Mulheres Negras (BR).

ABSTRACT

The processes of reexistence (exist resisting) are present from the moment the first black enslaved here arrived. The explosion of black feminism (s) has become more mediatically evident in contemporary times since the year 2015, when the first national black women's march was held in Brasilia (DF) on November 20 - Black conscience day. The march brought together more than 50,000 people, religious, youth, children, elderly, lesbians. This group began its process of rupture with the male leadership of the black movement and with hegemonic feminism during the period of the Civil-Military Dictatorship, constituting its own place of speech. Our article seeks to historicize Black Feminism and the impact of its representativeness in Brazilian society through the concept of intersectionality present in its discourses, no longer under an entity, but pulverized in the different existing collectives.

Key-words: Civil-military dictatorship. Black women. Black Feminism. March of the Black Women (BR).

INTRODUÇÃO

Os processos de reexistências (existir resistindo) estão presentes desde o momento em que as primeiras negras escravizadas aqui chegaram. A explosão do(s) feminismo(s) negro(s) contemporâneo tornou-se mais evidenciada midiaticamente desde o ano de 2015, quando foi realizada a primeira marcha nacional das mulheres negras, em Brasília (DF), em 20 de novembro - Dia da Consciência Negra.

A marcha congregou mais de 50 mil pessoas, religiosas, jovens, crianças, idosas, lésbicas. O ato político teve como registro público não somente a caminhada, mas também a entrega à presidente Dilma Rousseff, de uma carta de reivindicações intitulada "*Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver como nova Utopia*"¹ que aponta para o Estado brasileiro suas necessidades e intenções:

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.

[...]

Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e a Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros.

O impacto da marcha demarca um momento histórico de retomada do protagonismo do movimento de mulheres negras, que surge de forma institucionalizada no país em plena ditadura civil-militar, na década de 1970, no bojo das lutas antirracistas, que teve como principais articuladoras Lélia Gonzales e Maria Beatriz Nascimento.

Este grupo iniciou seu processo de ruptura com as lideranças masculinas do movimento negro e com o feminismo hegemônico constituindo o seu próprio lugar de fala. Por lugar de fala, que deriva diferentes compreensões, assumimos a reflexão de Ribeiro (2017, p.90): "[...] pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta".

Não pretendemos assumir lugares de falas de outrem, mas historicizar e analisar este fenômeno social tendo como fontes de pesquisa discussões já promovidas por outros autores, documentação dos órgãos de informação do regime militar e observação participativa nas marchas ocorridas nos anos de 2017 e 2018, pois compreender as perspectivas do(s)

1 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>> Acesso em: 13 ago. 2018.

feminismo(s) negro(s) é restituir humanidades negadas (XAVIER apud RIBEIRO, 2017, p. 22) e trazer as falas das mulheres negras, as trajetórias de seus integrantes, que historicamente foram subtraídas.

A atuação do movimento negro tem trazido as histórias dos heróis e heroínas que construíram a história deste país, demonstrando a real dimensão do papel do negro em nossa constituição societária, que não pode ser resumida como uma mera contribuição, seja por meio de produções artístico-literárias seja por estudos acadêmicos.

A Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos oficiais das redes de ensino no país, e mais recentemente a Lei nº 11.645/08, que acrescentou aos conteúdos previamente descritos, os referentes a Cultura Indígena, alavancou a necessidade de sistematização dessa produção.

Todo este material que anteriormente estava restrito aos núcleos de sociabilidades de negras e negros e, muitos deles produzidos academicamente, foi vertido para materiais didáticos e paradidáticos com o objetivo de atender às demandas escolares.

Este processo ampliou a gama de conhecimentos e saberes sobre a história da presença negra em nosso país, mesmo com toda resistência de setores conservadores, e finalmente passou a se fazer presente no cotidiano escolar, por meio do comprometimento político e/ou ativista de inúmeros educadores, negros ou não negros, que para atendimento à legislação educativa foram à luta na busca dessas fontes para a implementação da mesma.

A imensa e profunda história da diáspora africana em nosso país, que passou por quase quatro séculos de escravização do negro, infelizmente, ainda não se encontra toda ela prescrita nos livros escolares vendidos ou naqueles distribuídos pelo Governo Federal.

Em várias obras não se identifica a atuação de negras e negros como por exemplo Abdias Nascimento (artista plástico, escritor, poeta, dramaturgo e ativista do movimento negro brasileiro de 1930 até 2011), e Conceição Evaristo (escritora, que recentemente concorreu a vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL)).

Portanto, historicizar a participação desses sujeitos históricos é mais do que necessária, é urgente. Trata-se de dar visibilidade a uma fecunda produção baseada em teses de doutorado, dissertações de mestrados, ensaios e pesquisas, algumas delas fora dos espaços acadêmicos, mas de valor científico.

UMA BREVE RETROSPECTIVA SOBRE A CIDADANIA FEMININA DURANTE O PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

É preciso atenção para o fato de que é durante o período de escravização que se identifica o “[...] papel multidimensional das mulheres negras no interior da família e da comunidade escrava como um todo” (DAVIS, 2016, p. 17) e a transposição desse “legado laboral” em suas condições de vida atuais, nas quais acumulam tarefas como ser mãe, trabalhadora, arrimo de família, esposa, amante etc. Apesar de participarem de várias revoltas e resistirem à escravidão, a relevância de suas participações públicas e/ou políticas ficaram apagadas nas teias das memórias históricas.

A abolição da escravatura e a implementação do regime republicano, como de conhecimento científico e público, não elevou a condição social de negros e negras, pelo contrário, deixaram-nos em situação de desamparo e apartamento por parte do estado brasileiro.

Durante as primeiras décadas do século XX observamos a associação do liberalismo-capitalismo à democracia. Mas, na realidade, esta não é uma sociedade de homens livres e iguais, mas sim uma sociedade regulada, onde alguns homens e mulheres que a compõe são mais livres e iguais do que outros.

Aliás, esta concepção é a que norteia a sociedade brasileira até os dias de hoje. No Brasil, não há igualdade e liberdade para todos, mas sim para alguns, ficando a maior parte da população, negra, mestiça e analfabeta relegada à exclusão.

Nossa abordagem neste artigo está centrada no protagonismo das mulheres e na renovação do feminismo negro, que nas disputas políticas reivindica o direito à vida, à verdade e à memória em uma luta que não findou.

Para melhor compreensão sobre o período de nossa pesquisa é preciso retroceder no tempo entre os anos de 1889 e 1930. Neste momento histórico é sintomático o aparecimento de várias associações que congregavam diferentes grupos e formalizavam diferentes lutas sociais. De acordo com FONSECA (2009, p. 221):

O associativismo foi um recurso usado pela população para solução de um amplo leque de problemas. Associar-se não só é um mecanismo comum, que a própria experiência humana consagra (“a união faz a força” diz um ditado universal), como também foi sempre incentivado pelas mais diferentes ideologias, encontrando-se tanto na base do catolicismo como do pensamento de esquerda, quaisquer que sejam as suas matizes. No Brasil do final do séc. XIX e início do XX, funcionava também como meio de solução de problemas, de ordem individual ou coletiva. Numa sociedade baseada em princípios liberais, em que o Estado pouco intervinha nas relações profissionais, nem tinha políticas de saúde, habitação, previdência ou lazer, a busca de soluções pela via do associativismo era consequente, sendo uma forma eficiente de pressioná-lo para o encaminhamento de algum tipo de solução, mesmo que paliativa. O associativismo funcionava como um meio dos indivíduos conquistarem e exercerem os seus direitos como cidadãos. (FONSECA, 2009, in PADILLA, 2009, p. 221-237).

É por meio dessa forma organizativa institucional que os movimentos sociais iniciaram os seus primeiros passos, congregando diferentes entidades pelo país, e formalizando suas lutas políticas.

No Rio de Janeiro e especificamente com o movimento feminista não foi diferente. O surgimento de algumas associações foi profícuo e deixou marcas na história nacional. Dentre as instituições que mais obtiveram destaque temos a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)², que tinha como objetivo a inserção da mulher no espaço público. E, é sobre a atuação desta entidade, que traremos luz sobre o movimento feminista institucionalizado durante o período da Primeira Velha (República Velha) e as mulheres negras.

Na literatura corrente sobre o estudo de gênero no Brasil encontramos uma conexão de articulações interna e externamente movida pela FBPF para a conquista do sufrágio feminino, no entanto, em nenhum documento pertencente ao acervo dessa instituição há alguma especificação sobre as mulheres negras, que evidentemente, ocupavam posições sociais distintas advindas do processo de escravização, como bem nos esclarece Angela Davis (2016, p. 35 e 36):

[...] as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração

2 O acervo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) encontra-se sob a guarda do Arquivo Nacional, em sua sede, no Rio de Janeiro e faz parte de nossa pesquisa junto às fontes primárias.

esta que não fazia distinção de sexo criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas expressavam sua condição de igualdade e suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. [...] Mais uma vez, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas ou mutiladas, mas também estupradas. (DAVIS, 2016, p.35 e 36).

Nesta bibliografia pertinente ao feminismo as mulheres negras encontram-se apresentadas na condição das classes subalternas, ou seja, a categoria classe social utilizada invisibilizou as particularidades das mulheres negras, fato que será contestado mais à frente (a partir da década de 1970) por ativistas e lideranças do Feminismo Negro, como Lélia Gonzalez e Maria Beatriz Nascimento.

Entendemos que dentre os objetivos da FBPF estava, não somente a luta pelo voto feminino como, também a promoção da emancipação feminina, através da instrução e criação de um núcleo de sociabilidades, na qual coexistissem o lazer (trocas de informações sobre prendas do lar, por exemplo) e demais atividades pedagógicas que orientassem o contingente feminino para uma atuação política dentro do espaço público de poder.

É na década de 1920, comumente reconhecida como um período de euforia, que se identifica o auge do liberalismo econômico do pós-guerra, reafirmando os ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade; e pelo sistema econômico vigente: o capitalismo.

Tais ideais são reconhecidos, pela antropologia política e social, como representações do imaginário coletivo, que se tornaram um divisor de águas dentro do pensamento moderno, e formador de uma nova noção de cidadania.

A contribuição da mulher dentro deste movimento de transformação da sociedade, ocorrido desde a Revolução Francesa até a 1ª Guerra Mundial, levou a busca da ampliação de seus direitos dentro desta sociedade outrora restritos ao espaço do privado, ou seja, o da família.

Os direitos políticos não lhes cabiam; os direitos de cidadã não lhes foram concedidos nem alcançados, coube-lhes lutar pelos mesmos. E nesse ponto a cidadania torna-se um mito, e a luta pelo sufrágio feminino, em um ritual de passagem para sua obtenção.

A Federação não se limitou apenas à luta pelo sufrágio feminino, mas promoveu também discussões e trabalhos sobre infância, direitos trabalhistas, direitos civis etc. Visando à participação feminina nas demais esferas componentes do Estado e universalizando sua atuação. Apesar deste avanço, encontramos em seu seio alguns preconceitos que se traduziram, entre outros, na preocupação de lutar pelo espaço público, sem perder a feminilidade.

Dessa forma havia uma clara distinção nas profissões consideradas pertinentes ao universo feminino, como taquígrafas, secretárias, professoras etc.; a preocupação do não alinhamento com as anarquistas as “*sufragetes*” inglesas que se mostravam “*agressivas*”, muitas vezes pelos confrontos físicos. Deixando-nos entrever uma distinção do socialmente correto, percebido como civilizado, e o incorreto como pertencente à barbárie.

Essas ações acabaram por reforçar o modelo da exclusão da mulher e desconsiderador com a posição da mulher negra, pois ao se compartimentar os espaços “*propícios*” às mulheres, havia o reforço do preconceito sobre o universo feminino.

O projeto republicano foi fruto de promessas democratizantes feitas por ilustres representantes dessa época, que introduziram uma concepção integralizante, na qual o povo aparecia como uma entidade abstrata e homogênea. Segundo José Murilo de Carvalho defendendo interesses

comuns, entretanto, esta proposta não se evidencia no campo político, havendo uma distinção entre os componentes da sociedade brasileira divididos em duas categorias:

- cidadãos ativos, os que possuem os direitos civis e os políticos e;
- cidadãos inativos ou cidadãos simples, que têm os direitos civis mas não os políticos, estando incluídos nesse grupo as mulheres, os analfabetos, mendigos, os menores de idade, os membros das ordens religiosas, as praças de pré e os pobres por não terem rendas, neste grupo também estão incluído os negros, negras e mestiços.

A diluição de conflito entre esses grupos ocorria devido ao projeto multifacetado da República brasileira, que os açambarcava, conferindo-lhes integração através das noções de povo e pátria, colocadas de cima para baixo.

Os excluídos procuraram penetrar no espaço decisório do poder originando diversos movimentos sociais. A luta feminista, neste início do século XX mostrou-se pacifista e reformista, para alguns, sendo que, a nosso ver, demonstrou um avanço na conquista feminina pelo espaço público, um refletir sobre a própria condição feminina e sua organização, ou ainda, de se institucionalizar a luta feminista de maneira a “arranhar” o *status quo* vigente.

Mas, estes avanços não compreendiam as necessárias especificidades das mulheres negras e nem dos homens negros por conta da presença do racismo na sociedade brasileira, que:

[...] é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagem ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam. (ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 25).

Sem a devida compreensão do racismo e de sua capilaridade em nossa sociedade o movimento feminista brasileiro não forneceu o acolhimento necessário a este grupo de mulheres e nem percebeu (consciente ou inconsciente) as políticas necessárias para o grande fosso de desigualdades que separava as mulheres brancas das negras e mestiças.

Mas, onde estavam essas mulheres e homens negros? Na verdade, por conta desta fundamental especificidade encontravam-se no interior de diferentes associações criadas no bojo do movimento político de mobilização racial negra que eles implementaram.

Também se utilizando do associativismo como modelo institucional de luta negras e negros criaram diferentes entidades, que pautavam a inserção do negro na sociedade por meio da Educação e da Cultura, como condição fundamental de luta pelo direito ao espaço público.

Junto com a chamada imprensa negra, produzida somente por negros, e muita das vezes fomentada por essas associações, foi possível denunciar e identificar as questões que afligiam negros e negras como trabalho, habitação, educação, saúde e a segregação racial.

Algumas dessas instituições eram lideradas somente por homens, reproduzindo a subalternização da mulher negra, que era uma auxiliadora presente entre estes grupos, mas não reconhecidas. Mas, mesmo assim, é possível identificar algumas poucas entidades estritamente voltadas para as mulheres negras como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas, mas cuja atuação tem-se poucos registros. A constituição da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, foi um marco para os negros, pois esta organização foi a de maior potência política e social até aquele momento existente.

A FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com ‘delegações’ – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia),¹⁹ arregimentou milhares de ‘pessoas de cor’, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa (DOMINGUES, 2007, p. 106).

E, é de dentro desta associação, que teremos a projeção de uma mulher negra, que consegue ultrapassar as barreiras internas impostas pelo corpo masculino. Seu nome é Laudelina de Campos Melo, que diante de sua própria condição de trabalhadora doméstica desde os 20 anos de idade, funda uma associação de empregadas domésticas, em 1936, na cidade de Santos (SP), o que vem a fortalecer sua trajetória de militância política.

É importante ressaltar que o ativismo de Laudelina de Campos Melo, também esteve voltado para a elevação da autoestima da mulher e da juventude negra, promovendo atividades sociais e culturais, como baile de debutantes, por exemplo.

Diferente dos concursos de beleza vigentes a questão da autoestima do povo negro, e em especial, das mulheres reflete a necessidade de agregar valores a um corpo coisificado, e ainda objetificado. Aliás, foi uma prática comum entre os clubes negros a promoção de concursos de rainhas e princesas negras.

Se a FNB teve um alcance nacional durante a Primeira República, e teve em seus quadros de destaque para a história da mulher negra no Brasil, a militante Laudelina Campos.

No Rio de Janeiro, durante a Era Vargas, teremos o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento em 1944, outra associação negra de onde surgirá uma nova entidade destinada aos interesses femininos – o Conselho Nacional da Mulher Negra, em 1950. Ainda que não seja um órgão público o estabelecimento desta instância dentro do próprio TEN deixa entrever os avanços do protagonismo feminino negro e de sua agenda de luta.

Aproximando-nos do período do estabelecimento da Ditadura Civil-Militar observa-se um aumento de negras e negros nos espaços acadêmicos, fato resultante do acúmulo das lutas empreendidas anteriormente, demonstrando que o Movimento Negro de fato foi educador e formador de uma militância dentro de um dos campos estratégicos de conhecimento e poder – a Academia; e do chamado “Milagre econômico” (década de 1970) que propiciou o surgimento de uma classe média negra.

Estes dados são fundamentais para entendermos o ressurgimento de instituições e coletivos negros de forma organizada e mobilizadora no país, a partir da década de 1970.

Além disso, as influências externas relacionadas, sobretudo, ao comportamento cultural e à experiência dos negros norte-americanos – expresso, por exemplo, no movimento da *soul music* –, e também à política, originou um sentimento de consciência de Negritude, de modo isolado ou intrinsecamente, compreendido como uma ideologia identitária a partir da independência dos países africanos.

Outros fatores externos seriam as lutas pelos direitos civis, como as ações políticas de *Malcom X* e dos Panteras Negras, a performance de *Muhammad Ali (Cassius Clay)* e a descolonização da África.

De fato, a partir das décadas de 1970 e 1980, o movimento negro assume “um discurso radicalizado contra a discriminação racial”, em alguns casos sob forte influência esquerdista e, em outros, articulado com as lutas pelas liberdades democráticas, consolidando um novo marco em sua história com a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação

Racial (MNUCR), em 1978, que no ano seguinte passou a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU).

As bandeiras de luta defendidas pelo movimento social serão consideradas como crimes passíveis de punição pela Lei de Segurança Nacional (LSN). Nessa ocasião, vigorava a lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que, em seu artigo 36, previa a pena de reclusão de dois a 12 anos para todo aquele que incitasse “o ódio ou a discriminação racial”. A partir deste enquadramento, todas as atividades desenvolvidas pelo movimento negro e seus integrantes, passaram a serem vistas como subversivas, conforme se verifica na produção documental do Serviço Nacional de Informação (SNI), sob a guarda do Arquivo Nacional.

É preciso destacar pontos relevantes de atuação do Movimento Negro neste período histórico:

(1) a centralidade da pelo Movimento Negro à raça como construção social, acompanhada da sua ressignificação e politização, (2) e a explicitação da complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais. A partir do final dos anos de 1970, o Movimento Negro, juntamente com alguns intelectuais negros e não negros, alertaram a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente uma herança de um passado escravagista, mas, sim um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre plano econômico, político e cultural. (GOMES, 2017, p. 26).

De acordo com a documentação existente no Arquivo Nacional verifica-se uma explosão de entidades negras, no bojo das lutas antirracistas empreendidas a partir da década de 1970³.

É no cenário do final da Ditadura Civil-Militar e início do processo de redemocratização no país (1985) que a força e a potência feminina se projetam nacionalmente. Tendo como referência deste movimento Lélia Gonzales e Maria Beatriz Nascimento, não podemos deixar de ressaltar o papel de liderança que as mesmas exerceram dentro do Instituto de Pesquisa e Culturas Negras (IPCN), onde congregaram outras companheiras como Azoilda Trindade, Cristina Daniel Cruz, Édila Silva das Virgens, Estela da Costa Monteiro, Irani Maia Pereira, Léa Garcia, Jurema Gomes da Silva, Oir Nascimento de Oliveira, Pedrina de Deus, Shirlei da Silva, Suzete Paiva, dentre outras, formando o grupo denominado Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (REMUNEA)⁴.

Além disso, a participação ativa de Lélia Gonzales e Maria Beatriz junto as camadas populares e periféricas, onde estavam, e estão localizados até hoje, a maioria da população negra era frequente.

Com base na documentação do SNI, no Arquivo Nacional verifica-se uma grande convergência das mulheres negras em congressos, encontros travando diálogos interseccionais, ainda que tal conceituação teórica não fosse posta sob os cânones acadêmicos, na prática por meio da militância, essas mulheres negras já implementavam tal concepção de atuação.

Desta forma, é a partir desse momento que identificamos o rompimento das mulheres negras com as lideranças masculinas do movimento negro e com o feminismo hegemônico constituindo o seu próprio lugar de fala “Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal.” (RIBEIRO, 2017, p. 70).

3 Conforme levantamento do Instituto de Estudos da Religião (ISER) publicado em 1988, com o título “Catálogo de entidades do movimento negro no Brasil”, elaborado com o auxílio de vários integrantes do movimento, naquele ano, já existiam um total de 573.

4 SANTOS, Ellen Mendonça Silva dos. Movimento de mulheres negras no rio de janeiro: amefricanidade, interseccionalidade e a implementação de políticas públicas na constituinte de 1988. (monografia, 2015).

A partir do ano de 2000, com a criação pelas mulheres negras da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) para articularem suas participações na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001, encontramos este grupo fortemente alicerçado e disseminado em todo o país através de instituições formais como é o caso do Geledés - Instituto da Mulher Negra, ou coletivos informais e mobilizando a sociedade por meio de discursos e ações:

contra hegemônicos no sentido de que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias, visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante. (RIBEIRO, 2017, p. 90).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BOBBIO, Norberto - **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BONCAHI, Gabriela; GROPPPI, Angela (orgs.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- BRASIL. **Carta das Mulheres Negras**. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classes**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta antirracista no Brasil**. **Cadernos. Pagu**, junho de 2007.
- ESCOBAR, Giane Vargas. **Para encher os olhos: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão (1960-1980)**. [Tese de doutorado]. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11634/Escobar%2c%20Giane%20Vargas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 out. 2018.
- FONSECA, Vítor. **Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1916**. In: PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria. **Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina**, n.º 5, outubro 2009, Lisboa: ACIDI, p. 221-237.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2017.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **Catálogo de entidades do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ASSISTENTES SOCIAIS, ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL E A RESISTÊNCIA CONTRA O REGIME DITATORIAL NO BRASIL (1964-1985)

INEZ STAMPA

*Professor do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio
inestampa@ig.com.br*

RESUMO

O estudo busca revelar informações relacionadas a assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que sofreram perseguições políticas durante o regime de exceção ocorrido no país de 1964 a 1985. O caráter eminentemente feminino da profissão, sobretudo naquele período, e os métodos de vigilância e repressão utilizados para o “tratamento dispensado aos subversivos” mostram-se ainda mais perversos quando mulheres estão envolvidas. O regime militar prendeu, torturou, exilou, executou milhares de estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadoras brasileiras. Foi o período da política brasileira em que foi institucionalizada a grande escalada da violência contra os direitos humanos por meio da prática da edição de atos institucionais. Nos documentos e depoimentos encontrados nesta pesquisa, vários inquéritos e depoimentos apontaram a tortura psicológica e física como instrumentos utilizados por membros do governo e grupos militares como forma de mostrar quem estava no comando.

Palavras-chave: Serviço Social. Resistência. Memória. Ditadura Militar.

ABSTRACT

The study seeks to disclose information related to social workers and social work students who suffered political persecution during the exception regime that occurred in the country from 1964 to 1985. The eminently feminine character of the profession, especially in that period and the methods of surveillance and repression used for the “treatment of subversives” are even more perverse when women are involved. The military regime arrested tortured, exiled, executed thousands of students, intellectuals, artists and Brazilian workers. It was the period of Brazilian policy in which the great escalation of violence against human rights was institutionalized through the practice of editing institutional acts. In the documents and testimonies found in this research, several inquiries and testimonies pointed to psychological and physical torture as instruments used by members of the government and military groups as a way of showing who was in charge.

Key-words: Social Work. Resistance. Memory. Military dictatorship.

INTRODUÇÃO

Após a implantação da ditadura militar em 1964, fazia-se necessário ao novo governo criar mecanismos legais que tornassem possível a articulação e a implementação de suas decisões políticas em prol da governabilidade do país. Visto que a Constituição de 1946, vigente até então, tornava o regime militar inexecutável, os Atos Institucionais (AI) vieram substituí-la na medida em que se edificavam como instrumentos de legalidade para acomodar as ações políticas dos governos militares. Com isso, foi aberto o caminho para os membros dos governos estabelecerem legalmente uma gama de poderes a eles mesmos de caráter extraconstitucional. Erigidos sobre a argumentação de que os atos institucionais objetivavam combater a corrupção e a subversão, foram decretados, entre 1964 e 1969, 17 atos com 104 atos complementares que davam poder quase absoluto ao Executivo (FICO, 2001).

A partir do decreto AI-5, publicado em 13 de dezembro de 1968, a repressão se ampliou com o cerceamento aos instrumentos de luta, como os sindicatos, os movimentos populares, estudantil e rural. Militantes foram exilados e, a partir de 1971, de forma mais extensiva, muitos foram torturados e mortos. Este foi o momento mais duro da ditadura militar, pois, com o AI-5, os que eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, perdiam o direito ao Habeas Corpus e passaram a ser julgados por tribunais militares, sem recurso (REIS FILHO, 1990).

É sobre este contexto de graves violações de direitos que trata a pesquisa que teve início em 2015, intitulada “Serviço Social, trabalho, trabalhadores e ditadura militar no Brasil”. O estudo busca revelar informações relacionadas a assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que sofreram perseguições políticas durante o regime de exceção ocorrido no país de 1964 a 1985. O caráter eminentemente feminino da profissão, sobretudo naquele período, e os métodos de vigilância e repressão utilizados para o “tratamento dispensado aos subversivos” mostram-se ainda mais perversos quando mulheres estão envolvidas (CASTRO, 1989).

O regime militar prendeu, torturou, exilou, executou milhares de estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores brasileiros. Foi o período da política brasileira em que foi institucionalizada a grande escalada da violência contra os direitos humanos por meio da prática da edição de atos institucionais. Estes estabeleciam a legalidade da censura, da perseguição política, tortura, assassinato, desaparecimento, prisões arbitrárias, supressão total dos direitos Constitucionais, repressão a todos que se manifestavam contrários ao regime, enfim, é a falta absoluta de democracia.

Nos documentos e depoimentos trabalhados nesta pesquisa identificamos que muitas assistentes sociais e estudantes foram presas e sofreram graves violações de direitos e ficaram “à sorte” de todos os tipos de torturas. Além das torturas, houve outros tipos de violações, tais como cassação de mandato, aposentadoria compulsória, demissões, assistentes sociais vivendo na clandestinidade, sendo presas, torturadas, e estudantes sendo “afastadas” de suas unidades de ensino e perseguidas. A partir do golpe dado em 1º de abril de 1964, os trabalhadores foram, “sem dúvida, esmagados, marginalizados” (SOUSA; FRANCO; ISHAQ, 2012).

Através do exame de documentos que até recentemente não estavam acessíveis à consulta pública, busca revelar violações de direitos que sofreram as assistentes sociais e as estudantes de Serviço Social, por não aceitarem a realidade imposta por ditadores, e que lutaram e resistiram a esse período sombrio da história brasileira recente. Muitas foram presas à época, e acusadas de exercerem atividades subversivas (STAMPA; RODRIGUES, 2016). O nosso intuito é contribuir para informar a sociedade sobre esse período que se caracterizou pela falta de liberdade de expressão, com regressão e retirada de direitos, para que tenhamos mais

elementos para respeitar e valorizar a liberdade e a construção socio-histórica da profissão e do país.

Essa fase do estudo, de agosto de 2017 a julho de 2018, caracterizou-se pela sistematização das informações sobre 60 assistentes sociais e 35 estudantes de Serviço Social encontradas nas bases de dados do Arquivo Nacional (D-Space e Sala de leitura Virtual) e nos bancos de dados (Memórias Reveladas e BNM- Brasil Nunca Mais Digital).

Além dessas fontes, buscamos, através de pesquisa exaustiva, depoimentos e entrevistas de assistentes sociais que sofreram com a ditadura militar. Pesquisamos em relatórios de comissões da verdade, livros, sites etc. Foram localizados documentos e depoimentos que mostram claramente graves violações de direitos.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), junto com os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), exerciam pressão e atuavam no sentido de coagir ou ameaçar as atividades organizadas dessas mulheres. As assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que, em algum momento, foram atingidas de forma direta pelo regime ditatorial, estavam ligadas a alguma organização política (clandestina e de esquerda) e foram acusadas de “subversivas” e, quando presas, eram enquadradas na Lei de Segurança Nacional que, em 1969, com o Decreto-Lei Nº 898, inovou ao introduzir no ordenamento jurídico as penas de morte e de prisão perpétua.

As informações encontradas foram sistematizadas e mostram, além das perseguições e torturas, que nesse período ocorria também a “reconceituação” do Serviço Social brasileiro, que manifesta o propósito de romper com as origens teórico-metodológicas do pensamento conservador e positivista e com os padrões puramente interventivo e reformista (NETTO, 2005). Assistentes sociais e estudantes de Serviço Social participaram desse momento de questionamentos e debates, o que, muitas vezes, foi motivo da perseguição sofrida.

PRINCIPAIS ACHADOS

O Ato Institucional Nº 2, em outubro de 1965, determina eleições indiretas para presidente da República e estende aos civis a abrangência da Justiça Militar e extinção de todos os partidos políticos e permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional quando bem entender. Na prática, podendo existir apenas dois partidos políticos: um governista e outro da oposição consentida. São criados a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), este último encarregado de fazer oposição, mas sem contestar o regime.

Nesse contexto, o SNI, na instância federal, junto com os Dops, nas instâncias estadual e municipal, além do Distrito Federal, exercia pressão e atuava no sentido de coagir ou ameaçar as atividades organizadas de trabalhadores e ativistas. Vejamos um exemplo de como era feito o registro da vigilância e das informações sobre os “subversivos”:

[...] Maria Helena Teixeira de Lacerda - codinome “Marília” - assistente social, com 27 anos - MG, presa preventivamente, como incurso na Lei de Segurança Nacional. Consequente à efetivada prática de delito tipificada pelo art. 43 e sob as seguintes circunstâncias fáticas: ‘Em decorrência das investigações sigilosas que vinham sendo efetivadas pelo CODI, em termos das atividades de organização clandestina e subversivas, intituladas “Ação Popular” (AP) e “Ação Popular Marxista Leninista” (APML), neste Estado, de âmbito Nacional e sob orientação metodológica Leninista, cuja linha de ação visa ‘a tomada do poder pela violência através da luta armada (Fonte: BNM-169(1), p.152).

As assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que, em algum momento, foram atingidas de forma direta pelo regime ditatorial, estavam ligadas a alguma organização política (clandestina e de esquerda) e foram acusadas de “subversivas” e, quando presas, eram enquadradas na Lei de Segurança Nacional que, em 1969, com o Decreto-Lei Nº 898, inovou ao introduzir no ordenamento jurídico as penas de morte e de prisão perpétua (REIS FILHO, 1990).

Os órgãos de vigilância e repressão estudavam e registravam dados para que a “comunidade de informações” do regime tivesse elementos bem consistentes para a vigilância, captura e controle das organizações de esquerda. Esses registros eram distribuídos a todos os órgãos do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni). As atividades de espionagem e de polícia política foram as mais minuciosamente planejadas e executadas, com a criação do Sisni, instituído quando da aprovação do Plano Nacional de Informações (PNI) pelo SNI, por meio do Decreto Nº 66.732, de 16 de junho de 1970. O Sisni era coordenado pelo SNI, em seu mais alto nível, e composto por organismos setoriais de informações no âmbito dos ministérios civis e militares do Poder Executivo, alcançando as autarquias e as empresas públicas a eles vinculadas. Ao Sisni também foram acoplados, por canais técnicos, os órgãos de informações da alçada dos governos e dos estados da Federação. O Sisni estabelece dois ramos de atividades de informações: a informação, propriamente dita, e a contrainformação, isto é, a tentativa de neutralizar as atividades de informações dos “inimigos”.

Na história do Brasil, assim como na história de todos os países nos tempos mais recentes, tem sido marcante o papel desempenhado pelos estudantes nas lutas políticas e sociais de seus povos. Em nosso processo histórico, o meio estudantil serviu de caldo de cultura para a fermentação do sentimento nacionalista frente à dominação colonial, impulsionou as lutas pela Abolição e pela República e participou de todas as grandes viradas políticas vividas pelo país neste século (REIS FILHO, 1990).

Em 1937, foi fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), que existiu, a partir daí, como símbolo e entidade unificadora das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas do ensino, quanto às guiadas por motivações políticas explícitas: em defesa da democracia, em solidariedade às lutas operárias, em favor dos direitos humanos, contra as ditaduras (STAMPA; RODRIGUES, 2016).

No ano de 1968, aproveitando o impacto de uma avalanche mundial de manifestações estudantis que atingiram centros tão diferentes quanto Paris e Praga, o movimento estudantil saltaria para ocupar, no Brasil, o primeiro lugar nas mobilizações de protesto e manifestações de descontentamento frente ao governo, sendo porta-voz dos descontentamentos da sociedade frente ao regime militar. É preciso deixar claro que a maioria das organizações de esquerda que atuavam no Brasil recrutou seus militantes especialmente no meio universitário.

Neste mesmo ano (1968), houve uma operação (Operação Ibiúna) empreendida pelas forças do governo, que levou à prisão centenas de estudantes durante o Congresso da UNE, realizado em um sítio, em Ibiúna (SP). Segundo o documento “Resultados dos processos de Ibiúna”, o serviço de inteligência da Dops de São Paulo vinha obtendo informações, desde a morte do estudante Edson Luiz, em 28 de março de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, de que grupos de esquerda contavam com a adesão do movimento estudantil e previam sua absorção em um movimento mais amplo e radical, chamado Proletário de Libertação. Em outubro de 1968, o Dops tomou conhecimento do planejamento do XXX Congresso da UNE (entidade posta na clandestinidade pelo regime), a ser realizado em Ibiúna, área metropolitana de Sorocaba, SP. Um levantamento topográfico foi realizado no local, com indicação de vias de acesso e saída e identificação dos postos de observações e segurança. Um relatório completo foi elaborado com todos os dados e levado à apreciação das autoridades executivas. Com a posse de todas

as informações, foi organizada a ação repressiva. O Dops uniu-se à força pública e, com o 7º Batalhão de Caçadores, no dia 12 de outubro de 1968, efetuou a prisão de 693 estudantes no local conhecido como Sítio Murundu (FICO, 2001).

Em seu depoimento, Maria Beatriz Costa Abramides, aluna do curso de Serviço Social da PUC-SP, a chamada “Escola da Rua Sabará”, diz:

[...] Logo que entrei na faculdade, me enfiei no movimento estudantil, aprendi e me convenci que devia ser marxista, socialista, compreender o protagonismo do proletariado, o internacionalismo de classe, a atualidade da revolução. Lutávamos contra a exploração do homem pelo homem, contra todo tipo de opressão. Lutamos contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo. Apoiamos as greves operárias de Contagem e, de forma ativa, a greve de Osasco. Entrei para Ação Popular (AP)- de Orientação Marxista-Leninista-, tendência cuja origem saiu dos quadros da JEC\JOC\JUC (Juventude Estudantil, Operária e Universitária Católica) vinculada à Teologia da Libertação, ala progressista da Igreja. Fazia parte do Grupo de Trabalho Revolucionário (GTR), na frente estudantil. [...] As teses do movimento estudantil para a universidade eram de universidade crítica, popular, democrática, em uma luta pela universidade pública, laica, gratuita, universal, como hoje lutamos. [...] “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”, era nossa palavra de ordem. No dia em que fui presa, chegamos à noite para o 30º Congresso em 1968, que ocorria em Ibiúna (SP), após várias horas de maratona, várias escalas, paradas, olhos vendados, mas de fato nada seguro. Tomamos um sopão e, no dia seguinte, após a fila enorme do café, num frio danado, mal iniciava a mesa de abertura, fomos surpreendidos pela repressão. Nós mulheres, ao passarmos por vistoria, éramos chamadas de “putas” pelos “gorilas”, por termos pílulas anticoncepcionais conosco. Lutávamos contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo, pelo socialismo, direito à sexualidade e decisão sobre nossos corpos. A luta pelo direito ao aborto era parte de nosso debate [...]. (CFESS, 2017, p. 57-62).

Em busca de dados sobre estudantes de Serviço Social, encontramos registros de 27 estudantes na base de dados D-Sapce do Arquivo Nacional. Também encontramos um documento no banco de dados BNM, com a seguinte informação: “A ré, estudante de Serviço Social em Goiânia, foi presa em flagrante na agência de correios da Praça Cívica, naquela cidade, dia 18/01/1970, quando postava algumas cartas contendo escritos de denúncia contra o regime militar. Foi detida por policiais que estavam vigiando a postalização de correspondência naquela agência, após ter sido apreendida pelo correio de Anápolis cartas de teor assemelhado. A ré, Clarissa Sena Balduino, de 23 anos, aluna da Faculdade de Serviço Social Católica de Goiânia foi presa no dia 18-01-1970” (Fonte: TOMO II- Vol I - A pesquisa BNM(1), p.169).

A próxima ilustração traz trecho do documento original.

Ficha de Clarissa de Sena Balduino - SNI

1 - o auto de prisão em flagrante relativo a CLARISSA DE SENA BALDUINO (fls. 41/42), com as declarações constantes de fls. 4 a 9; 12 a 17; 21 e 47, constituem sobreja prova de que a mesma, no dia 18 de janeiro de 1970, na Agência Central da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sítio à Praça Cívica, Goiânia, por volta das dezessete e trinta horas, depositou em caixas coletoras de correspondência, dos envelopes tipo ofício, todos com uma cópia mimeografada de carta atribuída ao Padre JEAN TALPE, e um anexo desta denominada Corrente Democrática, de teor altamente subversivo, tendo como fôcho:

* Venceremos
 Abaixo a repressão da ditadura
 Abaixo as torturas
 Abaixo a censura da imprensa
 O povo na luta derruba a ditadura *

2 - os panfletos mencionados com os respectivos envelopes (cópia autêntica), encontram-se a fls. 104 a 107; 108 a 111; 212 a

Fonte: Base de Dados Brasil: Nunca Mais. BNM_543 (4) Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_06&pesq=Clarissa%20Sena>. Acesso: 12 jul. 2018.

A importância em apontar esse documento reside no fato de que ele representa uma prova indiscutível da existência de censura postal no Brasil durante o regime militar, embora as autoridades sempre desmentissem com ênfase denúncias nesse sentido.

Em um depoimento para o CFESS (2017), Ana Maria Tereza Fróes Batalha, estudante à época, diz: “Eu, como representante eleita em assembleia da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador, assim como todos os estudantes, fui enquadrada na Lei de Segurança Nacional. As limitações decorrentes do enquadramento, para mim, duraram aproximadamente três anos e foram superadas após contratação de advogado, quando pude circular livremente sem precisar prestar contas ao Serviço Nacional de Informação (SNI), tirar habilitação para dirigir e, por fim, trabalhar” (p. 142).

Ainda em seu depoimento, disse que o regime militar prendeu, torturou, exilou, executou milhares de estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores brasileiros. Foi o período da política brasileira em que foi institucionalizada a grande escalada da violência contra os direitos humanos por meio da prática da edição de atos institucionais. Estes estabeleciam a legalidade da censura, da perseguição política, tortura, assassinato, desaparecimento, prisões arbitrárias,

supressão total dos direitos Constitucionais, repressão a todos que se manifestavam contrários ao regime, enfim, á falta absoluta de democracia.

Em documentos e depoimentos encontrados nesta pesquisa, vários inquéritos e depoimentos apontaram a tortura psicológica e física como instrumentos utilizados por membros do governo e grupos militares como forma de mostrar quem estava no comando, quem podia controlar a população.

Em 1975, foi enviado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) um esclarecedor registro elaborado por presos políticos sobreviventes das práticas de tortura cometidas durante o regime militar. O documento relatou uma série de abusos das autoridades, tais como:

[...] queimar, com cigarros, nádegas e saco escrotal do torturado (quando se tratava de presas, queimam-se principalmente os seios); arrancar com alicate pelos do corpo, particularmente os pelos pubianos; obrigar o torturado que se mostra com sede- às vezes provocada pela ingestão de sal- a beber salmoura; introduzir buchas de palha de aço no ânus e nelas aplicar descargas elétricas; vestir o preso em camisa de força ou obrigá-lo a permanecer durante horas algemado ou amarrado em camas ou camas, ou ainda mantê-lo por muitos dias com os olhos vendados ou com um capuz na cabeça; amarrar fio de nylon entre os testículos e os dedos dos pés e obrigar a vítima a caminhar; manter o preso sem comer, sem beber e sem dormir por vários dias, confinando-o por longos períodos em celas fortes (também chamadas de “cofre”), que são pequenos cubículos sem janela e sem ventilação; acender refletores de luz muito intensa, fazendo-a incidir nos olhos da vítima.

A metodologia da tortura e os utensílios eram abrangentes, vejamos alguns exemplos dos muitos modos de torturas aplicadas aos que lutavam contra a ditadura militar:

O pau-de-arara consistia numa barra de ferro que era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo conjunto colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo. Este método quase nunca era utilizado isoladamente, seus complementos normais eram eletrochoques, a palmatória e o afogamento.

O choque elétrico foi um dos métodos de tortura mais cruéis e largamente utilizados durante o regime militar. Geralmente, o choque dado por um telefone de campanha do exército que possuía dois fios longos que eram ligados ao corpo nu, normalmente nas partes sexuais, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos. O acusado recebia descargas sucessivas, a ponto de cair no chão.

[...]

No afogamento, os torturadores fechavam as narinas do preso e colocavam uma mangueira, toalha molhada ou tubo de borracha dentro da boca do acusado para obriga-lo a engolir água. Outro método era mergulhar a cabeça do torturado num balde, tanque ou tambor cheio de água (ou até fezes), forçando sua nuca para baixo até o limite do afogamento.

A cadeira do dragão era uma espécie de cadeira elétrica, onde os presos sentavam pelados numa cadeira revestida de zinco ligada a terminais elétricos. Quando o aparelho era ligado na eletricidade, o zinco transmitia choques em todo o corpo. Muitas vezes, os torturadores enfiavam na cabeça da vítima um balde de metal, onde também eram aplicados choques.

Na geladeira, os presos ficavam pelados numa cela baixa e pequena, que os impedia de ficar de pé. Depois, os torturadores alternavam um sistema muito frio de refrigeração e um sistema de aquecimento que produzia calor insuportável, enquanto alto-falantes emitiam sons irritantes. Os presos ficavam na “geladeira” por vários dias, sem água ou

comida.

A palmatória era como uma raquete de madeira, bem pesada. Geralmente, este instrumento era utilizado em conjunto com outras formas de tortura, com o objetivo de aumentar o sofrimento do acusado. Com a palmatória, as vítimas eram agredidas em várias partes do corpo, principalmente em seus órgãos genitais.

Vários tipos de agressões físicas eram combinados às outras formas de tortura. [...]

De certa forma, falar de tortura psicológica é redundância, considerando que todo o tipo de tortura deixa marcas emocionais que podendo durar a vida inteira. Porém, havia formas de tortura que tinha o objetivo específico de provocar o medo, como ameaças e perseguições que geravam duplo efeito: fazer a vítima calar ou delatar conhecidos (PALMAR, s/d).

Identificamos que muitas das assistentes sociais que foram presas no período sofreram graves violações de direitos e quando presas ficaram “à sorte” de todos os tipos de torturas possíveis. Além disso, houve outros tipos de violações, tais como cassação de mandato, aposentadoria compulsória, demissões, assistentes sociais vivendo na clandestinidade, sendo presas, torturadas e estudantes sendo “afastadas” de suas unidades de ensino e perseguidas. A partir do golpe, dado em 1º de abril de 1964, os trabalhadores foram, “sem dúvida, esmagados, marginalizados” (REIS FILHO, 1990, p. 23).

Em depoimentos, a assistente social Ana Côrtes, que foi presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, em 1967, e graduou-se em 1968, viveu na clandestinidade como operária metalúrgica em São Paulo e na zona canavieira de Pernambuco de 1969 a 1974.

No dia 7 de junho de 1974 foi sequestrada por seis homens armados, que invadiram sua residência em Garanhuns (PE), sendo imediatamente imobilizada e ameaçada de morte. Foi colocada no piso de um carro e levada para a cela do DOI-Codi em Recife (PE). Foi submetida a sessões continuadas de torturas, penduradas por argolas com os pés fora do chão por longos períodos, recebendo choques elétricos nas orelhas e nas mãos. Foi levada para o DOI-Codi/Oban-SP, sendo torturada por uma semana, com tortura física e psicológica, forçada a depor, completamente despida, por equipes que se revezaram ininterruptamente. Estando no primeiro mês de gravidez, teve ameaças de aborto em consequência das torturas. Passou por três períodos de prisão: de 7 de junho a 1º de agosto de 1974 no DOI-Codi, Recife, e de 3 de setembro a 8 de outubro de 1974 no Hospital Beneficência Portuguesa, Recife. Sendo absolvida em 1º de dezembro de 1976. Em 1975, trabalhou como assistente social da Prefeitura Municipal de Aracaju, mas foi impedida pelos militares de realizar trabalho com as comunidades (CFESS, 2017).

A assistente social Marilda Iamamoto contou à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora detalhes de sua prisão durante o regime militar:

Fui sequestrada na porta da minha casa”, lembrou.

Marilda é assistente social, formada pela universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde teve início sua militância. Durante a faculdade, nos anos de 1967 a 1971, militou no movimento Juventude Universitária Católica (JUC), participou ativamente do diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social e também do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Representou a Faculdade de Serviço Social na UNE, que à época era considerada ilegal. Vinculada ao movimento Ação Popular (AP), durante o Congresso da E, que ocorreu em Ibiúna no ano de 1968, Marilda ajudou a organizar “pequenos comícios” em ônibus e espaços públicos juiz-foranos, denunciando prisões efetuada pelo regime. “Nunca participei da luta armada. O que fazíamos é o que hoje o movimento estudantil faz numa instância democrática”. Ressaltou.

Assim que se formou, a assistente social foi convidada para ministrar aulas na Universidade Católica de Minas (UCMG), hoje Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e posteriormente foi aprovada em concurso do antigo INPS, hoje Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), passando a ser lotada na coordenação de Bem Estar no serviço de assistência ao menor excepcional, em Belo Horizonte, cidade onde ficou detida no DOI-Codi por 62 dias. Por intermédio de um professor da PUC-Minas, também militar, pode receber a visita de seus pais nos primeiros dias de cárcere. “Ele dizia que rapidamente eu seria liberada, mas aí bateu a conexão com o movimento estudantil de Juiz de Fora, e resolveram me manter detida”, recordou.

Marilda relatou à CMV-JF as agressões sofridas e o que viu no tempo em que ficou presa. Nos dois primeiros dias de prisão, ficou sem dormir, passou mais de 24 horas sem água e comida. No terceiro dia, começaram as torturas físicas e a tortura psicológica intensificou-se. Tapas, socos no ouvido, choques nas mãos e ameaças constantes. “Sofri muitas agressões, fui inquirida, tiraram minha roupa, ameaçaram dar choques nos seios, na vagina, agressões do ponto de vista da minha pessoa por ser mulher”, relatou.

Após esse período no DOI-Codi de Belo Horizonte, foi julgada e condenada a seis meses de prisão. Após ser libertada, Marilda se casou, e sofreu na pele, junto com seu marido, a perseguição da ditadura. Perderam várias oportunidades de emprego, em diferentes lugares do país, o que ela denominou como “caça às bruxas”. (Relatório à Comissão da Verdade de Juiz de Fora, 2015, gentilmente cedido pela depoente para uso nesta pesquisa).

Vários depoimentos e documentos foram colhidos ou localizados durante a pesquisa. Apresentamos alguns exemplos, pois no espaço deste trabalho não é possível trazer mais dados.

CONCLUSÃO

O estudo mostrou que o Serviço Social precisa conhecer melhor o período da ditadura militar no Brasil no que se refere às atividades de estudantes, professores e assistentes sociais na luta contra o regime, para que aspectos ainda pouco debatidos sobre a sua história e sobre a própria história do país, fundamentais para o entendimento do processo de renovação da profissão, sejam objeto de mais debates.

Esta pesquisa, além de mostrar violações de direitos que sofreram assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, também nos levou a concluir que o espaço de tempo que é sustentado pela ditadura militar determinou um período que se traduz de extrema importância para o Serviço Social no país. Pode-se afirmar com segurança que esse momento histórico restringe uma etapa do desenvolvimento da profissão na qual reflete, de modo imediato e indireto, uma falta de posicionamento político mais explícito em momentos anteriores de sua história. Na sua formação, emerge a crítica social desenvolvida no início da década de 1960 (reconceituação), que supunha rupturas com o sistema político dominante, mas a ditadura isolou esta vertente até a segunda metade da década de 1970. A renovação do Serviço Social se processou durante e após a ditadura militar, conservando uma ligação intrincada e bastante complicada com a representação conservadora anterior a profissão.

REFERÊNCIAS

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1989.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura**. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciaContraDitadura.pdf>>.

FICO, C. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5-20, nov. 2005.

PALMAR, A. F. Site **Documentos Revelados**. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/>>. Acesso em 10 ago. 2018.

REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUSA, T. E.; FRANCO, P. E.; ISHAQ, V. **A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. (orgs.). **Ditadura e transição democrática no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA DA MODA

ALINE LOURENÇO DE OLIVEIRA

*Mestre em Serviço Social pela
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
lourrensse@gmail.com*

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar o estudo, cuja abordagem recai sobre as expressões da precarização do trabalho no mundo da moda, em especial na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é evidenciar elementos que estão por trás das relações de trabalho como a intensificação e a ampliação da exploração do trabalho precarizado, como um processo advindo da acumulação flexível do capital e das medidas impostas pelo neoliberalismo, afetando a classe trabalhadora, de modo geral, e as costureiras, em particular. Neste sentido, nosso foco está na contextualização da dinâmica do capital, nas mudanças recentes no mundo do trabalho no Brasil, junto ao crescimento do trabalho precário, informal, a feminização da força de trabalho, bem como o “mundo da moda” e sua relação com as trabalhadoras prestadoras de serviço.

Palavras-chave: Capitalismo; Indústria da moda; Precarização do trabalho; Trabalhadoras; Costureiras.

ABSTRACT

The purpose of this study is to present the study, which focuses on the expressions of the precariousness of work in the fashion world, especially in the city of Rio de Janeiro. The objective is to highlight elements behind labor relations such as the intensification and expansion of the exploitation of precarious work, as a process coming from the flexible accumulation of capital and the measures imposed by neoliberalism, affecting the working class, in general, and seamstresses, in particular. In this sense, our focus is on the contextualization of capital dynamics, recent changes in the world of work in Brazil, together with the growth of precarious, informal work, the feminization of the workforce, as well as the “fashion world” and its relation with female service providers.

Keywords: Capitalism; Fashion industry; Precariousness of work; Workers; Seamstresses.

INTRODUÇÃO

O trágico episódio de desmoronamento do edifício Rana Plaza em Bangladesh no ano de 2013, matou mais de 1.100 trabalhadores (em sua maioria mulheres), o prédio abrigava várias oficinas precárias de produção de roupa que prestavam serviço para diversas marcas de vestuário. No Camboja, o crescimento das chamadas *Sweatshops* (fábricas de suor), são conhecidas como oficinas em condições desumanas de trabalho, com jornada superior ao permitido por lei, muitas vezes com uso de trabalho infantil, violência psicológica e condições desfavoráveis à saúde. Temos também, a expansão do mercado de couro para a produção de sapatos, bolsas e outros artigos em nações com alto índice de pobreza como a Índia¹, que trazem efeitos devastadores ao meio ambiente a saúde do trabalhador. No Brasil, há denúncias frequentes sobre condições precárias na indústria da moda, como o flagrante de trabalho análogo à escravidão sofrido pelos imigrantes bolivianos e peruanos, em especial na cidade de São Paulo. Estes, são exemplos concretos do modo de produção capitalista, quando a indústria da moda, a partir das empresas, adotam formas e condições de produção e de trabalho precárias, terceirizando e superexplorando mão de obra em busca de grandes lucros.

É partir desse breve cenário sobre as condições de trabalho no mundo da moda, que procuramos indicar que a precarização do trabalho e da vida do trabalhador, envolvendo subcontratação, bem como a realocação geográfica de processos produtivos, para garantir a elevação da produtividade e o aumento de lucro, gerando implicações como a desterritorialização da produção e dos serviços, mudanças que afetam profundamente a classe trabalhadora.

Ao pensarmos no caso brasileiro, vivemos em uma conjuntura que parece facilitar e naturalizar esse tipo de relações de trabalho. Somado a isso, temos o presente contexto de oficialização da desregulamentação do trabalho, implementado pelo atual governo e que provavelmente será aprofundado pelo próximo governo já eleito, com a contrarreforma trabalhista, regulamentação da terceirização em toda a sua atividade, tentativas de alteração no termo análogo ao escravo, ações que dificultam as ações e fiscalizações pelo Ministério do Trabalho.

A proposta deste trabalho é apresentar de forma sucinta parte do estudo desenvolvido durante o mestrado, cuja abordagem recai sobre as condições de trabalho de costureiras que trabalham em e/ou para confecções na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é evidenciar elementos que estão por trás das relações de trabalho no mundo da moda. No caso específico deste artigo, a intensificação e a ampliação da exploração do trabalho precarizado, como um processo advindo da acumulação flexível do capital e das medidas impostas pelo neoliberalismo, afetando a classe trabalhadora, de modo geral, e as costureiras, em particular.

Para isso são necessárias reflexões, ainda que de forma breve devido ao tipo de comunicação aqui apresentada. Neste sentido, nosso foco está contextualização da dinâmica do capital, nas mudanças recentes no mundo do trabalho no Brasil, junto ao crescimento do trabalho precário, informal, a feminização da força de trabalho, bem como o “mundo da moda” e sua relação com seus profissionais de base que, neste caso, será restrito às costureiras.

MUDANÇAS RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO

Para Mota e Amaral (1999, p.23), as transformações do mundo do trabalho devem ser vistas como um “processo de reestruturação econômica do capital e ambiente de intervenção política das classes e do Estado”. É uma iniciativa própria ao estabelecimento de um “novo equilíbrio”, pois reorganizam o papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do

1 Embora em acelerado processo de industrialização e com enorme contingente populacional (ou seja, com fartura de mão de obra barata) a Índia apresenta impressionante concentração de desigualdade social, semelhante ao Brasil. Hobsbawm (1995) se refere ao Brasil como “monumento à desigualdade social”.

capital e, também, criam mecanismos sociais, políticos, culturais e institucionais necessários para a manutenção do processo de reprodução social, como uma alternativa ao padrão fordista.

Harvey (2012, p.140) define este processo como acumulação flexível, “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, e se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Esse padrão organizacional desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, onde: a produção é diretamente ligada à demanda; o trabalhador possui multiatividades de funções, operando simultaneamente várias máquinas; a produção deve ser feita em menor tempo, com controle na reposição e no estoque de peças; é inserido um círculo de controle de qualidade (CCQ); e, a terceirização e a subcontratação são centrais nas relações de trabalho.

Essa reorganização, segundo Antunes e Druck (2015), se dá em uma hegemonia da “lógica financeira” criando um novo “conteúdo ao modo de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, efemeridade e descartabilidade”, tornando os trabalhadores descartáveis, desmontando o trabalho contratado e regulamentado, dando espaço a vários modos de terceirização, informalidade e precarização “ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor” (Antunes; Druck, 2015, p.20).

Portanto, as mudanças ocorridas no capitalismo, no contexto da acumulação flexível, romperam com o padrão de produção fordista e trazem consequências para o mundo do trabalho, sucateando os direitos trabalhistas, terceirizando a força de trabalho e fragilizando a organização sindical dos trabalhadores. Com isso, o Estado é reorganizado para favorecer as novas mudanças no âmbito da produção capitalista, passando a ter um papel de “gestor dos negócios da burguesia financeira”, amparado no neoliberalismo, com a desregulamentação do mercado e do trabalho. Dessa forma, nas relações entre Estado, sociedade e mercado, as medidas são voltadas para “mecanismos de privatização, para as pressões do empresariado e da burocracia estatal, para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a naturalização da superexploração do trabalho” (Mota; Amaral, 1999, p.37). Segue-se, assim, uma lógica financeira, que atinge também todos os campos da vida social (Antunes, 2015, p.20). Vivemos, no Brasil, um contexto de oficialização da desregulamentação do trabalho e de empobrecimento da classe trabalhadora, uma ação política, econômica e cultural de cunho conservador, reforçada e implementada pelo atual governo. Essa conjuntura naturaliza as mais precárias relações de trabalho em favorecimento das grandes empresas. Além disso, as tentativas de redefinição do conceito de *trabalho escravo*², a regulamentação da terceirização irrestrita da mão de obra em todo processo produtivo, as reformas trabalhista e previdenciária, compõe um pacote de desmonte por completo de todo ganho e luta da classe trabalhadora.

A regulamentação da terceirização irrestrita trouxe consigo a “flexibilização” total das atividades da empresa e coloca em xeque a garantia de leis básicas de proteção ao trabalhador, abrindo brechas para abusos como a possibilidade de aumento de horas de trabalho, acidentes de trabalho, crescendo novos elementos à exploração do trabalho, como a legalidade da “quarteirização”³.

No que tange à contrarreforma trabalhista, temos alterações de mais de 100 pontos da CLT, como a “flexibilização” do contrato de trabalho e a legalização de novas formas de trabalho possibilitando a negociação de direitos, antes garantidos por lei, entre patrões e empregados,

2 Segundo Rezende (2000) a legitimidade da expressão trabalho escravo pode ser contestada ao ser utilizada para exprimir as formas de trabalho ainda presentes no mundo capitalista contemporâneo, pelo fato da escravidão ser ilegal em quase todos os países.

3 Fica permitido à empresa de terceirização subcontratar outras empresas para realizar serviços de contratação, remuneração e direção do trabalho a ser realizado por seus trabalhadores nas dependências da contratante. Fonte: site da Câmara Legislativa.

como, por exemplo, hora de almoço, jornada de trabalho e trabalho em ambientes insalubres. Um claro retrocesso e ataque à proteção social do trabalho.

A contrarreforma da previdência, apesar de estar parada, desconsidera o contexto em que vivemos – tempos de trabalho precário e informalização (Machado da Silva 2003), o que é evidenciado com a regulamentação da lei da terceirização. No caso das mulheres, o panorama parece mais desanimador, por possuírem jornada dupla de trabalho, ocuparem, em sua maioria, postos de trabalho mais precarizados, bem como remuneração inferior à dos homens. Essas mudanças nas relações de trabalho são expressões inconfundíveis do avanço nas relações precárias de trabalho e de um retrocesso na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

A indústria da moda, por estar inserida no contexto de produção capitalista e ter o consumo como uma de suas bases, sabemos, a princípio, que se apropria de qualquer condição ou situação que se revele útil para a abertura do seu mercado, no intuito de maximizar os lucros, como a produção *fastfashion*, mas não somente nele, usando de superexploração do trabalho, com todos os exemplos de desrespeito às leis trabalhistas, apropriação cultural, trabalho análogo ao escravo, em nome da busca de uma “identidade” impressa nas peças e oferecida aos seus consumidores.

O ENTRELACE DA MODA AO CAPITAL

A aproximação com trabalhadoras costureiras na cidade do Rio Janeiro, a partir deste estudo, nos trouxe muitas inquietações. Uma delas foi a compreensão de que há uma relação de trabalho com as costureiras externas (profissionais que prestam serviço via confecções, responsáveis por produzir modelagem, peça-piloto, ou via facções, onde as peças são montadas e costuradas, ou até mesmo em domicílio) e que as mesmas fazem parte do grupo de trabalhadores com relações informais de trabalho na indústria da moda. Antes dessa aproximação, o fato de não serem funcionárias da fábrica não fornecia condições de visualizá-las como pertencentes à classe trabalhadora, devido ao pouco contato que era estabelecido naquele ambiente, já que são “externas”.

O fato das marcas estarem flexibilizando a produção, com uso de trabalhadores externos, por meio da terceirização ou sobcontratação, acaba levando à criação de pequenos grupos de produção, como facções, empresas familiares, grupo de trabalhadores que produzem em casa. Assim, para baratear mais a produção, esses grupos acabam por violar regras básicas de relações e condições de trabalho, tornando-o precário e até mesmo análogo ao trabalho escravo.

A expressiva mão de obra feminina nesse ramo evidencia a importância de entender como se constituem essas relações de trabalho feminino. De acordo com Leite (2004) o aprendizado da costura como parte da formação das meninas, adquirido informalmente como peça de socialização feminina, é um importante fator para entender a predominância de mulheres em confecções de costura e de como é feito o uso dessa força de trabalho. Para Antunes (1999), o trabalho feminino tem sido absorvido no universo do trabalho precarizado e desregulamentado, de baixo salário e com jornadas prolongadas, além da jornada doméstica vinculada à mulher. O autor coloca que o capital se apropria da polivalência do trabalho feminino e dos conhecimentos que as trabalhadoras trazem de suas atividades tanto domésticas quanto produtivas. Afirmativa que se mostra intensa nas relações estabelecidas com as costureiras externas na experiência relatada.

O aumento do trabalho precarizado e da mão de obra barata favorecem a indústria moda, seja com o trabalho de imigrantes, seja em países periféricos, na busca do máximo de lucro, terceirizando sua produção, contratando profissionais temporários, pagando baixos salários e explorando massivamente seus trabalhadores. É neste grupo de trabalhadores que encontramos o sujeito do nosso objeto de estudo, as costureiras.

Segundo Hirata (2011, p.16), “o aumento do emprego feminino a partir dos anos noventa é acompanhado do crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário, uma das características principais da globalização numa perspectiva de gênero”. Nota-se, de acordo com a autora, uma bipolarização de empregos femininos, onde, de um lado, estão mulheres executivas exercendo profissões intelectuais e, de outro, mulheres em ocupações tradicionalmente femininas. Ressalta a autora que as consequências da precarização do trabalho são diferentes entre homens e mulheres. E que a mulher acaba sendo mais atingida por essa precariedade. Observa-se o agravamento das desigualdades sociais entre as próprias mulheres, desigualdades que podem ser vistas, como, por exemplo, nas relações de trabalho entre as estilistas e as costureiras.

Além das mudanças ocorridas na organização das empresas, em seu dimensionamento e localização, ambas promovidas pela reorganização da produção e da gestão da divisão do trabalho, ampliaram-se formas antigas e precárias de trabalho, como também ocorre a atualização das mesmas para manterem-se rentáveis ao capital (Mattos, 2005). Neste caso, o trabalho em domicílio, relação muito comum entre as marcas de vestuário e as costureiras, ganha uma nova roupagem através da terceirização. Silva (2014, p.53) esclarece que a “outra forma de trabalho reinventada pela reestruturação produtiva é o trabalho em domicílio, através da terceirização, posto na informalidade, sendo um exemplo da fragmentação imposta pelo capitalismo”. As particularidades do trabalho de confecção, no contexto de um processo generalizado de terceirização das atividades do setor, acabam por acarretar a multiplicação do trabalho em domicílio (Leite, 2004).

Porém, é importante pensar as consequências do desenvolvimento da indústria da moda, com todos os exemplos de desrespeito às leis trabalhistas já citados, pois muitas vezes não é considerado os processos estruturais e a responsabilidade da exploração do trabalho.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Como dito anteriormente, o objetivo deste estudo é evidenciar elementos que estão por trás das relações de trabalho como a intensificação e a ampliação da exploração do trabalho precarizado. Desta forma, no que se refere ao caminho metodológico, a pesquisa possui cunho qualitativo exploratório, pois, segundo Minayo (2002, p.41), se “preocupa [...] com nível de realidade que não pode ser quantificada”, e sendo exploratória “tem como objeto proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses” (Gil, 2002, p.41).

No que concerne aos procedimentos técnicos, que estão sempre acompanhados pelo referencial teórico norteador da pesquisa que contribui para esclarecer melhor o objeto de investigação, iluminando as determinações que colaboraram para esse cenário, sejam elas políticas, ideológicas e econômicas, foi feito um levantamento bibliográfico de produções recentes sobre o tema para auxiliar na aproximação do objeto de estudo. No campo empírico, o procedimento utilizado para a coleta e análise dos dados foi a entrevista semiestruturada. Essa abordagem “busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais” (Minayo, 2002, p.57).

O campo empírico da pesquisa são as confecções, facções e domicílios, que são espaços de trabalho das costureiras. A amostra foi feita no bairro de Benfica e na Baixada Fluminense, mais especificamente nos municípios de São João de Meriti e Nova Iguaçu. A escolha da região de Benfica foi pelo fato de apresentar um número considerável de confecções e facções de vestuário feminino. Já os municípios da Baixada Fluminense foram incluídos devido a rede construída no processo de pesquisa.

Partimos do pressuposto de que o aumento do trabalho precarizado e da mão de obra barata favorecem a indústria da moda, seja com o trabalho de imigrantes, seja em países periféricos, na busca do máximo de lucro, terceirizando sua produção, contratando profissionais temporários, pagando baixos salários e explorando massivamente seus trabalhadores. Assim, iniciamos a pesquisa com o levantamento bibliográfico, realizando estudos sobre a categoria trabalho e suas mudanças contemporâneas, passando por discussões de autores clássicos, bem como estudos atuais sobre a crise no mundo do trabalho.

Não temos a intenção de fazer um resgate histórico sobre o desenvolvimento da moda ou sobre os fundamentos da indumentária, mas sim entendê-la, especialmente no ramo da produção de vestuário, como um sistema que ganha força em um determinado período histórico, onde trabalho e consumo no âmbito da sociedade capitalista são fundamentais para a sua manutenção, e onde se prevalece de condições e situações que afetam diretamente a classe trabalhadora.

Apesar de não ter traçado um perfil confirmando a prevalência de mulheres no ramo da costura, temos esse indicador de forma empírica, ratificada nas primeiras aproximações com o campo de pesquisa, incluindo visitas às confecções e facções de costura situadas em bairros considerados como polo da moda na cidade do Rio de Janeiro (Benfica e São João de Meriti).

Outra fonte de informação utilizada foram os jornais, com matérias sobre as mudanças nas leis trabalhistas brasileiras, e pesquisas realizadas na internet, em sites que discutem temas como trabalho, capitalismo e moda, com reportagens e discussões sobre os constantes flagrantismos de trabalho análogo ao escravo e sobre marcas de vestuário que não respeitam a legislação trabalhista.

RESULTADOS OBTIDOS

A partir do contato estabelecido com uma trabalhadora, foi possível realizar uma rede de contato com outras trabalhadoras. O primeiro espaço de trabalho visitado foi um prédio que agrupa quatro facções de costura, em Benfica, onde foram realizadas duas entrevistas, apesar da desconfiança e a preocupação das costureiras com a chegada de seus respectivos chefes. Foi possível realizar entrevista com uma costureira externa, que estava no local esperando a entrega das peças e de uma chefe de produção. Na Baixada Fluminense foi possível ter acesso a três trabalhadoras, uma proprietária de confecção e a identificação de uso de mão de obra de imigrante peruano.

A primeira entrevista foi realizada com a costureira externa, que possui 70 anos e havia acabado de receber oito saias para serem costuradas, trabalho este que seria realizado em sua casa pelo valor de R\$15,00 reais cada peça. Ao ser perguntada sobre os valores, informou:

[...] A peça varia de preço, tem umas que custam 12 reais, que custam 15 reais, 30 reais. As que eu trabalho sempre levo para o lado mais caro, que eu me valorizo, eu só levo o que eu acho que vale a pena [...]. Costuro em casa, faço meu horário como se tivesse aqui, pego às 8h da manhã largo às 12h e almoço, pego às 13h e largo às 17h.

Questionada sobre o valor e se havia feito algumas das peças que estavam perto de sua mesa, a costureira informou que, “[...] nenhum dessas peças aqui. Eu acho que esse verde estava pegando por 15,00 reais, porque eu ia levar ele e não levei”. Ela se refere a um quimono verde, um tipo de vestido, de seda, que estava na caixa ao lado e que no site da loja contratante estava no valor de R\$ 1,165.00.

Já na Baixada Fluminense, as trabalhadoras estavam no campo de trabalho no mínimo há 20 anos, ambas com relações informais de trabalho. Uma das trabalhadoras não havia cumprido o tempo de trabalho suficiente para se aposentar:

Ainda falta tempo para eu me aposentar, não vejo a hora. Porque fiquei 10 anos sem trabalhar com carteira. Nessa firma, trabalhei por três anos sem carteira, porque lá não era com carteira. Depois de três anos que ela abriu firma, mas perdi três anos. (Naomi, pesquisa de campo, 28/10/2017).

Uma das profissionais era costureira de bolsas, com a idade de 49 anos. Portadora de esclerose múltipla e, em decorrência da doença não possui a visão do olho esquerdo, encontra estratégias para que sua condição de saúde fragilizada não atrapalhe suas atividades. Ao ser questionada sobre a forma com que trabalha, afirma que:

É hábito! Agora tem umas bolsas novas e eu não produzo tão rápido na primeira remessa, aí depois vou embora... [...] Eu não contei para ele a história da vista que eu não sou besta [...] Eu estou montando o mostruário, faço com muita calma e dona Eliane está sempre perto de mim, porque ela é minha costureira, entendeu?! (Hermes, pesquisa de campo, 05/05/2018).

Já o contato com a proprietária da confecção nos trouxe a possibilidade de aproximação da organização, das relações de trabalho e a identificação do uso de mão de obra de imigrantes. Pois, o processo de produção da confecção consistia em pegar a produção nas marcas (peças de tecido para a montagem e acabamento), distribuir para os externos, seja costureira ou facção, que no caso eram os serviços prestados pelo imigrante e as costureiras externas. As peças retornavam para a confecção para revisão, sendo entregues para as marcas no prazo estipulado e passando novamente por uma revisão, agora na sede das marcas. A proprietária informou que sempre havia negociação sobre o preço das peças ao pegar o serviço com as marcas. Vejamos:

Ela veio [gerente geral da Laço de Fita] e me mostrou o que era. Ela falou: “Vou te pagar R\$ 3,00 para você fazer esse conserto para mim”. Eu falei que era pouco. Então ela falou: “É rapidinho!”. Eu disse: “Tem que desmontar isso e não vai dar para eu aproveitar essa matéria prima, você vai ter que cortar outra matéria prima”. Então ela disse: Tá! Vou conseguir para você R\$ 5,00”. [...] Vou pagar R\$3,00 para o menino fazer [trabalhador peruano], porque não vou dar para ele desmanchar, porque eu vou desmanchar. (Iris, pesquisa de campo, 28/01/2018).

É importante salientar que, por ser uma prestação de serviço, ou seja, terceirizado ou subcontratado, o valor da peça será o de menor custo possível. Ao ser repassado pela confecção, esse valor diminui ao chegar à facção e às costureiras externas. Precisando, assim, aumentar muito a quantidade de trabalho para ter lucro.

CONCLUSÃO

Apesar de seus desafios, o campo empírico trouxe um leque de informações que contribuíram para ilustrar a organização da indústria da moda na cidade do Rio de Janeiro. As observações levantadas nesta pesquisa de mestrado, a partir da aproximação da realidade de trabalho das profissionais entrevistadas, evidenciam alguns dos elementos que estão nos bastidores das relações e condições de trabalho no mundo da moda.

Encontramos trabalhadoras com dupla e/ou tripla jornada de trabalho, mulheres com idade entre 40 e 70 anos com jornadas de trabalho de, no mínimo, 8 horas diárias, com experiência de trabalho no ramo da confecção de, no mínimo, 20 anos. Mas as condições de trabalho em que se inserem são muito precárias, por serem instáveis, não possuírem carteira assinada, trabalham sob demandas das marcas, sem cuidados com a saúde das trabalhadoras e com rendimentos muito inferiores ao valor de sua força de trabalho. Trabalhadoras que viram, no decorrer de suas vidas laborativas, o desfalecer de seus direitos trabalhistas, mas que continuam utilizando sua mão de obra enquanto estratégia de sobrevivência; mesmo de forma precária, informal, cada vez mais desprotegidas. Essas expressões da precarização do trabalho possuem um peso maior para as mulheres trabalhadoras da periferia.

Ou seja, a intensificação e a ampliação da exploração da força de trabalho. Estes elementos, expressões que se constituem a partir de um processo mais amplo, são resultados da acumulação flexível do capital e das medidas impostas pelo neoliberalismo, a partir da contrarreforma realizada pelo Estado, que afetam gravemente toda a classe trabalhadora.

O trabalho feminino encontra-se nas ocupações informais, sem proteção social do trabalho, em condições de precariedade com trabalhos que promovem maior desigualdade à mulher do que ao homem. Podemos citar, por exemplo: o trabalho em domicílio, a dupla jornada e, até mesmo, a tripla jornada de trabalho, ao somar as tarefas de casa atribuídas às mulheres. Devemos salientar que a expansão da indústria da moda só é possível através da manutenção de uma dinâmica que assegura o lucro, abertura de novos mercados e acesso a mão de obra barata. Essas são as condições que trazem as grandes corporações da moda a países periféricos como o Brasil e das quais se prevalecem também as empresas locais. E não há como pensar o mundo da moda desprendido do capitalismo, pois assim se reforça a mística que muitas vezes a define. Basta uma aproximação mais cuidadosa para visualizar que a moda faz parte do sistema de reprodução do capital, seja na forma fetichizada da mercadoria, na criação de falsas necessidades, na obscuridade a qual a força de trabalho é submetida por trás da indústria da moda, na sua responsabilidade na degradação ao meio ambiente e na reafirmação da divisão de classes, mesmo que exista o argumento da possibilidade de uma moda “democrática”, que quase sempre é definida assim devido ao acesso a determinados produtos ou capaz de ser “justa” nas suas relações de troca.

REFERÊNCIAS

Antunes, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo/ Coleção Mundo do Trabalho. 3 ed.1999.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, ano XVIII, n. 34, p. 19-40. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 5 dez. 2017.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional 287/2016**. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas. 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2012.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França e Japão. **Estudos Avançados**, 23 (66), 2009, p. 13-20.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH, Salvador**, v. 24, n. esp. 01, p. 15-22, 2011.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LEITE, M. de P. Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções de São Paulo. **Rev. Trabalho, Educação e Saúde**, 2(1): 239-265, 2004.

MATTOS, R. C. de. **Desvendando o íntimo espaço da moda**. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2005.

MACHADO DA SILVA, L. A. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: RAMALHO, R. & SANTANA, M.A (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTA, A. E.; AMARAL, Â. S. de. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1999.

NEVES, M. de A.; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p.11-34, jan./abr 2007.

REZENDE, R. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**. São Paulo, v.14, n.38, Jan/abril, 2000.

SILVA, K. G.da. **Diaristas e bordadeiras. Formas de apropriação do trabalho feminino na contemporaneidade**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

Minicurso

PRÁTICAS AVALIATIVAS DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DOS CURSOS DE DIREITO: UM ESTUDO DE CASO

CARLA PRISCILLA BARBOSA SANTOS CORDEIRO

*Doutoranda do Programa de
Pós-graduação em Educação – UFAL
carlapriscilla.bsc@gmail.com*

LANA LISIÊR DE LIMA PALMEIRA

*Doutora em Educação – UFAL
lanallpalmeira@outlook.com*

RESUMO:

O presente artigo faz uma análise da crise pela qual passa o ensino superior no país, registrando a preocupação de que este possa se tornar uma mercadoria, diante do modelo capitalista sedimentado, dando maior ênfase à crise no ensino jurídico brasileiro, objeto central do estudo, apontando suas possíveis causas e formas de se buscar mudar o quadro atual por meio da ruptura da metodologia conservadora empregada, onde se enquadram mudanças nas práticas educativas de modo amplo, fazendo surgir, conseqüentemente, novos paradigmas a serem seguidos por docentes e discentes, levando-os a um amadurecimento humanístico e à inevitável compreensão da educação como instrumento de emancipação do ser social.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Jurídico; Práticas Avaliativas; Educação Emancipadora.

ABSTRACT:

This article analyses the crisis in higher education in the country, registering the preoccupation that it may become a commodity, facing the sedimented capitalist model, emphasizing the crisis in the Brazilian juridical teaching, central object of the study, showing its possible causes and ways of changing the present situation through the rupture of the conservative methodology used, where one applies wide changes in the educatives practices, creating new paradigms to be followed by teachers and students alike, providing them a humanistic growth and the inevitable comprehension of education as an instrument of emancipation of the social being.

KEYWORDS: Juridical Teaching; Evaluative Practices; Emancipative Education.

INTRODUÇÃO

É nítido o fato de que o ensino superior, de forma geral, sofreu grandes alterações na última década, já que, sob o argumento da redemocratização do acesso ao referido nível de ensino, uma série de problemas foram gerados, chegando-se em um momento de crise que faz com que as leis do mercado imperem fortemente.

No caso do ensino jurídico, é inconteste que há uma particularidade na sua denominada “crise” que vai desde problemas com as práticas avaliativas até mesmo com a formação dos docentes atuantes nos cursos de Direito, os quais, por não apresentarem muitas vezes uma preparação voltada à docência, passam a fazer da sala de aula extensão da função que exercem no seu dia a dia como operadores do direito, desvirtuando o papel da relação ensino-aprendizagem.

Foi partindo dessa premissa que surgiu a ideia central deste artigo, onde fazemos não só uma incursão sobre a missão do ensino jurídico em uma sociedade capitalista e com forte manifestação do modelo neoliberal, ressaltando ainda a função social do professor como um dos elementos fundamentais para a emancipação humana, demonstrando a necessidade de uma formação em consonância com os valores sociais que tanto se fazem indispensáveis em uma sociedade ética.

Assim, percorrendo esse entendimento, buscamos demonstrar o verdadeiro papel que a avaliação deve assumir na nova conjuntura educacional jurídica, de forma a não tornar os estudantes rotulados ou estratificados em camadas, mas sim como meio de aferir com coerência seus conhecimentos de acordo com as especificidades identificadas.

As abordagens aqui realizadas seguem predominantemente, do ponto de vista teórico, alguns dos postulados de Lukács, Tonet e Marx ao registrar de forma enfática que em uma sociedade de consumo, com a exploração constante do trabalho e verdadeira desvirtuação do seu real sentido, foi gerada uma consequência com muitos riscos para a construção de um ensino articulado socialmente, que se traduz na reificação do saber.

Com base nesse raciocínio, trouxemos as reflexões que consideramos mais relevantes à proposta por nós declinada, apontando a importância de se reformular as práticas educativas hoje em vigor, de modo a se reverter a crise constatada atualmente, construindo um modelo de ensino jurídico que permita a concretização dos verdadeiros ideais que se fazem necessários à sociedade atual.

1 A CRISE DO ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO E SUAS CAUSAS

Vários estudos realizados na esfera jurídica, nos últimos anos, comprovam a crise pelo qual tem passado o ensino jurídico no Brasil. Essa crise perpassa diretamente a esfera pedagógica, referente às práticas de ensino e avaliação e à própria formação docente.

Como enuncia Muraro (2010), de um lado, a crise no ensino jurídico pode ser percebida através dos métodos de ensino adotados por docentes, geralmente resumidos à mera reprodução dos conteúdos e vivências que tiveram enquanto discentes. As atividades de sala de aula se restringem à reprodução mecânica e fria do texto da lei ou mesmo a adoção de livros que serviriam para compreender a própria lei e que são tomados como base para o desenvolvimento do processo avaliativo.

O problema repousa, também, sobre o fato de que não existe formação pedagógica e didática para os professores de Direito nem na graduação, nem no mestrado (CORDEIRO, MONTE, LINS JÚNIOR, 2015).

Ademais, é preciso perceber que a própria ordem jurídica liberal, na qual o Direito se insere, é a causa primeira do modelo de ensino jurídico baseado na mera reprodução normativa, isso porque a abordagem do Direito, enquanto objeto de estudo e análise, se dá, com raras exceções, por um único viés epistemológico: a ótica ideológica e conceitual liberal. Como o rompimento com a ordem desigual não é o objetivo do sistema (MARX e ENGELS, 2009), o Direito acaba por cumprir a missão fundamental de perpetuar a sua ordem. Isso significa, em outras palavras, que o distanciamento entre Direito e realidade sempre esteve umbilicamente relacionado à gênese do Direito liberal, sua relação com o Estado, a luta de classes e o modelo social capitalista. Ou seja, para cumprir sua função na manutenção do *status quo*, a ciência e o ensino do Direito se afastaram e negaram as contradições sociais, em vez de problematizá-las.

Nesse sentido, o positivismo jurídico e a reprodução de saberes cristalizados ainda hoje é a base dos cursos jurídicos no país (OLIVEIRA, 2004; DOMINGUES, 2004), o que leva a uma necessidade de mudança que vai muito além da matriz curricular e passa, sobretudo, por um processo de ressignificação epistemológica do próprio Direito, sua função social, sua relação com o Estado e a luta de classes (LUKÁCS, 2013).

Importante, nesse passo, perceber que o trabalho é o responsável pelo salto ontológico do ser natural ao ser social. Assim, além de produtor de valores-de-uso, o trabalho é a atividade a partir da qual o ser humano intervém na natureza, transformando-a, adaptando-a às suas necessidades, ao tempo que se transforma constantemente, enquanto ser social e histórico, construindo sociabilidades e dinâmicas sociais. Todavia, no modo de produção capitalista, tem-se o trabalho abstrato, estranhado e alienado, produtor de valores-de-troca, em que o próprio ser humano é tratado como objeto/coisa (reificação) (TONET, 2015). É nessa modalidade que se desenvolve a alienação, o estranhamento (MARX, 2010), fazendo com que o indivíduo seja tratado como objeto, mercadoria. Isso porque a alienação é marcada pela “extensão universal da ‘venalidade’ (isto é, transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em ‘coisas’, de modo que possam se apresentar como mercadorias no mercado (em outras palavras: a ‘reificação’ das relações humanas)” (MÉSZÁROS, 2016, p.40).

Dentro desse modelo social capitalista, a educação acaba tendo uma função muito específica: preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, já que este vale enquanto força-de-trabalho e não como um ser humano em sua integralidade; bem como reproduzir as ideologias que sustentam a lógica desse modelo social (TONET, 2015). Essa redução da educação à formação de profissionais aptos a meramente cumprir sua função dentro da lógica liberal capitalista ocorre muito intensamente na esfera jurídica, uma vez que o judiciário como um todo atua fortemente como instituição garantidora da propriedade privada, dos privilégios da classe dominante, do trabalho alienado e da “ordem” imposta pelas ideologias vigentes (CORDEIRO, MONTE, LINS JÚNIOR, 2015).

O ensino jurídico necessita ter um sentido social, instrumentalizando os atores desse processo – que são discentes e docentes – para a luta em prol da emancipação humana. Isso significa, em outras palavras, que para além do significado de uma norma, o jurista precisa compreender a quem ela procura atender, a que classe, qual o sentido por trás de sua (re)produção, quem de fato recebe os benefícios por sua existência, ou por ela é prejudicado. Ele precisa questionar o que está por trás da norma jurídica ou da jurisprudência prolatada pelos tribunais, precisa compreender os jogos de poder que compõem a tomada de decisão, a conjuntura no qual está inserido.

A ideia de emancipação humana, analisada sob o viés marxista, pressupõe a completa superação do sistema capitalista e do trabalho assalariado. No entanto, isto é impossível sob o prisma do Direito, uma vez que esta área das ciências não tem o poder de, por si só, mudar

o sistema como um todo. Mas é possível, através do ensino jurídico, transformar a realidade, ainda que não se consiga superar completamente o modelo capitalista.

Isso se torna possível através do conhecimento, pelos sujeitos sociais, das condições históricas nas quais se inserem, da luta de classes, da natureza e realidade do capitalismo. É possível, através de um modelo de educação que tenha por base a crítica ao sistema, formar profissionais com capacidade de problematizar as ideologias vigentes e o próprio sistema, contribuindo ativamente para a desconstrução de paradigmas. É possível, em outras palavras, formar indivíduos que possam agir dentro dos limites do Direito para melhorar a realidade social, transformando-a para melhor, reduzindo as injustiças sociais e a desigualdade.

Assim, é preciso refletir sobre as práticas avaliativas reinantes para, a partir destes resultados, repensar as formas de realizar o ensino jurídico com o objetivo de alcançar a emancipação humana, a construção de uma sociedade capaz de superar a lógica cruel imposta pelo capital.

2 A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Nesse sentido, a avaliação, dentro da esfera jurídica, vai reproduzir esse modelo de educação voltada, na maioria das vezes, à reprodução, à memorização da teoria e técnicas jurídicas (AGUIAR, 2004; BEZERRA, 2008; PRADO, 2015). Trata-se do modelo de avaliação classificatória, baseado em pedagogias tradicionais, com o objetivo de classificar e rotular os alunos (LUCKESI, 2000).

No contexto da sociedade capitalista, onde a desigualdade é a regra, não a exceção, a avaliação torna-se instrumento de ordenação dos indivíduos em camadas, estratos sociais. Reconhecer a natureza classificatória da avaliação, no entanto, não significa dispensar sua necessidade (DEMO, 2002). Trata-se de uma etapa essencial ao processo pedagógico como um todo, pois “qualquer atividade humana precisa ser medida ou avaliada, em termos racionais, para que se conheça dos progressos ou falhas verificados” (MELO FILHO, 1979, p. 61).

Alguns estudiosos, inclusive, defendem que qualquer análise do sistema educacional deve passar pelo estudo do processo avaliativo, considerado como eixo central do próprio processo educativo (HOFFMANN, 2001, 2003; SAUL, 1995; FREITAS, 1995).

Assim, ao invés de ser instrumento de opressão, a avaliação deve ser utilizada como um instrumento capaz de auxiliar professores e alunos no processo de apreensão e transformação da realidade (LUCKESI, 2000, HOFFMANN, 2005).

Dentro do processo de ensino e aprendizagem, a avaliação deve também se nortear pela busca da emancipação humana, permitindo que os indivíduos possam compreender o objetivo das disciplinas estudadas e sua aplicabilidade prática, aumentando a capacidade de compreensão das demandas histórico-sociais e o conseqüente domínio de conhecimentos e técnicas capazes de alterar positivamente a sociedade.

Na esfera jurídica, esta necessidade é ainda mais pungente, haja vista que o atual modelo de ensino prevalecente privilegia aspectos de uma pedagogia tradicional de educação que não permitem à generalidade dos indivíduos a inferência concreta e efetiva na realidade, sendo necessário lançar novos olhares sobre este aspecto da educação jurídica.

As práticas avaliativas, nos cursos jurídicos, refletem o próprio ambiente em que se inserem, diga-se, o próprio sistema capitalista e suas necessidades e características, precisando, portanto, de reformulação. A elaboração do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seria um claro exemplo disto. Para o exercício da prática advocatícia se exige prévia inscrição na

OAB, única legitimada para verificação da capacidade neste sentido. A Lei nº 8.906/1994, que instituiu o Estatuto da Advocacia da OAB prevê, em seu corpo, que o exercício da advocacia está condicionado à aprovação prévia no Exame da Ordem (art. 8º, IV). São cobrados conhecimentos relacionados com a lei, doutrina e jurisprudência, em provas que misturam questões de múltipla escolha, dissertativas e de elaboração de peças jurídicas.

Outro exemplo são as provas realizadas para provimento de vagas de cargos públicos, através dos concursos. Sabe-se que o bacharel em Direito ocupa grande parte dos cargos públicos, que pressupõem o conhecimento de normas jurídicas e técnicas de administração pública. Exige-se, nos na maioria dos concursos, o domínio das leis, doutrina, jurisprudência, técnicas e procedimentos jurídico-administrativos, deixando-se de lado a capacidade crítica, argumentativa e criadora do indivíduo para transformar a realidade em que está inserido enquanto agente estatal.

Os cursos jurídicos buscam, essencialmente, formar profissionais para reproduzir, de maneira autômata, as normas que organizam e dão força ao próprio sistema, sendo a formação humana emancipadora deixada de lado para dar lugar a formação técnica e profissionalizante.

Vários profissionais da esfera jurídica estudados por Chaves (2017), como advogados, que passaram a lecionar no ensino superior, encontram-se despreparados para questões pedagógico-didáticas. O reflexo dessa situação, dentre outros fatores, está no fato de que as formas de avaliação empregadas por tais profissionais acabam por refletir as formas de avaliação com as quais eles tiveram contato na vida escolar. E essa forma de avaliação reproduz basicamente os métodos tradicionais, utilizando-se provas escritas para medir o aprendizado do aluno, o que limita bastante o amadurecimento intelectual do indivíduo para o desenvolvimento de uma profissão.

Os métodos tradicionais de avaliação envolvem, majoritariamente, a verificação da aprendizagem através da “prova objetiva, prova dissertativa, seminário, trabalho em grupo, debate, relatório individual, autoavaliação, observação e conselho de classe” (REVISTA ESCOLA, 2013; LEITE, 2016, p. 4)

Assim, existem funções básicas dos discentes e docentes dentro da universidade. Aos discentes cabe a conclusão do curso através da aprovação na disciplina, o que pressupõe o atingimento de uma série de notas mínimas. Ao professor cabe “dar aulas, avaliar e atribuir notas” (CHAVES, 2017, p. 4). Ambos os lados acabam se submetendo mecanicamente ao “ritual” proposto nas universidades, sem sequer passar perto da ideia de uma formação direcionada à quebra de rupturas dentro do sistema, muito menos de uma formação voltada à emancipação humana (CHAVES, 2017).

No entanto, como bem elucida TONET, “uma concepção de educação está vinculada ao tipo de sociedade que se pretende construir” (2016, p. 24). Quando o objetivo da educação é a construção de uma sociedade realmente humana, torna-se preciso “tomar conhecimento da realidade brasileira e da forma como ela se insere na crise do capital internacional. Somente assim poder-se-á tomar decisões lúcidas na atividade educativa cotidiana, em direção à real emancipação humana” (TONET, 2016, p. 39).

A avaliação nos cursos de Direito no Brasil deve refletir, em um primeiro momento, práticas pedagógicas voltadas a desconstrução da desigualdade reinante no meio social. E o pano de fundo da construção e consolidação destas práticas deve ser o anseio pela transformação da realidade, pelo fim da pobreza e marginalização de milhares de indivíduos, bem como de toda e qualquer forma de exploração humana.

Como bem esclarece Loch (2009), é possível implementar uma educação emancipadora em nosso país. Já existem, inclusive, projetos em curso neste sentido. Sendo assim, é possível, mesmo dentro do sistema jurídico de ensino, historicamente tão fechado em si mesmo (BASTOS, 2000; BITTAR, 2006, BEZERRA, 2008) formular práticas educativas que ampliem, consideravelmente, o conhecimento crítico do indivíduo sobre a sociedade, a história humana e a função que a educação exerce dentro de tal contexto.

A construção de um Direito voltado à emancipação humana deve ocorrer em plena paridade com o ambiente social onde se insere e para o qual se destina. Para isto, deve levar em consideração uma série de questões. A primeira delas é o fato de que os métodos tradicionais de ensino, que envolvem os já conhecidos métodos de avaliação, está ultrapassada.

Aulas meramente expositivas, que pontuam o aluno pela capacidade de reprodução dos conteúdos em provas escritas, orais, relatórios, seminários, etc., devem ser repensados. Tratam-se de formas de avaliação que não podem ser os únicos instrumentos utilizados por professores para medir o aprendizado do aluno. Isto envolve a compreensão de que as aulas devem permitir uma troca recíproca de conhecimentos entre discentes e docentes, para que ambos possam aproveitar o processo de ensino e aprendizagem de forma enriquecedora (LEITE, 2016).

É preciso superar a “filosofia do medo” ainda reinante dentro do ambiente jurídico (LEITE, 2016). Com isto, referimo-nos a utilização dos testes como instrumentos de controle e coação dentro da sala de aula. Uma vez que os processos avaliativos são naturalmente classificatórios, uma pedagogia de ensino que force o discente ao estudo através do medo e da coação tende a ter efeitos extremamente negativos, uma vez que ela cria indivíduos que se acostumam a reproduzir mecanicamente a opinião de seus docentes, acirra a competitividade entre alunos e desestimula, por vezes, uma reflexão crítica sobre o próprio sistema capitalista.

Esta “filosofia do medo” caminha *pari passu* com posturas autoritárias de professores que impõem seu poder pelos títulos que possuem ou pelo cargo que ocupam fora da sala de aula (LEITE, 2016). Trata-se, definitivamente, de um modelo de educação que de maneira alguma se coaduna com uma educação voltada à emancipação humana, voltada a construção de indivíduos críticos e conscientes de seu papel dentro da sociedade.

Além disso, é preciso reconhecer que o domínio de técnicas e procedimentos avaliativos é fundamental para o exercício do magistério jurídico. Como não há, de maneira geral, formação em didática do ensino nos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito pelo Brasil, muito do processo avaliativo que se verifica dentro do espaço da sala de aula reproduz os modelos e práticas que foram vivenciados pelos professores quando ainda eram alunos. No entanto, a avaliação é um processo técnico que exige o domínio de conhecimentos pedagógicos essenciais, pressupondo a prévia capacitação do professor para o exercício da docência. Uma preparação efetiva no âmbito da pedagogia do ensino é essencial a professores da área jurídica, especialmente no que diz respeito à avaliação (LEITE, 2016).

A avaliação deve permitir, em resumo, a melhoria do processo de ensino-aprendizagem de alunos e professores. Isto perpassa o contínuo questionamento sobre a utilidade dos conhecimentos lecionados em sala de aula não apenas para a vida profissional do aluno, mas, e principalmente, para a vida social (LEITE, 2016). A compreensão do contexto histórico no qual os indivíduos estão inseridos, da realidade do sistema, da luta de classes, da pobreza e marginalização que impera no ambiente social é fundamental dentro do ambiente da universidade. Isto se dá através do ensino contínuo destes valores em todas as disciplinas jurídicas, mesmo as dogmáticas. Ou seja, do ensino do processo histórico, dos direitos

humanos, da capacidade crítica e argumentativa de reagir ao próprio sistema.

Por fim, é preciso que o processo de avaliação englobe estratégias “multidimensionais” (OLIVEIRA, 2004). Isto significa afirmar que a avaliação deve utilizar, ao máximo, o tripé universitário. Ensino, pesquisa e extensão devem ser aproveitados dentro do processo de compreensão de conteúdos para permitir que o discente tenha uma visão multidimensional do conhecimento. Incluir atividades que se concretizem fora da sala de aula ao processo de ensino é uma das estratégias mais eficientes em termos de compreensão da aplicabilidade prática dos conhecimentos estudados dentro das disciplinas teóricas, principalmente quando tais atividades envolvem o contato do discente com as desigualdades reinantes no ambiente social.

CONCLUSÃO

Depois do que fora apresentado, onde evidenciamos a nossa preocupação com a crise atual pela qual passa o ensino jurídico brasileiro, em que há ainda a prevalência de uma metodologia conservadora e sem maiores correlações com as necessidades da conjuntura contemporânea, o que faz com que os problemas vislumbrados ao longo deste artigo se tornem barreiras para se alcançar uma educação jurídica com vistas a uma formação emancipadora, algumas reflexões merecem ser registradas, a título conclusivo, pois só assim teremos a certeza de que cumprimos nosso papel de pesquisadoras e de profissionais que atuam diariamente no magistério superior jurídico.

Nas exatas palavras de Torres Santomé, “a educação, mesmo em suas etapas obrigatórias, parece querer adotar cada vez mais os argumentos da capacitação profissional, isto é, habilitar apenas para encontrar empregos, preferencialmente bem pagos” (2003, p.30).

Nessa seara, discutimos que o ensino jurídico também atravessa crises dentro desse contexto mais geral, assim como identificamos ainda causas mais específicas para a não efetivação do seu verdadeiro papel, qual seja: realizar uma formação voltada à emancipação humana.

Destacamos, dentre as referidas causas a necessidade de reformular as práticas pedagógicas e aqui se insere necessariamente as práticas avaliativas, a fim de conseguirmos formar profissionais com consciência crítica e visão humanística, que possam se deparar com a realidade desafiadora que vivenciamos, sendo agentes transformadores dessa realidade e concretizadores dos direitos mais amplos possíveis, afastando-se do paradigma de se ter uma educação a serviço das leis do mercado.

Portanto, comungamos do pensamento de Mézaros quando o mesmo propõe a construção de uma vertente educacional contra-hegemônica, afirmando que só a educação contínua permanente e libertadora é capaz de transformar o trabalhador em uma pessoa que pensa e se posiciona de forma a utilizar seu conhecimento como meio para transformar a realidade.

Assim, resta-nos concluir, parafraseando o supracitado autor, que “apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital”. (2005, p.48).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. **Habilidades: ensino jurídico e contemporaneidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BASTOS, A. W. **Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.
- BEZERRA, R. T. **Ensino Jurídico e Direitos Fundamentais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008.
- BITTAR, E. C. B. **Estudos Sobre Ensino Jurídico: pesquisa, metodologia, diálogo e cidadania**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CHAVES, Sandramara M. **Avaliação da aprendizagem no ensino superior: realidade, complexidade e possibilidades**. Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/03/avaliacao1.pdf>>. Acesso em 26/02/2017.
- CORDEIRO, C. P. B. S.; MONTE, H. M. C.; LINS JÚNIOR, G. S. *A deficiência na formação pedagógica dos professores de Direito*. In: IX Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. 9.ed., 2015. **Anais da IX reunião**. Disponível em: <http://educonse.com.br/ixcoloquio/publicacao_eixos.asp>. Acesso em 13/03/2017.
- DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- DOMINGUES, A. A. Observando, compreendendo e construindo a educação jurídica na sociedade contemporânea: notas conceituais. **Revista Jurídica Faculdades Integradas Curitiba**, PR, n. 17, v. 1, p. 213-243, 2004.
- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LEITE, K. L. S. **A avaliação de aprendizagem nos cursos jurídicos: estratégias educacionais para um ensino superior de qualidade por meio de uma avaliação formativa e qualitativa**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a41acbd3ffd616b5>>. Acesso em: 12/03/2017.
- LOCH, J. M. P. Avaliação: uma perspectiva emancipatória. **Revista Química nova na escola**. São Paulo, SP, n. 12, v.1, nov. 2009.
- LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>>: Acesso em: 13/03/2017.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. V. II. Tradução de SCHNEIDER, N.; TONET, I.; FORTES, R. V. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K.. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MELO FILHO, Álvaro. **Metodologia do Ensino Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURA, Tânia Maria de Melo; RIBEIRO, Nadjá Naira Aguiar. **Metodologia da “ensinagem” na Educação superior**. Maceió: Edufal, 2015.

MURARO, C. C. A formação do professor de direito. **Revista Âmbito Jurídico**. Rio Grande, RS, v. 13, n. 73, fev. 2010.

OLIVEIRA, A. M. **Ensino jurídico: diálogo entre teoria e prática**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2004.

PRADO, E. C. (Org.). **Educação Jurídica: dilemas atuais**. Maceió: Edufal, 2015.

REVISTA ESCOLA. **Os nove jeitos mais comuns de avaliar os estudantes e os benefícios de cada um**. Disponível em: <<http://www.bntusina.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/8/240/60/arquivos/File/novejeitoscomunsdeavaliarosestudantes.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro*

Doutoranda em Educação, mestra em Direito e bacharela em Direito pela UFAL. Atualmente estuda pedagogia, atua como docente universitária e pesquisadora da esfera da educação jurídica e do Direito. Email: cpbsc@outlook.com.

Lana Lisiêr de Lima Palmeira**

Doutoranda em Educação pela UFAL, mestra em Educação pela mesma instituição e bacharela em Direito. Atua como docente e vice-diretora da Faculdade SEUNE. Advogada. Email: lanallpalmeira@outlook.com.

Mi AGENCIJA ZA PROMICANJE IZ OBLASTI
POSREDOVANJE U PROMETU NEKRETNIM
I POSREDOVANJE U PROMETU NEKRETNIM
ANINTER-SH

